

ANAIS DO
V SEMINÁRIO
INTERNACIONAL
HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA

A HISTÓRIA NA
ENCRUZILHADA DOS
TEMPOS

ANAIS DO
V SEMINÁRIO
INTERNACIONAL
HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA

A HISTÓRIA NA
ENCRUZILHADA DOS
TEMPOS

Centro de Filosofia e Ciências
Humanas – UFPE – 22 a 25 de
novembro de 2016



Reitor da Universidade Federal de Pernambuco: Anísio Brasileiro de Freitas Dourado
Pró-Reitor de Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação: Ernani Rodrigues de Carvalho Neto

Chefe de Departamento de História da UFPE: Renato Pinto

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE: Flávio Weinstein

Comissão Organizadora (UFPE): George F. Cabral de Souza, Flávio Weinstein, Christine Rufino Dabat, Isabel Guillen, Rômulo Luiz Xavier do Nascimento, Henrique Nelson da Silva (Doutorando-PPGH)

Comissão Científica: Flávio Weinstein (UFPE), Cristina Donza (UFPA), Franck Ribard (UFC), Cândido Moreira Rodrigues (UFMT)

Secretaria Geral: Sandra Regina Albuquerque, Patrícia Campello

Equipe de Apoio: Levi Rodrigues, Rogéria Sá Feitosa, Elida Nathalia Olímpio da Silva, Eloisa Gomes Gominho, Philipe Silva de Lima Paulino, Mateus Bernardo Galvão Couto, Pedro Ivo Gomes de Melo, Joice Carla Silva de Oliveira, Luiz Felipe Miguel da Silva Carvalho, Maria Gabriela Vieira de Souza

Catálogo na fonte:

Bibliotecária Kalina Lígia França da Silva, CRB4-1408

S471h Seminário Internacional História e Historiografia (5. : 2016 nov. 22-25 : Recife, PE).

A história na encruzilhada dos tempos : anais [recurso eletrônico] / [comissão organizadora]: George, F. Cabral de Souza... [et al]. – Recife: Editora UFPE, 2016.

Inclui referências.

ISBN 978-85-415-0829-2 (online)

1. História – Congressos. 2. Historiografia – Congressos. 3. Brasil – História – Congressos. I. Souza, George F. Cabral de (George Félix Cabral de) (Org.). II. Título.

907 CDD (23.ed.)

UFPE (BC2016-086)

Todos os direitos reservados aos organizadores: *Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração.*

SUMÁRIO

Apresentação.....	29
Terra, trabalho, fronteiras, migrações, natureza, cultura e movimentos sociais (Simpósio Temático 01).....	31
OS REDUNDANTES DA CULTURA DO CAPITAL – PROCESSOS DE DESTERRITORIZAÇÃO E EXCLUSÃO HUMANA NO NORTE DE MATO GROSSO DO SUL NA CONTEMPORANEIDADE.....	31
Prof. Dra. Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa	
COLONOS MARANHENSES E VIDA RURAL NO INTERIOR DO PARÁ, DÉCADAS DE 1970-80.....	45
Bruno de Souza Silva	
NARRATIVAS DE TRABALHADORES QUILOMBOLAS MIGRANTES NAS DÉCADAS DE 1970/1980.....	51
Cláudio Rodrigues de Melo	
AS IDEOLOGIAS LIBERAIS NO JORNAL <i>O ARARIPE</i> : POLÍTICA E IMPRENSA NO CARIRI CEARENSE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX.....	61
Denise de Menezes Dantas	
ENTRE TEIAS FAMILIARES: A MULHER COMO PROPRIETÁRIA DE TERRAS NA VILA DE PATOS, PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE (1870-1875)	68
Ellen Cristine Alves Silva Canuto	
“DO ALTO SERTÃO À COLÔNIA SINIMBÚ”: RETIRANTES, TRABALHO E RESISTÊNCIA NA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE (1877-1878)	77
Francisco Ramon de Matos Maciel	
TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO EM ALAGOAS NA DÉCADA DE 1990 A PARTIR DE REFLEXÕES SOBRE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO	89
Gladyson Stelio Brito Pereira	

SEMIÁRIDO: ENTRE OS DISCURSOS DE VITIMIZAÇÃO E CONVIVÊNCIA COM A SECA	98
Rozeane Albuquerque Lima, Cristian José Simões Costa, Hilmaria Xavier Silva.	
DO ENGENHO AO BAIRRO INFORMAL: UM SÉCULO DE PRODUÇÃO URBANA NO CABO DE SANTO AGOSTINHO – PE (1850-1950)	105
John Kennedy Ferreira da Luz	
<i>REVISANDO SUSPENSÃO E SALÁRIOS RETIDOS: OPERARIADO TÊXTIL CEARENSE EM LUTA NA JUSTIÇA DO TRABALHO (1960-64)</i>	<i>117</i>
<i>Jormana Maria Pereira Araújo</i>	
SUBINDO O RIO: EXPLORAÇÃO DE ROTAS FLUVIAIS E A CRIAÇÃO DE LUGARES E VILAS PARA GARANTIR O FLUXO DE HOMENS E MERCADORIAS NO AMAZONAS IMPERIAL (1850-1860)	128
Josali do Amaral	
MEMÓRIAS DO SOFRIMENTO: NARRATIVAS DE CANAVIEIROS QUE VIVENCIARAM SITUAÇÕES DO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NA MATA SUL DE PERNAMBUCO	140
José Filipe Teixeira Carvalho	
CULTURA E TRABALHO NOS CAMPOS DO BRASIL: ASPECTOS DA MILITÂNCIA CAMPONESA ATRAVÉS DA ESCRITA (1950-1960)	148
José Romário Rodrigues Bastos	
NA CONTRAMÃO DO “PROGRESSO”: LUTAS CAMPONESAS POR TERRA E ÁGUA DE TRABALHO NO BAIXO-AÇU/RN	158
Jovelina Silva Santos	
A FORÇA DE TRABALHO LIVRE NA PARAÍBA OITOCENTISTA	168
Leandro Neves Diniz	
VILAS OPERÁRIAS: CENTRO DE ORDEM E EXCLUSÃO. O CASO DE CAMARAGIBE	175
Marcos Alesandro Neves dos Santos	
MEMÓRIAS E CONFLITOS TERRITORIAIS NO CEARÁ (FINS DO SÉCULO XX E INÍCIO NO XXI)	185
Mário Martins Viana Júnior	

“SOLDADOS DE CRISTO”: TRABALHO, RELIGIÃO E FAMÍLIA	193
Norma Sueli Semião Freitas	
MULHERES EM AÇÃO: O MUNDO RURAL E AS ORGANIZAÇÕES DE OPOSIÇÃO SINDICAL NA PARAÍBA (1985-1990)	204
Priscila Mayara Santos Dantas	
JACAREQUARA: ESCRAVIDÃO, RESISTÊNCIA E A FORMAÇÃO DE QUILOMBOS NA ZONA GUAJARINA (1820 – 1860)	214
Rozemberg Ribeiro de Almeida	
Dinâmicas identitárias e étnicas (Simpósio Temático 02)	226
MUÇULMANOS AFRICANOS NO CEARÁ: MEMÓRIA E PRÁTICAS RELIGIOSAS CONTEMPORÂNEAS	226
Ana Eliziane Sabino	
MÚSICA INDÍGENA: UM ESTUDO DA INTERAÇÃO ENTRE ESTUDANTES E FULNI-Ô	232
André Vasconcelos de Arruda	
INDÍGENAS E MILITARES, DINÂMICAS IDENTITÁRIAS NOS ANOS DA GUERRA DO CHACO	241
André Henrique Eltz	
IDENTIDADE ÉTNICA E RELAÇÕES ENTRE GRUPOS: UMA ANÁLISE DE CONFLITOS ÉTNICO-RACIAIS NA CIDADE DO SALVADOR-BA	251
Artur Epifânio dos Santos, Lucival Fraga dos Santos	
A PERMANÊNCIA DOS ÍNDIOS NAS VILAS DE ASSUNÇÃO E SANTA MARIA: IDENTIDADE, LEGISLAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO NO SÉCULO XIX.	259
Carlos Fernando dos Santos Júnior	
AS CANÇÕES DE CAPOEIRA COMO INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE PELOS CAPOEIRISTAS	270
Diego Bezerra Belfante	

BIOGRAFIA COMO PRÁTICA HISTORIOGRÁFICA: ANALISANDO A TRAJETÓRIA DE GREGÓRIO DE ANDRADE DA FONSECA NO MUNDO ATLÂNTICO	278
Eloy Barbosa de Abreu	
DELIMITANDO ESPAÇOS, ESTABELECENDO FRONTEIRAS: AFIRMAÇÃO ÉTNICA E TRADIÇÃO ORAL “NA ALMOFALA DOS TREMEMBÉ” (1980-2014)	287
Francisca Paula Machado	
MEMÓRIA, HISTÓRIA E ESCRAVIDÃO: A CARTA DA ESCRAVA ESPERANÇA GARCIA E OS USOS DA MEMÓRIA DA ESCRAVIDÃO PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NO PIAUÍ.	297
Francisca Raquel da Costa	
A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA NA COMUNIDADE NEGRA SENHOR DO BONFIM –AREIA- PB	307
Geilza da Silva Santos	
CULTURA, EDUCAÇÃO, MÍDIA E A IMIGRAÇÃO SENEGALESA CONTEMPORÂNEA NO BRASIL	314
Josuel Mariano da Silva Hebenbrock	
ENTRE CIDADES E REALCES: O POVO TAPEBA E OS CAMINHOS DA (RE) CONSTRUÇÃO DE SI	321
Manuel Coelho Albuquerque	
MEMÓRIA E PERMANÊNCIAS CULTURAIS DE MATRIZES AFRICANAS EM ARATUBA-CEARÁ NO SÉCULO XXI	330
Mayara Martins de Lima Silva	
IDENTIDADE(S) CULTURAIS EM TENSÃO: REFLEXÕES A PARTIR DO FREVO E AXÉ-MUSIC	339
Wayne Rodrigues de Lima	
Patrimônio, História e Narrativas (Simpósio Temático 03).....	346
PERNAMBUCO NA SEGUNDA REVOLTA DA ARMADA (1893-1894): REMINISCÊNCIAS DO TERROR JACOBINO-FLORIANISTA	346

Audenice Alves dos Santos Zacarias

REVISITANDO A "CUIABÁ", CIDADE ILUMINADA PELA GORDURA DO PACU, E A "VILA DE GUIMARÃES", DE HERCULE FLORENCE (1827).
.....355

Déborah Pimenta Martins

ENTRE DISPUTAS POLÍTICAS E OS EMBATES PELA MEMÓRIA: A DESTRUIÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CARUARUENSE (2004-2008)363

Erivania Azevedo Lopus

MEMÓRIA DOS SONS, SONS DA MEMÓRIA: UM HISTORIADOR À ESCUTA.371

Francisco Dênis Melo

MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO: DISCUSSÕES SOBRE O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE381

Fred Rego Barros Pedrosa

MEMÓRIA, INTELCTUAIS E USOS DO PATRIMÔNIO NO CASO DA IGREJA DOS MARTÍRIOS, RECIFE-PE.389

João Paulo Nascimento de Lucena

INTELCTUAIS, LEITURA, IMPRENSA E MEMÓRIA NA ZONA NORTE DO CEARÁ (1870-1924)392

Jorge Luiz Ferreira Lima

DA RETÓRICA DA PERDA À CRIAÇÃO DO MUSEU DO MAMULENGO403

Jorge Luiz Veloso da Silva Filho

MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE OLINDA E A REGULA BENEDICTI: A MATERIALIDADE E IMATERIALIDADE DE UM BEM CULTURAL415

Karina Ferreira Gonçalves Farah

CRIANDO CARTÕES POSTAIS: PATRIMÔNIO, LUGARES DE MEMÓRIA, E USOS DA CIDADE.426

Maria Clara da Silva Cavalcante

OLINDA PARA QUEM? - OS INTERESSES SÓCIO-POLÍTICOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE TOMBAMENTO DO SÍTIO HISTÓRICO DA CIDADE DE OLINDA (1968 - 1982)435
Rebeca Fernanda da Silva

ENTRE O PRESENTE E O PASSADO: NARRATIVAS DE PROFESSORAS NO MATO GROSSO CONTEMPORÂNEO442
Regiane Cristina Custódio

NACIONALISMO E ANOÇÃO DE PATRIMÔNIO: O CASO FRANCÊS451
Rodrigo Cantarelli

COM PATRIMÔNIO SE BRINCA: RELATO DE UMA EXPERIENCIA EDUCATIVA A PARTIR DO CARNAVAL DE BONECOS GIGANTES DE PERNAMBUCO.461
Vanessa Lopo Bezerra

O COCO DE RODA DO MESTRE BENEDITO DE CABEDELÓ- PB: A PROBLEMÁTICA QUE ENVOLVE A PRESERVAÇÃO DAS TRADIÇÕES CULTURAIS468
Vanusa Diniz Targino

Acontecimentalização, comemoração e monumentalização: Invenção e (des)sacralização de mitologias políticas a partir das injunções das memórias (Simpósio Temático 04).....477

A ALMA DAS COMEMORAÇÕES: O SECRETRÁRIO PERPÉTUO MÁRIO MELO E O CENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO DE 1917477
Amanda Alves Miranda Cavalcanti

A CASA DO ESTUDANTE DO CEARÁ: ESPAÇO DE COMEMORAÇÃO E LEGITIMAÇÃO DA LUTA ESTUDANTIL NOS ANOS 1930-1950487
Carolina Maria Abreu Maciel

“A HISTÓRIA DE UM POVO QUE SE ORGANIZA, BUSCA PARCERIAS E URBANIZA SEU BAIRRO”: SER E AGIR NAS NARRATIVAS SOBRE CONJUNTO PALMEIRAS, EM FORTALEZA – CEARÁ (1991-1997) ...496
Cristiano Rodrigues Rabelo

INTELECTUAIS ALAGOANOS E RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA EM ALAGOAS (1930/50)	506
Gabriela Torres Dias	
REPENSANDO A “DÉCADA PERDIDA”: NOVAS ABORDAGENS HISTORIOGRÁFICAS SOBRE OS ANOS 1980 NO LIVRO “NÃO FOI TEMPO PERDIDO”	516
Guilherme José Motta Faria	
OS LUGARES, A MEMÓRIA E AS REPRESENTAÇÕES: ANTÔNIO DA SILVA PESSOA E A INVENÇÃO DA TRADUÇÃO NA PARAÍBA (1916-1930)	525
Iordan Queiroz Gomes	
“UM ÓRGÃO DE PROPAGANDA DE IDEOLOGIA VERMELHA?...” OPOSIÇÕES E REAÇÕES DA CASA LEGISLATIVA DE PALMARES/PE AO MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR EM MEADOS DA DÉCADA DE 1960	536
Laudyslaine Natali Silvestre de Moura, Gustavo Ferreira da Silva.	
ARTICULANDO MEMÓRIAS E ESQUECIMENTOS: SOBRE A HISTÓRIA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DA UFRPE NOS ANOS DE CHUMBO	548
Lucas Victor da Silva	
História da saúde e das doenças: novas abordagens (Simpósio Temático 06)	556
OS PRIMEIROS RELATOS DE UMA VISITANTE INDESEJADA NO BRASIL E EM RECIFE: A GRIPE ESPANHOLA DE 1918	556
Alexandre Caetano da Silva	
SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA - AIDS E A PRODUÇÃO DO FILME FILADELFIA (1993) NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA – EUA	565
Bruna Aparecida Barros	
OCTÁVIO DE FREITAS E A LIGA PERNAMBUCANA CONTRA A TUBERCULOSE NO RECIFE, NO INÍCIO DO SÉCULO XX	575
Bruno Márcio Gouveia	

LABIRINTO DA DOR: EXPERIÊNCIAS DE VIDA DOS HOMENS INTERNADOS NO HOSPITAL DE ALIENADOS NO ANO DE 1942 (RECIFE/PE)	580
Carlos Alberto Cunha Miranda	
A CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL-COLÔNIA JULIANO MOREIRA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE SANEAMENTO E PROFILAXIA RURAL NO ESTADO DA PARAÍHYBA	587
Helmara Giccelli Formiga Wanderley	
COTIDIANO E SOBREVIVÊNCIA DURANTE A GUERRA DO PARAGUAI: PRÁTICAS DE CURA EM TEMPOS EPIDÊMICOS (1864-1870)	597
Janyne Paula Pereira Leite Barbosa	
SANEAMENTO E POPULAÇÃO POBRE: A REFORMA DO PORTO E DO BAIRRO DO RECIFE	605
Jônatas Lins Duarte	
ENTRE POLÍTICA PÚBLICA E BENEMERÊNCIA: A CRIAÇÃO DA REDE DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE MATERNO-INFANTIL EM TERESINA (1930-1940)	613
Lívia Suelen Sousa Moraes Meneses	
ASYLO DE ALIENADOS DE TERESINA: A HISTÓRIA DA LUTA PELA CONSTRUÇÃO DA ASSISTÊNCIA AOS ALIENADOS NO PIAUÍ DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA	624
Márcia Castelo Branco Santana	
A CRIMINALIZAÇÃO DA SAÚDE PELA MORAL: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA PROIBICIONISTA DE DROGAS	633
Mateus Rafael de Sousa Nunes	
O COTIDIANO DA MORTE: UM ESTUDO SOBRE A MORTALIDADE CATIVA EM BELÉM (1850-1860)	643
Mayara Cristine Mendonça da Silva	
AS RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS NA CIDADE DO RECIFE: UMA ESTRATÉGIA PARA CONSTRUIR NOVOS HORIZONTES	652
Mirella Rocha Magalhães	

A ORDEM MÉDICA SOBRE O ALAGADIÇO: HIGIENISMO E
SANITARISMO NA MASSAYO OITOCENTISTA: (1850-1870)660
Oseas Batista Figueira Junior

OS INCAPAZES E REPÚBLICA BRASILEIRA: O DISCURSO MÉDICO EM
TORNO DA CRIAÇÃO DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO (1899-1916)
.....669
Rafael Santana Bezerra

O SERVIÇO DE HIGIENE PÚBLICA DA PARAÍBA: OS LIMITES DA
INSTITUCIONALIZAÇÃO (1911-1928)677
Silvera Vieira de Araújo

**Oralidade, Imagem, Testemunho e Cultura (Simpósio Temático
07).....689**

A TESTEMUNHA DO OUTRO SEXO: UMA ANÁLISE DE GENÊRO SOBRE
O RELATO DE SI EM UMA EXPERIÊNCIA DE CASO689
Andréa Bandeira

ENTRE OS SILÊNCIOS DA MEMÓRIA E DA HISTÓRIA: UM CRIME EM
ACARAÚ EM 1931697
Antonia Lilian Ferreira de Paiva, Francisco Dênis Melo

IMAGEM VIVA E NARRATIVA: A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E O
REALISMO no cinema documental DO INSTITUTO JOAQUIM
NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS (1960-1962)705
Arthur Gustavo Lira do Nascimento

CANDEEIRO, ESTEIRA E GIZ: NARRATIVAS DA ALFABETIZAÇÃO NO
MOBRAL ENTRE OS ANOS 1970-1980715
Bianca Nogueira da Silva Souza

ROGACIANO LEITE: ENTRE O POPULAR E O ERUDITO726
Cícero Renan N. Filgueira

HISTÓRIA E COTIDIANO: EXPERIÊNCIAS DE MULHERES DO BAIRRO
DJARD VIEIRA NA CIDADE DE PARINTINS (1980-1990)736
Dayanna Batista Apolônio, Arcângelo da Silva Ferreira

“DEIXA O VELHO EM PAZ”: UMA ANÁLISE ACERCA DAS REPRESENTAÇÕES DA VELHICE NA CULTURA ASILAR746
Jessica Gleyce dos Reis Felix

UMA VACINA PARA O “GÉRMEN DA REVOLTA”? A FOTOGRAFIA NOS JOGOS ENTRE O MOBRAL, PAULO FREIRE E A INDÚSTRIA EDITORIAL BRASILEIRA NO CAMPO DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS (1970-1985)753
José Maxsuel Lourenço Alves

A SUBJETIVIDADE ADQUIRIDA: A LEGITIMAÇÃO DA SUBJETIVIDADE E DAS FONTES ORAIS NA HISTORIOGRAFIA764
Leon Adan Gutierrez de Carvalho

“O APOSTOLADO DA VERDADE E DO BEM NÃO PÓDE LIMITAR-SE Á PALAVRA FALADA”: LEITURA E ESCRITA FEMININA NA REVISTA MARIA770
Maria Lucelia de Andrade

TEATRO VIVENCIAL: TESTEMUNHO DA CULTURA E CONTRACULTURA NO TEATRO PERNAMBUCANO ENTRE 1974 E 1983780
Mateus Melo dos Santos

NARRATIVAS DENTRO DA ORDEM: PERFIS DESORDEIROS, COMPORTAMENTO E GÊNERO NA LITERATURA MEMORIALÍSTICA CEARENSE OITOCENTISTA (1850-1890)788
Nicolodemos Zacarias da Silva

PONTES ENTRE CINEMA E HISTÓRIA: KRACAUER, GINZBURG, FERRO, ROSENSTONE E O CINEASTA ALAGOANO CELSO BRANDÃO798
Roseane Monteiro Virginio

NARRATIVAS ORAIS E MEMÓRIA: RELATOS SOBRE AS SOCIABILIDADES NO CLUBE SOCIAL DA CIDADE DE REMÍGIO- PB (1958-1970)808
Tatiane Santos de Souza

“ARAGUAYA CONSPIRAÇÃO DO SILÊNCIO”: O TESTEMUNHO DA GUERRILHA DO ARAGUAIA ATRAVÉS DAS IMAGENS E DA ORALIDADE816

Wellington Sampaio da Silva

Poder, estado e cidadania no oitocentos (Simpósio Temático 08)	823
ESCRavidão E LUTAS DOS NEGROS PELA LIBERDADE E POR DIREITOS NA IMPRENSA DO RIO GRANDE DO NORTE NO SÉCULO XIX	823
Aldinízia de Medeiros Souza, Antonia Márcia Nogueira Pedroza, José Evangelista Fagundes	
POR UMA RELEITURA POLÍtica: A TRAJETÓRIA DOS JUÍZES PÓS-INSURREIÇÃO PRAIEIRA (1850-1858)	831
Alexsandro Ribeiro do Nascimento	
“FAZENDO DISTÚRBIOS EM UM CORTIÇO DA RUA DO HOSPÍCIO”: UMA ANÁLISE SOBRE POLÍCIA, NORMATIZAÇÃO E CIVILIDADE NO RECIFE OITOCENTISTA (1870-1880)	838
Alisson Henrique de Almeida Pereira	
IMPRESSOS E PRÁTICAS DE CIDADANIA NO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DO RECIFE OITOCENTISTA (1831-1840)	843
Andréa de Souza e Silva	
“NÃO LARGAM A PENA”: QUEIXUMES DE PRESOS DA CASA DE DETENÇÃO DO RECIFE NOS PERIÓDICOS DE OPOSIÇÃO (1861-1875)	852
Aurélio de Moura Britto	
“UM PEDIDO DE JUSTIÇA”: DEMANDAS DE PROFESSORES(AS) PRIMÁRIOS(AS) NO SÉCULO XIX PERNAMBUCANO	862
Carlos Antônio Pereira Gonçalves Filho	
A CRIAÇÃO DO REGIME DE CAPITANIAS DE PORTOS EM PERNAMBUCO: TENTATIVA E DIFICULDADES DE CENTRALIZAÇÃO POLÍtica NA ADMINISTRAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E POLICIAMENTO DOS PORTOS DO RECIFE (1845-1853)	871
Davi Costa Aroucha	

“UMA TROPA MAIS AVOLUMADA”: A ATUAÇÃO DO APARATO JUDICIAL E POLÍCIA NO PIAUÍ NO SÉCULO XIX	881
Débora Laianny Cardoso Soares	
ENTRE QUEIXAS E DETENSÕES: VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE EM BELÉM (1897-1902)	888
Diego Nazareno de Jesus Santos Filgueiras	
MENORES VADIOS... INGÊNUOS, FILHOS DE LIBERTOS: INFÂNCIAS PERIGOSAS NO PÓS-ABOLIÇÃO EM PERNAMBUCO (1888-1892)	900
Gabriel Navarro de Barros	
BRINCADEIRAS ENTRE CRIANÇAS, ESTRATÉGIAS ENTRE ADULTOS: INFÂNCIA E PODER A PARTIR DOS CORREDORES DOS PAÇOS IMPERIAIS (1859-1864)	908
Itan Cruz Ramos	
“LARGADOS A SORTE INCERTA”: TRABALHADORES ESCRAVIZADOS E LIVRES NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA PIAUIENSE (1850-1888)	918
Ivana Campelo Cabral	
DO CONSELHO GERAL À ASSEMBLEIA PROVINCIAL: POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO NA PROVÍNCIA DA PARAÍBA (1831-1840)	927
Jerlyane Dayse Monteiro dos Santos	
QUEIMEM OS PAPÉIS, DESTRUAM OS PESOS: O MOVIMENTO QUEBRA-QUILOS NO RIO GRANDE DO NORTE (1874-1875)	936
João Fernando Barreto de Brito	
O PROGRESSO DOS TRANSPORTES NO BRASIL OITOCENTISTA: A IMPLEMENTAÇÃO DA NAVEGAÇÃO FLUVIAL A VAPOR NO PIAUÍ	948
José Lins Duarte	
ENTRE A LEI E A TRIBUNA: O INÍCIO DA VIDA PÚBLICA DE JOAQUIM NUNES MACHADO (1834-1837)	955
Manoel Nunes Cavalcanti Junior	
CARNEIRO VILELA: LÍNGUA DE ‘NAVALHA’ E PENA DE ‘PONTA DE FACA’	964

Marcio Lucena Filho

ECOS DA “GUERRA DO PARAGUAI” E AS OPOSIÇÕES À LEI DO
“SORTEIO MILITAR” NAS PROVÍNCIAS DO NORTE (1874/1875)
.....968

Maria Regina Santos de Souza

AS FAMÍLIAS ESCRAVAS E O BARÃO DE ÁGUA BRANCA-PROVÍNCIA
DAS ALAGOAS, 1864-1888979

Marília Lima de Araújo

JUSTIÇA, HOMEM LIVRE E POBRE EM PERNAMBUCO DO SÉCULO XIX
.....986

Mônica Maria de Pádua Souto da Cunha

“CONSERVADOR, LIGUEIRO OU LIBERAL OU CONSERVADOR OUTRA
VEZ?”: A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE LINDOLFO CORREIA DAS NEVES
NO SEGUNDO REINADO995

Myraí Araújo Segal

MEUS MANOS DO CORAÇÃO: OS IRMÃOS CAVALCANTI, DE
PERNAMBUCO, E AS SUAS ATUAÇÕES POLÍTICAS ENTRE O PRIMEIRO
REINADO E AS VÉSPERAS DO DOMÍNIO DO PARTIDO DA PRAIA
.....1007

Paulo Henrique Fontes Cadena

BACHARÉIS EM DIREITO E CULTURA POLÍTICA NA PARAHYBA DO
NORTE1017

Priscilla Emmanuelle Formiga Pereira

“UM VÉU DE SACRALIDADE”: OS ESCRAVOS DE SÃO BENTO E A
GUERRA DO PARAGUAI, PERNAMBUCO, 1864-18701025

Robson Pedrosa Costa

“SOLDADO SEM ESCOLHA”: O RECRUTAMENTO MILITAR DE
INDIVÍDUOS “PERIGOSOS” PARA COMPOR OS BATALHÕES DA
GUARDA POLICIAL DA PROVÍNCIA DO PARÁ (1836-1850)1035

Thailana de Jesus Cordeiro Pereira

IDENTIDADE, CULTURA POLÍTICA E BIOGRAFIA NA “EXPOSIÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO CORONEL JOSÉ DE BARROS FALCÃO DE LACERDA...”: UMA LEITURA (RECIFE, 1775-1851)1044
Williams Andrade de Souza

Ciência e saúde (Simpósio Temático 09).....1056

“CHEIAS DE VIDA QUE TANTO PROMETEM PARA O FUTURO”:
IMAGENS DA SAÚDE INFANTIL EM FOTOGRAFIAS E ANÚNCIOS -
(BELÉM, 1920-1940)1056
Adnê Jefferson Moura Rodrigues

UMA QUESTÃO DE SAÚDE: EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E
DISCURSO HIGIENISTA NO LIVRO JOÃO PERGUNTA DE NEWTON
CRAVEIRO (1920-1930)1066
Bianca Nascimento de Freitas

O SESP - SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA - EM TEMPOS DE
GUERRA DO PARÁ1075
Edivando da Silva Costa

A LEPROSA NAS LETRAS: FREI DANIEL ROSSINI SAMARATE E O ASILO DO
TOCUNDUBA1082
Elane Cristina Rodrigues Gomes

ASSISTÊNCIA E CARIDADE: O TRABALHO HOSPITALAR DA SANTA
CASA DA PARAHYBA DO NORTE NO ATENDIMENTO A ENFERMOS E
ALIENADOS NOS PRIMEIROS ANOS DO SÉCULO XX1092
Gerlane Farias Alves

**Natureza e Cultura: territorialidades, trabalho e memória
(Simpósio Temático 10)**.....1085

TERRITÓRIOS SAGRADOS EM QUESTÃO: LUTAS POLÍTICAS PELA
PRESERVAÇÃO DE UM TERREIRO MINA FACE AOS PROJETOS DE
DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS – MA1101
Carolina Christiane de Sousa Martins, Elio de Jesus Pantoja Alves

ENTRETECENDO TEMPOS: SOCIEDADE E NATUREZA NO CULTIVO
ALGODOEIRO CEARENSE EM MEADOS DE OITOCENTOS1113
Jônatas Jonas Silva dos Santos

O DISCURSO EM TORNO DOS SEMIÁRIDOS DO NORDESTE
BRASILEIRO E DO NOROESTE ARGENTINO: UM ESTUDO SOBRE AS
SECAS DO CEARÁ E DE SANTIAGO DEL ESTERO (1932-1937).....1120
Leda Agnes Simões de Melo

O INVENTÁRIO DA NATUREZA CEARENSE: EXPOSIÇÃO NATURAL DO
RIO DE JANEIRO E VIAGENS CIENTÍFICAS NO FINAL DO SÉCULO XIX
.....1130
Paulo Italo Moreira

AS FLORESTAS NA HISTÓRIA DO OCIDENTE E SUAS VISÕES1142
Raíssa Orestes Carneiro

**Entre os sertões e o mundo atlântico: dinâmicas e agentes na época
colonial (Simpósio Temático 11)1153**

COMÉRCIO E MOBILIDADE SOCIAL NO CEARÁ EM FINS DO SÉCULO
XVIII1153
Adriana Santos de Oliveira

A IBIAPABA NA FRONTEIRA GEOPOLÍTICA COLONIAL E
HISTORIOGRÁFICA ENTRE CEARÁ E PIAUÍ1161
Daniel de Sá Aguiar

A ORDEM DE CRISTO NOS TRÓPICOS: DISCUSSÕES SOBRE NOBREZA,
FIDELIDADE E SERVIÇO EM PERNAMBUCO DA PRIMEIRA METADE
DO SÉCULO XVIII1171
Estevam Henrique dos Santos Machado

DEPOIS DE PALMARES: SESMARIAS, SÍTIOS E GADO NO AGRESTE
PERNAMBUCANO, 1658-17641180
Felipe Aguiar Damasceno

SEXUALIDADE E PODER NA AMAZÔNIA: FRANCISCO SERRÃO,
JOAQUIM ANTÔNIO E OUTRAS HISTÓRIAS (1750-1777)1193
Filipe Santos das Mercês

A INTERFERÊNCIA DO CONSELHO POLÍTICO NAS ATIVIDADES ECONÔMICAS DA COLÔNIA HOLANDESA NO BRASIL NOS ANOS DE 1635 A 16361203

Filomena Cristina da Silva Marques

ELITES INDÍGENAS NOS ESPAÇOS DE PODER DO IMPÉRIO ULTRAMARINO PORTUGUÊS: DOM SEBASTIÃO PINHEIRO CAMARÃO E A GUERRA DOS MASCATES (1710 – 1711)1214

Jean Paul Gouveia Meira

“O SERTÃO DESTE CONTINENTE É UM DOS MAIS POVOADOS”: PERNAMBUCO E BAHIA E AS REDES DE COMÉRCIO ILEGAL (1759-1780)1223

Jéssica Rocha de Sousa

PARA AUMENTO DA POVOAÇÃO DO RIO DE BEBER ÁGUA À RIBEIRA DA CIDADE: A CÂMARA DO NATAL E O REFLEXO DE SUA POLÍTICA URBANA NO COTIDIANO DOS MORADORES (1700-1759)1233

Kleyson Bruno Chaves Barbosa

DO LANCE AO ARREIMATE: CONTRATOS E AUTOS DE ARREMATAÇÃO DA PROVIDORIA DA FAZENDA REAL DO RIO GRANDE (1673-1723)1244

Lívia Brenda da Silva Barbosa

OS HOMENS DE NEGÓCIOS DO REINO E O CONTRATO DA DÍZIMA NO ULTRAMAR: ESTUDO SOBRE O CONTRATO DE JERÔNIMO LOBO GUIMARÃES NAS ALFÂNDEGAS DE PERNAMBUCO E PARAÍBA (1724-1731)1256

Luanna Ventura Oliveira

“A PERDIÇÃO DE TODA A CAPITANIA”: JURISDIÇÕES E GOVERNABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO DO CAPITÃO-MOR LUÍS FERREIRA FREIRE (RIO GRANDE, 1718-1722)1266

Marcos Arthur Viana da Fonseca

POR UM LUGAR NO PÁLIO E PARA ALÉM DAS CÂMARAS: AS QUERELAS ENTRE JUÍZES E CLÉRIGOS EM PERNAMBUCO DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII1277

Maria Alice Mendes Rocha

ESCOLHAS TURBULENTAS: O CASO DAS ELEIÇÕES PARA A MESA DA
INSPEÇÃO DE PERNAMBUCO EM 17611285
Paulo Fillipy de Souza Conti

A ATUAÇÃO ILÍCITA DOS NEGOCIANTES-ARREMATADORES NA
CAPITANIA DE PERNAMBUCO1294
Poliana Priscila da Silva

**Cultura política e leituras do passado nos Impérios Ibéricos
(Simpósio Temático 12)1304**

IMAGEM CONSTRUÍDA COM PAPÉIS ALHEIOS: OS ESCRITOS
FALSAMENTE ATRIBUÍDOS AO PADRE ANTÓNIO VIEIRA E A
CAMPANHA ANTIJESUÍTICA EM PORTUGAL NO SÉCULO XVIII1304
Luísa Ximenes Santos

MAL ARCEBISPO E JÁ GOVERNADOR: D.FR. MANOEL DE SANTA INÊS,
ARCEBISPO E GOVERNADOR DA CAPITANIA DA BAHIA (C. 1762-
1766)1317
Naira Maria Mota Bezerra

RITUALÍSTICA JUDICIAL A PARTIR DO PROCESSO INQUISITORIAL DO
ARTESÃO MANOEL FERNANDES DOS SANTOS (1740-1753)1324
Ronaldo Manoel Silva

**História da África e da diáspora africana (Simpósio Temático
13).....1333**

PROBLEMAS DE IDENTIFICAÇÃO DA ORIGEM ÉTNICA DE AFRICANOS
LIBERTOS PELA COMISSÃO MISTA DE SERRA LEOA NO SÉCULO XIX
.....1333
Amanda Barlavento Gomes

LUTAS PELA INDEPENDÊNCIA: OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO, E
POLÍTICA DE PORTUGAL1339
Anderson Guimarães Mendonça

“VEM DE ARRUANDA, Ê”. CABOCLOS E ANCESTRAIS CENTRO- AFRICANOS NA FORMAÇÃO DO CANDOMBLÉ (BAHIA, SÉCULO XIX)	1344
Andrea Mendes	
A POLIGAMIA COMO ELEMENTO DAS ESTRUTURAS SOCIAIS DOS GRUPOS BANTUS DE ANGOLA E MOÇAMBIQUE SÉCULO XIX	1352
Cecília Gomes da Silva	
A DINÂMICA DECISÓRIA DA DIPLOMACIA PRESIDENCIAL: ASPECTOS DA COOPERAÇÃO BRASILEIRA NA ÁFRICA (1995-2014)	1362
David Beltrão Simons Tavares de Albuquerque	
“VINGANÇA E FEITIÇARIA: A UTILIZAÇÃO DE FEITIÇARIA NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ENTRE OS AJÁUAS NO DISTRITOS DO NIASSA, NORTE DE MOÇAMBIQUE. (1927-1930)”	1372
Eduardo Augusto Vieira Ferraz	
EXISTENCIALISTA, COM TODA RAZÃO, LÁ DA MARTINICA? DISCURSOS, EPIDERMES E MÁSCARAS EM AIMÉ CÉSAIRE E FRANTZ FANON	1383
Elio Chaves Flores	
TERRITÓRIOS, CULTURAS E EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES NEGROS NA CIDADE NEGRA DE SÃO LUÍS/MA SÉC. XIX	1394
Ireneide Soares da Silva	
CIRCUNSCRIÇÃO FEMININA NA GUINÉ-BISSAU: O CORPO DA MULHER ENQUANTO CAMPO DE DISPUTA (1975-2011)	1403
Jéssica Costa Prazeres	
AFRICANIDADE E PÓS-AFRICANIDADE: DIÁLOGO TRANSATLÂNTICOS E ESTÉTICAS NEGRAS	1412
Kywza Joanna Fideles Pereira dos Santos	
IDENTIDADE E CATEGORIAS SOCIAIS NA CAPITANIA DE ANGOLA, 1648 A 1666	1429
Leandro Nascimento de Souza	
MISSIONARISMO NO ANTIGO NDONGO NOS GOVERNOS DE MANUEL CERVEIRA PEREIRA: 1603 A 1606 E 1615 A 1617	1437

Luiz Alberto Leite da Silva

REPENSANDO O MULATISMO MUSICAL: MULATOS E PARDOS
ARROLADOS À PRÁTICA DA MÚSICA NO BRASIL ENTRE OS SÉCULOS
XVIII E XIX1448

Luiz Domingos do Nascimento Neto

O GABINETE DE NEGÓCIOS POLÍTICOS DO MINISTÉRIOS DO
ULTRAMAR E AS RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E BRASIL NO ÂMBITO
DO FIM DO COLONIALISMO PORTUGUÊS (1961-1974): NOTAS DE
UMA PESQUISA EM ANDAMENTO1455

Luiz Henrique Assis de Barros

POSSESSÃO E EXORCISMO NO EGITO ANTIGO: DADOS HISTÓRICOS
.....1465

Luiz Henrique Rodrigues Paiva

METAMORFOSES ATLÂNTICAS: O IMPACTO DAS IDEIAS ILUMINISTAS
E DE INDEPENDÊNCIA NACIONAL EM TERRAS DE ANGOLA (1817-
1824)1470

Maria Cristina Portella Ribeiro

O CONCEITO DE UBUNTO E O PROTAGONISMO SUL-AFRICANO
SOBRE A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE RECONCILIAÇÃO NO
TRABALHO DAS COMISSÕES DA VERDADE1480

Maria Venâncio Albuquerque

ACERVOS AFRO-DIGITAIS: MEMÓRIAS E CONEXÕES ENTRE
EXTENSÃO, ENSINO E PESQUISA1486

Solange P. Rocha, Maria da Vitória B. Lima

**Artistas e intelectuais: produções, espaços institucionais,
trajetórias e sociabilidades letradas (Simpósio Temático
14).....1494**

A CASA RAIMUNDO CELA E O PROCESSO DE POLÍTICAS DE CULTURA
PARA AS ARTES NO CEARÁ (1967 – 1984)1494

Anderson de Sousa Silva

VISÕES SOBRE A MIGRAÇÃO CEARENSE PARA A AMAZÔNIA E A PRODUÇÃO INTELCTUAL DE EUCLIDES DA CUNHA E RODOLFO TEÓFILO	1502
Bruno de Brito Damasceno	
A PRODUÇÃO LITERÁRIA DE JOHN STEINBECK EM “AS VINHAS DA IRA” EM RELAÇÃO COM A HISTÓRIA NORTE-AMERICANA	1509
Camilo Domingues	
ENTRE <i>FACTAE</i> E <i>FICTAE</i> : ANTÔNIO OLINTO, CONSTRUÇÃO LITERÁRIA E HISTÓRIA	1522
Deise Maria Albuquerque de Lima Saraiva	
ENTRE A CIDADE UNIVERSITÁRIA E A <i>UNIVER-CIDADE</i> : A IMPLANTAÇÃO DOS <i>CAMPI</i> UNIVERSITÁRIOS NOS ANOS DE REGIME MILITAR	1530
Dimas Brasileiro Veras	
“ESTENDO-LHE A MÃO DE JORNALISTA E DE IRMÃO DE SOFRIMENTOS”: VICENTE LOYOLA E DEOLINDO BARRETO E A CHRONICA THEATRAL DE SOBRAL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX	1535
Edilberto Florêncio dos Santos	
UMA INVESTIGAÇÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE AS ARTES VISUAIS DE JOÃO CÂMARA NOS ANOS DE 1960: A INSERÇÃO NO CAMPO DE PRODUÇÃO ARTÍSTICO BRASILEIRO	1547
Eduardo José de Castro	
OS PREFÁCIOS DAS BIOGRAFIAS DE PEDRO CALMON E A TRAJETÓRIA DE UM INTELCTUAL DO SÉCULO XX	1557
Gueise de Novaes Bergamaschine	
IDEIAS POLÍTICAS E EDUCACIONAIS EM CIRCULARIDADE (PERNAMBUCO E RIO GRANDE DO NORTE -1963/1964)	1562
Jailma Maria de Lima	
QUANDO A ARTE IMITA A VIDA: DIANTE DA DOR DO OUTRO. AUGUSTO ESTEVES - UM ARTISTA CAPTURADO PELO CAMPO DA CIÊNCIA	1570
Joana D’Arc de Sousa Lima	

LÚCIA MURAT: OS ENTRETEMPOS POSSÍVEIS DE UMA EX-MILITANTE	1578
Jônatas Xavier de Souza	
JOSÉ SARAMAGO E O PENSAMENTO SOBRE O FAZER DA HISTÓRIA	1587
José Dércio Braúna	
INTELECTUALIDADE E “NEGRITUDE”: CLOVIS MOURA E OS DILEMAS DA LUTA ANTIRRACISMO NO BRASIL, NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX	1597
José Maria Vieira de Andrade	
ENTRE A LUZ E A SOMBRA: A PROPÓSITO DAS CONSIDERAÇÕES DE GILBERTO FREYRE SOBRE A PINTURA NO NORDESTE	1605
Josefa Juany Leda Nunes da Silva	
DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA: AUTORIDADE E AUTORIA DO DISCURSO MUSEAL	1616
Juliana da Costa Ramos	
MATINAIS INFANTIS DOMINICAIS NO TEATRO DE SANTA ISABEL: O TEATRO FEITO POR E PARA CRIANÇAS	1623
Leidson Malan Monteiro de Castro Ferraz	
TECENDO UM TEATRO REVOLUCIONÁRIO: AS TROCAS DE EXPERIÊNCIAS ENTRE O TEATRO DE CULTURA POPULAR (TCP) DO RECIFE E O CENTRO POPULAR DE CULTURA (CPC) DA UNE	1634
Luiz Felipe Batista Genú	
ENSINAR, EDUCAR, MORALIZAR: A QUESTÃO EDUCACIONAL NO CEARÁ DOS ANOS 1940 A PARTIR DA COLUNA JORNALÍSTICA <i>ENSINO E EDUCAÇÃO</i>	1643
Manuelle Araújo da Silva	
<i>SER POVO, E NÃO SER DO POVO: A TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE LIMA BARRETO (RIO DE JANEIRO, 1889-1922)</i>	1651
Marcos Renan Praciano da Silva	

UMA *DANSA SOBRE O ABYSMO*: O DIÁLOGO DE GILBERTO AMADO COM A CIÊNCIA E AS TEORIAS RACIAIS DO SÉCULO XIX1661
Maria Claudia Cavalcante

EIS O *HOMEM*: FELIPPE NERI COLLAÇO (RECIFE, 1815-1894)1671
Rafaella Valença de Andrade Galvão

REDE DE SOCIABILIDADE INTELECTUAL NA EXPERIÊNCIA DO CLUBE DE CINEMA DE FORTALEZA (1950 E 1960)1680
Raul Kennedy Gondim Pereira

A *TRILOGIA DO KAOS* DE JORGE MAUTNER: FICCIONAMENTOS, IDEOLOGIAS E RUÍNA DAS IDENTIDADES (1956-1965)1692
Reginaldo Sousa Chaves

“INCOMPREENSÕES POLÍTICAS”: TENSÕES, “MILITARIZAÇÃO” E *PERFORMANCES* DO CLERO NA CIDADE DE SOBRAL (1945-1947)1699
Thiago Braga Teles da Rocha

JOSÉ ANTÔNIO GONSALVES DE MELLO E O CAMPO HISTORIOGRÁFICO PERNAMBUCANO NA DÉCADA DE 19401711
Wagner Carlos da Silva

A REFORMA PEDREIRA E A CONSTRUÇÃO DO CAMPO ARTÍSTICO: A ATUAÇÃO DOCENTE DE UM ARTISTA NA ACADEMIA IMPERIAL DE BELAS ARTES1719
Wellington Oliveira de Sousa

Ensino de História, Memória e Cultura Política (Simpósio Temático 16)1728

DISPUTAS PELO O QUE DEVERIA SER ENSINADO E POR QUEM DEVERIA INSTRUIR AS CRIANÇAS: O ENSINO DA RELIGIÃO NO PROGRAMA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA DO CEARÁ NAS DÉCADAS DE 1870 E 18801728
Cleidiane Morais

“O RELÓGIO DE DEUS”: TEOLOGIA E CULTURA POLÍTICA NO JORNAL MENSAGEIRO DA PAZ1735

Elioenai de Souza Ferreira

NOS CAMINHOS DO SABER: A TRAJETÓRIA DO PROFESSOR JOSUÉ DE CASTRO1747

Helder Remigio de Amorim

EDUCAÇÃO ÉTNICORACIAL: UMA ANÁLISE SOBRE A ICONOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO PNLD1758

Humberto Rafael de Andrade Silva

AS PESQUISAS SOBRE LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA NO BRASIL: ENTRE CONTEXTOS E CONTATOS (1970-2013)1769

Jandson Bernardo Soares

CULTURA HISTÓRICA ESCOLAR: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA EM SALA DE AULA1779

Juliana Alves de Andrade

HISTÓRIA E LITERATURA: CULTURA E IDENTIDADE NO PERÍODO COLONIAL E PÓS-COLONIAL DE ANGOLA1788

Rejane Jorge Sidrim

DA ÁFRICA ÀS TRAVESSIAS TRANSATLÂNTICAS NO ENSINO DE HISTÓRIA: LEITURAS POÉTICAS EM CASTRO ALVES1794

Rodrigo Ferreira da Silva

A PRODUÇÃO DA HISTÓRIA ORAL DO EXÉRCITO E O CONTEXTO HISTÓRICO DOS ANOS 901803

Ronaldo Almeida Carneiro

A HISTÓRIA E O ENSINO DE HISTÓRIA: CONCEPÇÕES DE ALUNOS DE UMA ESCOLA PÚBLICA DO RECIFE1810

Silvio Ricardo Gouveia Cadena

HISTÓRIAS EM QUADRINHOS COMO ESTRATÉGIA DIDÁTICA NA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL1818

Wilson Roberto Chiarelli Júnior

APRESENTAÇÃO

Uma das principais preocupações das políticas de fomento à Ciência e Tecnologia no Brasil, nos últimos anos, foi diminuir as desigualdades regionais no que tange à concentração de recursos humanos e materiais vinculados à produção e difusão de conhecimento. Para que esse objetivo se concretize, é fundamental que os grupos de pesquisas atuantes nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte se fortaleçam e possam ser mais competitivos no plano nacional. A articulação entre os grupos de pesquisa das regiões mencionadas aparece nesse contexto como uma das formas de consolidação e avanço das suas comunidades de pesquisadores.

O Seminário Internacional de História e Historiografia (SIHH), agora em sua quinta edição, tem sua origem no Colóquio Internacional de História e Historiografia realizado em 2006 e 2008 pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Em 2011, os Programas de Pós-Graduação em História das Universidades Federais do Ceará, Pernambuco, Mato Grosso e Pará (UFC, UFPE, UFMT e UFPA) firmaram um convênio de intercâmbio de professores e alunos entre as quatro instituições de ensino superior. Entre as atividades previstas no convênio figura a realização de evento periódico para congregar docentes e discentes das quatro Universidades. Foi a partir dessa articulação que o Colóquio iniciado na UFC foi remodelado e transformado no SIHH. A terceira edição ocorreu ainda na UFC em 2012 e a quarta edição foi sediada pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFMT.

A realização dos encontros periódicos atende, portanto, diretamente aos anseios de uma maior circulação de saberes entre os grupos de pesquisa que estão fora do eixo Sudeste-Sul do país, permitindo ainda uma maior circulação e visibilidade para os trabalhos produzidos por docentes e

discentes nas quatro instituições mencionadas. Os pesquisadores disporão de mesas-redondas e simpósios temáticos para apresentarem suas contribuições. Elas serão recolhidas num volume impresso (textos provenientes das apresentações nas MR's) e nos anais eletrônicos do evento (textos apresentados nos ST's). As MR's e os ST's foram estruturados em consonância com as linhas de pesquisa em atividade nos quatro PPGH mencionados. Foi possível contar também com a salutar articulação dos grupos locais com pesquisadores de instituições estrangeiras.

Nesta edição contamos ainda com o Espaço Iniciação para apresentações dos graduandos vinculados aos programas PIBIC, PIBID e BIA (FACEPE). Eles terão seus trabalhos apresentados na forma de pôsteres. Acreditamos que dessa forma podemos estimular as conexões entre graduação e pós-graduação, expondo os jovens pesquisadores ao contato com professores mais experimentados e inserindo-os no debate sobre as temáticas pesquisadas em seus projetos de pesquisa.

No total contamos com cerca de 400 trabalhos inscritos, produzidos por docentes e discentes de mais de quatro dezenas de instituições brasileiras e estrangeiras. Estes Anais Eletrônicos reúnem os textos completos dos trabalhos apresentados nos Simpósios Temáticos do evento. Registramos nossos agradecimentos a todos os participantes, às instituições apoiadoras e aos docentes e discentes que participaram da organização do evento.

OS REDUNDANTES DA CULTURA DO CAPITAL – PROCESSOS DE DESTERRITORIALIZAÇÃO E EXCLUSÃO HUMANA NO NORTE DE MATO GROSSO DO SUL NA CONTEMPORANEIDADE

Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa¹
beatriz-feitosa@uol.com.br

Resumo: Este trabalho é parte da pesquisa realizada para o Doutorado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso. A documentação escolhida para a escrita deste texto foram as narrativas de pessoas que compõem a territorialidade da negação, pessoas que trabalham em Casas de Passagem para Migrantes na Região Norte de Mato Grosso do Sul e migrantes que estão em um território atravessado pelo traçado da Rodovia BR-163, por onde passam trabalhadores que historicamente tiveram a territorialidade negada pelos mecanismos de constituição territorial que legaram lugares sociais. Por um lado tais políticas permitiram o acesso a grandes propriedades rurais, por outro negou o acesso à terra no período pós 1970 e na contemporaneidade os investimentos em modernização agrícola eliminou postos de trabalho. O resultado desse processo histórico foi a criação de contingentes humanos redundantes que passaram a ter a existência negada pela falta de trabalho. A estas pessoas as casas de passagem são uma das poucas opções para manterem a trajetória de itinerância pelos caminhos entre os estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

Palavras-chave: Casas de Passagem; Migração; Desterritorialização; Exclusão.

Introdução

Entrando no Estado de Mato Grosso do Sul, para o viajante que vem de Mato Grosso, a paisagem e os perfumes remetem ao avanço da propriedade monocultural de cana de açúcar. O ar que envolve a primeira das cidades do Estado no sentido Norte X Sul tem o aroma de um resíduo proveniente do cultivo da cana, denominado “vinhoto”², líquido resultante da transformação da cana-de-açúcar em álcool e açúcar.

A cidade plantada no meio do canavial é herdeira de uma história narrada pelos “pioneiros” da região como sendo de progresso, que possibilitou um avanço técnico criando paisagens monoculturais nas quais o humano praticamente inexistente.

O discurso em favor da grande propriedade exalta o formato produtivo, enquanto a redução do elemento humano que cada vez ocupa a paisagem em menor número é entendida como um efeito colateral do progresso.

Avançando pelo Estado, ainda no sentido Norte X Sul, a paisagem cansa o olhar, o cultivo monocultural primeiro de Cana-de-Açúcar e depois de soja, revela a existência dos “Desertos Verdes”, expressão que ganhou destaque nos últimos anos, especialmente nos ambientes virtuais, onde uma mídia alternativa passou a ganhar força, denunciando a existência de grandes propriedades no Brasil, com alto investimento em tecnologia, intensa mecanização das práticas agrícolas e com pouca utilização de mão-de-obra.

Entre o início do Estado de Mato Grosso do Sul até o município de São Gabriel do Oeste, no sentido Norte X Sul são 225 quilômetros de uma paisagem dominada pela

¹ Professora do Departamento de História da UFMT/Rondonópolis).

² O Vinhoto também é conhecido pelos nomes *vinhaça*, *tiborna* ou *restilo*. Ele representa o resíduo pastoso e malcheiroso que sobra após a destilação fracionada do caldo de cana-de-açúcar (garapa) fermentado, para a obtenção do etanol (álcool etílico). Para cada litro de álcool produzido, 12 litros de vinhaça são deixados como resíduo. Informações disponíveis em: <https://www.novacana.com/cana/uso-vinhaca-cultura/>. Acessado em 24/01/2016.

monocultura, reflexo dos investimentos nesse formato de propriedade vivenciado historicamente no Brasil.

As Casas de Passagem: a voz de quem tem os discursos negados

O estudo das condições de trabalho vigentes durante o advento da Revolução Industrial nos permite deduzir que o uso de máquinas para substituir certas modalidades de trabalho foi benéfico visto que trabalho em minas, por exemplo, usurpava dos trabalhadores a maior parte de suas existências, assim a tecnificação poderia servir para tornar a humanidade mais livre, libertando-a de trabalhos estafantes.

A mecanização agrícola que elimina o corte da cana de açúcar, atividade altamente insalubre com grande número de registros de morte por exaustão, não é o alvo da crítica proposta neste texto. A questão a ser problematizada diz respeito ao paradoxo resultante dos processos de modernização agrícola, que ao negar o trabalho, mesmo que em atividades das mais insalubres, ao invés de permitir a liberdade do trabalhador, lhe tira as condições de existência.

Os discursos de desenvolvimento e progresso, historicamente produzidos para a região, saem em defesa de um modelo de propriedade concentrador de capital, terra e renda fundamentados em uma cultura do capital. Ao perseguir a produção que se dedica a pensar e historicizar o conceito de tempo o intento foi dar visibilidade à constituição histórica de longa duração, com base nos “Estratos de Tempo”, pensados por Koselleck, ao tratar das distinções entre tempo curto, tempo médio e tempo longo. O diálogo proposto tomando os diferentes tempos históricos como ponto de inflexão, tem como propósito a defesa de que a preocupação do historiador é sempre com o presente.

Ao afirmar que, “[...] Graças aos “estratos de tempo” podemos reunir em um mesmo conceito a contemporaneidade do não contemporâneo, um dos fenômenos históricos mais reveladores”³. A defesa feita por Koselleck é de que não há uma relação intrínseca que permite que ao estudar o passado sejamos capazes de compreender o presente e formular interpretações do futuro em um modelo de história *Magistra Vitae*, como defende Marc Bloch, por exemplo em “Apologia da História”.

O diálogo proposto com o conceito de tempo pensado por Koselleck se dá no sentido de fugir a explicações de causa e efeito e entender os mecanismos de constituição histórica ancorada na historicidade dos acontecimentos que vai construindo a dinâmica da História,

Os tempos históricos consistem em vários estratos que remetem uns aos outros, mas que não dependem completamente uns dos outros. Antes, porém, uma observação etimológica: Herder já afirmara a existência de tempos próprios e enfatizara que cada organismo vivo contém sua própria medida de tempo, criticando assim a determinação apriorística de Kant.⁴

O autor revela uma recorrente preocupação com o presente apresentada em “Crítica e Crise”, publicado no Brasil no ano de 1999, livro que discute o conceito de progresso no século XVIII e nos permite afirmar que o discurso de progresso que ganhou força no Brasil sob a égide do desenvolvimentismo, tem suas raízes no século XVIII europeu. Foi a partir desse período que se gestou uma sociedade construída pelo humano, que nega ao humano as condições de existência,

A tecnologia da informação sobre a superfície ilimitada do globo conduziu à onipresença de forças que submetem tudo a cada um e cada um a tudo. Ao mesmo tempo além dos

³ KOSELLECK, R. **Estratos do Tempo**: estudos sobre história. Tradução de Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2014. p. 9.

⁴ KOSELLECK, Idem. p. 20

espaços e dos tempos históricos, explora-se o espaço planetário, ainda que seja apenas para fazer com que a humanidade vá pelos ares no processo em que ela mesma se empenhou.⁵

O século XVIII é representativo das modificações que foram impostas ao mundo a partir dos ideais da burguesia, amparada nos conceitos fornecidos pela Filosofia, especialmente por meio das ideias iluministas, as discussões a respeito do papel do Estado ganham força no momento em que era preciso acionar esse discurso para propor que as ações do Estado deveriam atender também aos interesses da burguesia, a classe social revolucionária do período, assim era fundamental defender a participação política do cidadão, “[...] Os cidadãos não se submetem apenas ao poder estatal: juntos, formam uma sociedade que desenvolve suas próprias leis morais, que se situam ao lado das leis do Estado”.⁶

A partir dessa produção discursiva que foi se fundamentando durante o século XVIII, o Estado foi sendo subordinado a uma Cultura do Capital de orientação burguesa, “[...] Estes, ao emitirem seu juízo, constituem as leis morais, como os negociantes determinam um valor de mercado.”⁷ Para ampliar seu poder a burguesia foi minando a participação do Estado, o endividamento, a concentração do poder econômico nas mãos da burguesia foram os antecedentes de um Estado mínimo,

O déficit anual do Estado, que em 1788 cresceu para 200 milhões, transformou-se duplamente em capital moral da sociedade, justamente porque a sociedade via que seu devedor concentrava o poder político. “Quase todos os súditos são credores do senhor ... que é escravo, como todo devedor” – assim Rivarol se referia à situação inicial da época da Revolução Francesa. A sociedade, financeiramente poderosa, e o Estado absolutista confrontavam-se, sem que as tentativas de reforma pudessem suprimir as diferenças. Na interação do capital financeiro (que também era, nas mãos da sociedade, um bem moral) com o endividamento financeiro do estado (que, em virtude da sua autoridade política, dissimulava ou negava imoralmente suas dívidas) está um dos impulsos sociais mais fortes da dialética da moral e da política.⁸

Esta digressão ao século XVIII é uma forma de pensar a historicidade da construção do Estado, algo que diz muito de políticas que levam em conta os interesses de uma determinada classe social. A burguesia foi se constituindo como protagonista dos benefícios concedidos pelo Estado, mais que isso, minando o poder estatal pelo endividamento e crises sucessivas. As ações que beneficiaram a elite agrária brasileira são decorrentes deste processo.

Propomos aqui um diálogo *sui generis*, recorreremos aos estudos de Marx, mais propriamente do segundo volume de “O Capital”, buscando entender a historicidade da construção dessa cultura do capital, a qual Koselleck atribui ao enfraquecimento do Estado e ao fortalecimento da burguesia. Marx se ocupou dos mecanismos que historicamente foram moldando e solidificando a desigualdade social, o que para ele teria início com a chamada acumulação primitiva de capital,

⁵ KOSELLECK, R. **Crítica e Crise**: uma contribuição à patogeneese do mundo burguês. Tradução de Luciana Villas-Boas Catelo-Branco. Rio de Janeiro: EDUERJ, Contraponto, 1999. p. 9.

⁶ KOSELLECK, Idem, p. 51.

⁷ KOSELLECK, Idem, p. 51.

⁸ KOSELLECK, Idem, p. 53.

O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista.⁹

A questão central é a sujeição do trabalhador “[...] O progresso constituiu numa metamorfose dessa sujeição, na transformação da exploração feudal em exploração capitalista.”¹⁰ Sob este prisma o progresso representou ao trabalhador, ao invés de sua libertação, resultante dos mecanismos de modificação das condições de trabalho, a problemática de não ser necessário no processo produtivo, tendo-se negado o trabalho. Na nota 193, da referida obra de Marx, há uma alusão à fala de Thomas Morus, da existência de um país singular em que “as ovelhas devoram os seres humanos.”¹¹

Tal referência à substituição humana seja por ovelhas que tomaram os campos de cultivo na Inglaterra, obrigando à diáspora dos camponeses ingleses, seja ao processo em que o trabalho oferecido nas fábricas, em substituição aos recursos que foram negados pela expulsão da terra, produz a sujeição do trabalhador, são questões que foram alvo de debate por diferentes perspectivas, dentre elas a cinematográfica, o cinema do início do século XX também se preocupou com o debate a respeito do lugar social do trabalhador, exemplo deste formato de produção é o filme “Tempos Modernos”¹² de Charles Chaplin.

A sujeição inicial foi paulatinamente provocando a exclusão, cuja relação com os processos de tecnificação estão imbricadas. Ao olhar para a problemática do desemprego em regiões onde a inserção de um conjunto de tecnologias no campo provocou profundas alterações no formato de produção e nas relações de trabalho rurais procuramos relacionar os processos de modernização da agricultura com a redução dos postos de empregos rurais e a conseqüente ampliação do número de migrantes que atravessam a Rodovia Br 163 em busca de trabalho e de espaços de sobrevivência.

As entrevistas gravadas no dia 23 de fevereiro de 2016 com a equipe da Associação dos Leigos Acolhedores de Cristo – ALAC/Centro de Apoio ao Migrante, na cidade de São Gabriel do Oeste, e a entrevista e no dia 24 de fevereiro de 2016 com a responsável pela Comunidade Kolping/Casa de Passagem da cidade de Coxim, denotam uma necessidade de atender pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência, “[...] que estejam em trânsito e sem condições de auto-sustento e que buscam acolhimento provisório[...]”. São os “redundantes” do progresso que chegou a estas regiões.

A fala de Andreia Soares Flores, presidente da casa de passagem de Coxim “[...] Quando chega aqui pra gente normalmente o primeiro direito violado dessas pessoas é a saúde, e a falta de emprego ou desestabilidade.”¹³, pode ser lida em interface com a forma como Mia Couto tratou da miséria humana, em “Terra Sonâmbula”¹⁴, o autor moçambicano nos possibilita vivenciar uma Moçambique assolada por guerras civis, na qual dois personagens migram por espaços ora reais, ora imaginários em que a paisagem transformada pela nova configuração política do lugar é negadora de vida,

⁹ MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política: livro I. Volume I.** Tadução de Regina Sant’Anna. 27.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 836.

¹⁰ MARX, Idem, p. 837.

¹¹ MORUS, T. Apud: MARX, Idem, p. 841.

¹² **Tempos Modernos.** Direção de Charles Chaplin. Estados Unidos, 1936.

¹³ Entrevista concedida no dia 24 de fevereiro de 2016.

¹⁴ COUTO, M. **Terra Sonâmbula.** São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

[...] A paisagem se mestiçara de tristezas nunca vistas, em cores que se pegavam à boca. Eram cores sujas, tão sujas que tinham perdido toda a leveza, esquecidas da ousadia de levantar asas pelo azul. Aqui, o céu se tornara impossível. E os viventes se acostumaram ao chão, em resignada aprendizagem da morte.¹⁵

As pessoas que atravessam o estado de Mato Grosso do Sul pelo trajeto da Rodovia BR 163, também encontram experiência de morte, em lugar do sonho de um emprego que lhe garanta a humanidade, são as casas de passagem que possibilitam as condições básicas para a continuidade da viagem. Passando pelos “desertos verdes”, entre o período em que a soja começa a germinar até a fase de amadurecimento da planta, quando a paisagem se torna ainda mais desoladora, a vegetação fica marrom e nestes campos as grandes máquinas colhedoras ocupam o cenário, de um cultivo que vai para os armazéns locais, que estocam uma produção que não serve para alimentar o coletivo, mas garante a manutenção de um formato produtivo cada vez mais segregador.

Os dados da pesquisa Mensal de Emprego do IBGE produzem indicadores mensais sobre a força de trabalho que permitem avaliar as flutuações e a tendência, a médio e a longo prazos, no mercado de trabalho, entretanto não recorremos a tais indicadores, considerando que a abrangência geográfica se refere às Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre¹⁶.

A problemática do desemprego atravessa o período de vigência do estabelecimento de uma cultura do capital, o advento das máquinas, inseridas no processo produtivo provocou condições distintas de vida para trabalhadores no campo e na cidade,

Aplicadas à agricultura, a cooperação e a concentração em poucas mãos dos instrumentos de trabalho provocaram transformações grandes, súbitas e violentas no modo de produção e, conseqüentemente, nas condições de vida e nas possibilidades de trabalho da população rural, em muitos países e bem antes do período da indústria moderna.¹⁷

O episódio do cercamento dos campos ingleses com a substituição dos homens por ovelhas, cena que inicia o já referido filme “Tempos Modernos”, que se utiliza da ficção para discutir os efeitos da revolução industrial na vida do trabalhador, com a modificação do sistema produtivo que deixou de ser artesanal e passou para a produção de mercadorias em série. Neste novo formato produtivo imperava a total sujeição do trabalhador em que o ritmo de produção não levava em conta as condições físicas e psicológicas do trabalhador e sem a produção de lucro resultante do processo produtivo.

A referida produção cinematográfica é uma leitura da obra de Marx, que entende o cercamento dos campos ingleses como o mecanismo para a constituição das grandes propriedades na Inglaterra. A leitura que Chaplin fez da problemática da inserção tecnológica no processo de produção, aponta para a competição entre o trabalhador e a máquina, cujas conseqüências foram apontadas por Marx,

A História não oferece nenhum espetáculo mais horrendo que a extinção progressiva dos tecelões manuais ingleses, arrastando-se durante decênios e consumindo-se finalmente em 1838. Muitos deles morreram de fome;

¹⁵ COUTO, Idem, p. 02.

¹⁶ Informações disponíveis em:

<http://www.asdfree.com/search/label/pesquisa%20mensal%20de%20emprego%20%28pme%29>.

¹⁷ MARX, Idem, p. 490.

muitos vegetaram por longos anos com suas famílias, com uma renda de 2½ *pence* por dia.¹⁸

Os mecanismos criados durante o século XIX para atender essa população de desabrigados mostram as permanências históricas se comparados com as casas de passagem do Norte de Mato Grosso do Sul, “[...] A competição entre a tecelagem a mão e a tecelagem a máquina prolongou-se na Inglaterra, antes de introduzir-se a nova lei de assistência à pobreza de 1834, porque se completava com subsídios paroquiais os salários que caíam muito abaixo do mínimo.”¹⁹

Entre 1852 e 1862, houve considerável aumento na fabricação inglesa de lã, enquanto o número de trabalhadores empregados ficou quase estacionário²⁰. As narrativas de redução dos postos de trabalho ao longo do século XIX, podem ser confundidas com as mesmas narrativas na contemporaneidade, Na nota 228 do volume I de “O Capital”, Marx trata de uma pergunta que o inspetor Redgrave havia feito no ano de 1871, a um fabricante que havia ministrado uma palestra em Bradford e a resposta do fabricante teria sido “[...] No velho sistema, eu empregava 63 pessoas; depois de introduzir maquinaria aperfeiçoada, consegui reduzi-las para 33, e, recentemente, em virtude de novas e extensas modificações, pude diminuí-las de 33 para 13”²¹.

É possível notar permanências históricas analisando a fala do Superintendente da Usina Sonora, empresa agrícola situada no município de Sonora, um dos cinco da região Norte de Mato Grosso do Sul. A fala de Cleiton Jarbas Valeis de que “[...] hoje trabalhando no processo produtivo da usina nós temos 700 pessoas mais ou menos. Mas nós chegamos a ter 2.800”²², revela que a cultura do capital possui permanências do ponto de vista de sua historicidade.

Contrariando a assertiva de Marx de que “A História não oferece nenhum espetáculo mais horrendo que a extinção progressiva dos tecelões manuais ingleses”, o movimento histórico, que sustenta o campo de experiência, possível pela passagem do tempo histórico, permite-nos perceber que os espetáculos horrendos que afetam as trajetórias humanas são atuais, intensificaram-se com os mecanismos de reorganização da cultura do capital, atravessaram o período de produção da obra “O Capital” e chegaram à contemporaneidade. As narrativas de trabalhadores que passam pelas casas de passagem da região Norte de Mato Grosso do Sul, diariamente apontam para a recorrência de um espetáculo de negação humana, ainda muito atual.

Estes são os motivadores da movimentação de pessoas em busca de territórios que comportem seus sonhos de mudanças, de garantia da dignidade, os sonhos permeiam os ideais, mas são as condições materiais em última instância que motivam o movimento. A busca pela sobrevivência alimenta os sonhos de pessoas que passam diariamente pelas duas casas de passagem do Norte de Mato Grosso do Sul.

O caminho que percorremos é o mesmo trajeto dos migrantes, a ponte sobre o Rio Corrente tantas vezes atravessadas durante o percurso da pesquisa realizada durante o Doutorado em História, permite olhar para o cenário do qual nos ocupamos, a visão exuberante do rio cheio pela ação da barragem construída ao longo de sua trajetória. Seguindo o traçado da Rodovia BR 163 vamos adentrando o território marcado pelo discurso do progresso, buscando por meio das narrativas ouvidas ao longo da pesquisa, entender quem são as pessoas, personagens históricas que passam por este território, mas não se

¹⁸ MARX, Idem, p. 491.

¹⁹ MARX, Idem, p. 491, nota 198.

²⁰ MARX, Idem, p. 510.

²¹ MARX, Idem, p. 511, nota 228.

²² Entrevista concedida em 22 de fevereiro de 2016.

fixam, “[...] meu nome ... Raimundo. Saí do Maranhão já tem muito tempo. Saí procurando emprego e aí fiquei nessa situação. A pessoa que não tem trabalho não é gente”²³.

É para trabalhar com essas pessoas que se veem sem humanidade que as Casas de Passagem foram sendo criadas, a Associação dos Leigos Acolhedores de Cristo/Centro de Apoio ao Migrante, começou como Centro de Apoio. Passou a ser Casa de Passagem que se destinaria ao atendimento emergencial, no intuito de suprir as necessidades básicas das pessoas que buscavam aquele espaço.

Eles chegam até a instituição são recebidos por um profissional treinado para recebê-los. Funciona de domingo a domingo então é um serviço que não para. É feito a acolhida do usuário no serviço público normalmente são migrantes que vem de todos os lugares do Brasil e até do exterior por conta do município ser cortado pela BR-163. Temos um fluxo bastante grande nossa capacidade hoje é de 175 atendimentos mês, mas janeiro e fevereiro já está se concretizando em janeiro a gente teve 200 atendimentos já passou do limite. E em fevereiro agora eu já contei até hoje de manhã já estava em 145 atendimentos antes do almoço antes de fechar o mês.²⁴

O número de atendimentos realizados foi apontado pela presidente do Centro de Apoio ao Migrante, Soraia Krun como sendo resultante da falta de emprego que também é responsável pela quebra de vínculos com a família. O trabalho de pesquisa no arquivo da instituição, permitiu constatar que entre a população que já passou pela instituição, a baixa escolaridade e o desemprego são condições determinantes dessas populações.

O nosso público geralmente vem dessa origem do Desemprego do abandono familiar que resulta na falta de oportunidade, por não ter o lugar onde residir aí eles começam essa migração de município e município atrás de uma oportunidade. O grande problema é que neste período eles acabam buscando meios de conforto de ajuda que acabam sendo às vezes bebidas drogas então a gente tem um problema muito sério com os nossos migrantes que passam por aqui a maioria deles vem com esse problema de alcoolismo ou drogadição.²⁵

As fichas organizadas em arquivo pela instituição, tem o objetivo de coletar o maior número de informações possível em relação à família, endereço correlacionado dos migrantes com parentes. Os funcionários verificam a documentação e fazem um questionário para saber onde pretendem chegar.

A atuação das casas de passagem minimiza a tragédia humana dessas populações, não alterando a condição social da maioria deles, a documentação consultada permitiu perceber que se tratam de pessoas que migram do Nordeste, que em geral, querem migrar para Mato Grosso, pela ilusão de que há serviços na lavoura. A chegada ao Norte de Mato Grosso do Sul se explica pela procura de emprego na suinocultura em São Gabriel do Oeste e no corte da cana de açúcar em Sonora. Buscam ainda atividades como construção de cercas, uma das questões que a documentação nos permitiu deduzir foi que a submissão se deve, em geral à baixa escolarização. Muitas são as ilusões que alimentam a viagem,

²³ Entrevista concedida por Raimundo Araújo em 24 de fevereiro de 2015, na Casa de Passagem São Francisco das Chagas.

²⁴ Entrevista concedida por Soraia Krun em 23 de fevereiro de 2016.

²⁵ Idem.

Aqui por exemplo tem a questão do frigorífico eles vem numa ilusão, mas como tem que estar muito bem documentado então a maioria acaba vindo e se frustrando. Outra questão porque tem que começar por exemplo com comprovante de residência. Por mais que eles possam usar o nosso endereço como referência vai se instalar um Centro de Apoio ao migrante. Já sabe que não tem moradia fixa então acaba sendo um empecilho pra eles. Até nós tínhamos um problema em tirar o boletim de ocorrência nós temos um encaminhamento pronto pra retirada do boletim de ocorrência pela dificuldade porque a maioria acaba utilizando boletim de ocorrência como documentação. É muito comum perderem a documentação então a gente acabou fazendo um documento nosso até pra viajar de ônibus.²⁶

A prática de conceder passagens para a população migrante em condição de rua foi institucionalizada nos municípios, sendo que o Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS, passou a ser o órgão responsável pela licitação para a compra de passagens. “[...]Nós aqui fornecemos as passagens também até a próxima cidade ou dependendo no caso já retorno à família o caso de doença agente encaminha pra assistente social e aí ela coloca o parecer nosso aqui então muitas vezes se consegue articulação com a secretaria de assistência social da prefeitura.”²⁷

A consulta ao livro contendo as informações com dados de origem e destino da população atendida, e os lançamentos de doação de passagens nos últimos quatro anos, aponta que um número muito pequeno dessas pessoas fica no município, inseridas pelo trabalho, a maioria recebeu passagens para continuar a viagem.

Aqui nós temos duas empresas que são licitadas pela prefeitura Andorinha e a Mota e o nosso único problema com a Andorinha é que ela exige documento com foto ou boletim de ocorrência. Até este ano em conversa com a gestora da assistência nós estamos tentando articular pra ter uma carteirinha da própria assistência documento com foto assim eles poderiam viajar tranquilo porque sabem que foi feito atendimento aqui é uma forma de documento pra coletar as informações. Quem tiver acesso a carteirinha vai poder ligar aqui e tirar informações do usuário. É um instrumento a mais pra eles poder ter acesso a todas as políticas públicas que muitas vezes eles não têm por estarem nessa situação.²⁸

Conversamos com dez migrantes sendo seis entrevistados no Centro de Apoio ao Migrante em São Gabriel do Oeste quatro na Unidade de Passagem São Francisco das Chagas em Coxim, em geral as narrativas são muito breves, não há interesse de falar de si, a auto representação, diz muito acerca dos preconceitos com os quais se deparam cotidianamente, “[...] eu cheguei aqui muito doente, mas quando me mandaram pro hospital o médico não quis me atender porque eu tava sujo e bêbado”²⁹. O Centro de Apoio ao Migrante de São Gabriel do Oeste foi fundado por padres, porque a igreja católica era o lugar que a população desassistida buscava como espaço de apoio, a presidente da associação ressalta que o que acontece ali não é assistencialismo e sim política pública. Interessante notar que o poder público considera fazer assistência social ao financiar minimamente associações como ALAC e Comunidade Kolping, quando são espaços com pouco financiamento público e que trabalham com doações da sociedade,

²⁶ Idem.

²⁷ Idem.

²⁸ Idem.

²⁹ Entrevista concedida por João Henrique de Deus em 23 de fevereiro de 2016. Entrevistadora: Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa.

[...] instituição hoje ela é mantida por convênio municipal e convênio Estadual além de algumas pessoas alguns comércios do município que contribuem. Por exemplo, alguns pagam uma conta de água outros pagam a conta de luz além de doações mínimas, mas que existem por exemplo, na conta de água que os padrinhos pagam e promoções. Porque sem elas não tem como sobreviver porque é uma instituição sem fins lucrativos.³⁰

Mesmo quando os projetos de investimento são aprovados pelo poder público, o orçamento não paga as despesas. Além da sociedade civil, Organizações não Governamentais – ONGs, são responsáveis pela manutenção financeira desses espaços.

A localização das duas casas de passagem pesquisadas são pontos estratégicos para o atendimento ao migrante, “[...] quando cheguei na rodoviária o moço que trabalha na Andorinha me mostrou onde eu podia encontrar um lugar pra ficar, comer, dormir, antes de seguir viagem, foi fácil achar!”³¹

Os relatos de trabalho escravo também são recorrentes, e atingem a população com baixa qualificação profissional, pouco escolaridade e desempregada, “[...] eu fiquei 20 anos na fazenda, trabalhava e não ganhava nada”, Gilberto Luis da Silva foi resgatado em uma fazenda no Mato Grosso do Sul há cinco anos, não é normal que os migrantes permaneçam por muito tempo na casa de passagem mas com Gilberto a situação foi diferente, trabalha na casa até hoje e ajuda no trabalho que permite servir quatro refeições diariamente e manter um ambiente para pouso, compõe a equipe de 09 funcionários que trabalham no Centro de Apoio ao Migrante de São Gabriel do Oeste.

A chegada de população egressa da escravidão contemporânea nas casas de passagem na região é recorrente,

[...] aqui na região Norte que eu posso falar e a gente até conseguiu diminuir um pouco por conta da nossa atuação mesmo e por isso até sofremos ameaça diz respeito à questão das carvoarias. É desumano o tratamento lá, as condições de trabalho. Lá tem muita essa questão de bebidas e drogas para manter o trabalhador nas carvoarias que mantém o sistema de escravidão por dívida. O salário fica lá. Trazem o trabalhador toda semana e deixam na cidade pra não correr dia de trabalho no final de semana e aí deixa um crédito no bar pra ele beber. Busca na segunda ou terça-feira e leva de volta pra trabalhar. Tinha muito essa situação até em parceria com fórum a gente conseguiu pontuar teve duas que desativaram em São Gabriel uma está até no registro nacional da triagem que eles fazem, outra que desativou também disse que era muita exigência que nem uma empresa teria. Nosso trabalho foi importante pra controlar um pouco, mas ainda existe registro desse sistema de trabalho. Irregular bem escondido mas tem.³²

O vício aparece com um facilitador do agenciamento, como mostra a narrativa de Carlos Roberto dos Anjos, de que recebeu apoio da Casa de Passagem que acional o CRAS e o CREAS, conseguiu um encaminhamento ao hospital e ficou um mês fazendo tratamento,

³⁰ Entrevista concedida por Soraia Krun em 23 de fevereiro de 2016.

³¹ Entrevista concedida por Josias do Nascimento em 23 de março de 2016. Entrevistadora: Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa.

³² Entrevista concedida por Soraia Krun em 23 de fevereiro de 2016.

“[...] aí veio um desespero, uma vontade muito grande de beber e eu voltei pra rua, o patrão veio me buscar e levou de volta pra carvoaria”.³³

O trabalho com esta população envolve questões da complexidade do humano que é “[...] a um só tempo, plenamente biológico e plenamente cultural, que traz em si a unidualidade originária. (...) Exprime, de maneira hipertrofiada, as qualidades egocêntricas e altruístas do indivíduo (...) o *Homo Sapiens* é também *Homo Demens*.”³⁴ Ao narrar a reinserção familiar, Soraia Krun, nos permite vislumbrar essa complexidade do humano de que trata Morin, “[...] a família tinha condições financeiras, mas mesmo assim ele foi explorado e devolvido para as ruas”.³⁵

Dentre as narrativas também aparecem os casos de sucesso da atuação das Casas de Passagem, aliás elas são fundamentais para justificar o trabalho realizado nesses espaços, “[...] teve senhor que esteve conosco que saiu do presídio ele era caminhoneiro teve uma questão e ele acabou matando uma pessoa e ficou preso. E a gente retornou o benefício e ajudou a montar a casinha e aí está inserido na sociedade hoje.”³⁶

Os benefícios aos quais Soraia Krun se referem dizem respeito ao Seguro Desemprego³⁷, benefício temporário que com a intervenção da Casa de Passagem é pago a uma parcela bastante pequena desta população, lembrando que a maioria não permanece na cidade e têm sua viagem custeada por passagens pagas pela prefeitura.

São inúmeras as situações que caracterizam o trabalho feito por essas associações como de alta complexidade “[...] em cada dia é uma história diferente uma história de negação diferente.”³⁸

Um dos muitos relatos ouvidos se trata de uma família toda em situação de rua, o que chamou atenção da presidente da ALAC foi o cuidado da mãe com os filhos,

[...] um capricho dela com as crianças assim maravilhoso. Agora ele está trabalhando, a gente tinha conseguido aqui por causa da escola das crianças, mas ele tem um sistema de educação muito rígido e eles estavam nessa situação mesmo pela falta de emprego oportunidade mesmo. Ela uma mãe primorosa cozinha bem, já veio até trazer frango caipira isso é o reconhecimento deles estava naquela situação por falta de oportunidade.³⁹

Eis onde a formação territorial elitista e excludente nos levou, um regime democrático onde trabalhadores se tornam marginalizados por falta da condição mínima de existência

³³ Entrevista concedida por Carlos Roberto dos Anjos em 25 de fevereiro de 2016. Entrevistadora: Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa.

³⁴ MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2a. Ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2011. p. 47.

³⁵ Entrevista concedida por Soraia Krun em 23 de fevereiro de 2016.

³⁶ Idem.

³⁷ Garantido pelo art.7º dos Direitos Sociais da Constituição Federal e tem por finalidade prover assistência financeira temporária ao trabalhador dispensado involuntariamente. No Brasil, foi introduzido no ano de 1986 e, após a Constituição de 1988, passou a integrar o Programa do Seguro-Desemprego, criado com o objetivo de prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, mas também auxiliar o trabalhador na manutenção e busca de emprego, por meio de ações integradas de intermediação de mão-de-obra e qualificação profissional. A instituição do Programa, por intermédio da Lei n.º 7.998/90, definiu também a sua fonte de custeio, o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, o que permitiu a criação de critérios de concessão mais acessíveis aos trabalhadores e mudanças substanciais nas normas para o cálculo dos valores. Informações disponíveis em: <http://ces.ibge.gov.br/base-dedados/metadados/mte/seguro-desemprego.htmlbases de dados»metadados»MTE»>.

³⁸ Entrevista concedida por Soraia Krun em 23 de fevereiro de 2016.

³⁹ Idem.

pela negação do trabalho, [...] meu irmão morreu nas ruas, meu pai bebia muito, minha mãe acabou bebendo também, meu pai morreu na sarjeta e minha mãe acabou morrendo com câncer [...].”⁴⁰

A análise das fichas contendo informações sobre o lugar “de onde vem” e “para onde vai”, mostram grande reincidência de populações que vêm de Mato Grosso e para lá voltam, mostram que as casas de passagem recebem uma população que já passou por ali mais de uma vez, o que denuncia uma situação de transitoriedade de um fluxo. Migram em busca de emprego, mas ao empreenderem tal busca mergulham em novas degradações humanas como uso de álcool e entorpecentes, “[...] vai alguém pedir um emprego pra você embriagado ou sob efeito de entorpecente, como que você vai empregar, mesmo que esteja precisando (...) Na minha opinião é muito mais que a questão do desemprego é uma necessidade de humanização.”⁴¹

O ciclo de desumanização é alimentado pela tentativa de emprego, ao não conseguir cai no vício e já não consegue mais voltar para casa. O sucesso é o que motiva a migração, como não é alcançado, a vergonha impede o retorno e o mantém no caminho,

[...] a pobreza não é um pecado, é a verdade. Sei também que a embriaguez não é nenhuma virtude. Mas a miséria, meu senhor, a miséria... essa sim, essa é pecado. Na pobreza ainda se conserva a nobreza dos sentimentos inatos; na miséria não há nem nunca houve nada que os conserve. A um homem na miséria quase que o correm a paulada; afugentam-no a vassouradas da companhia dos seus semelhantes [...].”⁴²

Essa população de “redundantes” é decorrente da cultura do capital e além de ser objeto dos estudos históricos foi tratada na literatura, como na famosa obra de Victor Hugo “Os Miseráveis”⁴³, que ao se propor uma narrativa sobre a tragédia humana com personagens como Jean Valjean, discute lugares sociais que são atribuídos a diferentes grupos sociais ao longo da história.

A visita à Comunidade Kolping de Silviolândia/Unidade de Passagem São Francisco das Chagas, na cidade de Coxim, nos colocou em contato com protagonistas das mesmas narrativas ouvidas em São Gabriel do Oeste. O perfume do feijão cozinhando que tomava o lugar no horário de nossa chegada, representa a única possibilidade alimentar que aquela população de passagem terá ao longo do dia. O cheiro do alimento misturado aos vários perfumes de corpos migrantes com poucas perspectivas de vida. Aquele espaço se apresenta como *lócus* de recarga das energias para dar continuidade à viagem, em direção ao incerto, ao duvidoso, frente à negação de espaços para existência e dignidade. As casas de passagem garantem a manutenção da vida, logo a permanência dos sonhos.

Enquanto conversávamos com uma mulher que estava na casa de passagem havia uma semana, com quatro filhos aguardando o ônibus que sairia naquele dia às 23:00h que a levaria à cidade de Nova Mutum em Mato Grosso onde mora a irmã, a televisão ligada no canal local transmitia a reportagem sobre a operação “Lava Jato” e a notícia de desvio de 59 Milhões de Reais em dinheiro público, além da declaração de desvio de 7 Milhões de Reais feito pelo marqueteiro João Santana, que havia sido preso ao longo daquela semana, ouvimos de um dos moradores que estavam por ali à espera do almoço “[...] meu Deus! Sete milhões e nós não temos um real, sete milhões e nós dormindo na rua”.

⁴⁰ COUTINHO, Paulo Oliveira. Entrevista concedida por Paulo Oliveira Coutinho em 25 de fevereiro de 2016. Entrevistadora: Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa

⁴¹ Entrevista concedida por Soraia Krun em 23 de fevereiro de 2016.

⁴² DOSTOIEVSKY, F. **Crime e Castigo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996, p. 256.

⁴³ **Os Miseráveis**. Direção de Jean-Paul Chanois. Alemanha, França, Itália, 1958.

A presidente da “Comunidade Kolping” desde junho de 2014, Andreia Flores, relatou o histórico da casa, construída por uma instituição da sociedade civil em parceria com o município de Coxim, atende pessoas em situação de rua e vulnerabilidade, que migram de outros municípios em busca de emprego. O perfil da população também é bastante similar àquela recebida pelo “Centro de Apoio ao Migrante” de São Gabriel do Oeste,

[...] fazemos a entrevista aí a gente fornece pra ele todo o material de higiene básica (...) e quando tem alguma pessoa com problema de doença alguma coisa que a gente vê assim que não está certo aí encaminhamos pro hospital. Nós temos assistente social do Hospital Regional e ainda uma assistente social dentro de uma unidade de saúde aqui. **Quando chega aqui pra gente normalmente o primeiro direito violado dessas pessoas é a saúde, e a falta de emprego ou desestabilidade.** Tem um ponto muito forte que a gente vê aqui de muitas das pessoas que a gente recebe que é o problema do álcool e da droga (...). Este é o nosso maior público pessoas que tem problema com álcool e que usam drogas.⁴⁴

O poder público participa da vida dessas populações por meio de pequenas doações, aliada ao financiamento via comércio. Outra forma de presença do Estado na vida dos migrantes acontece por meio da disponibilização de passagens para seguir viagem, por mais que a presidente da unidade de passagem afirma que não há interesse em mandar o que chama de “problema” para outros municípios, ao longo da entrevista o mecanismo de compra de passagem apareceu como uma prática recorrente.

O desemprego é o caminho para o descarte de pessoas, está posta a contradição, em uma sociedade fundada no discurso do trabalho, que classificava o emprego como uma chave a batalha posta pela contemporaneidade é contra a carência de postos de trabalho. Em Coxim, as medidas são paliativas, por meio da Unidade de Passagem o migrante que permanece na cidade, pode acessar atividades de cunho informal como auxiliar de pedreiro ou de pintor, ou no plantio de eucalipto, ou no ensacamento do carvão. Em geral trabalho temporário, que em última instância, possibilita os recursos para manutenção dos vícios de álcool e de outros entorpecentes.

Essas pessoas se tornaram redundantes, “[...] Ser ‘redundante’ significa ser extranumerário, desnecessário, sem uso (...). ‘Redundância’ compartilha o espaço semântico de ‘rejeitos’, ‘dejeto’, ‘lixo’ – com refugo”⁴⁵. São decorrências da transição de uma sociedade de produtores para a sociedade de consumidores, em que a tecnificação proporcionou que se ampliasse a produção de mercadorias, mas em consequência, eliminasse os postos de trabalho.

Ser desempregado na sociedade de produtores podia tornar o trabalhador um desgraçado, miserável, mas seu lugar era seguro e inquestionável. Porém a nova modalidade dos desempregados se insere em uma categoria denominada por Bauman de “Consumidores falhos”, estes perderam a segurança de um lugar,

[...] O progresso era apregoado sob o slogan de mais felicidade para um número maior de pessoas. Mas talvez o progresso, marca registrada da era moderna, tivesse a ver, em última instância, com a necessidade de menos (e cada vez menos) pessoas para manter o movimento, acelerar e atingir o topo, o que antes exigiria uma massa bem maior para negociar, invadir e conquistar.⁴⁶

⁴⁴ Entrevista concedida por Andreia Flores em 24 de fevereiro de 2016. Grifos nossos.

⁴⁵ BAUMAN, Z. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, p. 20.

⁴⁶ BAUMAN, Idem. p. 24.

A ação das unidades de passagem não altera o quadro e a pouca participação do Estado no seu financiamento se constituem em “[...] esmolas fornecidas pelo Estado, reguladas pelo Estado ou por ele promovidas e testadas em relação ao meio [...]”⁴⁷

A analogia entre produção de excedentes de trabalhadores e geração de lixo humano, é chocante, mas os relatos de moradores em condição de trânsito e de rua, mostram que o olhar a eles dirigidos pelas outras pessoas é de estranhamento e mesmo de repulsa, como o comportamento diante de rejeitos, “[...] eu vim do Pernambuco, da cidade de Barreiros. (...) eu tinha uma roça, mas me separei da família e vim pra cá. Hoje tô sozinho, (...) sô tratado como lixo [...]”⁴⁸. Em geral esta população encontrada pelas cidades, nas praças, ruas, rodoviárias são alvo de estranhamento.

O trabalho feito pelas Unidades de Passagem, minimizam esse estranhamento ao proporcionar a humanização promovida pela alimentação e a higiene pessoal, constituem-se em possibilidades para acessar empregos temporários nas cidades e nas fazendas,

Então a gente liga e diz que tem gente, tem uma pessoa com esse perfil para atender diárias. Só que quando a pessoa vem aqui já sabe que vai encontrar um morador apresentável. Ontem por exemplo, foram 5 pessoas que foram levados pro trabalho na fazenda mas porque tava apresentável, sem aquele aspecto de rua de morador de rua que assusta. Porque é a aparência que dá impressão aquela primeira impressão de que você não é nada você não me serve.⁴⁹

Entre os meses de julho e dezembro de 2015 foram atendidas 483 pessoas na Unidade de Passagem São Francisco das Chagas, para as quais foram servidas 5.379 refeições entre café da manhã, almoço, jantar e marmitas e foram doadas 184 passagens (dados produzidos com base na documentação do arquivo da Unidade de Passagem). A analogia com as discussões feitas por Bauman, torna possível comparar as unidades de passagem ao espaço que cuida do lixo humano que a sociedade do consumo produziu, “[...] O refugio é o segredo sombrio e vergonhoso de toda produção. De preferência permaneceria como segredo. (...) a fronteira que separa o ‘produto útil’ do ‘refugio’ é uma zona cinzenta: um reino de indefinição, da incerteza – e do perigo.”⁵⁰

A casa durante o mês de janeiro, esteve com população máxima, “[...]essa noite eu tive que dispensar duas pessoas porque não tinha espaço na casa, não tinha onde colocar. Hoje nós temos 23 pessoas aqui fora as marmitas que nós fornecemos no portão porque não cabe na casa, nós temos 20 colchões só [...]”⁵¹

O relato de escravidão contemporânea também apareceu na Unidade de Passagem do município de Coxim, em 2014, após fiscalização da Polícia Federal em uma fazenda do município, foram liberados 20 trabalhadores, de acordo com a presidente da unidade é a única situação de que tem conhecimento. Em geral as diárias em fazendas não se caracterizam como escravidão contemporânea, porque é comum trabalharem 15 ou 20 dias ganharem o dinheiro para pagar a cachaça e as drogas e voltarem para a cidade. Dificilmente ficam nas fazendas mais que este período. De acordo com Andreia Flores os relatos trazidos são de realização de atividade na construção de cercas e no roçado, mas nenhuma experiência de escravidão.

⁴⁷ BAUMAN, Idem. p. 21.

⁴⁸ LIMA, Mario Ferreira de. Entrevista concedida por Mário Ferreira de Lima em 24 de fevereiro de 2016. Entrevistadora: Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa.

⁴⁹ Entrevista concedida por Andreia Flores em 24 de fevereiro de 2016.

⁵⁰ BAUMAN, Idem. p. 38-39.

⁵¹ Entrevista concedida por Andreia Flores em 24 de fevereiro de 2016.

A migração que constitui essas trajetórias humanas pode ser ouvida nos relatos do migrante e na documentação produzida pelas Unidades de Passagem, a maioria são nordestinos, transeuntes entre os estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, “[...] eu? (demonstração de surpresa em ver alguém interessado em sua trajetória) Vim de Balsas no Maranhão. (Interrompe a narrativa). Aqui no Mato Grosso do Sul já fui em Alcinoópolis, São Gabriel, Coxim e Sonora.”⁵² Como o retorno dos migrantes é recorrente, foi imposta uma regra de só conceder passagens a cada três meses “[...] porque se eu for dar uma passagem pra cada um por semana, aí eu não consigo”.⁵³

O trabalho com essas narrativas permite historicizar um movimento iniciado no século XVIII com a Revolução Industrial, que promoveu o refinamento das técnicas produtivas, o aumento da produção e em contrapartida reduziu os postos de trabalho. Na contemporaneidade o formato agrícola no estado de Mato Grosso do Sul, concentra-se em torno da produção para o agronegócio, em grandes propriedades agrícolas, altamente tecnificadas, cuja utilização de mão de obra é bastante baixa.

É preciso destacar o papel do Estado como financiador da grande propriedade rural, especialmente no período pós 1970, quando os projetos de desenvolvimento para a região resultaram em financiamento de grandes extensões territoriais. A lógica do acesso a terra na região foi de restrição, ao trabalhador descapitalizado restou a possibilidade de venda da força de trabalho. O que esta narrativa buscou apontar foi a lógica modernizadora que formatou a propriedade rural na região promoveu a exclusão humana.

Considerações Finais

Esses personagens em trânsito, desterritorializados que aqui observamos a partir de uma historicidade da exclusão, proporcionada por certo formato de propriedade dinamizado no Brasil após 1970, são pessoas cuja existência foi negada, pessoas assistidas pelas Unidades de Passagem que são instituições não governamentais, com pouco recurso dos governos municipal, estadual e federal, espaços nos quais o trabalho de assistência dá condições de humanidade a essas pessoas.

Essas trajetórias dizem muito do que foram os projetos de desenvolvimento pensados para a região, que resultaram na produção de discursos da prosperidade e da produtividade, que reforçam a ideia de que o Norte de Mato Grosso do Sul é uma região altamente produtiva, de grãos e de biocombustível. Mas o paradoxo é humano e diz respeito à inserção humana neste processo, que apresenta duas pontas, de um lado o grande produtor capitalizado e de outro a população migrante que denuncia a falácia do progresso.

A ideia é dar visibilidade a esse paradoxo, que a realidade das casas de passagem torna explícita. A documentação com a qual trabalhamos, sejam os relatos orais, os arquivos consultados e o material acessado nos ambientes virtuais permite ver que a produção de lixo humano é real ela existe. E coloca a questão essencial para as próximas gerações ainda pensando no “horizonte de expectativa”, que constitui esta narrativa.

⁵² Entrevista concedida por Marcos Barros Pinto em 24 de fevereiro de 2016. Entrevistadora: Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa.

⁵³ Entrevista concedida por Andreia Flores em 24 de fevereiro de 2016.

COLONOS MARANHENSES E VIDA RURAL NO INTERIOR DO PARÁ, DÉCADAS DE 1970-80

Bruno de Souza Silva⁵⁴
brunobss199@gmail.com

Resumo: Este artigo tem a preocupação de analisar uma das experiências de colonização vivenciadas por colonos maranhenses que migraram para o Pará nas décadas de 1970 e 1980. Diante de um conjunto de depoimentos expressões por colonos que atuaram neste processo buscamos entender o fenômeno da migração e colonização das terras do Pará marcado pelo desafio de ocupar terras em que a floresta se constituía como paisagem predominante. É também um exercício de compreender as ações de homens e mulheres que no exercício de lidar com a terra e floresta constroem experiências de vida, estabelecem relações e asseguram a sobrevivência. Os deslocamentos, as ações de solidariedades e companheirismo, os conflitos entre os colonos e a buscas por novas terras são questões também reveladas pelas experiências de migrantes maranhenses.

Palavras-chave: Migração, Pará rural, trabalho.

Nas palavras do senhor Dugés Crispim de Sousa, migrante maranhense de 58 anos, o município de Tomé-Açu, ao Nordeste do Estado do Pará, correspondia a uma região marcada pela presença de terras férteis e ainda a ser ocupada. É neste espaço permeado pelo imaginário que se construía sobre a região, sob o ponto de vista de quem imigrava, como o senhor Dugés Crispim de Sousa, que os colonos nordestinos atuarão no processo de ocupar a terra e estabelecer experiências de vidas que em muito procuram recuperar as práticas de trabalho ainda apreendidas e desenvolvidas na região Nordeste do Brasil.

Aos que se aventuram pelo estudo dos eventos que envolvem colonização, como é o caso aqui, trata-se de entender este fenômeno marcado pelo desafio de ocupar terras em que a floresta se constituía como paisagem predominante, para o caso do Estado do Pará. É também um exercício de compreender as ações de homens e mulheres que no exercício de lidar com a terra constroem experiências de vida, estabelecem relações e asseguram a sobrevivência, em “um conjunto complexo ao mesmo tempo de receitas técnicas e de costumes”.⁵⁵ Considerando estes elementos, o foco de observação e análise será, portanto, o processo de colonização e ocupação da terra no município de Tomé-Açu e protagonizada por imigrantes maranhenses.

Para compreender estas questões delimitamos as décadas de 1970-80, pois constituem o período em que chegaram a Tomé-Açu os migrantes nordestinos em maior quantidade, principalmente maranhenses. Também por ser esse período que o governo direciona políticas de desenvolvimento para a região, materializadas em programas de incentivo ao cultivo de plantas e criação de animais.

O Maranhão: dificuldades de permanência e as percepções sobre o Pará

Por volta de 1959, o Maranhão apresentavam profundas dificuldades para que os agricultores pudessem permanecer em suas terras. O maranhense Bernardo Caldas Costa, de 76 anos, informa que nesse período tiveram muitos problemas nos plantios de mandioca que matinha em um terreno de seu irmão, no município de Santa Quitéria. Registra-se ainda uma estrutura fundiária que beneficiava apenas os grandes latifundiários, destaca Benjamin Alvino de Mesquita⁵⁶, em estudo sobre as mudanças na estrutura produtiva do Maranhão. O

⁵⁴ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (Campus de Belém). E-mail: brunobss199@gmail.com.

⁵⁵ BLOCH, Marc. **A terra e seus homens**: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII. São Paulo: EDUSC, 2001. p. 135.

⁵⁶ 2011: 4

autor justifica a diáspora ocorrida no Estado, como resultado da concentração da terra e da renda; a desarticulação da pequena produção de alimentos básicos e do extrativismo do babaçu; a ineficácia das políticas agrícolas – notadamente as voltadas para a agricultura familiar; a expectativa de emprego gerada pelo Programa Grande Carajás, a ausência de políticas públicas voltadas ao atendimento de demandas básicas – saúde/educação – para a área rural.

Muitos dos que moravam nas regiões dos municípios de Santa Quitéria, São Bernardo e cidades costeiras como Tutóia, que são sujeitos do processo migratório, informavam que seus municípios de origem ofereciam em seus recursos naturais algumas farturas em períodos distintos, como a época das pescas, e safras de coco babaçu. O relato da senhora Francisca dos Reis Carneiro, agricultora aposentada, oitenta e um anos de idade, natural de Araisos, município de Tutóia, Estado do Maranhão, hoje moradora da comunidade São José, em Tomé-Açu, desde 1971 é modelar neste aspecto. Informa que a época em que resolveu partir em direção ao Pará “tinha muito peixe lá no Maranhão, o problema era que nós [dependíamos] do tempo dos peixes, não era todo dia que tinha, nós não [tínhamos] terras, meu marido o Zé Carneiro (falecido há 13 anos), trabalhava derrubando palha de carnaúba, era triste”.

Nessa fala percebe-se que se tratava de uma região, que embora oferecesse um escasso lucro, mas havia atividade econômica que auxiliava no sustento da população local. O que não se observava na região eram terras cultiváveis em abundância, destaca a senhora Francisca Carneiro. As terras eram praticamente restritas aos latifundiários. Informa ainda que no município de Tutóia as que restavam, eram bancos de areia, impróprios para o cultivo.

As atividades que poderiam ser desempenhadas dependiam da oferta da natureza. Como registra a senhora Francisca Carneiro, de 81 anos o período da pesca, predominavam as construções de currais, utilizados na captura dos peixes. Após o aprisionamento nos currais mantinham conservados no sal, e assim servia de alimentos durante por certo período. As palhas da carnaúba também representavam para alguns dos maranhenses, a exemplo da senhora Francisca Nascimento como fonte de renda, sendo as telhas, a cobertura de casas, assim como jacás, ou “casuar”, como era chamada uma espécie de recipiente que eram usados em animais para transportar mercadorias. Essa árvore era muito útil, sendo recorrente na memória dos habitantes das terras do Maranhão e vieram ao Pará.

Outros maranhenses compartilham do discurso das dificuldades encontradas em suas terras de origem, explicitando que um dos motivos de partirem rumo a um novo espaço estava vinculado à esperança de melhorar as condições de vida. Sendo um dos principais motivos de insatisfação era a não posse de um “pedaço de chão”, como disse o maranhense que é atual morador da vila de Forquilha há 46 anos, o agricultor Dugés Crispim Souza.

Benjamim Mesquita⁵⁷ expõe que entre os anos de 1970 e 1985, incorpora-se ao processo produtivo via incentivos fiscais, as grandes empresas agropecuárias com objetivo de modernizar a agricultura do Maranhão. Sem sucesso, os recursos foram para pecuária o que teria promovido a privatização de áreas devolutas e consequente concentração da terra e da renda.

A concentração de terra, portanto aparece como fenômeno que explica a migração de maranhense nesta época. Para Dugés Crispim Souza, a sua família era grande, sendo ele mais nove irmãos. Sendo assim, não tinha como sobreviver morando nos fundos de uma fazenda, sendo seu pai vaqueiro e lavrador. Não recorda ter passado fome, mas destaca que havia dificuldades, por mais que os donos da fazenda onde ele morasse procurassem auxiliá-los, no sentido de permitir que se ocupassem no cultivo, em suas terras, de pequenos roçados de mandioca. Esta condição de vida do senhor Dugés Souza revela uma fragilidade nas relações de trabalho em que o termo empregado nem caberia nesse contexto, pois não havia

⁵⁷ 2011: 4

direito trabalhista assegurado, uma vez que trabalhavam por diárias, empreitas, em algumas situações trabalhava pelo lugar cedido para morar.

Os problemas vinculados à dificuldade e quase impossibilidade de acesso às terras durante a década de 1960, geravam os conflitos agrários nos municípios maranhenses como Tutóia, São Bernardo e Santa Quitéria. O agravamento dos conflitos em torno da terra se efetivava após a medida tomada pelo governo do Estado. Tratava-se do processo de constituição de um mercado de terras no Maranhão, à chamada Lei de Terras nº 2.979, de 17 de julho de 1969, criada por iniciativa do então governador do Estado, José Sarney. Esta Lei determinava que as terras devolutas, existentes em grande porção do território estadual e ocupadas, na maioria, por camponeses e pequenos produtores rurais e extrativistas, passariam a ser vendidas, constituindo-se um mercado formal de terras, favorecendo a grandes e médios empreendimentos agropecuários⁵⁸.

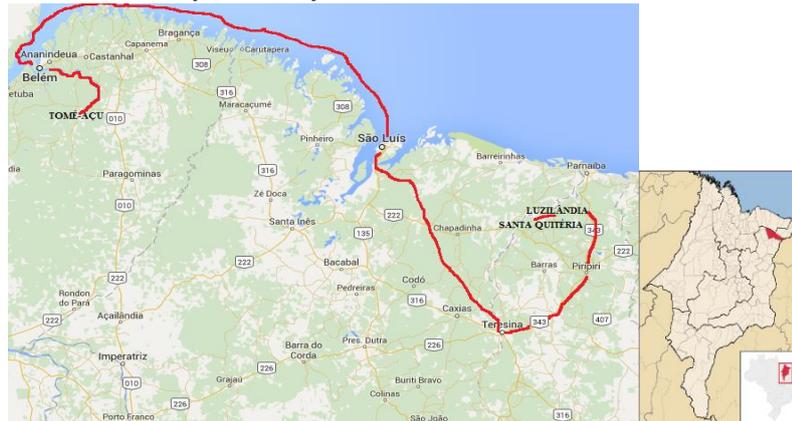
A legislação criada no final da década de 1960, como registrado, agravava mais ainda a situação dos pequenos camponeses, que viviam de pequenas plantações e de atividades extrativistas. Neste caso, o leste maranhense passa a enfrentar, nas palavras de Dugés Crispim de Souza, a amargura ao ver mais ainda os coronéis ganharem mais terras. Tomé-Açu, conhecida na época, por ser o município com terras sem ocupação e também pela fase econômica empolgante da pimenta-do-reino, já havia recebido grande quantidade de nordestinos, o que despertava interesses de outras populações em migrar para a região em busca de terras para trabalho na lavoura. Dos que já haviam migrado para a região destacam os cearenses, por serem os primeiros a chegar, muitos vindos da região de Castanhal, as margens da rodovia Belém-Bragança, e os maranhenses, que chegavam direto de suas regiões de origem.

Em 1960, segundo do relato de Arnésio Rodrigues de Souza, sua cidade natal, Santa Quitéria do Maranhão, tinha diversos problemas que favorecia a saída dos colonos. Clima não propenso a cultivos, poucas oportunidades de trabalho e terras nas mãos dos grandes proprietários, sendo que os camponeses não tinham praticamente onde cultivar suas roças de mandioca. A notícia de terras com possibilidades de melhoria de vida, junto com os problemas enfrentados no território de sua origem, motivaram Arnésio de Souza, mais três conhecidos seus, a deixarem Santa Quitéria no Maranhão e rumarem a novas terras, até então por eles desconhecidas. No caso dizia: “se me perguntassem pra onde eu estava indo, eu ia responder que não sabia, era um tal de Tomé-Açu, eu realmente não sabia onde ia chegar”. Esta situação revelava, ao mesmo tempo em que um desconhecimento das novas terras, o efeito das notícias que chegavam ao Maranhão quanto a espaços de melhores oportunidades de trabalho, assim como a possibilidade de aquisição de terras no Pará.

Diríamos que a expectativa construída em torno da possibilidade de se tornar “dono da terra” se instituiu como um importante elemento motivador para o deslocamento de trabalhadores rurais para a região. Arnésio Rodrigues de Souza, Francisco Ginéz (este já falecido há décadas), Bernardo Nogueira (vulgo Bébé) e Eliezer Nogueira caminharam mais de doze horas de Santa Quitéria até Luzilândia, município maranhense. Seguiram “em expresso até Teresina”, capital do Piauí e ponto de embarque para terras do Pará. “Expresso era como a gente chamava os ônibus, todo o ônibus a gente chamava de expresso” dizia Arnésio de Souza.

⁵⁸ GASPAR, 2008: 3

Mapa 01: Trajeto de maranhenses ao Pará



Como apresenta o mapa, o deslocamento iniciou-se no município de Santa Quitéria, continuando o trajeto até Luzilândia, local onde esperaram pelo ônibus que os levaram até Teresina. Da capital do Piauí, o grupo de maranhenses usou o transporte ferroviário para São Luiz, capital do Maranhão. Ao chegarem a São Luiz ainda foram ao aeroporto na tentativa de ver se o dinheiro que tinham pagaria suas passagens até Belém do Pará.

O preço das passagens aéreas não era compatível para que todos embarcassem. A alternativa foi ir até ao terminal hidroviário da cidade, onde viram que somente após quinze dias teria barco para a capital paraense. Não havendo alternativa, procuraram lugar para ficar e esperar a data de embarque. Foram até a casa de um conhecido que residia em São Luiz, onde tiveram estadia. Conseguiram uma empreita para fazer um telhado, o que os ocupou durante os dias que permaneceram na capital do Maranhão, assim poupando o dinheiro que tinham. Uma situação que demonstra que o percurso até ao Pará, não apenas contava com improvisos de viagem, mas do auxílio e solidariedade de conterrâneos. Embarcaram no navio às quatro da manhã de um dia em que o senhor Arnésio de Souza não conseguiu recordar a data. Destaca que era outubro de 1960, após aproximadamente uma semana conseguiram chegar a capital do Estado do Pará.

Chegando a capital do Estado do Pará, foram ao antigo porto do Sal, local onde saíam e chegavam grandes embarcações diariamente. Porto muito importante a história do Pará, levando em consideração que ainda nesse período, anos 1960 e 1970 até mesmo 1980, os rios eram o principal meio de se locomover dentro do território. Os maranhenses embarcaram no navio São José do Acará, que os levariam até Tomé-Açu. Este trajeto vai ser seguido por centenas de maranhenses que migravam ao Pará ao longo das décadas de 1970 e 1980.

A viagem por mais que tivesse sido longa, era carregada de ansiedade, de possibilidades que faziam com o que o cansaço não se mostrasse, pois segundo os próprios relatos, eles deixavam pra trás uma vida que muitas vezes era penosa. Buscavam a superação de um local marcado de expropriação e ausência de terras para o plantio, somando ainda os problemas climáticos. Estas dificuldades então seriam sanadas por uma nova terra que exportava notícia de áreas disponíveis para ocupação.

Em terras de Tomé-Açu

A primeira experiência de trabalho dos maranhenses que chegavam em Tomé-Açu era o cultivo de pimentais nas propriedades dos japoneses, que anteriormente já ocupavam a região. Essa tarefa se apresentava, por muitas vezes, como a única alternativa, como o caso do maranhense Arnésio Rodrigues de Souza, que revela ter indo trabalhar em terras do japonês Joarez Kimora, como braçal nas atividades da agricultura da pimenta-do-reino. Em outras situações, como o caso de Francisca Carneiro, os maranhenses passaram a trabalhar, em caráter provisório, em terras de seus conterrâneos que em tempos anteriores migraram

para a região. “A paisagem era nova para a gente, nunca tinha visto tantas matas, quando chegamos trabalhamos durante um bom tempo nas terras do Bébézão, era um maranhense como a gente, mas já tinha terras na região do Canindé” disse Francisca Reis Carneiro.

A chegada de migrantes maranhenses obrigou a administração municipal a demarcadas terras e distribuídas aos novos colonos, como forma de evitar possíveis conflitos com japoneses e outros colonos que estavam estabelecidos na região. Esta tarefa foi confiada ao cearense, natural de Cédros, Miguel Raimundo da Silva. O prefeito além de pedir que terras fossem demarcadas e entregues a colonos, sobremaneira aos maranhenses, e aos que desejavam sair dos trabalhos em fazendas de japoneses, também forneceu alguns animais, como cavalos para servirem de transporte aos colonos da nova região. Segundo o senhor Prisco dos Santos, o refeito na época Ney Brasil era ciente de conflitos existentes entre os nordestinos e japoneses, por isso criou políticas de distribuição de terras e entrega de animais, como cavalos, privilegiando os migrantes que tinham desejos de obter terras.

A migração de nordestinos para Tomé-Açu não teve como justificativa a procura de trabalho em pimentais de japoneses, e sim com o intuito de buscar terras próprias, o que era compreensivo em razão das diversas informações que chegavam ao Maranhão, quanto á facilidade de aquisição de terras para trabalho na agricultura e pecuária. Segundo os relatos de Francisca dos Reis Carneiro, havia solidariedade entre os moradores quanto ao recebimento desses novos migrantes que chegavam á região. Conta que o terreno que hoje habita, foi comprado pelo pequeno preço, em troca de trabalhos que seu marido ofertou a um maranhense, o senhor Bernardo Rodrigues de Souza, natural do povoado maranhense conhecido como Ladeira, município de Santa Quitéria. Informa ainda que a facilidade de ocupar novas terras na região, a necessidade de trabalhador em suas terras, assim como o sentimento de auxiliar seus conterrâneos fez com que trocasse o terreno por trabalho em suas terras que a família da senhora Francisca Carneiro desenvolveu.

As ações de solidariedade praticadas pelos colonos que já habitavam a região, desde á notícia dada no território do Maranhão, até a ocupação dos que se arriscavam em novas terras, eram cercados de apoio dos nordestinos que já conheciam Tomé-Açu. Segundo a senhora Deuzuíte Santos Silva, viúva do cearense Miguel Raimundo Silva, a casa da mesma serviu várias vezes de moradia provisória para maranhenses que vieram em busca de terras, pois até conseguirem um espaço para erguer o que desejavam não teriam onde ficar.

O comportamento dos maranhenses na região era marcado pela busca de terra para o cultivo, não se acomodando apenas em trabalhar nas terras dos japoneses. O escritor e memorialista japonês Akira Nagai⁵⁹, completa dizendo que os maranhenses costumavam ir em busca de terras para ser independente. Assim a terra se apresentava como um instrumento não apenas para o trabalho, ou para garantia de sobrevivência. No depoimento de Akira Nagai fica evidente o valor da terra como instrumento garantidor da autonomia e da liberdade de trabalho, assim como a via para aquisição de bens e prosperidade.

O acesso a terras representa aos agricultores a possibilidade de produzir e expandir seu sustento, nesse sentido o ritmo e a forma como o sujeito usa a terra pode representar a melhoria significativa na vida do mesmo. Não há descrição que represente o acesso à terra de quem até então não as tinha. Após a emancipação política de Tomé-Açu em 1959, o prefeito Ney Carneiro Brasil autoriza que fossem tirados os picos e demarcada a região que posteriormente passou a ser chamada de Canindé, como registramos anteriormente. A população que não tinha terras, principalmente os imigrantes que trabalhavam nas lavouras dos japoneses teriam acesso a terras com certa facilitação, assim contou José Josias Leite.

No início, como vem se observando, todos tiveram certas dificuldades, pois, tiveram que trabalhar em outras lavouras. A própria região e sua fauna era desconhecida, assim, por muitas vezes representando perigo aos desavisados. Mas com o tempo houve a adaptação dos moradores a região. Os primeiros colonos que viviam na região, ainda durante o governo

⁵⁹ NAGAI, Akira, 76 anos, escritor. Entrevista concedida em 10 de junho de 2015, Quatro-Bocas.

municipal de Ney Carneiro Brasil receberam do prefeito um cavalo para servir de meio de transporte. Todos que inicialmente ocuparam a região do Canindé receberam equinos do prefeito. Os maranhenses que chegaram durante a década de 70 não tiveram tal “regalia”, era necessário primeiro trabalhar para conseguir terras.

Os primeiros cultivos eram feitos meio de matas, que era o que a região oferecia, em meio a grandes roçados que levavam semanas para serem concretizados. Os colonos desempenhavam seus desejos, de possuir terras, e nelas cultivar suas atividades, ao cultivo de produtos da cultura de Tomé-Açu, como o arroz e a pimenta-do-reino. Neste caso, os colonos conseguiam as mudas de pimenta-do-reino, através de compras de japoneses, ou recebiam dos moradores que se solidarizavam.

As casas eram de taipas, barro com cobertura de telha de madeira, chamadas por eles de cavaco. A construção das casas eram feitas por mutirões, principalmente as moradas dos maranhenses recém-posseiros de terras. Segundo os relatos, os moradores se ajudavam nos trabalhos braçais, como construções de cercas para criação de animais, casas. Sobre estas experiências destacava o senhor Bernardo Caldas Costa, que auxiliou nos trabalhos de construção da roça de Janito Costa. Informava que o “primeiro roçado do Janito fui eu que ajudei a derrubar, foram dias derrubando de machado, mata fechada pra poder plantar arroz, quando era a roça dele eu ajudava, depois ele me ajudava na minha”. Era espécie de mutirão, em que “eu e mais uns, todos maranhenses, a maioria já se conhecia desde os tempos que moravam no Maranhão”.

A criação de animais, como galinhas e porcos eram iniciadas quando os mesmos compravam, geralmente de colonos nordestinos ou vizinhos, ou mesmo dos japoneses. O caso das galinhas, que muitos ganhavam dos vizinhos, resumia a um casal desse tipo de aves para o início da criação, atestando que desde a chegada até a ocupação de terras houve solidariedade entre os colonos que possuíam terras na região do Canindé, para com os que haviam chegado posteriormente. Assim revelava à senhora Francisca Reis Carneiro, que recebeu um casal de aves da senhora Rosa Crispim de Souza,

Assim que a gente conseguiu comprar o terreno que era do seu Bidú, mudamos pra lá e fizemos uma casa de barro. Todos que moravam por aqui tinham galinhas, era a criação, sempre no domingo era o almoço uma galinha. O meu primeiro casal, um galo e uma galinha eu ganhei da dona Rosa, esposa do seu Bidú, fiquei muito contente.⁶⁰

Na década de 1970, como se observa, os colonos ocupavam-se das atividades voltadas a agricultura ou criação de animais. O cultivo da pimenta-do-reino já se fazia comum entre os habitantes, desde a preparação das áreas, o cultivo das mudas até as colheitas já eram desempenhadas pelas próprias famílias, mesmo as mulheres tinham ocupações que necessitavam de grande esforço físico. Como revela a senhora Francisca dos Reis Carneiro,

Trabalhei muito pra gente poder fazer nossa primeira roça de arroz. Eu serrava madeira com meu marido era de roladeira, era uma serra, nele a gente passava horas pra derrubar uma árvore, plant[a]mos arroz, feijão, milho pra da pras galinhas e também pra fazer o cuscuz, depois conseguimos com o Bébézão umas mudas de pimenta, como a gente não sabia direito como plantar, tivemos que perguntar como fazia, mas a maioria dos vizinhos já sabia fazer o plantio, o mais difícil era tirar as estacas, também derrubava de roladeira a madeira, e depois os homens

⁶⁰ CARNEIRO, Francisca Reis, 78 anos, agricultora aposentada. Entrevista concedida em 07 de julho de 2015, Comunidade São José, Forquilha.

racharam a madeira pra bater as estacas né, era difícil fazer um pimental.⁶¹

Já com a maioria dos nordestinos com acesso as terras os cultivos se iniciaram, de diversas formas. A vida dos moradores foi melhorando gradativamente. O arroz e o feijão eram armazenados em garrafas e as tampas vedadas com cera de abelha, assim duraria mais tempo e possibilitaria a alimentação das famílias. O cultivo da pimenta-do-reino representava a tentativa de mudança da situação dos moradores da região. A compra de uma bicicleta, a construção de uma casa melhor, a compra de gado, incluindo as vacas para dar leite, e etc dependia da safra da pimenta-do-reino.

O maranhense Bernardo Soares da Silva se recorda da aquisição do primeiro bovino, dizendo:

A primeira vaca, comprei com dinheiro de farinha, e das colheitas, era pra dar leite a mais nova de três filhos que tinha, foi uma alegria, sempre quis ter um gadinho. Desde o Maranhão tinha o desejo de ver um pasto meu com um animal dentro, no começo comprei uma vaca e um bezerro, depois comprei mais até formar uns dez. era uma alegria ter meus gados perto de casa, a vida estava melhorando.⁶²

Muito mais que o leite dos filhos ou carne, possuir um bovino aos nordestinos que ocupavam a região do Canindé, era um passo para se equiparar aos criadores de sua região de origem. Sendo também um desejo de muitos, possuir uma quantidade de animais, representava também segurança em caso de alguma emergência, de uma necessidade de levantar uma quantia em dinheiro em um curto espaço de tempo.

Com o acesso a terras e o desempenho de atividades que gerassem renda, os colonos maranhenses foram se estabelecendo na região de Tomé-Açu. Organizaram-se de forma a se constituírem aspectos de uma comunidade, desde as solidarias concessões de sementes para os que não possuíam, até a compartilhamento de tarefas na lida com a terra e no trabalho agrícola, o que concretizava a permanência dos migrantes maranhenses na região.

NARRATIVAS DE TRABALHADORES QUILOMBOLAS MIGRANTES NAS DÉCADAS DE 1970/1980

*Cláudio Rodrigues de Melo*⁶³
claudiomelo01@hotmail.com

Resumo: Esta pesquisa resultou em dissertação de mestrado, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da UFMA. Aborda o processo de migração de moradores do Quilombo Tapuio, no município de Queimada Nova-PI. Os resultados obtidos, apontam as motivações que levaram à migração do quilombo e posteriormente o retorno à comunidade desses moradores, onde

⁶¹ CARNEIRO, Francisca Reis, 78 anos, agricultora aposentada. Entrevista concedida em 07 de julho de 2015, Comunidade São José, Forquilha.

⁶² SILVA, Bernardo Soares, 56 anos, agricultor. Entrevista concedida em 14 de julho de 2015, Comunidade São José, Forquilha.

⁶³ Mestre em História pela Universidade Federal do Maranhão/UFMA. Docente do curso de História da Universidade Estadual do Piauí/UESPI.

a saída e o retorno estruturaram essa investigação. Buscar melhores condições de sobrevivência dentre outras motivações, fez com que o grupo de moradores do quilombo Tapuio procedesse deslocamentos sazonais em direção ao Estado de São Paulo nas décadas de 1970 e 1980. Percebemos nesse movimento migratório a superação das condições adversas de sobrevivência nessa região do semiárido piauiense, assolado por condições precárias, sobretudo devido também ao ciclo de secas que ocorrem periodicamente. Ancorado na história oral, registramos aqui as narrativas desses moradores/trabalhadores em suas incursões na grande metrópole, vivenciando a atividade laboral em situações diferentes daquilo que cotidianamente realizavam. Destacamos majoritariamente, o trabalho na construção civil. Em meio as narrativas, está também evidenciada a identidade quilombola presente nos fios das memórias.

Palavras-Chave: Quilombo - Migração - Memória - Oralidade

E por falar em quilombos...

O Estado do Piauí tem uma população de 3.118.360 (três milhões, cento e dezoito mil e trezentos e sessenta habitantes), uma área de 251.577,738 (duzentos e cinquenta e um mil, quinhentos e setenta e sete quilômetros e setecentos e trinta e oito metros), distribuídos em 224 (duzentos e vinte e quatro) municípios e dentre estes destacamos aqui, o município de Queimada Nova com a população de 8.553 (oito mil e quinhentos e cinquenta e três habitantes) distribuída em uma área de 1.352,398 (hum mil trezentos e cinquenta e dois quilômetros e trezentos e noventa e oito metros)⁶⁴.

Informações cruciais, dada a relação com outra, importante para o percurso nesta investigação que propomos. Qual seja? Informação que obtivemos a partir do que foi divulgado pela PNAD (2005), em que a população negra existente no Estado era de 75,3% (setenta e cinco ponto três por cento), um número expressivo tendo em vista que em nível de Brasil tínhamos 49,4% (quarenta e nove ponto quatro por cento)⁶⁵. O município de Queimada Nova, na região sudeste do Piauí tem na sua circunscrição municipal a existência de comunidades negras rurais quilombolas, assim como outras comunidades rurais que não têm como estas, uma população majoritariamente negra. O município apresenta três (03) comunidades certificadas pela Fundação Palmares: Tapuio, Sumidouro e Pitombeira. Além destas existem outras quarenta (40)⁶⁶ com a certificação emitida pela Fundação Palmares no Estado do Piauí.

A posse desse documento é o primeiro passo em direção aos trâmites que envolvem a titularização definitiva de posse da terra, processo trabalhoso e demorado.

⁶⁴Dados do Censo demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pi#>> Acesso em: 14/09/2012.e <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=pi>>. Acesso em: 05/10/2012.

⁶⁵Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/idr/download/populacao.pdf>>. Acesso em: 05 de outubro de 2012.

⁶⁶Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/quilombola/?estado=PI>>. Acesso em: 05 de outubro de 2012.

Município de Queimada Nova no Território do Vale do Rio Guaribas



Na configuração atualmente apresentada pela política de desenvolvimento econômico estabelecido pelo Estado temos o seguinte: a lei complementar nº 87 de 22 de agosto do ano de dois mil e sete (2007) “estabelece o planejamento participativo territorial e para o desenvolvimento sustentável do Estado do Piauí e dá outras providências”⁶⁸. Destacamos aqui as deliberações que definem em seu artigo primeiro que o planejamento governamental passa a ser feito de acordo com a divisão do Estado em vinte e oito (28) aglomerações e onze (11) territórios de desenvolvimento em quatro (04) macrorregiões. Sendo assim, verificamos que o município de Queimada Nova, dada a sua localização geográfica⁶⁹ encontra-se dentro da chamada “macrorregião 03”, o semiárido, e pertence ao território de desenvolvimento denominado de Vale do Rio Guaribas.

O que inicialmente denominamos de comunidade negra rural quilombola é uma nomenclatura dentre tantas outras existentes e que posteriormente nos levou a refletir sobre o seu uso, onde concluímos que esta categoria quilombo se revela mais adequada para o contexto desta pesquisa, dada uma série de ponderações realizadas, incluindo a própria

⁶⁷ Fonte: <http://www.codevasf.gov.br/principal/publicacoes/publicacoes-atuais/planap/>. Acesso em: 06/10/2012.

⁶⁸ Disponível em: <http://legislacao.pi.gov.br/scan/o/jsp/scan/consultaDeAtoNormativo.jsp?idAtoNormativo=5423>. Acesso em 05 de outubro de 2012.

⁶⁹ O município está localizado na microrregião do Alto Médio Canindé (figura 2), compreendendo uma área de 1438,39 km², tendo como limites os municípios de Paulistana e Acauã ao norte, ao sul com Lagoa do Barro do Piauí e o estado de Pernambuco, a leste com o estado de Pernambuco e, a oeste com Lagoa do Barro do Piauí. “A sede municipal tem as coordenadas geográficas de 08º 34’ 46” de latitude sul e Mapa 2. Município “de Queimada Nova no Território do Vale do Rio Guaribas 41º 25’ 10” de longitude oeste de Greenwich e dista cerca de 522 km de Teresina. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/rehi/atlas/piaui/relatorios/165.pdf>. Acesso em 05 de outubro de 2012.

noção de autodefinição⁷⁰ utilizada por moradores de algumas dessas comunidades e os desdobramentos que daí decorrem.

Assim vamos nos referir aqui sempre ao Quilombo do Tapuio. Por isso faz necessário discutir a relevância dessa categoria conceitual para que possamos avançar, não apenas dada a historicidade que se expressa na existência dos quilombos e todas as pesquisas e interpretações já realizadas acerca do mesmo, bem como, por existir a necessidade de analisar as transformações pelas quais essas discussões, sobretudo, no campo da antropologia, vêm passando nos últimos anos. A esse respeito, Funes (1996, p. 468) considera que “a constituição dos quilombos como contraponto à sociedade escravista, e a sua permanência nas atuais comunidades negras são temáticas pouco estudadas pelos historiadores”.

Após esta breve incursão geográfica da comunidade do Tapuio, ressaltamos a existência de uma historicidade manifestada muito particularmente por uma “tradição oral” em que os seus moradores narram a história da comunidade através das sucessivas gerações. Apresentamos um trecho resumido:

O relato dos moradores nos revela que a comunidade de remanescente de quilombo Tapuio foi fundada há aproximadamente 150 anos, pelo negro Dionísio Alexandre Pereira da Silva, que havia casado com Brígida Felipa da Conceição (Brígida Maria de Jesus), originando toda descendência dos atuais habitantes de Tapuio, Brígida tinha descendência indígena, havia sido criada e trabalhava para um fazendeiro de nome Raimundo Nonato, que como paga pelo trabalho do casal, adquiriu e entregou-lhes uma área na denominada Fazenda Data Brejo, pedindo-lhes que dessem o nome de Alegria. Dionísio resolveu dar o nome de Vista Alegre, mas o local naquela época apesar de ser habitado por negros era ponto de passagem e acampamento dos indígenas denominados Tapuios, como todos naquela região chamavam aquela área de passagem dos Tapuios, o nome Tapuio ficou sendo o mais usado e até hoje esta comunidade é conhecida como *terra dos negros do Tapuio* conforme: Relatório de Identificação e Delimitação do Quilombo Tapuio, MINC/FCP/FUNB, Brasília-DF, 2004.

Existem atualmente 146 (cento e quarenta e seis) comunidades quilombolas espalhadas no Estado do Piauí de acordo com dados da Coordenação Estadual de Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CECOQ⁷¹. Número este que precisa de uma atualização, visto que representa as comunidades em geral (as certificadas pela Fundação Palmares/Ministério da Cultura, aquelas que estão com regularização fundiária assegurada pelo INCRA, as que estão com processos de regularização tramitando e as que não estão em nenhuma dessas categorias).

Os quilombos representaram uma das formas de resistência e combate ao escravismo criminoso contra os africanos e seus descendentes na diáspora negra. Sua formação tinha como objetivo a rejeição contra a condição de escravização imposta aos africanos. Sobre o tema, Nascimento informa que:

⁷⁰Inclusive juridicamente em princípio pelo Decreto nº 3.572, de 22 de julho de 1999, sendo depois estabelecido na legislação federal em novembro de 2003, através do Decreto nº 4.887.

⁷¹Trata-se de uma coordenação estadual que cuida de todos os assuntos ligados às comunidades negras rurais quilombolas, que por sua vez está ligada à Coordenação Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ.

Quilombo é um movimento amplo e permanente que se caracteriza pelas seguintes dimensões: vivência de povos africanos que se recusavam à submissão, à exploração, à violência do sistema colonial e do escravismo; formas associativas que se criavam em florestas de difícil acesso, com defesa e organização sócio-econômico-política própria; sustentação da continuidade africana através de genuínos grupos de resistência política e cultural⁷²

Uma abordagem sobre o termo quilombo na tentativa de conceituá-lo nos dias atuais não é tarefa das mais fáceis, pois os conceitos estão em permanente reelaboração, e até mesmo ressignificação ao longo do tempo histórico. Percebemos o conceito como algo em movimento que advém da ação política e social do homem ao longo da história combinando concretamente seu presente, a dimensão de sua experiência passada com suas expectativas de futuro.

Neste momento um imenso contingente de populações e pessoas está deixando algum lugar ao redor do mundo e rumando em direção a outros lugares levando na bagagem muita esperança e sonhos a realizar. Nem todos conseguirão, é certo. Ainda assim, deixam para trás fragmentos de vida, de suas próprias histórias, guardando outra parte na memória que os acompanha e que continua a ser o único vínculo importante que os ligue ao seu lugar de origem.

Estes deslocamentos migratórios acontecem dentro de uma tipologia que abrange regiões, estados, países e continentes. Dada à especificidade do objeto em estudo, tratamos aqui propriamente das migrações que acontecem dentro do Brasil, as migrações internas do tipo interestadual e interregional, mais propriamente as que se dão entre o campo e a cidade e acabam por estabelecer relações singulares entre estes dois polos.

Migrar é a possibilidade de percorrer uma estrada por onde circulam diferentes sujeitos que vão aos poucos, construindo pontes entre diferentes lugares, diferentes temporalidades que confluem entre si a partir de diferentes memórias. Ao falar aqui dos moradores que migraram do quilombo Tapuio e depois retornaram ao seu lugar de origem, configurando assim uma migração temporária em grande parte dos casos, não podemos deixar de perceber que intrinsecamente também há certa confluência com a nossa própria memória.

Nossos personagens, tal qual os da ficção mencionados, também deixam o seu lugar, e embora a ação de migrar seja a mesma, as motivações e circunstâncias, de uma forma geral, expressam um caráter específico, diferenciado. Em termos de processo, há uma heterogeneidade presente nestes atos migratórios e a princípio podemos dizer que a conjuntura histórico-social é reflexo disso, impactando diretamente sobre a coletividade que vivencia a ação.

É certo que alguns fatores continuam presentes, como é o caso da seca. Mas mesmo nessa região pesquisada - o semiárido piauiense, apesar das dificuldades impostas pelo meio ambiente, as populações locais têm conseguido viver e conviver com elas até certo ponto, na atualidade de maneira satisfatória. A seca tem razoável influência, mas ela não se torna o elemento determinante para a saída dos moradores do quilombo Tapuio, por exemplo. Indagamos então: existe um fator ou fatores preponderantes à migração para fora do quilombo? Se existe, quais seriam esses fatores?

O Nordeste, em tempos distintos, foi o grande “exportador” de mão de obra para outras regiões. Algo que se expressa pelos números das estatísticas referentes a esse período, marcadamente entre as décadas de 1950 a 1980. Estamos nos reportando a um movimento de deslocamento entre o meio rural e o meio urbano, o que para alguns

⁷² NASCIMENTO, A. **O Quilombismo**. Vozes: Petrópolis, 1980, p. 32.

estudiosos se configurou como uma desruralização do campo⁷³. Ainda sobre esse tema Patarra, partindo dos estudos de Camarano e Abramovay, enfoca esse grande deslocamento como um ciclo regional, onde o movimento rural-urbano levou a um enorme êxodo de nordestinos para a cidade grande. Quanto as estimativas que apresentam, a socióloga ressalta que do total de dez milhões e oitocentas mil pessoas que migraram no período, cerca de 47,6% eram de nordestinos que deixaram a região. Como fatores de motivação para esta saída são apontados a construção da nova capital federal, a própria rodovia Belém-Brasília, as migrações para os grandes centros de um modo geral, as migrações sazonais para colher café em São Paulo e no Paraná, bem como, não se pode esquecer, das secas que ocorreram na região.

As décadas seguintes a 1950 se apresentam em cenários diferentes, onde nos anos de 1960 há uma redução dessa saída de pessoas do Nordeste, voltando a tomar novo impulso nos anos de 1970, tendo agora a participação da Região Sudeste nesse aumento de fluxo. Nos anos de 1980, constata-se uma redução da população do Nordeste ocasionada pelo intenso movimento migratório rural-urbano e também pela redução do índice das taxas de fecundidade.

Observamos, então, que a própria condição da Região Nordeste em apresentar um quadro de migração acentuada, aponta vários fatores que estão relacionados tanto a questão climática, quanto a outras questões de natureza distinta, tais quais: concentração de terras nas mãos de poucos, deficiência das políticas públicas de assistências aos moradores do semiárido que levaram a um agravamento das condições de vida da população, ocasionando a sua redução ao longo de duas décadas pelos efeitos da saída do mundo rural para o mundo urbano.

Assim, é possível constatar também entre os moradores do quilombo Tapuio, que saíram da comunidade, razões diversas para esta ação. Há a imposição da natureza como fator de pressão e que teve um peso significativo, mas existe também o foro individual que se manifesta, inclusive, na decisão de retornar à terra natal, antes abandonada. Há de se questionar influências externas nessa decisão. De modo geral, o Nordeste também sofre muita influência da conjuntura socioeconômica que ocorre na Região Sudeste, que quando em fase de crescimento, tende a atrair grande contingente de migrantes, como foi o que ocorreu de fato.

Não deixa de ser curiosa, a constatação de que os processos migratórios persistem historicamente, enquanto também há um discurso institucional que advoga a fixação do homem no campo. A existência de políticas públicas de estado com essa finalidade, podem não ter alcançado os resultados esperados. Paula⁷⁴ assinala que:

A grande porcentagem de jovens e mulheres migrantes caracteriza a necessidade de construir, no campo,

⁷³ Esse movimento de desruralização praticamente inverteu o percentual de moradores do campo e da cidade. Patarra acentua que: A intensidade da desruralização da população brasileira no período compreendido entre os anos 1950 até os anos 1980 pode ser apreendida pelo fato de aproximadamente 36% da população residir no meio urbano, em 1950, e aproximadamente 70% nele residir em 1980. Disponível em:

<http://www.fgf.org.br/centrodedocumentacao/publicacoes/gsqgsne/05_NeidePatarra.pdf>. Acesso em: 20/Nov/2012.

⁷⁴ JÚNIOR, J. C.; PAULA, A. M. N. R. de. "As migrações campo-cidade: os diferentes enfoques interpretativos." In: **Anais do III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira** – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005. Disponível em:

<http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Resumos/Andrea%20Mariana%20Narciso%20Rocha%20de%20Paula_PT_ES.PDF>. Acesso em: 19/04/2012.

<<http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Artigos/Andrea%20Mariana%20Narciso%20Rocha%20de%20Paula.pdf>>. Acesso em: 25/Fevereiro/2013.

alternativas de condições de vida básicas em relação à saúde, educação, lazer e, principalmente, integração econômica, através de atividades agrícolas e não agrícolas. A busca de trabalho provoca a mobilidade espacial de milhares de famílias que sem muitas esperanças no campo seguem para a cidade em busca de algo que não sabem aonde encontrar, mas sabendo que não podem aguardar no meio rural. Incessantemente, permanecem chegando e partindo na procura de trabalho, de bico, de alguma forma de sobreviver. Não escolhem ocupações, aceitam qualquer tipo de serviço.

Ao nos reportamos à ideia de uma decisão tomada em relação a sair ou não do seu local de origem, torna-se um exercício de análise interessante verificar quais condicionantes influenciam essa decisão e qual de fato é a intensidade em que isso é determinante. Mais que isso: podemos realmente falar em uma decisão? O certo é que fatores internos e externos têm uma influência, em que se torna difícil estabelecer o que é definitivo.

Dentre os fatores internos está a ocorrência, já mencionada da seca, que periodicamente assola a Região Nordeste, inviabilizando assim outras questões como o acesso ao crédito bancário, e, além disso, existem outras dificuldades de toda ordem, como a falta de uma infraestrutura adequada à convivência com o semiárido, que, aliás, sinaliza para uma mudança de mentalidade, visto que anteriormente não se pensava que fosse possível conviver com e na região.

Os esforços nesse sentido tiveram início já há algum tempo, mas ainda são considerados bastante recentes, sobretudo, em termos de resultado. Hoje, pode-se dizer que já existe toda uma tecnologia social desenvolvida para este fim, o de contribuir para a fixação do homem do campo, na sua região de origem.

Externamente à região, assinalamos a desigualdade regional, onde historicamente foram sempre definidos os elevados níveis de investimento no desenvolvimento econômico das regiões do país com privilégios ou maior atenção ao Sudeste e ao Centro Oeste, mediante também as articulações políticas, que foram possibilitando um maior desenvolvimento econômico dessas regiões. Funcionando, desta forma, como importante atrativo à vinda de contingentes populacionais do Nordeste do Brasil.

Uma questão que se apresenta e já mencionada anteriormente é que se formos pensar do ponto de vista da existência de uma racionalidade, decidir migrar pressupõe coerência, esclarecimento, autonomia e consciência sobre o ato da decisão. Será que os nossos migrantes aliam tais características com relação a esse ato em si? Ou a decisão encontra-se em uma esfera mais subjetiva do que aquilo que comumente se possa imaginar acerca do que é noticiado nos meios de comunicação? As respostas para essas questões não são unânimes e nem tão diretas, portanto, optamos por não respondê-las neste momento e sim, deixá-las para reflexões e estudos posteriores, tendo em vista que esse tema não se esgota aqui.

O ato de migrar é individual e social. Individual porque é o indivíduo que empreende a ação. Social na medida em que este mesmo indivíduo não representa a si mesmo, mas é parte de um grupo muito maior. Para Brito⁷⁵:

As migrações não são fenômeno estritamente demográfico. Em perspectiva mais abrangente, as migrações constituem processo social. Elas não são o mero resultado do somatório de decisões individuais. Não é um indivíduo isolado que

⁷⁵BRITO, F. **Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório.** Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/Brasil,%20Final%20de%20S%C3%A9culo%20-%20A%20Transi%C3%A7%C3%A3o%20Para%20Um....pdf>>. Acesso em 20/01/2013.

migra, mas são milhões de pessoas, conjuntos sociais com seus valores e normas, que se transferem do espaço rural para o urbano, de uma cidade para outra, de um estado para outro, de uma região para outra, ou mesmo, de um país para outro.

Essa noção de grupo pode inclusive ensejar alguma relação ou ainda uma origem comum. Pode ser de classe, de origem étnica, ou outra situação. Tal concepção se utiliza essencialmente da noção de grupo e também de estrutura. Assim, nordestinos, excluídos e desvalidos constituem grupos. A realidade onde estão imersos e, portanto, sujeitos a todas as suas inúmeras variáveis sociais, culturais e simbólicas, que podem assinalar possíveis determinações sobre o sujeito, constitui a estrutura. Este enfoque se dá dentro de uma explicação de caráter histórico-estrutural.

Com relação ao quilombo do Tapuio, se levarmos em conta esta concepção, partimos da premissa, segundo a qual, as condições socioeconômicas são o elemento que determina a saída dos seus moradores para outros lugares. Esta conclusão encontra-se em consonância com a maioria das teorias que buscam explicar processos migratórios, afinal, à noção de desigualdade econômica engendra outros tipos de desigualdade, como a social, a regional e demais outras.

Portanto, ainda que o fator econômico esteja na raiz destes processos, há outros aspectos que precisam ser melhor analisados e compreendidos. Até mesmo ser conhecidos, enquanto motivação que se expressa nas narrativas dos migrantes desse estudo.

No caso do quilombo Tapuio, a leitura realizada em outro trabalho de pesquisa⁷⁶ acerca da história recente da comunidade, traz a informação de que parte dos seus moradores já empreendia um movimento de saída do quilombo em direção a outros estados e regiões. Esse movimento começa a ser empreendido pelos homens da comunidade na década de 1950. Já as mulheres que migram da comunidade, o fazem por volta dos anos de 1970.

As narrativas realizadas pelos nossos entrevistados expressam sua visão particular de mundo, sua experiência vivida e também a representação que constroem em torno desse vivido, oportunizando assim que seja possível estabelecer um nexos explicativo para o conhecimento dessa realidade peculiar, onde acontece a ação do sujeito em si.

A seca está presente nos relatos como fator que desencadeia a ação de sair do quilombo, mas, dos nossos entrevistados, cada um conta acerca dessa motivação de forma diferente, dando sua própria versão, ora com menos ou mais dramaticidade, evidenciando traços comuns da narrativa, ainda que seja possível perceber que a forma de contar a experiência tem um sentido bem definido. É o que fica evidente na fala do Senhor Antonio, já reproduzida anteriormente. A dramaticidade contida, de certa forma reproduz um imaginário em torno da figura do homem nordestino, baseada na prevalência da masculinidade e para ele ali está uma expressão de verdade. A sua fala destoa um pouco da que foi manifestada pelo Senhor Inácio, embora o mesmo também tenha apontado a existência da seca como razão para a sua saída do quilombo.

Em outra situação, conversamos com o senhor Sebastião Simplício dos Santos, também um dos moradores que se aventurou a fazer o caminho para São Paulo, indo e voltando diversas vezes, depois se fixando de vez no quilombo. A explicação que ele nos dá para o fato de ter partido está na seguinte afirmação: “Uma das coisas foi pelas condições. Era bem mais difícil pra aquela “eras” de setenta, de oitenta porque hoje você vê que quem

⁷⁶C.f.: SANTOS, C. A. P. B. dos. **Quilombo Tapuio/PI: terra de memória e identidade**. Dissertação de mestrado. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília/UnB, 2006.

tá campo...é muito bom aqui no campo. A pessoa aqui no campo, você vê que é difícil ter uma família pra não ter ajuda do Governo Federal”.⁷⁷

A fala de Sebastião revela alguns aspectos interessantes: o primeiro é que ele faz uso da variável tempo para traçar padrão de comparação acerca da sua própria situação de vida, enquanto morador do Tapuio. No tempo de antes, as “condições” não eram favoráveis, ao passo que no tempo de agora, vive-se melhor, uma vez que praticamente todas as famílias recebem um auxílio do governo. Esse “auxílio” é o repasse do Programa Bolsa Família para as famílias da comunidade que estão dentro dos critérios estabelecidos por esse programa e que por isso recebem valor em dinheiro.

Curiosamente, para o Senhor Sebastião a sua aposentadoria e a dos demais moradores também é caracterizada desta forma, como um “auxílio”. Chamo atenção para esse fato porque, ele faz parte da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Queimada Nova, entidade que desenvolve um papel fundamental na defesa dos interesses dos trabalhadores rurais da região e que, por isso mesmo pauta essa sua ação na defesa do discurso da lei, de acordo com a legislação trabalhista vigente. O comentário revela uma contradição entre quem defende o direito para si e o direito para os outros trabalhadores, onde este se transforma em “auxílio”.

Verdadeiramente, estes programas vêm se consolidando como política pública, assegurando, assim, um direito que essa população possui de ter acesso ao mínimo do básico para garantir a sua sobrevivência. Além do Programa Bolsa Família há também outro, mais específico, que é o Programa Brasil Quilombola⁷⁸. Este programa envolve 11 ministérios do governo e destina investimentos em mais de 14 programas temáticos que perpassam as ações desses ministérios. São avanços consideráveis para quem, ao longo da história, vivencia cotidianamente um processo de exclusão social. Uma relação direta com a realidade nordestina já esboçada anteriormente.

Uma terceira razão que aparece relacionada à ação de migrar, presente nas falas de alguns dos entrevistados nos leva a pensar sobre o grau de subjetividade presente neste tipo de fonte – a oral. A princípio estas histórias, a que nos referimos aqui, não fazem a alusão ao motivo da seca em particular e nem a questão da pobreza, intrínseca a “falta de condições” já colocada. Vejamos o que diz o Senhor Inácio Gomes dos Santos quando ele fala em influência: “[...] Influência de São Paulo. São Paulo era ou é uma terra muito boa, uma terra que tem muito trabalho, um lugar muito cheio de fantasia e aí aqui nesse meio mesmo é seguinte: a pessoa que intera dezoito anos e não conhece São Paulo não tá feliz né?”⁷⁹

Da mesma forma essa fala vai ao encontro do que nos disse outro morador do quilombo Tapuio, o Senhor, que foi ainda mais enfático quanto à sua decisão de sair do quilombo. Ele disse o seguinte:

[...] É, o que me levou a sair da comunidade é porque a gente tinha a influência de conhecer São Paulo né? A gente tinha aquela influência né, todos que iam: “Não. Lá é bom”. Até nessa época que eu fui, nessa era aí era bom de emprego né? Foi em 76,1976, né? Lá, você chegava, não tinha a exigência que tem hoje né? Você chegava e já era trabalhando né?⁸⁰.

⁷⁷ Entrevista concedida por Sebastião Simplício dos Santos em 2011.

⁷⁸ O Programa Brasil Quilombola foi lançado em 12 de março de 2004, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. Como seu desdobramento foi instituída a Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007), que agrupa as ações voltadas às comunidades em várias áreas. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/arquivos/relatorio-pbq-2012>. Acesso em: 05/04/2013.

⁷⁹ Entrevista concedida por Inácio Santos dos Gomes em 2012.

⁸⁰ Entrevista concedida por Abrão Miguel dos Santos em 2012.

Passo a reproduzir então outro depoimento que é emblemático a esse tipo de explicação e tece detalhes acerca também da motivação que o influenciou a partir. Dos nossos entrevistados, este foi o que passou mais tempo nesse tipo de deslocamento. Foram, segundo ele 23 anos. É o Senhor Abraão Vicente dos Santos. Ele nos contou o seguinte:

Eu fui pra lá assim... Primeiro porque na realidade é um sonho do...dos jovens daqui da região quando vai se aproximando dos dezoito anos, a querer ir pra São Paulo ganhar dinheiro. Né? Nem tanto pela...uns é pra conhecer a realidade, assim...a o lado bom, o lado bonito...que na verdade eles sonham mas na verdade por trás da fantasia tem muitas coisas que não agradam⁸¹.

A subjetividade contida nessas falas se verifica na atribuição de uma decisão importante na vontade, desejo, curiosidade e também no sentimento de liberdade. Assim, percebemos a liberdade nesse contexto, como algo também simbólico, que assume diferentes significados.

No quilombo Tapuio, verificamos essa permanência da migração; independente do que motivava as pessoas a saírem ou a voltarem para o convívio na comunidade. Constatamos que a migração e o retorno foram experiências marcantes na vida daqueles moradores por serem práticas constantes e assim passaram a constituir memória comum ao grupo, influenciando desta forma as gerações atuais.

Deslocamentos para fora do Nordeste são comumente ocasionados por três fatores, evidenciados na pesquisa: a seca, a atração exercida pela cidade grande com toda a carga de expectativa *bonita, cheia de luzes, barulhenta, civilizada...*, em detrimento a *vidinha pacata da zona rural, do interior...*⁸² e, por último a questão fundiária, centrada na concentração da posse da terra. A seca no Nordeste continua sendo um grave fator de expulsão de pessoas para fora da região, isso acontecia em 1970 no Tapuio, tem continuidade e agrava-se em períodos de estiagens mais longas.

Evidenciam-se outros fatores para a partida dos moradores do quilombo como a busca por melhores condições de vida, correlacionada à existência e agravamento da seca, que desta forma nos leva a ver a migração como estratégia de reprodução social do quilombo, através da manutenção das famílias pela ajuda financeira enviada por aqueles que estão trabalhando na cidade de São Paulo, principal destino dos que migram do quilombo. Ou ainda pela própria volta do morador ao quilombo com alguma quantia em dinheiro.

As narrativas são o meio pelo qual há o acesso às memórias dos migrantes, a fim de entender as questões propostas por esta pesquisa. No Tapuio há uma memória compartilhada pelo grupo que expressa o motivo pelo qual os moradores buscam a cidade, uma vez que o desejo de ir para o centro urbano é algo que existe como um discurso que está presente no meio da coletividade e nas narrativas dos nossos entrevistados. Esse desejo manifesto é algo com o qual, os moradores têm contato desde cedo. A maioria seria o ponto em que o desejo torna-se incontido e juntamente com os outros fatores leva à saída do quilombo.

⁸¹ Entrevista concedida por Abraão Vicente dos Santos em 2012.

⁸² WILLIAMS, R. **O Campo e a Cidade:** na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 11.

AS IDEOLOGIAS LIBERAIS NO JORNAL *O ARARIPE*: POLÍTICA E IMPRENSA NO CARIRI CEARENSE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX.

*Denise de Menezes Dantas*⁸³
denisedantasfdj@hotmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo propor um estudo sobre política e imprensa no Cariri cearense, região localizada no Sul do Ceará, a partir das narrativas publicadas nos editoriais do jornal *O Araripe*, periódico que circulou na região de 1855 a 1864, editado pelos membros do Partido Liberal do Crato e pelas elites locais. O semanário foi o primeiro a circular na região e constituía um meio de difusão das ideias liberais no Cariri, divulgando através de suas matérias as ideologias e também os projetos que os membros do partido e as elites locais almejavam concretizar na região, com ênfase na cidade do Crato, considerada na época a mais desenvolvida e, por conseguinte, a principal cidade da região. A análise dos discursos liberais, que circularam no Cariri e nas vilas e regiões das províncias vizinhas através do referido jornal, permite mapear as demandas do Partido Liberal, assim como os seus projetos que, em sua maioria, visavam sempre o crescimento e desenvolvimento regional, no qual a natureza, devido às peculiaridades que apresentava, tais como solos férteis e regadios propícios para a atividade agrícola, foi percebida como uma possibilidade para a obtenção de recursos, o que permitiria o fortalecimento econômico da região. Nesse sentido, com base nas discussões do campo da História Política, busca-se analisar as narrativas d' *O Araripe*, identificando os elementos e as ideologias políticas característicos desses grupos, procurando mapear também o contexto social em que tais indivíduos estavam inseridos, assim como as possíveis redes de relações estabelecidas por essa elite política regional, algo que permite um conhecimento mais abrangente das ideias veiculadas à imprensa caririense.

Palavras-chave: Ideologias Liberais; História Política; Cariri Cearense.

Introdução

A vinculação entre política e imprensa pode ser destacada como um dos elementos característicos do Império brasileiro, período da História em que a imprensa foi mais livre e que esteve, com grande frequência, ligada a partidos ou a políticos⁸⁴, constituindo um instrumento pelo qual suas ideias e projetos tornavam-se conhecidas pela sociedade.

Considerando tal vinculação, destaca-se que falar sobre História Política do Cariri e sobre o pensamento liberal que permeou a sociedade caririense na segunda metade do século XIX remete a discorrer também sobre o papel que exerceu a imprensa periódica da época em tal região, dada à estreita relação entre os jornais e os partidos políticos.

No Cariri cearense, região localizada no Sul do Ceará, é possível fazer a identificação de tais elementos, ou seja, a constituição de uma imprensa partidária criada para divulgar os interesses específicos de um grupo, neste caso, os interesses do Partido Liberal da cidade do Crato, centro difusor do pensamento liberal no Cariri, através da circulação do semanário *O Araripe*, fundado em Julho de 1855.

Foi na segunda metade do século XIX, momento em que a imprensa cearense tornou-se mais estabilizada, que ocorreu a fundação do jornal *O Araripe*, porta voz das ideologias liberais no Cariri. Esse periódico, durante todo o seu período de existência, se empenhou em disseminar o pensamento liberal, posição essa que em anos anteriores encontrara adeptos na região, tendo em vista a participação da mesma em movimentos revolucionários que eclodiram em Pernambuco, tais como a Revolução Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador de 1824.

⁸³ Mestranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista do CNPQ.

⁸⁴ CARVALHO, J. M. de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial. **Teatro de Sombras**: a política imperial. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 54.

Editado pelos membros do Partido Liberal do Crato, *O Araripe* circulou na região de 1855 à 1864, constituiu o primeiro jornal do Cariri assim como o primeiro da região Sul cearense. A circulação de suas matérias não se limitou apenas à cidade do Crato, elas chegavam também em cidades interioranas das províncias vizinhas, tendo assim grande circularidade na região caririense e circunvizinhanças.

O Araripe era um jornal político, de cunho liberal, que disseminava os projetos e ideologias de um partido e tinha por objetivo “civilizar” a região através da imprensa, que era vista por seus produtores como um instrumento de “adiantamento intelectual”. Tinha como interesse introduzir naquela sociedade pensamentos que dissipassem a “barbárie”, transformando o Crato em uma cidade semelhante as mais adiantadas do Império.

Desse modo, este trabalho busca propor um estudo sobre política e imprensa no Cariri cearense na segunda metade do século XIX, época em que foi fundado o jornal *O Araripe* na região, principal fonte para realização desse estudo. A proposta é analisar os discursos políticos difundidos através da imprensa, mapeando assim as demandas do Partido Liberal, seus projetos formulados para a região, que em sua maioria visavam o crescimento e desenvolvimento regional, assim como as redes de relações estabelecidas entre os produtores do jornal, o que auxilia na compreensão das ideias por eles divulgadas.

Através da análise do periódico é possível mapear os projetos e intenções desse grupo político no Cariri, identificando elementos que fizeram parte do cenário político da região, na segunda metade do século XIX. Compreende-se, dessa forma *O Araripe* como um periódico importante para o mapeamento de tais questões, dada a sua expressividade e intervenção na sociedade caririense no período que abrange este estudo.

As ideias liberais no Cariri cearense

As ideologias revolucionárias difundidas na Europa no século XVIII encontraram vários adeptos nas populações coloniais e se fizeram presentes em diversos movimentos que defendiam a separação dos laços entre a colônia e a metrópole. Essas ideias se tornaram conhecidas através do contato com livros de autores como Rousseau, Montesquieu, além da grande influência das ideias que movimentaram a Revolução Francesa e a Revolução Americana.

Segundo Emilia Viotti da Costa⁸⁵, as duas revoluções, Francesa e Americana, tiveram um efeito contagiante na América. Em fins do século XVIII, alguns movimentos conspiratórios desencadeados a partir das tensões entre colonos e metrópole, trouxeram evidências da influência de ambas as revoluções.

A difusão do pensamento liberal no país ocorreu ainda por intermédio dos contatos pessoais, ou seja, os estudantes que iam para o exterior dar continuidade aos seus estudos tiveram contribuição na disseminação do pensamento revolucionário. Eles retornavam de países como Portugal e França propagando as novas ideias em diversos locais, em casas particulares ou nas esquinas, nas academias, sociedades secretas, enfim, “analisavam às vezes superficialmente os efeitos da Revolução Francesa e comentavam suas leituras diante de um público curioso que se incumbia de passar adiante, de forma vaga e imprecisa, o que ouvia”.⁸⁶

Vale ressaltar que, conforme Emília Viotti, embora tais ideias tenham sido bastante influentes nos movimentos ocorridos no Brasil em fins do século XVIII, se verificava neles certa “pobreza ideológica”. A autora explica que inspiravam-se nessas ideias uma pequena elite que com frequência lia as obras dos autores europeus “mais com entusiasmo do que

⁸⁵ COSTA, E. V. da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 9º Ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2010.

⁸⁶ COSTA, op. cit., p.29.

com espírito crítico”. Além disso, “a maioria da população inculta e atrasada não chegava a tomar conhecimento das novas doutrinas”.⁸⁷

A essência das ideias liberais europeias não era compatível com a realidade brasileira, no qual elas passam a assumir um significado restrito. Nesses termos, a escravidão constituía um dos limites do liberalismo, talvez o principal deles, considerando que as classes senhoriais não tinham o pensamento de renunciar ao latifúndio e a propriedade escrava. Os liberais brasileiros tiveram que enfrentar essa contradição, de um lado as ideias liberais e, de outro, a escravidão. Durante o século XIX essa divergência marcava o abismo existente entre a teoria liberal e a sua prática.

Embora tais ideias estivessem imbuídas dessa contradição, elas se propagaram por várias partes, penetrando também no Ceará por intermédios dos jornais pernambucanos⁸⁸, que contava com leitores na capital e no interior da Província, encontrando vários adeptos na região do Cariri cearense que na época mantinham uma ligação bem mais próxima com a capital pernambucana do que com a própria capital, Fortaleza. É importante ressaltar que o Ceará esteve sob administração de Pernambuco durante muito tempo, fator que contribuiu para a forte ligação entre o Cariri cearense e Recife.

Além da vinculação dos jornais pernambucanos, as ideologias liberais tornaram-se conhecidas no Cariri por intermédio dos filhos dos moradores abastados da região que foram estudar nos colégios e no seminário de Recife e Olinda, sendo eles responsáveis também pela disseminação do pensamento revolucionário na região.

É possível notar que as ideias liberais tiveram certo espaço na região, encontrando ali vários adeptos do pensamento da época, seja pela presença dos jornais pernambucanos, seja pelas influências trazidas através dos estudantes que residiam em Recife, tendo em vista que o Cariri participou dos movimentos revolucionários eclodidos em Pernambuco, como a Revolução Pernambucana (1817) e a Confederação do Equador (1824), participação essa que, segundo a historiografia local, colocou o Cariri nas cenas políticas da Província e até mesmo do Império.

Na segunda metade século XIX, quando a imprensa cearense ganhou maior estabilidade, ocasionando o surgimento de vários periódicos, fundou-se na interior da Província do Ceará “O Araripe”, um jornal que passou a disseminar as ideologias liberais no Cariri, dando assim continuidade a divulgação de ideias já conhecidas na região, devido o envolvimento da elite caririense com os movimentos revolucionários pernambucanos. Dentro dessa perspectiva, Juciello Alexandre destacou que,

Para os segmentos das elites locais responsáveis pelo *O Araripe*, órgão do Partido Liberal, a participação dos cratenses em tais movimentos era apresentada como *prova* de que os princípios políticos que afirmavam defender já caracterizavam há muito a localidade. Nestes termos, asseveravam representar a continuidade de um projeto liberal que expunham como um caminho para a *civilização*, projeto esse iniciado por *heróis* do passado.⁸⁹

O Araripe, que circulou na região de 1855 à 1864, era um jornal de cunho político que pertenceu ao Partido Liberal do Crato. Foi o primeiro periódico editado no interior do Ceará e o que manteve suas folhas em circulação por mais tempo no século XIX. O jornal era impresso na Typografia de Monte e Comp., tendo como proprietário José do Monte Furtado,

⁸⁷ COSTA, op. cit., p. 32.

⁸⁸ ALVES, M. D. **Desejos de civilização**: representações liberais no jornal *O Araripe* (1855-1864). Dissertação de Mestrado em História. Universidade Estadual do Ceará, 2010.

⁸⁹ ALEXANDRE, J. F. **Quando o “anjo do extermínio” se aproxima de nós**: representações sobre o cólera no semanário cratense *O Araripe* (1855-1864). Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal da Paraíba, 2010, p. 74.

ligado ao Partido Liberal cratense. Tinha como editor o jornalista e político João Brígido dos Santos que, durante a sua existência, apoiou governos e também os combateu através dos seus escritos na imprensa. Antes de dirigir o periódico cratense, João Brígido escreveu diversos artigos divulgando suas ideologias em importantes jornais editados na capital Fortaleza.

A fundação do *O Araripe* representava para os seus editores um instrumento de “adiantamento intelectual”. Eles acreditavam poder civilizar a região através da imprensa, fazendo circular, por intermédio de suas matérias, novas ideias, costumes e hábitos que contribuíssem para o desenvolvimento regional, dissipando a “barbárie” e os “maus hábitos” que, segundos eles, se observavam nesta terra. Nesses termos, julgavam que a imprensa era algo de extrema necessidade, pois através das novas ideias se melhorariam os hábitos e costumes.⁹⁰ Todo o projeto civilizador acontecia a partir da cidade do Crato, considerada a freguesia mais importante da região do Cariri.

Elevada à categoria de cidade em 1853, por intermédio da lei nº 628 sancionada por Joaquim Vilela de Castro Tavares, então presidente da Província do Ceará, o Crato constituía em ordem cronológica a quinta cidade do Ceará.⁹¹ Conforme apontou Irineu Pinheiro e José de Figueiredo Filho, nos anos 50 do século XIX, antes de tornar-se cidade e após tal acontecimento, tratou-se de organizar no Crato alguns serviços necessários à sociedade, como a construção de um mercado público, de um cemitério, um sistema de abastecimento de água e, dentre esses serviços, incluindo neles a edição de um jornal, algo que há tempos interessava a elite daquela região.⁹²

Sua fundação foi descrita ainda como demonstração do interesse das elites locais em defender a criação da Província do Cariri, no qual esse projeto seria defendido constantemente, apresentando argumentos em prol da tão sonhada emancipação política da região com a instituição da nova província. De uma forma ou de outra, *O Araripe* constituiu o veículo de divulgação das ideias de um partido e, concomitantemente, defendia os interesses de uma elite, assim como seus projetos políticos para a região, dos quais tratarei a seguir.

O Araripe e os projetos políticos do partido liberal cratense

Como observado, a imprensa teve grande contribuição para a inserção do pensamento liberal da região do Cariri cearense, sendo ela também responsável na disseminação das ideologias liberais com a fundação do periódico *O Araripe*, reforçando um pensamento que já permeava aquela sociedade antes mesmo da criação do referido jornal.

A fundação do semanário *O Araripe*, primeiro jornal a circular no Cariri editado na cidade do Crato, vinha com o intuito de atender algumas demandas, tanto relacionadas à própria região como também aos interesses de uma elite e de um partido que utilizaram este veículo para promoção de suas ideias e projetos, no qual idealizaram um Cariri a partir de seus interesses.

O Crato, que havia sido elevado à categoria de cidade em 1853, dois anos antes da fundação do jornal, era uma cidade que buscava o desenvolvimento e esse era o plano da elite cratense, procurar construir mecanismos para o crescimento local. A região, segundo idealizavam os editores do jornal, do Partido Liberal do Crato e as elites locais, deveria ser uma região do desenvolvimento econômico, do progresso, garantindo assim uma política regional mais forte e representativa que viesse a beneficiar os grupos locais.

Com o intuito de defender seus interesses e concretizar os projetos traçados, tomaram a imprensa como um instrumento propício para tal empreitada. Conforme argumentou Serge

⁹⁰ Jornal **O Araripe**, nº 1, 1855, p.1.

⁹¹ FIGUEIREDO FILHO, J. de; PINHEIRO, I. **Cidade do Crato**. Fortaleza: Edições UFC, Secult, URCA, 2010, p.10.

⁹² FIGUEIREDO FILHO, PINHEIRO, op. cit., p.11.

Berstein⁹³, um partido após seu nascimento cria mecanismos que lhe permita certa durabilidade e um desses mecanismos é a imprensa. Serge Berstein explica que a imprensa permite ao partido político “introduzir aos poucos na opinião pública as ideias que defende e que, para determinada parcela da opinião, se tornam, se não duradouras, verdades estabelecidas”.⁹⁴

A imprensa partidária no Cariri, sob a direção dos correligionários do Partido Liberal do Crato, pode ser compreendida nessa perspectiva. Ela constituiu um meio de “fazer durar” a existência de uma classe e um veículo que passou a divulgar suas ideologias, além do projeto de sociedade que desejavam construir, publicando matérias sobre os mais variados assuntos, desde questões mais locais até artigos que noticiavam sobre as províncias vizinhas e os debates políticos e sociais que permeavam a época. Vale destacar que, embora fosse um jornal em defesa das ideias liberais, existia nele uma sessão no qual fixavam-se anúncios de compra e venda de escravos, o que demonstra, como chamou atenção Emília Viotti da Costa, as contradições e os limites desse liberalismo, que no Brasil assumiu conotações bem diferentes das ideologias europeias.

O Araripe, por se tratar de um jornal político e sendo ele resultado do contexto em que estava inserido, tem suas páginas marcadas também por muitas críticas e ofensas ao partido de oposição. As divergências entre liberais e conservadores são aqui notadas. Como destacou Juciello Alexandre, os liberais usavam o jornal para fazerem acusações às autoridades do Cariri, que eram em sua maioria do Partido Conservador.⁹⁵ Nesse sentido, Celeste Cordeiro afirmou que, embora o país vivenciasse a política de Conciliação proposta em 1855, nada havia mudado no Ceará.⁹⁶

Dada à dimensão do jornal, do seu caráter, dos temas que permeavam suas matérias, é viável identificar e mapear os projetos e as demandas do Partido Liberal cratense, assim como o teor de suas ideologias divulgadas na região. Por se tratar de um periódico destinado a defender as ideias de um partido e, como eles diziam, os “interesses locais”, as leituras de suas matérias ajudam a conhecer aspectos sociais e políticos da região do Cariri, assim como a forma que ela foi construída e idealizada por tal grupo.

Os membros do Partido Liberal, através dos artigos do periódico, apontavam a necessidade de melhorias para a região e conseqüentemente, de uma maior assistência do Governo Provincial, além de discutirem sobre os elementos que marcavam a política Imperial, sempre comentando e, na maioria das vezes, tecendo críticas às ações e propostas do Governo. Em sua primeira edição, afirmaram o compromisso de trazer em suas matérias “a leitura de artigos sobre objetos de evidente interesse publico, e propugnando pela causa de nosso torrão. O ARARIPE será o mais escrupuloso expositor dos factos, que forem ocorrendo, e sua critica nunca se afastará dos princípios de justiça”.⁹⁷

Defender os interesses locais, a partir do que eles consideram ser importante, sempre de forma “justa”, era o que propunham e pensavam fazer os editores do jornal, apresentando suas opiniões e defendendo-as com o intuito de demonstrar a credibilidade daquele discurso, a sua veracidade, persuadindo assim os leitores que se ocupavam nas páginas do jornal, tendo em vista que ele não constitui um simples veículo de comunicação.

O Partido reivindicava diversas ações, tais como melhores estradas que possibilitassem uma comunicação mais eficiente entre a região litorânea e o sertão da Província do Ceará, chamavam atenção das autoridades locais e do Governo Provincial para a necessidade de

⁹³ BERSTEIN, S. “Os partidos”. In: REMOND, R. **Por uma história política**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

⁹⁴ BERSTEIN, op. cit., p.69.

⁹⁵ ALEXANDRE, op. cit., p. 107.

⁹⁶ CORDEIRO, C. “O Ceará na segunda metade do século XIX”. In: SOUSA, S. de. **Uma nova história do Ceará**. 4ª ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha. 2007, p. 145.

⁹⁷ Jornal **O Araripe**, nº 1, 1855, p.2.

melhorias na cadeia pública do Crato, que segundo eles, se encontrava em estado precário, além da grande preocupação com a disseminação do cólera morbus, o que fez com que vários editoriais dedicados a este assunto fossem publicados.

A construção de escolas era também algo solicitado pelos membros do partido nos editoriais do semanário. Eles destacavam que a “instrução pública” era um fator essencial e de extrema urgência para aquela sociedade. Defendiam que,

A primeira necessidade, a mais urgente, a que, sem duvida, trará mais gloria a quem se encumbir de fasel-a desapparecer, é , para nós, a da instrução. Colocado a grande distancia do Lyceo cearense, e dos estabelecimentos de educação publica, o Crato e bem assim os municípios do sul da província não teem participado dessas vantagens, que está no nosso systema de governo, aliás barateadas aos habitantes do litoral. Seria pois da maior justiça e conveniência, que a nossa representação provincial cuidasse quanto antes de dotarnos com um similhante estabelecimento, que a imitação de outros do interior da província do Rio-de janeiro e Pará fosse diffundido as luses nesta terra e facilitando a cultura das sciencias a uma mocidade immensa, que vive desaproveitada, e sem os recursos precisos para ir tão longe, em terra estranha, animar-se do fogo sagrado.⁹⁸

Considerando a importância da educação para os habitantes daquela região, foi solicitada a criação de um estabelecimento de ensino já que, dada a distância do litoral, os habitantes da cidade de Crato e do sul da Província não teriam como usufruir do sistema de ensino que concentrava-se apenas na capital. Na mesma matéria, eles ressaltam que desejam um estabelecimento nos moldes do que se encontra no litoral, afirmando ainda que não supõe que a realização de tal pensamento seja algo difícil para a Assembleia Provincial, tendo em vista o seu “desejo de encaminhar o país nas vias do progresso”.⁹⁹

Ao falar sobre a questão educacional na cidade do Crato, Irineu Pinheiro e Figueiredo Filho destacaram que no ano de 1853 “contavam o abc e a taboada sentados em bancos de paud’arco ou em cadeiras de couro meninos e meninas em poucas escolas públicas e particulares”.¹⁰⁰ O quadro educacional, conforme apresentado pelos dois autores, mudou consideravelmente só vinte e dois anos depois quando chegou o ensino secundário naquele município administrado pelo Seminário São José. A exposição de tais elementos sobre o nível intelectual na região, remete a discussão realizada por José Murilo de Carvalho¹⁰¹, no qual discorre sobre a formação intelectual da elite durante o Império, demonstrando o alto nível educacional da mesma em contraste com a maioria da população que não era alfabetizada, o que ocasionava, segundo ele, um abismo entre a elite e o grosso da população.

Outro fator que chama atenção do trecho do jornal remete para uma discussão em torno dos embates entre sertão e litoral. Nota-se no trecho destacado uma crítica dos membros do partido ao fato do estabelecimento de ensino está apenas acessível aos habitantes do litoral, sugerindo que a assistência oferecida aos locais mais distantes deixava a desejar. Eles descrevem a ação do governo, nos lugares mais longínquos da capital, como frouxa, argumentaram ainda que a administração “nada vê por seus olhos; a autoridade descarreira, o povo corrompe se, e o paiz barbarisa”.¹⁰²

⁹⁸ Jornal **O Araripe**, n° 45, 1856, p.1.

⁹⁹ Jornal **O Araripe**, n° 45, 1856, p.1.

¹⁰⁰ FIGUEIREDO FILHO, PINHEIRO, op. cit., p.18.

¹⁰¹ CARVALHO, op. cit., p. 76.

¹⁰² Jornal **O Araripe**, n° 1, 1855, p.3.

Nos seus discursos, a dicotomia entre sertão e litoral é bastante recorrente, embora considerassem que não podia ser chamado o Cariri de sertão devido às peculiaridades naturais que o mesmo apresentava. O fato é que havia sempre uma ideia de retardamento associado às cidades distantes da capital, em contraste com um litoral que simbolizava adiantamento, civilização e progresso. O argumento, tanto da falta de ações mais efetivas do Governo Provincial como com relação ao desenvolvimento dicotômico do sertão e litoral, aparece constantemente nas matérias que defendiam a autonomia política da região.

A criação da Província do Cariri¹⁰³, cuja capital seria a cidade do Crato, era entendida pelos liberais como a possibilidade de pôr um fim a todos esses problemas e promover assim uma sociedade civilizada, desenvolvida, conforme eles idealizavam construir, tendo em vista que as ações governamentais se dariam de forma mais efetiva. O desejo de autonomia política com a Província do Cariri constituiu mais um dos projetos defendidos pelo Partido Liberal nas páginas do semanário *O Araripe*.

Defendiam de tal forma a criação da nova província que, ao tratarem em seus artigos sobre as eleições municipais, procuraram instruir a população que optassem por candidatos que fossem defensores de tal projeto. Segundo os liberais cratenses, independente do partido que ganhasse a eleição, luzias ou saquaremas, a criação da nova província deveria ser a razão eleitoral.¹⁰⁴ Em uma das matérias argumentavam que,

Consequentemente aconselhamos a todos as entidades políticas de nossa terra, que nesse intuito sejam severos, quando tiverem de nomiar seu representante na câmara temporária, só fazendo recair seus votos na quelle dos candidatos que lealmente esposar esta causa, e preferindo sempre a quelle, que reunir em si mais esforços. A adpção franca e sincera dessa ideia, a consideração pessoal, e a capacidade devem garantir essa escolha.¹⁰⁵

Os liberais, através do semanário *O Araripe*, utilizavam todos os artifícios que encontravam para defender a criação da Província do Cariri, assim como os demais projetos que visavam desenvolver na região, seja incutindo na população seus ideais, seja através de críticas ao Governo municipal e Provincial. Na busca por dar consistência a seus argumentos e para demonstrar viabilidade ao projeto de sociedade que buscavam construir, se utilizaram ainda das peculiaridades naturais da região, apresentando este espaço como privilegiado, de uma natureza edênica, solos férteis e regadios no qual tudo produz. Dessa maneira, o progresso e o desenvolvimento econômico local que tanto interessava os membros do partido, poderia ser alcançado por conta da natureza que tinham a disposição, sendo ela o elemento responsável para fazer prosperar, por exemplo, a província que sonhavam criar.

Considerações finais

Diante da discussão apresentada, nota-se a influência da imprensa na inserção do pensamento liberal na região no Cariri e, posteriormente, sua estreita relação com as questões políticas locais, especialmente no período em que foram instituídos os dois grandes partidos políticos que marcaram a história do Império Brasileiro.

¹⁰³ O projeto de criação da Província do Cariri antecede a fundação do jornal **O Araripe**. A primeira solicitação realizada foi datada de 1828, posteriormente outras representações foram criadas pedindo a autonomia política da região do Cariri. Tal projeto previa a abrangência de territórios do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Piauí, que passariam a compor a nova província, tendo o Crato como capital. A ideia de criação da Província do Cariri perdurou por muitos anos entre a elite política da região, após com a fundação do jornal **O Araripe** os liberais cratenses passaram a defender o projeto e procuraram demonstrar a viabilidade do mesmo.

¹⁰⁴ Jornal **O Araripe**, n° 24, 1855, p.1.

¹⁰⁵ Jornal **O Araripe**, n° 24, 1855, p.1.

Na década de 1850, na segunda metade do século XIX, configurou-se no Cariri tais elementos com a fundação do periódico cratense *O Araripe*, porta voz do Partido Liberal na região, constituindo um veículo para a promoção das ideias e projetos do partido, considerando que seus membros não possuíam grande representatividade na política local, tendo em vista que esta era predominantemente formada por autoridades do Partido Conservador.

Nestes termos, os liberais cratenses e as elites locais procuraram tornar suas ideias conhecidas, assim como o projeto de sociedade que visavam construir, através do referido periódico, no qual se incumbiram da tarefa de “defender os interesses locais”, chamando a atenção das autoridades e reivindicando ações que impulsionassem a região, em especial a cidade do Crato, ao desenvolvimento e ao progresso, realizações que poderiam ser alcançadas com a autonomia política da região, um dos principais projetos defendidos por este grupo.

Acreditavam os liberais cratenses que o Cariri, caso viesse a transformar-se numa província, teria a possibilidade de crescer, sobretudo economicamente, e prosperar, tendo uma ação governamental mais presente e firme, propiciando melhorias que iriam fazer dele um local desenvolvido e, por conseguinte, símbolo da “civilização”. A realização de tal projeto traria assim o fortalecimento do poder político que tanto desejavam os membros do Partido, algo que já buscavam conquistar com a ampla circularidade do jornal, pois o mesmo não restringia-se apenas as localidades do sul da Província do Ceará. Trata-se de um grupo que se mantinha informado dos debates promovidos em diversos jornais e que buscava obter também o apoio de políticos liberais de grande representatividade na política provincial e imperial que pudessem contribuir e dar visibilidade aos seus planos.

Suas ideias, principalmente a de autonomia política, ganharam repercussão, fator que demonstra a busca de apoio de políticos influentes e a ligação dos redatores do jornal com a redação de outros periódicos liberais da época. Dessa forma, as matérias do jornal *O Araripe* tornam-se essenciais para o conhecimento de elementos que marcaram as cenas políticas do Cariri, dada a quantidade e a variedade de assuntos trabalhados no jornal, demonstrando assim os interesses dos seus editores, suas ideologias e projeções realizadas na sociedade em que estavam inseridos.

ENTRE TEIAS FAMILIARES: A MULHER COMO PROPRIETÁRIA DE TERRAS NA VILA DE PATOS, PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE (1870-1875).

*Ellen Cristine Alves Silva Canuto*¹⁰⁶
ellen.canuto@hotmail.com

Resumo: No dia 11 de Novembro de 1872 foi entregue uma petição ao juiz municipal e de órfãos, da vila de Patos da província da Parahyba do Norte, da inventariante Claudina Maria de Jesus que por se achar viúva pediu para assinar a tutoria dos quatro filhos menores admitindo justificar sua idoneidade para poder administrar e reger pela pessoa de dito seus filhos, como também os bens móveis e de raiz pertencentes aos mesmos. A partir desses registros, entre outros documentos, e estudando as *Ordenações Filipinas* este trabalho tem por objetivo pensar a condição feminina no século XIX, tendo como parâmetro o estudo relacionado à História das Mulheres. Bem como analisar o espaço em que essas mulheres são proprietárias de terras, na então Vila de Patos, entre os anos de 1870-1875.

¹⁰⁶ Mestranda em História pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB, com orientação da Prof.^a Dra. Serioja R. C. Mariano.

Problematizar os aspectos presentes na documentação primária e na historiografia é um dos objetivos que vai nos permitir um melhor entendimento da atuação das mulheres como proprietárias de terras e condutoras de suas famílias.

Palavras-chave: História das Mulheres; Mulheres proprietárias de terras; Historiografia.

Diz Claudina Maria de Jesus que tendo falecido seu marido João José de Mello sem testamento, deixando quatro filhos órfãos, e tendo sido por este Juiz notificado para assinar a tutoria dos mesmos seus filhos em 24 horas.¹⁰⁷

No mês de Novembro de 1872, após ser notificado pelo Juiz de órfãos¹⁰⁸, da vila de Patos província da Parahyba do Norte, a inventariante Claudina Maria de Jesus entrega uma petição pedindo para assinar a tutoria dos quatro filhos menores admitindo justificar sua idoneidade para poder administrar e reger pelos ditos seus filhos, como também os bens móveis e de raiz pertencentes aos mesmos.

Em posse de seus bens, essa mãe viúva agora precisa provar que é capaz de administrar os bens de seus filhos, que para tal prática se faz necessário provar em Juízo sua boa conduta perante a sociedade patriarcalista do século XIX, que impõem comportamentos, posturas, práticas para que as mulheres sejam reconhecidas como sujeitos capazes de responder pelos seus atos e pela educação de seus filhos.

A partir desses registros, entre outros documentos, e estudando as *Ordenações Filipinas*¹⁰⁹ este trabalho tem por objetivo pensar a condição feminina no século XIX, tendo como parâmetro o estudo relacionado à História das Mulheres. Bem como analisar o espaço em que essas mulheres são proprietárias de terras, na então Vila de Patos, entre os anos de 1870-1875. Problematizar os aspectos presentes na documentação primária e na historiografia é um dos propósitos que vai nos permitir um melhor entendimento da atuação das mulheres como proprietárias de terras e condutoras de suas famílias.

Esse trabalho apresentar uma discussão parcial da minha pesquisa de mestrado, no qual se encontra em andamento. Uma pesquisa que surgiu de inquietações e lacunas existentes na historiografia que deram pouca relevância ou se negaram a discutir o papel da mulher como proprietárias de suas terras na formação social e econômica nessa região do sertão paraibano no século XIX. Nessa comunicação proponho discutir algumas perspectivas referentes a essas condições buscando um diálogo entre as fontes primárias, a exemplo dos inventários *post-mortem*, e a historiografia que permite ampliar o nosso olhar sobre as ações recorrentes na construção dessa sociedade, marcada pelos preceitos patriarcalista.

Porém não se pode concluir que as mulheres não tinham participação na administração das propriedades familiares, ao contrário elas tinham suas obrigações e quando viúva se tornavam chefes de famílias de modo que “[...] na viuvez ficavam suspensas algumas das restrições legais impostas sobre as mulheres casadas [...]”¹¹⁰, onde nessas condições passavam a gerenciar suas fazendas, sítios, escravos. A pretensão deste artigo está em criticar as bases legalistas sobre como essas mulheres, para adquirir a tutela de seus filhos, são conduzidas por uma série de restrições para que assim possam prestar conta de suas honras, e mostrarem que são idôneas para administrar os bens da família. Por que tanta cautela sobre a condição da mulher como responsável pelos bens de seus filhos? Qual o

¹⁰⁷ Inventário *post-mortem* de João José de Mello. Arquivo da 2ªvara, Poder judiciário do Estado da Paraíba, comarca de Patos. 1872

¹⁰⁸ Sobre o cargo de Juiz de Órfão ver nas Ordenações Filipinas no Livro 1 Tit.88 “Dos Juizes dos Órfãos”

¹⁰⁹ Instituído em 1603 em Portugal durante o reinado de Felipe II da Espanha, se manteve efetivo no Brasil até 1916 quando então foi promulgado o Código Civil.

¹¹⁰ HAHNER, June. Mulheres da elite: Honra e Distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 47

temor dessa legislação na atuação das mulheres como administradora tomando as rédeas das decisões da família?

Os questionamentos são destinados a procurar perceber a condição feminina no entrelaçar entre a família e a propriedade. Quando então se estabelece suas ligações em teias familiares que formulam sua ocupação em meio à sociedade. Essa discussão emerge em parâmetros na historiografia que foi mostrando os passos, os contornos, as histórias das mulheres.

O recorte temporal está inserido no espaço em discussão que corresponde a sua localização em meio a uma região oriunda de rotas comerciais e disputas territoriais com capitanias vizinhas.

A importância da vila de Patos na Província da Parahyba do Norte é conduzida por ser um ponto de via de acesso dos sertões, entre as províncias vizinhas de Pernambuco e Rio Grande do Norte, tendo também por destaque um elo de comercialização dentro da própria província, sendo o ponto de ligação entre o sertão com a região do agreste e litoral, descendo a Serra da Borborema, ficando próxima ao rio Espinharas, um ponto de estrada para a comercialização do gado. Dentro desse contexto Joffily, explica que,

[...] onde é hoje a villa dos Patos, ahí dividia-se a estrada; á esquerda dirigia-se para o Píancó, tendo um desenvolvimento de cerca de 40 léguas até os confins da respectiva ribeira; á direita seguia em linha recta para a povoação das Pinharas, depois villa e cidade de Pombal; continuando para Souza, no rio do Peixe, passaria depois mais ou menos próximo aos lugares hoje ocupados pela villa de São João do rio do Peixe e cidade de Cajazeiras, em seguida penetrava na capitania do Ceará, onde subdividia-se servindo a todo o valle dos Carirys Novos e sertões de Icó, Inhamúns e Crateús[...]¹¹¹

Assim era utilizada como uma importante “artéria” para as vias de comunicação, como também a comercialização de gados com Olinda/ Recife, no qual se encontrava os principais mercados desse produto. Podemos observar que a localização da vila de Patos é um importante ponto de comercialização. Uma porta de entrada no sertão paraibano, onde faz conexão tanto com Pernambuco, grande polo comercial de gado neste período, como também com Rio Grande do Norte, ao qual já foi cenário de disputa de terra. Por se encontrar justamente na “cintura” da Paraíba, se torna um caminho de uma passagem certa para a escoação da mercadoria e vias de contatos.

Para tanto em meio às pesquisas, que estão sendo coletadas, não se há nenhuma construção que remete a história das mulheres no século XIX nesta região sertaneja, por isso ao encontrar essa documentação sobre os conflitos emergentes do pedido de tutela realizado por uma mulher e sua relação com a condição de proprietária de terra, percebe-se a importância de escrever não apenas os fatos, mas refletir sobre o papel da mulher nessa região e nessa temporalidade dentro dos princípios que conduzem a formação dessa sociedade.

O estudo sobre a história das mulheres não se dá em um campo neutro, mas com viés de atuação, de participação, vislumbrando uma história que proporciona uma análise dos aspectos da vida das mulheres nos documentos do passado. Não se trata, somente, de uma proposta de narrativa simples e linear, mas uma discussão sobre elementos que fomentaram o papel feminino em um determinado tempo e espaço. De forma que mostre a posição variável das mulheres na história.¹¹²

¹¹¹ JOFILLY, Ireneu. **Notas sobre a Paraíba**. Brasília: Ed. Thesaurus, 1977[1907], p. 225-226.

¹¹² Para entender melhor sobre o assunto ler SOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. **A Escrita da História**: Novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

Nesse campo busco refletir sobre a inclusão das mulheres como objeto de estudo, como sujeitos da história. Para isso analiso a condição feminina no papel de tutora, algo que não lhe era retirado, mas que apresenta uma atuação velada por legislações que tem em suas ações uma conduta de controle, muito mais presentes para elas do que para os homens que determinada às diretrizes da família nessa época. Ora se há existências de leis para barrar a atuação feminina é por que existia uma preocupação em controlá-las.

É justamente sobre esses questionamentos que o trabalho vislumbra discutir o condicionamento que subordinava a mulher sobre essas formas de inibição de suas ações, que iram ajudar a pensar a atuação de uma mãe frente às exigências que para ela eram recorrentes e que viabilizava a manutenção de ordem sobre a mulher no regimento de proprietária de terras e na condução dos seus filhos. Entre essas teias familiares pode-se perceber a mulher buscando impedir a dispersão da propriedade, usa da tutela para afirmar a sua condição como proprietária não apenas de seus bens mais dos bens que envolvia a sua família, neste caso os seus filhos.¹¹³

Essa atribuição de um ser frágil que não pode sequer responder por si mesmo era um condição presente no século XIX, alias antes mesmo desse período como é apresentado pela historiadora Eni de Mesquita que mencionam a atribuição dada ao homem frente à família e o papel secundário que a mulher exercia perante essa sociedade. Explicando que:

O espaço colonial sempre foi considerado masculino por excelência. A vida rude dos trópicos, as aberturas de novas fronteiras, o trato com índios e escravos, faziam parte de um universo onde as mulheres exerciam um papel secundário. Figuras ténues na historiografia oficial, salvo algumas heroínas, raramente apareceram com personagens históricas na sua individualidade.

A visão estereotipada da condição feminina e o quase desconhecimento da sua atuação na colonização do Brasil serviram para mistificar por gerações a atmosfera rígida e autoritária "das famílias patriarcais" e a exclusão das mulheres dos processos de tomada de decisão.¹¹⁴

Portanto essa permanência da família patriarcal fica intrínseca quando tratamos de discutir a condição feminina, mesmo em outra temporalidade, neste caso o século XIX. Essa ideologia cautelosa para com a figura feminina perpassa entre gerações, ocasionando um olhar duvidoso, dentro dos discursos, com relação a sua atuação frente a família, porém não há de se pensar em uma generalização, pois ao longo da história sempre iremos nos deparar com processos, ações, conflitos, debates que a mulher esteve presente. Não venho aqui mostrar uma condição que não existiu, pelo contrário nas documentações há registros de mulheres proprietárias de suas terras, tomando as rédeas da família de forma contundente. O que quero discutir é a atuação dessas mulheres no sertão paraibano, mostrando que elas não estavam aquém de situações onde as mesmas querem e tomam para si a responsabilidade de donas de terras, proprietárias, porém para isso precisam em meio às condições que para elas foram impostas, se deparam com legislação mais duras e controladoras para que ao enfrenta-las possam seguir em sua administração familiar, no qual não foi negada, porém restrita. A pergunta é: Como o discurso jurídico traz essas ideias? Como esse discurso colaborou com a imagem da mulher submissa, frágil, duvidosa?

¹¹³ Para o melhor entendimento sobre as relações familiares ver SAMARA, Eni de Mesquita. Família e grupos de convívio. **Revista Brasileira de História**. ANPUH Editora: Marco Zero. São Paulo, v. 9, nº17, Set.88/Fev.89

¹¹⁴ SAMARA, Eni de Mesquita. Mulheres Chefe de Domicílios: Uma Análise Comparativa no Brasil do Século XIX. **Anuario del IEHS**, Vil, Tandil - Argentina, p.167-179, 1992, (p.168). Disponível em: <http://anuarioiehs.unicen.edu.ar/Files/1992/Mulheres/chefes/XIX.pdf>. Acesso em: 25 Ago.2016

Ordenações Filipinas e a condição feminina como tutora

Para que a mulher pudesse ser responsável pela tutela de seus filhos era necessário seguir as medidas intrínsecas nas *Ordenações Filipinas*, normas que conduziam a sociedade nesse período. Essas normas não estiveram aquém no sertão paraibano, prova documentada em inventários, mostrando que essas leis se fizeram presentes na vila de Patos e que norteou o reflexo sobre a condição feminina conduzida nessa sociedade.

Seguindo a legislação vigente do século XIX, o Juiz de órfão era responsável por dirigir os tramites dos processos relacionados a partilhas de bens, testamentos, inventários e principalmente no cuidar dos órfãos, o que rege os processos de tutela. Assim sua atuação era conduzida:

Quando uma criança **era órfã de pai**, ou este, por um motivo qualquer, era considerado ausente, o juiz de órfãos nomeava um tutor para cuidar dela, caso não houvesse algum nome indicado em testamento. **Isso em geral acontecia mesmo se o menor vivesse com sua mãe, pois esta era quase sempre impedida de assumir a responsabilidade jurídica de seus filhos.** O tutor escolhido pelo juiz seria responsável não só pela integridade física da criança ou do adolescente, mas também pela gerência de seus bens.¹¹⁵

Veja que o trabalho do Juiz era reger pelos menores que se encontravam órfãos de pai, isso por que quando a mãe falecia os bens dos menores eram deixados sobre o poder do pai, pois segundo a lei era dele por direito legítimo ser o administrador dos bens da família.¹¹⁶ Contudo o autor coloca que a mãe dificilmente era responsável juridicamente pelos filhos, pois era vista com hostilidade perante o discurso jurídico da época. Mais adiante entenderemos melhor essa adversidade.

Na luta por cuidar dos bens de seus filhos foi escrito poucos casos de mulheres requerendo a tutoria dos menores, como mostrando pela historiadora Gislane C. Azevedo que estuda casos de tutela na cidade de São Paulo no século XIX, como também pelo historiador Jose Carlos da S. Cardozo que estuda esses processos no Rio Grande do Sul entre o final do século XIX e início do XX, ambos não apresentam nenhum caso de pedido de tutela por parte da mãe. Diante de poucos estudos direcionados a essa condição feminina venho então relatar um caso que se deu na então vila de Patos no qual encontrasse um documento que mostra o pedido de tutela feito por uma mãe, que para reger sobre os bens de sua família e ser responsável não apenas pelo bem moral dos seus filhos, mas pela propriedade que por eles foram herdados, necessita apresentar as condições que a legislação lhe impõe para que possa exercer seu papel de proprietária da terra familiar.

Para tanto era necessário que a mesma não fosse menor de 21 anos e que o pai não houvesse nomeado em testamento nenhum tutor ou curador, casos que pela época eram comuns tendo em vista os casamentos arranjados para as “meninas 13 e 14 anos casavam-se a mando dos pais, e frequentemente com homens mais velhos”¹¹⁷, uma prática recorrente dentro do contexto histórico. O que aponta para uma possibilidade maior de que muitos

¹¹⁵ AZEVEDO, Gislane Campos. Os Juízes de órfãos e a institucionalização do trabalho infantil no século XIX. **Revista online do Arquivo Público do Estado de São Paulo**. Artigo publicado na edição nº 27, p.1-9, Novembro de 2007. <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao27/materia01/>. Acesso em: 16 de Setembro de 2016. (p.2-3. Grifos meus).

¹¹⁶ **Ordenações Filipinas**, Livro 1, Tít. 88, §6.

¹¹⁷ HAHNER, op. cit., p.49.

órfãos de pai não ficassem sobre a tutela da mãe por que a mesma não tinha idade suficiente para esta função.

Nessas situações cabia ao Juiz de órfão nomear um tutor para os menores, a preferência era de um parente consanguíneo mais próximo, como exemplo o avô, preferencialmente paterno, pois a confiança em reger sobre a administração dos bens era do homem. O exemplo do inventário do senhor Philomeno Adelfonso Vieira que deixa três filhos menores, mostra que sua esposa a inventariante Maria Roza de Jesus renuncia a tutela dos filhos, sendo assim o juiz de órfão notifica o avô paterno o senhor Cosme Vieira de Figueiredo para assumir como tutor dos netos.¹¹⁸ Olhando para o viés econômico, neste inventário não há bens de raiz é uma família humilde, o que pressupõem em vários casos a falta de condições financeiras é um dos indicativos que levava a muitas mães renunciarem a tutela dos filhos. Portanto fazia parte da função do Juiz de órfão indicar alguém que apresentava uma vida honesta e de respeito para gerenciar tanto os bens dos menores como a sua integridade moral e física perante a sociedade. Contudo o avô como tutor não condicionava um afastamento de mãe e filhos, uma estratégia legal para que a referência familiar permanecesse.

No caso da senhora Claudina Maria de Jesus, o seu finado marido não havia deixado testamento ficando a cargo do Juiz de órfão daquela comarca, o então doutor Claudino Francisco d'Araújo Guarita, notificá-la para que a mesma se fizesse presente para responder se há ou não interesse sobre a tutela de seus filhos. Essa prática faz parte da lei onde diz que, “querendo a mãe do menor ser sua tutora he preferida a qualquer pessoa, inclusive a avô ou avó paternos, **contanto que seja hábil de servir na tutoria, viva honestamente e se conserve na viuvez.**”¹¹⁹Essa postura oferece uma discussão acerca do discurso jurídico quando se refere a condição da mulher e suas ações sobre os bens que está pleiteando, refletindo na construção de uma imagem que requer cautela ao se atribuir responsabilidades perante terceiros, pois apresenta uma aprovação diante das regras que se faziam presentes na construção de suas redes familiares.

Caso a mulher se casa-se novamente perderia a tutela dos seus filhos menores em definitivo, conforme a lei “se alguma mulher, sendo viúva, for dada por tutora (...) e se casar e por isso lhe for removido a tutoria ou curadoria, se ella depois viubar e quiser tonar a ser tutora do ditos seus filhos ou netos, não lhe será consentido.”¹²⁰ Como no caso relatado pelo autor Cardozo que mostra que uma mãe ao se casar novamente perde o pátrio poder sobre sua filha e por isso indica um outro tutor, segundo o autor:

“Ao se casar em segundas núpcias, portanto, Arabella perdia o pátrio poder sobre a filha. Nessa contingência, ela, como mãe da menor, indicou um familiar para desempenhar o papel de tutor, de modo que, talvez, não perdesse o contato com a menor e que esta não perdesse a referência familiar. Assim, indicou seu irmão, casado (...). Uma estratégia legal encontrada por ela para não perder sua filha para outra pessoa, fora do círculo familiar.”¹²¹

Nessa circunstância temos a entrega da tutela ao um membro da família, um homem casado, bases para a aptidão do cargo. Esses elementos são aspectos presentes para se apresentar uma imagem de pessoa honesta, com bons hábitos e capaz de passar tais

¹¹⁸ Inventário *post-mortem* de Philomeno Adelfonso Vieira. Arquivo da 2ªvara, Poder judiciário do Estado da Paraíba, comarca de Patos. 1873

¹¹⁹ **Ordenações Filipinas**, Livro 4, Tít.102, “Dos Tutores e Curadores que se dão aos órfãos”, §4. (Grifos meus).

¹²⁰ *Ibidem*

¹²¹ CARDOZO, José Carlos da Silva. O Juízo dos Órfãos e a organização da família por meio da tutela. **História Social (UNICAMP)**. São Paulo, vol. 20, 2011, pp. 201-220. (p.208)

ensinamentos para a menor, com isso segue os requisitos da lei sem o prejuízo do contato entre mãe e filha.

Observasse a importante dessa sociedade conduzida pelo discurso jurídico não só em apresentar a honestidade da mulher mais a preocupação em manter a mesma na condição de viúva, por julgar que ao contrair uma segunda núpcia a mesma se deixasse persuadir, pois com o novo matrimônio o homem passa a responder pela família, negando a responsabilidade da mulher nessas condições. Isso se dá porque acreditava que a mulher por ter uma “fraqueza de seu entendimento” estava sob a guarda do marido e por isso não mais poderia responder por si ou por terceiros, colocando em perigo tanto o bem-estar dos menores como apresentava uma ameaça aos bens imóveis e moveis dos órfãos. Elementos esses que mostram as teias familiares em que a mulher está presente, em meios às atuações como proprietária de terra.

Para tanto a mulher era colocada sob conduta duvidosas, deste modo “prende-se a percepção da mulher uma ideia de desordem, instintiva, mais sensível do que o racional”¹²². Esse cuidado sobre sua honra, que estava sendo colocada a prova frequentemente, traça uma condição do sujeito vigiado, controlado, visto como uma ameaça e que para exercer a função de administradora das partes de terras herdadas pelos seus filhos menores precisava “justificar sua idoneidade para poder não apenas administrar e reger as pessoas de seus ditos filhos, como também a quantia em bens moveis e de raiz pertencentes aos mesmos”¹²³. Para que seja provada a sua capacidade de arcar com a responsabilidade de cuidar da “saúde financeira” de sua família era necessário apresentar três testemunhas, que mostraria as condições atendidas para o processo.

Assim fez a senhora Claudina apresentando três testemunhas conforme a promulgado em lei. A primeira o senhor Isidro Pereira dos Santos de 44 anos de idade, negociante, casado que em seu testemunho diz que: “a justificante em sua condição de viúva com toda a sua honestidade e recato afirma que é capaz de reger e administrar as pessoas e bens de seus filhos e deles ser tutora”, seguindo as normas o segundo testemunho foi do senhor João Inácio da Silva de 32 anos de idade, agricultor, casado relatando o mesmo testemunho anteriormente registrado. Como a inventariante não sabia ler nem escrever assinou a seu rogo o senhor José Cesar de Mello Junior que é a terceira testemunha.

Veja que para se provar sua honra perante a sociedade apenas os homens livres poderiam proferir sobre sua conduta, apenas eles, diante da lei, tinham em suas palavras o papel da verdade. Nesse sentido a mulher é subjugada como um ser duvidoso que precisa estar acompanhada, sob uma orientação saindo da autoridade do pai para a do marido. Costumes esses conduzidos durante o século XIX, como expressado pela historiadora June Hahner onde essas mulheres viviam em estruturas culturais, sociais e econômicas criadas pelos homens com a finalidade de se beneficiarem, visto que esses ideais estavam pautados para se manter a subordinação feminina.¹²⁴

Na prática essas testemunhas refletiram a necessidade de se mostrar a importância sobre a honra feminina, servindo para certificar a integridade da mulher e sua postura frente à preservação da imagem da família honrada, respeitosa.

Sua administração está regada por requisitos impostos sob sua dita “frágil” conduta, pois a mãe viúva só fica com a tutela caso não haja testamento que empossa outro tutor ou curador nomeado pelo pai antes de sua morte. No discurso expresso na lei indica a presença de submissão com relação à atuação da mulher frente a uma liderança financeira, ou até mesmo familiar. Pois nesse caso a mulher só poderia indicar um tutor instituindo seu

¹²² PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 8

¹²³ Ver no inventário *post-mortem* de João José de Mello. Documento cit.

¹²⁴ HAHNER, op. cit., p.43.

herdeiro¹²⁵ que ficará na dependência da confirmação do Juiz de órfãos, que irá investigar se a pessoa indicada tem boa índole para tal cargo. Veja como as diretrizes são diferenciadas quando se trata da posição feminina frente às práticas familiares, para a mulher se fazia necessário declarar em testamento um herdeiro e a confirmação de um agente legislador superior para que assim fosse efetivado um tutor, caso que não era exigido em testamento paterno.

O aspecto presente nos inventários *post-mortem* de mulheres, no qual seus maridos apresentavam os herdeiros dentre eles menores, e segue todo regimento processuais recorrente na construção dos inventários não há nenhuma menção com relação a tutela, nenhuma notificação a exemplo de viúvos como André Vieira da Silva com seis filhos menores, Manoel Vieira de Albuquerque com três filhos menores ou Francisco Gonçalves Lima com 10 filhos menores, dentre outros. O viúvo não precisa jurar que vai cuidar dos bens dos filhos, nem justificar sua administração, o que nos faz pensar sobre as atribuições que o “pátrio poder”¹²⁶ carrega e colocava a mulher a margem, dentro dos relatos processuais, em sua papel perante a sociedade. Contudo essas diretrizes estão inseridas em aspectos de autonomia, relação de poder intrínseca nas teias familiares que condiciona a atuação feminina diante dos tramites que a lei apresentava.

Para tanto a mulher em sua condição de viúva precisa recorrer ao provedor ou soberano para requerer a tutela dos seus filhos, para que possam ser administradoras desses bens. Segundo a lei regida nas *Ordenações Filipinas* a viúva precisa estar sempre em vigilância, para que a integridade administrativa dos bens se mantenha. Nesse contexto a necessidade é de recorrer não apenas como tutora de seus filhos mais para mostrar a capacidade de administrar os bens, levar a condição de proprietária de terra e manter a sua integridade moral perante a sociedade, perante a lei. Por isso se fazia necessário um registro declarando suas intenções diante do Juiz de órfão colocando em juramento que “sem dolo nem malícia vem verdadeiramente servir de tutora aos os órfãos seus filhos: Maria, Pedro, José e Archangelo, tratando-os e alimentando-os à custa dos rendimentos de sua legítima e sua própria custa”. Seguindo as diretrizes da lei que fomenta a necessidade de prestar juramento perante as condições que os órfãos iram permanecer, provando que não irão ocorrer prejuízos dos mesmos.

Seguindo a reflexão deste contexto a historiadora Michele Perrot aponta que as mulheres dentro dessas sociedades são invisíveis, “aparecem sem nitidez, na penumbra dos grupos obscuros”¹²⁷, um discurso que se apresenta entre os elementos de uma sociedade patriarcal, está inserida na lei como forma de evidenciar a posição secundária relativa à mulher, onde a mesma está presente de forma restrita, conduzida por leis que controla sua atuação frente à condição de proprietária de terras e condutora de sua família. Assim mostra uma característica que respalda o controle sobre a condição da mulher como tutora, que para colocar em prática essa ação é necessário que assine uma petição renunciando ao benefício da lei do *Velleano*, que restringe a mulher como fiadora, onde diz que:

Por Direito He ordenando, havendo respeito à **fraqueza do entender das mulheres**, que não podessem fiar, nem obrigar-se por outra pessoa alguma, e em caso que o fizessam, fossem relevadas da tal obrigação por hum remédio chamado em Direito Velleano; o qual foi specialmente introduzido em seu favor, por não serem

¹²⁵ Neste caso era preciso nomear um herdeiro podendo ser legítimo ou não para poder intitular um tutor que só poderia tomar posse depois da aceitação dos Juízos de órfãos.

¹²⁶ Referência à ordem do pai sobre a família, cabendo a ele a responsabilidade de administrar o patrimônio e reger sob a família. Para maior esclarecimento ver em AMARAL, Isabela Guimaraes Rabelo do. Inferiorizando Mulheres no Período Imperial Brasileiro: A influência do Direito. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH** - São Paulo, julho 2011, p. 1-17.

¹²⁷ PERROT, Michele. **Minha História das Mulheres**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2012, p.17.

danificadas obrigando-se pelos feitos alheios, que a ellas não pertencessem [...]¹²⁸

Essa lei representava uma proteção à mulher quanto a seu direito de ser fiadora, exonerava dessa obrigação de contrair fiança ou se responsabilizar por terceiros, sendo despostas de responder por si mesmo ou por outros. Ao assinar a renúncia dessa lei ela passaria a ser cobrada por suas fianças e responderia por outros, neste caso a mesma precisava estar sempre em comprovação de sua responsabilidade frente aos órfãos e seus bens prestando conta das obrigações financeiras, diferentes dos tutores dados em testamentos que por direito não serão obrigados a dar fiança alguma.¹²⁹ O que reflete os aspectos presentes quanto falamos da condição da mulher no século XIX, uma condição imposta, que inibi a sua atuação, que para isso era necessário uma proteção legal tamanho o discurso que denota uma imagem de fragilidade. Mas que fragilidade é essa tão temida entre os sujeitos dessa sociedade que para ter o seu controle precisou criar uma lei que a condicione, que a mantenha sob vigilância.

Nesse contexto a lei mostra sua visão sobre a manutenção da submissão da mulher e seu “frágil” comportamento, sua conduta é pautada em um controle por não se haver uma confiança com relação as suas ações, pois as mesmas apresentam uma “franqueza mental”, um estereótipo que condicionava a mulher a ser vista como não apta aos papéis de inteligência, por isso fácil de persuadir. Esse discurso estabelece duvidas, insegurança, que impedia o desenvolvimento sobre uma consciência feminina. Quanto se tratava em ceder uma administração de bens, de tutor, o papel da mulher é regulado dentro desses processos legislativo, mostrando nessa época atitudes que eram normais para muitas mulheres, porém há de se refletir que entre essas condições havia um aparato dos pensamentos de mulheres que se colocavam a margem dessas ideias e lutavam por uma visão de respeito e responsabilidade.

Nesse enquadramento estava mulheres que por vias legais lutavam por seu direito de proprietária, mãe e administradora, como no caso aqui exposto, onde a viúva Claudina em meio a outras que abriram mão desse papel de tutora, se fez representar por si mesma demonstrado no pedido de tutela, que vai além de um cuidado com os filhos, mas uma posição de proprietária dos bens da família.

Percebesse que no discurso jurídico há um olhar marcado por desconfiança para com a mulher em sua condição de tutora, administradora de terras, uma visão que vai se mostrando ainda mais contundente ao longo desse processo.

Considerações finais

Em comparação a outros inventários o pedido de tutela só foi registrado em apenas um processo. Como este trabalho consisti em uma pesquisa em andamento ainda pretendo mapear mais fontes com relação à atuação da mulher nos tramites da posse de terra.

Tendo em vista que são poucos documentos, porém trazem em suas linhas a construção da história dessa sociedade.

O documento é como uma ação cuja finalidade de se registrar a atividade para a comprovação das práticas, porém não é uma verdade dos fatos é apenas parte dos fatos. É importante salientar que o documento de arquivo não é uma forma única, autonomia, isolada, mas que apresenta uma relação direta com outros documentos que nos fornece um entendimento sobre uma sociedade.

A ordem do pedido se remete ao uma linha de processo, conduzida pelo pedido da tutela feito pela mãe, que será notificada, apresentando em seguida às testemunhas que

¹²⁸ **Ordenações Filipinas**, Livro 4º, Tít. 61, “Do beneficio do Senatus consulto Velleano introduzido em favor das mulheres que ficam por fiadoras de outrem”. (Grifos meus).

¹²⁹ **Ordenações Filipinas**, Livro 4º, Tít. 104, “Dos que escusam ser Tutores”, §6.

dará respaldo sobre a sua idoneidade. Ao se colocar a prova à mulher precisava mostrar que é capaz de administrar a propriedade familiar, renunciando a lei *Velleano* mostrando-se apta a arcar com a responsabilidade dos então órfãos, para tanto o juiz de órfão ainda precisa avaliar os testemunhos apresentados para conduzi-los como relatos de uma verdade e a partir dessa investigação assinará como um ato aceito perante a lei. O que está por trás desses discursos que expõe uma preocupação do Juiz de órfão está em responder sobre o cuidado dos menores para que não viessem a ser um “perigo” para a ordem social ou mesmo que ficassem sem um responsável legal que lhes pudesse cuidar. Por isso a cautela em verificar a boa índole do tutor, para passar bons exemplos para os menores.

O questionamento não está em discutir se a mulher tinha ou não direito a tutela, a ser proprietária de terra no sertão paraibano no século XIX, a questão está em refletir sobre os aspectos que propiciaram essas condições, buscar entender como essa sociedade, em meio a um discurso jurídico, social, econômico, apresenta o papel da mulher dentro desses tramites.

A reflexão está justamente no fato de haver poucos registros que mostrem essa prática, nessa localidade e nesse período, o que oculta a atuação das mulheres como administradora das propriedades de sua família, falo em uma perspectiva que relaciona a figura feminina como condutoras dos bens familiares. Como viúvas sabemos que fazia parte da lei terem suas heranças e a elas conduzirem, porém seus bens eram fragmentados entre os filhos que mesmo tendo a mãe como responsável viva, ativa, não era suficiente para responder pelos bens materiais, principalmente os de raiz da família como um todo. De modo que o discurso jurídico colaborou com esse construto de uma mulher temida por sua fragilidade, ajudou a implantar o estereótipo de um ser incapaz, que precisa ser ancorada em leis que tendem a colocá-las sobre constante vigilância.

Não questionou a existência de mulheres proprietárias de terras, pois sabemos que era comum, principalmente por causa da viuvez, porém a pesquisa vislumbra abrir uma discussão sobre os discursos referentes à condição feminina no século XIX dentro do sertão paraibano. Assim neste trabalho busco analisar o espaço em que essas mulheres se tornaram proprietárias de terras no decorrer de 1870-1875 apresentando o caso da tutela como parâmetro para um melhor entendimento da atuação dessas mulheres, dentro das teias famílias no qual instituíam as diretrizes dessa sociedade. Assim a pesquisa continua, tendo como objetivo vislumbrar esses aspectos problematizando os elementos presentes na documentação primária e na historiografia objetivando compreender as relações que estruturaram a posição feminina frente a sua situação de dona de terras condutoras de suas famílias.

“DO ALTO SERTÃO À COLÔNIA SINIMBÚ”: RETIRANTES, TRABALHO E RESISTÊNCIA NA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE (1877-1878).

Francisco Ramon de Matos Maciel¹³⁰
nomarmatos@gmail.com

Resumo: Este artigo trata das formas de ações e resistência dos retirantes na Colônia Agrícola Sinimbú durante a seca de 1877 na província do Rio Grande do Norte. A construção da Colônia em primeiro de junho de 1878, entre as vilas do Ceará-Mirim e Extremoz, embora

¹³⁰ Doutorando no PPGH-UFC. Bolsista CAPES.

tivesse os ideais do trabalho moralizador, não alcançou os fins desejados. Sua falha administração e desaprovação pela elite política levou seu fechamento no fim do corrente. Para algumas autoridades era de melhor uso a força de trabalho retirante nos serviços de melhoramentos provincial – aberturas de rios, estradas, aformoseamento urbano e serviços gerais - especialmente no vale do Ceará-Mirim, região rica de engenhos. A curta existência da Colônia revela o uso da violência de seus diretores sobre os colonos retirantes, aspectos não aceitos passivamente. Na madrugada entre os dias 15 a 16 de Julho ocorreu um ataque ao armazém dos gêneros alimentício em prol do socorro de uma criança castigada pelo diretor Arsênio Celestino Pimentel, ocorrendo uma represália violenta. Esse artigo insere-se na linha de pesquisa da história social do trabalho e migração, que busca compreender os sujeitos como agentes de sua própria formação, através das múltiplas experiências construídas nas fronteiras, territórios e (des)arranjos do mundo do trabalho e deslocamento. Nossas fontes são periódicos locais, relatórios dos presidentes de província e processos da justiça.

Palavras-Chave: Retirante, Colônia Agrícola e Resistência.

Introdução

A seca de 1877 marca novas atitudes em relação ao camponês, as políticas de socorros, a agricultura e trabalho. Ela torna-se para as elites regionais um problema que precisa ser combatido, entre as mais variadas esferas econômicas e políticas, sendo uma das principais causas responsáveis pelo atraso do Norte e Nordeste nesse *fin de siècle*.¹³¹ Assim, entre os deslocamentos de sertanejos e as dificuldades sociais acarretadas nesse período, acompanharemos como os poderes públicos tentarão ordenar uma parcela dos retirantes, por meio do trabalho e isolamento, através da criação da Colônia Agrícola Sinimbú, situada entre o vale do Ceará-Mirim e Extremoz, próxima da capital Natal no Rio Grande do Norte. A partir de relatórios, jornais e processos poderemos compreender as experiências de confinamento e resistência dos sertanejos, tendo em vista os maus tratos da administração do espaço.

Colônia Sinimbú: chicote, forquilha, palmatória e revolta.

A construção da Colônia Agrícola Sinimbú foi concebida pelas autoridades da província do Rio Grande do Norte em 1878, com a dupla função: ordenamento dos retirantes que chegavam à capital e controle sobre a força de trabalho dos homens livres pobres. Situada entre as vilas de Extremoz e Ceará-Mirim, cerca de uma légua e meia de distância entre estas, à margem esquerda do rio Caratan, conhecida também por rio Mudo. Seu terreno estaria localizado num ponto elevado, e sua fundação foi no início do mês de junho, pelo presidente Eliseu de Souza Martins. Afastado do cargo sob a alegação de doença o vice-presidente Manoel Januário Bezerra Montenegro nomeou uma comissão composta pelo Dr. Hermógenes Joaquim Barbosa Tinoco, o capitão João Ferreira Nobre, o tenente-coronel Félix de Silveira Varela e o major Francisco Bezerra Cavalcante Rocha Maracajá, afim de que se fizesse um estudo sobre o local, antes de sua dissolução.¹³²

A criação de colônias agrícolas estava relacionada ao plano de reformas que pretendia o fomento da grande lavoura com liberação de linhas de créditos para os serviços ligados ao mundo rural. As reformas acabaram implantando várias outras colônias pelo país, das quais,

¹³¹ Sobre a seca e sua invenção como problema regional ver, ALBUQUERQUE Jr, Durval M. de. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Marco. Zero, v. 15, nº 28, p.111-120, 1995.

¹³² BRITO, João Fernando Barreto de. **Colônia Agrícola Sinimbú: entre a regularidade do espaço projetado e os violentos confrontos do espaço vivido (Rio Grande do Norte, 1850-1880)**. 2015. 189 pp. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

representaram muito mais do que a tentativa de desenvolver a lavoura e inserção das províncias no plano de mudanças da agricultura.¹³³ Naquele momento de crise e seca, o ministro da Fazenda João Lins Sinimbú e secretário de Estado dos Negócios do Império, Carlos Leôncio de Carvalho, declaravam que

No intuito de conseguir o duplo fim de ter os retirantes sujeitos ao trabalho moralizador e pacífico e de alliviar os cofres publicos dos encargos originados da sêcca e agravados pela ociosidade, resolveram diversos Presidentes empregar os mesmos retirantes em alguns serviços de obras publicas e reunil-os em certos pontos mais apropriados á lavoura, formando nucleos coloniaes. Por esse meio foram creadas as colonias: De Santa Isabel, na província do Amazonas [...]; de Maracajú ao norte da mesma capital. [...] De Benevides, na província do Pará [...]; de Caeté e Santarem [...]; de Sinimbú, na do Rio Grande do Norte. [...] de Soccorro, na de Pernambuco; de S. Francisco, na de Alagôas.¹³⁴

Através da política ministerial o presidente Eliseu de Souza Martins viu na seca de 1878 não apenas a *“oportunidade de amenizar os problemas que vinha enfrentando com a oposição política local, mas também no que diz respeito ao controle sobre o tempo de trabalho do homem livre”*, logo, conferir valores morais e de ordem ao trabalho, composto pelas elites governantes naquele momento, efetuar-se-ia *“com a experimentação da criação de um núcleo agrícola, a colônia Sinimbú”*.¹³⁵ Por outro lado, as denúncias contra os dirigentes da colônia, principalmente Arsênio Celestino Pimentel, aparecem nas fontes documentais, e que registra alguns relatos dos retirantes, acerca dos usos da violência e abusos diversos. Mas antes é importante discutir as ideais e propostas iniciais de criação da Colônia Sinimbú nesse contexto da seca de 1878.

O presidente da província Eliseu Martins enviou uma carta datada de 28 de Maio de 1878, ao futuro diretor da colônia, Arsênio Celestino Pimentel, dizendo-lhe como proceder em algumas ações com a fundação do respectivo lugar. Esse seria para

[...] servir ao trabalho e a occupção honesta dos retirantes
[...] construção imediata de um armazém que serviria para o recolhimento dos gêneros destinados a alimentação dos colonos [...] cada colono em família, fazer uma chopana onde se abrigarem e nessa construção fará observar as regras que a hygiene aconselha [...] ao alistamento todos colonos tomando o nome de cada um e pessoas de família [...] distribuição de gêneros em dias ou feriados mais ou menos largos [...], evitar que os colonos trafiquem com os gêneros que lhe foram distribuídos, obstando por todos os meios e nas bebidas alcoolicas [...], empregar nesses serviços colonos que por sua conducta e bons hábitos, se mostrarem capazes, inspectores de quarteirão [...], possível fornecer aos colonos a vestimenta necessária Vm^a distribuirá por entre eles os sacos em que vão os gêneros, para que sejam aproveitados em roupa.¹³⁶

¹³³ BRITO, op. cit.

¹³⁴ **Relatório apresentando á Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da decima setima legislatura pelo Ministro e Secretário do Estado dos Negócios do Império, Conselheiro Carlos Leôncio de Carvalho.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878, p. 19.

¹³⁵ Idem, p. 112-113.

¹³⁶ Arquivo Nacional/RJ, série Interior, pasta IJJ9212, p. 69, 70 e 71.

É evidente que as preocupações de Eliseu Martins com a fundação da Colônia Agrícola Sinimbú estavam voltadas para os aspectos como o trabalho, salubridade, habitação e segurança, além é claro de outros fatores relevantes para o bom funcionamento do lugar.¹³⁷ A partir das recomendações da carta ao diretor infere-se que o espaço agrícola de Sinimbú é “percebido como um espaço da disciplina”. Problematizando, muitos eram as “formas de controle e disciplina impostas pelo governo, como o tempo de trabalho, as roupas, a alimentação, a disposição das casas, os cuidados que deveriam ter os colonos quanto à habitação (invadindo a esfera privada, modificando costumes)”, logo, muitas eram “as formas de controle a serem empreendidas no referido estabelecimento”.¹³⁸ Entretanto, existiu uma fronteira larga entre o desejo reformista da elite política agrária com a realidade prática e social da Colônia Sinimbú. No espaço vivido a ordem próxima não seguiu a cartilha esperada.

As casas da Colônia Agrícola Sinimbú são tão acanhadas que mal se pode “compreender que sejam destinadas para a habitação de seres humanos. [...]”. São montadas “sem ordem nem allento, a maior parte por entre árvores que às vezes fazem parte de sua construção, formando um intrincado labirinto em que é difficillimo, senão impossivel, distinguir uma só ou espaço que mereça este nome”. O aspecto que apresenta-se este “conjunto de miserias possilgas, contrista a quem pela primeira vez lhes lança um golpe de vista”, e o estado repugnante pelas “circumstancias que os rodeião, que sem um grande esforço da vontade ninguem a ellas se aproxima. São tão immundas, quão immundos são os habitantes que dentro d’ellas formigão, cobertos de andrajosos e de grossa camada de poeira”.¹³⁹

O diretor Celestino Pimentel reuniu para sua figura um poder discricionário dentro da colônia. Era o responsável direto de toda a administração, desde o fornecimento dos gêneros aos castigos sobre os retirantes. Até encarregou-se de reunir a população adventícia para fundar a Colônia Agrícola.

[...] chegou ao conhecimento de que no dia 1º de junho o mesmo Arsênio, reunindo a população emigrante que se achara no lugar – Corôa – á margem esquerda do rio Salgado em frente d’esta Capital, a conduziria para o sitio em que se acha assentada a referida Colonia, e ahi começou a fazer derrubadas de mattos, ordenando o levantamento de palhoças.¹⁴⁰

As notícias da administração de Sinimbú espalhavam-se rapidamente pelos opositores locais do presidente Eliseu Martins e seu projeto agrícola nessa seca do Norte. As matérias recorriam à desaprovação do diretor Celestino Pimentel, e seu largo exercido poder. Sendo português e não oriundo da região, as pressões das autoridades do Ceará-Mirim e Extremoz sobre suas responsabilidades na Colônia eram recorrentes.

Se perguntarem quem é o medico da colonia que despacha receitas em larga escala; quem é enfermeiro de innumeros doentes alhi accomettidos de graves e complicadas molestias; quem é o despenseiro ou fornecedor das rações diarias, reponder-se-ha sem hesitações que é o mesmo Sr. Arsenio, o unico que na opiniao do homem são e regenerador desta terra infeccionada de geral corrupção póde desempenhar com zelo e patriotismo aquelle cargo, que demanda força moral e abnegação, de que bem poucos

¹³⁷ Encontra-se no documento recomendações sobre a utilização dos melhores terrenos para plantio e suas ferramentas, medicamentos, transporte e emergência.

¹³⁸ BRITO, op. cit., p. 129.

¹³⁹ Arquivo Nacional/RJ, série Interior, pasta IJJ9212, p. 52.

¹⁴⁰ Arquivo Nacional/RJ, série Interior, pasta IJJ9212, p. 52.

seriam capazes! Sim o Sr. Arsenio reúne em si todos os papéis: não ha na provincia pessoal idoneo para lugares de tanta confiança. As fabulosas sommas despendidas em pura perda com a sustentação dessa colonia, de que até hoje nenhum fructo se colheu e nem se colherá em tempo algum, são a mas inequivoca, prova dessa pungente verdade. E é assim que S. Exc. pretende [sic] fazer a felicidade de seus governados, unico alvo de sua missão nesta terra de beocios [...]¹⁴¹

As acusações eram graves, especialmente acerca dos gastos públicos e nenhuma “vantagem” colhida com a criação de Sinimbuá naquela região. A estratégia política da oposição era afetar a imagem da Colônia e fazê-la deixar de existir, garantindo assim a mão de obra retirante para os serviços gerais e melhoramentos materiais da província. Ação essa que não encontrou resistência, pois Eliseu Martins afastou-se do cargo da presidência nesse mesmo ano, e não eram infundadas as acusações sobre a administração de Sinimbuá. A partir do relatório da comissão organizada pelo vice-presidente Bezerra Montenegro sobre a Colônia, encontra-se alguns relatos dos retirantes sobre os abusos empregados e funcionamento daquele respectivo lugar.

É digno da mais severa censura o modo porque o diretor Arsenio Celestino Pimentel governou a Colônia à seu cargo, e mal se poderá fazer uma ideia de sua administração, sem ter-se ouvido aos infelizes colonos. Não parece, que se tenha bem compenetrado de seus deveres e que seja dotado de sentimentos humanitários aquelle que o Exm.Sr. Dr. Elyseu de Souza Martins escolheu para confiar-lhe a suprema direção de tantos milhares de indivíduos, desprotegidos da sorte, ausente de seus lares, sem pão, sem animo, sem recursos para sua subsistência, e não dispondo de meio algum para o seu aperfeiçoamento moral. Nas condições em que se achavam esses desvalidos, é sem dúvida que as vistas do creador daquela Colonia deveria ter sido, não só proporcionar-lhes pelo trabalho meios de subsistência, mas ainda dar-lhes em seu diretor um protector que os amparasse, um educador que os dirigisse. Ao contrário porém, disso, eles encontraram um verdugo, que a palmatoria e ao chicote juntava a descompostura e o insulto.¹⁴²

No relatório da comissão encontram-se os ideais que a Colônia teria como embasamento em sua fundação, isto é, o aperfeiçoamento moral pelo trabalho. Sobre a direção de Arsênio Celestino Pimentel os retirantes não tiveram os devidos amparos e educação pelo labor agrícola nos poucos meses de existência de Sinimbuá, ao contrário, tiveram a violência como instrução. Luiz Pastorinho da Silva, retirante de Campo-Grande, *“chegado à Colônia no dia 5 de Julho, com 6 pessoas da família, e que ali ainda se acha”*, diz que viu um negro, *“por ter pedido soccorro ao diretor, para se alimentar, sofrer o horrível castigo de ser amarrado à uma forquilha desde as 10 horas da manhã até as 4 da tarde”*, e ainda ter recebido *“algumas pancadas no peito, que lhe applicará com um páo o mesmo director”*.¹⁴³ A esse mesmo tempo, tendo entrado na casa do armazém *“um rapaz também*

¹⁴¹ **Diário de Pernambuco**, ano LIV, n. 237, 15 de outubro de 1878, p. 4.

¹⁴² “Colônia Sinimbuá”. In: **Relatório com que instalou a Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte no dia 4 de Dezembro de 1878 o 1 vice-presidente, o exm.sr.dr. Manoel Januario Bezerra Montenegro**. Recife: Typ. do Jornal do Recife, 1879, p. 9.

¹⁴³ Idem, p. 9.

de cor negra, e procurando apanhar alguns caroços de farinha, que se achava derramada, foi imediatamente agarrado por ordem do director, o qual lançado mão de uma taboa de barril, o espancou até deita-lo fora do armazém”.¹⁴⁴ O colono Antônio Luiz, “testemunha ocular, que outro negro sem que saiba qual o seu crime, foi amarrado pelos pés de cabeça para baixo, e faleceu no fim de 4 dias”.¹⁴⁵

A violência praticada pelo diretor Arsênio Pimentel mostra uma das suas principais vítimas: os negros colonos. A inserção social dos libertos no mundo rural não estava apenas voltada para a região sudeste, pois os conflitos e tensões numa sociedade em transição para a abolição marcava um cotidiano de brutalidade e exploração nas condições de trabalho do Império a República.¹⁴⁶ “Enterrar a palmatória e o vergalho podia fazer pouco sentido para os libertos, se o homem que os usara continuasse a dar as ordens”.¹⁴⁷ As narrativas dos retirantes sobre as ações violentas do diretor da Colônia dão indícios da indignação coletiva por tais atos, que sem fundamentos, pautados exclusivamente pela vontade de Arsênio Pimentel, mostra seu desejo de preservar os padrões e valores de deferência entre eles e seus subordinados, principalmente os negros colonos. No entanto os castigos se estenderam a todos na Colônia Sinimbú.

Refere ainda, que um colono, de nome Pedro Severino, foi mettido em quadrado por Antonio Bezerra Cavalcante, por alcunha – Quebra-Canella- preposto do diretor, e surrado descomunalmente por diversos indivíduos da confiança deste, somente porque dissera, que todos os distribuidores dos gêneros eram ladrões. Este facto é confirmado por Maria Ventura da Annuniação, natural de Alagoa, nova, viúva de Lino José do Nascimento, residente na Colônia desde o começo, assim como por Manoel Florencio da Cunha e outros colonos.¹⁴⁸

Da carta de recomendações do presidente Eliseu Martins parece que foi mais levado a sério a questão da segurança e policiamento pelo diretor Arsênio Pimentel. O seu braço direito “Quebra-Canella” e outros indivíduos encarregados da ordem local eram sempre citados nos episódios de violência e problemas na distribuição dos gêneros alimentícios. O próprio Antônio Bezerra Cavalcante esteve envolvido no confronto entre retirantes e diretor na noite de 15 de Julho. Sobre o aspecto de corrupção e atraso dos socorros na Colônia o relatório diz que “os gêneros que tão larga profusão eram remetidos ao director da Colônia, se distribuíam com o intervalo de 10, de 12 e até 20 dias, em diminutas quantidades, dando lugar a que morresse um grande número de pessoas inanida de fome”.¹⁴⁹ A violência contra quem reclamasse e ousa-se pegar as migalhas dos víveres no armazém, baluarte do diretor e seus guardas, era o chicote, a forquilha e palmatoria. A “vergasta era muita vez o pão que recebiam, quando diziam – temos fome – e ai daquele que ousava levantar a voz e queixar-se de seus soffrimentos!”¹⁵⁰

¹⁴⁴ Idem, p. 9.

¹⁴⁵ Idem, p. 10.

¹⁴⁶ Sobre o contexto sociocultural, político econômico e relações de trabalho no pós-abolição ver GOMES, Flávio dos Santos. CUNHA, Olívia Maria Gomes de. **Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, 452p.

¹⁴⁷ RIOS, Ana Maria. MATTOS, Hebe Maria. Para além das senzalas: campesinato, política e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-Abolição. In: GOMES, CUNHA, op. cit., p. 60.

¹⁴⁸ Idem, p. 10.

¹⁴⁹ Idem, p. 10.

¹⁵⁰ Idem, p. 9.

As doenças e ausência de cuidados médicos foram outro elemento da falha administração de Sinimbú, elevando assim o número de mortes entre os retirantes e sentimentos de raiva causada pela direção.

Outro, porém, foi o seu procedimento, por quanto, em vez de aplicar-se com zelo e dedicação ao tratamento dos enfermos e proporcionar-lhes, tanto quanto fosse possível, melhores condições higienicas na triste situação em que se achavam, criando hospitais com as necessárias acomodações, conserva-se dentro do armazém, sua morada habitual, incubia Francisco Nogueira e outros, homens inteiramente analfabetos, de andarem de porta em porta, distribuindo com os doentes remédios, que arrancavam de dentro de um bernal de couro e deixava, que no chão jazessem os enfermos, sem uma palha por enxerga, sem cobertor, ou quando muito cavolvidos em sacos de estopa ensopados nas próprias fezes que deitavam [...] não admira que morressem diariamente, já de inanição, já de moléstia, trinta pessoas segundo uns e até mesmo sessenta, segundo informa José Francisco Alves, que era fiscal da Colonia [...]. Elevou-se assim o obituário conhecido, se merece credito uma nota fornecida pelo mesmo José Francisco, ao espantoso numero de 3.985. Este obituário torna-se ainda mais notável quando se sabe, que assumiu tão grande proporções no curto espaço de quatro mezes, sobre uma população que talvez nunca chegasse a 10 mil almas.¹⁵¹

O cotidiano de privações, violência e abandono compõe o espaço social na Colônia Agrícola Sinimbú, lugar distante do trabalho regenerador e moralizante. A reconstrução das experiências de vida dos colonos retirantes está imersa no conjunto das relações de poder e ideologia dominante na documentação, por isso é importante através das mediações sociais sua inserção no contexto mais amplo da sociedade em que viveram,¹⁵² vislumbrando seus papéis informais e subjetivos, ao invés somente dos padrões normativos, isto é, a relação intrínseca entre os pormenores significativos e processos globais, pois, dar *“voz a uma multiplicidade de sujeitos pressupôs todo um processo de desvendamento do omissa e do oculto”*.¹⁵³ Trata-se aqui também de uma história da atuação camponesa em seus próprios termos, *“onde as revoltas situam-se dentro de um sistema de relações que nos permite vê-las, não como simples “reações”, como geralmente foi feito, mas como uma ação complexa que tem sua própria coerência interna”*.¹⁵⁴

Na madrugada entre os dias 15 e 16 de julho ocorreu o estopim entre a administração e colonos retirantes de Sinimbú. O conflito surge nos testemunhos do processo encaminhado pelo promotor público Manoel Ferreira Nobre, comarca do Ceará-Mirim, e dos periódicos da época. Neles encontram-se os sinais do discurso oculto¹⁵⁵ e resistência dos retirantes colonos

¹⁵¹ Idem, p. 10.

¹⁵² DIAS, Maria Odila Silva. **Heremênutica do Quotidiano na Historiografia Contemporânea**. São Paulo: Proj. História, Nº 17, 1998.

¹⁵³ DIAS, op. cit., p. 251.

¹⁵⁴ FONTANA, Josep. Por uma História de Todos. In: **A História dos Homens**. São Paulo: EDUSC Editora, 2004, p. 443.

¹⁵⁵ Para o sociólogo James C. Scott todos “os grupos subordinados criam, a partir de sua experiência de sofrimento, um “discurso oculto” que representa uma crítica do poder expressa nas costas dos dominadores [...] O discurso oculto é, pois, conotativo no sentido em que consiste em enunciados, gestos e práticas que, tendo lugar fora da cena, confirmam, contraditam ou inflectem aquilo que

sobre o diretor/réu Arsênio Celestino Pimentel, quanto o discurso oficial sobre o episódio. No *Jornal do Recife* publicou-se uma correspondência proveniente de Ceará-Mirim, datada de 16 de julho.

Hontem, a meia noite, constou por comunicação do subdelegado de policia da povoação de Extremoz que na mesma noute o subdito portuguez Arsenio Celestino Pimentel, administrador da colonia Sinimbú, auxiliado por alguns de seus guarda costas, assassinara a trez colonos. Na communicação que o subdelegado dirigira ao delegado de policia deste termo, pedio aquella autoridade auxilio para effectuar as prisões dos criminosos, os quaes se achavam debaixo do cerco, e perseguidos pelo clamor publico, entretanto que empregavam resistencia a mais formal. O Sr. Manoel Teixeira da Fonseca Silva, 1º supplente do delegado de policia, em exercicio, fez seguir immediatamente para aquella localidade uma força de linha e 11 praças e tomou outras providencias. Hoje, ás 11 horas a manhã, voltou a força conduzindo presos os delinquentes, os quaes ficam recolhidos á cadeia desta villa, para serem processados pelo facto grave que praticaram.¹⁵⁶

Nesta mesma edição do jornal, publicou-se em resposta outra versão do episódio, envolvendo indivíduos que agiam contra o diretor da Colônia. Segue-se que,

Um grave attentado teve lugar naquella colonia ás 10 horas da noite do dia 15 deste, sendo o estabelecimento ou casa de deposito dos generos do governo, onde pernoitava o respectivo director, atacado aquella hora por uma malta de colonos e pessoas estranhas da vizinhança, armadas de fources, machados e espingardas. Inopinadamente aggredido o director da colonia o Sr. Arsenio Celesitno Pimentel, cercado da maior parte dos retirantes alli estabelecidos, defendeu-se como poude, e por maiores que fossem seus esforços, não chegou a obstar que houvessem alguns ferimentos, entre os quaes dous graves, como fomos informados. A semelhante desordem infelizmente parece que não foi estranho ao subdelegado do lugar Lourenço Fernandes Campos Café, que foi demittido a bem do serviço publico apenas S. Exc. o Sr. Presidente e Dr. chefe de policia, souberam do facto.¹⁵⁷

Cruzando as narrativas sobre o ocorrido têm a seguinte cena: O diretor Arsênio Celestino Pimentel e seus guardas foram cercados por uma malta de colonos e outros indivíduos no estabelecimento do armazém de gêneros. Um conflito foi iniciado, levando o diretor a defender-se, mas acabando ferindo gravemente alguns colonos. Sabendo do ocorrido o subdelegado Lourenço Café, que não estava mais no cargo público, mandou Manoel Teixeira da Fonseca Silva, suplente do delegado de polícia, e mais uma força de linha, prender o diretor e seus guardas na manhã de 16 de julho. Na primeira notícia Arsênio Pimentel e seu grupo são narrados como delinquentes perigosos, por terem matado três colonos, já na seguinte agiram conforme sua segurança diante de uma malta armada e

aparece no discurso público”. SCOTT, James C. **A Dominação e a Arte da Resistência**. Discursos Ocultos. Lisboa: Terra Livre, 2013, p. 19 e 31.

¹⁵⁶ *Jornal do Recife*, Anno XXI, n. 172, 30 de julho de 1878, p.1.

¹⁵⁷ *Jornal do Recife*, ano XXI, n. 172, 30 de julho de 1878, p.1.

violenta.¹⁵⁸ As versões fazem parte do discurso público acerca do evento, deixando lacunas sobre os motivos e razões para a ação coletiva dos colonos retirantes e da reação violenta de seu diretor. Portanto, cruzaremos outras falas a partir das testemunhas do inquérito do caso.

O promotor público acusou Arsênio Celestino Pimentel de castigar com “palmotoadas o menor Manoel, filho de Manoel Pereira de Moraes, também colono”, que teria entrado no armazém da colônia, no intuito de arrancar seu filho das mãos do diretor. Segundo relato do promotor, nesta ocasião travou-se luta corporal entre Manoel Pereira e o diretor, da qual o colono saíra ferido devido a um disparo de arma de fogo efetuado pelo segundo. Quanto à Quebra-Canella, foi acusado de auxiliar Arsênio Celestino Pimentel, disparando um tiro de espingarda contra outro colono, que o promotor não soube informar o nome nem o fim que tivera.¹⁵⁹

No depoimento do colono pai da criança castigada, o senhor Manoel Pereira Moraes, confirmou-se a história dos castigos sofridos de seu filho e do disparo de revólver pelo Arsênio Pimentel, e que, além disso, teria o mesmo “*castigado com palmatoadas diversos colonos, atando os com cordas a uma forquilha sendo esses castigados praticados em homens, mulheres e meninos*”.¹⁶⁰ Também de que “*guardas de que sempre está cercado o administrador auxilião a amarrar as ditas pessoas, sendo o castigo praticado pelo asministrador*”.¹⁶¹ O hábito dos castigos e escolta do diretor andavam de mãos dadas para garantir a “disciplina” naquele lugar.

O colono João Evangelista do Nascimento, chagado há 14 dias, depôs que chegou a casa que residia o diretor e por conta “*do tumulto e voseiras que ouvira ali, e teve ocasião de presenciar o conflito de que se trata*”, o mesmo havia se juntado a outros colonos para tentar resgatar uma criança que era agredida, quando escutou um tiro “*o qual fora desfechado por Arsenio Celestino Pimentel*”,¹⁶² e depois outro por “*Quebra-Canella*”. João Evangelista chegou a negar a versão do diretor, que “*tudo aquillo era um acto precipitado de uma parte dos colonos anarchizados ou tentativa de arrombamento ou incêndio a caza para roubarem os gêneros ali recolhidos*”.¹⁶³

Em carta de 31 de julho de 1878, o presidente Eliseu de Souza Martins escreve ao conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, Ministro e Secretário do Estado dos Negócios de Justiça, em defesa da Colônia Sinimbu e de seu diretor Arsênio Pimentel, preso pelo subdelegado da polícia de Extremoz, Lourenço Fernandes Campos Café.

[...] atacada a Colonia das dez e meia às onze horas da noite do supracitado dia 15 [de julho, quando Café que mora ali perto compareceu não para intervir como lhe cumpria e apasiguar o conflicto pondo-se em favor e em garantia do estabelecimento do Governo, mas para ordenar aos assaltantes aos gritos de “ou o marinheiro dá generos hoje ou morre”, que apertasse o cêrco, enquanto elle se dirigia a Villa do Ceará mirim em busca de tropa e onde foi finalmente acolhido e satisfeito, deixando-se ficar em casa a autoridade policial a quem recorreo. Regressou Café á Colonia as sete horas da manha do dia 16, mandou arrancar violentamente por dez praças o Director da Colonia e mais os seis guardas do armazem e fez o que tinha prometido, isto é distribuiu os generos pelos assaltantes. Até aqui a

¹⁵⁸ As duas narrativas fazem parte da tensão política existente entre opositores políticos locais e o presidente da província Eliseu Martins, sendo o último defensor da figura do diretor da Colônia Sinimbu.

¹⁵⁹ Arquivo Nacional/RJ, série Interior, pasta IJJ9212, p. 45.

¹⁶⁰ Arquivo Nacional/RJ, série Interior, pasta IJJ9212, p. 3.

¹⁶¹ Arquivo Nacional/RJ, série Interior, pasta IJJ9212, p. 8.

¹⁶² Inquérito de Arsênio Celestino Pimentel - Arquivo Nacional/RJ, Série Justiça, pasta IJ1299, p. 16.

¹⁶³ Idem, p. 18.

tragedia que poderia ter sido fatalíssima si o respeito a consideração que para os colonos merece seu Director não os tivesse reunido em torno d'elle inorme diante de um grupo de mais de cem individuos armados de espingardas, fources e machadas que procuravão escalar o deposito dos gêneros.¹⁶⁴

Nesse fragmento o subdelegado chega ao armazém da Colônia e encontra Arsênio Pimentel e seus guardas cercados pelos colonos retirantes, armados e exigindo a distribuição dos gêneros alimentícios. Depois de algumas horas volta com uma força polícia e prende o diretor e seu grupo, além de distribuir com a multidão - “*assaltantes*”- os gêneros do armazém, efetuando-se o saque. Na carta não vemos qualquer menção ao caso do filho do colono castigado, mas apenas o motim da malta. Para o presidente da província o subdelegado Lourenço Fernando Campos Café estava arquitetando a prisão do diretor Arsênio Pimentel com autoridades locais, fortes opositores do governo provincial e da Colônia Agrícola Sinimbú, e novamente defende a administração e caráter do diretor do Celestino. No momento não vamos estender-se nos conflitos políticos dos representantes da província potiguar, porém, estamos cientes de sua importância ao contexto e vidas de milhares sujeitos. No presente queremos compreender as ações e resistências dos colonos retirantes frente à administração da Colônia no seu espaço vivido.

O Colono Joaquim Freire testemunha que ouviu gritos e “*palmotoadas [...] e estimulado pelo sentimento de compaixão convidara outros unidos a ele irem a aquele lugar evitar um semelhante castigo*”, e também negara que queria roubar e incendiar o dito armazém, uma vez “*que da parte de pessoa alguma houvesse outra idéa que não fosse a de tirar ou salvar dos castigos aludido a criança de qui trata*”.¹⁶⁵

Pelos testemunhos dos colonos retirantes a questão do socorro ao filho de Manoel Pereira Moraes e o uso da violência pelo diretor e seus comparsas são elementos comuns de suas falas. A negação de participação ou intenção de saquear o armazém dos gêneros também cruzam-se nos depoimentos. Nossa leitura acerca do fato e contexto social da Colônia Sinimbú traz a seguinte interpretação. Os usos da violência praticada pelo diretor Arsênio Celestino Pimentel, juntamente com seus guardas no cotidiano dos colonos era algo presente naquele lugar. As narrativas diversas sobre os castigos aos negros colonos mostram as condições de trabalho da escravidão e que estavam estendendo-se aos demais. Toda essa situação era absorvida pelos valores, códigos morais e emoções dos colonos retirantes. Agir de forma isolada contra as injustiças era torna-se alvo da força repressiva de Arsênio Pimentel. O motim do dia 15 de julho simboliza uma ação coletiva de justiça e economia moral dos colonos contra seu diretor.¹⁶⁶ Um não anula a outra. A diferença é que na coletividade os sujeitos ganham força, invisibilidade e solidariedade. Afirmar suas intenções como testemunha num processo jurídico é perder a proteção política adquirida num agenciamento coletivo, “*o modo de individuação em questão era central para o poder*

¹⁶⁴ Arquivo Nacional/RJ, série Interior, pasta IJJ9212, p. 45.

¹⁶⁵ Idem, p. 19.

¹⁶⁶ Usamos as expressões no sentido de uma apologia das massas sobre o que eles compreendem como “correto”, isto é, moralmente justo e aceitável pela coletividade num contexto histórico. Para o episódio do motim na Colônia Sinimbú aglutinam-se a defesa da criança castigada, o fim dos maus tratos e distribuição dos gêneros aos colonos. Sobre esses aspectos consultar as seguintes obras, DIAS, Bruno Peixe. NEVES, José (Coords.) **A Política de Muitos**. Povo, classe e multidão. Lisboa: Tinta da China, 2010. NEVES, Frederico de Castro. **A Multidão e a História**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. RUDÉ, George. **A Multidão na História**. Estudo dos Movimentos Populares na França e na Inglaterra, 1730-1848. Rio de Janeiro: Campus, 1991. THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

disciplinar da polícia e do tribunal operarem [...] individualiza para controlar". Logo os membros de uma "multidão sentem-se frequentemente autorizados ou legitimados na sua acção precisamente porque os outros estão envolvidos em simultâneo no mesmo acto".¹⁶⁷ Defender uma criança castigada por um sujeito que, ao mesmo tempo usa da violência contra todos, deixando seres humanos morrerem de fome pelo simples fato de não distribuir gêneros alimentícios, eram motivos legítimos para a multidão exigir o fim dos maus tratos e de uma distribuição justa dos víveres. Fato curioso é que no relatório feito pela comissão do vice-presidente encontra-se a seguinte frase, "o furto na Colônia Sinimbú não era um crime, era um meio lícito de adquirir".¹⁶⁸

No final os sertanejos venceram naquela madrugada do dia 16 de julho. O diretor foi afastado e levado à prisão da comarca de Ceará-Mirim a espera de seu julgamento, e nunca mais voltou a Colônia. Embora muitos problemas continuassem até o fechamento definitivo do lugar¹⁶⁹ aquele momento de resistência foi renitente para os colonos retirantes de Sinimbú.

O fechamento da Colônia Agrícola Sinimbú pelo vice-presidente Montenegro e sua comissão foi estratégia da elite política local para converter aqueles colonos retirantes em trabalhadores de obras públicas e serviços gerais na província, especialmente para a região dos engenhos do vale do Ceará-Mirim. No jornal *Diário de Natal* traz uma longa matéria da passagem de Montenegro e sua comissão na respectiva Colônia, que além de averiguar a situação da mesma, aproveita para visitar algumas autoridades, principalmente fazendeiros e donos de engenhos da região.

[...] Assim, no dia 2 do corrente, em companhia dos Srs. Deputado geral Dr. Moreira Brandão, chefe de polícia, Dr. Costa Miranda, juiz de direito Dr. Morato, deputado provincial João Tiburcio Junior, e engenheiro inglês Jason Rigby, além do seu ajudante d'ordens capitão Urbano e chefe de secção de sua secretaria Manoel Pereira de Azevedo, saíam desta capital para a povoação de Extremoz, onde pernotou em casa do digno subdelegado Joaquim José de Carvalho Pinto. No dia seguinte pela manhã [...], dirigio-se para o lugar da extinta colônia, onde demorou-se mais de duas horas, ouvindo os emigrantes que ainda ali restavam e procurando remediar as suas precisões mais urgentes. Seguindo depois para a vila do Ceará-Mirim, tomou a casa do Sr. Mathias, muito digno juiz municipal do termo, onde esteve com os companheiros de jornada [...] No dia 4 o Exm. Sr. Vice-presidente e seus companheiros forão percorrer o canal denominado Bandeira, até a frente do engenho União, donde voltaram para S. Francisco, rica propriedade do Sr. Barão que ofereceu aos ilustres hospedes um esplendido almoço. A tarde foram todos para o engenho Ilha Bella, pertencente ao Sr. Tenente Coronel José Félix, sendo acompanhados pelos Srs. Alexandre Varella e Dr. Barros, que os seguiram ainda até o engenho Guaporé do Sr. Dr. Vicente Ignacio, sendo em um a outro tratados com os mais significativas demonstrações de

¹⁶⁷ CHAKRABARTY, Dipesh. História subalterna como pensamento político. In. DIAS, NEVES (Coords.), op. cit., p. 298.

¹⁶⁸ Arquivo Nacional/RJ. Série Interior, pasta IJJ, p. 60.

¹⁶⁹ Intermediários e ajudantes de Arsênio Celestino Pimentel assumiram algumas funções administrativas, ocorrendo sérios problemas na distribuição dos gêneros, fazendas e objetos gerais até a chegada do segundo diretor Vestremundo Arthemio Coelho. O quadro de problemas viria a se agravar pela saída do presidente Eliseu Martins, o defensor maior do projeto da Colônia Sinimbú. Consultar BRITO, op. cit., p. 168.

apreço. No dia 5 voltarão todos para Villa, onde se demorarão até a tarde do dia 6, em que partirão para Macahyba, vindo para esta capital. [...] Convencido profundamente de que o lugar, em que fora situada a Colonia Sinimbú, não se prestava ao fim que fora destinado, confirmou-se na opinião de que a extinção da mesma colônia era uma necessidade apressável e que seria um gravíssimo erro restabelece-la. Além dos serviços já determinados, autorizou a limpeza do canal, que mandou alargar e afundar em algumas partes, encarregando a direção do serviço ao honrado tenente coronel José Félix, e destinando para tal fim mil sacas de farinha, assim como o produto do imposto especial sobre engenhos. Autorizou também a abertura do rio Maxaranguape, nomeando uma comissão para administrar o trabalho. Autorizou, finalmente, a fundação de um hospital na Villa, contractando para isto o medico Dr. Joaquim Antão de Sena. Estas medidas de incontestável acerto e utilidade, ao passo que pesa maior parte tem de produzir importantes melhoramentos para a lavoura, serão remédio eficaz para os males que afligem a população desvalida, flagelada pela fome e moléstias reinantes. Assim a ida de S. Exc. Ao Ceará-Mirim foi de vantajosos resultados, e com ele nos congratulamos por ter atendido as justas reclamações dos mais importantes cidadãos do município.¹⁷⁰

É evidente o desejo das autoridades na extinção da Colônia Sinimbú e relocação dos colonos retirantes para os serviços de abertura de rios, construções de prédios públicos e obras gerais na vila do Ceará-Mirim, além disso, como frisa o vice-presidente *“ter atendido as justas reclamações dos mais importantes cidadãos do município”*.

Considerações Finais

A construção da Colônia Agrícola Sinimbú representou a tentativa de reeducação e controle dos homens livres pobres ao trabalho racional de agricultura naquele ano de seca de 1878. Entretanto a experiência vivida não condizia com as ideias da fundação da Colônia. Ao invés de condições de trabalho, alimentação e moradia para os serviços no campo, os colonos retirantes experimentaram um contexto de violência e abusos de autoridade pelo diretor do lugar. Não resignando-se diante da situação, acabaram envolvidos num confronto com a administração de Sinimbú, ocasionando o afastamento de Arsênio Pimentel. Não sendo aprovada sua criação desde o início, por segmentos políticos e fazendeiros da região, sua extinção ocorreria em meados de outubro quando o vice-presidente Montenegro assume em decorrência do afastamento de Eliseu Souza Martins. Atendendo aos interesses das elites do vale do Ceará-Mirim, a mão de obra dos colonos foi desviada para os serviços de melhoramentos materiais espalhados pelo território provincial, principalmente entre as zonas de engenhos. Esse artigo faz parte das discussões acerca da produção dos territórios da seca no Rio Grande do Norte na passagem do século XIX. Territorialidades essas que simultaneamente abarcam as relações da migração e mundos do trabalho, das ações em massa e formas de controle dos poderes públicos, da exploração sistemática à resistência direta e sorrateira no cotidiano.

¹⁷⁰ Digressão Presidencial. **Correio de Natal**. Ano I, N. 4, 9 de Novembro de 1878, p. 1 e 2.

TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO EM ALAGOAS NA DÉCADA DE 1990 A PARTIR DE REFLEXÕES SOBRE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO.

*Gladyson Stelio Brito Pereira*¹⁷¹
gladymst@yahoo.com.br

Resumo: Esse artigo é um dos frutos da pesquisa de doutoramento sobre “trabalho escravo em Alagoas entre 1990 e 1995”, se vincula à perspectiva do chamado “mundos do trabalho” tendo como metodologia de referência as propostas metodológicas de E. P. Thompson e Carlo Ginzburg. Partindo de um conjunto de reflexões sobre o eurocentrismo e urbanocentrismo na historiografia e no ensino de História, procura dar conta das dimensões de permanências e mudanças nas relações sociais entre a elite alagoana e seus trabalhadores do setor sucro-alcooleiro, analisando criticamente essas duas dimensões ao longo do século XX, mas com foco nos primeiros cinco anos da década de 1990, para isso utiliza como fontes diversos documentos do arquivo da Comissão pastoral da Terra de Alagoas além de entrevistas e registros da imprensa da época.

Palavras-chave: Eurocentrismo, urbanocentrismo, Educação do Campo, trabalho escravo contemporâneo.

Introdução

Ensinar História não é um ato inocente, nem muito menos simples. De uma forma geral muitos profissionais do ensino de História acabam, seja por má formação seja por comodismo, reproduzindo uma prática educativa que os reduz ao papel de “contadores de História...”, com uma declinação que torna sua atuação ainda mais prejudicial aos educandos, qual seja, “contadores de Histórias reais”. Apesar de toda uma tradição crítica da historiografia moderna acerca da relação História/Verdade, pouco ou nada desse debate chega ao ensino fundamental e médio. Para muitos educandos a disciplina História segue sendo uma disciplina “decorativa”, uma narrativa pré-estabelecida que deve ser memorizada e reproduzida de forma mecânica. A reflexão não tem andado com muita frequência “de mãos dadas” com o ensino de História. Dessa forma as visões de mundo e ideologias por trás das versões mais veiculadas nos livros didáticos seguem produzindo e reproduzindo velhas e ultrapassadas interpretações sobre o estudo dos homens no tempo.

Assim, as pretensões universais de visões eurocentradas ganham força e legitimidade em sala de aula a começar pela periodização eurocentrada, passando pelos inúmeros conceitos produzidos a partir da realidade europeia, mas apresentados como universais, até a imagem de superioridade/subalternidade na relação Europa/Outros. Na área da Educação do Campo essa situação se repete com mais agravantes, além de todos os vícios eurocêntricos, um em particular agrega mais prejuízos aos já existentes, trata-se do vício do urbanocentrismo corolário do anterior. Os educandos do campo não se veem na História ou se veem homogeneizados, amesquinados, apequenados ou embrutecidos.

O eurocentrismo e a história.

O eurocentrismo possui raízes profundas na cultura historiográfica, toda a nossa tradição escolar, e isso se revela em inúmeros currículos – inclusive universitários -, ainda se verga a essa maneira de conceber a trajetória humana na terra. Mas, há inúmeros intelectuais em diferentes partes do mundo a contestar essa visão hegemônica da História e aqui queremos apresentar alguns poucos e suas contribuições para a superação desse estado de coisas.

¹⁷¹ Professor assistente História/UNEAL.

Roy Preiswerk e Dominique Perrot analisando manuais de História, nos demonstra como a noção de civilização, vaga e imprecisa, assumiu um papel central na imagem etnocêntrica que os ocidentais tem de si mesmos e dos outros. Sobre ela se funda uma concepção de História que hierarquizando diferentes sociedades e povos coloca a Europa no topo dessa hierarquia. Valorizando certos aspectos distintivos como “escrita” e “urbanização” funda uma concepção evolucionista da História que resulta em comparações descuidadas e perigosas entre sociedades de lugares e tempos distintos. Essa concepção evolucionista da trajetória dos homens no tempo se encontra subjacente a inúmeros manuais de História.¹⁷²

Claude Liazu, na mesma linha de preocupação de Preiswerk e Perrot, refletindo criticamente sobre as várias vertentes do eurocentrismo na cultura ocidental nos chama a atenção para outros aspectos vinculados a ideia de “civilização”:

“Si le mot civilisation ou la-Déclaration des droits de l’homme et du citoyen ont une portée universelle, ces mots et ces textes fondateurs concernent d’abord notre continent.

De fait, le XVII siècle a été, au moins dans les elites culturelles des lumières, une époque d’affirmation de l’Europe comme communauté au destin éminent.”¹⁷³

Liazu analisando o pensamento iluminista, em particular as reflexões de Montesquieu, procura demonstrar como encontramos aí uma das características da cultura europeia assim como de seu espírito racionalista, qual seja: “...la recherche de correspondances entre les conditions physique et les réalités morales e psychologiques...”¹⁷⁴ Esse esforço determinista em buscar causas naturais para aspectos morais e psicológicos se realiza no caso de Montesquieu na afirmação da Liberdade como atributo natural dos europeus como podemos observar nos extratos do pensamento de Montesquieu citados por Liazu:

“[...] Um État européen ne peut être vraiment un État européen los que quando il donne sur la mer. La mer apporte avec elle cette tendance très particulière vers l’exteérieur qui manque à la vie asiatique, cette marche de l’avie vers plus loin qu’elle-même. C’est ainsi que l’avie des États européens a acquis le principe de la personne singulière. [...]

De lá suit qu’en Asie le nations sont opposées aux nations du for au faibre, les peuples guerriers, braves et actifs, touchent immédiatement des peuples efféminés, paresseux, timidez: il faut donc que l’un soit conquis, et l’autre conquérant. Em Europe, au contraire, les nations sont opposées du for tau fort; celles quse touchent ont à peu près le même courage. C’est la grande raison de la faiblesse de l’Asie et de la force de l’Europe et de la servitude de l’Asie; cause que je ne sauchepas que l’on ait encore remarquée. C’est ce qui fait qu’en Asie il n’arrive jamais que la liberté augmente; qu lieu qu’em Europe elle augmente ou dimunue, selon les circonstances. [...]

C’est ce qui a formé um génie de liberte qui rend chaque partie très difficile à être subjuguée et soumise à une force

¹⁷² PERROT, Dominique, PREISWERK, Roy. **Ethnocentrisme et Histoire**. L’Afrique, l’Amérique indienne et l’Asie dans les manuels occidentaux. Paris: Anthropos, 1975.

¹⁷³ LIAUZU, Claude. **Race et Civilisation: L’Autre dans la culture occidentale**. Anthologie historique. Paris: Syros, 1992, p. 40.

¹⁷⁴ Idem, ibidem, p. 46.

étrangère, autrement que par les lois et l'utilité de son commerce."¹⁷⁵

Acrescente-se aos diferentes aspectos que compõem a visão eurocêntrica do mundo além da valorização hierarquizante da “escrita” e do “urbano”, a suposição do determinismo natural e a presunção de que a “liberdade” seria um atributo inerente aos europeus de onde os demais povos seriam passivos a condição de opressores ou oprimidos, sem espaço para a civilização entre eles.

O eurocentrismo se apresenta na História dessa forma com muito mais vigor em suas entrelinhas, sugerindo imagens distorcidas sobre as diferenças entre os povos, fazendo crer que a diferença é fruto de uma hierarquização natural, quando na realidade o que ocorre é uma hierarquização artificial das diferenças, tomando o Europeu como o superior. A intelectualidade europeia do século XIX e XX soube como ninguém como dar asas a esse tipo de comportamento.

No seu livro “O roubo da História”, Jack Goody escreve sobre como os europeus criando uma suposta excepcionalidade do Ocidente na criação de valores, como a liberdade e democracia, instituições como as universidades e até sentimentos como o "amor romântico" e o individualismo encobriram a trajetória real da humanidade, comprometendo uma visão clara de outros continentes e povos, prejudicando uma visão lúcida tanto passado quanto para o futuro desses povos, sobretudo ele chama atenção para o Japão, os "tigres asiáticos", a China e a Índia que talvez estejam perto de retomar a hegemonia mundial.

O etnocentrismo dos intelectuais ocidentais estaria na projeção que fazem do passado da Europa a partir da atual superioridade ocidental, de modo que essa superioridade conjuntural seja tomada como existente desde sempre, o que não se sustenta mediante análise documental. Se a Europa hegemonizou a história do mundo a partir do século XIX, antes dela a China, os árabes e outros povos asiáticos também tiveram conquistas valiosas.

Um exemplo dos questionamentos de Goody aos intelectuais ocidentais eurocêntricos, é a sua análise da obra de Norbert Elias intitulada “O processo civilizador”. Nesse livro Elias enfatiza a formação de comportamentos “civilizados” na Europa da renascença como se fosse algo especificamente europeu, mas Goody contesta e chama a atenção para que na mesma época situações semelhantes ocorriam na China, por exemplo:

“Lá também o desenvolvimento dos costumes, o uso de intermediário (pauzinho – hashi) entre a o alimento e a boca, os rituais complicados de saudação e limpeza corporal, as restrições da corte em contraste com a objetividade dos camponeses, como, por exemplo, na cerimônia do chá, tudo isso apresenta paralelo com a Europa da Renascença”¹⁷⁶

Assim, essa submissão ao olhar europeu sobre o mundo nos faz perder de vista a complexidade do conjunto da humanidade e amesquinhar a experiência humana a uma única de suas vertentes. Essa limitação do nosso olhar sobre a multiplicidade de percepções sobre o mundo torna nossa capacidade de interpretar a realidade e criar conceitos e hipóteses explicativas sobre a realidade reféns de um único ponto de vista, o ponto de vista europeu.

A chamada “História quadripartite” é um dos corolários de tal visão de mundo que reduz toda a trajetória humana à uma réplica da trajetória histórica francesa, qual seja, antiguidade, medievo, modernidade e contemporaneidade, reducionismo denunciado por

¹⁷⁵ Idem, *ibidem*, p.45-47.

¹⁷⁶ GOODY, Jack. **O roubo da história**. Como os europeus se apropriaram das idéias e invenções do Oriente. São Paulo: Contexto, 2008, p. 198.

Chesneaux¹⁷⁷. Para cada “etapa histórica” dessas historiadores marxistas, presos a concepções economicistas ou etapistas da História, encontraram para cada uma das etapas citadas um modo de produção específico numa ordem teleológica que conduziria não só a Europa, mas todo o mundo em direção ao socialismo e ao comunismo, felizmente há entre os próprios marxistas quem denuncie, critique e busca superar tal esquematização no pensamento de Marx.¹⁷⁸

Essa lógica esquemática e reducionista prejudicou o olhar historiográfico sobre o novo e o diferente, fazendo muitas vezes a História se tornar um instrumento de legitimação de opressões dissimuladas. Em tempos recentes na discussão sobre a existência ou não de escravidão no mundo contemporâneo, era comum o uso do argumento etapista eurocentrado para negar que tal relação de exploração pudesse estar ocorrendo ainda entre nós ou em se admitindo que estivesse ocorrendo minimizando-a como reminiscências do passado ou casos isolados. Falar em “escravidão” nos tempos atuais seria um “anacronismo”, um dos erros mais sensíveis a um profissional da Historiografia, não por acaso os estudos sobre escravidão contemporânea foram inicialmente e durante muito tempo conduzidos por antropólogos, cientistas sociais e juristas ficando os historiadores afastados dessas discussões durante décadas e só recentemente e de forma tímida se apresentam ao debate acadêmico sobre o tema. Muitos dos defensores dos direitos humanos tiveram que se armar de outros que não a História para denunciar o que a realidade lhes “gritava”, milhares de homens, mulheres e crianças por diferentes razões de hierarquia social (étnicas, religiosas, econômicas, etc.) e a partir da realidade de cada país se encontravam e se encontram submetidos a inúmeras formas de escravização. O conceito de escravidão foi assumindo novos significados desprendidos do conceito europeu de escravo-mercadoria. Assim, num estudo solicitado pela Organização das Nações Unidas – ONU – Weissbrodt e a liga contra a escravidão enfatizam que a falta da condição total de propriedade, como ocorria com o escravo-mercadoria europeu, não deve servir de parâmetro para a caracterização geral da escravidão já que existem outros atributos que podem ser indicativos de tal situação, para esses estudiosos basta alguns dos atributos da propriedade, “uso” no mesmo grau de uma “posse” para indicar relações escravocratas. Ou nas palavras de Weissbrodt:

“19. Todas las convenciones relativas a la abolición de la esclavitud y prácticas análogas a la esclavitud se refieren a un tema común: **el concepto de propiedad. La redacción de la Convención sobre la Esclavitud es ambigua en cuanto a si este concepto de control debe ser absoluto par que pueda considerarse una actividad prohibida.** Cabe sostener que **el uso de las palabras “los atributos del derecho de propiedad ..., o de algunos de ellos”(art.2) se incluyeron a fin de formular una definición más amplia e integral de la esclavitud que no abarcara únicamente las formas de esclavitud practicadas em la trata de esclavos africanos, sino también prácticas de naturaleza y efectos análogos.**

20. La **esclavitud tradicional** se describía como **“reducción de la persona a la condición de bien semoviente”** puesto que los propietarios de los esclavos podían tratarlos como parte de sus bienes, al igual que el ganado o los muebles, y venderlos o cederlos a terceros. Esas prácticas son muy infrecuentes em la actualidad y **el criterio de propiedad**

¹⁷⁷ CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tabula rasa do passado?** Sobre a história e os historiadores. São Paulo: Ática, 1976.

¹⁷⁸ LANDER, Edgardo. “Marxismo, eurocentrismo e colonialismo”. In BORON, Atilio A., AMADEO, Javier, GONZÁLEZ, Sabrina (Org.). **A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas.** Buenos Aires CLACSO/ Expressão popular, 2006, p. 201-234, passim.

puede eclipsar algunas de las otras características de la esclavitud que se tienen que ver con el control absoluto que es sometida la víctima de la esclavitud por outro ser humano, y que está implícito em la fórmula de “los atributos del derecho de propiedad o algunos de ellos” utilizada em la Convención sobre la Esclavitud.

21. Em el contexto moderno **las condiciones** em que se encuentra la persona sometida a esclavitud **son fundamentales para determinar las prácticas em que consiste la esclavitud**, incluídas: i) **el grado de restricción del derecho inherente de la persona a la libertad de circulación**; ii) **el grado de control de la persona sobre sus pertenencias personales**; y iii) **la existência de consentimiento com conocimiento de causa y plena comprensión de la naturaleza de la relación entre lãs partes**.

22. Resulta evidente que **estos elementos de control y propiedad**, que por lo general van acompañados de la amenaza de violência, **son esenciales para determinar la existência de esclavitud**. Al trabajador [...] se les priva de la libertad de escoger y controlar sus propias vidas, bien a causa de las circunstancias, bien mediante uma acción directa, para someterlas a um tercero, ya se trate de uma persona o de un Estado”.¹⁷⁹

Um outro exemplo de como nossa percepção conceitual do mundo filtrada por nossas referências eurocêntricas pode prejudicar nossa análises historiográficas são os estudos de Fauvelle-Aymar no seu livro “Le rhinocéros d’or”. Esse historiador especialista em África se debruça sobre a África do período medieval e analisa o caso da capital do reino de Ghana, supostamente o sítio arqueológico de Kumbi Saleh, assim identificado a partir dos registros escritos do século XI de Abû Ubayd Al-Bakri (produzidos por ele a partir de registros mais antigos ainda), conhecido geógrafo e soberano do principado islâmico de Huelva et Saltés na península ibérica. Porém, aquele historiador nos chama a atenção para a descrição que Al-Bakri faz da cidade de Ghana:

“...se compose de deux localités séparées de six milles (soit une douzaine de kilomètres), la première habitée par les musulnans, entendons les marchands arabes ou berberes, la seconde étant celle où reside le roi. (...) Entre ces deux pôles, existe, dit al-Bakri, un simis de villages...”¹⁸⁰

A partir dessa “descrição” aquele africanista nos chama a atenção para a reprodução desse discurso dual sobre vários outros exemplos de comunidades daquela mesma época ao longo do rios Senegal e Níger: “La ville islamique et la ville africaine, assez distantes pour ne pas se corrompe mutuellement, mais assez proches pour voir mise en oeuvre une authentique articulation commerciale.” (FAUVELLE-AYMAR, 2013, p. 86). Mas até que ponto essa dualidade não estaria sendo imposta pela maneira de ver do observador? Fauvelle-Aymar considerada haver um reducionismo nessa maneira de pensar o urbano e questiona se a capital de Ghana ao invés de ser pensada como duas cidades, não deveria ser pensada como um espaço multipolar constituído de uma tessitura de vilarejos e múltiplos espaços cada qual

¹⁷⁹ WEISSBRODT, D. ET ALLI. **La abolición de la esclavitud y sus formas contemporâneas**. Nova York e Genebra: Nações Unidas, 2002, p. 07, **grifos nossos**.

¹⁸⁰ FAUVELLE-AYMAR, François-Xavier. **Le rhinocéros d’or**. Histoires du Moyen Age africain. Paris: Alma, 2013, p. 85-86.

com sua função e mais terrenos com mata nativa, áreas abandonadas e setores em processo de transformação, no caso da cidade de Ghana esses vilarejos e espaços que, se para olhos islâmicos pareciam “afastados” demais para serem considerados um único conjunto chamado “cidade”, menos ainda para olhos europeus e ocidentais. Entendida como um único conjunto, a cidade de Ghana teria contornos diferentes do conceito de cidade ou de urbano a que estamos acostumados, seria mais composta de espaços de circulação do que de fortes densidades habitacionais, feita mais de vazios que de ocupação. Para Fauvelle-Aymar havia uma tessitura invisível (composta por sentimentos, interesses rituais, etc.) que estabelecia uma relação entre todos esses setores e nesse caso a urbanidade seria uma qualidade que nos deixaria poucos traços em função de sua imaterialidade. Compreender uma outra forma de viver nos impele ao esforço de repensarmos nossas convenções mais sólidas, o estudo de Aymar nos desafia a rever nosso eurocentrismo encrustado em conceitos como por exemplo no de “urbano”.

Esse esforço acadêmico em superar visões eurocêntricas, em demonstrar que é possível se seguir por outros caminhos, pode ser bem exemplificada na forma como Marshall Sahlins tratou, no seu livro “Ilhas da História” o processo da morte do capitão James Cook.

Sahlins ao analisar a complexidade do encontro de duas visões etnocêntricas, a dos havaianos envolvidos na cerimônia do Makahiki e da tripulação de ingleses do Resolution e do Discovery, em torno da morte do capitão James Cook nos demonstra como conhecer as atitudes humanas, tomadas em determinado momento, é historiograficamente insuficiente se não soubermos os significados dessas ações para os diferentes partícipes do processo. Esse historiador busca compreender como na lógica do havaiano a presença e as atitudes do capitão inglês possuíam significado. Sem saber Cook era visto e assim foi tratado como um personagem da mitologia havaiana, o mono, que segundo sua lógica precisava ser muito bem recebido inicialmente proporcionando um momento de ligação entre o sagrado e o profano, mas depois ser morto antes que destruísse o rei havaiano. A presença histórica, para Sahlins, é assim uma presença cultural e o contingente só se torna plenamente histórico quando dotado de significação a partir de uma “‘estrutura da conjuntura’: um conjunto de relações históricas que, enquanto reproduzem as categorias culturais, lhes dão novos valores retirados do contexto pragmático.”¹⁸¹ Capturar os vários significados envolvidos num devir histórico seria o desafio de ofício para qualquer historiador.

Esse esforço antropológico proposto por Sahlins e outros estudiosos acima mencionados no combate ao eurocentrismo, também deve ser estendido para a superação de uma das vertentes do eurocentrismo que é o urbanocentrismo.

A discussão sobre o urbanocentrismo surgiu a partir do momento que os movimentos sociais do campo, o movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra – MST – em particular, no seu processo de luta percebeu a necessidade de produzir uma pedagogia nova, que incorporasse os valores e a realidade camponesas na maneira de educar as crianças e jovens do campo. Assim surgiu a Educação **do** Campo, se contrapondo a Educação **no** Campo que se limitava a repetir nas escolas da roça o mesmo que se ensinava nas escolas da cidade. E que História se ensinava nas escolas da cidade e que era levada para as escolas no campo? A velha História eurocêntrica agregada de uma visão que valorizava a cidade como o “moderno” e o campo como o “atraso”.

O ensino urbanocêntrico ignora os significados da vida camponesa, seus saberes e valores, a educação do campo se propõe a combater o primeiro e fortalecer o segundo. Assim como acontece esse esforço de se produzir uma pedagogia do ponto de vista camponês, também se faz necessário se produzir uma História do ponto de vista camponês. Como a discussão sobre o eurocentrismo na História pode contribuir para avançarmos na discussão sobre o urbanocentrismo no ensino de História na Educação do Campo?

¹⁸¹ SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990, p. 160.

Contribuições da Educação do campo para repensar o urbanocentrismo na História

Uma das vertentes do eurocentrismo na cultura ocidental e na nossa cultura colonizada latino-americana em particular, é o urbanocentrismo. Não se trata apenas de uma questão teórica, o urbanocentrismo traz consequências graves a formação dos educandos tanto da cidade como do campo. Desvelar como essa vertente do eurocentrismo se manifesta especificamente na disciplina História é de fundamental interesse para todos que se dedicam ao magistério em qualquer nível, mas em particular para os graduandos de história e de licenciaturas especializadas em formar educadores do campo. É o que tentaremos realizar a partir desse tópico.

Como a visão urbanocêntrica se apresenta no ensino de História? Como exclui os valores e saberes do mundo rural? Como isso afeta o ensino nas escolas rurais e não rurais? Em termos de História essa visão urbanocêntrica se manifesta em diversos momentos de diferentes conteúdos programáticos. Vamos nos centrar aqui num desses momentos a título de exemplo: o surgimento das cidades na mesopotâmia.

É ainda hoje comum em muitos livros didáticos e na prática da extrema maioria dos professores de História a reprodução de uma visão já superada nas universidades a quase um século e, nas universidades brasileiras, a pelo menos uns 30 anos. A separação entre “Pré-história” e “História”. Nos livros didáticos é comum um primeiro e curto capítulo falando do surgimento do homem na terra, descobertas arqueológicas de antigos ossos humanos, homens primitivos nas matas e registros pictóricos de animais comumente associados a noção geral, vaga, imprecisa e equivocada de “homens das cavernas”. Segue-se a esse capítulo, em geral, outro sobre o início da História, ou o surgimento das cidades na mesopotâmia. Esse evento é destacado por uma série de inovações destacando-se a “escrita” e as “grandes construções” e essa série de inovações encontram-se sob rubrica “o surgimento das cidades”. No ensino de História do ensino fundamental e médio apresentamos uma separação rígida com os paralelismos Pré-história/História, Homens das cavernas/Homens-homens, Campo/Cidades, Oralidade/Escrita existem inúmeros problemas nessa forma de apresentar a discussão, mas vamos centrar na que nos interessa nesse artigo: A questão do urbano como início da História.

Tanto para alunos da roça como para alunos da cidade isso pode estimular uma visão desabonadora da vida no campo, como se no campo não existisse História e mais, como se houvesse, de fato, uma separação essencial entre urbano e rural desde tempos imemoriáveis onde o primeiro seria o polo positivo da caminhada da humanidade em contraposição ao campo que representaria mais que o “veio antes”, representaria o que é “atrasado”.

Entretanto, antes da revolução industrial inglesa a História da humanidade foi uma história basicamente agrária, os sítios urbanos eram extensões da vida camponesa a sua volta. Na mesopotâmia e outras regiões congêneres (Antigas: China, Índia, Egito, etc) tanto ou mais que em quaisquer outros agrupamentos humanos antigos a vida, mesmo na “cidade”, seguia uma lógica rural. Grandes obras dependiam da liberação da mão de obra camponesa sem a qual seriam irrealizáveis, os deuses e mitos que justificavam todo o esforço coletivo de pagamento de tributos (em produtos ou serviços) eram deuses e mitos camponeses, foi a grande produção camponesa de alimentos tornando a tributação algo complexo e volumoso que estimulou a criação de recursos mais eficientes de controle e registro de tributos como a escrita, os primeiros escribas foram evidentemente de origem camponesa! Ou seja, da complexificação da vida camponesa surgiram inovações e novos conhecimentos para a humanidade. Essa contribuição camponesa para o conhecimento humano é apresentada, entretanto, como sua negação. Não raro, em sala de aula, nos deparamos com afirmações vinculando de forma instantânea e negativa três elementos: camponês/analfabetismo/ignorância. Diferentes povos não fizeram surgir cidades ou a escrita e, mesmo assim, persistiram em sua trajetória sem grandes problemas porque as cidades e a escrita não se fizeram necessárias. A tradições e conhecimentos produzidos foram transmitidos geração após geração por outros meios como, a oralidade, as danças e

cerimônias rituais, o exemplo, dentre outros meios. Para haver produção de conhecimento não é necessário que exista ou surja a escrita ou que existam ou surjam cidades.

Essa imposição ideológica do padrão urbano atual como referência para pensar toda a História anterior condena a cultura camponesa ao “limbo” da humanidade e, logo, a identidade camponesa ao ostracismo e baixa-estima. Nesse desafio de superar o urbanocentrismo no ensino de História devemos nos abrir para identificar as “vozes” que refletem a experiência histórica de atores históricos do campo, atores que muitas vezes são reduzidos a números estatísticos amesquinhando sua existência e sua experiência no mundo.

Nada mais análogo a um escravo que um homem livre e pobre em Alagoas

No Brasil a temática do “trabalho escravo contemporâneo” encontrou-se soterrada por décadas de “escombros” ideológicos. Por quase todo século XX a temática “escravidão” foi judicializada de forma sumária e seus diferentes aspectos econômicos, sociais e culturais foram negligenciados. A mudança na lei obscureceu as permanências escravocratas de diferentes ordens. Quando na década de 1990, a sociedade civil, sobretudo a Comissão Pastoral da Terra, denunciou, alterou a lei e conseguiu que agentes do Estado apurassem e penalizassem práticas escravocratas em processos de desmatamento na Amazônia, pareceu aos olhos desses fiscais e de muitos jornais e revistas urbanas que a escravidão ressurgira no Brasil. Na virada do século XX para o século XXI as denúncias de trabalho escravo contemporâneo se generalizaram para diversas regiões do país e para diversas atividades econômicas. O número de denúncias e de libertação de pessoas submetidas à escravidão contemporânea, com alguma oscilação, se manteve. Trata-se de uma novidade histórica?

Quando nos debruçamos para estudar um caso concreto de trabalho escravo contemporâneo como entre os peões do corte de cana em Alagoas percebemos analisando a vida desses trabalhadores no pós-abolição e ao longo de todo século XX que a novidade são as denúncias e a ação do Estado e não suas condições de vida e de trabalho. São inúmeros os relatos de práticas escravocratas que podem ser encontrados nos arquivos da CPT – Alagoas, os arquivos mais antigos datam da década de 1990, quando essa instituição passou a ter uma forte atuação no Brasil e, em particular, em Alagoas. Os relatos de violência, controle extremo, ameaça armada, péssimas condições de moradia, higiene e saúde, controle da vida pessoal e social, remetem a situações de décadas anteriores e a práticas comuns a que foram submetidos os escravos uma vez transformados juridicamente em homens livres e pobres.

Estudiosos dos homens livres e pobres como Franco¹⁸² nos descreve essa condição social como sendo o nível mais baixo na hierarquia dos homens livres cujo grau de liberdade estava vinculado ao acesso à propriedade de escravos e terras. Os homens livres e pobres sem escravos e sem terras eram os mais vulneráveis dos homens livres vivendo em condições materiais semelhantes ao do cativo, somente uma condição jurídica abstrata separava os dois. O alimento, a moradia, a intensidade da exploração no trabalho, pouco ou quase nada variava, assim, um escravo uma vez liberto não via sua vida material sofrer grandes mudanças e o trato dos patrões ex-donos de escravos também pouco sofrera modificações.

Manoel Correia de Andrade no seu “a terra e o homem no Nordeste” se refere ao baixo impacto da abolição em Alagoas. Se baseando em cálculos de T. Espíndola afirma que em 1871 os escravos constituíam menos de 16% da população total da província em função da abolição do tráfico, da lei do ventre livre, da venda de escravos para o sul e de medidas de alforria a partir de 1879, entretanto essa queda na proporção de mão de obra escrava não teria criado transtornos para a economia açucareira já que dispunha da reserva de mão de obra dos moradores. As ínfimas condições de vida, a ignorância e acomodação às péssimas condições de trabalho desses moradores os fizeram ser facilmente absorvidos pela indústria

¹⁸² FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, p. 64-113.

açucareira, também assim o foi com o escravo que uma vez liberto se tornou assalariado ou “morador de condição” continuando a habitar senzalas ou choupanas, a comer da mesma comida e a trabalhar de sol a sol como antes, tendo agora o direito de trocar de senhor a sua escolha.¹⁸³

Assim, os trabalhadores alagoanos, ex-escravos ou homens livres e pobres, se encontraram no pós-abolição unidos pelas mesmas péssimas condições de trabalho e de vida e pela submissão comum a uma elite que ao longo do século XX irá cada vez mais ampliar seu latifúndio e reforçar seu poder pessoal sobre todos a sua volta. O impacto sobre os trabalhadores alagoanos foi devastador.

Andrade relata que o sistema de morada, cessão de “sitio” por obrigações e dias de trabalho, irá gradativamente cedendo ao processo de proletarização camponesa, mediante a ampliação da área de cultivo da cana não só necessitará de mais dias de serviço do morador (de três a quatro passa a exigir cinco a seis dias semanais) como restringirá os sítios a área menos favoráveis. Esse processo se radicaliza entre 1956 e 1965 quando no sul de Pernambuco e no norte de Alagoas esses trabalhadores se proletarizam morando em casas nas sedes dos engenhos – como se em senzalas - sem direito a fazer lavouras já que consumidos por seis dias semanais de trabalho. Lembrando um trabalho de Caio Prado Junior sobre esse tema Andrade afirma que quanto mais se usam técnicas avançadas na agricultura e na indústria do açúcar mais necessitado e pobre ficava o trabalhador.¹⁸⁴

Para LIMA, destoando das ações da SUDENE, foi o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), politicamente controlado pela elite alagoana, que conduziu a modernização das estruturas produtivas do estado. Ou seja, a elite alagoana se articulou politicamente para ter o controle do processo de industrialização procurando evitar o surgimento de novas forças econômicas fora de seu controle e aproveitando-se desse controle sobre o processo de modernização para aprofundar ainda mais os seus domínios. As consequências desse ardil das elites canavieiras de Alagoas foi a concentração fundiária, desestabilização do sistema de morada e levando ao fim da cultura de subsistência.¹⁸⁵

Assim, Alagoas irá se destacar ao longo do século XX pela manutenção da estrutura econômica, política e social aprofundada pelo intenso aperfeiçoamento tecnológico aliado a ainda maior concentração de terras sob o controle de umas pouquíssimas famílias da elite, herdeiras diretas das antigas elites escravocratas coloniais.

Em dezembro de 1995, uma equipe do grupo móvel de fiscalização do ministério do trabalho Alagoas e registra em relatório o ambiente de trabalho e o tratamento dado aos trabalhadores alagoanos por seus patrões. Esse relatório se encontra atualmente nos arquivos da Comissão Pastoral da Terra de Alagoas e segundo ele a rotina de trabalho do peão do corte de cana ocupa quase a totalidade de sua rotina de vida, cede doze horas para o trabalho podendo chegar a dezesseis horas se incluir o tempo de transporte. Em “alguns casos” o repouso semanal é inexistente. A forma como era feita a medição da tarefa diária, também chama a atenção: “Não obstante o ganho diário seja pago pela produção, a mediação da tarefa diária não é feita antecipadamente e comunicada ao trabalhador. Essa distorção induz a uma aferição arbitrada ao final da jornada”. O valor a ser pago pelo dia trabalhado é estabelecido de forma arbitrária ao final do dia.

O relatório também dá conta da “redução de moradias destinadas aos trabalhadores rurais” como “fato notório e razão de ações no ministério público”, assim como se refere aos alojamentos destinados aos safristas vindos do agreste e do sertão como “precários” e em alguns casos “promíscuos”. Ainda ressalta a inexistência de abrigos no local de trabalho

¹⁸³ ANDRADE, Manoel Correia. **A terra e o homem no Nordeste**: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998, p. 100.

¹⁸⁴ Idem, *ibidem*, p. 117-118.

¹⁸⁵ LIMA, Araken Alves de. **Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro no processo de integração nacional**. 2006. 181p. Tese doutoral. Instituto de economia/UNICAMP, Campinas, 2006, p. 168.

“mesmo na inclemência do sol de verão do Nordeste” onde os trabalhadores são obrigados a labutar sem nenhum equipamento de proteção individual (EPI).

Ainda em suas conclusões, no item “VIOLÊNCIA”, citado relatório nos revela que foi necessária uma “ação de desarmamento” como parte do “esquema de segurança executado pelos agentes da Polícia Federal. Chama a atenção a descrição desses mesmos fiscais para o aparato armamentista das usinas “Constatamos a presença de vigias fortemente armados nas sedes das usinas e algumas pessoas (administradores ou cabos volantes no campo)”. Além disso, a “desconfiança” ou a pouca fala “espontânea” ou limitar-se a responder perguntas são reveladores do quão vulnerável tal trabalhador se sentia.

Conclusão

A fragilidade teórica urbanocêntrica obscurece as raízes históricas que tornam possível a continuidade de traços da escravidão ao pensa-los como novidade; assim como o rigor cronológico do etapismo eurocêntrico minimiza ou ignora tais crimes por pensar a escravidão dentro de rígidos marcos cronológicos, a despeito das evidências. A historiografia alagoana aponta para inúmeras permanências na passagem da condição de escravo para a de homem livre e pobre. Tanto as condições de trabalho quanto o tratamento dado pelos patrões colocam aquele trabalhador livre e pobre em situações análogas a de escravos puníveis a luz de novas leis recentemente conquistadas.

SEMIÁRIDO: ENTRE OS DISCURSOS DE VITIMIZAÇÃO E CONVIVÊNCIA COM A SECA

Rozeane Albuquerque Lima¹⁸⁶

rozeanelima@hotmail.com

Cristian José Simões Costa¹⁸⁷

cristiancosta@hotmail.com

Hilmária Xavier Silva¹⁸⁸

hilmariax@yahoo.com.br

Resumo: Refletir sobre o Nordeste implica basicamente em discorrer sobre as políticas públicas responsáveis pela delimitação do recorte geográfico do país que tornaram a área passível de uma administração estatal. No entanto, mais que uma simples delimitação geográfica, a região traz consigo características socioculturais, políticas, econômicas e ambientais inerentes a este espaço. Os discursos que afloram, desde o início do Século XX até os dias atuais sobre esta área homogeneizam informações de um dos biomas (a Caatinga) e privilegiam a criação de uma identidade social baseada nas dificuldades vivenciadas pela população neste ecossistema. Este texto tem como eixo norteador as transformações políticas e discursivas ocorridas sobre o Nordeste brasileiro que mudam a forma como o “nordestino” convive e se relaciona com o Ambiente e com os outros grupos sociais. Existe

¹⁸⁶ Licenciada em História (UEPB). Licenciada em Letras (UEPB) e Bacharel em Direito (UEPB). Mestre em História na UFCG. Doutoranda em História pela UFPE. E-mail: rozeanelima@hotmail.com.

¹⁸⁷ Licenciado em Ciências Biológicas (UEPB). cursando Especialização em Geografia e Gestão Ambiental na FIP/Faculdades integradas de Patos-PB, Professor Efetivo do IFAL Campus Piranhas. E-mail: cristiancosta@hotmail.com.

¹⁸⁸ Licenciada em História (UFCG). Mestre em História (UFCG). Doutoranda em História pela UFPE. E-mail: hilmariax@yahoo.com.br.

um fundamento para os elementos que definem a identidade nordestina? Onde se encontram as representações dos Biomas Cerrado e Mata Atlântica, também presentes no recorte geográfico em discussão? O que possibilitou a transformação no discurso político das instituições, como o DNOCS, que divulgava a Caatinga como algo inóspito, e a seca como um inimigo a ser combatido, para o discurso do INSA, que delimita uma nova sub-região fundamentada no índice pluviométrico, e defende a possibilidade de convivência com o Semiárido? É em busca destas respostas que desenvolvemos o presente debate.

Palavras-chave: Nordeste, discurso, bioma, identidade.

Introdução

Considerando a reflexão em torno dos sentidos historicamente atribuídos ao Nordeste brasileiro há que se pensar as várias perspectivas que surgem em torno da temática e que a tornam polêmica. A primeira é a de que o espaço natural ao qual chamamos de Nordeste existiu antes de sua construção discursiva enquanto região geográfica e continuará a existir mesmo depois que esta se modifique. Sendo assim, é possível pensar o Nordeste como construído culturalmente por meio de um discurso que procura encontrar elementos homogeneizadores, descartando as diversidades ambientais, socioculturais, econômicas e políticas existentes. Usando as palavras de Albuquerque Júnior, o Nordeste foi inventado, tomando-se por invenção o conceito do próprio autor:

Invenção não quer dizer que algo se originou do nada, a invenção se dá a partir de alguma coisa, não há nada inventado que não tenha pressupostos, que não tenha algo que o anteceda. A palavra invenção tem esse sentido de ressaltar, de remarcar que aquilo foi construído em um dado momento, pelos homens, pelas relações sociais, que foi construído no campo da cultura, no campo do pensamento, que emergiu a partir de ações humanas.

Uma segunda dimensão, decorrente da primeira, é pensar o discurso que originou ao Nordeste que atualmente conhecemos e como este discurso foi modificado para atender a demandas locais, regionais e nacionais desde o fim do Século XIX, chegando ao Século XXI com um apelo à sustentabilidade compreendida como a gestão de recursos naturais pela geração presente de forma que não sejam gerados prejuízos para as gerações futuras da região¹⁸⁹.

Michel Foucault¹⁹⁰ afirmou: “[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída” “[...] não se tem o direito de dizer tudo, [...] não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, [...] qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” Nesse ponto, um diálogo com Ferdinand Saussure enriquece a discussão: a dicotomia língua versus fala saussureana toca à História Oral na perspectiva de que segundo esta:

a língua é um sistema de valores que se opõem uns aos outros e que está depositado como produto social na mente de cada falante de uma comunidade, possui homogeneidade e por isto é o objeto da linguística propriamente dita. Diferente da fala que é um ato individual e está sujeito a fatores externos, muitos desses não linguísticos¹⁹¹

¹⁸⁹ Ver SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

¹⁹⁰ Ver FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

¹⁹¹ Ver SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral**. 2ª ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

Por fim, uma terceira análise diz respeito à construção da identidade nordestina, feita a partir de elementos pinçados do discurso que deu origem à Região, se cristalizando ao longo de todo Século XX e fomentando a discriminação enfrentada pelos habitantes deste espaço. Tendo essas perspectivas em mente, lançaremos um olhar ao que hoje se conhece como o Semiárido brasileiro, enfocando não apenas as características naturais deste espaço, mas, também, as socioculturais, políticas que o fazem existir enquanto recorte geográfico.

No que toca à questão das identidades se faz mister abrir um parágrafo para contextualizar historicamente o momento. O debate sobre a construção da identidade nordestina surgiu em um contexto onde as identidades nacionais e regionais estão sendo questionadas¹⁹². No mesmo momento Edward Said publicava *O Orientalismo*, onde analisou a construção do Oriente pelos olhos ocidentais. Foucault ao pensar as diferenças e associar estas à formação discursiva tirou a identidade do foco principal. Abrindo caminho para que as identidades sejam desnaturalizadas, fazendo com que se pense a história das identidades espaciais a partir de uma construção política, produto de um dado momento histórico. Assim sendo, pensar a identidade nordestina é pensar uma construção histórico-política para atender uma necessidade de uma determinada época.

A construção do Nordeste brasileiro: sua ocupação

A ocupação portuguesa no Brasil se deu inicialmente no espaço atualmente conhecido como Nordeste. O lugar foi palco, dentre outras degradações ambientais, da derrubada da Mata Atlântica para a introdução da monocultura da cana-de-açúcar, tão bem analisado por Warren Dean no livro *A ferro e fogo*. A distribuição da terra foi feita, em grande medida por troca de favores, em vastos latifúndios, necessários para a cultura em questão. A imagem desta área criada pela historiografia até o Século XVIII é a de um espaço agrário próspero, capaz de produzir para exportação e alinhado com os principais interesses de mercado da época. O intenso comércio de escravos, que mantinha a oferta de mão-de-obra na região em alta, e o envio do açúcar para Portugal, garantiam o crescimento econômico das terras dos senhores de engenho.

Foi a necessidade de terra para a expansão da pecuária, desenvolvida de forma extensiva, que necessitava também de grandes propriedades, longe das lavouras de cana-de-açúcar, que fez com que o europeu lentamente adentrasse o território brasileiro¹⁹³ rumo aos “sertões” e se deparasse com uma paisagem completamente diferente da presente no litoral: um clima mais quente, uma vegetação caducifólia, um solo arenoso e impermeável e um regime de chuvas irregular.

Quando a lavoura da cana-de-açúcar brasileira entrou em declínio e o eixo de interesse econômico mudou para o Sudeste, com as plantações de café, a paisagem do Nordeste foi modificada: o espaço não é mais pensado como um extenso campo de plantação de cana visto com prosperidade pela elite local e pelos estrangeiros. Com a decadência dos engenhos da região e no âmagos de encontrar soluções econômicas para viabilizar a sobrevivência, expandiu-se de forma mais acelerada a ocupação em direção ao Sertão, onde o europeu entrou em contato com um bioma exclusivamente brasileiro: a Caatinga. Ao longo do Século XIX o europeu ocupou e explorou mais intensamente esse espaço, modificando a sua paisagem. O Nordeste foi, aos poucos, sendo construído como discurso que será, mais adiante, institucionalizado e manipulado.

Pensar o recorte geográfico do Nordeste brasileiro implica fundamentalmente em discorrer sobre a construção sociocultural que se deu em torno do tema e as diferentes implicações para os que habitam este espaço. Um olhar mais cuidadoso permite distinguir realidades bem específicas em torno das quais os discursos acerca do Nordeste foram

¹⁹² Ver HALL, Stuart. **Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Ed, 1997.

¹⁹³ Ver ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1986.

moldados e a construção de uma identidade forte feita a partir da homogeneização forçada de determinados aspectos cotidianos de uma parcela mínima da população da Região.

A institucionalização do discurso sobre o Nordeste

Desde o final do Século XIX, a construção de um discurso em torno da identidade nordestina foi se legitimando, com o intuito de angariar recursos públicos para resolver os problemas enfrentados pela população nessa Região. Esse discurso extrapolou a barreira do político e chegou ao institucional. A imagem de um Nordeste atrasado, associada a um povo sofrido que vive em um ambiente hostil foi difundida por vários meios: literatura, cinema, teatro, imprensa, música, entre outros. O fenômeno natural da seca ganhou ênfase e transcendeu a perspectiva do natural para ocupar um lugar sociopolítico-econômico nos discursos sobre a Região. Instituições como o DNOCS, IFOCS, SUDENE foram os principais órgãos governamentais responsáveis pela apropriação institucional do discurso da seca e pela sua reprodução na mídia e em outros meios de comunicação que atingiam a sociedade como um todo. A perspectiva de que a seca era um inimigo a ser combatido, para tanto eram construídos açudes que tinham por meta matar a sede da população e do rebanho e garantir a irrigação das lavouras, além de empregar, nas frentes de emergência criadas para a construção de açudes e de estradas, a população mais carente do Nordeste, vítima do “flagelo da seca”.

O Polígono das Secas foi delimitado geograficamente no ano de 1936 através da Lei 175/36, que instituía não apenas o seu recorte geográfico, mas também os municípios que dele faziam parte e que poderiam ser beneficiados com as políticas governamentais que garantiriam a sobrevivência e, quiçá o desenvolvimento da Região.

Em cena tínhamos um quadro de desolação total do Nordeste brasileiro. Imagens de terra rachada, chão esturricado, de pessoas famintas migrando para o Sul nos paus-de-arara, de açudes secos, do atraso econômico, industrial e sociocultural sempre tendo como referência o Sul desenvolvido foram, durante muito tempo, destaque na imprensa nacional e respaldaram os discursos em prol da liberação de verbas do Governo Federal para combater o problema da seca e, assim, salvar a população da miséria total na qual se encontrava.

Ser nordestino era sinônimo de ser rural, miserável, arcaico e socioculturalmente inferior. A identidade regional foi sendo construída a partir dos elementos mais conservadores da cultura popular, tais como o cangaço, as tradições da zona rural, a literatura de cordel, as imagens da Caatinga no período da seca, entre outros, sem se considerar outros aspectos socioculturais e econômicos presentes no mesmo espaço. Esses discursos reducionistas em torno da identidade do nordestino fomentou a discriminação do Sul no que toca ao tratamento para com os que ali chegavam provindos do Nordeste em todos os níveis da sociedade, inclusive no meio acadêmico.

O debate sobre o Semiárido sustentável

Depois da década de 1960, com as mobilizações sociais, notadamente dos movimentos verdes, aflorou no mundo uma nova perspectiva ambiental. Surgiu o conceito de Ecologia, inicialmente vinculado às preocupações com poluição. A utilização dos recursos naturais, inicialmente atrelada ao discurso de exploração de riquezas naturais das nações, no Brasil demonstrada através da preocupação do Código Florestal, em 1934 em gerir o uso destes recursos ao largo de todo o território do país, foi vista como uma preocupação pela sua possibilidade de finitude. Para tanto se escreveu um novo Código Florestal em 1965, com a sensibilidade de preservar e proteger o Ambiente.

Nas duas décadas que se seguiram: 1970 e 1980 surgiu à preocupação em relação à sustentabilidade do Planeta. Iniciou-se então debates em torno da redução, da reutilização e da reciclagem de produtos na perspectiva de reduzir o consumo e preservar os recursos naturais. Aliado a esses debates, ocorreu uma preocupação em gerir o crescimento

econômico de forma que haja uma política de preservação dos biomas, garantindo a convivência das populações locais com Ambiente em uma relação harmônica, de simbiose.

O discurso da sustentabilidade surgiu atrelado aos questionamentos feitos sobre o conceito de desenvolvimento, geralmente medido pela renda per capita e pelo PIB de cada país, sem considerar outros fatores tal qual a distribuição de renda e a qualidade de vida da população. A Organização das Nações Unidas estipulou então o Índice de Desenvolvimento Humano, baseados em fatores qualitativos de um determinado país para melhor definir o que seria um desenvolvimento sustentável¹⁹⁴.

A partir de então foi promulgada uma ampla legislação com esse foco em nível nacional e internacional: A Declaração de Estocolmo/1972, a Política Nacional do Meio Ambiente/Lei 6.938/81, a Agenda 21 - Rio-92, a Política Nacional dos Recursos Hídricos/Lei 9.433/97, as Resoluções CONAMA e a Política Nacional de Resíduos Sólidos/Lei 12.305/2010 estão entre os principais aparatos legais que exemplificam a preocupação brasileira com a gestão de seus recursos, a proteção de seu Ambiente e o desenvolvimento de projetos com foco na sustentabilidade.

Alinhado a esse discurso da sustentabilidade em nível mundial, a EMPRAPA inaugurou aqui no Brasil pesquisas com o intento de provar que é possível conviver com o Semiárido. O discurso que envolve o Nordeste brasileiro toma outra dimensão. Agora já não se fala mais em migrações para o Sul como redenção aos problemas que afetam a população nordestina. Criam-se condições para que a população conviver bem no espaço onde mora.

A criação do Instituto Nacional do Semiárido/INSA e da Articulação do Semiárido/ASA reforçaram a ideia de convivência e sustentabilidade nesta Região, buscando alternativas para resolver os problemas que afetam a população, em que pese também as decisões do Programa de Aceleração do Crescimento/PAC do Governo Federal que, através de suas obras, fomentam projetos dessa natureza. Um novo discurso sobre o Nordeste brasileiro aflorou e convive como uma alternativa ao discurso criado e institucionalizado anteriormente. Percebe-se que um discurso não é excludente do outro, são perspectivas e visões diferentes sobre o mesmo espaço.

O desenvolvimento sustentável para a Região Nordeste é pensado a partir da perspectiva do ecorregional e da hidrográfica¹⁹⁵. É pensada a Região do ponto de vista das grandes bacias hidrográficas em que a Transposição do Rio São Francisco é apontada como a solução para um dos grandes problemas que afetam a população do Semiárido, que é a irregularidade do regime pluviométrico e a conseqüente escassez hídrica. Muitas são as críticas aos impactos dessa Transposição e aos reais beneficiados com ela.

O Semiárido passou a ser visto como um espaço diverso, além da perspectiva do bioma Caatinga, que é exclusivamente brasileiro devido ao seu patrimônio biológico singular, e tomou uma perspectiva internacional, pois existe em vários países, em diferentes continentes. O que será pontuado é que o espaço do Semiárido brasileiro é o mais rico em diversidade do mundo. Pesquisas paralelas dão conta dessa biodiversidade propondo o estudo do Semiárido não como um todo homogeneizado, mas a partir de suas microrregiões geográficas delimitadas¹⁹⁶ entre elas os brejos de altitude, o Agreste, o carrasco, o Cariri, o Seridó e o Curimataú, pensados em seus diferentes contextos e em alternativas de convivência diferentes considerando as condições naturais (variações climáticas e pluviométricas, vegetação, tipo de solo, entre outros) de cada microrregião.

O discurso que construiu o Nordeste brasileiro como uma região pobre, rural e atrasada na dicotomia Nordeste-Sul, ainda muito forte e presente na sociedade atual, tem

¹⁹⁴ Ver VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**. 3ª ed. Rio de Janeiro, Garamond, 2008.

¹⁹⁵ Ver LITTLE, Paul E. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. In: **Tellus**, ano 2, n. 3, p. 33-52, out 2002.

¹⁹⁶ Ver VASCONCELOS SOBRINHO, J. **As Regiões Naturais do Nordeste, o Meio e a Civilização**. Recife: Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco, 1970.

sido gradativamente ofuscado pelo discurso de que é possível conviver com o Semiárido de forma sustentável. No entanto, no que toca á identidade nordestina, esta continua fortalecida em nível local e nacionalmente permanece sendo usada como fator de discriminação.

Uma discussão pertinente às imagens exibidas ao longo do texto é a proposta por Simon Schama quando afirmou que paisagem é uma obra da mente que se compõe tanto de camadas de lembranças quanto de extratos de rochas. Escrever uma história possível das relações do ser humano para com a Natureza perpassa, portanto, por essas camadas de lembrança que habitam a História humana. Comparando as imagens dos discursos produzidos pelo flagelo da seca e dos discursos resultantes da convivência com o Semiárido, percebe-se o quanto a relação do ser humano com o seu meio é influenciada por uma série de aspectos socioculturais, econômicos e políticos que o cercam.

Ao analisarmos os mapas abaixo, percebemos que a construção da paisagem nordestina se deu em nível discursivo. Se sobrepusermos a área geográfica caracterizada como o Polígono das Secas em 1937 à área que atualmente é considerada o Semiárido brasileiro, delimitada em 2005, poucas mudanças serão sentidas. O que vem se modificando na verdade é a relação do ser humano para com o Ambiente e a forma como se pensam e se gerem estas relações.

O mapa 1 se refere à delimitação geográfica do Polígono das Secas, instituído pela Lei 175 em 1936 (revisada em 1951 pela Lei 1.348) que “reconheceu o Polígono das Secas como a área do Nordeste brasileiro composta de diferentes zonas geográficas com distintos índices de aridez e sujeita a repetidas crises de prolongamento das estiagens.”.

“Nessas áreas ocorrem, periodicamente, secas que representam, na maioria das vezes, grandes calamidades, ocasionando sérios danos à agropecuária nordestina e graves problemas sociais, razão pela qual são áreas objeto de especiais providências do Poder Público¹⁹⁷.”



Mapa 1

Fonte: <http://educacao.uol.com.br/geografia/seca-no-nordeste-desmatamento-e-politicas-inefcazes-sao-agravanτες.jhtm>. Acesso em 05/02/2012

O mapa 2 se refere à nova delimitação do Semiárido brasileiro instituída em 2005, após estudo feito por um Grupo de Trabalho Interministerial e que considerou para a demarcação da área os seguintes critérios:

¹⁹⁷ YOSHIKAWA, Daniella Parra Pedroso. **O que se entende por Polígono das Secas?** Rede de Ensino Luiz Flávio Gomes – LFG, 2009. Em: <http://lfg.com.br/portal/> Acesso em 06/10/2012

- I. precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros;
- II. Índice de aridez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990; e
- III. risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990.

A partir de 2005, portanto, pode se caracterizar o Semiárido brasileiro como sendo uma região de baixo índice pluviométrico, com má distribuição de chuvas, temperaturas altas, e alto grau de insolação. Sua vegetação predominante é a Caatinga,

Encontram-se oficialmente inseridos no Semiárido brasileiro 1.133 municípios, que juntos totalizam uma área de 982.563.30 km², situados quase que em sua totalidade nos estados do Nordeste do país, com exceção de municípios do Nordeste do estado de Minas Gerais (região sudeste do Brasil). Estima-se que vivam hoje nas regiões semiáridas brasileiras mais de vinte milhões de pessoas, o que significa que aproximadamente 47% das pessoas que vivem no Nordeste, estão inseridas nessa região¹⁹⁸.



Mapa fonte : <http://www.asabrasil.org.br> acesso em 05/02/2012

Notadamente nas duas últimas décadas o número de pesquisas sobre o Semiárido tem crescido tanto nos órgãos governamentais que tratam do assunto, quanto nas universidades. A temática sobre a convivência com esta região de forma sustentável tem atraído olhares de pesquisadores e investidores. Como exemplo cite-se o projeto de Cisternas de Placas estimulando a agricultura de subsistência e inserindo o Nordeste brasileiro no debate sobre segurança alimentar, preocupação constante das Nações Unidas; e o desenvolvimento de pesquisas sobre o algodão colorido da EMBRAPA Campina Grande-PB.

¹⁹⁸ PERLATTI, Fábio. **Mineração no Semiárido brasileiro**. Brasília: DNPM, 2009. Em: http://www.dnpm.gov.br/mostra_arquivo.asp?IDBancoArquivoArquivo=3194. Acesso em 03/01/2012.

Considerações finais

Analisar historicamente a construção discursiva que deu origem ao Nordeste brasileiro é voltar o pensamento para a dimensão sociocultural, econômica e política deste discurso, e suas consequências para os habitantes nesta Região.

Institucionalmente, hoje, ao se pensar este espaço geográfico, tem-se o recorte por regiões e estados, proposto pelo IBGE, o recorte levando em consideração os biomas, proposto pelo IBAMA, e o recorte que tem como foco o índice pluviométrico inferior a 800 mm anual. Três instituições federais com três discursos diferentes para o mesmo espaço! Discursos que primam pela homogeneização, desconsiderando as especificidades de cada microrregião, de cada sociocultural local: a dimensão inventiva do ser humano faz com que ele tenha usos e consumos diferentes a partir dos mesmos recursos que a Natureza lhe oferece.

Ao considerar a possibilidade de convivência com o Semiárido como algo recente, temos que também é recente apenas sua construção discursiva, pois ao nos debruçarmos nos estudos de alguns grupos étnicos do espaço em questão, como alguns povos indígenas cujos aldeamentos se deram na Caatinga, ou algumas comunidades quilombolas que ocupam o mesmo espaço, vemos que estes grupos já desenvolviam técnicas de convivência com o bioma, e de superação das dificuldades apresentadas, desde tempos bem anteriores ao fim do Século XX, momento em que se fortalecia esta discussão. No entanto, nem no auge deste discurso, as práticas e as apropriações que estes grupos fizeram da Natureza foi levado em consideração, sequer como experiência positiva que fixa o ser humano no espaço na sua interação com a Natureza.

Pensar em soluções para a convivência humana com o Semiárido implica também em desnaturalizar uma série de “verdades” anunciadas sobre este espaço e sua população como algo inquestionável e imutável. Só assim, novos saberes e experiências podem emergir e serem consumidos em comunhão com os antigos, para que seja possível uma relação mais harmônica e simbiótica dos seres humanos para com o bioma no qual estes estão inseridos.

DO ENGENHO AO BAIRRO INFORMAL: UM SÉCULO DE PRODUÇÃO URBANA NO CABO DE SANTO AGOSTINHO – PE (1850-1950)

*John Kennedy Ferreira da Luz*¹⁹⁹
john.kennedy.ferreira@gmail.com

Resumo: Surgido na segunda metade do século XVI, o atual Município do Cabo de Santo Agostinho tem sua origem no povoamento de diversas áreas ao sul da então Capitania de Pernambuco, nas proximidades das propriedades produtoras de açúcar. Dentre tais focos de ocupação, destaca-se, em virtude das características de seu processo de estruturação e de sua contribuição para a formação identitária do município, aquele relacionado ao atual Núcleo Principal, cuja ocupação foi iniciada por colonizadores europeus nas proximidades do Rio Pirapama. Durante o intervalo de tempo entre o início do povoamento e a emancipação política do município, a localidade consolida-se como um agrupamento de habitações cujas características morfológicas se mantêm inalteradas até a segunda metade do século XIX, quando a paisagem começa a ser transformada. Na década de 1880, os antigos engenhos

¹⁹⁹ Graduado em Arquitetura e Urbanismo (UFPE); Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional (PGH – UFRPE).

banguês passaram a ser substituídos pelos engenhos centrais, e tal processo de aprimoramento tecnológico na produção de canaveira, que culminaria na implantação das usinas, assinala uma importante mudança dos meios de produção, acarretando consequências para o meio urbano, uma vez que a alta capacidade produtiva dos engenhos centrais e usinas demandaria cada vez mais áreas para o plantio da cana, permitindo a dispensa de mão de obra, que migra para o Núcleo Principal. Socialmente, essa mudança no sistema produtivo assinala a transformação do trabalhador rural em proletário (habitante da cidade, mas ainda dependente da atividade canaveira), e rompe o vínculo patriarcal entre o trabalhador e o senhor de engenho. Assim, o homem do Cabo de Santo Agostinho adquire a liberdade de construção do próprio espaço de moradia e, estabelecendo-se nos terrenos em torno do Núcleo Principal, dá início ao processo de expansão urbana cujas características morfológicas passarão a definir os padrões formais e simbólicos dos espaços urbano e arquitetônico municipais, transmitidos através do tempo na qualidade de herança cultural.

Palavras-Chave: Cabo de Santo Agostinho; História urbana; Expansão; Êxodo rural.

O corrente texto tem a finalidade de expor os conteúdos físicos e subjetivos pertinentes aos processos de estabelecimento e expansão do Município do Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, mais precisamente da zona histórica localizada em seu Distrito Sede, aqui chamada *Núcleo Principal* (Imagens 01 e 02). Para tal, utiliza-se de informações históricas, geográficas, sociológicas e antropológicas na busca por tecer uma reflexão sobre o contexto no qual estava imerso o município e seus habitantes no recorte cronológico entre os anos de 1850-1950. Ainda que algumas informações apareçam com datas anteriores ao período demarcado, é importante salientar que as fontes estudadas indicam a longa duração de determinadas práticas, principalmente no que diz respeito aos modos de produção e vivência do espaço no Núcleo Principal. Tal termo é tomado com base no proposto por Flávio Villaça, ao afirmar que toda e qualquer aglomeração, desde a mais primitiva, como as aldeias indígenas, até a mais complexa, nas quais se enquadram as metrópoles atuais, desenvolvem apenas um centro principal, independentemente de seu tamanho, idade ou nível econômico. Tal centro funciona como elemento unificador da aglomeração, sendo nula a realidade urbana em sua ausência, uma vez que toda organização populacional necessita de um núcleo onde sejam tomadas decisões e fornecidos os serviços, funcionando como o *coração* da cidade, uma vez que é a partir dele que emana o combustível para o funcionamento da cidade como estrutura²⁰⁰.

Localizado em terras inicialmente habitada por povos indígenas caetés, o município do Cabo de Santo Agostinho tem sua origem no povoamento simultâneo de diversas áreas ao sul da então Capitania de Pernambuco, ocorrido na segunda metade do século XVI. Dentre esses primeiros focos de ocupação serão aqui destacados dois deles, cujos processos de estruturação - desde a escolha do local de assentamento, bem como sua composição espacial, e ainda a sinergia que essas duas localidades vieram a apresentar no âmbito do desenvolvimento socioeconômico no período em questão -, muito contribuíram para a formação da identidade do referido município, em níveis paisagístico, cultural e relacional.

O primeiro desses espaços a ser destacado está relacionado à área que hoje atua como núcleo principal do município, cuja ocupação foi iniciada por colonizadores europeus nas proximidades do atualmente denominado Rio Pirapama (à época conhecido como Rio Araçuagipe). Inicialmente composto por um escasso casario onde hoje se localiza a Rua Vigário João Batista (ou Rua da Matriz, como é chamada pela população local), o povoado era denominado Arraial do Cabo, e foi alçado à categoria de morgadio vinculado ao Engenho Madre de Deus, propriedade de João Paes Barreto, em outubro de 1580²⁰¹.

²⁰⁰ VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

²⁰¹ COSTA, F. A. Pereira da. **Anais pernambucanos**. Recife: FUNDARPE, 1984



Imagem 01 - Localização do Município do Cabo de Santo Agostinho na Região Metropolitana do Recife.

Fonte: Google Maps. Acesso em: 20 de agosto de 2016.



Imagem 02 – Localização do Núcleo Principal em relação ao Rio Pirapama e ao litoral.

Fonte: Google Maps. Acesso em: 20 de agosto de 2016. Imagem tratada pelo autor.

Localizado em terras inicialmente habitada por povos indígenas caetés, o município do Cabo de Santo Agostinho tem sua origem no povoamento simultâneo de diversas áreas ao sul da então Capitania de Pernambuco, ocorrido na segunda metade do século XVI. Dentre esses primeiros focos de ocupação serão aqui destacados dois deles, cujos processos de estruturação - desde a escolha do local de assentamento, bem como sua composição espacial, e ainda a sinergia que essas duas localidades vieram a apresentar no âmbito do desenvolvimento socioeconômico no período em questão -, muito contribuíram para a formação da identidade do referido município, em níveis paisagístico, cultural e relacional.

O primeiro desses espaços a ser destacado está relacionado à área que hoje atua como núcleo principal do município, cuja ocupação foi iniciada por colonizadores europeus nas proximidades do atualmente denominado Rio Pirapama (à época conhecido como Rio Araçuagipe). Inicialmente composto por um escasso casario onde hoje se localiza a Rua Vigário João Batista (ou Rua da Matriz, como é chamada pela população local), o povoado

era denominado Arraial do Cabo, e foi alçado à categoria de morgadio vinculado ao Engenho Madre de Deus, propriedade de João Paes Barreto, em outubro de 1580²⁰².

A priori, pode-se afirmar que um dos mais importantes vetores do estabelecimento desse primeiro núcleo foi o sucesso da produção açucareira, principal atividade econômica da época e marca característica do Brasil colonial durante os séculos XVI e XVII. Além das condições climáticas e geológicas encontradas, que possibilitaram o desenvolvimento da monocultura de cana-de-açúcar, o sistema foi incrementado pela facilidade de transporte através dos leitos d'água locais, como os rios Pirapama, Massangana e Ipojuca, e sua ligação com a Baía de Suape, principal ponto de chegada e saída de mercadorias daquela região, o que garantia a facilidade de transporte (sem a qual a economia açucareira teria sido instituída com um maior nível de dificuldade) e o intercâmbio sociocultural proporcionado pela chegada e saída de embarcações.

Assim, a região da Baía de Suape, cujas adjacências englobam o promontório rochoso do Cabo de Santo Agostinho, o chamado Pontal de Nazaré, e a Ilha de Tatuoca, banhada pelos rios Ipojuca e Massangana, logo ganha destaque como principal ponto de inserção ao sul de Pernambuco. A partir de então, a chegada de embarcações e o trânsito de mercadorias e pessoas proporcionaram uma autonomia de ocupação em relação a Olinda, tendo suas características socioculturais formadas a partir da mescla de costumes com os nativos. É justamente nessa área, sobre o supracitado promontório, que surge a Vila de Nazaré, outro importante foco de povoamento cuja origem data ainda do primeiro século de colonização, e que já na primeira metade do século seguinte apresentava estrutura de entreposto comercial, com relativo número de edificações para uma vila da época (cerca de trinta edificações) e vida social ativa, composta por soldados, visitantes e gente dos engenhos da região²⁰³.

É, portanto, a partir da interação econômica e da produção sociocultural apresentada por esses dois focos de povoamento – o Arraial do Cabo, somado aos engenhos da várzea do Pirapama; e a Vila de Nazaré e demais adjacências da Baía de Suape - que se estabelecem as bases para a estruturação do futuro município. É importante salientar que, não houvesse existido a sinergia apresentada por esses dois espaços, não seria equivocado considerar que cada um deles pudesse se transformar, com o passar do tempo, em unidades políticas distintas.

Estabelecimento do Núcleo Principal

Apesar da importância inegável dessas duas primeiras organizações populacionais para o posterior desenvolvimento do município, foi o núcleo do antigo Arraial do Cabo que assumiu um papel mais representativo, não somente no que diz respeito à tomada de decisões na esfera política, mas também na construção da identidade sociocultural do local. Assim, o Arraial do Cabo transformou-se no chamado *Núcleo Principal*. A explicação para o estabelecimento do núcleo referente ao Arraial do Cabo como centro principal e, conseqüentemente, como zona de influência nessa área específica da colônia, pode estar no fato daquele haver se estruturado próximo aos principais engenhos da localidade, então principais fontes de poder econômico. Como prova da importância adquirida pelas zonas próximas àquelas dedicadas à atividade rural, pode-se citar o fluxo dos processos migratórios que originaram os primeiros focos de povoamento no Brasil: a imigração de artesãos – classe

²⁰² COSTA, F. A. Pereira da. **Anais pernambucanos**. Recife: FUNDARPE, 1984

²⁰³ ALMEIDA, Marcos M. A. de. “Uma história do litoral pernambucano e o porto dos caminhos sinuosos”. In: **V Colóquio de História**. Recife. Anais..., 2011. p.1331-1344.

trabalhadora cidadina por excelência – , por exemplo, apresentou uma tendência a procurar áreas onde o plantio de cana prometia ou já começava a dar mostras de sucesso²⁰⁴.

A respeito dessa relação propriedade rural/espço urbano, Reis Filho afirma que, “construídas para acomodar apenas nos dias de festas os moradores das fazendas, as vilas e cidades menores tinham vida urbana intermitente [...]”²⁰⁵. Percebe-se, pois, que os primeiros núcleos urbanos no Brasil se formaram como uma espécie de apêndice das propriedades rurais produtoras de capital, complementando, ainda que menosprezados como lugar social, os processos desenvolvidos nos engenhos, a partir da prestação dos serviços que estes não poderiam dispor. Logo, o comércio, a igreja, as oficinas, tavernas e edifícios públicos são os elementos que virão a compor a arquitetura dessa primeira mostra de urbanidade brasileira. No Cabo de Santo Agostinho, mais especificamente nas ruas Vigário João Batista, chamada Rua da Matriz, e Dr. Antônio de Souza Leão (ocupações que remontam às origens do Arraial do Cabo), essa lógica de construção do espaço urbano é evidenciada, por exemplo, pela presença da Igreja Matriz de Santo Antônio (Imagem 03), e também pela predominância tipológica dos sobrados, cujo pavimento térreo é destinado, segundo costume colonial que perdura até os dias atuais, à atividade comercial (ver Imagem 04).

É curioso constatar que, apesar de serem evidentemente destinados ao uso público, os primeiros assentamentos urbanos no Brasil aparecem atados à propriedade privada, sobretudo no Cabo de Santo Agostinho, cuja sede, como dito anteriormente, começa a se estruturar em terras que compunham um morgadio. Evidentemente, essa influência do particular sobre o público está, em grande parte, associada ao fator econômico, uma vez que o sistema implantado baseava-se na propriedade privada. Entretanto, o próprio uso da cidade aparece como produto de uma organização social que se centrava na casa-grande e se irradiava através do poder, real e simbólico, do senhor de engenho; poder este sustentado não somente pela posse do capital, mas também pela cultura patriarcal da época. A função da urbe apresenta-se, então, como consequência dessa mesma organização que excluía os elementos situados fora da zona de influência da casa-grande²⁰⁶.



Imagem 03 – Igreja Matriz de Santo Antônio. Foto: John Kennedy Ferreira da Luz.

²⁰⁴ HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Época colonial: do descobrimento à expansão territorial**, v. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. pp. 120-121

²⁰⁵ REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. 4. Ed. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 38.

²⁰⁶ LEITÃO, Lúcia. **Quando o ambiente é hostil**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009, p.35.



Imagem 04 – Sobrados de Uso Misto na Rua Dr. Antônio de Souza Leão.
Foto: John Kennedy Ferreira da Luz.

Características físicas do assentamento

É importante atentar para o fato de que ambos os assentamentos citados (o Arraial do Cabo e a Vila de Nazaré) apareceram como exemplares do urbanismo português produzido no Brasil durante a época colonial, apresentando as características de configuração espacial inerentes a esse modo de produção. Sobre ele, Robert Smith assinala o fato de que os lusitanos tinham por hábito implantar as suas cidades coloniais em sítios acidentados, aparentemente sem planejamento prévio, reproduzindo o padrão medieval de ruas íngremes e estreitas que resultaram em formações aparentemente desordenadas²⁰⁷. A escolha altimétrica do local de implantação dos assentamentos se dá sobretudo por motivo de proteção, garantida pela visualização panorâmica do terreno. Assim, enquanto as propriedades rurais buscavam as várzeas e planícies necessárias para o cultivo de gêneros vegetais, os núcleos urbanos apareceram, de modo geral, encravados sobre superfícies elevadas junto à costa. É importante observar que esse processo foi favorecido pela própria formação geológica do litoral nordestino.

Percebe-se então a relação entre tais características de ocupação e a geomorfologia da área onde apareceram os primeiros assentamentos que deram origem ao Município do Cabo de Santo Agostinho. A porção leste do Estado (onde se localiza o Cabo de Santo Agostinho) é composta pela região do Planalto da Borborema definida como *Encostas Orientais*. Tal classificação é dada às áreas rampadas em direção ao litoral, com altitudes que variam entre 200 e 500 metros²⁰⁸. Constata-se no local a presença de todos os fatores geológicos relevantes para o estabelecimento de um assentamento português: a proximidade do mar, cuja comunicação com as zonas de cultivo se estabelece por meio dos rios, e a existência de terras altas, inclinadas em direção à faixa costeira. Pode-se dizer que a presença de condições morfológicas tão favoráveis, na região do Cabo de Santo Agostinho, ao modo português de ocupação urbana foi fundamental para o estabelecimento das povoações que viriam a compor o município, uma vez que a obra portuguesa “não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem”²⁰⁹. Diante da suposta despreocupação do colonizador português para com a transformação do quadro natural de seus assentamentos, pode-se extrair o fato de que, como atesta Emanuel Araújo,

²⁰⁷ HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 20. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

²⁰⁸ MABESOONE, J. M.; NEUMANN, V. H. “Mapa Geomorfológico de Pernambuco”. In: **Simpósio de Geologia do Nordeste**, 15, 1995. Recife. Anais... v. 1, p. 250-253.

²⁰⁹ HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 20. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988, p.74.

encarava-se a vida no Brasil como uma coisa provisória, e era hábito da população local nutrir uma espécie de “desprezo pela cidade, pela coisa pública”²¹⁰.

Aspectos subjetivos do núcleo urbano

Para Leitão, o urbanismo brasileiro surge, ironicamente, como produto de uma aparente má vontade para com a cidade, isto é, para com o ambiente e a interação social em meio urbano. Vários teóricos caracterizam isso como aspecto inerente ao modo como se organizou a sociedade colonial brasileira, baseada na diarquia formada pela atividade econômica açucareira e pelo patriarcalismo ibérico transplantado para a colônia, ambos sumamente dependentes da vida rural para sua manutenção - já que era dentro dos limites dos engenhos, propriedades exclusivamente privadas, que se produzia o açúcar gerador de riquezas, e se desdobrava o poder ilimitado do senhor de engenho. A autora atesta o fato de que, no Brasil, a vida urbana parece surgir à revelia dos valores então estabelecidos, e as cidades comportam um modo de vida que foge ao controle do patriarcado, evidenciando o aparecimento de uma nova ordem na qual a sociedade rural se vê incluída, a despeito de seus padrões de espacialização²¹¹. Assim, a cidade surge como um espaço que o senhor de engenho não edifica completamente; um lugar que se opõe à ordem e disciplina presentes no âmbito da vida rural, sempre à sombra da autoridade aristocrática do latifundiário, oferecendo a coletividade e a publicização a partir da mescla, em um único espaço, dos variados grupos sociais.

É lícito, pois, afirmar que o núcleo principal do Cabo de Santo Agostinho, com origem no Arraial do Cabo, incorpora não apenas as características físicas típicas do processo lusitano de produção urbana, mas também as funções de sociabilidade pretendidas para o espaço produzido. A justificativa para a abordagem dessa questão se acha no fato de que as relações socioespaciais estabelecidas pelo homem colonial se acham ainda presentes na forma brasileira de organização espacial.²¹²

O embate entre os espaços público e privado pode ser percebido quando a rua apresenta-se como um simples elemento de intersecção entre os conjuntos de edificações, sendo por eles definida espacialmente²¹³. No centro do Cabo de Santo Agostinho, essa forma de composição urbana pode ser percebida pelo traçado tortuoso das vias, que se desenvolveram em função da disposição dos edifícios. A submissão da rua à edificação também pode ser constatada na irregularidade das calçadas, que se apresentam largas, estreitas ou até mesmo inexistentes, a depender de como as construções se projetam sobre o espaço público.

Sobre as edificações, se faz importante perceber que, apesar da distância no tempo entre o estabelecimento colonial do Núcleo Principal e os esforços de expansão (apresentado adiante), os edifícios construídos nos diferentes momentos guardam similaridades simbólicas e funcionais com a casa colonial. Mesmo após intervenções, apresentam ainda seu característico padrão tipológico: aparecem na forma de sobrados (de até três pavimentos) ou edificações térreas, cuja fachada frontal tem contato direto com a calçada, e os afastamentos laterais são desprezados - conformação típica das edificações coloniais brasileiras. No que diz respeito ao uso, o pavimento térreo da maioria dessas edificações é utilizado para fins comerciais, enquanto os pavimentos superiores funcionam como residências ou, em uma adaptação contemporânea, escritórios. Trata-se de uma maneira de vivenciar o espaço que se centra no ambiente interno, exclui a presença de estranhos e busca

²¹⁰ ARAÚJO, Emanuel. **O Teatro dos Vícios**. Transgressão e Transigência na Sociedade Urbana Colonial. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio/UnB, 1997, p. 51.

²¹¹ LEITÃO, Lúcia. *Op. cit.*, p.78.

²¹² LEITÃO, Lúcia. *Op. cit.*

²¹³ REIS FILHO, Nestor Goulart. *Op. cit.*, p.22.

afastar o contato público. De acordo com Leitão²¹⁴, a própria arquitetura dos sobrados denota a “domesticidade característica da casa brasileira”, evidenciando o espaço privado como protagonista da vida social. Esse aspecto se materializa de várias formas, seja pela localização do espaço doméstico nas partes mais altas da edificação (no caso dos sobrados de uso misto), seja pelo posicionamento de compridas garagens que ocupam toda a parte frontal do edifício, impedindo o contato direto do passante com o interior. Mesmo nas edificações que não possuem garagem ou comércio na testada do lote, é a sala de visitas - ou o terraço -, que se posiciona junto à rua. Leitão²¹⁵ afirma que, na composição das edificações que viriam a constituir o meio urbano brasileiro, a sala de visitas se configura como um espaço destinado ao visitante, ao não familiar, uma vez que a vida da casa se manifestava em cômodos como a cozinha e o quintal - ambientes mais intimistas pelo afastamento físico da rua. O mesmo se aplica ao terraço, espaço empiricamente percebido como uma faixa de transição entre o exterior e o interior, na qual o estranho faz seu primeiro contato com a casa, e nela só penetra com permissão.

Assim, tendo a casa como unidade básica, que delimita, mas também se fecha contra a rua (à maneira de outras cidades brasileiras), o núcleo principal do Cabo de Santo Agostinho se estrutura favorecendo o espaço privado, em detrimento à vida urbana e seu coletivismo. A consequência dessa relação adversa é a negação da rua como espaço social relevante - um lugar de desprestígio. É importante perceber que esse evidente desprezo não se estende apenas ao espaço físico da rua, mas alcança também a população nele inserida, como bem expressa Gilberto Freyre ao afirmar que “o lugar do menino brincar era o sítio, ou o quintal; a rua, do moleque”²¹⁶.

Emancipação e expansão do Núcleo Principal

Transcorridos mais de trezentos anos desde o início de seu povoamento, depois de haver sido alçado às categorias de Vila (1812), Comarca (1840) e Cidade (1877), o sítio do Cabo de Santo Agostinho chega ao posto de Município no ano de 1893. Durante o intervalo de tempo entre o início do povoamento e sua emancipação política, o município consolida-se como um agrupamento de habitações de médio e baixo padrão, cujas características morfológicas se mantêm inalteradas até a segunda metade do século XIX, quando a paisagem começa a ser transformada. A inauguração da primeira estrada de ferro do Nordeste, ligando a Cidade do Recife ao Cabo, em 1858, assinala um dos primeiros eventos promotores do crescimento urbano na localidade, quando a construção da ferrovia e a instalação de escritórios e oficinas da empresa *The Recife and São Francisco Railway Limited* garantiram a transferência de grande contingente de trabalhadores para a área²¹⁷.

Outro importante evento se desenvolve a partir da década de 1880, quando os antigos engenhos banguês passaram a ser substituídos pelos chamados engenhos centrais. Tal processo de aprimoramento de tecnologia na produção de açúcar e derivados (principal atividade econômica da localidade), que culminaria com a implantação das usinas, é o primeiro indício de industrialização do Cabo de Santo Agostinho. É importante salientar que tal mudança dos meios de produção, ocorrida no âmbito rural onde a atividade agrícola era exercida, trouxe consequências imediatas para o meio urbano. Com efeito, a alta capacidade produtiva dos engenhos centrais e usinas, quando em comparação aos banguês, demandava cada vez mais terras para o plantio da cana, resultando na tomada de terras destinadas à

²¹⁴ LEITÃO, Lúcia. *Op. cit.*, p.86.

²¹⁵ *Ibidem*, p.87.

²¹⁶ FREYRE, G. **Sobrados e mocambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano, 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 1990, p. 152.

²¹⁷ BARROS, Alexandre M. de. **O crescimento urbano formal e informal da cidade do Cabo de Santo Agostinho/PE e a consolidação de uma questão habitacional**. 2001. Dissertação de Mestrado – Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004, p. 28.

moradia²¹⁸. Paralelamente, a mecanização da produção possibilitou a dispensa de parte da mão de obra. Como resultado, verifica-se a movimentação de parte dos habitantes da zona rural rumo ao assentamento urbano, cujo núcleo principal, o antigo Arraial do Cabo, passou a atuar como centralidade do distrito sede após a emancipação política do município. Socialmente, essa mudança no sistema produtivo assinala a transformação do trabalhador rural em proletário, habitante da cidade, mas ainda sumamente dependente da atividade canavieira²¹⁹. É importante perceber que também a relação existente entre o trabalhador e seu empregador sofre transformações consideráveis quando a figura do senhor de engenho dá lugar ao usineiro, empresário que nem sempre tinha na atividade agrícola seu único negócio, nem tampouco fazia do campo sua moradia, mantendo-se fisicamente distanciado do empregado na maior parte do tempo. Tal mudança relacional se mostra importante na medida em que promulga a liberdade do homem rural (agora urbano) na produção do espaço que utiliza. Ora, Enquanto esteve ligado ao senhor de engenho, o cabense habitante da zona rural vivenciou um espaço previamente produzido pelo latifundiário, verdadeiro dono da terra, segundo seus próprios anseios. Essa realidade pode ser constatada, por exemplo, pela transformação de antigas senzalas em alojamentos de trabalhadores; também pela criação dos chamados arruados, compostos por agrupamentos de casas construídas por ordem do senhor de engenho (ou sob sua supervisão), em áreas por ele delimitadas, destinadas a abrigar o trabalhador rural e sua família: “As casas eram propriedade da empresa, edificadas onde e como as diretrizes patronais determinavam”²²⁰.

Com isso se pretende mostrar que, enquanto esteve na qualidade de trabalhador rural, hierárquica e socialmente inferior ao latifundiário, o habitante do Cabo de Santo Agostinho adotou uma postura passiva em relação à produção do espaço no qual desenvolvia suas atividades cotidianas. Em suma, ocupou espaços não edificadas por ele. Com a modificação da relação entre trabalhador e dono da terra, promovida pela nova interface de produção no campo, e a conseqüente mudança da população rural para o ambiente urbano, o homem do Cabo de Santo Agostinho adquire a liberdade de construção do próprio espaço - ainda que, como foi dito anteriormente, esse espaço esteja baseado em informações adquiridas ao longo dos anos, durante o processo de construção da identidade cultural brasileira.

Na primeira metade do século XX, a sede municipal assiste à formação de novos bairros, alguns construídos a partir da ocupação espontânea dos morros e áreas alagadas em torno do núcleo principal. Essa realidade é confirmada pelo que afirmou Maricato²²¹, de que grande parte das cidades brasileiras é construída pelos próprios habitantes, que se apropriam de áreas invadidas ou obtidas de loteadores ilegais, muitas vezes sob condições ambientais frágeis. Tais áreas configuram bairros para os quais profissionais da arquitetura e urbanismo não prestam qualquer tipo de favor, sendo ignorados os aspectos técnicos e legislativos.

De acordo com Barros²²², parte do crescimento urbano do município nessa época está associado a um processo de *favelização*²²³, sendo esse o tipo de ocupação que mais caracteriza o Cabo de Santo Agostinho, uma vez que foi a partir dele que se iniciou o crescimento urbano do núcleo central, além de representarem a maior extensão de espaço urbanizado no município. Assim, os atuais bairros da Torrinha, Malaquias, São Francisco, Alto do Cruzeiro e Mauriti (ver Imagem 05) representam o que Barros chama de Favelas Antigas

²¹⁸ *Ibidem*, p. 29.

²¹⁹ BARROS, Alexandre M. de. *Op. Cit.*, p. 33.

²²⁰ DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho**. Relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007, p. 537.

²²¹ MARICATO, Ermínia. “É a questão urbana, estúpido!”. In: HARVEY, David et al. **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013. p.34.

²²² BARROS, Alexandre M. de. *Op. Cit.*,.

²²³ Nas palavras de Thomas Hagenbrock (2002, p.35), favelas constituem “todas as áreas ocupadas por invasão, com grande densidade populacional de baixa renda”.

do Cabo de Santo Agostinho. Tais localidades têm em comum a localização nos morros vizinhos ao núcleo principal, e configuram uma área conurbada de difícil delimitação, sobretudo pela uniformidade tipológica encontrada – casas de até um pavimento que ocupam, pelo menos, a testada e as laterais dos lotes.



Imagem 05 – Vista do Alto do Cruzeiro a partir da Rua Vigário João Batista.
Foto: John Kennedy Ferreira da Luz.

Além daquelas de cunho irregular, o autor assinala outras formas características de ocupação do solo urbano no município do Cabo: as Vilas Operárias, os Conjuntos Habitacionais e os Loteamentos, estes, localizados nas várzeas e terras baixas próximas ao núcleo principal, empreendidos como uma solução legal de moradia por parte da população detentora de capital.

Segundo Maricato, se pode admitir a existência de duas formas de ocupação do solo e do ato de habitar dentro de um mesmo agrupamento urbano, que dividem a cidade em dois segmentos, nomeadamente *cidade formal* e *cidade informal*. Essas definições apontam para a existência, dentro do corpo urbano, de *espaços regulares* criados por iniciativa e/ou regulamentação estatal, e que são geralmente destinados à população de renda média e alta; e também de *espaços irregulares*, resultantes da ocupação espontânea de terras urbanas por uma parcela menos favorecida da população²²⁴.

É lícito afirmar que a dicotomia evidenciada por essas duas formas de ocupação de uma mesma peça urbana é uma realidade inerente ao modo como se desenvolveram as cidades capitalistas. A cidade compreende um patrimônio construído histórica e socialmente, cuja apropriação se dá de maneira desigual, regida pela renda imobiliária direcionada para cada localização. Esse dualismo compõe, assim, os dois lados de uma mesma moeda, onde os espaços formais e informais não podem ser dissociados, uma vez que são consequências das relações de poder intraurbano²²⁵.

Com base nessas informações, afirma-se que a expansão urbana do Cabo de Santo Agostinho se deu a partir dessas duas lógicas de produção espacial, onde a cidade formal compreende, além de uma parcela significativa do núcleo principal (mais precisamente as ruas históricas que compunham o Arraial do Cabo), também os loteamentos regulares, conjuntos habitacionais e antigas vilas operárias, estabelecidos em terras planas, destinados à população de renda média, utilizadora da infraestrutura urbana abundante nesses locais.

²²⁴ MARICATO, Ermínia. “As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias”. In: Arantes, O. et al. **A cidade do pensamento único**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. pp.121-196.

²²⁵ MARICATO, Ermínia. “É a questão urbana, estúpido!”. In: HARVEY, David et al. **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013. pp.32-46.

Por sua vez, o corpo informal do município é composto pelos loteamentos clandestinos e áreas de ocupação irregular em torno do núcleo principal, de infraestrutura precária, ocupadas pela população de baixa renda, como os bairros do Malaquias, São Francisco, Charnequinha²²⁶.

A relação entre os dois componentes da cidade – um formal e o outro informal – se estabelece de maneira conflitante, no que diz respeito à atuação do poder público, na medida em que os investimentos nos serviços de manutenção das áreas públicas - como pavimentação, iluminação e paisagismo -, são aplicados com eficiência no corpo regular da cidade, ao passo que, ainda que equipamentos sociais venham a ser implementados nas áreas de baixa renda, sua manutenção é precária. Entretanto, para a autora, tal conflito permanece oculto, uma vez que a representação da cidade constitui uma construção ideológica, na qual “parte da cidade toma o lugar do todo”, ou seja, a camada mais abastada, notadamente a construtora da cidade formal, “representa e encobre a cidade real”²²⁷.

Apesar da discrepância observada entre as duas esferas de construção urbana, a cidade formal e a cidade informal, no que diz respeito à produção espacial - desde suas causas de surgimento, passando pelas tecnologias utilizadas na construção desses espaços, até seu efetivo uso cotidiano -, vale salientar que estas não se acham geograficamente separadas, mas convivem historicamente, situadas no mesmo raio de influência do núcleo principal do município do Cabo²²⁸. É fato, por exemplo, que o morador da Vila Social Contra Mocambo - conjunto habitacional regular que apresenta uma das melhores ofertas de infraestrutura urbana do Distrito Sede do Cabo - utiliza os mesmos serviços ofertados no centro do município que o habitante da Charnequinha, bairro que, mesmo contíguo ao núcleo principal, configura uma das localidades mais pobres do município.

A existência mútua de áreas conflitantes, social e economicamente, no tocante a sua realidade cotidiana, pode ser explicada pelo fato de que as cidades brasileiras são concebidas a fim de comportar espaços que se pretendem eternos e espaços transitórios, segundo as palavras de Roberto DaMatta, em “A Casa e a Rua”²²⁹. Em sua obra, DaMatta afirma que aquilo que diz respeito ao poder político e à ordem social é entendido como duradouro ou permanente, sendo, pois, capaz de conformar a vida social em um sistema fixo de valores. Os espaços urbanos que se pretendem eternos, isto é, aqueles que desempenham alguma função tida como essencial no cotidiano da cidade (seja ela concreta ou abstrata), surgem na forma de palácios, igrejas, mercados, quartéis, etc., em virtude de seu significado para a sociabilidade urbana²³⁰. Como evidência disso, aponta-se o fato de que, nas cidades ibero-americanas, grande parte dos primeiros núcleos urbanos nasceu em torno de templos religiosos, símbolos de poder espiritual e, algumas vezes, temporal, que disciplinam a sociedade segundo um código preestabelecido de conduta. Esse é o caso do município do Cabo de Santo Agostinho, que apresenta em seu núcleo central a presença da Igreja Matriz de Santo Antônio, cuja importância social se faz presente até mesmo no nome não oficial da rua na qual está inserida: Rua da Matriz.

É importante perceber que, além dos valores socioculturais incorporados, a esfera de influência desses espaços abarca, inclusive, aspectos da morfologia urbana. Reis Filho, por exemplo, assinala a valorização dispensada aos pontos de maior interesse para as comunidades, nos primórdios do processo de formação dos centros urbanos no Brasil,

²²⁶ BARROS, Alexandre M. de. *Op. Cit.*,.

²²⁷ MARICATO, Ermínia. “As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias”. In: Arantes, O. et al. **A cidade do pensamento único**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. pp.121-196

²²⁸ BARROS, Alexandre M. de. *Op. Cit.*,.

²²⁹ DAMATTA, Roberto. **A Casa e a rua** – Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

²³⁰ *Ibidem*, p. 49.

afirmando que “Casas de Câmara, igrejas e conventos provocam a preservação de um espaço livre destinado à aglomeração de população, decorrente das finalidades desses edifícios”²³¹.

Todavia, nem todos os espaços são marcados pela eternidade acompanhada de seu significado inerente. Existem também os espaços transitórios, cuja significação se opõe àquela apresentada pelos espaços concebidos para serem eternos. Configuram áreas problemáticas que, dentro de um contexto urbano, se aplicam àquelas partes da cidade construídas de maneira irregular. Dessa forma, tudo aquilo que é associado ao paradoxo, ao conflito ou à contradição situa-se em um espaço singular, geralmente em regiões periféricas ou escondidas. Essa realidade se aplica, por exemplo, às regiões pobres ou de meretrício. Nunca concebidos como espaços permanentes, tais áreas problemáticas não se estruturam como complemento das partes nobres da cidade. Antes, são vistas como locais de transição que se apresentam, segundo os exemplos do autor citado, na forma de “zonas”, “brejos” e “alagados”²³². No Cabo de Santo Agostinho, percebe-se que os espaços transitórios são os constituintes da cidade informal, o que pode ser percebido pela relação adversa que esta desenvolve com as zonas regulares do espaço urbano. Ainda, a ocupação dos morros ao redor do núcleo principal por população de baixa renda, ação que deu forma a diversos bairros do município, constitui outra evidência de que a cidade informal se compõe de zonas problemáticas, uma vez que a forma como foi construída não configura um modelo desejado de cidade.

Todavia, mesmo tendo surgido em diferentes momentos da história do município, como consequências de distintas causas, os bairros componentes do Distrito Sede do Município do Cabo de Santo Agostinho adotaram uma postura dependente do núcleo principal. O primeiro indicador dessa relação de dependência é a proximidade geográfica dos bairros citados a este núcleo, sendo provável que o crescimento de tais agrupamentos tivesse sido dificultado por uma localização afastada do centro. Por exemplo, um dos fatores que levaram os moradores do loteamento Novo Horizonte a adquirirem terrenos nessa área foi justamente a proximidade do comércio existente no centro²³³. Outro importante indicador se acha no uso majoritariamente habitacional estabelecido nos bairros citados anteriormente, cujos serviços e equipamentos que utilizam se acham alocados no Núcleo Principal, entidade fundamental para a estruturação urbana, por causa das relações que estabelece, e cujo estabelecimento, conforme mencionado anteriormente, decorre da necessidade que todo agrupamento tem de um núcleo dedicado à tomada de decisões, ao fornecimento de serviços e à formação de valores - níveis de influência encontrados no núcleo principal do Cabo de Santo Agostinho, evidenciados pela presença nessa área do município de edifícios públicos, religiosos, comerciais e equipamentos destinados ao lazer, detentores da carga simbólica representativa da herança cultural do Município.

²³¹ REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil: 1500-1720. São Paulo: Pini, 2000, p. 131.*

²³² DAMATTA, Roberto. *Op. Cit.*, p. 50.

²³³ BARROS, Alexandre M. de. *Op. Cit.*, p.154.

REVISANDO SUSPENSÃO E SALÁRIOS RETIDOS: OPERARIADO TÊXTIL CEARENSE EM LUTA NA JUSTIÇA DO TRABALHO (1960-64)

Jormana Maria Pereira Araújo²³⁴

jormana_araujo@yahoo.com.br

Resumo: Quais percepções de relações de trabalho tinham os trabalhadores do Cotonifício Leite Barbosa? Minha hipótese é que à medida que ganhava fôlego uma experiência positiva com a Justiça do Trabalho, os trabalhadores passaram a apostar nela como meio de arrancar dos patrões direitos que percebiam estar *engavetados*, segundo a fala de um trabalhador da época, em especial aqueles que se estabeleciam na relação entre indivíduos, patrões e trabalhadores não abarcados pelas greves, uma vez que essas últimas lidavam com lutas coletivas de largo alcance (aumento de salário e redução da jornada, por exemplo). Revisão de suspensão ou de demissão consideradas arbitrárias, anotação correta em carteira profissional ou mesmo pagamento de aviso prévio compõem um arsenal de reivindicações que parecem isolados entre si, mas que são conectados na tese que venho desenvolvendo a fim de dar visibilidade a um ambiente conflituoso, repleto de perseguições e arbitrariedades, embora se insinue num estado de latência, onde a resistência mais parece estar abatida, silenciada. Nomeado por discurso oculto por James Scott, tal ambiente é a base do discurso público, bastante perigoso às classes dominantes. Para esse intento, dialogo com o campo da História Social do Trabalho, utilizando-me de metodologia que analisa os termos do direito e do recurso processual, via Justiça do Trabalho.

Palavras-chave: Luta por Direitos, Operariado, Justiça do Trabalho.

Nas Tramas da Suspensão: direitos, poder disciplinar e Justiça do Trabalho.

Foi bastante difícil traçar algum marco organizativo para a construção das linhas que se seguem. Tantos processos, tantas páginas, e o que fazer com elas? Rapidamente, agora, posso dizer ao leitor que o caminho aqui percorrido foi o da própria organização presente nos processos, ou seja, se nos autos constavam que a reivindicação a ser apreciada era quanto aos termos da “suspensão”, então foi o que eu fiz, visando construir um entendimento mais amplo da história dos trabalhadores de Fortaleza.

Lendo e transcrevendo-os cada um dos processos entendi, porém, que cada reclamante tinha uma trajetória, uma individualidade própria, estando eles conectados entre si quanto ao sentimento de injustiça: uns eram tecelões, outros eletricitistas, encontrei até contramestres. Possuíam salários variados, trabalhavam nas fábricas de tecidos em distintas secções, com diferentes mestres, e se desentenderam de formas diversas com os mesmos.

Para a análise em curso terei por foco a experiência do operariado da Fábrica Santa Cecília, um dos empreendimentos têxteis de maior produtividade no Estado do Ceará, empregando mais de 2.000 empregados na década de 1960, cuja reclamação individual na Justiça do Trabalho se concentrou na solicitação de relaxamento de suspensão e correspondente remuneração desses dias, incluindo também, o repouso remunerado. Sobre esse último aspecto, recuo um pouco no tempo destacando alguns títulos de reportagens publicadas no jornal comunista *O Democrata*, para explicar melhor a presença constante daquela reclamação nos processos em apreço:

Os Têxteis Exigirão 100% de aumento: são os trabalhadores que percebem os mais baixos salários – *É geral a revolta contra a famigerada exigência de cem por cento de*

²³⁴ Doutoranda em História Social (UFC)

assiduidade – Na “José Pinto do Carmo” os operários não podem utilizar os banheiros.²³⁵

A exigência da assiduidade de 100% é um crime que os trabalhadores devem repelir: A famigerada cláusula vem sendo rigorosamente observada na “Ceará Industrial” – Fome, miséria e irregularidades no pagamento do abono e do repouso semanal remunerado.²³⁶

Volta a vigorar nas fábricas de tecidos o odioso regime de assiduidade de 100%: Os patrões quebram todos os compromissos assumidos por ocasião da última greve dos têxteis – “A verdade palpável é que os donos de fábricas pretendem sugar até a última gota do nosso sangue a fim de que possam acumular lucros cada vez mais fabulosos” – declara a nossa reportagem o operário Francisco Forte – A única saída é enveredar pelo caminho da luta organizada e da greve.²³⁷

Ampliar a Luta Contra a Assiduidade Integral: Essa deve ser uma das finalidades da reunião da Comissão Provisória de Luta contra a assiduidade, marcada para as 9 hs, de amanhã, na sede do Sindicato dos Têxteis – Convite.²³⁸

Mais um Ato Público de Condenação a Assiduidade: Amanhã, às 19:30 na sede do sindicato dos têxteis – Convite aos líderes sindicais e aos trabalhadores em geral.²³⁹

Será organizada, hoje, a Comissão Intersindical Contra a Assiduidade Integral: O ato público terá lugar às 19:30, na sede do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Fiação e Tecelagem, à Rua Agapito dos Santos, 734 – Convite aos Operários e Líderes Sindicais.²⁴⁰

Novo impulso na luta contra a assiduidade 100%: Importante reunião da CISCAI marcada para hoje, às 20 horas, no Sindicato dos Trabalhadores Têxteis.²⁴¹

A relação mais íntima entre os títulos dessas matérias do jornal comunista e os processos de suspensão, distantes alguns deles em mais de 10 anos, está na temática da assiduidade. Na década de 1950 a mobilização pela derrubada da *cláusula de 100%* é constante, pois ela impunha à categoria operária têxtil um esforço sobre-humano na conquista dos direitos. Ou seja, a folga semanal remunerada, que podia ou não cair no domingo, e que tanto incomodou os patrões que se recusavam a pagar o operariado por um dia não trabalhado, foi conquistada; o problema é que ela estava submetida ao crivo da presença constante do trabalhador na fábrica – para termos ideia, caso uma fiandeira tivesse uma forte dor de cabeça numa sexta-feira e precisasse ir para casa faltando quatro horas para o fim do expediente, ela já perdia parte do salário da semana seguinte, àquela correspondente ao dia da folga. A regra era clara: nada de ausência ao trabalho!

²³⁵ Jornal **O Democrata**, 28 de junho de 1950. Ano V, no. 1086.

²³⁶ Jornal **O Democrata**, 08 de agosto de 1950. Ano V, no. 1120.

²³⁷ Jornal **O Democrata**, 31 de outubro de 1950. Ano V, no. 1188.

²³⁸ Jornal **O Democrata**, 06 de setembro de 1952. Ano VII, no. 1696.

²³⁹ Jornal **O Democrata**, 11 de setembro de 1952. Ano VII, no. 1701.

²⁴⁰ Jornal **O Democrata**, 23 de setembro de 1952. Ano VII, no. 1712.

²⁴¹ Jornal **O Democrata**, 29 de dezembro de 1952. Ano VII, no. 1790.

No contexto da promulgação da Lei 605, de 05 de janeiro de 1949, relativa ao repouso semanal remunerado, a gigante Companhia de Tecidos Paulista (CTP), em Pernambuco, já vinha realizando campanhas de prevenção ao absenteísmo tendo por diretriz premiar os assíduos e punir os faltosos e retardatários²⁴². Essa tentativa de despertar o operariado para a disciplina do trabalho via motivação monetária visava ao aumento e “eficiência” da produção, contudo, não fora bem sucedida. Conforme a “análise científica” da gerência da CTP, em virtude do aumento da remuneração familiar operária, algum de seus membros frequentemente incorria ao absenteísmo. Vê-se aqui entre os Lundgren, nossos vizinhos, o ressentimento de ter de pagar a folga do operariado, que buscava desvencilhar-se das duras condições de trabalho como motivação real para o absenteísmo.

As leituras realizadas por José Sérgio Leite Lopes na obra *A Tecelagem dos Conflitos de Classe*, fazem-no perceber que o mecanismo de remuneração do repouso submetido à assiduidade vinha fortalecer a perspectiva patronal de disciplinamento do operariado ao trabalho, princípio esse que seria ainda incorporado pela Justiça do Trabalho, a acordos e dissídios coletivos, tornando-se uma camisa de força contra os direitos. Ao operariado que almejava continuar a ter acesso a esse direito, mas necessitado de faltar em algum momento ao trabalho, era obrigado a se submeter a justificação formal exigida pela lei, a ser comprovada previamente e através de documentos, nem sempre aceita pelas empresas que interpretavam rigidamente a “assiduidade integral”.

Vale destacar ainda que nas fábricas têxteis de Fortaleza esse critério foi ampliado para o recebimento do abono salarial, posteriormente conquistado, e por isso de uma movimentação tão intensa constituída de reclames individuais, composição de comissões, pauta sindical, envolvimento de entidades intersindicais, ou mesmo greve, para a derrubada daquela cláusula. Eis a solução encontrada pelo Estado frente às pressões de patrões e trabalhadores, valendo destacar as seguintes questões: qual o alcance, ou mesmo o impacto dessa cláusula para uma categoria operária tão acometida pelas altas jornadas, rígida disciplina fabril e pela doença constante? E mais: qual o entendimento que tinha o operariado quando buscava a JT para reaver a suspensão?

Para Maria Sângela de Souza Silva, a punição através da suspensão era comum nas fábricas e indústrias de Fortaleza. Qualquer desavença, desatenção, indisciplina, ou confrontação direta com o chefe justificava tal medida. Observa a autora na CLT que a suspensão máxima permitida era de trinta dias, porém, no que se refere à remuneração desses dias parados, os juizes se guiavam por uma jurisprudência publicada na revista *Capital e Trabalho*, em Fortaleza, fundamentada num acórdão do Conselho Regional do Trabalho (CRT) da 1ª Região, que proferia o seguinte: “o empregado não tem direito a perceber os salários do período de suspensão, desde que esta não decorra de ato injustificado do empregador”.²⁴³

Nos casos que seguem é patente o modo como o operariado da Fábrica Santa Cecília vai vivenciar diferentes motivações para suspensão, a ser sempre apontada pelos patrões como justificada. Mas faltam eles porque estão doentes, porque têm de resolver questões pessoais inadiáveis, ou porque a disciplina fabril foi recusada em vez de ter sido totalmente internalizada.

Por outro lado, quando isso acontece, percebe-se que têm eles alguma leitura dos trâmites justificatórios: sabem que devem levar atestado médico, embora sempre fiquem em dúvida se seriam aceitos aqueles emitidos pelo SESI (Serviço Social da Indústria) e IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários), ou só pelo médico da Fábrica. Seguem as dúvidas: e o que fazer quando não achavam o médico? A quem deveriam avisar caso já soubessem que precisariam faltar? Ainda há tempo de justificar? A movimentação

²⁴² LOPES, José Sérgio Leite Lopes. **A Tecelagem dos Conflitos de Classe na ‘Cidade das Chaminés’**. São Paulo: Editora Marco Zero; Editora Universidade de Brasília; MCT/CNPQ, 1988, p. 285.

²⁴³ SILVA, Maria Sângela de Sousa Santos. **A Justiça do Trabalho e os Trabalhadores em Fortaleza (1946-1964)**. 2012. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

em torno do modo de proceder, e o proceder de modo “aleatório” leva-os a suspensão certa. É o que demonstram os processos trabalhistas que venho analisando.

Em virtude da limitação dos números de páginas pela organização do evento, ganhará destaque nas linhas que se seguem um só processo referente a suspensão por falta ao trabalho. Pois bem, o caso a ser analisado é o de Manoel Edvar Viana - operário, casado, morador na Rua Dr. Lineu Machado, 540, que após dois anos de trabalho na FSC (Fábrica Santa Cecília) procura a Justiça do Trabalho em 18 de abril de 1961. Esses foram os dados por ele citados para o Chefe de Secretaria da JCJ (Junta de Conciliação e Julgamento) no momento em que o mesmo preenchia o Termo de Reclamação; seguia ali também o valor da causa, 812,00 Cruzeiros, divididos assim: 3 dias de suspensão a 203,00 cada, e mais 1, de mesmo valor, correspondente ao repouso. Como fora dito, uma só falta na semana já comprometia a remuneração da folga, por isso dessa reivindicação sempre presente nos autos. Quanto a audiência, essa já era marcada para o dia 28 próximo onde as partes seriam pessoalmente notificadas. O processo ganha a seguinte numeração: 383/61.²⁴⁴

À data marcada, na sala de audiências, fazia-se presente o operário Manoel Edvar Viana, o representante da Fábrica Santa Cecília, Edson Queiroz Damasceno, acompanhado do advogado Dr. Pedro Maia; o Suplente de Juiz do Trabalho e Presidente da Junta, Dr. Paulo da Silva Porto; o Suplente de Vogal dos Empregadores, Sr. Murilo Memória e o Suplente de Vogal dos Empregados, José Moreira Leitão.²⁴⁵ Leu-se a reclamação a ser apreciada, e foi cedida a voz a reclamada para produção de sua defesa: dizia ter sido o reclamante “*suspenso por faltar ao serviço sem justificativa.*”

Na audiência seguinte, dia 29 de maio de 1961, Manoel Edvar Viana e Edson Queiroz Damasceno depõem com o intuito de prestar esclarecimentos a JCJ sobre as motivações para a suspensão do operário naquela quinta-feira do dia 13 de abril último. Naquele momento somente o juiz se fez inquisidor, buscando a “verdade” dos “fatos”:

DEPOIMENTO PESSOAL DO RECLAMANTE – Já qualificado na inicial. Aos costumes disse nada. Compromissado e inquirido pelo Sr. Presidente, respondeu: que faltou ao trabalho num dia de quinta-feira por motivo de doença; que não compareceu sexta-feira para trabalhar [ilegível] procurou o médico da fábrica para obter o atestado a fim de justificar sua falta, mas ele [o médico] nem foi sexta nem foi sábado; que trabalhou domingo, e na segunda-feira é que foi suspenso; que não pode avisar ao mestre que estava doente no dia em que ocorreu esse fato porque mora longe, e que não tinha por quem mandar avisar. Perguntado pelo representante da firma, respondeu: que não procurou o SESI para tirar atestado porque este não tem valor para a firma; que trabalha de noite e até hoje não viu se lá tem algum aviso [ilegível] dizendo que o empregado justifica a sua falta com atestado do médico da fábrica e do SESI; que já ouviu falar é que o atestado do SESI não tem valor; que nada mais disse nem lhe foi perguntado, dando por findo o

²⁴⁴Processo JCJF nº 383/61, filme 27, fotograma 12.

²⁴⁵ Em virtude do grande volume de processos, o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, Osmundo Pontes, já passava a realizar despachos naquele ano de 1961 no sentido encaminhar processos para o seu suplente, Paulo da Silva Porto, compondo-se também nesse sentido, Suplentes de Vogais dos Empregados e dos Empregadores, segundo portaria de no. 6/57, de 29 de março de 1957. Ainda sobre esse assunto, Maria Sângela de Souza Silva (2012, p. 111-2) destaca de uma entrevista de Osmundo Pontes, a informação de que anteriormente a JCJF somente se abria ao público no horário da tarde, mas diante do volume dos processos, o presidente do TRT à época, Autran Nunes, resolveu abrir uma turma de suplentes no horário da manhã (presidida por Paulo da Silva Porto), julgando “*ações de pequena alçada*”, e ele, Osmundo Pontes, ficaria com o horário da tarde, no cargo de titular.

presente depoimento que assina o Sr. Presidente, depois de lido e achado conforme.

DEPOIMENTO PESSOAL DO REPRESENTANTE DA FIRMA RECLAMADA – Edson Queiroz Damasceno, solteiro, 21 anos de idade, residente à Rua Barão do Rio Branco, no. 2681. Aos costumes disse nada. Compromissado e inquirido pelo Sr. Presidente, respondeu: que não se recorda da data, mas é certo que o reclamante faltou um dia, não sabendo se ele trabalhou algum dia demais da falta e antes da suspensão; que o certo é que a suspensão é porque ele faltou um dia sem justificar; que não sabe dizer se o médico da fábrica, que aliás é muito assíduo, faltou no dia seguinte a da ausência do reclamante; que sabe que é o reclamante não deu satisfação a ninguém dessa falta, nem mesmo ao mestre; que pelo escritório da firma as ausências são justificadas por atestado médico da fábrica, do SESI, do I.A.P.I. Nada mais disse nem lhe foi perguntado dando-se por findo o presente depoimento que assina o Sr. Presidente, depois de lido e achado conforme.

Duas partes em questão, dois interesses distintos. Ao juiz a mediação. Infelizmente não se tem como saber exatamente o que foi perguntado, a Auxiliar de Judiciário somente escreve as respostas, que primeiramente passam pelo seu crivo interpretativo, depois é que elas se tornam esses depoimentos limpos de repetições, ou de erros gramaticais de quaisquer ordens, como dar-se a ver. Diante da ausência de documentos comprobatórios, o operário adentra numa busca incessante pela arte de justificar, de provar que não é um mentiroso, ou mesmo, um trabalhador displicente. Ele sabia como funcionavam as normas e a moral em torno do trabalho.

Como parece ser irrelevante a saúde do operário, nada lhe é perguntado sobre isso, não se tem como saber o que esteve sentindo ou qual doença o acometeu; mesmo assim ela, a doença, se insinua como diagnóstico das péssimas condições de trabalho. Na audiência tudo gira em torno da sua “falha”: por que faltara e por que não justificou sua ausência no trabalho? Aos olhos da Justiça e dos patrões houve um ataque a norma imperativa do contrato e da disciplina, mas ao trabalhador ainda havia uma chance de remissão, e era nisso em que se amparava.

O processo de Manoel Edvar Viana acaba também por nos apresentar um painel da cidade naquele momento. Se a redução das distâncias é algo já naturalizado a nossa geração, o mesmo não se pode dizer àquele morador da periferia de Fortaleza naqueles anos de 1960. A rua onde morava, Dr. Lineu Machado, era um pouco distante da Fábrica, e o costumeiro trajeto a pé, arrodando a Lagoa da Parangaba pelo horário da noite, tornava-se mais inviável ainda a ida do operário naquele dia à Fábrica para se justificar, quando se encontrava acometido pela doença. Os critérios estabelecidos pela lei e pela Fábrica, de comprovar prévia e documentalmente o motivo da falta, só poderiam acontecer posteriormente.

Já a controvérsia em torno do SESI, como pode ser lida nos autos, apresenta-se ao caso em virtude da sua íntima relação com a indústria, e não coincidentemente, tem prédio instalado em proximidade da Fábrica Santa Cecília.²⁴⁶ Com sede localizada na Parangaba, os

²⁴⁶No processo de modernização da indústria brasileira nos anos de 1940 em que é propagandeado o discurso da técnica, racionalização e administração científica pelo empresariado, SESI e SENAI (representantes do Sistema S) foram tentativas de institucionalização das abordagens racionais para capacitação profissional e serviços sociais; ou seja, serviam a estratégia de reorganizar o trabalho, que incluía assistência ao trabalhador, ao mesmo tempo em que buscava internalizar seu senso de disciplina para maior produtividade, contando com a participação direta do empresariado em seu favor (em 1946, por exemplo, 2% da folha de pagamento das empresas iam para o SESI). Segundo

serviços ali oferecidos incluíam desde cursos de aprendizagem industrial, esportes e atendimento médico, o que na ausência do profissional de saúde no próprio local de trabalho, poderia o operário procurar atendimento ali. Contudo informações esparsas, propagadas possivelmente a partir de experiências anteriores e no interior do próprio Cotonifício, fazem o trabalhador não cogitá-lo a fim de receber o documento comprobatório que precisava. Tal controvérsia em torno da (não) aceitação pelos chefes do atestado médico do SESI pode ser vista noutras falas operárias.

Nada de acordo entre as partes, nova audiência é marcada para o dia 16 de junho do mesmo ano, quando é chamado para depor em favor do reclamante um industrial de 28 anos que trabalhava na FSC desde 1958, cujo nome está ilegível à leitura do processo:

[Ilegível]. Compromissado e inquirido pelo Sr. Presidente, respondeu: que a distância da sua casa para a firma reclamada é de 3 quilômetros; que quando foi entrar em serviço às 10 horas da noite, de um dia que não se lembra, foi abordado pelo reclamante no portão da Fábrica para avisar ao mestre Zezito, que é o mestre da noite, que ele não podia ir trabalhar porque se encontrava doente; o depoente deu o aviso ao mestre Zezito, e ele respondeu assim: “agora é oito dias”; que então o depoente disse que o rapaz estava com o filho doente, no que ele respondeu que não tinha isso não, e que eram oito dias de suspensão; que na ocasião em que estava na conversa com o mestre Zezito, passou um cidadão que trabalhava na mesma secção que o reclamante, mas não sabe dizer o nome desse cidadão; que nunca foi na casa do reclamante e que não sabe dizer se o filho dele estava doente mesmo ou não; que o médico da fábrica vai lá duas ou três vezes por semana, sem dia marcado; que o horário do médico na fábrica é às 9:45 horas; que afirmou que o reclamante foi pedir o atestado ao médico porque o reclamante lhe disse; que essa suspensão que está falando é outra que nada tem a ver com essa que o reclamante está reclamando; que perguntado pelo advogado da reclamada, respondeu: que é certo que o reclamante já foi suspenso algumas vezes; que a última suspensão já foi esta, que ele não se lembra bem do mês. Nada mais disse nem lhe foi perguntado [...].

A confusão no depoimento do industrial, apreciada pelo advogado capcioso da Fábrica, dá a perceber a estratégia utilizada por esse último em demonstrar a JCJ que o trabalhador tem um histórico de suspensão, que é faltoso, ou seja, é descompromissado com o trabalho. Perspectivas semelhantes são sempre sugeridas pelo jovem representante da FSC, Edson Queiroz Damasceno, presente em quase todos os processos relativos a suspensão. Tratam-se, ambos, de representantes dos industriais - que talvez em virtude do grande número de processos e de casos a acompanhar, nem sempre conseguem captar informações precisas do ocorrido antes de irem às audiências, mas independente de qualquer circunstância, sempre assumirão o papel de “taxar” o trabalhador como irresponsável perante os membros da JCJ.

Bárbara Weinstein (2000, p. 24), tratava-se de uma: *“ética’ fordista [que] implicava, portanto, um maior e mais amplo envolvimento do industrial no desenvolvimento de serviços sociais, instrução e atividades recreativas para os trabalhadores. Todas essas áreas deveriam ser organizadas racionalmente para promover valores e disciplina adequados, que seriam expressas pelos trabalhadores na vida diária e não apenas no lugar de trabalho”*. Tratava-se de mais uma estratégia que visava o entendimento entre empresariado e trabalhadores, sintetizada no conceito construído à época de “paz social”.

Por outro lado, é em meio a confusão do depoente que o manual disciplinar fictício-imperativo do mestre Zezito vem a cena, demonstrando que na prática, as relações de trabalho na FSC independiam da justificativa que tivesse o operário para ausentar-se ao trabalho. Nada de seguir um suposto manual interno da Fábrica, ou de dar prosseguimento a prática já corrente de destinar um dia de suspensão para esses casos; na visão do mestre, que teria de responder pela secção à gerência, a pena tinha de ser máxima para que a ausência ao trabalho não mais se repetisse. E isso não ficaria despercebido pelo juiz trabalhista.

O processo que se inicia em 18 de abril de 1961 passa por cinco audiências, e após repetidas tentativas de acordo pelos membros da JCJ, as partes não se conciliam. Deu-se, então, prosseguimento aos trâmites processuais. Em 31 de julho do mesmo ano, após votação entre os membros da Junta, era proferida a seguinte sentença pelo juiz Paulo da Silva Porto:

Considerando que o reclamante fora suspenso pelo fato de ter faltado um dia ao serviço sem ter justificado ou ter podido justificar;

Considerando que, se por um lado, as empresas devem ser rigorosas em relação a frequência dos seus servidores, já que são obrigadas a garantir-lhes um salário mínimo integral quase sempre medido por alguns julgadores, em mês; por outro, os empregados têm direito de faltar no ano, injustificadamente, até seis dias pelo menos (art. 132 da CLT);

Considerando que, não dando a lei, um critério aos empresários dentro do qual possam movimentar o direito de punição por ausência ao trabalho, é bem de ver-se que o julgador presente só poderá aceitar como falta punível aquela que for injustificada depois de o seu número ultrapassar o 6º. dia em cada ano de emprego.

Considerando que dentro desse critério, não tendo sido comprovado qual o número de ausências dadas, é de concluir-se que a empresa não tinha ainda o direito de ter suspenso o empregado por isso, que não havia falta como tal, deve ser relaxada a suspensão.

O juiz cumpre a função de representante do Estado mediador. Displícência para com o trabalho era equivocado, mas punição severa para o faltoso também o era, e recorre a lei. Contudo, aquilo que deveria ser um conjunto de normas e procedimentos a serem seguidos, deixava em aberto para o empresariado e seus representantes o modo como proceder junto ao aprofundamento da disciplina do trabalho; mas um aspecto era digno de nota: se a lei deveria funcionar como norma para o trabalhador e para o patrão, ela não permitiria o uso de práticas arbitrárias.

Nesse sentido, quando o mestre Zezito indicava punir trabalhadores com suspensão de oito dias, independentemente da justificativa que tivessem para faltar ao trabalho, isso pode ter feito o juiz interpretar que *“não havia falta como tal”*, ou seja, que o ato *“falho”* do operário não podia ser punido de modo exorbitante; mesmo quando a isso se somava a ausência de documento comprobatório, como diziam as regras. Recorre a uma lei aproximada do caso em questão.

Essa interpretação partindo da lei e dos *“fatos”* relatados pelas partes em conflito era um dos mecanismos utilizados pelos juízes trabalhistas na consecução de suas sentenças. E ela, a lei, que serve de norte para os juristas, ganha destaque nestas páginas à medida que vai se tornando também objeto de análise dos historiadores que passam a fazer boas elaborações acerca dela para o estudo da história.

Segundo E. P. Thompson, ao contrário do reducionismo interpretativo de algumas correntes de pensamento do passado, reafirmada inclusive por alguns membros da militância anticapitalista, a lei não é simplesmente um instrumento ideológico de dominação de classe, pois “*o domínio da lei em si, [traz] a imposição de restrições efetivas ao poder e [realiza] a defesa do cidadão frente às pretensões de total intromissão do poder [,] parecem-me um bem humano incondicional*”.²⁴⁷ Sugere o autor, portanto, que há uma diferença profícua entre o poder arbitrário e o domínio da lei, e é isso que a torna interessante no estudo das relações de classe.

Inerente ao caráter específico da lei, a aplicação de critérios lógicos de igualdade e universalidade devem ser estendidos a todos os tipos e graus de homens. Desse modo, os dominantes quisessem ou não, tornavam-se prisioneiros de sua própria retórica: “*a lei mediava essas relações de classes através de formas legais, que continuamente impunham restrições às ações dos dominantes*”, não mais havendo, portanto, espaço para o poder arbitrário.²⁴⁸ Obrigados a seguirem essa linha de raciocínio é que os representantes insatisfeitos da FSC interpõem recurso à sentença da instituição representante dos termos legais:

Exmo. Sr. Dr. Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Fortaleza.

COTONIFÍCIO LEITE BARBOSA S.A., não se conformando, data vênua, com a decisão proferida no processo de reclamação no. 383/61, de Manoel Edvar Viana, quer dessa decisão interpôs embargos, para essa MM. Junta, pelos motivos e fundamentos seguintes:

1 – O reclamante foi suspenso por haver faltado ao trabalho sem qualquer justificação;

2- Tendo o reclamado alegado, em sua reclamação, que a suspensão fora injusta, pois contra ela reclamou, pedindo o seu relaxamento, competia-lhe provar a injustiça da suspensão;

3 – Em seu depoimento pessoal (fls.7) alegou que estivera doente e que chegara a procurar o médico da fábrica, mas não o encontrou. Cumpria-lhe, então, procurar outro médico, como lhe faculta a lei, não havendo, entretanto, procurado nem sequer o SESI, ou mesmo o serviço médico do I.A.P.I.;

4- Como nenhuma prova fez, a firma reclamada, ora embargante, achou desnecessário produzir também qualquer prova, uma vez que ao reclamante é que cabia a prova de sua alegação, relativa a injustiça da suspensão;

5 – Na ausência de prova, essa MM. Junta decidiu pela procedência da reclamação porque a reclamada não provou que o reclamante houvesse dado mais de seis faltas, e, enquanto esse número não for ultrapassado, - segundo o entendimento dessa MM. Junta – o empregado pode faltar sem necessidade de justificaras faltas dadas.

²⁴⁷ THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e Caçadores**: a origem da Lei Negra. Tradução Denise Bottman. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 357.

²⁴⁸ *Ibid.*, p. 356.

6 – Trata-se evidentemente de uma interpretação liberal, por demais elástica, porém, sem nenhum apoio legal, pois a lei não diz que o empregado pode faltar até seis vezes para que isso constitua um direito seu. Quando a lei fala ou alude a seis faltas, a faz para efeito de concessão de férias, exclusivamente.

7 – A embargante confia em que esse digno órgão, [ilegível] verificando que as férias nada têm a ver [ilegível], julgar improcedente a reclamação, [ilegível].

[...]

Esse é o momento em que a parte prejudicada pela sentença pode interpor “recurso”, e a outra, necessariamente, deve oferecer suas “contra-razões”, em prazo de cinco dias, para uma re-leitura dos autos a fim de tentar alterar a sentença, compondo assim, o ritual processual. Embora esse trâmite se repita noutros processos, observa-se naqueles relativos a suspensão de operários da FSC que em nenhum deles houve alterações na sentença.

Devia ser bastante embaraçoso ao empresariado ver uma intervenção tão estreita do Estado nas relações de trabalho e no modo de proceder no interior da sua propriedade privada. Mas não só a Justiça do Trabalho fez e continuou a fazê-la, como obrigava os poderosos a cumprirem a decisão proferida ao final do processo. Segundo Antônio Luigi Negro e Edinaldo Souza, a regulamentação do poder disciplinar pela Justiça do Trabalho, em consonância com os propósitos intervencionistas e conciliatórios que fundamentam a CLT, ao mesmo tempo em que sancionava o poder patronal de punir tendo como fundamento a disciplina fabril, abriu a possibilidade do empregado questionar abusos de autoridade cometidos pelo empregador.²⁴⁹

Restava, portanto, contra-argumentar. A leitura feita pelo advogado da FSC acerca da lei citada é quanto a relação gozo de férias remuneradas e assiduidade. Aspecto que, aliás, revela a submissão de mais um direito ao critério da disciplina, a constante frequência ao trabalho, desta vez presente na Consolidação das Leis do Trabalho; demonstrando que ao contrário da interpretação do advogado, vê-se aqui mais uma diretriz que muito pouco tem de “elástica”.

Por outro lado, acompanhando Manoel Edvar Viana desde o início do processo, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Raimundo Lopes Gondim, assinará o documento de “contra-razões” reafirmando a sentença do juiz Paulo da Silva Porto. Mas um detalhe chama atenção nos autos, constam dois documentos daquela mesma natureza quando deveria haver somente um, cujas características são as seguintes: no primeiro existe um tom radicalizado, apresentando-se em consonância com o espírito militante, de denúncia; em vista que o outro possui tom mais ponderado, embora ambos reafirmem que deve ser mantida a sentença anteriormente proferida:

Exmo. Sr. Dr. Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Fortaleza.

[...]

Manoel Edvar Viana, nos autos de reclamação a que, acima, faz referência, vem, com o devido respeito e dentro do prazo legal de 5 (cinco) dias, oferecer suas contra-razões ao recurso de embargos interposto pela Reclamada, com o qual pretende a reforma a r. sentença proferida por esse

²⁴⁹ NEGRO, Antônio Luigi; SOUZA, Edinaldo Antônio Oliveira. Que “Fosse Procurar os seus Direitos” – Justiça do Trabalho e Poder Disciplinar na Bahia: insubordinação operária, autoridade patronal e mediação judicial (1943-1948). In: GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da. (orgs.). **A Justiça do Trabalho e sua História**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, pp. 123-156.

MM. Tribunal, que julgou procedente a reclamação ora embargada.

2- Não merece reformada a r. sentença, norteadas que foi pela prova dos autos e os melhores princípios de direito.

3 – Não mais estamos na época do tronco nem do mourão, e os capitães do mato deixaram apenas triste memória. 13 de maio de 1888 já se foi na voragem do tempo e o operário não pode ser mais tratado como escravo;

4 – Não se concebe que por uma falta, aliás justa, ao trabalho, sofra o operário uma suspensão absurda, que lhe vem tirar o já minguido pão de sua família;

5 – Bem ponderou a MM. Junta ao aplicar o art. 132 consolidado, pelo qual o trabalhador pode faltar ao serviço durante seis dias, mesmo sem justificar, sem prejuízo para suas férias;

6 – Em matéria de suspensão supostamente disciplinar a Embargante sofre por obcecação. Suspende por suspender. Suspende por um prazer doentio. Exige do operário um atestado médico, mas o médico da empresa não fornece esse atestado. E a suspensão vem inexoravelmente sobre o trabalhador.

[...]

Como se pode perceber, esse é o documento de contra-razões de natureza mais radicalizada, e mais interessante para esse estudo. Afinal, quatro anos após o assassinato do patrão italiano Dante Bonorandi por um operário da FSC²⁵⁰ e três, de encerradas as atividades do jornal comunista *O Democrata*, expressões captadas e analisadas noutra momento em minha tese de doutorado como discurso oculto de resistência²⁵¹, nas fontes relativas a década de 1950, voltam novamente à cena. É o caso da associação entre trabalhador livre e opressão “escravista”, bem como a herança disciplinar (como aquela do tempo do italiano assassinado), cuja adjetivação recai agora sobre os ombros da “Embargante”.

Ao longo do processo, embora não haja nada indicando uma necessária e obrigatória alteração no corpo do texto, o documento foi substituído sem ressalvas por uma nova versão, 10 dias depois, cuja data denotaria um prazo já estourado segundo a determinação da Justiça do Trabalho - no primeiro consta 21 de agosto e no segundo, 31, embora o reclamante só tivesse direito a cinco dias para depositar suas contra-razões.

A menos que tenha havido apenas um erro de grafia, o que ainda assim seria estranho, duas contra-razões diferentes para reafirmar a mesma sentença da JCJ; tem-se aqui, como

²⁵⁰Para ler mais sobre isso, ver: ARAÚJO, Jormana M. P. Dia da Caça, Dia do Acerto de Contas: o caso do operário que matou o patrão numa fábrica, em Fortaleza (1954-57). *Revista Historiar*, Sobral, v. 7, no. 13, pp. 06-35. 2015.

²⁵¹ Trata-se, aqui, de conceitos formulados por James Scott. Chama o autor por discurso oculto uma série de elaborações realizadas por um conjunto particular de atores num determinado espaço social; ele comporta não apenas atos discursivos, mas todo um conjunto de práticas diversas, e que a fronteira entre discursos oculto e público é um terreno de luta constante entre dominadores e subordinados, em que os primeiros têm a capacidade de prevalecer, embora nunca totalmente. Dessa luta em torno das fronteiras, tem-se uma importante arena de conflitos ordinários a tomar diferentes formas, com as quais as lutas de classes assumem no dia-a-dia. Para ler mais sobre os conceitos em questão, ver: SCOTT, James C. **A Dominação e a Arte da Resistência**: Apresentação de Fátima Sá e Melo Ferreira. Tradução: Pedro Serras Pereira. 1ª. edição. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013.

fora imaginado inicialmente, não uma escolha pessoal do Presidente do Sindicato para amenizar o conteúdo do texto e o conflito de classes já escancarado, ou mesmo o entendimento de que se tratava de uma linguagem que não se conformava com o espaço jurídico. Minha hipótese é de que houve uma solicitação por parte da Junta, não documentada, pela alteração do texto:

[...]

2- Não merece reformada a r. sentença, norteadas que foi pela prova dos autos e os melhores princípios de direito.

3 – A firma embargante sofre da obcecção de suspender seus operários, seja porque motivo que se apresente. E não é possível que, na era em que vivemos, em que tanto se proclama a paz social, vivam os empregadores procurando implantar no país a intranquilidade social através de medidas que não correspondem a seus interesses econômicos, nem tão pouco ao sacrifício a que vem se submetendo os trabalhadores com a percepção de um salário miserável;

4 – Bem ponderou a MM. Junta ao aplicar o art. 132 da Consolidação das Leis do Trabalho. Não houve a elasticidade atribuída pela embargante. Elasticidade temhavido na récuca de suspensões aplicadas pela firma com o intuito pré-concebido de vencer, de ganhar submissão do operário pela fome crônica a que estão submetidos;

5 – O embargado espera que a MM. Junta, tendo em vista que ao processo não foi trazida qualquer matéria nova para apreciação, ao tomar conhecimento dos embargos, lhe negue provimento e confirme, conseqüentemente, a decisão recorrida ou embargada.

[...]

De uma versão para outra a denúncia permanece, alterando-se, contudo, seu tom. No processo trabalhista que tem por foco a disciplina industrial, encontra-se o Presidente do Sindicato dos Têxteis colocando em xeque a lógica das punições imposta pelas chefias num primeiro momento, e num segundo, concordando com a mesma alegando, porém, serem ínfimas suas justificativas para repreensão exorbitante, seguindo a linha de raciocínio da JCJ. E é essa mudança do texto que sugere uma reviravolta na perspectiva ideológica dominante, propagada nacionalmente pela “paz social”: eram os patrões quem não estavam querendo colaborar no diálogo entre as classes.

Tal artifício discursivo tem seu poder em tempos de forte tensão social, principalmente quando há uma Junta a votar em favor do operário. Por outro lado, embora não coubesse aos juízes do tribunal trabalhista a construção de leis, a sentença poderia servir de referência a processos que possuíssem semelhança com esse, de Manoel Edvar Viana; perspectiva que poderia ser incorporada ou não pelos representantes patronais (quando lhes fossem de interesse) e pelos demais juízes. Quanto ao embargo a JCJ resolve, por unanimidade, rejeitá-lo, mantendo a decisão anterior. Os patrões teriam de anular a suspensão e pagar os dias em que o operário ficara sem remuneração.

Manoel Edvar Viana permanece com ganho de causa nessa segunda e última votação realizada entre o Juiz Presidente da Junta, o Vogal dos Empregados e o Vogal dos Empregadores. Vale destacar que nem mesmo esse último esteve a favor dos interesses de quem tinha de representar. E nessa segunda sentença aparece uma crítica sutil ao

empresariado. Após centenas de casos a serem julgados anualmente envolvendo o operariado da Fábrica Santa Cecília, quando os membros dessa Junta estiveram pessoalmente ouvindo depoimentos atroz de humilhação e ataque a dignidade humana nas relações de trabalho no interior do espaço fabril, era difícil não serem afetados por um sentimento maior de Justiça, para além daquele que se encontrava só na lei e/ou nos “fatos”. Isso me faz partir da hipótese de que o choque entre os depoimentos era imprescindível ao resultado da sentença.

Impedidos os patrões de agirem de modo arbitrário à decisão jurídica, foram obrigados a depositar a quantia presente nos Termos de Reclamação: 812,00 Cruzeiros no banco Caixa Econômica Federal, em nome do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, a ser entregue ao operário sindicalizado que já aguardava pela conquista do seu direito há seis meses. Seu processo é encerrado em 26 de outubro de 1961.

Conclusão

Optei neste artigo por analisar a reivindicação, na Justiça do Trabalho, de Manoel Edvar Viana no ano de 1961 relativa a revisão de suspensão. Na perspectiva operária, pode-se afirmar que o processo judicial colocava a reclamação num terreno público, e isso ajudava a superar temores motivando essa parte a agir contra as imposições do patrão, contestando as injustiças sofridas em decorrência da ação dos chefes e mestres fabris. Segundo John French, na ausência de mecanismos no interior da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) para a resolução das queixas nos locais de trabalho, a Justiça do Trabalho conseguiu impor certas restrições, ainda que pequenas, à liberdade de ação dos industriais,²⁵² e é o que vemos com a conquista de Manoel Edvar Viana.

SUBINDO O RIO: EXPLORAÇÃO DE ROTAS FLUVIAIS E A CRIAÇÃO DE LUGARES E VILAS PARA GARANTIR O FLUXO DE HOMENS E MERCADORIAS NO AMAZONAS IMPERIAL (1850-1860)

*Josali do Amaral*²⁵³
josaliamaral@gmail.com

Resumo: o artigo apresenta os resultados da primeira fase da pesquisa elaborada para a tese de doutoramento. Nela, investigou-se a criação de povoados e vilas ao longo dos grandes rios da bacia hidrográfica amazônica com a finalidade de apurar a forma como se deu o processo de ocupação da Província do Amazonas, iniciado no ano de 1852. Foram utilizados como fontes os relatórios da Presidência da Província, lidos em conjunto com a Ata da sessão de 1º de abril de 1854 do Conselho de Estado Pleno. Os primeiros descrevem as intenções, reformas e dificuldades de encetar o povoamento do território; já a Ata confirma que a ocupação da Província, feita em termos de colônias agrícolas, nos rios que cortam na direção das nações vizinhas, estava fundamentada na política imperial que visava garantir a soberania sobre o território e resguardar a grande extensão de terra das disputas de mercado que começavam a se intensificar em meados do século XIX. Tal medida tinha o fito de assegurar o controle brasileiro sobre as relações mercantis que pudessem ser estabelecidas na região, evitando, assim, que as nações estrangeiras passassem a gerir as transações

²⁵² FRENCH, John D. **Afogados em Leis: A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros.**

Tradução: Paulo Fontes. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002, p. 62.

²⁵³ Mestre em História pela Universidade Federal do Amazonas. Aluna do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco

comerciais com as repúblicas andinas, as quais dependiam das águas fluviais brasileiras para ter acesso ao Atlântico.

Palavras-chave: Província do Amazonas; rotas fluviais; ocupação territorial

Introdução

Já afirmara Roberto Santos²⁵⁴ que o grande “boom” da borracha só foi possível porque alguns empreendimentos realizados nos anos que o precederam criaram a situação ideal para que o comércio da goma crescesse vertiginosamente em fins do século XIX. Mas, à época que os investimentos foram feitos, o comércio da borracha despontava na Praça de Belém e a área de extração, a região de Breves, era relativamente próxima das atividades portuárias. Por que então a fundaram uma Companhia de Navegação e Comércio, em 1852, que deveria estender suas atividades até a cidade de Nauta, no Peru? Que motivos levariam a desenvolver políticas de incentivo ao desenvolvimento da recém-criada Província do Amazonas, onde seriam estabelecidas colônias agrícolas, como forma de atrair pessoas e desenvolver o potencial comercial estimado para a região? Supomos que o investimento realizado três décadas antes esteja assentado na consolidação do Império como nação, o que implicava na afirmação de sua soberania sobre todo o território herdado do período colonial.

No presente trabalho, portanto, investigamos a reorganização administrativa do oeste amazônico, tomando como ponto de partida a criação da Província do Amazonas, na tentativa de compreender os condicionantes que determinaram os referidos investimentos e, ainda, identificar as contradições entre o que havia sido planejado e o que realmente foi possível realizar. Para tanto, servimo-nos dos relatórios da Presidência da Província, nos quais se registram as modificações realizadas, as motivações e entraves que animaram ou criaram empecilhos a projetos engendrados para a região. Outro documento importante para esta análise é a Ata de 1º de abril de 1854, do terceiro Conselho de Estado Pleno, na qual se discute a abertura da navegação do rio Amazonas, pleiteada pelas nações vizinhas, que nos permite visualizar o conjunto de preocupações que nortearam as medidas tomadas para a ocupação do território amazônico.

1. Ocupar para possuir

Quando enfatizamos que perseguimos a forma como foi realizado o projeto de ocupação da Amazônia ocidental, situamos nossa questão nos litígios acerca da delimitação de fronteiras no início do Segundo Reinado, que envolveram o Brasil e as nações que compartilham os braços da bacia hidrográfica amazônica. Este parâmetro nos permite pensar o termo ocupação a partir da noção de *uti possidetis*, tradicionalmente empregada por Portugal, no período colonial, e pelo Império do Brasil, na negociação do estabelecimento de fronteiras. Segundo este princípio geral do Direito, uma nação é soberana sobre toda faixa de terra onde dispõe de benfeitorias, o que significa dizer que ocupa e produz. Neste sentido, interessava ao Império incentivar o desenvolvimento de atividades comerciais e agrícolas na região, como estratégia para argumentar acerca de linhas limítrofes que garantissem ao Brasil a manutenção da extensão de seu território e, por conseguinte, sua soberania.

Para Vitor Marcos Gregório²⁵⁵, a elevação da Comarca do Alto Amazonas à categoria de Província, em 1850, estava associada ao processo de constituição da nação brasileira, para o qual, garantir a soberania sobre o território era fundamental. Essa tese nos conduziu a pensar a instalação da Província no interm de um conjunto de fatores que impeliam o Império a responder de modo eficaz às investidas das novas repúblicas vizinhas, em especial Peru e Bolívia, as quais reivindicavam o direito de sair para o Atlântico pelo rio Amazonas,

²⁵⁴SANTOS, Roberto A. de O. **História econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980, p. 53.

²⁵⁵GREGÓRIO, Vitor Marcos. **Dividindo as províncias do Império: a emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo no Império Brasileiro (1826-1854)**. 2012. 486f. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2013.

bem como o de comerciar livremente com as nações amigas, utilizando para este fim as águas brasileiras do grande rio. Essas demandas impediram o estabelecimento de um acordo de delimitação das fronteiras com os dois países e trouxeram à tona a discussão sobre a abertura da navegação do rio Amazonas às nações ribeirinhas e amigas, deixada em aberto desde o incidente com o paquete nova-iorquino ocorrido em 1823²⁵⁶. Estrategicamente, diante do descaso do governo brasileiro, o governo do Peru firmou um Tratado de Amizade, Navegação e Comércio com os Estados Unidos em 26 de julho de 1851²⁵⁷, pelo qual concedia o direito aos cidadãos daquele país de navegar por águas peruanas. Não sem razão, a questão de fronteiras com o Peru tornou-se uma discussão sobre os interesses comerciais dos norte-americanos, uma vez que já corria na imprensa daquele país uma verdadeira campanha em favor da abertura do grande rio à navegação das nações amigas não ribeirinhas, com o intuito de intensificar o comércio com as nações amazônicas.

Resultou destas preocupações a Convenção de Navegação e Comercio firmada com a República do Peru no ano de 1851, na qual estava prevista a fundação de uma companhia de navegação que fizesse a comunicação entre aquela nação e a desembocada do rio Amazonas, ligando-a ao tráfego Atlântico. O tratado firmava a posição do Império de restringir a navegação do Amazonas aos países ribeirinhos e tornava a concessão de navegação peruana nas águas brasileiras uma moeda de troca para a resolução da questão sobre a delimitação das fronteiras²⁵⁸. Embora aceito, os termos da Convenção criaram desconforto ao Peru, uma vez que o acordo estabelecia que todo o tráfego, desde Nauta até Belém, deveria ser realizado pela companhia de navegação criada para este fim. Na prática, significava que o Brasil é que de fato dominaria as transações comerciais Atlânticas, uma vez que a Companhia de Navegação era brasileira, tornando o Peru dependente do Brasil para qualquer transação comercial que viesse a estabelecer com outras nações atlânticas. Após dois anos do acordo estabelecido, o governo do Peru reeditou a concessão feita aos comerciantes norte-americanos, por meio de um decreto publicado em 15 de abril de 1853, numa tentativa de obrigar o Brasil a tratar a questão da navegação do grande rio com nações não ribeirinhas, conforme atesta o parecer de Paulino José Soares de Sousa, lido na seção de 1º de abril de 1854 do Conselho de Estado:

É evidente que a concessão feita ao Brasil de navegar por uma empresa sua uma parte do litoral peruano no Amazonas não é gratuita, por quanto é compensada pela vantagem do transporte por essas empresas de produtos e cidadãos peruanos pelo litoral brasileiro. Para que em virtude dessa estipulação os Estados Unidos pudessem pretender a navegação da parte do litoral peruano que o Brasil pode navegar, era mister que possuindo também litoral no Amazonas concedessem ao Peru aquela mesma vantagem, ou pelo menos que lhe concedessem em algum rio ou rios da União Americana. Mas o Governo peruano fez a concessão aos Estados Unidos e a outras nações sem compensação alguma, atuado pela influência americana ou pela própria conveniência de criar uma situação de

²⁵⁶ No ano de 1826, uma embarcação saiu de Nova York e pretendia adentrar pelo rio Amazonas e seguir até o Peru, mas foi impedida no porto de Belém. O incidente deu início à longa trajetória de discussões sobre o direito de navegação dos rios amazônicos por parte das nações ribeirinhas e não ribeirinhas. Cf. MEDEIROS, Fernando Saboia de. **Liberdade de Navegação do Amazonas: Relações entre o Império e os Estados Unidos da América**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p.35-36.

²⁵⁷ Palm, Paulo Roberto. **A abertura do rio Amazonas à navegação internacional e o parlamento brasileiro**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p. 35-36.

²⁵⁸.Ibidem.

interesses, que lhe abrissem mais francamente o Amazonas²⁵⁹

Como vemos, o relator entende a atitude peruana como uma estratégia para pressionar o governo brasileiro a reconsiderar os termos do acordo de 1851. O litígio sobre as fronteiras se estenderia por todo o período Imperial e só chegou a um desfecho nos anos republicanos.

Situação análoga se dava com a república da Bolívia, com a qual o Império sequer teria conseguido estabelecer uma convenção similar a que celebrou com o Peru.

Em meio aos conflitos diplomáticos, o Império investiu naquilo que, em seu entendimento, consistiria no fundamento incontestável de sua soberania, a ocupação do território:

[...] Estabelecidas as colônias agrícolas nos lugares mais habitáveis do Amazonas, o resto do terreno banhado pelas inundações desse rio, dependendo de grandes e aturados trabalhos para ser aproveitado, só depois de longos anos poderá despertar a cobiça de uma população já condensada nas suas proximidades. Não são precisos muitos anos para que os navegantes estrangeiros encontrem em todos os pontos habitáveis das margens do Amazonas algumas provas da nossa ocupação real; para que os Estados vizinhos encontrem também essa ocupação no território que nos pertence, quando se tratar da demarcação de limites; demarcação que devemos procrastinar enquanto conservarmos tão deserto, como está, esse lado do Império.²⁶⁰

Vejamos que a ideia de “ocupação real” foi tomada em tal importância, que o Conselheiro sugeriu que o litígio acerca das fronteiras fosse procrastinado até que a região estivesse tomada de colônias agrícolas, de modo a tornar inquestionável a soberania brasileira. Mais adiante, o mesmo texto revela que a real preocupação dos brasileiros não está voltada para as pretensões das nações hispânicas, mas em resguardar a região das investidas das nações liberais que pretendiam comercializar livremente pelo rio Amazonas:

Enquanto não se criarem essas colônias, e os estabelecimentos de que acima falei, toda a concessão a estrangeiros para navegarem o Amazonas será fatal ao Brasil, quaisquer que sejam as condições desta concessão. Não distingo os ribeirinhos dos não ribeirinhos; porque bem se vê que países tão centrais, como os Estados por onde correm o Amazonas e seus tributários, nenhum meios tem para se utilizarem da navegação que lhes concederemos.... Só os barcos a vapor podem vencer essa dificuldade; mas como poderão os ribeirinhos ter esses barcos, os mestres, os marinheiros, os maquinistas, o material e operários necessários para as oficinas de reparação, se tudo isto não for fornecido pelos estrangeiros? Seria possível ao Governo brasileiro impor em Tratados como os ribeirinhos a obrigação de não procurarem senão no Brasil tudo quanto lhes for preciso para essa navegação? Começar por fazer a concessão a outros Estados estrangeiros, como também indica o parecer, vem a ser o mesmo que satisfazer

²⁵⁹RODRIGUES, José Honório, **Atas do Conselho de Estado Pleno**: Terceiro Conselho de Estado, 1850-1857, v. 4, (Obra comemorativa do sesquicentenário da instituição parlamentar, 13 v.). Brasília: Senado Federal, 1973-1978, p. 90.

²⁶⁰ Ibidem, p. 109

plenamente as pretensões dos ribeirinhos pelas razões que acabo de expor.²⁶¹

O trecho sugere que a abertura do rio atende muito mais aos interesses de mercado das nações capazes de fornecer insumos náuticos às nações tributárias do Amazonas que ao suposto comércio que flui das nações hispânicas. Neste sentido, a recém-criada Província do Amazonas estava no intermédio de um palco de disputas geopolíticas, diplomáticas e de mercado, tornando-se central para a consolidação da soberania brasileira diante das ameaças estrangeiras, em especial, os Estados Unidos da América:

Supondo que a nada atende o Governo dos Estados Unidos; que os seus súditos tentam a navegação do Amazonas, sem fazerem caso dos nossos direitos; ainda assim nada se perde com o procedimento que aconselho. Sustentamos quanto for possível esses direitos, e quando tenhamos de ceder à força, não ficaremos por isso privados de formar os estabelecimentos necessários para que os estrangeiros não se apoderem do que é nosso. Creio porém que se o Governo dos Estados Unidos vir que o do Brasil se ocupa seriamente dos preparativos tendentes a franquear a navegação do Amazonas, respeitará este procedimento, e dele se servirá para conter a precipitação com que alguns dos súditos daquela República querem encetar essa navegação. Vedá-la sempre aos estrangeiros não é possível, concedê-la inopinadamente, e nas circunstâncias em que se acha aquele território, é pôr o Brasil em risco de perde-lo.²⁶²

O conteúdo da ata citada é por demais extenso para ser tratado neste artigo. Arriscamo-nos a defender que o projeto de ocupação da Província do Amazonas consistiu numa estratégia política que visava garantir a posição do Brasil diante da pressão estrangeira para a abertura do rio Amazonas. Havia a clara consciência de que mais cedo ou mais tarde, a abertura do rio deveria ser negociada e o relator demonstra isso em extensa análise da evolução dos argumentos acerca da navegação fluvial, os quais tendiam a ceder às pressões das novas pretensões de mercado que moviam as nações expansionistas. A estratégia brasileira consistiria, então, em assegurar, o quanto pudesse, o controle das negociações, como forma de impedir que ficasse ao largo da competição que se instaurara entre as nações dominantes do mercado internacional.

2. Controlar a fronteira oeste da floresta: reconhecer

Em 1852, no ato de sua instalação, a Província contava com apenas quatro municípios: Barra, Barcellos, Ega e Maués. Somente a capital, antes Barra de São José do Rio Negro, doravante, Manaus, tinha sido elevada ao *status* de cidade. Antes de dar marcha ao projeto de ocupação, era preciso reconhecer o território. Os relatórios de Província indicam que as intenções explícitas na Ata de 1854 refletiam o fio condutor que guiara as primeiras medidas tomadas pela administração da Província, como se vê na fala do Presidente Tenreiro Aranha, que informa ter solicitado ao Presidente da Província do Pará, as cartas geográficas da antiga Comarca, antes sob a administração daquela Província:

[...] Sei que lá e aqui mesmo, depois d'aquelles annos, estiveram peritos Officiaes occupados em extrahir copias desses trabalhos, que são precisos para esclarecer e obviarem quaesquer de intelligencias, que hajão de opôr-se, à cerca dos limites do Brazil por esta parte.²⁶³

²⁶¹ Ibidem, p. 109

²⁶² Ibidem, p. 110

²⁶³TENREIRO ARANHA, João Baptista de Figueiredo. **Relatório** ... sobre o estado da Província do Amazonas. Amazonas: Typ. de M. da S. Ramos, 1852, p. 4.

O trabalho de reconhecer as fronteiras seguiria *pari passu* com o reconhecimento de rios, lugares e potenciais riquezas da região, ação da qual dependia o ato de desencadear o povoamento, viabilizar a navegação a vapor e incrementar o comércio. Assoma-se ainda a intenção de melhorar a comunicação com a Província do Mato Grosso que compartilha da hidrografia amazônica e faz fronteira com a República da Bolívia.

A Companhia de Navegação criada para atender ao acordo estabelecido pela Convenção de 1851 tinha já um trajeto definido pelo rio Solimões, que permite navegar rio acima até a cidade de Nauta, no Peru. Ainda que precariamente, os pontos de controle poderiam ser instalados na Vila de Ega (Tefé) e em Tabatinga, na fronteira peruana propriamente dita. Mas havia ainda de ser estudada a região fronteira com a república da Bolívia, que se encontrava quase que de todo despovoada. Amparado pelo regulamento especial n. 622 de 22 de novembro de 1842, que mandava fundar colônias militares nas fronteiras da província do Pará com os estados vizinhos, Tenreiro Aranha solicitou à Assembleia Provincial, em 1852, que fossem fundadas pelo menos 3 colônias militares nos rios que já eram conhecidos:

[...] limitar-me-hei a propôr e pedir com urgencia a fundação de trez por em quanto, que são certamente de muita necessidade e conveniência, a saber: a 1ª no ponto da cachoeira de Santo Antonio do rio Madeira, por onde passa a linha divisória da Província, podendo extender-se até ao salto do Theotônio no mesmo rio: a 2ª no terreno, entre os rios Içá, e Japurá, a quem, ou em um ponto, da linha N.S. que deve passar do Forte de Tabatinga á cortar os ditos dois rios, em direcção á fóz do Apaporis: a 3ª no terreno adjacente ao Macuxis perto do Pirara, ultimo limite pelo Rio Branco.

Para reconhecer-se a necessidade e conveniência da 1ª bastará ter-se notícia dos casos tão funestos e sucessivos que se tem passado lá pelos lugares do Rio Madeira, e as continuadas queixas das muitas fugas de escravos para o Matto-Grosso e para a Bolívia, e tudo mais que consta das participações Officiaes (copia nº 50) sendo esse ponto mais estreito e o primeiro em que se devem prestar auxílios á navegação e ao commercio licito para aquella Província, e a República confinante, _____ que também deverão achar socorros os exploradores de uma estrada que vou tentar abrir de sorte que por ella se tenha a melhor via de comunicação e transporte desta Província para a de Mato-Grosso e reciprocamente, passando de um lugar do Madeira á outro do Guaporé, livre do risco do trabalho tão penoso da passagem por vinte catandupas [...]²⁶⁴

A fronteira oeste do Império do Brasil estava à mercê de práticas ilícitas que escapavam ao controle do Estado. A necessidade de ocupação do território atenderia a diversas demandas e não só às questões geopolíticas. Os administradores da Província se serviram de todo um vocabulário defensor dos ideais civilizatórios, que apregoavam a instauração da lei e da ordem, como argumento moral para por em marcha o empreendimento geopolítico. O povoamento desejado pode ser entendido como uma estratégia para assegurar o funcionamento da Nação, regularizando as atividades comerciais e a integridade do território, além de garantir a eficiência do argumento do princípio *uti possidetis* nas negociações de fronteira pretendidas.

Não faltaram projetos e eloquência ao primeiro Presidente da Província, eivado dos sonhos do El Dourado dos tempos coloniais. Mas as dificuldades de realizar a empreitada só poderiam ser superadas muitos anos mais tarde. As tentativas de fundar colônias decorreram

²⁶⁴ Ibidem, p. 27.

em sucessivos fracassos, marcados por doenças, ataques de povos nativos e abandono das lavouras em prol do extrativismo. O passo que gestou os frutos do futuro haveria de ser dado com a realização de expedições de reconhecimento ao rio Purus e Abacaxis, na direção da Bolívia e do Mato Grosso, largo entorno do Madeira:

[...] já apromptei para fazer sahir duas expedições, uma para hir explorar, descrever, e calcular a passagem pelo rio Abacaxis, pelas matas e campinas, até a foz do rio Arinos, que dê comunicação, livre das cachoeiras dos rios Tapajós e Madeira, para os povoados de Diamantina e outros do Matto Grosso, até o Cuiabá. A outra expedição vai no sentido, pelo rio Purus e pelas campinas, até o rio Beni, superior ás catadupas do Madeira, que assim darão passagem, livre dellas, e á muito menor custo e tempo, para os povoados da Bolívia.²⁶⁵

Outras expedições foram agendadas neste mesmo relatório. Consta a pretensão de mapear e colonizar toda a fronteira com as repúblicas da Venezuela, Nova Granada e Equador, confirmando, assim, a hipótese de que a nova província cumpria um papel fundamental para o estabelecimento de fronteiras entre o Brasil e as repúblicas vizinhas.

2.1 Subindo o rio: expedição ao Purus

A expedição para o Purus saiu de Manaus no dia 5 de maio de 1852, sob a chefia de Serafim da Silva Salgado, com ordens de atingir o Rio Purus por meio do Solimões e seguir “até onde he navegável”. Embora a expedição tenha sido exploratória, a fala contida no relato do prático, nomeado para o feito, deixa transparecer que o real motivo da viagem era identificar o local em que se encontravam os povoados bolivianos:

[...] Fica-me pezar de não poder melhor satisfazer a confiança , que o Exm.^o Antecessor de V. Ex.^a depositou em mim, e de não ter podido, pelos motivos ponderados no Roteiro, chegar a alguma povoação Boliviana, que penso não haver à margem do Purús, porque da sétima Maloca dos Cucamas, onde cheguei, eh o rio taõ estreito e obstruído, que impossível he navegar-se além desse lugar em muito maior distancia, ainda na época das enchentes.²⁶⁶

As motivações apresentadas à Assembleia Provincial, que aprovara a empreitada, foram enxertadas pelo discurso de fundar colônias e promover a ordem, de modo a evitar os diversos crimes de que se tinha notícia na região, conforme registramos linhas acima. Mas o pedido de desculpas que apresenta o prático na introdução de seu relatório nos faz intuir que o motivo mais determinante era o de localizar os povoados bolivianos. A empreitada viria de encontro às preocupações imperiais relativas ao estabelecimento das fronteiras, mas procurava manter um elo entre as pretensões do Império e as necessidades locais, o que interessava ao corpo de representantes da Província, ou ainda, à elite local.

Localizar os povoados bolivianos implicaria em estimar até que ponto poderia o Império investir no assentamento de colônias para garantir a posse do território. Ou podemos argumentar que, em caso de negociação de limites com a Bolívia, o Império poderia contrapor a quaisquer pretensões bolivianas, que a República só teria direito ao território que, comprovadamente, estivesse ocupado por seus cidadãos.

O que a expedição de fato confirma é a ausência de vestígios de ocupação do território, lembrando sempre que o parâmetro para a leitura deste termo é a ideia de civilização, o que descarta o reconhecimento da ocupação efetiva dos nativos, largamente descrita no mesmo

²⁶⁵ Ibidem, p. 67

²⁶⁶ Relatório de Serafim da Silva Salgado sobre a exploração do Rio Purus (anexo). In: PENNA, Herculano Ferreira. **Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas**, no dia 1^o de outubro de 1853. Amazonas: Typographia de M. S. Ramos, 1853, p. III.

relatório que analisamos. Depois da saída de Manaus, no dia 5 de maio de 1852, foi avistado o primeiro sítio, de posse de José Antônio Barroso, somente no dia 18. A 21 de junho, foi travado contato com um tal de sr. Hygino, descrito como homem de cor, habitante do Rio Purus. Fora estes registros, a expedição informa a existência de diversas tribos, destacando o encontro com os Cucama, que, à impressão do autor do relatório, estariam ligados à Bolívia:

Fallaõ por tal modo os Cucamas, que nos parecem serem Índios pertencentes a Bolívia, por que entre a gíria percebem-se palavras hespanholas, como chamarem ao machado – acha – ao terçado – macheta – a faca – cuchillo &. ²⁶⁷

Recordamos a fala do relator da Ata de 1º de Abril de 1854 da seção ordinária do Conselho de Estado, na qual se enfatiza que os povoados que interessam ao Império são aqueles que podem ser vistos e reconhecidos por possíveis visitantes e que possam servir de prova da efetiva ocupação do território amazônico, como meio de argumentar acerca da legitimidade da sua soberania. Fica claro que os nativos não atendem a este critério

Naõ tem ferramenta alguma estes gentios, e muito satisfeitos ficaraõ com alguns machados que se lhes deu. [...]

Ficaraõ muito satisfeitos quando viraõ-nos chegar, porque nunca tinhaõ visto gente civilizada; apenas davam notícia de nomes de pessoas que tinhaõ visto nas cabeceiras do rio Juruá. ²⁶⁸

Como se pode depreender da referência, há uma distinção clara entre nativos e civilizados, da qual inferimos que os nativos não entravam na contabilidade da ocupação.

2.2. Subindo o rio: a Província do Amazonas embarca para o Solimões

Às 4 horas e 25 minutos da manhã do dia 11 de março de 1854, embarcava o Presidente da Província do Amazonas, Conselheiro Herculano Ferreira Penna, acompanhado do secretário de governo, José Wilkens de Mattos, no Vapor Monarcha, da Companhia de Navegação e Commercio do Amazonas, para uma viagem à cidade de Nauta, no Peru.

Dessa viagem, o competente secretário produziu um detalhado relatório que descreve todo o trajeto e as suas peculiaridades. Em seu relato fica patente a preocupação em identificar as riquezas passíveis de serem exploradas, os povoados que indicavam um espectro de prosperidade e, principalmente, a localização dos produtos que encabeçavam o rol das exportações do Amazonas: cacau, salsaparrilha, óleo de copaíba, breu, puxuri, fabricação de manteiga de ovos de tartaruga, pesca do pirarucu e do peixe-boi e, por fim, a borracha:

[...] e não ha muito tempo que descobrio-se em grande abundancia a gomma elástica, cuja exportação deve vir a ser em muito pouco tempo um dos principaes elementos de prosperidade do Commercio d'esta Provincia. (p. 19 anexo ao relatório de 1854) ²⁶⁹

O trecho citado refere-se à chegada à sede do Município de Ega, a vila de Tefé, que se manteve ao longo do século com atividades comerciais rentáveis, negociando com o povoado de Loreto no Peru e intermediando tráfico de mercadorias com a Praça de Belém.

²⁶⁷ Ibidem, p. VIII

²⁶⁸ Ibidem, p.VII

²⁶⁹ MATTOS, José Wilkens de. Roteiro da primeira viagem do vapôr Monarcha: desde a cidade da Barra do Rio Negro, Capital da Província do Amazonas até a Povoação de Nauta, na República do Peru. *In*: Idem, **Exposição feita ao Exmº 1º Vice- Presidente da Província do Amazonas**. Amazonas: Cidade da Barra, Typographia de Manoel da Silva Ramos, 1855, p. 378

Comentário similar foi feito quando o navio passou ao largo da foz do Purus, que haveria prosperado desde a viagem realizada dois anos antes. As paradas indicadas no relato não só contam a história de fundação dos povoados como demarcam os postos para recolhimento de lenha, indispensáveis para estabelecer a rota do vapor. Não passou despercebida aos viajantes a presença de estrangeiros nos vilarejos peruanos, os quais foram descritos como sonhadores que cobiçam riquezas, iludidos com a ideia de que o ouro e outros bens brotam das terras amazônicas. Em certos trechos o autor chega a ser irônico ou mesmo sarcástico, como quando o Presidente da Província concedeu lugar no Monarcha para viajantes que não tinham nada nos bolsos e pretendiam chegar ao Pará:

[...] julgarão inteiramente desnecessário trazer dinheiro para depezas em um Paiz onde outros viajantes Americanos, ou antes romancistas, tinhaõ visto á cada passo camadas de ouro sobre a superficie da terra, e galinhas com os napos cheios de diamantes. Illudidos em seus cálculos, eles teriaõ de achar-se em grandes embarços por absoluta falta de recursos, se não lhes valessem as providências da Presidencia para facilitar-lhes o transito[...]²⁷⁰

A viagem resulta na relação das localidades e suas potencialidades, funcionando como uma orientação para o planejamento que seria necessário fazer. Confirmara-se a ideia de que os vilarejos que existiam na rota do Peru, pelo Solimões, subsistiam dos produtos da floresta e do comércio com as vilas daquela nação. Concluía-se, ainda, que poderiam prosperar em virtude da navegação a vapor que era inaugurada.

Tal aspecto já se confirmava quando, na viagem de volta, as paragens já tinham as achas de lenha, necessárias para a alimentação da caldeira do navio, dispostas nos portos, indicando uma movimentação em torno de uma nova atividade laboral para a população. O fato resultava da previdência do comandante do navio que havia contratado o carregamento antes de levantar âncora em cada parada. Esse fator era de suma importância para a continuidade da empreitada, já que o navio ficaria muito pesado para subir o rio se tivesse que trazer a carga de carvão necessária a toda viagem. Consta do relatório que foram gastos 16 toneladas de carvão de pedra e 20.000 achas de lenha.

3. Administrar para ocupar

Segundo a Lei de 29 de novembro de 1832, a organização judiciária das Províncias obedecia à seguinte divisão: distritos de paz, termos e comarcas. Em geral, a lei recomendava que essa divisão fosse orientada pela concentração da população, devendo o número de comarcas, termos e distritos corresponder ao número de municípios, cidades, vilas e povoados. Depois da reforma de 1841, lei 261 de 3 de dezembro, a preocupação com a organização da polícia determinou a criação de delegacias e subdelegacias, ampliando significativamente os instrumentos de controle do Estado²⁷¹. Essa organização civil e judiciária, acrescida da policial, por estar vinculada à criação de lugares e ao crescimento vegetativo, nos permitiu visualizar as esparsas comunidades amazonenses e o surgimento de rotas comerciais, as quais incitaram pequenos fluxos migratórios.

No ano de 1853, foi realizada a primeira reforma judiciária na Província, que criou o Termo de Ega e, em seguida, a Comarca do Solimões. Isso não significou o crescimento do Município de Ega, mas uma solução administrativa para um problema geográfico que dificultava a administração judiciária. A antiga divisão contava com uma Comarca, sediada na capital Manaus e dois Termos (um na capital e outro em Maués), já que a estimativa da população não justificava a existência de mais unidades administrativas. Ega estava inicialmente subordinada ao Termo da capital, significativamente distante. Dado o fato,

²⁷⁰ Ibidem, p. 406-407.

²⁷¹ CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política brasileira, **Teatro das sombras**: a política imperial. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, passim.

tornava-se praticamente inviável o transporte de criminosos e testemunhos para realizar os julgados e fazer chegar ao extremo da província os braços da lei.

A divisão civil e judiciária desta Província, a maior de todas as do Brazil, sendo ainda a mesma que ultimamente tinha a Comarca do Alto Amazonas, merece certamente ser reconsiderada, em razão das distancias em que se achão os povoados, do crescimento que vai a ter a população civilizada, das demoras e difficuldades das viagens dos moradores Jurados e Testemunhas para chegarem às cabeças dos dois únicos Termos, onde se preparaõ e tem andamento os Processos.²⁷²

Note-se, na fala do Presidente de Província, que o aumento da população dita civilizada é uma expectativa e não um fato. Portanto, o argumento principal para a solicitação que faria ao Império para a criação de mais um Termo e depois uma Comarca, se pauta nas sabidas distâncias geográficas. Já sabemos que o interesse pela localidade de Ega está associado às relações que se estabeleceriam com o Peru e enquanto entreposto mais promissor para as atividades comerciais que justificariam as viagens da Companhia de navegação. Nas palavras de Ferreira Penna, Presidente da Província em 1853:

A tudo isso accresce que sendo a Villa d'Ega a principal Povoação do Solimões (posto que apenas comprehenda 101 casas, e d'estas sommente 7 cobertas de telha, e de 1 sobrado), tendo já algum commercio com o Perú, e devendo-se esperar que os elementos de prosperidade que contém o Município ganhem d'ora em diante mais rapido desenvolvimento com a navegação a vapôr, torna-se de absoluta necessidade que alli exista um Funcionario intelligente, digno de confiança, superior em categoria aos Subdelegados, que bem comprehenda e execute as instrucções do Governo em tudo quanto interessar as nossas relações com os Estados limitrophes, que instrua no cumprimento de seus deveres os Empregados subalternos, que occorra em fim a qualquer cazo imprevisto, quando não for possível esperar pelas ordens do Presidente da Província.²⁷³

Além do problema geográfico, a criação do Termo justificaria o envio de um funcionário da Coroa com a formação e o *status* necessário à condução de questões que eram do interesse do Império. Nesse caso, um juiz de direito, sediado em Tefé, deveria estar atento e no papel de intermediário das demandas advindas como consequência do Tratado de Navegação e Comércio firmado com o Peru. Como vemos, a reorganização administrativa e judiciária da província do Amazonas não se pautou no critério crescimento vegetativo, mas nas intenções reguladoras do Império.

O intento de tomar posse do território subverteu a dinâmica administrativa, antecipando a criação de unidades judiciárias e cargos burocráticos à revelia do quantitativo da população. Note-se que as falas dos Presidentes de Província alegam a expectativa de crescimento, ao contrário de um aumento de fato.

Motivações como essa decidiram a organização da província durante os anos posteriores a sua criação. Municípios, vilas e povoados foram criados e realocados ao sabor das tentativas de melhorar a comunicação nos confins do território. As mudanças eram não só administrativas, mas, por vezes, físicas. A insalubridade do local ou supostos ataques de nações nativas eram fatores suficientes para que lugarejos fossem mudados de posição.

²⁷² TENREIRO ARANHA, op. cit., p. 15

²⁷³ FERREIRA PENNA, Herculano. **Falla dirigida à Assembléia Legislativa** ... pelo Presidente da Província. Amazonas: Typ. de M. da S. Ramos, 1853, p. 17.

Dois fenômenos chamam a atenção quando refletimos sobre o fato: o início das viagens da Companhia de Comércio e Navegação e as expedições ao entorno do rio Madeira. A primeira linha da Companhia ligava o trecho Manaus-Belém e começou a atuar em 1853 e, logo em 54, o município de Maués ganha uma nova Freguesia, Bom Socorro de Andirá, criada em 15 de maio. As primeiras viagens impulsionaram a reorganização administrativa, numa tentativa de incentivar o crescimento da Província. No entanto, as expectativas não se consolidaram no decorrer da década e o tom dos relatórios tendeu a se modificar.

Preocupado com a desproporcionalidade entre o tamanho do território e a diminuta população, João Pedro Dias Vieira, Presidente da Província em 1856, solicitou que a divisão administrativa fosse revista:

É um erro, Senhores, conservar a população assim tão dessiminada, como actualmente existe na Província. Isolados e entregues á si aos moradores de sítios e pequenos povoados há de necessariamente faltar a animação tão precisa á cultura e á industria deste bello Paiz; entregar-se-hão mais facilmente á indolência e aos vícios, e, então inuteis para si e para a sociedade, suas habitações irão gradualmente diminuindo até de todo desaparecerem, como aconteceu á muitos povoados do Rio Negro e de outros logares da Província.

Cumpre, por tanto, que, pelos meios indirectos á vossa disposição, trateis de concentrar a população nos pontos mais adequados á lavoura e comércio. Com mais facilidade e proveito poderá assim o Governo proporcionar ás Villas, Freguezias e Povoados do interior os recursos, de que carecem para o seu desenvolvimento moral e industrial²⁷⁴.

A preocupação de Dias Vieira foi atenta para a questão do paulatino desaparecimento das vilas e povoados que se estendiam pelo Alto Rio Negro. Esse rio, que segue na direção da Venezuela, havia sido significativamente movimentado no período colonial. Mas considerado insalubre e tendo minguido as atividades comerciais com aquela nação, entrou em franca decadência, especialmente após a introdução do vapor no corredor do rio Solimões.

Considerações finais: a mudança de rumo

Se por um lado, os lugares que ficavam nas margens dos rios Amazonas e Solimões, rota dos vapores, tendiam a se manter e, em alguma medida, prosperar; o mesmo não ocorria com as tentativas de assentar colônias agrícolas. Ao início da década de 60 constatava-se o completo fracasso da empreitada:

Não existe hoje na Provincia colonia alguma. A de Itacoatiara que pertence á companhia de navegação e commercio do Amazonas depois de ter dado grandes prejuisos a mesma Companhia, como consta, foi por esta cedida por arrendamento a um morador da Villa de Serpa, ficando por tal forma reduzida a um estabelecimento inteiramente particular²⁷⁵

A fala de Correa Miranda reflete o desânimo que se abate sobre a administração e anuncia o grande desvio a que o projeto original de ocupação está fadado. Neste mesmo ano,

²⁷⁴ VIEIRA, João Pedro Dias. **Relatório apresentado à Assembléia Legislativa...** 8 de julho de 1856 ... Barra do Rio Negro: Typ. de F. J. S. Ramos, 1856., p. 9

²⁷⁵MIRANDA, Manoel Gomes Corrêa. **Falla dirigida à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas ...**3 de novembro de 1860. Manáos: Typographia de Jose da Silva Ramos, 1860, p. 16-17.

registra-se o aumento da população do rio Madeira e a borracha, resultado da indústria extrativa, figura como a melhor renda da província:

A grande esterelidade do anno em generos de exportação, explica o regresso da renda em algumas collectorias; e se não foi este mais considerável, e em todas, á produção da seringa se deve; poiseste genero que cada ano augmenta consideravelmente na exportação, fez equilibrio²⁷⁶

Acompanhando atentamente as modificações administrativas, percebemos que ao passo que as localidades do Alto Rio negro entraram em decadência, no rio Solimões ocorre o inverso. O rio Madeira, afluente do Solimões, e depois o Purus, onde se descobrira grande quantidade de seringais, começaram a atrair migrantes do Pará, Maranhão e, em seguida, do Norte Agrário, em especial do Ceará:

... segundo communicação do subdelegado de Borba, ultimamente recebida, acham-se agorano alto rio madeira, empregados na colheita dos productos sespontaneos da natureza, cerca de cinco mil pessoas, e que vem em viagem para ser assentada a fabrica de aguaardente e serraria do inglez Roberto Mac-Culloch, no Parana-miri da Eva, uma maquina de vapor de força entre quinze e vinte cavallos²⁷⁷.

Dois anos antes deste relato, em 1856, ainda sob a alegação de estreitar as relações com Província do Mato Grosso e com a Bolívia, foi nomeado Diretor de Índios do Alto Madeira o Capitão Diogo de Barros Cardoso, que levou consigo cerca de 70 pessoas para fundar uma colônia e dar início à fixação de um povoado na região do Crato. Seu assassinato, por um subordinado alguns meses depois da nomeação, levou por terra a tentativa de colonizar o Madeira. Fracassada a empreitada, há indícios de que a região passou a ser ocupada, ainda que não tivesse havido um segundo esforço de fundar colônias por parte do governo provincial. As fontes registram que a antiga Coletoria de Borba, instância administrativa mais próxima do Crato, distrito de Maués em 1856, foi subordinada ao município de Manaus, em 1857 e, em 10 de dezembro do mesmo ano, foi elevada à condição de Vila, pela lei Provincial de número 75, embora não pudesse ter sido instalada neste mesmo ano. A mudança de status da cidade acompanha os registros de aumento de atividade na localidade do Madeira.

Nos relatos seguintes, a atenção para a vasta região do Madeira muda de tônica, passando a ser os rendimentos da borracha, o maior interesse sobre a região e não mais as vias de comunicação com os vizinhos. O discurso civilizatório volta a ganhar destaque e a manutenção da ordem torna-se prioridade para o governo da Província:

Não devo deixar de aqui mencionar o Subdelegado de Borba Tenente Augusto Cezar Bitancourt pelos serviços, que tem prestado no importante rio Madeira, para onde tem afluído muita gente, o qual tem mantido a ordem e a tranquilidade com um pequeno destacamento pelo respeito que infunda sua energia.²⁷⁸

A mudança não é só no discurso, mas revela também o desvio dos rumos que deram início aos projetos de ocupação. Se a Comarca do Solimões e o Termo de Tefé foram criados à revelia do aumento da população, como uma estratégia administrativa para criar um cargo

²⁷⁶ Ibidem, documento 17, p. III.

²⁷⁷ AMARAL, Angelo Thomaz do. **Falla dirigida a Assembleia Legislativa ...** 1º de outubro de 1857. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1858, p. 35.

²⁷⁸ FURTADO, Francisco José. **Relatório que à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas ...** 3 de maio de 1859. Manáos: Typographia de Jose da Silva Ramos, 1859, p. 4

que pudesse ser ocupado por um funcionário habilitado a travar negociações com os peruanos e mediar as transações da Companhia de Navegação do Amazonas, o aumento da população do rio Madeira não gestou a criação de semelhante instância burocrática. Não se tratava mais dos interesses do Império e sim uma questão de controlar as rendas da Província, o que demandava ajustes para fins tributários.

Não obstante, a Presidência da Província passava a cogitar a criação de uma linha da Companhia de Navegação para o rio Madeira. Se antes, as cachoeiras impediam a transposição do mesmo rio para a Província do Mato Grosso, o que movia a criação da nova linha, agora, era a possibilidade de riqueza oferecida pela área explorada. Bastava que os navios atingissem a região do Crato, até onde foi constatada a navegabilidade:

A navegabilidade do importante rio Madeira ficou demonstrada até o Crato pela viagem do vapor mercante - Guajará – que em dezembro percorreu até á quelle ponto, informando-me o Commandante que pode ser navegado por vapores que demandem maior calado que o Guajará²⁷⁹

Em leitura desatenta, o sacrifício do Capitão assassinado poderia ter passado ao largo, como um mero incidente sem importância; mas quando lemos os relatórios em sequência e colocamos os dados em séries, surge a inteligibilidade de que os acontecimentos revelam a mudança no rumo do sentido da ocupação pretendida para a região. A riqueza do rio Madeira seria o fator maior de atração do migrante e dos investidores para a Província do Amazonas. A partir da década de 1860, o Madeira seria lugar de seringais e uma segunda expedição revelaria as riquezas do Purus.

Os projetos agrícolas sucumbiriam ao extrativismo. Na proporção em que a seringa era extraída do Madeira e Purus, o comércio com o Peru decaía. A 7 de dezembro de 1866 o Império cederia a navegação do Amazonas a todas as bandeiras. Abria-se a temporada da borracha!

MEMÓRIAS DO SOFRIMENTO: NARRATIVAS DE CANAVIEIROS QUE VIVENCIARAM SITUAÇÕES DO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NA MATA SUL DE PERNAMBUCO

*José Filipe Teixeira Carvalho*²⁸⁰
filipecarvalho_@hotmail.com

Resumo: O trabalho proposto tem por objetivo analisar as falas de trabalhadores que vivenciaram situações do chamado “trabalho escravo contemporâneo” na Mata Sul de Pernambuco, desenvolvendo reflexões sobre esse fenômeno do mundo do trabalho no tempo presente a partir das vivências e percursos dos canavieiros. Pensar essas “memórias do sofrimento” como novos “lugares para a história”, utilizando como lentes a perspectiva teórica de um “espaço de experiência” e um “horizonte de expectativas”, a experiência como uma atualização do passado. Trazemos para esse campo de batalha historiadores a rigor, como, Antonio Torres Montenegro, Arlette Farge, Michel de Certeau, Regina Beatriz Guimarães Neto e Reinhart Koselleck.

Palavras-chave: Trabalho Escravo Contemporâneo, memórias do sofrimento, tempo presente.

²⁷⁹ Ibidem, p. 12

²⁸⁰ Mestrando em História pelo PPGH-UFPE, bolsista CAPES.

Os territórios da dor na narrativa dos canavieiros e a escrita do historiador

A análise histórica tem como foco primordial as relações, os percursos, as práticas, porque através do seu estudo é que se poderão construir outras formas de compreensão, que desnaturalizem a relação ou a representação que procurava associar de forma unívoca o objeto ou a coisa à palavra²⁸¹.

No meio do canavial um alojamento insalubre e fétido se mistura aos sentimentos de revolta dos canavieiros. Com as paredes em alvenaria mal acabada, sem mobília, sem banheiros e muitas vezes sem acesso a água encanada e potável, os trabalhadores se queixam: “a gente muitas vez dorme sem tomar banho aqui, que num tem água pra tomar banho, toma banho ali num riacho que tem aí, vai passando aí, capaz até de pegar uma doença”.²⁸² Um riacho de águas turvas, barrentas, é o seu manancial.

Em beliches improvisados, muitas vezes enferrujados, com tábuas como apoio para colchonetes gastos, assim é local destinado ao repouso depois de um dia de labuta sob o sol escaldante. Em fogões e panelas improvisados, muitas vezes utilizando lenha e a criatividade, os trabalhadores inventam uma refeição, pobre em nutrientes para a manutenção de seus corpos. Assim narram o seu sofrimento: “aqui num tem lenha né, pra cozinhar, tem que sair cada cá pra cuidar de seu cume tem que ir atraindo lenha”. “A alimentação aqui é meio difícil, a alimentação daqui é meio embaçado, porque aqui até agora essa alimentação que nós temo, a comida é mal coisada aí, tem que comprar, as vêi a gente mermo que faz”.²⁸³ Assim, os trabalhadores vão descrevendo o seu cotidiano nesse mundo do trabalho entrelaçado entre passado e presente.

As narrativas dos canavieiros constituem uma leitura de seu cotidiano, ouvir suas falas é conferir historicidade aos seus discursos, seu arquivamento e análise reforçam os laços do historiador com o seu lugar social.²⁸⁴ Assim, o estudo sobre o mundo do trabalho dos canavieiros, a perscrutação de seus sentimentos, a dor, a revolta, a insatisfação, constituem formas de potencializar a denúncia sobre suas condições no tempo presente e seu entrelaçamento com o passado. De acordo com Arlette Farge:

uma vez dado seu lugar as palavras e às situações de sofrimento singular, o próprio historiador deve encontrar palavras para dizê-las, descrevê-las, introduzi-las de maneira pertinente em seu relato, a fim de implicar seus leitores nessas figuras significativas da alteridade que são ao mesmo tempo nossas e longínquas.²⁸⁵

Encontramos nas falas de alguns trabalhadores a dor das migrações, a infelicidade de estar fora de casa e de ter sido enganado. Falamos da prática do aliciamento de trabalhadores que são trazidos de outras regiões para os canaviais da Mata Sul de Pernambuco sob o argumento de boas condições de trabalho. Como nos relata um trabalhador:

chegaram lá mentindo pra gente, disseram que ganhava 480R\$ por mês até 750R\$, aí quando a gente chegou aqui a gente pensa que é uma coisa. Ele disse lá você compra televisão, você compra som, você compra isso e aquilo outro, você compra o que você tem vontade de possuir, você arruma tudo lá, aí a gente pensa que é verdade e vem iludido pra cá e volta arrependido.²⁸⁶

²⁸¹ MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010. P. 31.

²⁸² COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **SUGAR SLAVES**. Depoimentos de trabalhadores rurais do setor canavieiro da Zona da Mata Sul de Pernambuco.

²⁸³ Ibid.

²⁸⁴ CERTEAU, M. A operação historiográfica. In: **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

²⁸⁵ FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. P. 20-21.

²⁸⁶ COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **SUGAR SLAVES**. Depoimentos de trabalhadores rurais do setor canavieiro da Zona da Mata Sul de Pernambuco.

Analisar o universo discursivo desses trabalhadores é incorrer em um grande esforço na produção de sentidos e significados para as suas vivências, tecer a história entrecruzando pedaços de vidas, *ditos de sofrimento* que elencam a *dor das migrações, suspensões trágicas da felicidade*. Como nos ensina Arlette Farge:

apreender essa fala e trabalhá-la é responder à preocupação de reintroduzir existências e singularidades no discurso histórico e desenhar, a golpes de palavras, cenas que são de fato acontecimentos. Não se trata a partir daí de acreditar que, graças a essas falas, detemos de fato o real, a realidade, mas de escutar um desafio: entrar através dessas palavras numa das moradas vivas da história, lá onde as palavras formam fraturas num espaço social ou imaginário particular.²⁸⁷

As narrativas dos canavieiros acima fazem parte de um conjunto de entrevistas realizadas pela CPT no ano de 2007 com alguns trabalhadores rurais da Zona da Mata Sul de Pernambuco, são “imagens do passado que alcançam legibilidade no presente”²⁸⁸, demonstrativo de como formas arcaicas de exploração dos trabalhadores experimentam novas formas de ser presente, se transformando em práticas específicas de exploração.

Nosso estudo tem como recorte a especificidade do trabalho análogo a de escravo no setor canavieiro da Zona da Mata Sul de Pernambuco, particularmente em algumas cidades apontadas pela documentação analisada²⁸⁹. Na leitura desses documentos e no seu cruzamento com os relatos orais dos canavieiros, podemos observar condições degradantes e exaustivas de trabalho, negação de direitos trabalhistas, cerceamento da liberdade por meio de dívidas e até morte de trabalhadores nos canaviais por excesso de trabalho.²⁹⁰

O mundo do trabalho dos canavieiros da Mata Sul de Pernambuco abrange uma multiplicidade de práticas e significados no tempo e no espaço. Suas falas, as condições de produção dos discursos que enunciam, são fragmentos de histórias que atuam como agentes multiplicadores de significados, ajudando a costurar o tecido temático que ora apresentamos. Suas vivências são aqui analisadas a partir de uma história do cotidiano desse mundo do trabalho “assalariado/escravo”, que, de certa forma, refletem suas condições sempre as associando à situação dos tempos dos escravos, como uma marca da memória que não passa e se reproduz dentro de suas realidades de vida e de trabalho.

O trabalho escravo contemporâneo, ou, de outra maneira, trabalho análogo a de escravo, conformação já reconhecida pelo Código Penal Brasileiro desde 1940 pelo artigo 149, sendo revisado no ano de 2003 pela Lei nº 10.803, define como crime: “Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto”²⁹¹.

Esses conceitos vêm sendo discutidos e apropriados pela historiografia brasileira como uma forma de trabalho compulsório no tempo presente – fins do século XX e início XXI -,

²⁸⁷ FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. P. 16.

²⁸⁸ GUIMARÃES NETO, Regina B. As injunções do tempo presente no relato histórico. Experimentar a contemporaneidade. In: **História e historiografia: perspectivas e abordagens**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2014.

²⁸⁹ Esse aporte documental é composto por denúncias e relatórios produzidos pela CPT e pela FETAPE e investigados pela Superintendência Regional do Trabalho – PE e pela Procuradoria Regional do Trabalho – PE. São destacadas nessa documentação as cidades de Primavera, Cortês, Ribeirão, Joaquim Nabuco, Palmares e Água Preta.

²⁹⁰ Trata-se do caso dos trabalhadores Severino Leite da Silva e Marcionildo Pereira de Lucena, na certidão de óbito desse último é colocado como causa da morte “edema agudo dos pulmões + infarto agudo no miocárdio”.

²⁹¹ Redação dada pela Lei nº 10. 803, de 11.12.2003.

relacionados às configurações históricas de cada região estudada. Embora, formas de trabalho compulsório sempre tenham existido ao longo do tempo, é mister entendermos que o trabalho escravo contemporâneo na Mata Sul de Pernambuco é uma forma específica de exploração do trabalhador, embora estabeleça forte relação simbólica com o passado escravista brasileiro e também com a situação dos canavieiros na chamada condição de morada. Dessa forma, Ângela de Castro Gomes explica que:

A historicidade dessas formas, combinando linhas de continuidade e descontinuidade através do tempo, advertenos tanto para uma tradição de práticas de trabalho compulsório, no Brasil e no mundo, como para as especificidades que tais práticas possam ganhar em determinados períodos históricos... Compreender o fenômeno social designado como trabalho análogo a de escravo como um fato novo da história recente do Brasil que, se de um lado tem relações com práticas seculares de exploração do trabalhador, de outro possui singularidades próprias ao contexto das últimas quatro décadas de sua emergência e disseminação²⁹².

A História que apresentamos é constituída por essa constelação de fragmentos e narrativas múltiplas, costurando tempos, espaços, práticas e discursos, alinhando as histórias de vida dos canavieiros à historicidade de práticas de trabalho compulsório na Mata Sul de Pernambuco. Dessa forma, pensamos o ofício do historiador, como bem explicitou o historiador Durval Muniz, como aquele deve “desnaturalizar o presente pelo cotejo diferencial com o passado, que é a de fazer um uso crítico do passado, no sentido de que este deve produzir uma crise em nossa adesão ao presente, em nossa aceitação do presente tal como ele se encontra”²⁹³.

A historicidade de práticas de trabalho compulsório dos canavieiros

Ó o seguinte é esse, que já fai que eu moro aqui 36 ano nesse engenho, me casei-me aqui, tenho 11 filho... Meus filho trabalha tudo no campo também, corta cana, limpa mato, trabalha no campo²⁹⁴.

Severina Conceição, uma das entrevistadas no documentário *Sugar Slaves*, constitui uma personagem paradigmática em nossa História, sua fala é um demonstrativo das linhas de continuidade e descontinuidade que particularizam o fenômeno do trabalho escravo contemporâneo na Mata Sul de Pernambuco. Seu depoimento nos ajuda a alinhar a historicidade de práticas de trabalho compulsório no espaço ora analisado.

O depoimento de Severina Conceição demonstra que não é apenas o trabalhador migrante que compartilha das condições de um trabalho análogo a de escravo, mas existem vários trabalhadores rurais estabelecidos nos engenhos que ainda vivem em condições degradantes de trabalho e da própria condição humana. Um passado que é presente. Muitas das práticas estudadas ao longo desse trabalho, apesar de estabelecer forte relação simbólica com o passado escravista da região, acabam por demonstrar também um refluxo de práticas de exploração dos canavieiros que remonta a chamada condição de morador.

No clássico *A Terra e o Homem do Nordeste*, Manuel Correia de Andrade explica que devido o alto custo do trabalhador escravo, alguns senhores de engenho facilitavam o

²⁹² GOMES, Ângela de C. Trabalho análogo a de escravo: construindo um problema. In: **História Oral**: Revista da Associação Brasileira de História Oral, v.11, n.1-2, jan-dez. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral, 2008. P. 12.

²⁹³ ALBUQUERQUE, Jr., Durval Muniz de. Mundos e imundos de(do) trabalho: por um crítica histórica da categoria trabalho. In: **História, Cultura, Trabalho**: questões da contemporaneidade. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011. P. 56.

²⁹⁴ COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **SUGAR SLAVES**. Depoimentos de trabalhadores rurais do setor canavieiro da Zona da Mata Sul de Pernambuco.

estabelecimento de moradores em suas terras, esses trabalhadores tinham obrigação de trabalharem para a fazenda, geralmente dando dois ou três dias de trabalho semanal a baixo preço ou gratuito para o senhor de engenho. Em contrapartida poderiam derrubar trechos da mata, construir suas moradias e fazer pequeno roçado. “Surgiu, assim, aquilo que se chamou moradores de condição, constituindo grande parcela dos trabalhadores do campo na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX”.²⁹⁵ Como bem afirmou Christine Rufino Dabat, “após a escravidão, a mão de obra rural empregada nos canaviais foi maciçamente submetida à condição de morador de engenho”.²⁹⁶

Pensar a relação simbólica estabelecida entre o trabalho escravo, a condição de morador de engenho e o refluxo de algumas dessas práticas no trabalho escravo contemporâneo, é um exercício necessário à compreensão da especificidade de tais práticas no tempo e no espaço, e ao mesmo tempo demonstrar como elas estão imbricadas, sendo atravessadas pelas vicissitudes da história. Dessa forma, torna-se indispensável o estudo das falas dos trabalhadores, a reflexão sobre o seu universo vocabular e a maneira como eles constroem sua condição no mundo do trabalho, condição fundamental na compreensão do percurso e das relações das práticas de exploração na agroindústria açucareira da região.

A trabalhadora Ivete Cavalcante narra uma das práticas de seu universo de trabalho que demonstra uma forte linha de continuidade na exploração dos canavieiros. A sua narrativa é sobre o *vale*. “O vale a gente trabalha e ele passa um papel, ele risca um papel e passa pra pessoa comprar num supermercado, aí a gente não vê o dinheiro, a gente só vê a conta, o total do dinheiro que a gente ganha ele passa, coloca num papelzinho e a gente vai e compra aquele valor que ele botou num papel”.²⁹⁷ O vale exclui a possibilidade de acesso à remuneração pelo trabalho, deixando o trabalhador condicionado a trocá-lo em estabelecimentos específicos. É importante percebermos como essa prática é atualizada no tempo presente estendendo-se a estabelecimentos maiores, como supermercados, e não apenas o barracão. Outro depoimento nessa perspectiva é do trabalhador Reginaldo Souza:

Tem vez que paga no dinheiro, agora no inverno, paga o inverno todinho no vale. Eu posso chegar com aquele vale, pode ser 100, pode ser 50, pode ser 200, aí eu compro, quando acabar eu digo a ele: agora me dê dois real, que é pro mode eu ir pra casa levar a feira no ônibus, a passagem é dois real, me dê os dois real. Aí ele diz: num do um conto, você tem que comprá-lo todo aqui.²⁹⁸

Embora a prática do vale tenha sido estendida a estabelecimentos maiores como supermercados, o barracão ainda se faz presente em algumas frentes de trabalho nos canaviais, mesmo não configurando a mesma intensidade. O barracão faz parte da arquitetura de exploração dos canavieiros desde os tempos da condição de morador, trata-se de um estabelecimento comercial de pequenas proporções voltado para o abastecimento de alguns gêneros para os trabalhadores, produtos que são vendidos acima do valor de mercado. “O abastecimento do barracão era limitado aos produtos que o barraqueiro queria oferecer pelo preço que ele estipulava. Assim, faltavam produtos, vendia-se peixe pelo preço da carne”.²⁹⁹

²⁹⁵ ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem do Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no nordeste – 6ª Ed. – Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998. P. 97.

²⁹⁶ DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho**: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canvieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. P. 21.

²⁹⁷ COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **SUGAR SLAVES**. Depoimentos de trabalhadores rurais do setor canvieiro da Zona da Mata Sul de Pernambuco.

²⁹⁸ Ibid.

²⁹⁹ DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho**: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canvieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. P. 550.

A análise feita pela historiadora Christine Rufino Dabat sobre a prática do barracão, demonstra como a sua figura central, o barraqueiro, era tido como pessoa de confiança do proprietário, sendo inclusive o responsável pelo pagamento dos trabalhadores no engenho, como indica alguns depoimentos no referido estudo. Articulação que muitas vezes era utilizada para manter o trabalhador em uma espécie de servidão do barracão, através do pagamento em vales, ao invés de dinheiro, venda de mercadorias acima do valor de mercado e de inferior qualidade, roubo na pesagem dos alimentos e descontos indevidos na cobrança dos débitos.³⁰⁰

O depoimento do trabalhador rural José de Souza, é exemplar da historicidade dessa prática, de como ela ainda é exercida em uma configuração diferente, mas guardando relações com o passado que é presente. Segundo ele: “a alimentação eles compra aí num supermercado aí em Ribeirão, também compra num outro aí em Gameleira, então se tem um barraco aí, o barraco aí é o mata mata, aí se compra mercadoria por mais do valor”.³⁰¹

A partir das falas de Ivete, Reginaldo e José de Souza, podemos entender como várias das práticas da violência patronal ainda são exercidas por alguns proprietários rurais, reelaboradas a luz do presente, ferindo os trabalhadores com condições degradantes e humilhantes de trabalho.

De acordo com os estudos da historiadora Christine Rufino Dabat, a economia açucareira sujeitou grandes contingentes de mão de obra rural a condições particularmente brutais de exploração³⁰². Seguindo a trilha da historiadora e de outros estudiosos sobre a questão, observamos que a chamada proletarização do trabalhador, produz impactos diferentes nas condições de vida dos canavieiros, o que não podem ser pensados na dimensão simplista do melhor ou do pior, mas da diferença.

A dor das migrações: morte de trabalhadores nos canaviais da Mata Sul de Pernambuco

A historiadora Arlette Farge escreveu que não é novidade para um historiador preocupar-se com os laços de seu discurso com a sociedade em que o inscreve, citando Michel de Certeau ela diz que “quando falam da história, estão sempre na história”³⁰³. Essa reflexão demonstra o laço estabelecido entre formas contemporâneas de trabalho compulsório e sua historicidade, um passado que é presente, ou, como nos ensina Koselleck, “a experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados”.³⁰⁴ Trazer a tona denúncias do sofrimento humano a partir dos testemunhos é uma maneira de entender a atualização dessas práticas de exploração no interior do fenômeno conceituado como trabalho escravo contemporâneo.

As migrações são condições específicas do trabalho escravo contemporâneo. Encontramos na documentação analisada, trabalhadores que migram para os canaviais da Mata Sul de Pernambuco vindos das regiões do Agreste e do Sertão e também de outros estados como Alagoas e Paraíba³⁰⁵. Isso ocorre, principalmente, na época da safra, quando há uma demanda maior por mão de obra, que devido às condições históricas de pobreza das referidas regiões, acabam por se tornar reservas permanentes de trabalhadores vulneráveis em decorrência de suas ínfimas condições de vida. Embora essa prática já ocorresse desde

³⁰⁰ Ibid.

³⁰¹ COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **SUGAR SLAVES**. Depoimentos de trabalhadores rurais do setor canavieiro da Zona da Mata Sul de Pernambuco.

³⁰² DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho**: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. P. 21.

³⁰³ FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. P. 07.

³⁰⁴ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. P. 309.

³⁰⁵ ONG Repórter Brasil. **Perfil dos trabalhadores libertados da escravidão**. Informações baseadas nos cadastros na base de dados do seguro-desemprego – 2003 a agosto de 2008.

os tempos da chamada condição de morada³⁰⁶, ela guarda especificidades no tempo presente.

A história que será narrada a seguir trata das migrações trágicas de dois trabalhadores do município de Alagoinha, no Estado da Paraíba, para os canaviais da usina Pedrosa, no município de Cortês, na safra 2009/2010. A documentação com as informações sobre o ocorrido foi produzida pela CPT e pela FETAPE. São dois documentos, ambos dirigidos ao Dr. André Luz Negromonte da Superintendência Regional do Trabalho, o primeiro, em caráter de denúncia dos casos e o segundo lamentando a inoperância sobre o mesmo.

Através de visitas feitas no bairro de Barra de Jangada, município de Cortês, Pernambuco e no município de Alagoinha, Paraíba, a CPT foi informada que dois trabalhadores haviam falecido enquanto trabalhavam nos canaviais da usina Pedrosa, no município de Cortês na safra de 2009/2010. Segundo as informações, ambos os trabalhadores eram de Alagoinha, no Estado da Paraíba.

A Comissão Pastoral da Terra, preocupada com a possibilidade de estar ocorrendo em Pernambuco o que já vinha acontecendo nos canaviais de São Paulo, em que há inúmeros relatos de morte de trabalhadores por exaustão física, se deslocou até a Paraíba para localizar a família das vítimas e obter mais informações sobre as circunstâncias das mortes.

A pesquisa realizada pelos agentes pastorais, revelou que a primeira morte ocorreu em 11 de setembro de 2009, foi do trabalhador rural Severino Leite da Silva, de 49 anos, o mesmo era casado e pai de três filhos, sendo dois homens e uma mulher, natural de Alagoinha, Paraíba, cujo falecimento decorreu de um “INFARTO”³⁰⁷, nos canaviais da Usina Pedrosa, segundo informações dada pela sua irmã.

Seguindo o fio da narrativa de sua irmã, Severino trabalhava na usina há muitos anos e, quando terminava o corte da cana ele ainda ia fazer outras atividades na usina. Ainda foi dito que era mais ou menos umas 10:30 da manhã, quando ele estava trabalhando e morreu segurando uma cana. A pressão arterial subiu demais e ele teve um infarto. A família informou que ele era hipertenso e tomava remédio todos os dias para controlar a pressão.

Segundo familiares da vítima e pessoas próximas, esses casos sempre acontecem com trabalhadores dessa região, do qual muitos saem para trabalhar no corte da cana em Pernambuco. Essa informação pode ser confirmada com outra morte ocorrida no dia 08 de outubro de 2009 quando o jovem, Macionildo Pereira de Lucena, de 24 anos, solteiro, natural também de Alagoinha, Paraíba, faleceu às 11:30, no engenho Barra de Jangada, município de Cortês. De acordo com a certidão de óbito desse trabalhador a causa da morte teria sido um “edema agudo dos pulmões + infarto agudo do miocárdio”. Macionildo havia começado a trabalhar no dia 12 de setembro de 2009, falecendo antes de completar um mês.

A mãe de Macionildo, Dona Neuza, informou a CPT que não queria que o filho fosse trabalhar cortando cana, pois segundo ela, se sabe de muitas mortes de trabalhadores por doença ou por assassinato. Além disso, Dona Neuza falou que no ano passado Macionildo trabalhou 7 meses na mesma usina. Ela lembra que o filho saiu de casa “gordo” e voltou “magro”³⁰⁸, e que ele dizia que trabalhava como um burro de carga e o que ganhou o ano passado não conseguiu comprar nem a roupa da festa.

Dona Neuza relata que o filho se queixava muito de dores de cabeça, do sol quente e de que tinha de almoçar em pé, sem nenhuma proteção do sol, o que muitas vezes azedava a comida. Também recorda que a água que o filho bebia era de rio e de riacho próximo. Muito

³⁰⁶ Manuel Correia de Andrade explica que os chamados trabalhadores “de fora” eram aqueles que viviam nas cidades, vilas e povoações da zona canavieira e tinha também os “corumbas” ou “caatingueiros” que residiam no Agreste e Sertão, mas se deslocam todos os anos para a zona canavieira durante a safra, a fim de participar da colheita. Faziam, assim, uma migração sazonal, uma vez que com as primeiras chuvas voltavam para a sua terra. Ver: ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem do Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no nordeste – 6ª Ed. – Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998. P. 106.

³⁰⁷ Destaque dado pelo documento.

³⁰⁸ Grifo dado pelo documento.

emocionada, dona Neuza disse que denunciou o empreiteiro que levou o filho para a usina Pedrosa e que este não apareceu nem para dar satisfação. Segundo o relato da tia de Macionildo, Dona Maria, a usina Pedrosa só pagou R\$180,00 (cento e oitenta reais) à mulher que estava morando com ele, não tendo nenhum direito previdenciário garantido, como pensão por morte, que seria devido no caso.

A visita da CPT ao município de Alagoinha deixou os agentes pastorais estarecidos com esses relatos e extremamente preocupados com o grande número de migrantes daquele município para os canais da Mata Sul de Pernambuco para trabalhar nas piores condições de saúde e segurança. Aspectos que indicam além da prática de aliciamento de trabalhadores, trabalho degradante e exaustivo associado à privação de direitos trabalhistas, condições que ferem a própria condição humana dos trabalhadores, demonstrando o caráter descartável assumido pelo trabalho escravo contemporâneo em relação à mão de obra utilizada.

Os familiares de Severino e Macionildo, também denunciaram que além dos dois trabalhadores, outro trabalhador de Alagoa Grande também morreu, totalizando assim, 03 mortes no canal da usina Pedrosa, apenas esse ano. Esses trabalhadores são levados para trabalhar nas usinas de Pernambuco, por empreiteiros, também conhecidos como gatos, que agenciam os trabalhadores para as usinas, sem qualquer garantia de seus direitos trabalhistas.

O documento é encerrado com um apelo da CPT, solicitando uma atuação urgente e eficaz no sentido de apurar com mais detalhamento as denúncias relatadas pelos moradores de Alagoinha sobre a atuação de empreiteiros e de mortes de trabalhadores nos canais da usina Pedrosa, aplicando as sanções cabíveis e prevenindo novas ocorrências lesivas à cidadania dos trabalhadores rurais e à sua própria vida. Assinam o documento: Pe. Hermínio Canova, Coordenador Nacional da Comissão Pastoral da Terra – CPT; Pe. Tiago Thorlby, CPT; Plácido Júnior, CPT; Aristides Santos, FETAPE e Daniel Viegas, advogado da CPT e da FETAPE.

A trajetória trágica desses trabalhadores, essa dor das migrações, a atuação de entidades como a CPT e a FETAPE, nos indica a complexidade dessa teia de relações que configuram o trabalho escravo contemporâneo. Na análise do documento sobre as mortes desses trabalhadores nos canais, podemos observar que essas migrações tem um caráter sazonal, já que o trabalhador Macionildo tinha trabalhado sete meses na referida usina um ano anterior a sua morte, o que demonstra um aspecto muito peculiar que é a “descartabilidade permanente”³⁰⁹ do canavieiro migrante. Outro aspecto citado pelos familiares das vítimas é o assassinato de trabalhadores, do qual e para o estudo específico, ainda não temos documentação para discutir.

O primeiro documento analisado sobre o caso foi protocolado pela Superintendência Regional do Trabalho - PE no dia 22 de dezembro de 2009. Um segundo documento protocolado no dia 29 de março de 2010 relata o lamento da Comissão Pastoral da Terra pelo não cumprimento assumido pela Procuradoria com eles e com a FETAPE. Podemos ler no documento a seguinte queixa:

No início, a preocupação e atenção dispensada por todos da SRT nos deu esperança de não mais testemunharmos esses fatos na Zona da Mata pernambucana, além de acalantar as famílias dos trabalhadores mortos, que ainda anseiam por justiça. Assim, nos coube retornar em 30 dias para tomar conhecimento do relatório elaborado pela Superintendência Regional do Trabalho. Entretanto, para nossa surpresa e profunda consternação, depois de 45 dias da reunião mencionada, ao retornarmos ao SRT e nos encontrarmos com a Equipe de Fiscalização Rural (Sr.

³⁰⁹ O conceito de “descartabilidade permanente” ora construído nessa pesquisa, além de indicar o caráter descartável de parte dos canavieiros envolvidos no trabalho escravo contemporâneo, demonstra também a sazonalidade desse descarte, provocando um movimento de idas e vindas para os canais.

Rubens e Sr. Henrique por encaminhamento da Sra. Simone Holmes) fomos informados que eles ainda não tinham tido conhecimento dessas denúncias. Procurando por Vossa Senhoria fomos recebidos pelo Sr. Jéferson Lins, que ficou de nos retornar na próxima segunda-feira (15.03.2010) para fornecer alguma informação.³¹⁰

A luta por todos aqueles envolvidos nos combates contra o trabalho escravo contemporâneo é árdua, permanente e muitas vezes marcada pela decepção com a lentidão do judiciário. As trajetórias, muitas vezes trágicas desses trabalhadores, elencam fragmentos de vida que entrelaçam História e Memória. Histórias alinhavadas umas as outras, numa costura onde os tempos e os espaços se tocam, se entrecruzam, constituindo o tecido da narrativa histórica.

CULTURA E TRABALHO NOS CAMPOS DO BRASIL: ASPECTOS DA MILITÂNCIA CAMPONESA ATRAVÉS DA ESCRITA (1950-1960)

José Romário Rodrigues Bastos³¹¹
romabastos@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho busca refletir de forma problematizada o registro cultural de camponeses no Brasil através de publicações de versos, cordéis, cantorias, histórias, verificadas, sobretudo, no periódico de orientação comunista *Terra Livre*. Por meio da escrita, trabalhadores do campo se esforçaram em imprimir aspectos de suas vidas transmitindo aos leitores questões do mundo lavrador, repleto de agitações proporcionadas pelas tentativas desses sujeitos enfrentarem a exploração pela qual julgavam estar submetidos. Nesse sentido, pretende-se entender de que forma esses camponeses entravam em contato com os periódicos, de que maneira se dava a circulação dos escritos de outros camponeses, qual o incentivo para a produção de textos a serem publicados e em quais espaços se dava a distribuição. Partindo das contribuições deixadas por Raymond Williams e E. P. Thompson sobre a cultura, em especial a cultura dos pobres, busca-se observar as chaves de compreensão de resistência presentes na escrita desses trabalhadores que a usavam para denunciar abusos por parte de proprietários, para animar outros a se organizarem em defesa de seus direitos e também fazerem seus próprios textos. Colunas do jornal *Terra Livre* como “Cartas da Roça”, “Trovador Camponês”, “Poetas do Sertão”, além de Cordéis, entre outras publicações, atestam a forte presença da produção escrita dos trabalhadores do campo, sendo as letras presença marcante da cultura camponesa aqui estudada.

Palavras-chave: Cultura; Trabalhadores Rurais; Escrita Militante

E assim, conversamos com vários jovens, todos eles sofrendo as mesmas privações, o mesmo abandono, a mesma exploração por parte dos patrões, vivendo no seu mundo de fome, atraso e trabalho escravo. Uns procuram

³¹⁰ Relatório produzido pela CPT lamentando o não cumprimento do compromisso assumido pela superintendência Regional do Trabalho – PE com a apuração das denúncias de mortes de trabalhadores nos canais da usina Pedrosa. Documento protocolado no dia 29 de março de 2010.

³¹¹ Doutorando em História Social no PPGH – UFC

sair à procura de uma vida melhor e vão para as cidades e outros Estados, se encontrar novamente com a necessidade e com o desemprego. Desses, muitos voltam, aprendem que a vida em outros Estados não é diferente. Porém, voltam sem experiência: o jovem Livino, por exemplo, já tentou melhorar sua vida indo para o Paraná, mas voltou de lá 4 vezes; sair do Ceará é uma ilusão, a situação só poderá melhorar se esses jovens, que trabalham em condições tão ruins, tomarem o exemplo dos operários de São Paulo – que fazem um movimento bonito defendendo seus direitos – declarou-nos.³¹²

“Mundo de fome, atraso e trabalho escravo”, esses são os motes que orientam a notícia acima publicado no jornal *Terra Livre*, em 1955. A matéria-denúncia mostra de forma direta como era difícil a vida dos jovens trabalhadores do campo cearense que vivendo privações extremas se aventuravam a sair de seu Estado, procurando em outras regiões do país melhorias de vida. Aventura por vezes frustrada tendo o retorno à terra de origem como desfecho. Essas idas e vindas, como sugere o autor da matéria, refletia a dureza da vida dos pobres generalizada em todo Brasil, já que a expectativa de melhores dias ao migrar para outras áreas era golpeada novamente pela “necessidade e desemprego”. Nesse sentido, algo deveria ser feito para transformar esse quadro. A sugestão do escritor do texto é seguir exemplos de outros trabalhadores explorados, se organizando para defenderem “seus direitos”. O autor do texto é José Leandro Bezerra da Silva, camponês cearense, colaborador do *Terra Livre* e um dos principais responsáveis pela distribuição do periódico no Ceará. Membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Zé Leandro, como era chamado, escreveu vários textos para o referido jornal, colocando no papel e divulgando para todo o país como era a vida dos trabalhadores rurais do Ceará e o que eles estavam fazendo para transformar essa realidade.

O jornal que Zé Leandro colaborava ativamente era organizado pelo PCB voltado especificamente para o campo. Para o Partido, era necessário manter contato com os trabalhadores rurais, noticiando a luta e também formando quadros para atuar nas fazendas e sítios brasileiros, já que os comunistas entendiam que era preciso divulgar seu programa e suas ideias junto a esses trabalhadores. Para tanto, além de debater estratégias de mobilização, agitação e formação de células no interior, buscavam por meio da palavra chegar regularmente aos camponeses brasileiros. De acordo com Leonilde Medeiros

O “*Terra Livre*, por sua vez, era o canal por onde se procurava fazer chegar, para os trabalhadores rurais mobilizados, numa linguagem mais simples, numa forma mais coloquial, as mensagens do partido. Foi nele que se revelaram mais explicitamente as tentativas de falar para o campesinato, descrevendo suas condições de vida e trabalho, incorporando dimensões de seu cotidiano, politizando sua cultura.”³¹³

Na verdade, mais do que politizar a cultura ele fornecia elementos para essa politização servindo para divulgar as ações de luta dos camponeses que em muitas vezes não estavam ligadas a atuação do partido. Vale ressaltar que o Brasil contou com a presença de vários periódicos militantes cuja função primordial era comunicar aos trabalhadores a necessidade da organização em favor de seus direitos, contando com a participação de jornalistas, militantes, operários, camponeses, trabalhadores vários, enfim, um conjunto de

³¹² COSTA, José Leandro Bezerra da. Como vive e trabalha a juventude do Nordeste. *Terra Livre*, São Paulo, anoVI, jan. 1955, p. 4.

³¹³ MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo.** Tese de Doutorado. Campinas, UNICAMP, 1995. p. 16

sujeitos que viam a necessidade da luta ser travada também através da escrita periódica.³¹⁴ Enilce Souza pontua as principais marcas dessa escrita que se utiliza de vários suportes para chegar aos trabalhadores:

“Iconografia, fábulas, hinos, memórias exemplares, uns e outros, em tantos aspectos, vão compondo as folhas dos periódicos dos trabalhadores: gráficos, charuteiros, alfaiates e sapateiros, caixeiros, ferroviários, operários e camponeses, nos mais distintos países, além de orientações distintas: socialistas, anarquistas e comunistas.”³¹⁵

Assim, ao seu modo cada categoria de trabalhador se esforça para organizar seu panfleto, seu boletim ou jornal, tentando traduzir em letras os desafios vividos por eles, como demissões, práticas abusivas patronais, jornadas exaustivas, humilhações públicas, descontos injustos, tragédias com máquinas. O jornal servia também para animar e divulgar as formas de combater e enfrentar tais atitudes, sugerindo a organização de trabalhadores em sindicatos ou associações, dando orientações de como organizar uma greve, sugerindo a prática dos boicotes, etc. Em relação as lutas do campo, temos notícias de vários periódicos brasileiros se importarem com o que estava acontecendo pelos rincões brasileiros, sendo, contudo, o *Terra Livre* e *A Liga* que se destacarão como os principais veículos de comunicação entre os trabalhadores do campo. Enilce Souza refletindo a produção historiográfica da “imprensa militante” rural, chegou à conclusão de que

Os trabalhos acadêmicos se apropriam, de vários títulos da imprensa militante, para o estudo da Questão Agrária no Brasil. Exemplares de “Última Hora (RJ/SP)”, “Voz Operária (RJ)”, “Novos Rumos (RJ)”, “Imprensa Popular (RJ)”, “Hoje (SP)”, “Terra Livre (SP)” e “Liga (PE)”, entre outros, compõem breve inventário desta imprensa. Os dois últimos periódicos merecem destaque, é que se dirigem quase exclusivamente à luta camponesa no Brasil, Terra Livre alinha-se ao PCB; enquanto o periódico Liga é editado por Francisco Julião, à época, militante e deputado federal pelo Partido Socialista Brasileiro, dirigente das Ligas Camponesas.”³¹⁶

Temos, portanto, um forte indício de que os trabalhadores rurais brasileiros possuíam destacado papel político na história do país, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, época que começa a ganhar volume a agitação nas fazendas e engenhos, sobretudo do Nordeste com a fundação das Ligas Camponesas, das Associações de Trabalhadores Rurais que teve seu desdobramento na sindicalização rural. A palavra de ordem era “Reforma agrária na lei ou na marra” como estampavam as matérias do *Terra Livre* e *A Liga*.

É preciso entender, todavia, que se trata de um período marcado por fortes mobilizações nacionais em torno de pautas que se mostravam como elemento de pressão em busca da efetivação de direitos. Deve-se ter o cuidado de não obliterar as lutas camponesas anteriores a esse período que ao seu modo agitaram bastante o cenário político fundiário do país, preocupando os grupos dominantes brasileiros, sendo necessário o uso da força para massacrar esses focos de rebeldia. Para se ter uma ideia, no curto intervalo de sessenta anos observa-se várias tentativas de organizações camponesas pondo em questão

³¹⁴ Nessa direção é válido conferir o trabalho que versa sobre a imprensa militante e o modo que se davam os diversos tipos de leituras dos trabalhadores: GONÇALVES, Adelaide. Trabalhador lê? **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, v. 34, n. 1, p. 59-72, 2003.

³¹⁵ SOUZA, Enilce Lima Cavalcante. **Campo e palavras: dimensões da questão agrária no Ceará, 1954-1964**. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UFC, 2005. p. 114.

³¹⁶ Idem.

o mandonismo e a exploração bastante presente nos interiores brasileiros.³¹⁷ Nesse sentido, notícias atestam uma época marcada pela reunião de ideias em torno da organização camponesa, sobretudo por que se acreditava no caráter universal das leis trabalhistas que se estendiam também aos trabalhadores do campo, porém ainda não efetivadas³¹⁸, além dos direitos políticos que de um certo modo estavam alargando a participação política desses sujeitos. Tratava-se de um

“[...]novo momento que viveu o país naqueles anos de 1950 e 1960. A linha de desenvolvimento secular do país, baseada na exclusão econômica, social e política do trabalhador de campo, confrontou-se, na segunda metade do século XX, com uma nova perspectiva que foi sendo desenhada a partir da incorporação progressiva das grandes massas ao processo político. A extensão da cidadania entre os anos de 1945 e 1964 conferiu aos trabalhadores agrícolas, ainda em que menor grau, uma posição de crescente importância nas discussões que envolviam as alternativas de um modelo que os deixavam à margem dos benefícios do desenvolvimento.”³¹⁹

Nesse ambiente marcado pela exclusão política, social e econômica, surgiram várias associações de trabalhadores rurais que procuravam reunir várias modalidades de trabalho, como, lavradores, camponeses, rendeiros, meeiros, posseiros e em menor grau assalariados. A formação de Associações, Ligas e posteriormente Sindicatos, aponta para o aumento do interesse dos trabalhadores pelo associativismo, caminho fundamental para o enfrentamento dos interesses antagônicos representados muitas vezes pelos “tatuíras”.³²⁰ Esses espaços serviam como locais de divulgação do que se chamava de “direitos dos camponeses”, onde chegavam notícias, orientações, sugestões e sobretudo emitiam seu parecer diante dos impasses evidentes. Espalharam-se pelo Brasil um vasto número de organizações com objetivo de reunir um considerado número desses sujeitos, animados pela possibilidade de verem suas pautas serem atendidas.

³¹⁷ Nos referimos aqui aos agrupamentos de camponeses que por terem congregado um expressivo número de trabalhadores fora do círculo de dominação fundiário existente, foram terrivelmente massacrados pelas forças oficiais e para-oficiais, como no caso de Canudos na Bahia (1897); Contestado na fronteira entre Santa Catarina e Paraná (1916), Caldeirão no Ceará (1937), Porecatu no Paraná (1951). Sobre a dimensão dos conflitos por terra durante a república e como esses conflitos terminam em massacres contra os trabalhadores, vale a leitura de: DECCA, Edgar S. de. Quaresma: Um relato de massacre republicano. **Anos 90**, Porto Alegre/RS: Ed. La Salle, nº8, p. 45-61, 1997.

³¹⁸ “Desse modo, um conjunto de posições políticas diversas, com suas respectivas propostas de organização, operava no sentido de propiciar e implantar condições de inclusão social e política para o trabalhador rural. Tais posições estendiam-se desde pressões por reformas sociais extremas na estrutura fundiária até aquelas que buscavam espaços na política trabalhista. No entanto, todas elas contribuía e construía um movimento sindical rural. Assim, essas pressões levariam a que o Estado brasileiro reconhecesse o direito à representação sindical e aos direitos sociais, forjando legitimidades e formulando mecanismos políticos e institucionais que, de algum modo, incluiriam os trabalhadores rurais no jogo político do poder.” Cf.: STEIN, Leila de Menezes. **A construção do sindicato de trabalhadores agrícolas no Brasil (1954-1964)**. Tese de Doutorado. Campinas, UNICAMP, 1997.

³¹⁹ COSTA, Lúcio Flávio de Carvalho (Org.). **O Congresso Nacional Camponês (Belho Horizonte, 1961)**: trabalhadores rurais no processo político brasileiro. Rio de Janeiro: Maud X, Seropédica, RJ: Edur, 2010. p. 21.

³²⁰ “No decorrer da década de 50 e início dos anos 60, progressivamente vai sendo identificada no cenário político nacional, através da emergência de diferentes formas de conflito no campo, a presença de ‘trabalhadores agrícolas’, ‘lavradores’ ou ‘camponeses’, diferenciando-se em relação ao que chamavam de ‘tatuíras’, ‘patrões’, ‘latifundiários’. Apresentavam um conjunto de demandas qualificadas como direitos e, para tanto, organizavam-se quer através de associações, uniões, ligas, etc, quer sob a forma sindical.” Cf.: MEDEIROS, Leonilde. Op. cit., p. 2.

No Ceará, várias dessas associações foram fundadas, sítios espalhados por todo Estado foram visitados, demonstrando o amplo esforço de mobilização dos camponeses cearenses de também ingressarem na disputa por direitos. Esse processo de agitação foi fortalecido a partir da década de 1960 quando finalmente os trabalhadores do campo puderam se organizar em sindicatos, passando a desfrutar dos direitos que esta entidade de classe conferia à sua categoria, como previdência, auxílios, e principalmente a Reforma Agrária, como testemunha Vicente Pompeu da Silva. Agricultor natural de Potengi, cidade situada ao sul do Ceará, lugar em que ficou pouco tempo, em razão de sua família mudar-se para Iguatu, região mais ao centro do Estado onde Pompeu deu início aos seus trabalhos de camponês, como ele mesmo afirma, desde os sete anos “conhecer o oito”. Frequentou poucos anos a escola, tempo suficiente para aprender as “quatro operações” e o “ABC”, aprendizados que o ajudaram a ler vários livros, principalmente as letras que tratavam sobre a classe trabalhadora, as revoluções socialistas, sobre religiões.³²¹ Pompeu era membro do PCB no Ceará e ao lado de Zé Leandro e de vários outros sujeitos, participou ativamente do processo de sindicalização rural cearense. Para ele, o processo de fundação desses mecanismos agitou bastante a vida nas propriedades do Estado, sugerindo a existência de grande circulação de notícias sobre o associativismo camponês favorecendo à mobilização em busca de direitos no campo:

Com aquela assinatura das duas autoridades a gente botou lá na porta do Mercado Público e noutras ruas que tinham mais movimento para que a turma tomasse conhecimento; já convocado para dia tal se fundar esta Sociedade. E a gente saía de casa em casa, conversando com um e com outro para esse fim e assim deu certo. Então, em fins de 1961, de dezembro para janeiro de 1962, foi fundada a Associação de Lavradores da Cidade de Iguatu. Foi realizado o conclave no prédio da Rádio Iracema de Iguatu, presidido pelo cidadão industrial [Antonio Rodovale de Alencar] e, nesse dia compareceram os trabalhadores que deu o quórum e me elegeram a presidente [da Associação de Lavradores] dessa região. Então daí começou a luta. A Associação de Lavradores foi fundada com a finalidade de defender o trabalhador rural, quando ele era expulso da terra, ou lá do bairro.³²² p. 7

As organizações se formavam para atuar junto as queixas dos trabalhadores marcadas quase sempre pela individualidade, já que anteriormente a esse período de coletivização de demandas, os camponeses tinham que diretamente reclamar seus direitos junto à justiça, dificultando sobremaneira seu acesso aos recursos garantidos por lei. Em sindicatos, essas dificuldades se demonstravam menores, pelo fato de estarem em contato com lideranças portadoras de informações e possuírem contato com advogados dispostos a enfrentarem pela via legal os abusos de fazendeiros, como lembra Pompeu: “Para defender o trabalhador, a gente arranjou um advogado na base do amor solidário, democrático o Dr. José Valfrido Monteiro, do Icó.”³²³ Além da assistência jurídica, Pompeu destaca que as associações prestavam serviços de saúde através do apoio que recebiam de médicos e dentistas, uma vez que era muito precário o serviço médico nas regiões onde os camponeses viviam. Todas essas atividades contribuíam para disseminação do espírito de solidariedade entre os trabalhadores, ponto fundamental para organização de entidades de classes, sobretudo no campo em que as informações sobre ilegalidades, desmandos e outras formas de exploração chegam com mais dificuldades. Nesse sentido, um dos principais veículos dessas importantes

³²¹ CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão no Campo – Brasil 1962-1985: Camponeses Torturados, mortos e desaparecidos.** Brasil: MDA, 2011. p. 107

³²² SILVA, Vicente Pompeu da. Fortaleza, UFC/NUDOC – História Oral, 1984. p. 7

³²³ Ibidem, p. 11.

informações era o jornal *Terra Livre* que penetrava nas fazendas mais longínquas do Brasil, informando que era preciso lutar em organizações para vencer a dominação. Porém, é preciso saber como essas informações chegavam, onde os camponeses se reuniam, quais pautas escolhiam, que espaços eram disputados.

Existia a preocupação por parte dos editores do *Terra Livre* de fazer circular o máximo possível. Para isso era preciso contar com o apoio de líderes locais, ou seja, seriam os próprios camponeses que iriam distribuir, fazer chegar aos diversos locais da produção do campo. Por se tratar de um jornal que contava fortemente com a participação de camponeses em suas matérias, podemos afirmar que tal jornal se configura com um elemento de divulgação das ideias camponesas pelos próprios camponeses. Mesmo contando com a participação de intelectuais militantes, verifica-se a forte marca da cultura camponesa em suas páginas. Nesse sentido, *O Terra Livre* era vendido em todas as ocasiões propícias à sua disseminação, ou seja, momentos em que camponeses estivessem reunidos como casamentos, batizados, aniversários, comemorações em geral que reforçava os vínculos de proximidade, tão caros à formação de entidades de classe, como associações e sindicatos³²⁴. Desse modo existia a tentativa de tornar o periódico camponês um elemento da cultura dos trabalhadores do campo, passando sua leitura a fazer parte do cotidiano. Enilce Souza, refletindo sobre as imagens do *Terra Livre* que fornecem chaves de compreensão sobre a circulação e leitura pelos camponeses, sugere que “A leitura do jornal é feita no cotidiano, em casa e no trabalho dos camponeses, em meio à paisagem natural e social, repleta e conflituosa”.³²⁵

Seguindo essa esteira, pode-se inferir que não era só nos espaços dos sindicatos ou reuniões de associações que as lutas se geriam. Dependendo do grau de controle e dominação por parte do proprietário da fazenda, os camponeses se utilizavam de vários outros espaços para fermentarem suas ideias, para se informar, para ouvirem o que estava acontecendo no sul do país, ou no Estado vizinho, em relação a luta pela terra. É justamente no cotidiano que vai se gerando esse espírito de formar grupos para juntos combaterem a exploração. Assim sendo, é na cultura desses trabalhadores que podemos observar a vontade de resistência. É preciso lembrar que pelo fato do campo se caracterizar como um território de ausências em relação à cidade, em que mecanismos básicos como escola e hospitais são quase inexistentes à época, existe uma larga produção cultural que baseada na experiência forja o formato desses sujeitos lerem o mundo. E. P. Thompson nos ensina que o campo da cultura é um terreno por demais fértil para se conhecer as lutas dos pobres, sobretudo a partir de uma leitura crítica dos costumes dos trabalhadores:

Portanto, essa era uma cultura de formas conservadoras, que recorria aos costumes tradicionais e procurava reforçá-los. As formas são também não racionais; não apelam para a ‘razão’ por meio do panfleto, do sermão ou do palanque do orador. Elas impõem uma variedade de sanções pela força, o ridículo, a vergonha, a intimidação. Mas o conteúdo ou os significados dessa cultura não podem ser qualificados facilmente de conservadores, por que na realidade social o trabalho se libera cada vez mais, década após década, dos controles senhoriais, paternos, da paróquia e da corporação, distanciando-se da dependência direta em que ficava a princípio os clientes da *gentry*. Em consequência, temos uma cultura costumeira que não está sujeita, em seu funcionamento cotidiano, ao domínio ideológico dos governantes. A hegemonia suprema da *gentry* pode definir os limites dentro dos quais a cultura plebeia tem liberdade para atuar e crescer; mas como essa hegemonia é laica, e

³²⁴ SOUSA, Enilce. Op. cit., p. 126.

³²⁵ Ibidem, p. 125.

não religiosa ou mágica, pouco pode fazer para determinar o caráter dessa cultura plebeia.³²⁶

Thompson fornece auxílio para compreensão da cultura dos trabalhadores que é diferente e depende da experiência desses sujeitos. Pensar dessa forma é antes de tudo abandonar qualquer tipo de preconceito sobre os camponeses, é admitir pela leitura das fontes que esses sujeitos escolhem suas formas de agir, que muitas vezes parecem ser contraditórias, mas que na verdade revelam as opções que os trabalhadores julgaram como corretas e eficazes para a efetivação de seus objetivos. Quando vemos algum camponês procurar autoridades, consultar algum líder político, por mais conservador que isso pareça ser, é preciso entender quais motivos levaram a esse fato e o que está por trás dessa atitude. É por isso que o historiador britânico nos passa a lição de buscar elementos culturais dos trabalhadores para podermos compreender as aparentes contradições que possam surgir no processo investigativo da história das classes populares. Tais contribuições podem ser confirmadas com a teoria de Raymond Williams sobre cultura. Para ele, devemos admitir de que toda sociedade humana possui seu modo de ser e agir erguidos sob a égide da tradição e da mudança. Se quisermos fazer o exercício de entendimento sobre a atuação de camponeses em busca de seus direitos por meio da formação de associações e sindicatos, utilizando os jornais tanto para disseminação quanto para divulgação de estratégias para a conquista de direitos, é preciso aceitar a tese de que a “cultura é de todos”, deixando de lado a forma de pensar iluminista que credita ser a cultura uma marca apenas de letrados e intelectuais.³²⁷

Podemos afirmar que as lutas dos camponeses no Brasil são expressas também através da cultura, seja pelos modos de vida com suas práticas cotidianas, ou pela capacidade criativa como bem lembra em sua noção de cultura Williams. Afirmar isso é antes de tudo perceber que a resistência à exploração que estavam submetidos se dá no dia a dia de formas variadas, é preciso saber inferir que os atos de enfrentamento a opressão não necessariamente se dão por meio da ação direta, como motins, bloqueio de avenidas, greves, ocupações de terra, assembleias, boicotes, entre outros. James Scott nos lembra que por trás de algumas práticas muitas vezes tidas como resignação ou passividade encontram-se focos de resistência que questionam, de maneira sutil, a dominação. Tratam-se de discursos ocultos:

Desse modo, cada discurso oculto é elaborado por um ‘público’ restrito que exclui – que é ocultado de – outros ‘públicos’ específicos. Um segundo aspecto crucial do discurso oculto que não foi suficientemente sublinhado é o de este não comportar apenas actos discursivos, mas todo

³²⁶ THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 19.

³²⁷ Para Williams, “A cultura é de todos: este o fato primordial. Toda sociedade humana tem sua própria forma, seus próprios propósitos, seus próprios significados. Toda sociedade humana expressa tudo isso nas instituições, nas artes e no conhecimento. A formação de uma sociedade é a descoberta de significados e direções comuns, e seu desenvolvimento se dá no debate ativo e no seu aperfeiçoamento, sob a pressão da experiência, do contato e das invenções, inscrevendo-se na própria terra. A sociedade em desenvolvimento é um dado, e, no entanto, ela se constrói e reconstrói em cada modo de pensar individual. A formação desse modo individual é, a princípio, o lento aprendizado das formas, propósitos e significados de modo a possibilitar o trabalho, a observação e a comunicação. Depois em segundo lugar, mas de igual importância, está a comprovação destes na experiência, a construção de novas observações, comparações e significados. Uma cultura tem dois aspectos: os significados e direções conhecidos, em que seus membros são treinados; e as novas observações e significados, que são apresentados e testados. Estes são os processos ordinários das sociedades humanas e das mentes humanas, e observamos através deles a natureza de uma cultura: que é sempre tanto tradicional quanto criativa; que é tanto os mais ordinários significados comuns quanto os mais refinados significados individuais. Usamos a palavra cultura nesses dois sentidos: para designar todo um modo de vida – os significados comuns; e para designar as artes e o aprendizado – os processos especiais de descoberta e esforço criativo.” Cf.: WILLIAMS, Raymond. **Culture is Ordinary**. 1958. CEVASCO, Maria Elisa. (tradutora). A cultura é de todos. p. 2

um conjunto de práticas diversas. Assim, para muitos camponeses, atividades como a caça furtiva, o pequeno furto, a fuga aos impostos e a simulação do trabalho são parte integrante do discurso oculto. Para as elites dominantes, as formas de discurso oculto podem incluir privilégios e luxos clandestinos, a contratação de criminosos, subornos e falsificação de títulos de propriedade.³²⁸

Pensar nesses discursos ocultos é procurar os códigos que os trabalhadores usavam para fugir ao controle e a dominação. Em meio a uma vida marcada pelo trabalho com fortes traços de exploração em que os acordos firmados pelos proprietários não se cumpriam como por exemplo, quando se prometia ao camponês trabalho de meia e mais três dias de serviço remunerado e este não se efetivava³²⁹, a saída era a resistência de variadas formas. Desde a organização de greves para o caso dos trabalhadores agrícolas assalariados no Engenho Bebida Nova no Crato³³⁰; ou tomar o algodão da meia e ameaçar não entregar a parte destinada ao proprietário; caçar avoantes em território tido como proibido pelo proprietário; participar de Encontros, Convenções e Congressos em níveis locais, nacionais e internacionais; distribuir o *Terra Livre* pelo Estado buscando novas assinaturas³³¹, enfim ações cotidianas às vezes mais agressivas, outras nem tanto, demonstram o quanto esses trabalhadores estavam dispostos a enfrentar o poder considerado por eles injusto dos proprietários, fortalecido muitas vezes pelo poder público. Assim sendo, perseguir essa cultura da resistência é também perceber que a resistência se opera em vários espaços e momentos como nas conversas dos bares da vila em que se ouve o noticiário e se entra em contato com lutas de camponeses de outras regiões, como sugere a peça de teatro *O Cavalo do Cão*, escrita em 1962 pelo jornalista cearense Aldemir Sobreira. No ato, o personagem Deusdete interessa-se pelo assunto da Ligas Camponesas que são noticiadas através do rádio que escuta na bodega do Finfim também simpático ao movimento camponês:

Liberato (indo até o alpendre): Cadê teu irmão?

Zuzinha (ainda fora, sem aparecer): Ficou na vila, na bodega do Finfim. Disse que vinha logo.

Liberato: Já pedi para vocês não botarem os pés naquele antro!

Zuzinha (ficando no alpendre, com ar de desculpa): Queria ouvir o noticiário. Disse que vem já já!

Liberato: Já devia estar aqui.³³²

Esses espaços além de transmitirem notícias, serviam para congregar palpites, avaliações dos momentos vividos, circular informações sobre algum abuso por parte dos fazendeiros, mas também propiciava serestas e cantorias, uma vez que o canto era uma das formas comuns de divulgar ideias sobre a experiência de exploração e de enfrentamento. Por meio de versos curtos e feitos quase sempre na hora da exibição, conhecido em alguns lugares por cantorias, em outros por emboladas ou repentes, retratavam algumas vezes o penar e a expectativa de mudanças:

Liberato: Aquele é agitado de nascença... (Zuzinha entra na sala, apanha seu violão e vai sentar-se no alpendre novamente. Silêncio entre Liberato e Germana)

Zuzinha (do alpendre):

³²⁸ SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013. p. 43.

³²⁹ COSTA, José Leandro Bezerra da. Op. cit., p. 7.

³³⁰ Greve dos Trabalhadores do Engenho Bebida Nova. **Terra Livre**. São Paulo, ano VIII, set. 1956, p. 4.

³³¹ Campanha de Assinaturas. *Terra Livre*. Ibidem, p. 3.

³³² SOBREIRA, Aldemir. **O cavalo do cão**: o drama da reforma agrária desde as ligas camponesas. Fortaleza: Editora Vértice, 2004. [1962] p. 20.

Agora dou um palpite, / Que é muito interessante, / O tempo das vacas gordas / Não está muito distante.
Teremos muita fartura / Em arroz, milho e feijão, / Duzentas braças de terra, / Sete cavalos alazão!
Não se ponha a duvidar / Desta minha previsão, / Ou a fartura vem
Ou vem a revolução... /

Liberato (zangadíssimo): Quer parar com essa besteira, Zuza!

Zuzinha: Estava só lembrando uns versos que cantei na bodega do Finfim, ainda agorinha

Liberato: Excomungado... essa bodega...

Zuzinha: Ôxente, que é que tem ir lá? Gosto de fazer meus repentres, de ouvir o noticiário, de ouvir o Deusdete falando! Por isso vou e não tem quem me empate!

Liberato: A peste daquele rádio. É uma isca! Querem juntar gente pra discutir política e os bestas vão. E agora esses cantadores, vai gente que só formiga. E todo dia é a mesma coisa. Começam os desafios e terminam fazendo ABC dessas malditas ligas. Parece que até que estou vendo o Deusdete metido no meio deles, com sua afoiteza e cheio de burundangas! – “É pessoal, estive na Paraíba e lá o negócio é na base da Liga. Quem quiser defender o que é seu tem de se filiar a uma Liga. Vai ser nosso futuro Sindicato! ”. ³³³

A partir da leitura desses documentos percebemos o quanto é preciso dar atenção ao cotidiano dos explorados para percebemos as resistências ocultas que muitas vezes passam despercebidas pelo olhar do historiador social. Folguedos populares como Maneiro Pau e Corta Tesoura no Congresso da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (ULTAC) ³³⁴ podem estar carregados de significados de enfrentamento ao poder, quando entre uma estrofe e outra se põe versos que tratem da luta e da identificação daqueles que oprimem. Em outro ato da peça *O Cavalo do Cão*, o Maneiro Pau é usado para este fim:

Vozes: Maneiro-pau, maneiro pau! / Dê de lá que eu dou de cá. / Maneiro-pau, maneiro-pau! / Dê de cá que eu dou de lá / Maneiro-pau, maneiro-pau!

Solo: Seu Finfim é o maior

Coro: Maneiro-pau, maneiro-pau

Solo: Não tem medo de major

Coro: Maneiro-pau, maneiro-pau

Solo: Com Deusdete e sua Liga

Coro: Maneiro-pau, maneiro-pau

Solo: Nós partimos para briga

Coro: Maneiro-pau, maneiro-pau

Solo: E nossa Liga é a solução... ³³⁵.

Além desses encontros festivos em que a alegria servia para mobilização em torno das questões a serem combatidas, nota-se o forte traço da escrita entre os camponeses. Através da leitura do *Terra Livre*, *A Liga* e outros periódicos, percebe-se um notável número de cartas, versos, contribuições de um modo geral em torno na vida no campo, feita por camponeses, especificamente ao *Terra Livre*. Trata-se de uma cultura que além de utilizar cantos populares, festas e espaços de convivência para disseminar seus ideais, utilizavam também

³³³ Ibidem, p. 22-23.

³³⁴ Corta Tesoura e maneiro-pau em Fortaleza. **Terra Livre**. São Paulo, ano VII, nov. 1955. p. 6.

³³⁵ SOBREIRA, Aldemir. Op. cit., p. 81.

a palavra escrita para tal fim. De maneira semelhante a que faziam outras classes de trabalhadores, os camponeses usavam a escrita para resistir.³³⁶ *Poemas da terra, Cartas da Terra, Versos da Luta* atestam o significativo grau de interesse pela escrita por parte dos trabalhadores do campo:

Nasci pra ser um camponês
Na minha terra natal
Fui criado no deserto
No Meio do Matagal
Mas tive a felicidade
De aprender ler e cantar
Gosto de inventar versinhos
E gosto de meditar
E ensinar meus companheiros
Como devemos lutar.³³⁷

São versos que atestam a preocupação dos trabalhadores com o engajamento, trata-se de uma poesia popular por que seu principal compromisso é com a divulgação de seus ideais, a arte nesse sentido é depoimento, denúncia e registro.³³⁸ As estrofes mais que fruição estética querem em linguagem simples demonstrar que a arte deve animar o enfrentamento da opressão.³³⁹ Por meio dos versos os camponeses aprendem e ensinam como combater os males que põem sua dignidade em risco. Entendiam que era necessário lutar por sindicatos, entrarem com representação junto à Justiça do Trabalho, organizar greves, não atender as ordens de despejos; mas também compreendiam que era preciso fazer versos, preparar cantorias, escrever cordéis. Desse modo, enfrentavam a dureza da vida utilizando todas as formas possíveis de resistência, como mostrou Pompeu em seus versos

Você está vendo esta cambada / De UDR e Centrão / APRUCE
no Ceará / Organizando patrão / É todos da pecuária / É
contra a Reforma Agrária / Em todo alto centrão.
O meu avô já dizia / O que falava um ancião / Meu filho vai
chegar o tempo / Que não tem mais patrão / E pode haver
uma guerra / Por causa de tanta terra / Uns possuir e outro
não

³³⁶ Dialoga-se aqui com o estudo sobre a escrita militante anarquista que fazia da escrita seu exercício de denúncia e existência. A palavra servia para registrar a dureza da vida e indicar caminhos para seguir existindo: “Longe do andamento aberto às teses anarquistas (heróis redentores, moralismo purificador, humanismo artificial do *locus amoenus*), impunha-se o registro da opressão cotidiana que transformava a palavra em instrumento de sobrevivência, experimentando a narrativa curta na percepção do flagrante ou reinventando o teatro pedagógico de ação direta.” Cf.: PRADO, Antonio Arnoni, HARDMAN, Francisco Foot (Orgs.). **Contos anarquistas**: antologia da prosa libertária no Brasil (1901-1935). São Paulo: Brasiliense, 1985, p. XVI.

³³⁷ Trovador Camponês. **Terra Livre**. São Paulo, ano V, jul. 1954, p.3.

³³⁸ “Desse ponto de vista, a relação entre o escritor e o texto é medida pelo depoimento e a emoção, mais que pela intuição e a escritura. Grande parte dos escritores anarquistas não cultivava a arte de escrever como um fim em si mesma, e o próprio texto nasce, circunstancialmente, da sucessão dos embates que vão preenchendo a pauta militante dos jornais operários: a denúncia de maus-tratos nas fábricas, a comemoração de um evento revolucionário, o confronto com a repressão, o registro quase expressionista da miséria, a crônica corrosiva da cena burguesa, a caricatura impiedosa dos inimigos da causa, com ênfase para o burguês, o militar e o padre”. Cf.: PRADO, A.; HARDMAN, F. Op. cit., p. XX.

³³⁹ “Pois sendo essa literatura inferior mais anônima, menos marcada pelos traços da criatividade individual, ela corresponde melhor ao imaginário do povo e por isso é mais fiel como testemunho da consciência social e como registro da realidade apresentada.” Cf.: GEREMEK, Bronislaw. **Os filhos de Caim**: vagabundos e miseráveis na literatura europeia: 1400-1700. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 15.

A terra é da nação / Pra trabalhar e morar / Dela tirar o sustento / Para se alimentar / Todos dela se manter / Sem o direito de vender / E com o direito de herdar.
Vamos se organizar / Em sindicato e associação / Nós todos unidos / Com uma só intenção / Acabar o oportunismo / E construir o socialismo / A bem de toda nação.³⁴⁰

NA CONTRAMÃO DO “PROGRESSO”: LUTAS CAMPONESAS POR TERRA E ÁGUA DE TRABALHO NO BAIXO-AÇU/RN.

*Jovelina Silva Santos*³⁴¹
jovelinassantos@gmail.com

Resumo: No final da década de 1970 o Estado brasileiro impulsionou políticas de intervenção nos vales úmidos do semiárido, com vistas à modernização agrícola, nos moldes da revolução verde. A região do Baixo Açu, no Estado do Rio Grande do Norte foi alvo dessas políticas com a implantação do Projeto Baixo Açu. O referido Projeto que era apresentado como ícone do progresso e desenvolvimento, foi contestado pela população camponesa direta e indiretamente atingida, em vista da extrema violência que sobre ela se abateu. Expropriados de suas terras e águas de trabalho, os camponeses do Município de São Rafael – mais duramente atingidos – promoveram diversas ações de luta e resistência ao Projeto Baixo Açu, protagonizando um dos capítulos mais tensos na história das lutas camponesas dessa região em defesa da terra, do território e das águas do Piranhas-Açu, considerado pelos camponeses ribeirinhos, o Rio provedor dos pobres do campo. A execução do Projeto Baixo-Açu assinalava o solapamento da economia camponesa e foi, ao fim e ao cabo, permeado por tensos conflitos que despiram o caráter conservador das políticas agrícolas e agrárias para o semiárido, mascaradas pelo discurso do progresso e desenvolvimento. A cartografia dessas lutas e resistências vem sendo realizada a partir de um amplo corpus documental que engloba uma tipologia variada de fontes localizado em diversos arquivos, dentre os quais indicamos: DNOCS, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Rafael e Assú, Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte – FETARN, Arquidiocese de Natal, Núcleo Temático da Seca da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Nut-Seca) e outros. Os procedimentos metodológicos para a análise documental serão norteados, em larga medida, considerando as “relações de força” presentes na constituição dessas fontes.

Palavras Chaves: Modernização; Lutas camponesas; Vale do Açu.

Introdução

Quando nos idos da década de 1950 a ideia de progresso e desenvolvimento entrou decidida na pauta das políticas públicas para o semiárido, foram criadas instituições – o BNB e a SUDENE são exemplos mais patentes – e mobilizados estudiosos para realizar uma análise da região com vistas à sua integração nacional. O semiárido, que até então figurava como estigma da miséria social, cuja penúria obrigava as regiões mais abastadas a prover-lhes recursos para mitigar o sofrimento dos infelizes sertanejos, demandava ao Estado e aos intelectuais empenhados em decifrar seu atraso, soluções que deveriam ir além do caráter

³⁴⁰ SILVA, Vicente Pompeu da. **A verdade sobre o PCB**. Fortaleza, 1989. p. 6-8.

³⁴¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da UFPE

provisório e propícias ao seu desenvolvimento³⁴². Dentre os momentos significativos desse debate sobre o problema Nordeste, destacamos o I e II Encontro dos Bispos do Nordeste, ocorridos nos anos 1956 e 1959, respectivamente em Campina Grande/PB e Natal/RN, a criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) em 1956 e que posteriormente foi transformado em Conselho de Desenvolvimento do Nordeste³⁴³, pelo presidente Juscelino Kubitschek e o Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste que aconteceu em 1959 no município de Garanhuns/PE, sob a responsabilidade da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Não é sem relevância destacar que a presença do Presidente Juscelino Kubitschek nos dois encontros dos bispos e no seminário de Garanhuns indicavam a preocupação do governo federal em potencializar o debate sobre a região/problema e sua disponibilidade para estabelecer esse diálogo com diferentes setores sociais, desenhando uma espécie de pacto pela salvação do Nordeste.

A criação do GTDN data de 1956, porém, a intensidade de seus trabalhos só vai acontecer no ano de 1958, fato que relaciona-se a grande seca deste ano, demandando, portanto, maiores esforços aos pensadores da questão Nordeste. É sob a direção de Celso Furtado que o GTDN produz um importante relatório acerca da realidade social e econômica da região com proposições à superação dos entraves ao seu desenvolvimento. Outra observação acerca da mobilização política e acadêmica em torno da problemática do desenvolvimento nacional com destaque para a integração regional – e neste aspecto particular o Nordeste aparecia com relevo – diz respeito a diversidade de atores incumbidos para a discussão e proposição de temas, problemas e soluções para o Nordeste: religiosos, industriais, setores da agropecuária, governos, além de técnicos e intelectuais provindos, inclusive, de outras nações.

A incursão feita até o momento tem por objetivo situar o debate e as ações governamentais sobre e para o Nordeste orientados por um novo paradigma: o do desenvolvimento³⁴⁴. Creio que seja relevante atentar para os significados desse modelo que continua até os dias atuais mantendo suas premissas básicas no tocante à questão da produção agrícola. O desenvolvimento do setor agrícola estava imbuído da idéia de modernização e foi pensado em sua dimensão econômica, perdendo de vista o aspecto social. Assim, o progresso técnico e tecnológico eixo importante desse novo modelo que visava o aumento da produtividade no meio rural, foi proposta recorrente, sem o devido esquadramento dos resultados desse processo para os trabalhadores rurais assalariados, meeiros, arrendatários ou posseiros, segmentos sociais que enfrentavam e ainda enfrentam as condições mais aviltantes nas áreas rurais do país e de modo particular, no Nordeste.

Nessa abordagem inicial fomos instigados pelas análises de Caio Prado Jr. acerca da questão agrária no Brasil³⁴⁵, no que toca especialmente ao debate – considerado relevante pelo autor – sobre a compreensão crucial da questão agrária enquanto problema econômico e social, buscando desfazer equívocos teóricos e políticos acerca da necessária interconexão entre “elevação do nível tecnológico da agropecuária” e “melhoria das condições de vida do trabalhador rural brasileiro”. Essa proposição encontrada nos debates dos “reformadores burgueses” – mas não exclusivamente – segundo Caio Prado, entendia que essas metas se encontravam umbilicalmente vinculadas, ou seja, na ocorrência da primeira, a segunda naturalmente se efetivaria. Divergindo não apenas do vínculo entre as duas questões, mas

³⁴² Ver CARVALHO, O. D. **A economia política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Campos, 1988. 505p.

³⁴³ Decreto n° 45.445, de 20.02.1959.

³⁴⁴ Sobre o assunto ver a discussão de CAMPOS, J. Nilson B. Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. **Estudos Avançados** 28 (82), 2014, p. 65-88.

³⁴⁵ PRADO JR. Caio. **A Questão Agrária no Brasil**. 1ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1979. Podemos encontrar reunidos nesta publicação vigorosos textos publicados pelo autor antes do golpe de 1964 e que muito tem a dizer não apenas da perspectiva de Prado Jr., bem como de seus contemporâneos sobre temas complexos que exigiam um esforço teórico para que a análise da realidade brasileira não sofresse de imprecisões teóricas e conceituais e se tornasse estéril. .

sobretudo da primazia do progresso tecnológico enquanto objetivo a ser alcançado, Caio Prado defende que a finalidade primeira de suas preocupações e proposições incide sobre a condição do trabalhador rural. É neste aspecto que a questão se inverte e partir da qual podemos indagar: de qual desenvolvimento estamos falando? Para quem o progresso tecnológico no campo verterá sua benesses? É nesta conjuntura histórica que se encontram as matrizes do pensamento brasileiro acerca de desenvolvimento rural, progresso tecnológico e modernização agrícola.

1. Qual desenvolvimento?

Logo no início da década de 1970 foi aprovado o I Plano Nacional de Desenvolvimento e a partir de suas diretrizes as políticas públicas para o semiárido, onde localizamos a construção do Projeto Baixo-Açu, a ser implantado na região do Vale do Açu – RN. No documento supra, figura como estratégia agrícola para o Nordeste a transformação das bases da agricultura tradicional em economia de mercado e no mesmo documento – que nos interessa de perto – propõe a expansão da fronteira agrícola “ para incorporar os vales úmidos do Nordeste, notadamente o do São Francisco e novas áreas da região amazônica e do planalto central”³⁴⁶. Referendado no conjunto dessas estratégias foram elaborados o Programa de Redistribuição de Terras (PROTERRA) e o Plano de Irrigação do Nordeste (PIN) que forneceram as condições para o DNOCS coordenar mais de 30 projetos nos vales úmidos do semiárido, nos estados do Piauí (Gurgéia e Parnaíba), Ceará (Acaraú e Jaguaribe), Bahia (rio das Contas) e (Açu e Apodi) no Rio Grande do Norte³⁴⁷.

Cabe explicitar que a ideia de desenvolvimento inscrita neste PND considerava em linhas gerais duas questões: a potencialização da agroindústria e a modificação da agricultura tradicional em agricultura de base empresarial. Percebe-se com clareza que a agricultura mercantil ganha centralidade no PND e que a única referência aos pequenos produtores e agricultores sem terra encontra-se vaga nas diretrizes do PROTERRA. Se por um lado o PND estabelece que é preciso “transformar em economia de mercado a agricultura de subsistência na região, notadamente na faixa semiárida”³⁴⁸, por outro lado não explicita como os sujeitos sociais dessa agricultura de subsistência seriam contemplados, o que de pronto nos permite aferir que esses agricultores estavam excluídos do projeto de desenvolvimento. Eles não cabiam no projeto, não se enquadravam no perfil. Ao eleger a agricultura empresarial como modelo – reeditando as velhas opções cuja novidade era o caráter moderno – o Estado busca subsumir no interior das políticas públicas a agricultura secundária, desobrigando-se da definição clara do lugar dos pequenos agricultores, como se as atividades agrícolas e seus produtores formassem um todo homogêneo e tratando a questão como puramente econômica. Neste aspecto é relevante a análise cuidadosa de Prado Jr., quanto a necessidade de analisar separadamente os segmentos sociais que constituem o mundo rural, de modo a não embaralhar os termos da questão:

Repete-se aí, e dessa vez na palavra de um economista do porte do Sr. Celso Furtado, o grave erro de confundir os diferentes setores, categorias e classes sociais diretamente ligadas às atividades agrárias, no conceito genérico de “agropecuária”. Ora, os problemas agrários como quaisquer outros problemas sociais e econômicos, são antes de tudo humanos. E são por isso os homens e a posição que respectivamente ocupam nas atividades agropecuárias, que

³⁴⁶ I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 1972/74; pág. 24. Grifo nosso.

³⁴⁷ ALBANO, Gleydson Pinheiro. **Globalização da agricultura e concentração fundiária no município de Ipanguaçu – RN**. Recife: Editora Universitária (UFPE), 2008; ELIAS, Denise. A modernização da produção agropecuária. In: ELIAS, Denise (Org.). **O novo espaço da produção globalizada: o Baixo-Jaguaribe – CE**. Fortaleza: FUNECE, 2002 e SANTANA, Lindaura Maria de. **Produção, emprego e receita tributária: o efeito paradisíaco das frutas tropicais no Pólo Agroindustrial do Açu/RN**. Natal: Editora Universitária UFRN, 1997. (Coleção Vale do Açu, v. 14).

³⁴⁸ I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 1972/74; pág. 28.

devem ser considerados em primeiro e principal lugar, e como elemento central que configura todas as questões a serem analisadas. (...) Ora a parcela de humanidade que vive da agropecuária brasileira nada tem de homogênea, e muito pelo contrário, se encontra profundamente diferenciada e classificada em setores largamente apartados(...) ³⁴⁹.

Como podemos observar, aglutinar os diversos setores sociais que realizam as atividades agrícolas numa única conceituação não é exclusividade das políticas públicas do Estado autoritário e de modo inadvertido ou proposital silencia sobre as diferenças gritantes entre os mesmos, não apenas no tocante ao caráter da produção, bem como das condições sociais que os opõem diametralmente. Depreende-se ainda que as propostas se dirigem para o setor dominante dessas atividades, os grandes proprietários “homens de negócio, para quem a terra constitui um negócio como outro qualquer”³⁵⁰ e não para o setor que engloba uma grande massa populacional, aqueles para quem a terra adquire importância vital como fonte de sobrevivência.

Orientada pela perspectiva de desenvolvimento agrário que pressupunha o estabelecimento de uma agricultura moderna, empresarial e altamente competitiva, uma nova fronteira agrícola vai se construindo no Vale do Açu/RN a partir de meados da década de 1970 com a implantação do Projeto Baixo-Açu³⁵¹. Nos anos 1990, o fértil Vale incrustado no coração do semiárido, é por excelência o território da agricultura globalizada no Rio Grande do Norte. Passaram longe e ao largo da nova fronteira, os agricultores ribeirinhos, os meeiros, os arrendatários, os posseiros e pequenos proprietários rurais. Esses sujeitos constituíam um entrave a ser superado com decretos expropriatórios e expulsão compulsória.

2. Na ribeira do Rio Piranhas-Açu

Ainda faltam estudos tratando dos caminhos do Rio Piranhas-Açu no processo de interiorização da empresa colonial. No sertão do Rio Grande do Norte, logo após a expulsão dos holandeses na segunda metade do século XVII, os colonizadores invadiram o Vale do Açu transformando-o em palco de guerra: a Guerra dos Bárbaros³⁵². Se por um lado os colonizadores buscavam a ferro e fogo apoderar-se das terras, por outro lado, as tribos indígenas lutavam e resistiam vigorosamente em defesa do território. Trago esse conflito histórico para demarcar momentos significativos em que as disputas pela terra no Vale do Açu assumiram suas mais perversas feições, o que se aplica em larga medida, ao processo de implantação do Projeto Baixo-Açu, durante o qual centenas de famílias agricultoras foram

³⁴⁹ PRADO JR. Caio. **A Questão Agrária no Brasil**. 1ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 20.

³⁵⁰ Idem, p. 22.

³⁵¹ O Decreto nº 76.046, assinado em 29 de julho de 1975, estabelecia como utilidade pública para fins de desapropriação uma área de 158.476,84 ha, onde seria instalado o Projeto Baixo Açu, que englobava três etapas, sendo a primeira a construção da barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, com capacidade para acúmulo de 2,4 milhões de m³. As duas outras fases do Projeto Baixo Açu seriam: um polo pesqueiro para prover o abastecimento da população desalojada e que seria assentada à montante da barragem e a terceira, a implantação de um projeto de irrigação à jusante da barragem. Sobre o assunto ver: VARGAS, Nazira Abib O. **História que o povo conta: opressão e sobrevivência**. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1987a. 29; VARGAS, N. Abib O. **Beiradeiros do Baixo-Açu**. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1987b. Vargas (1987a), VALENCIO, Norma Felicidade. **Grandes projetos hídricos no Nordeste: suas implicações para a agricultura no semi-árido**. Natal: Ed. Universitária, UFRN, 1995. (Coleção Vale do Açu, v. 8). **Globalização da agricultura e concentração fundiária no município de Ipanguaçu – RN**. Recife: Editora Universitária (UFPE), 2008.

³⁵² LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande**. Mossoró: FVR/IHGRN, 2003;PIRES, Maria Idalina da Cruz. **Guerra dos Bárbaros: resistência indígena e conflito no Nordeste Colonial**. Recife: Fundap, 1990.

expulsas de suas terras e águas de trabalho. Outra razão que me inclinou a apontar, ainda que de forma célere e sem aprofundamento longínquos capítulos das lutas pela posse da terra neste Vale, foi a constante referência a esse passado de violência e resistência, apresentado em prosa e verso nas palavras do agricultor/poeta Rafael Arcanjo da Costa do município de São Rafael/RN, que assim expressou a situação vivenciada por eles em face da execução do Projeto Baixo-Açu: “ agora os filhos da terra que aqui foram criados, estão passando a mesma dor que os índios tinham passado”³⁵³. Fazer memória desse passado, demarcando as similitudes entre as condições de atores sociais “injustiçados” nas distintas temporalidades históricas assumiu a um só tempo o caráter político de denúncia e advertência.

A microrregião do Vale do Açu³⁵⁴ foi cantada e decantada como a área de maior potencial hídrico e outras riquezas naturais do Estado do Rio Grande do Norte, figurando entre as melhores do semiárido. Os discursos sobre o Vale apressavam-se em enfatizar seu largo patrimônio natural e reivindicar maior atenção do Estado, seja na alocação de recursos ou na consecução de projetos direcionados à redenção do território e da população ali residente. Vejamos como nos apresenta a questão na década de 1950, o escritor Osvaldo Amorim :

(...) pela riqueza incomensurável de suas terras, merece receber o amparo e a ajuda dos poderes públicos. Mais de mil propriedades, pequenas propriedades, ali estão encravadas, nada produzindo além da minguada produção de Cera de Carnauba. Fora disto, o homem da Varzea, não sabe como aproveitar o maximo do rendimento, de suas terras, não só porque está preso a uma agricultura medieval, quiça pela falta absoluta de assistencia tecnica e da propria educação rural.³⁵⁵

Creio que o olhar de Osvaldo Amorim, como de outros que nasceram e cresceram no Vale do Açu, além de informado pela idéia de desenvolvimento que vigorava na época, possa parecer apenas uma narrativa ufano telúrica, típica de alguns escritos regionalistas. Desse modo, trago um intelectual da estatura de Mário de Andrade que em suas andanças etnográficas pelo Rio Grande do Norte entre 1928 e 1929, descreveu assim o Vale do Açu:

(...) atravessamos o restico do rio Açu e três minutos depois a cidade do Açu. Foram dez léguas de várzea fértil, esse carnaubal formidável. Açu, 2.500 habitantes. O município terá 25 mil. Produção deste ano: 24 mil arrobas de cera de carnaúba. Município feliz por causa do rio e das lagoas: na seca não só não “produz” retirantes como até os recebe. (...) O Rio Grande do Norte mesmo tem vales magníficos ver o do Ceará Mirim. No vale do Açu param 25 mil almas e pode conter folgadoamente 100 mil. Era preciso canalizar esses sertanejos pra esses vales, pro litoral, e atarraxá-los aí por meios suasórios que ao mesmo tempo terminassem com o regime latifundiário que inda subsiste colonialmente por aqui³⁵⁶.

³⁵³ SILVA, Roberto Marinho Alves da et all (Orgs.). **Rafael Arcanjo da Costa: Poética veia profética.** Natal/RN: Gráfica Líder e Editora, 1998.

³⁵⁴ Com a extensão de 4.756,1 km² – 9% do território norte-riograndense – compreende nove municípios: Assu, Ipanguassu, Alto do Rodrigues, Jucurutu, São Rafael, Pendências, Carnaubais, Itajá e Porto do Mangue.

³⁵⁵ AMORIM, Osvaldo. Ainda imigrantes para o Vale. **O Mossoroense**, Mossoró (RN), 24 de agosto de 1956. Nº. 575, ano X. Grifos nossos.

³⁵⁶ ANDRADE, Mário de. **O turista aprendiz.** Brasília: IPHAN, 2015.

Embora tratando em particular de um dos municípios do Vale, mas depois estendendo para toda a região, ganha relevo nessa narrativa a afirmação de que em períodos de seca a região não “produz” retirantes como até os recebe. Encontramos perspectiva similar em diversos depoimentos, entre os quais apresento o de Hermenegildo Julião dos Santos, agricultor aposentado para quem “o rio Açu era o pai da pobreza. Mesmo em tempo de seca, como a de 1958, nós tivemos safra de vazante”³⁵⁷.

Nas áreas de várzea e vazante da bacia do Piranhas-Açu a produção agrícola e extrativista ocorria durante o ano inteiro. O eixo pecuária-algodão-cera de carnaúba foi predominante na economia de mercado do Vale do Açu, da colonização aos anos 1980, quando ocorre uma nova reestruturação agrária na região e outro modelo de agricultura é implantado.

A mão-de-obra farta e barata empregada nessas atividades era composta de agricultores em condições sociais diversas: pequenos proprietários que também trabalhavam de “jornal”, posseiros, meeiros e arrendatários. Muitos deles se encontravam na categoria *morador de condição*, pois não tendo propriedade rural, residiam e trabalhavam nas terras dos médios e grandes proprietários, produzindo no sistema de meação ou renda e vez por outra trabalhando como jornaleiro.

Contudo, esses agricultores não laboravam apenas no setor da agropecuária mercantil, ocupavam-se também com as atividades agrícolas secundárias, o chamado setor de “subsistência”, cuja produção estava direcionada em primeiro plano ao autosustento da família do produtor e às feiras locais: feijão, milho, batata, melancia e forrageira para os animais. Essa produção ocorria em períodos diferenciados, tanto na área de várzea como na vazante, a depender da quadra invernos e dos movimentos de cheia e vazante do Rio Piranhas-Açu³⁵⁸.

Considere-se ainda que as famílias agricultoras tinham criatórios de miunças (ovinos, caprinos, suínos e aves), cuja variedade e quantidade dependia do tamanho da terra que lhes era concedida pelo proprietário/patrão. As famílias que dispunham apenas de um pequeno quintal, limitavam-se a criação de aves (galinhas, patos, perus). Já a criação de gado por essas famílias era praticamente inexistente, exceto quando se tratava de vaqueiro da fazenda, que trabalhando no sistema de quarta e recebendo uma pequena gleba poderia criar animais de maior porte. Além disso, os agricultores complementavam sua renda nas minas de mármore e sheelita e no corte de palha de carnaúba. Essas atividades extrativistas garantiam aos trabalhadores rurais da região, ocupação o ano inteiro, embora fossem precárias as condições de trabalho e minguados os salários, como assim o eram em todas as demais atividades.

Penso que é relevante ressaltar uma particularidade do setor de “subsistência” no município de São Rafael, bem como de todo o Vale do Açu: os sujeitos dessa “produção invisível”³⁵⁹ eram poliprodutores familiares que buscavam através desta, garantir segurança alimentar a sua prole, mantendo uma relativa autonomia em relação ao mercado. Eram em suma as “mãos que alimentam a nação”³⁶⁰. Só podemos mensurar os significados desse conceito se nos detivermos na análise concreta dessa produção e suas dimensões para os

³⁵⁷ Hermenegildo Julião dos Santos – 88 anos. Entrevista concedida em 13 de outubro de 2013.

³⁵⁸ Na várzea, o plantio ocorria no primeiro trimestre, com colheita entre maio e junho. Na vazante, o plantio era realizado geralmente no mês de junho, quando as águas do Piranhas-Açu iam retornando ao seu leito, deixando descobertas suas margens fertilizadas. Dependendo da cultura, a colheita era realizada entre os meses de outubro a dezembro, com possibilidades de até 2 colheitas de acordo com o nível da vazante.

³⁵⁹ Sobre a “produção invisível” na agricultura familiar temos o instigante artigo de GRISA, Catia; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **AGROALIMENTARIA**. Mérida, vol. 16, (65-79) n. 31, jul. 2010. Disponível: http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1316-03542010000200005&lng=es&nrm=iso. Acesso em 13 de agosto de 2013.

³⁶⁰ PICOLLOTO, Everton Lazzaretti. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2011.

camponeses familiares e ainda averiguarmos quais razões motivam essa adjetivação que adquire um tom desqualificador porque é sempre utilizada em oposição à agricultura de mercado e seus empresários rurais. Não adentraremos nos meandros desse debate neste artigo, mas, consideramos relevante uma discussão acerca do tema. Por ora, assinalo reiteradamente, a título de proposição para futuras incursões sobre o assunto, que essa agricultura foi designada como de “subsistência” em oposição à agricultura empresarial, onde o termo “subsistência” restringiu-lhe as dimensões e obscureceu seus significados para a economia camponesa em particular e de modo mais amplo para a segurança alimentar da população.

3. A desordem do Progresso

Foi especialmente no ano de 1979 quando seria instalado o canteiro de obras para a construção da Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves – que correspondia a Primeira Etapa do Projeto Baixo-Açu³⁶¹, que a ênfase no potencial da região ganhou proeminência de modo a justificar a necessidade de empreendimentos que pudessem sacudir o pó do atraso e transformar o Vale do Açu no “maior celeiro do Nordeste”.

Se as condições naturais para o seu desenvolvimento estavam postas como dádiva, era necessário alavancá-las com a força da modernização agrícola, não permitindo sua dormência por mais tempo. Assim se manifestavam os defensores do PBA na imprensa escrita, emissoras de tv e rádio e por ocasião dos eventos numerosos sobre o tema que passaram a ocorrer, especialmente no Vale do Açu e em Natal. Estava em curso a desordem do progresso. A tão propalada modernização do setor agrícola, ancorada na revolução verde³⁶², reestruturou o território do Vale do Açu, mantendo intacto seu caráter conservador e excludente³⁶³.

Apenas para se ter uma ideia da gravidade dos problemas sociais advindos do Projeto Baixo-Açu, apontamos o deslocamento populacional de 3.955 famílias, o que contabiliza 20.250 pessoas entre as desapropriadas na bacia hidráulica e as que estavam situadas na área destinada ao projeto de irrigação, atingindo territórios de vários municípios, submergindo a cidade de São Rafael que desaparecia nas águas da barragem, assim como seriam completamente inundadas suas áreas férteis, extensos carnaubais e minas de mármore e sheelita³⁶⁴.

As lutas contra a expropriação tiveram início com a construção da barragem. Precisamos distinguir os setores sociais que embora prejudicados pela obra hidráulica, enfrentavam dilemas bem diferenciados: de um lado situamos os grandes proprietários, que

³⁶¹ O Projeto Baixo-Açu previa três etapas distintas: a 1ª correspondia a construção do açude para garantir segurança hídrica à agricultura irrigada; a 2ª apresentava a instalação de polo pesqueiro à montante da barragem para beneficiar de modo particular as populações pobres que foram desalojadas; 3ª propunha um projeto público de irrigação. De fato, apenas a 1ª etapa se concretizou efetivamente. A 2ª foi totalmente esquecida e o projeto público de irrigação só foi iniciado em 1988, sem qualquer preocupação efetiva em destinar-se aos pequenos agricultores.

³⁶² O termo Revolução Verde designa o processo de transformação na produção agrícola, ou seja, a industrialização do setor, que ocorreu a partir da década de 1950, com significativo aumento da produtividade, a partir da utilização de tecnologias diversas (equipamentos, defensivos, maquinário, etc). Para efetivação do novo modelo foi sumamente importante a associação entre a indústria de insumos e a indústria de bens de capital. Shiva (2003) aponta a revolução verde como geradora de grandes desequilíbrios ambientais e sociais, comprometendo a diversidade genética, degradando solo e água, além de construir uma relação de dependência política e econômica dos países desenvolvidos e as empresas do setor de insumos e bens de capital.

³⁶³ Sobre o caráter excludente da modernização no Vale do Açu ver: NUNES, Emanuel Márcio; ORTEGA, Antonio Cesar; GODEIRO, Kallianne Freire. Desenvolvimento Rural em Áreas de Intervenção Estatal do Nordeste: o caso do projeto de irrigação Baixo-Açu. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 38, nº 3, jul-set. 2007 e Albano (2008).

³⁶⁴ VALENCIO, Norma Felicidade, *Grandes projetos hídricos no Nordeste: suas implicações para a agricultura no semi-árido*. Natal: Ed. Universitária, UFRN, 1995. (Coleção Vale do Açu, v. 8)

descontentes com os poucos valores indenizatórios, reclamavam judicialmente seus direitos, pediam revisão dos valores e como em muitos casos eram donos de propriedades rurais ou urbanas em áreas não afetadas pela bacia hidráulica poderiam, com estabilidade, planejar o futuro da família e de seus negócios. Do outro lado temos três subcategorias: os pequenos proprietários que tinham documentação comprovando a posse da terra; os que tinham pequenas propriedades, mas não possuíam títulos legais, para os quais foi aplicado como penalidade o ditado popular “quem não registra, não possui”, condenando-os a desapropriação sem direitos indenizatórios e por último – nessa ordem significando maior precariedade – os agricultores sem terra. Para a primeira subcategoria a situação era difícil, pois, dispondo de pouca propriedade e recebendo indenização minguada, em muitos casos, não tinham condições de adquirir outro imóvel rural, sequer de tamanho equivalente ao desapropriado. Para a segunda a situação era idêntica aos agricultores sem terra que laboravam nas terras do proprietário/patrão. Encontramos em documentos da Federação dos Agricultores do Rio Grande do Norte (FETARN), denúncias das condições desses agricultores que embora legítimos donos da terra, não tinham como comprovar a posse e ficavam em muitos casos impossibilitados de providenciar a documentação no cartório devido os custos elevados, que não raro, custavam além das indenizações previstas, razão pela qual declinavam da ação e não recebiam qualquer valor. Em igual situação, como disse anteriormente, se encontravam os agricultores sem terra que reivindicavam dos patrões ao menos uma pequena quantia pelas benfeitorias construídas por eles nas áreas desapropriadas. As lutas, denúncias e mobilizações ganhavam a imprensa e ocorriam em todo o Vale, de todas as formas e meios possíveis. O agricultor/poeta Rafael Arcanjo da Costa trouxe o dilema das indenizações ou a sua ausência, conforme o caso:

Choram ricos e choram pobres
Choram todos os beiradeiros!
De um lado e outro do rio
Sem saber qual o roteiro,
Os ricos porque das terras
Recebem pouco dinheiro
O pobre porque não sabe
Aonde é seu paradeiro.

O engenheiro diz ao povo
Que só recebe indenização
Quem paga INCRA e FUNRURAL
E tem guardado o talão
Quem tem escritura pública
Feita pelo Tabelião
Quem tiver débito no banco
Vá assulectrar baião!...³⁶⁵

A violência desse processo adquiriu tamanha proporção, que localizamos na grande imprensa do RN, várias denúncias contra os governos e o DNOCS. Em uma das matérias intitulada “Indenizações no Vale são esbulhos”³⁶⁶, encontramos o agricultor Antônio Hilário Peixoto, 84 anos, que tinha uma pequena propriedade de 14 hectares, cercada, com água em barreiro e das quais 4 ha. estavam plantadas com capim. Apenas pelo arrendamento da água do barreiro e do capim, por um período de 10 meses, o velho agricultor receberia o valor de Cr\$ 100 mil. Contudo, o DNOCS propôs a aviltante indenização de Cr\$ 2.400 por toda a propriedade. A insignificância da indenização é ainda mais patente quando o agricultor informa que é “um pagamento que não dá sequer para pagar a escritura de uma nova propriedade”. No dia seguinte o mesmo Jornal publica na seção “Negócios e Finanças” uma

³⁶⁵ SILVA, Roberto Marinho Alves da et all (Orgs.). **Rafael Arcanjo da Costa**: Poética veia profética. Natal/RN: Gráfica Líder e Editora, 1998.

³⁶⁶ **Diário de Natal**, 27 de março de 1980. Arquivo do Núcleo Temático da Seca (NUT-SECA/ UFRN).

matéria tratando das indenizações do DNOCS e das “contradições” do Projeto Baixo-Açu que promete “... deixar o Vale muito rico. (...) O que não se entende é que para conseguir a meta haja a necessidade de deixar o homem da região em absoluta miséria (...) Há muito Hilários na região, atormentados, atemorizados, desorientados, sem entender nada, absolutamente nada do que está acontecendo”³⁶⁷.

Essas situações adversas provocaram conflitos com os órgãos do Estado, notadamente o DNOCS, responsável pela obra e pagamento das indenizações, mas também causaram profundas cisões entre antigos proprietários/patrões e agricultores, contribuindo decisivamente para a construção entre os últimos de uma identidade que rompia com os velhos laços sociais urdidos pelo compadrio e assistencialismo clientelístico. Essa nova identidade, edificada no processo de luta, possibilitou aos agricultores expropriados distinguir com maior clareza os interesses em jogo e os levou a elaboração de uma pauta própria de reivindicação com a defesa da reforma agrária em caráter de urgência.

Na análise dos conflitos surgidos durante a implantação do Projeto Baixo-Açu, encontramos a singularidade de acontecimentos que marcaram uma inflexão nas relações sociais puídas pelos novos confrontos, opondo e distanciando os sujeitos que antes estavam em aparente harmonia, em latente conflito. A urdidura dessa trama, bem como os conflitos que daí emergiram trouxe a tona as profundas diferenças sociais entre proprietário/patrão e camponeses pobres e sem terra. Tendo como norte o conceito de classe e luta de classes em E.P. Thompson, para o qual é no processo de lutas que os trabalhadores “identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe”³⁶⁸, buscamos investigar o fazer-se desses trabalhadores rurais, suas ações e articulações políticas, seus projetos de vida, sonhos e idéias, enquanto processo, relação social. Foi assim que localizamos centenas de famílias camponesas que despojadas de suas terras de trabalho e moradia, das águas do Piranhas-Açu, das redes de sociabilidade e do território, articulavam entre si a luta por terra, água e moradia.

Com a construção da barragem em pleno andamento, em 1982 explode um conflito entre o DNOCS e os agricultores. A exemplo dos anos anteriores, os agricultores ribeirinhos plantaram nas vazantes do Piranhas-Açu e já na proximidade da colheita foram surpreendidos com o fechamento do desvio do rio pela construtora Andrade Gutierrez que provocou inundação completa das culturas de feijão, milho, melão, melancia, batata, jerimum e forrageira causando enormes prejuízos às famílias que já estavam sob forte opressão, “sem terra para plantar, sem lugar certo para morar”³⁶⁹, enfrentando ainda o desemprego alarmante. Era um total de 150 famílias amargando os prejuízos. A Federação dos Agricultores do Rio Grande do Norte (FETARN), encaminhou documento à SUDENE tratando da situação e requerendo sem demora um Programa de Emergência, chamando atenção para o fato de que o município poderia se tornar um bolsão de miséria. A forte tensão social levou o debate sobre a questão à imprensa com denúncias do caráter autoritário do DNOCS que se negava a ressarcir os prejuízos dos vazanteiros cujas áreas haviam sido indenizadas. Ocorre que em muitos casos, o agricultor vazanteiro não é dono da área de vazante e nas condições sociais em que se encontravam essa safra significava a salvação da fome absoluta.

Esse acontecimento teve desdobramentos significativos para os agricultores sem terra. No horizonte mais imediato de suas lutas, figurava a disputa pela faixa seca do açude onde poderiam produzir no período de vazante e a posse de terras na área destinada a irrigação. Outro projeto era a luta pela reforma agrária, que ganhou fôlego com o Decreto Decreto nº 92.681, que estabelecia como “zona prioritária, pelo prazo de cinco anos, para

³⁶⁷ **Diário de Natal**, 28 de março de 1980. Arquivo do Núcleo Temático da Seca (NUT-SECA/ UFRN).

³⁶⁸ THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. NEGRO, A. L. e SILVA, S. (orgs.) Campinas: Ed. da Unicamp, 2001, p. 274

³⁶⁹ FETARN – Ofício nº 175, de 21 de dezembro de 1982. Arquivo Nut-Seca (UFRN).

efeito de execução e administração da reforma agrária, a área rural do Estado do Rio Grande do Norte”³⁷⁰.

Articulados nos sindicatos e contando com o apoio do Serviço de Assistência Rural (SAR) da Arquidiocese de Natal, além de outros setores e movimentos, os agricultores expropriados do município de São Rafael, foram protagonistas de um dos capítulos mais vigorosos de luta pela terra e água no Vale do Açu, questionando o modelo agrícola e agrário selecionado pelo Estado e empresários para esse território.

Considerações Finais

A perversa condição em que foram postos milhares de trabalhadores rurais nos leva a afirmar que o desenvolvimento rural proposto pelo Projeto Baixo-Açu não apenas excluía esses trabalhadores do acesso à terra e à água, mas, ao efetivar sua total expropriação, criava condições propícias à exploração intensa dessa mão de obra farta e barata pelo moderno setor agrícola que se expandia nas áreas férteis do Vale do Açu.

As transformações que o Vale do Açu vivenciou em pouco mais de duas décadas foi reordenando o espaço agrário, reconcentrando terras ao passo que reduzia drasticamente as pequenas propriedades. O declínio da lavoura vazanteira foi sentido em toda a extensão do Baixo-Açu, uma vez que o Piranhas-Açu perdeu seu movimento natural de cheia e enchente com a construção do barramento que o transformou numa artéria estrangulada. Ao perder a terra e água, os trabalhadores rurais perderam o caráter de poliprodutores e essa privação – cuja discussão farei nos desdobramentos da pesquisa – sintetizava toda a sorte de violência a que foram submetidos e desenhava os objetivos futuros da modernização agrícola.

Para resistir à opção de se tornar, exclusivamente, mão de obra assalariada ou viver nos campos de concentração da fome³⁷¹, outro caminho possível, era entrar na contramão do “progresso”, criando instrumentos e ações políticas em defesa da terra e água de trabalho para produzir as culturas tradicionais, indo além da lógica mercantil que ao impor a monocultura, reeditava o velho padrão agrícola, vestido agora com a nova roupagem estampada no emprego da tecnologia, da ciência e da informação, mas, mantendo intacto o modelo fundiário vigente, aprofundando-o ainda mais.

E foi assim que no decorrer de mais de duas décadas o Vale do Açu foi palco de inúmeros conflitos agrários, no quais os camponeses eram protagonistas de primeira ordem. Seja nas disputas pelo plantio das vazantes, seja na luta contra os ex-proprietários rurais pela faixa seca e ainda na desapropriação de grandes fazendas para fins de reforma agrária, esses camponeses escreveram com paixão e bravura cada capítulo dessa história.

³⁷⁰ Decreto nº 92.681, de 19 de Maio de 1986

³⁷¹ O Projeto de Colonização de Serra do Mel foi apresentado como alternativa aos agricultores sem terra e expulsos pelo Projeto Baixo-Açu. Forçadas pelas circunstâncias, muitas famílias foram morar nas agrovilas de Serra do Mel. A fome que se abateu sobre esses agricultores em Serra do Mel, aliado aos escândalos de desvio de verbas e outros abusos, foram alvos de denúncias na imprensa potiguar. O trocadilho Serra do Fel, largamente utilizado pelos agricultores é emblemático quando se busca entender o que ocorreu com essas pessoas no projeto de colonização de Serra do Mel.

A FORÇA DE TRABALHO LIVRE NA PARAÍBA OITOCENTISTA

*Leandro Neves Diniz*³⁷²

Leandro_ndiniz@hotmail.com

Resumo: O primeiro censo demográfico do Brasil imperial revelou que 94% da população da Província da Paraíba era composta de pessoas livres e apenas 6% de escravos, tomando por base os dados do censo populacional, discutiremos as ocupações dessa parcela significativa da Paraíba oitocentista, e também analisar as múltiplas formas de trabalho livre. A gradual redução da mão-de-obra escrava a partir de 1850 provocou uma transição na força de trabalho, os escravos, peça chave na economia imperial, davam espaço aos homens livres e pobres, permeados por uma fluidez das relações entre proprietários de terras e estes livres e pobres. Abordaremos também as redes de interesses e dependência na esfera do trabalho, sabendo que o mundo do trabalho na segunda metade do século XIX engendrava uma multiplicidade de relações, trataremos de algumas especificidades na Paraíba. E também os conflitos gerados pela exploração da mão-de-obra livre.

Palavras chave: Homens Livres Pobres. Trabalho Livre. Paraíba Oitocentista.

Introdução

O processo de transição do trabalho escravo ao livre no Brasil imperial sujeitou a mão-de-obra a condições diversas de trabalho nas cidades e no campo. As profundas transformações administrativas ocorridas na segunda metade do século, proporcionadas pelas regulamentações da Lei de Terras, Lei Euzébio de Queiroz e Lei Ferroviária, alteraram o mundo do trabalho durante o Império e proporcionou um novo reordenamento nas ocupações trabalhistas de toda população.

Com o fim do tráfico internacional de escravos cada vez mais eminente e a pressão inglesa cobrando o Império a por fim a essa mão-de-obra, cresce a necessidade de buscar uma alternativa eficaz de substituir o trabalho cativo sem que traga transtornos à produção agrícola. Diante dessa situação surgem algumas alternativas que passam a ser discutido pelos grandes proprietários de terras, dentre elas convergirem os homens livres ao trabalho nas grandes propriedades e assim dá continuidade na produção agrícola de exportação como também de subsistência.

A Lei de Terras teve papel central nesse contexto, surge como uma tentativa de angariar recursos a partir da venda das terras públicas e da taxação dos registros obrigatórios das propriedades por parte de seus possuidores para ser utilizado na criação de fundos que viabilizasse a imigração de europeus que chegassem ao Brasil com o intuito também de substituir a mão-de-obra escrava.

Como também a Lei de Terras por outro lado, serviu para restringir o acesso a terra por outro meio que não fosse à compra. Assim muitos homens livres não teriam acesso e com isso teriam que sujeitar-se aos proprietários de terras a vender sua mão-de-obra em troca de pagamentos que variavam de acordo com os contratos e as condições impostas por ambas às partes. Assim surgiam os agregados e dependentes nas grandes fazendas oferecendo sua força de trabalho. Os trabalhos como diaristas ou meação se tornam um meio de subsistência para essa força de trabalho principalmente no nordeste, a pecuária e o cultivo do algodão também exigiam mão-de-obra livre a exemplo da figura do vaqueiro que ganha espaço nos sertões.

Esse processo de substituição afetou profundamente a vida da população livre e suas ocupações, se antes conseguia sua subsistência em um pedaço de terra sem precisar se sujeitar excessivamente a um senhor, agora passaria por uma adaptação as novas condições

³⁷² Mestrando em História pela Universidade Federal de Pernambuco.

não só de trabalho, como também as relações de interesses dos proletários. Dessa forma, os homens livres pobres, muitas vezes pequenos posseiros, ao se virem sem suas terras tiveram que servir como força de trabalho para manter a grande e pequena economia agropecuária neste momento de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre assalariado³⁷³.

Segundo a historiadora Hebe Mattos, “é totalmente absurdo pensar numa mão-de-obra livre nacional marginalizada do processo de transição do trabalho escravo para o livre no Nordeste brasileiro”³⁷⁴, contando com uma concentração acentuada de sua população livre, a Província da Paraíba vivenciou ativamente as transformações propostas pela Coroa imperial na segunda metade do século XIX. Desse modo, partindo de uma pesquisa documental podemos constatar as ocupações dessa população livre, tendo como referencial o Recenseamento de 1872 utilizamos essa fonte com a finalidade de analisar os dados coletados para a população provincial e paralelamente as ocupações com a pretensão de construir um quadro demográfico que possa destacar a dinâmica de atuação dessa mão-de-obra livre para esse período histórico.

Neste trabalho faremos uma análise consistente e detalhada dos dados coletados no censo acerca da população e suas ocupações para a Província da Paraíba. Trabalhar com os dados populacionais do século XIX pode nos revelar os efeitos ao longo das décadas das leis promulgadas pelo Império, além de ser preponderante na compreensão da administração pública já que a partir desses dados era possível governar e legislar com mais exatidão.

Também direcionaremos nosso foco para a Freguesia de Cabaceiras, em uma comunidade onde a maioria da população é composta por homens livres pobres, cuja economia é baseada na agricultura de subsistência, onde o pouco excedente é comercializado na própria Província. A partir do transcorrer da pesquisa podemos considerar que os núcleos familiares eram responsáveis pelo próprio desenvolvimento e manutenção das lavouras e das criações.

A utilização de fontes documentais tais como o Recenseamento de 1872, Relatórios de Presidentes de Província e Registros Paroquiais de Terras são indispensáveis na pesquisa que vem sendo realizada. Pois, desvendar o mundo do trabalho na Paraíba oitocentista torna-se um desafio a longo prazo.

A população da Paraíba e as suas ocupações

A partir da Independência do Brasil de Portugal em 1822, o novo Império emergente se deparou com uma nova e desafiadora situação administrativa, governar uma população relativamente grande em um território de tamanho continental. O fortalecimento e a unidade eram essenciais para o projeto de nação pretendido pela coroa recém-instituída e para isso era necessário medidas que viabilizasse eficiência nas ações do governo.

O conhecimento da população tornava-se fundamental, sem os dados populacionais tornavam-se inseguro e ineficiente as ações do Império, segundo Chalhoub: "não havia estatísticas disponíveis sobre os diversos ramos do serviço público e por isso a sociedade para a qual se deveria governar e legislar permanecia em grande medida desconhecida".³⁷⁵ Para mudar essa realidade começaria pela realização de um censo demográfico, que registrasse os dados estatísticos dos habitantes com todas as suas características, contabilizando livres e escravos; brancos, pretos e caboclos; as principais ocupações, enfim, um censo capaz de apresentar os dados essenciais da população imperial.

No entanto, mesmo diante dessa necessidade levaram aproximadamente três décadas para que a realização de um censo fosse discutido e posto em prática. Só em 1851 são

³⁷³ COSTA, Emília Viotti da. Política de terras no Brasil e nos Estados Unidos. In: **Da monarquia à república: momentos decisivos** / Emília Viotti da Costa. – 7ª ed. – São Paulo: Fundação Editorial da UNESP, 1999.

³⁷⁴ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo** / Hebe Mattos. - Rio de Janeiro: Editora FGV, Faperj, 2009. p.14

³⁷⁵ CHALHOUB, Sidney. População e sociedade. In: **A construção nacional 1830-1889**, volume 2 / coordenação José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

promulgados os decretos 797 e 798, visando à realização do censo e do registro de nascimento e óbito por parte dos juizes de paz.

Os decretos previstos para execução em 1852 não foram postos em prática, sofreram represarias da população livre e pobre, foram motivos de revoltas principalmente nas Províncias do Norte. Revogado, o censo só veio a ocorrer em 1872 e seus resultados conhecidos no final daquela década.

Os dados do censo foram bastante reveladores para a Província da Paraíba, onde pode se constatar o grande percentual da população livre e suas ocupações, reflexos do fim do tráfico intercontinental de escravos e o intenso tráfico interprovincial que reduziu o plantel escravista das Províncias do Norte, tudo resultado gradual ao longo das décadas da segunda metade do XIX.

No quadro 1 podemos visualizar como a população geral da Província estava dividida por condições (livres e escravos), sexo e raças. Com um total de 376.227 habitantes e destes predominava 354.701 pessoas livres, sendo 179.434 homens e 175.267 mulheres, a Paraíba era composta de uma população em sua maioria de pardos, vejamos no quadro os dados:

Quadro 1

Raças						
Condições	Sexo	Branco	Pardos	Pretos	Caboclos	Total
Livres	Masculino	73.476	89.921	11.155	4.882	179.434
	Feminino	71.246	88.675	10.661	4.685	175.267
	Soma	144.722	178.596	21.816	9.567	354.701
Escravos	Masculino	-	4.730	5.951	-	10.681
	Feminino	-	4.910	5.935	-	10.845
	Soma	-	9.640	11.886	-	21.526
Total		144.722	188.236	33.702	9.567	376.227

Estes dados apresentam que aproximadamente 354.701 habitantes ou 94% da população da Paraíba eram livres com uma parcela de 21.526 escravos ou 6%, partindo deste referencial populacional poderemos detalhar as ocupações destes e assim revelar qual o peso maior da economia provincial, qual a atividade que requer mais da mão-de-obra livre e escrava, um indicador de classe social.

O quadro também nos revelar o alto percentual de pardos que predomina frente às demais raças, que somados livres e escravos perfaz a quantidade de 188.236 pessoas 33% do total da população, o que demonstra a mestiçagem acentuada na Província. Outro dado que não podemos negligenciar é referente à quantidade de escravos do sexo feminino, que prevalece sobre o masculino. Essa informação será refletida nos números de escravos empregados nas atividades têxteis e serviços domésticos que veremos posteriormente.

O censo dividiu os dados das ocupações em dois grandes grupos, profissões liberais e profissões manuais ou mecânicas, contando com outras atividades tal como profissões agrícolas, serviços domésticos, profissões industriais e comerciais, profissões assalariadas e o grupo de sem profissões. Analisar as categorias expressas do recenseamento de 1872 é um desafio, pois segundo José Murilo de Carvalho ressalta que:

“Os dados de ocupação fornecidos pelas fontes apresentam uma característica que num primeiro momento desanima o analista em busca de categorias bem definidas, mas que a

seguir se revela crucial para entender a própria estrutura social da época”.³⁷⁶

Assim, começamos a explorar os dados referentes ao grupo dos profissionais liberais composto pela intelectualidade da Província, o grupo dirigente, entre eles os religiosos, juristas, médicos, professores e empregados públicos, pequena parcela que correspondia a aproximadamente 1% de toda população. Também incluía algumas atividades livres, de prestação de serviços ou artesanais, tal como cirurgiões, farmacêuticos, parteiros e artistas.

Os dados referentes às profissões agrícolas são esclarecedores, onde constatamos que a concentração maior da população, cerca de 28% do total ocupava-se na agricultura e na pecuária. A segunda ocupação que mais agregava a população provincial consistia nos serviços domésticos, com um total de 13% da população, as profissões manuais ou mecânicas 6%, profissões industriais, comerciais e assalariadas 5%. Antes de detalharmos todas essas categorias vejamos no quadro 2 a população considerada em relação às profissões agrícolas:

Quadro 2
PROFISSÕES AGRÍCOLAS

	Lavradores	Criadores
Homens livres	85.542	11.166
Mulheres livres	34.217	3.620
Homens escravos	5.831	-
Mulheres escravas	3.294	-
Total	128.884	14.786

A atividade em que concentrava a maior parte da população, seja ela livre ou escrava, correspondia à agricultura e a pecuária. Com um interior em crescente desenvolvimento, a produção agrícola da Paraíba no século XIX estimulou a expansão das linhas férreas, de estradas de rodagem, no avanço tecnológico no trato do algodão, enfim, era a agricultura que concentrava a mão-de-obra e girava a economia provincial³⁷⁷.

Os dados referentes aos operários em tecidos e de costureiras relaciona-se diretamente a produção do algodão do interior da Província que exigia também mão-de-obra para o trabalho no campo, no beneficiamento e longas faixas de terras aráveis. Utilizando os dados dessas duas categorias responsáveis pelo beneficiamento do algodão, podemos verificar que aproximadamente 6% da população total da Província ocupavam-se no trato em tecidos e na confecção. Segundo o censo, haviam 5.040 operários em tecidos sendo 170 escravas e 18.528 costureiras, sendo 525 mulheres escravizadas. Podemos perceber também o quanto esse setor da produção econômica ocupava mulheres em condição escrava, eram, portanto, atividades que concentravam uma parcela da mão-de-obra escrava, especialmente mulheres.

Em decorrência da produtividade e do beneficiamento do algodão, porém em especial visando à exportação desse produto para o exterior, surge uma figura que se tornou recorrente e elementar na evacuação e transporte da produção, o tropeiro.

Atividade realizada por homens livres privilegiados por Maria Sylvania em sua obra, que segundo ela era a mais importante para o sistema social oitocentista, pois “carregados de

³⁷⁶ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite imperial. **Teatro de sombras**: a política imperial. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. P. 95

³⁷⁷ MELO, Josemir Camilo. Escravos e moradores na transição para o trabalho assalariado em ferrovias em Pernambuco. **Saeculum – Revista de História** [25]; João Pessoa, 2011.

produtos de exportação ou de gêneros de subsistência, as tropas de burros percorreram ativamente o país durante o século XIX”, elemento crucial para o transporte do algodão do interior da Paraíba em direção aos polos comerciais do litoral, uma vez que “nas atribuições do condutor de tropas incluíam-se, assim, desde as curtas e simples viagens aos centros próximos até a condução de uma grande e complexa caravana por caminhos longos e difíceis”, diversificando a economia e agregando mão-de-obra para a realização desse trabalho.³⁷⁸

Na tentativa de expor o mercado de mão-de-obra da Paraíba dentro de sua diversificação presente no censo de 1872, destacamos os dados a cerca dos escravizados que segundo Ilmar a política de mão-de-obra e a política de terras tinha como objetivo central poupar ou transferir o maior número de escravizados para o trabalho na agricultura. Poupar escravos implicaria proporcionar o que o autor denomina de “melhoramentos materiais”, pois, concentrar esta mão-de-obra nas atividades agro-exportadora a qual resulta a sua existência abriria espaço para outro tipo de trabalhador, mais qualificado e capaz de “propiciar a construção de ferrovias, melhorar os caminhos que conduziam aos ‘sertões’ e abrir rodovias entre tantas outras maneiras de liberar mão-de-obra escrava, cara e escassa”.³⁷⁹

Para colaborar com este argumento de Ilmar temos a seu favor a Lei Ferroviária de 1852, no artigo 1º, inciso 9º, proibia as companhias de empregar escravos no serviço de construção, operação e manutenção das linhas férreas, contratando exclusivamente pessoas livres e nacionais que serão isentas do recrutamento e dispensadas do serviço da Guarda Nacional e sendo estrangeiras participarão de todos os direitos por Lei que foram concedidas aos colonos³⁸⁰.

Porém, os dados registrados no Recenseamento de 1872 para a Província da Paraíba vêm de encontro com esta argumentação. A categoria profissões assalariadas correspondentes a criados e jornaleiros contava com 3% da população geral da Paraíba, dentre este total de assalariados se fazia presentes um parcela considerável de escravos ainda sendo utilizados para este fim. Outro dado relacionado corresponde ao percentual de escravos trabalhando em serviços domésticos, que chegava a aproximadamente 6 mil escravizados.

Considerando que os resultados do censo só vieram a ser revelados oficialmente no final da década de 1870 devido às inúmeras dificuldades na coleta dos dados, passadas décadas do fim do tráfico internacional e da intensificação do tráfico interprovincial, podemos considerar que o plantel escravista paraibano ainda estava desenvolvendo atividades relacionadas ao meio urbano, tal como, criados e jornaleiros, costureiras, operários em tecidos, serviços domésticos em detrimento a agricultura. Os proprietários de escravos viam um meio gerar lucros também no meio urbano com essa mão-de-obra tão lucrativa.

Portanto, mesmo com uma população escrava resumida, de aproximadamente 6%, e boa parte concentrada na agricultura, havia uma parcela considerável em outras atividades geradoras de renda. Na Paraíba os proprietários ainda utilizavam a sua escravaria para extrair recursos nos serviços domésticos, assalariados e mecânicos ou manuais, como também no trabalho de tecidos gerando lucro com esta mão-de-obra cara e dispendiosa contrariando o argumento de “poupar mão-de-obra”.

Após essa curta análise da força de trabalho da Província da Paraíba de forma geral, partiremos para uma observação mais central onde reduzimos nosso espaço de investigação e chegamos a Freguesia de Cabaceiras, onde podemos visualizar mais nitidamente a ação dessa mão-de-obra livre e a produção econômica desenvolvida naquela região.

³⁷⁸ FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4ª ed. São Paulo: Fundação Editorial da UNESP, 1997. P. 66 - 71

³⁷⁹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema: A formação do estado imperial**. 2ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1990. P.241

³⁸⁰ MELO, 2011, op. Cit.

A Agricultura da Freguesia de Cabaceiras

Em uma sociedade essencialmente rural, onde o cultivo da terra tem grande relevância para sua população, a agricultura é uma prática importante na Freguesia, não só para a economia como também para satisfazer a subsistência de sua população, que contando com um vasto curso do Rio Paraíba em seu território, tinha nesta fonte hídrica um espaço muito rico para cultivar os alimentos típicos desta região a exemplo de milho, feijão, mandioca e outros gêneros alimentícios.

O município de Cabaceiras ocupou espaço nos relatórios dos presidentes da Província quando o assunto era os resultados obtidos na agricultura, no ano de 1862 o Dr. Francisco D'Araújo Lima faz a seguinte menção: "No municipio de Cabaceiras tambem ha criação de gados; sendo que a colheita do algodão é calculada em oitocentas arrobas, a da mandioca em quinhentos alqueires de farinha, a dos feijões em cem alqueires e a do arroz em cinquenta ditos."³⁸¹ Alqueire era uma medida de capacidade utilizada durante o império para se medir secos e molhados, esta unidade também servia para medir a superfície agrária, no entanto, variável de regiões para região. Para o caso da Província da Paraíba utilizava-se o alqueire paulista que equivalia a 2,42 hectares ou 24.200m².

Esses dados reveladores da produção agrícola de Cabaceiras para aquela década demonstra também a importância do algodão e da pecuária que eram desenvolvidas, podemos considerar este um quadro bem diversificado e voltado para atuação dos homens livres pobres, principalmente pela criação de gado e a plantação de algodão onde predominava esta mão-de-obra livre.

Cabaceiras contava com uma predominância de população livre trabalhando a terra e, além disso, com a escravaria também utilizada neste mesmo segmento, dessa forma podemos compreender como esta Freguesia era a maior produtora de caprinos da Província, também figurava como sendo a segunda maior produtora de bezerras e potrinhos, cavalos até aos 4 anos, ficando atrás apenas de São João e Souza respectivamente. Vejamos os dados referentes ao quadro 3 extraído do Relatório provincial de 1863, onde encontramos os gêneros e seus respectivos pesos e medidas que descrevem a produção das Freguesias de Paraíba, onde extraímos os dados referentes a Cabaceiras.

Este quadro foi organizado e extraído do relatório, no entanto, também a dados separados dos outros municípios da Província. A partir da leitura dos dados dos demais municípios chegamos à conclusão que a pecuária era uma atividade restrita aos municípios do Cariri e Sertão da Paraíba, para este ano analisado, ficando para as freguesias do litoral, Brejo e Agreste o protagonismo na produção da farinha, do milho, do arroz e do algodão em pluma, produtos estes que resultavam maior lucratividade financeira.

Quadro 3 - Produção Agrícola

Gêneros	Arrobas	Alqueires	Canadas	Varas	Centros	Cabeças	Preços
Algodão em carroço	2.121						3\$000
Feijão		368					20\$000
Farinha		1.814					8\$000
Milho		2.019					6\$500
Mamona		539					8\$000

³⁸¹ Relatório apresentado á assembléia legislativa provincial da Parahyba do Norte, no dia 31 de maio de 1862, pelo presidente, Dr. Francisco D'Araujo Lima. Parahyba, Typ. de J. R. da Costa, 1862. p. 31

Bezerros	6.697	5\$000
Potrinhos	742	10\$000
Cabritos	6.682	200
Borregos	1.736	210

Fonte: Relatório apresentado á assembléia legislativa provincial da Parahyba do Norte, pelo Exm. Sr. Dr. Francisco D'Araujo Lima na abertura da sessão ordinaria de 1863. Parahyba, typ. Parahybana, [N.D.]

Analisando alguns dados deste relatório de 1863 ficam evidentes os números da produção para aquele ano, assim como os principais produtos para cada região. No litoral e Agreste encontramos acentuada produção do açúcar, Areia produziu 250.000 arrobas do produto, o que significou a maior produção de açúcar do ano. A Capital foi à detentora da maior produção de farinha na Província, com 271.800 alqueires do produto, a maior safra de milho foi contabilizada em Ingá com expressiva quantia de 100.000 alqueires de milho. Diante desses dados, podemos considerar que a agricultura concentrava maiores resultados nestas áreas onde o clima era favorável, por sua vez, a pecuária predominava nas regiões mais interioranas da Província.

No Sertão o destaque da produção em 1863 fica por conta do município de Souza, lá foram produzidos 20.000 arrobas de sabão, esta produção expressa à importância da produção de óleos vegetais, nenhum outro município da Província superou esta produção, já os municípios de Catolé do Rocha e Pombal produziram 2.000 canadas de azeite de mamona cada um. Arroba e canada são antigas medidas de peso e capacidade respectivamente, uma arroba hoje equivale a 15 quilos e uma canada a 2,622 litros³⁸².

Com solo fértil e clima favorável, as regiões do Agreste, Brejo e litoral concentrava as principais produções agrícolas, conseqüentemente nestas localidades predominava a concentração fundiária dos proprietários de engenho, impulsionada pela mão-de-obra escrava. Já no interior da Província, especialmente no Cariri e Sertão, o clima semi-árido e as vastas extensões de terras sem povoamento possibilitava a criação de gado, a agricultura era uma atividade praticada pelos homens livres pobres nas estações chuvosas e sua produção supria a população local.

Os números da pecuária apresentados no quadro 3 demonstra a importância e a efetiva prática da criação de caprinos e bovinos na Freguesia. Segundo os números do relatório, Cabaceiras figurava como detentora da maior criação de cabritos da Província, seu clima semi-árido colaborava para a fácil adaptabilidade desses animais, no entanto, os valores monetários atribuídos a este rebanho era muito reduzido se comparado a outros animais como consta no quadro extraído do relatório provincial.

O rebanho bovino também era bastante significativo na Freguesia de Cabaceiras, contava com mais de 6 mil cabeças de gado o que correspondia ao segundo maior criador da Província, atrás apenas do município de São João, também no Cariri. No entanto, a criação que tinha o maior valor financeiro segundo a tabela eram os potrinhos ou cavalos até aos 4 anos, a Freguesia era a segunda maior criadora da Província ficando atrás de Souza no sertão, com um pouco mais de 700 cabeças.

Todos estes resultados obtidos e registrados nos relatórios presidências são frutos de um intenso trabalho realizado pelos produtores daquela Freguesia, mesmo em um local que sofria constantemente devido seu clima a população não desistia de plantar e criar seus animais, população esta em grande medida livre e pobre. Ao seu favor havia um rio, cujo seu curso cortava toda a extensão da Freguesia beneficiando-a diretamente, nos períodos de

³⁸² FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio século XXI Escolar**: o minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

inverno as populações cultivam as suas margens, além do rio ser fonte de acesso à água por todo o ano, mesmo se tratando de um rio temporário, assim as terras que margeavam esta importante fonte hídrica era reduto de concentração fundiária.

É a partir dessa breve análise que podemos notar o quanto a terra é importante para a população daquela localidade, desse modo, utilizamos como fonte os Registros Paroquiais de Terras desta Freguesia e analisamos como esta população se submeteu a Lei de Terras de 1850 seguindo suas normativas para registrarem e manterem suas propriedades dentro da lei, as táticas e estratégias utilizadas pelos pequenos proprietários, assim como o tipo de predominância de latifúndios presentes nessa região. Demonstrando como essa população livre agia diante do poder público para defender as suas propriedades, mantendo-se produtiva.

VILAS OPERÁRIAS: CENTRO DE ORDEM E EXCLUSÃO. O CASO DE CAMARAGIBE

*Marcos Alesandro Neves dos Santos*³⁸³

marcos.alessandro.neves@hotmail.com

Resumo: Este trabalho tem como intuito analisar a vila operária de Camaragibe no início do século XX, mais precisamente de 1900-1929, tendo como foco a tentativa de ordenamento e exclusão sobre o operário. Tal postura era adotada pela classe patronal que a implantava na sua estrutura produtiva, em convergência ideológica com o estado, a fim de moralizar os hábitos e construir uma ordem de submissão para o trabalhador. Dessa forma, analiso seus principais agentes e a estrutura doutrinária, que contava com o respaldo dos saberes higienistas muito em voga no período para corroborar com suas ações, podemos afirmar que as vilas no final do século XIX e início do XX representavam a moradia ideal para o trabalhador, sendo vista como o oposto à habitação proletária que no discurso dito oficial, era o foco irradiador de doenças e maus hábitos. A capital pernambucana, assim como tantas outras do país, não possuía uma boa infraestrutura física, era um ambiente com saneamento básico precário e sistema de iluminação deficiente, que acarretava em condições habitacionais tidas como insalubre. Tal conjuntura representava para a elite um risco ao operariado, na medida em que, retirá-lo do meio urbano e moralizá-lo, mais do que uma medida social, era, sobretudo, uma tentativa de controle sob uma classe considerada perigosa em potencial, porém imprescindível à engrenagem do sistema capitalista.

Palavras-chave: Vila operária, Operários, Camaragibe.

Para Telma Barros, vilas operárias são grupos de casas geralmente acompanhados por escolas, igreja, clube social entre outros ambientes de socialização que estão inseridos dentro de cidades ou subúrbios criados por indústrias ou pelo estado. Tais fatores favorecem não apenas a expansão da fábrica em termos geográficos, como também a sua autonomia na gestão do lugar, influenciando diretamente no cotidiano dos trabalhadores que ali exercem suas funções.

O termo “vila operária”, a princípio usado no Brasil para nomear um grupo de moradias destinadas a operários de um mesmo empreendimento fabril, logo seria estendido para designar grupos de casas modestas semelhantes, produzidas por outros agentes. Sob a denominação “vila

³⁸³ Mestrando em História pelo PPGH-UFPB

operária”, eram reunidas no país, até os anos de 1930, as experiências mais diversas: conjuntos construídos por empresas imobiliárias para aluguel ou venda a proletários urbanos; por empresas ferroviárias; por industriais, por empresas mineradoras e usinas para seus operários, administradores e técnicos.³⁸⁴

Existem outras nomenclaturas possíveis para abordar as vilas operárias, os termos cidade companhia e cidade operária segundo Telma Barros, aplicam-se em casos onde a atividade abriga mais de quatro mil pessoas e oferece em grande medida uma autonomia política e individual aos seus moradores. A diferenciação no vernáculo demonstra que não existiu apenas um modelo de moradia operária no Brasil, podendo o lugar assumir ao longo do tempo diferentes características que possibilitariam mudar sua denominação.

É importante destacar que a diferenciação no que tange a nomenclatura uma vez que os impactos das mudanças do mundo industrial refletem não apenas na moradia dos trabalhadores, mas no modo de funcionamento das vilas e todas as suas instalações. Estudar a história desses núcleos populacionais no Brasil permite compreender de melhor maneira como se deu a vida dos trabalhadores dentro dessas vilas, e as investidas patronais no sentido de propor um ordenamento ao trabalhador a partir de várias normas de condutas que deveriam ser seguidas. Além de espaços de ordenamento, as vilas configuram-se como espaços de exclusão do trabalhador, uma vez que dificulta o seu contato com o mundo externo.

As construções de vilas operárias pelo Brasil acompanharam o processo de desenvolvimento da indústria no país, com especial destaque para as indústrias têxteis, onde centraremos as nossas análises neste trabalho. Trabalhos interessantes têm sido elaborados no campo da arquitetura relatando as experiências nas vilas operárias, no entanto, senti a falta na historiografia que fosse abordado o caso das vilas pernambucanas, em especial a fábrica de Camaragibe sob a luz da história social de inspiração thompsoniana. Dessa forma, venho trabalhando a temática na minha dissertação de mestrado (ainda em andamento) com o intuito de trazer a luz da história uma parte importante da história dos trabalhadores.

As vilas operárias tiveram seu surgimento na Inglaterra no século XIX com o advento da Revolução Industrial, que ocasionou uma grande explosão demográfica nas cidades, bem como uma acentuada falta de moradia. Tal situação propiciou o surgimento de tentativas de habitação operária, tendo em 1822 o francês Charles Fourier idealizando não apenas uma habitação limpa e afastada dos centros, mas também fundando as bases do que seria no entender da burguesia da época, uma sociedade ideal. Com as mudanças impostas pela Revolução industrial, à antiga forma de produção dos artesãos era tida como incompatível pela grande indústria, sendo assim, trouxe consigo uma proposta de reorganização do trabalho, e principalmente do controle dos trabalhadores, estando essa última tentativa atrelada à glorificação do trabalho.

A dimensão crucial dessa glorificação do trabalho encontrou suporte definitivo no surgimento da fábrica mecanizada, que se tornou a expressão suprema dessa utopia realizada, alimentando, inclusive, as novas ilusões de que a partir dela não há limites para a produtividade humana.³⁸⁵

A revolução Industrial representa um ponto importante para a compreensão da urbanização das cidades. Tendo seu início na Inglaterra durante o século XVIII, sendo esse o momento da virada da manufatura para a maquinofatura com a introdução das máquinas no complexo fabril. Com o advento desse novo modelo de produção, duas classes sociais se

³⁸⁴ CORREIA, Telma de Barros. “De vila operária a cidade - companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular.” **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 4, p.83-98, mai.2001, p.12.

³⁸⁵ DECCA, Edgar De. **O Nascimento da Fábrica**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004. P.8

formam e transformam as relações entre si, de um lado os donos das fábricas, dono do capital investido nas máquinas, nas matérias primas adquirida e dono também do resultado dos bens produzidos.

Do outro lado os operários, que vendem sua força de trabalho para obter seu ganho financeiro. Thompson acredita que a população se amparou em uma leva de boas colheitas e numa melhora de sua qualidade de vida no início da Revolução Industrial; No entanto com o avanço da industrialização, a saúde e as condições de vida de forma geral começou a se deteriorar, tendo uma de suas principais causas a grande concentração populacional nas cidades que como veremos adiante, acarretou o surgimento de epidemias que se alastravam devido às habitações precárias.

A antiga forma de produção dos artesãos representava um grave problema na visão dos industriais. Entre eles, o principal seria a produção doméstica da manufatura.

A atenção ao tempo no trabalho depende em grande parte da necessidade de sincronização do trabalho. Mas na medida em que a manufatura continuava a ser gerida em escala doméstica ou na pequena oficina, sem subdivisão complexa dos processos, o grau de sincronização exigido era pequeno, e a orientação pelas tarefas ainda prevalecia.³⁸⁶

Com a mecanização da produção, sai das mãos do trabalhador uma parte importante do processo produtivo, migrando para as fábricas e para as mãos do industrial, todo o processo de transformação da matéria prima em manufatura. Tal fenômeno promove consequentemente a perda de autonomia do operariado no que tange a ditar o ritmo do processo produtivo. O operário estava submetido ao putting-out system.

No “putting-out system”, o capitalista tem o acesso ao mercado e veda aos trabalhadores diretos esse contato, mas, ainda assim, esses últimos ditam o processo de produção. Essa divisão social torna imperiosa a figura do capitalista no interior do processo produtivo, e o trabalhador, distante do mercado, tanto para a obtenção de matéria- prima como para a comercialização de seus produtos, detém, única e exclusivamente, o controle do processo de trabalho.³⁸⁷

Para que a fábrica pudesse extrair o máximo dos trabalhadores era necessário que os rígidos processos de racionalização do trabalho fossem seguidos fielmente. A definição das funções e o quadriculamento dos espaços impunha a cada operário uma função determinada na escala de produção de modo que estejam facilmente localizáveis para uma melhor vigilância. No entanto, a potencialização da produção não caía no esquecimento diante de tal cenário, ela sempre esteve no topo das preocupações capitalistas, a diminuição do tempo gasto para confecção de cada bem de consumo, e o melhor aproveitamento possível do espaço.

No Brasil, as vilas operárias tiveram seu início do final do século XIX, tendo se espalhado de forma significativa até a primeira metade do século XX. Neste trabalho, sobre a Vila de Camaragibe no período de 1900-29, irei me ater às casas erguidas por empresas que se configuravam como núcleos habitacionais para operários de forma isolada da malha urbana, construindo assim uma minicidade.

Inicialmente, as construções de moradias para os trabalhadores operários se apresentavam como algo lucrativo para aqueles que investiam nelas. Construídas por

³⁸⁶ THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras 2011. P. 280

³⁸⁷ DECCA. Op.Cit, p.7

especuladores imobiliários, empresários, donos das fábricas ou por companhias construtoras de habitação, em geral, tinham o perfil de uma pequena residência com dois quartos, teto rebaixado e situava-se em localidades mais afastadas do perímetro urbano. A construção por parte do próprio industrial, na maior parte das vezes, estava atrelada à necessidade de edificação em regiões rurais ou afastadas do centro da cidade. Tal condição dava-se por conta da proximidade com as fontes de energia e de matéria prima, como também por uma estratégia disciplinar com base na sedentarização do trabalhador fabril, por este se encontrar em uma região mais isolada.

A organização e a hierarquização que existe dentro da fábrica são transpassadas para as relações no mundo da vila operária, dessa forma, podemos dizer que as vilas representam no que tange à moralização, uma extensão da fábrica, tentando manter um controle ininterrupto do operário.

Assim como outras capitais, Recife passava por um período de transição, não apenas temporal na passagem do século XIX para o século XX, mas também de forma de governo, saindo de um período imperial para o modelo republicano. Esses fatores contribuíram para um suposto pensamento moderno que tomou conta do país nas primeiras décadas do século XX. Recife convivia com problemas similares a outras metrópoles do país, tal como, a falta de estrutura urbana, no que tange principalmente ao saneamento e habitação adequada, que ganharam ares catastróficos com as migrações urbanas advindas do interior do estado, através da fuga da seca e busca de um alento nas indústrias da capital.

A CIPER, Companhia Industrial Pernambucana, foi criada no final do século XIX, mais especificamente no ano de 1891, tendo seu corpo diretivo formado por empresários ricos da capital pernambucana. Carlos Alberto de Menezes foi convidado por Adolfo Pereira Cunha e Antonio Machado, os dois sócios majoritários da companhia, para ser o gerente geral do novo empreendimento da companhia, a Usina João Alfredo; situada na zona da mata do estado. No entanto, a proposta para assumir a gerência da usina foi recusada, tendo em vista a preocupação de Carlos Alberto com a saúde da sua família ao mudar-se para uma área pantanosa.

Estava à usina localizada em uma zona palustre, e Carlos Alberto que havia sofrido de empaludismo, contraído no estado do RJ, temia com razão a funesta endemia para si e sua família. Acrescia as dificuldades que antevia para a educação de sua já numerosa família num lugar tão afastado. E, finalmente, tinha CAM outros planos. Desde muito sonhava ele com uma organização operária crista, e a Usina Goiana não lhe permitia realiza-la integralmente, pois com o seu movimento os operários só tinham ocupação uma época do ano, a moagem. Durante o restante do ano ficavam dispersos.³⁸⁸

Porém, sugeriu que fosse fundada uma fábrica têxtil em Camaragibe, proposta que foi prontamente aceita devido ao momento favorável da indústria têxtil nacional, sendo confiado a Carlos Alberto coordenar a instauração da fábrica no município de São Lourenço, mais conhecida como fábrica de Camaragibe.

A usina João Alfredo e a fábrica de Camaragibe estavam alinhadas com os preceitos da CIPER, que naquele momento voltava-se para a exploração da cana de açúcar e algodão, tendo esta última sido motivada por uma conjuntura favorável, como diz a historiadora Maria Alice da Rosa Ribeiro.

a abundância de matéria-prima (algodão), a facilidade de recrutamento de força de trabalho especializada e de importação do maquinismo, a melhoria dos transportes, a

³⁸⁸ COLLIER, Eduardo. **Carlos Alberto de Menezes: pioneirismo sindical e cristianismo**. Recife: Digital Grapp edit. 1996. P. 12.

disponibilidade de mão de obra e a presença de um crescente mercado consumidor.³⁸⁹

Ainda sobre o momento favorável da indústria têxtil no país, Eduardo Collier, genro de Carlos Alberto de Menezes, e braço direito no processo de instalação da Fábrica de Camaragibe, relata que Carlos Alberto estava informado sobre os passos que o ramo estaria seguindo no país, o que relaciona com o tipo de produto que seria trabalhado.

Mentalidade de pioneiro, percebia que uma das indústrias que estavam em melhores condições para serem desenvolvidas em Pernambuco era: precisamente a indústria têxtil do algodão, pois o NE brasileiro situava-se, entre as áreas mundiais mais importantes de produção dessa fibra.[...] Projetamos a fábrica para 400 teares, adicionando-lhes, porém, uma seção completa de tinturaria, branqueamento e preparação de tecidos. Tivemos com isto a ideia de habilitar nossa fábrica a libertar-se da produção exclusiva de tecidos crus uma vez que estamos convencidos de que, dentro de alguns anos, a produção de tais tecidos será superabundante no país.³⁹⁰

Dessa forma, foi dado início ao processo de construção da fábrica de tecidos de Camaragibe, seguindo os mais rígidos padrões de higiene e salubridade. Além disso, era mister a preocupação com a feição arquitetônica que a fábrica e a vila teriam ao fim do processo de construção. O intuito seria prover ao operário, a ordem e os bons costumes, preceitos burgueses indispensáveis ao ideal proletário.

Como já tivemos ocasião de dizer, estamos convencidos de que o nosso projeto foi feito com todo o cuidado e competência. Com efeito, a todas as questões mais importantes nos parece ter dado uma atenção correspondente... as de higiene, dando ao edifício grande número de aberturas, não só para garantir a salubridade do pessoal, como se poder exigir dele o máximo de trabalho, em um clima que enlanguede e abate quando se trabalha dentro de paredes fechadas; a de elevação do pé direito, a quase o dobro do que se usa na Europa para o mesmo fim; as de ordem e higiene moral, dispondo as diversas seções de forma a poder o pessoal mover-se de umas sem atravessar as outras e não deixar em perigosa promiscuidade os dois sexos, o que constitui em toda a parte tão copiosa fonte de imoralidades e desordens.³⁹¹

A preocupação permanente com as condições de higiene, como combate a degradação moral e física do operários que habitava o centro do Recife, é observada em várias reuniões dos acionistas, sendo tão abundante quanto mais se adentrava na documentação.

Assim estamos preparando para os operários habitações cômodas, higiênicas e confortáveis: isoladas, com terreno bastante que lhes permita o gozo de todas as vantagens que não podem oferecer casas apertadas umas as outras, nesse estilo tão conhecido dos *cortiços*, que são verdadeiros sepulcros de gente viva.³⁹²

³⁸⁹ RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870 - 1930)**. São Paulo: Hucitec; Campinas: Editora da Unicamp, 1988. P.27

³⁹⁰ COLLIER. Op. Cit p. 57

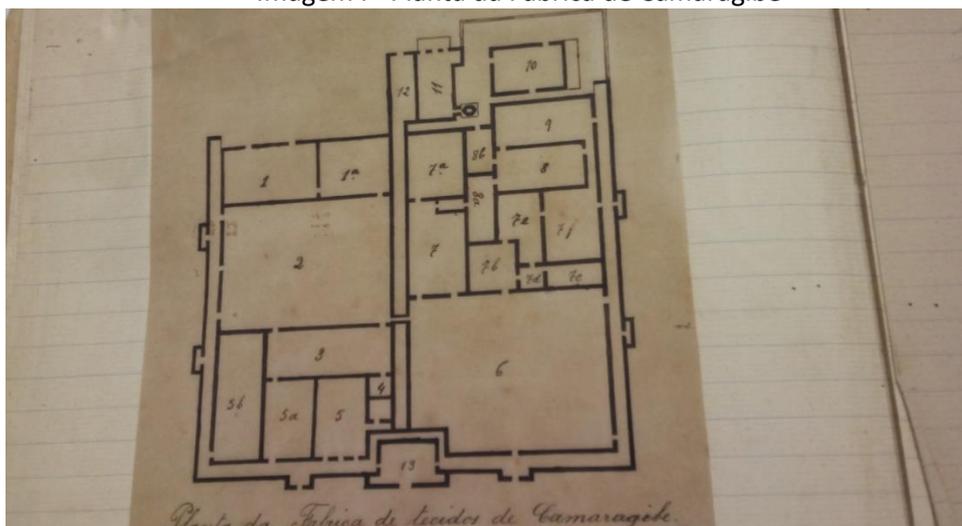
³⁹¹ Companhia Industrial Pernambucana – 1º Relatório. p. 11.

³⁹² Companhia Industrial Pernambucana – 1º Relatório. p. 41.

Se atendo ao trecho citado acima, é importante fazer menção à perseguição que era feita às moradias operárias, como os mocambos situados em zona ribeirinha ou os cortiços, sendo estes últimos, antigos prédios do século XVIII desprovidos de condições mínimas de saúde e higiene e que no entender das elites seria responsável pela degradação física e moral. Essa temática será abordada posteriormente.

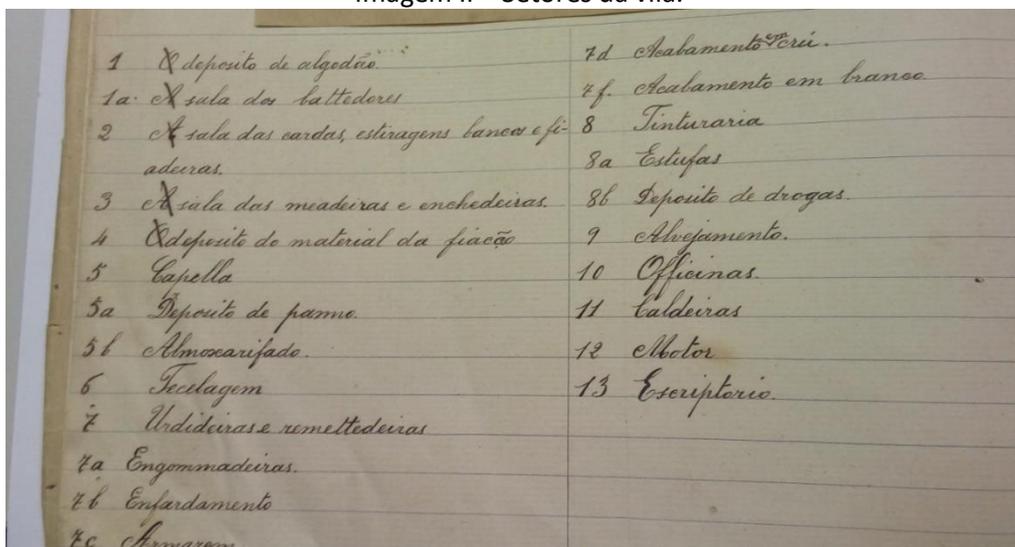
Em combate a tal cenário, a Vila Operária de Camaragibe, idealizada por Carlos Alberto de Menezes tinha o intuito de “abrigar” uma população de 1400 pessoas, tendo as casas pequenos grupos de duas ou quatro moradias e ainda um pequeno terreno, onde seria possível a criação de algum animal de pequeno porte.

Imagem I - Planta da Fábrica de Camaragibe



Fonte: Relatório da CIPER. P. 22. Ano: 1899

Imagem II – Setores da vila.



Fonte: Fonte: Relatório da CIPER. P. 23. Ano: 1899

1 – O depósito de algodão	7 f – Acabamento em branco
1 a – Sala de batedores	8 – Tinturaria

2 – Sala das cordas, estiragens, bancas e fiadeiras	8 a – Estufas
3 – Sala das meadeiras e enchedeiras	8 b – Depósito de drogas
4 – Depósito do material de fiação	9 – Alvejamento
5 – Capella	10 – Oficinas
5 a – Depósito de pano	11 – Caldeiras
5 b – Almojarifado	12 – Motor
6 – Tecelagem	13 – Escritório
7 – Urdideiras e remetedeiras	
7 a – Engomadeiras	
7 b – Enfardamento	
7 c – Armazém	
7 d – Acabamento em crú	

Na primeira imagem, podemos visualizar a planta da fábrica de Camaragibe e os seus compartimentos enumerados de um a treze, com as secções de depósito de algodão, tecelagem, engomadeiras, caldeiras e os demais setores que fazem parte do complexo fabril e administrativo das fábricas em geral. No entanto, é importante destacar o compartimento cinco, destinado à capela, que apesar de não fazer parte do complexo produtivo – como as oficinas e as caldeiras – está incluso no plano moral que norteia os rumos da fábrica desde a sua fundação.

Outro ponto que chama bastante atenção diz respeito ao item 7c, que consta um armazém na fábrica de Camaragibe. Itens como esse denotam que a fábrica não seria convencional, pois o armazém que ali estava atendia exclusivamente aos operários da fábrica que residiam naquele perímetro. As dificuldades impostas pela direção da fábrica para locomoção do operário faziam com que o operário tivesse pouquíssima circulação, tendo seu cotidiano bastante restrito entre os afazeres e os aparelhos dispostos na própria vila. Tais características reforçavam o papel das vilas como espaços que almejavam o ordenamento e exclusão através das rígidas práticas incutidas pelos diretores e retirada do convívio social com o restante da capital, formando assim, um aspecto de minicidade.

Sobre a organização operária: As corporações operárias de Camaragibe e Goyanna, continuam a prosperar, mantendo com toda regularidade os serviços destinados a assegurar o operariado o tratamento, o auxílio e o conforto durante a enfermidade, a instrução e a educação moral aos seus filhos, a paz e a tranquilidade que resultam do espírito de união e concórdia e do aperfeiçoamento moral entre os homens que, não tem se deixado absorver pela materialidade do trabalho, sabem dar a devida atenção ao lado moral e espiritual da vida, quer como operários, quer como chefes de família.³⁹³

³⁹³ Relatório da Companhia Industrial Pernambucana. Ano: 1906. Assembleia geral dos acionistas. p. 3

O material e o maquinário para a construção da fábrica foram importados da Europa por Carlos Alberto de Menezes em viagem aquele continente, que contratou uma firma inglesa chamada Platt Brothers, conhecida pela sua experiência na produção de maquinário para indústria têxtil. No entanto, o interesse não se restringia apenas à maquinaria, mas também à forma com que o operário estrangeiro, especificamente o europeu, trabalhava junto às máquinas, sendo importante perceber essa diferença para possibilitar uma melhor adaptação do operário brasileiro.

Introduzir em suas fábricas, operários estrangeiros escrupulosamente escolhidos na Europa, com todas as condições de aptidão e moralidade, aos quais fará todas as vantagens, desde a instalação em habitações cômodas e higiênicas, até a organização de escolas, hospitais, instituições de economia, beneficência e auxílio mútuo, divertimentos, etc; capazes de compensar o esforço e dedicação que deles exigirá, sem exclusão dos trabalhadores nacionais³⁹⁴.

No entanto, ao contrário da citação acima, houve inicialmente uma preferência pela mão de obra estrangeira em detrimento da nacional. Tal postura tinha influência das teorias racistas³⁹⁵, oriundas da Europa e que reverberavam nas mentes da elite brasileira, a qual tomava a classe operária brasileira como abaixo da europeia. No entanto, de acordo com o relatório mensal, fruto de reuniões entre os diretores da CIPER, a ideia de contratar estrangeiros não foi levada a diante pelo motivo exposto.

a experiência nos tem provado, que esse pessoal não se pode ligar com o nacional, pela diferença de hábitos, por uma prevenção invencível de parte a parte, pelas grandes exigências que tem e pela desproporção de salários, odiosa e mal aceita mesmo quando a superioridade de aptidões é incontestável, quanto mais quando as aptidões se tornassem iguais, pelo desenvolvimento de habilitações dos nacionais³⁹⁶

Após a constatação que a mão de obra estrangeira não seria a melhor opção, quebra-se o mito em torno da docilidade e “boa educação” que permeava o imaginário industrial brasileiro em relação ao europeu, uma vez que foi através destes que houve os primeiros contatos com as ideias de socialismo e anarquismo tão em voga no início do século XX. Os industriais tiveram que recorrer à mão de obra nacional, o que aumentava a urgência da fábrica em reforçar o seu caráter moral e ordeiro, reforçando assim a tentativa de normatizar o comportamento do operário nas horas de trabalho e também nos momentos em que estivesse em casa.

A vila operária foi construída a pequena distância da fábrica e 13 metros acima do nível da esplanada da mesma. O local elevado, em ótimas condições higiênicas, bem ventilado e favorecendo o escoamento rápido das águas, torna a vila seca e saudável, descortinando ao mesmo tempo um belo panorama. Uma arborização regular e geral muito tem

³⁹⁴ Estatutos da CIPER, de 1891.

³⁹⁵ As teorias raciais tiveram grande reverberação na Europa do final século XVII e início do XVIII e serviu de embasamento por diversas vezes para as elites brasileiras reafirmarem posicionamentos mesmo após a abolição da escravidão no final do século XIX, quando tais teorias já eram contestadas com veemência na Europa. (SCHWARCZ 1993).

³⁹⁶ Companhia Industrial Pernambucana, 3º Relatório, 1895, p. 36. Acervo Fundação Joaquim Nabuco: Coleção Carlos Alberto de Menezes, Série Produção Intelectual, Pasta sete.

concorrido para embelezamento e salubridade da mesma vila”.³⁹⁷

A fábrica de Camaragibe foi meticulosamente planejada por sua diretoria, tendo como os principais agentes Carlos Alberto de Menezes e Pierre Collier, que juntos traçaram um plano centrado em dois pontos que nortearam as decisões da fábrica. Como toda indústria alinhada às questões capitalistas, a fábrica visava o lucro que seria obtido através do trabalho dos operários. No entanto, a diferença para as que não adotavam esse modelo (fábrica com vila operária) era o perfil moralizador que se almejava de um operário moralmente adepto dos preceitos cristãos e obediente ao patrão, possibilitando uma maximização nos lucros através da exploração máxima de sua produtividade no trabalho.

O perfil catequizador que foi implantado na fábrica estava presente em vários documentos internos entre eles um relatório da Corporação operária em que dizia: “Queremos proporcionar-lhes o alimento moral da religião, esse alimento tão poderoso de moralidade, de ordem, de economia, de dedicação e de verdadeira felicidade para os homens”³⁹⁸

Na fábrica havia outras associações como, por exemplo, as Filhas de Maria, escola feminina que funcionava pela manhã com foco nas crianças e a noite com foco nos adultos. No ano de 1896 surgiram os grupos religiosos voltados para os homens, a associação de São Miguel, a de São Luiz Gonzaga e o clube musical.

Pela experiência já bem longa que temos da vida nesse tipo de associação, podemos dar testemunho do grande bem que elas tem feito aos nossos operários que trabalham com dedicação e confiança, elevam-se dia dia em moralidade e instrução, sentem-se amparados em todas as emergências da vida pela solidariedade amiga de seus companheiros e gozam da grande tranquilidade de poder educar seus filhos sob suas vistas em um meio moralizado e são.³⁹⁹

Carlos Alberto de Menezes era um homem de fortes convicções religiosas, tendo sido amplamente influenciado pela encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XII, tendo inclusive discursado no Primeiro Congresso Católico Brasileiro sediado na Bahia no ano de 1901.

a partir de Leão XIII com a encíclica *Rerum Novarum* (1891), a Igreja inicia a elaboração sistemática da Doutrina Social (DSI). Nela se constata com sentimento de dor e condenação como o operário indefeso era explorado por senhores inumanos, que extinguiram as antigas corporações medievais [...] A DSI protestava contra um trabalho convertido em mercado.⁴⁰⁰

Era um homem que através da melhoraria das condições de vida dos trabalhadores fabris, buscava minimizar o conflito de classes, base para as ideologias vermelhas como eram nomeadas o socialismo, comunismo e até mesmo o anarquismo, que no entender das elites industriais, vinha “seduzindo” operários em diversas partes do mundo. Dessa forma, além do plano moral que já fazia parte da gênese das vilas operárias, a Fábrica de Camaragibe apresentava um forte apelo religioso que estava em consonância com um projeto de moralização do operário, tornando-o mais dócil e ordeiro.

A ausência absoluta do sentimento do respeito de si e da sua dignidade de homem; a aniquilação da ideia de família,

³⁹⁷ CHERMONT, Olympio Leite. Conferência “Casas para proletários”. In: **Anais do Congresso Médico de Pernambuco**, 1909. p. 578-579.

³⁹⁸ Companhia Industrial Pernambucana, 1º Relatório. P. 41

³⁹⁹ Relatório da companhia industrial pernambucana. Ano: 1906. Assembleia geral dos acionistas. P.3

⁴⁰⁰ LIBANIO, J. B. **Jovens em tempo de Pós-modernidade**. Considerações socioculturais e pastorais. São Paulo: Loyola, 2004. P 137.

que o escravo não podia formar; o conseqüente desapego dos filhos que, como entre os animais, só lhes pertenciam enquanto não podiam dispensar os cuidados maternos, se estes mesmos não lhe eram roubados para fazer de suas mães amas de leite; a maior animalidade estabelecida em suas relações sexuais; a mulher considerando sua virgindade em pequeno valor, a negociar com o primeiro pretendente, se os olhos do senhor não a tinha marcado com a estigma de sua preferência; a ignorância arvorada em condição de existência; a ausência de sentimento religioso que não fosse uma grosseria e supersticiosa devoção; nenhuma ideia de conforto, nenhuma aspiração moral.⁴⁰¹

Em relatórios da Companhia Industrial Pernambucana que faz parte do acervo CEHIBRA localizado na Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) fica explícita a preocupação dos diretores com as condições de vida dos operários e uma pesada carga moral de cunho religioso que era imposta aos que habitassem as vilas. É importante destacar que tal preocupação estava atrelada ao debate higienista da época, ponto que será aprofundado no decorrer do trabalho.

Carlos Alberto de Menezes foi quem elaborou o projeto de cristianização da fábrica de Camaragibe. Menezes nasceu no Rio de Janeiro, filho de um engenheiro e de uma dona de casa. Na infância estudou no Colégio Pedro II, onde em 1872, se formou com a titulação de bacharel em Letras, posteriormente ingressou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde esteve de 1874 a 1878. No período de estudos na Politecnica, Carlos não havia desfrutado da companhia de professores que lhe estimulassem as questões sociais, tal influência se deu por um grupo cristão que foi fundado na Universidade de Sorbonne, na França, tendo como figura principal Frederic Ozanam, conhecidos como Vicentinos, que seguiam o lema “Vamos aos pobres”, tendo suas práticas o assistencialismo.

As matérias que eram lecionadas na politécnica não permitiam nenhuma aproximação mais íntima entre mestres e alunos, nenhum debate em torno daquelas questões essenciais que marcam os rumos da vida humana. De passagem, algum professor, talvez, procurasse proselitismo. A fermentação intelectual criadora, processava-se, a margem deles e mesmo contra eles. Apenas uma matéria, sentimos humanos, a cadeira de economia política. O professor de economia política, que, logo de partida combatia o socialismo taxando-o de puro utopismo, orientava o seu curso no sentido do naturalismo individualista e liberal.⁴⁰²

É importante destacar que as vilas operárias empreendidas pela iniciativa particular, ou seja, por empresas que se instalavam em determinada localidade, contavam com anuência do Estado, seja através da isenção de impostos ou com apoio público, em forma de elogios às iniciativas. O plano de moralização não estava apenas no âmbito industrial, era interesse do Estado um cidadão ordeiro, sadio e que não estivesse envolvido em querelas pelo novo centro das cidades.

Registramos com grande satisfação a honrosa visita que o exm Sr Dr Affson Penna, presidente da república, dignou-se a fazer à fábrica de Camaragibe. Desejando conhecer a nossa organização social, e as instituições que por iniciativa do nosso saudoso amigo, o Dr Carlos Alberto de Menezes, foram creadas e mantidas pela corporação operaria com o

⁴⁰¹ COLLIER, Op.Cit. p. 76

⁴⁰² COLLIER, Op. Cit. p. 27.

auxílio e o concurso constante da companhia, em benefício dos operários e das suas famílias.[...] Conversou com os directores da corporação operaria, colheu informações, recebeu todos os estatutos, regulamentos e relatórios das diversas associações e mostrou-se satisfeito com o que pode observar na rápida visita que nos fez. Deixando a todos, a grata impressão que patrões e operários, mereceram de seu espírito culto, de seu coração de patriota, aplausos sinceros e palavras de animação, pelos esforços que tem empregado, e que fortalecido pelo espírito cristão, esperam poder empregar sempre para melhorar o bem estar e a situação intellectual e moral das classes operarias.⁴⁰³

O trecho acima extraído do 16º relatório da CIPER relata a visita do presidente da República Afonso Penna às instalações da Fábrica de Camaragibe, o que denota um apoio não apenas às iniciativas industriais no início do século XX, como um apoio à estrutura que norteia as vilas operárias no Brasil.

A insubordinação representava um risco para as elites, que reconheciam na classe operária uma engrenagem fundamental para que a produção não fosse interrompida. Uma vez que a classe operária no entender das elites, estava exposta às doenças contagiosas e vícios oriundos das “péssimas condições de habitação”. Era importante retirar o proletário desse meio tido como caótico e incutir-lhe os valores cultuados pela burguesia, como a ordem e a salubridade. Esse panorama de caos urbano aliado às tentativas de maximização da produção e um maior controle sobre o operário, propiciou o surgimento das vilas operárias.

MEMÓRIAS E CONFLITOS TERRITORIAIS NO CEARÁ (FINS DO SÉCULO XX E INÍCIO NO XXI)

*Mário Martins Viana Júnior*⁴⁰⁴
mario_ufc@hotmail.com

Resumo: A história das populações do Nordeste do Brasil é profundamente marcada pelas intervenções promovidas ou estimuladas pelo poder público, especialmente no que diz respeito à açudagem e à irrigação. A partir da década de 1990, esse direcionamento nas políticas públicas implicou um conjunto de intervenções macro estruturais que significaram a desapropriação de grandes faixas de terra com o objetivo de implantação da irrigação artificial, através de “Perímetros Irrigados”, visando à segurança hídrica de partes e grupos específicos do Nordeste brasileiro. Diante desse contexto, o Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER) vem desenvolvendo há três anos atividades de pesquisa, ensino e extensão no sentido de identificar, preservar e promover as memórias e histórias das populações rurais cearenses que foram impactadas, nas últimas décadas, pelas ações do poder público e das empresas que representam os interesses do capital privado. Tomando a História Agrária como campo de estudo que se interessa pela investigação, análise e compreensão das relações estabelecidas no campo, lançamos mão de uma metodologia de trabalho ampla e variada. De forma concomitante, vimos realizando o

⁴⁰³ 15º Relatório da Ciper. p .20. Ano: 1906

⁴⁰⁴ Professor do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (UFC) e coordenador do Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER/UFC)

registro audiovisual através de entrevistas e filmagens (com foco em abordagens temáticas e de histórias de vida); promovendo ampla pesquisa sobre documentação escrita nos acervos de instituições públicas; e, por fim, identificando, salvaguardando e disponibilizando documentos sobre a população camponesa no Ceará.

Palavras-chave: camponato; memória; Ceará;

Introdução

A história das populações do Nordeste do Brasil é profundamente marcada pelas intervenções promovidas ou estimuladas pelo poder público, especialmente no que diz respeito à açudagem e à irrigação. Desde a primeira metade do século XIX existem registros de que o Império do Brasil emvidou esforços no sentido de tentar combater os problemas ocasionados pelas secas nesta parte do país. Naquele momento, a incipiente ideia de armazenamento da água garantiu a construção dos primeiros açudes particulares, mediante o apoio do Governo no repasse de verbas aos proprietários.

A generalização desta concepção como forma de combate às secas e aos seus problemas correlatos foi promovida no início do século XX. Englobando a construção de estradas, perfuração de poços e, principalmente, a edificação de açudes de pequeno e médio porte para a retenção de água, a concepção denominada “solução hidráulica” marcou as intervenções até os anos 1950⁴⁰⁵. Espalhados pelo semiárido, essas obras alteraram de maneira inédita a paisagem e as movimentações das populações rurais no sertão.

Para tanto o Estado se fez presente através do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Sua origem remonta ao ano de 1909, quando foi criada a IOCS (Inspetoria de Obras Contra as Secas) através do Decreto 7.619. O surgimento dessa Inspetoria na Primeira República significava o germinar de uma concepção mais racional, científica, para as intervenções no enfrentamento das estiagens. A perfuração de poços, acompanhada de um conjunto de estudos para levantamento e reconhecimento das áreas com vistas ao aproveitamento da natureza (tomada enquanto recursos naturais) foram os objetivos maiores da Inspetoria em seus primeiros anos.

Em 1919 a Inspetoria foi transformada em Instituto Federal de Obras Contradas as Secas (IFOCS). A partir de então, além das intervenções mencionadas, o Instituto assumiu funções mais específicas focadas no enfrentamento das secas pelo viés agrônomo, expresso na preocupação com o reflorestamento e a piscicultura. A terminologia DNOCS surgiu apenas em 1945, caracterizando o órgão pela busca do aproveitamento hídrico e, posteriormente, pela tentativa de desenvolvimento regional.

Apesar das suas diferentes denominações importa ressaltarmos que as ações desse Órgão não implicaram alterações significativas na questão agrária do país, até porque suas ações foram concentradas no Nordeste. Ao tratar os problemas da região sobre o viés estritamente técnico e agrícola, o Estado, através do DNOCS e de outras instituições, acabou reforçando as desigualdades já existentes. Mais que isso: foi capturado pelos grupos oligárquicos que cuidaram de drenar os recursos oriundos do Governo Federal para fins particulares, sustentando e ampliando uma longa história de privilégios, a exemplo da construção de barragens e estradas em suas propriedades:

[...] tudo isso levou que a intervenção do Estado sob a forma da ação e dos gastos do Dnocs mantivesse, mais do que transformasse, as condições de reprodução da estrutura econômica e social: conduziu, em suma, a uma forma de Estado oligárquico [...]. O Estado foi capturado por esse “Nordeste” algodoeiro-pecuário, e mais do que isso, num

⁴⁰⁵ CARVALHO, Otamar de. **A economia política do Nordeste** (seca, irrigação e desenvolvimento). Rio de Janeiro: Campus, 1988.

mecanismo de reforço, o Estado *era* esse “Nordeste” algodoeiro-pecuário⁴⁰⁶.

Em alguns lugares essas características eram ainda mais acentuadas, como no caso do Ceará:

Não é ocasional que o controle político do Dnocs tenha permanecido durante décadas nas mãos dos políticos, em particular os oligárquicos, do Estado do Ceará, talvez entre todos os estados do Nordeste o mais encarnadamente oligárquico. [...].⁴⁰⁷

Assim, por toda a primeira metade do século XX, as intervenções incitadas pelo Estado através dos poderes locais quanto à solução hidráulica parecem terem dificultado mais do que melhorado as necessidades básicas, as condições de vida das pessoas pobres, dos trabalhadores rurais sem terra, os sujeitos comuns do campo. Na grande maioria das vezes esses indivíduos foram excluídos das políticas públicas e assim ficaram à mercê das práticas de mandonismo e violência típicas do coronelismo.⁴⁰⁸ Quando muito, os excluídos foram atendidos por assistencialismos pontuais, como a doação de alimentos, ou atrelados a trabalhos a partir da mediação dos grandes e médios proprietários de terra.

Mesmo nas mobilizações de trabalho realizadas pelo Estado, os principais beneficiados acabaram sendo outros que não as pessoas comuns. A constituição das “frentes de trabalho” e, posteriormente, das “frentes de emergência” exemplificam isso: a realização de obras públicas e de melhoramentos infra estruturais nas propriedades privadas, perpassaram quase todo o século XX e acabaram empoderando ainda mais os latifundiários que controlavam esses trabalhos e direcionavam a sua execução.

Temporárias e mal remuneradas, pagas através de ínfimas remunerações em dinheiro e/ou parcas quantias alimento, as frentes implicavam uma alteração contundente da dinâmica dos territórios em virtude, por exemplo, da exigência de migrações sazonais e da presença de sujeitos e lógicas exógenas às populações rurais. Mesmo diante desses problemas, da ausência de outras opções de trabalho e das dificuldades materiais enfrentadas, eram consideradas importantes para parcela significativa da população em tempos de escassez hídrica:

[Eu trabalhava] era no pesado, fazendo cerca, tirando lenha, cavando buraco. [Tinha que ir] atrás do trabalho porque não tinha. Plantava mais o meu pai, mas aqui acolá aparecia um ano escasso, mas era ruim porque não tinha emprego aqui pra nada, ninguém fazia agricultura quase ne? Em período de seca. Nesse tempo eu era solteiro, depois que eu casei [1974] já foi melhor pra mim porque ai eu arranjava serviço era aqui na comunidade, fazer uma barragem, cavar um cacimbão, fazer poço profundo, fazer barragem com carro de mão. Era frente de emergência. O salário era tão pequeno que eu não lembro não [...], vinham umas cestas pra gente e o resto era dinheiro.⁴⁰⁹

A fala do Sr. Luís, morador da comunidade do Cipó no Tabuleiro de Russas/Ceará, ao mesmo tempo em que nos remete à segunda metade do século XX, especificamente às

⁴⁰⁶ OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma (re)ligião**: Sudene, Nordeste, Planejamento e conflitos de classe. São Paulo: Boitempo, 2008. Pp. 176 e 178.

⁴⁰⁷ OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma (re)ligião**: Sudene, Nordeste, Planejamento e conflitos de classe. São Paulo: Boitempo, 2008. P. 180.

⁴⁰⁸ LEAL, Victos Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2012.

⁴⁰⁹ Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER). Tabuleiro de Russas. Senhor Luís. Entrevista concedida a Dávila Oliveira. Comunidade do Cipó, Russas, 10/04/2015.

décadas de 1970 e 1980, nos evidencia um conjunto de experiências que apontam no sentido da importância de perceber a longa historicidade das intervenções nas vidas das populações rurais, em virtude das ações promovidas pelo Estado.

Neste caso, a exemplo da vivência relatada pelo senhor Luís, aproximadamente 1 milhão de outros moradores de 513 municípios do Nordeste foram assalariados pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), diante das baixas pluviosidades dos anos de 1979 e 1980. Tratava-se de uma intervenção ampla com objetivo de garantir a permanência dos trabalhadores no campo através do trabalho na promoção de melhorias em mais de 190 mil propriedades rurais. Era uma forma de tentar dirimir os impactos causados pelas estiagens.⁴¹⁰

Por um lado, enquanto a fala do Senhor Luís do Cipó põe em destaque a permanência de um longo processo histórico de exploração e exclusão das populações do campo no Ceará, por outro lado, aponta no sentido da importância de historicização, isto é, de investigação, entendimento, compreensão e contextualização dos significados das intervenções e relações constituídas nesse território.

De fato, existiram processos de exclusão amparados pelas diferentes lógicas estatais conjugadas às relações de poderes locais, muitas vezes, inclusive, reforçando e ampliando-as.⁴¹¹ Contudo é necessário historicizarmos essas práticas de exclusão, percebendo suas peculiaridades em cada momento, ação e intervenção, deixando de lado uma abordagem estritamente agrícola para pôr destaque a questão agrária, as concepções e os usos da terra, os seus processos de exploração e expropriação, os conflitos territoriais, entre outros elementos que componham uma história social do campo no Ceará.

Para os propósitos desta comunicação de pesquisa importa observarmos que as frentes de emergência faziam parte de um planejamento maior e mais sistemático de intervenção estatal no Nordeste. Para além das ações pontuais e salvacionistas nos momentos de estiagem, passou a existir, por exemplo, um complexo modelo de concessão de crédito rural que caracterizou a introdução do sistema bancário no campo pela Emater, acrescido da implantação de pacotes tecnológicos, entre outros. Nessa mudança, o Estado foi se tornando mais intervencionista e dirigista, à medida que passou a controlar e determinar os processos de produção estimulando uma forma de modernização agrícola.

Um dos pilares desse trabalho se constituiu na política de irrigação com desdobramentos que implicaram inúmeras interferências e impactos sobre as comunidades rurais, objetos de nossa pesquisa. Marcadamente em seu início, essa política buscou desenvolver ações que levassem os “estímulos à produção para o mercado e à criação de uma mentalidade empresarial entre os pequenos produtores”, revelando uma nova feição do Estado que surgia como um “capitalista coletivo” ou um “sócio filantropo”.⁴¹² Através da atuação de diversas instituições e da concepção e implementação de vários programas e projetos, o Estado em seus diferentes níveis foi se tornando uma ferramenta fundamental para o avanço das relações capitalistas no campo.⁴¹³

De maneira concreta a política de irrigação implicou um conjunto de intervenções macro estruturais que significaram a desapropriação de grandes faixas de terra com o objetivo de implantação da irrigação artificial, visando à segurança hídrica de partes

⁴¹⁰ BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos**: planejamento, e clientelismo no Nordeste. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.

⁴¹¹ SCHWATZ, Alf. Lógica do desenvolvimentismo do Estado e lógica camponesa. **Tempo Social**. Ver. Sociol. USP. São Paulo 2(1), 75-114, 1 sem. 1990.

⁴¹² BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos**: planejamento, e clientelismo no Nordeste. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008. P. 112.

⁴¹³ Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE-1958), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra-1970), Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS-1909), Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF-1975), Programa de Integração Nacional (PIN), Programa de Redistribuição de Terras no Nordeste (Proterra), Projetos de Desenvolvimento Racional da Irrigação (PDRIS).

específicas do Nordeste. A União ou o Governo do Estado decretavam determinados espaços como de utilidade pública promovendo a sua desapropriação para a implantação de obras e tecnologias (canais, diques, piscinas, etc.) para o fomento da irrigação.

Denominados de “Perímetros Irrigados” essas intervenções foram paulatinamente construídas em seis dos nove estados da região: Bahia (3), Ceará (14), Paraíba (3), Pernambuco (4), Piauí (6) e Rio Grande do Norte (5), totalizaram 35 perímetros de irrigação artificial construídos em menos de 50 anos. O Estado que mais recebeu obras desse tipo foi o Ceará: nele o DNOCS construiu 14 Perímetros Irrigados⁴¹⁴, isto é, 40% do total das obras, o que implicou a emissão de decretos de desapropriação de 116.303 há, isto é, aproximadamente 108 mil campos de futebol ou quase quatro cidades do tamanho de Fortaleza.

Nesse contexto o perímetro irrigado de Morada Nova foi o pioneiro construído no Baixo-Jaguaribe, entre 1968-1970. Seguindo a minuta da política de irrigação sob a lógica do dirigismo estatal de transformar pequenos agricultores em produtores capitalistas, a obra se mostrou uma importante ferramenta de destruição das lógicas de produção agrícola campesinas. Em sua concepção e implantação havia o objetivo explícito de incitar o comportamento individualista, a racionalidade técnica e uma ideologia de competição entre os agricultores. Alguns deles foram reinseridos nos seus territórios transmutados em colonos, mas a grande maioria foi simplesmente expulsa de suas terras observando a extinção de suas comunidades.⁴¹⁵

O Estado ampliou a sua intervenção pelo dirigismo e por uma lógica de colonização ao abalizar quando, como, onde e o que os colonos/irrigantes deviam produzir:

O colono que é escolhido para ocupar um lote encontra, desde a sua chegada, as regras do jogo já estabelecidas. A ele cabe tão somente seguir o modelo de comportamento social, econômico e tecnológico formulado pelo Dnocs, ou então contentar-se com a exclusão do projeto.⁴¹⁶

As políticas de irrigação, entretanto, não constituíram um ponto homogêneo e harmônico implementado ao longo dos anos. Suas alterações implicaram impactos diferenciados para as comunidades rurais. Enquanto a década de 1970 foi marcada pela lógica desenvolvimentista de busca de salvação do Nordeste, através da modernização agrícola teoricamente voltada para os pequenos produtores transformados em colonos, os anos de 1980 em diante foram caracterizados pelo avanço de novas concepções e práticas neoliberais que transformaram profundamente os perímetros irrigados.

Por um lado, a salvação das populações do campo, através da modernização agrícola, foi substituída pela estratégia de assistência social, enquanto que, por outro lado, os perímetros irrigados passaram a ser alvo do capital privado. O empresariado que antes podia ocupar apenas 25% dos lotes irrigados, por exemplo, passou a poder disputar 50% deles.⁴¹⁷ E na prática, seguindo a tendência do poder absorvente da grande exploração de tipo comercial sobre as pequenas propriedades⁴¹⁸, a ampliação da sua participação nas estruturas

⁴¹⁴ Araras Norte, Ayres de Souza, Baixo Acaraú, Curu-Paraipaba, Curu-Pentecoste, Ema, Forquilha, Icó-Lima Campos, Jaguaribe-Apodi, Jaguaruana, Morada Nova, Quixabinha, Tabuleiros de Russas e Várzea do Boi. Disponível em http://www.dnocs.gov.br/~dnocs/doc/canais/perimetros_irrigados/ce.htm. Acesso em: 28/08/2014.

⁴¹⁵ BRAGA, Ana Maria de Fátima Afonso. **Tradição camponesa e modernização**: experiências e memória dos colonos do perímetro irrigado de Morada Nova – CE. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História Social – Universidade Federal do Ceará, 2003.

⁴¹⁶ BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos**: planejamento, e clientelismo no Nordeste. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008. P. 114.

⁴¹⁷ “A Lei nº 6.662, de 1979, denominada Lei de Irrigação, determinava que 25% das terras desapropriadas para os projetos de irrigação poderiam se destinar à iniciativa privada. A Lei 9.433, de 08/01/1997, altera esse percentual para até 50%” (BRAGA, 2003, p. 58).

⁴¹⁸ PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2014.

montadas pelo Estado foi ainda maior, pois acabou apropriando terras vizinhas as suas, eliminando pequenos produtores.

Seguindo as diretrizes da Lei nº 9.433 de 08 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal e o DNOCS apresentaram em março daquele ano o documento intitulado “O Novo Modelo de Irrigação” que alterou vertiginosamente a concepção e a implantação das estruturas de irrigação artificial no país.

Esse documento assinalava o insucesso do modelo anterior de colonato, sob a alegação de três questões básicas: os critérios imperfeitos de seleção dos irrigantes; a inaptidão tecnológica e a falta de capacidade gerencial; e o paternalismo nas relações entre Estado e assentados. A partir de então, inaugurava-se um momento singular de abertura incisiva e agressiva das terras do campo aos interesses do agronegócio no Ceará e, de forma mais ampla, no Nordeste:

A “ideia-força” que preside a proposta de ampliação da participação empresarial nos projetos públicos de irrigação, é a de que as empresas desempenhem o papel de “âncoras”, implementando novas tecnologias, transformando o perfil cultural dos projetos, contribuindo para o incremento da produção e produtividade [...].⁴¹⁹

De maneira inédita na história do semiárido a lógica de livre-concorrência passou ser estimulada com forte depreciação e crítica às populações rurais. As construções discursivas operadas pelo Estado estavam estreitamente vinculadas às concepções de instituições bancárias como o Banco Mundial que trataram de (des)considerar os modos tradicionais de vida do campo como óbices ao desenvolvimento:

[...] desenhados para beneficiar exclusivamente pequenos produtores sem terra, os critérios de seleção utilizados não levaram em consideração o seu potencial de desenvolvimento. Consequentemente, a produção obtida manteve-se aquém das expectativas, levando à insolvência generalizada dos produtores, cuja falta de ambição, motivação e capacidade gerencial contribuíram para o fraco desenvolvimento do projeto.⁴²⁰

Nos anos de 1990, sob a ideia do Estado mínimo os perímetros foram submetidos a “processos de emancipação” que, na prática, implicaram o abandono por parte do Estado em relação aos pequenos produtores irrigantes dismantelando os processos anteriores. Gradativamente, a Nova Política de Irrigação ligada aos interesses e às intervenções do capital nacional e internacional fizeram com que as transformações no campo fossem extremamente intensificadas, entre o último quartel do século XX e o início do século XXI.

No Ceará, a construção e a entrega desproporcional das estruturas de irrigação artificial às empresas do agronegócio asseguraram a expansão das relações capitalistas no campo. No Baixo-Jaguaribe, em específico, a fruticultura irrigada conferiu novo ritmo de trabalho e, em pouco menos de uma década, projetou o Estado como um dos maiores exportadores do país. Entretanto, o crescimento econômico oriundo dessa atividade primária foi obtido através de um conjunto amplo e diverso de impactos causados às comunidades rurais da região que carecem de investigação histórica aprofundada.

⁴¹⁹ BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA). Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas (DNOCS). **O Novo Modelo de Irrigação & os principais perímetros públicos em fase de implementação/ampliação pelo DNOCS e Secretaria de Recursos do MMA**. ? : 1997, p. 1.

⁴²⁰ Banco Mundial. **Impactos e Externalidades Sociais da Irrigação no Semi-árido Brasileiro**. Brasília – 2004. P. 70.

Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais - COMTER

Diante do exposto e destacando-se a importância da História Agrária como campo de estudo que se interessa por investigar, analisar e compreender as relações estabelecidas no campo, criamos o Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER-UFC) com o objetivo de investigar, compreender e promover a história e as memórias das comunidades rurais cearenses que foram impactadas nas últimas décadas pelas ações do poder público e do capital privado. Trata-se de trabalho amplo e diverso com o intuito de conter a amnésia social produzida sobre as populações do campo que, para fins de apresentação desta comunicação, podemos sistematizar em três grandes projetos.

Em seu primeiro ano de atuação (2014), os integrantes do COMTER deram início ao projeto “Memória das comunidades impactadas pelos perímetros irrigados no Ceará” com foco no município de Russas, região do Baixo Jaguaribe. Nesse território foi construído o maior perímetro irrigado em extensão do Estado Ceará que implicou a desapropriação de uma área de 14 mil hectares. A implantação do Perímetro Irrigado do Tabuleiro de Russas (PITR) iniciada nos anos 1990, significou em sua primeira etapa a extinção de vinte e duas comunidades rurais⁴²¹, enquanto que a construção da segunda etapa resultou no rearranjo e reassentamento dos habitantes de oito⁴²² para três comunidades.

O trabalho desenvolvido no território se deu a partir de metodologia diversa. Inicialmente, o grupo promoveu um levantamento de dados nos acervos do DNOCS e da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte para, em seguida, realizar uma imersão no território através da instrumentalização da história oral como metodologia de pesquisa, focando na realização de entrevistas temáticas e de “histórias de vida”.⁴²³ Foram feitas aproximadamente quarenta entrevistas distribuídas entre os moradores das comunidades de Cipó, Fazenda Maia, Junco, Lagoa dos Cavalos e Peixe.

Esse trabalho investigativo trouxe à tona uma variedade de memórias individuais, o que nos possibilitou identificar um conjunto de lembranças que destoam daquelas enquadradas pela memória oficial produzida pelo DNOCS. Além do conflito de memória, essa investigação possibilitou dar visibilidade aos sujeitos, historicizar a destruição das experiências seculares de convivência com o semiárido, além de revelar e detalhar outras alterações nos modos de vida locais discutidas em trabalho recente.⁴²⁴

De forma concomitante, a partir de 2015 o grupo passou a atuar na região do Médio Jaguaribe com foco nas comunidades impactadas pela construção da barragem do Açude Figueiredo. Iniciadas em 2008, as obras do quinta maior açude do Ceará abrangeram diretamente os municípios de Alto Santo e Iracema e, indiretamente, Ererê, Potiretama e Pereiro. Inaugurada em 2013, a barragem foi erguida pelo DNOCS utilizando recursos do governo estadual e federal (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC) na ordem de 120 milhões de reais. Foram desapropriados 9.631 hectares, dentre os quais 4.985 ha projetados para serem inundados por 520 milhões de metros cúbicos d’água.

Através do projeto “Memória e patrimônio: inventário participativo pelas comunidades do Médio Jaguaribe”, o COMTER focou no objetivo geral de identificar, promover e salvaguardar o patrimônio cultural de quatro comunidades rurais (Barros, Caatingueirinha, Caatinga do Atanásio e Lapa) do município de Potiretama. Para tanto, lançou mão dos referenciais da Museologia Social e da metodologia do Inventário

⁴²¹ Lagoa Salgada; Massapé de fora; Massapé de dentro; Lagoa da Várzea; Sussuarana; Paraíba; Povoado do Mari; Canafistula de Baixo; Baixio dos Azuis; Sítio Córrego Vinte e Um; Córrego dos Estácios; Germana; Açude dos Venâncios; Córrego Salgado; Tanquinhos; Lagoa da Roça; Umari; Iracema; Capece; Liberdade; Baixio Verde; Lagoinha.

⁴²² Escondida; Bananeiras; Sítio Junco; Lagoa dos Cavalos; Córrego Salgado; Barbatão; Sussuarana; Peixe.

⁴²³ ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

⁴²⁴ VIANA JÚNIOR, Mário Martins; ALMEIDA, Diego Gadelha de. Conflitos pela memória no semiárido cearense: relações entre as comunidades rurais do tabuleiro de russas e o DNOCS. **História & Perspectivas**, Uberlândia, v. 29, n. 54, p. 85-114, jan./jun. 2016.

Participativo que promove o estímulo ao reconhecimento, preservação e divulgação dos referenciais culturais dos moradores das comunidades (celebrações, formas de expressão, ofícios e modos de fazer, edificações, lugares).⁴²⁵

Ao longo do ano de 2015 foram promovidos 14 encontros sobre a temática do patrimônio e da museologia social para formação de professores e de membros do “Grupo Jovens Transformadores Solidários”. Nesse trabalho foram construídas as fichas do inventário participativo em conjunto com os membros das comunidades. Através delas, os sujeitos do território puderam identificar e produzir informações sobre 46 bens culturais de suas comunidades.

Além de compreenderem e colocarem em prática a metodologia do “Inventário participativo” através do reconhecimento e identificação do patrimônio mediante ação conjunta entre comunidades e universidade, os jovens receberam orientação sobre técnicas de audiovisual. Assim, produziram seis curta-metragem sobre alguns dos bens inventariados tocando a problemática de preservação e salvaguarda do patrimônio local. A reflexão em torno de conceitos como museologia social, memória, patrimônio e cultura, bem como a introdução em técnicas de história oral, auxiliaram no estímulo da construção e reforço do sentimento de pertencimento e das suas percepções enquanto sujeitos históricos na construção da história local.

O projeto teve continuidade em 2016 através de dois outros desdobramentos. Por um lado, foram georreferenciados seis sítios arqueológicos e históricos descobertos pela ação do inventário participativo. Os sítios estão sendo estudados e tratados para a realização de trilhas a serem monitoradas e guiadas pelos moradores das comunidades. Por outro lado, ainda como resultado do trabalho em torno do patrimônio, a coleta de materiais inventariados está possibilitando a construção de um museu comunitário em Caatingueirinha a partir da ação coletiva dos moradores.

Por fim, cabe destacar a ação do COMTER junto ao Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (CDPDH) através do projeto “Tratamento técnico e digitalização do acervo documental da Pastoral Indigenista/CDPDH da Arquidiocese de Fortaleza”. Contemplado no Edital “Povos Originários do Brasil” do Ministério da Cultura e da Universidade Federal do Ceará, o grupo montou um laboratório de restauração para execução do trabalho que contempla acervos sobre os povos indígenas e populações camponesas diversas no Estado do Ceará.

De forma mais específica, o projeto ainda em execução consiste em uma proposta de pesquisa-ação com o intuito de realizar as diferentes etapas do tratamento técnico (identificação/arrolamento, higienização, classificação, catalogação, acondicionamento e armazenamento) visando à salvaguarda e a disponibilização digital do acervo documental formado a partir dos trabalhos de assessoria ao movimento indígena no Ceará que foram efetuados pela Pastoral Indigenista da Arquidiocese de Fortaleza durante as décadas de 1980/1990.

Em suma, o Núcleo vem desenvolvendo trabalhos de ensino, pesquisa e extensão que abordam as diversas violências, expropriações, migrações, violações de direitos e conflitos⁴²⁶, sem perder de vista a investigação das resistências, negociações e lutas cotidianas, os modos de fazer, os saberes e os costumes, entre outros aspectos que desvelam as experiências dos sujeitos no âmbito rural e que ajudem a construir uma história social do campo no Ceará.

“SOLDADOS DE CRISTO”: TRABALHO, RELIGIÃO E FAMÍLIA

⁴²⁵ Inventário participativo e Viamão: uma salutar discussão sobre o direito de valorizar. **Jornal Quarteirão**, nº45, Nov/Dez-2001-Rio de Janeiro, NOPH; IEPHA. Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais. **Caderno de diretrizes para a proteção do patrimônio cultural**. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. IEPHA, MG.

⁴²⁶ MOTTA, Marcia (orga.). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2005.

Resumo: As evidências da experiência da migração dos nordestinos para a Amazônia foram apropriadas pelos projetos estadonovistas, isso porque, em um contexto de guerra, visava-se preencher os espaços vazios da Amazônia e recrutar trabalhadores para impulsionar a produção da borracha nos seringais. Assim, havia todo um esforço em recrutar trabalhadores fortes e saudáveis, verdadeiros soldados, salvadores da Pátria, em cujo processo de civilização, progresso e fé, Estado e Igreja almejavam levar para o *front* da borracha. Neste sentido, com o intuito de compreender as interpretações sobre essa relação entre Igreja e Estado, buscou-se avaliar em que medida a família foi um elemento que encontrou ressonância nos discursos do clero e do regime de Vargas, base da sociedade e da moral.

Palavras-chave: migração, trabalho, família, religião.

Introdução

Chegou lá em Alto Santo uma lista pros rapaz de maior, vim tudo pra Fortaleza pela SEMTA né. A SEMTA num é que nem migração. **Migração que nós viemo é família** e a SEMTA é só rapaz né, fica naquele pouso.⁴²⁸

A narrativa de dona Vicência Bezerra – conhecida por Tia Vicência, devido ao seu restaurante de mesmo nome, estabelecido no Norte do País – refere-se ao processo de aliciamento realizado pelo SEMTA, no qual apenas trabalhadores solteiros eram arregimentados para os seringais, e os casados sem as respectivas famílias, cujo compromisso era *a posteriori* encaminhar-lhes mulheres e filhos, algo que não ocorreu.

Alude, também, às lembranças dos tempos difíceis vividos na floresta amazônica, bem como ao entendimento de que migração e família são termos intrinsecamente relacionados, isto é, coexistem. Por isso, mais uma vez, a relevância da família como elemento social no processo migratório. Em virtude desse entendimento, Tia Vicência com toda sapiência de quem muito já viveu e muito tem a contar, resgata de sua memória algumas cantigas cantaroladas no momento da partida, repletas de sentimento, como a expressão do amor e a dor da separação:

Eu vou pra guerra, Maria.
Amor, não fique triste não.
Eu volto Maria, eu volto.
Eu volto para pedir a tua mão.

Maria deixa a porta aberta.
Espere que a vitória é certa!⁴²⁹

A ex-seringueira, antes de cantarolar a canção, retoma a cena que tinha marcado a partida: trabalhadores, soldados da borracha em cima de caminhões, cada qual com um lenço branco à mão, cantando e acenando, “como se fosse algo ensaiado”, segundo comenta Tia Vicência, enquanto várias moças olhavam e, de certo modo, (a)guardassem (com)a esperança d(o) retorno.

Neste ponto, Alcindino dos Santos, natural de Petrolina (PE), ao descrever uma das ocasiões em que foi ao centro do Amazonas, relata com emoção o vazio que sentia de sua

⁴²⁷ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará.

⁴²⁸ Narrativa de Vivência Bezerra Costa, natural de Alto Santo (CE). In: LIMA, César Garcia. Documentário “Soldados da Borracha”: Os heróis esquecidos – Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro, Etnodoc: 2010.

⁴²⁹ *Idem. Ibidem.*

família ao viver nos seringais. Ao caminhar pelas ruas, chorando e cabisbaixo, tinha sido interrogado sobre o motivo de tanto sofrimento, ao que prontamente respondeu com a voz embargada: “o que eu sinto é está aqui jogado no meio da mata, ousente da minha família. É o que eu sinto mais. Meu coração vive imprimido, imprimido [oprimido]! Se eu tivesse asa e eu pudesse voar, eu já tinha ido embora pra meu Nordeste!”⁴³⁰

Deste modo, ao contrário do que diz Samuel Benchimol, **seringa rima com família**, pois há uma afetividade. Traduz uma batalha não só da borracha, mas uma batalha íntima, pessoal, de medo, tristeza, solidão, esperança, ao mesmo tempo em que as mulheres representavam a base de fixação e sustentabilidade dos homens nos seringais.

Neste sentido, segundo Marisa Teruya (2000), o tema família – visto como base do indivíduo e da sociedade e de inteligibilidade das relações de poder –, constitui-se como uma categoria que fomenta uma série de análises e discussões na medida em que a família representa, dentre tantas ênfases e definições, “uma instituição mediadora entre o indivíduo e a sociedade, submetida às condições econômicas, sociais, culturais e demográficas mas que também tem, por sua vez, a capacidade de influir na sociedade”.⁴³¹

Esta concepção também atende aos axiomas católicos – daí uma relação tão estreita entre Igreja/Estado neste ponto – uma vez que, conforme os princípios cristãos, a sagrada família é o esteio de uma sociedade mais justa, guardiã da moral e dos bons costumes, pois se a família declinar, a sociedade segue o mesmo rumo.

Sob a perspectiva cristã, o homem só se torna realmente forte e resistente residindo no seio familiar. Essa é uma dimensão de unidade bastante encontrada em várias passagens bíblicas. Em Gênesis, Deus cria a mulher para completar o homem, e vice-versa – “não é bom que o homem esteja só”⁴³², mas também como parte dos planos de espalhar o Seu reino por meio da família.

Historicamente, a família tem suscitado inúmeras discussões teórico-metodológicas, cujo grande referencial teórico é Gilberto Freyre, em sua obra *Casa Grande e Senzala*. Nesta obra o ponto central é a família brasileira e esta é apresentada à medida em que o autor analisa minuciosamente a cultura do País, “abordando de maneira poética o espaço, os cheiros, as cores e até os barulhos do mundo da casa grande e do complexo familiar”⁴³³ Para Freyre,

a família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América.⁴³⁴

Se tal perspectiva referendou a família patriarcal, no século XX ocorreram mudanças no seio da sociedade que afetaram diretamente a formação e organização da vida familiar,

⁴³⁰ Narrativa de Alcindino dos Santos, natural de Petrolina (PE), In: LIMA, César Garcia. Documentário “Soldados da Borracha”: Os heróis esquecidos – Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro, Etnodoc: 2010.

⁴³¹ TERUYA, Marisa Tayra. A família na historiografia brasileira, bases e perspectivas de análise. **Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Belo Horizonte, 2000, p.1. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/A%20Fam%EDlia%20na%20Historiografia%20Brasileira....pdf>>. Acesso em: mai.2015.

⁴³² Gênesis 2, v.18. In: SOCIEDADE BÍBLICA DO BRASIL. **A Bíblia Sagrada**: antigo e novo testamento. 2.ed. rev. e atualizada no Brasil. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

⁴³³ TERUYA, Marisa Tayra. *Op. Cit.*, p.4.

⁴³⁴ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. In: SANTIAGO, Silvano (Org.). **Coleção Intérpretes do Brasil** – volume I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000, p. 248.

em decorrência de uma série de desdobramentos movidos por agentes externos e internos, como as novas condições impostas no processo urbano-industrial simultaneamente à onda migratória.

Estes foram alguns fatores que impulsionaram modificações na estrutura familiar, ocasionando o enfraquecimento dos elos de parentesco, a diminuição do tamanho da família, as transformações nas relações de poder entre marido e mulher, bem como dos pais para com os filhos. Ou seja, gerou uma sucessão de mudanças advindas com os ares da modernidade e progresso, e das novas relações sociais e trabalhistas até então estabelecidas. Contudo, a família não perdeu seu mérito no seio da sociedade brasileira e manteve, em boa parte, “a moral patriarcal como medida” tutelada pela Igreja e Estado, que funcionaram como balizadores da ordem social e política.

Logo, nesse contexto a família apresenta-se como categoria de análise histórica de fundamental magnitude. Apesar de debatida por diversos enfoques e percepções pela historiografia brasileira, converge sobre a influência das relações familiares na formação do País.

Seringa rima com família

Com base nessa premissa, se voltarmos os olhos sobre as intenções civilizatórias e de povoamento de Vargas, pode-se agregar outro elemento à família: a migração, uma vez que “era a família que levava ao Amazonas ‘colonos e não transumanes’”.⁴³⁵

Neste sentido, Alcino Teixeira de Mello concorda que “seringa rima com família”, ao afirmar:

O seringueiro nordestino, como qualquer outro trabalhador, não poderia **sobreviver na Amazônia divorciado da família**. O filho solteiro tinha o pensamento e os olhos postos na casa paterna e na noiva que aguardava, ansiosa, seu regresso vitorioso. O pai e marido, nas suas noites tormentosas, via, em sonhos, a companhia distante e os filhos a lhe reclamarem a presença. Era natural que se rebelassem ante a situação tão anômala, uma vez que, à época, nem mesmo era possível a constituição de famílias ilegais, dada a escassez, no Vale, do elemento feminino, o que veio concorrer mais tarde para a implantação da imoral indústria do tráfico de mulheres.⁴³⁶

Assim, o jornal católico *O Nordeste*, de 23 de março de 1943, publica uma matéria criticando a ida de trabalhadores sem suas famílias para a Amazônia. Ficou nítida a existência de divergências dentro do próprio segmento religioso, mesmo que, naquele momento, Igreja e Estado estivessem com alianças firmadas para tal fim. No processo migratório o ideal seria que o homem se deslocasse com sua família para que fosse possível fixar raízes, pois sem uma base constituída o homem tenderia a voltar para o seio familiar ou se dispersar pelo caminho. E esse foi um dos motivos do malogro da instituição SEMTA:

[...] **“o problema definitivo da borracha somente será atendido pelas famílias.”** “Os solteiros pertencem ao grupo que visa a atender ao problema de terra”. (*opinião do então Ministro do Trabalho replicada pelo jornal*). (...) a civilização da hiléa (*sic!*) tinha que ser feita em função da mulher. O alto Amazonas é uma terra sem mulheres e, portanto, sem famílias definitivamente fixadas.

⁴³⁵ BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: um pouco – antes e além depois**. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977, p.190.

⁴³⁶ MELLO, Alcino Teixeira de. **Nordestinos na Amazônia**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1956, p. 43, *grifo nosso*.

Todos os colonizadores sabem que não é possível colonizar no sentido humano do termo sem o concurso da mulher para a constituição da família. (...)

Portanto, seria mister não esquecer na política emigratória atualmente seguida entre nós o papel da mulher na fixação do homem nos logares (*sic!*) para onde emigra. Fala-se no perigo que constitui levar famílias para uma Amazônia ainda não saneada. Mas nem a Amazônia será saneada em dois tempos nem o cearense se impressiona com perigos naturais.

É bom não esquecer o verso da canção popular: **“o homem sem mulher não vale nada”**⁴³⁷.

Por certo que se tratava de uma guerra e a Amazônia era um *front*. No entanto, aqui estava inserido o contexto da família e da migração, pois por se tratar de uma situação de urgência de guerra houve a substituição do nucleamento das famílias pela arregimentação de trabalhadores.

Como afirma Sarah Campelo (2013), os migrantes nordestinos assumiam a função de colonizadores e, caso a mulher acompanhasse seu marido, possibilitaria a fixação e povoamento da Amazônia. Portanto, houve uma contradição tanto por parte do Estado quanto da Igreja, pois qual seria, de fato, a preocupação real com as famílias? O efetivo objetivo, pelo visto, era atender aos acordos realizados com os Estados Unidos, haja vista que mesmo antes do término da guerra, as famílias que ficaram nos núcleos e os “soldados da selva” ficaram sem assistência e foram, assim, abandonados a própria sorte. Não houve zelo ao bem dos indivíduos: o foco foi o aumento da produção gumífera, à Pátria, até como corolário da “impessoalidade da guerra”.⁴³⁸

Com efeito, a família era vista como elemento primordial para a formação da sociedade e representante de um dos pilares para a sustentabilidade da moral limpa de máculas⁴³⁹; portanto, agregadora de valores para obtenção da ordem no País e, contraditoriamente, naquela conjuntura, segregada (a família) para fins “patrióticos”.

Tal perspectiva coaduna-se à extinção do SEMTA por enviar soldados da borracha sem suas famílias. De fato, houve opiniões de diversas esferas que consideraram um erro de estratégia cometido por aquele órgão, mesmo que não se possa afirmar que este foi, de fato, o motivo maior do fim da instituição. Na verdade, foram as próprias disputas existentes entre os dois órgãos responsáveis pelo processo de recrutamento e transporte dos trabalhadores (SEMTA e SAVA) que contribuíram, sobremaneira, para o descrédito das duas instituições, motivando a extinção de ambas. Com isso, originou-se um novo acordo que deu origem à Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA), criado em 14 de setembro de 1943. Conforme consta no Relatório dos Trabalhos Realizados pela mencionada instituição, “a prática havia demonstrado que a execução do serviço em dois setores não era aconselhável”.⁴⁴⁰

Este novo órgão trouxe algumas especificidades, pois enquanto o SEMTA enviava para os seringais amazônicos trabalhadores solteiros e avulsos – como eram chamados os homens casados que iam sem suas famílias –, o CAETA passou a recrutar uma diversidade de sujeitos de locais variados, além de priorizar o envio de trabalhadores acompanhados de suas famílias.

⁴³⁷ INSTITUTO DO CEARÁ. Jornal **O Nordeste**, Fortaleza (CE), de 23 de março de 1943, p.1.

⁴³⁸ HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914 – 1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, *passim*.

⁴³⁹ Para Estado e para a Igreja, era preciso cuidar da moral da família e, assim, estaria estendida a diligência com a moral da própria nação.

⁴⁴⁰ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. **Relatório da Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia**. Rio de Janeiro, dezembro de 1945, p.1.

Desta forma, qual a consequência de levar a família para um lugar considerado inóspito e inapropriado para alojar a mulher e os filhos. Para Alcino Teixeira,

Ao instalar-se a família na “colocação” do seringueiro, a barraca perdia o aspecto soturno e desolador de outrora. A dedicação da mulher e a graça e carinho dos filhos **revigoravam o espírito do sertanejo, dando-lhe novas esperanças, novas energias para prosseguir no seu afanoso trabalho.** Além da **benéfica influência espiritual** que o contacto da família proporcionava, os encargos domésticos do seringueiro diminuía. Não mais se preocupava com o preparo das refeições, nem com os trabalhos caseiros, nem com os serviços leves do roçado. Aproveitava, na extração do látex, o tempo que outrora era forçado a despender com esses misteres, e a agulha, que desajeitadamente manejava remendando a roupa que os espinhos de taboca rasgavam, era transferida definitivamente para as mãos da mulher e das filhas solteiras.⁴⁴¹

Portanto, a presença da mulher nos seringais proporcionaria uma melhor adaptação do homem ao ambiente da selva e acabaria com o sofrimento que a solidão acarretava a tantos trabalhadores vivendo nos seringais, por vezes, arrebatados pela loucura.

Essa convivência familiar – princípio da sociedade humana, assim como o sacramento do Matrimônio⁴⁴², conforme os preceitos católicos – possibilitaria ao trabalhador suportar as adversidades do dia a dia dos seringais, bem como traria um conforto de alma e de espírito aos alentos da floresta, pois os trabalhadores não se sentiriam mais sozinho.

Contudo, isso não era bem visto pelos seringalistas, pois acarretaria a diminuição da produção, haja vista que

se eles viessem com as mulheres e a filharada, ficavam muito caros. Depois, se um homem tivesse aqui [nos seringais] a família, trabalhava menos para o patrão. Ia caçar, ia pescar, ia tratar do mandiocal e só tirava seringa para algum litro de cachaça ou metro de riscado de que precisasse.⁴⁴³

Este é um enfoque pautado na exploração do trabalhador, sob a égide do capital e do econômico. Não houve uma preocupação com a integridade do elo familiar – direito sagrado do trabalhador, conforme os dogmas católicos, oriundo da dignidade de homem e de cristão⁴⁴⁴ –, pois um homem que migra sem a família está suscetível a uma probabilidade ainda maior de separar-se.

Ferreira de Castro (1972) aborda esse mote quando narra um diálogo entre o personagem Alberto, que tinha sido enviado pelo tio Macedo aos seringais, e Firmino, trabalhador conhecedor das estradas sinuosas e solitárias da selva, que menciona a dor da separação de sua família – que continuou no Ceará – e como chorou quando soube do falecimento de sua mãe:

Também tinha lá uma cunhatã, a Marília, de quem eu gostava mesmo. (...) Eu vim para o seringal mais por amor dela do que por outra coisa. Pensava arranjar saldo e voltar logo para casar. Mas a moça me esqueceu e, há dois anos, meu irmão me mandou dizer que ela tinha casado com um

⁴⁴¹ MELLO, Alcino Teixeira de. *Op. Cit.*, p.44.

⁴⁴² IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA. Carta Encíclica. Arcanum. Papa Leão XIII. Vaticano, 10 de fevereiro de 1881. In: **Carta Encíclica de sua Santidade Pio XI**, p. 5.

⁴⁴³ CASTRO, Ferreira de. **A selva**. São Paulo, Editora Verbo, 1972, p.19.

⁴⁴⁴ IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA. Carta Encíclica. **Divini Redemptoris sobre o comunismo ateu** (1937). Papa Pio XI. Vaticano. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 19.

safado de lá. Fiquei danado e pensei meter-lhe um terço na barriga, quando voltasse. Depois aquilo passou. A Marília tinha razão... Eu nunca mais voltava e se ela me estava esperando, ainda hoje não tinha homem. Eu mesmo não sei se voltarei ou não.(...) a todo o homem que sai do sertão e demora a arranjar saldo para voltar sucede a mesma coisa. Se é casado e deixou dois ou três filhos, vai encontrar cinco ou seis e a cabeça dele não pode passar pelas ombreiras da porta...Se deixou noiva, pode procurar outra moça, porque aquela já não lhe pertence...⁴⁴⁵

Logo, se a situação dos trabalhadores nos seringais é bastante discutida na literatura, a relevância de manter a unidade familiar também se faz presente, apresentando-se como forma de sobrevivência para os que viviam nos seringais. No romance o autor destaca como os laços afetivos e familiares são importantes, inclusive, no cotidiano duríssimo da selva. Além do mais, se o *Eldorado* se sobrepuja a imagem de “inferno verde” em muitas construções literárias, discursos e representações, para muitos migrantes não era diferente. Continuava, de certo modo, a despertar paixões, esperanças e sonhos, à medida que, sob essa ótica, o ideal seria ter alguém com quem compartilhar tais perspectivas – e até mesmo a desilusão.

Sobre o assunto, Cristina Scheibe Wolff apresenta como tema fulcral de um de seus estudos, o papel das mulheres invisibilizadas da floresta. Para a autora, se os seringueiros conseguiram converter a selva em seu lar, as mulheres auferiram uma proeza ainda mais esplêndida, ao reagirem e resistirem, inclusive, as violências às quais foram submetidas, e até hoje constituem o alicerce de sustentabilidade das famílias florestais. Tal perspectiva confronta-se ao fato de predominar na historiografia o trato dos seringais como territórios masculinos, apesar de existir, por certo, um desequilíbrio quantitativo de gênero na região. Enquanto no Ceará essa situação segue na contramão a da floresta Amazônica, à medida que se constitui como território predominantemente feminino, conforme expõe Raquel de Queiroz: “O Ceará, mandando para fora a flor dos seus moços, sempre foi terra pobre de rapazes. Sempre sofreu certa crise de matrimônios e uma proporção assustadora de solteironas (vitalinas, como lá as chamamos). Por esse motivo, no Ceará, sempre foi rei.”⁴⁴⁶ Não obstante, a própria explosão do látex e o conseqüente movimento migratório para a Amazônia acarretou a busca do enriquecimento e redenção, situação tal que traz as mulheres da floresta à tona – mesmo que escondidas por muito tempo nas documentações e esquecidas pela historiografia – a partir de uma pluralidade de possibilidades no cotidiano dos seringais.

“Mulheres da seringa”

Na prática, conforme relata Cristina Scheibe Wolff (1999), as mulheres também realizavam o corte da seringa, mas por um determinado tempo quando eram solteiras, não tinham filhos, quando se separavam do marido ou ficavam viúvas. Além disso, o agrupamento de mulheres às que já moravam nos seringais possibilitou a inserção nas mais variadas atividades econômicas, desde o cuidado do lar, da horta – visando à própria subsistência da família – até à extração de outros gêneros da floresta.

Outras práticas também foram bastante exercidas pelas mulheres da floresta como as de curandeiras, rezadeiras, parteiras, cujo “conhecimento e as práticas culturais nordestinas mesclaram-se nas regiões dos altos rios com práticas e conhecimentos indígenas (...)

⁴⁴⁵ CASTRO, Ferreira de. *Op. Cit.*, p.124.

⁴⁴⁶ QUEIROZ, Rachel de. A donzela e a moura torta (Crônicas e reminiscências). In: Obra reunida. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989, p.25 *apud* SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. Estilhões de uma guerra. In: GONÇALVES, Adelaide; COSTA, Pedro Eymar Barbosa (Orgs.). **Mais borracha para a vitória**. Fortaleza: MAUC/DOC; Brasília: Ideal gráfica, 2008, p.24.

repetindo as rezas, práticas e chás do Ceará”.⁴⁴⁷ Isso não quer dizer que a vida das mulheres na floresta foi marcada pelo conformismo e total resiliência. Assim como os homens, o sofrimento e a não adaptação ao meio hostil dos seringais também existiu entre as mulheres. Muitas migraram para seguir seus maridos, mas muitas não se adaptaram. É o que narra Maria Otávia, de João Pessoa (PB):

ajudava meu marido na plantação. Vim mais meu marido e quatro filhos(...). **Vim para acompanhar meu marido** que meteu na cabeça em vir para cá, não havia nada que lhe tirasse essa idéia. A minha avó se opôs quando ouviu essa história de vir. Toma cuidado minha filha, que quando a cabeça não pensa o corpo é que padece.⁴⁴⁸

Mais uma vez consta a condução da família pela migração à medida que a mulher apresentava-se como o pilar de sustentação do esposo e da relação familiar.

Outros depoimentos retratam que algumas mulheres também foram para os seringais para ficar perto de seus companheiros. Estas, porém, parecem demonstrar menos sofrimento e revolta:

Vim por necessidade, como o senhor viu, e por influência. Tudo depende agora do meu marido. Se ele achar emprego e se arranjar por aqui eu estou contente.⁴⁴⁹

Eu não sou assim [*sofrida*]. Desde que eu tomei o bonde errado, vou até o fim da linha. Eu vou mesmo para o Acre.⁴⁵⁰

Foi o meu marido que meteu na cabeça essa história de vir para cá. Parece que vou me dar bem com a terra.⁴⁵¹

Mas o que faziam essas mulheres da borracha – não no sentido literal como seringueiras, mas as que estiveram conectadas de alguma forma ao contexto em questão – além de cuidarem do lar e dos filhos e antes de decidirem migrar? Percebe-se nos depoimentos que grande parte das mulheres trabalhava na agricultura, conforme os relatos a seguir:

Nós trabalhávamos na agricultura. Eu ajudava o meu marido. Vim mais ele e um filhinho. Mas não vivíamos na miséria. Mas meteram na cabeça do meu marido para vir que esse homem enlouqueceu. Ele por si só não viria, pois é um homem acanhado. Eu tive que acompanhar ele.⁴⁵²

Ajudava meu marido na plantação. Vim com ele e um filhinho. Tenho que acompanhar pra onde ele for. Gosto do inverno, gosto sim. Não sei o que dá na gente mode vir pra cá. Também contam tantas coisas que acaba desencabeçando o pessoal todo.⁴⁵³

Neste contexto, não só as mulheres dos Soldados de Cristo marcaram os mundos da borracha.

⁴⁴⁷ WOLFF, Cristina Scheibe. **Mulheres da floresta**: uma história Alto Juruá, Acre (1890-1945). São Paulo: Hucitec, 1999, p. 134.

⁴⁴⁸ BENCHIMOL, Samuel. *Op. Cit.* p.280, *grifo nosso*.

⁴⁴⁹ Idem. *Ibidem.* p.265

⁴⁵⁰ Idem. *Ibidem.* p.270

⁴⁵¹ Idem. *Ibidem.* p.265

⁴⁵² Relato de Antônia Ferreira, de João Pessoa (PB). *In.* BENCHIMOL, Samuel. *Op.Cit.* p. 280-281.

⁴⁵³ Relato de Joana Cardoso de Figueiredo, de João Pessoa (PB). *Idem. Ibidem.* p. 281.

É o caso de Regina Chabloz que exerceu seu papel de mulher no período do Estado Novo e na Saga da Borracha, mesmo que em condições distintas das mulheres dos soldados de Cristo. Enquanto diretora do Núcleo Provisório de Famílias do Porangabussu, onde ficavam as mulheres e os filhos dos trabalhadores, Regina também veio do Rio de Janeiro para acompanhar o marido, Pierre Chabloz. Na ocasião, Regina deixou o jardim de infância, que mantinha com a mãe e uma prima, localizado em Santa Tereza (RJ), bem como sua filha, Ana Maria⁴⁵⁴, ainda pequena.

Regina Chabloz era a responsável pela organização e assistência social do núcleo familiar. Sobre as atividades que a diretora realizava estava a de assistir as mulheres e crianças nucleadas:

E aí tinha assistência as crianças também né, promover a distração das crianças e tudo, porque eram muitas crianças e as mulheres também que ficavam longe dos maridos, e eu fazia toda a correspondência delas com os maridos que estavam ausentes e assim porque a metade não sabia ler nem escrever. Então, eu escrevia as cartas, algumas que soubessem escrever, protocolava pra colocar nos envelopes direito, com o endereço certo pra eles receberem, porque eles iam parando né.⁴⁵⁵

Com efeito, Regina aproximava-se das esposas e filhos dos trabalhadores recrutados e o que mais lhe gratificava era o carinho das crianças para com ela, até mesmo pela própria experiência obtida no jardim de infância que mantinha no Rio de Janeiro.

Conforme seus relatos, Regina brincava, jogava, lia histórias e assim ensinava as mães como distrair suas crianças no nucleamento familiar em Fortaleza, que eram em grande quantidade. Isto contraria o exposto no documento institucional do SEMTA, que previa a formação materna por meio de “treinamento e educação materna na prática dos cuidados com as crianças. Esses conjuntos se farão através de lactários-clínicas infantis e enfermeiras.”⁴⁵⁶ Além disso, não permitia que os filhos apanhassem de suas mães e intervinha diretamente nesta questão.⁴⁵⁷

Desta forma, há uma ambiguidade que permeia a figura de Regina Chabloz, pois ela era a voz do Estado e da Igreja, a voz do poder – tinha total aval do SEMTA –, ao mesmo tempo em que se aproximava das mulheres e filhos dos arregimentados. Essa aproximação e afeiçoamento aconteceu dentro do núcleo de famílias e fora dele, situação que foi percebida quando Regina respondeu a indagação se houve alguma moradora do núcleo que despertou mais identificação ou carinho da parte dela:

Eu tinha uma que inclusive ela tinha uma menina da idade da Ana Maria [*filha de Regina*] e que era assim, sabe esse índio preto, num é negro não, é índio preto, ela era assim a menina, era uma graça a garota. Então, essa mandava a menina lá para casa e ela brincava com a Ana Maria, dormia lá em casa, ficava lá, até ao Teatro José de Alencar eu levei a menina pra assistir um concerto (risos). Vestia as roupas da Ana Maria nela e saia passeando com as duas né. Então, essa era a Pedrina...⁴⁵⁸

Além desta situação, Regina revela um fato curioso: uma mulher que estava nucleada e que não era casada, que viria ser sua cozinheira por muitos anos:

⁴⁵⁴ ENTREVISTA 2. Entrevistada: Regina Chabloz. Entrevistador: Wolney Oliveira, Rio de Janeiro, 2004.

⁴⁵⁵ ENTREVISTA 1. Entrevistada: Regina Chabloz. Entrevistador: Edson Holanda Lima Barboza, Rio de Janeiro, 2003.

⁴⁵⁶ ARQUIVO NACIONAL. FUNDO PAULO DE ASSIS RIBEIRO. **Esboço de Programa para a Assistência à família dos trabalhadores mobilizados**. Rio de Janeiro, AP:50; Caixa 4, Doc.56, abril de 1943, p.1-2.

⁴⁵⁷ ENTREVISTA 2. Entrevistada: Regina Chabloz. Entrevistador: Wolney Oliveira, Rio de Janeiro, 2004.

⁴⁵⁸ *Idem. Ibidem.*

Eu tive uma cozinheira também que foi de lá [*do núcleo*], essa eu não sei nem porque ela estava lá, porque ela não tinha marido, ela já era de uma certa idade e criava uma menina, tava assim com uns 10 anos nessa época. Então ela estava assim meio perdida né e tinha vindo do interior, num sei como foi e eu tomei ela como minha cozinheira e ela ficou muito tempo comigo e com essa menininhazinha dela morando lá em casa (...).⁴⁵⁹

Esse estreitamento de laços com algumas das nucleadas, por parte de Regina, não extirpa dela seu lugar de poder dentro do núcleo e de pessoa de confiança do Estado e da Igreja, à medida que os trabalhadores arregimentados “deixaram suas famílias aos cuidados do Estado, representado dentro do Núcleo pela figura de Regina Chabloz.”⁴⁶⁰ Portanto, não se tratou apenas da batalha da borracha, mas de poder, de relações pessoais, de discursos.

A busca do elo familiar: as cartas

Essa relação de poder permeava uma pluralidade de situações, inclusive na escrita das missivas. Em um comentário tecido por Regina, após ler uma epístola, fica evidente como eram conduzidos os conteúdos das escritas das cartas, pois apesar de não ser rejeitada a individualidade das remetentes, o que ainda prevalecia era uma “identidade coletiva”⁴⁶¹, aquela que se queria manter e se estabelecer. Eis parte do conteúdo da carta em questão:

Quantas noites, quantos dias, o meu coração invadido de uma infinita saudade e muitas vezes derramam-se dos meus olhos lágrimas por esta tua ausência, por tão longo tempo. Conte-me tudo como é e como passas. Eu fui assistir a tua saída com o Samuel e não mais te encontrei. Foi para mim um dia de juízo. Ursino, posso ficar tranquila? Como tu me escreves sempre e manda-me buscar com seis meses? Tua mãe manda abraço e abençoa.⁴⁶²

Após o término da leitura, Regina comenta que muitas mulheres não sabiam escrever e, portanto, era ela quem redigia. Ao relatar o que queriam enviar a seus maridos, muitas mencionavam a solidão, bem como as brigas que às vezes aconteciam no núcleo. Era uma das situações que Regina rebatia:

Você gosta de falar essas coisas pro seu marido? Ele vai ficar triste lá e num pode fazer nada né? O quê que ele pode fazer? Então, você não devia mandar dizer isso não, né? Você tem que dizer que está satisfeita, confiante, que você vai se encontrar com ele, essas coisas que você deve mandar dizer. Por que o coitado tá lá no meio do mato, recebe uma carta sua, com notícias assim de você desgostosa. Ele vai ficar triste, né? Vai ter nem força de colher borracha.⁴⁶³

No ato da escrita houve uma indução sutil por parte de Regina, visando dissuadir o que a mulher do soldado da borracha almejava informá-lo, buscando, assim, desviar o conteúdo

⁴⁵⁹ *Idem. Ibidem.*

⁴⁶⁰ GOIS, Sarah Campelo Cruz. **As linhas tortas da migração: estado e família nos deslocamentos para a Amazônia (1942-1944)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação da UFC: Fortaleza, 2013, p.122.

⁴⁶¹ *Idem. Ibidem.*

⁴⁶² LIMA, César Garcia. Documentário “**Soldados da Borracha**”: Os heróis esquecidos – Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro, Etnodoc: 2010.

⁴⁶³ Narrativa de Regina Chabloz In: LIMA, César Garcia. Documentário “**Soldados da Borracha**”: Os heróis esquecidos – Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro, Etnodoc: 2010.

da missiva por outro viés. Sob esse prisma, ocorre um processo de interpretação, uma tradução do sentimento, da experiência vivida pelas mulheres naquele momento, de forma tal, que Regina passou a orientar intencionalmente a reescrita das cartas.

Deste modo, se as correspondências tinham o objetivo de manter os laços familiares, havia outro propósito mais primordial por parte do Estado e que não se podia esquecer naquele momento: a produção do látex. E isso fica evidente.

Assim, existia uma busca de construir um discurso em prol de mascarar uma situação que não se podia mudar naquela ocasião. É relevante salientar que as cartas transcorreram de um ambiente privado – o qual deveria ser marcado pela privacidade e sigilo – para o público, uma vez que “as missivas escritas pelas mulheres do Núcleo ficaram com Regina porque foram censuradas e nunca enviadas. E as cartas dos maridos porque tinham a diretora do Núcleo como destinatária.”⁴⁶⁴

Em relação às contendas dentro dos núcleos familiares, a então Diretora era muitas vezes tachada de negligente por não interceder a favor ou contra nas brigas das mulheres.⁴⁶⁵ No entanto, a memória como lugar de poder, de pluralidade e de contrastes recorda e registra o seu próprio lugar de rememoração. Desta forma, Regina faz um registro diferente dos apresentados por algumas mulheres ao relatar: “Agora evidentemente havia brigas né, as mulheres sozinhas ali sem os maridos, de repente ficava todo mundo meio nervoso, começava a brigar e eu tinha que intervir né.”⁴⁶⁶ Nestes momentos, segundo Regina, não era preciso chamar a polícia, pois ela mesma resolvia a situação.

Outra questão interessante percebida na pesquisa realizada nos jornais, sobretudo, n’*O Nordeste* foi a reportagem de 30 de junho de 1943, cuja nota jornalística informava que estavam no SEMTA diversas correspondências encaminhadas pelos trabalhadores. E porque não estaria com Regina Chabloz, a diretora do núcleo familiar?

Ao analisarmos a matéria, percebe-se que as epístolas foram enviadas a pessoas – em grande maioria os destinatários eram casais, mas há citações de apenas homens, ou apenas mulheres – que residiam em bairros considerados nobres, como o bairro Benfica e o bairro Damas. Essa situação é constatada a partir de detalhes fornecidos pelo jornal, uma vez que informa os nomes dos destinatários, ora seguidos dos respectivos endereços completos, ora mencionando apenas o bairro. A partir desse momento temos o entendimento que foram missivas endereçadas às famílias que não foram “amparadas” pelos núcleos familiares, provavelmente, de uma classe média. Além disso, esse cenário faz com que entendamos a variedade de sujeitos que integraram a saga da borracha.

Ainda sobre as epístolas, que significado Regina atribuía a essas cartas? Quanto a essa problemática não foram encontrados registros precisos que respondessem a referida indagação. Todavia, a própria iniciativa de Regina Chabloz em preservar as missivas possibilita-nos certo entendimento sobre essa questão.

Como campo de possibilidades podemos entender quão foram significativas estas cartas para a Diretora do Núcleo. Tal perspectiva infere-se pelo fato de Regina tê-las guardado consigo por mais de meio século, após o término da batalha da borracha.

Somente por volta do início do século XXI Regina cedeu as cartas para o arquivo do Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará (MAUC). Além disso, a manutenção desse material pela ex-diretora do núcleo familiar correspondia a uma ideia de pertencimento àquele momento, à memória das relações de poder então estabelecidas. Correspondia, também, ao fato de que mesmo pertencentes a outras pessoas – mulheres que ficaram nucleadas em Fortaleza e maridos que partiram para os seringais – foram compartilhadas “por todos aqueles envolvidos, tanto em seu processo de elaboração, como em seu conteúdo”⁴⁶⁷, momentos nos quais Regina, de fato, participou diretamente.

⁴⁶⁴ CRUZ, Sarah Campelo. *Op. Cit.*, p.15.

⁴⁶⁵ CRUZ, Sarah Campelo. *Op. Cit.*, p.150.

⁴⁶⁶ ENTREVISTA 1. Entrevistada: Regina Chabloz. Entrevistador: Edson Holanda Lima Barboza, Rio de Janeiro, 2003.

⁴⁶⁷ Sarah Campelo Cruz. *Op. Cit*, p.16.

Com base neste contexto, que memória Ana Maria, filha de Regina e Pierre Chablotz, guarda sobre a participação e as atividades que seus pais desenvolveram na Batalha da Borracha? Atualmente residindo no Rio de Janeiro, quando indagada acerca do assunto em duas ocasiões, Ana Maria travou sua própria “batalha da memória”, haja vista que insistiu em não romper as amarras e manter a voz abafada a respeito do momento⁴⁶⁸. Sutilmente, apenas mencionou: “Quanto a mim, são recordações de infância, mas sempre achei que eles deram o melhor de si no que fizeram.”⁴⁶⁹

Agora, quanto à memória que Regina quis deixar de si e do momento histórico em questão, a ex-diretora do núcleo familiar destaca que ficou muito satisfeita com o trabalho que fez, apesar de os “mandachuvas” resistirem em amparar às famílias. Este ponto, mais uma vez, abre caminho para se pensar sobre onde estaria a real preocupação com a família. Inclusive, conforme Regina, “os maiores lá do serviço não queria dar apoio às mulheres. Não sabe o que eles queriam que as mulheres fizessem, mandando seus maridos embora – pois houve resistência em abrigá-las – não sabe o que eles pretendiam. Mas, enfim, fizeram o núcleo.”⁴⁷⁰ Pressupomos, assim, que esse contentamento de Regina advém por seu serviço ter sido bastante apreciado pelo SEMTA, pela organização, segurança e limpeza das famílias ali estabelecidas.⁴⁷¹

Esta lembrança feita por Regina Chablotz, do que foi sua experiência pessoal na Saga da Borracha, constitui as tessituras das operações da memória à medida que resgata certo sentimento de autovalorização do trabalho que exerceu.

Por outro lado, Regina avaliou que a Batalha da Borracha foi um fracasso. Isso porque não houve a extração de látex na proporção almejada pelos EUA, bem como sacrificaram muitos homens, mulheres e famílias que, em sua opinião, nunca mais se recompuseram. Para Regina sua própria saída do SEMTA foi conturbada devido à extinção repentina da instituição e por ter faltado ética dos dirigentes por não cumprir o que havia sido prometido aos soldados da borracha e familiares. Além disso, a miséria que assolou o povo, a fome, os descasos dos poderosos, as crianças moribundas pelas ruas, tudo isso também lhe foi chocante.⁴⁷² Não obstante, Regina representou, na ocasião, contrariamente ao que expôs, “a personificação do Estado e das promessas não cumpridas”⁴⁷³.

Regina foi para o Ceará desagregada de sua família para acompanhar o esposo, ao mesmo tempo em que esteve inserida numa situação de total ambiguidade, pois enquanto representava os interesses do SEMTA, constituía e dividia também, mesmo que por horas, os espaços vividos por aquelas mulheres que guardavam a esperança de reencontrar seus maridos. Neste sentido, a batalha da borracha também representou uma relação entre o individual e o coletivo, algo que, neste ponto, Regina viveu de igual forma. Uma batalha que deu conta da sociedade. Uma batalha que se construiu antes, durante e depois e que traz uma memória.

Com efeito, o que interessa perceber é a relação de gênero existente em todo o processo de recrutamento. Se os soldados da borracha foram considerados heróis esquecidos, deixados “à margem da História”, o que dizer das mulheres desses trabalhadores, que foram separadas de seus maridos e vice-versa, enquanto só as novas turmas recrutadas pelo CAETA passaram a migrar com os demais membros familiares. E as mulheres que ficaram em Fortaleza nos núcleos? Estas ficaram, certamente, desamparadas, da mesma forma que havia ocorrido com seus respectivos maridos que partiram para trabalhar nos seringais, dimensão presente no relato de Raimundo Nonato de Lima, natural de Jaguaruana (CE): “O governo só se interessava de colocar lá no seringal, aí pra frente

⁴⁶⁸ RAMOS, Francisco Régis Lopes. **Vidas Secas**. Rio, São Paulo: Record, 2004, p. 373.

⁴⁶⁹ Informação concedida por e-mail, endereçada a minha pessoa, em 26 de maio de 2015.

⁴⁷⁰ ENTREVISTA 2. Entrevistada: Regina Chablotz. Entrevistador: Wolney Oliveira, Rio de Janeiro, 2004.

⁴⁷¹ Idem. Ibidem.

⁴⁷² Idem. Ibidem.

⁴⁷³ CRUZ, Sarah Campelo. *Op. Cit.*, p.150.

acabou! Te cuida! Te jogo aí e tu te cuida!”⁴⁷⁴ Ou seja, estes homens estariam, portanto, desolados e isolados no trabalho extrativista do látex.

Neste cenário, as mulheres exerciam um papel fundamental em suas famílias. Eram provedoras de filhos fortes e sadios e, portanto, essenciais ao projeto de civilização e progresso do País. Além disso, mesmo as que foram inseridas no cotidiano ultrajante da floresta, lugar de purgação e purificação da alma, a constituição das relações familiares representaria o porto seguro de cada membro, onde deveriam se conservar unidos e reinventar a vida. A esperança, os desejos e a fé superavam a crueldade, a perversidade, a atrocidade, a solidão da floresta Amazônica frente aos “invasores”, “desbravadores” de seus segredos, riquezas e silêncios. Essa concepção de que a vida de seringueiro deve ser mergulhada na solidão, desvencilhado da mulher e da família, foi algo inerente aos intentos do capital, da busca do lucro e, no caso, da Batalha da Borracha, em prol do aumento da produção do látex. Estar ao lado da mulher seria questão de sobrevivência.

MULHERES EM AÇÃO: O MUNDO RURAL E AS ORGANIZAÇÕES DE OPOSIÇÃO SINDICAL NA PARAÍBA (1985-1990)

*Priscila Mayara Santos Dantas*⁴⁷⁵
pri_msd@hotmail.com

Resumo: Contemplando as atuações e movimentos em torno dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) das regiões do Seridó e Curimataú paraibanos, este trabalho objetiva problematizar as práticas sociais que resultaram nas chamadas Organizações de Oposições Sindicais, direcionados por mulheres, entre os anos de 1985 a 1990. Insatisfeitas com as precárias condições dadas a aos camponeses e sindicalistas, além da exclusão dos direitos assegurados pela sindicalização feminina, as mulheres assumem posicionamentos pioneiros frente ao poder masculino, detentor das diretorias dos STRs por longos anos, e iniciam articulações pelas regiões afim de criar grupos formadores de oposições a essas chapas. Por meio da figura masculina, ainda muito forte dentro do mundo rural, essas mulheres se inserem nas campanhas eleitorais e a partir delas promovem mudanças no interior desses espaços. Resultando da minha pesquisa de mestrado (em andamento), este trabalho ainda tem muito para ser dito, investigado e problematizado.

Palavras-chave: Sindicato; Mulheres; Movimentos.

Trabalhar com o tempo presente é partir, especialmente, dos depoimentos de indivíduos históricos vivos, ou seja, das fontes orais.⁴⁷⁶ Essas são registros de grande importância para o presente, um recurso particular desse tipo de história. Mesmo diante de

⁴⁷⁴ LIMA, César Garcia. Documentário “Soldados da Borracha”: Os heróis esquecidos – Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro, Etnodoc: 2010.

⁴⁷⁵ Graduada em História, PPGH/UFPB

⁴⁷⁶ Há muitas críticas acerca da confiabilidade das fontes orais, mas Robert Frank, no livro *Questões para a história do presente* (CHAUVEAU, TÉTART, 1999), acredita que não existe diferenças muito dispareas com relação a confiabilidade do registro oral ou documental, uma vez que “a fonte escrita é também uma fonte construída, e também tem seu grau de impureza. [...]A escritura não livre e não há pureza específica da fonte escrita.” (p. 106).

todos os seus desníveis e lacunas oferecidas pela memória⁴⁷⁷, através dessa fonte se pode dar vez e voz a pessoas que a história escrita ainda não alcançou. Da fonte oral, além de oferecer informações sobre documentos e pessoas que interessam para a pesquisa, se pode extrair emoções, gestos, sentimentos indispensáveis para a sensibilidade de uma narrativa⁴⁷⁸.

Por visar trabalhar com memórias na região do Seridó paraibano, entre 1985 e 1990, faremos uso de fontes orais, pois além de nos depararmos com pessoas pesquisadas vivas, objetivamos facilitar o acesso a perspectivas, experiências e reflexões que ampliam a compreensão em torno dos anseios e práticas da época por parte dos sujeitos entrevistados. O método de entrevista aqui utilizado se baseia na linguagem cotidiana, simples e direta, embasado pela espontaneidade do diálogo que se cria entre o entrevistado e entrevistador, uma vez que tratamos com agricultoras, sindicalistas e professoras. Também fazemos usos de fontes escritas, analisadas por meio de uma metodologia que se situa nas interfaces da história política, social e cultural, dando ênfase às simbologias, os costumes, os lugares de memória e as tradições.

Seguindo essas orientações, este trabalho contempla as articulações e movimentos em torno dos STRs da região do Seridó Paraibano, problematizando as atuações que resultaram nos chamados Grupos de Oposições Sindicais, direcionados, maciçamente, por mulheres, entre os anos de 1985 a 1990. Insatisfeitas com as precárias condições dadas a sindicalização feminina, as mulheres assumem posicionamentos frente ao poder masculino, detentor das diretorias dos Sindicatos Rurais, e iniciam articulações por toda região afim de criar grupos formadores de chapas opositoras aquelas que há mais de 20 anos dirigiam essas instituições. Por meio da figura masculina, ainda muito forte dentro do mundo rural, essas mulheres se inserem nas campanhas eleitorais e a partir delas promovem mudanças no interior desses espaços. Resultando da minha pesquisa de mestrado (em andamento), este trabalho ainda tem muito para ser dito, investigado e problematizado.

Primeiras lutas: movimentos no campo e a formação de oposições sindicais



Imagem I – Encontro de Oposição Sindical na cidade de Cubati-PB, em 1989 (Acervo fotográfico do CENEP)

A fotografia⁴⁷⁹ acima bem poderia representar um mero momento de encontro, onde pessoas aparentemente estão reunidas em prol de algo. Mas do que nos fala essa bandeira

⁴⁷⁷ Falar sobre memória é entender que este é um campo de batalhas permeado por sentimentos, desejos e experiências que modificam as lembranças, entretanto, diz Ferreira (2012), “cabe dizer que essas memórias, mais do que possibilitar entender o passado, atuam no tempo presente, e, no terreno da atualidade, é importante estar atento ao papel que cabe ao historiador.” (FERREIRA, 2012, p. 183).

⁴⁷⁸ FRANK, Robert. “Questões para as fontes do presente.” In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. **Questões para a história do presente**. São Paulo: EDUSC, 1999, pp. 103-117.

⁴⁷⁹ A fonte iconográfica contribui no sentido de melhorar nossa compreensão sobre o objeto estudado. São imagens construídas e por isso podem ser manipuladas, mas associadas a outros registros de um determinado momento nos servem de certidões visuais. São plenas de

da Central Única dos Trabalhadores por trás do senhor que logo assume uma posição de discurso? Quem é o homem da imagem acima da bandeira? Quem são as demais pessoas presentes na foto? Quem eram essas mulheres? Quais histórias se entrelaçam nesta imagem?

Se não fosse pela representação da CUT, pela presença de um padre, o de barba mais ao canto, o Pe. Possiano, pela a imagem ao fundo, no qual aparece Pe. Lorenzo, talvez essa imagem não tivesse nenhuma importância para a História, visto que não se trata de grandes personagens políticas em cenário nacional. Trazendo fragmentos *histórias*, essa fotografia demonstra organização sindical de um grupo de pessoas atentas aos folhetos em mãos, possivelmente entregues no momento.

É preenchido de olhares atentos e curiosos, traçando análises sobre outros lugares de memória e documento, que tomamos essa imagem como emblemática, posto que demarca intenções de organização por parte dos envolvidos. Um registro entendido como revelador de tramas ocultas, à espera de problematização histórica que intencione alagar narrativas de uma historiografia ainda frágil de enredos peculiares e de sujeitos (in)comuns na atuação coletiva social.

O homem que fala é um agricultor que declama seu poema, durante o *Encontro de Oposição Sindical*, na cidade de Cubati-PB, em 1989. Um entre as várias pessoas que estavam juntas durante a campanha eleitoral, inclusive com o apoio da Igreja Católica, vista a presença de padres tanto em fotografias como esta, como nos documentos analisados. Era a partir de encontros como este que a organização de lutas sindicais começa se estabelecer nas regiões do Seridó e Curimataú paraibanos, formando o que eles vão chamar de *grupos de oposição sindical*.

Ele [presidente do Sindicato] não fazia carteira pra mulheres. (...) Aí quando a gente viu a situação foi aparecendo a história que mulher ia se aposentar, e ele dizia: “Não, mulher não se aposenta não, quem vai se aposentar é o homem.” Aí eu sempre saía pra reuniões mais comadre Tedinha, mais Nega Lourdes pra Barra de Santa Rosa, Cubati. Quando havia eleição de sindicato eu ia mais elas. E lá eu comecei a ver que as mulheres tinham direito de se sindicalizar.⁴⁸⁰

A fala de dona Mocinha, moradora do sítio Porteiros, faz referência ao enfrentamento com o presidente do STR da cidade de Nova Palmeira-PB, no ano de 1989, e é bastante significativa para nós, porque demarca um ponto importante nas lutas sociais nessas regiões: mulheres insatisfeitas com os lugares que ocupam na sociedade. Os grupos de oposição sindical surgem a partir das lutas travadas por mulheres em busca da sindicalização, e tem seu início, de acordo com a documentação pesquisada, na cidade referida, Nova Palmeira, quando elas participavam dos grupos religiosos e nestes havia uma discussão em torno dos direitos dos trabalhadores, em especial, dos agricultores.

Ainda no depoimento, ela cita os nomes de Tedinha e Nega Lourdes, corriqueiros nas falas dos entrevistados enquanto líderes das mobilizações sociais, as quais estavam sempre a frente dos grupos pastorais e educativos. Juntas com outras mulheres engajadas saíam em busca de informações, conhecimentos para poder enfrentar a autoridade sindical. Para isso, reuniram mulheres agricultoras insatisfeitas com as condições trabalhistas, dando início a um

representações do vivido no tempo e no espaço. Ao utilizarmos esta fonte, precisamos reinterpretá-la, criticá-la sem tomá-la como verdade, pois é lacunar, silenciosa e impregnada de intencionalidades (PAIVA, Eduardo França. “Renovação na historiografia e na sala de aula”. In: *História & Imagem*. 2 ed., 1. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2006 (p. 11-34).

⁴⁸⁰ Luisa Marques dos Santos (Dona Mocinha). Professora e agricultora aposentada. Entrevista concedida à Priscila Mayara, em 20 de dezembro de 2013..

processo que resultou em uma organizada rede de mobilizações civis nas regiões em prol dos direitos da mulher.

Além da luta pela sindicalização feminina, os trabalhadores rurais insatisfeitos com as administrações dos STRs, unidos aos grupos de mulheres, formaram de chapas de oposição em várias cidades para as eleições sindicais, vista que a maioria dos presidentes estarem no posto desde a fundação do sindicato, na maioria das vezes, sem haver pessoas e articulações que o fizessem oposição.

Ainda na fala, Dona Mocinha faz referência a firme posição do presidente a participação feminina na instituição, demonstrando o quanto os STRs estavam marcados por uma cultura machista e patriarcal, onde só quem tinha direito eram os homens e que por isso só eles tinham acesso aos benefícios e a mínima participação política.

Aí fomos para Cuité. O caba de Cuité, Expedito, que era o presidente do Sindicato de Cuité, era uma pessoa muito esclarecida sobre o sindicato, sabe?! Lá ele deu muita explicação a gente. (...)Aí ele disse: “A senhora arrume um bando de mulher e entre a força que é seu direito”. Aí no outro dia, quando eu cheguei em casa, não soube fazer nada. Eu disse a José [esposo]: “Vou lá no mundo atrás de mulher pra nós”. Aí me mandei no meio do mundo. Lá na Espera, que era um vizinho. Lá pro Tamandúá. Aí saía de noite mais José, nós ia fazer reunião lá no Tamandúá pra arrumar gente pra o sindicato. Eu sei que com muita dificuldade eu arrumei 15 mulheres. Aí amanheceu o dia de segunda-feira, eu digo: “nós hoje vamos ao sindicato”.⁴⁸¹

No depoimento da agricultora fica clara a não conformidade por parte das mulheres com as condições impostas pelo presidente, indo buscar nas cidades vizinhas informações e conhecimentos necessários para autorizar suas exigências. Além disso, é importante frisar que essas mulheres não só queriam participar da vida sindical, mas queriam algo em troca, a aposentadoria.

Quando ela diz “Aí no outro dia, quando eu cheguei em casa, não soube fazer nada”, percebe-se que encarar lutas como essa mexiam não só no cotidiano dessas mulheres, como também no psicológico, no emocional, demonstrado a partir da preocupação e receio sobre o que estava enfrentando. O cenário marcado pelo poder masculino, onde nenhuma mulher alguma havia adentrado ou questionado acarretou possíveis sentimentos de insegurança, mas sem desistir, uniu-se com suas companheiras, formando um grupo de mulheres do campo para ir até o STR e exigir participação.

A penetração de mulheres no mundo das lutas sociais, na busca por seus direitos dentro de um instituição ou espaço públicos, perpassa pela discussão sobre cidadania, já que entendemos que a percepção desse fenômeno social no Brasil vem sendo construído a pequenos passos, especialmente a partir do processo de reconstrução da democratização no país pós ditadura, em 1985. A palavra cidadania virou moda e todos queriam propagá-la, ingenuamente, pois sabemos que ao longo desse processo, voto, conquistas sociais, liberdade de pensamento, “não garantem a existência de governos atentos aos problemas básicos da população” (p. 14)⁴⁸², seja ela do campo ou da cidade.

Ainda sobre a fala, é emblemática porque Dona Mocinha descreve sobre suas visitas as comunidades chamando as mulheres para juntas exigirem participação, saindo a noite com seu esposo para informar as agricultoras que elas também tinham direitos aos benefícios sindicais e das necessidades de haver uma mudança de gestão no sindicato. Indo de casa em casa Dona Mocinha reuniu 15 mulheres, que apoiaram os encontros passavam

⁴⁸¹ Luisa Marques dos Santos (Dona Mocinha). Professora e agricultora aposentada. Entrevista concedida à Priscila Mayara, em 20 de dezembro de 2013.

⁴⁸² CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. – 19ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

as informações aprendidas aos seus pais, tios, sobrinhos, primos e amigos de comunidade, gerando uma circulação de saberes e conhecimentos importantes na formação de uma mentalidade propícia ao engajamento social no campo.

É importante ressaltar a presença do homem trabalhador, que mesmo ainda permeado por práticas e culturas machistas, embarcou nessa luta, a exemplo do esposo de Dona Mocinha, seu José, que então sujeito coberto por um certo poder na instituição, foi uma força importante nesse movimento, pois por meio do direito a voz dentro do sindicato, eles falavam por elas. Enquanto sindicalizados munidos de direitos, os homens, em sua maioria esposos das agricultoras que embarcaram nessa luta, se colocavam como mediadores da fala feminina, dando vez às exigências, aos direitos e deveres de suas companheiras nos encontros do STR.

É válido ressaltar que o homem falar pela mulher durante os encontros e reuniões não significava tirar a autonomia feminina frente as suas lutas, mas como um veículo para registrar suas queixas e fazê-las serem ouvidas pelas autoridades, afinal, muitos dos companheiros não assumiam suas lutas, apenas apoiava a causa. Fazer-se ouvir pelos homens era uma forma de driblar a desatenção que os dirigentes tinham com relação ao papel da mulher dentro da instituição, uma exclusão não declarada, mas exercida, já que no censo comum sindicado era um “espaço masculino”⁴⁸³.

Os Sindicatos Rurais são instituições criadas, mesmo que dispersamente, durante a década de 50 e estavam atreladas ao poder do Estado diante das grandes dificuldades que encontravam para se estabelecer:

[...]a legislação trabalhista fora feita para os trabalhadores urbanos, não considerando a especificidade do trabalho no campo, além do que quase não existiam Juntas de Conciliação e Julgamento em cidades do interior, o que seria necessário para que a lei fosse aplicada. O Código Civil, utilizado para o trabalho das Ligas, permitia a organização autônoma dos camponeses, mas não a formação de sindicatos rurais. Além disso, havia grande resistência, por parte dos proprietários rurais, em aceitarem qualquer tipo de organização vinda dos trabalhadores (p. 50)⁴⁸⁴.

Dessa forma, os presidentes dos sindicatos eram os “amigos” dos prefeitos, vereadores, secretários, se tornando uma instituição conciliadora dos desejos estatais e os direitos dos agricultores, apaziguando conflitos e desentendimentos que por vezes se formavam. Sem fugir a regra, essas entidades eram marcadas por uma cultura extremamente machista e patriarcal. Vista a isso, as mulheres durante muito tempo ficaram a margem desse processo, cabendo apenas a figura masculina um lugar de direito.

Em meados dos anos 80, quando o Brasil passava pelo processo de redemocratização, onde as instituições desempenhavam um papel importante na reorganização do espaço social, chega nas regiões do Seridó e Curimataú paraibanos, a partir dos Encontros Zonais⁴⁸⁵, as chamadas “Comunidades de Formação”, redes organizadas pela sociedade civil para a divulgação sobre os direitos e deveres do trabalhador rural. Um movimento que teve apoio especialmente da Igreja Católica, ligada na época aos projetos e atividades sociais de maneira geral, dando ênfase aos problemas do campo.

O chamado novo sindicalismo surge no Brasil por volta da década de 70, sendo considerado a terceira fase dos movimentos sindicais no país. Ele retoma depois de um

⁴⁸³ SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência**. 2 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

⁴⁸⁴ ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o Sindicalismo Rural: lutas, partidos, projetos**. 2. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

⁴⁸⁵ Os Encontros Zonais são eventos, reuniões, promovidas pela Igreja Católica em parceria com os beneficiários dos Sindicatos Rurais, delimitados por um número “x” de paróquias, em sua maioria, sendo cidades vizinhas, com o objetivo de discutir tanto questões religiosas como políticas.

período de desgaste durante a ditadura civil-militar, ganhando fôlego em meados da referida década. Em agosto de 1983 os trabalhadores e sindicalistas criam a Central Única do Trabalhadores, a CUT, a maior e mais importante central de atendimento as necessidades sindicais, a qual se fixou por todo país, inclusive na Paraíba, em 1984⁴⁸⁶.

Ainda de acordo com mesmo autor, na Paraíba as oposições sindicais já aconteciam desde a década de 70 com o apoio da Igreja Católica e entidades que se formaram até a década de 80. Quando a CUT é fundada neste Estado as articulações entre movimentos populares e sindicais se tornam mais ativas, influenciando diretamente nas atuações sociais dos municípios, como percebemos nas documentações encontradas.

O arquivo pessoal de Dona Mocinha, cadernos de rascunhos, como ela costuma chamar, é um exemplo disso, pois se coloca como fontes importantes para esta pesquisa, uma vez que, no que se refere ao movimento sindical dessa época, os documentos são quase inexistentes. Neste acervo encontramos produções artísticas como resumos em forma de músicas ou poemas dos encontros em que ela participava, das cidades que visitava em busca de reuniões, das pessoas que conheceu nesse processo. Documentos produzidos por ela, agricultora e militante sindical, por isso tão peculiar para nós.

Em meio aos cadernos de Dona Mocinha, já amarelados pelas ações do tempo, nos deparamos com resumos que iam desde sua atuação como professora e agente pastoral, aos Encontros de Pastorais Rurais que aconteciam nas cidades vizinhas. Por meio da Igreja Católica, atuante frente as necessidades sociais mais básicas, as cidades circunvizinhas dialogavam, trocavam ideias, compartilhavam necessidades e carências.

Nos cadernos visitados, o primeiro evento em que Dona Mocinha faz referência é o *Encontro da Pastoral Rural* que aconteceu na cidade de Picuí, em 14 de junho de 1986. De acordo com a fonte, as discussões estavam em torno do que seria a Pastoral Rural e sua importância para a vida do homem do campo, sinalizando ser os primeiros passos para a formação dos Encontros da Pastoral Rural na região. Ainda no documento ela procura fazer uma avaliação sobre o evento, enfatizando os pontos positivos e sua influência na formação de um pensamento crítico e coletivo por parte dos agricultores: “Foi uma alerta para nós trabalhadores. Participação de todos. Houve experiência e troca de ideias. Mais entrosamento com os grupos.”. Em seguida ela cita os negativos: “Falta dos membros. Atraso de alguns membros. Pouco tempo.”

Os Encontros Zonais contavam diretamente com a participação e apoio dos padres das regiões. O *Encontro Zonal do Nordeste*, a qual Dona Mocinha também faz referência em suas escritas, ocorreu em Nova Palmeira no dia 16 de junho de 1986, contando com a presença do Pe. Donato Rizzi. Neste registro ela fala sobre ser a principal preocupação do evento a organização mútua de todos os trabalhadores na luta por exigências nas mudanças de relações e condições de trabalho dos associados aos STRs, ressaltando a importância do estabelecimento de redes que envolvam as cidades vizinhas, pois só juntas poderiam promover mudanças significativas na vida das pessoas. Entre as cidades envolvidas estavam Juazeirinho, Nova Floresta, Frei Martinho, Pedra Lavrada, Cubati, Picuí, Nova Palmeira, todas ligadas pelos padres e paróquias em diálogo.

De acordo com os relatos aconteceu em 10 de setembro de 1986 o *Encontro Zonal do Curimataú*, em Picuí, objetivando formar grupos para organizar as próximas reuniões e representar os interesses e decisões de suas respectivas paróquias. O próximo encontro estava marcado para 5 de novembro do mesmo ano, na cidade de Cuité. Em seus registros, Dona Mocinha relata sobre encontros ainda ocorridos durante o ano de 1986, como o *Encontro de Jovens* que aconteceu entre os dias 4 e 5 de outubro de 1986, no município de Lagoa Seca-PB.

Nesse sentido, é importante percebemos a preocupação em sistematizar o pensamento das trabalhadoras e trabalhadores rurais, no sentido de informá-los e conscientizá-los de que, enquanto sujeitos ativos e cidadãos de direitos, eles precisavam

⁴⁸⁶ NUNES, Paulo Giovani Antonino. O surgimento de uma nova força social: o sindicalismo cutista. *Revista Saeculum*, nº 4/5 – jan./dez. 1998-1999, pp. 287-308.

participar ativamente das atividades dos sindicatos, bem como exigir melhorias nas condições de trabalho. Havia uma mobilização em prol de dar ao sujeito do campo conhecimento suficiente para que o mesmo não fosse lesado em seu espaço dentro dessas instituições, já que por traz dos seus dirigentes havia o poder e controle do Estado, a todo momento tentando inibir reações vindas de seus filiados.

O papel da Igreja Católica nesse momento é fundamental por proporcionar o encontro de várias experiências sociais a partir dos grupos, encontros e das pastorais, dando amplitude as carências e fragilidades compartilhadas não só por um ou dois grupos, mas por vários que ali estavam estabelecidos. Cidades que, por meio do trabalho religioso, passaram a dialogar e criar redes de mobilizações sociais, fortalecendo as lutas e o engajamento político.

A partir do acervo documental do Centro de Educação Popular (CENEP), encontramos fontes que citam outros eventos acontecidos no ano seguinte, 1987, a exemplo da *Assembleia Mini-Zonal do Curimataú*, em 9 de junho, na cidade de Soledade, na qual se faziam presentes representantes de várias cidades, como Juazeirinho, Nova Palmeira, Soledade e Pedra Lavrada. De acordo com as análises feitas do registro, é a partir deste evento que percebemos a formação de um movimento em torno da ideia de promover reais oposições sindicais nos STRs nas regiões. Entre as cidades envolvidas diretamente, registradas na documentação, estavam Nova Palmeira, Picuí, Cubati, Nova Floresta e Soledade.

Embora caracterizados como encontros religiosos, o trabalho de conscientização sindical e política que vinha sendo realizado pelas pastorais desde o ano anterior, 1986, propiciou a formação de uma mentalidade tendenciosa a buscar melhorias em seus lugares de vivência, demarcando caminhos possíveis de transformação social. De acordo com a documentação e depoimentos analisados, a cidade de Nova Palmeira assume um papel de destaque nessas mobilizações, por participar ativamente dos encontros e em sua grande parte promovê-los.

O que fica explícito no *1º Encontro de Trabalhadores Rurais sobre Sindicalismo*, ocorrido em 5 de julho de 1987, na referida cidade. O relatório em formas de versos, o que era corriqueiro e peculiar na escrita das mulheres nesse período, deixa explícito a necessidade de uma organização maior entre os grupos interessados. O que se percebe é uma convocação constante para fortalecimento de alianças e a amplitude da participação coletiva.

Bom salário, mais estradas.
Pro trabalho condição,
Açudes, Reforma Agrária,
Saúde e educação.

Finalmente se chegou
À mais certa conclusão:
A vez do trabalhador
Só vira seja onde for
Com sua organização.

A ideia de organizar o trabalhador, chamá-lo para luta, engajá-lo em grupos de articulação, são constantes nos relatórios e resumos de eventos. Dessa forma, percebemos a existência de uma conscientização no sentido de ampliar as mobilizações por meio da ação coletiva, fundamental para o sucesso de suas propostas.

O papel da mulher nesse cenário foi algo diferencial, uma vez que ficava a cargo delas não só o papel de agir socialmente, mas de documentar, registrar, oficializar os encontros e acontecimentos. Grande parte dos documentos analisados até aqui, são, em sua maioria, redigidos por elas, e isso fica explícito nas cartas, músicas e poemas com autorias, nos relatórios e resumo assinados e datados, nos registros fotográficos, nas atas e diretorias. A frente dos grupos pastorais, das escolas, dos grupos de oposição sindical, as mulheres assumiram também o papel de deixar caminhos e lugares de memórias.

Além disso e em paralelo aos encontros já citados, as mulheres promoviam suas próprias discussões, pautadas nos interesses femininos dentro de toda discussão levantada até o momento. O registro disso está nos versos de abertura para o *I Encontro de Mulheres do Campo*, em Nova Palmeira, ocorrido em 26 de setembro de 1987, escrito pela professora, na época da zona rural e hoje aposentada, Maria Eliete dos Santos, moradora do sítio Porteiras. Nos versos ela diz:

“Estamos aqui reunidos
Procurando informações,
Sabendo os nossos direitos,
Queremos transformações.

Queremos associação
Pra mulher agricultora
Porque em Nova Palmeira
Só tem vez quem é doutora.

(...)Quero agora agradecer
A todos que aqui estão
Que vieram de tão longe
Com toda animação.”

Os versos produzidos pela mulher são emblemáticos, pois demonstra uma sólida carga de informações sobre seus direitos, o que torna isso o pilar para a organização e mobilização de mulheres insatisfeitas com a falta de assistência do STR para com o seu trabalho. Em busca de mais conhecimento, elas constroem diálogos com outros sujeitos e lugares, “que vieram de tão longe, com toda animação”, formando uma rede associativa de pessoas que compartilham dos mesmos interesses e anseios. Isso fica claro ao longo dos versos feitos por Eliete quando cita nomes de pessoas que possivelmente foram orientadores, assistentes técnicos, advogados das causas sindicais e trabalhistas, militantes, como a própria Penha, na qual a escritora faz referência: “A nossa amiga Penha, agradeço de coração, veio de Alagoa Grande, para nos dar atenção.”.

O movimento sindical no Brejo paraibano entre os anos de 1960 e 1970, onde a cidade de Alagoa Grande teve grande destaque, inclusive por terem mulheres a frente das mobilizações, esteve presente nas expressões e memórias dos trabalhadores e trabalhadoras rurais das regiões do Seridó e Curimataú. A figura de Maria da Penha, forte militante rural na referida cidade, foi tomada como fonte de inspiração e força para as agricultoras e mulheres envolvidas na luta. Nos depoimentos, bem como em escritas como a de Eliete, elas relatam a importância da presença de figuras como Penha na sistematização do pensamento coletivo, interferindo positivamente na adesão e no engajamento cada vez mais efetivo de mulheres as articulações.

Aqui, o papel feminino delimita, não só pelo engajamento direto em um campo marcado por líderes machistas e patriarcais, mas também pelas suas expressões artísticas, seus olhares sensíveis as causas do campo, uma característica peculiar das expressões artísticas dessa época e desse movimento. Mulheres que por meio de suas falas e escritas populares invadiam o pensamento social com o intuito de transformar uma cultura de medo e acomodação frente a situação de miséria e precariedade dos direitos cidadãs. *Estratégias* desenvolvidas para que suas mensagens em formas de versos fossem mais facilmente assimiladas pela população.

A partir das reflexões tecidas por Michel de Certeau, entendemos por *estratégia* a ação realizada a partir de um lugar próprio, já estabelecido, um “cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que o sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado”

(p. 99)⁴⁸⁷, com objetivos já moldados antes mesmo de serem posto em prática. Estratégia tem lugar, hora e alvos marcados, ela impõe e demarca, limita e determina.

Nova Palmeira, ainda tomada como foco de articulações e encontros, realizava no dia 11 de outubro de 1987 o *Encontro de Trabalhadores Rurais: Educação Popular*, onde a temática de discussão circulava em torno dos “Direitos e Deveres dos Trabalhadores”. Mais um evento onde o termo cidadania direcionava os debates e adentrava na mentalidade popular, ainda carente de uma consciência cidadã.

Nesses eventos eles também discutiam os caminhos que seriam tomados pelas trabalhadoras e trabalhadores rurais frente aos STRs. Neste encontro, em específico, ficou a cargo do membro da Equipe de Educação Política do Regional Nordeste II e da SAR (Serviço de Assistência Rural) do Rio Grande do Norte, chamado de Joscelito. O que demonstrar seguir o movimento por caminhos solidamente construídos, com as informações sendo repassadas não apenas por sindicalistas, mas pessoas institucionalizadas, embasadas não por mera troca de informações, mas sobrecarregadas de leis, de regimentos e estatutos.

Segundo o relatório deste evento, os debates se cercaram em torno de temas como o capitalismo, partidos políticos, com ênfase nos de esquerda enquanto apoios institucionais importantes na luta social e agrária. O Partido dos Trabalhadores (PT) era tema constante, por surgir enquanto ferramenta de base institucional para apoiar as causas trabalhistas.

Também encontramos no acervo documental do CENEP uma cartilha escrita em abril de 1988 intitulada “História e luta de um povo em busca de sua libertação”. No documento está registrado orientações de encontros sequenciais para serem realizados, estilo um manual norteador dos debates à serem realizados com os trabalhadores. Nesta cartilha também demarca a presente participação da religião por meio da leitura de salmos e evangelhos durante os encontros.

Para o encontro número 1, com o título “Brasil: História de um povo oprimido e marginalizado”, a orientação é que se falasse sobre a história da colonização e exploração do país para se chegar a submissão e a marginalidade da classe pobre, a exemplo a vida dura do trabalhador do campo. O segundo, “Os negros, como irmãos”, seguia as discussões ainda deixadas pelo encontro anterior, tendo por intenção abordar os grupos excluídos da sociedade, como os negros e mulheres, o que demonstra um caráter múltiplo e agregador das diferentes problemáticas sociais. Não se falava apenas nas dificuldades enfrentadas pelo mundo rural, mas elencava questões que também faziam parte das fragilidades do lugar. “Exploração do pequeno pelo grande”, título proposto para o terceiro encontro consecutivo, objetivando conscientizar as trabalhadoras e trabalhadores da situação de submissão à que estavam imersos, informá-los sobre seus direitos e deveres e de seus lugares enquanto cidadãos produtores de sua história. O quarto e último encontro proposto na cartilha, intitulado “Quem mais trabalha é o que menos tem”, reforça e amplia a discussão anterior.

Nesse sentido, é importante percebermos as estratégias traçadas para conquistar o pensamento popular e construir um consistente grupo de oposição frente aos mandos dos líderes políticos locais. A atuação das mobilizações sindicais, em especial com maioria de mulheres a frente das produções de materiais como esse, tem se mostrado uma força consistente e organizada, capaz de adentrar no universo rural e incentivar pessoas a luta direta, ao enfrentamento com os poderes locais.

É o que acontece na cidade de Nova Palmeira no ano de 1989. A formação de um movimento de oposição sindical na cidade, iniciado por mulheres insatisfeitas com a não sindicalização no STR, e as poucas que eram sindicalizadas não tinham seus direitos e benefícios reconhecidos. A brecha deixada por essa insatisfação resultou na formação de uma mobilização que destituiu o presidente do Sindicato Rural, na época por meio de eleições legais, do seu posto ocupado a quase 20 anos, desde a fundação da entidade, criada

⁴⁸⁷ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 15. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ : Vozes, 2008.

em novembro de 1972, de acordo com o livro de registro dos associados. A Ata de Fundação não foi encontrada.

De acordo com a documentação e entrevistas concedidas, este foi um movimento importante, pois foi o ponta pé para a formação de grupos de oposição sindical em outras cidades circunvizinhas, a exemplo de Cubati, que também conseguiu destituir o presidente que há muito anos ocupava o posto.

Em Nova Palmeira a chapa opositora venceu as eleições no STR em 06 de setembro de 1989. O novo presidente, Antônio Pereira Dantas, afinal, ainda era a voz masculina predominante, deu início ao processo de garantia e asseguramento dos benefícios as mulheres já filiadas e a sindicalização das demais. Luisa Marques dos Santos, Dona Mocinha, e Maria de Lourdes Ferreira, filiadas em 05 de março de 1989, ainda durante o enfrentamento com o presidente do STR na época, passaram a partir de setembro do mesmo ano a terem seus direitos reconhecidos, sendo aposentadas enquanto agricultoras anos depois.

Nesse percurso de luta e formação sindical, surge em janeiro de 1990 o Centro de Educação Popular, o CENEP, na cidade de Nova Palmeira, uma organização não governamental sem fins lucrativos, que passou a dar apoio a essas mobilizações, servindo como um suporte fundamental na dinâmica e associativismos nas regiões, uma vez que oferecia assistências com locomoção, alimentação, palestras com pessoas capacitadas, a exemplo de advogados, assistentes jurídicos e políticos. Apoios que fortaleceram os movimentos de oposição sindical. Em 25 de julho deste mesmo ano, a ONG promoveu o *Encontro em Comemoração pelo Dia do Trabalhador*.

Os *Encontros de Oposição Sindical* passaram a serem mais constantes com o apoio deste centro. A exemplo do que aconteceu na cidade de Cubati, em 06 de janeiro de 1991, em vista estarem marcadas as eleições para o STR no dia 20 do referido mês. Com o apoio do CENEP, da Área Pastoral da cidade, do vereador Babá eleito pelo PT no município em 1989, todos estes já envolvidos no chamado Polo Sindical da Borborema, criado nas duas regiões para apoiar as mobilizações sindicais. A chapa opositora ganha força frente aos associados, dando início a uma concisa e organizada campanha eleitoral, contando com o apoio efetivo de algumas comunidades rurais como o Cacimbão, Bela Vista e Capoeira. O grupo de oposição vende as eleições e a nova diretoria toma posse em 20 de fevereiro de 1991.

Os encontros e articulações sindicais não pararam por aí. Ainda segundo os documentos analisados, as reuniões ocorreram ao longo dos anos 90 nas duas regiões a partir de assistências técnicas, assessorias jurídicas, em comunidades rurais como Bela Vista, na cidade de Cubati, no sítio Umbuzeiro, município de Pedra Lavrada, por exemplo. Nesses encontros haviam leituras religiosas, cantorias, músicas, apresentação de mamulengos realizadas pelo Grupo de Fantoche Mandacaru, do CENEP. Os espetáculos deste grupo estavam direcionados por temáticas ligadas às problemáticas sociais da época, ao mundo do trabalho, alargando as estratégias e práticas desenvolvidas para formar pensamentos críticos. Fazendo uso da linguagem popular e descontraída, os vários tipos de artes adentravam no universo da população e riu a ponte para os questionamentos.

A fé, ligada à arte e atrelada ao olhar sensível e dedicado das mulheres, fez dos movimentos sindicais nas regiões do Seridó e Curimataú paraibanos terrenos propícios à atuação social, onde a cultura e o saber se tornaram armas fundamentais na formação de uma mentalidade questionadora, capaz de transformar instituições e sociedades.

JACAREQUARA: ESCRAVIDÃO, RESISTÊNCIA E A FORMAÇÃO DE QUILOMBOS NA ZONA GUAJARINA (1820 – 1860).

*Rozemberg Ribeiro de Almeida*⁴⁸⁸

rozembergr@hotmail.com

Resumo: Esta proposta de pesquisa objetiva fazer uma discussão sobre como negros, índios e outros agentes sociais construíram uma história em comum, embora muitas vezes conflituosa na Zona Guajarina (Micro-região do nordeste paraense atualmente constituída por seis (06) municípios: Bujaru, Capitão Poço, Irituia, Ourém, São Miguel e São Domingos do Capim), assim como, a utilização do território por esses indivíduos, envolvendo suas práticas sociais, ambientais e políticas durante o século XIX. Entender como se davam as relações entre os agentes que habitavam essa região é uma importante via para compreender parte da história desses povos. Assim, o desenvolvimento desta proposta de pesquisa busca contribuir com a historiografia com um estudo que visa valorizar a história de um povo através do universo da micro-história e do reconhecimento de suas particularidades. A Zona Guajarina foi de grande importância para economia paraense desde o período colonial e por isso marcada pela intensa concentração do trabalho escravo, o que contribuiu para constituição de diversos quilombos o que pode ser entendido como um ato de resistência contra o regime da escravidão. A partir disso e do estudo de caso da comunidade remanescente de quilombo intitulada Jacarequara situada nas margens do rio Guamá, pretende-se analisar de que forma as relações sociais e a resistência contra o processo de escravização contribuiu para a formação desses quilombos. Portanto é fundamental compreender que a comunidade do Jacarequara, assim como tantas outras comunidades da Amazônia, teve sua origem a partir da fuga de negros e índios da escravização por parte dos brancos. Essa resistência ao escravismo e, a busca pela liberdade, permitiu que negros africanos e índios amazônicos estabelecessem as mais diversas relações, inclusive relações matrimoniais, o que contribuiu para que muitas dessas comunidades resistissem até a atualidade.

Palavras chave: Índios, negros, lutas e mestiçagem.

Introdução

Falar da presença africana na Amazônia ainda causa certa estranheza, pois por muito tempo houve a ideia de a Amazônia ser marcada como uma região de cultura indígena, isso fez com que a discussão sobre escravidão e a cultura africana fossem colocadas num segundo plano, dessa forma durante muito tempo esse tema constituiu-se num verdadeiro vazio na historiografia regional. A partir da década de trinta do século passado começaram a surgir os primeiros estudos sobre a presença africana na região Amazônica⁴⁸⁹.

Em relação a esses estudos na região, podemos citar alguns de seus pioneiros tais como; Manuel Nunes Pereira com *“A Introdução do Negro na Amazônia”* em 1938, Artur Cezar Ferreira Réis com *“O Negro na Empresa Colonial dos Portugueses na Amazônia”* em 1971, António Carreira com *“As Companhias Pombalinas de Navegação e o tráfico de escravos entre a costa africana e o nordeste brasileiro”* em 1969 e Vicente Salles com o seletor

⁴⁸⁸ Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialista em Educação Social para Juventude pela Universidade Estadual do Pará (UEPA). Especialista em Saberes Africanos e Afro brasileiros na Amazônia (UFPA), Mestrando em História Social da Amazônia (IFCH/UFPA) e Professor da Educação Básica na rede pública do Estado do Pará (SEDUC-PA).

⁴⁸⁹ FUNES, Eurípedes A. **Nasci nas matas, nunca tive senhor** - história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. Tese de Doutorado apresentada na FFLCH/USP, São Paulo. 1995, p.10.

“*O Negro no Pará Sob Regime da Escravidão*” que é um marco na historiografia regional sobre essa temática⁴⁹⁰.

A partir de então surgiram novos horizontes para entender a escravidão negra na Amazônia, dessa forma muitas portas foram abertas para novas pesquisas, mostrando também como deveriam ser feitos os procedimentos metodológicos para a realização de trabalhos referentes a esse assunto. Para que tal perspectiva seja fundamentada, tornou-se de grande valia o estudo das comunidades quilombolas onde é possível observar essa presença negra através de festas religiosas, manifestações culturais, culinária e muitos outros valores e saberes que se encontram também introduzidas em nosso cotidiano.

Nesse sentido este estudo é importante dada à significativa presença do negro no Pará desde o período colonial, e a sua notável participação na formação da sociedade paraense⁴⁹¹. Ressalta-se que não apenas no Pará, mas também em toda a sociedade brasileira é enorme a presença dos negros nos mais diferentes aspectos, seja na cultura, na religião, na culinária e na formação do pensamento.

Este trabalho também buscar quebrar um pouco do paradigma da história tradicional que supervaloriza as fontes escritas em detrimento das fontes orais, fazendo parecer que a produção do conhecimento histórico não existe sem as famigeradas fontes escritas, calando assim milhares de vozes que poderiam alargar a reflexão e compreensão de muitos fenômenos históricos. Ressalta-se ainda, que muito das fontes documentadas foram escritas de acordo com os interesses dos grupos dominantes e repressores e podem também ter falhas. “É aconselhável não se render aos documentos da repressão [...]”⁴⁹².

Quando se estuda as comunidades remanescentes de quilombos, as lembranças de seus moradores possibilitam a entrada em suas raízes históricas, fazendo dessa forma, com que o passado que sempre esteve presente em suas memórias se torne mais vivo⁴⁹³, dessa forma este artigo não foi produzido apenas levando em conta as fontes escritas e bibliografias, mas também, fontes orais, levantadas a partir da coleta de dados por meio de entrevistas com moradores da comunidade quilombola foco desta pesquisa intitulada Jacarequara.

Porém antes de adentrar propriamente na história dessa comunidade, faz-se primeiro uma pequena análise sobre a trajetória da história da escravidão, feito isso, observa-se como aconteceu esse processo na Amazônia. De tal modo teremos uma visão geral da dinâmica escravista no Brasil, indo desde o tráfico negreiro até a formação dos quilombos.

1. Panorama sobre a escravidão e seu processo de introdução no Brasil e na Amazônia

A escravidão faz parte da história da humanidade desde tempos longínquos, onde pela força, diferentes povos escravizavam seus semelhantes. “A escravidão é a relação social instituída entre os homens, que concede a uns o direito de propriedade sobre os outros seres da mesma espécie [...], houve escravidão em diversos períodos da história, nas mais diferentes civilizações [...]”⁴⁹⁴.

Na modernidade a escravidão se transformou num negócio de grande rentabilidade, principalmente para países como: Espanha, Portugal, Inglaterra, Holanda e França que a partir do século XVI se dedicaram intensamente ao comércio de pessoas escravizadas, que se tornou um lucrativo negócio.

⁴⁹⁰ Idem, p.11.

⁴⁹¹ SALLES, Vicente. **O Negro na Formação da Sociedade Paraense**. Textos reunidos/ Vicente Salles. Belém: Paka-Tatu, 2004.

⁴⁹² MAESTRI, Mário. **A Servidão negra**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

⁴⁹³ FUNES, Eurípides A. **Nasci nas matas, nunca tive senhor** - história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas, p.16.

⁴⁹⁴ NEVES, Gilberto. **Educar Para Igualdade: Combatendo o Racismo na Educação**. Uberlândia: Ed. Sincope, 2008, p.12.

“Na América Latina os povos indígenas foram os primeiros alvos dos europeus para garantir o suprimento de mão de obra para seus engenhos e fazendas”⁴⁹⁵. É evidente que estes povos não aceitaram passivamente a escravização, mediante essa resistência e o impacto da colonização muitos acabaram sendo eliminados. Além de perderem a vida nas guerras também morriam por doenças trazidas pelos europeus e os maus-tratos impostos pelos mesmos, o que provocou uma rápida escassez nessa categoria de mão de obra.

“No Brasil a escravidão iniciou-se com os índios [...]”⁴⁹⁶, no entanto, “a escravidão mais importante foi a dos africanos e seus descendentes”⁴⁹⁷, isto porque para o colonizador ela representava também a efetivação do tráfico negreiro, mecanismo muito lucrativo a partir do qual eram trazidos os africanos escravizados para o Brasil e outras partes do continente americano, ressalta-se que quando se fala de africano não estar se referindo a um único povo, mas sim de uma grande diversidade étnica e cultural de várias regiões diferentes (Angola, Guiné, Moçambique e outros.) de um continente chamado África, o Berço da Humanidade.

Assim, devido à grande redução da mão de obra indígena a saída encontrada pelos conquistadores foi a introdução compulsória de africanos no Brasil. Essa introdução acentuou-se ainda mais depois da proibição do trabalho cativo dos nativos pelo Papa Paulo III, que decretou em 1537 as Bulas “Veretas Ipsa” e “Sublimes Deus” nessas além de reconhecer os índios como seres humanos também proibia sua escravização no Novo Mundo⁴⁹⁸.

Além da igreja (particularmente os jesuítas) o próprio Estado português se mostrou a favor dos indígenas ao condenar e reprimir a sua escravização⁴⁹⁹. No entanto, não se pode afirmar que a partir de então a escravidão indígena foi totalmente eliminada, mas é inegável que esse fato aliado a outros como a redução do número dos nativos por morte ou fuga, tenha contribuído para a opção do negro africano como força de trabalho nas novas terras, além do mais o tráfico representou um lucrativo negócio para acúmulo de capital envolvendo pelo menos três continentes⁵⁰⁰ (Europa, África e América).

Nesse sentido, o Brasil foi um dos países que mais utilizou trabalhadores escravizados. Desde o período colonial teve como base de sua economia a mão de obra escrava primeiramente indígena e depois, ainda no século XVI passou-se a utilizar à negra. A primeira leva de negros vindos da África teria chegado ao Brasil por volta de meados do século XVI⁵⁰¹. A partir de então a escravidão indígena passou a conviver simultaneamente com a escravidão negra. Assim, na América Tropical constituiu-se uma sociedade de base agrária, economia escravocrata e híbrida de índios e negros⁵⁰².

Para o bom desenvolvimento da economia era fundamental a força de trabalho, nesse sentido a mão de obra do negro africano transformou-se em um elemento de grande importância para garantir o funcionamento dessa dinâmica, assim “[...] se transformando na mola propulsora nas mais diferentes atividades produtivas, seja no campo ou nas cidades”⁵⁰³. Retomando a questão da introdução do africano no Brasil, esta se deu intensamente através

⁴⁹⁵ TRECCANI, Girolamo Domenico. **Terra de Quilombo**: Caminhos e Entraves do Processo de Titulação. Belém: Programa Raízes, 2006, p.24.

⁴⁹⁶ NEVES, Gilberto. **Educar Para Igualdade**: Combatendo o Racismo na Educação.

⁴⁹⁷ WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José C. **A Formação do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1994, p.192.

⁴⁹⁸ TRECCANI, Girolamo Domenico. **Terra de Quilombo**: Caminhos e Entraves do Processo de Titulação.

⁴⁹⁹ WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José C. **A Formação do Brasil Colonial**, p.194.

⁵⁰⁰ AMARAL, Assunção. Caminhos negros e a afrodescendência na Amazônia. *In* Marilu Márcia Campelo, Raimundo Jorge de Jesus, Zélia Amador de Deus (orgs). **Entre os rios e as florestas da Amazônia**: Perspectiva, memória e narrativa de negros em movimento. Belém: UFP; GEAM, 2014.

⁵⁰¹ BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão Negra no Grão-Pará (Sécs. XVII-XIX)**. Belém: Paka-Tatu, 2001, p.56.

⁵⁰² FREIRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1976.

⁵⁰³ TRECCANI, Girolamo Domenico. **Terra de Quilombo**: Caminhos e Entraves do Processo de Titulação, p.29.

do tráfico negreiro, este se transformou na base de sustentação da lavoura⁵⁰⁴, percebe-se então que as relações econômicas estavam intimamente ligadas a essa atividade.

Contudo, não podemos afirmar que o tráfico tenha gerado a escravidão negra no Brasil, pois como já vimos, com a insuficiência cada vez maior da disponibilidade de escravos indígenas, foi atendida uma procura já existente, o que se deu pela importação de africanos escravizados. No entanto, apesar dessas questões, não podemos nos render ao discurso da colonialidade, pois, “[...] há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias [...]”⁵⁰⁵. Assim, fica a pergunta, o que realmente levou os portugueses a optarem pelos africanos para o trabalho forçado no Brasil foi o fenômeno de extinção dos povos nativos? Não intenciono aqui dar uma resposta fechada para tal indagação, porém, podemos fazer algumas reflexões para termos uma dimensão mais ampla de entendimento.

Para tal tarefa podemos destacar que Portugal já importava africanos desde 1443⁵⁰⁶, ou seja, o processo de ocupação e colonização do que viria ser o Brasil ainda nem existia e os portugueses já traficavam homens, mulheres e crianças da costa africana. Dessa forma, podemos compreender que a introdução do negro escravizado no Brasil faz parte de estratégias comerciais, uma vez que com o tráfico negreiro para colônia brasileira o acúmulo de capitais seriam maiores, atendendo assim os interesses de traficantes, comerciantes escravagistas e do próprio Estado português. Como podemos notar a seguir;

A lógica desse tipo de comércio iniciava no século XV e XVI, com a captura dos negros nas colônias europeias na África, em seguida transportados pelo Oceano e comercializados as grandes escravagistas; estes transformaram o tráfico em um lucrativo setor de comércio colonial que enriquecia tanto os escravagistas quanto ao império, a exemplo do português⁵⁰⁷.

Devemos lembrar ainda que além do Estado português, comerciantes escravagistas e traficantes de negros, a própria igreja católica tinha interesse na escravidão do africano, pois assim teria mais autonomia no processo de catequização e submissão do indígena à sua lógica religiosa e civilizatória, moldada a partir do sistema de produção de acúmulo de capital. Uma vez que antes da introdução do negro africano na economia brasileira eram os índios a mão de obra predominante, o que dificultava a sua dominação pelas ordens religiosas e intensificava os conflitos com os colonos pelo controle dos nativos.

O tráfico negreiro se transformou em um negócio de grande rentabilidade para os traficantes de africanos escravizados, do ponto de vista econômico foi um dos mais importantes empreendimentos comerciais do mundo atlântico, chegando até organizar associações para o melhor funcionamento do negócio. Na África os traficantes se aproveitavam das guerras entre as várias tribos existentes no território, onde os vencidos eram aprisionados e vendidos aos traficantes no litoral africano⁵⁰⁸.

A escravidão então se transformou certamente no traço mais marcante da história do Brasil. Durante mais de três séculos a principal relação de trabalho verificado na maior parte do território brasileiro foi essa categoria de mão de obra, cujo trabalhador não era visto como um ser humano, mas sim um objeto pertencente a outro homem, ou seja, uma mercadoria

⁵⁰⁴ MALHEIRO, Perdigão. **A Escravidão no Brasil. Ensaio Histórico, Jurídico, Social**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2º vol. 1976, p.55.

⁵⁰⁵ PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Apresentação da edição. In Edgardo Lander (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo ciências sociais: Perspectivas latino-americanas**. 2005.

⁵⁰⁶ AMARAL, Assunção. Caminhos negros e a afrodescendência na Amazônia, p.83.

⁵⁰⁷ Idem.

⁵⁰⁸ WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José C. **A Formação do Brasil Colonial**.

que poderia ser comprada e vendida a qualquer momento. “Considerado uma coisa, o escravo não tinha personalidade jurídica, não era cidadão, nem mesmo ser humano [...]”⁵⁰⁹.

Na Amazônia, se comparada ao resto do Brasil a introdução da mão de obra escrava negra foi tardia e vagarosa. Foi bastante lenta a entrada do negro no mercado de trabalho amazônico, provavelmente ela só aconteceu devido a uma grande pressão exercida pelos colonos que necessitavam de braços para suprir a carência de mão de obra local, haja vista que a mesma era cada vez mais “deficitária”⁵¹⁰. “Fica implícito que havia uma sucessão de pedidos de escravos da parte de particulares e/ou Câmeras das diversas vilas”⁵¹¹.

A região amazônica por muito tempo utilizou o trabalho cativo dos índios. “No Estado do Grão-Pará e Maranhão o indígena constituiu em quase todo o período colonial a força motriz de um sem número de atividades”⁵¹². A base do trabalho escravo na Capitania do Grão-Pará até meados do século XVIII foi à mão de obra indígena⁵¹³. Coube aos ingleses no final do século XVI e início do XVII a primazia da introdução do trabalho escravo do negro na foz do rio Amazonas e na costa do Amapá⁵¹⁴, porém essa dinâmica só se acentua a partir de meados do século XVIII com a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Esta companhia introduziu em 20 anos (entre 1757 e 1777) aproximadamente 25,365 escravos negros nos portos da Capitania do Grão-Pará e Maranhão⁵¹⁵.

No Pará, assim como no resto do Brasil a vivência do negro foi marcada por uma trajetória de trabalho forçado e repressão tanto física quanto ideológica, diante dessa situação vale ressaltar que os negros nunca aceitaram pacificamente a escravização, diante disso, a fuga de escravos na Província do Grão-Pará tornou-se um processo rotineiro e até certo ponto incontornável⁵¹⁶. Foram várias as formas de resistência ao trabalho escravo, desde atos de resistência individual como suicídio ou assassinato de feitores e senhores, até atos de resistências coletivas, como seus cantos à noite nas senzalas, ou a fuga para as matas e sertões. A fuga para os sertões significava em muitos casos a formação de comunidades negras independentes do domínio dos brancos, essas comunidades eram chamadas de quilombos ou mocambos.

É fundamental perceber que os escravizados, mesmo sujeitos a uma série de limitações impostas pelo sistema escravista, buscavam a construção de determinados espaços que lhes permitissem conquistar momentos de autonomia, direito e liberdade, o que era conseguido geralmente com as fugas e formação de quilombos. “No Brasil colonial - em quase todas as áreas - foram inúmeros os quilombos formados”⁵¹⁷. Nos quilombos os negros também mostravam a sua capacidade de organização e articulação com outros indivíduos e grupos⁵¹⁸.

⁵⁰⁹ SALLES, Vicente. **O Negro no Pará: Sob o regime da escravidão**. 3ª ed. revista ampliada. Belém: IAP; Programa Raízes, 2005, p.173.

⁵¹⁰ FUNES, Eurípedes A. **Nasci nas matas, nunca tive senhor** - história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas, p.30.

⁵¹¹ VIRGOLINO, Anaíza & FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. **A Presença Africana na Amazônia Colonial: Uma notícia histórica** (Documentos Históricos). Belém: Arquivo Público do Pará, 1990, p.39.

⁵¹² COELHO, Mauro Cezar. Uma lei colonial. IN: **Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na Amazônia a partir da colônia: o caso do Diretório dos índios (1751-1798)**. (tese de doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p.135.

⁵¹³ GOMES, Flavio dos Santos. **Outras Fronteiras da Liberdade: Mocambos no Grão-Pará (1732-1816)** IN: **A Hidra e os Pântanos: Quilombos e Mocambos no Brasil (Sécs. XVII-XIX)**. Tese de Doutorado, Campinas-SP: 1997, p.72.

⁵¹⁴ SALLES, Vicente. **O Negro no Pará: Sob o regime da escravidão**, p.54-55.

⁵¹⁵ AZEVEDO E SILVA, José Manuel. **O Modelo Pombalino de Colonização da Amazônia**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2002, p.16.

⁵¹⁶ SALLES, Vicente. **O Negro no Pará: Sob o regime da escravidão**, p.208.

⁵¹⁷ GOMES, Flavio dos Santos. **Outras Fronteiras da Liberdade: Mocambos no Grão-Pará (1732-1816)**, p.39.

⁵¹⁸ SALLES, Vicente. **O Negro na Formação da Sociedade Paraense**, p.86.

A formação de quilombos pelos negros que buscavam construir suas liberdades era uma das formas de resistência mais utilizadas em todo o território brasileiro. A prova disso é que ainda hoje existem várias comunidades remanescentes de quilombos no Brasil. Na Amazônia não foi diferente e também foram formados vários mocambos ou quilombos, apenas no Estado Pará estima-se que até 2006 existiam aproximadamente 388 povoações quilombolas reconhecidas pelos órgãos legais, distribuídos em várias regiões do estado, principalmente no nordeste⁵¹⁹, como pode ser observado na tabela 01.

Tabela 1.1: Quilombos registrados no Pará até 2006

Região	Nº Quilombos
Nordeste (rios Guamá, Acará, Capim, Moju, Irituia, Piriá e Caeté)	129
Baixo Amazonas	112
Tocantins	81
Marajó	45
Outros Quilombos	21
Total no Pará	388

Fonte: TRECCANI, 2006⁵²⁰.

Os escravizados que conseguiam se libertar da dominação física dos escravocratas buscavam construir espaços onde pudessem efetivar sua autonomia, para isso geralmente formavam no meio das matas núcleos populacionais chamados de quilombos, nesses locais eles resistiam à escravização e defendiam a sua liberdade. Além disso, também tentavam reconstruir as várias versões de uma vida comum; faziam festas, plantavam roças, pescavam, caçavam e praticavam transações comerciais. “Tentavam estabelecer nos quilombos espaços políticos, econômicos, sociais e culturais”⁵²¹.

Na região às margens do Rio Guamá onde está situada uma dessas comunidades, denominada Jacarequara (ex-vila de Ourém, atualmente vila de Santa Luzia do Pará) no Nordeste Paraense, permanecem vestígios de antigos quilombos. “Há registro de muitos quilombos, sendo bem conhecidos os de Ourém, Turiaçú e Bragança que atravessam as terras e a fronteira do Pará e Maranhão [...]”⁵²². Suas histórias começam a ser reconstituídas a partir da evocação da memória e do exercício das lembranças de histórias de vida e experiências históricas de seus descendentes que ainda vivem em comunidades remanescentes. Nessa região foram realizados os estudos sobre povos remanescentes de quilombos, tendo como foco a vila de Jacarequara que a partir dessa pesquisa terá um pouco mais de sua história desvendada. Para isso as fontes foram e são fundamentais, sejam elas escritas ou orais, como veremos a seguir.

2. As versões acerca da origem do povoamento do Jacarequara: historiografia e oralidade

De acordo com a memória e oralidade local, na região às margens do rio Guamá onde está situada a vila de Jacarequara existem várias fazendas nas quais era comum a existência

⁵¹⁹ TRECCANI, Girolamo Domenico. **Terra de Quilombo**: Caminhos e Entraves do Processo de Titulação.

⁵²⁰ TRECCANI, Girolamo Domenico. **Terra de Quilombo**: Caminhos e Entraves do Processo de Titulação.

⁵²¹ PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Os Remanescentes de Quilombolas Na Região do Tocantins (Pa)**: História, Cultura, Educação e Lutas Por Melhores Condições de Vida In: Dimensões da Inclusão no Ensino Médio: Mercado de Trabalho, Religiosidade e Educação Quilombola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/UNESCO, 2006, p. 278.

⁵²² CASTRO, Edna. **Escravos e Senhores de Bragança (Documentos históricos do século XIX, Região Bragantina, Pará)** / Edna Maria Ramos de Castro (organização). Belém: NAEA, 2006, p. 16.

do trabalho escravo. Além disso, essa região fica muito próxima à Zona Bragantina (Nordeste paraense na microrregião do salgado) e à fronteira com o Maranhão onde também existia uma intensa presença de negros africanos escravizados. “Nas terras do alto rio Guamá alcançando os rios Gurupi, Turiaçu e Caeté, encontravam-se fazendas grandes e médias, e pequenos sítios”⁵²³. A rota de escravos vindos do Maranhão pelo Gurupi era intensa.

A correspondência oficial encontrada no Arquivo Público do Pará, em Belém, é farta em registros sobre presença de mocambos, quilombos, de processos de fugas de escravos das fazendas ou das casas localizadas em povoados e cidades. Da leitura dessas correspondências trocadas entre autoridades, observa-se a trama tecida pelas relações entre senhores e escravos de Bragança, Ourém e Turiaçu⁵²⁴.

Nesse cenário percebe-se a formação de quilombos como um ato resultante da fuga e resistência contra o regime da escravidão. Inclusive existem várias manchetes de jornais que destacam a fuga de escravos na região do rio Guamá durante o século XIX, muitos desses dirigiam-se para o meio da mata e formavam quilombos onde em tese estariam mais protegidos, “[...] torna provável que estes fugitivos, entre outros tantos cativos, tenham buscado asilo nos mocambos existentes ou recém-constituídos na província paraense [...]”⁵²⁵, assim várias comunidades de negros foram formadas na região como é o caso do Jacarequara. A seguir lê-se um trecho de notícia de um jornal da capital do Pará denunciando escravos fugitivos.

ESCRAVOS FUGIDOS

Desde 27 de maio de 1852

Ignácio, preto fula, baixo, cheio de corpo, cara redonda, dentes claros, tem um sinal pequeno e preto na testa que he natural e visível, de idade de 30 à 32 annos, pouco mais ou menos, casado, He crioulo, nascido no districto do rio Guamá.

Thomaz, preto china e acafusado, estatura regular, dentes aponbtados, tem um signal no rosto de golpe, idade hoje de 30 à 32 annos, casado e muito conhecido nesta cidade por ter sido a sua occupação a de carreiro, nascido no mesmo districto acimo dito.

Desde 15 de janeiro de 1841

Vicente, mulato, de idade hoje 50annos, alto, corpo regular, cara bexigosa, dentes limados, padece de carnosidade nos olhos, tem habilidade de pedreiro e alfaiate, foi nascido e batizado na freguesia de S. Miguel da Cachoeira do rio Guamá, solteiro, e filho da preta Euzébia⁵²⁶.

Quando se fala de quilombos é muito difícil se ter uma data precisa de sua formação. No caso do Jacarequara não é diferente, o que se pode ter até agora são apenas hipóteses, nesse sentido o antigo quilombo teria sido formado nas primeiras décadas do século XIX, pois é comum na fala dos moradores mais velhos da comunidade ao serem indagados sobre a origem do quilombo, uma resposta que está relacionada ao período a partir da década de trinta do século XIX, isso é perceptível quando relatam sobre o Movimento da Cabanagem para eles chamados de “*Pega-pega*” que teria sido um dos motivadores da formação do Jacarequara, segundo eles os cabanos subiam o rio, invadiam fazendas, se apossavam dos

⁵²³ CASTRO, Edna. **Escravos e Senhores de Bragança (Documentos históricos do século XIX, Região Bragantina, Pará)**, p.14.

⁵²⁴ Ibidem, p.20.

⁵²⁵ BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão Negra no Grão-Pará (Sécs. XVII-XIX)**, p.74

⁵²⁶ **JORNAL TREZE DE MAIO**, 13 de fevereiro de 1861, n. 3, p. 6.

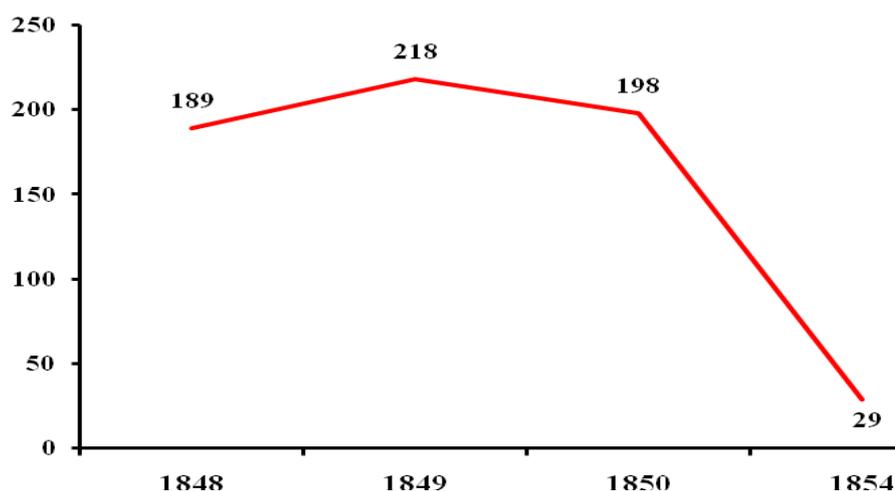
animais e levavam os “pretos” para “guerra”, então com medo dos cabanos e oprimidos pelos seus senhores, muitos negros fugiam para o meio da mata e passavam a se organizar em comunidades independentes, uma delas viria a ser a Jacarequara. Desde o início da década de vinte do século XIX percebe-se uma intensificação dos conflitos, o aumento do número de fugas e de povoações negras nas regiões de Turiaçu, Gurupi, Bragança e Ourém⁵²⁷.

São vários os documentos do final da década de vinte do século XIX que relatam a existência de quilombos e fugas de escravos na região de Ourém entre eles as **Correspondências de diversos com o Governo**, nelas pode-se encontrar relatos sobre: *a existência de mocambos de pretos, a chegada de tropa para destruir mocambo em Ourém, informações sobre o armamento que os escravos amocambados possuem, descrição de mocambos destruídos* e vários outros assuntos que versam sobre as relações escravistas na região⁵²⁸. Percebe-se então através desses que a comunidade do Jacarequara pode ter sido formada a partir da ânsia por liberdade de negros escravizados, assim como pelos que já se encontravam livres face suas resistências, mas que teriam tido que migrar novamente para escapar do “tal de Pega-pega”.

O começo daqui eu, eu era criança nesse tempo, mas eu ouvi, escutei o meu pai, o meu avô falarem que isso era do tempo da escravatura né, e isso tudo aqui era mata virgem, não tinha morador nenhum, aí chegou um negócio de tal de Pega-pega naquele tempo andavam agarrando os outros para levar pra guerra, aí eles fugiram e subiram de rio acima a depois se colocavam num lugar pra fazer sua barraquinha e já iam butavam um roçadinho, já plantava a sua manivinha pra puder dar de comer prus filhos⁵²⁹.

Dessa forma os primeiros moradores teriam vindo de vários lugares as margens do rio Guamá como Ourém cidade mais próxima e até mesmo da Região Bragantina e do próprio Estado do Maranhão. O gráfico 01 mostra uma grande redução de escravos em Ourém entre os anos de 1848 e 1854, muitos desses fugiram para quilombos da região entre eles o Jacarequara.

Gráfico 01: Número de negros escravizados em Ourém entre 1848 e 1854.



Fonte: Relatório da Presidência da Província do Pará, 1862⁵³⁰.

⁵²⁷ CASTRO, Edna. **Escravos e Senhores de Bragança (Documentos históricos do século XIX, Região Bragantina, Pará)**, p.23.

⁵²⁸ APEP. **Correspondências de diversos com o Governo**. Códices 849 e 871.

⁵²⁹ Antonia Alexandrina dos Reis, 63 anos - Jacarequara/2008.

⁵³⁰ Relatório da Presidência da Província do Pará, 1862. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil>.

Em relação ao nome do antigo quilombo este está associado à vivência do dia-a-dia dos aquilombados, assim os mínimos detalhes da natureza e os fatos rotineiros são transformados em nomes que denominam desde lugarejos menores até o próprio quilombo, como se pode observar no relato abaixo:

Se eles dessem topada numa raiz chamavam Bate-pé como pra cá tinha esse tal de Bate-pé. Esse raizama aí era porque o caminho lá pro onde iam tinha muita raiz, apelidaram de Raizama, era logo ali onde é o açougue do Cabral, tinha esse Bate-pé, tem esse Imputeua, agora esse eu não sei por causa do que é assim, tinha também o Sampaio, o Sampaio era porque era a moradia que apelidaram do pai do Jacinto Brás e Jacarequara tinham muito jacaré e pedra no rio aí quando a água tava baixa eles ficava se enxugando no sol, quarando né, mas esse nome já veio dos índios, foram os índios que colocaram ⁵³¹.

A maioria dos moradores da comunidade dizem que o nome do antigo quilombo é herança dos índios, teriam sido eles que denominaram a antiga comunidade quilombola de Jacarequara que seria uma junção das palavras jacaré mais quara⁵³² (segundo a oralidade local na língua dos índios Tembés da região quarar significa enxugar), teriam então escolhido esse nome devido à abundância de jacarés da região, que quando a água do rio estava baixa ficavam sobre as pedras de peito para cima se enxugando, ou seja, quarando daí a nomenclatura Jacarequara que seria mais ou menos jacaré se enxugando.

3. O processo de miscigenação entre índios e negros no antigo quilombo do Jacarequara.

Apesar do título acima fazer referência a índios e negros é importante salientar que o processo de mestiçagem na Amazônia, assim como no resto do Brasil envolve outros agentes, “[...] a mestiçagem envolvia diversos segmentos sociais e éticos da Colônia”⁵³³. A partir dessa mescla surgiu várias nomenclaturas para caracterizar os sujeitos que sujam desse enlaço. Veja o quadro abaixo com alguns dos resultados dessa mistura:

Quadro 01: Mestiçagem e construção social

Agentes sociais	Resultado
Negro com Branco	Mulato
Índio com Branco	Mameluco
Negro com Índio	Curiboca
Mameluco com Negro	Cafuz ou Cafuzo

Fonte: VERÍSSIMO *apud* Bezerra Neto⁵³⁴.

Porém no que diz respeito aos quilombos a mescla entre negros e índios foi a mais frequente. Em várias partes da América onde existiu escravidão negra foi comum negros se miscigenarem com populações indígenas. Na Amazônia era frequente a formação de quilombos de índios juntamente com negros, no Grão-Pará isso acontecia em vários lugares⁵³⁵. “A constituição de mocambos formados por índios, africanos e colonos brancos e mestiços de todos os tons constituiu-se em exemplo desta realidade”⁵³⁶.

⁵³¹ Antônia Alexandrina dos Reis, 63 anos – Jacarequara/2008. Op. cit.

⁵³² O verbo “quarar”, em algumas regiões do Brasil significa o mesmo que “corar”, ou seja, expor ao sol para “clarear”.

⁵³³ BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão Negra no Grão-Pará (Sécs. XVII-XIX)*, p.105.

⁵³⁴ Idem.

⁵³⁵ GOMES, Flavio dos Santos. *Outras Fronteiras da Liberdade: Mocambos no Grão-Pará (1732-1816)* IN: *A Hidra e os Pântanos: Quilombos e Mocambos no Brasil (Sécs. XVII-XIX)*, p. 69 e 85.

⁵³⁶ BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão Negra no Grão-Pará (Sécs. XVII-XIX)*.

Na comunidade do Jacarequara também existiu esse processo de mestiçagem, isso pode ser notado no próprio traço fisionômico de seus moradores. Aqui foram várias as motivações que levaram a esse processo, como uniões conjugais entre os negros aquilombados e índios locais da tribo dos Tembê. No entanto, é preciso destacar que essa mescla vai além das questões biológicas e perpassa pela dimensão cultural.

Visto sobre este prisma, a mestiçagem não pode ser concebida apenas como um fenômeno estritamente biológico, isto é, um fluxo de gene entre populações originalmente diferentes. Seu conteúdo é de fato afetado pelas ideias que se fazem dos indivíduos que compõem essas populações e pelos os comportamentos supostamente adotados por eles em função dessas ideias⁵³⁷.

A luta pela sobrevivência também foi um dos motivadores desse processo, haja vista, que tanto negros quanto índios a qualquer momento poderiam ser capturados. Os índios eram perseguidos frequentemente pelas tropas de resgates⁵³⁸. Nessa incessante luta pela liberdade, negros e índios se aliavam e estabeleciam comunidades onde se miscigenavam e faziam trocas culturais. No Pará em uma imensa área era frequente a presença de índio e negros e dessa forma, fugas, mocambos e alianças eram uma constante. “Tais contatos possibilitavam também uniões consensuais e mesmo casamentos entre índios e negros”⁵³⁹. Essa ideia pode ser reforçada pelo depoimento abaixo:

Aqui perto subindo o rio tem uma ardeia de índio, é os Tembê, muitas vez os homi andando aí pelos mato caçando, encontrava com as índia aí se engraçavam delas e traziam pra murar aqui, quando não, era os índios homem de lá que encontrava com as preta daqui, aí era assim, foi indo, foi misturando né e hoje tem muita mistura. E no tempo da escravatura mesmo, eles se juntava pra ter mais gente pra se defender dos senhor e dos cabanos né, que meu avô falava que era o Pega-pega que garrava gente pra levar pra guerra na capital⁵⁴⁰.

No Jacarequara a miscigenação vai além dos traços fisionômicos, ela está também nas práticas rotineiras do dia, ou seja, no hábito de dormir em redes, na culinária, nos contatos com a natureza, através das coletas de frutos, da caça e da própria pesca e até nas manifestações artísticas. Segundo a oralidade local os negros aprenderam muita coisa com os índios e vice-versa, uma dessas coisas ainda hoje se manifesta fortemente, ela consiste na arte de manusear o barro, os cipós e as sementes do mato na confecção artesanal de diversos objetos como, panelas, brincos, colares e anéis. Dos negros também ficaram alguns traços, a saber, as festas de santos, como a de São Benedito, as danças e a própria culinária que se fundem com a indígena.

Estes vestígios permitem perceber que no Jacarequara o processo de miscigenação tem início no auge da luta pela liberdade, assim negros e índios que nem sempre tinha uma relação amigável, uniam-se na ânsia de conquistar um bem maior, ou seja, a liberdade.

À medida que o homem branco foi ampliando a ocupação do espaço, forçou o nativo, em especial aquele que escapara da ação missionária, a recuar para áreas mais

⁵³⁷ MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Identidade Nacional versus Identidade Negra. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2004, p.18.

⁵³⁸ GOMES, Flavio dos Santos. *Outras Fronteiras da Liberdade: Mocambos no Grão-Pará (1732-1816)* IN: *A Hidra e os Pântanos: Quilombos e Mocambos no Brasil (Sécs. XVII-XIX)*. **Op. cit.**, p.77.

⁵³⁹ *Ibidem*, p.86.

⁵⁴⁰ Antonia Paulina da Conceição, 68 anos – Jacarequara/2008.

distantes onde, livrando-se do efeito civilizatório, manteve sua identidade e reconstruiu sua territorialidade. Seria esse o espaço a ser ocupado, também, pelo negro ao escapar da escravidão. O encontro desses "dois párias da sociedade" foi marcado por momentos de conflitos e alianças étnico-culturais⁵⁴¹.

Em muitos casos índios e negros não tinham uma relação amistosa, sendo assim a união conjugal entre eles representava um momento de aliança, onde eram cessadas as animosidades e realizados pactos de alianças para se fortalecerem, dessa forma, conseguiam estabelecer diálogos e a partir de então passavam a conviver juntos no mesmo espaço⁵⁴². Nesse cenário de alianças os maiores beneficiados acabavam sendo os negros, pois os nativos normalmente conheciam a região e os seus atalhos além de outras vantagens que passavam a serem compartilhadas com os negros. "A relação entre índios e quilombolas foi de suma importância para estes últimos, uma vez que eram os nativos que tinham conhecimento e maior domínio sobre o meio ambiente"⁵⁴³.

No Jacarequara o desenrolar dessa situação fez surgir uma vez surgir uma sociedade marcada pela diversidade, onde num primeiro momento os índios eram vistos como seres inferiores ou até mesmo animais pelos negros que os consideravam como uma categoria que ainda precisava ser civilizada, isso pode ser observado na fala de alguns dos moradores mais velhos da comunidade.

O meu pai andava muito aí rio acima tirando madeira, caçando, o meu pai era negro né, e pra ir ele conheceu uma índia da ardeia dos Tembé acabou trazendo ela, esses índios eram muito brabos eles até matavam gente, eles andavam tudo nu, foi meu pai que domesticou essa índia, eu sou mestiço, eu tenho uma parte de africano e outra de índio, meu pai nasceu aqui mesmo, o avô dele ainda chegou a ser escravo⁵⁴⁴.

No entanto é fato que "no processo de mestiçagem não podemos pensar que as culturas se interpenetram com igualdade"⁵⁴⁵, ou seja, certas etnias naturalmente sobrepõem hábitos, costumes e manifestações sobre outras. Do ponto de vista histórico essa discriminação foi uma construção que veio desde o período colonial onde no início a palavra "negro" servia para designar tanto o africano como o índio escravizado que era denominado negro da terra, no entanto com o passar do tempo negro passou a ser apenas os escravos de origem africana, e os índios passaram a ser denominados de selvagens⁵⁴⁶.

No início os portugueses usavam a palavra "negros" para designar os escravizados (africanos e índios). Daí o termo "negro da terra". Mais tarde passou-se a usar a palavra "negros", designado apenas os escravos africanos, por oposição aos "Senhores de Engenho" (brancos). Por sua vez os índios vieram a ser designados até recentemente por "selvagens"⁵⁴⁷.

⁵⁴¹ FUNES, Eurípides A. **Nasci nas matas, nunca tive senhor** - história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas, p. 106.

⁵⁴² PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Nas Veredas da Sobrevivência: memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos**. Belém: Ed. Paka-Tatu, 2004, p.70.

⁵⁴³ FUNES, Eurípides A. **Nasci nas matas, nunca tive senhor** - história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas, p. 107.

⁵⁴⁴ Raimundo Nogueira dos Santos, 68 anos – Jacaerquara/2008.

⁵⁴⁵ SANTOS, Washington. **Mestiçagens e identidades negras: um olhar a partir da Relação índio-negro**. Ponta Grossa: UEPG, 2008, p.234.

⁵⁴⁶ NEVES, Gilberto. **Educar Para Igualdade: Combatendo o Racismo na Educação**, p. 25.

⁵⁴⁷ Idem.

Portanto, a comunidade de Jacarequara, como tantas outras comunidades da Amazônia, teve sua origem a partir da busca por liberdade e autonomia de negros e índios escravizados pelos colonizadores. Essa resistência a escravização e, a busca pela liberdade, permitiu que negros africanos e índios amazônicos estabelecessem as mais diversas relações, o que contribuiu para que essa comunidade resistisse até a atualidade.

Considerações Finais.

A construção deste trabalho busca contribuir com a historiografia regional na perspectiva de perceber o povo quilombola do Jacarequara e outros quilombos da Amazônia e do Brasil como sujeitos históricos atuantes de grande importância na história do Brasil, o que pode ser percebido pelas suas heranças culturais que influenciaram e ainda influenciam nossa sociedade.

Durante as pesquisas para a execução deste trabalho perceber-se que ainda não podemos relatar a origem precisa da fundação do antigo quilombo, restando-nos porém uma hipótese, esta nos levar a acreditar que o povoamento do Jacarequara tenha se iniciado na década de trinta do século XIX, para essa hipótese é fundamental a memória oral da comunidade, pois nas suas falas relatam a intensa presença dos cabanos na região do Guamá onde invadiam fazendas saqueavam, roubavam e aprisionavam os negros que eram vendidos ou obrigados a participarem do Movimento da Cabanagem – lembrando que esta eclodiu em 1835 - desse forma os negros que já viviam em regime de opressão pelos seus senhores acreditam que as expedições cabanas provocam um agravamento de sua situação, dessa forma muitos acabaram fugindo em busca de liberdade, assim constituíram povoados independentes do domínio branco, entre esses o Jacarequara.

Nesse contexto de resistência era comum o encontro dos negros com tribos nativas da região, muitos desses encontros eram conflituosos chegando a haver intensas disputas por determinados territórios, no entanto, apesar desses conflitos, foram vários os casos em que negros e índios se uniram na ânsia da manutenção da liberdade, no Jacarequara não foi diferente, o que levou a formação de uma comunidade marcada pela mestiçagem de negros, índios e outros agentes. Nesse cenário vários traços da cultura negra se agregaram à indígena e podem ser observados nos costumes do dia-a-dia, na alimentação e nas manifestações artísticas e religiosas do Jacarequara.

Portanto no decorrer deste trabalho vimos diversas teias de relações tecidas entre diferentes agentes que juntos ao longo do tempo deram forma a comunidade do Jacarequara que hoje com apropriação dos seus espaços por novos sujeitos (fazendeiros e empresas de cosméticos), começam a ter suas formas de vida alteradas.

MUÇULMANOS AFRICANOS NO CEARÁ: MEMÓRIA E PRÁTICAS RELIGIOSAS
CONTEMPORÂNEAS

Ana Eliziane Sabino⁵⁴⁸
lizsabino@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho tem como objetivo compreender, a partir de relatos orais, a realidade migratória de sujeitos muçulmanos dos países africanos de língua portuguesa no estado do Ceará no início do século XXI. A presença de africanos no Brasil é marcada por uma história de migrações forçadas de seres humanos que vieram na condição de escravizados. No início do século XXI, a realidade de migração africana, com um caráter diferenciado, demonstra a presença de estudantes oriundos, especialmente, dos países que têm o português como língua oficial. Os muçulmanos no Ceará se reúnem em uma sala de orações onde funciona o Centro Islâmico Beneficente do Estado do Ceará, na cidade de Fortaleza. Dentro da realidade dos muçulmanos no Ceará, além dos que se concentram em Fortaleza, vemos que há adeptos da religião de vários países, o que aumentou com implantação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira- Unilab, nos municípios de Acarape e Redenção. Com a criação da instituição e o seu propósito de integração internacional, estudantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa vieram, para o Ceará e Bahia, cursar o nível superior. Além de enfrentarem uma realidade de migração envolta de racismo, estes sujeitos ainda se vêm no desafio de serem participantes de uma crença que é incompreendida pela população, que muitas vezes é influenciada pela mídia. A partir de um diálogo entre História e Antropologia, busca-se a interpretação dos sentidos que os indivíduos atribuem ao serem migrantes, africanos e muçulmanos em uma sociedade que, embora se afirme diversa, tanto pelo caráter das múltiplas manifestações religiosas quanto pela diversidade étnica, apresenta dificuldades na interação com as diversas identidades multiculturais.

Palavras-Chave: Muçulmanos Africanos; Migrações; Islã.

Introdução

O Islã é uma religião originada na Arábia, no século VII, a partir de supostas revelações feitas a Muhammad, o principal profeta dos muçulmanos. Após a morte do líder, o processo de islamização da África e Europa se intensificaram, a partir da atuação dos sucessores do profeta, os Califas. Há uma entidade no Brasil responsável pela difusão do Islã, além de publicizar as atividades das comunidades muçulmanas no país e ofertar cursos sobre o conhecimento da doutrina e questões sociais. Trata-se da Federação das Associações Muçulmanas do Brasil – FAMBRAS – que no seu portal⁵⁴⁹ também distribui livretos gratuitos, para os centros islâmicos e para os interessados realizar *download*. Ainda trabalhos acadêmicos são disponibilizados e há um canal de notícias denominado “Portal FAMBRAS”.

No Brasil, há indícios de que a religião tenha tido sua presença com a chegada dos primeiros grupos estrangeiros documentados, cujas embarcações continham uma diversidade étnica. Como indica um dos livretos distribuídos pela FAMBRAS:

Os muçulmanos chegaram muito cedo ao Brasil. Juntamente com Cabral chegaram Chuhabiddin Bin Mâjid e o navegador Mussa Bin Sâté. Quando do tráfico de escravos,

⁵⁴⁸ Mestranda em Humanidades - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

⁵⁴⁹ www.fambras.com.br

no século dezoito, muitos milhares de muçulmanos africanos (haussas, fulanis, yorubás) trabalharam como escravos nas plantações.⁵⁵⁰

“Fiéis que escolhem os ensinamentos do Alcorão e têm também o desafio: descobrir se a tolerância religiosa é mesmo uma marca dos brasileiros”.⁵⁵¹ Essas palavras do âncora do telejornal “Jornal do SBT Brasil” foram empregadas para fazer uma apresentação dos muçulmanos do estado de São Paulo, no ano de 2015, em uma matéria que tratava do crescimento notável do islã no Brasil e da interação mediada por uma suposta tolerância religiosa.

Lidice Ribeiro⁵⁵², fazendo apropriações de outros autores que explicam a implantação e crescimento de outras religiões no Brasil, aponta três fases do processo em relação ao Islã. A primeira fase é assinalada como “Islamismo de Escravidão”, representado pelo tráfico negreiro no século XVIII, no qual se verifica a presença de negros islamizados. Os islamizados protagonizaram um levante no período regencial, no estado da Bahia, conhecido na tradição historiográfica como Levante dos Malês, em 1835⁵⁵³. A segunda fase, a autora aponta “Islamismo de Imigração”, oriundo dos imigrantes que aqui desembarcavam, sobretudo, no final da Segunda Guerra Mundial; A terceira, “Islamismo de Conversão” é representada pelo fato, do final do século XX, de brasileiros de outras religiões, sem religião e até mesmo ateias, adotam o islã como um estilo de vida.

O islã no Brasil: história e práticas religiosas

Pensar a história da presença islâmica no Brasil nos sugere vários recortes, mas no trabalho em questão, iniciamos a compreensão do cotidiano dos africanos islamizados da Bahia do século XIX, a partir do trabalho da historiadora Luciana da Cruz Brito.⁵⁵⁴ A pesquisadora escreve na sua dissertação, o lugar social dos africanos no Império no início do século XIX, quando da dita independência do Brasil, a província da Bahia foi a última a se “desvincular da então metrópole”, Portugal. Com esse desligamento, a prioridade voltou-se para o estabelecimento de regras dos políticos baianos para o cotidiano e reter os movimentos ainda existentes da força da independência, assim como ter um controle sobre os negros, tantos escravizados quanto libertos.

A autora destaca que a maioria dos africanos que foram trazidos para a Bahia era nagô. Ressalta a dinâmica societal na qual eles se faziam participantes: em relação aos centros urbanos, faziam o serviço de ganho e trabalhos braçais. Era uma espécie de serviço um pouco mais autônomo que outras formas, sobretudo em relação aos escravizados da área rural que trabalhavam nas lavouras e nas casas dos senhores. Mais autônomo pelo fato que os indivíduos exerciam uma atividade, pagavam um “jornal” ao proprietário e podia ter uma circulação na cidade e o que acumulava para si, poderia servir para comprar sua alforria. É importante destacar que, embora fosse aparentemente autônomo, os trabalhadores de ganho viviam sob vigilância do Estado.

Dentro deste contexto, africanos islamizados também conviviam e participavam dessa dinâmica. Estas pessoas vieram para a Bahia, de seus lugares de origem, em sua maioria, já islamizados. Eles foram agentes de um episódio em 24 de janeiro de 1835, que visava a

⁵⁵⁰ FAMBRAS – **Compreenda o Islã e os muçulmanos**. P. 34

⁵⁵¹ Carlos Nascimento, em uma reportagem sobre o crescimento do Islã no Brasil, exibida no Jornal SBT Brasil e exibida em Maio de 2015. Publicada na Página do Facebook <https://www.facebook.com/islambr.cdial/videos/928898467149088/> em 07/05/2015

⁵⁵² RIBEIRO, Lidice Meyer Pinto. A implantação e o crescimento do Islã no Brasil. **Estudos de Religião**, v. 26, n. 43 p. 107-135 . 2012

⁵⁵³ Sobre o levante, ver: REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil** : a história do levante dos Malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

⁵⁵⁴ BRITO, Luciana da Cruz. **Sob o rigor da lei: africanos e africanas na legislação baiana (1830-1841)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2009.

tomada da Bahia a fim de se libertarem e instalar um califado. Este movimento conhecido como o levante dos Malês se destacou por ter sido uma “bem articulada tentativa de acabar com a escravidão na Bahia, abolindo o cativo no modelo até então existente”. Embora tenha sido uma manifestação curta em relação a outros, a organização deste levante e a resistência negra na Bahia são elementos importantes no que se trata dos movimentos populares no período regencial.

O Islã no Brasil teve maior atenção por parte das mídias televisivas e jornalísticas a partir do ano de 2001. Além dos ataques às torres gêmeas, nos Estados Unidos da América e o início de uma “Guerra ao Terror”, vimos materializadas cotidianamente as representações sociais sobre o que é ser islâmico em uma concepção ocidentalizada: a telenovela “O Clone”, de Glória Perez, que foi exibida no país no mesmo período.

A telenovela em questão – O Clone – foi ao ar entre 1º de outubro de 2001 e 15 de junho de 2002, na Rede Globo, em horário nobre, e foi reapresentada pela primeira vez no Vale a Pena Ver de Novo, no horário das 15h, a partir de 10 de janeiro de 2011 a setembro de 2011⁵⁵⁵.

A novela retrata uma representação dos muçulmanos que pode ser apropriada pelos espectadores e mediar as relações entre os leigos e os religiosos. Levando em consideração que a grande massa tinha acesso à telenovela que fora exibida em uma emissora de grande público, supõe-se que, como os folhetins fazem parte do cotidiano dos espectadores, gera nos mesmos um conjunto de costumes que dita, desde vestuário até expressões do vocabulário.

Falando especificamente sobre a realidade dos afro-islâmicos, nos é escrita por Allan Rodrigo de Campos Silva⁵⁵⁶ uma dissertação que foi apresentada ao programa de pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. O trabalho tem como problemática os imigrantes dentro da indústria avícola *halal* brasileira. É ressaltado que o início do século XXI representou um grande crescimento nas questões migratórias por diversos fatores, entre eles uma crescente onda xenofóbica na Alemanha, expulsão de ciganos no governo Sarkozy e a guerras e conflitos que influenciam os refúgios, em especial, nos países do Oriente Médio.

Analisando que as questões migratórias implicam em uma mobilidade do trabalho e no Brasil o crescimento da indústria avícola incorpora estes sujeitos migrantes. “Uma parte considerável dessa exportação de frangos é voltada para o mercado muçulmano”. Esta pesquisa abre para uma discussão da mobilidade do trabalho destes imigrantes africanos que possuem uma peculiaridade: serem muçulmanos trabalhando em uma indústria que é voltada para o consumo dos próprios muçulmanos. Estes refugiados estão acolhidos juridicamente e são tidos como solicitantes de refúgio.

Ismael Tcham⁵⁵⁷, em sua dissertação para o programa de pós - graduação em antropologia da UFPE, tece uma reflexão sobre a situação dos estudantes africanos no Brasil. É apontado em sua pesquisa o fato de que aumenta cada vez mais o número de estudantes oriundos dos países que foram colônias de Portugal que vêm para o Brasil, em especial na região Nordeste.

As experiências dos jovens angolanos, cabo - verdianos, guineenses e moçambicanos que fizeram travessia no Atlântico na perspectiva de realizarem seus estudos nas

⁵⁵⁵ FERREIRA, Francirosy Campos Barbosa. Telenovela e Islã: dos estereótipos à visibilidade. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 13, n. 38, p.771-802, abr./jun 2015.

⁵⁵⁶ SILVA, Allan Rodrigo de Campos. **Imigrantes Afro-islâmicos na indústria avícola halal brasileira**. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 2013.

⁵⁵⁷ TCHAM, Ismael. **A África fora de casa: sociabilidades, trânsitos e conexões entre os estudantes africanos no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Antropologia. Universidade Federal de Pernambuco. 2012.

universidades brasileiras, demonstram, por meio de relatos, serem uma experiência fértil, na medida em que, apesar de estarem em trânsito, a interação com os brasileiros e de outros intercambistas estrangeiros e a troca simbólica que dela decorre no espaço intra e extra universitário nesta diáspora, cria uma atmosfera favorável para que estes atores sociais desenhem imagens de si e dos “outros”...⁵⁵⁸

Um dos objetivos da pesquisa é que os estudantes africanos pudessem expressar a forma como se relacionam com o seu país de origem, assim como as implicações de ser africano aqui no Brasil e lá, para além do imaginário de Continente Africano miserável e cheio de doenças, com educação precária e instabilidade política. A relação com o racismo também é abordada na pesquisa. Como resultado, o autor percebeu que: há uma valorização dos países de origem, porém, nota-se uma dificuldade de se integrar às culturas que os recebem. Questões sociais, como, por exemplo, de estudantes que vêm por meio de convênios, terem dificuldades desde a “moradia até a regularização da estadia no Brasil” vão se apresentando como desafios para o estabelecimento dos imigrantes africanos.

Quanto à presença de muçulmanos no Ceará, muitos se reúnem em uma sala de orações, que eles chamam de *mussala*. O Centro Islâmico do Ceará, que hoje efetivamente não existe mais, foi criado em 2009, já o Centro Cultural Beneficente Islâmico do Ceará - CCBIC, a *mussala* Al Salam, foi criado no ano de 2011. O número de “fiéis” é de aproximadamente 141 pessoas. Uma reportagem do sítio Tribuna do Ceará, de 30 de Setembro de 2014, com o título “Com somente 141 fiéis, islamismo representa parcela pouco conhecida da população cearense”⁵⁵⁹ retrata o cotidiano de alguns muçulmanos e muçulmanas em Fortaleza. O Centro Islâmico fica situado no bairro Jacarecanga, existe há cinco anos, sendo que os muçulmanos se reuniam em outros locais antes da criação da instituição. O número de frequentadores varia, chegando a 80 no mês de Ramadã, data simbólica para os muçulmanos que realizam o jejum neste período. A matéria expõe relatos dos sujeitos que ainda são vistos como diferentes e tratados, segundo eles, de maneira preconceituosa.

Dentro da realidade dos muçulmanos no Ceará, além dos que se concentram em Fortaleza, vemos que há adeptos da religião oriundos de vários países, o que aumentou com implantação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira-Unilab, nos municípios de Acarape e Redenção. Com a criação da instituição e o seu propósito de integração, estudantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa vieram, para o Ceará e Bahia, cursar o nível superior. Dentre os estudantes africanos, há os islâmicos, que, além de enfrentarem uma realidade de migração envolta de racismo, ainda se vêm no desafio de serem participantes de uma crença que é incompreendida pela população muitas vezes influenciada pela mídia.

Os muçulmanos africanos no Ceará e a relação com a Universidade e comunidade

Os municípios de Acarape e Redenção, no Estado do Ceará são as cidades em que a Universidade da Integração Internacional Afro-Brasileira – UNILAB, está instalada. O fato de terem sido escolhidas foi em relação à região ter sido a primeira na abolição da escravidão no Brasil. Todos os anos, estudantes de países da África que falam a língua portuguesa ingressam na Universidade, sendo que a maioria fixa residência nas cidades já citadas, assim como nos outros municípios do denominado Maciço de Baturité.

Os africanos no Brasil tornam-se objetos de uma dupla discriminação: são negros e africanos, condições que os colocam em uma categoria abaixo, por exemplo, dos negros

⁵⁵⁸ Idem. Ibidem. P. 26.

⁵⁵⁹ **Tribuna do Ceará**, disponível em <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/cotidiano-2/com-somente-141-fieis-islamismo-representa-parcela-pouco-conhecida-da-populacao-cearense/>. acesso em 30/04/2015

brasileiros. São alvos de manifestações e atos de racismo e intolerância. Se por um lado a violência física e simbólica é manifestada por meio das pessoas pertencentes às instituições oficiais, por outro, ela é manifestada e perpetuada pela sociedade brasileira.⁵⁶⁰

Embora seja significativa a presença de africanos no Ceará atribuída à Unilab, Langa nos afirma que foi na segunda metade dos anos de 1990 que teve início, por meio de um grupo de angolanos, a presença de estudantes africanos, por meio do Programa de Estudantes Convênio- Graduação (PEC-G). Os estudantes de Guiné-Bissau, influenciados por uma “instabilidade sociopolítica econômica” vieram a partir de 1998. É importante colocar que essas pessoas vieram para estudar em universidades públicas, sendo a inserção em universidades privadas iniciada no começo dos anos 2000. Sobre o cotidiano dos estudantes africanos, Langa ressalta:

No cotidiano, os estudantes africanos percebem as dificuldades dos brasileiros em chama-los pelos nomes próprios, substituindo-os pela categoria nativa brasileira “negão” e, facilmente esqueceram-se das nacionalidades e dos nomes dos países de origem, diluindo tudo na categoria genérica de “africano”.⁵⁶¹

Geertz sugere que a questão social demanda uma análise densa e não reducionista, de modo que o pesquisador deve olhar as dimensões simbólicas, a fim de compreender e interpretar as ações da cultura no modo de vida e das ações cotidianas.

Quando os homens se voltam para a vida cotidiana, eles veem as coisas em termos cotidianos. Se são religiosos, esses termos serão de alguma maneira influenciados por suas convicções religiosas, pois é da natureza da fé reivindicar a soberania efetiva sobre o comportamento humano.⁵⁶²

A religiosidade, no caso do estudo que se pretende, pode ser percebida, também, como uma forma de resistência. Os indivíduos possuem várias ferramentas para se adaptar aos locais em que estão. Uma marca da cultura que adquiriram é a religião. No caso do Islã, que é tomado pelos seguidores da crença como um estilo de vida, que compreende aspectos econômicos e sociais, além do religioso; deste feito, a “religião serve, assim, para manter a realidade daquele mundo socialmente construído no qual os homens existem nas suas vidas cotidianas”⁵⁶³, ou seja, são os preceitos religiosos que influenciam as condutas e muitas ações cotidianas no caso dos religiosos.

Michel de Certeau colabora para os estudos de cotidiano na medida em coloca a categoria de práticas como jogos de interação. Interação esta que interessa neste trabalho pelo fato de que se trata de um esforço de compreender como se dá a relação dos afro-

⁵⁶⁰ MALOMALO, Bas’Ilele; VARGEM, André. A imigração africana contemporânea para o Brasil: entre a violência e o desrespeito aos direitos humanos. In: BADI, Mbuyi Kabunda; FONSECA, Dagoberto José; MALOMALO, Bas’Ilele. (org.) **Diáspora Africana e migração na era da globalização**: experiências de refúgio, estudo, trabalho. Curitiba: CRV, 2015. P. 122

⁵⁶¹ LANGA, Ercílio Neves Brandão. Diáspora Africana no Ceará no Século XXI: ressignificações identitárias e as interseccionalidades de raça, gênero, sexualidade e classe no contexto da migração estudantil internacional. In: : BADI, Mbuyi Kabunda; FONSECA, Dagoberto José; MALOMALO, Bas’Ilele. (org.) **Diáspora Africana e migração na era da globalização**: experiências de refúgio, estudo, trabalho. Curitiba: CRV, 2015. P. 168.

⁵⁶² GEERTZ, Clifford. **Observando o Islã**: o desenvolvimento religioso no Marrocos e na Indonésia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004. P.117.

⁵⁶³ BERGER, Peter Ludwig. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulos, 1985. P. 55.

islâmicos entre si e com os “outros” A concepção de espaço, tomada por Certeau⁵⁶⁴: “o espaço é um lugar praticado”. Fazendo uma apropriação da historiadora Beatriz Bissio, em que a mesma coloca que “o espaço social é constituído por um conjunto de sistemas de relações”⁵⁶⁵ e pensando em um grupo que tem sua fundamentação na migração de uma religião que aparentemente está fora do seu lugar, pretende-se entender os muçulmanos como sujeitos históricos e atuantes, capazes de selecionar e elaborar narrativas sobre suas experiências.

A elaboração da narrativa que diz respeito aos espaços significados pelos islâmicos pede que se haja uma discussão, tanto sobre a própria noção de espaço, quanto pelas práticas, emergindo a ideia de “tática”. A categoria “tática” é abordada como uma arte, nas palavras de Certeau, do “fraco”, sendo empregadas por grupos sociais que não são hegemônicos, no caso da pesquisa, os muçulmanos. Aliada à categoria de espaço, Bissio está atenta para o conceito de lugar, que aparece no momento em que o espaço se nota interior ao dispositivo simbólico, compreendendo que o espaço social não é, necessariamente o espaço habitado por uma comunidade, mas um espaço dotado de significados.

Quando nos voltamos a ouvir os relatos das pessoas nos municípios em questão, Acarape e Redenção, percebemos que há uma variedade de discursos que envolvem casos que, embora tenham sido veiculados na rádio local, não foram tão divulgados em outras partes do estado. Um caso, envolvendo um grupo islâmico que queria construir uma mesquita e o outro, diz respeito à fala de um locutor de rádio sobre a ligação dos estudantes da Universidade com o Estado Islâmico.

Um dos moradores de Acarape, brasileiro, relata que um grupo de muçulmanos chegou à cidade, acampando em um posto de gasolina próximo a um dos campi, com o intuito de se construir uma mesquita. Ressalta ainda, que o grupo despertava a atenção dos demais moradores, sobretudo os que já moravam há muito tempo na circunvizinhança, devido às práticas de oração dos mesmos e da vestimenta. O grupo não conseguiu realizar o feito de instituir um prédio para a prática dos ritos, indo embora do local. Uma estudante africana de Guiné Bissau coloca, ainda, que os proprietários do terreno que iria receber a mesquita desistiram de negociar com os muçulmanos. Os sujeitos da pesquisa não souberam informar a nacionalidade do grupo islâmico, mas indicam que, por força dos moradores da cidade e da rádio local, a mesquita não chegou a ser materializada.

O outro caso diz respeito a uma mobilização dos próprios estudante da Unilab, contra a xenofobia presente nas palavras de um locutor da rádio local. No dia 21 de Julho, o mesmo realizou umas declarações, dentro do quadro de um programa, alegando a ligação dos estudantes africanos ao Estado Islâmico e sugerindo um monitoramento por parte das autoridades. A universidade em questão se posicionou sobre o caso, lançando nota. Nas palavras presentes na nota,

o radialista, em seu malabarismo ilógico dos fatos, tenta atrelar aos estudantes africanos da Unilab ao Estado Islâmico, partindo de uma notícia publicada em nível nacional sobre operação antiterror da Polícia Federal, em que aponta brasileiros envolvidos em ações de terrorismo.

⁵⁶⁶

O radialista, ainda, expõe os países africanos e o trânsito de estudantes entre Brasil e países de África. A fala do jornalista gerou uma mobilização dentro da universidade, com compartilhamentos e acusando de xenofobia o autor das falas.

⁵⁶⁴ CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2012.

⁵⁶⁵ BISSIO, Beatriz. **O mundo falava árabe**: A civilização árabe islâmica clássica através das obras de Ibn Khaldun e Ibn Battuta. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. P. 25

⁵⁶⁶ Nota de Repúdio às declarações xenofóbicas e racistas contra a comunidade acadêmica da Unilab – 22 de julho de 2016. Disponível em [:http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2016/07/Unilab-Nota-contra-racismo.pdf](http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2016/07/Unilab-Nota-contra-racismo.pdf) . Acesso: 10/08/2016.

Os estudantes islâmicos afirmam que, quando se reúnem enquanto grupo muçulmano, buscam fazer isso com as portas abertas para que as demais pessoas possam ver o que eles estão fazendo e se habituarem às suas práticas e não se limitam a interação apenas com os praticantes da mesma religião. Ainda não há, nas cidades relatadas na pesquisa, um local fixo de encontro, como há em Fortaleza e não necessariamente eles se deslocam até a capital. Geralmente, se reúnem nas casas uns dos outros e não compartilham apenas de assuntos ligados à religião, mas como uma prática grupal de acompanhamento das condições que cada membro vivencia.

Considerações

Os muçulmanos africanos que estão no estado do Ceará, possuem uma vivência religiosa e acadêmica que está em constante interação com a comunidade que, por vezes, não conhece a realidades dos mesmos, chegando a pensar que são todos do mesmo país, quando os mesmos vêm de realidades distintas, tanto em nacionalidade, quanto em etnias, ignorando que há muitas religiões, línguas, expressões artísticas e diversas formas de se conceber os conhecimentos científicos.

A observação dos relatos dos islâmicos nos faz perceber a pluralidade e diversidade no modo de fazer e sentir a religiosidade, assim como o sentido político que implica o ser muçulmano, tanto na condição de uma religião que, devido a influências midiáticas, ainda precisa ser muito debatida, quanto na condição de estrangeiros vivendo em uma localidade de cultura distinta da deles.

As notícias veiculadas nos rádios e emissoras de televisão nos dão elementos para uma discussão do crescimento do islã no Brasil. Se, por um lado, temos as conversões religiosas como um elemento fundamental para se compreender essa expansão, por outro, as migrações também demandam uma atenção. No caso da pesquisa que segue, os estudantes da Unilab, que são muçulmanos, também se colocam dentro dos números que corroboram para isso.

Muitos debates ainda tendem a emergir acerca da interação e compreensão da religião islâmica como uma realidade do Brasil. Algo que se faz urgente é uma discussão que se aborda com a própria questão do jornalista mencionado no início deste artigo, da descoberta se há uma tolerância religiosa por parte dos brasileiros. Não apenas no tocante à tolerância religiosa, mas a uma prática de alteridade entre comunidade africana e não africana, de um aumento no debate dos elementos culturais africanos em diálogo com o Brasil.

Discutir o cotidiano e práticas religiosas do grupo em destaque neste estudo, é também uma tentativa, um esforço metodológico de se problematizar os reducionismos e permitir, a partir das falas, uma visão exposta a partir dos sujeitos que falam. Os muçulmanos africanos são um grupo dentro da pluralidade existente na realidade dos povos de África. Compreender como é ser muçulmano em uma sociedade não islâmica é, sobretudo, uma busca de sentido e de interpretação de subjetividades. Se a proposta da Unilab é de integração entre os Países de Língua Oficial Portuguesa – PALOP, uma discussão voltada para as diferenças sociais, incluindo uma metodologia interdisciplinar e intercultural, se apresenta como uma contribuição para a busca de uma construção de saber preocupada com questões cotidianas e problemáticas sociais.

MÚSICA INDÍGENA: UM ESTUDO DA INTERAÇÃO ENTRE ESTUDANTES E FULNI-Ô

André Vasconcelos de Arruda⁵⁶⁷
andrearrudaym@hotmail.com

Resumo: Este texto traz um recorte de uma pesquisa de mestrado em andamento que tem por objetivo compreender de que forma a presença de indígenas da etnia Fulni-ô numa escola de ensino médio conflui para aprendizagens musicais. Contempla, portanto, a Lei nº 11.645. O estudo objetiva conhecer os propósitos desses índios em suas visitas na Escola; como os estudantes vivenciam essa experiência de interação, bem como as possíveis relações que estes estabelecem entre os conteúdos da educação musical na escola e a cultura musical indígena que se compartilha nessas interações. Foca, em especial, as relações estabelecidas entre esses indígenas e os estudantes, a partir das práticas musicais, tendo como campo empírico uma escola pública no estado de Pernambuco. Este texto traz algumas perspectivas da pesquisa e adianta alguns trechos de entrevistas e do diário de campo que evocam reflexões sobre interculturalidade.

Palavras chave: educação musical no ensino médio; música indígena na escola; música dos Fulni-ô; interculturalidade.

Introdução

Esta comunicação traz um recorte de uma pesquisa em andamento sobre as relações estabelecidas entre indígenas e estudantes em suas implicações educativas musicais. Apresenta perspectivas teóricas e dados preliminares. O conceito de música adotado está principalmente fundamentado na perspectiva sociológica da música como prática social, defendido por Souza⁵⁶⁸, Kraemer⁵⁶⁹, entre outros. Anne-Marie Green, citada no artigo de Souza (*Ibidem*) corrobora essa ideia ao afirmar da pertinência de se “estudar a música como uma realidade social com seus aspectos múltiplos, levando-se em conta que essas camadas se interpenetram”⁵⁷⁰(p.109), ou seja, pondo-se em evidência a interdependência entre fato musical e fato social (*Ibidem*). Assim, a pesquisa busca compreender de que maneiras a presença dos indígenas na escola conflui para aprendizagens musicais, tendo como foco as relações estabelecidas a partir das práticas musicais compartilhadas.

Como campo do estudo temos uma escola da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, localizada na cidade de Paudalho. Os Fulni-ô se hospedam nessa Escola e também visitam outros estabelecimentos de ensino do município. As visitas, durante o mês de abril, têm acontecido desde o ano de 2007. Na escola estudada, eles realizam práticas de canto e dança tradicionais – com momentos que incluem a participação dos estudantes –, fazem palestras, expõem e vendem artesanato, bem como realizam oficinas de artesanato e pintura corporal. Os índios também ensaiam com o coral da escola, que é formado por estudantes dos três anos do ensino médio. Cantam, juntos, músicas tradicionais indígenas como também versões de música popular brasileira na língua dos Fulni-ô.

⁵⁶⁷ Mestrando – UFPB

⁵⁶⁸ SOUZA, Jusamara. Música, educação e vida cotidiana: apontamentos de uma sociologia musical. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Editora UFPR, n. 53, p. 91-111, jul./set. 2014.

⁵⁶⁹ KRAEMER, Rudolf-Dieter. Dimensões e funções do conhecimento pedagógico-musical. **Em Pauta**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, v. 11, n. 16/17, p. 50-73, 2000.

⁵⁷⁰ GREEN, A. M. Les enjeux méthodologiques d'une approche sociologique de faits musicaux. In: GREEN, A. M. (Org.). *Musique et sociologie: enjeux méthodologiques et approches empiriques*. Paris: L'Harmattan, 2000, p. 17-40 *apud* SOUZA, Jusamara. Música, educação e vida cotidiana: apontamentos de uma sociologia musical. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Editora UFPR, n. 53, p. 91-111, jul./set. 2014.

Os visitantes Fulni-ô

Os Fulni-ô vivem no município de Águas Belas, no agreste de Pernambuco, a aproximadamente 340 km da capital Recife, numa região que integra o polígono das secas. São falantes do Português e do Yaathe. “No Nordeste brasileiro, excluindo o Maranhão, os Fulni-ô são o único povo indígena que ainda fala uma língua indígena”⁵⁷¹(p. 8). O nome Fulni-ô, segundo a autodenominação, significa “povo da beira do rio” ou “povo que vive ao lado do rio”. Até o início do século XX, eles eram chamados de Carnijós⁵⁷².

De acordo com Arruti⁵⁷³, “Os Fulni-ô, apesar de alguma miscigenação racial, e despossuídos de suas antigas terras por políticos locais, conservam a língua e os costumes de seus antepassados, assim como sua coesão social”. Divide-se o seu território entre a Aldeia Sede, ou Aldeia Grande, a Aldeia do Ouricuri e a Aldeia do Xyxyaklá. Na Aldeia do Ouricuri, eles realizam o ritual secreto do Ouricuri, que se constitui num marco étnico muito forte para a comunidade. Através do Ouricuri, o sentimento de pertencimento dos Fulni-ô em relação à sua comunidade étnica mostra-se expressivo⁵⁷⁴(p. 35). O Ouricuri, para Foti⁵⁷⁵(p. 63), representa a capacidade de resistência dos Fulni-ô. E Schröder (*Op. cit.*) destaca que

A cultura Fulni-ô é muito particular até no contexto do Nordeste indígena. Há uma série de características culturais compartilhadas com outros povos indígenas no Nordeste, mas percebe-se diferenças fundamentais principalmente na religião e organização social e política (p. 9).

Esses diálogos interculturais empreendidos pelos Fulni-ô junto à Escola vem ao encontro da Lei nº 11.645. Nossa pesquisa, a partir do campo de conhecimento da Educação Musical, está buscando desvelar as implicações e aprendizagens dessas ações.

Sobre a Lei nº 11.645/2008

A Lei nº 11.645/2008, que altera o artigo 26 da Lei nº 9.394/1996 (LDBEN), tornou obrigatório o estudo da história e cultura indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, sendo já uma complementação para a Lei nº 10.639/2003, que havia modificado o mesmo artigo, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira na educação básica. Essas leis buscam garantir a dignidade humana em seus direitos à sociodiversidade, o que sugere o enfrentamento de preconceitos, discriminações e injustiças contra indivíduos e grupos.

Quanto ao estágio de implementação da Lei, no entanto, ainda há muitos desafios a enfrentar, como apontam Collet, Paladino e Russo⁵⁷⁶:

A partir de entrevistas com professores e da observação de aulas realizadas em diferentes estabelecimentos de ensino, percebemos que as atividades e os conteúdos que dizem respeito aos povos indígenas são não apenas muito

⁵⁷¹ SCHRÖDER, Peter (Org.). **Cultura, identidade e território no Nordeste indígena**: os Fulni-ô. Recife: Editora UFPE, 2012.

⁵⁷² SILVEIRA, Lídia Márcia Lima de Cerqueira; MARQUES, Luciana Rosa; SILVA, Edson Hely. Fulni-ô: história e educação de um povo bilíngue em Pernambuco. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 19, n. 1, jan./abr., 2012.

⁵⁷³ ARRUTI, José Maurício Andion. A árvore Pankararu: fluxos e metáforas da emergência étnica no sertão do São Francisco. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. **A viagem de volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2. ed. Rio de Janeiro: LACED, 2004.

⁵⁷⁴ SILVEIRA, Lídia Márcia Lima de Cerqueira; MARQUES, Luciana Rosa; SILVA, Edson Hely. Fulni-ô: história e educação de um povo bilíngue em Pernambuco. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 19, n. 1, jan./abr., 2012.

⁵⁷⁵ FOTI, Miguel. Resistência e segredo: relato de uma experiência de antropólogo com os Fulni-ô. In: SCHRÖDER, Peter (Org.). **Cultura, identidade e território no Nordeste indígena**: os Fulni-ô. Recife: Editora UFPE, 2012. p. 63-87.

⁵⁷⁶ COLLET, Célia; PALADINO, Mariana; RUSSO, Kelly. **Quebrando preconceitos**: subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria/Laced, 2014.

limitados e restritos às efemérides escolares, mas também reprodutores de ideias ultrapassadas. Isto é, nos chamou a atenção – algo comprovado nos depoimentos coletados – o fato de que, ao se abordar a temática indígena nos dias de hoje, faz-se na escola praticamente a mesma coisa do que pessoas de 60 a 80 anos se lembram de ter aprendido quando crianças. (p. 5)

Muitas práticas contemporâneas das nossas escolas estão distantes de uma proposta de interculturalidade crítica, como propõem autores como Walsh⁵⁷⁷. Pelo contrário, são práticas que têm reforçado estigmas, que podem estar na base de muita sorte de violações de direitos humanos em nossa sociedade. Segundo Silva⁵⁷⁸,

O que muitas das vezes aprendemos sobre os índios na escola está associado basicamente à imagem do que é também comumente veiculado pelas mídias: um índio genérico, com um biótipo de indivíduos habitantes na Região Amazônica e no Xingu. Com cabelos lisos, muitas pinturas corporais e adereços de penas, nus, moradores das florestas, e de culturas exóticas, etc. Ou também os diversos grupos étnicos são chamados de “tribos” e assim pensados como primitivos, atrasados. Ou ainda imortalizados pela literatura romântica do Século XIX, como nos livros de José de Alencar, onde são apresentados índios belos e ingênuos, ou valentes guerreiros e ameaçadores canibais, ou seja, bárbaros, bons selvagens ou heróis. (p.3)

Ou ainda como se o indígena fosse um indivíduo que estava apenas no passado da sociedade brasileira, sem qualquer representatividade na contemporaneidade, o que vai de encontro aos propósitos da citada Lei.

Afirmar as sociodiversidades indígenas no Brasil é, portanto, reconhecer os direitos às diferenças socioculturais, é questionar a mestiçagem como ideia de uma cultura e identidade nacional. É buscar compreender as possibilidades de coexistência socioculturais, fundamentada nos princípios da interculturalidade⁵⁷⁹ (p. 11).

Contudo, a questão da educação indígena, em suas variadas linhas, é uma problemática que tem ganhado espaço nos debates e pesquisas no Brasil. Muitas pesquisas buscam conhecer as diversas culturas indígenas, e assim contribuir com desconstrução de estereótipos. Há de se destacar também as discussões que problematizam as relações interculturais por uma perspectiva crítica das relações de poder⁵⁸⁰. Nesse sentido, tem-se

⁵⁷⁷ WALSH, Catherine. Interculturalidad y (de)colonoalidad: perspectivas críticas y políticas. **Visão Global**, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, jan./dez. 2012. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/visaoglobal/article/view/3412/1511>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

⁵⁷⁸ SILVA, Edson. Dia do índio: entre a “tribo curunais” e a “tribo carochinha”: a continuidade da folclorização da temática indígena na escola. **Construir Notícias**, v. 72, p. 35-41, 2013. Disponível em: < <http://arquivodepernambuco.blogspot.com.br/p/patrimonio-cultural-povos-indigenas.html>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

⁵⁷⁹ SILVA, Edson. História e diversidades: o direito às diferenças. Questionando Chico Buarque, Tom Zé, Lenine... In MOREIRA, Harley Abrantes (Org.) **Africanidades: repensando identidades, discursos e ensino de História da África**. Recife: Livro Rápido/UPE, 2012. p. 11-37.

⁵⁸⁰ CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, v.13, n. 37, p. 45-56, 2008.

assumido que o processo de diálogo intercultural não poderá eximir-se de conflitos, estejam os atores dessa interação mais distantes ou mais próximos geograficamente, por exemplo. Os conflitos precisam ser admitidos, enfrentados.

Pesquisando a função da música indígena nas interações entre indígenas e não indígenas, Stein⁵⁸¹, com sua etnografia que buscou compreender o papel das crianças e seus cantos no modo de ser do povo indígena Mbyá-Guarani que vive em aldeias em municípios próximos a Porto Alegre/RS, nos informa:

Na performance de suas sonoridades faladas e cantadas reafirmam uma unidade étnica por metáforas físicas sobre o corpo e o território. Os *mborai*⁵⁸² feitos na *opy*⁵⁸³ ou executados pelos grupos musicais em espaços da aldeia, nos palcos das cidades ou para gravações dos CDs [...] são objetos estéticos materializados em ações sonoras, cujos significados servem de argumentos para a elaboração de uma identidade étnica, mas também como circulação de sentidos entre grupos indígenas e não-indígenas, entre uma diversidade de culturas heterogêneas e dinâmicas. (p. 165)

Quanto ao posicionamento político dos seus pesquisados em sua demanda por reconhecimento, ela destaca:

Esta apresentação do coral, como outras realizadas pelo *Nhë'ë Ambá*⁵⁸⁴, permitiu a sobreposição de argumentos expressos pelo *kyringüé ruvíxá* no sentido da afirmação identitária dos Mbyá no campo inter-étnico, que via de regra é percebido pelos Mbyá como um campo de disputas, em que as territoriais são as mais ressaltadas. As pessoas da cidade, os não-indígenas, nestas apresentações públicas são alvo de convencimento e crítica, acredito que pelos Mbyá entenderem que suas opiniões e ações tenham força nas concepções e representações legais sobre políticas territoriais e direitos indígenas e nas relações cotidianas entre cidadãos, Mbyá aldeados, vizinhos e políticos. Ou seja, os lugares povoados por não-indígenas são tratados pelos Mbyá como arena política, de lutas e conquistas. Os não-indígenas são tratados, concomitantemente, como inimigos e aliados em potencial, como indicam as falas de lideranças Guarani, a exemplo do discurso de Marcelo Kuaray [Coordenador do grupo *Nhë'ë Ambá*] naquele momento em Viamão. (p.175-176)

FLEURI, Reinaldo Matias. Apresentação: Educação intercultural: decolonializar o poder e o saber, o ser e o viver. **Visão Global**, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 7-22, jan./dez. 2012. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/visaoglobal/article/view/3408/1507>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y (de)colonoalidad: perspectivas críticas y políticas. **Visão Global**, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, jan./dez. 2012. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/visaoglobal/article/view/3412/1511>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

⁵⁸¹ STEIN, Marília Raquel Albornoz. **Kyringüé mborai** – o canto das crianças e a cosmo-sônica Mbyá-Guarani. 2009. 309 p. Tese (Doutorado em Música: Etnomusicologia) – Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/17304>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

⁵⁸² Cantos sagrados.

⁵⁸³ Casa cerimonial.

⁵⁸⁴ Nome de um dos grupos de canto e danças pesquisados.

Propondo um conceito alargado de música entendida como cultura, Queiroz⁵⁸⁵ defende o ensino a partir de numa perspectiva intercultural, que desafie a proposta monocultural neoliberal, não se isentando dos conflitos, na “busca de uma sociedade mais humana, tecida numa pluralidade de estratégias que permitam articular políticas de igualdade com políticas de diversidade” (*Ibidem*, p.204). Assim, nos chama a olhar a música além de seus aspectos estéticos:

Parafraseando o conhecido provérbio chinês “quando um dedo aponta para a lua, o tolo olha para o dedo”, acredito que, pensando na música, podemos afirmar: quando soa uma canção... o tolo ouve ritmo, melodia, harmonia e letra. Epistemologias da etnomusicologia, somadas a proposições da antropologia hermenêutica, bastante propagadas na área de música a partir do diálogo com os estudos de Clifford Geertz (1973)⁵⁸⁶, principalmente na obra *A interpretação das culturas*, tem nos possibilitado o entendimento de que os sons e suas infinitas formas de organização são a materialização física da música, mas a dimensão humana e representativa da expressão musical estão, de fato, na esfera do significado. Os que se limitam a ouvir ritmos, melodias, letras, acordes, entre outros parâmetros físicos da expressão musical, jamais ouviram música, apenas perceberam alguns poucos elementos da rica e complexa teia que tal fenômeno representa.⁵⁸⁷

Sobre a metodologia e o campo

Conforme Bogdan e Biklen⁵⁸⁸ “ao apreender as perspectivas dos participantes, a investigação qualitativa faz luz sobre a dinâmica interna das situações, dinâmica esta que é frequentemente invisível para o observador exterior” (p. 51). Assim, no processo de aproximação com os sujeitos pesquisados, aos poucos vamos construindo “um quadro que vai ganhando forma à medida que se recolhem e se examinam as partes” (*Ibidem*, p. 50). A pesquisa qualitativa não é apriorística: situações e descobertas vão se constituindo no desenrolar do processo investigativo, estabelecendo uma dinâmica própria, inerente ao fenômeno em questão.

Como método para a investigação, tomamos o estudo de caso único, que consiste no estudo profundo de um fenômeno contemporâneo em um dado contexto⁵⁸⁹.

Entrevistas semiestruturadas e observações estão sendo realizadas direcionadas para os indígenas, estudantes, gestores e professores da escola.

A escola campo da pesquisa está na área urbana do município de Paudalho e integra o sistema de ensino da rede pública do Estado de Pernambuco. Trata-se de uma Escola de Referência em Ensino Médio, um tipo de unidade ligada ao Programa de Educação Integral da Secretaria de Educação (as EREM são escolas que oferecem o ensino médio apenas, em tempo integral). Os alunos, em sua maioria, são egressos da rede municipal, e não passam por teste de conhecimentos/seleção como forma de acesso, como acontece nas de ensino

⁵⁸⁵ QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. Há diversidade(s) em música: reflexões para uma educação musical intercultural. In: SILVA, Helena Lopes da; ZILLE, José Antônio Baêta (Orgs.). **Música e educação: série diálogos com o som – Ensaios**. Barbacena: EdUEMG, 2015, p. 197-2015. v. 2.

⁵⁸⁶ GEERTZ, Clifford. *The Interpretation of Culture*. New York: Basic Books, Inc., Publishers, 1973 apud QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. Há diversidade(s) em música: reflexões para uma educação musical intercultural. In: SILVA, Helena Lopes da; ZILLE, José Antônio Baêta (Orgs.). **Música e educação: série diálogos com o som – Ensaios**. Barbacena: EdUEMG, 2015, p. 197-2015. v. 2.

⁵⁸⁷ *Ibidem*, p. 209

⁵⁸⁸ BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto editora, 1994.

⁵⁸⁹ YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução: Daniel Grassi. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

técnico da mesma rede. Estudantes e professores cumprem período integral, de segunda a sexta-feira.

O currículo da Escola pesquisada contempla o ensino de música como uma disciplina nos três anos. A carga é de 40 horas-aulas anuais, o que equivale a uma aula (50 minutos) semanal, por ano/série e turma.

Dentre os estudantes que aceitaram colaborar com a pesquisa, tomamos como critério terem participado de encontros programados e acontecidos nas salas de aula, bem como estarem presentes às demais apresentações dos Fulni-ô. Quanto aos indígenas, fiz o convite para participação do estudo ao Grupo, deixando que eles indicassem seus interlocutores, depois de conversas preliminares em que os Fulni-ô manifestaram pleno interesse em colaborar.

O campo, no entanto, não tem se restringido ao espaço da escola apenas, mas tem se ampliado para a aldeia dos Fulni-ô em Águas Belas, à qual já fizemos duas visitas, uma delas no período da abertura do Ouricuri, e para outros espaços, como a casa em que se hospedaram em Recife.

As interações e algumas percepções de alguns estudantes

Como dados preliminares da pesquisa, transcrevemos a seguir alguns trechos do diário de campo e das entrevistas, que ainda serão analisados. Trazemos apenas como material que pode ensejar alguma reflexão.

O primeiro momento de apresentação dos Fulni-ô neste ano de 2016 aconteceu na manhã do dia 04 de abril. Os alunos foram conduzidos pelos professores com os quais estavam em sala para o pátio coberto da escola, por orientação da coordenação da escola.

[...] Os alunos deixam um círculo amplo no meio. E demonstram expectativa. Os Fulni-ô se encaminham da sala onde estão para o centro do pátio. Eles apresentam certa unidade logo perceptível, tanto no genótipo quanto nas roupas: os homens vestem bermudas, alguns usam cocar ou tiaras de pena e estão com o corpo e o rosto pintados; as mulheres, também pintadas, usam uma pequena blusa preta e um tipo de saia que parece ser de cordões, vermelhos. E usam assessórios com penas nos cabelos e brincos com penas.

[...] Sem uma apresentação verbal preliminar, o grupo assume uma formação e inicia uma performance de música e dança.

[...] A música é feita com um ou dois maracás, com batidas fortes com os pés e com canto (numa língua desconhecida dos estudantes), não raro, polifônico. Numa estrutura responsiva, alternam-se, umas vezes, a voz de um solista e a do grupo; outras, as vozes femininas e as masculinas.

[...] A dança tem uma coreografia que não parece simples, incluindo filas duplas, fileiras que se encontram de frente (como num confronto) e ziguezagues; concluindo em círculos bem fechados. Os *performers* estão, geralmente, com o tronco inclinado para a frente, braços soltos a frente e os joelhos flexionados. O olhar está geralmente direcionado para o piso; quando levantam é para se entreolharem: não encaram a plateia.

[...] Os estudantes assistem aparentemente concentrados e interessados. Alguns parecem fazer comentários. A maioria observa em silêncio. Outros filmam ou fotografam com os celulares. Ao final, aplaudem. Os indígenas e se retiram sem qualquer diálogo depois de apresentarem duas músicas.

[...] (Diário)

No dia 11 de abril, os índios foram a cada uma das salas de aula. Apenas quatro deles representaram o grupo todo. Os demais haviam saído para visitar outras escolas no município. No dia 12 de abril, dia da despedida dos Fulni-ô, eles ofereceram oficinas de artesanato e pintura corporal, antes de se apresentarem pela última vez. Nesse momento ainda cantaram com o coral da escola e convidaram todos os alunos para uma dança. Um ex-aluno da escola e uma indígena do grupo visitante também cantaram um dueto em italiano – uma canção já familiar à maioria dos alunos.

[...] O cantor ex-aluno inicia a música e canta sozinho a primeira parte. Em geral, parece que todos prestigiam a performance. A índia começa a cantar ainda sentada entre os demais de seu grupo, no meio da quadra. Mas logo se levanta e é, então, percebida pela plateia de estudantes, que reage efusiva com aplausos, gritos e assovios, como num *show* de um artista a quem muito admiram.

[...] (Diário)

Em entrevista realizada no dia 09 de agosto de 2016, quando perguntados sobre os momentos da interação nas salas, deram respostas como:

Estudante 1: E... professor, e outra coisa: no dia que a gente fez apresentação só para eles, a sala da gente foi a última turma. Então, a gente teve aquele momento só de conversas. Então a gente conversou com eles... Eles passaram muitas coisas boas que eles achavam da escola daqui. Eles passam por muitas escolas, mas... é tipo... que aqui, [nome da Escola], fosse a casa deles. Então, é tipo... que a gente passa segurança pra eles. Ele aprende com a gente e a gente aprende com eles. [...] E eles ficaram muito surpresos, porque a gente... a professora propôs que a gente fizesse a apresentação da gente com o copo [percussão com copos para acompanhar o canto]. E eles nunca tinham visto. Então eles ficaram muito surpresos. E perguntaram como é que a gente tinha feito aquilo... o ritmo que a gente tinha criado... E perguntaram se a gente poderia ensinar. Só que, como a gente não teve tempo, porque foi no último dia, não teve como a gente ensinar.

Estudante 2: Assim... eu achei bom porque ele ensinou pra gente alguns ritmos das músicas deles... forró... assim... na linguagem deles... E eu gostei muito. Eles se divertiram lá com a gente... dançou...

E quando perguntados sobre o que eles acharam de todos os momentos de vivência, responderam:

Estudante 3: Eu acho que é a melhor parte. Essa troca de experiência é a melhor parte, porque, a partir do momento que a gente para pra ver o que eles têm pra dizer pra gente, ver o que eles têm pra mostrar pra gente, é um momento muito bom, porque não é sempre que a gente encontra, esbarra com um índio na rua e sabe o que ele têm pra dizer pra gente... Então, foi bem... É muito interessante isso tudo, porque é uma forma de aprender, uma forma nova de aprender, entendeu? novas culturas. E foi muito bom esse momento. É sempre bom quando eles têm alguma coisa pra passar pra gente. E a gente também.

Estudante 4: E mais... Assim... O que eles passavam pra gente, muitas vezes, nem era com as palavras. Era mesmo

com sua dança, com sua cultura, com suas expressões ele passava pra gente o que ele queria passar. Muitas vezes não era com suas palavras específicas. Acho que a expressão dele falava muita coisa em si... da história, da sua cultura.

Quando perguntados se a concepção sobre o indígena havia mudado depois da visita dos Fulni-ô à escola, os estudantes deram respostas como:

Estudante 3: A concepção que antes eu tinha sobre os índios é que eles não poderiam, entendeu? Nem seriam como a gente. É algo que a maioria das pessoas tem: é que eles são bem mais do que diferentes da gente. E quando a gente vê, agora, eles têm muita coisa em comum com a gente. Não igual, mas...

Estudante 1: A minha concepção também era essa. A minha concepção antes de... quando eu ouvia falar de índios mesmo... eles sempre restritos, ninguém falava com eles, eles não tinham os costumes da gente, eles não eram legais de chegar... Era tipo "homem da caverna". Eu pensava isso. Que índio era isso. A gente nunca iria ter a oportunidade de falar com um índio. Até porque eles moram em reservas e que índio, ele era totalmente desatualizado. Mas a gente vê que isso mudou bastante.

Estudante 4: Eu pensava... Assim, na minha concepção, que eles viviam dentro da floresta, que eles se pintavam e pronto.

Estudante 1: É...

Estudante 4: Faziam suas coisas lá dentro. E eu pensava que eles não saíam. Pensava que eles não tinham uma vida social aqui fora. Eu vim saber quando eles vieram realmente aqui para [nome da Escola], eu vim saber que a vida deles não era restrita só dentro da aldeia. E, sim, eles tinham uma vida comum, como nós: estudavam, trabalhavam, tinham suas coisas... como qualquer pessoa.

[...]

Estudante 1: E outra coisa: no momento em que a gente vive, na atualidade em que a gente vive hoje, são poucas tribos que ainda guardam sua tradição. Então, eles se reservam muito. Eles guardam muito bem a tradição deles. Não perderam o hábito de realmente ser índio.

Solicitados a fazerem considerações nos momentos finais das entrevistas, houve falas como essa:

Estudante 3: Questão de preconceito, professor. Eu acredito que tem muita gente que não abriu a mente para saber que qualquer pessoa, independente de ser índio ou não, é igual a qualquer ser humano, entendeu? E tem muita coisa na cabeça de muitos ainda que, pelo simples fato de viver numa reserva, de pintar o seu rosto, de manter uma tradição que tem há muitos anos, não é gente, não é pessoa como qualquer outra. Aí é isso que eu acho que é um maior absurdo. Diante de tanta coisa, é esse preconceito que muita gente tem com os indígenas.

A pesquisa, ao buscar uma compreensão abrangente acerca do fenômeno estudado – a relação entre indígenas Fulni-ô, estudantes e suas implicações pedagógicas musicais – poderá contribuir para o debate no campo da Educação musical acerca da música indígena nas escolas. No aspecto do diálogo intercultural, ela poderá desvelar que processos possibilitaram construções mais, ou menos, críticas por parte destes últimos atores sociais. Portanto, o estudo poderá trazer também contribuições para os debates e reflexões no âmbito da implementação da Lei nº 11.645/2008 na área da Educação Musical, e quiçá em outras áreas. Nesse sentido, a nossa pesquisa dialoga com as demais ciências, a fim de acercar-se do fenômeno em foco o mais consistentemente, considerando as especificidades do nosso campo.

INDÍGENAS E MILITARES, DINÂMICAS IDENTITÁRIAS NOS ANOS DA GUERRA DO CHACO

*André Henrique Eltz*⁵⁹⁰
andreeltz@yahoo.com.br

Resumo: A guerra do Chaco foi um conflito travado entre a Bolívia e o Paraguai durante os anos de 1932 e 1935. A disputa entre os dois países pelo território chaquenho remonta a formação das duas Repúblicas, quando os limites territoriais não foram plenamente definidos. A importância do espaço disputado se dava em função das expectativas geradas em torno dos recursos potenciais existentes na região. Estudos sobre fronteira demonstram que o Estado-nação é uma grande fonte de poder de produção de delimitação geográfica, onde a fronteira é pensada de maneira linear, como uma linha ideal, assim, os dois países beligerantes consideravam o Chaco uma região estática e despovoada, ao ponto de chamarem o local de “deserto verde”. Porém, as fronteiras do Chaco não estavam desabitadas, os habitantes da região constantemente modificavam o espaço em função de contatos entre diferentes povos locais e em função do contato com elementos externos. Assim, entendemos que a fronteira é um espaço de trocas culturais, de contato entre diferentes culturas, uma fronteira híbrida que possibilita balanços de poder e criação de novas formas sociais. Dessa maneira, o espaço chaquenho deve ser pensado de forma dinâmica e temporal. Usando como referencial teórico os conceitos de fronteira, mestiçagem e etnogênese, pretendemos apresentar uma breve narrativa das alterações provocadas no ambiente chaquenho a partir da chegada dos militares e de outros grupos que ocuparam a região na primeira metade do século XX. Abordaremos questões de terra e cidadania, além de tratarmos do discurso racial e patriótico que permeava a sociedade boliviana, questões essas que possibilitarão um melhor entendimento das relações de contato, dos conflitos, migrações para outros países, como o Brasil, enfim, estratégias desenvolvidas pelos diferentes povos indígenas, militares e colonizadores nessa região fronteiriça. O conflito expõe ainda as dinâmicas que envolvem as identidades nacionais e étnicas, utilizadas de acordo com as demandas individuais e coletivas. Desse modo, acreditamos que as discussões propostas possibilitam uma nova visão do fato histórico “Guerra do Chaco”, ao ponto de dar visibilidade aos povos indígenas habitantes da região.

Palavras-chave: Guerra do Chaco, Fronteiras, Identidades.

⁵⁹⁰ Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT - Brasil

A guerra do Chaco foi um conflito travado entre Bolívia e Paraguai durante os anos de 1932 e 1935. As fronteiras da região não foram muito bem definidas durante a formação dessas Repúblicas, durante o processo de independência do que viria a ser a Bolívia e o Paraguai, cada um queria a maior parte da região do Chaco para si. O conflito deixou um saldo de aproximadamente 60 mil bolivianos e 30 mil paraguaios mortos, tendo resultado na derrota dos bolivianos e a perda e anexação de parte de seu território pelos paraguaios. A derrota militar da Bolívia frente ao Paraguai impôs ao país, além da perda de um pedaço do território, a impossibilidade de ligação com o oceano Atlântico via Bacia do Prata.

Para um melhor entendimento sobre o conflito faz-se necessário apresentar alguns aspectos das sociedades boliviana e paraguaia, e um pouco das relações que envolviam os dois países no século XIX e início do século XX, principalmente no que tange as discussões fronteiriças.

Nas primeiras décadas do século XX, a sociedade boliviana continuava, em muitos aspectos, não muito diferente dos anos da independência e dos tempos coloniais. A maior parte da nação pertencia ainda ao sistema agrário latifundiário, às grandes propriedades, às *haciendas*, servindo como força de trabalho e prestando serviços pessoais aos patrões em condições de exploração, a *pongueaje*. Essas condições de trabalho eram específicas das *terras altas*, região do altiplano boliviano, sendo que nas *terras baixas*, na região do Chaco, as comunidades indígenas tinham sua própria forma de organização, não seguiam as mesmas características do altiplano.

Fazendeiros, proprietários de minas, industriais, comerciantes, todos formavam uma oligarquia estável e com respeitável poder político, dirigiam a vida econômica e política da nação. A partir dos anos 1880, a política nacional sofreu profundas mudanças com a entrada dos partidos liberais à frente do governo, modificando o quadro de regimes caudilhistas que se alternavam no poder desde os primeiros anos republicanos. Segundo Irma Lorini, o sentimento nacionalista e de pertencimento à nação boliviana não se deu de maneira homogênea nos primeiros anos de República. Coube apenas à elite política e social com suas ideias de progresso baseadas nas correntes de pensamento liberal europeias o desenvolvimento dos projetos que envolviam a construção de uma identidade nacional boliviana⁵⁹¹. Ou seja, a integração nesses primeiros anos do século XX não se daria por todos os rincões da República e nem para toda a população.

A ideia de “civilizar” os indígenas ainda era perpetuada, agora, no pensamento das elites liberais. Essas elites instauraram, a partir de 1900, uma lei para regular a educação nas escolas dos centros urbanos e rurais, a fim de uniformizar os métodos de ensino em todas as instituições educativas do país, inclusive as particulares.

Com a ausência de uma economia diversificada na Bolívia neste momento, a indústria da mineração sofreu uma grande contração devido à crise econômica mundial desencadeada pela quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929. Dessa forma, iniciada a década de 1930, o país estava afundado numa profunda crise econômica e social, as vésperas de uma eleição presidencial e com relações conturbadas com o vizinho Paraguai.

Para Daniel Salamanca, Presidente eleito em 1931, a Bolívia devia direcionar esforços para dominar a região em conflito, a presença militar nessa área era inquestionável, por isso, sua célebre frase “pisar fuerte en el Chaco”⁵⁹². Suas ações para aumentar a presença militar no território chaquenho são consideradas por alguns críticos como “passar da situação defensiva para ofensiva”⁵⁹³. Com discussões diplomáticas infrutíferas e os dois países aumentando suas forças militares na região, a diplomacia internacional entrou em cena para tentar evitar o conflito, porém, sem sucesso. Em agosto de 1932, em sessão no congresso,

⁵⁹¹ LORINI, Irma. **El Nacionalismo en Bolivia de la pre y posguerra del Chaco (1910-1945)**. La Paz: Plural Editores, 2006, p. 64.

⁵⁹² MESA, José de; MESA, Carlos; e GISBERT, Teresa. **Historia de Bolivia**. 7. Ed. La Paz: Editorial Gisbert y Cia, 2008, p. 453.

⁵⁹³ PUENTE, Rafael Calvo. **Recuperando la memoria: una historia crítica de Bolivia**. Tomo 1. Santa Cruz: Fundación Colonial Pirai, 2011, p. 383.

Daniel Salamanca anunciava a suspensão dos esforços de mediação com o Paraguai e decretava uma mobilização geral da nação em apoio ao conflito que se iniciava, ordenando ainda operações militares em grande escala no Chaco.

A situação econômica do Paraguai em inícios do século XX não era muito diferente da Bolívia. Um país, também, muito pobre economicamente, o Paraguai entrava no século XX destruído pela guerra da Tríplice Aliança (1865-1870). Gabriela Dalla-Corte, analisa a ocupação das terras chaquenhas pelas redes e organizações sociais do Paraguai e da Argentina partindo da ideia de que as terras do Chaco foram utilizadas como moeda de troca para contratação de empréstimos internacionais utilizados pelo governo do Paraguai para enfrentar a crise instaurada pela guerra da Tríplice Aliança⁵⁹⁴. A venda de terras fiscais pelo governo paraguaio a empresas privadas como processo de recuperação de sua economia foi o carro chefe da ocupação territorial do Chaco na região ocidental do rio Paraguai. A figura central do processo de privatização das terras do Estado foi o espanhol Carlos Casado del Alisal. Radicado na Argentina, na cidade de Rosário, possuía comércio de importações e exportações, além de ser empresário do setor bancário. Carlos Casado não era membro da elite Argentina, ele se aproximou dessa elite por meio de seu casamento com Ramona Sastre Aramburu⁵⁹⁵.

Em fins do século XIX, se instalaram na região de Puerto Casado as colônias menonitas e as missões religiosas salesianas responsáveis pela evangelização dos indígenas locais. Segundo Mirta Torracca⁵⁹⁶, o estabelecimento dos menonitas⁵⁹⁷ no Paraguai atendia às necessidades da questão litigiosa entre o Paraguai e a Bolívia. A instabilidade dos anos anteriores ao conflito levou o governo a elaborar um projeto migratório que garantisse a segurança das fronteiras através do estabelecimento de uma comunidade de origem europeia na região do Chaco. Os menonitas eram vistos como instrumento de legitimidade que garantia a soberania nacional do Chaco paraguaio.

Após a breve apresentação da situação da Bolívia e do Paraguai e das discussões fronteiriças, abordaremos rapidamente as teorias que apontam as causas da guerra segundo a historiografia pesquisada, e também alguns aspectos teóricos a respeito de fronteiras.

Sobre o contexto do conflito, existem algumas interpretações que falam dos motivos da guerra. Entre as mais importantes, segundo Carlos Mesa⁵⁹⁸, estão as teorias de uma guerra pelo suposto petróleo da região e da busca da Bolívia por uma ligação fluvial e marítima com o resto do mundo. Além dessas duas teses explicativas para as causas da guerra, a outra questão que norteia o conflito se refere às disputas territoriais de longa data entre os dois países beligerantes. A hipótese de disputas territoriais nos parece ser a mais convincente para as causas do conflito, também por consideramos que as três hipóteses estão relacionadas entre si.

⁵⁹⁴ DALLA-CORTE, Gabriela Caballero. Redes y organizaciones sociales en el proceso de ocupación del Gran Chaco. **Revista de Indias**, Madrid, ES, v. LXVII, n. 240, 2007, p. 486.

⁵⁹⁵ DALLA-CORTE, Gabriela Caballero. Redes y organizaciones sociales en el proceso de ocupación del Gran Chaco. **Revista de Indias**, Madrid, ES, v. LXVII, n. 240, p. 485-520, 2007, p. 488.

⁵⁹⁶ TORRACA, Mirta Mabel Escovar. **Imigração e Colonização Menonita no processo de legitimação do Chaco paraguaio (1921-1935)**. 2006. 154 f. Dissertação (Mestrado em história) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2006, p. 14.

⁵⁹⁷ Os menonitas formam um segmento religioso que surgiu durante o período da Reforma Protestante. Considerados como uma das vertentes originárias do antigo Anabatismo, especificamente o da Suíça em 1525, que se expandiu, inicialmente, para a Alemanha e para os países baixos. A denominação menonita provém do nome de uma das antigas lideranças do grupo: o ex-sacerdote Menno Simons. *Idem*, p. 35.

⁵⁹⁸ MESA, José de; MESA, Carlos; e GISBERT, Teresa. **Historia de Bolivia**. 7. Ed. La Paz: Editorial Gisbert y Cia, 2008, p. 451-463.

As delimitações territoriais, segundo Marcelo Souza⁵⁹⁹, são um fator importante para os modernos Estados-nação, pois, em sua formação no século XIX, a fronteira geopolítica era essencial, fazia parte do discurso de legitimação das elites responsáveis pela formação da nação. Como se vê na formação dos Estados-nação mundo afora, os termos “território nacional” e “pátria” são utilizados ideologicamente para legitimar e trazer coesão aos países. No entanto, o termo “território” utilizado no sentido de espaço geográfico onde um Estado exerce sua soberania é uma definição muito vaga para um termo que nos parece mais complexo. Souza observa que “o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, ou seja, o território tem em primeiro lugar uma definição política. Entretanto, as relações de poder em um determinado espaço não separam os demais aspectos do território, o geográfico, o cultural e o econômico⁶⁰⁰. O território é muito mais que simples delimitações lineares de espaços geográficos. O território é um espaço onde grupos exercem relações sociais complexas, onde esse espaço é constantemente transformado por essas relações. Assim, o espaço perpassado pelas relações de poder é o espaço vivido pelas experiências individuais e coletivas, ou seja, tem, sobretudo, um caráter humano. Segundo Roncayolo, a identidade dos grupos provém mais da cultura, da produção do espaço através das relações sociais, do que do espaço físico propriamente dito. Pensando, então, no Estado com grande poder de territorializar espaços, em lugares onde o povoamento é mais contínuo, a tendência é que o Estado exerça um domínio mais forte, a fronteira tende para uma “linha ideal”⁶⁰¹. Porém, nos limites territoriais estabelecidos entre Estados onde supostamente o domínio é mais fraco, não se apagam a multiplicidade das relações entre os dois lados. Conforme Sena, a “produção de espaço não gera necessariamente uma fronteira linear entre Estados, pois participam também dessa política de tomar áreas geográficas para si povos sem Estado, ou com vínculos frouxos com este [...]”⁶⁰². Destacando a grande influência das discussões de Claude Raffestin sobre “territorialização” e “fronteira”, Sena nos atenta para que pensemos que a fronteira não é apenas espacial, ela também é temporal.

Questões de terra e cidadania na Bolívia

As discussões sobre as tentativas de se forjar uma identidade nacional boliviana antes da guerra e sobre o discurso patriótico estruturado nas ideias nacionalistas nos levam a aprofundar nossas observações sobre as questões que norteiam a relação entre Estado e indígenas no que diz respeito à cidadania e a terra. A Bolívia em toda sua história colonial e republicana foi caracterizada por relações de conflito entre o Estado e os índios pelo poder da terra. Nesse sentido, é unanimidade na historiografia que pesquisamos que o acesso à cidadania sempre esteve diretamente relacionado à posse da terra e ao pagamento de tributos.

A terra na Bolívia, desde o período colonial, estava concentrada nas mãos de uma minoria de proprietários. Esse quadro foi se fortalecendo ainda mais com a independência e a formação do Estado-nação, que, fundado na ideia de modernidade e progresso, cada vez mais lutava em função da propriedade privada diante das terras comunais indígenas⁶⁰³.

⁵⁹⁹ SOUZA, Marcelo Lopes. “Território” da divergência (e da confusão): Em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio (Org.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2009.

⁶⁰⁰ SOUZA, Marcelo Lopes. “Território” da divergência (e da confusão): Em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio (Org.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2009, p. 59.

⁶⁰¹ RONCAYOLO, Marcel. Território. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. **Região**. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986. V. 08, p. 281.

⁶⁰² SENA, Ernesto Cerveira de. De colônias a início dos Estados nacionais: considerações sobre as fronteiras entre Brasil e Bolívia. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, MT, v. 5, n. 2, p. 115, Jul./Dez. 2013.

⁶⁰³ RADHUBER, Isabella Margerita. **El poder de la tierra**. La Paz: Plural, 2008, p. 55.

Porém, há uma diferença entre as propriedades nas terras altas e nas terras baixas bolivianas: nas terras altas, as terras coletivas seguiam características do modelo incaico de organização, e se estendiam por toda região andina⁶⁰⁴, nas terras baixas, as comunidades indígenas tinham sua própria forma de organização, não seguiam as mesmas características do altiplano. Portanto, diretamente, os povos das terras baixas não foram atingidos pela política agrária que se iniciou após a independência. Segundo Rafael Puente, os decretos de Bolívar⁶⁰⁵ em 1825 não se aplicavam nas terras baixas, porém, “abriram a porta” para o saque dos pequenos povos indígenas da região. A respeito das terras altas, Isabella Radhuber afirma que a fragmentação das propriedades coletivas das comunidades indígenas do altiplano causada pelo decreto de Bolívar levou a abolição do tributo cobrado dos indígenas pelo Estado, fato que foi revertido em 20 de setembro de 1826, devolvendo aos indígenas a condição de pagadores de tributos ao Estado, situação que está diretamente ligada ao acesso à cidadania.

Para um entendimento mais aprofundado de como se dava o acesso à cidadania na Bolívia a partir de 1825, utilizamos as Constituições Republicanas e suas modificações sofridas até 1938. Em pesquisa documental podemos considerar que durante os 112 anos desde a primeira edição da Carta Magna, as prerrogativas exigidas para ser cidadão pouco se modificaram, e as populações indígenas ficaram alijadas das questões que envolvem participação no poder e acesso à cidadania, principalmente por esbarrarem na exigência que para ser cidadão era necessário possuir propriedade privada, ser alfabetizado em castelhano e não estar na condição de doméstico (sujeição a outra pessoa)⁶⁰⁶. A lei de desvinculação de terras de 1874 dificultou mais ainda o acesso à cidadania para os indígenas, pois, aboliu o direito de posse das propriedades coletivas, só reconhecendo títulos de posse individual. A alfabetização em castelhano não foi levada a frente, houve um reforço do discurso racial por parte do Estado para com os indígenas impossibilitando o avanço do sistema educacional.

Zavaleta Mercado aponta como característica do modelo oligárquico as ideias raciais perante os índios. Para o autor, a ideologia do Estado estava marcada pelo “Darwinismo social”, em que os índios eram historicamente tratados como “bestias”⁶⁰⁷. Porém, é importante salientar que os indígenas na condição de contribuintes do Estado se consideravam cidadãos, possuíam um sentimento de ser cidadão devido a essa condição.

Diversos estudos sobre a formação das nações mundo a fora afirmam que o território, o solo pátrio, é um importantíssimo fator de coesão social e consolidador de fortes sentimentos de pertencimento⁶⁰⁸. Essa produção de sentimento de pertencimento se intensificou antes do início do conflito, em 1931, e durante os anos subsequentes. Em um país caracterizado pela herança colonial da estrutura social, onde se mantiveram a estratificação social e os privilégios das castas superiores, o Estado encontrou dificuldades em forjar um sentimento patriótico nos militares que foram para o combate e um apoio da população em geral.

Em investigação realizada no *Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia*, localizado na cidade de Sucre-BO, no mês de julho de 2011, encontramos uma versão original de uma caderneta que era entregue aos militares que iam para o combate. O *Carnet Patriótico* –

⁶⁰⁴ Não apenas pela região que viria a ser a Bolívia.

⁶⁰⁵ O decreto de Bolívar de 6 de agosto de 1825 determinava a venda de todas as terras ao Estado e a divisão das terras pertencentes às comunidades indígenas entre seus integrantes em forma de parcelas individuais que se tornavam vendíveis e alienáveis. PUENTE, Rafael Calvo. **Recuperando la memoria: una historia crítica de Bolivia**. Tomo 1. Santa Cruz: Fundación Colonial Pirai, 2011, p. 219.

⁶⁰⁶ Ver mais em: RADHUBER, Isabella Margerita. **El poder de la tierra**. La Paz: Plural, 2008. IRUOZQUI, Marta. Las paradojas de la tributación. Ciudadanía y política estatal indígena en Bolivia, 1825-1900. **Revista de Indias**, Madrid, ES, v. LIX, n. 217, p. 705-740, 1999.

⁶⁰⁷ ZAVALETA, René Mercado. **Lo nacional-popular en Bolivia**. La Paz: Plural, 2008, p. 189.

⁶⁰⁸ Por exemplo: QUIJADA, Mónica; BERNARD, Carmen; SCHNEIDER, Arnd. **Homogeneidad y nación con un estudio de caso: Argentina siglos XIX y XX**. Madrid: CISC, 2000. GUERRA, François-Xavier. A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades. In: JANCSÓ, István. (org.). **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003, p. 33-60.

*Campaña del Chaco*⁶⁰⁹ é uma fonte documental importante para se observar o discurso patriótico do Estado para com os militares que estavam indo para as frentes de batalha. A caderneta continha, além da capa, cinco páginas com descrições de cunho nacionalista, em torno de vinte páginas em branco com pautas e um mapa do Chaco impresso na última página. Como está escrito na página 2, essa caderneta serve como um diário onde o soldado em combate pode escrever sua biografia na guerra. Analisando alguns dizeres da caderneta, podemos observar o discurso patriótico estruturado pelo Estado e por algumas instituições da sociedade boliviana. O que mais nos chama atenção na página 2 é a frase “cidadão que sai em defesa de sua pátria”. Faz-se necessário dar uma atenção especial ao termo cidadão, pois, em 1932, de acordo com a Carta Magna boliviana, nem todos os indivíduos da sociedade eram considerados cidadãos. Em virtude de muitos soldados não serem cidadãos, como podem ser filhos dignos da Bolívia? Na página cinco, está escrito que se o militar morrer em combate será em nome da pátria. Assim como muitos não eram considerados cidadãos, acredita-se que a maioria do exército que foi para o combate era formada pelas classes da reserva e pelas classes que estavam em serviço militar obrigatório nos anos do combate, portanto, na sua maioria, não voluntários. Nesse ponto, a propaganda patriótica vai ao extremo dizendo que quando se morre pela pátria se nasce para a glória.

Pelo conteúdo do *Carnet Patriótico*, é possível ver que a propaganda governamental que estruturava o discurso a fim de despertar o sentimento de pertencimento e de consciência nacional foi bem desenvolvida. Os termos utilizados e a maneira como foram organizados demonstram um grande poder de tentativa de convencimento sobre os indivíduos.

Mestiçagem e etnogênese na fronteira do Chaco

A partir dos estudos dos impactos sofridos pelos povos indígenas do Chaco, a partir da chegada dos militares à região e posteriormente com o desencadeamento do conflito propriamente dito, observamos que houve uma intensa relação entre a cultura das terras altas e a das terras baixas. Assim, os conceitos de mestiçagem e etnogênese, que estão diretamente relacionados à fronteira, são determinantes para o entendimento da produção de espaço de povos fronteiriços, de maneira que esses espaços estão constantemente se modificando em função de contatos entre diferentes povos da mesma região e em função do contato com elementos externos.

Para pensar as ações dos povos indígenas das terras baixas do Chaco, utilizaremos autores⁶¹⁰ que trabalham com esses conceitos, que conseguem explicar que as relações de poder não ocorrem apenas em um sentido. Esses autores fazem uma releitura da história dos contatos coloniais e pós-coloniais na América a partir das estratégias desenvolvidas pelos próprios indígenas em função de uma nova conceitualização de fronteira, não mais como limite entre civilização e barbárie e sim como um território imaginado de circulação permeável. Essa tendência reinscreve as realidades indígenas em seu contexto, demonstrando as reconfigurações étnicas e as reformulações identitárias, além disso, define a etnogênese e a mestiçagem como conceitos que rompem com a antiga etno-história. Essas reconfigurações étnicas criam novos sujeitos históricos e estão diretamente relacionadas com a hibridação da fronteira. Segundo Boccara, é na fronteira que ocorre a mestiçagem, a

⁶⁰⁹ A caderneta está localizada na posição “Ba177” no arquivo de Sucre-BO.

⁶¹⁰ BOCCARA, Guillaume (editor). **Colonización, Resistencia y Mestizaje en las Américas (siglos XVI-XX)**. Quito: Edições Abya-Yala, 2002. NAVARRETE, Federico. A invenção da etnicidade nos Estados-nações americanos nos séculos XIX e XX. In: HEINZ, Flávio M.; MARQUES, Marluza. (Orgs) **A história e seus territórios**: Conferências do XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH. São Leopoldo: Oikos, 2008. RATTO, Silvia. Rompecabezas para armar: el estudio de la vida cotidiana en un ámbito fronterizo. In: **Memoria Americana**. Buenos Aires: 13, 2005, p. 179-207.

mescla, que não ocorre de forma aleatória, sem sentido, acontece por razões de sobrevivência física e social⁶¹¹.

Para Ratto, a hibridação da fronteira leva a um complexo processo de intercâmbio cultural, balanço de poder e criação de novas formas sociais. São espaços de multiculturalidade, de elementos culturais das mais diversas origens⁶¹².

Navarrete nos explica que o conceito de etnogênese é importante para entender as diferenças emergentes. Trata-se da “inesgotável capacidade que grupos sociais tiveram, e tem, para redefinir suas identidades e suas diferenças em meio à complexa interação com outros grupos e com os Estados, e as estratégias de resistência e reação a fatores externos e internos”⁶¹³.

Entretanto, para entender melhor esse conceito, Navarrete faz uma distinção entre identidade étnica e o que ela chama de “categoria étnica”. Os sistemas mais amplos de dominação política, econômica e social, e de interações interétnicas, dão sentido histórico e função social às “categorias étnicas”. Estas são definidas exteriormente aos grupos, geralmente pelas relações de exploração econômica e de classe. Já a identidade étnica, também em interação com os sistemas de dominação, é definida no interior dos grupos⁶¹⁴.

Segundo Ratto, a etnificação é a construção das diferenças por partes dos agentes estatais para poder impor sua legitimidade e dominação. Dessa maneira, identidade étnica e “categoria étnica” estão diretamente relacionadas ao conceito de etnogênese, pois, à medida que grupos participam, negociam, resistem, rebelam-se diante dos diversos processos, ao mesmo tempo constroem e inventam novas identidades, modificam as que haviam herdado historicamente adaptando-as às novas circunstâncias⁶¹⁵. Portanto, de acordo com Navarrete, as identidades étnicas são construções históricas únicas, produtos de contextos e lutas particulares. Ele destaca, ainda, que historicamente “categoria étnica” e identidade étnica tiveram uma convivência complexa, repleta de contradições e conflitos, mas também de coincidências e negociações⁶¹⁶.

Trazendo estes conceitos a guerra do Chaco, observamos que o conflito alterou profundamente a dinâmica dos povos indígenas da região. Com o início das mobilizações da Bolívia e do Paraguai em direção a esse território distante do centro das duas nações, a estrutura de funcionamento dos povos indígenas da região passou a sofrer com mais intensidade a presença da cultura ocidental. O Estado, no momento que intensifica sua presença na região, impõe suas práticas culturais levando diversos problemas às populações locais. Diante das adversidades, essas populações ficaram em situação passiva e ao mesmo tempo ativa, criando estratégias de sobrevivência, modificando seu cotidiano e alterando sua identidade. A chegada dos exércitos e o desenrolar do conflito provocaram mudanças significativas no mapa da região. A guerra trouxe mortes, provocou migrações forçadas, destruição de aldeamentos e profundas trocas culturais ao ponto de fazer desaparecer antigos costumes e inserir novos.

Assim, pensamos o espaço territorial dos povos indígenas do Chaco como um espaço que foi transformado por novas relações de poder que se estabeleceram com os contatos

⁶¹¹ BOCCARA, Guillaume (editor). **Colonización, Resistencia y Mestizaje en las Américas (siglos XVI-XX)**. Quito: Edições Abya-Yala, 2002, p. 71.

⁶¹² RATTO, Silvia. Rompecabezas para armar: el estudio de la vida cotidiana en un ámbito fronterizo. In: **Memoria Americana**. Buenos Aires: 13, 2005, p. 183.

⁶¹³ NAVARRETE, Federico. A invenção da etnicidade nos Estados-nações americanos nos séculos XIX e XX. In: HEINZ, Flávio M.; MARQUES, Marluza. (Orgs) **A história e seus territórios: Conferências do XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH**. São Leopoldo: Oikos, 2008, p. 94.

⁶¹⁴ *Idem*, p. 99.

⁶¹⁵ RATTO, Silvia. Rompecabezas para armar: el estudio de la vida cotidiana en un ámbito fronterizo. In: **Memoria Americana**. Buenos Aires: 13, 2005, p. 183.

⁶¹⁶ NAVARRETE, Federico. A invenção da etnicidade nos Estados-nações americanos nos séculos XIX e XX. In: HEINZ, Flávio M.; MARQUES, Marluza. (Orgs) **A história e seus territórios: Conferências do XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH**. São Leopoldo: Oikos, 2008, p. 99-100.

entre índios e a cultura ocidental (Estado, militares), sem esquecer que essa transformação é datada, ela é temporal.

Analisando mapas da época, pontuamos os locais onde foram instalados os principais fortes militares e, por consequência, onde foram travados os combates mais intensos, identificamos ainda quatro regiões e os grupos que habitavam esses locais. Primeiro, vemos que o deslocamento dos militares bolivianos se deu no sentido do altiplano em direção ao Chaco através das margens do rio Pilcomayo, que faz fronteira com o norte argentino. Além disso, o exército ocupou a região do rio Parapetí, oeste do Chaco, que se estende de Santa Cruz de La Sierra até Villamontes. Os principais grupos em contato, respectivamente, foram os de fila linguística Mataco, Nivaclé e Maká, e os de fila linguística Guaraní, Ioseños, Chiriguano. Além disso, o deslocamento dos bolivianos também se deu no eixo norte/centro/sul do Chaco, afetando, assim, os grupos de fila linguística Zamuco, Guarañoca, Moro, Chamacoco. O deslocamento dos militares paraguaios se deu a partir de Assunção, pela margem esquerda do rio Paraguai em direção ao interior do Chaco pelo sul e centro. Pelo sul, os grupos mais afetados foram os de fila linguística Guaicurú, Toba e Pilagá; pelo leste-sudeste, os de fila linguística Mascoy, Lengua, Sanapaná, Angaité, Toba. Através dessa descrição, observamos que há um complexo emaranhado de etnias em um ambiente em disputa onde as fronteiras territoriais defendidas pelos dois Estados estão nesse entremeio. Ressaltamos que a descrição acima foi feita através da ocupação oficial dos dois Estados na região, porém, estamos trabalhando com a perspectiva de fronteira híbrida, portanto, os grupos citados, apesar de estarem localizados próximos a cidades identificadas como bolivianas ou paraguaias, são povos que não se consideravam bolivianos nem paraguaios.

Os processos de contato de grupos indígenas chaquenhos com militares e “brancos” permitem visualizar, já desde o final da segunda metade do século XIX, uma complexa rede de relações pessoais entre culturas distintas no ambiente do Chaco. Toda a região foi afetada pela presença do “outro”, de maneira que todos os grupos de alguma forma sofreram as transformações provocadas com a chegada de outra cultura, fato que teve sua maior intensidade no período da guerra. Portanto, o processo histórico de contato a que os indígenas chaquenhos estiveram submetidos, principalmente durante o final da década de 1920 e anos posteriores a 1935, foram determinantes para seu destino. Muito longe de o contato ter sido uma oposição entre dominantes e dominados, foi na realidade uma complexa rede de relações em que as práticas desenvolvidas pelos indígenas não foram apenas de aculturação ou resistência. Eles não se anularam diante das práticas desenvolvidas pelos dois Estados. Souberam desenvolver estratégias para amenizar perdas e obter ganhos com a relação estabelecida.

Todavia, pelas narrativas que nos chegam, através dos diversos autores trabalhados, dos diversos grupos chaquenhos durante a guerra, podemos observar que as perdas foram muito maiores que os ganhos obtidos. Nenhum grupo habitante da região ficou imune às consequências trazidas pela ocupação do território. Os Zamucos/Ayoréodes, grupo que não foi diretamente afetado pelos combates, tiveram sua estrutura comunitária afetada pelas expedições desencadeadas pelo seu território antes mesmo da guerra. Essas expedições que acabaram por ditar a proximidade da guerra provocaram migrações e, por consequência, o contato com outros grupos habitantes do Chaco, na maioria das vezes grupos inimigos. O que se viu foi que com o final da guerra a situação dos Zamucos/Ayoréodes não voltou à normalidade. Aquela identidade étnica anterior ao conflito não existia mais. Novas identidades foram construídas com o estabelecimento de aldeamentos em territórios que não eram seus. As missões são um exemplo desses locais. Anteriormente à guerra, os Zamucos/Ayoréodes tinham a liberdade para movimentar a vida com suas próprias forças. Posteriormente à guerra, essa liberdade ficou limitada. A vida deles no pós-guerra passava a ser de dependência⁶¹⁷. Terminada a guerra, o território tradicional dos Zamucos/Ayoréodes

⁶¹⁷ BREMEN, Volker Von. Impactos de la Guerra del Chaco en la territorialidad ayorea. In: RICHARD, Nicolas (comp.). **Mala Guerra: Los indígenas en la Guerra del Chaco (1932-1935)**. Asunción & Paris: Museo del Barro, Servilibros & Colibris, 2008, p. 350.

no Chaco central passava a ser território nacional do Paraguai. Assim, com a presença agora definitiva por parte de um Estado nacional, os Zamucos/Ayoréodes passavam a ter também uma identidade nacional, ou pelo menos integravam o território. Segundo Bremen, em 1950, a ocupação territorial da região se intensificou por parte do Estado paraguaio com a presença de empresas de prospecção de petróleo. Os primeiros contatos entre os Zamucos/Ayoréodes e os trabalhadores das empresas petrolíferas se deram de forma pacífica. Mas, relacionando-se com o mercado na figura do Estado, os Zamucos/Ayoréodes esperavam poder participar da distribuição das riquezas produzidas pelo petróleo, porém, novamente foram tratados como parte não integrante da nação. A estratégia para mais essa negação de sua identidade foi o conflito com os trabalhadores das petroleiras através de saques de alimentos e ferramentas nos armazéns das empresas. Além do problema identitário, o contato com os trabalhadores das empresas petroleiras trouxe novamente epidemias às aldeias. Sarampo e gripe trouxeram consequências devastadoras, exterminando aldeamentos inteiros e provocando fugas em massa para diversos locais⁶¹⁸.

Mudando o foco do Chaco central para a região do rio Pilcomayo médio, observamos que a situação de perdas e ganhos e de estratégias desenvolvidas pelos grupos deste lugar não foram muito diferentes dos Zamucos/Ayoréodes. Os grupos Nivaclé, Toba, Pilagá sofreram com as epidemias, receberam o impacto da evangelização e também foram inseridos na economia de mercado paraguaia⁶¹⁹. Portanto, novas identidades foram sendo construídas pelos impactos trazidos pela guerra e pelo contato com o mundo externo. Podemos observar através de relatos históricos da história do sargento Tarija, que sua identidade foi se alterando de acordo com sua situação diante do contato com o “outro”. Primeiramente, com sua identidade étnica foi capturado pelos militares bolivianos e criado através de uma cultura diferente. Assim, incorporou a identidade de boliviano como soldado e, posteriormente, sargento do exército. Quando decide vingar a morte de seu pai, parece fazer em nome da identidade Nivaclé esquecida ou, pelo menos, ocultada em determinados momentos. No entanto, com a vingança concretizada, vemos que ele se livra dessas duas identidades, à medida que sua deserção do exército libera seu vínculo de ser boliviano e sua fuga e não retorno a sua etnia de origem lhe livra também de sua identidade étnica. Portanto, Tarija, ao executar sua vingança, se afasta de seus dois sentidos de pertencimento.

No caso da história do sargento Tarija, descrita por Barbosa e Richard, a personagem em questão transita entre identidade Nivaclé e identidade nacional boliviana construída ao longo de sua vivência com os militares. Tarija foi levado forçadamente a um forte boliviano por militares que o criaram segundo seus preceitos. Assim, construiu sua identidade nacional que se sobrepôs a sua identidade étnica em alguns momentos, porém, ao longo de sua história, podemos observar que ele não perde sua relação com sua etnia porque mantém contato constantemente com as aldeias. Esse contato permitiu que membros Nivaclés obtivessem ganhos diante dos militares, como no caso homens e mulheres que frequentavam o forte onde Tarija era militar. Dessa maneira, o contato dos Nivaclés com os militares dos fortes da região não foi a dominação destes sobre os indígenas, foi um processo de mestiçagem em que as estratégias desenvolvidas pelos Nivaclés transitaram entre relações conturbadas e amistosas.

Os grupos Angaité, habitantes da margem esquerda do rio Paraguai na altura de Porto Casado, também tiveram a perda de sua identidade étnica em função da guerra. O idioma guarani foi introduzido massivamente e a perda dos idiomas próprios foi, gradualmente, uma consequência para a manutenção da identidade étnica. Além disso, os Angaité foram despejados de seus territórios tradicionais, de suas casas, pela instalação de empresas e

⁶¹⁸ BREMEN, Volker Von. Impactos de la Guerra del Chaco en la territorialidad ayorea. In: RICHARD, Nicolas (comp.). **Mala Guerra: Los indígenas en la Guerra del Chaco (1932-1935)**. Asunción & Paris: Museo del Barro, ServiLibros & CoLibris, 2008, p. 352.

⁶¹⁹ CÓRDOBA, Lorena; BRAUNSTEIN, José. Cañonazos en “La Banda”. La guerra del Chaco y los indígenas del Pilcomayo medio. In: RICHARD, Nicolas (comp.). **Mala Guerra: Los indígenas en la Guerra del Chaco (1932-1935)**. Asunción & Paris: Museo del Barro, ServiLibros & CoLibris, 2008, p. 147.

fazendas que tomaram suas terras⁶²⁰. O Estado paraguaio, por sua vez, ao final da guerra, quando incorporou definitivamente as terras Angaité à nação e continuou o incentivo a empresas e fazendas para ocupar terras, fez novamente a homogeneização das diversas etnias da região chamando todos de povos Angaité. Assim, estava aberto o caminho para a homogeneização da língua desses povos em torno do guarani, fato que foi consolidando a perda dos idiomas tradicionais indígenas e as diferenças culturais entre eles. Com isso, a perda da identidade étnica dos grupos localizados nessa região foi consequência desses fatores trazidos pela presença estatal maciça sobre os antigos territórios indígenas. No entanto, a presença do Estado e as relações entre este e os indígenas permitiram o desenvolvimento da consciência de uma identidade nacional, que foi utilizada pelos diversos grupos para o atendimento de suas demandas. As principais reivindicações dos grupos, agora homogeneizados pelo nome de Angaité, eram com relação à pensão que aqueles que lutaram pelo exército paraguaio queriam receber do Estado⁶²¹.

Entretanto, entre os diversos grupos indígenas do Chaco, aquele que nos chama mais a atenção no que se refere à variação de identidade são sem dúvida os Iloseños. Iniciado desde o final do século XIX, o contato entre “brancos” e indígenas demonstra que as identidades sempre estiveram se reestruturando. Com as migrações provocadas pela presença de uma cultura diferente, houve a invasão de territórios entre etnias inimigas. Esse fator foi determinante para novos conflitos entre antigos rivais, reforçando assim as identidades étnicas locais definidoras das diferenças culturais desses povos. De acordo com Bossert, Combès e Villar, a crescente presença dos Estados durante a guerra, mas, principalmente, depois do seu término, despertou o surgimento de um sentimento nacionalista até então ausente nas comunidades indígenas. Com o final da guerra e o surgimento de um sentimento de pertencimento nacional, as noções de fronteira nacionais se tornaram parte da vida dos grupos indígenas. No caso dos grupos Chané do norte argentino, eles utilizaram desse expediente para, através das instituições nacionais, reclamar a invasão dos Chiriguanos que migravam para a sua região⁶²². Em relação aos Iloseños que se aproximaram do exército paraguaio, Bossert, Combès e Villar entendem que o fato não se deu por eles não possuírem um sentimento patriótico boliviano, mas, sim, devido à similitude de idioma e costumes. No entanto, os Iloseños que permaneceram na região do Isono, e também aqueles que retornaram do Paraguai após o fim das hostilidades, encontraram no sentimento nacionalista, no sentimento de pertencimento, uma poderosa ferramenta para atendimento de suas lutas. Na realidade, o que aconteceu nos anos posteriores ao conflito em relação às identidades é que a identidade nacional que passou a fazer parte da vida dos indígenas não fez desaparecer totalmente as identidades étnicas. Há agora uma maior aproximação com o Estado, mas há também o deslocamento entre qual identidade vai ser usada de acordo com cada situação.

Além das etnias citadas, muitas outras sofreram o impacto da ocupação definitiva dos dois Estados na região chaquenha⁶²³. Apesar do Brasil não estar diretamente ligado ao conflito, é muito provável que ocorreram migrações de indivíduos das etnias que habitavam região fronteiriça com nosso país. Como abordado anteriormente, não tratamos a fronteiras de países como uma linha linear, assim, membros das etnias Tomaraho e Ishir, localizados nas proximidades da margem esquerda do rio Paraguai, na altura dos fortes paraguaios de

⁶²⁰ VILLAGRA, Rodrigo. Nanek añy'a kempohakme o en aquel tiempo de los enojados. Los testimonios de los angaité sobre la Guerra del Chaco. In: RICHARD, Nicolas (comp.). **Mala Guerra: Los indígenas en la Guerra del Chaco (1932-1935)**. Asunción & Paris: Museo del Barro, ServiLibros & CoLibris, 2008, p. 96.

⁶²¹ Idem, p. 98.

⁶²² BOSSERT, Federico; COMBÈS, Isabelle; VILLAR, Diego. La Guerra del Chaco entre los chané e isoseños del Chaco occidental. In: RICHARD, Nicolas (comp.). **Mala Guerra: Los indígenas en la Guerra del Chaco (1932-1935)**. Asunción & Paris: Museo del Barro, ServiLibros & CoLibris, 2008, p. 230-231.

⁶²³ Ver mais em: ELTZ, André Henrique. **A guerra do Chaco (1932-1935) ocultação e participação indígena**. Olinda: Livro Rápido, 2015.

Olimpo e Bahia Negra, já mantinham relações com o lado brasileiro na região de Corumbá. Apesar dos combates mais intensos não terem relação direta com esses dois fortes, a instalação das fortificações e o aumento do contingente militar com a proximidade do conflito, alterou profundamente a vida dos Tomaraho e Ishir. Outra etnia que não sofreu intensamente com a guerra foram os Chiquitanos, porém, sofreram também alterações em suas relações internas e externas devido ao conflito. Os chiquitanos são povos que de longa data mantém relações de migração para o Brasil, e com o início do conflito houve um incremento dessa movimentação por que os jovens estavam sendo recrutados pelo exército para o combate. Segundo Joana Silva, jovens Chiquitanos lutaram como soldados na guerra do Chaco, enquanto famílias inteiras se deslocaram para o lado brasileiro da fronteira fugindo da Bolívia e do exército boliviano para proteger seus filhos menores⁶²⁴.

Considerações Finais

Por fim, a guerra do Chaco e o contato constante entre os grupos indígenas habitantes da região e as diferentes culturas que passaram a fazer parte do ambiente desde antes de 1932 trouxeram importantes implicações para a fronteira chaquenha. A ocupação da região integrou definitivamente o espaço ao território nacional dos dois Estados. Os grupos que após a guerra continuaram habitando a região, seja nas missões, nas colônias privadas ou no âmbito dos próprios grupos, passaram a fazer parte do espaço nacional. Como afirma Boccara, múltiplos processos de mestiçagem levaram sociedades a serem capazes de desenvolver estratégias e práticas que desembocaram na aparição de *nuevos mundos en el Nuevo Mundo*⁶²⁵. Os indígenas chaquenhos se lançaram em uma nova história. Seja com o tempo mais lento dos anos anteriores à guerra ou com sua aceleração entre 1932 e 1935, o contato com o “outro” foi um elemento transformador que reestruturou o ambiente do Chaco.

IDENTIDADE ÉTNICA E RELAÇÕES ENTRE GRUPOS: UMA ANÁLISE DE CONFLITOS ÉTNICO-RACIAIS NA CIDADE DO SALVADOR-BA

Artur Epifânio dos Santos⁶²⁶

arturssa67@gmail.com

Lucival Fraga dos Santos⁶²⁷

lucival28santos@gmail.com

Resumo: O contexto das relações interétnicas é por natureza um campo de suscetíveis discussões para análise das dinâmicas construtivas de estratégias identitárias e de fronteiras étnicas. Assim, propomos uma breve análise de conflitos étnico-raciais na cidade do Salvador- Bahia, a partir dos estereótipos, preconceitos e discriminações e, suas interfaces com a Teoria da Identidade Social por meio das representações de diferentes grupos, pontuando aproximações e interlocuções dentro de um quadro analítico teórico-empírico, tendo como campo de estudo distintos espaços sociais: a escola e o *shopping center*. Nosso

⁶²⁴ SILVA, Joana Aparecida Fernandes. **Pertencimento e identidade, territorialidade e fronteira entre os Chiquitanos no Brasil e na Bolívia**. Porto Alegre: Espaço Ameríndio, v. 6, n. 1, p. 128, jan./jun. 2012.

⁶²⁵ BOCCARA, Guillaume (editor). **Colonización, Resistencia y Mestizaje en las Américas (siglos XVI-XX)**. Quito: Edições Abya-Yala, 2002, p. 47.

⁶²⁶ Mestrando em Estudos Étnicos e Africanos - Universidade Federal da Bahia

⁶²⁷ Mestrando em Estudos Étnicos e Africanos - Universidade Federal da Bahia

objetivo é apresentar como na vida social os grupos se apropriam da categorização para construção da identidade étnica.

Palavras – chave: Relações interétnicas. Conflitos étnicos. Estereótipo. Identidade Social.

Os estudos acerca dos grupos dentro da Psicologia Social têm sido relevantes para o entendimento das representações sociais, o processo de construção das identidades e das fronteiras étnicas. Neste sentido, sua interface com as Teorias da Etnicidade abrem novas possibilidades para interpretação e análise das relações interétnicas no âmbito dos Estudos Étnicos e dos Conflitos Raciais. Desse modo, a teoria da Identidade Social permite compreender os processos de categorização comum em situações de conflitos nas relações intergrupos, num contínuo entre o Pólo Individual e o Pólo Coletivo.

É nesse contexto que se circunscreve o presente estudo. Nossa problemática é no campo histórico dentro das dimensões da História Antropológica (Etno-História) e da História das Mentalidades (Psico-História), numa abordagem dentro da História Local. O problema diz respeito a conflitos étnico-raciais na cidade do Salvador- Bahia, tendo como espaços de observação a *escola* e o *shopping center*. Na primeira parte do texto apresentamos uma breve abordagem teórica sobre os estereótipos, preconceito e discriminação e a teoria da Identidade Social de Tajfel⁶²⁸. Na segunda parte, aplicamos a teoria na realidade prática, problematizando conflitos intergrupais no contexto das relações étnico-raciais a partir de três situações da realidade social. Nos dois casos descritos no texto, embora o conflito seja intergrupais a abordagem é feita nos *níveis de análise* intraindividual e interindividual. No primeiro caso observado no ambiente escolar utilizamos a *autopercepção* e a *auto-categorização* como variáveis situacionais de análise e no segundo caso ocorrido no shopping center as variáveis utilizadas são a *autopercepção*, *cor da pele* e a *aparência física*.

Na Psicologia Social os estudos sobre grupos e/ou relações intergrupais estão estritamente associados ao contexto das representações sociais. Neste sentido, para compreender como se estabelecem as relações entre os grupos foram criadas diversas teorias a partir da segunda metade do século XX, mas precisamente dos anos 1960. Os primeiros estudos abordam conflitos explícitos dando origem a teoria dos Conflitos Reais de Sherif ⁶²⁹ e de seus seguidores Blake e Mouton⁶³⁰. Num segundo momento, o foco da investigação se dá na articulação entre a categorização social e a construção da identidade social, iniciado por Tajfel seguido por Rabbie⁶³¹ e Doise⁶³².

Segundo Sherif a explicação do preconceito se inscreve plenamente no nível intergrupais caracterizando uma aproximação social e psicológica, possibilitando as investigações empíricas que fundamentam a teoria dos conflitos reais. Deste modo, considerando o aspecto histórico do Brasil é possível assinalar que os conflitos étnicos raciais entre os grupos sempre têm no geral como causa o preconceito e a discriminação, portanto, a extinção desses conflitos perpassa em desconstruir as representações sobre o negro e às identidades hipostasiadas por um discurso de democracia racial. Historicamente o Estado brasileiro tentou muitas vezes ressaltar a supremacia do grupo étnico-racial branco sobre os

⁶²⁸TAJFEL, H. (1972). La catégorisation sociale. In S. Moscovici (Org.) **Introduction à l'psychologie sociale**. Paris: Larousse.

⁶²⁹SHERIF, M. .Experiments in group conflicts. **Scientific American**, 1956.

⁶³⁰ BLAKE, Robert R., &MOUTON, Jane Srygley. The StoryBehind Intergroup Conflict. **PetroleumRefiner**, 1960.

⁶³¹RABBIE, J. M. & WILKINS, G. Intergroup competition and its effectonintragroup and Intergroup religion. **European Journal of Social Psychology**, 1971.

⁶³²DOISE, W. Intergroup relations and polarization of individual and collectivejudgements. **Journal of Personality and Social Psychology**, 1969.

grupos afro-indígenas até o final do século XX, conforme elucida Renk⁶³³ nos anos de 1930-1940. Ainda que os intelectuais no Ministério da Educação e no Instituto de Pesquisas Educacionais negassem a existência de raças superiores e inferiores, eles admitiam que houvesse grupos sociais avançados ou atrasados em cultura. Segundo Renk, Artur Ramos quando dirigiu o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental do Instituto de Pesquisa Educacional apesar de negar as diferenças entre os grupos raciais, isolou aspectos da cultura afro-brasileira por considerar patológicas e inferiores.

Por conseguinte, “estabelecidas e consolidadas tais visões que recortam pontos de vista, reforçam opiniões e estabelecem “verdades”, estas se perpetuam ou não no tempo, sendo utilizadas pelo conjunto da sociedade, ou alguns de seus setores⁶³⁴”, constituindo-se num conjunto de representações estereotipadas que resultam em conflitos étnico-raciais. Destarte, os estereótipos podem ser definidos como crenças sobre atributos de um grupo, que contêm informações não apenas sobre estes atributos, como também sobre o grau com que tais atributos são compartilhados⁶³⁵.

Assim, os estereótipos estão vinculados a um sistema de crença, isto é, se constituem na relação sócio-cognitiva e tem como uma de suas características cognitivas a imagética, portanto, dentro de um sistema simbólico e representacional. De acordo com Serbena⁶³⁶ pode-se considerar que o simbólico ou representacional é um elemento que constitui o humano podendo ser dividida em dois campos: do imaginário e da representação semiótica, tendo o primeiro como fundamento o signo e o segundo o símbolo. De uma forma mais simplista, primeiro é preciso racionalizar o discurso ou narrativa a partir do símbolo que passa a constituir o imaginário, e a posteriori no imaginário a imagem constitui o signo, passando então do campo da simbolização para a representação.

Logo, os estereótipos influenciam e são influenciados a partir da percepção social, de modo que o ato de estereotipizar resulta numa atitude preconceituosa e num comportamento discriminatório, sendo um processo individual dentro do contexto das interações entre os grupos que se configura pela categorização, nesse sentido o julgamento se dá num contexto de simplificação a partir da percepção cognitiva. O preconceito conforme sugere o termo refere-se a uma atitude de pré-julgamento sobre algo ou alguém, portanto, tem uma característica valorativa. Entretanto, não se limita ao domínio cognitivo, também se insere nos aspectos psíquicos das emoções:

O termo preconceito refere-se a atitudes sociais ou crenças cognitivas depreciativas, à expressão dos afetos negativos, à manifestação de hostilidade ou comportamento discriminatório para com os membros de um grupo. Trata-se de uma atitude necessariamente negativa e injusta sobre uma categoria social ou um indivíduo que se supõe ser membro desta categoria⁶³⁷

Portanto, uma atitude preconceituosa emerge do contexto das representações sociais e/ou do sistema de categorização, é preciso estar atendo ao cenário das dimensões teóricas em que emergem essas representações, pois elas acontecem em um triplo cenário, cujos

⁶³³ RENK, Valkiria Elita. O estado e as políticas de branqueamento da população nas escolas, nas primeiras décadas do século XX, no Paraná. In Acta Scientiarum. **Education**. Maringá, v. 36, n. 2, p. 223-231, July-Dec., 2014.

⁶³⁴ SODRÉ, Jaime. **Da diabolização a divinização**: a criação do senso comum. Salvador, EDUFBA, 2010. p. 9-10.

⁶³⁵ FIALHO, Kleber Lopes Lima. **Estereótipos sobre atletas portadores de deficiência física**. Salvador, 2004. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal da Bahia.

⁶³⁶ SERBENA, Carlos Augusto. Imaginário, ideologia e representação social. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**. Nº 52, ISSN 1678-7730, Dezembro de 2003.

⁶³⁷ Bourhis e Leyens, 1996, apud FIALHO, 2004, p. 17.

elementos estão interligados. Segundo Araujo⁶³⁸ primeiro cenário é o do imaginário individual, [...] o segundo o do imaginário coletivo, [...] e o terceiro cenário trata da realidade social como atuação, é nele que tomam forma as representações que têm por objeto as ações sociais. Assim sendo, o preconceito deve ser entendido como um fenômeno individual e ao mesmo tempo como processo grupal que pode ser analisado tanto no nível pessoal quanto social, sendo no primeiro caso a partir da percepção individual e no segundo da ação.

A discriminação tal como o preconceito também se configura num sistema de crenças negativas em relação ao outro, entretanto, se diferem por não se tratar de uma ação de pré-julgamento, mas se caracterizam por um comportamento de rejeição num determinado contexto. Assim, a discriminação pode ser definida como um “comportamento manifesto, geralmente apresentado por uma pessoa preconceituosa, que se exprime através da adoção de padrões de preferência em relação aos membros do próprio grupo e/ou de rejeição em relação aos membros dos grupos externos”⁶³⁹. A discriminação incide num processo de marginalização, estigmatização e exclusão social a partir da diferença seja ela centrada em estereótipos ligados ao fenótipo ou aparência como no caso da discriminação racial ou simbólica, a exemplo, da intolerância religiosa, em ambos os casos ocorre à ausência da empatia, resultando num processo de violência. “Sentimentos hostis somado a crenças estereotipadas deságuam numa atuação que pode variar de um tratamento diferenciado a expressões verbais de desprezo e a atos manifestos de agressividade”⁶⁴⁰.

Na década de 1970 com o objetivo de investigar as causas do preconceito e explicar a discriminação, Tajfel⁶⁴¹ propôs a teoria da Identidade Social, que de forma simplificada busca analisar os fatores cognitivos para explicar a diferenciação social a partir de duas categorias: *ingroup* (nós) para identificação do grupo a que pertence e *outgroup* (eles) para identificar grupos externos. Segundo Stephen⁶⁴² essa distinção contribui para a prática de ações preconceituosas, além de se constituir como elemento decisivo para comportamentos discriminatórios, na medida em que as pessoas tendem a identificar-se com o grupo em que estão inseridas, atribuindo autoconceito, e, por conseguinte autovalorização e/ou uma imagem positiva de si e dos “seus”.

Os grupos tendem a atribuir valoração negativa aos grupos externos, aos “outros”. Essa diferenciação a partir da autopercepção como indivíduo singular e do *ingroup* como modelo de categoria “pode explicar o funcionamento psicológico diferente no plano individual e no de grupo”⁶⁴³. Para melhor compreensão dos processos de categorização que distinguem os modelos teóricos no estudo da identidade social é necessário conhecer as explicações no domínio da percepção de estímulos físicos em diferentes tipos de análise, descrito a seguir:

O modelo da categorização nas investigações sobre a identidade em psicologia social parte da extensão das suas explicações no domínio da percepção de estímulos físicos em diferentes tipos de análise em psicologia social. De fato, o domínio dos grupos sociais presta-se facilmente a uma análise em termos de categorias. Algumas dessas divisões encontram-se inscritas nos próprios corpos através de “marcadores biológicos” como a cor da pele, o sexo e as

⁶³⁸ARAUJO, Marivânia Conceição de. **A teoria das representações sociais e a pesquisa antropológica**. Revista Hospitalidade. São Paulo, ano V, n. 2, p. 98-119, jul.- dez. 2008.

⁶³⁹PEREIRA, Marcos E. **Psicologia Social dos Estereótipos**. São Paulo: EPU, 2002.

⁶⁴⁰RODRIGUES, A. et al. **Psicologia Social**. Petropolis: Vozes, 2003.

⁶⁴¹TAJFEL, H. (1978) **Differentiation between social groups: studies in the social psychology of intergroup relations**. London: Academic Press.

⁶⁴²STEPHEN, Walter. Intergroup relations. Em G. Lindzey & E. Aronson. **Handbook of social psychology**. New York: Randon House, 1985.

⁶⁴³FIALHO, Kleber Lopes Lima. **Estereótipos sobre atletas portadores de deficiência física**. Salvador, 2004. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal da Bahia.

deficiências, mas não são independentes de outras que resultam mais diretamente das posições sociais que os indivíduos ocupam, ligadas com o estatuto, o prestígio e o poder.⁶⁴⁴

Nessa perspectiva, sejam a partir das características biológicas e/ou sociais os indivíduos são inseridos nos processos de categorização e, deste modo, necessitam de uma identidade pessoal e uma identidade social. Entretanto, nos processos de interações intergrupais a comparação intergrupar é inevitável, logo os indivíduos estão sempre em situações de conflitos (pessoal ou coletivo), na busca de uma identidade social positiva. Contudo, quando estão em situação de insatisfação ou desvantagem em relação ao outro, a exemplo, dos indivíduos que integram os grupos chamados de minorias (no caso específico negros) o indivíduo busca a mudança, seja por meio de estratégias dentro do Pólo Individual ou no Pólo Intergrupo para romper as fronteiras étnicas e atingir a mobilidade social.

Contexto dos conflitos étnicos-raciais

1. Ambiente Escolar

1º Caso: Ao final de uma das aulas de Intervenção Social com a turma da Educação Profissional no curso de Edificações, noturno, do Centro de Educação Profissional Severino Vieira em Salvador, quando se discutiu preconceitos, discriminação, estereótipos e racismo, um aluno preto relatou que estava tendo problemas com o seu filho de seis anos que se recusava a permanecer sobre os cuidados de uma senhora preta enquanto ele e sua mulher trabalhavam. Segundo ele o motivo era que a criança a achava muito “escurinha”, “puxada na cor”. Questionado se ele e sua esposa tinham problemas de aceitação quanto à cor da pele deles ou se em casa havia diálogos que contribuíssem para a atitude da criança, ele respondeu - “Não, eu e a mãe dele não somos racistas”. Quando questionado como ele se percebia racialmente, respondeu “mulato ou pardo”.

Nesta conjuntura, não se pode estranhar a rejeição da criança a uma identidade negra, corresponde a um epifenômeno dos conflitos de interesses, o indivíduo recusa uma identidade subjugada que foi construída socialmente como negativa e marginalizada. A auto-percepção associada ao conjunto de crenças e representações estereotipadas do negro cristalizadas no inconsciente coletivo, resulta na auto-rejeição, um sentimento de inferioridade e incapacidade comuns em crianças, jovens e adultos negros que desconhecem outras narrativas sobre seu grupo étnico. Conforme destaca Ana Célia da Silva⁶⁴⁵

A invisibilidade e o recalque dos valores históricos e culturais de um povo, bem como a inferiorização dos seus atributos descritivos, através de estereótipos, conduz esse povo, na maioria das vezes, a desenvolver comportamentos de autorejeição, resultando em rejeição e negação dos seus valores culturais e em preferência pela estética e valores culturais dos grupos sociais valorizados nas representações⁶⁴⁶

A escola é um microcosmo das relações sociais cujo espaço se constitui também em um instrumento reprodutor de preconceitos e reforças as práticas racistas nem sempre

⁶⁴⁴ VALENTIM, 2008, p. 111

⁶⁴⁵SILVA, Ana Célia da. **A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático**. Superando o Racismo na escola. Kabengele Munanga, (org). Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.p.21-39.

⁶⁴⁶ SILVA, 2005, p.22

explícitas. A corporificação de tais atitudes, segundo Munanga⁶⁴⁷ é onipresente e forte, pois ainda se animaliza a mulher e o homem negro nesses conteúdos escolares de forma que não colabora para a emancipação desses. Os livros didáticos reproduzem o negro, na maioria das vezes, em situação inferior à do branco desprezando as diversas identidades que marcam milenarmente formas de sociabilidade e valores de diferentes culturas.

Neste sentido, criou-se um simulacro de outra categoria para que essas pessoas se sintam integradas a um determinado grupo que não o seu. Contudo, “não é a integração da identidade no quadro das relações intergrupos que é criticável mais a restrição a determinados padrões”, diz Sherif⁶⁴⁸. No entendimento de Zavalloni⁶⁴⁹ a Psicologia Social rompe com as tradições quando integra as diferentes relações intergrupos, uma ligação entre o psicológico e o sociológico, portanto, a identidade étnica é uma dialética entre o indivíduo e a sociedade. Existe um envolvimento emocional e cognitivo dos indivíduos no seu grupo de pertença e as conseqüentes expressões comportamentais desse envolvimento no quadro da relação intergrupos que influenciam na auto-percepção e na auto-categorização, entretanto, esse envolvimento não se dá fora do campo das polarizações, sejam elas internas ou externas ao seu grupo.

Nas relações intergrupos é perceptível um conjunto de polarizações, explicadas por Tajfel e Turner⁶⁵⁰ pela Teoria da Auto-Categorização Social cujo indivíduo se refere não apenas as normas gerais, mas também às específicas do grupo que faz parte. Um aspecto bastante peculiar observado na escola é o do não reconhecimento racial por parte de alguns alunos pretos como negros, partindo desse pressuposto questionamos: o fato do pai da criança não se reconhecer preto e/ou negro influenciou na ação do filho de rejeitar a senhora que cuidava dele por ser preta? Poderíamos considerar as atitudes de pai e filho como um processo de auto-rejeição de sua identidade étnico-racial?

Considerando o contexto histórico das relações étnico-raciais no Brasil e os conflitos vivenciados por pai e filho recorreremos ao pensamento de Munanga⁶⁵¹ como uma dentre diversas possibilidades de resposta, contudo, conscientes de que se trata de um recorte do ponto de vista. De acordo com a visão do autor a situação do negro é aquela de refém de um sonho de embranquecimento, de um desejo de fazer aquele *passing*⁶⁵², a passagem do seu grupo étnico em direção à cultura branca. O negro teve sua identidade (referindo-se às suas raízes africanas) impedida de se manifestar. A pressão psicológica sobre ele se estabelece no momento em que toma consciência de que sua invisibilidade aumenta em razão da cor de sua pele, da mais clara a mais escura. Assim, dentro desse entendimento nos parece ser admissível que há a auto-rejeição da identidade negra ao menos por parte do aluno (pai da criança) que faz uso das categorias “mulato” e “pardo” para sua cor da pele, quando de fato

⁶⁴⁷MUNANGA, Kabengele. Apresentação. In: MUNANGA, K. (org.). **Superando o Racismo na escola**. 2ª Ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.p.15-22.

⁶⁴⁸SHERIF, M. Experiments in group conflicts. **Scientific American**, 1956, p.54-58.

⁶⁴⁹ZAVALLONI, Mariza. E-motional memory and the identity system: it's interplay with representations of the social world. In K. Deaux & G. Philogène (Orgs.). **Representations of the social: bridging theoretical traditions 2001**, (pp. 285-304). New York: Basil-Blackwell.

⁶⁵⁰TAJFEL, H. and J.C Turner. The social identity theory of inter-group behavior. In S. Worchel and L. W. Austin (eds.), **Psychology of Intergroup Relations**. Chigago: Nelson-Hal, 1979, p.33-47.

⁶⁵¹MUNANGA, Kabengele(org). **Superando o Racismo na escola Brasília**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

⁶⁵²Racial passing occurs when a person classified as a member of one [racial](#) group is also accepted as a member of a different racial group. The term was used especially in the United States to describe a person of [multiracial ancestry](#) assimilating into the [white majority](#) during times when legal and social conventions of [hypodescent](#) classified the person as a minority, subject to [racial segregation](#) and discrimination. Disponível em <<[https://en.wikipedia.org/wiki/Passing_\(racial_identity\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Passing_(racial_identity))>> Acessado em 11 de setembro de 2016.

tem a pele preta retinta⁶⁵³. Segundo Oracy de Nogueira⁶⁵⁴, no Brasil desde cedo, no espírito de uma criança branca os traços negróides “enfeiam” o seu portador.

Essa percepção do outro acaba por influenciar no fato de tratar as crianças negras com apelidos que retratam uma inferioridade por parte destas. Nesse contexto, acreditamos que a rejeição da senhora de pele preta pela criança, em parte seja por influencia do pai que não se percebe preto e certamente também não percebe o filho como tal, no entanto, é preciso reconhecer que outros fatores externos vivenciados pela criança nos outros ambientes e grupos sociais que estabelece relações, a exemplo, da escola e da comunidade reforçam a interiorização dos estereótipos responsáveis pela auto-rejeição, tanto no pólo intraindividual quanto interindividual.

2. Shopping Center

2º Caso: Ana Paula Bispo, 30 anos, estudante de Produção em Comunicação e Cultura na Universidade Federal da Bahia foi vítima de racismo e prestou queixa na 16ª Delegacia Territorial, localizada no bairro da Pituba, em Salvador. O fato ocorreu em novembro de 2014 na loja Riachuelo do Shopping Iguatemi⁶⁵⁵. Segundo relata a estudante, ela teria passado a loja para pagar uma conta, quando um par de brincos na vitrine despertou sua atenção e parou para verificar o preço. Observando que o valor estava acima do seu poder de compra, desistiu e seguiu adiante, quando de repente teria sido abordada por um funcionário que teria lhe ordenado devolver o brinco. Ela abriu a bolsa para revista, contudo, ele teria solicitado a outra funcionária que supostamente a teria visto colocar o brinco na bolsa que verificasse a bolsa. Indignada Ana Paula procurou a supervisora da loja para registrar o ocorrido e pegar as informações dos envolvidos no caso para fazer a queixa formal na delegacia, porém, antes registrou a ocorrência na administração do Shopping. A queixa foi registrada na delegacia e o processo está em andamento. De acordo com Ana Paula, a funcionária teria feito um pré-julgamento a partir de estereótipos, por ser negra e ter cabelos crespos.

Temos uma situação em que a estudante é a única vítima da ação preconceituosa dos vendedores da loja, nesse caso o conflito se deu no pólo individual. No relato da estudante, os funcionários teriam feito um pré-julgamento a partir dos estereótipos por ser negra de cabelos crespos. Assim, a análise no nível intraindividual nos permite perceber que ela consegue estabelecer uma relação entre o contexto situacional no qual foi vítima de racismo, refletindo sobre sua experiência num contexto mais amplo, isto é, dentro das relações intergrupais no nível societal, no qual identifica a cor da pele e sua aparência física como categorias determinantes dos estereótipos que resultaram na discriminação racial. Portanto, o modo como se apresenta a identidade social dos grupos, pode resultar na extensão de discriminação intergrupala.

No nível interindividual e situacional, consciente de que fora vítima de discriminação racial, ela buscou nos sistemas de interação os princípios explicativos típicos das dinâmicas sociais. Procurou a supervisão da loja, fez a ocorrência e por fim registrou a queixa na delegacia, assumindo o protagonismo para resolução do conflito e tomada de posição que objetiva uma mudança social coletiva, a partir de estratégias no pólo individual.

Nesse cenário, as percepções de diferenças de valores culturais influenciam na construção dos estereótipos e, por conseguinte, de atitudes racistas. Para Cunin (2003) a cor da pele, mais do que uma atributo objetivo inerente aos indivíduos pode ser percebida como

⁶⁵³{Gíria} [Nordeste] - Diz-se de alguém ou de uma coisa que é muito preta. (Definição tirada do Dicionário de termos e expressões populares, de Tomé Cabral, Imprensa universitária do Ceará). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1973.

⁶⁵⁴NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. In **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, 2006 v. 19, n. 1.p.287-308.

⁶⁵⁵ A reportagem com o depoimento da estudante pode ser lida na íntegra na página abaixo: <<http://www.geledes.org.br/na-branquissima-salvador-mais-um-caso-de-racismo-em-loja-de-shopping/#gs.9Gz8ej8>> Acesso em maio de 2016.

um produto da interação e um vetor de classificação social do outro. Assim, a percepção da cor mobiliza esquemas cognitivos incorporados, normas sociais implícitas, valores culturalmente difundidos.

Na mesma perspectiva teórica Telles⁶⁵⁶ chama a atenção para o fato das classificações raciais designarem status, poder e vantagens nas interações sociais. De tal modo, as relações raciais são determinadas pela forma como as pessoas são categorizadas e conseqüentemente como as categorias lhes são impostas. Nesse contexto, de acordo com Zebrowitz⁶⁵⁷ a aparência física tem um papel primordial na formação e no desenvolvimento dos estereótipos, dado que é a forma mais simples de distinguir e homogeneizar os membros do grupo-alvo. Segundo Gomes⁶⁵⁸ a aparência física favorece significações e tensões construídas no contexto das relações raciais e do racismo brasileiro.

Diante do quadro teórico de análise podemos considerar verdadeiras as hipóteses da estudante de que os estereótipos construídos historicamente no Brasil a respeito da cor da pele e dos cabelos crespos, dito de outro modo, das características fenotípicas tenham sido as motivações para a atitude preconceituosa e o comportamento discriminatório adotado pelos funcionários da loja que desencadearam o conflito.

Considerações finais

O estudo dos processos de estereotipização é fundamental para analisar o preconceito e a discriminação no contexto das relações intergrupais e na construção da identidade social. Para Sherif estas diferenças percebidas numa perspectiva simbólica são investidas de valor, o que orienta a uma valorização do endogrupo, e conseqüentemente a uma desvalorização do exogrupo, que será representado em muitas situações, na legitimação da discriminação.

Nesse contexto, buscamos analisar na realidade como os conflitos raciais se articulam nos processos de categorização e construção da identidade social. De tal modo, observamos nas evidências empíricas aqui ilustradas que as condições de identidade social produzem comportamentos de discriminação em busca de uma distinvidade grupal traduzida na ideia de pertença e/ou rejeição do grupo.

No primeiro caso em análise é possível perceber que por meio da auto-percepção e auto-categorização tanto o aluno quanto seu filho que rejeita a senhora preta desenvolveram comportamentos discriminatórios em relação ao endogrupo, contrariando a teoria da identidade social no que se refere à identificação social dentro da dimensão positiva. Nogueira nos chama a atenção para as relações inter-raciais, cuja regra é o branco evitar melindrar o homem de cor. Nos momentos de conflitos é usada a palavra “negro”, já nos momentos de sociabilização eles optam por “pardo”, “mulato” e “preto”, quando não o eufemismos como “moreno”, “caboclo”. No segundo caso temos uma situação inversa, a discriminação é feita por sujeitos do exogrupo e a atitude da jovem diante da situação de racismo demonstra comportamentos de favoritismo em relação ao endogrupo numa dimensão positiva.

Nos dois casos ainda que em circunstancias adversas a dimensão motivacional dos sujeitos envolvidos nos conflitos está associada à necessidade destes de conservarem uma autoestima positiva. Na vida social os grupos e os indivíduos se apropriam da categorização para construção da sua identidade social e, por conseguinte, étnica. Todavia para compreender como os sujeitos individual ou coletivamente se apropriam da categorização para construção da identidade é fundamental ter conhecimento das suas funções básicas: causalidade social, justificação e diferenciação. Esses três elementos permitem não apenas a explicação dos acontecimentos e a justificação das ações realizadas nos grupos para

⁶⁵⁶ TELLES, E. **Racismo à brasileira: Uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Relume-dumará, 2003.

⁶⁵⁷ ZEBROWITZ, L.A. (1996). Physical appearance as a basis of stereotyping. In N. MacRae, M. Hewstone, & C. Stangor (Eds.) **Foundations of stereotypes and stereotyping**.

⁶⁵⁸ GOMES, N.L. Cabelo e cor de pele: uma dupla inseparável. In: Multiculturalismo e Pedagogia Multirracial. **Série: Pensamento Negro em educação**. Vol. 8 Florianópolis: Editora Atilênde, 2003.

diferenciar positiva ou negativamente o endogrupo e o exogrupo, subsidiam o entendimento das dinâmicas construtivas de estratégias identitárias e de fronteiras étnicas.

Para Frederick Barth⁶⁵⁹ a questão da fronteira da etnicidade é extremamente relevante na compreensão dos fenômenos étnicos, pois os grupos étnicos aparecem como suporte de cultura e organização social. As fronteiras étnicas, em cada caso são mantidas por um conjunto imitado de traços culturais que são negados ou evidenciados quando entram em contato com sinais que oscilam entre negativos e positivos. Nos dois casos analisados as fronteiras são demarcadas por um conjunto de símbolos aparentemente despercebidos mais sutilmente definidos como elemento de pertença a determinado grupo, sejam estes símbolos comportamentais, materiais ou fenotípicos que servem de senha para dar acesso a determinado grupo.

Nessa perspectiva, evidenciamos a necessidade de articular a investigação de estudos de conflito intergrupar dentro das relações raciais a variável *história dos conflitos*, uma vez que devemos considerar que os estereótipos construídos acerca das pessoas negras no Brasil têm raízes históricas na vida social dos indivíduos e grupos, logo a *história dos conflitos* é uma variável que não pode estar ausente dos estudos raciais. De acordo com Sherif ela é “a pesada mão do passado”.

Não devemos reduzir o estudo da identidade social no âmbito das relações entre grupos aos processos de categorização social, e estes aos seus aspectos dedutivos. Contudo, sabemos que faltam estudos fora desse domínio. Assim, se constitui como desafio para os pesquisadores das relações intergrupais, sobretudo, no contexto das relações interétnicas o aperfeiçoamento dos modelos teóricos existentes para ampliar as possibilidades de novas estratégias teórico-metodológicas.

A PERMANÊNCIA DOS ÍNDIOS NAS VILAS DE ASSUNÇÃO E SANTA MARIA: IDENTIDADE, LEGISLAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO NO SÉCULO XIX.

Carlos Fernando dos Santos Júnior⁶⁶⁰
carlosfernando_1984@yahoo.com.br

Resumo: A proposta deste artigo é a compreensão do processo histórico vivenciado pelos índios nas antigas vilas de Assunção e Santa Maria na primeira metade do século XIX, localizadas nas ilhas de semelhantes nomes no Rio São Francisco. E como as experiências adquiridas pelos indígenas durante o seu processo de territorialização auxiliaram para impor limites tanto às tentativas de expropriação de suas terras como a imposição de uma descaracterização ou negação da identidade indígena, encabeçada pelos criadores de gados locais, representados pelas câmaras municipais. Os documentos estudados foram os ofícios da Câmara municipal da Vila de Boa Vista e das demais autoridades da Comarca da Boa Vista, endereçadas para o Governo da Província de Pernambuco, com informações relevantes sobre os índios das citadas vilas. A documentação analisada aponta que a administração dessas vilas seguia as determinações do Diretório dos Índios de Pernambuco do século XVIII, reconhecendo a liberdade dos índios e o direito de propriedade das terras das vilas. Contudo, o Governo Imperial homologou uma nova legislação indigenista e a Lei de Terras de 1850, alterando o estatuto jurídico do indígena no Império e a posse das terras outrora

⁶⁵⁹ BARTH, Fredrik. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. In Teorias da Etnicidade. São Paulo. UNESP, 1969.p. 185-227

⁶⁶⁰ Mestre em História – UFPE). Professor da Secretaria de Educação de Pernambuco – Seduc PE

reconhecidas como terras indígenas. Isso trouxe mudanças na territorialidade que exigiu dos indígenas a reelaboração de suas estratégias de negociação contra a usurpação das suas terras, pelos membros das câmaras municipais locais. Os documentos analisados ajudam não apenas a pensar o lugar do índio no Brasil do século XIX, mas também como os índios das vilas de Santa Maria e Assunção efetivamente exerceram os seus direitos político enquanto índios das vilas. Apontando um protagonismo indígena no momento marcado pelo processo de usurpação das terras indígenas no Brasil Imperial.

Palavras-Chave: Vilas de Índios, Terras Indígenas, Territorialização.

A partir da segunda metade do século XVIII e em meados do século XIX, a região constituída pela Capitania de Pernambuco e capitanias anexas passaram por transformações como a expansão territorial pelo Sertão, o crescimento demográfico tanto nas áreas rurais e urbanas e o desenvolvimento da lavoura algodoeira. Durante esse processo houve a intervenção do Estado português, denominado por Denis Bernardes⁶⁶¹ como o "reordenamento administrativo e judicial do território", no qual o Estado estaria presente por meio da criação de novas comarcas⁶⁶². Nesse período, em Pernambuco foram criadas a Comarca do Sertão e a Vila de Flores do Pajeú (1810), as vilas do Cabo de Santo Agostinho, Limoeiro, Pau d'Alho e Santo Antão (1811), as comarcas de Olinda e Recife (1815), a Comarca do Rio São Francisco (1820) e a criação do Tribunal da Relação (1821). Mas, para esse reordenamento se concretizasse, os "potentados locais" foram incorporados "ao aparato político-administrativo por intermédio das câmaras municipais"⁶⁶³ que representavam o poder local.

Entretanto, os documentos existentes nos arquivos públicos do Estado de Pernambuco⁶⁶⁴ indicam que na Capitania de Pernambuco, na primeira metade do século XIX, as decisões sobre a melhor política de civilizar ou combater os "índios brabos" eram deliberações de uma Junta de Governo composta pelo Governador, o Bispo de Pernambuco e o Capitão Mor da Capitania de Pernambuco. Cabia aos oficiais das câmaras, oficiais militares e magistrados locais relatarem a Junta informações sobre os indígenas e cumprir as determinações do governo, sobre o modo que deveriam ser tratados os índios. A origem da Junta adveio no período colonial, quando a Coroa Portuguesa criou a Junta Geral das Missões (1655), também chamada de "Junta das Missões", para tratar de assuntos relativos aos aldeamentos e missões religiosas, e o controle e disciplinamento para o trabalho da população indígena.

A Junta das Missões de Pernambuco iniciou os seus trabalhos em junho de 1692. A sua função era auxiliar as missões, com recursos materiais e humanos (padres), e dar continuidade a política colonizadora e a proteção dos índios aldeados conforme a legislação em vigor⁶⁶⁵. As Juntas das Missões no Brasil tiveram o seu desfecho com a introdução do Diretório, entretanto, a Junta pernambucana foi a mais duradora, em relação às outras Juntas

⁶⁶¹ BERNARDES, Denis Antonio de Mendonça. Pernambuco e sua área de influência: um território em transformação (1780-1824). In: JANCSÓ, István (Org.). **Independência: História e historiografia**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005, p. 383)

⁶⁶² Em Portugal no século XVIII, se entendia por Comarca um espaço de terra em que encerra a jurisdição de um corregedor ou, mas claramente, um certo número de vilas cuja jurisdição tem os ministros "da cabeça della" (a Sede da Comarca). BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Potuguez & Latino**. (10 vols.) Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1728., p. 386.

⁶⁶³ BERNARDES, 2005, p. 385.

⁶⁶⁴ No Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), foram consultadas as coleções documentais Correspondências para Corte (CC), Ordens Régias (OR), Ouvidores de Comarcas (OC), Ofícios de Governo (OG), entre outras. Também foram consultados manuscritos que estão sobre a guarda do Memorial de Justiça de Pernambuco (MJPE), a respeito da Comarca de Flores.

⁶⁶⁵ SANTOS JÚNIOR, Carlos Fernando dos. **Novos Súditos do Rei: os povos indígenas e a ocupação portuguesa no Sertão de Pernambuco (Século XVIII)**. Recife: UFPE, 2010. (Monografia Graduação em História).

que existiram nas demais capitanias, deixando de funcionar provavelmente depois de introduzidas as reformas pombalinas⁶⁶⁶.

No ano de 1758, quando o Governo da Capitania Pernambuco se preparava para aplicar o Diretório nessa capitania e suas anexas, foi instalada uma Junta organizadora formada pelo Governador de Pernambuco (Luis Diogo Lobo da Silva), o Ouvidor Geral (Bernardo Coelho da Game e Casco) e o Bispo de Pernambuco (D. Francisco Xavier Aranha). No início do século XIX, o Governo da Província de Pernambuco não desativou por completo a sua Junta das Missões, incorporando boa parte de suas funções a Junta de Governo da época. Pois era necessária a existência de órgão administrativo local responsável pela fiscalização e execução do projeto de civilização dos índios no Sertão de Pernambuco. Indicativo da continuidade da funcionalidade da Junta das Missões para uma época posterior as reformas pombalinas.

A política indigenista adotada pela Junta seguia as orientações do Diretório dos Índios de Pernambuco. No início do século XIX, o Diretório apresentava-se como o melhor mecanismo burocrático de atração das populações consideradas "dispersas" pelos afluentes do Rio São Francisco, e a sua reunião em aldeamentos com a finalidade de "civilizá-los". Pois, naquele momento, não havia outra legislação mais eficiente que substituisse o Diretório, ou as autoridades da época não conheciam alternativa melhor. Através do Diretório, o governo provincial se fazia presente na sociedade sertaneja, consolidaria o seu trabalho de disciplina do território sertanejo e dos seus habitantes.

Sobre a política indigenista no século XIX, três pontos de vista devem ser apresentados. O primeiro é da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha⁶⁶⁷, para ela a legislação indigenista do século XIX (até o ano de 1845) era "flutuante, pontual, e, como era de se esperar, em larga medida subsidiária de uma política de terras". De acordo com a antropóloga, durante a primeira metade do século existiu um "vácuo legal" em razão da revogação do Diretório Pombalino em 1798, e por falta de diretrizes que o substituiu-se, o Diretório ficou oficiosamente em vigor⁶⁶⁸. Assim, a política indigenista do século XIX deixou de ser uma questão de mão de obra para se tornar uma questão de terras submetidas aos interesses do Estado e de poderes locais.

O segundo se trata da afirmação da pesquisadora Lorena de Melo Ferreira⁶⁶⁹, para ela não houve um "vácuo legal" no início do século XIX, como indicou Cunha. O que ocorreu foram "flutuações legais" ou caminhos variados para diversas formas de ação indigenistas no Brasil. Principalmente na Regência, pois suas práticas políticas indigenistas estavam sendo orientadas seguindo os apontamentos de José Bonifácio para a *Civilização dos Índios Bravos do Brasil*⁶⁷⁰, onde cada província recebeu uma cópia desse documento para nortear-se na administração das aldeias⁶⁷¹.

O terceiro ponto de vista é de Patrícia Melo Sampaio que criticou a teoria do "vácuo legal", propondo que no ínterim entre o Diretório Pombalino e a Diretoria dos Índios emergiram soluções alternativas as diferentes realidades locais. Sampaio também informou que o Diretório dos Índios só foi instinto no Brasil em 1822, porém, para logo em seguida

⁶⁶⁶ MELLO, Marcia Eliane Alves de Souza. As Juntas das Missões Ultramarinas: gênese e evolução. **Amazônia em Cadernos**, Manaus, n. 7/8, p. 49-69, 2001/2002.

⁶⁶⁷ CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). **Legislação indigenista no século XIX**. São Paulo: Edusp, 1992a, p. 9.

⁶⁶⁸ _____ Política indigenista no século XIX In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras: FAPESP, 1992b, p. 133-154. P. 139.

⁶⁶⁹ FERREIRA, Lorena de Mello. **São Miguel de Barreiros: uma aldeia indígena no Império**. Recife: UFPE, 2006, p. 56. (Dissertação Mestrado em História).

⁶⁷⁰ DOLHNIKOFF, Miriam. (Org.). **José Bonifácio de Andrada e Silva: projetos para o Brasil**. Cia de Letras: São Paulo, 1998.

⁶⁷¹ FERREIRA, 2006, p. 57

fossem tomadas outras leis e medidas legais para a manutenção e reformulação do Diretório, de maneira a ajustá-lo a nova realidade política-jurídica do Brasil imperial⁶⁷².

O que nos interessa é entender a permanência do Diretório dos Índios, em específico o Diretório dos Índios de Pernambuco, permaneceu vigente em Pernambuco e nas suas Capitânicas Anexas mesmo após a sua extinção oficial no Grão Pará e Maranhão em 1798. Apontam-se duas razões que justifique a sua continuidade. A primeira era que o Diretório auxiliou o Governo da Província de Pernambuco na pacificação e aldeamento dos "índios bravos" nos rios Moxotó e Pajeú. A segunda, o Diretório também foi aplicado para as populações indígenas residentes nas novas vilas de índios criadas nas ilhas de Assunção e Santa Maria, no Submédio Rio São Francisco, em 1761.

O Diretório pôs em prática as leis de liberdade dos índios de 1755. Sendo assim, os "índios vilados" no século XIX, teoricamente, estavam juridicamente equiparados aos demais vassalos luso-brasileiros. Aos índios garantiram-se a liberdade pessoal, de comércio e o usufruto dos seus bens (Lei de 6 de junho de 1755). Nas novas vilas os padres missionários perderam o poder temporal de governar os indígenas, para tal função foram designados Juizes Ordinários, Vereadores e Oficiais de Justiça das vilas (sendo eles índios vilados), os principais das aldeias e os demais índios Oficiais das Ordenanças (Alvará de 7 de junho de 1755)⁶⁷³.

Entretanto, como apontou Fátima Lopes, a liberdade e a igualdade oferecidas aos índios foram limitadas, uma vez que a liberdade oferecida significava o controle. Enquanto que a vigilância e a igualdade "não lhes garantia um status muito superior ao dos vadios, vagabundos, ciganos, elementos mais inferiores e transgressores da sociedade sobre os quais se queria impor controle e vigilância"⁶⁷⁴. Na documentação estudada pela historiadora, os índios eram chamados de "miseráveis", sendo qualificados como pobres de bens, de capacidade intelectual e de costumes, o que lhes tornaram juridicamente incapazes de responderem por seus atos. Isso, por sua vez, reafirmava a necessidade de tutelar os índios das vilas para a vigilância dos seus comportamentos.

Segundo Ângela Domingues, o Diretório apresentava contradições: enquanto discurso procurava impor a liberdade das pessoas e bens dos ameríndios, mas estruturalmente, concebia "os indígenas como súditos não totalmente responsáveis pelos seus actos, mas como 'pessoas miseráveis', simples e rústicas, incapazes de avaliar, de forma total, as consequências do seu comportamento"⁶⁷⁵. Em relação aos índios na Província de Pernambuco, nesse mesmo período, a documentação estudada apontou que a política assimilacionista do Diretório continuou em vigor na Província de Pernambuco, no entanto, houve um esforço do governo provincial e de autoridades locais em ajustá-la a legislação imperial.

Para a compreensão desse processo de reunião dos grupos indígenas nas novas vilas, a *Relação dos novos estabelecimentos das Vilas, e lugares dos Índios do governo de Pernambuco(1763)*⁶⁷⁶ oferece informações valiosas para entender tanto como ocorreu a

⁶⁷² SAMPAIO, Patrícia Melo. Política indigenista no Brasil imperial. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. (Orgs.). **O Brasil Imperial**. Vol. I: 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 181-182.

⁶⁷³ As novas leis de Liberdade dos índios foram inicialmente pensadas para realidade das capitânicas do Grão Pará e Maranhão. A metrópole portuguesa elaborou estas leis com base nas opiniões de Mendonça Furtado sobre o monopólio dos Jesuítas sobre os aldeamentos, o trabalho e escravidão dos nativos .

⁶⁷⁴ LOPES, Fátima Martins. **Em nome da liberdade:** as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório Pombalino no século XVIII. Recife: UFPE, 2005, p. 96. (Tese Doutorado em História).

⁶⁷⁵ DOMINGUES, Ângela. **Quando os índios eram vassalos:** colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000, p. 43.

⁶⁷⁶ APEJE. AHU, ADENDA, Pernambuco, 23 de novembro de 1763, Cx76, doc. 27, fls. 21-40.

acomodação dos índios nesses novos espaços, o processo de territorialização⁶⁷⁷ dos grupos e a sua territorialidade. A Vila de Santa Maria foi fundada na Ilha do Arapuá, antiga Missão dos índios Kariri que possuía 30 ilhotas no espaço de três léguas rio acima. Possuía uma extensão de 11 léguas de comprimento desde Ilha Corpo, Sete léguas acima da mesma Vila até a Ilha das Vacas e quatro léguas abaixo, de largura pouco mais de meia légua. A Vila tinha 275 fogos e 668 almas agregadas das antigas Aldeias dos Coripós (índios Coripó e Karacois), Inhanhum (nação Kariri), São Felix (Kariri), Araripe (nações Enxu e Karacoi), Pontal (Tamaqueu e Umã trazidos do mato). Para o patrimônio da sua Câmara foram transferidos os "baldios" das ilhas Pequena dos Caripós, Inhanhum e Aracapé.

A Vila de Assunção foi erguida na Ilha antigamente chamada de Pambu que servia de aldeia dos índios da nação Kariri, era a mais povoada. Situada entre o Julgado de Cabrobó (Comarca de Pernambuco) e o Julgado de Pambu (Comarca da Jacobina). Quando foi transformada na Vila de Assunção em 1761, possuía 13 léguas de comprimento por uma légua de largura. A Vila possuía 276 Fogos e 713 Almas, resultantes da união das "antigas aldeias de Axará da nação Procás e Brancararu, a da Vargem da nação Brancararu, a do Sarobabel da nação Pacuruba, e a do Brejo do Gama dos Índios mais bárbaros das nações Oê, Chocó, Pipipã, Mangueza e pessoas que estavam no Sítio do Riacho do Navio tratados por escravos"⁶⁷⁸. Para o patrimônio da sua Câmara destinaram-se a Ilha da Vargem, e a grande Ilha chamada Simão Dias. Inicialmente, a sede da Vila foi instalada na Ilha da Vargem, mas por ser o seu terreno muito estéril e de menor extensão, se mudou para a Ilha de Pambu.

Em relação a reunião das populações indígenas no momento da fundação das vilas de Assunção e Santa Maria. Segundo os pesquisadores Ricardo Medeiros e Demétrio Mutzenberg, ocorreu uma relocação dos índios das missões e dos não aldeados para as novas vilas criadas, obedecendo mais um critério espacial do que uma preocupação de agrupá-los por etnias. Os índios das missões que estavam a Leste da Ilha de Pambu foram transferidos para Vila de Assunção, e para aqueles que residiam nas missões a Oeste da mesma Ilha foram realocados na Vila de Santa Maria⁶⁷⁹.

Todavia, o Diretório não conseguiu impedir a contestação do direito dos índios sobre as terras das vilas, movida pelos moradores brancos residentes nas mesmas. Em 1828, o administrador dos gados e bens da Vila de Assunção e da Igreja Matriz de Cabrobó, José Francisco Coelho foi acusado de expulsar os índios da Ilha de Assunção por furto de gado e de castigar "com bolos" duas índias que furtaram mandioca. A carta do Ouvidor da Comarca do Sertão de Pernambuco, Antônio de Araujo Ferreira, o acusava de exorbitar de suas funções, pois a punição para os índios que cometiam delitos era atribuição dos diretores, principais, juízes ordinários e oficiais de Justiça. O Ouvidor citou os artigos 1, 2, 19, 39 e 40 do Diretório dos Índios de Pernambuco para a fundamentação dos seus argumentos contra José Francisco Coelho, que na opinião do magistrado, Coelho era apenas administrador dos gados e rendas da Fazenda Nacional da Ilha de Assunção e dos bens da Matriz de Cabrobó⁶⁸⁰.

O artigo 1 do Diretório determinava que as antigas aldeias transformadas em vilas pelo Diretório seriam governadas no temporal pelos seus juízes ordinários, vereadores e oficiais de justiça, e seus respectivos principais. Cabia a essas autoridades punir com castigo os "delinquentes" conforme a "qualidade do insulto" e as "circunstâncias do escândalo"⁶⁸¹. O artigo 2 ordenava aos diretores informar o governo da Capitania de Pernambuco e Ministros da Justiça, a falta de punição dos delitos por parte dos juízes ordinários e principais. A

⁶⁷⁷ OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: _____. **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Contra Capa livraria, 2004, p.13-42. P. 24.

⁶⁷⁸ APEJE. AHU, ADENDA, Pernambuco, 23 de novembro de 1763, Cx76, doc. 27, fl. 35.

⁶⁷⁹ MEDEIROS, Ricardo Pinto de; MUTZENBERG, Demétrio. Cartografia histórica das relocações indígenas nas ilhas do Submédio São Francisco no período pombalino (1759-1761). **Revista Ultramares**. Dossiê, nº 5, v. 1, p. 1-19, Jan-Jul/2014, p. 14.

⁶⁸⁰ Ouvidores das Comarca, OC 05. Carta, Garanhuns 26/03/1828, fls. 73v e 74.

⁶⁸¹ SILVA, Diogo Lobo da. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, n. 46, 1883, p. 122.

finalidade era evitar "a dissimulação dos delitos pequenos seja cauza de se commeterem culpas maiores" sem deixar de lado a prática da brandura e suavidade nas punições⁶⁸².

Como estava prescrito no Diretório, os índios das vilas eram contemplados na ocupação dos cargos de principal, vereadores, juizes ordinários e oficiais da vila, e serem tratados com respeito e honra conforme a graduação de seus postos, emprego e cabedais (Diretório, artigo 9). O governo temporal sobre as vilas foi transferido para os índios, no tocante a punição dos delitos, sem deixar de lado o uso da brandura na sua execução. Porém, quando atestada a ineficiência dos principais e juizes das vilas no cumprimento das punições, cabia o diretor notificar sobre o assunto ao Governo do Estado e o Ministro da Justiça, afim que essas duas instituições de poder executem os castigos determinados pela Lei (Diretório, artigo 2).

No caso dos índios da Vila de Assunção, o Ouvidor Antônio de Araujo Ferreira atribuiu a ausência de um diretor como a causa das perseguições sofridas pelos índios/as da Vila pelas mãos de José Francisco Coelho. E pontuou a necessidade de nomear um novo diretor que pudesse fiscalizar e combater os "vícios" associados à ociosidade dos índios, e coibir os abusos dos moradores brancos conforme as determinações do Diretório dos Índios de Pernambuco. O Ouvidor nomeou Francisco Gomes de Sá como diretor interino dos índios de Assunção. Com a missão de civilizá-los, obrigá-los ao trabalho, a demarcação dos seus terrenos e reprimir "os índios, e índias desenvoltos, obrigue-os preguiçosos a trabalhar nas terras, e para a arca dos pobres, viúvas e Orfãos (artigo 40 do Diretório Citado)"⁶⁸³. Também havia a proibição dos índios andarem nus, especialmente as mulheres, e incentiva-los a comprarem um vestuário (artigo 19).

Todavia, a execução do Diretório não ocorreu com tranquilidade. Antônio de Araújo Ferreira comunicou ao Presidente da Província de Pernambuco não saber como deveria reger os índios de Assunção pelo Diretório dos Índios de Pernambuco, pois a cópia que existia na vila foi "uzurpada" por um frade que "servio de vigário"⁶⁸⁴. E solicitou a Secretaria do Governo uma "cópia authentica em Forma Official" do Diretório, pois a cópia enviada pelo diretor da Vila de Águas Belas estava deteriorada impossibilitando a sua leitura⁶⁸⁵. Em maio de 1828, ele recebeu uma cópia do Diretório dos Índios de Águas Belas pertencente à Presidência da Província de Pernambuco⁶⁸⁶. Comprometeu-se em enviar ao governo listas de índios capazes para o trabalho (com idades entre 13 e 60 anos) conformes os artigos 69 e 70. Também se responsabilizou pela criação de um livro para o registro para as despesas com os necessitados (artigo 40) e obrigar os índios "vadios e inquietos" trabalharem em favor dos pobres (artigo 39).

O citado Ouvidor estava preocupado com as dificuldades na administração dos índios de Assunção, pois eles viviam na miséria e ruína que atrasava a civilização dos mesmos. Segundo a observação do Ouvidor, os motivos desse atraso foram a "falta de observância do diretório", oriunda da "impericia dos Legisladores", e a diminuição da população indígena na Vila⁶⁸⁷. O Ouvidor recomendou a Presidência da Província reduzir as terras doadas para os índios, destinando as "sobras dellas" para o socorro de suas necessidades, e que reviva o Diretório dos Índios do Grão Pará e Maranhão que estava "em desuzo".

⁶⁸² Idem.

⁶⁸³ Ouvidores das Comarca, OC 05.Ofício (cópia n° 3), Garanhuns 27/03/1828, fl. 75. O artigo 40 do Diretório do Índios de Pernambuco determinou que as contribuições dos índios e demais moradores das vilas aos necessitados deveriam ser guardadas no cofre destinado para isso e registradas no Livro de Receita e Despesa. sob a guarda do Diretor (SILVA, Diogo Lobo da. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, n. 46, 1883, p. 139).

⁶⁸⁴ Ouvidores das Comarca, OC 05.Ofício, Garanhuns 28/03/1828, fl. 63. Segundo termo de compromisso dos diretores para as vilas de índios na Capitania de Pernambuco e suas Anexas, Digo Lobo da Silva enviou as cópias do Diretório dos Índios de Pernambuco e da cartilha para a instrução dos meninos (SILVA, Diogo Lobo da. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, n. 46, 1883, p. 168-169).

⁶⁸⁵ Idem.

⁶⁸⁶ Ouvidores das Comarca, OC 05.Ofício, Garanhuns 03/05/1828, fls. 91-92.

⁶⁸⁷ Idem.

No esforço de solucionar estes problemas, Antônio de Araújo Ferreira encaminhou a Presidência da Província de Pernambuco um plano de reformulação da política indigenista adotada e a redistribuição das terras das vilas de índios no Sertão de Pernambuco. Com base nos argumentos da diminuição da população indígena, pouco aproveitamento do solo e a miséria vivida pelos mesmos, recomendou a reunião dos índios de Cimbres, Assunção, Santa Maria, Ipanema e Missão de Rodelas em uma ou duas ilhas no Rio São Francisco⁶⁸⁸. Também reconheceu que as "Ilhas" e "Ilhôtas" no Rio São Francisco e as câmaras das vilas (se referindo as vilas de Assunção e Santa Maria) pertenciam aos índios. E para cada casal de índios, viúvas e órfãos deveria se distribuir porções de terras vizinhas às terras das vilas, para a subsistência dos mesmos.

Para executar estas mudanças, recomendou ao governo incumbir "a Pessoa" por ele encarregado para reformar e adaptar o Diretório dos Índios do Grão Pará e Maranhão, e também o Diretório dos Índios de Pernambuco. Pois os mesmos não regulamentavam a criação de uma companhia de pesca dos índios e a forma de distribuição das ilhas e ilhotas. Neste assunto, Antonio de Araujo afirmou ser "inexequíveis" a distribuição desses terrenos em conformidade com os artigos 111 ao 117 do Diretório de Pernambuco, pois foram elaborados para a distribuição de "terras no continente" e não contemplavam as ilhas no Rio São Francisco⁶⁸⁹.

A partir da década de 1840, a política indigenista do Império tomou outro rumo. O Decreto n. 426 de 24/07/1845 que criou o "Regulamento ácerca das Missões de catechese, e civilização dos Índios"⁶⁹⁰. Também conhecido como o Regulamento das Missões foi um documento de natureza administrativa que prolongou o sistema de aldeamento como uma "transição para assimilação completa dos índios" e em "larga medida subsidiária de uma política de terras"⁶⁹¹. O artigo 1º do Regulamento, em cada província haveria um Diretor Geral dos Índios. Este seria o responsável por examinar o estado de cada uma das aldeias estabelecidas nas províncias, reunindo informações sobre a população nelas existente, as ocupações dos índios, suas inclinações, o desenvolvimento industrial e identificar as causas dos progressos ou decadência das aldeias⁶⁹².

Em outros aspectos, o Regulamento retomou as diretrizes civilizatórias do Diretório, como o emprego de meios lícitos e brandos de atração dos nativos para as aldeias e o estímulo de casamentos interétnicos. No entanto, a sua distinção mais contundente com o Diretório foi quanto à propriedade das terras das aldeias. Pela interpretação do Regulamento, as terras das aldeias seriam demarcadas e distribuídas aos indígenas que se encontrassem nelas morando ou cultivando-as. Com a finalidade exclusiva de "civilizá-los", e permita ao mesmo tempo, o arrendamento dos terrenos "abandonados". Isso deslegitimou o Diretório, que reconhecia a posse dos índios sobre as terras doadas ao seu favor pela Coroa Portuguesa, e facilitou a usurpação dessas terras e, conseqüentemente, a extinção dos aldeamentos no Império.

⁶⁸⁸ Ouvidores das Comarca, OC 05. Ofício, Garanhuns 12/12/1828, fl. 168. Para justificar a reunião das populações indígenas daquelas vilas, Antonio de Araujo apresentou dados quantitativos que comprovariam a diminuição da população indígena nas vilas: os índios de Cimbres estavam em número de 60 arcas, em Assunção e Santa Maria eram 48 e 10 arcas, respectivamente, e em Ipanema chegavam ao total de 107 arcas. As ilhas doadas para o assentamento deles seriam aquelas existentes entre "o lugar do Aracapé até o Ibó".

⁶⁸⁹ Os artigos 111 ao 117 do Diretório dos Índios de Pernambuco determinavam a distribuição proporcional dos terrenos para as famílias de índios e brancos moradores, oficiais militares e das câmaras e aos necessitados. Também autorizava a demarcação das terras para os currais e pastos. Todas as terras demarcadas deveriam ser registradas no Livro de Tombo das câmaras com as porções de terras doadas a cada morador, acompanhado por uma lista com os nomes dos beneficiados.

⁶⁹⁰ KODAMA, Kaori. **Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: a etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)**. Rio de Janeiro: PUC, 2005. (Tese de Doutorado em História).

⁶⁹¹ CUNHA, 1992b, p. 138-139.

⁶⁹² Idem, 1992a, p. 191.

Como observado por Patrícia Melo Sampaio, o Regulamento foi um desastre para os povos indígenas, pois "consolidou o processo de expropriação de suas terras nos mais variados e distantes lugares do Império"⁶⁹³. Na segunda metade do século XIX, os argumentos do abandono, desaparecimento e decadências dos índios se fortaleceram entre os círculos intelectuais e autoridades da época. Como justificativa de negar a manutenção de terras para uma determinada população vista como "assimilada" ou em vias de "desaparecimento".

Em setembro de 1850, foi aprovada a Lei de Terras (Lei n. 601 de 18 de setembro de 1850) que estabelecia a venda de terras em hasta pública à vista, criava comissários especiais para medição das terras do domínio público (as terras devolutas) e a criação de uma Repartição Geral de Terras Públicas. A Lei só foi publicada em 1854 quando foi criada a Repartição das Terras Públicas e nomeados funcionários para medir essas terras. Após a promulgação dessa Lei, as autoridades provinciais passaram a identificar com mais frequência os habitantes dos antigos aldeamentos como "caboclos", que no século XIX designava "os mestiços sem terra"⁶⁹⁴. Na Região Nordeste, a transformação do índio em "caboclo" foi a mais visível e radical. A partir da década de 1860, os presidentes das províncias da Região apresentaram nos seus relatórios a existência dos "caboclos" em detrimento dos índios em seus censos demográficos.

A transformação dos índios em "caboclos" significou não apenas "os mestiços sem terras", mas também indivíduos inseridos na sociedade envolvente, na condição de "mestiços civilizados", "confundidos com a massa da população" e possuem costumes exóticos e "manifestações folclóricas em vias de extinção"⁶⁹⁵. E por essa nova condição social, imposta por intelectuais e autoridades públicas do século XIX, negou-se o direito a terra para o índio. Conforme a própria Lei de Terras, só era destinava terras para colonização indígena voltada para a "civilização", exclusivamente para os "índios errantes" ou aqueles reconhecidos como índios nos aldeamentos. Ao permitir que os índios fossem chamados de "caboclos", as leis no Segundo Reinado contrariavam o Diretório dos Índios de Pernambuco, que proibia o uso de termos ofensivos contra os índios⁶⁹⁶.

Não se pode negar a mistura que os índios nas vilas foram submetidos, pela política assimilacionista do Diretório, denominada por João Pacheco de Oliveira como a "segunda 'mistura'"⁶⁹⁷, pois estimulou os casamentos interétnicos e permitiu que os brancos morassem nas vilas de índios. No entanto, após a homologação da Lei de Terras, as autoridades locais exploraram o argumento da "mistura dos índios", como a justificativa para a extinção das terras indígenas e a incorporação das mesmas ao patrimônio das câmaras municipais vizinhas. Dessa forma, propomos interpretar a "mistura" ou a transformação do índio no "caboclo" mais como uma fabricação política⁶⁹⁸, marcada por interesses fundiários, do que um processo pretensamente "natural" de assimilação. Na qual prevaleceu os interesses agrários dos proprietários de terras e de gado, auxiliados por magistrados e políticos locais, com trânsito nas esferas de poder do executivo e do legislativo provincial.

Em março de 1845, o Juiz Municipal da Vila da Boa Vista, Amaro Baptista Guimarães reconheceu os índios de Assunção e Santa Maria como os legítimos donos das ilhas arroladas como patrimônio das respectivas vilas. Recomendou ao Governo da Província a devolução

⁶⁹³ SAMPAIO, 2009, p. 187.

⁶⁹⁴ FERREIRA, 2006, p. 39.

⁶⁹⁵ SILVA, Edson Hely. Os caboclos" que são Índios: história e resistência indígena no Nordeste. In. **Portal do São Francisco** – Revista do Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco/CESVASF. Belém de São Francisco, ano III, nº. 3, p.127-137, 2004. P. 132.

⁶⁹⁶ O artigo 11 ordenava aos diretores não consentir que pessoa alguma chama-se o índio de "cativo", "caboclo" ou "tapuia", e nem mesmo entre eles se usem estes termos considerados pejorativos (SILVA, Diogo Lobo da. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, n. 46, 1883, p. 126).

⁶⁹⁷ OLIVEIRA, 2004, p. 25.

⁶⁹⁸ Sobre o tema da fabricação da mistura e extinção dos aldeamentos no Império, recomenda-se a coletânea de artigos sobre o assunto na terceira parte do livro, **A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória**, organizado por João Pacheco de Oliveira (2011).

dessas ilhas aos índios, que ilicitamente a Câmara da Vila da Boa Vista havia apropriado⁶⁹⁹. Mas seis anos depois, ocorreu o inverso. O Juiz Municipal da Vila de Cabrobó, Miguel Gonçalves Lima comunicou a Presidência da Província de Pernambuco que a Vila de Assunção achava-se "totalmente extinta ha muitissimos annos", entregue ao "desleixo" e "desgoverno". Segundo esse juiz, dos 275 casais que existiam na época de sua fundação (1761), restavam apenas "10 ou 12 casaes, e já são quasi todos hua mistura de raças, e não índios. Além disso estes mesmos poucos, que restão, acha-se inteiramente Prostituidos; são ladrões, Vadios, Prostitutas, e vivem desgovernadamente"⁷⁰⁰.

Mediante a tal situação, o Juiz solicitou que fossem entregues aos índios poucas terras, como base no argumento dos poucos resultados obtidos em destinar as terras da Vila de Assunção para catequese dos "índios bravos"⁷⁰¹. A extinção dos aldeamentos no final do século XIX vinha ocorrendo desde o início do Império, mas de forma mais lenta e gradual, e encabeçada por grupos políticos e latifundiários nas províncias. Talvez isso não seja um dado novo, mas a novidade consistiu no envolvimento das câmaras municipais no processo de espoliação das terras indígenas. Muitas delas ocorreram ilegalmente, bem antes da Lei de Terras. Isso ocorreu com os índios das Vilas Assunção e Santa Maria, quando a Câmara da Vila da Boa Vista por meios jurídicos incorporou as terras dessas vilas (incluindo as suas ilhas) ao patrimônio da Câmara⁷⁰².

Em outubro de 1838, o Presidente da Câmara da Vila da Boa Vista, Francisco Antônio Xavier, solicitou ao Governo a inclusão da Igreja da Ilha de Assunção e as suas terras ao patrimônio da Vila. E também das outras ilhas que não eram patrimônios das extintas vilas de índios, mas estavam ocupadas por foreiros da Família Casa da Torre⁷⁰³. Em novembro, a mesma Câmara denunciou que a Casa da Torre requeria para si os patrimônios das ilhas no Rio São Francisco, entre as quais as que pertenciam às extintas vilas de Assunção e Santa Maria, solicitando ao Governo da Província a deliberação em: "nos determinar, se devemos ou não chamar as ditas Ilhas, ao Patrimônio desta nova Ilha"⁷⁰⁴.

No entanto, não se deve pensar na "passividade" dos índios perante o esbulho de suas terras e a negação de suas identidades étnicas. Ao contrário, as populações indígenas das vilas elaboraram diversificadas formas de se opor as perdas das suas terras, associadas com alianças políticas com índios e não índios na reivindicação dos direitos anteriormente reconhecidos, mas suprimidos pelas políticas indigenista e fundiária do Império. Os conflitos entre os índios e proprietários oscilavam entre confrontos armados e ações judiciais.

No início do século XIX, os índios de Assunção e Santa Maria vivenciaram essas situações, e a resposta deles foi a ressignificação da territorialidade como forma de resistência e por obstáculos a apropriação indevida de suas terras. Cabe uma justificativa para este recorte temporal, pois há uma ausência de informações sobre os índios dessas vilas nas décadas posteriores as suas fundações (1761). Isso se deve a grande enchente do Rio São Francisco no ano de 1792, que além de inundar as ilhas levou com suas águas os documentos relativos aos índios das vilas. Atualmente, restam as ruínas da antiga Capela da Vila de Assunção, destruídas pelas águas do São Francisco na cheia de 1792. Porém, a partir de 1817, reapareceram novos registros sobre os índios que continuaram a viver naquelas vilas.

Em 1817, os índios Umã, Chocó e Pipipã eram suspeitos de atacarem as Vila de Flores e também acusados de convocar "as Nações Mansas de Aguas Bellas, Curral dos Bois, os da Villa da Assumpção, os da Villa de Santa Maria, e Rodellas, e entrarem pellas rebeiras de Pajahu e Moxoto a mattar os moradores e roubarem seus bens afim de não serem

⁶⁹⁹ Juízes Municipais, JM 2B. Ofício, Comarca da Boa Vista 02/03/1845, fls. 72; 72v.

⁷⁰⁰ Juízes Municipais, JM 7. Ofício, Vila de Cabrobó 24/01/1851, fl. 180v.

⁷⁰¹ Idem, fls. 180v; 181.

⁷⁰² APEJE. CLDPPE. Decreto nº 58 de Francisco do Rego Barros sobre a extinção das vilas de Assunção e Santa Maria. Publicado em 19/04/1838. In: Coleção de Leys, Decretos e Resoluções da Província de Pernambuco, dos anos de 1835 e 1836. Tomo1: Recife: Typografia de M. F. de Farias, 1856, p. 135.

⁷⁰³ APEJE. Câmaras Municipais, CM 17. Ofício, Comarca da Boa Vista 28/10/1838, fl. 289.

⁷⁰⁴ APEJE. Câmaras Municipais, CM 17. Carta, Vila da Boa Vista 17/11/1838, fl. 290.

perseguidos⁷⁰⁵. No ano de 1853, os índios de Assunção fugiam para o Sertão para viverem com a "tribo selvagem" que habita a Serra Negra⁷⁰⁶. E em 1855, os índios de Santa Maria ao serem expulsos de suas terras por fazendeiros se uniram aos "selvagens" da Serra Negra, causando furto e ataques ao gado da Região do Submédio São Francisco⁷⁰⁷. Os fatos relatados apontam para uma duradoura aliança entre os índios "mansos" no Rio São Francisco com os "índios bárbaros" no Moxotó e Pajeú, isto sinalizava para uma possível relação de parentesco entre os grupos.

No cotidiano, os índios de Assunção também experimentaram uma relação conflituosa com os vereadores da Câmara que desejavam exercer influências na administração da Vila. No ano de 1823, João da Silva Santiago foi nomeado como o novo Diretor dos Índios da Vila⁷⁰⁸. Ele era um homem branco, criador de gado e a sua fazenda era próxima a Vila de Assunção. A escolha dele teve a aprovação do Governo da Província de Pernambuco, dos magistrados locais, índios, moradores brancos e vereadores da Vila. Mas a escolha dele não agradou a todos os residentes do lugar que se sentiram de alguma maneira desprestigiados, pois não foram incluídos nas decisões da Câmara. Tal acontecimento proporcionou uma disputa interna na Vila de Assunção, entre os antigos e novos vereadores que também envolveram os índios do lugar.

No ano de 1825, os vereadores denunciaram os abusos e exploração do antigo Pároco da Vila, o Padre José Leite Rabelo contra a Câmara da Vila de Assunção. O religioso foi acusado pela Câmara de "laborar entre todos negro veneno, sedusindo os Índios de mais fácil convenção ao seu partido com o seu Caracter Sacerdotal atraindo a si a amizade dos mais poderosos, para melhor corroborar as suas malevo-las intenções"⁷⁰⁹. Entre as pessoas "seduzidas" pelo Reverendo estavam o Ouvidor Interino, O Capitão Gonçalo dos Santos Nogueira, e o Capitão Mor dos índios de Assunção, Francisco Jerônimo da Cruz. Gonçalo dos Santos foi o responsável por remover João da Silva Santiago do cargo de Diretor, e em seu lugar, colocou o referido Padre⁷¹⁰.

Devido a um comportamento não condizente a sua função sacerdotal, o Bispo de Pernambuco retirou do citado Padre o controle sobre a Paróquia de Assunção, mas não o afastou da administração da mesma. E para reaver os seus direitos e impedir o seu afastamento da Paróquia, o ex-Pároco se aliou ao Juiz branco daquela Vila, David Gomes de Sá, que provido de um ofício do Ouvidor Interino foi a Casa da Câmara impedir a perda dos direitos que o Padre possuía. Em setembro de 1825, a Câmara da Vila aprovou a nomeação do Padre Manoel Cardoso de Lourenço como o novo Pároco da Freguesia de Assunção.

Em 1832, os índios de Assunção liderados pelo seu Capitão Mor, o índio Francisco Jerônimo da Cruz, organizaram uma revolta contra os moradores brancos da Vila de Cabrobó que colocavam seus gados nas terras da Vila sem pagar aos índios pelo uso das suas terras⁷¹¹. Nesse cenário, Francisco Jerônimo da Cruz se destacou como a liderança do seu povo contra os brancos da Vila. Em adversas situações, o citado índio saiu em defesa de seu povo. Foi ele que denunciou os abusos cometidos pelos José Francisco Coelho contra as duas índias que ele castigou, por causa do furto de mandioca, e por ter expulsado os índios das ilhas da Vila, acusados pelo furto de gado⁷¹². Por causa dessa sua atitude de proteger os seus índios, Francisco Jerônimo da Cruz foi acusado pelos seus adversários de não disciplinar e punir os índios que cometiam delitos⁷¹³.

⁷⁰⁵ APEJE. Ouvidores das Comarca, OC 04. Ofício, Comarca de Flores 30/08/1817, fls. 122; 122v.

⁷⁰⁶ APEJE. Diversos II, DII 1853-1860. Carta, Recife 01/04/1853, fl. 17.

⁷⁰⁷ APEJE. Diversos II - DII 10, 1853-1860. Ofício, sem número, 18/02/1855, fl. 69.

⁷⁰⁸ APEJE. Câmaras Municipais, CM 04. Ofício, Vila de Assunção 16/08/1823, fl. 258.

⁷⁰⁹ APEJE. Câmaras Municipais, CM 06. Ofício n. 11, Vila de Assunção 24/09/1825, fl. 57.

⁷¹⁰ Idem, fl. 57v.

⁷¹¹ APEJE. Diversos I, DI 21. Ofício, Vila de Assunção 21/02/1832, fl. 194.

⁷¹² APEJE. Ouvidores das Comarcas, OC 05. Requerimento, Vila de Assunção 12/02/1828, fl. 64.

⁷¹³ APEJE. Ouvidores das Comarcas, OC 05. Carta, Quartel dos Brandonis (Ilha dos Brandonis, Rio São Francisco, no termo da Vila de Assunção) 03/03/1828, fls. 68.

A vida política de sua Câmara de Assunção foi mais duradoura em relação a Câmara da Vila de Santa Maria. Não foram encontrados registros oficiais produzidos pela Câmara de Santa Maria, contemporâneos ao período de funcionamento da Câmara de Assunção. Tal ausência de informações estava relacionada ao estado de desorganização vivida pela Vila após a cheia de 1792. As intermitentes invasões de posseiros e a venda ilegal das ilhas perpetrada pela família da Casa da Torre contribuíram para a dispersão da maioria dos índios. E aqueles que permaneceram, foram envolvidos nas querelas entre a Câmara da Boa Vista, a Casa da Torre e os posseiros. A Câmara da Vila da Boa Vista vinha se apropriando das terras das extintas vilas de Assunção e Santa Maria desde 1838, quando incorporou ao seu patrimônio as ilhas da antiga Vila de Santa Maria e vendidas em "hasta pública"⁷¹⁴.

Em 1840, o Vigário da Boa Vista, Manoel Joaquim da Silva tomou posse da sede da Vila de Santa Maria e de suas ilhas, adquiridas por meio da venda ilegal realizada pelo o Procurador da Casa da Torre⁷¹⁵. No ano de 1851, o Juiz Municipal de Cabrobó, Manuel Gonçalves Lima, notificou ao Governo da Província que o Vigário da Vila da Freguesia de Cabrobó havia se apropriado indevidamente de quatro reses que pertenciam ao Vigário dos índios de Assunção⁷¹⁶. O mesmo Juiz solicitou ao Governo a doação de poucas terras aos índios no Rio São Francisco, pois as terras anteriormente destinadas para a catequese e civilização dos "índios bravos" obtiveram poucos resultados e recomendou à limitação dos direitos dos índios a posse daquelas terras. O citado magistrado alegava que os índios residentes nas ilhas eram poucos e se encontravam "misturados" e "inteiramente prostituídos, são ladrões, vadios, prostitutas e vivem desgovernadamente"⁷¹⁷.

Na década de 1870, a Presidência da Província de Pernambuco recebeu relatórios da Diretoria Geral dos Índios sobre o estado dos sete aldeamentos na Província, informando que os poucos índios viviam inclinados no furto, na embriaguês e na preguiça e explorados pelos seus diretores ou não tinham um sacerdote ou diretor⁷¹⁸. Em 1873, a Presidência da Província nomeou uma Comissão para averiguar o estado das sete aldeias⁷¹⁹, que elaborou um relatório apontando a suposta situação de abandono em que se encontravam.

Ao reconhecer o descaso público com os índios, a Comissão aconselhou a Presidência da Província que não extinguisse totalmente as aldeias, pois ainda existia um grande número de índios e seria prejudicial deixá-los no abandono. Mas, que promovesse uma reorganização na administração propondo: a extinção de cinco aldeias (Barreiros, Riacho do Mato, Ipanema, Brejo dos Padres e Santa Maria); a demarcação das terras das aldeias extintas e reivindicação das usurpadas; a distribuição de lotes de terras de 22.500 braças quadradas para cada família dos índios; e as aldeias de Cimbres e Assunção fossem conservadas e organizadas sob um regime de colônia para concentrar os índios das aldeias extintas, que não receberam terras do governo⁷²⁰.

Durante anos se arrastaram os conflitos entre os índios de Assunção com as autoridades locais, por causas das terras das extintas vilas. Em 1870, o índio Bernardino de Sena Angelim, enviou a Diretoria Geral dos Índios de Pernambuco um abaixo assinado dos índios da Aldeia de Assunção solicitando demissão do Diretor da Aldeia, propondo substituí-lo por Berlamino Ferreira Padilha. A motivação deste pedido foi que o referido Diretor não assumia as suas devidas funções, deixando os índios desprotegidos, pois arrendava as ilhas

⁷¹⁴ Idem, fls. 106v; 107.

⁷¹⁵ APEJE. Juizes Municipais, JM 2C. Ofício, Comarca da Boa Vista 06/01/1840, fl. 2v.; APEJE. Câmaras Municipais, CM 23. Ofício, Vila da Boa Vista 13/01/1845, fl. 108v.

⁷¹⁶ APEJE. Juizes Municipais, JM 7. Ofício, Vila de Cabrobó 24/01/1851, fl. 181;181v.

⁷¹⁷ Idem, fl. 180v.

⁷¹⁸ APEJE. Diversos II, DII 19. (1861-1871), Ofício nº 9, Recife 06/02/1870, fl. 155; Diversos II, DII 19. (1861-1871), Ofício nº 40, Recife 15/11/1870, fl. 175.

⁷¹⁹ Riacho do Mato, Barreiros, Cimbres, Ipanema, Brejo dos Padres, Assunção e Santa Maria. MELO, José Antonio Gonçalves de. **O Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste (1840-1889)** Vol. 1. Recife: Diário de Pernambuco, 1975, p. 341.

⁷²⁰ Idem, p. 350; 351.

da Aldeia – que serviam como plantações para índios – aos proprietários de gado vizinhos⁷²¹. Os índios denunciavam formalmente o esbulho de suas terras por meio de requerimentos ou de abaixo-assinados.

Esses índios vivenciaram as experiências de resistência e reivindicações pela legitimação do direito as suas terras, o que apontavam para importância delas para as relações socioculturais das populações indígenas. Ao reivindicar o direito de propriedade sobre as terras das antigas aldeias e vilas, os índios de Assunção e Santa Maria⁷²² reafirmavam o pertencimento daquelas terras as suas comunidades, que estavam inseridas as suas territorialidades. Contudo, havia algo mais nas ações dos índios nas mobilizações por essas terras, indicando que a relação entre os índios e as terras das antigas vilas tinha uma profundidade maior do que a simples ideia de áreas úteis para a produção de subsistência.

AS CANÇÕES DE CAPOEIRA COMO INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE PELOS CAPOEIRISTAS

Diego Bezerra Belfante⁷²³

diegobezerrabelfante@gmail.com

Resumo: As canções de capoeira são um elemento de fundamental importância para o jogo da capoeira. São elas que ditam o ritmo da roda de capoeira, dão o tom emocional para aqueles que compartilham o momento. Mas os capoeiristas não compartilham apenas momentos ao som das canções. Existe uma comunidade de sentidos compartilhados pelos capoeiristas, que utiliza as músicas de capoeira com um dos meios para construir narrativas sobre o passado com o intuito de criar a coesão interna. As narrativas das canções em conjunto com outras práticas formam o corpus de um lugar de fala que se fia pela legitimidade de uma tradição. Tradição construída a partir de seleções inclusões, exclusões, silenciamentos, memórias selecionadas e autoridade de fala. Portanto essa tradição está sempre retrabalhada pelas necessidades do presente. As canções se encontram dentro dessa lógica que reveste a tradição. Sendo assim elas também estão sujeitas a esse processo de seleção que faz com que temas sejam esquecidos e outros reapropriados. Deste modo quais são os critérios que fazem com que canções sejam usadas constantemente e outras caíam no esquecimento, assim como porque certos mestres parecem ser mais aceitos como cantadores do que outros? Entender essas questões parece ser fundamental para compreender a forma pela qual as canções se inserem no jogo identitário da capoeira. Pensar quais elementos essas músicas nos trazem para entender as exclusões, inclusões e sanções no interior da comunidade de sentidos que formam os processos que geram a o sentimento de pertencimento ou não dentro da capoeira.

Palavras-Chave: Identidades, Narrativas, Canções de Capoeira

Introdução

“Capoeira é malícia e mandinga/Mantendo a sua tradição/Reza para todos os santos/E seus orixás pedindo proteção”. Ao pensar as imagens que esse trecho da canção *Berimbau*

⁷²¹APEJE. Diversos II, DII 19. (1861-1871), Abaixo-Assinado, Aldeia de Assunção 15/01/1870, fl. 158.

⁷²² Atualmente os índios do Povo Truká residem nas ilhas de Assunção (Terra Indígena Truká) e Santa Maria (Município de Santa Maria da Boa Vista).

⁷²³ Aluno do Programa de Pós-Graduação em História Social, curso de Mestrado

*mandou benzer*⁷²⁴, vêm as nossas mentes certas imagens sobre a capoeira que dando corpo, peso e profundidade a figura dos capoeiristas. Formas carregadas de um peso simbólico que parecem capazes de evocar a essência da capoeira e um jeito natural de ser dos capoeiristas. Parte das canções cantadas nas rodas pelos capoeiristas parecem nos confirma o *capoeira*⁷²⁵ com uma pessoa alegre que se joga na vida, que luta se envolve em confusões não tolerando injustiças, sendo apegado as suas tradições e carregado de um misticismo. Se existem canções que listam os predicados dos capoeiristas há outras as canções jogam com narrativas e estilos que formam a identidade do ser capoeiristas, algo que faz emergir a “essência” desse grupo e de seus indivíduos. Mas será mesmo que essa identidade é mesmo algo assim tão fixo dotada de uma essência imutável?

Nesse pequeno texto tentarei esboçar minimamente como essa identidade (que deve ser entendida como plural, não natural ou essencial) se constrói e se projeta a partir de algumas canções. Sendo ela uma construção feita no embate em que se constitui uma diferenciação que permitem dizer os que pertencem e os que não pertencem. Que utiliza de elementos da história, costumes, linguagem nas construções narrativas que buscam instituir uma representação coesa e definida do ser capoeirista. Que criam a idéia da partilha de um mesmo passado comum, afirmada por maneiras próprias de comunicação com expressões e gestos que apenas os iniciados entendem realizando práticas comuns ao grupo que determinam uma forma um estilo que produzem uma representação⁷²⁶ aceita como a maneira correta de ser capoeirista.

A volta que o mundo deu a volta que o mundo dá: Identidade uma conceituação mínima

As canções são tratadas aqui como evidencias submetidas a análises cuidadosa que permitem formular hipóteses em um jogo continuo em que o caminhar da pesquisa nos leva a um dialogo constante entre a evidencia e a hipótese que será reformulada levando a busca por novas evidencias que nos faz ir novamente as fontes em um caminho não linear no qual não há uma determinação a priori do resultado da pesquisa⁷²⁷. Sendo assim tomo essas canções como evidencias que nos permitem tentar elucidar como são produzidas as representações identitárias dos capoeiristas. Portanto pensar como as identidades como conceito e como acontecimento são problemas para História e sendo problemas esse conceito deve ser pensado com tal.

Segundo Sandra Jathay Pesavento:

As identidades são, pelo seu lado, um outro campo de pesquisa para História Cultural. Enquanto representação social, a identidade é uma construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da idéia de pertencimento. A identidade é uma construção imaginária que produz a coesão social, permitindo a identificação da parte com o todo, do indivíduo frente a coletividade, e estabelece a diferença. A identidade é relacional, pois se ela se constitui a partir da identificação de uma alteridade.

⁷²⁴ Canção contida no álbum Mestre Boa Voz Capoeira. Vol.3- Abadá Capoeira. Cd-Agata Tecnologia-2009 Faixa 10

⁷²⁵ O uso em itálico para o termo capoeira antecedido de um artigo definido designa os sujeitos que praticam capoeira de uma forma geral. Tal maneira de ser usado esse termo pode ser encontrada muitas vezes nas canções que tratam sobre o ser capoeirista.

⁷²⁶ Representação entendida aqui na lógica da exteriorização, sendo um sistema de significações não realistas ou miméticas na concepção da filosofia clássica, rejeitando também as características mentalistas ou psicologizantes interiores. Vide SILVA, Tomaz Tadeu. A produção sócia da identidade e da diferença. IN: SILVA, Tomaz Tadeu (org.) **Identidade e diferença**: A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis. Vozes 2000.

⁷²⁷ Vide: THOMPSON, E. P. A lógica histórica IN: THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros**: Uma crítica ao pensamento de Athusser. Rio de Janeiro. Zahar, 1981.

Frente ao eu ao nós do pertencimento se coloca a estrangeiridade do outro⁷²⁸.

Antes de uma definição fechada em si devemos tomar as identidades como um campo de disputas. Devemos evidenciar elas como produções e por tanto não um dado natural. Mas sim como uma construção que se materializa na relação entre o eu/nos e os outros. Uma diferenciação que ocorre na tensão social dos seres humanos no tempo. Portanto é histórica, mas não de uma forma congelada as identidades estão sempre em fluxo e construção, mesmo que se fiem em uma idéia de passado tido que imutável, uma análise mais aprofunda vem a colocar em cheque esses usos da história que tenta congelar o tempo transformado um momento em uma espécie de essência. Isso ocorre também com os capoeiristas, o *capoeira* seria um ser determinado um sujeito, mas no entanto:

[...] o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma "celebração móvel": formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 1987). É definida historicamente, e não biologicamente.⁷²⁹

Mesmo que a identidade seja assim um fluido que escorre ao se tentar aprisionar ela escapa derrama assim como a linguagem que constituem as formas de nos apropriamos do mundo através dos signos, mas as linguagens remetem não as coisas em si, mas a signos que remetem a outros signos, o significado é deslocado perpetuamente segundo Derrida, assim também são as identidades⁷³⁰. Mas mesmo assim a identidade é vista como fixa, mesmidade algo que permanece no tempo que utiliza a história com um fim a - histórico. Talvez seja exatamente aqui que o estudo sobre as identidades devam se concentra no entendimento de como se constroem as identidades e como elas podem ser usadas com finalidades políticas. Afinal como em lembra Thomas Tadeus da Silva nos lembra nenhuma identidade é inocente elas sempre se fazem em um processo de diferenciação. A diferença antes de um resultado dos processos identitários ela está em sua origem. Colocando em outros termos só existem identidades porque há o diferente, aquilo que não sou eu⁷³¹.

Será que tal noção da identidade como construída a parti da diferença pode ser encontrada na capoeira? E as canções poderiam evidenciar a projeção dessas formas em que se representação uma identidade toda co essencial e imutável? Poderíamos começar a pensar canções como *Sou capoeira* de mestre Suassuna em uma de suas estrofes aparece a seguinte afirmação "*Sou capoeira olha eu sei que sou...*", tal afirmação pode ser pensada como instrumento de criação de laços que pertence a uma comunidade de sentidos, que instituem uma identidade comum para todos os capoeiristas que se distinguem de outros. Essa identidade busca cria o sentimento de pertencimento a uma comunidade que busca ligar os capoeiristas de todos os matizes e regiões; afinal, não é o angoleiro ou apenas os alunos de mestre Bimba que são "astutos"; é também "... inimigo do perigo e confusão..." e que por isso mesmo "... sabe o valor de uma vida e por isso corre de briga ele quer mais de vadiar...", quem possui esses predicados são os capoeiras e não os karatecas. Essa é apenas uma entre outras que nos servem de indícios.

⁷²⁸ Vide: PESANVENTO, Sandra Jathay. **História & História Cultural**. Belo Horizonte. Autêntica, 2008. Pág. 89 a 90.

⁷²⁹ Vide: HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na pós-modernidade**. 10° Ed. Rio de Janeiro. DP & A 2004. Pág. 12 a 13

⁷³⁰ Vide: Tomaz Tadeu. A produção sócia da identidade e da diferença. IN: SILVA, Tomaz Tadeu (org.) **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis. Vozes 2000.

⁷³¹ Vide: SILVA Tomaz Tadeu. A produção sócia da identidade e da diferença. IN: SILVA, Tomaz Tadeu (org.) **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis. Vozes 2000.

Outro ponto a ser pensado no discurso dos capoeiristas sobre a capoeira é a idéia de uma pureza imanente, que institui um jeito correto de ser capoeira, que se desloca do tempo e coloca em sua “gêneses” a determinação do ser capoeira de forma imutável. Vejamos por exemplo o seguinte trecho da seguinte canção *Procure o Mestre Pastinha [...] “capoeira vem da África/ africano que lutou”*.⁷³² Apenas por esse trecho podemos dizer no máximo que mestre Pastinha acreditava que a capoeira seria africana, mas em diversas entrevistas o velho mestre baiano deixa claro que a verdadeira capoeira seria a sua e não a Mestre Bimba, pois essa teria sido degradada devido a inserção de elementos de outras lutas traindo a essência africana da capoeira. Alunos de Pastinha como o escritor Jorge Amado difundiu tal visão em seu livro *Bahia de Todos os Santos* ele afirma categoricamente ao falar de Bimba que esse mestre teria após vista ao Rio de Janeiro tido contato com outras lutas. Se fora Amado ou Pastinha que formulou essa forma de entender a pureza pouco importa, o que importa aqui é entender esse discurso de pureza permeia visões sobre o que seria a capoeira e que essa teria forma e estatutos imutáveis.

Ao afirmar que existe uma pureza se de qualquer manifestação nos parece que o tempo em nada interfere e sendo assim tudo que muda é impureza, mas são exatamente essas “impurezas” que nos dizem do tempo e da construção da diferença e da identidade. Como nos ajuda a pensar, Canclini⁷³³ não existe pureza e sim relações entre culturas. Relações essas por vezes conflituosa em que elementos de culturas diferente interagem constituindo novas relações e novas formas, mas de forma alguma esses processos de hibridação cultural devem ser vistos como pacíficos ou simples justa posição, eles são complexos e por vezes contraditórios, são o espaço de disputas. A própria capoeira deve ser pensada dentro dessas relações que se originam e produzem tensões que alteram o que antes existia. Outro ponto importante a ser colocado é que tais processos não cessam estão sempre ocorrendo transformando a capoeira. Tais dinâmicas determinam as maneiras como a identidade é constituída e entendida no interior da capoeira, pois as disputas sobre o poder dizer o passado e a essência da capoeira dá a legitimidade necessária para dizer quem está dentro e quem está fora. Mas para seguir talvez fosse melhor tentar definir o que entendo por capoeira.

Meia Lua de Frente Saindo de Aú Batido: concepções sobre a capoeira

Robert Darnton em um capítulo de seu famoso *O Grande Massacre de Gatos*⁷³⁴ analisa o que seria um burguês. Ele começa por analisar as definições do que seria ser o burguês passando pelas três formas consagradas de se pensar o burguês como detentor dos meios de produção, um estilo de vida e um portador de uma ideologia. Mas essas definições não dão conta do ser burguês afinal a linguagem vacila, mas acima de tudo por vezes as palavras se cristalizam enquanto conceitos, mas não como práticas, pois palavras como burguês, Idade Moderna, buscam dar conta de uma realidade em movimento. O mesmo pode ser dito dos termos capoeira, capoeirista elas buscam dar conta de experiências múltiplas com múltiplos sujeitos. Qual foi a saída que Darnton usou para pensar o seu Burguês de Montpellier? Ele pensou a prática. Ao invés de ter um conceito e buscar e depois tentar encaixar sua análise ele parte das práticas em busca de um entendimento. Com tal inspiração busco entender a capoeira não como um conceito fixo, mas como práticas múltiplas experimentadas no tempo por pessoas que viveram entre seus dilemas e oportunidades, que constituindo socialmente em seus atos a capoeira como campo de disputas e afetos.

Entre as muitas descrições que existem sobre a capoeira uma muito famosa a relaciona com aspectos relativos a dança, a música, a dança e acultura. Mas existe atividade humana que não seja cultural? Mas deixando essa polemica de lado vamos uma definição que busca

⁷³² Canção contida no álbum, **Mestre Patinha e sua academia**. Philips-1969

⁷³³ Vide: CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 2. Ed. São Paulo: EDUSP, 1998. Pág. XXIII.

⁷³⁴ Vide: DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos: e outros episódios de História Cultural**. Rio de Janeiro Gral 1986

entender a capoeira como um conjunto de elementos: *A Capoeira que é: luta, dança e bailado, proveniente de práticas dos escravos afro-negros (oriundos da África), que trouxeram sua herança cultural para o Brasil, foi logo absorvida e aculturada pela por essa população*⁷³⁵. Essa definição não dá conta de silenciar sobre muitos aspectos, como por exemplo, a repressão sofrida pelos participantes ou os momentos em que capoeiristas serviram de capangas a poderosos. Tudo bem que falamos de uma pequena definição que tenta sintetizar o que seria a capoeira. Buscando nos atos da prática em sua história os elementos definidores, no entanto ela parece homogeneizar e retirar as dinâmicas da história apaziguando conflitos através de silenciamentos.

Certo essa definição não dá conta qual daria? A que coloca a capoeira como luta contra a escravidão, ou quem sabe a uma formulada após a legalização da capoeira no governo de Vargas, a capoeira é uma marca cultural brasileira, sinônimo de brasilidade, ainda poderíamos evocar a imagem do malandro? Todas essas e outras são formas pelas as quais a capoeira pode ser vista, elas enquadram determinam um ser próprio da capoeira que se faz com que ela se diferencie de outras práticas. Assim mesmo aqueles que não fazem parte do grupo conseguem dizer quem é um capoeirista e quem não é. A definição da capoeira é então relacional.

Sendo assim entendo a capoeira como um conjunto de práticas reunidas sobre a mesma designação, possuindo diferenças internas e características próprias. Que não estão congeladas no tempo possuindo suas próprias dinâmicas, que podem vir a convergir ou entrar em confronto. Marcadas por combates similares em torno de sua manutenção e resistência contra perseguições. Caracterizando-se por uma série de práticas de origem africana, que começaram a tomar de forma, mesmo que por vezes muito dessemelhantes das atuais, sob o período escravocrata brasileiro, em que milhões de negros africanos foram trazidos forçadamente para servirem como mão de obra escrava. Em que se iniciam um intrincado processo de hibridação cultural⁷³⁶. (A hibridação, como nos alerta Nestor Canclini, não significa uma assimilação pacífica e inócua, mas nela há espaço para as disputas e conflitos num ambiente profícuo para inovação cultural. As culturas híbridas não podem então ser entendidas como mero somatório das partes; elas as extrapolam e podem criar o novo, é o campo de combate que faz emergir novas possibilidades identitárias.) A capoeira se delinea que por suas práticas e disputas e o sentimento de pertencimento que dá sentido a comunidade imaginária. Sendo que atualmente as formas atuais em que se organiza a capoeira se faz baseadas nas tradições baianas da capoeira. Tendo sua origem atribuída por seus praticantes em quilombos. Algo que as pesquisas acadêmicas contestam atribuindo para capoeira como uma prática urbana. Aqui não interessa saber qual é a origem da capoeira, mas sim como essas narrativas cantadas operam na formação da identidade. Marca por um discurso de luta contra a escravidão e transformações a capoeira não deve ser vista como uma pois no interior desse nome existem vários universos com suas próprias características e estilos.⁷³⁷

⁷³⁵ Machado, Denise. Monografia (Capoeira: Identidade Cultural Brasileira) para a Pós-Graduação, em Jornalismo Cultural, pela Universidade Estácio de Sá - Campus Tom Jobim - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro / Ano de 2003.

⁷³⁶ Na tentativa de esclarecer o que seria essa hibridação vejamos a noção de Nestor Canclini: Os estudos sobre narrativas identitárias com enfoque em teóricos que levem em conta os processos de hibridação (Hanners; Hall) mostram que não é possível falar de identidades como traços fixos, nem afirmá-las como essência de uma etnia ou nação. A história dos movimentos identitários revela uma série de operações de seleção de elementos de diferentes épocas articulados pelos grupos hegemônicos em um relato que lhes dá coerência, dramaticidade e eloquência. IN: CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 2. Ed. São Paulo: EDUSP, 1998. Pág. XXIII.

⁷³⁷ Sobre uma discussão sobre a história da capoeira consultar: CAPOEIRA, Nestor. **Capoeira: os fundamentos da malícia**. 8. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2001. CAMPOS, Hélio. **Capoeira na universidade: uma história de resistência**. Salvador: Secretaria da cultura e turismo: Eufba, 2001. OLIVEIRA, Jolsivaldo Pires de. **No Tempo dos Valentes: Os capoeiras na Cidade da Bahia**. Salvador.

Negativa invertida com role transado: As canções elemento formado da identidade dos capoeiristas

As canções de capoeira são produtos e produtoras de sensibilidades e noções sobre o passado, sendo assim com outras formas a construtora de uma maneira de se pensar a consciência histórica da comunidade capoeiristas. São também elementos que podem ajudar a construir e tentar dar segurança a fluida identidade da capoeira gerando um sentimento de pertencimento aos que escutam, apelando ao emocional para garantir uma identificação entre seus praticantes. Canções como *Por quem o Berimbau chora*, referencia a um passado. Esse passado é usado para falar sobre o peso da escravidão a qual os capoeiristas de hoje estariam ligados por esse elo com o passado, sendo esse discurso um forte elemento que visa gerar identificação a partir do afeto na figura de um avô que fora feito cativo na África e padeceu sobre a escravidão. Vamos observar um trecho dessa canção:

(Mestre Boa Voz Por quem o Berimbau chora)

[...]

Avô meu, negro de Angola

Avô meu, berimbau chora

Ele chora de saudade

Por aqui não volta mais

E nos tempos de criança

Ele nunca teve paz⁷³⁸

[...]

A afirmação da identidade é feita através da negação de outras. Como muitas vezes disse o professor João Ernani Furtado Filho “toda escolha é em si muitas negações”, Tomas Tadeu Silva⁷³⁹ faz uma afirmação similar. A que toda afirmação identitária é a negação de outras. Quem se diz Negro de Angola não pode ser branco europeu. A dizer que seu avô era um negro de Angola, Boa Voz nos pensar porque afirmar-se como descendente de um escravo? Uma possível resposta seria a busca de um lugar de fala autorizado⁷⁴⁰ que se perfaz de um poder de dizer que seu pertencimento, sua filiação a uma tradição. Que carrega em si o sangue de um povo guerreiro que lutou e venceu a escravidão e que como essa mesma força vai vencer o preconceito e a injustiça social. Uma ligação de sangue com o passado.

Mas como toda identidade é antes um problema do que uma solução, não seria diferente com a identidade forjada para a capoeira. Apesar de grande parte dos capoeiristas do passado serem de fato africanos ou descendentes essa prática não se estagnou no tempo. Hoje as condições são diferentes, há capoeiristas das mais diversas nacionalidades com as mais adversas origens étnicas com os mais diferentes níveis socioeconômicos. Mas mesmo assim o discurso escolhido formador da identidade da capoeira usa esse passado de luta contra a escravidão. Talvez seja mais fácil criar a noção de identificação com a figura de heróis, que criam uma sensação de acolhimento e de bem estar por fazer parte de um grupo que tem esses princípios de luta por liberdade.

2005. OLIVEIRA, Josivaldo Pires de; LEAL & Luiz Augusto Pinheiro. **Capoeira, identidade e gênero**: ensaios sobre a história social da capoeira no Brasil. Salvador, BA: EDUFBA, 2009. REGO, Waldeloir. **Capoeira Angola**: ensaio sócio etnográfico. Salvador Itapoan 1968. PASTINHA, Mestre (Vicente Ferreira Pastinha). **Capoeira Angola**, 3ª ed, Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1988. SOARES, Carlos Eugênio Libano. **A Capoeira Escrava**: e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850) 2ed ampliada. Campinas; ed. Unicamp, 2004. SOARES, Carlos Eugênio Libano. **A negregada instituição**: os capoeiras na Corte Imperial, 1850-1890. Rio de Janeiro: Access, 1990. VIEIRA, L. R. & ASSUNÇÃO, M. R. **Mitos, controvérsias e fatos**: construindo a história da capoeira. Estudos Afro-Asiáticos (34): 81-121, dez. de 1998. VIEIRA, Luiz Renato. **O jogo de capoeira**: cultura popular no Brasil. Rio de Janeiro. Sprint. 1996.

⁷³⁸ Vide: MESTRE BOA VOZ Capoeira. Vol. 1-Cd-Agata Tecnologia-2003.

⁷³⁹ Vide: SILVA Tomaz Tadeu. A produção sócia da identidade e da diferença. IN: SILVA, Tomaz Tadeu (org.) **Identidade e diferença**: A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis. Vozes 2000.

⁷⁴⁰ Vide: CERTEAU, Michel de. **A escrita da historia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

Muito do que se pensa dessa forma lutar contra se deu mais no âmbito da imaginação histórica, pois seria difícil imaginar exércitos de negros quilombolas varrendo o Brasil libertando negros queimando senzalas em uma imagem que lembra mais o filme Ben-Hur. Um exemplo dessas narrativas pode ser encontrado na música Nego Nago ⁷⁴¹de Mestre Barrão que narra a trajetória de um quilombola desde sua chegada no Brasil até sua toma da fazenda onde foi cativo libertando todos os negros.

Mas um outro fator importante nessa noção de identidade é a noção de auto determinação na qual o negro é figura ativa na luta contra a escravidão. Existem inumeras canções que poderiam ser citadas, mas a canção *Dona Isabel* expressa bem o que queremos dizer

(Mestre Toni Vargas CD Liberdade)
lêêêêêê
Dona Isabel que história é essa?
Dona Isabel que história é essa
de ter feito abolição?
De ser princesa boazinha que libertou a escravidão?
To cansado de conversa,
to cansado de ilusão
Abolição se fez com sangue que inundava este país
Que o negro transformou em luta,
Cansado de ser infeliz
Abolição se fez bem antes e ainda há por se fazer agora
Com a verdade da favela,
E não com a mentira da escola
Dona Isabel chegou à hora
De se acabar com essa maldade
De se ensinar aos nossos filhos,
O quanto custa a liberdade
Viva Zumbi nosso rei negro,
Que fez-se herói lá em Palmares
Viva a cultura desse povo,
A liberdade verdadeira
Que já corria nos Quilombos,
E já jogava capoeira
lêêê viva Zumbi...
lêê Viva Zumbi Camará
lêêê Rei de Palmares
lêê Rei de Palmares Camará
lêê Libertador⁷⁴²

Se anteriormente era cantado “viva princesa Isabel libertadora, que nos livrou do cativeiro” agora o que se canta é justamente o questionamento dessa versão da história. Como anteriormente citado a música “*Dona Isabel*” é um questionamento sobre a Abolição. Nela podemos notar que existe todo um trabalho sobre o significado da Lei Áurea. A música começa perguntando que história é essa? Para depois negar a história dos livros de didático das décadas de 60, 70, 80 e talvez alguns da década de 90 do século XX para então afirmar uma nova versão sobre como o negro obteve sua liberdade. As músicas de capoeira carregam em si às aspirações, desejos, as frustrações e suas versões sobre o seu passado

Essas representações são possíveis na medida em que estão ligadas a experiências dos mestres e alunos, mesmo que tais experiências se façam através do não vivido por aquela geração de capoeiristas, mas sim pelo que foi acumulado e transmitido pela tradição. Como Thompson coloca em a *Formação da Classe Operária Inglesa*, sobre a experiência de uma

⁷⁴¹ Vide: Axé capoeira vol. III, Cooperdisc Editora LTDA sob encomenda Red. Sun LTDA

⁷⁴² Vide: MESTRE TONI VARGAS. LIBERDAE. Cooperdisc Editora LTDA sob encomenda da Red. Sun LTDA 2005

classe: esta não é algo que se possa isolar e definir como um dado a priori; a classe se realiza a partir de suas experiências, quando os que a compõe passam a se enxergarem como pertencentes a ela, em geral, vendo-se em discordância com as demais. Em outras palavras, seus membros têm desejos diferentes das demais classes, muitas vezes seus objetivos não são apenas diferentes, mas conflitantes⁷⁴³ Em um dado momento na trajetória histórica da capoeira, os seus praticantes se viram ligados como parte de algo em comum e diferente de outras experiências. Se diferenciando de outros construindo representações de si que permitem a criação de um sentimento de pertencimento, mas antes de ser algo feito uma vez esse processo está sempre ocorrendo se renovando e validando. Não tomamos os capoeiristas como uma classe em si, mas sim como um grupo heterogêneo, que em meio a uma série de narrativas também heterogêneas que buscam uma identidade comum, passam a partilhar de uma base comum de narrativas e normas de conduta. O uso dos termos de Thompson sobre a classe, mesmo não se tratando de uma classe em si, é feito aqui devido à hipótese sustentada nesse texto. De uma forma geral, os capoeiristas partilham de uma comunidade de sentidos mínima, que os possibilitam se reconhecerem como membros de um mesmo grupo graças a noção de identificação que gera um sentimento de pertencimento, como relatam as canções que falam usadas neste trabalho.

Conclusão

Existe um esforço em buscar no passado uma legitimidade para a capoeira no qual se demonstra que a natureza da capoeira era e é a mesma a de luta contra a injustiça. Usada contra feitores e capitães do mato, ou seja, era uma luta eficiente, em contra as injustiças do sistema escravista que continua a mesmas em perde sua força e eficiência. Mesmo não sendo mais aquela “capoeira ancestral” seus praticantes a vêm como se possui-se uma essência imutável que a história apenas a demonstra sem ser por nela constituída nas dinâmicas sócio-temporais. Como resposta a essa forma de se pensar a identidade da capoeira a – histórica poderíamos ressaltar as mudanças ao longo do sua formação e institucionalização em que podemos exemplificar por um processo de diferencia interno bem marcado que separou a capoeira em dois blocos artificiais, uma vezes que essa idéia de homogeneidade anterior de uma unicidade não dá conta das experiências daquilo que chamamos de capoeira, a capoeira angola e a capoeira regional. Por essa macro divisão fonte de tensão pode se notar que a capoeira se insere no tempo. Mas ainda sim ainda fica a idéia da degeneração da perca da identidade. Pois quando uma letra coloca a seguinte situação: *“Ainda me lembro quando alguém estava doente/ Não tinha médico só um velho rezado/... Mas reza não se faz mais como antigamente/Mudaram até mesmo o nomes do santos.”*⁷⁴⁴ Parece ficar claro um sentimento de perca de um referencial de uma segurança, mas que de fato foi mais imaginado do que um fato.

⁷⁴³ Vide: THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa: A Árvore da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

⁷⁴⁴ ⁷⁴⁴ Vide: MESTRE BOA VOZ Capoeira.Vol. 1-Cd-Agata Tecnologia-2003.

BIOGRAFIA COMO PRÁTICA HISTORIOGRÁFICA: ANALISANDO A TRAJETÓRIA DE GREGÓRIO DE ANDRADE DA FONSECA NO MUNDO ATLÂNTICO

*Eloy Barbosa de Abreu*⁷⁴⁵
eloyabreuclio@gmail.com

Resumo: Uma pesquisa no campo da História sob o viés do gênero biográfico é, ao mesmo tempo, um desafio e uma constatação. Primeiro porque desde a Antiguidade até os dias atuais, a relação entre biografia e história constituiu-se em momentos de aproximação e distanciamento. Segundo porque uma vida não cabe em uma biografia. Estes dois problemas, do desafio e da constatação, podem aparentar desestímulo e impossibilidade, porém, são instigantes ao ponto de despertarem o desejo de compreender as relações sociais do passado a partir de um indivíduo. Refletindo sobre estes desafios, esta fala objetiva discutir sobre o uso teórico-metodológico do gênero biográfico como prática historiográfica sobre o Mundo Atlântico no século XVIII, a partir do indivíduo Gregório de Andrade da Fonseca. Neste sentido, prioriza-se apresentar relatos sobre construção da pesquisa, apontando as escolhas de autores, o uso das fontes e a construção da narrativa.

Palavras-chave: Biografia. Historiografia. Mundo Atlântico

*Os sobrados olham curiosos os homens
que são sempre outros
para cada tempo
e não herdaram dos que se vão
senão a constância do seu esquecer
mas as ruas também diluem o homem
na paisagem ocupada de lembranças
que se espelham no polir das pedras*⁷⁴⁶.

1. Passado, Memória e História

A construção textual a partir de representações de culturas e práticas sociais ou individuais – vivenciadas, testemunhadas ou aprendidas por outrem em outrora – se constitui em um dos principais desafios do ofício de historiador. Nem todo acontecimento do passado é um fato histórico e nem tudo é passível de historicização. Uma cultura histórica se produz na relação entre indícios⁷⁴⁷ e especulações sobre o passado num processo pragmático e interessado, onde “nem tudo o que tem a ver com o homem e com o seu mundo é história só porque já aconteceu, mas exclusivamente quando se torna presente, como passado, em um processo consciente de rememoração”⁷⁴⁸.

O processo de produção do conhecimento histórico a partir da presentificação do passado e da memória é sempre uma relação de conflito. A relação entre memória e história não é essencialista, ela se presentifica não somente na subjetividade, mas também na coletividade e na materialidade. Aleida Assmann considera tal relação é culturalmente

⁷⁴⁵ Doutorando em História - PPGH-UFPE. IESF-MA.

⁷⁴⁶ CHAGAS, José. **Os canhões do silêncio**. São Paulo: Siciliano, 2002, p. 207.

⁷⁴⁷ Sobre a noção do paradigma que considera os vestígios do passado como indícios, ver GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Trad. Frederico Carotti. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, sobretudo da página 143 a 179. Para uma comparação com a noção de fontes históricas como sintomas ou síndromas, ver GOMBRICH E. H, **Para uma história cultural**. Trad. de Maria Carvalho. Lisboa: Gradiva, 1994, p. 69-75.

⁷⁴⁸ RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história I; os fundamentos da ciência histórica**. Trad. de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da UnB, 2001.p.61.

estabelecida, cada grupo, sociedade e época tiveram e tem seus meios de recordar e lembrar⁷⁴⁹.

A valoração atribuída ao conhecimento do passado nas culturas humanas não é nenhuma novidade. A preocupação com a memória e o registro das ações dos indivíduos, sociedades e culturas é algo presente desde as mais remotas civilizações. Sobre a Antiguidade, Momigliano destaca as relações de influência e familiaridade da historiografia persa na grega e judaica, afirmando que – ao contrário do que disse Driver⁷⁵⁰ – os gregos não só sabiam o que era história, como também desenvolveram atitudes críticas e métodos de análises dos registros de acontecimentos que influenciam até hoje a historiografia ocidental⁷⁵¹.

Em relação ao conhecimento histórico, podemos afirmar que, dos gregos até nós, a questão básica de produção de uma cultura historiográfica pelo homem é algo que se matem.

[...] Os homens escrevem a História quando querem registrar acontecimentos em um quadro cronológico. Todo registro é uma seleção, e ainda que uma seleção de fatos não implique necessariamente em princípios de interpretação, muitas vezes é o que acontece. Acontecimentos podem ser escolhidos para registros porque tanto explicam uma mudança ou apontam para uma moral como indicam um padrão recorrente. A conservação da memória do passado, o quadro cronológico e uma interpretação dos acontecimentos, são elementos de historiografia que são encontrados em muitas civilizações [...]⁷⁵²

A produção de historiografias perpassa, portanto pela vontade ou necessidade de perpetuação de memórias em uma construção temporal inteligível em que a interpretação e crítica dos acontecimentos criam argumentos e uma retórica que legitima algumas reminiscências do passado e coloca em risco de esquecimento outras. Neste sentido, a relação entre a memória e o esquecimento de acontecimentos do passado é influenciada pela história enquanto conhecimento produzido pelo homem, ao passo que Rossi chega a antagonizar história e memória.

A história [...] é ao mesmo tempo mais e menos que o passado. E é certamente possível, deste ponto de vista, contrapor a história, que é interpretação e distanciamento crítico do passado, à memória, que implica sempre uma participação emotiva em relação a ele, que é sempre vaga, fragmentária, incompleta, sempre tendenciosa em alguma medida⁷⁵³.

A memória é espontaneidade ao passo que a história é intencionalidade, porém a escrita da história é feita alicerçada na memória individual e coletiva, ou se preferirem nas representações das mesmas, constituídas por “narrativas, listas de nomes e de coisas, histórias, mitos, cerimônias, relatos, crônicas, arquivos, bibliotecas, coleções, coletâneas de

⁷⁴⁹ ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Trad. De Paulo Soethe (coord.). Campinas, SP: Editora Unicamp, 2011.

⁷⁵⁰ “A primeira coisa que devemos lembrar a respeito da consciência histórica grega é que, em essência, ela é a-histórica”. DRIVER, T. F. *The Sense of History in Greek and Shakespearean Drama*. New York: Columbia UP, 1960, 19, *apud* MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Trad. Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 53.

⁷⁵¹ *Ibidem*.

⁷⁵² *Ibidem*.

⁷⁵³ ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das idéias**. Trad. de Nilson Moulin. São Paulo: Ed. UNESP, 2010, p. 28.

objetos, imagens, registros de custódia, conservação e tesauroização, monumentos, restaurações, escavações e ritos de comemoração⁷⁵⁴.

Neste sentido, a produção de uma cultura histórica enquanto fruto de um ofício está inserida e é resultado direto de relações de poder que interferem na construção e transmissão de lembranças e imagens do passado. “O estudo do passado não é baseado em uma força de inércia na produção e localização de rastros, de fontes, de documentos, mas na participação ativa de eras passadas, em direção à conservação e à destruição⁷⁵⁵.”

O campo da historiografia se constitui, portanto em “laboratório de epistemologia da história⁷⁵⁶”. Fruto do exercício intelectual, a historiografia alimenta-se da relação entre narrativa e reflexão, prática que se encontra presente no conhecimento histórico muito antes “da aurora do século XIX, ou de Ranke⁷⁵⁷”. Neste aspecto, é na passagem do campo da pesquisa para o da escritura da história que a historiografia aproxima-se da idéia de retórica como arte do discurso que busca sua legitimidade a partir de práticas de erudição e aproximação de uma realidade.

A pretensão por uma confiabilidade no discurso histórico é construída a partir da produção de fontes, ao selecionar indícios ou vestígios da memória do passado, e crítica dialógica de tais fontes e de uma literatura especializada e legitimada pelos pares. Descrições, citações, referências e notas são exemplos de alguns elementos presentes no texto que atuam na refira busca de confiabilidade.

Quando uma pesquisa histórica se converte em textos, o historiador que os produz está construindo paisagens do passado que não vivenciou, mas que por meio das interpretações e das representações dos indícios de outrem e de outrora, é possível especular. A representação do passado sob o viés da história possibilita a busca de sentidos de identidades e processos de conhecimento das ações e pensamentos da humanidade no tempo. Segundo John Gaddis, o melhor que se pode fazer ao se escrever um texto de história é representar a “realidade” passada, “suavizar detalhes, olhar para padrões que se vê em prol de seus próprios objetivos⁷⁵⁸”.

Neste sentido, a passagem da atividade de pesquisa para a da escrita da história, constitui-se num processo de elaboração com coesão e coerência da narrativa dos vestígios de acontecimentos e as respectivas elucubrações sobre os mesmos, que durante a garimpagem nas fontes foi possível salientar. Para um melhor entendimento da relevância da escrita no processo de produção de um conhecimento da História, é pertinente destacar o que pensou Michel de Certeau sobre o assunto.

[...] Enquanto a pesquisa é interminável, o texto deve ter um fim, e esta estrutura de parada chega até a introdução, já organizada pelo dever de terminar. Também o conjunto se apresenta como uma arquitetura estável de elementos, de regras e de conceitos históricos que constituem sistema entre si e cuja coerência vem de uma unidade designada pelo próprio nome do autor. Finalmente para ater-se a alguns exemplos, a representação escriturária é ‘plena’; preenche ou oblitera as lacunas que constituem, ao contrário, o próprio princípio da pesquisa, sempre aguçada pela falta. Dito de outra maneira, através de um conjunto

⁷⁵⁴ MASTROGREGORI, Massimo. Historiografia e tradição das lembranças. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A história escrita: teoria e historiada historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 70.

⁷⁵⁵ *op. cit.*, p. 72.

⁷⁵⁶ Para um contraponto a expressão “laboratório historiográfico”, ver GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. Trad. Rosa Freire d’Aguilar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 312.

⁷⁵⁷ GRAFTON, Anthony. **As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé**. Trad. Enid Abreu Dobránszky. Campinas, SP: Papirus, 1998, p. 85.

⁷⁵⁸ GADDIS, John Lewis. **Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado**. Tradução de Maria Rocha Motta. Rio de Janeiro: Campus, 2003, p. 20.

de figuras de relatos e de nomes próprios, torna presente aquilo que a prática percebe como seu limite, como exceção ou como diferença, como passa. Por estes poucos traços – a inversão da ordem, o encerramento do texto, a substituição de um trabalho de lacuna por uma presença de sentido – pode-se medir a ‘servidão’ que o discurso impõe à pesquisa⁷⁵⁹.

Entendido como um processo de inversão, o historiador, ao escrever sobre um passado, se utiliza dos resultados da pesquisa e os transforma em textos, buscando dar aos seus futuros leitores, um sentido ao conhecimento que produz, de acordo com aquilo que ele objetiva. Neste ínterim, atua como o anjo das “Teses” de Walter Benjamin, que com os pés – ou se preferirem as asas – no presente, olha para trás, no intuito de perceber seu próprio entorno. Dito de outra forma, como brilhantemente afirmou Jörn Rüsen, “são as situações genéricas e elementares da vida prática dos homens (experiências e interpretações do tempo) que constituem o que conhecemos como consciência histórica” (2001, p. 67). O que antecede a pesquisa, a teoria e a sistemática da produção (a escrita) de um conhecimento histórico científico, são as inquietações e necessidades de explicações da vida no tempo.

2. Biografia como prática historiográfica

A história cultural da Antiguidade nos ensina que a biografia não é um gênero recente, indício de sua prática está presente nas obras de filósofos gregos e romanos, muito embora “o termo ‘biografia’ só apareça ao longo do século XVII, para designar uma obra verídica, fundada numa descrição realista, por oposição a outras formas antigas de escrita de si”⁷⁶⁰. De lá para cá a relação entre biografia e história constituiu-se em momentos de aproximação e distanciamento da biografia como prática historiográfica.

Dentre tantos escritos de perfil teórico e metodológico sobre a prática biográfica, destacar-se-ão os de François Dosse, Sabina Loriga, Pierre Bourdieu e Giovanni Levi. Partindo do argumento de que a escrita de uma vida é tarefa inacessível, mas que “estimula o desejo de narrar e compreender”, Dosse inicia seu tratado sobre a prática biográfica asseverando que “todas as gerações aceitaram a aposta biográfica” e que o mercado editorial da biografia sempre foi bom. Adotando uma metodologia de síntese e cronologicamente estruturada, Dosse construiu uma história ocidental da escrita biográfica em modelos e idades – *Idade Heroica; Biografia Modal; Idade Hermenêutica e Biografia Intelectual* – que, de modo geral, refletem sobre os desafios de pesquisadores que se laçam no ofício de escrever biografias.

Antes dele, no final da década de 1980, Giovanni Levi já chamava atenção para a vivência de uma fase em que “a biografia está no centro das preocupações dos historiadores”, porém de forma ambígua e contraditória: a singularidade de indivíduos em meio à generalização social ou a corroboração de modelos, práticas e funcionamento social a partir de indivíduos. Não querendo cair em um debate mais amplo sobre indivíduo e sociedade, “inerente às ciências sociais e à historiografia”, Levi afirma que o interesse dos historiadores pela biografia gerou contribuições reflexivas sobre a crise dos paradigmas no campo histórico.

A meu ver, a maioria das questões metodológicas da historiografia contemporânea diz respeito à biografia, sobretudo as relações com as ciências sociais, os problemas das escalas de análise e das relações entre regras e práticas,

⁷⁵⁹ CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 86.

⁷⁶⁰ LORIGA, Sabina. **O pequeno x: da biografia à história**. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2011 (Coleção História e Historiografia), p. 17.

bem como aqueles, mais complexos, referentes aos limites da liberdade e da racionalidade humana⁷⁶¹.

A relação entre história e narrativa é um primeiro aspecto que Giovanni Levi destaca como significativo na aproximação dos historiadores com a biografia, uma vez que por meio desta “os questionamentos e as técnicas da literatura se transmitem à historiografia”. Problemas e imbricações também se fazem presentes nessa cumulação, e Levi lança além da grande questão sobre a possibilidade de se escrever a vida de um indivíduo, anacronismo, limitação, cronologia ordenada, personalidade coerente e estável, ausência de inércia e incertezas, como dificuldades ao se escrever/refletir sobre uma vida por meio da memória e da história.

As complexidades da prática biográfica elencadas por Giovanni Levi em 1989 advêm, sobretudo, das críticas de Pierre Bourdieu feitas três anos antes. Ao considerar a biografia uma ilusão, Bourdieu chama atenção para a necessidade de uma reconstrução do contexto e da pluralidade de campos em que agem os indivíduos a todo o momento. Anos mais tarde, Dosse reconhece que a redação de uma biografia é plena de desafios, porém questiona e critica a estigmatização da ideia de *ilusão biográfica* por Bourdieu, que no referido artigo de 1986 denunciou as reconstruções biográficas e auto biográficas a partir de coerências fictícias, gerando um efeito biográfico.

Sabina Loriga considerou o artigo de Bourdieu uma crítica radical sobre a questão do relato biográfico que tentava compreender uma vida como uma série única de acontecimentos sucessivos sem qualquer relação fora do sujeito. Para a referida autora, a relação entre a biografia e a História é problemática e conflituosa. Loriga elencou uma série de questionamentos que envolvem a relação entre indivíduo e sociedade e a prática biográfica e historiográfica.

[...] A vida de um indivíduo pode esclarecer o passado? Os testemunhos pessoais permitem formular hipóteses de ordem geral? E, além disso, o que é importante na vida de uma pessoa e o que não é? A partir do que apreciá-la e como dar conta dela? É preciso levar em conta a liberdade, a independência nacional, a democracia, ou o exército, a escola, a família, ou ainda a classe social, o capitalismo, ou talvez mesmo outros indícios como o barulho, a doença, a poluição?...⁷⁶²

As indagações acerca do indivíduo, da subjetividade e da biografia como viés historiográfico são também, como afirma Loriga, questões que surgiram na micro-história.

A micro-história, que inicialmente era um fenômeno restrito a produção historiográfica italiana, vem ampliando sua ressonância metodológica, ganhando adeptos no mundo, sobretudo no Brasil. Neste sentido, essa corrente metodológica se constitui numa resposta as grandes sínteses e generalizações. “O interesse volta-se para a análise das diferenças, dos conflitos e das escolhas, situações em que a complexidade dos fenômenos históricos teria maior possibilidade de ser indicadas”⁷⁶³.

Para além de questões metodológicas, a micro-história é uma prática de abordagem e análise qualitativa das fontes para uma compreensão do passado, que pode ser entendida como uma alternativa de interpretação, uma vez que uma história totalizante, generalizante e uníssona já não é satisfatória.

⁷⁶¹ LEVI, Giovanni. Usos da biografia in: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janáina. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001, p. 168.

⁷⁶² LORIGA, Sabina. **O pequeno x**: da biografia à história. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2011 (Coleção História e Historiografia), p. 221.

⁷⁶³ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de & ALMEIDA, Carla Maria de Carvalho (orgs.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p 8.

No campo da historiografia brasileira, a influência da micro-história como suporte teórico-metodológico se dá principalmente por meio de três historiadores que difundiram o referido paradigma, ligados, sobretudo as abordagens cultural e social: Ginzburg, Gendi e Levi. Tendo em vista essas influências, o estudo de caso que nos propomos a fazer nesse texto, tem por pressuposto a noção de micro-análise de Edoardo Grendi.

O referido autor, discute a relação da micro-análise com a história social, destaca, sobretudo, a dupla crítica em relação a síntese e a generalização dos modelos de história social. A idéia defendida por ele consiste nas modificações que a micro-análise trouxe para a história social, ou seja, a partir do jogo de escala e do vai-e-vem entre generalizações e singularidades é possível uma interpretação qualitativa das fontes históricas, que se estabelece a partir da ampliação do conceito e do cruzamento entre elas.

Cada informação exprime um dado ou, mais frequentemente uma relação. Existe assim a possibilidade de reconstruir histórias de família e, às vezes, por alguma feliz coincidência de fontes, histórias individuais suficientemente ricas – típicas ou excepcionais –, sendo ainda possível pôr em relevo relações interindividuais contínuas, isto é, estruturadas (por exemplo, relações de débito/crédito)⁷⁶⁴.

François Dosse entende a relação da micro-história com a biografia ou o estudo do indivíduo como uma história social renovada que redinamizou o gênero em vias de extinção da biografia.

A biografia preceituada pela *microstoria* se distingue de certo número de abordagens praticadas para renovar esse gênero unanimemente recusado em sua forma tradicional, linear e puramente factual. Distingue-se também das biografias ilustrativas de formas coletivas de comportamento, mas igualmente da abordagem biográfica que visa captar os fenômenos marginais, bem como da antropologia interpretativa de Clifford Geertz⁷⁶⁵.

A utilização da perspectiva metodológica da micro-história no gênero biográfico possibilita perceber as incoerências de um contexto normativo, abrindo espaço para a reflexão sobre as escolhas conscientes e inconscientes, as manipulações, interpretações de regaras e negociações.

3. Gregório de Andrade da Fonseca: o marrano do Maranhão

Onze de julho de 1716, no Convento de Nossa Senhora do Carmo da cidade de Belém do Grão-Pará, o Reverendo Comissário da Inquisição de Lisboa, o Frei Vitoriano Pimentel, deu continuidade as inquirições de testemunhas das diligências que vinha fazendo no Maranhão, desde 27 de março daquele mesmo ano, passando antes pelas cidades de São Luís e Tapuitapera. Havia nove dias que o agente inquisitorial tinha iniciado suas diligências naquela cidade, quando convocou, por meio de editais, pregado dias antes, novas testemunhas para deporem no referido convento. Dentre elas estava Cecília Pereira, a terceira depoente do dia a adentrar no claustro, jurando, com sua mão direita nos santos evangelhos, dizer a verdade e guardar segredo. Cecília, que naquela ocasião estava na altura dos seus 60 anos, era serva do Capitão Manuel Barbosa Martins, um dos principais cidadãos e mercadores da cidade de Belém.

⁷⁶⁴ GRENDI, Edoardo. Micro-análise e História Social. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de & ALMEIDA, Carla Maria de Carvalho (orgs.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: FGV 2009, p. 23.

⁷⁶⁵ DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. Trad. De Gilson César Cardoso da Souza. São Paulo: Edusp, 2009, p. 257.

As sessões de inquiridos da Inquisição eram sempre um momento muito tenso para os depoentes, pois a doutrina cristã católica tratava de propagar que as denúncias eram atos de “desencargo de consciência”. Um momento de purgar os pecados, onde o “temor superava a resistência” de não as querer fazer. Porém, não eram somente os motivos religiosos que levavam um indivíduo a fazer delações ao Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, os conflitos sociais, as desavenças de jurisdição e poder, as inimizades, também eram motivos para fazer tal ato. Quais foram as de Cecília, não se sabe. Talvez o temor a Deus e à mão-de-ferro da Igreja os tenha levado a dizer – quando questionada se “sabia que alguma pessoa ou pessoas açoitassem alguma imagem do Santo Cristo Senhor Nosso, ou iludisse, ou escarnasse dela com palavras ou ações”⁷⁶⁶ – que,

“estando ela no Maranhão, ouvira dizer que passando o Senhor dos Passos pela porta de Gregório de Andrade da Fonseca, este e seu irmão, Manuel de Andrade, já defunto, deram figas ao Senhor que passava, mas que ela o não viu, e só ouviu, nessa ocasião, dizer alguns moleques e mulatos, estas formais palavras: – Arrengo do diabo! Gente que dá figas ao Senhor e faz escárnio dele! Certo é que são judeus”⁷⁶⁷.

De fato, as procissões e festas públicas anuais que ocorriam nas vilas e cidades coloniais eram momentos de diversão e sociabilidade, mas também de ordenamento e vigilância, entre os estamentos que compunham a sociedade local. Segundo António Manuel Hespanha, “as diferenças de estatuto social não eram, em si mesmas, contestadas”⁷⁶⁸. Porém, esta aparente harmonia de sociabilidade não mascarava os conflitos que dentro dela existiam, e que o referido autor os considera como endêmicos e particulares mercedores de mais atenção por parte da historiografia⁷⁶⁹.

Qualquer conduta fora dos padrões de comportamento político e religioso que as regimentavam, poderiam servir de informações para a sustentação do estigma de judeu, cristão-novo⁷⁷⁰ ou suspeito na fé, acarretando numa possível investigação pelo Tribunal da Inquisição, quando tais suspeitas e estigmatizações se tornavam públicas. Isto foi o que ocorreu com Gregório de Andrade da Fonseca e toda a sua parentela, ascendente e descendente, que por terem fama pública de cristãos-novos e judaizantes, foram denunciados e investigados ao longo de quase todo o século XVIII.

Do ponto de vista legislativo, desde as Ordenações Afonsinas, os judeus, juntamente com os mouros, passaram a ser estigmatizados como impuros de sangue, devido a suas condições étnicas. O estigma de cristão-novo e a possível constatação de uma origem judaica eram interpretados pela legislação portuguesa e a sociedade do Mundo Atlântico ibero-português como uma mácula, uma impureza de sangue, motivo de preconceito, ofensa e

⁷⁶⁶ Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 15293. Denúncia do padre Pedro do espírito Santo contra Gregório de Andrade, c. a. 1730-1732. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=2315412>. Acesso em 15 jan. 2010.

⁷⁶⁷ Ibidem.

⁷⁶⁸ HESPANHA, António Manuel. **Caleidoscópio do Antigo Regime**. São Paulo: Alameda, 2012, p. 44.

⁷⁶⁹ Ibidem.

⁷⁷⁰ O batismo era o veículo que conduzia à conversão ao inserir o judeu na religião cristã, colocando-o sob a jurisdição inquisitorial, sujeitando os cristãos-novos (Portugal), ou conversos (Espanha) às penalidades quando suspeitos na fé católica. Porém, o sacramento do batismo não igualava os cristãos-novos aos velhos. Tendo em vista que, os convertidos eram sempre considerados uma ameaça, tanto do ponto de vista católico quanto judaico, pois permanecia a questão se aqueles realmente se tornaram cristãos ou permaneciam judeus disfarçados. A condição mestiça desses sujeitos os incluía em um modelo português de sociedade corporativa, que concebia o indivíduo inserido em uma qualificação, forjada de “naturalmente desigual”, fazendo da distinção entre os grupos o *modus operandi* dos poderes secular e religioso, no Mundo Atlântico.

xingamento, que afloravam em situações de conflitos sociais⁷⁷¹. Em relação aos estigmas que pudessem indicar que alguma pessoa tivesse uma impureza de sangue, isso poderia se constituir em uma denúncia grave, haja vista ao ideal de sociedade que se legitimava, presando-se pelo ideal de limpeza de sangue.

Daniela Bueno Calainho menciona que a extinção dessa prática de distinção social pela pureza de sangue foi “lenta e progressiva”, à medida que as legislações do reino incluíam novos grupos, surgidos a partir da expansão do império ultramarino português⁷⁷². Ao passo que, nas Ordenações Filipinas, mais especificamente, nas Leis Extravagantes, eram considerados impuros de sangues além dos judeus, mouros, ciganos e cristãos-novos, também os indígenas, negros e mulatos, conforme apresentado na tabela 1.

Tabela 1 - Grupos Étnicos Estigmatizados na Legislação Portuguesa (1446-1800)

LEGISLAÇÃO	Afonsinas	Manuelinas	Cód. Sebastião Cód.	Filipinas Leis Extravagantes	Cód da Legisl. Portuguesa
PERÍDO	1446-47	1514-21	1521-29	1603-1774	1774-1800
GRUPO	Judeu	Judeu	Judeu	Judeu	Negro
ÉTNICO ESTIGMATIZADO	Mouro	Mouro		Mouro	Mulato
		Cigano		Cigano	
		Cristão-novo		Cristão-novo	
		Indígena		Indígena	
				Negro	
			Mulato		

Fonte: CALAINHO, 2006, p. 57.

É salutar a estigmatização da etnia judaica ao longo de quatrocentos anos, aproximadamente, nas legislações da plurimonaquia portuguesa, o que fez da identidade com cristã-nova uma janela aberta para relações de intrigas e inimizades.

Para Nuno Gonçalo Monteiro, esta prática da conversão forçada colocou o cristão-novo como um problema político e religioso, considerando o Judaísmo como principal delito de fé punido pelo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição⁷⁷³. Somente a partir de meados do século XVIII é que se reduziu o número de minorias étnico-culturais em Portugal, quando o Marquês de Pombal extinguiu a distinção entre cristãos-velhos e cristãos-novos⁷⁷⁴.

Erving Goffman conceitua estigma como uma “situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena”⁷⁷⁵. Um termo criado pelos gregos para indicar o extraordinário e o malévolos na moral humana, materializados através de sinais nos corpos de quem o possuía, a noção de estigma passou a agregar também conotações sagradas e

⁷⁷¹ CALAINHO, Daniela Buono. **Agentes da fé**: familiares da Inquisição portuguesa no Brasil colonial. Bauru, SP; Edusc, 2006, p. 111-113.

⁷⁷² CALAINHO, Daniela Buono. *Op. cit.*, p. 56.

⁷⁷³ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **Elites e poder**: entre o antigo regime e o liberalismo. 2ª ed. rev. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007, p. 14.

⁷⁷⁴ *Ibidem*.

⁷⁷⁵ GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Trad. de Mathias Lambert. 1963, p. 4.

patológicas, a partir da era cristã, podendo significar uma mácula causada por uma enfermidade ou um sinal das chagas de Cristo em santos estigmatizados.

No século XVIII, a noção de estigma como um atributo forjado pela sociedade para caracterizar um indivíduo ou um grupo, também servia como um recurso qualificador da sociedade, atrelado à ideia da fama, da origem genética e da condição material. Para uma melhor sistematização do seu estudo sobre o estigma, Goffman o estrutura em três tipos, que em certa medida estão relacionados com os significados que a palavra carrega, a saber: os estigmas corporais (marcas, “deformidades”, “abominações”); os estigmas comportamentais (culpa, paixão, crenças, distúrbio, vício...) e os estigmas genealógicos (raça, nação e religião)⁷⁷⁶.

Cecília não fez menção em sua fala de quando teria se dado o ocorrido da procissão do Senhor dos Passos, mas certamente que ela conhecia, não só a Gregório, mas também alguns indivíduos de sua parentela, pois antes de servir ao Capitão Manuel Barbosa Martins, servira também ao Capitão Duarte Rodrigues de Távora, que a comprou de Catarina Pereira de Araçagi, quando esta faleceu. De posse da serva, este capitão, que na ocasião das diligências do Comissário Vitoriano Pimentel, já havia falecido, a fez casar com Miguel de Brito, um índio forro que também servia na casa dos Rodrigues de Távora.

Seguindo em seu depoimento, Cecília Pereira relatou aos agentes inquisitoriais que a ouvia, sobre outras atitudes, consideradas suspeitas na fé, que ouvira dizer sobre seu senhor e seu filho, o clérigo José Rodrigues de Távora. Segundo ela,

na mesma casa havia um preto chamado Francisco, que era feitor, casado com uma preta, chamada Inês, e que o tal feitor lhes contavam muitas vezes que o senhor moço José Rodrigues de Távora açoitava um crucifixo, que tinha em um oratório, e em uma ocasião viera chamar a dita sua mulher Inês, e à ela testemunha, e seu marido Miguel de Brito para que fossem ver ao dito senhor moço José Rodrigues de Távora, que estava açoitando o Santo Crucifixo do oratório⁷⁷⁷.

Neste caso, observa-se que a fama pública da prática de algum crime, considerado pelos regimentos inquisitoriais contra a fé Católica, de indivíduos ou famílias, suspeitos de serem cristãos-novos, poderiam partir ou circular dentro do próprio seio familiar, ou das redes de criadagem, clientela e amizades vinculadas a essas famílias. Portanto, a privacidade das moradias não eximia o indivíduo do estigma de cristão-novo.

O “ouvi dizer” sobre indivíduos de condutas suspeitas na fé Católica entre pessoas com as quais estes conviviam ou coexistiam geravam uma rede de transmissão de informações que extrapolavam o tempo e o espaço das supostas condutas desses sujeitos. Isto fazia com que, uma vez instaurado o processo a partir de uma denúncia, se ampliasse a quantidade de testemunhas a serem interrogadas e os locais de diligências, à medida que nomes de pessoas e cidades eram citados nos autos. Parece ter sido este o caso de Gregório de Andrade da Fonseca, com relação ao seu estigma de cristão-novo e seus supostos atos contra a fé Católica.

⁷⁷⁶ *Ibidem*.

⁷⁷⁷ Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 16492. Carta de denúncia de alguns freires do Convento de Santo António de São Luís do Maranhão para os inquisidores e deputados da mesa grande do Tribunal do Santo Ofício, sobre um grupo de pessoas escandalosas, encabeçado por Gregório de Andrade e Fonseca, c.a.1731-07-20. Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=2316535>. Acesso em: 15 jan. 2010.

DELIMITANDO ESPAÇOS, ESTABELECENDO FRONTEIRAS: AFIRMAÇÃO ÉTNICA E TRADIÇÃO ORAL “NA ALMOFALA DOS TREMEMBÉ” (1980-2014)

*Francisca Paula Machado*⁷⁷⁸
paulamachado26@yahoo.com.br

Resumo: O trabalho aqui desenvolvido tem por objetivo compreender a luta dos Tremembé de Almofala pela afirmação de sua identidade étnica e pelos direitos que dela decorrem. A partir da década de 1980 e respaldado pela Constituição Federal de 1988, o grupo lançou mão da memória ancestral, expressa na oralidade, e fez de suas práticas culturais, os elementos da identificação do grupo, diferenciadores em relação aos “outros”, para legitimar suas reivindicações. Almofala, espaço social dessa pesquisa, localiza-se no Município de Itarema, Litoral Oeste do Estado do Ceará, cerca de 270 Km de Fortaleza. Historicamente, pelo menos desde a primeira década do Século XVII, Almofala concentra parte dos índios Tremembé, que vivem no litoral oeste do Estado do Ceará. De acordo com diversos documentos e obras do período colonial, foram aldeados em missões, tanto no Maranhão como no Ceará, sendo Almofala a mais notória povoação dos Tremembé. Em 1863, o presidente da Província do Ceará, José Bento da Cunha Figueiredo apresenta um Relatório à Assembleia Legislativa, afirmando que não haviam mais índios no Ceará, e oficializando uma série de discurso acerca do desaparecimento das etnias. Esses argumentos e discursos de negação da presença indígena recaíram também sobre os Tremembé. No entanto, seus problemas referentes à terra são acentuados, quando na década de 1890 uma duna soterrou o povoado de Almofala causando a dispersão dos índios para outras áreas do município de Itarema. A partir da década de 1980 eles tornam pública a luta pela afirmação de suas identidades. Com a realização da pesquisa foi possível perceber que a memória Tremembé é formada na dinâmica e no entendimento grupais, importantes do ponto de vista da organização social e étnica, e que ela se estrutura em diversos tempos e temporalidades, fundamentais na sustentação de uma identidade Tremembé. As narrativas não se atêm a um tempo marcado pelo calendário cristão. Elas se estruturam em volta de marcos que delimitam o tempo, que elegem e estabelecem lugares, a partir de acontecimentos advindos da memória coletiva, tanto no que se refere ao tempo das experiências vividas, como em relação ao tempo cíclico da natureza. Assim, a narrativa funda um conhecimento construído e “materializado” a partir de práticas culturais e de lugares simbólicos, onde os testemunhos procuram reforçar a legitimidade de seus direitos.

Palavras-chave: Memória, Oralidade, espaço, fronteiras

Historicamente, pelo menos desde a primeira década do Século XVII, Almofala concentra parte dos índios Tremembé, que vivem no litoral oeste do Estado do Ceará. De acordo com diversos documentos e obras do período colonial, foram aldeados em missões, tanto no Maranhão como no Ceará, sendo Almofala a mais notória povoação dos Tremembé. Em 1857, receberam uma légua de terras da coroa portuguesa, que acabaram sendo invadidas gradualmente por latifundiários. Entretanto, os Tremembé continuaram vivendo na mesma região, inclusive mantendo suas práticas culturais. A partir da década de 1980, os Tremembé de Almofala passaram reivindicar o reconhecimento oficial de sua identidade étnica. A não regularização da Terra Indígena é um dos problemas mais graves enfrentados pelos Tremembé na atualidade. A falta de definição jurídica e os conflitos envolvendo índios, posseiros e proprietários é um problema que se arrasta há mais de 30 anos.

Desde 1992, o direito pela ocupação da terra do “antigo aldeamento”, pelos Tremembé, tem sido impugnado por meio de ações jurídicas. A significação da identidade

⁷⁷⁸ Mestra em História Social- UFC

étnica, amparada fortemente na memória coletiva do grupo, aparece como questão central tanto nas disputas sociais como na Justiça, e o conflito, a articulação e a negociação política sobrepõem-se de várias formas nas ações judiciais. Em suas estratégias para legitimar o direito à terra, o grupo recorre às práticas culturais ancestrais e aos registros históricos de seus antepassados em Almofala.

Os Tremembé de Almofala invocam uma origem comum, que tem na povoação de Nossa Senhora da Conceição de Almofala, uma espécie de marco físico, simbólico e temporal da origem da comunidade. Embora em alguns depoimentos eles se refiram a um tempo que antecede a povoação, a grande maioria das narrativas tem como marco da origem da comunidade as memórias referentes a antiga povoação dos Tremembé. Esses discursos são atualizados cotidianamente, tanto na memória dos velhos como na fala dos jovens e crianças da comunidade.

Para compreender o presente da luta dos Tremembé pela regulamentação fundiária, é importante entender o processo de negação da presença indígena no Ceará e os argumentos históricos sobre o desaparecimento étnico. Assim, a afirmação e a contestação acerca da autenticidade de suas reivindicações por parte de missionários, advogados, proprietários de terra, pesquisadores, sociedade envolvente e até mesmo dos próprios índios, envolveu a historicidade do aludido grupo e de outros grupos indígenas, incluindo assim uma discussão sobre a legitimidade das demandas culturais e políticas atuais ⁷⁷⁹

Para entender as estratégias criadas pelos Tremembé para delimitar fronteiras étnicas em relação à sociedade envolvente é importante pensar na tradição oral do referido grupo e nas formas pelas quais os elementos identitários são transmitidos no decorrer dos tempos. De acordo com a noção de *identidade narrativa* de Paul Ricoeur, “ tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal”.⁷⁸⁰ Entendo que no momento em que os Tremembé narram as histórias dos antepassados não significa, para o grupo, um simples ato de repetição, mais um processo criativo, que se apoia nos tempos que são demarcados pela memória coletiva para delimitar suas fronteiras, demarcar seu território e reforçar a identidade.

Em relação ao espaço habitado pelos Tremembé, várias questões estão imbricadas, além dos aspectos materiais ligados a elementos econômicos, os aspectos intangíveis relacionados à cultura e sociabilidade, das quais decorrem tradições, organizações sociais e políticas, e a sua própria relação com a paisagem transformada por eles ou por outros grupos e até mesmo a criação e/ou manutenção de fronteiras.

Pensar no espaço como o lugar das relações sociais, leva-me também a pensar nas fronteiras que permeiam essas relações sociais, tanto as fronteiras étnicas como as referentes ao espaço. Desse modo, tiveram importância para essa pesquisa as contribuições de Fredrik Barth⁷⁸¹ que, em sua abordagem, substitui uma concepção estática da identidade étnica por uma concepção dinâmica. O autor chama a atenção para os aspectos processuais dos grupos étnicos; considerados como tipos de organização fundamentados na afirmação e na auto-atribuição pelos indivíduos de categorias étnicas. Implicando o contato cultural e a fluidez das relações sociais, a abordagem de Barth analisa o aparecimento e a persistência dos grupos étnicos como unidades identificáveis pela tenacidade e sobrevivência de suas fronteiras.

Essa persistência aparece em diversos relatos dos Tremembé onde é fácil identificar as linhas fronteiriças como, por exemplo, no trecho de uma das cartas enviadas pelos Tremembé ao Dr. Oscar Costa Filho, Procurador da República no Ceará, é possível perceber

⁷⁷⁹ VALLE, Carlos Guilherme Octaviano do. 1992. "Os Tremembé, grupo étnico indígena do Ceará". Laudo antropológico solicitado pela Coordenadoria de Defesa dos Direitos e Interesses das Populações Indígenas/ Procuradoria Geral da República, Ministério Público da União.

⁷⁸⁰ 1994, p. 85

⁷⁸¹ BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In POUTIGNAT Philippe e STREIFF- FENART Jocelyne, *Teorias da Etnicidade*, São Paulo: UNESP, 1998.

uma linha de demarcação que separa índios e não índios: “nós, Tremembé de Almofala, quer viver. Nós quer viver nossa vida de índio na nossa terra. (...) Nossas famílias estão sendo amedrontadas, desassossegadas, sendo oprimidas por peessoas que não são filhos natural da terra”.⁷⁸²

Em Almofala é fácil observar a demarcação dessas fronteiras, tanto no que toca à memória e à ancestralidade Tremembé, quanto na relação com os não índios. A pertença étnica não pode ser determinada senão em uma linha de demarcação entre os membros e os não-membros. Para que a noção de grupo étnico tenha um sentido, é preciso que os atores possam se dar conta das fronteiras que marcam o sistema social ao qual acham que pertencem e para além dos quais eles identificam outros autores implicados em um outro sistema social. Nos depoimentos abaixo essas implicações ficam bem explícitas:

A gente conhece as origens por família. Então, aqueles que são de origem indígena, nós ouvimos falar pelos nossos antepassados, e aqueles que nós não ouvimos falar no passado pelos nossos *troncos velhos*... e sim que eles diziam que era gente de fora, que tinha chegado aqui, estas pessoas nós não podemos considera-las como índios. Porque a gente sabe que ele não era daqui... que a origem dele não era daqui. Então a gente teve uma ensinção muito forte sobre isso, através dos nossos antepassados. Quem tem origem indígena, a gente conhece, exatamente de ver os mais velhos falar. Então esses que não tem nossas origens, não é pra ter direito à terra.⁷⁸³

A fala de João Venâncio mostra claramente uma linha que separa índios e não índios e o que mais chama minha atenção em sua narrativa é que ele delimita esta fronteira através da oralidade e da memória ancestral. Ele não cita documentos oficiais. O que dá respaldo à sua fala é a tradição oral, são os ensinamentos que foram repassados por seus ancestrais. Ao usar o termo “troncos velhos” ele se remete a uma genealogia Tremembé e a uma origem comum para dar legitimidade a sua fala, ou seja, os mais velhos sabiam quem era de dentro de Almofala e quem era de fora, portanto, sabiam quem tinha direito à terra e isto foi transmitido aos mais novos.

Embora nesse discurso de João Venâncio, para sustentar o direito dos índios sobre a terra, ele faça referência à genealogia, às tradições, e à oralidade, é válido ressaltar que eles compreendem também a importância da historiografia e dos vários documentos oficiais para legitimar as informações repassadas por seus ancestrais. Para os Tremembé, o conhecimento sobre a existência desses documentos faz muita diferença e em vários momentos eles são mencionados como forma de comprovar o direito à terra. O fato de se viver numa sociedade cartorial e judicializada, a linguagem que os chamados “operadores do direito” tendem a aceitar com muito mais facilidade é a linguagem documental, e o referido grupo está ciente disso.

A fala dos Tremembé referente à memória ancestral, às tradições e aos costumes que legitimam o direito à terra é reforçada pelo conhecimento que o grupo tem da documentação oficial, ambas (documentação de caráter etnográfico e documentação cartorial) os definem como filhos de Almofala. Assim, compreendo que esses dois domínios culturais (oral e escrito) exercem um papel marcante na transmissão do saber, na forma como os Tremembé constroem a sua memória coletiva, e se complementam como importante elemento para suas estratégias de luta, inclusive para os diferenciar frente à comunidade não índia.

⁷⁸² Trecho de carta dos Tremembé ao Dr. Oscar Costa Filho, Procurador da República no Ceará (datada de 14 de outubro de 1993) Acervo da AMIT (Associação Missão Tremembé). (Grifos meus).

⁷⁸³ Cacique João Venâncio, em entrevista concedida à autora em 21 de julho de 2014, em Almofala.

Poutignat e Streiff-Fenart, apoiados nas teorias de Barth⁷⁸⁴, destacam que as fronteiras étnicas são manipuláveis pelos atores, ou seja, elas se estendem ou se contraem de acordo com as necessidades do grupo, com o objetivo de estabelecer uma distinção entre Nós/ Eles. Basta poucos minutos de conversa com os Tremembé para poder perceber que os índios se identificam como “os filhos do lugar” e se referem à sociedade envolvente como o “pessoal de fora”, ou seja, o grupo aciona a memória coletiva e procura estabelecer uma fronteira entre “os de fora e os de dentro”. Como é possível perceber neste trecho de uma carta: “porque será que o direito do índio, filho da terra, origem da população que hoje domina o Brasil, não tem direito a terra? Se o índio ainda existe, existe reunido, com seus costumes, porque é tão difícil ser dono da terra, ser ele mesmo?”⁷⁸⁵

Enquanto os índios se colocam como os filhos da terra, por sua vez a comunidade circundante, fazendo uso de um discurso generalizador, afirma que em Almofala não existem mais índios, mas que grande parte da população é descendente de índios. Procuram assim negar a legitimidade do movimento, pois ao asseverar que todos são descendentes de índios negam os direitos reservados àqueles que se afirmam como Tremembé. Ou seja, a formação dessas fronteiras, assim como o fortalecimento de uma identidade Tremembé, se dá numa interação entre os discursos de índios e não índios.

Na realidade, todos aqui são índios, são descendentes de índios. Esse negócio de dizer o índio e o não índio, é apenas uma praticidade para diferenciar o movimento da associação dos Tremembé dos que não são associados. Mas, na realidade todos são índios, pois segundo a história, os Tremembé estavam em todo litoral, desde o Maranhão ao Rio Grande do Norte. Eu sempre brincava com a Maria Amélia, ‘vamos Maria Amélia procurar índio Tremembé lá no Mundaú, que lá ta cheinho deles’.⁷⁸⁶

Fica claro na fala do padre Chaguinhas que ele nega o movimento dos Tremembé ao generalizar e afirmar que todos em Almofala são índios e, principalmente, ao ressaltar que todos que nasceram no litoral, do Maranhão ao Rio Grande do Norte, são descendentes dos Tremembé. Nesse sentido, cabe aqui uma discussão sobre índios misturados.

João Pacheco de Oliveira (2003), em seu trabalho *A problemática dos ‘índios misturados’ e os limites dos estudos americanistas: um encontro entre antropologia e história*, afirma que uma das formas de negar os direitos indígenas atualmente no Nordeste é pautada no estereótipo do índio puro. Segundo ele, quando se fala de grupos indígenas ainda se espera encontrar os indivíduos enquadrados neste estereótipo, com diferenças drásticas entre índios e não-índios, principalmente no tocante aos traços físicos. Em relação aos Tremembé, apesar do grupo não apresentar diferenças culturais tão marcantes em relação à sociedade envolvente, os Tremembé identificam e ressignificam entre suas práticas cotidianas elementos de diferenciação.

No entanto, os direitos indígenas não provêm de uma primitividade ou de uma pureza cultural, mas sim do reconhecimento desses grupos como descendentes das populações nativas. Os direitos reservados aos grupos indígenas atuais se configuram também em uma forma de compensação pelo genocídio e etnocídio sofridos e pela perda de parte de seu patrimônio cultural. A afirmativa de que um grupo se enquadra nessa situação é feita a partir da investigação de seus símbolos identitários e de seus signos culturais que ligam os índios

⁷⁸⁴ BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In POUTIGNAT Philippe e STREIFF- FENART Jocelyne, **Teorias da Etnicidade**, São Paulo: UNESP, 1998.

⁷⁸⁵ Trecho de carta dos Tremembé, às entidades de apoio à luta dos povos indígenas. (datada de 14 de Outubro de 1993) Acervo da AMIT (Associação Missão Tremembé).

⁷⁸⁶ Padre Chaguinha. DVD: “Bailado de vozes & ventos em Almofala”, documentário produzido no ano de 2012 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em comemoração aos 300 anos da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Almofala.

atuais com as populações autóctones e não da comprovação de uma pureza cultural, embora os grupos indígenas procurem realçar as fronteiras étnicas.⁷⁸⁷

Em relação às teorias de Barth, o autor parte de uma perspectiva interacionista e procura esclarecer a dinâmica da emergência e manutenção das fronteiras étnicas. Demonstrando que as diferenças culturais permanecem vivas, mesmo na situação de contato. Para ele, a identidade étnica, como qualquer outra identidade coletiva é construída e transformada na interação dos grupos.⁷⁸⁸

A história da afirmação da identidade étnica dos Tremembé é fortemente marcada pela criação e manutenção das fronteiras e pelo realce de símbolos culturais que os diferenciam da sociedade envolvente e que são acionados a partir da memória coletiva. Mostrando para a sociedade de forma geral que sua cultura não se esvaiu. A noção de realce demonstra a ideia de que a etnicidade remete a um conjunto de recursos que os grupos têm ao seu alcance para tentar legitimar suas reivindicações. Segundo Poutignat e Streiff-fenart (1998), o realce exprime-se, a princípio, por meio de um rótulo étnico e, depois de ter elegido este rótulo, os traços culturais surgem como étnicos. Assim, a etnicidade procura realçar por meio de símbolos culturais exibidos, elementos de diferenciação e de fronteiras étnicas. No entanto, é importante ressaltar que o uso desses realces não surge de um lugar vazio, é preciso existir uma historicidade e uma ancestralidade nos símbolos selecionados para serem salientados.

A etnicidade não é vazia de conteúdo cultural, mas ela nunca é também a simples expressão de uma cultura já pronta. Ela implica sempre um processo de seleção de traços culturais dos quais os atores se apoderam para transformá-los em critérios de consignação ou de identificação com um grupo étnico.⁷⁸⁹

A ação de realce e de manutenção das fronteiras exercida pelos Tremembé se baseia no reconhecimento e na validação das distinções étnicas no andamento das interações com a sociedade envolvente. De acordo com Poutignat e Streiff-Fenart⁷⁹⁰, a pressão praticada no interior de um grupo para a manutenção da fronteira é maior nas situações em que a insegurança domina as relações interétnicas. Assim, no caso dos Tremembé, percebo que as tensões sociais vivenciadas pelo grupo fortaleceram a manutenção dessas fronteiras.

Em Almofala, o conflito entre “os de fora” e “os de dentro” faz com que a fronteira seja, fundamentalmente, como diria Martins⁷⁹¹, um lugar de perceber o outro e ao mesmo tempo de afastar-se dele. O desencontro na fronteira entre os Tremembé e a sociedade envolvente não é somente o desencontro de visões de mundo diferentes, mas é, sobretudo, o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos tem uma forma diferente de se situar no tempo e na história.

José de Souza Martins⁷⁹², afirma que fronteira é o espaço próprio de encontro e desencontro de sociedades e culturas diferentes, entre os povos indígenas e a sociedade dita 'civilizada', e também dos vários e diferentes grupos da sociedade de brancos e mestiços. O

⁷⁸⁷ OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. 1999. "Uma etnologia dos 'índios misturados': situação colonial, territorialização e fluxos culturais". In OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (org.): **A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**, pp. 11-36. Rio de Janeiro: Contra Capa/ LACED.

⁷⁸⁸ POUTIGNAT Philippe e STREIFF- FENART Jocelyne, **Teorias da Etnicidade**, São Paulo: UNESP, 1998.

⁷⁸⁹ POUTIGNAT Philippe e STREIFF- FENART Jocelyne, **Teorias da Etnicidade**, São Paulo: UNESP, 1998. p. 129.

⁷⁹⁰ POUTIGNAT Philippe e STREIFF- FENART Jocelyne, **Teorias da Etnicidade**, São Paulo: UNESP, 1998. p. 158.

⁷⁹¹ MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997

⁷⁹² MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997

lugar do genocídio dos povos indígenas, no mínimo, é o lugar de sua redução aos valores, concepções e modos de viver da sociedade que os domina. É o lugar da indefinição e do conflito.

Para o autor, dizer apenas que fronteira e limite não possuem o mesmo significado não é o bastante, é preciso apontá-los. Afirma-se que limite é algo que foi determinado, uma linha divisória que se conserva como um empecilho fixo, independentemente da existência ou não de fatores físico-geográficos ou culturais, enquanto a fronteira é fluida, tem vida própria e não se prende ao limite. Nesse sentido, o chamado “marco de fronteira” é, na verdade, um símbolo concreto do limite.

José de Souza Martins investiga fronteira a partir de uma dimensão propriamente sociológica e antropológica, e discute fronteira a partir da alteridade, do humano no seu limite histórico. Ele afirma que de modo algum podemos reduzir o sentido de fronteira ao âmbito geográfico, mas sim devemos compreendê-la como fronteira de diferentes coisas: “fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano”⁷⁹³ O autor enfatiza a particularidade da fronteira. Sendo em sua essência o lugar da alteridade, pois nela há encontro de temporalidades diversas, é o encontro dos diferentes entre si: os índios de um lado e não índios de outro; latifundiários de um lado e camponeses. É isso que faz da fronteira uma realidade ímpar.

Sendo assim, é possível fazer dialogar os trabalhos de José de Souza Martins⁷⁹⁴ e de Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart⁷⁹⁵, na medida em que abordam as delimitações das fronteiras e levantam questões sobre a origem comum que os grupos evocam nos momentos de tensão. Essas abordagens me ajudaram a problematizar os elementos envolvidos na afirmação da ancestralidade dos Tremembé, fazendo valer, por exemplo, a relação entre a filiação, o sentimento de pertença ao grupo e ao espaço que habitam, e a identidade manifestada no processo de afirmação étnica.

Roberto Cardoso⁷⁹⁶, ao utilizar o termo *identidade contrastiva*, também chama a atenção para o fato de que a identidade só aparece quando existe uma *fronteira*, que tem como forma de elaboração a *auto-atribuição* e a *atribuição por outros*. A identidade é pautada na diferença. Identidade e diferença não são dados essenciais ou naturais, mas são sim construídas por um mesmo processo de produção simbólica e discursiva. Na construção dessas fronteiras (reais ou simbólicas), a terra ou território é um elemento de grande relevância, no qual o *nós* são os filhos da terra e os *outros* são os que vieram de fora.

Se a identidade étnica é uma construção que busca realçar determinados códigos culturais para estabelecer fronteiras entre “nós” e os “outros”, as abordagens de Poutignat e Streiff-Fenart (1998) me ajudaram a trabalhar a hipótese defendida por mim de que as diferenças culturais dos Tremembé em relação à comunidade circundante são visíveis. No entanto, vale ressaltar que, segundo o meu ponto de vista, essas diferenças vêm à tona no âmbito da resignificação de suas práticas culturais, quando os Tremembé procuram acentuar essas fronteiras através do realce de seus símbolos culturais e da identidade Tremembé.

Uma das formas de os Tremembé demarcarem essas fronteiras a partir da diferença, é por meio da evocação da memória de Francisca Ferreira de Paula, a “Tia Chica”, vista pelo grupo e também pela sociedade envolvente como a última dos índios velhos. Segundo os membros da comunidade, “Tia Chica” conhecia as crenças, os costumes, os limites das terras

⁷⁹³ MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 13.

⁷⁹⁴ MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997

⁷⁹⁵ POUTIGNAT Philippe e STREIFF- FENART Jocelyne, **Teorias da Etnicidade**, São Paulo: UNESP, 1998.

⁷⁹⁶ CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira. 1976. p. 15.

do antigo aldeamento e gostava de narrar as histórias dos antigos. Faleceu na década de 1970 com quase cem anos. Quando evocam a memória de “Tia Chica”, elementos importantes para a organização política dos Tremembé são acionados a partir da memória que o grupo guarda dela, como a oralidade, a ancestralidade, a crença em uma origem comum e a delimitação de fronteiras étnicas e geográficas. Descender de “Tia Chica” significa ser Tremembé.

A “Tia Chica” falava que as nossas terra ia desde o Camucim até a banda da Lagoinha e daqui da Lagoa Seca até a serra da Ibiapaba. Era muita terra, muita terra mesmo. A “Tia Chica” sabia do tamanho das nossa terra, ela contava essas história para minha mãe, para minha vó e elas contava para mim. Mas, ela não falava só da terra, ela contava sobre os encantados, sobre o ritual do Torém e os nossos costumes.⁷⁹⁷

A evocação da memória de “Tia Chica” traz à tona não só as fronteiras étnicas, mas também as fronteiras referentes ao espaço que habitam e pelo qual lutam. A velha índia era conhecedora dos limites da terra do antigo aldeamento missionário e repassou seus conhecimentos para os mais novos através da oralidade. “Tia Chica” ocupa até hoje um importante lugar junto ao grupo como uma representante de uma tradição oral cujas narrativas estão permeadas de signos culturais que fazem parte da historicidade dos Tremembé. “Tia Chica” é um referencial para as histórias que são contadas pelos Tremembé contemporâneos. Evocar a memória dela e sobre ela é estabelecer fronteiras entre índios e não índios, tanto no que toca a etnicidade, como em relação à terra que reivindicam.

A Lagoa Seca é acolá pra baixo, é mesmo *de dentro* dos índios Tremembé de Almofala. A “Tia Chica” da Lagoa Seca, era a índia velha, a Tremembé velha, é a avó do Zé Chiquinha, irmã do Velho Zé Miguel, bisavó do João Venâncio. Outra índia velha era a mãe Raimunda Pé de Caco, que era mãe da velha Massunilha... mas isso aqui tudo era dos índios. Da Lagoa do Luiz de Barros até a Lagoa do Moreira, era terra dos índios. A minha mãe contava que ia chegar um tempo da terra dos índios ser tirada, porque chegou esse povo de fora enganando o povo, aí comprava um pé de coqueiro aqui e aí cercava o mundo todo. Hoje tá tudo cercado e nós filho daqui, natural daqui, não temos direito.⁷⁹⁸

Na fala de dona Zeza é possível perceber que ela evoca a questão da família e da ancestralidade e procura mostrar as relações de parentesco entre o grupo que naquele momento reivindica a terra, e os chamados índios velhos. De acordo com as abordagens teóricas de Candau “de maneira constantemente renovada, os indivíduos percebem-se membros de um grupo e produzem diversas representações quanto à origem, história e natureza desse grupo”⁷⁹⁹

Em seu depoimento, dona Zeza também ressalta as fronteiras étnicas, as frases “o povo de fora” e “filhos natural daqui” revelam isso. Outro ponto importante de sua fala é a expressão “terra tirada” que é muito recorrente na fala dos Tremembé, tanto dos mais velhos, como dos mais novos, para se referir ao tempo que perderam as terras. O “tempo que a terra foi tirada dos índios”. Todas estas expressões são usadas pelo grupo para realçar a diferença entre índios e não índios.

A “Tia Chica”, mesmo diante de toda pressão que nós Tremembé sofremos, num tempo que a gente não podia

⁷⁹⁷ João Venâncio, em entrevista concedida à autora em fevereiro de 2008, em Almofala.

⁷⁹⁸ Dona Zeza in: Documentário “Torém”. Realização: Nosso Chão e Toá. 1992.

⁷⁹⁹ CANDAU, Joël. Memória e Identidade. São Paulo: Contexto, 2012. p. 25.

falar, ela não deixou nossa cultura morrer, lá na Lagoa Seca as pessoas dizem que ela dizia que enquanto ela fosse viva ninguém ia mexer no que era dela, no que era dos Tremembé. Lá era o aldeamento central, eles se concentravam era lá, depois que a igreja foi enterrada. Ela foi a primeira da luta, antes do tempo do GT, ela lutou pra preservar os costumes, e ela foi passando para os outros. Ela passou pra Venância, depois pra Maria Venância, aí veio o seu João e a Dijé... e aí foi passando... tudo isso foi a raiz dela.⁸⁰⁰

Na fala de Getúlio é possível perceber muitas implicações a respeito da luta dos Tremembé. A primeira delas são os vários tempos que aparecem na sua narrativa: o período que foi negada a existência de índios no Ceará; a época que a duna móvel soterrou a igreja; o período do GT na década de 1990; e ao tempo cronológico que não é demarcado por datas, e sim por uma ancestralidade e uma linearidade ligada à família, pois a “Tia Chica” era a mãe da Venância, avó da Maria Venância e bisavó de João Venância e Dijé.

Nesse sentido, ao aplicar as abordagens teóricas de Joël Candau à problemática dos Tremembé, percebo que a identidade do grupo não se constrói em um conjunto imutável, ela se modifica e se transforma no quadro das relações sociais do qual emergem os sentimentos de pertença. É válido ressaltar que essa forma homogênea de ver o mundo se constitui muito mais em um discurso da identidade compartilhada. Em muitos momentos, dentro do cotidiano dos Tremembé, percebi pontos de vistas divergentes, principalmente no que toca aos conflitos com a Empresa DUCOCO S/A, onde vários membros trabalham.

Mesmo já tendo falecido, “Tia Chica” desempenhou (e desempenha) relevante papel para legitimar as reivindicações do grupo. Em setembro de 1992, os Tremembé nomeiam João Venância, bisneto de “Tia Chica” e seu parente mais próximo, como novo responsável pela dança do Torém, e em 1993 João Venância é nomeado vice-cacique. Pouco tempo depois ele é eleito o cacique do grupo. Ter como seu líder principal um parente direto de “Tia Chica”, demonstra que o grupo está consciente da importância da ancestralidade para a diferenciação entre ser e não ser índio.

Descender da Chica da Lagoa Seca se constitui em um patrimônio simbólico relevante para a identidade do grupo. Significa, para os Tremembé, ser parente direto dos últimos dos “índios velhos”, significa nunca ter se afastado dos costumes e das tradições culturais, significa ser Tremembé.

Eles dizem que aqui não tem mais índio. Mas, quando a gente planta um pé de mangueira, ainda que a gente corte, ele vai brotar de novo mangueira. Ele não vai brotar cajueiro. Ainda que ficasse só a raiz, as folhinhas e os galhos que nascessem, nasceria mangueira. Porque tinha aquela raiz ali que é de mangueira. Assim é nós. Então, se eu sou filha da Maria Venância, neta da velha Venância, e bisneta da Chica da Lagoa Seca, que era índia Tremembé, então eu também sou índia. E não vou negar isso, não vou reprimir isso dentro de mim. Nós já nos calamos demais.⁸⁰¹

A fala de Dijé, deixa claro que ela compreende a importância da ancestralidade e de suas raízes para a continuidade de sua história. Aqui a memória dos ancestrais é muito mais do que uma estratégia de luta, lado a lado com as práticas culturais ela é um dos símbolos da pertença étnica, da pertença à terra de Almofala. Durante as entrevistas, foi possível perceber que essa visão é compartilhada por outros membros do grupo.

⁸⁰⁰ Getúlio Santos, em entrevista concedida à autora em julho de 2014 em Mangue Alto.

⁸⁰¹ Dona Dijé, em entrevista concedida à autora em março de 2015 em Almofala. (Grifos meus).

Convivendo com diversos grupos sociais numa situação interétnica bastante complexa, a história de luta dos Tremembé pela regulamentação fundiária está permeada de estratégias que remetem à construção de fronteiras étnicas e culturais que os diferenciem da sociedade envolvente. Desse modo, recorrem à memória e à oralidade se apropriando de símbolos culturais ancestrais que os identifiquem enquanto índios. Uma das formas de recorrer ao passado e fortalecer as fronteiras étnicas é através da dança do Torém. A dança de roda, inicialmente ligada à celebração da colheita do caju, constitui-se em um dos principais símbolos de diferenciação identitária dos Tremembé frente à sociedade envolvente e outros grupos indígenas do Ceará

O Torém é nossa dança sagrada e é única dos Tremembé, os outros povos tem toré... a força do povo Tremembé é o Torém. E a gente tem muito amor por ele e muito respeito. O Torém é tudo na vida do Tremembé. O povo Tremembé sem o Torém é como peixe fora d'água. Onde a gente se aguenta é no nosso ritual sagrado que é o Torém, a gente sem ele agente não é nada, ele cura... ele fortalece... ele é tudo, está acima de tudo. Os outros povos, não tem cântico específico, o único povo que tem cântico próprio é o povo Tremembé. A gente tem nosso ritual próprio, só quem dança o Torém é os Tremembé. E se você me perguntar: tem diferença entre o Torém e o toré? Eu lhe respondo: tem! O toré você pode começar ele aqui e terminar lá na beira da praia. O Torém você não pode, o Torém ele é mais cerimonial, ele é mais fechado, é mais concentrado, ele é cruzado quando vai dançar, é uma dança de roda.⁸⁰²

O Torém é dançado pelos Tremembé desde tempos imemoriais. Com músicas próprias, permeadas de palavras da língua nativa e gestos corporais que imitam bichos e cenas do cotidiano da cultura indígena. Foi transformado pelo grupo em um dos principais símbolos identitários da luta política e da organização étnica dos Tremembé a partir da década de 1980. Tornou-se assim, um dos principais sinais de diferenciação entre o “nós” e os “outros”, ou entre os de “fora” e os “dentro”, expressão bastante recorrente na fala do grupo para designar quem faz parte ou não dele.

João Venâncio mostra a importância da dança no contexto da luta, em sua fala, ele joga com a diferença e deixa transparecer que compreende que o fato do Torém ser dançado somente pelos Tremembé dá respaldo à história do grupo. Nesse sentido, compreendo a identidade como uma construção histórica, que não existe sozinha, nem de forma irrestrita e é sempre projetada em comparação com outras identidades, para nos diferenciar de outros sujeitos. Na sequência desse diálogo, o cacique Tremembé fala sobre as músicas do Torém:

As músicas do Torém antigo são todas na língua dos nossos troncos velhos. E agora mais recente, no tempo do movimento eu fiz vários cânticos pro Torém. O nosso povo, no passado, andavam observando as coisas... aí depois eles paravam, analisavam e aí faziam um cântico a partir das vivências. E no tempo da luta, eu fiz muitos cânticos baseado nas nossas vivências. Eu tenho um cântico que eu fiz quando a Juíza Dr. Germana deu direito pra DUCOCO na primeira questão da gente. São vários que a gente faz baseado na caminhada, na luta, no movimento, nas vivências, nas dificuldades.⁸⁰³

Esse depoimento de João Venâncio chama minha atenção para esse tempo de nova visibilidade da dança e de sua ressignificação, quando as questões do presente passam a ser

⁸⁰² João Venâncio, em entrevista concedida à autora em agosto de 2014, em Almofala.

⁸⁰³ João Venâncio, em entrevista concedida à autora em agosto de 2014, em Almofala.

agregadas ao ritual, e ele vai buscar no passado a legitimidade para isso, quando diz que as músicas antigas que são todas na língua nativa, também foram feitas a partir das questões vividas no presente de seus ancestrais. Em sua narrativa, o passado é atualizado na medida em que volta no tempo para buscar elementos legitimadores de suas ações no presente. Criar músicas no tempo atual para fazer parte de um ritual que é ancestral não é simplesmente reelaborar uma tradição, mas sim dar a ela novos significados.

Durante as muitas rodadas de Torém que presenciei, os Tremembé iniciam o ritual com algumas músicas antigas e depois vão alternando com as músicas atuais feitas a partir da nova organização política do grupo na década de 1980. Um diálogo entre presente e passado é realizado. É estabelecida uma interação entre o *tempo dos índios velhos* e o *tempo da luta*, não apenas no conteúdo das letras, mas principalmente no simbolismo do ritual.

O fato das músicas antigas do Torém trazerem palavras da língua nativa se constitui em um ponto forte bastante usado pelos Tremembé em favor da sua luta, principalmente, porque os grupos indígenas do Ceará perderam a língua. Até mesmo para serem reconhecidos por outros grupos indígenas, um dos elementos complicador é o fato dos índios do Ceará não falarem a sua língua nativa e sim a língua do dominador. Assim como os outros povos indígenas do Estado, os Tremembé também não falam a língua nativa, porém o fato do Torém trazer essas palavras faz diferença para o grupo.

Ô jandê recogirá
Guraripe napurana
Aí ô manguê
Aí ô manguirá
Ô manguirá
Aí ô manguê
Ô manguirá
Ô manguirá
Ô manguirá.⁸⁰⁴

A letra acima é de uma das músicas do Torém bastante cantada nas rodadas da referida dança. Durante a pesquisa para realização deste trabalho, não encontrei na linguística nenhuma pesquisa sobre essas palavras, as informações encontradas são de folcloristas, antropólogos e dos próprios índios. Perguntei a todos os depoentes sobre o significado da letra e todos sem exceção me responderam que a letra significa que os índios andando pelo mangue (*manguê*) encontraram uma jandaia (*jandê*) cantando, eles ouviram, interpretaram e fizeram um mito.

Na memória dos Tremembé, as principais referências no tocante à dança do Torém, são os nomes de “Tia Chica” e Zé Miguel. Esses, não só eram seus principais organizadores (puxadores), como também eram vistos pela comunidade envolvente como os últimos dos índios puros, o que dá ao grupo certa legitimidade no que se refere à tradição da dança. Hoje, em suas narrativas, os Tremembé falam da Chica da Lagoa Seca como a responsável por não deixar o Torém acabar mesmo no período de invisibilidade do grupo.

Se não fosse ela que tivesse conservado nossa cultura, tudo tinha se acabado, né? Muitas coisas tinham sido esquecidas. E hoje nós entendemos que o Torém é nossa vida. Pois é a partir do Torém, é a partir dessa dança, que as pessoas chamavam “dança dos índios velhos”, foi que os Tremembé passaram a ter a sua afirmação étnica, foi através do Torém. Por isso que eu digo que é a nossa vida, e em todos os cantos que a gente vai, a primeira coisa que as pessoas falam é no Torém. E é o Torém quem nos segura, ele é a base da nossa luta. E nós devemos isso a Tia Chica que não deixou o Torém se acabar.⁸⁰⁵

⁸⁰⁴ Jandê. Música do Torém dos Tremembé.

⁸⁰⁵ Getúlio Santos, em entrevista concedida à autora em agosto de 2014, em Mangue Alto.

Na narrativa construída por Getúlio fica clara a importância da memória que o grupo guarda das tradições e como essa memória aciona esses símbolos culturais como forma de provar sua identidade. Outro ponto relevante que é ressaltado a partir de seu depoimento é que a dança do Torém nunca desapareceu. Então, eles ressignificam porque ela já estava lá. São novas estratégias e na década de 1980 ela vai voltar com força para provar que é uma dança de índio, é uma manifestação cultural de índio. O folclore é uma manifestação daquilo que morreu. Mas o Torém nunca desapareceu, ele sempre esteve ali e se constitui em um demarcador de fronteira entre “os de fora” e os “de dentro”.

MEMÓRIA, HISTÓRIA E ESCRAVIDÃO: A CARTA DA ESCRAVA ESPERANÇA GARCIA E OS USOS DA MEMÓRIA DA ESCRAVIDÃO PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NO PIAUÍ.

*Francisca Raquel da Costa.*⁸⁰⁶
raquellcostta@bol.com.br

Resumo: No que diz respeito ao conhecimento histórico, as discussões acerca da escravidão no Brasil sempre foram permeadas de polêmicas e questões controversas. Nessa perspectiva, a escravidão tem sido um tema recorrente nas produções acadêmicas, o que retrata o vigor do tema e, sobretudo, a necessidade de se conhecer a formação da sociedade brasileira, ainda mais em regiões onde a produção historiográfica sobre o assunto ainda é carente. Nesse sentido, configura-se como um dos objetivos deste trabalho apresentar novas perspectivas de abordagens sobre a escravidão, como é o caso da utilização dos conceitos sobre história e memória e os usos da memória e sua relação com a construção de uma identidade negra. Dessa forma, buscamos o entendimento da questão da formação da identidade racial entre a população afro-piauiense, abordando a questão do papel da memória do cativo presente na carta escrita por uma escrava de nome Esperança Garcia no ano de 1770 e a construção de uma identidade negra a partir dos usos dessa memória e a afirmação dessa identidade no seio do Movimento Negro Piauiense contemporâneo. Através de sua carta, Esperança Garcia tentou se fazer ouvida, apresentando suas reclamações em relação à condição servil na qual se encontrava, reivindicando os poucos direitos adquiridos pela população escrava naquela época, como era o caso do batismo dos filhos na fé cristã. Na carta, Esperança Garcia escreve ao governador da Província do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, denunciando os maus tratos sofridos por ela, seus filhos e companheiros nas mãos do Capitão Antônio Vieira de Couto, então inspetor de Nazaré, que a subjugara ao trabalho de cozinheira em sua casa. Além da denúncia relacionada à violência sofrida pela escrava, Esperança Garcia reivindicava o seu retorno ao antigo lugar em que vivia com sua família e o batismo de seus filhos.

Palavras-chave: Memória, identidade, escravidão e Piauí.

⁸⁰⁶ Professora de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, campus Teresina Central. Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí. Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí e doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Ceará, orientanda do Professor Dr. Franck Pierre Gilbert Ribard. Email: raquellcostta@bol.com.br

A escravidão negra no Brasil, iniciada ainda na primeira metade do século XVI, perdurou durante mais de três séculos. Em nenhum outro país do Novo Mundo, essa instituição teve vida tão longa. Desde o início da colonização, a escravidão foi utilizada como principal força de trabalho, sendo interrompida apenas no final do século XIX. Esse longo episódio da nossa história tornou-se objeto de estudo de muitos profissionais de diversas áreas do conhecimento.

No que diz respeito ao conhecimento histórico, as discussões historiográficas acerca da escravidão no Brasil sempre foram permeadas de polêmicas e questões controversas. Nessa perspectiva a escravidão tem sido um tema recorrente nas produções acadêmicas, o que retrata o vigor do tema e, sobretudo, a necessidade de se conhecer a formação da sociedade brasileira, ainda mais em regiões onde a produção historiográfica sobre o tema ainda é carente.

Nessa perspectiva, entre essas novas temáticas e abordagens teórico-metodológicas, surgem os trabalhos que discutem a relação entre história da escravidão e memória. Para exemplificar, aqui podemos citar o livro das historiadoras Hebe Mattos e Ana Maria Lugão “*Memórias do cativo – Identidade e cidadania na pós-abolição*”. Para a construção das narrativas acerca da memória de afrodescendentes, as autoras do utilizaram a metodologia da história oral com o uso das entrevistas, além das lembranças de ex-escravos e seus descendentes depois a abolição.

Outra possibilidade de abordagem tem sido realizada pelo italiano Alessandro Portelli, professor de literatura americana e que tem influenciado alguns historiadores brasileiros. Portelli contribuiu sobremaneira para as discussões sobre história oral e memória. Entre suas pesquisas, uma das temáticas trabalhadas por ele diz respeito aos relatos autobiográficos de escravos nos Estados Unidos. Essa temática é levantada em alguns de seus trabalhos, exemplo disso seria uma publicação de um texto intitulado “A filosofia e os fatos” publicado no Brasil na Revista Tempo. Nesse trabalho, Portelli trabalha com a experiência da escravidão presente na memória de cativos, a partir da análise das autobiografias escritas por Frederic Douglas no século XIX, um escravo que participou do movimento abolicionista, o qual incentivado a escrever sua autobiografia como experiência escrava naquela região. Este entendimento de Portelli nos faz perceber de que modo a memória coletiva pode ser significativa no conjunto das expectativas e experiências de diferentes grupos, e, especificamente, ao pensarmos a construção de uma identidade negra no Piauí a partir dos usos da memória contida na carta de uma escrava piauiense chamada de Esperança Garcia.

Portelli discute no artigo citado acima, de que forma a memória e, principalmente, a memória coletiva da escravidão nos EUA faziam parte da vida de cativos e ex-cativos. Para tanto, tem como base as auto-biografias de Frederic Douglas, um escravo nos EUA. Alessandro Portelli discute que ao narrar suas experiências da escravidão, o escravo Douglas já a interpreta, dando sentido a sua experiência e trabalhando com a subjetividade. Portelli afirma que “recordar e contar já é *interpretar*”.

O autor afirma que as autobiografias de escravos representam um produto bicultural, ou seja, o resultado em forma de escrita da miscigenação ocorrida nos lugares onde se desenvolveu o sistema escravista. Seria um encontro ilícito entre os sangues negro e branco, fato que causa medo àqueles que evitam qualquer contato com a “raça” negra e seus discursos e saberes. Para o autor as autobiografias proporciona uma experiência de igualdade na qual os “vencedores” escutam os “perdedores”. Os brancos que pertencem à cultura patronal escutam, ou são obrigados a escutar, os sujeitos que, não teriam direitos de se expressarem nem através da fala e se quer da escrita.

Foi dessa forma que agiu a escrava Esperança Garcia no século XVIII, especificamente no ano de 1770, através de sua carta tentou se fazer ouvida, apresentando suas reclamações em relação à condição servil na qual se encontrava, reivindicando os poucos direitos adquiridas pela população escrava naquela época, como era o caso do batismo dos filho na fé cristã, como segue abaixo.

Eu sou hua escrava de V. Sa. administração de Capam. Antª
Vieira de Couto, cazada. Desde que o Capam. lá foi

adeministrar, q. me tirou da fazenda dos algodois, aonde
vevia com meu marido, para ser cozinheira de sua caza,
onde nella passo mto mal. A primeira hé q. ha grandes
trovoadas de pancadas em hum filho nem sendo uhã
criança q. lhe fez estrair sangue pella boca, em mim não
poço esplicar q. sou hu colcham de pancadas, tanto q. cahy
huã vez do sobrado abaccho peiada, por mezericordia de
Ds. esCapei. A segunda estou eu e mais minhas parceiras
por confeçar a tres annos. E huã criança minha e duas mais
por batizar. Pello q. Peço a V.S. pello amor de Ds. e do seu
Valimto. ponha aos olhos em mim ordinando digo mandar
a Procurador que mande p. a fazda. aonde elle me tirou pa
eu viver com meu marido e batizar minha filha q.
De V.Sa. sua escrava Esperança Garcia.⁸⁰⁷

Tradução da Carta

Eu sou uma escrava de V.S.^a administração de Capitão
Antonio Vieira de Couto, casada. Desde que o Capitão lá foi
administrar que me tirou da Fazenda dos Algodões, aonde
vivia com meu marido, para ser cozinheira de sua casa, onde
nela passo tão mal. A primeira é que há grandes trovoadas
de pancadas em um filho nem, sendo uma criança que lhe
fez extrair sangue pela boca; em mim não poço explicar que
sou um colchão de pancadas, tanto que caí uma vez do
sobrado abaixo, peada, por misericórdia de Deus escapei. A
segunda, estou eu e mais minhas parceiras por confessar a
três anos. E uma criança minha e duas mais por batizar. Pelo
que peço a V.S. pelo amor de Deus e do seu valimento,
ponha aos olhos em mim, ordenando ao Procurador que
mande para a fazenda aonde ele me tirou para eu viver com
meu marido e batizar minha filha.
De V.S.^a sua escrava, Esperança Garcia.⁸⁰⁸

O texto acima citado diz respeito a uma carta escrita por uma escrava de nome Esperança Garcia no ano de 1770. Segundo algumas pesquisas, a escrava Esperança Garcia morava na região da cidade de Oeiras, antiga capital do Piauí, especificamente na fazenda de Algodões, que hoje se localizava a mais ou menos 300 km da cidade de Teresina, atual capital do Piauí. Essa era uma das fazendas que pertenciam ao sertanista Domingos Afonso Mafrense falecido no ano de 1711, ao morrer, deixou como herança aos padres jesuítas da região. As fazendas tinham imensas extensões de terras, ampliadas através de compras e novas doações. No entanto, em 1760, com a expulsão da Companhia de Jesus por Marquês de Pombal, as fazendas foram incorporadas ao patrimônio real. Para uma melhor administração das trinta unidades, o Estado resolveu dividir as fazendas em três inspeções, cada uma administrada por inspetor, ao qual se subordinava um criador por fazenda. Em 1822, as propriedades foram denominadas de Fazendas da Nação ou Nacionais. De acordo com a historiografia piauiense, essa fazenda juntamente a outras dezenas de estâncias pertenciam à inspeção de Nazaré, onde é hoje o município de Nazaré do Piauí.

Na carta, Esperança Garcia escreve ao governador da Capitania do Maranhão e Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, denunciando os maus tratos sofridos por ela, seus filhos e companheiros nas mãos do Capitão Antônio Vieira de Couto, então inspetor de Nazaré, que subjugara o trabalho de cozinheira em sua casa. Além da denúncia relacionada

⁸⁰⁷ A carta foi retirada do blog: <http://esperanca-garciablogspot.com.br>. Acesso em: 20/06/2012.

⁸⁰⁸ Prefirmos traduzir a carta para o português atual para um melhor entendimento no decorrer da leitura.

à violência sofrida pela escrava, Esperança Garcia reivindicava o seu retorno ao antigo lugar em que vivia com sua família e o batismo de seus filhos. Para fortalecer sua argumentação, Esperança Garcia também utilizou a questão religiosa para tentar convencer o governador, afirmando que estava a um bom tempo sem se confessar juntamente com os outros companheiros que ali estavam.

É comum entre os piauienses a afirmação da importância histórica da carta. No entanto, muitos membros do movimento negro do Piauí reclamam pelo fato do pouco conhecimento sobre a vida de Esperança Garcia, o que chega a ser considerado um descaso da sociedade e visto como consequência principalmente de sua condição de negra escravizada.

O fato é que, apesar do que apontamos no parágrafo anterior, a carta da escrava Esperança Garcia, desde sua “descoberta” pelo antropólogo e historiador Luiz Mott⁸⁰⁹ no Arquivo Português no ano de 1979, foi reconhecida como símbolo de resistência e utilizada para a construção de uma identidade negra, especialmente, uma identidade das mulheres negras piauienses. É comum, portanto, em entrevistas e reportagens de jornais impressos e eletrônicos, muitas referências a carta de Esperança Garcia como exemplo de uma mulher negra e guerreira, que geralmente é lembrada nos dias de comemorações do calendário afro do estado. O próprio historiador Luiz Mott, ao receber o título de cidadão piauiense, apresenta em seu discurso elementos de uma pertença negra, pois destaca a importância da fonte para a história do Piauí, a bravura da mulher escrava ao escrever uma carta direcionada a uma autoridade política, denunciando a violência sofrida.

Outra minha importante descoberta arquivística foi um pequeno documento, uma única página escrita a mão, todo cheia de garranchos com muitos erros de português: trata-se de uma petição escrita em 1770, por uma escrava do Piauí, Esperança Garcia. Trata-se do documento mais antigo de reivindicação de uma escrava a uma autoridade. Documento insólito! Primeiro por vir assinado por uma mulher, já que mulher escrever antigamente era uma raridade. As mulheres eram vítimas da estratégia de seus pais, mantê-las distante das letras, a fim de evitar que elas escrevessem bilhetinhos para os seus namorados. Segundo, por se tratar de uma petição escrita por uma mulher negra.⁸¹⁰

Em suas análises pioneiras sobre a memória, o sociólogo Maurice Halbwachs⁸¹¹ enfatizou que as datas e personagens históricos apontam para a construção de uma memória coletiva que contribuem para as definições daquilo que se torna comum a um grupo e do que o faz diferente dos outros. Assim como Maurice Halbwachs, a historiadora Hebe Mattos⁸¹² em trabalho já citado aqui, observou que as entrevistas realizadas com pessoas descendentes de escravos e libertos no pós-abolição revelaram que alguns marcos da passagem para a liberdade, como a aprovação da Lei do Ventre Livre em 1871, ficaram elucidados na memória familiar dos afrodescendentes e foram apropriados e ressignificados por seus descendentes ao longo do século XX. Essa apropriação e ressignificação contribuíram para a construção de uma identidade negra entre esses descendentes.

⁸⁰⁹ Em novembro de 2006 recebeu o título de cidadão piauiense devido às suas pesquisas realizadas sobre o Estado do Piauí. Ao todo está contabilizada a publicação de 11(onze) obras voltadas para a história e sociedade piauiense. As pesquisas enfatizam principalmente o Piauí Colonial e as fazendas de gado. A Carta da escrava Esperança Garcia também contribuiu fortemente para o reconhecimento do antropólogo e historiador.

⁸¹⁰ Discurso retirado do site: <http://esperanca-garcia.blogspot.com.br> Consultado em 20/06/2102.

⁸¹¹ HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

⁸¹² MATTOS, Hebe; LUGÃO, Ana Maria. **Memórias do cativo**: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005.

Neste sentido, seguindo as conclusões apresentadas anteriormente, observamos e concluímos que as celebrações e os usos do passado e da memória relacionados à carta da escrava Esperança Garcia no Piauí são consideradas espaços cruciais para a construção de uma memória coletiva e de uma identidade negra, à medida que esses elementos fundamentam a formação de sentimentos de pertencimento presente entre os piauienses.

David Lowental⁸¹³ em seu texto intitulado “Como conhecemos o passado”, aponta a memória como uma das possibilidades de conhecimento acerca do passado, o autor também destaca que a continuidade da vida humana depende inteiramente da memória. Para Lowental, a construção da identidade está intimamente relacionada com a memória, apesar de essa constatação ser algo bastante recente entre os pesquisadores, pois até o século XIX esse sentido de continuidade tornava-se raro. Segundo ele, “saber o que fomos confirma o que somos”. Uma sociedade sem memória seria uma sociedade sem sentimento, portanto, sem referência e identidade.

Em artigo escrito e publicado pela Revista Cadernos Negros, o professor, literato e militante negro piauiense, coordenador do Núcleo de Estudos Afro da Universidade Estadual do Piauí, professor Elio Ferreira no artigo intitulado *A carta da Escrava Esperança Garcia, escrita por ela mesma, e sua relação com a poesia das mulheres dos cadernos negros* afirma que

Hoje, de forma surpreendente, a “Carta” se tornou um paradigma da resistência negra, um fetiche racial que vem sendo evocado pela comunidade afro-piauiense durante os debates sobre políticas afirmativas. O manuscrito de Esperança Garcia faz desmoronar os estereótipos acerca da submissão “natural” do escravo negro, propagados pelo discurso colonial e a história oficiosa, além de lançar por terra o falso mito da convivência pacífica ou da “democracia racial” de casa grande e senzala, de Gilberto Freyre. Nesse sentido, o nome de Esperança Garcia ocupa o lugar de ícone da resistência escrava no Piauí.⁸¹⁴

O artigo do qual foi retirado o trecho acima discute a escrita feminina afro-brasileira presente na Revista Cadernos Negros a qual é também símbolo de uma escrita militante. Em seu texto, Ferreira aponta a possibilidade da carta de Esperança Garcia ter se tornado o primeiro exemplo de uma escrita feminina afro-brasileira, devido ao ser caráter de denúncia. De acordo com o autor, assim como outros pesquisadores, Esperança Garcia possivelmente teria aprendido a escrever com os jesuítas que foram por muitos anos os administradores da fazenda que a escrava vivia juntamente com sua família, algo que para a época seria uma raridade existir uma mulher escrava que soubesse escrever. Em sua discussão no texto o autor afirma que

Não seria precipitado afirmar que a “Carta” é um dos textos fundadores da escritura feminina afro-brasileira, considerando o tom reivindicatório, os ornamentos estéticos e a memória autobiográfica recorrentes nesse tipo de escrita literária, que entra em relação com a poesia das mulheres dos Cadernos Negros ou do Quilombohoje e mesmo de autoras afro-descendentes desvinculadas desse movimento literário, como Lourdes Teodoro, Tânia Lima e tantas outras.⁸¹⁵

⁸¹³ LOWENTAL, David. Como conhecemos o passado. **Revista da PUC**. Projeto História. São Paulo: novembro de 1998.

⁸¹⁴ FERREIRA, Elio. A carta da Escrava Esperança Garcia, escrita por ela mesma, e sua relação com a poesia das mulheres dos cadernos negros. In: RIBEIRO, Esmeralda & BARBOSA, Márcio. **Cadernos Negros: Três Décadas: ensaios, poemas e contos**. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2008. p. 96.

⁸¹⁵ Ibid. p.98.

Compreendemos que Elio Ferreira utiliza-se do passado, ou seja, da história de vida da escrava Esperança Garcia e sua carta, para reafirmar e referenciar a escritura feminina afrobrasileira no presente. Escritura que, na maioria das vezes, se apresenta com um caráter reivindicatório, para pensar a escrita de Esperança Garcia, e resistente se pensarmos a escrita feminina afrobrasileira na atualidade. Salgado Guimarães⁸¹⁶ afirma que a relação contemporânea com o tempo está sempre marcada por um regime de historicidade apontado por François Hartog⁸¹⁷ como presentismo que supõe além da reflexão sobre a escrita da história na contemporaneidade, seria, também, de extrema importância a construção de uma reflexão sobre os usos do passado na contemporaneidade.

Em entrevista ao jornal eletrônico Portal do Sertão, o historiador Luiz Mott, responsável pela divulgação da carta de Esperança Garcia afirma que:

Esperança Garcia foi uma escrava moradora numa das dezenas de fazendas que com a expulsão dos Jesuítas, passaram para a administração governamental, e que em 1770 escreveu uma carta ao Governador do Piauí denunciando os maus-tratos de que era vítima por parte do feitor da fazenda. Salvo erro, é a segunda carta mais antiga até agora conhecida no Brasil manuscrita e assinada por uma escrava negra, e que revela não só os sofrimentos a que estavam condenados os cativos, como o fato de já nos meados do Século XVIII haver mulheres negras alfabetizadas e suficientemente “politizadas” para reivindicar seus direitos e denunciar às autoridades os desmandos de prepostos mais violentos. Além da felicidade de ter descoberto documento tão importante e raro, minha alegria foi maior ainda quando, anos depois, esta negra, até então desconhecida, passou a simbolizar o ideal de liberdade dos negros do Piauí.⁸¹⁸

A partir da divulgação da existência da Carta de Esperança Garcia, no decorrer dos anos, a mesma ganhou notoriedade e vem sendo utilizada como instrumento de comemoração e fundamentação da resistência negra, o que contribui fortemente para a preservação da memória coletiva e para construção de uma identidade negra no Piauí. Nesse sentido, podemos citar como exemplo a aprovação de uma Lei que instituiu o dia 06 de setembro, data em que a carta foi escrita, como sendo o dia estadual da consciência negra no Piauí. O Deputado Olavo Rebelo de Carvalho Filho encaminhou a Assembleia Legislativa o projeto de lei que criou a lei 5.046 de 07 de janeiro de 1999. A mesma determina no Piauí, o dia 06 de setembro como sendo o Dia Estadual da Consciência Negra no estado, em homenagem a escrava Esperança Garcia. Essa lei foi elaborada e aprovada com o apoio e a participação da deputada estadual Francisca Trindade, que há muitos anos fazia parte do movimento negro no Piauí, sendo uma de suas principais representantes no estado até o seu falecimento. Além de militante negra, a deputada era membro do Partido dos Trabalhadores do Estado do Piauí e símbolo da luta da mulher negra no Estado.

LEI N.º 5046 DE 07 DE JANEIRO DE 1999

Institui o Dia Estadual da Consciência Negra no Piauí e dá outras providências. O Governo do Estado do Piauí faço

⁸¹⁶ GUIMARÃES, Manoel Salgado. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In: ABREU, Martha; SOIHET, Raquel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Cultura política e limites do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 23-41.

⁸¹⁷ HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Tradução de Andréa S. de Menezes, Bruna Beffart, Camila R. Moraes, Maria Cristina de a. Silva e Maria Helena Martins. Belo horizonte: autêntica, 2014.

⁸¹⁸ MOTT, Luiz. **Um rosto para Esperança Garcia**. Piauí, Out., 2008. Disponível em: <http://www.fnt.org.br/reportagens.php>. Acesso em: 16/06/2012.

saber que o Poder legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Dia Estadual da Consciência Negra, a ser comemorado, no Estado do Piauí, anualmente, a seis de setembro, como registro histórico da data em que, no ano de 1770, a escrava negra piauiense Esperança Garcia, num gesto histórico para a época, dirigiu correspondência ao Governador da Província denunciando os maus-tratos por ela sofridos, constituindo o mais antigo documento em defesa da raça negra, em solo piauiense, por um de seus integrantes.

Parágrafo Único – Na data comemorativa instituída por esta Lei, serão realizados eventos que visem à preservação das manifestações culturais da raça negra.

Art. 2º - Os órgãos públicos, estaduais e municipais, responsáveis pela elaboração e execução da política cultural, incluirão nos seus calendários de eventos a realização de atividade cultural comemorativa do Dia Estadual da Consciência Negra.

Art. 3º - Os órgãos públicos, estaduais e municipais, responsáveis pela elaboração e execução da política de educação, adotarão as providências administrativas necessárias à inserção do estudo, pesquisa e divulgação das personagens, fatos e traços culturais integrantes da história da raça negra do Piauí, na programação curricular das escolas de primeiro e segundo graus das redes públicas e privada.

Parágrafo único – As providências administrativas necessárias ao cumprimento dos objetivos previstos no caput deste artigo serão adotadas, no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da data da publicação desta Lei.

Art. 4º - Fica assegurado ao Movimento de Militância da Consciência Negra no Piauí, através das suas entidades de representação, participar de forma efetiva da sessão solene que a Assembleia Legislativa do Estado do Piauí realizará, anualmente, na forma estabelecida no seu regimento interno, alusiva ao Dia Estadual da Consciência Negra.

Art. 5º - O Conselho Estadual de Cultura realizará, anualmente, concurso público para a escolha do selo comemorativo do Dia Estadual da Consciência Negra.

§1º - As normas disciplinadoras do concurso público previsto no caput deste artigo integrarão o edital elaborado pelo Conselho Estadual de Cultura, que será publicado no Diário Oficial do Estado na primeira quinzena do mês de março.

§2º - O selo comemorativo do Dia Estadual da Consciência Negra, escolhido no concurso público previsto no caput deste artigo, será lançado no dia seis de setembro de cada ano.

§3º - Os recursos financeiros s à realização do concurso público previsto no caput deste artigo serão fixados no Orçamento do Estado.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Lei possui seis artigos voltados para a questão da negritude piauiense. O que podemos concluir que ela torna-se um lugar de memória que se estabelece oficialmente, o que a torna um regime de verdade legitimando o reconhecimento dos piauienses nesse lugar. Além da instituição do dia 06 de setembro como o Dia da Consciência Negra no Estado, outras providências são indicadas para o estabelecimento de uma memória da população negra no Piauí. Como a elaboração de estudos nos estabelecimentos de ensino, a criação de um selo comemorativo ao dia da consciência, o que acaba também se tornando um lugar de memória.

São muitas as referências direcionadas para a instituição da lei no Estado. Em artigo que apresenta a história do movimento negro no Piauí, Frei Fernândio Barbosa, também militante negro, cita no trabalho a instituição da lei como um marco importante dentro da cronologia que o mesmo apresenta sobre o caminhar do movimento negro no estado. Barbosa afirma que

O Deputado Olavo Rebelo encaminha a Assembleia Legislativa o projeto de lei que cria a lei 5.046 de 07 de janeiro de 1999. Determina no Piauí, dia a 06 de setembro como Dia Estadual da Consciência Negra, em homenagem a Esperança Garcia a primeira escrava a escrever para as autoridades denunciando os maus-tratos recebidos pelos escravos da época da escravidão.⁸²⁰

De acordo com os embasamentos teóricos presentes nas abordagens e perspectivas historiador Pierre Nora, consideramos que as construções dessa identidade negra piauiense e suas comemorações a partir da carta de Esperança Garcia se dão a partir desse lugar de memória. São produtos da interação entre história e memória, entre o pessoal e o coletivo, lugares que guardam e provocam memória e história. Essa potencialidade de memória contida na noção de lugares de memória aparece manifesta na carta da escrava e também na lei que instituiu o dia estadual da consciência negra. Dessa forma, se consideramos a exclusão dos afro-brasileiros nas tradições intelectuais brasileiras, o conceito de lugares de memória de Pierre Nora torna-se uma ferramenta teórica importante para alargarmos as possibilidades de análise sobre as referências culturais da população negra, ancorando as experiências dos afro-descendentes nas suas próprias expressões políticas e sociais.

Nora⁸²¹ destaca que no processo de aceleração da memória, a passagem desta para a história contribuiu que cada grupo redefinisse a sua identidade a partir da revitalização de sua própria história. É o que o autor denomina de dever de memória que cada membro desse grupo faz de si mesmo. Nesse caso, as minorias sócias sentem a necessidade de buscar a base de sua constituição para encontrar suas origens.

Outra referência à identidade negra no Piauí, especificamente relacionada às mulheres negras do estado, foi a criação do Coletivo de Mulheres Negras Esperança Garcia que surge como um grupo de mulheres negras, uma entidade civil organizada que se tem como papel fundamental a luta por projetos sociais e políticos, visando a elevação da auto-estima da mulher negra ao passo que objetiva o desenvolvimento de diversas atividades comunitárias. Tendo como uma das fundadoras, Valcirana Rodrigues, uma militante de grande destaque e estudante das relações raciais no Piauí.

⁸¹⁹ RODRIGUES, Maria do Rosário de Fátima Biserra. **Socializando para ser negro**: os embates da família, da escola e do adolescente. Fundação Cultural do Piauí – FUNDAC, 2007. p. 184-186.

⁸²⁰ BARBOSA, Fernândio. **História do Movimento Negro em Teresina**: numa visão histórica militante. Disponível em : <http://www.webartigos.com/artigos/historia-do-movimento-negro-em-teresina-numa-visao-historica-militante/>. Acesso em: 15/06/2012.

⁸²¹ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo, nº 10, p. 15, dez. 1993

O Coletivo de Mulheres Negras Esperança Garcia constitui uma das importantes representações das mulheres negras no estado do Piauí. É uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, conduzida por mulheres negras de diferentes formações escolares e posições sociais, cuja ênfase do trabalho social realizado pelo grupo recai sobre mulheres, adolescentes e meninas negras do estado do Piauí. Criado em abril de 1994, o Coletivo de Mulheres Negras Esperança Garcia tem como objetivo revalorizar a história da cultura afro-brasileira, bem como a elaboração de políticas de ação afirmativa para a população negra e, em especial, para as mulheres. Outro objetivo do grupo seria a preocupação com o desenvolvimento de programas educacionais, profissionalizantes, para mulheres negras e não-negras à margem do contexto econômico e social, através de parcerias com o estado, município e a iniciativa privada. Trata-se de uma entidade de intervenção social a partir de uma perspectiva de melhoria das condições de vida da população feminina negra, de ampliação da democracia e de desenvolvimento de caráter sustentável para mulheres negras, bem como a sua preparação para o enfrentamento do racismo e do sexismo vigentes na sociedade piauiense e brasileira. A relevância institucional do grupo Esperança Garcia promoveu seu assento no Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher, tendo contribuído para a criação da 1ª Delegacia Especializada em Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica.

Além do grupo Esperança Garcia, muitas mulheres militantes do movimento negro e feminista no Piauí sentem-se representadas pela resistência da escrava Esperança Garcia. Em entrevista ao portal da APPM, em ocasião do dia 08 de março, dia internacional da mulher, a militante Sônia Terra, ex-presidente da Fundação Cultural do Estado do Piauí, que hoje está à frente da Diretoria da Unidade Estadual de Políticas Públicas para as mulheres, demonstra sua relação com essa identidade feminina construída a partir da luta da escrava. Em uma entrevista um portal eletrônico Sônia Terra reafirma essa identidade pontuando que:

As mulheres piauienses são guerreiras. Protestam não só contra a violência, mas por novas políticas públicas que favoreçam as mulheres. A piauiense é forte e, para mim, Esperança Garcia, pode ser considerada uma das mulheres que mais lutou por direitos da mulher e hoje devido ao seu histórico de luta tem um dia Estadual da Consciência Negra para homenageá-la.⁸²²

É pertinente extrair da fala da militante Sônia Terra e realizarmos uma análise do discurso que hora legitima a luta das mulheres no Piauí contemporâneo. Embora em pleno século XVIII, em que viveu a escrava Esperança Garcia, ainda não existisse um aparato legal que legislasse sobre os direitos da mulher, percebe-se a ênfase atribuída pela militante à luta da escrava. No entanto, é notório que a terminologia utilizada por ela não cabe à época. Ocorre que, se pensarmos em direitos da mulher propriamente ditos, há bem pouco tempo, a mulher ainda não estava plenamente inserida no grupo dos que podiam desfrutar de todos os direitos mundialmente conhecidos como Direitos Humanos. Sendo que os direitos das mulheres só irão se concretizar, no Brasil, no decorrer dos séculos XX e XXI. Os direitos das mulheres só foram reconhecidos como direitos humanos em 1993, passados mais de 200 anos da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão em 1789. Dessa forma, Sônia Terra remonta ao passado para reafirmar a luta feminina tendo como referência os usos da memória da carta da escrava Esperança Garcia.

Além do coletivo de mulheres e dos demais elementos que foram apontados, é importante salientar que na cidade de Nazaré no Piauí também foi fundada uma maternidade com o nome de Esperança Garcia, por ter sido lá o local onde a escrava viveu parte de sua história. Esse fato está diretamente ligado à questão dos lugares de memória, pois, nada melhor para representar uma maternidade, que lida com mulheres todos os dias do que

⁸²² SOUSA, Thamyres. Mulheres piauienses lutam por mais políticas públicas. **Net**, Piauí, março. 2012. Disponível em : <http://www.portalappm.com.br>. Acesso em:16/06/2012.

homenagear a uma mulher que se eternizou como um símbolo de guerreira e resistente. Que se arriscou em nome de sua família e filhos, pois reivindicava o batismo dos mesmos e o direito de está perto de sua família.

Outro fato marcante que faz jus ao conceito utilizado por nós, o de lugares de memória, seria a elevação de um monumento em homenagem à Esperança Garcia. O mesmo foi instalado na Central de Artesanato de Teresina, capital do Piauí, localizado no centro da cidade. O local escolhido justifica-se por ser um dos pontos turísticos da capital, sendo bastante visitado no decorrer do ano. No monumento consta a data de 1999 e está localizado juntamente com outros monumentos de personalidades que foram importantes para a história do Estado, como é o caso do poeta Torquato Neto, do escritor Da Costa e Silva, do ex-governador do Estado Simplício Mendes, do herói da Batalha do Jenipapo chamado de Cara Preta, do artesão famoso no estado Mestre Dezinho, entre outros.

O monumento de Esperança Garcia é uma tentativa de representação, de dar um rosto para a escrava que se tornou de extrema importância para a história do Piauí, já que não temos registros fotográficos que possam nos fornecer informações acerca de quem seria Esperança Garcia. Na representação, assinada pelo artista denominado apenas de Charles, a escrava está sentada, com os pés descalços e acorrentados, mas com as mãos livres escrevendo sua carta, logo ao lado existe outro monumento onde nele está escrita a carta de Esperança Garcia. O fato de não existir nenhum registro e a tentativa de construção de uma imagem de Esperança Garcia gerou algumas discussões o que contou para desembocar num concurso divulgado em um site da cidade de Oeiras no ano de 2008, que propunha “Um rosto para Esperança Garcia”. Escrevendo para o site Luiz Mott diz

Como ela era crioula, nascida no Brasil, devia usar vestido ou blusa, provavelmente branco de algodão, não deve ser retratada com os seios à vista, pois diz ser católica. Certamente não usava cabelo trançado, nem turbante, talvez um pano na cabeça. Pelo visto ela tinha um filho pequeno e uma filha ainda não batizada, talvez fosse ainda bem jovem, uns 20 anos. Resumindo minha sugestão para o “retrato” de Esperança Garcia: Jovem negra, cabelo curto ou pano na cabeça, camisa decotada branca, olhar altivo mas sofrido pelos maus tratos. Cordialmente, Luiz Mott.⁸²³

O monumento aqui também é visto como um lugar de memória. Para Pierre Nora⁸²⁴, a memória verdadeira, transformada por sua passagem em história, dá lugar a uma memória arquivística, ou seja, “à constituição vertiginosa e gigantesca do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar.” Neste quadro, o autor conclui que existem lugares para esta memória porque não há mais meios de memória. Acrescenta também que estes lugares de memória são simultaneamente materiais, simbólicos e funcionais. Eles objetivam escapar da história ao mesmo em que memória se torna objeto de luta das forças sociais pelo poder. Além disso, os lugares de memória têm como razão fundamental paralisação do tempo, o bloqueio do trabalho de esquecimento e a fixação de um estado de coisas.

O monumento da escrava Esperança Garcia apresenta em si esses elementos. Ele se constitui numa materialidade, simboliza a luta da população escravizada e a resistência negra e funciona como elemento de preservação de uma memória do povo negro e piauiense. A imagem de Esperança Garcia está entre outras que foram legitimados como heróis e personalidades de grande importância para o Estado do Piauí.

Discutindo sobre memória, o historiador Jacques Le Goff⁸²⁵ aponta os documentos e monumentos como materiais da memória coletiva, diferenciando-os em função de suas

⁸²³ OEIRAS, Joca. **Um rosto para Esperança Garcia**. Net, Piauí, Nov. 2008. Disponível em: <http://www.overmundo.com.br>. Acesso em: 16/06/2012.

⁸²⁴ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo, nº 10, p. 15, dez. 1993.

⁸²⁵ LE GOFF, Jacques. Memória. In: **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

características. Dessa forma, o historiador conclui que os monumentos apresentam alguns atributos específicos que contribuem para a construção de uma memória coletiva. Entre esses atributos o autor cita: a herança do passado; a evocação do passado, ligação ao poder de perpetuação voluntária ou involuntária das sociedades históricas; e a presença de uma intencionalidade. Por outro lado, o autor afirma que os documentos apresentam uma objetividade que se opõe à intencionalidade do monumento.

Memória e identidade estão indissolúvelmente ligadas. A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é por nós modelada, construída e reconstruída. Essas imbricações foram percebidas em nossa pesquisa no que se refere ao uso da carta da escrava Esperança Garcia no Piauí. Uma história de vida, de uma mulher escrava que não se conteve em ficar calada diante da condição na qual se encontrava. História que ainda hoje vem sendo utilizada como exemplo para simbolizar a resistência negra no Piauí. A cada dia a carta de Esperança Garcia ganha maior notoriedade, o que já resultou até mesmo em um livro de história infantil intitulado “Quando a escrava Esperança Garcia escreveu uma carta” o qual foi lançado pela Pallas editora nesse ano e escrito por Sônia Rosa. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade, que se conjuga, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA NA COMUNIDADE NEGRA SENHOR DO BONFIM –AREIA- PB

*Geilza da Silva Santos*⁸²⁶
ilza.sts@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem por finalidade compartilhar com a comunidade acadêmica os frutos de uma pesquisa sobre a construção da identidade quilombola na Comunidade Negra Senhor do Bonfim. Tem por objetivo principal analisar como identidades são construídas em meio a determinados contextos, e assim demonstrar que a identidade é móvel. A problemática em relação à essa questão surgiu a partir de inquietações de como a comunidade construiu essa nova identidade, tendo em vista que antes esses sujeitos sociais não se percebiam enquanto remanescentes quilombolas. Como aportes teóricos e metodológicos traremos: ALBERTI (2005) e MEIHY (2007), que analisam a relevância da oralidade para a História e apontam aspectos metodológicos no que tange a utilização desta; BARTH (1998) com a discussão sobre etnicidade, percebendo assim as fronteiras culturais; SILVA (2012) e HALL (2001) que discutem o conceito de identidade, entendendo-a como são “fabricadas” através da diferença e como a identidade é definida historicamente e não biologicamente. Sobre memória, teremos como aporte HALBWACHS (1990) e BOSI (1979), que abordam sobre a memória coletiva e a memória dos velhos, respectivamente. Para que assim possamos discutir sobre a identidade quilombola, caminhando pelo viés da memória coletiva embasados pelos discursos emitidos pelos moradores da comunidade. Para isto, fizemos uso da História oral, com a aplicação de questionários estruturados e semi estruturados com a comunidade, para perceber a construção de uma nova identidade, surgida a partir da luta pelo território. Em busca das respostas da problemática a que nos propomos utilizaremos, portanto, de algumas fontes historiográficas, tais como relatos orais.

Palavras-Chave: História Oral, Identidade, Memória.

⁸²⁶ Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba- UEPB; Mestranda em História na Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Introdução

A Comunidade Negra do Engenho Bonfim, recebeu a certificação como remanescente de quilombo, em 18 de abril de 2005, expedido pela fundação Cultural dos Palmares. Está localizada na zona rural do Município de Areia, no Estado da Paraíba. Atualmente ocupa uma área de aproximadamente 100 hectares, dentro da propriedade Engenho Bom Fim, localizada no distrito de Cepilho.

As famílias que atualmente constituem a comunidade se estabeleceram no Engenho na condição de trabalhadores-moradores⁸²⁷. Sendo formada por dois grupos familiares: os “Faustino” e os “Pedro ou de Maria” que compartilham de uma história em comum “marcada pelas relações com a terra e o trabalho no Engenho e, mais recentemente, pela luta de permanecerem na área”⁸²⁸.

Reconhecida e certificada enquanto quilombola a Comunidade Negra Senhor do Bonfim constituiu uma identidade dentre os seus membros, a priori se auto reconhecendo como remanescentes quilombolas, como tendo direito a essa terra e na sua luta pelo reconhecimento.

Assim para entendemos como se construiu essa identidade utilizaremos da História oral que é “hoje um caminho interessante para se conhecer e registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido a formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas sociais.”⁸²⁹. Seguindo esse viés entendemos a memória coletiva como objeto de estudo da História, podendo ser analisada, explorada e interpretada. Além do que: “Ela [memória] é resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência - isto é de identidade”⁸³⁰.

Assim as entrevistas serão o cerne de nossa pesquisa, sendo utilizada a metodologia da História oral temática, com aplicação de questionários que delimitam o tema a ser abordado nas entrevistas. Portanto, partiremos do pressuposto de que a História oral temática enquanto metodologia ou técnica torna-se uma forma de esclarecer “situações conflitantes, polêmicas, contraditórias”⁸³¹. Nesse caso através das entrevistas, buscaremos analisar, confrontar as mais várias memórias em torno da construção de uma identidade quilombola, tendo em vista que a História oral é sempre uma História do tempo presente.

Desta forma, alguns conceitos são primordiais no construto da minha pesquisa, tendo em vista que é impossível defini-los por uma fórmula, mas é preciso explicá-los e, conseqüentemente, “explicitá-los, desenvolvê-los, desdobrá-los”⁸³². Assim sendo, me apropriado principalmente dos conceitos de memória, etnicidade e identidade e, assim, peço “emprestados” alguns conceitos da sociologia e da antropologia para a minha escrita sobre a temática escolhida.

⁸²⁷ Os senhores de Engenho permitiam que o trabalhador tivesse direito a um pequeno sítio, onde poderiam ter sua pequena lavoura de subsistência e ao mesmo tempo eram obrigados trabalhar para o senhor de engenho certo número de dias.

⁸²⁸ FORTES, Maria Ester Pereira. **Relatório Antropológico de Reconhecimento e Delimitação do Território da Comunidade Negra Senhor do Bonfim**. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária –IN CRA Superintendência Regional N° 18-Paraíba. João Pessoa, 2007, p.51

⁸²⁹ ALBERTI, Verena. Fontes orais: Histórias dentro da História. In: **Fontes Históricas**. Carla Bassanezi Pinsky(org.). São Paulo: Contexto, 2005, p.164.

⁸³⁰ ALBERTI, 2005, p. 167.

⁸³¹ MEIHY, José C. S.Bom. **História Oral: Como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007, p.39.

⁸³² PROST, Antonie. Os conceitos. In: **Doze lições sobre a História**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2008 [1996], p. 121.

Memória e identidade na comunidade negra Senhor do Bonfim.

A etnicidade discutida, por Friedrich Barth⁸³³, estaria relacionada com a organização dos grupos étnicos. Sendo assim por mais que traços culturais sejam utilizados pelos grupos étnicos como “sinais diacríticos” em suas etnicidades, deve concentrar-se no que seria “socialmente afetivo”, ou seja, olhar para esses grupos como uma forma de organização social, sendo atribuída pelos próprios “atores”, portanto, partiria do pressuposto da auto atribuição ou da atribuição por outros a uma categoria étnica. Como aponta esse autor: “Na medida em que os autores usam identidades étnicas para categorizar a si mesmo e os outros, com objetivos de interação, eles formam grupos étnicos neste sentido organizacional”⁸³⁴. As características, nesse caso, seriam as que os atores considerassem significativas e, portanto, traços que são utilizados por estes como sinais que marcariam as diferenças.

No entanto, é preciso ressaltar, que não se sabe quais características serão exibidas ou ocultadas, dependendo assim do contexto e da situação em que esses atores estão envolvidos. Sendo assim, na manutenção e construções das fronteiras entre os grupos étnicos, entram em disputas, os símbolos e diferenças culturais que tem significado para a comunidade. As fronteiras étnicas, discutidas por Barth, estão voltadas para a questão das fronteiras sociais, salientando que os grupos étnicos não são simplesmente baseados na ocupação de territórios exclusivos, e pelos diferentes modos que eles se conservam. É através dessas fronteiras que se identifica outra pessoa pertencente a um grupo étnico, mas esses critérios são sempre carregados de avaliação e julgamento. Esses critérios determinam a pertença e a exclusão, mesmo que determinado grupo interaja com outro, as características culturais persistem.

Fazendo uso das fronteiras étnicas, o autor aponta a dinamização desses grupos, ao levar em consideração, por mais que haja manutenção dessas fronteiras, quando indivíduos ou um grupo interagem com outros as diferenças podem ser reduzidas. No entanto, por mais que as diferenças possam mudar, permanece a dicotomia entre “eles” e “nós”, que são marcadas pelos seus critérios de pertencimento. Assim as realidades das pessoas são construções culturais, sustentadas por um consentimento mútuo e este “está incrustados de representações coletivas: a linguagem, as categorias, os símbolos, os rituais e as instituições”⁸³⁵. E assim a cultura torna-se fundamental para se compreender a humanidade e o mundo habitados por eles.

Assim a identidade étnica não é estática, podendo se transformar a partir de relações, de contextos, nesse caso, como qualquer identidade ela é móvel. A noção de grupo étnico vai além de se verificar os traços raciais, linguísticos e religiosos, como atesta D’Adesk: “É necessário saber em que proporção esses traços diferenciais dão lugar á tomada de consciência e ás reivindicações coletivas de uma determinada identidade”⁸³⁶. Dessa forma é interessante perceber como essas identidades são construídas dentro de determinados contextos e o que cada grupo reivindica para si, percebendo assim como essas identidades ganham sentidos através da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas. Nesse caso é interessante observar como na Comunidade Negra Senhor do Bonfim, a identidade foi sendo construída, o ser quilombola, o ser negro, passou a ser reivindicado quando estes perceberam que seria um meio para que tivesse um fim ao sofrimento que passaram e assim a identidade foi se constituindo, em meio ao contexto de lutas pelo direito a terra.

⁸³³ POUTIGNAT, Philippe; STREIFF_FERNART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

⁸³⁴ BARTH, 1998, p. 194.

⁸³⁵ BARTH, 1998, p. 11.

⁸³⁶ D’ADESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e Multiculturalismo: Racismos e Anti-Racismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001, p. 39.

Sendo assim percebemos que a identidade não é estática, podendo se transformar a partir de relações de contextos, como coloca Stuart Hall⁸³⁷ que a identidade é definida historicamente e não biologicamente. Kathryn Woodward⁸³⁸ também traz essa discussão, apontando como a identidade é marcada pela representação dos símbolos e assim a representação atua simbolicamente para classificar o mundo e nossas relações em seu interior. A representação insere as práticas de significação e também os sistemas simbólicos, assim as significações são produzidas, nos posicionando como sujeitos, e é essa posição que assumimos e com as quais nos identificamos que constituem nossas identidades.

A representação tem um longo histórico, que lhe conferem uma gama de significados. A concepção trazida por Tomaz Tadeu da Silva é a representação concebida como um sistema de significação: “(...) a representação é, como qualquer sistema de significação, uma forma de atribuição de sentido. Como tal a representação é um sistema linguístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder”⁸³⁹. Dessa maneira, a representação se une à identidade e à diferença e estas adquirem sentidos e passam a existir. Representar para esse autor significa dizer: “essa é a identidade”, a “identidade é isso”. Portanto, ao questionar as identidades e conseqüentemente a diferença, questiona-se os sistemas de representação que lhe dão o “suporte e “sustentação”⁸⁴⁰. Salientando que todas essas práticas de significações estão permeadas de relações de poder, permitindo a exclusão e a inclusão em determinados grupos.

Desta maneira o conceito de memória é de extrema importância, quando relacionada à construção da identidade quilombola. Segundo Le Goff: “A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”⁸⁴¹. É a partir dessas representações do passado que essa comunidade constrói sua identidade baseados em uma memória coletiva, que assim constrói a história do grupo. Portanto, ao perceber esses relatos orais é possível mostrar como a memória é constituída, sendo objeto de continua negociação, como nos traz Verena Alberti: “A memória é especial a um grupo porque está atrelada á construção de sua identidade”⁸⁴². A questão da memória na Comunidade é reforçada quando Damião nos diz: “*A História daquela completa com a luta que os escravos viam trazendo e a gente deu continuidade. Os nossos bisavôs acho que eram escravos sim, pelas histórias deles eles eram escravos sim*”⁸⁴³

Na memória étnica trazida por Le Goff existem os especialistas da memória que seriam os “homens memórias”: genealogistas, historiadores da corte, etc., dos quais são a “memória da sociedade”⁸⁴⁴, por outro lado também existiriam os chefes de famílias idosos, que tem o papel principal de manter a coesão do grupo. É o que se nota na Comunidade Negra Senhor do Bonfim, com a figura de Dona Biu e seu cunhado Zeca Pedro que estão associados à coesão do grupo e que permitiram que as tradições e as memórias de sofrimento e lutas não se perdessem.

No entanto Maurice Halbwachs⁸⁴⁵ nos mostra, que a memória não deve ser apenas entendida como um fenômeno individual, pois também é uma memória social, portanto, ao conhecer a história de alguns sujeitos deve-se entender o individual relacionado com o

⁸³⁷ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

⁸³⁸ SILVA, Tomaz Tadeu da et al. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva (org). 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

⁸³⁹ SILVA, Tomaz Tadeu, 2011, p. 91

⁸⁴⁰ SILVA, Tomaz Tadeu, op.cit., p. 91

⁸⁴¹ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: UNICAMP, 2003, p. 419.

⁸⁴² ALBERTI, Verena. Fontes orais: Histórias dentro da História. In: **Fontes Históricas**. Carla Bassanezi Pinsky(org.). São Paulo: Contexto, 2005, p.167.

⁸⁴³ Entrevista cedida por Damião de Sousa de Maria, em 17-04-14, Areia-PB

⁸⁴⁴ Termo citado por Le Goff de Balandier (1974, p, 207), onde esses homens memória seriam depositários da história objetiva e ideológica.

⁸⁴⁵ HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 1990.

coletivo. Assim a memória deve ser percebida como um fenômeno construído de uma forma coletiva e sujeito a mudanças, flutuações e transformações, no momento em que ela está sendo articulada. Para esse autor os grupos sociais que determinam o que seria memorável e onde estas devem ser preservadas. Nesse caso, a comunidade buscou na história de lutas e sofrimentos, a construção de sua memória, selecionando aspectos em comum ao grupo. Essa noção de memória demonstra que mesmo que esta pareça ser particular, sempre é remetida a um grupo, mesmo que o sujeito carregue consigo essas lembranças ela sempre estará remetida a algum contexto, algum grupo, nesse caso a memória está enraizada nesses contextos e com a presença de diferentes participantes permitindo que haja uma transposição da memória de sua natureza pessoal para se converter num conjunto de acontecimentos compartilhados por um grupo, passando de uma memória individual para uma memória coletiva. A comunidade Negra Senhor do Bonfim, ao descrever a sua História, compartilham do sofrimento advindos na lida do Engenho e juntos compartilham dessas lembranças, tomadas como a trajetória de todos.

Nesse caso, os indivíduos dessa comunidade, compartilham do sofrimento no período na lida no Engenho. Guardado nas lembranças dos mais velhos. Deste modo, a memória coletiva insere na memória do grupo e assim os indivíduos com ela se identifica, detendo-se de uma memória consensual perante as relações que foram estabelecidas no grupo. É através, portanto, da memória que percebemos a construção de uma identidade dessa comunidade, através da tradição oral, uma História de sofrimentos e conflitos foi passada de geração para geração. Ao chegar à comunidade Senhor do Bonfim, as pessoas tinham nos mais velhos como os guardiões da memória, da história da comunidade. Nesse caso ressaltamos o que Ecléa Bosi denomina de memória dos velhos,

Nelas é possível verificar uma história social bem desenvolvida: Elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; elas já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis.⁸⁴⁶

Ao escrever a “sua história”, a comunidade buscou os idosos para construí-la e através da junção da comunidade, tendo em vista que é composta apenas por duas famílias, corroborando assim para uma história em comum da comunidade. E assim,

Quando um grupo trabalha intensamente em conjunto, há tendência de criar esquemas coerentes de narração e de interação de fatos, verdadeiros “universos de discursos”, “universos de significados”, que dão ao material de base uma forma histórica própria, uma versão consagrada dos acontecimentos. O ponto de vista do grupo constrói e procura fixar sua imagem para história.⁸⁴⁷

Ao relatar sobre a construção da História da comunidade segundo o presidente da associação, buscou-se na “memória dos velhos” a lembranças de suas vivências, sendo uma história que não deveria ter se perdido: *“A escravidão (...) acho que é uma história que a gente nunca era pra ter deixado acabar, que era pra ter resgatado muitas histórias que antes tinha, que antepassados tinha nera? E a gente tinha deixado perder isso aí.”*⁸⁴⁸

Nota-se que a família tanto dos “Faustino”, quanto dos “de Maria”, moram nessa região há várias gerações. A família de Dona Biu, como ela nos mostra já vivia há muito tempo naquelas terras e desde então já sofriam e viviam em condições de penúria. O seu filho, apesar de jovem, mas é um dos filhos mais velhos de Dona Biu, nos relata sobre a história que ouviu dos mais velhos, contando dos primeiros moradores, mesmo não tendo presenciado, ouvia muitas histórias. Nesse caso salientamos que a memória dos mais jovens, também contribui na construção da identidade, ao ouvir sobre as muitas histórias, na qual

⁸⁴⁶ BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembrança de velhos**. São Paulo. T.A Editor, 1979, p.60

⁸⁴⁷ BOSI, Ecléa, 1979, p. 66-67

⁸⁴⁸ Entrevista cedida pelo presidente da associação Geraldo, no dia 17-04-14.

trazem consigo como sendo a sua História também, se identificando com seus ancestrais e trazendo consigo a marca do sofrimento. No caso dos filhos mais velhos de Dona Biu, como também de seu Zeca e de Dona Pirriu trazem como continuação o sofrimento que seus avôs, seus pais e eles mesmos sofreram na localidade do Engenho Bom Fim.

Nesse caso é interessante, perceber como a memória do grupo, do mais velho ao mais jovem, está atrelada a memória trazida ao longo das gerações, repassadas de pais para filhos, netos e bisnetos. Percebendo assim como estes assumem essa história como a sua história, a história da Comunidade Negra Senhor do Bonfim.

A associação do grupo está estritamente relacionada com o território e consequentemente com os conflitos envolvendo os moradores dessa comunidade com os donos da terra e a busca pelo reconhecimento enquanto quilombolas, o que daria a estes direitos a terra. Sendo assim as apreensões do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Além do que o sentimento de pertencimento a determinada terra, é uma maneira de expressar a identidade que é construída através da confrontação de grupos. E assim nos aponta Grunewald: “A terra, assim, é tradicionalizada – porque é elaborada reflexivamente (e simbolicamente) como uma origem que deve sustentar os anseios de comunhão (e continuidade) étnica da comunidade”⁸⁴⁹. Na comunidade em questão é na terra ou “sua terra” que eles se vêem livres, tem sua autonomia, percebe-se em seus relatos como pertencentes aquele território. Além do que mesmo que às vezes de forma pejorativa, os negros dali eram e são reconhecidos como os “negros do Bonfim”.

A comunidade buscou a (re) construção de sua história baseada em sua relação com sua ancestralidade no território, ou seja, mostrando sua história vinculada as terras ocupadas. Ilka Leite nos aponta:

A terra é o que propicia condições de permanência, de continuidade das referências, de continuidade das referências simbólicas importantes a consolidação do imaginário coletivo, e os grupos chegam por vezes a projetar nela sua existência⁸⁵⁰.

Pelos relatos dos moradores o que impulsionou nessa construção de uma identidade quilombola foram os conflitos entre os proprietários das terras, com os moradores. Nesse caso, se percebe na comunidade Senhor do Bonfim, que estes se organizaram, para a “construção” do ser quilombola, haja vista que com esta denominação reconhecida teriam seus direitos, pois há muito viam sofrendo com os conflitos com os proprietários. Sendo assim foi à busca por essa permanência nesse território, que vinha sendo ameaçada que se buscou uma organização e demarcação de fronteiras.

A geógrafa Maria Albenize Farias Malcher reporta que a luta pela conquista das terras afirmando que:

A construção de uma identidade quilombola a partir da necessidade de luta pela permanência na terra e contra o avanço da perda das mesmas, sobretudo nas últimas duas décadas, levou comunidades a se auto-declararem como negras e quilombolas em decorrência da aplicabilidade do artigo 68 da Constituição federal de 1988. O assumir dessa identidade em um dado momento histórico introduz neste espaço novas relações simbólicas e matérias no território, assim as comunidades passam a valorar seus traços

⁸⁴⁹ GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. **Os Negros do Matão: Etnicidade e Territorialização**. 1. Ed. Campina Grande, EDUFCG, 2011, p.19

⁸⁵⁰ LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil: Questões conceituais e Normativas. Etnográfica**, vol. IV, 2000, p, 344-345.

culturais, de pertencimento, relações coletivas com o território e o direito à terra.⁸⁵¹

No entanto, salientamos que esse é um dos passos para a busca dessa identidade, mas não necessariamente o princípio de qualquer construção de uma identidade quilombola.

As duas famílias dos “Pedro de Maria” e dos “Faustino” criaram sua família, aumentando assim o número de pessoas dentro dessa comunidade e aumentando cada vez mais os laços e o sentimento de pertencimento aquele território. Dialogando com o conceito de pertencimento de Jacques D’Adesky onde é preciso perceber como o espaço se reflete no indivíduo: “É realmente necessário que a ideia de espaço penetre e se organize no indivíduo, que apareça em seu pensamento, que se exprima em seu comportamento cotidiano e influencie sua identidade”⁸⁵², dessa maneira a identidade do indivíduo está ligada de forma intrínseca no espaço em que ele se imagina, “morar é o traço fundamental de ser”⁸⁵³. O Sentimento de pertencimento a determinado espaço onde o sujeito opera “a auto afirmação aparece realmente através da existência de um espaço de pertencimento e de referência, mas também a partir do grupo social que produz e espacialidade”⁸⁵⁴. A questão do pertencimento é reforçada na fala de Geraldo quando nos diz em relação ao espaço da comunidade: “*Eu acho muito importante, porque pelo menos a gente temos, conquistamos o direito que nós tava prestes a perder, né? E através disso conseguimos*”⁸⁵⁵. A noção de pertencimento dessa forma é um elemento essencial para a instalação da identidade coletiva.

Pensando assim o espaço está ligado às organizações das representações coletivas, sendo através delas que determinado grupo social alcança sua identidade, desde que esta lhes faça sentido, tornando-se um dos elementos primordiais dessa identidade. Nesse caso a territorialidade seria uma apropriação que recria uma identidade territorial, seria assim a relação que os indivíduos desenvolvem no espaço vivido. São nessas terras que o grupo constrói suas relações e portanto, produzem sua vida material, além da produção de significados simbólicos e culturais.

Outro atributo assumido pela maioria dos moradores da comunidade é do auto reconhecimento, ao buscar esse reconhecimento esses moradores se perceberam enquanto grupo, descendentes de negros, com uma trajetória em comum e assumiram essa identidade, passo fundamental para a consolidação do reconhecimento enquanto “remanescentes quilombolas” e a conquista do território.

Partindo do pressuposto do desejo de ser “reconhecido”, se anseia o desejo de ter reconhecido os seus direitos no caso das comunidades étnicas. Mas nesse caso, baseados em Fredrik Barth, percebemos a identidade com certa autonomia da cultura, mas isso não implica dizer que a cultura não influencia na identidade étnica. A dimensão da cultura, como traz Roberto Cardoso de Oliveira⁸⁵⁶, em seu caráter simbólico não poderia deixar de ser reconhecida tanto quanto a identidade dos sujeitos relacionados ao grupo que estão emaranhados ao contexto. Seguindo esse viés e esclarecendo essas diferenças, percebe-se que o reconhecimento vem de fora, no entanto é mister salientar que para isso se faz necessário que a pessoa se identifique como tal, ou seja, a auto atribuição. Dessa maneira só o sujeito pode se afirmar “quilombola”, ou seja, é o “sentimento de pertença”.

⁸⁵¹ MALCHER, Maria Albenize Farias. **Identidade quilombola e território**. Comunicações do III Fórum Mundial de Teologia e Libertação. Belém, 21 a 25 de jan. pp. 399-421, 2009, p. 13

⁸⁵² D’ADESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e Multiculturalismo: Racismos e Anti-Racismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001, p. 122.

⁸⁵³ PELGRINO, 1983, p. 69 *apud* D’ Adesky, 2001, p. 123.

⁸⁵⁴ D’ADESKY, Jacques, 2001, p. 123.

⁸⁵⁵ Entrevista cedida por Geraldo Gomes no dia 17-4-14

⁸⁵⁶ OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da identidade: Ensaio sobre etnicidade e Multiculturalismo**. São Paulo, Editora Unesp; Brasília: Paralelo15. 2006.

Outro fator também apontado por esses moradores da comunidade Senhor do Bonfim e que estes se auto definem é o da negritude⁸⁵⁷, sendo esse um sinal diacrítico que marca a identidade da comunidade. São os traços marcantes nessa comunidade como a cor da pele, a textura dos cabelos, a forma do nariz e dos lábios. Nesse caso foi interessante perceber como todos se assumem assim, tendo em vista que por muito tempo ser negro, estava relacionado a inferioridade, marginalizados da sociedade.

Considerações finais

Essa pesquisa possibilitou do ponto de vista individual, como também do social sanar algumas lacunas que consideramos ser significativa para dar respostas através dos resultados obtidos, não só no aspecto empírico como também no aspecto acadêmico na Comunidade Negra Senhor do Bonfim.

Na comunidade Senhor do Bonfim, a maioria se auto define quilombola, tendo em vista que no Decreto 4.887/03, ressaltou-se o critério de auto definição, sendo este um elemento primordial para perceber a construção de uma identidade quilombola.

As respostas às demandas visualizadas nesta comunidade rural se tornam produtos da minha vivência enquanto sujeito social que se preocupa com as questões de cunho cultural, identitário e social, partilhada com alguns dos moradores que tem uma atuação preponderante na comunidade, a exemplo do presidente da associação.

Acima de tudo é interessante ressaltar que a identidade da comunidade em questão foi construída na luta pelo território, sendo notório nas conversas com os moradores da Comunidade, a partir da luta jurídica pelas terras, esses indivíduos reivindicaram para si a nomenclatura de quilombolas, buscando nela o reconhecimento e o direito às terras. Outro fator também preponderante na construção dessa identidade foi que ao lutar por essas terras, esses indivíduos rompem com todo preconceito envolto em ser negro, assumindo essa identidade. Nesse caso, percebemos como essa comunidade em questão, o estigma que havia lhes sido imposta historicamente pela sociedade foi rompida. Todos os entrevistados se dizem negros, sem receio, se percebem como sujeitos históricos, como cidadãos, tendo seus direitos assegurados quando receberam a titulação de Comunidade Negra Senhor do Bonfim. É dessa maneira que se identifica que a busca pelos seus direitos, nas comunidades negras, além de construir sua identidade quilombola, reinventou o ser negro, o percebendo de forma positiva e buscando os direitos que por muitos anos foi negada.

CULTURA, EDUCAÇÃO, MÍDIA E A IMIGRAÇÃO SENEGALESA CONTEMPORÂNEA NO BRASIL

*Josuel Mariano da Silva Hebenbrock*⁸⁵⁸
mariano.hebenbrock@gmail.com

Resumo: As migrações transnacionais são uma experiência humana e um fenômeno sociocultural, econômico e político que conformam a história de nossas sociedades. De acordo com os historiadores Carlos Serrano e Maurício Waldaman (2007:85) apoiados na visão do historiador e antropólogo belga Jan Vansina (1965) concluem que, os deslocamentos estiveram largamente despidos de critérios apriorísticos. Para estes autores as migrações

⁸⁵⁷ Negritude é o auto reconhecimento do grupo enquanto negros. (FORTES, 2007, p.82)

⁸⁵⁸ Doutor em Comunicação Política pela UPF- Universitat Pompeu Fabra/Barcelona, graduando em História pela UFPE e pesquisador associado do Instituto de Estudos da África/UFPE. e-mail: mariano.hebenbrock@gmail.com.

foram ditadas pela natureza e pelos dinamismos inerentes às sociedades de outrora. Porém, ainda hoje repercutindo na vida social e na cultura de muitos países, inclusive no qual, este *paper* se propõe a elucidar. As próprias redes migratórias atuam também como espaços de interação sociocomunicacional entre os imigrantes, podendo colaborar para a constituição, ampliação ou reforço de determinadas rotas e movimentos de migração entre nações ou regiões. Os pontos de discussões deste trabalho permearão os três conceitos básicos apresentados no título desta comunicação e se apoiaram em teóricos da comunicação, educação e cultura.

Palavras Chave: Mídia, Educação, Cultura, Imigração.

Aquilo que não quero ser é parte inabstrável do que sou,
Aquilo que uma sociedade nega é intimamente integrante
de si.⁸⁵⁹

1. Introdução

As migrações transnacionais são uma experiência humana e um fenômeno sociocultural, econômico e político que conformam a história de nossas sociedades. Os movimentos e fluxos migratórios são dinâmicos e assumem especificidades em diferentes etapas e contextos históricos, podendo ser mais permanentes ou transitórios. De acordo com os historiadores Carlos Serrano e Maurício Waldaman⁸⁶⁰ apoiados na visão do historiador e antropólogo belga Jan Vansina⁸⁶¹ concluem que, “os deslocamentos estiveram largamente despidos de critérios apriorísticos ou, menos daqueles que transitaram pela fértil imaginação de alguns pesquisadores.” Para eles as migrações foram ditadas pela natureza e pelos dinamismos inerentes às sociedades de outrora. Porém, também é sabido que movimentos internos de povos alcançaram distâncias continentais, ainda hoje repercutindo na vida e na cultura de muitos países, inclusive no qual, este *paper* se propõe a elucidar.

Todavia nota-se que tais deslocamentos propiciaram intercâmbios culturais e étnicos. Sinais de trocas culturais milenares estão evidentes de muitas formas e em inúmeros contextos. O cruzamento dos oceanos pelos povos do continente africano não é algo recente, nem tão pouco, está limitado ao século XVI no período do tráfico negreiro. Para Breton (1990) fenômenos naturais como correntes marítimas e atuação de massas de ar facilitaram aproximações entre povos e regiões, como exemplo ele cita uma corrente marítima que permitiu o povoamento da ilha de Madagascar por malaios e um contato mais próximo entre os povos da Ásia e do continente africano.

Já para o lado do atlântico, relatos mostram que o Reino do Mali não foi a verso as navegações e que uma expedição gigantesca com aproximadamente 2000 embarcações foram lançadas ao mar, pro lado, das Américas, se não chegou, porem não se pode tirar o mérito do reinado. Na atualidade, múltiplos fatores vêm colaborando para impulsionar fluxos e ciclos migratórios em todo o mundo tais como as guerras, os regimes ditatoriais, as crises econômicas, os desastres ambientais, as políticas de incentivo ou repressão às migrações por parte de Estados e governos. As próprias redes migratórias atuam também como espaços de interação sociocomunicacional entre os imigrantes, podendo colaborar para a constituição, ampliação ou reforço de determinadas rotas e movimentos de migração entre nações ou regiões.

Como exemplo contemporâneo desses fluxos, podemos lembrar o papel preponderante desempenhado pelos imigrantes italianos e alemães no sul do Brasil no período pós II guerra. Outro exemplo é o da **Espanha**, que se constituiu por muito tempo como um país de emigração em decorrência da pobreza, desemprego e de episódios como a

⁸⁵⁹ RODRIGUES, Jose. 1986. **O uso do Corpo**. Rio de Janeiro, Dois pontos.p.26.

⁸⁶⁰ SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. **Memória D'África**: a temática africana em sala de aula. São Paulo, Cortez Editora, 2007, p.85.

⁸⁶¹VANSINA, Jan. **Les Anctiens Royaumes de la Savane**, Leopovilee, 1965.

Guerra Civil e a ditadura franquista, que impulsionaram o exílio de espanhóis e por último a entrada de sírios, iraquianos, afegãos e negros subsaarianos no continente europeu. Nesta perspectiva, podemos conceituar os senegaleses imigrantes no Brasil como uma nova imigração de não-brasileiros, os quais estão sob a égide de uma lei obsoleta e com inúmeras emendas que visam driblar os acordos bilaterais e internacionais assinados pelo governo brasileiro nos últimos anos.

Não é exagero reforçar as heranças deixadas pelos africanos escravizados no Brasil, pelos índios submetidos ao jugo da igreja católica, como também dos invasores portugueses, dos imigrantes alemães, italianos, espanhóis, japoneses e árabes. Não podemos deixar de concordar com a pesquisadora e professora da Universidade Federal de Minas Gerais, Nilma Lino Gomes (2003), quando esta afirma que, todos esses povos contribuíram de forma contundente para a construção sociocultural e educacional da sociedade brasileira, porém nenhum destes povos deixou marcas mais profundas em nossa sociedade que os negros escravizados. De acordo com a pesquisadora, a cultura negra pode ser vista como uma particularidade cultural construída historicamente por um grupo étnico/racial específico, não de maneira isolada, mas no contato com outros grupos e povos. “Essa cultura faz-se presente no modo de vida do brasileiro, seja qual for o seu pertencimento étnico.”⁸⁶².

Denys Cuche⁸⁶³ (1999:2) ao discutir a noção de cultura nas ciências sociais, destaca que o problema da cultura ou das culturas passa por um processo de atualização tanto no plano intelectual, quanto no plano político, neste contexto também podemos inserir a cultura educacional. Nilma Gomes afirma que a cultura seja na educação ou nas ciências sociais, é mais que um conceito acadêmico. “Ela diz respeito às vivências concretas dos sujeitos, à variabilidade de formas de conceber o mundo, às particularidades e semelhanças construídas pelos seres humanos ao longo do processo histórico e social.”⁸⁶⁴.

A cada dia, o tema imigração vem tomando proporção global seja pelo contexto geopolítico europeu entre as fronteiras geográficas africanas, dentro dos programas políticos, econômicos e educacionais das novas economias liberais do ocidente, ou, até mesmo, no território petrolífero da península arábica. Um dos grandes propagadores desse fluxo migratório é desempenhado pelas mídias, sejam os clássicos (televisão, rádio e jornal), ou os novos (internet, redes sociais e blogs).

Para tal, será analisado a inserção destes não-brasileiros em nossa sociedade partindo do pressuposto da cultura, educação e mídia. Tendo em vista que o Brasil por ter sido colonizado por um Estado ocidental e infiltrado por diversas sociedades europeias, as quais no bojo da colonização via o continente africano como uma terra do pecado, representação do inferno e uma posição geográfica de inferioridade colocando em prática a “teoria camita” criada por uma visão euro centrista, tudo isto foi repassado durante séculos aos povos das Américas.

2. O Papel Social da Escola em Relação ao Negro

No Brasil a visão de inferioridade não está apenas atrelada ao imigrante africano e sim também, a qualquer cidadão de pele escura, seja este pertencente de uma classe social privilegiada ou não. Dessa forma para a pesquisadora, Nilma Gomes (2003) ao refletirmos sobre o que é viver em sociedade e produzir cultura, entenderemos a complexidade dessa situação: significa que vivemos sob a dominação de uma lógica simbólica e que as pessoas se comportam segundo as exigências dela, muitas vezes sem que disso tenham consciência. Podemos então inferir que a vida coletiva, como a vida psíquica dos indivíduos, faz-se de representações, ou seja, das figurações mentais de seu comportamento. “Os sistemas de

⁸⁶² GOMES, Nilma. Cultura Negra e Educação. *Revista Brasileira de Educação*, Maio/Jun/Ago, N.23, 2003.p.77.

⁸⁶³ CUCHE, Denys. *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. Bauru: Edusc. Tradução de Viviane Ribeiro. 1999.

⁸⁶⁴ GOMES, Nilma. Cultura Negra e Educação. *Revista Brasileira de Educação*, Maio/Jun/Ago, N.23, 2003.p.75.

representação são construídos historicamente, eles originam-se do relacionamento dos indivíduos e dos grupos sociais e, ao mesmo tempo regulam esse regulamento.”⁸⁶⁵. A pesquisadora ainda enfatiza que os homens e as mulheres, por meio da cultura estipulam regras, convencionam valores e significações que possibilitam a comunicação dos indivíduos e dos grupos. Por meio da cultura eles podem se adaptar ao meio, mas também o adaptam a si mesmo e mais do que isso, podem transformá-lo.

Para Rodrigues⁸⁶⁶ a escola, enquanto instituição social responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, revela-se como um dos espaços em que as representações negativas sobre o negro são difundidas. E por isso mesmo ela também é um importante local onde estas podem ser superadas. A escola por ser um ponto físico e ser composta por alunos e educadores cabe salientar a importância do papel do educador em compreender como os diferentes povos, ao longo da história, classificaram a si mesmo e aos outros, como certas classificações foram hierarquizadas no contexto do racismo e como este fenômeno interfere na construção da autoestima e impede a construção de uma escola democrática. É também tarefa do educador entender o conjunto de representações sobre o negro existente na escola e na sociedade.

Para Nilma Gomes isso requer um posicionamento. Implica a construção de práticas pedagógicas de combate à discriminação racial, um rompimento com a “naturalização” das diferenças étnico/racial, pois esta sempre desliza para o racismo biológico e acaba por reforçar o mito da democracia racial. Neste sentido precisamos repensar o papel desempenhado pelo imigrante africano –neste caso os senegaleses- em nossa sociedade, grupo étnico que até o momento demonstra posicionamentos para uma permanência não temporária em nosso território. É aqui, que estes buscam construir famílias, também são em nossas escolas que os filhos desses imigrantes de maioria mulçumanas, negros e africanos irão estudar. Neste ponto o professor de história da UFPE- Universidade Federal de Pernambuco, José Bento⁸⁶⁷ parafraseando o historiador de Burkina Faso, Joseph Ki-Zerbo⁸⁶⁸ nos aconselha a repensar a metodologia para o estudo e ensino da história da África, afirmando que não pode e nem deve ser na perspectiva da história ocidental.

Para a inserção desses novos não-brasileiros e seus filhos em nossas escolas e uma maior preparação dos professores para lidar com esta diversidade cultural propomos seguir alguns princípios salientados por Ki-Zerbo, quando este enfatiza a interdisciplinaridade, mostrando uma história da África de dentro para fora, ou seja, uma ‘Afrocentrada’ e não mediada permanentemente por padrões de valores estrangeiros, mostrando com isto a consciência de si mesmo e o direito a diferença

Carlos Moore em seu livro, *A África que incomoda*, afirma que os professores que tem a missão de descolonizar as mentes com o ensino da matéria africana se verá obrigado a:

demolir os estereótipos e preconceitos que povoam as abordagens sobre essa matéria. Também terá de defrontar-se com os novos desdobramentos da visão hegemônica mundial, que se manifesta através de ‘novas’ ideias que legitimam e sustentam os velhos preconceitos⁸⁶⁹.

Dentro deste contexto podemos falar sobre a folclorização da África e sua cultura dentro da sala de aula, seja no ensino da religiosidade de matrizes africanas, na geografia, na história, na literatura, na cultura, na mídia ou até mesmo dentro de um contexto geopolítico.

⁸⁶⁵ GOMES, Nilma. *Cultura Negra e Educação*. *Revista Brasileira de Educação*, Maio/Jun/Ago, N.23, 2003.p.75.

⁸⁶⁶ RODRIGUES, Jose. 1986. *O uso do Corpo*. Rio de Janeiro, Dois pontos.

⁸⁶⁷ JOSÉ, Bento, In.: MOREIRA, Harley Abrantes (Org.). *Africanidades: repensando identidades, discursos e ensino de história da África*. Olinda, Livro Rápido, 2012.

⁸⁶⁸ KI-ZERBO, Joseph. *Para quando a África?* Entrevista com René Holenstein, Rio de Janeiro, Pallas, 2006.

⁸⁶⁹ MOORE, Carlos. *A África que Incomoda: sobre a problematização do legado africano no Qu, Nandyala*, 2010.p.208.

Por óbvio, na análise serão privilegiados os momentos mais relevantes da imigração destes cidadãos.

3. O papel social da comunicação: Educomunicação

Boa parte da problemática apresentada no primeiro capítulo deste artigo poderia ser suavizada, caso a comunicação conseguisse por em prática o seu papel social. Para Baccega⁸⁷⁰, a união da comunicação com a educação tem a missão de desenvolver a cidadania entre os povos por meio de linguagens midiáticas e suportes como o jornal, o rádio, a televisão e o cinema.

O uso das mídias na sala de aula são uma das práticas educomunicativas que facilitam a transmissão do conhecimento. Com as tecnologias presentes em nosso cotidiano, é indispensável usá-las para atrair a atenção dos alunos na sala de aula e despertar o interesse pelo conhecimento da diversidade. Surge então uma forma de dar um apoio ao sistema de ensino por meio das práticas educomunicativas, as quais poderiam apresentar esses novos brasileiros de uma forma integrada em nossa sociedade, suas formas culturais, religiosas e políticas apartadas da visão preconceituosa e racista como são tratados em sala de aula. A professora Nilma Gomes em seu artigo, *Cultura negra e educação* (2003), mostra que características físicas como o corpo pode simbolizar diferentes identidades sociais.

Nenhum outro animal transforma voluntariamente o próprio corpo. Essa é uma característica dos seres humanos. As transformações que os homens imprimem ao corpo, além de variarem de acordo com a cultura, também acontecem conforme a especificidade dos segmentos sociais no interior do mesmo grupo.⁸⁷¹

Esta pesquisadora afirma que a forma de manipulação do corpo e os tipos de penteados podem simbolizar hierarquia, idade, status sociais, poder entre os diferentes grupos. Para ela o cabelo crespo é um dos argumentos usados para retirar o negro do lugar de beleza. Estes pontos referenciais da negritude apresentados pela Nilma podem ser visto de uma forma diferenciada pela comunicação brasileira, onde o negro é visto como pobre, feio, analfabeto, marginal. O corpo ainda é visto como algo de desejo do branco e o cabelo crespo é tido como feio. A comunicação social teria todas as condições técnicas de mostrar não só o negro, mas também o índio como formadores de nossa sociedade, como ponto de referência para a construção da identidade branca brasileira.

Para aplicar as práticas educomunicativas na sala de aula é necessário primeiramente preparar os aluno e professores para que os mesmos possam utilizá-las como aliadas do ensino, facilitando com isto uma melhor apresentação do continente africano, suas riquezas e suas virtudes. Ao levar os conhecimentos da área de comunicação para o ambiente escolar os professores têm possibilidade de refazer, discutir e desmistificar os próprios conteúdos apresentados pelos meios de comunicação. Porém, ao levar as mídias para a escola é necessário que os professores se identifiquem com a linguagem utilizada, que conheçam a fundo a problemática levantada pela imigração. Segundo Setton (2004). Os jovens estão com a cultura midiática inseridas no cotidiano e “sendo precocemente socializados pela cultura da imagem, do texto fragmentado, da montagem e bricolagem incessante de informações.”⁸⁷²

Desse modo, apodera-se dos recursos tecnológicos, praticando comunicação a partir da igualdade de condições, onde as comunidades são envolvidas para construir espaços

⁸⁷⁰ BACCEGA, Maria Aparecida. **Comunicação/educação e a construção de nova variável histórica**. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/43579/47201>> Acesso em 21 de agosto de 2016.

⁸⁷¹GOMES, Nilma. *Cultura Negra e Educação*. **Revista Brasileira de Educação**, Maio/Jun/Ago, N.23, 2003.p.79.

⁸⁷²SETTON, Maria da Graça. **A cultura da mídia na escola: ensaios sobre cinema e educação**. São Paulo: Annablume: Usp, 2004. p.68.

democráticos, participativos. Ou seja, a educomunicação impulsiona o desenvolvimento e implementação dos meios comunicativos em espaços educativos. (SOARES, 2010).

O professor e pesquisador alemão, Wolfgang Bergsdorf apresenta as funções sociais gerais da comunicação de massa e propõe cinco políticas relevantes de um sistema democrático:

- 1) Para Bergsdorf, a primeira tarefa dos meios de comunicação de massa em um sistema democrático é a função educativa. Mas os meios de comunicação não podem substituir a função do Estado, ou seja, eles não são capazes de definir uma referência no campo da educação. Mas eles são capazes e também têm sido referenciados pelo fato de haver dado a possibilidade de que habilidades e conhecimentos estejam hoje disponíveis em todo o mundo⁸⁷³.
- 2) O segundo dever dos meios de comunicação de massa é fornecer acesso a informações sobre todos os eventos e acontecimentos inclusive sobre o processo migratório. A sociedade de hoje exige para a sua existência, o acesso permanente à informação que é relevante para o seu desenvolvimento econômico, cultural e político. Mas nem tudo o que é politicamente relevante, poderá ser entregue porque o sistema de comunicação de massa tem uma variedade de pessoas e instituições e aspectos controversos em relação ao assunto da informação, ou seja, este sistema possui sua própria cultura⁸⁷⁴. A escolha da informação é na opinião do teórico, Mauro Wolf uma característica da teoria de produção da notícia e que representa o valor da mesma.
- 3) Tão importante quanto às duas últimas funções políticas de comunicação de massa é também a função de socialização. A mídia tem o dever de internalizar as normas políticas, valores e as práticas de comportamentos político e cultural e fazer compreensível para evitar conflitos dentro da sociedade. Isto significa que uma parte, da socialização política é aceitar a educação de um consenso por parte das instituições básicas legais e arranjos constitucionais. Outra parte é aceitar os conflitos da educação e se colocar a sua disposição.
- 4) Outra tarefa política da comunicação de massa é a função de articulação dos meios de comunicação. Seu trabalho é fazer com que a representação dos interesses diferentes, seja clara. A função de articulação de comunicação de massa refere-se ao processo de conflito de interesses e opiniões⁸⁷⁵. Em outras palavras é a função de articulação dos vários grupos politicamente relevantes e interesses organizados, ou seja, abrir os caminhos para articular suas opiniões políticas e exigências antes que a multidão se disperse.
- 5) Outra tarefa política da comunicação de massa no sistema democrático é a crítica e a função de articulação dos meios

⁸⁷³ BERGSDORF, Wolfgang (1980): **Die Vierte Gewalt**, Mainz. Hase & Koehler Verlag. P. 77.

⁸⁷⁴ Ver BERGSDORF. P.78.

⁸⁷⁵ Ver BERGSDORF. P.85.

de comunicação juntamente aos processos de conflitos de interesses e opiniões⁸⁷⁶. Em outras palavras, é uma função de articulação entre vários grupos que tenham relevância e interesse político.

Analisando estas cinco funções sociais da comunicação apresentadas por Bergedorf (1981) podemos chegar a uma conclusão, de que estas, poderiam suavizar o pensamento moderno, quando este pensamento divide a realidade social em dois universos ontologicamente diferentes. Para o diretor do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES), Portugal, Boaventura de Souza Santos.

O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo 'deste lado da linha' e o universo 'do outro lado da linha'. A divisão é tal que 'o outro lado da linha' desaparece em quanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção aceite de inclusão considera como sendo o *Outro*. A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade de co-presença dos dois lados da linha. Este lado da linha só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante. Para além dela há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética.⁸⁷⁷ (2007:3).

O pensamento abissal quando aplicado aos imigrantes senegaleses no Estado de Pernambuco, 'deste lado da linha' parece lançar sobre eles um manto que os colocam em uma posição de "não conhecidos", ou seja, os classificam como invisíveis, inexistentes, excluídos. Esses não brasileiros 'deste lado da linha' são vistos como não cidadãos, eles não fazem parte da realidade deste universo. Para Sen (2006) a linha civilizacional traçada pelos detentores da 'palavra definidora', do que são ou não visíveis, em sua maioria estatal confinam estas pessoas em um único grupo, apenas com uma forma de identidade, fazendo com que, qualquer forma de comunicação entre o grupo hegemônico e o subalterno seja, visto pelo prisma do civilizador.

Esta forma de categorizar os não-brasileiros, também é vista por uma forma estereotipada do *Outro*, levando a crer, que o grupo não-hegemônico seja visto pelo *Todo*, por uma representação que fazemos deles. Quando o assunto é religioso as diferenças entre o *Nós* e *Eles* se tornam mais excludente e está exclusão também são refletidas em sala de aula.

4. Considerações Finais

O *paper* ora aqui apresentado teve por objetivo analisar a cultura, a mídia e a educação dentro do contexto migratório contemporâneo dos senegaleses no Brasil. De acordo com uma análise estatística da *United Nations High Commissioner for Refugees-UNHCR*, em 2012 o número de senegaleses que solicitaram refúgio no Brasil, alcança a terceira posição, chegando a outubro de 2014 a primeira. De modo preliminar, o termo imigração senegalesa,

⁸⁷⁶ Ver BERGSDORF. P.85.

⁸⁷⁷ SANTOS, B. S. 2007. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes, In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 78 Coimbra, p. 3.

foi entendido no texto como um fluxo migratório do território senegalês ao Brasil, independente do status que recebe esses não-brasileiros.

A escola aqui apresentada é aquela que ainda precisa ser sedimentada em práticas pedagógicas de combate à discriminação racial, um rompimento com a “naturalização” das diferenças étnico/racial, pois esta sempre desliza para o racismo biológico e acaba por reforçar o mito da democracia racial. A questão cultural do negro também precisa ser colocada na da escola dentro de uma perspectiva de dentro para fora, ou seja, tendo o negro como centro e não como periferia. Tendo a cultura negra como ponto de discussão e não vista apenas como folclorizada. O ensinamento da cultura e dos atributos do negro deve ser valorizado, principalmente em um país como o nosso, onde o negro teve papel importantíssimo em nossa formação.

O pensamento abissal apresentado por Boa Ventura de Souza Santos pode ser suavizado com projetos sociais desenvolvidos no âmbito das escolas, como os projetos de educomunicação, onde os alunos poderiam trabalhar informações referentes a vários nichos, como: normas de comportamentos políticos, culturais e valores, evitando com isto conflitos na sociedade.

ENTRE CIDADES E REALCES: O POVO TAPEBA E OS CAMINHOS DA (RE)CONSTRUÇÃO DE SI

Manuel Coelho Albuquerque⁸⁷⁸
manuelbuquerque@gmail.com

Resumo: Este trabalho analisa alguns aspectos da urbanidade e do rural no trabalho, nas lutas pela terra e na constituição da identidade étnica do povo Tapeba. Os índios residem em áreas urbanas, periurbanas ou mantêm proximidades e intensos vínculos com as cidades de Fortaleza e Caucaia. No entanto, a afirmação da identidade étnica, com destaque e ênfase na cultura tradicional e na dimensão rural de algumas comunidades Tapeba, tem perpassado a produção acadêmica, videográfica, e os rituais e festas dos índios. A cidade de Caucaia, oriunda do Aldeamento Jesuítico de Nossa Senhora dos Prazeres e da Vila Nova de Soure, ao crescer, expulsou os índios para as periferias e áreas de matas preservadas, lagoas, rios, riachos, regiões que os índios passaram a reconhecer como dos ancestrais. Assim, a terra indígena hoje é, em boa parte, constituída por um cinturão ecológico a cercar a cidade. Em alguns bairros de Caucaia, todavia, muitos índios são ali habitantes. Ali também é território indígena, não reconhecido, não demarcado oficialmente, mas lugar de vivências e memórias. No entanto, o realce que interessa aos índios, no atual quadro da luta política pela terra, está na natureza, no tradicional e no intento de se afastar da cidade. Mas cada vez com maior intensidade os espaços citadinos são uma presença e uma referência na vida dos Tapeba. As relações entre natureza, trabalho, cidades e memórias, demarcam e configuram identidades em território tenso e fronteiriço. Modos de vida e temporalidades divergentes se confrontam. Urbano e rural, cidade e natureza, história e memória em diálogos e confrontos.

Palavras Chave: Índios e cidades; Territorialidade; Memória e Identidade.

Filhos de Iracema

A ideia do “desaparecimento” ou “extinção” dos índios no Ceará e em toda a região que atualmente denominamos *Nordeste do Brasil*, na segunda metade do século XIX, esteve

⁸⁷⁸ Doutorando UFC

longe de expressar o que ocorria no plano real, mas mesmo assim ela foi intensamente disseminada nos discursos da oficialidade e teve força suficiente para fazer crer que um Estado como o Ceará, de presença indígena sempre tão marcante, tivesse eliminado por completo os povos nativos de seu território.

Em 1863 um relatório do presidente da Província do Ceará afirmava que os indígenas, “descendentes das antigas raças”, encontravam-se “misturados na massa geral da população”⁸⁷⁹, incluídos, “na mesma sorte”, os índios de Soure (Antigo aldeamento missionário de Caucaia). Como observou Isabelle B. Peixoto Silva, a condição de “misturado na população” equivalia a “não ser mais índio”: “A dissolução dos índios propriamente ditos permitiu suprimir os direitos territoriais que lhes cabiam”⁸⁸⁰. De fato, esse processo de negação dos índios acentuou-se a partir de 1850, com a publicação da Lei n.601, a chamada *Lei de Terras*. A lei colaborou para a expulsão dos índios de suas terras mas também previa o registro de algumas reservas tradicionalmente habitadas por eles, o que estimulou os índios, individual e coletivamente, a realizarem vários pedidos de registros de determinadas parcelas de seus territórios. Dessa forma, “se não era possível ignorar o direito dos índios à terra, tratava-se de negar a existência dos mesmos”⁸⁸¹.

O romancista José de Alencar também endossou essa tese. Em 1865, configurou a expressão mais eficiente dessa lenda: *Iracema*. A índia Iracema representava o que as elites do país desejavam e esperavam dos povos indígenas: colaboração, submissão, sacrifício. Iracema ganhou enorme projeção como símbolo de nacionalidade, tornou-se monumento, virou memória, confundiu-se com a História. Tratava-se, nas palavras de Alencar, de “literatura primitiva, cheia de santidade e enlevo, para aqueles que não enxergam na pátria mãe fecunda – ‘alma mater’, apenas o chão onde pisam”⁸⁸².

Não obstante a dimensão poética e o encanto da linguagem, notemos as intencionalidades do autor no tocante a reforçar a ideia do “desaparecimento” indígena no Ceará. A civilização europeia ganha espaço no território cearense com a presença da igreja e outros colonizadores, somente após a morte de Iracema: “*Germinou a palavra do Deus verdadeiro na terra selvagem; e o bronze sagrado ressoou nos vales onde rugia o maracá*”⁸⁸³. Morre Iracema e com ela todo o povo indígena, simbolicamente. Alencar se refere ao filho da mistura, Moacir, como o “*primeiro cearense*”⁸⁸⁴, numa alusão clara de que o Ceará nascia a partir da morte indígena. Mas esta não era a perspectiva da jandaia⁸⁸⁵, companheira fiel de Iracema, que no seu canto uniu os nomes de Iracema e Moacir: “E desde então a ave amiga unia em seu canto ao nome da mãe o nome do filho”⁸⁸⁶. Moacir é indígena, mas só a jandaia sabe disso. Iracema foi enterrada ao pé de um pequeno coqueiro junto ao rio. Ali cantava a

⁸⁷⁹ Relatório do presidente José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, apresentado na Assembléia Legislativa Provincial, em 9 de outubro de 1863. In: **Relatórios dos presidentes da província do Ceará**, rolo 2 (1858-1864). Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (BPGMP), núcleo de microfilmagem.

⁸⁸⁰ SILVA, Isabelle Braz Peixoto. O Relatório Provincial de 1863 e a expropriação das terras indígenas. In: PACHECO DE OLIVEIRA, João[Org.]. **A presença indígena no Nordeste**: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2011, p. 335.

⁸⁸¹ Idem, p.334.

⁸⁸² ALENCAR, José de. In: MOTTA, Artthur. **José de Alencar** (o escritor e o político), sua vida e sua obra. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1921, p. 45.

⁸⁸³ ALENCAR, José de. **Iracema**: Lenda do Ceará. Edição Bilingue e reprodução fac-similar do francês de 1828. Organização de Ângela Gutiérrez e Sânzio de Azevedo. Fortaleza: Editora UFC, 2005, p. 321.

⁸⁸⁴ Idem, p. 319.

⁸⁸⁵ Ave que nomina o Ceará, segundo José de Alencar. Ceará significaria pequena arara de canto forte ou *canto de jandaia*. “Ceará é nome composto de *ce*mo – cantar forte, clamar, e *ara* – pequena arara ou periquito”, diz o autor na primeira nota explicativa do livro *Iracema*.

⁸⁸⁶ ALENCAR, José de. **Iracema**: Lenda do Ceará. Citado, p. 297.

jandaia. “E foi assim que um dia veio a chamar-se Ceará o rio onde crescia o coqueiro, e os campos onde serpeja o rio”⁸⁸⁷.

O rio continuou a correr para o mar, cidades cresceram no seu entorno, pontes o atravessaram, poluição invadiu suas águas e seu mangue, mas a jandaia ainda canta no verde que sobrevive. No presente, o rio Ceará é símbolo de pulsante vida indígena. Em Caucaia, o rio está inserido no centro da terra indígena Tapeba. Os Tapeba seriam, por assim dizer, os “Moacis” contemporâneos, filhos de Iracema, filhos do sofrimento e da mistura: “tudo o que resta a Moacir, um pouco como o filho mulato da escrava Joana na peça Mãe, é lembrar o sacrifício de sua mãe, assumir o seu lugar na sociedade moderna e fazer a sua própria história”⁸⁸⁸. Redimir Iracema, retirá-la da submissão, assim como fez o artista plástico Zenon Barreto em 1996 com sua estátua da “Iracema Guardiã” na praia de Iracema. Uma Iracema de arco teso em direção ao mar, pronta a combater o inimigo que do além-mar ameaça invadir seu território e causar a morte de seu povo.

Não obstante a força da colonização no Nordeste brasileiro e as investidas contínuas sobre as terras indígenas, alguns povos estão aí, vivos, na contemporaneidade. No Ceará, o povo Tapeba foi o primeiro a se organizar e se mobilizar pelo reconhecimento de sua identidade étnica e luta por seu território⁸⁸⁹, abalando a crença generalizada e secular sobre a inexistência de índios no Estado.

Desde que passaram a assumir publicamente a sua etnicidade, os Tapeba convivem permanentemente com o questionamento a respeito de serem ou não índios. Situação imensamente agravada com a expansão da cidade⁸⁹⁰ de Caucaia e das indústrias, atingindo o rio e as terras dos índios. Na década de 1980 a luta dos índios Tapeba e Tremembé no Ceará, coincidiu com as tentativas de implementação de direitos diferenciados para índios ditos *aculturados* e índios considerados *preservados*. A principal proposta dos setores anti-indígenas durante o processo de elaboração da Constituição Federal, entre 1986-1988, dizia respeito a diferenciar as terras habitadas por *silvícolas não aculturados* e *silvícolas aculturados ou em adiantado processo de aculturação*⁸⁹¹. Os últimos, não teriam suas terras

⁸⁸⁷ Idem, p. 317.

⁸⁸⁸ TREECE, Davi. **Exilados, aliados, rebeldes**: o movimento indianista, a política indigenista e o Estado-nação imperial. [Tradução Fábio Fonseca de Melo]. São Paulo: Nankin: Edusp, 2008, p. 270.

⁸⁸⁹ Hoje são 14 povos indígenas organizados, presentes em 19 municípios, somando 30 mil índios no Ceará. São 22 terras indígenas reivindicadas pelas comunidades. Desse total, apenas 01 encontra-se já homologada, a terra indígena *Córrego João Pereira*, do povo indígena Tremembé de Itarema. Duas estão demarcadas, Queimadas em Acaraú, e Pitaguari em Pacatuba. Quatro delimitadas e identificadas: Tapeba, Tremembé de Almofala, Jenipapo-Kanindé, e Tremembé do Mundaú, em Itapipoca. As outras terras indígenas estão até aqui sem providência. Informações obtidas junto a Associação das Comunidades Indígenas Tapeba – ACITA.

⁸⁹⁰ De acordo com o Censo Demográfico do IBGE de 2010, Fortaleza e Caucaia são, respectivamente, as 6ª e 7ª cidades do Nordeste brasileiro com maior presença indígena (IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Censo Demográfico 1991/2010. Disponível em: <www.Indigenas.ibge.gov.br/gráficos-e-tabelas-2>. Acesso: 05/07/2015). Segundo a ONU-HABITAT (2009), considerando um cenário mundial, a urbanização dos povos indígenas é resultado de dois processos principais, que também ocorrem no Brasil: o crescimento das cidades, que alcançam as terras indígenas e as englobam na área urbana; e a migração dos índios para as cidades. Os Tapeba estão situados, largamente, na primeira situação. Conferir: ANDRADE, Lúcia M. M. de(Org.). **A cidade como local de afirmação dos direitos indígenas**, São Paulo, Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2005, p. 9.

⁸⁹¹ Os representantes das elites rurais e empresariais no Congresso Nacional Constituinte, organizados em torno (retirar espaço) da União Democrática Ruralista(UDR) e do CENTRÃO (agrupamento de parlamentares de ideologia conservadora na Constituinte), ávidos por subtrair direitos indígenas, eram ardorosos defensores dessa classificação e divisão.

demarcadas ou teriam seus territórios drasticamente reduzidos, sendo estimulados a conviver com os não índios nos moldes da *Colônia Agrícola*⁸⁹².

Trabalhadores do mangue

No dia 14 de junho de 1985 uma comissão dos índios Tapeba visitou o jornal *O Povo* para defender a preservação do mangue e do rio Ceará. No Jornal, deixaram uma mensagem escrita que, no dia seguinte, foi publicada na íntegra. Eis a Carta dos Tapeba:

Nós queremos dizer que os mangues são importantes para nós, porque dele nós tiramos peixe, camarão, siri, aratu, caranguejo, ostra, búzio, pistoleta, intã, madeira pra fazer as nossas casas, sururu, pacamum, camurim, guaiamum... A gente pesca no mangue na época do verão, e caçamos também. Quando é na época do inverno, a gente tira areia pra vender. Deus protege o mangue, e homem nenhum pode criar as coisas boas do mangue. Deus deu coragem para vencer a lama e os insetos do mangue. Deus dá o rio e dá força para trabalhar no mangue. A gente vai defender o mangue, não vamos deixar ninguém aterrar, porque acaba com a nossa pesca, com a caça e a natureza. Não podemos deixar construir fábricas, nem estradas, porque é um lugar que Deus deu para nós viver e trabalhar. O mangue é sagrado. Deus fez a natureza. Não vamos deixar construir prédio, conjunto. Nós queremos o mangue para sempre. Os mais velhos chegaram aqui há muito tempo. Queremos que o mangue do rio Ceará, em Caucaia, e outros mangues e a natureza de Deus, tenha proteção por todas as autoridades e o povo humilde também. Estamos lutando pelo mangue, pois se não fosse ele nós tinha morrido de fome⁸⁹³.

A carta começa e termina mostrando a importância do mangue para os índios, especialmente no que diz respeito a sobrevivência advinda da pesca. Mas outros pontos chamam atenção: a não identificação dos autores do documento como indígenas, o que poderia causar estranhamentos e resistências de alguns setores sociais e neste caso menor legitimidade à reivindicação; o apelo maior à preservação da natureza, “natureza de Deus”, patrimônio de todos, lugar sagrado; a não reivindicação da terra como terra indígena, por estarem ainda, naquele momento, desamparados de reconhecimento oficial; a defesa da não destruição do mangue, como questão central e primordial, uma vez que o mangue é o lugar do trabalho e da sobrevivência; e, por fim, a disposição de luta para evitar a invasão destrutiva.

A influência da Igreja Católica, embora não dita, está presente na carta dos índios através das repetidas referências a Deus. A carta fazia parte da luta para tornar o rio Ceará e seu mangue uma área de proteção ambiental. A atuação dos índios e das comunidades da Associação das Comunidades do Rio Ceará, parece ter surtido efeito. O mesmo jornal *O Povo*, no dia 23 de agosto daquele ano, noticiava a aprovação, pela Câmara Municipal de Caucaia do projeto de Lei nº 10/85 que estabelecia como área de proteção ambiental a Bacia do Rio Ceará:

A Câmara Municipal de Caucaia aprovou o Projeto de Lei nº 10/85 que dispõe sobre as medidas de proteção ambiental da Bacia do Rio Ceará. Com a Lei, os habitantes da margem direita do Rio Ceará, dentre eles os descendentes dos índios

⁸⁹² Proposta inspirada no *Estatuto do Índio* – Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, artigo 29: “Colônia agrícola é a área destinada à exploração agropecuária, administrada pelo órgão de assistência ao índio, onde convivam tribos aculturadas e membros da comunidade nacional”.

⁸⁹³ GUIMARÃES, João. Índios Tapeba querem preservação do Mangue, Jornal **O Povo**, (Fortaleza), 14 de junho, 1985, p. 9.

As medidas de proteção ambiental aprovadas pela Câmara de Caucaia incluíam algumas importantes proibições: a construção de indústrias nas áreas próximas ao rio e ao mangue; a abertura de canais de qualquer natureza; atividades que pudessem provocar erosão e assoreamentos; atividades que ameaçassem as espécies raras e nativas da região. Nas áreas de mangue e próximas a bacia do rio Ceará, ficava permitido exclusivamente a construção de casas “unifamiliares” em conformidade com as habitações já existentes no local. Portanto, as comunidades do rio conseguiam ter suas reivindicações atendidas na Lei. A carta dos índios reivindicava exatamente essas medidas.

No entanto, A Lei Municipal nº 430 de 05 de junho de 1986 ampliou a zona industrial e urbana do município de Caucaia, visando promover a infraestrutura para implantação de minidistritos industriais na margem direita do rio Ceará até a ponte da rodovia BR-222 sobre o mesmo rio. Expansão urbana que atinge a natureza e comunidades tradicionais como a dos Tapeba.

Nos últimos 30 anos o município de Caucaia tem experimentado um crescimento urbano e populacional acelerado. Crescimento populacional que se deu na direção do urbano, mas também zona industrial e urbana que avançou sobre o rural e sobre os espaços preservados.

Os Tapeba foram, ao longo do século XIX e XX, sendo jogados para as zonas rurais ao redor de Caucaia. Na história de vida dos indivíduos mais velhos do grupo é comum o relato de sucessivas desapropriações e expulsões da terra onde moravam, situação que foi se agravando com o crescimento urbano, a partir da década de 1970⁸⁹⁵.

Essas expulsões levaram os índios a se deslocarem continuamente. Neste sentido, procuravam as áreas ainda livres da exploração de proprietários de terra. Daí, em Caucaia, a concentração destes povos nas terras da União. Procuravam, também, as terras e uma forma de continuarem a manter vínculos com o modo de vida tradicional. Dona Raimunda Tapeba, moradora na comunidade da ponte, confirma esta perspectiva. Os índios, outrora concentrados em torno das muitas lagoas da região, ao serem expulsos fincaram moradias às margens do rio Ceará, quando este rio ainda se preservava intacto de poluições:

Eu vim morar aqui com quatro filhos, aqui na beira do rio... Os Tapeba que estão aqui vieram da comunidade do Trilho, da Lagoa do Tapeba, do Lameirão, da Lagoa das Bestas, viemos morar aqui. Neste tempo a gente tinha tudo na mão, o peixe, o camarão, o siri, a água limpinha... Agora tai, uma tristeza de ver o rio desse jeito, entupido de lixo e de tudo que não presta, sem a gente ter onde pegar a sobrevivência... Vamos pegar na Barra do Ceará, em Iparana, por que aqui nós não temos mais⁸⁹⁶.

O rio Ceará, ao mesmo tempo em que se encontra na terra Tapeba, é área de proteção ambiental. Sendo assim, os índios precisam de licenciamento para viver e situarem-se em determinadas áreas da terra. No entanto, dentro da terra indígena estão muitos empreendimentos que ali se instalaram antes da definição dos limites territoriais atuais e mesmo após essa definição. Problema que permanece e se agrava em face da demora na demarcação e homologação da terra.

⁸⁹⁴ PERES, Claudia. *Jornal O Povo*. Caderno 1, 23/08/1985, p. 7.

⁸⁹⁵ TÓFOLI, Ana Lúcia Farah. *Retomadas de Terras Tapeba*. In: PALITOT, Estêvão Martins. **Na mata do Sabiá: Contribuições sobre a presença indígena no Ceará**. Fortaleza: Secult/Museu do Ceará/IMOPEC, 2009, p. 215.

⁸⁹⁶ TRONCOS Velhos. Vídeo realizado durante o Curso de Documentário Indígena. Componente Indígena do Plano Básico Ambiental Terra Indígena Tapeba - CI PBA TI Tapeba, 27 de janeiro a 1º de fevereiro de 2014.

Atualmente, os Tapebas habitam na periferia urbana e nas áreas rurais do município de Caucaia. Estão nas seguintes “aldeias”: Água Suja, Bom Jesus, Jardim do Amor, Capoeira, Capuan, Cigana, Itambé, Lagoa I, Lagoa II, Lameirão, Mestre Antônio, Ponte I, Ponte II, Sobradinho, Trilho, Vila dos Cacos, Vila Nova. A maioria do povo Tapeba continua a ter uma situação de vida bastante precária. São mais de 7.000 índios, para um território que não está demarcado e não há apoios econômicos no sentido de desenvolver projetos produtivos que envolva e beneficie a maioria dos índios na própria terra. Há várias atividades de subsistência interna, como a coleta da palha da carnaúba utilizada na feitura de artesanatos, coleta de frutas de época, agricultura, criação de pequenos animais, coleta de caranguejo, pesca no rio Ceará. Muitos indígenas trabalham fora, em casa de família, vigilantes, pedreiros, vendedores de frutas de casa em casa em Fortaleza. Na comunidade da Ponte pegam caranguejos durante a semana e na sexta, sábado e domingo vão para a beira da Rodovia, BR, esperar quem se determine comprar.

Cidades e realces

Os índios que vivem em cidades procuram formas de vínculos com a natureza e com práticas de culturas tradicionais mesmo vivendo sobre condições bastante diferenciadas e restritas. A antropóloga Ana Vivaldi escreveu interessante texto com estas conclusões. Em pesquisa sobre os índios Toba, na Argentina, situados nas periferias da cidade de Formosa, Vivaldi observa que quando da reivindicação da terra no bairro periférico, os índios expressaram o desejo de “progredir”, um discurso bem acolhido pelas autoridades governamentais nos anos 1970; um discurso que persistiu ao longo dos anos entre aqueles índios. No entanto, parcela significativa da população Toba é composta de desempregados e os índios estão longe de serem efetivamente incorporados ao progresso da cidade. Ocorre que, não muito longe dali, está o “monte”, uma área rural de natureza viva e preservada; uma área cercada, composta de propriedades privadas. Os índios sobem a este local com muita frequência para se abastecerem de materiais para o artesanato ou em busca de frutas, caças, raízes e outras relíquias que somente eles sabem o valor, como simplesmente buscar um pouco de tranquilidade em contato com a natureza. Os índios são tratados como ladrões pelos empregados das propriedades e, em face disso, conflitos violentos já foram deflagrados. Não obstante o perigo, os índios continuam indo ao monte.

Assim, Ana Vivaldi procurou entender este enigma: os índios afirmam não irem ao monte, ou já não irem ao monte, quando na verdade continuam indo ao monte. Ora, ir ao monte significa fugir das relações de trabalho assalariadas, conseguir o sustento sem que precisem se submeter aos ditames da exploração capitalista na cidade. Quando os Toba vão ao centro da cidade vender artesanato adquirem um status muito diverso do “pobre” ou desempregado, são tratados com muito mais dignidade. Ir ao monte, ao mesmo tempo, é também a maneira que encontraram de atualizarem o contato com o modo de vida de seus ancestrais, os vínculos com a natureza e com os espaços tradicionais de memórias e identidades. “Ir al monte implica una apropiación del pasado que permite un reposicionamiento en el presente que se desliza por fuera de la definición de subalternidad”⁸⁹⁷.

Portanto, os realces positivos que os Toba dão ao viver citadino e ao progresso, procuram atender as expectativas de uma cidade fortemente discriminadora, que associa os índios à selva e ao atraso. Neste sentido, procuram ocultar publicamente uma dimensão do seu viver que lhes é de suma importância. Conforme Poutignati e Streiff-Fenart, “na medida em que numa sociedade pluralista, os indivíduos conhecem a existência e o conteúdo dos

⁸⁹⁷ VIVALDI, Ana. El monte en la ciudad: (des)localizando identidades en un barrio toba. In: GORDILLO, Gastón y HIRSCH, Silvia. **Movilizaciones indígenas e identidades en disputa en la Argentina**. Buenos Aires: La Crujía, 2010, p.119.

estereótipos que os outsiders tem sobre eles, orientam-se neste mundo de estereotipia tentando afastar os realces que lhe são perigosos e promover aqueles que são vantajosos”⁸⁹⁸.

Portanto, se para os índios Toba na Argentina o realce é dado à cidade, como forma de se legitimarem junto à população em geral, para muitos povos indígenas no Brasil interessa precisamente o realce nos elementos da natureza e em tudo que diz respeito às tradições, ao mundo rural e às florestas. Este é o caso do povo Tapeba em Caucaia, no Ceará, que apesar da inserção no meio urbano e do intenso contato que possuem com as duas cidades do seu entorno, orientam-se no sentido de ocultar ou silenciar a cidade como parte significativa do seu modo de vida e identidade.

Atualmente são 17 comunidades Tapeba em Caucaia, algumas morando no perímetro urbano e outras em áreas “rurais”. Quando olhamos mais atentamente para a memória que tem sido construída sobre os grupos Tapeba, desde a década de 1980, verificamos o silenciamento (e ocultamento) daqueles grupos que tem uma vivência e relação mais intensa com o mundo urbano. Se olharmos as reportagens televisivas, documentários, vídeos produzidos pela igreja ou pelas organizações indígenas e, atualmente pela juventude Tapeba, veremos que os índios efetivamente urbanos, moradores em alguns bairros de Caucaia quase não se fazem presentes. Weibe Tapeba considerou que as comunidades urbanas estão fora do território delimitado: “Entre o povo Tapeba nós temos comunidades que estão fora de nossa territorialidade, deste território que está sendo delimitado e demarcado, Itambé, Grilo... Mas nós temos uma terra comum aqui na lagoa, por exemplo, onde as famílias dessas comunidades utilizam para plantar”⁸⁹⁹. Nesta fala o índio prefere desconsiderar que as famílias moradoras naqueles bairros em situação precária tiveram os antepassados morando ali e que aqueles espaços também são indígenas. As táticas dos índios parecem bem claras: investir no afastamento do meio urbano e privilegiar as áreas demarcadas e com possibilidades reais de serem homologadas. Vídeos, entrevistas, atividades festivas se dão sempre distantes dos bairros urbanos. Às margens da Lagoa, por exemplo, fica o “Terreiro Sagrado do Pau Branco”, local privilegiado para as atividades com maior repercussão para a sociedade não indígena. Ali se realizam festividades, assembleias, encontros; ali se reverencia a Jurema e se realizam bebedeiras, cantos e danças.

Ao lado da defesa de espaços e modos de vida que se contrapõem ao universo urbano, os Tapeba mobilizam os elementos culturais “tradicionais”: apego a natureza, arte do artesanato, recriação de canções e outros elementos culturais. A juventude Tapeba é bastante ativa e está envolvida em vários projetos no sentido dos “resgates” identitários. A revitalização da flauta Tapeba, nas danças e músicas, a realização das noites culturais nas comunidades, a recuperação/recriação da *dança guerreira*, uma dança tradicional dos Tapeba com simulações de luta.

Muitas das músicas que cantam nas manifestações festivas nas aldeias ou nas cidades de Caucaia e Fortaleza, são as mesmas músicas que cantam nos espaços da Umbanda. Na terra indígena Tapeba a umbanda é presença marcante em algumas comunidades. A jurema ganha destaque em muitas das músicas cantadas e dançadas pelos índios e é também o nome de um distrito de Caucaia, ali vizinho. Rodrigo de Azeredo Grunewald observou que “Toré e jurema são os dois principais ícones da indianidade nordestina. São elementos culturais que, embora não exclusivos das sociedades indígenas, codificam a autoctonia dos índios da região Nordeste do Brasil”⁹⁰⁰. Observa ainda Grunewald que a jurema, árvore que não se resume a uma única espécie, pode variar também nos seus usos e significados como planta, bebida e entidade. A idéia da Jurema como uma entidade “é mais próprio às religiões afro-ameríndias (ou afro-brasileiras), que substituíram a planta bebida por uma representação de forças

⁸⁹⁸ POUTIGNATI, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. Seguindo de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 169.

⁸⁹⁹ Entrevista Weibe Tapeba concedida em 17 de Julho/2015.

⁹⁰⁰ GRÜNEWALD, Rodrigo. Toré e Jurema, emblemas indígenas no Nordeste do Brasil. **Ciência e Cultura**. São Paulo, no.4, pp 43-45.

nativas⁹⁰¹. No caso dos Tapeba os dois sentidos estão presentes, a Jurema é apresentada e utilizada tanto como bebida nos rituais como também é considerada uma entidade sagrada, o que se explica facilmente pela ligação dos Tapeba com a Umbanda. Henyo T. Barreto afirma que os Tapeba resultam de segmentos de “*quatro povos indígenas ali reunidos: os Potiguara originários, os Tremembé, os Kariri e os Jucá - aos quais, teriam se reunido negros libertos e/ou fugidos da escravidão*”⁹⁰². Em colaboração com esta afirmativa, Weibe Tapeba comentou o seguinte:

Se formos à formação do povo Tapeba vamos encontrar várias coisas assim, negros fugidos que foram muito bem recebidos pelo nosso povo, informações de indígenas nossos que foram se afugentar em quilombos em áreas aqui próximas de Caucaia. Aqui em Capuã tem a comunidade dos quilombolas dos Caetanos de Capuã. Tem pessoas lá que ao mesmo tempo em que se identificam como índio Tapeba, também se identifica como quilombola⁹⁰³.

De fato, essas informações explicam muito do que podemos constatar ao visitar os Tapeba: comunidades com forte presença da negritude, na pele e na cultura. A umbanda, o tambor sempre presente nas músicas e manifestações, as “batucadas”, dentre outros elementos.

Se a cidade não é apresentada como o lugar do índio Tapeba, ela está bem presente como espaço de afirmação indígena. Expulsos das áreas centrais da cidade, os Tapeba estão aos poucos se reapropriando desses espaços. A cidade tem sido um palco para manifestações que ajudam a dar visibilidade aos indígenas, como nas manifestações e passeatas que realizam no *dia do índio Tapeba*, dia três de outubro. A liderança Weibe Tapeba falou sobre o assunto:

Já fomos muito discriminados, mas hoje em dia a comunidade do distrito de Capuã e Caucaia como um todo respeita o povo Tapeba, porque sabe da força, da organização, e conhece a cultura, os costumes. Tem uma Caucaia que ainda não acordou pra isso, a Caucaia do poder municipal. Agora, a sociedade sim, tem acordado. No dia 03 de outubro, quando a gente coloca mil índios, todo mundo trajado e pintado de urucum e jenipapo, com faixas, com tudo, a gente vai passando e a população vai aplaudindo. Nas primeiras vezes não, era vaia, o cochicho, muita discriminação. Hoje é o pessoal aplaudindo, fotografando, filmando... isso é bom⁹⁰⁴

Recriando e manipulando os elementos de suas tradições, os Tapeba buscam garantir a sua legitimidade e se fortalecer politicamente. As identidades são constituídas na especificidade, na relação e contraste com o “outro”, e são “mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída,

⁹⁰¹ Idem.

⁹⁰² BARRETO HENYO, Trindade. **Relatório de identificação e delimitação da terra indígena Tapeba**. Processo BSB Nº 08620.030129/2013-80. Brasília: Fundação Nacional do Índio – FUNAI, 2013, p. 80.

⁹⁰³ Entrevista Weibe Tapeba, em 17 de julho/2015.

⁹⁰⁴ Idem.

de uma “identidade” em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna”⁹⁰⁵

Visto de determinado ângulo podemos afirmar que os Tapeba estão cada vez mais invadidos pela realidade urbana. Os índios fogem e ao mesmo tempo se adaptam a ela, buscando conquistar espaços. Neste sentido, a cidade torna-se palco de lutas, manifestações e celebração de suas memórias. A cidade é também o lugar do acréscimo, da aquisição de conhecimentos amplos e espaço de negociações. Mas a cidade também representa a destruição, invasão de suas terras, desrespeito ao seu modo de vida, poluição do seu rio; a cidade representa valores e temporalidades dissonantes. Os Tapeba têm, acima de tudo, um território a ser defendido e demarcado. Precisam assegurá-lo e precisam ser reconhecidos como índios. Weibe Tapeba, no entanto, demonstra o desconforto sobre as exigências que pairam sobre a aldeia: “É como se todas as culturas do mundo pudessem se transformar, mas para o indígena não, a cultura tem que ficar parada daquele jeitinho”⁹⁰⁶.

Na Lagoa do Tapeba conversamos com Dona Raimundinha Nascimento. Ela explica que ouviu sempre a conversa de que “quando tiraram os índios de Caucaia pra fazer a cidade, trouxeram pra cá, eram cinco léguas, tem um início lá na ramada, começa lá e finda na pancada do mar, e cinco léguas de largura, que ia até o pé da serra do Juá, era a terra para muitas famílias indígenas. O ‘Velho Guimarães’ e os ‘Ferreiras’ foi quem invadiu grande parte de nossas terras”⁹⁰⁷. Nesta fala dona Raimundinha concede alguns elementos e nomes para a investigação sobre a expulsão dos índios de suas terras.

Indagada sobre a presença Tapeba nas cidades, ela diz que “tem Tapeba em todo canto, gente que mora nos bairros de Caucaia, gente que mora em *Fortaleza*”, e falou sobre seus familiares que vivem em Fortaleza: “Tenho uma sobrinha que é casada e mora em Fortaleza, agora quer vir embora pra cá, lá no bairro onde ela mora [não soube dizer o nome] é muita droga, morte, muita violência”. A sobrinha é costureira, os filhos ajudam. “Estudaram, fizeram cursos. Foram para lá atrás de melhoras, empregos e estudos. São daqui, moravam aqui mesmo, nasceram aqui. Agora querem voltar”. O esposo da sobrinha, também índio, é pedreiro, trabalha na construção de edifícios nos bairros ricos de Fortaleza. Ela conta que um dia foi visitá-lo nas obras, mas se sentiu tonta quando olhou para o alto do prédio: “parece que vão cair por cima da gente, um horror!”. Em poucas palavras Dona Raimundinha delineou as suas impressões da Capital, um lugar assustador e de muita violência, mas também o lugar onde a família da sobrinha adquiriu conhecimentos e renda para viver. No entanto, diz que recomendou que a sobrinha voltasse para a Aldeia, fariam uma casinha ali perto de sua moradia e iriam viver do plantio. Ali onde mora, na Lagoa, vários índios plantam juntos, em terras comuns, terras de “retomadas”⁹⁰⁸. Por fim dona Raimundinha olha para o chão em volta de sua casa repleto de folhas e galhos secos das árvores. Diz que jamais queima os galhos e as folhas que caem das árvores, leva tudo para enriquecer o solo do plantio.

Localizado entre as cidades de Fortaleza e Caucaia, e entre mangues, rio, riachos e lagoas, o território Tapeba é constantemente ameaçado por forças econômicas urbanas e rurais. As cidades são espaços de trabalho e moradia, mas são também palcos de negociações, lutas políticas e simbólicas. O que significa ser índio neste contexto e quais as relações que os Tapeba estabelecem com o urbano e com o rural na (re)construção da identidade indígena? Em que medida as cidades representam ameaças, ou colaboram para a reinvenção da indianidade em outro patamar? E como isso se processa entre as diferentes

⁹⁰⁵ HALL, Stuart. Quem precisa da Identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.), HALL, Stuart, WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

⁹⁰⁶ Entrevista Weibe Tapeba, em 17 de julho/2015.

⁹⁰⁷ Entrevista com Raimunda Nascimento em 22/07/2015.

⁹⁰⁸ As atuais dimensões do território Tapeba foram definidas com as ocupações e “retomadas” feitas pelos índios a partir da década de 1990.

comunidades? São questões que devemos aprofundar na pesquisa, entrelaçando o sincrônico e o diacrônico, o oral e o escrito, a história e a memória.

MEMÓRIA E PERMANÊNCIAS CULTURAIS DE MATRIZES AFRICANAS EM ARATUBA-CEARÁ NO SÉCULO XXI

*Mayara Martins de Lima Silva*⁹⁰⁹
mayara7silva@hotmail.com

Resumo: O presente resumo versa sobre a participação negra na formação social de Aratuba, cidade interiorana do Ceará, o que enfatiza a significância das matrizes africanas na construção da cultura cearense, já que aborda as permanências de manifestações culturais no maciço e na cidade supracitada no século XXI. A pesquisa teve por objetivo identificar espaços e experiências de manifestações de cultura negra em Aratuba para investigar as contribuições na formação social da região do Maciço de Baturité e, conseqüentemente do Estado, problematizando a relação entre o negro e a escravidão. O que faz ser necessário o pensar descolonial, desvinculada de conceitos ocidentais, assegurando a interioridade das memórias, com uma postura crítica e racional diante do estudo da formação identitária aratubense, não para quantificar a presença africana na cidade, mas dar visibilidade à presença do negro na fragmentação de identidades no período de globalização, através das religiões de matrizes africanas, no sincretismo a partir da relação com o cristianismo, nas tradições preservadas para as gerações futuras. Aqui chamamos atenção para o fato do patrimônio cultural permanecer vivo nas pessoas, e da importância de não desaparecerem, como é o caso das rezadeiras(as) e curandeiros(as) em Aratuba. São estas permanências visíveis na sociedade que nos fazem conhecer através da sabedoria oral e pesquisas bibliográficas as persistências culturais repassadas que conseqüentemente não permite o esquecimento, dar sim, o surgimento para uma nova escrita sobre a temática, já que em meio à hegemonia de um pensamento ainda colonial, é possível observar a presença de manifestações africanas e afrodescendentes, silenciados ou folclorizadas no Brasil, no Ceará. Percebe-se que a nossa formação está arraigada num imaginário marcado por uma colonização intelectual eurocêntrica, onde por muito tempo foi aceita a ideia de que determinadas teorias eram avançadas e superiores, sobretudo as europeias e outras subalternizadas, como as africanas.

Palavras chave: Religiosidade popular, matrizes africanas, oralidade.

Introdução

Sabemos que como brasileiros somos um encontro de raças, somos um país mestiço e pluriétnicos. Assim, deste encontro somos quase todos afro-descendentes ou afro-brasileiros. Cientes desta realidade precisamos buscar fora da rotina do trabalho escravo as tradições culturais que ainda hoje se fazem presentes em nossa realidade. Por muito tempo, mitos e preconceitos esconderam a história destes povos subalternizados, sem que a memória oral não pudesse ser valorizada, ensinada e escrita como nos dias atuais.

Daí a necessidade de apresentar ao leitor histórias de nossos antepassados, quando o negro deixou registros perceptíveis de sua cultura: nas artes, na culinária, nas crenças

⁹⁰⁹ Discente do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab. Orientador: Prof. Dr. Edson Holanda Lima Barboza

religiosas, enfim, demonstrou que mesmo sujeito a limitações impostas pelo o sistema escravista, construiu seus valores e costumes que lhes permitiu conquistar momentos de autonomia. É a partir destes dados que associar o negro apenas a escravidão é uma lógica perversa, haja vista suas experiências na sociedade, no trabalho, nas práticas culturais e na luta contra a discriminação, o que se faz necessário pensar o porquê dentro do espaço do cativo e contribuinte da cultura aratubense o negro é pouco retratado?

Partindo do pressuposto que os estudos da atualidade sobre a identidade mostram que ela é sempre incompleta, isto é, ela forma-se e transforma-se continuamente, analisamos as fragmentações na formação identitária brasileira e a participação das matrizes culturais africanas, o que nos fez perceber o discurso europeu moderno racial e patriarcal, de conceitos racializados; o que faz ser necessário o pensar descolonial, desvinculada de conceitos ocidentais, assegurando a interioridade das memórias, com uma postura crítica e racional diante do estudo da formação identitária brasileira, cearense e aratubense, não para quantificar a presença africana, mas dar visibilidade a presença do negro na fragmentação de identidades no período de globalização, através das religiões de matrizes africanas, no sincretismo a partir da relação com o cristianismo, nas tradições preservadas para as gerações futuras.

Não podemos esquecer que o exercício prático de políticas voltadas para ações afirmativas para colocar brancos e negros em níveis mínimos de igualdade é uma conquista de um longo processo histórico de lutas, em que movimentos sociais desenvolveram propósitos de rever as teorias, visões históricas, discrepâncias e mentalidades a respeito dos povos africanos e afrodescendentes implantadas de forma negativa até então. Desta forma, buscamos enfatizar a significância das matrizes africanas na construção da cultura cearense, abordando as permanências de manifestações culturais no maciço de Baturité e Aratuba; com esta reafirmação, pretendemos minimizar a discriminação e o preconceito a essa etnia, aperfeiçoando o exercer da cidadania rumo à conscientização da valorização da diversidade cultural entre os povos do Ceará e do município de Aratuba⁹¹⁰.

É de fundamental importância entendermos como o patrimônio cultural constitui-se do conjunto de objetos, da relação da sociedade com o seu passado e abrange as tradições preservadas para as gerações futuras. Aqui chamamos atenção para o fato de o patrimônio cultural permanecer vivo nas pessoas, e da importância de não desaparecerem, como é o fato das rezadeiras quando argumentam que receberam seus dons de Deus, e que é Ele que lhes dar força e sabedoria para realizarem o trabalho de cura e proteção daqueles crentes e fies, e que em suas narrativas orais sempre aparece um parente portador deste mesmo dom. Contudo, nem sempre estas presenças culturais foram expostas ou manifestadas livremente, já que muitos por serem de matrizes africanas foram submetidos a padrões de comportamentos ditados por outros que no momento apresentavam-se como superiores.

É igualmente importante compreender que o objetivo principal é constatar a presença negra na formação identitária de Aratuba, seja como escravizada ou como livre, o fato é que participaram do crescimento econômico e da vida cotidiana, contribuindo com a cultura que hoje compõe o aratubense. O trabalho será de “investigação” e tratamento de fontes históricas, onde o pesquisador perseguirá pistas, sinais e detalhes que apresentam possíveis novas interpretações, o que reforça o método indiciário e o comprometimento de contar a história de pessoas envolvidas com a cultura popular, cuja soma de relatos poderá dar possibilidades de identificação, no caso aqui a identificação da presença negra na formação sócio cultural da cidade.

⁹¹⁰ Aratuba é um nome indígena que, na língua Tupi, significa abundância de pássaros. Está situada no Ceará, na serra de Baturité, numa altitude de 830 m e a 132 Km de Fortaleza. Atualmente, a população de Aratuba é de 11,5 mil habitantes (32,7% zona urbana, 67,3% zona rural). Sua área é de 114, 785 Km², latitude 4º25' e longitude: 39º03', com clima tropical subquente úmido de temperatura média de 24° a 26°C. XEREZ, Antônia Solange Pinheiro. **Educação e Cidadania**: ampliando os espaços de inclusão/ Antônia Solange Pinheiro Xerez. –Fortaleza: Gráfica e Editora LCR, 2008. p. 55

Ceará –Aratuba: Formação Identitária

O patrimônio cultural é algo que não se perde, fica vivo nas pessoas e junto com o deslocamento ou fragmentos das identidades compõe um novo sujeito. Este que assume diferentes características em diversos momentos de sua vida, temporárias ou não, o fato é que sua identidade vai se formar ou transforma-se continuamente.

Quando analisamos o sujeito cearense encontramos a participação de matrizes culturais africanas e indígenas, suas tradições vivas até os dias atuais. Contudo, ao observar a negação do ser negro na primeira metade do século XX, ou mesmo de pertencer a estas matrizes, percebemos como uma fuga da realidade que os oprimia e que ainda hoje atinge grande número de afrodescendentes.

O negro não era percebido como pessoa, com seu valor intrínseco e personalidades viam-no como mão de obra para alavancar a economia do país, e foi ele quem com seu árduo trabalho sustentou o Brasil Império “sobre seus ombros”, e mesmo com o movimento abolicionista no país e o surgir de um discurso liberal, que dar um suporte ideológico a substituição do trabalho realizado por pessoas negras, ele vai lutar incansavelmente por seu espaço de lugar e direito enquanto cidadão. Afinal, a abolição só foi possível porque aqueles que foram escravizados não conviveram de forma passiva com o destino que os senhores lhes davam, mesmo com as limitações buscavam construir sua autonomia, superar as adversidades e mudar sua condição social.

Está posto que a história da escravidão e da abolição no Brasil foi então apropriada como objetos de memória, isto em torno das designações raciais e de suas relações com o processo de definição de identidades sociais. E quando se trata do período pós-emancipação têm-se acesso às designações raciais como via de acesso aos ex-escravizados, isto é, muitos ao ver um negro o associavam ao ex-escravizado ou descendente de um que havia estado nesta condição de “mercadoria”, o que reforçou a associação entre negritude e escravidão, com isto muitas pessoas negarem suas raízes.

Hoje estas premissas trouxeram um novo contexto, uma realidade em que pessoas buscam defender esta memória “retida ou lembrada”, mas com o direito a diferença, o respeito à diversidade; longe da diferença marcada pela superioridade de uns em detrimento da inferioridade de outros, o que não é fácil diante do silêncio do preconceituoso.

Assim, faz-se necessário a busca da memória familiar na experiência da escravidão e abolição, quando cheio de estratégias de sobrevivência e de resistência, o negro escravizado consegue compor uma família; mesmo sendo esta família escravizada, com as exigências esmagadoras dos seus senhores, conseguiram preservar sua cultura e instituição familiar. Mas é preciso afirmar que as diferentes culturas e grupos étnicos habitando o mesmo espaço precisam ter suas identidades preservadas, para surgir à combinação da igualdade com diversidade. Esta identidade que muitas vezes construída pelos discursos europeus modernos raciais e patriarcais⁹¹¹, em que a mesma em política não se parece com a sua essência, mas como a aparência “natural” do mundo, ou seja, um conceito pré-estabelecido diante da sociedade.

Segundo Stuart Hall

A identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processo inconsciente, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”... Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento.⁹¹²

⁹¹¹ Walter D. Mignolo. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, n. 34, 2008. p 289.

⁹¹² HALL, Stuart. **A identidade Cultural na pós-modernidade**/ Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro-11.ed. –Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 104p.

Assim é que aquele sujeito que parecia se moldar a sociedade, tornando-se previsíveis e unificados até o século XX e que tinha sua identidade construída pelos discursos europeus, vai surgir em um novo conceito com entrada para a pluri-versalidade, onde vai formando um novo pensar, um pensar descolonial; desvinculado de conceitos ocidentais e ligado as memórias. E com estas estamos produzindo a nós mesmos de novo, pois não é o que as tradições fazem conosco, mas o que fazemos das tradições e pela justiça social. Onde o que está em evidência é a visibilidade das experiências, memórias e tradições do povo negro na formação do Ceará, ou melhor, no pós-abolição no Ceará.

A primazia da liberdade na província do Ceará contradiz a ideia humanista, afinal, foi uma das poucas que concedeu indenização aos proprietários desta mercadoria.⁹¹³ Esta retirada do negro através do Fundo de Emancipação e do Tráfico Interprovincial vai reforçar mais na frente o discurso de um Ceará “branco”, sem negros; mesmo com este discurso no decorrer do século XX, as evidências da cultura negra não foram silenciadas no interior do Estado.

A ascensão do escravizado como cidadão é observável na sua persistência nas tradições, esta que vem sendo transmitida de boca a ouvido ao longo dos séculos. Essas heranças estão na memória até das ultimas gerações, são memórias vivas. No Ceará é notaria a exaltação dada ao Francisco José do Nascimento, conhecido como Dragão do Mar, ele foi o representante dos jangadeiros que aderiram ao movimento abolicionista e em janeiro de 1881 fecharam os portos de Fortaleza ao embarque de escravos. Contudo, além deste já existiam tantos outros empenhados a lutar contra violência escravocrata, como José Amaral, José Teodorico da Costa, Antônio Cruz Saldanha, Alfredo Salgado, Joaquim José de Oliveira, José da Silva, Manoel Albano Filho, Antônio Martins Francisco Araújo, Antônio Soares Teixeira Júnior, que fundaram a Sociedade Libertadora Cearense em 1880, com 225 sócios, sob a liderança de João Cordeiro, e para divulgar seus ideais, em 1881, criaram o jornal *O Libertador*. E foi através deste que soubemos deste fato de Aratuba, quando ainda se chamava Coité:

Ao velho Coronel Paiva

Meu amado ex-senhor, li nos jornais da capital uma publicação de Vcê. a meu respeito, e antes que eu tivesse tempo de lhe responder apareceu no *Libertador* um engraçado que servindo-se do meu nome declarou que eu achava no Grande Hotel Chinez no Rio de Janeiro, o que é falso. Eu fui sua escrava e em sua casa sempre passei bem: almoçava páu, jantava peia e merendava chiqueirador. Além disso Vcê. andou dando-me uns beliscões e me dizendo umas promessas que nunca cumpriu. Por tudo isso, já bastante doente, devido o mau cheiro de sua boca, resolvi bater a linda plumagem e eis-me na terra do café sob a proteção do grande libertador Antônio Cruz no Coité. Se quiser que lhe mande umas bananas e umas atarrachadas, e uns abacates me escreva no primeiro correio que satisfarei os seus desejos. Adeus coronel, disponha da sua ex-escrava, ex-criada e ex-amiga.

Anacleto Rosa de Paiva. Coité, 28 de abril de 1886⁹¹⁴

Percebe-se a ironia com que Anacleto se dirige ao seu ex-senhor (Sr. Paiva), quando diz “em sua casa passei bem: almoçava pau, jantava peia, e merendava chiqueirador”, o que mais uma vez comprova os rastros de violência no sistema escravocrata que permearam a província do Ceará. No entanto, ela destaca que em Coité havia pessoas também engajadas

⁹¹³ Fundo de emancipação, alforrias de 1882 a 1883, jornal “**O Libertador**”- Arquivo do Estado do Ceará.

⁹¹⁴ Jornal **O Libertador**. Ao velho Coronel Paiva. 04/05/1886, edição 00098. Tribuna do Povo (), p.3.

no movimento abolicionista, como é o caso do mencionado Antônio Cruz que lhe acolheu. E se há relatos de pessoas na defesa da abolição, de escravos fugidos, da participação destes nos momentos das famílias de seus senhores em Coité, é porque o número não é tão reduzido como informavam os históricos de Aratuba até então, existe uma quantidade de dados ainda mais relevante que comprovam a presença negra em Coité, hoje Aratuba, e que contribuíram e contribuem para a formação identitária local, é esta que estamos resgatando do anonimato.

A participação negra no Ceará e em Aratuba.

No início do século XIX grande era o número de negros nas terras cearenses, 60,7% de uma população total de 77.375, isto se somando pretos e pardos livres. Já a população “negra e parda cativa”⁹¹⁵, somava 12.254, ou seja, 15,8% da população. Assim, a presença negra era visível, não relacionada ao cativo, já que a ocupação do Ceará se deu de forma diferenciada das demais áreas açucareiras do Nordeste, onde a pecuária não exigia tanta mão de obra como nas sociedades de engenho, e é exatamente isto que consolidará a província como um espaço atraente para homens livres, em grande maioria “pobres, negros e pardos”⁹¹⁶, que junto com as demais etnias, compuseram uma identidade cearense, esta que é formada e transformada continuamente, onde nos dias atuais esta identidade não é fixa, ela muda de acordo como o sujeito é interpelado ou representado. É possível que pessoas que não reconheçam a batalha diária de um ser humano que foi escravizado para acumular riqueza para seu patrão, aplaudam com orgulho o pioneirismo cearense (abolição em 1884), esquecendo-se de como estas vidas eram mantidas em cativo desde o período colonial, controlando as atividades, os prazeres, suas práticas sexuais e sua vida familiar, “sob estrito controle e disciplina”.⁹¹⁷

Para os fazendeiros do Ceará que possuíam escravizados, além do lucro eles lhe rendiam status, já que ter escravo, representava ter “posses”, condições financeiras, enfim, boa posição social. Não era à toa que notícias de jornais traziam o número de escravos que uma família possuía: “Há três dias chegou de São Francisco o Sr. Capitão João Teixeira Bastos com sua família composta por trinta e três pessoas, inclusive oito escravos”⁹¹⁸.

Assim se faz relevante mencionar Aratuba e a chegada da “família Pereira”, que apesar do contexto diferente, pois não eram retirantes, como a família do Sr. Capitão João Teixeira Bastos, mas há o destaque da mobilidade da família junto com o seu número de escravos pertencentes, quando o Capitão José Antônio Pereira, natural de Cascavel adquiriu por compra do Sargento José Saraiva no ano de 1828, a faixa sul da serra de Baturité, terreno pertencente à Sesmaria do Capitão-mor João de Freitas Araújo, e no ano seguinte, o Capitão João José Pereira, filho do já mencionado, Capitão José Antônio Pereira, veio iniciar a construção de uma propriedade no terreno, ainda com o nome de Coité (primeiro nome de Aratuba). Ao chegar, acompanhado de dez escravos, deu início ali aos serviços projetados: construção e plantações de cafeeiros, canaviais e fruteiras, que constituíam a maior fonte de riqueza daquela zona⁹¹⁹.

Certamente, pelo fato de a agricultura ser praticada em apenas certo período do ano (cotonicultura, cafezais, canaviais), não era necessário e nem “compensador” para os fazendeiros possuir um grande número desta valiosa “mercadoria” em Aratuba. Assim, o negro esteve presente na lavoura, nos trabalhos domésticos e como símbolos de status.

A produção agrícola “moderna” depende de técnicas e de usos de máquinas para o preparo da terra (adubar, semear, pulverizar inseticida, irrigar e até colher), todavia, a

⁹¹⁵ FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará. In: SOUSA, Simone de (Org.). **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000. p. 104.

⁹¹⁶ FUNES, Eurípedes Antônio. *Op. Cit.* p.105

⁹¹⁷ HALL, *Op. Cit.* p. 42.

⁹¹⁸ **Jornal Cearense**, Caravana de Emigrantes. 17/06/ 1877, Edição nº 51, p.3.

⁹¹⁹ HISTÓRICO DE ARATUBA. Secretaria de Educação, Cultura e Desporto. 1995. PLANO PLURIANUAL DE ARATUBA – 2006-2009.

agricultura antiga ou arcaica era caracterizada pelo o uso da força, com técnicas rudimentares e dependentes de condições climáticas. Neste uso da força na agricultura em Aratuba, no século XIX, encontramos a presença marcante do negro, o que nos faz entender a cultura do sujeito aratubense hoje sendo um produto de sincronizações parciais, de engajamento que atravessaram fronteiras culturais, de confluências de mais de uma tradição cultural, de negociações de posições dominantes e subalternas⁹²⁰. Não queremos dizer que Aratuba é ou foi um município formado por nobres partidários de regimes escravos, e sim, que há indícios de famílias que aqui chegando, passaram a desenvolver trabalhos na lavoura, nos engenhos, plantações açucareiras e sem falar, nos serviços domésticos; que para a época, eram desenvolvidos principalmente por mão-de-obra escrava.

Aratuba assim contrasta por seu clima ameno e abundância d'água, propiciaram-nos culturas nobres como a do café, dando-nos assim no final do século XIX e início do século XX, um excelente período de prosperidade econômica, isto apesar das muitas dificuldades de transporte para escoar suas safras.

Em dois momentos a presença do negro na produção do café era bastante relevante, na limpa e na colheita. Essa produção se concentrava mais evidentemente na serra, onde o clima era ameno, propício a essa produção. Com isso os negros que moravam afastados dessa área subiam e desciam todos os dias para limpar ou colher o café.

O café trouxe riquezas para muitos, porém, para os negros, o café, muitas vezes, só trazia o sustento. Pelos os relatos, os negros que trabalhavam no café eram hospitaleiros, de linguagem simples, pois nunca tiveram a oportunidade de estudar, não porque faltavam escolas em Aratuba, mas porque só existiam para o trabalho. Para eles, apenas estudar não trazia o sustento, mas era a labuta do dia-a-dia que garantia a sobrevivência.

O esforço do negro na labuta diária é notório na cidade supracitada, o registro dele enquanto escravo é mínimo, cabendo-se assim sua análise enquanto trabalhador livre, portador de alguma "proteção". O município sempre foi portador de uma terra fértil e de boa condição climática, sendo o seu lado favorável a diversos tipos de lavouras, inclusive a plantações de canaviais. Temos registros da produção da cana desde 1832, quando o Capitão João José Pereira montou o primeiro engenho de madeira, onde a moenda era utilizada por "trabalhadores" (não identificados como escravos ou livres, o que temos de registros dos Pereiras sobre seus dependentes são os dez escravos já mencionados anteriormente) que não nos deixaram registros, senão a cultura da cultura da cana. O maquinário para substituir a moenda foi traga de Pernambuco em 1865, e hoje, permanece como produção ativa do município, chegando a um elevado nível de produção, a aguardente: Pingo de Ouro, conhecida em todo o maciço.

A maioria destes canaviais hoje fica na localidade de Pindoba (pequena localidade da cidade, mas que um dia foi distrito), ainda é possível localizar a casa-grande, a senzala (quarto no térreo que moradores afirmam ser antiga senzala, informação oral), o engenho e o canavial. São os patrimônios históricos e artísticos abordados de acordo com objetos e discursos que constituem e legitimam esta existência da presença negra, diferenciado as sociedades simples das complexas, dando aos bens um valor cultural naturalizado.

Com a produção da cana-de-açúcar abriu-se um leque de oportunidade para produção de vários produtos até os dias atuais na localidade, como a cachaça, o mel, a rapadura, tijolo de cana, batida, etc. Esta cultura favoreceu crescimento da oferta de postos de trabalho entre os gêneros, por exemplo, enquanto o homem fica com o plantio, a retirada da cana, e a fabricação da cachaça, as mulheres enchem os vidros, colocam o rótulo e preparam para a venda, tudo de forma manual. Segundo relatos, antigamente o trabalho mais pesado ficava para o negro, mas era este esforço que os possibilitava possuir uma fonte de renda para sua sobrevivência e de suas famílias.

⁹²⁰ HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais/** Stuart Hall; Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende...[et al.] . 1ª edição atualizada-Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

Desta forma, vários são os aspectos de representatividade do patrimônio histórico e cultural que apontam para sua relevância na historicidade local, já que frequentando diferentes ambientes para produção de mantimentos, o trabalho do negro junto com o modo de produção do sertanejo consistia num modelo bastante tradicional, onde as famílias participavam ativamente do trabalho, formando uma economia/agricultura familiar.

A agricultura familiar era uma forma de produção onde predominava a interação entre gestão e trabalho, que são os proprietários que dirigem o processo de produção, utilizando o trabalho familiar que as vezes era completado com o trabalho assalariado. Havia a necessidade de todos da família participarem de todo o processo da produção, pois minimizava os custos com a mão-de-obra, gerava renda e em muitos casos, era uma forma de gratidão pelo o sustento dado pelos pais.

Sabemos ainda que por muitos anos o Ceará se dedicou a cotonicultura, transformando-a numa de suas principais fontes de renda. Aratuba também não ficou de fora, sua produção não era grande, mas cabe destacar a fazenda da família Aquino Pereira, localizada na comunidade Vazantes, dirigida pelo Sr. José de Aquino Pereira (1867-1924), que deixou uma geração com base agrícola no algodão, já que esta era a produção de costume dele. Isto sem esquecer a presença negra nas colheitas, muitos eram os trabalhadores e grande era a família para sustentar.

O algodão de Aratuba era levado para a Usina de Beneficiamento, a Jucá em Capistrano-CE, que era propriedade do Sr. Leonel Jucá, e também, para a Indústria Colares de Algodão em Itapiúna-CE, de propriedade do Sr. Idelfonso Colares, amigo de muito tempo da família Aquino. Havia também o sistema de meeiro de algodão, em que o proprietário, entrava com o terreno e a semente, e o sócio partia com o trabalho.

Há, porém, “os dois lados da moeda”, para os grandes proprietários, o algodão era um fator de prosperidade, que só trazia lucro e riqueza. Entretanto, para os negros e trabalhadores dessas fazendas produtoras de algodão, era entendida somente como um fator de sobrevivência. O que eles ganhavam da venda deste produto, só dava para pagar as dívidas e sustentar a família. No final das contas, conseguiam realizar o que os negros escravizados da época sabiam fazer de melhor: sobreviver.

Mas foi através desta sobrevivência que constituíram famílias. Mesmo sendo esta família sujeita as exigências esmagadoras dos seus senhores, preservaram suas culturas. Assim, estas formações familiares trouxeram sua persistência nas tradições. A identidade negra hoje é atravessada por outras identidades, mas que não perdem as suas subjetividades, como é o caso das Rezadeiras/ benzedadeiras, curandeiras, videntes de Aratuba, e que trouxe uma identidade diaspórica para os dias atuais.

A permanência de práticas terapêuticas e crenças no ofício de Rezadeiras em Aratuba

“Para compor o ritual de cura, as rezadeiras podem utilizar vários elementos: ramos verdes, gestos em cruz feitos com a mão direita, agulha, linha, pano e reza. Esta é executada na presença do cliente ou à distância. Neste caso, pode ser usada uma fotografia, uma peça de vestuário, ou pode apenas rezar pela intenção de alguém que se encontra distante”.⁹²¹

O ofício das rezadeiras, geralmente é transmitido através de parentes próximos. No entanto, encontramos em algumas o dizer de que tinha adquirido este conhecimento através do “dom de Deus”. Não só rezadeiras ou benzedadeiras como são chamadas, encontrei em Aratuba curandeiros (as) e videntes, o que veio somar a classes populares e estimular a investigação nesta classe a partir das suas práticas de cura.

⁹²¹ SANTOS, Francinário Vito dos. **O Ofício das Rezadeiras: Um Estudo Antropológico sobre as práticas terapêuticas e a comunhão de crenças em cruzetas.** Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). CCHLA, UFRN, Natal, 2007. p. 197.

Na pesquisa, além das curas de mau olhado, ventre caído, quebrante, dor de dente, nervo trilhado, etc. encontramos rituais de cura contra inveja (ramo), aparecer objetos e animais furtados, reaver conciliações entre casais, melhoras na vida financeira (se for o caso de algum trabalho ter sido feito com esta pessoa), enfim, o que elas afirmam é que só tiram feitiços, não colocam, contudo, ressaltamos que a pesquisa ainda está em andamento e que muito ainda temos a descobrir sobre a prática das rezadeiras de Aratuba.

As relações que estes praticantes mantêm com a Igreja Católica não são apenas cordiais, mas essenciais para seu ofício, utilizam desde uso de rezas a denominações dos santos como protetores.

No levantamento que estamos fazendo em Aratuba sobre as rezadeiras do município levamos em conta o mapeamento em nucleadas⁹²², e mesmo está ainda em andamento já encontramos tantas conversas que levantamos alguns questionamentos. Como qual diferença entre as benzedoras e o vidente? E em que o vidente se diferencia do feiticeiro?

O relato de um entrevistado, seu Raimundo⁹²³, que se alto denomina vidente explica: “a benzedora dar a cura, o vidente além da cura, diz onde está o problema”. As pessoas ainda falam, segundo ele, que ele é feiticeiro, macumbeiro. O que este afirma que não, pois não coloca feitiço para prejudicar as pessoas, “mas tira”.

Não sei se estas afirmações de feitiço em Aratuba venham da transmissão de aspectos misteriosos entre os ditos videntes, do fato de possuírem mesas e “quartos” para determinados trabalhos; o fato é que após o relato do problema é que as pessoas indicarão qual rezadeira pode servir, ou ajudar a este que procura ajuda. Nestes quartos tem-se santos e orixás, segundo Dona Luizinha⁹²⁴, que ainda afirma que -“quando é reza, não cobro, contudo, se for para usar os astros, aí eu cobro”.⁹²⁵

Para auxiliar na análise dessas categorias, buscamos o conceito de benzedor e curador elaborado por Loyola, “a rezadeira é aquela mulher que em seus rituais usa somente as rezas do catolicismo, é caridosa, não roga praga e frequenta a Igreja Católica, ou seja, limita-se a rezar e fazer cruzeiros na cabeça do cliente. Enquanto a curandeira e feiticeira, se utiliza de trajes especiais, se revestem de gestos, usam implementos religiosos.”⁹²⁶ Na visão das pessoas de Aratuba, as rezadeiras são de rezas fortes, curam mesmo, e é uma prática antiga, antes tínhamos muitas (e de rezas fortes mesmo, afirmam). Hoje, esta tradição está se perdendo, temos poucas (os).

Notamos nas entrevistas feitas até então uma preocupação de esconder elementos de outras religiões, o que nem sempre é possível. Afinal, aparecem termos em suas falas tais como: encantados, carregado, feitiço, olhado, etc.. Sem esquecer o fato de que em alguns encontramos os rituais de iniciação (“tive que fazer jejum sério mesmo, e tenho sete cruz feita de gilete em minhas costas”- informação oral), afirmação que possuem mãe santa (quem o introduziu), o fato de frequenta terreiro registrado, e a afirmação de que não registra o seu centro porque é complicado, ou porque as pessoas tem muito preconceito. Ao mesmo tempo, volta a colocar: sempre fui católico, nunca de outra religião. Assim, foi que nesta diferenciação entre benzedora, curandeiros, videntes, feiticeiro, encontrei estes conceitos para as mesmas pessoas, variando apenas de informantes.

⁹²² Consiste inicialmente na extinção de pequenas escolas rurais ou classes isoladas, com a consequente redistribuição dos alunos em escolas maiores, visando as melhores condições de socialização dos alunos e vivências interpessoais mais ricas. XEREZ, Antônia Solange Pinheiro. **Educação e Cidadania**: ampliando os espaços de inclusão/ Antônia Solange Pinheiro Xerez. –Fortaleza: Gráfica e Editora LCR, 2008. p 65.

⁹²³ Raimundo, 57 anos, Vidente, morador de Aratuba. Conversa preliminar, realizada em Agosto/2016. A pesquisa está em desenvolvimento, estamos realizando o levantamento de depoentes e conversas preliminares para posterior registro.

⁹²⁴ Luiza, 78 anos, vidente, moradora de Aratuba.

⁹²⁵ Dona Luizinha, vidente, , agosto/2016

⁹²⁶ LOYOLA, Maria Andrea. **Médicos e curandeiros**: conflito social e saúde. São Paulo: Difel, 1984. p.94.

É difícil entender esta dinâmica (para alguns determinada mulher é rezadeira, para outras, é temida por ser catimbozeira, feiticeira, etc.), contudo, a ideia de “situacionalidade” traga por Evans-Pritchard não como conceito, mas como perspectiva ajudou muito, afinal, segundo ele a situacionalidade é uma perspectiva para se ver a política e as distinções de identidades⁹²⁷, exatamente como trabalhamos no tópico um, quando vemos as relações que as pessoas mantêm entre si, o que deve ser considerado é a situacionalidade, porque pode existir para um cliente a rezadeira Maria (por exemplo), e esta mesma rezadeira ser difamada por outro cliente como feiticeira.

Ainda foi possível identificar as linhas e os rituais de macumba mencionados por Ismael Pordeus Jr em seu livro *Umbanda-Ceará em transe nas falas das rezadeiras*: _Sou da linha branca (Dona Maria⁹²⁸), o que lembra o terreiro de Santa Barbara. Ou - eu já tenho linha branca, mas eles querem me desenvolver, dizem que podem botar mais linha em mim (Dona Eliane⁹²⁹), mas eu não quero não desenvolver minha mediunidade, sofre muito quem é médium.

Outro aspecto da presença negra, é a magia do trabalho na variedade das linhas, como é o caso da fala sobre trabalhos nas ruas, encruzilhadas, cemitério. Explicam sobre os perigos das encruzilhadas e o fato dos espíritos estarem por todo canto, principalmente próximo às cruzes, por isso cuidado ao passar por pontes... é preciso rezar sempre, se benzer ao sair de casa, segundo Dona Luízinha.

Alguns dos entrevistados possuem muitas imagens, mas muito me chamou atenção a imagem de São Jorge (que é o senhor Ogum rei da Umbanda) que está sempre presente. Outra coisa que se destaca são os videntes, que são desenvolvidos. Alguns deles falam sobre o seu ritual de iniciação, dos jejuns e cruzes em cortes em suas costas (Sr. Raimundo), outra que recebeu de uma criança de nove meses (Dona Luízinha). Sr. Raimundo diz que o que lhe pertence é Ogum, Exu não, ele é de lá e aponta para baixo. Analisamos a forma como ele associou Exu ao diabo cristão, este que resolve problemas, ou pratica o bem para quem o procura. Mas nunca de graça, quer algo em troca, daí ser chamado de compadre Exu, assim a maldade não está nele, mas no homem que faz o pedido⁹³⁰. O que pelo jeito ele não vê desta forma.

Estes videntes possuem quartos com santos e orixás, recebem as pessoas, fazem suas orações para aqueles que os procuram. Luízinha faz menção a mesa, e diz que quando o problema é sério mesmo e ela não consegue resolver, passa para seu filho. Este tem um centro segundo ela, afirma que é registrado e que ele mora na região. Contudo, ainda vou procura-lo e conversar sobre a temática.

A tentativa neste resgate histórico serve para percebermos a prática de benzer como um processo que se mantém na história do município, seja na zona urbana ou rural. E mesmo a pesquisa em andamento já conseguiu visualizar um pouco das tradições vivas que fazem menção a cultura negra, e que influenciam a identidade. Esta que está sempre sendo formada, vivenciando novas culturas, assimilando novas identidades, mas sem perder completamente as suas, e sim sendo produtos das novas diásporas.

⁹²⁷ EVANS-PRITCHARD, E. Edward. **Os Nuer**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

⁹²⁸ Maria, 58 anos, curandeira, moradora de Aratuba.

⁹²⁹ Eliane, 68 anos, rezadeira, moradora de Aratuba.

⁹³⁰ PORDEUS JR., Ismael. **Umbanda: Ceará em Transe**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002. p75.

IDENTIDADE(S) CULTURAIS EM TENSÃO: REFLEXÕES A PARTIR DO FREVO E AXÉ-MUSIC.

Wayne Rodrigues de Lima⁹³¹
wayne.rodrigues@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho apresenta dados parciais da pesquisa de mestrado que está sendo desenvolvida na UFPE. Identidade é um conceito bastante amplo, o que o faz ser um termo problemático, usado em diversas situações, sob diferentes abordagens, seja para analisar a construção do indivíduo enquanto tal ou estudar como se dá a abstrata tentativa homogeneizante de destacar semelhanças em comum para sustentar a união de um grupo ou de uma nação, sendo esta identidade cultural baseada em uma estrutura simbólica imaginada, que visa a construção de uma cultura em comum, como mostrou Benedict Anderson a respeito da ideia de nação. Stuart Hall, analisa a identidade cultural na pós-modernidade como híbrida e não mais possível de ser compreendida nos moldes modernos. Faz-se necessária uma reflexão sobre o tema. No presente trabalho, buscar-se-á realizar uma revisão bibliográfica acerca das conceituações e debates referentes a identidades culturais, tendo como ponto de partida o discurso de uma identidade cultural pernambucana associada ao frevo e as tensões que a axé-music fizeram emergir em Recife na década de 1990.

Palavras-chave: Identidade, Identidade Cultural, axé-music

Algumas considerações sobre “identidade”

Diz-se que tudo e todos identificam-se e são identificados com algo ou como pertencentes a algum grupo social, o que tende a sugerir uma identidade aparentemente natural, dada, algo evidente, estável e, sobretudo, fixo. Pensar desta forma sugere que ser algo, ou pertencente a algum grupo, excluiria automaticamente outras possibilidades de identificação, algo que tem sido amplamente questionado. É preciso, de antemão, esclarecer que não se buscará aqui fazer uma discussão psicanalítica sobre a construção da identidade do “eu”, apesar de tal abordagem ter auxiliado bastante na contestação do que se entendia por identidade moderna, sinônimo de uma estabilidade que, como se disse, não se mostra como algo plausível. A imensa variedade de abordagens entonta, exige delimitações e convida ao debate.

A questão da “identidade”⁹³², por este termo, passou a ser muito abordada a partir dos chamados estudos pós-coloniais, nos quais se buscava compreender os novos arranjos de um mundo em que contatos e coexistências decorrentes do imperialismo despertaram a necessidade de compreender o que se é em relação ao outro. Dentre os autores dessa linha, o antropólogo Stuart Hall é um dos mais importantes. Hall, em sua célebre obra “A Identidade Cultural na Pós-Modernidade”, de 1992, escreve a partir do pressuposto que a identidade do sujeito moderno estaria atravessando uma “crise”, dadas as inúmeras mudanças da vida social, e que essa crise seria caracterizada por um descentramento, uma fragmentação de uma antiga “identidade” que se pretendia estável⁹³³. O autor afirma que a não mais identificação do sujeito a partir das normatizações que caracterizaram a modernidade é o que configura esse descentramento. Sendo assim, o indivíduo, a partir do que se chama modernidade tardia, ou pós-modernidade, não mais se sentiria completo, satisfeito, por

⁹³¹ Mestrando em História pela UFPE

⁹³² Produções entre as décadas de 1930 e 1940 faziam uso de termos como “psicologia do povo”, “caráter nacional”, “personalidade básica”, “personalidade modal”, etc. DE MENEZES, Eduardo Diatay B. Crítica da Noção de Identidade Cultural (ou étnica, nacional, etc) In: BARBALHO, Alexandre.(Org.) **Brasil, Brasis: Identidades, Cultura e Mídia**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2008. p. 34.

⁹³³ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª Edição, 1ª Reimpressão. – Rio de Janeiro: DP&A, 2011. p. 07.

considerar-se pertencente a um país, ou a apenas um tipo de cultura, mesmo porque essa satisfação nunca teria sido atingida. Desta forma, o centro da identidade estaria deslocando-se simultaneamente para vários outros centros, trazendo à tona uma fragmentação de identificações, estas podendo estar ligadas agora a questões de gênero e étnicas, por exemplo. Essa mudança não estaria se dando de maneira tranquila, portanto, seria uma crise.⁹³⁴ Mas o que se entende por identidade do homem moderno?

A análise de Benedict Anderson ajuda-nos a compreender os pilares da identidade moderna. Anderson, analisando a identidade nacional em um contexto de formação e solidificação dos Estados modernos, considera uma nação como uma “comunidade imaginada”, ou seja, um projeto de nação que, se imaginaria e constituiria enquanto tal a partir de uma ideiação prévia. Através de limites territoriais definidos, mas também de uma partilha de símbolos, seus habitantes se identificariam como pertencentes a essa comunidade.⁹³⁵ Anderson, por sua vez, promove uma comparação na qual assemelha a narrativa da “identidade” de uma pessoa com a “identidade” nacional para posteriormente diferenciá-las. Ambas estariam inseridas, segundo o autor, em um sistema de continuidades como construções abstratas com reverberações práticas. Contudo, enquanto é possível se referir à trajetória de uma vida humana narrando um começo e um fim, tal explicação não se aplica à ideia de nação, pois a mesma não é um dado natural, mas algo desejado e inventado como tal. Isso significa afirmar que, para Anderson, como não existe um criador original da nação, sua biografia nunca pode ser escrita de uma forma “evangélica”, pois as nações não possuem uma data de nascimento claramente identificável, e a morte delas, se ocorrer, nunca é algo natural⁹³⁶.

Falou-se aqui de identidade, identidade cultural, identidade do homem moderno, fragmentação de identidade. Percebe-se que se trata de um conceito muito utilizado. Mas o que seria, então, essa tal “identidade”? Esse frequente uso desperta algumas críticas como a do sociólogo Eduardo Diatahy de Menezes, que demonstra insatisfação com o que classifica como uso indiscriminado do termo, classificado por ele como “autoritário”⁹³⁷, o que o leva a criticar Stuart Hall, quando este teria abordado, segundo o autor, uma suposta “crise de identidade” sem debater o que seria, de fato, a própria identidade.⁹³⁸ O autor continua sua crítica afirmando que Hall, além de fazer amplo uso desse conceito na obra supracitada, refere-se à ideia de “identificação”, quando aborda as contribuições da psicanálise freudiana e lacaniana para a temática, porém não opta pelo seu uso.

Menezes, crítico da noção de identidade, afirma que seria preferível fazer uso de termos correspondentes que sejam menos problemáticos, pois assim se evitaria a naturalização de tal conceito, o que, segundo o autor é um problema recorrente de vários pesquisadores. Logo, a noção de identificação seria, segundo ele, mais adequada que a de identidade, visto que identidade sugeriria algo estático, cristalizado, que não acompanharia as incongruências da existência humana interna e socialmente, enquanto que identificação seria um processo mais conflituoso, dialético.⁹³⁹ Contudo, a sugestão de uso de termos equivalentes, proposta por Menezes, como “memória compartilhada” e “imaginário coletivo”, como “recursos de enculturação e de construção, transmissão e preservação” de uma “memória compartilhada”, ou mesmo qualquer outro, parece-nos igualmente problemática⁹⁴⁰.

⁹³⁴ *Ibid.*, p. 09.

⁹³⁵ Essa nação, além de imaginada, seria também limitada por fronteiras, que dão corpo à nação e “soberana” ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: Reflexões Sobre a Origem e a Difusão do Nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. pp. 32-34.

⁹³⁶ *Ibid.*, pp.279-280.

⁹³⁷ DE MENEZES, Eduardo Diatahy In: BARBALHO, Alexandre.(Org.). p. 34. *Op, Cit.*

⁹³⁸ *Ibid.*, p. 29.

⁹³⁹ *Ibid.*, p.28.

⁹⁴⁰ *Ibid.*, p. 27.

Hall, em “Quem Precisa de Identidade?”,⁹⁴¹ texto posterior a sua obra acima citada, defende-se de críticas conceituais ao trabalhar melhor a questão-chave de seus trabalhos. O autor opta por continuar usando o conceito presente no título de seu texto por considerar que, apesar de “identidade” não mais poder ser pensada da mesma forma que em momentos anteriores da sociedade, ainda é um termo que não foi superado, mas ressignificado, portanto de uso ainda justificável. Hall afirma que o conceito de identificação não facilita as coisas, pois seria um termo “quase tão ardiloso – embora preferível” em relação à “identidade”, mas que não fornece “garantias”, como se pode pensar. Identificação pode ser tomada como mais que uma mera construção de características partilhadas com os outros, mas um processo nunca completo, em constante reformulação, com aproximações e afastamentos simultâneos. Hall, por sua vez, vê que a ideia de identificação pode ser útil à sua concepção de identidade, relacionada portanto, à ideia de *différance*, que seria um processo dialético que se dá através de demarcações e construções discursivas, tornando-se o exterior algo que molda, mas que também é moldado.⁹⁴² Segundo o autor:

O conceito de identidade aqui desenvolvido não é, portanto, um conceito essencialista, mas um conceito estratégico e posicional. Isto é, de forma diretamente contrária àquilo que parece ser sua carreira semântica oficial, esta concepção de identidade *não* assinala aquele núcleo estável do eu que passa, do início ao fim, sem qualquer mudança, por todas as vicissitudes da história⁹⁴³.

O historiador, ao tratar e lidar com conceitos, entra em uma sala repleta de espelhos, lançando-se em um jogo de perspectivas e formas em que enxerga várias imagens e significados. É preciso, nessa situação, analisar as possibilidades e seguir adiante. Aproxima-se aqui do historiador Durval Muniz de Albuquerque, quando entende que “o papel do historiador, ao trabalhar com conceitos, é o de desnaturalizá-los, desgastá-los, e não de abolir seus usos. “A história é incoerência, lança mão de fragmentos de discurso, porque, longe de querer afirmar identidades discursivas, ela quer destruí-las. Não queremos construir sistemas discursivos, mas despedaçá-los, ordenando-os de outras formas”⁹⁴⁴. Desse modo, acredita-se aqui que os conceitos tendem a ser polissêmicos, não podendo ser enxergados apenas por um ângulo. Identidade, portanto, pode parecer um termo anacrônico, escorregadio e deveras perigoso, mas admitir a sua variedade, sua polissemia, ajuda a encarar com mais leveza os problemas conceituais, permitindo ao historiador não se tornar refém de conceitos, mas seu operacionalizador, ou seja, o optar ou não por um conceito não significa uma automática reprodução, mas uma pensada instrumentalização crítica.

Identidade e Tradição

Quem vive e pensa a cidade do Recife em muitas vezes se depara com um discurso de perda de identidade, de luta pelo resgate ou pela manutenção do que existia, existe e não deve mudar. Não se pode dizer que tal discurso toque a todos da mesma forma, pode-se até afirmar que há pessoas que não concordam em nenhum aspecto com tal retórica. Porém, os mais sensíveis a tal questão parecem se entregar de corpo e alma, com todas as forças que possuem. Luta-se por uma cidade, pelos seus prédios históricos, por suas ruas carregadas de memórias, pelo seu carnaval. Este, representa talvez, a maior expressão da cultura da cidade que, por ser capital, tende a reverberar sua influência para o resto do estado. Luta-se por uma tradição.

⁹⁴¹HALL, Stuart. Quem Precisa de Identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença**. A Perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Editora Vozes, pp. 103-133, [1996] 2000.

⁹⁴² *Ibid.* pp. 104-106.

⁹⁴³ *Ibid.*, p. 108.

⁹⁴⁴ ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. 4. Ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009. p. 44.

A ideia de tradição se mostra bastante pertinente na análise da construção de identidades que são apresentadas como sólidas. O historiador inglês Eric Hobsbawn, pensando a respeito dos estados nacionais, mostra que, em muitos casos, tradições que parecem ser antigas e muito bem solidificadas pelo tempo, são recentes do ponto de vista histórico. São tradições inventadas e incorporadas aos rituais e símbolos de uma sociedade, apegadas comumente a um passado que não necessariamente é longínquo, mas remoto o suficiente para dar peso a essa invenção, adicionando uma ideia artificial de continuidade.⁹⁴⁵ Lembremos do frevo recifense, tradicional elemento cultural de Pernambuco: Tem-se a impressão que o frevo está presente no menu cultural da cidade desde tempos imemoriais. A historiografia mostra, porém, que se trata de tradição relativamente nova, aceita pelas autoridades apenas na década de 1930, e que comemorou seus “cem anos de glória”⁹⁴⁶ há não muito tempo⁹⁴⁷. É importante, portanto, pensar a identidade cultural pernambucana, apoiada em expressões “populares”, como o frevo, como uma narrativa inventada, mas, sobretudo, carregada de intenções e com objetivos práticos⁹⁴⁸.

Nascer na terra dos altos coqueiros qualifica o indivíduo automaticamente como pertencente a um local que possui uma grandiosa história, narrada repetidas vezes. Desta forma, o pernambucano, ao nascer, já possuiria uma ligação natural com personalidades como Capiba, Edgard Moraes, Felinto, Pedro Salgado, Guilherme, Fenelon e, claro, com seus blocos famosos, exímios representantes da terra do frevo⁹⁴⁹. Contudo, e isso talvez espante um leitor menos familiarizado com o dia-a-dia pernambucano, fora os quatro dias em que o momo reina na cidade, o frevo parece não fazer parte do cotidiano das pessoas, permanece vivo, porém mais tímido durante meses. Ao longo do ano, o frevo ocupa espaços com menos holofotes, integra os projetos das políticas culturais, os discursos daqueles que lhe afirmam importante e é ouvido eventualmente. No carnaval, sua época natural, contudo, o frevo ressurgiu sem nunca ter ido, triunfante, ditando o ritmo do reinado de momo e ocupando amplo espaço nas rádios e TVs locais e também na imprensa nacional. Quando brinca o carnaval de Recife, o recifense e o pernambucano parecem ambos estar cumprindo uma alegre e suada missão, atravessando pontes e avenidas, debaixo de sol e chuva. Frevando. O ato de brincar-lo parece uma forma de mantê-lo vivo, da forma que é, deverá ser e, principalmente, como - sempre? - foi.

O historiador Durval Muniz de Albuquerque, em “A Invenção do Nordeste e Outras Artes” também trabalha com a ideia de invenção. Para Albuquerque, que busca desconstruir os pressupostos de uma identidade nordestina estereotipada, é importante atentar aos discursos criadores e legitimadores de supostas verdades. Segundo o autor, a ideia de identidade baseia-se em uma repetição dada por meio de lutas: “A identidade nacional ou regional é uma construção mental, são conceitos sintéticos e abstratos que procuram dar conta de uma generalização intelectual, de uma enorme variedade de experiências efetivas”⁹⁵⁰. Contudo, para Hobsbawn, alguns hábitos que tendem a ser pensados como tradição pelo fato de serem repetidos cotidianamente não caracterizam necessariamente uma “tradição inventada”, pois nesses casos sua justificativa seria mais técnica, pragmática. As tradições inventadas, por sua vez, seriam, antes de tudo, ideológicas e estariam mais

⁹⁴⁵ HOBBSAWN, Eric. A Invenção das Tradições. In HOBBSAWN, Eric. RANGER, Terrence. (Orgs.) **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2008. p. 10.

⁹⁴⁶ Referência à música “100 anos de frevo”, de Alcymar Monteiro.

⁹⁴⁷ O centenário do frevo foi comemorado no ano de 2007.

⁹⁴⁸ No caso do frevo, sua adoção como símbolo da folia de momo do Recife pode ser vista como uma aceitação de uma manifestação tida por “popular”, aliada a um projeto de solidificação de uma identidade mestiça, em consonância com o projeto varguista de identidade nacional. Segundo Rita de Cássia Araújo, algumas décadas depois de ser considerado um “monstro popular”, passa a ser elemento essencial da cultura local, dentro de um projeto nacionalista do Estado-Novo. ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **Carnaval do Recife: A Alegria Guerreira**. Revista de estudos avançados, USP, v.1, 1997, p.203-216.

⁹⁴⁹ Referência ao frevo-canção “Evocação nº1”, de Nelson Ferreira.

⁹⁵⁰ ALBUQUERQUE Jr., p. 38. *Op. Cit.*

ligadas a uma excepcionalidade do que a algo mais burocrático e corriqueiro do cotidiano.⁹⁵¹ Seguindo esse viés, o fato de o frevo não ser um tipo de música que se ouve e se dança com facilidade no cotidiano dos pernambucanos, de maneira geral, parece sugerir uma excepcionalidade própria de uma tradição.

Os anos 1990: tradição, globalização e tensão

Mangue, cartão-postal da cidade do Recife. Sua vegetação verde contrasta com o cinza do asfalto. Seu cheiro forte, de lama, lama escura, dá marca a capital de Pernambuco, que possui esse rico ecossistema no qual o caranguejo faz suas artes, com suas antenas erguidas, a resistir à desenfreada poluição da sua pequena metrópole. Essa imagem da cidade do Recife parece ser rapidamente relacionada a uma época em especial. A década de 1990, com seus ares de globalização, é o período de ascensão do movimento ou cena manguebeat, que se caracterizou por uma ressignificação de elementos da cultura local, colocados em contato com o que acontecia na música no mundo. Tal modo de se portar diante da tradição e do externo, do novo, trouxe consigo grandes debates acerca da identidade cultural recifense e pernambucana.⁹⁵² De fato, o manguebeat foi um movimento artístico-cultural de reconhecida relevância no cenário musical de Recife, *a priori*, posteriormente ganhando espaços no Brasil e em outras partes de mundo. Apesar de os anos 1990, não raramente, serem vistos como a década do mangue, que poderia ser ouvido no festival Abril pro Rock, a referida década também ficou marcada por outro tipo de música ouvida em outro tipo de palco. Em 1993 é criado o evento Recifolia, palco onde se ouvia do alto dos trios elétricos, sobretudo, a chamada axé music⁹⁵³.

A prefeitura da cidade do Recife, quando abre as portas da cidade para o evento, uma “micareta” que seguia estruturalmente e musicalmente um modelo baiano de festa, entra em conflito com os setores mais tradicionais da cultura local. Com o mercado musical aquecido pelos *hits* baianos, em meio a uma crise econômica, a saída pelo turismo de festa, praia e sol mostrou-se como uma opção. Nesse contexto, a música baiana é convidada a cruzar as fronteiras físicas e adentrar oficialmente no estado de Pernambuco. Oficialmente porque, a essa altura, em 1993, a *axé music* já era um dos estilos musicais mais consumidos no Brasil⁹⁵⁴. As rádios e os programas de televisão já exibiam artistas que produziam a música baiana em cadeia nacional há pelo menos uma década. O “convite”, nada próximo de uma atitude “tradicional”, ia contra o purismo da tradição. Buscava atrair um público que pode ser encarado como paradoxal, posto que tem um perfil peculiar ao mesmo tempo que plural, um público que não se identificava necessariamente com a cultura pernambucana, mas com a música baiana e o formato do evento. A micareta atrairia público ocorrendo em Feira de Santana, Campina Grande ou mesmo Recife. E onde estava o frevo?

Apesar de a programação do Recifolia mesclar artistas de fora do estado e artistas locais, criticou-se muito o maior destaque dado aos primeiros, principalmente os artistas baianos, que eram as atrações principais. Mas, por que o frevo não era o centro das atenções? As críticas ao evento se perguntavam. Acredita-se aqui que mais válido é questionar os motivos que levam a essa repulsa. A ideia de pureza, presente nos discursos mais tradicionais, sugerem que o frevo, o frevo de Capiba e outros notáveis compositores, juntamente com as outras expressões culturais do estado de Pernambuco, era por si só algo

⁹⁵¹ *Ibid.*, p. 11.

⁹⁵² SANDRONI, Carlos. **O Mangue e o Mundo**: notas Sobre a Globalização Musical em Pernambuco. Revista Claves, nº 07, pp.63-70. 2009. p. 63.

⁹⁵³ Axé é uma rotulação musical bastante heterogênea, com elementos percussivos de terreiro, do samba, do reggae, mais elementos do pop, como guitarras e teclado. Na década de 1980 nasceu oficialmente cantado na voz de Luiz Caldas, com a gravação de seu disco, sucesso de vendas, *Fricote*. Sobre a música afropop baiana ver GUERREIRO, Goli. **A Trama dos Tambores**: a música afro-pop de Salvador. São Paulo: Editora 34, 2000. pp, 16-17.

⁹⁵⁴ Segundo Goli Guerreiro, a música baiana passa a disputar espaços no mercado musical com a chamada MPB. Ver mais em GUERREIRO, Goli., 2000. pp, 16-17. *Op. Cit.*

que se sobrepunha a qualquer “modismo” de época. Era a legítima expressão de identidade local. É algo a se pensar, porém, a participação ativa de artistas locais que produziam música nos trios elétricos, contudo não é objetivo que se tem neste artigo.

Pensar uma suposta identidade pernambucana baseada na pureza do frevo, maracatu e caboclinho parece-nos problemático por dois motivos. Primeiro, porque cada uma dessas expressões tem, na sua composição, elementos variados. Segundo, porque não parece possível um total isolamento de influências, sejam elas locais ou externas. Em seu ensaio denominado “Hibridismo Cultural”, Peter Burke conclui que não há, de fato, no mundo, culturas insulares, ou seja, isoladas, devido as diversas possibilidades de contato entre as pessoas. Tais contatos se dão em diferentes níveis de intensidade, o que é suficiente para refutar a ideia de pureza cultural. Não há, portanto, cultura pura, no sentido de ser uma, fundada e findada nela mesma⁹⁵⁵, o que nos faz pensar acerca do que se entende por hibridação ou hibridismo cultural.

Para Canclini, o conceito de “hibridação”, assim como tantos outros, de tão aplicado, mostra-se bastante problemático, ainda mais por ser originário da Biologia. Segundo o autor: “Entendo por hibridação processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas.”⁹⁵⁶ Essas “estruturas discretas”, já seriam híbridas, partindo do princípio que não existe pureza. De acordo com o autor, é preciso considerar nesse processo de contato o que resiste e o que se rejeita. A rejeição de elementos culturais não se dá apenas nas formas mais tradicionais, como na religião ou na chamada mestiçagem cultural, mas ocorre também em casos mais específicos, que, por sua vez, “geram insegurança nas culturas e conspiram contra sua auto-estima etnocêntrica.”⁹⁵⁷ Mas sendo a globalização um processo complexo⁹⁵⁸, aliado a interesses de mercado e consumo, haveria alguma possibilidade de distanciar-se desse fenômeno? Vejamos o comentário a seguir:

O ritmo pode ser o do passo, frevo. Embora seja carnaval. E em Pernambuco. O escritor Olimpio Bonald Neto reclamava, um dia desses, que os governos (estadual, municipal etc.) erravam quando permitiam “a propagação do ritmo baiano” (sic). Será que é isso mesmo que acontece? Será que há uma ‘permissão’ para a ‘axé music’ se propagar? [...] Pode se chamar ‘conspiração internacional’ ou o que quiser. *A verdade é que não adianta fazer protestos sentimentais, em torno da ‘preservação da cultura regional’. Não há mais cultura de um povo, pura. A mixturação vem através do ritmo. Que é único. Universal.*” (Grifo meu)⁹⁵⁹.

O fragmento escrito pelo cineasta pernambucano Celso Marconi, presente na revista Suplemento Cultural do governo de Pernambuco, em fevereiro de 1994, portanto, no primeiro carnaval após o Recifolia, demonstra que o autor parece estar a par da polêmica em torno da música baiana, mas também das questões da época em que o global se mostrava

⁹⁵⁵ BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. Editora Unisinos. São Leopoldo: 2003. pp. 101-102.

⁹⁵⁶ *Ibid.*, (p. 19).

⁹⁵⁷ CANCLINI, Nestor García. **Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade**. São Paulo: EDUSP, 2001. p.33

⁹⁵⁸ Não se deseja neste artigo promover uma análise detalhada acerca do que se entende por globalização, contudo é importante registrar que o uso do termos é feito com algumas ressalvas a fim de não essencializá-lo. Stuart Hall questiona o caráter avassalador da globalização. É muito pertinente a reflexão, parece não ser tão simples medir o real impacto da cultura produzida em um “centro mundial” em regiões remotas dos países mais subdesenvolvidos. Hall apresenta esse argumento a partir dos trabalhos de Doreen Massey, que se refere a uma “geometria do poder”, o que leva a pensar se, de fato, a globalização conecta o mundo, ou se o mundo que que ela interliga corresponde ao mundo ocidental. HALL, 2011 pp.78-79. *Op. Cit.*

⁹⁵⁹ Suplemento Cultural. Fevereiro de 1994, p. 2.

como uma força importante. Há, na visão do autor, uma acusação de “propagação” de uma cultura de fora, o que causa uma situação na qual os protestos que buscavam a preservação da cultura local são definidos como “sentimentais”, talvez por se apegarem ao discurso da tradição, que não raramente se confunde com a nostalgia. Em seguida, é taxativo ao decretar que “não há mais cultura de um povo, pura”, mas sim a mistura, que formaria um só ritmo, um ritmo “universal”. Parece-nos que a questão da identidade, ainda mais no contexto da chamada globalização, é melhor pensada juntamente com a ideia de hibridação, como afirma Canclini, pois pensar a identidade a partir desse processo parece-nos condizente, já que “em um mundo tão fluidamente interconectado, as sedimentações identitárias organizadas em conjuntos históricos mais ou menos estáveis (etnias, nações, classes) se reestruturam em meio a conjuntos interétnicos, transclassistas e transnacionais.”⁹⁶⁰

É possível blindar um elemento cultural de qualquer influência externa? Acredita-se, assim como Peter Burke, que esta não é necessariamente a pergunta mais adequada. A história acontece a partir de encaixes imperfeitos, de lutas, do previsível e do imprevisível. A história acontece em uma relação complexa de mudanças e continuidades, de modo que as lutas por conservar valores, instituições e símbolos sempre se fazem presentes. Logo, se não é possível deter o que Burke chama de “marcha da história”, a marcha do tempo, as mudanças e o constante diálogo entre os distintos, o homem, ou um grupo busca imprimir seus desejos da maneira que pode. Pode-se tomar a repulsa à axé music e ao Recifolia⁹⁶¹ como uma defesa de uma tradição que buscaria, através de seus defensores, manter uma continuidade segura. Contudo, longe de ser um ato ingênuo, desinteressado, virado ao passado, carente de interesses, essa repulsa pela inovação, pela mistura, segundo Burke, tem um papel importante no seu atuar, pois mesmo que venha a ser derrotada, se é que será, mais que meras tentativas de fixar tradições, são carregadas de intenções de futuro, um futuro não muito diferente, se possível. Desta forma, porém, o que está em jogo é um projeto de porvir em que se deseja ter a maior influência possível⁹⁶².

Percebeu-se aqui que as identidades são construções discursivas que atendem a interesses pré-definidos. A identidade, seja ela qual for, é um projeto de renovação diária, que se constrói entre negações e aceitações de si e do outro, por mais que se diga que ela flerte com uma essência natural. Mas isso não encerra coisa alguma. Ao contrário, mais que constatar que não há identidades e culturas fixas, muito menos culturas unidas e isoladas, pensar, a partir disso, a identidade cultural pernambucana e sua relação conflituosa com a axé-music traz à tona um turbilhão de problemas ainda pouco explorados. É possível afirmar que houve algum tipo de hibridação entre a cultura baiana e a pernambucana analisando a partir do Recifolia? A prudência impede que se apresentem aqui meras suposições. Contudo, sabe-se que a hibridação, enquanto processo de possibilidades variadas, não se dá de maneira irrestrita, mas sim condicionada por conjunturas histórico-sociais, por demandas de mercado e mesmo por intenções políticas, de modo que é preciso promover uma investigação que leve em conta tais elementos.

⁹⁶⁰ CANCLINI, 2001. *Op Cit.*, p.23.

⁹⁶¹ É preciso tomar cuidado com a teleologia, visto que o historiador tem a vantagem de saber sempre o que acontecerá no futuro do passado. Essa “onisciência” pode ser uma grande armadilha. Contudo não se pode ignorar que, a partir dos anos 2000, houve mudanças significativas nas políticas culturais da cidade do Recife, assim como na maneira de pensar e realizar o carnaval.

⁹⁶² BURKE, 2003. p. 105. *Op. Cit.*

PERNAMBUCO NA SEGUNDA REVOLTA DA ARMADA (1893-1894): REMINISCÊNCIAS DO TERROR JACOBINO-FLORIANISTA

Audenice Alves dos Santos Zacarias⁹⁶³
audenicealves@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo apresenta reflexões sobre ressonâncias da segunda revolta da Armada em Pernambuco, ocorrida entre 1893 e 1894, na tríade relações de poder ditatorial, narrativas e imaginário urbano. Tendo como objetivo central evidenciar não apenas a decisiva contribuição deste membro federativo à vitória do “consolidador da República”, Marechal Floriano Peixoto, como as profundas marcas físicas e psíquicas impostas à sociedade recifense pela técnica de repressão das forças jacobino-florianistas. De tal modo que, celebrado o fim da ordem autoritária, eclodiriam publicações de reminiscências e construção de signos cintilando no Recife em referência ao tempo do terror. Especificamente, aludimos à placa de mármore em memória dos “fuzilados na Imbiribeira”, por suspeita de oposição à ditadura de Floriano Peixoto, finalmente, sepultados, em 1901, na igreja Matriz de Nossa Senhora do Largo da Paz, no bairro de Afogados, onde permaneceriam até 1984.

Palavras-chave: segunda revolta da Armada, Pernambuco, fuzilados da Imbiribeira.

Desde os momentos iniciais, a Primeira República oscilava entre ideologias jacobina, positivista e liberalista. Não obstante, a nova ordem sofria com ameaças, reais ou fabricadas, de retorno ao monarquismo e enfiados levantes contestatórios à legitimidade do chefe do Executivo Federal. Com discurso de “salvar” o regime, a classe dirigente, especialmente republicanos paulistas, bem como militares e civis envolvidos nos batalhões “patriotas”, dariam sustentação ao governo autoritário e ditatorial do Marechal Floriano Vieira Peixoto, conforme largamente exposto na historiografia nacional⁹⁶⁴. O que não encontramos devidamente analisada é a decisiva contribuição de Pernambuco e a dura paga recebida pelo auxílio fornecido ao “consolidador da República”⁹⁶⁵ no combate à revolta da Armada, orquestrada pelo Contra-almirante Custódio de Melo, entre setembro de 1893 e março de 1894. De tal modo que, encerrada a conjuração, se verificaria narrativas e construções de signos no espaço urbano do Recife em referência ao tempo do terror jacobino-florianista.

⁹⁶³ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco.

⁹⁶⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente - Campos Sales. In FAUSTO, Boris (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo, DIFEL, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: O imaginário da República no Brasil**. São Paulo. Companhia das Letras: 1990.

CARONE, Edgar. **A República Velha: instituições e classes sociais (1889-1930)**. 3. Ed. São Paulo: DIFEL, 1970.

CASTRO, Sertório de. **A República que a revolução destruiu**. Rio de Janeiro: Fonte digital, 2002.

PENNA, Lincoln de Abreu. **O Progresso da Ordem: O florianismo e a construção da República**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.

PENNA, Lincoln de Abreu. **República Brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SAES, Guillaume Azevedo Marques de. **A República da Espada: a primeira década republicana e o florianismo**. São Paulo: Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2005.

⁹⁶⁵ PENNA, Lincoln de Abreu. Op. cit., 1997, p. 167.

Para melhor compressão das causas à vigorosa vigilância e punição exercida no território estadual, lançamos luz ao contexto que tornara Pernambuco fundamental à vitória do Marechal de Ferro.

Primeiramente, é preciso recordar que o Presidente em exercício possuía famosa inabilidade em lidar com o corpo diplomático estrangeiro. Sempre recluso, “nem as cartas autografadas dos chefes de Estado Floriano Peixoto aceitava que lhes fossem entregues em mãos, sendo os pedidos de audiência feitos pelos plenipotenciários repassados ao Ministro do Exterior”⁹⁶⁶. Deflagrada a conjuração da Esquadra, em setembro de 1893, o Vice-presidente encontraria flagrante indisposição dos comandantes de outras nacionalidades em lhe prestar auxílio. Verificando até mesmo certa simpatia daqueles oficiais aos revoltosos⁹⁶⁷.

Entrelaçado à questão anterior, o segundo empecilho ao Marechal de Ferro fora efetuar a compra de armamentos e munições junto às potências bélicas, na Europa e Estados Unidos. Visando operacionalizar, ao mesmo tempo, o reconhecimento da República brasileira no exterior e a aquisição solicitada por Floriano Peixoto, o embaixador do Brasil em Washington, Salvador de Menezes Drummond Furtado de Mendonça⁹⁶⁸, contrataria o empresário norte-americano, Charles Ranlett Flint⁹⁶⁹. Contudo, Salvador e Flint tinham tempo insuficientíssimo e escassos recursos, pouco mais de 150 mil contos⁹⁷⁰ adquiridos pelo governo brasileiro em empréstimo junto à Casa Rothschild, de Londres. O resultado seria de baixíssima qualidade. Em situação aflitiva, o Marechal Floriano Peixoto organiza estratégia que transformaria Recife no teatro basilar às operações dos legalistas contra os revoltosos. De tal forma que o principal comandante da ordem florianista no Norte, o General de brigada João Leite de Castro, argumentaria que a “história tem por obrigação repassar à posteridade o algo grau de heroicidade da capital de Pernambuco”⁹⁷¹. Diante desta assertiva, explanaremos pontos decisivos para tal escolha e o alto custo pago pelos nortistas, sobretudo, o Leão do Norte.

Em primeiro lugar, a rede telegráfica que iria ligar todos os estados à capital da União ainda não havia sido concluída, devido falta de recursos no orçamento aprovado pelo Congresso Nacional em 1890⁹⁷². Deste modo, a comunicação entre os estados brasileiros e entre o Brasil e os países europeus permanecia muito dependente da estação telegráfica que tinha como suporte o cabo submarino aportado entre Recife e Senegal. O que tornava Pernambuco o centro das comunicações com o norte e com a Europa.

⁹⁶⁶ CORRÊA DA COSTA, Sérgio. **Brasil, Segredo de Estado** - Incursão Descontraída pela História do País (5ª ed.). Rio de Janeiro: Record, 2001, p, 258.

⁹⁶⁷ GONÇALVES, Eduardo Cândido Cordeiro. **Ressonâncias em Portugal da Implantação da República no Brasil (1889-1895)**. Porto: Reitoria da Universidade do Porto, 1995.

⁹⁶⁸ Sobre a atuação de Salvador de Mendonça na defesa do Brasil republicano, ver PEREIRA, Gabriel Terra. **A diplomacia da americanização de Salvador de Mendonça (1889-1898)**. Dissertação em História, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, 2009.

⁹⁶⁹ Por suas transações financeiras, Flint, futuro fundador da multinacional IBM, ficaria conhecido como “pai de relações de confiança”. Entre outras transações comerciais estabelecidas com o Brasil, Flint se tornaria um dos mais importantes comercializadores da borracha amazônica, por sua United States Rubber Company, que criara em 1892. Deste modo livrou-se da especulação, produzida por exportadores que intermediavam o negócio, garantindo maiores lucros. SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980, p. 220.

⁹⁷⁰ Segundo Flint, nem mesmo este valor fora pago integralmente. Deste modo, retomaria algumas embarcações, como o Niterói, para revendê-lo ao Presidente norte-americano Theodoro Roosevelt. Sendo, enfim, rebatizando como USS Buffalo, e enviado para guerra nas Filipinas. COSTA, Sergio Corrêa da. Op. cit., p 254.

⁹⁷¹ **O País**, Rio de Janeiro, 01 de março de 1894.

⁹⁷² Conforme a Mensagem do Vice-Presidente Marechal Floriano Peixoto por ocasião de abrir-se a terceira sessão ordinária da primeira legislatura do Congresso Nacional, 03 de maio de 1893. Esse documento faz parte do arquivo sobre “As mensagens presidenciais (1889-1993)”, do Latin American Microform Project (LAMP) no Center for Research Libraries (CRL) que produziu imagens digitais de séries de publicações emitidas pelo Poder Executivo do Governo do Brasil entre 1821 e 1993. Disponível em: < <http://WWW.crl.edu/brazil>>. Acesso em 01 de abril de 2015.

Na segunda questão, a vergonhosa “Esquadra de Flint”. Como relata o General Leite de Castro, “era por todos sabido que foram mal executados os contratos de aquisição de navios de guerra feitos pelo governo brasileiro na Europa e nos Estados Unidos”. Ao sair de New York, os oito navios comerciais obsoletos, terrivelmente, adaptados para navios de guerra, já mostravam suas falhas. Desprovidos de sabres e espadas, com quase todos os canhões danificados e torpedeiros que, em muitos casos, nunca viriam a funcionar, o sucesso dos legalistas parecia ameaçado. Afinal, nem mesmo a chegada da “Esquadra de papelão” ao epicentro do combate, Rio de Janeiro, parecia possível. Numa proveitosa deliberação, o Marechal Floriano ordena que o comando da divisão naval no Norte, o Contra-almirante João Gonçalves Duarte⁹⁷³, passe ao posto de capitão de fragata na companhia pernambucana, onde permaneceria por longo tempo⁹⁷⁴. Sendo este o chefe no mar, o comandante do Distrito Militar da mesma região, General de brigada João Vicente Leite de Castro, é incumbido de rapidamente organizar em terra todos os preparativos para estruturar no Recife duas divisões navais, uma de cruzadores e outra de torpedeiras de guerra, preparar munições e artefatos de guerra, e prestar assistência aos navios contraídos. A esta difícil missão seriam convocados robustos ajudadores, sobre os quais passaremos a nos deter.

Como primeiro destaque, os voluntários jacobinos-florianistas. Provenientes de diversas partes do país, especialmente do Rio de Janeiro, e de várias classes sociais, militares, funcionários públicos, médicos, advogados, comerciantes e engenheiros. Alguns, haviam aderido por manter com o Marechal Floriano Peixoto uma relação de absoluta fidelidade. A estes “florianistas de rua”, era um dever lutar pela manutenção do poder e por garantir ao Vice-presidente condições necessárias de proporcionar o bem público e a integração dos cidadãos à sociedade. Enquanto aos “florianistas de governo”, o que interessava era tirar algum proveito junto à administração pública e ao controle da máquina estatal. E fora justamente na composição dos batalhões “patrióticos”, durante a revolta da Armada, que ocorreria a fusão entre o florianismo de rua e o florianismo de governo⁹⁷⁵. No Recife, se destacaria o ultraradical, ultranacionalista, antilusitano e antimonarquista batalhão Tiradentes⁹⁷⁶, agindo como braço forte para funções técnicas, além de ações despóticas, violentas e mesmo irracionais que assegurassem controle absoluto do Governo Federal.

Como segundo destaque, a adesão de jovens nortistas. Para conquista-los, Leite de Castro fazia constantes visitas, se detendo em maior tempo na Escola Militar do Ceará⁹⁷⁷. É justamente deste último estado “a mocidade que se levantaria como um só homem, rogando por seguir ao Rio de Janeiro para defender o governo legalmente constituído e as instituições republicanas ameaçadas em seus fundamentos por pregadores de planos de restauração monárquica”. Sentiam-se, pois, todos “eufóricos por auxiliar as guarnições do Estado e os soldados do batalhão Tiradentes na guarnição dos navios que iriam para a capital da federação”⁹⁷⁸. Rapidamente “se veria sair do Recife muitas expedições com destino à baía de Guanabara para combater os rancorosos inimigos da paz e tranquilidade do país”⁹⁷⁹. Em oposta explanação, o advogado Vicente Ferrer de Barros Wanderley e Araújo, mui próximo ao governador Barbosa Lima, mas contrário aos abusos dos legalistas, retifica ponto crucial do discurso publicado pelo General Leite de Castro. Segundo Vicente Ferrer, os “corajosos nortistas” que, na descrição do comandante, se voluntariaram “por entusiasmo tal que beirava o puro delírio”, foram na realidade recrutados de modo extremamente cruel⁹⁸⁰. Por último, realçamos como o governo estadual “gentilmente” designa 200 policiais para o

⁹⁷³ **O País**, Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1893.

⁹⁷⁴ **O País**, Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1893, p. 2.

⁹⁷⁵ PENNA, Lincoln. Op. cit., p. 151-166

⁹⁷⁶ Formando no Rio de Janeiro, em 15 de dezembro de 1891. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1891.

⁹⁷⁷ **Jornal do Brasil**, 21 de agosto e 12 de setembro de 1893, p. 2.

⁹⁷⁸ **O País**, Rio de Janeiro, 01 de março de 1894.

⁹⁷⁹ **Jornal do Recife**, Recife, 09 de fevereiro de 1894.

⁹⁸⁰ **Jornal Pequeno**, 10 de maio de 1904.

encargo acima referido. Número bastante expressivo, uma vez que a composição total da Força Pública de Segurança de Pernambuco era de apenas 1.200 praças para defender as cerca de 1.400.000 almas distribuídas nos 66 municípios, tendo cada um 4 a 6 povoados, bem como para cidades como Recife, abarcando 150 mil habitantes espalhados num território separado por dois rios⁹⁸¹. E é justamente sobre tal subsídio fornecido pelo capitão Barbosa Lima que nos deteremos.

Tendo chegado ao Poder Executivo de Pernambuco dentro da política florianista de reconduzir ou introduzir republicanos históricos no poder, Alexandre José Barbosa Lima⁹⁸², permanentemente, manifestaria convicções suas positivistas. Assim como, ao tempo da elaboração da Constituição Federal, quando questionara a validade do voto ao sucesso da República⁹⁸³, este militar jacobino⁹⁸⁴ trabalharia na defesa de um Executivo forte e intervencionista. Nessa perspectiva, desde o início de sua gestão e, maiormente, durante grave crise interinstitucional⁹⁸⁵, o capitão obtivera condições de ampliar a militarização na ordem pública de segurança. Alterando a organização da polícia e implementa normativas que lhe certificavam controle quase incondicional sobre essa área do funcionalismo. Não obstante, abre “crédito de mil contos para compra de modernos armamentos à força pública”⁹⁸⁶. Com tal valor, ordena importação, pela firma argentina, Albino Silva & Cia, de 400 armas de tiro rápido, 1.500 armas de diversos calibres de marcas, e duas metralhadoras rápidas Nordenfelt. Como capital humano, recruta de modo extraordinário 800 praças de infantaria e 202 para cavalaria. Um poder considerável porque, nos instantes anteriores à revolta da Esquadra as forças federais estacionadas em Recife eram de 700 homens, armados com Comblain, um esquadrão de cavalaria com 60 praças, uma bateria com canhões Krupp, além de 50 homens com duas metralhadoras⁹⁸⁷. O que explica facilmente os rasgados louvores feitos na imprensa carioca pelo General Leite de Castro agradecendo “ao distinto governador que possibilitou às forças expedicionárias substituir o antigo e condenado armamento à Comblain pelo sistema moderno Manhlicher, considerado o melhor que existe atualmente”⁹⁸⁸.

Contudo, antes de se posicionar como fiel servidor do florianismo, Barbosa Lima se envolveria na contrarrevolução pernambucana. O que não seria difícil de compreender. Conjeturada por nomes de grande expressão estadual e nacional, como José Mariano Carneiro da Cunha e Aníbal Falcão, o movimento articulava apoio aos revoltosos da Armada, porém, tomavam o propósito do Almirante Custódio de Melo, “em defesa da Constituição e do mando civil na República”, por assim dizer, como segundo plano. Aos pretensos insurgentes no Recife importava fazer retorna o passado mitológico de heroicidade

⁹⁸¹ Dados retirados da Mensagem do Governador Alexandre José Barbosa Lima ao Congresso Estadual de Pernambuco, março de 1893.

⁹⁸² Governador de Pernambuco de 20 de abril de 1892 a 07 de abril de 1896.

⁹⁸³ Anais da Constituição, novembro de 1890, p. 948-50.

⁹⁸⁴ Em meio ao enfraquecimento do jacobinismo, ao final do século XIX, o pertencimento de Barbosa Lima a este grupo é negado no plenário do Congresso Nacional. Anais da Câmara dos Deputados, 19 de outubro de 1899, p. 483. Contudo, assim como Medeiros de Albuquerque, Barbosa Lima é descrito como um dos parlamentares jacobinos de Pernambuco na Primeira República pela historiadora Sueli Queiroz. QUEIROZ, Sueli Robles Reis de. O jacobinismo na historiografia republicana. In LAPA, José R. do Amaral (org.). **História Política da República**. Campinas: Papirus, 1990.

⁹⁸⁵ Iniciada pelo chefe do Partido Republicano histórico e líder do Congresso estadual, Isidoro Martins Junior, do segundo semestre de 1892 a março de 1893. Conforme analisamos em nossa dissertação. ZACARIAS, Audenice Alves. **Legalidade e autoridade: a implantação da República no estado de Pernambuco (1889-1893)**. Dissertação – UFPE, Recife, 2009.

⁹⁸⁶ Gazeta da Tarde, Recife, 28 de fevereiro de 1893.

⁹⁸⁷ **Revista do Instituto Histórico e Geográfico**, XXXIV, 1945 (Pernambuco ante a Revolta da Esquadra, Mario Melo).

⁹⁸⁸ **O País**, Rio de Janeiro, 01 de março de 1894.

pernambucana, numa utópica recriação da “república do Equador”⁹⁸⁹. Tendo como discurso oficial impor pelas armas acordo entre o Marechal Floriano e o Almirante revoltoso Custódio de Melo, acreditavam os contrarrevolucionários pernambucanos demudar o lugar secundário legado pela Federação ao Leão do Norte. Mas, o capitão recuaria “na última hora”⁹⁹⁰. Alinhado ao General Leite de Castro, se devotaria ao propósito de trazer “salvação aos destinos da República”⁹⁹¹. Significando aos moradores do Recife experimentar relações com um poder autoritário que não se furtava a fazer uso de técnicas de repressão arbitrárias e ultrajantes, como o suplício dos supostamente julgados e condenados como subversivos ou revoltosos.

Na celebrada obra “Vigiar e Punir”, Michel Foucault analisa em profundidade a metamorfose dos artifícios corretivos aos condenados na Europa ocidental, maiormente, na França. Segundo ele, antes das sanções “humanizadas”, com o confisco da livre utilização do tempo, verificava-se, até 1831, uma arte indiscreta de impor sanções. O condenado, exposto e humilhado, se tornava arauto da “verdade sobre o delito cometido”. Nessa liturgia supliciar, o sofrimento deveria ser apreciado, comparado e hierarquizado por todos. Entretanto, ao apreciar a confrontação final do censurado com o executor ou, em maior conta, com o poder soberano, o expectador nem sempre decifrava as cenas favoravelmente aos que estavam punindo. Por vezes, tomava o carrasco como criminoso, o juiz como assassino e o supliciado em objeto de piedade e até admiração. Do final do século XVIII ao começo do XIX, a justiça não mais assumiria publicamente a parte de violência legal presente em seu exercício de poder⁹⁹². O que nos chama atenção é que essa técnica punitiva, abandona no além-mar, ainda parecia fascinar a ordem jacobino-florianista.

Nas espetaculares prisões pelas praças da cidade; nas instituições coercitivas para “julgamento”, como a Casa de Detenção, na rua da Aurora; até outro ambiente privado, onde ocorreriam as execuções, o paiol de pólvora do Exército na Imbiribeira; o ciclo de sofrimento físico e moral imposto aos rotulados como “inferiores” era montado com cenas vexatórias nas ruas do Recife. Segundo um dos revoltosos que conseguira fugir antes de seu fuzilamento, o jornalista Gonçalves Maia, aqueles “assassinatos feitos à vista produziria duas vezes dor na alma de todos”⁹⁹³. Na madrugada negra, marinheiros condenados por “custodiosmo” eram retirados de suas celas para dar início ao cerimonial punitivo em meio aos sons de medo. Isto porque, os executores, segundo Maia, “levavam com estardalhaço as pás e enxadas, fazendo, no calçamento irregular das ruas, um barulho seco e macabro de ferros velhos arrastados pelas pedras”. Entretanto, somente àqueles detentores do poder era dado o direito da manifestação sonora, posto que “diante da justiça do soberano, todas as vozes devem-se calar”⁹⁹⁴. Assim, o jornalista foi impedido de expressão sua dor, “tendo de abafar ao travesseiro seu grito de adeus aos companheiros que morriam por ideias que eram também suas”. Com objetivo de manifestar, ainda mais, sua força, rememora o fotógrafo Manoel Inocêncio Mena da Costa, em entrevista a Vicente Ferrer, os florianistas demonstravam cuidados tecnicamente desnecessários. Entre oficiais e praças Tiradentes, havia o total de vinte soldados de infantaria e cinco de cavalaria. Armados de carabinas, nada lhes poderiam fazer os marinheiros que, não obstante, andavam unidos por uma corda, como se fossem caranguejos, e as mãos amarradas em cruz pelas costas. No longo cortejo, entre a Aurora e Imbiribeira, os condenados eram obrigados a andar no meio da rua até o cenário escolhido para o fuzilamento, pois “condenados não merecem andar nas calçadas”. Muito além das dificuldades físicas encontradas ao se dirigirem a um espaço em que “somente se

⁹⁸⁹ Manifesto de José Mariano Carneiro da Cunha. A Província, Recife, 05 de novembro, retransmitido pelo Jornal do Recife em 10 de novembro de 1893.

⁹⁹⁰ PORTO, Costa. **Tempos da República Velha**. Recife: FUNDARPE, 1986, p 110.

⁹⁹¹ Mensagem do Governador Alexandre José Barbosa Lima ao Congresso Estadual de Pernambuco, março 1895.

⁹⁹² FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: histórias da violência nas prisões. São Paulo: Vozes, 2001.

⁹⁹³ MAIA, Gonçalves. **Horas de prisão**. Recife: Imprensa universitária, 1967, p. 98.

⁹⁹⁴ FOUCAULT, Michel, 2001, p. 37.

podia chegar de cavalo, de carro ou pelo trem na via férrea de São Francisco”⁹⁹⁵, os supliciados sentiam tremer-lhes a alma por pensarem no significado do lugar onde estavam adentrando. Passando pela ponte Motocolombo, último ponto que dividia a freguesia de Afogados e a Imbiribeira, o adolescente Inácio Quatyi, tentaria fugir. Todavia, em vez de açoites, recebe permissão a que afrouxasse as cordas que lhe amarravam as mãos. Complacência que não seria concedida a outro preso. Tendo este solicitado um copo de água recebe do alferes a resposta de que não necessitaria, afinal “já estava chegando na Imbiribeira, e mortos não tem sede!”. Em último insulto aos “criminosos”, era negado o sagrado direito de serem enterrados, como se a retirada do folego de vida não fosse pena suficiente. Essa modalidade punitiva híbrida, entre cenários públicos e privados, contudo, atendia a outra demanda.

Todos os cidadãos que assistiam as encenações ou ouviam, emudecidos, as narrações posteriores dos algozes, eram transportados, involuntariamente, à posição de participante do ritual. Sentindo no físico e na alma o prolongar infinito daquela penitência, com sensações de angústia e medo. De tal forma que, encerrada a república ditatorial jacobino-florianista em Pernambuco, as marcas deixadas pelas experiências traumáticas continuariam pujantes. Resultando numa eclosão de recordações, expostas nos jornais, e tentativas de ressignificação dos lugares, que acabavam vilanizando os executores e vitimando os supliciados. Alguns destes tornados em mártires, como os cinco marinheiros, Manoel Pacheco, João Batista de Oliveira, Euzébio Athanásio, Américo Virgílio e Inácio Antônio Quatyi, este último com apenas quatorze anos, mortos em 1893, e, com ainda maior destaque o ex-sargento Silvino Lisboa de Macedo que sucumbira, praticamente, na mesma data de outro grande nome de Pernambuco, Frei Caneca⁹⁹⁶, “o triste dia 13 de janeiro”⁹⁹⁷, e “igual heroicidade do revolucionário de 1817”⁹⁹⁸. Caberia, porém, ao advogado Vicente Ferrer⁹⁹⁹

Logo após a saída de Floriano Peixoto do Governo Federal, o jornalista Gonçalves Maia devotaria anos de seu trabalho para ressignificar a imagem pretendida pelos florianistas aos revoltosos e neutralizar o signo negativo ao espaço do fuzilamento, a Imbiribeira. Nos seus artigos n’A Província, a partir de 1895, e no seu mais destacado livro, “Horas de prisão”, lançado em 1923 e republicando em 1967, ecoa o ideário de “manter viva a lembrança dos cinco assassinados” e solicitando dos populares “respeito religioso àquele terreno sagrado”¹⁰⁰⁰. Para “a terra profana que cobre os corpos dos últimos fuzilados não lhes possa cobrir a memória benemérita”¹⁰⁰¹. Neste processo, poderia a sociedade local aproveitar para gente expurgar de si as lembranças de dor pela repressão por muitos compartilhada. Como é próprio das comunicações discursivas, são emitidos signos que passam pelo processo de descodificação idiossincrática dos receptores. Podendo, ao final, fazer neles emergir sensações¹⁰⁰². O que vimos como retorno fora, de certo modo, positivo ao desígnio do jornalista. No lugar do “tumulo” dos fuzilados, fizeram nascer um jambeiro. À noite, a própria guarnição do paiol, constantemente, pendurava lampiões nos galhos em lembrança aos mortos. Indo além, alguns conseguiam permissão para fazer no local suas orações. Dentre

⁹⁹⁵ GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos. **Dicionário corográfico, histórico e estatístico de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908. 4v.

⁹⁹⁶ Religioso e político pernambucano, tendo participado da Revolução Pernambucana, 1817, e Confederação do Equador, 1824, é morto em 13 de janeiro de 1825.

⁹⁹⁷ **Correio da Tarde**, Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1895.

⁹⁹⁸ **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 1895, p. 2.

⁹⁹⁹ ARAÚJO, Vicente Ferrer de Barros Wanderley. **A execução de Silvino de Macedo, estudo crítico e histórico**. 2ª edição, Recife: Tipografia do Jornal do Recife, 1906.

¹⁰⁰⁰ **A Província**, Recife 15 de fevereiro de 1895

¹⁰⁰¹ MAIA, Gonçalves. **Horas de prisão**. Recife: Imprensa universitária, 1967, p. 107.

¹⁰⁰² BAKHTIN, M; VOLOCHÍNOV, V.N. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1999, p.113.

estes, o advogado Vicente Ferre que tomado por amargas lembranças confessava cair em choro ao se lembrar da morte do filho¹⁰⁰³. Tomando duas atitudes decisivas.

Inicialmente, resolve publicar, em jornais¹⁰⁰⁴ e trabalhos acadêmicos¹⁰⁰⁵, seus diários pessoais juntamente com as narrativas advindas das conversas constantes que mantivera sempre com inúmeras testemunhas. Procurados por Ferrer ou se apresentando espontaneamente, antigos revoltosos, velhos repressores e populares aceitaram, ou mesmo desejavam com intensa ansiedade, ver também exposto o que viram, ouviram, sentiram e fizeram. Entretanto, ainda que Vicente Ferrer, sabiamente, nunca se pronunciasse por algum dos lados, não se furtava o direito de expor um ponto crucial de sua interpretação. Para ele, Floriano Peixoto permitiria o maior benefício às suas famosas vítimas em Recife, tornara-lhes em “mártires diante da ilegalidade e crueldade de suas mortes”¹⁰⁰⁶. Nossa hipótese é que, tendo impedido a imprensa nacional e estrangeira de noticiar com liberdade a revolta da Armada¹⁰⁰⁷, o governo deixava um enorme vazio de informações que passava a ser preenchido pelas construções do imaginário popular.

Em segunda resolução, Ferrer jurara trabalhar para que os restos mortais daqueles “desgraçados” finalmente descansassem em monumento erguido num recinto sagrado e guardado pela religião católica. Mas, sempre deixando claro que não tinha como intento consagrar os participantes da revolta de setembro, ou mesmo produzir interpretações depreciativas ao Marechal Floriano Peixoto, apenas trazer aos “fuzilados da Imbiribeira um gesto humanitário”. Com simples gesto de “compaixão aos supliciados”, solicitava à população local doações para pagar custos da construção do jazigo perpétuo. Nesse artifício, o advogado receberia decisivo apoio do jornal A Província que, num período relativamente curto, arrecada inúmeros donativos que cobririam parte dos custos¹⁰⁰⁸. Sobre tal construção no espaço urbano do Recife, acentuamos como principal questão a diversificada leitura dos cidadãos.

Diretos envolvidos ou expectantes do terro jacobino-florianista, todos tinham em seus corpos ou em suas almas necessidade de verem cicatrizadas suas feridas. Por doloroso período, ouviram ou viram os sons da ditadura tendo de guardar em si amargo grito. Seja pela violência sofrida, pelo desamparo, pela exclusão e pelas torturas vividas, presenciadas ou imaginadas a cada narração proferida entre risos dos repressores. Para outros, era “a oportuna tentativa de expor como o positivismo se impôs através do republicanismo ditatorial”¹⁰⁰⁹. Aos ex-revoltosos, que durante algum tempo foram impedidos do direito de transitar em sua cidade, fascinava a oportunidade de ver a lembrança de antigos companheiros e suas próprias aflições ganharem materialidade no espaço urbano do Recife. Paradoxalmente, muitos destes mostraram resistência de expor suas antigas opções políticas. Assim, enviavam consideráveis somas para obra solicitando, terminantemente, que não tivessem seus nomes revelados¹⁰¹⁰. Anos depois, a citada construção continuava sendo referida como forma de lembrança, agora em alento, aos que confessavam ter “perdido tudo, a liberdade, a vida e a pequena fortuna por ter participado da revolta, porém, protegidos pela sorte mais do que os infelizes companheiros de prisão, os cinco fuzilados da Imbiribeira”¹⁰¹¹.

¹⁰⁰³ O autor não esclarece se seu referido filho morreria por direto envolvimento da revolta, apenas que fora nesse período.

¹⁰⁰⁴ No Jornal do Comércio, de São Paulo, e no Jornal Pequeno, de Recife.

¹⁰⁰⁵ ARAÚJO, Vicente Ferrer de Barros Wanderley. **A execução de Silvino de Macedo, estudo crítico e histórico**. Tipografia do Jornal do Recife, 1906.

¹⁰⁰⁶ **Jornal Pequeno**, Recife, 14 de maio de 1904.

¹⁰⁰⁷ BRASIL. **Diário Oficial**, 1565, 14 de outubro de 1893.

¹⁰⁰⁸ Em todo o processo, foram gastos 275 mil reis, e somente fora arrecadado 265. Tendo Ferrer de completar a quantia. **A Província**, 24 de fevereiro de 1901.

¹⁰⁰⁹ **Jornal Pequeno**, Recife, 18 de maio de 1904.

¹⁰¹⁰ **Jornal Pequeno**, Recife, 18 de maio de 1904.

¹⁰¹¹ **A Província**, Recife, 14 de maio de 1918.

Entre idas e vindas burocráticas, Vicente Ferrer obtém do Ministro da Guerra, Marechal João Nepomuceno de Medeiros Mallet, a permissão para retirar os restos mortais dos fuzilados da Imbiribeira. Porém, sob severas orientações. Temendo desordens, a exumação tinha de ocorrer nas primeiras horas do dia 11 de janeiro de 1901. Devendo estar presente apenas o alferes João Batista Coelho, responsável pela ação, um praça da polícia, Joaquim Antônio da Silva, os soldados Francisco Ferreira da Silva e José Ventura, além é claro do advogado solicitante. Como segunda requisição, vinda diretamente da Presidência, o General Travassos informa que “de maneira alguma” poderia o monumento conter qualquer citação ao nome do Marechal Floriano Peixoto. Manifestava, assim, que, no projeto político-administrativo do Governo de Manuel Ferraz de Campos Sales e Francisco de Assis Rosa e Silva, então no Executivo Federal, havia nítida intenção de mostrar divergência em relação à república ditatorial dos Marechais sem, contudo, emitir qualquer afronta à classe militar. Ao mesmo tempo, buscavam emitir signos de que a república democrática era capaz de lançar paramétricas estáveis para interações e mesmo dissensos sem grandes ameaças à permanência do edifício institucional. Em terceiro e último ponto, o Ministro Mallet exigia que o jazigo a ser construído para os supliciados deveria ficar, terminantemente, dentro da freguesia de Afogados, mais precisamente na Paróquia de Nossa Senhora da Paz.

Para cumprir esta requisição, Ferrer teria o auxílio de seu amigo Olympio de Holanda Chacon, presidente da comissão administrativa da irmandade do santíssimo sacramento de Nossa Senhora da Paz de Afogados. Executando sua função, Chacon requereria ao governador do bispado responsável pela citada igreja, Monsenhor Marcolino Pacheco do Amaral, permissão para, “em prova de caridade, depositar na igreja o jazigo com os ossos dos infelizes marinheiros nacionais fuzilados ao tempo da revolta”. Após espera de onze meses, e verificação de que nada se opunha o Governo Central, a autorização é dada pelo chefe religioso.

Para extremo regozijo de revoltosos como Gonçalves Maia¹⁰¹², às onze horas da manhã, de 11 de janeiro de 1901, foi feita cerimônia na Igreja de Nossa Senhora da Paz. Além do Dr. Vicente Ferrer e o capitão Olympio Chacon, também se fizeram presentes alguns religiosos: Padre Francisco de Barros Cavalcante Lins, pároco daquele templo entre 1896 a 1906; Padre Francisco Joaquim da Silva, pároco da Matriz de Santo Antônio; além de outras autoridades. Encerrada a missa, as duas caixas de folhas de flandres que guardavam os restos mortais dos marinheiros nacionais e, em separado, os restos mortais do ex-sargento Silvino de Macedo foram colocadas, em vão aberto com dois metros de altura, um metro e vinte centímetros de largura, na parede lateral nascente dentro da sacristia, sendo a de Silvino sobreposta a outra¹⁰¹³. Na placa de mármore do jazigo, teve o ex-sargento seu nome grafado em separado ao lado do que se afirma ter sido suas últimas palavras. Enquanto os outros marinheiros apenas tiveram os nomes expostos¹⁰¹⁴. Lamentavelmente, durante reforma na matriz de Afogados, ocorre desabamento da nave, em 05 de junho de 1963, ficando de pé apenas as duas torres da frente do templo¹⁰¹⁵. E no penoso processo de busca pela reconstrução do templo¹⁰¹⁶, a placa fora finalmente enviada ao Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico apenas em 1984¹⁰¹⁷, sem deixar rastros nos arquivos daquela

¹⁰¹² **A Província**, Recife, 29 de janeiro de 1901.

¹⁰¹³ Caixa 17, marco xx, doc 0918. Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco

¹⁰¹⁴ Ver figura 1.

¹⁰¹⁵ **Diário de Pernambuco**, Recife, 06 de junho de 1963.

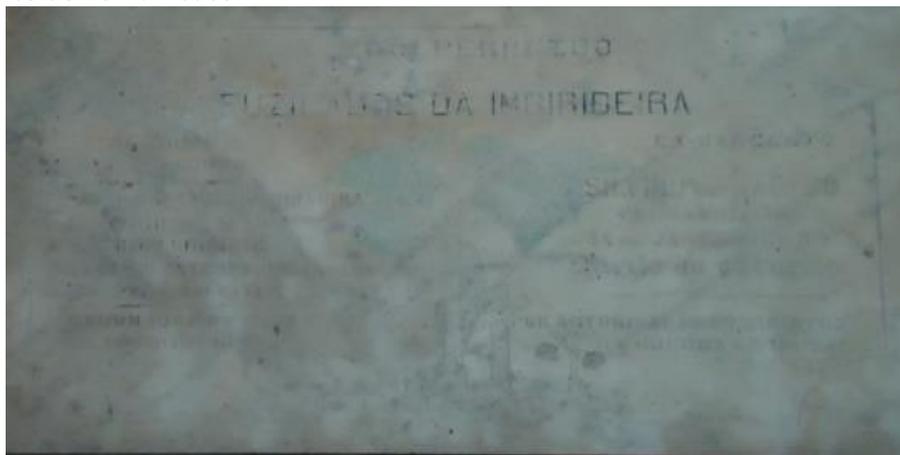
¹⁰¹⁶ Liderado pelo então pároco daquela igreja, Arnaldo Moreira, fora empreendida luta “pela reconstrução ou demolição para que fosse construída uma nova”, sendo escolhida a primeira alternativa por ser mais viável. Isto porque a igreja só poderia contar com recursos vindos de instituições religiosas, ao não ter conseguido tombamento, mesmo com a luta do professor e membro do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Aníbal Gonçalves Fernandes. Ofício 75/63, 10 de julho de 1964. Pasta 03.1. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Pernambuco (IPHAN).

¹⁰¹⁷ DANTAS, Leonardo. Prefácio In: PORTO, Costa. **Os tempos da República Velha**. Recife: FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais, 1986, p. 18.

instituição religiosa, em suas instâncias superiores¹⁰¹⁸ ou na lembrança dos seus congregados e funcionários.

Conforme buscamos evidenciar, após ser drasticamente usado nas estratégias legalistas, ao estado de Pernambuco a única paga foram as dores desferidas à sociedade local. Em tão elevada acuidade que necessitavam expor suas memórias entre narrativas publicadas e monumentos no imaginário urbano do Recife. Como se possuídos de espectro libertário, as descrições e rituais manifestavam a ânsia daqueles indivíduos para, novamente, se reconhecerem como sujeitos plenos, diante da retomada do direito à fala. O que nos faz confessar que, atravessando o nosso particular interesse pela pesquisa desenvolvida, esteve presente a vontade de observar o poder da escrita e das insígnias aos seus fabricantes. Vidas que foram, direta ou indiretamente, cruzadas pela catástrofe do terror e que se negavam a esquecer dos mortos, dos vencidos, das vozes inaudíveis, a apagar, mais uma vez, as pegadas. Ainda que percebendo ser o “passado somente apreendido como imagem irrecuperável e subitamente iluminado no momento de seu reconhecimento”¹⁰¹⁹. Ainda que tivessem de se deparar com o desmonte da ilusão, tendo de aceitar o atributo positivo do esquecimento, agindo como uma espécie de digestão¹⁰²⁰. Verifica-se “a plasticidade das lembranças em rigidez, afirmando e confirmando uma determinada geração às gerações futuras”¹⁰²¹. Nos rastros deixados pelos ausentes da história oficial, se eleva “o verdadeiro lembrar, a rememoração, salvando o passado, porque procede não só à sua conservação, mas lhe assinala um lugar preciso de sepultura no chão do presente, possibilitando o luto e a continuação da vida”¹⁰²².

Figura 1: Placa “Os fuzilados da Imbiribeira”. Fonte: Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco¹⁰²³.



¹⁰¹⁸ Não sendo possível encontrar registros para nossa pesquisa na Arquidiocese de Recife e Olinda.

¹⁰¹⁹ BENJAMIN, W. Walter Benjamin: **Obras escolhidas**: Magia e técnica, arte e política. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 11.

¹⁰²⁰ NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

¹⁰²¹ GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2006.

¹⁰²² GAGNEBIN, Jeanne Marie. Apagar os rastros, Recolher os restos. In: GINZBURG: Jaime; SEDLMAYER, Sabrina (orgs). **Walter Benjamin**. Rastro, aura e história. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 35.

¹⁰²³ Diante do péssimo estado de conservação do monumento, colocamos à baixo da imagem os seus escritos e gravuras.

	Jazigo Perpétuo Fuzilados da Imbiribeira	
Guardião Manoel Pacheco João Batista de Oliveira Euzébio Athanazio Américo Virgílio Ignácio António Quaty (14 anos, pernambucano)		Ex-sargento Silvino de Macedo Pernambucano 14 de janeiro de 1894 “Direto no coração”

REVISITANDO A “CUIABÁ”, CIDADE ILUMINADA PELA GORDURA DO PACU, E A “VILA DE GUIMARÃES”, DE HERCULE FLORENCE (1827)

*Déborah Pimenta Martins*¹⁰²⁴
deborahpimenta2016@gmail.com

Resumo: A proposta da presente pesquisa é compreender a cidade de Cuiabá e a Vila de Guimarães, a partir dos relatos do viajante Antoine Hercule Romuald Florence, artista francês, que veio a Mato Grosso, no século XIX, com a Expedição Langsdorff, e que em 1827, realizou importante levantamento científico, registrado em diário.

Palavras-chave: Cuiabá, Vila de Guimarães, Hercule Florence.

1. Introdução

O texto tem o propósito de apresentar alguns aspectos iniciais da pesquisa científica que está em andamento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Inicialmente abordaremos a história dos viajantes num aspecto amplo, após, discorreremos sobre a Expedição Langsdorff e o viajante Hercule Florence e explicaremos alguns objetivos quanto a usarmos o relato do viajante como fonte, apresentaremos a metodologia da proposta e, ao final, citaremos alguns enunciados que dizem respeito à cidade de Cuiabá e à Vila de Guimarães sobre os quais nos debruçaremos ao longo da pesquisa.

2. A Longa História

A longa duração que circunda inicialmente a pesquisa está nas grandes expedições e a descoberta do Novo Mundo. Apesar das estruturas temporal e espacial sofrerem transformações ao longo dos séculos, em razão da particularidade histórica de cada época, há resquícios – de territorialidade, do imaginário europeu, de sentimento social de encontrar

¹⁰²⁴ Mestranda em História do Programa de Pós-Graduação em História da UFMT – PPGHIS. Orientanda do Professor Dr. Fernando Tadeu de Miranda Borges. E-mail: deborahpimenta2016@gmail.com.

o novo, o diferente, do querer enriquecer pela exploração, querer inventariar o mundo, de descrevê-lo à própria maneira – revelados em cenas de relatos de viagem.

As viagens dos séculos XV e XVI foram inicialmente marcadas pelas grandes navegações¹⁰²⁵ – buscava-se o caminho para as Índias, novas rotas comerciais, novos mercados e produtos, novas terras, etc. Naquela época, lançar-se ao mar era muito dispendioso, muitos iam poucos voltavam, perdiam-se embarcações, mantimentos, etc.. Assim, ganhou importância a participação do Estado e de empresas marítimas nessa atividade.

Inicialmente as viagens eram restritas a quem delas participava ou as financiava, pois os saberes náuticos e cartográficos eram muito próximos, o Novo Mundo não era tão interessante às populações ordinárias das cidades da Europa, mas, era interessante para os religiosos (queriam catequizar), ao comerciante (que queria lucrar) e ao Estado (que queria colonizar). A ideia de Novo Mundo pelos europeus foi construída muito lentamente, as obras geográficas editadas em francês traziam mais informações sobre a Turquia e a Ásia do que a América.

Jean Marcel Carvalho França¹⁰²⁶ ensina que além dos interesses dos homens do mar havia os interesses religiosos, políticos e econômicos que motivavam e sustentavam as empresas marítima e colonizadoras, também, aborda algumas criações dos sábios dominadores da escrita da época, dando destaque à obra Utopia, de Thomas More, na qual esse autor criou um personagem português para ser o portador das novidades sobre a cidade chamada Utopia; e, Ensaio (1588), de Michel de Montaigne quem, de acordo com França, deslumbrado com as novidades do além-mar chegou a pensar que o modo de vida dos habitantes exóticos do Novo Mundo era superior ao dos europeus em muitos aspectos.

Dois países se destacaram na corrida pela expansão marítima, Portugal e Espanha, tanto que chegaram a assinar um acordo, o Tratado de Tordesilhas (1496), dividindo o mundo em duas partes por uma linha imaginária a fim de evitar possíveis conflitos em relação às terras que ainda seriam encontradas por essas duas nações, tratado este que deixou de vigorar em 1750 quando, pelo Tratado de Madrid¹⁰²⁷, redefiniram limites de divisão territorial para as colônias da América do Sul. Tornaram-se relevantes para a história as empreitadas de navegadores como: Vasco da Gama, que conseguiu chegar às Índias; Cristóvão Colombo, pela sua peripécia de “descobrir” a América querendo ir às Índias; e, Pedro Álvares Cabral por chegar ao Brasil.

Nos séculos XVII e XVIII quando na Europa pululavam as ideias iluministas (o homem guiado pela razão), o lançar-se pelos mares e terras perpassava por um desejo de fazer um inventário do mundo, coletar e catalogar materiais e compará-los. As expedições ganhavam características científicas. A título de informação a primeira expedição científica foi determinada por João Maurício de Nassau bem quando os holandeses ocupavam o nordeste do país.

Era preciso não apenas se aproximar da costa marítima das terras encontradas, mas, ingressar pelo interior do território experimentando suas minúcias e enviando informações e amostras para o Velho Mundo racionalizá-las. E essa interiorização contribuiu para os achados de diamantes e para a corrida do ouro no século XVIII.

¹⁰²⁵ Portugal, Espanha, Holanda, Inglaterra e França exploravam novas terras e comercializavam escravos, metais preciosos. A economia portuguesa era fundamentada no capitalismo mercantil cuja principal matéria prima era o Pau Brasil utilizado na construção de naus e na tintura de tecidos. O Pau Brasil apenas parou de ser comercializado por volta de 1550.

¹⁰²⁶ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **A construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII** - Antologia de Textos – 1591-1808, Rio de Janeiro: José Olympio. São Paulo. Unesp, 2012, p.26.

¹⁰²⁷ Mato Grosso na época da fundação de Cuiabá (1719) era pertencente ao reino Espanhol, mas, os portugueses avançaram por meio das monções e conseguiram com que configurasse o *uti possidetis* da região sobre a qual passou a ter direito pelo Tratado de Madrid.

Assim, a fim de explorar melhor o desconhecido centro-norte da colônia brasileira e implementar medidas desenvolvimentistas, a Rainha de Portugal e Algarves e depois do Brasil (a partir de 1815), Dona Maria I, em 1783 ordenou ao luso-brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira (nascido na Bahia mas graduado em Portugal pela Universidade de Coimbra) que, na qualidade de naturalista, fizesse uma Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, viagem que durou dez anos de 1783 a 1792. A expedição, planejada pelo naturalista italiano Domenico Vandelli, estava respaldada pela Academia das Ciências de Lisboa, Ministério de Negócios e Domínios Ultramarinos. Sobre a passagem de Ferreira por Mato Grosso (1789-1791) a historiadora Maria de Fátima Costa¹⁰²⁸, em seu artigo intitulado *Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso: imagens do interior*, concluiu que:

Pelo exposto, vemos, pois, que as andanças de Alexandre Rodrigues Ferreira pela capitania de Mato Grosso e Cuiabá estão estreitamente ligadas às questões de reconhecimento do território fronteiriço e das potencialidades da riqueza mineral contida nas terras que Portugal havia conquistado dos vizinhos espanhóis. Nestas terras interiores, em que pese as remessas de amostra de produtos, animais e plantas, a Viagem Filosófica pouco realizou de atividades mais propriamente ligadas à história natural.

Vale abrir um parêntese para lembrar que o processo de interiorização do Brasil se dava também pelas Entradas (expedições do governo para mapear o interior) e as Bandeiras (expedições particulares com o fim de descobrir minas e capturar índios). Conta a História Regional de Mato Grosso que foi um bandeirante paulista, Pascoal Moreira Cabral, que encontrou ouro no córrego Coxipó o que contribuiu para a fundação, em 08 de abril de 1719, do Arraial da Forquilha, o primeiro povoamento que daria origem à cidade de Cuiabá¹⁰²⁹. A partir da anunciação, pelo Pascoal Moreira Cabral, à Capitania de São Paulo acerca da descoberta de ouro na região do Cuiabá, surge o ciclo das monções¹⁰³⁰, trechos fluviais que iam de Araritaguaba (hoje Porto Feliz-SP) à Cuiabá- MT, utilizados por portugueses e paulistas para chegar às minas da região.

Ainda no contexto expedicionário, surgem viajantes como Alexander Von Humboldt quem investiu suas economias em uma viagem exploratória pela América Central e América do Sul (1799-1804) e tentou fazer uma descrição física do mundo em cinco volumes da sua famosa obra *Kosmos*¹⁰³¹ que se tornou um clássico da geografia moderna.

Por fim, no século XIX, no contexto mundial de invasão napoleônica e no contexto regional de decadência do ouro e crise econômica, a família real se instala no Brasil. Dom João VI decreta a abertura dos Portos às Nações Amigas (a nação mais amiga era a Grã Bretanha, afinal, estava sofrendo o bloqueio continental francês). A partir de então muitos estrangeiros chegam ao Brasil e começam a se aventurar pelo interior do país. Em 1817-1820 o naturalista alemão Johann Baptist von Spix e Carl von Martius realizaram uma expedição que reuniu amostras de plantas e animais do Brasil e após organizaram a obra "Viagem pelo Brasil 1817-1820". Em 1825 é publicada "Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá" de Luiz D'Alincourt (1787-1841), militar português que esteve em Cuiabá.

Nos períodos de 1824-1829 o Barão Georg Heinrich von Langsdorff, médico alemão naturalizado russo, financiado pelo Czar Alexandre I (a quem interessava retomar as relações

¹⁰²⁸ COSTA, M. de F. Alexandre **Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso: imagens do interior**. História, Ciências, Saúde Manguinhos, vol. VIII (suplemento), 2001, p. 1012.

¹⁰²⁹ Cuiabá foi fundada no Arraial da Forquilha mas, em 1722, foi transferida para as "Lavras do Sutil", veio aurífero apontado por um índio e seguido pelo sorocabando Miguel Sutil. Apenas em 1818 foi elevada à categoria de cidade.

¹⁰³⁰ O caminho das monções foi usado durante 138 anos desde 1720 até 1858.

¹⁰³¹ Obra cuja publicação foi iniciada em 1845, mas, não foi acabada em razão da morte de Humboldt em 1859.

comerciais com o Brasil) chefia a expedição Langsdorff para realizar descobertas científicas, investigações geográficas, estatísticas e o estudo de produtos desconhecidos no comércio. Sobre esta expedição nos demoraremos mais no tópico seguinte.

Desse passeio historiográfico, é possível visualizar que o que movia os europeus – viajantes, letrados e autoridades políticas – pelo interior do país era o desejo de ampliar o mercantilismo, encontrar minas, explorar a natureza e desvendar o “exótico”, passando por lugares de dimensões territoriais desconhecidas. Muitos relatos eram feitos durante os deslocamentos, em acampamentos, quando retornavam às suas cidades. Havia um interesse científico em descobrir novas espécies, novas plantas, raízes e de algum modo realizar registros. Assim, jovens viajantes se lançaram em expedições rumo a terras longínquas e se sujeitaram a viver experiências, ainda que perigosas, inéditas, e representá-las por meio de pinturas, desenhos e escritas.

3. A Expedição Langsdorff e o Viajante Hercule Florence

Foi pelo mesmo caminho das monções paulistas, que saíam de Porto Feliz à Cuiabá, que veio ao território mato-grossense o naturalista, médico e diplomata alemão Georg Heinrich Von Langsdorff, que – com a ajuda de seus contratados – o astrônomo Nestor Rubzoff, o botânico Luiz Riedel e os artistas Adriano Taunay e Hércules Florence – encabeçou uma expedição científica que, por meio de relatos diários de seus participantes, logrou descrever trajetos, objetos, pessoas, comida, cerimônias, rios, fauna, flora, animais, entre outros aspectos de lugares desconhecidos ou pouco visitados. A finalidade da chamada “Expedição Langsdorff” era adentrar por lugares distantes a fim de aumentar o conhecimento sobre o interior do Brasil. Sobre os planos da expedição os historiadores Maria de Fátima Costa e Pablo Diener¹⁰³² destacam que:

Ao sair do Rio de Janeiro, a expedição russa tinha planos de atingir a capital da distante Província de Mato Grosso, através do caminho de terra, via Goiás. Mas, estando entre os paulistas, o barão tomou conhecimento do antigo caminho fluvial, que correspondia às rotas das Monções – comboios comerciais que ligavam Cuiabá a São Paulo – usadas no século XVIII. Ao saber que nenhuma outra expedição estrangeira havia realizado esse roteiro, Langsdorff altera totalmente seus planos. Agora ao invés de tropas mulas, como até então tinha sido a viagem, o trajeto será realizado em batelões e igarités, os barcos de modelo indígena, próprios para esse caminho de rios.

A viagem foi dividida em duas etapas, a primeira seguiria por Minas Gerais e a segunda inicialmente seria feita por terras, via Goiás, mas Langsdorff altera seus planos para que aconteça pelo caminho fluvial das monções até Cuiabá e após a Amazônia.

Antoine Hercule Romuald Florence (Hercule Florence) participou da segunda fase. Nascido em Nice (França), filho de um médico cirurgião dos exércitos de Napoleão Bonaparte, leitor do escritor francês Abade Raynal (1713-1796) e admirador das façanhas de Robinson Crusóe (escritor inglês, 1660-1731), imbuído pelo sonho de dar a volta ao mundo, aceitou o convite do Sr. Du Campe de Rosamel, capitão da fragata Marie Thérèse, para deixar a França e fazer uma aventura na América do Sul¹⁰³³.

Chegou ao Brasil em 1824, pouco depois, em agosto de 1825, juntou-se à equipe da “Expedição Langsdorff” para ser o segundo desenhista. De início não ocupou lugar expressivo na viagem já que o artista principal era Adriano Amado Taunay (que morreu afogado no rio Guaporé durante a expedição), devido à larga experiência como ilustrador, filho da

¹⁰³² COSTA, Maria de Fátima; DIENER, Pablo. **Bastidores da Expedição Langsdorff**. Cuiabá: Entrelinhas, 2014, p.79.

¹⁰³³ FONSECA, Dayz Peixoto. **O viajante Hércules Florence: águas, guanás e guaranáis**. Campinas: Pontes, p.14, 2008.

tradicional família Taunay. Hércules tinha a atribuição de fazer desenhos da viagem, no entanto, descrevia todos os fenômenos ou situações como se fossem para um *Diário de Bordo*. Foi assim que conseguiu escrever seu importante livro *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas - de 1825 a 1829*. A propósito, no introito desse mesmo livro o herdeiro Ataliba Florence¹⁰³⁴ tece os seguintes comentários sobre a desenvoltura do seu pai viajante-escritor:

Dizem os entendidos que o estilo de Hércules Florence nada deixa a desejar, é sóbrio onde deve sê-lo, mas se eleva à altura dum escritor nato em muitos trechos, principalmente nas descrições da natureza, paisagens, ou quando trata de questões morais, p. ex. da escravidão então reinante em quase toda a América.

É para admirar também o espírito de observador que se nota em Florence desde o começo do seu diário, pois ele contava então só 21 anos de idade.

Após a tenebrosa expedição, Hércules Florence, ao retornar ao Rio de Janeiro em 1829, entregou seus manuscritos sobre a viagem à família Taunay. Os registros, no entanto, ficaram perdidos de 1829 a 1874 na casa do Alfredo D'Escragnolle Taunay, o "Visconde de Taunay", sendo esse o responsável pela tradução e publicação em 1875, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB). Tais escritos eram inéditos sobre a Expedição Langsdorff, até então pairava uma lacuna quanto à expedição financiada pelo czar da Rússia vez que passados anos da viagem ninguém havia organizado e sequer publicado informações colhidas no trajeto.

O viajante percorreu mais de 13.000 km até Belém do Pará pelos caminhos fluviais dos rios Tietê, Paraná, Paraguai, Tapajós e afluentes. Durante o itinerário, documentou suas impressões sobre a paisagem, os índios, a fauna e a flora em textos e desenhos que foram depois remetidos à Rússia.

Hércules também deixou sua vida e obra registrada em diversos documentos dos quais o *L'Ami des Arts livré à lui-même*, um volumoso manuscrito de 423 páginas redigido entre 1837 e 1859, que apesar de não ter sido publicado integralmente, as publicações parciais são dedicadas à divulgação da narrativa da expedição Langsdorff concentrada entre as páginas 197 e 423 do caderno. É um manuscrito que constitui a versão final da vida e obra de Hércules Florence, que veio a falecer em Campinas, interior de São Paulo, em 27 de março de 1879.

4.o relato do viajante como fonte

Os viajantes estrangeiros transitaram por parte do território brasileiro e produziram relatos que são valiosos para a historiografia do Brasil. O interesse pelo "diferente" de qualquer sujeito sociocultural e o fato dos viajantes serem sujeitos da própria formação cultural exterior inserto no meio brasileiro, enriquece esse gênero documental. Seus interesses em escrever eram os mais diversos, passavam por questões pessoais a institucionais, escreviam conforme suas vivências, de acordo com suas formações e interesses.

Os relatos do século XIX podem ser analisados, comparados, descritos, interpretados, a partir da seleção de sequências discursivas a fim de encontrar segmentos que façam menção à Cuiabá e Vila de Guimarães (atual cidade de Chapada dos Guimarães) ambas situadas em Mato Grosso.

Do *corpus* inicial, os documentos *Viagem Fluvial do Tietê à Amazônia- 1825 a 1829* e *L'Ami des Arts livré à lui-même*, pretende-se evidenciar tópicos e elementos definidos pelo viajante Hercule Florence, e visitar as cartografias temporais e atemporais.

¹⁰³⁴ FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829*, Esboço da viagem feita pelo Sr. de Langsdorff no interior do Brasil, desde setembro de 1825 até março de 1829. Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2007, p.XII.

Tem-se por objetivo específico tentar responder as seguintes questões: Quais as percepções da autora desta dissertação e do autor/enunciador Hercule Florence de Cuiabá e Vila de Guimarães? Qual a contribuição do discurso do viajante oitocentista para o presente? Como o enunciador Hercule Florence compatibiliza a imagem construída de si com os mundos criados pelos enunciados? Quem é hospitaleiro: o cuiabano ou o pacu? Por quê o pacu tem fama de sedutor? Também pretende-se problematizar a cronologia das versões dos relatos de Hercule Florence, da expedição Langsdorff, e fazer as intersecções entre as narrativas da viagem e a matriz autobiográfica. Além de compreender o funcionamento do *ethos* discursivo na enunciação de Hercule Florence, visando perceber os recados contidos.

5. Metodologia da pesquisa

Hercule Florence relatou a beleza da “Expedição Langsdorff”, em Mato Grosso, no século XIX. Com o auxílio da historiografia e da análise do discurso. Um mundo de sentimentos poderão ser bordados na colcha da História Regional. A historiografia, como a própria grafia da história diz - a narrativa da história é o que o historiador produz - e a análise do discurso, trazendo um olhar de Hercule Florence sobre o “risonho” e o “pitoresco” de Cuiabá e Vila de Guimarães.

6. A cidade de Cuiabá e a Vila de Guimarães

Esta pesquisa encontra-se em fase de levantamento empírico, leitura dos relatos, manuscritos e livros sobre Mato Grosso no período imperial.

Apenas a título de ilustração deste levantamento inicial, abaixo faremos breves comentários a partir da percepção da pesquisadora. Citaremos os enunciados extraídos do livro *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas - de 1825 a 1829* sobre os quais no decorrer da pesquisa será compreendido o discurso, a cenografia, o *ethos*. Também, será feito um trabalho de comparação entre o relato do viajante com outros manuscritos da época (os quais estão sendo buscados no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso) para, então, dar uma nova percepção à historiografia de Cuiabá e Vila de Guimarães (atual cidade de Chapada dos Guimarães).

A cidade Cuiabá por muito tempo é conhecida como Cidade Verde em razão das numerosas árvores que fazem parte da paisagem urbana que podem ser encontradas plantadas nas calçadas e quintais das casas. O enunciado abaixo mostra a aproximação dos habitantes de Cuiabá com a natureza marcada pelo ato de plantar árvores em seus quintais, como também, apresenta uma visão geral do tecido urbano e um certo estranhamento em relação ao povo, afinal, apresentam aspectos “risonho” e “pitoresco”:

Não há senão **18 ou 20 casas de sobrado**, esse mesmo pequeno: todas as mais são térreas. **Cada casa tem nos fundos um jardim plantado de laranjeiras, limoeiros, goiabeiras, cajueiros e tamarindeiros, árvore cuja folhagem densa e escura forma no meio das outras agradável contraste, concorrendo todas elas para darem à povoação aspecto risonho e pitoresco.**¹⁰³⁵ (grifamos).

O viajante observa que os costumes cuiabanos não pareciam destoar daqueles de todos os brasileiros, no entanto, algum possuía aspecto “pernicioso”, nota-se que o uso deste adjetivo parecer revelar um olhar de estranhamento:

Descrever os costumes gerais da população de Cuiabá, é decerto descrever os de todos os brasileiros; entretanto

¹⁰³⁵ FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829*, Esboço da viagem feita pelo Sr. de Langsdorff no interior do Brasil, desde setembro de 1825 até março de 1829. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007, p.123 .

aqui várias circunstâncias locais concorreram para dar hábitos peculiares à terra, imprimindo-lhes cunho característico e, embora **pernicioso**, de certo modo original.¹⁰³⁶

O cuiabano e o brasileiro têm fama de povo hospitaleiro e isso aparece em trechos dos relatos de Hercule:

Caiu a noite; mas ao longe lobrigamos entre sombrios maciços a casa do proprietário desses lugares, o qual estava à nossa espera para oferecer-nos a **franca hospitalidade brasileira**. Era o alferes de milícias Domingos Monteiro, comandante do distrito; bom homem que não sabia se não seu pouquinho de agricultura, mas muito estimado de todos os vizinhos. **A morada estava muito aquém do confortável; entretanto a franqueza de quem a ocupava tudo supriu.** (...) **A boa qualidade dos alimentos e nosso apetite deram sabor a tudo.** Excelente marmelada e doces de diversas qualidades terminaram o jantar, ao qual sucedeu o benedicite que de pé e com as mãos postas é rezado baixinho. Lamento sinceramente que este hábito respeitável e tão justificado tenha caído em desuso.¹⁰³⁷ (grifamos).

As mulheres cuiabanas são assim: risonhas, falantes, alegres, livres. O viajante relata o modo da mulher cuiabana, àquelas de classe média atribui uma influência negativa dos escravos quando infiéis, neste momento transparece o pensamento etnocêntrico, do homem branco europeu, porque se elas (as de classe média) agem mal é porque seriam influenciadas por “negros e negras”. As pobres sequer chance de casar tinham e lhes restava a vida fácil, entretanto, ainda assim, não seriam tão vulgares quanto as mulheres “públicas” da Europa:

As mulheres **de classe média** e sobretudo inferior, **são muito livres nas suas conversas, modos e costumes**. Além do contínuo exemplo da licença geral e quase desculpada, recebem **pernicioso influxo do contato dos escravos, negros e negras, cujas paixões violentas não vêm peias à sua expansão**. A fidelidade conjugal é, muitas vezes, falseada. Apesar de temerem os maridos e considerá-los como amos e senhores, sabem perfeitamente enganá-los.¹⁰³⁸

Conheci, contudo, uma senhora muito bem falante, civilizada e espirituosa. Três outras nas mesmas condições tinham, porém, já sua idade e, **apesar do muito que haviam dado que falar em sua mocidade**, passavam por tipos de virtude.

As moças filhas **de pais pobres** nem sequer pensam em casamento. Não lhes passa pela cabeça a possibilidade de arranjar marido sem o engodo do dote e, como **ignoram os meios de uma mulher poder viver de trabalho honesto e perseverante, são facilmente arrastadas à vida licenciosa**, na qual, **justiça se lhes faça, apesar de pertencerem a todos, nunca mostram a ganância e as baixezas das mulheres públicas da Europa**.¹⁰³⁹

¹⁰³⁶ Ibidem, p.127.

¹⁰³⁷ FLORENCE, Hercules. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazona** : 1825 a 1829, Esboço da viagem feita pelo Sr. de Langsdorff no interior do Brasil, desde setembro de 1825 até março de 1829. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007 p. 138.

¹⁰³⁸ Ibidem, p.127.

¹⁰³⁹ Ibidem, p. 128.

O pacu é o peixe símbolo da cuiabania é o peixe cobiçado pelo pescador matogrossense. Há em Cuiabá uma lenda que diz que quem come a cabeça do pacu não sai mais da cidade, é um peixe saboroso servido em restaurantes tradicionais cuiabanos. No relato do Hercule era abundante e servia para iluminar a cidade, vejamos:

O rio é farto de pescado, sobretudo de junho até fins de dezembro. Então é o alimento principal do povo. Pescam-se muitos pacus, dourados, piraicanjubas, piaus, piracachiaras, jiripocas, palmitos, cabeçudos, corimbatás, peixe-rei, etc. É tanto o peixe que os bois, cavalos e pretos ou guanás vão curvados ao seu peso vendê-los pela cidade.

De todos é o **pacu** o mais gordo e mais abundante, bem que não seja o mais delicado; sabe, contudo, bem ao paladar e a quantidade é tal que fornece a combustível com que se iluminam todas as casas. acontece até que os pescadores atiram fora grandes montes, quando não querem nem mesmo dar-se ao trabalho de extraírem o azeite.¹⁰⁴⁰

Quanto à Vila de Guimarães, Hercule retrata os costumes na fazenda Buriti (esta fazenda existe até hoje no caminho que leva até a cidade de Chapada dos Guimarães). Ao olhar do viajante é algo um tanto “pitoresco” fato da dona da fazenda estar sendo carregada por negros enquanto deitada em uma rede.

No dia 1º de maio de 1827 partimos para a vila de Guimarães. em caminho fomos visitar a fazenda do Buriti, de cana-de-açúcar, e pertencente a uma velha chamada D. Antônia, a qual chegou ao mesmo tempo que nós, vinda de Cuiabá. **Viajava de um modo novo para nós**, carregada por dois negros numa rede suspensa a uma grossa taquara de guativoca.

De muda iam outros dois pretos aos lados. Acocorada nessa rede e a fumar num comprido cachimbo, vinha ela seguida de negras e mulatas, todas vestidas limpamente e carregando à cabeça cestos, trouxas e roupas, vasilhas de barro e outros objetos comprados há pouco. O administrador, que era irmão dela, e o feitor adiantaram-se ao seu encontro, e os negros e negras que haviam ficado em casa se chegaram para dar o louvado.¹⁰⁴¹

Faz um retrato do aspecto físico da Vila de Guimarães (cidade de Chapada dos Guimarães):

O que se chama vila de Guimarães não passa de uma rua de míseras choupanas e de um largo em parte aberto em parte cercado de casinhas cobertas de sapé, com uma igreja no fundo.¹⁰⁴²

Encanta-se com a simplicidade e a riqueza da igreja da Vila de Guimarães:

A acanhada igreja **nada apresenta de notável no exterior**, internamente, porém, se bem já decadente, é, guardadas as proporções, **a mais rica de toda a província em ornamentação arquitetônica e em baixos-relevos**

¹⁰⁴⁰ FLORENCE, Hercules. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas : 1825 a 1829, Esboço da viagem feita pelo Sr. de Langsdorff no interior do Brasil, desde setembro de 1825 até março de 1829.** Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2007,p.144.

¹⁰⁴¹ Ibidem,p.143.

¹⁰⁴² Ibidem, p.144.

dourados. Ninguém pensa, decerto, encontrar tais restos de riqueza numa decadente aldeia da Província de Mato Grosso, onde as poucas igrejas que existem nenhum ornato têm e mais parecem pardieiros do que templos.¹⁰⁴³ (grifamos)

7. Considerações finais

No tópico anterior estão alguns dos enunciados presentes nos escritos de Hercule Florence os quais, como dito alhures, serão trabalhados, tanto por meio da historiografia quanto da análise do discurso, no decorrer da pesquisa.

Este trabalho procurará fazer com que as representações do relato dialoguem com outros documentos do séc. XIX a fim de encontrar elementos que caracterizem a cidade de Cuiabá e a Vila de Guimarães possibilitando uma outra leitura da História Regional.

ENTRE DISPUTAS POLÍTICAS E OS EMBATES PELA MEMÓRIA: A DESTRUIÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CARUARUENSE (2004-2008)

*Erivania Azevedo Lopis*¹⁰⁴⁴
erivania.lopis@gmail.com

Resumo: Analisar as disputas políticas e as lutas pela memória, de acordo com a atuação do poder público municipal e como essas ações têm contribuído para a destruição do patrimônio histórico de Caruaru, é o objetivo desta pesquisa que está em andamento. Contudo, o marco histórico supracitado compreende um período de depredação de bens históricos já tombados enquanto patrimônio e outros bens patrimoniais “não consagrados”. Estas ações motivaram o surgimento de contendas políticas e embates pela memória entre o poder executivo municipal, as instituições responsáveis pela preservação patrimonial – como o IPHAN e a FUNDARPE – e a população local. A historiografia tem se debruçado sobre a temática do patrimônio e estudiosos da área como: Françoise Choay, Maria Cecília Londres Fonseca e Dominique Poulot, entre outros, norteiam as discussões dessa pesquisa, abordando as mudanças políticas e culturais através da gradual política patrimonial brasileira, como também a importante percepção do patrimônio não só como um elemento concreto, mas também como uma ideia abstrata, um sentimento de identidade de um povo que se reconhece enquanto pertencente àquela cultura social e as relações simbólicas de poder nela inseridas. Dentro desse universo de histórias, sendo a memória uma das matérias-primas para a história, a oralidade presentifica a vivência cultural de um povo, tornando os relatos orais, assim como os periódicos e os documentos oficiais, fontes primordiais na análise histórica dessa pesquisa. Tomando por base os estudos acerca do patrimônio, as políticas públicas de preservação aos elementos culturais e as ações das diversas instituições de preservação, atrelados ao reconhecimento da importância da preservação do patrimônio histórico como símbolo de uma vivência social, ressaltamos o mérito da preservação do patrimônio cultural e histórico na constituição de uma sociedade que participe ativamente da construção e do resgate de sua história.

¹⁰⁴³ FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas : 1825 a 1829*, Esboço da viagem feita pelo Sr. de Langsdorff no interior do Brasil, desde setembro de 1825 até março de 1829. Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2007, p.145.

¹⁰⁴⁴ Mestranda em História Social da Cultura Regional pela UFRPE

Introdução

Caruaru, nosso campo de análise, é um município brasileiro do estado de Pernambuco, situado na região nordeste do país. Pertence à Mesorregião do Agreste Pernambucano e à Microrregião do Vale do Ipojuca e localiza-se a oeste da capital do estado, distando desta cerca de 130 km. Ocupa uma área de 920,611 km², sendo que 16,65 km² estão em perímetro urbano e os 903,961 km² restantes formam a zona rural, e sua população em 2015 era de 347 088 habitantes, sendo a mais populosa cidade do interior pernambucano e a terceira mais populosa do interior nordestino. É internacionalmente conhecida pelos festejos juninos e por seus folguedos. Possui ainda a Feira de Caruaru, conhecida por ser uma das maiores feiras ao ar livre do mundo e ter sido tombada como patrimônio imaterial do país pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Possuindo também como elementos patrimoniais tombados: a Estação Ferroviária de Caruaru, o prédio da Rádio Difusora de Caruaru, os Festejos de São João e o Alto do Moura (estes dois últimos por decreto do governo do estado). Seu artesanato com barro ficou mundialmente conhecido pelas mãos de Vitalino Pereira dos Santos, o Mestre Vitalino.

Tomando por base os estudos acerca do patrimônio, as políticas públicas de preservação aos elementos culturais e as ações das diversas instituições de preservação, como também do poder público, esta pesquisa busca analisar as disputas políticas e as lutas pela memória de acordo com a atuação do poder público municipal e como essas ações tem contribuído para a destruição do patrimônio histórico de Caruaru.

Esta análise se dará, do período de 2004 a 2008, onde a gestão pública municipal teve como representantes Antônio Geraldo Rodrigues e Manoel Teixeira de Lima, que através de “obras de modernização” interferiram diretamente na gestão da preservação patrimonial, com ações de demolição de elementos históricos. A destruição a elementos patrimoniais históricos vem ocorrendo há um longo tempo em Caruaru, como está exposto através de imagens (figuras 1,2,3 e 4). Porém, esse marco histórico foi escolhido por ter atingido grandes proporções na destruição de bens históricos já tombados enquanto patrimônio, como a Estação Ferroviária de Caruaru (figura 5,6 e 7), que em 2005 foi destruída em seus elementos singulares e históricos. Esta ação teve grande notoriedade junto a população local, indignada com a depredação do patrimônio, como também com as instituições responsáveis pela preservação patrimonial, como o IPHAN¹⁰⁴⁵ e a FUNDARPE, que entraram com ações de embargo da obra e conseqüentemente restauro e preservação do bem patrimonial em questão. Medidas estas que se arrastam até os dias atuais entre sucessos e insucessos relacionadas as ações do poder público municipal.

O patrimônio é o símbolo de uma vivência que é temporária, mas que se torna eterna pelo patrimônio, traz em si um elemento identitário muito forte, construindo um conjunto de imaginários que nos diz quem somos, de onde viemos e para onde queremos ir. Faz-se necessário perceber que o patrimônio não é só um bem em si, mas também o uso que aquele

¹⁰⁴⁵ Conforme o ofício nº276/2005 de 20/05/2005, o IPHAN pede a imediata paralisação dos serviços de demolição; A prefeitura de Caruaru, em resposta ao ofício do IPHAN, defende a continuação das obras, através do ofício nº 155/2005. Após esses primeiros contatos, relacionados a demolição da Estação Ferroviária de Caruaru, esses dois órgãos (IPHAN e Prefeitura Municipal) expuseram suas opiniões e medidas acerca do bem em questão, através dos documentos:

-Ofício do IPHAN Nº 303/2005 de 01/06/2005, fornece orientações para a prefeitura a serem tomadas com relação a área arruinada;

-Ofício do IPHAN nº 437/2005 -5ª SR/IPHAN/MINC de 15/08/2005, se posiciona acerca do indeferimento da obra;

-Ofício do IPHAN nº 439/2005 de 16/08/2005, julga procedente a ação ordinária nº 2005.83.02.000932-8 de salvar a integridade do bem em questão;

-Ofício do IPHAN nº 455/2005 de 22/08/2005, recomendando a prefeitura de Caruaru, a elaboração de um projeto de restauro e recomposição da área construída.

bem tem para a perpetuação da memória de uma coletividade, pois o patrimônio histórico não é algo concreto somente, é algo também subjetivo, cheio de significado.

O papel da memória é presentificar, através de suas lembranças e de seu patrimônio, o já vivido. Porém, a falta de conscientização sobre o real valor do patrimônio, por parte de integrantes da gestão pública municipal, considera o “tombamento” como prejuízo financeiro. Aliás, o interesse financeiro, através da exploração do turismo, a partir da restauração e da resignificação (novo uso) de monumentos históricos deve ser amplamente discutido. A partir dessa perspectiva, questiono: Porque o governo municipal, entre os anos de 2004 e 2008, tomou as decisões de transformar, dar novo uso (destruindo ou reformando), a lugares históricos que fazem parte da memória local, conflitando com as aspirações da população do município? A partir disso, estruturou-se uma relação conflitante entre a gestão municipal, o IPHAN, e a FUNDARPE, como também a população do município, devido ao impacto provocado por essas ações de destruição ao patrimônio histórico.

Mesmo sendo reconhecida como “Um celeiro de artes figurativas” pela arte do barro, pela famosa feira e por seus costumes e folguedos, Caruaru não possui os 4 livros de tomo correspondente ao patrimônio material. Por isso, para ser patrimônio, tem que ser por decreto de lei e/ou projeto municipal. Ciente disto, somados as ações de depredação ao patrimônio cultural e histórico da cidade, observa-se a fragilidade da política de preservação patrimonial em Caruaru, como também com o resgate da memória e da história local, através da valorização das comunidades que produzem essa cultura.

O Que Fala a Historiografia: Um Breve Histórico

A discussão sobre o patrimônio faz-se necessária, pois contribui para a percepção da identidade através dos elementos patrimoniais históricos, repletos de subjetividade e vivência social. E por via dele, constroem-se um conjunto de imaginários que nos dizem quem somos, de onde viemos e para onde queremos ir. *Choay* destaca em sua obra: *A Alegoria do Patrimônio*, a perspectiva do patrimônio como uma alegoria, pois o monumento é visto como um elemento concreto que representa uma ideia abstrata, o sentimento de identidade de um povo.

A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade. (...) Para aqueles que edificam, assim como os destinatários das lembranças que veiculam, o monumento é uma defesa contra o traumatismo da existência, um dispositivo de segurança.¹⁰⁴⁶

A discussão sobre a valorização e importância do patrimônio é recente, pois não havia preocupação com o seu lugar na história. Havia sim uma inquietação com a reutilização dos lugares históricos. Entretanto, a historiografia tem se debruçado sobre a temática do patrimônio. Vários estudiosos, em suas obras, lançam a perspectiva da preservação patrimonial. Assim como *Choay* (citado acima), *Pedro Paulo Funari e Sandra Pelegrini* em sua obra *Patrimônio Histórico e Cultural*, destacam a trajetória do patrimônio num contexto mundial, ressaltando o movimento humanista e o surgimento do ‘sentimento de patrimônio’ pelas sociedades.

Funari e Pelegrini mencionam que a preocupação em reutilizar os lugares históricos, teve grande aceitação devido a Era Industrial, pois nesse período vigorava a perspectiva que o patrimônio (bens/ lugares/ construções históricas) precisavam ser modernizadas. Já o período do renascimento trouxe uma nova ótica, pois a ideia de patrimônio começou a ser atrelada a perspectiva de beleza. A preocupação com a defesa e a preservação dos elementos patrimoniais veio primeiro na Europa, pois os intelectuais humanistas preocupavam-se com

¹⁰⁴⁶ CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução: Luciano Vieira Machado. 3ª Ed. – São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006 (P:18)

a catalogação de tudo o que fosse antigo, incluindo objetos e edifícios. Estes intelectuais vieram inaugurar o que se chamava 'Antiquariado'.

Após a Segunda Guerra, veio a preocupação em salvaguardar bens culturais e identitários, pois estes eram sinônimo de vínculo social, de uma herança deixada por seu povo, contribuindo para a construção de uma identidade nacional. Este cenário, retratado por *Dominique Poulot* em seu texto: *Um Ecossistema do Patrimônio*, ressalta a construção dessa identidade nacional, pelo patrimônio, como também a ideia crítica de patrimônio na pós-modernidade, "sendo um mero braço da história da arte e da Cultura" e seu contexto acadêmico e político.

A nação torna-se a encarnação por excelência da patrimonialidade, absorvendo, por assim dizer, no seu princípio, toda a recepção dos objetos culturais do passado. A apropriação se dá na forma de uma comunidade imaginária, e a proteção do patrimônio é geralmente acompanhada da crença em um progresso.¹⁰⁴⁷

A política patrimonial brasileira é construída de forma lenta e gradual. Elaborada por grupos de intelectuais que perceberam a necessidade de mudanças políticas e culturais, referentes a preservação do patrimônio. Esse panorama é muito bem definido por *Maria Cecília Londres Fonseca*, em seu livro: *O Patrimônio em Processo*, que relata como a política federal de preservação no Brasil efetiva-se no final dos anos 30. A autora faz um apanhado de como se deu esse processo, aqui esboçado de forma concisa. Em 1937, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), destinado a defesa do patrimônio histórico e artístico. A constituição de 1988, no artigo 216, coloca como existente o patrimônio material e imaterial e especifica suas singularidades. Em 1990, surgiu o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, tempos depois, nomeado de IPHAN. Em 2000, se instituiu o registro de itens do patrimônio imaterial, como coisas que se reconhece como parte do seu patrimônio cultural. A partir de 2003, o patrimônio é definido de forma mais ampla, em suas práticas e objetos. *Fonseca* destaca também como se dá o processo de descentralização da política de preservação e os avanços na salvaguarda de centros históricos e documentos.

Sobre o processo de construção da política patrimonial no Brasil, *Lúcia Lippi Oliveira*, em *Cultura é Patrimônio: um guia*, dialoga perfeitamente com *Fonseca*. Porém, *Oliveira* amplia a discussão enfocando a importância de preservar seu patrimônio imaterial, valorizando as pessoas que compõem a cultura popular. As práticas culturais que sofrem mudanças, em nossa atualidade, precisam de políticas de autenticidade, salvaguarda e preservação desse patrimônio. A autora inicia sua preocupação com a cultura popular, ressaltando o folclore. "É o redescobrimento da identidade do Brasil, através da cultura popular, o folclore."¹⁰⁴⁸

Incluída nas discussões sobre patrimônio e cultura, também estão as perspectivas acerca da identidade e da noção de pertencimento que as sociedades têm com seu patrimônio e sua memória. Para entender as relações do sentimento de pertencimento a um determinado grupo, contribuindo para a criação de um discurso identitário, é necessário analisar a relação entre cultura e significado. É nessa perspectiva que *Tomaz Tadeu da Silva*, *Stuart Hall* e *Kathryn Woodward*, no livro: *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos gerais*, dissertam sobre o elemento corriqueiro de uma sociedade reivindicar uma cultura ou uma história comum como o fundamento de sua identidade. Essa história comum é carregada de representações sociais, onde os indivíduos encontram suas posições de sujeito pertencente a determinada cultura. Seus elementos patrimoniais e históricos são referência para se alcançar essa identidade que é tanto simbólica quanto social, levando o indivíduo a se encontrar em uma identidade tanto individual, quanto coletiva.

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e

¹⁰⁴⁷ POULOT, Dominique. **Um Ecossistema do Patrimônio**. Rio de Janeiro. Museu Histórico Nacional, 2008 (P: 30)

¹⁰⁴⁸ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é Patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

àquela que somos. Podemos inclusive sugerir que estes sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas. (SILVA, 2000. p:17)

A perspectiva da identidade, traz em si diversos aspectos de ordem social, econômica e política. E essas questões influenciam diretamente na construção da ideia da própria identidade, seja individual ou coletiva. *Pierre Bourdieu*, em seu livro “*O Poder Simbólico*”, destaca o jogo de poder existente nas relações políticas, para que determinado grupo se aproprie, através de representações mentais e objetais, da visão de mundo que os “identifica”, criando um consenso e uma unidade grupal. Faz-se necessário perceber que o poder não é somente “dominação”, é também uma relação de troca. Depende de uma crença de uma autoridade partilhada, onde quem acredita ter o poder possui o direito de ordenar e quem recebe a ordem, se reconhece em seu dever de obedecer. Nessa relação, os autores envolvidos, legitimam o poder não só por uma questão jurídica e de direito, mas também por representações morais e na crença de uma solidariedade que existe ‘oficialmente’ em nome do bem comum. É preciso que observemos que os agentes envolvidos nesse jogo de aceitação, permanência ou mudança das relações simbólicas, lutam propriamente por vantagens, sejam elas econômicas, políticas ou sociais, através do reconhecimento dessas forças simbólicas e de sua identidade legitimada.

O poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele lhe confia pondo nele a sua confiança.¹⁰⁴⁹

Em Pernambuco, nos últimos anos, houve uma intensificação do processo de patrimonialização dos nossos elementos culturais, sejam eles materiais ou imateriais. Porém, ainda há uma resistência em fazer com que a discussão sobre o patrimônio ultrapasse os muros da academia e das instituições de preservação e ganhe as comunidades, a população. Na historiografia local, destaco a produção de *Diego Gomes dos Santos* e *Ricardo de Aguiar Pacheco*, no artigo: *Os 40 Anos da Fundarpe na Política Cultural do Patrimônio Pernambucano (1973-2013)*, onde os autores destacam a postura de vanguarda do nosso estado em propor leis federais de proteção ao patrimônio, antes mesmo de possuir uma legislação própria do estado. Enfocam a campanha de intelectuais pernambucanos, na década de 20, na defesa dos monumentos e objetos de valor histórico; a criação da Fundarpe e o início de sua política cultural de preservação patrimonial, seus avanços e estagnações.

Há muito mais a apresentar sobre o que a historiografia nos oferece acerca desta temática, contudo a escolha dessas obras acima discutidas deve-se a importância que as mesmas tiveram para a elaboração desta pesquisa. Em sua metodologia esta pesquisa, destaca a memória como uma das matérias-primas para a história, e possuindo uma diversificação de fontes que possam propiciar uma ampla construção e análise da nossa vivência histórica, destaca-se a importância dos relatos orais.

A oralidade é um grande desvelador de memórias. O exercício da oralidade é falar de si, de suas vivências, para o outro e com o outro. Pois, ouvindo relatos, muitas vezes informais, sobre a história caruaruense e seus patrimônios, presentifica-se através da memória a vivência cultural deste povo. É a sensibilização de algo que é vivenciado pelo objeto, através da oralidade. Desta forma, os relatos orais, formais ou informais tornam-se uma das principais fontes de desta pesquisa. Porém, faz-se necessário estar sensível para reconhecer o olhar do outro, dando sentido a alteridade; perceber a parcialidade e os meandros da memória e ter a consciência de que o relato oral tem um posicionamento político, não podendo ser vista como um elemento de neutralidade, já que são fruto de um tempo e de uma verdade histórica. Desta forma, interpretar e reconstruir a memória e a identidade que permeiam esses relatos, tão importantes para esta pesquisa. Como aborda *Jacques Le Goff*, em *História e Memória*, a memória é um elemento essencial para a identidade, seja ela individual ou coletiva.

¹⁰⁴⁹ BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2009 (P:188)

Quer a propósito da recordação, quer a propósito do esquecimento, nas manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura exercem sobre a memória individual. Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder.¹⁰⁵⁰

A Iconografia também é utilizada como fonte para esta pesquisa, dada a importância da imagem como evidência histórica. A imagem e seus signos, assim como a escrita, contribui para a perpetuação da memória. As imagens fazem parte do nosso cotidiano, são projeções, indícios de uma realidade. Elas visualizam e cristalizam as relações sociais e de poder, além de propagar valores culturais, explicar acontecimentos ou fatos sociais. A imagem não pode ser vista apenas por seu mero uso ilustrativo, tanto na pesquisa, quanto na escrita da história. A imagem não serve apenas como apêndice no final do texto, mas também fala, explica determinado acontecimento ou fato social. Também nos relatos orais, a imagem tem sua significância, pois a imagem é um dispositivo para a memória, atualizando-a e reconfigurando-a.

Os periódicos, uma das principais fontes de informação histórica, que já foram muito criticados em sua utilização como fontes de pesquisa por serem considerados inadequados por constituírem elementos fragmentados e imbuídos de interesses e subjetividade, atualmente são mais utilizados pelos pesquisadores. Buscando não cair na armadilha de encontrar nos periódicos aquilo que queremos confirmar, desvinculando texto de um contexto e manipulando a favor do alcance dos objetivos da pesquisa, os periódicos podem ser um grande aliado na construção desse estudo. O periódico seleciona, estrutura e narra aquilo que foi eleito como digno de ser exposto ao público. Trabalhar com o que se tornou notícia e até com a ausência dela (de acordo com a temática da pesquisa), levanta uma série de questões que devem ser levadas em consideração ao utilizar essa fonte.

Como foi pontuado por Bourdieu, fazer existir pela força da nomeação, impondo uma perspectiva como verdade oficial para o senso comum, relegando ao esquecimento aquilo que não foi nomeado ou dito. “*A censura mais radical é a ausência* (BOURDIEU:2009)” Observar as motivações que levaram aquele acontecimento virar notícia, a importância dada ao acontecimento no interior do impresso, os diversos tipos de linguagem, a natureza do conteúdo e o público que o impresso pretende atingir.

Além das fontes históricas citadas acima, esta pesquisa também utiliza-se de documentos para compor suas fontes. A consulta a documentos deve ser realizada com o cuidado necessário comum a outros tipos de fontes, pois ‘um documento’ sendo oficial ou não, a neutralidade não faz parte dele, pois nele estará imbuído a opinião da pessoa e/ ou do órgão que o escreveu. As condições com que aquele documento foi elaborado, como também o seu propósito, devem ser levados em consideração pelo pesquisador ao usar esta fonte. Qualquer texto traz em seu cerne o contexto de sua época, como também uma linguagem repleta de significados, não descartando as perspectivas ideológicas.

É necessário analisar as intenções de quem o produziu, utilizando seu olhar crítico para entender a contextualização do documento e utilizá-lo na pesquisa. *Le Goff* destaca a necessidade de se fazer esta análise crítica sobre este tipo de fonte, pois o documento não é isento, uma fonte inocente de interesses. Todo documento é fruto de uma escolha sobre o que deve ser perpetuado pela memória, através daquele documento, e o que deve ser descartado, portanto esquecido.

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que ali detinham o poder.¹⁰⁵¹

Utilizando-se dessas fontes, interpretando os dados levantados e conjuntamente com o conhecimento historiográfico acerca do patrimônio, refletindo sobre os embates em torno da memória e da história (elementos intrínsecos ao patrimônio), esta pesquisa em

¹⁰⁵⁰ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução; Bernardo Leitão. Campinas – SP, Editora da UNICAMP, 2003(P:422)

¹⁰⁵¹ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução; Bernardo Leitão. Campinas – SP, Editora da UNICAMP, 2003 (P:536)

andamento objetiva Identificar os espaços e monumentos históricos que foram destruídos durante o período de 2004 – 2008, analisando as relações entre a gestão municipal, o IPHAN, a FUNDARPE e a sociedade de Caruaru, diante da arena de disputas políticas caruaruense.

Não Uma Conclusão, O Início de Muitas Reflexões

A necessidade de buscar o entendimento sobre as motivações da destruição do patrimônio histórico de Caruaru e como se configuram as disputas políticas nesse ambiente inserido, torna-se importante para perceber a fragilidade das políticas públicas relacionadas ao patrimônio histórico do município. Observa-se por parte da população uma busca pela valorização e preservação de sua cultura, sua memória, sua identidade. Contudo, esta mesma população não sabe como fazê-lo, pois observa/ presencia as ações do poder público municipal com descrédito, já que não percebe interesse na real valorização de sua cultura local.

A utilização da cultura histórica de Caruaru como um chamariz para a construção de uma identidade coletiva, que esteja vinculada as ideias de um determinado grupo que está no poder, tornando este grupo o detentor da identidade daquela comunidade é algo preocupante no que corresponde ao objetivo de valorização e preservação do patrimônio histórico. O patrimônio, revela a um povo suas origens, sua identidade, seu pertencimento a uma cultura singular e portanto, única. Este deve ser o objetivo a ser buscado pelas comunidades que tem ciência de sua importância histórica e da produção de uma nova história que valorize a cultura local e suas particularidades.

Iconografia Relacionada:

Figura 1 – Antiga Catedral da Cidade – Igreja de Nossa Senhora das Dores. (Arquivo Pessoal)



Figura 2 – Atual Catedral da Cidade – A anterior foi demolida. Esta simboliza a modernidade do município. (Arquivo Pessoal)



Figura 3 – Antigo Cine Teatro Caruaru. Primeiro cinema da cidade. (Arquivo Pessoal)



Figura 4 –Local do Antigo Cine Teatro Caruaru, demolido para a construção de um estacionamento. (Arquivo Pessoal)



Figura 5 – Estação Ferroviária do Município. (Arquivo Pessoal)

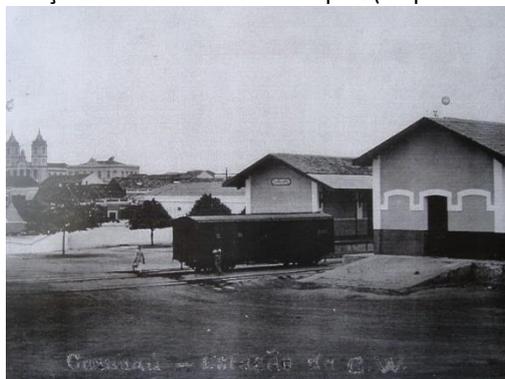


Figura 6 – Estação Ferroviária de Caruaru. (Arquivo Pessoal)

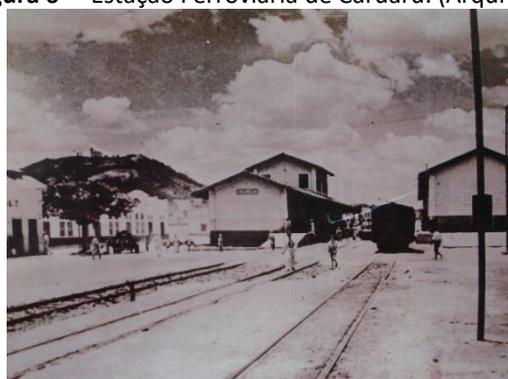
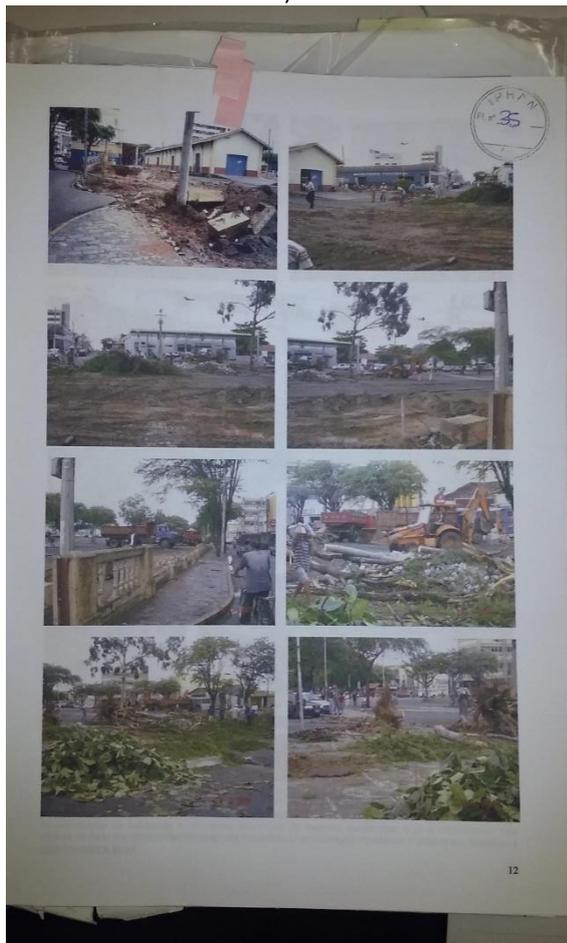


Figura 7 – Estação Ferroviária de Caruaru. Demolição de parte de sua área. (Arquivo de imagens do IPHAN)



MEMÓRIA DOS SONS, SONS DA MEMÓRIA: UM HISTORIADOR À ESCUTA.

Francisco Dênis Melo¹⁰⁵²

melofranciscodenismelo@yahoo.com.br

Resumo: A História, ouve? O que significa ouvir para a História? O historiador ouve a cidade que soa e ressoa em seu turbilhão espasmódico e quase indefinido? Não estariam os historiadores com relação as cidades, manejando um instrumental que privilegia sobremaneira o olhar e a cultura visual em detrimento da audição? Desse modo o sentido auditivo é geralmente encarado como um agente passivo e de certo modo incapaz de ler a cidade. A cidade de Sobral-Ce está em nossos olhos, mas precisa está também em nossos ouvidos. Os sons são marcas incessantes em nosso dia-a-dia. Sons contemporâneos nos acompanham cotidianamente. Mas alguns sons do passado já não existem mais em Sobral: o som das boiadas atravessando a cidade, isso até a década de 1990. A música das serenatas e dos alto-falantes em praças e ruas da cidade. Os sons da Coluna Rádio *Imperator*, inaugurada em 1938 na Praça do São João, com sua programação musical e informativa. O dobre de sinos da Igreja da Sé, é raro de se ouvir hoje em dia. O apito da Maria

¹⁰⁵² Universidade Estadual Vale do Acaraú

Fumaça, atravessando a cidade, cruzando seu caminho de ferro rumo ao litoral... O apito da Fábrica de tecidos, primeira grande fábrica instalada em Sobral, no ano de 1895, hoje extinta, já não se ouve mais. Nosso pressuposto é o de que o som é um documento social, e que transmite conhecimento e cruza o passado com o presente, possibilitando novas formas de reflexão e entendimento sobre as cidades.

Palavras-chave: Sonoridade; cidade, passado e presente.

1. A Escuta de um Rei

“Você escuta o tempo que corre: um zumbido semelhante ao vento (...). Basta estender o ouvido e aprender a reconhecer os ruídos do palácio, que mudam de hora em hora: de manhã, toca a corneta para içar a bandeira no alto da torre, caminhões da intendência real descarregam cestas e vasilhames no pátio da despensa; as empregadas batem os tapetes na sacada da varanda; à noite cham os portões que são trancados, da cozinha sobe um concerto de louças; das estrebarias alguns relinchos avisam que é hora da almofaçadura”.

Italo Calvino, *Um Rei à Escuta*

De um conhecido conto de nome *Um Rei à Escuta*, do escritor cubano-italiano Italo Calvino (1923-1985), ficamos sabendo da vida de um rei que em toda sua majestade tem sua existência presa impreterivelmente ao trono que ocupa. Tudo o que é, tudo o que lhe cabe, se liga ao trono em que se senta. Todos os seus desejos, suas ordens, seus símbolos de poder e de comando, se ligam ao trono, se ligam à sua posição sentada em sua cadeira real. Afinal de contas, “depois de coroado, convém que você esteja sempre sentado no trono sem se mexer, dia e noite”¹⁰⁵³. Por certo, “De resto, que necessidade haveria de incomodar-se tanto? Você é rei, tudo o que desejar já lhe pertence”¹⁰⁵⁴. Mas o que seria aparentemente um problema, é de fato uma solução, porque o rei, que não tem nome, bastando-lhe o título honorífico de sua condição, governa com certa eficiência o seu reino, governo que se reflete nos modos do rei governar o seu próprio palácio. A razão de seu governo está em sua escuta afiada. Nada escapa aos ouvidos atentos do rei. Basta ao rei “estender o ouvido e aprender a reconhecer os ruídos do palácio, que mudam de hora em hora”¹⁰⁵⁵. Em sua escuta atenta e cotidiana o rei começa a decifrar os múltiplos sons que mudam de hora em hora em todos os espaços do palácio. Assim é que o rei distingue o som da corneta, o roncar do motor dos caminhões, o som dos tapetes batidos na sacada da varanda, o chiar dos portões, o tilintar da louça na cozinha, o relincho dos cavalos nas estrebarias, o pisar do coturno dos guardas e suas mudanças de turno, o som de batida de coronhas, o chiar do cascalho sob os tanques. Por isso, “Se os ruídos se repetem na ordem habitual, com os devidos intervalos, pode ficar tranquilo, o seu reino não corre perigo: agora, nesta hora, por mais um dia”¹⁰⁵⁶.

Mas os sons são portadores de instabilidade e dissonâncias. “Os sons nos remetem no seu vai e vem ao tempo sucessivo e linear mas também a um outro tempo ausente, virtual, espiral, circular ou informe (...)”¹⁰⁵⁷. Nesse sentido é que o que se escuta se coloca sob suspeita e medo:

O palácio é uma urdidura de sons regulares, sempre iguais, como abatida do coração, do qual se destacam outros sons

¹⁰⁵³ CALVINO, Italo. *Um Rei à Escuta*. In: **Sob o Sol-Jaguar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. P. 110

¹⁰⁵⁴ Idem. P. 110

¹⁰⁵⁵ CALVINO. Op. Cit. P. 114

¹⁰⁵⁶ CALVINO. Op. Cit. P. 115

¹⁰⁵⁷ WISNIK, José Miguel. **O som e o sentido**. Uma outra história das músicas. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. P. 25

discordantes, imprevistos. Bate uma porta, onde?,alguém corre pelas escadas, ouve-se um grito sufocado. Passam-se longos minutos. Um assobiolongo e agudo ressoa, talvez de uma janela da torre. Responde um outro assobio, de baixo. Depois, silêncio.¹⁰⁵⁸

Há os sons discordantes, imprevistos, que quebram a ordem habitual e aparentemente organizada do palácio. Esse *palácio-ouvido*, como escreve Calvino, esconde sonoridades que não são tão claras, ou para dizer melhor, não são tão *limpas*. Além do mais, os sons podem querer dizer algo que não está previsto em seu timbre. Um assobio, por exemplo, pode não representar apenas a melodia de uma canção, mas um código, um sinal para desencadear algum evento, quem sabe um motim capaz de derrubar o rei de seu trono.

Esse rei que praticamente nada vê mas tudo escuta, de tudo sabe, porque seu ouvido amplifica, como o palácio, todos os ruídos, sons, sonoridades. Sua alucinação não é visual, mas auditiva. Ciente de que tem que ouvir tudo o que se passa ao seu redor, o rei sentado em seu trono, imagina que tem como compensar os limites de seu corpo imóvel, com a sagacidade de sua audição imperativa. “Basta estender o ouvido e aprender a reconhecer os ruídos do palácio”. Esse ouvido estendido, capta o imponderável das sonoridades e ao mesmo tempo delimita a sua realidade possível: só é real aquilo que o rei escuta, nunca o que ele vê. Por que

O ouvido, ao contrário da visão, implica um elaborado sistema de filtragem de sons, pois apenas nos concentramos naquilo que queremos ouvir. Assim, na ausência da visão, é o som que nos guia, tornando perceptível o invisível: quer quando estamos a ouvir um som específico, quer na sua ausência.¹⁰⁵⁹

O som guia o rei para a percepção dos espaços mais recônditos do palácio. Apesar da eficácia da capacidade de escutado rei, os sons produzidos por espaços visíveis e invisíveis, chegam aos seus ouvidos que, muitas vezes não tendo certeza sobre o que está ouvindo, oscila entre o que conhece e o que desconhece. Por isso o rei delira. Não compreende que “Tudo aquilo que se ouve mexer no palácio responde exatamente às regras que (...) estabeleceu (...)”¹⁰⁶⁰. O rei não pode vertido o que deseja, mas crer ouvir tudo o que pode. Ele sabe ouvindo. Mas ele ouve sabendo que nem tudo o que escuta está livre de interferência, de dúvida. Ainda que o palácio seja o ouvido do rei, esse *palácio-ouvido*, em que as “paredes têm ouvidos”, macera a vida do monarca, abre feridas em seu corpo real, destoa asua aparente razão. O rei sofre porque não entende que “Não há som sem pausa (...). O som é presença e ausência, e está, por menos que isso apareça, permeado de silêncio”¹⁰⁶¹. Sofre o rei também porque não consegue delinear claramente “que o som se relaciona diretamente com o movimento e também com o tempo e o espaço concreto”¹⁰⁶². O som é o tempo do rei, por isso “Os reis não têm relógio: supõe-se que sejam eles a governar o fluxo do tempo”¹⁰⁶³. O tempo que escoia pelo palácio não é medido pelo som dos ponteiros de um relógio, portanto, não escutamos naquele espaço o som abafado das badaladas de um grande relógio, testemunha-tempo do perecível. Mas ainda que pense que controla o fluxo do tempo, o rei não consegue controlar o seu próprio tempo, a sua própria durabilidade: a

¹⁰⁵⁸ CALVINO, Italo. Op. Ct. P. 128 o

¹⁰⁵⁹ LEITE, Bárbara Fernandes. **O som da cidade**: bases para uma leitura do espaço público. Dissertação de Mestrado apresentada a Faculdades de Belas Artes da Universidade do Porto, 2011. P. 31

¹⁰⁶⁰ CALVINO, Italo. Op. Ct. P. 132

¹⁰⁶¹ WISNIK, José Miguel. Op. Cit. P. 16

¹⁰⁶² ROÇA, Luciana. TRAMONTANO, Marcelo. Polifonias, dissonâncias e ritmos: ouvir para construir cidades. In: **VIRUS**. Revista do nomads.usp. SEM 1, 2013.

¹⁰⁶³ CALVINO, Italo. Op. Ct. P. 114

qualquer momento pode ser destronado, pode perder o trono e a cabeça. “Quem sabe a ameaça vem mais dos silêncios que dos ruídos? Há quantas horas você não ouve a troca das sentinelas? (...) Por que da cozinha não se ouve o costureiro bater de panelas?”¹⁰⁶⁴.

Os sons que não se escutam em sua regularidade talvez denunciem tramas que não prescindem de sonoridades específicas. O rei poderoso e frágil sabe que o seu poder precisa de algum modo soar e ressoar para além de seu corpo. Mas o rei é todo ouvidos. Ouve tanto para concluir muito. Sabe que cada som carrega a sua identidade, a sua particularidade, sua digital sonora. Por isso precisa desconfiar quando o que escuta não cabe numa ordenação predeterminada:

O corneteiro toca a frase habitual na hora exata de todos os dias: mas não lhe parece que capricha em excesso? Você não nota uma obstinação estranha no ruflar dos tambores, como um excesso de zelo? O passo da marcha do pelotão que repercute ao longo do caminho deronda hoje parece marcar uma cadência lúgubre, como de um pelotão de fuzilamento... As correias dos tanques passam pelo cascalho quase sem atrito, como se as engrenagens tivessem recebido mais óleo que de costume: quem sabe tendo alguma batalha em vista?¹⁰⁶⁵

Uma conclusão óbvia a respeito do rei é que o mesmo vive “como prisioneiro de sua escuta, em uma espécie de jaula acústica, acorrentado por cadeados sônicos”¹⁰⁶⁶. Mas não há algo apressado por trás dessa conclusão? Não seria o rei extremamente competente em sua escuta, ainda que reconheçamos os limites naturais e psicológicos de sua audição? O fato de poder distinguir com certa clareza que a mudança do passo da marcha do pelotão lembrava uma cadência lúgubre já ouvida por ele nos momentos de fuzilamento, não faz do rei um privilegiado entre tantos? Sua capacidade para distinguir a cadência do ruflar dos tambores o habilita para a desconfiança, e isso não é bom? Por outro lado, não estaria implícito no conto de Calvino certa desconfiança velada com relação à audição, fazendo coro com as reflexões de Georg Simmel¹⁰⁶⁷, para quem o sentido auditivo era passivo, sem autonomia e egoísta, contrastando com a importância do olhar? Ainda que o rei ouvisse o castelo soar e ressoar de maneira intermitente, não estaria o rei fadado ao fracasso de sua própria escuta? Talvez essa seja outra conclusão apressada, mas vale a pena discuti-la um pouco mais.

Fica evidente que o ouvido do rei não é passivo. Não é passivo porque sua capacidade de escuta exige do mesmo imaginação constante. O rei precisa imaginar de onde partem os sons que invadem a sua sala real e quais os sentidos dos mesmos. Isso denota capacidade para avaliar a escuta. Mas mesmo assim fica evidente também que o rei não consegue entender que ele compartilha vários campos sonoros em sobreposição, sendo incapaz de decifrar e dese apropriar dessa multiplicidade de sons. Ainda que o rei tenha um imenso poder, que se manifesta no fato de que

Nada foge à sua vontade e controle. Também a rã que coxa no tanque, os bandos de meninos que brincam de cebra-cega, o tombo escada abaixo do velho camareiro, tudo responde ao seu desenho, tudo foi pensado por você, decidido, deliberado antes que se tornasse audível ao seu ouvido¹⁰⁶⁸.

¹⁰⁶⁴CALVINO. Op. Ct. P. 130

¹⁰⁶⁵CALVINO. Op. Ct. P.131

¹⁰⁶⁶OBICI, Juliano. **Condição da escuta**. Mídias e territórios sonoros. Dissertação apresentada ao Mestrado em Comunicação e Semiótica da PUC-SP, 2006. P. 58

¹⁰⁶⁷Para saber mais ver: **Ensaio sobre a Sociologia dos sentidos**, de Georg Simmel.

¹⁰⁶⁸CALVINO. Op. Ct. P. 133

O rei não consegue controlar a constelação sonora que toma conta de sua vida real, demonstra cansaço e um certo desespero diante de sua realidade auditiva. Nesse sentido, o lugar do rei pode ser tomado, quem sabe, por cada um de nós, moradores de nossas cidades, mergulhados que estamos numa sonoridade cidadina proliferante. “Alguma vez nossos ouvidos governaram algo? Quando é que tivemos controle de nossa escuta?”¹⁰⁶⁹. Certamente não somos o personagem do conto, não somos o rei da narrativa, mas compartilhamos até certo ponto a sua escuta, na medida em que entendemos que escutar “é estar ao mesmo tempo, afora e adentro, estar aberto desde fora e desde dentro, e conseqüentemente, de um a outro e de um em outro”¹⁰⁷⁰. Essa perspectiva de entendimento da escuta – o que vem de dentro, o que parte de fora, o que está fora, adentra, o que adentra, sai - , será fundamental para o rei , porque o que acontece é que o monarca descobre que ele não é prisioneiro de sua escuta, mas de seu palácio. O que prende o rei não são os sons que ele escuta, mas o que ele não escuta para além do seu trono, para além das paredes de sua morada. A solução para o rei é sair de seu isolamento acústico:

Não se detenha nos ruídos do palácio, se não quiser ficar prisioneiro como numa armadilha. Saia! Fuja! Vá passear! Fora do palácio estende-se a cidade, a capital do reino, do seu reino! Você foi coroado rei não para possuir este palácio triste e escuro, e sim a cidade polimorfa e multicolorida, com mil vozes!¹⁰⁷¹.

O rei de corpopesado e inerte precisa deixar o palácio e avançar para a cidade e suas mil vozes. Precisa se convencer de que o seu trono, apesar de equipado para todas as eventualidades, não é suficiente para conter a sua majestade. Precisa entender que os sons do palácio não são os únicos do mundo. O palácio de sons regulares e sempre iguais, na perspectiva desejante do rei, precisa ficar para trás. Ainda que saibamos que os sons não são regulares e muito menos iguais, os sons da cidade são maiores e mais plurais do que do palácio. Uma cidade é um mundo de conjugações sonoras. As mil vozes da cidade se conjugam a outras mil vozes, que se somam a outras tantas mil, que por sua vez já são resultado de outras centenas de somas de vozes. A cidade, portanto, é ao contrário do palácio, porque

A cidade é um trovão distante no fundo do ouvido, um ciclo de vozes, um zumbido de rodas. Quando tudo está parado no palácio, a cidade se move, as rodas giram pelas ruas, as ruas correm como raios de rodas (...). A cidade é uma roda que tem como eixo o lugar em que você está imóvel (...). No verão, a cidade passa através das janelas abertas do palácio, voa com todas as janelas abertas e com as vozes, explosões de risos e prantos, barulho de martelos, vozerio de rádios portáteis.¹⁰⁷²

A cidade é movimento constante. A imagem de sua constância aqui é a roda, “e o eixo de seu movimento é a escuta”¹⁰⁷³. No palácio o rei estava inerte, sentado, ouvindo. A cidade exige mais, porque a cidade existe na medida em que o seu espaço é praticado¹⁰⁷⁴. A cidade ribomba, é um trovão repercutindo no fundo do ouvido. Na cidade não há lugar, a princípio, para a inércia, ainda que a cidade esteja aberta a todas as possibilidades, a todas as espacialidades. Assim, “longe de meu corpo ser para mim apenas um fragmento de espaço

¹⁰⁶⁹OBICI. Op. Cit. P. 58

¹⁰⁷⁰NANCY, Jean-Luc. **A laescucha**. Traducción, Horacio Pons. Buenos Aires: Amorrortu, 2007

¹⁰⁷¹CALVINO. Op. Ct. P.142-143

¹⁰⁷²CALVINO, Italo. Op. Ct. P. 144-145

¹⁰⁷³OBICI, Juliano. Op. Cit. P. 50

¹⁰⁷⁴Para entender a percepção do espaço como “lugar praticado”, as diferenças entre lugar e espaço, ver: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes.

(...), não haveria espaço se eu não tivesse corpo¹⁰⁷⁵. O rei em seu corpo, ao sair do palácio, e percorrer a cidade, torna-se um *corpo-cidade*, isso porque toda experiência corporal é em sua significação uma experiência espacial. Podemos insinuar então que o rei em seu palácio não vivia as experiências de seu corpo enquanto espacialidade. “O corpo é, portanto, a condição para experimentar o mundo¹⁰⁷⁶, sendo assim “corpo-facho, corpo-fátuo, corpo-fato¹⁰⁷⁷. Corpo em demasiada perspectiva urbana, por isso,

Está convencido de que a cidade não passa de uma extensão física de sua pessoa: e de onde deveria vir a voz do rei exceto do próprio coração da capital do reino? Com a mesma acuidade de ouvido com a qual você conseguiu captar e seguir até este momento o canto daquela mulher desconhecida, agora reúne os cem fragmentos de sons que unidos formam uma voz inconfundível, a voz que é só sua¹⁰⁷⁸.

Quando limitado ao palácio real, o rei ouvia os sons que partiam de vários espaços da construção e convergiam para o seu trono. Agora, na cidade, os sons ribombam de vários pontos e convergem diretamente para o seu corpo, que sofre e acolhe “a tempestade sonora da cidade¹⁰⁷⁹, isso porque “A cidade se enrugam como uma folha ardente¹⁰⁸⁰. Na cidade, lugar em que “muitos sons interpõem-se frenéticos, cortantes, ferozes¹⁰⁸¹, o rei como que *desfolha* espaços citadinos, abre clareiras na cidade, solta sua voz, formada por outras vozes-fragmentos, e aceita que a cidade é mutilada, tonitruante. Se no palácios sons ouvidos fazem todo sentido, ainda que de forma duvidosa, na cidade os sons tornam-se ruídos, sussurros, gritos, silêncios, espasmos, baixa fidelidade...

A cidade-escuta reverbera na vida atônita do rei. Reverbera no ouvido atônito do rei. Uma grande diferença se impõe nesse momento: “O rei não precisa mais de uma escuta totalizante, de um ouvido-castelo que, de cima, tudo ouve”, isso porque o rei “Não habita mais um único lugar, mas todos¹⁰⁸². Dentro do palácio o rei estava apto de certo modo a detectar os sons, a conhecer a sua origem e sentido ainda que aparente. Na cidade não, os sons não têm uma origem única possível. Os sons partem de muitos lugares, têm várias fontes e origens, portanto não cabem mais na espessura de muros, corredores, canos, conexões, encaixes, cantos. Desse modo, “o rei não é mais aquele que tudo escuta, mas aquele que tudo soa, que soa constantemente¹⁰⁸³. O ressoar do rei está no fluxo da cidade que soa e ressoa.

A cidade é lugar de uma *escuta-tátil*¹⁰⁸⁴. Lugar de relação intrínseca entre o ouvir e o ver, a cidade pode ser *ouvida* em sua visualidade. A *escuta-tátil* se aplica a ouvir também o que há de sonoro nas imagens que compõem a cidade. Em meio a dispersão pulsante de sons, vozes, alaridos, ruídos, atritos, essas sonoridades têm certa textura que encorpa o som nos espaços citadinos, isso porque “A cidade encuba os barulhos de um oceano como nas

¹⁰⁷⁵ MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001. P. 145

¹⁰⁷⁶ LEITE. Op. Cit. P. 12

¹⁰⁷⁷ GULLAR, Ferreira. **Poema sujo**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2013. P. 10

¹⁰⁷⁸ CALVINO. Op. Cit. P. 155

¹⁰⁷⁹ Idem. P. 160

¹⁰⁸⁰ Ibidem. P. 164

¹⁰⁸¹ Ibidem. P. 156

¹⁰⁸² OBICI. Op. Cit. P. 61

¹⁰⁸³ OBICI. Op. Cit. P. 61

¹⁰⁸⁴ Essa expressão foi criada pelo artista plástico brasileiro Cildo Meireles, e materializa uma instalação feita a partir de 700 rádios empilhados, rádios de todos os tamanhos e estado, todos ligados numa estação de rádio diferente. Essa instalação em forma de torre, definia, segundo alguns analistas, uma escuta-tátil. Essa expressão portanto, era a representação do entendimento das diversas sonoridades urbanas e sua relação com a multiplicidade de imagens presentes nas cidades.

volutas da concha ou do ouvido: se você se concentrar para ouvir as ondas vai romper os limites entre o palácio cidade ouvido concha”¹⁰⁸⁵. Romper os limites parece ser uma das representações mais propícias para o entendimento do que vem a ser uma cidade. O rei, agora solto na cidade, faz funcionar “Uma orelha-maquina-semântica em curto circuito que só consegue operar parte de suas potencialidades (...)”¹⁰⁸⁶. Poderíamos dizer aqui que a cidade é lugar de um curto-circuito sonoro constante, e que o rei sofre o impacto de algo até então desconhecido para ele, por isso “não acredita nos próprios ouvidos!”¹⁰⁸⁷. E quanto aos historiadores, eles acreditamem seus próprios ouvidos? Ou melhor, eles têm ouvidos para escutar? Sobre essa questão discutiremos em seguida.

2. Um Historiador à Escuta?

“Do olho ao ouvido o percurso não é linear, existindo, pelo contrário, todo um conjunto de corredores, escadas e passarelas que se interrompem para serem retomados mais adiante, às vezes num outro nível”.

François Hartog, *O Espelho de Heródoto. Ensaio sobre a representação do outro*.

Que a História em sua vertente grega, especialmente Tucidiana, aponta avista (ópsis), que se diz *autópsia*, como elemento fundamental de sua narrativa, já é assunto consagrado, ainda que tenhamos uma tese que põe em questão a supremacia do olho na primeira definição do *histor*, como sugere A. Sauge, em suas discussões sobre os fundamentos da história. A sugestão é que o sentido parahistória conjugue muito mais do que aquilo que o olho pode vê, na medida em que reconhece-se na *Ilíada*, por exemplo, uma passagem em que Agamênon é instado a resolver uma questão que envolve o vencedor de uma corrida de carros, vitória colocada em dúvida pelos limites da visão. O rei resolve então apelar para a figura de um *histor*, uma espécie de *juiz*, de *árbitro*, que decidirá não como testemunha ocular, porque ele não viu o vencedor chegar à frente em seu carro. Assim, nessa perspectiva, “O *histor* seráaquele que, formulando o julgamento “mais reto”, porá fim a querela somente por sua palavra – sem que se interponha ou se sobreponha a intervenção de um “mestre da verdade” (...)”¹⁰⁸⁸. Desse modo, o *histor* não é, ele se faz, “qualifica-se como tal no termo de uma série de discursos e no contexto de uma certa situação de enunciação” (...), sendo antes de tudo, um mestre da palavra”¹⁰⁸⁹.

Com Tucídides, desse modo, a configuração do *histor* ganha novo sentido, na medida em que “fará da vista (ópsis) critério fundamental capaz de tornar possível uma história verdadeira” recusando assim, o *historie* de seu predecessor Heródoto”¹⁰⁹⁰. Temos assim a “marca de uma enunciação, de um “eu vi” como intervenção do narrador em sua narrativa para provar algo”¹⁰⁹¹. Nesse sentido pode-se argumentar do seguinte modo:

Em Tucídides, a acribia (a conformidade com os fatos) excluía os “dizeres” não comprovados; em Heródoto, tentava-se prender a atenção do receptor, contando o que se viu, em ordem a gerar-se prazer (...)”¹⁰⁹²

¹⁰⁸⁵CALVINO. Op. Cit. P. 146

¹⁰⁸⁶OBICI, Op. Cit. P. 62

¹⁰⁸⁷CALVINO. Op. Cit. P. 154

¹⁰⁸⁸HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**. Ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014. P. 24

¹⁰⁸⁹Idem. P. 24

¹⁰⁹⁰Idem. P. 29

¹⁰⁹¹HARTOG, Op. Cit. .p. 291

¹⁰⁹²CATROGA, Fernando. Ainda será a história mestra da vida? In: FILLHO, João Ernani. RIOS, Kenia Sousa. **Em tempo**. História, memória, educação. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008. P.13

Compreendemos dessa assertiva que a narrativa do *histor* Heródoto, diferentemente da de Tucídides, estava ainda muito próxima da narrativa *doaedo*, poeta que tinha como principal função dispensar o *Kléos*, ou seja, “Um celebrava os fatos feitos e os ditos famosos dos heróis de outrora; o outro prende-se aos traços da atividade dos homens (...) aos “monumentos” (...) que dão testemunha dela (...)”¹⁰⁹³. De um modo ou de outro, estão em jogo questões humanas cruciais, que se ligam à memória e ao esquecimento, ou dito de outro modo, à vida e à morte. O horizonte humano demandava finitude, começo, meio e fim. Escapar ao fim era uma possibilidade que se apresentava, desde que a escrita fosse capaz de “derrotar a amnésia produzida pela corrupção do tempo”¹⁰⁹⁴. Nesse sentido, o discurso histórico articulava ao mesmo tempo um caminho verdadeiro para ser seguido e uma vida memorável para conter o desgaste do tempo. Nesse sentido, juntar começo, meio e fim era o grande desafio proposto à memória, ou melhor, à deusa da memória, Mnemosyne.

Mas por que trazer quase a meio tom essa origem grega do *histor*, em que se associa vista e conhecimento, em que o “fazer crer e o fazer ver”¹⁰⁹⁵ somam esforços no sentido de produzir significado narrativo especialmente para os acontecimentos do tempo presente, como queria Tucídides? Nosso objetivo é chamar atenção para o fato de que ao fazer da vista o ponto chave para a sua produção, o historiador de certo modo menosprezou o ouvido, a escuta, excluindo assim os *dizeres* considerados não comprovados, portanto não dignos de confiança. Essa nossa questão tem como parâmetro uma indagação do professor Carlos Fortuna, da Faculdade de Economia, do Centro de Estudos Sociais de Coimbra, Portugal, quando questiona: “Se a cidade soa e ressoa, será que a Sociologia e as restantes Ciências Sociais a ouvem? (...) A minha primeira resposta é negativa”. E complementa: “A regra parece ser de que a sociologia e a generalidade das Ciências Sociais quando se debruçam sobre a cidade mostram-se surdas”¹⁰⁹⁶.

E a História, ouve? O que significa ouvir para a História? O historiador ouve a cidade que soa e ressoa em seu turbilhão espasmódico e quase indefinido? Não estariam os historiadores com relação às cidades, manejando um instrumental que privilegia sobremaneira o olhar e a cultura visual em detrimento da audição? Desse modo o sentido auditivo é geralmente encarado como um agente passivo e de certo modo incapaz de ler a cidade. A cidade, visual e sonora, com seus zumbidos, ruídos, cacofonias, melodias e roncões, sendo múltipla em suas definições e apreciações, tendo gosto, sabor, som e cheiro, geralmente passa ao largo. Desse modo, Simmel fixou essa questão acertadamente:

“Quem vê sem ouvir fica muito mais inquieto do que quem ouve sem ver. (...) As relações recíprocas dos seres humanos nas cidades se distinguem por uma notória preponderância da atividade visual sobre a auditiva”¹⁰⁹⁷.

Vale lembrar que essa perspectiva de entendimento do espaço urbano a partir da visualidade não se limita apenas à cidade, mas também conforma modos de representação de várias instâncias sociais. O que entendemos é que é preciso colocar “o sentido visual e auditivo dentro da mesma categoria, ainda que sejam de natureza, carácter e comportamento distintos”¹⁰⁹⁸, isso porque

O som e a imagem visual, associada ao movimento, estão intimamente ligados com a construção do ambiente: as múltiplas facetas da dimensão sonora permitem revelar e validar a compreensão da experiência urbana no espaço

¹⁰⁹³HARTOG. Op. Cit. P. 18

¹⁰⁹⁴CATROGA. Op. Cit. P. 16

¹⁰⁹⁵HARTOG. Op. Cit. P. 292

¹⁰⁹⁶FORTUNA, Carlos. Imagem da cidade: sobre heurística das paisagens sonoras e os ambientes sociais urbanos. **Oficina do CES** – Centro de Ciências Sociais Coimbra, n. 104, Abril, 1998. P. 2

¹⁰⁹⁷SIMMEL apud BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas II**. Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1997. P. 36

¹⁰⁹⁸LEITE. Op. Cit. P. 8

público, a fim de integrar os princípios num dispositivo sonoro de interação com o meio.¹⁰⁹⁹

Mas o que há de fato é que o ato de ver, quase sempre levado em conta é, tradicionalmente, uma das principais portas de acesso a análise das cidades. Importantes balanços historiográficos sobre as questões urbanas, como as reflexões de Maria Stella M. Brescianni, começam por afirmar de forma taxativa que “As cidades são antes de tudo uma experiência visual”¹¹⁰⁰. Sua afirmação é detalhada na perspectiva “do olhar maravilhado perante o fluxo interminável de pessoas caminhando pelas ruas (...), confundindo-se com a multiplicidade de objetos, cores, luzes e formas”¹¹⁰¹. Assim, a cidade tem cores, luzes, formas e objetos, mas parece muda, silenciosa, inconfessável. Italo Calvino, em uma de suas obras mais conhecidas, apesar de narrar pequenas sonoridades, também compartilha do lugar estratégico atribuído ao olhar, quando enfatiza que “O olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas: a cidade diz tudo o que você deve saber (...)”¹¹⁰².

Com relação a Sobral¹¹⁰³, ver essa cidade tantas vezes, em tantos dias, é parte fundamental de nossas experiências diárias. Ver e sentir a cidade em horas, minutos, segundos. A cidade escorre por nossos olhos, alcança mãos, pés, corpo. Distensão e refração, a cidade é feita de certa retórica caminhante, de certa “retórica habitante”, que estabelece com o espaço arquitetônico que se pretende organizado e racional, uma relação de comparação entre espaço e linguagem. Assim, “A arte de “moldar” frases tem como equivalente uma arte de moldar percursos”¹¹⁰⁴, mediado por uma espécie de retórica visual. Desse modo, cidade se limita a ser texto em que se lê com os olhos. Cidade-andanças. Cidade-língua-linguagem. Cidade-olhar. A cidade é quase provocada como uma experiência visual, em que se toca com os pés, em que se lê um texto que é destilado no cotidiano das andanças citadinas.

Uma cidade que percorremos todos os dias, vista de ângulos diferentes, não é única, mas plural, contínua e descontínua. Cidade estriada. Folheada. Isso porque “o homem está na cidade/como uma coisa está em outra/e a cidade está no homem/que está em outra cidade”¹¹⁰⁵. Estamos sempre em *outra cidade* na mesma cidade em que habitamos. Mas o olhar, mesmo o olhar mais atento, é capaz por si só de abarcar toda dimensão de uma cidade? O olho que vê, enxerga e alcança a cidade em sua multiplicidade imagética e audível? A cidade que vemos, que enxergamos com todo o corpo não é feita também de sons, ruídos, orquestrações cotidianas cheias de sentido? Cidade-corpo. Cidade expansão de músculos, veias, sangue. A cidade que vemos e revemos, “ao rés do chão, com passos”¹¹⁰⁶, construindo “enunciações pedestres”¹¹⁰⁷, também escapa aos olhos, tem som, cheiro, sabor, cor e movimento. Cidade-som.

Em Sobral, um memorialista fez um precioso percurso sonoro e olfativo pela cidade, semelhante ao que fez o rei, recolhendo indícios, alguns cheiros e fragmentos sonoros

¹⁰⁹⁹ Idem. P. 8

¹¹⁰⁰ BRESCIANNI, Maria Stella M. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar de. **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998. P. 237

¹¹⁰¹ Idem. P. 237

¹¹⁰² CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 18

¹¹⁰³ Sobral localiza-se na Zona Noroeste do Ceará, a 225 km de Fortaleza. Até meados do século XIX Sobral acumulava uma riqueza advinda especialmente da criação de gado e comércio de seus derivados, depois do algodão, sendo importante rota de entroncamento comercial para o Piauí e Maranhão, de modo que sua riqueza a situava em posição privilegiada em relação a Fortaleza, capital. Autônoma economicamente durante esse período, sem ligação direta com a capital, seu adensamento populacional superou aquela cidade. Foi somente no final do século XIX e início do século XX que Fortaleza consegue uma hegemonia econômica

¹¹⁰⁴ Idem. P. 179

¹¹⁰⁵ GULLAR, Ferreira. **Poema sujo**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2013. P. 66

¹¹⁰⁶ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1996. P. 176

¹¹⁰⁷ Idem. p. 177

dispersos. Seu nome: Adail Ferreira Gomes, farmacêutico. Sua obra, de título irônico, como grande parte de sua escrita: *Sem choro nem vela, muito menos fita amarela*¹¹⁰⁸. A obra, na verdade um opúsculo de 59 páginas. Possivelmente nenhum outro memorialista sobralense ouviu o ressoar da cidade mais do que ele, ainda que sua escrita seja fragmentária e dispersa. A cidade de sua memória ressoa em narrativas sonoras e olfativas, sendo a cidade considerada por ele um espaço-som-cheiro.

A cidade de Sobral está em nossos olhos, mas precisa está também em nossos ouvidos. Cidade que está perto. Cidade que está longe. Os sons são marcas incessantes em nosso dia-a-dia. Sons contemporâneos nos acompanham cotidianamente, como o som do telefone, da internet, das máquinas bancárias 24 horas, dos automóveis, dos fogos de artifício, dos carros de som, da música, das vozes no espaço público.... Mas alguns sons já não existem mais em Sobral: o som das boiadas atravessando a cidade, isso até a década de 1990. A música das serenatas e dos alto-falantes em praças e ruas da cidade. Os sons da Coluna Rádio *Imperator*, uma coluna de alvenaria, inaugurada em 1938 na Praça do São João, com sua programação musical e informativa. Os sons dos atabaques dos escravos. O dobre de sinos da Igreja da Sé, é raro de se ouvir hoje em dia. O apito da Maria Fumaça, atravessando a cidade, cruzando seu caminho de ferro rumo ao litoral... O apito da Fábrica de tecidos, primeira grande fábrica instalada em Sobral, no ano de 1895, hoje extinta, já não se ouve mais.

Os sons nos ajudam a entender as mudanças ocorridas em nossa cidade, na medida em que nos permitem estabelecer uma cartografia sonora do espaço e sua sobreposição de sonoridades. Os sons de hoje, os sons que a cidade produzem são importantes marcas e sinais que contam em outra perspectiva a nossa história. Mas muitas pessoas guardam na memória sons de sua infância e juventude, sons que podem contar um pouco mais sobre a história de Sobral, para além de suas visibilidades, isso porque o som em

seu significado abstrato tanto pode acionar memórias sócio-biográficas, como gerar situações de estranhamento e irritabilidade, admitindo mesmo que a ausência de uma sonoridade esperada pode ser tão desconcertante como a sua (excessiva) presença.¹¹⁰⁹

Essa prerrogativa sensível das sonoridades, que é “acionar memórias sócio-biográficas”, é uma possibilidade fundamental de nossas reflexões, isso porque as narrativas memorialísticas de vários moradores da cidade delineiam uma cidade que não existe mais dentro da cidade atual. Os sons de que se lembram e narram, apresentam-nos a outras espacialidades. Para nós interessa isto sim, chegar às cidades audíveis, e nesse sentido, criar novas narrativas sobre a história urbana em que se busque ouvir as *memórias sonoras* da cidade. Discutir nessa perspectiva que as cidades são construídas de múltiplas formas, e que as formas das cidades têm suas sonoridades. O desafio é saber que a cidade tem suas legibilidades sonoras, e que a decifração de tal acústica corresponde a decifração dos espaços e objetos produtores de sons. Os sons em sua intensidade e amplitude, além de expressar memórias sócio-biográficas, guardam dimensões simbólicas, se ligam a determinadas representações do espaço que estão para além de suas dimensões materiais, constituindo dimensões mentais de grande alcance.

Mas como chegar às cidades audíveis? Como ouvir o passado ressoando em variados espaços da cidade? Como constituir um método para ouvir sons e vozes que não existem mais? Essas questões precisam ser enfrentadas, quem sabe, por uma nova perspectiva metodológica da História que deverá considerar que “O som transmite conhecimento: cruza o passado com o presente”, nas palavras de Ribeiro. E pensar ainda mais: que o som produz

¹¹⁰⁸GOMES, Adail Ferreira. **Sem choro nem vela, muito menos fita amarela**. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1984

¹¹⁰⁹FORTUNA, Carlos. Imagens da cidade: sonoridades e ambientes urbanos. **Revista Crítica das Ciências Sociais**. Nº 51, junho 1998. P. 31

acontecimentos. Nesse sentido a análise eo cruzamento de documentos distintos, como a literatura as produções memorialistas locais, reportagens de jornais e entrevistas com moradores da cidade será fundamental para ouvirmos o ressoar da cidade de Sobral em sua polifonia e significação.

MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO: DISCUSSÕES SOBRE O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Fred Rego Barros Pedrosa¹¹¹⁰
fred_pedrosa@hotmail.com

Resumo: O patrimônio cultural é entendido nas ciências humanas como um bem que foi destacado do seu lugar comum e que ganha um valor simbólico. Sendo capaz de relacionar entre o tangível e o intangível da cultura, o patrimônio permite com que os indivíduos valorizem um passado ou uma crença comum como elemento identitário. Em outra medida temos o meio ambiente que é um construto intelectual do campo das ciências da natureza. Uma construção teórica que articula os fatores bióticos e abióticos necessários a vida. Sua ideia remete para as condições necessárias materiais para que os organismos crescerem e reproduzirem na biosfera. Partindo desses dois conceitos – patrimônio cultural e meio ambiente – pretendemos estruturar a argumentação teórica que permita entender o processo de valorização de determinados lugares como patrimônio ambiental. Procuramos perceber a cadeia argumentativa de diferentes autores do campo das humanidades e das ciências da natureza que discutam como os grupos sociais se mobilizam para reconhecer o meio ambiente como patrimônio ambiental.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural, Meio Ambiente, Valor Simbólico

A crise ecológica é considerada um dos principais problemas públicos de nosso tempo, não há consenso quanto às suas implicações políticas e sociais. Nesse sentido, o ambiente constitui um vasto âmbito de disputas simbólicas e materiais, amplamente dominados por abordagens reducionistas (tecnicistas ou economicistas), muitas vezes alheias à dimensão social e cultural das questões ecológicas.

O ambiente não é ecologia, mas a complexidade do mundo; é um saber sobre as formas de apropriação do munda e da natureza através das relações de poder que se inscreveram nas formas dominantes de conhecimento¹¹¹¹.

As questões ambientais ganharam maior notoriedade no cenário internacional através da série de discussões realizada por intelectuais e políticos a partir das décadas de 1960-1970. Os países integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU) prepararam conferências para abordar os temas ecológicos; em vários países foi implementada uma série de medidas preventivas para amenizar os impactos ambientais.

No meio acadêmico, intelectuais ativistas das causas ambientais, de forma organizada ou localizada, passaram a investigar as relações entre a sociedade e a natureza, ressaltando a necessidade de um planejamento sustentável. Essas questões levantadas pelos

¹¹¹⁰ Mestrando em História – UFRPE

¹¹¹¹ LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

pesquisadores tinham como principal objetivo garantir a sobrevivência humana e um meio ambiente saudável para as gerações futuras.

Santos¹¹¹² relata a importância do meio ambiente ao defini-lo como “a biosfera ou a fina camada de vida que recobre a superfície da terra, localizada entre a crosta terrestre e a atmosfera” constituindo, portanto, “as condições externas e influências afetando a vida ou a totalidade do organismo das sociedades, ou a infraestrutura biótica que sustenta populações de todos os tipos”. Com isso podemos perceber a importância da preservação do meio ambiente como algo fundamental para a preservação da vida humana.

As demandas de cunho ambiental se formam junto ao processo de transformação da sociedade com a “perda” da realidade moderna sólida para uma modernidade líquida. Bauman reflete essa mudança paradigmática ao afirmar que:

[...] a expressão “modernidade líquida” para denominar o formato atual da condição moderna, descrita por outros autores como “pós-modernidade”, “modernidade tardia”, “segunda modernidade” ou “hipermodernidade”. O que torna “líquida” a modernidade, e assim justifica a escolha do nome, é sua “modernização” compulsiva e obsessiva, capaz de impulsionar e intensificar a si mesma, em consequências do que, como ocorre com os líquidos, nenhuma das formas consecutivas de vida social é capaz de manter seu aspecto por muito tempo¹¹¹³.

As demandas ambientais podem ser entendidas dentro do paradigma da modernidade líquida, já que as grandes transformações sociais não são encaradas como realistas para esses indivíduos. E o surgimento de novos movimentos sociais que fragmentam as transformações sociais em setores específicos através de seus interesses pessoais foi uma forma com que esses indivíduos desse mundo líquido conseguiram, de certa forma, que suas reivindicações sejam ouvidas pelos órgãos de poder.

Bauman nos revela a liquidez da sociedade que não tem mais um caminho a seguir, mas vários e múltiplos caminhos que variam de acordo com o interesse dos grupos. Podemos fazer um paralelo com as discussões ocorridas na década de 1960-1970 sobre as questões ambientais, que antes era algo totalmente menosprezado pelos governos do mundo, e que se tornaram um ponto de grande discussão no cenário político mundial após avaliações sobre os impactos ambientais sofreram pelas políticas capitalistas.

Sobre essas micromobilizações, Gonçalves revela as séries de pautas que o insurgente movimento ambiental abarca em torno das questões ecológicas:

[...] extinção de espécies, desmatamento, uso de agrotóxicos, urbanização desenfreada, explosão demográfica, poluição do ar e da água, contaminação de alimentos, erosão dos solos, diminuição das terras agricultáveis pela construção de grandes barragens, ameaça nuclear, guerra bacteriológica, corrida armamentista, tecnologias que afirmam a concentração do poder, entre outras¹¹¹⁴.

O autor nos relata a multiplicidade de temas abordados pelo movimento ambiental e como essas temáticas abordadas estão interligadas a questionamentos das condições de vida que esses indivíduos do mundo líquido vivem. Os manifestantes ambientais através de suas pautas ecológicas criticavam os posicionamentos políticos e econômicos dos países que

¹¹¹²SANTOS, M. E. P. dos. Algumas considerações acerca do conceito de sustentabilidade: suas dimensões política, teórica e ontológica. In: RODRIGUES, A. M. **Desenvolvimento sustentável, teorias, debates e aplicabilidades**. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1996.

¹¹¹³BAUMAN, Zygmunt. **A cultura no mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

¹¹¹⁴GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989.

presavam pelo enriquecimento e ampliação do poder em detrimento da destruição do meio ambiente.

Podemos apresentar como marco para discussão desse novo paradigma a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (CNUMA) que discutiu a crescente degradação ambiental que estava ocorrendo no mundo. Essa iniciativa tinha como proposta repensar a atuação dos governos, principalmente sobre o setor econômico, na adequação de um desenvolvimento industrial sem que haja grandes prejuízos ao meio ambiente.

A CNUMA produziu a Declaração de Estocolmo que foi subscrita em 1972 e relatava que: “O ser humano tem o direito fundamental a [...] um ambiente de qualidade tal que lhe permite levar uma vida digna, gozar de bem-estar [...]”¹¹¹⁵. Este foi um passo importante para discutir a necessidade de um meio ambiente equilibrado ecologicamente para a preservação da vida. A CNUMA tinha como cenário político os conflitos setoriais da Guerra Fria apresentando uma discussão sobre modelos de desenvolvimento capitalistas e socialistas e suas ações sobre o meio ambiente

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano foi convocada para examinar as ações nos níveis nacional e internacional que poderiam limitar e, na medida do possível, eliminar os obstáculos ao meio ambiente humano e fornecer um quadro para a ampla consideração dentro das Nações Unidas dos problemas do meio ambiente humano, de maneira a dirigir a atenção dos governos e da opinião pública sobre a importância e a urgência dessa questão¹¹¹⁶.

Como podemos perceber no trecho descrito acima, a CNUMA permitiu que ampliasse a discussão sobre a temática ambiental a nível internacional mostrando a importância da discussão sobre as consequências danosas que poderá ocorrer no meio ambiente se não houver o controle de danos ambientais e a estruturação de uma política internacional de preservação do meio ambiente.

Vale destacar o período histórico que a CNUMA está sendo realizada, já que os conflitos ideológicos promovidos pela Guerra Fria e sua política desenvolvimentista fez com que o meio ambiente mundial sofresse grandes transformações e trouxeram uma série de questionamentos na sociedade civil sobre essas ações predatórias.

Enquanto os demais movimentos nascidos em 1968 amorteceram-se nas décadas de setenta e sobretudo de oitenta, até mesmo em razão de seu relativo êxito, o movimento ecológico pode ter fôlego mais longo, porque a crítica que propunha não podia se esgotar com mudanças comportamentais imediatas, já que implicava, em sua dimensão mais profunda, revisão de todo um modelo de civilização¹¹¹⁷.

Desde o início da década de 1950, os impactos do desenvolvimento industrial sobre o meio ambiente já começavam a ser percebidos como questão ambiental internacional. Neste momento, o fenômeno dos “Smog”, palavra formada pela contração das palavras “smoke” e “fog”, que seria a poluição atmosférica promovida pelas indústrias ocasionou na morte de oito mil pessoas na Inglaterra¹¹¹⁸. Como também outros desastres foram relatados em vários

¹¹¹⁵ONU. **Declaração de Estocolmo de 1972.** Disponível em: <www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc>. Acesso em: 26 jul 2012.

¹¹¹⁶LAGO, André Aranha Córrea do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e a três conferências ambientais das Nações Unidas.** Brasil.Thesaurus Editora, 2007.

¹¹¹⁷ALMINO, João. **Naturezas Mortas: ecofilosofia das relações internacionais.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1993.

¹¹¹⁸PORTO, Maria de Fátima M. M. **Educação Ambiental: conceitos básicos e instrumentos de ação.** Belo Horizonte: FEAM, 1996.

lugares do planeta, como a poluição pelo despejo de mercúrio na cidade de Niigata, no Japão e a questão do DDT (diclorodifeniltricloetano), inseticida usado pela indústria agrícola no período da Segunda Guerra Mundial que foi descoberto que causava câncer e uma grande mortandade de diversos pássaros¹¹¹⁹.

O movimento ambientalista começou a se consolidar pelos impactos negativos da industrialização, desde da poluição até o barulho, as pessoas dos grandes centros industriais recorriam aos argumentos ambientais como alternativa.

[...] a força do movimento ecológico, nos anos 60, vem, sobretudo, do fato de as consequências negativas da industrialização, como poluição, tráfego e barulho, terem passado a afetar a maior faixa da população dos países ricos - a classe média, cuja educação e cujo grau de liberdade permitiam explorar alternativas políticas para expressar sua insatisfação¹¹²⁰.

Mesmo tendo como interesse o seu próprio bem-estar, as pessoas que se envolviam nas pautas ambientais estavam preocupadas com o futuro do planeta e das gerações futuras. A CNUMA foi realizada no dia 5 de junho de 1972 a 16 de junho de 1972, e marcou uma etapa muito importante na ecopolítica internacional. Esta foi a primeira grande reunião organizada para dedicar-se as questões ambientais e a primeira atitude mundial a tentar preservar o meio ambiente, visto que a ação antrópica gera séria degradação ambiental, criando severos riscos para o bem-estar e sobrevivência da humanidade¹¹²¹.

Um dos principais conceitos cunhados a partir da CNUMA foi o de Ecodesenvolvimento que seria o:

Desenvolvimento endógeno e dependente de suas próprias forças, tendo por objetivo responder à problemática da harmonização dos objetos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio¹¹²².

O ecodesenvolvimento tem como princípios a integração entre a conservação da natureza e o processo de desenvolvimento, na satisfação das necessidades humanas essenciais, na busca pela equidade, justiça e autodeterminação social, bem como, no respeito pela diversidade cultural e manutenção da integridade ecológica. Seguindo esse modelo econômico, a sociedade poderia usufruir dos benefícios do processo econômico sem que haja um risco iminente da destruição excessiva dos recursos naturais.

Essas mudanças no cenário político-ambiental ocorreram pela presença marcante de aliados das causas ambientais que se articularam com os governos e exigiram uma série de medidas socioeducativas e sociopolíticas para a preservação ou conservação do meio ambiente. Esses grupos mobilizavam-se através de protestos e manifestos para garantir juridicamente a criação de políticas públicas que preservassem o meio ambiente. Tendo em vista esse cenário de disputa de interesses, podemos configurar essas ações coletivas como o início da história dos movimentos ambientalistas.

O paradigma teórico de Touraine alicerça-se no que se convencionou chamar de “ciência da ação social”, também denominada por alguns teóricos como acionalismo [...]. Sabemos que o acionalismo tem como um dos supostos

¹¹¹⁹CZAPSKI, Silvia. **A implantação da educação ambiental no Brasil**. Brasília: Ministério de Educação e do Desporto, 1998.

¹¹²⁰LAGO, André Aranha Côrrea do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e a três conferências ambientais das Nações Unidas**. Brasil. Thesaurus Editora. 2007.

¹¹²¹RIBEIRO, Wagner Costa. **Geografia política e gestão internacional dos recursos naturais**. Estudos Avançados 24 (68), 2010.

¹¹²²MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. Florianópolis: EDUFSC, 2008.

básicos que toda ação é uma resposta a um estímulo social. O axioma implícito enfatiza o comportamento social, ou seja, a conduta dos indivíduos e grupos em termos de conflito ou de integração¹¹²³.

O paradigma teórico de Touraine alicerça-se na teoria da ação social. Este conceito é fundamental para entender as dinâmicas das relações sociais, e tendo como tema a dominação. O autor elabora uma teoria das condutas e comportamentos sociais a partir da análise dos movimentos sociais. Vimos que as ações predatórias dos governos mundiais estimularam intelectuais a criticarem essa conduta e lutar por um ideal.

Um movimento social é sempre um protesto moral, coloca-se por cima da sociedade para julgá-la ou transformá-la, e não no centro para manejá-la e orientá-la no sentido que exige a Razão ou a História [...] o sujeito não é portador de um modelo ideal de sociedade, temos de encontrar o sujeito pessoal no sujeito histórico [...] que sempre está presente no centro das visões de sociedade e de mundo¹¹²⁴.

A teoria dos movimentos sociais deve ser constituída, para Touraine, ao redor das ações coletivas, das lutas, dos atores. E ele enfatiza o papel do ator social como sujeito histórico, agente dinâmico e produtor de reivindicações e demandas públicas. E que a moral é o elo aglutinador para que as classes dominadas se reúnam e protestam-se sobre a sua realidade. Isso pode ser comprovado, no caso dos ambientalistas, na participação e divulgação das sugestões descritas nos protocolos e declarações elaboradas nos eventos ambientais.

Mesmo apresentando um caráter moral, as ações coletivas realizadas pelos ambientalistas diferem da proposta de Touraine por não apresentar um elemento totalizante já que cada ambientalista tem uma visão particular sobre a proteção do meio ambiente através de sua experiência. Este tipo de problemática é relatada pelo Melucci ao afirmar que:

Parte da realidade social na qual as relações sociais ainda não estão cristalizadas em estruturas, onde a ação é portadora imediata da tessitura relacional da sociedade e do seu sentido (...) eles são uma lente por intermédio da qual problemas mais gerais podem ser abordados, e estudá-los significa questionar a teoria social e tratar questões epistemológicas como: o que é a ação social¹¹²⁵.

O autor revela a fluidez das estruturas sociais ao apresentar sua visão sobre a ação social que diferente da proposta do Touraine que analisa os sistemas macrosociais. Para Melucci, a ação social deve ser investigada no plano micro, nas ações coletivas de indivíduos. Com isso pode-se apresentar que os movimentos sociais transitam, fluem e acontecem em espaços não consolidados das estruturas e organizações sociais. O autor define a ação social como:

Um conjunto de práticas sociais que envolvem simultaneamente certo número de indivíduos ou grupos que apresentam características morfológicas similares em contiguidade de tempo e espaço, implicando um campo de relacionamentos sociais e a capacidade das pessoas de incluir o sentido do que estão fazendo¹¹²⁶.

¹¹²³GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

¹¹²⁴TOURAINÉ, Alain. **Podremos vivir juntos?** Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1997.

¹¹²⁵MELUCCI, Alberto. **Movimentos sociais, inovação cultural e o papel do conhecimento**. **Novos Estudos Cebrap**: São Paulo, 1994.

¹¹²⁶GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigma clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

Através desse enfoque psicossocial, o autor combinou a análise da subjetividade das pessoas com a análise das condições político-ideológicas de um dado contexto histórico. Fazendo com que os aspectos simbólicos ganhassem destaque em sua análise permitindo com que analisemos o meio ambiente na perspectiva do imaginário social.

Após aprofundar a discussão sobre a relação entre as ações coletivas e o meio ambiente, devemos apresentar a nossa abordagem que seguira os princípios da história das mentalidades. Como esclarece Chartier, a história das mentalidades:

construiu-se, pois, ao aplicar a novos objetos os princípios de inteligibilidade previamente provados na história das economias e das sociedades. O desafio então lançado à história no final dos anos oitenta, é como o inverso do precedente. Não se ancora mais numa crítica dos hábitos da disciplina em nome das inovações das ciências sociais, mas numa crítica dos postulados das próprias ciências sociais¹¹²⁷.

Essa nova modalidade do campo da História propõe focar a dimensão da sociedade relacionando com o mundo mental e aos modos de sentir. Dessa forma objetos e temáticas não convencionais da História podem ser exploradas e debatidas pelos historiadores. O autor revela que a história das mentalidades relaciona a consciência e o pensamento dos indivíduos mostrando como se esquematiza os sistemas de valores e de representações de grupos.

a mentalidade de um indivíduo, mesmo que se trate de um grande homem, é justamente o que ele tem de comum com outros homens do seu tempo ou então o nível da história das mentalidades é o do cotidiano e do automático, é aquilo que escapa aos sujeitos individuais da história porque revelador do conteúdo impessoal do seu pensamento¹¹²⁸.

Essa perspectiva de análise histórica vai ser muito importante para entendermos o processo de patrimonialização do meio ambiente, tendo em vista que os atores sociais têm ideias diversas sobre os usos e valores do meio ambiente. A história das mentalidades vai dá suporte teórico para compreendermos como se configurou o pensamento preservacionista e através desse compartilhamento de valores dos ambientalistas que se constituiu as primeiras ações coletivas em defesa do meio ambiente.

Os valores preservacionistas do meio ambiente estão interligados ao imaginário dos manifestantes. Para entender a forma de pensamento dos manifestantes precisamos compreender primeiro o que é o imaginário. Para isso, Pesavento esclarece que:

O imaginário é representação, evocação, simulação, sentido e significado, jogo de espelhos onde o “verdadeiro” e o aparente se mesclam, estranha composição onde a metade visível evoca qualquer coisa de ausente e difícil de perceber. Persegui-lo como objeto de estudo é desvendar um segredo, é buscar um significado oculto¹¹²⁹.

A História do Imaginário auxilia na análise das imagens produzidas por uma sociedade. Esses atores sociais produzem imagens que podem ser visuais, verbais ou mentais. Através dessas imagens, o estudo do Imaginário será visto aqui como uma realidade tão presente

¹¹²⁷CHARTIER, Roger. O mundo como representação. São Paulo: **Estudos avançados**, vol.5, n.11 Jan./Apr. 1991.

¹¹²⁸CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

¹¹²⁹PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em Busca de Uma Outra História: Imaginando O Imaginário. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 15, n. 29, 1995.

quanto aquilo que poderíamos categorizar de “realidade humana”. Esta perspectiva sustenta-se na hipótese de que o imaginário reestrutura a sociedade partindo do conhecimento dos seres humanos e de suas ações. O imaginário evidencia uma nova dimensão tão significativa das sociedades humanas do que a própria “realidade natural”.

Partindo da ideia do campo do imaginário como representações e práticas social, entendemos que os agentes do movimento ambiental produzem representações e práticas sobre o meio ambiente como sendo um espaço natural. Esse instrumento argumentativo serve para criar uma ideia de resgate do passado mítico de uma natureza intocada pelos seres humanos. Contudo, a divergências sobre a utilização do meio ambiente, como forma de exploração econômica, vai se revelar nas ações econômicas e industriais dos governos mundiais que tentam deslegitimar os discursos dos manifestantes ambientais. Esse conflito de interesses sobre o uso do meio ambiente desencadeará em uma série de discussões sobre a patrimonialização e a exploração do meio ambiente.

Para entendermos como se deu o processo de preservação de determinadas áreas elegidas como patrimônios versaremos sobre a Teoria do Processo Político que analisa como os movimentos sociais através de sua maior interação durante as mudanças das oportunidades políticas, nas dimensões formais e informais, do ambiente político, abriram ou criaram novos canais para expressar suas reivindicações.

As estruturas de oportunidades políticas são sinais para atores sociais ou políticos encorajarem-se, ou não, para o uso de seus recursos internos a fim de formar movimentos sociais. Meu conceito de oportunidades políticas enfatiza não somente estruturas formais como instituições estatais, mas estruturas de conflito e de aliança que proveem recursos e opõem constrangimentos externos aos grupos. Os mais evidentes sinais são quatro: a abertura de acesso ao poder, mudanças de alinhamentos, viabilidade de aliados influentes e clivagens dentro das próprias elites¹¹³⁰.

As mudanças de oportunidades políticas podem ser nítidas através da presença de aliados potenciais, como associações de ambientalistas, partidos políticos, mídia e elites dissidentes. Isso contribuiu para que os grupos de ambientalistas expressassem publicamente sua insatisfação com as políticas públicas reservadas a patrimonialização do meio ambiente.

Neste sentido, o meio ambiente deve ser entendido não como uma abstração, pois ele representa o espaço vital, a qualidade de vida e a própria saúde dos seres humanos inclusive das gerações que ainda estão por vir¹¹³¹. Por isso sua proteção é, na visão dos agentes ambientais, essencial para manter o desenvolvimento do futuro para as próximas gerações, para assim garantir o desenvolvimento da vida.

Partindo da ideia do imaginário social, compreendemos as práticas ambientais como sendo representações da compreensão dos agentes sociais sobre o meio ambiente. Neste sentido, o meio ambiente deve ser analisado como patrimônio, algo que foi retirado de seu uso habitual e ganha um valor simbólico, capaz de relacionar entre o visível e invisível, seja no tempo, e de celebrar a unidade indivisa dos que compartilham uma crença comum ou passado comum¹¹³².

Todos os que se iniciam no conhecimento das ciências da natureza – mais cedo ou mais tarde, por um caminho ou

¹¹³⁰TARROW, Sidney. **Power in movements** – Social movements, collective action and politics. Nova York: Cambridge University Press, 1998.

¹¹³¹FREELAND, Steven. Human rights, the environment and conflict: addressing crimes against the environment. São Paulo: **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos**. Vol. 2, Nº 2, 2005, p. 112-139.

¹¹³²POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **Enciclopedia Einaudi**. Porto: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984, v. 1, p. 51-86.

outro – atingem a ideia de que a paisagem é sempre uma herança. Na verdade, ela é uma herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades¹¹³³.

O Patrimônio Ambiental pode ser entendido como discurso para produzir e conservar um sistema de crenças ou sistemas de instituições que lhes permite dominar um meio social. Esse discurso é utilizado tanto pelos ambientalistas que utilizam de argumentos paisagísticos como justificativa de preservação da área, como também pelos órgãos de poder que utilizam argumentos geomorfológicos qualificando determinadas áreas como essenciais para a criação de grandes empreendimentos.

[...] o patrimônio é percebido a partir de uma condição de possível "perda", cabendo às agências de preservação resgatá-lo de um suposto processo de declínio e desaparecimento. Nesses discursos, o patrimônio aparece como um dado individualizado, um objeto que pode ser nitidamente identificado, definido juridicamente e, portanto, preservado, embora sob a perene condição de possível perda de sua forma original ou de sua "autenticidade"¹¹³⁴.

Como o autor nos apresenta os discursos da "perda" produzidos pelos agentes sociais assumem um aspecto retórico em que os processos naturais ou humanos, de deterioração dos monumentos, transformam-se em risco de destruição do passado e do presente da sociedade, torna-se um campo de possibilidades para a preservação e manutenção desses objetos.

Podemos analisar que o patrimônio reside na transmissão, no caso da patrimonialização do meio ambiente, ora ele é qualificado como patrimônio a partir do momento em que se tomou consciência de que degradação ambiental, humana ou natural, temporária ou irreversível, engendrava o problema atual¹¹³⁵.

Patrimonializar o ambiente dotando-a de recursos jurídicos que, em teoria, asseguravam sua preservação a partir do momento da criação de leis faz perceber que essa percepção sobre o meio ambiente veio a partir de uma série de discursos de intelectuais que interligaram o futuro da humanidade com a preservação ambiental.

O valor preservacionista criou responsabilidade pelas mudanças e pela manutenção de um meio ambiente saudável, tanto de Governos tanto da sociedade civil, fazendo com que agissem em um esforço conjunto. Cabe aos poderes do Estado a criação de leis e normas para a preservação e o melhoramento do meio ambiente humano, mas também cabe a todos os cidadãos deveres de que estas leis e normas sejam exercidas.

¹¹³³AB' SABER, Aziz. Mesa-redonda: patrimônio natural. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 22, 1987, p. 217-232.

¹¹³⁴GONÇALVES, Reginaldo Santos Gonçalves. O Mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. In: **Revista Estudos Históricas**. Rio de Janeiro, vol. 28, nº 55, p. 211-228, 2015.

¹¹³⁵HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**. Presentismo e Experiências do Tempo". Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

MEMÓRIA, INTELLECTUAIS E USOS DO PATRIMÔNIO NO CASO DA IGREJA DOS MARTÍRIOS, RECIFE-PE.

João Paulo Nascimento de Lucena¹¹³⁶

jpn.lucena@gmail.com

Resumo: No Recife da década de 1970, o debate em torno da demolição da Igreja dos Martírios para conclusão da Avenida Dantas Barreto ganhou as páginas dos principais jornais da cidade e mobilizou instituições, intelectuais e figuras públicas as mais diversas. Patrimônio, cidade, modernização e progresso, foram alguns dos conceitos movidos que buscaram influir sobre o destino do histórico bairro de São José. Ao cabo da contenda, em 1973, a Igreja dos Martírios foi destombada e demolida e uma área histórica de cerca 2 km² cedeu lugar à Avenida Dantas Barreto. O caso tornou-se emblemático e vez por outra é revisitado quando das discussões em torno das políticas públicas do patrimônio material na cidade. Este artigo apresenta o campo intelectual e seu engajamento político através dos usos discursivos do conceito de patrimônio de que lançaram mão nos jornais.

Palavras chave: Patrimônio, Intelectuais, Memória.

Muito já se escreveu sobre a cidade enquanto fenômeno social complexo e diversificado. A ênfase analítica proveniente das ciências humanas como história, sociologia, economia, geografia, psicologia e antropologia conclui pela indissociabilidade de fatores que são o reflexo próprio do convívio humano em sociedade, que difere daquele proximal de um agrupamento como, por exemplo, o da família.¹¹³⁷ A cidade, projeto humano, quando tomada no geral, apresenta um quê de impessoalidade. Mas, quando vista de baixo, apresenta uma trama de relações sociais que extrapolam a lógica econômica da oferta e demanda, embora obviamente nela se inscreva.¹¹³⁸

A cidade-serviço, tal qual a cidade-vitrine, é a cidade-dádiva, das trocas e cidade-capital, da desigualdade. Bem como cidades imaginadas de uma cartografia pautada na experiência ou na fantasia.¹¹³⁹ Concomitantemente *res publica* e *res privatae*, se quer administrada e revelia (porque anseia projeto político outro), e é nesta divergência (apresentada de forma vulgar para fins expositivos) que todo e qualquer planejamento diretor encontra seu maior desafio, esboçando, carecendo ou pressionando o sentido mesmo do diálogo – quando existente – se democrático ou não. Porém, não é nosso intuito discutir o conceito de democracia, muito menos a *práxis* política. Nem caberia.

Mas é que com vistas ao cumprimento de determinado cronograma de obras viárias, por exemplo, que se mobilizam, nas negociações, os mais diversos conceitos, que, se não encerram aquilo ao qual se referem, assinalam um campo de possibilidades de atuação.¹¹⁴⁰ Para tal fim confluem também a importância dos veículos de comunicação de massa, no

¹¹³⁶ Mestrando em História PPGH/UFPE.

¹¹³⁷ RAMINELLI, Ronald. "História urbana". In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 185-202.

¹¹³⁸ CERTEAU, Michel de. Andando na cidade. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.º 23, p. 21-31, 1994.

¹¹³⁹ CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

¹¹⁴⁰ BOURDIEU, Pierre. "É possível um ato desinteressado?". In: **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992. p. 137-156. Nem tanto à célebre ideia de campo retomada de Max Weber, mas referimo-nos às duas relações com o futuro e o passado que o autor assinala a partir de sua leitura de Hurrssel: *projeto*, que seria o futuro como um possível que pode ou não acontecer; e *protensão*, um futuro que é quase um presente. E é especificamente sobre este último que atentamos a proximidade com o horizonte de espera (ou expectativa) de Reinhart Koseleck.

presente caso, os jornais, para formação da dita opinião pública: ela própria imbricada – talvez apenas conceitualmente – no dilema público-privado.¹¹⁴¹

A apreensão conceitual duma prática sincrônica seria então um dever. E os atores públicos, no presente caso, os intelectuais, cumprem papel importante, sobretudo quando analisados a partir de seus pronunciamentos nos jornais e de suas ligações político-partidárias. No entanto, não estando dado, o itinerário da vida pública é *sendo* e, portanto, diacrônico. Daí a dificuldade duma análise histórica que se limite a evolução da rede de relações de dado grupo de intelectuais em torno de um assunto dito de interesse público, como foi o caso da demolição da Igreja dos Martírios para a conclusão da Avenida Dantas Barreto.¹¹⁴²

Em 1973 chegava-se ao fim a contenda político-institucional que se arrastou de forma intermitente durante quase dez anos nas páginas dos jornais recifenses e que legou à posteridade a ausência de uma igreja e a presença de uma avenida. Nos debates travados em torno da permanência desse templo, lançaram-se mãos os mais distintos discursos sobre o que constituía patrimônio e, portanto, deveria ser preservado à geração futura.

Trata-se de um assunto ainda bastante vivo na historiografia recifense, sobretudo pela constante referência à destruição da Igreja do Bom Senhor Jesus dos Martírios. Nele inseriram-se intelectuais como Ariano Suassuna e Gilberto Freyre, jornalistas como Nilo Pereira, historiadores como Flávio Guerra e arquitetos e urbanistas, como José Luiz da Mota Menezes e Roberto Bourle-Marx.

Em que pese, o caso foi tratado por Bernardes, Pontual, Nascimento e Loretto.¹¹⁴³ Recentemente, ele foi lembrado quando das discussões em torno do Cais José Estelita e figurou no capítulo “Lugares que não existem”, do livro *Guia Comum do Centro do Recife: arqueologia do presente*.¹¹⁴⁴

É interessante notar como nos jornais, que circulavam no Recife à época das discussões sobre a permanência do templo, o entorno da Igreja é difundido como um ambiente inóspito e perigoso, sobretudo, para os próprios moradores, cujas casas – nos periódicos tratados pejorativamente como pardieiros –, apresentam estruturas corroídas pela ação simultânea do tempo e insuficiência de reparos técnicos.

Mas, a Avenida Dantas Barreto já vinha sendo elaborada desde o plano de reforma do bairro de Santo Antônio, na década de 1930, a partir do alargamento da Rua São João. As demolições e desapropriações prosseguiram seu curso. No entanto, dois pontos de inflexão iriam lhe atrasar a conclusão. O primeiro deles é com a publicação da Carta de Veneza, em 1964, que agora abrangia a concepção de patrimônio, aproximando-o do de cultura por conceber não apenas o monumento isolado dotado de valor, mas o sítio urbano ou rural como resultado de um imbricamento de significados culturais que passava por sua paisagem e inscrição num conjunto maior.

¹¹⁴¹ Ver a discussão sobre jornais e opinião pública em: CAPELATO, Maria Helena. *A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador*. In: VILLAÇA, Marina; PRADO, Maria Lígia Coelho (Orgs.). **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas**. São Paulo: Humanitas: CAPES, 2015. p. 114-136.

¹¹⁴² SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-269.

¹¹⁴³ BERNARDES, Denis. **Recife: O caranguejo e o viaduto**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 1996; NASCIMENTO, Luís M. Domingues do. **Inventário dos feitos modernizantes na Cidade do Recife (1969-1975)**: sobre as mediações históricas e literárias entre a história recente do Recife e o romance A rainha dos cárceres da Grécia, de Osman Lins. Recife: Tese de Doutorado em História (UFPE), 2004; PONTUAL, Virgínia. **Abertura da Avenida Dantas Barreto: a modernização do centro do Recife, 1930-1970**. In: **XXII Simpósio Nacional de História da ANPUH**, 2003, João Pessoa; LORETTO, Rosane Piccolo. **Paraíso & Martírios: histórias de destruição de artefatos urbanos e arquitetônicos no Recife**. Recife: Dissertação de Mestrado em História (UFPE), 2008.

¹¹⁴⁴ FERRER, Bruna Rafaella (Org.). **Guia comum do centro do Recife: arqueologia do presente**. Recife: Secretaria de Cultura de Pernambuco (Secult-PE), 2015, p. 53.

Essa ampliação da noção de monumento histórico permitiu que edifícios que anteriormente eram tidos como secundários na relevância histórico-cultural e no interesse de perpetuação, assumissem um *status* diferenciado, como foi o caso da Igreja dos Martírios.¹¹⁴⁵

À contribuição da Carta de Veneza somava-se “as teorias urbanísticas e preservacionistas em voga, as quais apontavam para a necessidade de manutenção e coexistência de artefatos urbanos e arquitetônicos de distintos tempos”, e que juntos reforçavam um ideário preservacionista.¹¹⁴⁶

Nesse momento, somam-se os esforços do 1º Distrito do SPHAN em Pernambuco, que elaborou e enviou, à Assessoria de Planejamento da Prefeitura do Recife, cinco sugestões distintas que preservariam a Igreja dos Martírios por meio da alteração do traçado da Avenida Dantas Barreto. A recepção das sugestões causou estranheza ao Escritório Técnico de Planejamento Físico (ETPF), cujo diretor, Zenildo Sena Caldas, questionou, via ofício endereçado ao diretor do 1º Distrito do SPHAN, Ayrton Carvalho, do “porquê da mudança de atitude do IPHAN com relação a agora querer preservar a igreja”.¹¹⁴⁷ E esse constitui o segundo ponto de inflexão.

No ano seguinte à Carta de Veneza, que em seu artigo 6º afirmava que “a conservação de um monumento implica a preservação de um esquema em sua escala. [...] e toda construção nova, toda destruição e toda modificação que poderiam alterar as relações de volume e cores serão proibidas”, elaborou-se o Plano de Gabaritos da cidade do Recife, que “representou uma proposta de estabelecimento geral de gabaritos¹¹⁴⁸ para aqueles edifícios que ficariam localizados nas proximidades de monumentos nacionais tombados, como medida para preservar a visibilidade e guardar suas escalas” e “por outro lado, o desejo de verticalização como expressão da arquitetura e do urbanismo progressistas”.¹¹⁴⁹

O primeiro trabalho a versar sobre o assunto encontra-se no livro “O caranguejo e o viaduto”, de Denis Bernardes, no capítulo intitulado “As gestões municipais da cidade do Recife”, publicado em 1996. Trata-se de uma coletânea de textos escritos pelo autor em momentos diversos, porém voltados à formação histórico social da cidade do Recife. A principal fonte utilizada e analisada pelo autor refere-se ao *Diário Oficial do Município do Recife* (D.O.M.R), complementada com a revista voltada para o ramo da construção civil chamada “Construção Norte Nordeste”.

No capítulo mencionado, Bernardes analisa as relações de poder que perpassaram as grandes transformações sofridas pelo espaço urbano recifense no período ditatorial, que se estendeu entre os anos de 1964 a 1985, instaurado com o golpe civil militar que se autodenominou Revolução. São três os principais fatores elencados por ele que influíram sobre os projetos de urbanização e grandes obras viárias: primeiro, o crescimento populacional observado na década de 1960 a 1970 e as demandas sociais e logísticas suscitadas; segundo, a expansão do sistema financeiro e as novas formas de comercialização; e terceiro, a incapacidade de absorção formal da força de trabalho, que demandava novos postos de trabalho.

Após o Golpe Civil Militar de 1964, que ocasionou na deposição do então governador do Estado de Pernambuco, Miguel Arraes, colocando-se em seu lugar Paulo Pessoa Guerra, e na chegada de Augusto Lucena ao seu primeiro mandato (1964-69) como prefeito da cidade

¹¹⁴⁵ Loretto, op. cit., p. 211.

¹¹⁴⁶ Ibidem., p. 211.

¹¹⁴⁷ Ibidem, p. 214.

¹¹⁴⁸ O nome gabarito vem da marcação feita com fios nos limites das construções antes do início das obras. Nesse sentido, Plano de Gabarito assume a noção de diretrizes para a construção em áreas de patrimônios históricos. O Plano em questão, o de 1965, estipulava altura e distância mínima em relação aos bens materiais tendo em vista certo número de fatores que vão desde a visibilidade ao seu *habitar*.

¹¹⁴⁹ Loretto, op. cit., p. 214-215.

de Recife, os embates agravaram-se, sobretudo na sua segunda gestão (1971-1975). Porém, finda a administração de Lucena, os debates amenizaram-se, conhecendo mesmo canal de diálogo mais favorável a um desvio que salvaria o templo. Isso aconteceu sob a gestão Geraldo Magalhães, que apresentou grande número de obras viárias, construções e projetos, como: urbanização do Cais da Rua da Aurora; construção do Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães (Geraldão); viaduto das Cinco Pontas; construção da Avenida Agamenon Magalhães; tentativa de regulamentação dos estacionamentos; isenções fiscais à construção de edifícios garagens; tratamento das chamadas áreas-problemas – também referenciadas como a “mancha negra” – da Mustardinha e Brasília Teimosa, às quais se somavam os Coelhos e o Coque; e limpeza do centro da cidade com a “Operação ambulante”.

Tais obras eram pautadas pela ideia de modernização que, tomando a forma de monumentalidade, visavam à abertura de novas áreas de investimentos “pela oferta de novos espaços, potencialmente privilegiados para as incorporadoras, mas que haviam sido ocupados pela população de menor renda”.¹¹⁵⁰

O discurso de modernização era complementado pelo da transformação da cidade num grande polo turístico gerador de empregos na área de serviços. Daí a importância do sistema financeiro, cuja

Vinculação expressou-se, nesta e em outras gestões, pela obtenção de crédito para as obras que a receita própria do município era incapaz de financiar, trazendo um crescente endividamento para a Prefeitura. [...] também com bancos estrangeiros. Data também desta fase o início do pagamento do funcionalismo municipal, bem como a cobrança de tributos municipais através da rede bancária.¹¹⁵¹

Posteriormente, face ao conjunto de grandes obras empreendidas e outras projetadas, a revista *Construção Norte Nordeste*, na sua edição de setembro de 1974, trouxe cinco grandes projetos de intervenção urbana que anunciavam “o Recife novo, o dos técnicos”.¹¹⁵² Um Novo Recife, portanto, há muito já era gestado.

Atentar para as nuances desse processo é tencionar uma história política dos intelectuais no curso dos projetos urbanos e culturais da cidade do Recife na década de 1970, especialmente no caso da Igreja dos Martírios, então citada como patrimônio por uns. Uma história que necessidade de mais finura no trato metodológica e documental, aos quais este breve ensaio buscou apenas assinalar alguns pontos.

INTELECTUAIS, LEITURA, IMPRENSA E MEMÓRIA NA ZONA NORTE DO CEARÁ (1870-1924)

Jorge Luiz Ferreira Lima¹¹⁵³

jorgehistoriaufc@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho investiga o avanço das práticas de leitura na zona norte do Ceará entre a segunda metade do século XIX e as três primeiras décadas do XX, quando a expansão do sistema de ensino público suplantou os projetos de alfabetização de natureza filantrópica

¹¹⁵⁰ Bernardes, op. cit., p. 79-81.

¹¹⁵¹ Bernardes, op. cit., p. 81.

¹¹⁵² *Apud* Bernardes, op. cit., p. 90.

¹¹⁵³ Doutorando em História Social - Universidade Federal do Ceará

representados pelos gabinetes de leitura. Tal processo resultou na ampliação do público leitor associada à difusão do livro. Além das bibliotecas e gabinetes de leitura, casas comerciais, hotéis, pensões, farmácias, tipografias e redações de jornais atuaram como pontos de distribuição e consumo de impressos. Esta difusão da leitura beneficiou o periodismo, cuja expansão e consolidação se fez sentir mais intensamente na cidade de Sobral, a qual contava, entre os anos de 1918 e 1924, com quatro jornais semanais em circulação, impressos em tipografias próprias, empregando operários gráficos e funcionando como pontos de aglutinação dos grupos intelectuais locais (o clero, os jornalistas e os bacharéis). Tal cenário permitiu o surgimento de uma nova categoria de sujeito: o jornalista profissional, representado em Sobral por Vicente Loyola (*O Rebate*) e Deolindo Barreto Lima (*A Lucta*). Defendiam a democracia e o republicanismo numa região marcada pela política oligárquica, onde pequenos grupos disputavam a hegemonia política. Vistos como intrusos na cena intelectual e política, os jornalistas sofreram duras perseguições, culminando com as mortes de Vicente Loyola em 1919, vítima de doença crônica agravada pelo trabalho e os conflitos com as autoridades judiciárias locais, e de Deolindo Barreto Lima, abatido a tiros num dia de eleição no interior do Paço Municipal de Sobral em 1924. Iniciaram-se as batalhas pela memória e o resultado foi a construção de um imaginário onde Vicente Loyola passou a figurar como o enfermo, fraco e pobre, e Deolindo Barreto como o herói, mártir da imprensa.

Palavras-chave: História, Memória, Imprensa, Leitura.

A fim de melhor situar o leitor durante a discussão pretendida com este trabalho, inicio com uma apresentação sucinta do recorte espacial aqui designado pelo termo “zona norte do Ceará”. Primeiramente, considero importante esclarecer a razão de referir-me a este espaço usando o termo “zona” ao invés de “região”. Este trabalho construiu-se a partir da consulta exaustiva a textos jornalísticos, muito dos quais abordando questões relevantes do ponto de vista espacial para a época, e foi neles onde percebi o uso constante do termo “zona”, e não “região”, este um termo mais atual. Jornalistas e colaboradores da imprensa do início do século XX utilizavam o termo “zona norte” ou “zona da Estrada de Ferro de Sobral”, para se referir ao conjunto de cidades, vilas e povoados distribuídos ao longo do traçado da ferrovia cujo ponto inicial estava na cidade portuária de Camocim, de onde se estendia rumo ao sertão tocando a cidade de Granja, as povoações de Angica, Riachão e Pitombeiras, a vila de Massapê, até chegar à cidade de Sobral¹¹⁵⁴, ponto central e maior empório comercial, agrícola e criatório daquele espaço pontuado por vales, rios, serras e extensos campos onde a concentração fundiária lançava numa vida de extrema frugalidade uma população majoritariamente composta por caboclos sujeitos ao domínio econômico, político e ideológico de uma pequena elite formada de proprietários agrícolas, comerciantes, bacharéis e padres.

A configuração desta “zona norte” esteve completa apenas a partir de 1912, quando a ferrovia alcançou a cidade de Crateús, já penetrando na região atualmente conhecida como Sertão dos Inhamuns. Tendo chegado a Sobral, polo aglutinador da zona, em 1881, a Estrada de Ferro foi sendo ampliada lentamente alcançando as vilas de Cariré e Santa Cruz, a cidade de Ipu, as vilas de Ipueiras e Nova Russas até chegar a Crateús, de onde foi mais tarde ampliada tomando a direção do estado do Piauí¹¹⁵⁵.

Temos, então, uma porção territorial que abarca parte do litoral oeste (Camocim), sertão e vale do rio Acaraú (Sobral), serra da Ibiapaba (Ipu, São Benedito, Ubajara, Viçosa) até o sertão dos Inhamuns (Crateús). Um recorte espacial amplo, mas necessário a fim de que se possa observar a propagação do movimento de transformação no âmbito das práticas de leitura, do periodismo e da vida intelectual nesta área específica do Ceará.

Resolvi, pois, empregar o termo da época a fim de evitar ambiguidades e anacronismos, embora me sinta obrigado a esta digressão inicial.

¹¹⁵⁴OLIVEIRA, André Frota. **A Estrada de Ferro de Sobral**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 1994.

¹¹⁵⁵Id. *ibidem*.

Quando me refiro aos intelectuais, é importante lembrar que a definição desta categoria de sujeitos tem gerado problemas para os historiadores e sociólogos desde há bastante tempo. Como não me é interessante perder-me neste longo e árido debate, optei por aproximar-me de Norberto Bobbio para quem o intelectual é aquele que, no interior de uma sociedade, exerce o poder ideológico, ou seja, é o sujeito qualificado para, por meio do manejo da palavra – oral ou escrita – construir o repertório de ideias e valores que vão servir de base às ações dos indivíduos, fornecendo-lhes o conjunto de símbolos e visões de mundo. Neste sentido, os intelectuais sempre andaram muito longe de constituir um grupo homogêneo e sua relação com o poder político estabelecido foi do mais acirrado antagonismo ao mais íntimo colaboracionismo em intervalos breves de tempo e lugar¹¹⁵⁶.

Para Angel Rama, os intelectuais tiveram acentuado papel na conformação do modelo de cidade latino-americano ao constituírem uma espécie de “anel protetor do poder e executor de suas ordens”¹¹⁵⁷. São considerações muito importantes porque suscitam a necessidade de se pensar de forma mais atenta as relações – sempre verificáveis – entre os intelectuais e o poder político¹¹⁵⁸. Aliás, a separação que operamos entre poder intelectual e poder político mostra-se possível no plano conceitual e teórico, mas do ponto de vista do real tal separação pode ser problemática, uma vez que o mesmo sujeito pode exercer os dois poderes de forma simultânea e é justamente quando se verifica que o antagonismo entre poder intelectual e poder político muitas vezes não passa de elucubração.

Olhando as sociedades constituídas em torno dos pequenos núcleos urbanos do interior cearense de há mais de cem anos, é possível perceber a existência de certa categoria social caracterizada pelo recurso à palavra como maneira de exercer um poder (que Bobbio chama de poder “ideológico”), mas, ao mesmo tempo, estes mesmos sujeitos não se prendiam ao uso da palavra, ou não faziam dele sua principal marca. Ao contrário, em vários episódios, não hesitaram em lançar mão do recurso à violência física quando entenderam ser a palavra insuficiente para o alcance de seus objetivos.

A vida intelectual brasileira e cearense esteve até as primeiras décadas do século XX ancorada na literatura. O reconhecimento do intelectual exigia a passagem pelo crivo de um reduzido público leitor cujos padrões estéticos se achavam rigidamente atrelados aos padrões europeus. A influência da literatura francesa impôs ao diletante homem de letras brasileiro o projeto de busca do reconhecimento de seu talento intelectual por meio da construção de certo “capital simbólico”¹¹⁵⁹ a ser angariado às custas do estabelecimento de relações de conveniência possíveis na vivência de uma sociabilidade de círculos e clubes literários, de entidades associativas fechadas, capazes de munir o homem de letras de signos de distinção e de um certo estatuto capaz de garantir privilégios e acesso a instâncias mais altas de poder¹¹⁶⁰.

Insatisfeitos com a inexistência de um público capaz de reverberar suas ideias, os homens de letras da segunda metade do século XIX, especialmente a partir da entrada do país no rol das nações republicanas, adotaram um discurso de crítica ao sistema de ensino público de sua época, realçando sua precariedade e insuficiência. O inimigo do intelectual foi identificado no analfabetismo. O esforço no sentido de alfabetizar, de inserir a população pobre no mundo da leitura passou a fazer parte das estratégias dos interessados na construção de um campo intelectual no Brasil¹¹⁶¹. Para tanto, construiu-se um discurso que

¹¹⁵⁶BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

¹¹⁵⁷RAMA, Ángel. **A cidade das letras**. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 38.

¹¹⁵⁸Este debate foi largamente desenvolvido em: SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (orgs). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 259-279.

¹¹⁵⁹BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

¹¹⁶⁰CARDOSO, Gleudson Passos. **Padaria Espiritual**: biscoito fino e travoso. 2 ed. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

¹¹⁶¹A noção de campo foi retirada de BOURDIEU, op. cit.

associava o letramento à cidadania. Construir o cidadão republicano implicava no dever de ensiná-lo a ler, introduzi-lo no mundo das letras retirando-o das trevas da ignorância capazes de impedir o exercício da cidadania e a gestação de sentimentos nobres como o patriotismo, palavra-chave para entender esta intrincada relação entre civismo e instrução, construção de uma nação e de uma população de alfabetizados¹¹⁶².

Associado ao atraso, o analfabetismo foi constituído no principal obstáculo à construção de uma nação que pudesse se assemelhar aos países desenvolvidos do período. A França, principal modelo de país rico, culturalmente sofisticado e socialmente evoluído, comportava sua república das letras; ali, a oferta do ensino elementar universal tornara-se obrigação do Estado ainda nos tempos da Revolução.

Partiu dos grupos intelectuais a iniciativa de formar associações de cunho artístico e literário como parte de um projeto de intervenção social cujo principal objetivo era promover a alfabetização dos mais pobres. Enquanto o sistema de ensino público dava seus passos iniciais e deixava um enorme contingente de crianças e adultos completamente descobertos, entidades agremiativas como os gabinetes de leitura encontravam larguíssimo espaço para sua atuação benemérita¹¹⁶³. Havia, na segunda metade do século XIX e as duas primeiras décadas do XX, um enorme contingente de crianças às quais não chegava a oferta de ensino elementar público. Dependiam, pois, da sensibilidade de pequenos ajuntamentos de intelectuais formalmente constituídos sob a forma de gabinetes de leitura.

Essa atuação dos gabinetes de leitura mostra-se vinculada, pois, a um projeto de intervenção social gestado e protagonizado por intelectuais imbuídos do sentimento patriótico que os impelia no sentido de contribuir para a construção da Nação letrada e republicana. Mas, mais do que isso, também representaram um local de sociabilidade intelectual, espaço destinado a encontros, palestras, troca de impressões de leitura, consumo de periódicos, bem como para eventos de cunho recreativo (bailes e saraus). Em cidades pequenas como as da zona norte do Ceará, o gabinete de leitura muitas vezes ocupava o papel de principal provedor do ensino, dos bailes e reuniões cívicas. Proporcionava diversão e entretenimento à elite; aos pobres, derramava sua luz caritativa ministrando-lhes a instrução¹¹⁶⁴.

A inexistência quase completa de um circuito literário e editorial impunha aos intelectuais, aos homens da palavra, a contingência de cultivarem essa sociabilidade marcada pelo clubismo, pelo associativismo e pelos projetos de intervenção nos problemas sociais da cidade. Imbuídos do ideário progressista, tais homens, reunidos e fortalecidos no interior de suas agremiações, protagonizaram a gestação e defesa de projetos de intervenção no espaço de suas cidades, projetaram e lutaram pela implementação de transformações associadas ao progresso. Neste sentido, colaboraram na construção de suas cidades, pensando-as e, não raro, administrando-as, uma vez que seu acesso ao poder político era garantido pelo fato de fazerem parte das famílias tradicionais, fundadoras daquelas localidades.

Outro viés que gostaria de discutir diz respeito à atuação profissional. Neste ponto, a discussão comporta a divisão dos intelectuais em três categorias, a partir das quais avançaremos nossa reflexão: o clero, os bacharéis e os jornalistas. Cuidando de não engessar a análise, é preciso de agora já afirmar que muitos indivíduos transitavam desenvoltamente entre uma categoria e outra, pois esta divisão visa apenas fins de cunho didático, ou seja, pretende facilitar o nosso entendimento e proporcionar uma melhor visualização dos meandros desta categoria difusa e fragmentária caracterizada pelo manejo da palavra chamada de uma forma um tanto genérica de “intelectuais”.

¹¹⁶²DE LUCA, Tania Regina. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

¹¹⁶³MARTINS, Ana Luiza. **Gabinetes de leitura: cidades, livros e leituras na Província Paulista**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

¹¹⁶⁴LIMA, Jorge Luiz Ferreira. **Entre caminhos e lugares do livro: gabinetes de leitura na região norte do Ceará (1877-1919)**. 2011, 210f. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2011.

Desde muito tempo os padres estavam acostumados ao exercício do poder ideológico em suas comunidades. Detentores da prerrogativa do uso quase exclusivo da palavra, escudados no discurso religioso, sentiam-se no direito e na obrigação de preceituar o comportamento e o pensamento de seus fiéis. Guias espirituais e intelectuais de uma população ainda marcada pelo analfabetismo, além de mediarem o contato entre o fiel iletrado e os textos sagrados, podiam elastecer esta mediação colocando-se como porta-voz das notícias chegadas de outros centros pelos jornais impressos e estabelecer censura a certas leituras, usos e comportamentos, além de atuar como dispensadores das benesses divinas¹¹⁶⁵.

Com o crescimento e a organização política do interior do Ceará começou a ganhar projeção nas pequenas cidades e vilas da zona norte a figura do bacharel em Direito, formado na Faculdade do Recife, para quem as pequenas comarcas interioranas eram sinônimo de sinecuras que podiam traiçoeiramente converter-se em verdadeiros purgatórios caso o jovem bacharel recém-ingresso na magistratura não soubesse lidar com as suscetibilidades dos potentados locais e ousasse interferir nas antigas disputas entre os clãs familiares¹¹⁶⁶.

Por outro lado, depararam-se com a enorme carência de instrução comum à maioria da população. Sua resposta a tais situações veio, muitas vezes, na forma da fundação de gabinetes de leitura e escolas populares. Na segunda metade do século XIX, o pensamento liberal dos bacharéis evidenciava-se também na fundação de sociedades abolicionistas, indício do caráter da formação recebida. Promover a alfabetização, a leitura e a emancipação dos escravos era parte da missão altruística dos jovens bacharéis que chegavam às pequenas cidades do interior cearense¹¹⁶⁷.

Para além dos bacharéis em direito, outra casta de doutores a se espalhar pela zona norte do Ceará, especialmente durante os períodos de estiagem prolongada, foram os engenheiros. Agentes da ação salvadora do governo federal e coniventes com o oportunismo das elites locais, estes profissionais chegavam imbuídos da missão de comandar grandes construções (açudes, barragens, ferrovias, rodagens), garantindo a oportunidade de conhecer de perto a realidade das populações flageladas. Não raro, tal contato suscitou-lhes a ideia de fundar escolas para acudir às crianças filhas dos famintos trabalhadores das obras públicas emergenciais de combate à seca.

Iniciativas como estas foram tomadas pelo engenheiro Dr. Victor Nabuco, o qual, vendo a situação dos filhos dos sertanejos arrebanhados na condição de flagelados para a construção da Estrada de Ferro de Sobral, resolveu fundar uma escola popular na localidade

¹¹⁶⁵Em Sobral, a concentração de padres e igrejas conferia à cidade certo ar de religiosidade um pouco acima do comum, traço acentuado ainda mais após o ano de 1915 quando foi criada a Diocese de Sobral. A influência do clero, especialmente do bispo D. José Tupinambá da Frota, na construção material e ideológica da cidade foi estudada pelo prof. Dr. Agenor Soares e Silva Júnior em: SILVA JÚNIOR, Agenor Soares e. **Cidades sagradas: da "Roma Cearense" à "Jerusalém sertaneja": A Igreja Católica e o desenvolvimento urbano no Ceará (1870-1920)** Sobral e Juazeiro do Norte. Fortaleza/Sobral: Edições ECOA, 2015. A presença dos padres na produção historiográfica de Sobral e zona norte foi percebida e discutida pelo prof. Dr. Francisco Dênis Melo em: MELO, Francisco Dênis. **Os intelectuais da Academia Sobralense de Estudos e Letras – ASEL – e a invenção da cidade letrada (1943-1973)**. 2013, 432f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2013.

¹¹⁶⁶Neste sentido, são bastante reveladoras as memórias do Dr. Joaquim Alerano Bandeira de Barros, natural de Recife/PE que, ao bacharelar-se, veio em busca de colocação na magistratura cearense. De sua passagem por várias comarcas do interior resultou uma compilação de episódios reveladores das dificuldades enfrentadas pelos magistrados da época. BARROS, Luís. O centenário do Dr. Alerano de Barros. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, tomo XCVI, p. 213-229, ano 1982.

¹¹⁶⁷Um exemplo foi o caso do estudante de Direito Antônio Augusto de Vasconcelos o qual, dotado de uma provisão de advogado, foi estabelecer na cidade de Granja por volta de 1880. Ali chegando, fundou um gabinete de leitura, uma sociedade abolicionista e uma escola popular. **Granjense**. Granja, 27 fev. 1881, p. 2.

de Pitombeiras¹¹⁶⁸. O mesmo foi feito em 1919 por ocasião da construção do Açude Forquilha, quando o engenheiro Dr. Rômulo Campos patrocinou a fundação do Externado José de Alencar, uma escola para os filhos dos operários daquela construção. A instituição foi entregue à direção do professor Joaquim Anselmo de Andrade e, até onde pudemos acompanhar, teve atuação similar à das escolas públicas do período¹¹⁶⁹.

Uma faceta importante imposta pelas condições de trabalho de magistrados e engenheiros era a elevada circularidade. Colocados à mercê das conveniências dos governos, estes profissionais percorriam várias cidades e, no caso dos engenheiros, embrenhavam-se pelas mais distantes rincões, e desta experiência retiravam como o fruto a condição de diagnosticadores dos problemas sociais das localidades por onde passavam. Tanto uns como outros se mostravam imbuídos do ideário republicano que incluía o letramento como condição indispensável à construção de uma Nação progressista.

Reunidos aos gabinetes de leitura e suas escolas noturnas, os engenheiros e bacharéis mostraram-se imbuídos de um projeto de intervenção social voltado para a promoção da instrução livre da tutela do governo e da Igreja. Portanto, uma educação de cunho laico e progressista, voltada para a construção da verdadeira cidadania republicana, do cidadão livre e emancipado em relação ao obscurantismo representado não apenas pelo analfabetismo, mas também pela falta de instrução e conhecimento dos deveres republicanos. A ausência do Estado enquanto provedor da instrução garantiu largo espaço de atuação àqueles que tentaram implantar tal projeto.

As primeiras décadas do século XX marcaram a história dos interiores do Ceará pelo avanço da presença do Estado que chegava para ocupar seu lugar de principal agente regulador das relações sociais e dispensador dos direitos dos cidadãos. Aos poucos, os governos chamaram a si a tarefa de instruir, tomando a peito a luta contra o analfabetismo que seguia alcançando altos índices. Timidamente, o sistema de ensino público havia avançado, mas ainda não havia alcançado de maneira satisfatória os contingentes mais pobres da população.

Pouco a pouco, o público leitor expandia-se. A difusão do livro e da leitura nunca havia estado circunscrita aos estreitos limites dos gabinetes de leitura e demais bibliotecas associativas. Objeto fluido e carente de pertinência, a leitura constitui uma prática cultural dificilmente enquadrada em espaços rigidamente delimitados¹¹⁷⁰. Não havia controle efetivo sobre ela nem uma maneira segura de mensurar as dimensões do público leitor. Serve-nos de termômetro a imprensa periódica, objeto de significativas transformações durante as primeiras décadas do século XX, sinalizando para a ampliação do contingente de leitores e para o ocaso próximo do projeto de ação intelectual baseado na oferta de instrução e leitura cuja expressão mais concreta havia estado nos gabinetes de leitura e escolas populares.

As transformações no nascente campo intelectual da zona norte do Ceará se deram em consonância com as mudanças nos cenários político e econômico. O crescimento econômico experimentado por cidades como Sobral, Camocim e Ipu na virada do século XIX para o XX mostrou-se frágil ante as secas de 1915 e 1919, embora o discurso em torno da vitimização do nordeste e dos sertanejos, tratando-os como eternos necessitados de ajuda externa, tenha beneficiado as elites locais que puderam se apropriar do manancial de verbas públicas abertas pelo Governo Federal¹¹⁷¹, especialmente durante a gestão de paraibano Epitácio Pessoa. As construções públicas, atividades sazonais associadas às secas, vieram representar um importante e problemático incremento à economia das cidades e nelas os

¹¹⁶⁸Atual cidade de Senador Sá. Idem.

¹¹⁶⁹**A Lucta**, Sobral, 08 out. 1919, p. 2.

¹¹⁷⁰SCHAPOCHNIK, Nelson. Das ficções do arquivo: ordem dos livros e práticas de leitura na Biblioteca Pública da Corte Imperial. In: ABREU, Márcia (org). **Leitura, História e História da leitura**. Campinas/SP: Mercado de Letras, 1999, p. 273-311.

¹¹⁷¹Sobre o discurso de vitimização do nordeste, ver: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

letrados, valendo-se de sua inserção no campo político, foram encontrar emprego e garantia de gordas remunerações.

Tal cenário denota a fragilidade econômica das cidades e vilas da zona norte do Ceará na entrada do século XX. As atividades tradicionais – comércio, agropecuária e extrativismo – já não se mostravam suficientes para garantir o suporte material necessário à implementação das medidas modernizadoras sonhadas pelas pequenas elites progressistas da população compostas por letrados, leitores, funcionários públicos e comerciantes jovens, desejosos de fortuna e de novas formas e espaços de sociabilidade, alguns flagrantemente contrários à moral católica rigidamente arraigada em cidades nascidas em torno de igrejas, aldeias ou fazendas de gado. Na esteira do novo século, embaladas por leituras cada mais variadas, uma determinada camada da população abastada rapidamente aprendeu a desejar a vertigem moderna provocada pelas sensações de força, velocidade, instantaneidade¹¹⁷². O trem a vapor, os automóveis, o telégrafo e o cinema proporcionaram uma experiência sensorial nova, capaz de fazer caducar as convicções e costumes das gerações anteriores¹¹⁷³.

Leitura e vida intelectual acompanharam este processo. Interessante neste momento de agudas transformações é a consolidação da imprensa. Na cidade de Sobral, no ano de 1911, o jornal *O Rebate*, de propriedade do jornalista Vicente Loyola, dava sinais de sua solidez econômica anunciando a aquisição de um prelo Marinoni, encomendado de Paris, o que lhe deu motivos para anunciar a sua tipografia como uma das mais bem equipadas do estado, capaz de executar os mais variados trabalhos gráficos e colocar-se à disposição para atender à demanda por impressões de toda a zona coberta pela Estrada de Ferro de Sobral¹¹⁷⁴.

Vicente Loyola colocava Sobral em sintonia com o restante do país no que tange ao desenvolvimento da vida intelectual ao fazer do jornal o seu único ofício, o seu meio de vida¹¹⁷⁵. Certamente, foi o primeiro jornalista profissional de Sobral e da zona norte, dedicando-se exclusivamente ao seu empreendimento gráfico e jornalístico. Fundado em 1907, *O Rebate* trazia em seu programa de fundação o propósito de defender os interesses do povo, categoria empregada aqui no sentido de maioria da população, maioria desassistida pelo governo local e estadual, um contingente de silenciados a quem o jornalista serviria com de porta-voz, mesmo que para isso tivesse de se bater com as forças políticas estabelecidas em posições de hegemonia, detentoras do poder político e econômico local, habituadas a fazer valer suas vontades em detrimento daquele contingente majoritário desprovido de voz¹¹⁷⁶.

Nascido em 1873 na fazenda Tamanduá, termo de Sobral, Vicente Loyola não pode estudar, bacharelar-se. As condições econômicas e sociais da família não permitiram sua entrada no restrito círculo dos bacharéis, engenheiros, padres e médicos. Seu acesso ao mundo da leitura deu-se pela contramão, pois foi trabalhar como caixeiro, profissão que

¹¹⁷²BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

¹¹⁷³PESAVENTO, Sandra Jatay; LANGUE, Frédérique (orgs). **Sensibilidades na história**: memórias singulares e identidades sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

¹¹⁷⁴**O Rebate**, Sobral, 22 jul. 1911, p. 2.

¹¹⁷⁵A segunda década do século XX corresponde ao momento em que o jornalismo se apresenta com a mais segura possibilidade de profissionalização do trabalho intelectual, dado o desenvolvimento da imprensa, sintoma da expansão do público leitor a nível nacional. SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. Foi ainda o jornalismo quem acolheu a geração de intelectuais chamada por muitos de pré-modernista, ou seja, aquela geração órfã dos grandes ideias liberais (república, abolicionismo), mas ainda presa a um padrão estético de matriz europeia, situação que será quebrada pelo modernismo a partir de Semana de Arte Moderna de 1922. Sergio Miceli define este período como um *intermezzo*. MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹¹⁷⁶**O Rebate**, Sobral, 20 abr. 1907, p. 1.

exigia a condição de alfabetizado, mas que interditava a leitura no espaço do trabalho¹¹⁷⁷. Para tanto, transferiu-se para Sobral ainda muito jovem onde conseguiu emprego como caixeiro vassoura na casa comercial do coronel José Figueira de Saboia e Silva, considerado o maior capitalista da cidade. Ali também conheceu a política e suas atribuições.

Depois de alguns anos de trabalho e sofrendo as provações típicas de sua condição, Vicente Loyola foi empregar-se na casa comercial do coronel Antônio Regino do Amaral, antigo fazendeiro, comerciante e militante do Partido Liberal recém-saído da política após a proclamação da república. Junto com seus filhos, o coronel Regino constituiu uma empresa tipográfica e um jornal chamado *A Cidade*, cuja primeira edição circulou em 1899 e manteve-se, com algumas interrupções, até 1904, chegando mesmo a ser diário por breve período. A direção do mesmo coube ao jovem bacharel Álvaro Ottoni do Amaral e foi, possivelmente, por seu intermédio que Vicente Loyola foi introduzido no mundo da imprensa, inicialmente como colaborador, depois como gerente¹¹⁷⁸.

Na virada do século, a imprensa do interior do estado era fortemente condicionada pela política, sendo a maioria dos jornais subvencionados pelos partidos e oligarquias. Em Sobral, *A Cidade* fazia forte oposição ao governo do Comendador Antônio Pinto Nogueira Accioly, o grande oligarca cearense nascido na cidade de Icó e introduzido na política por seu sogro, o senador Thomaz Pompeu de Souza Brasil. Ambicioso, Accioly tratara de estabelecer seu domínio sobre o Ceará formando uma poderosa e coesa oligarquia cujos tentáculos se estendiam pelo interior¹¹⁷⁹.

A amizade de Vicente Loyola com Álvaro Ottoni foi fortemente abalada quando o bacharel resolveu mudar a orientação política de seu jornal. De republicano liberal, passou a conservador oligárquico, de ferrenho opositor a apoiador de Accioly. Mesmo dizendo-se insatisfeito, por necessidade Vicente Loyola teria permanecido como empregado d'*A Cidade* até ser convidado para compor a equipe do jornal *Itacolomy*, fundado em Sobral por um grupo de intelectuais liberais, opositores de Accioly, comandado pelo jovem Waldemiro Cavalcante, natural de Granja, poeta e jornalista. Ao seu redor estavam o promotor Alexis Barbosa Morin, o historiador e jornalista Padre Fortunato Alves Linhares e João Barbosa de Paula Pessoa¹¹⁸⁰.

Vicente Loyola assumiu a gerência do *Itacolomy* e viu seus amigos debandarem quando o mesmo foi comprado por José Accioly, filho do comendador. Ocupar lugar na imprensa tornava-se indispensável à manutenção do poder da oligarquia acciolina. O nome do jornal foi mudado para *Correio de Sobral*, agora com orientação conservadora. Mais uma vez o ex-caixeiro e ex-gerente d'*A Cidade* permanecia no posto, mesmo dizendo não concordar com a nova orientação política, a fim de garantir o sustento da família.

Em 1907, de acordo com o Barão de Studart, Vicente Loyola não mais suportou aquela vida dúbia e abandonou a gerência do *Correio de Sobral*. Pouco depois, vinha a público a primeira edição do jornal *O Rebate*, que circulou no dia 20 de abril daquele ano¹¹⁸¹. Contando com oficinas próprias, o jornal apresentava-se reivindicando o estatuto da imparcialidade, mas prometendo lutar contra as forças do atraso que mantinham o povo sob pesado jugo de opressão. Não era preciso muito para enxergar aí uma declaração de guerra à oligarquia acciolina que continuava firmemente ancorada ao poder estadual.

Não mais como empregado, Vicente Loyola se tornava o primeiro jornalista, redator e proprietário autônomo de um jornal e uma empresa gráfica em Sobral e na zona norte, o primeiro a dedicar-se exclusivamente a uma atividade intelectual e dela fazer seu meio de

¹¹⁷⁷A respeito da interdição da leitura dos caixeiros, ver: THEÓPHILO, Rodolpho. **O caixeiro**: reminiscências. Ed. fac-similar. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura, 2002.

¹¹⁷⁸**O Rebate**, Sobral, 12 jun. 1915, p. 1

¹¹⁷⁹ANDRADE, José Mendes de. A oligarquia acciolina e a Política dos Governadores. In: SOUZA, Simone. **História do Ceará**. 2 ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994, p. 213-232.

¹¹⁸⁰**O Rebate**, Sobral, 12 jun. 1915, p. 1.

¹¹⁸¹Dados recolhidos no site portal.ceara.pro.br cuja fonte é o Dicionário Bio-bibliográfico, de Guilherme Studart, o "Barão" de Studart.

subsistência, situação proporcionada pela ampliação do público leitor, pela lenta difusão do ensino elementar e pela diversificação da leitura.

Antes dele, empreendimentos desta natureza foram obras de indivíduos cuja área de atuação principal era outra. Comerciantes, fazendeiros, funcionários públicos, clérigos tomaram parte na redação e gerenciamento de jornais, mas sem fazer desta atividade sua principal fonte de renda. A aquisição de prelo, novo ou usado, envolvia capitais de certa monta, o que tornava a ideia de aventurar-se no mundo da imprensa acessível a poucos. Não consegui saber ao certo de que maneira Vicente Loyola conseguiu reunir recursos para adquirir seu primeiro equipamento tipográfico. A versão encontrada em um dos jornais contra as quais *O Rebate* se bateu dá conta de que o jornalista teria contraído um empréstimo de Rs 7:000\$000 (sete contos de reis) nunca pago ao comerciante Ernesto Espiridão Saboia de Albuquerque, de acordo com artigo publicado pelo escrivão Francisco Gomes de Vasconcelos Júnior¹¹⁸², ferrenho adversário de Vicente Loyola, o que justifica a agressividade de seu texto, pois interessava denegrir a imagem do jornalista e nada melhor do que o desmerecimento de seu jornal, principal motivo de sua inserção no círculos elitistas ligados ao partido de oposição.

Interessante na trajetória de Vicente Loyola foi a maneira como incorporou em sua escrita o estilo panfletário¹¹⁸³. Durante os doze anos de circulação de seu jornal (1907-1919), seu discurso não sofreu mudanças significativas, mas manteve sempre seu posicionamento crítico em relação à elite conservadora sobralense. Chegou a ser eleito deputado estadual em 1912, ocasião em que os republicanos foram alçados ao poder com a eleição do Tenente-coronel Marcos Franco Rabelo para a presidência do Ceará, sendo Vicente Loyola considerado o maior porta-voz do “rabelismo” em Sobral¹¹⁸⁴. Não é de se estranhar que sua posição de destaque na política o tenha colocado sob a mira da elite conservadora da zona. Os jornais que serviram ao Partido Republica Conservador – PRC – fizeram forte oposição a *O Rebate* e o jornalista chegou a sofrer agressões físicas, além de ameaças, ataques pela imprensa e processos judiciais.

Se foi perseguido, Vicente Loyola, por sua vez, também não foi um adversário fácil. Sua habilidade em produzir verdadeiras devassas a respeito de supostos atos ilícitos cometidos por seus adversários foi notória. Em 1909 denunciou o envolvimento de José Adonias de Araújo, um dos líderes do PRC em Camocim, como responsável pela circulação de dinheiro falso naquela cidade e por toda a zona norte. Tal acusação valeu-lhe um processo por calúnia, ao qual reagiu denunciando a nulidade do mesmo porque o juiz encarregado do julgamento era sogro do irmão do acusador e, o mais importante, todos eram correligionários do PRC e, portanto, seus adversários políticos. A primeira audiência, no entanto, resultou em tal tumulto que José Adonias, sentindo-se inseguro por estar em Sobral em meio aos muitos amigos de Vicente Loyola, preferiu retirar a acusação¹¹⁸⁵.

O inimigo mais tenaz, porém, foi outro: uma doença crônica que insistia em prendê-lo ao leito, gerando a interrupção da publicação do jornal. Durante os doze anos em que circulou *O Rebate*, são constantes as referências a suas crises, aos seus “incômodos” de saúde amiudados à medida que o tempo passava¹¹⁸⁶. A luta política, por sua vez, não cessava. A

¹¹⁸²*Pátria*, Sobral, 20 dez. 1911, p. 2.

¹¹⁸³Marco Morel definiu o estilo panfletário como dotado de “capacidade de convencer e atacar, espírito mordaz e crítico, linguagem literária, sátira, requerendo ao mesmo tempo densidade doutrinária e ideológica e agilidade para expressar, em situações específicas e circunstanciais, uma visão de mundo geral e definida”. MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (orgs). **História da imprensa no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2015, p. 37.

¹¹⁸⁴Sobre a queda de Accioly e a eleição de Franco Rabelo, ver LIMA, Marcelo Ayres Camurça. **Marretas, molambudos e rabelistas: a revolta de 1914 no Juazeiro**. São Paulo: Maltese, 1994.

¹¹⁸⁵*O Rebate*, Sobral, 05 mar. 1910, p. 1.

¹¹⁸⁶A doença foi diagnosticada como sendo “ataxia locomotora” ou “tabes dorsales”, descrita por Vicente Loyola como uma espécie de reumatismo crônico que atacava as pernas, causando fortíssimas dores e impossibilitando a locomoção. *O Rebate*, Sobral, 09 jan. 1915, p. 1.

fase em que esteve por cima como deputado estadual foi curta. Em 1914, o presidente Franco Rabelo foi derrubado pelo movimento conhecido como Sedição de Juazeiro, um levante armado protagonizado pelos romeiros e jagunços arrebanhados em torno da figura beatífica de padre Cícero Romão Batista e arquitetado por seu alter ego político, o médico e deputado Floro Bartolomeu da Costa, em conjunto com lideranças conservadoras, agora chamadas de “marretas”. O movimento forçou a decisão do presidente da república, Marechal Hermes da Fonseca, de decretar a intervenção federal no Ceará, nomeando interventor o General Fernando Setembrino de Carvalho¹¹⁸⁷.

Os rabelistas, a partir de 1914, passaram a sofrer perseguições. Em Sobral, Vicente Loyola engrossou o coro de críticas à intervenção e denunciou as arbitrariedades cometidas contra seus correligionários. No mesmo ano, inicia-se a publicação do jornal *A Lucta*, redigido, dirigido, composto e impresso por seu proprietário, o tipógrafo Deolindo Barreto Lima, ex-empregado das oficinas do jornal *A Província do Pará*, de onde chegou em 1913 trazendo um precário equipamento tipográfico¹¹⁸⁸. Ensaia seus primeiros passos com o pasquim *Mão Negra*, o qual lhe valeu a detenção, interrogatório e ameaças da parte do delegado de Sobral, naquele momento servindo aos interesses dos marretas¹¹⁸⁹.

Teimoso e enérgico, Deolindo Barreto resolveu não retroceder e publicou *A Lucta*, jornal semanal com um programa muito parecido com aquele apresentado por *O Rebate* em 1907. Depois de ser despejado da casa onde morava e instalara sua tipografia, foi instalar sua oficina num quatinho pertencente ao seu irmão, o sapateiro Francisco das Chagas Barreto Lima. Este imóvel situava-se na Praça São Francisco, contíguo à redação de *O Rebate*. Vicente Loyola, em interessante carta de boas vindas dirigida ao redator de *A Lucta*, chegou mesmo a sugerir leituras, como que lhe ensinando o caminho a ser seguido se realmente pretendesse enveredar pelo tortuoso e arriscado caminho do jornalismo oposicionista em Sobral¹¹⁹⁰.

Deolindo Barreto e Vicente Loyola passam a representar o grupo dos jornalistas profissionais. Paladinos do impresso, ganharam a vida e a morte à custa de seus jornais. Angariaram vasto número de inimigos, recheando suas trajetórias de episódios perigosos, alguns até mesmo um tanto quixotescos, os quais não vou detalhar dada a exiguidade deste trabalho. Importa perceber o quanto era difícil e, ao mesmo tempo, incerto o caminho a ser trilhado pelos jornalistas profissionais num tempo em que a política ocupava grande espaço nas páginas das folhas.

Ao longo da segunda década do século XX, iniciara-se a transição entre o jornalismo político ou de opinião e o jornalismo informativo no Ceará¹¹⁹¹. No entanto, tal processo se deu de forma um tanto lenta no interior, tendo os jornais políticos se mantido no centro das atenções ao longo de quase toda a primeira metade do século.

Vicente Loyola faleceu no dia 2 de novembro de 1919 vítima da mesma enfermidade que tanto o castigara ao longo da vida, somada às perseguições da parte de seus adversários. Enfrentando os marretas desde a queda de Franco Rabelo, o jornalista foi processado pelo juiz substituto de Sobral, Dr. José Clodoveu de Arruda Coelho, e pelo coronel Antônio Cristino de Menezes, intendente da Vila da Palma¹¹⁹². Doente, contratou para defendê-lo o advogado e jornalista Antônio Drummond o qual, tão logo chegou à cidade, encetou dura polêmica com Clodoveu Arruda na imprensa local, discutindo a jurisprudência do processo contra Vicente Loyola.

Caracterizado o crime de calúnia, o jornalista pagou fiança de Rs 1:200\$000 (um conto e duzentos mil reis) para não ser preso. Doente, foi intimado para audiência no Tribunal da Juri pelo Juiz da Comarca, Dr. José Saboia de Albuquerque. Como demorasse a chegar o

¹¹⁸⁷CAMURÇA, Marcelo Aires. Op. cit.

¹¹⁸⁸BRASIL, Jocelyn. **Andanças e lembranças**. 2 ed. Belém: Edições Aleutianas, 1990.

¹¹⁸⁹COSTA, Lustosa da. **Vida, paixão e morte de Etelvino Soares**. São Paulo: Maltese, 1996.

¹¹⁹⁰*A Lucta*, Sobral, 07 mai. 1914, p. 1.

¹¹⁹¹NOBRE, Geraldo da Silva. **Introdução à história do jornalismo cearense**. ed. fac-similar. Fortaleza: NUDOC/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará – Arquivo Público do Ceará, 2006.

¹¹⁹²Atual cidade de Coreaú, distante 50 km de Sobral.

despacho de um pedido de *habeas corpus* encaminhado do Tribunal da Relação, em Fortaleza, Vicente Loyola acabou sendo conduzido à presença do Juri carregado em uma rede, assistido pelo médico e, à custa de injeções de morfina, pode responder monossilabicamente a umas poucas perguntas do Juiz¹¹⁹³. Dois meses depois, faleceu.

Imediatamente, Deolindo Barreto assume posição de solidariedade à família do falecido Vicente Loyola e acusa o juiz da comarca de cometer assassinato ao obrigá-lo a comparecer perante o Juri em tal estado de enfermidade¹¹⁹⁴. A batalha continua em outro âmbito. Falecido, o jornalista agora pertence aos domínios da memória e a maneira como será lembrado dependerá das imagens construídas por seus simpatizantes ou por seus inimigos. Deolindo Barreto tratou de reforçar a imagem do jornalista enfermo, fragilizado, vítima da prepotência de seus inimigos, incapazes de se compadecer de seu estado, desleais e covardes ao atacar um homem que já não podia se defender.

Trata-se de um discurso quase hagiográfico. O jornalista figura como abnegado, homem de grande talento do qual não se prevaleceu, mas, ao contrário, optou pela vida simples, desprovida de riquezas, fruto da escolha do jornalismo como profissão e do seu posicionamento ideológico e ético sempre ao lado do povo, dos mais fracos. Uma imagem romantizada destinada a reforçar a construção de uma memória que viesse a garantir para Vicente Loyola um lugar de destaque no panteão de imprensa cearense.

Seus adversários trataram de silenciá-lo. O esquecimento rápido seria a melhor maneira de eliminar de modo definitivo o risco representado pela escrita do jornalista. Neste sentido, o processo de inventário dos bens de Vicente Loyola é revelador. Por se tratar de um patrimônio pequeno, constante apenas da tipografia com prelo Marinoni onde era impresso *O Rebate*, a viúva tratou de providenciar a venda do equipamento a fim de satisfazer as despesas domésticas daquele lar desprovido de seu arrimo. O Juiz da Comarca, inimigo do jornalista, tratou de intimar a viúva a dar os bens a inventário¹¹⁹⁵.

Deolindo Barreto já havia advertido ao público quanto a uma possível retaliação contra a viúva do jornalista por ter esta recusado proposta de arrendamento do prelo aos marretas para impressão de um jornal conservador, restando o recurso de, por meio do inventariamento, forçar a ida do mesmo à hasta pública¹¹⁹⁶. A tipografia só foi arrematada em terceira praça, sendo as duas primeiras sabotadas pelos marretas, denunciou Deolindo Barreto. A defesa destes era feita pelo jornal *A Ordem*, órgão do Partido Republicano Conservador e rival direto d'*A Lucta*. Ao fim do inventário, o valor obtido com a venda da tipografia foi suficiente apenas para pagar à custa do processo¹¹⁹⁷. O prelo foi arrematado pelos diretores do jornal *Correio de Massapê*, para cujas oficinas foi transportado. Ficava silenciada a escrita de Vicente Loyola.

No entanto, as batalhas pela memória da imprensa sobralense e da zona norte teriam prosseguimento. Um segundo momento importante foi o assassinato de Deolindo Barreto Lima. No dia 15 de junho de 1924, dia de eleição, o jornalista democrata compareceu à seção eleitoral instalada no pavimento superior do Paço Municipal. Ali suspeitou de que os marretas estivessem manobrando a fim de anular o pleito para falsificar o resultado da votação. Seu protesto deu início a uma confusão generalizada naquele recinto, não tardando os mais exaltados a sacarem seus revólveres. Ao fim do tiroteio, Deolindo jazia baleado, gravemente ferido. Três dias depois, faleceu¹¹⁹⁸.

Engrossam-se os trabalhos da memória e Deolindo Barreto será convertido numa espécie de mártir da imprensa sobralense. Sua morte espetacular (assassinado no interior da

¹¹⁹³ *A Lucta*, 27 ago. 1919, p. 1.

¹¹⁹⁴ *A Lucta*, Sobral, 05 nov. 1919, p. 2.

¹¹⁹⁵ *A Lucta*, Sobral, 07 mai. 1920, p. 1.

¹¹⁹⁶ *A Lucta*, Sobral, 17 jan. 1920, p. 2.

¹¹⁹⁷ Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Centro de Ciências Humanas (CCH), Núcleo de Estudos e Documentação Histórica (NEDHIS), Fundo: Cartórios; Caixa: 1920; Autos do processo de inventário de Vicente Loyola.

¹¹⁹⁸ COSTA, Lustosa da. Op. cit. *A Lucta*, Sobral, 28 jun. 1924.

Câmara num dia de eleição) chocou a cidade e desencadeou um esforço da parte de seus familiares e correligionários políticos no sentido de convencer o público a respeito da covardia e perfídia empregada por seus algozes, acusados de agir intencionalmente ao provocarem a confusão e o tiroteio que resultou nos ferimentos fatais do jornalista. Aguardava-os o alento da impunidade garantida pelo fato de que a morte de Deolindo interessava a muitos, inclusive a próprio Juiz da Comarca.

Os anos subsequentes a 1924 foram marcados por uma forte presença de Deolindo Barreto e Vicente Loyola, por meio das imagens que compunham suas respectivas memórias, nos textos da imprensa oposicionista sobralense¹¹⁹⁹. O enfermo e o mártir foram constantemente invocados como patronos da luta contra o poder aristocrático local. Desaparecidos das páginas dos jornais, seus nomes foram reaparecer nas plaquetas que ostentam o nome das ruas. Atualmente, a cidade de Sobral encerra em seu traçado urbano as ruas Jornalista Vicente Loyola e Jornalista Deolindo Barreto.

Submetido à mais breve visada, o mapa das ruas de Sobral evidencia o resultado dos trabalhos da memória. A rua que leva o nome de Deolindo Barreto corta o centro a cidade no sentido oeste-leste; a rua que leva o nome de Vicente Loyola fica no bairro Alto da Expectativa, outrora chamado “Campo dos Velhos”, localizado longe do centro. No entanto, são estas as únicas ruas de Sobral cujos nomes trazem o termo “jornalista” como qualificativo aos homenageados, demonstrando que a memória sacralizou aquela fase heroica da imprensa sobralense¹²⁰⁰.

DA RETÓRICA DA PERDA À CRIAÇÃO DO MUSEU DO MAMULENGO

*Jorge Luiz Veloso da Silva Filho*¹²⁰¹
jorgeluz_veloso@yahoo.com

Resumo: O Estado de Pernambuco é reconhecido pela diversidade de suas manifestações culturais, em especial, as de cunho popular como o teatro de mamulengos. As ações de preservação do patrimônio cultural na contemporaneidade são fundamentadas, na maioria dos casos, por uma estratégia discursiva que coloca em situação de desaparecimento bens e práticas culturais passíveis de representar a identidade de atores sociais. Estratégia que Gonçalves chama de ‘retórica da perda’. Espera-se, nesta estratégia, que os membros de uma comunidade desenvolvam ações em torno da preservação do seu patrimônio cultural ameaçado. O presente estudo tem como objetivo historiar o processo de criação do Museu do Mamulengo – Espaço Tiridá, localizado na Cidade de Olinda, evidenciando a história da instituição, assim como a participação de seus criadores e parceiros. A pesquisa histórica nos aponta que, na segunda metade da década de 1970, o grupo Mamulengo Só-Riso denunciava nos principais jornais do Estado de Pernambuco a falta de interesse por parte dos órgãos públicos em apoiar os artistas mamulengueiros. Esta falta de apoio, na visão do grupo, provocava a diminuição de artistas e, conseqüentemente levaria ao desaparecimento desta manifestação cultural. Também identificamos que o grupo teatral Mamulengo Só-Riso passou a adquirir, com recurso próprio, pequenas coleções com a intenção de preservar, documentar e difundir a arte do mamulengo brasileiro como manifestação da cultura regional. Nossa pesquisa percebe que o desdobramento dessas ações foi a criação do Museu

¹¹⁹⁹ *O Debate*, Sobral, 18 jun. 1932, p. 1.

¹²⁰⁰ LIMA, Jorge Luiz Ferreira. Espectros de lutadores: história, memória e imprensa em Sobral/CE no início do século XX. *Outros Tempos*. Vol. 13, n. 21, 2016 p. 65-83.

¹²⁰¹ Mestrando em História - PPGH - Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

do Mamulengo Espaço – Tiridá, no ano de 1994, por meio de parceria entre o grupo Mamulengo Só-Riso, a Fundação Joaquim Nabuco, o IPHAN e a Prefeitura da Cidade de Olinda, com o intuito de preservar e expor o acervo de bonecos adquiridos. O Museu do Mamulengo se constitui como estratégia de preservação desta manifestação do patrimônio cultural, como resposta a ameaça de perda desta prática cultural.

Palavras-chave: Patrimônio cultural, mamulengo, Museu do Mamulengo.

Para Gonçalves¹²⁰² a estratégia discursiva que coloca o objeto em situação de desaparecimento é um recurso que “destrói” o bem para que o mesmo seja desejado e sua proteção legitimada.

[...] a perda não é algo exterior, mas parte das próprias estratégias discursivas de apropriação de uma cultura nacional. É tão somente na medida em que existe um patrimônio cultural objetificado e apropriado em nome da nação, ou qualquer outra categoria sociopolítica que se pode experimentar o medo de que ele possa ser perdido para sempre. A apropriação de uma cultura traz, assim, como consequência, ao mesmo tempo que pressupõe, a possibilidade mesma de sua perda. Nas narrativas de preservação histórica, a imagem da perda é usada como uma estratégia discursiva por meio da qual a cultura nacional é apresentada como uma realidade objetiva, ainda que em processo de desaparecimento.

A “retórica da perda” tornou-se um recurso frequentemente utilizado por grupos que desejam o reconhecimento de suas práticas como elemento identitário, em especial, as de cunho popular. A ameaça da “perda” legitima as ações de diversos agentes sociais que reivindicam demandas que atendam suas necessidades.

Sobre a mobilização em torno do patrimônio cultural no Brasil, Letícia Julião¹²⁰³ relata que, durante as décadas de 1990 e 2000, membros de diferentes comunidades passaram a criar museus com o intuito de manterem vivas suas memórias. Sobre o advento de novos atores na cena museal, Julião ressalta que:

Não por acaso, observa-se, em todo o mundo, a emergência de novos atores que se mobilizam para criar museus, com o objetivo de apresentar e firmar suas próprias culturas e memórias, projetando nessas instituições suas construções identitárias. O que está em jogo nesses processos de democratização da memória e do patrimônio é o desejo de empoderamento de populações em relação a suas experiências no tempo. Não se trata simplesmente de salvaguardar a cultura desses segmentos nos museus ou de reconhecê-los como detentores e transmissores de determinada cultura, mas de processos nos quais eles se tornam os próprios agentes da iniciativa museal. O foco na imaterialidade do patrimônio, portanto, tem permitido realçar a centralidade do papel desempenhado por esses segmentos sociais, que há poucas décadas atrás teriam poucas chances de verem suas heranças culturais integrarem o rol dos bens dignos de serem preservados. Isso porque dificilmente suas heranças atenderiam aos

¹²⁰²GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ; Iphan, 2002. p. 88.

¹²⁰³JULIÃO, Letícia. Patrimônio imaterial e museus. In: REIS, Alcenir Soares dos; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves (Org.). **Patrimônio Imaterial em Perspectiva**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2015. p. 93

critérios até então hegemônicos da materialidade, durabilidade, excepcionalidade e universalidade.

Esta mobilização só foi possível devido à ampliação do conceito de patrimônio. Para Gohn¹²⁰⁴ existem estruturas de oportunidades políticas, ou seja, momentos na história política de um país que propicia uma maior mobilização pela angariação por direitos. O período da redemocratização que o país vivia após duas décadas de regime militar seria a oportunidade ideal, afinal a Constituição possibilitava o acesso e a defesa de práticas socioculturais. Com isso, grupos sociais passam a buscar o reconhecimento oficial de seus patrimônios culturais, alguns casos através da criação de museus.

Neste sentido, como um museu é criado? Quais os processos jurídicos? Quem são os atores por trás da instituição? Quais os interesses envolvidos na sua fundação e manutenção? Este universo nos levou a pensar sobre o processo de criação do Museu do Mamulengo – Espaço Tiridá, evidenciando a história desse museu, assim como a participação de seus criadores e parceiros, desta que foi a primeira instituição de preservação e documentação da América Latina voltada ao teatro de bonecos populares.

De acordo com Hermilo Borba Filho¹²⁰⁵ a origem do teatro de bonecos em nosso país é incerta. Segundo este autor, a hipótese mais difundida sobre o início da prática do teatro de marionetes no Brasil faz-se por meio da Igreja Católica na catequização dos indígenas.

Borba Filho ressalta que o teatro seria apropriado pela população e ressignificado ao longo dos séculos. O caráter religioso de sua origem foi gradativamente substituído por elementos do cotidiano. O escárnio, o drama e a morte se tornaram elementos essenciais nas apresentações que também contam com a presença de músicos. O teatro de bonecos se difundiu por todo nordeste, recebendo diferentes nomenclaturas: Babau na Paraíba, João Redondo no Rio Grande do Norte, Cassimiro Coco no Ceará e Mamulengo em Pernambuco.

O Teatro de Bonecos Popular do Nordeste (TBPN) foi reconhecido como patrimônio imaterial brasileiro em abril de 2015. Durante a elaboração do dossiê interpretativo, Izabela da Costa Brochado, responsável pelo registro textual e coordenadora geral do projeto, detectou um amplo número de teses e dissertações acerca do teatro de bonecos. Todavia, Brochado¹²⁰⁶ ressalta que foram criados poucos espaços de preservação e/ou divulgação do teatro de bonecos:

No entanto, apesar disso, pouquíssimos são os acervos documentais e de bonecos, empanadas e objetos de cenas acessíveis e em boas condições. Com exceção do Museu do Mamulengo localizado em Olinda, os acervos de bonecos, empanadas e objetos de cenas encontram-se dispersos e poucos são os espaços destinados à guarda desses bens. Acervos particulares importantíssimos, oriundos quase sempre do falecimento de Mestres bonequeiros, estão em péssimo estado de conservação, sendo muitas vezes vendidos por familiares que não compreendem o valor deste Bem, como é o caso do Mestre Solón de Carpina, grande referência tanto como construtor quanto brincante de Mamulengo, falecido em 1988, que teve boa parte de seus bonecos e objetos vendidos a colecionadores.

¹²⁰⁴GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais na contemporaneidade. In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. (org.). **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012. p. 19-36.

¹²⁰⁵BORBA FILHO, Hermilo. **Fisionomia e Espírito do Mamulengo**. Rio de Janeiro: INACEN, 1987.p.10.

¹²⁰⁶BROCHADO, Izabela Costa. Teatro de Bonecos Popular do Nordeste Mamulengo, Babau, João Redondo e Cassimiro Coco Como Patrimônio Cultural do Brasil. **Dossiê interpretativo**. v.1. Brasília: Ministério da Cultura, 2015.p. 74.

Como vemos são poucos os espaços destinados à divulgação desta manifestação cultural, sendo o Museu do Mamulengo uma referência no segmento. O Museu do Mamulengo - Espaço Tiridá é o resultado da mobilização do grupo de teatro Mamulengo Só-Riso.

Incentivados e dirigidos por Hermilo Borba Filho no Teatro Popular do Nordeste (TPN), um grupo de atores liderados por Fernando Augusto Gonçalves Santos, Nilson de Moura e Luiz Maurício Carvalheira funda no ano de 1975, na cidade de Olinda - PE, o Grupo de Teatro Mamulengo Só-Riso. A formação inicial ainda contava com a presença de Ari Luiz da Cruz e Tereza Eugênia Veloso. Os integrantes do Mamulengo Só-Riso desenvolviam todo processo de montagem dos seus espetáculos. Cada integrante tinha uma função específica dentro dos espetáculos, além do manuseio dos bonecos.

O Grupo Mamulengo Só-Riso devido a pluralidade de ações em torno do teatro de bonecos popular do Nordeste se transformou em uma grande referência no gênero teatral no país. Após um ano da profissionalização do grupo, o Mamulengo Só-Riso ganha destaque nos principais jornais da cidade do Recife e na Revista Mamulengo, principal veículo de comunicação entre grupos de teatro a nível nacional produzida pela Associação Brasileira de Teatro – ABTB. Ora divulgando os seus espetáculos ou denunciando a realidade do teatro de bonecos em Pernambuco.

No dia 21 de julho de 1976 o Diário de Pernambuco dedica, no seu primeiro caderno, uma página inteira ao Grupo Mamulengo Só Riso, cuja matéria recebe o título “Mamulengo Só-Riso dedica espetáculo a memória de Hermilo, seu incentivador”, o que evidencia o papel de destaque do grupo perante a crítica em curto período de tempo após a profissionalização do grupo teatral.

Após descrever uma pequena sinopse da peça, pontuando as personagens interpretadas por cada ator, Maria Luiza Rolim, responsável pela redação da matéria em questão, aborda inúmeros aspectos relacionados ao teatro de mamulengos, desde a origem desconhecida passando pelas características dos bonecos e pelo perfil dos mamulengueiros. Também são destacadas informações sobre a história do Grupo Mamulengo Só-Riso.

O texto da jornalista, dado ao emprego das aspas em inúmeros fragmentos da reportagem, resulta basicamente na transcrição de uma entrevista ligada a algum integrante do grupo. Porém, o mesmo não é citado em nenhum momento da reportagem. Adotando como critério a hierarquia, partimos da hipótese que a reportagem fora feita com o diretor do grupo, neste caso, com o ator Fernando Augusto.

Além dos espetáculos, o Mamulengo Só-Riso oferecia cursos e oficinas para quem desejasse aprender a técnica do teatro de bonecos. Na reportagem de Maria Luiza Rolim¹²⁰⁷ são mencionadas ações propostas pelo Só-Riso visando o processo de formação:

Paralelamente aos espetáculos, o grupo tem realizado cursos sobre o Teatro de Bonecos e cultura popular nordestina, para estudantes, professores e interessados. Mantém ainda um setor especializado na criação e feitura de bonecos, máscaras, apetrechos de cena e objetos artesanais, na Rua 13 de maio, 117, Ribeira, Olinda, endereço do grupo para contatos.

Através da crítica documental podemos observar que o Grupo Mamulengo Só-Riso atuava pela perpetuação da arte do teatro de bonecos em diferentes formas. Além da produção dos espetáculos, os seus integrantes também tinham a preocupação em formar pessoas interessadas em aprender o ofício.

A ameaça de desaparecimento do teatro de mamulengos também é denunciada pelo Grupo Mamulengo Só-Riso na matéria da Maria Luiza Rolim:

¹²⁰⁷ROLIM, Maria Luiza. Mamulengo Só-Riso dedica espetáculo a memória de Hermilo, seu incentivador. *Diário de Pernambuco*, p.3. 21 jul. 1976.

Vivendo sua fase de decadência, o Mamulengo [teatro] clama por ajuda, para que não desapareça com ele um dos aspectos mais poéticos e mágicos da cultura popular nordestina. Olinda é o berço dessa tradição. Procuramos assimilar as qualidades essenciais do mamulengueiro popular e perpetuar a arte do Mamulengo – recriando, a nosso modo, esse folguedo – quando transfiguramos a realidade (através da “brincadeira” teatral) dentro do mesmo espírito que o anima.

Por meio da crítica documental percebemos que é utilizada a ameaça de desaparecimento do Mamulengo. Considerando todo movimento existente em torno do mamulengo na década de 1960 por meio de lançamento de livros e cursos sobre cultura popular, assim como a criação da Associação Brasileira de Teatro de Bonecos (ABTB) na década de 1970 e os festivais organizados com o apoio do SNT, além da contratação de artistas populares para os festejos de cunho folclórico na região metropolitana do Recife e no interior do Estado, a ameaça de desaparecimento do mamulengo pode ser entendida como um recurso narrativo para despertar atenção junto aos órgãos sobre o trabalho do Grupo Mamulengo Só-Riso.

A retórica da perda, categoria de pensamento proposta por Gonçalves (2002), funciona como uma estratégia discursiva que coloca um bem cultural em situação de risco para que o mesmo passe a ser valorizado por diversos segmentos da sociedade, em especial, dos órgãos públicos. Ao colocar o teatro de mamulengo em risco de desaparecimento, os integrantes do Só-Riso reivindicavam o apoio de entidades em torno do folguedo popular e, conseqüentemente, assumia uma posição de destaque dentro do movimento teatral, pois a atuava tanto na apresentação de espetáculos quanto no processo de formação por meio de cursos e oficinas e pela perpetuação desta manifestação cultural.

Utilizando a mesma estratégia discursiva, o Grupo Só-Riso¹²⁰⁸ decide mobilizar diversos órgãos em prol da salvaguarda do mamulengo nordestino. É neste contexto que o grupo desenvolve a ideia de criar um museu pioneiro no segmento de bonecos populares na América Latina, no caso específico, o Museu do Mamulengo – Espaço Tiridá, na Cidade de Olinda - PE.

Parcerias para a criação do Museu do Mamulengo

Para a efetivação do Espaço Tiridá era necessário à adesão de outras instituições por meio de parcerias:

A proposta de criação do “Espaço Tiridá” só poderá ser compreendida na perspectiva de um “ir fazendo” num processo de implantação lenta que exige a conjugação de esforços múltiplos por parte do Mamulengo Só-Riso, dos mamulengueiros do Nordeste, dos bonequeiros brasileiros, da ABTB – Associação Brasileira de Teatro de Bonecos -, dos órgãos culturais municipais, estaduais, federais e sobretudo, por parte da comunidade olindense, principal beneficiada com a existência desse espaço que é proposto num “vir a ser”.

Através da crítica documental identificamos a “conjugação de esforços múltiplos” como fruto do que denominamos de “Movimento Social Cultural”. Ao definirmos como uma ação coletiva em que os indivíduos compartilham práticas culturais comuns se mobilizam coletivamente para demandar por políticas públicas visando a sua valorização junto aos órgãos públicos. Neste caso, o Grupo Só-Riso funciona como o agente mobilizador, ao buscar mecanismos legais de proteção do mamulengo com a construção de um museu

¹²⁰⁸ MAMULENGO SÓ-RISO. **Projeto Espaço Tiridá**. Olinda, 1982. p. 4.

que funcione como um centro de pesquisa e de produção cultural com a participação dos artistas mamulengueiros. Ou seja, na criação de um espaço que atue nos processos de informação e formação de novos praticantes.

No relatório de atividades encaminhado ao INACEN, o Grupo Só-Riso¹²⁰⁹ reitera a dificuldade para reunir os órgãos públicos na criação do Espaço Tiridá que abrigaria o Museu do Mamulengo.

Quando no final de 1982 o “Mamulengo SÓ-RISO” propôs às instituições culturais, aos bonequeiros e, de modo específico, ao INACEN a implantação do “ESPAÇO TIRIDÁ”, sabia que iniciava um longo, e tortuoso e nem sempre compreendido processo de lutas para atingir os seus objetivos.

Não que esses objetivos fossem inviáveis ou delirantes ou que nós, equipe do SÓ-RISO, fôssemos incapazes de executar ou gerir essa proposta. Tratava-se de ideal antigo, maturado, cuja situação real de completa indigência do mamulengo nos impelia, como ato de responsabilidade, a propor. Proposta elaborada e lançada como tiro no ar, espalhado em várias direções, sem termos nenhuma certeza de que a quem poderíamos atingir. Importava-nos lançar o grito, o desafio e ver que respostas colheríamos diante da nossa proposta, quase um apelo, quase uma denúncia.

A partir do seu lançamento, grande parte do nosso esforço, do nosso tempo de criação artística- posto que não somos administradores culturais e sim artistas tiriteiros – foi e tem sido gasto junto às instituições municipais, estaduais e federais, tentando sensibilizá-las a participarem do projeto.

Ao analisar tal documento é perceptível o discurso romântico utilizado por parte do Grupo no que se refere às tentativas de sensibilizar outros órgãos e, assim, conseguir consolidar o Projeto em questão. Os componentes do Só-Riso, apesar de não pertencer ao segmento de administradores culturais estavam engajados na implantação do Museu. Assim, era preciso ter o apoio de instituições parceiras tanto para o financiamento das ações a ser desenvolvidas quanto na parte burocrática do processo regulamentação/criação de uma instituição museológica pioneira no segmento de bonecos populares.

O primeiro parceiro que o Grupo Só-Riso conseguiu “sensibilizar” foi o Instituto Nacional de Artes Cênicas no ano de 1982. Através do apoio de Orlando Miranda, então presidente do INACEN, cuja relação com o teatro de bonecos era estreita desde o período em que foi diretor do Serviço Nacional de Teatro.

No ano de 1984 a Secretaria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN) por meio da Fundação Nacional Pró-Memória acena favoravelmente a proposta da criação do Espaço Tiridá. O INACEN em parceria com a Fundação Pró-Memória adquire o imóvel que funcionaria como sede do Museu do Mamulengo, cujo processo será abordado a diante.

Em seguida a Fundação Joaquim Nabuco¹²¹⁰ ingressa à parceria a convite do INACEN. No Projeto Museológico elaborado por Mario de Souza Chagas é descrita a função da FUNDAJ no processo de criação do Museu do Mamulengo:

Ao aceitar o convite, formulado pelo Instituto Nacional de Artes Cênicas e ratificado pela Fundação Pró-Memória e pelo Grupo Mamulengo Só-Riso, para o Assessoramento Técnico na Implantação do Espaço Tiridá – Museu do Mamulengo, o Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco considera que esta proposta está em

¹²⁰⁹ MAMULENGO SÓ-RISO. **Relatório de atividades Mamulengo Só-Riso**. Olinda, 1984. p. 4.

¹²¹⁰ CHAGAS, Mario de Souza. **Projeto museológico**. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. 1984. p. 3.

perfeito acordo com o objetivo institucional de propiciar apoio técnico-científico às iniciativas culturais, notadamente nas áreas de documentação e museologia, que se implantem nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Apoio este que se traduz tanto através do “fazer próprio”, quanto através da capacitação de recursos humanos e da transferência de conhecimento e tecnologia.

Como lemos, caberia a FUNDAJ a elaboração do projeto museológico e museográfico, assim como a capacitação de pessoas para o funcionamento do Museu do Mamulengo. Também identificamos a participação da Fundação Joaquim Nabuco na aquisição da Coleção Fernando Augusto Gonçalves – Mamulengo Só-Riso via patrocínio incentivado pela Lei Nº 7.505.

Apenas no ano de 1993 a Prefeitura do Município de Olinda juntamente com Fundação do Patrimônio Histórico de Pernambuco – FUNDARPE – aderem ao projeto de criação do Museu do Mamulengo – Espaço Tiridá. A Prefeitura da Cidade de Olinda caberia o gerenciamento do projeto. A FUNDARPE o fomento das atividades desenvolvidas pelo Só-Riso.

Considerando a elaboração do documento “Projeto Espaço Tiridá” como marco inicial do processo de criação do Museu do Mamulengo no ano de 1982 até a adesão da Prefeitura da Cidade de Olinda e da Fundarpe no ano de 1993, verificamos um recorte temporal de onze anos para que o Grupo Mamulengo Só-Riso conseguisse mobilizar os órgãos públicos em torno da proposta da criação do Espaço Tiridá – Museu do Mamulengo. O que denota por um lado a persistência do Grupo Só-Riso em efetivar tal proposta e por outro a dificuldade para a viabilização de políticas públicas em torno do patrimônio cultural não consagrado.

Composição do acervo

Sobre a forma como esse acervo foi reunido, Fernando Augusto¹²¹¹ descreve a ação de uma rede de antiquários de Recife, Rio de Janeiro e de São Paulo, além de atravessadores que ao identificar a difícil realidade das famílias de mestres falecidos, compravam os bonecos e revendiam a preços elevados.

A importância da reunião desse acervo cresce na medida em que a sua aquisição foi na maior parte das vezes em luta contra uma verdadeira conexão de intermediários que em conexão com antiquários do Recife, Rio e São Paulo armaram um esquema de espoliação quase completa das coleções mais antigas de bonecos, cujos mestres já haviam falecido, valendo-se das dificuldades econômicas que normalmente cerceiam a vida dessas famílias. Essas coleções são esfaceladas, divididas e vendidas por preços muito elevados nos antiquários. Perdia-se e ainda perde-se com isso um patrimônio inestimável, esfacelando-se conjuntos inteiros nas mãos dos turistas, perdendo-se a possibilidade de reuni-las num acervo maior de imensurável valor plástico-teatral.

Muitas vezes, contando com escassos recursos advindos da venda de nossos espetáculos, adquiríamos aos poucos, dos próprios antiquários ou de atravessadores variados, grupos de bonecos. Dessa forma, com enormes dificuldades e grande obstinação fomos assim procedendo, até conseguir compor algumas das coleções existentes, anteriormente esfaceladas, como é o caso das valiosas coleções dos Mestres Pedro Rosa, de Lagoa do Itaenga (falecido) e Luiz da Serra.

¹²¹¹MAMULENGO SÓ-RISO. **Projeto Espaço Tiridá**. Olinda, 1982. p. 12.

Através deste fragmento identificamos aquilo que Bourdieu¹²¹² (1989) chama de poder simbólico. Uma espécie de força invisível que congrega pessoas em torno de algo. No caso específico, os bonecos pertencentes ao teatro de mamulengos são (res)significados pelos agentes do Só-Riso. Passam a ser vistos como patrimônio de uma comunidade e o seu “esfacelamento” representa uma grande perda. Mais uma vez, a “retórica da perda” é utilizada como um recurso legitimador das ações desenvolvidas pelo Grupo.

No Projeto Espaço Tiridá¹²¹³ é relatado um breve histórico da constituição do acervo adquirido até aquele período pelo Grupo Mamulengo Só-Riso. Neste documento é descrito a participação do Mamulengo Só-Riso no Festival Internacional de Marionetes organizado pela UNIMA em Washington no ano de 1980. Patrocinado pelo Serviço Nacional de Teatro (SNT), o Mamulengo Só-Riso apresentou o espetáculo Festança, além de organizar uma exposição intitulada “MAMULENGO: ESTÓRIAS E HISTÓRIAS”, na qual reuniu parte de seu acervo, cerca de 300 peças. Neste documento, Fernando Augusto ressalta o que motivou o grupo Só-Riso a propor a criação de um espaço para a salvaguarda de objetos que retratem o teatro de bonecos popular do Nordeste:

A partir desta exposição tivemos tentadoras ofertas de compra do acervo por parte de museus de bonecos dos Estados Unidos e da Europa, assim como da “PUPPETEERS OF AMERICA”, do “DETROIT INSTITUTE OF ARTS”, do “NATIONAL PUPETRY INSTITUTE” e do conhecido colecionador Alan G. Cook. Todas as ofertas de compra de coleção serviram sobretudo para firmar nossa disposição de mantê-la em nosso país como patrimônio da arte popular brasileira. Estimulou-nos mais ainda a lutar por um espaço público na cidade de Olinda- onde fosse criado o MUSEU DO MAMULENGO que abrigasse todo acervo, numa homenagem a nossa cidade – patrimônio nacional e mundial da humanidade, que sem grandes dúvidas deu origem no Brasil, no séc. XVI através do seu presépio mecanizados, ao próprio brinquedo do mamulengo, sendo portanto o berço histórico dessa arte. Acrescente-se isso ao fato do Mamulengo Só-Riso ter aqui sido criado e numa atitude de resistência aqui ter se mantido apesar da completa falta de apoio das autoridades municipais e das grandes dificuldades de mercado de trabalho para um grupo profissional como é o nosso caso.

Por meio deste, identificamos a atribuição de valor dada à coleção de bonecos pertencentes ao teatro de mamulengos reunida pelo Grupo Só-Riso por agentes vinculados a museus estrangeiros. A partir do momento em que há o interesse de colecionadores estrangeiros na aquisição da coleção, para que a mesma fizesse parte da exposição de museus nos Estados Unidos e na Europa, os integrantes do Mamulengo Só-Riso fundamenta a ideia de criar um museu brasileiro voltado para o teatro de bonecos popular.

A criação do Museu do Mamulengo foi a forma encontrada pelo Só-Riso para manter coleção no país, assim como uma via para buscar o reconhecimento do seu patrimônio cultural junto aos órgãos públicos. O local escolhido para sediar o Museu do Mamulengo foi a Cidade de Olinda.

Consultando o arquivo da Fundação Joaquim Nabuco, identificamos que o acervo do Só-Riso foi adquirido pela própria, através da Lei nº 7.505 de julho de 1986. A Fundação Joaquim Nabuco recebeu patrocínio para adquirir dois terços da coleção de 960 bonecos advindas do Grupo Mamulengo Só-Riso. No entanto, havia cláusulas nos contratos que

¹²¹²BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

¹²¹³MAMULENGO SÓ-RISO. **Projeto Espaço Tiridá**. Olinda, 1982. p. 11.

determinavam a transferência do acervo para as dependências do Museu do Mamulengo, assim que este fosse inaugurado. O terceiro lote o próprio diretor do Grupo Só-Riso doou para a FUNDAJ.

A Fundação Joaquim Nabuco, vinculada ao Ministério da Cultura, estava envolvida no assessoramento técnico do Projeto Museológico e Museográfico do Museu do Mamulengo. A FUNDAJ também seria a responsável por realizar a imunização do acervo e todo processo de registro. Desse modo, ter o acervo armazenado nas dependências da FUNDAJ representava uma situação vantajosa para o Grupo Mamulengo Só-Riso que, além de obter recursos com a venda dos bonecos e, assim, poder investir em outras ações, também teria uma garantia legal que o acervo estaria sob os cuidados de uma instituição parceira, em especial, no que diz respeito a conservação das peças.

A formação do acervo do Museu do Mamulengo foi resultado de um longo processo que envolveu diversos agentes, como o Grupo Só-Riso, antiquários, mestres, artistas e, posteriormente, a Fundação Joaquim Nabuco que adquiriu as peças, mediante patrocínio, viabilizando o processo de formação do acervo museológico, através dos serviços de desinfecção/restauração e tombamento. Entretanto, o processo de formação do acervo era apenas uma das inúmeras etapas para a criação do Museu. O Mamulengo Só-Riso precisava conseguir um espaço para funcionar como sede e, assim, acomodar o acervo e realizar as ações previstas pelo Projeto Espaço Tiridá.

Aquisição da sede do Museu do Mamulengo

O primeiro indício sobre a escolha do local para sediar o Espaço Tiridá foi encontrado no arquivo da Fundação Joaquim Nabuco por meio do “Projeto Espaço Tiridá¹²¹⁴” do ano de 1982.

O Espaço Tiridá será instalado em imóvel que está sendo adquirido na Cidade de Olinda, local privilegiado da área do sítio histórico. O projeto de adaptação desse imóvel será implantado em módulos à medida que as atividades previstas possam ter condição de serem viabilizadas.

Como projeto o Espaço Tiridá se pretende espaço globalizador e irradiador do mamulengo, atuando como centro de interesse e pesquisa para os próprios mamulengueiros, para os bonequeiros do Brasil, pesquisadores, professores, alunos e comunidade em geral.

Na análise deste documento percebemos que a escolha do imóvel a ser adquirido teve como um dos pré-requisitos a posição privilegiada de estar situado no sítio histórico da Cidade de Olinda. O que denota a preocupação dos agentes envolvidos no Espaço Tiridá em dar visibilidade ao teatro de bonecos popular. Essa escolha também pode ser entendida como uma estratégia por parte dos integrantes do Mamulengo Só-Riso para firmar parcerias com órgãos públicos ou privados devido à visibilidade que o Museu teria por estar situado na parte tombada da Cidade de Olinda.

Em entrevista para Leidson Ferraz¹²¹⁵, Fernando Augusto relata sobre as dificuldades para conseguir viabilizar a compra da casa que funcionaria como sede do Museu do Mamulengo – Espaço Tiridá:

Mas até mesmo para escolherem a casa foi difícil. Toda a novela começou quando conseguimos sensibilizar Aloísio Magalhães, na época, secretário de cultura do Ministério de Educação e Cultura – MEC -, mas quando ele resolveu comprar a casa, em 1982, faleceu antes disso. Nossa esperança só não diminuiu porque o próprio Aloísio tinha estruturado o projeto junto ao Ministério. Em 1984, fui

¹²¹⁴MAMULENGO SÓ-RISO. **Projeto Espaço Tiridá**. Olinda, 1982. p. 5.

¹²¹⁵FERRAZ, Leidson. **Memórias da cena pernambucana, 04**. Recife, 2009. p. 95.

convidado para participar da mesa de debates no I Encontro Nacional de Política Cultural, em Belo Horizonte. Lá, encontrei Marcos Vilaça, então secretário de cultura do MEC. Num discurso, quando ele falou de sua terra natal, Nazaré da Mata, e da lembrança de infância dos mamulengos nas feiras, aproveitei a deixa e disse: “o senhor não me conhece, mas fui muito amigo de Aloísio Magalhães. Ele tinha um sonho que era nos dar uma casa para abrigar um acervo de bonecos em Olinda. Com a morte dele, o assunto vem sendo esquecido e precisamos da sua intervenção”. Ou seja, fiz um apelo quase chorando. Ele então resolveu finalmente comprar a tal casa.

Através deste relato identificamos o que Maria da Glória Gohn (2012) intitula de “estrutura de oportunidades políticas”, como já mencionado. No caso específico, os integrantes do Só-Riso conseguiram o apoio de Aloísio Magalhães que tinha proximidade com o teatro de mamulengos no período que compusera junto com Hermilo Borba Filho e Ariano Suassuna o Teatro de Estudantes de Pernambuco. O fato de Aloísio Magalhães ter elaborado o projeto junto à secretaria de cultura somada ao fato de Marcus Vilaça ser de Nazaré da Mata, um dos principais centros da atividade mamulengueira em Pernambuco, podem ter contribuído para a liberação da verba destinada à compra da casa.

No dia 17 de agosto de 1984 foi assinado um convênio¹²¹⁶, intermediado pela Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN - entre a Fundação Nacional Pró-Memória, representado Dr. Marcus Vinícius Vilaça, e o Instituto Nacional de Artes Cênicas – INACEN – representado por seu Presidente Orlando Miranda, cuja relação com o teatro de bonecos era estreita desde o Serviço Nacional de Teatro (SNT). O intuito deste convênio era a formalização da compra do imóvel nº 59, situado na Rua do Amparo, sítio histórico da Cidade de Olinda, para o uso do Grupo Mamulengo Só-Riso. O valor do imóvel, orçado em Cz\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), foi dividido igualmente entre a Fundação Pró-Memória e o INACEN.

PARÁGRAFO ÚNICO

O imóvel descrito no caput desta cláusula será destinado para o uso do grupo MAMULENGO SÓ-RISO, em conformidade com o exercício das atividades das artes cênicas do ESPAÇO TIRIDÁ, projeto do INACEN responsável pela política em favor do mamulengo popular do nordeste brasileiro.

A cláusula oitava do convênio é referente ao prazo de validade do mesmo. Neste fica acordado que “O presente instrumento vigorará por prazo indeterminado, enquanto for do interesse do INACEN dar ao imóvel a finalidade prevista no parágrafo único da cláusula primeira deste Convênio”.

Ao analisar esta cláusula fica explícita que as atividades desenvolvidas pelo Só-Riso no imóvel nº 59 da Rua do Amparo poderiam ser interrompidas mediante o interesse do INACEN, tendo em vista que no contrato não havia nenhuma medida legal que garanta a continuidade do Museu no imóvel adquirido. Ou seja, o Grupo Só-Riso conseguiu a casa em caráter provisório, mas não uma sede própria para expor os bonecos muito menos para a realização das atividades propostas no Projeto Espaço Tiridá.

Ao consultar o arquivo do IPHAN-PE, localizado no bairro da Soledade – na Cidade do Recife, encontramos uma vasta documentação sobre o imóvel cedido pelo INACEN para funcionar o Museu do Mamulengo – Espaço Tiridá. Esses documentos são posteriores a

¹²¹⁶BRASIL. Convênio que entre si fazem a Fundação Pró-Memória e o Instituto Nacional de Artes Cênicas, com vistas à compra do imóvel para uso do Grupo Mamulengo Só-Riso. Brasília, 1984. p. 2.

inauguração do Espaço Tiridá, mas nos fornece informações sobre o processo de restauração do imóvel nº 59.

No Projeto realizado pelo Conselho de Preservação dos Sítios Históricos¹²¹⁷ é descrito o processo de restauração do imóvel. De acordo com este documento:

Depois de 1984 o imóvel foi adquirido para nele se instalar as atividades das artes cênicas do Espaço Tiridá. Por somente se encontrar disponível no imóvel adquirido o prédio principal, a dependência se encontrava invadida por terceiros, o projeto arquitetônico, na altura, somente foi viabilizado para aquele trecho disponível. A dependência seria alvo de estudo posterior, inclusive porque não se podia paralisar a ação no principal por conta da situação da dependência invadida. No projeto realizado pelo Escritório Técnico da Pró-Memória, de Olinda, não constou o uso da dependência vez que tal envolvia demora. Por uma questão talvez orçamentária ou diante da dificuldade de acesso à dependência ela constou como área a demolir, embora desde o início houvesse o interesse de a usar como área de apoio, reserva técnica e outros serviços do espaço Tiridá – Museu do Mamulengo. Em 1985 aquele projeto arquitetônico referido acima foi concluído. Os trabalhos de restauração e adaptação do imóvel principal para o Museu do Mamulengo foram iniciados em 1986 e se prolongaram até o ano de 1992. Esta fase de construção foi de responsabilidade do Escritório Técnico de Olinda da Pró-Memória. De 1992 até novembro de 1994 a responsabilidade passou para a Prefeitura de Olinda. Aos 14 de dezembro de 1994 foi inaugurado o Espaço Tiridá-Museu do Mamulengo.

Por este documento identificamos um hiato de dez anos entre a compra do imóvel e a inauguração do Museu do Mamulengo – Espaço Tiridá. O que nos evidencia a dificuldade para a execução da obra. Também é possível verificar a participação dos órgãos parceiros na construção do Museu, no caso específico, o IPHAN através da Fundação Pró-Memória e a Prefeitura da Cidade de Olinda. A congregação desses denota o esforço conjunto para a efetivação de políticas culturais, neste caso exemplificado pela a criação do Museu do Mamulengo – Espaço Tiridá.

Inauguração do Museu do Mamulengo

A primeira etapa do Projeto Espaço Tiridá proposto pelo Grupo Mamulengo Só-Riso foi inaugurada no dia 14 de dezembro de 1994. Sobre a inauguração do Museu, Fernando Augusto descreve na entrevista à Leidson Ferraz¹²¹⁸ a forma como o Museu do Mamulengo foi inaugurado:

A inauguração só aconteceu, acredite, em 1994, quando fomos para o X Festival Mondial des Théâtres des Marionnettes, na França. Como houve uma exposição monumental com bonecos brasileiros lá, organizada e financiada pelo governo francês, mas com curadoria da Magda Modesto e minha – ainda assumi a função de conselheiro científico da exposição -, fui a pessoa que mostrou tudo para o ministro da cultura da França. Ao final da visitação, ele me perguntou: “onde esses bonecos ficam expostos no Brasil?”. Bom, como não tenho papas na língua,

¹²¹⁷ PREFEITURA DE OLINDA, **Projeto de utilização da dependência de nº 59 – A da casa 59 da Rua do Amparo, esquina com a Rua da Bica dos 4 cantos**. Olinda, 1996. p. 1.

¹²¹⁸FERRAZ, Leidson. **Memórias da cena pernambucana, 04**. Recife, 2009. p. 95.

respondi imediatamente: “não estão expostos porque há anos eu luto para poder ter um lugar para eles. A casa já está comprada, mas há mil empecilhos para deixá-la em funcionamento”. E contei tudo resumidamente. A partir da intervenção do governo francês o Museu do Mamulengo – Espaço Tiridá foi inaugurado em 1994, na Rua do Amparo.

Por meio da crítica documental identificamos que o diretor do Mamulengo Só-Riso aproveitou a oportunidade para relatar as dificuldades na implantação do Museu. Porém, não encontramos na documentação consultada nenhum indício que relacione a intervenção do governo francês à inauguração do Museu do Mamulengo.

No dia da inauguração do Museu do Mamulengo, o Diário de Pernambuco publicou no caderno Viver a matéria de Lydia Barros¹²¹⁹ intitulada “Templo dos mamulengos”. Na reportagem a inauguração do Museu do Mamulengo é descrita como um “marco para Pernambuco”.

A inauguração do Espaço Tiridá – Museu do Mamulengo é um marco para Pernambuco, que passa a sediar o primeiro centro de referência internacional sobre o mamulengo brasileiro; uma casa voltada à arte do boneco, com um rico acervo de mais de mil peças de grandes mestres antepassados e contemporâneos. É também a materialização de um sonho alimentado durante doze anos pelo mamulengueiro Fernando Augusto, que protagonizou uma verdadeira cruzada nos corredores e gabinetes oficiais em busca de aliados, numa luta que tinha como finalidade a memória dessa que é uma das maiores expressões do teatro popular nacional.

Entendemos essa articulação do Grupo Mamulengo Só-Riso como ação de um “Movimento Social Cultural”. Para criar o Espaço Tiridá que funcionasse como um “polo aglutinador” de diversos grupos voltados para prática do teatro popular de bonecos e da comunidade local do sítio histórico de Olinda.

Neste sentido, os bonecos e adereços do teatro de mamulengos sofreram um processo de ressignificação. De “simples” peças do teatro são transformados em coleção e, posteriormente em acervos museológicos, ou seja, passaram a ser vistos como bens representativos do patrimônio cultural brasileiro. Para conseguir viabilizar juridicamente e financeiramente o processo de criação do Museu, o Grupo Só-Riso precisou articular, coletivamente, o apoio de diversos órgãos, como o IPHAN, a FUNARTE, a FUNDAJ, a Prefeitura da Cidade de Olinda e a FUNDARPE.

Vale ressaltar que o Museu do Mamulengo fazia parte de um projeto maior. Este previa a construção de um centro de documentação e pesquisa, além de um espaço cultural para apresentações teatrais e promoção de cursos e oficinas em torno do teatro de bonecos popular do Nordeste. Porém, a única etapa do Projeto Espaço Tiridá que conseguiu ser efetivada foi o Museu do Mamulengo. Apesar de todas as dificuldades, como a falta de uma sede própria, os problemas estruturais do imóvel como a ausência de uma reserva técnica apropriada para acomodar o acervo e a falta de equipamentos/funcionários, o Museu oferece, além da exposição monitorada por funcionários, mostras de vídeos no auditório com capacidade para 40 pessoas e oficinas, gratuitas, com mestres mamulengueiros para alunos da rede pública de ensino.

Atualmente sediado no imóvel nº 344 da Rua de São Bento, localizado no bairro da Ribeira, também no sítio histórico da Cidade, o Museu do Mamulengo – Espaço Tiridá representa a ação de um “Movimento Social Cultural”. Resultado da mobilização do grupo social Mamulengo Só-Riso que ao utilizar a “retórica” da perda como mecanismo de proteção

¹²¹⁹BARROS, Lydia. Templo dos mamulengos. **Diário de Pernambuco**, p. 6 – D. 14 dez. 1996.

do seu patrimônio cultural, o teatro de mamulengo, conseguiu reunir diversos órgãos para a viabilização de uma política pública, a criação de uma instituição museológica para a salvaguarda desta manifestação cultural.

MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE OLINDA E A REGULA BENEDICTI: A MATERIALIDADE E IMATERIALIDADE DE UM BEM CULTURAL

Karina Ferreira Gonçalves Farah¹²²⁰
karina_fgsm@yahoo.com.br

Resumo: O Mosteiro de São Bento de Olinda encontra-se numa posição privilegiada no Polígono de Tombamento do Sítio Histórico da cidade. O monumento data do século XVII, tendo passado já por diversas modificações. O Mosteiro de São Bento de Olinda trata-se de um monumento que atua sobre a memória de uma comunidade religiosa. E o passado desse monumento pode evocar como foi e como é construída a identidade dessa comunidade. O monumento é um dos diversos exemplares de mosteiros beneditinos espalhados pelo mundo que herdaram a Regra de São Bento como orientação de vida monástica. Entendemos a Regra de São Bento como um laço identitário das comunidades beneditinas frente ao mundo exterior, por trazer as normativas das práticas sociais de uma vida monástica beneditina, apropriadas e adaptadas em distintas realidades geográficas. O Mosteiro de São Bento de Olinda, além de ser edificação religiosa de uma comunidade beneditina, é também um bem cultural tombado. Classificado segundo as categorias do patrimônio cultural, como um bem cultural material, reconhecido em esfera federal desde 1938, quando foi inscrito no Livro de Tombo Histórico e de Belas Artes, na classificação de Edificação e Acervo. Este trabalho pretende interpretar a versão do monumento do Mosteiro de São Bento de Olinda no governo do Abade Frei Miguel Arcanjo de Assunção (1764 – 1786). Nossa interpretação partirá da relação da edificação do mosteiro, como um bem cultural material, com a *Regra de São Bento*, entendida como uma normativa de práticas sociais das comunidades monásticas beneditinas. A fim de construirmos uma leitura sobre a composição do patrimônio cultural do Mosteiro formado pela materialidade de sua edificação e qualificado a partir da imaterialidade da Regra beneditina.

Palavras-chave: Patrimônio, Beneditino, Olinda, Monumento.

O monumento: um breve histórico de suas transformações

A *Crônica do Mosteiro de São Bento de Olinda até 1763* é considerada uma das principais fontes de estudos sobre o Mosteiro de São Bento de Olinda. A crônica escrita por Frei Miguel Arcanjo de Anunciação por volta de 1778 e 1780, é reconhecida por vários historiadores como uma obra-prima do século XVIII.

Acredita-se que a primeira residência oficial beneditina em Olinda foi numa casa próxima à igreja de São João Batista, localizada na Rua do Amparo em 1592. Após quatro anos, recebem uma doação do Bispo do Brasil - Dom Antonio Barreiros para mudar-se para a igreja de Nossa Senhora do Monte. A pequena comunidade beneditina teve como seu primeiro Abade Frei Mâncio da Cruz.

O pouco tempo que moraram na Igreja do Monte tem como justificativa as péssimas condições de sobrevivência, como falta de água na região e a distância para desenvolverem

¹²²⁰ Mestranda em História - UFRPE

suas atividades diárias. Os monges também alegavam que o local da ermida de Nossa Senhora do Monte não era propício para construção do mosteiro definitivo principalmente pelo difícil acesso e locomoção dos mais idosos da comunidade. Nesse período a comunidade beneditina tinha como Abade Frei Remigio (1597 até 1599).

Nesse mesmo ano o Bispo Dom Antonio Barreiros solicitou apoio ao governador da Capitania de Pernambuco para os beneditinos valorizando os mesmos pelas suas benfeitorias. E por volta do ano de 1597, os beneditinos conseguem através de ajudas locais comprarem as terras, onde se encontra atualmente a Abadia.

A escolha do local para a nova construção foi uma das mais belas paisagens de Olinda. Situado no Varadouro, o terreno onde foi construído o Mosteiro era antes um Sítio de Olaria pertencente ao casal Gaspar Figueira e Maria Pinta. Não se sabe ao certo como era o estilo da construção desse primeiro mosteiro. Acredita-se que era feito com material de taipa.

Os beneditinos então iniciam a construção do seu mosteiro. Entretanto, um grande acontecimento histórico mudaria o rumo da construção do mosteiro beneditino de Olinda. Em maio de 1624 vinte e seis embarcações entraram na baía de Todos os Santos tomando facilmente Salvador, então capital do Brasil. Após algumas lutas e outras novas invasões, os holandeses foram expulsos de Salvador.

Porém, a Holanda organiza uma nova esquadra, desta vez na tentativa de invadir Pernambuco. Mais de sessenta embarcações compostas por 3500 soldados e 3780 pessoas navegavam pelas águas de Olinda no dia 14 de fevereiro de 1630.

Apesar da grande resistência, Olinda é dominada por não possuir o número necessário de tropas para se defender. Os holandeses desembarcaram na praia de Pau Amarelo e seguiram em direção à Olinda, incendiando e saqueando a cidade. No incêndio, o Mosteiro de São Bento foi quase todo destruído e os monges fugiram para os engenhos Mussurepe e Itapacurá - ambos da propriedade dos mesmos. Por estar sempre correndo riscos de invasões nos engenhos, um amigo dos religiosos oferece terras próximas à Vila de Ipojuca para abrigá-los com maior segurança.

Em 1648, os holandeses foram expulsos após vinte e quatro anos de invasão, os monges puderam, por conseguinte, voltar à Olinda. Ao retornarem a Olinda, os monges encontraram o Mosteiro em ruínas, sem muros e coberto de matos. Frei Miguel Arcanjo detalha em sua crônica a situação em que estava o Mosteiro de Olinda após a expulsão dos holandeses.

O Abade na época do Mosteiro de São Bento de Olinda, o Frei Diogo Rangel, reconstruiu sobre as ruínas da antiga igreja uma nova Abadia. Esta vez feita em estilo barroco e em talha folheada a ouro. A reconstrução da Igreja e do Mosteiro foi bastante lenta por conta da carência de recursos. Os sucessores do Abade Frei Diogo Rangel continuaram a reconstrução do Mosteiro com os poucos recursos fornecidos pelas fazendas.

Em 1761 as obras de restauração da igreja abacial são reiniciadas sob autoria de um arquiteto leigo, Mestre Francisco Fernandes. É desse período a atual fachada em cantaria, onde podemos encontrar no frontispício o ano de sua criação.

O período de 1764 até 1786 é marcado pelo governo abacial de Frei Miguel Arcanjo de Anunciação (em anos não corridos) no Mosteiro de São Bento de Olinda. Tal período será detalhado ao longo deste trabalho, por se tratar do recorte temporal da presente pesquisa. Nos triênios do governo abacial de Frei Miguel, o mosteiro passa por várias modificações, com destaque para capela-mor e seu altar em talha folheada a ouro que datam desse período.

O Mosteiro de São Bento de Olinda sob a luz da Regra de São Bento (1764 – 1786).

O Mosteiro de São Bento de Olinda enquanto um espaço de convivência e de práticas sociais se constitui além da materialidade de “pedra e cal”. Em um ciclo de palestras ocorrido na cidade de Porto em Portugal sobre as comemorações do 4º Centenário do Mosteiro beneditino de Vitória, o monge beneditino e professor Dr. Geraldo Dias proferiu a definição de um mosteiro beneditino.

Estruturalmente, na sua construção, o mosteiro deve girar à volta da igreja em que o monge se desempenha do ofício divino, como áulico de Grande Rei da criação. A igreja ou oratório está no epicentro de todos os mosteiros e é a partir dela que o claustro, como espaço do viver comum, se desenvolve. Sempre a igreja, mais ou menos grandiosa, constituiu a preocupação primeira dos monges ao instituírem seus mosteiros¹²²¹.

Ainda sobre a definição de mosteiro beneditino, o monge beneditino e professor Dr. Geraldo Dias conclui que,

No seu conjunto, o mosteiro é um signo simbólico de que a igreja é o elemento mais imediato e falante, onde o arquitetônico e estético se conjugam para dar tom ao “habitat” monástico e mostrar os critérios religiosos e normativos do “homo monastiais”¹²²².

E dessa premissa que estamos interpretamos o Mosteiro de São Bento de Olinda, sua constituição enquanto habitat monástico, a partir das normativas da Regra de São Bento como práticas sociais. Tais normativas, enquanto práticas sociais serão apresentadas nos tópicos abaixo. As práticas sociais que necessitam de suportes para serem vivenciadas pela comunidade beneditina no Mosteiro de São Bento de Olinda, em sua versão no século XVIII, foram analisadas e descritas nas linhas que seguem.

Para Chartier a apreensão do mundo social é construída de acordo com os interesses de um determinado grupo, a partir de esquemas intelectuais e disposições estáveis e partilhadas pelo próprio grupo. Assim, “as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (p.17)”. Ele explica que,

As estruturas do mundo social não são um dado objetivo, tal qual como o não são as categorias intelectuais e práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras. São estas demarcações, e os esquemas que modelam, que constituem o objeto de uma história cultural levada a repensar completamente a relação tradicionalmente postulada entre o social, identificando com um real bem real, existindo por si próprio, e as representações, supostas como refletindo-o ou dele se desviando. Por outro lado, esta história deve ser entendida como um estudo dos processos com os quais se constrói um sentido.¹²²³

A partir desse marco teórico sobre a estruturação do mundo social partilhada por um determinado grupo, iremos aplicar nos parágrafos que seguem como a Regra de São Bento deseja que as práticas monásticas sejam vivenciadas por aqueles que escolhem o caminho da vida consagrada cenobítica.

A palavra *mosteiro* é citada na Regra 73 vezes. Por conseguinte, no mosteiro, vive-se sob uma regra aplicada por um abade. Entendemos que a Regra de São Bento, enquanto normativa que regula a vida monástica de tantos monges cenóbios do mundo, ou seja, aqueles que vivem numa comunidade precisa de um suporte material, no caso o Mosteiro, para realizar tais *práticas* monásticas.

¹²²¹ ACTAS DO CICLO DE CONFERÊNCIAS. Comemorações do 4º Centenário da Fundação do Mosteiro de S. Bento da Vitória. Arquivo Distrital do Porto, 1997, p.31.

¹²²² ACTAS DO CICLO DE CONFERÊNCIAS. Comemorações do 4º Centenário da Fundação do Mosteiro de S. Bento da Vitória. Arquivo Distrital do Porto, 1997, p.31.

¹²²³ CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre práticas e representações**; tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 27.

Nas linhas que se seguem mostraremos alguns suportes e práticas sociais vivenciadas do Mosteiro de São Bento de Olinda que foram analisados em nossa documentação.

As rendas do Mosteiro

Em sua Regra monástica São Bento escreve em distintos capítulos, alguns versículos sobre as possibilidades de conseguir recursos financeiros em um mosteiro beneditino. Ele afirma que esta obrigação deve ser do Abade da comunidade.

No 2º capítulo *Como deve ser o abade*, São Bento diz sobre os recursos do mosteiro:

E para que não venha, porventura, a alegar falta de recursos, lembrar-se-á do que está escrito: “buscai primeiro o reino de Deus e sua justiça, e todas as coisas vos serão dadas por acréscimo”, e ainda: “Nada falta aos que o temem”.¹²²⁴

Nesse trecho da Regra podemos identificar que, para São Bento, a vida espiritual estava acima da vida terrena. Que o Abade deveria primeiro se preocupar em cuidar das “almas” em que lhe foram confiadas. E como consequência de um bom trabalho espiritual, a justiça divina se encarregaria de mostrar os caminhos para se conquistar os recursos para viver no plano terreno.

Já no 7º capítulo que trata *Da humildade* presente na Regra de São Bento, encontramos os seguintes versículos

(...) não só no coração tenha o monge a humildade, mas a deixe transparecer sempre, no próprio corpo, aos que o vêem, isto é, que no ofício divino, no oratório, no mosteiro, na horta, andando ou em pé, tenha sempre a cabeça inclinada, os olhos fixos no chão.¹²²⁵

Nesta passagem da Regra que fala sobre a postura de humildade que o monge beneditino deve ter São Bento cita elementos materiais que faziam parte da rotina monástica em sua época, tais como: oratório, mosteiro e horta. Com isso, identificamos uma das possibilidades de recursos citados por São Bento em sua regra: o cultivo de hortas dentro dos mosteiros beneditinos.

Vejamos então como a comunidade beneditina de Olinda durante os anos de 1764 até 1786 adaptou o seu Mosteiro à realidade dos trópicos. E vivenciar as normativas da Regra, quanto à busca por recursos materiais para o sustento da comunidade.

A declividade do terreno em que se localiza o Mosteiro de São Bento de Olinda, não proporcionava o sucesso da agricultura de subsistência. E também no século XVIII, a produção de cana de açúcar ainda era a principal atividade econômica de Pernambuco. Assim os monges beneditinos vão adquirir suas propriedades rurais fora do âmbito do mosteiro, como estratégia de sobrevivência adequada ao contexto econômico da região.

De acordo com o Livro de Estados que analisamos, pudemos verificar os usos de propriedades rurais e de escravos, para o sustento da comunidade, conforme mostramos abaixo.

Achou nos nossos Engenhos açúcar de várias qualidades que deram onze caixas...
Achou o Mosteiro desempenhado e desembaraçado de dívidas...
Achou os Monges providos de seus provimentos costumados, menos [...] da Presidência. Tão bem os Escravos na forma do costume...¹²²⁶

¹²²⁴ RB, Cap. 2, 35 – 36.

¹²²⁵ RB, Cap. 7, 62 – 63.

¹²²⁶ Livro de Estado / 1778 – 1780, folha 3.

Logo, uma das estratégias utilizadas pelos beneditinos do mosteiro de Olinda no período colonial para prover seu sustento foi possuir muitos engenhos, como uma das possibilidades de renda para o sustento da comunidade. A posse de engenhos nesse período revela a adaptação da Regra de São Bento feita pelo o grupo em relação às atividades econômicas praticadas na região no século XVIII. Percebemos também a posse de escravos como renda da comunidade.

A partir das duas listas da renda do Mosteiro quando Frei Miguel Arcanjo iniciou seu último triênio, podemos observar a diversidade de renda da comunidade, conforme mostramos abaixo:

Recebeu da Sacristia setecentos e trinta e seis mil e cento e oitenta réis..... 736\$180
 Recebeu de açúcar cativo aos gastos de dezesseis contos duzentos e oitenta e seis mil, quinhentos e sessenta e hum réis.....16:286\$561
 Recebeu de aluguéis de casas, um conto, quinhentos e quarenta e sete mil, novecentos e quarenta réis.....1:547\$940
 Recebeu de [...] dos novos chãos duzentos e setenta e oito mil, trezentos e setenta réis..... 278\$370.¹²²⁷

Recebeu de maneio da nova Fazenda Jaguaribe: cinquenta e um mil, duzentos e oitenta réis..... 51\$280
 Recebeu de meneio do novo Engenho de Mussurepe: setecentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e quarenta réis.....755\$940
 Recebeu de meneio do novo Engenho de São Bernardo: seiscentos e setenta e três mil, cento e vinte réis.....673\$120
 Recebeu de meneio do novo Engenho de Goitá: quinhentos e trinta e cinco mil quatrocentos e quarenta réis.....535\$440
 Recebeu de foros de N. P. S. Bento: cento e dez mil trezentos e quarenta réis.....110\$340
 Recebeu da Ourivesaria que nos paga El Rei: duzentos e setenta mil réis.....270\$000
 Recebeu de dívidas velhas que cobriram: cento e dezenove mil oitocentos e cinquenta réis.....119\$850
 Recebeu de Extraordinários: um conto, cento e noventa e quatro mil, trezentos e quinze réis.....1:194\$315
 Recebeu da nova Ferraria: quinhentos e trinta dois mil, duzentos e trinta réis..... 532\$230
 Recebeu das novas Fazendas do Sertão: seiscentos e noventa e seis mil réis..... 696\$000
 Recebeu de Cal das novas Fazendas de Jaguaribe: setenta e cinco mil cento e oitenta réis.....75\$180
 Recebeu de meneio da nova fábrica de farinha: dezoito mil trezentos e sessenta réis 18\$360

¹²²⁷ Livro de Estado do Mosteiro de São Bento de Olinda/ 1783 – 1786, folha 2.

Soma os recibos de depósito:.....24:534\$469¹²²⁸

Podemos identificar nessas duas listas as atividades dos monges que geravam renda ao mosteiro em um dos períodos em que o Abade Frei Miguel Arcanjo assumiu o governo trienal (1783 a 1786) da comunidade. Além da renda advinda dos engenhos de açúcar eles adquiriram recursos financeiros também com aluguel de casas, com atividades sacramentais, ofícios de ourivesaria, trabalhos com ferraria, e também a venda da produção de farinha.

Como vimos nos Livros de Estados de Frei Miguel Arcanjo podemos identificar as atividades econômicas exercidas pelos monges para a obtenção de renda para o Mosteiro. E que tais se estendiam para além das atividades vivenciadas dentro da casa monástica. Consequentemente, não cumprindo a Regra de São Bento de acordo com o 66º capítulo, versículos 6 e 7 de sua Regra, que se possível o mosteiro fosse construído com a finalidade de atender todas as necessidades dos monges, para que os mesmo não precisassem ausentar-se do núcleo monástico.

A sala do Capítulo

O 3º capítulo *Da convocação dos irmãos a conselho* fala sobre a organização de um conselho pelo Abade para tratar dos assuntos importantes do mosteiro junto com toda a comunidade.

Todas as vezes que devem ser feitas coisas importantes no mosteiro, convoque o Abade toda a comunidade e diga ele próprio do que se trata. Ouvindo o conselho dos irmãos, considere consigo mesmo e faça o que julgar mais útil ¹²²⁹

Nesse trecho da Regra, São Bento não deixa clara a necessidade de um espaço dentro do mosteiro para a realização desses conselhos. Conforme Collart¹²³⁰ no período em que a Regra foi escrita, a sociedade romana era organizada com a formação de conselhos. E por conta dessa tradição romana, desde a construção dos primeiros mosteiros beneditinos, construíam uma sala específica para a realização dos conselhos da comunidade.

Sobre a Sala do Capítulo na configuração do Mosteiro de São Bento de Olinda no século XVIII, encontramos uma breve referência no Livro de Estado (1778 – 1780) nas páginas que narram as obras que foram feitas no Mosteiro nesse período, como mostramos a transcrição abaixo.

No corredor baixo que fica por de trás da capela São Caetano levantou-se um sobrado para qual foram mudado os foles do órgão, que estavam assentados ao entrar nas varandas das tribunas, que ficam para a parte da epístola: elas e toda entrada do novo *Capítulo*.¹²³¹

Conforme mostra a documentação, o Mosteiro de São Bento de Olinda no governo abacial de Frei Miguel Arcanjo foi construído um 'novo capítulo'. Concluímos que a prática da reunião dos monges para debater os temas importantes se mantinha presente.

Os dormitórios

Sobre como devem ser a organização do espaço dos leitos dos monges, São Bento escreve no 22º capítulo *Como devem dormir os monges*.

Durma cada um em uma cama. Recebam os seus leitos de acordo com o modo de viver monástico e conforme o Abade

¹²²⁸ Livro de Estado do Mosteiro de São Bento de Olinda/ 1783 – 1786, folha 3.

¹²²⁹ RB, Cap. 3, 1- 2.

¹²³⁰ COLLART, Dom Cristiano (OSB). **A sabedoria de São Bento para o nosso tempo**. 2ª Ed. São Paulo: Palavra e Prece, 2011.

¹²³¹ Livro de Estado do Mosteiro de São Bento de Olinda/1778 – 1780, Folha 29

distribuir. Se for possível, durmam todos num mesmo lugar; se porém, o número não permitir, durmam em grupos de dez ou vinte, em companhia de monges mais velhos que sejam solícitos para com eles.¹²³²

Conforme a Regra beneditina os monges deveriam dormir em dormitórios coletivos, cada um em sua cama individual, com a distribuição feita pelo o abade da comunidade. Podemos perceber nesse trecho da regra que São Bento traz sobre como deve ser o suporte para a organização dos monges dentro do mosteiro. Afirmando que “se for possível, durmam todos num mesmo lugar”.

Segundo Collart a prática de dormir em quartos coletivos dentro dos mosteiros não era algo comum pouco antes de São Bento, pois na origem do cenobitismo os monges dormiam em celas individuais.

No início do século VI começaram a reunir os monges em dormitórios para remediar certos inconvenientes da cela particular, principalmente em matéria de pobreza e bons costumes. Os monges desta época pensavam que a vigilância hierárquica e mútua substituiria o olhar de Deus.¹²³³

Penido, outro monge beneditino estudioso e comentador da Regra de São Bento, explica que conforme mostra a Regra, no tempo de São Bento havia o costume do dormitório comum dentro dos mosteiros, mas que

Com o passar dos séculos chegou-se ao uso das celas individuais, mais próximo, sob certo aspecto, do eremitismo sadio, que caracterizou os inícios do monaquismo cristão. Hoje preferem-se em geral as celas individuais. Mesmo Mosteiros que ainda conservam dormitórios comuns, estão chegando, aos poucos, a essa opção. As celas individuais favorecem, sem dúvida, o recolhimento, pois conseguem melhor um ambiente propício à oração.¹²³⁴

De acordo com a nossa documentação mostrada abaixo podemos vê a existência de um dormitório coletivo localizado “*da parte do mar*”, que servia como suporte para a prática do 22º capítulo da Regra no Mosteiro de São Bento no século XVIII.

Não coube no tempo Renovar todo o Teto do dormitório da parte do mar, que se acha totalmente podre, mas ficam para a dita Obra, as Tesouras feitas, os frechais limpos, as terças, Caibros, e Ripas prontos, estão bem o Mestre Carapina com principio de pagamento.¹²³⁵

Nessa passagem do Livro de Estado (1778 – 1780) encontramos o relato que não foi realizada toda a reforma no dormitório, mas que modificações foram feitas no teto do dormitório próximo ao mar. As modificações citadas correspondem aos elementos de madeira da estrutura formadora da cobertura do dormitório.

Além desse dormitório próximo ao mar, encontramos uma planta baixa no livro *400 anos – Beneditinos em Olinda*¹²³⁶ desenhada pelo arquiteto Luiz da Mota Menezes, que mostra as fases da construção do Mosteiro de Olinda. Nesta planta podemos observar a

¹²³² RB. Cap. 22, 1 – 3.

¹²³³ COLLART, Dom Cristiano (OSB). **A sabedoria de São Bento para o nosso tempo**. 2ª Ed. São Paulo: Palavra e Prece, 2011, p. 125.

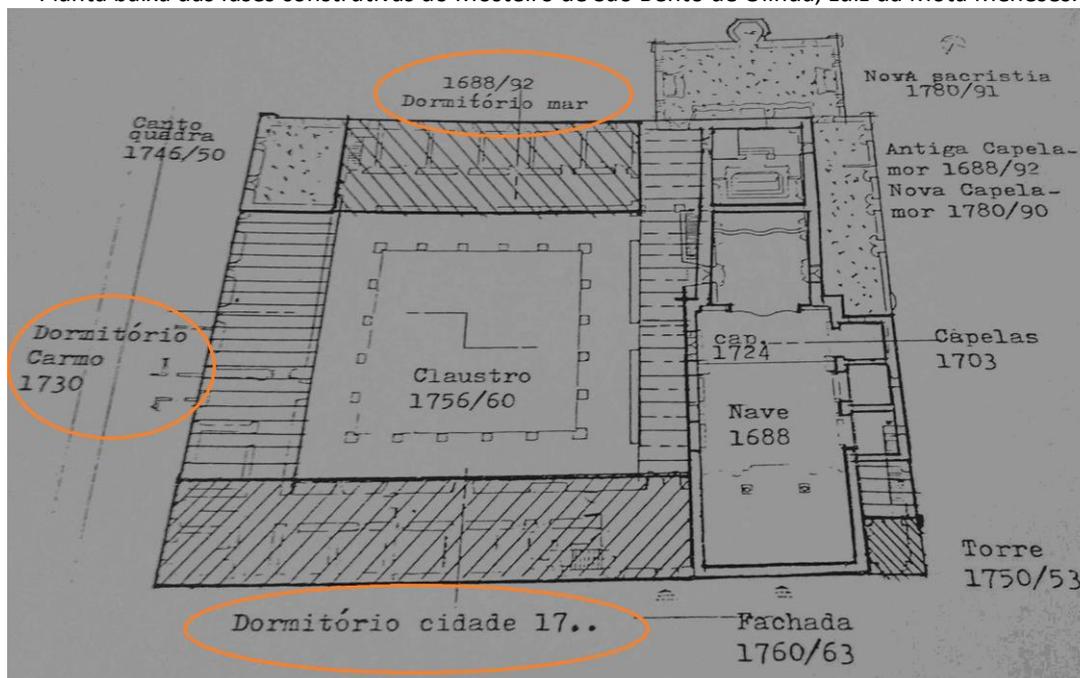
¹²³⁴ PENIDO, Basílio (OSB). **A Escolha de Deus: Comentário Sobre a Regra de São Bento**. 2ª Ed. Juiz de Fora: Mosteiro da Santa Cruz, 1997, p. 99.

¹²³⁵ Livro de Estado/ 1778 – 1780, folha 30

¹²³⁶ **BENEDITINOS EM OLINDA - 400 ANOS**. São Paulo: Copyright/SANBRA, 1986.

presença de outros dois dormitórios coletivos, datados do século XVIII, classificados como *Dormitório Carmo* e *Dormitório Cidade*. Já o *Dormitório Mar*, citado na documentação analisada, fora construído ainda no século no século XVII.

Planta baixa das fases construtivas do Mosteiro de São Bento de Olinda, Luiz da Mota Meneses.



A partir das informações adquiridas com o Livro de Estado (1778 – 1780) e a planta baixa acima, podemos perceber que a situação do Mosteiro de São Bento de Olinda no século XVIII correspondia à normativa da Regra de São Bento que ditava o uso de dormitório coletivo. De fato vemos três dormitórios onde cabiam mais de dez monges cada.

A cozinha

A Regra de São Bento traz alguns capítulos específicos e direcionados para a rotina alimentar dentro do mosteiro. Para São Bento é no refeitório que se realiza a união e a totalidade da comunidade monástica. As refeições monásticas devem ser respeitadas com amor e obediência, sem a prática da gula, com o controle da medida da comida e da bebida.

Quanto ao ato de cozinhar, São Bento traz na Regra um capítulo específico. O35º *Dos semanários da cozinha*, tratando a prática de cozinhar e servir como algo que deve ser vivenciado por todos da comunidade, sem predileção.

Que os irmãos se sirvam mutuamente e ninguém esteja dispensado do ofício da cozinha, a não ser que no caso de estar alguém doente ou ocupado em assunto de grande utilidade; pois por esse meio se adquire maior recompensa e caridade ¹²³⁷

Além de orientar que todos da comunidade participem dos ofícios da cozinha, São Bento escreve para aqueles que foram selecionados para serem os semanários da cozinha, deixem todos os utensílios higienizados e organizados para o Celeireiro e para os irmãos exercer a função na próxima semana.

O que vai terminar sua semana faça, no sábado, a limpeza; lavem as toalhas com que os irmãos enxugam as mãos e os pés; ambos, tanto o que sai como o que entra,

¹²³⁷ RB, Cap. 35, 1 – 2

lavem os pés de todos. Devolva aquele ao Celeireiro os objetos do seu ofício, limpos e perfeitos; entregue-os outra vez o Celeireiro ao que entra, para que saiba o que dá e o que recebe.¹²³⁸

Já do 39º ao 41º capítulo, São Bento descreve em sua regra sobre a medida da comida e da bebida, e também sobre os horários em que devem ser praticadas as refeições.

Como mostramos abaixo no 39º capítulo da Regra, *Da medida da comida*.

Cremos que são suficientes para a refeição cotidiana, quer seja esta à sexta ou à nona hora, em todas as mesas, dois pratos de cozidos, por causa das fraquezas de muitos, a fim de que aquele que não puder, por acaso, comer de um prato, coma do outro. Portanto dois pratos de cozidos bastem a todos os irmãos; e se houver frutas ou legumes frescos, sejam acrescentados em terceiro lugar. Seja suficiente uma libra de pão bem pesada, para o dia todo, quer haja uma só refeição, quer haja jantar e ceia. Se houver ceia, seja guardada pelo Celeireiro a terça parte da libra e entregue aos que vão cear. Mas, se por acaso tiverem feito um trabalho maior, estará ao critério e em poder do Abade acrescentar, se convier, alguma coisa, afastados antes de mais nada excessos de comida, e de modo que nunca sobrevenha ao monge a indigestão, porque nada é tão contrário a tudo o que é cristão como os excessos na comida, conforme diz Nosso Senhor: "Cuidai que os vossos corações não se tornem pesados pela gula". Aos meninos de pouca idade não se sirva a mesma quantidade, mas sim menos que aos maiores, guardada em tudo a sobriedade. Abstendam-se todos completamente de carnes de quadrúpedes, exceto os doentes demasiadamente fracos¹²³⁹

Neste capítulo podemos observar que São Bento delimita a quantidade do alimento para os monges. Pontuando para aqueles que estão doentes ou aqueles que trabalharam em excesso, que o Abade julgue se achar necessário aumentar a quantidade.

É também no 39º capítulo que São Bento orienta quanto ao tipo de alimentação que os monges deveriam ter de acordo com os costumes de sua época. E especificamente no trecho *"Abstendam-se todos completamente de carnes de quadrúpedes, exceto os doentes demasiadamente fracos"*, fica claro que São Bento estimulava uma alimentação vegetariana para os monges.

Collart explica que,

Este capítulo e os dois seguintes encerram a parte sobre alimentação iniciada com o regulamento para os servidores. São Bento constantemente dá prova dum espírito de restrição e austeridade. O que importa aqui é achar o meio termo entre a medida abundante de alimentação que seja suficiente para a vida dedicada ao serviço divino e o trabalho manual, e a conservação da ascese condizente com os estado monástico. No refeitório, como no dormitório, os

¹²³⁸ RB, Cap. 35, 7 – 11

¹²³⁹ RB, Cap. 39, 1 – 11.

irmãos devem pensar na volta do Mestre, permanecendo sempre prontos e dispostos.¹²⁴⁰

Nos Livros de Estados do Mosteiro de São Bento de Olinda de Frei Miguel encontramos uma pequena referência sobre o suporte para a prática do 35º capítulo da Regra, a cozinha.

Cozinha

Fica provida com o necessário para o exercício de seu ministério.¹²⁴¹

A breve narrativa mostra que para os costumes da época (século XVIII) a cozinha do Mosteiro de São Bento de Olinda encontrava-se com os utensílios necessários para a prática nesse suporte.

O refeitório

Além da cozinha, é de costume os mosteiros beneditinos possuírem um refeitório para servir de suporte à prática da alimentação conjunta de toda a comunidade. Pois, seguindo os preceitos da Regra de São Bento, que pede que todos se sentem juntos à mesa e cumpram os horários estabelecidos para as refeições, como mostra o 43º capítulo *Dos que chegam tarde ao Ofício Divino ou à mesa*.

Quanto à mesa, quem não tiver chegado antes do versículo, de modo que todos digam o versículo e orem juntos e se sentem ao mesmo tempo à mesa¹²⁴²

Para São Bento os momentos de refeições e litúrgicos deveriam ser valorizados como um momento de alimentar o corpo e espírito, respectivamente. É nesses dois momentos que se constrói o equilíbrio da vida monástica, em deixar o corpo e o espírito sãos.

O suporte para as refeições se configura na construção de um refeitório dentro dos mosteiros beneditinos. No caso da versão do século XVIII do Mosteiro de São Bento de Olinda, encontramos a referência de um refeitório no período, conforme mostramos abaixo.

Refeitório

Fica esta oficina provida com toda a louça necessária, copos, facas.

Além de toalhas e guardanapos doze ficam em folha das toalhas grandes e vinte guardanapos de bom algodão.¹²⁴³

Segundo essa documentação o refeitório estava organizado com os utensílios necessários para receber toda a comunidade.

Nesse capítulo São Bento mostra em sua Regra o desejo que o Abade da comunidade seja acolhedor com os peregrinos e hóspedes nos momentos das refeições. E solicita a presença de uma mesa para o Abade, mas que esta não seja utilizada apenas pelo superior da comunidade. E sim, que seja acompanhado por hóspedes e/ou peregrinos. Mas caso não tenha peregrinos ou hóspedes no mosteiro, que o abade chama à sua mesa outros irmãos da comunidade para acompanhá-lo no momento da refeição.

Sobre essa prática da refeição na mesa do Abade, Collart explica que no século XXI,

A comunidade monástica é uma íntima união de família. A maneira de acolher os hóspedes no mosteiro é incorporá-los à família monástica. É por esta razão que o Abade, mestre da casa, deve tomar sempre sua refeição com os hóspedes e peregrinos. Hoje, os

¹²⁴⁰ COLLART, Dom Cristiano (OSB). *A sabedoria de São Bento para o nosso tempo*. 2ª Ed. São Paulo: Palavra e Prece, 2011, p.165.

¹²⁴¹ Livro de Estado/ 1778 – 1780, folha 48

¹²⁴² RB, cap. 43, 13

¹²⁴³ Livro de Estado/ 1778 – 1780, folha 48

hóspedes do mosteiro são os parentes dos monges, os amigos da comunidade ou pessoas que aí vão por motivos religiosos. Na tradição monástica, a fim de resolver o problema da mesa reservada para os hóspedes, optou-se por uma mesa central no refeitório monástico, bem arrumada e reservada exclusivamente para estes.¹²⁴⁴

Collart explica também que esse regimento da Regra que o Abade deve receber os hóspedes junto à sua mesa nas refeições é atualmente uma questão sustentada pela tradição de cada comunidade. Pois em algumas comunidades beneditinas jamais se recebe leigos no refeitório monástico, existindo um refeitório próprio para os hóspedes.

No caso do Mosteiro de São Bento de Olinda a documentação nos mostra a existência de apenas um refeitório no século XVIII. E isso demonstra que a prática social das refeições comunitárias dos monges, hóspedes e peregrinos utilizava o mesmo espaço, como está prescrito na Regra de São Bento

Considerações Finais

As práticas monásticas fundamentadas na Regra de São Bento nos fazem refletir sobre o Mosteiro de São Bento de Olinda da *pedra e cal*. Dando *corpus* à nossa problematização que consiste em debater sobre a interação do patrimônio material e imaterial na construção do conceito do patrimônio cultural. Utilizando como objeto de estudo, a materialidade do Mosteiro de São Bento de Olinda, revelada a partir da imaterialidade da regra beneditina.

Choay estabelece que o conceito de patrimônio histórico deva ser muito mais que uma aprovação social. Estão atreladas à discussões do patrimônio histórico inúmeras condutas de significados, muitas vezes ambíguos. Seja na discussão da análise desse patrimônio a partir do uso da razão e/ou emoção.

O culto que se rende hoje ao patrimônio histórico deve merecer de nós mais do que simples aprovação. Ele requer um questionamento, porque se constitui num elemento revelador, negligenciado mas brilhante, de uma condição da sociedade e das questões que ela encerra.¹²⁴⁵

Vimos que no caso do Mosteiro de São Bento de Olinda a imaterialidade das práticas monásticas precisa de um suporte para ser praticada. E que o suporte se configura no mosteiro.

Ao analisarmos a Regra de São Bento como um regimento de práticas sociais, pode-se perceber que o patriarca da Ordem Beneditina estabelece as práticas sociais a serem seguidas pelos monges. Nessa percepção social beneditina, os discursos fundamentados na Regra irão produzir estratégias e práticas para ser contempladas na vida monástica, nas mais diversas regiões do mundo. A fim de que a regra pudesse se adequar nas mais distintas regiões geográficas fora da Europa, como também para as diferentes estações do ano, São Bento escreve em alguns capítulos sobre uma possível flexibilidade para a prática da Regra na rotina monástica.

Sendo um dos nossos objetivos, a contribuição para esse debate sobre a ampliação do conceito de patrimônio cultural, mostrando a possibilidade de interação entre o patrimônio material e o patrimônio imaterial, que no nosso caso, está no nosso objeto e fonte de estudo, a edificação do Mosteiro de São Bento de Olinda, e o uso da imaterialidade da regra beneditina como regimento para a construção desse monumento.

¹²⁴⁴ COLLART, Dom Cristiano (OSB). **A sabedoria de São Bento para o nosso tempo**. 2ª Ed. São Paulo: Palavra e Prece, 2011, p. 209.

¹²⁴⁵ CHOAY, Françoise. **A Alegria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001, p. 12.

CRIANDO CARTÕES POSTAIS: PATRIMÔNIO, LUGARES DE MEMÓRIA, E USOS DA CIDADE.

*Maria Clara da Silva Cavalcante*¹²⁴⁶
cavalcante.mariaclara@gmail.com

Resumo: O presente trabalho apresenta dados parciais da pesquisa que vêm sendo realizada para a dissertação de mestrado em História pela UFPE. Propõe-se analisar a relação entre patrimônio, lugares de memória e usos do espaço urbano do município de Paulista, em Pernambuco, no seu cotidiano público. A área central desta cidade conviveu com o desmonte recente de um núcleo industrial têxtil (1990), e atualmente passa por reestruturações urbanas que transformam e recriam os usos dos rastros de seu período de vila operária. Dessa forma, através dos processos de tombamento dos bens construídos atrelados à Companhia de Tecidos Paulista – CTP, e da produção escrita de intelectuais da cidade, pretende-se analisar o entrelaçamento de diversas propostas e apropriações dos lugares de memória na constituição do espaço público de Paulista, levando-se em consideração diversos interesses e estratégias de rememoração.

Palavras-chaves: Paulista; Lugares de memória; Patrimônio; Cidade.

Em epígrafe da apresentação do livro “Cidade: história e desafios”, do qual é organizadora, Lúcia Lippi Oliveira cita Ítalo Calvino: “De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas”¹²⁴⁷. Não é a primeira vez, e provavelmente, não será a última que este trecho de “As Cidades Invisíveis” é utilizado. A cidade, contudo, não responde por si só. As respostas serão tão múltiplas como as cidades encontradas, e dependem das questões a serem formuladas. À cidade, enquanto espaço público, atribui-se diversos usos através da apropriação de seus lugares. As formas de organização e ocupação desses espaços vivem transformações constantes.

Envolvendo-se em uma pesquisa, o historiador, atualmente, encara a problemática do seu próprio lugar social, e a relação que o discurso histórico tem com o tempo. Para Walter Benjamin, “A história [...] é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas aquele preenchido pelo tempo-agora”¹²⁴⁸. Dessa forma, o presente inscreve-se como âmbito importante no fazer historiográfico. E ainda, a partir de autores como Jeane Marie Gagnebin (2006), Reinhart Koselleck (2006) e François Hartog (2013) é possível perceber que a própria relação entre presente, passado e também futuro é “profundamente histórica”¹²⁴⁹.

Buscando uma forma de analisar essa relação com o tempo, perpassando outros momentos históricos, Reinhart Koselleck (2006) utiliza dois conceitos específicos: “campo de experiência” e “horizonte de expectativa”. Experiência e expectativa são categorias, que segundo o autor, entrelaçariam passado e futuro¹²⁵⁰, não em seus sentidos comuns, mas acompanhadas de termos que aprofundariam sua utilização. A relação entre essas duas categorias é utilizada por François Hartog (2006), no sentido de “como em cada presente, as

¹²⁴⁶ Mestranda em História pela UFPE

¹²⁴⁷ CALVINO, 1990 apud OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002, p.8.

¹²⁴⁸ BENJAMIN apud GAGNEBIN, Jeanne-Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006, p.41.

¹²⁴⁹ GAGNEBIN, Jeanne-Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006, p.39.

¹²⁵⁰ Cf. KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p.308.

dimensões temporais do passado e futuro tinham sido postas em relação”¹²⁵¹, para a construção de outro conceito de análise da relação histórica com o tempo: “regime de historicidade”.

A tensão entre o âmbito da experiência e expectativa desenvolve-se de maneiras diferentes, e o regime de historicidade “ajuda a explorar essa tensão, ou melhor, as formas diversas adotadas por essa tensão, antes e hoje, aqui e lá”¹²⁵². Partindo de uma perspectiva bastante Ocidental, François Hartog identifica, atualmente, a emergência de um novo regime de historicidade: o presentismo. Mudança percebida não de forma homogênea, linear e com brusca ruptura, mas reconhecida através de sintomas¹²⁵³, os quais seriam as brechas de outro regime. O presentismo emerge em brechas, as quais vão trazendo outros problemas, ressignificando antigas questões e transformando formas de viver e ser no tempo. Uma das problemáticas constantes neste novo regime de historicidade é a da memória.

A aceleração do tempo seria outro sintoma ou indício desse regime de historicidade, nomeado por Hartog de presentismo. Pierre Nora (1993) e Koselleck (2006) também vão constatar essa mudança de ritmo na percepção do tempo. Para utilizar as categorias de análise de Koselleck, o espaço de experiência e o horizonte de expectativa ficaram menos amplos, o presente se historiciza com velocidade e os prognósticos para o futuro têm um alcance muito próximo ao presente. Provavelmente, baseado na aceleração do tempo, afirma que “fala-se tanto de memória porque ela não existe mais”¹²⁵⁴. E tanto este autor, como François Hartog convergem para a conclusão de que o espaço ocupado pela memória e o patrimônio está ligado “a este momento particular da nossa história”¹²⁵⁵.

A discussão em torno de memória e patrimônio tem como elemento importante a noção ou sentimento de perda ou fragmentação. A memória, a qual é compartilhada e construída no momento da narrativa, estaria perdendo seus meios¹²⁵⁶. Lembrar Walter Benjamin, neste momento, parece oportuno. Os escritos de “Experiência e Pobreza”¹²⁵⁷ descortinam uma sociedade onde as ações de experiência estão em baixa, onde o “novo” esquece, nega ou deixa por um triz sua relação com o passado. Na discussão sobre patrimônio, autores como José Reginaldo Gonçalves (2002), tratam a noção de perda como uma invenção inscrita discursivamente. Independente da concepção adotada, contudo, é inegável a presença da busca por símbolos ou rastros de um passado em ameaça, seja esta um sintoma da consciência e forma de ser no tempo, ou uma construção discursiva.

Pensando a relação dessa problemática com os usos do espaço urbano de uma cidade específica, a noção de lugares de memória parece adequada, pois estes compõem o cotidiano público dos habitantes. Segundo Pierre Nora, autor que utiliza esse conceito, “há locais de memória porque não há mais meios de memória”¹²⁵⁸, e esses “lugares de memória são, antes de tudo, restos”¹²⁵⁹. Os lugares de memória são a materialização desta¹²⁶⁰, fragmentada, assim como os rastros e restos a que se direciona e significa. Os lugares da cidade constroem-se entre antigos e novos caminhos, e atualmente, percebe-se a escolha de alguns desses lugares como simbólicos de um passado que muitas vezes é concebido enquanto característico da identidade de uma comunidade ou da cidade como um todo.

¹²⁵¹ KOSELLECK, 1990 apud HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 22, no 36: p.261-273, Jul/Dez 2006, p.263.

¹²⁵² HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 22, no 36: p.261-273, Jul/Dez 2006, p.153.

¹²⁵³ Id., 2013.

¹²⁵⁴ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10. dez. 1993. p.7.

¹²⁵⁵ Ibid., p.7.

¹²⁵⁶ Ibid., p.7.

¹²⁵⁷ Cf. BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 114-119.

¹²⁵⁸ NORA, op. cit.

¹²⁵⁹ Ibid., p.12.

¹²⁶⁰ A materialização sobre qual discorre o autor não está restrita a prédios e monumentos.

Paulista, município da Região Metropolitana do Recife (RMR), recentemente, foi objeto de mais de um processo de tombamento, através da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), referentes a elementos isolados, ou conjuntos específicos localizados na cidade¹²⁶¹. Especificamente em sua área central, são encontrados bens oriundos do período de funcionamento da vila operária de uma indústria têxtil, presente durante quase todo o século XX no cotidiano da cidade. A própria urbanização da cidade está atrelada a esta indústria. Três processos de tombamento são referentes aos bens oriundos desse período. A construção da malha urbana da cidade, principalmente em torno das fábricas, é importante elemento nos usos do espaço público do local, e objeto de rememoração e representações da cidade e sua população.

A vila operária da Companhia de Tecidos Paulista.

Em 1892, momento ainda entusiástico de investimentos no setor industrial no Brasil, que estava galgando seu espaço na economia do país, é inaugurada a Companhia de Tecidos Paulista, de propriedade de José Adolpho Rodrigues Lima. O jornal “A Província”, ao comunicar sobre esse novo empreendimento a caminho, anuncia com empolgação o surgimento de fábricas, em Pernambuco: “o desenvolvimento industrial vai tomando proporções animadoras em nossa praça e não cansamos de aplaudi-lo e encorajá-lo”¹²⁶². Entretanto, a Companhia de Tecidos Paulista (CTP) toma fôlego e proporções de grande indústria no período de sua administração pela família Lundgren. O primeiro administrador não obteve sucesso no empreendimento, o qual tem o controle acionário passado, em 1904, a Herman Theodor Lundgren¹²⁶³, o qual vivia no Brasil desde 1855¹²⁶⁴.

O período de auge da CTP é localizado por José Sérgio Leite Lopes (1988) e Rosilene Alvim (1935) entre 1930 e 1950, onde o responsável pelas fábricas¹²⁶⁵ e vila operária é Frederico Lundgren, um dos filhos de Herman. A vila que se formava alguns anos antes teria o maior número de operários e o maior crescimento, inclusive transbordando os limites territoriais da própria vila da Companhia, neste período. O documento intitulado “Notas sobre a fábrica Paulista” de 1939, que compõe o acervo de Agamenon Magalhães no CPDOC-FVGV, descreve a fundação, as modificações e a situação de diversos elementos do funcionamento das fábricas e vila operária. Nas “notas”, é informada a quantidade “8.400 operários, sem incluir os que se dedicam aos serviços de cortes de lenha e outros misteres de campo”¹²⁶⁶. Esses outros trabalhadores seriam os da “folha amarela”¹²⁶⁷, indicando as diferentes formas de utilização da mão-de-obra em Paulista, e a diversidade dos trabalhadores que habitavam a vila e seus arredores, e possivelmente irregularidades quanto ao cadastro dos seus empregados.

A produção industrial das fábricas têxteis Aurora e Velha (posteriormente Arthur), na primeira metade do século XX, vai ser a principal atividade econômica deste distrito de Olinda, que em 1935¹²⁶⁸ se torna município. A malha urbana da cidade constrói-se principalmente ao seu redor e em função desse complexo fabril. Aparecem como senhorios, patrões, detentores do monopólio do uso da violência¹²⁶⁹ e reestruturadores do espaço

¹²⁶¹ O primeiro processo é iniciado no ano de 2002.

¹²⁶² **A PROVÍNCIA**, 28 de maio de 1891, p.2.

¹²⁶³ Herman chegara primeiro no Rio de Janeiro, indo para Salvador e algum tempo depois para Recife. Em 1861, dava-se início a sua trajetória como industrial fundando uma fábrica de pólvora na aldeia denominada Pontezinha, no município do Cabo, a S/A Pernambuco PowderFactory, seguida de outros empreendimentos cf. GOES, Raul. **Um Sueco Emigra para o Nordeste**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1964, p. 20-21.

¹²⁶⁴ Cf. GOES, Raul. **Um Sueco Emigra para o Nordeste**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1964, p.19.

¹²⁶⁵ Originalmente só existia uma planta fabril.

¹²⁶⁶ Exposição sobre a Fábrica de Tecidos Paulista, 1939. CPDOC-AGM.

¹²⁶⁷ LEITE LOPES, J. S. **A tecelagem dos conflitos de classe na Cidade das Chaminés**, Ano de obtenção: 1986, p.64.

¹²⁶⁸ Cf. Lei Estadual n° 11 de 1935.

¹²⁶⁹ LEITE LOPES, op. cit., p.191.

“público” urbano da cidade os mesmos indivíduos, proprietários não só das casas e das fábricas, mas do território municipal. A vila operária de Paulista pode ser pensada como espaço urbano construindo-se em múltiplos momentos, aonde a Companhia de Tecidos Paulista vai desenvolvendo um aparato de organização, não apenas no funcionamento de suas unidades fabris, mas sim de toda a cidade. A construção dos lugares da cidade e dos seus usos cotidianos não pode, contudo, ser pensada como uma ação homogênea e unilateral. A administração da Companhia e da vila operária desenvolve estratégias em meio à confluência de demandas, resistências, apropriações envolvendo os trabalhadores-moradores e o espaço “público” de Paulista.

Atualmente, empreendendo-se um passeio pelo centro de Paulista, município da Região Metropolitana do Recife, as obras multiplicam-se em frente aos olhos. Os olhares e comentários, principalmente por parte de antigos moradores, nas ruas mostram surpresa ou perplexidade com tantas mudanças. Podem-se ouvir, entre as diversas falas saltadas das bocas transeuntes, exclamações como “nunca pensei ver Paulista assim!”, ou “Paulista está crescendo!”. Um dos motivos de tanto estupor é a presença de um *Shopping Center*, recém-inaugurado, de nível próximo aos da capital. Em frente à espelhada fachada do novo prédio, outro, antigo¹²⁷⁰, se mantém em pé, despertando indagações dos que não compreendem sua presença. E entre os carros acomodados no estacionamento, uma chaminé, da antiga Fábrica Arthur, se esforça por marcar as singularidades do lugar.

As chaminés, aparentemente deslocadas na paisagem da cidade, seguem como linhas ou cicatrizes na construção do espaço urbano de Paulista. Ao falar de uma de suas cidades invisíveis, Ítalo Calvino (1990) diz que a cidade é feita “das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado”¹²⁷¹. A cidade contém suas marcas visíveis, e tantas outras, que como uma bruma leve, são quase invisíveis e intangíveis, e ainda assim, se fazem presentes nos detalhes da vida.

A cidade não conta seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras¹²⁷².

O vislumbre do progresso da cidade trocou as chaminés das fábricas, pelas inúmeras possibilidades nas vitrines do shopping. As novidades de agora, lado a lado com símbolos de um passado ainda recente, entretecem-se nas novidades desses outros tempos. Outros caminhos indicam mais obras, construções que se direcionam ao alto, tantos espaços à venda, cada vez mais cidade do que se poderia imaginar. Caminhando mais um pouco pelo centro, essa confluência entre passado e presente nos espaços de Paulista se percebe, ainda, na convivência entre as casas geminadas da antiga vila operária, apesar das modificações, e as novas, que brotam nos espaços entre um ou outro arranhão dos anos anteriores.

O padrão de moradia da vila operária encara, de frente, um condomínio construindo-se em outros moldes e formas, em meio ao espaço, ainda repleto, de rastros da Fábrica Aurora. Vão se erguendo as moradias em direção aos topos das chaminés. As casas estreitas da vila operária da Companhia de Tecidos Paulista (CTP), lado a lado, serão contraste das pequenas moradias, uma em cima da outra, da “Aurora do Paulista”¹²⁷³. Em um passeio pelas praças, as encontramos ao lado de algumas avenidas e muitas casas. A vila Torres Galvão, inaugurada na década de 1950 e as vilas da década de 1970 crescem e criam outra feição, uma nova Paulista, entre muitas.

¹²⁷⁰ Prédio da administração da Companhia de Tecidos Paulista.

¹²⁷¹ CALVINO, op. cit., p.14.

¹²⁷² *ibid.*, pp.14-15.

¹²⁷³ Empreendimento imobiliário em construção pela Construtora Carrilho cf. http://www.carrilho.com.br/empreendimento/aurora_do_paulista (último acesso, 30 de Maio de 2016).

Os que presenciaram o “progresso” do passado, e vivem as mudanças dos últimos anos, também conviveram com o fechamento total das fábricas, no início da década de 1990. E mesmo antes de sua inatividade, as chaminés da indústria têxtil da CTP dividiam espaço com as do complexo industrial de Paratibe, de 1968. Contudo, essa rápida onda de industrialização (SILVA, 2008) combinou-se com um grande aumento populacional. As vilas da COAHB (Jardim Paulista, Arthur Lundgren I e II, Maranguape I e II) atraíam pessoas de diversos lugares, e que não tinham qualquer relação com a vila operária. Apesar de ter parte de sua população trabalhando em outras fábricas, a ausência de atividade das antigas abriam outras possibilidades, mudanças no cotidiano, e a criação e ressignificação de memórias. E por outro lado, as chaminés, ativas durante quase todo o século XX, foram consideradas símbolos que dão um nome à Paulista: Cidade das Chaminés.

Chaminé a sua torre
Aponta para o sucesso,
Porque a fumaça escura
Proliferasse em excesso,
Com quem leva um aviso
Que aqui teve progresso.

Cidade das Chaminés
É justa a tua conquista,
Teu apelido é o símbolo
Dos bueiros, estão à vista,
Como quem fala o progresso
Da cidade do Paulista¹²⁷⁴.

A palavra “progresso”, nesse e em outros poemas do mesmo autor, é utilizada, na maioria das vezes, referindo-se ao passado. Falando a partir de um presente, onde as chaminés não mais proliferam a “fumaça escura”, o progresso fala de um “futuro passado”¹²⁷⁵, lembrado com nostalgia. O filme “Tecido Memória” (2008)¹²⁷⁶, documentário feito a partir de depoimentos de ex-operários têxteis, em sua maioria de Paulista, tem início com alguns trabalhadores externando a saudade que sentem “da Paulista antiga”, a cidade é ainda associada às chaminés, mas estas, segundo uma das entrevistadas ressalta, não funcionam.

A idealização do período de atividade intensa das fábricas da Companhia de Tecidos Paulista é apontada e discutida por José Sérgio Leite Lopes (1988). Nas entrevistas feitas pelo antropólogo, o passado é revisitado em um momento diferente do atual. Já durante a década de 1970, o desemprego seria um fator mencionado por diversos moradores, pois, mesmo com outras fábricas, não existiria a mesma quantidade de vagas que a CTP sozinha oferecia, anteriormente. A cidade poderia, até mesmo, receber a classificação de “dormitório”¹²⁷⁷, lugar de onde os moradores precisam sair todos os dias para trabalhar. Possivelmente, alimentando a supressão de críticas aos pratos, à exploração, ou aos problemas cotidianos da vila, e a valorização de símbolos e ações da família Lundgren, por parte de muitos ex-operários.

Se precisavam sair, um dia fora o lugar onde escolhiam derramar seu suor. Talvez esperassem uma vida melhor, aventura-se no novo, ou apenas caminhos inesperados os

¹²⁷⁴POETA, Amaro. **Paulista terra e gente**. Olinda: Babecco, 2012.p.79.

¹²⁷⁵ A expressão é título do livro de Reinhart Koselleck, onde o autor utiliza os conceitos de espaço de experiência e horizonte de expectativa. Assim, a expressão “futuro passado” relaciona-se com a interação entre esses dois âmbitos e o presente, ao serem conceitos de análise da consciência histórica, em diferentes períodos e temporalidades. Cf. KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC – Rio, 2006.

¹²⁷⁶ Filme produzido LEITE LOPES, Sergio; ALVIM, Rosilene e BRANDÃO, Celso. 2008. **Tecido memória**. Documentário longa metragem em DVD (70 min). Rio de Janeiro: Museu Nacional.

¹²⁷⁷GOMES, Sandro Roberto de Santana. **Saúde e Salvação**: o sagrado e as rezadeiras de Paulista. Dissertação de Mestrado, Ciências da Religião, UNICAP, 2007, p.36.

colocaram trabalhando nas fábricas, ou muito perto delas. Não chegavam ao mesmo tempo, alguns estiveram presenciando e vivendo diferentes momentos desse lugar, estranharam os que se acomodavam e faziam de lá, sua morada, também. A diversidade de experiências, as expectativas nem sempre correspondidas, e as vivências cotidianas constroem cidades incontáveis, procurando por seus significados. O trabalho, a vila, as chaminés. Mesmo que cada um pudesse contar uma história singular, muitos que viveram em Paulista, em meados do século XX, possivelmente fariam sobre eles.

O declínio desse complexo industrial ia levando, também, algo da Paulista conhecida por boa parte da sua população. O centro da cidade, principal núcleo urbano do município, basicamente formado pela vila operária, começava a ter que seguir outros caminhos, outro movimento, uma dinâmica construída entre os rastros das fábricas, e da Paulista erguida ao seu redor. O restante do município, há tempos, expandia-se e transbordava os limites da vila. A Paulista, enquanto cidade-fábrica, esvaia-se de sentido, perdia a relação que mantinha com a vida da cidade, e dos seus moradores. Suas chaminés de tantos metros, e os extensos muros das fábricas, passariam quase despercebidas por muitos que caminhavam pelo centro, ou observavam a paisagem das janelas dos ônibus, apenas alguns anos após a paralisação total das atividades da Companhia de Tecidos Paulista, e suas fábricas de têxteis, no município.

Movimento Pró-Museu: criando cartões postais de Paulista.

O centro da cidade de Paulista presenciaria uma movimentação diferente do usual, em dia de junho do ano 2006. O Jardim do Coronel¹²⁷⁸, como ficou conhecido o espaço cerrado por grades, onde moravam os donos da Companhia de Tecidos Paulista, estando sempre rodeado pelos transeuntes, que precisam percorrê-lo pelas laterais ao caminhar nessa área, nunca tinha sido, no entanto, abraçado. Talvez tenha recebido olhares carregados de boas lembranças, dos domingos de sol, dos namoricos, da diversão de criança ao brincar no parque, e admirar os animais do pequeno zoológico. Pode até ter sido observado com ressentimento, ou nostalgia, também, por remeter aos antigos “donos” da cidade, e às fábricas que um dia movimentavam aquele lugar com seu ritmo de tempo, suas regras, com trabalho.

O abraço, porém, era novidade. Mesmo que os sentimentos dos que viveram anos importantes de suas vidas próximos ao Jardim o tivessem abraçado na mente, como se acariciassem os resquícios de um passado que se perdera, o abraço físico ainda não tinha acontecido até aquele dia em 2006. Envolveram-no para não o perder, e ao mesmo tempo para tê-lo reconhecido como lugar de suas memórias, lugar pertencente a todos que compartilhavam e precisavam conhecer os significados do Jardim do Coronel. Se antes a cidade parecia pertencer a uma única pessoa, ou apenas a uma família, agora, os impasses encrustados na vida dos paulistenses há muito tempo, mostravam-se ainda presentes.

A Companhia de Tecidos Paulista abandonara o cotidiano dos moradores, mas não completamente. Ainda proprietária de muitos espaços que foram construídos, ou comprados, nos seus anos de funcionamento na cidade pernambucana, desejava transformar a área do jardim em um centro comercial, tendo que para este fim, derrubar árvores e parte do muro e do gradil¹²⁷⁹. A família Lundgren, e suas ramificações, acumularam, ao longo do século XX, diversos bens, incluindo outros núcleos fabris, têxteis no caso da Fábrica de Rio Tinto, e de outros setores, assim também empreendimentos comerciais como as Casas Pernambucanas (antigas Casas Paulista, no Nordeste). E, ainda durante a década de 1960, Arthur Lundgren decide residir em outra localidade, mudando-se do município de Paulista com os familiares.

¹²⁷⁸ A chamada Casa Grande dos Lundgren compõe, juntamente com o Jardim, uma área total de 23.584m² Cf. Processo n°0017/2002.

¹²⁷⁹SILVA, R. A. C.. **Desenvolvimento local sustentável**: uma abordagem histórica do centro do paulista. Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas. Fundação Joaquim Nabuco, FUNDAJ, Brasil. Ano de Obtenção: 2006, p.41.

O processo de tombamento estadual, iniciado em 2002 pela FUNDARPE, após a solicitação do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, ainda não havia sido concluído em 2006, e o projeto do empreendimento comercial não estava, dessa forma, totalmente fora de questão. O projeto, que segundo a impugnação da Companhia ao tombamento já teria sido aprovado pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo da Prefeitura de Paulista alguns meses antes da solicitação do IAHGP, é descrito no seu alvará de aprovação da seguinte maneira: “Edificação para uso comercial e de serviços [...], composto por 163 lojas, a ser implantada no terreno onde existe a casa grande da família Lundgren, à praça Coronel João Frederico Lundgren – Centro [...]. A área total a ser construída, das lojas, é de 5.154,95 m²”¹²⁸⁰.

Ao ser informado do pedido de impugnação do processo pela CTP, a qual utiliza o desenvolvimento urbano como um dos argumentos, o IAHGP reitera a solicitação da preservação do conjunto Casa Grande e Jardim do Coronel. “Nada, diante das alegações na contestação da Companhia de Tecidos Paulista, mudou ou nos convenceu com respeito ao solicitado em relação ao tombamento da Casa Grande e Jardim do Coronel”¹²⁸¹. O Instituto destaca que não defende uma paralisação, mas que a casa não é separada de seu jardim, e dá exemplos de destruição de lugares importantes no Recife. “Toda mudança deve ter como fundamento a necessidade da manutenção de certos princípios que salvaguardem a memória e antes de tudo não venham a interferir na construção daquela História”¹²⁸².

A memória, de que fala o Instituto, refere-se, também ao significado afetivo que esse lugar teria para os moradores de Paulista, muitos deles ex-operários da segunda metade do século XX, ou descendentes destes e dos mais antigos. Esse processo de tombamento, e provavelmente também o ânimo avivado após a visita do professor José Sérgio Leite Lopes¹²⁸³, contribuiu para a organização de um movimento que se auto denomina “Movimento Pró-Museu”. Esse nome estaria relacionado ao objetivo principal do grupo, composto em sua maioria por intelectuais da cidade. O movimento pressionava pela conclusão favorável à preservação total do conjunto Casa Grande e Jardim do Coronel, mas também pelo seu uso pelos moradores de Paulista como museu, segundo o depoimento de Ricardo Andrade, coordenador do movimento, algo que até hoje não foi concretizado.

Ainda segundo Ricardo Andrade Silva (2008), agora em artigo, o abraço que contou com a participação de centenas de pessoas, teria motivado o executivo a “encaminhar à Câmara, uma proposta, que logo após virou a Lei nº 3.921/2006, criando os IEP’s (Imóveis Especiais de Preservação)”¹²⁸⁴. Contudo, já no ano de 2003, teria aparecido esta iniciativa, além do processo de tombamento estadual, “voltada para a salvaguarda dos remanescentes da CTP [...], instituição dos Imóveis Especiais de Preservação (IEPs), pela Lei Nº 3772/2003, de Uso e Ocupação do Solo do Município de Paulista”¹²⁸⁵. A Lei Nº 3.921/2006, contudo, apresentou uma definição para os imóveis que poderiam ser considerados como IEPs¹²⁸⁶. Vinte imóveis foram reconhecidos:

Entre eles, destacam-se sete construídos pela iniciativa da família dos Lundgren e localizados na área central ao antigo núcleo de Paulista: a “Casa-Grande e o Jardim do Coronel”, a “Igreja de Santa Isabel”, a “Fábrica Aurora – Chaminés”, a “Fábrica Arthur – Cruzeiro e chaminés – Prédio administrativo”, o “Prédio da 1ª Loja de Tecidos Paulista”,

¹²⁸⁰Processo nº0017/2002

¹²⁸¹ Cf. processo nº0017/2002

¹²⁸²Processo nº0017/2002

¹²⁸³ Informação apresentada por Ricardo Andrade, membro do Movimento Pró-Museu, em depoimento cedido a Maria Clara da Silva Cavalcante, em 2016.

¹²⁸⁴ SILVA, op. cit.

¹²⁸⁵SOUZA, Paula Aragão de. **As Chaminés Simbólicas e conjuntos indissociáveis**: a condição de integridade nos tombamentos de núcleos fabris. Recife: o autor, 2013, p.151).

¹²⁸⁶Ibid., p. 151.

Além de mais abraços, e outros atos direcionados aos bens histórico-culturais de Paulista, principalmente os referentes ao período de funcionamento da vila operária, o movimento organizou, em 2007, um evento que convocava os paulistenses a elegerem os cartões postais de Paulista¹²⁸⁸. Ou seja, o movimento pretendia colocar os moradores comuns para selecionar qual lugar ou edifício melhor representaria o município. Apesar do local de trabalho, a fábrica, ser considerado forte marca no cotidiano da antiga vila operária, as chaminés vistas apenas quando se olha para o alto, junto com as fábricas há anos cercadas por altos muros não foram o lugar mais votado pelos paulistenses. Em primeiro lugar, a Igreja Santa Isabel¹²⁸⁹, a qual funciona no bairro centro desde sua fundação, e em segundo lugar teria sido escolhido o conjunto referente à Casa e Jardim do Coronel, fechado desde 1967, mas parte integrante da paisagem e muito mais próximo dos pedestres que transitam pelo centro.

Os dois lugares são analisados por José Sérgio Leite Lopes (1988), no período em que foi construída e inaugurada a igreja, e no momento de abertura do Jardim do Coronel enquanto parque e zoológico, como parte da preocupação da CTP “em erigir prédios grandiosos e ‘monumento’ para marcar sua dominação e sua assistência e beneficência social aos seus operários”¹²⁹⁰. Ambos “monumentos” foram construídos ou inaugurados do final da década de 1940 e início da de 1950, período de maior contestação da propriedade dos Lundgrens do território municipal, assim como das práticas disciplinares empreendidas por estes. Entretanto, outros prédios e ações estiveram presentes nesse período, e não foram incluídos na lista de mais votados pelos moradores.

Em 2010 tem início o processo de tombamento estadual das três chaminés da Fábrica aurora e da única chaminé da Fábrica Arthur, tendo como atores envolvidos a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), o Conselho Estadual de Cultura (CEC) e a Secretaria de Educação de Pernambuco (SEC)¹²⁹¹. A solicitação, contudo, passa pela iniciativa da 3ª Promotoria de Justiça da Defesa da Cidadania do Paulista¹²⁹². A justificativa passaria pelo argumento de uma possível ameaça de degradação:

A emergência deste alerta quanto a uma possível degradação das chaminés esteve relacionada à proposta para a construção de um grande complexo de edificações comerciais na área da antiga fábrica Arthur, estendendo-se ao seu entorno. Neste, foram previstos para o terreno desta fábrica a construção de um shopping, um centro empresarial e um hotel. Na proposta, ainda estava prevista a construção de um complexo hospitalar e de dois novos bairros, para aproximadamente 20 mil habitações, para um entorno próximo ao antigo núcleo¹²⁹³.

A área correspondente às Fábricas Aurora e Arthur já tinha sofrido modificações durante os anos anteriores, como a que envolveu a duplicação da PE-15 e a construção do prédio onde atualmente funcionada a Faculdade Joaquim Nabuco¹²⁹⁴. A atuação do

¹²⁸⁷Ibid., p.152.

¹²⁸⁸ **Jornal do Comércio**, 03 de setembro de 2007 apud SILVA, op. cit.

¹²⁸⁹ A Igreja foi inaugurada com o nome de Santa Elizabeth, em homenagem à mãe tanto de Frederico quanto de Arthur Lundgren, contudo, como este não corresponde ao nome de uma Santa reconhecida pela Igreja Católica, o nome foi alterado.

¹²⁹⁰LEITE LOPES, op. cit., p.182.

¹²⁹¹ SOUZA, op. cit., p.153.

¹²⁹²Processo n° 0404375-5/10.

¹²⁹³ SOUZA, op. cit., p.153.

¹²⁹⁴Cf. SOUZA, op. cit.

Movimento Pró-Museu, neste caso, parece direcionar-se para a manutenção de uma relação local com a cidade e o empreendimento comercial. O projeto do Shopping passa a manter elementos como a Chaminé, o Cruzeiro e a sede administrativa da fábrica¹²⁹⁵. Segundo Ricardo Andrade, em depoimento, outra votação foi organizada com propostas de nomes para o shopping a serem encaminhadas à construtora responsável pelo empreendimento. O *shopping Northway*, após negociações com a construtora responsável¹²⁹⁶, teria ganhado o nome de *Paulista Northway*.

O apelo pela preservação da Fábrica Arthur e da Fábrica Aurora, assim como a do Jardim do Coronel esbarravam com argumento do desenvolvimento urbano, contudo, no processo das fábricas ele é incorporado à própria proposta. O tombamento os coloca em termos de elementos isolados. O grande terreno da Arthur foi ocupado pelo *shopping*, espaço de compras e entretenimento, a Aurora constrói-se à espera de seus moradores. As chaminés, e os outros elementos como o cruzeiro e o prédio da administração, envolvem-se com novos donos. Os espaços públicos das cidades vivem uma constante luta de apropriação. Atualmente, o Jardim do Coronel continua fechado, é lugar de memória, mas existe a busca pela sua museificação. O que torna pertinente pensar o exemplo que Françoise Choay traz da cidade antiga para alguns europeus do século XIX:

A cidade antiga, como figura museal, ameaçada de desaparecimento, é concebida como um objeto raro, frágil, precioso para a arte e para a história e que, como as obras conservadas nos museus, deve ser colocada fora do circuito da vida. Tornando-se histórica, ela perde sua historicidade¹²⁹⁷.

A igreja de Santa Isabel, contudo, não têm seu uso ou função distanciada ou interrompida. As formas cotidianas de experimentar a sociabilidade dentro da igreja, assim como em seus degraus, ou ao redor dela, podem ter mudado, ou apenas se transformado, entretanto, sua aproximação do cotidiano público dos moradores, principalmente do centro, é mantida. A solicitação de seu tombamento estadual é feita pelo Movimento Pró-Museu em 2010¹²⁹⁸ através de carta destinada ao Conselho Estadual de Cultura, e na ocasião a igreja estaria completando 60 anos. Na solicitação, aparentemente escrita por Ricardo Andrade como coordenador do movimento, é feito um apanhado histórico da cidade e do bem específico, mas se ressalta a escolha deste como um símbolo da identidade do paulistenses, votados, em 2008, no projeto “Cartão-Postal”. O processo ainda não teve conclusão devido à falta de uma planta da igreja¹²⁹⁹.

É importante destacar, que o âmbito da política de tombamento nem sempre se cruza com as lutas cotidianas pela apropriação dos espaços públicos da cidade, incluindo aqueles que podem ser chamados de “lugares de memória”. Diversas “estratégias de rememoração”¹³⁰⁰ eram e são utilizadas pelo grupo chamado de Movimento Pró-Museu, o qual amplia a questão da memória e preservação de lugares ou monumentos da cidade junto aos moradores de Paulista, como as mídias, os atos de rua, e atos culturais. Entretanto, o movimento recorre agora à política de tombamento utilizando-se das justificativas de preservação da identidade do município, relação afetiva da população, e reconhecimento da importância histórica da Igreja de Santa Isabel, que ainda tem todos os direitos de propriedade reservados aos Lundgren, e não à Arquidiocese. Mesmo sem a ameaça de perda

¹²⁹⁵ Processo n° 0404375-5/10.

¹²⁹⁶ A construtora responsável, de acordo com as informações do processo de tombamento n° 0404375-5/10 referente às Fábricas Arthur e Aurora, é a ACLF Empreendimentos.

¹²⁹⁷ CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo, Editora da UNESP, 2001, p.191.

¹²⁹⁸ Cf. PROCESSO n° 0405996-6/10.

¹²⁹⁹ Cf. PROCESSO n° 0405996-6/10.

¹³⁰⁰ HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2002, p.20.

iminente, utiliza-se do reconhecimento legal enquanto patrimônio, para afastar uma possível destruição desta Igreja.

Dessa forma, o Movimento pró-museu aparece como ator que organiza e amplia o discurso em torno dos lugares de memória da cidade de Paulista, e envolve a população atual a rememorar estes lugares. Seus usos na cidade de hoje, os presentificam. O movimento cria

uma representação da cidade enquanto diz querer preservar e resgatar a memória de períodos anteriores. A memória é seletiva, assim como as estratégias de rememoração e a política patrimonial. Embora, os objetivos ampliem-se ao longo da trajetória do movimento, seu objeto inicial, de construir propostas para o uso desses lugares de memória, continuam em discussão. A industrialização, a constituição da vila operária e os caminhos entretecidos entre diversas histórias constroem a cidade, contudo, a constante ressignificação dos usos e as lutas de apropriação dão vida mais complexa e fluída aos lugares de Paulista. A cidade não fica inerte, ela é criada e recriada entre transformações, mudanças e permanências.

OLINDA PARA QUEM? - OS INTERESSES SÓCIO-POLÍTICOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE TOMBAMENTO DO SÍTIO HISTÓRICO DA CIDADE DE OLINDA (1968 - 1982)

Rebeca Fernanda da Silva¹³⁰¹
rebecafersil@hotmail.com

Resumo: A Inspetoria dos Monumentos Nacionais foi o primeiro órgão de proteção ao patrimônio no Brasil. Ela foi criada em 1934, a partir do Museu Histórico Nacional, por iniciativa de Gustavo Barroso, atuando na restauração de monumentos da cidade de Ouro Preto – MG. Mas, a ideia de defesa dos monumentos históricos já estava caminhando cerca de uma década antes, com a criação das inspetorias estaduais de monumentos históricos nos estados de Minas Gerais, em 1926, Bahia, 1927 e Pernambuco, em 1928. É dentro deste cenário de políticas públicas voltadas para o patrimônio liderados pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ao longo do século XX, que se insere o processo de tombamento do sítio histórico de Olinda. O núcleo original português foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN - em 1968 e reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO - como Patrimônio Cultural Mundial em 1982.

Desta forma, nos interessa investigar quais as representações sociais atuaram afim de que Olinda viesse a ser reconhecida como patrimônio. Portanto, o objetivo do trabalho é identificar os significados atribuídos ao Sítio Histórico de Olinda no processo de tombamento ocorrido entre nos anos de 1968 e 1982. Para isso será feita a análise da importância que a memória social e a identidade local tiveram na delimitação do polígono do tombamento, analisar os interesses públicos na delimitação deste polígono e analisar as representações sociais difundidas na imprensa do período sobre a implantação das medidas de conservação do IPHAN.

Palavras-chave: Olinda; Patrimônio Cultural; Políticas Públicas.

As políticas de preservação patrimonial adotadas pelo IPHAN

¹³⁰¹ Mestranda em História –PGH/UFRPE; Laboratório de Pesquisa e Intervenção em Patrimônio Cultural e Memória Social – LEPAM/UFRPE.

Esta comunicação integra a pesquisa do projeto aprovado no Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional -PGH/UFRPE. A pesquisa foi concebida como desdobramento da monografia "Museu Regional de Olinda: a história de um museu do sítio histórico de Olinda" apresentado para a conclusão do curso de licenciatura em História – UFRPE, e desenvolvido dentro do Laboratório de Pesquisas e Intervenção em Patrimônio Cultural e Memória Social - LEPAM, sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo de Aguiar Pacheco. Este projeto está inserido na Linha de Pesquisa 1 - Cultura, Memória e Patrimônio do PGH/UFRPE e se interliga com a História Cultural ao investigar os sentidos atribuídos ao patrimônio cultural do Sítio Histórico de Olinda.

No direito português, a expressão *tombamento* significa "inventariar" ou "inscrever" nos arquivos do reino, guardados na Torre do Tombo. Tombamento, portanto, significava inscrever [o monumento ou objeto] em um dos quatro livros do Tombo: Livro de Belas-Artes, Livro Histórico, Livro Arqueológico e Etnográfico, e Livro Paisagístico.¹³⁰²

Lúcia Lippi Oliveira deixa claro que ao abordar a temática da preservação patrimonial estamos também lidando com outros termos que o evocam. Há uma estreita relação entre a ideia de patrimônio com outros conceitos:

[...] ao falarmos de patrimônio, estamos lidando com história, memória e identidade, conceitos inter-relacionados cujos conteúdos são definidos e modificados ao longo do tempo. [...] os chamados patrimônios históricos e artísticos têm, nas modernas sociedades ocidentais, a função de representar simbolicamente a identidade e a memória de uma nação"¹³⁰³

Embora a autora conceitue a função de símbolo da identidade e da memória, também há um crescente apelo à visitação dos lugares, dos bens patrimoniais enquanto objetos mercadológicos. Com isso, há um aumento da indústria do turismo atrelada às crescentes inscrições de bens em livros de tomo. Isso não quer dizer em si que o forte apelo mercadológico acerca do tombamento chega a ser maior que a própria história e memória social que se tem acerca daquele do bem. Mas um aspecto que deve ser considerado nesta relação dos agentes públicos e da sociedade com a preservação.

Para isso, a história nos mostra que com o passar dos séculos ficou cada vez mais comum a prática da salvaguarda patrimonial, foi dado valor sentimental aos objetos e mais recentemente, a partir dos anos 1990, valor econômico. Segundo Pacheco¹³⁰⁴, "[...] a formalização de práticas de preservação e difusão da memória institucional é cada vez mais comum nas sociedades contemporâneas".

Esta difusão, que acontece desde a formação dos Estados Nacionais modernos, teve seu ápice com o advento do século XX, que "forçou as portas do domínio patrimonial".¹³⁰⁵ Esse movimento pode-se constatar desde o século XIX, quando os Estados perceberam a força dos lugares na formação das identidades nacionais. Sendo assim, os esforços dos organismos nacionais e internacionais, no tocante à seleção de locais 'da memória' se desenvolveram.

No Brasil, enquanto o patrimônio toma-se objeto das atenções dos intelectuais, de organizações internacionais

¹³⁰²OLIVEIRA Lucia Lippi. **Cultura é Patrimônio**: um guia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

¹³⁰³Ibid.

¹³⁰⁴PACHECO, Ricardo de Aguiar. Educação, memória e patrimônio: ações educativas em museu e o ensino de história. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 30, nº 60, p. 143-154 – 2010.

¹³⁰⁵CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**/ Françoise Choay: 4ª ed. – São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

como a Unesco e o World Wildlife Fund, de algumas associações civis, e (às vezes) dos partidos políticos, notamos o surgimento de estudos sobre o papel do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na trajetória preservacionista do país.¹³⁰⁶

As atividades do órgão envolviam pesquisa, viagens, tombamento e restauração, tudo isto baseado na conservação do caráter original de cada peça ou monumento, sendo assim, os tombamentos valorizaram e focaram as artes e arquiteturas barrocas a princípio, sobretudo em Minas Gerais. Já neste direcionamento, pode-se perceber que há uma estreita relação da escolha dos locais tombados com o que era determinado como necessário à proteção preservacionista, a história do Brasil que elevasse o sentimento nacionalista.

Assim, entendemos a atuação do IPHAN, neste momento, como uma ação da política cultural de preservação. A salvaguarda patrimonial dos bens culturais foi encarada antes de tudo como “política”. O órgão torna-se assim, o aparelho político de ação governamental na cultura e nesse contexto, o IPHAN também já havia se tornado o instrumento que delimitava os locais de preservação em todo território nacional.

Em Olinda, apesar de a população ser participante da construção da identidade e memória que a cidade transmite, através de suas relações afetivas com a cidade, outros grupos compartilham, ou antes, disputam seus limites.

[..] o espaço é palco de diversas ações governamentais voltadas para a consolidação de determinados sentidos, ao mesmo tempo em que é reivindicado por diferentes grupos sociais como local de celebração de suas tradições”.¹³⁰⁷

Nessa disputa simbólica naturalmente só é possível obter êxito quem tem mais poder e estratégias de articulação política. Provavelmente por este motivo, diversos bens tombados sofreram e sofrem deterioração enquanto outros são constantemente revistos, retocados, restaurados. O valor de representatividade do bem para alguém ou algum grupo é que define o destino e cuidado que determinado monumento pode ter, afim de que tenha atenção do poder público.

O conjunto tombado remete à ideia de que diferentes grupos sociais estiveram convivendo no local. Olinda é, sem dúvida, um lugar de proteção à memória, de convivência multicultural, de história de construção de várias identidades culturais. Funari e Pelegrini abordam a diversidade cultural como geradora de interesses, pontos de vista e ações distintos, para eles

Os interesses de governantes e governados, de homens e mulheres, crianças e adultos, cristãos e muçulmanos nem sempre são convergentes. O que para uns é patrimônio, para outros não é. Além disso, os valores sociais mudam com o tempo. Por tudo isso, convém analisar como o patrimônio foi visto ao longo dos tempos e dos grupos sociais.¹³⁰⁸

Os primeiros tempos de crescimento das políticas patrimoniais foram direcionadas pela unilateralidade da arte e tradição brasileiras selecionando o que se entendia por cultura ou bem nacional e que deveria ser legalmente preservado. O patrimônio de Olinda, ao longo da história da cidade, engloba os conceitos de memória social, identidade e política cultural.

¹³⁰⁶FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da Política Federal de Preservação do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 1997

¹³⁰⁷PASSOS, Fernando Cruz dos. PACHECO, Ricardo de Aguiar. Museus de Olinda e as identidades do local. **Revista inter-legere (UFRN)**, nº 10, 2012.

¹³⁰⁸FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Patrimônio histórico e cultural**. /Pedro Paulo Funari, Sandra de Cássia Araújo Pelegrini – 2 Ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2009.

É dentro destes conceitos que este trabalho se debruça para definir que grupos, e mais ainda, quais seus interesses e seus discursos no processo de tombamento de Olinda entre 1960 e 1980.

O tombamento do Sítio Histórico da cidade de Olinda e as representações sociais

Há uma relação muito forte entre os estudos acerca de museus, (e em especial, os museus da cidade) e patrimônios. Ambos são considerados responsáveis por proteger e representar a memória individual e coletiva, sendo estudados sob a ótica das representações sociais, desta forma.¹³⁰⁹ Historicamente, nenhum bem patrimonial foi tombado, unicamente, pela vontade do povo, nem por vontade única do poder público, tampouco o valor dado à proteção a memória de uma sociedade, grupo social ou nação fariam com que um objeto, edificação ou cidade, fosse inserida num livro de tomo.

Com o sítio histórico de Olinda não foi diferente. Mais um dentre tantos que tiveram que passar por diversas análises, instâncias e averiguações até, de fato, ser reconhecido como patrimônio histórico, cultural e paisagístico. Mas, qual o interesse no zoneamento de um sítio histórico, de uma parte da cidade, como é o caso de Brasília (DF), Salvador (BA), Olinda (PE) e Ouro Preto (MG), e não apenas de um objeto/monumento isoladamente?

Há uma clara valoração por parte de diversas personagens ao lugar de habitação e de visitação, assim como um lar que guarda as memórias, as lembrancas. Cada pessoa pode se identificar com aquele pequeno espaço, os cidadinos também criam vínculos e ligações com suas cidades de habitação, são de fato “construções culturais materializadas ao longo da história”.

Cidades são construções culturais erguidas, materializadas, ao longo da história, em madeira, pedra, aço, concreto. São estruturas físicas, táteis, penetráveis, com as quais se interage fisicamente, afetivamente, de que se guardam lembrancas, e das quais se forma uma memória. Mais ainda, as cidades podem ter suas memórias instituidas como patrimônios, em diferentes instâncias, por exemplo, a nacional ou a mundial [...]¹³¹⁰

A Inspeç ria dos Monumentos Nacionais foi o primeiro órgão de proteção ao patrimônio no Brasil. Criada em 1934, a partir do Museu Histórico Nacional, por iniciativa de Gustavo Barroso, atuando na restauração de monumentos da cidade de Ouro Preto – MG.¹³¹¹ A ideia de defesa dos monumentos históricos já estava caminhando cerca de uma década antes, com a criação das inspeç rias estaduais de monumentos históricos nos estados de Minas Gerais (1926), Bahia (1927) e Pernambuco (1928).

As cidades, nesse momento, começam a se tornar parte importante na definição de estratégias de proteção. A própria criação de inspeç rias estaduais simboliza uma aço por parte do poder público no sentido de viabilizar maiores intervenções patrimoniais em lugares que já demonstravam atratividade por sua história. Tanto que é nestes mesmos estados que se localizam Ouro Preto, Salvador e Olinda, respectivamente, posteriormente tombadas. Pode-se considerar que a criação das inspeç rias, foi parte já do processo de organização das cidades para serem oficialmente inscritas nos livros de tomo.

A preservação e a revitalização dos “Centros Históricos”, como assunto prioritário na política de preservação dos bens culturais e naturais é relativamente recente, tanto no panorama mundial, quanto no âmbito brasileiro.

¹³⁰⁹POULOT, Dominique. **Museu e Museologia**. Trad. Guilherme João Freitas de Teixeira. E-book Kindle. Autêntica Editora, 2013

¹³¹⁰SOUZA, Eliane Bevilacqua Lordello dos Santos. Sete cidades: um estudo das representações sociais das cidades brasileiras patrimônio mundial na Web. **Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo**. Programa de p s-graduação do departamento de arquitetura e urbanismo. EESC-USP/2010

¹³¹¹OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Cultura   Patrimônio**: um guia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

Realmente, até há poucos anos, o enfoque da política, dita preservacionista, era o do “Monumento” em seu sentido etimológico, de edificação notável a ser colocada em destaque. A Carta de Veneza de 1964 foi, certamente, o primeiro documento de caráter internacional a definir que “os sítios urbanos ou rurais”, assim como “as obras modestas que alcançaram com o tempo um significado cultural”, deveriam ser equiparadas aos “Monumentos”, criações arquitetônicas isoladas.¹³¹²

Mas a afetividade do cidadão, em si mesma, não levaria uma cidade a ser oficialmente tombada como patrimônio, posto que numa sociedade movida pelo capital econômico o que se refere apenas ao campo “romântico” não deve em si ser levado em conta para fins de ações públicas. O valor de um bem, nesse caso, da cidade, passa pela especulação financeira e pela demanda político-social de mais poder na coletividade. Nas décadas anteriores à abertura política do país, as ações em prol da preservação patrimonial se restringiram a edificações barrocas. Era a preservação do período colonial que vigorava, num claro movimento para a construção da história oficial do país. Movimento que já havia iniciado desde os anos 1930.¹³¹³

Até o final do decênio de 1960 os estudos patrimoniais estavam estabelecidos no conceito de autenticidade. Porém, sendo o valor patrimonial atribuído por pessoas que estão inseridas nos órgãos governamentais e nas diversas ramificações da cultura, não se pode falar sobre um patrimônio autêntico único da nação brasileira, uma vez que quem estava em posição de identificar o valor do bem era um agente com formação diferenciada dos demais cidadãos, além de pouco investigar o interesse local na definição do que deveria ser tombado ou não.

É dentro deste cenário de políticas públicas voltadas para o patrimônio oficial liderados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ao longo do século XX, que se insere o processo de tombamento do sítio histórico de Olinda, objeto deste projeto de pesquisa. O núcleo original português foi tombado em 1968, pelo IPHAN e reconhecido como Patrimônio Cultural Mundial, em 1982, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).¹³¹⁴

Olinda no século XX, sofre grandes transformações, como a ocupação das áreas litorâneas pela implantação de parcelamentos do solo, partindo do Carmo até a foz do Rio Doce; como a implantação de grandes conjuntos habitacionais, entre as décadas de 40 e 70; como o avanço do mar, a partir da década de 20. A situação urbana de Olinda e seu Sítio Histórico, é hoje o reflexo das transformações sociais, políticas e econômicas que a cidade acumulou ao longo de sua história, conhecendo períodos de crescimento e estagnação, de centro político e econômico e de simples cidade residencial, foram estes períodos de florescimento e declínio, que, construíram e preservaram, em grande parte, os bens edificados desta cidade.¹³¹⁵

É provável que inúmeras intervenções na cidade tenham contribuído para a aceleração do tombamento. A partir da década de 1920 ocorreram mudanças bruscas em sua

¹³¹²TELLES, Augusto C. da Silva. Centros históricos: notas sobre a política brasileira de preservação. **Revista do Patrimônio histórico e artístico nacional**, nº 19, 1984.

¹³¹³OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Cultura é Patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

¹³¹⁴IPHAN. **Centro Histórico de Olinda**. s/d. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/33>, acessado em 08/12/2015.

¹³¹⁵LOPES FILHO, Helvio Polito. **Os valores preservacionistas e o controle urbanístico na área protegida de Olinda**. Artigo. Procurador Geral do Município, s/d.

arquitetura original e até mesmo demolições feitas pelo poder municipal, como é o caso das ruínas do Convento do Carmo em 1907 e da Igreja de São Pedro Mártir, em 1915, uma das mais antigas da cidade.¹³¹⁶ O tombamento de edificações localizadas em Olinda começa a acontecer após o ano de 1938, após a criação do SPHAN. Nesse momento mais de 10 bens são inscritos no Livro de Belas-Artes, mas ainda, de forma isolada. O conjunto do sítio histórico vem a ser inscrito no livro de tomo apenas na década de 1960.

[...] o patrimônio arquitetônico de Olinda, é tombado em conjunto, através da inscrição nº 44, no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; da inscrição 412, no Livro Histórico e inscrição nº 487, no Livro de Belas-Artes, todas em 19 de abril de 1968.¹³¹⁷

A este mesmo tempo já estava vigorando a Carta de Veneza, aprovada no Segundo Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, em 1964, que versava sobre a conservação de sítios, o que corrobora no entendimento de que houve uma ampliação de visão em relação ao tombamento de cidades a partir da Carta:

Artigo 1º - a noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.¹³¹⁸

O processo de tombamento da cidade de Olinda se desenrolou através de décadas entre os diversos níveis de reconhecimento, tanto no Brasil quanto no mundo. A inclusão do polígono de tombamento da cidade de Olinda pelo IPHAN e posteriormente pela UNESCO passaram por análises, recebendo aprovações por parte da comunidade local e dos agentes públicos.

Desta forma, nos interessa investigar quais as representações sociais feitas nesse processo para que Olinda viesse a ser entendida como patrimônio e quais suas repercussões. Que interesses poderiam haver por trás da proteção à memória, à história, à identidade e à cultura local? Buscando sanar essas dúvidas e por conta da escassez de publicações referentes ao patrimônio que é a cidade de Olinda, este é o ponto de partida para a análise histórica do processo que culminou no tombamento deste sítio histórico pelo IPHAN em 1968 e pela UNESCO, em 1982, no sentido de contribuir com a historiografia acerca de Olinda.

Para este fim serão utilizados os conceitos de representação, já que os patrimônios vêm a ser representações da memória social e da identidade local. Tendo a História Cultural como norte, uma vez que ela proporciona uma forma de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo.

A cultura é ainda uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentem de forma cifrada, portando já um significado e uma apreciação valorativa.¹³¹⁹

¹³¹⁶ Ibid.

¹³¹⁷ LOPES FILHO, Helvio Polito. **Os valores preservacionistas e o controle urbanístico na área protegida de Olinda**. Artigo. Procurador Geral do Município, s/d.

¹³¹⁸ Carta de Veneza – Maio de 1964. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>

¹³¹⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

Nos estudos da História Cultural, entendemos que as ideias da elite podem também vir camufladas através da cultura, ou ainda, de valores culturais transmitidos entre as gerações. Neste sentido, cabe a verificação de como o tombamento do sítio histórico de Olinda pode ter sido influenciado por um ideal de determinado grupo em detrimento de outro, também uma investigação mais aprofundada sobre as relações de poder presentes na definição do tombamento da cidade. Uma vez que os significados sobre os patrimônios são construídos por grupos sociais que lhes atribuem sentidos e valores cabe a análise das representações como processos sociais, investigados em seu contexto e relações de força entre os grupos.

No campo das representações, Peter Burke¹³²⁰ nos mostra que a construção do imaginário social, não pode ser tida simplesmente como reflexo da sociedade, mas sim uma representação desta. As representações patrimoniais, seguindo esta linha, fornecem noções sobre quais grupos sociais podem representar a si e aos outros e quais grupos podem apenas ser representados ou até mesmo excluídos de qualquer representação.¹³²¹

É possível verificar que na interpretação do campo das representações sociais, não há algo linear nos anseios dos grupos sociais. Existe sempre uma multiplicidade de interesses, nas escolhas de políticas e intervenções sócio-culturais que determinados grupos estabelecem para a sociedade como um todo, o poder da cultura dominante passa a vigorar no meio. Essa forma de pensar o funcionamento da sociedade, fora de uma hierarquia de práticas, no intuito de ‘decifrar’ as sociedades e as relações e tensões que a constituem, a partir de um ponto de entrada, nesse caso os interesses envolvidos na definição do polígono de tombamento de Olinda, são, de acordo com Chartier¹³²², confirmações de que não há práticas nem estruturas que não seja produzida pelas representações.

Objetivos

Os objetivos (geral e específicos) da pesquisa foram elaborados de forma a investigar quais os interesses envolvidos nas políticas de preservação do IPHAN em relação à Olinda histórica e tem como finalidades:

- Identificar os significados atribuídos ao Sítio Histórico de Olinda no processo de tombamento ocorrido nos anos de 1968 e 1982.
- Definir a importância do papel da memória social e da identidade local na delimitação do polígono do tombamento em Olinda;
- Analisar os interesses públicos na delimitação do polígono de tombamento do espaço para tombamento da cidade;
- Analisar as representações sociais difundidas na imprensa do período sobre a implantação das medidas de conservação do IPHAN.

Metodologia e fontes de pesquisa

Para o alcance deste trabalho é necessária a consulta bibliográfica aos estudos acerca do patrimônio, das políticas de preservação nacional, sobre identidade e representações sociais. Olinda ainda é um objeto de estudo mais escasso na academia brasileira, mas serão utilizadas a dissertação “Transformações dos espaços de habitação do sítio histórico de Olinda”, de André Renato Pina Moreira¹³²³, o “Plano de Gestão do Sítio Histórico de Olinda”, do CECI – ITUC/AL¹³²⁴ – Cátedra UNESCO, a tese “Olinda: uma leitura histórica e psicanalítica

¹³²⁰BURKE, Peter. **O que é história cultural?** / Peter Burke. 2.ed.rev. eampl. – Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

¹³²¹SILVA, Roberto Sabino da. **Litígios patrimoniais: as disputas pela representação do patrimônio nacional (1967-1984)** / Roberto Sabino da Silva, 2012.

¹³²²CHARTIER, Roger. **O mundo como representação.** Estudos avançados, 11, 1991.

¹³²³MOREIRA, André Renato Pina. **Transformações dos espaços de habitação do sítio histórico de Olinda.** Dissertação. Recife, outubro, 2006. UFPE.

¹³²⁴CECI – Centro de Conservação Integrada Urbana e Territorial

da memória sobre a cidade”, de Eliane Vasconcelos do Nascimento¹³²⁵, dentre outros que forem encontrados no decorrer da pesquisa.

Também é fundamental a consulta ao arquivo público do Estado de Pernambuco, à Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ e o arquivo público da cidade de Olinda, bem como a consulta a documentos do IPHAN – PE que possuem os processos referentes aos trâmites do tombamento, termos de regularização e averiguações técnicas, afim de investigar os caminhos pelos quais o processo de tombamento teve que passar para a sua completa formalização. A consulta será feita no Processo 674-T-62.

Também serão realizadas consultas à mídia impressa do período do tombamento da cidade de Olinda, disponibilizada na Hemeroteca Digital Brasileira, Arquivo Público do Estado e FUNDAJ, dentre os quais cabe destacar os jornais *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Comércio* e *A Província*, para definir as representações feitas sobre o tombamento do sítio histórico pelos intelectuais do período. Também para este fim, será feita a consulta à Revista IPHAN, nas edições circulantes nos anos anteriores e posteriores ao tombamento.

ENTRE O PRESENTE E O PASSADO: NARRATIVAS DE PROFESSORAS NO MATO GROSSO CONTEMPORÂNEO

*Regiane Cristina Custódio*¹³²⁶
rccustodius@gmail.com

Resumo: Trata-se de um artigo que tem por referência, narrativas de memórias de professoras que viveram o processo histórico de formação e consolidação de Tangará da Serra, município de Mato Grosso, em que essas mulheres tiveram suas primeiras experiências profissionais durante os anos 70 e 80 do século XX. O município em questão é parte integrante de um processo de (re)ocupação territorial que teve ligação direta com o movimento de expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste do Brasil. Nesse sentido, a migração é um ponto expressivo na história desse lugar. Assim, juntamente com o município que se constituía, foram também essas mulheres, constituindo-se professoras. Em Tangará da Serra, município incorporado à política de integração nacional através da colonização privada, a educação formal foi um elemento importante no objetivo da colonizadora de que as famílias se estabelecessem. Além disso, a escola era um estímulo para atrair novos migrantes que adquiririam terras dos projetos imobiliários. As narrativas foram colhidas sob a metodologia da história oral, que instrumentaliza para o trabalho acadêmico-científico com entrevistas gravadas e este texto, então, se inscreve no campo de estudos da História da Educação e se inspira na História Cultural. Levando em conta, como sugere Maurice Halbwachs (2006), que é na história vivida que nossas memórias se apoiam, e, no contexto do estudo, também a relação que se estabelece entre o presente e o passado e ainda, que algumas professoras estão já aposentadas, algumas indagações se colocam: como as professoras falam sobre o passado? Que memórias da profissão são trazidas à tona no momento enunciativo da entrevista? Como falam sobre a experiência profissional? Como constroem suas reminiscências? Tais indagações levam a uma discussão sobre a identidade

ITUC/AL – Curso de Gestão do Patrimônio Cultural Integrado ao Planejamento Urbano da América Latina

¹³²⁵NASCIMENTO, Eliane Vasconcelos do. Tese. **Olinda: uma leitura histórica e psicanalítica da memória sobre a cidade/** Salvador, 2008.

¹³²⁶ UNEMAT/Tangará da Serra

docente na perspectiva apontada por Thomson (1997) de que a identidade molda as reminiscências e o processo de recordar torna-se uma das principais formas de assumir uma identidade na história que é narrada. As narrativas de memórias são concebidas como documentos da História da Educação. Em outras palavras, uma história da educação a partir de memórias, levando-se em conta o contexto de migração e (re)ocupação em que o município de Tangará da Serra insere-se. Mas por que estudar a história da educação de Tangará da Serra, a partir das memórias de professoras? O objetivo é compreender como essas mulheres tornaram-se ou resignificaram-se como professoras.

Palavras-chave: Professoras. Narrativas. Memórias. Tangará da Serra.

1 Introdução

Trata-se de um texto que tem por referência as narrativas de memórias de professoras que viveram em Mato Grosso o processo histórico de formação e consolidação do município de Tangará da Serra, lugar em que tiveram suas experiências pessoais e profissionais.

As professoras migraram com suas famílias ainda na infância, para Tangará da Serra, um município de Mato Grosso, com 40 anos de emancipação político-administrativa. Elas tornaram-se professoras muito jovens. Antes mesmo de terem realizado uma formação institucional para tal, já atuavam em sala de aula.

Tangará da Serra, por sua vez, foi se constituindo como parte de um processo de (re)ocupação ligado diretamente ao movimento de expansão da fronteira, considerada a frente de expansão da sociedade nacional sobre territórios já ocupados por grupos sociais diversos, e, juntamente com esse lugar que se constituía, essas mulheres (que ainda jovens e sem formação institucional) foram também se constituindo como professoras.

Considera-se importante mencionar que as narrativas foram colhidas sob a metodologia da história oral que instrumentaliza para o trabalho acadêmico-científico com entrevistas gravadas e que este texto se inscreve no campo de estudos da História da Educação e se inspira na História Cultural.

Para a história cultural, como aporte teórico, trata-se de pensar os modos como uma realidade é historicamente construída, pensada, narrada. Em se tratando da metodologia da história oral, esta possibilitou a produção dos dados da pesquisa, assim como demandou a explicitação do conceito de memória e a compreensão de como as professoras reconstroem suas reminiscências instadas pelo evento enunciativo da entrevista, momento em que elaboraram suas narrativas, atravessadas pelas experiências do presente.

Mulheres e homens atribuem significados ao mundo por meio de suas vivências nos grupos em que estão inseridos (família, comunidade, trabalho, igreja, escola). Os papéis que exercem no interior dos grupos sociais em que atuam permitem-lhes reconstruir sentidos, resignificar experiências. Entretanto, o processo de rememoração implica a impossibilidade de reviver aquela experiência primeira, como sugere Antonio Torres Montenegro¹³²⁷. Para este autor, a resignificação é um movimento permanente da memória a partir das experiências que vivemos no presente. E esse movimento está de algum modo, associado a todo um conjunto de processos de fundação de outras memórias, o que pode ser definidor de um amplo espectro de possibilidades de relações que os sujeitos estabelecem com o passado.

Em Mato Grosso, no processo de constituição dos núcleos urbanos nos anos 1970, as mulheres que atuaram como professoras, antes mesmo que as instituições escolares fossem edificadas, ou até mesmo antes que elas apresentassem formação institucional, desempenharam um papel significativo na educação de crianças e jovens que haviam

¹³²⁷ MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e Memória**. A cultura popular revisitada. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

migrado e, assim, contribuíram decisivamente para que essas populações se fixassem nos núcleos urbanos para os quais migraram no período em questão¹³²⁸.

O *corpus* documental aqui analisado permite identificar diversos motivos pelos quais as professoras narradoras ingressaram na profissão docente. Dentre eles, é possível elencar: a) a escolha como algo natural, vocação; b) o exemplo da família e a flexibilidade de horário; c) a inspiração em outros professores, d) as limitações nas opções possíveis ou a falta de opção. Desse modo, seja entre aquelas mulheres que se tornaram professoras em Tangará da Serra, seja entre aquelas que já eram professoras em seus lugares de origem e resignificaram a docência em Tangará. Vale dizer que em alguns depoimentos estão presentes mais de um aspecto, por exemplo, inspiração em outros professores e falta de opção, ou falta de opção e projeção da família sobre a carreira profissional a ser seguida e, assim, por diante. Tentarei agrupá-los por aproximação dos motivos elencados.

Vale ainda destacar que em cada um dos casos, a escolha pela carreira docente foi motivada por algum aspecto que se sobressai e, em alguma medida, ligado aos condicionantes históricos do momento vivido. Apresento, então, as narrativas das professoras que expressam suas escolhas pela profissão docente, a começar pela escolha como algo natural.

2 A escolha como algo natural, vocação ou predestinação

A professora Nadir¹³²⁹ nasceu em 1954, no Paraná e iniciou sua carreira como professora em seu estado de origem no ano de 1972. Anos depois, formou-se em Pedagogia. Migrou para Tangará da Serra em 1981 e começou a trabalhar naquele ano. Atuou no magistério de I a IV. Aposentou-se em 2002. A ênfase da narrativa de Nadir recaiu sobre a relação entre professores e alunos, que, em suas palavras: “naquele tempo era bem melhor do que atualmente”. Ela explicou que isso acontece porque os pais eram mais participativos e ofereciam mais atenção aos filhos. “Naquele tempo” os pais eram mais presentes nas reuniões na escola. Em sua narrativa, falou longamente sobre os alunos “daquele tempo” como jovens e crianças que “respeitavam os mais velhos”. Com a mudança de valores da “sociedade de hoje está muito difícil ser professor hoje em dia”.

A professora Nadir, quando rememora sua inserção no magistério, enfatiza que ser professora foi um fato “determinado” desde a sua infância, quase como algo predestinado.

O que eu mais queria era “ser professora”. Eu não escolhi por acaso, já era determinado desde pequena, brincava de escolinha com outras crianças, eu quem dava as aulas sempre, eu me via professora. [...] Aprendi me espelhando numa profissional comprometida com a educação [...] minha mãe, minha primeira mestra, minha amiga. Eu levava muito a sério tudo o que fazia [...]. No início de minha carreira não se falava tanto em salário, mas sim na mestra, esse nome dava-nos orgulho.¹³³⁰

¹³²⁸ Para saber mais sobre a história da educação em Mato Grosso, pode-se consultar os seguintes autores: BONI, Márcia Regina. **Aventuras e Sacrifícios pela Educação**: histórias de professoras migrantes de Sorriso (MT). Cuiabá: Ed UFMT, 2011. (Coletânea Educação e Relações Raciais). OLIVEIRA, Carlos Edinei. **Migração e Escolarização**. História de instituições escolares de Tangará da Serra, Mato Grosso – Brasil (1964-1976). 2009. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. ROHDEN, Josiane Brolo. **A Reinvenção da Escola**: História, Memórias e Práticas educativas no período colonizatório de Sinop-MT (1973-1979). 2012. Dissertação. (Mestrado em Educação). Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso. TOMÉ, Cristinne Léus. **“Eu Não Sou Professor Não”**: a presença do professor na cidade de Cláudia entre 1978 e 1988. 2009. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

¹³²⁹ Nota metodológica: Importa considerar que os nomes das professoras foram substituídos por pseudônimos.

¹³³⁰ Nadir. Acervo de Memória de Tangará da Serra/MT – Entrevista realizada em: 18/06/2009

Nadir sugere em sua entrevista ter sido uma decisão natural a opção em ser professora, algo “determinado” desde sua infância, o que ela explica pela presença da mãe professora, em quem se inspirava e se “espelhava”. Ao longo de seu depoimento, faz referência à aprendizagem que a mãe lhe proporcionou, destacando-a como a maior inspiradora na escolha em se tornar professora. Assim, prosseguiu seu depoimento:

Minha mãe, foi professora por 27 anos em escolas no Paraná, pedagoga, eu a acompanhava e a admirava muito. Professora dedicada, exigente, um pouco tradicional, mas acho que vem de berço, até influenciei também minhas duas filhas, ambas professoras, uma formada em Letras [...] e a outra, em Matemática [...].¹³³¹

A professora Nadir sugere uma predestinação de sua inserção no magistério. Sua mãe era professora, em decorrência ela deveria ser. O contexto da família e a profissão da mãe foi o estímulo para ter escolhido exercer a docência como ofício. A presença da mãe comparece diversas vezes no depoimento da professora. Tal aspecto de sua formação inicial é insistentemente reforçado, de modo que acredita na influência direta da mãe, do mesmo modo que influenciou suas filhas a se tornarem professoras. O exemplo da família também foi considerado uma das motivações para a inserção na carreira docente, como se pode observar no depoimento da professora Irene.

3 O exemplo da família e a flexibilidade de horário

A professora Irene, por sua vez, narrou a inserção na profissão docente como decorrência do fato de que sua família era constituída de professores e mencionou o filho pequeno e a flexibilidade de horário como fatores consideráveis para mudar de profissão. Irene nasceu em 1955, em São Paulo. Sua família migrou para Tangará da Serra em 1977. Contou que quando iniciou a carreira como professora, em 1981, já havia feito uma graduação e atuava como contadora. Estudou Letras e Pedagogia. Atuou no magistério de I a IV. Atuou também de V a VIII e no Ensino de 2º grau. Aposentou-se em 2008. Irene falou detidamente sobre a defasagem idade e série encontrada em Tangará da Serra quando começou a atuar como professora. Falou de modo pontual sobre vários assuntos, salário, reuniões de planejamento, precário espaço físico da escola. Enfatizou o grande número de alunos que havia e que a escola quase não conseguia comportar, e que o turno intermediário surgiu como alternativa para que pudessem acolher todas as crianças e jovens. O enfoque de sua narrativa recaiu sobre a relação da escola com a comunidade do entorno. Para ela, a comunidade tem de se sentir responsável pela escola e trabalhar em parceria com os professores. Segundo suas palavras:

[...] eu sou de uma família de professores e eu estava sendo naquele momento uma ovelha desgarrada, que eu trabalhava com contabilidade, e daí talvez a influência maior tenha sido o meu filho porque o magistério dá uma flexibilidade de horário melhor e maior do que eu tinha como contadora, e talvez ele foi quem realmente me direcionou para o magistério.¹³³²

Embora tenha destacado fazer parte de uma família de professores e sugerir que daí surgiu o estímulo para se inserir na carreira docente, a professora admitiu que o filho foi quem realmente a direcionou ao exercício do magistério. Assim, ao optar pela carreira docente, podem ser destacadas do depoimento da professora as questões de gênero. A dedicação à família, assim, foi um motivo para a escolha da profissão, visto que o magistério torna possível compatibilizar o trabalho e a condição de mãe.

¹³³¹ Irene. Acervo de Memória de Tangará da Serra/MT – Entrevista realizada em: 18/06/2009

¹³³² Irene. Acervo de Memória de Tangará da Serra/MT – Entrevista realizada em: 11/06/2009

A professora Irene destacou pertencer a uma família de professores e já contar com duas graduações quando começou a lecionar. Ao assumir a docência em Tangará da Serra, viu a necessidade de prosseguir sua formação continuada.

[...] quando eu comecei a dar aula eu já era graduada em dois cursos superiores, e o que demorou um pouco mais foi a especialização, porque naquela época nós fomos fazer em Brasília (sorriu), era complicado, eu fiz minha especialização no ano de 1983. Nós fomos fazer em Brasília, então aqui era assim, em Cuiabá nós fizemos a graduação, mas a especialização tinha que ir para mais longe [...] então nós fomos. Aqui [Tangará da Serra] naquela época a gente contava assim quantos que tinha e se podia dizer ‘fulano tem especialização’, nossa! (Ênfase). [...] naquela época, quem tinha especialização para gente era como se fosse um meio doutorado, e tinha que fazer fora, nós fizemos fora, eu e minhas irmãs e as pessoas que ingressaram no magistério naquela época [...].¹³³³

Uma imagem de si depreende-se do depoimento da professora quando se reporta ao passado. É possível, a partir de sua narrativa, compreender o modo como ela considera que tem de ser um professor, isto é, alguém que disponha de formação superior, que seja responsável e que esteja em constante formação. Assim, ao formular sua resposta acerca da inserção na profissão docente e identificada com o discurso pedagógico, constitui-se como sujeito desse discurso e elabora sua imagem como sujeito da educação. A profissão é referida em relação a um tempo em que as professoras iniciavam suas carreiras com a escolaridade que dispunham e, às vezes, ainda sem a conclusão do segundo grau. Nesse sentido, afirmou ter dado início ao percurso profissional tendo duas graduações o que parece ser algo que se possa considerar como de relativo prestígio naquele contexto. Do mesmo modo, o que menciona acerca da especialização e do que simbolizava na comunidade o título de especialista, parece também ratificar a imagem que constrói de si mesma.

De outra parte, por não haver ainda cursos disponíveis para que os professores continuassem os estudos, aqueles e aquelas que buscavam uma pós-graduação necessitavam ausentar-se de Tangará da Serra, o que culminava em prestígio social e recompensas salariais.

4 Inspiração em outros professores

No que se refere aos professores que em suas trajetórias como estudantes foram inspiração para essa escolha, a professora Juliana, por exemplo, acrescenta também, a carência de opções profissionais existentes naquele momento. Segundo declarou: “[...] Tive influência de algumas professoras que eu gostava muito, que eram muito amigas, mas as opções [em Tangará] eram poucas, então optei por ser professora [...]” (Juliana. Acervo de Memória de Tangará da Serra/MT – Entrevista realizada em: 26/06/2009).

Juliana nasceu em 1954, no Ceará. Migrou para Tangará da Serra em 1979 e começou a trabalhar naquele ano. Formada em Letras, contou que logo que chegou trabalhava com uma turma de “primário” pela manhã e em uma turma de “ginásio” no período vespertino. Aposentou-se em 2004. Juliana discorreu com mais ênfase sobre as ações dos professores para driblar as dificuldades e levar adiante os trabalhos na escola. Mencionou a realização de teatro em que os professores eram os atores, os figurinistas, os diretores e os autores. Eles se preocupavam em trazer novidades para “prender a atenção dos alunos”. “Naquele tempo”, ela relatou, “os professores eram mais criativos”.

Embora mencione a inspiração advinda de suas professoras, optar por “se tornar” professora foi uma decisão em meio ao restrito leque de opções. Diante das restrições, relatou que não desistiu de estudar, prosseguiu aproveitando a oportunidade que estava

¹³³³ Irene. Acervo de Memória de Tangará da Serra/MT – Entrevista realizada em: 11/06/2009

disponível para se formar como professora e já aí, vê-se identificada com o discurso pedagógico e responsável pela própria educação formal.

A professora Clara, que nasceu em 1957, em São Paulo e migrou para Tangará da Serra em 1984. Cursou o Magistério e Letras e Pedagogia. Começou a carreira como professora em 1973, quando ainda morava em Minas Gerais. Em Tangará da Serra, atuou no magistério de I a IV. Aposentou-se em 2008. Clara falou amplamente sobre as reuniões de pais que aconteciam na escola quando começou a trabalhar em Tangará da Serra. Para ela, “naquele tempo” os pais eram mais participativos. E hoje, os alunos parecem viver uma carência afetiva muito maior do que viviam antes. A ênfase de sua narrativa recaiu sobre dois pontos sobre os quais ela mais falou: as dificuldades de deslocamento até as escolas das áreas rurais e sobre o exercício da profissão. Em sua entrevista, enfatizou que o professor é “um ourives que lapida vidas”. Considerou também que, mesmo aposentado, o professor “ainda tem muito a contribuir”. Clara, por sua vez, mencionou uma professora de Português como inspiração para se tornar, também, professora.

[...] uma professora de Português da quinta série foi marcante. Acho que a maior influência foi dela, principalmente porque ela era minha professora de Português, que eu adorava [...] ela me incentivou pelo exemplo, pela postura dela de professora! [Ênfase].¹³³⁴

Ainda que não descreva atributos da referida “postura” da professora de língua portuguesa, o excerto destacado permite inferir, levando em conta sua inspiração na professora citada, que a representação de professor encontra-se caracterizada pela ideia de que é alguém que merece reconhecimento, que é prestigiado e serve de exemplo.

Quando comenta sua inserção na profissão docente, a professora Gisela imprime à sua narrativa um caráter épico-poético, compõe suas reminiscências de modo a destacar um “descobridor” de talentos.

Gisela nasceu no Paraná. Migrou com a família para Tangará da Serra em 1963. Estudou o Magistério em Tangará da Serra, em 1981 e, após dez anos, cursou Pedagogia. Ela contou que quando iniciou a carreira de professora em 1973, estava no “ginásio”. Atuou no magistério de I a IV. O Diário Oficial do Estado de Mato Grosso publicou em outubro de 2013 uma licença da professora. Daí se deduz que ela esteja em exercício. Em sua narrativa Gisela discorreu longamente sobre o talento que nela fora identificado desde as séries iniciais. A ênfase de sua narrativa recaiu sobre boas e duradouras relações sociais que ocorriam dentro e fora da escola. Enfatizou os muitos amigos que conquistou em Tangará da Serra e falou orgulhosa de conseguir criar situações para “chamar os pais para dentro da escola”. Embora tenha destacado os precários recursos didáticos no início de sua carreira como professora, afirmou que conseguia que seus alunos tivessem um considerável nível de aprendizagem. O foco de sua narrativa foi a presença da família em parceria com a escola. Para ela, o aprendizado acontece mais efetivamente quando a família se junta à escola.

Para a professora Gisela ser professora é também descobrir esse talento. Segundo suas palavras:

Não foi que eu escolhi, fui descoberta, eu estudava. Durante o meu primário eu tive como diretor um professor que hoje nós temos uma escola na cidade que leva esse nome em homenagem a esse professor. Ele era meu diretor e a filha dele foi quem me alfabetizou, o fato de eu ter convivido com ele como meu diretor, com a filha dele que era a minha educadora, criou-se não vou dizer vínculo não porque não havia vínculo entre educador-aluno, mas ficou como sendo, e ele me destacava entre os alunos, após seis sete anos, hoje sétima série, na época terceira série ginásial, [...] eu fui descoberta por esse professor, estava abrindo uma sala de

¹³³⁴ Clara. Acervo de Memória de Tangará da Serra/MT – Entrevista realizada em: 12/06/2009

aula na comunidade São José aqui em Tangará da Serra e ele precisava achar um professor, algum morador daquela região, daquela comunidade para ceder aquelas aulas para começar a alfabetizar as crianças da Zona Rural. E o professor então soube de alguém que disse da jovem Gisela, e ele logo associou com aquela aluna que ele teve lá no primário de um a quatro, ele me procurou, isso em 1973, foi na casa dos meus pais e ofereceu essas aulas. Se eu gostaria de dar aula? Eu não sabia, mas de repente me veio assim, eu acho que consigo ensinar sim. Eu aceitei e quando eu aceitei e quando eu comecei a fazer isso, mesmo leiga, eu descobri a aptidão para isso, eu descobri o meu talento, comecei a fazer, gostei e fiquei.¹³³⁵

O que Gisela, considera talento é mencionado como aspecto decisivo para que optasse por esta profissão. Persiste uma identidade assumida como professora devido ao reconhecimento por parte de outrem, um professor, diretor, portanto, alguém autorizado, que por sua posição hierárquica e pela autoridade associada ao conhecimento que possuía, identificou e endossou a inserção de Gisela na profissão docente.

A narrativa da professora Gisela sintetiza vários elementos que, reunidos em seu depoimento, possibilitam que ela reconstrua sua trajetória profissional atenta, especialmente, ao momento de inserção na profissão docente e às condições históricas, como a necessidade de um professor para alfabetizar as crianças da zona rural. Tais aspectos possibilitaram decidir-se por permanecer na profissão até o momento de aposentar-se.

A falta de opção ou a limitada possibilidade de escolha também foi um dos aspectos apontados pelas professoras na escolha da carreira docente, como se pode ver a seguir.

5 Limitações nas opções possíveis ou falta de opção

A professora Marilda nasceu em Minas Gerais. Iniciou a carreira como professora em 1979, quando cursava o segundo ano do Magistério em Tangará. Ela relatou que, naquela ocasião, deu início às atividades trabalhando no curso Mobral. Atuou no magistério de I a IV. Aposentou-se em 2009. Marilda destacou as dificuldades enfrentadas nos primeiros tempos, tanto no que se refere ao povoado, quanto ao que diz respeito à escola. Ao final, discorreu longamente sobre o modo como tratava seus alunos, tendo como referência os professores que teve quando era aluna. Falou sobre a relação entre professor e aluno com entusiasmo e destacou o respeito que tem de ser construído pelo professor, porque para ela o professor tem de se comportar como uma autoridade e “respeitar para ser respeitado”. Marilda menciona que em Tangará da Serra havia uma limitação em selecionar um curso profissionalizante que pudesse auxiliar na escolha da profissão a seguir.

[...] eu escolhi ser professora, a princípio, por falta de opção. Na época, nós tínhamos dois cursos profissionalizantes aqui em Tangará da Serra, um era o magistério e o outro era o técnico em contabilidade, e as meninas da minha época, a maioria queriam trabalhar em escritório, hospital, ninguém queria ser professora. Eu também pensava mais ou menos da mesma maneira, mas como a minha mãe era bastante rigorosa, ela não permitia que eu estudasse à noite o técnico em contabilidade, e por isso eu comecei fazendo o magistério, mas foi muito bom porque eu gosto muito de ser professora.¹³³⁶

¹³³⁵ Gisela. Acervo de Memória de Tangará da Serra/MT – Entrevista realizada em: 06/2009

¹³³⁶ Marilda. Acervo de Memória de Tangará da Serra/MT – Entrevista realizada em: 18/06/2009

No excerto da narrativa da professora comparece a autoridade da mãe que não consentia que a filha estudasse no período noturno, o que de algum modo contribuiu para seu ingresso no curso de Magistério.

Ao buscar lembranças dos motivos que a fizeram optar pela profissão docente, Marilda afirma que, embora relutasse insistentemente em não optar pelo Magistério, seguir e cursar este Curso foi algo bom e hoje, ao compor suas reminiscências sobre o exercício da profissão, ela assume gostar muito de ser professora.

Se Tangará da Serra, por um lado, não apresentava alternativas variadas de escolha, igualmente se apresentava também como espaço para ser ocupado por essas mulheres na condição de professoras.

Ainda que teimassem em não seguir adiante, ainda que tenham iniciado o curso de Magistério sem opção de outras possibilidades, no caso de muitas delas, havia a oportunidade de atuação concomitante à formação, que pouco a pouco permitia assumir o discurso pedagógico e seguir adiante na carreira docente, constituindo-se como sujeito professora ao longo dos anos.

Sobre os motivos que a fizeram optar pela profissão docente, Marilda afirma que fazer o magistério foi algo bom e ela gosta muito de ser professora. Ao falar de si dessa maneira, seu relato demonstra que houve um processo de reelaboração em que Marilda, apesar da falta de opção, acabou identificando-se com o ofício de professora e se reconhece como tal.

A professora Marilda, diferente das demais professoras citadas, não mencionou uma razão pela qual optou pela docência, mas contou que deu início ao seu ofício como professora em Tangará da Serra, enquanto ainda cursava o magistério:

[...] eu estava fazendo magistério, no segundo ano de magistério contava com pouca experiência quando iniciei, trabalhava numa extensão, eu não tive assim pessoas para fazer um acompanhamento mais de perto, então foi um pouco complicado. [...] mas para lecionar, em si, na época foi muito fácil porque nós não tínhamos professores aqui [em Tangará da Serra], muitos professores que não tinham nem terminado o segundo grau estavam dando aula para quinta série, oitava série.¹³³⁷

Dois aspectos de uma mesma questão parecem estar presentes no relato. A inexperiência inicial da carreira carecia de acompanhamento, de orientação, uma lacuna identificada pela professora e traduzida em dificuldade com a qual ela teve de conviver. Mas, mesmo com pouca experiência, ou nenhuma, segundo o depoimento de outras educadoras, as professoras eram necessárias no contexto da (re)ocupação de Tangará.

Embora Marilda mencione ter sentido falta de apoio no início do exercício da docência, ainda que expresse a falta de acompanhamento mais próximo das atividades desenvolvidas pelos professores iniciantes (de modo que pudessem recorrer quando considerassem que uma orientação era necessária), mesmo que reconheça que no início da carreira exercer a docência tenha sido “um pouco complicado”, a professora Marilda afirma que não se deixou intimidar nem pela inexperiência, tampouco pela falta de apoio que agora detecta ter feito falta.

Os condicionantes históricos de ausência de professores no lugar contribuíram para sua adesão à profissão docente e ela então se tornou professora antes mesmo de concluir o curso de magistério. Ao falar sobre seu passado, como as demais professoras, realça a facilidade de ingresso na profissão docente diante da carência de professores enfrentada pelo povoado em sua gênese.

O estudo da história da educação de Tangará da Serra demonstra consonância com a história da educação escolar no Brasil, de modo geral. Segundo observou Circe Bittencourt ao expressar-se em relação aos professores e as disciplinas escolares, a autora escreve:

¹³³⁷ Marilda. Acervo de Memória de Tangará da Serra/MT – Entrevista realizada em: 18/06/2009

“quando acompanhamos a história da educação escolar, percebemos que, [...] os professores vão se especializando, passando de ‘leigos’ a ‘especialistas’”. O professor, por sua vez, é aquele que “transforma o saber a ser ensinado em saber apreendido”.¹³³⁸

6 Considerações finais

Em síntese, é possível afirmar que as mulheres que viveram a condição de professoras, em Tangará da Serra, partilharam algumas vivências comuns em um contexto plural, em decorrência da própria característica inicial de formação do município. Esta formação teve lugar em um contexto de acentuado movimento migratório, carências próprias de uma região que recebia contingentes de população ainda sem infraestrutura adequada e que, igualmente, apresentava características comuns a outros municípios de colonização recente de Mato Grosso no período em estudo. Nesse contexto, ao se identificarem com os discursos sobre a profissão de professor/a em circulação, as professoras narradoras denotam a adesão a determinadas representações sobre a identidade docente, ou ainda os atributos necessários a um professor, aquilo que é comum, seja no discurso pedagógico, seja no discurso oficial da colonização.

No processo de constituição de suas identidades como professoras em Tangará da Serra, vários outros aspectos foram referidos nas narrativas. A própria relação com a sala de aula, quando da primeira vez como professora regente, a ligação com a escola, a presença dos pais dos alunos, a menção aos alunos “naquele tempo”, a importância que atribuíram aos encontros que realizavam para preparar aulas (representada na feitura dos planejamentos), até mesmo a realização das avaliações e as maneiras de concebê-las, bem como os modos como pensam que eram vistas na comunidade, são partes importantíssimas do processo que permitiu a cada uma se tornar ou se resignificar professora naquele contexto.

Com efeito, em Tangará da Serra constituiu-se uma memória coletiva assentada em laços de convivência “familiares, escolares, profissionais”. Tal memória coletiva entretém a memória de seus membros, ela “acrescenta, unifica, diferencia, corrige e passa a limpo”¹³³⁹.

A escola tem lugar nas memórias das professoras com uma visível presença de afetividades e sentimentos de nostalgia, alegria, satisfação, preocupação, principalmente, em relação ao momento em que estiveram pela primeira vez diante de uma turma na condição de professoras titulares.

Falar sobre sujeitos professores de Tangará da Serra, então, é fazer referência às mulheres que atuaram no ensino fundamental (1ª a 4ª séries)¹³⁴⁰. Pesquisar memórias de professoras de Tangará da Serra e buscar conhecer como se deu a inserção dessas mulheres na profissão docente, bem como suas vivências nesse lugar, é considerar as narrativas como exercício de produção de identidades passadas e presentes e que expressam representações da realidade, além disso, expressam os modos como as professoras, sujeitos da educação, narram a si mesmas e como são narradas pelos outros¹³⁴¹.

Trabalhar com narrativas exige que compreendamos o contexto de sua produção como documento de análise para a pesquisa em história da educação. Analisar narrativas é descobrir que é na história vivida por mulheres e homens que as memórias narradas se apoiam. Desse modo, considerar as narrativas como objeto privilegiado de análise significa

¹³³⁸ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**. Fundamentos e Métodos. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 50-51

¹³³⁹ BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**. Lembranças de Velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1983. p. 332

¹³⁴⁰ Terminologia de acordo com as diretrizes da Lei brasileira 5692/1971 que orientava a divisão do ensino em 1º e 2º graus. As séries iniciais correspondem às quatro primeiras séries do ensino de 1º grau.

¹³⁴¹ Para compreender o aspecto ligado aos modos de lembrar e de contar presentes à narrativa, cf.: ERRANTE, Antoinette. Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. In: **História da Educação**. v. 4, n. 8. Pelotas: UFPel, Setembro, 2000, p. 141-174.

estar atento às sensibilidades, às percepções, às leituras de mundo e aos sentimentos daqueles/as que narram.

As narrativas de memórias das professoras narradoras de Tangará da Serra manifestam-se através da linguagem, e o evento enunciativo da entrevista possibilita aos sujeitos das memórias da educação, a construção de sentido em relação ao que se viveu junto ao grupo, constituído como comunidade de memória¹³⁴², do qual o sujeito que narra fez ou faz parte.

A constituição de um processo identitário do trabalho docente em Tangará da Serra mostra-se através de múltiplas identidades. As professoras narradoras em Tangará da Serra fixaram-se. Estudaram no curso de magistério da cidade, casaram-se, constituíram suas próprias famílias e, juntamente com o lugar que se transformava, foram também elas se transformando e se constituindo em uma multiplicidade de papéis: filhas, irmãs, primas, esposas, mães, profissionais professoras, permeadas por múltiplas identidades. Da maneira como as professoras se posicionam em relação à carreira docente, suas memórias construídas no presente apresentam-se em consonância direta com o que propõe Alistair Thomson ao discutir os significados da *composição*. Nessa direção há uma tendência de que as reminiscências sejam compostas de modo a afirmar as identidades pessoais no interior da comunidade específica, no caso aqui a comunidade de memória constituída pelo grupo de referência das professoras narradoras. Seus depoimentos insistem na busca por “reconhecimento” da profissão de professoras, uma espécie de afirmação pública de identidades. Observa-se, então, que o reconhecimento, como propõe Thomson, é o combustível essencial para a sobrevivência social e emocional dos sujeitos¹³⁴³.

Após o que foi dito até aqui, pode-se considerar que as histórias pessoais das professoras, como não poderia deixar de ser, estão amalgamadas com suas histórias profissionais, relacionadas à formação dos grupos de amizade e sociabilidades diversas. Suas experiências profissionais são constitutivas das histórias de suas vidas.

NACIONALISMO E ANOÇÃO DE PATRIMÔNIO: O CASO FRANCÊS.

Rodrigo Cantarelli¹³⁴⁴

rodrigocantarelli@gmail.com

Resumo:As questões ligadas ao Nacionalismo permearam grandes acontecimentos durante o Século XIX, suscitando debates que propiciaram o surgimento de uma série de ferramentas que ajudaram a validar a construção de discursos nacionalistas, sendo uma delas a noção de Patrimônio, e a invenção de um, dito, Patrimônio Nacional. Quando surge, a ideia de Patrimônio está muito ligada a preservação de exemplares significativos da arquitetura de um lugar, e, embora já houvessem discussões sobre a preservação de edifícios históricos anteriores ao Século XIX, é nesse momento que ela toma um grande fôlego e ganha importância. Não se trata apenas de uma coincidência temporal que o período de emergência das questões patrimoniais seja também o mesmota ascensão dos

¹³⁴² Central no pensamento de Maurice Halbwachs está a afirmação de que a memória individual existe a partir de uma memória coletiva, e isto se dá, segundo o autor, tendo em vista que todas as lembranças de um sujeito, homem ou mulher, criança, jovem ou adulto, são constituídas no interior de um grupo social. Cf. HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

¹³⁴³ THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC/SP**, São Paulo, n. 15, p. 51-84, abr. 1997.

¹³⁴⁴ Programa de Pós-Graduação em História – PPGH/UFPE; Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ

nacionalismos. O objetivo desse artigo é, portanto, mostrar como as questões que ligam o nacionalismo e os debates sobre a preservação de edifícios históricos acabam por inventar um patrimônio para a nação, mostrando mais especificamente o caso da França, que, ao longo do século XIX, no período pós-revolução, precisou inventar não somente uma nação, mas também um patrimônio que a caracterizasse.

Palavras-chave: Nacionalismo, Patrimônio, França



Peytret, Jacques, 1666

L'amphitheatre [sic] d'Arlescommeilest, a present, 1666

Coletção Gaignières, Acervo Bibliothèquenationale de France

Disponível em ark:/12148/btv1b6937646x

Introdução

A Arena de Arles, cidade localizada no sul da França, é um anfiteatro romano construído entre os anos 80 e 90 depois de Cristo. Inspirada no Coliseu de Roma, que havia sido inaugurado recentemente, ela é considerada a construção mais importante da colônia romana que ali se estabeleceu. Com o passar dos anos, e a decadência do Império Romano, a arena perdeu sua função original e se transformou numa espécie de fortaleza urbana, consolidando um uso residencial naquele antigo palco de gladiadores. Essa configuração é claramente perceptível no desenho intitulado *L'amphitheatre [sic] d'Arles comme il est, a present* de Jacques Peytret, datado de 1666. Tal função residencial se perpetuou até o fim do Século XVIII, quando a Arena começou a ser desocupada, tendo suas construções medievais demolidas, e sendo reestabelecido um uso primitivo, o de palco de espetáculos. Tal iniciativa está ligada a uma valorização das antigas construções existentes na França, que remetiam a diversos períodos da sua história. A Arena de Arles, classificada como Monumento Histórico em 1840, através da iniciativa do escritor Prosper Mérimée¹³⁴⁵, havia sido transformada num documento de identidade da *Nação Francesa*.

Na introdução da obra *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa mito e realidade*, o historiador Eric Hobsbawm defende que seria impossível compreender a história da humanidade nos dois últimos séculos *sem o entendimento do termo nação e do vocabulário*

¹³⁴⁵ Inspetor de Monumentos históricos desde 1834.

*que dele deriva*¹³⁴⁶. De fato, essas questões permearam grandes acontecimentos durante o período, suscitando debates que propiciaram o surgimento de uma série de ferramentas que ajudaram a validar a construção de discursos nacionalistas, uma delas é a noção de Patrimônio, e a invenção de um, dito, Patrimônio Nacional.

Embora já houvessem discussões sobre a preservação de edifícios históricos anteriores ao século XIX, é nesse momento que ela toma um grande fôlego e ganha importância, não se trata apenas de uma coincidência temporal, o período de emergência das questões patrimoniais é também aquele mesmo de ascensão dos nacionalismos. Um instrumento que validava esses nacionalismos, que Benedict Anderson¹³⁴⁷ chamou de museu, na realidade se trata de uma questão mais ampla, que abarcava edifícios, conjuntos arquitetônicos, cidades, monumentos, obras de arte e coleções diversas que passaram a ser identificados, classificados e protegidos, pois agora passaram a fazer parte de um patrimônio daquela Nação que se formava.

Parece claro, portanto, que as questões ligadas à invenção de um patrimônio nacional acabam por ser indissociáveis das discussões sobre o nacionalismo. O objetivo desse artigo é, portanto, mostrar como as questões que ligam o nacionalismo e os debates sobre a preservação de edifícios históricos acabam por inventar um patrimônio para as nações. Mostraremos ainda o caso da França, que, ao longo do século XIX, no período pós-revolução, precisou inventar não somente uma nação, mas também um patrimônio que a caracterizasse.

Nações, Nacionalismo e Patrimônio.

Embora não se tenha como determinar bem quando surge o conceito de *Nação*, como já dissemos, é impossível compreender a história da humanidade nos dois últimos séculos sem o entendimento desse termo. Para o historiador Eric Hobsbawm, a própria definição de *Nação* é difícil de ser conceituada, afirmando que tanto uma definição subjetiva quanto uma objetiva seriam enganosas e pouco satisfatórias. Para ele, *Nação é qualquer corpo de pessoas suficientemente grande cujos membros consideram-se como membros de uma “nação”*¹³⁴⁸.

Hobsbawm estuda a origem dos termos *nação* e *governo* através de dicionários e enciclopédias, vendo as mudanças com as quais tais conceitos foram passando ao longo do século XIX, quando, a partir de 1884, no Dicionário da Academia Espanhola, governo e nação foram, enfim, ligados. O autor considera que a palavra se desenvolve a fim de descrever grupos fechados, que necessitavam ser diferenciados de outros com os quais coexistiam, destacando os seus lugares de origem. Ele afirma que

Qualquer que seja o significado “próprio e original” (ou qualquer outro) do termo “nação”, ele ainda é claramente diferente de seu significado moderno. Podemos, portanto, sem ir mais além no assunto, aceitar que, em seu sentido moderno e basicamente político, o conceito de nação é historicamente muito recente¹³⁴⁹.

O seja, o conceito de *Nação* como o entendemos hoje, é uma invenção dos últimos séculos. Na introdução da obra clássica de Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas*, Lília Schwarcz afirma que *mais que inventadas, nações são “imaginadas”, no sentido de que fazem sentido para a “alma” e constituem objetos de desejos e projeções*, ainda defendendo que o nacionalismo, a autora afirma que ele

¹³⁴⁶ HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**: programa mito e realidade. São Paulo: Paz e Terra, 2013. p.9.

¹³⁴⁷ ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p.227.

¹³⁴⁸ HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**: programa mito e realidade. São Paulo: Paz e Terra, 2013. p.17.

¹³⁴⁹ Ibid. p.31.

pauta-se pela ideia de que é preciso fazer do novo, antigo, bem como encontrar naturalidade num passado que, na maioria das vezes além de recente não passa de uma seleção, com frequência consciente¹³⁵⁰.

Em outras palavras, os nacionalismos vão tratar de selecionar características de um passado, quase sempre, recente e, por vezes, esquecido, de forma a torná-lo um elemento caracterizador, *tradicional* e importantíssimo na formação da Nação. Partindo-se desse pressuposto, podemos entender, portanto, que a *Nação* é uma entidade concebida *a posteriori*, fruto de um pensamento nacionalista, visto que ela é imaginada a partir de um determinado passado escolhido, e tal Nação só pode ser reconhecida a partir de uma auto identificação dos seus entes integrantes, não sendo uma coisa natural e tampouco permanente. O filósofo e antropólogo Ernest Gellner afirma que

(...) o nacionalismo, que às vezes toma culturas preexistentes e as transforma em nações, algumas vezes as inventa e frequentemente oblitera as culturas preexistentes: isto é uma realidade¹³⁵¹.

O Nacionalismo, portanto, é quem inventa as Nações, e não o contrário, visto que antes da sua *materialização*, uma nação antes precisa ser pensada e inventada, e as culturas preexistentes são *recortadas* e *adaptadas* a fim de atender melhor aos interesses nacionalistas. Benedict Anderson vê a Nação como uma comunidade política imaginada, limitada e aos mesmo tempo soberana, e ainda defende que três instituições foram fundamentais para dar forma a essa imaginação: o censo, o mapa e o museu, que, embora já existissem antes do século XIX, foi nesse período que mudaram a forma e a função de agir em função da construção da imagem do estado nacional. Lília Schwarczdá uma boa explicação do que seriam essas três instituições na visão de Anderson:

Os censos, mais que espelhar, construíram realidades claras e rígidas, permitindo prever políticas para essas populações devidamente imaginadas. Os mapas estabeleceram limites, demarcaram espaços e constituíram um novo discurso cartográfico capaz de comprovar a vetustez das unidades territoriais. Por fim, não se pode descurar da importância da imaginação museológica e dos serviços arqueológicos coloniais que se conformaram como instituições de poder e prestígio. **Edifícios viravam monumentos, e histórias particulares foram consagradas como nacionais, nos novos museus coloniais**¹³⁵² [destaque nosso].

É importante ressaltar que, embora Anderson use a palavra museu, como já dissemos anteriormente, o tratamento que ele dá à questão em seu texto é muito mais amplo e diverso que aqueles presentes na categoria *demuseus*. O trato ali dado, pode ser compreendido para a categoria do Patrimônio como um todo, envolvendo museus, coleções, edifícios, cidades e ruínas arqueológicas. Vale destacar também que, embora ele use como estudo de caso os estados coloniais do Sudeste Asiático, a aplicação dessas ideias para a construção de um conceito de Nação se deu de forma semelhante em várias partes do mundo.

Convém lembrar que o conceito de *Nação* não estava diretamente ligado ao Estado, visto que esses não eram necessariamente homogêneos e os Estados poderiam conter Nações distintas dentro de uma mesma fronteira. Segundo Hobsbawm, a equação *nação* =

¹³⁵⁰ SCHWARCZ, Lília, Moritz apud ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p.10.

¹³⁵¹ GELLNER, Ernest apud Ibid. p.19.

¹³⁵² SCHWARCZ, Lília, Moritz apud ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p.15.

Estado = povo é que vai vincular uma Nação a um território, visto que a definição dos Estados era essencialmente territorial. Para ele, o Estado moderno típico, recebeu sua forma sistemática na era das revoluções francesas, e era caracterizado por *um território (de preferência contínuo e inteiro) dominando a totalidade de seus habitantes; e estava separado de outros territórios semelhantes por fronteiras e limites claramente definidos*¹³⁵³.

Enfim, para Hobsbawm a questão nacional e a forma como um cidadão comum se sentia em relação a sua nacionalidade estavam no topo da agenda política dos Estados, e estes usaram de diversos artifícios para ligar esse cidadão às nações recém inventadas. Um desses artifícios era o, dito, Patrimônio Nacional.

Só por um impulso forte para formar um “povo” é que os cidadãos de um país se tornaram uma espécie de comunidade, embora uma comunidade imaginada, e seus membros, portanto, passaram a procurar (e consequentemente a achar) coisas em comum, lugares, práticas, personagens, lembranças, sinais e símbolos¹³⁵⁴.

Dessa combinação de coisas comuns, como lugares e personagens históricos, é que surge um Patrimônio. André Chastel afirma que

Le mot est ancien, la notion semble immémoriale. Le terme romain de *patrimonium* concerne une légitimité familiale qu’entretient l’héritage; il explicite une relation particulière entre le groupe juridiquement défini et certains biens matériels tout à fait concrets: un espace, un trésor, ou moins encore.¹³⁵⁵

Ou seja, a relação especial surgida entre um grupo, entendido aqui como os membros da nação, e bens materiais mais concretos, como edifícios e objetos históricos, escolhidos como representativos do seu passado é que vai dar forma ao Patrimônio. Ainda é importante lembrar que José Reginaldo Santos Gonçalves¹³⁵⁶ afirma que *acategoria* do Patrimônio, tal como é usada na atualidade, nem sempre conheceu fronteiras tão bem delimitadas, o autor destaca que essa categoria não é uma invenção estritamente moderna, mas que possui um caráter milenar e com ampla distribuição geográfica, já presente na Antiguidade Clássica e na Idade Média. Nesses momentos, muitas culturas constituíram um patrimônio com finalidade mercantil, no entanto, assinalando a existência dos chamados *bens inalienáveis*, impossibilitados social e simbolicamente de serem comercializados ou de circularem amplamente, desenhando, assim, hierarquias fundamentais. O patrimônio, então, confunde-se com uma propriedade, mais precisamente com uma propriedade que é herdada, em oposição àquela adquirida.

Para Gonçalves, as instituições governamentais estão diretamente vinculadas *aos processos de formação simbólica de diversas modalidades de autoconsciência individual e coletiva no ocidente moderno*¹³⁵⁷. O autor aponta que esses objetos desempenham funções

¹³⁵³ HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**: programa mito e realidade. São Paulo: Paz e Terra, 2013. p.115.

¹³⁵⁴ HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**: programa mito e realidade. São Paulo: Paz e Terra, 2013. p.126.

¹³⁵⁵ Em tradução livre: *A palavra é antiga, a noção parece atemporal. O termo romano patrimonium diz respeito a uma legitimidade familiar que mantém o patrimônio; ele expressa uma relação especial entre o grupo legalmente definido e alguns bens materiais bastante concretos: um espaço, um tesouro, ou até menos.* CHASTEL, André. La notion de patrimoine. NORA, Pierre (org.). **Les Lieux de Mémoire**. Paris: Quarto Gallimard. 1997. v.1. pp. 1433.

¹³⁵⁶ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 11, n. 23, 2005, p. 15-36.

¹³⁵⁷ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, 2007. p.25.

identitárias, tanto individuais quanto coletivas, ajudando a construir e organizar a percepção que temos tanto em relação a nós mesmos quanto ao outro. Ele destaca que

(...) quando classificamos determinados conjuntos de objetos materiais como “patrimônios culturais”, esses objetos estão por sua vez a nos inventar, uma vez que eles materializam uma teia de categorias de pensamento por meio das quais nos percebemos individual e coletivamente.¹³⁵⁸

O Patrimônio teria, portanto, uma função de encarnar uma identidade naqueles objetos e lugares escolhidos como tal. Pensamento semelhante ao de Hobsbawm, quando ele afirma que *alternativamente, a herança de partes, regiões e localidades do que havia se tornado “a nação” poderia ser combinada em uma herança nacional (...)*¹³⁵⁹, destacando ainda que

(...) os Estados iriam usar a maquinaria de comunicação, crescentemente poderosa junto a seus habitantes – sobretudo as escolas primárias – para difundir a imagem e a herança da “nação” e inculcar adesão a ela, bem como ligá-los ao país e à bandeira, frequentemente “inventando tradições”, ou mesmo nações, com esse objetivo¹³⁶⁰.

A história da nação se construiria através de legados do passado, que deveriam ser protegidos contra a destruição, fazendo com que, a partir do momento que essas *antiguidades* passaram a ser o suporte de valores simbólicos nacionais, a sua conservação se torne necessária. O patrimônio que, em seu sentido moderno, pode ser interpretado como coleções de objetos móveis e imóveis apropriados, protegidos e expostos por determinados grupos sociais e usado para simbolizar, representar ou comunicar, um passado que se herdou é representado, metaforicamente, como as bases concretas de sustentação de uma *identidade nacional*. Tal estratégia foi largamente utilizada em diversos países, como, por exemplo, a França, onde, uma certa visão da idade média, justificada pelas obras primas artísticas produzidas nesse período, passou a ser associada a ideia de um patrimônio nacional.

O surgimento de uma consciência patrimonial na França

Embora tenha sido a partir do fim do Século XVIII que tomaram forma as grandes ações do governo francês em prol da preservação de edifícios históricos, as primeiras manifestações nesse sentido se deram anos da Revolução. É tido como o marco do surgimento da consciência patrimonial francesa um pedido feito, em 1703, pelo antiquário e colecionador Roger de Gaignières ao rei Luís XIV. Na carta enviada, Gaignières solicita ao rei que ele

défendra de démolir les monuments sans une permission expresse de ceux qui peuvent y être intéressés et qui commettra une personne pour aller dans les provinces les faire dessiner¹³⁶¹.

O próprio Gaignières, acompanhado por desenhistas, se lança nessa missão, enquanto forma uma coleção de aproximadamente vinte e cinco mil desenhos de cidades,

¹³⁵⁸ Ibid. p.29.

¹³⁵⁹ HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**: programa mito e realidade. São Paulo: Paz e Terra, 2013. p.127.

¹³⁶⁰ Ibid. p.128.

¹³⁶¹ Em tradução livre: proíba de demolir os monumentos sem uma permissão expressa daqueles que possam e estejam interessados e que comprometa uma pessoa para ir nas províncias e desenhá-los. GAIGNIÈRES, Roger de *apud* SIRE, Marie-Anne. **La France du Patrimoine: Leschoix de lamémoire**. Paris: Gallimard, 1996. p.16.

monumentos, tumbas, vitrais, tapeçarias, trajes típicos e toda sorte de bens que ele considerou importante registrar¹³⁶². Com a sua morte, em 1715, esse acervo passou a fazer parte das coleções reais, e hoje está depositado na Bibliothèque Nationale de France.

No entanto, não apenas Gaignièrs estava preocupado com a preservação desses bens, ao longo do Século XVIII, uma série de intelectuais franceses *descobriram* monumentos e fizeram campanhas denunciando o mau estado de conservação dos mesmos e as ameaças de demolição. Algumas ações se destacaram como a *descoberta* da arena de Nîmes, por Jean-Jacques Rousseau, em 1737, e as denúncias do abade Mercié, apoiado por Quatremère de Quincy, que, em 1787, impediram a demolição da Fonte dos Inocentes, em Paris.



Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Jacques François Joseph Swebach, 1793

Fontaine des innocents, Élevée sur la place de la halle.

Coleção Hippolyte Destailleur, Acervo Bibliothèque nationale de France

Disponível em: ark:/12148/btv1b10303010x

Em 1790, num texto onde discutia as antiguidades nacionais, o arqueólogo Aubin-Louis Millin chama a atenção dos membros da Assembleia Constituinte sobre a importância de se preservar os *monumentos históricos*, inventando o termo: *c'est aux monuments historiques que nous nous attachons principalement*¹³⁶³. Millin ainda entendia que o *monumento histórico* não eram somente os edifícios, mas também tumbas, estátuas, vitrais e uma série de outros bens que possam desenharem uma imagem da história nacional. Essa nova categoria criada, a de Monumento Histórico, se diferencia do que se entendia até então por Monumento, e Françoise Choay faz a distinção entre esses dois conceitos:

¹³⁶² Um desses documentos ilustra o começo desse artigo.

¹³⁶³ MILLIN, Aubin-Louis *apud* CHASTEL, André. La notion de patrimoine. NORA, Pierre (org.). **Les Lieux de Mémoire**. Paris: Quarto Gallimard. 1997. v.1. p.1447.

(...) o monumento é uma criação deliberada cuja destinação foi pensada a priori, de forma imediata, enquanto o monumento histórico não é, desde o princípio, desejado e criado como tal; ele é constituído a posteriori pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte, que selecionam na massa de edifícios existentes, dentre os quais os monumentos representam apenas uma pequena parte.¹³⁶⁴

Ou seja, para a autora, se, por um lado, a função do *monumento* é estritamente afetiva, sendo criado para perpetuar uma memória determinada; por outro, o *monumento histórico*, articula-se ao processo de construção da história, voltado para comprovação ou ilustração de acontecimentos históricos.

A partir de então, em 16 de dezembro daquele mesmo ano, foi criada a Comissão dos Monumentos, que reuniu artistas e estudiosos, responsáveis pela elaboração das primeiras instruções para inventário e conservação de edifícios e obras de arte. Entretanto, tal comissão não conseguiu conter os atos de vandalismo nos monumentos por ela identificados, como foi o caso das tumbas reais em Saint-Denis, destruídas em agosto de 1793, apesar de existir uma recomendação para preservá-las.

O vínculo entre esses monumentos históricos e a questão da nação francesa só surgiu em primeiro de agosto de 1794, quando o Abade Grégoire denunciou aos membros da Convenção Nacional a febre destrutiva sobre o que ele chamou de *objetos nacionais*, que não seriam propriedades de uma só pessoa, mas sim de toda a *nação francesa*. Grégoire é quem vai denunciar essas destruições causadas pelo Vandalismo Revolucionário, que atacava os bens tanto identificados com o Antigo Regime quanto a Igreja Católica e até mesmo aos períodos medieval e romano, destacando a existência de um patrimônio coletivo do qual a salvaguarda é de utilidade pública e que interessa à memória e à identidade nacional. No seu terceiro relatório apresentado, ele denuncia que o vandalismo se dava por três razões principais: ignorância, imprudência e canalhice¹³⁶⁵.

É importante, ainda, destacar que nesse momento, o acervo móvel confiscado estava sendo reunido em depósitos, que, posteriormente, foram chamados de *Museus*. Munidos de um espírito enciclopedista, foram reunidos objetos como pinturas, esculturas e fragmentos de arquitetura, objetivando ensinar à população civismo, história, e competências técnicas e artísticas¹³⁶⁶. Ainda em 1790, o presidente da Comissão para a Criação de Depósitos, Louis-Georges Bréquigny, propôs uma divisão homogênea desses *depósitos* por toda a França:

Todos os monumentos (bens móveis nacionalizados) de que se trata pertencem à Nação em geral. É preciso, pois, fazer que, na medida do possível, todos os indivíduos possam usufruir deles; e nada, ao que me parece, contribuirá mais para isso que distribuir os depósitos onde ficarão reunidos em cada um dos oitenta e três departamentos de que se compõe a França atualmente (...)¹³⁶⁷

Segundo Choay, os elementos responsáveis, nesse momento, para a não realização desse feito foram tanto os acontecimentos políticos e a situação financeira que o país vivia no momento quanto a *imaturidade em matéria museológica*. Paris fugiu dessa regra. As maiores riquezas técnicas e artísticas confiscadas pela Revolução passaram a ser reunidas no Palácio do Louvre, inaugurado como *Museu Central das Artes*, em 10 de agosto de 1793. O palácio passou a expor na Grande Galeria e no Salão Quadrado uma coleção, formada

¹³⁶⁴CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP. 2001. p.25

¹³⁶⁵SIRE, Marie-Anne. **La France du Patrimoine**: Leschoix de lamémoire. Paris: Gallimard, 1996. p. 20.

¹³⁶⁶CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP. 2001. p.101.

¹³⁶⁷BRÉQUIGNY *apud* Ibid. p.101.

principalmente por pinturas pertencentes à família real e à nobreza, que, aos poucos, foi crescendo e ocupando outras salas do complexo.

Esse projeto civilizador francês foi completado com a criação de outros três museus: o *Musée National d'Histoire Naturelle*, fundado em 10 de junho de 1793 a partir do *Jardin Royal des Plantes Médicinales*, dedicado às ciências naturais; o *Musée des arts et métiers*, criado em 1794 após a sugestão do Abade Grégoire, seria o repositório de modelos, máquinas e instrumentos científicos; e, por fim, o *Musée des Monuments Français*, aberto em 8 de abril de 1796 no convento dos Petits-Augustin.

Paralelo a esse trabalho e objetivando preservar as obras que tenham serventia às artes, às ciências e à educação, surgiram também os primeiros inventários de monumentos, conduzidos em castelos como os de Bagatelle, Marly, Orsay, Saint-Cloud, Fontainebleau e Triannon. Para Jean-Baptiste Mathieu, presidente da comissão das Artes, deveria fazer parte desse inventário:

Les monuments e les antiquités restés intéressants, épargnés et consacrés pas le temps (...) que l'histoire consulte que les arts étudient, que le philosophe observe, que nos yeux aiment à fixer avec ce genre d'intérêt qu'inspirent même la vieillesse des choses e tout ce qui sonne une sorte d'existence au passé¹³⁶⁸.

Um resultado importante desses inventários foi o surgimento das primeiras sociedades arqueológicas, que contribuíram no recenseamento e na descoberta de vários edifícios medievais significativos. Essa nova sensibilidade para construções históricas adquirida pelo grande público estava sendo influenciada de várias formas, inclusive pela literatura. Um dos melhores exemplos desse caso é o romance *Notre-Dame de Paris*, de Victor Hugo, que foi um dos principais defensores da causa patrimonial na França desse período, que afirmou: *Il y a deux choses dans un édifice: son usage e sa beauté. Son usage appartient au propriétaire, sa beauté à tout de monde; c'est donc dépasser son droit que le détruire.*¹³⁶⁹

Apesar dessa sensibilidade crescente e dos diversos inventários, muitos edifícios ainda estavam sendo destruídos ou arruinando-se por falta de conservação, e é nesse momento que entra a figura de François Guizot, que em 21 de outubro de 1830 propõe a criação de um cargo de inspetor geral de Monumentos históricos, assumido pelo político e escritor Ludovic Vitet. O relatório apresentado por ele, em 1831, depois de sua primeira turnê no Norte da França, mostra ainda que as atribuições do seu cargo diziam respeito não só aos monumentos históricos, mas também a museus, bibliotecas, arquivos e escolas de arte.

Em 1834, Vitet sai do cargo e indica Prosper Mérimée para assumir o seu lugar. Mérimée foi um dos intelectuais que mais se destacou na função, sendo o responsável pela preservação de grande parte do patrimônio francês, durante a sua gestão é que foi criada a Comissão dos Monumentos Históricos, que tinha como principal missão distribuir aos diferentes monumentos julgados interessantes os fundos destinados pelo Estado para a sua salvaguarda. Ele também foi o responsável pela criação de uma nova definição na catalogação do patrimônio no país, a de *classement*, que estabelecia uma hierarquia entre os edifícios examinados segundo o interesse que eles representavam para a história nacional.

No entanto, uma legislação mais firme só veio surgir em 1887, cinco anos depois da demolição do Palácio das Tulherias, destruído por um incêndio durante a Comuna de Paris.

¹³⁶⁸ Em tradução livre: *Monumentos e antiguidades que tenham se mantido interessantes, poupados e consagrados pelo tempo (...) que a história consulte o que as artes estudam, o que o filósofo observa, o que os nossos olhos amam ver com esse tipo de interesse que até inspira a velhice das coisas e qualquer coisa que faça soar um tipo de existência do passado.* MATHIEU, Jean Baptiste *apud* SIRE, Marie-Anne. **La France du Patrimoine**: Leschoix de lamémoire. Paris: Gallimard, 1996. p.22.

¹³⁶⁹ Em tradução livre: *Existem duas coisas em um edifício: seu uso e sua beleza. Seu uso pertence ao proprietários, sua beleza a todo mundo; é, portanto, exceder o seu direito que o destrua.* HUGO, Victor *apud* Ibid. p.25-27.

Essa lei determinava que os imóveis, tanto públicos como privados, que tivessem interesse para história ou para a arte, poderiam ser *classificados* em parte ou totalmente. Ficando assim impedida a destruição desses imóveis e qualquer serviço de restauração deveria ser feito com o consentimento do ministro de Instrução pública e Belas Artes, prevendo ainda sanções civis a quem não respeitasse a lei.

No entanto, tal lei não foi suficiente para a proteger os monumentos históricos da maneira esperada, e tampouco impediu a saída do país de obras de arte e antiguidades representativas, como foi o caso dos fragmentos dos claustros dos conventos de Saint-Michel de Cuxa e de Saint-Guilhem-le-Désert, comprados pelo Museu Metropolitano, de Nova Iorque, e incorporados ao seu acervo.

A partir de então, em 1913 surge a atual lei que rege a salvaguarda desse patrimônio nacional, mais rígida, além de prever sanções civis e penais. O campo dos bens patrimoniais havia sido alargado, facilitando o trabalho de proteção desse patrimônio nacional, uma vez que com essa lei não mais se exigia para a classificação um interesse nacional, bastava um interesse público em se preservar tais edifícios¹³⁷⁰. Além disso, a lei também dispensou o consentimento do proprietário do imóvel para a classificação dos bens particulares representativos da memória nacional.

Considerações finais

Percebe-se claramente que a invenção das Nações, ao longo do Século XIX foi resultado de estratégias nacionalistas que ajudaram a construir os Estados como hoje os conhecemos. É importante perceber que vários instrumentos ajudaram a construir essas representações da Nação, como Pierre Nora destaca, *la Nation elle-même est toute entière une représentation*.¹³⁷¹ O conceito de Patrimônio, nesse caso, foi uma ferramenta importantíssima no período e largamente utilizada para construção de um passado para a Nação, uma vez que a imagem de antiguidade é essencial a uma ideia de nação e o patrimônio ajuda a dar forma a essa imagem.

A invenção do Patrimônio é na verdade a invenção de uma tradição, e essas tradições inventadas tentam estabelecer continuidades com um certo passado histórico considerado apropriado, atendendo a algumas necessidades específicas, tais como as relações do povo com o seu passado e a sua identificação como um membro pertencente àquela nação. A França foi um dos países mais importantes nesse aspecto, criando modelos e práticas que acabaram por ser absorvidos e adaptados por outros países, como o Brasil e a Argentina.

No entanto, embora seja uma referência em modelo de preservação, o processo de consolidação de uma prática preservacionista na França, pelas diversas razões citadas, se deu de forma um tanto quanto conturbada e acabou por atravessar o século XIX, como bem disse André Chastel, *Il fallut un demi-siècle pour traduire sous forme officielle l'intuition qu'il existe un patrimoine monumental essentiel à la conscience nationale*.¹³⁷²

¹³⁷⁰ Seria isso uma indicação do enfraquecimento dos discursos nacionalistas perante as questões patrimoniais?

¹³⁷¹ Em tradução livre: *A Nação, ela mesma, é totalmente uma representação*. NORA, Pierre (org.). **Les Lieux de Mémoire**. Paris: Quarto Gallimard. 1997. v.1. p. 571

¹³⁷² Em tradução livre: Foi preciso meio século para traduzir de forma oficial a intuição de que existe um patrimônio monumental essencial a consciência nacional. CHASTEL, André. *La notion de patrimoine*. NORA, Pierre (org.). **Les Lieux de Mémoire**. Paris: Quarto Gallimard. 1997. v.1. p. 1448.

COM PATRIMÔNIO SE BRINCA: RELATO DE UMA EXPERIENCIA EDUCATIVA A PARTIR DO CARNAVAL DE BONECOS GIGANTES DE PERNAMBUCO.

Vanessa Lopo Bezerra.¹³⁷³
ceramica.rio@gmail.com

Resumo: O presente trabalho se desenvolverá a partir do relato de uma experiência pedagógica envolvendo arte, educação e patrimônio cultural. Serão apresentados aspectos relevantes da experiência, processos metodológicos e desdobramentos de um processo educacional que tem como ponto central o patrimônio cultural. Foi proporcionada uma vivência artística a partir dos Bonecos de Olinda, sensibilizando o olhar das crianças e estabelecendo um diálogo entre arte, educação, e patrimônio de maneira lúdica. Os estudantes realizaram pesquisa, analisaram imagens e construíram seus próprios bonecos de papel mache para brincar pelo espaço da escola. A experiência desenvolvida durante aulas de Arte do 5º Ano do Ensino Fundamental I do Colégio Giordano Bruno. O colégio é uma instituição privada de ensino localizada na zona oeste de São Paulo. Para dialogar com a experiência realizada será apresentado em linhas gerais a Abordagem Triangular para o Ensino e Aprendizagem da Arte desenvolvida por Ana Mae Barbosa.¹³⁷⁴ Tal abordagem, adotada desde os anos 1980, traz mudanças importantes para o ensino de Arte, estruturando seu desenvolvimento a partir de três pontos centrais; a criação, a fruição estética, e a contextualização histórica. Trazendo essa contextualização histórica para o campo do patrimônio cultural será possível apontar caminhos e experiências metodológicas. Além desta abordagem pretende-se dialogar com as diretrizes para educação patrimonial. Reconhecer a diversidade de formas simbólicas do patrimônio cultural brasileiro, que estão muito além das consagradas formas arquitetônicas.¹³⁷⁵ De maneira reflexiva pretende-se compartilhar experiências e questionamentos surgidos ao longo deste processo educativo que possam ampliar os debates sobre o tema. Apontar a importância da educação patrimonial por meio da brincadeira e da sensibilidade artística, possibilitando aproximações entre Arte e História.

Palavras chave: Arte - Educação, Vivência, Patrimônio Cultural.

Para falar sobre o ensino de Arte no Brasil devemos ter clareza do que sempre foi considerado arte. Hoje sabemos que todas as sociedades no mundo são produtoras de manifestações e produções simbólicas que convencionamos chamar de 'arte'. Como aponta Danilo Marcondes "o termo *ars*, do qual se deriva nossa palavra "arte", é uma tradução latina para a palavra grega *techné*, que também deu origem em português à palavra 'técnica'¹³⁷⁶ Neste texto Marcondes fala da importância de Leonardo da Vinci e do contexto do Renascimento italiano para as revoluções científicas. Portanto quando estamos falando de arte, estamos falando de um conceito de arte 'Ocidental', clássico, que nasce no seio da sociedade europeia.

No entanto, não podemos colocar na mesma linha conceitual e traduzir o que seja 'arte' de maneira fixa nas matrizes indígena e africana. Apesar dos esforços e das recentes políticas públicas – Lei n. 10.693 de 2003, que traz a necessidade do estudo de História da

¹³⁷³ Vanessa Lopo Bezerra é licenciada em Artes Visuais pela UFRJ, professora de Artes do Ensino Fundamental I do Colégio Giordano Bruno (SP) e mestranda do Programa de Artes Visuais da UNESP.

¹³⁷⁴ BARBOSA, Ana Mae. **A imagem no ensino da arte:** anos oitenta e novos tempos. São Paulo: Perspectiva; Porto Alegre: Fundação IOCHPE, 1991.

¹³⁷⁵ BRASIL: Ministério da Cultura, IPHAN- **Patrimônio:** Práticas e Reflexões. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/MesProfPat_PraticasReflexoes_3.pdf

¹³⁷⁶ MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de filosofia e história das ciências:** a revolução científica – 1ª Ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

África e Cultura Afro-brasileira - para levar conhecimentos sobre as matrizes africana e indígena para dentro da escola, o conceito de arte que se privilegiou sempre foi o europeu. Esta matriz fundamenta todas as diretrizes curriculares e proposições metodológicas desde os primórdios do ensino de arte. Desde o surgimento das primeiras instituições legitimadoras, formadoras e divulgadoras da 'arte' no Brasil.

No século XIX temos a chegada da família real e a implantação da Academia Imperial de Belas-Artes que vai dar origem à atual Escola de Belas Artes da UFRJ. No século XIX é a Academia quem dita as regras, e o modelo artístico francês é implantado no Brasil, para os artistas que se destacam são oferecidas bolsas de viagem à Europa. Mas talvez, não fique claro para quem não é da área de artes o que seja este modelo francês, europeu ou ocidental, descendente do Renascimento. De maneira bastante resumida poderíamos dizer que é o modelo que privilegia uma arte figurativa, que cria modelos de representação da realidade. Por mais que dentro desse padrão 'figurativo' muitas escolas e estilos se diferenciam. Outro legado desta arte ocidental é a noção de artista como 'gênio', como figura que se destaca por sua capacidade expressiva, sujeito que se destacaria das outras pessoas 'mortais' da sociedade.

Logo, podemos observar que o que é tido como 'arte' são as manifestações de uma cultura da elite europeia. Não se pretende aqui negar a importância e a força desta matriz, mas sim problematizar a maneira como ela se estrutura e se reproduz no ensino até dos dias de hoje. Permanecendo de maneira forte e arraigada nos currículos do ensino de arte, tanto em universidades quanto no ensino básico. No século XIX ainda é compreensível que o padrão estabelecido fosse este, mas e nos dias de hoje? Onde fica a contribuição de tantos avanços e pesquisas da Antropologia e das Ciências Sociais em geral? Com a ampliação destas ciências podemos perceber que as concepções de arte das matrizes indígenas e africanas, bem como o conceito de arte é diferente ou até mesmo 'inexistente' (isso não quer dizer que não se tenha produção artística) em outras sociedades. E os educadores tem total responsabilidade e devem pensar nessa diversidade quando formulam seus planejamentos.

No início do século XX temos os movimentos das Vanguardas, dentre os quais Dadaísmo, Cubismo e Surrealismo, propõem uma ruptura com padrões 'clássicos' estabelecidos pelas instituições. No Brasil, a Semana de 1922 tem um importante papel neste contexto, ela também representa um momento de ruptura, de rejeição do modelo de arte oferecido pela Academia. É um momento onde os intelectuais procuram certa 'brasilidade'. Mário de Andrade e o Movimento Antropofágico são figuras importantes para compreender essa transformação que se inicia. No entanto, aponto aqui um problema. Essas linguagens artísticas, trazidas pelas vanguardas europeias, com a consagração do tempo acabam tornando-se modelos igualmente 'acadêmicos', modelos da arte ocidental. Hoje esses artistas que eram vistos como transgressores são tratados como 'clássicos'.

Até aqui foi apresentado um panorama geral do conceito que direciona o ensino de Arte. Vimos também que temos três matrizes culturais distintas na formação de nossa sociedade; europeia, indígena e africana. Acrescento que ainda não sabemos como lidar com essas matrizes de maneira crítica e questionadora para a produção de conhecimento no campo das Artes Visuais.

Foram feitos alguns apontamentos sobre as origens do ensino de Arte no Brasil no âmbito de formação artística e universitária, agora apresento como se fundamenta em nossos dias e no âmbito da Educação Básica. Desde os anos de 1930 até nossos dias muitas transformações foram ocorrendo. Na década de 1930 temos a obrigatoriedade e gratuidade do ensino elementar, em 1934 começou a ser criado em Plano Nacional de Educação. O movimento da Escola Nova também traz grandes contribuições pautadas no pensamento de Dewey e Durkheim, propondo romper com a tradicional relação professor-aluno "trazia a ideia de que o aluno é o agente de sua própria formação e que esta deve estar voltada para uma sociedade mais justa e igualitária"¹³⁷⁷. Neste contexto o ensino de arte em uma escola

¹³⁷⁷ MAZZAMATI, Suca Matos. **Ensino de desenhos nos anos iniciais do ensino fundamental**: reflexões e propostas metodológicas. São Paulo: Edições SM (Somos mestres), 2012. (p.40)

obrigatória e para ‘todos’ ainda é uma coisa muito nova. As contribuições do movimento ‘escolanovista’ vão em busca de um movimento que desenvolva a ‘livre-expressão e a ‘criatividade’.

Por muito tempo o ensino de Arte vai oscilar entre a livre-expressão e a visão tecnicista dos trabalhos manuais que se desenvolvem tanto da ditadura do Estado Novo quanto na ditadura militar. Devemos entender por livre-expressão uma total liberdade de expressão onde o que importa é o desenvolvimento da criatividade, sem se importar com os ‘objetivos’ bem os conhecimentos envolvidos no que o estudante realiza. Após golpe de 1964 vive-se um período da chamada pedagogia liberal tecnicista. “Essa corrente pedagógica desenvolveu-se a partir da década de 1950 nos Estados Unidos, voltadas para a formação de pessoas aptas à servirem às necessidades da intensa industrialização (...)”¹³⁷⁸.

É neste contexto pedagógico tecnicista surge a disciplina de Educação Artística com as Leis de Diretrizes e Bases n. 5540/68 e 5692/71. A disciplina de Educação Artística poderia ser ministrada por professores polivalentes que deveriam abordar temas como música, artes plásticas, teatro e dança. Em 1996 a LDB 9396/96 traz novas mudanças para o ensino de Arte, passando este a ser obrigatório em todos os níveis da educação básica. Neste intervalo de tempo muitos avanços foram se desenvolvendo no campo da Arte-Educação. Foram surgindo instituições no Rio de Janeiro e em São Paulo, as famosas “Escolinhas” que tinham o objetivo formar professores e multiplicadores para o ensino de Arte. Além disso, em 1977 é criado o Primeiro encontro Latino-Americano de Arte-Educação no Rio de Janeiro.

Ana Mae Barbosa é uma figura de grande relevância para o desenvolvimento da Arte-Educação no Brasil. Professora, pesquisadora, fundadora do curso de pós-graduação em Arte-Educação da Universidade de São Paulo. Foi também diretora do Museu de Arte Contemporânea de São Paulo. Barbosa criou uma sistematização para tirar o ensino de arte de dois extremos. Ou se caía no tecnicismo de trabalhos manuais sem um questionamento, ou se caía em um exagero da arte com livre expressão do ser humano, onde qualquer trabalho seria válido. Sua sistematização busca um equilíbrio entre três linhas de ação. Essas três linhas seriam; o ‘fazer artístico’, a ‘apreciação estética’ e a ‘contextualização histórica’.

Na busca pela legitimidade da arte como um campo de conhecimento, onde se possa medir quantitativamente e estabelecer modelos de avaliação equivalentes aos das ciências da natureza muitos educadores ‘endureceram’ essa abordagem, e a linha da contextualização histórica passa a comandar o trabalho. Não se faz mais nada que não esteja vinculado à ‘grande tradição da história da arte’. E o problema desta questão é que na maioria das vezes essa ‘tradição’ não faz o menor sentido para os estudantes nem para os professores. Apesar de tantos avanços no campo das pesquisas muitos instituições de ensino, principalmente as privadas, utilizam materiais onde a ‘contextualização histórica’ é determinante para os outros eixos. Dessa maneira os mecanismos de avaliação são ‘provas’ tecnicistas. Infelizmente têm ocorrido muitas apropriações acríticas e superficiais, transformando o pensamento de Ana Mae em uma ‘metodologia’ para reprodução de materiais e apostilas sistematizadas.

A autora Regina Machado faz uma leitura muito enriquecedora do pensamento de Ana Mae Barbosa. Apresentando a ‘abordagem’ triangular e não a ‘metodologia’ triangular. De metodologia à abordagem. Devemos pensar que uma metodologia sugira um caminho demasiado estreito e limitado, de onde não se possam realizar diálogos e relações mais profundas e complexas como exigem as formas de produção cultural do ser humano. Machado destaca que os três eixos (produção artística, contextualização e leitura de imagem, ou fruição) “podem se manifestar concretamente em redes intermináveis de relações”. Ao longo do texto, são levantadas novas possibilidades de atuação dos três eixos:

Entendo, assim, que o eixo da PRODUÇÃO nomeia não apenas ações que caracterizam a aprendizagem do fazer artístico em contato com os materiais e com os princípios da formatividade das diferentes linguagens artísticas. Ou

¹³⁷⁸ *Ibidem*, 2012, (p.45).

seja, essas ações se referem à capacidade de produzir obras artísticas, mas também à capacidade de produzir leituras e relações conceituais, tão importantes para a experiência da Arte e que também integram a concretização de formas artísticas.¹³⁷⁹

Sobre o eixo da leitura Machado destaca que este é uma maneira de ‘conversar’ com as obras e que este se relaciona também com produção e a percepção.

O exercício da percepção está presente também no processo de produção de formas artísticas, assim como a reflexão sobre a arte, visto que sua característica fundamental tem a vivacidade do instante, da observação de qualidades, da curiosidade, do movimento. (...) ¹³⁸⁰

Sobre a contextualização:

O eixo da CONTEXTUALIZAÇÃO, que eu chamo de contextualizações, abarca as ações que focalizam, por meio de reflexões, os diferentes contextos da arte; a história, a cultura, a circunstância, histórias de vida, estilos e movimentos artísticos.¹³⁸¹

Esta visão apresentada por Regina Machado mostra que a abordagem triangular vai muito além de “aplicar os três eixos nos alunos” e que os eixos devem ser entendidos como numa rede, onde os elementos estão em constante movimento e relacionados de maneira muito mais profunda. Vejamos um exemplo clássico de uma aula que utiliza a ‘metodologia triangular’ e não a abordagem. Suponhamos que o tema seja a obra de Pablo Picasso. Primeiro se fará uma leitura de uma obra escolhida pelo professor, ou a obra que já vier no material didático, na apostila. Em seguida, a contextualização sobre o Cubismo e no momento da produção se faz uma releitura de uma obra utilizando formas geométricas. E para finalizar, o professor se utiliza (o que muitas vezes é obrigado) de instrumentos de avaliação tradicionais, como provas com questões de múltipla escolha. E assim este modelo é seguido e reproduzido de maneira quase automática, onde o professor não se vê como criador, autor de suas proposições artísticas.

Não pretendo, dessa maneira, renegar o Cubismo de Pablo Picasso ou mesmo a matriz do Renascimento, apenas apontar que a ‘contextualização histórica’ que se faz nas aulas de Arte podem ser bastante limitadoras de um caminho de autoria e do envolvimento dos estudantes. Pois muitas vezes impõem uma concepção de arte que está completamente distante da vida dos estudantes daquela comunidade. Como as periferias, as zonas rurais, os sertões, as comunidades ribeirinhas podem se apropriar e dialogar de obras que estão demasiadamente distante dessas comunidades, que não tem significado e nenhuma relação com suas vidas.

Concepção de Patrimônio Cultural

Quando se fala em patrimônio cultural ainda há um senso comum que imagina apenas bens materiais, objetos e monumentos arquitetônicos que possam ser catalogados e quantificados em acervos de museus. É urgente levar essa ampliação do campo do patrimônio para a Educação. As discussões sobre patrimônio imaterial ainda são muito recentes, mesmo tendo sido publicados vários estudos pelo IPHAN faz-se necessário levar esse conhecimentos às práticas dos educadores. Como criar abordagens e debates sobre um

¹³⁷⁹ MACHADO, Regina. **A abordagem triangular no ensino das artes e culturas visuais**. In: BARBOSA, A. M.; CUNHA, F. P. (Org.). São Paulo: Cortez, 2010. (p.65).

¹³⁸⁰ *Ibidem*, 2010, p.65.

¹³⁸¹ *Ibidem*, 2010. (p.66)

objeto que a princípio não se constitui materialmente? E, além disso, está em plena constante mobilidade.

No dia 04 de agosto do ano 2000 é publicado o Decreto n. 3.551 que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial cria o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial. A partir desse momento vem se discutindo o tema e promovendo políticas públicas de salvaguarda. O texto do decreto institui o Livro de Registro onde são registradas as diversas formas de patrimônio;

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social.

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV – Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, peças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

1382

Desde então, muitas manifestações culturais já foram para os Livros de Registro, como o Teatro Popular de Bonecos de Pernambuco, a Roda de Capoeira, o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras (ES), do Frevo, o Maracatu Nação, o Maracatu de baque solto, o Saber artesanal do queijo minas. Enfim, a lista de bens inventariados não é tão grande quanto a diversidade cultural brasileira, no entanto, até agora muitos saberes foram inventariados e estão em processo de registro. Nestes casos os patrimônios não estão nos objetos em si, nas panelas nos bonecos ou nas danças, e sim nos saberes que os compõe. Sendo assim, o patrimônio é *saber fazer*.

Como começou a brincadeira?

Partindo desta concepção de patrimônio cultural imaterial e das reflexões sobre a abordagem triangular foi elaborada uma proposição artística partindo de vários elementos do carnaval pernambucano. O trabalho é desenvolvido com estudantes do 5º Ano do Ensino Fundamental I. Além disto, o projeto está em confluência com a proposta pedagógica do colégio, que tem um olhar muito cuidadoso com a formação do repertório cultural dos estudantes e entende que a autoria é um caminho importante tanto para o educador quanto para o educando.

Ao longo da produção do trabalho algumas perguntas foram surgindo. Como se ‘preserva’ um saber? Como sensibilizar o outro para que valorize um determinado patrimônio artístico.

Não podia ser diferente, tudo começou no carnaval! O colégio tem uma tradição de promover um tarde para que as crianças brinquem o carnaval. Sendo assim, todo ano alguma vivência relacionando principalmente as áreas de Música e Arte é planejada na semana antecedente ao carnaval. As crianças ensaiam ritmos, confeccionam alegorias e se preparam para a tarde da sexta-feira. Porém este ano (2016) foi um pouco diferente, a proposta do quinto se estendeu para além da sexta- feira. A proposição feita às crianças foi criamos bonecos ‘gigantes’ inspirados nos Bonecos Gigantes de Olinda. Não nos limitamos aos bonecos de Olinda, também foram utilizadas referências do carnaval de Recife.

No momento da proposição do trabalho as crianças exclamaram: “Mas o carnaval já vai ter acabado professora!” A princípio as crianças estranharam, pois nós produzíamos algo que pudéssemos utilizar e brincar na sexta feira, e depois seguíamos com outro projeto. Mas

¹³⁸² BRASIL, Ministério da Cultura, IPHAN, Decreto n. 3.551 de 04 de agosto de 2000.

desta vez a brincadeira se estendeu por quase todo o trimestre. Antes mesmo de o trabalho ser proposto já havia sido realizada uma leitura sobre as origens do carnaval com a professora de História. Também relembramos o livro *O Rapto do Galo de Fabiana Karla* que as crianças trabalhado no ano anterior. Na narrativa deste livro as crianças já tiveram contato com alguns personagens como o Galo da Madrugada, o Homem da Meia Noite, o Papa Figo e a Mulher do Dia. Nossas contextualizações históricas aconteceram por meio de conversas em sala, pela apresentação de imagens e por uma pesquisa na sala de informática.

Depois da fase das pesquisas e do levantamento das imagens as crianças foram divididas em grupos e começaram a fazer um primeiro esboço no caderno de desenho. Nesses esboços eles determinaram quais seriam as personagens escolhidas. Surgiram personagens novos, homens, mulheres, galos um caboclo de lança e um ser de duas cabeças. Foram organizados grupos de três estudantes. A escolha das personagens foi feita pelas crianças, elas puderam decidir se iriam criar alguma personagem de sua imaginação ou buscar referências nos bonecos analisados.

Depois dos desenhos definidos começamos a montar a estrutura dos bonecos. Foram utilizados os seguintes materiais; cabo de vassoura, pedaços de madeira, fita crepe, jornal amassado. Dois pedaços madeira formavam a estrutura do boneco. A parte interior da cabeça era feita a partir de uma bola de papel jornal amassado. O processo todo foi bastante trabalhoso e demandou mais da metade do trimestre. Os alunos realizaram tudo de forma bastante autônoma, apenas solicitavam ajuda quando não conseguiam resolver os problemas que surgiam sozinhos.

Os primeiros passos da construção foram montar as estruturas do boneco, prendendo o papel jornal com fita adesiva no cabo de madeira e prepara a massa de papel mache. Nesses momentos de produção do papel mache era nítido como as crianças se divertiam e sentiam prazer no que estavam fazendo (FIG.1).

Figura 1 – Estudante preparando massa de papel.



Fonte: acervo da autora.

Às vezes surgiam conflitos, pois todos queriam participar ao mesmo tempo. Fica claro que a fruição estética vai muito além da leitura das imagens prontas, que muitas vezes era mediada por uma tela de computador. A fruição estética está também nos momentos de produção da obra, pois os materiais empolgam crianças! É quando escutamos “Oba! Hoje vamos mexer com tinta!” ou “Podemos fazer papel mache hoje?” Os materiais despertam os sentidos e as sensibilidades das crianças. Pouco a pouco os bonecos foram ganhando forma, (FIG 2) e aquele projeto que, de início, as crianças não acreditaram, ia se constituindo. A cada aula as crianças iam ganhando mais autonomia e ‘intimidade’ com seus bonecos. Já iam para sala e sabiam onde estavam guardados, pegavam os materiais e continuavam a produzir. Brincavam com eles, davam apelidos.

Figura 2 Boneco de suas cabeças recebendo a massa de papel.



Fonte: Acervo da autora.

Terminaram a pintura, deram vida aos bonecos. Fizeram roupas com pedaços de tecido de chita e outros tecidos coloridos de baixo custo. Colocaram adereços, emprenharam-se na criação de seus bonecos do começo ao fim. Agora estão trabalhando os ritmos de Frevo e do Maracatu nas aulas de música e preparando para o dia de brincar e tocar.

Figura 3 Crianças experimentando seus bonecos ao final do processo.



Fonte: Acervo da autora.

Dessa maneira procurou-se oferecer uma vivência lúdica, não apenas para ensinar a preservar nossos bens culturais. E sim promover uma relação mais profunda com este patrimônio, que certamente ficará na memória afetiva de todos que participaram deste projeto. Dessa maneira procurou fazer-se uma aproximação entre uma abordagem artística e patrimonial e, dessa maneira também propor uma reflexão e uma fuga do excesso de 'eurocentrismo' que ocorre, principalmente nas aulas de Arte. Podemos pensar também em na possibilidade de criar narrativas outras para a história de nossos movimentos culturais.

O COCO DE RODA DO MESTRE BENEDITO DE CABEDELÓ- PB: A PROBLEMÁTICA QUE ENVOLVE A PRESERVAÇÃO DAS TRADIÇÕES CULTURAIS.

Vanusa Diniz Targino¹³⁸³

vanusadiniztargino@hotmail.com

Resumo: As manifestações culturais têm enfrentado inúmeras dificuldades para preservar sua memória e proteger seu legado. Em nossa pesquisa buscamos refletir sobre o coco de roda do Mestre Benedito como patrimônio cultural, procurando identificar os obstáculos e avanços na luta pela preservação desta tradição, que possui um imenso valor sentimental e histórico para o povo de Cabedelo- PB. Dialogamos com os teóricos da Nova História Cultural a exemplo de Carlo Ginzburg (1976); (1989), e Peter Burke (2005). Em busca de construir os conceitos necessários para uma análise apropriada do nosso objeto, utilizamos também as concepções dos teóricos da História Oral, entre eles, Meihy (2015) e Verena Alberti (2004). Para compreender melhor a importância da preservação desta tradição cultural e a memória do grupo de brincantes, buscamos os conceitos de Jacques Le Goff (2003) e Maurice Halbwachs (2006) entre outros. A escolha dos entrevistados foi motivada pela necessidade de perceber o universo do coco de roda em Cabedelo, não apenas através da trajetória do mestre Benedito, mas também, através da experiência dos outros representantes desse universo cultural. Além das fontes orais, fizemos uso das fontes disponíveis que compõem o acervo pessoal de dona Teca do coco, que dispõe de fotografias, recortes de jornais, CD's, vestuários e instrumentos. A pesquisa ainda encontra-se em andamento, no entanto, durante a trajetória percorrida, chegamos à algumas conclusões, tais como: o coco roda do mestre Benedito sofre atualmente com a participação reduzida de crianças, jovens e adultos, como também, o grupo vem enfrentando a ameaça de extinção em função da idade avançada, da líder dona Teca do coco, que está com mais de 70 anos que reclama das dificuldades para encontrar quem dê continuidade ao grupo, ainda identificamos a falta de incentivos para participação de eventos em Cabedelo e em outros municípios.

Palavras-chave: Coco de roda, Cultura, Memória, Identidade.

Quando lembro o tempo passado
De um coco tão animado
Com tanta gente querida
Todas dançando ao meu lado¹³⁸⁴

Esse trecho do coco de roda do mestre Benedito, reflete o saudosismo de uma época em que essas manifestações populares ocupavam um importante papel no cotidiano da cidade, hoje essas tradições culturais têm enfrentado inúmeros obstáculos que dificultam a preservação da memória do grupo e a proteção de seu legado cultural. Em nossa pesquisa buscamos refletir sobre o coco de roda do Mestre Benedito de Cabedelo-PB¹³⁸⁵, procurando identificar os obstáculos e avanços na luta pela preservação desta tradição, que possui um imenso valor sentimental e histórico para os cabedelenses.

¹³⁸³ Graduada em História pela UFPB, mestranda em História pela UFPB

¹³⁸⁴ MELO, Sara. **O ambiente cantado e contado pelos brincantes de coco de roda e ciranda da Paraíba** [dissertação] / Sara Divina Melo da Silva; orientador, Leandro Belinaso Guimarães. – Florianópolis, SC, 2011. 295 p.

¹³⁸⁵ Cabedelo está situada no litoral da Paraíba, localizada a cerca de 19km da capital João Pessoa. A cidade é conhecida por sua orla com belas praias de águas mansas e mornas, trata-se de uma cidade portuária situada na foz do Rio Paraíba do Norte, no encontro entre o rio e o Oceano Atlântico. O povoado surgiu nos arredores do Forte de Santa Catarina, construído nesse local por se tratar de um ponto estratégico na defesa da Capitania da Paraíba.

O coco é uma dança nordestina muito rica em poesia, ritmo e expressão corporal. Muitos afirmam ser a mesma de origem afro-ameríndia. Como em todas as manifestações folclóricas, os elementos étnicos deram a sua contribuição e, neste entrelaçamento racial, o negro deixou no coco a sua marca mais forte.¹³⁸⁶

Os grupos folclóricos sempre foram característica marcante no município, sendo que alguns folguedos ganharam destaque dentre eles; o coco de roda, a lapinha¹³⁸⁷ e a Nau Catarineta¹³⁸⁸. Em alguns momentos da história da cidade, essas festanças com danças e cantorias representavam a principal forma de lazer e divertimento da população.

Os que chegaram a Cabedelo integram-se no mundo lúdico da comunidade praieira. O bairro de Monte Castelo transformou-se, passou a ser um local onde se dançava o coco de roda nos dias e noites de festa e também sem que houvesse motivação, senão o indisfarçável espírito lúdico de seus habitantes.¹³⁸⁹

Na primeira metade do século XX, a cidade de Cabedelo contava com uma grande representatividade de grupos de coco de roda, os brincantes dançavam e cantavam os cocos convidando a população local para a brincadeira que não tinha hora para terminar. Os sons dos zabumbas e dos ganzás ecoavam por todos os cantos do município.

Nesse período as noites de Cabedelo enchiam-se dos sons dos zabumbas e ganzás. Nos mais diversos pontos do povoado proviam-se *Cocos de Roda*. Contou-me a professora Elizabete Ferreira que na noite de 26 de julho de 1930, véspera de Santana, o pai dela encontrava-se pescando e do mar contou doze pontos em Cabedelo onde os zabumbas chamavam para a dança do coco.¹³⁹⁰

A manifestação cultural do coco de roda, não apresenta um modelo único, com relação a dança e música utilizadas durante as apresentações, se destacando o coco praieiro, o coco de umbigada e o coco embolada. Essa variedade de estilos, demonstra a imensa riqueza cultural desse folguedo.

¹³⁸⁶ FRANÇA, Dinalva. **Paraíba em ritmo de folclore, danças e cantigas**. João Pessoa: Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Paraíba, 1988.

¹³⁸⁷ A lapinha mantém viva a manifestação da cultura popular alusiva ao Dia de Reis, comemorado em 06 de Janeiro. O canto e a dança são bem caracterizados no festejo e as cores das vestimentas (vermelho e azul), cada membro do grupo representa uma personagem, conhecida como Diana, a figura central dos cordões e que, geralmente, veste as cores dos dois cordões, seguida de mestra, contramestra, ciganas, borboletas e pastorinhas. O cordão azul e vermelho, ou “encarnado”, disputam as ofertas em dinheiro do público. As pastoras dispostas em duas fileiras, cantam canções cujas letras lembram e louvam o evento do nascimento do menino Jesus e exaltam suas qualidades na disputa. Informações sobre a lapinha de Cabedelo disponível em: <http://www.cabedelo.pb.gov.br/turismo/manifestacoes_populares.asp>.

¹³⁸⁸ A Nau Catarineta é uma dança dramática inspirada nas viagens marítimas portuguesas, atualmente é considerada Patrimônio Cultural e Imaterial do Município de Cabedelo a partir promulgação da Lei nº 1.662, de 23 de setembro de 2013. A dança surgiu em Portugal, no século XVI, baseado no romance Nau Catarineta, do poeta português Almeida Garret. Existem três versões sobre o surgimento da Nau Catarineta em Cabedelo, não havendo unanimidade em relação à verdadeira. O espetáculo traz em sua apresentação uma barca para encenar uma história trágica de naufrágios, com elementos religiosos e cômicos. Informações sobre a lapinha de Cabedelo disponível em: <http://www.cabedelo.pb.gov.br/turismo/manifestacoes_populares.asp>.

¹³⁸⁹ PIMENTEL, A. A. **Coco de Roda**. Edição revisada e ampliada da obra “O coco praieiro”. FIC Augusto dos Anjos. Governo da Paraíba, João pessoa, 2004.

¹³⁹⁰ PIMENTEL, 2004, p. 29.

Ignez Ayala e Marcos Ayala também destacaram essa imensa diversidade de características do coco de roda da Paraíba, na obra intitulada, **Cocos: Alegria e Devoção**, resultado da pesquisa realizada no período de 1992 a 2000.

O interesse pelo estudo dos cocos na Paraíba hoje surgiu devido às dificuldades para sua caracterização. As diferenças de contexto, a natureza dos cocos (dança coletiva, canção ou canto em desafio), as várias formas poéticas e a diversidade de nomes (coco praieiro, coco de roda, coco de embolada etc.) às vezes levam a supor que se trata de mais de uma manifestação cultural sob a mesma denominação.¹³⁹¹

Durante a pesquisa, os autores estiveram em contato com o coco de roda do mestre Benedito do Monte Castelo em Cabedelo, onde puderam gravar os cocos cantados por Teca, filha do mestre e dona Domerina, esposa do mestre. Atualmente dona Teca é a principal responsável pelo coco de roda.

Extrapolamos os limites iniciais e conseguimos, dividindo os integrantes da equipe em vários grupos, registrar depoimentos e cocos em Santa Luzia, Pilar, Utinga (município de Mulungu), Guarabira, Vertente e Caiana dos Crioulos (município de Alagoa Grande), Várzea Nova e Forte Velho (município de Santa Rita), **bairros de Monte Castelo e Camalaú, Praia do Jacaré e Praia do Poço (município de Cabedelo)**, Fagundes (município de Lucena), Jacaré de São Domingos (próximo à Baía da Traição, município de Rio Tinto), Praia de Jacumã e Guruji (município do Conde), além de diversos locais do município de João Pessoa (Torre, Bairro dos Novais, Alto do Céu, Porto de João Tota e Praia da Penha). Dispomos de informações sobre grupos de dança e cantadores de coco em muitas cidades, que ainda não foram contactados.¹³⁹²

Podemos perceber que existe uma representatividade dos grupos de coco, o que torna necessário criar oportunidades para dar visibilidade a esses brincantes e dessa formar estimular a participação de novos membros. Essa extensa pesquisa demonstra como a tradição popular tem buscado resistir ao tempo e as adversidade do mundo contemporâneo.

Em Cabedelo terreno fértil para as manifestações tradicionais da cultura, o coco de roda tem grande destaque, em especial pela atuação do grupo do bairro de Monte Castelo. Seu principal representante foi o Mestre Benedito do coco, esse amante da cultura popular nasceu em 17 de maio de 1915, e faleceu em 10 de junho de 1999, aos 84 anos. Dono de um imenso carisma que cativava todos ao seu redor, durante sua vida, José Benedito foi um grande representante e defensor da cultura popular de seu município. Chegou à Cabedelo na década de 1950, já com seus 30 e poucos anos, trazendo sua esposa Dona Domerina e seus filhos, vindos de navio da cidade de Santos, litoral do Estado de São Paulo, em busca de melhores condições de vida. Antes de morar em Santos, seu Benedito e sua família residiam em Cruz do Espírito Santo na Paraíba, onde já participava da brincadeira do coco de roda. Chegando em Cabedelo, seu Benedito já com seus sete filhos pequenos e sua esposa grávida de seu oitavo rebento, teve dificuldades em conseguir trabalho, até que sua esposa dona Domerina foi pedir ajuda ao padre Alfredo Barbosa pároco da cidade. Padre Alfredo Barbosa conseguiu trabalho para seu Benedito na estiva do porto de Cabedelo, para atuar no embarque e desembarque de mercadorias, o que facilitou para que a família fixasse moradia definitivamente nessa cidade.

¹³⁹¹AYALA M. I. N, e M. Ayala. **Cocos: alegria e devoção** - Crato: Edson Soares Martins Ed., 2015. p. 31.

¹³⁹²AYALA, 2015, p. 44.

O mestre iniciou sua participação na vida cultural do município através da Nau Catarineta, depois passou também a participar do grupo de tradições indígenas Tupi Tamoios¹³⁹³, localizado no bairro de Monte Castelo. A partir desse momento, seu Benedito iniciou sua trajetória no coco de roda de Cabedelo, levando com ele esposa e filhos, o mestre gostava de ver todos na roda brincando, cantando e dançando o coco. Após sua partida o grupo de tradição cultural, continuou vivo, e tornou-se muito conhecido, principalmente em função da atuação da líder dos brincantes e filha do mestre Benedito, Teca do coco.

Ao pensar em nosso objeto de pesquisa, identificamos vários questionamentos, tais como: Como esse grupo de coco de roda resistiu ao tempo? Como essa tradição cultural sobrevivi na contemporaneidade? Qual a importância que o coco do Mestre Benedito teve e tem para o município de Cabedelo? Quais as dificuldades encontradas pelo grupo nos tempos do mestre Benedito, com relação à aceitação e a participação da comunidade local? Qual a motivação inicial para a criação do grupo de brincantes? Qual o contexto histórico do município na época do mestre Benedito? Todas essas interrogações surgiram no decorrer da pesquisa e muitas permaneceram como incógnitas para essa pesquisadora.

Segundo Pimentel o mestre Benedito foi imensamente importante para a manutenção da tradição do coco de roda e de outras representações da cultura popular no Bairro do Monte Castelo em Cabedelo.

(...). Mas, o elemento aglutinador de danças e folguedos era José Benedito que neles envolvia a esposa e os filhos. Estes, desde cedo participaram dos folguedos do pai e da mãe, integraram as rodas de coco, ciranda de adultos, índios, lapinha e barca.¹³⁹⁴

A história desse folguedo, faz parte da história das manifestações culturais do município, e permanece sendo um elemento de identidade dos moradores do Bairro de Monte Castelo. De acordo com Rösen¹³⁹⁵, “o interesse do pensamento histórico está na orientação da vida humana para dentro, ou seja, a história que oferece o suporte para a construção da identidade, e para fora que auxilia na práxis”. Deste modo, as narrativas contadas durante as apresentações, ajudam a compor a identidade e a memória coletiva dos membros do grupo, incentivando à prática e ajudando a manter viva a tradição cultural.

De acordo com Ankersmit¹³⁹⁶, “as evidências não apontam para o passado, mas sim para interpretações do passado”, o historiador desenvolve sua pesquisa com base em evidências selecionadas para auxiliar na construção de uma narrativa histórica, esse texto historiográfico, tem o objetivo de dar sentido e importância a essas evidências do passado. Com base nas concepções de Ankersmit, podemos conceber que a manifestação popular do coco de roda, tem um importante papel na preservação da memória de seus participantes, de modo que essa prática tem um valor incomensurável para a transmissão da história oral, da música, da dança, contribuindo para a manutenção do legado cultural.

Ao analisar algumas letras das músicas do coco de roda do mestre Benedito, podemos perceber como essa produção cultural sofreu influência das lideranças, representando os interesses econômico e políticos da classe dominante, que buscava alcançar através das letras do coco, a promoção e a divulgação dos atrativos naturais como: o rio, o mar, as praias, com o intuito de atrair os turistas para o município. Como podemos observar no trecho abaixo:

Cabedelo pequeno cabo de areia
Que se formou entre o rio e o mar
Vou decantar a sua geografia

¹³⁹³ Grupo de tradições culturais indígenas, em que os participantes vestem trajes tradicionais, dançam e cantam músicas da cultura indígena.

¹³⁹⁴ PIMENTEL, 2004, p. 30.

¹³⁹⁵ RÜSEN, Jörn. **História Viva**: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: UnB, 2007. pág. 87.

¹³⁹⁶ ANKERSMIT, Frank. Historiografia e pós-modernismo. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 2, n.2, p.113-135, mar. 2001.

Que é para turista poder se apaixonar
As praias do meu cabedelo, são muito boas e tão lindas de
se ver¹³⁹⁷

Dentro dessa lógica podemos analisar do texto citado utilizando o conceito de circularidade cultural, visto que os elementos presentes, são característicos dos interesses dos representantes das classes abastadas e letradas do município, por outro lado, o coco de roda é uma manifestação cultural popular, que na sua grande maioria é composta por pessoas pobres da periferia do município.

Para compreender melhor a importância da preservação desta tradição cultural e a memória do grupo de brincantes, buscamos as concepções de Le Goff¹³⁹⁸, “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje”. Para os representantes desse folguedo, o relato da origem do grupo que é narrado por dona Teca antes das apresentações, é parte fundamental para mantê-los unidos e motivados para enfrentar as dificuldades do cotidiano.

Para Le Goff¹³⁹⁹, “tal como o passado não é a história mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objetos e simultaneamente um nível elementar de elaboração histórica. Deste modo, a memória dos membros do grupo de coco de roda, pode manter viva essa tradição cultural, no entanto, essa memória não representa a totalidade da história do grupo.

Segundo Le Goff¹⁴⁰⁰, a memória busca salvar o passado para servir ao presente e ao futuro, essa memória deve ser mantida para a libertação dos homens. Desta forma, buscamos a memória dos antigos membros do grupo de brincantes, para que uma libertação dessa memória coletiva, possa servir de exemplo para as gerações atuais e as futuras gerações, na tentativa de manter viva a tradição popular.

Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstituída sobre uma base comum.¹⁴⁰¹

De acordo com as concepções de Halbwachs, constatamos que a memória coletiva é construída a partir das lembranças comuns dos componentes do grupo, recordações dos momentos de dificuldades, de conflitos e de conquistas, momentos estes, que fazem parte da trajetória da equipe e que não foram esquecidos no tempo.

Segundo Ricoeur¹⁴⁰² “O dever de memória não se limita a guardar o rastro material, escrito ou outro, dos fatos acabados, mas entretém o sentimento de dever a outros, dos quais diremos mais adiante que não são mais, mas já foram”. O importante papel de manter viva a tradição cultural de um povo, concentra a responsabilidade de preservar a identidade, os costumes e tradições, para que eles não se percam em meio as novas e diferentes maneiras de ver o mundo e de se relacionar com os agentes sociais.

O perigo ameaça tanto o conteúdo dado da tradição quanto os seus destinatários. Para ambos o perigo é único e o

¹³⁹⁷ MELO, 2011. p. 285.

¹³⁹⁸ LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. p. 410.

¹³⁹⁹ LE GOFF. 1990, p. 40.

¹⁴⁰⁰ LE GOFF. 1990, p. 411.

¹⁴⁰¹ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. de Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro Editora, 2004.p. 36.

¹⁴⁰² RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 101.

mesmo: deixar-se transformar em instrumento da classe dominante. Em cada época é preciso tentar arrancar a transmissão da tradição ao conformismo que está na iminência de subjugar-la.¹⁴⁰³

Essa prática cultural tem um papel essencial na primordial tarefa de manter viva a memória dos antigos fundadores desses folguedos folclóricos e a transmissão do legado afro-brasileiro, através da oralidade, da música, da dança e das relações sociais. Quando falamos na importância de manter viva a memória da origem do grupo de coco de roda, precisamos pensar na concepção de Benjamin¹⁴⁰⁴, “a reminiscência funda a cadeia da tradição, que transmite os acontecimentos de geração em geração”, e é essa memória que representa a história do povo, suas origens, costumes e tradições, que dá o sentido de grupo social e que é capaz de motivar as gerações mais novas, incentivando os jovens brincantes a dar continuidade a essa prática cultural.

A problemática que envolve a preservação das tradições culturais.

Dentro dessa problemática da valorização das tradições, o folguedo folclórico do coco de roda também tem sofrido transformações ao longo do tempo, enfrentando hoje uma realidade cruel, com a extinção de muitos grupos e a baixa participação de crianças, jovens e adultos nos grupos de ainda resistem.

Dançadores e cantadores revelam-se magoados por presenciarem a perda de interesse pela dança, tanto pelos mais velhos, quanto pelos jovens. A dança muitas vezes é depreciada por quem não integra o conjunto de dançadores e cantadores, como atividade de “preto velho, sem vergonha, pobre e cachaceiro”. Com medo de discriminação, várias pessoas que apreciam a dança e o canto afastam-se dos cocos.¹⁴⁰⁵

Atualmente o grupo do mestre Benedito é formado por poucos familiares e amigos, filho, netos do mestre, que ajudam a manter viva a tradição. A narrativa da criação do coco de roda é contada por dona Teca em quase todas as apresentações, na tentativa de transmitir a experiência e cativas os ouvintes, afinal, como bem disse Benjamin¹⁴⁰⁶, “Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas”. O relato de experiência da mais antiga fundadora viva, não tem alcançado o resultado esperado entre os componentes do folguedo, ou seja, existe uma grande resistência dos jovens em participar e dar continuidade à tradição, em consequência disso, o coco de mestre Benedito vem enfrentando a ameaça de extinção por diversos motivos. Percebemos que o primeiro motivo está na constatação de que parte dos componentes do grupo, entre eles a líder dona Teca, já se encontram em idade avançada, tem enfrentado o cansaço e as dificuldades de locomoção, além de terem reclamado das dificuldades de encontrar quem dê continuidade à brincadeira do coco.

Para Benjamin a pobreza da experiência está na incapacidade de transmissão dos ensinamentos adquiridos, de contar as histórias dos fatos vividos, como uma forma de preparar os filhos e netos para as adversidades da vida. A desvalorização dessas experiências, reflete conseqüentemente na modificação do papel social dos mais velhos, no descaso e no desrespeito com que as gerações mais jovens tratam seus pais, avós, tios e outras

¹⁴⁰³BENJAMIN, Walter: **aviso de incêndio**: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história" / Michael Lowy; tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant, tradução das teses: Jeanne Marie Gagnebin, Marcos Lutz Muller. - São Paulo: Editora BOITEMPO, 2005. p. 65.

¹⁴⁰⁴BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sergio Paulo Rouanet. 3ª Edição, Editora Brasiliense, São Paulo, 1987. p. 211.

¹⁴⁰⁵AYALA, 2015, p. 54.

¹⁴⁰⁶ BENJAMIN, 1987, p. 205.

representações que são responsáveis por transmitir experiência e conhecimento aos mais jovens.

Pobreza de experiência: não se deve imaginar que os homens aspirem a novas experiências. Não, eles aspiram a libertar-se de toda experiência, aspiram a um mundo em que possam ostentar tão pura e tão claramente sua pobreza externa e interna, que algo de decente possa resultar disso. Nem sempre eles são ignorantes ou inexperientes. Muitas vezes, podemos afirmar o oposto: eles "devoraram" tudo, a "cultura" e os "homens", e ficaram saciados e exaustos.¹⁴⁰⁷

De acordo com Meinerz¹⁴⁰⁸, "Os provérbios, as histórias e as narrativas de viagem cingiam o tempo de ver, viver, contar, transmitir e ouvir". Hoje, essas maneiras de propagar os saberes entre as gerações antigas e novas perdeu-se no tempo, inserido nesse debate, o coco de roda que é uma prática cultural transmitida na maioria das vezes de pai para filho, através da oralidade, da música e da dança, essa prática vem perdendo espaço ao longo dos anos, para as novas maneiras que os jovens dispõem para obter conhecimento, tais como, televisão, celular, computador, e muitos outros. Sendo assim, frente a essa realidade dona Teca tem enfrentado muitas dificuldade para convencer seus filhos e netos da importância de manter viva essa prática, que para ela é tão cara, tão essencial ao cotidiano e à história de sua família e de sua comunidade.

De acordo com Benjamin¹⁴⁰⁹, "Ficamos pobres. Abandonamos uma depois da outra todas as peças do patrimônio humano, tivemos que empenhá-las muitas vezes a um centésimo do seu valor para recebermos em troca a moeda miúda do "atual". A sociedade contemporânea está acostumada a mudanças, a informações descartáveis, tudo muda em uma velocidade acelerada, as tradições, os hábitos e costumes que hoje são vistos como práticas folclóricas, antigas e ultrapassadas, fadadas ao esquecimento.

O abandono e o desrespeito ao patrimônio tanto material como imaterial, representa o lugar em que encontra-se hoje, o legado dos povos que formaram nossa nação. Mais grave ainda, é a situação das culturas oriundas dos povos afro-brasileiros e indígenas, que são discriminadas e excluídas da sociedade.

As manifestações culturais afro-brasileiras como o coco de roda, representam uma parte importante na história cultural de nosso povo. Por essa razão é fundamental buscarmos meios para fortalecer e preservar essas heranças, para que as futuras gerações possam também conhecer e vivenciar nosso patrimônio cultural.

Pode-se afirmar que a brincadeira do coco é dança de minorias discriminadas, por diversas condições: pela etnia (negros, índios e seus descendentes), pela situação econômica (pobreza, às vezes extrema), pela escolaridade (iletrados ou semialfabetizados), pelas profissões que exercem na sociedade (agricultores com pequenas propriedades ou sem-terra, assentados rurais, pescadores, pedreiros, domésticas, copeiras de escolas).¹⁴¹⁰

A luta para proteger as heranças culturais afro-brasileiras, vem sendo considerada um elemento fundamental de unidade para os afrodescendentes. Dentro dessa lógica, o coco de roda, que é uma manifestação cultural que em sua grande maioria é composta por representantes do povo simples e humilde, negros, pobres, moradores das periferias, tem

¹⁴⁰⁷ BENJAMIN, 1987, p. 118.

¹⁴⁰⁸ MEINERZ, Andréia. **Concepção de experiência em Walter Benjamin**. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008. p. 32.

¹⁴⁰⁹ BENJAMIN, 1987, p. 119.

¹⁴¹⁰ AYALA, 2015, p. 56.

enfrentado ainda a discriminação e o preconceito étnico e social. Neste sentido torna-se de fundamental importância trazer à tona o que encontra-se escondido, lançar luz sobre nossas heranças culturais afro-brasileiras, dar voz ao atores do cotidiano que lutam para preservar essa manifestação popular.

Desta forma, percebemos no cotidiano das classes populares, as características de uma unidade social, de resistência e de luta pela preservação de suas origens, seus hábitos e costumes. De acordo com Ginzburg¹⁴¹¹, o historiador deve captar e decifrar os indícios, analisando seu objeto de estudo como um médico, pois só atingiremos o geral a partir do particular.

As apresentações que envolvem a cultura local vem apresentando uma baixa participação da comunidade local, a população em geral tem demonstrado ao longo dos anos pouco interesse em prestigiar essas atividades culturais.

Segundo Fernando Abath¹⁴¹² em entrevista recente para essa pesquisa, concluiu que, *“Infelizmente a mídia passa essas expressões artísticas como menores, agora quando você bota a banda Calcinha Preta em Cabedelo, aí a população vai, os municípios limítrofes vão, é uma loucura”*¹⁴¹³. A influência da mídia no dia a dia das pessoas, principalmente na vida dos jovens tem ação direta na definição do que é importante ou não prestigiar. Para Abath, esse comportamento representa uma das principais causas para a perda da influência das tradições culturais. *“Então são muitos apelos e isso levou a essa perda de influência do coco de roda e outras expressões da cultura popular”*¹⁴¹⁴. Para Moreno¹⁴¹⁵ essa realidade é vivenciada por outros grupos de brincantes.

Sendo uma manifestação cultural popular que se transmite de uma geração a outra de forma oral, entende-se o porquê da preocupação dos “velhos” que participam do coco. Segundo as informações destas pessoas, os “mais novos”, embalados pelos ritmos que vêm sendo propagados pela indústria fonográfica, afirmam constantemente que o coco é “coisa de velho”.

Outro grande problema enfrentado pelo grupo de coco de roda de Cabedelo, está na falta de incentivos por parte do poder público municipal, que além de não apoiar a participação do folguedo nos eventos culturais do município, não oferece o apoio necessário à participação dos coquistas em eventos de outros municípios. Como podemos perceber na fala do professor Fernando Abath, *“É fundamental o papel do poder público na preservação da cultura local, a cultura de massa, ela se vira sozinha”*¹⁴¹⁶. Os grupos de cultura popular em sua grande maioria não dispõem dos recursos financeiros necessários a sua sobrevivência, visto que são formados por brincantes que não dispõe de poder econômico que possibilite a compra de instrumentos, vestuários e a aquisição de um transporte próprio.

¹⁴¹¹GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 157.

¹⁴¹²Fernando Antônio Abath Luna Cardoso Cananéa é professor da UFPB, Doutor em Educação/UFPB. Mestre em Educação/UFPB. Especialista em Educação Popular/UFPB. Licenciado em Pedagogia/UFPB. Membro fundador da ONG Associação Artístico Cultural de Cabedelo. Pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa, Ensino e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular/NUPLAR/UFPB e do Grupo de Pesquisa em Extensão Popular/PPGE-CE-UFPB. Coordenador Pedagógico e Presidente do Conselho Editorial do Projeto Editorial Novos Olhares da ONG Maré Produções Artísticas e Educacionais. Membro do Conselho Editorial da Editora Imprell Ltda.

¹⁴¹³ Entrevista concedida por CANANÉA, F. A. A.L.C. Entrevista I [Ago. 2016]. Entrevistadora Vanusa Diniz Targino. João Pessoa, 2016. Alegre, 2010. 1 arquivo .mp3 (01:06:04), 18 págs. Transcritas. Entrevista concedida à pesquisa do mestrado em História da UFPB.

¹⁴¹⁴Ibidem. 2016. p. 18.

¹⁴¹⁵Moreno, J. C. S.O PERFIL DOS COQUISTAS. In. AYALA M. I. N, e M. Ayala. *Cocos: alegria e devoção* - Crato: Edson Soares Martins Ed., 2015. p. 74.

¹⁴¹⁶CANANÉA. 2016, p. 18.

(...) Dona Teca, o coco de roda, as manifestações como lapinha, Nau Catarineta, ciranda são manifestações que não dão dinheiro, elas tem que ter o poder público apoiando, porque essas manifestações vão desaparecer se o poder público não acordar para o seu papel e para a sua responsabilidade, porque a identidade cultural de um povo quer seja de Cabedelo, quer seja de João Pessoa ou do mundo, é responsabilidade do poder público é assim nos países desenvolvidos que preservam sua memória (...).¹⁴¹⁷

Desta forma, percebemos que existe um longo trajeto à ser percorrido para que a cultura popular seja reconhecida e valorizada pela população, seja ela de Cabedelo ou do Brasil, será necessário um esforço mútuo, com a união dos representantes dos grupos folclóricos, do poder público, da sociedade e da educação, mesmo por que não será possível conseguir avançar na luta pela preservação do patrimônio imaterial brasileiro, sem um projeto educacional que possa auxiliar nossas crianças e jovens na construção de suas identidades étnicas, sociais e culturais.

¹⁴¹⁷Ibidem. 2016. p. 18.

A ALMA DAS COMEMORAÇÕES: O SECRETÁRIO PERPÉTUO MÁRIO MELO E O CENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO DE 1817

Amanda Alves Miranda Cavalcanti¹⁴¹⁸
amandacavalcanti1@hotmail.com

Em um de seus relatórios como secretário do Instituto Arqueológico Geográfico Pernambucano (IAGP), Mário Melo afirma que as comemorações do Centenário da Revolução Pernambucana de 1817, ocorridas no dia 6 de março de 1917, tiveram tão ampla magnitude, que foram perpetuadas “na memória de todos”. O evento aconteceu graças às iniciativas do IAGP, mas, principalmente, graças ao trabalho de seu 1º secretário, que ocupou a posição estratégica de organizador deste projeto político-cultural. A realização e o sucesso da festa deram a Mário Melo maior projeção, dentro da instituição e nos demais meios políticos e sociais da cidade de Recife e de Pernambuco. Algo que lhe garantiu, não só a nomeação como secretário perpétuo do IAGP, em 1919, como também o título de “alma das comemorações”, definição atribuída pelo já consagrado historiador Oliveira Lima.

Nesta perspectiva, acreditamos que ser reconhecido como a “alma” das comemorações dos centenários das Revoluções de 1817, como ocorreu com Mário Melo, é ter afirmado seu papel de destaque como mediador cultural. Isso porque, ele foi um historiador que, como evidenciam as comemorações, preocupou-se com a elaboração e implementação de estratégias para a socialização do conhecimento histórico voltadas para um grande público. Seja por ter assumido uma posição estratégica no IAGP, dedicando-se a elaborar projetos de valor para o campo político-cultural; seja por ter se empenhado, sistematicamente, na escrita da história de Pernambuco, utilizando-se dos mais diferentes suportes de circulação de ideias.

Assim, temos como objetivo fazer uma análise das comemorações do Centenário da Revolução de 1817, buscando compreender a atuação de Mário Melo ao liderar a promoção de projetos cívico-educativos que buscavam engrandecer a história de Pernambuco através da iniciativa de construir a ideia da existência de uma “vocaçãõ republicana” na região, proporcionando à população pernambucana “lições de história” de grande valor.

Palavras-chave: Comemoração; Centenário da Revolução de 1817; IAGP; Mário Melo

A festa de hoje é um preito de justiça, é um conforto à alma republicana de Pernambuco, é uma lição aos vivos de agora.¹⁴¹⁹ (Manuel Borba, 1917)

O Instituto Arqueológico Geográfico Pernambucano procedeu o mais acertadamente no modo porque entendeu comemorar o primeiro centenário da revolução de 1817, a única revolução brasileira digna deste nome e credora de entusiasmo pela feição idealista que a distinguiu e lhe dá foros de ensinamento cívico e pela realização que por algum embora pouco tempo lhe coube.¹⁴²⁰ (Oliveira Lima, 1917)

¹⁴¹⁸ Mestranda pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio

¹⁴¹⁹ “Discurso do governador de Pernambuco Manoel Borba na sessão magna no Teatro de Santa Isabel.” Edição de comemoração do centenário da revolução de 1817. **Revista do IAGP**, V. XIX, ns. 95 a 98, 1917. p. 40.

¹⁴²⁰ LIMA, Oliveira. “História da Revolução de Pernambuco”. Edição especial às comemorações do centenário de da Revolução de 1817. **Diário de Pernambuco**. Recife, 6 de março de 1917.

Parece ser sina de todas as revoluções transformarem-se em comemorações. Em forma de culto nostálgico regressivo, os seus rituais procuram simular a ordem que domesticou aqueles ideais que os “heróis” do passado pretenderam inaugurar. Mediante a organização de espetáculos vultosos, busca-se dar novos sentidos aos acontecimentos históricos, reconstruindo-os por meio de efeitos performativos que transmitem uma mensagem progressiva, coerente, linear e continuísta, de acordo com as necessidades do presente.¹⁴²¹

A ideia de comemorar o centenário da Revolução de 1817 foi de grande importância para o fortalecimento político-institucional do IAGP. Não só porque possibilitou a perpetuação da memória do episódio, demarcando o papel de Pernambuco como pioneiro dos ideais republicanos e liberais no país; mas também porque se fundamentou como uma estratégia para que o Instituto, que passava por momentos difíceis, garantisse maior reconhecimento diante dos meios políticos e culturais brasileiros.¹⁴²² Dessa forma, comemorar este evento cívico era possibilitar a rememoração e a exaltação da própria instituição. Para tanto, nada melhor do que organizar uma festa com muitas pompas.

O projeto de comemorar o movimento de 1817 partiu dos historiadores Coelho Leite e Alfredo de Carvalho. Porém, após o falecimento deles, a ideia foi acolhida por Oliveira Lima e Mário Melo. Nesta época, o historiador e diplomata Oliveira Lima já havia se tornado uma referência entre os intelectuais e políticos brasileiros.¹⁴²³ Isso ocorria principalmente entre os pernambucanos, pois, foi um dos mais importantes historiadores que investiu na valorização da história do estado, tendo o livro *Pernambuco: seu desenvolvimento histórico*, escrito em 1895, como um de seus mais emblemáticos trabalhos. Segundo Marina Ribeiro, dentre as temáticas fundamentais que este livro abarca, divulgando a importância dos eventos históricos ocorridos em Pernambuco, Lima situava 1817 como um episódio imprescindível à história nacional¹⁴²⁴. Em seus argumentos, tentava desconstruir a imagem do movimento como separatista, afirmando que o episódio era uma das provas de que Pernambuco já preconizava a defesa de ideias liberais e democráticas, desde o começo do século XIX. Assim, para ele, o movimento de 1817 foi o único digno de se chamar de revolução brasileira, já que fora a partir dele que os brasileiros aprenderam a lutar pela liberdade¹⁴²⁵.

De maneira geral, sua visão histórica buscava conciliar a valorização do passado colonial, monárquico e republicano, transitando entre o enaltecimento de algumas figuras emblemáticas ligadas à monarquia, - como, por exemplo, fez com D. João VI, em seu livro *D. João VI no Brasil (1808-1821)* -, e a positivação dos eventos históricos pernambucanos. Inclusive, o fato de ele ter assumido a postura de valorizar figuras eminentemente ligadas ao Império, custou-lhe a fama de monarquista. Algo discutível, como se vê em seu

¹⁴²¹CATROGA, Fernando. **Nação, Mito e Rito: Religião Civil e comemoralismo** (EUA, França e Portugal). NUDOC-UFC. Fortaleza, 2005.

¹⁴²² Lembrando que, em 1919, o IAGP passa a ser reconhecido como uma instituição de utilidade pública pelo decreto de nº 3675, de 8 de janeiro, além de ganhar uma nova sede: o edifício da Rua do Hospício, onde se localiza até hoje.

¹⁴²³ Nos primeiros anos da República, Oliveira Lima foi nomeado para o serviço no corpo diplomático brasileiro, indo servir em Portugal. Em 1892 foi para Berlim. Três anos depois, ele lançou sua primeira obra historiográfica, *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico*, garantindo seu lugar como sócio correspondente do IHGB. Em 1896, Oliveira Lima foi promovido pelo ministro Carlos Carvalho ao cargo de primeiro-secretário, partindo para Washington. No último ano do século XIX, foi transferido para a embaixada brasileira em Londres, aproximando-se e estreitando laços de amizade com o diplomata Joaquim Nabuco, que lá estava. In: MALATIAN, Teresa. **Oliveira Lima e a construção da nacionalidade**. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, FAPESP, 2011; GOUVEIA, Fernando da Cruz. **Oliveira Lima: Uma biografia**. Recife: IAHP, 1976.

¹⁴²⁴ RIBEIRO, Mariana dos Santos. “O IHGB, o IAGP e as comemorações do centenário da República de 1817”. In: **Construindo Histórias e Memórias: O IHGB e o IAGP em meio às celebrações dos centenários do movimento pernambucano de 1817**. Rio de Janeiro: PUC, Rio, set. 2011.

¹⁴²⁵ LIMA, Oliveira. “História da Revolução de Pernambuco”. Edição especial às comemorações do centenário da Revolução de 1817. **Diário de Pernambuco**. Recife, 6 de março de 1917.

discurso, durante o evento comemorativo na cerimônia do Teatro de Santa Isabel: “O governo de D. João VI aparelhara o Brasil para a vida pública na modalidade nacional: a república completaria condignamente essa obra – assim pensavam os que conspiravam e tramavam a libertação.”¹⁴²⁶

No entanto, o que queremos ressaltar é que Oliveira Lima cumpriu muito bem seu papel de pernambucano, ao engrandecer a importância histórica do seu estado, quando resolveu assumir a presidência da comissão organizadora dos festejos do centenário de 1817. Cargo este que se constituiu, a nosso ver, uma estratégia política do IAGP para angariar visibilidade nacional para a instituição, já que foi atribuído a um intelectual consagrado em todo o Brasil.

Nesse sentido, como não poderia ser diferente, Oliveira Lima também ficou com o encargo de produzir um novo prefácio para o livro *História da Revolução de Pernambuco*, escrito em 1840, por Muniz Tavares. A edição comemorativa foi largamente divulgada, contando com 1500 exemplares, sendo distribuída para todo o Brasil e até no exterior.¹⁴²⁷ Não foi por acaso que este livro foi escolhido para ser reeditado. Trata-se de uma obra de autoria de um dos fundadores do IAGP e “testemunha ocular” do episódio de 1817. Ao elaborar o prefácio, Oliveira Lima não se dispôs a abordar somente o movimento “revolucionário” em si, mas buscou tecer elogios ao autor, qualificando-o com os ditames de republicano, democrático e liberal. Ou seja, comemorar este evento histórico era, ao mesmo tempo, rememorar a história da própria instituição e de seus fundadores, reinventando a trajetória dela e deles no presente republicano.

Portanto, a efeméride de 1817 era a oportunidade perfeita para o IAGP conseguir sair da forte crise que assolava a instituição nas primeiras décadas do século XX – já que a instituição havia ficado sem uma sede, desde 1911¹⁴²⁸ -, e prosseguir com o seu projeto de enfatizar os feitos históricos de Pernambuco.

Como o papel de protagonista das comemorações foi dado ao ilustre historiador Oliveira Lima, ficou a Mário Melo, o primeiro secretário do IAGP, a função de ser aquela figura que, nos bastidores, seria a responsável por articular com os governos dos estados, com as diversas instituições culturais brasileiras e as demais redes de sociabilidade intelectual, o financiamento para o evento. Além disso, seria ele também o encarregado de programar os festejos para que tudo saísse como o desejado.

Vale salientar que, Mário Melo, desde 1909, ano em que ingressa como sócio do IAGP, passou a acumular cargos e assumir funções estratégicas na instituição. Já em 1910, passa a compor a Comissão de Estatuto e Redação da Revista, juntamente com Regueira Costa e Henrique Capitulino, ficando com tal cargo até seus últimos dias de vida, em 1912 torna-se o 1º secretário, assumindo ainda a direção do serviço de organização interna do IAGP. Assim, ao longo dos anos ele foi acumulando muito prestígio e poder na instituição, suficientes para que fosse possível a sua nomeação de secretário executivo da organização das comemorações do centenário da revolução pernambucana de 1817, e depois, em 1919, após o sucesso do evento, ter sido considerado por Oliveira Lima a “alma das comemorações” e ter recebido o título de secretário perpétuo do Instituto Arqueológico.

¹⁴²⁶ “Discurso de Oliveira Lima”. Edição de comemoração do centenário da revolução de 1817. **Revista do IAGP**, V. XIX, ns. 95 a 98, 1917.p.51

¹⁴²⁷ Edição de comemoração do centenário da revolução de 1817. **Revista do IAGP**, V. XIX, ns. 95 a 98, 1917.p. 9.

¹⁴²⁸ No período que vai de 1911 a 1919, o IAGP passava por uma fase bastante difícil, já que, em 1911, na administração do prefeito Arquimedes de Oliveira e Souza, a sede que abrigava a instituição e a Escola Modelo, destinada ao ensino das primeiras letras, localizada na esquina da Rua da Concórdia, foi demolida para a construção e ajardinamento da Praça Joaquim Nabuco. A demolição do prédio aconteceu, sem dar tempo aos membros de obterem outra sede. Dessa forma, os livros e a documentação lá instalados foram guardados em uma sala do Colégio Ginásio Pernambucano, e as peças que compunham o museu, atiradas em seu quintal.

Dessa forma, para produzir uma festa grandiosa com tantas pompas, Mário Melo organizou a programação com as seguintes medidas fundamentais: convidar para as festas os governos e Institutos Históricos de Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará; dirigir-se em nome do IAGP à imprensa pernambucana expressando o desejo de que no dia 6 de março de 1917, cada jornal publicasse uma edição especial comemorativa à data; formar uma comissão composta pelos historiadores Pedro Celso, Fonseca Oliveira e Gaspar Regueira da Costa, para que se entendessem com os diretores da Instrução estadual e municipal, afim de que a mocidade escolar tomasse parte do evento; fazer um concurso para a produção de um monumento que representasse os heróis do movimento de 1817¹⁴²⁹; tornar o dia 6 de março feriado nacional; fazer da bandeira da Revolução de 1817 a bandeira de Pernambuco; articular com os Correios a edição de um selo comemorativo em homenagem ao centenário, e etc.

Estas medidas foram bastante estratégicas para que o centenário ganhasse grande notoriedade no país, de maneira que o evento foi aproveitado como oportunidade para a projeção de Pernambuco e do próprio IAGP. Em relação à ideia de oficializar a data do centenário como feriado nacional, os esforços do IAGP, de início, foram um sucesso. O governo federal se associou às comemorações, “declarando feriado o dia 6 de março em todo o território nacional e fazendo circular os novos selos comemorativos do centenário.”¹⁴³⁰ Porém, posteriormente, o feriado nacional de 6 de março foi revogado. Diferentemente do que aconteceu com o 21 de Abril, cada vez mais incorporado à memória histórica dos brasileiros como a data que representava os princípios de liberdade e republicanismo, o dia 6 de março ficou restrito à memória pernambucana¹⁴³¹. Logo, a implantação de feriados nacionais pode ser vista como um bom barômetro para medir as disputas de memória e o perfil dos “grandes homens” que as políticas da memória nacional procuravam eleger para topo do Olimpo cívico.¹⁴³²

A adoção da bandeira da Revolução de 1817 como a bandeira do estado pernambucano foi uma proposta de Oliveira Lima ao governo federal. Em um ofício redigido no dia 8 de fevereiro de 1917, ele argumentou que o seu pedido tinha legitimidade, tendo

¹⁴²⁹ Este concurso para a produção do monumento ficou aberto do dia 6 de março até o dia 6 de julho. Na impossibilidade de personificar o movimento em uma só figura, pois ele se estendeu a quatro províncias - Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará – a comissão do concurso alegou que o monumento deveria ter um aspecto simbólico, “não só dos referidos ideais revolucionários, como da organização dada à efêmera república pelos que a dirigiram.” In: “Centenário da Revolução de 1817”. Edição especial às comemorações do centenário da Revolução de 1817, **Diário de Pernambuco**. Recife, 6 de março de 1917.

¹⁴³⁰ “A comemoração nos Estados”. Edição de comemoração do centenário da revolução de 1817. **Revista do IAGP**, V. XIX, ns. 95 a 98, 1917. p. 343.

¹⁴³¹ De uma forma geral, podemos dizer que a República elegeu a figura de Tiradentes para representar emblematicamente o herói nacional. O esforço de vários intelectuais republicanos em positivar a figura de Tiradentes, certamente contou com o apoio e o incentivo do Estado. Nos primeiros anos da República, por exemplo, o 21 de abril foi estabelecido como feriado nacional, enquanto o 6 de março de 1817 era lembrado e celebrado apenas como uma das datas importantes do calendário cívico oficial. O destaque para os eventos pernambucanos foi uma bandeira dos intelectuais do IAGP, que enredavam os seus argumentos com a finalidade de desprestigiar a Conjuração Mineira e o alferes Tiradentes. Nos jornais pernambucanos, na *Revista do IAGP* e em diversas publicações, os intelectuais defensores da importância da celebração dos movimentos pernambucanos lamentavam o esquecimento da memória dos “heróis” de 1817 e cobravam das autoridades do Estado republicano a reparação de tal “injustiça”. Apesar de o Movimento Pernambucano de 1817 também ter sido situado pela República como símbolo nacional importante, o que os intelectuais pernambucanos reivindicavam era, sobretudo, um lugar de destaque para os heróis pernambucanos na escrita da história nacional. In: RIBEIRO, Mariana dos Santos. “O IHGB, O IAGP e as comemorações do centenário da República de 1817”. In: **Construindo Histórias e Memórias: O IHGB e o IAGP em meio às celebrações dos centenários do movimento pernambucano de 1817**. Rio de Janeiro: PUCRio, set. 2011.

¹⁴³² CATROGA, Fernando. **Nação, Mito e Rito: Religião Civil e comemoralismo (EUA, França e Portugal)**. NUDOC-UFC. Fortaleza, 2005. p. 40.

em vista o fato de que vários estados da União também haviam decidido adotar as suas próprias bandeiras estaduais, dentre eles, a Bahia, o Rio Grande do Sul, o Pará e Santa Catarina. O pedido enviado por Oliveira Lima ressaltava a importância do realce à tradição republicana de Pernambuco através dessa iniciativa:

São bandeiras essas que carecem de reconhecimento internacional e não dispõem principalmente de valia política, mas que envolvem a consagração das tradições particulares da terra que representam e devem ser tiradas como o complemento necessário dos respectivos escudos d'armas (...). Pernambuco prestaria pois uma homenagem mais aos mártires de 1817, perfilhando o pavilhão em que eles simbolizam o seu sonho de liberdade que o Império tornou uma realidade e que a República consagrou na Federação por ela organizada.¹⁴³³

A proposta de Oliveira Lima foi aprovada pelo governo do estado pernambucano, tendo configurado uma vitória importante para a positivação do evento. A bandeira do estado Pernambuco, que se oficializou em 1917, pelo governador Manuel Borba¹⁴³⁴, sofreu apenas algumas modificações, deixando de possuir três estrelas, que representavam os estados da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, para contar com apenas uma, que retratava Pernambuco.¹⁴³⁵ Além da bandeira, também foram produzidos e retomados alguns hinos para serem cantados pelas alunas da Escola Normal durante os festejos. O hino que se destacou foi o “Hino do Centenário”, música criada pelo maestro pernambucano Euclides Fonseca e letra do historiador França Pereira, cantado durante a cerimônia de comemoração do dia 6 de março na sessão solene que aconteceu no Teatro de Santa Isabel.¹⁴³⁶ De modo geral, podemos dizer que tanto o hino quando a bandeira se inserem nos rituais cívicos como elementos simbólicos carregados “do peso da tradição”. Ou seja, quando são instituídos ganham estatuto de legítimos representantes do passado e da memória histórica de Pernambuco. Eles funcionam como um investimento de memória, pelos estímulos sensoriais do olhar e do ouvir e, quando são implantados no cotidiano e constantemente utilizados, passam a mobilizar fortes sentimentos de pertença, estimulando, nas multidões, uma relação quase que sagrada.¹⁴³⁷

¹⁴³³ “A bandeira da república de 1817”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 17 de fevereiro de 1917. P.1; “A bandeira da república de 1817”. Edição de comemoração do centenário da revolução de 1817. **Revista do IAGP**, V. XIX, ns. 95 a 98, 1917. p. 168.

¹⁴³⁴ Vale ressaltar que Manuel Borba mantinha fortes alianças com o IAGP, intermediadas por Mário Melo, seu grande admirador. Durante o seu governo, que durou de 1915 a 1919, ele ajudou a instituição sair da crise que permanecia desde a demolição de sua sede, em 1911. Ele vai estabelecer uma política de apoio incondicional ao Instituto, ao financiar, junto com o governo federal, as comemorações do centenário de 1817, e posteriormente, em 1919, ao reconhecer a instituição como de “utilidade pública”, concebendo-a uma nova sede.

¹⁴³⁵ Sobre a descrição da bandeira e seus elementos simbólicos, fala-se: “considerando finalmente que essa bandeira é de uma estética simples e graciosa no seu simbolismo, significando o arco-íris, a concórdia oferecida às gentes que quiserem unir seus destinos aos dos pernambucanos; o sol, a pujança deste astro no equador, e a cruz a insígnia que serviu à primitiva designação no Brasil; (...) Esta bandeira é bicolor, azul escuro e branca, sendo as cores partidas horizontalmente, em suas seções desiguais e tendo, no retângulo superior e maior, azul, o arco-íris com uma estrela em cima e por baixo o sol, dentro do semicírculo; no inferior e menor, branco, uma cruz vermelha. O sol e a estrela são de ouro”. In: “A bandeira de Pernambuco”. Edição de comemoração do centenário da revolução de 1817. **Revista do IAGP**, V. XIX, ns. 95 a 98, 1917. p. 169-170.

¹⁴³⁶ “Hino do centenário”. Edição de comemoração do centenário da revolução de 1817. **Revista do IAGP**, V. XIX, ns. 95 a 98, 1917. p. 41-42.

¹⁴³⁷ RIVIÈRE, Claude. **As Liturgias Políticas**. Rio de Janeiro: Imago, 1989; RIBEIRO, Genes Duarte. “Cultura Histórica, memória e comemorações: o centenário de nascimento do presidente João Pessoa na Paraíba em 1978”. **Saeculum – Revista de História**. n 23, João Pessoa, jul/dez. 2010.

Cunhou-se também uma medalha comemorativa, que, ao invés de representar simbolicamente os ideais de 1817, como foi proposto no concurso para a elaboração do monumento aos “heróis”, teve a inscrição de cada um dos nomes dos mártires. A medalha, criada pelo IAGP, mandada cunhar em Paris, aparece descrita nas páginas da *Revista do IAGP* da seguinte forma:

(...) no verso, bandeira da revolução e o leão do norte, ladeado de cana-de-açúcar e do algodão. No reverso um emblema republicano com os nomes dos mártires imolados em nome da lei; padre Roma, padre Miguelinho, padre João Ribeiro, Barros Lima, Amaro G. Coutinho, Padre Souza Tenório, Ignácio Leopoldo, Antonio Pereira, José Peregrino, Francisco J. Silveira, José Luiz de Mendonça, Domingos J. Martins, Antônio H. Rabelo, Domingos Teotônio.¹⁴³⁸

Percebemos, portanto, uma clara intenção do IAGP de evidenciar e nomear os heróis do movimento de 1817, para que estes pudessem se eternizar na memória da população, junto a um emblema republicano. Além da medalha, foi produzido ainda, a pedido do IAGP e devido aos esforços do deputado Neto Campelo, uma edição especial de selo comemorativo, que circulou de 6 de março até setembro de 1917 por todo o Brasil.

A programação dos festejos do centenário em Pernambuco, e nos demais estados brasileiros onde foi comemorado o movimento de 1817, está descrita com bastante detalhe em uma edição comemorativa da *Revista do IAGP* de volume XIX, referente ao ano de 1917. Esta publicação conta com 523 páginas, nas quais podemos encontrar, além de uma densa descrição do evento, registros dos hinos cantados nas cerimônias, imagens da bandeira de Pernambuco, do selo comemorativo, da medalha e também algumas fotografias dos momentos mais significativos da festa. Nela, ainda há artigos que narram a história do movimento, evidenciando a trajetória de alguns mártires, e textos que comentam o prefácio do livro *História da Revolução de Pernambuco*, produzido por Oliveira Lima.¹⁴³⁹

Entretanto, a elaboração desta publicação, voltada exclusivamente aos pares, não seria suficiente para a divulgação das comemorações e da própria história da Revolução de 1817. Para isso, sabia-se, seria necessário colocar em prática outra estratégia de perpetuação da memória do evento, utilizando os veículos de ampla circulação, destinados a atingir o grande público. Nesse sentido, os sócios do IAGP, sob a gerência de Mário Melo, vão solicitar aos diversos jornais pernambucanos, que produzam uma edição especial sobre o centenário. Só que nem todos os jornais do estado mantinham vínculos com o Instituto para atenderem às demandas apontadas por ele.

Dentre os importantes periódicos pernambucanos que não costumavam seguir as direções traçadas pelos historiadores do IAGP - mesmo tendo alguns sócios entre os seus principais colaboradores, como, por exemplo, Mário Melo -, e que faziam forte oposição ao governo de Manuel Borba, destacava-se o *A Província*. Este jornal não só não produziu uma edição especial, como também deu pouca visibilidade ao evento comemorativo, publicando apenas três artigos sobre os festejos.¹⁴⁴⁰

¹⁴³⁸Edição de comemoração do centenário da revolução de 1817. *Revista do IAGP*, V. XIX, ns. 95 a 98, 1917.p. 8.

¹⁴³⁹ Destaquemos o seu índice: “1º centenário da Revolução republicana de 1817”; “A salinização do aniversário no Recife”; “Exposição de flores e frutas”; “Os mártires”; “Hino realista de 1817”; “A bandeira de Pernambuco”; “O cronista da revolução”; “O centenário no interior de Pernambuco”; “A comemoração nos estados: Acre, Amazonas, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Bahia, Espírito Santo, Capital Federal, São Paulo, Santa Catarina”; “História da revolução de Pernambuco em 1817”; “A poesia na revolução emancipacionista de 1817”; “Documentos da revolução”. In: Edição de comemoração do centenário da revolução de 1817. *Revista do IAGP*, V. XIX, ns. 95 a 98, 1917.

¹⁴⁴⁰“Cem anos depois”. *A província*. 6 de março de 1917.

Dessa forma, entre todos os jornais pernambucanos, apenas o jornal *Diário de Pernambuco* organizou uma edição comemorativa para o centenário. Este fato confirma o estreito vínculo entre as duas instituições, uma vez que muitos dos intelectuais sócios do IAGP também contribuíam no periódico, exercendo até mesmo a função de editores oficiais, além de atuar como jornalistas, como é o caso de Mário Melo. Vale lembrar ainda que, entre os anos de 1911 a 1919, momento difícil de crise institucional do IAGP agravada com a falta de uma sede, suas reuniões passaram a ser feitas em um dos salões do próprio *Diário*. Ou seja, estas instituições funcionavam como lugares de sociabilidade¹⁴⁴¹; intrinsecamente interligados, na medida em que o jornal servia não só como instrumento de divulgação das reivindicações do IAGP, mas também como espaço de trocas intelectuais e afetivas. Enfim, foi exatamente este vínculo, que possibilitou a publicação comemorativa, na qual vamos encontrar grande parte dos artigos escritos pelos historiadores do Instituto, e a reprodução de alguns textos presente no número especial da *Revista do IAGP*.¹⁴⁴²

Nesta edição do *Diário de Pernambuco* referente ao dia 6 de março de 1917, logo na primeira página há uma ilustração de uma figura feminina como alegoria da República,¹⁴⁴³ segurando a bandeira do Brasil, tendo ao lado o “leão do norte”. Composto a imagem também podemos encontrar o brasão de Pernambuco e, ao fundo, o Campo do Erário, onde foram mortos os heróis da Revolução de 1817. Normalmente, a figura do “leão do norte” aparecia atrelada à Pernambuco nos círculos intelectuais da época, representando a “bravura” do povo desta terra¹⁴⁴⁴. Fazendo uma leitura rápida dos elementos que compõem essa ilustração, constatamos de imediato a tentativa de associar a ideia de república ao estado pernambucano, que, constituído por um povo revolucionário, lutou como um “leão” pelos valores republicanos desde 1817. Isto é, acreditamos que o fato de dispor, em uma mesma imagem, a figura que representa a república com a bandeira do Brasil, ao lado do “leão do norte” foi uma forma de evidenciar claramente que estado foi pioneiro dos ideais republicanos.

Esta edição possui 20 artigos, escritos em sua maioria por importantes membros do IAGP, como Oliveira Lima, Mário Melo, Zeferino Galvão, França Pereira e outros. Ela procurou manter uma linha de coerência, por meio da publicação de textos que exprimem ideias compartilhadas sobre o movimento de 1817 na instituição. Podemos dizer que há uma grande tentativa de situar o movimento de 1817, como prenúncio da Independência e da República, como se a história do Brasil, circunscrita à história de Pernambuco, caminhasse de maneira progressiva e certa para chegar a um fim: a república. Isto é, havia uma preocupação em definir as origens genuínas dos ideais que eram valorizados no presente.

¹⁴⁴¹ SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In : René Rémond (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: EdUfrj / Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

¹⁴⁴² Os artigos da **Revista do IAGP**, V. XIX, ns. 95 a 98, 1917 que foram reproduzidos na edição especial do jornal *Diário de Pernambuco* de 6 de março de 1917 foram: “A bandeira de Pernambuco”, “O clero e a Revolução de 1817”, “As academias secretas de Pernambuco”, “Um patriota de 1817”, sendo estes dois últimos textos escritos por Mário Melo.

¹⁴⁴³ Era bastante recorrente nos jornais da época a representação da República ser feita através da figura de mulher. Inspirando-se na simbologia cívica francesa, esta alegoria retratava a Marianne, nome popular atrelado à ideia de República, liberdade e revolução. Estas reflexões podem ser encontradas nos textos de José Murilo de Carvalho. In: CARVALHO, José Murilo de. **“República-mulher: entre Maria e Marianne.”** A formação das almas: O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

¹⁴⁴⁴ Esta figura também costumava representar o próprio IAGP. Sobre a caracterização de Pernambuco como o “leão do norte” dizia-se: “É por isto que Pernambuco foi chamado – o Leão do Norte, temido pelo Sul, quando lembravam os vossos grandes homens, os grandes feitos d’esses, a expulsão dos holandeses, a revolução de 1817, a confederação do Equador, a revolução de 1848, recordando os nomes de João Fernandes Vieira, Vidal de Negreiros, Abreu e Lima, Mendonça, e até Nunes Machado.” In: “Discurso de Leite e Oiticica”. Edição de comemoração do centenário da revolução de 1817. **Revista do IAGP**, V. XIX, ns. 95 a 98, 1917.

Além disso, investiu-se ainda na descrição detalhada da programação dos festejos do Centenário, para retratar a magnitude da comemoração. Comenta-se a missa campal, as sessões solenes, a inauguração de escolas, as passeatas e tudo que pudesse contribuir para a composição de uma festa nacional, digna de grande importância. Entretanto, não foi somente o *Diário de Pernambuco* que se debruçou sobre a agenda do Centenário com o intuito de engrandecer o evento. Também nos deparamos com o mesmo interesse no periódico *Jornal Pequeno*, que oferece um rico subsídio para a análise da festa.

Logo pela manhã do dia 6 de março antes mesmo da celebração da missa campal pelo arcebispo de Olinda, Sebastião Leme, com discurso do cônego Pereira Alves, orador do IAGP, deu-se início ao ritual da benção da bandeira da Revolução de 1817, que havia se tornado a bandeira de Pernambuco. A cerimônia foi assistida por “famílias de distinção social, cavaleiros de representação, populares em números incalculáveis”, como foi destacado no *Jornal Pequeno*. Logo no início do texto se registra:

A cidade amanheceu com um aspecto festivo. O comércio não abriu. Os bonds passavam repletos, automóveis cruzavam as ruas conduzindo famílias, todas em direção à praça da República.¹⁴⁴⁵

Depois da celebração da missa, o general Joaquim Ignácio comandou uma parada militar que contou com a participação dos alunos de escolas, associações cívico-militares, com uma apresentação da cavalaria da Força Pública e da Companhia de Guerra da Marinha. Promoveu-se também o lançamento da pedra fundamental do monumento que seria erguido aos heróis de 1817, no local do pavilhão do jardim da Praça da República, antigo Campo do Erário.¹⁴⁴⁶ Neste local havia ocorrido o enforcamento de vários condenados pela participação no movimento de 1817.¹⁴⁴⁷ A pedra fundamental continha a seguinte inscrição: “Homenagem do Governo do Estado e do Povo de Pernambuco aos compatriotas que implantaram pioneiramente a República no Brasil”. Terminava com uma frase de Oliveira Lima: “Com a Revolução de 1817 foi que a Nação Brasileira aprendeu verdadeiramente a combater e a morrer pela Liberdade.”

Toda a cerimônia foi celebrada por Mário Melo que leu uma ata que seria colocada em “uma caixa de zinco azul e branca”, juntamente com os jornais do dia e um exemplar da edição do livro *História da Revolução de 1817*, de Muniz Tavares, prefaciado por Oliveira Lima.¹⁴⁴⁸ Pouco depois das 9 horas da manhã, após a colocação da pedra fundamental, uma multidão partiu em passeata da Praça da República ao Palácio das Princesas.¹⁴⁴⁹

Descrevendo o brilhantismo da festa, dizia-se no *Jornal Pequeno*: “Era este o aspecto da cidade pela manhã. Alegria, entusiasmo, satisfação, em todos os semblantes. (...) vivas à

¹⁴⁴⁵ “As festas de Hoje”. *Jornal Pequeno*. 6 de março de 1917.

¹⁴⁴⁶ O lançamento da pedra fundamental da estátua que iria ser erguida aos heróis de 1817 estava programado originalmente para acontecer na Praça Dezessete, onde estava localizada uma estátua em homenagem ao Barão de Lucena. Depois de alguns protestos divulgados pela imprensa, o IAGP, por sugestão do sócio Pereira da Costa, decidiu pedir ao Conselho Municipal para que fosse reservada a Praça da República para o erguimento do monumento. In: RIBEIRO, Mariana dos Santos. “O IHGB, O IAGP e as comemorações do centenário da República de 1817”. In: **Construindo Histórias e Memórias: O IHGB e o IAGP em meio às celebrações dos centenários do movimento pernambucano de 1817**. Rio de Janeiro: PUC Rio, set. 2011.

¹⁴⁴⁷ Antônio Henrique Rabelo, padre Antonio Pereira de Albuquerque, Amaro Coutinho, Domingos Teotônio Jorge, José de Barros Lima (apelidado de o “Leão Coroad”), José Peregrino Xavier de Carvalho e o vigário Tenório.

¹⁴⁴⁸ Edição de comemoração do centenário da revolução de 1817. *Revista do IAGP*, V. XIX, ns. 95 a 98, 1917. p. 30.

¹⁴⁴⁹ A passeata obedeceu ao seguinte itinerário: Praça da República, ponte Santa Izabel, ruas da Aurora, Riachuelo, Hospício, Floriano Peixoto, ponte da Boa Vista, ruas Barão da Victoria, Cabugá, Praça da Independência, Ruas 1º de março, 15 de novembro e Praça da República.

República foram urgidos e, das sacadas de diversos sobrados, flores foram jogadas.”¹⁴⁵⁰ Já na noite deste mesmo dia, houve uma sessão, com muitas pompas, no Teatro de Santa Isabel, que foi decorado para o evento com laços com as cores da bandeira de Pernambuco, e onde se podia ver “uma linda fonte luminosa”. A recepção estava marcada por um colorido bem natural, ornada por uma exposição de flores e frutas, que havia sido organizada por Apolinário Peres. A cerimônia estava lotada de convidados. Na *Revista do IAGP* salienta-se que não havia assento desocupado.¹⁴⁵¹ As cadeiras da frente foram ocupadas pelos alunos das escolas e as restantes por convidados e sócios do IAGP; as famílias foram para os camarotes de 1º e 3º ordens. No palco estavam os membros da diretoria do IAGP e autoridades do governo de Pernambuco que, para darem início ao ritual cívico, fizeram longos discursos, permeados por hinos bem orquestrados pelo maestro Euclides Fonseca. Discursaram o governador Manuel Borba, o presidente da comissão executiva dos festejos, o historiador Oliveira Lima, o arcebispo de Olinda e Recife, Dom Sebastião Leme e o general Joaquim Ignácio.

O clima de comemoração prolongou-se até o dia seguinte, 8 de março, quando, novamente no Teatro de Santa Isabel, houve mais um sessão. Ela foi realizada com o objetivo de dar início à “Liga contra o analfabetismo”. Num país em que o analfabetismo era considerado a maior chaga, Mário Melo, em nome do Instituto Arqueológico, telegrafou aos juízes de direito, prefeitos e presidentes de conselhos, além dos vigários dos municípios do interior, pedindo-lhes uma ação conjunta para que, no dia 6 de março de 1918, fosse fundada, ao menos em cada município, uma escola pública com o nome dos mártires do movimento de 1817¹⁴⁵². Sobre este último dia de solenidade, com a sessão dirigida pelo presidente do IAGP e o desembargador Primitivo Miranda, o jornal *Diário de Pernambuco* chamou atenção para a proveitosa lição cívica que o IAGP proporcionou à mocidade, como forma de enaltecer a memória dos mártires de 1817¹⁴⁵³.

Além disso, podemos dizer que os festejos do Centenário tiveram grande repercussão no Brasil, alastrando-se por vários estados, sendo irradiados do Acre até o Rio Grande do Sul. Na capital federal, por iniciativa de alguns historiadores do IHGB, deu-se certo vulto à comemoração do evento, que contou com sessão especial na Câmara dos Deputados, a fundação de escolas com o nome dos heróis, além de cerimônias solenes em importantes instituições. Desse modo, na manhã do dia 6 de março, organizou-se no Arquivo Nacional uma exposição dos 17 volumes do “Processo da Revolução”, de autoria do revolucionário do movimento, Luiz de Mendonça. Na noite deste mesmo dia, realizou-se ainda uma sessão solene no IHGB, sob a presidência do Conde de Afonso Celso, presidente perpétuo da instituição, onde estavam presentes vários expoentes da sociedade brasileira, como o presidente da República, Wenceslau Brás, Ramiz Galvão, Max Fleuiss, secretário perpétuo, Basílio de Magalhães e Barbosa Lima, orador oficial da cerimônia.

Em seu discurso, Barbosa Lima tece algumas críticas à historiografia imperial, pois, a seu ver, grande parte dos autores que se aventuraram a escrever sobre os episódios

¹⁴⁵⁰ “As festas de Hoje”. *Jornal Pequeno*. 6 de março de 1917.

¹⁴⁵¹ Edição de comemoração do centenário da revolução de 1817. *Revista do IAGP*, V. XIX, ns. 95 a 98, 1917. p. 39.

¹⁴⁵² Foram fundadas escolas: Recife – José Luiz de Mendonça; Agua Preta – Padre Muniz Tavares; Nazareth – Padre João Ribeiro; Correntes – Domingos Theotonio; Alagoa de Baixo – Domingos José Martins; Bom Conselho - Domingos Theotonio; Buique – Leão Coroado; Igarassu - Domingos Theotonio; Caruaru – Abreu e Lima e Padre Miguelinho; Palmares – Abreu e Lima; Belo Jardim – Padre Roma; Vertentes – Padre Roma; Petrolina – Frei Caneca; Pau D’alho – Deão Bernardo Portugal; Goyanna – Padre Roma; Garanhuns – Frei Caneca ; Triunfo - Domingos Theotonio; Salgueiro – Leão Coroado; Flores - Leão Coroado; Villa Bella - Leão Coroado; Exu – Barros Lima; São José do Egito – Padre Miguelinho; Belmonte – Padre Roma; Jaboatão – Barros Lima; Gloria do Goita – Padre Roma; Floresta – Abreu e Lima; Granito – Padre Roma; Custodia – Padre Tenorio. In: Edição de comemoração do centenário da revolução de 1817. *Revista do IAGP*, V. XIX, ns. 95 a 98, 1917. p. 133.

¹⁴⁵³ “As festas hoje”. Edição especial às comemorações do centenário da Revolução de 1817, *Diário de Pernambuco*. Recife, 6 de março de 1917.

históricos ocorridos no século XIX, havia obscurecido a história dos heróis de 1817. Para o recifense, que já estivera à frente do governo de Pernambuco¹⁴⁵⁴, e que mantinha ótimas relações com os círculos políticos do Rio de Janeiro, estes homens deveriam ocupar o mesmo patamar de grandeza de outros personagens da história nacional como, por exemplo, Tiradentes. No entanto, ele afirmava que, ao invés disso, o evento era ainda um curioso tema de erudição estéril, lembrado e discutido apenas pelos brasileiros doutores. Terminando o seu discurso, Barbosa Lima declara:

A revolução de 1817 em Pernambuco – vaticina um de seus mártires que lhe escreveu a história, - bem que mui pouco durasse, fará sempre época nos anais do Brasil: Tempo virá talvez em que o dia 6 de março, no qual ela foi efetuada, será para todos os brasileiros um “Dia de festa nacional”.¹⁴⁵⁵

De certa forma, podemos dizer que havia um esforço de alguns historiadores do IHGB em conformar o evento pernambucano no conjunto da memória nacional republicana. O problema é que, quase sempre, essa conformação se dava em uma dimensão aquém das expectativas do IAGP, que reivindicava não só o reconhecimento da importância do passado histórico “revolucionário” de 1817, mas, sobretudo, a ideia da prioridade de Pernambuco como o lugar da gênese da nacionalidade brasileira, porque aí surgiram os ideais republicanos e de igualdade entre as raças. Portanto, para o Instituto pernambucano era necessário defender o papel desempenhado por Pernambuco na memória nacional. E, para reforçar ainda mais a importância do passado histórico do estado, a instituição vai utilizar da mesma estratégia política em 1924. Isto é, sete anos depois, novamente sob a liderança de Mário Melo, já na posição de secretário perpétuo, o Instituto vai se empenhar novamente na organização de uma programação grandiosa de mais um evento cívico: as comemorações do Centenário da Confederação do Equador.

Assim, podemos concluir que o fato de Mário Melo ter sido considerado a “alma” das comemorações o fez ser visto como uma peça indispensável para a organização do evento. Ou seja, o elemento essencial, o princípio vital, o verdadeiro motor para que tudo caminhe como planejado. A “alma” nem sempre possui um papel de grande visibilidade. Geralmente, ela trabalha nas coxias do espetáculo, atuando como a articuladora e mobilizadora de projetos e pessoas. Porém, se ela não é protagonista, nem tem proeminência no palco, isso não significa que exerce função de menor importância. Muito pelo contrário. A metáfora da alma quer justamente caracterizar uma figura que desfruta de grande capacidade, ressonância, credibilidade, e poder de influência e comunicação nas redes de sociabilidade em que está inserida¹⁴⁵⁶. Nesta perspectiva, acreditamos que ser reconhecido como a “alma” das comemorações dos centenários das Revoluções de 1817, como ocorreu com Mário Melo, é ter afirmado seu papel de destaque como mediador cultural¹⁴⁵⁷. Isso porque, ele foi um historiador que, como evidenciam as comemorações, preocupou-se com a elaboração e implementação de estratégias para a socialização do conhecimento histórico voltadas para um grande público, assumindo uma posição estratégica no Instituto Arqueológico ao liderar a elaboração e execução de projetos de valor para o campo político-cultural, com o interesse de mobilizar a população e estimular sentimentos de identificação com o passado “glorioso” de Pernambuco.

¹⁴⁵⁴ Barbosa Lima foi nomeado governador de Pernambuco no período florianista.

¹⁴⁵⁵ “Discurso de Barbosa Lima na sessão solene do Centenário de 1817”. Edição de comemoração do centenário da revolução de 1817. **Revista do IAGP**, V. XIX, ns. 95 a 98, 1917. p. 414.

¹⁴⁵⁶ SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 259-80.

¹⁴⁵⁷ O conceito de mediador cultural ou intelectual mediador atualmente está sendo trabalhado pela historiadora Angela de Castro Gomes. In: GOMES, Angela de Castro. “Apresentação: Intelectuais, medicação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo.” In: HANSEN, Patrícia Santos; GOMES, Angela de Castro (Orgs). **Intelectuais mediadores**. Práticas Culturais e ação política. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2016.p. 7-40.

A CASA DO ESTUDANTE DO CEARÁ: ESPAÇO DE COMEMORAÇÃO E LEGITIMAÇÃO DA LUTA ESTUDANTIL NOS ANOS 1930-1950.

Carolina Maria Abreu Maciel¹⁴⁵⁸
carolabreu.historia@yahoo.com.br

Resumo: Ao falarmos sobre o Movimento Estudantil (ME) no Brasil tomamos a década de 1930 como marco na organização de uma entidade de caráter nacional. Até aquele momento, as ações estudantis eram efêmeras, isoladas e dispersavam logo que seu objetivo era alcançado. Em 11 de agosto de 1937, se deu a fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE), no 1º Conselho Nacional dos Estudantes, no Rio de Janeiro. No Ceará, os estudantes perceberam a importância de uma unificação das lutas estudantis alguns anos mais cedo, assim, em 1931 nasce o Centro Estudantil Cearense (CEC). Este, de acordo com seu estatuto, tinha como objetivo primordial “congregar todos os estudantes, trabalhando pelo aperfeiçoamento moral, social, eugênico e intelectual”. Além desse aperfeiçoamento o Centro Estudantil, também promovia a assistência necessária para os estudantes sócios da entidade, estabelecendo convênios com médicos, dentistas e advogados. O maior empreendimento do CEC em favor dos estudantes foi a construção da Casa do Estudante Pobre do Ceará, luta que levou vários anos para sua conclusão definitiva. A Casa serviria como moradia, abrigo e referência para os estudantes vindos do interior do Estado, assim, estes não passariam tantas necessidades na capital e poderiam dar a atenção necessária aos estudos. A Casa do Estudante torna-se um lugar de memória e poder promovendo a consolidação da entidade diante de seus membros, já que a grandeza do empreendimento anulava, de certo modo, as descrenças com a agremiação e dava credibilidade perante o Estado e a sociedade. Diante do exposto, objetiva-se compreender – através dos processos de “acontecimentalização”, “comemoração” e “monumentalização” – como o transcurso de construção, inauguração e uso da Casa do Estudante foi transformado, pelo Centro Estudantil, em ferramenta que deu sentido e legitimidade aos discursos e a atuação da entidade, tanto no meio estudantil, quanto em outros espaços de poder.

Palavras-chave: Casa do Estudante Pobre do Ceará; Centro Estudantil Cearense; Lugar de Memória; Movimento Estudantil.

Introdução

O ano de 1931, no Ceará, marca a fundação do Centro Estudantil Cearense (CEC), entidade que pretendia congrega o corpo estudantil do estado. O CEC foi pensado por alguns jovens estudantes do Colégio Estadual do Ceará (Liceu), que reuniam-se em torno do Clube Liceal de Estudos, grupo literário que editava a Revista *A Idéia*. Segundo Bráulio Ramalho,

Militantes do Centro Liceal concluíram, após reuniões e debates, ser necessária a criação de uma entidade estudantil de objetivos mais amplos que – ao invés dos grêmios até então existentes, de finalidades meramente literárias – reunisse a totalidade da categoria e que chamasse a si a realização de empreendimentos maiores

¹⁴⁵⁸ Mestrado Acadêmico em História – MAHIS/UECE

que a de revelar a vocação beletrista e a de rememorar um ou outra data cívica¹⁴⁵⁹.

Em publicação na *Folha Estudantal*¹⁴⁶⁰, de junho de 1932, o estudante Ernesto Santos, afirma que havia uma necessidade “[...] de uma união de vista entre os moços que estudam, principalmente na hora atual em que as falsas ideologias se espalham em todas as camadas sociais [...]”.¹⁴⁶¹

Independentemente das controvérsias sobre os responsáveis pela criação da agremiação¹⁴⁶², o que nos interessa é que por mais de 30 anos o CEC foi a entidade representativa de milhares de estudantes do Ceará. Por meio de suas ações de assistência, os estudantes conquistaram vários direitos, como a meia passagem. Para além desses ganhos, a entidade conquistou o respeito e admiração da sociedade cearense. Simbolicamente, em 11 de agosto de 1932, em homenagem ao Centro Estudantal Cearense e aos estudantes do Ceará, foi oficializada, no Estado, “o dia do estudante”.

Art. 1º - Fica instituído feriado, em todo o território do Estado, além dos feriados pelos decretos ns. 719, de 13 de agosto de 1932, e 742, de 1º de setembro do mesmo ano, o dia 11 de agosto – data da fundação do Centro Estudantal Cearense e dos cursos jurídicos no Brasil – como homenagem à classe estudantil.¹⁴⁶³

De acordo com o estatuto da entidade, o CEC tinha como um dos seus objetivos zelar pelo “aperfeiçoamento moral, social, eugênico e intelectual” dos seus membros. Outro importante tópico de ação foi a prestação de assistência aos estudantes que não poderiam, por contra própria, fixar moradia na capital do Estado para dar continuidade aos estudos. Lembremos que nas primeiras décadas do século XX, no Ceará, como em praticamente em todos os outros estados brasileiro a educação não alcançava todas as localidades¹⁴⁶⁴. Um país continental, com uma ocupação esparsa e uma estrutura demográfica majoritariamente rural, tornava o acesso à educação um desafio para a maioria da população.

Analisando a proposta de assistência estudantil, nesse período, podemos identificar que a aposta de criação de uma agremiação que unisse a classe estudantil numa única

¹⁴⁵⁹ RAMALHO, Bráulio Eduardo Pessoa. **Foi Assim!** O Movimento Estudantil no Ceará de 1928 a 1968. Rio – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2002, p. 19.

¹⁴⁶⁰ Dentre os departamentos em que o Centro Estudantal estava dividido, a *Folha Estudantal* era o responsável pela publicização dos ideais centristas. A revista chegou a ser distribuída para além do território cearense.

¹⁴⁶¹ O Nosso Ideal, publicado na **Folha Estudantal**, de 1 de junho de 1932. Pg. 6.

¹⁴⁶² Analisando alguns documentos sobre a criação da entidade centrista, Bráulio Ramalho encontrou diferenças em relação aos nomes que iriam compor a primeira diretoria do Centro Estudantal. No entrecruzamento das fontes, o autor chega à conclusão que o primeiro presidente da entidade foi José Jacaúna de Sousa e, que houve um engano com o nome dos estudantes por conta da semelhança entre a nomenclatura das entidades (Centro Estudantal e Fraternidade Estudantal).

¹⁴⁶³ CEARÁ (Estado). Decreto nº 67, de 9 de agosto de 1935. Diário Oficial do Poder Executivo do Estado do Ceará, Fortaleza, 10/08/1935, p.01. Considera feriado, em todo o território do Estado, o dia 11 de agosto – data da fundação do Centro Estudantal Cearense e dos cursos jurídicos no Brasil – como homenagem à classe estudantil.

¹⁴⁶⁴ Durante a década de 1930, no governo de Vargas, surge o projeto de criação das Escolas Normais Rurais, estas tinham como objetivo preparar os futuros professores com conhecimentos necessários da vida no campo, como por exemplo, agricultura, tecnologia agrícola, economia rural, higiene e profilaxia. De acordo com Sarah Varela, dessa forma mostrava-se que a função do professor não era somente ensinar a ler, escrever e contar. Porém, mesmo com essas iniciativas do governo federal, o caminho de muitos estudantes ainda era migrar para a capital do Estado, de onde residiam, para dar continuidade aos estudos. Cf. VARELA, Sarah Bezerra Luna. **Mitos e ritos da escola normal rural de Juazeiro do Norte**. Fortaleza: UECE, Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Educação, Curso de Mestrado Acadêmico em Educação, Fortaleza, 2012.

entidade representativa, que prestasse auxílio e lutasse pelos direitos do estudante como um todo, também foi o ideal que fomentou a criação da Casa do Estudante do Brasil (CEB). Criada em 13 de agosto de 1929, na cidade do Rio de Janeiro, a CEB foi fundada, por alguns estudantes universitários da Capital Federal. Foi a primeira entidade que pretendeu dar conta do corpo dos estudantes nacionalmente. A CEB visava a Assistência Social aos estudantes de todo o Brasil, promovendo a difusão e intercâmbio de ações e obras culturais.

Na esfera estadual, o CEC foi pensado em moldes semelhantes aos da Casa do Estudante do Brasil. Dessa forma, para conseguir efetivar seu objetivo primeiro, a Assistência Estudantil, o CEC dividia suas intervenções entre seus 16 departamentos, que cuidavam de escolas e ações específicas. Em sua estrutura, o CEC se dividia em: Departamento da Polícia Estudantil, Departamento de Assistência, Escola 11 de Agosto, Escola 1º de Março, Escola 6 de Novembro, Folha Estudantil, Museu do Estudante, Biblioteca Estudantil, Departamento de Legislação, Escola Feminina de Cultura, Departamento de Educação, Departamento de Publicidade e Propaganda, Departamento de Cultura, Jaz Estudantil, Departamento de Estatística e Informações e Casa do Estudante.

Cada um desses departamentos tinha seu regimento interno e objetivos distintos. Em conjunto, porém, todos esses órgãos estavam voltados para cumprir o projeto centrista que visava o desenvolvimento intelectual, moral e cultural do estudante cearense.

Se analisarmos todos os departamentos em suas especificidades, podemos identificar a importância de cada um para o desenvolvimento das atividades assistenciais. Nesse trabalho, no entanto, a nossa análise recai, precipuamente, sobre a Casa do Estudante Pobre do Ceará, pois consideramos que este departamento, em comparação aos outros, proporcionou ao Centro Estudantil uma maior visibilidade no meio estudantil e social. Graças a sua atuação o CEC alcançou uma projeção que ultrapassou a esfera local. A Casa, durante a sua construção, é tomada como uma obra que mostrava a força dos estudantes e dava legitimidade ao esforço dos dirigentes centristas em meio à categoria e a sociedade. Materializada em obra de pedra e cal, a Casa alcança outro valor simbólico. Nela estão catalisados os esforços e as realizações dos centristas. Nesse sentido, sua existência encerra-se muito além de sua materialidade. A Casa monumentaliza-se.¹⁴⁶⁵

O valor simbólico da Casa pode ser melhor compreendido através das palavras de, Afonsina Maria Augusto Moreira, para quem

A construção da Casa do Estudante extrapola, nessa perspectiva, o desejo de auxiliar aos estudantes mais necessitados. Sendo um testemunho e um monumento, esta Casa deveria servir como atestado contra os pessimistas ou contra os que não acreditariam na possibilidade de sua realização.¹⁴⁶⁶

A construção da Casa do Estudante é, por nós entendida, como um projeto de legitimidade perante os espaços de poder almejados pelos estudantes na sociedade, pois que as utilizações de sua imagem sempre serão evocadas para demonstrar a determinação vitoriosa dos centristas. A Casa é um ponto testemunhal, um ícone que desperta nos centristas o sentimento de certeza das suas capacidades criadoras.

Para entendermos como esse empreendimento, que até hoje está em funcionamento, se tornou um lugar de memória, portanto de poder, precisamos compreender como se deu o

¹⁴⁶⁵De acordo com Jacques Le Goff, “O *monumento* tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só uma parcela mínima são testemunhos escritos”. (Cf. LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In.: **História e Memória**. Campinas – SP: Editora da UNICAMP, 2012. 6ª Ed. pg. 510).

¹⁴⁶⁶ MOREIRA, Afonsina Maria Augusto. **JUVENTUDE DA PÁTRIA A(R)MADA: o Centro Estudantil Cearense em Fortaleza, 1931-1945**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006

processo de construção da Casa, frente às dificuldades e conquistas e, por fim, sua inauguração definitiva em 1952, erigida, através dos tempos, como testemunho da vitória maior da classe estudantil do Ceará.

Construindo a CASA: uma epopeia estudantil.

A Casa do Estudante, nos primeiros anos da década de 1930, de acordo com Afonsina Moreira, funcionava provisoriamente num prédio, alugado pelo Centro Estudantil, entre as ruas Senador Pompeu e São Paulo, no centro da capital cearense. Naquele tempo, era cobrada uma taxa de cada estudante residente para ajudar na manutenção da casa provisória. Como já citamos, a Casa tinha como proposta ser um ponto de referência, abrigo e auxílio para os estudantes oriundos do interior do Estado que não possuíam condições para se manter em Fortaleza e dar continuidade aos estudos.

A construção da sede definitiva, que estaria situada à rua Nogueira Acioly no bairro da Aldeota (que, segundo o Registro de Imóveis da 1ª Zonal, em certidão lavrada no Cartório Crisanto Pimentel, teria oitenta metros de frente e duzentos palmos de fundo), bem como a manutenção da sede provisória eram orientadas pela idéia de que o estudante carente (fosse ele um migrante ou de situação econômica parca) não podia ser prejudicado, vindo talvez a abandonar os estudos ou sacrificar os momentos de instrução.¹⁴⁶⁷

Os documentos indicam que foram muitas as dificuldades, principalmente financeiras, enfrentadas pelos dirigentes centristas para concretização da obra da Casa do Estudante. Dentre as diferentes iniciativas para conseguir verbas destinadas ao empreendimento estudantil, encontramos diversos registros nos jornais de doações feitas por personalidades para auxiliar na construção da Casa. Em 1942, o jornal *Unitário*, divulga a doação de 10 contos de réis para a entidade. Afonsina Moreira afirma que “[...] Assis Chateaubriand teria posto os jornais da cadeia dos ‘Diários Associados’ (deve-se lembrar que desde 1940, o *Unitário* era afiliado a esta rede de comunicações) à disposição dos jovens membros do CEC”¹⁴⁶⁸.

Ainda de acordo com a autora, mesmo diante das dificuldades que faz aflorar adescrência na entidade, havia um clima de solidariedade e dirigentes centristas procuravam exprimir em seus discursos a gratidão e a felicidade com os apoios recebidos.

Felizmente que o Ceará vem sendo uma esplendida exceção, porque sinão onde estaríamos? Construimos a “Casa do Estudante” lutando com dificuldades de toda a ordem. E o benefício que ela propicia não é somente uma manutenção menos dispendiosa; não é somente o espírito de economia que congrega aquele pugilo de moços no belo palacete da travessa S. Paulo. É sobretudo o espírito de solidariedade[...].¹⁴⁶⁹

As doações, no entanto, a despeito da boa vontade que elas expressam, eram insuficientes para tocar o projeto. Ainda era necessária a promoção de atividades para a arrecadação de fundos, pois que um empreendimento desse porte não caberia nas finanças de uma entidade estudantil. Francisco Arruda Vasconcelos, em seu livro de memórias *Itinerário de um líder*, conta alguns detalhes sobre os primeiros passos dados pelo CEC para a construção da sede definitiva da Casa do Estudante Pobre do Ceará. Este afirma que o terreno foi comprado por “[...] trinta contos de réis, cuja a [sic] área media 45x40m”. Arruda diz, que o primeiro local a ser escolhido para a construção ficava na Praia de Iracema, porém

¹⁴⁶⁷ Ibidem, p. 27.

¹⁴⁶⁸ Ibidem. p.36.

¹⁴⁶⁹ *Folha Estudantil*, Março de 1934, p. 01-03.

o engenheiro responsável não teria aprovado o local. Já, Bráulio Ramalho¹⁴⁷⁰, afirma que foi comprado o terreno à Rua Pessoa Anta. Posteriormente, no entanto, esse terreno foi permutado por um outro, localizado à rua Nogueira Acioly, onde, até os dias atuais, permanece (em funcionamento) a Casa.

O projeto de construção da Casa do Estudante Pobre do Ceará foi idealizado enquanto estava à frente da gestão do CEC o estudante Ernesto Pedro dos Santos. Raimundo Arruda afirma que o início da construção se deu em uma das nove gestões de Francisco Vasconcelos Arruda¹⁴⁷¹ e, que a construção se deu em três partes, sendo a primeira a idealização (na gestão de Ernesto, em 1935), a segunda seria a inauguração da primeira grande parte da construção (na gestão de Arruda, em 1941) e, por fim a conclusão, que aconteceu na gestão de Aquiles Peres Mota (1952).

Abaixo podemos ver a imagem da Casa do Estudante, impressa no livro de memória de Raimundo Arruda. O projeto, de acordo com o autor foi feito na administração de Ernesto Pedro.



Projeto da Casa do Estudante na administração de Ernesto Pedro dos Santos.

Fonte: Arruda, Raimundo. Itinerário de um líder. Fortaleza: Gráfica e Editora R. Esteves Tipoprogresso Ltda. s/a

Os centristas organizaram várias campanhas para conseguir insumos para a construção. Eram festas dançantes, eventos esportivos, quermesses e conferências. Os jornais, em sua grande maioria, apoiavam os eventos centristas cedendo espaços para divulgação, e dessa forma, também contribuíam com a obra da Casa.

Uma dessas atividades de promoção, uma festa, se deu no Teatro José de Alencar, em maio de 1934. Intitulada *Festa das Flores*, o evento durou a primeira semana do mês.¹⁴⁷² De acordo com Afonsina Moreira, como resultado desse evento o CEC conseguiu arrecadar cerca de 4:312\$100, tirando as despesas com a realização do evento. Para a autora,

A tentativa de angariar fundos através de sorteios, quermesses, espetáculos musicais e festas permite vislumbrar o desejo de mobilização de uma quantidade cada vez maior de pessoas e a elevação da solidariedade como marca fundamental. Aí pode-se perceber uma

¹⁴⁷⁰ RAMALHO, op.cit., p.102.

¹⁴⁷¹ Francisco Vasconcelos Arruda, desde 1932, exerceu a presidência do CEC por nove legislações consecutivas, mas foi na gestão de 1941 que houve a primeira inauguração, de uma parte da obra, da Casa do Estudante.

¹⁴⁷² A festa se estendeu do dia 2 ao dia 9 de maio de 1934. Excentuando o dia 8, em todos os demais houve atividades festivas.

aproximação do universo da caridade (ou melhor, da assistência) e o ideal esportivo [...].¹⁴⁷³

Outramobilização que visava angariar verbas para a construção da Casa foi a *Campanha dos mil réis*, no ano de 1941. Esta foi uma das mais famosas campanhas. Nessa campanha houve uma grande participação dos moradores da capital cearense, mas também, muitas “famílias do interior” manifestaram-se fazendo suas doações. Raimundo Arruda credits a essa campanha um grande sucesso. Em suas palavras,

Uma atividade notável do Centro Estudantal, em fins de 1941, e que mereceu amplo destaque, foi a campanha do Mil Réis. Destinada a construção do futuro lar do estudante pobre do Ceará. Percorria-se todas as ruas de Fortaleza pedindo o auxílio de 1 mil réis para tão louvável iniciativa. O movimento foi iniciado em 20.12.1942 e houve uma visita ao jornal “CORREIO DO CEARÁ”, que foi noticiada com destaque, sendo publicada uma fotografia. A rainha dos estudantes GEYSA VANDERLEY DE SOUSA e as princesas DAYSE SANTANA e MARIA MADALENA DE MORAIS auxiliaram a Comissão Centrista, que percorreu, em primeiro lugar, a Rua Senador Pompeu, composta de OSMUNDO PONTES, Superintendente da Campanha, HELLIETY SIQUEIRA WALKER, MARGARIDA RODRIGUES, GUTEMBERG LEITE, EGBERTO PONTES, LUIZ TEIXEIRA BARROS, LUIZ BARRETO VIERIA, EVANDRO CARTAXO, ALZIR BRILHANTE E COELHO MASCARENHAS. Em 15.03.1942, conforme noticiou o Jornal CORREIO DO CEARÁ, em edição de 17.03.1942, uma Comissão Centrista, foi a Maranguape angariar auxílios, sendo gentilmente, recebida pelo Prefeito Facundo Barbosa. Era composta por FRANCISCO VASCONCELOS DE ARRUDA, JOSÉ ROLIM DA NÓBREGA, MARIJESO BENEVIDES, OSMUNDO PONTES, LUIZ TEIXEIRA BARROS, ALOISIO GIRÃO BARROSO E G. MAIA.¹⁴⁷⁴

A Casa, em muitos discursos centristas, era tomada como um local sagrado. Em texto, José Carvalho de Oliveira¹⁴⁷⁵, publicado na *Folha Estudantal* de agosto de 1943, dava a entender que a Casa deveria ser vista como um templo, no qual estariam entranhados em suas paredes os valores e ideais estudantis defendidos pelo CEC. Além, de ser a concretização da força e do poder que os dirigentes centristas haviam conquistado por meio de sua obstinação em lutar por melhorias para a categoria, não dando espaço aos comentários que propunham o descrédito das ações do movimento de estudantes.

Mocidade esperançosa de minha terra, olhai esse edifício majestoso que vos contempla – A Casa do Estudante Pobre – e cerrai fileira ao CEC para maior glória de vossa classe e de vosso futuro Brasil. O templo semi erguido por Chico Arruda, será por nós, se contarmos com o vosso auxílio, construído para abençoar Otacílio Fernando e seus coadjutores eleitos pela classe e dignos de seus cargos.¹⁴⁷⁶

Dessa forma, ao analisarmos o processo de construção da Casa do Estudante, tanto a construção física do prédio quanto a simbólica, podemos perceber que a Casa tinha diversas utilidades. A primeira, mas imediata e concreta seria a moradia para esses estudantes que não tinham como se manter na capital. A segunda, mais enigmática e representativa,

¹⁴⁷³ MOREIRA, op. cit., p. 35.

¹⁴⁷⁴ ARRUDA, R. *Itinerário de um líder*. Fortaleza: Gráfica e Editora R. Esteves Tipoprogresso Ltda. s/a, p. 132-133.

¹⁴⁷⁵ Membro do conselho superior do Centro Estudantal e da Academia Centrista de Letras.

¹⁴⁷⁶ **FOLHA ESTUDANTAL**, 11 DE AGOSTO DE 1943, Ano: XII, Número: XL. S/P.

vinculava-se ao seu caráter comemorativo, que a investia do papel de elo identitário entre estudantes de todo o Estado do Ceará. O CEC, ao se utilizar da Casa como lugar de comemoração da memória de luta dos estudantes, busca oferecer à categoria, como afirma J. Candou “uma imagem prestigiosa com a qual se supõe que todos possam se identificar”¹⁴⁷⁷.

Essas dimensões, concreta e simbólica, não estão postas como pares antitéticos. Elas, lado a lado, mobilizam as forças da significação que fazem da Casa um semióforo, um sinal, da ação identitária dos estudantes. Por conta disso, não raro, os estudantes rememoram e monumentalizam a história das suas lutas para a construção da Casa:

Vale atentar no esforço incansável que tem custado até hoje aos dirigentes da vitoriosa agremiação estudantina de nossa terra, a manutenção desse edifício, perfeitamente digno dos dias presentes, quando a mocidade toda é um só pensamento e uma só ação: - construir. Construir, mas construir para que perdure, para que amanhã não se desmorone ao menos sopro da adversidade. Construir, mas construir para os que hão de vir, para exemplo á posteridade, para a perpetuação de um esforço santo¹⁴⁷⁸.
(Grifo nosso)

Ao afirmar que “a mocidade toda é um só pensamento”, podemos identificar a pretensão dos dirigentes centristas em criar uma identificação em todos os estudantes, sócios ou não, com o empreendimento centrista. Os fios tecem os sentidos e a história da Casa em suas diferentes fases (em projeto, em obra, em concretude) serão os pontos referenciais que ajudarão a transformá-la num lugar de memória¹⁴⁷⁹, tanto para os gestores quanto para a classe estudantil cearense.

Inaugurar e comemorar

A construção da Casa do Estudante Pobre do Ceará se arrastou por longos anos. O lançamento da pedra fundamental na construção se deu em 1934, porém o terreno só foi finalmente adquirido apenas em 1936, na gestão de Ernesto Pedro dos Santos e a inauguração da Casa, em definitivo, somente em 1952. Durante sua construção, cada pequeno avanço significativo na obra era comemorado. Desse modo, a Casa teve vários festejos que celebravam mais um obstáculo vencido pela categoria estudantil. Essas inaugurações em etapas fazem parte do projeto de unicidade do grupo em torno do Centro Estudantal, vide que a entidade tomava para si a prerrogativa da representação totalizante dos estudantes cearenses.

A primeira inauguração da Casa do Estudante se deu no ano de 1941, dez anos após a fundação do Centro Estudantal. Porém, conforme Afonsina Moreira¹⁴⁸⁰ aponta, a obra termina definitivamente em 1952 e, somente em 1978, passa por uma reforma na gestão do Prefeito Aires de Moura que, enquanto estudante, havia sido diretor da Casa.

Em 1952, para comemorar o grande feito estudantil, o CEC organizou grandiosos festejos com a presença de personalidades importantes do meio político e educacional do país e do Estado. Para a inauguração do prédio, vieram à cidade de Fortaleza, a presidente honorária da Casa do Estudante do Brasil, Ana Amélia Carneiro de Mendonça, o Ministro da Educação, Simões Filho e os representantes cearenses na Câmara Federal. No tocante à representação estadual, compareceram o Governador Raul Barbosa, o Prefeito de Fortaleza Paulo Cabral de Araújo, o comandante da Décima Região Militar Edgardino de Azevedo Pinha e outras autoridades civis e militares.

¹⁴⁷⁷ CANDOU, J. **Memória e Identidade**. São Paulo: Ed. Contexto, 2012. p. 147-148

¹⁴⁷⁸ **FOLHA ESTUDANTAL**, MARÇO DE 1934, P. 01-03.

¹⁴⁷⁹ NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n.10, p. 7-28. Dez, 1993.

¹⁴⁸⁰ MOREIRA, op. cit., p. 32.

Durante a semana que se deu os festejos de inauguração da Casa do Estudante os jornais da capital cearense estiveram cobrindo todos os detalhes da festa. O jornal *Correio do Ceará* cedeu espaços importantes em seus cadernos, para rememorar a história da construção do prédio. No exemplar do dia 9 de agosto de 1952, em matéria intitulada “A Casa do Estudante Pobre do Ceará”, o periódico vai destacar as personalidades que virão de fora do Estado para a grande realização dos estudantes cearenses. Na mesma página, o jornal traz aos leitores uma imagem dos estudantes vistoriando as obras da Casa. Na imagem não há datação de quando foi feita a fotografia, mas seu discurso busca enaltecer a perseverança e tenacidade da juventude cearense. É nesse exemplar que, também, é publicada a programação dos festejos que serão realizados no dia 11 de agosto. Não por acaso essa foi a data escolhida para a culminância da festa, já que a mesma representa uma homenagem aos estudantes brasileiros, e marca também a fundação do Centro Estudantil Cearense e, a partir de agora, demarcaria a finalização do tão sonhado empreendimento.

A programação do evento conta com 3 dias de atividades. No dia 9, a partir das 14 horas, o CEC promove um torneio inter-esportivo de futebol no Estádio Presidente Vargas, envolvendo algumas equipes dos Colégios: Colégio Castelo Branco, Escola Técnica de Comércio Carlos de Carvalho, Colégio São João, Escola Industrial, Ginásio Dom Bosco, Casa do Estudante, Colégio São José e Escola Técnica de Comércio Pe. Champagnat. Logo às 17 horas, há uma homenagem póstuma ao Dr. Costa Araújo e ao ex-presidente do CEC Ernesto Pedro dos Santos, tendo como orador o acadêmico Alarico Leite. Às 23 horas ocorre um Baile oferecido pela classe estudantil no Clube dos Diários, aos convidados de honra e à sociedade de Fortaleza, na programação para esse baile estão convidados os srs. Sócios do Clube dos Diários e suas respectivas famílias. No domingo, dia 10, pela manhã dá-se continuidade ao torneio no Presidente Vargas e às 16 horas ocorre o lançamento da pedra fundamental do “Ginásio Onze de Agosto”¹⁴⁸¹, tendo como oradores o Deputado Adail Barreto Cavalcante, o secundarista Ernane Uchoa Lima, este diretor do Departamento de Educação do CEC. E para finalizar o dia às 19:30 há uma retreta na Praça do Ferreira.

Chegado o dia 11, dia do estudante brasileiro, às 5 horas acontece o momento cívico, o hasteamento da bandeira e do Pavilhão Nacional na Casa do Estudante. Às 7:30 os dirigentes do CEC e outras autoridades vão receber no Aeroporto Pinto Martins a comitiva que vem com o Ministro Simões Filho. Enquanto isso, a partir das nove da manhã ocorrem sessões cinematográficas nos Cine Jangada (para Moças estudantes) e Magestic (para Rapazes estudantes), com entrada gratuita. As 13 horas é oferecido o banquete de confraternização na sede do Náutico Clube Cearense, com o Ministro e outras autoridades. À noite, a celebração contou com um grande número de pessoas, principalmente estudantes. O início da solenidade se deu com o canto do Hino do Estudante¹⁴⁸², alguns discursos de estudantes e outras personalidades que fizeram parte da história do CEC e estiveram envolvidos com a idealização e construção da Casa do Estudante. Houveram, também, apresentações musicais por estudantes e, para finalizar a celebração discursaram Ana Amélia Carneiro de Mendonça e o Ministro Simões Filho, dando por inaugurada oficialmente a Casa do Estudante Pobre do Ceará. De acordo ainda, com a matéria do *Correio do Ceará*, após a solenidade realizou-se, no amplo terraço do prédio da Casa, uma festa dançante que contou com a presença de milhares de pessoas.

Mesmo com todos os detalhes sobre os festejos de inauguração da Casa do Estudante não encontramos nos jornais trechos ou o discurso completo dos oradores ilustres da noite,

¹⁴⁸¹O Centro Estudantil Cearense mantinha alguns grupos escolares em Fortaleza para dar oportunidades aos indivíduos que por algum motivo, muitas vezes o trabalho, não poderiam frequentar os estabelecimentos escolares regulares. A criação desses grupos e ginásios fazia parte do movimento educacional empreendido pelo Centro Estudantil e contava com professores que eram membros do CEC, temos como exemplo a escola 11 de agosto e grupo 1º de Março.

¹⁴⁸² Supomos que este Hino do Estudante deva ser a composição de Filgueiras Lima e Silvio Novo, o Hino do Estudante Cearense, pois em muitas solenidades estudantis do Estado esta composição é cantada como canção oficial dos estudantes.

o senhor Simões Filho e a poetisa Ana Amélia Queiroz Carneiro de Mendonça. Porém, o departamento de publicidade do CEC, *Folha Estudantal*, de 7 de novembro de 1954, foi publicado o discurso de Ana Amélia Queiroz Carneiro de Mendonça. No texto lido pela presidente da Casa do Estudante do Brasil, entre congratulações aos diretores do CEC e elogios ao território cearense, a poetisa procura enfatizar os valores e ideais estudantis que foram o alicerce para a vitoriosa caminhada que culminou com a inauguração da Casa do Estudante.

Meus amigos:

Esta profunda, esta enorme amizade que me une aos vitoriosos estudantes do Centro Estudantal Cearense é que me trouxe aqui, obrigando-me a romper com uma tradição que sempre me afastou de solenidades e de homenagens, para compartilhar, vivamente emocionada, desta hora culminante na vida cultural do Ceará – a inauguração da Casa do Estudante. Aqui viverão congregados estudantes dos vários recantos desta terra heroica, amalgamando no fraternal convívio a força que continuará a erguer monumentos, engrandecendo a loura terra de Alencar. [...] o estudante cearense, lutador vigoroso como o jangadeiro, sereno e persistente como a rendeira, admirável expressão de uma raça indomável, cuja capacidade de realização esta vitoriosamente simbolizada nesta Casa, que é um monumento a essa mesma juventude do Ceará.¹⁴⁸³

Se observamos a passagem acima, podemos encontrar por duas vezes citadas pela poetisa o substantivo *monumento* para se referir as ações empreendidas pelo CEC, conseqüentemente, a Casa do Estudante simboliza um desses monumentos que têm como objetivo, para além de sua missão original que é ser a morada e apoio aos estudantes sem recursos, evocar a memória do Centro e de seus dirigentes, tanto que continuando a leitura do texto de Ana Amélia, não é esquecido os nomes dos primeiros presidentes do CEC que idealizaram e deram o ponta pé inicial para a construção do prédio, Francisco Arruda Vasconcelos e Ernesto Pedro dos Santos.

Considerações Finais

A Casa do Estudante Pobre do Ceará, atualmente Casa do Estudante, foi um projeto ambicioso empreendido pelo Centro Estudantal Cearense, ainda nos anos 1930, que pretendeu dar auxílio e maiores possibilidades para uma formação intelectual e social do estudante cearense. No primeiro momento, a Casa detinha o objetivo de ser um lugar de assistência ao estudante que não tinha condições de dar continuidade aos estudos na capital do Estado, mas com o crescimento tanto da instituição quanto do órgão estudantil responsável por sua tutela, a Casa passou a abrigar os departamentos do CEC, além de biblioteca, museu, encontros da Academia Centrista de Letras e muitas outras atividades que visavam cumprir com o ideal proposto no Estatuto¹⁴⁸⁴ do Centro Estudantal “congregar todos os estudantes, trabalhando pelo seu aperfeiçoamento moral, social, eugênico e intelectual”.

Quando Jacques LeGoff cita Lucien Febvre em seu texto *Documento/Monumento*, ao tratar do alargamento das fontes com o movimento da Escola dos *Annales*, que diz que “a história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem[...]”¹⁴⁸⁵, está nos apresentando uma nova forma de relação com a fonte não escrita. Essa nova percepção e

¹⁴⁸³ FOLHA ESTUDANTAL, 7 DE NOVEMBRO DE 1954. s/p.

¹⁴⁸⁴ Estatuto do Centro Estudantal Cearense, de 29 de maio de 1938, publicado no **Diário Oficial do Poder Executivo do Estado do Ceará**, em 12 de janeiro de 1939.

¹⁴⁸⁵ LE GOFF, op. cit., p. 518.

reflexão do status dado ao documento não escrito nos faz perceber novas possibilidades de pensar a escrita da história do movimento estudantil no Ceará por outro traçado.

Dessa forma, partimos da reflexão sobre a construção da Casa do Estudante, para pensarmos sobre como essa fonte de pedra, tijolos e cal deu e continuou, ao longo da existência do Centro Estudantil, dando sentido e legitimidade as ações empreendidas pela entidade.

A finalização da obra da Casa é tomada por nós como um acontecimento singular na história do movimento estudantil cearense, pois foi a partir da concretização da construção que os estudantes puderam ter esperanças e possibilidades reais para realizar seus anseios acadêmicos na capital do Estado. A construção da Casa, o acontecimento, é tomada por nós como um ato de resistência contra a falta de investimentos e infraestrutura governamental no setor educacional. E, os discursos evocados a partir da necessidade de se criar uma obra desse calibre para os estudantes, partindo dos próprios estudantes e não do Estado, proporcionou ao Centro um grau de representatividade e legalidade perante à sociedade e seus pares.

Observamos, também, que os discursos que tinham como mote a Casa do Estudante, todas as vezes, não perdiam a oportunidade de reclamar e comemorar a memória da construção, dos que fizeram parte nas campanhas para a arrecadação de verbas, os nomes diretamente envolvidos com o projeto para legitimar as ações que continuavam a ser propostas para finalizar o empreendimento e, além disso, buscavam criar um elo identitário com os estudantes do estado e a entidade, assim, validando-a como representante única dos estudantes do Ceará.

“A HISTÓRIA DE UM POVO QUE SE ORGANIZA, BUSCA PARCERIAS E URBANIZA SEU BAIRRO”: SER E AGIR NAS NARRATIVAS SOBRE CONJUNTO PALMEIRAS, EM FORTALEZA - CEARÁ (1991-1997)

Cristiano Rodrigues Rabelo¹⁴⁸⁶
rabeloc@ig.com.br

Resumo: Este trabalho busca refletir a constituição de uma imagem acerca da comunidade do Conjunto Palmeiras, em Fortaleza-Ce, a partir da relação que se estabeleceu entre organizações populares e governos na condução de um projeto de urbanização. O bairro, criado como resultado das remoções de favelas na capital cearense na década de 1970, construiu uma história de mobilização na reivindicação de uma estrutura básica para a sobrevivência na região. Por isso, desde o início eram frequentes a união de moradores na tentativa de superação de suas dificuldades. Na década de 1990, chegou à região um projeto que visava o melhoramento da vida da população, o Prorenda. Neste, estava incluso a realização de obras de intervenção sanitária e drenagem, assim como, projetos de saúde, transporte e educação. O Prorenda representou a interlocução institucional e administrativa entre as organizações populares e os setores governamentais na medida em que a sua gestão teve participação da comunidade. Assim, estabeleceu-se metodologias de participação, como a criação de conselhos com os líderes dos grupos e organizações populares do Conjunto Palmeiras, seminários, reuniões com os trabalhadores, que eram do próprio bairro, para tomar decisões importantes na condução dos trabalhos. Desse modo, as narrativas que se gestaram sobre esse momento passaram a compor uma outra noção de luta social para

¹⁴⁸⁶ Professor de História (SEDUC-CE). Mestrando em História e Culturas (MAHIS-UECE).

melhoria do bairro, pois não estavam mais em relevo as manifestações de rua com a mobilização em massa da comunidade. As lembranças passaram a ter como foco o modo como os moradores de um bairro periférico e pobre gerenciaram um projeto que resultou na urbanização do Conjunto Palmeiras, mas ao mesmo tempo, revelam como a concepção de outrora, em que pesava a necessária cobrança direta aos governos, foi se institucionalizando e deu lugar às mesas de negociações. A luta social desse momento passou a ser lembrada por meio de documentos escritos e orais como resultado da construção de uma autonomia frente os saberes formais dos técnicos governamentais, definindo-os como uma comunidade que sabiam o que estavam fazendo e o que queriam para o bairro.

Palavras-chave: Conjunto Palmeiras. Institucionalização. Memória.

1. Fortaleza e o Programa de Desfavelamento

[...]

Vamos falar do Palmeira
Um bairro de Fortaleza
Com histórias de primeira
No ano setenta e cinco
Começou essa doidera

Pela Prefeitura expulsos
De seus barracos na praia
Juraram que o novo lar
Ganhava no Himalaia
A alegria durou pouco
Era tudo uma tocaia

No meio de mata verde
Entre Palmeiras e flores
Numa Estrada de piçarra
Um barulho de motores
Eram caçambas trazendo
Os primeiros moradores
Todos de área de risco
Verdes Mares, Lagamar
Centro, Alto da Balança
Moura Brasil, Beira-mar
Urubu, Poço da Draga
Aqui vieram morar

Fizeram suas moradas
Lona, plástico, papelão
Água vinha d'um riacho
E a luz do lampião
Transporte? Pau-de-arara
Pense numa confusão!¹⁴⁸⁷

O cordel de comemoração do empreendimento que legou ao bairro do Conjunto Palmeiras em Fortaleza o pioneirismo no que toca à criação de alternativas na geração de emprego e renda¹⁴⁸⁸ evidencia uma experiência devida na capital cearense que dialoga com as condições impostas aos grupos sociais menos abastados. O bairro, localizado em uma região mais ao sul do centro da cidade, em seu início, contrastava com os equipamentos urbanos existentes. Em Fortaleza, pode-se afirmar que somente na segunda metade do

¹⁴⁸⁷INSTITUTO PALMAS. **Banco Palmas**: 10 anos. Fortaleza, Ceará, 2008. P.03-04

¹⁴⁸⁸Em 1998 foi criado no bairro o primeiro banco comunitário do Brasil, o Banco Palmas.

século XX, estabeleceu-se uma situação de expansão urbana, que provocaria em um futuro próximo o encurtamento das distâncias entre zonas que ainda predominavam em sua paisagem um ambiente rural, com muitos sítios, chácaras e etc.¹⁴⁸⁹

É nesse recorte histórico que se insere a criação do conjunto habitacional em 1974. A cidade vivia uma reconfiguração urbana que consistia na readequação de espaços públicos atrelados a uma necessidade de dotar determinadas regiões com aparatos comerciais, que tem como consequência a valorização dos vazios urbanos, transformando-se em mais um elemento de mercado que alimentou um setor que muito lucrou nesse período, o imobiliário.

Relacionado ao alto poder aquisitivo da população, surgiu na Aldeota um comércio de luxo constituído, na maioria por filiais de lojas sediadas no centro da cidade, que adaptaram antigas residências de alto padrão à função comercial. Encontram-se estabelecimentos comerciais nas avenidas Santos Dumont e Barão de Studart. Na primeira, localizou-se um centro comercial a partir de 1973, congregando significativo número de lojas. Paulatinamente foram se instalando nas cercanias do “Center Um” [primeiro shopping da cidade], novos estabelecimentos comerciais do mesmo padrão, procedendo-se assim a uma transformação do uso do solo naquela área que deixou de ter uma função tipicamente residencial.¹⁴⁹⁰

Nesse aspecto, importa ressaltar que a relação entre a valorização do uso e a ocupação do solo e o afastamento gradativo de pessoas de baixa renda para regiões mais periféricas da cidade ajudaram a compor uma explicação significativa sobre a configuração espacial desigual que se gestou em Fortaleza durante esse período. Silva¹⁴⁹¹ destaca essa relação afirmando que a valorização de certos espaços em virtude da construção de equipamentos urbanos, como centros comerciais e universidades, resultou em uma valorização em que muitos dos antigos moradores venderam suas residências a fim de ganhar dinheiro com isso, além de, junto com esses equipamentos urbanos, trazerem uma série de taxas (água, energia, esgotamento sanitário) que pesaram significativamente no bolso de uma população que carecia de recursos financeiros: “Assim, vai se estruturando o espaço da cidade que se altera em curtos lapsos de tempo. Esse processo tem sido provocado por empresas particulares que elegem certas áreas para a implantarem investimentos de grande vulto.”¹⁴⁹²

Não à toa, em relação direta com esse modelo de readequação urbana da estrutura de Fortaleza, criou-se uma política de remoção de aglomerados urbanos, descritos pela imprensa local de favelas, que se acumulou em diversas regiões da cidade de Fortaleza. Era o “problema” a ser resolvido. Para que os empreendimentos imobiliários e a abertura de grandes avenidas ocorressem foi necessária a retirada da população que ocupavam esses

¹⁴⁸⁹ Regiões como Messejana, Modumbim e Antônio Bezerra podem ser definidas nesse momento tendo uma baixa ocupação populacional (50 hab/há), somada a grande presença de largos terrenos que abrigavam sítios e chácaras. A região onde o Conjunto Palmeiras foi construído, o Jangurussu, também conhecido como grande Messejana, espacialmente se configurava nesse mesma perspectiva. Não à toa, uma avenida construída ainda na década de 1970, que vai ficar popularmente conhecida e assim será lardeada pelos meios de imprensa, passou a ser chamada de perimentral, denotando o caráter mais externo que rodeava os limites do que seria a cidade e ligando boa parte dessas regiões mais afastadas da área central.

¹⁴⁹⁰ SOUZA, Maria Salette de. Fortaleza: uma análise da estrutura urbana. IN: DANTAS, Eustógio Wanderley Correia et. al.. **Da cidade à metrópole: (trans)formações urbanas em Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, 2009. P. 31

¹⁴⁹¹ SILVA, José Bozarcchiello da Silva. Formação socioterritorial urbana. IN: DANTAS, Eustógio Wanderley Correia et. al.. **Da cidade à metrópole: (trans)formações urbanas em Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, 2009. P. 87-142

¹⁴⁹² *Ibidem*, p. 123.

espaços e que contrastavam com o ideário de racionalização da cidade pensada a partir de planos diretores criados também nesse período. Dois planos diretores podem ser exemplificados entre as décadas de 1960 e 1970. O Plano Diretor de 1963, de Hélio Modesto e o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana (Plandirf) de 1972. De acordo com Accioly¹⁴⁹³, o primeiro plano teve como diretrizes para a expansão as orientações das elites e dos setores imobiliários, valorizando áreas e mobilizando a riqueza fundiária a partir da introdução do asfalto junto com a estrutura viária e a presença de equipamentos públicos. No segundo plano, ressalta, foi possível notar uma tentativa de integração de Fortaleza à região metropolitana, porém atendendo aos interesses do capital monopolista e oligopolista com espaços para a construção de *Shopings Centers, malls*, cadeias de supermercados e habitações multifamiliares.

Outro exemplo da racionalização desses espaços foi o plano de 1973 para a criação de conjuntos habitacionais, exatamente como alternativa da prefeitura para resolver o “problema” dessas ocupações consideradas irregulares. Dessa forma, criou-se o programa de desfavelamento.

O programa de desenvolvimento integrado terá como objetivos básicos propor: Primeiro - projetos de desfavelamento, através de “ação corretiva” de zonas marginais, quando se evidencia como necessárias a remoção dos seus ocupantes. Remoção esta, exigida por um lado, a ampliação do sistema viário, que, por outro pela mudança de uso do solo, ou seja, outras funções urbanas, invadindo, por fatores circunstanciais desse mesmo processo, áreas que anteriormente eram definidas por outro tipo de ocupação, ou eram áreas desocupadas.

...

Estas populações removidas serão orientadas através de um plano urbanístico operacional, a ocupar outras áreas da cidade, onde deverão ser implantados projetos de nucleamentos para desfavelados, que se integrem no crescimento de Fortaleza, quanto as suas condições sociais e econômicas, semelhantes aos atuais projetos experimentais - Marechal Rondon e Alvorada.¹⁴⁹⁴

O programa teve como ponto de partida a criação de conjuntos habitacionais que abrigaram essa população removida, após uma série de estudos de impactos financeiros e de logística na transferência dessas pessoas, havendo duas experiências piloto para a efetivação. No tocante ao último empreendimento, o Conjunto Palmeiras, a experiência de remoção de criação do conjunto em 1974 não atendeu aos princípios metodológicos para a sua implantação realizados nas experiências anteriores. O resultado disso pode ser compreendido a partir da narrativa do cordel que abriu esse texto, aonde, sob condições insalubres, aqueles que foram viver no local se depararam com um ambiente ainda em fase de implantação, sem nenhum tipo de estrutura urbana que pudesse dar suporte quanto ao abastecimento de água, energia, transporte público. São essas condições que vão ser motivadoras da construção coletiva do bairro, sob a batuta da reivindicação para garantir um bom espaço para viver. Assim, nesse artigo, pretendemos compreender um dado momento dessa mobilização em torno de um projeto de bairro possível. Escolhemos como recorte parte da década de 1990 e procuraremos compreender que tipo de luta social se gestou nesse período e como ela serviu para constituir uma experiência que legou aos moradores certas habilidades que levaram para suas vidas.

¹⁴⁹³ ACCIOLY, Vera Mamede. **Planejamento, plano diretores e expansão urbana: Fortaleza 1962-1992.** 294 f. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, 2008.

¹⁴⁹⁴ Fundação de Serviço Social de Fortaleza. **Programa Integrado de Desfavelamento, Estudo Preliminar.** Fortaleza, Ceará, 1973. Não paginado

2. Gerir, negociar e urbanizar

A luta pela urbanização do Conjunto Palmeiras teve como perspectiva a chegada de serviços que são essenciais para a sobrevivência de qualquer agrupamento humano. Durante as décadas iniciais da criação do conjunto habitacional e das frequentes levadas de moradores que chegaram, essa situação se agravou ainda mais. Geograficamente, o Conjunto Palmeiras foi concebido em uma área com a presença de rio e lagoa que cortava todo o local, além da existência de regiões onduladas com altos e baixos. A ocupação com a venda dos lotes iniciais se deu em torno desse ambiente e à medida que cada vez mais pessoas chegaram, houve um adensamento populacional tornando os problemas geográficos da região mais evidentes. No período chuvoso os alagamentos foram constantes, revelando uma situação que parecia não ter fim haja vista que isso foi o motivador inicial da chegada dos primeiros moradores ao local.¹⁴⁹⁵

quando chovia, alagava, né, alagava isso aqui onde hoje é a associação, isso aqui era um riacho, então enchia. E aí, o pessoal...algumas casas, o povo ia lá pro centro comunitário¹⁴⁹⁶, ficar lá, e aí, precisou, a associação através de um projeto [...] que veio da Alemanha, da prefeitura e do governo do estado. A associação foi a gestora e outras entidades que executavam o trabalho, que ficava à frente comandando. E aí foi feito esse canal porque era uma necessidade, senão ia morrer todo mundo afogado.¹⁴⁹⁷

Dona Darcília, moradora do Conjunto Palmeiras desde 1978 lembra do motivador que levou ao enfretamento do problema dos alagamentos na região. Hoje, como presidente da associação dos moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), instituição criada em 1981 para fortalecer as lutas organizadas, revela um sentimento de orgulho por terem obtido sucesso na execução desse trabalho durante esse período. A proposta aconteceu em parceria com o Governo do Estado do Ceará, a Prefeitura de Fortaleza e a Cooperação Alemã de Apoio Técnico (GTZ). De acordo com Valente¹⁴⁹⁸, o programa PRORENDA está presente no desde a década de 1980 no Brasil, dividindo-se em dois eixos: o rural e o urbano¹⁴⁹⁹. Portanto, o programa tinha como objetivo focar no desenvolvimento da cidadania de seus envolvidos a partir do melhoramento dos serviços básicos públicos e possibilitar a criação de atividades produtivas. O grande legado do programa, no entanto, estava no incentivo à autogestão e a

¹⁴⁹⁵ Em 1974 o Conjunto Palmeiras ainda era um projeto a ser implementado pela Prefeitura. Contudo, nesse mesmo ano, em virtude da forte quadra chuvosa, muitos moradores que viviam em áreas de risco, como Lagamar e Poço da Draga, ficaram desabrigados e, após ficarem temporariamente abrigados no Estádio Presidente Vargas, na capital, começaram a ser transferidos para o Conjunto Palmeiras, que precisou ser adequado às pressas para comportar essas pessoas.

¹⁴⁹⁶ Centro Social Urbano (CSU) Ayres Brito que fica em região mais elevada geograficamente no bairro.

¹⁴⁹⁷ SILVA, Maria Darcília de Lima. Entrevista V (Jul/Ago.2016). Entrevistador: RABELO, Cristiano Rodrigues. Fortaleza-CE: UECE: 2016. 3 Arquivos. Mp3 (1h14min, 46min e 20min).

¹⁴⁹⁸ VALENTE, Renata Curcio. **A GTZ no Brasil: Uma etnografia da cooperação alemã para o desenvolvimento.** Rio de Janeiro, E-pappers: UFRJ, LACED, 2010. 301 p.

¹⁴⁹⁹ Segundo Valente a GTZ pode ser definida como uma instituição com pessoa jurídica, na forma de uma sociedade limitada, sendo uma empresa pública com direitos privados, que tem como único sócio o governo alemão. Tem como função primeira o apoio a projetos públicos orientados pelo governo alemão e tem como clientes a União Europeia, Banco Interamericano de Desenvolvimento e agências das Nações Unidas. No Brasil, está presente desde 1963, quando houve a assinatura do acordo básico de cooperação técnica Brasil e Alemanha. A área de atuação da GTZ compõe todo o Brasil, em projetos que visam, hoje, dois eixos: Desenvolvimento Regional Integrado em áreas menos favorecidas e Proteção Ambiental e Manejo de Recursos Naturais. O primeiro, hoje, se divide em programa PRORENDA (que a partir de 2002 passou a se chamar de Desenvolvimento Local Integrado Sustentado) e programa indústria, para o aumento da produção e competitividade de pequenas e médias empresas.

cooperação coletiva por meio de planejamento participativo, microcrédito e organização comunitária a partir de capacitações, treinamentos e produção de cartilhas, “assim um dos eixos conceituais de referência para o programa é a participação ou gestão participativa”.¹⁵⁰⁰

Desse modo, foi possível notar, com a execução da obra do canal de drenagem¹⁵⁰¹, a partir desse projeto, a concepção de gerenciamento, que passa a ser algo bastante relevante para os moradores da região. Cabe destacar que, nesse período, havia muitos líderes comunitários, associações e grupos organizados no Conjunto Palmeiras, que juntos, formaram a União das Associações e Grupos Organizados do Conjunto Palmeiras (UAGOCONP). Quando reunidos, eram o conselho local, responsável pelas decisões a serem tomadas sobre a obra. Foi bastante profícuo para o período haja vista que seu papel não era apenas o de aprovar ou não a execução do trabalho: “A cooperação se daria então da seguinte maneira: ela [GTZ] iria fornecer o dinheiro, uma soma de dois milhões de reais e assistência, enquanto a gestão dos serviços deveria ser feita pelos próprios moradores”¹⁵⁰²

Como fruto dessa gestão de participação coletiva, o que se notou foi a criação de um plano de desenvolvimento na região em que pesava os estudos de impactos da realidade do Conjunto Palmeiras com propostas e soluções a serem efetivadas para que o bairro fosse efetivamente urbanizado e pudesse ser um local com boas condições para viver. Desse planejamento surgiu o Plano de Desenvolvimento Comunitário Integrado (PDCI), cujo se tratava do diagnóstico e resolução dos problemas que iam desde a estrutura de saneamento básico à educação, com abertura de mais salas de aula, por exemplo. Contudo, mais do que um plano que deveria ser executado na íntegra, ele é uma imagem sobre qual bairro que os moradores precisavam e desejavam. Assim, a imagem que queriam construir pode ser analisada a partir de um documento que teve como finalidade o estabelecimento de momentos considerados relevantes. A cartilha “O Canal de Drenagem: A história de um povo que se organiza, busca parcerias e urbaniza seu bairro” é uma expressão dos desejos, dos anseios e, sobretudo, constitui a necessidade de um grupo em elaborar a concepção de um bairro e deles próprios como sujeitos da sua história a partir do que consideraram relevantes a ser comunicado sobre o trabalho que resultou da obra do canal de drenagem.

Para isso, a memória foi o fator de mobilização dessas ações. Foi através da lembrança que os marcos referenciais de uma narrativa sobre a história desse momento se constituíram. São depoimentos e imagens, que racionalmente escolhidas elaboraram o sentido que se desejava compor.

[...] a experiência é vivida subjetivamente e culturalmente partilhada e compatível. É a agência humana a que ativa o passado, incorporado nos conteúdos culturais (discursos em um sentido amplo). A memória, em seguida, se produz enquanto há assuntos que compartilham uma cultura, enquanto há agentes sociais tentando “materializar” estes sentidos do passado em diversos produtos culturais, concebidos como ou que se tornam veículos da memória, tal como livros, museus, monumentos, películas ou livros de história. Também se manifestam em atuações e expressões que, antes de representar o passado, o incorporam performaticamente¹⁵⁰³

Nesse aspecto, podemos analisar o documento sob a lógica do olhar institucional. A cartilha, para além da criação de uma história que desejavam constituir sobre aquele

¹⁵⁰⁰Ibidem, p. 158.

¹⁵⁰¹Obra que se inicia em 1991 e tinha como principal objetivo diminuir os impactos causados pelas chuvas, desabrigando moradores em virtude dos alagamentos.

¹⁵⁰²SEGUNDO, João Joaquim de Melo Neto. Entrevista V (Fev.2016). Entrevistador: RABELO, Cristiano Rodrigues. Fortaleza-CE: UECE: 2016. 1 Arquivo. Mp3 (33min).

¹⁵⁰³JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madri: Spaña Editores, Século XXI, 2002. P. 37

momento do bairro é, sobretudo, um material que busca ser uma resposta aos anos de intervenções no Conjunto Palmeiras na medida em que serve como prestação de contas do que foi feito no local desde o início das obras do canal de drenagem.



Figura 1. Sede da Asmoconp construída com os recursos do PRORENDA.

A primeira imagem que abre a cartilha é a fotografia da sede da ASMOCONP. O enquadramento do prédio da associação na fotografia, enfatiza algo que vai ser bem frequente na narrativa desse momento, o progresso do bairro. Esse prédio foi construído com os recursos do PRORENDA, que além de liberar verba para a construção do canal possibilitou-os na construção de outros equipamentos, como a praça e a sede de associações que existiam no conjunto, entre elas a ASMOCONP.

O fato de a foto abrir o documento revela o caráter da publicação, isto é, evidencia o trabalho de uma instituição que foi ganhando notoriedade no bairro. Ao longo da cartilha a concepção de coletividade está presente, com já citado acerca das reuniões do conselho local, quando líderes comunitários, representantes da UAGOCONP, tomavam decisões sobre o bairro. Contudo, nenhuma outra instituição aparece com tal destaque nesse momento. Portanto, ela é, também, uma celebração aos esforços da associação de moradores.

Outro fator relevante sobre o caráter de prestação de contas dessa publicação é a mensagem final do documento: “Venha ver como ficou o Conjunto Palmeiras. Faça-nos uma visita!”¹⁵⁰⁴. Denota-se, nesse sentido, uma publicação que tinha como motivador publicizar as experiências desses anos. Mas por outro lado, pode parecer estranho tal publicização já que a obra, de grande porte, não passaria despercebido pelos moradores do Conjunto Palmeiras. Acerca desse ponto algo nos chama atenção e que pode ser um indício da necessidade de se produzir tal documento e constituir, com isso, uma narrativa, sobre esse momento pelo qual o bairro passou.

Ao final da mesma cartilha temos a divulgação dos dados de uma pesquisa feita com 113 famílias. Das respostas à pergunta “Você sabe quem construiu o canal?” com cinco opções – O Governo Alemão; A Prefeitura; Não sabe; A Associação dos Moradores; O Governo do Estado –noventa e seis pessoas responderam que não era obra da associação de moradores. Essa obteve vinte uma respostas a favor. Desse modo, pode-se questionar até que ponto os moradores atribuíram relevância à participação da ASMOCONP na condução da obra.

¹⁵⁰⁴SEGUNDO, João Joaquim de Melo Neto. **Memórias de Nossas Lutas Favela do Conjunto Palmeiras: O Canal de Drenagem, a história de um povo que se organiza, busca parcerias e urbaniza seu bairro.** Volume. II, ASMOCONP - Conjunto Palmeiras, Fortaleza, Ceará, 1998. 29 p.

O empreendimento realizado no Conjunto Palmeiras buscou enfatizar o trabalho realizado pela instituição e seus moradores a partir da narrativa da cartilha. São líderes comunitários e trabalhadores da construção civil, eletricidade, segurança que vão ser elucidados no documento a fim de evidenciar a participação da comunidade na execução da obra. Um dos aspectos mais relevantes é a imagem da experiência que adquiriram com a execução desse trabalho, uma experiência diferente da que estavam acostumados e tinha sido a tônica do movimento popular até então.

Eu penso que hoje ninguém pode ser radical. A gente tem que ir ocupando espaços, sendo inteligente. No Prorenda a comunidade foi esperta e soube se organizar. Fizemos amizade com os técnicos e saibamos [sic.]o momento certo de fazer nossas propostas. Tinha vez que a gente perdia, tinha vez que ganhava. O importante era garantir que o poder de decisão ficasse com o Conselho Local.¹⁵⁰⁵

Até então o movimento popular no Conjunto Palmeiras tinha como foco a luta reivindicatória baseada na cobrança direta aos órgãos competentes, com reuniões e mobilização nas ruas. Como demonstra o depoimento acima, vivia-se um outro momento acerca da forma como deveriam agir para garantir benefícios para o bairro.

As entidades do movimento popular têm que saber fazer as parcerias de forma que o poder de decisão realmente seja partilhado. A autonomia é o primeiro passo. Outro fator decisivo é a capacitação e planejamento. Quando íamos par as reuniões do Conselho de Integração levávamos documentos, cálculos, estratégias definidas sobre tudo que íamos discutir. Sempre nos informávamos antes qual seria a pauta, para melhor nos prepararmos. Quando se está bem preparado fica mais fácil negociar. De forma geral, conseguimos estabelecer um diálogo e um espaço de trabalho conjunto onde os dois lados aprenderam a buscar o consenso para se decidir questões polêmicas.¹⁵⁰⁶

Autonomia, capacidade de planejamento, elaboração de documentos, cálculos e estratégias evidencia que as instituições e os líderes comunitários que nasceram do movimento popular organizado queriam ser vistos como capazes de negociar de igual para igual com os técnicos especializados naquele tipo de obra. Dessa maneira, a narrativa expõe um caráter essencial na imagem que buscavam publicizar ao longo dessas páginas. Ou seja, não bastava construir o canal, era necessário afirmar a imagem de que eles foram capazes de gerir recursos de grande porte com total competência, mesmo muito deles nunca ter trabalhado sob essas condições. Por isso afirma-se que “Quando terminou o canal a Associação saiu respeitada entre os moradores e com bagagem para negociar e realizar outros projetos.”¹⁵⁰⁷

Carvalho¹⁵⁰⁸ considera que muito do que as lideranças do Conjunto Palmeiras aprenderam foi em virtude das experiências que puderam participar ao longo da vida no bairro. Avalia dois tipos de lideranças que se formaram, as críticas e as integradas. Uma trabalhando de forma mais coletiva, compreendendo a necessidade de reunião e decisões feita por todos e a outra com uma relação mais vertical no sentido de levar os benefícios para o bairro sem necessariamente de acordar, antes, com o restante dos moradores. Considera em seu trabalho que esses dois tipos de lideranças muito aprenderam no que chamou de

¹⁵⁰⁵ Ibidem, p. 16.

¹⁵⁰⁶ Ibidem, p. 19.

¹⁵⁰⁷ Ibidem, p. 25.

¹⁵⁰⁸ CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de. **A escola da vida nas lutas do bairro**. 1996, 243p. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, Departamento de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1996.

“Escola da Vida” na qual possibilitou o contato com uma série de saberes até então desconhecidos.

Também ressalta-se a relevância do aprendizado a partir da experiência de vida em contraste com saber formal, adquirido nos centros de formação acadêmica, como em escolas e universidades. Muitos dos moradores do Conjunto Palmeiras não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos, com algumas lideranças, inclusive, cursando até a terceira série do ensino fundamental¹⁵⁰⁹, apenas. Por isso, a capacidade de gerenciamento e a oportunidade de ter tido sucesso na realização da obra denotam a imagem de autonomia frente a qualquer desafio imposto aos moradores do bairro.

[...] Os valores não são “pensados”, nem “chamados”, são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas ideias. São as normas, regras, expectativas etc. necessárias e aprendidas (e “aprendidas” no sentimento) no “*habitus*” de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na famílias, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda a produção cessaria.¹⁵¹⁰

Consideramos que há com essa reflexão a constituição, exposta ao longo da narrativa, que evidencia o modo pelo qual o bairro deveria ser visto. Não apenas como um lugar pobre, com diversas dificuldades desde o período de sua formação, mas um lugar com pessoas capazes de transformar a partir do aprendizado e da vontade de desenvolver e melhorar o Conjunto Palmeiras, tornando-o um local com condições salubres para a população que lá habitava viver.

Porquanto, a narrativa expressa na cartilha e evidenciada a partir do seu subtítulo, revela a relação imbricada entre ser e agir no desenvolvimento do Conjunto Palmeiras.

Nós participávamos das decisões do projeto. As coisas não vinham de cima para baixo, os espaços eram abertos, as decisões sobre o canal eram tomadas com a comunidade. Isso geralmente não acontece com os projetos do governo. No caso do Canal nós discordávamos, discutíamos e se acertava os pontos. Mas sempre dissemos que as entidades não ficassem esperando só pelo Prorenda. Teve um momento em que o movimento parou e ficou esperando que tudo viesse do projeto. As vezes ficávamos discutindo só o canal, esquecendo as outras bandeiras de luta, com a educação, saúde, etc. foi preciso reclamar dos companheiros para que retomasse as lutas de antes.¹⁵¹¹

A crítica no depoimento é a de que a preocupação maior se dava mais em gerenciar os recursos do programa e na construção do canal do que atender outras bandeiras de luta no Conjunto Palmeiras. A participação nas ruas, a cobrança direta aos governos e a mobilização constante também se transformou. O modelo que tinha sido construído ao longo dos primeiros anos desaparece na narrativa e conduz-nos à reflexão sobre os caminhos pelos quais o movimento popular no bairro passou a trilhar. Não mais às ruas, não mais o enfrentamento da polícia e seus cassetetes, não mais a denúncia da precariedade vivida, mas agora o modelo de negociação, do qual o espaço dos gabinetes se tornou mais comum.

¹⁵⁰⁹ É o caso de umas das presidentes e fundadoras da associação de moradores, Marinete Britoda Silva.

¹⁵¹⁰ THOMPSON, Edward Palmer. Miséria da Teoria: ou um planetário de erros:[S.l.: s.n.], 2009. P.

240

¹⁵¹¹ Ibidem, p. 17.

3. Considerações finais

Ao longo dos 42 anos muitas transformações foram feitas no Conjunto Palmeiras. Localizado na periferia de Fortaleza, o bairro foi erguido, sobretudo, a partir das mãos de seus moradores, seja por meio da autoconstrução de suas casas, seja por mutirões, seja através da reivindicação e mobilização de sua população frente aos governos, cobrando melhorias para a vida local. O nascimento do bairro, sob condições adversas de sobrevivência, pode ser visto como o primeiro mobilizador dessa população. Agir de alguma forma era a regra para quem não aceitava tamanho descaso. Não à toa que podemos considerar que a concepção de organização popular foi um dos principais motivos que os levou a adquirirem autonomia para cobrar o que de fato era necessário ao bairro. Era, nesse sentido, compreender a realidade que os abatia para poder modifica-la.

Com esse entendimento de que a sua atuação era definidor do bairro que precisavam e desejavam, pode-se considerar que as transformações no Conjunto Palmeiras não se deram apenas em relação a sua estrutura urbana. Os próprios moradores, atores principais nas lutas populares, também levaram e levam consigo as marcas dessas experiências. Não à toa, a construção coletiva de narrativas, desde a década de 1990 passou a ser cuidado com maior importância, pois “o registro da história tem servido como subsídio para a elaboração de projetos de desenvolvimento, bem como para instrumentalizar as lutas populares.”¹⁵¹² Desse modo, desejosos de comunicar suas experiências, buscaram constituir uma imagem de como queriam ser vistos a partir dos empreendimentos conquistados.

É assim que a narrativa sobre a construção do canal de drenagem ganhou relevância. Foi um projeto que, embora não tivesse a participação de todos os moradores, eles estavam representados pelas associações e grupos organizados envolvidos do Conjunto Palmeiras. Desse modo, a publicação da cartilha não foi apenas a construção de uma narrativa sobre a história daquele momento para o bairro, foi, na realidade, uma maneira de dizer à população o que seus representantes fizeram durante esses anos, principalmente, no que toca à participação da principal e mais antiga instituição local: a associação dos moradores do Conjunto Palmeiras.

A imagem construída buscou enfatizar o aprendizado que tiveram ao longo dos anos e os desafios que precisaram enfrentar. No entanto, chama a atenção que essa imagem acerca de como deveria se dá as lutas populares no bairro pode ser vista como início do distanciamento entre representantes dos movimentos populares, conhecidos como líderes comunitários, e a população em geral. A marca do gerenciamento e das negociações em torno de seus objetivos legou a essas pessoas conhecimentos administrativos de acordo com as relações que estabeleceram com o Estado e os governos que foram essenciais na sua formação, mas também evidencia o início de um modelo de luta pela melhoria do bairro no qual os movimentos de rua foram deixando de ser o principal meio de mobilização da população e de reivindicação.

¹⁵¹²SEGUNDO, João Joaquim de Melo Neto. Op. cit., p. 04.

INTELECTUAIS ALAGOANOS E RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA EM ALAGOAS (1930/50).

Gabriela Torres Dias¹⁵¹³

gabitorres_dias@hotmail.com

Resumo: Ao levar em consideração a tradição antropológica alagoana, com nomes consagrado inclusive fora do estado, objetiva-se compreender e relacionar a história de marginalidade e silêncio do “Quebra de Xangô de 1912” e a contribuição dos intelectuais alagoanos para manter o fato ainda mais longe da memória coletiva

Palavras -chave: Quebra de Xangô; intelectuais; silêncio; religiões afro-brasileiras

Introdução

O *Quebra de Xangô* é um dos maiores episódios de violência vivenciados pelas comunidades de terreiro no estado de Alagoas. Segundo o pioneiro estudo sobre o tema do antropólogo Ulisses Neves Rafael¹⁵¹⁴, *O Xangô Rezado Baixo*, o autor faz importante investigação sobre o incidente e os principais motivos que proporcionaram a violência contra as casas de culto, os quais foram, sobretudo, provenientes da insatisfação política e econômica vivenciadas no estado. Formou-se uma forte oposição ao então governador de Alagoas, Euclides Malta, há 12 anos no poder, comandada pelos membros da elite alagoana, Clodoaldo da Fonseca e Fernandes Lima, e a organização paramilitar denominada Liga dos Republicanos Combatentes. Malta fora acusado de ser frequentador e adepto dos cultos africanos e por causa das “feitiçarias” provenientes desses cultos ter se mantido no poder por tanto tempo. Rafael afirma que o massacre ocorreu em diversos terreiros, principalmente, naqueles frequentados pelo antigo governador, exemplificados em casos conhecidos como o de Tia Marcelina¹⁵¹⁵.

A conjuntura do Quebra, segundo Rafael, gerou no estado um ambiente bastante repressor aos cultos de matriz africana, por boa parte do século XX, que passaram a alterar a dinâmica dos seus cultos e a cultivar uma modalidade ritualística, a qual diz ter sido notada e apelidada por Gonçalves Fernandes, como *Candomblé em silêncio*, em seu estudo feito em algumas casas de Xangô em junho de 1939, quase trinta anos depois do ocorrido¹⁵¹⁶. O *candomblé em silêncio*, seria uma forma de se praticar o culto onde os atabaques são substituídos por palmas.

Um outro aspecto relevante notado pelo autor, e o que mais interessa aqui, trata-se do ponto de partida para esse estudo, é referente à falta de materiais alusivos a esta parte importante na história e dinâmica dos cultos afro-brasileiros em Alagoas. Diz o autor, que essa vacuidade causa ainda mais espanto, “caso se leve em conta a tradição antropológica alagoana, que reúne nomes consagrados como Manoel Diégues Junior, Théo Brandão e Arthur Ramos, para citar apenas aqueles que alcançaram maior projeção fora do estado.”¹⁵¹⁷

Segundo Renato Ortiz¹⁵¹⁸, ao tratar do papel dos intelectuais como mediadores simbólicos na construção da identidade nacional brasileira,

1513 Mestranda em História Social pela Universidade Federal de Alagoas

1514 RAFAEL, U. N. **Xangô Rezado Baixo**. Religião e Política na Primeira República. Maceió: Edufal, 2012.

1515 Segundo os relatos Tia Marcelina foi morta brutalmente com golpe de sabre na cabeça dado por um dos manifestantes. Contam que “a cada chute recebido de um dos invasores, tia Marcelina gemia para Xangô (*eiô cabecinha*) a sua vingança e, no outro dia, a pena do agressor foi secando, até que ele mesmo secou todo”. (Idem, op. cit., p. 37)

¹⁵¹⁶ Idem, 2012, p. 14

¹⁵¹⁷ Idem, 2012, p. 14

¹⁵¹⁸ ORTIZ, R. Estado, cultura popular e identidade nacional. In: ORTIZ, R. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: brasiliense, 2006. p. 139-140.

(..) eles confeccionam uma ligação entre o particular e o universal, o singular e o global. Suas ações são, portanto, distintas daqueles que encarnam a memória coletiva. Enquanto esses são especialistas que se voltam para uma vivência imediata, aqueles se orientam no sentido de elaborar um conhecimento de caráter globalizante.

Ao se levar em consideração a produção intelectual como parte importante para o resgate da memória coletiva de uma sociedade, ou de determinado grupo social, busca-se entender e relacionar a história de marginalidade e silêncio do “Quebra de Xangô de 1912” e a contribuição dos intelectuais alagoanos para manter o fato ainda mais longe dessa memória coletiva. Apesar de ainda estar em andamento, esta pesquisa pretende ainda, invocar nos demais intelectuais, a busca pela autorreflexão da cultura (ou do autoconhecimento), e se possível abrir cada vez mais caminhos para rupturas com as tendências locais, onde as relações sociais são historicamente mediadas pelo *medo*. Entende-se, por certo que, essas rupturas são necessárias para o avanço da sociedade em questão, na tentativa de contemplar um processo de inclusão mais efetivo dos socialmente subalternizados. Sabe-se que a integração não se dará por uma mudança de discurso da intelectualidade, mas pela luta social, política e econômica em busca da justiça social. O que cabe à intelectualidade, enquanto produtora do conhecimento formal é refletir sobre ela.

As fontes primárias foram retiradas do Catálogo *Odê Ayê/Ufal*¹⁵¹⁹ e do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Este último, em especial, por ser desde de sua criação — segunda metade do século XIX — até boa parte do século XX, considerado a principal referência das produções intelectuais no estado.

Por conseguinte, através da interpretação histórica das fontes, busca-se fazer algumas explanações que visam compreender o ambiente político vivido pelos intelectuais e pelas religiões afro-brasileiras em Alagoas ao longo do século XX, especialmente nas décadas de 1930 a 1950. Além disso, far-se-á um breve levantamento da formação intelectual nessa temporalidade.

Importantes características sobre os intelectuais alagoanos (1930-1950): retrospectivas históricas.

Por “intelectual” considera-se as observações de Antônio Gramsci e Norberto Bobbio. O primeiro afirma que “todos os homens são intelectuais [...], mas nem todos têm na sociedade a função de intelectuais”¹⁵²⁰. O segundo delimita a função dos intelectuais, ao considerá-los, sujeitos historicamente situados em circunstâncias de tempo e espaço aos quais se atribui a tarefa específica de elaborar e transmitir conhecimentos, teorias, doutrinas, posicionamentos ideológicos, enfim, concepções de mundo ou simples opiniões que acabem por constituir as ideias ou sistemas de uma determinada sociedade¹⁵²¹

Pode-se dizer, então, que intelectuais são mediadores simbólicos entre um conhecimento produzido e a vivência social e vice-versa, desta maneira, devem ser entendidos a partir das relações materiais inseridas dentro do seu contexto social. Ao levantar estas considerações, pergunta-se o que é ser um intelectual alagoano em meados do século XX? Ou melhor, o que é ser um intelectual alagoano no período posterior ao

¹⁵¹⁹ A compilação do catálogo foi feita através do Projeto de Extensão *Odê Ayê Ufal*, edital 2010-2013 — *Religiões Afro-brasileiras em notícias: levantamento e catalogação da imprensa maceioense sobre candomblé e a umbanda (1900-2000)*. O material do presente catálogo consiste em recortes de jornais com notícias que destacam a presença do negro e das religiões de matriz africana, em Alagoas durante o século XX. Os arquivos estão disponíveis em CD e estão em posse do Laboratório de Estudos de História da África e Afrobrasileira (Lahafró-Ufal). <http://sites.google.com/site/lahafró>.

¹⁵²⁰ GRAMSCI, A. A Formação dos Intelectuais. In: GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1968. p. 7.

¹⁵²¹ BOBBIO, N. Intelectuais. In: BOBBIO, N. **Os Intelectuais e o Poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1997. p. 110.

Quebra de Xangô de 1912, mais especificamente nos anos que vão de 1930 a 1950? Aquele evento teria estabelecido um ambiente diverso para a autorreflexão dos intelectuais alagoanos sobre a identidade e a cultura local? Ou não? Para melhor compreender essas questões tem-se antes uma breve recapitulação do ambiente político vivido por esses intelectuais bem como, da história da formação educacional superior em Alagoas. Um resgate educacional se faz importante, na medida em que, entende-se a educação como parte integrante e importante da sociedade para manutenção e transformação das práticas sociais em símbolos culturais (como ocorre, por exemplo, na legitimação de valores). Por meio disto, objetiva-se identificar essa intelectualidade dentro de sua sociedade.

Condições sociais e políticas: “do Quebra ao Pós”¹⁵²².

Sobre o *Quebra de Xangô*, disse Ulisses Rafael que “tem sua gênese nas prolongadas disputas entre a elite política local pela dominação dos dispositivos e mecanismos do poder”¹⁵²³. Ao se tomar este evento como uma disputa política entre as elites locais, dois grupos aparecem como opositores, o Partido Republicano chefiado por Euclides Malta, representante da ordem vigente, e o grupo liderado por Fernandes Lima e Clodoaldo da Fonseca.

Em fins de 1911 e começo de 1912 desenrolavam-se as campanhas sucessórias nos Estados, período bastante tumultuado em Alagoas. Neste ambiente bastante crítico, Euclides Malta tentava uma série de alianças para permanecer no poder, acirrando as disputas políticas. Naqueles tempos, a campanha oposicionista mais concorrida era a de Clodoaldo da Fonseca, mobilizando segmentos da sociedade que envolviam desde os coronéis até as camadas médias urbanas, “todos empenhados no mesmo projeto político, qual seja, a derrubada da oligarquia maltina”¹⁵²⁴. O quadro agrava-se com o surgimento da *Liga dos Republicanos combatentes em Homenagem a Miguel Omena*, em 11 de setembro de 1911, que segundo Rafael, surge,

sob os auspícios de Fernandes Lima, outro importante articulador da oposição no Estado, e um dos principais responsáveis pela derrubada de Euclides Malta do poder. É com o aval desse líder oposicionista que a Liga irá espalhar o terror em Maceió.¹⁵²⁵

Esta situação de terror desencadeou o massacre às casas de culto de matriz africana no estado, como já dito anteriormente. Em março de 1912, quando as eleições tinham praticamente definido a vitória dos candidatos oposicionistas, Euclides Malta renunciou e retomou-se o clima de normalidade na capital alagoana.

O tempo em que permaneceu no poder e as manobras políticas características de seu governo vão representar, segundo Rafael, “um corte no modo de fazer-se política no Estado, além de servir como paradigma para as administrações futuras”¹⁵²⁶. O modo de fazer política baseado em manobras e conjuntos de alianças, que ajudam na perpetuação do poder, continuaram, porém, no lado oposicionista. Fernandes Lima, por exemplo, é um grande expoente dessas manobras realizadas, sucessivamente, pela oposição maltina. Regeu uma série de artimanhas para manter-se influente na política e na governabilidade local, quando não estava pessoalmente, elegia um correligionário.

¹⁵²² Embora não haja um consenso entre os estudiosos do Quebra de Xangô sobre o que é de fato esse período pós-quebra e suas características, a terminologia é aqui utilizada para indicar o período que vem após o assalto às casas de culto em 1912, mais especificamente a temporalidade que vai de 1930 a 1950.

¹⁵²³ RAFAEL, U. N. In: _____ **O Xangô Rezado Baixo: religião e política na primeira república**. [S.l.]: Edfal/editoraufs, 2012. p. 15.

¹⁵²⁴ Idem, 2012, pág. 93

¹⁵²⁵ Idem, 2012, pág. 93-94

¹⁵²⁶ Idem, 2012, pág. 81

Após a renúncia de Malta, sua derrota nas eleições veio para o candidato da oposição Clodoaldo da Fonseca, que assumiu em 6 de junho de 1912, apoiado por seu correligionário Fernandes Lima, que pretendia candidatar-se futuramente ao governo do estado. O governo de Fonseca foi marcado pela realização de algumas obras públicas (construção de pontes, canais, urbanização dos terrenos pantanosos), além de dificuldades econômicas devido ao esgotamento de finanças, agravado especialmente com o desenrolar da primeira guerra mundial¹⁵²⁷.

Terminado o governo de Clodoaldo da Fonseca em 2 de junho de 1915, Fernandes Lima pretendia candidatar-se. Considerado por muitos uma “das raposas da política”, ele “Antevia os acontecimentos e se defendia ou os antecipava. [...]. Calculando a situação, achou que o momento não era conveniente.”¹⁵²⁸. Desta forma, apresentou seu conterrâneo João Baptista Accioly Júnior e somente candidatou-se na eleição que se sucedeu. Assumiu em 12 de junho de 1918. Por motivos de saúde passou menos de dois anos no governo. Entregou o poder logo em seguida para o Cônego Manoel Capitulino de Carvalho. Porém, na eleição de 1921, Fernandes Lima candidatou-se e permaneceu oficialmente no poder até 1924. Em busca de manter-se no poder convidou Costa Rego para vir a candidatar-se na próxima eleição. Entretanto, as coisas não saíram como planejado e Costa Rego mostrou-se logo independente, em desagrado de Fernandes Lima, o qual passou a fazer-lhe grande oposição.

Não se almeja com essa narrativa, cuja ênfase é a trajetória política de Fernandes Lima, personificar a história de Alagoas, ou a história de repressão às religiões de matriz africana no estado, mas entender como se perpetuaram as forças políticas oposicionistas de Euclides Malta e, diretamente promotoras do Quebra de Xangô, da qual Fernandes Lima é apenas um dos seus expoentes notáveis.

Os anos antecedente à Revolução de 1930, até os anos que compreendem o Estado Novo foram marcados por um ambiente social bastante hostil: consagrou-se a perseguição à imprensa, o fechamento de tipografias, assalto às redações de jornais. Além disso, no pós-Revolução, acirrou-se o campo das disputas políticas. As elites econômicas e políticas tradicionais do estado, em meio à política intervencionista do governo federal estabeleceram algumas alianças e conflitos muitas vezes sangrentos para permanecerem no poder e na manutenção de seus privilégios. O fato aguçou ainda mais o cenário cotidiano de violência na cidade. O estado arma-se constantemente da repressão policial na tentativa de manutenção da ordem, desta forma tudo aquilo que possa ser considerado subversivo é constantemente e violentamente reprimido¹⁵²⁹.

É neste ambiente de vigilância ao “subversivo” que se achavam as religiões de matriz africana durante a segunda metade do século XX. Muitas são as notícias de jornais, em que se mencionam batidas policiais durante as décadas de 1930 e 1940 especialmente. Segundo uma notícia do *Jornal de Alagoas*¹⁵³⁰ de 11 de outubro de 1936, intitulada “*No silêncio[sic] da noite o candomblé de 'Oxum' trabalhava*”, na sexta-feira que sucedia aquela data, a polícia realizara uma “batida numa sessão de macumba.” Contava o jornal:

O sub-delegado do distrito do Prado, sr. Eurípedes Tenório recebera uma denúncia de que na antiga rua da União, hoje Comendador Teixeira Bastos, 482, na casa do sargento conhecido por Vicente Padre Nosso, do Regimento da Polícia Militar, se realizava todas as sextas-feiras uma sessão. Os vizinhos já não podiam dormir naquele dia da semana, tal o batuque que constituía a cerimônia da reunião[...] durante toda a noite, numa demonstração de descaso pelo socego publico, as cuicas, os guizos, as dansas

¹⁵²⁷ ALBUQUERQUE, I. L. D. In: _____ **História de Alagoas**. Maceió: [s.n.], 2000. p. 185-186.

¹⁵²⁸ Idem, 2000, p. 186

¹⁵²⁹ COSTA, A. C. D. L. In: _____ **Maceió Médúica: análise histórica das imagens da diáspora de intelectuais alagoanos na literatura(1930/1940)**. Recife: [s.n.], 1998. p. 141-157.

¹⁵³⁰ **Jornal de Alagoas** – Maceió, 11 de outubro de 1936, p. 8. No silêncio da noite o candomblé de “Oxum” trabalhava. (JA 11.10.1936 04)

dos “filhos de santo” enchem as circuvizinhanças de um barulho infernal. [sic]

A notícia narra ainda o fechamento da casa e a prisão de algumas pessoas, dentre elas, o próprio líder do culto, o sargento Padre Nosso. Esta notícia traz algumas indicações importantes, primeiro, referente às relações de poder, o momento não parece propício para negociações entre as autoridades e os cultos, estas agiam mais no sentido de reprimi-los que em protegê-los. Pois, mesmo sendo o provedor do culto pertencente à polícia e, portanto, dispor de certa autoridade, não o impediu de ser preso e ter sua casa fechada. Talvez o fato de ser ele um sargento e, conseqüentemente, um oficial de baixa patente, não dispusesse de “influência” dentro da corporação. Segundo, como se pode notar, assim como em outras notícias da época, o fato de ter sido o candomblé “denunciado”, sob a justificativa do “barulho infernal”, ou “perturbação da ordem”, traduz uma sociedade, em certa medida, intolerante e vigilante a certas práticas.

Contava ainda a notícia que os objetos do culto foram apreendidos e recolhidos pela polícia.

O material aprehendido foi trazido para a 1 Delegacia Auxiliar, onde ficou depositado.

Entre os objectos anotamos os seguintes: — corôas de **Ogum**, palmatoria, arpões, chifres de carneiro e bôde, flores e voltas de varias especies, cuicas, grinaldas, louças, garrafas de mel e azeite, velas com castiças, toalhas, cabaças de batucada, lanças, um enorme cajado de **Oxa-lufan**, varias lanças pequenas, cabeças de carneiro, lenço, trincheira e navalha, diversas raizes de inhame, ossos de animaes, etc.[sic]

Entre os objetos apreendidos os policiais também haviam alguns papéis contendo anotações,

Diversos desses traziam dois nomes em cruz, sendo um de homem e outro de mulher.

Esses nomes indicam pessoa que deveriam reconciliar-se, maridos separados da mulher por causa de uma terceira e que voltariam ao lar e outras cousas semelhantes.

O destaque para a apreensão dos objetos do culto e, entre eles, o confisco de papéis, os quais continham anotações traduzindo “feitiçarias”, mostra que essa vigilância não se deve somente ao perfil preconceituoso e racista da população em geral, mas também, pode ser estendido às elites locais reguladoras da ordem. A oligarquia Malta nos anos que a sucederam foi considerada um símbolo de atraso social e político para Alagoas, porém, agora sob nova gestão, voltava-se para o progresso, uma vez que, livrou-se do “mal”. Lembre-se, então, que os cultos de matriz africana foram apontados pelos opositores de Euclides como os principais responsáveis por sua permanência no poder por tanto tempo, os quais, inclusive, retiraram daí a justificativa para concessão ao massacre de 1912. Sobre essa questão Ulisses e Yvonne Maggie¹⁵³¹ levantaram a hipótese da perseguição aos Xangôs como uma *questão moral*, “A feitiçaria tem seu caráter moral e é inadmissível não punir aqueles que usam seus poderes para produzir malefícios”. Acrescentar-se-ia a essas afirmações dos autores, das quais comunga-se neste artigo, o fato de que, o *feitiço* neste caso, também pode ser entendido como *força política* principalmente quando se volta ao ponto de vista das elites. Esta força política não se daria com mobilizações e articulações próprias para combater, sob um ponto de vista prático, a ordem social vigente, mas por meio da utilização de suas “feitiçarias”. Estas sim, representavam forças políticas a serem combatidas e a se

¹⁵³¹ RAFAEL, U. N.; MAGGIE, Y. **Objetos de feitiçaria sob a tutela institucional**: Um estudo das relações entre magia e poder no Brasil a partir de duas coleções etnográficas, p. 15, 2013.

manter cada vez mais longe da memória coletiva e sob constante vigilância. Sua eliminação, além de ser, sob um ponto de vista simbólico, uma eliminação das referências do antigo governo, eram, sob o ponto de vista prático a eliminação das bases que o sustentavam. Uma forma de banir de vez as possibilidades de que se restabelecesse a antiga Oligarquia e uma garantia para manutenção da nova ordem vigente coordenada pelos grupos políticos e econômicos opositoristas do antigo governador.

Este aspecto de manutenção da ordem também pode ser considerado como um dos a explicar o silêncio da intelectualidade alagoana, durante as décadas de 1930 a 1950, sobre o Quebra de 1912. Especialmente pelo fato de ser, essa intelectualidade, em sua maioria, parte das elites políticas e econômicas do Estado, tal como se verá a seguir.

Breves explicações sobre a formação intelectual em Alagoas no século XX.

“Numa época em que a cultura intelectual pouco se irradiava, eram ainda os engenhos que forneciam, os melhores homens de atividade intelectual, pela educação que proporcionavam os senhores a seus filhos.”¹⁵³², estas palavras do sociólogo Manuel Diegues Junior, caracterizam uma educação bastante restrita em Alagoas no final do século XIX. Esses intelectuais de origem senhorial educavam-se em centros urbanos como Olinda, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, quando não, em centros europeus.

Com o avançar do século XX, especialmente nas décadas de 1930 e 1940, Élcio Gusmão Verçosa constatou um aumento no número de alunos concluintes do ensino primário e secundário, em contrapartida, não houve o mesmo com o ensino superior que, apesar de algumas tentativas de constituição de faculdades, não se consolidou em Alagoas. Desta maneira, em fins da década de 1940, Alagoas terá um inexpressivo número de profissionais de nível superior que representavam 0,09% da população.¹⁵³³

Assim, mesmo com o processo de delineamento da vida urbana, ocorrido desde a segunda metade do século XIX em Alagoas, o qual teria, inclusive proporcionado o aparecimento de uma intelectualidade urbana, a formação intelectual superior permaneceu em âmbito restrito às classes sociais mais afortunadas. A falta de espaços em Alagoas que dinamizassem o acesso à educação superior¹⁵³⁴ e, conseqüentemente, viabilizassem a produção intelectual pelas diferentes classes sociais, especialmente entre as classes baixas, restringia e dividia os espaços produtores de cultura. Por um bom tempo a produção histórica relativa ao Estado deteve-se nas mãos de grandes proprietários rurais e da burguesia mercantil urbana, por serem eles os detentores de recursos monetários necessários para buscar o conhecimento nos grandes centros.

Em termos institucionais, a principal referência das produções intelectuais alagoanas, especialmente nos períodos que compreendem a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX são a Academia Alagoana de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, fundados por membros da elite econômica local, conservaram-nos entre seus membros até os dias atuais. Assim, boa parte das produções historiográficas alagoanas datadas da primeira metade do século XX, devem-se especialmente a esta última instituição, fato que colabora para a predominância de ideias conservadoras, as quais representavam/am um grupo que era/é “portador da história local”. Daí a constituição de uma história local voltada para a ótica da dominação de classes, associada especialmente à hegemonia das elites rurais. Ao considerar essas questões afirmou Dirceu Lindoso¹⁵³⁵,

É interessante que, no momento em que me refiro a esta Casa — o *Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas* — como guardiã estamental de nossos valores culturais, toque

¹⁵³² JUNIOR, M. D. In: _____ **O Banguê nas Alagoas**. Maceió: Edufal, 1980. p. 272.

¹⁵³³ VERÇOSA, E. D. G. In: _____ **História ,Cultura e Educação nas Alagoas**. Maceió: Edufal, 1996. p. 161-185.

¹⁵³⁴ A Universidade Federal de Alagoas, por exemplo, foi fundada em 1961.

¹⁵³⁵ LINDOSO, D. In: _____ **A interpretação da Província**: estudo da cultura alagoana. 2ª. ed. maceió: edufal, 2005. p. 111.

nos fundamentos populares de nossa cultura. É como se dissesse que, [...], as Alagoas elaboraram durante 163 anos de sua história uma cultura que, apesar de seu forte conteúdo de erudição, as vezes estéril, manteve fundamentos populares. Força é reconhecer que nem sempre esses fundamentos foram considerados legítimos. Às vezes sobre o popular [...], pairou como uma espada de Dâmocles a ameaça de uma tradição cultural erudita (às vezes só formalmente erudita) aprendida nas bibliotecas conventuais, ou a intolerância do exercício do poder do tipo colonial.

A predominância do erudito, na historiografia local, tende, segundo Lindoso às características *homogenizadoras (antimultitudinárias)*, assim como, uma busca excessiva por uma *neutralidade*, a qual elimina os antagonismos sociais e os conflitos políticos. Tal concepção gere-se na medida em que busca a manutenção do *status quo* e a permanência dos fatores de dominação políticos e econômicos.¹⁵³⁶

Para além das notícias sensacionalistas com discurso abertamente preconceituoso e intolerante, que narram as batidas policiais às casas de culto, encontra-se um outro perfil de notícias com tons mais brandos, cujos temas são variados e compreendem desde estudos sobre religiosidades negras de intelectuais como Edson Carneiro e Abelardo Duarte, até discussões sobre questões raciais e o papel do negro dentro da sociedade e cultura nacional. Tudo em uma demonstração de notável interesse sobre as questões populares. Deste modo, pergunta-se quais perfis ganham o estudo da cultura negra em meio à historiografia estamental durante as décadas de 1930 a 1950? Sob quais interesses?

O Estado Novo por meio das ideias fascistas e suas tendências totalizantes, buscou forjar uma identidade homogênea que pudesse ser tomada como referência de nacionalidade e servisse de ideal para o estado. Tais tendências, em sua busca pela unificação, servem como filtro, ao passo que relegam à marginalidade, certas referências culturais, as quais acreditam ser ameaçadoras para a ordem social “civilizada”. Inaugura-se, assim, por volta dos anos 1930 uma nova forma de atuação estatal sob as políticas culturais e de preservação do patrimônio que segundo, Jocélio Teles do Santos “atravessam as quatro décadas seguintes com uma crescente intervenção nos períodos autoritários”¹⁵³⁷. Segundo o autor, este momento é marcado por um forte processo de institucionalização das ações estatais no âmbito da cultura, além da busca por organizar e ampliar a vida cultural no país. Exemplos dessa política podem ser caracterizados em ações como a criação de instituições como o Instituto Nacional do Livro, o Museu Nacional de Belas Artes, a institucionalização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), este último teria entre seus objetivos, a consolidação em nível estatal de uma estrutura burocrática cultural, nacional e eficiente.¹⁵³⁸

Entretanto, nota-se pelo teor da notícia anterior e de outras tantas com o mesmo perfil, que as religiões afro-brasileiras em Alagoas, durante este primeiro momento que compreendem as políticas culturais do estado nacional, possivelmente, eram vistas como “subversivas”, fato teria dificultado as negociações para funcionamento dos cultos no estado. Este momento diverge, por exemplo, dos anos que compreendem a ditadura militar, onde já se verificou em outro trabalho que, por volta dos anos 1970, elas foram incluídas no centro das políticas culturais do estado de Alagoas.¹⁵³⁹

¹⁵³⁶ Idem, 2005, p. 111

¹⁵³⁷ SANTOS, J. T. D. In: _____ **O poder da cultura e a cultura do poder. A disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil**. Salvador: Edufba, 2005. p. 75.

¹⁵³⁸ Idem 2005, p.77

¹⁵³⁹ DIAS, G. T. **A folclorização das religiões afro-brasileiras em Alagoas (1970-1980)**. Trabalho de Conclusão de Curso, História – UFAL, Maceió: [s.n.], 2014.

Por outro lado, com o advento das primeiras universidades, com o movimento modernista, ganham força as discussões intelectuais sobre a nacionalidade brasileira. A reorganização do Estado em busca de uma homogeneização possibilitou a projeção nacional da *teoria da mestiçagem*, de Gilberto Freyre¹⁵⁴⁰, agora interpretada como algo positivo e símbolo de nacionalidade, de identidade brasileira. A construção dessa identidade nacional mestiça passou a encobrir os conflitos raciais. Agora os estudos sobre a culturalidade negra voltam-se para a ótica do resgate às raízes culturais brasileiras, tomadas não como algo único, mas como algo nacional. Em 1934 foi realizado o 1º Congresso Afro-brasileiro, o qual reuniu vários intelectuais tais como Ulisses Pernambucano, Gilberto Freyre, Edson Carneiro e os alagoanos Arthur Ramos e Alfredo Brandão. Uma notícia publicada no Jornal de Alagoas¹⁵⁴¹ já nos anos 1950, mais precisamente de 5 de janeiro de 1955, pelo especialista em religiões afro-brasileiras em Alagoas, Abelardo Duarte, demonstraria uma conectividade de parte da intelectualidade alagoana com as discussões nacionais sobre as questões negras. A notícia intitulava-se, “Sincretismo religioso afro-brasileiro”, e nela o autor parabenizava o escritor Valdemar Cavalcante pelo seu livro “Sincretismo religioso Afro-Brasileiro” como uma importante contribuição para os estudos sobre o negro no Brasil, por abordar fenômenos relacionados ao sincretismo intertribal negro no Brasil e o que ele intitula de “demais fenômenos sincréticos das seitas africanas com as religiões branca¹⁵⁴² e indígenas sul ameríndias na área pernambucana.” Segundo Duarte,

[...] o professor Waldemar Valente enceta, com o seu livro de recente lançamento sem nenhuma dúvida uma série de trabalhos moldados neste com que vem de enriquecer a bibliografia afro-brasileira. Especialmente nós outros desejaríamos ampliadas as suas observações em torno da contribuição gêge e das sobrevivências malês. Das retenções ou fixação de costumes, sobretudo no que se refere às crenças religiosas e mitos dos negros e seus descendentes nas áreas pernambucanas.¹⁵⁴³

O estudo da cultura africana, através de suas *sobrevivências* no Brasil, foi adotado sucessivamente por vários intelectuais ao longo do século XX. Tal fato consiste em fazer um exame dos traços culturais do negro no Brasil, os quais só podem ser percebidos através das *sobrevivências diretas* da cultura original no novo *habitat*. O estudo das características que remetiam a certos “purismos” africanos possibilitaram a homogeneização das características do simbolismo religioso africano no Brasil. Viabilizaram a legitimação de determinados tipos de práticas como a proveniente da cultura Yorubá (nagô), em detrimento de outras culturas africanas como os grupos bantu, pelo simples fato de considerar aquela mais adiantada que esta. O próprio Abelardo Duarte segue essas tendências metodológicas em seus estudos sobre a cultura africana em Alagoas. Em “O culto da serpente Dãnh-gbi”¹⁵⁴⁴, Duarte por meio da busca das “sobrevivências”, dos resquícios iconográficos encontrados em território alagoano, defende a existência desse ritual proveniente dos escravos daomeianos de cultura gêge nas antigas casas de culto alagoana. Segundo ele,

Como os outros povos da África aportados às nossas terras, os Gêges aqui introduziram a sua cultura, as suas crenças e superstições, os seus hábitos, etc., embora o estudo da cultura por eles deixada, em virtude da absorção que

¹⁵⁴⁰ FREYRE, G. *Casa Grande e Senzala*. São Paulo: Circuito.

¹⁵⁴¹ *Jornal de Alagoas* – Maceió, 05 de janeiro de 1955 p.1. (Caderno II) Sincretismo Religioso Afro Brasileiro. (JA 05.01.1955 01)

¹⁵⁴² Ao utilizar o termo “religiões brancas” o autor possivelmente estava se referindo às religiões adotadas pelos povos europeus, em especial, o cristianismo.

¹⁵⁴³ *Jornal de Alagoas* – Maceió, 05 de janeiro de 1955 p.1. (caderno II) Sincretismo Religioso Afro-Brasileiro.

¹⁵⁴⁴ Artigo publicado na revista do Instituto Histórico Geográfico de Alagoas, v. XXVI.

sofreu, não permitisse, a princípio, avaliar-se com exactidão o grau de sua influência, que parecera quase insignificante. É que a cultura Gêge cederá ao peso da Yoruba. [...] resultando daí uma mitologia Gê-nagô, como propôs Nina Rodrigues, ou uma cultura Gêge-nagô, como mais amplamente sugeriu Arthur Ramos.

Tal como afirmava o autor, esses cultos existiram nos antigos terreiros de Maceió, especialmente aqueles que sofreram o massacre do Quebra de 1912, por estarem essas peças entre os pertences da Coleção Perseverança¹⁵⁴⁵ que compreende o material apreendido pelas milícias nos antigos terreiros. Afirma, ainda, a falta de indícios para que se pudesse “reconstituir as fases por que passou esse culto, saber se existiu perfeitamente organizado.” Inclusive, ao colocar essa questão, faz uma crítica ao Quebra de Xangô, fato que torna seu texto bastante interessante para este trabalho, pois é o único encontrado na temporalidade estudada, de um intelectual alagoano, membro do IGHAL, representante da historiografia estamental, posicionou-se sobre aquele evento. Além das questões pessoais do autor, o fato de ser genro do antigo governador, convenciona-se pensar que o momento político, pós Estado Novo, fornecesse as condições necessárias para tal crítica. Segundo ele,

A destruição das casas de culto afro-brasileiro existentes em Maceió, em 1912, acto de puro vandalismo e atentório da liberdade religiosa, pela “soberania”, não permitiu que nenhum estudioso pudesse analisar a cultura negra na nossa terra, sob o aspecto das sobrevivências do fetichismo afro-religioso. Houve, nesse caso, uma verdadeira exploração política, habilmente planejada e executada pela corrente oposicionista ao Governo de então, que não se pejava de colocar o próprio Governador do Estado como protector e frequentador dos Xangôs. Assim, o que seria material para pesquisa científica e estudo comparativo, foi considerado obra do mal, cheirando a enxofre¹⁵⁴⁶...[sic]

Baseava suas observações no método comparativo que buscava identificar características do “purismo” africano. Ao considerar o massacre aos terreiros ocorrido em 1912, como um verdadeiro atentado a um importante material de pesquisa, pois destruiu as casas de cultos mais antigas e, por isso, consideradas “mais puras”, seria um dos motivos para os pesquisadores alagoanos desconsiderarem a pertinência religiosa das casas de culto ativas no Estado, especialmente nos anos de 1930 a 1940. Estas perspectivas de estudo teriam mudado nos anos de 1950, com o resgate das peças que viriam a compor a Coleção Perseverança, mas não representavam um rompimento metodológico.

Além do mais, um outro aspecto interessante, seria que o autor critica a falta de preservação dos antigos terreiros em prol do estudo da cultura negra. Ao falar da relação de Euclides Malta com os terreiros, o autor demonstra um tom de distanciamento e expressa indignação, ao colocar a relação como “exploração política” por parte da oposição. Ou seja, estudar a cultura negra é algo positivo, mas misturar-se a ela propriamente dita seria tido como algo negativo para esses intelectuais. Ainda em defesa do antigo governador, Duarte fez uma extensa nota de rodapé onde posicionou-se mais claramente.

Houve simplesmente uma exploração ou manobra oposicionista conhecida e por todos condenada, que insistentemente fazia passar o Governador como adepto ou protector dos Xangôs, [...], lhe dava apelidos que em verdade nunca possuiu no seio do povo das Alagoas, torpe

¹⁵⁴⁵ Foram recuperadas durante nos anos de 1950 pelo próprio Abelardo Duarte juntamente com Theo Brandão do museu da antiga Sociedade Perseverança.

¹⁵⁴⁶ DUARTE, A. O culto da Serpente (DÃHN-GBI) nas Alagoas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**, Maceió, v. 26, p. 60-70, 1948/50.

exploração essa a que nenhum homem público podia fugir, dada a propaganda utilizada contra as chamadas oligarquias na qual foram empregados todos os meios.[...] tremenda injustiça à memória do saudoso político alagoano, homem de caráter e exemplar chefe de família, católico praticante, em cujas convicções inabaláveis viveu sempre e cerrou os olhos ao mundo, em paz com a sua consciência.

Sua crítica à associação da memória do antigo Governador aos antigos Xangôs, demonstraria que suas concepções são negativas quando se trata de vincular a imagem de um membro da elite a tais práticas. Mesmo sendo estudioso da religião, mostra que não está imune a certos preconceitos, os quais permeavam a sociedade em geral e, muitas vezes, assumiu uma posição paternalista de protecionismos de salvaguardar a cultura negra por meio dos estudos. Assim, a cultura negra é posta numa “vitrine”. Aos intelectuais cabe apenas estudá-la numa posição paternalista. A intenção é de salvaguardá-las e que elas não tenham mais que um mero caráter representativo. Desta forma, a cultura dominante “preserva” a cultura dominada, mas busca o tempo todo manter-se distante dela. Ou seja, esta é uma elite que não se reconhece nas suas raízes populares.

Conclusão

Entende-se que o Quebra de Xangô de 1912 gerou um ambiente bastante repressivo às religiões afro-brasileiras nos anos que a sucederam, especialmente pela manutenção, durante boa parte do século XX, das forças políticas promotoras diretas do Quebra.

A partir dos anos de 1930, com o aumento das disputas oligárquicas e o enrijecimento do estado nacional, acentuou-se ainda mais a repressão às práticas consideradas subversivas à ordem, de forma que, tais cultos viram-se alvo de constantes batidas policiais. Controladas pelas elites reguladoras da ordem. Como pode-se notar nas fontes, a sociedade em questão, intolerante a essas práticas, também funcionava como agente regulador uma vez que, mostrava-se vigilante a elas.

No que se refere à intelectualidade alagoana da época, sabe-se que era formada por boa parte da elite econômica e política local, fato que possibilitou a construção de uma historiografia voltada para a hegemonia dessas elites, a qual excluía de sua escrita todas as referências consideradas subalternas. Ao lembrar que as religiões de matriz africana foram consideradas referências do período Maltino, a nova ordem vigente, sob o controle das forças políticas que formavam a oposição ao governador, buscaram manter afastado da memória coletiva e do uso social tudo que representasse aquele governo ou um “passado” de “atraso social”. O que poderia ser mais “atrasado” que a cultura negra? Lembrança concreta do passado escravista de uma elite política e econômica que enriqueceu à custa do trabalho africano?

Considera-se ainda, a partir dos anos de 1930, o acirramento das discussões sobre a *identidade nacional* e com elas a consolidação da *ideologia da mestiçagem*. Tais questões abriram espaço para uma série de estudos voltados para o mundo acadêmico sobre as questões negras no Brasil, as quais eram consideradas como questões nacionais. Intelectuais alagoanos como por exemplo, Arthur Ramos, Alfredo Brandão, Abelardo Duarte e outros tantos, estavam por dentro dessas discussões, além de contribuírem com trabalhos para elas. Pode-se dizer que no primeiro momento dessas abordagens, mais precisamente num período de 1930 a 1945, os intelectuais alagoanos, os quais produziram trabalhos sobre religiosidade africana no Brasil, não se voltaram sobre Alagoas. Com tendências metodológicas que se baseiam na busca de *purismos*, das *sobrevivências africanas*, o Quebra de Xangô teria gerado a impossibilidade desses estudos em Alagoas, pelo fato de ter destruído os mais antigos terreiros do estado, os quais, possivelmente, seriam portadores dessa africanidade nas suas formas mais puras. Essas perspectivas teriam mudado com o resgate da coleção Perseverança em 1950, quando aparecem os primeiros trabalhos diretamente voltados para as religiões de matriz africana no estado, feitos por Abelardo

Duarte. Entretanto, esses estudos, seguem as tendências nacionais sobre o assunto, dotados de postura paternalista sobre a cultura negra. A busca por salvaguardá-la, preservá-la, como parte da cultura nacional, não incluiria para essa elite intelectual misturar-se a ela, numa demonstração de que tal fato é considerado algo negativo. Por conseguinte, esta cultura ganha um caráter essencialmente representativo.

REPENSANDO A “DÉCADA PERDIDA”: NOVAS ABORDAGENS HISTORIOGRÁFICAS SOBRE OS ANOS 1980 NO LIVRO “NÃO FOI TEMPO PERDIDO”

Guilherme José Motta Faria¹⁵⁴⁷
gguaral@ig.com.br

Resumo: Durante os anos 1980 ocorreram diversos movimentos políticos, sociais e culturais que impactaram a sociedade brasileira. A grande produção de bens culturais, resultantes dessa dinâmica nos permite vislumbrar um período bastante rico em eventos e embates ideológicos, fruto de enfrentamentos no campo político que se refletiram com intensidade no comportamento dos brasileiros na virada do século XX. O livro *Não foi Tempo perdido: Os anos 80 em debate*, organizado por Samantha VizQuadrat (2014) nos traz uma nova abordagem historiográfica sobre o período. A década, revisitada e analisada a partir de objetos de pesquisa recortados do cotidiano (filmes, músicas, HQ's, cartas, programas de tv) se tornam bússolas para compreensão das transformações que estavam em processo no período. A proposta da obra é apresentar uma visão intergeracional, a partir dos textos de pesquisadores de várias idades, destacando uma nova geração de historiadores que, em sua maioria, nasceram durante a década de 80. O rico painel permite um aprofundamento sobre o recorte temporal que começa a despertar maior interesse de análise por parte dos historiadores.

Palavras-Chave: Política; Anos 1980; História e historiografia;

Os anos 1980: a década perdida?

A expressão “década perdida” para retratar a década de 1980, cunhada por parte dos economistas revela aspectos da desesperança que o período parecia evocar e projetava um legado carregado de simbolismos negativos para as gerações futuras a cerca desse período de nossa história. A longa transição democrática, com seus altos e baixos, apontando avanços e muitos retrocessos impactou nossa economia e evidenciou as fragilidades do regime republicano no Brasil.

A ditadura militar, apoiada por um conjunto de grupos sociais da elite brasileira viveram no período em análise todas as contradições e sobressaltos da vida política e econômica mundial. Os últimos momentos da bipolarização (EUA x URSS) e suas guerras relacionadas, uma nova ordem mundial se estruturando com a retomada econômica da Europa, Japão e emergência de novos centros de poder econômico, sobretudo Os países asiáticos (China e os denominados “Tigres Asiáticos”).

Durante os anos 1980 ocorreram diversos movimentos políticos, sociais e culturais que impactaram a sociedade brasileira. A grande produção de bens culturais, resultantes dessa dinâmica nos permite vislumbrar um período bastante rico em eventos e embates

¹⁵⁴⁷ Pós-doutorando em História (USP), Doutor em História (UFF), Mestre em História (UERJ), Professor da Universidade Veiga de Almeida (RJ)

ideológicos, fruto de enfrentamentos no campo político que se refletiram com intensidade no comportamento dos brasileiros na virada do século XX.

Os acontecimentos políticos geraram desdobramentos nas práticas culturais, abrindo espaços de exposição nas diversas manifestações artísticas e sua reprodução nos meios de comunicação de massa. A vocalização dos valores e anseios da população brasileira atravessou os anos 1980, perpassando tensões e embates na retomada da normalidade democrática, a partir das campanhas e movimentos com efetiva participação popular.

Esse artigo visa repensar o conceito de “década perdida” dialogando com o livro “Não foi Tempo perdido: os anos 80 em debate”, organizado por Samantha VizQuadrat, que a partir dos debates presentes na obra desmistificam essa visão pessimista e permite visualizar que, de forma contrária ao estabelecido pela historiografia “oficial”, o período foi vivido de forma intensa, tanto no que tange a vida política, quanto aos comportamentos e práticas culturais experimentadas pela sociedade brasileira em sua diversidade étnica e econômica.

A política brasileira nos anos 1970/80

A ditadura militar brasileira, implantada no país, a partir de abril de 1964, fruto de um golpe articulado pelas Forças Armadas, protagonizado pelo Exército, apoiado financeiramente e ideologicamente por setores de classe média alta, empresários e setores conservadores da Igreja Católica governou o país por mais de duas décadas. A partir das reflexões de René Armand Dreiffus sobre a estruturação dos governos de 1964 a 1985 passamos a denominar de ditadura civil-militar esse período de nossa história política.

A utilização de mecanismos de repressão aos direitos civis e políticos gerou um quadro de tensões que resultou em enfrentamento direto de alguns grupos radicais (ligados as forças progressistas, organizações sociais e políticas ligadas as classes populares), leniência de alguns setores da classe média e a omissão da maior parte da população brasileira “distraída” com o futebol, as novelas e as “benesses” do “Milagre Brasileiro”¹⁵⁴⁸.

As crises do petróleo (1974 e 1978) abriram rachaduras na edificação do Estado autoritário e empreendedor. As dificuldades econômicas internas, advindas das limitações externas gerou um quadro de insatisfação da população brasileira que novamente passava a conviver com o arrocho salarial, o desemprego, a falta de liberdade e do jogo democrático, no qual estavam todos, ou quase todos aliados.

Com sua política econômica questionada, a Ditadura militar passou a ter que administrar suas ações de controle social e repressão política para a manutenção do regime. Durante o mandato do general Ernesto Geisel (1974-1979), pressionada pelas organizações internacionais e sobretudo pela nova postura da política externa do presidente dos Estados Unidos, o democrata Jimmy Carter (1977-1981), a partir das provas irrefutáveis de casos de tortura e desrespeito aos direitos humanos dos serviços de inteligência dos órgãos repressivos das Forças Armadas e da Polícia Militar e civil, a orientação governamental viu-se obrigada a mudar de direção e rever seus métodos de repressão, oferecendo uma abertura política lenta e gradual.

As mortes do operário Manuel Fiel Filho e do jornalista Vladimir Herzog em 1975, vítimas de tortura nas instalações dos órgãos de segurança do governo, chegaram ao conhecimento público, obrigando o regime militar a reconhecer, pela primeira vez, que o uso da tortura como método de combate e repressão aos seus opositores era uma prática usual gerou uma situação de incômodo para os governantes militares.

O processo de abertura política, iniciado por Geisel teve continuidade com o seu sucessor, o general João Baptista Figueiredo que assumiu a presidência em 1979, permanecendo no cargo até março de 1985. Diante do inevitável colapso da ditadura, o principal objetivo do governo Figueiredo era trazer os militares que estavam no poder de

¹⁵⁴⁸ Expressão cunhada para representar o surto de crescimento econômico que se instalou no Brasil na virada dos anos 1960-70, momento de fortalecimento do regime militar e ampliação dos instrumentos de legitimação do regime (tanto de forma repressiva, quanto na propaganda nos meios de comunicação) junto à população.

volta às casernas, instaurando um processo de abertura sem que fossem imputadas culpas e responsabilidades aos agentes de repressão que resultou em diversos casos de tortura, mortes e prisões arbitrárias nos porões da Ditadura.

O Governo Geisel, ao extinguir em 1978 o Ato Institucional nº 5 (AI 5)¹⁵⁴⁹, possibilitou que o processo de redemocratização da vida política brasileira torna-se irreversível, trazendo em seu bojo a abertura, a anistia, a participação de antigos e novos atores políticos no centro dos debates políticos. A partir de 1979 os sindicatos retomaram fôlego e presença no cenário nacional. As greves por melhores salários e direitos sociais foram retomadas, assim como o movimento estudantil, amortecido nos primeiros anos da Ditadura reconstruiu suas organizações extintas e passaram a ocupar os espaços de reivindicação. Com o processo de anistia diversos líderes políticos e sindicais voltaram ao país e passaram a ocupar palanques, ressuscitando as comemorações do Primeiro de Maio, Dia Internacional do Trabalho, assim como reorganizaram ou criaram partidos políticos e se prepararam para a retomada gradual do jogo democrático com eleições diretas para governadores, em 1982.

O processo de redemocratização se verificou também com a retomada de experiências de liberdade de expressão e arrefecimento da censura aos órgãos de imprensa com a volta de jornais de esquerda que podiam ser adquiridos nas bancas de revistas.

Enquanto os políticos, artistas, intelectuais, trabalhadores e sindicalistas aproveitavam as brechas democráticas que o sistema ia permitindo, assustados com as manifestações livres que haviam sido silenciadas por mais de uma década, alguns setores conservadores e ligados a Ditadura Militar passaram a promover atos de sabotagem no processo de abertura, com atos extremistas e radicais, através de atentados terroristas com bombas explodindo em redações de jornal, sobretudo de caráter esquerdista, em sedes de entidades representativas da luta pela liberdade, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), bancas de revistas e locais onde ocorressem apresentações de espetáculos de caráter contestatório ao regime¹⁵⁵⁰.

Os atos de terrorismo, promovidos pelos grupos da ala radical do regime militar tinha como principal objetivo desestabilizar o processo de abertura evitando assim a retomada do processo democrático e conseqüentemente o retorno do poder aos civis. Entre as organizações de inteligência e repressão que mais se opunham à abertura se destacaram os DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna), o SNI (Serviço Nacional de Informações) e o Centro de Informações do Exército (CIE). Reunidos, eles tentavam convencer os setores mais liberais do regime a parar o processo de abertura política, que traria como consequência o fim do próprio regime militar.

Assim, as ações para desestabilizar o processo de “distensão” e dissuadir a ala moderada de efetivar o processo de redemocratização e compactuar com a ala radical que insistia na continuidade do regime ditatorial, esses órgãos e grupos extremistas passaram a promover atos de terrorismo, com o intuito de assustar a população, atrair a conservadora e moralista classe média e, principalmente, atribuir os atos de violência à esquerda, forjando provas e evidências da autoria das ações, responsabilizando os grupos de esquerda, genericamente chamados de “comunistas”.

¹⁵⁴⁹ A lei passou a vigorar em 1 de janeiro de 1979.

¹⁵⁵⁰ As comemorações do 1 de Maio, proibidas desde 1968, eclodiram por todo o país a partir de 1979, sendo pontuadas com grandes espetáculos reunindo os maiores nomes da Música Popular Brasileira da época. Em 1981, na noite de 30 de abril, um desses grandes shows realizava-se nos palcos do Riocentro, no Rio de Janeiro, quando uma bomba explodiu no estacionamento de carros local. Meia hora depois, uma segunda bomba explodia na casa de força.. A bomba, explodida antes da hora, matou o sargento Guilherme Pereira do Rosário e feriu gravemente o capitão Wilson Machado, portadores dos explosivos. A fatalidade que matou os próprios algozes, evitou que se fizesse mártires dentro da MPB, desmascarando os serviços de inteligência da ditadura militar, encerrando de vez a fase das bombas sobre a abertura. A empreitada terrorista entrou para a história como o Atentado do Riocentro, sem que os seus mentores e envolvidos jamais fossem punidos.

Contando com a certeza da impunidade, partindo da premissa que existia uma certa cumplicidade entre os serviços secretos das três Forças Armadas, as ações terroristas foram efetivas, entre 1979 e 1981, onde vários episódios de atentados à bomba foram registrados. O ano de 1980 foi marcado pela detonação constante de bombas em vários lugares, causando vítimas fatais, como no episódio da OAB¹⁵⁵¹. No dia 27 de janeiro, explodiram bombas durante os ensaios da Escola de Samba Acadêmicos do Salgueiro, destruindo o palanque onde se iria acontecer um ato de apoio à fundação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), antigo MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

Esse acontecimento, pouco comentado e quase desconhecido na bibliografia das Escolas de Samba aguçou minha curiosidade e me permitiu pensar sobre o envolvimento das agremiações carnavalescas do Rio de Janeiro na luta pela redemocratização brasileira. As Escolas, tidas como espaços culturais ligadas ao lazer e estereotipadas como “alienadas” também estavam inseridas nas lutas e embates pelo retorno da democracia no Brasil.

Os episódios dramáticos desse período, com cerca de vinte atentados à bomba no período de 1979-1981, culminando com o atentado no show de comemoração do 1. De maio, no Rio centro, aliado a esmagadora vitória da oposição nas eleições diretas para governador em 1982 atuaram como detonadores da explosão dos anseios de liberdade e retomada da normalidade democrática. Faltava, entretanto uma bandeira de luta que sintetizaria essa retomada plena, a eleição direta para presidente da república.

O movimento que reivindicava eleições diretas para o cargo de Presidente da República batizado de Diretas Já! foi um dos momentos de maior participação política popular da nossa recente história. O movimento teve seu início em março de 1983, durante o governo do último general presidente, João Baptista Figueiredo. A campanha foi conquistando o apoio dos diversos partidos da oposição e até mesmo nos partidos mais afinados com a Ditadura militar, como o PDS (derivada da antiga ARENA). No ano de 1984 a campanha ganhou a simpatia da população, que foi às ruas para pedir a volta das eleições diretas, na expectativa da votação da emenda constitucional proposta pelo deputado Dante de Oliveira (PMDB – Mato Grosso).

Sem direito ao voto direto para eleger o presidente, desde a última eleição em 1960, os políticos, intelectuais, artistas, sindicalistas, estudantes e o povo em geral, tomaram as principais praças e avenidas das capitais brasileiras para protestar contra o governo e exigir a retomada da normalidade democrática. Nesse período, o governo militar contava com pequeno apoio popular, pois a política econômica não conseguia apresentar bons resultados há mais de uma década. Os índices econômicos eram bastante negativos, com alta inflação, enorme dívida externa e interna, taxa de desemprego na casa dos 10%, falências e escândalos financeiros estourando quase que diariamente evidenciavam a crise e o esgotamento do modelo de governo ditatorial no país. Mesmo com tantos sinais de derrocada do sistema político e econômico, os militares, ainda firmes no poder, pregavam uma solução de compromisso, buscando organizar uma transição democrática lenta e gradual. Sem o apoio da sociedade, bastante insatisfeita com a situação geral, desejando o fim do regime de forma definitiva, os militares ainda tentavam organizar um processo de “retirada honrosa”, onde a próxima eleição para a presidência, em novembro de 1984, aconteceria de modo indireto, através do Colégio Eleitoral.

No simbolismo acolhido pelo povo, em momento de grande adesão dos meios de comunicação foi adotada o amarelo como cor do movimento. Depois de duas décadas vividas

¹⁵⁵¹Em 27 de agosto de 1980, aconteceria um ato de terrorismo da direita radical que iria abalar e emocionar o Brasil. Na tarde daquele dia, a sede nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, no Rio de Janeiro, tornar-se-ia palco de uma grande tragédia. Lyda Monteiro, funcionária da OAB há mais de quarenta anos, ao abrir uma carta endereçada ao presidente da ordem, posto que não tinha restrição de confidencial, foi surpreendida pela explosão de uma bomba. Sua sala foi totalmente destruída, trazendo uma triste imagem que lembrava um cenário de guerra. Lyda Monteiro teve uma parte do antebraço e a mão lançados na marquise do andar de baixo. Inconsciente, ela foi levada ao hospital, onde faleceu.

sob forte ação repressiva, o movimento das Diretas trouxe novamente para as ruas a participação engajada dos diversos segmentos sociais. Mesmo com a demonstração de atos de força, para reprimir as manifestações populares, durante o mês de abril de 1984, o presidente Figueiredo aumentou a censura sobre a imprensa e ordenou prisões, ocorrendo violência policial em todas as cidades brasileiras. Apesar dos sinais de tentativa de endurecer a repressão às manifestações, a participação popular foi aumentando em número considerável, sobretudo nas vésperas da votação da emenda Dante de Oliveira¹⁵⁵².

Mesmo com a derrota da emenda, no dia 25 de abril¹⁵⁵³ e a consequente desmobilização da campanha pela eleição presidencial de forma direta, o saldo positivo do movimento foi novamente trazer a discussão política para as ruas, para os espaços sociais públicos sem o risco de prisões, sequestros e torturas. A politização da população brasileira sinalizava que além da retomada plena dos direitos políticos, exigia também ampla participação enquanto cidadãos na ampliação dos direitos e nas necessárias e urgentes mudanças sociais e econômicas.

A eleição indireta, em 15 de janeiro de 1985 garantia pelo menos uma certeza, o próximo presidente seria um civil. A disputa foi entre Paulo Maluf (PDS), apoiado pelos militares e Tancredo Neves (PMDB), apoiado por uma grande coalizão de forças de oposição ao governo militar. Apoiado pelas mesmas lideranças do movimento das Diretas Já, Tancredo Neves venceu a disputa. Chegava ao fim da Ditadura Militar e o processo de redemocratização se iniciava, repleto de incertezas, dificuldades, heranças complexas de duas décadas de autoritarismo, mas com imenso apoio popular, desejoso de novamente ser protagonista nas decisões políticas, econômicas, culturais e sociais da vida brasileira.

Novas abordagens historiográficas sobre os anos 1980

O livro *Não foi Tempo perdido: Os anos 80 em debate*, organizado por Samantha VizQuadrat (2014) traz uma nova abordagem historiográfica sobre o período. A década, revisitada e analisada a partir de objetos de pesquisa recortados do cotidiano (filmes, músicas, HQ's, cartas, programas de TV) se tornam bússolas para compreensão das transformações que estavam em processo no período.

A proposta da obra é apresentar uma visão intergeracional, a partir dos textos de pesquisadores de várias idades, destacando uma nova geração de historiadores que, em sua maioria, nasceram durante a década de 80. Ao longo dos quinze artigos são apresentados “instantâneos” da vida cotidiana brasileira e como os diversos atores vivenciaram esses momentos.

Os temas analisados transcendem os aspectos culturais. São analisadas também as tragédias, as doenças, as manifestações políticas, os planos econômicos e o impacto desses episódios na vida social brasileira.

O rico painel permite um aprofundamento sobre o recorte temporal que começa a despertar maior interesse de análise por parte dos historiadores. A obra surge como uma renovada visão historiográfica sobre o período e para a geração nascida antes e durante os anos 1960, funciona como uma narrativa “catártica”, onde é possível estabelecer uma

¹⁵⁵² Foram realizadas várias manifestações públicas. Mas Dois grandes comícios marcaram e deram a real dimensão da participação popular na campanha: O do Rio de Janeiro, no dia 10 de abril de 1984, que reuniu cerca de 1 milhão de pessoas e o de São Paulo, em 16 de abril, com a participação de 1,5 milhão de manifestantes.

¹⁵⁵³ No dia 25 de abril de 1984, o Congresso Nacional se reuniu para votar a emenda Dante de Oliveira. Não foi permitida a entrada de populares para acompanhar a votação nas galerias do plenário. Temendo manifestações, os militares reforçaram a segurança ao redor do Congresso Nacional, com tanques, metralhadoras e muitos soldados sinalizando que a proposta de eleição direta para presidente não era bem-vinda. Para que a emenda fosse aprovada, eram necessários 2/3 dos votos. A expectativa popular foi frustrada e a derrota foi por pequena margem de votos. O quadro final da votação apresentou o seguinte resultado: 298 votos a favor, 65 contra, 3 abstenções e 112 ausências. Para ser aprovada, a proposta precisava contar com um total de 320 votos favoráveis.

conexão entre a análise histórica e as experiências vividas, nos tornando leitores ativos, estabelecendo um diálogo constante entre nossas memórias, os fatos narrados e a análise proposta.

As fontes apresentadas evidenciam as transformações nos diversos campos de investigação histórica e integram visões e novos atores na construção da narrativa histórica sobre os anos 1980. A história cotidiana nos revela estratégias de luta e embates que demarcam espaços de fala, ação e silêncios que dialogam com as limitações impostas pelos momentos finais do período militar.

Os artigos do Livro “Não foi tempo Perdido”

A pluralidade de temas abordados no livro em questão permite, aos jovens leitores e pesquisadores entrar em contato com a atmosfera do período. Aos que vivenciaram os anos 1980 o impacto se torna ainda mais poderoso, pois, a cada tema analisado a nossa perspectiva crítica se embaralha com as memórias em relação aos fatos, as sensações vividas e nossa própria condição de sujeitos históricos, algo que ainda não estava em voga tanto na academia, quanto no calor da hora, sob o registro do senso comum.

Havia a percepção de que a história estava se desenrolando sob nossos olhos, mas a bibliografia relativa a História Cultural dando voz a grupos a margem da centralidade política e cultural ainda estava sendo absorvida em nossas universidades, fato que se tornou mais forte na década de 1990 em diante. Historiadores como Edward Tompson, Roger Chartier, Peter Burke, Lyn Hunt, Robert Darnton, Carlo Ginzburg, entre outros passaram a ser referenciais teóricos determinantes nesse quadro e ainda norteiam várias pesquisas quando a História cultural é o mote central.

Outro aspecto importante a ser destacado é o fato dos autores do livro pertencerem a diversas universidades FGV, UNIRIO, UFRJ, UERJ, UFF, UEMA, FIOCRUZ, entre outras. Essa demonstração de amplitude dos debates abre possibilidades mais abrangentes de compreensão do fenômeno não apenas do ponto de vista de uma região. Claro está, que os autores são em sua maioria de instituições federais e estaduais localizadas no Rio de Janeiro, mas os temas analisados são de âmbito nacional e o painel dos anos 1980 não fica restrito a um olhar específico do carioca e moradores do estado do Rio de Janeiro.

O livro “Não foi tempo Perdido”, após sua introdução, assinada por Samantha VizQuadrat, organizadora da obra, passa a desfiar seu novelo de temas. O primeiro artigo, do historiador Américo Freire analisa as transformações na vida política brasileira com a extinção do sistema bipartidário e a criação de novas legendas. Sob o título *A via partidária na transição política brasileira*, o autor reflete sob o impacto das novas legendas, a disputa por símbolos e simbologias, no caso específico da disputa pela sigla PTB entre Leonel Brizola (recém retornado do exílio) e a sobrinha de Getúlio Vargas, Ivete Vargas, membro da família, mas de vertente política bem mais conservadora e dócil as práticas da ditadura civil-militar.

O breve painel traçado por Freire aponta os atores políticos e seus partidos em busca de espaços mais seguros para caminhar, no processo cheio de tensões e embates que os movimentos da anistia, da abertura, das disputas pelos governos estaduais em 1982 e da campanha das *Diretas Já!* apresentaram na conturbada transição de um regime ditatorial para um “reflorescimento” de uma normalidade democrática.

Na sequência do livro, o artigo *Por um “futuro visível do país”: a campanha das diretas na Coluna do Castelo*, de Lucia Grinberg, mantém a análise no campo da política ao eleger como objeto de investigação os textos da prestigiosa coluna política do jornalista Carlos Castelo Branco, no *Jornal do Brasil*, no período em tela. A visão ácida e cética do jornalista em relação ao sucesso do movimento das *Diretas Já!* com a imediata eleição direta para presidente da república se revelou acertada. O jornalista demonstrou muito conhecimento dos mecanismos do sistema político brasileiro e dos entraves que seriam colocados nessa difícil transição para a vida democrática no país.

O texto do artigo ressalta a erudição e a perspicácia do jornalista para perceber as questões, as tensões, os enfrentamentos presentes e até futuros que o campo político estava

vivenciando. As colunas de Castelo eram, de fato, leitura obrigatória para os que se interessavam por política. O estilo do jornalista demonstrava profundo conhecimento do ofício, um texto “encorpado” e muita sabedoria em relação a nossa cultura política, com seus vícios, idiossincrasias e excepcionalidades.

Ainda no campo político, o artigo seguinte, autoria do historiador Douglas Attila Marcelino se vale de um momento traumático no processo de redemocratização no país, com a doença e morte do primeiro presidente civil, eleito pelo colégio eleitoral, após os vinte e um anos da ditadura civil-militar. A frustração com a posse do candidato a vice-presidente, o político maranhense José Sarney, identificado diretamente com a ARENA (partido oficial do governo durante a ditadura), o calvário e a morte de Tancredo Neves, no dia 21 de abril de 1985 impactaram o cotidiano do povo brasileiro. O episódio dramático acompanhado como uma novela de muitos capítulos unificou os brasileiros no sentimento de consternação e tristeza, revelando solidariedade com a família Neves e em especial a viúva do presidente, Risoleta Neves.

O artigo: *Cartas à viúva Neves: a dimensão privada da morte presidencial*, utiliza-se como fonte principal as cartas que foram endereçadas à família Neves e em especial a Risoleta, alçada ao posto de mãe/avó da nação brasileira. As missivas se constituem em rico manancial para análise do período de onde emergem uma variedade de sentimentos e práticas políticas de uso cotidiano e popular, utilizados como forma de aproximação/unificação do povo que buscava lideranças para a travessia do difícil processo de transição democrática que estávamos vivenciando.

O artigo *Césio-137: o acidente radiológico de Goiânia*, autoria do professor de Química Fábio Merçon apresenta uma análise que define um momento de transição na obra. O enfoque histórico sobre o acidente radiológico inclui em sua narrativa os aspectos históricos, políticos, sociais e também culturais.

A trajetória dos personagens envolvidos no acidente em si, seus desdobramentos com uma grave crise de saúde pública, a contaminação direta e indireta de parte da população de Goiânia transcendeu a esfera do campo político se tornando um problema social e econômico. Seus desdobramentos culturais internos e externos também foram apreciados no artigo, onde a repercussão do episódio gerou um quadro de preconceito em relação aos moradores de Goiânia, tanto nas cidades vizinhas, quanto da população de outras cidades brasileiras.

O impacto da notícia, fartamente explorada em noticiários da imprensa massificaram e redimensionaram a tragédia. O fato se transformou em literatura, dramaturgia e, com efeito, causou na população brasileira um princípio de consciência ambiental que poucas vezes havia sido percebida. O descaso do poder público, nos anos seguintes normalizaram a situação e mesmo que outros casos tenham ocorrido não causaram tanta indignação ou conscientização popular quanto o emblemático caso de Goiânia.

Os cinco artigos seguintes abriram o leque para um diálogo vigoroso entre os campos da História social e cultural. Elegendo como objeto central o futebol brasileiro, a produção cinematográfica, a formatação de um movimento musical, a produção das HQ's, a profissionalização da fotografia, os artigos investigam a produção cultural em diversos campos artísticos/esportivos e analisam comportamentos valorativos que estavam associados com a perspectiva da abertura política e o fim da censura.

De fato, não é possível se desassociar por completo das inquietações da vida política brasileira, eixo central da obra, mas é possível investigar as transformações sociais no Brasil dos anos 1980 a partir da música que escutávamos, os filmes que assistíamos, as revistas em quadrinhos que estampavam as bancas, junto as fotografias nos jornais, revistas, em galerias de arte, assim como na reformulação do eternamente desorganizado calendário do futebol brasileiro. O primeiro artigo desta parte do livro é *Década da esperança ou década perdida? A reestruturação do futebol brasileiro nos anos 1980* de autoria da dupla de pesquisadores Daniel de Araújo dos Santos e Lívia Gonçalves Magalhães.

Em *Cinema brasileiro e "juvenilização": a filmografia do cineasta Lael Rodrigues em diálogo com seu tempo*, artigo de Diego de Moraes Salim, o cinema nacional ganhou destaque, sobretudo uma nova tendência que surgiu no mercado cinematográfico nacional no período, o "filme jovem". O cineasta Lael Rodrigues, apesar de sua breve existência e pequena quantidade de filmes de longa-metragem produzidos (três no total) serviu como ponte para compreender um ramo da produção nacional que buscou um diálogo potente com a cultura jovem nos anos 1980, onde a moda, a vida saudável, os esportes e uma "apolínea" busca pelo corpo perfeito era uma das imagens mais projetadas para a população brasileira, em sua maioria na faixa classificada como jovem, naquele momento de nossa história.

A análise dos filmes, que eu particularmente assisti no cinema, no calor de suas trajetórias mais uma vez me impactou na leitura. A memória afetiva de cada filme em particular e do que eles representaram na minha juventude, no contexto social do meu entorno me permitiu um mergulho duplo na subjetividade da minha narrativa com a análise crítica dos acontecimentos, a partir do distanciamento temporal, relativa a passagem do tempo.

Essa parte do livro me impactou profundamente, pois todos os elementos culturais evocados encontraram em minha trajetória histórica, na minha memória afetiva/ efetiva, ressonâncias, sentimento de pertencimento ao período, partilhando as inquietações vivenciadas, buscando soluções políticas, ideológicas, partilhando das discussões estéticas e da moda que foram tão marcantes no período.

Dessa forma, os artigos *Música e Juventude: O rock nacional nos anos 1980* da pesquisadora Aline do Carmo Rochedo; *É hora do Escracho! O humor democrático da Nova República* da pesquisadora Aline Martins e *Anos 1980, afirmação de uma fotografia brasileira* dos pesquisadores Ana Maria Mauad, Silvana Louzada e Luciano Gomes de Souza Junior ativaram todos meus canais de memória, sobretudo em assuntos que sempre me interessaram como música, teledramaturgia, cinema e fotografia.

Um dos artigos de maior impacto do livro é *Aids, Liberdade e Sexualidade* do pesquisador João Bôsco Hora Góis. Articulando a visão histórica com questões sociológicas (comportamentais e valorativas) com política e saúde pública, o texto analisa a trajetória inicial da doença em terras brasileiras, seus desdobramentos na questão dos preconceitos associados a falta de informação e a demonização dos homossexuais identificados como principal grupo de risco numa possível disseminação da doença.

A mudança de comportamento, numa ação de antítese as conquistas de liberalização, sobretudo da mulher e do seu corpo, desassociando sexo de procriação, uma conquista dos anos 1960 foram colocados em questão e se tornou tema de debates, invadindo o espaço do senso comum. A reflexão do autor dialoga com o filósofo francês Michel Foucault e suas pesquisas sobre controle social e a instrumentalização da medicina como forma de estabelecimento de relações de poder na sociedade e a criação dos mecanismos de exclusão, onde a sexualidade era uma das principais vertentes de constatação da investigação *foucaultiana*.

Os três artigos seguintes procuram ter como principal norteador o campo da história econômica e traçam um painel das dificuldades dos brasileiros na manutenção de suas atividades produtivas e o sustento de seus familiares. O artigo *O dragão não era de papel: os (des)ajustes da política Econômica brasileira nos anos 1980* de Monica Piccolo levanta questões sobre o papel da inflação na construção do caótico quadro da economia brasileira e como essas dificuldades dialogaram com o processo de redemocratização no país.

Tendo como ponto de observação as organizações sindicais e suas transformações em partidos políticos ou como esteio dos mesmos, o pesquisador Gelson Rozentino Almeida em *Organização, desafios e lutas dos trabalhadores* analisa o movimento de conscientização política dos trabalhadores brasileiros no que as ciências sociais e humanas convencionou conceituar de *Novo sindicalismo*. Em *Fiscais do Sarney? Algumas considerações sobre a participação popular no Plano Cruzado*, Charleston José de Souza Assis analisa a participação

popular e o seu engajamento em um dos planos econômicos mais emblemáticos para a geração que vivenciou como agente economicamente ativo nos anos 1980. A euforia inicial e a decepção com a falência do plano, ao longo do ano de 1986 é bem analisado com citações de matérias de jornal apontando o sentimento popular nessa breve trajetória do Plano Cruzado.

Os dois últimos artigos recolocam na centralidade temática da obra o campo da história política. De fato, é inegável perceber que, independente da abordagem temática, o eixo central de todos os artigos que compõem o livro converge para o panorama político no período. Tanto em *Constituinte de 1987/1988: a sociedade brasileira vive a democracia* de Maria Helena Versiani, quanto em *As eleições presidenciais de 1989: sonhos, desejos e medos da década* de Alessandra Carvalho ganham destaque as lutas, os embates, as tensões e conciliações que a ação política prescinde quando as mudanças estruturais estão sendo processadas.

O estabelecimento de uma Assembleia Nacional Constituinte e as eleições presidenciais, após quase três décadas de ausência representou, na vida política brasileira um momento de intensos debates, marchas e contramarchas. O processo desencadeou uma participação popular efetiva. Seus desdobramentos impactaram de maneira indelével a estruturação das instituições políticas (partidos, esferas de Poder nos três níveis e no próprio debate sobre cidadania, que os acontecimentos do período ensejaram e legaram ao presente em suas definições e também em suas lacunas, indagações, que ainda estamos em busca de compreensão.

Considerações Finais

Os acontecimentos políticos geraram desdobramentos nas práticas culturais, abrindo espaços de exposição nas diversas manifestações artísticas e sua reprodução nos meios de comunicação de massa. A vocalização dos valores e anseios da população brasileira atravessou os anos 1980, perpassando tensões e embates na retomada da normalidade democrática, a partir das campanhas e movimentos com efetiva participação popular.

Ao longo dos quinze artigos do livro *Não foi Tempo perdido: Os anos 80 em debates* são apresentados “instantâneos” da vida cotidiana brasileira e como os diversos atores vivenciaram esses momentos. Os temas analisados transcendem os aspectos culturais. São analisadas também as tragédias, as doenças, as manifestações políticas, os planos econômicos e o impacto desses episódios na vida social brasileira.

As fontes apresentadas evidenciam as transformações nos diversos campos de investigação histórica e integram visões e novos atores na construção da narrativa sobre os anos 1980. A história narrada na obra nos revela o cotidiano de estratégias, lutas e embates que demarcam espaços de fala, ação e silêncios que dialogaram com as limitações impostas pelos momentos finais do período militar. Um novo olhar historiográfico se apresenta e assim, o período em questão ganha espaço para um debate crítico e vigoroso.

O rico painel permite um aprofundamento sobre o recorte temporal que começa a despertar maior interesse de análise por parte dos historiadores. A obra surge como uma renovada visão historiográfica sobre o período e para a geração nascida antes e durante os anos 1960, funciona como uma narrativa “catártica”, onde é possível estabelecer uma conexão entre a análise histórica e as experiências vividas, nos tornando leitores ativos, estabelecendo um diálogo constante entre nossas memórias, os fatos narrados e a análise proposta.

OS LUGARES, A MEMÓRIA E AS REPRESENTAÇÕES: ANTÔNIO DA SILVA PESSOA E A INVENÇÃO DA TRADIÇÃO NA PARAÍBA (1916-1930).

*Jordan Queiroz Gomes*¹⁵⁵⁴
iordangomes@yahoo.com.br

Resumo: O presente artigo pretende analisar o evento da morte de Antônio da Silva Pessoa, ocorrido no dia 31 de Outubro de 1916, tratando-o como um acontecimento propenso à espetacularização, objeto de um verdadeiro “enquadramento de memória” que apoiou-se na tradição familiar Pessoa construída nesse período e consolidado entre as décadas de 1920 e 1930. O Coronel Pessoa nasceu na Fazenda Marcos de Castro em Umbuzeiro, interior da Paraíba, em 1863 e foi o quarto – penúltimo – filho do casal José e Henriqueta, pais de Epitácio da Silva Pessoa – quinto e último filho do casal. Após a morte dos pais – vitimados de varíola em 1873 na cidade do Recife –, Antônio retornou à Paraíba para cuidar dos bens da família, enquanto os demais irmãos arranjam-se dentro da estrutura social e do universo de oportunidades a que seus familiares estavam ligados naquele período. Na Paraíba, criou e comercializou gado, plantou algodão, cuidou da terra e foi funcionário público, atividades que lhe permitiu aumentar o patrimônio da família e criar o seu próprio patrimônio entre os anos de 1875 e 1908. O Coronel Antônio Pessoa foi ainda chefe político local em Umbuzeiro entre os anos de 1904 e 1916, projetando-se no cenário estadual como Deputado pela Assembleia Legislativa (1908-1912), primeiro vice-presidente da Estado (1912-1915) e presidente da Paraíba entre 1915 e 1916. Assim, Antônio passou a ser o principal representante político da família Pessoa na região entre 1873 e 1916, a ponto de ser peça chave na composição da “rede de base familiar” e do “grupo de base familiar” que deu sustentação política a Epitácio, especialmente, no segundo momento em que passou a intervir diretamente na política paraibana entre 1912 e 1916. Foi, portanto, um personagem de destaque na criação, defesa e legitimação do prestígio político e da tradição familiar Pessoa na região durante o período de sua atuação política. Contudo, Antônio Pessoa morreu no exercício do Cargo de Presidente do Estado da Paraíba, num momento ápice da projeção da Oligarquia epitacista, permitindo-nos investigar como tal evento fora marcado por um forte jogo de representações, noticiado pela imprensa nacional e regional, onde se destacou as qualidades do *ilustre paraibano*. Uma “memória enquadrada”, materializada em vários lugares espalhados pela Paraíba, criados estrategicamente pelos membros da família entre as décadas de 1920 e 1930, para reter o tempo, guardar a memória e reforçar a tradição familiar a que pertencia o Coronel.

Palavras-chave: Memória, representação, Antônio da Silva Pessoa

A família: José, Antônio e Epitácio...

Antônio da Silva Pessoa foi o quarto filho de José da Silva Pessoa e de sua segunda mulher, Henriqueta Lucena Barbosa Pessoa. Antônio nasceu na Vila de Umbuzeiro em 17 de Março de 1863, mais precisamente na fazenda Marcos de Castro, situada no sítio Barros nas proximidades de Umbuzeiro. Esta foi a mesma residência em que, cerca de dois anos mais tarde, nasceria seu irmão Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa, quinto e último filho do casal. Antônio, batizado aos dois anos de idade em “oratório privado” no sítio Barros, recebeu o

¹⁵⁵⁴ Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA) na linha de Pesquisa Sociedade, relações de poder e região. E-mail: iordangomes@yahoo.com.br.

nome do seu avô paterno, o Sr. Antônio da Silva Pessoa, patriarca da família Pessoa e proprietário “do Engenho Cotunguba em Nazaré, estado de Pernambuco¹⁵⁵⁵”.

Antônio teve sua infância muito ligada a de Eptácio. Cerca de dois anos mais velho, muito do que sabemos de seus anos iniciais é filtrado pelas memórias do irmão caçula onde o pequeno “Toinho” (Antônio) aparece como sendo o irmão inseparável, “o companheiro de folguedos”, o irmão “preferido entre todos”, dada a distância que ambos tinham de suas irmãs adolescentes e do irmão mais velho José que, na época em que nascera Eptácio, já cursava o colegiado. Em meados 1873 um acontecimento trágico mudaria para sempre a vida da família. A morte prematura dos pais, ambos com 36 anos de idade, vitimados de varíola, deixando os filhos sob os cuidados dos parentes. A princípio, eles ficaram sob os cuidados dos familiares paternos, antes de se dispersarem, ocupando, cada um, lugares específicos dentro da estrutura social daquele contexto.

As filhas, logo casaram-se sob os “arranjos” de Alexandrina Cavalcanti – a Tia “Marocas” – com quem Eptácio passaria a morar nos anos ginasiais em Recife¹⁵⁵⁶. José, o irmão mais velho, ficou sob os cuidados do tio materno, Henrique Pereira de Lucena (Barão de Lucena) então presidente da província de Pernambuco. Do Recife foi logo enviado à Corte para fazer carreira militar. Antônio e Eptácio também ficaram sob os cuidados de Henrique de Lucena no Recife. Para Eptácio o tio materno consegue uma bolsa de interno no prestigiado Ginásio Pernambucano onde terminaria os estudos da primeira fase e sairia para ingressar na Faculdade de Direito do Recife em 1882.

Já Antônio, de saúde delicada – fator apontado como impedimento para que pudesse seguir os estudos no Recife – demora-se um tempo na casa do tutor e retorna para o interior da Paraíba sob a incumbência de tocar os negócios da família por volta de 1874. Tinha Antônio entre 11 e 12 anos de idade quando retornou à Umbuzeiro para ocupar o lugar do pai no trato com a terra e as criações da família na propriedade do sítio Barros.

Além da herança material, esse retorno revestiu Antônio de um “simbolismo ritual”, propenso a qualificá-lo como herdeiro direto da tradição familiar criada pelo patriarca da família, José Pessoa. Muitos elementos da imagem que se criou de José ao longo das décadas de 1860 e início de 1870, fora transferido para Antônio na ocasião de seu retorno à Umbuzeiro como o filho homem destinado a tocar o patrimônio familiar. O primeiro desses elementos está associado a “posse” da fazenda Marcos de Castro no sítio Barros, sede da propriedade originária onde a família fora instalada em meados da década de 1850. A propriedade conservava todo aspecto simbólico que envolveu a criação do prestígio de José na região.

Sua investida no universo do trabalho no interior da propriedade revestiu sua *persona pública* da qualidade de líder local. Prova disso está na imagem que dele se criou como sendo o irmão que “cedo começou a trabalhar” para aumentar seu capital material e prestígio na região¹⁵⁵⁷. De fato, nos anos que se seguiram à sua reinstalação em Umbuzeiro, os indícios apontam que Antônio plantou, colheu e comercializou cana-de-açúcar e algodão, criou gado

¹⁵⁵⁵ Os dados biográficos de Antônio Pessoa foram extraídos das memórias de Eptácio Pessoa (1865-1942) Tomo I, p. 24/25. Os dados de batismo de Antônio Pessoa consta em seus "Documentos Particular (DP)", disponíveis no IHGP com Datas Limites: 1867-1915. AP: DP – A5G4P1/4

¹⁵⁵⁶ Alexandrina Cavalcante – a tia Marocas – era casada com um irmão de José Pessoa, Joaquim da Silva Pessôa. Consta nas memórias de Eptácio uma íntima aproximação com sua tia Marocas, notadamente nas recordações do tempo em que passou a morar com ela. Maria, a filha mais velha, casou-se com Cândido Cavalcanti Albuquerque, um funcionário público originário da região do Brejo Paraibano. Mirandolina fez matrimônio com o proprietário Rural e conferente da Alfândega em Pernambuco, José Queirós, filho de um fazendeiro proprietário de terras vizinho à Umbuzeiro, na fronteira entre os dois estados. As duas irmãs formariam o primeiro ramo colateral da família Pessoa, dando origem aos dois primeiros conjuntos de sobrinhos de Eptácio, os Pessoa Cavalcante e os Pessoa de Queiroz que se instalaram, respectivamente, na Paraíba e em Pernambuco, apesar dos “Pessoa de Queiroz” – José e Mirandolina – possuírem propriedade na fronteira com Umbuzeiro.

¹⁵⁵⁷ GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja. **Eptácio Pessoa**. (1865-1942). Coleção Documentos Brasileiros, 1951, p. 27

e administrou o patrimônio da família na medida em que ia criando seu próprio patrimônio¹⁵⁵⁸.

Em Umbuzeiro, a partir da década de 1890, Antônio passou efetivamente a administrar os bens dos irmãos residentes no Rio de Janeiro¹⁵⁵⁹. Especialmente no caso do irmão caçula, passou a atuar como uma espécie de confidente a quem Epitácio recorria para tratar de assuntos variados, dentre eles, financeiros. Do mesmo modo, Antônio recorria a Epitácio para tratar de assuntos diversos, dentre eles relacionados aos bens patrimoniais da família, relações comerciais e, sobretudo, os relacionados às posições assumidas na carreira pública.

Nesses anos iniciais, entre as décadas de 1880 e 1890, a busca por um lugar na esfera pública revela um aspecto de Antônio, certamente em sintonia com a ideia, veiculada em seu tempo, de que a carreira pública oportunizava ascensão social, prestígio e poderio econômico mais estável, distante das flutuações das atividades agrícolas. Neste caso, diante da estrutura patrimonialista do Brasil entre o império e a república, das privações de acesso à carreira, Antônio se valeria da influencia de seus parentes para ocupar lugar na carreira pública. Essa era a “válvula individual de ascensão”, que apoiava-se na “lógica estamental de apadrinhamento e patronagem¹⁵⁶⁰”, que a estrutura de poder montada na República não conseguiu eliminar no todo¹⁵⁶¹.

Das atividades econômicas que exercia, sabemos que nessa época Antônio organizou e manteve o que chamava de “negócios de gado em Umbuzeiro”. Ao que nos revelam os indícios, tratava-se de sua principal atividade econômica na região, fazendo com que estivesse ligado à terra mesmo assumindo funções públicas no vizinho estado de Pernambuco. E, a propósito deste aspecto, no trânsito entre a Paraíba e Pernambuco, Antônio elaborou detalhadamente um conjunto de anotações e “tabelas” com as quais acompanhava o movimento de compra, venda, despesas e “apurados” com os “negócios de gado” em Umbuzeiro.

Os registros reforçam o argumento de que ao retornar à Umbuzeiro, Antônio Pessoa herdou as funções maternas do pai. Isso porque, as evidências da compra e venda de gado pela família remetem à 1870, quando José Pessoa exercia fortemente essa atividade na região. Logo, os mecanismos de compra, o (re)conhecimento da atividade, a preparação da propriedade, e mesmo a solidariedade que unia outros proprietários contemporâneos do patriarca foram prontamente “herdados” por Antônio como requisito necessário à manutenção e aumento do patrimônio familiar e pessoal. Sem falar que a herança que se

¹⁵⁵⁸Ao longo da década de 1880, Antônio Pessoa ocupou ainda função de Escrivão da Coletoria de Rendas Gerais do município Itabaiana, assumindo em 1882.

¹⁵⁵⁹A partir da nomeação para o cargo de escriturário da Alfândega, Antônio retornaria à residir em Umbuzeiro com breves estadas no Recife. Isso porque, nessa fase, Antônio mostrou-se de saúde frágil tendo que se afastar por diversas vezes das funções públicas para tratar-se. Os afastamentos eram feitos via licenças médicas as quais eram apresentadas junto aos órgãos a que esteve ligado entre 1892 e 1899, sendo muitas delas encaminhadas sob os cuidados de Epitácio. As licenças, muitas delas de 30 dias – sendo prorrogadas por igual período – davam a Antônio um período de repouso em Umbuzeiro, conforme indicam suas receitas médicas, fato que certamente lhe proporcionava mais tempo no trato com a propriedade. Conferir receitas médicas de Antônio Pessoa, localização: AP: DP – A5G4P1/4.

¹⁵⁶⁰ Cf. ALONSO, Angéla. **Ideias em Movimento: A geração de 1870 na crise do Brasil Império.** São Paulo: Paz e Terra, 2002 (p. 123).

¹⁵⁶¹Evidências disso extraísse de correspondência entre Antônio e Epitácio datada de 31 de Julho de 1890, quando o primeiro foi nomeado “para o lugar de segundo escripturario da Alfândega da Parahyba” cargo que exerceu até 1891 quando foi nomeado primeiro escriturário da Alfândega de Pernambuco. Os mesmos registros apontam que esses cargos foram diretamente ajustados por Epitácio na condição de Secretário Geral do Estado da Paraíba. No caso do primeiro, há indícios de que a nomeação de Antônio se deu mediante pedido pessoal de Epitácio à Ruy Barbosa então “Ministro e Secretário do Estado dos negócios da fazenda e presidente do tribunal do tesouro Nacional. Conferir portarias de nomeação de Antônio da Silva Pessoa, “Documentos Particular (DP)”, disponível no IHGP. Localização: AP: DP – A5G4P1/4.

pretende mostrar, neste caso, apoiava-se na tradição que inscreveu José Pessoa como um exímio proprietário de terras e criador de gado na região¹⁵⁶².

O chefe militar e político: entre o prestígio e a defesa da honra...

Num total de doze, sendo dez homens, os filhos de Antônio com Margarida comporiam o terceiro conjunto de sobrinhos de Epitácio, mantendo-se sob o nome “Silva Pessoa” numa referência ao ramo da ascendência familiar do patriarca que deu origem a família. Esse fato continuava a revestir Antônio na condição de herdeiro da tradição familiar Pessoa tornando-o um verdadeiro líder do clã a que estava ligado em Umbuzeiro.

Com essa união matrimonial Antônio passaria a figurar como herdeiro na parte dos bens de seu sogro na região quando transferidos à Margarida. Provavelmente, este fator interferiu ao aumento dos bens de Antônio a partir de 1890. Desse modo, a união das famílias, além de representar os interesses na formação de uma parentela, certamente serviu para aumentar ainda mais o prestígio de Antônio na região, haja vista que o “velho” Manuel Santiago ocupava, na época, posição de influência no judiciário em Umbuzeiro e região onde exercia advocacia “provisionado”, nas comarcas de “Ingá e nos municípios limítrofes de Bom Jardim e Limoeiro¹⁵⁶³”.

Em 1892 Antônio assume o cargo de Tenente Coronel Comandante do 122º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional do Município do Recife. A nível local, a nomeação de Coronel, feita por decreto em 16 de Setembro de 1892, acabou por completar a transferência simbólica do lugar de prestígio e da tradição familiar que seu pai havia iniciado cerca de 30 anos antes.

O Coronel Antônio Pessoa, ou o “Cel. Pessoa” como era chamado¹⁵⁶⁴, passaria a ser (re)conhecido *de jure* e pela tradição familiar, concentrando sobre si o poder local projetando-se como autêntico chefe militar e político em Umbuzeiro e região. A partir desse momento, é de se supor que Antônio evoca, sem mencionar uma palavra, à imagem de seu pai: chefe de família, proprietário de terras, protetor do clã e chefe político local. Revisita o passado e, pela força da expressão, evoca o continuísmo de uma “tradição inventada” crescendo sobre ela as marcas de seu tempo.

Prova disso é que por volta de 1901 o Cel. Pessoa foi convidado à assumir a chefia do Partido Republicano em Umbuzeiro substituindo o comando exercido pelo Cel. Sindulfo Calafange Calafate. Os relatos acerca do convite feito à Antônio remetem ao ano de 1901, quando Epitácio escreve ao irmão aconselhando que aceitasse a liderança política de Umbuzeiro¹⁵⁶⁵. Manuel Tavares Cavalcanti (1948) lembra que a ascensão de Antônio Pessoa à chefia do partido em Umbuzeiro se deu na medida que seu prestígio político vinha se apresentando positivamente nas eleições¹⁵⁶⁶. Fato é que a chefia do partido revestiu o coronel Pessoa de cabedal necessário à representação política que exerceria junto ao governo do estado.

Dentro do “grupo de base familiar”, Antônio passaria a ocupar lugar de destaque na organização da política local, no trânsito com o governo do estado, e, principalmente na

¹⁵⁶² Idem. Sobre o funcionamento da atividade, os registros apontam que o gado era geralmente comprado para soltura, engorda e venda deixando considerável margem de lucros para o proprietário. Basta lembrar que em 1899, no balanço que fizera dos negócios de gado em Umbuzeiro, Antônio registrou a venda de 106 reses entre Abril e Junho daquele ano o que lhe rendeu uma receita bruta de 16:511\$000 contos de réis. A soma “apurada” revela que a rese adquirida por 80\$000 mil réis em média, era vendido por 150\$000 (média) mil réis após a engorda, o que certamente lhe rendia uma margem de lucros na casa dos 80% sobre o valor investido em cada cabeça de gado após retirar suas despesas. Esses dados se confirmam em várias de suas anotações, onde o boi era vendido em média por 150\$000 ou 140\$000 mil réis, como nos registros do apurado do “gado de 1899 e 1900.

¹⁵⁶³ Gabaglia (1951, p. 37).

¹⁵⁶⁴ Cunha Pedrosa abreviava “Cel. Pessoa” ao se referir à Antônio Pessoa, irmão de Epitácio, chefe político de Umbuzeiro. Ver... Minhas Próprias Memórias...

¹⁵⁶⁵ De Epitácio para o Coronel Antônio Pessoa (Rio de Janeiro), 10 de novembro de 1901, ACAP/1.

¹⁵⁶⁶ Cavalcanti (1950, p. 22).

arregimentação de correligionários na sua região de influência. Na ausência de Epitácio distante as questões política do estado, Antônio passa a se projetar como liderança de influência na política regional.

Além disso, tudo nos leva a crer que o convite feito à Antônio Pessoa atendia intenção de arregimentá-lo junto às fileiras do Partido em Umbuzeiro e à luta empreendida contra o banditismo na região. Ocorre que entre 1900 e 1908, o caso do banditismo começou a chamar atenção da imprensa paraibana exigindo maiores esforços para acabar com as ações dos grupos bandoleiros que atuavam no Estado. Umbuzeiro, situada entre a Paraíba e Pernambuco, era um local de passagem de Antônio Silvino, revelando aí a estratégia de José Peregrino em ter o Cel. Pessoa como seu aliado.

As perseguições foram intensificadas entre 1902 e 1907. Nesse ano, por exemplo, consta da atuação das tropas federais do 27º Batalhão na luta contra o banditismo na Paraíba. As ordens adveio de Hermes da Fonseca, sob os pedidos pessoais de Epitácio Pessoa que recebia da Paraíba notícias do irmão e de sua luta contra o banditismo em Umbuzeiro¹⁵⁶⁷. Como notara José Leal (1960), nessa época as perseguições eram sempre feita mediante marchas estafantes no encalço do “bando” entre trilhas abertas no meio da vegetação e estradas vicinais. Estando no encalço contínuo, por vezes ocorriam embates corpo-a-corpo, ou seja, violentas lutas armadas que ocasionavam baixas de ambos os lados e, quase sempre, a fuga do bando.

Nessas investidas, surgiam verdadeiros “heróis” que se destacavam por sua bravura de coragem. Resulta disso a impressão de Apolônio Nóbrega, como contemporâneo desses acontecimentos, quando afirmou que “o combate aos cangaceiros sempre foi uma das preocupações dos governos da Paraíba. Referindo-nos aos mais recentes, basta lembrar a célebre luta do Ingá, ao tempo de Gama e Melo”. A mesma orientação “seguiu o desembargador Peregrino e subseqüentemente, o quadriênio Álvaro Machado-Walfredo Leal”.

Nessa empreitada, “desde 1902”, Antônio Pessoa “insurgira contra o banditismo de Antônio Silvino, salvando Umbuzeiro com sua bravura pessoal e energia moral da impiedosa visita daquele perigoso fascínora¹⁵⁶⁸”. Trata-se de uma imagem preciosa à memória da tradição familiar Pessoa, neste caso, associada às ações enérgicas de Antônio Pessoa contra o banditismo. O legítimo chefe militar e protetor do clã contra os *bandidos*.

O Governo de Antônio Pessoa (1915-1916)...

Antônio Pessoa assume o governo da Paraíba em 24 de Julho de 1915, após a renúncia do então presidente do Estado João Pereira de Castro Pinto eleito em 1912 para governar o quadriênio 1912-1916. Antônio Pessoa chega ao cargo na condição de Primeiro Vice-Presidente do Estado, fato que lhe garantia ser o primeiro na linha sucessória de Castro Pinto. As razões da renúncia de Castro Pinto figurou em meio a uma trama há muito estudada pela historiografia paraibana¹⁵⁶⁹.

O governo de Antônio Pessoa fora marcado por uma série de medidas tidas como necessárias ao soerguimento econômico e administrativo do Estado. Sobre isso, Apolônio Nóbrega afirma que “o primeiro gesto do presidente Antônio Pessôa foi nomear uma comissão de técnicos para balancear o tesouro do Estado e inspecionar a respectiva escritura”. Um trabalho que mapeou o total da dívida Pública do Estado, seu saldo em caixa, e o déficit total. Desse estudo, anunciou-se que o Estado possui um debito público impossível

¹⁵⁶⁷ Ver LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993. (p. 257-258), sobre a solicitação do Juiz Epitácio junto à Hermes da Fonseca para intervir com força federal no caso do banditismo em sua terra natal.

¹⁵⁶⁸ NOBREGA, Apolônio. **História republicana na Paraíba**. João Pessoa, Departamento de publicidade Divisão de Imprensa Oficial, 1950 (p. 134).

¹⁵⁶⁹ Sobre essa trama ver os trabalhos de RODRIGUES, Inês Caminha. **A Gangorra do Poder**. (Paraíba – 1889-1930). João Pessoa, UFPB, 1989. E ainda Lewiin (1992).

de ser pago com as rendas disponível em seu caixa. Para equilibrar os gastos era preciso medidas urgentes e enérgicas de contenção¹⁵⁷⁰.

Esses dados foram registrados e expostos em sua mensagem presidencial enviada à assembleia do estado em 1º de Setembro de 1915. No documento, que pode ser lido como uma autêntica peça de promoção da imagem pública e um importante instrumento de propaganda política, Antônio Pessoa aponta todas as medidas a serem tomadas com o objetivo de melhorar as condições financeira do Estado. Dentre elas, o enxugamento da máquina administrativa por meio da retirada de gratificações dos onerários do funcionalismo público, seguido da exoneração de vários cargos foram as mais polêmicas, de maior repercussão pelo Estado.

Contudo, para Nóbrega, as medidas fizeram com que em pouco tempo fosse restabelecida a normalidade financeira do Estado, e o “horado filho de Umbuzeiro” colocou “em dia o funcionalismo público que estava com cinco meses de atraso em seus vencimentos; pagou toda dívida flutuante, amortizou em mais de 50% de outros compromissos do Estado, reformou vários serviços e criou 30 novas escolas no interior¹⁵⁷¹”.

Isso rendeu a Antônio Pessoa elementos para endossar, sobre si, a imagem de um exímio administrador, compromissado e comprometido com o bem público. Tal representação não demorou para ganhar lugar nas páginas dos jornais da Paraíba, na região e, ainda, em jornais da capital da República. Na Paraíba, por exemplo, Antônio Pessoa dispunha de dois veículos de comunicação importantíssimos à promoção de sua imagem pública. Tratava-se do Jornal *A União*, principal órgão oficial do Estado, de onde fazia circular atos e matérias administrativas; e do Jornal *A Notícia*, órgão criado logo após Antônio Pessoa assumir o governo em junho de 1915 e cuja vida editorial se estendeu até 28 de novembro de 1916 quando os redatores suspenderam sua publicação¹⁵⁷².

O Jornal *A Notícia* reunia em seu editorial jovens intelectuais e futuros políticos paraibanos autointitulados “Jovens Turcos”, numa referência, na Paraíba, à nova geração de políticos ligados ao epitacismo e que figuravam como sucessores da famosa geração de 1880 de políticos tradicionais ligados à oligarquia de Epitácio Pessoa. O grupo surgiu em 1915 e era apoiado por Antônio Pessoa, seu mentor político e membro mais velho, tendo nomes como Solon de Lucena (seu líder entre os jovens políticos), Antônio Pessoa Filho, João Suassuna, Celso Mariz e Demócrito de Almeida. Fora, portanto, um órgão usado diretamente para defesa e promoção da imagem do governo, existindo, concomitante sua permanência entre 1915 e 1916.

A nível regional, o Jornal *O Norte* exerceu providencial papel na promoção da imagem pública de Antônio Pessoa à frente do Governo Estadual. Dele, por exemplo, extraímos matérias como a que circulou em seu editorial de 25 de Julho de 1916, intitulada um “Homem Superior”. Na matéria, o redator preocupa-se em fazer uma espécie de balanço administrativo do primeiro ano de governo de Antônio Pessoa que “se revelou, à luz das consciências límpidas, um homem verdadeiramente superior, pelas linhas firmes de seu forte caráter e pela sua infatigável capacidade de acção¹⁵⁷³”.

O editorial não deixou de fazer notar que Antônio Pessoa, em um ano de governo, havia encontrado a Parahyba diante de duas crises: “a Guerra europeia e a seca mais horrorosa de que há notícia nos fastos do conhecido flagello periódico”. Uma situação “material e moral” sem precedentes, o qual fora encarada por Antônio Pessoa com energia, “inteligência lucida e equilibrada”, avultando-se a memória de o *egrégio* homem não “mediu as suas forças e enfrentou a dolorosa emergência com indomável heroísmo¹⁵⁷⁴”. Uma representação que endossava a “Tradição Familiar Pessoa” como estando envolta de valores

¹⁵⁷⁰ Conferir Nóbrega (1950, p. 129).

¹⁵⁷¹ Conferir Nóbrega (1950, p; 128).

¹⁵⁷² Ver **A Notícia**, Jornal, João Pessoa, 28 de Novembro de 1916.

¹⁵⁷³ Ver Jornal, **O Norte**, Recife, 25 de Julho de 1916.

¹⁵⁷⁴ Ibidem

morais e cívicos característicos de uma cultura republicana defendida por seus membros em meio à opinião pública.

Posto que, o herói Antônio Pessoa, era apresentado como um Tobias Barreto civil, cujas ações foram responsáveis por tornar a Parahyba, no período aludido, um Estado exemplo. A propósito, fora com um título parecido que o Jornal o Paiz noticiou, em 7 de fevereiro de 1916, a chegada de Antônio Pessoa à presidência do Estado. Os “Bellos Auspícios” que dá título à matéria é uma referência à forma como “O Estado da Parahyba do Norte”, há muito vinha “atraindo a atenção de todo nosso paiz pela prática de boas normas republicanas nessa unidade da federação”.

Para os redatores da matéria, “data da ascensão do Sr. Castro Pinto ao governo do Estado uma completa modificação nos processos administrativos da Parahyba, que passou a ser o Estado capaz de servir de paradigma aos demais componentes da República federativa”, servindo-lhes “de exemplo do que é a execução dos sãos princípios democráticos e das verdadeiras normas republicanas”. Imagem que, estrategicamente era associada à Epiácio Pessoa e sua luta por garantir na Paraíba o exercício dos preceitos democráticos, especialmente em um momento ápice da vida republicana, a saber, no momento das eleições.

O corte cronológico estabelecido pelo jornal para demarcar lugar histórico da Paraíba como um paradigma de administração republicana atende a um complexo jogo de representações que recaia, antes, sobre Epiácio Pessoa e a seu grupo político. Entre as lideranças desse grupo na Paraíba, estava Antônio Pessoa, que havia cultivado a semente plantada no governo de Castro Pinto, “continuando seus actos o característico de uma acção eminente democrática e genuinamente republicana”.

Eis que Antônio Pessoa aparecia como um homem “compenetrado das suas funções de administrador, que não só deve a tudo prover, mas ainda tudo prever, tem procurado cortar todas as despesas adiáveis do seu Estado, limitando-se a dotá-lo apenas do aparelhamento absolutamente necessário a amparar a sua evolução, o seu desenvolvimento e o seu progresso¹⁵⁷⁵”. Apesar disso, Antônio deixou o governo em 24 de julho, passando-o à Solon de Lucena, então presidente da Assembleia Legislativa do Estado. As razões de sua saída são atribuídas ao agravamento de sua saúde, tinha problemas cardíacos.

A Morte do Coronel Antônio Pessoa...

Em 31 de Outubro de 1916, o Coronel Antônio Pessoa encontrava-se em sua residência na comunidade de Barra de Natuba, na fazenda onde nascera. A sua volta, os filhos, a esposa e os parentes mais próximos, reunidos desde os últimos dias em que sua saúde apresentava-se ainda mais debilitada. Nas últimas semanas, o Coronel Pessoa havia tido “uma forte crise hepática” que lhe fez agravar seu debilitado estado de saúde.

Era uma terça feira. O dia passa, a noite vem e a cidade de Umbuzeiro dorme. Nas primeiras horas do dia 01 de Novembro, a notícia chega primeiramente em Umbuzeiro: O Cel. Antônio Pessoa havia morrido. De fato, pela madrugada, por volta das 3 horas, o Coronel Pessoa havia falecido acometido por uma “syncope cardíaca”. De Umbuzeiro, as notícias se fez chegar à Capital do Estado por volta das 8 horas da manhã, em telegrama subscrito pelos Deputados Antônio Pereira e Antônio Pessoa Filho. A *nova* foi primeiramente reproduzidas nas páginas de *A Notícia*.

Estampando uma fotografia do “grande amigo”, a noticia expõe: “Morreu o Coronel Antônio Pessoa”. E continua: “A morte de hontem era um dos varões mais dignos da Parahyba, sob qualquer aspecto moral que se encarasse a sua personalidade¹⁵⁷⁶”. Para os redatores, Antônio Pessoa era um “homem inteligenre, pratico, honrado, austero, bravo, leal, trabalhador”, característica que imprimia-lhe “aquela dignidade de chefe de família, aquela abundante dedicação a todos os sacrificios da amisade, aquelle fator operosíssimo na nossa economia rural, aquella enfiatura d’ago d’homem publico”. Relembrem que “O

¹⁵⁷⁵ Conferir **O Paiz**, Jornal, Rio de Janeiro, 7 de Fevereiro de 1916.

¹⁵⁷⁶ **A Notícia**, Jornal, João Pessoa, 1 de Novembro de 1916.

Coronel Antônio Pessoa era um dos mais poderosos chefes da situação política da Parahyba”, que “subiu por serviços, méritos e character reaes, e era incontestavelmente uma força, um poder, uma garantia distincta na nossa evolução política e moral¹⁵⁷⁷”.

Assim representado, no acontecimento de sua morte, os redatores abrem espaço para valorização da memória, dos feitos promovidos nos dias que a vitalidade heroica lhe enchia de energia para tocar os assuntos da administração pública na Paraíba. Para tanto, faz notar que “o preclaro morto soube fazer na Parahyba, os quaes se hão de fazer manter fieis a essa memória augusta, donde se tiram tantos exemplos de benemerência, de acção, de coragem, de brio, de honestidade, de valor¹⁵⁷⁸”.

É provável que esse chamamento tenha motivado certa movimentação pela Capital, como noticiou o jornal, quando “ao divulgar se a fúnebre nova, faz-se grande movimento, enchendo se a repartição dos telégraphos de amigos que se iam solidarizar à pena da illustre família Pessoa”. Tratava-se de um momento propenso a externar o respeito e admiração pelo varão da família que projetava-se como líder maior do epitacismo.

Neste caso, a movimentação também fora notada pela Assembleia do Estado. Aberta a sessão daquele dia, “na hora da apresentação de projectos, pareceres e moções, o leader da maioria noticia à casa a morte do coronel Antônio Pessoa e requer um voto de pesar na acta, que se suspenda a sessão e se telegraphie pêsames à família do finado”. Para justificar a proposta, o deputado Neiva de Figueiredo usa a tribuna e “pronuncia com muito sentimento um bello discurso”, o qual A Notícia reproduziu:

... a Parahyba fôra hoje surpreendida com a infausta dolorosa noticia de que desapartara à vida subjectiva um dos seus mais preclaros filhos, um daquelles a quem ella mais devia em inestimáveis serviços à causa publica. Toda aquellea assembleia conhecia e admirava Antônio Pessoa, cuja administração apoiara com dedicação e lealdade. De uma estirpe que se elevava pelo trabalho e pelo merecimento, dotado de uma extraordinária energia e de uma força de vontade sem par o grande extincto era um varão talhado nos moldes de Plutharco. Desde tenra idade prestara à sua terra valiosos serviços sobressahindo a todas a sua laboriosa e profícua administração de um anno na qual debellara a crise financeira e realizara beneficios aos quaes a posteridade fará justiça... o coronel Antônio Pessoa era irmão do senador Epitácio Pessoa eminente chefe do partido a que pertence a maioria da assembléa era ainda mais ligado a elle pelos vínculos de idéas e dos sentimentos do que pelo sangue. Assim, quando Antônio Pessoa exprimiu sua divisa ‘Tudo Pela Parahyba’, Epitácio respondeu com o preceito ‘Fazer à Parahyba o maior bem possível’... o pranteado morto se podem applicar os versos do grande épico lusitano, pois elle, ‘por obras valorosas se foi da lei da morte libertando¹⁵⁷⁹’.

O apelo a edificação da memória de Antônio Pessoa é assim decantado, sendo, inclusive, justificado dramaticamente pela recorrência ao clássico de Camões, *Os Lusíadas* (canto I). Pelos seus feitos, Antônio venceria a lei da morte, ganhando lugar efetivo na memória, materializada em elementos visíveis. Para o orador, que reconhece em Antônio as qualidades dos grandes homens, a vitalidade, a força e a energia dos heróis, o seu desaparecimento não seria capaz de apagar as marcas de sua vida pública, cabendo a quem pudesse ouvir, fazer justiça à sua memória ecoando por toda posteridade tais feitos.

¹⁵⁷⁷ Ibidem

¹⁵⁷⁸ Ibidem

¹⁵⁷⁹ Ibidem

Tratava-se de uma necessidade, muito provavelmente identificada pelo próprio Epitácio. Era necessário fazer ecos pela Paraíba à imagem do irmão e amigo de Epitácio Pessoa, seu líder político maior na região, que fazia “tudo pela Parahyba” num momento em que o epitacismo ganhava corpo. O reconhecimento das qualidades de Antônio difundida pelo estado era o reconhecimento das qualidades de Epitácio enquanto líder maior do grupo.

Assim, os redatores de “A Notícia” se empenharam, nos dias seguintes ao falecimento de Antônio, em difundir um conjunto de homenagens póstumas, aqui lidos, como um *primeiro ato* legítimo na tentativa de “enquadrar a memória” do preclaro paraibano morto em 31 de Outubro. Além das homenagens, encarregou-se o periódico de reproduzir a repercussão da morte do Coronel Pessoa na Paraíba e pela Capital da República. Não deixando de notar, em 4 de novembro, que ainda “perdura na sociedade parahybana a dolorosa impressão pela morte do Coronel Antônio Pessoa”. Um sentimento que perdurava, “como no primeiro momento da triste surpresa, a falta e a saudade profunda que deixou aquele patricio”.

Entre os Paraibanos enlutados, estava Epitácio Pessoa, cujo telegrama de pesar, faz-se circular publicamente externando a perda do irmão. Nele, externa: “Na impossibilidade physica e moral em que me acho, de responder individualmente a todos quanto da capital e do interior me manifestaram sua sympathia neste amargo transe”. Conclui, “peço torne publico por todos os jornaes meu sincero reconhecimento a cada um por esse movimento de solidariedade dos meus conterrâneos em tão dolorosa emergência. Guardarei a mais agradecida lembrança¹⁵⁸⁰”.

Na mesma matéria, o jornal publicou os telegramas recebidos de várias localidades do Estado, de lideranças políticas e personalidades as mais diversas prestando condolências, pedindo, muitos deles, que tornassem publica suas manifestações. Até mesmo o *Diário do Estado*, órgão da oposição Walfredista e que fizera críticas ferrenhas ao governo de Antônio Pessoa, publica nota de pesar endereçada à família Pessoa. A nota, estampada em sua página de honra, a edição seguinte ao dia de sua morte dedicou artigo destacando, eloquentemente, as qualidades do Coronel Pessoa.

Na nota, diz os redatores do *Diário*:

A infausta noticia do seu transpasse, que começou a circular na cidade às primeiras horas do dia, causou surpresa e pesar... De mais, dizia-se que o saudoso patricio, recolhido ultimamente, ao remanso de sua fazenda e a paz dos seus honrados afazeres, vinha logrando melhorias na sua saúde, quase refeito das energias perdidas noutras lidas¹⁵⁸¹.

Os redatores do Diario deixam entender, ao final da nota, que a surpresa da morte adveio justamente no momento em que se tinha a impressão de o Coronel achava-se em estágio de recuperação de suas energias, muitas delas perdida em outras lidas, notoriamente, na lida política. Apesar de reconhecerem a honradez da folha opositora, a situação política e os próprios redatores da Notícia também viram na nota uma manobra afeita ao complexo jogo de representações que a ocasião envolvia. Sobre a ela, comentaram os redatores de A Notícia:

Foram as palavras mais insuspeitas, lisougeiras e eloquentes do dia em honra do egrégio morto. A veemente opposição que o Diario fizera ao governo do Coronel Pessoa e à sua acção Política parava com heroísmo e dignidade após a luta onde os adversários haviam apurado o quilate daquela tempera, o character, a intelligência, os serviços e o patriotismo do lidador. Realmente, a um nullo não se combate, e com attenção, com ebergia, com intensidade, só as coisas e as individualidades de peso se atacam. A

¹⁵⁸⁰ **A Notícia**, Jornal, João Pessoa, 4 de Novembro de 1916.

¹⁵⁸¹ **Diário do estado**, jornal, João Pessoa, 2 de Novembro de 1916.

homenagem do Diário do Estado, que honra pelos seus largos termos de gentileza e de justiça a cultura moral da Parahyba, foi um conforto à consciência dos amigos do Coronel Pessoa e um lenitivo a dôr delles no transe dessa perda irreparável¹⁵⁸².

Portanto, começando pela imprensa, a Parahyba do período assistiu a uma intensa movimentação por parte do grupo político de Umbuzeiro e da própria família Pessoa na defesa e honra da memória do Coronel Pessoa. Embrenharam-se, para tanto, numa verdadeira “luta de memórias” cujo enquadramento deveria resistir ao tempo, ecoar pela posteridade. Essa movimentação encontrou momento ápice nas décadas seguintes, de maneira especial na década de 1930 num contexto em que a tradição familiar Pessoa e o próprio epitacismo entrava em declínio, sendo substituído pelo americanismo.

A nível local, por exemplo, a década de 1930 marca o retorno da família Pessoa, especialmente do grupo de Umbuzeiro, ao cenário político. Em 1936, um dos filhos do Coronel Pessoa assume a prefeitura de Umbuzeiro e passa a promover um autêntico movimento de “enquadramento da memória¹⁵⁸³” de seu grupo familiar, começando pelo seu pai, o Coronel Pessoa. Utilizando-se das páginas do jornal *Imprensa*, a memória editada estava atrelada a um conjunto de reformas urbanas pelas quais passou a cidade de Umbuzeiro nesse período. Uma memória grupal em que *o Progresso e desenvolvimento local estaria atrelado a tradição familiar Pessoa*, ganhava forma pelas matérias da *Imprensa*.

É o que podemos perceber, por exemplo, em 1938. Era uma terça-feira, quando a imprensa noticia sobre “O próximo aniversário da morte do Cel. Antônio Pessoa – o resgate de uma dívida que se impunha”. Nessa matéria, *a Imprensa* expõe as homenagens feitas em memória do falecimento do Cel. Antônio Pessoa. Na matéria, o redator diz que as gerações futuras deveriam lembrar dos feitos desse político local de expressão estadual, “pois, o benefício que se realiza, não é somente para uma geração, mas, sucessivamente, para todas as gerações que participam daquela benevolência. Umbuzeiro de hoje, como Umbuzeiro do futuro, viverá sempre da gloriosa tradição deixada pelo inolvidável pranteado dia 31 de outubro”, que “em vida foi um perfeito protótipo de virtudes cívicas e morais”. Esses “benefícios” seriam estendidos aos habitantes daquela região¹⁵⁸⁴.

Argumentando, diz o redator, “o que estamos fruindo de paz, harmonia e progresso, é de certo, o reflexo benéfico d’aquela grande alma, reflexo que não somente transmitiu aos seus descendentes, mas também, à toda esta gente umbuzeirense e agora, unidos, filhos e conterrâneos, procuram honrar a memória sagrada do seu inesquecível benfeitor.” As homenagens de que fala a notícia foram as festividades de inauguração do “busto-herma” do memorável Cel. Antônio Pessoa, lembrado naquela ocasião com “profundo reconhecimento e saudade”. O busto foi colocado em “uma das mais lindas praças da cidade, em frente ao Grupo Escolar que tem o nome do homenageado”. Trata-se de uma homenagem em que estava em jogo o reconhecimento de uma “dívida que se impunha ao povo desta terra¹⁵⁸⁵”.

Tratou-se de uma grande festa, noticiada em toda Paraíba. O jornalista Hortêncio Ribeiro, ao dedicar algumas páginas de seu “Vultos e Fatos” ao Coronel Epitácio Pessoa, narra em 1932 a movimentação em torno dessa comemoração em Umbuzeiro. Sobre Antônio Pessoa, diz Hortêncio, “não tenho lembrança de me haver defrontado com fisionomia humana mais dominante. Tudo em Antônio Pessoa parece que concorria para o diferenciar

¹⁵⁸² **A Notícia**, Jornal, João Pessoa, 4 de Novembro de 1916.

¹⁵⁸³ Ver POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Memória 3. Rio de Janeiro: Edições Vértice, 1989.

¹⁵⁸⁴ Dez anos após a morte do Cel., ou seja, em 1927 a 13 de Maio de 1927, João Evangelista Pereira funda a “Sociedade Musical” que se denominou “Filarmônica Cel. Antônio Pessoa”, posteriormente chamada “22 de Novembro. Uma forma de homenagear o “benfeitor” Coronel Pessoa. Conferir Andrade (1984, p. 40).

¹⁵⁸⁵ **Leia na Imprensa**, Jornal. João Pessoa, terça-feira, 30 de Agosto de 1938. P. 6.

do conjunto medíocre em que ele aparecia: desde a sua estatura varonil, até as maneiras precisas e podenradas do seu falar”. Relembra que “o penetrante refulgir dos seus olhos de homem de caráter, insubmisso diante das opressões e desmandos da força, partisse de onde partisse a violência, a sua intrepidez fácil, o destemor de suas ações” faziam-no merecedor de todas homenagens, a altura do monumento que lhe seria erigido em referência aos 16 anos de sua morte.

A despeito dessa festividade, nos agrada a análise de Nora (1984) sobre os “lugares de memória” a indicar o interesse pelo processo de construção da memória nacional sob a edificação desses “lugares” que tem a função de “deter o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento¹⁵⁸⁶” fixando um estado de coisas. Portadores de história, trata-se de lugares referentes. Indicativos de um passado, são igualmente formas simbólicas de identificação coletiva, resistentes ao esquecimento. Logo, a praça, o busto herma simbolizam “lugares” edificadas com a pretensão de tornar presente essa memória, ou seja, trata-se uma memória que não se queria apagar. E se os lugares de memória eram produzidos em torno da imagem de Antônio Pessoa o seu herdeiro direto não poderia ficar de fora.

Nesse contexto, matérias como essas tenham ganhado espessura nas páginas da “A Imprensa” no espaço sobre as “Notícias do Interior” em que Umbuzeiro, seus distritos e povoados, a partir de 1936, aparecem em sintonia com pretensão progresso material, ligado, indiscutivelmente a essa herança política. Nelas, Umbuzeiro surge como uma próspera cidade que cresce em face dos feitos e esforço do poder público municipal.

Das considerações Finais...

Em 1930, quando a aliança Liberal articula esforços para edificação da memória de ex-presidente João Pessoa, morto em Recife, os membros da família Pessoa em Umbuzeiro já empreendiam uma verdadeira luta para solidificar e fazer guardar a memória do Coronel Pessoa, filho de Umbuzeiro e que entre as décadas de 1900 e 1910, projetava-se como uma grande liderança local e regional. Tratava-se de um autêntico líder do epitacismo que começava a ganhar forma naquele período.

Tal constatação nos leva a crer que todo movimento levado a efeito, primeiramente na imprensa paraibana, para fazer (re)memorar e editar a imagem do Coronel Pessoa logo após a sua morte, atendia a um chamamento, qual seja, imprimir sobre o prestigiado membro da família, responsável direto pela criação e defesa da tradição familiar Pessoa na região, as marcas que o qualificariam na memória dos paraibanos como um autêntico líder e um exímio administrador.

Cabe lembrar que Antônio Pessoa morreu num momento ápice da projeção da Oligarquia epitacista, o que legitimava todo esforço em fazer com que tal evento fosse marcado por um forte jogo de representações, noticiado pela imprensa, onde se destacou as qualidades do *ilustre paraibano*. Uma “memória enquadrada”, materializada em *vários lugares* edificadas pela Paraíba, em especial na cidade de Umbuzeiro, criados estrategicamente pelos membros da família entre as décadas de 1920 e 1930, para reter o tempo, guardar a memória e reforçar a tradição familiar que pertencia o Cel.

Por fim, a análise de morte de Antônio Pessoa nos abre precedentes para uma breve reflexão sobre o acaso na história. Pois, uma das perguntas que poderia ser feita era, e se por acaso Antônio Pessoa não tivesse morrido tragicamente em 1916? Teríamos tido, no cenário político paraibano da década de 1920, outros personagens comandando a cena de mando? Pois, naquele momento, para além do trágico episódio, estava em jogo a ascensão de um grupo político. E, ao sabor da interpretação e da imaginação histórica, os desfechos dos episódios que levaram o grupo epitacista ao poder nesse momento, podem ter ficado suspenso a certo se: pois, ao que nos indica a leitura acerca da projeção pessoal e política de Antônio Pessoa, teria ele, um forte peso nas decisões tomadas no interior do partido e do grupo político chefiado por Epitácio na Paraíba.

¹⁵⁸⁶ Veja, NORA. P. **Les Lieux de mémoire**. La République. Paris: Galimard, 1984, p. XXXII

Mas será que o acaso exerce papel determinante nas tomadas de curso temporal da história? Dito noutros termos, existe o acaso na história? Eis aí um exercício que pode ser experimentado em torno de uma leitura dramática sobre os incidentes da estrada, ou sobre os destinos individuais de cada ser humano.

“UM ÓRGÃO DE PROPAGANDA DE IDEOLOGIA VERMELHA?...” OPOSIÇÕES E REAÇÕES DA CASA LEGISLATIVA DE PALMARES/PE AO MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR EM MEADOS DA DÉCADA DE 1960

*Laudyslaine Natali Silvestre de Moura*¹⁵⁸⁷

laudys_natali@hotmail.com

*Gustavo Ferreira da Silva*¹⁵⁸⁸

andreferreiraufpe@gmail.com

Resumo: Este trabalho trata das oposições e reações a uma experiência pedagógica ocorrida no início dos anos 1960 no interior de Pernambuco, mais especificamente na cidade de Palmares. Partimos da seguinte questão: qual o contexto de interiorização das práticas de educação popular, quais os atores políticos envolvidos e quais as oposições e reações às iniciativas do Movimento de Cultura Popular (MCP) na cidade de Palmares em meados da década de 1960? Metodologicamente, nos propomos ao estudo da História da Educação na perspectiva dos Movimentos Sociais, para tanto, utilizamos fontes documentais e entrevistas com atores que fizeram parte desse processo. Percebemos que a Casa Legislativa de Palmares se opunha às ações do MCP, que junto ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) travava lutas por melhores condições de trabalho para os homens do campo. Os jogos políticos de interesse na Câmara de Vereadores tinham estreitas ligações com os ideais da oligarquia canavieira. A reação ao MCP se deu quando eclode o Golpe Militar, e se efetua na cassação do mandato do Vice-Prefeito de Palmares. Destarte, o Presidente da Câmara, aliado aos usineiros assume a Prefeitura interinamente.

Palavras-Chave: Movimento de Cultura Popular; Palmares; Casa Legislativa.

Introdução

Na década de 1960 o ideário de alfabetizar jovens e adultos estava percorrendo todo o Nordeste brasileiro. Entre as expressões desse momento, destacam-se em Pernambuco o Movimento de Cultura Popular, e no Rio Grande do Norte o Movimento De Pé no Chão também se Aprende a Ler. Nosso enfoque será no primeiro movimento que objetivava, entre outras coisas, elevar o nível material e cultural do povo por meio da educação.

Entendemos que o MCP não se esgota no Populismo, sendo também uma expressão da crença das classes médias urbanas no esforço de organização política das camadas populares. Percebemos, através desse movimento uma força aglutinadora da ideia de conscientização das massas e de cultura popular, que uniu homens e mulheres, operários e intelectuais, professores e estudantes, em torno de um impreciso, porém grandioso, projeto de povo e nação.

E não bastasse a atuação do MCP em Recife, era necessário interiorizar o movimento para as regiões que rodeavam a capital. A interiorização do MCP para a Mata Sul de Pernambuco, se deu especificamente para a cidade de Palmares, e teve a forte participação

¹⁵⁸⁷ Mestranda em Educação - UFPE

¹⁵⁸⁸ Doutor em Educação - UFPE

de Miguel Arraes¹⁵⁸⁹, assim como, de lideranças do Partido Comunista Brasileiro. Nomeadamente, as questões que nos instigam são: qual o contexto de interiorização das práticas de educação popular, quais os atores políticos envolvidos e quais as oposições e reações às iniciativas do MCP na cidade de Palmares em meados da década de 1960?

Metodologicamente nos propomos ao estudo da História da Educação na perspectiva dos Movimentos Sociais. Para tanto, as fontes documentais e as entrevistas com atores ligados a organização sindical e popular possibilitaram a ampliação do leque de informações sobre a realidade sociopolítica da cidade de Palmares no corte cronológico da pesquisa.

Em cujo desenvolvimento, inicialmente, apresentará os aspectos característicos da interiorização do MCP para Palmares, destacando a mesma enquanto uma cidade de tensões entre usineiros e trabalhadores rurais; depois abordará as oposições e reações da Casa Legislativa de Palmares ao MCP; e por fim, a configuração do MCP enquanto um órgão de propaganda de ideologia vermelha.

A interiorização do Movimento de Cultura Popular

O Movimento de Cultura Popular foi criado em 1960, na gestão de Miguel Arraes, pela Prefeitura do Recife. O Movimento se desenvolveu através da educação e da cultura, com vistas à emancipação do povo, “existia lá uma coisa que nos unia era o propósito da educação... e da cultura. Esse propósito da educação estava acima de tudo, de qualquer ideologia”¹⁵⁹⁰.

O MCP pretendia educar crianças, adolescentes, jovens e adultos, por meio da rádio, do cinema, do teatro, da dança, das artes plásticas, da literatura. Vale ressaltar, portanto, a contribuição da união entre Educação e Cultura. “*Em su acepción más amplia, cultura nos remite a la idea de una forma que caracteriza al modo de vida de una comunidad em su dimensión global, totalizante*”¹⁵⁹¹. Ou seja, Cultura é tudo aquilo que faz parte do modo de vida de uma comunidade. Dessa forma, o trabalho educativo junto à cultura, se torna dinâmico e prazeroso para o povo.

Em 19 de setembro de 1961, é registrado em Cartório, o Estatuto do Movimento de Cultura Popular, através do Protocolo nº 22.012, cujo presidente era Germano de Vasconcelos Coelho. O Capítulo I – Denominação, Fins e Sede, explicitava que: “Sob a denominação de Movimento de Cultura Popular fica fundada e constituída uma sociedade civil, brasileira, de finalidade educativa e cultural, número ilimitado de sócios, duração indeterminada”¹⁵⁹².

Diante disso, os objetivos do MCP eram:

Promover e incentivar, com a ajuda de particulares e dos poderes públicos, a educação de crianças e adultos; atender ao objetivo fundamental da educação que é o de desenvolver plenamente todas as virtualidades do ser humano, através da educação integral; proporcionar a

¹⁵⁸⁹Miguel Arraes de Alencar foi Prefeito do Recife entre 1960 e 1962. Ainda neste último ano, concorreu ao Governo do Estado de Pernambuco e foi eleito pelo Partido Social Trabalhista (PST), apoiado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e setores do Partido Social Democrático (PSD). Derrotando o outro candidato que era representante das oligarquias canavieiras de Pernambuco, o senhor João Cleofas da União Democrática Nacional (UDN). No governo do Estado Arraes impôs aos usineiros e donos de engenho da Zona da Mata a aplicarem o Acordo do Campo, estendendo o salário mínimo aos trabalhadores rurais. Assim como, apoiou a criação de sindicatos, de associações comunitárias e às ligas camponesas.

¹⁵⁹⁰HORA, Abelardo Germano da. **Abelardo Germano da Hora**: depoimento [out.2010]. Entrevistadores: A. Santos, C. Farias, J. Silva e A. Silva. Recife: PE, 2010. MP3. Entrevista concedida ao Programa Institucional de Iniciação Científica “Paulo Freire, a UFPE e o Movimento de Educação Popular”.

¹⁵⁹¹COELHO. T. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. São Paulo Iluminuras, 1997, p. 54.

¹⁵⁹²PERNAMBUCO. **Estatuto do MCP**. Disponível em <http://forumeja.org.br/doc.mcp>

elevação do nível cultural do povo, preparando-o para a vida e para o trabalho; colaborar para a melhoria do nível material do povo, através da educação especializada; e formar quadros destinados a interpretar, sistematizar e transmitir os múltiplos aspectos da cultura popular¹⁵⁹³.

Os objetivos foram desenvolvidos pensando no povo, na emancipação do povo. Sujeitos emancipados e críticos são capazes de lutar pelos seus direitos, pois se reconhecem enquanto seres pertencentes a um determinado contexto e compreendem a necessidade de mudança. As atividades eram realizadas em igrejas, bibliotecas, centros de cultura, museus, entre outros espaços.

O MCP com suas ideias e objetivos vai ser estendido ao interior. A interiorização do movimento vai se efetivar com a chegada de Miguel Arraes ao Governo do Estado de Pernambuco, em 1962. Tendo sido criado segundo Iêda Farias¹⁵⁹⁴ dois núcleos, um em Palmares e outro em Barreiros, sendo ela uma das professoras que coordenou a formação das equipes de monitores.

E aí foi justamente quando Arraes se elegeu governador, pediu afastamento da prefeitura e se elegeu a governador, se eu não me engano foi em sessenta e dois, e ele só... só governou um no e três meses, assumiu em sessenta e três. Pronto, quando ele assumiu em sessenta e três, a intenção dele era estender esse projeto (MCP) a todo o Estado. Aí Germano passou a ser o Secretário de Educação e criou inicialmente dois núcleos, um em Palmares e outro em Barreiros... Iara (Brayner) era a responsável, a coordenadora de Palmares e eu a de Barreiros¹⁵⁹⁵.

O registro sobre a interiorização das ações do MCP em Pernambuco está registrado no Diário de Pernambuco, de março de 1962, que na matéria “Escolas do M.C.P. também no interior” noticia:

Vinte e quatro escolas radiofônicas, destinadas à alfabetização e educação de base de adultos, foram instaladas, pelo Movimento de Cultura Popular, em Palmares, através de convênio firmado entre aquele organismo da Prefeitura do Recife e o prefeito Luís Portela. As entidades de ensino foram inauguradas e já estão em pleno funcionamento. Esta semana, o MCP enviou duas professoras àquela cidade, com o objetivo de formar as equipes de monitores que se encarregarão das turmas. As aulas serão transmitidas pela Rádio Clube de Pernambuco, como ocorre, também, nos 150 estabelecimentos que o MCP instalou no Recife¹⁵⁹⁶.

¹⁵⁹³PERNAMBUCO. **Memorial do MCP**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1986. (Coleção Recife – Vol. XLIX). p. 196.

¹⁵⁹⁴FARIAS, Iêda Luzia Brayner de. Iêda Luzia Brayner de Farias: depoimento [jul.2010]. Entrevistadores: C. Farias e A. Silva. Recife: PE, 2010. MP3. Entrevista concedida ao Programa Institucional de Iniciação Científica “A divergência ao ideário pedagógico de Paulo Freire, na década de 1970, no Recife”.

¹⁵⁹⁵FARIAS, Iêda Luzia Brayner de. Iêda Luzia Brayner de Farias: depoimento [jul.2010]. Entrevistadores: C. Farias e A. Silva. Recife: PE, 2010. MP3. Entrevista concedida ao Programa Institucional de Iniciação Científica “A divergência ao ideário pedagógico de Paulo Freire, na década de 1970, no Recife”.

¹⁵⁹⁶PERNAMBUCO. Jornal **Diário de Pernambuco**, 1962.

Esta notícia nos mostra a importância da interiorização das ações de Educação Popular para além da capital Recife. Fato de grande importância para a cidade de Palmares, que nesse momento vivenciava um período de forte tensão social e política.

Em termos de contexto sociocultural, Palmares tinha o cognome de “Atenas Pernambucana”, e a alcunha de “Terra dos Poetas”, sua representação como solo de literatos não é decorrente apenas do sucesso adquirido por intelectuais como Ascenso Ferreira, Hermilo Borba Filho e muitos outros, mas por um legado de práticas promovidas no ambiente de cultura letrada, formado desde o Séc. XIX, e que tem no Club Literário de Palmares seu mais significativo emblema¹⁵⁹⁷. Esses atores letrados gozavam de grande reconhecimento e prestígio diante da sociedade palmarenses, e se posicionavam politicamente mais próximos aos projetos da oligarquia canavieira.

A cidade também se demarcava enquanto sede de usinas, pois era rodeada de engenhos e terras propícias ao cultivo de cana-de-açúcar, assim como, era entreposto de locomotivas, gozando de peculiar dinâmica econômica. Todavia, havia um atraso na oferta de escolarização do povo do campo, pois as promessas de expansão da rede escolar para o campo, estabelecidas desde os anos 1948 e 1950, onde os Jornais A Notícia¹⁵⁹⁸ e O Vigilante¹⁵⁹⁹ apresentam uma montagem do sistema de educação em Palmares, deixou a desejar.

Politicamente a região efervescia, demarcada pela tensão entre usineiros e trabalhadores rurais. Os primeiros detinham grande poder político, e os segundos não tinham seus direitos trabalhistas consolidados e precisavam, portanto, lutar por esses direitos. “Mas eu ouvi falar, e aconteceu na Usina Estreliana, o cara mandou fuzilar treze trabalhadores porque foi cobrar o décimo terceiro salário...”¹⁶⁰⁰. Essas situações sempre ocorriam pela região, “os senhores de engenho passaram a fazer terrorismo nas Usinas”¹⁶⁰¹. A violência era usada para reprimir e manter os trabalhadores rurais indefesos.

É neste contexto de fragilidade da educação ofertada para as populações rurais e da exploração dos trabalhadores rurais pelos usineiros que podemos situar a interiorização das ações do MCP. Destarte, o principal mote da atuação dos movimentos sociais na Mata Sul de Pernambuco em meados da década de 1960 era a defesa dos direitos do trabalhador. Neste sentido, duas importantes ações foram encaminhadas no campo da Educação Popular: o Movimento de Educação de Base (MEB) e o Movimento de Cultura Popular de Recife. Salientamos que neste trabalho nos deteremos à atuação do MCP, e às oposições e reações da Casa Legislativa de Palmares a esse movimento.

Ações do Movimento de Cultura Popular em Palmares/PE

A atuação do MCP se deu na cidade de Palmares junto ao Partido Comunista Brasileiro. O papel do PCB era contribuir, através das lutas, com a elevação da consciência de classe. “A nossa luta era ganhar a consciência do povo, pra mudar o sistema”¹⁶⁰². Ou seja, possibilitava

¹⁵⁹⁷ CARVALHO, Vilmar Antônio. **Escritos**: História, literatura e cultura letrada. São Paulo, Scortecci, 2008.

¹⁵⁹⁸ PERNAMBUCO. Jornal **A Notícia**, 1948 e 1950.

¹⁵⁹⁹ PERNAMBUCO. Jornal **O Vigilante**, 1948.

¹⁶⁰⁰SILVA, Manuel Antônio da. Manuel Antônio da Silva: depoimento [mar.2013]. Entrevistadores: A. Silva, A. Santos e L. Moura. Palmares: PE, 2013. Entrevista concedida ao Programa Institucional de Iniciação Científica “O MCP e a Educação Popular na Mata Sul de Pernambuco”. Entrevistado: Manuel Antônio da Silva - Trabalhou no Barracão do Engenho Esperança (Palmares).

¹⁶⁰¹FERREIRA, Eptácio Afonso. Eptácio Afonso Ferreira: depoimento [mar.2013]. Entrevistadores: A. Silva, A. Santos e L. Moura. Joaquim Nabuco: PE, 2013. Entrevista concedida ao Programa Institucional de Iniciação Científica “O MCP e a Educação Popular na Mata Sul de Pernambuco”. Entrevistado: Eptácio Afonso Ferreira - Ex-secretário do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

¹⁶⁰²FERREIRA, Eptácio Afonso. Eptácio Afonso Ferreira: depoimento [mar.2013]. Entrevistadores: A. Silva, A. Santos e L. Moura. Joaquim Nabuco: PE, 2013. Entrevista concedida ao Programa Institucional de Iniciação Científica “O MCP e a Educação Popular na Mata Sul de Pernambuco”. Entrevistado: Eptácio Afonso Ferreira - Ex-secretário do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

aos trabalhadores refletirem sobre seus direitos, para lutar pelos mesmos. Para isso, era necessário “Chegar no engenho e reunir os trabalhadores, dizer o que era, mostrava a situação que o povo tava e que precisa mudar, e precisava que eles aceitassem”¹⁶⁰³.

Lideranças como “Capivara”, “Ventania” e Gregório Bezerra - este último era “o comunista falado do Brasil”¹⁶⁰⁴- exerciam forte influência nos Sindicatos. Junto aos quais articulavam as ações do MCP na região.

A gente queria o seguinte: a gente queria, o Sindicato, queria criar Sindicatos, se a gente tem um Sindicato, não vamos brigar contra o governo não, queremos respeito, tá na lei, nós vamos nos organizar. Então a luta era que o senhor de engenho não queria pagar, não queria respeitar a instituição, a Legislação¹⁶⁰⁵.

Destarte, Gregório Bezerra cria o Sindicato Rural de Palmares. “Foi o maior Sindicato criado aqui na região, em toda área rural... era o presidente do Sindicato de Palmares, José Eduardo”¹⁶⁰⁶. Quando tinha reunião sob a liderança de Arraes e Gregório Bezerra, os trabalhadores rurais iam para cidade. “Quando tinha reunião... vinha todo mundo de engenho... vinha tudo... Arraes, Gregório Bezerra... tinha uma grande liderança e vinham mesmo”¹⁶⁰⁷.

Os trabalhadores acreditavam que esses sujeitos podiam os ajudar, porque viam eles engajados na luta pela defesa das massas, logo, dos trabalhadores do campo. “Fizeram reunião naquele Sindicato, que fechava a rua todinha. Fechava de gente, da reunião tão grande que era”¹⁶⁰⁸. Nas reuniões realizadas pelo Sindicato eram discutidos:

Os benefícios que o Sindicato tinha de cumprir com o povo. E o povo a obrigação que tinha com o Sindicato, eles explicavam tudinho, indicando para o povo aprender a ler, ensinar os meninos a ler, que não sabiam de nada porque não tinham leitura nenhuma, impressando para botar escolas nos engenhos, para a meninada dos trabalhadores estudar, que antigamente vários cantos não tinha. Era algum canto que tinha escola¹⁶⁰⁹.

¹⁶⁰³FERREIRA, Epitácio Afonso. Epitácio Afonso Ferreira: depoimento [mar.2013]. Entrevistadores: A. Silva, A. Santos e L. Moura. Joaquim Nabuco: PE, 2013. Entrevista concedida ao Programa Institucional de Iniciação Científica “O MCP e a Educação Popular na Mata Sul de Pernambuco”. Entrevistado: Epitácio Afonso Ferreira - Ex-secretário do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

¹⁶⁰⁴LIMA, Manuel Marques da Silva. Manuel Marques da Silva Lima: depoimento [nov.2014]. Entrevistadores: L. Moura. Palmares: PE, 2014. Entrevistado: Manuel Marques da Silva Lima - Ex-trabalhador rural sócio do Sindicato Rural da Mata Sul.

¹⁶⁰⁵FERREIRA, Epitácio Afonso. Epitácio Afonso Ferreira: depoimento [mar.2013]. Entrevistadores: A. Silva, A. Santos e L. Moura. Joaquim Nabuco: PE, 2013. Entrevista concedida ao Programa Institucional de Iniciação Científica “O MCP e a Educação Popular na Mata Sul de Pernambuco”. Entrevistado: Epitácio Afonso Ferreira - Ex-secretário do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

¹⁶⁰⁶FERREIRA, Epitácio Afonso. Epitácio Afonso Ferreira: depoimento [mar.2013]. Entrevistadores: A. Silva, A. Santos e L. Moura. Joaquim Nabuco: PE, 2013. Entrevista concedida ao Programa Institucional de Iniciação Científica “O MCP e a Educação Popular na Mata Sul de Pernambuco”. Entrevistado: Epitácio Afonso Ferreira - Ex-secretário do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

¹⁶⁰⁷SILVA, Manuel Antônio da. Manuel Antônio da Silva: depoimento [mar.2013]. Entrevistadores: A. Silva, A. Santos e L. Moura. Palmares: PE, 2013. Entrevista concedida ao Programa Institucional de Iniciação Científica “O MCP e a Educação Popular na Mata Sul de Pernambuco”. Entrevistado: Manuel Antônio da Silva - Trabalhou no Barracão do Engenho Esperança (Palmares).

¹⁶⁰⁸LIMA, Manuel Marques da Silva. Manuel Marques da Silva Lima: depoimento [nov.2014]. Entrevistadores: L. Moura. Palmares: PE, 2014. Entrevistado: Manuel Marques da Silva Lima - Ex-trabalhador rural sócio do Sindicato Rural da Mata Sul.

¹⁶⁰⁹LIMA, Manuel Marques da Silva. Manuel Marques da Silva Lima: depoimento [nov.2014]. Entrevistadores: L. Moura. Palmares: PE, 2014. Entrevistado: Manuel Marques da Silva Lima - Ex-trabalhador rural sócio do Sindicato Rural da Mata Sul.

O Sindicato Rural da cidade de Palmares, liderado por Gregório Bezerra, exercia grande influência entre os trabalhadores rurais da região, e contava com cerca de mais de vinte e cinco mil sócios:

com Gregório a gente se reunia lá na sede. Uma vez por semana, a gente se encontrava, eu ficava em Jaboatão e ele por aqui. Ele criou aqui o Sindicato de Palmares, o Sindicato Rural... vinte e cinco mil sócios. Então, era Palmares, Água Preta, Gameleira, Ribeirão, ...o presidente era José Eduardo¹⁶¹⁰.

Os trabalhadores estavam realmente imbricados nesse processo de luta por seus direitos, não querendo aceitar o que lhes era imposto de forma inadequada pelos usineiros. As lutas em defesa de direitos trabalhistas eram fortes nessa região. Os homens do campo passam a entender que não podem ser explorados pelos usineiros e passam a unir forças para ter seus direitos trabalhistas respeitados e consolidados. Neste sentido, a tendência era que o Sindicato Rural de Palmares crescesse cada vez mais.

Nos Sindicatos:

eles avisavam, que tinha que pagar, porque qualquer questão o Sindicato tem advogado, tem como lutar na justiça a bem daquele trabalhador que está precisado daquilo. Aí, eu toda vida gostei de andar certo, pagava. Se acontecesse qualquer dúvida, eu, como diz a história do caboclo, tinha padrinho¹⁶¹¹.

O MCP vai exercendo suas atividades na Mata Sul, e no que diz respeito à educação:

Olhe, aí o teve Movimento de Cultura Popular. Então, vamos educar o povo, sobre o método Paulo Freire. ... isso foi que deu possibilidade de eleger Miguel Arraes governador, foi o Movimento de Cultura Popular... andava-se catando, convencendo as pessoas prá se educar sob o Método Paulo Freire. Porque é prático e a pessoa não fica doutor, mas aprende a assinar o nome. ... então, vamos conhecer a cana, prá depois aprender como se escreve cana¹⁶¹².

Andava-se procurando e convencendo as pessoas para se educar sob o Método Paulo Freire. Não iria se tornar um doutor, mas aprenderia assinar o nome. Educação e cultura juntas para levar conhecimentos ao povo e junto com eles, construir saberes. Uma educação que além de alfabetizar, trabalhando leitura e escrita, através de um diálogo constante, fazia nascer nesses sujeitos à consciência crítica do seu lugar no mundo. E com isso, humaniza-os e liberta-os, tornando-os sujeitos conscientes de seus direitos e protagonistas na luta por eles.

¹⁶¹⁰FERREIRA, Eptácio Afonso. Eptácio Afonso Ferreira: depoimento [mar.2013]. Entrevistadores: A. Silva, A. Santos e L. Moura. Joaquim Nabuco: PE, 2013. Entrevista concedida ao Programa Institucional de Iniciação Científica "O MCP e a Educação Popular na Mata Sul de Pernambuco". Entrevistado: Eptácio Afonso Ferreira - Ex-secretário do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

¹⁶¹¹LIMA, Manuel Marques da Silva. Manuel Marques da Silva Lima: depoimento [nov.2014]. Entrevistadores: L. Moura. Palmares: PE, 2014. Entrevistado: Manuel Marques da Silva Lima - Ex-trabalhador rural sócio do Sindicato Rural da Mata Sul.

¹⁶¹²FERREIRA, Eptácio Afonso. Eptácio Afonso Ferreira: depoimento [mar.2013]. Entrevistadores: A. Silva, A. Santos e L. Moura. Joaquim Nabuco: PE, 2013. Entrevista concedida ao Programa Institucional de Iniciação Científica "O MCP e a Educação Popular na Mata Sul de Pernambuco". Entrevistado: Eptácio Afonso Ferreira - Ex-secretário do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

O Movimento de Cultura Popular, por sua vez, não era bem visto por todos, existiam oposições e reações ao movimento que vão ficar claras no ano de 1964. Em Palmares, antes do Golpe, algumas reuniões aconteceram na Câmara de Vereadores, justamente pelo temor do que poderia acontecer.

As oposições e reações da Casa Legislativa de Palmares/PE

Na Sétima reunião da primeira Sessão Extraordinária, percebemos que já existia um receio sobre as reformas que poderiam ser feitas no país, e também, no Estado de Pernambuco:

O Governador Miguel Arraes poderá a qualquer momento dar início a uma verdadeira reforma agrária no Estado, contando já para isso com uma lei aprovada em Assembleia Legislativa que autoriza o Poder Executivo a adquirir terras contíguas e paralelas as estradas pavimentadas inicialmente numa largura de 500 metros para cada lado. O projeto foi de autoria do ex-deputado Luís Portela de Carvalho¹⁶¹³.

Tanto os usineiros, quanto os grandes proprietários de terras temiam as reformas que o Presidente João Goulart e o Governador Miguel Arraes iriam fazer, justamente porque possivelmente poderiam perder terras. E as pressões do Sindicato Rural de Palmares, representavam uma forte ameaça à estabilidade dessas forças econômicas. As leis explicitam que:

Art. 1º Parágrafo Único – No critério para a aquisição das referidas terras, darse-á preferência: a) terras que pertencem a grandes proprietários; b) áreas férteis; c) áreas que não estejam cultivadas com lavouras referidas nesta lei.
Art. 2º - As terras a que se refere a presente lei serão revendidas a pequenos colonos agricultores de lavouras alimentares, exceto cana-de-açúcar pelo preço de custo à prazo e a vista, até 5 anos, com entrada inicial de 20% do total, em lotes de 3 a 5 hectares. Parágrafo Único – Não será permitida a alienação do contrato durante o prazo de cinco anos¹⁶¹⁴.

As leis iriam possibilitar uma melhor reorganização da distribuição de terras na Mata Sul. A Reforma Agrária faria parte de mudanças na estrutura do País, dos Estados e dos Municípios. De um lado, as leis, seriam interessantes para os agricultores que poderiam ter seu pedaço de terra para plantar suas lavouras. Por outro lado, não eram bem vistas pelos senhores de terras, pois, os mesmos “perderiam”, além de um pedaço de sua terra, mão de obra para trabalhar nela. A elite política, por sua vez:

fazia tempo vinha preocupada com o crescimento da oposição dos trabalhadores no campo definindo sua posição. Entre proprietários rurais, comerciantes, intelectuais e donos de banco, destacam-se o ex prefeito de Palmares Dr. Pedro Afonso de Medeiros dono do (Banco de

¹⁶¹³PALMARES. Câmara Municipal dos Palmares. Ata sétima reunião da primeira sessão extraordinária da Câmara de Vereadores realizada no dia 06 de março de 1964. Livro de atas Nº 08, 1964. In SILVA, Alexandre Junior de Lima.; SILVA, Maria de Jesus Tavares da.; SOBRINHO, Paulo Boanerges de Oliveira. **Palmares (1954):** Uma releitura historiográfica. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de História da Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul (FAMASUL), 2008, p. 9.

¹⁶¹⁴PALMARES. Câmara Municipal dos Palmares. Ata sétima reunião da primeira sessão extraordinária da Câmara de Vereadores realizada no dia 06 de março de 1964. Livro de atas Nº 08, 1964. In SILVA, Alexandre Junior de Lima.; SILVA, Maria de Jesus Tavares da.; SOBRINHO, Paulo Boanerges de Oliveira. **Palmares (1954):** Uma releitura historiográfica. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de História da Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul (FAMASUL), 2008, p. 19.

Crédito Rural), professor Elizeu, intelectual influente e notadamente representante do DOPS, além do professor Ivon Ferreira Lins e do proprietário do engenho Paul, o coronel Levi Sampaio¹⁶¹⁵.

Destarte, os detentores do poder, não iriam deixar essas ideias de reformas, inclusive, a Agrária, fluírem pelo país. Algo teria que ser realizado para parar com essas intenções de colaborar com o povo e, conseqüentemente, diminuir o poder das classes dominantes.

José Augusto Maciel (Vereador) chamando a atenção do plenário para a reunião que iria ter na noite daquele dia no Estado da Guanabara na qual o Sr. Presidente da República iria assumir compromissos pesados demais para os brasileiros aos quais poderiam trazer conseqüências desastrosas para o seu governo e para a nação brasileira... e mais adiante a vereadora Geny Quirino sugere a esta Câmara, que se for necessário em função dos acontecimentos que por ventura venham a se desenrolar que a mesma se reúna extraordinariamente e em sessão permanente¹⁶¹⁶.

Alguns vereadores de Palmares, representantes dos detentores de poder, estavam com receio do que poderia acontecer. O país estava efervescendo politicamente, e as decisões que estavam para ser tomadas beneficiaria o povo e diminuiria a influência da classe dominante. Dessa forma, antes que isso ocorresse em Palmares, os vereadores deveriam se reunir extraordinariamente para tomar decisões que pudessem impedir essas ideias avançarem em Palmares.

A Igreja Católica, por sua vez, vai se posicionar perante tudo isso, de maneira a estar interessada no que era melhor para as classes dominantes:

A linha da igreja foi pra fazer a Revolução e acabar com os comunistas, pra isso, no Rio de Janeiro, na véspera da, o Arcebispo do Rio de Janeiro, levou no dia do Golpe, levou um milhão de pessoas pra praça pra expulsar Jango, viu? Que era pra não entregar a terra que Jango tinha assinado a Reforma Agrária¹⁶¹⁷.

A Igreja nunca foi a favor das ideias comunistas. E como Jango se alinhava a uma ideologia de nação onde as massas pudessem ser mais participativas nas decisões do país, e tivessem mais direitos garantidos, ela se posicionou com uma “barreira” para impedir que esses ideais, com forte teor comunista, avançassem pelo Brasil. Foi então, que na véspera do Golpe reuniu cerca de um milhão de pessoas no Rio de Janeiro na Marcha pela Família. Nos outros Estados não seria diferente, a Igreja se posicionou contra as ideias de Jango e influenciou uma grande parte da população.

¹⁶¹⁵FERREIRA, Cecília. TORRES, Osvaldo. **Os impactos da presença do Presidente Costa e Silva em Palmares no contexto do golpe militar de 1964**. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de História da Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul (FAMASUL), 2011, p. 36.

¹⁶¹⁶PALMARES. Câmara Municipal dos Palmares. Ata primeira reunião da segunda sessão extraordinária da Câmara de Vereadores realizada no dia 13 de março de 1964. Livro de atas Nº 08, 1964. In SILVA, Alexandre Junior de Lima.; SILVA, Maria de Jesus Tavares da.; SOBRINHO, Paulo Boanerges de Oliveira. **Palmares (1954): Uma releitura historiográfica**. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de História da Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul (FAMASUL), 2008, p. 18.

¹⁶¹⁷FERREIRA, Epitácio Afonso. **Epitácio Afonso Ferreira: depoimento** [mar.2013]. Entrevistadores: A. Silva, A. Santos e L. Moura. Joaquim Nabuco: PE, 2013. Entrevista concedida ao Programa Institucional de Iniciação Científica “O MCP e a Educação Popular na Mata Sul de Pernambuco”. Entrevistado: Epitácio Afonso Ferreira - Ex-secretário do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Explode o Golpe Militar em 31 de março de 1964, e este foi um golpe, não somente dos militares, mas também da classe dominante e exploradora, representada por latifundiários, banqueiros, industriais, comerciantes e os demais detentores de poder e privilegiados¹⁶¹⁸.

No primeiro de abril de 1964, Dom Acácio transmite, no livro de Tombo da Diocese, sua impressão do que viveu naqueles dias na Mata Sul e na cidade de Palmares:

01 de Abril. Revolução. Preocupação com as rádios comunitárias. Felizmente a nossa não foi sequestrada. Conseguimos salvar os aparelhos”.... 02 de Abril. Sábado: às sete horas, celebro no abrigo. Continua o clima de incertezas diante da Revolução militar. O prefeito de Palmares, Luiz Portela foge para a Europa. É nomeado um interventor¹⁶¹⁹.

Em Palmares, apesar dos acontecimentos e do clima de incertezas, o Bispo Dom Acácio celebra sua missa normalmente. A Igreja “permanecia de pé”, enquanto que aqueles que estavam imbricados nos processos de mudanças e que se alinhavam a ideologia comunista, que apoiavam Jango e Arraes fugiram para outros países, ou então, foram perseguidos, presos ou mortos.

Ao analisar a fala de Dom Acácio e o depoimento de Zé Eduardo¹⁶²⁰ (que foi preso pelo exército), encontramos desfechos contrários para o que aconteceu com Luís Portela¹⁶²¹ depois do Golpe. O religioso afirma que o mesmo fugiu para a Europa, mas o segundo revela o seguinte:

Quando chegamos ao IV exército fui empurrado com força para dentro de uma sala, de maneira brutal que lasquei a testa numa quina de parede. O sangue correu em abundância. Fiquei todo vermelho de sangue, mas não perdi o contato com a realidade de tudo ali. Naquela sala vi muita gente que estava presa. Vi Luiz Portela de Carvalho, ex-prefeito de Palmares... Ele estava de pé, gravata, pois não tinha cadeira, nem banco para se sentar¹⁶²².

Diante do depoimento de Zé Eduardo, percebemos que o Bispo se precipitou ao afirmar que Portela havia fugido para a Europa. Ele na verdade, foi preso. O medo tomou conta dos moradores da região e da cidade de Palmares, todos se calaram diante da situação, um morador¹⁶²³ da cidade relata o seguinte:

Tenho guardado em minha memória um momento de grande angústia e agonia vivenciado por mim e minha família dentro da nossa própria casa por ocasião da estada

¹⁶¹⁸CHERIÑO, Antônio Siqueira. **Gregório bezerra**: toda a história. Cepe, Recife, 1996.

¹⁶¹⁹DIOCESE DOS PALMARES. **Livro de Tombo**. Palmares, 2000, N° 01, p. 37. In: SILVA, Alexandre Junior de Lima.; SILVA, Maria de Jesus Tavares da.; SOBRINHO, Paulo Boanerges de Oliveira. **Palmares (1954): Uma releitura historiográfica**. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de História da Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul (FAMASUL), 2008, p. 31.

¹⁶²⁰Presidente do Sindicato Rural de Palmares.

¹⁶²¹Luís Portela, importante político de Palmares, já tinha sido Prefeito da cidade e Deputado Federal, foi no seu mandato na Prefeitura que as Escolas do MCP destinadas à alfabetização e educação de base de adultos foram instaladas em Palmares.

¹⁶²²MENEZES, Paulo. Sindicato x Repressão: a história de Zé Eduardo, o líder do maior sindicato de camponeses do Brasil. Recife: Nordestal, 1983. In: LIRA, José Carlos Batista. **O Golpe Civil-Militar de 1964 em Palmares: agitações, medo e comunismo no interior pernambucano**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013, p. 73.

¹⁶²³Entrevista concedida por Saulo Oliveira, filho de Oscar Arcanjo de Oliveira. In SOBRINHO, Paulo Boanerges de Oliveira. **Palmares (1954): Uma releitura historiográfica**. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de História da Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul (FAMASUL), 2008, p. 31.

do exército em nossa cidade. Era uma noite diferente e ouvia-se nas ruas um tremendo alarido, a estranheza se misturava ao medo e ao temor. O barulho dos coturnos pizando firme e forte na rodagem de nossa rua denunciava que alguma coisa estava para acontecer¹⁶²⁴.

O medo de ser apontado como subversivo era tão grande, que os palmarenses, assim como, a maioria da população brasileira se calou perante o Golpe dos militares. As pessoas escondiam, enterravam, jogavam fora tudo aquilo que até então, estava relacionado com o governo Jango, com o governo Arraes, com Sindicato e com as campanhas de alfabetização.

Movimento de Cultura Popular: “Um órgão de propaganda de ideologia vermelha?...”

O cenário político palmarenses estava efervescendo também, e iria trazer drásticas consequências para o Prefeito e o vice-prefeito de Palmares. O primeiro Oscar Santos, é obrigado a renunciar ao cargo, e o segundo Brivaldo Leão de Almeida foge de Palmares e tem seu mandato cassado.

A trajetória de Brivaldo Leão é bastante interessante, de militar na sublevação em 1935, regressa anos depois a sua cidade natal, atua no Partido Comunista de forma direta, afasta-se assume cargo de professor, depois de diretor em uma das escolas mais tradicionais, concorre como vice-prefeito na chapa apoiada por Luís Portela, é eleito democraticamente, e com o golpe de 1964, terá de fugir, com medo da perseguição¹⁶²⁵.

A trajetória do comunista Brivaldo Leão foi bastante dinâmica, ele foi professor, diretor e vice-prefeito de Palmares.

Em seis de abril de 1964 é realizada a Terceira Sessão Extraordinária da Câmara de Vereadores do Município dos Palmares que começa com um projeto de lei o qual solicita a cassação de Brivaldo Leão, explicitando:

por julgá-lo implicado no movimento subversivo que deu lugar aos últimos acontecimentos registrados em toda a nação e de modo particular em Palmares... Prosseguindo na sua oração o vereador José Augusto Maciel que não tinha nenhuma dúvida quanto a participação do Sr. Brivaldo Leão Almeida no Movimento Comunista. Recordou ainda que teve oportunidade de censurar o Chefe do Executivo por prestar cooperação ao Movimento de Cultura Popular, que outra coisa não era senão um órgão de propaganda da ideologia vermelha¹⁶²⁶.

Para esses sujeitos, o MCP era um movimento subversivo, assim como, era um movimento comunista. Portanto, o Movimento de Cultura Popular, para eles, outra coisa não

¹⁶²⁴SILVA, Alexandre Junior de Lima.; SILVA, Maria de Jesus Tavares da.; SOBRINHO, Paulo Boanerges de Oliveira. **Palmares (1954):** Uma releitura historiográfica. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de História da Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul (FAMASUL), 2008, p. 31.

¹⁶²⁵LIRA, José Carlos Batista. **O Golpe Civil-Militar de 1964 em Palmares:** agitações, medo e comunismo no interior pernambucano. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013, p. 60.

¹⁶²⁶PALMARES. Câmara Municipal dos Palmares. Ata primeira reunião da terceira sessão extraordinária da Câmara de Vereadores realizada no dia 13 de março de 1964. Livro de atas Nº 08, 1964. In SILVA, Alexandre Junior de Lima.; SILVA, Maria de Jesus Tavares da.; SOBRINHO, Paulo Boanerges de Oliveira. **Palmares (1954):** Uma releitura historiográfica. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de História da Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul (FAMASUL), 2008, p. 33.

era senão um órgão de Propaganda da ideologia vermelha, que foi combatida por meio do Golpe Militar de 1964.

Na Casa Legislativa é feita, portanto, uma votação:

Procedida a votação e feita a apuração dos votos, verificando-se o seguinte resultado: Seis (6) respondendo SIM; e um (1) voto, respondendo Não. Com este resultado e por força da lei eleitoral, o Sr. Presidente declarou legalmente cassado o mandato do Vice-Prefeito, Sr. Brivaldo Leão de Almeida, a partir daquele momento¹⁶²⁷.

A cassação do mandato de Brivaldo Leão representava na Câmara de Vereadores um momento de heroísmo e patriotismo por aqueles que o julgavam como subversivo:

Heroísmo e sentimento de verdadeiro patriotismo, admitindo de justiça sua atitude em apresentar uma matéria cujo conteúdo era pedir a compenetração da responsabilidade da Câmara Municipal dos Palmares cassando o mandato de um representante do Poder Executivo por este estar implicado no movimento subversivo e conseqüentemente ser ter incompatibilizado com o cargo para que fora eleito em agosto de mil novecentos e sessenta e três¹⁶²⁸

Cassar o mandato de um político cuja ideologia percebia a participação do povo, como sendo algo importante, possibilitaria aos políticos que representavam os senhores de terras na Casa Legislativa, uma retomada de poder que, conseqüentemente, os traria a hegemonia dominante.

o vereador Elizeu Pereira de Melo presta homenagem de reconhecimento às “Forças Armadas” e particularmente ao General Justino Alves de Barros que em boa hora fez abortar um movimento subversivo e perigoso que por certo, vitoriando, iria sacrificar além da democracia muitas vidas preciosas no Estado de Pernambuco. Afirmando ainda o vereador Elizeu que a fuga do Sr. Brivaldo Leão de Almeida é na realidade um atestado eloquente da sua participação no movimento subversivo registrado na semana passada¹⁶²⁹

Brivaldo Leão participou da sublevação de 1935, militou no PCB e atuou profissionalmente como professor e diretor em uma das mais tradicionais escolas do

¹⁶²⁷PALMARES. Câmara Municipal dos Palmares. Ata primeira reunião da terceira sessão extraordinária da Câmara de Vereadores realizada no dia 13 de março de 1964. Livro de atas Nº 08, 1964. In SILVA, Alexandre Junior de Lima.; SILVA, Maria de Jesus Tavares da.; SOBRINHO, Paulo Boanerges de Oliveira. **Palmares (1954):** Uma releitura historiográfica. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de História da Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul (FAMASUL), 2008, p. 34-35.

¹⁶²⁸PALMARES. Câmara Municipal dos Palmares. Ata primeira reunião da terceira sessão extraordinária da Câmara de Vereadores realizada no dia 13 de março de 1964. Livro de atas Nº 08, 1964. In SILVA, Alexandre Junior de Lima.; SILVA, Maria de Jesus Tavares da.; SOBRINHO, Paulo Boanerges de Oliveira. **Palmares (1954):** Uma releitura historiográfica. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de História da Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul (FAMASUL), 2008, p. 33.

¹⁶²⁹PALMARES. Câmara Municipal dos Palmares. Ata primeira reunião da terceira sessão extraordinária da Câmara de Vereadores realizada no dia 13 de março de 1964. Livro de atas Nº 08, 1964. In SILVA, Alexandre Junior de Lima.; SILVA, Maria de Jesus Tavares da.; SOBRINHO, Paulo Boanerges de Oliveira. **Palmares (1954):** Uma releitura historiográfica. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de História da Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul (FAMASUL), 2008, p. 33-34.

município¹⁶³⁰. Por conseguinte, a militância comunista, por si só, já poderia ser o indicativo de sua “subversão”. Todavia, nos chama a atenção o vereador que encaminha seu processo de cassação salientar, em sua argumentação de acusação, o tê-lo, oportunamente, censurado pela cooperação com o Movimento de Cultura Popular, estranheza, provavelmente, também debitada ao fato do acusado exercer docência e direção em escola tradicional.

Outro elemento que também deve ser levado em consideração é que a acusação de “ideologia vermelha” não recaiu sobre a ação educacional encaminhada pela Igreja, apesar de também exercer práticas de educação popular junto aos trabalhadores rurais. Sugerindo que a pecha de “ideologia vermelha” foi atribuída, nem tanto pelo processo pedagógico em si, mas, pela filiação partidária de seus apoiadores.

Com a renúncia de Oscar Santos e a cassação do mandato de Brivaldo Leão, foi realizada uma votação na Câmara de Vereadores da cidade de Palmares:

Tendo em vista a renúncia da Mêsela eleita e empossada no dia dez de fevereiro do ano em curso, por circunstância dos últimos acontecimentos desenrolados na Nação, no princípio do mês em curso, assumiu a presidência dos trabalhos, por ser o titular mais velho, o Vereador José da Paz Monteiro... para Presidente, Elizeu Pereira de Melo, 6 votos, Manoel Gomes da Cunha, 1 voto, José Prestado de Santana, 2 votos, para 1º Secretário José Pretestado de Santana, 6 votos, e um voto em branco. Com este resultado, ficou a nova Mêsela composta da seguinte maneira: Presidente, Elizeu Pereira de Melo; Vice-Presidente, Manoel Gomes da Cunha; 1º Secretário, Paulo Siqueira Marques; 2º Secretário, José Pretestado de Santana¹⁶³¹.

Para assumir o Poder Executivo da cidade de Palmares, as ações se deram da seguinte forma:

O vereador José Carneio de Siqueira apelando para o presidente no sentido de transmitir o seu cargo ao seu imediato: o Vice-Presidente, para que lhe dê posse no Cargo de Prefeito... ocupando a presidência o vereador Manoel Gomes da Cunha, para a sua excelência convidar o Vereador Elizeu Pereira de Melo para tomar posse no cargo de Prefeito. Este depois de haver tomado posse sob o juramento constitucional dirigindo-se com a Câmara para a Prefeitura onde vai se investir no cargo recebendo as mãos do Vereador depositário, as chaves da prefeitura¹⁶³².

Dessa forma, assume a Prefeitura de Palmares Elizeu Pereira de Melo, político cujos ideais se alinhavam a ideologia das classes dominantes e dos usineiros.

¹⁶³⁰LIRA, José Carlos Batista. **O Golpe Civil-Militar de 1964 em Palmares: agitações, medo e comunismo no interior pernambucano**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013, p. 60.

¹⁶³¹PALMARES. Câmara Municipal dos Palmares. Ata primeira reunião da quarta sessão extraordinária da Câmara de Vereadores realizada no dia 14 de abril de 1964. Livro de atas Nº 08, 1964. In SILVA, Alexandre Junior de Lima.; SILVA, Maria de Jesus Tavares da.; SOBRINHO, Paulo Boanerges de Oliveira. **Palmares (1954): Uma releitura historiográfica**. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de História da Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul (FAMASUL), 2008, p. 35.

¹⁶³²PALMARES. Câmara Municipal dos Palmares. Ata primeira reunião da quarta sessão extraordinária da Câmara de Vereadores realizada no dia 14 de abril de 1964. Livro de atas Nº 08, 1964. In SILVA, Alexandre Junior de Lima.; SILVA, Maria de Jesus Tavares da.; SOBRINHO, Paulo Boanerges de Oliveira. **Palmares (1954): Uma releitura historiográfica**. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de História da Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul (FAMASUL), 2008, p. 35.

A comitiva presidencial aterrissou de helicóptero em Palmares às 12h40min, no local onde se encontrava o prédio do SENAI, no dia 10 de agosto de 1968. Ao descer da aeronave, o presidente Arthur da Costa e Silva foi cumprimentado pelo governador de Pernambuco Nilo Coelho, e pelo comandante do IV Exército, General Moreira. Em seguida, foi cumprimentado pelo prefeito e vice de Palmares, Sr. Manuel Paulino dos Santos e o professor Elizeu Pereira, além de outras autoridades. Em seguida o presidente deslocou-se para a Usina 13 de maio, a fim de oficializar o comando de seu governo na região, cuja meta era frear o avanço das esquerdas no campo e na cidade¹⁶³³.

A Prefeitura de Palmares passa a desenvolver ações com privilégios aos detentores de poder, que continuarão a dominar a cidade e o povo.

Concluindo...

Os acontecimentos na cidade de Palmares acabam tendo um desfecho onde os opositores ao Movimento de Cultura Popular, ao Partido comunista Brasileiro, ao Sindicato Rural de Palmares e ao povo palmareense venceram a disputa. Que foi travada porque um grupo de sujeitos queriam mudar para melhor a realidade do povo, e principalmente, dos trabalhadores rurais dos canaviais da Mata Sul. Que antes eram oprimidos e desprezados, e que por um momento passaram a ser protagonistas de sua história, lutando e conquistando seu espaço enquanto cidadãos de deveres, mas também de direitos.

Vale ressaltar, as questões políticas que emergiam com tudo isso. Onde a Casa Legislativa da cidade, era contra as ações de movimentos que junto ao PCB, travavam lutas por melhores condições de trabalho para os homens do campo. Compreendemos que existiam jogos políticos de interesse, na Câmara de Vereadores, e quem se preocupasse com o povo, era considerado subversivo, por estar imbricado na ideologia vermelha, como foi o caso do Vice-Prefeito de Palmares.

ARTICULANDO MEMÓRIAS E ESQUECIMENTOS: SOBRE A HISTÓRIA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DA UFRPE NOS ANOS DE CHUMBO.

*Lucas Victor Silva*¹⁶³⁴
lucasvictor@uol.com.br

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a fundação, em 1965, sob a responsabilidade da Universidade Rural de Pernambuco (URP – futura UFRPE), do Centro Regional de Educação Técnico-Agrícola (CRETA), a primeira unidade de formação de professores para o ensino agrícola no Nordeste. Vivia-se um momento de tensões sociais no meio rural. Desde a década de 1950, o Nordeste, e em especial o estado de Pernambuco, recebia atenção dos noticiários nacional e internacional devido a mobilização dos trabalhadores rurais através das Ligas Camponesas. A preocupação com as possíveis consequências da mobilização dos

¹⁶³³ FERREIRA, Cecília. TORRES, Osvaldo. **Os impactos da presença do Presidente Costa e Silva em Palmares no contexto do golpe militar de 1964.** Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de História da Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul (FAMASUL), 2011, p. 37.

¹⁶³⁴ Doutor em História – UFPE; Universidade Federal Rural de Pernambuco

trabalhadores do campo no Nordeste extrapolava as fronteiras nacionais. No Nordeste, os acordos MEC-USAID-SUDENE foram celebrados com a promessa de alavancarem o desenvolvimento e modernizarem a região. No início dos anos 1960, tais acordos financiaram tais programas de capacitação de professores agrícolas da UFRPE além de bolsas de mestrado na área agrícola em universidade norte-americana. Em 1971, o Centro de Formação e Treinamento de Professores Agrícolas (CFTPA) assumiu as funções do CRETA. A política de formação de professores é institucionalizada definitivamente. O CFTPA teria vida curta. Em 1975, em função das reformas no ensino superior empreendidas pela ditadura militar, a estrutura organizacional da UFRPE é reformulada. É quanto são criados os vários departamentos acadêmicos e, entre eles, o de Educação, que herda o corpo docente e as funções do antigo centro. Aqui, discutimos os resultados parciais de uma pesquisa que pretende analisar as repercussões do projeto de modernização conservadora do regime militar para as universidades brasileiras, em especial para a UFRPE e seus espaços de formação de professores para o ensino técnico agrícola.

Palavras-chave: regime militar, história do ensino superior, historia do ensino agrícola

1. Considerações iniciais sobre uma pioneira unidade de formação de professores para o ensino técnico agrícola: do CRETA, ao CFTPA e ao Departamento de Educação

Era 1965. Em 19 de novembro, um convênio entre a SUDENE, o Ministério da Agricultura e a Universidade Rural de Pernambuco (URP) dá origem ao Centro Regional de Educação Técnico-Agrícola (CRETA), uma unidade de formação de professores para o ensino agrícola no Nordeste. O CRETA foi a primeira iniciativa de formação de pessoal docente no Nordeste. Seu alvo, além de atividades de extensão, era o oferecimento da formação complementar aos professores formados em bacharelados da área agrícola sem formação pedagógica.

Nos primeiros anos, o CRETA realizava seminários de educação, encontros de diretores dos colégios agrícolas do Nordeste e cursos de treinamento nas áreas técnica e pedagógica. Atuava também no assessoramento de colégios agrícolas visando a melhoria da formação técnica. Um segundo convênio foi celebrado novamente entre a agora chamada Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), a SUDENE e o Ministério da Educação e Cultura (MEC) que substituíra o Ministério da Agricultura como órgão da união responsável pela gestão do ensino agrícola desde 1967 no organograma da União.

Um importante tarefa do CRETA era a realização dos encontros de diretores dos colégios agrícolas do Nordeste que se tornaram espaços de articulação e de interlocução entre as instituições que promoviam as práticas escolares rurais consideradas mais desenvolvidas. Os eventos também contavam o apoio do MEC, através da participação da representação estadual da Departamento de Ensino Médio, e da SUDENE, através da presença de representante do Departamento de Recursos Humanos.

No evento de 1970, por exemplo, debateu-se a elaboração futura de um currículo único integrado para o curso técnico-agrícola em âmbito regional. O CRETA inclusive promoveu uma Mesa Redonda na TV Universitária como atividade deste encontro. Ela aconteceu no “Programa Sala de Visitas”, teve duração de 1 hora e contou com a presença de representantes do CRETA, do MEC, da SUDENE e de diretores de colégios agrícolas de Pernambuco e da Bahia. No entanto, o desdobramento mais importante do encontro talvez tenha sido a criação da Licenciatura em Ciências Agrícolas da UFRPE. Naquela oportunidade, discutiu-se a primeira proposta formativa do futuro curso que foi criado já no mesmo ano, sob a reponsabilidade do CRETA.

O chamado “Curso de Formação Pedagógica” era destinado a graduados ou estudantes dos bacharelados em Agronomia, Medicina Veterinária, Zootecnia, entre outros. Segundo o *Anteprojeto do curso de formação pedagógica para a Licenciatura em Ciências Agrícolas*, o CRETA oferecia disciplinas nas área de Psicologia da Educação, Didática, Estrutura e funcionamento do Ensino de 2º Grau, Técnica de comunicação audiovisual no

ensino. O aluno deveria ainda realizar a “prática de ensino” sob forma de “estágio supervisionado, desenvolvido em situação real”. O curso possuía um total de 375 horas/aulas e deveria ter a duração de 1 a 4 períodos letivos. O projeto pedagógico excluía quaisquer conteúdos históricos ou mesmo político-filosóficos. Não há a indicação da presença de conteúdos ou disciplinas que problematizem as relações sociais, a estrutura fundiária nacional, problemas sociais do campo ou mesmo noções sobre a história das populações ou das atividades econômicas do campo.

Em 1971, o Centro de Formação e Treinamento de Professores Agrícolas (CFTPA) assumiu as funções do CRETA. Segundo seu regimento, através do CFTPA, a UFRPE assumia a responsabilidade pela continuidade da estrutura e do projeto de “formação e aperfeiçoamento de professores para o ensino agrícola de 1º e 2º graus”. Ou seja, a política de formação de professores é institucionalizada definitivamente e o CRETA descontinuado. O CFTPA assume a coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas, criado meses antes, em 1970, o oferecimento das disciplinas e a coordenação das “atividades de ensino do currículo profissional específico”.

O regimento ainda define as atividades extensionistas do novo centro:

- Promover cursos, Encontros, Seminários e Simpósios, na área de sua competência;
- Prestar assistência técnica e didática às escolas que desenvolvam programas de ensino agrícola;
- Realizar estudos e pesquisas sobre assuntos relacionados com as suas atividades;
- Elaborar material didático na área de sua competência;
- Divulgar estudos e experiências;
- Manter intercâmbio com Instituições congêneres.

O CFTPA possuía também um Conselho Consultivo formado por representantes de instituições ligadas às políticas de desenvolvimento regional tais como a SUDENE, o MEC, as Secretarias de Educação e de Agricultura de Pernambuco, o INCRA, o Conselho Estadual de Educação e as Universidades existentes no Estado. Este Conselho Consultivo representava a busca pela articulação do CFTPA com as iniciativas e políticas de desenvolvimento agrícola estatais. Segundo o regimento, tal conselho era responsável por “encaminhar sugestões, indicações e recomendações” a sua Diretoria e por “opinar sobre assuntos relativos à articulação das atividades do CFTPA, com empresas e instituições interessadas”.

O CFTPA teria vida curta. Em 1975, em função das reformas no ensino superior empreendidas pela ditadura militar, a estrutura organizacional da UFRPE é reformulada. É quanto são criados os vários departamentos acadêmicos e, entre eles, o de Educação, que herda o corpo docente e as funções do antigo centro.

2. O contexto histórico de aparecimento dos espaços formação de professores agrícolas em Pernambuco

A abertura destes espaços específicos de formação de professores para a educação técnica agrícola foi contemporânea de um momento turbulento da história brasileira. Como sabemos, eleito presidente da República com uma margem significativa de votos nas eleições de 1960, Jânio Quadros assumiu o cargo de presidente em janeiro 1961, o qual renunciou sete meses depois em agosto do mesmo ano. A renúncia causou uma crise nacional, levando setores conservadores, civis e militares, a vetarem a posse do seu vice, João Goulart, o que motivou, em oposição ao veto, uma intensa campanha que defendeu a legalidade na sucessão presidencial. Entretanto, Goulart só conseguiu assumir a presidência após uma alteração na Constituição de 1946, mudança que tornou o sistema de governoparlamentarista. Ao término da crise de 1961, a conjuntura nacional assumiu outro arranjo, uma divisão inconciliável entre a esquerda e a direita capaz de elaborar uma contra proposta de reformas e mobilizações tais como as ‘Marchas com Deus, pela família e

prosperidade' compostas por donas de casa, elementos da classe média, religiosos, que representava uma polarização política.

Em meio a essa polarização, sobretudo no período de 1962 e os primeiros meses de 1964, o principal debate que dividiu opiniões da sociedade foram às reformas de base, defendidas pelo governo Goulart. Estas foram materializadas, dentre outras, nas propostas de reforma agrária, urbana, bancária, eleitoral e universitária. Afinal o Brasil havia chegado a um grau de desenvolvimento que exigia transformações estruturais que possibilitassem a sua continuidade por meio da ativação da economia rural e da mobilização econômica urbana, ampliada por meio das outras reformas em marcha.

Um ano antes da fundação do CRETA, um golpe civil-militar trouxe uma noite que durou 21 anos. Os historiadores, hoje, chamam o golpe de civil-militar por entenderem que apesar da sua realização concreta ter a liderança de setores conservadores das forças armadas, havia apoio de amplos setores do mundo empresarial, dos meios de comunicação, do meio intelectual, da classe média, da Igreja e de relevantes grupos políticos da época. Apesar do governo obter bons índices de aprovação em pesquisas realizadas nas grandes cidades brasileiras realizadas às vésperas do golpe, era grande e articulada a oposição conservadora à agenda reformista do presidente João Goulart que direcionava-se para uma certa democratização da cidadania e da propriedade¹⁶³⁵. O projeto golpista das direitas abateu a ordem institucional redirecionando o país no rumo de uma modernização autoritária tutelada pelos militares e não permitindo que o reformismo de Jango realizasse aquilo que o historiador Marcos Napolitano chamou de “uma terceira via que nunca chegou a ser claramente mapeada entre a social-democracia e o comunismo de tradição soviética”¹⁶³⁶.

O momento de criação do convênio que possibilitou a existência do CRETA é contemporâneo também de tensões no meio rural. Desde a década de 1950, o Nordeste, e em especial o estado de Pernambuco, recebia atenção dos noticiários nacional e internacional devido a mobilização dos trabalhadores rurais através das Ligas Camponesas. As Ligas Camponesas operavam fora do controle do Estado e consistiam em uma alternativa de organização dos trabalhadores do campo em uma época em que os sindicatos rurais, apesar de previstos desde a Consolidação das Leis do Trabalho de 1946, não eram legalmente reconhecidos. A situação muda em 1962, quando o Ministério do Trabalho, reconhece os sindicatos rurais¹⁶³⁷.

Segundo o historiador Antônio Montenegro, “o sindicato, que era considerado uma ameaça a paz agrária pelos proprietários, passou a ser visto pelo governo e setores da Igreja como uma forma de barrar o avanço das Ligas Camponesas.”¹⁶³⁸ A mobilização da massa de trabalhadores rurais no Nordeste era lida pelos setores proprietários como o início de uma escalada revolucionária cujo objetivo seria a implantação do regime comunista. As Ligas Camponesas denunciavam as condições de exploração nos meios rurais e lutavam expressamente pelo direito de sindicalização e pela reforma agrária. No entanto, segundo Montenegro,

não se pode deixar de registrar como certos segmentos das esquerdas, que se associavam a essa mobilização dos trabalhadores, faziam um discurso de que o fim da exploração só viria efetivamente com o socialismo, e a via revolucionária não deveria ser descartada¹⁶³⁹.

¹⁶³⁵ NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 13 – 67.

¹⁶³⁶ *Idem*, p. 19.

¹⁶³⁷ MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 88-89.

¹⁶³⁸ *Idem, ibidem*.

¹⁶³⁹ *Idem*, p.36.

O governo de João Goulart enfrenta o conflito nos meios rurais assumindo a causa da Reforma Agrária e aprovando o Estatuto do Trabalhador Rural. O golpe civil-militar frustrou as expectativas de mudança nas relações de trabalho no campo e desarticulou as ações do movimento dos trabalhadores rurais. Lideranças e militantes do campo da esquerda foram presos, torturados e assassinados.

Os proprietários teriam o apoio dos militares para cercear qualquer tentativa de modernização das relações de trabalho no meio rural. Durante décadas de resistência as lutas no campo se transformariam, engendrando novas formas de organização e mobilização dos trabalhadores rurais¹⁶⁴⁰.

A necessidade de desaquecer o clima político no campo pode ser entendida com um dos elementos que explicam porque dirigentes dos Ministérios da Agricultura e da Educação, do INCRA e da universidade se empenharam em fundar o primeiro serviço de formação de professores agrícolas em Pernambuco sob uma perspectiva tecnicista e conservadora. As escolas técnicas agrícolas reverberavam esse clima de mobilização e conflitos políticos. Em depoimento, o professor aposentado do Departamento de Agronomia da UFRPE relata que a presença de ideais de esquerda entre professores e alunos do Colégio Agrícola João Coimbra, localizado na cidade de Barreiros, Pernambuco:

No colégio considerável parte da estudantada era de esquerda e por isso éramos taxados de comunistas por colégios rivais da cidade. Não éramos organizados em uma entidade, essa posição política deixava-se transparecer no dia-a-dia, no apoio a um candidato, na defesa de uma ideia. Eu, por exemplo, transferei ou tirei o título de eleitor como morador do Engenho Linda Flor, em Rio Formoso, localidade que até hoje não conheço. O objetivo foi votar em Edil, meu professor de francês [...]. Por volta de 1973 tive o prazer de em encontrar com Edil, ocasião em que fiquei sabendo que ele tinha sido preso por três vezes após o golpe dos milicos. Em 64, ano de ingresso na UFRPE, certa noite, meus ex-colegas do colégio, acordaram sob a mira de fuzis¹⁶⁴¹.

Apreocupação com as possíveis consequências da mobilização dos trabalhadores do campo no Nordeste extrapolava as fronteiras nacionais. A chamada *Aliança para o Progresso* constituiu em importante política externa norte-americana destinada a afastar o perigo da revolução e evitar que outros países seguissem o exemplo cubano. Recursos financeiros e técnicos foram investidos na América Latina na crença de que a modernização, reduzindo as desigualdades e o atraso econômico e social, esvaziaria a retórica comunista. Acordos firmados entre o Ministério da Educação e a *United States Agency for International Development* (USAID) na década de 1960 faziam parte desta estratégia de combater a influência soviética e cubana e manter o país um ambiente seguro para os negócios e investimentos.

Os acordos MEC-USAID foram destinados prioritariamente para reformas educacionais. Movimentos estudantil e de esquerda acusavam os acordos de representarem uma infiltração estrangeira na educação do país. No Nordeste, acordos MEC-USAID-SUDENE foram celebrados com a promessa de alavancarem o desenvolvimento e modernizarem a região (SILVA, M., 2014, p. 57-58). Além da educação, as atividades da agência implicaram no financiamento de programas para diversas áreas como a pesquisa científica, segurança pública e agricultura, entre outras. O próprio Creta foi financiado também com recursos de

¹⁶⁴⁰ MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 100.

¹⁶⁴¹ ALMEIDA, Argus Vasconcelos de. A fundação da ADUFERPE no contexto histórico-político brasileiro do início dos anos 80. **Cadernos da ADUFERPE**, n.3, jun.2015. p.8.

tais acordos. No início dos anos 1960, tais acordos financiaram inclusive programas de capacitação dos professores agrícolas e duas bolsas de mestrado para os professores da UFRPE na área agrícola em universidade norte-americana. Vale ressaltar que, na época de fundação do Departamento de Educação, a maioria dos docentes havia realizado estudos de pós-graduação nos EUA.

Neste sentido, a USAID era um instrumento de apoio norte-americano ao que o historiador Rodrigo Patto Sá Motta chamou de projeto modernizador do regime militar cujas atenções estavam focadas no mundo da economia e da administração pública. Assim, desejava-se promover o crescimento econômico e industrial bem como aprimorar o funcionamento da máquina pública¹⁶⁴². No contexto em estudo, isso significava a criação de professores agrícolas comprometidos com o aperfeiçoamento da produção agrícola. Daí a valorização dos aspectos técnicos da produção rural na formação docente oferecida pela UFRPE.

Essa modernização conservadora trouxe consequências profundas na estrutura das universidades federais brasileiras. A política de reformas no ensino superior buscava aproximar a realidade universitária brasileira aos modelos de países desenvolvidos, sobretudo a organização e funcionamento das universidades norte-americanas. O que implicava na “racionalização de recursos, busca de eficiência, expansão de vagas, reforço da iniciativa privada, organização a carreira docente, criação de departamentos em substituição ao sistema de cátedras, fomento à pesquisa e à pós-graduação”¹⁶⁴³. A despeito de mudanças recentes, as consequências destas reformas ainda estão presentes nas universidades públicas brasileiras que ainda caminham com estruturas acadêmicas pouco democráticas e participativas.

A intensa ação do regime militar sobre a universidade advinha da crença no papel estratégico na formação das elites intelectuais, políticas e econômicas do país. O projeto de modernização conservadora necessitava de uma universidade comprometida com a formação de profissionais para o mercado de trabalho e para a produção de novas tecnologias que contribuíssem para a diminuição do atraso do país neste campo¹⁶⁴⁴.

Sobre a construção do projeto autoritário-conservador na UFRPE e seus desdobramentos na formação de professores agrícolas

A ausência de conteúdos capazes de fomentar reflexões críticas de cunho histórico-filosófico no curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas é um exemplo de como, para os mundos da cultura e da política, constituiu-se um projeto autoritário-conservador que

se pautava em manter os segmentos subalternos excluídos, especialmente como atores políticos, bem como em combater as ideias e os agentes da esquerda – por vezes, qualquer tipo de vanguarda – nos campos da política e da cultura, defendendo valores tradicionais como pátria, família e religião, incluindo a moral cristã.¹⁶⁴⁵

Professores, técnicos-administrativos e estudantes eram vigiados pelas Assessorias de Segurança e Informação (ASI). As ASI atuavam articuladas a outros órgãos de informação e realizavam investigação sobre docentes e técnicos-administrativos a serem contratados bem como interferiam na escolha dos possíveis beneficiados por bolsas e estágios no exterior. A atuação da ASI na UFRPE, que foi chefiada pelo advogado Marcelo Pongondrin, ainda não foi

¹⁶⁴² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

¹⁶⁴³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas universidades: repressão, modernização e acomodação. **Cienc. Cult.** [online]. 2014, vol.66, n.4, p. 22.

¹⁶⁴⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

¹⁶⁴⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas universidades: repressão, modernização e acomodação. **Cienc. Cult.** [online]. 2014, vol.66, n.4, p. 22.

investigada¹⁶⁴⁶. Não sabemos onde se encontra, ou mesmo se sobreviveu ao tempo ou a destruição deliberada, a documentação das atividades da Assessoria. No entanto, em uma oportunidade, a atuação da ASI da UFRPE foi digna de elogio pelo militar que presidia a Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação. Segundo Motta, “em 30/5/72, por exemplo, o diretor da DSI/MEC enviou circular em que elogia as AESI da UnB, UFPA, UFRPE, UFAL, UFBA, UFSE e UFPB, dando a entender que vinham atuando com mais eficiência que as outras”¹⁶⁴⁷.

A tortura institucionalizada no DOPS-PE vitimou o estudante de agronomia da UFRPE Odijas Carvalho de Souza, atual patrono do Diretório Central dos Estudantes cuja sede, na época, foi metralhada e posteriormente fechada pela repressão. Conforme narrou a historiadora Marcília Gama da Silva, Souza era liderança do movimento estudantil da UFRPE e do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário esquerda e líder estudantil falecido em 8 de fevereiro de 1971 após bárbaras e longas sessões de tortura realizadas por agentes do DOPS-PE.

Os que foram presos com ele e sobreviveram contam com detalhes as longas e seguidas seções de tortura que foi submetido, para que falasse e entregasse os outros membros do partido. Ante a recusa, foi brutalmente torturado e espancado, e acabou não resistindo. Morreu após dar entrada no Hospital Geral da Polícia Militar do Derby, cujo laudo apresenta controvérsias.¹⁶⁴⁸

Souza foi um dos estudantes da UFRPE expulsos da vida acadêmica através do decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, baixado pelo presidente general Costa e Silva, também conhecido como o “AI – 5 das Universidades”, que também redundou o afastamento de professores e técnicos-administrativos da vida universitária do país¹⁶⁴⁹. A DSI-MEC centralizou as informações produzidas pelos órgãos de repressão e repassou para as listas dos expurgados para cada universidade. Aproximadamente três centenas de professores foram exonerados no país durante a década de 1960. O decreto-lei previa a punição de professores, alunos e funcionários de universidades considerados culpados de subversão ao regime. Na prática, o processo a que se submetia o acusado era sumário. Os professores atingidos eram demitidos e ficavam impossibilitados de trabalhar em qualquer outra

¹⁶⁴⁶ ALMEIDA, Argus Vasconcelos de. A fundação da ADUFERPE no contexto histórico-político brasileiro do início dos anos 80. **Cadernos da ADUFERPE**, n.3, jun.2015.

¹⁶⁴⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. **Topoi**, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008, p. 39.

¹⁶⁴⁸ SILVA, Marcília Gama da. *Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)*. Recife: UFPE, 2014. p. 233-235.

¹⁶⁴⁹ O “verdadeiro” AI – 5 foi imposto a sociedade brasileira poucos meses antes do decreto 477/69 que pode ser compreendido como uma extensão sua. O conjunto de medidas autoritárias interrompeu um intenso movimento de debate e renovação cultural que extrapolava os muros das universidades. Do ponto de vista cultural, os anos sessenta foram de significativas redescobertas e reviravoltas estético-políticas: a Bossa Nova, o Cinema Novo, o Teatro Popular do Nordeste, o Movimento de Cultura Popular, os Centros Populares de Cultura da UNE articulavam seus sonhos, suas utopias e procuravam contribuir para a construção de um novo país. Após o golpe de primeiro de abril de 1964, apesar das primeiras cassações e prisões de lideranças civis, militares, intelectuais e sindicais, dos primeiros atos institucionais e da derrubada do governo federal e de governos estaduais, nos primeiros quatro anos de ditadura ainda havia o recurso ao habeas corpus e certa liberdade de imprensa, de expressão e de manifestação política. No entanto, intelectuais, artistas e jornalistas bem como as outras lideranças políticas críticas ao regime perderam a limitada autonomia que ainda gozavam após o Ato Institucional n. 5 (AI-5). Inclusive, políticos expressivos, que haviam apoiado o golpe na expectativa que a ditadura devolvesse o país às lideranças civis nas eleições de 1966, sofreram o peso do endurecimento do regime que agora se afirmaria de uma vez por todas como militar em 1968. Confira em: NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

instituição educacional do país por cinco anos, ao passo que os estudantes eram expulsos e ficavam proibidos de cursarem qualquer universidade por três anos¹⁶⁵⁰.

A ditadura desenvolveu, a partir daí, uma política cultural marcada pela perseguição aos críticos ao regime e, posteriormente, pela censura, vigilância e proibição da divulgação das produções artísticas e científicas. A repressão ficará a cargo das Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS), do DOI-CODI (Destacamento de Informações e Operações – Centro de Operações de Defesa Interna). A censura foi operacionalizada a partir da Divisão e Serviços de Censura às Diversões Públicas do Departamento da Política Federal e do Gabinete do Ministério da Justiça. Conforme já colocamos, no âmbito das universidades públicas a DIS-MEC em Brasília coordenava as ações das ASI presentes em cada instituição. Através de instituições como essas, a ditadura se responsabilizava em “educar” o povo tido como inculto no que diz respeito a sua própria identidade. E desenvolvia estratégias para o ensino dos “valores e ideais democráticos” segundo seus interesses¹⁶⁵¹.

Não podemos esquecer que a comunidade universitária também jogava com a ditadura e levantava bandeiras de resistência, protestava, ocupava prédios e denunciava as ações da ditadura. O campus de Dois Irmãos, no final do anos setenta, no reitorado de Humberto Carneiro (1974-1978), foi ocupada por tropas militares visando reprimir uma greve estudantil na UFRPE. A autorização da presença militar foi dada pelo vice-reitor e futuro reitor, Naldo Halliday Pires Ferreira, na ausência do titular do cargo (ALMEIDA, 2015, p.8). Professores e alunos souberam aproveitar as frestas abertas pelas políticas de abertura política, criaram a ADUFERPE e recriaram o DCE, respectivamente. E pressionaram as reitorias e o governo militar rumo a democratização da UFRPE e do país. No entanto, não podemos subvalorizar o processo de acomodação que terminaram também por possibilitar uma saída da ditadura negociada¹⁶⁵².

Um dos papéis do historiador é ser um artífice da contra-memória, um crítico das políticas de produção dos esquecimentos, dos silenciamentos. A transação/transição provocou um certo esquecimento e deixou espectros incômodos pelos corredores da UFRPE. A modernização conservadora trouxe repressão e censura aos que professavam o ideário de esquerda ou mesmo perspectivas julgadas como ameaças aos valores do regime. Neste sentido, atuar criticamente em universidades como a UFRPE, que foi, por exemplo, palco da presença intensa de militares no reitorado de Adilson Erasmão de Azevedo (1969-1973), era caminhar na corda bamba.

Nem todos corriam o risco de cair. No que diz respeito ao setor e posterior departamento responsável pela docência, pela pesquisa e pela extensão dedicadas a educação agrícola na UFRPE, até onde a pesquisa avançou, não encontramos indícios de incômodo do regime para com as atividades lá realizadas. Em um estado como Pernambuco, com o passado recente de mobilização popular rural e violenta repressão, aquelas práticas de formação de docentes agrícolas não pareciam questionar o projeto modernizador autoritário ou mesmo as condições (ainda hoje precárias) de trabalho e carreira docentes, bem como as estruturas das escolas agrícolas.

¹⁶⁵⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o Regime Militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

¹⁶⁵¹ *idem*.

¹⁶⁵² *idem*.

OS PRIMEIROS RELATOS DE UMA VISITANTE INDESEJADA NO BRASIL E EM RECIFE: A GRIPE ESPANHOLA DE 1918

*Alexandre Caetano da Silva*¹⁶⁵³
alexandrecaetano11@yahoo.com.br

Resumo: No ano de 1918 o mundo vivia os horrores do final da Primeira Grande Guerra e simultaneamente a esse acontecimento ocorria na Europa o maior Evento Epidêmico do Século XX, a Gripe Espanhola, que aporta em Recife no final de setembro daquele ano. Trazida pelo Navio **Piauhy** que apontavam as notícias viera do porto de Dacar. Nossa proposta nesse trabalho é mostrar os primeiros relatos da Gripe Espanhola em terras brasileiras e na Cidade do Recife, apontando as informações contraditórias dos noticiários dos jornais, da situação governista e oposicionista em função das informações sobre a gripe. O percurso trilhado pela gripe espanhola em Recife serviu de monte para o amplo entendimento de uma aquarela no dia a dia do aparato institucional da ordem médica ligada a higienização e suas ações, no que tange o assistencialismo de saúde pública da época. Pensando no porque da análise da representatividade dos noticiários e suas repercussões político-social como contribuição à historiografia brasileira, através de uma reconstrução do cotidiano dos grupos sociais que enfrentaram a situação caótica nos dias epidêmicos de 1918, em decorrência da Gripe Espanhola, doença de deixa um saldo de vinte milhões de mortos no mundo. Esse trabalho é parte de um material Dissertativo em construção com o tema; Recife, uma Cidade Doente: A Gripe Espanhola no Espaço Urbano Recifense em 1918.

Palavras-chave: Gripe Espanhola, Saúde Pública, Imprensa e Política.

Sobre a Gripe “O nome vem do italiano Influenza desde a epidemia ocorrida em 1387 em Florença, quando se acreditava ser ela fruto da influência dos astros ou do frio (Influenza di freddo)”¹⁶⁵⁴. No início do século XX, a ciência da medicina é pega de surpresa em relação a um inimigo invisível, ficando a medicina neutralizada em função de uma novidade desastrosa, a Gripe Espanhola, que se apresenta ao mundo sob a sua forma mais agressiva em 1918.

O aparecimento dessa epidemia coincide com o evento da Primeira Guerra Mundial que vivera o seu último ano de conflito. Dessa forma, as autoridades em diversas partes do mundo não dão a atenção devida a essa epidemia que coloca em óbito uma número maior de pessoas que a própria guerra, isso só em um ano.

Para Bertolli Filho a versão mais aceita sobre a chegada da Gripe no Brasil cita o pacote britânico *Demerara* que, vindo da Europa no início de setembro de 1918, atracou no Rio de Janeiro no dia 14 daquele mês, já com vários tripulantes enfermos, logo após passar por outros portos brasileiros¹⁶⁵⁵. No final de setembro a Gripe já grassava epidemicamente em três portos brasileiros: Recife, Salvador e Rio de Janeiro. O navio que viera de Liverpool com escala feita nesses portos tinha alguns de seus tripulantes Gripados, chegando a Gripe

¹⁶⁵³ Mestrando em história pela UFPE.

¹⁶⁵⁴ Ver: Diniz, Luiz Carlos. **A História do Hospital de Santa Águeda**, Recife: Avellar Gráfica e Editora, 1994, p. 74.

¹⁶⁵⁵ FILHO, Claudio Bertolli. **A Gripe Espanhola em São Paulo, 1918: Epidemia e Sociedade**. São Paulo: Paz Terra, 2003, p. 74.

logo depois na Paraíba e no Espírito Santo, e no mês de outubro fazendo a epidemia frequentar todos os espaços urbanizados do Brasil.

Sendo a primeira experiência de brasileiros com a moléstia da Gripe Espanhola a missão médico-militar em campos de batalha da Europa durante a primeira guerra mundial. A esquadra brasileira depois de atravessar o atlântico chega à África no porto de Dacar no Senegal francês, sendo caindo enfermos a maior parte de sua tripulação:

O desacerto da esquadra nacional chamou a atenção das autoridades sanitárias brasileiras para a ameaça da gripe. Em 24 de setembro, o médico Carlos Seidl, diretor geral da Saúde Pública, temendo a introdução da moléstia no Brasil, decretou a reabertura do Lazareto da Ilha Grande, tornando obrigatória a desinfecção e isolamento quarentenário de todas as embarcações provenientes dos portos africanos. Entretanto antes dessa data a gripe já havia sido introduzida no Brasil¹⁶⁵⁶.

Segundo Bertolli Filho a Gripe ou Influenza chegou até regiões isoladas do território brasileiro, causando um número altíssimo de óbitos, fazendo atacar populações indígenas. Fazendo dessa forma a autoridade ligada a Saúde Pública nacional a tomar medidas de quarentena as embarcações provenientes do continente africano.

Em São Paulo nas pesquisas Liane Bertucci¹⁶⁵⁷ a primeira notícia sobre casos de Gripe Espanhola na cidade, foi em 10 de outubro de 1918, pelo jornal local O Combate que logo depois noticia a primeira pessoa atacada pela moléstia: “Três dias depois deu entrada no Hospital de Isolamento o primeiro caso registrado como gripe espanhola: um estudante vindo do Rio de Janeiro¹⁶⁵⁸”. A situação epidêmica foi confirmada na cidade no dia 15 de outubro do ano corrente, pelo Serviço Sanitário do Estado sob a direção do doutor Arthur Neiva.

Sendo criado pelo Serviço Sanitário da urbe de São Paulo um parecer em quê recebeu o nome de Conselho ao Povo, onde eram publicados através de uma forma repetitiva pelos jornais locais, com o objetivo de instruir a população sobre como se comportar para evitar o contágio com a Gripe, e ao mesmo tempo combater-la.

Sobre os conselhos construídos pelo poder público de São Paulo pedia-se: evitar aglomerações principalmente no horário noturno, não visitar enfermos gripados e alguns cuidados higiênicos com o nariz e a garganta, fazendo gargarejo com água e sal. Postos de atendimentos foram montados para dar socorro aos que precisassem atacados pela moléstia. Eram feitos atendimentos médicos distribuição de medicamentos e até alimentos aos mais necessitados.

Teve a cidade de São Paulo basicamente todas as suas atividades suspensas, o cotidiano da urbe paulistana se transformou em consequência do avanço da epidemia da Gripe Espanhola. Os médicos do Governo instruíam as pessoas a evitar a prática de costumes simples como aperto de mão, abraços e beijos. Houve uma diminuição de missas, cultos e outras reuniões religiosas na cidade, evitando aglomerações. “A vida em São Paulo foi parando, pautada pelo avanço da doença. Seguindo instruções dos médicos do governo, as compras de várias famílias passaram a ser realizadas por uma única pessoa, para diminuir a probabilidade de contato/contágio¹⁶⁵⁹”.

Segundo Liane Bertucci, em São Paulo o flagelo provocado pela Gripe não foi o suficiente para interromper as relações sociais e culturais, pois essas resistiram ao poder do médico que não tinha como evitar visitas aos enfermos, por amigos e familiares do mesmo.

¹⁶⁵⁶ Ibidem, p. 73.

¹⁶⁵⁷ BERTUCCI – MARTINS, L.M. Entre doutores e para leigos: fragmentos do discurso médico na influenza de 1918. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 1, p. 143-57, jan. –abr. 2005.

¹⁶⁵⁸ Idem, pp. 145-146.

¹⁶⁵⁹ Idem, p.147.

Sendo os primeiros óbitos em São Paulo provocados pela Gripe Espanhola, identificados no dia 22 de outubro, divulgados pela imprensa local. A ação nefasta da epidemia da Gripe colocou a sociedade paulistana em desespero até o dia 4 do mês de novembro de 1918, uma média de 7.786 atacados pela epidemia, sendo um total de mortos só no dia 4 de 172 pessoas.

Analisando a chegada da Gripe espanhola na cidade de Salvador verificasse que para o poder público local, a epidemia teve início em 27 de setembro de 1918, porém o jornal *A Tarde*¹⁶⁶⁰ periódico regional, afirmava que desde o dia 24 do mês de setembro uma epidemia desconhecida assolava Salvador. Verificou-se cerca de setecentos enfermos nos quarteis, hospitais, casas particulares e em todos os centros de aglomeração de operários da região de Salvador.

Como em Pernambuco, a sociedade baiana¹⁶⁶¹ também estava confusa em função de noticiários de jornais que se colocavam de lados opostos em disputas políticas em que a Gripe ainda não era apontada como uma questão emergencial de saúde pública nos primeiros dias do mês de outubro de 1918. Entretanto, dava sinais de que estava presente, só não se colocando de uma forma ainda agressiva.

Segundo Christiane Maria Cruz de Souza¹⁶⁶², ocorrera na Bahia no tempo que grassou a epidemia de Gripe espanhola um forte embate político, provocado pela imprensa que apoiava e a de oposição ao governo. Logo após uma pressão política realizada pela oposição, cria a Diretoria de Higiene através de seu Diretor o Dr. Alberto Muylaert, uma comissão formada por médicos para estudar o problema que se agravava. Comissão essa formada pela elite médica do estado, tendo em seu corpo o professor da faculdade de medicina da Bahia Dr. Frederico Koch.

Foi constatado que a Gripe que atacava Salvador era a comum, que todos os anos, colocava pessoas enfermas na cidade, contudo nada de novo grassava, isso nos primeiros dias de outubro de 1918, sendo registrado pela comissão de médico um total de 06 óbitos vitimados com a Gripe em 04 de outubro do ano corrente. No decorrer do mês de outubro ocorreu um acréscimo na mortalidade na cidade de Salvador com a incidência da Gripe, a população se encontrava aterrorizada, ressaltando que a manifestação da doença colocava a cidade em condições precárias, em relação as suas atividades, com a falta de trabalhadores pelo motivo de estarem enfermos com a Gripe:

O mês de outubro foi um dos mais difíceis daquele ano de 1918. O livro de registro de enterramentos do cemitério da Santa Casa de Misericórdia, o Campo Santo, registrou 41 óbitos por gripe ou complicações decorrentes desta moléstia (ASCM-BA;H/Base/1331; 7.12.1915 a 26.8.1923). Entretanto, no mesmo período, as informações oficiais fundamentadas em notificações dos inspetores sanitários apontavam para um acréscimo sensível do índice de pessoas acometidas pela gripe. A disparidade de informações revela possivelmente as intrincadas relações no âmbito do poder público, a questão socioeconômica (vinculada à necessidade de preservação de uma imagem de 'salubridade') diante da desatenção à saúde da população na República Velha baiana.

Para Christiane Maria Cruz de Souza a reforma urbana em Salvador tem início em 1912, sendo um dos grandes problemas da cidade a questão do saneamento básico, colocando a

¹⁶⁶⁰ Ver: Jornal *A Tarde de Salvador*, 25 de setembro de 1918, p. 1.

¹⁶⁶¹ Ver: SOUZA, Christiane Maria Cruz de. **A Gripe Espanhola na Bahia, política e medicina em tempos de epidemia**. Tese (doutoramento em história das ciências da saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – Fundação Oswaldo Cruz: Rio de Janeiro, 2007.

¹⁶⁶² SOUZA, C. M. C. de: *Agripe espanhola em Salvador, 1918: cidade de becos e cortiços*. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 12, n. 1, p. 71-99, jan. – abr. 2005.

cidade com características de insalubridade ainda em seu momento de epidemia da Gripe Espanhola no ano de 1918. Sobre o aspecto de assistência médica “nas primeiras décadas do século XX, as camadas pobres de Salvador não tinham fácil acesso aos serviços médicos, muito caros para aqueles que não podiam garantir as mínimas condições materiais de existência¹⁶⁶³”. Essa condição da saúde na capital baiana levou a população de baixa renda a serem os que mais enfrentaram dificuldades no período epidêmico da Gripe Espanhola na cidade.

Fazendo uma análise sobre a epidemia da Gripe Espanhola na cidade do Rio de Janeiro os números de óbitos são de assustar segundo Adriana Goulart¹⁶⁶⁴ no mês de outubro de 1918, foram computados 930 óbitos vitimados pela Gripe Espanhola, isso só no dia 22 do mês, levando a situação de enfermidade uma média de 600 mil pessoas no tempo em que durou a epidemia, sendo 66% da população local atingida com a moléstia. Levando a óbito um total de 15 mil vidas.

As notícias sobre a Gripe Espanhola chegavam à capital federal, destacando a imprensa local que componentes da missão médica brasileira a caminho de Dakar, no navio La Plata ficaram enfermos com a moléstia gripal. Somando um total de 156 mortos, sendo essas informações passadas pelo chefe da missão, Nabuco Gouvêa, no dia 22 de setembro de 1918.

Segundo Adriana Goulart as instituições de saúde do Rio de Janeiro não dispunha de condições para atender a população carioca que era atacada pela epidemia da Gripe, com a ausência de formação técnica de seus enfermeiros. Não procurando o poder público da cidade, elaborar de imediato uma estratégia de combate à doença que se alastrava. Era apontada na medida em que a epidemia crescia na capital federal a falta de autonomia da chefia da Diretoria Geral de Saúde Pública, pois essa tinha suas ações dificultadas pelo ministério da justiça e negócio interior, que, não dava muita atenção à questão da saúde pública, tendo o ministério a última palavra sobre as ações dessa Diretoria. A cidade maravilhosa entra em caos, faltavam remédios, médicos, alimentação e até hospitais para fazer recolher os enfermos com a Gripe:

O caos social acabou sendo amplamente explorado, não só pelos jornais, mas também por grupos políticos de oposição ao governo Wenceslau Braz. O quadro de insatisfações se tornou cada vez mais agudo devido à morosidade no estabelecimento de medidas profiláticas e as limitações estruturais das instituições sanitárias que se encontravam totalmente despreparadas e desaparelhadas para dar combate à doença¹⁶⁶⁵.

Era denunciada a escassez de verbas aplicadas na saúde pública que contribuiu para a falta de manutenção na assistência as pessoas enfermas pela Gripe Espanhola, passando outras instituições a dar apoio no atendimento aos que caíam com a moléstia, com a contribuição de clubes, igrejas, escolas e a cruz vermelha brasileiro, no acolhimento e cuidado as pessoas adoentadas pela Gripe.

Depois de muita pressão de alas oposicionistas do Rio de Janeiro, no dia 30 de setembro de 1918 começaram a ser implantados serviços de assistência como prontas socorros públicos e atendimento domiciliar aos acometidos pela Gripe. Essas medidas fizeram representar o reconhecimento de oficial pelo Estado da existência um quadro de epidemia na capital federal. Mostrando está lidando com um problema de saúde novo: “no dia 03 de outubro, o diretor de saúde pública, Carlos Seidl, determinou a adoção nos portos de uma profilaxia indeterminada, pelo desconhecimento da natureza da moléstia¹⁶⁶⁶”.

¹⁶⁶³ SOUZA, Christiane Maria Cruz de. A gripe espanhola em Salvador, 1918: cidade de becos e cortiços. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 12, n. 1, p. 71-99, jan. – abr. 2005, p. 89.

¹⁶⁶⁴ GOULART, A. da C. Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 12, n. 1, p. 101-42, jan. – abr. 2005.

¹⁶⁶⁵ Ibidem, p. 109.

¹⁶⁶⁶ Idem, p. 110.

A representação do poder público carioca pelo seu Diretor de Saúde em tomar medidas de combate à epidemia da Gripe Espanhola, foi pautado ao aumento de enfermos com a doença, mostrando que as autoridades em saúde do Brasil muitas vezes só se manifestavam em criar mecanismos de enfrentamento às epidemias com o agravamento do problema, com o acúmulo de pessoas acometidas e de mortos.

Sobre epidemias de Gripe que assolaram o Recife: “A primeira referência histórica à Gripe no Recife remonta ao ano de 1890. Foi uma epidemia de forte proporção¹⁶⁶⁷.” Ela apresentou-se de forma epidêmica, acometendo praticamente toda a população urbana do Recife. A moléstia virótica chegou novamente a terras recifenses em 1894. Ela alastrou-se rapidamente e, como em 1890, apresentou-se de forma benigna. Porém, causou - nesse ano - um total de 43 óbitos, levando sofrimento a quase toda a população local.

Foram vários os momentos que a Gripe fez visitas em terras recifenses: “Em 1900, a gripe veio mais forte e deixou um saldo funesto de 145 óbitos. Começa o século XX e, em 1905, ocorre uma epidemia com 106 mortes. No ano seguinte, espalha-se novamente a influenza, levando 113 vítimas ao cemitério¹⁶⁶⁸”. De 1901 até 1917, a Gripe não deixa de visitar a capital pernambucana¹⁶⁶⁹, provocando sempre óbitos, mas em nenhuma dessas visitas pode ser comparada a de 1918, em que essa leva à morte um número de 1893 só em outubro daquele ano, sem deixar de levar em consideração os que morreram e não tiveram atestado de óbito. Assim, esse número pode passar dos 3.000, isso só na capital Recife, pois nos noticiários dos periódicos chegam com frequência notícias do interior do Estado. Porém, esta pesquisa se detém ao espaço urbano do Recife de 1918:

Em agosto de 1918, acabou-se a Primeira Guerra Mundial. Em setembro, alastrou-se pelo mundo inteiro a pandemia gripal que passou à história médica com o nome de INFLUENZA ESPANHOLA. Em outubro, a “espanhola” surge no Recife. Assume, de logo, feição de epidemia grave. Cerca de cento e vinte mil pessoas adoeceram da influenza numa população orçada em 220.000 habitantes. A “espanhola” grassou mais forte em outubro, quando se anotaram 1893 óbitos devidos à gripe. Tal cifra equivalia a 70 por cento da mortalidade geral do Recife, naquele mês. ¹⁶⁷⁰

No Recife, a Gripe Espanhola aporta no mês de setembro de 1918, assolando esse espaço físico até novembro daquele ano. Os recifenses acompanhavam inicialmente a pandemia da Gripe à distância através dos periódicos que circulavam na cidade do Recife: *Diário de Pernambuco*; *A Província*, *a Ordem*, entre outros. Esses jornais noticiam a presença da Gripe Espanhola de forma contraditória inicialmente:

A propósito de certas notícias alarmantes publicadas a respeito dessa epidemia que tanto tem dado que falar entre nós, sobretudo depois das dolorosas perdas ocorridas a bordo dos navios da nossa esquadra de guerra, procuramos ontem o Sr. Dr. Abelardo Baltar, inspetor da Higiene do Estado, que nos disse mais ou menos o seguinte: Os casos de “influenza” ocorridos a bordo do “Piauhy” nada apresentam de extraordinário. São casos comuns de gripe, como aqui e por toda parte ocorrem em certas épocas, geralmente de forma torácico-abdominal. ¹⁶⁷¹

¹⁶⁶⁷ PARAHYM, Orlando. **Traços do Recife**: ontem e hoje. Recife: Companhia e editora de Pernambuco, 1978. P. 200.

¹⁶⁶⁸ Idem.

¹⁶⁶⁹ Relatório de Otávio de Freitas de 25 de novembro de 1918, quando era Diretor do Serviço de Saúde do Estado. Biblioteca CCS, UFPE.

¹⁶⁷⁰ PARAHYM, 1978, p. 201.

¹⁶⁷¹ VARIAS. *Diário de Pernambuco*, Recife, 30 set. 1918, ano 94, n. 269, p.3.

Essa era a posição do jornal Diário de Pernambuco no que tocava o evento em curso da Gripe em Recife, se posicionando claramente em defesa do governo de Manoel Borba. Em relação ao jornal A Província a posição era de procurar tentar mostrar a sociedade recifense os perigos que essa passava em decorrência do avanço da moléstia gripal, fazendo firmemente noticiar a chegada da Gripe. Era uma forma de se colocar em uma postura de oposição ao governo estadual:

Para cúmulo das nossas infelicidades aí temos também uma epidemia. Não percamos tempo com o nome. “Epidemia espanhola” ou “moléstia espanhola” como se diz em Portugal, “influenza espanhola” como se está chamando no Brasil, “gripe” simplesmente, ou “gripe torácica”, ou “gripe intestinal”, “gripe catarral”, ou que outro nome lhe deem os médicos da Higiene, o que é certo, é que ela já matou vários médicos brasileiros, vários oficiais e marujos da nossa esquadra, e está aí, agora ameaçando devastar a cidade e matar os habitantes.¹⁶⁷²

Como é possível observar, os jornais A Província e o Diário de Pernambuco entram em evidente contradição e, por que não dizer, em clara contraposição no tocante às veiculadas no final de setembro de 1918 sobre a chegada da Gripe Espanhola no Recife. Esse antagonismo provém do fato que, para além de informar, os jornais ajudam a formar opinião e são permeados de concepções conflitantes. Porém, nem todas as informações colocadas ao público são de conveniência para os que estão do poder. Diante desse acontecimento, encontrava-se o povo, o trabalhador, os menos assistidos pelo Estado, que diante da pandemia da Gripe Espanhola se veem mais vulneráveis à situação de morte e procuram criar foras das instituições estatais espaços de cura em um Recife atormentado pelo medo dessa tal indesejada visitante.

Sobre a chegada da Gripe no Recife, em 25 de setembro é noticiado pelo *Jornal Pequeno* o primeiro alerta. Com uma nota, o jornal informa que o vapor *Piauhy* chegara ao porto do Recife com dois doentes no dia 24 de setembro¹⁶⁷³. Com rapidez, a doença se transferiu do porto para as ruas da capital pernambucana. Logo no início de outubro, os doentes se multiplicavam em ritmo acelerado, e o cotidiano da cidade recifense foi modificado. O centro comercial, repartições, escolas e cinemas fecharam e outros serviços públicos como telefonia e transporte ficaram quase paralisados.

A espanhola não fez distinção de posição social, atingindo todos os segmentos da população brasileira. Contudo, na epidemia de 1918 em Recife, os primeiros a contraírem essa moléstia foram os trabalhadores do Porto. Depois, haverá uma situação epidêmica que atingirá os residentes e transeuntes do centro urbano de um Recife que adoecera, afligindo com mais destaque aos desprovidos socialmente, o povo. Seria normal que os trabalhadores portuários fossem os primeiros a contrair a Gripe Espanhola, por ser o porto entrada principal de pessoas de outras regiões do Brasil e do mundo.

Porém, o que era colocado em discussão pela imprensa oposicionista era a falta de assistência segundo essa às pessoas que caíam na enfermidade com a doença, mesmo levando em consideração que o Estado estava à frente de um inimigo invisível e diante de uma situação inesperada e nova para a realidade do aparelho de saúde pública no momento histórico da epidemia. A imprensa fazia publicar em seus periódicos jornais medidas como receitas caseiras que a população poderia fazer, como forma de prevenção da moléstia que se apresentava com o nome de Gripe Espanhola:

A Gripe Espanhola

Remetem-nos: “A essa ilustrada redação pedimos a divulgação das receitas abaixo para prevenir e combater a epidemia que, sob o título de “Influenza Espanhola”, está

¹⁶⁷² A EPIDEMIA. *A Província*, Recife, 30 set. 1918, ano XLI, n. 269, p.1. FUNDAJ.

¹⁶⁷³ Ver: *Jornal Pequeno*. Recife. 1918, P. 1. FUNDAJ.

grassando no Recife: PRESERVATIVO – Deixar enxofre na água que beber e cozinhar. A um litro de álcool adicionar: cascas de dois limões, uma colher das de chá de erva doce, uma colher das de sopa de tintura de brynnia. Para usar 6 gotas em um cálice d'água 2 vezes ao dia. Tomar de preferência na volta dos passeios ou trabalho. Sendo atingido pelo mal no uso deste medicamento será o mesmo de forma benigna.¹⁶⁷⁴

Os veículos de comunicação construtores do discurso governista no momento da epidemia se colocavam na função dos mediadores entre o Estado e o povo, para tentar dar formas de domínio do problema que atacara a cidade e favorecer o controle político, procurando evitar inquietações sociais que eram provocadas pela moléstia que pairava sobre o Recife.

O mundo vive o final da Primeira Guerra no mês de agosto de 1918, mais também assiste o aparecimento de uma das maiores epidemias que acometera o globo, a Gripe Espanhola. “Em uma das últimas sessões da Academia de Medicina de Paris e da qual só tivemos conhecimento pelos derradeiros jornais franceses aqui recebidos, discute-se a “influenza espanhola”.¹⁶⁷⁵ Esse noticiário aponta as primeiras notícias da Gripe em terras estrangeiras, que chegam a Recife através do Diário de Pernambuco. E tendo como base as referências da academia parisiense põe em relevo era vista como referencial não só de um esplendor da modernidade, mas também como fonte segura de informações ligadas ao setor médico.

Sobre o noticiário do Jornal A Ordem: “Dentre as suas terríveis calamidades, a Europa nos manda mais uma praga que os médicos de lá apertados por defini-la convencionaram chamar, provisoriamente, influenza espanhola”¹⁶⁷⁶. O Jornal A Ordem é mais enfático quando se refere à Gripe, procurando, no seu primeiro artigo sobre o assunto, tratar de uma forma mais contundente e realista para sociedade recifense o grande perigo dessa moléstia. A sua postura é diferente dos primeiros artigos dos outros jornais pesquisados para este trabalho: O Diário de Pernambuco, A Província.

Em relação ao noticiário da Província: “A Saúde do Porto, após a chegada, anteontem em nosso porto, do vapor “Piauhy”, constatou alguns casos de uma moléstia desconhecida em diversos tripulantes deste navio”¹⁶⁷⁷. O jornal A Província aponta indícios de pessoas contaminadas pela suposta Gripe, sempre fazendo referência a essa doença sem realmente dizer o que acometia o Recife, até pelo desconhecimento e de uma certeza se realmente era a gripe. O periódico em questão se coloca inicialmente de uma forma neutra em função da política. Diferentemente do Jornal a Ordem que, de imediato, sem ter certeza sobre a presença da Gripe Espanhola já apontara essa em terras recifenses.

A leitura dos noticiários sobre a epidemia da Gripe Espanhola aparece como uma oportunidade de entender como a sociedade recifense se comportou no período que reinou a epidemia da Gripe Espanhola na cidade, Analisar essas forças é, contudo, uma forma de avaliar a atuação do Estado em função da mediação científica na questão da Saúde no Recife na primeira metade do século XX. Esses noticiários da imprensa recifense de 1918 ajudaram na construção de arquivos, que servem para a montagem de apontamentos historiográficos da sociedade do Recife no período epidêmico da Gripe Espanhola:

O arquivo não é o que protege, apesar de sua fuga acontecimento do enunciado e conserva, para as memórias futuras, seu estado civil de foragido; é o que, na própria raiz

¹⁶⁷⁴ A GRIPPE Espanhola. **Diário de Pernambuco**, Recife, 04 out. 1918, ano 94, n. 273, p.3. FUNDAJ.

¹⁶⁷⁵ A “INFLUENZA Espanhola e a Academia de Medicina de Paris. **Diário de Pernambuco**, Recife, 29 set. 1918, ano 94, n. 268, p.1. FUNDAJ.

¹⁶⁷⁶ **CHRONICA. A Ordem**. Recife, 29 set. 1918, ano II, n. 269, p.1. FUNDAJ.

¹⁶⁷⁷ É uma febre desconhecida ou é gripe intestinal? **A Província**, Recife, 26 set. 1918, ano XLI, n. 265, p.1. FUNDAJ.

do enunciado acontecimento e no corpo em que se dá, define, desde o início, *sistema de sua enunciabilidade*. O arquivo não é, tampouco, o que recolhe a poeira dos enunciados que novamente se tornaram inertes e permite o milagre eventual de sua ressurreição; é o *sistema de seu funcionamento*¹⁶⁷⁸.

Em sua coluna diária FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. o jornal do Diário de Pernambuco registrava: “Até agora pelo menos não há motivos que justifiquem maiores apreensões”.¹⁶⁷⁹ O Diário de Pernambuco tenta acalmar a população recifense, mostrando que nada de excepcional estava acontecendo na cidade, dizendo ainda que o Dr. Carlos Seidl, o eminente chefe da Saúde Pública Federal, dera uma declaração que a Gripe que aqui se encontrava já fora diagnosticada com a mesma moléstia simples já anteriormente assinalada.

Os doentes que chegaram ao Recife a bordo do vapor “Piauhy” foram levados para o hospital de Santa Águeda¹⁶⁸⁰, sendo atendidos por médicos ligados à Inspetoria de Higiene do Estado, constatando que nenhum sintoma novo fora apresentado, mas sim características comuns à Gripe que a sociedade já conhecia nada, segundo os inspetores médicos de tratar de uma nova entidade mórbida:

Para cúmulo das nossas infelicidades aí temos também uma epidemia. Não percamos tempo com o nome. “Epidemia espanhola” ou “moléstia espanhola” como se diz em Portugal, “influenza espanhola” como se está chamando no Brasil, “gripe” simplesmente, ou “gripe torácica”, ou “gripe intestinal”, “gripe catarral”, ou que outro nome lhe deem os médicos da Higiene, o que é certo, é que ela já matou vários médicos brasileiros, vários oficiais e marujos da nossa esquadra, e está aí, agora ameaçando devastar a cidade e matar os habitantes.¹⁶⁸¹

O jornal A Província de uma forma oposicionista coloca um artigo de afronta ao poder público em relação à questão da Gripe: “Não adiantou muito para o Sr. diretor da Higiene, nas declarações que fez ao “Diário de Pernambuco, sobre a atual epidemia, dizendo que são casos de gripe que ocorrem em toda parte e em todas as épocas, geralmente de forma toracoabdominal.¹⁶⁸²” A posição jornalística do jornal A Província continuava chamando a atenção para o perigo que circula e ameaça a sociedade do Recife, exigindo, sob uma forma de posicionamento político, uma ação imediatista das autoridades do Estado ligadas à saúde pública, acusando sempre as autoridades de não se mobilizarem e cruzarem os braços, colocando-se na espera de soluções de fora para nomear e tomar providências sobre o que estava acontecendo.

Falava-se da imundice da cidade, os seus pântanos, as suas águas esverdeadas, as suas sarjetas, os seus mosquitos são outros tantos convites a todas as epidemias¹⁶⁸³. Existe uma denúncia feita pelo Jornal A Província no que toca à estrutura de saneamento e sanitização do Recife, em que as questões sanitárias são apontadas como facilitadoras de epidemias. Colocava-se que a cidade tinha seus principais pontos limpos, como as principais ruas e avenidas, porém não dá atenção às ruas paralelas, aos becos e às vielas. Procura-se uma

¹⁶⁷⁸

¹⁶⁷⁹ VARIAS. **Diário de Pernambuco**, Recife, 30 set. 1918, ano 94, n. 269, p.3. FUNDAJ.

¹⁶⁸⁰ Antigo Hospital de Variolosos que passa a se chamar Santa Águeda até meados de 1920, em que dar espaço para o nascimento do Hospital Oswaldo Cruz. Ver: Diniz, Luiz Carlos. **A História do Hospital de Santa Águeda**, Recife: Avellar Gráfica e Editora LTDA, 1994, p. 7.

¹⁶⁸¹ A EPIDEMIA. **A Província**, Recife, 30 set. 1918, ano XLI, n. 269, p.1. FUNDAJ.

¹⁶⁸² A EPIDEMIA. **A Província**, Recife, 30 set. 1918, ano XLI, n. 269, p.1. FUNDAJ.

¹⁶⁸³ A EPIDEMIA. **A Província**, Recife, 1º out. 1918, ano XLI, n. 270, p.1. FUNDAJ.

desculpa para a chegada e proliferação da Gripe, não entendendo que o Recife era só mais uma das várias vítimas que a Espanhola começava a fazer no momento mais agressivo, que foi o de outubro 1918.

O noticiário do Jornal A Ordem coloca o medo aparente para a sociedade em decorrência de um futuro surto epidêmico: “Deus nos livre dela, a nós que já vivemos tão atropelados com as outras. Se estas, as moléstias conhecidas, frequentes, familiares, quando se nos metem pela pele, deixam-nos confusos e alheios à sua natureza, o que não acontecerá com esta nova inimiga desconhecida”.¹⁶⁸⁴ O medo de uma sociedade, que já passara por outras epidemias como a Cólera, é visível nesse noticiário do jornal A Ordem, que mostra o desconhecimento dos males que essa Gripe pudesse trazer deixando clara a tensão de uma sociedade desprovida de uma eficiente organização médica para um caso novo como foi a Gripe Espanhola.

Segundo o Jornal Diario de Pernambuco: “A inspetoria de saúde dos portos de Pernambuco, que aliás é de 1ª classe, recebeu do digno Diretor Geral de Saúde Pública, instruções detalhadas para proceder com o máximo rigor nas medidas contra a moléstia ainda não caracterizada”.¹⁶⁸⁵ O Diario de Pernambuco se posiciona com elogios à ordem médica local e ressaltando as recomendações do poder público ligado à saúde em reforçar as atenções para impedir a entrada da chamada Influenza Espanhola no Recife. Fez ordenar o Diretor de Saúde Pública que todos os navios que mesmo tendo inspetor sanitário em suas acomodações, que tenha chegado dos continentes asiático, africano e europeu, deveriam ser visitados pelas autoridades de saúde do Estado, sendo obrigados a todos os passageiros, principalmente aqueles de terceira classe, ser examinados individualmente para a verificação dos doentes com suspeitas de qualquer sintoma ligadas ao aparelho respiratório.

O pobre é sempre como já aqui apontamos uma das maiores ameaças a uma ordem sanitária, e a posição do Diretório de Saúde Pública em principalmente averiguar as pessoas da terceira classe mostra essa postura do governo no que toca à diferença de tratamento dada a esses indivíduos pobres, onde esses eram vistos como ameaçadores da Ordem sanitária.

É importante fazer observações quanto à crise sanitária em diferentes segmentos sociais, pelas contradições dos noticiários entre os jornais de 1918 que noticiavam sobre a questão da saúde pública, procurando analisar o conteúdo do discurso da imprensa, com diferentes formas de abordar o problema da Gripe Espanhola em que os noticiários publicavam certezas e dúvidas sobre a doença, contribuindo dessa forma para aumentar o medo e a insegurança da população.

Contudo “Uma realidade nunca é compreendida melhor do que por suas causas¹⁶⁸⁶”. Toda a agitação provocada pela ansiedade da população recifense frente a uma moléstia epidêmica em ascensão é fruto de uma realidade vivida por pessoas que desconheciam o perigo que as rondavam, inclusive o próprio poder Médico de 1918. E as causas desse evento que começava a dar insegurança a toda à sociedade eram abstratas, de maneira que era mais fácil para a elite dominante encontrar nas classes subalternas a origem do problema do que apresentar de imediato uma solução para o problema.

¹⁶⁸⁴ CHRONICA. **A Ordem**. Recife, 29 set. 1918, ano II, n. 269, p.1. FUNDAJ.

¹⁶⁸⁵ SAÚDE Pública. **Diario de Pernambuco**, Recife, 04 out. 1918, ano 94, n. 273, p.2. FUNDAJ.

¹⁶⁸⁶ Ver: Bloch, Marc. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador**, 2001, p.62.

SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA – AIDS E A PRODUÇÃO DO FILME FILADÉLFIA (1993) NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA – EUA.

*Bruna Aparecida Barros*¹⁶⁸⁷
brunaapbarros@hotmail.com

Resumo: O presente artigo consiste em apresentar algumas hipóteses acerca do tema que compõe nossa dissertação – ainda em construção, qual seja a abordagem da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – AIDS, na produção da obra fílmica Filadélfia de 1993. As razões para se produzir um filme sobre uma doença como a AIDS e como se deu esta produção artística, são algumas questões que analisamos neste ensaio. Compreendemos que uma enfermidade pode desestruturar toda uma sociedade e tal compreensão é observável numa produção cultural e artística com o filme Filadélfia, que nesta perspectiva pode ser entendido como um agente histórico e social.

Palavras chave: AIDS, Filadélfia, Estigma e Representação.

A existência da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – AIDS foi confirmada em 1980 nos Estados Unidos da América - EUA, porém isto não significa que ela não havia se manifestado antes em outros países. Segundo o jornalista norte americano Randy Shilts¹⁶⁸⁸ uma médica dinamarquesa chamada Grethe Rask entre 1978 a 1979 teria ficado muito enferma ainda quando trabalhava no Zaire. No período em que esteve debilitada, nenhum médico soube o verdadeiro motivo da supressão do seu sistema imunológico, posto que este, não conseguia combater as mais simples doenças.

Na obra do historiador e jornalista Ítalo Tronca é possível compreender que alguns países argumentavam sobre que país poderia ser o berço da nova e terrível Síndrome.

Para os franceses, pelo menos em 1981, era claro que a AIDS vinha rotulada com a inscrição made in USA (...). (...) Em 1987 isso aparece ainda com maior clareza nas representações da doença na Alemanha, quando a revista Der Spiegel publicou imagens de caricaturistas de políticos norte-americanos para ilustrar uma reportagem sobre a AIDS na própria Republica Federal alemã. Para os soviéticos, era igualmente clara a origem geográfica da doença – o vírus HIV teria sido fabricado pelos especialistas em guerra biológica em Fort Detrick, Maryland, em conjunto com os cientistas do CCD¹⁶⁸⁹.

Na citação acima se compreende que nenhum destes países desejava possuir o registro de nascimento da nova Síndrome – sendo mais fácil atribuí-la aos Estados Unidos como o berço da doença, pois a AIDS surgia carregada de estigma e gerava preconceitos por onde passava. Um Grupo de Risco foi estabelecido, pois algumas pessoas, mais que outras, apresentavam a contaminação em número exorbitante nos EUA: os homossexuais masculinos; logo depois hemofílicos¹⁶⁹⁰ e usuários de drogas intravenosas.

¹⁶⁸⁷ Mestranda em História - MAHIS - Universidade Estadual do Ceará.

¹⁶⁸⁸ SHILTS, Randy. **O PRAZER COM RISCO DE VIDA: A Epidemia da AIDS - Como surgiu como se espalhou porque não foi possível controlá-la.** Rio de Janeiro: Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S.A. 1987.

¹⁶⁸⁹ TRONCA, Ítalo Arnaldo. **As máscaras do medo: lepra e AIDS.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000. 132.p.

¹⁶⁹⁰ A hemofilia é um distúrbio genético e hereditário que afeta a coagulação do sangue. O sangue é composto por várias substâncias, onde cada uma delas tem uma função. Algumas dessas substâncias são as proteínas denominadas fatores da coagulação, que ajudam a estancar as hemorragias quando

Diante do número de pessoas atingidas pela AIDS¹⁶⁹¹, inicialmente, muitos homossexuais; a ciência, os médicos e as religiões, principalmente, a cristã, tentava encontrar hipóteses do que poderia ter desencadeado tal moléstia mortífera. Segundo Nascimento a ciência, por exemplo, tinha certezas que pareciam inabaláveis antes da eclosão da AIDS, porém:

[...] o fato de a ciência biomédica ter sido colocada em xeque foi o principal detonador de tão rápida reação ao desafio posto pela emergência da AIDS. No mundo científico, construiu-se a crença de que as doenças infecciosas viviam o período final de sua derrocada em franco processo de extinção – dito de outra forma, doença infecciosa não tratável e não prevenível pelo aparato médico seria coisa ultrapassada, “Mesmo na presença de tantas tecnologias médicas sofisticadas, nós nos sentimos impotentes” – é o que diz Noreen Russel, do Centro Médico da Universidade de Nova Iorque, ao expressar a perplexidade dos cientistas diante da AIDS.¹⁶⁹²

Nascimento mostra a perplexidade que a AIDS causou na ciência e na medicina, uma doença que contaminava centenas de pessoas e em poucos meses, e que em poucos anos milhares já estavam doentes e sem expectativa de vida. O agente etiológico da doença o Vírus da Imunodeficiência Humana - HIV¹⁶⁹³ foi finalmente descoberto em 1984, porém ainda antes da descoberta do vírus causador desta enfermidade, a especulação sobre como era a contaminação da AIDS foram diversas. Segundo Tronca a ciência acreditava que as relações sexuais dos homossexuais, principalmente a anal, poderia causar a enfermidade, já religião, segundo Nascimento acreditava que era um castigo divino, pela desobediência dos preceitos cristãos, principalmente, ao que dizia respeito à orientação sexual.

Estas conjecturas fizeram com que a sociedade também acreditasse em tais “verdades”, afinal eram dois importantes pilares sociais que tentavam construir certezas a

ocorre o rompimento de vasos sanguíneos. O tratamento é feito com a reposição intravenal (pela veia) do fator deficiente. Mas para que o tratamento seja completo, o paciente deve fazer exames regularmente e jamais utilizar medicamentos que não sejam recomendados pelos médicos. Informações encontradas nas páginas: Federação Brasileira de Hemofilia e FIOCRUZ Biossegurança Infantil. Endereços eletrônicos: <http://www.hemofiliabrasil.org.br/hemofilia/o-que-e/>, <http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/infantil/hemofilia.htm> Acesso: 15/12/2015. Respectivamente.

¹⁶⁹¹ Segundo o primeiro Boletim Epidemiológico sobre a AIDS nos EUA de 1982 havia cerca de 452 casos confirmados, já em 1993, segundo o Boletim Epidemiológico de dezembro 1993 o número de casos passam de 361 mil pessoas contaminadas pelo vírus do HIV. Informações encontradas no Endereço Eletrônico: <http://www.cdc.gov>

¹⁶⁹² NASCIMENTO, Dilene do. **As pestes do século XX: Tuberculose e AIDS no Brasil, uma história comparada.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. 85.p.

¹⁶⁹³ HIV é a sigla em inglês do vírus da imunodeficiência humana. Causador da AIDS ataca o sistema imunológico, responsável por defender o organismo de doenças. As células mais atingidas são os linfócitos T CD4+. E é alterando o DNA dessa célula que o HIV faz cópias de si mesmo. Depois de se multiplicar, rompe os linfócitos em busca de outros para continuar a infecção. Ter o HIV não é a mesma coisa que ter a AIDS. Há muitos soropositivos que vivem anos sem apresentar sintomas e sem desenvolver a doença. Mas, podem transmitir o vírus a outros pelas relações sexuais desprotegidas, pelo compartilhamento seringas contaminadas ou de mãe para filho durante a gravidez e a amamentação. Por isso, é sempre importante fazer o teste e se proteger em todas as situações. Biologia – HIV é um retrovírus, classificado na subfamília dos Lentiviridae. Esses vírus compartilham algumas propriedades comuns: período de incubação prolongado antes do surgimento dos sintomas da doença, infecção das células do sangue e do sistema nervoso e supressão do sistema imune. Informações retiradas da página do Portal sobre AIDS, doenças sexualmente transmissíveis e hepatites virais-Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais endereço eletrônico: <http://www.aids.gov.br/pagina/hiv>. Acesso em 12/12/2015.

partir das informações que a doença lhe apresentava. Muitas das representações da doença e do doente, inicialmente, foram elaboradas a partir destas hipóteses, pois segundo Chartier:

As representações do mundo social assim construída, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.¹⁶⁹⁴

As representações como esclarece o autor, são fundamentadas na razão, neste caso, no início da manifestação da enfermidade, a única certeza que se tinha sobre a AIDS era que a doença era mortal. Então os grupos que forjaram representações sobre a doença, não foram os enfermos, mas aqueles que possuíam influência para forjar opinião pública como a ciência e a religião.

Diante do exposto é possível compreender porque o medo da doença gerou o preconceito e estigma, pois a doença apresentando-se mortal, sem informações absolutamente seguras sobre as formas de contaminação e um grupo de pessoas sendo mais atingido; foi suficiente para que a sociedade começasse a responsabilizar os doentes pela própria enfermidade, principalmente, em virtude de suas ações e condutas. O fato é que a AIDS também já atingia os heterossexuais e não apenas os que compunham o Grupo de risco como muitos dos hemofílicos, ou usuários de drogas intravenosas, porém, este percentual de pessoas atingidas era menor, e assim não eram levados em consideração como deveria, isto é possível comprovar na documentação do Centro de Controle de Doenças de 1993, onde não havia uma explicação, para este “fenômeno”.

Segundo Shilts, nos Estados Unidos, alguns veículos de comunicação tardaram em falar sobre a AIDS. Porém, o que dizer sobre uma enfermidade que pouco se sabia? Contudo, para o autor, o fato dos meios de comunicação terem identificado os homossexuais como os primeiros contaminados, afetou a visibilidade geral da enfermidade. Ainda assim, Shilts afirma que a doença foi negligenciada e foi necessário alguém famoso aparecer e assumir que estava doente para que os EUA reconhecesse a gravidade da doença.

Boatos de que Rock Hudson estava sendo tratado pelo Dr. Dominique Dormant, que estava medicando Bill Kraus e a maioria dos outros aidéticos americanos, espalhou-se pela comunidade de exilados pela AIDS em Paris. Histórias sobre a droga miraculosa que Hudson tinha ido procurar em Paris, muitos dos pacientes americanos foram caçados pelos repórteres, que finalmente, estavam interessados em matérias sobre a AIDS.

- Desculpe por não termos publicado muito sobre esta coisa antes – disse um repórter do *Washington Post* a Bill Kraus ao começar uma entrevista. – Nós não tínhamos sido capazes de encontrar um gancho que tornasse a matéria mais interessante para a população geral.¹⁶⁹⁵

Na citação acima é possível compreender porque o autor acreditava que os meios de comunicação não prestaram a devida atenção para a urgência da enfermidade, que assolava

¹⁶⁹⁴ CHATIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Tradução de Maria Manuela Garlhado. DIFEL – Difusão Editorial. S.A. Rio de Janeiro Ed.2.2002. 17.p.

¹⁶⁹⁵ *Ibid.*, p.695.

de forma assombrosa o país na década de 1980, foi necessário um grande artista¹⁶⁹⁶ ficar enfermo para que as notícias sobre a AIDS ganhassem o devido destaque. Os veículos de informações passavam o conhecimento que se tinha sobre a enfermidade, e com os avanços da ciência as informações também se atualizavam aos poucos, porém o que foi construído referente à representação durante os primeiros anos da epidemia, ainda continuava a ser a verdade para muitos.

Na década de 1990, programas de entretenimento passaram a abordar o assunto: series de TV e alguns filmes produzidos por canais de TV como: “AIDS, aconteceu comigo” de 1985¹⁶⁹⁷ nos Estados Unidos, em que algumas vezes após a transmissão, havia outra programação de caráter informativo com a presença de médicos e secretários de saúde para alertar e trazer mais informações à população.¹⁶⁹⁸

Porém, Hollywood demorou uma década para abordar o assunto. Com um Diretor que em 1991 ganhou cinco Oscars com o filme “O Silêncio dos Inocentes”¹⁶⁹⁹, não poderia dar errado. A produção de Filadélfia se iniciou ainda no final da década de 1980 e a trama gira em torno do drama de Andrew Beckett, um bem sucedido advogado, que trabalhava em um dos maiores e importantes escritórios de advocacia da cidade de Filadélfia, no Estado da Pensilvânia, nos EUA. Após apresentar sintomas da AIDS foi demitido pelos sócios, que alegaram baixo rendimento de suas funções; inconformado, Beckett, vivido por Tom Hanks,

¹⁶⁹⁶ O ator Rock Hudson, de 59 anos, torna-se a primeira grande celebridade a morrer de complicações da AIDS. A morte de Hudson levantou a consciência pública sobre a epidemia, que até então tinha sido ignorado por muitos no mainstream como uma "peste gay". Em 1984, enquanto trabalhava no Dynasty TV show, Hudson foi diagnosticado com AIDS. Em 25 de julho, 1985, ele reconheceu publicamente que tinha a doença em um hospital em Paris, onde ele tinha ido para procurar tratamento. A notícia de que Hudson, um ícone internacional, tinha AIDS focada a atenção mundial sobre a doença e ajudou a mudar a percepção pública do mesmo. Os primeiros casos de AIDS foram notificados em 1981 e as primeiras vítimas eram homens homossexuais que muitas vezes enfrentam a hostilidade pública e da discriminação. Como cientistas e autoridades de saúde pediram financiamento para combater a doença, eles foram amplamente ignorados pelo presidente Ronald Reagan e sua administração. Rock Hudson era um amigo de Reagan e sua morte foi dito ter mudado a visão do presidente da doença. No entanto, Reagan foi criticado por não abordar a questão da AIDS em um grande discurso público até 1987; por esse tempo, mais de 20.000 norte-americanos já morreram da doença e que se espalhou para mais de 100 países. Encontrado no endereço eletrônico: <http://www.history.com/this-day-in-history/hollywood-icon-rock-hudson-dies-of-aids>. Acesso: 11/09/2016.

¹⁶⁹⁷ AIDS, Aconteceu comigo (1985), foi o primeiro filme feito para a Televisão no canal NBC, que abordou a temática da AIDS em uma obra fílmica, dirigido por John Erman, também esta sendo analisado, junto à obra Filadélfia em nossa dissertação.

¹⁶⁹⁸ Apesar do anúncio da NBC que ele estaria fazendo o filme primeiro feito para a televisão sobre a AIDS, " An Early Frost " (AIDS, Aconteceu comigo), não será o primeiro programa de televisão para lidar com SIDA nesta temporada. “Série da rede de canal cabo Showtime “Brothers” mostrou um episódio lidar com AIDS recentemente, e a CBS série médica “Trapper John MD” transmitir um episódio centrado-AIDS no último domingo. Nesse episódio, um dos personagens regulares da série, a enfermeira interpretada por Lorna Luft, foi contatada por um ex - amante, que revelou que ele é bissexual e está sofrendo de AIDS. Stephen Farber, especial para o New York Times Publicado em: 06 de novembro de 1985, encontrado no endereço eletrônico: <http://www.nytimes.com/1985/11/06/arts/news-special-on-aids-to-follow-nbc-drama.html>. Acesso: 25.08.2015.

¹⁶⁹⁹ O Silêncio dos Inocentes é um filme de suspense, baseado no livro homônimo de Thomas Harris. A história é sobre um serial killer, chamado Buffalo Bill, que sequestra suas vítimas, mantém-nas em cativeiro por cerca de três dias e, posteriormente, mata-as, esfolando seus corpos e os joga em diferentes rios no território dos Estados Unidos. O porquê de ele fazer isso e a real natureza desse serial killer tentará ser descoberta pela agente do FBI Clarice Starling, juntamente com um psiquiatra antropófago que está preso, o Dr. Hannibal Lecter. Informações podem ser encontradas no artigo: O Silêncio dos Inocentes: aplicação de um método de análise. De Gustavo Aguiar, no endereço eletrônico: <http://www.rua.ufscar.br/o-silencio-dos-inocentes-aplicacao-de-um-metodo-de-analise-2/>. Acesso: 18/08/2016.

procurou um representante que o apoiasse diante do tribunal, e depois de ter seu caso recusado por nove advogados, recorreu ao seu anteriormente oponente em uma causa, Joe Miller - interpretado por Denzel Washington, que no início, por preconceito contra homossexuais e ignorância referente às formas de contaminação da enfermidade, não aceitou defender Beckett. Porém, depois por senso de justiça voltou atrás e aceitou ser o advogado de Beckett.

Surgiram, na ocasião, as mais diversas cobranças e justificativas referentes à omissão de Hollywood à questão. As motivações de Diretor Jonathan Demme e sua equipe para produzir Filadélfia não foi apenas profissional, ou ainda somente referente à cobrança que o cinema sofria para abordar a temática. Segundo o Diretor e seu roteirista Ron Nyswaner o filme também tinha outros objetivos, e foi pensado durante alguns anos antes de se construir um roteiro.

O roteiro de “Filadélfia” foi concebido em 1988 quando um amigo próximo de Demme e de sua esposa, Joanne Howard, confidenciou que tinha AIDS.

“Eu comecei a ouvir-me dizer que adoraria fazer um filme que lida de alguma forma com a AIDS”, Demme lembra, “porque temos que encontrar uma cura. A cura é possível, mas, enquanto isso as pessoas com AIDS são tratadas com desprezo por um grande número de pessoas da nossa sociedade”.¹⁷⁰⁰

Quando o amigo pessoal de Demme, o Diretor e chamado Juan Botas ficou enfermo, a ideia de realizar uma obra fílmica sobre a enfermidade, foi posta em prática. Para fazer parte de sua equipe, Demme contratou o roteirista Ron Nyswaner, que entendia a vida homossexual, pois era homossexual e ainda tinha um sobrinho chamado Kevin de 18 anos de idade que também estava enfermo de AIDS, e por este motivo aceitou de imediato o convite para fazer parte deste projeto, pois este assunto o interessava.¹⁷⁰¹ Percebe-se a preocupação do Diretor referente à doença e a falta de cura, mas outro ponto com o qual Demme se preocupa, ao que parece, é com o desprezo social que sofria uma pessoa enferma de AIDS.

Segundo o sociólogo Erving Goffman a sociedade cria e estabelece padrões de normalidade e o indivíduo que não se enquadra em algum destes padrões passa a carregar uma marca e ser tratado de forma diferente, e algumas vezes até constitui-se num pária social. O autor esclarece que desde os tempos antigos a sociedade se organiza desta forma.

Os gregos, tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem apresentava. Os sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo, um criminoso ou traidor – uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada, especialmente em lugares públicos. Na Era Cristã, dois níveis de metáfora foram acrescentados ao termo: o primeiro deles referia-se a sinais corporais de graça divina que tomavam a forma de flores

¹⁷⁰⁰ Joseph Gelmis para Los Angeles Times, publicado em: 28 de fevereiro de 1993, informações encontradas no endereço eletrônico: http://articles.latimes.com/1993-02-28/entertainment/ca-3_1_aids-movie/5

¹⁷⁰¹ Quando Demme convidou Nyswaner para almoçar em 1988 para discutir fazendo um filme sobre a SIDA, "eu disse sim a ele, imediatamente", Nyswaner lembra. "Meu sobrinho tinha acabado de ser diagnosticado com AIDS. Ele tinha 18 anos. Então eu disse: “Isso é extremamente importante porque o assunto para mim”. Jonathan insistiu que tinha de ser um, engraçado, dramático, desafiador, filme divertido. Informações encontradas na publicação de Joseph GELMIS para Los Angeles Times, publicado em: 28 de fevereiro de 1993. Endereço eletrônico: http://articles.latimes.com/1993-02-28/entertainment/ca-3_1_aids-movie/5.

em erupção sobre a pele; o segundo, uma alusão médica a essa alusão religiosa, referia-se a sinais corporais de distúrbio físico. Atualmente o termo é ampliado usado de maneira um tanto semelhante ao sentido literal original, porém é mais aplicado à própria desgraça do que evidencia corporal. [...].¹⁷⁰²

Quando um indivíduo passa a carregar um estigma ele não é mais considerado “normal” em sua sociedade e passa a ser tratado de forma diferente, ou ainda, destrutado. A AIDS foi à “desgraça” dos anos 80 quem contraía a enfermidade naquele período, ou ainda no início da década de 1990 e com frequência apresentava em seu corpo as marcas e as muitas debilidades que a doença causava em seu organismo, muitas vezes era tratada com um misto entre medo, asco e piedade. As experiências observadas pelo Diretor de Filadélfia, de seus conhecidos e as dificuldades enfrentadas por eles serviram para construir algumas representações no filme. Segundo o historiador Valim citando Siegfried Kracauer

De fato, como apontou Siegfried Kracauer, os filmes nunca são produtos de um único indivíduo; uma vez que qualquer unidade de produção cinematográfica engloba uma mistura de interesses e inclinações heterogêneas, o trabalho de equipe nesse campo tende a excluir o tratamento arbitrário do material, suprimindo peculiaridades individuais em favor de traços comuns a muitas pessoas.¹⁷⁰³

Assim, uma obra fílmica traz as experiências e ideias de uma equipe de produção; a motivação que gerou Filadélfia, por exemplo, ao que parece, foram às experiências de Demme e de Nyswaner, que ao escrever o roteiro se utilizou das experiências de sofrimento tanto de seu parente, como do amigo para construir algumas cenas.

As experiências de Kevin serviram de inspiração para algumas cenas do filme. Uma cena sobre uma veia fechada, (*vaso sanguíneo que não era mais possível injetar medicamento*) a linha foi escrita depois que ele encontrou o mesmo problema. Tratamento de Juan Botas também é ecoado no filme, especialmente em uma cena em que os pacientes esperam sua quimioterapia em um consultório médico, assim como o Sr. Botas fez. “Juanie sempre teve suas notas sobre o roteiro”, diz Demme com uma risada, lembrando como o Sr. Botas gostava de corrigir o script. “Mas ele não aprovava. Ele fez aprovar. E quanto menos enfadonho era mais ele aprovava”. As pessoas que se submeteram ao tratamento com o Sr. Botas estão no filme, assim como os pais de Kevin.¹⁷⁰⁴

A AIDS fazia parte do cotidiano dos dois principais produtores do filme, que conheciam a rotina dos seus conhecidos enfermos e que ouviram deles seus relatos sobre seus sofrimentos por causa da doença e por causa do estigma sofrido socialmente. Segundo Nyswaner, em entrevista para New York Times, seu sobrinho Kevin se desculpava todos os dias por ter sido contaminado e ficado enfermo de AIDS.

¹⁷⁰² GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. LTC – Livros Técnicos e Científicos Editores S.A. Rio de Janeiro: 1963. 11.p.

¹⁷⁰³ VALIM, Alexandre Busko. **Entre textos, mediações e Contextos**: Anotações para uma possível História Social do Cinema. Campinas: Revista História Social. n. 25, 2005. p. 27.

¹⁷⁰⁴ Jeffrey SCHMALZ para o **New York Times**. Publicado em: 28 de fevereiro de 1993 encontrado no endereço eletrônico: <http://www.nytimes.com/1993/02/28/movies/from-visions-of-paradise-to-hell-on-earth.html?pagewanted=all>

Filadélfia não foi apenas influenciado por estas duas histórias reais. Após a exibição do filme nos cinemas foi descoberto que a obra de John Demme e Nyswaner foi quase completamente inspirada na história de um advogado Geoffrey F. Bowers, que em 1986 entrou com uma ação judicial em Nova York, contra a grande empresa de advocacia Baker & McKenzie¹⁷⁰⁵ da qual havia sido demitido na cidade de Chicago, quando seus empregadores o demitiram, pois descobriram que ele tinha AIDS, porém, alegando baixa produtividade, exatamente, como o personagem principal Andrew Beckett interpretado por Tom Hanks no filme ficcional Filadélfia. Demme e sua equipe, posteriormente, sofreram um processo por não referenciar Bowers em sua obra, que declarava ser puramente ficcional.

Muitos estavam atentos à produção de Filadélfia tanto organizações não governamentais que lutavam contra a AIDS como o próprio Governo dos EUA.

Seja ou não “Philadelphia” surge como o filme “Laços de Ternura” da era do HIV, grupos gays e ativistas da AIDS, que foram assiduamente cortejados pelo diretor Jonathan Demme e outros ao longo da produção, dizem que eles estão entusiasmados que tal filme, finalmente, foi feito. “Para um grande estúdio de Hollywood para obter estrelas como Denzel Washington e Tom Hanks são uma grande coisa para as pessoas com AIDS”, diz Bob Hattoy, especialista em AIDS na Casa da Administração de Clinton. “Isso ajuda a tirar a AIDS do armário [...]”. “É um marco”, acrescenta Leonard Bloom, chefe executivo da AIDS Projeto de Los Angeles. “Tem sido um tempo para chegar”.¹⁷⁰⁶

É possível inferir que o Diretor cercou-se de pessoas envolvidas com a causa da AIDS, para conseguir mais informações sobre a doença, porém o que é interessante é o acompanhamento da produção do filme, tanto por representantes de ONGs, como por representantes do Governo e suas opiniões sobre esta produção. Para ambos era um passo importante que a indústria cinematográfica estava dando e que significava uma importante contribuição de Hollywood para possibilitar visibilidade à AIDS e seus desdobramentos para toda sociedade. Contudo, qual a relevância de uma grande produção cinematográfica sobre este tema? Por que tanto interesse dos ativistas e até de um representante do Governo em abordar este assunto no cinema? Valim ao analisar Ferro e Michele Lagny pode ajudar a responder estas questões.

Recuperando e aprofundando algumas questões levantadas por Marc Ferro, Michele Lagny argumenta que todo processo de produção de sentido é uma prática social e que o cinema não é apenas uma prática social, mas também um gerador de práticas sociais, **ou seja, o cinema, além de ser um testemunho das formas de agir, pensar e sentir de uma sociedade é também um agente que suscita certas**

¹⁷⁰⁵ A história de Baker & McKenzie é de determinação e trabalho duro. Por mais de 60 anos, o nosso povo ter ajudado a alimentar a nossa organização global única, começando com quatro advogados, uma secretária e taxas, totalizando US \$ 75.000 em 1949, para se tornar uma das maiores empresa de lei pela receita, mercados e headcount hoje, o nosso compromisso com a excelência sustenta o nosso caminho para o sucesso. Com 77 escritórios em 47 países e 13.000 pessoas, somos escritório de advocacia global de primeira linha do mundo. Nosso crescimento tem sido orgânico, dando-nos uma cultura forte, comum que atravessa a nossa empresa. Por seis décadas, temos seguido clientes em novos mercados, cada vez que a criação de serviços conduzidos por advogados locais e talento. Informações encontradas no site da própria empresa, no Endereço Eletrônico: <http://www.bakermckenzie.com/en/aboutus/our-firm>. Acesso: 09/08/2016.

¹⁷⁰⁶ Joseph GELMIS para **Los Angeles Times**, publicado em: 28 de fevereiro de 1993. Informações encontradas no endereço eletrônico: http://articles.latimes.com/1993-02-28/entertainment/ca-3_1_aids-movie/5

Um filme segundo a análise do autor a Ferro e Lagny é uma prática social e pode influenciar práticas sociais. Um filme pode ser uma testemunha, uma fonte. E um filme como Filadélfia é um olhar acerca de uma possibilidade que um doente de AIDS poderia vivenciar bem como as reações sociais que a doença estava provocando. Talvez o filme pudesse emitir informações que ajudassem a sociedade a enxergar o doente de AIDS com mais humanidade. Porém, o Diretor deixa claro que o filme não foi feito com esta finalidade, apesar de exercê-la¹⁷⁰⁸.

Contudo, o filme foi pensado como arte, para emocionar, ainda que muitos na plateia pudessem se identificar com algum personagem que estivesse em sua obra, como por exemplo, Joe Miller interpretado por Washington, que segundo Demme o representava e sem dúvidas representaria a maioria do público que pouco sabia sobre a enfermidade e não compreendia claramente a condição homossexual; o personagem de Washington, no final, compreende que o homossexual e doentes de AIDS são apenas humanos e precisam ser tratados como tal.

Porém houveram ativistas que não gostaram do que assistiram e criticaram Filadélfia.

Durante 12 anos, milhões de pessoas - gays com AIDS, pessoas infectadas com o HIV, suas famílias e amigos - ficaram esperando desesperadamente por um "grande" filme para lidar com esta praga de uma forma madura. Outras tragédias, desde o Holocausto ao Vietnã para Watergate, tiveram seus filmes. Por que não AIDS? Oh, nós sabíamos por que não: Porque AIDS está acontecendo com algumas comunidades [...]. Não há público, nos foi dito, para este tipo de assunto; Assim, para os 12 anos de esta praga, Hollywood virou as costas para ele. Finalmente uma empresa chamada TriStar, que é uma divisão da Columbia Pictures, que é uma divisão da Sony Entretenimento, que é uma divisão do Japão, onde existem muito poucos casos de AIDS, nos deu "Philadelphia". Não só tem nos dado "Filadélfia", mas, deixou que todos os outros e nós soubesse que, se "Filadélfia" não é um sucesso, pode não haver quaisquer outros filmes sobre a AIDS. Em outras palavras, como nova política militar para gays (gays-in-the-military) de Clinton, para lutar por nosso bem-estar vamos aceitar este filme, mas que não devemos dizer a ninguém como é terrível. Nós deveríamos ser gratos de ter sido feito.¹⁷⁰⁹

¹⁷⁰⁷ Ibid., p. 21 Grifo nosso.

¹⁷⁰⁸ "Eu estou esperando que as pessoas cujas vidas tenha ainda que ser tocada pessoalmente pela AIDS veja a imagem e possa chegar longe, e sentir que através de um salto da imaginação; agora conhecem alguém que tem AIDS e desejam que a pessoa não tenha AIDS, eles são tocados por sua situação.

"Em primeiro lugar, honestamente, este filme é feito para entreter. É concebido para proporcionar uma experiência emocional muito complicada, muito energizado. Esse é o objetivo. Se a qualquer medida que pode proporcionar um pouco de uma ponte para o entendimento em zonas de evitar ao tentar entrar, então eu vou ser realmente feliz". Informações encontradas na publicação de Joseph GELMIS para **Los Angeles Times**, publicado em: 28 de fevereiro de 1993. Endereço eletrônico: http://articles.latimes.com/1993-02-28/entertainment/ca-3_1_aids-movie/5.

¹⁷⁰⁹ Larry Kramer para **Los Angeles Times** publicado: 09 de janeiro de 1994 encontrado no endereço eletrônico: http://articles.latimes.com/1994-01-09/entertainment/ca-9875_1_aids-movie/2

Larry Kramer¹⁷¹⁰ ativista em combate a AIDS e homossexual em sua fala deixa claro que esperou por uma grande produção fílmica sobre a AIDS, e mostra com ironia todo seu desapontamento com a produção de Filadélfia e com Hollywood. Para o ativista o filme não se aproximou de suas expectativas e ainda se não fizesse sucesso, a temática não seria mais abordada na indústria cinematográfica.

O que vale ressaltar é a cobrança do ativista e sua espera por um filme em Hollywood que retratasse com verdade sobre a doença e a homossexualidade. Porém, Kramer explica que o filme só foi produzido porque a TrisTar filmes é japonesa e a incidência de enfermos no Japão era pequena. Afinal o que fazia Hollywood ter medo de abordar a AIDS? Se como o próprio Kramer disse outras “desgraças” foram abordadas com facilidade como guerras e outros incidentes?

A falta de público é também citada pelo ativista como um dos problemas para justificar a abordagem tardia de Hollywood. A homossexualidade, não era muito popular na indústria cinematográfica e a AIDS uma doença que atingiu muitos homossexuais e inicialmente mortal, provocou o medo de se produzir um filme e não obter público. O silêncio de Demme referente à baixa atuação do Governo segundo o ativista, também foi uma falha grave do filme, porém foi visto em uma citação anterior que Bob Hattoy (especialista em AIDS na Casa da Administração de Clinton) acompanhava de perto o filme, ainda quando era um projeto, o que fez do Governo também um colaborador com informações sobre a AIDS. Compreende-se a não abordagem no filme ao papel do Governo referente a AIDS nos EUA, pois como Demme criticaria o Governo se o mesmo o estava o apoiando? Segundo a jornalista Ana Maria Baiana para uma obra fílmica ser produzida é necessário.

[...] a filosofia principal é: um filme, mesmo “barato”, é caro; antes de investir a pequena fortuna necessária para que ele se torne realidade, há que se tentar ao máximo minimizar os riscos. E esse processo interessa de perto a nós espectadores, porque são as decisões tomadas durante essa tentativa de minimizar os riscos que, em última análise, determinam a forma final que o filme terá, se ele será ousado ou conservador, autoral ou formulaico, luxuoso ou cru, cheio de estrelas ou repleto de desconhecidos, digital ou em película, rodado em alguma ilha do Pacífico ou dentro de um estúdio.¹⁷¹¹

Baiana explica que um filme custa caro, então é necessário um planejamento geral, pois nenhuma equipe de produção, deseja que a obra seja um fracasso, menos ainda a maior indústria cinematográfica de Hollywood, que entre outras coisas, visa sempre o sucesso estrondoso e o retorno financeiro de um filme. O Diretor John Demme responsável pela realização de Filadélfia, tenta explicar porque Hollywood ficou anos em silêncio no tocante à AIDS.

Tendo sucesso onde outros falharam na obtenção de estúdio de apoio, Demme acredita na coragem de Hollywood e este não é o ponto de discórdia. Em seu trailer antes de gravar a cena da festa de “Philadelphia”, Demme especula: “Acho que a parede de pedra de “Mas como diabos você faz isso?” provavelmente bateu para fora 90%

¹⁷¹⁰ Em 1981 Kramer foi um dos primeiros a identificar o potencial letal da epidemia da SIDA - que ele chamou de praga - e ele dedicou sua vida à luta contra a sua propagação. Isso ele ganhou seguidores e inimigos. Esta última incluiu as administrações Koch e Reagan, que Kramer acusava - os de impotência voluntária em face da catástrofe. Mas alguns inimigos não eram tão óbvios: Muitos homens gays ficaram irritados com condenação de sua vida sexual desenfreada por Kramer. Isso criaria enormes lutas dentro Gay Crise de Saúde dos Homens, um grupo de defesa Kramer era co-fundador. Informações encontradas no endereço eletrônico: <http://nypost.com/2015/06/27/aids-activist-larry-kramer-still-fired-up-in-hbo-doc/>

¹⁷¹¹ BAIANA, Ana Maria. **Como ver um filme**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. 18.p.

das boas intenções. E a linha de fundo sobre ele é que ninguém escreveu um ótimo roteiro. Sem um ótimo roteiro, estúdios não vão fazer um filme sobre um assunto difícil. Você não vai investir milhões de dólares em algo que você sabe no fundo do seu coração que não vai apelar para uma audiência de massa, apenas para demonstrar sua preocupação.”¹⁷¹²

Demme esclarece que apenas apresentar uma preocupação com o assunto não é o suficiente para Hollywood investir milhões de dólares em uma obra fílmica; uma história que atraia o público em massa precisa ser o principal. Em outras palavras, o Diretor deixa claro o que objetivo do seu filme vai além de servir para informar a sociedade, ou se solidarizar com os doentes, visa principalmente ser bem sucedido em bilheteria e premiações, como aconteceu posteriormente com Filadélfia.

O primeiro filme abordar a doença no cinema foi ganhador de dois Oscar e enquanto foi muito elogiado por alguns, muito criticado por outros, acabou com o silêncio de Hollywood depois de uma década sem esboçar reação sobre a doença, enquanto outros atores e atrizes se dispuseram a colaborar com outras produções menores em filmes de TV na década de 1980 e 1990 que abordavam o assunto.

É possível perceber a poderosa influência do cinema, observando o cuidado e acompanhamento do Governo na produção do filme e a crítica depois recebida do ativista Kramer. O alcance que um filme de Hollywood pode ter se fizer sucesso, pode ser incalculável e por isso a preocupação com a mensagem que será transmitida para o público através da obra fílmica. Isso explica a cautela do Diretor em como e porque abordar a temática, visando antes de tudo emocionar sua plateia e obviamente, colher frutos financeiros com o drama da AIDS no cinema.

O filme no cinema ganha uma importância muito grande, pois segundo o historiador José D' Assunção Barros.

[...]. Se o cinema é 'agente da história' no sentido de que interfere nela direta ou indiretamente, ele também é interferido todo o tempo pela história, que o determina em seus múltiplos aspectos. Vale dizer, o cinema é 'produto da história' – e, como todo produto, um excelente meio para a observação do 'lugar que o produz', isto é, a sociedade que o contextualiza, que define sua própria linguagem possível, que estabelece seus fazeres, que institui suas temáticas. Por isso, qualquer obra cinematográfica – seja um documentário ou uma pura ficção – é sempre portadora de retratos, de marcas e de indícios significativos da sociedade que a produziu. É neste sentido que as obras cinematográficas devem ser tratadas pelo historiador como 'fontes históricas' significativas para o estudo das sociedades que produzem filmes, o que inclui todos os gêneros fílmicos possíveis. A mais fantástica obra cinematográfica de ficção carrega por trás de si ideologias, imaginários, relações de poder, padrões de cultura.¹⁷¹³

A citação acima Barros fala como acontecem às relações entre o cinema e a história, o filme é uma testemunha que do que acontecendo no contexto de sua realização, uma evidência é o interesse de críticos, atores e outros para que Hollywood abordasse a temática da AIDS, uma doença a cada ano aumentava o número de contaminações e óbitos de forma

¹⁷¹² Joseph Gelmis para **Los Angeles Times**, publicado em: 28 de fevereiro de 1993, no endereço eletrônico: http://articles.latimes.com/1993-02-28/entertainment/ca-3_1_aids-movie/5

¹⁷¹³ BARROS. José D' Assunção. **Cinema e história** – considerações sobre os usos historiográficos das fontes fílmicas. Comunicação e Sociedade. São Paulo, Ano 32, n. 55, 2011, p. 180

absurda e que ganhou um grau de urgência onde a indústria cinematográfica estava sendo literalmente intimidada a tratar do assunto.

O autor também fala do poder que o filme possui para influenciar uma sociedade, no ensaio compreende-se como o Governo, e alguns representantes de ONGs acompanharam a produção e receberam o filme apontando o que seria positivo e negativo, pois esta mensagem através do cinema alcançou um grande público e esta grande audiência deveria ser aproveitada da melhor maneira possível, e cada representante tinha um interesse que achava que deveria ser apresentado no filme, pois a obra fílmica é sim um meio de informação e conseqüentemente formador de opinião.

Através da representação que foram construídas pela sociedade e representadas no filme é possível compreender mais da História desta enfermidade e como setores, sociais inclusive as artes tiveram um papel fundamental, para informação e crítica, mesmo se utilizando “da liberdade de expressão” e ficção para abordar uma temática difícil e dolorosa como a AIDS.

OCTÁVIO DE FREITAS E A LIGA PERNAMBUCANA CONTRA A TUBERCULOSE NO RECIFE; NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Bruno Márcio Gouveia¹⁷¹⁴

brunomelotto@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho objetiva investigar a atuação da Liga Pernambucana Contra a Tuberculose. O contato com as técnicas laboratoriais que o médico Octávio de Freitas havia adquirido nas suas viagens a Paris possibilitou o aprimoramento do diagnóstico da tuberculina no Estado. Através da atuação de Freitas e da Liga contra a Tuberculose foi possível à criação de medidas legais que objetivassem impedir o contágio da doença em Pernambuco. Investigamos o funcionamento e a importância dos dispensários modelos que se instalaram no Recife. Por fim, buscamos compreender a importância do limiar dos conhecimentos microbiológicos no redesenho do saber médico na capital pernambucana no início do Século XX.

Palavras-chave: Liga Pernambucana Contra a Tuberculose. Tuberculose. Octávio de Freitas.

Introdução

O médico Octávio de Freitas nasceu em Terezina a 24 de janeiro de 1871. Junto com sua família ele chegou ao Recife em 1880, Octávio tinha, portanto, nove anos de idade. Aos catorze anos completando o ensino secundário o jovem não seguiu logo de imediato para a Faculdade de Medicina. Ingressou no curso de Medicina na Bahia no ano de 1886, entretanto permaneceu naquela instituição por apenas um ano e se transferiu no ano seguinte para a Faculdade de medicina do Rio de Janeiro.¹⁷¹⁵

Freitas voltou para o Recife no ano de 1893 para dar início a sua atuação profissional. Recebeu várias propostas para permanecer pela região sul ou sudeste, para dá início a sua prática Médica, todavia recusou todos os convites.

Freitas assumiu por diversas vezes a direção da Inspetoria de Higiene do Estado combatendo os diversos surtos epidêmicos que assolavam Recife e suas regiões adjacentes.

¹⁷¹⁴ Mestrando em História – UFPE

¹⁷¹⁵ Freitas, Octávio. **Minhas memórias de médico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

Criticou em seus escritos e relatórios as condições insalubres da Cidade, na perspectiva de que esta situação facilitava a disseminação de doenças.

Octávio aponta que de acordo com as estatísticas de 1852 a 1918, a tuberculose foi a doença que mais levou os pernambucanos a óbitos, totalizando 49.417 mortes decorrentes desta enfermidade. O sanitarista enfatiza que várias doenças tiveram investimentos do poder público, como a peste, a varíola, a febre amarela, enquanto que a tuberculose continuava esquecida pelo Estado.

O objetivo deste artigo é traçar a trajetória da Liga Pernambucana da Tuberculose nas três primeiras décadas do século XX. Destacaremos a atuação do médico Octávio de Freitas no combate a esta enfermidade no Estado.

1. Os caminhos que levaram a criação da Liga Contra a Tuberculose

A partir de uma pesquisa durante vários meses realizada nos arquivos públicos do Cemitério de Santo Amaro e com a junção com outros dados, Octávio pôde estabelecer dados mensais e anuais sobre a mortalidade em Pernambuco em relação a tuberculose, traçando os seguintes perfis: “sexo, idade, estado civil, nacionalidade e localizações nos diversos tecidos e órgãos do corpo humano¹⁷¹⁶”. Apesar deste estudo ter sido feito no ano de 1895, o demografista não pode publicá-lo naquele ano. Sua intenção com a respectiva investigação era chamar a atenção sobre a periculosidade para a Saúde Pública, da alta taxa de mortalidade da tuberculose no Estado.

Após a criação da Comissão Internacional Permanente para a Profilaxia da tuberculose foi criada no Rio de Janeiro a Liga Brasileira Contra a Tuberculose, sob a influência do dr. Hilário Gouveia, recém-chegado da Europa, onde o debate sobre o combate à tuberculose já se dava de forma contundente. Na formação da Liga não havia somente a classe médica, mas também incluíam outras categorias sociais, como jornalistas e advogados. A atuação da Liga se deu a partir da criação de propagandas pela imprensa e a realização de conferências com o intuito de instruir a população sobre o perigo e as medidas profiláticas da enfermidade, ao mesmo tempo em que se criavam as ligas em outros Estados do país. Freitas também em janeiro de 1901 publicou o resultado de sua pesquisa com o Título de “A tuberculose no Recife”.

Após a publicação da pesquisa de Octávio, a classe médica pernambucana começou a se mobilizar no sentido de combater a tuberculose e em 19 de junho de 1900 foi realizada a primeira reunião em uma sala da Inspetoria de Higiene com o objetivo de criar a Liga Pernambucana Contra a Tuberculose. A 19 de agosto foi inaugurada a Liga Pernambucana numa cerimônia solene no Teatro Santa Isabel.

Foi organizado o Estatuto da Liga Contra a Tuberculose e no artigo I constavam as seguintes definições das quais destacamos alguns trechos:

- a) Estudar a tuberculose em todas as suas formas, as suas causas mais frequentes entre nós e o meio de removê-las.
- b) Estudar sua profilaxia indicando os meios mais simples e eficazes de praticá-la ao alcance de todos, como sejam: - os melhoramentos do meio de vida e de trabalhos dos operários, combater o alcoolismo e as demais causas diretas e indiretas da produção da tuberculose.
- c) Divulgar por meio de conferências populares, publicações em folhetos ou pela imprensa diária ou periódica, as instruções profiláticas que devam ser por todos cumpridas em benefício próprio, da família e da sociedade¹⁷¹⁷.

Este estatuto nos mostra o delineamento de uma prática higienista que estava se formulando nos grandes centros urbanos. A preocupação em criar indivíduos saudáveis e

¹⁷¹⁶ FREITAS, Octávio. **A luta anti-tuberculosa em Pernambuco**. Recife: Typ. A Vapor, 1909. p. 8.

¹⁷¹⁷ FREITAS, 1909. p. 12.

higiênicos era parte constitutiva do conjunto de saberes que estava se articulando a partir de uma medicina experimental decorrente do desenvolvimento da bacteriologia.

É importante destacar, que a assimilação das teorias microbianas vinda da Europa, não ocorreram de forma passiva na realidade brasileira, foram necessários devidos ajustes e possíveis adaptações dos discursos médicos-científicos para tentar resolver as doenças tropicais que assolavam o país, com o destaque para a epidemia da febre amarela.

Benchimol¹⁷¹⁸, em suas pesquisas, encontrou nas figuras de Domingos José Freire e João Batista Lacerda as prerrogativas da microbiologia no Brasil e as problemáticas, tanto do ponto de vista teórico, quanto prático, no combate à febre amarela e de outras epidemias que acometiam as populações urbanas da região sudeste. O pesquisador faz questão de ressaltar que o “desaparecimento” de Freire, da história da ciência brasileira se deu, a partir da geração da década de 1890 que colocou Oswaldo Cruz como a liderança de maior êxito no campo da medicina experimental no país, e deslocou dessa forma as outras experiências anteriores para o ostracismo¹⁷¹⁹.

2. A atuação da Liga

A liga pernambucana foi, na realidade, a primeira liga brasileira a instalar um dispensário modelo para a profilaxia da tuberculose. O primeiro dispensário foi inaugurado em 10 de janeiro de 1904, localizado na Rua Gervásio Pires, e o segundo foi inaugurado em 21 de janeiro de 1912, construído na rua Conselheiro Peretti. O primeiro dispensário recebeu nome de Octávio de Freitas em reconhecimento da sua ativa atuação no combate à tuberculose em Pernambuco. Para o cumprimento dos objetivos da instituição foi criado por Freitas um questionário para ser aplicado pelos médicos e que se constituía de fontes para medidas médicas e higienistas no combate a respectiva moléstia.

Durante os quatro primeiros anos de funcionamento do Dispensário Octávio de Freitas, ou seja, de 1904 a 1908, o número de atendimentos chegou ao número de 1736 pacientes. O número de mulheres tuberculosas era maior no Estado, elemento que já vinha se configurando nos estudos estatísticos de Freitas sobre a tuberculose em Pernambuco. Outra prerrogativa importante eram as condições precárias das residências dos pacientes pobres que buscavam atendimentos na instituição e que facilitava a proliferação da enfermidade¹⁷²⁰.

Ao relatar sobre o Dispensário da Tuberculose pernambucano, Freitas faz questão de enfatizar que a instituição de caráter beneficente recebeu elogios importantes pela sua atuação no combate a essa moléstia. Oswaldo Cruz, após visitar a instituição, afirmou que “levava a mais agradável impressão da visita feita ao dispensário Octávio de Freitas. O dispensário vai prestar um dos mais relevantes serviços à população do Recife”¹⁷²¹. A partir desses relatos, torna-se evidente as intenções de Octávio em estabelecer uma memória positiva sobre o funcionamento da instituição em Pernambuco, que se confunde com sua trajetória profissional. Sobre a prática autobiográfica, Artieres aponta que “[...] a escolha e os acontecimentos determinam o sentido que queremos dar a nossas vidas”¹⁷²²

Com o objetivo de estender a atuação da luta contra a tuberculose, em 21 de janeiro de 1912 foi inaugurado o Dispensário Lino Braga. Em 1911 a imprensa já publicava a seguinte notícia sobre a construção desse novo órgão, oriundo da Liga Pernambucana contra a Tuberculose: “Realizou-se ontem, a hora anunciada, o assentamento da primeira pedra do

¹⁷¹⁸ BENCHIMOL, Jaime Larry. **Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Editora UFRJ, 1999.

¹⁷¹⁹ BENCHIMOL, Jaime Larry. Domingos José Freire e os primórdios da bacteriologia no Brasil. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, II, Mar. /Jun. 1995. p. 67-98.

¹⁷²⁰ FREITAS, 1909, p. 21-25.

¹⁷²¹ Ibid., p. 27.

¹⁷²² ARTÉRES, Philippe. Arquivar a própria vida/escrita da história. **Estudos históricos**, n. 21, 1998. p. 10.

dispensário Gotta de Leite que passou se denominar Lino Braga como um preito de homenagem a memória do benemérito ex-presidente desta associação caridosa¹⁷²³”.

Com uma oferta de serviços de saúde mais abrangente em relação ao Dispensário da Tuberculose Octávio Freitas, este dispensário atendia a mulheres inclusive no período da gestação e estabeleceu tratamentos como a sífilis e alcoolismo, além de buscar instruir as mães nos riscos da amamentação dos seus filhos por outra mulher¹⁷²⁴. Esta conduta está em sintonia com as novas prerrogativas da higiene e dos princípios da medicina microbiana, no intuito de evitar a proliferação de doenças.

Nesse novo dispensário Lino Braga, foi inaugurado um serviço chamado de Gota de leite, destinado a atender crianças em que os pais não possuíam recursos para a aquisição de leite de boa qualidade. Era previsto também medicações e visitas domiciliares caso fosse necessário. Esta instituição funcionou cerca de 12 anos atendendo cerca de 12 mil crianças¹⁷²⁵. Vários eventos¹⁷²⁶ foram promovidos para ajudar o financiamento deste serviço, como a realização de concertos beneficentes.

Em 1924 a instituição foi transferida para as instalações anexas ao Grupo Escolar Amaury de Medeiros. Todavia, houve a ruptura do acordo criado entre o Departamento de Saúde e Assistência quando Amaury de Medeiros se desligou da direção desse órgão, e dessa maneira acarretou o fim do serviço Gota de Leite.

A Liga Contra a Tuberculose atuou ativamente no combate à doença, através desses dois dispensários. O contato com as técnicas laboratoriais que Octávio de Freitas havia adquirido nas suas viagens a Paris possibilitou o aprimoramento de técnicas para a realização do diagnóstico da tuberculina.

Através da atuação de Octávio e da Liga contra a Tuberculose, foi possível a criação de medidas legais que objetivassem impedir o contágio da doença em Pernambuco. O sanitarista ainda em 1901 solicitou as autoridades que estabelecesse medidas legais para a utilização de escarradeiras higiênicas em diversos espaços públicos. Foi então sancionada a Lei N. 205 que não pôde ser colocada logo em prática. Todavia, Freitas, ao assumir interinamente a diretoria de higiene do Estado em 1905, enviou um ofício endereçado ao prefeito Coronel Martins de Barros assinalando a falta de aplicação da lei que havia sido estabelecida há quatro anos¹⁷²⁷.

Outras leis importantes foram as leis N. 462 e 471, de fevereiro de 1907. Esta lei objetivava a fiscalização dos estábulos de vacas leiteiras e instituía a obrigatoriedade da tuberculinização de todas as vacas, criadas para este fim, no perímetro da cidade do Recife¹⁷²⁸.

No conjunto das conquistas da liga, encontram-se as medidas antituberculosas aplicadas pela Arquidiocese de Olinda e Recife através das seguintes recomendações, remetidas em ofício por Octávio de Freitas em 1905.

- a) que em todas as igrejas, depois de festas e aglomerações se procedesse a desinfecção do solo por meio de panos ou esponjas embebidos com solução de sublimado a 3 por mil;
- b) que se tire, diariamente, o pó dos bancos, confessionários, paredes, altares, por meio de uma esponja ou pano embebido com água pura;
- c) que as pias de água benta sejam bem cavadas e desinfetadas com uma solução de sublimado corrosivo, sendo suas águas substituídas por frequências;

¹⁷²³ DISPENSÁRIO Lino Braga. **A província**. Recife, ano XXXIV, n. 189, p. 1, 11 jul. 1911.

¹⁷²⁴ FREITAS, Octávio. **Histórico da luta anti-tuberculosa em Pernambuco**. Recife: Indústria Gráfica brasileira, 1948.

¹⁷²⁵ *Ibid.*, p. 20.

¹⁷²⁶ GRANDE concerto em favor do Gota de Leite. **A província**. Recife, ano XXXVIII, n. 239, p. 1, 31 ago. 1915.

¹⁷²⁷ FREITAS, 1909, p. 37-38.

¹⁷²⁸ *Id.*, 1948, p. 21.

- d) que se evite, o mais possível, o uso de todo e qualquer ornamento que possa acumular pó;
- e) que se coloque as escarradeiras contendo soluções antissépticas para receptáculos dos escarros, usando tais escarradeiras lavadas todos os dias.
- f) que se conserve aberta as janelas e as portas, durante os atos religiosos;
- g) que os párocos, constantemente, aconselhem aos seus fiéis completa observância aos preceitos higiênicos¹⁷²⁹.

Essas medidas também foram exercidas pelos Arcebispos de Buenos Aires e Rio de Janeiro, seguindo uma tendência que já vinha sendo praticada pelas Igrejas na Europa. Essas instruções buscam disciplinar os espaços públicos para a disseminação de práticas de salubridade na população e assinalar o risco de uma epidemia grave, como era o caso da tuberculose não só em Pernambuco, mas em todo o território nacional.

Outra prerrogativa importante para o combate da tuberculose foi a criação do Registro Sanitário das habitações em 1908, enquanto Freitas exercia o cargo de diretor de higiene. As insalubridades das habitações eram consideradas pelos higienistas da época com uma das principais causas de epidemias que costumavam dizimar as populações, em diversas localidades do país. Octávio formulou o seguinte questionário, para ser aplicado pelos comissários da repartição de higiene nas visitas realizadas pela “vigilância médica”, ou “polícia sanitária”, com as seguintes questões:

- Possui pátio ou jardim?
- Número, natureza e local dos aparelhos sanitários (fossa fixa, fossa móvel, latrina de rede de esgoto, descrevendo o estado de qualquer uma destas, sua construção, ventilação, etc.)
- Que água usa? (Canalizada da companhia do Beberibe e neste caso a qualidade do encanamento, se de chumbo, ferro, etc., de cacimba, de poço artesiano, de rio).
- Estado do banheiro?
- Estado da cozinha (sua situação no prédio, sua construção). Umidade permanente do solo, paredes etc; vaso para depósito de lixos e condições de asseio da habitação e suas dependências¹⁷³⁰.

Além desse questionário os visitantes deveriam anotar se foi necessário a desinfecção da casa e por qual motivo, bem como o número de doentes existentes e se houve isolamento do enfermo. Esse levantamento minucioso, sobre as condições higiênicas das habitações, nos permite visualizar a relação construída entre o saber médico e as prerrogativas da modernidade urbana.

Considerando importante a presença de jardins nas habitações, com intuito de incentivar melhores condições de salubridade, Octávio de Freitas propôs a Liga pernambucana Contra a Tuberculose oferecer prêmios para aqueles operários que construíssem melhor os seus jardins¹⁷³¹.

Uma questão importante foi a obrigatoriedade da notificação da tuberculose aberta incluída no artigo 54 do Novo código sanitário de 1905. O artigo 2 ainda previa multa de 100\$ para quem transportasse os enfermos de doenças transmissíveis de uma residência para outra¹⁷³².

Todas estas medidas legislativas em relação à tuberculose partiam das prerrogativas do trabalho que a Liga Pernambucana havia empreendendo, principalmente na figura de

¹⁷²⁹ Ibid., p. 23-24.

¹⁷³⁰ **DIÁRIO de Pernambuco**. Recife, anno 84, n. 127, p. 1, 4 jun. 1908.

¹⁷³¹ **DIÁRIO de Pernambuco**. Recife, anno 84, n. 127, p. 1, 4 jun. 1908

¹⁷³² **SERVIÇO de hygiene. A província**. Recife, anno XXVIII, n. 163, p. 1, 22 jul. 1905.

Octávio que, via nesta enfermidade um problema de natureza social, e que necessitava de intervenções oriundas do poder Estatal, no intuito de solucionar os problemas decorrentes dos diversos surtos epidêmicos que assolaram a sociedade pernambucana durante várias décadas.

Através dos dois Dispensários, a Liga Pernambucana Contra a Tuberculose conseguiu, em sua primeira fase de funcionamento, de 1900 a 1923, atender cerca de 5.000 doentes tuberculosos no Dispensário Octávio de Freitas e auxiliou mais de 1.000 crianças no Dispensário Lino Braga, durante o seu período de funcionamento. Devido à dificuldade de recursos, esses dispensários foram colocados à venda¹⁷³³ e transferidos para outras instalações, durante a gestão de Amaury de Medeiros a frente do serviço de profilaxia Rural da Diretoria de Higiene do estado, e que estabeleceu a Inspetoria de Profilaxia da Tuberculose, a qual Octávio foi convidado a gerir¹⁷³⁴ com auxílio do médico Francisco Figueiredo¹⁷³⁵, e que foi inaugurada em julho de 1923, tendo sido, assim, criado um novo dispensário, que funcionou até 10 de outubro de 1930, atendendo o total de 10.784 pessoas¹⁷³⁶. Com a mudança de governo, na figura de Getúlio Vargas e Agamenon Magalhaes no Estado, a Inspetoria foi extinta, ficando a liga desamparada em relação ao apoio estatal.

Considerações finais

A atuação da Liga Pernambucana Contra da Tuberculose foi muito importante para a formulação de políticas públicas no combate a esta enfermidade. Octávio de Freitas esteve à frente deste órgão beneficente por várias décadas, reunindo esforços para viabilizar o funcionamento dos dispensários que se instalaram no Recife.

É importante enfatizar que esse órgão beneficente esteve vinculado aos novos preceitos da medicina experimental, que chegava ao Brasil em fins do século XIX e início do XX. A preocupação com a tuberculose neste período ganha, portanto, dimensões internacionais.

LABIRINTO DA DOR: EXPERIÊNCIAS DE VIDA DOS HOMENS INTERNADOS NO HOSPITAL DE ALIENADOS NO ANO DE 1942 (RECIFE/PE)

Carlos Alberto Cunha Miranda¹⁷³⁷
cunhamirandaufpe@gmail.com

Resumo: Este estudo se remete ao ano de 1942 tendo como fim a análise do discurso médico-psiquiátrico, dos relatos dos pacientes e de seus familiares no processo de construção social da “doença mental”. O objetivo é resgatar dados importantes sobre a história de alguns homens, em situações junto às suas famílias, no período em que passaram pelo Pavilhão de Observação e, posteriormente, internados no Hospital de Alienados. Como fonte, utilizaremos os livros dos prontuários masculinos correspondentes a este ano. Os Prontuários analisados, em sua totalidade ou separadamente, ajudam-nos a conhecer as motivações dos internamentos, a visão dos pacientes acerca do seu próprio distúrbio mental, a lógica de funcionamento do hospício, os perfis de pacientes de determinados período, a relação entre os sintomas e normas sociais, as terapêuticas, os diagnósticos, as resistências, entre outros

¹⁷³³ PRÉDIOS a venda. *Diário de Pernambuco*. Recife, anno 99, n. 286, p. 6, 20 dez. 1924.

¹⁷³⁴ *DIÁRIO de Pernambuco*. Recife, ano 99, n. 157, p. 3, 8 jul. 1923.

¹⁷³⁵ *DIÁRIO de Pernambuco*. Recife, anno, 99, n. 174, p. 1, 29 jul. 1923.

¹⁷³⁶ FREITAS, 1948, p. 29.

¹⁷³⁷ Prof.º Departamento de História da UFPE

aspectos. Nesse sentido, buscamos uma nova abordagem historiográfica que contraria alguns trabalhos acadêmicos de inspiração foucaultiana considerando seus excessos, a exemplo da supervalorização dos poderes institucionais sobre a loucura, enfatizando os indivíduos e sua subjetividade, sem, contudo, desprezar as contribuições de Michel Foucault que pretendemos apresentar de forma diferenciada.

Palavras-chave: Loucura, Homem, Hospital de Alienados.

No Hospital de Alienados, na cidade do Recife, todas as informações colhidas dos pacientes compunham os seus prontuários. Utilizados desde 1910, quando o Dr. Joaquim Loureiro assumiu a direção do hospício, inicialmente constava apenas de uma página na qual havia a identificação do paciente, o histórico da doença, a evolução do caso, os sintomas e, finalmente, o diagnóstico. Posteriormente, os prontuários foram se tornando bem mais detalhados. Na leitura dessa importante documentação, percebe-se que não existe diálogo possível entre o psiquiatra do hospício e o interno, ou seja, a fala do paciente serve apenas como “material clínico” que, após examinado, comporia um diagnóstico. Se o suspeito de loucura, por algum motivo, não cooperasse durante a entrevista, essa recusa era imediatamente considerada um grave sinal de “doença mental” a ser tratado. Caso tentasse fazer algum comentário sobre o que julgava estar acontecendo, sua verbalização era dada como “ininteligível”, pois, em sua maioria, os psiquiatras demonstravam desinteresse pela opinião do interno. Apesar da aparente fragilidade dessa documentação, a historiadora Maria Clementina Pereira Cunha chama atenção para a importância das informações contidas nos prontuários e seu valor como fonte histórica para aqueles que se debruçam sobre a história da loucura:

Por outro lado, empreender a análise a partir do hospício significa incorporar aí outras falas que se cruzam: apesar do esforço para aniquilar sua presença e apagar sua voz, os registros do asilo denunciam a presença dos “loucos”, resgatam ao menos em parte sua fala e sua experiência, evidenciam sua resistência surda e constante, permitindo o estabelecimento de relações para as quais os historiadores estiveram muito desatentos. Fazer emergir o arquivo de uma instituição psiquiátrica equivale também a recuperar a dimensão de contraposição do poder absoluto da razão médica.¹⁷³⁸

Os Prontuários, analisados em sua totalidade ou separadamente, ajudam-nos a conhecer as motivações dos internamentos, a visão dos pacientes acerca do seu próprio distúrbio mental, a lógica de funcionamento do hospício, os perfis de pacientes de determinados períodos, a relação entre os sintomas e as normas sociais, as terapêuticas, os diagnósticos, as resistências, entre outros aspectos.

Essa documentação se encontrava sistematizada da seguinte forma nos anos trinta: na primeira página: informações pessoais, como nome, cor, idade, filiação, estado civil, profissão, instrução, naturalidade, residência, quem requereu a internação, falecimento, diagnóstico e fotografias de entrada e saída. Em seguida, eram submetidos a um exame no qual eram observados os antecedentes hereditários e colaterais do paciente. Durante essa primeira fase de observação, eram colhidas informações sobre a possibilidade de algum de seus familiares, próximos ou distantes, serem portadores de alguma doença ou traços degenerativos (estado de alienação mental, epilepsia, criminalidade, alcoolismo, sífilis, tuberculose, etc.). Na próxima etapa, eram requeridos subsídios sobre os seus antecedentes sociais, em que os psiquiatras indagavam do suspeito de desvio mental se o mesmo havia contraído alguma doença na infância (sarampo, paludismo, catapora, coqueluche, etc.) e em

¹⁷³⁸ CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O espelho do mundo** - Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 16.

sua fase adulta. O número de filhos, os traumatismos, os acidentes, as “perversões sexuais”, os abortos, a menstruação e os fluxos seguintes (catamênicos posteriores) eram também motivos de questionamentos por parte dos médicos. Em seguida, encontrava-se o “histórico atual da doença”, em que eram apresentados os principais motivos da internação, aspecto interessante do prontuário onde se podem observar importantes informações fornecidas pelos pacientes. Geralmente temerosos, expunham aos psiquiatras os motivos que os levaram à sua internação. Nessa etapa, pode-se perceber pelos relatos dos pacientes que muitos daqueles que foram internados não havia motivos graves para tal procedimento. Em muitos casos, a palavra da família junto aos médicos era, em última instância, o que determinava o seu destino na instituição asilar.

Em seguida, eram procedidos os exames somáticos, através da utilização de métodos antropométricos, nos quais eram observados: altura, pêlos, ossos, assimetria e possíveis anomalias. Aspectos da pele do rosto, cicatrizes, tatuagem, obesidade, digestão e da língua eram avaliados, além do fígado, coração, pulmão, da icterícia, sensibilidade objetiva e sensorial. Reflexos superficiais e profundos, perturbações na palavra, a exemplo da gagueira, eram minuciosamente examinados pelos psiquiatras. Posteriormente, passavam-se para os exames neurológicos com a finalidade de identificar alterações na coordenação dos membros, exames da condição do olho, reflexos, fala, olfato e a forma de caminhar. Outros dados importantes registrados nos prontuários constavam no exame mental. Desde a entrada do paciente na sala, eram observados pelos médicos a sua postura, aspectos da expressão facial, indiferença ou não do olhar, se já teve alucinações, o humor, gestos, a memória, aparência e hábitos higiênicos, conhecimento do espaço e do tempo, nível intelectual, atitudes de agressividade ou não durante o interrogatório e o seu comportamento nos primeiros dias de internamentos. Percebemos na leitura dos prontuários que muitos pacientes se recusavam a falar durante o interrogatório, essa desobediência poderia significar uma reação às formas violentas a que eram submetidas na instituição asilar. Em alguns casos, era solicitado ao Instituto de Psicologia do Serviço de Higiene Mental dados sobre a Idade Mental, o Q.I

Na etapa seguinte, incluíam-se os exames complementares, ou seja, o resultado dos exames de urina, sangue, parasitológicos de fezes, dosagem de uréia e o exame de líquido céfalo-raquiano para detectar a sífilis. Esses requisitos nem sempre eram solicitados pelos médicos. Nas páginas seguintes, constavam a súmula, o diagnóstico, o tratamento e tópicos do prontuário que ocasionalmente eram preenchidos. Por último, o decurso, no qual eram apresentadas informações precisas sobre altas, novas internações e falecimentos. A causa mortis quase nunca constava nos prontuários. Ao consultar estes registros, percebemos que raramente ocorriam casos de “suspeitos de alienação” que não tivessem uma segunda ou mais internação.¹⁷³⁹ Verificamos ainda que, muitas vezes, os psiquiatras procuraram impor seus critérios médicos e morais para elaborarem diagnósticos e, dessa forma, por vezes, chegaram a denegrir a imagem das pessoas que se submetiam às suas observações.

Após a Revolução de 1930, iniciou-se, no cenário nacional, uma série de mudanças de caráter político-social e, conseqüentemente, novas molduras foram engendradas dentro das instituições sociais. Nesse meio, o ministro da Educação e da Saúde Pública passou a indicar representantes para controlar a Assistência a Psicopatas do Distrito Federal e introduziu o tratamento extra-hospitalar, com o objetivo de diminuir a superlotação dos hospícios e de fornecer grandes poderes aos psiquiatras para atuarem dentro e fora dos hospitais através de práticas de prevenções. Nesse período, foram formados, nas principais capitais do país, ambulatórios e Serviços de Higiene Mental que, além de realizarem um “trabalho preventivo” junto à população mais pobre, possuíam boletins para divulgação de suas matérias.

¹⁷³⁹ MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. Vivências Amargas: Divisão de Assistência a Psicopatas de Assistência a Psicopatas de Pernambuco nos primeiros anos da década de 1930. In: **Clio Revista de Pesquisa Histórica**. nº 24, v. 2, 2006. Recife: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. p. 65.

O cunho assistencialista e moralista desta política permitiu que os poderes públicos incrementassem a vigilância e o controle sobre as pessoas que apresentassem “comportamentos desviantes” na sociedade. Dessa forma, loucos de rua, mendigos, bêbados, homossexuais, prostitutas e “xangozeiros”, muitas vezes, foram encaminhados aos manicômios e às prisões a fim de serem legitimados nestes lugares como pessoas inferiores, tendo em vista o bem da ordem social. É importante ressaltar que, na época, a imensa população que passou a habitar os hospícios brasileiros foi obrigada a viver em condições degradantes, faltando-lhe: espaços, verbas, roupas, enfermarias higienizadas, medicamentos eficientes, alimentação adequada e médicos. No início da década de trinta, o Hospital de Alienados de Pernambuco chegou a abrigar 1.128 pacientes, número considerado insuportável para um bom andamento de um hospital psiquiátrico. Com os hospitais repletos e a alta rotatividade de “doentes”, muitos considerados degenerados e anormais, fazia-se necessário encontrar rapidamente a tão sonhada cura para a loucura, entretanto nos anos que se seguiram a situação não foi diferente.

Em alguns prontuários constavam os relatórios das monitoras do Serviço de Higiene Mental solicitados pelos médicos. Essa atividade consistia em acompanhar os pacientes em suas residências através de visitas periódicas, sempre que fossem verificadas quaisquer “anormalidades”. Era intenção dos dirigentes do SHM que esses relatórios possibilitassem organizar nas fichas informações detalhadas, especialmente sobre o comportamento do paciente no meio familiar e a sua conduta na sociedade. Eram também atribuições das monitoras e auxiliares-técnicos convencer e reconduzir ao ambulatório todos aqueles que tivessem abandonado o tratamento, além de fornecer regras de higiene mental aos seus familiares. Inicialmente, a atuação das monitoras foi tímida, entretanto no ano de 1935, verificou-se um notável aumento no número de visitas.

Durante o Estado Novo, implantado por Getúlio Vargas com um golpe em 10 de Novembro de 1937, as diretrizes tomadas pelos governantes continuaram a ser nada favoráveis às pessoas internadas nos manicômios, cada vez mais superlotados. Em 1941, foi instituído o Serviço Nacional de Doenças Mentais, sob a administração do doutor Adauto Botelho que iniciou um processo de construção e ampliação de hospícios, fundando novos ambulatórios, incentivando e implementando novas técnicas terapêuticas.

No dia 16 de junho, em passagem pela cidade do Recife, Botelho visitou o Serviço de Assistência a Psicopatas, as instalações do que seria posteriormente a Escola de Anormais, a Clínica Neurológica da Faculdade de Medicina, bem como outros estabelecimentos hospitalares. Três dias depois, foi homenageado no Clube Internacional do Recife pelos principais representantes das instituições médicas de Pernambuco. Na oportunidade, Ulysses Pernambucano realizou um veemente discurso, enaltecendo o trabalho desenvolvido por Juliano Moreira e pelo dirigente do S.N.D.M., em prol da Higiene Mental no Brasil. Em seguida, teceu comentários sobre o êxito das terapias de choque na cura dos pacientes: as “doenças mentais psicóticas, aquelas nas quais parecia preponderar o fato individual, biótico, originariamente hereditário, influenciado por condições psicossociais das mais variadas - constituíam a nossa grande fraqueza. A terapêutica de choque pela insulina e pelo cardiazol marca inquestionavelmente um progresso nesse domínio; ela restitui a sociedade, curados, uma elevada percentagem de doentes.”¹⁷⁴⁰.

Logo após, Adauto Botelho exaltou o trabalho “*titânico dos destemidos psiquiatras brasileiros, que, de luta em luta, já se fizeram heróis de grandes vitórias*”¹⁷⁴¹ em favor da sociedade brasileira no campo da Higiene Mental e prometeu uma árdua campanha no Serviço Nacional de Doenças Mentais, no sentido de concatenar dados e elementos, em o todo país, para instituições e pesquisas que possibilitassem auxiliar, ainda mais, a luta contra as “doenças mentais”. Ainda com a palavra e utilizando um discurso marcadamente eugênico, convidou todos os participantes para uma grande “cruzada” tendo em vista um vigoroso combate contra o que chamou de “*surto avassalador das psicopatas*”. Ciente de

¹⁷⁴⁰ Neurobiologia. Ano V - Tomo V - 1942. **Noticiário**. p. 98.

¹⁷⁴¹ Idem. p. 100.

seu propósito de “guardião da família e da sociedade”, Adauto clamou aos presentes para que serrassem fileiras nesta “batalha”, com o propósito de semear “*breves e compensadoras colheitas*”.¹⁷⁴²

Diante dessa perspectiva, citamos uma importante observação de Michel Foucault, em sua obra *Os Anormais*, a respeito do discurso intervencionista dos psiquiatras que remonta ao início do século XX, quando a loucura se apresentou como *tecnologia do anormal, dos estados anormais fixados hereditariamente pela genealogia do indivíduo*.¹⁷⁴³ Dessa forma, afirma Foucault, a psiquiatria “não visa mais, ou não visa mais essencialmente a cura [...] Ela se dá um papel de defesa social generalizada e, pela noção de hereditariedade, se dá ao mesmo tempo um direito de ingerência na sexualidade familiar. Ela se torna a ciência da proteção científica da sociedade, ela se torna a ciência da proteção biológica”.¹⁷⁴⁴

Em Pernambuco, além da repressão violenta a qualquer manifestação contrária a nova ordem estabelecida, o interventor Agamenon Magalhães procurou incorporar diversos segmentos da sociedade para sustentação de sua tarefa: a maior parte da burguesia industrial e latifundiária, uma parcela significativa da pequena burguesia urbana e as forças armadas. Posteriormente, os coronéis tornaram-se o principal sustentáculo político de seu governo. Nesta circunstância, procurou neutralizar e manipular setores da classe trabalhadora, através da captação de diversos sindicatos e do Ministério do Trabalho. Católico fervoroso, formou o seu secretariado com jovens saídos da Congregação Mariana do Colégio Nóbrega, dentre os quais se sobressaíram: Etelvino Lins, na Secretaria de Segurança Pública; Manuel Lubambo, na Fazenda; Arnóbio Tenório na Secretaria da Justiça; Apolônio Sales na Agricultura e Nilo Pereira, no setor da Imprensa e Educação. Destacamos que todos estes citados nomes eram ativos membros da União Nacional Católica por Deus e pela Pátria, UNCDP, também chamados de “Soldados de Cristo”, grupo conhecido pela oposição aos maçons, espíritas, comunistas e protestantes.¹⁷⁴⁵

Neste ínterim, além da rígida censura contra a imprensa, foi desencadeada uma feroz perseguição, por parte da polícia política, aos comunistas e seus simpatizantes, progressistas e integralistas. Durante o período do Estado Novo, a polícia de Agamenon seguiu de perto Gilberto Freyre e outros intelectuais do cenário médico e político nacional, a exemplo do próprio Ulysses Pernambucano, Nelson Coutinho e Paulo Carneiro, estes dois últimos foram obrigados a deixar o Estado para se refugiar no Rio de Janeiro.

Os membros do governo de Agamenon foram também ao enalço de grupos religiosos que não professavam o catolicismo, especialmente os espíritas e adeptos da religião afro-brasileira. Muito dos praticantes destes cultos, quando não eram presos, foram encaminhados, pelo órgão de segurança, ao Hospital de Alienados, sob a acusação de perturbarem a ordem pública e de praticarem o exercício ilegal da medicina. Ridicularizados, tornaram-se manchetes dos principais jornais do Recife, especialmente o governista *Folha da Manhã*.¹⁷⁴⁶

Frente a uma cruzada contra as pessoas excluídas da sociedade, a população de internados no hospital não cessava de crescer. Quase que diariamente, policiais, a mando dos delegados da capital e do interior, despejavam, nas portas do hospício, grupos de “loucos de todos os gêneros” e pessoas que apresentavam comportamentos considerados desviantes. Nesse contexto, houve também situações em que a própria família, para livrar-

¹⁷⁴² Ibidem. p. 101.

¹⁷⁴³ FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 402.

¹⁷⁴⁴ Idem. p. 402.

¹⁷⁴⁵ MIRANDA, Carlos Alberto Cunha Miranda. A Congregação Mariana: Uma associação religiosa a serviço da reforma católica. **Revista do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano**. v. 42 – nº. 47 – Dezembro 1997. p.74.

¹⁷⁴⁶ Sobre o assunto ver: CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. **O Combate ao catimbó**: práticas repressivas às religiões afro-umbadistas nos anos trinta e quarenta. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2001.

se de algum dos seus membros que importunavam com acessos de “loucura”, internava e os deixavam, muitas vezes, ao abandono.

No trabalho sobre a Paralisia Geral em Pernambuco, os doutores José Alberto Maia e Luiz Ataíde apresentaram importantes quadros estatísticos sobre a população de pacientes internada no Hospital de Alienados entre os anos de 1935 e 1946. Percebe-se na tabela um aumento expressivo no número de internos.¹⁷⁴⁷

ANOS	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
1935	304	316	620
1936	413	442	855
1937	412	403	815
1938	355	371	726
1939	420	408	828
1940	478	411	889
1941	447	418	865
1942	397	381	778
1943	417	356	773
1944	474	474	948
1945	539	447	986
1946	592	790	1.382
TOTAL	5.248	5.217	10.465

Ao pesquisar o livro com 50 prontuários de homens internados, nos meses de maio e junho de 1942, do Hospital de Alienados, encontramos dados importantes sobre a vida dessas pessoas consideradas loucas. O primeiro ponto que nos chamou atenção foi a falta de informações mais detalhadas sobre os homens internados. Em artigo escrito sobre as mulheres hospitalizadas nos anos de 1930, fica evidente a grande curiosidade dos psiquiatras sobre o universo feminino, especialmente referente às questões da sexualidade.¹⁷⁴⁸

No item referente à classe, quase 100% era formada por pacientes indigentes. Esse dado vem demonstrar que a grande clientela dos hospitais psiquiátricos públicos era oriunda das camadas mais pobres da população e, conseqüentemente, mais vulneráveis às medidas coercitivas do aparelho estatal. Em relação à cor, o predomínio era a parda. Num total de 36 pacientes, 8 eram brancos, 2 morenos e 1 de cor preta. Esses dados vão de encontro ao discurso propagado pelos médicos eugenistas das primeiras décadas do século XX de que os negros eram mais propensos à loucura.

Os diagnósticos eram muito variados com relação aos homens, ao contrário das mulheres que eram diagnosticadas com psicose maníaco-depressiva, chegando a um

¹⁷⁴⁷MAIA, José Alberto, ATAÍDE, Luiz. A Paralisia Geral em Pernambuco. Estudos Estatísticos. In: **Revista Neurobiologia**. Tomo XI - 1948, pp.345-363.

¹⁷⁴⁸MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. “Delírios Femininos”: Vivências de Mulheres Internadas no Hospital de Alienados (Recife/PE, 1927-1936). **Revista Menes-Revista de Humanidades**. 2016. pp. 56-81.

percentual que muitas vezes beirava quase 50%. No livro consultado, a maioria dos internamentos eram dos portadores de Psicose auto toxica (alcoolismo), onde constam 6 casos. A Esquizofrenia também aparece com 6 ocorrências, além de Epilepsia igualmente as demais com 6 internos. Outros foram internados com psicose maníaco-depressiva, debilidade mental, paralisia geral, arteriosclerose cerebral, demência senil, psicose infecciosa, psicose de involução e um caso de idiotia.

Examinando os prontuários, podemos constatar que os internos exerciam atividades, as mais variadas, no campo do trabalho. A exemplo de serventes, operários, pedreiro, agricultores, verdureiro, lajoteiro, militares, pintor, negociante, alfaiate, sapateiro, estivador, funcionário público, carvoeiro e auxiliar de comércio.

Um ponto de grande interesse que pode ser citado era a variedade de requerentes do internamento, no qual constam a polícia e familiares (pais, filhos, irmãos, sobrinho, cunhado e amigo). As esposas, quase sempre, não tinham nenhuma participação nesse processo de internamento. As prefeituras de algumas cidades também encaminharam os ditos loucos, além de instituições hospitalares como o Serviço do Pronto Socorro, o Hospital Militar, Hospital Pedro II e o Hospital de Santo Amaro. No que se refere à idade, em sua grande maioria, a faixa etária era de 20 e 45 anos. No livro conta ainda a presença de três menores, com idades de 13, 15 e 16 anos, e três idosos com 67, 70 e 75 anos.

Na análise da leitura do livro um dado nos chamou atenção: o número expressivo de falecimentos dos ditos loucos que foram internados. Do total de 50, quinze morreram no hospital. Essa importante informação vem demonstrar as péssimas condições a que estavam submetidos no hospital: falta de higiene; medicação ineficiente; superlotação das enfermarias, maus tratos e presença de doenças infecto contagiosas entre os internos etc. Dessa forma, tendo em vista a quantidade de informações contida nesses prontuários, optamos por analisar os prontuários de dois pacientes, um com o diagnóstico de Epilepsia (menor de idade) e outro de Alcoolismo.

É o caso de Alfredo dos Santos¹⁷⁴⁹, de cor parda, com a idade de quinze anos, analfabeto, dizia-se católico, e era solteiro. Fora encaminhado pelo Posto de Barreiro, onde residia. Deu entrada no dia 7 de junho de 1942 com o diagnóstico de Epilepsia. Faleceu às 23 horas do dia 6 de julho do mesmo ano. Segundo o psiquiatra, tendo em vista o estado confuso de Alfredo, nenhuma informação foi colhida sobre seus antecedentes hereditários, pessoais e colaterais, assim como sociais. Essa ausência na fala de Alfredo, certamente, deve-se ao fato do mesmo ser um adolescente com um quadro grave de epilepsia que, possivelmente, ficou assustado e confuso frente ao interrogatório do psiquiatra. Em relação ao histórico da doença, o doutor foi informado pelo enfermeiro que o menor teve vários ataques epiléticos durante o período de sua internação no hospital. No que diz respeito ao exame somático, consta que é do tipo pícnico, musculatura adiposa pouco desenvolvida e “descolamento da pele e mucosas visíveis”.

É importante ressaltar que, a partir da hipótese de que a manifestação de determinadas enfermidades mentais estavam relacionadas a certas estruturas corporais, nos anos 20, o alemão Ernest Kretschmer dividiu os indivíduos em três tipos básicos: o encorpado ou pícnico, o astênico ou leptosomático, e o muscular ou atlético. O (pícnico), que na classificação italiana corresponderia ao modelo brevilíneo, caracterizava-se pelo corpo redondo e baixo, com cabeça/peito/abdome largos, musculatura mole e uma fisionomia marcada por linhas largas e redondas, além de um nariz carnudo.¹⁷⁵⁰

Em relação ao Exame Neurológico, foi constatado que Alfredo possuía marcha e estática normais, além de pupilas que reagiam normalmente à luz. Em relação ao exame mental, consta que o paciente se apresentava calmo com uma fisionomia triste e indiferente: “Não responde as perguntas e é indiferente ao cumprimento de nossas ordens”. Desorientado no tempo e no meio, refere-se às vezes a alucinações. No seu prontuário, não

¹⁷⁴⁹ Prontuário do Hospital de Alienados nº 8427.

¹⁷⁵⁰ PADOVAN, Maria Concepta. **As Aparências enganam**: aspectos da construção da loucura feminina no Recife dos anos 1930-1940. Tese de Doutorado do PPGH da UFPE, Recife, 1912, p. 93.

há indicação de nenhuma terapêutica prescrita nem de exames complementares. No Decurso, consta a data do seu falecimento e causa morte não informada.

Paulino Marinho¹⁷⁵¹, de cor parda, casado, com instrução rudimentar e católico, tinha 48 anos de idade. Fora encaminhado pela polícia, deu entrada no Serviço de Observação em 22 de maio de 1942 e, posteriormente, transferido para o Hospital de Alienados no dia 2 de julho do mesmo ano. Faleceu às 13 horas, 8 dias após sua internação, com o diagnóstico de Psicose Auto-tóxica - Alcoolismo. Consta em seus Antecedentes Hereditários que seus pais faleceram de causa ignorada e não eram etilistas nem tabagistas. “Nega tara neuro-psicopática”. Em relação aos Antecedentes Pessoais, Sociais e o Histórico da Doença, nada consta, segundo o psiquiatra, devido seu estado de “confusão”. Em seu Exame somático, foi informado que Paulino tem boa compleição, musculatura adiposa e pouco desenvolvida. Descaramento da pele e mucosas visíveis. Dentes mal implantados e conservados. Em relação ao Exame Neurológico sua marcha era estática e possível de todas as posições. As pupilas reagiam lentamente à luz. Consta no seu Exame Mental que Paulino não respondia às ordens e nem às perguntas. De acordo com o médico, tinha alucinações auditivas e visuais e mantinha uma conversação desconexa. Não recebeu nenhuma intervenção terapêutica. Durante o período de internação foi submetido ao Exame de Líquido Céfaló-Raquiano, em posição dorsal, com resultado negativo de sífilis.

Os psiquiatras do Hospital de Alienados reafirmavam que o alcoolismo era uma doença que afetava e ameaçava a sociedade, entretanto não percebiam a dimensão das condições de desigualdade, miséria e exclusão social da maior parte da população de Pernambuco que contribuíam, efetivamente, para o consumo exagerado do álcool.

Não é difícil para o leitor dimensionar o sofrimento de Alfredo e Paulino diante de todos os infortúnios vivenciados em suas passagens pelo Hospital de Alienados. Diversos acontecimentos negativos marcaram no hospital suas mentes e, certamente, fragilizaram de forma significativa seu corpo, levando-os à morte.

Documentar histórias escondidas nos porões dos hospícios permite-nos tentar compreender as vozes desses excluídos que, durante muito tempo, foram silenciadas, suprimidas e exploradas, mas que felizmente, estudos e visões da nova historiografia brasileiras têm contribuído de forma significativa para alargar os horizontes da pesquisa histórica e discutir questões fundamentais como alteridade. Dessa forma, utilizamos em nosso texto expressões como “possivelmente, talvez, certamente e provavelmente”. Entretanto, para contrapor essa margem de incerteza, é preciso seguir pistas fragmentadas e buscar informações nas entrelinhas dessa documentação muitas vezes fragmentadas ou ocultadas.

A CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL-COLÔNIA JULIANO MOREIRA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE SANEAMENTO E PROFILAXIA RURAL NO ESTADO DA PARAHYBA*

*Helmara Gicelli Formiga Wanderley*¹⁷⁵²
helmaragicelli@hotmail.com

Resumo: Na década de 1910, pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz, depois das expedições realizadas aos “sertões” brasileiros, pintaram um retrato do Brasil, nada

¹⁷⁵¹ Prontuário do Hospital de Alienados nº 8412.

* O presente artigo é parte do Trabalho de Tese de doutoramento intitulado **Doidos[as] e Doutores: A medicalização da loucura na Província/Estado da Parahyba do Norte (1830-1930)**, defendido junto ao programa de Pós-Graduação em História da UFPE em setembro de 2016.

¹⁷⁵² UFPE/UFCG

animador, uma vez que mostrava o brasileiro como um povo doente e analfabeto, abandonado pelo Estado e entregue à própria sorte. Os sanitaristas afirmavam dever-se o atraso do Brasil não ao clima tropical ou a “composição racial” de sua população, mas a doença. Em face de tal constatação, conjecturavam a recuperação e defesa nacional a partir de políticas de saúde, marcadamente, de caráter intervencionista, principalmente, nas áreas negligenciadas pelos poderes públicos, tal como o Nordeste. Naquele contexto, as “instituições”, adquiriram maior importância para as ações de combate as endemias, visto que tanto a cura de sujeitos isolados, quanto o acúmulo excessivo de enfermos nos poucos hospitais, hospícios, cadeias e quartéis existentes no Brasil, tornava mais difícil a erradicação das diferentes moléstias que atingiam a população nacional. Assim, considerando que no Estado da Paraíba o Asylo de Alienados da Cruz do Peixe administrado pela Santa Casa de Misericórdia, criado em 1890, onde existiam “sempre, mais de vinte loucos pacíficos, na maioria idiotas” (NOVAES, 1923, p.8), e onde se acotovelavam centenas de doentes de moléstias infecciosas e incuráveis, era, segundo as autoridades médicas e provedores da Santa Casa “um viveiro de tuberculose, de contágio” (NOVAES, 1920, p.6). Sopesando tais premissas, o presente estudo pretende analisar a construção do Hospital-Colônia Juliano Moreira na Cidade de Parahyba do Norte, em meados dos anos 1920, como instrumento de ação profilática no combate as endemias que assolavam o Estado da Paraíba, no Nordeste brasileiro.

Palavras-chave: assistência aos alienados; saneamento rural; hospital-colônia juliano moreira.

Dentre as instituições de proteção aos desamparados da Parahyba, a Assistência aos Alienados foi uma das mais antigas reivindicações dos provedores da Santa Casa de Misericórdia do Estado, embora o interesse manifesto pelos provedores em seus relatórios fosse principalmente de cunho material. Assim, embora a criação do Asylo da Cruz do Peixe, em 1891, sugira que os enfermos da mente passaram a ser assistidos pela citada instituição, entende-se que não existia nas células daquele estabelecimento outra coisa senão a sequestração dos sujeitos nomeados como alienados[as]. De qualquer forma, mesmo comportando muitas faltas arquitetônicas e terapêuticas, o referido asylo, que passou a funcionar num antigo prédio do Estado¹⁷⁵³, se prestava muito bem a atender as necessidades da nova ordem social, que vinha se instituído naquela Capital desde os anos 1910, e que visava excluir do centro da cidade os homens e mulheres considerados pelas elites econômicas, políticas e letradas da Cidade da Parahyba como destoantes.

Pese que, se no século XIX as epidemias e secas concorreram para o surgimento de uma teoria social da doença naquela cidade, no início do século XX, será o desejo de modernização que impulsionará as práticas de segregação e, especialmente, de higienização social, o que atingirá não apenas os pobres - embora sejam estes os mais atingidos-, mas todos aqueles que não se adequarem ao novo modelo de cidade idealizado por suas elites

¹⁷⁵³ O Prédio Provincial da Cruz do Peixe, de acordo com a documentação consultada, foi erguido para o fim residencial de uma pequena família. Nos anos 1860, adquirido o sítio da Cruz do peixe pelo Estado, o edifício foi adaptado e transformado em Escola para Aprendizizes Pobres. Durante a seca de 1877, dado a inexistência de um Lazareto na Parahyba e em face do aparecimento de doenças de caráter contagioso, o edifício foi transformado em Enfermaria provisória, o que se repetia sempre que havia a ameaça de surtos epidêmicos. A transformação do prédio em Asylo de Alienados, não implicou em sua medicalização. Por medicalização entende-se o processo por meio do qual a vida dos homens e mulheres é apropriada pela medicina, o que interfere em suas experiências cotidianas, criando códigos de higiene, posturas, interferindo nas habitações, alterando hábitos alimentares, sexuais etc., enfim a medicalização implica na interferência do saber médico científico sobre a sociedade. Sobre o conceito de Medicalização ver: MACHADO, Roberto et al. **Danação da norma:** a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

Assim, passados trinta anos, desde a criação do Asylo de Sant'Anna e, mesmo em face das denúncias desferidas, por provedores da Santa Casa, jornalistas e médicos, nada foi feito para melhorar a sorte daqueles sujeitos. Inclusive, é importante observar que, segundo se depreende da documentação consultada, os alienados não representavam problema à manutenção da ordem pública na cidade da Parahyba, por pelo menos três motivos: ou porque estavam presos nas “instituições totais”¹⁷⁵⁴ [cadeias e hospitais]; ou tolhidos nos quartos abandonados das casas dos seus familiares, ou, finalmente, por ser reduzido o número de loucos e/ou loucas existentes nas ruas da capital parahybana.

De qualquer forma, devido à onda modernizante pela qual passava a Cidade da Parahyba, as elites letradas, políticas e econômicas tornaram-se menos transigentes à presença dos alienados, fossem eles pacíficos ou furiosos, o que gerou a necessidade de sequestro destes sujeitos, outrora tolerados nas ruas e caminhos daquela Capital. Esta nova demanda concorreu para que a questão da loucura ganhasse maior dizibilidade e visibilidade no Estado da Parahyba, nas três primeiras décadas do século XX.

Considerando que desde os anos 1910 muitas melhorias já haviam sido realizadas na cidade da Parahyba e, tendo em vista o desinteresse dos administradores da Santa Casa, dos “espíritos filantrópicos”, e mesmo dos poderes públicos, em resolver a questão da Assistência aos Alienados do Estado, empreendimento há muito adiado, Solon de Lucena, então governador do Estado da Parahyba, referindo-se ao Asylo de Sant'Anna, declarou, em sua “Mensagem á Assembleia Legislativa, de 1º de setembro de 1921, que era “uma vergonha” o estabelecimento existente na Capital parahybana que, “ser ar, pequeno, sem o mínimo conforto, parec[ia] antes um lugar de supplicio do que um hospício de alienado”¹⁷⁵⁵. Com estas palavras, Lucena, talvez influenciado pelas ideias do sanitarista Accacio da Costa Pires, chefe da Comissão Federal de Profilaxia Rural na Parahyba, ou quem sabe, por ter, o referido gestor, se sensibilizado diante da situação em que se achavam os “infelizes” alienados naquele estabelecimento, lançou: “se as finanças do Estado permitirem dentro do quadriênio do meu governo, dotarei a Parahyba com um hospício condigno”¹⁷⁵⁶.

Difícil afirmar o que motivou o Sr. Solon de Lucena a abraçar aquela causa, já que havia muitos interesses em torno da questão. Lucena pode ter reclamado a construção do Hospício, movido também por interesses de cunho político, visando engrandecer seu nome e sua gestão¹⁷⁵⁷. Afinal, os estabelecimentos de Assistência Social criados nos anos anteriores, como se viu, não foram realizados pelo erário público, sugerindo que, ao realizar aquela obra, Lucena seria lembrado como o primeiro governador da Parahyba a investir em “Assistência Pública”, diz-se, a operar em favor da causa dos alienados deste Estado¹⁷⁵⁸.

¹⁷⁵⁴ De conformidade com Goffman, as instituições totais são aquelas que se caracterizam pelo fechamento quase completo ao mundo externo, possuindo em alguns casos, barreiras físicas como muros. Para Goffman o “fechamento” ou o caráter total destas instituições “é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico – portas-fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, floresta ou pântanos”. GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

¹⁷⁵⁵ LUCENA, Solon Barbosa de. **Mensagem apresentada pelo Presidente da Parahyba á Assembleia Legislativa do Estado**, 1921.

¹⁷⁵⁶ Ibidem. p. 33.

¹⁷⁵⁷ Até 1935, pelo menos, era comum que as autoridades que visitavam a Capital parahybana fossem conduzidas a conhecer o Hospital-Colônia Juliano Moreira, o que alude à grandiosidade da obra que monumentalizou o governador Solon de Lucena. Ver: A Ilustração de 30/10/1935. Inclusive, Sá e Benevides afirmou, em 1929, que desde que o início da obra, sempre se observou bastante interesse dos dirigentes parahybanos em mostrar o hospital-colônia como uma das melhores instituições do Estado. Conforme, JORNAL A UNIÃO de 13 de ago. de 1929.

¹⁷⁵⁸ Apesar de haver registro acerca do interesse externado por outros presidentes e/ou governadores da Parahyba em melhorar a sorte dos Alienados, a partir da criação de manicômios modelos, nenhum benefício em prol destes “deserdados da razão” foi realizado nos anos que antecederam a gestão Solon de Lucena 1920-1924.

A propósito, a execução da referida obra traduzia a estima do referido gestor junto ao Dr. Epitácio Pessoa. E nada mais oportuno, visto que o presidente da República, o Sr. Epitácio, tanto era seu parente¹⁷⁵⁹, como mantinha com ele bom relacionamento na política¹⁷⁶⁰. Some-se a isso a promessa feita por Epitácio Pessoa, quando soube de sua eleição para a presidência do Brasil, qual seja: resgatar o Nordeste! Neste intento, não economizou recursos, investindo nesta região valores considerados “fabulosos”. E, sendo ele parahybano, não é de estranhar que tenha sido a Parahyba o Estado mais beneficiado¹⁷⁶¹. Em que pese, a referida obra foi autorizada meses antes de Epitácio deixar a presidência do Brasil.

Ademais, segundo matéria publicada no Jornal A União, de 06 de julho de 1924, “a origem do nosso hospital-colônia prende[u]-se à fervorosa diligência do Dr. Accacio Pires que, quando aqui exercitou a direção da Comissão Profilaxia Rural, teria solicitado ao governo federal¹⁷⁶² a liberação de verbas para o melhoramento de “Serviço de Assistência aos Alienados na Parahyba” que, como se viu no capítulo anterior, fugia ao disposto no Decreto nº 1.132, de 22 de dezembro de 1903 que estabelecia em seu Artigo 13:

Todo hospício, asylo ou casa de saúde, destinado a enfermos de moléstias mentaes, deverá preencher as seguintes condições:

1ª **ser dirigido por profissionais devidamente habilitado** e residente no estabelecimento;

2ª **instalar-se e funcionar em edifício adequado**, situado em logar saudável, com dependências **que permitam aos enfermos exercícios ao ar livre**;

3ª **possuir compartimentos especiais para evitar a promiscuidade de sexos, bem como para a separação e classificação dos doentes**, segundo o número destes e a natureza da moléstia de que sofriam;

4ª oferecer garantias de idoneidade, no tocante ao pessoal, para os serviços clínicos e administrativos.¹⁷⁶³

Além das motivações impostas pelo descumprimento do Decreto 1.132/1903, o pleito do Dr. Accacio Pires deve ter sido estimulado pelo diagnóstico dos sanitaristas que afirmavam dever-se o atraso do Brasil não ao clima tropical ou a “composição racial” de sua população, mas a doença¹⁷⁶⁴.

De acordo com Carlo Fidelis Ponte et al., o retrato que os sanitaristas da Liga Pró-Saneamento do Brasil, liderada por Belizário Pena, pintaram do país, depois das expedições realizadas aos “sertões” brasileiros pelos pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz, Pena e

¹⁷⁵⁹Epitácio Pessoa e Solon de Lucena eram primos em segundo grau, tendo sido obra do primeiro a indicação do segundo para governar a Parahyba.

¹⁷⁶⁰O psiquiatra Edvaldo Brilhante Silva Filho sugere que outro parente político comum a Solon de Lucena e ao então presidente do Brasil, o Dr. João Pessoa Cavalcante de Albuquerque, teria intermediado o pleito SILVA FILHO, Edvaldo Brilhante. **História da Psiquiatria na Paraíba**. João Pessoa: Santa Clara, 1998, p. 72.

¹⁷⁶¹TRIGUEIRO, Oswaldo. **A Paraíba na Primeira República**. João Pessoa: A União, 1982.65.

¹⁷⁶²A Assistência aos Alienados: Um dos nossos mais instantes problemas – O relatório do Sr. Sá e Benevides. In. JORNAL A UNIÃO de 06/07/1924.

¹⁷⁶³BRASIL. Decreto Nº 1.132, de 22 De dezembro de 1903. Reorganiza a Assistência a Alienados. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1132-22-dezembro-1903-585004-publicacaooriginal-107902-pl.html>. Acesso em 12.01.2013.

¹⁷⁶⁴Este diagnóstico devia-se, principalmente, às expedições realizadas ao interior do Brasil por pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz. A teoria de que as doenças eram obstáculos ao progresso socioeconômico do Brasil foi defendida por Carlos Chagas, quando este cientista, estudando a “doença do Brasil” [doença de Chagas], afirmou que a mesma tratava-se de uma endemia e que, por afetar o desenvolvimento orgânico das populações rurais, comprometia o desenvolvimento do país. PONTE, Carlo Fidelis. et al. **O sanitarismo redescobre o Brasil**. Disponível em <http://www.epsiv.fiocruz.br>. Acesso em 25.09.2015.

Artur Neiva, mostrava um povo doente e analfabeto, abandonado pelo Estado e entregue à própria sorte”.¹⁷⁶⁵ Diante disso, os mesmos conjecturavam a recuperação e defesa nacional a partir de políticas de saúde, marcadamente, de caráter intervencionista, principalmente, nas áreas negligenciadas pelos poderes públicos, tal como o Nordeste¹⁷⁶⁶.

Naquele contexto, as “instituições”, tanto quanto o emprego da vacina e a observância às normas de higiene adquiriram maior importância para as ações de combate às patologias, visto que tanto a cura de sujeitos isolados, quanto o acúmulo excessivo de enfermos nos poucos hospitais, hospícios, cadeias e quartéis existentes no Brasil, tornava mais difícil a erradicação das diferentes moléstias que atingiam a população nacional¹⁷⁶⁷. Dessa forma, a construção do Hospital de Alienados na cidade da Parahyba justificava-se por ser aquele estabelecimento, também, um instrumento de ação profilática, no combate as endemias que assolavam o Estado. Ora, basta considerar que o Hospital de Sant’Anna, onde existiam “sempre, mais de vinte loucos pacíficos, na maioria idiotas”¹⁷⁶⁸, e onde se acotovelavam centenas de doentes de moléstias infecciosas e incuráveis, era considerado pelas autoridades médicas e pelos provedores da Santa Casa como “um viveiro de tuberculose, de contágio”¹⁷⁶⁹.

Feitas estas considerações, entende-se que havia interesses tanto do governo federal, representado pela Comissão de Profilaxia Rural, que desejava intervir mais diretamente nos assuntos deste Estado, através das políticas de saúde, como também interessava ao governo parahybano. Assim, mediante contrato firmado entre os governos Federal e Estadual, foram liberados os recursos necessários para o empreendimento.

A obra, projetada pelo Dr. Heraldo Damasceno, em parceria com o Dr. Accacio Pires, a partir da cópia da planta do Hospital Nacional de Alienados, cedida por Dr. Juliano Moreira em 1917, teve início no dia 26 de julho de 1922¹⁷⁷⁰.

Antes de ser colocada a pedra fundamental do Hospital de Alienados, porém, o governo Solon de Lucena teve que resolver importante e decisiva questão, qual seja: a escolha do local onde o mesmo seria edificado.

Inicialmente, o governo fez a aquisição, por contrato de compra e venda, de um amplo terreno situado fora da cidade da Parahyba, a uma distância de 7,5 Km em relação ao centro da cidade. Tratava-se da Fazenda São Rafael.

Apesar da extensão do território, o mesmo não satisfaz as exigências da equipe técnica designada pelo sanitarista Dr. Accacio Pires, chefe da Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural da Parahyba.

¹⁷⁶⁵Ibidem.

¹⁷⁶⁶Em 1914, Monteiro Lobato, graças às experiências adquiridas do seu contato com sanitaristas e eugenistas, criou seu personagem Jeca Tatu, “como uma praga nacional, um parasita inadaptável à civilização” que estava doente por falta de atenção dos poderes públicos, o que celebrou a frase: “O Jeca não é assim: está assim!”. TEIXEIRA, Luís Antonio. **Da raça à doença em Casa Grande e Senzala**. Disponível em <http://www.iteixeira.xpg.com.br>. Acesso em 02.09.2015. De acordo com Ana Palma, Lobato também denunciou a realidade nacional nas páginas dos jornais: “o Brasil é o país mais rico do mundo, diz o Pangloss indígena. Em parasitas hematófagos de moléstias letais”. Censurou o descaso das elites nacionais e iniciou um movimento para a educação e higienização do povo brasileiro através do seu personagem Jeca Tatuzinho. PALMA, Ana. **Monteiro Lobato e a origem do Jeca Tatu**. Disponível em <http://www.invivo.fiocruz.br>. Acesso em 20. 06.2015.

¹⁷⁶⁷LUZ, Mandel. **Medicina e ordem política brasileira: Políticas e instituições de saúde (1850-1930)**. Rio de Janeiro: Graal, 1982, pp.167-77.

¹⁷⁶⁸NOVAES, José Ferreira de. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, em 2 de jul. de 1923. Parahyba do Norte, Artes Graphics J. Coelho e Irmão, 1923, p.8.

¹⁷⁶⁹NOVAES, José Ferreira de. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, em 2 de jul. de 1920. Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, 1920, p.6.

¹⁷⁷⁰SILVA FILHO, Edvaldo Brilhante. **Historia da Psiquiatria na Paraíba**. João Pessoa: Santa Clara, 1998, p. 70.

Dentre os problemas apontados por Dr. Pires, para que o terreno recém-adquirido pelo governo parahybano fosse considerado impróprio para a edificação do Hospício, destacaram-se os seguintes aspectos:

- 1) Sua distância em relação ao centro da Cidade da Parahyba era muito grande, ainda mais se se considerar as más condições das estradas, cuja mata era muito fechada e onde o calçamento inexistia.
- 2) A necessidade de atravessar o Rio Jaguaribe também era um obstáculo pois não havia recursos para construir uma ponte sobre aquele rio. Esta falta resultaria no isolamento do Hospital e no provável declínio do estabelecimento.
- 3) O Rio Jaguaribe também representava o perigo de contrair a malária ou a “ankilostomiose” [amarelão], cujos mosquitos vetores, de acordo com relato do ex-governador do Estado, Camilo de Holanda, tinham os seus principais focos em pântanos formados por suas águas, fator que levou o governo federal a intervir, por meio da equipe de Profilaxia Rural, naquela Cidade, desde o ano de 1920, quando 50% da população acometida pela infecção faleceu¹⁷⁷¹.
- 4) A inexistência de uma rede de abastecimento de água potável¹⁷⁷².

Diante do laudo da equipe técnica do Dr. Accacio Pires o governo parahybano, convocou seus técnicos a fim de solucionar a questão, afinal, além de ser aquele um empreendimento de forte apelo político, o mesmo concorreria tanto para diminuir a circulação dos sujeitos nomeados como loucos e/ou loucas pelas ruas da cidade de Parahyba, como para atender as demandas de outras cidades do Estado, que enfrentavam o problema da divagação de vesanos. Do ponto de vista dos higienistas, a construção do Hospital-Colônia também visava reduzir o número de alienados em hospitais para enfermos de todas as moléstias - inclusive naqueles destinados a doenças contagiosas e incuráveis -, e acabar com a prática de “deitar loucos [e loucas] em cárceres públicos”, o que contrariava o disposto no Artigo 1º do Decreto Nº 1.132 de 1903, segundo o qual o alienado que viesse a comprometer a ordem pública ou a segurança das pessoas, deveria ser recolhido em estabelecimento apropriado para a sua enfermidade¹⁷⁷³. Finalmente, o novo Hospício faria cessar as “censuras acrimosas contra a Santa Casa”, visto que a Assistência aos Alienados não mais ficaria a cargo dos irmãos da caridade e dos enfermeiros-leigos, mas sob a responsabilidade de médicos, culminando na medicalização daquele serviço. Por todas as vantagens que a obra parecia comportar, diante do posicionamento da “Comissão”, e não podendo perder o “benefício” do governo federal, o governo Solon de Lucena, alegando a falta de recursos para a aquisição de um novo terreno onde pudesse ser construído o Hospital, ofereceu, como contraproposta, o terreno situado ao final do “Orfanato Dom Ulrico”¹⁷⁷⁴, na entrada da Estrada do Macaco.

Feita a avaliação do lugar, o parecer do Dr. Accacio Pires foi comunicado ao governador Solon de Lucena por meio do Ofício Nº 489, de 12 de julho de 1922, nos seguintes termos:

¹⁷⁷¹HOLLANDA, Francisco Camillo de. **Exposição de motivos e ocorrências do quadriênio administrativo de 1916-1920 do Estado da Parahyba**. De acordo com José Américo de Almeida a grande maioria da população atingida por tais doenças era constituída por índios.

¹⁷⁷²SILVA FILHO, Edvaldo Brilhante. **Historia da Psiquiatria na Paraíba**. João Pessoa: Santa Clara, 1998, p 72.

¹⁷⁷³O Decreto estabelecia no seu Artigo 1º, § 1º, que a reclusão do alienado só se tornará efetiva depois de provada a alienação, sendo competência do médico e/ou médico-alienista fazer os exames necessários para o laudo. BRASIL. Decreto Nº 1.132, de 22 De dezembro de 1903. Reorganiza a Assistência a Alienados. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1132-22-dezembro-1903-585004-publicacaooriginal-107902-pl.html>. Acesso em Acesso 12.01.2013.

¹⁷⁷⁴O Orfanato Dom Ulrico foi construído em 1919, durante a gestão do Governador Camillo de Hollanda, situando-se o mesmo na Avenida João Machado. Seu terreno, à época da Inauguração, estendia-se no sentido Leste até por mais de 2 km, onde foi construído o Hospital-Colônia Juliano Moreira.

Cabendo-me mais do que ninguém a responsabilidade da escolha do local em que vai ser instalada a Colônia dos Alienados, nesta Capital... Como preliminar devo dizer a V. Excia. Que não alimento a ilusão de que o local, por mim escolhido seja o melhor possível, pois reconheço nele alguns defeitos, que entretanto desaparecem ante as vantagens a que correspondem. [...] preferi o terreno da Estada dos Macacos que não tem nenhum dos inconvenientes apresentados pela Fazenda São Rafael. Este fica situado próximo a cidade, tem uma área de 30 hectares, é salubre e tem água canalizada à parte. Nele, portanto, ficará muito mais barato a instalação da Colônia e econômico o seu custeio¹⁷⁷⁵.

As representações anteriores deixam em relevo que, embora o terreno recomendado pela equipe do Dr. Accacio Pires para a construção do Hospital de Alienados fosse mais próximo da Cidade de Parahyba, o mesmo situava-se à margem dela, a uma distância de aproximadamente 3 km do seu espaço central. Some-se a isso o inconveniente que era a travessia de 1 km pelas estradas irregulares e alagadas do caminho do Macaco. Enfim, tal situação deixa divisar a situação de isolamento do lugar que, por sinal, marcaria o ponto terminal de uma nova rota de exclusão na Cidade da Parahyba, desta vez, marcadamente assistencialista. Inclusive, com exceção do Asylo de Mendicidade, todos os estabelecimentos de Assistência do Estado da Parahyba haviam sido edificadas na distante Avenida João Machado¹⁷⁷⁶.

Observe que a preferência por terrenos distantes da Cidade ou fora do seu espaço central, embora possa ter sido motivada por questões de ordem econômica e/ou política, sugere também que, entre os homens que constituíram a equipe técnica do governador Solon de Lucena, assim como os técnicos das gestões anteriores e muitos homens nomeados como “espírito filantrópicos” do Estado da Parahyba, havia o interesse em segregar os sujeitos considerados alienados, o que tanto revela a influência dos Asylos existentes nos Estados próximos, Ceará e Recife, por exemplo, estando em sintonia com os modernos padrões de cidades.

No que se refere especificamente aos insanos, apesar das críticas acerca da situação do Asylo de Sant’Anna, percebe-se nos discursos veiculados nas páginas dos Jornais, que se o internamento daqueles sujeitos em um Hospital-Colonial, por uma lado representaria uma ruptura com o modelo oferecido pela Santa Casa, que se configurava ainda como pré-alienista, por outro, guardava estreita relação com aquele modelo, visto que o novo “hospício” continuaria a ter a função de sequestrar os alienados¹⁷⁷⁷, tornando-os invisíveis para sociedade. Ora, dado a distância em que seria construído o Hospital, aqueles sujeitos também seriam silenciados, pois seus gritos e “arruídos” não poderiam ser ouvidos pelos moradores das áreas centrais da cidade da Parahyba.

É importante dizer ainda que, naquele contexto, o internamento dos alienados em Hospitais-Colônias era defendido pelos psiquiatras brasileiros como necessário para evitar

¹⁷⁷⁵SILVA FILHO, Edvaldo Brilhante. **Historia da Psiquiatria na Paraíba**. João Pessoa: Santa Clara, 1998, p.73.

¹⁷⁷⁶Localizavam-se na Avenida João Machado a Escola de Aprendizizes Marinheiros [1913], o Instituto de Proteção e Assistência a Infância [1913], o Orfanato Dom Ulrico [1916] e o Hospital-Colônia de Alienados [1928]. Conforme PESSÔA, José. & PICCINATO, Giorgio. (org.) **Atlas de centros históricos do Brasil. Rio de Janeiro**: Casa da palavra, 2007. Versão digital Disponível em <http://www.books.google.com.br>. Acesso em 25.08.2015.

¹⁷⁷⁷ Em Diário de um Hospício, Lima Barreto denuncia o sistema de sequestração que se perpetuava no Brasil no início do século XX, embora seu romance-biográfico tenha como lugar o Hospício Nacional, onde o mesmo pode experimentar o regime perverso predominante no manicômio, que compara a um “cemitério de vivos”. BARRETO, Lima. **Diário do Hospício e o Cemitério dos Vivos**. São Paulo: Cosac Naify, 2010, p.90.

que os sujeitos nomeados como degenerados não obstaculizassem o projeto de salvação da Nação. Neste sentido, a Psiquiatria, assim como o higienismo, a criminologia, a engenharia, etc., passaram a intervir no espaço urbano e nas “áreas rurais do Brasil”¹⁷⁷⁸, a fim de “esquadrinhar” a vida das populações que habitavam aquele território.

A medicina-psiquiátrica cumpria, naquele momento, o papel de higienizar a sociedade brasileira, nomeando como doentes mentais todos os homens e mulheres que destoassem do modelo ordeiro idealizado pelas elites. A propósito, foi neste contexto que se observou a difusão das teorias eugênicas no Brasil. Assim, tem-se aí o uso do higienismo e da psiquiatria com o fim de prevenir a degradação “moral e social por causa dos vícios da ociosidade e da miscigenação racial”¹⁷⁷⁹. Ademais, segundo um dos principais líderes da eugenia no Brasil¹⁷⁸⁰, Renato Kehl, “a mendicidade ou indigência constitu[ia-se] verdadeira diátese social, própria a linhagens inteiras de degenerados”¹⁷⁸¹.

Como se vê, naquele momento, os eugenistas baseavam-se na higiene moral e na institucionalização dos sujeitos considerados degenerados, constituindo-se, na perspectiva destes cientistas, os hospitais-colônias para alienados, tanto quanto os asyls de mendicidade e para a infância, também em instrumentos terapêuticos com o objetivo de evitar os vícios sociais e de melhorar a raça¹⁷⁸².

Enfim, o modelo misto Hospital-Colônia era defendido pelo Dr. Juliano Moreira que, ao tratar da Assistência a Alienados no Distrito Federal [Rio de Janeiro], sublinhou:

Excusado é insistir em que o Hospício de modo algum bastará às necessidades da Assistência a Alienados [...]. Excusado também é espediçar palavras para demonstrar que as colônias agrícolas são um excelente meio de assistência a insanos [...] a economia que advirá para o Estado, as vantagens terapêuticas para os doentes, a possibilidade de restringir a população do Hospício, tudo está a pugnar por este *desideratum*¹⁷⁸³.

¹⁷⁷⁸O que denomina-se de áreas rurais do Brasil, nos anos 1920, diz respeito à vasta área do território brasileiro não assistida pelo poder público. Segundo Afrânio Peixoto, que nomeia estas áreas como Sertão, até mesmos nas Capitais mais importantes do país, predominava o descaso com a saúde pública. Ver: PEIXOTO, Afranio. **Discurso pronunciado no banquete oferecido ao prof. Miguel Pereira**, em 19 de maio de 1918.

¹⁷⁷⁹COSTA, Jurandir Freire. **História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, p.22.

¹⁷⁸⁰ Conforme THIELEN, Eduardo Vilela; SANTOS, Ricardo Augusto dos. Belisário Penna: notas fotobiográficas. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, versão on-line. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702002000200008. Acesso em 12.12.2015.

Além de Renato Kehl, também os médicos Juliano Moreira, Gustavo Riedel, Henrique Roxo, Mauricio de Medeiros, Heitor carrilho, Aduino Botelho, Faustino Esposel e Plínio Olinto, dentre outros, defenderam os ideais eugênicos no Brasil. Conf. REIS. José Roberto Franco. **Higiene mental e Eugenia: O projeto de “regeneração Nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-30)**. Dissertação Mestrado. História. Campinas, 1994.

¹⁷⁸¹KEHL, Renato. **Psicologia da personalidade**. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora Paulo Azevedo, 1956, p. 155.

¹⁷⁸²KEHL, Renato. Op.cit. pp.151-158 O discurso eugênico, aliado à psiquiatria, ao sanitarismo, a antropologia, ao direito e a criminologia, no Brasil, veio legitimar biologicamente a inferioridade de negros, índios e mulatos, no contexto nacional, e buscar meio de salvar o Brasil a partir do branqueamento da população. Mas o problema brasileiro era, na opinião de Roquete Pinto, “uma questão de higiene e não de raça [...] não e[ra] transformar o mestiço do Brasil em gente branca. O problema é a educação dos que aí se acham; claros ou brancos”. Apud. REIS. José Roberto Franco. **Higiene mental e Eugenia: O projeto de “regeneração Nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-30)**. Dissertação Mestrado. História. Campinas, 1994, p. 138.

¹⁷⁸³MOREIRA, Juliano. Notícia sobre a evolução da assistência a alienados no Brasil (1905). **Rev. Latinoam. psicopat. fundam.** vol.14.n. 4 São Paulo. Dec. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br>.

Dessa forma, a Parahyba finalmente teria seu Hospital-Colônia.

Era isso que acreditavam os técnicos envolvidos no projeto. Ocorre que, quando em 1917, o Dr. Juliano Moreira entregou ao parahybano a planta que serviu de modelo para a edificação do Hospital de Alienados na Parahyba, o mesmo teria advertido que a planta entregue era para a construção de um Hospital de Alienados e não para uma Colônia¹⁷⁸⁴. Este detalhe parece ter sido ignorado pela equipe técnica do governo Solon de Lucena e pelos responsáveis pela execução da obra, o que pode ter sido motivado pela escassez de recursos e/ou pelo desconhecimento acerca das instalações de uma colônia para Alienados¹⁷⁸⁵, ou, pelo indiferentismo nutrido por Dr. Octávio Soares que, havendo sido preterido por aquele governo, e não existindo um relatório da sua viagem, como já foi observado anteriormente, deixou de prestar oficialmente aquela importante informação¹⁷⁸⁶. De qualquer forma, a planta doada para o Hospital não foi seguida à risca, pois, dada a proximidade do fim do governo Epitácio Pessoa, a obra deveria ser concluída com brevidade.

Assim, conforme telegrama enviado ao governador Solon de Lucena, em 20 de julho de 1922, poucos dias antes de ser iniciada a obra, Dr. Accacio justificava-se pelas decisões tomadas: “de tudo aqui fica dito Exmo. Sr. Presidente, se conclue que a Colônia que vamos instalar, no que diz respeito à rede de construção, não será certamente o ideal, mas será o melhor que se pôde fazer com os recursos atuais”¹⁷⁸⁷.

Depois disso, não demorou o início da obra. Assim, importa dizer que, antes de terminar sua gestão à frente da Administração do Estado da Parahyba, o Sr. Solon de Lucena tinha todo edificado o Hospital-Colônia.

Tratava-se de um edifício monobloco, de estilo colonial, ladeado por um pavilhão cinza e verde. Como os estabelecimentos da mesma espécie, o prédio era todo cercado por “um murado que se alonga[va] cerca de trezentos metros” e se encerra[va] com um portão largo que da[va] acesso ao interior do mesmo¹⁷⁸⁸.

No princípio de setembro de 1924, terminada a obra, era necessário a autorização jurídica para a instalação do Hospital-Colônia. Sendo assim, o Deputado e advogado Genésio Gomes Gambarra apresentou na Assembleia Legislativa do Estado, em data de 13 de outubro daquele mesmo ano, o Projeto de Lei nº 11, aprovado em 1ª discussão¹⁷⁸⁹.

O conteúdo do referido projeto pode ser sintetizado a partir do apelo do seu autor, publicado no Jornal A União, de 29 de outubro de 1924,

A Colonia de Alienados, Sr. Presidente, de há muito se vinha impondo ao nosso espírito de povo evoluído na marcha do crescente desenvolvimento, mesmo porque aí temos – O

¹⁷⁸⁴SILVA FILHO, Edvaldo Brilhante. **Historia da Psiquiatria na Paraíba**. João Pessoa: Santa Clara, 1998, p. 73.

¹⁷⁸⁵ O desconhecimento, por parte dos engenheiros nacionais, acerca da estrutura física necessária ao funcionamento de um Hospital-Colônia já havia sido apontado pelo médico Juliano Moreira em 1905, quando o mesmo descreveu a situação do Hospício de Pernambuco. O psiquiatra observou ainda que nem sempre a opinião do alienista era acatada quando do planejamento de um manicômio. MOREIRA, Juliano. op.cit.

¹⁷⁸⁶ Dr. Octávio Soares só se manifestou sobre a Planta do “hospital” em 03 de julho de 1923, quando o edifício já estava concluído, ocasião em que teria apontado a falta de dependências para a “balneoterapia”, “electroterapia”, “clinothérapie” e “aerotherapia” ou terapêutica que corresponde a circulação de ar saudável da montanha, do campo ou do mar. Conf. Infopédia. Dicionário do Porto editora. <http://www.infopedia.pt/dicionarios/termos-medicos/aeroterapia>. Acesso em 20 de maio de 2016. Ver SOARES, Octávio. Sociedade de medicina e Cirurgia da Parahyba. In JORNAL A UNIÃO de 09 de outubro de 1924c

¹⁷⁸⁷ Apud. SILVA FILHO, Edvaldo Brilhante. **Op. cit.** p. 73.

¹⁷⁸⁸ CASTRO, Oscar Oliveira. Medicina na Paraíba – **Flagrantes da sua evolução**. João Pessoa: A União, 1945; ALMEIDA, José Américo de. **A Parahyba e seus problemas**. João Pessoa: A União, 1980, p. 470.

¹⁷⁸⁹ PARAHYBA. **Acta da trigésima sétima sessão ordinária da Primeira reunião da Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba**. 13 de outubro de 1924, p. 2.

Cruz do Peixe – é um atestado do nosso atraso, é uma nota contristadora de nossa cultura pública!¹⁷⁹⁰

Dito isto, seguiu justificando a importância de um estabelecimento daquela espécie, sublinhando a existência, na Parahyba, de alienistas, o Dr. Octávio Soares, “estudiosos e apaixonado da sciencia psiquiatrica”, e o “ilustre” sr. Dr. Sá e Benevides, “profundo especialista das doenças mentaes”¹⁷⁹¹. E finalizou afirmando desejar o bem-estar e a grandeza de sua terra.

O projeto foi aprovado, resultando na Lei Estadual nº 605, do dia 20 de outubro de 1924, como era de esperar, considerando-se todos os dispêndios de verbas para a realização da obra, que já se encontrava acabada.

As palavras de Gambarra sugerem que também aquele parlamentar desejava ter ganhos com a criação do projeto, afinal, o autor do projeto fazia parte da política do Sr. Solon de Lucena, diante do que, seu gesto visava atender aos interesses daquele governo. A instalação do Hospital-Colônia coroaria o fim da administração Solon de Lucena, que cumpria o compromisso feito em 1921. Assim, como se não houvesse tempo, nem recursos para que o Hospital-Colônia fosse inaugurado, visto que, no dia 22 de outubro, Lucena deixaria o cargo, apressou-se o referido deputado em registrar, durante a segunda sessão da Assembleia, em 20 de outubro, o nome de Solon de Lucena como o homem que lançou suas vistas para a causa dos Alienados na Parahyba:

E, sendo assim, o meu discurso d’agora não é nada mais que um himno de congratulações, entoado em honra do Estado, em louvor do governo que houve de inspirar idéa tão elevada, quão progressista e civilizada.
[...] outra coisa não era dado esperar desse grande espírito, desse governo verdadeiramente democrata, que é Solon de Lucena!”¹⁷⁹²

Àquela altura, já havia sido escolhido o nome para o Hospital-Colônia, “como justo preito aos méritos do sr. Professor Juliano Moreira”, sendo comunicado ao psiquiatra baiano, por carta datada de 15 de setembro de 1924, assinada pelo então governador da Parahyba¹⁷⁹³.

Ciente da homenagem, o “eminente psiquiatra” respondeu a comunicação, a 10 de outubro daquele ano, nos seguintes termos:

Recebi vossa carta de 15 do p.p. na qual me fazeis a subida honra de comunicar-me vossas resoluções de inaugurar o serviço de assistência a alienados, no Estado que vindes dirigindo com patriótico descortino e o de aprovar a proposta do sr. Sá e Benevides de dar o nome de Juliano Moreira ao novo Hospital-Colônia.
Muito grato vos fico pelo dois factos [...] de maior justiça seria que ao novo Instituto fosse dado o vosso próprio nome pois que a vós deve ele sua realização. ¹⁷⁹⁴

A carta do Dr. Juliano Moreira, pelo teor do seu conteúdo, que engrandecia a gestão de Lucena, foi publicada no Jornal A União, de 25 de outubro de 1924, quando a Parahyba já era governada pelo Sr. João Suassuna¹⁷⁹⁵.

¹⁷⁹⁰JORNAL A UNIÃO de 29 de out.1924.

¹⁷⁹¹ Idem.

¹⁷⁹² Idem.

¹⁷⁹³ JORNAL A UNIÃO de 25 de out. de 1924.

¹⁷⁹⁴ Idem.

¹⁷⁹⁵ João Suassuna assumiu o governo da Parahyba em 22 de outubro de 1924, permanecendo no cargo até 22 de outubro de 1928.

Finalmente, o Hospital-Colônia, recém-construído, constituía-se de um edifício central, onde além da sala da administração e do laboratório, existia a farmácia, uma sala de visitas, aposentos do pessoal da enfermagem, salas de curativo, a sala de costura. Existia no primitivo edifício “três grandes salas que devem ser aproveitadas, uma para dormitório dos alienados calmos, outra para sei-agitados e afinal a ultima para clinotherapie”. Não havia ali “pavilhões isolados para as moléstias intercorrentes”, nem “acommodações para pensionistas”.¹⁷⁹⁶

Para José Américo de Almeida, o edifício estava de acordo com as indicações mais modernas, visto que o mesmo “ser[ia] dotado de um estabelecimento hidroterápico, laboratório, gabinete de radiologia, etc.”¹⁷⁹⁷ Com esta estrutura, o governo Solon de Lucena entregou o Hospital à sociedade parahybana. Todavia, não pode ele inaugurar os trabalhos daquela instituição, visto que, finda a gestão presidencial de Epitácio Pessoa em 1922, faltaram recursos para equipá-la.

Enfim, o Hospital-Colônia estava criado. Entretanto, somente em 1928, ele foi aparelhado humanamente para receber os seus primeiros pacientes, o que, pouco-a-pouco, o transformou num espaço de solidariedades, sociabilidades e/ou conflitos, práticas estas que não correspondem ao objeto de estudo deste trabalho.

COTIDIANO E SOBREVIVÊNCIA DURANTE A GUERRA DO PARAGUAI: PRÁTICAS DE CURA EM TEMPOS EPIDÊMICOS (1864-1870)

*Janyne Paula Pereira Leite Barbosa*¹⁷⁹⁸
janynebarbosa.pb@gmail.com

Resumo: O campo de pesquisa da Guerra do Paraguai (1864-1870) tem se ampliado consideravelmente nos últimos anos. Uma literatura de natureza testemunhal como os diários de Guerra são fontes riquíssimas em informações sobre o cotidiano da guerra e tem proporcionado, em conjunto com um grande acervo documental sobre o conflito, perceber como as doenças atingiram os combatentes, suas mulheres e crianças. As doenças, a fome, o deficiente tratamento médico implementado, e a falta de subsídios que contribuíssem com o cuidado dos enfermos foram uma das principais causas para a enorme taxa de mortalidade do conflito. Dessa forma, tentaremos entender como as doenças e a ausência de condições sanitárias dificultaram a sobrevivência da população que conviveu com os horrores da guerra. Diante das condições existentes durante o conflito, houve a necessidade de implantação de um gerenciamento da vida dessa população, ou seja, do uso do poder do Estado Imperial para controlar, ordenar e cuidar da vida dos soldados, mulheres e crianças que dividiam um mesmo ambiente. A história da saúde e das doenças da Guerra do Paraguai tem proporcionado o desenvolvimento de pesquisas que compreendam as doenças e suas dimensões sociais, ultrapassando as análises políticas, diplomáticas e econômicas. Compreenderemos as enfermidades que atingiram a vida dos soldados e civis além das mudanças de caráter biológico provocadas pelas doenças, na tentativa de perceber o medo

¹⁷⁹⁶SÁ E BENEVIDES, Joaquim Correa de. Relatório apresentado ao Exmo. Dr. Solon Barbosa de Lucena sobre os estudos realizados pelo autor acerca da organização da assistência aos alienados no sul do país. In. JORNAL A UNIÃO, 09/07/1924.

¹⁷⁹⁷ALMEIDA, José Américo de. **A Parahyba e seus problemas**. João Pessoa: A União, 1980, p.470.

¹⁷⁹⁸ Aluna regularmente matriculada no Mestrado em História (PPGH de História da UFPB/Bolsista CAPES), orientada pela Prof^a. Dr^a Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (DH/PPGH/UFPB) e membro do Grupo de pesquisa “Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista”.

que acompanhava essa população, o preconceito e a exclusão social vivenciada por *coléricos*, *bexigentos* e demais enfermos. Na contramão da historiografia tradicional sobre o conflito, analisaremos a guerra a partir do estudo das epidemias, das condições sanitárias e do tratamento médico implementado nas Enfermarias e Hospitais à época.

Palavras-chave: Guerra do Paraguai; cotidiano; doenças.

Introdução

O caminho para a produção de toda narrativa histórica é cercado de desejos, curiosidades e objetivos que nos tornam íntimos do nosso tema e principalmente, nos faz adentrar no universo da pesquisa com os devidos cuidados da prática historiográfica. A escolha desse tema parte de algumas pesquisas que venho realizando no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, e que tem por objetivo tentar compreender o cotidiano dos espaços de cura criados durante a Guerra do Paraguai¹⁷⁹⁹. A narrativa que iniciaremos a seguir trata-se de um recorte pertencente a uma pesquisa mais ampla, que traz à tona as epidemias que afetaram civis e oficiais que prestaram seus serviços as forças aliadas durante o período da guerra. Entender as doenças e as práticas de cura implementadas durante o século XIX no Brasil permeia a nossa discussão na tentativa de percebermos quão importante foi a comunhão entre o saber médico e as demais artes de curar efetuadas pelos “práticos¹⁸⁰⁰” dentro das enfermarias e hospitais existentes durante o maior conflito bélico que envolveu o Brasil.

Nos relatos daqueles que sobreviveram ao conflito no Paraguai (soldados, médicos, homens da elite, dentre outros), percebe-se o quanto a população civil e militar recriou hábitos e costumes que lhes possibilitaram sobreviver às dificuldades ocasionadas pela improvisação, escassez de alimentos, e doenças que assolaram os soldados, mulheres e crianças. As fontes, inicialmente, mostram que os soldados ficaram indefesos diante do avanço das doenças e da fome, perecendo aos milhares pelos acampamentos e morrendo por doenças e por uma medicina improvisada nas Enfermarias e Hospitais. Devemos considerar que a presença de enfermidades no decorrer do conflito foi também resultado das péssimas condições de vida, das exposições de soldados e civis ao clima úmido e chuvoso, da falta de medicamentos e de uma alimentação deficitária, o que causou desnutrição, levando os soldados a situações propensas para o desenvolvimento de doenças, um tema ainda pouco estudado na historiografia.

As condições sanitárias e higiênicas tiveram papéis importantes no decorrer da Guerra do Paraguai, e através da expansão do campo de pesquisa da história das doenças nos últimos anos, novos caminhos estão sendo explorados. Os estudos englobam as epidemias e seus cuidados, o cotidiano dos doentes e médicos, o funcionamento dos ambientes direcionados a cura e a relação entre o Governo Imperial e o cuidado com os enfermos. Dessa forma, nesse artigo, objetivamos compreender as enfermidades que atingiram a vida dos soldados e civis, além das mudanças de caráter biológico provocadas pelas doenças, na tentativa de perceber o medo que acompanhava essa população, o preconceito e a exclusão social vivenciada por *coléricos*, *bexigentos* e demais enfermos. Na contramão da historiografia tradicional sobre o conflito, analisaremos a guerra a partir do campo de estudo da História da saúde e das doenças, na tentativa de compreendermos as epidemias, as condições sanitárias e o tratamento médico implementado nas Enfermarias e Hospitais à época, e como todos esses aspectos influenciaram diretamente na vida dos combatentes e civis que tiveram suas vidas ceifadas em um curto período de tempo.

¹⁷⁹⁹ Para mais explicações sobre o que foi a Guerra do Paraguai ver o livro “Maldita Guerra” do autor Francisco Doratioto (2002).

¹⁸⁰⁰ O termo “práticos” refere-se aqueles que exerciam a arte de curar de forma alternativa, dentre os quais estavam: parteiras, benzedeiros, boticários, curandeiros, feiticeiros, conhecedores de raízes, etc.

Sobrevivendo ao “mal do ganges” em tempos de guerra

No ano de 1867, sob o comando do General Caxias, que encontrava-se empenhado em fazer mudanças e trazer melhorias ao exército para as novas operações, viu-se diante de um mal que atingiu a tropa repentinamente e sem pena. A epidemia da cólera se alastrou rapidamente e colocou em risco todo o Exército em marcha. Dados apontam que o primeiro caso apareceu no Vapor Teixeira de Freitas, que havia saído do Rio de Janeiro ao final do mês de fevereiro, com 200 novos soldados. Passou por Rosário, Itapiru e Corrientes¹⁸⁰¹, localidades que apresentavam-se com más condições higiênicas, favorecendo a contaminação e disseminação da doença. A chegada dessa doença foi decisiva para o caminhar das tropas brasileiras durante os tempos de Campanha no Paraguai. Pesquisas e análises mais recentes demonstram o mal que esse flagelo causou a população civil e aos soldados, generais e oficiais do Exército Brasileiro. Como afirma Dionísio Cerqueira, “a epidemia era tão devastadora que não havia tempo nem pessoal para enterrar os cadáveres que se amontoavam por dias e dias”¹⁸⁰². A cólera, conhecido como “mal do Ganges” foi o principal causador do número de baixas durante as Campanhas. Segundo Stefan Cunha Ujvari¹⁸⁰³: “o berço da cólera é considerado até hoje o delta do rio Ganges, na Índia, região de origem das pandemias vividas nos séculos XIX e XX”.

Essa doença caracteriza-se por diarreia grave, levando o paciente à desidratação, com queda da pressão arterial, deficiência no funcionamento dos rins, e caso não tenha o tratamento adequado, os doentes são levados ao óbito. A bactéria da cólera é eliminada nas fezes ou vômitos, e como a diarreia é intensa, o paciente é levado a várias evacuações ao dia, o que nos leva a pensar em como a ausência de medidas sanitárias e de uma higiene adequada influenciou para a propagação desse mal. O trecho a seguir compõe apontamentos do General Osório em campanha no Paraguai e reflete a percepção de um oficial sobre a chegada da doença:

De todas as medias zombou o cólera dos hospitais propagou-se ao exército e, em menos de 10 dias, só no 2º Corpo, onde mostrou-se mais violento, prostou a mais da terça parte da força, e **lançou na sepultura perto de mil cadáveres**, sendo acometidos de preferencia aqueles individuos já por outras moléstias com baixa nos hospitais. Foram postas em prática as medidas aconselhadas pela ciência: **dobrou-se a ração do café e aguardente à tropa**, afim de ser distribuída de manhã, antes do alarme e, à noite, antes de recolher; construíram-se galpões nas proximidades dos acampamentos, em lugares onde se presumia mais puro o ar, foram tratados os coléricos, evitando-se deste modo, o transporte para hospitais distantes, pois quase metade a estes chegava em termos de morrer.¹⁸⁰⁴

Atribui-se ao clima da região uma das grandes causas de proliferação de enfermidades, visto que os locais próximos ao Rio Paraguai são extremamente úmidos, cercado de pântanos e principalmente, é uma região extremamente chuvosa. Sendo assim, a propagação da cólera aconteceu de maneira muito rápida devido à ausência de medidas higiênicas, de prevenção e do cuidado com as tropas. No relato acima, destacamos duas informações que irão corroborar com nossos argumentos: o primeiro trecho refere-se ao grande número de mortos que durante toda a guerra cresceu principalmente devido as grandes epidemias de

¹⁸⁰¹ Essas regiões localizam-se no Rio Grande do Sul, Paraná e Argentina respectivamente.

¹⁸⁰² CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscências da campanha do Paraguai, 1865-1870**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1980.

¹⁸⁰³ UJVARI, Stefan Cunha. **A História e suas epidemias – A convivência do homem com os microorganismos**. 2.ed.-Rio de Janeiro:Editora Senac Rio: Editora Senac São Paulo, 2003, p.153.

¹⁸⁰⁴ OSORIO, J. L.; OSORIO FILHO, F. L. **Historia do General Osorio**. Pelotas, Rio Grande do Sul: Typografia do Diário Popular, 1915. Vol. 2. p.354.

coléra, varíola e bexigas; e o segundo trecho grifado se remete a utilização de aguardente para aliviar as dores e limpar o organismo dos enfermos, método utilizado pelos práticos em suas artes de curar. Este segundo ponto mencionado, corrobora com nossas pesquisas na medida em que tentamos entender a todo momento uma comunhão entre os saberes médicos e as atividades desempenhadas pelos práticos, principalmente por meio da utilização de ervas medicinais, dentre outros procedimentos utilizados por esses “mestres”.

O cólera-morbus atirou-se lívido sobre a nossa pequena coluna, e todos os dias arrebatava-nos alguns dos valentes companheiros.

O nosso médico era um cirurgião contratado, simpático e jovial. Ninguém sabia por que faculdade se graduara. Não era brasileiro, e tinha tipo de tambor mor: alto, membrudo, de largas espáduas. [...] Dizia, entre outras coisas interessantes, **“haver descoberta riquíssima flora do Chaco uma planta rara e de tão grandes virtudes terapêuticas, que a considerava específico infalível para a destruição do monstruoso flagelo do Ganges”**.

O específico do Chaco paraceu-nos um delicado aliado do flagelo, porque raro foi o doente que escapou.¹⁸⁰⁵

Como afirma Tânia Salgado Pimenta, “no dia-a-dia, contudo, não era raro que os médicos diplomados lançassem mão de recursos utilizados por terapeutas populares, principalmente em situações em que haviam perdido o controle, como nos casos de epidemias”¹⁸⁰⁶. Esse enlace entre as práticas médicas oficialmente instituídas e os recursos utilizados pelos terapeutas populares/práticos foi algo presente no decorrer da Guerra e no interior dos espaços de cura. Como Dionísio Cerqueira descreve acima, os próprios médicos recorriam a ervas medicinais para tentar barrar o avanço da cólera e curar os enfermos.

Como afirma Betânia Gonçalves Figueiredo, a saúde compreendida como o cuidado com o corpo doente, práticas de cura, alívio de dores e prevenção de doenças sempre esteve presente na vida dos homens e em períodos de guerra havia a necessidade de socorrer os feridos, amputar pernas, estancar o sangue e retirar balas¹⁸⁰⁷. No cotidiano da Guerra do Paraguai foram essas as ações realizadas pelo corpo de saúde responsável por tratar e curar os doentes. Com todas as dificuldades da época, as enfermarias e hospitais foram os locais reservados para a realização de procedimentos médicos, seja por cirurgiões formados, médicos residentes e os próprios práticos. Observem abaixo trecho do Relatório escrito pelo Dr. João Pires Farinha, cirurgião Mór do exército em 3 de janeiro de 1865:

[...] Chegado a 22 de novembro ao Exército, foi meu primeiro cuidado visitar o hospital, examinar seu material, e tomar conhecimento do pessoal nele empregado, o que encontrei eu? V. Ex^a vai velo, e é verdade. Cento e noventa e oito doentes estavam abarracados junto de Parahy grande em pequenas barracas, sem leitos, sem calções, sem cobertores, e o que mais sem que tivessem fornecimento de leitos convenientes e próprios de seu estado¹⁸⁰⁸.

¹⁸⁰⁵ CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscências da campanha do Paraguai, 1865-1870**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1980, p.265.

¹⁸⁰⁶ PIMENTA, Tânia Salgado. **Terapeutas Populares e Instituições Médicas na Primeira Metade do século XIX**. In: **Artes e Ofícios de curar no Brasil**: capítulos de história social /Sidney Chalhoub et al. (org.) - Campinas, SP:Editora Unicamp, 2003.

¹⁸⁰⁷ FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. **A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais**. 2.ed.- Brasília, DF: CAPES; Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2008.

¹⁸⁰⁸ Comunicação feita pelo Dr. João Pires Farinha, Cirurgião Mor da Brigada ao chefe do corpo de saúde do Exército, em 3 de janeiro de 1865, Ministério da Guerra, AN.

Durante todo o conflito houve a ausência de uma estrutura física adequada para o trato dos enfermos, o que também foi causa de proliferação de doenças e infecções entre os doentes. Muitas enfermarias e hospitais foram organizados de forma improvisada, cobertos por lona, em lugares úmidos, próximos a rios e principalmente com um corpo médico mínimo, numa escala de um médico para 40 pacientes. Observa-se na fala dos médicos e chefes do corpo de saúde as constantes reclamações acerca da falta de provimentos necessários para o funcionamento dos espaços de cura, que era responsabilidade do governo Imperial. O número de soldados doentes era enorme chegando a cifra dos milhares. Havia 11 hospitais brasileiros: 2 na República Oriental (Uruguai), 2 em Buenos Aires, esses 4 foram fundidos em apenas 1 localizado em Montevideu, 3 em Corrientes (Argentina), 1 em Cerrito (Rio Grande do Sul), 1 em Itapiru, outro no Passo da Pátria, e 1 em Tuiuti (Paraguai).

Outro ponto que afetou diretamente a propagação da cólera e outras enfermidades foi a estrutura dos hospitais e espaços de cura, que geralmente eram montados em locais próximos a rios, ambientes pantanosos, o que acentuava a umidade que junto ao calor do clima local contribuía para a disseminação de microrganismos. “Os chamados hospitais de sangue, espaços tristes, sombrios e fúnebres, nada mais eram que pobres ranchos, cobertos de palha, sempre cheios de feridos, que chegavam estropeados, ensanguentados em doloroso desalinho”¹⁸⁰⁹. Como exercício que deveria ser cumprido, Dionísio Cerqueira, veterano de guerra, recebeu uma ordem de serviço que era o *Dia do Hospital*, onde ele deveria transportar os soldados doentes para os hospitais para tratamento, e ele narra o que sentiu, descrevendo detalhes desse dia de horror:

Impressionou-me **mal o cheiro nauseabundo que exhalava aquele estabelecimento sanitário improvisado**. Haviam-no colocado num saladero onde se abatiam grande numero de rezes e preparava-se charque. Não sei porque, sempre tivemos pronunciada predilecção pelos lugares insalubres para quartéis e hospitais. Haja vista o Quartel typo e o Hospital Central, ambos edificados em terrenos alagadiços, sendo que o último foi pintado de azul, côr que dizem ser a preferida pelas anophelés.¹⁸¹⁰

Durante toda a análise documental encontramos referências a estrutura dos espaços de cura, e principalmente ao deficiente tratamento implementado pelo corpo de saúde, seja pela quantidade mínima de médicos e enfermeiros ou pela falta de medicamentos e instrumentos cirúrgicos. As medidas do governo imperial foram ineficazes, principalmente no tratamento de epidemias, que poderiam ser evitadas se houvesse uma política de vacinação nos portos mais ativa. Os lugares insalubres que serviam de base para a instalação desses locais onde se efetuava o atendimento aos enfermos, contribuiu ativamente para o aumento no número de cólera e varíola, devido aos fatores climáticos e aos próprios meios de contenção das epidemias, que eram ineficazes. Em Curuzú existia uma enfermaria para onde foram enviados inúmeros coléricos, que geralmente se enchia e esvaziava para os cemitérios de Campanha, que estavam dispostos próximos aos espaços de cura. “As padiolas eram feitas de varas, atadas com cipós, forradas de mantas e cobertas de pequenos ramos”¹⁸¹¹.

Da maneira como aparecem descritos, os locais destinados ao tratamento dos feridos e doentes eram localizados em ambientes impróprios e com um corpo médico inexperiente, o que dificultava a realização dos procedimentos necessários para cuidar dos soldados, mulheres e crianças que estavam doentes por balas ou por malária, cólera, febre amarela e

¹⁸⁰⁹ CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscências da campanha do Paraguai, 1865-1870**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1980, p.230.

¹⁸¹⁰ CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscências da campanha do Paraguai, 1865-1870**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1980, p.16.

¹⁸¹¹ CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscências da campanha do Paraguai, 1865-1870**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1980, p.230.

doenças sexualmente transmissíveis como sífilis e gonorreia. De acordo com relatório da Enfermaria Militar Brasileira em Montevidéu no ano de 1868, as reclamações realizadas pelos médicos retratando as más condições e principalmente a necessidade de melhorias desses espaços se confirmam na fala do médico baiano Salustiano Ferreira Souto, diretor da enfermaria à época:

Sou apologista da economia, mas entendo que um dos primeiros deveres da Repartição da guerra é empregar e aperfeiçoar todos os meios para a conservação da saúde dos soldados, provendo-lhe do necessário e de todos os cômodos na hora da enfermidade.

A economia, que poupa dinheiro sacrificando a vida do soldados, esta condenada pela razão e pelo século. As medidas hygiencias não são de utopias, tem produzido, e hão de produzir grandes bens, impedindo o desenvolvimento de moléstias e epidemias perigosas. Há pois necessidade de aumentar ou de adicionar salões commodos pra todos os enfermos que crescem diariamente.¹⁸¹²

Esse trecho acima se remete ao relatório enviado ao comandante maior das Forças do Brasil na cidade de Montevidéu em Abril de 1868, contendo quinze páginas mais anexos. As descrições realizadas pelo Dr. Salustiano mostram-nos a necessidade que havia de estruturar o ambiente, para que assim o corpo de saúde pudesse realizar as atividades. Esses relatórios são documentos, que deveriam ser entregues mensalmente ou semanalmente ao chefe das Forças do Brasil para um possível acompanhamento dos serviços prestados nesses espaços. De uma forma geral, o relatório do médico faz referência constante a necessidade do Estado Imperial de se posicionar e realizar as reformas necessárias para um melhor desempenho do corpo de saúde diante do “reinado de epidemias”.

Era dever do Estado Imperial dá o suporte necessário para o bom desempenho dos espaços médicos, visto que esses lugares eram responsáveis por tratar os combatentes, mas a documentação apresenta as contradições entre o que era dever do governo brasileiro e o que realmente acontecia nas enfermarias ou hospitais. Em relatório do Chefe do Corpo de saúde do Exército no ano de 1865 encontramos declarações acerca da péssima estrutura em que se encontrava essa instituição, tanto no que concerne ao corpo médico quanto a falta de suprimentos adequados,

Os meios de transporte são de péssima qualidade, e muitos escassos, ainda hoje. Ex^m Sr, o **nosso exército transporta seus doentes nessa pesadas carretas**, sem uma só das condições de mobilidade cômoda e segura, que mais servem para empregoná o estado do enfermo, do que de lhe proporcionar asilo favorável ao seu tratamento.¹⁸¹³

Requisições de ambulâncias e aparato hospitalar eram feitas por médicos e chefes do corpo de saúde, a fim de conseguir manter funcionando as enfermarias e hospitais. Entretanto sabe-se que pouco foi feito para melhorar as condições de saúde nesses lugares.

Em 7 de Maio de 1867, no episódio conhecido como “Retirada da Laguna” as forças brasileiras desistiram de alcançar Concepción devido à ausência de recursos logísticos e falta de uma força militar suficiente, dirigindo-se para Nioaque. A retirada das forças brasileiras da região da Laguna foi feita sob constantes ataques paraguaios, com roubos de animais e dos subsídios necessários à sobrevivência das tropas brasileiras. Segundo Francisco Doratioto, os soldados brasileiros marcharam famintos, sob tempestades e por terrenos pantanosos. “tinha a incomodá-los, além dos inimigos, piolhos e a vitimá-los o cólera e outros

¹⁸¹² Relatório da Enfermaria Militar, Abril de 1868, p.4, AN.

¹⁸¹³ Relatório do Corpo de Saúde do Exército, Ministério da Guerra: AN.

problemas de saúde, decorrentes do contraste entre o frio glacial noturno e o calor escaldante diurno”¹⁸¹⁴.

A falta de meios de transporte para os coléricos carregados por seus companheiros exauridos pela fome e pelo cansaço, inviabilizava a retirada da coluna. Camisão tomou a dramática decisão de abandonar mais de 130 soldados doentes, que aceitaram, resignados, seu destino. Deixados em uma clareira, juntamente com um cartaz destinado ao inimigo com a frase “**compaixão aos coléricos!**”, foram mortos por seus perseguidores. Pouco tempo depois o cólera atingiu o próprio coronel Camisão e, ainda, José Francisco Lopes, guia da coluna, matando a ambos e a outros companheiros.¹⁸¹⁵

Durante a Retirada da Laguna, boa parte do contingente brasileiro acabou vitimado pela cólera, varíola e outras doenças que foram acentuadas pelo clima da região. Em meio aos temores da guerra e principalmente nos momentos de descolamento das forças brasileiras, o abandono dos doentes era comum, visto que não havia meios de transporte adequados para levá-los às enfermarias e hospitais. As epidemias vitimaram milhares, reduzindo o corpo do exército e atingindo enormes proporções.

Variolados no teatro de guerra

No dia 27 de maio de 1865, o General Osório saiu de Montevidéu com direção a São Francisco, onde desembarcou no dia 30 no acampamento do Exército Brasileiro. A epidemia de varíola havia atingido o batalhão, principalmente os voluntários da pátria, paisanos armados à última hora e advindos de inúmeras Províncias. Estes, estranhavam o clima do sul, o rigoroso inverno, e para piorar a deficiente estrutura física dos acampamentos e a alimentação disponível. O general em ofício do mês de Julho de 1865, informou ao Ministro de Guerra que o clima dos últimos dias havia piorado a situação da tropa e acentuado a propagação de enfermidades. O general havia mandando criar uma enfermaria no acampamento de Juquery, onde já contava com um número de 600 doentes. Ele faz um apelo ao ministro de guerra, para que as tropas viessem já vacinadas ou que o governo enviasse as vacinas para sempre aplicadas na população que ainda não estava contaminada.

Maria Teresa Garritano Dourado¹⁸¹⁶ explica que a varíola, vulgarmente conhecida como bexiga ou febre eruptiva, constituiu outrora uma das mais temíveis pestes que assolaram a humanidade, devido sua extrema contagiosidade e a alta letalidade. Em latim, a palavra *vari* significa irrupção de botões; *varius* são indivíduos com o rosto recoberto por manchas. Como afirma Ujvari¹⁸¹⁷: “os acometidos tinha a face com aspecto salpicado – bariolado, variolado pela doença. Sendo sua origem obscura, os maiores indícios a apontam como doença originária do Oriente, principalmente da China”.

No cenário da Guerra, a varíola acabou acometendo um número muito grande de civis e soldados. “Os doentes eram transportados para os hospitais em carretas cobertas de couro, contaminados pelo pus varioloso, ficavam disformes, o rosto inchado e cheio de pústulas denegridas, de onde exalavam um cheiro nauseabundo”. São raros os documentos que mencionam a preocupação com a vacinação dos soldados, o descrito a seguir é uma exceção:

Quartel General do Commando em Chefe do Exército em operações, acampamento junto a Lagoa Brava, em 9 de

¹⁸¹⁴ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita guerra**: nova história da Guerra do Paraguai / Francisco Fernando Monteoliva Doratioto. – São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.167.

¹⁸¹⁵ DORATIOTO, p.168.

¹⁸¹⁶ DOURADO, Maria Teresa Garritano. A história esquecida da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidades. - Camp– Grande, MS: Ed. UFMS, 2014.

¹⁸¹⁷ UJVARI, Stefan Cunha. A História e suas epidemias: A convivência do homem com os microorganismos. 2. Ed. –Rio de Janeiro: Editora Senac Rio: Editora Senac São Paulo, 2003.

Janeiro de 1866. Ordem do dia n. 116. O Exmo. Sr. General Commandante em Chefe, manda louvar e agradecer o relevante serviço que prestou ao exército, o Sr. Major Manoel Ignácio da Silva, comandante do 1º Corpo Provisório de Cavallaria da Guarda Nacional, o qual mostrou tal interesse e solicitude pela saúde e conservação de seus comandados que, por sua expontanea deligencia alcançou o púz vaccinico, com que não só vacinou grande numero de seus praças, que ainda o precisavão, como o que nas mesmas circunstancias se achavão em todos os outros corpos de Cavallaria e d'alguns de Infantaria, sendo ele somente devida a semente de que dispomos para a vacinação dos poucos praças dos corpos ultimamente chegados, que precisão ainda do mesmo preservativo. O mesmo Exmo. Sr. General, informado do interesse humanitário e zelo com que se tem desenvolvido o Sr. 2º cirurgião Dr. Firmino José Dona, não só no serviço de Infantaria a seu cargo, como na vacinação dos praças do exercito ainda não garantidas por este preservativo, da peste de varíola, manda igualmente louval-o por tão importante serviço, Innocencio Velloso Pederneiras Tenente- Coronel.¹⁸¹⁸

Uma vasta documentação pertencente ao hospital Militar de Cuiabá traz referências sobre os casos de Varíola que dizimaram boa parte dos menores aprendizes que participaram da Guerra. No ano de 1867 há registros nas Papeletas Médicas (registros dos hospitais e enfermarias acerca do estado de saúde dos enfermos) da entrada de 47 pessoas apresentando os sintomas da varíola e 255 referentes a outras moléstias que assolaram a população nesse período. É válido destacar que o ano de 1867 foi marcado por uma grande epidemia de varíola onde nem civis foram poupados desse mal.

Os pacientes recebiam visitas dos médicos e geralmente ficavam internados nas enfermarias por um clico de 15 dias. Os sintomas apresentados eram: febre alta, erupções avermelhadas na pele, garganta, rosto e demais partes do corpo. O tratamento prescrito era baseado em receitas oriundas da flora, o que confirma nossa hipótese que prevê a comunhão entre saber médico e a utilização de receitas advindas dos práticos que também atuaram nos espaços de cura. Ao paciente era indicado o uso de: Infusão de Sabugueiro, Banho Canforado, Gargarejo, Tintura de Ricino, Flores de Laranjeira, Cataplasma de linhaça dentre outros. A chamada “outra medicina” contribuiu ativamente com as práticas de cura implementadas durante o período da guerra. Esse saber era regido por uma lógica que se baseava na utilização de plantas, chás, repousos, purgantes, dentre outras receitas que foram de importância efetiva para a cura de milhares de civis e soldados.

Considerações finais

A Guerra do Paraguai foi o mais longo conflito militar das Américas, e se destaca pela longa duração, pela violência e epidemias e pela mobilização popular. Para a história do Império Brasileiro, e principalmente do Segundo Reinado, as causas e consequências desse conflito ainda são fonte de estudo, e as interpretações seguem transformado as visões acerca da guerra. Novos trabalhos tem se debruçado sob questões referentes ao recrutamento militar, aos voluntários da pátria, as instituições médicas, as graves crises epidêmicas que assolaram tanto as tropas brasileiras quanto a dos outros países envolvidos, dentre outros temas que estão em intenso debate. Sabemos que os estudos referentes ao conflito tomando por base o campo da história da saúde e das doenças ainda é incipiente, mas o campo de

¹⁸¹⁸ ARQUIVO HISTÓRICO DO EXERCITO. Ordens do Dia. Ordem n. 116 – Osório 2º, p. 18.

pesquisa tem se ampliado e os estudos sobre a Guerra tem obtido interpretações multidisciplinares, com contribuições de outras áreas das ciências sociais e da história.

As epidemias da Cólera e da Varíola foram extremamente marcantes para a sociedade civil e o próprio corpo do exército brasileiro que encontrava-se propenso a contaminação. Como foi discutido no decorrer da narrativa acima, as doenças foram as principais causadoras do número de baixas durante o conflito, e destacamos a cólera e a varíola por serem as responsáveis por duas grandes epidemias que ceifaram as vidas de milhares de pessoas. A ausência de assistência médica em número suficiente, de medicamentos e principalmente de boa estrutura dos espaços de cura acentuou a propagação das “mazelas” e agravou o estado de saúde dos enfermos, que contavam com uma alimentação de baixo valor nutricional, bebiam água contaminada dos rios que também serviam de depósitos para cadáveres e sobreviviam em locais extremamente quentes e úmidos, o que proporcionou uma maior proliferação de bactérias. Além disso, observamos que o Estado Imperial agiu de forma extremamente deficiente quanto ao envio de medicamentos, a vacinação dos oficiais, a estrutura das enfermarias e hospitais, dentre outros fatores que dificultaram a luta pela sobrevivência dos que estavam representando o país no *teatro de guerra*.

SANEAMENTO E POPULAÇÃO POBRE: A REFORMA DO PORTO E DO BAIRRO DO RECIFE.

Jônatas Lins Duarte¹⁸¹⁹

jonataslins84@gmail.com

Resumo: Esse trabalho tem como por objetivo renovar as discursões sobre a reforma do Porto e do Bairro do Recife, sendo orientado por uma perspectiva do sanitaríssimos, como a que ocorreram na cidade de Paris e do Rio de Janeiro. O Recife seguindo a política de grandes trabalhos públicos em nível federal no início do século XX (PERRUCCI, 1978) propõe a sua reestruturação, buscando a sua higienização e modernização. Figuras importantes para esse momento surgiram como o médico sanitarista Octavio de Freitas e do engenheiro Saturnino de Brito estes que tiveram tamanha importância nesse processo, mas um grupo se encontrava no meio desse processo, os moradores mais humildes, esta a margem da sociedade e excluídos do processo de modernização. É por essas veredas que se segue esse trabalho, sendo apenas o início das pesquisas que estão sendo desenvolvidas no mestrado.

Palavras chave: Bairro do Recife; insalubridade; Saneamento.

Introdução

A experiência, de modernização e de higienização, vivida no Bairro e no Porto do Recife no início do século XX, não é algo de exclusividade da capital pernambucana, esta, que foi impulsionada por projetos que ocorreram em Paris na segunda metade do século XIX e no Rio de Janeiro a partir de 1904. Sendo que a cidade era o principal campo de atuação de epidemias, que acometiam uma grande parte da população urbana¹⁸²⁰.

A primeira obra de tão grandiosidade feita foi a da capital francesa, porque já em meados do XIX haver um crescente aumento populacional. O crescimento da população ocorreu durante a revolução industrial e sem que a estrutura urbana da cidade seja alterada, desta forma trazendo transtornos, em vista que o excessivo número de habitantes era da

¹⁸¹⁹ Mestrando em história - Programa de pós-graduação em história-UFPE

¹⁸²⁰ RAMINELLI, Ronaldo. História urbana. In. CARDOSO, Ciro Flamareon; VAINFAS, Ronaldo (org).

Domínios da história: Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro. Ed. Elsevier. 2011.

classe pobre. Nessas áreas, a superpopulação acelera e piora as condições sanitárias das moradias¹⁸²¹. Paris sofria de diversas formas, mas é após uma grande epidemia de cólera no meado do século XIX que se tornou unânime que o crescimento desordenado era algo realmente preocupante para a vida da cidade, pois seus emaranhados de casas sem estética e sem saneamento era terrível quem frequentava a urbe.

A solução que foi encontrada foi com a nomeação do Barão de Haussmann para prefeito de Paris, 1853 – 1870, por Napoleão III. Haussmann começou as obras em 1859. Sua necessidade já vinha sendo sentida há tempo, e projetos de lei lhe abriram o caminho¹⁸²². Ele realizou sua transformação da imagem da cidade com os meios mais modestos que se possa pensar: pás, Enxadas, alavancas e coisas semelhantes¹⁸²³. Já com a sua reconstrução trouxe mudanças consideráveis para a sociedade de Paris e serviu como fonte de inspiração para diversas outras nações. A expulsão das classes menos favorecidas de dentro da cidade de Paris com o seu saneamento, diminuindo drasticamente com os focos de doenças, a demolição das ruelas estreitas para abertura de fez grandes avenidas. Bairros insalubres dão lugar a prédios públicos, a praças e bulevares fazendo renascer uma nova cidade, sendo essas para novas pessoas, a burguesia que retorna para a capital francesa.

Os bulevares de Napoleão e Haussmann criaram novas bases — econômicas, sociais, estéticas — para reunir um enorme contingente de pessoas. No nível da rua, elas se enfileiravam em frente a pequenos negócios e lojas de todos os tipos e, em cada esquina, restaurantes com terraços e cafés nas calçadas. Esses cafés, como aquele onde os amantes baudelaireanos e a família em farrapos se defrontaram, passaram logo a ser vistos, em todo o mundo, como símbolos de *la vie parisienne*. As calçadas de Haussmann, como os próprios bulevares, eram extravagantemente amplas, juncadas de bancos e luxuosamente arborizadas. Ilhas para pedestres foram instaladas para tornar mais fácil a travessia, separar o tráfego local do tráfego de longa distância e abrir vias alternativas para as caminhadas. Grandes e majestosas perspectivas foram desenhadas, com monumentos erigidos no extremo dos bulevares, de modo que cada passeio conduzisse a um clímax dramático. Todas essas características ajudaram a transformar Paris em um espetáculo particularmente sedutor, uma festa para os olhos e para os sentidos.¹⁸²⁴

As transformações ocorridas na capital francês viraram exemplo para diversas capitais no mundo e no início do século XX foi à vez do Brasil. A primeira capital a passar pelo processo de modernização e de saneamento no país foi o Rio de Janeiro que já vinha lutando contra as epidemias e as classes perigosas¹⁸²⁵ desde o império, na segunda metade do século XIX. Durante o final do império os pobres que infestavam a capital fluminense eram mal vistos, não apenas por poder oferecer problemas para as organizações de trabalho e a manutenção

¹⁸²¹ BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo. Ed. Brasiliense. 1982. p.37

¹⁸²² BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas III: Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo**. Trad. José Carlos Martins Barbosa e Hermes Alves Baptista. São Paulo. Ed Brasiliense. 2000. p.85

¹⁸²³ BENJAMIN, Ibidem. p.84.

¹⁸²⁴ BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade**. Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriantti. São Paulo. Ed. Companhia das letras. 1986. p. 147.

¹⁸²⁵ CHALOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 20-29.

da obra pública. Os pobres também ofereciam perigo de contágio. Os pobres passaram a representar perigo de contágio no sentido literal mesmo¹⁸²⁶.

Os problemas que havia no século XIX no Rio de Janeiro transcendem para o século XX e é no meio dessa Capital conturbada por problemas estruturais, doenças e pela pobreza que o presidente Rodrigues Alves assume o governo do país, que antes mesmo ser eleito o saneamento da República já ocupava o primeiro plano¹⁸²⁷. Para governar a cidade do Rio de Janeiro, também conhecida como “o tumulto dos estrangeiros”¹⁸²⁸, é nomeado o engenheiro Pereira Passos que antes de aceitar o cargo falou com Rodrigues Alves que aceitava, mas com a seguinte condição: Plena liberdade para fazer o que fosse possível¹⁸²⁹. No mesmo momento, o médico sanitário Oswaldo Cruz ocupa o cargo de diretor de saúde pública, criando um novo plano de intervenção sanitária, vacinação, este que apenas foi pensando em resolver os problemas da saúde pública¹⁸³⁰.

A vacinação não foi nada pacífica, transformando a cidade em uma praça de guerra¹⁸³¹. Já Pereira Passos fez sua política em dois frentes¹⁸³² e logo em seguida se instaurou a ditadura do “bota abaixo”¹⁸³³ onde ninguém teve o direito de nada, os casarões imperiais foram indenizados, mas a população que morava na localidade não teve direito a indenização por serem meros locatários, assim deixando diversas famílias nas ruas.

“...uma verdadeira cruzada com o objetivo de reformar, higienizar e destruir os espaços urbanos insalubres da Capital Federal. Além do mais, fazia-se necessário livrar-se dessas habitações que impediam o livre fluxo, indispensável para a circulação de uma cidade moderna. Esse período representou uma mudança do pensamento médico que tinha os espaços da cidade como objeto. Os problemas urbanos passaram a ser associados às questões sociais típicas das populações que viviam em aglomerações: alcoolismo, criminalidade, falta de moradia, desemprego, etc.”¹⁸³⁴

Após o processo modernizador que devastou a cidade do Rio de Janeiro e a reconstruiu em seguida, Pereira Passos faz mudar os costumes e a sociedade carioca, houve a

¹⁸²⁶ CHALOUB, *Ibidem*. p. 29.

¹⁸²⁷ BRENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: Um Haussmann Tropical: A revolução urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração 1992, p. 200

¹⁸²⁸ SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo. Ed. Brasiliense. 1984. p. 46-48.

¹⁸²⁹ SEVCENKO, Op. Cit. p. 51 – A plena liberdade que o Presidente Rodrigues Alves dar a Pereira Passos é não ter problemas com orçamento, materiais e não sofrer embaraços para qualquer ação que ele propunha. Foram dados esses poderes no dia 29 de dezembro de 1904 o ano que assumiu a prefeitura, os poderes eram tão grande que parecia ser tirânico, tirando assim as condições de defesa da comunidade.

¹⁸³⁰ CARVALHO, José Murilo. **OS bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo. Ed. Companhia das Letras. 2015. p. 18

¹⁸³¹ CARVALHO, *Ibidem*. p. 104.

¹⁸³² AZEVEDO, André Nunes de. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. In. **Revista Rio de Janeiro**, n. 10, maio-ago. 2003. Disponível on-line em: < http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_10/10-AndreAzevedo.pdf > último acesso em: 22/04/2015. p. 40/41 – Um voltado para a reforma do porto com intuito comercial, aumentando a lucratividade, importações e exportações, o turismo entre outros e o outro de Pereira Passos, que é a higienização da cidade e modernização, igualmente o que foi feito em Paris.

¹⁸³³ SEVCENKO, Op. Cit. p. 23

¹⁸³⁴ MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. *Um urbanismo excludente: O caso da Capital Federal e do Bairro do Recife no início do século XX*. In. **Revista de pesquisa histórica – CLIO**. Recife-PE. EDUFPE. Volume 1 – Nº 20. 2002. p. 157.

modernização dos costumes, as práticas sociais foram se europeizando não dando espaço para os mais humildes, os pobres foram expulsos do centro da cidade. Agora existe uma nova Capital Federal feita através da engenharia e da medicina que expulsou as classes perigosas. A população mais carente terminou sendo obrigadas a ir para as periferias sem ter escolha e sem poder ser revoltar mais.

Após entender a conjuntura e o processo em que ocorreram as reformas, tanto a de Paris e a do Rio de Janeiro, facilita entender o curso em que a modernização seguiu e foi se encaminhando para o Recife. “As cidades do século XX configuram-se como sociedades de massa, centros irradiadores de um desenvolvimentismo quem empolgou a mentalidade brasileira do período”¹⁸³⁵. Entende-se que o Recife adentra os primeiros anos desse novo século instigado a se reconstruir, “se transformando em uma cidade de primeira ordem”¹⁸³⁶, pois há uma importância grande na reforma do porto de Pernambuco, sendo esse iniciativa proposta por uma política de grandes obras públicas em nível federal para as primeiras décadas do século XX¹⁸³⁷, junto ao porto o Bairro do Recife também participará dessa transformação.

Ao perceber o que está para acontecer à classe pobre que vive ao entorno do porto, no Bairro do Recife, entende que iram tem que sair, uma vez que não se integram nos planos de uma cidade moderna, “para os planejadores de cidades, os pobres eram uma ameaça pública, suas concentrações potencialmente capazes de se desenvolver em distúrbios deveriam ser impedidas e cortadas por avenidas e bulevares”¹⁸³⁸. Um dos argumentos criados para justificar o processo de expulsão foi o da má condição de higiene da cidade, por haver diversos casos de epidemias durante o século XIX e em todo início do século XX.

As epidemias na cidade do Recife não eram novidade, principalmente pelas péssimas condições do saneamento, sendo que muitas localidades estavam com um estado sanitário precário desta forma diversos casos de epidemias fora percebidos no decorrer dos dois séculos. Entre os anos de 1861 e 1865 ocorreram diversas epidemias entre elas duas de varíola, duas de febre amarela, uma de sarampo, uma de coqueluche e uma de difteria, além de 115 óbitos por cólera. Outros casos de epidemias aconteceram entre 1871 e 1875 com cinco epidemias de varíola, cinco de febre amarela, uma de coqueluche e quatro de beribéri. Mais epidemias, 1876 a 1880 registra-se quatro de varíola, três de malária, uma de disenteria, uma de sarampo, uma de beribéri e uma de crupe. Entre os anos de 1881 e 1885 houve novos casos de epidemia desta vez com quatro casos de epidemia de varíola, uma de febre amarela, cinco de beribéri e uma de sarampo. No período de 1886 a 1890 houve uma grande epidemia de varíola que vitimou 2204, levando ao óbito, houve nesse mesmo período uma de febre amarela, uma de sarampo e uma de coqueluche. Nos anos seguintes de 1891 a 1895 registra-se mais epidemias, sendo uma de varíola, três de febre amarela, uma de sarampo e uma de influenza, que sendo benigna fez apenas 43 óbitos. Enquanto no período de 1896 a 1900 uma grande epidemia de varíola vitimou 2119, os levando a óbito, duas de sarampo, três de coqueluche, quatro de influenza e uma de febre amarela. 1904 uma grande epidemia de disenteria ocasionou 2886 mortes. Em 1918 houve um grande surto de gripe, (Influenza espanhola) em todo o estado, esta que se agravou no mês de outubro e por conta desta epidemia foi levado a óbito por conta da Influenza o diretor da Saúde Pública Dr. Abelado Baltar e fez em todo o Recife mais 1783 vítimas¹⁸³⁹.

¹⁸³⁵ ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho**: A formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo. Humanitas FFLCH/USP. 2004. p. 26.

¹⁸³⁶ FREITAS, Octavio. Importancia do registro sanitario das habitações como instrumento de defesa hygienica nas coletividades. In. **Annaes do 1º congresso de medicina de Pernambuco**. Recife. Off. TYP. Do Diário de Pernambuco. 1909. p. 55.

¹⁸³⁷ PESSUCI, Gabriel. **A república das usinas**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1978. p. 130.

¹⁸³⁸ HOBBSAWM. **A era do capital 1848-11875**. São Paulo. Ed. Paz e Terra. 1982. P. 219.

¹⁸³⁹ MELO, Mario. **Síntese Cronologica de Pernambuco**. Recife. Fundação de Cultura da Cidade de Recife. 1985. p. 82-103.

Sabia-se que Recife se tornou uma cidade doente, com diversos casos de diferentes doenças se espelhando por toda a cidade e é no primeiro decênio do século XX que “inúmeros médicos, bacharéis, engenheiros e intelectuais chamavam a atenção para a necessidade urgente de realizar uma grande transformação no porto e nas condições sanitárias da cidade.¹⁸⁴⁰ Um desses intelectuais que se destacou foi o médico Octavio de Freitas que fez estudos sobre a condição que faziam a cidade ser propícia a epidemias, e em sua afirmação:

“...é o Recife uma cidade de alto coeficiente mortuário permanente, devido, em grande parte, às sucessivas erupções epidêmicas que o devastam, além das endêmicas (malária, tuberculose, etc.) que fartamente concorrem para a agravação do seu mau estado sanitário. Somo, portanto, positivamente uma cidade insalubre e prasa aos céos que a meditação sobre as cifras acima mencionadas tenha o poder de chamar a atenção dos competentes para as nossas precárias condições, dando-lhes o remédio eficaz e único para afastal-as de nós: o saneamento de nossa bela capital.”¹⁸⁴¹

Freitas constrói essa afirmação durante o período que foi da secretaria de saneamento e com estudos de colegas de profissão que veio lhe anteceder, as cifras¹⁸⁴² citadas por ele reforçam a ideia de que haja o saneamento da cidade. Os dados apresentados por Octavio de Freitas são aceitos por conhecerem a péssima condição da cidade que se encontrava com ruas estreitas, tortuosas e em muitas vezes mal cheirosas, ladeadas, de casa de três e quatro andares, sendo assim um caos¹⁸⁴³. A configuração da cidade e principalmente do Bairro do Recife lembra em muito as antigas Ruas de Paris antes da reforma feita pelo Barão de Haussmann e as do Rio de Janeiro que foram saneadas por Pereira Passos.

Outro problema que constata a insalubridade da cidade segundo Octavio de Freitas está nas “habitações operárias”¹⁸⁴⁴ – mucambos e cortiços – que se encontram repletos de problemas sanitários e de higiene. Freitas fez uma caracterização desse tipo de moradia operária e das suas condições:

“ Os *mucambos* são edificadas em lugares húmidos, aterrados quasi sempre com lixo e cercados de pantanos e alagadiços invadidos pelas águas das grandes marés o interior de muitos delles. Seu material de construção é composto de latas velhas ou pedaços de caixões para as paredes e capim, palha ou folhas de zinco para a cobertura. O chão não tem revestimento algum e a divisão interna, quando existe, é a seguinte: - uma sala de frente, uma alcova sem ar e sem luz, onde dormem amontoadas trás e mais pessoas, uma sala de jantar e ao mesmo tempo cozinha e, num pequeno patco posterior, uma fossa fixa constituída por um barril enterrado no solo. Isso nos mucambos que a possuem, porque em muitos, os despojos são feitos na maré que passa perto ou econstadas á habitação.

Nos *cortiços* os aspectos é menos desolador: - são pequenas habitações em numero de cinco a vinte, compreendendo o que chama um *quadro*, compostas de uma sala e um ou dois quadros, compostas de uma sala e uma ou dois

¹⁸⁴⁰ MIRANDA, Op. Cit. p. 164.

¹⁸⁴¹ FREITAS, Octavio. **O clima e a mortalidade da cidade do Recife**. Recife. Imprensa Industrial. 1095. p. 56.

¹⁸⁴² Sobre os dados que são citados ver: FREITAS. *Ibidem*. p. 48 – 56.

¹⁸⁴³ CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. **Recife do Corpo Santo**. Recife: Secretaria de Cultura do Recife, 1977. p. 271.

¹⁸⁴⁴ FREITAS, 1909. Op. Cit. p. 54.

quartinhos para cada familia de cinco ou mais pessoas, tendo a mesma torneira de agua potavel e o mesmo aparelho sanitario todos os habitantes de um *quadro*. Estas pequenas casinhas fazem seguimento uma ás outras, dão todas para um pateo commum e teem univamente uma sahida para a rua :- uma porta que dá para o pateo commum.”¹⁸⁴⁵

Os tipos de moradias que foram caracterizados pelo médico sanitaria realmente demonstravam que era um grande foco para proliferação de doenças, mas que não livrava as casas de pessoas mais abastadas de terem problemas sanitários.

“Ponto de lado os casebres infectos de que já falamos, não me referindo tambem ás casas das classes pobres (não miserareis) a médias e mesmo algumas de pessoas mais abastado, muitas, muitissimas delas carecendo das indispensaveis condições de arejamento, luz, e quasi todas soffrendo a influencia do má preparo do nosso solo e dos materiaes de construcção utilizados pelos nossos empreiteiros, quero referir-me á boa ou má orientação das casas na via publica, á largura relativa das ruas, etc., pondo em destaque aqui todo o bairro do Recife e parte do de S. Antonio, constituídos por culpa dos nossos avoengos, de ruas estreitas e mal orientadas, onde o ar e a luz são substituídos por uma atmospherá confinada e doentia.”¹⁸⁴⁶

Percebendo o que foi dito por Octavio de Freitas, em todos os lugares e tipos de moradias existiam problemas de salubridade, mas uma localidade em especial em seu todo é um grande problema, é o Bairro do Recife, como podemos ver na citação. A reforma do porto terá o seu prolongamento por todo o bairro a sua volta e é em 1907 que se inicia o seu processo de modernização com a publicação dos editais públicos de concorrência para a obra¹⁸⁴⁷. Após o processo de disputa do edital entre ingleses e franceses, este que foi ganho pelos franceses e a obra foi iniciada em 1909 com um grande evento de inauguração onde discursaram o engenheiro João L. de Pullingny, diretor geral das obras, o dr. Moraes Rego, engenheiro da comissão fiscal e o governador do estado Herculano Bandeira¹⁸⁴⁸, em seu discurso o Sr. Pullingny relatou o seguinte:

“Encarecendo a importância das mesmas obras disse constituírem ellas um dos maiores commettimentos enprehendidos pelo nosso paiz e caccrescentou que, concluído o melhoramento do porto, podendo este abrigar em segurança e commodidade os maiores transatlanticos, o Recife deixará de ser com pouco tempo a Veneza américa para tornase a Nova York da America do Sul.”¹⁸⁴⁹

Após tal discurso o ímpeto modernizador toma conta da camada mais abastada havendo o apoio de diversos grupos da sociedade, mas o que não se imaginava era o que aconteceria com os moradores, trabalhadores e quem frequentava o bairro.

“Na ancía justificada e insofreavel em que ultimamente vivemos, de transformar esta colonia *Veneza Americana* n’um Recife novo, cheio de vida, pleno de progresso e melhoramentos hygienicos que nos proporcionem um goso e um bem estar a que temos incontestemente direito, vem-nos logo á mente a modificação completa, absoluta, radical do

¹⁸⁴⁵ Idem, 1909. p. 54.

¹⁸⁴⁶ Idem, 1909. p. 55.

¹⁸⁴⁷ MIRANDA. Op. Cit. p. 164.

¹⁸⁴⁸ **A Província**, 30 de julho de 1909.

¹⁸⁴⁹ **A Província**, 30 de julho de 1909.

nosso systema de edificação antiquário, tão cheio de desvios sanitarios, quanto vasio de conforto e de commodidades.”¹⁸⁵⁰

É nessa perspectiva que as transformações do bairro ocorreram, já que “A necessidade técnica, econômica e sanitária, aliás evidentes e confessáveis, daqueles serviços, serviam a boa parte das justificativas para uma reforma urbana, uma vez que não cabia a oficialização de outras razões mais determinantes”¹⁸⁵¹. O bairro do Recife entra no processo de modernização e saneamento, mas para as obras de asseio da cidade era necessário alguém com experiência e de confiança, por isso foi cogitado o nome do engenheiro Francisco Saturnino de Brito, a quem foi dado o cargo de diretor da Comissão de Saneamento do Recife, em setembro de 1909 vem a Recife para inspecionar o local e a compra de materiais, entretanto é só no dia 14 e 18 de setembro do mesmo ano que a Comissão de Saneamento é criada.

No mês de Fevereiro de 1910 Saturnino de Brito se transfere definitivamente de Santos para o Recife e no dia 28 de março do mesmo ano começaram as obras de esgoto das ruas. Ainda em 1907 o engenheiro Douglas Fox produziu um projeto de saneamento para o Recife, projeto esse que é elogiado tanto por Saturnino de Brito¹⁸⁵² e quanto por Octavio de Freitas¹⁸⁵³, mas que não pode ser posto em prática por não levar em conta algumas questões técnicas.

Uma dificuldade que houve para se fazer o plano de saneamento por Saturnino é conseguir fazer o cálculo da população recifense, já é de notar também que a cidade está infestada por considerável número de casebres miseráveis (<<mocambos>>), não contados no número dos prédios collectados pela Recebedoria de Rendas¹⁸⁵⁴, destas edificações não sabia em média quantos moradores que se vivia nelas. Mas com a sua experiência Saturnino de Brito conseguiu fazer diversos estudos e chegou a alguns números aproximados da população e do número de prédios construídos, de forma legal ou ilegal¹⁸⁵⁵.

Com esses dados em mãos o governo durante o ano de 1909 que começa o processo de desapropriação dos edifícios do Bairro do Recife, lançando editais nos jornais chamando os proprietários para negociar dos valores das indenizações. O primeiro edital saiu no dia 1 de abril de 1909 com uma lista das ruas e prédios a serem desapropriados para a demolição, esta lista continha 347 prédios particulares¹⁸⁵⁶. Número que surpreende diversos moradores do Bairro, já que a convocação é para os proprietários não os moradores, que em sua grande maioria era humildes. Os primeiros editais de convocação sempre vinham com os seguintes dizeres:

“ Comissão fiscal e administrativa das obras do porto do Recife

Edital

De ordem do sr. engenheiro chefe, convido os srs. proprietarios dos prédios constantes da relação infra, desapropriados pelos decretos ns. 4956 de 9 de novembro de 1903 e 6378 de 14 de novembro de 1907, a comparecerem, de meio-dia ás 3 da tarde, do dia 16 a 30 do corrente mez de dezembro, no escriptorio da 1.ª sexção da commissão, á rua de S. Jorge, n. 145, 1.º andar, a fim de

¹⁸⁵⁰ FREITAS, 1909. Op. Cit. p. 49.

¹⁸⁵¹ LUBAMBO, Cátia Wanderley. **Bairro do Recife**: entre o Corpo Santo e o Marco Zero. Recife-PE. CEPE/Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1991. p. 99.

¹⁸⁵² BRITO, F. **Saturnino Rodrigues de. Saneamento de Recife**: Descrição e Relatorios. Recife, imprensa oficial. Vol. 1. 1917. P. 98.

¹⁸⁵³ FREITAS, 1909. Op. Cit. p. 54.

¹⁸⁵⁴ BRITO, Op. Cit. p. 66.

¹⁸⁵⁵ Para maiores informações sobre os números totais dos prédios e habitantes a que Saturnino de Brito chegou ler: Saneamento de Recife: Descrição e Relatorios. p. 62 – 83.

¹⁸⁵⁶ **A Província**, 1 de abril de 1909.

accordarem sobre o valor das indenizações relativas às suas propriedades, a apresentando, nesta ocasião, os seguintes documento:

Titulo de propriedade;

1.º semestre do execio de 1909 a 1910; Idem do pagamento de annuidade do serviço de exgottos;

Certidão negativa do pagamento de impostos municipaes; Idem do Registo de Hypothecas.”¹⁸⁵⁷

Foi desta forma que seguiu nas desapropriações e diante do exposto, tem-se que entre 3.000 a 5.000 pessoas foram desalojadas do Bairro do Recife entre 1910 e 1911. Se não de suas moradias, estas pessoas, no mínimo, saíram de seu local de trabalho¹⁸⁵⁸. Seguindo a dinâmica de desapropriações o governo se tornou Indiferente às demandas judicias contra a desapropriação e aos protestos de seus moradores, as obras de demolição do bairro continuavam de forma impiedosa e avassaladora¹⁸⁵⁹. Era dessa forma que a população via o que acontecia com as suas residências, seu espaço de convívio, e suas vidas.

“Pouco a pouco desaparece aos olhos não um bairro, mas um cenário de milhares de criaturas no seu presente e no seu passado”. Enquanto as demolições seguem derrubando os prédios, algumas vidas estão sendo destruídas e sendo levadas ao esquecimento, personagens da história do Bairro são deixados de lado...”

“E não faltava quem não acreditasse no ressurgir das atividades por êsses terrenos imensos, cobertos alguns de telhas, caibros, postigos, tijolos, pinhas, traves, soalhos, que os jornais anunciavam que se vendia barato...”

“...por longos anos, seria um deserto, uma tristeza, umas ruínas. Sòmente para destruir o que estava feito e incomodar os moradores...”¹⁸⁶⁰

Além dos prédios que serviam de moradia e de comercio some também o patrimônio histórico, pois houve alterações no projeto da reforma e saneamento do Porto e do Bairro do Recife¹⁸⁶¹, houve demolições de prédios que antes não estavam listados e alargamento de ruas que não faziam parte do projeto, entre essas mudanças a demolição da Igreja do Corpo Santo.

“De todos êsses projetos, tornados decisões, dois atentados às nossas tradições cometeram-se quase sem protesto dos contemporâneos, nem sequer do Bispado, que s aceitou: a demolição da trissecular igreja do Corpo Santo, onde existira a primitiva ermida de São Telmo dos pescadores do século XVI, e os Arcos da Conceição e Santo Antônio, que guardavam os encontros da Ponte 7 de Setembro. Demolição inútil, esperacular, lamentabilíssima, porque, quanto aos Arcos, perdíamos uma caraterística arquitetônica de nossa cidade e monumentos de sentido histórico e religioso, coisa perfeitamente evitável sem nenhuma quebra de beleza nem de tráfego para o Recife atual. [...] E o Corpo santo também se desmachava. A cantaria da fachada, os sinos da torres os retábulos do teto, a talha dos altares, o mármore do piso, as pias, as molduras

¹⁸⁵⁷ **A Província**, 15 de dezembro de 1909.

¹⁸⁵⁸ LUBAMBO. Op. Cit. p. 125.

¹⁸⁵⁹ MIRANDA, Op. Cit. p. 166.

¹⁸⁶⁰ SETTE, Mário. **Arruar**: história pitoresca do Recife antigo. Recife: Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, 1978. p. 55.

¹⁸⁶¹ **A Província**, 15 de maio de 1909.

da tribunas, as portas almofadadas, deitavam-se pelos terrenos vagos da vizinhança. Ao pé da ponte, que também viria a ser substituída em sua estrutura de ferro pelo concreto armado, o Arco da Conceição igualmente ia pouco a pouco privando-se de suas pedras e de suas fisionomias próprias.¹⁸⁶²

O “Progresso” seguia o seu curso, já a população que lá vivia teve que buscar um outro lugar, não podia fazer nada contra o poder público e os interesses das classes mais abastadas, fora que muitos dos trabalhadores era os moradores da localidade, pondo suas próprias casas a baixo. Por volta de 400 pessoas trabalhavam na obra do porto do Recife, sem contar com os profissionais da comissão fiscal e seus auxiliares por volta de 40 pessoas pouco mais ou menos¹⁸⁶³. As obras de demolição e saneamento continuaram, mesmo que por muitas vezes Saturnino de Brito reclamou das dificuldades para terminar seu trabalho por falta de verbas, além desse problema ele argumentava que o saneamento não dependia unicamente da construção do esgoto, mas também da rede de distribuição de água, sendo que essa correu o risco de não ser completada por muitas vezes¹⁸⁶⁴.

As obras continuaram até 1914, foi iniciada a construção das linhas férreas e o calçamento das avenidas. Os serviços, no entanto, foram suspensos, em virtude da grave situação internacional criada pela guerra na Europa. Até 1917, as obras foram sendo encaminhas parcialmente, tendo em vista a limitação dos recursos disponíveis.¹⁸⁶⁵ Mesmo com a pausa em 1914, todas as funções do porto estavam funcionando excerto um trecho da linha férrea, que fazia o escoamento e abastecimento de produtos dentro do bairro. O traçado do Bairro e muitos dos novos e modernos edifícios já estavam erguidos e configurados da forma que é conhecida até a presente data, dando a entender que foi de grande sucesso investimento feito.

ENTRE POLÍTICA PÚBLICA E BENEMERÊNCIA: A CRIAÇÃO DA REDE DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE MATERNO-INFANTIL EM TERESINA (1930-1940)¹⁸⁶⁶

Livia Suelen Sousa Moraes Meneses¹⁸⁶⁷
liviasuelen@hotmail.com

Resumo: O artigo estuda a criação de uma rede institucional de assistência à saúde materno-infantil no Piauí, principalmente em Teresina, nas décadas de 1930-1940, com base em aliança entre Estado e sociedade civil. Destaca a iniciativa de ações beneméritas na criação de serviços voltados à área materno-infantil e a incorporação destes à política de saúde organizada pelo Departamento Nacional da Criança.

¹⁸⁶² SETTE, Op. Cit. p. 54.

¹⁸⁶³ A Província, 26 de setembro de 1909.

¹⁸⁶⁴ BRITO, Op. Cit. p. 8.

¹⁸⁶⁵ LUBAMBO, Op. Cit. p. 46 – 48.

¹⁸⁶⁶ Artigo produzido a partir dos capítulos 01 e 02 da dissertação de mestrado da autora, orientada pela professora Dra. Elizângela Barbosa Cardoso, defendida em 2014, na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Ver MORAES, Livia Suelen Sousa. **Saúde materno-infantil, mulheres e médicos em Teresina (1930-1950). Dissertação.** (Programa de Pós-Graduação em História do Brasil), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014. p. 47-87.

¹⁸⁶⁷ Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí/UFPI.

Palavras-chave: Saúde materno-infantil. Benemerência. Políticas Públicas.

Durante o Estado Novo, ocorreu a eleição das mulheres e das crianças enquanto objeto privilegiado de políticas públicas de saúde. Esta escolha relaciona-se à mudança de abordagem dos problemas sanitários, com a guinada para o cunho preventivo.¹⁸⁶⁸ Tal qual ocorreu na implantação de uma política de saúde centralizada no Brasil, esse processo fundamentou-se no nacionalismo e no paternalismo. Considerava-se que a solução dos problemas sociais que direcionaria para o progresso da nação e para formação do novo cidadão brasileiro dependia, em larga medida, da proteção à infância.¹⁸⁶⁹ Esta, por sua vez, deveria se embasar em exercício adequado de práticas de maternagem, informadas por preceitos científicos.

Com efeito, os formuladores das leis e das políticas públicas construíram uma percepção instrumental das mulheres, enquanto reprodutoras. Isto porque para ter sucesso na tarefa patriótica de salvar e preservar as crianças, era necessário intervir nas práticas das mulheres, vistas enquanto mães. Portanto, considerava-se urgente promover medidas de higiene e saúde pública, direcionadas também às mulheres.¹⁸⁷⁰

Através da análise de um conjunto de fontes composto por produções médicas, dentre elas a *Revista da Associação Piauiense de Medicina*, documentos oficiais, almanaques e jornais que circulavam em Teresina, é possível afirmar, que, no contexto, houve a constituição de um campo¹⁸⁷¹ de saúde materno-infantil no Piauí, amparado em políticas de saúde pública em âmbito nacional.

Vale ressaltar, que esse processo não era um apanágio brasileiro. Segundo a historiadora Françoise Thébaud, no mesmo período, na França,¹⁸⁷² foram instituídas reformas sanitárias visando diminuir a mortalidade materna e a infantil, destacando-se a ampliação dos serviços nas maternidades, a transferência dos partos domiciliares para as maternidades e a criação de uma série de outros serviços que abrangiam do pré-natal ao desmame.

No Brasil, desde as décadas de 1910 e 1920, com poder crescente do movimento da eugenia e da comunidade médica, havia a convicção que a regeneração nacional e a garantia do futuro do país dependiam da saúde moral e física das famílias. Enfatizando a reprodução, a sexualidade, o matrimônio e o problema das enfermidades venéreas no casamento, os eugenistas aliaram-se aos médicos e contribuíram para fazer reviver a puericultura, os cuidados com a saúde da criança e da mulher, principalmente enquanto mãe.¹⁸⁷³

Utilizando um grande número de pesquisas e de publicações, bem como realizando vários congressos, as organizações eugênicas chamaram a atenção pública para o bem-estar da infância e elegeram os médicos como peritos incontestes nesse campo.¹⁸⁷⁴ Os médicos

¹⁸⁶⁸ MARTINS, Ana Paula Vosne. Políticas públicas para a maternidade e a infância no Brasil na primeira metade do século XX. In: MONTEIRO, Yara Nogueira. **História da saúde: olhares e veredas**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2010. p. 114.

¹⁸⁶⁹ BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade: Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940** – São Paulo: USP, 1999. p.3-5; FREIRE, Maria Martha Luna de, **Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009; CARDOSO, Elizangela Barbosa. Em defesa da pátria: proteção social, infância e maternidade no Estado Novo. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, v.4, n.8, p.403, dez., 2012.

¹⁸⁷⁰ MARTINS, 2010. p. 118.

¹⁸⁷¹ A estrutura do campo é um estado da relação de força entre os agentes ou as instituições envolvidas. Sobre a noção de campo ver: BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003. p.119-126.

¹⁸⁷² THÉBAUD, Françoise. A medicalização do parto e suas consequências: o exemplo da França no período entre as duas guerras. **Estudos Feministas**, ano 10, p.415-427, 2010.

¹⁸⁷³ FONSECA, Cristina M. Oliveira. A Saúde da criança na Política Social do Primeiro Governo Vargas. **PHYSIS – Revista de Saúde Coletiva**; vol.3, n.2, p.105, 1993.

¹⁸⁷⁴ BESSE, 1999. p. 101-108.

elevaram o bem-estar da mãe e da criança a um novo status de prioridade social em nome do melhoramento da raça.

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, na década de 1930, um grupo de médicos e intelectuais defensores da necessidade da intervenção do Estado na sociedade contribuiu para a criação de organismos governamentais e a elaboração de programas voltados para o atendimento à maternidade e à infância, amparados por uma legislação reguladora e disciplinadora.¹⁸⁷⁵ A preocupação com a infância ganha força, em particular, as discussões em torno da mortalidade infantil, do menor abandonado e da delinquência infantil.¹⁸⁷⁶

No que tange à mortalidade infantil, tratava-se de assunto que figurava, desde o início do século XX, como obstáculo ao projeto republicano de nação populosa, saudável e produtiva.

No Piauí, a preocupação do poder público com a mortalidade infantil aparece na primeira década do século XX.¹⁸⁷⁷ A implantação de serviços que insidiam na proteção à maternidade e à infância no Piauí foi inicialmente tributária da organização dos serviços de saúde pública no Estado. No início da década de 1930 inexistia um serviço específico para esse público, restringindo-se às atividades realizadas nas inspetorias e assistência médica realizada a partir da instalação, em 1932, da enfermaria obstétrica na Santa Casa de Misericórdia, em Teresina.¹⁸⁷⁸

A enfermaria fora criada por iniciativa dos Drs. João Emílio Falcão Costa e Antonio Maria de Resende Correia, especialistas em obstetrícia, com aproximadamente quarenta leitos. À época, este era o único hospital que prestava assistência na cidade, funcionando à mercê de subvenções, de indulgências e de doações voluntárias, das rendas auferidas com a administração cemiterial¹⁸⁷⁹, bem como de recursos do Estado¹⁸⁸⁰.

Os atendimentos médicos no espaço hospitalar se limitavam a casos de complicações¹⁸⁸¹ e necessidades cirúrgicas¹⁸⁸². À época, havia muito receio de fazer-se uma cesariana, restringindo-se apenas aos casos necessários.

No início do Governo Provisório, o Ministério da Educação e da Saúde Pública proporcionou o surgimento de um serviço ligado ao Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP). Tratava-se da Inspeção de Higiene Infantil, responsável pelas discussões em torno das políticas de saúde materno-infantil. A ação da Inspeção, com a inauguração de lactários, serviços de pré-natal e clínicas pediátricas, ficara restrita apenas às capitais, com algumas exceções, os estados que já realizavam algum tipo de ação, a exemplo da Bahia.¹⁸⁸³

¹⁸⁷⁵ FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

¹⁸⁷⁶ FONSECA, 1993, p.101.

¹⁸⁷⁷ ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara dos Deputados pelo Exmo. Sr. Dr. Antonino Freire da Silva, governador do Estado, no dia 1º de junho de 1911**. Teresina: Imprensa Oficial, 1911. p.15-16.

¹⁸⁷⁸ LIMA, Olavo Correia. Assistência à infância no Piauí. **Revista da Associação Piauiense de Medicina**, Teresina, n.1, v. especial, p. 14, dez., 1941.

¹⁸⁷⁹ NOGUEIRA, Lydia Tolstenko. **A trajetória da enfermagem moderna no Piauí: 1937-1977**. Tese (Doutorado em Enfermagem), Pós-graduação em Enfermagem da Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.p.28.

¹⁸⁸⁰ CARVALHO JUNIOR, Dagoberto Ferreira de. **A obstetrícia no Piauí: subsídios para sua história**. Recife: Ed. Apipucos, 1989.p.46.

¹⁸⁸¹ COSTA, Emilio. Um caso de prenhez abdominal, com feto vivo, no 9º mês de gestação. **Revista da Associação Piauiense de Medicina**, Teresina, n.2, p. 115-118, dez., 1939.

¹⁸⁸² FURTADO, Rocha. Administração intempestiva de um ocitócito e conseqüente ruptura uterina, histerectomia, peritone, morte. **Revista da Associação Piauiense de Medicina**, Teresina, n.2, p. 125-129, dez., 1939; FURTADO, Rocha. Da cura cirúrgica das fistulas vesico-vaginais, a propósito de uma grande fistula, alta, curada, com uma única intervenção. **Revista da Associação Piauiense de Medicina**, Teresina, n.1, v.2, p. 16-20, jun., 1940.

¹⁸⁸³ MARTINS, 2010, p. 116.

Na Inspeção, atuavam os médicos que defendiam novas orientações para o cuidado materno-infantil.

Em 1933, a Inspeção organizou na cidade do Rio de Janeiro a Conferência Nacional de Proteção à Infância que contou com a participação de delegados de todos os estados, além de representantes de instituições privadas.

O médico piauiense Vitoriano de Assunção, representando o Departamento de Saúde do Piauí, apresentou durante a Conferência um trabalho acerca da mortalidade infantil na cidade de Teresina. De acordo com o médico, havia alta mortalidade infantil, ocasionada por doenças como “o impaludismo, as verminoses, a lepra, o tracoma, a tuberculose, o alcoolismo, a sífilis, febres do grupo colitífico, disenterias, etc.”.¹⁸⁸⁴ Essas doenças, em sua concepção, muitas vezes ocorriam devido à falta de instrução da população pobre¹⁸⁸⁵ ou em decorrência da falta de assistência médica.¹⁸⁸⁶ O médico defendia a proteção à infância como encargo da saúde pública, bem como defendia a centralidade da higiene da infância, na política sanitária.¹⁸⁸⁷

Os debates realizados durante a Conferência Nacional de Proteção à Infância contribuíram para a criação, em 1934, da Diretoria de Proteção à Infância, com intuito de estender a todo o país a atuação do governo federal nessa área.¹⁸⁸⁸ Dentre as propostas de serviços oferecidos, destacam-se a estrutura hospitalar (hospitais infantis e maternidades), formação de quadros (Escola de Puericultura), bem como investigações e inquéritos, instituídos em cooperação com os governos estaduais. A assistência ao parto, por sua vez, seria realizada tanto nas maternidades quanto através do serviço obstétrico domiciliar. No entanto, a efetivação das propostas esbarrou na limitação de recursos financeiros.¹⁸⁸⁹

No Brasil, até a década de 1930, os serviços voltados à área materno-infantil foram, na sua maioria, de caráter filantrópico. No início dessa mesma década, os serviços de assistência à infância eram executados, principalmente, por instituições privadas não tendo ocorrido até aquele momento uma atuação sistemática e intensiva do governo nesse setor.¹⁸⁹⁰

Em Teresina desde o início da década de 1930 era realizada no mês de outubro a Semana da Criança. Durante as solenidades, médicos, professores e professoras debatiam problemas que assolavam a infância. Procuravam mobilizar a sociedade civil, para que colaborasse com a proteção materno-infantil. Esses profissionais valorizavam a aliança entre médicos e mães no cuidado da criança. Também colocavam em circulação noções de higiene e de puericultura.¹⁸⁹¹

A essa mesma época, estabelecia-se o Conselho Protetor de Mães Pobres, junto à Santa Casa de Misericórdia em Teresina, cujo objetivo era recolher fundos, através de quermesses, leilões e outras festas, para a fundação e posterior incremento de uma maternidade em Teresina.¹⁸⁹²

Em 1938, fundaram-se, em diversos municípios, em comemoração à Semana da Criança, algumas Associações de Proteção à Infância e à Maternidade, as quais, na sua maioria, não chegaram a funcionar efetivamente. Delas, a única que sobreviveu no estado

¹⁸⁸⁴ ASSUNÇÃO, Vitoriano de. Mortalidade Infantil em Teresina: defesa sanitária da criança. **Revista da Associação Piauiense de Medicina**, 1939, p.11.

¹⁸⁸⁵ Ibid, p.17.

¹⁸⁸⁶ Ibid, p.15.

¹⁸⁸⁷ Ibid, p. 10-21.

¹⁸⁸⁸ FONSECA, 1993, p.100.

¹⁸⁸⁹ MARTINS, 2010, p. 115-116.

¹⁸⁹⁰ FONSECA, 1993, p.101.

¹⁸⁹¹ CARDOSO, Elizangela Barbosa. **Identidades de gênero, amor e casamento em Teresina (1920-1960)**. 2010. Tese (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010; ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa, 1º de junho de 1937, pelo Sr. Dr. Leônidas de Castro Melo, governador do Estado**. Teresina: Imprensa Oficial, 1937. p.48; A PRIMEIRA Semana Médica do Piauí. **Revista da Associação Piauiense de Medicina**, Teresina, n.1, p. 72-75, ago., 1939.

¹⁸⁹² CARDOSO, 2010.p.429.

até 1943, mesmo com poucos recursos, foi a *Associação de Proteção à Infância Darci Vargas*, de Floriano.¹⁸⁹³

A primeira instituição direcionada unicamente à assistência infantil, no Estado, foi o *Lactário Suzanne Jacob*, em Parnaíba. A iniciativa coube a Roland Jacob, alto comerciante da cidade.¹⁸⁹⁴ Em 1935, através da ação filantrópica, deu início à construção do lactário, que em 1938 encontrava-se em pleno funcionamento.¹⁸⁹⁵ Ficou a cargo de Roland Jacob os gastos iniciais de instalação. Posteriormente, o Estado e a Prefeitura repassavam ao Lactário a quantia de doze contos de réis por ano.¹⁸⁹⁶

O *Lactário Suzanne Jacob* posteriormente passou a denominar-se *Posto de Puericultura Suzanne Jacob* (imagem 01).¹⁸⁹⁷ O atendimento era direcionado às crianças pobres com idade até 18 meses. As crianças acima dessa idade também eram atendidas, mas não eram fichadas. Disponha o Posto de ambulatório de espaço para exame de crianças sadias ou doentes e de cozinha dietética.¹⁸⁹⁸



Imagem 01: Posto de Puericultura Suzanne Jacob

Fonte: <http://www.portalodia.com/municipios/parnaiba/conheca-o-posto-de-puericultura-suzanne-jacob-166631.html>

Na instituição, os infantes eram pesados e, em seguida, consultados. E, por fim, encaminhadas à cozinha. As mães, por sua vez, recebiam informações sobre puericultura.¹⁸⁹⁹ A cozinha dietética responsabilizava-se pelo fornecimento de alimento já preparado, “de acordo com as normas da higiene infantil e em harmonia com a exigência do caso clínico”.¹⁹⁰⁰

A ação da sociedade civil, em Parnaíba, na criação de instituições de assistência à saúde não se restringiu aos casos apresentados, pois, nos anos 1930, era a Sociedade Feminina de

¹⁸⁹³PALESTRAS feitas ao microfone, no desenvolvimento da Semana da Criança pelos Drs. Sebastião Martins de Araújo Costa, a 12 deste, sobre puericultura e Paulino Barros, a 14, sobre – o aspecto da criança perante a saúde pública. **Diário Oficial**, ano XIII, n.127, p.4-6, 16 de outubro de 1943.

¹⁸⁹⁴ LACTÁRIO SUZANNE JACOB em Parnaíba. **Revista da Associação Piauiense de Medicina**, Teresina, n.2, p.139-140, dez., 1939; CARDOSO, 2010, p.430.

¹⁸⁹⁵ Ibid, p.139-140.

¹⁸⁹⁶ Ibid, p.140.

¹⁸⁹⁷ CARDOSO, 2010, p.430.

¹⁸⁹⁸ LACTÁRIO SUZANNE JACOB..., 1939, p.139-140.

¹⁸⁹⁹ LACTÁRIO SUZANNE JACOB..., 1939, p.139-140.

¹⁹⁰⁰ Ibid.

Proteção aos Pobres que custeava uma delegacia de saúde municipal.¹⁹⁰¹ Ademais, fruto da iniciativa do Dr. Mirócles Campos Veras, a ação da Sociedade de Proteção à Maternidade e Infância de Parnaíba (SPMIP), em 1936, iniciou a construção da Maternidade Marques Bastos, na cidade.¹⁹⁰²

Essas experiências de benemerência em favor da assistência à maternidade e à infância, no Piauí, fizeram parte de uma tradição brasileira desde a virada do século XIX para o XX. Alguns segmentos urbanos demonstraram preocupação com os elevados índices de mortalidade infantil. Médicos e puericultores, por exemplo, com o apoio das elites e das mulheres, organizaram entidades de assistência materno-infantil, focadas, entre outros objetivos, na construção de instituições hospitalares especializadas em obstetrícia e pediatria, e de espaços de educação higiênica voltados para o cuidado da infância.¹⁹⁰³

Foi entre o final da década de 1930 e a década de 1940 que o Estado realizou a organização administrativa efetiva, o planejamento nacional de medidas protetivas e a efetivação de ações nacionais para o amparo materno-infantil.¹⁹⁰⁴

Em 1937, a partir da reforma do Ministério da Educação e Saúde implantada por Capanema, o Departamento Nacional de Saúde transforma a Diretoria de Proteção à Infância em Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância. Este foi o primeiro programa estatal de proteção à maternidade e a infância, o que implicou a consonância com a política centralista de governo, a normatização das políticas de saúde pública e o aumento da importância médica na hierarquia burocrática.¹⁹⁰⁵

Nesse contexto, como desdobramento de uma política centralista e das reformas de saúde pública desenvolvidas pelo governo Vargas, conformam-se, no Piauí, ações em prol da proteção materno-infantil. Não por acaso, essas ações também ocorreram à medida que médicos inseriram-se na gestão do Estado.¹⁹⁰⁶

O problema da proteção à maternidade e à infância não só se apresentava, mas também se tornava um problema complexo, que envolvia aspectos econômicos, sanitários, educativos e sociais. O sucesso do programa era relativo, na concepção de seus formuladores, do diálogo entre os governos federal e estadual, bem como da ação da sociedade civil, em favor da natalidade.

Em 1940, foi criado o Departamento Nacional da Criança (DNC), desvinculado do Departamento Nacional de Saúde e diretamente subordinado ao Ministério da Educação e Saúde.¹⁹⁰⁷ Fixava-se, assim, as bases da organização da proteção à maternidade, à infância e à adolescência em todo o país.

¹⁹⁰¹ ESTADO DO PIAUÍ. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, M. D. Presidente da República, pelo Cap. Landry Salles Gonçalves, interventor federal do Estado do Piauí.** Teresina: Imprensa Oficial, 1931 - 1935.p.41.

¹⁹⁰² RAMOS, Francisco Ferreira. **Memorial do Hospital Getúlio Vargas: contexto histórico-político-econômico-sócio-cultural 1500 – 2000.** Teresina: Gráfica do povo, 2003.p.87.

¹⁹⁰³ BARRETO, Maria Renilda Nery. Assistência ao nascimento na Bahia oitocentista. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, n.4, p.901-925, out.-dez. 2008; SANGLARD, Gisele. Filantropia e política pública: Fernandes Figueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro na Primeira República. In: SANGLARD, Gisele [et al.] **Filantropos da nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.p.133-147.

¹⁹⁰⁴ MARTINS, 2010, p. 117; CARDOSO, 2010, p.427.

¹⁹⁰⁵ BRASIL, Ministério da Saúde. **Gestões e gestores de políticas públicas de atenção à saúde da criança: 70 anos de história.** Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Área Técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno, Brasília, 2011. p.9; CARDOSO, 2012, p.404.

¹⁹⁰⁶ Entre 1935-1945 o médico Leônidas de Castro Melo exerce cargo de governador do Estado. Nas municipalidades, duas cidades importantes do Piauí, Teresina e Parnaíba, encontravam-se geridas pelos médicos Lindolfo do Rego Monteiro e Mirócles Campos Veras, respectivamente.

¹⁹⁰⁷ O Departamento Nacional da Criança coordenou a assistência materno-infantil no Brasil até o ano de 1969, com o objetivo de normatizar o atendimento à dupla mãe-filho e combater a mortalidade infantil. BRASIL, 2011, p.11; HOCHMAN, G. Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945). **Educar**, Curitiba: UFPR, n. 25, p. 127-141, 2005.

Visando alcançar padrões da assistência à infância e à maternidade, o DNC encarregava-se de orientar a organização das repartições estaduais, municipais e das instituições de iniciativa particular, que se destinassem à realização de quaisquer atividades concernentes aos problemas da infância e adolescência.¹⁹⁰⁸ Organizava também programas de aperfeiçoamento, bem como divulgava informações através de diferentes meios: jornal, rádio, publicações avulsas de larga distribuição, cartazes, correspondências ativa, oficial e particular. Realizava cursos, conferências, exposições e enviava seus representantes a diversas localidades brasileiras.¹⁹⁰⁹

O piauiense Adauto Resende, médico pediatra do DNC, por exemplo, recorrentemente proferia palestras em sua cidade natal, Piri-piri, e em Teresina. Em 1943, registrava-se a instrução do Dr. Adauto de Rezende sobre a organização dos Ambulatórios de Puericultura¹⁹¹⁰ e os problemas de assistência e proteção à maternidade e à infância.¹⁹¹¹ Percebemos que, nas documentações locais, o DNC é citado com frequência como um modelo a ser seguido. Essa recorrência mostra o desejo, por parte dos políticos e dos médicos, de aproximar os ideais nacionais das atividades locais, no que diz respeito à assistência à infância.

Através da atuação do DNC, a preocupação com a proteção à maternidade e à infância começou a se concretizar, a ganhar corpo na estrutura administrativa do Estado, refletindo o projeto político-ideológico do governo e influenciando a implementação de políticas de saúde para o setor.

Na década de 1940, o interventor Leônidas de Castro Melo, comungando com a política nacional de saúde e assistência à criança, deu atenção ao problema da mortalidade infantil no Estado, e em Teresina, cidade na qual houve uma maior constância e eficácia dos serviços em assistência à criança, ações governamentais foram implementadas com o objetivo de diminuir a mortalidade infantil e melhorar a qualidade de vida das crianças.¹⁹¹² Inicialmente procurou-se arrecadar verbas do Governo Federal para, com o auxílio do Governo do Estado, construir-se a Maternidade do Piauí.¹⁹¹³

Em 1939, passou a funcionar o Centro de Saúde de Teresina, sob o modelo estabelecido pelo Departamento Nacional de Saúde (DNS), em 1934.¹⁹¹⁴ Dentre os serviços oferecidos, importa destacar o *Serviço Pré-Natal* e o *Serviço de Higiene da Criança*.¹⁹¹⁵ As principais atividades do serviço de Higiene Pré-Natal se desenvolviam nos dispensários (fichas e exames), nos domicílios (enfermeiras visitadoras) e no hospital.¹⁹¹⁶ Era papel das visitadoras aproximar a população do Centro de Saúde. O *Serviço de Higiene da Criança* oferecido na instituição procurava combater a mortalidade infantil, através de sistema profilático.

Como um espaço disciplinador, o Centro de Saúde cuidava da saúde pública através da ação curativa nos casos contagiosos e produzia a difusão de conhecimentos da medicina preventiva, com aplicação propriamente do que se denomina educação sanitária.¹⁹¹⁷ Além disso, o centro, dentro da hierarquia do sistema de saúde pública, era a instância que

¹⁹⁰⁸REZENDE, Adauto de. Problemas de assistência e proteção à maternidade e à infância. **Diário Oficial**. Teresina, ano XIII, n. 50, p. 8, 8 de abril de 1943.

¹⁹⁰⁹ Ibid., p.7-9.

¹⁹¹⁰REZENDE, Adauto de. Organização dos Ambulatórios do Instituto Nacional de Puericultura. **Revista da Associação Piauiense de Medicina**, n. 6, p. 31- 39, junho, 1943.

¹⁹¹¹REZENDE, abril de 1943, p. 7-9.

¹⁹¹² BATISTA, 2011, p.119.

¹⁹¹³ A Maternidade São Vicente é inaugurada apenas em 1954. ESTADO DO PIAUÍ, 1940, p.84.

¹⁹¹⁴ SILVA, Candido. Centro de Saúde de Teresina **Revista da Associação Piauiense de Medicina**, Teresina, n.1, p. 22, ago., 1939.

¹⁹¹⁵ Ibid.

¹⁹¹⁶ Ibid, p. 27-28.

¹⁹¹⁷ SILVA, Iêda Moura da Silva. **Hospital Getúlio Vargas: a atuação da política de saúde pública em Teresina, 1937-1945. Dissertação (História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.p.58.**

mantinha relação direta com a comunidade; o ponto do qual emanavam as relações do Estado para com a sociedade, e era também ponto para o qual a própria sociedade convergia: mulheres (mães, visitadoras, parteiras), homens (médicos) e crianças.¹⁹¹⁸

O Centro de Saúde de Teresina, no entanto, estava longe de executar um trabalho conforme previsto no regulamento sanitário, visto que funcionava em espaço adaptado, no mesmo prédio que o Departamento Estadual de Saúde Pública. A deficiência em estrutura física e aparelhagem limitou a ação dos serviços do Centro de Saúde, restringindo o atendimento apenas a um percentual pequeno da população que residia em Teresina.¹⁹¹⁹

Cabe destacar ainda a criação, no início dos anos 1940, de um Ambulatório de Pediatria e Puericultura na Santa Casa de Misericórdia de Teresina, sob a administração do Dr. Olavo Correia Lima.¹⁹²⁰

Em 1941, o interventor Leônidas de Castro Melo, na comemoração do sexto ano de governo, inaugura em Teresina, o *Hospital Getúlio Vargas*, administrado e fiscalizado pelo Instituto de Assistência Hospitalar (I.A.H.). A assistência de saúde pública de Teresina passou a contar com clínicas de áreas consideradas básicas e possibilitou a ampliação da assistência e da intervenção médica sobre a maternidade.¹⁹²¹ A Clínica Obstétrica do HGV passa a funcionar no primeiro andar do hospital, dispondo de enfermarias para gestantes, puérperas normais e infectadas, duas salas de parto e um berçário, sendo as duas salas de cirurgia comuns ao atendimento de todo o hospital.¹⁹²²

O Ambulatório de Pediatria e Puericultura que funcionava na Santa Casa também foi transferido para o HGV. Outra possibilidade de atendimento à criança no HGV era através da Enfermaria Pediátrica, sob a chefia do Dr. Noronha Almeida. O serviço responsabilizava-se pelos casos de internação ou pós-cirúrgicos.¹⁹²³

A inserção do atendimento materno e infantil nas instituições de saúde e hospitalares que havia despontado no Piauí, a partir da década de 1930, era ação reconhecida e valorizada pelo DNC.¹⁹²⁴ A assistência médica dentro de espaços institucionais, mesmo com suas limitações, era uma possibilidade para gestantes, para as mães e seus filhos, especialmente as residentes em Teresina.

As atividades, campanhas e serviços destinados à criança e à mulher que foram se consolidando no Piauí, a partir de 1940, tiveram como foco, portanto, os mesmos objetivos do DNC, como o Programa Alimentar, o Programa Educativo, o Programa de Formação de Pessoal e o Programa de Imunização.¹⁹²⁵

Em 1943, formou-se no estado a Comissão Central de Proteção e Amparo à Criança e criou-se, pelo Decreto-lei n°690, a Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância, anexa ao Instituto de Assistência Hospitalar do Piauí.¹⁹²⁶ Essa ação dava ao problema da assistência à maternidade e à infância o destaque almejado entre os de maiores vultos da administração

¹⁹¹⁸ BATISTA, Sorailk Lopes. **Saneamento, educação e instrução**: a configuração do campo da saúde pública no Piauí. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011. p.66.

¹⁹¹⁹ BATISTA, 2011, p.144.

¹⁹²⁰ AMBULATÓRIO DE PEDIATRIA E PUERICULTURA DA SANTA CASA, o relatório do chefe desse serviço. **Diário Oficial**, ano XI, nº 16, p.5, 21 de janeiro de 1941.

¹⁹²¹ CARDOSO, 2010, p.433.

¹⁹²² CARVALHO JUNIOR, 1989, p.46.

¹⁹²³ LIMA, Olavo Correia. Rendimento de um ambulatório de pediatria (Ambulatório de Pediatria do Hospital Getúlio Vargas, 1941 a 43. Teresina). **Revista da Associação Piauiense de Medicina**, Teresina, n.8, p. 19, dez., 1944; MACEDO, Antonio. História da Pediatria. In: SANTOS JUNIOR, Luiz Airton (org.). **História da medicina no Piauí**. Teresina: Ed. Academia de Medicina do Piauí; 2003.p. 277-278.

¹⁹²⁴ LIMA, 1941, p. 16.

¹⁹²⁵ BRASIL, 2011, p.11.

¹⁹²⁶ DECRETO-LEI N°690 – Sancionado em 1 de Julho de 1943 – Cria, e anexa ao Instituto de Assistência Hospitalar do Estado do Piauí, a Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância. **Diário Oficial**. Teresina, 03 Jul. 1943, Ano XIII, n. 85, p.6; CARDOSO, 2010, p. 441.

pública. O órgão referente estava vinculado ao DNC, que tinha a função de centralizar as ações que seriam colocadas em prática em todo o país.

Com o desejo de centralizar administrativamente o amparo à maternidade e à infância nas diversas localidades, inclusive com a padronização dos serviços, o Departamento teve que recorrer à cooperação dos prefeitos municipais, das senhoras das sociedades locais e da Igreja, para introduzir as políticas pelo interior do país, um terreno no qual as tensões sociais se faziam muito presentes, e para as quais o Estado parecia não possuir solução.¹⁹²⁷ Ao Estado coube, portanto, elaborar as políticas, bem como organizar, orientar e fiscalizar a iniciativa privada, grande responsável pela aplicação dessas políticas.

A Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi parceira do Governo Federal nos programas de proteção à maternidade e à infância, adotando as políticas desenvolvidas pelo DNC. Fundada em 28 de agosto de 1942, inicialmente sob a mobilização da Segunda Guerra Mundial, ocupou papel central no desenvolvimento das políticas de assistência, sobretudo no cenário assistencial do Rio de Janeiro, no qual se propunha a atender a infância pobre e desvalida.¹⁹²⁸ Dirigida por uma comissão presidida por Darcy Vargas, na capital federal, a LBA espalhou-se pelos estados, sob a atuação das esposas dos interventores federais, à frente de comissões estaduais.

Nesse contexto, fundou-se a Legião Brasileira de Assistência no Piauí, com a esposa do interventor federal, Maria do Carmo de Castro Melo, presidindo a Comissão Estadual. Nessa função, Maria do Carmo enviou telegramas às esposas dos prefeitos das cidades do interior, apelando para que trabalhassem pelo objetivo da LBA.¹⁹²⁹ Desta forma, através da benemerência, também cumpria-se o diálogo entre o governo federal, o governo estadual e as municipalidades.

No Piauí, a LBA articulou uma série de ações assistenciais e campanhas a favor da filantropia, tendo como alvo também a infância e a maternidade. Destaca-se a instalação da Casa da Criança, em 1943, em terreno e prédio doados pelo Governo do Estado.¹⁹³⁰

A Casa da Criança atendia principalmente às crianças pobres que residiam em Teresina. Visava proporcionar assistência médica e conforto material e moral. Oferecia serviços de triagem, ambulatório de pediatria e puericultura, jardim de infância, creche e lactário.¹⁹³¹ (imagem 02). Enquanto as crianças eram examinadas e medicadas, as mães recebiam orientações dietéticas e conselhos higiênicos.¹⁹³² Além disso, dentro desse espaço institucional eram ofertados cursos de puericultura às mães¹⁹³³ e eram realizadas atividades durante a Semana da Criança, como palestras, concursos, fornecimento de roupas e de produtos higiênicos às crianças pobres.¹⁹³⁴

¹⁹²⁷ MARTINS, 2011, p.15-34.

¹⁹²⁸ *Ibid.*, p.15.

¹⁹²⁹ CARDOSO, 2010, p.84-85.

¹⁹³⁰ INSTALAÇÃO DA CASA DA CRIANÇA. *Diário Oficial*, ano XIII, n. 128, p.1, 19 de outubro de 1943.

¹⁹³¹ CARDOSO, 2010, p. 441; BATISTA, 2011.p.122;

¹⁹³² CARDOSO, 2010, p. 441.

¹⁹³³ CASA DA CRIANÇA, Curso de Puericultura. *Diário Oficial*. Teresina, ano XIII, n. 140, p. 4, 16 de novembro de 1943.

¹⁹³⁴ SEMANA DA CRIANÇA. *Diário Oficial*, ano XIV, n.127, p. 1-6, 17 de outubro de 1944; SEMANA DA CRIANÇA. *Diário Oficial*, ano XV, n.128, 27 de outubro de 1945, p.1-5.



Imagem 02: Casa da Criança - Sr.^a Maria do Carmo Melo (LBA) fazendo entrega de mamadeiras às crianças assistidas.

Fonte: *Diário Oficial*, 1943.

Além da criação de instituições de assistência médica e higiênica, em geral, as medidas mais imediatas no que diz respeito às políticas de saúde foram as campanhas pedagógicas, incentivadas pelo Estado juntamente com os médicos puericultores, direcionadas ao público, especialmente às mães. A partir dos anos de 1940, a criação dos cursos de Puericultura passou a atender à determinação do DNC.¹⁹³⁵

Os médicos do DNC acreditavam que uma educação correta para as mães, com ênfase na medicina preventiva, resolveria a maior parte dos problemas apresentados pelas crianças, além de diminuir o índice de mortalidade. Olinto de Oliveira, diretor do DNC, enfatizava que “a causa predominante da elevada mortalidade infantil é, por toda parte, a incompetência das mães em matéria de Puericultura”.¹⁹³⁶

Importa destacar, conforme Freire, que, no caso das crianças, a medicina preventiva atendia pelo nome de puericultura. Dizia respeito a preocupações com o cotidiano da criança, à alimentação adequada, aos banhos, às sugestões quanto ao material, às formas e à distribuição do mobiliário do quarto infantil, à limpeza, ao frescor dos ambientes e às roupas infantis. Ainda segundo a autora, a observância desses elementos conferia conotação mais racional e elaborada à prática da maternidade, promovia sua valorização, implicando o extremo grau de dedicação das mulheres aos filhos. E, para desempenhar as novas funções que a maternidade informada pelo ideário científico requeria, os médicos apresentavam-se como os grandes auxiliares das mães.¹⁹³⁷

Eventos culturais organizados pelos poderes públicos locais também colocavam em destaque discussões em torno do bem-estar infantil. A partir da década de 1940, a Semana da Criança em Teresina, evento até então realizado pela sociedade civil, passa a ser atividade reconhecida e incentivada pelo DNC. As atividades que ocorriam ao longo da Semana passaram a ser organizadas pela Comissão Central Estadual da LBA em cooperação com os Departamentos de Saúde e Ensino.¹⁹³⁸

Visando à discussão em favor do amparo à maternidade e à infância, nas mais diversas instâncias, a cada ano uma temática era discutida nas palestras. Em 1936 elegeu-se como tema a importância da higiene e da puericultura, para que as mães dessem filhos fortes e saudáveis à pátria; em 1942, o tema discutido foi a boa alimentação e a melhoria da assistência materna e infantil; em 1945, foi a criança, as atividades agrícolas e a alimentação.¹⁹³⁹

Durante o Estado Novo, as jornadas em favor da infância, sobretudo através de discursos e palestras, eram a oportunidade em que o interventor buscava reforçar o regime,

¹⁹³⁵ CARDOSO, 2010, p.445-446.

¹⁹³⁶ PALESTRAS..., 1943, p.4-6.

¹⁹³⁷ FREIRE, 2009.

¹⁹³⁸ SEMANA DA CRIANÇA, 1944, p. 1-6.

¹⁹³⁹ SEMANA DA CRIANÇA, 1945, p.1-5.

ressaltando as ações empreendidas em defesa e proteção da infância, um dos elementos de legitimação do Estado autoritário.¹⁹⁴⁰

Embora tais fontes, por seu caráter político, adquiram constantemente um tom elogioso e coloquem o Governo do Dr. Leônidas Melo “em sincronismo louvável e patriótico”¹⁹⁴¹ às políticas nacionais, elas também são importantes para perceber as particularidades da ação de proteção materno-infantil no Piauí.

Para que se delineasse uma rede de proteção materno-infantil, o Departamento apostava também na articulação entre benemerência e a ação oficial.¹⁹⁴² Em 1944, por exemplo, o cônsul piauiense Gervásio Pires Ferreira entregou 220 mil cruzeiros em apólices para construção de um Centro de Puericultura na sua cidade natal, Barras.¹⁹⁴³ A ação gerou grande mobilização por parte da LBA, sendo o gesto referido em jornais locais, no Rio de Janeiro e em Teresina, até mesmo para incentivar práticas desse feitio. A ação benemerita era enfatizada como um grande auxílio para ação em favor da infância, principalmente, por possibilitar alcançar lugares longínquos.¹⁹⁴⁴

O desdobramento dessa estratégia no Piauí não alcançou o padrão esperado, na expectativa pública.¹⁹⁴⁵ Na Semana da Criança de 1945, por exemplo, o poder público clama por maiores participações dos particulares em ações beneméritas e o engajamento das senhoras da LBA. No relatório do evento publicado no *Diário Oficial* afirmava-se que “essa iniciativa, humana e cristã, infelizmente, não despertou ainda convenientemente, como era de esperar, a atenção do público nem ao menos quanto ao premente problema alimentar da infância”.¹⁹⁴⁶

Além da atuação da LBA, “de mãos dadas com o Governo do Estado”, ressaltava-se apenas a participação de algumas moças e uma associação espírita, que anualmente prestava assistência aos necessitados no período natalino. As atividades de cunho assistencial desenvolvidas na Casa da Criança, na Escola Industrial “Leônidas Melo”, bem como no Abrigo dos Velhos, eram promovidas pela Legião e o Estado, em resposta aos apelos do Departamento Nacional da Criança.¹⁹⁴⁷

Desta forma, percebemos que durante o período em estudo, a proteção de mães e filhos como desdobramento da política de saúde, adquiriu caráter efetivo. Iniciativas da sociedade civil bem como a parceria estabelecida com poderes públicos nacionais e estaduais foram decisivos na constituição de um campo de saúde materno-infantil. A assistência à maternidade e à infância foi portanto tributária da institucionalização da saúde e das políticas instituídas pelo Departamento Nacional da Criança.

¹⁹⁴⁰CARDOSO, 2010, p. 444.

¹⁹⁴¹ PALESTRAS..., 1943, p.4-6.

¹⁹⁴² CARDOSO, 2010, p. 443.

¹⁹⁴³ UMA EXPRESSIVA adesão à campanha da criança. *Diário Oficial*, ano XIV, n.43, 11 de abril de 1944.

¹⁹⁴⁴ UMA EXPRESSIVA..., 1944.

¹⁹⁴⁵ SEMANA DA CRIANÇA, 1944, p. 4; SEMANA DA CRIANÇA, 1945, p.1.

¹⁹⁴⁶ SEMANA DA CRIANÇA, 1945, p.1.

¹⁹⁴⁷ Ibid.

ASYLO DE ALIENADOS DE TERESINA: A HISTÓRIA DA LUTA PELA CONSTRUÇÃO DA ASSISTÊNCIA AOS ALIENADOS NO PIAUÍ DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA

*Márcia Castelo Branco Santana*¹⁹⁴⁸

marciacbsantana@hotmail.com

Resumo: Nos primeiros anos do século XX, quando Teresina caminhava para uma reorganização do seu cenário urbano e algumas falas apontavam a necessidade de criação de instituições assistencialistas para ajudar os pobres da cidade, visualizamos entre esses discursos a necessidade da criação de asilo apenas para os doentes mentais. A fala mais forte partiu da liderança do médico Areolino Antônio de Abreu que, reunido com outros amigos de profissão e com a ajuda do governo, inaugurariam a primeira instituição voltada para atender os doentes mentais em Teresina. Essa instituição foi denominada, inicialmente, de Asylo de Alienados de Teresina. Nesse sentido, compreendemos que pensar a história dessa instituição possibilita vermos que passos foram se constituindo no Piauí que se voltaram para assistência aos doentes mentais no estado. Desse modo, o fio condutor do trabalho está justamente na análise de que modo foi se operando, no contexto temporal das décadas de 1880 a 1920, o tratamento destinado aos alienados mentais em Teresina. Nesse sentido, temos como problematização delimitadora a seguinte questão: como a construção do Asilo de Alienados de Teresina no início do século XX se inseriu no discurso de ordenamento do espaço urbano e de políticas assistencialistas para controle da população carente que chegava à cidade? A busca dessa resposta foi formulada a partir de um corpus documental e bibliográfico onde priorizamos uma análise desse material com vista a percebermos as falas construídas pelos sujeitos envolvidos diretamente em todo esse processo entre eles os médicos, os provedores da Santa Casa, presidentes da Província, governadores, inspetores de saúde, diretores da cadeia e a fala de intelectuais e jornalistas que se expressavam por meio de diversos aportes da escrita como jornais, memórias e autobiografias. O que nos permitiu pensar ainda como essa luta aconteceu não só para inauguração do Asilo como para sua construção.

Palavras-chave: Asilo de Alienados; Instituição; Assistência; Teresina.

No início da década de 1880, é perceptível que a instituição da Santa Casa, mesmo com seus enormes esforços em receber uma população indigente e inválida para cuidar, nada ou quase nada fez no sentido de recolher a presença do louco em seus poucos leitos. Segundo Felipe da Cunha Lopes¹⁹⁴⁹, no Capítulo V do Estatuto de 1861 da Santa Casa de Misericórdia de Teresina, o artigo 40 apontava a classificação das enfermidades que poderiam ser tratadas no hospital, e na clínica médica geral estariam incluídos os inválidos e loucos de todos os gêneros. Parece essa não ter sido uma prerrogativa tão efetiva na instituição, pois durante os relatos dos provedores pouco se aponta no sentido de que essa ideia realmente aconteceu em sua plenitude, pois nenhuma enfermaria havia para esses doentes.

Em termos físicos, esse parece ter sido o principal empecilho para que a Santa Casa não abrigasse, conforme seu Estatuto, esse tipo de doente de maneira mais ampla. Contexto que resultará em uma ausência de relatos desses no hospital. No entanto, compreende-se que existia o reconhecimento dos ditos loucos, e havia uma percepção clara de seu recolhimento para que fossem cuidados, ainda mais quando se tornavam agressivos. Deve-se considerar também que a prática de deixarem soltos na rua ou de construírem um quarto ao fundo da residência para serem recolhidos, por algumas famílias, perduraria ainda por

¹⁹⁴⁸ UFPE/UESPI

¹⁹⁴⁹ LOPES, Felipe da Cunha. **Patológicos e Delinquentes: As estratégias de controle social da loucura em Teresina (1870-1930)**. 2011. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011, p. 125.

muito tempo no Piauí¹⁹⁵⁰. Porém, já se constituía a preocupação das autoridades ter mapeando quem eram esses enfermos entre a população do Piauí como visualizamos no recenseamento geral realizado em agosto de 1872 para a província onde se destaca a questão da quantidade de fogos, homens e mulheres casados, solteiros e viúvos, as crianças de até 15 anos que frequentaram e não frequentaram escolas, os estrangeiros, escravos e os defeituosos¹⁹⁵¹. Preocupações que mais tarde resultarão em uma melhor definição de como era possível proceder com esses doentes. Não por acaso, a luta pela construção de um asilo para os loucos só veio efetivamente a ter uma configuração mais definida no início do século XX. Até lá, o caminho de preocupação com os loucos passaria por ações individualizadas que relatavam, em algumas poucas linhas, as condições que esses doentes se encontravam.

Segundo Maria Mafalda Baldoino de Araújo¹⁹⁵², já se configurava em Teresina um cenário de luta pela construção de instituições assistencialistas que abrigassem a pobreza desvalida presente em Teresina desde sua fundação. A criação da Santa Casa de Misericórdia e o Colégio dos Educandos e Artífices foram os que efetivamente funcionariam durante toda a segunda metade do século XIX. No entanto, havia a proposta de criação do Asilo de Mendicância, do Colégio dos Órfãos e da criação do Asilo de Alienados, reflexo para a historiadora da busca de se ter uma cidade cada vez mais higienizada conforme as discussões de médicos, intelectuais e governantes que passavam a visualizar essas condições para Teresina.

Essas medidas passavam a ser incorporadas em várias falas da classe dirigente de Teresina, tais como a dos governantes e autoridades médicas e policiais de acordo com alguns relatórios já destacados neste trabalho. Além dessas pessoas, Maria Mafalda B. Araújo coloca que, no início do século XX, a imprensa passaria a fazer uma campanha no sentido da “necessidade de criação dos Asilos de Loucos e de Mendicidade¹⁹⁵³”. A partir da consulta do Jornal “Diário do Piauí” do ano de 1912 a historiadora problematiza que os artigos e crônicas refletem o interesse da fundação de tais instituições no Piauí. O argumento principal destacado nos artigos articulava-se ao sentimento de compaixão que se deveria ter para com os indigentes, bem como a distribuição de forma adequada das esmolas que se davam para esses pobres para que esses não desviassem para outros fins como o álcool. Por fim, os articulistas colocavam que os Asilos trariam muitos benefícios à cidade visto que não só pouparia dos indigentes, inválidos e loucos viverem perambulando pela rua pedindo esmolas como resultaria em ações de investimento no progresso da cidade.

Outro ponto enfatizado pela autora faz referência ao destaque que os articulistas envolvidos no movimento atribuíam ao médico. Visto como uma peça importante no êxito do movimento na medida em que estes teriam a responsabilidade de realizar os exames principais para identificação dos que estavam em condição de ir para essas instituições; aqueles que não fossem classificados como tais seriam mandados para o xadrez. Perante esses argumentos, compreende-se que estariam presentes na fala dos jornalistas as ideias circulantes na época de que era imperante a criação de espaços de ordenamentos para os indivíduos considerados fora das normas e a partir do que já era discutido pela medicina.

Apesar de os jornalistas muito desejarem um abrigo para que se retirassem das portas das casas e das ruas da cidade os pobres e indigentes de Teresina e assim se amenizassem as

¹⁹⁵⁰CASTELO BRANCO, Anfriso Neto Lobão. Assistência Psiquiátrica no Estado do Piauí. In: **Revista da Universidade Federal do Piauí**. Pró-Reitoria de Extensão. Vol. I. Teresina: COMEPI, 1980.

¹⁹⁵¹ No recenseamento realizado em 1872 foram identificados em 22 Paróquias do Piauí (Vilas) a quantidade de 119 alienados. Pelo recenseamento estes estavam incluídos na categoria de defeituosos junto como os cegos, aleijados e surdo e mudos. In: PIAUÍ. Governo 1872-1873 (Ferreira). Relatório do Exm. Sr. Presidente da Província do Piauí, Dr. Pedro Affonso Ferreira, passando a administração da Província ao Exm. Sr. José Francisco de Miranda Osório, em 1º de fevereiro de 1873.

¹⁹⁵² ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. **Cotidiano e Pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina**. Teresina-Pi: EDUFPI, 2010.

¹⁹⁵³ ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. **Cotidiano e Pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina**. Teresina-Pi: EDUFPI, 2010, p. 134.

cenas de miséria, as instituições não chegaram a lograr êxito em suas edificações. Maria Mafalda B. Araújo coloca não ter encontrado qualquer documentação a esse respeito e em nossas pesquisas também não identificamos nenhuma referência nesse sentido. No entanto, se essa não foi uma ação concretizada para abrigar os mendigos adultos, por outro lado para os órfãos e os loucos o mesmo não aconteceria em relação à construção de um local específico na sua assistência.

Nesse sentido, a criação do Colégio dos Educandos e Artífices aparecia como resposta à essas exigências ainda na segunda metade do século XIX. Como internato, o colégio recebia “os órfãos, filhos naturais, e de modo geral, meninos pobres de Teresina e do interior do Piauí. [...] Eram recebidos meninos de oito a quatorze anos, segundo o Regimento¹⁹⁵⁴”. Durante o período que viviam no colégio participavam de várias atividades que iam desde a frequência de aulas de primeiras letras, o envolvimento desses nas oficinas para aprenderem uma profissão como a exemplo marcenaria, sapateiro, ferreiro e alfaiate. Existiam também os que formavam a banda de música e tocavam mediante pagamento nas festividades religiosas. Além desses cuidados cotidianos desprendidos no Colégio, para que os educandos não desviassem para o caminho da vadiagem, recebiam também assistência médica. A eles era destinado o tratamento médico na Santa Casa, sendo seus custeios mantidos pelos subsídios enviados pelo governo àquela instituição¹⁹⁵⁵.

Nesse contexto, a autora enfatiza que os vários Regimentos que foram encontrados ao longo da pesquisa, apontavam o Colégio como um espaço disciplinador em que o comportamento dos menores estava atrelado às “permissões, proibições, regras e obrigações¹⁹⁵⁶”. Alguns dos diretores do Colégio viam nesses meios a garantia do bom funcionamento da instituição para que os órfãos tivessem uma educação moral e higiênica dentro dos preceitos colocados e não se tornassem um problema para as autoridades quando chegasse o tempo de sua saída do internato.

O Colégio cumpriria bem o seu papel de abrigar esses meninos, mesmo passando ao longo de sua existência por problemas financeiros destacados nos relatórios do governo e na discussão feita por Maria Mafalda B. Araújo sobre essa instituição. No entanto, a capacidade de assistência do Colégio era limitada, o que deixava de fora os demais órfãos existentes em Teresina ou que aqui chegavam junto com imigrantes.

Mesmo não sendo possível obtermos mais informações sobre a existência dessa instituição, elencamo-la em nossa discussão para abordamos que as medidas de construção desses estabelecimentos era algo presente nas ações do governo, mesmo que o seu funcionamento ocorresse entre o crivo de recursos limitados e que a exemplo do Colégio Orphanológico tivessem existência breve. Essas medidas apontam já para articulação de que havia um olhar de preocupação com esses indivíduos marginalizados no cenário social de Teresina com a elaboração de um discurso da construção de espaços apropriados para seu cuidado. Nesse sentido, a construção de um local para prestar assistência aos loucos em Teresina ganharia as suas primeiras manifestações na medida em que estes viviam solto nas ruas ou eram enviados para a cadeia, haja visto que era preciso reorganizar a cidade e eliminar de seu cenário as cenas de mendicância ou retirar os miseráveis, desvalidos e desajustados para os locais certos.

Na década de 1880, quando aparecem as primeiras preocupações em virtude de que em boa parte os loucos eram recolhidos a celas da cadeia em Teresina, ocorria que o envio de alguns desses ao Hospício Pedro II, no Rio de Janeiro, apresentou-se como uma medida tomada pelo governo provincial. Essa talvez tenha sido a primeira assistência mais específica que os alienados do Piauí tiveram. Deste modo, o jornal A Imprensa divulgava que:

¹⁹⁵⁴ ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. **Cotidiano e Pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina: Teresina-Pi: EDUFPI, 2010, p. 117.**

¹⁹⁵⁵ ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. **Cotidiano e Pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina. Teresina-Pi: EDUFPI, 2010.**

¹⁹⁵⁶ ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. **Cotidiano e Pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina. Teresina-Pi: EDUFPI, 2010, p. 116.**

Foi aberto um crédito da quantia de 14\$400 reis, na verba 'Eventuaes' do Ministério do Império, do exercício de 1882-1883, para ocorrer ao pagamento de igual quantia despendida com a alimentação de dous alienados, que seguiam para o Hospício de Pedro 2º os quaes demoraram-se 12 dias na cidade da Parnaíba; crédito esse que foi aberto na verba 'Eventuaes' por não ter sido conseguido quantia alguma para despesas com alienados na distribuição de crédito a esta província¹⁹⁵⁷.

Em maio do ano seguinte, noticiava-se também que o alienado Eduardo de Alcantara Soares deveria ser suprido com alimentos na Alfandega de Parnaíba enquanto não seguia para o Hospício Pedro II¹⁹⁵⁸. Um mês depois se confirmava o pagamento dessas despesas, e, pelas ordens vinculadas no jornal, concluímos que os alienados enviados ao Hospício da Corte seguiam pela vila de Parnaíba por se encontrar naquela localidade o porto com qual o Piauí se comunicava com as demais províncias do Brasil. Podemos observar também que o envio dos alienados para o Hospício Pedro II necessitava de uma solicitação do presidente da província ao Ministério do Império para que fosse realizado o procedimento de internamento na instituição da Corte, o que acarretava um período de espera. Todo o processo exigia um desprendimento de verbas para custeio dos alienados, bem como o surgimento de despesas que não estavam previstas no orçamento.

Essas medidas, no entanto, não eram estendidas a todos os alienados, pois, como discutimos no presente trabalho, o destino mais certo dos ditos loucos estaria muito mais ligado ao seu isolamento na cadeia. Lá, misturavam-se aos demais presos, sofrendo toda sorte de desventura que se formava nesse ambiente. Nesse ponto, as primeiras denúncias dos infortúnios sofridos pelos alienados na cadeia são postas como preocupações nos relatos dos presidentes da província a partir da década de 1880. Sobre esse fato, assim se expressa o relatório anexo à mensagem do presidente Francisco José Viveiros de Castro sobre a Casa de Detenção:

Este edifício público necessita de sérios e promptos reparos, pois se acha em muito más condições hygienicas. O ar que ali se respira é desagradabellissimo, por estar impregnado das emanações que se desprendem diariamente dos materiais fecaes que estão de depositados em vasos de madeira [...]. Além disso ressentente a Casa de Detenção da falta de uma enfermaria para o tratamento dos presos doentes e dos alienados ali detidos¹⁹⁵⁹.

As informações postas pelo Inspector da Higiene Pública em relação à Cadeia nos deixam ver que os loucos, ao serem postos no mesmo patamar dos presos comuns, não tinham qualquer olhar diferenciado para sua doença. Somam-se a isso as precárias condições do edifício da cadeia no que tange aos procedimentos higiênicos de lidar com esse grupo marginalizado da sociedade. Esses eram fatores que mais tarde seriam repetidamente usados para que se prestasse uma melhor assistência aos loucos em um espaço totalmente diferente do que a cadeia oferecia.

As discussões emergiam muito em virtude dos avanços econômicos e das novas propostas de civilização para as diferentes regiões do Império, que modifica a perspectiva de pensar os grupos marginalizados, pois o que antes não era visualizado como perturbador passaria a ser alvo de uma abordagem de organização e ordenamento. Assim, toda ordem de miseráveis teria algum destino conforme nos coloca Michel Foucault ao discutir como a

¹⁹⁵⁷ ATTOS OFFICIAIS. **A Imprensa**. Teresina, Ano XVIII, n. 745, 18 set. 1882, p. 03.

¹⁹⁵⁸ **A IMPRENSA**. Teresina, Ano XVIII, n. 777, 23 maio. 1883, p. 01.

¹⁹⁵⁹ RELATÓRIO apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província do Piauí, Francisco José Viveiros de Castro, pelo Inspetor da Higiene Pública, Dr. Raimundo de Arêa Leão, em 20 de abril de 1888, p. 06.

ideia de internação configura-se na era clássica. Para o autor, a internação no século XVII tinha a “[...] a tarefa de impedir ‘a mendicância e a ociosidade, bem como as fontes de todas as desordens¹⁹⁶⁰’”. Nesse sentido, para Michel Foucault a internação tinha a função de pôr ordem à exclusão dos pobres. Daí a razão em abordar que:

Ainda durante muito tempo a casa de correção ou os locais do Hospital Geral servirão para a colocação dos desempregados, dos sem trabalho, e vagabundos. Toda vez que se produz uma crise, e que o número de pobres sobe verticalmente, as casas de internamento retomam, pelo menos por algum tempo, sua original significação econômica¹⁹⁶¹.

Diante de uma situação historicamente marcada agora pela presença forte de uma economia capitalista e de uma formação social vinculada aos valores burgueses, os pobres galgam a condição de um grupo que precisava ser fiscalizado e posto em locais que não fizessem esse novo contexto. Para muitos se exigia a sua inserção enquanto mão de obra ativa e para aqueles que fugiam desse caminho constitui-se a ideia de criação de locais de caridade para recebê-los. Não tardaria o aparecimento, em número crescente, dos abrigos, pensionatos e asilos que recebiam os mendigos, bêbados e loucos.

Nesse contexto, caminhava-se paulatinamente para formação de um novo espaço que guardaria agora apenas a presença dos loucos. Contudo, sua efetiva construção, em Teresina, estaria mais visível nos primeiros anos da República e até lá os alienados ficaram intimamente ligados às internações nas enfermarias de hospitais, que precariamente sobreviviam com as poucas verbas, e às celas da cadeia. Tal contexto engendrou a formulação por parte de alguns membros de Teresina na defesa da importância do conhecimento da psiquiatria como imprescindível para o tratamento do louco, fortalecendo naquele momento a criação de espaços com o objetivo de tratar e curá-los: os asilos de alienados. Daí a crítica contundente dos médicos em relação aos loucos pobres que perambulavam pelas ruas ou aqueles que não tinham o tratamento adequado nas Santas Casas. Argumentos que seriam usados fortemente pelos psiquiatras para construção e recolhimento dos loucos nos asilos segundo vem muito bem abordado nos trabalhos de Magali Gouveia Engel, Yonnisi Marmitt Wadi e Claudia Freitas de Oliveira ao abordarem sobre a criação dos Asilos no Rio de Janeiro, Porto Alegre e Ceará.

Uma outra realidade de abuso sofrida pelos alienados recolhidos à cadeia eram os de ordem moral a que muitos estavam sujeitos, principalmente as mulheres, a exemplo de uma alienada recolhida à cadeia pública que foi vítima de abuso sexual como demonstra o trecho do relatório do Secretário de Polícia:

Na cadeia pública d’esta cidade, foi deflorada, na noite de 17 de setembro a alienada Joanna Francisca dos Santos, pelo soldado da Companhia de linha Domingos Pereira Leite, que se achava de guarda no mesmo estabelecimento. Precedeu-se ao corpo delicto na paciente, e foi instaurado competente processo contra o autor do delicto¹⁹⁶².

As dificuldades eram crescentes à medida que não se desprendiam ações que proporcionasse uma melhor vigilância e controle sobre os alienados. Mesmo sendo a cadeia um lugar que isolava e tinha o princípio fundamental da disciplina, esta não se configurava

¹⁹⁶⁰ FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**: na Idade Clássica. Trad. José Coelho Teixeira Neto. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 64.

¹⁹⁶¹ FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**: na Idade Clássica. Trad. José Coelho Teixeira Neto. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 67.

¹⁹⁶² RELATÓRIO apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província do Piauí, Emígdio Adolpho Victorio da Costa, pela Secretaria da Polícia, em 07 de junho de 1884, p. 05.

como o local certo para os que sofriam da perda da razão. A pouca compreensão da polícia de como realmente lidar com esses sujeitos revela o descaso com esse tipo de doente. Soma-se isso o fato de que, mesmo aqueles que viessem a precisar do olhar do médico por motivos outros, viam-se às voltas muito mais pela ideia da vigilância do que para seu tratamento na medida em que podiam se ferir e pôr sua vida em perigo. De fato, compreendia-se o alienado não como um doente em si, mas como alguém que deveria ser controlado e vigiado em caso de desordens como bem coloca a fala do médico de Oeiras em relatório enviado ao presidente da Província.

Porquanto aparecem doentes alienados, para os quais convem ter uma máxima vigilância, afim de não darem desastres, que no hospital, quer no próprio alienado, como se deo em 1871 em uma mulher que sofria monomania suicida, a qual incendiou-se em tições de lenha, acendendo cachimbo alta noite!! E amanheceu morta em horrível estado de queimadura¹⁹⁶³.

Para esse tipo de doente, restava o olhar muito mais da polícia do que do médico, o que o faz solicitar no mesmo relatório a presença de policiais para tal finalidade ou mesmo de serventes, visto que o número dos mesmos era limitado no hospital e só cabia ao mesmo dar conta de todos os doentes.

No entanto, parece que os argumentos no sentido de que era preciso um lugar para os loucos passam a se avolumar em alguns setores da sociedade. Segundo Carlos Francisco Almeida de Oliveira et al.,

Em 21 de Maio de 1889, recebe o Inspetor de Higiene da Província, um ofício do Palácio do Governo, no sentido de promover um “Inquérito Geral de Higiene”, sob orientação do poder imperial, constando de questionário sobre o número e condições dos hospícios, casas de saúde e prisões, onde houvesse alienados em tratamento ou reclusos¹⁹⁶⁴.

Essas manifestações podem ser percebidas também a partir de alguns trechos de mensagens dos governadores do Estado, pois ao pensarmos nos espaços de recolhimento postos no relatório do Inspetor de Saúde, em 1888, e pelo que solicitava o poder imperial no ano de 1889, com o passar dos anos essa situação parecia desproporcional ao novo momento político que o Estado vivia. Para muitos, não era mais admissível que os loucos fossem tratados como caso de polícia e recolhidos ainda às celas da cadeia como se procedia desde a época do Império. Nesse ponto, o mapa demonstrativo do movimento da Cadeia em Teresina de julho de 1889 é um bom indicativo de como os alienados mentais eram incluídos entre presos e não como doentes.

Razão que conduziria às reivindicações por um local com melhores condições higiênicas e que prestasse assistência dentro do que versavam os discursos médicos. Já transpareciam na mensagem do governador Raimundo Arthur de Vasconcelos, a importância que essa mudança de postura para essas questões encaminharia uma melhor definição do melhoramento de várias instituições, bem como na elaboração de um código sanitário municipal que definiria as atribuições e responsabilidades sobre vários pontos do saneamento do meio e da fiscalização das instituições:

A hygiene pública, tão descurada entre nós, é questão inadiável para o bem estar das populações. Os benefícios

¹⁹⁶³ RELATÓRIO apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província do Piauí, Gervásio Cícero de Albuquerque e Mello, pelo Médico do Partido Público de Oeiras, Dr. João Manoel do Sacramento, em 15 de maio de 1873.

¹⁹⁶⁴ OLIVEIRA, Carlos Francisco Almeida et al. História da Psiquiatria no Piauí: uma história em dois períodos. In: **Psychiatry On-line Brasil**. Vol. 17, n. 9, set. 2012. Disponível em: << www.polbr.med.br>>. Acesso em 27 ago. 2015.

resultantes de uma repartição convenientemente instalada, embora com maior economia e simplicidade, são evidentes pela própria natureza do seu destino. Demais, urge ser confeccionado o código sanitário municipal, no qual fiquem completamente definidas as atribuições das Intendências, no qual se relaciona com o saneamento do meio em suas particularidades.¹⁹⁶⁵

A organização dessa repartição desembocaria em medidas e cobranças mais enérgicas para o enquadramento de um hospital que viesse a atender de forma satisfatórias os vários tipos de doenças que se manifestavam na população e, particularmente os loucos, pois, segundo relatório do Inspector de Higiene, não havia na Santa Casa enfermaria para “reclusão dos monomaniacos”, devendo isso acontecer para que os alienados mentais viessem a “receber um tratamento conveniente e regular”. Nesse ponto, o alertava médico no fim do relatório que “A terminação d’aquela edifício [Santa Casa], Exm. Sr. Além de ser uma medida higiênica de alto alcance, é uma necessidade pública e tal ordem, que si impõe ao espírito esclarecido de um administrador correcto e moralizado¹⁹⁶⁶”.

A recomendação passaria a ser seguida para o hospital na medida em que Raimundo Arthur de Vasconcelos, depois de 9 anos, afirmava à Assembleia:

Ocorre ainda comunicar-vos que, dando execução a vontade legislativa expedi novos estatutos para a Santa Casa de Misericórdia. O desvelo que sempre manifestei por essa instituição de caridade e o apelo que fiz a beneméritos cidadão, que gentilmente corresponderam a minha confiança, hão de concorrer para eleva-la em breve o grau de prosperidade a que deverá atingir para realizar mais vantajosamente seus respeitáveis destinos.

Operada a reforma, já vae ella produzindo seus desejados fins: outro o aspecto, outras as condições do hospital¹⁹⁶⁷.

Pelas mesmas fontes, observamos que esse pensamento foi levado adiante por outros governadores nos primeiros anos do século XX, não só para Santa Casa como para pensar na construção do Asilo para os alienados mentais na medida em que, segundo Álvaro Mendes, a Santa Casa, que recolhia e dava tratamento aos desvalidos, deveria ter anexo um prédio para receber os loucos e retirá-los da Casa de Detenção. Tal fala se constitui já no ano de 1905 quando o governador diminuiu a subvenção anual da Santa Casa para metade do que o Estado concedia à instituição. O objetivo era começar o prédio anexo à Santa Casa para abrigar os loucos¹⁹⁶⁸.

No ano seguinte, o governador se expressaria da seguinte forma em relação à luta para criação do Asilo:

Desde alguns anos vai se acentuando entre nós a necessidade de um estabelecimento próprio para agasalho e tratamento dos enfermos de alienação mental. Para

¹⁹⁶⁵ PIAUÍ. Governo 1896-1900 (Vasconcelos). Mensagem do Exm. Sr. Governador do Piauí, Raimundo Arthur de Vasconcelos, apresentada à Câmara Legislativa, em 01 de junho de 1898. Teresina: Typ. do Piauí. p. 14.

¹⁹⁶⁶ RELATÓRIO apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província do Piauí, Sr. Raymundo José Vieira da Silva, pelo Inspetor da Higiene Pública, Dr. Raimundo de Arêa Leão, em 07 de maio de 1889, p. 158. Item Santa Casa de Misericórdia

¹⁹⁶⁷ PIAUÍ. Governo 1898-1900 (Vasconcelos). Mensagem do Exm. Sr. Governador do Piauí, Raimundo Arthur de Vasconcelos, apresentada a Câmara Legislativa, em 01 de junho de 1898. Teresina: Typ. do Piauí. p. 14.

¹⁹⁶⁸ PIAUÍ. Governo 1904-1907 (Mendes). Mensagem do Exm. Sr. Governador do Piauí, Álvaro de Assis Osório Mendes, apresentada à Câmara Legislativa, em 01 de junho de 1905. p. 11e 12. Item Saúde Pública.

acudir a esse desideratum uma comissão de médicos piauhyenses chamou a si a incumbência filantrópica de angaria por uma subscrição popular os meios de leva-lo a efeito, sendo escolhido para o seu local o próprio estadual-Pirajá.

Não se tendo apurado o quantum da subscrição, sob os cuidados do ilustre diretor da Higiene e sendo de presumir que o Estado também tenha que concorrer para essa meritória obra, espero que me autorizeis a dispor dos meios necessários¹⁹⁶⁹.

Com base no trecho da mensagem, temos a compreensão de quem esteve envolvido nessa luta. Em primeiro lugar, havia, por parte de alguns membros da elite, o envolvimento no debate em torno da criação de instituições promotoras dos cuidados para com os indivíduos desvalidos existentes na sociedade teresinense. Alguns desses pronunciamentos ficaram visíveis nas projeções que a defesa de criação dos asilos ganhou na imprensa. Como vários desses projetos exigiam recursos para sua efetiva realização, alguns não encontraram meios suficientes de serem concretizados. No entanto, para fundação do Asilo, que iria receber os alienados mentais, houve a participação de médicos e autoridades locais, entre elas alguns governadores e o inspetor de higiene. Essa articulação ocorre a partir do momento em que os médicos, liderados pelo Dr. Areolino de Abreu, abriram uma subscrição popular, objetivando conseguir donativos para a fundação e construção do Asilo de Alienados.

Outro contexto importante foi a administração do governador Álvaro Mendes e do seu vice-governador Areolino de Abreu. Para Carlos Francisco Almeida Oliveira et al.¹⁹⁷⁰, essa administração representou o vínculo entre o Direito e a medicina na luta pela fundação do Asilo, pois a união entre Álvaro Mendes, que se formou em Direito, exerceu os cargos de Juiz de Direito no interior e foi chefe de polícia do Estado, conjuntamente com o seu vice, que era médico, não só “facilitou a compreensão da necessidade da Medicina Preventiva e da Medicina Curativa voltada as minorias sociais¹⁹⁷¹” como “o Asylo de Alienados seria, dessa forma, o coroamento dessa administração¹⁹⁷²”.

Os passos para construção do asilo que abrigaria os loucos em Teresina contaram efetivamente com médicos que conseguiram na Campanha de arrecadação um valor de 5:000\$000 reais. Essa verba não era o suficiente para o início do empreendimento que necessitava da aquisição de um terreno dentro dos moldes que pregava a psiquiatria. Para que o projeto não perdesse força, e em virtude de que não era mais suportável o modo como viviam os loucos, o governador Álvaro Mendes completaria esse valor com mais 3:000\$000 oriundos dos cofres estaduais, perfazendo um total de oito contos que foram usados na compra do terreno¹⁹⁷³.

¹⁹⁶⁹ PIAUÍ. Governo 1904-1907 (Mendes). Mensagem do Exm. Sr. Governador do Piauí, Álvaro de Assis Osório Mendes, apresentada à Câmara Legislativa, em 01 de junho de 1906. 09 e 10.

¹⁹⁷⁰ OLIVEIRA, Carlos Francisco Almeida et al. História da Psiquiatria do Piauí: uma história em dois períodos. In: **Psychiatry On-line Brasil**. Vol. 17, n. 9, set. 2012. Disponível em: <<www.polbr.med.br>> Acesso em, 27 ago. 2015.

¹⁹⁷¹ OLIVEIRA, Carlos Francisco Almeida et al. História da Psiquiatria do Piauí: uma história em dois períodos. In: **Psychiatry On-line Brasil**. Vol. 17, n. 9, set. 2012. Disponível em: <<www.polbr.med.br>> Acesso em, 27 ago. 20125

¹⁹⁷² OLIVEIRA, Carlos Francisco Almeida et al. História da Psiquiatria do Piauí: uma história em dois períodos. In: **Psychiatry On-line Brasil**. Vol. 17, n. 9, set. 2012. Disponível em <<www.Polbr.med.br>> Acesso em, 27 ago. 2015

¹⁹⁷³ PIAUÍ. Governo 1904-1907 (Mendes). Mensagem do Exm. Sr. Governador do Piauí, Álvaro de Assis Osório Mendes, apresentada à Câmara Legislativa, em 01 de junho de 1905, p.11.

Esse viria a ser situado em Teresina na região onde já era estabelecida a cadeia pública e a Santa Casa: no Campo de Marte, entre as ruas Riachuelo e Divisão¹⁹⁷⁴. O terreno era uma chácara que pertencia ao Capitão Pedro Augusto de Souza Mendes conforme nota do jornal O Comércio:

A maioria da comissão médica, para a fundação, nesta capital, de um asylo de alienados, comprou por oito contos de réis, para localizar a futura instituição a vasta quinta do Capitão Pedro Augusto de Souza Mendes, encravada no Campo de Marte¹⁹⁷⁵.

Em julho do mesmo ano, essas ações contariam com mais dois reforços advindos da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional relatado pelo governador nos seguintes termos:

Constando que a subscrição popular se eleva a quantia superior de 5:000\$000, que ainda não foi apurada e entregue ao governo, e tendo sido votada pelo Congresso Nacional um auxílio de 15:000\$000, que já solicitei e espero ser pago dentro em breve, poder-se-á adptar o edifício ao destino para o que foi adquirido. Neste sentido, já autorizei o dr. Diretor das obras públicas a realizar os serviços necessários para cujo complemento, sendo preciso, se empregará também parte da quanti de 20:000\$000, do credito a que já aludi¹⁹⁷⁶.

A segunda verba à qual o governador fez referência na mensagem foi aprovada pela Câmara dos Deputados pela lei nº 409, votada em 9 de junho de 1906¹⁹⁷⁷. Em 20 de janeiro de 1907, o Jornal O Commercio também divulgaria que o Asilo seria inaugurado no dia 24 de janeiro “em honra a esse dia que é feriado piauhyense¹⁹⁷⁸”. Cogitava-se nesse mesmo número quem seria o médico diretor do hospital, aparecendo o nome do Dr. Marcos Pereira de Araújo, o que foi confirmado mais tarde, após inauguração do Asilo¹⁹⁷⁹.

A disposição de Álvaro Mendes, à frente do executivo do Piauí, teve uma relevância fundamental para somar as ações que vinham sendo postas como necessárias na cidade. O envolvimento do governador nos aponta claramente que a ponte estabelecida entre o poder do Estado e o saber médico constituir-se-ia o que foi posto na fundação de outros Asilos no Brasil. No entanto, a iniciativa mais específica do médico Areolino Antônio de Abreu para juntar uma comissão formada por outros médicos e a campanha mais forte, durante o período em que assumiu o executivo na ausência de Álvaro Mendes, demonstra que a classe de médicos estaria muito mais envolvida com a luta pela fundação de um lugar para os loucos. Nesse ponto, a matéria do jornal O Piauí traduz muito bem esse envolvimento da medicina no Asilo de Alienados destacado no trabalho de Felipe Cunha Lopes:

O Asylo de Alienados que hoje se inaugurou é um grande melhoramento que veio preencher uma lacuna sensível no nosso meio social, onde os infelizes que chegaram a experimentar qualquer perturbação mental eram recolhidos à cadeia pública, sem que lhes pudessem ser ministrados os amplos recursos as ciência moderna.

¹⁹⁷⁴ ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. **Cotidiano e Pobreza**: a magia da sobrevivência em Teresina. Teresina-Pi: EDUFPI, 2010, p. 143.

¹⁹⁷⁵ CARTEIRA LOCAL. **O Commercio**, Teresina, Ano I, n. 20, 11 nov. 1906, p. 02.

¹⁹⁷⁶ PIAUÍ. Governo 1904-1907 (Mendes). Mensagem do Exm. Sr. Governador do Piauí, Álvaro de Assis Osório Mendes, apresentada à Câmara Legislativa, em 01 de junho de 1907. p. 06.

¹⁹⁷⁷ OLIVEIRA et al., 2012.

¹⁹⁷⁸ CARTEIRA LOCAL. **O Commercio**, Teresina, Ano II, n. 31, 27 jan. 1907, p. 02.

¹⁹⁷⁹ CARTEIRA LOCAL. **O Commercio**, Teresina, Ano II, n. 31, 27 jan. 1907, p. 02.

Foi reconhecendo essa dura verdade que ilustres facultativos desta cidade levantaram a ideia da fundação de tão humanitária instituição, à que bom grado se associaram o governo e o povo piauiense¹⁹⁸⁰.

Assim, o médico figuraria como aquele que trouxe uma outra forma de pensar um local totalmente diferenciado para o tratamento do louco, haja vista que até então não havia uma forma distinta dos demais marginalizados socialmente como os presos e indigentes. O Asilo seria o espaço específico que criou institucionalmente a visibilidade do louco em Teresina e os atores envolvidos no ato de luta pela construção desse espaço tiveram como ressonância a classe de médicos defensores de um outro olhar para o alienado mental, pelo menos no que seja o seu espaço de assistência.

O decreto de nº 327, publicado em 15 de janeiro de 1907¹⁹⁸¹, foi o marco oficial de fundação do Asilo em Teresina e pelo seu artigo primeiro versava o desejo dos médicos envolvidos nesse processo. Logo após o ato de fundação, a recomendação do governador foi para que o diretor de obras públicas procedesse à construção do prédio do asilo¹⁹⁸². Desse modo, a construção do asilo significaria novas perspectiva de organização da cidade e a chegada de um abrigo para os loucos, o que deveria acontecer tão breve o prédio fosse erguido na cidade.

A CRIMINALIZAÇÃO DA SAÚDE PELA MORAL: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA PROIBICIONISTA DE DROGAS

Mateus Rafael de Sousa Nunes¹⁹⁸³
mateusrafael@hotmail.com

Resumo: O presente artigo buscará avaliar os impactos nacionais do fenômeno da patologização do indivíduo que examina o corpo do paciente em busca de anormalidades, e o paradigma do conhecimento fisiológico como o cerne das reflexões sobre o corpo em confluência com uma tutela deste, pela moral. Tal paradigma se apresenta tanto no *constructo* do que seria *saudável* e *desejável*, quanto no que diz respeito à dor, ao sofrimento e ao que é *doente*, *indesejável*. Tais entendimentos - visando o domínio do corpo social através do domínio do corpo individual, revestindo-o pelo discurso do saber-poder, buscando assim tutelá-lo moralmente - geraram no Brasil a política de criminalização de entorpecentes, arbitrariamente tornados ilícitos, controlada pela Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes, cujas ações concentravam o poder de atuação interestadual no país durante o Estado Novo.

A abordagem se dará através de uma ampla revisão bibliográfica acerca do tema e da investigação documental da I e II Conferência Internacional do Ópio. Bem como propõe-se a

¹⁹⁸⁰ GAZETILHA. **O Piauihy**, Teresina, 24 jan. 1907. Apud LOPES, 2011, p. 126

¹⁹⁸¹ OLIVEIRA, Carlos Francisco Almeida et al. História da Psiquiatria do Piauí: uma história em dois períodos. In: *Psychiatry On-line Brasil*. Vol. 17, n. 9, set. 2012. Disponível em: <<www.polbr.med.br>>. Acesso em, 27 ago. 2015.

¹⁹⁸² CARTEIRA LOCAL. **O Comercio**, Teresina, Ano II, n. 43, 21 abr. 1907, p. 02.

¹⁹⁸³ Licenciado em História pela Universidade de Pernambuco, Bacharelado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, Bacharel em Ciências Sociais e mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da mesma Universidade. - Bolsista CNPQ.

analisar, a partir do método qualitativo, discursos dos delegados que advogaram em prol da internacionalização de uma política proibicionista de drogas.

Palavras-chave: Proibição de drogas - Estado Novo - História do corpo

Introdução

O presente artigo buscará problematizar, através de uma revisão bibliográfica e documental, o fenômeno da análise patológica do indivíduo, que examina o corpo deste em busca de anormalidade e o paradigma do conhecimento fisiológico como o cerne das reflexões sobre o corpo em confluência com uma tutela do corpo pela moral, tanto em sua normatização, quanto no que diz respeito à sua dor e sofrimento. Tais entendimentos conflitam com as liberdades individuais e são incongruentes com o estado democrático de direito. No entanto, as práticas criminalizadoras repressivas, adotadas em períodos de menor liberdade, perduram em sua estrutura até os dias atuais.

Frente a este intento introdutório o objetivo desta análise consiste na avaliação de determinados aspectos de extrema relevância no discurso que embasou a criminalização de algumas drogas arbitrariamente tornadas ilícitas. Tais discursos tiveram suas publicações tanto pela mídia impressa pernambucana, sobretudo, no Jornal Diário de Pernambuco, quanto em textos e publicações científicas por grandes pensadores e teóricos do período.

1. Maconha, *Cannabis*, Liamba, Cânhamo, Djamba, et. al.: Origem e Proibição total

A documentação das origens médicas e terapêuticas da *Cannabis* data de mais de dois mil e quatrocentos anos antes de Cristo, na China¹⁹⁸⁴, sendo seu uso recreativo datado de mais de dez mil anos. Estas plantas têm suas histórias intrinsecamente ligadas à própria história da agricultura, tendo a fibra extraída da maconha sido usada na fabricação de tecidos e cordas há mais de dez mil anos¹⁹⁸⁵. Há ainda evidências de usos anteriores a esta data, que remontam “ao período neolítico, existindo evidências de seu emprego frequente nessa época em rituais xamânicos no nordeste asiático.”¹⁹⁸⁶

Apesar de o consumo de substâncias psicoativas ser tão antigo quanto a própria humanidade, a proibição dessas substâncias começou apenas no século XX. Até esta criminalização inicial, a maconha era utilizada naturalmente no Brasil, sendo receitada para asma, catarro, insônia, ronco, dificuldade de respirar, aspiração sibilante e flatulências através dos “cigarros índios Grimault”. Na década de 1930, a maconha continuou a ser citada nos compêndios médicos e catálogos de produtos farmacêuticos.”¹⁹⁸⁷

Apesar de a maconha continuar integrando compêndios médicos, é só a partir de 1930 que a perseguição aos usuários passa a ser mais profunda, muito em decorrência da “II Conferência Internacional do Ópio”, em 1924, ocorrida em Genebra, onde o delegado brasileiro Dr. Pedro Pernambuco fez uma afirmação categorizando a maconha como sendo mais perigosa do que o próprio ópio, que deveria ser o foco da Conferência.

“Foi também na década de 1930 que a repressão ao uso da maconha ganhou força no Brasil. Possivelmente essa intensificação das medidas policiais surgiu, pelo menos em parte, devido à postura do delegado brasileiro na II Conferência Internacional do Ópio, realizada em 1924, em Genebra, pela antiga Liga das Nações. Contava da agenda

¹⁹⁸⁴ CARLINI, Elisaldo Araújo. **A história da maconha no Brasil**. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v55n4/a08v55n4.pdf>. Acessado em: 28/09/2016.

¹⁹⁸⁵ MOTT, Luiz 1986. A maconha na história do Brasil, in: Anthony Henman e Osvaldo Pessoa Jr.(orgs.), **Diamba sarabamba**: coletânea de textos brasileiros sobre a maconha, São Paulo, Ground, p. 117.

¹⁹⁸⁶ MACRAE, Edward & GORGULHO, Mônica. 2003. Redução de danos para o uso da Cannabis. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**. 52: 371-374.

¹⁹⁸⁷ CARLINI, Elisaldo Araújo. Idem. Página 316.

dessa conferência discussão apenas sobre o ópio e a coca.”¹⁹⁸⁸

A participação brasileira na condenação da maconha durante a conferência foi também apoiada pelo delegado egípcio presente na mesma. O autor relata ter sido fundamental no posicionamento criminalizador da referida Conferência a falta de preparo para discutir os problemas relacionados ao uso da maconha.

A partir das declarações do Dr. Pedro Pernambuco, a comunidade científica ficou dividida entre a criminalização, a perseguição política dos fumadores e contrabandistas de maconha e entre a manutenção da liberação do uso e venda da planta. O referido Dr. Pedro Pernambuco apontou publicações “científicas” a favor da criminalização da maconha; já o Ministério de Relações Exteriores em 1959, apontava opinião contrária, além da ausência de dependência física, o fato de não ter havido nenhum caso de óbito decorrente do uso da mesma, nem por overdose, nem por abstinência.

É possível perceber esse comportamento dicotômico no tratamento dado à maconha como vício de degradados morais e psicológicos e a *Cannabis* como remédio a partir de algumas notícias do Diário de Pernambuco. Há tanto notícias sobre garrafadas de raiz de maconha para o tratamento de “syphilis”, onde o jornalista parte do relato da venda de garrafadas de um indivíduo chamado “cabo velho”, na praça da Estação central¹⁹⁸⁹; Quanto rogativa ao delegado para que os envie aos Hospital de alienados para que o doutor Alcides Codeceira possa tratar os “psychopathas” que se “embriagam com maconha em baixos meretrícios”¹⁹⁹⁰. Logo no dia seguinte a chamada da reportagem ganha destaque muito maior: “Maconha a herva que entorpece”¹⁹⁹¹ no beco do sarapatel. Oficialmente chamado de Travessa do carmo onde os jornalistas, mediante a rogação do doutor foram ao ambiente onde os indivíduos usam o entorpecente que faz “delirar e afastar-se momentaneamente do mundo”. o relato segue falando das mulheres magras e imundas onde vão assiduamente malandros e se pratica “magia negra”, passando de boca em boca. O relato do jornal chega a dizer que muitos que vão em busca de cocaína e dada a sua dificuldade terminam por fazer uso da maconha.

A partir do Decreto-Lei n°891 do Governo Federal do dia 25 de Novembro de 1938 esta realidade muda substancialmente. O decreto institui a proibição total do plantio, cultura, colheita e exploração por particulares em todo o território nacional e as propriedades medicinais da *Cannabis* passam a ser deixadas de lado. Este Decreto dá início à legitimidade da política ainda mais repressiva no Brasil. Vargas impõe, igualmente, medidas mais severas e mecanismos coercitivos, que passam a ser paulatinamente melhor estruturados a partir da criação da Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes (CNFE), a qual passa a centralizar as ações antidrogas. A partir de então, o usuário passa a ser visto juridicamente como um criminoso propriamente dito e não mais como um dependente/doente. Deste modo, as ações da CNFE corroboravam as repressões políticas características do período¹⁹⁹². A relevância da *Cannabis*, neste caso, se dá pelo fato dela servir de uma espécie de “argamassa” que interligava as ações da CNFE, tendo em vista que era a droga mais difundida no país. Dava-se, assim, início à uma era de perseguição e higienização social.

¹⁹⁸⁸ CARLINI, Elisaldo Araújo. Op. Cit.

¹⁹⁸⁹ Jornal **Diário de Pernambuco** 17/03/1936 p.05.

¹⁹⁹⁰ Jornal **Diário de Pernambuco** 02/04/1936 p.12

¹⁹⁹¹ Jornal **Diário de Pernambuco** 03/04/1936 p. 10

¹⁹⁹² Tal decreto está inserido num contexto maior de criminalização de práticas sociais tipicamente afro-brasileiras como a capoeira e o samba. A maconha enquanto atribuída ao uso exclusivo dos negros se insere nesse contexto. A criminalização dessas outras práticas não cabe, contudo, ao presente projeto dadas as limitações do mesmo.

2. Discursos criminalizadores embasando as práticas repressoras.

A retórica criminalizante segue o fluxo autoritário no país e está presente nos discursos de autores formadores da identidade nacional como Gilberto Freyre e Luís da Câmara Cascudo. Tanto o discurso de Freyre quanto o discurso de Cascudo confluem à construção da maconha como uma planta “desmoralizante”, “terrível” cujo uso gerava “falsidade” e degradação moral. Freyre¹⁹⁹³ ressalta o aspecto da sexualidade, dizendo que a planta incita comportamentos sexuais libidinosos, do mesmo modo que ausência de caráter provocadas por esta.

“A terra mais macia do litoral e da “mata” do extremo Nordeste e do Recôncavo da Bahia parece ter influído sobre os seus próprios senhores- como sobre as plantas terríveis no tipo da maconha, importada da África – amaciando homens do Norte agrário inteiro e não apenas da cidade da Bahia naqueles baianos maneirosos que Joaquim Nabuco retratou n’*Um estadista do império* - os políticos mais flexuosos e plásticos da monarquia: às vezes excessivamente flexuosos e até falsos, homens sem palavra, a ponto de “baiano” ter ficado para o resto do Brasil equivalente de “francês”. E arredondando as mulheres naquelas iaiás dengosas que os Maciéis Monteiro e os Castro Alves cortejaram em versos tão sensuais e que foram umas criaturas diabólicas pelas graças do sexo, desde muito verde especializado para o amor.”¹⁹⁹⁴

Tais comportamentos libidinosos se dariam até mesmo no universo onírico. De acordo com este, os negros fumavam maconha para sonhar com mulheres nuas ou bonitas. O consumo da planta é também ligado constantemente ao ócio típico da colonização monocultora, onde a economia canavieira demandaria trabalho em apenas uma parte do ano. Freyre reconhece, contudo, o potencial econômico da planta, relatando que até os seus dias os nórdicos aportavam no Nordeste para comprar “liamba” por altos preços, do mesmo modo que, sua função social na estabilidade das tensões sociais típicas do que denominou de “civilização do açúcar”. Relata ainda que a planta e o tabaco seriam entorpecentes de gozo e evasão, contudo, o tabaco seria utilizado pelos senhores brancos, ao passo que, a *Cannabis* seria utilizada pelos negros. Tais entorpecentes, juntamente com a cachaça, seriam adequados aos meses de ócio proporcionados pelo cultivo da cana e constituíam fatores de relevância na estabilidade social.

Por sua vez, o médico, jurista e político sergipano Rodrigues Dória equiparava o poder de vício da *Cannabis* com o do ópio, tal qual Dr. Pedro Pernambuco, e atribuía o seu uso aos negros, tal qual Gilberto Freyre e Câmara Cascudo, apesar de possuir um entendimento mais eugenista acerca da “raça preta” em sua influência lombrosiana. Teoria que consistia na busca de sinais que ligassem os grupos considerados indesejados à uma morfologia mais próxima dos símios, alegando haver um caráter de hereditariedade no crime, consistindo também em “uma teoria evolucionista específica, baseada em dados antropométricos.”¹⁹⁹⁵. Nos dizeres de Dória a “raça preta” apesar de selvagem e ignorante havia trazido grandes benefícios aos seus irmãos mais evoluídos em decorrência de sua força corporal. Contudo, esse “robusto organismo” estaria sendo “estragado pelo vício de fumar a erva maravilhosa”, no intuito de rever a pátria, as areias ardentes e o deserto de onde vinham. Sendo assim, a

¹⁹⁹³ FREYRE, Gilberto. **Nordeste**: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 7ª ed, ver. São Paulo, Global 2004.

¹⁹⁹⁴ FREYRE, Gilberto. Idem. p. 52.

¹⁹⁹⁵ GOULD, Stephen Jay. **A falsa medida do homem**. Tradução de Valter Lellis Siqueira. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p.123.

maconha constituiria a maléfica vingança deixada pela “raça preta” pela escravização aos que fazem uso dela .¹⁹⁹⁶

É possível perceber que tal perspectiva atinge também na mídia pernambucana. O Jornal do Recife em sua matéria intitulada “A polícia persegue os fumantes de “maconha”.”¹⁹⁹⁷ relata que trata-se de uma “planta de cujas folhas se fazem cigarros, e estes ao serem fumados reproduzem no fumante os mesmos efeitos do opio ou cocaína.”¹⁹⁹⁸

Já Cascudo¹⁹⁹⁹ atribui à planta a degradação ética e moral, ligando o uso desta aos ladrões, malandros que buscam “coragem” e “leveza” para roubar. O que há de mais contundente no discurso de do autor é, entretanto, a atribuição da planta aos negros e o que o autor considera como a completa ausência de cerimonial ritualístico da planta no país, desconsiderando os “trabalhos difíceis” realizados “secretamente” pelo “catimbó” (citados por ele próprio em seu verbete).

“MACONHA - Diamba, Liamba, riamba, marijuana, rafi, fininho, baseado, morrão, cheio, fumo-brabo, gongo; malva, fêmea, maricas (*Cannabis sativa*), cânhamo, herbácea de origem asiática, vinda para o Brasil com os escravos negros africanos, segundo a maioria estudiosa. Ópio do pobre, fumam as fôlhas sêcas como cigarros”... “Estimulante, dando a impressão de euforia, deixa forte depressão, a *lomba*, que só desaparece com superalimentação. A planta tem seus segredos e técnicas até na colheita.”... “A maconha é estimulante, fumada pela malandragem para criar coragem e dar leveza ao corpo. Não há conhecimento de ter a maconha algum cerimonial secreto para ser inalada. Como sucede no México, onde a dizem *marihuana, grifa, soñadora, oliukqui* entre cantos do louvor. Nos catimbós usam, rara e sempre ocultamente, o óleo da liamba nos *trabalhos difíceis*. Nos xangôs e candomblés não há prova do seu uso. É mais uma predileção dos gatunos e vagabundos.”²⁰⁰⁰

A ausência de conhecimento acerca da planta, bem como a generalização de seus usuários, à época de sua criminalização pode ser observada não apenas na desconsideração do seu uso ritualístico, como supracitado, mas mostra-se latente também na completa falta de conhecimento sobre a forma de consumo desta, de seus efeitos nos usuários e de sua origem. O autor alega que são consumidas as “fôlhas sêcas como cigarros” e que seu efeito é de “euforia”, ao passo que são as flores que são utilizadas e seu efeito é geralmente o inverso. Apesar de não ser de uso exclusivo da cultura negra no país e não ter sido trazida por estes indivíduos é possível perceber, em ambos os discursos, tanto o de Gilberto Freyre quanto o de Luís da Câmara Cascudo, como a atribuição da planta a origem negra, ao ócio, à ausência de ritos no Brasil conduz a uma retórica de planta desmoralizante, o que legitima sua proibição.

Cascudo também não reconhece o uso ritualístico da *Cannabis* no candomblé, apenas de forma escondida no “catimbó”, mesmo alegando que “o mestre obtém o transe fumando

¹⁹⁹⁶ SAAD, Luísa Gonçalves. **Fumo de negro: A criminalização da maconha no Brasil (c. 1890-1932)**. Salvador, Bahia. 2013. p. 73. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/13691/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20LUIISA%20SAAD.pdf> Acessado em 28/09/16

¹⁹⁹⁷ **Jornal de Recife** 22/07/1932. p. 3.

¹⁹⁹⁸ **Jornal de Recife** 22/07/1932. p. 3.

¹⁹⁹⁹ CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. Rio de Janeiro: Letras e Letras, 1954.

²⁰⁰⁰ CASCUDO, Luís da Câmara. Idem. p. 368.

e tragando a fumaça ou respirando profundamente" ²⁰⁰¹. Por fim, atesta o pensamento hegemônico do "vício da liamba" como próprio dos africanos, tal qual Dória o fazia 20 anos antes.

"Macumba é igualmente a maconha, moconha, diamba, liamba, pango, canhamo (*Cannabis sativa indica*)"....

"Todos os exploradores do continente negro têm fixado esse vício da liamba entre os africanos. Além de estimulante a maconha é afrodisíaca, estupefaciente, dando sonhos voluptuosos. Corresponhia a certos caixirys indígenas, celebres pelas evocações produzidas."²⁰⁰²

A historiografia hodierna reconhece que a maconha "possuía a mesma simbologia atribuída atualmente ao tabaco"²⁰⁰³ e corresponde ao orixá da comunicação, da paciência, da ordem e da disciplina, Exu.

"A maconha no Brasil era utilizada ritualisticamente entre os negros, no candomblé. A planta é considerada folha de Exu. Esteve presente nos rituais até a década de 1930 quando o presidente Getúlio Vargas teria negociado a legalização da religião em troca do banimento da planta dos terreiros"²⁰⁰⁴

O conto publicado no Diário de Pernambuco intitulado "Quilombo do Além"²⁰⁰⁵ é sintomático do quão estigmatizada é a cultura afro-brasileira, de um modo geral, nos meios midiáticos e no imaginário popular. Apesar de fictício, o conto nos demonstra os mesmos estigmas relatados até então através de uma confusa narrativa envolvendo o uso da maconha, as entorpecentes "dansas negras", a feitiçaria, anões, fortes negros seminus e várias outras figuras bizarras, todas envolvidas em um universo onírico e em uma experiência de quase morte. Ao final do tenebroso relato, escreve que "Nenhum vestígio foi possível encontrar do sr. Manoel Calafate, o negro milionário no seu apartamento além de uma ponta ainda quente de charuto da Bahia."²⁰⁰⁶, demonstrando que não se tratava de um mero sonho, mas de uma intoxicação por monóxido de carbono provocada pelo negro que estava hospedado no hotel e que acaba fugindo, com o intuito de roubar.

O médico Jarbas Pernambucano, filho do conhecido psiquiatra Ulysses Pernambucano, desconstrói em parte a perspectiva da alta periculosidade da *Cannabis* em seu artigo²⁰⁰⁷. O médico alega que a planta não é de uso habitual de classes mais abastadas, contudo, é "mais divulgada do que se supõe entre a população baixa do Recife e de Maceió."²⁰⁰⁸

"A planta do canhamo é dioica, as flores machos dispostas em cacho, as femininas em espigas, tendo as folhas inferiores opostas e as superiores alternas. Não encontramos na planta daqui a rispidez característica das

²⁰⁰¹ CASCUDO, Luís da Câmara. Notas sobre o catimbó. p. 80 In: FREYRE, Gilberto (org.). **Novos Estudos Afro-Brasileiros**: trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro. Recife, 1934, 2º volume, Civilização Brasileira, S.A., 1937, p. 77-132.

²⁰⁰² CASCUDO, Luís da Câmara, Idem. p. 84

²⁰⁰³ NUNES, Mateus Rafael de Sousa. **Contra-Hegemonia Cultural e Poder Midiático**: uma análise do blog *Growroom*. Recife: UFPE, 2012. 72 p. Monografia (graduação) – Bacharelado em Ciências Sociais, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2012. p. 23

²⁰⁰⁴ AURELIANO, Waleska de Araújo. **A maconha, a ciência e a mídia**: uma análise do discurso jornalístico-científico sobre a maconha na revista *superinteressante*. 2004. p. 46-47. Disponível em: <http://www.slideshare.net/growroom/a-maconha-a-cincia-e-a-mdia-uma-anlise-do-discurso-jornalsticocientfico-sobre-a-maconha-na-revista-superinteressante>. Acessado em: 28/09/16

²⁰⁰⁵ Jornal **Diário de Pernambuco** 29/12/1940. p.11.

²⁰⁰⁶ Jornal **Diário de Pernambuco** 29/12/1940. p.11

²⁰⁰⁷ PERNAMBUCO, Jarbas. A maconha em Pernambuco. In: FREYRE, Gilberto (org.). **Novos Estudos Afro-Brasileiros**: trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro. Recife, 1934, 2º volume, Civilização Brasileira, S.A., 1937, p. 187-194.

²⁰⁰⁸ PERNAMBUCO, Jarbas. Idem. p. 189

suas folhas, na África, como descreve Rodrigues Dória. A nossa é pequena, de metro e meio.

Por questões de solo, e mesmo de indivíduo para indivíduo, variam os efeitos da maconha.

Talvez por isto, é que não registramos em Pernambuco, casos de delírio furioso"... "Rodrigues Dória, entretanto, consigna alguns casos de delírio, no Brasil. No Recife, não tenho sido testemunha visual de nenhum"²⁰⁰⁹

Apesar da citação à Rodrigues Dória, o psiquiatra pernambucano atribui o não acontecimento dos surtos em Recife à natureza da planta encontrada na capital pernambucana. Em contraposição aos relatos de fúria, Jarbas Pernambucano atesta na sua pesquisa que outros usuários também não tiveram efeitos adversos, apenas fome, sono e, por vezes, lacrimejaram de tanto rir. "Por ser, cremos, a nossa maconha pobre de princípios activos, é que muitas vezes é fumada sem deixar nenhum sinal forte de embriaguez."²⁰¹⁰

"Entre os efeitos apresentados pelos nossos maconheiros na ocasião de fumarem temos - sensação de bem estar, leveza dos membros, algumas vezes também um pouco de cansaço, sorrisos, allucinações auditivas, fome, por fim prostração. Gilberto Freyre, que fumou, por experiência, cigarros de maconha, teve a impressão de "um fim de festa, a pessoa já muito fatigada pela dança, um cansaço estranho, mas não desagradável"."²⁰¹¹

O autor relata ainda que possuem poucas plantações em Pernambuco, vindo a maior parte de "Alagôas e Sergipe"²⁰¹², atribuindo a outros estados o cultivo da planta. Faz constar também que, através da entrevista com usuários de maconha, descobriu que uma forma de "limpar" a planta e reduzir seus riscos é através da purificação pela água, descrevendo, inclusive, como fazer o receptáculo. Por fim, reverbera o entendimento de que os "maconheiros" são de pouca periculosidade, apesar de serem "malandros e vagabundos"²⁰¹³ e de ser uma planta fumada em "ruas de meretrício e varios outros pontos do Recife, assim como em catimbós"²⁰¹⁴

É possível perceber, apesar das disparidades, que o discurso proibicionista é profundamente marcado projeto de moralização e disciplinarização do corpo tipicamente fascistas e eugenistas. O uso da maconha por parte das classes mais abastadas não é retratada por nenhum intelectual, do mesmo modo que não são relatados usos por parte dos brancos. O meio século que afasta Dória de Freyre e Cascudo parecem não fazer diferença, os preconceitos se reproduzem como premissas imutáveis, como axiomas fáticos.

A década da completa criminalização da maconha no Brasil é profundamente marcada por uma política sistemática de aperfeiçoamento físico, empreendida por parte do Estado, que devido à inspiração fascista visa moralizar o corpo e disciplinar o trabalhador. A polícia é militarizada em 1936 por Getúlio Vargas, o que implica em uma polícia autoritária e centralizada, pois, faz-se necessária uma ideologia de um inimigo interno a ser combatido, alguém que não goza dos mesmos direitos de um cidadão a ser protegido.

Segundo o paradigma antitético caracteriza o período em questão não permitindo abordagens menos radicais. Tal paradigma se apresenta, no que concerne ao uso de *Cannabis*, ao associar seu uso com práticas subversivas, promíscuas que denotam ócio, fraqueza e desperdício.

²⁰⁰⁹ PERNAMBUCO, Jarbas. Ibidem.

²⁰¹⁰ PERNAMBUCO, Jarbas. Ibidem.

²⁰¹¹ PERNAMBUCO, Jarbas. Ibidem.

²⁰¹² PERNAMBUCO, Jarbas. Idem.p. 190.

²⁰¹³ PERNAMBUCO, Jarbas. Idem p. 191.

²⁰¹⁴ PERNAMBUCO, Jarbas. Ibidem.

“Aqui, no caso em estudo, o uso dos pares antitéticos se reveste da função de identificação projetiva. Conjuram-se, no caso do anticomunismo a revolução, a morte, a escravidão, a doença, a indisciplina, a barbárie, a anarquia, a loucura, a injustiça; no caso da pátria, a traição, a agressão externa (comunismo de um lado; imperialismo, de outro) a ruína, a instabilidade, o atraso, a velhice, a incerteza, a fragmentação; no caso da moral, a devassidão, o egoísmo, a sensualidade, a orgia, o pecado, a corrupção, a imoralidade, o instinto, a mentira, a desobediência; no caso do trabalho, a improdutibilidade, o desleixo, a incompetência, o individualismo, a indolência, o ócio, o desperdício, a fraqueza e a promiscuidade.”²⁰¹⁵

O discurso da moralidade atrela-se profundamente ao discurso autoritário. É, sobretudo, um discurso de disciplinarização do corpo do projeto modernizador estadonovista, mas também remete à corrupção de valores universais que devem ser defendidos pela autoridade, como demonstra a autora. A liberdade e o domínio sobre o próprio corpo é tratada como libertinagem, que leva impreterivelmente à degradação sexual, moral e ética. A autora caracteriza a construção desse mundo novo como intrínseca à negação dos desejos e do mundo que se quer deixar para trás. O “cidadão moral” seria, assim, um indivíduo que possuía os atributos da “honestidade, do ascetismo, do recato, do desprendimento, do patriotismo, da normalidade sexual, do companheirismo, da verdade, da honra e da dignidade.”²⁰¹⁶

Nesse sentido, o discurso moralista do Estado Novo denota uma repressão aos desejos e uma ode à moral que é basilar ao seu projeto de poder. Não apenas o endeusamento do trabalho, mas também a demonização do ócio são aspectos de uma dicotomia comungada por todas as linhas políticas. O trabalho sintetizaria, assim, todos os valores da sociedade é o “padrão absoluto”. Desse modo, ligar a maconha ao ócio é torná-la antagônica ao progresso, à pátria, à civilização, à paz social, enfim, inútil à sociedade moderna tal qual os indivíduos que dela fazem uso.

Nessa perspectiva é bastante útil a análise foucaultiana, que concebe o corpo como o princípio do controle da sociedade sobre o indivíduo.

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política.²⁰¹⁷

O conceito de “biopoder” diz respeito ao poder produtivo, protetor da vida. Por estar ligado ao bem-estar do indivíduo, o “biopoder” é uma forma muito eficaz de controle social na vida deste desde o nascimento (gerência das taxas de mortalidade infantil) até a morte (aumento ou diminuição da expectativa de vida). O conhecimento “biocientífico” funciona, para o autor, como um importante instrumento de poder na sociedade e é basilar no controle sociopolítico dos indivíduos na modernidade.

O domínio sobre o corpo institui uma moral e uma disciplina; estabelece um padrão maniqueísta e antitético que fortalece o estabelecimento de uma verdade que não suporta contradições. O domínio sobre o corpo diz respeito ao governo da vida e da saúde da população, institui assim uma prática de “biopolítica”. Conceber o poder como um conjunto

²⁰¹⁵ DUTRA, Eliana Regina de Freitas. **O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos de 1930**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 29-30.

²⁰¹⁶ DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Idem*. p. 194.

²⁰¹⁷ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2001. p. 47

de relações significa compreender como essas relações são racionalizadas e qual o papel destas no poder.

Podemos atestar que o uso da maconha ao ser abordado como patologia²⁰¹⁸, através do “saber-poder” médico, transforma a prática em algo submetido à moral, à saúde, ao desejo e a identidade social, no que diz respeito à sua normatização. O asilo reduz as diferenças, reprime os vícios, extingue as irregularidades, denuncia tudo o que há de mal na sociedade, a devassidão, a perversidade, a preguiça.

“O asilo atribui-se por objetivo o reino homogêneo da moral, sua extensão rigorosa a todos aqueles que tendem a escapar a ela.

Mas, por isso mesmo, ele permite o aparecimento de uma diferença. Se a lei não impera universalmente, é porque há homens que não a reconhecem, uma classe da sociedade que vive na desordem, na negligência e quase na ilegalidade.”²⁰¹⁹

O asilo está envolto em uma moral e, mais do que isso, mostra onde se situa o lugar dos que buscam dela escapar. Tal perspectiva constitui, para usar um termo foucaultiano, o saber-poder. É através da psiquiatria que são criados os parâmetros de normalidade são instituídos. Essa consequência positiva desse poder constitui também uma prática de domínio autoritário (inclusive sobre o corpo), dentre outras práticas de poder implementadas no período estadonovista, determina claramente o lugar do sujeito no saber psiquiátrico (médico) e o lugar de objeto (paciente). Tal relação é diretamente associada aos usuários que demandavam maior controle por parte desses sujeitos e, assim, maior poder.

“A associação entre maconha e loucura esteve presente em todos os discursos que buscavam a criminalização e repressão do cultivo e uso da planta. Os estudos médico-legais já atestavam que os negros e seus descendentes seriam dotados de características transmitidas geneticamente responsáveis pela personalidade infantil, animalesca, agressiva e mesmo tresloucada. Associados a uma substância tida como altamente perigosa e capaz de levar a crimes, embora pouco se conhecesse dos aspectos químicos e farmacológicos da maconha, a imputação de tais características como intrínsecas à “raça negra” seria intensificada e o controle sobre essa população deveria ser ampliado.”²⁰²⁰

Tais asserções esclarecem também a política sistemática da disciplinarização do corpo, mediante um aprimoramento físico a ser empreendido pelo Estado, com a nítida inspiração de um projeto autoritário que visa moralizar o corpo do cidadão e ampliar o controle sobre a “raça negra”. Apesar de o discurso oficial proferir o entendimento de que os negros não eram inferiores aos brancos²⁰²¹ como atesta o discurso de Agamenon Magalhães no seu jornal, A Folha da Manhã.

²⁰¹⁸ O Artigo 29 do Decreto-Lei N°891 de 25/11/1938 sequer chega a estabelecer limites de tempos de internação, deixando completamente a cargo dos profissionais do Hospital para psicopatas “Os toxicômanos ou os intoxicados habituais, por entorpecentes, por inebriantes em geral ou bebidas alcoólicas, são passíveis de internação obrigatória ou facultativa por tempo determinado ou não.” Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del0891.htm Acessado em 28/09/2016

²⁰¹⁹ FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**. Editora Perspectiva S.A. São Paulo: 1989. p. 488.

²⁰²⁰ SAAD, Luísa Gonçalves. Idem p. 7-8.

²⁰²¹ Agamenon escreve tal discurso no contexto da II Guerra Mundial, com claro interesse em dar ênfase às derrotas do Nazi-Fascismo na África e reverberar o seu entendimento de que as raças são contingentes ao clima. Argumento presente inclusive na sua tese de 1921 intitulada de “O Nordeste

“O mito da superioridade de raças acaba de ser enterrado no continente africano No continente negro. Esse acontecimento há de ter uma repercussão desconcertante na mentalidade nórdica. Os que esqueceram os fatores de adaptação e formação histórica das raças e os que se julgavam invencíveis ou predestinados, estão sofrendo a essa hora a mais dura decepção. Não há raça superiores. Há raças contingentes aos climas. Se a hereditariedade fixa, a adaptação modifica. Eis a grande lei biológica.”... “ Depois, é preciso não esquecer as regras morais.”²⁰²²

O jogo retórico do Estado Novo se mostra justamente no que concerne à questão moral e religiosa. Em teoria crê que a “superioridade de raças” é um “mito”, mas logo em seguida atesta a superioridade moral que reside na religiosidade cristã em contraposição à todas as outras expressões religiosas. “A vida sem moral é vazia e inútil”²⁰²³, apenas na cristandade reside a moral e o espírito filosófico, que devem ser passados de geração para geração. Em decorrência deste fato, Agamenon se posiciona contra o divórcio, pois este seria um corruptor da família, uma interrupção da “tradição crustã da indissolubilidade do casamento”²⁰²⁴ e que apenas “alteraria a infelicidade de poucos, abrindo caminho para a infelicidade de muitos”²⁰²⁵. Considerando, assim, uma doença cuja lei deveria impedir de se generalizar.

“Mas, o mal do século está precisamente na fuga do espírito filosófico. A instituição da família é a que mais tem sofrido as consequências dessa fuga, as consequências do laicismo e da indiferença do Estado liberal, ausente e céptico em tudo.

Quando se partem ou se enfraquecem os laços da família, é que o egoísmo e os seus vícios poluíram a vida social nas suas nascentes”²⁰²⁶

É a falta do espírito filosófico naturalmente cristão, gerado também pelo divórcio, que leva o indivíduo aos vícios que “poluem” a sociedade. Tais vícios típicos da degeneração moral e do ócio são para o interventor, estradas para a delinquência, cuja cura se daria apenas através do trabalho. De fato Agamenon fala em curar o delinquente²⁰²⁷ através do trabalho na criação do presídio na Ilha de Itamaracá. Assim, para o discurso conservador do interventor do Estado Novo, o ciclo estaria completo: Falta de cristianismo, divórcio, família degenerada, degeneração moral, ócio, vício e delinquência. Para resolver esse problema, na perspectiva dele, só a cadeia e o trabalho em conjunto poderiam curar tais degenerações.

3. Considerações Finais

A pesquisa baseada em fontes primárias²⁰²⁸ e secundárias nos permitiu a possibilidade de desvelar minimamente os mitos criados no entorno da criminalização completa da maconha no Brasil, do mesmo modo que, esclarecer como o contexto hegemônico nas “ciências” se baseou em premissas falaciosas de cunho racista, eugenista e em confluência com os paradigmas antitéticos e autoritários do período.

brasileiro”, que lhe rendeu a aprovação no concurso para lecionar Geografia no Ginásio Pernambucano.

²⁰²² MAGALHÃES, Agamenon. **Idéias e Lutas**. Recife: Raiz: FUNDARPE, 1985. p. 269-270

²⁰²³ MAGALHÃES, Agamenon. Idem. p. 175.

²⁰²⁴ MAGALHÃES, Agamenon. Idem. p. 177.

²⁰²⁵ MAGALHÃES, Agamenon. Ibidem.,.

²⁰²⁶ MAGALHÃES, Agamenon. Idem. p. 175..

²⁰²⁷ MAGALHÃES, Agamenon. Idem. p. 25.

²⁰²⁸ Periódicos pernambucanos, o texto integral do decreto-lei Nº891, bem como, a I e a II Conferência Internacional do Ópio.

Foi possível explicitar parte dos complexos dispositivos de utilização da planta, bem como, a estigmatização de seus usuários como sendo psicopatas, delinquentes e degenerados morais. Salvo raras exceções de um comportamento ambíguo com relação à eugenia e a inferioridade do negro, mesmo os discursos que não remetiam à “superioridade racial” eram acompanhados de um conceito de degradação moral e religiosa, numa mudança de preconceito biológico para preconceito cultural.

Apesar do pretense paradigma fisiológico acerca da criminalização, foi possível demonstrá-lo como um mero invólucro da moral, de um projeto de poder concentrador e autoritário, que tinha por intuito dar continuidade à segregação da população negra e de suas expressões culturais. O aval parcialmente jurídico das expressões religiosas afro-brasileiras, por exemplo, convivia com a criminalização de outras práticas. Assim sendo, enquanto o Estado Novo legalizava as religiões afro-brasileiras, proibia o consumo da *Cannabis* e discriminava as expressões não cristãs como sendo o germe da degeneração moral e da delinquência.

A tutela moral do corpo individual e social através da concentração de ações policiais e da patologização desse hábito cultural milenar. Apesar de mais de um século nos separar das referidas “Convenções Internacionais do Ópio” e das primeiras publicações acerca dos “fumadores de maconha”, as práticas patologizantes e racistas seguem idênticas e se torna ainda mais relevante a reflexão acerca da genealogia desses discursos, dessas construções de verdades e das teias que intercalam essas construções de saber e de poder por vezes tão próximas e por vezes tão intangíveis como é típico da História.

O COTIDIANO DA MORTE: UM ESTUDO SOBRE A MORTALIDADE CATIVA EM BELÉM (1850-1860)

Mayara Cristine Mendonça da Silva²⁰²⁹
mayara.historia2010@hotmail.com

Resumo: O estudo da saúde e das doenças é de grande importância para história da humanidade, pois está intimamente ligada ao contexto social, econômico, cultural e até mesmo religioso, com significados que vão além de suas características biológicas. Este trabalho propõe investigar acerca de como as doenças, em especial as epidêmicas, acometiam a população escrava do Grão-Pará do século XIX, atentando para determinados padrões de mortalidade, visando compreender o perfil social e econômico da escravidão a partir de uma história de vida e morte dos escravos. Partindo do conceito de epidemia como uma “manifestação coletiva” que assola, de tempos em tempos, a vida de muitos indivíduos desestruturando o cotidiano da sociedade que meu trabalho tem como enfoque à mortalidade da população cativa, analisando a repercussão das doenças nos escravos, os padrões de mortalidade entre eles; se houve por parte dos senhores alguma preocupação em cuidar da saúde dos seus cativos, tendo em vista que era a principal mão de obra da época. Para a análise e construção deste trabalho tenho como fonte principal “Registros de Sepultamentos do Cemitério da Soledade”, no período de 1850 a 1860, locados no IHGP a partir deles foi montado um banco de dados que nos possibilitará fazer uma análise a respeito das principais informações que se encontram nessas fontes, analisando ainda notícias de alguns jornais da época que nos permite observar como estavam as discussões em torno do estado sanitário da cidade, dentre outras informações.

²⁰²⁹Mestranda em História Social da Amazônia PPHIST/UFPA.

Palavras chave: Morte, Epidemia, Escravidão.

Introdução:

“Onde quer que o europeu tenha pisado, a morte parece ter perseguido o aborígene”²⁰³⁰

Os relatos de surtos das várias doenças e seu grau de importância marcou o processo de colonização dos povos americanos pelos europeus. A epidemia tem sido objeto de grande importância, tendo em vista a dimensão e as consequências que ela enseja.²⁰³¹ Autores como Crosby²⁰³² procuraram mostrar a importância das doenças no decorrer do processo de expansão dos povos europeus ao “Novo Mundo”. No Estado do Maranhão e Pará, desde o período colonial, já se tinha notícias do impacto que as doenças, em especial as epidêmicas, causaram na sociedade, interferindo em seu desenvolvimento econômico. Segundo Rafael Chambouleyron, durante o século XVII, as duas grandes epidemias de bexiga (varíola) irromperam na década de 1660 e 1690, desencadeando uma séria crise para o sistema produtivo, que dependia fortemente do trabalho indígena (livre ou escravo), essa população foi a mais afetada por este flagelo que acometeu a população, porém, os indígenas foram a principal vítima.

As doenças que assolaram a população do Brasil foram trazidas por embarcações que chegavam aos diferentes portos do Império, sendo esse a porta de entrada para vírus, bactérias e outros parasitas que ceifaram a vida de muitos indivíduos em períodos epidêmicos. Segundo Arthur Vianna, as doenças foram importadas para o Brasil, por via marítima, porém no caso da Província do Pará, se intensificou por dois motivos. Primeiro, a proibição da escravidão indígena²⁰³³ retirou da lavoura um considerável número de braços gerando a necessidade de suprimir essa ausência com uma nova mão de obra. Segundo, a criação da Companhia Geral do Comércio do Grão Pará e Maranhão, que proporcionou um intenso comércio de escravos durante muitos anos, ocasionando não somente o intercâmbio de pessoas, mas também de muitas epidemias que afetaram a sociedade no período estudado.

Os navios negreiros “carregavam” em seu interior o maior perigo.²⁰³⁴ Segundo Katia Matoso²⁰³⁵, muitos comerciantes na maioria das vezes, para obter bons lucros, permitiam a saída de seus navios para o tráfico sem nenhum reparo necessário, prática que segundo a autora irá se estender pelos séculos XVIII e XIX. O transporte era precário, comida escassa, grande quantidade de escravos amontoados nos porões dos navios, que por vezes ultrapassavam o limite determinado da embarcação. Segundo Vianna:

²⁰³⁰ POTTER, Roy. **Cambridge -A História da medicina**. Livraria e Editora Revinter Ltda. 2008.p.34.

²⁰³¹ Ver FOUCAULT, Michel **O Nascimento da Clínica** Rio de Janeiro Ed. Forense Universitaria, 1977. UJVARI, Stefan Cunha. **A história da humanidade contada pelo vírus, bactérias, parasitas e outros microrganismos**. 2º Ed. 3ª reimpressão- São Paulo: Contexto, 2014. UJVARI, Stefan Cunha. **A história e suas epidemias**- A convivência do homem com os microorganismos. 2º Ed.- Rio de Janeiro: Editora Senac Rio: Editora Senac São Paulo, 2003.

²⁰³²CROBY, Alfred. W. **Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900/** tradução José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari- São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Ver também POTTER. 2008.

²⁰³³ Política Pombalina retirou o poder dos jesuítas e colonos sobre os índios, dando a estes cativos à liberdade além da criação da companhia de comercio do Grão Pará e Maranhão.

²⁰³⁴ Ver BELTRÃO, Jane Felipe. **Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi; Universidade Federal do Pará, 2004. CHAMBOULEYRON, Rafael. “Formidável Contágio”: epidemias, trabalho e recrutamento na Amazônia Colonial (1660-1750). **História, Ciência e Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro v.18, n.4, out-dez. 2011,p. 987-1004. CROBY, Alfred. W. **Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900/** tradução José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari- São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

²⁰³⁵ MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. 2º Ed. São Paulo. Brasiliense. 1998.

“Ninguém se preocupava com o estado sanitário das embarcações: mal chegavam os navios a Belém, despejavam a sua carga nos armazéns da companhia, onde já esperavam avidamente seus compradores.”²⁰³⁶

Como aponta Vianna o estado que essas embarcações chegavam aos portos de Belém pouco importava, porém esta embarcação além de trazer as cargas e escravos também traziam em seu interior agentes causadores de doenças, que segundo Crosby atravessou oceanos no interior destas embarcações ceifando vidas, principalmente em períodos epidêmicos. A entrada de escravos no Brasil durante a escravidão foi significativo com a criação da Companhia Geral de Comercio contribuiu para o aumento desse contingente de trabalhadores. Segundo Bezerra Neto, entre os anos de 1755-1778, período de vigência do monopólio comercial do tráfico pela Companhia Geral de Comercio, foram introduzidos na Amazônia Portuguesa um número de escravos que pode ter sido superior a 25. 365 africanos, sendo redistribuído para outras províncias.²⁰³⁷

É importante salientar que as embarcações “não traziam apenas mercadorias”, juntamente com esses produtos vinham ainda “colonos portugueses que se deslocavam para o Pará na condição de engajados”. Estes colonos vinham para trabalhar em vários empreendimentos na Amazônia, na maioria das vezes eram engajados na “Companhia de Navegações e Comércio do Amazonas e nas mais variadas obras públicas que precisavam de operários que fossem qualificados.”²⁰³⁸ Como podemos observar abaixo;

“Por conta da companhia de navegação e commercio do Amazonas, chegaraõ no dia 27 deste mez vindo da Cidade do Porto em Pataxo Portuguez Cruz terceiro, para a nova Provincia 41 colonos, sendo 32 Portuguezes e 9 Hespanhoes; dos quais são 10 carpinteiros, 1 serralheiro, 1 ferreiro, 5 pedreiros 1 canteiro, 1 padeiro e 22 trabalhadores.”²⁰³⁹

Esses indivíduos que vinham para trabalhar nas obras públicas endossam a população já existente na província e quando não traziam consigo alguma moléstia eram acometidos por estas aqui. As doenças não escolhiam classes sociais e nem nacionalidade ceifando a vida desses sujeitos, principalmente em períodos epidêmicos. De acordo com Jane Felipe Beltrão, Portugal e Brasil sempre tiveram intensos laços comerciais que não se restringiam somente a importação de escravos para servirem de mão de obra, vinham ainda embarcações com os mais variados gêneros alimentícios.²⁰⁴⁰ Os estudos sobre a disseminação de epidemias devem ser pensados a partir dos laços comerciais existentes entre a Europa e a América, pois foi através destes que começou a se intensificar a movimentação nos grandes portos, onde não só entravam e saíam mercadorias e pessoas, mas também micro-organismos capazes de desestruturar economias e varrer a população.

Segundo Michel Foucault, o caráter simbólico das epidemias está em sua manifestação coletiva e singular; coletiva enquanto fenômeno que atinge grupos de indivíduos provocando alterações no modo de "andar a vida" e singular enquanto ocorrência única na unidade de

²⁰³⁶ VIANNA, Arthur. **As Epidemias no Pará**. 2ª Ed. Belém: UFPA, 1975. p.37.

²⁰³⁷ BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão Negra no Grão-Pará (século XVII-XIX)**. –Belém: Paka Tatu, 2001.p.31.

²⁰³⁸ BELTRÃO, 2004, op. cit. p. 62.

²⁰³⁹ Jornal **Treze de Maio**, dia 31 de Outubro de 1853. p.2

²⁰⁴⁰ BELTRÃO, op. cit. 2004, p. 62.

tempo e espaço em que ocorre.²⁰⁴¹De acordo com Stefan Cunha Ujvari²⁰⁴² as pessoas, e os grupos sociais, aceitam, ainda que com resignação, que doenças transmissíveis, aquelas causadas por germes, ocorram. Mas quando a doença se espalha aparentemente sem controle, quando não se trata apenas de corpos individuais, mas do corpo social, a sociedade está diante de uma situação nova e apavorante, uma situação capaz de levar o caos a cidades, a regiões, a países. É por este fato que as epidemias ficaram registradas na história.

Partindo do conceito de epidemia como uma “manifestação coletiva” que assola, de tempos em tempos, a vida de muitos indivíduos desestruturando o cotidiano da sociedade este trabalho tem como enfoque à mortalidade da população cativa, analisando a repercussão das doenças nos escravos, os padrões de mortalidade entre eles, tentando perceber a mortalidade dos escravos na perspectiva do senhor; se houve alguma política por parte das autoridades que se preocupasse com em atender esta parte da população menos abastada da sociedade tendo em vista que era a principal mão-de-obra da época.

Entretanto, pensando por um viés econômico do período, devemos considerar que para o senhor o escravo era uma “mercadoria” que geraria lucro, sendo investidos recursos na compra desses indivíduos, porém é preciso investigar os cuidados destinados à saúde desta população. O valor como mercadoria está diretamente relacionado com uma boa saúde. Escravos com boa saúde atingiam melhores preços de mercado que os doentes. Então, será que se tinha uma preocupação por partes desses senhores, com esses escravos principalmente, em períodos epidêmicos, devido ao seu valor de mercado e sua força de trabalho.

1. As epidemias na cidade de Belém: a secularização dos enterros.

Na década de 1850, a província do Pará passou por períodos epidêmicos que afetaram a sociedade: brancos, negros, índios, ricos e pobres. Os períodos que correspondem aos anos de 1850-1871, foram bastante representativos, no que diz respeito à disseminação de epidemias tais como, febre amarela, varíola, cólera, dentre outras doenças, que mesmo não tomando grau de epidêmicas, tais como as doenças pulmonares, tísica (tuberculose), tétano, sarampo, hepatites, febres, ceifaram muitas vidas, e foram responsáveis, em causar um verdadeiro caos na saúde da população, em especial, a vida de escravos, que não tendo os mesmos recursos que a população livre, ficavam entregues a sorte, dependendo da caridade de seus senhores ou de curandeiros.

Os períodos epidêmicos têm como principal característica incidir sobre o coletivo da sociedade desestruturando a vida social e econômica. As epidemias que assolaram as diferentes partes da província tinham como principal motivo a insalubridade que marcava os portos e seus arredores, bem como as habitações que agregava um aglomerado de pessoas dividindo o mesmo ambiente, fato que disseminava mais rapidamente as doenças. Quando se fala em doença temos a relação de contanto com diferentes povos, o estado sanitário de portos e habitações fatores que causaram a disseminação de muitas doenças. Fazia-se necessário pensar medidas profiláticas para conter a proliferação destas doenças.

Essas medidas profiláticas começaram pelo saneamento dos portos, a porta de entrada e saída de pessoas, mercadorias, vírus e outros agentes infecciosos, se apresentou como a primeira iniciativa de profilaxia nas cidades portuárias, como Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo e Belém dentre outras no qual a limpeza, o tratamento de esgoto e água minimizou o ambiente propício à manifestação e transmissibilidade de doenças. A reforma urbana, pelo menos dos centros urbanos, ocorreu logo em seguida com a limpeza de ruas, tratamento de esgoto, de água, bem como a destruição de cortiços melhorando de maneira significativa as regiões centrais das cidades, por outro lado às famílias que moravam próximas das regiões portuárias, bem como nos cortiços que antes eram no centro da cidade foram cada vez mais se afastando para áreas mais distantes desses centros. No caso do Rio de Janeiro, as

²⁰⁴¹ FOUCAULT, Michel **O Nascimento da Clínica** Rio de Janeiro Ed. Forense Universitaria, 1977.

²⁰⁴² UJVARI, Stefan Cunha. A história e suas epidemias- A convivência do homem com os microorganismos. 2ª Ed.- Rio de Janeiro: Editora Senac Rio: Editora Senac São Paulo, 2003.p.10.

populações ocuparam as regiões mais afastadas da cidade, bem como foram ocupando áreas montanhosas e ali começou uma dinâmica de ocupação desordenada sem tratamento de esgoto e água.

Outra medida tomada pelo Estado foi à retirada dos enterros do interior das igrejas. Na cidade de Belém, temos a construção cemitério de Nossa Senhora da Soledade, criado no governo do Presidente Jerônimo Francisco Coelho, como medida profilática no período da epidemia de febre amarela, quando se tornaram proibidos os enterros nas igrejas. Esta atitude tomou uma dimensão cultural na vida da sociedade, tendo em vista que, afetou os costumes da época, pois além dos enterros nas igrejas, havia os rituais e cerimônias fúnebres que faziam parte do cotidiano da sociedade belenense, porém em épocas de epidemia acabavam por não ocorrer devido ao medo do contágio.

Diferente da Bahia, onde houve protestos ocasionando a Cemiterada²⁰⁴³, em Belém houve certa indignação por parte da sociedade e da Igreja Católica, porém não houve revoltas. A principal indignação da população dizia respeito à proibição dos enterros nas igrejas, sendo transferidos para espaços a céu aberto, tendo em vista os costumes que seriam afetados, pois era um costume antigo o enterro nas Igrejas, acreditava-se que sendo enterrado no interior das igrejas, ficariam mais próximos da salvação²⁰⁴⁴. Segundo Erika Silva²⁰⁴⁵ a Igreja via nesta modificação certa perda de benefícios, pois os ritos funerários ficavam a encargo dela, havendo a transferência para outro local ela perderia esses benefícios, houve um pequeno conflito entre a Igreja Católica e o Estado até o Presidente da Província transferir a administração do Cemitério para a Santa Casa da Misericórdia.

O enterro nas igrejas representava grande preocupação entre os médicos adeptos da teoria infeccionista²⁰⁴⁶, defendiam que os enterros nos templos e até mesmo na cidade, além de outros costumes funerários, eram altamente prejudiciais à saúde dos vivos, pois nos ritos fúnebres havia uma aproximação dos entes queridos com o morto, propiciando assim a infecção. Por meio da resolução nº 180 de 09 de dezembro de 1850, a administração do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade passa para o poder da Santa Casa da Misericórdia, sendo assim o presidente Jerônimo Coelho estabeleceu um regulamento para o cemitério que instituiu:

“(…) O terreno do Cemitério será dividido em quartéis, cada um deles destinado para monumentos particulares, para catatumbas, para sepulturas de pessoas livres e escravos.”²⁰⁴⁷.

O Cemitério de Nossa Senhora da Soledade foi criado no período de surto da febre amarela marcando a secularização dos enterros, retirando das igrejas o papel de “guardar os mortos.” Os terrenos do cemitério da Soledade foram destinados hierarquicamente para particulares, pessoas livres pobres e escravos, ou seja, assim como no interior das igrejas no cemitério existiu uma divisão social mesmo após a morte.

²⁰⁴³ Em 25 de novembro de 1836, ocorreu a Cemiterada, foi um movimento que ocorreu devido a uma lei que proibia o tradicional enterro nas Igrejas, dando a uma companhia privada o monopólio dos enterros em Salvador, foi organizada pelas irmandades e ordens terceiras de Salvador, organizações católicas leigos que cuidavam dos funerais.

²⁰⁴⁴ REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e a revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.p. 13.

²⁰⁴⁵SILVA, Erika Amorin. **O Cotidiano da Morte e a Secularização dos Cemitérios em Belém na Segunda Metade do Século XIX (1850 / 1891)**. Dissertação de Mestrado em História Social apresentada a Pontifícia Universidade Católica. 2005.

²⁰⁴⁶ Para estes os miasmas seriam os responsáveis pelas infecções que alteravam as condições do ar, propagando assim as moléstias.

²⁰⁴⁷ **O Cotidiano da Morte e a Secularização dos Cemitérios em Belém na Segunda Metade do Século XIX (1850-1891)**. Apud. SILVA, Érika Amorim. Dissertação apresentada a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2005.p. 74.

No início dos surtos epidêmicos, a medicina na região teve dificuldades para se dá com estas doenças, pois com o advento desses surtos que chegou de forma discreta e até mesmo inesperada, se espalhando rapidamente por regiões, os médicos na maioria das vezes não sabiam o que fazer, pois desconheciam formas para combatê-las, restando a eles apenas recomendar à população medidas profiláticas que eles julgavam que iria ajudar. Segundo Marta de Almeida²⁰⁴⁸ quando se fala em febre amarela as concepções médicas eram bem variadas, de um lado havia os adeptos da teoria contagionista, tal teoria sustentava que as doenças eram transmitidas de pessoa para pessoa através do contato físico ou indiretamente, através de objetos contaminados pelos doentes ou pela respiração. Por outro lado estavam os infecionistas, para quem os miasmas, seriam os responsáveis pelas infecções que alteravam as condições do ar, causando assim terríveis moléstias.

Contágio ou infecção, as teorias médicas que foram construídas ao longo do século XIX, procuravam entender a natureza da saúde e da doença e como se manifestavam biologicamente, seja pelo ar ou pelas más condições sanitárias. Porém, o que é importante ressaltar é que o desconhecimento dos agentes que causavam as doenças, bem como a profilaxia para se combater a moléstia, contribuiu para que muitos sujeitos morressem principalmente, em períodos epidêmicos, nos quais a proliferação das doenças acontecia de maneira mais rápida e intensa devido à aglomeração de indivíduo num mesmo espaço.

As epidemias estão além do fator biológico, durante seus surtos tomou proporções devastadoras que aterrorizaram a humanidade, dizimando famílias inteiras, não ficando restrita a cidade, se propagando pelos diversos interiores do Pará. A febre amarela, apesar de ter assolado, em especial os estrangeiros, foi uma das epidemias que mais devastou a sociedade acarretando consequências terríveis, tendo em vista que, assim como outras, era uma doença desconhecida, até mesmo por médicos da cidade. No caso da Cólera, é descrita por Beltrão como um flagelo que escolhia suas numerosas vítimas entre os escravos e “indivíduos de ordem inferior”, pois elas viviam em condições precárias de saneamento e saúde, para esta autora “as vítimas da cólera tinham endereço e principalmente cor”.

2. A Cólera e os homens de cor: a perda da mão de obra escrava.

Mesmo com todas as proibições que foram impostas aos traficantes de escravos, tendo como uma delas a abolição do tráfico negreiro em 1850, muitos carregamentos de escravos continuaram a chegar ao Brasil ilegalmente. Foi um momento que se aproximava o fim da escravidão, sabemos que seu fim se deu de forma gradativa, e não imediata. Bezerra Neto²⁰⁴⁹ nos mostra que desde 7 de novembro de 1831, o tráfico de escravos brasileiros foi proibido em sua totalidade no Brasil, tornando-se atividade de pirataria, o que fazia a prática cair na ilegalidade embora continuasse a existir até 1850 como contrabando quando foi efetivamente combatido pela lei Euzébio de Queirós, que visou colocar fim ao tráfico negreiro, o que evidentemente prejudicava os senhores de escravos, tendo em vista que os africanos eram a principal mão de obra da época. É possível pensar que por este motivo a mão de obra africana estava se tornando cada vez mais cara. Segundo Kátia Mattoso²⁰⁵⁰, se estava ficando difícil a negociação deste cativo por conta de algumas fiscalizações, a consequência era que o preço subisse, o ano de 1850-1871 foram épocas em que o preço desse cativo atingiu seu ápice.

As epidemias deixaram a sociedade muito abalada e ao lado do fator higienista encontra-se o fator econômico que está diretamente ligado aos cativos, pois nesses períodos epidêmicos ocorridos na cidade de Belém, percebe-se a diminuição da população de um modo geral. A diminuição da população negra escrava estava se dando por diversos fatores (que também facilitaram a propagação de certas moléstias entre eles) a falta de higiene, a

²⁰⁴⁸ ALMEIDA, Marta. **Tempos de Laboratórios, mosquitos e seres invisíveis**: a experiência sobre Febre amarela em São Paulo. In: CHALHOUB, 2003, op. citp.125.

²⁰⁴⁹ BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão Negra no Pará**: (séculos XVII-XIX). 2ª ed. Belém: Paka Tatu, 2012. p. 98.

²⁰⁵⁰ MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. 2ª Ed. São Paulo. Brasiliense. 1998.

insalubridade nos locais de suas moradias e a má alimentação, sendo que para algumas doenças a alimentação era um meio para que se alastrassem nesta camada da sociedade, que em sua maioria não tinham condições de se cuidar, a exemplo da Cólera.

Foi um período no qual a mão de obra cativa estava ficando com o preço elevado devido ao fim do tráfico negreiro em 1850, por mais que estivesse entrando escravos no território ilegalmente, com a promulgação da lei dificultava a entrada de mão de obra no país aumentando ainda mais seu valor. Para o senhor perder certo número de escravos poderia ser um prejuízo, já que é possível que eles não tivessem um elevado número de escravos para repor em caso de morte. Pelo fato de serem escravos urbanos, e quando se trata de cativos desse porte, é preciso pensar em pequenos planteis, ao contrário das grandes fazendas que possuíam grande quantidade de cativos.

É importante ressaltar que o estudo das epidemias estão relacionados com a perda desses cativos, adiante teremos uma relação sobre quem eram estes escravos e quais flagelos foram responsáveis por suas mortes. Quando me refiro a quem eram estes escravos quero dizer se eram homens ou mulheres, crianças, jovens ou adultos, a idade que faleceu, pois esta análise é de grande importância para o estudo, já que para o senhor era prejuízo econômico perder uma determinada quantidade de cativos, ainda mais se tivessem em produtiva, um cativo que tinha entre 10 a 20 anos estava no auge da produção, sendo ainda jovem poderia trazer muito lucros para o senhor.

Para Jane Felipe Beltrão e Arthur Viana, a cólera teria sido também importada por via marítima, sendo o responsável por sua chegada a Belém uma embarcação denominada “Deffensor”, que partiu de Portugal para o Pará com certo número de migrantes lusos que tinham como objetivo se engajar na Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas. No entanto é importante salientar que se tem registro da possível chegada da barca Deffensor, em 15 de maio de 1855²⁰⁵¹. No entanto, de acordo com os Registros de Sepultamentos do Cemitério da Soledade (ano de 1855), já se tem listado pessoas que faleceram de Cólera antes desta data (no mês de janeiro), ou seja, não podemos afirmar que a Cólera foi trazida por esta embarcação, podendo ter sido originada por outra, já que antes da sua chegada já existem registros de cólera²⁰⁵².

A cólera é uma doença infecciosa que está associada à má conservação de gêneros alimentícios, é causada por uma bactéria que quando presente na água ou em alimentos provoca a diarreia, se propaga em ambientes onde há más de condições de higiene e saneamento. Portanto as embarcações que na maioria das vezes não estavam adequadas para uma viagem de longa duração seriam lugares propícios para que a Cólera se manifestasse e se propagasse, ceifando vidas nos navios que vinham amontoados de migrantes. Chegando a Belém encontrou ambiente propício devido às condições climáticas daquele período que estava em um momento de transição da estação chuvosa para a estação seca²⁰⁵³, tendo em vista que a bactéria se multiplica facilmente em temperaturas quentes, encontrou em Belém o ambiente conveniente para sua proliferação.

O ano de 1855, foi o ano em que temos registrados 1.843 mortes. Apresentou-se como um momento de calamidade em Belém, um dos períodos epidêmicos mais vexantes que a cidade já passou. Na maioria dos casos duas moléstias em especial assolaram a população no período, cólera e febre amarela. Dos 1.843 registros 1.323 eram de pessoas livres, e 520 registros da população escrava:

Dos 1.323 registros de óbitos de pessoas livres, 425 faleceram de cólera (sendo que esta moléstia aparece nas suas mais variadas denominações, *cholera asiática*, *cholera esporádica*, *cholera morbus*, *cholericus*, *cholera miática*, dominante de *cholera*), foram

²⁰⁵¹BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi; Universidade Federal do Pará, 2004. Pp.79.

²⁰⁵² Foram encontrados no mês de janeiro dois casos de Cólera, sendo dois homens livres Fructuoso Jose Texeira, de 53 anos, era mulato e tinha ocupação de alfaiate, e Olimpio Jose de Almeida, tinha 20, era cafuz, e tinha 20 nos de idade, e era carrpina..

²⁰⁵³ VIANNA, Arthur. *As Epidemias no Pará*. 2ª Ed. Belém: UFPA, 1975.

atacadas por esta enfermidade aproximadamente 32% da população livre. A febre amarela também ceifou um elevado número de vítimas neste período, foram 119 registros, dos quais os estrangeiros, preferencialmente, apareciam em maior número 8% dos livres.

Dentre as doenças que mais afetaram a população escrava, a cólera predominou dos 520 cativos que foram listados nos registros de sepultamento, 200 são de pessoas que vieram a óbito por conta deste flagelo, chegando a aproximadamente 38% da população escrava. As doenças pulmonares foram também as que mais atacaram esta população depois da cólera, tendo-se 15 casos registrados, ou seja, 2% da população cativa padeceram com este mal. Com o mesmo número de registros listados está o Tétano Traumático, sendo novamente 2% destes escravos assolados com esta enfermidade. Outras moléstias também assolavam o escravo em menor medida tais como; 14 foram os registros de uma moléstia descrita como “diferente ou diferente moléstia”; temos ainda 12 vítimas que vieram a falecer por gastro enterito aguda; 5 foram os casos de febres (febre cerebral, febre ulgida, e febre tifoide); temos ainda 5 registros de pessoas que vieram a óbito devido as Inflamações (no fígado, e infamação com gastro hepatite).

A cólera foi a epidemia que mais atormentou os donos de escravo no ano de 1855, sendo a moléstia que esteve predominante na mão de obra escrava. Por ser uma moléstia que está diretamente ligada a questões de caráter sanitário e alimentício e tendo em vista as condições que os cativos eram submetidos, os escravos foram bastante acometidos por este mal no período epidêmico, que corresponde ao ano de 1855, deixando uma perda não tão grande, pois não sabemos ao certo quantos escravos cada senhor possuía, porém pensando em pequenos planteis, ou até mesmo escravos domésticos pensando o espaço da grande Belém, poderia ser uma perda bastante significativa.

Não podemos esquecer que seja qual for à epidemia suas vítimas podem ter sido bem maiores que os registros de sepultamento possam revelar, principalmente quando se fala de enterros dos escravos, muitos dos sepultamentos registrados no Cemitério da Soledade foram pagos, não se sabe por quem, pode ter sido por seus senhores, ou por irmandades, porém houve aqueles que não tiveram a mesma sorte de ter um enterro no “Campo Santo”, sucumbindo pelas ruas ou sendo enterrados em outros locais.

Pensando por um viés econômico, muitos escravos tinham ofício que poderia gerar mais ganhos para seu senhor, pois um escravo com ofício era bem mais benéfico em termos econômicos para este dono de escravos. Em termos econômicos perder um escravo era considerado prejuízo, imagine perder um que tinha alguma “qualificação”, o prejuízo poderia ser ainda maior, além de perder uma boa quantidade de cativos, nas fontes analisadas muitos senhores tiveram perda de escravos com algum ofício, ou seja, é provável que estes pudessem ter sido escravos de ganho, tendo em vista a localidade e seus ofícios. Katia Mattoso nos mostra que alguns senhores procuraram incentivar alguns de seus escravos a aprender certos ofícios para assim alugarem sua mão-de-obra qualificada a outros, geralmente estes escravos custavam um preço mais elevado que outros, tendo em vista terem um ou até mais ofícios, como pedreiro, barbeiro, carpinteiro, cozinheiro dentre outros.

“As crianças destinadas a um ofício são feitas aprendizes de adultos desde a idade dos 8 anos, sob vigilância do feitor ou do próprio senhor que decidirão se o negro é capaz de “pegar o jeito”. Na cidade, os senhores tem maior interesse em alugar os serviços de escravos capacitados e costumam também colocar jovens negros nas oficinas de mestres, frequentemente escravos alforriados que se tornaram novos mestres-instrutores temporários do aprendiz.”²⁰⁵⁴

Os anúncios de jornais são fontes ricas em informações no que diz respeito ao tema sobre a escravidão, a princípio os estudos eram voltados para análise do cotidiano de

²⁰⁵⁴MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. 2ª Ed. São Paulo. Brasiliense. 1998.p.116

compra, venda e fugas escravas, o historiador Bezerra Neto²⁰⁵⁵ tem vários trabalhos na área. No entanto, a análise sobre esta fonte começou a seguir também outras linhas, como a de perceber através dos anúncios de compra, venda e até mesmo fuga o cotidiano da saúde destes escravos, como é caso da autora Márcia Amantino²⁰⁵⁶, procurou examinar as condições de saúde da população escrava, a exemplo temos o jornal do Comércio no ano de 1850. Nos jornais analisados foi possível encontrar anúncio de compra e vendas de escravos sendo alguns com ofício o que era de grande importância na época, pois poderia gerar lucros para quem o comprasse, sendo possíveis ainda anúncios de compra de escravos com a chamada “idade produtiva” para que os mesmos pudessem aprender ofícios, certos anúncios deixavam clara a preferência por escravos sem moléstias, tanto na venda quanto na compra, pois não era benéfico para o senhor um escravo com moléstias, pois invés de lucro só teria gastos, como podemos perceber nos anúncios a seguir;

“Compra-se um moleque de 14 a 16 anos de idade, sem vícios nem moléstias, próprio para aprender qualquer ofício. Nesta Tipografia se dirá quem é o comprador”.²⁰⁵⁷

“Vende-se um escravo com ofício de pedreiro, 25 anos de idade, de boa figura e sem moléstias. Quem dele precisar, dirigir-se a esta typ., que se dirá quem o vende”.²⁹

Considerações Finais

O estudo das doenças que assolaram a população de tempos em tempos é de grande importância para os mais variados temas, podemos perceber isto na vasta bibliografia já existente, o trabalho que foi apresentado procurou se inserir na temática do impacto dos surtos epidêmicos por um viés econômico buscando compreender como se deu a propagação de epidemias, a importância da construção de cemitérios como medida profilática, a perda do cativo a partir do campo das doenças, partindo do princípio de que naquele período aquela mão de obra era de grande importância na sociedade, sendo assim houve certo prejuízo para os donos dos cativos. As doenças, em especial os surtos epidêmicos, foram responsáveis ao longo dos tempos por impactos demográficos, no entanto foram de grande importância por remodelarem a sociedade, pois influenciou na composição da sociedade e nos modos de como esta começou a organizar naquele período e nos seguintes.

²⁰⁵⁵ Ousados e insubordinados: protestos e escravos na província do Grão-Pará. **Topoi**, Rio de Janeiro, mar. 2001, pp. 73-112/ **Fugindo, sempre fugindo**: Escravidão fugas escravas e fugitivos no Grão-Pará (1840-1888). Dissertação apresentada a Universidade Estadual de Campinas, IHFC. 2000.

²⁰⁵⁶ AMANTINO, Márcia. As condições físicas e de saúde dos escravos fugitivos anunciados no Jornal do Commercio (RJ) em 1850. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro. V.14.n.4, p.1377-1399, out-dez. 2007.

²⁰⁵⁷ Jornal **Correio dos Pobres**, dia 3 de setembro de 1851.p.4. ²⁹ Jornal **Correio dos Pobres**, dia 25 de maio de 1852.p.4.

AS RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS NA CIDADE DO RECIFE: UMA ESTRATÉGIA PARA CONSTRUIR NOVOS HORIZONTES

*Mirella Rocha Magalhães*²⁰⁵⁸
mirellarocha_16@hotmail.com

Resumo: A Reforma Psiquiátrica brasileira vem se desenvolvendo em torno de uma perspectiva de reabilitação e novas possibilidades de cuidado, tentando reconquistar aspectos de cidadania e direito dos portadores de transtornos mentais. A partir disso, uma Rede de Assistência foi construída para atender os antigos internos de instituições psiquiátricas que agravados pelo processo de cronificação precisam aos poucos encontrar novas formas de se relacionar com o mundo externo aos muros do Hospital. Dentro dessa conjuntura a estratégia das Residências Terapêuticas se coloca como um forte aliado das políticas de saúde mental, tentando através de um longo processo possibilitar a volta dessas pessoas ao convívio em sociedade e a volta para a casa e família. Ainda contando com inúmeras deficiências a respeito da praticabilidade do dispositivo residencial terapêutico, principalmente em relação ao medo de transformar esse modelo assistencial em um novo tipo de institucionalização e tutela, as residências ainda são questionadas. Contudo, é importante perceber como essa prática pode possibilitar avanços assistenciais de grande importância. No município de Recife as residências foram utilizadas como estratégia dentro do processo mais amplo de desinstitucionalização que possibilitou o fechamento de instituições psiquiátricas no estado de Pernambuco como um todo. Esse trabalho tem a intenção de compreender de forma mais abrangente como vem sendo aplicado a inserção desse serviço assistencial na cidade do Recife, procurando problematizar suas implicações dentro das novas modalidades de cuidado assistencial, pautadas pelos princípios da Reforma Psiquiátrica nacional, e quais são os benefícios proporcionados por esses novos lares.

Palavras-chave: Reforma Psiquiátrica, Residências Terapêuticas, Recife

O significado de morar em uma casa

Quando falamos de Residência Terapêutica estamos tentando conceituar um novo tipo de moradia que pressupõe um cuidado assistencial a pessoas portadoras de transtornos mentais. Contudo, a mudança para esse novo espaço, a casa, traz consigo uma enorme ruptura e um caminho novo para a saúde mental. Tratar dessa nova trajetória é saber as suas possibilidades e limitações e ter consciência de que essa história está sendo construída a cada dia e várias incertezas ainda estão presentes nesse modelo assistencial, que só o tempo será capaz de demonstrar.

As primeiras experiências de Residências Terapêuticas brasileiras são apontadas por Juarez Furtado²⁰⁵⁹ na década de 1990, em municípios como Porto Alegre, Campinas, Santos e Ribeirão Preto, são os primeiros relatos de tentativas de tratamento residencial extra hospitalar, já tendo como premissa o que dispõe a Lei Federal da Reforma Psiquiátrica, de bases comunitárias de atendimento.

As RT's, como são chamadas, se configuram como casas localizadas no espaço urbano, que abrigam até oito usuários, e conta com um suporte assistencial sensível as demandas individuais de cada morador. A progressiva reinserção social na comunidade é outro fator determinante para entender esse tipo de assistência. As residências se colocam como ponto de transição entre a vida asilar, sedimentada pela cronificação e imposição de inúmeras limitações, para a retomada à comunidade como um cidadão respaldado de direitos. Ao

²⁰⁵⁸ Mestranda - UFPE

²⁰⁵⁹ FURTADO, Juarez Pereira. Avaliação da situação atual dos serviços Residenciais Terapêuticos no SUS. *Ciências e Saúde coletiva*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v11n3/30993.pdf>. Acesso em 2 jan. 2013. 2006.

trazer os antigos internos para os centros urbanos, esse modelo busca implementar paulatinamente uma reinserção social através da convivência com vizinhos e território.

Em 2000 a portaria nº 106, do Ministério da Saúde, “introduz os Serviços Residências Terapêuticas no serviço do SUS, para pacientes egressos de longas internações”²⁰⁶⁰. Em articulação com a lei federal de 2001²⁰⁶¹, se estabelece uma ampliação dos cuidados e da assistência dos doentes mentais no país. A partir dessas determinações, os recursos financeiros que antes eram destinados às Autorizações de Internamento Hospitalar (AIH), agora são repassados para os municípios e estados responsáveis pelos pacientes. Devendo então ser utilizado na criação e manutenção da nova rede de cuidados.

Vale salientar que a implantação desse modelo de cuidado implica não apenas em uma melhoria de vida e conquista da autonomia, pois vai além, e rompe com o próprio significado da doença mental dentro da sociedade. Isso se evidencia com a modificação da nomenclatura utilizada; não são mais pacientes das instituições, são agora, usuários do serviço de atenção psiquiátrica e residencial terapêutica. Eduardo Vasconcelos²⁰⁶² (2007) ao falar sobre o processo de “apoderamento” de usuários e familiares ressalta que o conjunto de estratégias que vem se desenvolvendo para modificar os meios de assistência, possibilitam o fortalecimento do poder e da autonomia dessas pessoas, tanto no âmbito pessoal e familiar, como na sociedade geral.

A respeito disso, é possível afirmar que as RT's são muito inovadoras, pois, possibilitam aos indivíduos muito comprometidos pelo transtorno psiquiátrico e pelo isolamento hospitalar construir novos significados na experiência do morar em uma casa e interagir com os demais. Dentro da instituição psiquiátrica não seria possível falar em autonomia ou inclusão pois os muros e sua histórica constituição como instituição de violência não permite mais reparos. Apenas a superação das amarras manicomiais pode dar novos horizontes a essas pessoas.

É fundamental entender as Residências Terapêuticas em conjunto com o processo de desinstitucionalização, que como aponta Paulo Amarante²⁰⁶³, pretende de fato fazer uma desconstrução no âmbito do cuidado ao portador de transtorno mental, ressignificando as relações com a loucura e entre os indivíduos e garantindo direito aqueles que durante tanto tempo foram excluídos do convívio em sociedade.

Desinstitucionalização significa tratar o sujeito em sua existência e em relação com suas condições concretas de vida. Isto significa não administrar-lhe apenas fármacos ou psicoterapias, mas construir possibilidades. O tratamento deixa de ser a exclusão em espaços de violência e mortificação para tornar-se criação de possibilidades concretas de sociabilidade a subjetividade.²⁰⁶⁴

É direcionando para essas “possibilidades”, citada por Amarante, que o cuidado comunitário e de base territorial onde as RT's se situam pretendem alcançar. Possibilidade no sentido de construir um espaço de moradia que não tenha a mera função de cuidar da

²⁰⁶⁰ BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Residências terapêuticas**: o que são, para que servem. Brasília: Ministério da Saúde, 2004, p.8.

²⁰⁶¹ Lei 10.216 de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Retirado do site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10216.htm. Acesso em 2 de agosto de 2016.

²⁰⁶² VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Dispositivos associativos de luta e empoderamento de usuários: familiares e trabalhadores em saúde mental no Brasil. **Vicência**. UFRN/CCHLA.v.l.,n.1(jan/jun.1983). Natal: UFRN. 1993.n. 32. 2007.

²⁰⁶³ AMARANTE, P. Novos Sujeitos, Novos Direitos: O Debate sobre a Reforma Psiquiátrica no Brasil. **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, 11 (3): 491-494, jul/set, 1995.

²⁰⁶⁴ Idem, p. 494.

doença, mas que seja, de fato, um lar, um lugar de experiências humanas complexas, que priorize o sujeito e suas possibilidades.

É preciso pensar e entender a RT como uma casa e não apenas em sua função de cuidado assistencial. No momento em que a Reforma Psiquiátrica busca valorizar o indivíduo e não mais suas limitações, o Serviço Residencial Terapêutico (SRT) pode ser entendido como uma forma de não reduzir esse espaço a um cuidado direcionado a doença mental, e sim, uma forma de acolher esses sujeitos em suas singularidades, criando um ambiente favorável para a superação de diversas barreiras causadas pela hospitalização.

Os SRT devem funcionar como moradias e não como espaços terapêuticos em si. Apesar de receberem o nome de terapêuticas, o objetivo maior do SRT não é promover um espaço terapêutico tal como se define usualmente. O SRT deve, principalmente, funcionar como espaço de moradia, como uma nova forma da loucura se relacionar com a cidade a partir do habitar.²⁰⁶⁵

Embora as residências terapêuticas se configurem como equipamentos da saúde, estas casas, implantadas na cidade, devem ser capazes em primeiro lugar de garantir o direito à moradia das pessoas egressas de hospitais psiquiátricos e de auxiliar o morador em seu processo – às vezes difícil – de reintegração na comunidade. Os direitos de morar e de circular nos espaços da cidade e da comunidade são, de fato, os mais fundamentais direitos que se reconstituem com a implantação nos municípios de Serviços Residenciais Terapêuticos. Sendo residências, cada casa deve ser considerada como única, devendo respeitar as necessidades, gostos, hábitos e dinâmica de seus moradores.²⁰⁶⁶

Dessa forma, é possível entender a função terapêutica da RT em seu conjunto articulado com os demais pontos de apoio da política de saúde mental de base territorial. Todo morador de RT é acompanhado pelos demais serviços da rede, tais como CAPS, NAPS. A partir desse conjunto busca-se superar as limitações impostas pelo transtorno mental e construir novos caminhos para esse indivíduo. Contudo, a residência, em si, deve se colocar, principalmente, como um lar, um ponto de segurança para os moradores expressarem e exercerem sua liberdade e autonomia.

A residência é o lar do morador, e os demais serviços da rede assistencial é que tem a função de garantir um cuidado constante dos transtornos mentais dos mesmos e de suas dificuldades. A Portaria 106/2000²⁰⁶⁷ que regulamenta a criação de RT's inclui a necessidade de garantir o direito dos moradores a uma assistência integral nos diversos níveis de complexidade através dos serviços do SUS, através do acompanhamento assistencial dos moradores por uma equipe de saúde de serviços ambulatoriais especializados em saúde mental, que preferencialmente deve ser realizado pelo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) ou equipe de saúde da família, garantindo assim, esse apoio integrado que é a proposta principal da desinstitucionalização.

²⁰⁶⁵ PINTO, Isaac Alencar. **A Reforma Psiquiátrica em discursos de cuidadores de serviço residencial terapêutico na cidade do Recife-PE**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Psicologia. Universidade Federal de Pernambuco. 2011, p. 16.

²⁰⁶⁶ BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil**. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental : 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005.

²⁰⁶⁷ BRASIL. Portaria 106/2000 GM, de 11 fev. 2000. Institui os Serviços Residenciais Terapêuticos. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo. Brasília (DF), 21 fev. 2000a.

É de interesse desse artigo, perceber a residência terapêutica como um espaço de socialização muito complexo. Com a função de acolhimento extremamente importante para aqueles que não tem vínculos familiares, as RT's são a última alternativa de volta a sociedade de pessoas cronicadas pelo isolamento hospitalar. A rotina do lar deve ser muito similar a de qualquer residência, contudo, cada morador traz consigo muitas experiências, histórias de sofrimento, que precisam ser relativizadas, sem que se tornem um impedimento a reconquista de uma vida "normal".

Como as Residências Terapêuticas acontecem na cidade do Recife

O Ministério da Saúde estabelece o que deve se configurar uma RT, porém, apenas a prática pode de fato constatar o que vem sendo desenvolvido dentro desses novos lares. De certo cada localidade possui características únicas em seu projeto de implementação desse serviço em suas cidades. É preciso levar em conta as particularidades que envolvem o processo de desinstitucionalização de cada local, bem como a progressiva mudança na Rede assistencial.

Na cidade do Recife, capital do estado de Pernambuco, as Residências Terapêuticas se colocaram como um mecanismo de mudança importante, que muito somou a partir do fechamento de grandes instituições psiquiátricas da cidade e do estado como um todo. Os relatos de agentes da Rede de atenção à saúde mental do estado possibilitaram construir uma ideia de como se desenvolveu e ainda vem se configurando a implantação das residências na cidade do Recife. A partir dos dados e impressões obtidos foi possível entender como foi possível aplicar a estratégias das RT's na cidade e o que isso significa no processo de desinstitucionalização aqui desenvolvido.

Marcado por fechamentos difíceis e burocráticos de Hospitais Psiquiátricos o processo de Reforma Psiquiátrica do estado de Pernambuco foi muito complexo, e ao mesmo tempo tem grande importância devido à grande diminuição de leitos psiquiátricos que de desenvolveram, principalmente depois dos anos 2000.

O processo de redução de leitos em hospitais psiquiátricos e de desinstitucionalização de pessoas com longo histórico de internação passa a tornar-se política pública no Brasil a partir dos anos 90, e ganha grande impulso em 2002 com uma série de normatizações do Ministério da Saúde, que instituem mecanismos claros, eficazes e seguros para a redução de leitos psiquiátricos a partir dos macro-hospitais.²⁰⁶⁸

Vindo de um histórico marcado pela tradição hospitalar, as medidas acontecidas em Recife são muito significativas em todo estado de Pernambuco, e começa a ganhar força a partir do governo de Miguel Arraes (PSB), na década de 1990, com a formulação da lei estadual 11.064²⁰⁶⁹ de 1994, que já prevê a substituição progressiva de leitos hospitalares por cuidados de atenção integral baseados em serviços comunitários de saúde. Posteriormente, toma maior proporção na prefeitura de João Paulo (PT), a partir de 2001, com sistemáticos fechamentos de instituições psiquiátricas na cidade.

No ano de 2001 o Recife começa a implementar as primeiras medidas de reformulação da rede de saúde mental, ingressando os primeiros cuidados comunitários como CAPS, e o fechamento do Hospital Psiquiátrico Dom Vital. Marcela Lucena, agente da Coordenação de Saúde Mental de Pernambuco, esteve muito envolvida no fechamento de instituições

²⁰⁶⁸ BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil**. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental : 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005.

²⁰⁶⁹ Retirado do site: <http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=1&numero=11064&complemento=0&ano=1994&tipo=&url>. Acesso em 2 de setembro de 2016.

psiquiátricas no estado como um todo, e relatou os avanços ocorridos a partir de 2001, onde o fechamento de instituições asilares começou a se colocar como prioridade na política de saúde mental do estado.

Em 2001 Recife coloca como prioridade...vão sendo criados os CAPS nesse período, acho que foram 7 CAPS..E começou o processo de municipalização também. Nesse período se fechou o Dom Vital, lá na Várzea. Ai depois de 2004 vem a Casa de Saúde ,São José, ali na 17 de agosto.²⁰⁷⁰

Todo um trabalho foi sendo desenvolvido na perspectiva de criar novas estratégias de cuidados, pautadas em serviços comunitários. As primeiras medidas que foram desenvolvidas foi o fechamento de instituições psiquiátricas, que não se adequavam as normas da nova política de saúde mental, e já tinham comprovado ineficiência no atendimento. No caso de Pernambuco a centralidade do cuidado concentrada na cidade do Recife era algo que dificultava as ações, pois muitos internos deveriam ser assistidos nos seus locais de origem, que se encontravam em municípios do interior do estado. Essa é também outra dificuldade que a Reforma Psiquiátrica enfrenta para caminhar de forma mais decisiva. Muitos locais não tinham estrutura para comportar as residências terapêuticas e os outros serviços que devem estar articulados a elas.

Em 2010, na ocasião do fechamento de mais um macro hospital do estado, o Hospital José Alberto Maia, localizado no município de Camaragibe, o desafio foi muito grande para criar condições de abrigar os antigos internos (mais de 500 pacientes). Como a maioria advinda de outras localidades e sem condições de retorno ao lar, o município e o estado como um todo precisou criar mecanismos de articulação para a criação das RT's que abrigariam essas pessoas. Recife acolheu número significativo dos oriundos do Hospital, mas a questão foi muito delicada com os demais municípios do interior.

O processo foi de altos e baixos...foi feito todo um acordo...a equipe vibrando porque era um município que ia implantar uma residências e não tinha CAPS. Todos os secretários se reuniram. Como é que a gente vai trazer doidos para cidade?

(...)

Tinha outros lugares por exemplo que tinha uma proteção muito grande, a ponto de não deixar que os moradores vivessem a cidade. Então a teve que estar lá, pra poder discutir...como também teve cidades que praticamente reproduziu o modelo...a casa grade...foi muito difícil²⁰⁷¹

Muitos desafios no sentido de não reproduzir o modelo manicomial nessas novas modalidades de atenção são uma constante em todas as experiências. E fazer com que as localidades se adaptem a essa nova construção de cuidado que vem sendo desenvolvida não foi tarefa simples.

Associado a isso também era uma preocupação que as RT's não acabassem se tornando algo que significasse o final da trajetória daquele indivíduo. A perspectiva da equipe de saúde mental sempre foi entender esse dispositivo como um lugar de transição. Como poucos pacientes que saíram da condição de internos crônicos tinham condições de retornar ao lar, e havia uma preocupação de não forçar o retorno a família caso não houvesse um acordo com os mesmos, as RT's eram a medida mais efetiva naquele momento, algo necessário dentro do processo de desinstitucionalização, mas que não deveria terminar naquele dispositivo.

²⁰⁷⁰ Entrevista concedida por Marcela Lucena. LUCENA, Marcela. Entrevista II. [2014]. Entrevistador: Mirella Rocha. Recife, 2014.

²⁰⁷¹Entrevista concedida por Marcela Lucena. LUCENA, Marcela. Entrevista II. [2014]. Entrevistador: Mirella Rocha. Recife, 2014.

Porque a gente usava a seguinte regra. Primeiro a tentativa era retornar pra casa. Mas se o morador, a pessoa que estava internada não queria ou a família não quisesse, ou não tivesse uma estrutura ele iria pra residência terapêutica. Então esse foi o critério que a gente usou. as vezes não existia vínculo, ou quando existia não havia condição. Eram pais muito velhos, não tinham condições sócio econômicas pra receber aquele morador. Então a nossa proposta com eles é que a residência terapêutica é um lugar de passagem, não é um fim. Pra algumas pessoas pode ser um fim, mas a gente tem história de pessoas que passam na residência no início e daí vão morar sozinhas, ou casam, ou há uma reaproximação da família.²⁰⁷² Então assim, a gente não pode nunca perder de vista de que morador de residência terapêutica a intenção dele é o De volta pra casa. Agora, se um dia ele vai poder morar só, ou casar, ou voltar pra família...mas esse projeto terapêutico, esse projeto de vida ele não se perca na institucionalização no dispositivo, que é estratégico e não um fim.²⁰⁷³

É importante perceber a complexidade que existe no processo de desinstitucionalização. Ele não é uma mera desospitalização e o fim dos Hospitais Psiquiátricos. Compõe um enorme campo de saberes e precisa estar em constante mudança para conseguir realmente se efetivar levando em consideração as particularidades dos portadores de transtornos mentais, dos locais de aplicação, da rede de saúde mental e de diversos outros fatores.

Outro aspecto diz respeito a noção de desinstitucionalização. Esta não é um método ou dogma, mas uma estratégia. Não se alcança a completa e perfeita desinstitucionalização, pois se trata de um processo permanente que diz respeito aos entendimentos culturais, sociais e técnicos no lidar com o sofrimento, com as situações de diferenças e diversidades.²⁰⁷⁴

Devido a essa complexidade que envolve a desinstitucionalização que as residências precisam estar em constante transformação e ter o cuidado de não acabar gerando novo tipo de tutela. É preciso garantir o cuidado e a responsabilização das esferas governamentais com os portadores de transtornos mentais, mas, sem com isso, causar prejuízo na transformação social que a Reforma Psiquiátrica vem desenvolvendo ao dar liberdade para essas pessoas.

Em 2013 tivemos o fechamento do Sanatório Recife, outro Hospital Psiquiátrico localizado na capital Pernambucana. Desde 2008 a prefeitura havia percebido a necessidade de contribuir convênios com instituições para viabilizar o fechamento de Hospitais e poder realocar as pessoas de forma digna, e com o fechamento do Sanatório Recife essa necessidade se intensificou. Essa estratégia está prevista pelo Ministério da Saúde e se coloca como uma opção em casos onde a Prefeitura e o estado não possuem condições rápidas de viabilizar o processo de desinstitucionalização.

[Em] Camaragibe e [no] Recife o problema se acentua dada a existência de processos de fechamento de hospitais psiquiátricos que demandam a construção de mecanismos

²⁰⁷²Entrevista concedida por Marcela Lucena. LUCENA, Marcela. Entrevista II. [2014]. Entrevistador: Mirella Rocha. Recife, 2014.

²⁰⁷³Entrevista concedida por Adriana Santos. SANTOS, Adriana. Entrevista II. [mar. 2016]. Entrevistador: Mirella Rocha. Recife, 2016.

²⁰⁷⁴ AMARANTE. Paulo. **Teoria e crítica em saúde mental: textos selecionados**. 1 ed. São Paulo: Zagodini, 2015, p. 51.

ágeis para organização da rede territorial referente tanto à população aguda como à de longa permanência, um problema que ultrapassa os limites geográficos e aponta a necessidade de discussão e pactuação, de forma mais sistemática, numa perspectiva mais ampliada de responsabilização sanitária e solidária dentro da região.²⁰⁷⁵

No caso de Recife os convênios firmados foram com a Santa Casa de Misericórdia e com o IMIP (Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira), ambas entidades filantrópicas que fizeram um convênio com a prefeitura de Recife, ficando responsável das residências terapêuticas que foram criadas para atender os egressos das instituições psiquiátricas fechadas. O convênio que foi firmado em 2008, estabelecia que a prefeitura faria um repasse financeiro, que vem de recursos federais para a manutenção dessas residências, e o cuidado dos locais ficaria cargo dessas entidades, que deveriam viabilizar manutenção, alimentação e cuidados aos moradores, mas ainda com ajuda e fiscalização da prefeitura.

Em 15 de junho nessa ocasião o processo de fechamento do Hospital Sanatório do Recife. Nessa ocasião Recife contava com 24 residências terapêuticas. Dessas, 11 eram administradas pelos distritos sanitários. Pela prefeitura. E 10 eram de convenio com o IMIP...E 2 já eram implantadas pela Santa Casa. Então pra esse convenio foi estabelecido com essas duas instituições filantrópicas....Projeto de ampliar a implantação das residências terapêuticas.²⁰⁷⁶

A Rede de saúde mental compunha um total de 24 residências terapêuticas no ano de 2013, administradas, como relatou Adriana Santos, agente do processo de desinstitucionalização de Recife. O número ainda era inferior ao necessário, mas já se colocava como expressivo, abrigando parte significativa de moradores, e prevendo a implantação de mais RT's para comportar os portadores de transtornos mentais que haviam saída de instituições psiquiátricas, mas ainda se encontravam em espaços provisórios. No caso de Recife, esses espaços foram denominados de "Módulos".

Os módulos, eles foram criados como estratégia para fechamento dos hospitais psiquiátricos. Porque havia uma necessidade de ter um espaço transitório..Para esses usuários que estavam internados nos hospitais...Hospital Psiquiátrico de Pernambuco, Instituto de Psiquiatria do Recife, a Clínica masculina Santo Antônio, no Pina...Então esses hospitais..pra conseguir o fechamento , pra fazer valer a lei 10....., Lei da Reforma Psiquiátrica... Então o município decidiu criar essa estratégia de módulos de reabilitação psicossocial.²⁰⁷⁷

A ideia principal é que os módulos se coloquem como espaços emergenciais transitórios que abrigam de forma organizada e com um acompanhamento pautado em um processo de ressocialização até que seja concluída a implementação de mais residências terapêuticas. Recife tem ainda de forma atuante dois Módulos: O firmando Passos I e o Firmando Passos II. Nesses locais existem portadores de transtornos mentais que não são oriundos de Recife, mas que estavam internados em instituições na cidade, por isso, o município se comprometeu em continuar garantindo a assistência necessária aos mesmos.

²⁰⁷⁵PERNAMBUCO. Gerência de Atenção à Saúde Mental. **Diagnóstico de Saúde Mental do estado de Pernambuco**. Rede de atenção psicossocial. Recife. 1 jan. 2012.

²⁰⁷⁶Entrevista concedida por Adriana Santos. SANTOS, Adriana. Entrevista II. [mar. 2016]. Entrevistador: Mirella Rocha. Recife, 2016.

²⁰⁷⁷ Idem

Atualmente existem cerca de 198 pessoas morando nos módulos, e já existe um convenio com as duas entidades mencionadas para que seja viabilizada mais residências para atender a esse contingente.

Agora existem 33 residências terapêuticas na cidade do Recife, e o projeto é que esse número chegue a 49 (já estão pactuadas dentro dos convênios) para dar suporte necessário para os moradores dos módulos.²⁰⁷⁸ De 2001 até 2013 é possível perceber uma crescente na implementação das Rt's, e também de toda a rede de atenção à saúde mental da cidade e do estado. As ações aqui desenvolvidas se deram levando em consideração a realidade do estado e da cidade. A escolha por parcerias com entidades filantrópicas e dos módulos se efetivaram devido a uma demanda específica existente. Cada município encontra seus mecanismos próprios para conseguir viabilizar o projeto de Reforma Psiquiátrica nacional, e Recife optou pelas medidas que se mostravam mais eficientes na busca por diminuir o grande número de leitos hospitalares que aqui existiram durante extenso período.

As residências terapêuticas se colocam dentro da Rede de saúde mental como mais um aliado na perspectiva de diminuição de leitos. Isso só é possível porque já ficou claro que é preciso fechar os hospitais psiquiátricos e construir outras possibilidades, pautadas em tratamentos mais humanos e comunitários, amparados na ideia de inclusão social, que as RT's demonstram. Apesar das inúmeras deficiências e limitações do serviço, os medos da nova institucionalização e a complexidade que envolve essas ações, é possível vislumbrar um futuro para os moradores. Futuro esse que está repleto de possibilidades, de conquista de direitos e de autonomia.

Os hospitais de 2008 pra cá foram fechados todos os leitos de todos os hospitais psiquiátricos de Recife, que tinham leitos de longa permanência. Ficando apenas o Santo Antônio de Pádua hoje, feminino, que é uma clínica de 60 leitos de adultos. Ele tinha antes 108 leitos de adultos. E está no processo de fechamento. De longa permanência a gente considera o que estão nos módulos de reabilitação, mas que estão em vias de serem fechados. Com a criação dos módulos, com o aumento do quantitativo de residência terapêuticas, como incremento na ocasião do Sanatório Recife que foi encaminhado uma equipe de desinstitucionalização pra o fechamento em 10 meses nós realizamos o fechamento do hospital sanatório Recife. Então, hoje o município não tem hospitais psiquiátrico de longa permanência a nível municipal e a gente não pode dizer ainda que é zero porque ainda tem os módulos. Mas daqui a algum tempo a gente vai dizer. Porque o trabalho é pra isso. E nossa luta é pra efetivar essa implantação.²⁰⁷⁹

A luta para fechar os Hospitais Psiquiátricos que faziam parte do arcaico tratamento asilar que permeava a cidade foi difícil, mas hoje é possível dizer que não existe mais leitos de longa permanência em Recife. Apesar de ainda existirem os módulos, que não são o mais adequado para atender os antigos internos, não há mais a instituição manicomial como antes era dada. A cronicidade, os longos períodos de internação, foram aos poucos sendo extintos. A Emergência Psiquiátrica do estado, que ainda é o Hospital Ulysses Pernambucano, localizado em Recife, passa por inúmeros problemas e o atendimento ainda é caótico, mas não abriga mais internos por longos períodos.

Apesar de todas as dificuldades que Recife ainda encontrar para viabilizar as RT's é preciso salientar a importância da cidade na conjuntura geral do estado. Segundos dados da Gerência de Atenção à Saúde Mental de Pernambuco, até o ano de 2009 apenas a capital

²⁰⁷⁸ Dados fornecidos por Adriana Santos.

²⁰⁷⁹ Entrevista concedida por Adriana Santos. SANTOS, Adriana. Entrevista II. [mar. 2016]. Entrevistador: Mirella Rocha. Recife, 2016.

possuía residências terapêuticas. Posteriormente, no ano de 2011, foram criadas 21 residências terapêuticas no estado, chegando ao total de 47 residências terapêuticas em 2012, sendo 43 situadas na Região Metropolitana. Dessas residências, 50% se encontravam no Recife, apontando uma preeminência da cidade em relação à implementação desse serviço.²⁰⁸⁰

Foi possível perceber pelos relatos das agentes de saúde e dos dados encontrados que Recife vem desenvolvendo uma política de saúde mental que tem como objetivo garantir o cuidado fora dos muros dos asilos. Aos poucos, superando as dificuldades, vai sendo rompido a barreira que a doença coloca entre esses indivíduos e seus direitos. Trazer essas pessoas para a cidade, para a convivência com a comunidade é um grande passo que as residências possibilitam aqueles que mais sofreram pelos anos de internamento.

Amarante coloca como ponto principal da desconstrução em torno da doença a necessidade de “reinventar a clínica como construção de possibilidades, como construção de subjetividades, como possibilidade de ocupar-se de sujeitos com sofrimento [...]”.²⁰⁸¹ Essa reinvenção perpassa em torno da urgência em transformar o cuidado em algo não reparador da doença, mas como possibilidade de ir além, dar novos horizontes e definitivamente romper as barreiras que envolvem os transtornos psiquiátricos.

A simbologia que envolve morar em uma casa, onde as particularidades serão respeitadas e a simples possibilidade de conseguir se sentir útil e autônomo nas funções cotidianas, longe da normalização imposta pela instituição psiquiátrica é o grande significado do serviço residencial terapêutico. A partir desse significado a reabilitação acontece e mudanças em toda a sociedade começam a ser construídas, fazendo surgir novas formas de lidar com a diferença.

A ORDEM MÉDICA SOBRE O ALAGADIÇO: HIGIENISMO E SANITARISMO NA MASSAYO OITOCENTISTA: - (1850-1870)

Oseas Batista Figueira Junior²⁰⁸²
oseasjunior09@hotmail.com

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar a introdução das ideias de higienismo e sanitarismo na cidade de Maceió, na segunda metade do século XIX, descrevendo os principais problemas relacionados à insalubridade deste lugar social. Tendo como base a medicina social, investigara como se deu a ação da ordem médica sobre este cotidiano insalubre tanto na prevenção quanto no tratamento das principais epidemias encontradas.

Palavras chave: Maceió, insalubridade, higienismo.

Introdução

As cidades brasileiras no período conhecido como segunda metade do século XIX, possuíam uma lista quase interminável de aspectos de insalubridade. Disposição do lixo nas

²⁰⁸⁰PERNAMBUCO. Gerência de Atenção à Saúde Mental. **Diagnóstico de saúde mental do estado de Pernambuco**. Rede de atenção psicossocial. Recife. 1 jan. 2012.

²⁰⁸¹AMARANTE, Paulo. Novos sujeitos, novos direitos: o Debate em Torno da Reforma Psiquiátrica, **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 491-494, jul./set. 1995

²⁰⁸² Bacharel em História pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL (2015). Mestrando em História social- Universidade Federal de Alagoas. UFAL-Membro do Núcleo de Estudos Sociedade, Escravidão e Mestiçagens Séculos: XVI-XIX (NESEM)

ruas e vias públicas, falta de escoamento das águas, falta de fossas sépticas, maus hábitos alimentares, e o principal enterro dentro das igrejas. Além disso, a água consumida na maioria dessas cidades portuárias como Rio de Janeiro Recife e Maceió eram uma grande fonte de enfermidades. A falta de tratamento nos rios e córregos produziam os chamados miasmas odores nocivos encontrados na inalação e o contato com o ar proveniente da matéria pútrida dos lixos, pântanos, mangues, matadouros, e chiqueiros.

Este ambiente insalubre provocava várias doenças. O maior exemplo delas foi a febre amarela ligada a elevação dos rios, enchentes e falta de escoamento das águas. Esse quadro elevava-se quando epidemias que eram trazidas de outras províncias atingiam essas sociedades sendo a cólera a maior de todas. Sendo possível citar um percurso historiográfico da doença levando em consideração que tais moléstias percorriam o cotidiano de outros lugares, adaptavam-se e por mar chegavam às regiões pelo porto alterando o cotidiano das cidades atingidas em terra. Estimasse que milhares de pessoas vieram a óbito em muitas províncias do norte como Bahia e Pernambuco e nesse percurso a cólera por mar chegou em Maceió no ano de 1855.

Para intervir tanto nas condições de insalubridade como no tratamento e combate as epidemias foi organizada a inspetoria de higiene pública. Como em todo o Império este órgão do Estado possuía entre suas atribuições: a fiscalização do exercício da medicina e da farmácia; o estudo de tais epidemias, a direção do serviço de vacinação e seu estudo e alteração no ambiente público e vigilância sobre o doente ou sobre o possível transmissor. O que decidiu a criação deste órgão regulador da saúde pública foram as grandes epidemias que atingiram o Brasil neste período, tomando como exemplo a febre amarela como destaca Maria Luiza.

A terrível epidemia da febre-amarela que matou mais de 4 mil pessoas que provocará profundas mudanças na política de saúde do Império. O ministério do Império assume o comando da saúde pública e pede à Academia de medicina a elaboração de um plano para combater o terrível mal que matou principalmente as categorias mais abastadas da cidade. Em 1850, os médicos propõem: a- 1º - a criação de uma Comissão Central de Saúde Pública, para coordenar o combate à epidemia.²⁰⁸³

Referindo-se ao Rio de Janeiro, centro administrativo do poder monárquico o autor da uma dimensão do impacto que causou nesta sociedade um surto epidemiológico comum as regiões insalubres. Pode-se afirmar que o cotidiano da sociedade em questão foi modificado sendo implantada neste o saber médico, uma medicina social plano esse que seria segundo por todo o Império brasileiro.

A cidade de Maceió também possuía condições de insalubridade destacando-se a região do Jaraguá na produção de miasmas devido à proximidade com o denominado riacho salgadinho, e a região de Bebedouro com sua falta de organização urbana. Tendo manifestando-se aqui também surtos epidemiológicos sendo as mais recorrentes a cólera de 1855 a 1862 e as febres no decorrer da década de 60 do século XIX. Como em todo o Império em Maceió também foi organizada uma inspetoria de higiene pública que contava com médicos, cirurgiões, e doutores sendo controlada pelo governo província de Alagoas contando com orçamento destinado tanto para obras públicas como gasto com medicamentos aos enfermos.

Neste sentido, buscou-se neste trabalho investigar as principais condições insalubridade na cidade de Maceió, descrevendo quais as principais doenças que levaram a óbito a população e como se deu a ação dos médicos higienistas nesta sociedade, tendo como recorte o período de 1850 a 1864. Como suporte metodológico busca descrever as

²⁰⁸³ MARCÍLIO, Luiza, Maria. **Mortalidade e Morbidade da Cidade do Rio de Janeiro Imperial**. R. História, São Paulo, n-127-128, p. 53-68. 92. Acesso em 28/09/2016.

ações médicas e a vigilância sobre o corpo do doente e da cidade baseadas no que Michel Foucault denominou medicina social. Percebendo no saber médico um tipo de poder capaz de esquadrihar a população urbana para um melhor controle da mesma.²⁰⁸⁴ Outro suporte metodológico se diz respeito à construção da cidade de Maceió movimentada e insalubre baseado na maneira de pensar o cotidiano em Michel de Certeau percebendo as táticas e estratégias empreendidas pelos agentes sociais, na construção deste espaço urbano. Será possível também fazer uso de uma abordagem social centrada nos dados estatísticos construindo assim uma história quantitativa dos registros de óbito da região estudada.

As principais fontes utilizadas neste trabalho são as falas e relatórios dos presidentes da província de Alagoas, onde é possível observar a construção do cotidiano da cidade, e os aspectos de insalubridade, os relatórios e ofícios da inspetoria de higiene pública, que possuem descrição das principais doenças que afetaram os indivíduos nesse lugar social e o tratamento e ação para combatê-las. São também utilizados os registros de óbitos da região portuária de Jaraguá, tendo como objetivo cruzar essas informações tanto com as doenças encontradas falas dos presidentes da província como nos relatórios de higiene e dicionários de medicina da segunda metade do século XIX.

A formação espacial de Maceió.

Maceió teve origem de um engenho colonial mais precisamente uma pequena unidade produtora de cana, sendo a cidade historicamente ligada a maior unidade produtora do século XVIII no Brasil assim como toda a província de Alagoas. Como destaca Manuel Diegues Junior o engenho foi o centro da constituição social da província, nele se agrupando elementos humanos, como escravos grupos indígenas e portugueses.²⁰⁸⁵ Assim não é possível negar que toda a região que constitui hoje o que chamamos de Estado de Alagoas incluindo Maceió nasceu mais precisamente às margens, do riacho Maçayo²⁰⁸⁶. Além da força econômica do açúcar nos primeiros tempos a região teve seu grande impulso comercial devido ao desenvolvimento do porto de Jaraguá, criado para atender o mecanismo de exportação ligando o povoado a outros tipos de mercados exportadores, como Recife e Sergipe também mercados internacionais sendo variados os produtos aqui comercializados. A proximidade da origem da cidade com os riachos, canais e lagoas, nos leva a compreender que Maceió teve origem no terreno alagadiço, úmido, onde se encontravam o primeiro núcleo de povoação.

O desenvolvimento continuou, e em 1815, a povoação de Maceió se desmembrar da Vila das Alagoas. É neste momento que ocorre mudanças da administração por câmaras existentes nos povoados para a criação de um aparato civil e jurídico mais centralizado denominado Vilas. Nessa condição geográfica do porto de Jaraguá partiam e chegavam as mercadorias que movimentaram a economia da comarca até 1817 e depois a capitania 1821.²⁰⁸⁷ A agora Vila de Maceió amplia e obtém um crescimento populacional nas regiões das matas, sendo pouco provável por enquanto ocupar o litoral.²⁰⁸⁸ Dividindo espaço com a nova Capitania das Alagoas, que em 1817 obteve sua emancipação em relação a Pernambuco. Outro importante fator para o crescimento da região foi a presença do governador da capitania das Alagoas na cidade, Francisco de Melo e Povoas, criando em 1818

²⁰⁸⁴ FOUCAULT, Michel A Medicina Social- in. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2002. P. 90

²⁰⁸⁵ DIEGUES JR., Manuel. **O Banguê nas Alagoas** – traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 3. Ed. Maceió: EDUFAL, 2006 p. 80.

²⁰⁸⁶ Maceió – é o nome da capital do estado de Alagoas, localizada no nordeste do país, com uma população de cerca de 1 milhão de pessoas. Forma, juntamente com 10 municípios, a Região Metropolitana de Maceió. Esta edificada entre o oceano Atlântico e a lagoa do Mundaú. Foi fundada em 1815, e o seu nome em tupi significa: o que tapa o alagadiço: Dicionário de Palavras Brasileiras de Origem Indígena Disponível em <http://www.dicionariotupiguarani.com.br/dicionario/peteca/> acesso em : 22/08/2016.

²⁰⁸⁷ *Idem*. P. 187

²⁰⁸⁸ ALTAVILA, Jayme de. **História da civilização das Alagoas**. 5 ed. Maceió- BPE- 1967. P. 44. 45

em Maceió onde se achava apenas um pequeno conjunto de ruelas e habitações rústicas além do porto da cidade: repartições fiscais, juntas militares, junta real da fazenda, casa de arrecadação inspetoria e alfandega, ações que desenvolveram ainda mais a Vila, sendo possível afirmar que neste período tem início uma maior povoação tanto no litoral como na região das matas nascendo uma ocupação urbana.²⁰⁸⁹ As constantes mudanças, e a presença do porto elevou a importância de Maceió. Todas essas ações levaram em resolução assembleia no ano de 1839, o presidente da Província de Alagoas Agostinho Neves declarar em 9 de dezembro a transferência da capital da província da Vila de Alagoas do Sul para a cidade.

Faço saber a todos os seus habitantes, que a assembleia Legislativa provincial decretou e eu sanciono a Resolução seguinte: Artigo único-fica ereto em cidade e capital da Província a Vila de Maceió, que será em diante a sede do governo, Assembleia provincial, fica revogada toda a resolução contrária.²⁰⁹⁰

Após a mudança da capital da Província, Maceió se consolidava ainda mais como centro urbano. Essa cidade oitocentista terá seu cotidiano alterado. Na formação do seu espaço público, contou-se com inúmeras reformas que elevariam o status sendo principalmente reformas ligadas ao perímetro urbano e fins comerciais. Entre canais, pontes, prédios e iluminação pública encontram-se também preocupações relativas a segurança pública, como também a instrução e cultura. Calçar as ruas, iluminar a cidade, construir canais, elevar suas atividades econômicas; estava entre os planos do governo provincial, visando tornar Maceió uma cidade moderna e bem movimentada.

As obras públicas, estradas, pontes, calçadas revelam uma necessidade de adequação ao projeto moderno no Brasil na segunda metade do século XIX, um crescimento acelerado que pode ser sentido nas falas provinciais que exigiam pressa. Todo esse desenvolvimento econômico não conseguia esconder as origens da cidade. O terreno alagadiço, úmido permanecerá mesmo durante a década de 1850 onde a cidade se consolidará com centro urbano, através dos trilhos dos bondes edificações e crescimento populacional.

O Cotidiano na Cidade de Maceió e a Insalubridade

Maceió, 1850. A companhia alagoana de trilhos urbanos CATU realizava mais um itinerário: Freguesia do Jaraguá, Centro, Bebedouro²⁰⁹¹, pontos cruciais e bem povoados na Maceió da segunda metade do século XIX. Bondes de hora em hora, das 06 da manhã às 10 da noite. Havendo ainda outra possibilidade, no porto o vapor do Lord Brasileiro corriam bondes intermediários para quem pagasse (5\$ 000 cinco mil reis)²⁰⁹² o fluxo de pessoas pelas principais ruas, Sá e Albuquerque no Jaraguá, e Rua do comércio no centro da capital, e chá de Bebedouro, construí o espaço movimentado, estratégias dos indivíduos, práticas sociais de sobrevivência, necessidades, comerciais que fizeram esses sujeitos transitarem por esses pontos sendo os trilhos de grande importância na integração desses territórios. Podendo citar que essa povoação se deu por práticas comuns uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada.²⁰⁹³ O antigo engenho Banguê agora se consolidava como capital modernizada e urbanizada onde o transitar pelas ruas não é mais o mesmo. O cotidiano das pessoas nessas principais regiões tomando por hora os trilhos construíra em Maceió efetivamente uma divisão das regiões da cidade em bairros algo que ainda não existia antes de 1850. Como aponta Savio de Almeida,

²⁰⁸⁹ COSTA, Craveiro. **História das alagoas** (resumo didático). 2 ed. Maceió: SERGASA, 1983.pg. 90.

²⁰⁹⁰ Alagoas província Fala dirigida a assembleia legislativa da Província de Alagoas pelo presidente Agostinho Neves 1839. Disponível em:

<http://www.luiznogueira.com.br/paginacaoluiz.php?editoria=fallas> acesso em: 26/09/2016.

²⁰⁹¹ **Diário das Alagoas**. 1850.disponível em: Hemeroteca digital brasileira- acesso em 26/09/2016.

²⁰⁹² JUNIOR, Lima, Félix. **Maceió de Outrora**. EDUFAL. P. 49

²⁰⁹³ CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: 1, Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994 p. 39.

Na década de 1850, Maceió estava se consolidando como sítio urbano, a área urbana era apenas formada por Maceió e Jaraguá, sendo as regiões de Bebedouro, Trapiche da Barra, Mangabeiras e Poço consideradas como povoações cuja vida estava associada à da cidade, sem a característica, ainda, de bairro, termo mais recente e que deriva da integração do território, cujo início efetivo é dado com os trilho urbanos.²⁰⁹⁴

Efetivamente os espaços criados e bem movimentados nesses núcleos urbanos foram criados pelo transporte e movimentação dos indivíduos que o racionalizaram. Pode-se afirmar que a origem dos bairros de Maceió está ligada pelo transitar, pelas práticas urbanas onde os bondes, o transporte exerceu função social importante tendo como pano de fundo o comércio.

No mesmo espaço em que os bondes realizam seu movimento entre a Sá e Albuquerque e o Centro era apresentado o relatório provincial do atual estado da província de Alagoas do governador José Bento da Cunha Figueiredo,

O estado desta província a hora de entrega-lo aos cuidados de V. É, é bastante satisfatório e tranquilo, as matas do Norte acham-se exploradas e os ânimos tranquilizados. Lendo meu relatório a pouco dirigido a assembleia nele encontrará a apreciação dos fatos durante a desastrosa guerra civil em Pernambuco.²⁰⁹⁵

Nas palavras do governante a província de Alagoas na década de 1850, deveria preocupar-se com a ordem pública, longe de ser o antigo povoado agora a capital da Província era o centro das decisões políticas. Interpretando seu direcionamento percebe-se uma Maceió, vigiada preocupada após os distúrbios da guerra dos cabanos em 1832. Enquanto os bondes da capital traziam à população um pouco mais numerosa deveria nas palavras do governante selar pela segurança pública coletiva e individual, sendo esse ofício feito aos praças. Nas palavras de ordem, contam o pedido de aumento no número de praças, e mais investimentos ao batalhão de polícia tendo ainda a necessidade da construção de alguns pontos de proteção em Agua Branca, Quebrangulo Imperatriz, e Lage, a fim de impedir que os criminosos fujam ao rigor da justiça em lugares estratégicos de fuga.²⁰⁹⁶

Outra preocupação era constante nas falas províncias; a insalubridade, pois a formação do espaço social da cidade da Maceió historicamente estava ligada ao alagadiço.²⁰⁹⁷ Referindo-se aos espaços úmidos produtores de odores condenados pelos médicos que se encontrava nas cidades portuárias na segunda metade do século XIX. Todo esse desenvolvimento que os bondes simbolizavam não escondiam as condições preocupantes de saúde pública que Maceió possuía neste período. O grande exemplo formador da insalubridade pública estava em Jaraguá. Como destaca Maya Pedrosa,

Os médicos consideravam o litoral uma região doentia e lá estava Jaraguá com suas febres palustres, exterminantes e biliares, erisipelas, defluxos, coqueluches, e ainda tuberculose e varíola e beribéri. Tudo seria consequência dos pântanos que marcavam a paisagem, tanto os naturais como os formados pelo esgotamento das águas fluviais e

²⁰⁹⁴ FORTES, Cynthia Nunes da Rocha. Maceió nos Itinerários de Pedro Nolasco Maciel. In: ALMEIDA, Luiz Sávio (org.) **Traços e Troças: literatura e mudança social em Alagoas. Estudos em Homenagem a Pedro Nolasco Maciel.** Maceió: EDUFAL, 2011. P. 90

²⁰⁹⁵ Alagoas província Fala dirigida a assembleia legislativa da Província de Alagoas pelo presidente Sá e Albuquerque 1850. Disponível em:

<http://www.luiznogueira.com.br/paginacaoluiz.php?editoria=fallas> acesso em: 26/09/2016.

²⁰⁹⁶ *Idem.*

²⁰⁹⁷ *Ibidem.*

esgotos, das casas sem fossa que lançavam fezes e urina nas sarjetas a céu aberto.²⁰⁹⁸

Os problemas relacionados ao litoral de Maceió referiam-se aos já condenados miasmas²⁰⁹⁹. O mau odor produzido por pântanos, rios, córregos, decomposições de matérias vegetais, animais esgotos, cadáveres, fezes de animais e pessoas. Todo o século XIX condenara nas cidades os ambientes que possuíam características encontradas em Jaraguá. O assunto “miasmas” era muito debatido entre os profissionais porque a palavra traduzia quase tudo o que tinha relação com insalubridade, além de ser algo desconhecido: acreditava-se serem os miasmas emanações nocivas invisíveis que corrompiam o ar e atacavam o corpo humano.²¹⁰⁰ O problema dos miasmas neste período ocasionará um poderoso debate que também chegava a população por meio dos dicionários médicos. Como exemplo de disseminação dessas ideias o dicionário de medicina popular dirigido à população e escrito em fins do século XIX, de Chernoviz descrevia a entrada miasma sendo:

Tomando a palavra em sua acepção toda, consideram-se este titulo todas as emanações nocivas, que corrompem o ar e atacam o corpo humano, Nada há mais obscuro do que a natureza intima dos miasmas: conhecemos muito as causas que os originam; podemos apreciar grande número de seus efeitos perniciosos, e apenas sabemos o que eles são. Submetendo-os a investigação de nossos sentidos. Só o olfato nos pode advertir da sua presença: não nos é dado toca-los nem vê-los. As condições que favorecem os desenvolvimentos miasmáticos estão bem determinadas. Os pântanos oferecem-se em primeiro lugar. Estes eflúvios pantanosos, cujos insalubres efeitos sobem pela decomposição das matérias vegetais e animais, são sobretudo temíveis nos países quentes visto que a atividade da putrefação está na razão direta do calor.²¹⁰¹

Tomando por base os principais termos utilizado por Chernoviz, esses agentes nocivos se encontravam em estado invisível. Somente o combate ao ar e a tudo que poderia corrompê-lo livraria as sociedades dos males das emanações. Sendo assim foram tomadas várias ações como a destruição de morros e habitações populares. A segunda colocação se diz respeito ao ambiente geográfico como causador do mau. Sendo possível utilizar da compreensão do período sabe-se que essas colocações faziam parte do momento epistemológico da medicina denominado teoria miasmática.

Não só o corpo médico tomava para si esses conceitos, pois o que se deveria fazer era intervir no cotidiano das populações, modificando os costumes e livrando todos dessas possíveis emanações. O urbano seria alterado, modificado, disciplinado, observado com o objetivo de varrer, destruir, os miasmas, garantindo a livre circulação do ar. Uma verdadeira medicina social tendo então, uma nova função: o controle da circulação; não só dos indivíduos, mas das coisas ou dos elementos essencialmente a água e o ar.²¹⁰² Tratando-se também a segunda metade do século XIX Foucault frisa mais aspectos da denominada

²⁰⁹⁸ J. F, Maya Pedrosa. **Histórias do Velho Jaraguá**- 1998. P.59

²⁰⁹⁹ Em 1870 a teoria dos micróbios formulada por Pasteur, questionava a teoria dos miasmas ao demonstrar que as doenças contagiosas não se transmitiam pela inalação do ar contaminado, mas por germes infecciosos propagados pelo contato indireto entre pessoas.

²¹⁰⁰ MASTROMAURO, Iovana Carla. Surtos epidêmicos, teoria miasmática e teoria bacteriológica: instrumentos de intervenção nos comportamentos dos habitantes da cidade do século XIX e início do XX. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011**. Acesso em: 26/09/2016.

²¹⁰¹ CHERNOVIZ, Luiz Napoleão. **Dicionário de Medicina Popular**. 6. ed. Paris: A. Roger & F. 1862, 1890. Disponível em: Brasilina guita USP. Acesso em: 28/09/2016.

²¹⁰² Foucault, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2002. P. 90

medicina social: Analisar os lugares de acúmulo e amontoamento de tudo o que no espaço urbano pudesse provocar doença, elencando locais de formação e difusão de fenômenos epidêmicos ou endêmicos como, por exemplo, os cemitérios.²¹⁰³

O esgoto a céu aberto era a configuração de uma cidade desorganizada. Este trabalho era feito como nas grandes cidades imperiais como Recife por escravos que conduziam as fezes até os córregos. Os chamados “tigres” por muito tempo se encarregavam desse serviço. Podemos dizer que o sistema de “esgotamento sanitário urbano” que vigorou no Brasil até a segunda metade do século XIX, foi o do “tigre” denominação dada as barricas e tonéis de madeira que acumulavam matérias fecais no interior das edificações. Quando atingiam o volume máximo, tais depósitos eram carregados por escravos que, se encarregavam de despejar o infecto conteúdo fora, nas praias, mangues, rios e quintais,²¹⁰⁴ em Maceió os escravos tigres também eram encontrados. Os escravos faziam parte do cotidiano da cidade insalubre, trabalhavam como canoeiros, copeiros, vendedores de frutas, aves, pães, peixes e doces, cozinheiros, como serventes e no transporte de ‘tigres’ (barris de madeira que serviam para o transporte de excrementos).²¹⁰⁵ Um projeto de esgotamento sanitário na capital da província só feito efetuado em 1869²¹⁰⁶. Previa-se em outras medidas a construção das fossas e o trato dos excrementos.

Apesar de ter crescido a capital da Província de Alagoas, possuía uma configuração semelhante a muitas cidades no período do oitocentos no Brasil; o contraste entre crescimento urbano e comercial com terríveis condições de saúde pública. Esse ambiente produzia doenças ligadas ao meio social, ou em muitas vezes essa situação agravasse com a entrada de surtos epidemiológicos vindo de outros lugares.

O Percurso Historiográfico da Cólera

Maceió, 1855. E me chagada a parte mais difícil e penosa do meu relatório aquela de que não posso ocupar sem dor aprofunda em meu coração. Referir aos males e a calamidade que a cólera tem feito pesar por mais cinco meses sobre esta infeliz província e bem afetiva tarefa para o homem que tem coração e alma aonde as desgraças alheias não terão resvalando. Para melhor ordem de meu trabalho, dividi em duas partes. Na primeira darei conta das medidas de cautela e prevenção que foram tomadas para impedir a introdução do desenvolvimento do mal, e na segunda das providencias que foram empregadas para minimizar os estragos e socorrer a população depois da invasão.²¹⁰⁷

Este pronunciamento faz parte do relatório provincial apresentado à assembleia legislativa de Alagoas no ano de 1855. Trata-se da interpretação do atual governador da província José Bento da Cunha Figueiredo acerca da possibilidade da chegada da epidemia de cólera em Maceió. Antes mesmo da entrada da epidemia o governo imperial alertava para urgência de algumas ações. Como coloca Savio de Almeida,

Neste mesmo período o governo imperial teria recomendado as províncias litorâneas, a necessidade de

²¹⁰³ *Idem*

²¹⁰⁴ SANTOS, Manuela Arruda dos. Nos tempos dos tigres: o indesejável transporte dos dejetos no Recife oitocentista. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 24, 2007, São Leopoldo, RS. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História. P. 3. Acesso em: 29/09/2016.

²¹⁰⁵ LIMA Junior, Félix. **A escravidão em Alagoas**. Maceió, Fundação Teatro Deodoro, 1983, p. 95.

²¹⁰⁶ Márcia Rocha Monteiro; Fernando Gomes de Andrade. **A saúde pública em Alagoas no Brasil Império: caminhos e descaminhos**. EDUFAL-2013.

²¹⁰⁷ Alagoas provincial Alagoas província Fala dirigida a assembleia legislativa da Província de Alagoas pelo presidente Sá e Albuquerque 1856. Disponível em: <http://www.luiznogueira.com.br/paginacaoluiz.php?editoria=fallas> acesso em: 26/09/2016.

resguardar os portos, para evitar à entrada do mal. A certeza estava estabelecido o maligno somente poderia ingressar através de embarcações e os portos, do mesmo modo que eram fundamentais para rotas comerciais, passavam de papel estratégico no que prendia a cólera.²¹⁰⁸

A segunda ação imediata tomada pelo governo provincial foi tratar dar suporte a população. Tratou-se do Lazareto, do aceleração das obras no hospital da caridade, e do cemitério. Ao lado desses pontos, foram estabelecidas comissões visando os tratos direito de saúde e alimentação formulação de regras, e preceito sanitários, dando o encargo ao provedor de saúde.²¹⁰⁹ ficava claro que visava-se prevenir-se com os meios possíveis, e por lei, e preparar-se para sanar os problemas que poderiam surgir, com a entrada de uma epidemia que causava grandes números de óbitos em uma região em que já possuía um ambiente se insalubridade esse quadro poderia ser piorado.

Mesmo variando na transmissão para outras regiões foi pelo litoral que a cólera alcançou Maceió. O oceano fazia a rota de entrada após o contágio por terra, sendo possível defender um percurso historiográfico da doença, pelo qual a epidemia passava pelas províncias mudando o cotidiano desses lugares, causando mudanças nas estratégias de vigilância nos portos, mudanças nos costumes da população, alteração no itinerário das repartições públicas. Outra questão importante são as estratégias de combate relacionando-se aos indivíduos. Havia nesse momento grande medo certo tipo de vigilância sobre as cidades, um tipo de controle sobre a sociedade para evitar a proliferação. Como exemplo no relatório provincial de 1855, da Bahia,

A comunicação com a terra do vapor Imperatriz que entrara do Pará no dia 20 julho, e do qual se disse saltara um colérico na povoação do riacho vermelho, atribui-se a principio a importação desse mal ,mas averiguadas tai circunstancias pela policia, foi reconhecida a inexactidão delas, não tendo o vapor não faltando a quarentena em que estivera.

A vigilância sobre os indivíduos na prevenção das doenças foi algo comum ao período. Na segunda metade do século XIX, a denominada medicina social, cumpria uma vigilância sobre esses sujeitos históricos. Fazendo parte nessa medicina estatal dos planos de urgência médica como cita Michel Foucault,

A cidade devia ser dividida em bairros que se encontravam sob a responsabilidade de uma autoridade designada para isso. Esse chefe de distrito tinha sob suas ordens inspetores que deviam durante o dia percorrer as ruas, ou permanecer em suas extremidades, para verificar se alguém saía de seu local. Sistema, portanto, de vigilância generalizada que dividia, esquadrihava o espaço urbano. 3º) Esses vigias de rua ou de bairro deviam fazer todos os dias um relatório preciso ao prefeito da cidade para informar tudo que tinham observado. Sistema, portanto, não somente de vigilância, mas de registro centralizado.²¹¹⁰

As ações médicas não ficavam apenas no tratar. Sobre os indivíduos e os centros urbanos visava-se seguir os passos do corpo transmissor pela cidade desenhando o espaço urbano, e seu caminho. Neste momento o governo imperial assume juntamente com os médicos higienistas esse papel. Por decreto foi nomeado o provedor de saúde do porto onde

²¹⁰⁸ ALMEIDA, Luiz Sávio de. **Alagoas nos Tempos do Cólera**, São Paulo, Escrituras Editora, 1996. P.21

²¹⁰⁹ *Idem*

²¹¹⁰ Foucault, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2002. P.53

o governador da Província por meio dessa vigilância procurava controlar a entrada e saída dos indivíduos em todas as províncias que possuíam entradas oceânicas.

Mesmo com as ações governo imperial e a vigilância foi possível a epidemia de cólera entrar em Maceió percorrendo o porto do Pará, seguindo em outra embarcação, para Bahia quando então, assumiu caminho por terra, passando por Sergipe para ingressar em Alagoas.²¹¹¹ Esse percurso fugiu ao controle dos delegados de higiene. Na ocasião da entrada da doença presidia a Província em 1856, o vice em exercício Manoel Sobral Pinto que deu continuidade, as ações de limpeza da capital, instrumentando e equipando a comissão nomeada, instituindo outros para inspecionar os viveres delegando o provedor de saúde do porto e providenciando obras emergenciais. Foi também ordenado a instalação de boticas, limpeza das casas e ruas, e remoção dos açougues em Maceió.²¹¹² A cidade se preparava agora para enfrentar a cólera, o medo fazia parte do cotidiano da população. A sede da Província ficou deserta e as casas só se abriam para dar passagem, a enterros. Um ar de tristeza e desolação pairava por toda a cidade de Maceió.²¹¹³ Essa alteração no caminhar dos indivíduos fazia parte da crença do poder da doença sobre a cidade.

Alguns fatores sociais além do medo elevavam o caos na cidade. A população de Maceió era mal nutrida, vivia sem recursos, e assistência médica, o que facilitou a expansão da epidemia. Houve também um trânsito de pessoas em busca de ajuda, que caminhavam até o hospital improvisado em Maceió destacando-se um hospital em Bebedouro que apesar de provisório continuou funcionando já no período do declínio da epidemia.

Em 1863 efetivamente ocorrem ações efetivas para combater a epidemia. O decreto n 3059 de março deste ano modificou a regulamentação de inspeção do porto. Previa manter embarcações suspeitas ou contaminadas incomunicáveis. Para eliminação dos miasmas passaram a enfrentar os possíveis focos da doença.²¹¹⁴ De certa forma o saber médico tentava intervir sobre os possíveis focos de proliferação da doença como também alterar o espaço urbano levando em consideração que através desta resolução a inspetora de higiene pública buscava reorganizar o espaço urbano alagadiço de Maceió ações tomadas pela inspetora de higiene pública da capital. Essa medicina em Maceió visou à criação de funcionários médicos nomeados pelo governo com responsabilidade sobre uma região, seu domínio de poder ou de exercício da autoridade de seu saber.²¹¹⁵ Essa ordem médica deveria antes de tudo modificar os problemas causados pela cólera, mais o alagadiço de Maceió seus períodos de estiagem reservavam novos problemas para a criação de novas estratégias de combates.

Febres e Ordem médica

Existia um cenário em Maceió no final de 1863. Passado a epidemia de cólera, o cotidiano da cidade foi alterado, a vigilância sobre o porto, foi reforçada e sobre as residências os inspetores de freguesias cuidavam para vigiar a higiene privada da população.

A capital da província de Alagoas possuía ainda muito de sua origem. A região do Jaraguá com seus canais, lagoas, pântanos, e riachos. A região de Bebedouro, como ponto de superação para abastecimento de água. E no centro da capital a aglomeração urbana e o passar dos bondes conviviam com a denominada boca de Maceió, região alagadiça que ficava entre a orla lagunar de Pajuçara e o Centro da Cidade. Este ambiente alagadiço tinha passado por um grande surto epidemiológico de cólera e quando as águas começavam a subir febres repentinas atingiam a população. Maceió era vulnerável as marés, enchentes e inundações, e apesar da necessidade de drenagem na região do Jaraguá, por exemplo, somente em 1866,

²¹¹¹ *Idem.*

²¹¹² MONTEIRO, Rocha Marcia. ANDRADE. Gomes Fernando de. **A saúde pública em Alagoas no Brasil Império: caminhos e descaminhos.** EDUFAL-2013 P. 105

²¹¹³ LIMA, Junior Felix, **Cemitérios de Maceió.** p 33

²¹¹⁴ MONTEIRO, Rocha Marcia. ANDRADE. Gomes Fernando de. **A saúde pública em Alagoas no Brasil Império: caminhos e descaminhos.** EDUFAL-2013 p 116.

²¹¹⁵ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. P. 49

iniciou-se a obra de um canal para escoamento de água.²¹¹⁶ Além da desorganização relacionada aos recursos hídricos o ambiente de Maceió quente e úmido facilitava o aparecimento de casos de febres na década de 1860. O problema dos miasmas estava presente, tendo as febres intermitentes reinando endemicamente em todo o ano em todos os lugares era mais frequentes nas margens dos rios, sendo um dos principais na capital o Mundaú. Depois de transbordar deixavam por sobre as margens muitas substâncias vegetais e animais que eram decompostas pela luz solar²¹¹⁷ Esse ambiente insalubre produtor de febres levava a óbito um número significativo de indivíduos. O mapeamento dos 50 primeiros registros de óbitos da região portuária do Jaraguá no período de 1865 a 1874 revela um número significativo de indivíduos mortos por epidemias ligadas a essa falta de estrutura urbana. Sendo as doenças mais encontradas nesses registros: tuberculose 16% dos casos, febres contando com 6% das mortes²¹¹⁸ apesar do grande número de óbitos por tuberculose as febres nesta análise vieram em segundo lugar atrás apenas da maior epidemia de todo o período do oitocentos.

Como exemplo da ordem médica sobre as epidemias temos o ofício expedido pelo membro da inspetoria de higiene pública no ano de 1867 Dr. José Antônio Prudente informa o envio, tanto de uma ambulância como medicamentos para o socorro de vítimas no combate a um dos grandes males da região de Maceió na segunda metade do século XIX a varíola como também essas febres repentinas. “A que faço seguir uma pequena ambulância composta pelos mais necessários medicamento que o caso sugere o combate de febre e varíola na região de Jaraguá.”²¹¹⁹ O grande problema do tratar as febres estava necessariamente em combater os focos da doença. Baseado no pressuposto da medicina social o corpo do doente era público neste sentido, a inspetoria de higiene pública da Província de Alagoas tinha como principal função intervir neste cotidiano.

OS INCAPAZES E A REPÚBLICA BRASILEIRA: O DISCURSO MÉDICO EM TORNO DA CRIAÇÃO DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO (1899-1916)

Rafael Santana Bezerra²¹²⁰
bezerra.historia@gmail.com

Resumo: O presente trabalho apresenta dados parciais da pesquisa que vem sendo realizada para a dissertação de mestrado em História pela UFPE. Propõe-se analisar o discurso médico sobre incapacidade civil no período de criação do Código Civil Brasileiro (1899-1916). Quando Clóvis Beviláqua foi escolhido para a redação do Projeto de Código Civil, emergiram dos diversos espaços públicos críticas e sugestões ao trabalho do juriconsulto. O campo Médico Legal não esteve ausente deste amplo debate político. Através das obras do Dr. Raimundo Nina Rodrigues, analisaremos as críticas do ponto de vista médico ao Projeto de Código Civil. Levaremos em consideração as problemáticas envolvendo a conceituação médico-jurídica de incapacidade e interdição civil, curatela, alienação e internamento. Desta maneira, estamos

²¹¹⁶ MONTEIRO, Rocha Marcia. ANDRADE. Gomes Fernando de. **A saúde pública em Alagoas no Brasil Império: caminhos e descaminhos.** EDUFAL-2013 P.117. Fernando Gomes.

²¹¹⁷ ESPÍNDOLA, Thomas do Bom-Fim. **Geografia Alagoana ou descrição física, política e histórica da Província das Alagoas.** 2 ed. Maceió: Edições Catavento, 2001. 1871 p.25

²¹¹⁸ Livros de óbitos da Freguesia do Jaraguá. 1865-1874. Arquivo cívica metropolitana de Maceió.

²¹¹⁹ Relatórios da Inspetoria de Higiene da província de Alagoas. Ofícios expedidos 1862-1874. Fl. 3. Arquivo público de Alagoas.

²¹²⁰ Mestrando em História pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

inseridos num amplo espaço de investigação acerca dos critérios de acesso e restrição ao exercício da cidadania nas primeiras décadas da República brasileira.

Palavras Chave: Incapacidade Civil, Nina Rodrigues, Estácio de Lima.

Introdução

“Mais normalmente emergem as codificações nas épocas de maior expansão das forças nacionais, e quando os povos sentem necessidade de afirmar a sua unidade ou a sua soberania”.²¹²¹ Proclamada a República, tratava-se agora de reorganizar todo o sistema político e jurídico da nação. Novas codificações emergiram nesses anos iniciais: Código Penal de 1890, Constituição Federal de 1891, Código Civil de 1916. O Império, derrotado nas armas, deveria ser aniquilado nas letras. Dos inúmeros estudos que têm como objeto de pesquisa o discurso médico e jurídico sobre o louco, grande parte deles, referem-se muito mais aos chamados “loucos furiosos” e aos seus “perigos sociais”. Estigmatizados pelo sensacionalismo jornalístico, privilegiados pelos médicos legais, estes homens e mulheres estiveram sempre na interseção entre dois campos científicos: a medicina e o direito. Competindo pelo domínio de um novo saber, os homens da “sciencia” nacional produziram uma vasta literatura e uma série de projetos políticos em torno da loucura. Neste pequeno artigo, discutiremos algumas das propostas acerca da proteção legal dos alienados do professor de medicina-legal da Faculdade de Medicina da Bahia, Raymundo Nina Rodrigues, ao Projeto de Código Civil de Clóvis Beviláqua.

Obras importantes como as de Sérgio Carrara (1998), José Leopoldo (1999) e Sandra Caponi (2012), discutem a loucura de formas diferenciadas. O primeiro quer evidenciar a ambiguidade jurídica da figura do “louco furioso”. Para os psiquiatras trata-se de pessoas irresponsáveis juridicamente e, portanto, cabia-lhes a imputabilidade das penas. Em contrapartida, as propostas dos juristas eram mais severas, buscavam formas diferenciadas de garantir a punição. Sairia desta querela o chamado: Manicômio Judiciário. Já José Leopoldo, quer analisar os diversos discursos médicos legais do Brasil, distinguindo as inúmeras possibilidades de atuação dos peritos médicos (1870 a 1930). Por sua vez, Sandra Caponi vai produzir uma arqueologia do saber psiquiátrico, descrevendo a emergência da chamada “psiquiatria ampliada”, evidenciando os espaços sociais invadidos pelo saber médico.

Quanto às fontes documentais, os usos comuns correspondem aos discursos médicos espalhados em livros, revistas especializadas e demais periódicos. Outra grande demanda, refere-se aos processos criminais, lidos com o intuito de encontrar vestígios das “desordens sociais” causadas pelos loucos criminosos. Faltava-nos, portanto, um estudo sobre a alienação no âmbito da vida privada, uma história dos enfrentamentos familiares da loucura e da produção de seus estigmas sociais. “Loucura em Família: Interdição Judicial e o Mundo Privado da Loucura” (2015), tese de doutoramento defendida por Bruna Ismerin Santos na Universidade Federal da Bahia, é uma dessas tentativas de responder às demandas historiográficas do controverso domínio da história da loucura. Além de mostrar outros espaços de convivência da alienação, que não se resumem as casas de correção e aos hospícios, Bruna Ismerin nos indicou novas possibilidades de pesquisa.

Analisaremos, portanto, a loucura e sua imbricação com os direitos civis. Quais os discursos científicos que permitiram e permitem a anulação da figura jurídica dos sujeitos “alienados”? Quais enunciados sustentam a proibição do exercício de atividades costumeiras, tais como: o direito ao casamento, à gerência da propriedade privada, a realização de testamentos e testemunhos, etc.? Para a concretização deste tipo de pesquisa, buscamos alternativas quanto ao uso das fontes. O foco agora está nas discussões intelectuais em torno da criação do primeiro código civil republicano do Brasil. As experiências sobre a interferência do direito e da medicina na vida cível dos homens podem

²¹²¹BEVILÁQUA. Clóvis. **Em Defesa do Código Civil Brasileiro**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1906, p.18.

ser observadas nos arquivos dos tribunais de justiça, mais especificamente, nos processos de interdição.

Num primeiro momento, analisaremos os debates médicos sobre o conceito de incapacidade civil e os casos de alienação que impediriam o exercício da cidadania. Por conseguinte, discutiremos as propostas de proteção legal a esses homens interditos. Parte da obra de Michel Foucault, como: “História da Loucura” e “A Ordem do Discurso”; serviram-nos de base teórica para compreendermos outros sentidos às instituições da interdição e do internamento. Este breve artigo é resultado das primeiras análises de pesquisa em mestrado pela Universidade Federal de Pernambuco intitulada: “A República dos Incapazes: Nina Rodrigues e a Situação Legal dos Loucos no Brasil”.

Nina Rodrigues e Clóvis Beviláqua: A Loucura entre a Medicina e o Direito

O Projeto de Clóvis Beviláqua é redigido em 1899, sob encomenda governamental da presidência de Epitácio Pessoa. Depois de várias discussões entre deputados, senadores, juristas e diversos especialistas, o Código Civil brasileiro seria sancionado em 1916, dez anos após a morte de Nina Rodrigues. A criação de um código civil substituiria as regulamentações da vida privada ainda definidas pelas ordenações portuguesas. De fato, a elaboração de uma codificação foi sentida pelos intelectuais como um elemento importante na consolidação da nova organização política, diz-nos Nina Rodrigues: “por igual amor à ciência que professo o desejo de ver minha pátria dotada de um Código Civil, que a contribuição de todos, ainda escassas de valor como esta concorram para tornar digno de ciência e da cultura geral da sua época”.²¹²² No ano de 1900, o projeto Beviláqua foi mandado para o Congresso Nacional, e uma comissão de especialistas foi chamada para auxiliar na revisão das leis. Nina Rodrigues, preocupado com a situação dos loucos no Brasil, escreve o livro: “O Alienado no Direito Civil Brasileiro: Apontamentos Médicos Legais para o Projeto de Código Civil”; em 1901, para redefinir o conceito de incapacidade civil e as possibilidades de assegurar uma maior proteção aos alienados.

“O Alienado no Código Civil Brasileiro” (1901) nos servirá como ponto de partida para estabelecermos elementos de distinção do que normalmente se concebe sobre Nina Rodrigues. Não abordaremos todas as problemáticas dessa obra, necessitaríamos de um exercício maior de hermenêutica e transbordaríamos o objetivo desse artigo. Ao longo de todas as 215 páginas, sob as diversas citações de juristas e médicos estrangeiros, não encontramos sequer nenhuma menção as teorias raciais ou indiretamente a algo que se remetesse a elas. Como se sabe, a compreensão comum é que em Nina Rodrigues, raça e loucura se embrincavam, os mestiços possuíam um desenvolvimento psíquico anacrônico ao estágio civilizatório das nações modernas, incluído à própria noção de uma codificação abstrata em termos criminais. Diferentemente de “As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal” (1890), o elemento racial não é um empecilho para o exercício da cidadania.

Quais são as categorias, então, que determinariam a incapacidade civil dos homens? Escreveu Clóvis Beviláqua sobre os incapazes e sujeitos à interdição, no art. 528, § 1º do Projeto Primitivo: “Loucos de todo gênero ou alienados de qualquer espécie.”²¹²³ Além disso, descarta a possibilidade de estender a incapacidade civil aos seguintes casos: “Não se incluem no número dos incapazes os cegos, os presos em cumprimento de sentença, os pródigos, os falidos, nem os insolventes.”²¹²⁴ A generalidade do termo fez com que Nina Rodrigues argumentasse em favor da necessidade de uma melhor definição dos casos de incapacidade civil por alienação mental. Seguindo sua linha argumentativa, loucura e alienação se distinguiriam da seguinte maneira: o primeiro seriam as “moléstias mentais propriamente ditas”²¹²⁵ originadas nos períodos embrionários ou adquiridos ao longo da

²¹²² RODRIGUES, Nina. **O Alienado no Direito Civil Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Weissaman Koogan, 1933. p.7.

²¹²³ Ibid., p 23.

²¹²⁴ BEVILÁQUA, Op.cit., p.60.

²¹²⁵ RODRIGUES, Op.cit., p.21.

vida, quanto à alienação, fariam referência ao termo “demência”, ou seja, o “uso débil da capacidade mental”.

O Projeto de Beviláqua não incluiria na concepção de incapacidade alguns tipos de “perturbações” mentais que afetariam a capacidade de autogestão, tais como: os casos de afasia, alcoolismo habitual, prodigalidade e fraqueza mental senil. Partindo em defesa desses casos, Nina Rodrigues argumenta contra a concepção de direito liberal que prevê o livre uso da propriedade privada. A determinação da incapacidade civil em casos como a prodigalidade e o alcoolismo habitual tem como principal objetivo o de salvaguardar as famílias das perdas materiais provocadas pela fraqueza mental desses homens. A ideia de incapacidade corresponde à impossibilidade de autogoverno e de gestão da propriedade privada

Atendendo por este modo ao elemento econômico da primitiva instituição da curatela os pródigos, Clovis desprezou o elemento psicológico do desarranjo mental, que, desde o direito romano, concorreu com o elemento econômico para completar a figura jurídica deste caso particular de incapacidade civil.

Ora, si aquele elemento econômico gradualmente se esbateu e se apagou por fim na evolução do direito de propriedade, o elemento psicológico do direito de propriedade, o elemento psicológico acentuou-se e completou-se na fase atual do direito civil, transformando-se para dar à questão econômica não mais a feição de proteção aos interesses comuns da família, mas a da moderna proteção legal aos interesses individuais do interdizendo, invalidado pelo seu desarranjo psíquico.²¹²⁶

Mais uma vez, é importante acentuar que não observamos nenhuma relação entre a tendência à embriaguez, o vício em jogos, com as “características morais da raça”. Algo muito comum nessa época, defendido inclusive pelo próprio médico. Com isso, não queremos dizer necessariamente que Nina Rodrigues abandonou as concepções das doutrinas racialistas, o que se quer evidenciar, é que existem outras facetas a serem exploradas, sem enquadrá-lo rigidamente em um único domínio de concepções teóricas. Outro aspecto importante é a sua preocupação, ainda que sutil, com a ideia de liberdade e igualdade de direitos. É sempre muito ambígua essa relação filosófica com o positivismo e o liberalismo. No primeiro caso, Nina Rodrigues faz uma série de denúncias aos diversos sistemas de coerção dos alienados, tal como o Asilo de São João em Salvador, em que os critérios de internação são quase inexistentes. Não raramente eram efetuados casos de “sequestro ilegal”, uma prática que já era prevista como crime no Código Penal, mas que por falta de fiscalização e de homogeneização de uma legislação sobre a “alienação” continuava existindo.

Em 8 de Outubro de 1892, o Dr Misodi de Moraes, medico da Casa de Saude de S. Sebastião, no Rio de Janeiro, foi detido na ocasião em que, acompanhado de dois enfermeiros, procurava introduzir a força num carro, a D. Luiza Alcover com quem vivia. A luta provocou a intervenção dos vizinhos e da polícia. Processado e submetido a julgamento por crime de sequestro ilegal (arts. 181 e 182 do Código Penal), o Dr Misodi foi absolvido pelo júri.²¹²⁷

Em defesa da liberdade de pessoas “sãs”, Nina Rodrigues propõe que o Código Civil previna o crime antes que ele aconteça. Para isso, é necessário que se crie uma série de instituições. A primeira seria a Curatela, como já foi dito, é a escolha de um representante

²¹²⁶ Ibid., p.37.

²¹²⁷ Ibid., p.179.

jurídico do incapaz. A segunda seria o Conselho de Família, órgão de fiscalização composto pelos familiares do interditado para averiguar o bom funcionamento da Curatela. Por fim, sugere a Comissão de Juízes, que fiscalizaria, mais raramente, o exercício da Curatela. Entretanto, como perito médico, as suas sugestões carregam toda uma tendência a maximizar sua atividade, dessa forma propõe que toda determinação da incapacidade seja realizada por no mínimo dois peritos. O que nos liga, a outra problemática: a igualdade de direitos.

No Projeto Primitivo do Código Civil, o art. 532, sobre a necessidade de determinação da incapacidade civil por alienação, define: “Antes de decidir sobre a declaração da incapacidade, o juiz examinará pessoalmente a pessoa denunciada como incapaz e pedirá, sempre que for possível, o parecer de dois profissionais”.²¹²⁸ Segue-se, uma longa discussão sobre a utilização do termo “sempre que possível”, Nina Rodrigues desaprova a flexibilidade da exigência do perito na determinação da incapacidade. “É evidente que com esse recurso, persistirá *status quo*. O que era pra ser exceção passaria a ser regra.”²¹²⁹ Como parte fundamental da engrenagem do direito, a perícia médica é um instrumento essencial para a “garantia dos direitos do cidadão”²¹³⁰, ele evitaria que se cometessem “sequestrações ilegais”, ou qualquer outro tipo de dano. Além disso, exige do Estado que não restrinja a um seleto grupo de brasileiros o direito da uma perícia profissional. Enquanto que nas regiões urbanas e centrais a possibilidade de existência de médicos legais é maior, nos lugares mais afastados, essa incidência é quase rara.

Primeiro, porque estabeleceria uma distinção odiosa entre os direitos dos brasileiros que residem nos centros populosos onde há médicos, e os direitos dos brasileiros que residem nos pontos afastados, nos lugares menos populosos para onde a vantagens da clínica não atraem os médicos. Aos primeiros cerca de uma garantia completa com a audiência de peritos competentes, ao segundo recusa essas vantagens. Em segundo lugar, porque a pretexto de abrir uma exceção para estes últimos, afim de dispensá-los da perícia profissional, de fato torna manca e falha a proteção aos primeiros que, já que tem a rara felicidade, atendida pelo Projeto, de morar em localidade que possui médico, deviam pelo menos ter o direito de exigir em todos os casos a perícia profissional e não estarem condenados a poder ser privados dela por simples arbítrio do juiz.²¹³¹

Das diversas discordâncias apresentadas no processo de criação do Código Civil, duas delas são emblemáticas do ponto de vista social. Os loucos teriam direito de testemunhar e de produzir testamentos? Sob o pano de fundo dessas indicações submerge uma noção médica acerca do conceito de “intervalos lúcidos”. Segundo Nina Rodrigues (1901), os estados lúcidos seriam compreendidos de três formas: a primeira, denominada de remissão, que consistiria numa simples atenuação dos sintomas da loucura; a segunda, o chamado intervalo lúcido, que seria a supressão completa, mas momentânea da loucura; e por fim, a intermissão, que seria a volta completa ao estado normal do sujeito.

Apesar da possibilidade dos intervalos lúcidos serem reconhecidos por diversas codificações internacionais, esse sempre foi um empecilho, tanto para juristas quanto para os médicos. Psiquiatras consagrados no campo médico internacional, tais como Krafft-Ebbing e Schuller teriam se postado contrários a possibilidade do exercício da cidadania nesses casos. Nina Rodrigues, contudo, aceitando a consideração de Beviláqua em reconsiderar a

²¹²⁸ BEVILÁQUA, Op.cit., p. 202.

²¹²⁹ RODRIGUES, Op.cit, p. 203.

²¹³⁰ Ibid., p. 205.

²¹³¹ Ibid., p.205.

capacidade civil dos alienados nos intervalos lúcidos. Sugeriria, entretanto, que se acrescentasse ao texto de lei a necessidade de perícia médica para o reconhecimento da lucidez.

Um exemplo da importância jurídica da capacidade de testemunhar dos loucos nos é dado por um caso famoso do Hospital de Alienados de São Paulo. No ano de 1899, o escrivão do hospital, teria estuprado uma menor internada no asilo que sofria de “imbecilidade” e “excitação maníaca”. Processado e levado a júri popular, o escrivão seria absorvido e inocentado. A prova contra o “criminoso” foi principalmente o depoimento de uma “alienada”, a quem os peritos haviam diagnosticado em situação de intervalo lúcido. Dada à complexidade do tema, sobretudo, aos usos corporativos e as possíveis manipulações deste artifício jurídico, os psiquiatras não definiram uma posição em absoluto. Precisar o grau de lucidez não era uma tarefa fácil, as dúvidas permeavam a prática forense. Neste sentido, prudentemente, sugere Nina Rodrigues:

Não iremos agora concluir de todo o exposto que o Projeto devesse ter admitido expressamente para os loucos a capacidade de serem ouvidos como testemunhas, mesmo durante os intervalos lúcidos. Temos, porém, o direito de esperar que o Código Civil brasileiro, em atenção ao ensino psiquiátrico, evite formular em lei a recusa desta capacidade. Um silêncio prudente deixará que os juízes ou tribunais se pronunciem em cada caso concreto, de acordo com as condições de ocasião.²¹³²

Sobre o direito de testemunhar, recobrem-se outras indagações. Falar perante o tribunal é, em grande medida, comprometer-se em pronunciar um discurso verdadeiro. O louco, socialmente interdito, torna-se também no tribunal uma figura completamente nula. “Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder”.²¹³³ O louco é, por excelência, o corpo que marca mais claramente a distinção entre o discurso verdadeiro e o fictício. O louco fala de outra realidade. O princípio da razão, que governa a sociedade moderna e suas instituições, impede a existência do louco enquanto sujeito jurídico. A incapacidade civil é o artifício jurídico para distinguir as categorias humanas no seio do direito iluminista.

Em contrapartida, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”²¹³⁴ Não por acaso, o louco tornou-se figura central de disputa intelectual. Psiquiatras, médicos legais, juristas, cada um, em sua medida, tratam de tomar a loucura como objeto de conhecimento. Neste sentido, Nina Rodrigues propunha ao Código Civil a necessidade da perícia médico-legal para a afirmação dos momentos de lucidez transitória. Não porque queria habilitar a loucura como produtora de discursos verdadeiros, mas antes, porque desejava estabelecer a medicina legal enquanto dispositivo do verdadeiro. Era o diagnóstico médico-legal que permitia a existência da loucura no mundo da razão.

Proteção ou Violência? Contra o Absolutismo da Interdição Total

Os alienados sob o domínio jurídico do Código Civil são, em grande medida, figuras sociais diferentes daqueles que se enquadram no Código Penal. A estes últimos, os denominados “loucos furiosos”, cabiam-lhes uma dupla funcionalidade: serem punidos ou curados. Entendidos enquanto criminosos e pacientes, estes sujeitos seriam encarcerados, primeiro nas sessões especiais de segurança dos hospícios, para só depois, na década de 1920 (no Brasil), serem deslocados para os novos espaços de experiência da loucura, os

²¹³² Ibid., p. 136.

²¹³³ FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. 10ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014. p.10

²¹³⁴ Ibid., p.10.

manicômios judiciários. É no nível da internação que se formula a dicotomia entre os perigosos e os não perigosos. As duas instituições produzem exclusões semelhantes, elas suspendem a liberdade. Uma em termos físicos e a outra em termos jurídicos. Essa dupla perspectiva da loucura só foi possível porque vivemos uma lógica liberal da própria constituição do sujeito nessa difusa funcionalidade. Neste sentido, a loucura é um processo de desintegração do sujeito liberal, ela é a exclusão do sujeito jurídico e do sujeito social. “A loucura é o já-está-aí da morte”²¹³⁵, ela reconduz todo o problema da existência, ela é o prenúncio do sujeito eclipsado.

Enquanto sujeito de direito, o homem se liberta de suas responsabilidades na própria medida em que é um alienado; como ser social, a loucura o compromete nas vizinhanças da culpabilidade. O direito, portanto, apurará cada vez mais sua análise da loucura; e num sentido, é justo dizer que é sobre o fundo de uma experiência jurídica da alienação que se constituiu a ciência médica das doenças mentais.²¹³⁶

Bruna Santos distingue o conceito de interdição a partir de duas categorias. Sob o ponto de vista do direito, o “processo de interdição é o ato pelo qual o juiz declara a incapacidade total ou parcial da pessoa, retirando-lhe a administração de sua pessoa ou de seus bens”.²¹³⁷ Por sua vez, a definição sociológica estabelece que a interdição é um espaço de negociação de significados entre as instituições familiares, legal e médica, com o fim de adequarem certas características pessoais do sujeito contra quem o processo é movido à lei, tendo como parâmetros termos relativos às concepções de “doença” e ao que legalmente é entendido como capacidade civil.²¹³⁸ A instituição da interdição levita na ambiguidade entre a defesa dos direitos civis dos alienados, como a proteção da propriedade privada, e a agressão completa de sua autonomia. A liberdade é submetida ao direito das coisas. Em contrapartida, estariam os loucos vulneráveis às interferências do mundo social, aos perigos dos aproveitadores. O curador, sujeito jurídico responsável pela administração dos bens do incapaz, seria essa figura institucional: um mediador entre os interesses do mundo social e as necessidades do alienado.

Uma é considerada como limitação da subjetividade – linha traçada nos confins dos poderes do indivíduo e que isola as regiões de sua irresponsabilidade; essa alienação designa um processo pelo qual o sujeito se vê despojado de sua liberdade através de um duplo movimento: aquele natural de sua loucura, e outro, jurídico, da interdição, que faz cair sob os poderes de um outro: o outro em geral, no caso representado pelo curador).²¹³⁹

Os problemas encontrados no projeto primitivo do Código Civil por Nina Rodrigues, não se resumiam apenas a imprecisão linguística e conceitual dos casos de perturbação mental que comprometeriam a capacidade civil. A vaga denominação: “Loucos de todo gênero ou alienados de qualquer espécie”; restringiriam a proteção legal aos casos precisos de doenças mentais, excluindo outras fraquezas da mente, que de forma semelhante, também dificultariam a gestão da própria vida. Neste sentido, propõe Nina Rodrigues, que se acrescenta aos “loucos de todo gênero”, o termo: “e os fracos de espírito”. Estariam

²¹³⁵ Ibid., p. 17.

²¹³⁶ Ibid., p. 130.

²¹³⁷ SANTOS, Bruna Ismerin. **Loucura em Família: Interdição Judicial e o Mundo Privado da Loucura**. Tese de Doutorado. Departamento de Pós-Graduação em História da UFBA. Salvador, 2015. p. 103.

²¹³⁸ Ibid., p.103.

²¹³⁹ Ibid., p. 145.

inseridos nessa nova nomenclatura toda uma série de indivíduos que a priori não seriam beneficiados com a instituição da curatela: pródigos, alcoólatras, surdos-mudos, idosos, etc.

O segundo grande problema do Projeto de Código Civil de Clóvis Beviláqua no que concerne aos direitos dos alienados refere-se à instituição da interdição. De acordo com Nina Rodrigues, o maior erro de Beviláqua seria a falta de flexibilidade entre o tipo de doença ou de fraqueza mental e a consideração absoluta da incapacidade civil. “O erro fundamental de doutrina reside aqui na equiparação absoluta, para efeitos da interdição, de todos os estados mentais que podem modificar a capacidade civil”.²¹⁴⁰ O Código Civil colocaria no mesmo patamar “ao lado do simples fraco de espírito ou do imbecil, o maníaco ou o demente paraltico terminal”.²¹⁴¹ Seria, portanto, para o médico maranhense, uma interferência grave no direito individual. Beviláqua deveria adequar a lei aos casos aonde as pessoas, ainda que não estivessem sob o perfeito estado mental, poderiam gerir grande parte de suas pendências pessoais. “Essa doutrina jurídica não consulta os interesses pessoais, ou os direitos civis dos alienados; atenta contra eles”.²¹⁴² Mais uma vez, a dicotomia entre proteção civil e agressão aos direitos pessoais reaparecem.

Assim a interdição com curatela total para os casos de loucura completa e para os graus extremos de invalidez mental incurável ou prolongada; interdição parcial com conselho judiciário como no direito francês, ou com inabilitação como no direito italiano, ou com curatela limitada ou circunscrita como em diversos códigos, para certas formas de loucura transitória, para os graus mitigados da fraqueza do espírito congênitos ou adquiridos, para certos casos de surdo-mudez e de afasia; simples curadoria provisória para loucuras transitórias, assim como para os primeiros períodos das loucuras curáveis, internados ou não os loucos; finalmente, curatela voluntária para os casos de invalidez por moléstias cerebrais, em que não se compromete a inteligência: tal o sistema harmônico e integral de proteção que um código civil moderno deve destinar aos interesses dos alienados e, em geral, dos incapazes por insanidade mental.²¹⁴³

A resolução da problemática em torno do “absolutismo” da interdição total estaria na criação do conceito de “capacidade restrita”. Uma variação legal que existiria em vários códigos modernos, tais como: o código francês (art. 499), o italiano (art. 399) e o suíço (art. 34). Nos casos em que a interdição absoluta fosse extremamente excessiva, seriam indicadas as “interdições relativas ou mitigadas”. Nestas interdições, a figura da família seria fundamental, o Conselho de Família, órgão retirado da legislação francesa, seria responsável por fiscalizar a atuação do curador. Por sua vez, o Conselho de Juízes, fiscalizaria, mais raramente, a atividade da curadoria. Mais do que criticar e indicar erros e problemas médicos na produção das leis pátrias, o professor de Medicina Legal da Faculdade de Medicina da Bahia, também recomendava as próprias alterações. Neste caso específico, Nina Rodrigues detalharia todas as alterações necessárias do ponto de vista forense, além da criação de novas instituições.

Considerações Finais

Em “O Alienado no Direito Civil Brasileiro”, obra pouca explorada pelos estudiosos que se debruçaram sobre Nina Rodrigues, uma série de problemáticas tendem a direcionar essa pesquisa mais ampla. Quais diferenças se evidenciam entre o Nina Rodrigues de “As Raças

²¹⁴⁰ RODRIGUES, Op.cit., p.130.

²¹⁴¹ Ibid. p.138.

²¹⁴² Ibid., p.139.

²¹⁴³ Ibid., p. 165.

Humanas e a Responsabilidade Penal” com o Nina do “Alienado no Direito Civil Brasileiro”? Quais outras concepções teóricas ajudam a compor as bases de suas ideias? Como se deu o consumo e a recepção dessas ideias? Há de se pesquisar e procurar estabelecer um paralelo entre as suas concepções de loucura com a de outros intelectuais, diversas vezes citados na obra em questão e que não são vistos nos escritos dos seus principais interpretes: Countagne, Francisco de Veyga, Paulo Zacchias, Krafft-Ebing, Strassamann, Dédore, entre outros. O que se objetivou discutir foi às primeiras críticas médicas ao Projeto de Código Civil republicano, sobretudo no que concerne aos direitos dos alienados e das demais categorias de incapazes. Esta obra de Nina Rodrigues é icônica e pioneira no campo médico-jurídico, ela é o suporte por onde serão organizados outros estudos na década de 1920, além disso, é uma obra que traça uma descontinuidade teórica do autor, evidenciando a multiplicidade de suas possibilidades intelectuais e os caminhos percorridos pelo campo da medicina legal no Brasil.

O SERVIÇO DE HIGIENE PÚBLICA DA PARAÍBA: OS LIMITES DA INSTITUCIONALIZAÇÃO (1911-1928)

Silvera Vieira de Araújo²¹⁴⁴
silveravieira@hotmail.com

Resumo: Este trabalho tem a proposta de abordar os limites do processo de institucionalização do Serviço de Higiene Pública da Paraíba (1911-1928) mediante a problematização dos conflitos sociais gerados no contexto de atuação da instituição, sobretudo, nos períodos de incidência de epidemias, tais como: a *Peste Bubônica* em Campina Grande (1912) e a *Influenza Espanhola* em Cidade de Parahyba, 1918. Para fundamentar nossas discussões, dialogaremos com Peter & Revel (1976) para compreender o significado das doenças na sociedade; José Murilo de Carvalho (1987) para analisar os aspectos de cidadania ativa da população nos momentos de revolta social e, Balandier (1999), na discussão sobre os aspectos simbólicos e cerimoniais do poder. Com base nas discussões, consideramos que, a incidência das referidas epidemias na Paraíba desnudou as fragilidades do Serviço de Higiene Pública da Paraíba, Pública que, se mostrou incapaz de combatê-las. Assim, a instituição mostrou-se deficiente, centralizada na cidade de Parahyba e dependente do governo federal, ou seja, o seu processo de institucionalização era limitado.

Palavras-chave: O Serviço de Higiene Pública da Paraíba, epidemias e revoltas sociais.

Introdução

No final do governo de João Lopes Machado, ocorre o processo de institucionalização e regulamentação dos serviços de higiene da Paraíba, mediante o Decreto n. 494 de 8 de junho de 1911, de acordo com este decreto, o Serviço de Higiene Pública será constituído conforme o art. 6º: “por uma repartição central,²¹⁴⁵ subordinada ao poder executivo estadual, compreendendo a Diretoria Geral e secções anexas sob sua dependência: (A) A

²¹⁴⁴Doutoranda em História –PPGH-UFPE

²¹⁴⁵ A primeira sede da nova Repartição foi na Praça Pedro Américo., local onde hoje funciona o Quartel da Força Policial do Estado. Depois de muito tempo, se transferiu para outro prédio, na Rua Duque de Caxias, prédio que depois, funcionou a Inspeção de Veículos, mudando em seguida para o Centro de Saúde, e depois, para o sobrado, na esquina da Rua Nova com a Rua Peregrino de Carvalho. (SOARES JR, 2011, p. 48).

secção de desinfecção; (B) Os hospitais de isolamentos; (C) A estatística demografo-sanitária.”²¹⁴⁶

O processo de institucionalização dos serviços de higiene da Paraíba, ocorrido durante o domínio da oligarquia Machado-Leal, pode ser compreendido pela formação acadêmica do Presidente do Estado, João Lopes Machado, médico, formado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1888. Segundo Nóbrega, depois de formado, João Lopes Machado “submeteu-se para o cargo de Inspetor Sanitário do Distrito Federal, indo ser, depois, adjunto da Diretoria Geral de Saúde e da saúde do Porto naquela metrópole.”²¹⁴⁷ Posteriormente, atuou juntamente com Oswaldo Cruz nas campanhas de combate a febre amarela e a varíola no início do século XX, antes de assumir a presidência do estado. Com tal trajetória profissional no campo do sanitarismo, João Machado lançou suas vistas para a desaparelhada Inspetoria de Higiene, reestruturando suas atividades. Neste contexto, a instituição passa a atuar em setores definidos: vacinação, demografia sanitária, polícia sanitária.

As limitações do Serviço

As medidas sanitárias tomadas pela Diretoria de Higiene ou ausência destas estavam sendo criticadas pela imprensa paraibana, Além disso, a cobrança de um imposto que se dizia ser destinado a limpeza pública. Essa medida foi considerada pelo jornal *A Imprensa* como “vexatórias aos miseráveis sobre os que ham recaído.”²¹⁴⁸ Com base nas informações apresentadas pelo *Diário do Estado*, considerado um órgão imparcial, independente e justo, o articulista da *Imprensa* se posiciona “igualmente contra as medidas vexatórias da Higiene, que poderão ser cabíveis em meio mais ricos e não neste, em que cerca da metade da população é composta de operários e miseráveis e onde tudo está por fazer.”²¹⁴⁹

Segundo Lenilde Sá este imposto teria sido criado devido à falta de objetividade do regulamento n. 494 quanto aos recursos para o saneamento da capital, para tentar resolver o problema, a municipalidade teria criado o imposto do lixo, que consistia em “um percentual de 2% sobre o rendimento total do prédio, sem contar a décima urbana (equivalente a seis mil réis), fora estatuído, conforme dizem os peticionistas, pela Lei n. 71 de 4 de dezembro de 1913”.²¹⁵⁰ Reagindo ao que consideravam abusivo, um grupo de cem pessoas que se diziam sobrecarregados com os impostos, uma vez que, já existia o imposto predial (décima urbana), recorreram ao governo estadual para tomar providenciais quanto as medidas consideradas opressoras e vexatórias. Em resposta aos reclames feitos pelo grupo de cidadãos contra o imposto, o presidente do estado enviou uma petição ao prefeito da capital solicitando explicações sobre o mesmo, no dia 8 de maio de 1914. Contudo, não sabemos se realmente os peticionistas conseguiram seu objetivo, no caso, a suspensão do imposto, porém suas ações sinalizaram a capacidade de reação as normas e as leis que são impostas de cima para baixo de forma abusiva e sem diálogo com as partes envolvidas, soma-se a isto, a luta dos cidadãos em prol dos interesses e necessidades cotidianas. A reação do povo realizava-se mediante o entendimento sobre o que constituía legítima interferência do governo na vida das pessoas. Neste ponto, como salienta José Murilo de Carvalho em seu trabalho sobre a revolta da Vacina:

Quando parecia à população que os limites tinham sido ultrapassados, ela reagia por conta própria, por via de ação direta. Os limites podiam ser ultrapassados seja no domínio

²¹⁴⁶ Decreto n .494 de 08 de junho de 1911. Organiza a Repartição de Higiene Pública do Estado. Acto poder Executivo. Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, p.5, 1911.

²¹⁴⁷ NÓBREGA, Humberto. **As raízes da ciência da saúde na Paraíba**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1979.p.278.

²¹⁴⁸ As medidas tomadas pela Directoria de Higiene. **A Imprensa**, n.58, 2 de outubro de 1919.

²¹⁴⁹ Idem.

²¹⁵⁰ SÁ, Lenilde Duarte, et **Parahyba**: uma cidade entre miasmas e micróbios. O Serviço de Higiene Pública: 1895-1918. Tese de doutorado. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP/USP), 1999. p.241.

material, como nos casos de criação ou aumento de impostos, seja no domínio dos valores coletivos.²¹⁵¹

Além do povo que estava insatisfeito com a atuação da Diretoria de Higiene, os bacharéis também estiveram envolvidos em querela com a instituição motivada pela existência do artigo 26 do regulamento 494, que estabelecia “os oficiais do registro civil e dos casamentos ficam obrigados a fornecer a Diretoria de Higiene o extrato de todo o movimento ocorrido em seus cartórios, de acordo com as solicitações feitas.”²¹⁵² Segundo o artigo 26, a infração a esta determinação implicava em multa de vinte e cinco mil réis e o dobro em caso de reincidência.

Em consonância com as determinações do art. 26, o diretor da Diretoria de Higiene enviou um telegrama ao escrivão do cartório de casamentos, solicitando o envio dos mapas de casamentos da capital para a confecção mensal dos boletins de estatística demográfico-sanitária a ser realizada no dia 5 de cada mês. Diante da atitude do diretor da Repartição de Higiene, o juiz da 3ª Vara de Casamentos da Capital, José Ferreira de Novais, julgando-se “ameaçado de uma invasão na esfera de suas atribuições,”²¹⁵³ leva a querela ao Supremo Tribunal do Estado, iniciando-se o que se denominou de *Conflito de Jurisdição*²¹⁵⁴.

Neste conflito, o juiz respondeu ao ofício do Diretor da Higiene considerando arbitrária e invasiva a atitude deste, pois violava os princípios hierárquicos da administração judiciária, uma vez que as ordens e as punições infligidas ao escrivão só poderiam ser prescritas pelo seu chefe na hierarquia institucional. Em resposta, José Teixeira de Vasconcellos, chefe da Diretoria de Higiene, enviou outro ofício ao juiz, no qual afirma que está agindo em conformidade com o artigo do regulamento estadual e, que este não difere das Congêneres, inclusive a capital da República, no que se refere às determinações do art. 26. O juiz não mais respondeu, contudo, enviou uma petição ao Supremo Tribunal de Justiça do Estado denunciando: “a jurisdição do juiz privativo de casamentos desta capital, está invadida pela implacável prepotência do Diretor de Higiene Pública que se arroga da faculdade de constituir uma dependência de sua repartição, o cartório de casamentos, para dar ordens e fazer ameaças ao serventuário.”²¹⁵⁵

Diante do ofício enviado ao Diretor da Higiene pelo Supremo Tribunal de Justiça, os médicos da Higiene dirigiram-se a imprensa local para protestar a ofensiva e encabeçar uma defensiva baseada nas considerações de que estavam cumprindo as disposições do regulamento e que tinham enviado uma cópia deste e uma edição do Anuário Estatístico ao juiz. Entretanto, o juiz, por sua vez, de forma acintosa, teria ordenado a devolução do material, o que contribuiu para elevar as tensões e o nível das ofensas dos médicos.

Não sabemos ao certo em que final resultou a querela envolvendo o juiz e o diretor da Diretoria de Higiene, de certo, verificamos que, os boletins de Demografia Sanitária foram produzidos e publicados incluindo dados referentes à capital. Convém ressaltar que, este conflito de jurisdição sinalizou os embates envolvendo os médicos e os bacharéis, porém não deixa de ser um questionamento a forma de atuação da Diretoria de Higiene, assim como fizera o povo ao reclamar do imposto destinado a limpeza pública.

As críticas a esta instituição também se mostraram pertinentes nos momentos de epidemia. A incidência de vários surtos epidêmicos na Paraíba entre os anos de 1912 a 1925 desafiaram as autoridades públicas e médicas, pondo em xeque a capacidade e a qualidade dos serviços da Repartição Estadual de Higiene e, em muitas vezes, revelando a ineficiência destes serviços, bem como a omissão dos poderes públicos na resolução dos problemas sanitários exigidos pela ocorrência de epidemias, tais como a epidemia da Peste Bubônica

²¹⁵¹ CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.138.

²¹⁵² Regulamento 494.

²¹⁵³ Directoria de Higiene: conflicto de Jurisdição. **A Imprensa**, n. 32, 2 de Dezembro de 1912.

²¹⁵⁴ Conflito de jurisdição: **A Imprensa**, n. 32, 2 de dezembro de 1912.

²¹⁵⁵ Idem.

em Campina Grande, 1912 e a epidemia da *Influenza Espanhola* na cidade de Paraíba em 1918.

A peste bubônica em Campina Grande

Uma calamidade iminente: a bubônica em Campina Grande, este foi o título da reportagem do jornal *A Imprensa* sobre a incidência da Peste Bubônica em Campina Grande ocorrida em 1912. A peste bubônica é uma doença pulmonar ou septicêmica, infectocontagiosa, provocada pelo *Bacillus pestis*, em que ocorre quando a pulga “depois de picado um empestado, homem ou rato, a pulga inocula o bacilo nos indivíduos sãos”²¹⁵⁶ A pandemia mais conhecida da doença ocorreu entre 1348-1350, denominada *peste negra* “que ceifou, provavelmente, um terço da população.”²¹⁵⁷ Esta doença apresenta os seguintes sintomas: febres, delírios, dores pelo corpo e, finalmente, os bubões.

Esta peste aterrorizou diversos povos em diferentes épocas, a exemplo do que já tinha sido visto em outras cidades como: Santos em 1889; Recife em 1902 e Rio de Janeiro em 1905. Nos meses de janeiro, fevereiro e março de 1912, a peste voltara a invadir a capital pernambucana, suspeita-se que os vagões puxados pela máquina da *Great Western* teriam levado os ratos causadores da Peste Bubônica de Pernambuco para Campina Grande através de suas ligações com a cidade de Itabaiana, onde o referido trem tinha uma estação que interligava as duas regiões. Por isso, a desinfecção dos trens que chegassem a Itabaiana e a vigilância dos passageiros da *Great Western* pelas autoridades da higiene seriam medidas de cunho profilático, segundo o diretor da higiene. O mal que ameaçava a vida da população local tornou-se ponto de debate da elite médica da Paraíba. As duas principais medidas discutidas pelas autoridades da higiene foram: como acabar com a peste bubônica em Campina Grande? E, como evitar que a peste chegasse à capital? Para as autoridades sanitárias, como Dr. Teixeira de Vasconcellos, a invasão da peste à Paraíba do Norte “seria uma invasão mais bárbara que a dos cangaceiros.”²¹⁵⁸ As autoridades temiam que “os indesejáveis passageiros, os ratos, ‘comprassem’ um bilhete de passagem na classe econômica e partissem, nos comboios da *Great Western*, visitar o litoral.”²¹⁵⁹ O temor dos ratos se justificava pela percepção de que “a infecção se transmite de rato a rato e do rato ao homem pela pulga, e do homem ao homem pelo contato direto ou indireto”²¹⁶⁰

A iminente calamidade pública, como destacou o jornal, levou o presidente do estado, João Machado, a enviar à cidade de Campina Grande o diretor da Repartição de Higiene, José Teixeira de Vasconcelos e o Dr. Octavio Soares, ambos médicos da mesma Repartição que foram enviados para verificar os casos suspeitos e tomar as providências no campo da profilaxia. Essa comissão de médicos “partiu desta capital no dia 28 de agosto e voltou no dia 30 do mesmo mês, demorando-se, portanto, em Campina Grande, apenas um dia!”²¹⁶¹ O que esses médicos fizeram numa cidade de 10.000 habitantes em apenas um dia para combater a terrível epidemia? O que lá viram e fizeram? Não se sabe, pois não apresentaram nada ao governo e nem publicaram nada a imprensa.

Em entrevista concedida ao colunista do jornal “*A Imprensa*”, o diretor da Repartição de Higiene, José Teixeira de Vasconcelos expõe que: “nós, ambos, ali chegando, cumprimos o nosso dever, cuidando de isolar os doentes e mandando fazer a desinfecção das ruas onde

²¹⁵⁶ DELORT, Robert. Que a peste seja do rato!. In: **As doenças têm história**. Apresentação Jacques Le Goff, Tradução Laurinda Bom, Lisboa: Terramar, 1985.p.111.

²¹⁵⁷ Op.cit. p.111.

²¹⁵⁸ Uma calamidade iminente: a bubônica em Campina Grande. **A Imprensa**, n.15, p.2, 3 de outubro de 1912.

²¹⁵⁹ OLIVEIRA, I.B.. Os médicos e os ratos: a bubônica em Campina Grande e a instauração de uma estética do medo. **Jornal Brasileiro de História da Medicina**, v. 12, p. T61-61, 2008. p.12.

²¹⁶⁰ MAROJA, Flávio. Educação sanitária. In: MAROJA, Flávio. **Semana Médica**. Paraíba: Imprensa Oficial, 1927, pp. 7.

²¹⁶¹ Uma calamidade iminente: a bubônica em Campina Grande. **A Imprensa**, n.15, p.2, 3 de outubro de 1912.

se davam os casos da doença desconhecida.”²¹⁶² Quando retornara de Campina Grande, o diretor da Higiene fora questionado sobre a veracidade dos boatos referentes à incidência da Peste Bubônica em Campina Grande, este respondeu da seguinte forma:

Tudo me leva, infelizmente, a lhe assegurar isto. Quando voltei de Campina Grande trazia esta convicção, o agora que chegam aqui informações, particulares é verdade, mas de pessoas de todo crédito, eu não posso deixar de acreditar na existência da peste. Quando comissionados em Campina Grande, e o dr. Octavio Soares, observamos que os doentes apresentavam todos os sintomas de bubônica: febre alta, delírio, dores pelo corpo, e, finalmente seus bubões. Antes de aparecer o primeiro caso, verificou-se a epizootia, a mortandade dos ratos- sinal evidente da bubônica.

Apareceu grande quantidade de ratos mortos nos armazéns de algodão dos snrs. Zumba Monteiro, João Vieira e F.H. Vergara & Cia; e, na própria casa do snr. Augusto de Britto Lyra- que foi a primeira vítimas. Um empregado desse armazéns, logo depois que retirou os ratos mortos, foi acometido do mal e morreu. Já há notícia de 16 casos, sendo 9 fatais. Os médicos dr. Gondim e dr. Chateaubriand não tem duvidas sobre a existência da bubônica em Campina Grande.²¹⁶³

No decorrer da entrevista, o diretor explica o seguinte: “logo que ocorreu a suspeita da peste bubônica pedi para o Rio de Janeiro a encomenda de 100 tubos de sorum anti-pestoso. Esse pedido já chegou aqui e fiz imediatamente para 50 tubos.”²¹⁶⁴ É importante destacar que, a vacina contra este mal tinha sido inventada no início do século XX e servia apenas para a prevenção da doença e não para a cura dos já infectados. Além disso, como vimos, foram enviados apenas a metade dos tubos, que se tratou da quantidade de cinquenta tubos de *sorum antipestoso*, ou seja, não eram absolutamente nada tendo em vista uma população de 10,000 habitantes vivendo em condições insalubres. Além de serem poucos os tubos enviados a Campina Grande, outro problema se fez presente no período, a quantidade de pessoas para aplicar os poucos tubos de soro. Deste modo, identificamos na entrevista do diretor da Higiene ao jornalista:

J.I.- O delegado de higiene em Campina Grande é o dr. Chateaubriand Bandeira de Mello?

J.V.- O dr. Chateaubriand já exerceu esse cargo

J.I. – Hoje deve ser o dr. José Evaristo da Costa Gondim.

J. V.- Não me consta que o Dr. Costa Gondim seja o delegado de higiene ali.

J. I. – Compreendo dr. não há delegado de higiene em Campina Grande.

J.V- Hontem seguiram para lá o dr. Seixas Maias, delegado extraordinário comissionado pelo governo, e o dr. Lemos Junior, médico da Higiene.²¹⁶⁵

A leitura do trecho acima permite concluir que, nem sequer existia um delegado de higiene na cidade, contrariando o art. 4º, capítulo I do regulamento n.494.²¹⁶⁶ O que deveria

²¹⁶² Idem.

²¹⁶³ Idem.

²¹⁶⁴ Idem.

²¹⁶⁵ Uma calamidade iminente: a bubônica em Campina Grande. **A imprensa**, n.15, p.2, 3 de outubro de 1912.

²¹⁶⁶ Segundo o art. 4º, capítulo I, do regulamento n.494, “o terceiro districto, tendo sede em Campina Grande, e administrado por um Delegado de Higiene, será constituído pelos municípios de Umbuzeiro, Cabaçeiros, S. João do Cariry, Soledade, Taperoá, Picuhy e Alagoa do Monteiro.”

ser algo permanente, segundo o regulamento de 1911, a função de diretor de higiene em Campina Grande, tornou-se extraordinária por força do evento de natureza epidêmica. Dessa forma, a incidência da peste em Campina Grande desnudava as fragilidades deste regulamento, em que as *letras da lei* não eram postas em prática. Além disso, é possível perceber a carência de recursos materiais e humanos das instituições do estado responsáveis pelo enfrentamento das epidemias, pois, de acordo os redatores do jornal *A Imprensa*, os “meios que dispõe não são absolutamente suficientes e nem de todo eficazes a profilaxia desta Cidade”.²¹⁶⁷

No transcurso do mês de outubro de 1912, os telegramas do jornal *A imprensa* informavam que, a Peste Bubônica, embora de caráter benigno, “continua a acometer em Campina Grande. Já vinte e uma (21) pessoas faleceram da peste.”²¹⁶⁸ Diante do aumento do número de mortos e doentes, o governo estadual enviou, na data de 02 de outubro de 1912, uma nova comissão à Campina Grande, formada pelos médicos Seixas Maias e Lemos Júnior, com o objetivo de debelar a epidemia. No entanto, até o dia 08 do mesmo mês, as medidas profiláticas continuavam restritas ao isolamento dos doentes e a desinfecção dos vagões da *Great Western*. Diante da estagnação econômica causada pela peste e da ineficiência dos poderes públicos no tocante ao combate a epidemia, os comerciantes de Campina Grande firmaram contrato com um médico de Recife, o Dr. Octávio de Freitas, para “firmar o diagnóstico da peste e determinar mais seguramente quais os meios preventivos e defensivos para afastar o terrível morbus.”²¹⁶⁹ Desta forma, podemos observar um sinal da incredulidade da população com a relação a uma atuação mais eficiente dos poderes estadual e municipal no combate a epidemia.

Até o dia oito do mês de outubro do mesmo ano não haviam sido tomadas medidas rudimentares para debelar a peste, como a desinfecção dos carros da companhia *Great Western* e o isolamento dos enfermos, assim informara o Dr. Paulo Afonso em artigo publicado pelos jornais *O Norte* e *A Imprensa*. Neste ponto, o Dr. Paulo Afonso questionava: “Ora, como poderá ficar extinto um mal sem estas duas grandes medidas de rudimentar higiene: - o isolamento e a desinfecção?”²¹⁷⁰ Neste artigo, o Dr Paulo Afonso eximia da responsabilidade os médicos comissionados pelo governo do estado, Seixas Maia e Lemos Júnior, os quais teriam, mediante inquérito, ordenado a retirada dos lixos dos quintais e a desinfecção de todos os prédios da cidade, contudo, a municipalidade não teria cumprido tais ordens. A grande crítica feita ao poder municipal residia no fato de que era a “cidade grande, muito habitada, ponto terminal da estrada de ferro, afluindo para ali, devido o aumento do comércio, grandes massas de pessoas de todas as partes, não possui o mais insignificante serviço de higiene.”²¹⁷¹ A organização do serviço municipal de higiene seria importante para fiscalizar e coibir hábitos prejudiciais a saúde do homem existentes nas cidades, como as casas sem latrinas, quintais sem esgotos, açudes sem sangradouro, receptáculo de todas as dejeções das ruas e hotéis sem asseio. A crítica atingia a omissão dos poderes locais no campo da higiene, no caso, a atuação do governo do Cristiano Lauritzen.

Segundo as informações apresentadas por Lenilde Sá, o presidente do estado, João Machado, percebendo a gravidade da epidemia e os prejuízos econômicos que dela resultaram, solicitou auxílio ao governo federal para combater a peste. Em resposta aos apelos do governo estadual, a Comissão Federal, comanda pelo médico Garfield de Almeida, chegou à Paraíba no dia 25 de outubro de 1912, já no governo de Castro Pinto e, praticamente dois meses após os envio dos primeiros comissionados da Repartição de Higiene. Em Campina Grande, a Comissão Federal, auxiliada pela força policial, tomou as seguintes medidas:

²¹⁶⁷ A bubônica em Campina Grande, **A imprensa**, n.18, p.2, 14 de outubro de 1912.

²¹⁶⁸ A bubônica em Campina Grande, **A imprensa**, n.16, p.2, 7 de outubro de 1912.

²¹⁶⁹ Idem.

²¹⁷⁰ Peste bubônica, **A imprensa**, n.17, p.2, 10 de outubro de 1912.

²¹⁷¹ Idem.

A criação de um hospital de isolamento, inaugurado com o nome de Epitácio Pessoa; o isolamento hospitalar dos doentes de peste bubônica; a obrigatoriedade do atestado de óbito(que só poderia ser emitido pelos médicos da comissão); serviços de desinfecção, expurgo, de vacinação preventiva e de cura; o acondicionamento de todo o algodão nos armazéns da *Great Western* e a desinfecção diária dos comboios da que se dirigiam a capital e a cidade do Recife.²¹⁷²

A comissão federal organizou medidas de prevenção, como a desinfecção dos espaços e o isolamento dos doentes, já quanto ao tratamento, os métodos utilizados na época não eram os mais eficazes, pois o tratamento mais eficaz era o uso da quimioterapia (sulfamidas e antibióticos) produzida a partir da década de 30. Politicamente, a referência nominal a Epitácio Pessoa dada ao hospital de isolamento sinaliza a transição das oligarquias na Paraíba em pleno auge da incidência da epidemia com a saída do grupo Machado Leal, ao final do governo João Machado em 22 de outubro de 1912, e a ascensão do grupo Neiva-Pessoa-Lucena, comanda pelo oligarca Epitácio Pessoa e iniciada com o governo de Castro Pinto. Pelo visto, os desequilíbrios sociais e econômicos causados pela peste em Campina Grande afetaram também a dinâmica política da Paraíba.

Considerada extinta em 10 de novembro de 1912, a incidência da peste bubônica em Campina Grande desnudou as fragilidades do recém-inaugurado Serviço de Higiene Pública do Estado da Paraíba, pois, segundo Sá, este “era incipiente, centralizado na cidade de Paraíba e dependente do governo federal.”²¹⁷³ Além do mais, suas ações foram consideradas insuficientes, dando visibilidade à imagem de um governo que não tinha capacidade de resolver problemas sociais mais sérios de saúde pública: a falta de políticas de saúde e de higiene, pois eram precários os seus serviços de higiene, como também eram inexistentes as políticas de combate às doenças.

Com a passagem da Peste Bubônica por Campina Grande, fica constatada a deficiência do Serviço de Higiene Pública que, se mostrou incapaz de combater a epidemia, por isso, recorreu a uma atuação mais eficaz por meio da Comissão Federal. Além disso, é notória a ausência dos serviços de higiene no interior, pois as ações da Repartição da Higiene eram centralizadas na capital. Como vimos, as ações da Repartição de Higiene no interior apresentavam as seguintes características: temporárias, pontuais e imediatistas, ou seja, sem planejamento, apenas em caso de situações epidêmicas era que se enviava os comissionados da repartição para adotar algumas medidas superficiais. A seguir, veremos como se posicionou a Repartição de Higiene diante da incidência da Influenza Espanhola em Paraíba do Norte em 1918.

A influenza espanhola na cidade de Paraíba do Norte, 1918

Em 1918 ocorreu a pandemia de gripe denominada Influenza Espanhola. Esta pandemia também se fez presente no Brasil e na Paraíba, provocando algumas tensões de ordem política e social. No Brasil, a doença chegou ao Brasil através de um vapor de bandeira Inglesa, o Demeara. Este navio atracou-se sucessivamente nos portos de Recife, em Salvador e no do Rio de Janeiro, então capital federal. Com isto, observou-se que, “como alguns tripulantes já estavam gripados foi apenas questão de tempo para que a epidemia gripal

²¹⁷² Sá, Lenilde Duarte, et **Parahyba**: uma cidade entre miasmas e micróbios. O Serviço de Higiene Pública: 1895-1918. Tese de doutorado. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP/USP), 1999. p.232-233.

²¹⁷³ Sá, Lenilde Duarte, et **Parahyba**: uma cidade entre miasmas e micróbios. O Serviço de Higiene Pública: 1895-1918. Tese de doutorado. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP/USP), 1999. p.233.

atingisse os três portos supracitados, alastrando-se em seguida para os estados da Paraíba e Espírito Santo.²¹⁷⁴

No início do mês de agosto de 1918, já se registravam centenas de casos nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, incluindo uma grande quantidade de mortos ocasionados pela mesma. A proximidade da influenza, com inúmeros casos confirmados no vizinho estado do Pernambuco, fez com que a população da capital paraibana ficasse polvorosa, embora fosse a influenza fosse denominada benigna. A doença recebeu popularmente varias denominações, dentre as quais: gripe, influenza, resfriado, constipação, urucubaca, esta passou a atacar milhares de homens e mulheres que pensavam portar uma simples gripe.

O primeiro caso de influenza na capital paraibana foi divulgado pelo jornal *A Imprensa* em sua edição do dia 26 de outubro de 1918, o referido jornal descreve os sintomas apresentados por um marinheiro, mais precisamente, um dos homens que descarregavam os navios, Francisco Firmino Lopes que, em seu compadecimento físico, apresentou “manifestação súbita de tonturas, calafrios, dores imprecisas no corpo, atonia muscular, dores de cabeça intensas e elevação da temperatura (40º e mais) e dores na garganta com inflamação.”²¹⁷⁵ A gravidade do caso residia na duração mais extensa dos sintomas do que a de uma simples gripe, como também, “nas complicações sob a forma de bronquite capilar e pneumonia, onde pode resultar a morte.”²¹⁷⁶

A Pandemia de gripe “A influenza” também irrompeu na capital paraibana em 1918, com o número de 209 óbitos entre os meses de outubro e dezembro do referido ano. Nos primeiros meses de 1919, ainda foram registrados 39 óbitos, perfazendo um total de 248 vítimas fatais no total de 50 mil habitantes. A influenza irradiou-se rapidamente pelo interior da Paraíba, mas com natureza benigna em quase todas as localidades por onde passara. Segundo José Américo Almeida, o caráter benigno da influenza na Paraíba deveu-se a “excelência do nosso clima”, uma vez que, inexistia “aparelhamento sanitário. No geral, a maioria das vítimas eram indigentes.”²¹⁷⁷

Os “Indigentes”, os “operários”, os “proletários” e os pobres, este era o universo social dos acometidos pela influenza descrito pelos jornais *A Imprensa* e *A União*²¹⁷⁸. Por que será que os doentes, em sua maioria, pertenciam à classe social considerada “baixa” ou “pobre”? Por que os ricos não contraíram a Influenza Espanhola? As matérias dos jornais sempre classificam os *influenzados* como membros das classes pobres, aos quais faltariam alimentos e remédios. Havia um silenciamento quanto à manifestação da epidemia no grupo de elite.

No cenário da epidemia, considerava-se que os pobres seriam mais suscetíveis ao contágio da doença. Neste sentido, o discurso assistencialista de ajuda aos pobres passou a ser recorrente entre as autoridades nesta época, assim identificamos no pagamento dos funcionários por parte do governo estadual, ato natural e obrigatório do empregador para com seus funcionários que, foi considerado, pelo jornal *A União*, algo *louvável e filantrópico*,²¹⁷⁹ como se o pagamento dos funcionários fosse um ato de caridade empreendida pela vontade pessoal do presidente do estado e, principalmente, como se fosse uma ação de controle e minimização dos efeitos da epidemia no estado.

A profilaxia e o tratamento da *influenza* foram bastante discutidos pelo jornal *A União*. Por sugestão do médico higienista Flávio Maroja, o referido jornal publicou uma entrevista do médico pernambucano João da Costa ao “Jornal do Recife”. O médico João da Costa expõe

²¹⁷⁴ BERTOLLI, F. C. **A gripe espanhola em São Paulo, 1918: epidemia e sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.p.89.

²¹⁷⁵ *A Imprensa*, 26 out. 1918.

²¹⁷⁶ Idem,

²¹⁷⁷ ALMEIDA, José Américo *de*. **A Paraíba e seus Problemas**. Paraíba do Norte, Imp. Oficial. 1923.p.238.

²¹⁷⁸ Ver: A Influenza espanhola, *A União*, n.225, 12 de out. 1918;*A Imprensa*, 21 nov. 1918.

²¹⁷⁹ *A União*, n.225, 12 de out. 1918;

em ordem alfabética as medidas profiláticas necessárias para evitar o contágio da doença.²¹⁸⁰ Além das recomendações básicas que eram “lavar a boca e as narinas, uma ou mais vezes ao dia”, constam-se outras, como:

Observar diariamente o funcionamento do intestino, corrigindo-o se necessário. Evitar a permanência em lugares públicos com aglomeração de pessoas e casas sujeitas à pouca ventilação. Evitar a inalação de poeira. Evitar o contato com objetos pertencentes ao doente, principalmente travesseiros, copos, talheres. Evitar o contato buço-nasal muito freqüente pelo beijo. Fazer uso diário de limonadas. Evitar fazer visitas aos doentes. As pessoas que cuidam dos doentes devem adotar cuidados higiênicos, evitando o contato muito próximo com o enfermo. Pessoas acometidas pela doença, devem permanecer em casa até o completo restabelecimento, para não oferecer o perigo do contágio aos demais semelhantes.²¹⁸¹

O médico paraibano Flávio Maroja, acrescentando outras medidas profiláticas, considera conveniente que, se fizesse a irrigação das nossas ruas, principalmente as mais transitadas, tendo em vista que, as nuvens de poeira contêm no seu seio germes de grande quantidade de moléstias. Além disso, fazia-se necessário que se proibisse, a “varredura, a seco, das mesmas ruas, como o faz em pleno dia a municipalidade.”²¹⁸² No que diz respeito ao tratamento dos *influenzados*, em geral, os médicos receitavam “os sais de quinina,²¹⁸³ a antipirina, a fenacetina”²¹⁸⁴, mas, G. Lemoine recomendava, com preferência, o bromidrato. Além da referida medicação, o limão e o repouso faziam parte da terapêutica prescrita aos doentes. Sobre a influenza na capital paraibana, o articulista do jornal *A União* considera que, “a esses mesmos enfermos tem faltado assistência médica e o mesmo auxílio alimentar mandado distribuir pelo governo.”²¹⁸⁵ Contraditoriamente, o jornal, órgão oficial do governo do estado, sai em defesa do governo estadual, ao afirmar que, “dia a dia se acentua os esforços do chefe do Estado reiterando às autoridades sanitárias e policiais as suas enérgicas recomendações, no sentido de não faltar assistência e medicamentos aos atacados.”²¹⁸⁶ Para o articulista do jornal, o número de óbitos seria apenas uma exceção, uma vez que o governo estava cumprindo o seu papel, embora estivesse faltando assistência médica aos poucos indivíduos que faleceram.

Todavia, se para o jornal *A União* o governo estaria cumprindo sua função de controle e combate da influenza, através da Repartição de Higiene, para o jornal *A Imprensa*, em sua edição de 21 de novembro de 1918, estava o ocorrendo o contrário, o governo estava sendo negligente, pois a “saúde pública na Paraíba está a cargo de uma Repartição inadequada e em condições de colimar a sua finalidade.”²¹⁸⁷ Nas considerações feitas pelo jornal *A Imprensa* sobre o “Serviço de Higiene,” observamos que este era “inadequado em cuja atuação funesta, encontrou sérias barreiras no tratamento da doença que graças à negligencia de uma Repartição desvalida que não poderia garantir sequer certa imunidade contra a influenza.”²¹⁸⁸ Embora fosse o Serviço de Higiene Pública da Paraíba considerado ineficiente pelo jornal *A Imprensa*, verificamos que foi sob a orientação deste órgão que o governo

²¹⁸⁰ *A União*, n.238, 29 de out. 1918;

²¹⁸¹ *Idem*,

²¹⁸² *Idem*.

²¹⁸³ O quinino era um medicamento muito utilizado desde o período colonial para o combate das diferentes doenças, dentre as quais as febres e a malária (BERTUCCI, 2003).

²¹⁸⁴ *A União*, n.238, 29 de out. 1918.

²¹⁸⁵ *Idem*

²¹⁸⁶ *Idem*.

²¹⁸⁷ *A Imprensa*, 21 nov. 1918.

²¹⁸⁸ *Idem*

estadual decretou “a suspensão temporária das aulas públicas, o fechamento do cinema, a suspensão do Prado e qualquer outro lugar em que o ar não circulasse livremente ou que reunisse uma grande quantidade de pessoas.”²¹⁸⁹ Neste sentido, em acordo com o arcebispo, o governo estadual adotou as seguintes medidas:

Igrejas devem ser rigorosamente limpas e desinfetadas, atos religiosos só serão permitidos pela manhã, não devendo ser muito prolongados. Não se permitirão festas, romarias e aglomeração de povo. Igrejas não se abrirão depois das seis da tarde. Mesmas condições podem permitir culto evangélico.²¹⁹⁰

A Diretoria de higiene, segundo o articulista do jornal *A União*, não deveria deixar de adotar como “medida das mais positivas e inadiáveis a distribuição em certas ruas dos nossos bairros mais populosos, principalmente, Jaguaribe, Riacho e Rogger de remédios aos atacados de influenza.”²¹⁹¹ Para o jornal *A União*, a Diretoria de Higiene deveria distribuir remédios e alimentos para os doentes dos bairros mais pobres da cidade. Neste ponto, o governo estadual, dentro de suas possibilidades econômicas, apenas tomou a seguinte medida: a distribuição de recursos materiais entre os mesmos (influenzados) que já tinham médico e remédio a sua disposição.²¹⁹² Este auxílio aos doentes deveria ser ministrado pelo Sr. Cel. Jacyntho Cruz, da confraria de São Vicente de Paulo.²¹⁹³ O novo auxílio prestado pelo governo era suficiente para atender as reais necessidades dos doentes? Se existia o Serviço de Higiene Pública da Paraíba, órgão responsável pelas medidas profiláticas e terapêuticas necessárias ao combate da epidemia, por que estes recursos foram entregues a um sujeito particular?

A atuação do governo estadual no âmbito da saúde constituía-se enquanto conjunto de ações assistencialistas e preventivas, em que a preocupação primordial das autoridades era mais impedir o alastramento da epidemia, ou seja, não existia a devida intenção de curar os sujeitos afetados pela doença. O assistencialismo evidenciava-se na distribuição de alimentos aos pobres doentes. Junto ao assistencialismo, o presidente do estado desenvolveu uma atitude personalista no cenário da polvorosa epidemia, como observamos no trecho a seguir: “ligando ao acaso a importância com que s. exc. trata todas as coisas que se relacionam com os destinos de seus governados, transportou-se ontem de Cabedelo a esta cidade, consagrando desde o momento de sua chegada pelo horário das 7,40 até o meio dia a visitas às casas dos pobres acometidos da influenza, em companhia do diretor de Higiene.”²¹⁹⁴ O personalismo do presidente traz em si a ideia de que o estado, identificado diretamente com o executivo, é o único capaz de resolver todos os problemas dos seus governados, sendo o provedor das necessidades dos pobres desvalidos. Ocorreu, neste caso, uma supervalorização do governante e de sua administração. Tal postura política decorreu de estilos políticos marcados por um líder que tende a desqualificar as instituições democráticas.

A construção da imagem do presidente nas páginas do jornal *A União* enquanto político “bondoso”, “generoso”, que visita os pobres doentes, reflete a persuasão dos governados mediante a produção de imagens acerca do político. Isto porque, para Balandier, o poder não se mantém somente pela força física:

O poder estabelecido só pela força, ou sobre a violência não domesticada, teria uma existência constantemente ameaçada; o poder iluminado apenas pela luz da razão teria

²¹⁸⁹ SOARES Jr., Azemar Santos. **Corpos Hípidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924)**. Dissertação de Mestrado/UFPB, João Pessoa, 2011.p.70.

²¹⁹⁰ A Influenza, **A União**, n. 237, 27 de out. 1918.

²¹⁹¹ Idem,

²¹⁹² A Influenza espanhola, **A União**, n.225, 12 de out. 1918;

²¹⁹³ Idem,

²¹⁹⁴ Idem,

pouca credibilidade. Não consegue manter-se nem pela autoridade brutal, nem apenas pela justificação racional. Não se faz nem se mantém senão pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização num quadro cerimonial.²¹⁹⁵

A imagem do presidente do estado construída nas páginas do jornal *A União* demarca a intenção de fazer propaganda do político e de sua administração mediante a exposição da pessoa do político em seus momentos de aparição pública, em que seu gesto “bondoso” passa a ser identificado com a figura do governante. Contudo, nos momentos dolorosos propiciados pela epidemia, a ausência do estado enquanto agente promotor da saúde pública fazia com que outros atores sociais procurassem preencher o vazio deixado pelo governo paraibano. Neste sentido, comerciantes, igrejas, médicos e pessoas comuns, adotaram praticas diversas para ajudar com medicamentos e alimentos os influenciados. Desta forma, a Associação Comercial e a Maçonaria “resolveram agir conjuntamente para o fim de auxiliar o governo na debelação da epidemia.”²¹⁹⁶ A associação comercial contribuiu com mais de dois contos de réis para a compra de remédios e alimentos para os acometidos pela enfermidade, já os médicos também se organizaram para ajudar o governo no combate à epidemia, a comissão formada por estes profissionais ficou encarregada de percorrer as ruas da cidade, visitando os doentes e “fornecendo o cartão para a aquisição de alimentos.”²¹⁹⁷

Outros atores sociais também se envolveram nessa luta contra a moléstia, como os membros da Igreja Católica e o Monsenhor Odilon Coutinho, tesoureiro da *Comissão central de socorros aos influenciados*,²¹⁹⁸ responsável pela arrecadação de dinheiro para a compra de remédios e gêneros alimentícios para ser distribuídos entre as famílias pobres que tivessem sido afetadas pela influenza. Dentre os contribuintes para a comissão, observamos na lista nomes de entidades como a Associação Comercial, o Governo do Estado, o Serviço de Higiene Pública, o Seminário Provincial e a Prefeitura da Capital. Os coronéis Antonio da Silva e Mello, Orestes Cunha, Candido Bezerra de Meneses e Antonio Mendes Ribeiro, também fizeram suas contribuições, assim como algumas senhoras da alta sociedade. Desta forma, a doença, segundo Peter & Revel, “pode ser o lugar privilegiado de onde melhor se observa a significação real dos mecanismos administrativos ou das práticas religiosas, as relações entre poderes, ou a imagem que uma sociedade tem de si mesma.”²¹⁹⁹

A passagem da epidemia pela cidade da Paraíba demonstrou como era ineficiente o *Serviço de Higiene Pública*, órgão este, institucionalizado e organizado desde 1911, porém, incapaz de tomar atitudes mais eficazes diante das graves enfermidades que assolaram o estado. Neste cenário, a atuação do governo estadual, via *Serviço de Higiene Pública*, restringiu-se a mera distribuição de alguns poucos medicamento e a doação de dinheiro para a *Comissão de Socorros aos Influenciados Pobres*.

Considerações finais

Na Paraíba, o regulamento de 1911 não significou um processo de institucionalização dos serviços sanitários em âmbito estadual, embora estivesse previsto, a letra da lei não resultou na criação e no funcionamento regular dos serviços sanitários em todo o território estadual. As ações do Serviço de Higiene Pública do Estado da Paraíba eram marcadas pela duplicidade: na capital, suas ações eram regulares, abrangentes e planejadas; já no interior,

²¹⁹⁵ BALANDIER, G. **O dédalo**. Para finalizar o século XX. Tradução de Suzana Martins. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1999. p,21-22.

²¹⁹⁶ **A União**, n. 239, 30 de out. 1918.

²¹⁹⁷ Idem,

²¹⁹⁸ Ver **A Imprensa**, 10 de Dez. 1918.

²¹⁹⁹ PETER, Jean Pierre; REVEL, Jacques. O corpo: o homem doente e sua história. In: LE GOFF, Jacques. **História_** Novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.p.144.

suas ações eram temporárias, pontuais e imediatistas, sem o devido planejamento e, motivadas pela iminência da ocorrência de algum evento de natureza epidêmica. Desta forma, corroboramos com a tese de Lenilde Sá de que o regulamento n. 494 significou a institucionalização dos serviços sanitários, no entanto, esta institucionalização foi restrita a capital, ficando o interior ausente deste projeto de construção e institucionalização dos serviços de saúde.

Em suma, o regulamento n. 494 representou um processo de institucionalização dos serviços de saúde na *Paraíba do Norte* (capital) e não a institucionalização dos serviços de saúde da Paraíba. Sendo, portanto, mais coerente o uso do termo *Serviço de Higiene Pública de Paraíba do Norte*, ao invés da utilização do termo *Serviço de Higiene Pública da Paraíba*, para se referir ao órgão criado pelo referido regulamento. De fato, o processo de institucionalização dos serviços de saúde da Paraíba ocorre somente nos anos 20, com a efetiva penetração do governo federal e da Fundação Rockefeller no interior do estado, promovendo ações regulares e contínuas no campo da saúde e da higiene.

A TESTEMUNHA DO OUTRO SEXO: UMA ANÁLISE DE GÊNERO SOBRE O RELATO DE SI EM UMA EXPERIÊNCIA DE CASO

Andréa Bandeira²²⁰⁰

andreasbandeira@uol.com.br

Resumo: A experiência da “(re)resignificação” é um debate constante entre os estudiosos que lidam com a construção dos relatos de si. Em *O “eu-herói” versus o “outro-herói”: o gênero da memória e da história*, iniciou-se o debate sobre o papel histórico e coletivo de indivíduos e sociedade na construção da memória; o “se contar” é uma resultante genérica naquilo que a memória coletiva intenta preservar de si. O “se contar”, ao tecer seu auto-retrato – o trabalho meticuloso do sonho de se projetar, recebeu da comunidade seu cunho de moralidade, e da História, emprestou o dado estruturado. Este artigo pretende avançar no debate, desde então, para pensar sobre a memória e o “se contar”, a experiência e a (re)resignificação em tempos de revisitação e transição, notadamente, quando as fronteiras do objeto – a feminina – são os avanços dos movimentos de mulheres *empoderadas* em meio ao discurso conservador que afirma o masculino hegemônico no palco da história do Golpe de 1964 revisitada. Apresenta-se a hipótese de que a memória tem sexo; o sexo da memória é o sexo socialmente dominante; o “se contar” da feminina é amalgamado pelo discurso prevalecente do masculino. Para tal, retomam-se algumas obras clássicas sobre o tema da Memória e da História; apoiam-se nas estudiosas Colette Guillaumin, Heleieth Saffioti, Margareth Rago, Paola Tabet para se confrontar a proposta da episteme feminista da abordagem de Gênero com o pensamento científico binário dominante, concluindo-se com a análise da oralidade de uma mulher entrevistada para a pesquisa *Resistência cor-de-rosa-choque*, Nida, como gosta de se chamar.

Palavras-chave: 1. Memória e Resistência da Memória; 2. Sexo-gênero; 3. Teoria da História; 4. História das Mulheres.

Estamos sempre vivendo tempos outros. Se nos roubam o momento, o (re)inventamos e nos apoderamos dele mais uma vez, narrando as nossas próprias vidas, fazendo memórias... fazendo história.

Sobre a experiência feminina do “relato de si”

Este artigo parte do pressuposto de que as ideias apresentadas em *O “eu-herói” versus o “outro-herói”: o gênero da memória e da história*²²⁰¹ permanecem fundamentais e se solidificam com a análise da oralidade na memória de uma mulher objeto de entrevista e de história narrada em *Resistência cor-de-rosa-choque: militância feminina no Recife, nos anos 1960*.²²⁰² Nida,²²⁰³ compõem o elenco de mulheres sujeitas de narrativa, juntamente com outras entrevistadas pela autora. Diferentes mulheres

²²⁰⁰ Universidade de Pernambuco/NUPEGE

²²⁰¹ BANDEIRA, Andréa. “O ‘eu-herói’ versus o ‘outro-herói’: o gênero da memória e da história”. *Historien Revista Acadêmica*, n 7, ano IV, mai-nov.2012, pp 165-191. <<http://www.revistahistorien.com>>.

²²⁰² BANDEIRA, Andréa. *Resistência cor-de-rosa-choque: militância feminina no Recife, nos anos 1960*. Tese de História. Salvador: UFBA, 2012.

²²⁰³ Neste artigo usarei os apelidos das entrevistadas em razão da crítica historiográfica, que não fazia parte da motivação da entrevista e em respeito às suas memórias cedidas. Optarei, inclusive, sempre que possível, por construir a narrativa a partir da montagem da oralidade, mais do que usar a transcrição direta.

acrescentam à lista, porém são fontes de outros arquivos emprestados à Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ, Recife-PE).

Essas mulheres formaram na narrativa da tese um grupo, mulheres militantes na cidade do Recife, nos anos 1960. Unidas na longa narrativa, essas mulheres tinham memórias em comum que transformaram suas vidas em história, quando se parte do pressuposto de que o fio condutor dessa ciência do acontecido é um evento coletivo. Coletivo porque tecido social e coletivo porque urdido no pensamento social, um fato de muitos fatos que se pode contar porque se pode alcançar, mesmo quando o tempo passou, e construir sentido social.

Separadas, essas mulheres são vidas tecidas no tempo e no espaço da memória, cada qual cumprindo o seu papel de indivíduo na história. Ao exercerem o ato do “se contar”, ultrapassaram o ideal patriarcal que reforça o seu estado de natureza. Transitaram do mundo do privado, onde impera a necessidade e a anonimato,²²⁰⁴ e moveram as teias de poder que as separavam do mundo do público, do reino da liberdade e da igualdade conquistado pelo verbo em ação: “A linguagem e o discurso são instrumentos fundamentais por meio dos quais as representações sociais são formuladas, veiculadas, assimiladas, e de que o real-social é construído discursivamente”.²²⁰⁵ Ao fazerem os relatos de si, essas mulheres deixam pistas que se transformam em caminhos para a história.

Ao se contarem, essas mulheres deixam *sinais* de si e do mundo nos detalhes das suas falas, *falhas da memória*, que nos remetem ao tempo e ao lugar *do fato* em que se inserem. Essas mulheres participam de uma roda em que a memória que se guarda e se utiliza é ela mesma um produto social, pensado quando um modo de pensamento possibilita realizá-lo. A memória se apresenta como um *dèja vu* de uma experiência atravessada de vida pessoal e social e contém todos os elementos do presente que liberam a lembrança. Esta lembrança se eterniza nos vestígios e se atualiza no processo do conflito, permitindo as revisitações. O tempo da história é construído na linguagem e no discurso de que há uma memória comum e hegemônica do passado que foi fixado, transformado em realidade e em fonte e é, ao mesmo tempo, tempo presente.

Nota-se, ainda, uma estrutura intrínseca a toda narrativa eivada de esquecimento e subjetividade.²²⁰⁶ O que se busca é uma positividade dessa subjetividade feita de esquecimento do indivíduo social, em função dos paradigmas propostos pelo pensamento feminista que possibilitam a emergência das contradições, das dicotomias e da naturalização dos lugares de poder, bem como de quem os ocupam. Assim, ressaltar o conflito das relações de classe, sexo-gênero, geração, raça para superá-los.

Esta estrutura também pode ser observada nas narrativas de memória, porque estas carregam memórias de narrativas. Ou seja, na oralidade se constrói uma memória contada, utilizando-se um modelo apreendido; formatos de construção de memória estão na base da construção oral da memória e concorda-se que é possível perceber um *modus* de lembrar próprio da experiência das mulheres militantes, que permeia as suas narrativas de memória, dialogam com os seus passados e com os seus presentes das entrevistas. Um discurso que fala do “eu”, do “eu” que se lembra, das

²²⁰⁴ "Escrever [...] é inscrever-se, e fazer existir publicamente, o que no caso das mulheres assume uma grande importância, já que o anonimato caracterizou a condição feminina". RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismo, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas, SP: UNICAMP, 2013, p. 32.

²²⁰⁵ RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismo, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas, SP: UNICAMP, 2013, p. 30.

²²⁰⁶ “Compreender que esse sistema de imagens, e representações dos signos compõe o pensamento da lógica discursiva da identidade social dominante é fundamental para que os feminismos possam transformá-los e abrir novas possibilidades de ser. Se entendermos que os feminismos abrem outras possibilidades de subjetivação e de assistência para as mulheres, é necessário que levemos em conta a linguagem e o discurso, meios pelos quais se organizam a dominação cultural e a resistência. Não se trata de negar a ‘realidade’ e a ‘experiência’, reduzindo-as à resistência linguística, em ação social, ao determinar a ‘morte do sujeito’, como atacam os críticos do pós-estruturalismo, mas de desconstruir essas noções consideradas pré-discursivas, apontando para a sua historicidade [...], em relação à noção de experiência. [...] a experiência, portanto, deixa de ser vista como autenticidade do vivido, como evidência em si mesma, assim como o discurso deixa de ser considerado como mera abstração conceitual, reflexo da realidade, a partir de uma oposição binária que hierarquiza teoria e prática”. RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismo, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas, SP: UNICAMP, 2013, p. 31.

circunstâncias do “eu” e das circunstâncias do “outro”. Um diálogo que resulta dos conflitos e das *relutâncias*.

A experiência de historiar o “se contar”

O efeito ideológico não é, de forma alguma, uma categoria empírica autônoma, é a forma mental assumida por algumas relações sociais determinadas; o fato e o efeito ideológico são duas faces de um mesmo fenômeno. Uma Face é a relação social em que os atores estão reduzidos ao estado de unidade material apropriada [...]. A outra, a face ideológico-discursiva, é a construção mental que faz desses mesmos atores elementos da natureza: ‘coisas’ no próprio pensamento.²²⁰⁷

Resta analisar como essa estrutura da memória oral se apresenta, e se se apresenta como tal, de forma diversa, ou no mínimo híbrida, quando interferem as diferenças relacionadas ao sexo-gênero e à transformação do cenário político, desde as lutas feministas modificadoras das relações de poder, colocando em cheque valores do masculino hegemônico até o novo cenário político com a reabertura democrática após os 21 anos de ditadura militar. Ao utilizar como arsenal teórico a abordagem de gênero, “transversando” o modelo e o método da História Social, adota-se o entendimento de que as mulheres e os homens, pelas suas construções sociais e de sexo-gênero, arranjam recursos culturais diversos e deles dispõem quando se representam, e se revelam ao outro, e estão no mundo. Da mesma forma, no “se contar” interfere o *direito à memória*.

O século XX foi interessante, segundo escreveu Eric Hobsbawm. Para o historiador inglês e argonauta desse tempo, esse século foi prematuro e prematura foi a sua morte, como se a pressa de existir mais do que a própria existência fosse o seu caráter. Eu completaria que foi um século dramático, quando a história apenas precisou repetir as muitas previsões de diferentes analistas políticos oitocentistas. A pensar como Karl Marx, foi farsante. Aos olhos de Fiódor Dostoiévski, foi estúpido. Um século inegavelmente poético nas linhas de James Joyce. O mundo se debatia em contrações aceleradas e não reagia aos seus sopros iniciais de vida, demonstrou desde antes ao que tinha nascido e evaporou. Mulheres e homens pareciam acalentar sonhos fantásticos que cobravam com suas mortes. Assim eram as nações, assim eram as pessoas. E, no meio século, um jornalista olha para as mulheres que passeiam “domingamente” na Rua Nova, o *centro-chic* do Recife e declara:

Você é outra. A Sombra da que foi. Quem diria [...] o modelo-vivo-de-menina-bem-comportada, você que na opinião das mães era a essência de menina gênero bom partido, haveria algum dia de freqüentar **boites de nuit**, usar esses vestidos ideais para mostrar muito e esconder pouco? Sim, quem diria que você algum dia fumaria cigarros, dançaria mambo e beberia martinis [...] um novo penteado e um ar premeditado, dramático, de mulher por quem os homens se matam... (*sic*).²²⁰⁸

A sua inquietação lisonjeia, não fosse a sua malícia. Admite apenas o que já afirmou Simone de Beauvoir em *O segundo sexo*: “o problema da mulher sempre foi um problema de homens”.²²⁰⁹ Conclusão feita pela autora ao final de elencar as inúmeras obras de escritores homens sobre o papel e o lugar social das mulheres, observando a importância que a sua *domesticação* tem no interesse do *bem-estar* da sociedade, e a sociedade é feita para os homens. Naquele recorte, *espelho das mulheres*, a boa imprensa pernambucana espalha reflexos das mudanças e permanências nas condutas aceitáveis e até as previstas desobediências femininas, porque tem consciência que o excesso de cuidado gera a inquietude e a curiosidade de quem é sempre o assunto da conversa.

²²⁰⁷ GUILLAUMIN, Colete. “Prática do poder e ideia de natureza”. In: FERREIRA, Verônica *et al* (Orgs.). **Patriarcado desvendado**: teorias de três feministas materialistas. Recife: SOS Corpo, 2014, p. 31.

²²⁰⁸ FUNDAJ. Jornal **Diário de Pernambuco**, 03/04/1952, p. 6. Grifo do documento.

²²⁰⁹ BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009, p. 193.

Quem é o responsável pela sustentação das normas, quem é o zelador se confunde com quem é o educador e, muitas vezes, como no detalhe da escrita do *Diário*, com o comediante – misto de jornalista – sem descumprir sua *missão impossível*: alinhar as mulheres através dos discursos moralizantes. A leveza da fala não esconde o peso da crítica contundente.

Outra conclusão da autora feminista é “toda a história das mulheres foi feita pelos homens”,²²¹⁰ pois possuem o direito de se apoderarem delas e de suas posses. Sabe-se: “Só se pega publicamente o que nos pertence”.²²¹¹ As mulheres historicamente foram dominadas pelos homens para que estes pudessem se apropriar de sua prole. Nida, como outras mulheres observadas na pesquisa de tese, sentiu a sexagem²²¹² marcada nas suas lembranças, não muito diferente entre ela e elas, era quase uma e as mesmas memórias.

A recordação de Nida começa quando ela se lembra de lhe contarem e ela ver escrito num impresso oficial de cartório que nasceu em 22 de janeiro de 1945, numa cidade do agreste pernambucano. Frequentou a escola católica numa época em que a conscientização através da arte e uma onda educativa de base possibilitaram o avanço das lutas e a penetração dos ideais de justiça social, tendo como suporte os espaços de cultura popular, como palco o teatro de baixo custo e a rádio educativa, resultando na afirmação de Roberto Schwarz de que havia uma “hegemonia cultural de esquerda”.²²¹³ Foram diversos os movimentos de alfabetização de adultos e adolescentes desde a Era Vargas, as escolas de catequese da Ação Católica até o revolucionário método criado por Paulo Freire, em Pernambuco.

Iniciativas amplamente aproveitadas pelas esquerdas, absorvidas e requalificadas pelo povo, abraçadas por Nida. Menina crescida numa época em que um sentimento de querer saber parecia ondular no horizonte de homens e mulheres, quando se deslocavam toda a vida entre os engenhos de cana, as fazendas de café e de gado, ora fugindo de uma estiagem, saindo do sertão, ora compondo com a paisagem cinza da zona da mata na entressafra, adentrando outra vez na direção do sertão, subindo e descendo os caminhos das serras no intervalo do agreste. Um sentimento carregado por Nida desde sempre, quando se lembra do **seu pai, contando** que a **primeira palavra lida** na rua foi *Fratelli Vita*, juntando as letras nas sílabas. Uma recordação tão doce quanto o refrigerante de guaraná que a gente só tomava nas festas ou num mimo merecido quando se estava doente de cama. Foi assim que **Nida entendeu** desde cedo a **importância de ler, ouvindo o pai historiar** as poucas memórias de uma juventude vivida para ser esquecida. Mas ela sabe **dele contar** que, quando saiu de um lugarejo na zona da mata pernambucana, estava andando feliz ao lado do **irmão** que veio **buscá-lo** quando ficou só, **olhando a vó de Nida sumir no trem, indo para a capital se tratar para nunca mais. Aquele irmão** mais velho que o **pai** de Nida só via de vez em quando, **em visitas ocasionais à casa da mãe**. E naquele momento **ele ia contente, sem paradeiro, seguindo o irmão** que rumava para outra freguesia em busca de apenas arranjar **uma forma de alimentar o caçula**. E seguiu assim na companhia de uma família de outros retirantes, sertanejando, subindo a serra até a cidade das sete colinas, quando o **irmão** ficou para trás, separados por causa de um ferimento na mão, acidente numa pedra dum rio, que precisava de tratamento.

Assim é a memória de Nida, uma narrativa de passado masculino, onde os homens são os protagonistas e as lembranças de mulheres são lembranças partidas, onde imperam as partidas, as distâncias e pouco ou nada mais. Memórias guardadas na mesma estrutura dos filmes que assistia no cinema, alegria das noites da adolescente: O que era todos os dias mesmo era o cinema. **O pai** de Nida passava os dias na Comercial Ferreira Costa²²¹⁴ e as noites na bilheteria do cine, fazendo a alegria

²²¹⁰ BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009, p. 193.

²²¹¹ GUILLAUMIN, Colete. “Prática do poder e ideia de natureza”. In: FERREIRA, Verônica et al (Orgs.). **Patriarcado desvendado**: teorias de três feministas materialistas. Recife: SOS Corpo, 2014, p. 28.

²²¹² Sobre a apropriação do corpo das mulheres ver: FERREIRA, Verônica et al (Orgs.). **Patriarcado desvendado**: teorias de três feministas materialistas. Recife: SOS Corpo, 2014.

²²¹³ RIDENTI, Marcelo. “Cultura e Política: os anos 1960-1970 e sua herança”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano**: o tempo da ditadura, regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003,133-166, 143.

²²¹⁴ Loja de comércio de ferragens, fundada em Garanhuns, em 1884, pelo português João Ferreira Costa e irmãos.

gratuita de Nida e das amigas que a acompanhavam, para verem as películas e viajar nas imagens, porque com os rapazes só depois de formada no Magistério. Cada cena do longa-metragem era um pedaço de sonho que fazia a fantasia da menina-moça rodopiar. *Sissi*,²²¹⁵ assistiu os três! Não perdia as séries, sempre aos domingos. Recorda as aventuras de Tarzan.²²¹⁶ Mantinha uma agenda com os nomes dos filmes e dos atores, tudo ali “apontadinho”.

Essas aventuras românticas aparecem na forma como Nida *experiencia* e relata o encontro de seu pai com a sua mãe: Foi esse **o nome que o esposo deu para Maria**, a moça que encantou a vida de Antônio e com quem iniciou uma **família com sete rebentos**, na véspera da festa de São João. Uma família que por muito tempo não tivera, quando, então, passou a **“ser dono de si”**. Da mesma forma, o registro sobre a feminina reporta ao anonimato e à puerilidade: **“Ela era apenas Maria”**, e na sua **naturalidade cantava as marchinhas de carnaval** que aprendera nas idas ao Recife, onde gostava de ouvir **“falar o francês”**.

A força de Seu Antônio ainda se revela na constância com que se lembra da sua importância na formação das filhas: **“Adolescência era só o rádio e o cinema [...] não era só informação [...] o rádio] era a paixão do meu pai”**. E com **o pai, Nida aprendeu** a esperar pela programação em língua latina das rádios da Europa, **“Transmite Estocolmo Rádio Difusora da Suécia...”**. Ela e a irmã mais velha tinham os ouvidos ligados em tudo que era notícia e entretenimento. Na cidade natal não tinha ainda o ensino público para os cursos Normal e Técnico, o que muitas vezes foi um constrangimento só, porque **o pai fazia um esforço para manter as filhas** na escola e nem sempre **as freiras** observavam. Essa nota final de Nida sobre o comportamento das freiras em relação a si é recorrente: **Tão diferente era Nida, que botava em polvorosa as freiras do Colégio das Damas**.

Um protagonismo viril que não termina na infância ou na adolescência no seio da família. A marca do masculino atravessa a fala, materializa-se na imagem, se inscreve na literatura e se impõe ao método científico quando as palavras se esquecem de ressaltar o papel da feminina nos fatos ou quando as palavras reforçam a transitoriedade das mulheres em alguns lugares próprios dos homens.²²¹⁷

Por isso, a memória escolar de Nida continua quando trabalha como professora, **auxiliando** na equipe de alfabetização pelo rádio. Porque o papel ativo não lhe pertence, essa mulher falará de si sempre como a segunda: **Atuava junto com a irmã**, que começara antes nesse trabalho. A equipe não se estendia a ela, e na sua oralidade ela é sempre coadjuvante: “era um movimento coordenado pela CNBB,²²¹⁸ [...] características políticas [...] mas com vida própria [...] e **desenvolviam** um trabalho de educação [...] voltado para a alfabetização e consciência [das populações rurais]”.

²²¹⁵ MARISCHKA, Ernest. *Sissi*. Áustria, 1955. O épico narra a história romântica da Princesa Sissi, que conquistou o coração do Imperador, ao qual a sua irmã Helena fora prometida. No roteiro, os dois se apaixonam e vivem o drama de um amor impossível. Os outros dois filmes da trilogia continuam a história do casal até a coroação de Sissi, Imperatriz da Áustria. Foram lançados em 1956 e 1957, mantendo os principais atores no elenco, Romy Schneider (Princesa Elizabeth da Baviera, Sissi) e Karlheinz Böhn (Imperador Francisco José I da Áustria).

²²¹⁶ Tarzan, o Jim das Selvas, estrelado por Johnny Weissmuller, foi uma série de 16 filmes feitos para a Columbia Pictures, entre os anos de 1948 e 1955. No Brasil, nas telas do cinema, costumava passar depois do *Reporter Esso*.

²²¹⁷ “Os hábitos verbais também o exprimem. A apropriação das mulheres é explícita no hábito semântico muito banal de mencionar os atores sociais mulheres prioritariamente por seu sexo (‘mulheres’, as mulheres), hábito que nos irrita muito, polissêmico sem dúvida, mas cuja significação passa justamente despercebida. Qualquer que seja o contexto, profissional, político etc., toda qualificação nesse domínio é omitida ou recusada aos atores do sexo feminino, ao passo que, é claro, essas mesmas qualificações bastão para designar os outros atores. Essas frases, cuja imprecisão [...] quando se trata de mulheres, tanto nos exaspera, não são frases equivocadas por omissão de informação. Elas são, ao contrário, em termos de informação, exatas, são fotografias das relações sociais. O que é dito, e dito unicamente a propósito dos seres humanos fêmeas, traduz a sua condição efetiva nas relações de classe: aquela de ser, em primeiro lugar e fundamentalmente, mulheres. Eis sua socialidade, o resto é acessório e – como nos dão a entender – não conta”. GUILLAUMIN, Colete. “Prática do poder e ideia de natureza”. In: FERREIRA, Verônica et al (Orgs.). **Patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas**. Recife: SOS Corpo, 2014, p. 29.

²²¹⁸ Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Mesmo os homens submetidos à exploração econômica aparecem como sujeitos capazes de transformar suas vidas, porque seus corpos lhes pertencem e as palavras corroboram esse princípio fundante da sociedade patriarcal. Da mesma forma, as palavras perpetuam, na norma gramatical que generaliza o masculino, a apropriação das mulheres.²²¹⁹ Um aspecto ressaltado da memória de Nida nos informa sobre a pouca ou nenhuma importância social do trabalho feminino. As moças do rádio trabalhavam quando esse não era o seu destino²²²⁰ e sua função era treinar o sexo “normalizante”, onde as fêmeas desaparecem:

Constava de dar aulas no rádio [pelas] três moças que trabalhavam, inclusive a minha irmã mais velha. Elas davam aula pelo rádio, elas

²²¹⁹ “O próprio caráter público desse apoderamento, o fato de ele revestir-se aos olhos de muitos, e, em todo o caso, dos homens em seu conjunto, de certo caráter ‘natural’, de quase ‘auto evidência’, é uma dessas expressões cotidianas e violentas da materialidade da apropriação da classe das mulheres pela classe dos homens. Com efeito, o roubo, a espoliação, o desvio, são ocultados, e, para apropriar-se de homens machos, é preciso uma guerra. Não é o caso dos homens fêmeas, quer dizer, as mulheres... Elas já são propriedades. E, quando se fala, a propósito de aqui e acolá, de troca de mulheres, e essa verdade que se exprime, pois o que ‘se troca’ já é possuído; as mulheres já são, anteriormente, propriedade de quem as troca. Quando nasce um bebê macho, ele nasce como futuro sujeito, que terá de vender sua força de trabalho, mas não sua própria materialidade, sua própria individualidade. E, mais ainda, proprietário de si mesmo, ele poderá igualmente adquirir a individualidade material de uma fêmea. E, ademais, irá dispor igualmente da força de trabalho da mesma, que ele usará da maneira que lhe convenha, inclusive demonstrando que não utiliza”. GUILLAUMIN, Colete. “Prática do poder e ideia de natureza”. In: FERREIRA, Verônica *et al* (Orgs.). **Patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas**. Recife: SOS Corpo, 2014, p. 28.

²²²⁰ “Sendo o trabalho o momento privilegiado da práxis por sintetizar as relações dos homens com a natureza e dos homens entre si, constitui a via por excelência através da qual se proceder ao desvendamento da verdadeira posição que as categorias históricas ocupam na totalidade dialética sociedade capitalista e das relações que elas mantêm entre si e com o todo social no qual se referem. Mesmo que, aparentemente, determinado contingente populacional seja marginalizado das relações de produção em virtude de sua raça ou de seu sexo, aqui buscar nas primeiras (relações de produção) a explicação da seleção de caracteres raciais e de sexo para operarem como marcas sociais que permitem hierarquizar, segundo uma escala de valores, os membros de uma sociedade historicamente dada. As invariâncias ou determinações simples, exatamente pelo fato de serem repetitivas, não contêm, em si mesmas, a explicação nem da totalidade na qual se inscrevem, nem das determinações essenciais do sistema social em questão, nem, ainda, do modo de operação de si próprias. Enquanto categorias subalternas, operam segundo as necessidades e conveniências do sistema produtivo de bens e serviços, assumindo diferentes feições de acordo com a fase de desenvolvimento do tipo estrutural da sociedade. Alguns desses caracteres naturais isolados para operar como desvantagem sociais são passíveis de anulação ao longo do tempo. Neste caso, a sociedade acaba por encontrar outros fatores que possam funcionar como marcas sociais e justificar o desprestígio de outros setores demográficos e sua localização na base da pirâmide social. Todavia, determinados caracteres naturais não são passíveis de anulação ou abrandamento, o que facilita seu isolamento para funcionar como desvantagem no processo de competição. Como até o presente nenhuma sociedade de classes extirpou definitivamente esta elaboração social de fatores naturais, operando estes como mecanismo de abrandamento de pensões – de modo conveniente, portanto, à conservação da estrutura de classes –, pode-se pensar na manutenção desses caracteres não passíveis de mudança, que passariam a responder pelas necessidades do sistema de produção de bens e serviços de modo cada vez mais oneroso na medida em que outras categorias de pessoas se fossem libertando de seu ‘handicaps’. A perpetuar-se esta tendência, o sexo operaria como fator de discriminação social enquanto perdurasse o modo de produção baseado na apropriação privada dos meios de produção”. SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, pp. 60-1. “A divisão do trabalho não é neutra, mas orientada e assimétrica, mesmo nas sociedades ditas ‘igualitárias’; que não se trata de uma relação de reciprocidade e complementaridade, mas de dominação; que esta dominação se concretiza por meio de elementos objetivos claros e definidos, que é possível apontar constantes gerais e materiais, pode-se dizer, da divisão das tarefas, nas quais as relações de classe entre os dois sexos se exprimem antes de mesmo do que nas definições ideológicas que acompanham as próprias tarefas [...]; que, ao contrário, este caráter de dominação está na própria instituição da divisão de trabalho, por seus elementos de obrigação e de intervenção correlatos à relação entre divisão do trabalho e a obrigação da família e a criação de uma identidade masculina ou feminina sociológica, uma ‘gender identity’ para seres biologicamente machos ou fêmeas [...]; enfim, que tal quadro é necessário analisar a divisão sexual do trabalho como relação política entre os sexos”. TABET, Paola. “Mãos, instrumentos, armas”. In: FERREIRA, Verônica *et al* (Orgs.). **Patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas**. Recife: SOS Corpo, 2014, pp. 107-8.

davam treinamentos aos monitores [...], **eles eram os trabalhadores rurais que eram treinados para ensinar aos outros trabalhadores [...], aqueles que sabiam ler vinham ser treinados aqui.**

A escrita afirma a ausência das mulheres, apagadas pela norma do masculino totalizante. Apenas os lapsos da memória coletiva ou um detalhe pessoal as resgata, esse momento de imprecisão quando o passado “passado à limpo” surpreende:

Éramos todas mulheres, **a maioria, sempre eram mulheres.** No sábado, era uma festa, [...] era uma mini-avaliação com ciências sociais e com muita música, e sempre homenageando **um cantor** nordestino [...] ou **um poeta** nordestino [...] ou **eles** mesmos, que vinham e ali **eles** falavam tudo o que **eles** queriam, tudo o que **eles** sabiam [...], era uma avaliação das vidas do trabalho e também da alfabetização”.

Eles vinham muito arrumados, todos provando que sabiam ler. Faziam a carta e entregavam à gente... a gente ria muito. Tinha um senhor chamado Seu Manoel da Sementeira, então, ele escreveu a carta e disse: ‘Trouxe aqui a carta’. **Ele** queria me dizer que estava escrevendo...”.

A aula era mais ou menos isso: ‘**Monitor**, por favor, pegue o giz...’, [dizia isso bem] len-ta-me-nte. Justamente [para] dar tempo de ouvir, apreender, absorver e fazer, porque tá ali [o monitor na sala da comunidade] com um bocado de **aluno**. ‘Pegou **monitor**? Vá ao quadro’. Então, você passava vinte minutos para fazer toda essa... passar para **ele** como **ele** deveria repassar, o “como”... ‘Escreva a palavra...’.

Parágrafos finais, “inconclusões”

As mulheres são mais naturais do que os homens. Esse é o seu caráter.²²²¹

A tradição de submissão da mulher ao homem e a desigualdade de direitos entre os sexos não podem, contudo, ser vistas isoladamente.²²²²

À mulher é negado seu papel fundamental na construção e na manutenção das sociedades, nos diferentes sistemas econômicos e de subsistência do humano. À linguagem se reservou o lugar preponderante de representação e reprodução desse modelo que nega existência real-social às mulheres.²²²³ A primeira relação é familiar, porém, ainda não nasce nessa relação o apagamento do feminino, a primeira exploração e a primeira opressão, apesar da divisão sexo-social do trabalho já se configurar nesse núcleo primordial. Entendo que é na relação entre as famílias, no desenvolvimento das relações de parentesco, quando se efetiva a troca de mulheres, e por isso o estabelecimento da proibição do incesto, que se instaura e se concretiza a apropriação das mulheres, a incompatibilidade da igualdade na diferença, a naturalização da exclusão e a opressão entre grupos, que depois se ampliará como desigualdade de classes. Importa ainda ressaltar que o nascimento do proprietário da força de trabalho requer a transformação do humano em mercadoria, para a troca de bens. Não se

²²²¹ GUILLAUMIN, Colete. “Prática do poder e ideia de natureza”. In: FERREIRA, Verônica *et al* (Orgs.). **Patriarcado desvendado**: teorias de três feministas materialistas. Recife: SOS Corpo, 2014.

²²²² SAFFIOTI, Heleith. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 61.

²²²³ “Tal visão está presente na quase totalidade dos trabalhos de Ciências Sociais. Sob uma forma ainda mais sofisticada, ela ganha a forma de uma simetria conceitual na análise, como demonstrou N. C. Mathieus, dissimetria que faz descrever e analisar cada uma das classes de sexo segundo pressupostos teóricos diferentes”. GUILLAUMIN, Colete. “Prática do poder e ideia de natureza”. In: FERREIRA, Verônica *et al* (Orgs.). **Patriarcado desvendado**: teorias de três feministas materialistas. Recife: SOS Corpo, 2014, p. 90.

pode considerar a origem da luta de classes na relação familiar entre os sexos numa época em que o sexo reprodutivo era desconhecido e a materialidade da posse se fazia ao tomar para si a prole. Concorro com Karl Marx quando ele afirma que a classe (as classes em antagonismo) é um produto da burguesia.²²²⁴ Assim, o discurso sobre as mulheres tem duas faces apenas quando se pensa abstratamente, porque a materialidade do humano se confunde com o pensamento humano e a participação da fêmea no conjunto social está intrinsecamente relacionada com a participação do macho nesse mesmo lugar. A mulher não é ontológica, mas o que se conta da fêmea humana pode se perpetuar *ad aeternum*.

A narrativa contada neste artigo mistura a oralidade das entrevistadas e a história feita dessas fontes. Percebe-se que as duas formas de contar das mulheres sobre as mulheres mantém uma mesma e só estrutura: aquela balizada na “episteme” e forjada na metodologia científica da História Oral.

O pano de fundo é a crítica à história dos excluídos que usa as diferentes fontes, desde a documentação até a oralidade, ciente de que esses artefatos são faturados pela imaginação humana. Ciente das implicações sociais de buscar esses artefatos pessoais no passado e transformá-los em narrativa do social, o pano de fundo é, também, o objeto da narrativa e a narrativa construída. Ao historiar o “relato de si” de Nida, bem como das outras entrevistadas, objetas de arquivos de fonte e de narrativas, a contadora optou por fazer o resgate da vida dessa mulher e de mulheres que aprenderam a falar de si como *a testemunha do outro sexo*, resultando na farsa da intocável matéria do fato histórico. Ciente da troca das falas das mulheres pelo silêncio dos *homens mulheres* fundado na linguagem que generaliza e apaga, pela dominação do real-social, o pano de fundo é a crítica historiográfica.

A Memória de Nida se encontra com a memória das mulheres agrestinas quando nascem no interior dos estados nordestinos e, em meados do século vinte, migram para a capital. Trouxeram nas bagagens algumas esperanças e muitas incertezas. Trouxeram as memórias dos exilados dos impérios econômicos. Trouxeram as resistências dos descontentes. Trouxeram destinos desconhecidos. Suas vidas se entrelaçaram na capital quando se tornaram militantes de partidos e organizações de esquerda e se posicionaram contra o golpe em marcha nos anos 1960, culminado na ditadura pós-1964, enfrentadas em campos diferentes de luta. Lutaram juntas e juntas negaram a oposição proibida.²²²⁵ Nida experimentara, antes do exílio, integrar o Movimento de Educação de Base na sua cidade natal e, desde lá, sabia que transformaria o mundo e o encheria de palavras de ordem.

No relato de si de Nida são muitos os relatos de outros. Nota-se a presença marcante de figuras masculinas relevadas pela expressão da norma. Enquanto seu pai e tio têm memórias que se esticam para muito antes dela nascer, sua mãe principia quando começa uma nova família. Assim, outras figuras masculinas preponderam na sua juventude, nos espaços de lazer e no seu ambiente de trabalho. No relato de si de Nida, ela quase naufraga a importância de sua própria vida, porque ela se expressa usando a mesma estrutura discursiva criada para reificá-la. Da mesma forma essas memórias foram historiadas.

Resta questionar o lugar da consciência histórica.

Ao pactuar com o modelo imposto pela academia, a historiadora não se ressentiu de ter reproduzido o lugar da feminina no mundo dos homens porque cumpriu com a norma que dita ser fiel às fontes. As fontes são feitas por *homens mulheres* que repetem os discursos construídos pelos *homens homens*. Qual o lugar da desobediência na ciência?

[

²²²⁴ MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

²²²⁵ Esta afirmação de pertencimento da indivíduo Nida num grupo de sujeitas é possível pelo conhecimento das fontes orais, tanto das entrevistas operadas para a pesquisa da tese *Resistência cor de rosa-choque*, citada, como as entrevistas usadas do Arquivo de História Oral da FUNDAJ, referências da Tese.

Antonia Lilian Ferreira de Paiva²²²⁶

lilluips@hotmail.com

Francisco Dênis Melo²²²⁷

melo franciscodenismelo@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar o assassinato do Padre José Arteiro Soares, ocorrido dentro da sacristia da Igreja Matriz de nossa Senhora da Conceição na cidade de Acaraú-CE, no ano de 1931, quando estava se preparando para celebrar missa e é alvejado com três tiros desferidos por Hildebrando Giffoni Sales, o motivo, supostamente o padre teria mantido um caso com a irmã do mesmo e esta, Maria Augusta Giffoni, acaba cometendo suicídio devido ao fato de a mesma encontrar-se grávida. Pretendemos através das fontes que dispomos, cartas, bilhete, telegramas, jornais, *A Imprensa* e *A Ordem, Folha do Norte*, que trazem reportagens entre os dias 20 a 22 de julho de 1931, perceber as representações de um real vivenciado, sabendo que estas fontes nada mais são do que vestígios, rastros como nos diz Carlo Ginzburg, elas é o que nos darão as pistas de nossa investigação. As fontes, em sua maioria encontram-se resguardados no Núcleo de Estudos e Documentação Histórica – NEDHIS vinculado ao Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Ainda podemos citar o jornal *O Povo*, existentes no Arquivo Público do Ceará, Livro de Tombo de Acaraú, A História Oral será de grande importância para percebermos como esse crime encontra-se representado no imaginário da cidade. O assunto ainda é muito polêmico, mesmo já tendo se passado mais de 80 anos do ocorrido as pessoas ainda têm medo de falar, percebemos isso na fala de D. Maria Honorata do Carmo, que ao falar do caso baixa sua voz. Autores como Angela de Castro Gomes, Sandra Jatahy Pesavento, Peter Burke, nos ajudarão na reflexão sobre o que as fontes nos trazem.

Palavras-chave: História; memória e crime.

Introdução

Este trabalho tem por objetivo analisar as circunstâncias que levaram a morte de Padre José Arteiro Soares²²²⁸. Para tal faremos uso de documentos, entendidos por nós como vestígios ou rastros deixados pelo passado. Entre eles, destacamos o uso das cartas, telegramas e artigos de jornais, assim como a oralidade produzida a partir de entrevista de História Oral.

Quando adentramos na documentação que possibilita a nossa interpretação da história do crime, devemos ter certa precaução a sua utilização. É a partir da redescoberta da História Cultural, tida como uma *Cinderela* entre as demais disciplinas como afirma Peter Burke²²²⁹, que temos a abertura de novos campos, temas e fontes de investigação, criando novas possibilidades para se traçar um diálogo entre ciências ou mesmo com as artes, deixando entrever uma nova leitura de mundo, que se quer mais sensível a percepção das emoções e sentimentos, que mudam modos de vida, costumes e práticas. Ainda segundo Sandra Jatahy Pesavento, a História Cultural nos permite escrever uma nova história, representando assim as práticas próprias de uma época determinada por sujeitos ativos que inventam e reinventam suas histórias.²²³⁰

As cartas, os telegramas trazem a necessidade de se pensar uma certa *produção de si*²²³¹, e dos cuidados ao realizarmos a leitura e interpretação do que é colocado no papel, pois esse tipo de

²²²⁶ Graduada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, atualmente exerce a função de Assistente Administrativa na mesma IES.

²²²⁷ Professor Dr. em História pela Universidade Federal de Pernambuco, atualmente é professor Assistente V da Universidade Estadual Vale do Acaraú.

²²²⁸ Nascido na cidade de Massapê no dia 11 de junho de 1896, filho de José Arteiro Soares e D. Júlia Cândida Soares. Torna-se padre no ano de 1918. É assassinado aos 35 anos na cidade Acaraú-CE no ano de 1931.

²²²⁹ BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** PAULA, Sergio Goes de. (Trad.). 2 ed. Rio de Janeiro Zahar, 2008.

²²³⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 3 ed. Belo Horizonte, Autentica Editora, 2014.

²²³¹ GOMES, Angela de Castro (org.). **Escrita de Si, Escrita da História**. Rio de Janeiro, editora FGV, 2004.

produção pode mascarar sentimentos e interpretações, deixando muitas vezes detalhes pequenos nas entrelinhas de *palavras não ditas*. A escrita de diários, bilhetes, cartas, entre outras de cunho pessoal, denota uma seletividade que lhe é implícita, pois, como nossa memória a ação de escrever a alguém é uma ação muitas vezes melindrosa, exigindo de nós que selecionemos o que pode e o que não deve ser dito. Dessa maneira não é exatamente o que está escrito nas linhas do papel que poderão nos dar pistas sobre o passado, mas pequenas evidências de intenções. Nas cartas, por exemplo, podemos observar a sua disposição e estrutura, a forma da escrita, a ortografia da época, marcas ou efeitos nas bordas, entre outras.

Alessandro Portelle nos fala da importância da História Oral, de suas semelhanças com a escrita, e evidentemente, de suas diferenças. Ele destaca ainda da mudança do caráter da entrevista quando transcrevemos a mesma, pois dependendo de como colocamos as vírgulas, por exemplo, muda todo o discurso original dado por nosso entrevistado. Segundo o mesmo, o mais interessante é seguir o ritmo e as velocidades do entrevistado, para que sua transcrição consiga transmitir as intenções e emoções do sujeito. Pois a característica primordial da fonte oral é a subjetividade, que é mutante, que “faz parte tanto da história quanto dos fatos”²²³² em si.

Segundo Lucília de Almeida Neves Delgado²²³³ o foco central da metodologia de História Oral é a memória, uma memória que é seletiva e por isso devemos nos resguardar ao analisarmos a mesma para não cometermos enganos quanto a interpretação. Acreditamos que é exatamente aí que a escrita das cartas e a oralidade se encontram mais claramente, pois, também selecionamos o que deve ser dito ao escrevermos a alguém. Portelle, também considera que a oralidade tem como norma a mudança, enquanto que a escrita, busca uma regularidade, principalmente a imprensa que produz seu discurso a partir de diferentes motivações.

Com Tania Regina de Luca,²²³⁴ percebemos que os jornais têm uma capacidade crítica sobre o que ocorre dentro de uma sociedade, mas essa crítica não é isenta, ela vem carregada de intenções e não pode ser tratado como verdade. Deve-se, portanto, ter nítido que a disposição do artigo no corpo do jornal, a página a que foi destinado, a quem pertence o jornal, o próprio produtor do artigo são informações que nos ajudam a realizar uma boa interpretação. Nossas fontes são representações de um real que traz em si muitos silêncios, são frutos de articulações realizadas no tempo e no espaço, por isso nossa interpretação dependerá das perguntas aos vestígios que restaram do passado. A escrita contida nos jornais traz discursos e interesses de seus produtores, nos direcionando para além das aparências e superfície do texto.

Este artigo encontra-se dividido em duas partes, a primeira parte com o título *O Assassinato*, reservado a falar do crime, esmiuçando o que supostamente o motivou. Trabalharemos aqui uma parcela da documentação, que são cartas, telegramas e a entrevista com dona Maria Honorata do Carmo.²²³⁵ A segunda parte é reservado aos jornais e trata sobre *A Repercussão do Crime*.

O assassinato

Nossa história começa justamente pelo fim, a partir da morte de Padre José Arteiro Soares, assassinado no dia 19 de julho de 1931 na cidade de Acaraú – CE²²³⁶. Na ocasião o mesmo se encontrava no interior da sacristia da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do lugar,

²²³² PORTELLE, Alessandro. O que faz a História Oral. JANINE, Maria Therezinha (Trad.); FENELON, Dea Ribeiro (ver.). **Projeto História**, São Paulo, (14) Fev. 1997.

²²³³ DELGADO. Lucília de Almeida Neves. **História Oral**: memória, tempo, identidade. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

²²³⁴ LUCA, Tânia Regina. Histórias dos, nos e por meio dos periódicos. IN_PRINSKY, Carla Bassanezi(org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

²²³⁵ Entrevista realizada no dia 23 de julho de 2015 por Josiele Andrade Silva.

²²³⁶ Acaraú é uma cidade litorânea pertencente ao estado do Ceará, com uma área de 842,884 km², uma população de aproximadamente 57, 542 habitantes, e fica a 255 quilômetros da capital, Fortaleza, e a 210 quilômetros da cidade de Sobral. É conhecida devido as praias e a grande quantidade de plantações de cajueiros e coqueiros, sua economia gira em torno da pesca, agricultura e da pecuária. Ver em SILVA, Maria Josiele de Andrade. *As Transformações Urbanas em Acaraú na Vigência do Regime Militar - Ceará (1964-1985)*. Sobral, UVA, 2015.

se preparando para rezar missa quando alguém chama por seu nome e ao virar-se para ver quem o chamava, vê Hidelbrando Giffoni Sales²²³⁷, que o assassina com três tiros dos seis que havia disparado.

Mas o que motivou o jovem a tal ato? Segundo as fontes que temos disponíveis, como cartas, telegramas e artigos dos jornais *A ordem*, *A Imprensa*, *A Folha do Norte*²²³⁸, datados entre os dias 20-22 de julho de 1931, que se encontram resguardados no Núcleo de Estudos e Documentação Histórica – NEDHIS, tudo seria motivado pelo fato de a irmã do jovem, Maria Augusta Giffoni²²³⁹, ter sido supostamente seduzida pelo padre e mantido com o mesmo um suposto romance que acaba gerando um filho. A moça termina tomando um poderoso abortivo, talvez na esperança de esconder os sintomas da gravidez, porém segundo relatos contidos em carta escrita no dia 14 de junho de 1931, pelo Padre Manoel Henrique, pároco de Camocim-CE, enviada a Dom José Tupinambá da Frota²²⁴⁰, Maria Augusta andava triste a véspera de sua morte e se despedira de tudo que mais amava, de seus alunos de catecismo, de uma “afilhada sua muito amada”, do prazer de comer uma fruta tirada do pé...

Ela acaba por cometer suicídio no dia 11 de maio de 1931, dois meses antes de seu irmão assassinar Padre Arteiro. Esse relato acaba sendo de certa maneira confirmado através de outra carta escrita no dia 16 de junho de 1931 pelo médico Sr. Waldemar Gonçalves²²⁴¹, em resposta à carta que Dom José lhe enviara no dia 11 de junho 1931, nela o médico nos fala dos últimos instantes da jovem, momento este de total desespero, pois a moça se recusava a ser assistida de qualquer modo, médica ou espiritualmente, segundo o mesmo seu único desejo era o da morte. Para o médico:

Não posso afirmar categoricamente à V. Exa (como qualquer um outro o faria), se o envenenamento (causa presumida da morte) fora voluntaria, ou provocado , porquanto a propria victima ,não sei se sugestionada, morrera sem revelar o menor segredo!...

Acho, entretanto, que a morte se dera por envenenamento, desde que fora constatado toda symptomalogia clássica dos envenenados.

Quando fora chamado para socorrê-la, após muitas horas do acidente, encontrara-a já nos ultimos momentos, articulando apenas o seguinte: não quero medico: eu sò quero morrer!.....

Em synthese: a minha opinião è que Maria Augusta, fora insinuada para por fim tão miseravelmente a sua preciosa vida.

Mas o que motivou o médico ao último comentário? Por que para a família ele diz que a moça falecera de constipação e para outros diz que foi por envenenamento, além de supostamente afirmar que a jovem adentrava em seu sexto mês de gravidez, o que seria impossível esconder do público e principalmente de sua família?

²²³⁷ Filho legítima de Vicente Giffoni Filho e Rosa Salles Giffoni. Não temos muitas informações sobre o mesmo.

²²³⁸ Os documentos citados encontram resguardados no Núcleo de Estudos e documentação Histórica – NEDHIS. Núcleo vinculado a Coordenação do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú -UVA. Localizado no Campus do Junco Av. John Sanford,.. Funcionando no horário de 8:00h as 12:00 e de 14:00 as 18:00. O conjunto das cartas, telegramas fazem parte da documentação pertencente a Diocese de Sobral, relativa as carta de Dom José. O primeiro é um periódico impresso pertencente a cidade de Sobral. Segundo Elza Marinho o jornal tem sua criação no dia 7 de setembro de 1916, sendo de propriedade de José Saboya juiz de direito de Sobral entre os anos de 1892 a 1935 data limite do mesmo jornal, tem em sua formação um caráter político, pois era um órgão do Partido Republicano Conservador. Segundo a mesma como os demais jornais da cidade este jornal funcionava também como um meio de reprodução dos hábitos e costumes da elite sobralense. DA COSTA, Elza Marinho Lustosa. **Sociabilidade e Cultura das Elites Sobralenses: 1880-1930.** Fortaleza, SECULT/CE, 2001. O segundo é um jornal sobralense tendo como proprietário e diretor José Passos Filho órgão do partido democrata, inaugurado em 1924. E o terceiro é um recorte de jornal anexado a uma das cartas recebidas por Dom José no período posterior a morte do padre.

²²³⁹ Nascida em Acaraú-CE aos 22 de dezembro de 1905, filha legítima de Vicente Giffoni Filho e Rosa Salles Giffoni, era catequista e zeladora da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição da cidade de Acaraú-CE, no período enquadrado em nossa pesquisa.

²²⁴⁰ Bispo diocesano de Sobral na época.

²²⁴¹ Medico que socorreu D. Maria Augusta em seus últimos momentos de vida.

Para entendermos a escrita dessas cartas faz-se necessário adentrar na documentação anterior. Todo o processo de investigação se inicia a partir da carta anônima escrita em 29 de maio de 1931, que denuncia e cobra punições aos supostos atos libidinosos de Padre Arteiro, chamando-o até mesmo de *lobo*, afirmando que ele já teria feito uma vítima. Como podemos ver em sua transcrição:

Acarahú, 29 de Maio de 1931

Examo Sr. D. José Tupinambá da Frota

E de intera justiça que se informa a V. Excia Reverendissima dos modos pouco recomendáveis do vigario desta freguesia. Nunca elle deixou de mostrar acentuada tendencia libidinosa mesmo a quem não quisesse notar e agora ficou claramente provado: de pastor passou a verdadeiro lobo, porque já fes a sua 1ª victima que desta vida se passou sob a influencia de poderoso abortivo que tomára para digo que tomára a conselho do seu algoz, não na certeza de morrer, mas na ilusão de fazer esconder do publico os pronunciados sintomas de gravidez. Os boatos que procederam a semelhante desgraça nunca se passavam modo discretos pois o namoro entre elle e a desgraçada victima sempre foi (mostra do pelo) publico em geral que já a tomara falta de respeito. A toda hora do dia era ella vista entrar na sua casa (delle) com o desassombro ^{de quem} não era vista e sempre se demorava o tempo bastante para provocar a malicia publica. Quando sahia elle o fazia logo depois a caminho da igreja A familia da infeliz moça sempre foi avisada pelos energicos (comentarios) publicos mas não acreditava dada a confiança de que ne... (Papel danificado nesta parte) victima com quem (continuação) ella a principio se fazia acompanhar O povo intimamente está revoltado contra semelhante atentado á sua dignidade e elle nem siquer se resente do crime que praticou e da comunhão á mãe e tia da victima Tome, Excia, providencia energica. (Grifos nossos)

O autor, ou autora dessa carta, aparenta ser alguém que conhecia o suposto romance de perto, quase um confidente, pois em certo momento, ao falar do abortivo, insinua que fora Padre Arteiro que induzira Maria Augusta a tomar a droga, que segundo ele ou ela “não na certeza de morrer, mas na ilusão de fazer esconder do publico” os sintomas de sua gravidez.

Dom José Tupinambá da Frota, dá início a averiguação do que foi denunciado no dia 11 de junho. Ele envia duas cartas, uma escrita dia 11 de junho e enviada ao Sr. João Ramos²²⁴², em que o Bispo avisa que teria enviado uma carta do mesmo teor a mais três senhores da cidade de Acaraú, que ele considera de inteira confiança, que são os Srs. João Damasceno Coelho, Anicelo Salles e Manoel Albano. Segundo Dom José, o teor de sua carta deveria permanecer “RESERVADISSIMA”. Essa palavra encontrasse escrita desta maneira, em caixa alta no canto superior esquerdo, o que demonstrar a importância da mesma e “recommendo toda a brevidade de sua resposta, que deverá ser enviada com todos as precauções,e, si pelo correio, em carta registrada.” Nessa carta, ele faz 11 questionamentos a respeito da morte de Maria Augusta e os boatos que rondam o fato, ao que tudo indica que ele segue as orientações da carta anônima de 29 de maio. Como podemos observar abaixo a transcrição da mesma:

[...]Como V. S. é catholico, lembro-lhe que é obrigado em consciencia a attender a meu pedido, feito em nome de Deus Todo Poderoso.

Assim pergunto a V. S.:

1º – A fallecida morreu de morte natural,ou de morte violenta, provocada por toxico ingerido? 2º – Si de morte violenta, fel-o de seu arbitrio, ou aconselhada por alguem? 3º – Neste ultimo caso, sabe quem aconselhou? 4º – Sabe que droga ingeriu? 5º – Sabe com que fim? 6º – Recebeu em tempo a fallecida os sacramentos da Egreja? 7º – Si não recebeu, sabe a razão porque isso aconteceu? 8º – O vigario

²²⁴² Nascido em Guaramiranga em 10 de abril de 1906 e falecendo em Fortaleza no ano de 2001. Durante sua vida trabalhou como farmacêutico, jornalista, além de ser um escritor, tendo sido membro da Academia Sobralense de Estudos e Letrase da Academia Cearense de Letras. Pai de Monsenhor Manfredo Ramos.

recusou-se a assistil-a com os sacramentos? 9º – É publico, ou pelo menos sabido por alguns, que a dita jovem suicidou-se? 10º - Ouviu V. S. fallar sobre as causas que a levaram a esse extremo? 11º – Qual a fama ou a impressão dominante nesta cidade sobre este triste acontecimento?

Peço ainda V. S., em nome de Deus, diga com franqueza tudo que souber ber a cerca disso.(...)

Nota-se ainda que o bispo faz um forte apelo religioso exigindo a resposta em nome de “DEUS Todo Poderoso” e pedindo que “tudo que souber” a respeito do assunto deve ser reportado na carta resposta.

Sua segunda carta enviada por Dom José é dirigida ao médico Waldemar Gonçalves, também escrita no dia 11 de junho, nela o Bispo fala sobre a gravidade dos boatos da morte de Maria Augusta, e como na primeira carta notamos a presença a palavra RESERVADISSIMA, que surge dando novamente um ar de suspense ao que se quer do médico. Dom José, faz um apelo ao médico que lhe informasse a causa morte da moça, e das acusações feitas a Padre Arteiro. Ele ressalta que sabe que o mesmo

[...] é obrigado ao segredo profissional: mas no caso vertente a constatação de facto suspeitado não viola, tratando-se maximo de uma resposta que será perpetua e inviolavelmente conservada no máximo segredo, de que dou por fiador e meu caracter de Bispo.

O que se faz interessante aqui é fato de que o bispo já sabia quem tinha atendido a jovem em seu leito de morte, sendo que ele só é citado na carta enviada pelo Padre Manoel Henrique, o que nos faz questionar, em que momento ele teve tal informação?

A carta escrita pelo padre Manoel Henrique é uma das cartas mais ricas em informações tanto sobre Maria Augusta no final de sua vida, como de Padre Arteiro e até mesmo sobre o médico. Ele fala como já dito da tristeza da moça e de como ela se despediu da vida, da tristeza transparente de Padre Arteiro diante da morte de sua suposta amante, diz ainda que o médico dissera que a moça havia morrido constipada, mas que confessara aos amigos que ela tinha se envenenado. Logo no início padre Manoel faz menção a carta de 11 de junho, o que nos leva a pensar se o conteúdo dessa dita carta seria ou não igual a primeira que Dom José envia a moradores de Acaraú-CE, pois no conjunto de cartas que formam o fundo não há mais nenhuma carta que o Bispo tenha enviada, há a penas muitas cartas recebidas entre cartas de seminaristas e padres, e instituições, as únicas cartas que ele envia de fato, estão justamente no dossiê que reúne informações sobre o caso. O que nos leva a questionar, por que apenas essas duas cartas foram guardadas dentro do fundo? Quem arquivou essas cartas e com que intenção??? Ainda segundo Padre Manoel a sociedade acarauense estaria escandalizada com o ocorrido e alerta Dom José do perigo que correria padre Arteiro se permanecesse em Acaraú.

A carta de Anicelo Salles de 30 de junho, está escrita à mão e tem em sua lateral superior esquerda a palavra *Confidencial*, ele dá os motivos pelo qual demora a responder, dizendo estar ausente da cidade a época do ocorrido, respondendo às perguntas de Dom José, de acordo com a organização da carta do mesmo... No quesito 5 ele nos fala da reação de Padre Arteiro ao ser chamado para confessar a enferma tendo ele se recusado, dizendo que ela já teria se confessado a poucos dias.

No dia 5 de julho, mês da morte de Padre Arteiro, uma carta escrita a mão por João Ramos em cinco folhas de papel almaço, onde ele também vem responder os questionamentos feitos pelo Bispo Diocesano de Sobral. Ele demonstra certa preocupação com relação ao assunto da carta e pede ao bispo que lhe resguarde em sua confidencialidade. “Cumprindo com dever de catholico, - uma vez que V.Ex.^{cia} m’o pede, affirmado sob palavra que guardará inviolavel segredo do que nestas linhas vos digo.”²²⁴³ Do mesmo modo que a maioria dos remetentes, ele também enumera as respostas de acordo com o cronograma da carta de Dom José, aparentemente querendo se resguardar de qualquer problema.

Relatos não oficiais nos fazem crer no fato da família da mesma desempenhar algum poder dentro da região, provocando um certo receio de falar sobre o que ocorreu nesse período em Acaraú

²²⁴³ Trecho retirado da carta de 5 de julho de 1931, escrita por João Ramos ao Bispo Diocesano de Sobral D. José Tupinambá da Frota. Ela se encontra disponível no Núcleo de Estudos e Documentação História – NEDHIS.

e até os dias atuais, mesmo já tendo se passado mais de 80 anos do ocorrido. Quando de nossa pesquisa o que percebemos é a escassez de dados sobre o caso e/ou sobre seus personagens, os silêncios que giram em torno deste fato. Podemos notar isso, por exemplo numa produção local, a obra memorialista de Nicodemos Araújo²²⁴⁴, que traz apenas dados de sua chega a cidade como novo pároco e o ano em que ele permaneceu na cidade, sem mencionar em nenhum momento sua morte. O livro *Homens e vultos de Sobral*, de Monsenhor Vicente Fortunato, em que o autor fala da vida dos padres e pessoas importantes da região. Neste existe nomes de padres desde o século XVIII até meados do século XX, renegando a ele nem ao menos a menção de seu nome. Outra obra interessante de se perceber esse silêncio é a do Professor Dimas Carvalho²²⁴⁵, chamada *Itinerário do Reino da Barra*, em que o autor conta algo semelhante ao que ocorreu em Acaraú em 1931, porém voltando mais ou menos 100 anos antes dos fatos, dando a perceber um certo receio de afirmar essa narrativa na contemporaneidade.

Percebemos o medo que ronda a morte de Padre Arteiro nas interrogações de Josiele Andrade Silva, em entrevista realizada no dia 23 de julho de 2015 a sra. Maria Honorata do Carmo, ao iniciar a conversa sobre o assunto do assassinato do padre, ela diz desse modo: “aí gente vê esse medo que o povo tem né, de falar mesmo, sobre essas coisas que aconteceram na época”, o que acaba se revelando também na fala de dona Honorata, não necessariamente na fala, mas em seu tom de voz. Ela fica rouca e seu tom de voz baixa significativamente. A partir de sua fala, surge mais uma versão, em que a moça haveria falecido posterior ao padre, e que esta haveria escrito uma carta contando da injustiça que se realizou na morte do mesmo, pois, não teria tido em momento algum um relacionamento como o padre Arteiro e quem a engravidou com ela teria sido outra pessoa. Após essa escrita ela haveria cometido suicídio. Essa afirmação, traz novamente a contradição diante das fontes que temos a nossa disposição, além de criar a necessidade de comprovação do dia da morte de Maria Augusta, pois se ela realmente tiver falecido após o padre, pode se conjecturar uma nova interpretação para as fontes.

O que há nesse misterioso assassinato? Seria ele fruto de um romance proibido, uma disputa política²²⁴⁶, ou teria sido resultado de um amor não correspondido, amargurado, em busca de vingança? Mas se foi uma disputa política, por que tão poucas evidências sobre essa questão e por que tantas versões?

A cidade de Acaraú é conhecida por crimes encomendados, onde políticos livram-se de seus desafetos. A socióloga Irllys Alencar Firmo Barreira²²⁴⁷, nos fala de um assassinato polêmico do prefeito da cidade onde o vice-prefeito, e mais dois deputados, um estadual e outro federal estão envolvidos, sendo que ambos eram parentes do morto.

Tudo nessa história parece ter sido apagado, silenciado, com intuito de mascarar os fatos. Como, quando da constatação de sua morte, ele não ser enterrado na igreja em que era vigário, sendo este levado a sua cidade natal e é enterrado no altar da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, onde posteriormente ocorre uma reforma na dita igreja em que sua lápide é encoberta, escondendo o tumulo do mesmo e não deixando mais ninguém ver as inscrições contidas lá. Procuramos o memorialista da cidade de Massapê-CE o senhor Francisco Evilázio de Araújo Carvalho²²⁴⁸, para sabermos um pouco mais sobre o assunto, segundo ele a reforma se inicia no ano

²²⁴⁴ ARAÚJO, Nicodemos. **Acaraú cidade centenária**. Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desportos, 1982.

²²⁴⁵ CARVALHO, Dimas. **Itinerário do Reino da Barra**. Fortaleza, Imprensa Universitária UFC, 1993. Dimas Carvalho é neto do memorialista Nicodemos Araújo, poeta e professor universitário, tem uma identidade construída em torno da cidade de Acaraú, que lhe serve de inspiração poética.

²²⁴⁶ No discurso tradicional feito por pessoas ligadas a Igreja Católica como é o caso de D. Maria Zuleika Coelho, que trabalha na Cúria Diocesana de Sobral e o Sr. Francisco Edvar Pereira Moura, senhor aposentado sendo ele Diácono, colocam que o corrido com o Padre assassinado teria sido um ato carregado de um teor político, em que se criou uma *estória* para desmoralizar a imagem do mesmo além de criar um motivo para se livrar de um padre que não se vergava ao desejo dos líderes políticos do lugar.

²²⁴⁷ BARREIRA, Irllys A. F. **POLÍTICA, MEMÓRIA E ESPAÇO PÚBLICO: a via dos sentimentos**. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.16,n. 46, p.97-117, 2001. É Prof^ª Titular do Departamento de Ciências Sociais/UFC, Coordenadora do laboratório de Pesquisa em Política e Cultura – LEPEC.

²²⁴⁸ Era dono do Cartório de 1º Ofício de Massapê, e memorialista local. Infelizmente ele veio a óbito no ano de 2015, o que nos entristeceu bastante, pois ainda desejávamos entrevistar o mesmo.

de 1962 se estendendo por até o ano de 1974. É somente a partir dele que podemos ler a suposta inscrição, feita a mão pelo memorialista:

Aqui jaz os restos mortais de Pe. José Arteiro Soares, Vigário da Paroquia Acaraú-assassinado quando celebrava missa no dia 19-7-1931.

Massapé-19 de julho de 1932. (grifos do autor)

Diante dessa informação nos questionamos, por que razão esconder a lápide. O que se queria ocultar? Outra reforma que acredita-se estivesse querendo esquecer o passado, manchado de sangue, é a reforma ocorrida na Matriz da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Acaraú, pois foi na sacristia que todo o desenrolar dos fatos aconteceu e as marcas dos tiros ainda deviam assombrar o lugar. Dimas Carvalho nos diz que entre os anos de 1943 a 1947, quando Monsenhor Sabino de Lima Feijão era o então vigário da paroquia, ocorre a demolição da antiga Matriz que remontava ao século XVIII, erguendo em seu lugar a atual Matriz que é uma das igrejas mais bonitas do Ceará, tendo sido projetada pelo artista italiano Agostinho Odísio Baume. Segundo o sacristão da Igreja, a sacristia não teria sofrido grandes alterações, porém como não foi modificada se ela foi demolida? Quando estivemos a observar o ambiente da igreja, percebemos algo que é significativo, Monsenhor Sabino está enterrado no altar da igreja e isso nos leva a pensar novamente, por que essa honra não foi dada a Padre Arteiro?

Voltando as cartas, o sr. Manuel Albano em carta ao bispo no dia 15 de julho, a quatro dias do assassinato de Padre Arteiro, fala de uma maneira que nos dar a entender que é amigo do padre, quase como um confidente, pois o padre lhe havia confessado sobre o chamado do Bispo para tratar dos boatos que giravam ao redor da morte da moça. O Sr. Manuel fala também sobre o fato de até certo momento não ter necessidade de levar o caso à frente devido à família da jovem não demonstrar nenhuma crença nos boatos que corriam na cidade. O que muda de figura em um telegrama enviado pelo mesmo senhor a Dom José, a 19 de julho de 1931. Quando ele envia o telegrama, Padre Arteiro teria acabado de regressar de Sobral para Acaraú, aparentemente atendendo o chamado de Dom José.

De Acarahú (Ce) N 138 Pls. Data 18 Hora 18

Reservado devida vênica peça chamar urgente Padre Arteiro pt. Sonhe confidencialmente cogitam desforco pessoal pt. Enviei portador resposta circular Vossecia deve chegar ahi Segunda cedo Saudações respeitosas

Manoel Albano²²⁴⁹

Sobre sua viagem a Sobral, o Sr. Edvar Pereira Moura²²⁵⁰, nos fala que Padre Arteiro teria ido ao encontro de D. José para falar sobre a morte de Maria Augusta, porém o mesmo nega, de joelhos, ao Bispo a acusação de ter se envolvido com a moça, dizendo-se inocente, volta para Acaraú para assim provar sua inocência, em sua defesa dissera ter sido perseguido pela dita moça, por conta de sua beleza, ao ser rejeitada ela teria inventado histórias a seu respeito a seu irmão. O rapaz supostamente teria acreditado nos relatos de sua irmã e haveria matado o Padre.

O discurso proferido por Seu Edvar é na realidade um discurso que se propõe sutilmente, defender uma imagem tradicional da Igreja Católica, como sendo pura e afastada de todo e qualquer prazer terreno. Essa seria mais uma versão que vai totalmente à revelia das informações contidas em nossas fontes. Certamente seu Edvar só ouviu parte da história, não conhecendo mais profundamente a investigação que Dom José realizou no período, dado ao fato do teor confidencial dos depoimentos escritos.

Ele nos diz ainda da possível mediunidade de Dom José, que teria sentido a morte do padre, sem atentar para a possível contradição de sua informação, uma vez que a Igreja Católica vê com suspeita o Espiritismo. Percebendo os conteúdos das cartas e telegramas e juntando ao depoimento de Seu Edvar, podemos pensar a pessoa de Dom José nesse momento específico, como o sujeito que sofre a

²²⁴⁹ Texto escrito no telegrama do dia 18 de julho de 1931 por Manoel Albano. Esta carta encontrasse no Núcleo de Estudos e Documentação Histórica – NEDHIS no acervo pessoal de D. José Tupinambá da Frota

²²⁵⁰ Funcionário Público Aposentado, memorialista local, Irmão do Santíssimo, diácono. Trabalha como voluntário no Museu D. José nos dias de sexta feira e aos sábados.

dor da perda de Padre Arteiro, nas cartas enviadas após a morte do mesmo, os pêsames são apenas a pessoa do bispo, relegando praticamente ao esquecimento a família do padre assassinado, o próprio padre, a jovem e seu irmão fugitivo. A dor é dele, apenas dele.

A repercussão do crime

Não devemos nos esquecer dos jornais que temos em mão que falam a respeito da morte de Padre José Arteiro Soares. Temos o Jornal “A Ordem²²⁵¹” e o Jornal “A Imprensa²²⁵²”, ambas as reportagens são escritas entre os dias 20 e 22 de julho. O primeiro traz o seguinte título: **“O assassinio do Padre José Arteiro Soares” “A repercussão do crime”**²²⁵³, este vem em defesa da figura do Padre, dizendo ser ele conhecido da sociedade sobralense e que seu comportamento sempre foi exemplar. O jornal ainda fala de como os boatos se espalham pela cidade de Sobral, que segundo o mesmo seriam infundados, ele não aponta os motivos que supostamente levaram a ação de Hildebrando, colocam o Padre numa situação de vítima, deixando transparecer que o que ocorreu ao padre foi um ato de traição, pois, o mesmo se encontrava de costas quando o criminoso chama seu nome. Talvez o silêncio que existe nessa reportagem, se dê justamente por este fazer parte do discurso modelador da sociedade e por esta razão não quisesse manchar a imagem de um sacerdote da Igreja.

Jornal “A Impresa” traz em seu título: **“Foi assassinado em Acarahú o Padre José Arteiro Soares”**. Nele é relatada em poucas linhas a história do crime. Enquanto que o Jornal “A Ordem” destacou a mesma em duas grandes colunas, este apenas conta bem resumidamente o que ocorreu em Acarahú, sendo que o primeiro traz com sentimento e certa dor a notícia do assassinato do Padre.

Há ainda o jornal *O Povo*, tendo como título: **Foi assassinado, dentro da Igreja, o vigário de Acarahú: pormenores do crime**. Oriundo de Fortaleza e que até os dias de hoje circula. Não iremos adentrar muito nesse documento, pois, ainda não dispomos do conteúdo do mesmo, mas seu título já pode ser o indicativo de uma mudança de discurso.

Mas a reportagem que traz maior impacto vem de um recorte retirado dentre as cartas de Dom José trazendo em seu título as seguintes considerações: **“A família catholica do Ceará escandalizada pelo vigario de Acarahú, morto dentro da propria igreja como autor da deshora de uma joven, zeladora de sua matriz. Um irmão da victima do máo sacerdote vinga a affronta ao seu lar com três tiros de revolver”**. Nesse jornal Padre Arteiro volta a ser o vilão, tendo ele desonrado a jovem donzela e que por essa razão Hildebrando teria lhe ferido com três dos seis tiros que disparou. Padre Porfirio Sousa, redator do jornal católico *A Palavra*, da Paroquia de Sant Ana de Belém do Pará, anexa o recorte do jornal *Folha do Norte*, interrogando o bispo se as informações constantes da reportagem do dia 22 de julho, no dito jornal, seria verdade ou apenas despeito dos “masons”, pelo “ensino religioso nas escolas”. Essa informação é muito significativa, principalmente pelo título imponente, a partir disso, nos perguntamos, quem são as pessoas por traz desse jornal? Como está localizada a reportagem dentro do jornal em sua completude? E como essa notícia chegou ao redator do jornal *Folha do Norte*?

Considerações finais

Juntamos aqui as peças de um quebra-cabeças, que ainda espera por ser montado em muitas partes, um labirinto sinuoso que nos encanta e nos leva os questionamentos das palavras. O que se deseja com o texto é atingir o possível, uma verossimilhança que dê conta de uma realidade, baseada nos fatos que nos são narrados, nas fontes, nas marcas do tempo, que se mostram em constante transformação a cada olhar que é lançado em sua direção.

²²⁵¹ O jornal *A Ordem* é um periódico impresso pertencente a cidade de Sobral. Segundo Elza Marinho o jornal tem sua criação no dia 7 de setembro de 1916, sendo de propriedade de José Saboya juiz de direito de Sobral entre os anos de 1892 a 1935 data limite do mesmo jornal, tem em sua formação um caráter político, pois era um órgão do Partido Republicano Conservador. Segundo a mesma como os demais jornais da cidade este jornal funcionava também como um meio de reprodução dos hábitos e costumes da elite sobralense. DA COSTA, Elza Marinho Lustosa. **Sociabilidade e Cultura das Elites Sobralenses: 1880-1930**. Fortaleza, SECULT/CE, 2001.

²²⁵² Jornal sobralense tendo como proprietário e diretor José Passos Filho órgão do partido democrata, inaugurado em 1924.

²²⁵³ Reportagem do jornal “**A Ordem**” do dia 22/ 07/ 1931

Podemos dizer que aqui se inicia uma longa jornada que nos levará a percepção de uma versão e/ou interpretação do passado.

O caminho cheio de percalços, mas que é recompensador, como um tesouro, que descobrimos a partir das pistas que nos deixam no caminho. Esperamos que este trabalho possa inspirar e encantar a quem se colocar diante de suas contradições, paixão e conflitos...

IMAGEM VIVA E NARRATIVA: A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E O REALISMO NO CINEMA DOCUMENTAL DO INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS (1960-1962)

Arthur Gustavo Lira do Nascimento²²⁵⁴

arthurlira31@hotmail.com

Resumo: Este trabalho analisa a construção da memória e de um imaginário sobre o Nordeste brasileiro através dos documentários financiados pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS), fazendo um aporte nos relatos e narrativas de intelectuais, críticos e cineastas que vivenciaram o período de intensa atividade cinematográfica no início da década de 1960. O filme *Aruanda* (1960) tornou reconhecida a relação do instituto com o cinema nacional. Segundo Glauber Rocha este filme entrara na “imagem viva”, na montagem descontínua, no filme incompleto, inaugurando assim, o documentário brasileiro. Junto ao IJNPS, outros dois filmes etnográficos tendo como tema o Nordeste brasileiro foram realizados, *O Cajueiro Nordestino* (1962) e *A Cabra na Região Semi-Árida* (1962). Uma imagem “viva” de Nordeste foi edificada através da produção audiovisual sob a inferência de um realismo supostamente traduzido pelo gênero documental. A trajetória da cinematografia em Pernambuco durante esse período se relaciona com as narrativas dos cronistas, cineastas e intelectuais que dão significados a imagem e sentido à experiência vivida. Buscamos assim um estudo da formação discursiva da memória sobre o Nordeste nos referidos filmes, problematizando o realismo e a objetividade do cinema documental, tendo como objeto e fonte historiográfica a produção audiovisual e os relatos de experiências daqueles que vivenciaram e/ou mantiveram esse momento em discussão. O cinema enquanto prática social entra em debate como construtor de imagens, memórias e significados à História.

Palavras-Chave: Imagem. Documentário. Nordeste.

O cinema enquanto prática social criou nos homens novas formas de ver, interpretar e representar a sociedade. Em sua historicidade, desde seu surgimento no final do século XIX com a invenção dos irmãos Lumière, a representação da realidade através do cinematógrafo se modificou ao longo dos anos. Na década de 1950, experimentou inovações nas relações entre realidade e narrativa, seja nos filmes de ficção ou no gênero documental, trazendo para o cinema novas compreensões estéticas e sentidos a imagem.

No Recife, crescia nesse período a cinematografia amadora e a experiência do cinema documental, principal herdeiro da intensa produção de cinejornais que dominou as décadas anteriores²²⁵⁵. Concomitante a isso, estavam os interesses sociológicos do recém-fundado Instituto

²²⁵⁴ Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco

²²⁵⁵ No Nordeste a atuação de várias produtoras cinematográficas esteve atrelada aos cinejornais, como foi o caso da Meridional Filmes, produtora pernambucana que esteve ao lado do governador Agamenon Magalhães durante o Estado Novo. Alguns nomes como Firmo Neto, ex-diretor técnico da Meridional, manteve viva a produção de documentários após o fim do regime. Em 1947, Firmo fundou a Empresa Tropical Cinematográfica, que depois passaria a chamar Empresa Técnica Cinematográfica. Dentre os seus principais registros nesse período estava o aclamado documentário científico *Esquistosomose de Manson* (1948) sobre a propagação da

Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS), idealizado pelo sociólogo e então deputado federal pernambucano Gilberto Freyre. Conforme previa o projeto de sua criação, teve no Recife a sede de um instituto "(...) dedicado ao estudo sociológico das condições de vida do trabalhador brasileiro da região agrária do 'Norte' e do pequeno lavrador dessa região, que vise o melhoramento dessas condições"²²⁵⁶.

Subordinado ao Ministério da Educação e Saúde teve como primeiro diretor o historiador José Antônio Gonsalves de Mello, convidado pelo próprio Gilberto Freyre. Coube a Mello a tarefa árdua de organizar a nova instituição. O instituto contou com a participação de diversos intelectuais pernambucanos, que produziram a partir da década de 1950 inúmeras pesquisas científicas voltadas a questão social no Norte e Nordeste, como: Problemas de Habitação Rural no Leste de Pernambuco (de Olen Leonard), a coleção Os Rios do Açúcar do Nordeste Oriental (de Gilberto Osório de Andrade), Pesquisa no Conjunto Residencial da Tamarineira (de Antônio Carolino Gonçalves), Inquérito entre Agricultores do Nordeste (de Albino Gonçalves Fernandes) e Burocracia e Desenvolvimento (de Wamireh Chacon).

Até os anos 20, o Brasil situado acima da Bahia era tratado meramente como "o Norte", discurso que prevaleceu significativamente na imprensa até pelo menos duas décadas seguintes. O historiador Durval Muniz de Albuquerque Jr. nos relata que o termo nordeste é usado inicialmente para designar a área de atuação da Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (IFOCs), criada em 1919. Posteriormente, o Congresso Regionalista de 1926 contribuiu para o lançamento da ideia de Nordeste. Segundo Albuquerque Júnior, o "Nordeste tradicional" é um produto da modernidade, "os artistas e intelectuais tradicionalistas vão apoiar a visibilidade e a dizibilidade regional no trabalho com a memória"²²⁵⁷.

Essa construção discursiva e imagética, feita pelos diversos campos das artes (literatura, cinema, música, pintura, etc.) é também expressa pela sociologia, a exemplo destacado por Albuquerque Júnior, nos trabalhos de Gilberto Freyre. Como nos propõe o historiador, o Nordeste, como todo recorte regional, é uma invenção humana. São os homens que criam e definem as fronteiras do regional ou nacional:

O Nordeste é uma produção imagético-discursiva formada a partir de uma sensibilidade cada vez mais específica, gestada historicamente, em relação a uma dada área do país. E é tal a consistência desta formulação discursiva e imagética que dificulta, até hoje, a produção de uma nova configuração de "verdades" sobre o espaço.²²⁵⁸

Apesar de ter como foco a pesquisa sociológica, o Instituto Joaquim Nabuco se manteve próximo a outros campos de produção, como a arte cinematográfica. Em 1953, durante o II Concurso Nordestino de Cinegrafistas Amador, o cineasta francês Armando Laroche recebe o prêmio de melhor documentário com *O Mundo do Mestre Vitalino*, um retrato sobre a vida e obra do artista popular do Alto do Moura, narrado por Waldemar de Oliveira e com arranjos musicais de Nelson Ferreira. Nas palavras de Ralph, um pseudônimo do cronista José Sousa de Alencar, Laroche era um "autêntico cineasta", colecionador de prêmios em festivais internacionais de cinema amador²²⁵⁹. O filme sobre Vitalino foi realizado com o apoio do IJNPS, que buscou expressar no audiovisual a pesquisa social sobre a realidade e cultura nordestina.

Naquele mesmo ano, *Bumba-meu-boi*, dirigido por outro francês, Romain Lesage, também recebe incentivo do instituto. O documentário retratava o ofício do mestre do bumba meu boi Antônio Pereira, conhecido como Bicho Misterioso dos Afogados. Como relata a pesquisadora Luciana Corrêa de Araújo, este filme de média-duração foi feito nos intervalos de outro projeto do cineasta junto com o IJNPS. A grande ambição de Lesage nesse tempo era realizar um filme biográfico sobre o Recife:

moléstia, precauções para evitar o contágio e medidas para a cura desta doença; e o documentário Pernambuco perde o seu líder (1952) sobre a morte de Agamenon, focalizando os mínimos detalhes do funeral.

²²⁵⁶ Artigo 2º da Lei Nº 770 de 21 de julho de 1949.

²²⁵⁷ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2009, p. 93.

²²⁵⁸ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2009, p 62.

²²⁵⁹ ALENCAR, José Sousa de. **Jornal do Commercio**, Recife, 26 de agosto de 1956, p. 6.

[...] um filme “biográfico” sobre o Recife, para o qual consulta autores como Gilberto Freyre e Mário Sette, informando-se sobre “o nosso passado e as nossas tradições” (DN, 28/mar/53, p.3). Promovido pelo então Instituto, hoje Fundação, Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, com assessoria do historiador José Antônio Gonsalves de Mello Neto, e contando com verba prometida pelo Governo Federal, o filme integraria as comemorações em torno do terceiro centenário da saída dos holandeses da cidade, que teria sua história revisitada como se conta a história de uma pessoa, reforçando mais o fato anedótico do que a “grande história”. Mas é justamente a “grande história”, a história oficial, que sela o destino do filme: com a morte de Agamenon e as mudanças no quadro político do estado, o presidente Getúlio Vargas não assina a liberação da verba para as comemorações do terceiro centenário.²²⁶⁰

O interesse em financiar e realizar filmes que retratassem a cultura nordestina e seus aspectos sociais tornou-se um projeto significativo empenhado pelo IJNPS. Naquela década, Armando Laroche realizaria outros filmes, cuja linha estava baseada numa documentação etnográfica do Nordeste: *Marzão de meu Deus*, *O Jangadeiro*, *Joãozinho de Goiana*, *A Caajara* e *Reminiscências do Rio Paraguaçu*. Esses, no entanto, não obtendo o mesmo reconhecimento do que o filme sobre Vitalino. Lesage e Laroche são os primeiros artífices de uma produção documental voltada à imagem social e cultural do Nordeste que irá se estender e intensificar nas décadas seguintes. Todavia, no posicionamento de Paulo Carneiro da Cunha Filho, “tanto o filme de Lesage quanto os curtas de Laroche são documentários pouco expressivos, descontando-se o aspecto de serem registros da cultura popular”²²⁶¹.

Foi sob a direção executiva do poeta Mauro Mota (1956-1970) que a relação do instituto com o cinema nacional tornou-se mais intensa e significativa. Da preocupação social com o Nordeste e na construção de um discurso cinematográfica sobre a região nasce em 1960 o célebre filme *Aruanda*, com a direção do paraibano Linduarte Noronha e fotografia do pernambucano Rucker Vieira. Trata-se de um documentário sobre os remanescentes de um antigo quilombo na Serra do Talhado, no sertão paraibano, que contou com o apoio do INCE através do diretor Humberto Mauro e do IJNPS, sob a chefia de Mota.

Ao falar sobre a categoria documentário, é importante ressaltar que entendemos por documentário o gênero cinematográfico que explora a realidade e seus elementos através de uma narrativa que busca nos aproximar do mundo em que vivemos. Segundo Bill Nichols, todo filme é um documentário, mas o que convenciamos chamar de “não ficção” o autor denomina documentários de representação social²²⁶², filmes que representam de forma palpável aspectos do mundo que já ocupamos e compartilhamos: “Tornam visível, e audível, de maneira distinta, a matéria de que é feita a realidade social, de acordo com a seleção e organização realizadas pelo cineasta”²²⁶³. Reconhecendo a intensa discussão conceitual e afastamos-nos da concepção do documentário como um elemento de “realidade” divergente da ficção (não realidade). Tanto o gênero ficcional trabalha sobre o mundo real (partilhando concepções sobre o mundo tangível) quanto o “documentário também compartilha de muitos aspectos do filme ficcional”²²⁶⁴, conforme aponta Robert A. Rosenstone.

²²⁶⁰ ARAÚJO, Luciana Sá Leitão Correa de. **Crônica de cinema no Recife dos anos 50**. Dissertação (Mestrado), São Paulo, 1994, p. 47-48.

²²⁶¹ CUNHA FILHO, Paulo C. **A Imagem e seus Labirintos: o cinema clandestino do Recife (1930-1964)**. Recife: Nektar, 2014, p. 73-74.

²²⁶² Para o autor, os filmes podem ser classificados em documentário de satisfação dos desejos (ficção) e documentário de representação social (não ficção): “Cada tipo conta uma história, mas essas histórias, ou narrativas, são de espécies diferentes”. NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Campinas, SP: Papius, 2012, p. 26.

²²⁶³ NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Campinas, SP: Papius, 2012, p. 26-27.

²²⁶⁴ ROSENSTONE, Robert A. **A história nos filmes, os filmes na história**. Tradução: Marcello Lino. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 110.



Imagens 1 e 2 – Cenas do filme *Aruanda* (1960) de Linduarte Noronha

No início de *Aruanda*, por exemplo, é perceptível a partilha de elementos da ficção. Suas primeiras cenas fazem menção à caminhada do ex-escravo Zé Bento que partiu com a família pelo sertão paraibano à procura de terra, fixando-se em meados do século passado na região do quilombo Olho d'Água da Serra do Talhado, em Santana do Sabugi. Essa trajetória, encenada e narrada, segue até a situação contemporânea, segunda parte do filme, onde encontramos o foco na produção de cerâmica nesse local isolado do resto do Brasil. Uma representação etnográfica do trabalho das mulheres ceramistas da Serra do Talhado.

O documentário assume uma função social. Segundo Fernão Pessoa Ramos, um elemento fundamental do gênero documental é a sua indexação social. Ao questionar-se sobre o que é um documentário, Ramos afirma que basta que nós nos perguntemos, isso pois, o filme inclui uma indexação com a realidade social que lhe é própria a recepção:

Ao entrarmos no cinema, na locadora ou quando sintonizamos o canal a cabo, sabemos de antemão se o que vemos é uma ficção ou um documentário. A intenção documental do autor/cineasta, ou da produção do filme, é indexada através de mecanismos sociais diversos, direcionando a recepção.²²⁶⁵

Ramos nos coloca a concepção de que o documentário não é necessariamente a verdade, mas uma fração manipulada dela. O filme pode ter asserções verdadeiras ou falsas, mas não deixa de ser um documentário porque continua tendo um estilo formal e uma intenção que lhe é própria do documentário. Dessa maneira, podemos abdicar a aceção de documentário que nos aproxima de conceitos exatos sobre “verdade, objetividade e realidade”, preferindo assim tratar da realidade social como uma construção, enfocada pelo documentário através de um realismo estético que lhe é oportuno. Essa inferência sobre o mundo social fez parte não apenas do projeto cinematográfico do Instituto Joaquim Nabuco, como de sua estrutura científica.

O curta-metragem *Aruanda* de Linduarte Noronha também foi considerado um marco para uma nova fase do cinema brasileiro. Para muitos autores como João Batista de Andrade, Jean-Claude Bernardet, Glauber Rocha e Fernão Ramos, ele é uma síntese do Cinema Novo²²⁶⁶, movimento cujo “(...) objetivo era contestar e transgredir as regras impostas pelo cinema comercial, modelo seguido, no Brasil, pela Companhia Vera Cruz.”²²⁶⁷

O desenvolvimento do cinema documental produzido pelo IJNPS está ligado a uma transição estética do gênero, uma renovação do documentário brasileiro que buscou traduzir a realidade

²²⁶⁵ RAMOS, Fernão Pessoa. **Mas afinal... o que é mesmo documentário?** São Paulo: Senac/SP, 2008, p. 27.

²²⁶⁶ Cf. ANDRADE, João Batista de. BERNARDET, Jean- Claude. *Aruanda*. **Caderno do Ciclo de Cinema Brasileiro** – Grêmio Politécnico/ Departamento Cultural – Responsável: Ismail Xavier, Pág. 43 sem ano. (Arquivo da Cinemateca Brasileira- São Paulo); ROCHA, Glauber. **Revisão crítica do cinema brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963; RAMOS, Fernão Pessoa. *Cinema Verdade no Brasil*. In: TEIXEIRA, Francisco Elinaldo. (org). **Documentário no Brasil: tradição e transformação**. São Paulo: Summus, 2004.

²²⁶⁷ ALVES, Marine Souto. **O curta-metragem *Aruanda* e a representação do Nordeste**. RUA. Revista Universitária do Audiovisual, v. 07, p. 1-15, 2010.

nacional a partir de uma forma autenticamente brasileira. Participando da edificação de um Nordeste idealizado, o cinema documental brasileiro passa a se afastar esteticamente dos filmes de atualidades e documentários científicos bastante produzidos na primeira metade do século e faz surgir uma preocupação com a temática social sem buscar usar fórmulas industriais pré-concebidas.

Até então o cinema brasileiro tinha a função de mostrar a beleza do país, fazer estreitas propagandas políticas e narrar os acontecimentos de maneira “objetiva”. Havia uma dependência muito grande dos modelos estéticos produzidos em Hollywood, incorporados ao cinema brasileiro naquele período especialmente pelas empresas cinematográficas Atlântida e Vera Cruz. Conferindo um olhar mais social sobre o Brasil, que buscava expor o subdesenvolvimento e nossas mazelas, o denominado Cinema Novo procurou aliar a crítica social e a definição do Brasil por meio da sétima arte mostrando um Brasil ainda desconhecido. Em matéria publicada no Diário de Pernambuco, o jornalista Severino Barbosa afirma que “Vai servir ‘Aruanda’ para mostrar ao Brasil uma terra estranha, com traços negros da época anterior à abolição, encravada no Planalto da Borborema, como um retrato autêntico de épocas passadas”²²⁶⁸. Ao falar sobre o movimento cinemanovista, o cineasta e crítico Glauber Rocha ressalta:

No Brasil o cinema novo é uma questão de verdade e não de fotografismo. Para nós a câmara é um olho sobre o mundo, o *travelling* é um instrumento de conhecimento, a montagem não é demagogia, mas pontuação do nosso ambicioso discurso sobre a realidade humana e social do Brasil!²²⁶⁹

Segundo Durval Muniz de Albuquerque Jr. foi através do Cinema Novo que a sensibilidade modernista, que instaurou a ideia de Nordeste, chegou ao cinema brasileiro. Este movimento cinematográfico surgiu num período em que a cultura passou a ser vista como um dos instrumentos de transformação da realidade:

O Cinema Novo retoma a problemática modernista da necessidade de conhecer o Brasil, de buscar suas raízes primitivas, de desvendar o inconsciente nacional por meio de seus arquétipos para, a partir deste desvendamento, didaticamente ensinar ao povo o que era o país e como superar a sua situação de atraso, agora nomeado de subdesenvolvimento e de dependência externa.²²⁷⁰

Linduarte Noronha ressalta em entrevista ao Diário de Pernambuco, que ao chegar ao alto da Serra do Talhado, com toda a maquinaria cinematográfica foram cercados por olhares curiosos e espantados, os nativos da região jamais tinham vistos aqueles equipamentos. É um retrato da situação de atraso. *Aruanda* não só trouxe o sertão nordestino para o cinema brasileiro, como também o cinema para o sertão nordestino. Representou uma fração quase esquecida até a primeira metade do século XX: as casas feitas do barro, as “louceiras” da Serra do Talhado, descendentes de Zé Bento, o negro escravo e fundador do quilombo, que “despertarão também a curiosidade pública, da mesma maneira que as máquinas modernas da civilização têm despertado a admiração daquele punhado de gente”²²⁷¹.

²²⁶⁸ BARBOSA, Severino. **Diário de Pernambuco**, Recife. 27 de março de 1960, p. 15.

²²⁶⁹ ROCHA, Glauber - “**Cinema Novo 62**”. In: Caderno Mais! Folha de São Paulo. São Paulo, Folha da Manhã, 07/0393, p.4.

²²⁷⁰ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2009, p 305.

²²⁷¹ BARBOSA, Severino. In: **Diário de Pernambuco**, Recife, 27 de março de 1960, p. 15.



Imagens 3 e 4 – Cenas do filme *Aruanda* (1960) de Linduarte Noronha

A vanguarda entrava no cinema brasileiro. Mas não se tratava de um caso particular do nosso país, a década de 1950 vivenciou novas perspectivas ao cinema documental. O realismo como estética social passa a fazer parte não só do documentário internacional, como também da ficção, através do seu principal expoente o neorealismo italiano. Glauber Rocha chega a comparar a montagem de *Aruanda* à obra de Rossellini:

A montagem é desastrosa e temos impressão de um Paisá no Nordeste. Os rapazes estão próximos àquele fantástico Rossellini de Paisá e Roma, cidade Aberta, o neo-realismo trágico, da miséria material como ela mesma, em seu caráter poluído das superfícies na terra e na cara dos homens. De uma coisa, porém, ficamos certos: *Aruanda* não quiser ser academia e a narrativa está em último plano, como em *Arraial do Cabo* <Filme de Mário Carneiro e Paulo Cesar Saraceni, 1959>. ²²⁷²

A despeito dessa relação, o cinema novo explorou a realidade do Brasil como uma forma estética. De acordo com Isabel Regina Augusto, o neorealismo exerceu influência na cinematografia brasileira a partir de sua recepção iniciada em 1947, “cuja assimilação teve como resultado a eclosão do Cinema Novo nos 1960”²²⁷³. Com efeito, o cinema novo e o neorealismo apresentam questões que envolvem a crítica e denúncia social, uma “ética da estética” que conforme aponta a autora, se assemelham nos vestígios:

(...) Como modelo de produção e na atitude dos autores comprometidos com a função social do artista (o seu valor moral e que privilegiam filmes de denúncia social) adequado para revelar por meio do cinema a realidade de um país subdesenvolvido, características que fazem parte dos aspectos gerais do Neo-realismo como “ética da estética” presentes no Cinema Novo, mas também confirmados os traços que esta influência deixa também na poética, nos textos fílmicos cinemanovistas, ou seja, na sua estética. ²²⁷⁴

O neorealismo reconstrói a forma da experiência subjetiva e nossas próprias tentativas vacilantes de dar forma a narrativa à nossas vidas. A realidade está na humanidade de seus personagens, na experiência de seus espaços e territórios. Algo que o documentário cinema-novista vai explorar na representação social do Brasil, no entanto, apresentam níveis de verossimilhança mimética distintos.

²²⁷² ROCHA, Glauber. Suplementado Dominical, *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1960, p.4.

²²⁷³ AUGUSTO, Isabel Regina. **Neo-realismo e Cinema Novo: a influência do neo-realismo italiano na cinematografia brasileira dos anos 60**. Intercom (São Paulo. Impresso), v. 31, 2008, p. 142.

²²⁷⁴ AUGUSTO, Isabel Regina. **Neo-realismo e Cinema Novo: a influência do neo-realismo italiano na cinematografia brasileira dos anos 60**. Intercom (São Paulo. Impresso), v. 31, 2008, p. 158.

De acordo com Bill Nichols, o neorealismo mesclou o olho do observador do documentário com as estratégias intersubjetivas e identificativas da ficção²²⁷⁵. Com o Neorealismo italiano, o realismo do documentário obteve um aliado no campo da ficção. O Neorealismo aceitou o desafio do documentário de organizar sua estética em torno da representação da vida cotidiana não só no tocante a temas e tipos de personagem, mas na própria organização da imagem, cena e história. Seus sucessos e limitações ajudam a esclarecer a diferença entre ficção e documentário, evidenciando seus supostos limites.

El neorealismo sigue poniendo más énfasis en la historia que en la argumentación, en la representación ficticia que en la histórica, en los personajes imaginarios que en los actores sociales. Rompe con algunas de las convenciones que parecen separar la ficción del documental con mayor claridad.²²⁷⁶

O neorealismo é uma qualidade fictícia da metáfora. Propõe uma visão “semelhante” ao mundo em que vivemos. O realismo histórico do documentário promove uma relação indexical entre realidade e documentação da realidade no meio audiovisual, entre referente e imagem.

Esse novo modo de fazer cinema, trouxe para a recepção brasileira a visão de que pela primeira vez tínhamos um cinema puro, de imagem viva. Não mais vinculados aos grandes estúdios. Onde o trabalho intelectual do autor, da fotografia e da técnica seria valorizado. Como destaca Glauber Rocha ao nos colocar que:

Pela primeira vez, sentimos o valor intelectual nos cineastas que são homens vindos da cultura cinematográfica para o cinema, e não do rádio, teatro ou literatura. Ou senão vindos do povo mesmo, com a visão dos artistas primitivos, criadores anônimos longe da civilização metropolitana, como no caso dos dois paraibanos.²²⁷⁷

Apesar de não ser paraibano, e sim pernambucano, foi o trabalho de Rucker Vieira que mais chamou atenção no filme *Aruanda*. Para Cunha Filho, esse segundo momento da produção etnográfica do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais deve-se especialmente a sua figura. Conforme aponta Alexandre Figueirôa, Rucker tinha feito um curso de cinema nos estúdio da Kino Filmes em São Paulo, estagiado na Maristela Filmes e, também, se aproximado de técnicos de fotografia da Vera Cruz. Apesar do seu vasto conhecimento, ficou perplexo com a aridez e a luminosidade excessiva do local onde seria gravado o filme e teve que driblar a escassez de material se reinventando²²⁷⁸. Em depoimento citado pelo pesquisador Alexandre Figueirôa, Vladimir Carvalho, assistente de direção do filme, chama atenção ao trabalho desenvolvido em *Aruanda*:

Não existe antes desse filme nada comparável, nada que tenha a marca, a tipicidade, um caráter e uma feição tão autóctone da luz e da iluminação com relação ao Nordeste. Falo justamente dessa fotografia, desta luz que vem rasgando, daí a palavra rascante tantas vezes usada, que vem a se assemelhar em muito à gravura popular. O que é preto é preto, o que é branco, é branco, não tem matizes, isso virou um estilo, não existia antes.²²⁷⁹

As artimanhas técnica utilizadas nesse filme foi algo de atenção de cineastas e críticos brasileiros em dois importantes polos de discussão e realização cinematográfica no Brasil: Rio de Janeiro, onde participou de várias exposições, incluindo a sua estreia em julho de 1960, num evento promovido pelo Clube de Cinema do Rio de Janeiro; e em São Paulo, tendo como destaque sua exibição na VI Bienal das Artes. De acordo com Figueirôa:

²²⁷⁵ NICHOLS, Bill. **La Representación de la Realidad**. Buenos Aires, Paidós, 1997, p. 220.

²²⁷⁶ NICHOLS, Bill. **La Representación de la Realidad**. Buenos Aires, Paidós, 1997, p. 222.

²²⁷⁷ ROCHA, Glauber. Suplementado Dominical, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1960, p.4.

²²⁷⁸ FIGUEIRÔA, Alexandre. **Rucker Vieira: uma experiência cinematográfica no Nordeste**. Sessões do Imaginário, Porto Alegre, n. 8, ago. 2002, p. 50.

²²⁷⁹ CARVALHO, Vladimir. *Apud*. FIGUEIRÔA, Alexandre. **Rucker Vieira: uma experiência cinematográfica no Nordeste**. Sessões do Imaginário, Porto Alegre, n. 8, ago. 2002, p. 51.

Essas renovações não passaram despercebidas quando *Aruanda* foi exibido no Rio de Janeiro e em São Paulo. O filme encontrou um ambiente favorável a sua recepção entre os cineastas e críticos, que, naquele momento, fomentavam o movimento cinemanovista. Em São Paulo, ele foi mostrado na Primeira Convenção da Crítica Cinematográfica Brasileiro e causou admiração a Paulo Emílio Salles Gomes.²²⁸⁰

Para Glauber Rocha, “Linduarte Noronha e Rucker Vieira entram na imagem viva, na montagem descontínua, no filme incompleto. *Aruanda*, assim, inaugura o documentário brasileiro (...)”²²⁸¹. O trabalho de fotografia do pernambucano era o que mais chamava atenção. Segundo Fernão Pessoa Ramos, “A fotografia de Rucker Vieira é um dos pontos altos do documentário, com tonalidades toscas e estouradas, captando a dureza do sertão”²²⁸².

Trabalhando a técnica cinematográfica, com baixo orçamento, *Aruanda* destacava aquilo que Glauber mais defendia para o cinema nacional: uma câmera na mão e uma ideia na cabeça. O filme de Linduarte Noronha tornou-se uma referência para ele, que em suas crônicas cinematográficas o reverenciava com frequência, como em um artigo publicado em 1961, no Suplemento Dominical do Jornal do Brasil (RJ):

Isto apavora - pois se fizermos fitas baratas e boas e sobretudo fitas de relativo sucesso comercial, explodirá no Brasil (como na Paraíba Linduarte Noronha explode com *Aruanda*) um movimento cinematográfico capaz de em pouco tempo ocupar lugar importante no mundo. Sabemos nós, os pobres nacionais, que lá nas Oropas a turma nova não tem muito o que dizer ou filmar, mesmo considerando nomes vigorosos: Resnais, Bolognini, Jean-Luc Godard e outros. Sabemos nós, nesta miséria nacional, que nosso cinema pode mergulhar em nova linguagem estética e social. Mas sabem os desesperados das produções mirabolantes que um cinema novo e livre não precisa do muito que se pede: precisa, sobretudo, de ideias.²²⁸³

A crítica local também fez sua menção prestigiando o trabalho desenvolvido em *Aruanda*. Fernando Spencer, então cronista de cinema do Diário de Pernambuco, que viria na década seguinte presidir a Associação Brasileira de Documentaristas e ocupar o cargo de diretor da Divisão de Teatro e Cinema da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Recife, também fez sua boa avaliação sobre o filme relatando:

A exibição desta película deixou-nos sinceramente surpreendidos, pois o jovem crítico paraibano, põe na prática seus conhecimentos teóricos de cinema, realizando um filme de boa categoria, quase perfeito, com belas imagens, tecnicamente de notáveis qualidades, acompanhamento musical muito bom, enfim, um trabalho de estreia bastante animador.²²⁸⁴

Além de circular por várias cidades do Brasil, *Aruanda* participou do Festival Brasileiro de Curta Metragem em Paris, na França; do Festival de Bilbao, na Espanha; e foi exibido na Itália. O filme trouxe significativo reconhecimento para o fotógrafo Rucker Vieira, o diretor Linduarte Noronha e também para o projeto auspicioso do Instituto Joaquim Nabuco, conseguindo elevar o *status* do gênero

²²⁸⁰ FIGUEIRÔA, Alexandre. Rucker Vieira: uma experiência cinematográfica no Nordeste. **Sessões do Imaginário**, Porto Alegre, n. 8, ago. 2002, p. 50.

²²⁸¹ ROCHA, Glauber. **Revisão crítica do cinema brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, p. 101.

²²⁸² RAMOS, Fernão Pessoa. Cinema Verdade no Brasil. In: TEIXEIRA, Francisco Elinaldo. (org). **Documentário no Brasil: tradição e transformação**. São Paulo: Summus, 2004, p. 85.

²²⁸³ Suplemento Dominical. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro. 9 de Julho de 1961, p. 8.

²²⁸⁴ SPENCER, Fernando. **Diário de Pernambuco**. 1º de Novembro de 1960. Segundo Caderno, p. 9.

documental²²⁸⁵. Os esforços do IJNPS seguiram ainda com a realização de outras duas películas: *Cajueiro Nordestino* (1962), que mais uma vez contou com direção de Linduarte e fotografia de Rucker; e *A cabra na região semi-árida* (1962), dessa vez dirigido por Rucker.

Ambos os filmes têm em comum terem sido derivados de livros: *Cajueiro Nordestino*, da monografia homônima de Mauro Mota, diretor geral do IJNPS na época, e o documentário dirigido por Rucker baseado na monografia “A Cabra na Paisagem do Nordeste”, de Octávio Domingues.

Octávio Domingues, zootecnista e professor universitário, fez carreira na Escola Nacional de Agronomia, hoje Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, centrando seus estudos no melhoramento de animais domésticos, como a cabra do nordeste brasileiro. Seu livro, publicado pela primeira vez em 1955, analisa a preservação das raças nativas do Nordeste, a região e a paisagem, estatísticas que envolve seu trato, a pele dos caprinos, a carne e o leite.

O Pernambuco Mauro Mota, jornalista, poeta, ensaísta e memorialista brasileiro, publicou seu livro *Cajueiro Nordestino* em 1954, tendo como tema a árvore do fruto mundialmente conhecido: o caju. Tese apresentada ao Instituto de Educação de Pernambuco. Enfoca em sua narrativa a relação do cajueiro com os indígenas, suas origens, distribuição geográfica, a castanha, o cajueiro na literatura e o cajueiro na toponímia.

Ao som de “Cajueiro Tim-Tim-Tim” o filme *Cajueiro Nordestino* inicia com a imagem de vários cajueiros, focalizados com bovinos à sombra. É a representação dos frutos e animais do nordeste. O filme segue mostrando todo o processo de colheita da fruta, a cultura nordestina de beber cachaça comendo caju, as crianças colhendo o fruto, as festas populares, da castanha aos troncos de cajueiro em decomposição, cujo fogo consome suas estruturas no final do filme.

O filme é uma etnografia da tradição popular do cajueiro que não se resume à Paraíba ou a Pernambuco, mas faz parte de parte significava da cultura de vários estados do Nordeste. Uma investigação no domínio da antropologia visual, que nos permite observar esse determinado grupo da sociedade e seus costumes.

O método do trabalho etnográfico também segue em *A cabra na região semi-árida*, filme dirigido desta vez por Rucker Vieira que contou com narração de Paulo Gil Soares e montagem de João Ramiro Melo. O filme retrata a sobrevivência do bode e da cabra no chão seco da caatinga e nas vertentes pedregosas do sertão. Cujas existência fornece peças da paisagem sertaneja: leite, carne e pele. Aspectos de seu nascimento à exportação do couro.



Imagens 5 e 6 – Cenas do filme *A Cabra na Região Semiárida* (1962) de Rucker Vieira.

Esses filmes são uma antropologia visual do Nordeste Brasileiro. Região caracterizada de diferentes formas, criando representações tão fortes que a ideia de ser nordestino se sobrepõe ao brasileiro. A construção do Nordeste é histórica, a sociologia e o cinema, além de outros campos, produziram e reproduziram estereótipos e memórias que definiram essa formação. Na década de 1960, predominou a imagética da aridez, construída com excelência pela fotografia cinematográfica de Rucker Viera, e as mazelas da denominada estética da fome, que assume um lugar de poder na história do documentário brasileiro.

²²⁸⁵ HOLANDA, Karla. **Documentário nordestino: mapeamento, história e análise.** São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008, p. 98.

São representações, que constituem tanto os objetos quanto os sujeitos históricos. Para o historiador Roger Chartier, o real é a forma com que a realidade é construída. Chartier julga as representações coletivas como matrizes de práticas que constroem o mundo social. A construção das identidades sociais é um resultado de uma luta de representação, “como a tradução do crédito conferido à representação que cada grupo dá de si mesmo, logo a sua capacidade de fazer reconhecer sua existência a partir de uma demonstração de unidade”²²⁸⁶. As práticas construídas através de um mundo como representação nos norteiam para compreender a formação de um discurso cinematográfico sobre o Nordeste, que tem nos filmes do IJNPS uma matriz importante.

O Nordeste aufere na imagem cinematográfica uma visibilidade e dizibilidade que não tinha antes, torna-se conhecido. Conforme aponta Bill Nichols, a ficção nos promove uma “escopolifia”, um prazer de olhar. O documentário, porém, nos instiga ao conhecimento, ao prazer de conhecer. O compromisso social em contração com o mundo histórico. “Nos comprometemos com un realismo histórico que representa la experiencia colectiva de un modo subjetivo”²²⁸⁷. O documentário atesta uma presença. O realismo documental nos ajuda a ver o que quem sabe não tínhamos visto ainda, apesar de estar aí, no mundo, esperando nosso descobrimento.

Esse “mundo”, retratado nos filmes do IJNPS é o Nordeste brasileiro. Com todas as suas mazelas e aspectos distintos. Com todas as suas vidas e trajetórias dispostas ao olhar do espectador. No entanto o realismo do documentário não é uma garantia da realidade. A presença é um aparato de registro, um retalho de uma realidade histórica ordenada pelo diretor. A primeira fase do Cinema Novo, onde situamos a tríade de Linduarte Noronha e Rucker Vieira, está voltada às questões sociais do Nordeste brasileiro em confluência com o momento político histórico da época. Este corte temporal também é marcado por significativas mudanças no cenário político e cultural brasileiro que vão transformar o cinema nacional. A questão social foi posta em cheque junto ao governo Jango e as adversidades trazidas pelo desenvolvimentismo das décadas de 1930 e 1940 questionadas como um fator de desigualdade social. Dessa forma, explorar o Nordeste brasileiro era mostrar outra face do Brasil: a miséria, marginalização econômica, a fome, a violência e a opressão.

Utilizar o cinema documental na narrativa histórica é para nós investigar o passado através de novos caminhos. Um caminho aberto à inquietação e novas descobertas. Conforme aponta Jean-Claude Bernardet, muitos pesquisadores se mantiveram atentos aos ficcionais desprezando o gênero documental, quadro geral da história do cinema brasileiro²²⁸⁸. Isso pode ter sido motivado pela dificuldade de contato com o material não ficcional, ou mesmo pela ênfase da indústria cinematográfica aos filmes de ficção. Por esse certo desprezo, damos atenção à produção de documentários do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais que construíram imagens sociais do Nordeste na década de 1960, verificando as dicotomias existentes entre a não ficção e a representação da realidade, alavancadas pelas questões sociais que o cinema e o IJNPS se propuseram a debater.

²²⁸⁶ CHARTIER, Roger. *À beira da falésia - A história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 73.

²²⁸⁷ NICHOLS, Bill. *La Representación de la Realidad*. Buenos Aires, Paidós, 1997, p. 234.

²²⁸⁸ BERNARDET, Jean-Claude. *Cinema brasileiro: propostas para uma história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 28.

CANDEIRO, ESTEIRA E GIZ: NARRATIVAS DA ALFABETIZAÇÃO NO MOBRL ENTRE OS ANOS 1970-1980

*Bianca Nogueira da Silva Souza*²²⁸⁹

bia_nog@hotmail.com

Resumo: O Movimento brasileiro de Alfabetização – Mobral – é um produto do governo militar em toda sua extensão (1964-1985). Como tal ele carrega as credenciais de quem o gerou, nutriu e pôs em vigência. Ao longo dos dez anos de sua existência o Mobral perseguiu o ideal de “erradicar o analfabetismo no país” à medida que, com suas práticas, buscava conferir graus crescentes de legitimidade a um regime de exceção. Este trabalho pretende pôr em discussão interesses, alcances, fragilidades e a herança histórica deixada pelo Mobral para os anais da educação brasileira. Para isso analisei-o tanto em seus aspectos materiais quanto humanos dentro da estrutura do governo, a partir de relatos orais de memória com personagens que compuseram este cenário, cartas escritas por alunos e alfabetizadores, jornais didáticos, cartilhas de alfabetização e seus recursos imagéticos.

Com base nessas fontes pude criar, como faz um artesão com seus retalhos, um mosaico da história da educação popular no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980. Os resultados encontrados pela pesquisa apontam para uma resignificação do Mobral enquanto projeto pedagógico e ideológico ao longo do tempo: de sinônimo de alfabetização e desenvolvimento humano a sigla passou a termo pejorativo, sendo associada à ignorância e ao analfabetismo. A mudança no tom e no sentido carrega ainda como consequência o questionamento moral e político do governo militar e seus feitos no campo educacional.

Palavras-chave: Mobral. Analfabetismo. Ditadura Civil-Militar. Educação Popular.

Introdução

Um dos maiores desafios que tive de lidar durante as investigações sobre o Mobral, (tema central de minha tese de doutorado) foi a (re)montagem do cotidiano da alfabetização nas diversas salas de aula montadas em todo o Brasil. Os Jornais, os editais, as cartilhas e até mesmo as entrevistas garimpadas durante a pesquisa me diziam pouco sobre as aulas, as práticas de ensino, a rotina pedagógica, o uso do material didático e principalmente sobre as etapas de alfabetização e apropriação dos alunos do conteúdo proposto naquele que foi o maior programa de alfabetização em massa da história da educação brasileira.

O que de maneira geral as fontes oficiais²²⁹⁰ me apresentavam eram relatos harmônicos e bem encaixados de espaços agradáveis, seguros e de ampla promoção do educando. Os desafios e limitações eram tratados como questões naturais do processo de implantação de um programa de massa e sempre suavizados pelos discursos da superação pessoal, colaboração, força e união coletiva.

Entretanto, esse passado tornou-se mais completo, e também controverso quando pude “ouvir” os próprios alunos e professores do Mobral narrando, suas experiências, trajetórias de vida e rotinas de estudo e trabalho. Essa escuta do passado só me foi possível através da leitura e estudos das cartas que esses sujeitos (alunos e professores) frequentemente enviavam ao Mobral Central. As missivas me trouxeram novos elementos para percorrer curvas criadas pelo tempo e ferramentas para escavar os fatos até então inacessíveis à pesquisa. Esse conjunto de narrativas me deu a possibilidade de obter uma visão mais nítida do espelho que usamos para olhar o passado, mas também trouxe consigo outro desafio, o de operá-las enquanto fonte.

O uso de cartas como fonte de informação não é algo recente na prática historiográfica, é tão antigo quanto o hábito de escrevê-las. As pesquisas recentes amparadas pela abordagem e abertura da História Cultural, no entanto, ampliaram o debate sobre o uso de cartas, tornando-as também objeto de estudo o que sedimentou um novo campo de possibilidades para o historiador.

²²⁸⁹ Doutora em história pela UFPE

²²⁹⁰ Refiro-me aqui aos relatórios oficiais do Mobral publicados em: CORREIA, Arlindo Lopes. **Educação de massa e ação comunitária**. Rio de Janeiro: AGGS: Mobral, 1979.

Para esta pesquisa, as correspondências dos alunos, professores e agentes administrativos do Mobral representaram uma ampliação substancial nas possibilidades de compreensão do movimento e seu papel como agente de legitimação, simpatia e aceitação do governo militar nos anos de 1970 e 1980. O enredo das cartas associada a outras fontes *a priori* pensadas, forma uma descontínua peça de tapeçaria onde até mesmo os espaços vazados se traduzem em informações sobre o passado. Considerarei no manuseio das cartas alguns aspectos, tais como: a própria carta como objeto de informação, a identidade social do seu autor que instala em sua narrativa curiosos processos autorreferenciais e o seu possível destinatário, neste caso órgão/instituição²²⁹¹.

O conjunto de correspondências aqui utilizadas, entendidas como produções fronteiriças entre o público e o privado (tanto pelo seu conteúdo quanto pela conexão que estabelece entre indivíduo-comunidade-Estado), foi enviado por todos os municípios brasileiros à gerência pedagógica do Mobral-Central, órgão responsável por ler, fazer os encaminhamentos, responder (quando julgasse necessário) e arquivar as cartas. Nesse conjunto epistolar surgem três tipos de cartas a partir de seus remetentes que classifico como: cartas dos alfabetizadores; cartas dos alunos e cartas-resposta.

Cartas dos alfabetizadores

Escrever cartas estava entre as obrigações profissionais de um alfabetizador do Mobral, embora nem sempre o fizessem de forma regular, desembaraçada e detalhada, como determinava a coordenação pedagógica. Os professores deveriam escrever mensalmente uma espécie de “carta-relatório” narrando como estavam as aulas, a assiduidade entre os alunos, comunicar os eventuais desistentes e tirar possíveis dúvidas na aplicação da metodologia.

Entretanto, esses escritos narram mais do que isso. Aproveitando a janela de comunicação com as instâncias centrais, as comunidades rurais e urbanas do país usavam as cartas para esses e outros interesses. Diante da oportunidade de se fazer ver e ouvir, os alfabetizadores não se furtavam de apresentar suas adversidades cotidianas e pedir providências, como destaque na carta da alfabetizadora Antonia Ferreira dos Santos (Figura 19):

²²⁹¹ Oriento-me metodologicamente aqui por aquilo que Malatian (2012) defende, ao afirmar que: “Ao ter acesso a esses fragmentos, o historiador espia por uma fresta a vida privada palpitante, dispersa em migalhas de conversas a serem decodificadas em sua dimensão histórica, nas condições socioeconômicas e na cultura de uma época, na qual público e privado se entrelaçam, constituindo a singularidade do indivíduo numa dimensão coletiva”. Ver: MALATIAN, Teresa. Cartas: narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezzi (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 200.

Figura 19 - Carta de alfabetizadora do Mobral I

10
Poço Redondo 4/04/77 3
Mobral Central 48643.7.4

Sou alfabetizadora do Mobral, tenho uma classe de 30 analfabetos, na Fazenda (Lagoda) Lagoa Carada município de Tucano estado da Bahia o lugar onde mais tem analfabetos nunca teve professora a primeira é esta do Mobral. Sou eu e outra que trabalhamos neste lugar. Eu caminho 7 quilômetros de pé para ir trabalhar, já estou cansada. Preciso de uma orientação para ver a quem posso pedir uma ajuda para comprar um transporte. A comissão municipal eu já não penso mais, porque não dá mesmo. Nós somos 129 alfabetizadoras do Mobral no município de Tucano. Todas temos

20 2

Vontade de arranjar merenda e outras coisas para a escola. Mas se a comissão municipal não dá. Que vamos fazer Oriente-me por favor responda-me, para melhorar a situação minha, e de meus alunos que sofrem tanto. Escrevem no chão em cima de umas esteiras quase no escuro, sem ter roupas, sem ter merenda, sem ter cadeiras, sem ter mesa, sem ter quadro de giz. A diversão é puxar o cabo da entrada anos e anos, trabalhando na roça para viver.

Trabalham na roça.
Para comer,
Quando a safra acaba.
Só faltam morrer

Responda para
Antonia Ferreira dos Santos
Poço Redondo município de Tucano

Estado da Bahia

Figura 15 e 16: Carta Antonia Ferreira dos Santos, Poço Redondo, município de Tucano-BA. Fonte INEP – Arquivo Mobral, Cx 126, nº 305.

A carta de Antonia Ferreira apresenta um típico cenário da realidade dos mobralenses das zonas rurais nos anos de 1970-1980. Aquela era a primeira experiência de alfabetização na comunidade de Tucano – BA. Muitas expectativas e desafios estavam postos diante de uma população quase que em sua totalidade analfabeta. Antonia é uma das exceções, apesar das muitas limitações no domínio da escrita. Assume o posto de alfabetizadora motivada, sobretudo, pela possibilidade do aumento na renda familiar o que abrandaria a grande pobreza na qual se vivia no interior baiano.

Na carta ao Mobral Central Antonia narra sua rotina à frente da turma 4 do posto 12 e em tom de desabafo coloca: ***“Eu caminho 7 quilômetros de pés para trabalhar. Já estou cansada. Preciso de uma orientação para vê a quem posso pedir uma ajuda para comprar um transporte”***. A carta deixa claro que as dificuldades naquele posto já tinha sido comunicada diversas vezes à COMUN, setor responsável por dar todo suporte aos professores e garantir as condições adequadas para os funcionamento das salas de alfabetização. Mas, diante do silêncio e possíveis restrições em trazer soluções às questões cotidianas ela reclama ***“A comissão municipal eu já não pesso mais porque não dá mesmo”***. Em outro trecho endossa: ***“Mais se a comissão municipal não dá, o que vamos fazer. Oriente-me por favor. Responda-me”***.

A expressão da carta parece ganhar mais peso e certo ar de desespero quando a alfabetizadora afirma que seus alunos ***“que sofrem tanto. Escrevem no chão, em cima de umas esteiras quase no escuro, sem ter roupas, sem ter merenda, sem ter cadeiras, sem ter mesa, sem ter quadro de giz. A diversão é puxar o cabo da enxada anos e anos”***.

Ao fim da carta, Antonia anexa uma de suas poesias. Inspirada na dura realidade que vivia como professora e no sofrimento compartilhado com seus alunos:

*Me chamo Antonia Ferreira
Alfabetizadora do Mobral
Quero lhe pedir ajuda
Sei que isto é normal
Para comprar um transporte
Um jipe ou um animal
Disculpem os meus versinho
se não saíram bonzinho.
Pois não sou castro Alves
nem nunca tive anelzinho
mas de cinco em cinco meses.
Do Mobral tomo cursinho”.*

O quadro de pobreza, fome, falta de estrutura e queixumes são comumente descritos nas cartas de alfabetizadores de muitas regiões brasileiras. Não encontrei em outras fontes de pesquisa esse tom narrativo, apenas nas cartas. Nos jornais pedagógicos editados pelo Mobral, os trechos de cartas reproduzidos são sempre elogiosos e marcados pela reverência e gratidão ao governo militar pela iniciativa de criar o movimento. Em nenhuma das edições pesquisadas as queixas foram publicadas. Definitivamente, esse não era o espaço para tais escritos.

O cotidiano desafiador tinha seu lugar apenas nas cartas e foi também apresentado pela alfabetizadora Maria Anita de Sousa, ao destacar que: ***“As minhas reclamações são: Sobre problema de lapis, caderno, lampião, dificuldades que os alunos tem de visão a necessidade que eles sentem sobre a merenda escolar se possivel chegasse seria ótimo”***.²²⁹²

Ou ainda:

Na minha sala de aula também tem uma grande faltas que nas turma tem gente velho que avista é pouca não enxergam. E a energia daqui deste distrito o motor só veve no prego já faz mais de mês que está em conserto em Fortaleza e não mais voltou, e eu como monitora não tenho posse de comprar uma lâmpida; e o posto está sendo iluminado com faróis e os alunos de pouca vista acham ruim porque não enxergam e não compreendem e nem podem ter atenção e a

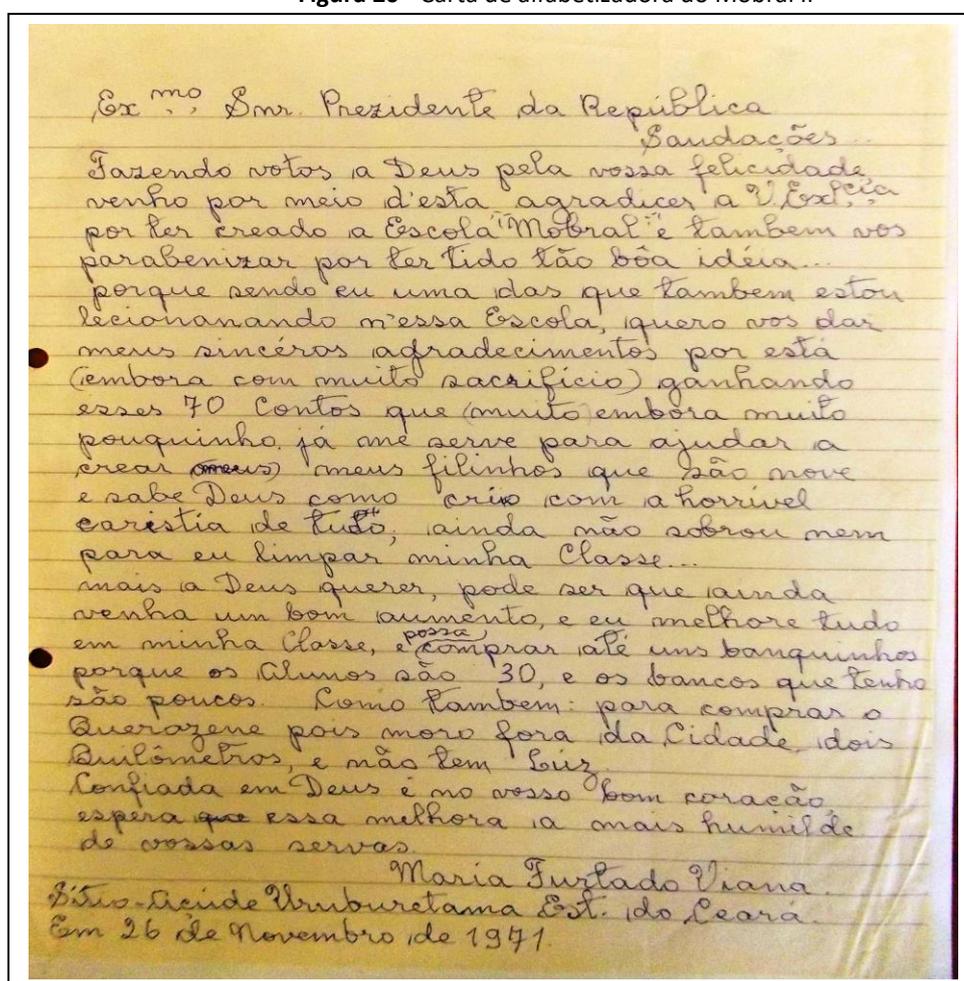
²²⁹² Ipueiras - Sobral, Ceará. 12/06/1980. Fonte INEP – Arquivo Mobral, Cx 121, n° 224.

comunidade aqui todos são pobre não podem auxiliarem com oculos e eles não podem comprarem e assim não sei que fazer (...) ²²⁹³.

As reclamações se multiplicam ao longo das milhares de cartas que compõem o arquivo histórico do Inep. Elas fazem denúncias graves de descaso, pobreza, abandono, corrupção, tensões políticas além de pedir ajuda para resolver os inúmeros problemas anunciados. As críticas aparecem, sem muitas exceções, ao longo de todo o conjunto das cartas o que revela outro discurso sobre o Mobral, para além do oficial que é absolutamente marcado pela positividade, ganhos e sucesso que o governo insistia em ostentar.

Outro aspecto curioso nas correspondências dos professores do Mobral (e também dos alunos, como mostrarei adiante) era que, embora o destino fosse o órgão central no Rio de Janeiro, muitas dessas cartas estavam endereçadas nominalmente a sujeitos específicos, autoridades nacionais da época como os presidentes do Mobral (Mario Henrique Simonsen e Arlindo Lopes Correia) e os presidentes da República do período (Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel). Uma das cartas a usar esse artifício é a da alfabetizadora Maria Furtado Viana que escreve:

Figura 20 - Carta de alfabetizadora do Mobral II



Ex^{mo} Sr. Presidente da República
Saudações...

Fazendo votos a Deus pela vossa felicidade venho por meio d'esta agradecer a V. Ex^{cia} por ter creado a Escola "Mobral" e tambem vos parabenizar por ter tido tão boa idéia... porque sendo eu uma das que tambem estou lecionando n'essa Escola, quero vos dar meus sinceros agradecimentos por esta (embora com muito sacrificio) ganhando esses 70 Contos que muito embora muito pouquinho, já me serve para ajudar a crear ~~meus~~ meus filinhos que são nove e sabe Deus como crio com a horrivel carístia de tudo, ainda não sobrou nem para eu limpar minha Classe... mais a Deus querer, pode ser que ainda venha um bom aumento, e eu melhore tudo em minha Classe, e comprar até uns banquinhos porque os alunos são 30, e os bancos que tenho são poucos. Como tambem: para comprar o Querazene pois moro fora da Cidade, dois quilômetros, e não tem luz. Confiada em Deus e no vosso bom coração espera que essa melhora ia mais humilde de vossas servas.

Maria Furtado Viana.
Sítio-Beide Uruburetama Est. do Ceará.
Em 26 de Novembro de 1971.

Fonte Inep – Arquivo Mobral, Cx 126, n°54.

A vida no Sítio Açude Uruburetama, na zona rural do Estado do Ceará vai sendo desenhada na carta da alfabetizadora Maria Furtado Viana. A fé, característica peculiar entre o povo cearense está

²²⁹³ Alfabetizadora Raimunda Amélia Mesquita. Posto 45, Araoarí, Município de Itapipoca – CE. Diante da impossibilidade de reproduzir todas as cartas utilizadas diretamente na escrita da tese, busquei reproduzir os trechos escolhidos com a maior aproximação possível do narrado, mantendo inclusive os erros ortográficos, ausência de vírgulas, pontos, letras e sinais de acentuação.

presente já nas primeiras linhas da carta ***“fazendo votos a Deus pela vossa felicidade venho por meio d’esta agradecer a V. Exl. Cia por ter creado a Escola Mobral e também vos parabenizar por ter tido tão boa idéia...”***. Em meio às notas de agradecimento o cenário de profunda escassez e privações vai sendo narrado ***“Embora com muito sacrifício, ganhando esses 70 contos que muito em embora muito poquinho já me serve para ajudar a crear meus filinhos que são nove e sabe Deus como crio com a horrível carístia de tudo, ainda não sobrou nem para eu limpar minha classe..”*** (...).

Pelo menos dois aspectos devem ser ressaltados nesta carta: o primeiro é o sutil pedido de aumento no pagamento destinado aos alfabetizadores, assunto recorrente nas cartas de outros alfabetizadores; e o segundo é o envolvimento financeiro de alfabetizadores e outros sujeitos da comunidade para a compra de itens essenciais à manutenção dos pontos de alfabetização: material de limpeza e querosene. As “cotinhas” eram imprescindíveis para que as aulas não fossem interrompidas. Com baixos “salários” e um cenário de míngua, os alfabetizadores com frequência se queixam dessas “obrigações”.

Essa realidade explica as constantes solicitações de aumento salarial que aqui, vem em tom de súplica: ***“Mais a Deus querer, possa ser que ainda venha um bom aumento (...). Confiada em Deus e no vosso bom coração espera essa melhora a mais humilde de vossas servas”***.

As necessidades eram muitas e a realidade desafiava a continuidade das aulas. Pedidos de diversas ordens são colocados pelos alfabetizadores: emprego, aumento salarial, melhores estruturas (cadeiras, mesas, querosene, lampião, material escolar, merenda, transporte até os locais de aula), melhores condições de trabalho e até dinheiro emprestado²²⁹⁴.

Cartas são documentos que intrigam os pesquisadores quanto à possível identidade do autor. Além da descrição de um cenário social a partir dessas narrativas, encontro nesse conjunto de epístolas alguns indícios de quem são os sujeitos históricos que produziram esses escritos: mães (geralmente de muitos filhos), donas de casa, trabalhadores rurais, jovens e velhos desempregados que veem no Mobral a chance de conseguir algum sustento familiar, em terras escassas de oportunidades. Homens e mulheres entre 15 e 65 anos de idade que compõem um universo de milhares de alfabetizadores que, a partir do ideário criado pelo governo militar, estimavam a alfabetização de todo o país.

As cartas produzidas pelos professores e professoras do Mobral apresentam alguns tons de uniformidade do ponto de vista da estrutura narrativa. Geralmente são abertas com um cabeçalho indicando o local de onde escrevem ***“Fazenda Santa Maria, 15-7-80”, “Russas 15 de julho de 1980”, “Sabiaguaba 15-7-80”, “Serra Branca 23 de 11 de 1975”*** uma expressão de saudação e pronomes de tratamento, na maioria das vezes marcada de grande veneração as autoridades a que se remetem ***“ilustríssimo senhor presidente do Mobral, como vai vossa alteza?” “presada equipe do Mobral, cordiais saudações” “excelentíssimo senhor presidente da república”, “presado comição do Mobral”, “Presidente Geisel, como está vossa santidade?”***. Algumas, destoando da formalidade usual, esboçam um tom de maior intimidade com seu provável leitor ***“Querido Arlindo Lopes” “Caros amigos da equipe do Mobral” “prezados diretores tudo bem por aí?”***.

Os parágrafos de agradecimento frequentemente presentes nas narrativas mostram uma reverência e referência aos líderes nacionais, procedimento que era estimulado pelas ações nacionalistas e propagandistas do regime militar em seus usos midiáticos:

No primeiro dia de aula fiz a entrega aos alunos de um jornal no qual vinha uma foto do presidente Médici isto nos enriqueceu mas para a palestra de porque foi criado o Mobral, quem o trouxe e o que visa acabar no Brasil.²²⁹⁵

Em alguns trechos fica clara a visão que os alfabetizadores tinham do programa como um todo, apesar de suas limitações e problemas nas esferas locais que enfrentavam: ***“Em primeiro lugar envio***

²²⁹⁴ Chama a atenção o pedido inusitado de um alfabetizador ao ousadamente solicitar numa carta: “Sr. Mario Henrique Simonsen. Será que o sr. Poderia conseguir entre seus amigos para me auxiliar a quantia de mil cruzeiros? O sr. Anotará os nomes dos amigos e a quantia que cada um contribuir. Depois que controlar minha situação irei depositando no banco, até completar o que me for enviado. Depois mandarei. Só Deus sabe a minha situação” (...) 11/8/1972.

²²⁹⁵ Francisca Adelino, Mina Bodó. Fonte INEP – Arquivo Mobral, Cx 126, n°226.

um abraço a todos que formam o Mobral Central (...) Pois sei que são pessoas muito importantes. que trabalham com essa maravilhosa aula, êste maravilhoso plano". Fonte INEP – Arquivo Mobral, Cx 126, n° 294.

No que se refere ao desempenho dos alunos, as epístolas registram que apesar da precariedade, com o esforço dos alfabetizadores o rendimento dos alunos é satisfatório. Considerando esse aspecto é possível ler em algumas delas:

“sobre meus alunos, acho que estão rendendo muito bom, nos estudos. São ótimos”.²²⁹⁶

“O Mobral veio me encinar; mas nunca pensei que fosse tão bom. Graças a deus que os meus alunos são bons. Já tenho 17 aluno meu que não sabia nada mas tinha uma vontade especial para eu lhes ensinar cuidei muito dele foi alfabetizado. Graças a deus e o Mobral”.²²⁹⁷.

Outro elemento comum é o balanço da assiduidade entre os alunos matriculados e possíveis desistência no curso, informação sempre exigida. Diante da pressão os alfabetizadores apontam seus números e se esforçam para justificar os casos de desistência ou de não alfabetização. Dentes os argumentos mais utilizados para justificativa estão: cansaço da jornada de trabalho, doenças, problemas de visão, fome e pobreza.

As cartas geralmente encerram com um pedido de desculpas pelos erros e limitações na escrita e pelos “aborrecimentos” numa referência aos pedidos que fossem feitos.

Cartas dos alunos do Mobral

Dezembro de 1972. Terminava um ano intenso para o Brasil. As celebrações do sesquicentenário da Independência agitaram de norte a sul o país que celebrou do funeral festivo de Pedro I a conquista da Minicopa de futebol²²⁹⁸. Para o Mobral também foi um ano expressivo. O programa comemorou naquele ano a marca histórica de 3.405 municípios assistidos, o que lhe rendeu o título de programa de maior penetração do país²²⁹⁹.

Terminava também naquele mês mais um ciclo do curso de alfabetização funcional no Engenho Beltrão no Paraná. A professora do grupo, Geralda Pires Felicia, desafia seus treze alunos concluintes a escrever uma carta. Uma espécie de atestado de alfabetização pelo qual todos os alunos do Mobral deveriam passar para receber o tão esperado certificado de conclusão.

Com o natal se aproximando e o clima de confraternização em alta, a alfabetizadora sugere ao grupo que enderecem as cartas ao presidente da república, num gesto de gratidão pelo bom ano que tiveram, pelo Mobral e principalmente pela oportunidade que tiveram de se tornarem “cidadãos”. É possível que a insegurança, o medo, a vergonha fizesse alguns daqueles alunos hesitarem a proposta, mas, motivado pelo entusiasmado pedido de sua professora começam a elaborar suas cartas. Escritas a lápis ou caneta, em uma folha de papel de caderno ou retalho de papel de embrulho, as cartas dos alunos foram aos poucos tomando forma. Foram necessários muitos rascunhos até a versão final, mas enfim conseguiram fazer as postagens até as vésperas das festas natalinas.

Do ponto de vista estético, esse conjunto de treze cartas tem uma certa aproximação: são curtas, geralmente com no máximo uma lauda do tradicional caderno escolar pequeno; rasuradas, possivelmente pela intervenção da própria professora que faz algumas correções nos textos;

²²⁹⁶ Fonte INEP – Arquivo Mobral, Cx 126, n°326.

²²⁹⁷ Fonte INEP – Arquivo Mobral, Cx 126, n° 319

²²⁹⁸ Para o aniversário de 150 anos da Independência do Brasil, o governo Médici investiu na promoção de dois grandes eventos: a transladação solene dos restos mortais de Pedro I e a criação do “Torneio da Independência” ou, como ficou mais conhecida, a Minicopa de futebol e contou com a participação de vinte países. O jogo da final levou ao estádio do Maracanã mais de 100 mil pessoas para ver sugestivamente Brasil x Portugal. Até os 44 minutos do segundo tempo o jogo estava 0x0 o que enchia de ansiedade e nervosismo toda a nação que via ou ouvia o jogo.

Até que no último minuto da partida Jairzinho sofre uma falta na entrada da grande área. Ele mesmo bate a falta e para o delírio de toda uma nação faz 1x0. “Ninguém segura esse país! Pra frente Brasil, salve a seleção”.

²²⁹⁹ Segundo Arlindo Lopes Correa em entrevista a Revista **Veja** n° 204, em 02/02/1972.

vocabulário restrito e caligrafia típica de quem ainda não domina com segurança o traçado no papel fugindo muitas vezes do alinhamento padrão. O que mais importava, no entanto era que elas foram possíveis. Uma vez escritas, essas cartas alimentavam a certeza de que dali em diante não seria mais preciso “melar o dedo” para “assinar o nome”. A professora esperou que todas as cartas ficassem prontas para que a postagem pudesse ser feita de uma vez, garantindo que juntas fossem recebidas pelo Mobral Central. Além de “sinceros votos de feliz natal e próspero 1973”, as cartas dos alunos do Engenho Beltrão também traziam elogiosas notas de agradecimento ao Mobral:

“Venho expressar meu sentimento pelo Mobral”.

“Quero de coração enviar meu agradecimento ao senhor presidente Médici por ter feito o Mobral”.

“Agradeço ao Sr. Presidente do mobral pela oportunidade de fazer muitos brasileiros ser mais brasileiros”

“Dou bem graças a Deus porque eu não sabia ler nem escrever e este mobral está me ensinando”.

“Agradeço a oportunidade que o senhor presidente me deu de aprender a ler e escrever”²³⁰⁰.

Ao contrário das cartas dos alfabetizadores, as cartas os alunos do Mobral não pedem nada. Externam profunda gratidão pela experiência proporcionada e talvez por isso não se sintam a vontade para fazer novas solicitações, a não ser uma carta de resposta confirmando que seu esforço em escrever não teria caído no vazio. No enredo fazem questão de falar um pouco de si, da família e da vida que levam, mas sem aparente tom de lamento e muito mais preocupados em se fazer conhecidos por seus prováveis leitores:

“me chamo Antonio e trabalho na roça, tenho 6 filhos piquenos”

“trabalho o dia e estudo a noite. Quero dizer ao senhor quando não esperava mais nada do meu futuro surgio o Mobral pa me ajudar”

“tenho 39 anos e sou solteira sou católica. O papai tem 69 anos e mamãe tem 63 anos são trabalhadores graças a Deus. Eu sinto da prêção alta e tiroide e nervo e estomago. alimento com sopa. Sofro de varize nas pernas. a perna esqueda está com uma ferida de veia já faz onze anos. sou muito feliz graças a Deus.

A vida simples e as dificuldades cotidianas vão surgindo entre as linhas mal escritas dos alunos mobralenses que geralmente encerram logo em seguida as cartas com pedidos de desculpas pelos erros cometidos no ato da escrita:

“vá discupando os erros que são muitos”

“pesso descupa pelos erros é que não sei ainda escrever bem”

“termino me discupando dos erros que são muitos”

Como exemplo desse escrito epistolar apresento ao leitor a carta de Luís Nonato Gomes, que na sua simplicidade narra:

²³⁰⁰ Trechos de cartas diversas de alunos do Mobral escritas em dezembro de 1972 Cx. 121.

Figura 21 – Carta de aluno do Mobral

Florianópolis 14 de 12 de 1977
Curso de Educação Integrada.

Saudação

Sua Presidência do MOBRAL
escrevo estas poucas linhas
somente para Lhá dizer
que a qui esta tudo Bem
Com o MOBRAL ja não
~~se~~ sou mais a manfabela
e dou graças a Deus o
MOBRAL e por este motivo
quero agradecer a Comissão
da Presidência do Mobral
o do MOBRAL pois já tivemos
a oportunidade de tudo disFichess-
mo em dia 7 de Setembro e
Fizemos Pesquisa na Sudeste e
na BARRAGEM de Boa -
esperança e a sim por diante
estamos com imensa tudo
pois a nossa Profegaura em-
sua tudo que é Pesquisa.

VIRA

eu como um homem
novo quero ver se faço o
gustoso su Deus quiser
nada mais so quero que
mudecepá o meu erro
que ainda não sei escrever
a firma Luiz Norberto
Gomes

Rua Fernando Marques
nº 1677

Posto nº 14 do Curso de
Educação Integrada

Fonte: Inep – Arquivo Mobral, Cx: 29.

As cartas-resposta do Mobral Central

Terça - feira, 31 de março de 1981. Décimo sétimo aniversário do golpe. Os termômetros marcavam incômodos 34°C no típico verão carioca. Do seu marrom e largo birô de trabalho extremamente organizado, sob a amena temperatura ambiente de 20°C, possível apenas pelo uso de ar condicionado, a gerente pedagógica do Mobral pede a sua auxiliar administrativa que redija as cartas-resposta do lote que chegou do Ceará, entregues já havia cinco meses. Entre as cartas que deveriam ser respondidas estava uma vinda da cidade de Sobral.

A missão dada a auxiliar administrativa era simples, já que modelos de cartas-resposta já existiam precisando que apenas alguns adendos fossem acrescentados a fim de atender a uma questão específica colocada pelo remetente. Uma vez datilografada a carta-resposta passava pela apressada leitura da gerência pedagógica que datava, assinava e carimbava o documento antes de ser selado e postado. Era preciso agilidade. Uma cerimônia na sede do Mobral lembraria a fatídica data em 1964. O aniversário do golpe não foi celebrado neste ano com tanta pompa como fora em outros. Desgastes internos e externos ao governo e até mesmo questionamentos relacionados às conquistas do Mobral não empolgavam mais tanto quantos outros aniversários da “revolução”²³⁰¹. Ainda sim, é preciso comemorar e mais do que isso, garantir sua saída do poder de forma “lenta, gradual e segura”.

Em resposta a carta de Sobral, usando o tradicional papel timbrado, a gerência do Mobral declara:

Prezada senhora,

Sua carta foi motivo de satisfação para nós, por contarmos com pessoa tão dedicada, como você, e com capacidade de se preocupar com os problemas sérios de nosso país, como o analfabetismo.

Vimos que você é uma alfabetizadora com experiência pelo tempo em que trabalha no Mobral. Sua tarefa não deve ser fácil, tendo que trabalhar sem local apropriado, onde tanta coisa atrapalha o bom andamento das atividades.

Sua supervisora e tantos elementos da Comissão Municipal e do Mobral já devem ter lhe dado orientação sobre a nova linha de ação comunitária que estamos adotando.

Assim, sugerimos que converse com essas pessoas, pedindo que lhe ajudem a organizar um trabalho de ação comunitária, a fim de construir uma pequena escola, ou mesmo uma simples sala.

Converse com seus alunos, com as pessoas que apoiem seu trabalho, marque com eles uma reunião e planejem atividades para conseguir fundos, isto é, o dinheiro necessário para essa pequena construção. É comum surgirem muitas idéias do grupo reunido e daí surge muita criatividade.

Achamos que você é um elemento ideal e líder para colaborar com a solução do problema.

²³⁰¹ A alta inflacionária do período e as constantes denúncias de torturas e de assassinatos punham em xeque os militares no início dos anos 1980. Essa fase ficou conhecida, nas palavras de Élio Gaspari como a Ditadura Encurralada. Para mais detalhes ver: GASPARI, Élio. **A ditadura encurralada**, volume 4. Coleção O Sacerdote e o Feiticeiro, São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Volte a nos escrever quando você iniciar esse trabalho comunitário
Com o nosso abraço e votos de sucesso.
Atenciosamente,
Adélia Maria Nehme Simão e Koff
Gerente pedagógica²³⁰²

Esse texto foi escrito em resposta à carta da professora Margarida Teixeira Pinto. Alfabetizadora do Mobral há dez anos, Margarida enfrentou muitos desafios para conseguir alfabetizar. O maior deles estava no fato de nunca ter tido um lugar fixo para suas aulas. A única turma do bairro de Sumaré nunca teve um endereço fixo. Contando com a “boa vontade” de alguns que por alimentarem um enorme desejo de aprender a ler e escrever as aulas da turma de Margarida aconteciam em espaços volantes. Em cada edição o endereço da turma mudava e ganhava a casa de algum dos novos alunos.

Esse nomadismo trazia de acordo com a alfabetizadora, ***“uma grande dificuldade. A coisa não é mole agente ensinar nas moradas dos outros um pertuba, outro conversa alto e assim é ruin”***.

Entretanto, a solução definitiva do problema parecia a caminho com um presente que a professora Margarida recebeu:

(...) ganhei um pedacinho de chão para levantar uma salinha pra eu dar aula mais não tenho condições de mandar levantar porque tudo está caro eu não posso agir com isso a não ser que eu tenha uma ajuda da coordenação. O tijolo muito caro a telha também eu não tenho condições, sou sozinha para resolver estes problemas. Peço-lhe uma ajuda para eu determinar este serviço, porque com uma ajuda eu faço se Deus quiser sou uma pessoa que sempre trabalhei para acabar o analfabetismo desde 1970.

Já que o terreno apareceu a sala deveria aparecer também! Tudo deveria partir da comunidade que agora, sob a liderança da professora deveria se organizar para construir a sala de aula. Era assim que o Mobral funcionava. Assim diziam as cartas resposta.

Conclusão

Persegui o Mobral nos últimos anos seguindo suas pegadas, ouvindo suas vozes, lendo suas cartas, olhando o mundo a partir de suas imagens, colecionando suas notícias e me “alfabetizando” por meio de suas cartilhas. Investiguei um passado detentor de muitas frestas que se contrapõem às inúmeras certezas anunciadas pela tradicional e consagrada historiografia sobre o tema. Os buracos da memória me apresentaram um passado que guarda respostas a perguntas que ninguém nunca tinha feito, e ainda não fez.

Ao optar por estudar o Mobral, dispus-me a quebrar certo silêncio entre os historiadores e navegar por outras margens, destoando dos caminhos feitos por outros pesquisadores, como os da área da Educação. Nessas práticas, na medida do narrável, busquei emitir, com base nas fontes pesquisadas e memórias construídas sobre o Mobral, outros sons da trajetória política e social da educação brasileira nos anos 1970-1980.

Estudar o Mobral me obrigou a pensar a história da ditadura civil-militar no Brasil para além da repressão, das torturas e de seus personagens marcantes. Com essa escolha, pude ver a “ditadura” quando ela “não parecia ditadura”. Dito em outras palavras, estudar o Mobral ofereceu-me (oferece-nos) a possibilidade de ver o regime em movimentos de negociações, apropriações diversas e representações de si mesmo e da sociedade que governou. Afinal, nenhuma ditadura sobrevive apenas com cassetetes, choques elétricos, balas e desaparecidos políticos. Por isso, não é possível ter uma compreensão ampla dos mais de vinte anos de ditadura no Brasil sem considerar a ala do regime que não vestia farda,

²³⁰² Fonte: Arquivo do Inep. Cartas-resposta n° 983.

que não batia continência, mas operava com outras (e eficientes) ferramentas para a construção de uma legitimidade e governabilidade, como a alfabetização, uma forte estrutura burocrática, lápis, cartilhas e alguns candeeiros.

ROGACIANO LEITE: ENTRE O POPULAR E O ERUDITO.²³⁰³

Cícero Renan N. Filgueira²³⁰⁴

Cicero_filgueira@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo trabalhar a vida e a obra do poeta Rogaciano Leite (1920-1969), que, ao longo de sua vida poética dialogou entre a poesia popular dos repentistas sertanejos e a poesia erudita dos famosos poetas românticos, como Castro Alves. Percebe-se em sua poesia uma combinação de traços da poesia erudita e da poesia popular. Iniciou sua carreira como poeta repentista, tendo improvisado com os maiores poetas da época, em seguida torna-se jornalista e começa a produzir versos em soneto e com características românticas e modernistas. Com sua fama crescente, organizou vários encontros de poetas repentistas nos grandes teatros das capitais, como o Teatro Santa Isabel, em Recife, e o Teatro José de Alencar, em Fortaleza. Ajudou a aumentar a visibilidade dos poetas com os torneios promovidos em várias cidades e, logo, a desenvolver o campo de atuação dos poetas que ganhavam fama em meados do século XX. Para a pesquisa, procuro trabalhar como a ideia de circularidade cultural trabalha nas obras do historiador Carlo Ginzburg.

Palavras-chave: Circularidade Cultura, Repente de viola, Rogaciano Leite.

Se entendermos o *popular* como elementos culturais há muito existentes em uma comunidade ou classe subalterna e, normalmente, transmitidos através da oralidade e o *erudito* como cultura de centro ou cultura moderna, notaremos que há um diálogo e certa disputa por significações que fazem os vários agrupamentos culturais se influenciarem. Carlo Ginzburg procura encontrar estes contrastes entre as culturas eruditas e populares e o diálogo que estas formam. Ou seja,

Insistindo nos elementos comuns, homogêneos, da mentalidade de um certo período, somos inevitavelmente induzidos a negligenciar as divergências e os contrastes entre as mentalidades das várias classes, dos vários grupos sociais, mergulhando tudo numa mentalidade coletiva indiferenciada e interclassista.²³⁰⁵

Para tal, Carlo Ginzburg, que sob a influência do pensamento de Bakhtin, trabalha sob a perspectiva da circularidade cultural. Ideia desenvolvida principalmente no seu livro *O Queijo e os Vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição* e que, basicamente, é o que o autor considera como um influxo recíproco entre cultura subalterna e cultura hegemônica. Ele utilizou dessa teoria para elaborar o estudo sobre o processo

²³⁰³ O trabalho aqui apresentado foi elaborado a partir de parte da pesquisa ainda em desenvolvimento durante o mestrado.

²³⁰⁴ Mestrando – PGH/UFRPE.

²³⁰⁵ GINZBURG, Carlo. **Os andarilhos do bem:** feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII. São Paulo: Cia. das Letras. 1988. p,12.

inquisitório do moleiro Menocchio, que foi condenado por pregar ideias contrárias pela elite vigente. Tais ideias foram sendo construídas ao passo que o moleiro Menocchio tinha contato com leituras e as interpretava com seu olhar de camponês inserido em uma realidade cultural diferente da que se projetava pela elite, no caso, a Igreja. Ideias como que a vida teria sido gerada da putrefação, do caos, etc. Assim, o historiador nos fala de uma das leituras feitas pelo moleiro:

[...] pelo menos um livro o inquietara profundamente, levando-o, com suas afirmações inesperadas, a ter pensamentos novos. Foi o choque entre a página impressa e a cultura oral, da qual era depositário, que induziu Menocchio a formular - para si mesmo em primeiro lugar, depois aos seus concidadãos e, por fim, aos juizes - as "opiniões [...] [que] saíram da sua própria cabeça".²³⁰⁶

A partir desta perspectiva procuro entender a vida e a obra do poeta Rogaciano Leite, pelo qual, em sua vida trilhou um caminho de intensa comunicação entre a poesia popular dos repentistas e a poesia erudita, chegando a momentos a ser considerado como um novo Castro Alves.

Rogaciano Bezerra Leite nasceu no sítio Cacimba Nova, atualmente município de Itapetim-PE²³⁰⁷, em 1 de julho de 1920. Desde cedo despertou interesse para a poesia, tendo seu primeiro desafio aos 15 anos com o poeta Amaro Bernadino²³⁰⁸. Com a maior idade, saiu para ganhar o mundo à procura de novas oportunidades. Nestas andanças começou sua vida de cantador de viola na cidade de Patos-PB, onde conheceu o famoso repentista Pinto do Monteiro²³⁰⁹. Posteriormente, já no Rio Grande do Norte, conheceu o poeta modernista pernambucano Manuel Bandeira. Aos 23 anos, muda-se para Caruaru-PE, onde, começa sua carreira como apresentador de programa de rádio na Amplificadora Caruaruense. Seu reconhecimento no público da capital pernambucana começa neste período, sendo chamado para animar festas particulares ou glosar em palcos. Seu contato com poetas eruditos começa neste período e já é visível em uma reportagem do Jornal Pequeno, em 1942. Com o título "A poesia não morre: Rogaciano Leite, jovem poeta sertanejo, anda espalhando, pelas terras brasileiras, o brilho intenso da poesia do sertão"²³¹⁰, o jornalista Antônio Freire,

Visitou Rogaciano várias cidades brasileiras, alcançando sucesso a sua arte.

Faz sonetos, glosas e outras espécies de poesia, mas sua especialidade é o repente.

Está, há dias no Recife. Contratado pelo "Clube Náutico Capibaribe", concorreu para o brilho da "Festa da cangica", realizada anteontem pela conceituada agremiação.

²³⁰⁶ GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p, 89.

²³⁰⁷ Autores como WILSON, Luis. *Op. Cit.* apontam como o pertencente a São José do Egito, já que o município de Itapetim pertencia a aquele até 1953. Já em sua biografia publicada em LEITE, Rogaciano Bezerra. **Carne e Alma**. 4 ed. Recife, FASA, 2009. Consta como Itapetim.

²³⁰⁸ Poeta nascido em 1903 em São José do Egito-PE e que foi por muito tempo dupla do poeta, também egipsense, Antônio Marinho, famoso poeta e considerado o primeiro grande poeta de São José do Egito.

²³⁰⁹ Severino Lourenço da Silva Pinto (1896-1990). Nascido na cidade de Monteiro-PB é considerado por muitos envolvidos no mundo da cantoria como ter sido o maior improvisador que já existiu. Começou sua carreira como repentista em 1919, quando ainda trabalhava como vaqueiro. Chegou a morar no Recife na década de 1930, onde, teve uma fábrica de fazer cuscuz, cantou no Mercado de São José e também foi enfermeiro no Hospital da Tamarineira.

²³¹⁰ **Jornal do Commercio**, 24/09/1946. Acervo APEJE.

Há, dessa festa, um flagrante que não nos furtamos de revelar e que tão bem demonstra o valor da poesia repentista do poeta²³¹¹.

Vê-se que Rogaciano, desde cedo, não se contentou somente com o repente e seus gêneros, procura se intercalar, conhecer e explorar toda e qualquer forma de poesia, pois, “leu Camões, Castro Alves, Casimiro de Abreu. Releu o *Lusíadas*, decorou os versos de *Espumas flutuantes* e sofreu a dor de Casemiro, recitando sempre os “Meus oito anos”²³¹². Falando sobre a chegada do poeta a Recife, o jornalista mostra um dos versos em oitavas do poeta dedicado a referida cidade:

Recife – cidade bela,
Princesinha nordestina
Que dorme sob a cortina
Dessas noites de luar;
Noiva que sonha sorrindo,
Soltando beijos vibrantes
Nos lábios espumejantes
Da boca negra do mar.

Como são belas, tão belas,
Essas frondosas palmeiras
Que se levantam fagueiras
Tocando a face do céus!
Parecem santas da terra,
Mimosas noivas divinas,
Que tentam ver as retinas,
Dos olhos brancos de Deus.²³¹³

Rogaciano estudada para fazer os versos, ou seja, a sua elaboração é engajada em procurar as rimas ideais para manter sua ideia constante na estrofe. Para tal, ler e em busca de novas palavras mantém um intenso diálogo com sua experiência no repente com a poesia clássica e erudita, adaptando-a e transformando-a em uma peculiar poesia sertaneja. O repórter encerra seu texto, “deixando São José do Egito, Rogaciano Leite não teve a ambição de cavar o ouro da terra dadivosa, e, novo garimpeiro do sonho, veio até o litoral brasileiro, espalhando as pedras preciosas da poesia do sertão”²³¹⁴. Rogaciano sintetiza esse novo cantador de viola que migra para o litoral, para os teatros, um poeta preocupado em fazer do repente uma profissão por excelência, que começara a se desenvolver a partir de meados da década de 1940.

Suas audições no rádio o fazem torna-se famoso. O sucesso é crescente e surge um público cada vez mais presente a prestigiá-lo. Pequenas notas são publicadas no Pequeno Jornal se referindo ao poeta. Em uma delas, “com destino ao alto sertão, via Caruaru, segue hoje o aplaudido poeta repentista Rogaciano Leite, que já se fez ouvir, com sucesso, nesta cidade, em vários recitais”²³¹⁵. Rogaciano soube usar de seus amigos nos jornais para constantemente esse tipo de nota, ou até mesmo publicar telegramas, fossem publicadas. Um dos seus telegramas dizia:

O inspirado e repentista trovador pernambucano, que o nosso público conhece através de várias audições nesta capital, excursiona atualmente pelo interior deste e de outros Estados, sempre com sucesso.

²³¹¹ Jornal **Pequeno**, 01/07/1942.

²³¹² Jornal **Pequeno**, 01/07/1942. Acervo Biblioteca Nacional.

²³¹³ Jornal **Pequeno**, 01/07/1942. Acervo Biblioteca Nacional.

²³¹⁴ *Idem*.

²³¹⁵ Jornal **Pequeno**, 04/09/1942. Acervo Biblioteca Nacional.

E, de onde está, não esquece os seus amigos e admiradores do Recife, enviando-lhes e pedindo-lhes notícias através do JORNAL PEQUENO.

Agora mesmo, escreve-nos Rogaciano Leite, de Viçosa, em Alagôas..²³¹⁶

Do rádio, o poeta passa a ser jornalista quando, em 1944, passa a morar em Fortaleza-CE. Começa a ser correspondente de jornais, publicou principalmente para *Gazeta do Ceará*, mas também colaborou com o *A Tribuna* e *O Povo*. Curiosamente, tanto neste momento, como quando vai morar no Rio de Janeiro, pouca, quase nenhuma matéria sobre os cantadores é feita por ele. Dedicou sua vida de jornalista praticamente a escrever sobre mazelas sociais. Mas sua pretensão como repentista não parou por aí. Em matéria do *Jornal Pequeno*, intitulada “Um repentista pernambucano em Fortaleza”²³¹⁷. Fala de suas atividades como repentista na capital cearense. Promovendo apresentações juntamente com João Siqueira, que se tornou sua dupla neste período. Apresentações das mais diversas, em praças, teatros (Pio X), “deliciando o auditorio com improvisações e desafio, canções, emboladas, declamações e sólos de viola”²³¹⁸.

Fig. 1



Rogaciano Leite (à esquerda) e João Siqueira de Amorim. **Fonte:** *Jornal Pequeno*, 24/01/1945.

Neste mesmo ano volta a sua cidade natal em Pernambuco e o repórter Ivo Leitão²³¹⁹ que, na ocasião faria uma reportagem sobre a cidade de São José do Egito aproveita para falar do poeta Rogaciano. Na ocasião, o repórter crivou elogios ao poeta Rogaciano que, ao contrário de outros jovens que saiam do sertão para torna-se bacharéis, Rogaciano não esquecia sua terra e seu amor pela poesia do repente. A ocasião da visita de Rogaciano a sua cidade também está relacionado a um congresso de cantadores²³²⁰ que iriam se reunir em São José do Egito para a inauguração do busto do poeta Antônio Marinho.

Entre 1945 e 1950, viajou por vários estados nordestinos, principalmente em Recife, onde, realizou o I Congresso dos Cantadores do Nordeste, em 1948. Neste período contribui

²³¹⁶ *Jornal Pequeno*, 18/03/1943. Acervo Biblioteca Nacional.

²³¹⁷ *Jornal Pequeno*, 24/01/1945. Acervo Biblioteca Nacional.

²³¹⁸ *Idem*.

²³¹⁹ *Diário de Pernambuco*, 21/08/1946. Acervo Biblioteca Nacional.

²³²⁰ Congressos de cantadores são os torneios, no qual, algumas duplas declamam versos em vários estilos perante o público e uma mesa julgadora.

com matérias especiais para alguns jornais pernambucanos. Um ano antes do congresso em Pernambuco, fez também um no Ceará, no Teatro José de Alencar, com poetas locais e de cunho competitivo. É certo que, o sucesso deste o incentivou a fazer o grande congresso que, conseqüentemente, teve maior repercussão na capital pernambucana, com poetas de todos os estados do Nordeste. Entre 1948 e 1950, Rogaciano correu o país com os amigos violeiros, principalmente Cego Aderaldo, Domingos Fonseca e os Irmãos Batista. Em 1949, bacharelou-se em Letras Clássica, pela Faculdade de Filosofia do Ceará. E, neste mesmo ano, com apoio da Comissão Nacional do Folclore, levou as duplas de poetas para um congresso no Rio de Janeiro, causando grande euforia, como mostraram os jornais locais. Chegou, inclusive, a levar os cantadores para apresentação com o Presidente Jânio Quadros e o Governador Ademar de Barros, de São Paulo²³²¹.

Entre suas matérias publicadas nos jornais pernambucanos, destacamos uma pelo Diário de Pernambuco intitulada: “Os cantadores são privilégio do Nordeste”. Nela, o reporte destaca algumas poesias de produção dos poetas nordestinos, principalmente de Cego Aderaldo. No entanto, o início de seu texto consta:

Por ocasião da minha recente viagem ao extremo norte do país, pude observar que os cantadores são um privilégio único do Nordeste. Desde o Maranhão até Manaus, não ouvi nenhum cantador, a não ser dois cegos que encontrei num dia de feira na cidade de Caxias, cantando ao som de violas porém num ritmo diverso e sem o fulgor da poesia dos nossos bardos nordestinos.

É interessante notar que os cantadores sertanejos estão ressurgindo e que sua presença constitui, hoje, algo de muito atrativo nos meios citadinos. Aqui, em Fortaleza, tenho assistido inúmeros torneios desses surpreendentes poetas incultos, que são frequentemente convidados, mesmo por gente alta, afim de encherem o espaço de uma noite com seus “repentes” e o som mavioso de suas violas bárbaras...²³²²

Nota-se um discurso um pouco destoante de Rogaciano Leite. Ao passo que em toda sua vida defendendo os poetas, os julga sem cultura. Muito se deve a sua aproximação com a poesia erudita, ao referir-se aos poetas como falta de cultura por não serem letrados. Também se observa nas palavras de Rogaciano, o processo de urbanização dos cantadores de viola, no qual, o público das cidades (litorâneas) estava cada vez mais atraído pelos repentistas. No entanto, vale salientar, que a presença dos cantadores nas grandes cidades não era um fato recente, os mercados populares estavam sempre abarrotados de cantadores de viola. Mas, uma leva de cantadores ganhou o público, ou melhor, a elite das cidades grandes.

Rogaciano, entre 1950 e 1955, reside em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde, se apresentou com declamações ao Governador Ademar de Barros. No entanto dedicou-se mais a profissão de repórter, publicando para *Gazeta de Notícias*, *Jornal Última Hora* e para *Revista da Semana*. Seus trabalhos de reportagens com publicações com temas sociais o fizeram ganhar dois Prêmios Esso de Reportagem. Dentre os temas sociais, estão: as reportagens sobre a usina Hidrelétrica Boa Esperança no Piauí (“Boa esperança é sonho transformado em Realidade”); sobre a Amazônia e Roraima (“A Fronteira do Fim do Mundo”); e a vida dos trabalhadores nos engenhos de açúcar pernambucanos (“No Mundo Amargo do açúcar”). Como em outros casos, grande parte de suas matérias tem relação a temas locais, como assassinatos, problemas com drogas, pobres nas ruas, etc. sempre mantendo um foco nas questões sociais. Destaque para duas matérias, a primeira para a *Revista da Semana*, em

²³²¹ COSTA, Marcos R. N. **Biografia**. In LEITE, Rogaciano. *Op. Cit.*

²³²² **Diário de Pernambuco**, 20/06/1948. Acervo Biblioteca Nacional.

que fez uma matéria com o título “O trem do folclore”²³²³, no qual, destacamos sua visita ao Recife; e a outra sobre a Associação dos Cantadores do Nordeste²³²⁴; ambas as matérias de 1954, ano de maior produção de Rogaciano para essa revista.

A primeira delas saiu em uma edição especial da Revista da Semana sobre o centenário do trem de ferro no Brasil. Na ocasião, Rogaciano se propõe a falar sobre o trem no nordeste, destaca algumas poesias que envolvem o tema trem, também escreve sobre a relação que a população da cidade de Ipu no Ceará teve com a inauguração da linha férrea naquela localidade. No entanto, destaco desta publicação uma foto de sua visita ao Mercado de São José, no qual, foi para prestigiar uma dupla de emboladores “Preto Limão e Curio!”. Na foto, podemos observar um Rogaciano diferente, repórter, destoante com o ambiente e o público do Mercado.

Fig. 2



Rogaciano observando os emboladores no Mercado de S. José. **Fonte:** Revista da Semana, edição nº 27 de 1954. Acervo Biblioteca Nacional.

Em sua matéria sobre a Associação dos Cantadores do Nordeste fala sobre a criação da mesma, que foi construída com o incentivo do Governo do Estado do Ceará, através da doação de cem mil cruzeiros, e da Prefeitura de Fortaleza com a doação do terreno. A ideia foi do poeta Domingos Fonseca em 1950, mas somente no corrente ano da matéria que a Casa do Cantador é entregue. Domingos Fonseca torna-se o presidente da associação e seu antigo companheiro de repente, Siqueira de Amorim assume o secretariado. Ficaria sob responsabilidade da Casa prestar assistência aos cantadores e promover eventos. Novamente, ao longo do texto, observamos que Rogaciano chama atenção para o novo cantador citadino, onde,

Essa é a poesia simples e espontânea dos cantadores do Nordeste [...]. A civilização ainda não conseguiu destruí-los. Transformou-se, apenas, como transformado está o seu meio ambiente. Os caminhões, o trem, o rádio, o jornal e até mesmo o cinema imprimiram feição nova à paisagem humana e social do Nordeste. As vias de comunicação facilitaram o êxodo e confundiram o sertão com o litoral. Os cantadores [...] vestem-se com apuro, falam corretamente e discutem certas matérias como qualquer professor. Apesar de evoluídos social e intelectualmente, sua poesia é a mesma: arrojada e pitoresca [...].²³²⁵

Rogaciano viu esse momento de transição da cantoria de viola para os grandes centros não como uma forma de estratégia para ganhar a cidade e o novo público, mas como

²³²³ **Revista da Semana**, edição nº 27 de 1954. A data de publicação estava ilegível. Acervo Biblioteca Nacional.

²³²⁴ **Revista da Semana**, edição nº 34 de 21/08/1954. Acervo Biblioteca Nacional.

²³²⁵ **Revista da Semana**, edição nº 34 de 21/08/1954. Acervo Biblioteca Nacional.

uma evolução que ao mesmo tempo, o cantor “civilizou-se” e continuou com sua poesia característica. Muito pelo contrário, a poesia também mudou, os versos ganharam novas roupagens, cobertas com um lirismo e um arranjo mais trabalhado, como estratégia para cativar a atenção do público.

Volta a morar no Ceará após seu casamento com Maria José Ramos Cavalcante, em 1954, com quem teve seis filhos. Na capital Cearense passa a trabalhar para o Banco do Nordeste do Brasil, mas, depois de um período, pediu licença do Banco para dedicar-se exclusivamente à poesia e aos jornais, suas duas paixões. Começou a fazer séries de turnês pelo país se apresentando em teatros com suas poesias, fez isso até o último dia de sua vida, em 1969, vítima de derrame. Um ano antes de sua morte chegou a passar um período na França e outros países europeus, onde, inclusive chegou a ir na União Soviética, onde, em um monumento na Praça de Moscou, deixou registrado um de seus poemas, *Os Trabalhadores*²³²⁶, que se refere aos trabalhos duros nas fábricas. Destaco um trecho no qual, pode-se observar como o verso de Rogaciano Leite articulou-se entre o popular e o erudito, diz:

[...]
Trabalhar! Que o Trabalho é sacrifício santo,
Estaleiro de amor que as almas purica!
Onde o pólen fecunda, o pão se multiplica
E em flores se transforma a lágrima do pranto!

Mas não vale o Trabalho andar a passo largo
Quando a estrada é forrada de injustiça e crime...
Porque em vez de dar frutos dulcíssimos, sublimes,
Gera bagos mortais e de sabor amargo!
[...]²³²⁷

Assim como o moleiro Menocchio de Ginzburg, Rogaciano tece o contato com a cultura erudita e a popular. Caminhou entre o pinho da viola e pena dos sonetos no estilo aos de Castro Alves, pelo qual tinha muita admiração. Por muitos, criticado, principalmente nos anos de 1940-50, onde, a manutenção do popular como um objeto estático de museu, era a ideia recorrente. A exemplo das críticas que recebia, cito a de Clovis de Melo pelo *Jornal do Comercio* em 1955, onde, ao se referir a Rogaciano como um ex-cantador,

Tenho diante de nós numerosos exemplos de poetas que foram outrora bons trovadores populares e depois passaram a s maus poetas eruditos. A exemplo de Rogaciano Leite é clássico Cantador dos bons, discípulo de Severino Pinto, teve pelejas históricas, [...] ingressou no jornalismo, venceu em toda linha. [...] em 48 transferiu-se para o Rio, de onde tem enviado à imprensa pernambucana maus versos eruditos.²³²⁸

Porém, o diálogo cultural em sua poesia o fez ser elogiado por muitos. Entre outros, assim se referiu ao poeta Rogaciano Leite, Câmara Cascudo,

Rogaciano é apenas, única, funcional, realmente, o poeta. É o título, função, credencial. A poesia não lhe é somente o conteúdo mas o continente. Desaparecendo o motivo, evaporar-se-ia como uma ampola de perfume pulverizada.²³²⁹

²³²⁶ Cf. CARDOSO, Paulo. **Rogaciano Leite: do cordel ao erudito**. Recife: [s.n], 2001. *Apud* LEITE, Rogaciano. *Op. Cit.* 2009.

²³²⁷ LEITE, Rogaciano Bezerra. *Op. Cit.*, 2009. p, 74.

²³²⁸ **Jornal do Comercio**, 16/07/1955. Acervo APEJE.

²³²⁹ CASCUDO, Câmara. **Prefácio**. In LEITE, Rogaciano. **Carne e Alma**. 3 ed. Recife: FUNDARPE, 1988.

Ou como afirma o filósofo Marcos Roberto Nunes Costa:

A produção literária de Rogaciano, como poeta erudito, assemelha-se à de Castro Alves, em quem se espelhou, [...]. Já como poeta popular, Rogaciano recebeu influência de vários poetas populares, especialmente do Cego Aderaldo, de quem foi grande amigo, parceiro e admirador.²³³⁰

Em determinada altura de sua vida, Rogaciano passou a fazer versos livres em estilo modernista, sonetos, ou seja, versos ditos eruditos. Porém, mesmo tendo deixado, por momentos, a viola de lado, nunca deixou de prestar homenagem e respeito aos poetas que o fez entrar no mundo da poesia. Um dos seus poemas mais famosos, *Aos Críticos*, reflete bem essa ideia, pelo qual, trabalho aqui. Assim diz Rogaciano em oitavas:

Senhores críticos, basta!
Deixai-me passar sem pejo,
Que o trovador sertanejo
Vai seu pinho dedilhar...
Eu sou da terra onde as almas
São todas de cantadores
-Sou do Pajeú das Flores
Tenho razão de cantar!

Não sou Manuel Bandeira,
Drummond, nem Jorge de Lima;
Não espereis obra-prima
Deste matuto plebeu!...
Eles cantam suas praias,
Palácios de porcelana,
Eu canto a roça, a cabana,
Canto o sertão... que ele é meu!

Pede, ó lira inexpressiva,
(Antes que o tempo empoeire)
Piedade a Gilberto Freyre,
Lins do Rêgo e Alvaro Lins!
Carpeaux! Rachel! Milliet!
Ó donos de suplementos,
Cem folhosa de versos ruins!
[...]

Comecei cantando trovas
Com repentistas nativos;
Depois, por vários motivos,
Vim para Cidade – de vez.
Troquei a calça riscada
E o meu peletó de “roda”
Pelo jaquetão da moda,
Colarinho e pince-nez!

Quando deixei as caastingas
E cheguei cá na Cidade,
Diante da Civilidade
Quase morri de um “ataque”
Comecei a ler Castro Alves,
Guerra Junqueira e Tobias,
Catulo, Gonçalves Dias,
Varela, Cruz e Bilac!

²³³⁰ COSTA, Marcos R. N. **Biografia**. In LEITE, Rogaciano. Op. Cit. 2009.

E de todos esses mestres
Tive uma influência forte:
Deixei as várzeas do Norte,
Quis subir como um Condor...
Muito mais antes guardasse
Meu estilo e minha escola
Com o mesmo som da Viola
De quando fui cantador!

**Agora é tarde... impossível!
O contágio da Cidade
Mara a originalidade
E impõe-nos mais pecado
De ficarmos no entremeio
Deste e daquele reduto,
Com o complexo de matuto
Que quer ser civilizado!**

Resultado: não sei como
Publico meu “Carne e Alma” ...
Os modernistas, sem calma,
Hão de dizer, mesmo assim:
“-Isso não se usa mais hoje!
Isso é puro anacronismo,
Péssimo condoreirismo,
Pastiche muito ruim!..”
[...]²³³¹

Vários momentos de seu poema há elementos que denotam a circularidade cultural que Rogaciano desenvolveu ao longo de sua vida. O poeta inicia se apresentando com oriundo do Pajeú dos cantadores, no segundo momento, já na segunda estrofe, ele separa o que considera popular e erudito, bem como os temas que cada um trabalha. Na estrofe seguinte, o poeta pede autorização e mostra que conhece a cultura erudita. Vê-se que Rogaciano não era um qualquer defensor dos poetas do repente, ele era formado, “erudizado” que lia tudo, os eruditos e os folhetos e, com isso, fez apropriações do erudito para o popular e vice-versa. Em sua penúltima estrofe aqui citada, o poeta notadamente assume sua circularidade cultural, “agora é tarde”.

Assim como diz nos seus versos, Rogaciano quis mostrar ao mundo “civilizado” a grandeza da poesia sertaneja. Queria que os grandes públicos vissem nos teatros o que o cantador conseguia fazer nos improvisos da viola. Em 02 de junho de 1947 fez sua primeira experiência em um grande teatro com apresentação de cantadores com a apresentação de aproximadamente quarenta duplas, no Teatro José de Alencar, em Fortaleza, durante três dias. Os vitoriosos, por aclamação do público foram os poetas Cego Aderaldo e Otacílio Batista, este estreava em congressos.

O próprio Rogaciano Leite nos deixou o registro do que ocorreu neste dia 02 de junho. Em uma matéria escrita um ano depois do Congresso, como se estivesse tentando incentivar o apoio para a organização de um outro em Recife. Com o título “Congresso de Cantadores em Fortaleza”²³³², Rogaciano expõe sua alegria em levar os cantadores para uma audição no teatro cearense.

O rádio, o teatro, e até mesmo o cinema já não constituem atrações originais. Ainda mesmo que a sociedade moderna admita circunstancialmente os meios requintados, não quer

²³³¹ LEITE, Rogaciano. Op. Cit. 2009. p, 19-22. (grifo nosso)

²³³² **Diário de Pernambuco**, 08/05/1948. Acervo da Biblioteca Nacional.

isso dizer que o espírito popular não se ressinta da falta de uma novidade na qual possa sentir outra face da vida. Essa face nova e desconhecida o homem da capital só encontra se transportar-se para o sertão ou levar muito do sertão para a capital.²³³³

Rogaciano inicia seu texto explicando o que para ele seria a importância de trazer a poesia do sertão para a capital. Em detrimento de um cinema e o tetro ficando fracos, acredito que por influência do movimento modernista, visto que, são recorrentes as críticas, principalmente, a poesia modernista, que não segue o padrão das poesias dos cantadores. Portanto, para o “homem da capital” deveria conhecer um novo meio original de entretenimento. Deviriam aproveitar o momento, pois,

As estradas de ferro, o radio, os jornais e os aviões não conseguiram ainda desvirtuar essa poesia do matuto romantico. Os cantadores, levemente contagiados pela mota atual, poderão usar óculos “modernos” e sapatos de “dois andares”. **Mas sua alma permanece virgem.**²³³⁴

Interessante notar na fala de Rogaciano que o que ele propõe de novo entretenimento para o “homem da capital” pode influenciar a dinâmica do repente até certo ponto, ou seja, o cantador mudou, urbanizou, mas a prática do repente deve se manter estática, imóvel como uma obra de arte no museu. O repente como um elemento cultural está sujeito as mudanças, pois, os homens que a fazem não são os mesmos, estão carregados de novas visões de mundo, novas representações do que deve ser o seu trabalho.

Rogaciano ao longo de sua vida desenvolveu uma intensa comunicação entre suas raízes sertanejas com a poesia erudita, a poesia da elite intelectual. Desenvolveu sua carreira jornalística e poética em um ambiente de crescimento do movimento folclórico no Nordeste e com isso, viu-se em um ambiente propício para essa mescla ou dupla atuação entre a poesia popular e a central. Ao passo que contribuiu para um novo repentista que saiu das feiras e andarilho por entre os sertões para os grandes palcos dos teatros. Este momento seria como o embrião da profissão de repentista, no qual todas as características que nos perduram até hoje estavam se fortalecendo e tornando-se canônicas. Rogaciano foi um poeta a frente de seu tempo, teve experiências e adquiriu novas faces entre a poesia sertaneja e a poesia de câmara.

²³³³ *Idem.*

²³³⁴ **Diário de Pernambuco**, 08/05/1948. Acervo da Biblioteca Nacional.

HISTÓRIA E COTIDIANO: EXPERIÊNCIAS DE MULHERES DO BAIRRO DJARD VIEIRA NA CIDADE DE PARINTINS (1980-1990)

Dayanna Batista Apolônio²³³⁵
day_annabatistta@hotmail.com
Arcângelo da Silva Ferreira²³³⁶
asf1969@outlook.com

Resumo: Esta pesquisa histórica tem como objetivo analisar de que forma os sujeitos sociais do bairro Djard Vieira recompõem no presente suas trajetórias vivenciadas no cotidiano pela luta do espaço urbano, assim como, pelo direito à cidade. Inserida no campo da história social na qual prioriza a experiência humana, os processos de diferenciação dos comportamentos e também as identidades coletivas sociais²³³⁷. Busca dar visibilidade às moradoras/mulheres em reivindicações sociais e políticas pela falta de saneamento básico, posto e escola. Para isso, tomamos como ponto de partida às seguintes problemáticas: como se configurou a saída de homens e mulheres da zona rural para o viver urbano? Como se construiu as teias de solidariedades? E quais significados dados a essas experiências no embate/conflito com o poder público? Utilizamos como pressuposto teórico e metodológico a história oral, pois a partir das memórias é possível conhecer as *experiências compartilhadas* dos sujeitos sociais, essencialmente as *mulheres*. Na medida em que são construídas suas identidades. Do mesmo modo que, as narrativas orais permitem refletir sobre o significado das experiências do indivíduo dentro do contexto social, o que também expressa o *processo coletivo*, assim como perceber o sujeito social inserido nas contradições de diferentes espaços. Nesse processo, enfatizamos tanto o que é lembrado, como o que é silenciado, pois o conhecimento histórico é uma construção constante do historiador que problematiza os documentos em busca de respostas para seu presente, na perspectiva de que as experiências humanas são únicas²³³⁸. Dessa forma, esta pesquisa em fase de andamento prioriza uma discussão que evidencia os sujeitos sociais da Amazônia lutando e transpondo novos “espaços” num “tempo” que lhe é peculiar. Tempo esse que foi construído pelo ser humano e que o fez de diferentes formas²³³⁹. E talvez, esse seja uns dos desafios de se fazer a história, ou seja, não somente situa-los em seu tempo vivido, mas também conhecer os diferentes significados atribuídos há esse tempo pelos sujeitos sociais.

Palavras-chave: Mulheres, História oral e cidade.

Introdução

A história no seu “fazer-se” pressupõe o reconhecimento de que está imbricada numa discussão referente ao lugar social, às práticas científicas e a uma escrita (relato). Esse procedimento da construção da escrita da história é denominado por Michel de Certeau como *operação historiográfica*²³⁴⁰. Nesse sentido, abordaremos nesse artigo uma discussão

²³³⁵ Mestranda no Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia na Universidade Federal do Pará – PPHIST/ UFPA. Bolsista (Capes). day_annabatistta@hotmail.com

²³³⁶ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, na Universidade Federal do Pará – PPHIST/UFPA. É professor de nível superior da Universidade do Estado do Amazonas – CESP/UEA. asf1969@outlook.com

²³³⁷ CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. 5 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

²³³⁸ THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. (org.) Antônio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2001.

²³³⁹ SOUZA, Ricardo de Luiz de. **Os sentidos do tempo: o tempo histórico, filosófico, cotidiano**. São Paulo: Editora Ideias e letras, 2016.

²³⁴⁰ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. Para o autor, o termo história é utilizado no sentido de historiografia, sendo vista como uma prática, seu resultado e

pautada no pressuposto teórico-metodológico da história oral numa perspectiva de que ela abre possibilidade para pensar e refletir as diversas práticas históricas e como as diferentes formas culturais moldam o *significado* da entrevista, assim como oferecem um campo de possibilidades *compartilhadas* reais ou imaginárias²³⁴¹.

Seguimos a ideia de que a história é dinâmica na sua relação entre a “realidade analisada” ou mesmo “interpretada” e o relato construído de um determinado *fato histórico*²³⁴² que nunca está esgotado, assim como a relação do historiador e seu lugar social. Além disso, evidenciamos que ela [realidade] é vivida e sentida de maneiras diversas pelos sujeitos sociais, inseridos num tempo e espaço de determinada sociedade. Por isso, o olhar que se adota sobre a cidade na Amazônia é no sentido da pluralidade, a partir dos sujeitos que se apropriam e ressignificam o seu espaço conforme suas necessidades pessoais e coletivas por meio de uma *bricolagem social*, ou seja, a cidade é tramada e significada a partir das *diferentes experiências* que em um determinado momento se entrecruzam quando os habitantes que nela vivem buscam alcançar objetivos comuns, sem deixar de reconhecer as individualidades que compõem esse mosaico que é a cidade amazônica.

Parintins é uma cidade que está situada no Baixo Amazonas. Segundo os dados do IBGE²³⁴³ sua população estimada é de 112.716 habitantes. Está localizada a leste da capital, Manaus, com cerca de 369 quilômetros de distância. A história da cidade é diversa quando pensada nos “diferentes elementos” que a compõe, desde os habitantes até as diversas entidades existentes nela. Por isso, queremos aqui enfatizar que nos importa apresentar as experiências das moradoras do bairro Djard Vieira na constituição da cidade, o que não isenta a importância de outros fatores que não se deram isolados das experiências dessas mulheres. Ou seja, a cidade não tem uma única face, porém, a partir das diferentes memórias desses sujeitos sociais, é possível conhecer como foi construído o caminhar e a luta pelo direito a cidade.

Para tanto, os questionamentos que surgem dentro dessa linha de raciocínio são: 1. Como a cidade de Parintins é resignificada pelos moradores do bairro Djard Vieira no período de 1980-1990? Levando em consideração que esse período foi um momento conturbado no país, já que estava ocorrendo o processo de redemocratização. 2. Mais especificamente, qual foi o percurso ou percursos tramados pelas mulheres na cidade de Parintins e os espaços por ela ocupados? 3. Quais são as memórias individuais e coletivas de suas experiências sociais que são rememoradas ou quais são as “memórias subterrâneas” que se tornam evidentes e passam a reivindicar por diferentes posições além da memória hegemônica sobre a cidade? (essa muitas das vezes atrelada a história da presença da Igreja Católica na cidade, ora se igualando, ora se inter cruzando).

Os questionamentos acima nos orientaram a buscar os indícios e rastros desses sujeitos sociais na cidade de Parintins. A intenção é mostrar a singularidade da Amazônia, e, mais especificamente da cidade de Parintins, a partir das análises das vivências das moradoras. Nesse sentido, a cidade, quando pensada a partir dos sujeitos sociais que se apropriam e legitimam esse espaço, com suas vivências de lutas explícitas e implícitas, possui “múltiplos significados”. Significados esses que é possível conhecer por meio das diferentes memórias, documentos e vestígios de homens e mulheres num tempo e espaço. Pois, através das lutas cotidianas dentro da cidade que são construídas a partir de práticas em uma

sua relação. Nesse sentido, a operação historiográfica “se refere à combinação de um *lugar social*, de práticas científicas e de uma escrita”, p. 47.

²³⁴¹ PORTELLI, Alessandro. **A filosofia e os fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais.** Tempo: Rio de Janeiro, v.1, nº. 2, 1996, p. 59-72.

²³⁴² CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** trad. Maria de Lurdes Menezes. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. O *fato histórico* é construído na sua relação com o *acontecimento*. O primeiro é o que dá sentido e significado, preenchendo o ausente. O segundo é o recorte ou mesmo é o limitado que precede ao fato histórico, porém é ele que estimula ir à busca dos documentos.

²³⁴³ Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=amazonas|parintins>>. Acesso em: 15 de set. 2016.

proliferação deslegitimada é possível refletir e analisar outros fatores para além do que as instauraram a cidade. Nesse caso, entram em cena detalhes, táticas, que são invisíveis aos olhos da ideologia que planejou a cidade²³⁴⁴.

Entre o ir e vim: presença das mulheres na trama da cidade de Parintins

[...], detida eu fui, porque o bairro aqui não tinha estrutura nenhuma e isso era todo mato aí veio o pessoal do, do, do direitos humanos, do padre Manuel do Carmo que ele frequentava pra cá também e fizemos um puxirum de capinar nas ruas porque não podia entrar carro se a pessoa adoce aqui não tinha como meter um carro, uma ambulância [...] é, a única rua que tinha mais limpa mesmo era a estrada do Macurany, aqui era só um caminho, só um mato, e a gente fez esse mutirão, jogamos o lixo ali na beira da rua²³⁴⁵

A fonte narrativa supramencionada vaza indícios representativos das questões que pretendemos abordar. Elucida a diversidade das formas de articulação em que agentes históricos costumam estabelecer para o alcance de objetivos, mesmo àqueles mais imediatos. Desvenda os laços nos quais os projetos cotidianos estão fundamentados, desde as suas formas elementares. Revela a apropriação da cultura, seus recursos, técnicas, táticas para organizar socialmente grupos humanos. Indica a multiface inscrita em micro relações, a sociabilidade inerente nos espaços de tensão. E mais, utilizando-a como chave interpretativa, mostra o engajamento da figura feminina nos processos de luta pelo acesso ao viver na cidade, manifesta a histórica construção do sentimento de pertença tecido nos *mutirões*, nos *puxiruns* que amalgamam o sonhar e a convicção de continuar lutando. A cidade de Parintins, nos anos de 1980-1990, foi palco para a inserção das mulheres em movimentos populares.

A partir dos anos de 1970 ocorrem, na cidade, diversos *loteamentos*, posteriormente, nos anos de 1990, as *ocupações* são mais evidentes. É perceptível no período de 1980-1990 distintas ocupações por pessoas advindas da zona rural e também por aquelas que já residiam na cidade. Tais fenômenos ocasionaram o surgimento de novos Bairros, historicamente construídos por meio do poder instituído na sua relação com as articulações sociais e políticas das classes populares.

Entre essas ocupações surgiram os bairros do Itaúna I, II, Paulo Corrêa e bairro da União. Em relação ao último ainda hoje muitos utilizam um termo pejorativo para denominar o bairro, “invasão”, mesmo após o reconhecimento como bairro da União. Um dos fatores que contribuíram para inculcar tal ideia na população parintinense foi o meio de comunicação, mais especificamente o jornal Novo Horizonte²³⁴⁶. Esse acompanhou diariamente as ocupações -“invasões” dessas terras, evidenciando que “os grupos políticos” estariam por trás das pessoas que buscavam moradia com intuito de se autopromover na política da cidade. Não levando em consideração os diferentes motivos das famílias que não tinham onde morar e que a maioria delas estaria ali em busca de qualidade de vida e educação para seus filhos.²³⁴⁷

²³⁴⁴ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

²³⁴⁵ FREIRE Alice. Alice Freire [06 fev. 2014]. Entrevistadora: Dayanna Batista Apolônio, entrevista concedida em sua residência, cidade de Parintins, 2014.

²³⁴⁶ O jornal **Novo Horizonte** teve sua primeira edição publicada no dia 07 de maio de 1994, tendo como uns dos principais colaboradores, o padre Sóssio Pezzella, fornecendo artigos até os últimos dias do jornal impresso, ano de 2015. Surgiu com o objetivo de “informar, entreter e evangelizar” o seus leitores, atrelado a Igreja Católica de Parintins e ao Sistema da Rádio Alvorada.

²³⁴⁷ OLIVEIRA, Deise Correia. **As interpretações do Jornal Novo Horizonte sobre o crescimento urbano na cidade de Parintins/AM entre 1994-2010**: as “invasões de terra na fazenda Itaúna”. Parintins, 2011. Monografia. UEA-Universidade do Estado do Amazonas.

A evidência dos loteamentos impele a presença do poder público no processo de “organização” do espaço, mas o planejamento da cidade supõe pensar na multiplicidade dos sujeitos que nela vivem. Por isso, convém considerar a existência de problemas, em seus diversos níveis, enfrentados pelos moradores no cotidiano dos loteamentos. A incidência das ocupações sugere alternativas criadas por grupos sociais independente da ação do Estado. Articulações lançadas no jogo das relações políticas para alcançar objetivos individuais e coletivos, indo à busca de um ambiente de moradia, lutando e se apropriando do espaço “ausente” que acaba tornando um “não lugar” em “seu lugar”. Nesse sentido, buscando o invisível e conhecer os sujeitos aí envolvidos. Então, como abarcar as diferentes culturas e necessidades dessas pessoas? E as mulheres, como Dona Alice Freire, ao ocuparem distintos espaços dentro da cidade, como conduziram a resolução das problemáticas encontradas no cotidiano? Quem são elas, o que fazem e como fazem para enfrentar o que lhes foi imposto? Antes, porém, o leitor precisa conhecer o bairro, espaço da luta social em análise.

O bairro Djard Vieira foi se constituído a partir do ano de 1975. A formação do bairro ocorreu a partir das diferentes estratégias e táticas dos moradores em busca de saneamento básico, e posteriormente a luta contra a retirada da Lixeira Pública da cidade de Parintins que se encontra entre o bairro Djard Vieira e Pascal Alágio²³⁴⁸. Mais precisamente a primeira moradora Leonilza Gadelha²³⁴⁹ juntamente com sua família foram morar no local em 1975. O bairro foi se constituindo a partir das vendas dos 380²³⁵⁰ lotes chamado de “Macucáua”²³⁵¹ e passa a denominar-se de bairro Souza Filho²³⁵² em 1983. Tendo como proprietário o sr. Raimundo Dejard Vieira, ex-prefeito e ex-vereador, da cidade de Parintins. E anterior à constituição dos lotes, o terreno servia para criação de gados e plantações de canaviais.

Assim, partimos do pressuposto que há um lugar mais evidente para pensar a abstrata relação entre memória e história, este lugar é aquele construído pela história do tempo presente²³⁵³. É assim que podemos observar os moradores do bairro Djard Vieira, cujo leitor já percebeu ser um local inscrito na cidade de Parintins. Espaço onde os referidos moradores foram reconstruindo outros viveres com suas famílias, no momento em que vinham de outros bairros da cidade e também da zona rural por diferentes motivos. Percebe-se, através da fonte narrativa, aqui utilizada como epígrafe, como foi à vida da moradora Alice Freire quando chegou ao local. Ela é uma das primeiras moradoras do bairro e passou vinte anos fora, morando em uma cidade próxima, Boa Vista do Ramos, e voltou com sua família em 2012. Questiona-se como ela e os outros moradores no cotidiano da cidade se articulam quando a urbe não oferece condições de possibilidades para seus afazeres, assim como obsta o viver digno no âmbito familiar, posto que a fonte narrativa que utilizamos suscita um nível de mobilização impetrado da necessidade por direitos sociais relacionados ao imediato espaço da vivência coletiva.

Alice narra que utilizaram do *puxirum*, também denominado de *mutirão*, decerto, trata-se de agrupamento para realização de determinada tarefa. A peculiaridade está na maneira coletiva que uns ajudaram aos outros a capinarem o mato existente, abrindo

²³⁴⁸ APOLÔNIO, Dayanna Batista; FERREIRA, Arcângelo da Silva. Quando memórias suscitam histórias: Vivências e experiências de mulheres no bairro Djard Vieira, cidade de Parintins (1980-1990). In: FERREIRA e et ali (Org). **Pensar, fazer e ensinar: Desafios para o ofício do historiador no Amazonas**. Manaus: UEA, Edições: Valer, 2015.

²³⁴⁹ GADELHA, Leonilza. Leonilza Gadelha [março, 2012]. Entrevistadora: Dayanna Batista Apolônio. Entrevista concedida em sua residência, na realização de uma pesquisa a campo sobre os primeiros moradores do bairro da cidade de Parintins, disciplina Introdução aos Estudos Históricos, 2012.

²³⁵⁰ Decreto nº 026/83-AEPMP. Livro de Registros de Leis, Decretos e Resoluções. **Câmara Municipal de Parintins**. 1981 a 1988.

²³⁵¹ Macucáua é uma palavra indígena que define uma ave, o mesmo que macuco.

²³⁵² Lei nº 016/83-AEPMP. Livro de Registros de Leis, Decretos e Resoluções. **Câmara Municipal de Parintins**. 1981 a 1988.

²³⁵³ MOTA, Márcia Maria Menezes. História e memória e tempo presente. In: CARDOSO, C. R. **Novos domínios da história**. RJ: Elsevier, 2012.

caminhos ao restante do bairro acessar a rua principal, de tal modo à entrada de transportes, caso fosse preciso uma ambulância adentrar e socorrer alguém, vazando, assim, o tom solidário deste acontecimento.

Em um local onde era apenas mato, com falta de saneamento básico, as moradoras buscaram meios, e táticas apreendidas em outros viveres para alcançarem suas necessidades imediatas, permitindo o ir e vir pela cidade. Dizendo de outro modo, a narrativa em análise nos faz ver que os recentes moradores do espaço urbano trouxeram à cidade gestos e práticas culturais construídas no bojo da cultura rural. Portanto, através desses paradigmas trazidos de fora pelas classes populares que a cidade é resignificada. Decerto, o bairro começa a ganhar feições dos atores sociais que nele se estabeleciam. Assim como, os pedestres criam a arte de caminhar pela cidade encontrando, eliminando e trazendo elementos. Também existe uma retórica da caminhada que seria a arte de “moldar” percursos onde as práticas de espaço lhe dão com aquilo que foi imposto pelos urbanistas da cidade.

Averiguamos que no período recortado houve um aumento significativo na população do município, e por meio de dados do IBGE²³⁵⁴ é possível saber o número de pessoas que já moravam nele, em 1980 eram 51. 381 pessoas, sendo que 29. 504 viviam na zona urbana e 21. 877 na zona rural ocorrendo nesta década no Brasil uma inversão da relação campo/cidade para cidade/campo²³⁵⁵, e a cidade de Parintins não é indiferente a esta transformação. Mas quem são os sujeitos sociais que estão por traz desses números e quais foram os motivos de sua vinda para a cidade?

A moradora Nazaré Portilho de Souza de 55 anos, antes residia na zona rural e depois foi para capital, devido à condição de saúde de sua mãe veio morar no bairro Djard Vieira na década de 1980, após pergunta-la quando foi morar no bairro, narra como faziam para “*abrir os caminhos*”:

Aí a gente abrimos as ruas né, roçamos pra poder fazer caminho pra ir pra igreja né, aí foi começando o bairro depois a gente fez uma manifestação que era pro povo ir pra rua né, aí a gente botamos o lixo já até ali na rua, na rua principal que era a estrada que eles chamavam, era só mesmo de barro né. ²³⁵⁶

Verifica-se por meio de sua interpretação²³⁵⁷ que “*o jogar o lixo na rua*” foi uma das manifestações encontradas para chamar atenção do poder público, posto que seja patente a dificuldade dos moradores do bairro para outras áreas da cidade. Agindo assim, as mulheres/moradoras da cidade de Parintins estão reinventando e criando novos espaços e caminhos para seu percurso, dando significados na medida em que “*a gente*”, como a moradora elucida, vaza as redes de solidariedade tecidas no âmbito das experiências cotidianas contribuindo, assim, para alcançaram interesses comuns.

O local onde moravam era distante do centro de Parintins sendo que neste período outros bairros existentes eram próximos do mesmo, e os transportes mais utilizados pelas moradoras eram a bicicleta e carroça²³⁵⁸. Indagando como os moradores faziam para ir ao centro, Dona Nazaré responde.

²³⁵⁴ Informação concedida pelo IBGE – Instituto de Geografia e Estatística na cidade de Parintins.

²³⁵⁵ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da Silva. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização 1964/1984. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História geral do Brasil**. 9.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

²³⁵⁶ SOUZA, Nazaré. Nazaré Souza [03 jan. 2014]. Entrevistadora: Dayanna Batista Apolônio. Entrevista concedida em sua residência, cidade de Parintins, 2014.

²³⁵⁷ Alessandro Portelli vê a subjetividade das fontes narrativas, por isso analisa respeitando a interpretação que o próprio sujeito dá a sua experiência.

²³⁵⁸ Esse transporte era muito utilizado na cidade, entretanto com sua expansão e a vinda de empresas que vendem outros transportes, às relações sociais foram se modificando e o andar de carroça tornou-se um hábito infrequente, hoje é bem raro vê alguém com esse transporte.

Por aqui era só no caminho né, eu aprendi que eu não sabia andar de bicicleta né, aprendi em cinco dias. Papai foi na, na Pernambuco eu tenho até hoje a minha bicicleta, hoje eu tava falando pra esse meu sobrinho aí, ele disse: tia minha bicicleta escangalhou! Meu filho tem um quadro aí de bicicleta. Olha tem mais de trinta anos já [...] eu aprendi em cinco dias eu aprendi andar de bicicleta, porque era muito difícil a gente ir pro centro por aqui né, era difícil.

Através dessa lembrança percebe-se a relação do presente/passado da moradora, em que o sobrinho ao falar que a bicicleta “*escangalhou*” remete a sua experiência de como foi aprender andar de bicicleta como uma forma de necessidade, assim como o tempo rememorado foi o tempo individual, ou seja, “*o tempo do pai*”. Isto nos faz lembrar, uma vez mais, de Alessandro Portelli. Para ele, os sujeitos sociais se direcionam há três modos de tempos, o individual, no qual remete a vida privada e familiar; o coletivo, no qual outros sujeitos também se lembram do bairro, vida em comunidade, local de trabalho e etc.; e o institucional que se refere à esfera política, como governo, partidos, por exemplo. Recorrer à memória individual das mulheres moradoras do Bairro Djard Vieira possibilita a apreensão da peculiaridade de suas experiências, inscritas, inclusive nos diferentes modos de tempo, conforme o pesquisador acima mencionado.

As mulheres/moradoras encontram possibilidades no espaço vivido, inventando e se apropriando dele para que pudessem alcançar suas necessidades imediatas. Cerneau descreve sobre esses novos caminhos pela cidade construídos pelo sujeito social. Para ele, “[...], as idas e vindas, as variações ou as improvisações da caminhada privilegiam, mudam ou deixam de lado elementos espaciais”²³⁵⁹. A falta de algo, as demandas sociais e políticas inscritas também e principalmente na vida cotidiana, possibilitam aos sujeitos ativos/mulheres, a reinvenção e a criação de novos elementos para sua *caminhada* na cidade de Parintins.

É nessa acepção que verificamos a criação do *movimento das mulheres* onde as pessoas eram engajadas nas reuniões de setores sociais, políticos e econômicos exercendo a autonomia por meio das reivindicações acerca de diferentes causas relacionadas com questões políticas e sociais. Maria da Fé é quem nos informa sobre esse movimento atrelado a outros. Ela é moradora da cidade, tem 57 anos, e em 1997 foi para Manaus, voltando em 2010 para Parintins, atualmente participa do Movimento das Mulheres²³⁶⁰ e hoje faz parte do Núcleo da Associação da Mulher Amazônica mais diretamente na Associação das Mulheres de São Sebastião do Quebra – comunidade da zona rural da cidade, faz parte do PT- Partido dos Trabalhadores, e do MEB – Movimento de Educação de Base ²³⁶¹.

À narração abaixo constam evidências da participação de Maria da Fé no movimento que de alguma forma esteve ligado às reivindicações das mulheres/moradoras no bairro Djard Vieira. Ao pergunta-la sobre a sua participação em algum movimento referente ao bairro responde.

E aí através da CEBs, das comunidades de base é dos movimentos de mulheres e enfim, das organizações dos

²³⁵⁹ CERTEAU, op. cit. p. 178.

²³⁶⁰O movimento não tem as mesmas características do seu início, pois Maria da Fé nos disse que perdeu força e apoio. Anteriormente tinha livre acesso a algumas instituições dentro da cidade onde podiam divulgar e mostrar o trabalho realizado.

²³⁶¹O MEB é um organismo vinculado a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, constituído como sociedade civil, sendo fundado em 1961. Realiza ações diretas de educação popular em diversas regiões do Norte e Nordeste do país e atualmente está nos estados do Amazonas, Roraima, Ceará, Piauí, Maranhão e Distrito Federal, atuando também no Norte e Nordeste do Estado de Minas Gerais, no regime de parceria com o governo estadual. As ações de mobilização social, de alfabetização de jovens e adultos e de educação de base são responsabilidade de equipes regionais em cada uma das unidades da federação.

trabalhadores né, a gente aglutinava forças para claro não só o pessoal do Djard Vieira, mas o pessoal de outros bairros de outras comunidades de base fazemos manifestações e havia muita coisa assim né.²³⁶²

Compreende-se que Parintins não estava desconectado do restante do país que possuía um número significativo de movimentos sociais, os quais buscavam meios e estratégias para chamar atenção do Estado, construindo desta forma, o que Gohn chama de “*contracultura*”²³⁶³, ou seja, através desses grupos sociais as pessoas produzem novos modos de vida contrastante ao que foi imposto, envolvidos também nos embates do cotidiano que só fortalecem o querer morar na cidade e usufruir de seus direitos.

Ora, é “no contexto urbano, [que] as lutas de facções, de grupos, de classes, reforçam o sentimento de pertencer”²³⁶⁴. Neste caso, os sujeitos ativos/mulheres dentro da cidade se entrelaçam no jogo de relações sociais no âmbito privado e público, estes entendidos aqui como uma relação interdependente.

As Comunidades de Base em Parintins visavam assistir as comunidades das zonas rurais, não impedindo de ter a preocupação de fortalecer grupos e setores na urbe. A criação desta linha está inserida dentro do projeto da Igreja Católica que por meio da instalação da Prelazia, em 1955, houve uma série de transformações no que tange a educação e demais setores sociais. De tal modo, através do Conselho de Pastoral em 1980 desenvolveram-se cinco setores: Agentes de Pastoral, Família, Catequese, Comunidades de Base e Juventude²³⁶⁵.

Voltando a questão da manifestação sobre o lixo na rua realizada pelas moradoras do bairro, dona Alice Freire foi presa por um dia e depois de algum tempo no local foi surpreendida por outras moradoras que pediam para que ela fosse liberada, havendo a participação da dona Maria da Fé que juntamente com outras pessoas do movimento das mulheres dialogaram com delegado para a soltura da moradora Alice, argumentando que não havia motivos para prendê-la, entretanto, os moradores do bairro puderam perceber que a “ação” realizada de alguma forma chamou atenção de outros setores da cidade, tal qual o Movimento das Mulheres de Parintins.

A problemática relacionada ao problema do lixo, na qual as mulheres estavam diretamente envolvidas, inclusive, acarretando na prisão de uma delas, suscita a procura dos fios de memórias que reportam a experiências anteriores, como o leitor vai perceber adiante.

Considerada a primeira moradora do bairro, Leonilza Gadelha de Souza nos diz que sua família fixou residência em 1975, devido à moradia anterior, comunidade do Parananema²³⁶⁶ ser longe do seu trabalho que era na Fabril Juta²³⁶⁷. Ao inquiri-la como foi sua vinda para o local, relata.

[...] mas eu, às vezes sou teimosa nas coisas e resolvi tomar partida de dizer: oh! tu não queres ir eu vou, porque vai ficar

²³⁶²FÉ, Maria. Maria da Fé [25 fev. 2014]. Entrevistadora: Dayanna Batista Apolônio. Entrevista concedida em seu local de trabalho, Associação Comercial de Parintins, 2014.

²³⁶³ GOHN, Maria da Glória Marcondes. **História dos movimentos e lutas sociais**. 2. ed. São Paulo: edições Loyola. 2001.

²³⁶⁴ LEFEBVRE, Henry. **O direito a cidade**. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2001, p. 6.

²³⁶⁵ CERQUA, D. Arcângelo. **Clarões de fé no médio Amazonas**. 1980. Ressaltando que o livro “Clarões de fé no médio Amazonas” foi escrito pelo primeiro bispo de Parintins pertencente ao PIME – Pontifício Instituto das Missões, demonstrando nela uma versão ideológica cristã da organização e construção da cidade. CERQUA, 1980

²³⁶⁶ Na Lei Orgânica do Município de Parintins é reconhecida como zona rural, porém fica dentro no município, assim como outras comunidades, Macurany e Aninga.

²³⁶⁷ Fábrica Juta – Parque Industrial eram produzidas fibras de juta, onde muitos parintinenses, tanto da zona urbana, quanto da zona rural trabalhavam (1960-1984). O trabalho de Ana Beatriz Rodrigues Farias. **Vivências de operários do setor jurídico na cidade de Parintins – AM na década de 60**. TCC – UEA, 2010, discute esse período relacionado à influência da economia de juta na cidade.

perto do meu trabalho e aí ele também se colocou disponível pra nos trazer que tinha carroça né, pra trazer os quase nada da gente pra cá, a casa era bem aqui assim, não era essa, era uma de taipa. ²³⁶⁸

Percebe-se que a moradora tinha um emprego com renda fundamental para a sustentação e educação de seus filhos. Seu marido era agricultor e, após alguns anos de mudança para o bairro, a Fabril Juta entrou em decadência fechando as portas em 1984, conseqüentemente muitas mulheres e homens ficaram desempregados. Ela nesse caso lançou mão de alternativas para continuar sustentando sua família.

Era e ainda é muito comum às mulheres trabalharem como domésticas fora de sua casa, esse fator pode ser visto como uma forma de extensão da função da mulher na sociedade que foi construído socialmente e culturalmente. Existem leis que abarcam e reconhecem o trabalho doméstico como uma profissão, e a mais atual é a lei 11.324, aprovada em 19 de junho de 2006 que ampara os direitos sociais, isso é resultado de lutas anteriores, da qual mulheres passaram muitas vezes por humilhação e desvalorização. Dona Leonilza Gadelha aproveitou seu conhecimento doméstico para adquirir uma renda, lavando roupa para outras pessoas da cidade, assim como também, era puxadeira²³⁶⁹.

Os moradores do bairro Djard Vieira ao chegarem ao local encontraram um espaço inapto para moradia com suas famílias, ficando a margem da sua própria cidade. É preciso enfatizar que a decadência da Fábrica de Juta não é o único motivo de mudança das pessoas vindas do interior, como é o caso da moradora Alice Freire, que após pergunta-la por que foi morar no bairro, narra.

foi porque eu me achei, não me achei bem lá e a gente queria, o tempo que o Palmares foi, aí começou a bandidagem começaram a entrar na minha casa eu fiquei com medo e procurei um bairro mais tranquilo né, como aqui no Djard Vieira que até certo tempo ele era tranquilo né, é porque graças a Deus aqui nunca entraram na minha casa, nunca vi dizer aqui nesse pedaço né, entram pra li, pra trás aqui nesse pedaço graças a Deus eu nunca ouvi dizer e a gente veio pra cá vendemos nossa casa de lá e viemos pra cá.²³⁷⁰

Entende-se que com o aumento da população na cidade, passou a existir uma maior insegurança dentro de suas próprias casas e muitas famílias queriam viver tranquilamente, como foi o caso da família de Alice. Enquanto cidadãos buscavam encontrar e sentir-se parte desse espaço que é apropriado e resignificado conforme suas necessidades. Neste sentido o campo de força existe tanto de quem as criou o planejamento da cidade, quanto dos praticantes que nela vivem e se reforçam, apropriando-se e criando novos espaços, constituindo, assim, uma contradição do papel coletivo e do individualismo levando-os a pensar no espaço vivido, nas práticas cotidianas²³⁷¹.

As mudanças nas estruturas socioculturais e econômicas na sociedade não surgem de algo exterior as experiências das mulheres e homens, que na medida de sua interação com o mundo agem produzindo e reproduzindo não somente os materiais necessários, mas

²³⁶⁸ GADELHA, Leonilza. Leonilza Gadelha [março, 2012]. Entrevistadora: Dayanna Batista Apolônio. Entrevista concedida em sua residência, na realização de uma pesquisa a campo sobre os primeiros moradores do bairro da cidade de Parintins, disciplina Introdução aos Estudos Históricos, 2012.

²³⁶⁹ Segundo a moradora Leonilza: ser puxadeira é massagear, ela nos disse que apesar de não ter as técnicas próprias como muitos estudiosos têm acredita que esse foi um dom concebido por Deus, porém não cobra por esse trabalho mais as pessoas fazem questão de pagar.

²³⁷⁰ FREIRE, Alice. Alice Freire [06 fev. 2014] Entrevistadora: Dayanna Batista Apolônio. Entrevista concedida em sua residência, cidade de Parintins, 2014.

²³⁷¹ CERTEAU, op. cit. 2008.

valores, costumes, viveres que vão se modificando e se adequando ao espaço vivido e que, cada sujeito carrega suas características particulares moldando sua própria identidade.

Nessa conjuntura, o Brasil estava passando por um processo de redemocratização, no qual os cidadãos brasileiros estavam reivindicando por seus direitos sociais e políticos, indo às ruas e contrapondo o poder que estava constituído. Por outro lado, não devem ser só as grandes manifestações que causam ruptura na sociedade, ou algo de imponência realizada pelos sujeitos sociais, enxergadas e valorizadas, porém as diferentes maneiras de resistências que alcançam resultados imediatos ou não. Como no caso das mulheres/moradoras do bairro Djard Vieira que, no cotidiano lidam com conflitos buscando *reorganizar as vivências* com suas famílias.

A moradora Wilnara Reis, 38 anos, morava em Manaus e veio residir no bairro Djard Vieira em 1997 para ficar mais próximo de sua mãe que vive no local, relata o contexto em que a cidade se encontrava.

Olha eu, quando cheguei aqui foi no ano de[...] 97, e aí nessa ocasião o bairro já tinha o problema da lixeira, né. O bairro já tinha esse problema da lixeira, foi nessa mesma época que teve prefeito da cidade era o Carlinho da Carbrás, e aí teve o fora Carbrás e ficou o Heraldo Maia né, então nesse período assim, parece que tudo declinou em Parintins. E aí a comunidade se mobilizou porque o número de mosca era muito grande, de barata, de rato, era um, foi uma invasão do bairro né.²³⁷²

A evidência apresenta profícuos indícios dos quais afloram interpretação da história local. Compreendendo que a fonte narrativa suscita determinação de interpretação dos fatos ocorridos em determinada temporalidade, está patente neste registro a tensão de ordem política quando relata a contestação de seguimentos sociais acerca de mandatos de políticos eleitos democraticamente. Nesse sentido, Parintins, também trouxe à baila movimentos sociais demarcados por insatisfações relacionadas às formas de governar. Vale lembrar que os anos de 1990 registram manifestações enraizadas na crítica ao processo político que ocorria no Brasil. Aliás um dos mais significativos historicamente foi o “Fora Collor”.

Outra situação que os moradores enfrentam desde o ano de 1990 são as consequências da instalação da Lixeira Pública de Parintins próximo ao bairro, localizada num terreno em frente com a Rua Massaranduba e atrás da Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Wilnara Reis narra o que os moradores fizeram para resolverem essa situação, resultando em um processo em que o município responde até hoje. O odor e a infestação de animais (ratos, moscas, urubus e etc.) que habitavam (e ainda habitam) esse espaço por muito tempo incomodou (e continua incomodando) não só os moradores deste bairro, como também dos adjacentes.

Através da lembrança da moradora Leonilza sabe-se um pouco mais sobre como se constituiu a Lixeira Pública no bairro.

é porque eu lembro que na época que cavaram, esse tipo que começaram a tirar essa piçarra daí pra aterrar lá á, como é o nome? Lá naquela entrada que dá [...] a Francesa, ninguém imaginava que ia nos prejudicar. Tava bom porque isso aí era um pedaço de terra firme né, muita piçarra e começaram a tirar, e depois veio outro governo que começou a fazer a lixeira né virou lixeira e até hoje nos estamos prejudicado por causa disso.

A rememoração da moradora remete a sua chegada ao bairro, em que o espaço onde se encontra atualmente a Lixeira Pública de Parintins era um terreno como qualquer outro,

²³⁷² REIS, Wilnara. Wilnara Reis. [22 dez. 2013]. Entrevistadora: Dayanna Batista Apolônio. Entrevista concedida em sua residência, cidade de Parintins, 2013.

no entanto ela nos relata que havia muita piçarra e durante o processo da realização do Projeto da Lagoa da Francesa no centro da cidade, retiraram e cavaram o terreno, ficando propício para a instalação da Lixeira. Neste período houve significativas transformações no centro da cidade, tal qual, o aterro da Lagoa da Francesa sendo utilizado no discurso do poder público como um processo de “*embelezamento*”²³⁷³, já que anteriormente ficava próximo ao aeroporto que hoje se localiza na Estrada do Contorno, perto da comunidade Parananema.

Para a moradora do bairro a retirada de terra para outra parte da cidade não deixou apenas uma lacuna no espaço, mas também grandes consequências que afetam as famílias atualmente na questão da saúde e, bem estar.

As experiências desses sujeitos ativos/mulheres propicia refletir que os fatos do cotidiano estão conectados aos fatores de maiores transformações na sociedade, mas nem por isso constitui que um seja mais importante que o outro. Para moradora Leonilza Gadelha a existência da Lixeira Pública próximo ao bairro influencia nas dificuldades que enfrentam hoje, tanto o odor causado pelo chorume, que em período de chuvas se torna mais frequente, quanto do mal estar por despertar insetos (mosca, barata, ratos e etc.). O sentimento que tem quando se refere à experiência vivida é de que era melhor aquele espaço ter permanecido vazio, ou mesmo baldio do que ser utilizada para uma “*grande obra da cidade*” que não trouxe benefícios para esses moradores.

O que nos faz considerar que o papel da memória na reconstrução histórica contribui para refletir a relação presente/passado das vivências dessas mulheres que, no decorrer dos anos, constroem sua história não se esquecendo das experiências passadas que ainda continuam tão vivas e próximas da realidade vivida, ou seja, algumas consequências de ontem ainda permanecem no hoje e elas acabam se apropriando para questionar e agir em prol dessa situação.

Outra moradora que veio do interior, comunidade da Sabucaí do município de Nhamundá, para cidade de Parintins aos 22 anos, inicialmente morando em casa alugada, depois se casou e passou a residir no bairro desde a década de 1980, e hoje tem 66 anos, é a dona Norma Reis, mãe de Wilnara Reis, uma das entrevistadas.

quando eu vim pra cá aí nós ainda usamos lamparina, não sou do garantido²³⁷⁴ mais usei lamparina, né, quando chegamos aqui, era lamparina, era vela, que a gente usava. E a água a gente, eu tinha o vizinho ali que fez um poço na casa dele e de lá ele dava água pra gente é de lá que a gente conseguia água até chegar água pra cá e nós tivemos uma luta pra chegar essa água pra cá.²³⁷⁵

Como não havia água, nem luz, por meio da lamparina²³⁷⁶ iluminava a sua casa, prática muito utilizada na zona rural, ou em locais que não tem luz elétrica. Como frisamos linhas acima, na cidade as práticas de outro viver ainda permanecem intensas no seu cotidiano, indicando que sua cultura abrange tanto elementos anteriores, como no decorrer do contato

²³⁷³ O trabalho de Atila Sousa Sombra. **Trajetórias e vivências dos moradores do beco submarino**, Paic/FAPEAM, UEA, 2013, discute melhor por meio da narração dos moradores sobre esse processo de transformações no centro da cidade.

²³⁷⁴ Garantido é um boi de pano, de cor branca, faz parte do Festival Folclórico de Parintins que ocorre anualmente, representando a tradição de uma das culturas da cidade. Em três noites há uma disputa entre boi garantido e caprichoso, também de pano na cor preta. A lamparina da qual a moradora narra é utilizada na apresentação do boi garantido e nas músicas mostrando a cultura do interiorano, já que na zona rural não havia rede elétrica, mas com projetos criados aos poucos estão sendo inseridos nessas comunidades.

²³⁷⁵ REIS, Norma. Norma Reis: depoimento [06 março, 2003]. Entrevistadora: Dayanna Batista Apolônio. Entrevista concedida em sua residência, cidade Parintins, 2013.

²³⁷⁶ Lamparina é um recipiente construído de plástico ou outro material no qual ao ser colocado diesel é utilizado para iluminar qualquer local.

com outro meio, se inserido, assim, elementos diversos. Esta apropriação da luz revela a “arte de viver”, na acepção de M. de Certeau, semelhante àquilo que as referidas mulheres, juntamente com seus pares, fizeram para adquirir água. Dizendo de outro modo, por meio de um poço existente no bairro, na casa de outro morador, buscavam água para realizarem seus afazeres dentro de sua casa, lavar alimentação, fazer comida e para tomar banho.

Podemos afirmar, verificando a transcrição acima, o valor da memória individual para a reconstrução da história. Nesse momento o leitor já deve ter percebido que nosso enredo esteve compromissado com construção de uma “história desde baixo”²³⁷⁷. Assim, ao narrar, a moradora traz à baila uma história entrelaçando-se na História, aquela quase sempre subsumida, esta compromissada em dissimular as ações articulada no seio das classes populares.

Considerações finais

Foram apresentadas algumas experiências de mulheres da cidade de Parintins. Na trama suas estratégias e táticas desenvolvidas no viver e lutar pelo direito a cidade. Isto nos faz pensar que escrever a história do tempo presente possibilita entrelaçar-se no tempo vivido do sujeito social e histórico carregado de experiências que não estão desconectados da conjuntura sociocultural, econômicas e religiosas de determinada sociedade. Em que ora o sujeito/ativo está ligado aos aspectos visíveis, ora invisíveis demonstrando que os fatos ditos “*simples*” são fundamentais para compreender o processo de sua historicidade. Construído individualmente e coletivamente, onde a experiência individual é profícua para a compreensão de experiências coletivas.

Nesse sentido, as trajetórias cotidianas, os puxiruns, as relações de mulheres no âmbito do bairro junto com o Movimento de Mulheres são fundamentais para refletir como a cidade Amazônica esta vivenciando um período de transformações e diferentes modos de viver e de lutar por direitos sociais e políticos no país. Levando em consideração que a prática do espaço é indissociável do lugar sonhado onde as experiências sociais, a multiplicidade dos deslocamentos causados pelo ausente, ou seja, pelo não lugar leva a uma formação do *tecido urbano* pelos habitantes da cidade.

Os nomes próprios das ruas e diversos lugares da cidade ganham símbolos diferentes das origens, significados atribuídos pelos passantes que conforme a necessidade com o desgaste inicial e o esvaziamento é alterada, criando um “próprio espaço”. Essas experiências compartilhadas permitem refletir como a cidade é diversa e significada na medida da apropriação e intervenção nesse espaço. Enfim, articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência ou das diferentes reminiscências desses sujeitos sociais e históricos.

“DEIXA O VELHO EM PAZ”: UMA ANÁLISE ACERCA DAS REPRESENTAÇÕES DA VELHICE NA CULTURA ASILAR

Jessica Gleyce dos Reis Felix²³⁷⁸

gleyce.jes@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem por finalidade apresentar algumas discussões oriundas de uma pesquisa em andamento acerca das representações construídas sobre a velhice no espaço delimitado de uma instituição de Longa Permanência para Idosos. Nas sociedades

²³⁷⁷ THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** (org.) Antônio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2001.

²³⁷⁸ Mestranda no Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba

modernas e de consumo as valorações relacionadas aos sujeitos senescentes estão imbuídas de negatividade e estereótipos como a senilidade, quietude, dependência, inatividade e por consequência, proximidade iminente com a morte, todavia, no decurso das últimas décadas novos olhares e formas de gestão da velhice ascenderam tanto na esfera pública quanto privada e paulatinamente deram lugar a redes discursivas e práticas que concebem o idoso como um ator político emergente, cuja presença tornou-se impossível de silenciar. Nesse sentido, intentamos discutir quais os signos e significações conferidos a velhice, bem como as redes discursivas que formam o idoso enquanto sujeito que necessita do amparo público, tomando por base a legislação vigente, mais especificamente as leis que dispõem sobre uma Política Nacional do Idoso. Notadamente, dialogaremos com as perspectivas e abordagens teóricas de autores essenciais às nossas reflexões, a exemplo, recorreremos ao conceito de representações postulado por Chartier (1990), memória de Halbwachs (1990), no que concerne as questões relacionadas à velhice e ao processo de envelhecimento nos apoiaremos em Debert (2004), e por fim, no que tange a metodologia, se constitui como elemento indispensável a utilização da história oral; para tanto, faremos uso das contribuições de Alberti (2005) Meihy e Holanda (2007).

Palavras-chave: Velhice, representações, História oral.

Introdução

Terceira ou melhor idade? Idoso? Ancião? Afinal, o que é ser velho na cultura e sociedade contemporânea? Como os sentidos e representações construídos sobre a velhice engendram novas práticas em nosso cotidiano? Que lugares ocupam os corpos que carregam as marcas do envelhecimento? Como esses sujeitos percebem-se diante desse contexto?

As inquietudes e motivações que originaram a pesquisa a qual está vinculada a discussão desta proposta de trabalho nascem de duas experiências diferentes, todavia, complementares. A primeira delas em nível de graduação, a participação no grupo de pesquisa²³⁷⁹ voltado à discussão da história do corpo e da beleza no Brasil. A segunda de caráter particular, o voluntariado em um lar para idosos, situado na cidade de Santa Rita. Em consonância a emergência dos questionamentos acima mencionados suscitou não apenas o desejo, mas a necessidade de penetrar a atmosfera que envolve a temática e no intuito de respondê-las ou ao menos contribuir com os estudos das identidades e gerações, balizaremos nossa discussão a partir de autores de relevância para a história, numa perspectiva pautada sob a égide da interdisciplinaridade, sem a qual o desenvolvimento deste trabalho não seria possível.

O transcorrer das últimas décadas do século XX foi acompanhado por uma série de mudanças no campo da historiografia que redimensionou as formas de pensar e o fazer do historiador. A ascendência da chamada História Cultural possibilitou a ampliação temática e metodológica necessária para o entendimento das novas configurações que se delineavam, expandiu o leque de abordagens, outrora inimagináveis²³⁸⁰; sujeitos, discursos e práticas dantes negligenciados entraram em cena e passaram a figurar nas preocupações e, por conseguinte, nas narrativas históricas. Em consonância, como pondera Roger Chartier a História Cultural tem por objetivo primordial pensar “como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler”.²³⁸¹

Todavia, tal caráter lacunar ainda não foi sanado; as raízes profundas do historicismo que supervaloriza o factual e produz as narrativas que versam sobre os triunfos dos “grandes

²³⁷⁹ Projeto de pesquisa intitulado: “Historias do corpo e da beleza no Brasil a partir dos enunciados das revistas femininas”, financiado através do Edital Universal 14/2009. Universidade Estadual da Paraíba.

²³⁸⁰ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **A 3ª Geração dos Annales: Cultura histórica e Memória**. IN: CURY, Cláudia Engler; FLORES, Elio; CORDEIRO JR. (Org) **Cultura Histórica e Historiografia: Legados e contribuições do Século 20**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2010. pp. 37-67.

²³⁸¹ CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre práticas e representações**. Portugal: DIFEL, 1990.p. 16

homens” da história ainda reverberam em nosso cotidiano. Nesse sentido o que se propõe neste trabalho comunga com a perspectiva Benjaminiana de uma história a contrapelo, a necessidade de ouvir, problematizar e fazer ecoar as vozes silenciadas, fazendo-se necessário desnaturalizar e desconstruir a empatia com o vencedor e “arrebatar ao esquecimento a história dos vencidos, e a partir daí mesmo, empenhar-se numa dupla libertação: a dos vencidos de ontem e de hoje”²³⁸².

A velhice e o processo de envelhecimento inerente à condição humana vêm adquirindo espaço significativo nos mais variados segmentos da sociedade, os meados do século XX e início do século XXI, demarcaram uma significativa mudança na chamada “Conspiração do silêncio”²³⁸³. Entretanto, não extinguiram o estado de invisibilidade legitimado por uma cultura ocidental que venera a tríade juventude-beleza-saúde com *status* de obrigatoriedade e relega aos detentores dos corpos enrugados/envelhecidos o lugar da exclusão. Nobeit Elias aponta como as sociedades “civilizadas” estigmatizam e isolam os velhos e moribundos por os associarem simbolicamente à morte.

Isso é o mais difícil- o isolamento tácito dos velhos e dos moribundos da comunidade dos vivos, o gradual esfriamento de suas relações com pessoas a quem eram afeiçoadas, a separação em relação aos seres humanos em geral, tudo que lhes dava sentido e segurança. Os anos de decadência são penosos não só para os que sofrem, mas também para os que são deixados sós.²³⁸⁴

As sociedades modernas e de consumo²³⁸⁵ onde as valorações relacionadas aos sujeitos senescentes²³⁸⁶ estão imbuídas de negatividade e estereotípias como a senilidade, quietude, fragilidade, dependência, inatividade e por consequência, a supracitada proximidade iminente com a morte²³⁸⁷, paulatinamente passam a dar lugar às redes discursivas e práticas que concebem o idoso como um ator político emergente, cuja presença torna-se impossível de ser silenciada. Assim, novos olhares e formas de gestão da velhice ascenderam tanto na esfera pública quanto privada.

Alguém, “*Que tem muitos anos, velho, diferente de jovem*” esta é definição que dicionário Aurélio, apresenta quando se reporta ao ser idoso. Apesar de parecer não apresentar um equívoco de descrição, é perceptível que em tal significação, de caráter reducionista, a juventude é apontada enquanto parâmetro para as outras classificações etárias.

A percepção da velhice enquanto “construção histórica” parece ser consenso nas produções das ciências humanas e sociais dos últimos anos. Historicizar sua conceituação possibilita pensá-la a partir dos variados contextos de sua inserção, como reflete Philippe Ariés, as idades da vida correspondem às funções sociais e não apenas às etapas biológicas²³⁸⁸. Existe uma necessidade de separação/categorização, inventam-se grupos etários e nesse sentido, tais fases além de estarem intrinsecamente vinculadas à instituição familiar, são marcados por hierarquias e relações de poder.

Uma breve análise historiográfica: a velhice em perspectiva

Esteio fundamental nos estudos sobre a velhice, Guita Grin Debert sinaliza que os processos de ressignificação do ser velho sob os signos da “melhor idade” não são capazes

²³⁸²GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Walter Benjamin**. Os cacos da História. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.p. 73

²³⁸³Ver: BEAUVOIR, Simone. **A velhice**: a realidade incômoda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

²³⁸⁴ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos** – seguido de envelhecer e morrer. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.p.8.

²³⁸⁵Ver: BAUMAN, Zigmunt. **Vida para consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

²³⁸⁶Envelhecimento dos tecidos do organismo. Senescência..

²³⁸⁷“A morte é um problema dos vivos” (ELIAS, 2001).

²³⁸⁸ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar. 1978

de abranger as variadas formas de experiencição da velhice e denuncia que tal postura de “incentivo” dificulta a instrumentalização para o enfrentamento das perdas sofridas pelos indivíduos em seus múltiplos aspectos. Diluiu-se o problema, portanto, apenas no âmbito do discurso, formulando a ideia de “envelhecimento positivo” que afasta as rugosidades e mantêm os corpos lisos.

Embora o aumento das expectativas de vida e o aumento populacional de idosos no país tenham contribuído para o redirecionamento neste movimento de socialização e reprivatização²³⁸⁹ do velho, onde o Estado também se afirma enquanto agente regulador, responsável pelas ingerências e orientações que permeavam apenas o âmbito familiar, não podemos desconsiderar a emergência da Geriatria e da gerontologia²³⁹⁰ enquanto saberes médicos e interdisciplinares especializados que também vão direcionar formas de pensar a praticar a velhice sob o prumo da satisfação pessoal e autonomia, pontuando uma “nova” velhice que se convencionou denominar *terceira idade*.

No Brasil, a historiografia que versa sobre a velhice e o diálogo intergeracional ainda é muito escassa. No caso específico do Nordeste dispomos de uma produção ainda insuficiente, mas que viabilizam as análises no que concernem às produções discursivas que formam identidades do ser velho. Cabe aqui ressaltar que as problemáticas postas em questão não se constituem como fontes esgotadas para o conhecimento histórico, merecem ser questionadas, analisadas e problematizadas.

Baseada nos fundamentos das produções historiográficas acima mencionadas, nossa proposta objetiva analisar as representações culturais construídas acerca da velhice a partir dos discursos oficiais que visam à seguridade dos idosos praticado no espaço da ILPI²³⁹¹ como também as representações/significações erigidas pelas vozes dos próprios idosos.

Sobre o conceito de Representações, dialogaremos com as perspectivas do historiador Roger Chartier, ponderando que as mesmas não podem ser consideradas verdades absolutas, a neutralidade é um valor inalcançável. Sendo necessário relativizá-las, balizando nosso fazer sempre nos limites da ética, posto que “as percepções do social [...] produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade às custas de outros por elas menosprezadas, a legitimar um projeto reformador ou justificar para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”²³⁹².

O corpo é objeto intrínseco às discussões suscitadas neste trabalho, bem como os variados signos e símbolos a ele atrelados que são construídos a partir da linguagem, que os nomeia, classifica, adjetiva e lhe atribui códigos de (a) normalidade. Dotado de historicidade, o corpo metamorfoseia-se de acordo com a passagem natural do tempo e de seu enquadramento em uma determinada realidade social, é “provisório, mutante e mutável”²³⁹³. Essa materialidade corpórea não é apenas moldada pelas discursividades, mas também por outras formas de controle, métodos que impõem uma relação de docilidade-utilidade que Foucault vai nomear como *disciplina*, praticada inclusive nas diferentes instituições de inserção dos sujeitos. Foucault discute que “muitos processos disciplinares existiam há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram no decorrer do século XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação”.²³⁹⁴

²³⁸⁹Ver: DEBERT, Guita Grin. **A Reinvenção da velhice: Socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo: Edusp, Faspep 2004.

²³⁹⁰Geriatria é a especialidade médica que se integra na área da Gerontologia com o instrumental específico para atender aos objetivos da promoção da saúde, da prevenção e do tratamento das doenças, da reabilitação funcional e dos cuidados paliativos. A Gerontologia estuda o processo de envelhecimento humano em suas dimensões biológica, psicológica e social; tendo duas teorias principais: Teoria do desengajamento e Teoria da atividade. IN: Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia. Disponível em: <http://sbgg.org.br/espaco-cuidador/o-que-e-geriatria-e-gerontologia/>

²³⁹¹Instituições de Longa Permanência para Idosos

²³⁹²CHARTIER, 1990, p. 17

²³⁹³GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. IN: **Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Vozes, 2003, p.28-40.

²³⁹⁴FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Editora Vozes, LTDA, 2005.p. 118.

A produção do conhecimento histórico é um dos trajetos através dos quais mantemos uma relação com o passado e, não obstante a isso, a memória exerce uma função significativa na construção desse passado. Para Maurice Halbwachs, a memória se configura como um artifício que demarca os elementos constituintes das identidades de uma comunidade: “Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos”²³⁹⁵. Assim sendo, ainda segundo Halbwachs *apud* Meihy & Holanda²³⁹⁶ as afinidades afetivas e as trajetórias comuns de um grupo são os princípios que formulam a memória comunitária, nesse sentido no âmbito da história oral esses grupos tornam-se portadores de uma “comunidade de destino”, de uma coletividade afetiva de pertencimento mútuo.

No entanto, é fulcral pontuar a constituição das identidades enquanto processo dinâmico, cuja interferência e o constante diálogo com a memória não exclui seu caráter fragmentário, móvel, tendo em vista a multiplicidade de “eus”, por vezes contraditórias que compõem os sujeitos²³⁹⁷. Como complementa Michael Pollak, as identidades coletivas são aquisições feitas pelos grupos ao longo do tempo, de modo a produzir em seus membros o sentimento de unidade, coerência e continuidade. Por meio desta unidade, os grupos constroem narrativas sobre si, como afirma a seguir:

[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si²³⁹⁸.

A trajetória teórico-metodológica deste trabalho tem como fonte, *a priori*, a legislação brasileira, que versa sobre o papel do Estado e sociedade no tratamento reportado à velhice, os mecanismos/dispositivos dos mesmos na regulação e fiscalização nas formas de tratamento e gestão da velhice nos diversos âmbitos de sua inserção, bem como os documentos institucionais do espaço Vila Vicentina Julia Freire: Atas de reunião, acervo iconográfico²³⁹⁹ a fim de identificar como se dá o cotidiano na instituição e, por conseguinte, como se operam e qual a efetivação e impacto social dos discursos “oficiais” (legislação e saberes especializados) na vida dos seus moradores. O levantamento bibliográfico acerca do tema que fornecem os suportes teóricos e metodológicos necessários ao exercício de pensar o objeto e a problemática em questão bem como a realização, transcrição e análise das entrevistas com os idosos residentes, personagens principais desta proposta de trabalho, cujas histórias de vida configuram-se como elementos de extrema relevância para a temática aqui apresentada. Como aponta Verena Alberti:

Pode-se dizer que a entrevista de história de vida contém, em seu interior, diversas entrevistas temáticas, já que, ao longo da narrativa da trajetória de vida, os temas relevantes para a pesquisa são aprofundados[...] ambos os tipos de entrevistas de História Oral pressupõem a relação com o

²³⁹⁵HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro. 1990.p. 26.

²³⁹⁶ MEIHY, José Carlos Sebe Bom & HOLANDA, Fabíola. **História Oral**: como fazer como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

²³⁹⁷HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomás Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

²³⁹⁸POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. p. 204.

²³⁹⁹Estudantes do Bacharelado em Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba desenvolveram projetos de extensão voltados à organização do acervo iconográfico da Vila Vicentina Julia Freire sob a coordenação da Profª Suerde Miranda: “Memória da Vila: Preservação do acervo fotográfico de uma Instituição de Longa Permanência para Idosos”2012-2013 e “Preservação da Memória Institucional: O caso do arquivo iconográfico da Vila Vicentina Julia Freire” que integrou o Probox cota 2013-2014.

método biográfico: seja concentrando-se sobre um tema, seja debruçando-se sobre um indivíduo e os cortes temáticos efetuados em sua trajetória.²⁴⁰⁰

Acreditamos que este processo em andamento culminará num maior entendimento quanto ao projeto político e social voltado aos idosos e a percepção dos mesmos sobre tal projeto, bem como a maneira como se percebem enquanto sujeitos envolvidos neste decurso de significação e ressignificação identitária.

A ILPI pesquisada: Vila Vicentina Julia Freire, surgiu em 1943 em decorrência da doação de glebas de terra a Sociedade São Vicente de Paula–SSVP, pela família da Senhora Julia Freire, em cumprimento a manifestação de sua última vontade. Localizada no bairro da Torre em João Pessoa-PB, a instituição abriga cerca de 64 idosos de sexo masculino e feminino independentes e com variados graus de dependência.

Obra unida a SSVP, a instituição é beneficente, filantrópica e sem fins lucrativos, sua direção e administração é composta por membros voluntários (presidente, vice-presidente, tesoureiro e secretário), mas conta ainda com cerca de 25 funcionários entre profissionais de serviços gerais e de saúde, a fonte primordial de recursos da casa são as aposentadorias, uma parte do salário do idoso residente, insuficientes para cobrir todas as despesas cotidianas, sendo muito comum a prática de doações em bens materiais, alimentação e produtos de higiene.

Recorrendo à temática no campo investigativo da análise do discurso, que segundo Foucault “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”²⁴⁰¹ compreende-se a legislação analisada como fonte documental, cuja produção é marcada por objetivos específicos, lugares sociais, institucionais, econômicos, políticos e culturais, que refletem as intencionalidades dos grupos responsáveis por sua elaboração inclusive através dos silenciamentos – aquilo que não é dito – que promovem voluntária ou involuntariamente em relação ao objeto, neste caso: a velhice. Le Goff pondera:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio²⁴⁰².

Não obstante, torna-se válido reiterar a fundamental importância do uso da História Oral na concepção e execução desta pesquisa. No cerne das discussões acerca do movimento de (re)significação da velhice, centrado no paradigma do envelhecimento positivo, entrar em contato com o cotidiano de sujeitos comuns através das entrevistas possibilitará agregar uma dimensão de vida ao trabalho²⁴⁰³. Neste sentido é válido salientar que este exercício teórico e metodológico está intrinsecamente vinculado as reflexões concernentes ao conceito de memória tendo em vista sua importância na apreensão e construção de um passado remoto, todavia atentando para o caráter de seletividade da mesma.

No que se refere ao recorte temporal, tomaremos por marco inicial o ano 1994 em que se consolidou a criação da lei 8.842 cuja finalidade é a seguridade dos direitos sociais do idoso²⁴⁰⁴, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Sendo assim, confirmou-se a necessidade de optar por um recorte temporal

²⁴⁰⁰ALBERTI, V. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.p. 175.

²⁴⁰¹FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.p. 10

²⁴⁰²LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas (SP): Ed. da UNICAMP, 1994.p.547-48

²⁴⁰³ALBERTI, V. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

²⁴⁰⁴ Segundo o Artigo 2º da Lei nº8,842 considera-se idoso, para os efeitos desta lei a pessoa maior de sessenta anos de idade.

que pudesse refletir as transformações sociais e culturais acerca da velhice. A efervescência de estudos relacionados aos Direitos Humanos que acompanhou o transcorrer dos anos 90, e por consequência abrangeu as temáticas relativas ao envelhecimento, anunciou a institucionalização de eufemismos no que se refere ao tratamento dos velhos, agora oficialmente idosos²⁴⁰⁵.

Assim, propomos coletar e analisar as falas dos idosos residentes da Vila Vicentina Julia Freire, arraigadas por suas memórias para identificar suas leituras de si e da vivência de seu próprio tempo, comparando-as e/ou confrontando-as com os discursos e construções dos legisladores e dos saberes médicos especializados.

Mas o ancião não sonha quando rememora: desempenha uma função para a qual está maduro: a religiosa função de unir o começo e o fim, de tranquilizar as águas revoltas do presente alargando suas margens (...) O vínculo com outra época, a consciência de ter suportado, compreendido muita coisa, traz para o ancião alegria e uma ocasião de mostrar sua competência. Sua vida ganha uma finalidade se encontrar ouvidos atentos, ressonância. (...) A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda. Repassada de nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento das paisagens caras, pela desaparecimento de entes amados, é semelhante a uma obra de arte²⁴⁰⁶.

Considerações

Em suma, pensar a construção da escrita historiográfica, desde os aspectos com as marcas da subjetividade, do lugar social²⁴⁰⁷, como a eleição do tema objeto/sujeito de estudo, escolha das fontes, referencial teórico configurou-se como exercício de extrema relevância nesse percurso acadêmico inicial compartilhado neste texto.

O velho não tem armas. Nós é que temos que lutar por eles. (...) Por que temos que lutar pelos velhos? Porque são a fonte de onde jorra a essência da cultura, ponto onde o passado se conserva e o presente se prepara, pois, como escrevera Benjamin, só perde o sentido aquilo que no presente não é percebido como visado pelo passado.²⁴⁰⁸

Acreditamos que discutir os processos de significação do ser velho no mundo contemporâneo, assinalando sua delimitação enquanto etapa diferenciada no decorrer da vida, contextualizando historicamente os principais marcos, como questões de caráter demográfico (natalidade, mortalidade, expectativa de vida) que transformou a face do país, os discursos políticos, a percepção do aposentado enquanto mercado consumidor em potencial, o estabelecimento de novas práticas sociais e culturais, de disciplinas especializadas, enfim, as mudanças de perspectiva no transcorrer das últimas décadas, que ajudaram a legitimar o “idoso” como categoria etária, bem como identificar as formas de experiência do envelhecimento em uma ILPI, a fim de analisar as representações culturais construídas acerca da velhice a partir das perspectivas dos próprios idosos residentes, ajudarão a reduzir minimamente as lacunas sobre a temática no campo da historiografia como também os estereótipos e preconceitos destinados a estes sujeitos.

²⁴⁰⁵ Ver: ALMEIDA, Vanessa Bezerra de. **Cuidados e Cuidadores: Trajetórias de afeto e sensibilidades para com os idosos** (Paraíba, 1990 – 2013). Dissertação (Mestrado em História) PPGH, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande- PB, 2013.

²⁴⁰⁶ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos** – 3ª Ed- São Paulo: Companhia das Letras, 1994.p. 22.

²⁴⁰⁷ CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

²⁴⁰⁸ BOSI, 1994, p. 18

UMA VACINA PARA O “GÉRME DA REVOLTA”? A FOTOGRAFIA NOS JOGOS ENTRE O MOBREAL, PAULO FREIRE E A INDÚSTRIA EDITORIAL BRASILEIRA NO CAMPO DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS (1970-1985)²⁴⁰⁹

*José Maxsuel Lourenço Alves*²⁴¹⁰
Jmaxsuel17@hotmail.com

Resumo: Neste trabalho, estudamos o lugar da fotografia na metodologia educativa proposta nas cartilhas do Movimento Brasileiro de Alfabetização. Nele, problematizamos como a experiência visual foi utilizada como estratégia educativa nas cartilhas mobrealenses; numa apropriação/ jogo com a metodologia proposta e sistematizada por Paulo Freire em seu Livro Educação como Prática para a Liberdade de 1967. Para tanto, o pensamento de George Didi-huberman, Roger Chartier e Pierre Bourdieu são, respectivamente, fundamentais para que esta análise aconteça, pois com eles discutimos a antropologia do visual como uma metodologia que pensa a experiência com a imagem para além da legibilidade desta, a fotografia como um protocolo de leitura fundamental na alfabetização mobrealense, bem como a emergência do Mobreal nas condições de possibilidade inerentes à Educação de Adultos dos anos 60-70, um campo inelutavelmente marcado e transformado pela obra de Freire e pela crescente demanda da modernização do mercado editorial brasileiro.

Palavras chave: Paulo Freire. Fotografia. Mobreal. Indústria Editorial.

11 de abril de 1971, o MOBREAL mal completava 7 meses do início oficial de suas aulas (8 de setembro de 1970) e já passava por um rápido diagnóstico feito pelo jornal o Estado de São Paulo, em uma longa matéria intitulada: “MOBREAL vai bem, mas tem falhas”. Entre elas estava “o abandono das turmas pelos analfabetos” e “o curto tempo de 3 meses de duração das turmas”, que mais tarde passaria a 5 meses. Em oposição a estas falhas dois aspectos foram ressaltados como razão para a superação destes problemas: a animação dos professores e alunos em torno da conquista da alfabetização e a adoção de um conjunto de cartilhas, que eram “a única diretriz central – o método de ensino”²⁴¹¹.

Tal método se propunha oficialmente a romper com algumas das principais práticas no que concerne a alfabetização, de um modo geral, e a educação de adultos em particular. Afirmava-se como moderno pela publicação em cores, inovador pela metodologia de ensino, rápido pelo curto tempo para alfabetizar, eficiente pelo modo de organização e planejamento técnico, barato pelos acordos feitos com as editoras e filantrópico pelo uso do trabalho voluntário e pelas doações dos brasileiros. Esta alquimia que seria capaz de reduzir rapidamente as taxas de analfabetismo do país (que beiravam 40 por cento²⁴¹²) baseava-se, por um lado, no uso da tecnologia editorial que tornava possível o uso de fotografias

²⁴⁰⁹ Este trabalho é uma releitura do primeiro capítulo da minha dissertação. Cf.: **Entre Vacinas e Canetas:** as apropriações dos saberes médicos nas publicações do Movimento Brasileiro de Alfabetização- MOBREAL (1970-1985). Campina Grande, Dissertação de Mestrado no PPGH da UFCG, 2015.

²⁴¹⁰ Doutorando em história. Pesquisa atualmente financiada pelo CNPQ.

²⁴¹¹ A matéria em questão foi localizada em função da sua citação no trabalho de JANNUZZI. CF.: JANNUZZI, Gilberta S. de Martino. **Confronto Pedagógico:** Paulo Freire e MOBREAL. São Paulo, Cortez e Moraes, 1979. Ela está disponível no acervo digital: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#/19710411-29451-nac-0030-999-30-not>.

²⁴¹² Conforme censo 2000. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias_demograficas/comentarios.pdf

coloridas associadas a palavras geradoras²⁴¹³ e, por outro lado, uma aproximação com a vida do público alvo, na medida em que aquilo que era objeto das fotografias, e que era nomeado pelas palavras geradoras, era uma representação do cotidiano do brasileiro pobre do período.

Neste sentido, palavras como enxada, comida e banho²⁴¹⁴ eram associadas a fotografias de homens e mulheres negros e pardos, de maneira geral, realizando atividades aproximadas a estas palavras. O Brasileiro pobre tornava-se o protagonista de uma representação do analfabeto como capaz, trabalhador, criativo, limpo, ordeiro e divertido. Há toda uma positividade da imagem do analfabeto que rompe com as representações que atravessaram o século XX, do analfabeto como doente, incapaz, desordeiro, preguiçoso, triste, etc., que foram sintetizadas em 1914 no Jeca Tatu, o personagem de Lobato.

Mas a transformação não se propunha apenas nas relações entre imagens e palavras. Os manuais de alfabetização orientavam o professor/monitor do Mobral a conversar com os alunos, interrogar o seu cotidiano, a questionar o que eles viam nas fotografias até o ponto em que, por associação, eles intuissem as palavras geradoras e o tema da aula do dia. Propunham que o tema seja associado ao que se passa na comunidade, que os alunos identifiquem problemas e se unam para solucionarem estes, que a alfabetização seja apenas um dos elementos de um novo comportamento, baseado na cooperação.

Todos estes aspectos, que poderíamos julgar como positivos trazem consigo um problema congênito, afinal o Movimento Brasileiro de Alfabetização é uma instituição do Regime Militar, que funcionou nos anos mais terríveis das censuras, torturas, sequestros e assassinatos produzidos pela Ditadura. Neste sentido, parece-nos contraditório que o mesmo Estado batesse com uma mão e, com a outra, conduzisse a mão do analfabeto no desenho das primeiras letras. É bastante estranha esta atitude bipolar, que amordaça os artistas, censura-os e, enquanto isto, pública os rabiscos, as palavras “erradas” em relação a norma culta, dos adultos recém alfabetizados²⁴¹⁵; dando visibilidade positiva a quem antes foi silenciado e visto com um cancro, uma doença nacional²⁴¹⁶.

As razões para tal atitude tramam uma complexa teia que entrelaça a propaganda do Regime Militar, a necessidade de responder as iniciativas da esquerda com o MEB e MCP anteriores ao golpe de 1964, as demandas por modernização e formação de trabalhadores aptos a um novo mercado de trabalho que exigia o domínio da leitura; as estratégias que os países capitalistas precisaram traçar para responder às conquistas sociais propagandeadas pelos países socialistas (o fim do analfabetismo em Cuba e os Médicos de pés descalços na China, por exemplo). Porém, num diálogo com o conceito de Campo de Bourdieu, neste trabalho, damos ênfase as condições possibilidade do próprio campo da educação de adultos no período, afastando-se tanto desta análise que enfatiza o contexto, uma vez que ela não consegue responder por que se representou o analfabeto deste modo e não de outro, quanto da hermenêutica, que no seu exercício internalista procuraria nas próprias publicações suas razões de existência, encontrando o sentido das propostas educativas naquilo que elas

²⁴¹³ Este termo é usado tanto por Freire quanto pelo Mobral para nomear as palavras que guiam o processo de alfabetização as quais as imagens são associadas. São palavras geralmente trissílabas, que são organizadas de acordo com o seu nível de complexidade em ambas as metodologias, que geralmente estão diretamente relacionadas com a imagem utilizada.

²⁴¹⁴ Palavras geradoras nas cartilhas das editoras Abril, Bloch e Primor respectivamente.

²⁴¹⁵ O Mobral central passou a publicar cartas, cordéis, histórias, receitas, etc. que as turmas enviavam para ele como resultado dos diversos programas, numa estratégia propagandística que ampliava a visibilidade dos resultados de suas atividades.

²⁴¹⁶ Cf.: Buriti, Iranilson ; Freire ; Sousa ; ALVES, J. M. L. A ordem antes do progresso: o discurso médico higienista e a educação dos corpos no Brasil do início do século XX. *Fênix (UFU. Online)*, v. 09, p. 21-33, 2012.; PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos: contribuição à história da educação brasileira**. Edições Loyola. São Paulo. 1973; ROCHA, Heloisa Pimenta. **Imagens do analfabetismo: a educação na perspectiva do olhar médico no Brasil dos anos 20**. Campinas, Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. UNICAMP. 1995

publicaram, o que implicaria no risco de ser seduzido pela imagem de positividade do analfabeto que elas produzem. Deste modo,

Não podemos compreender o que ocorre a não ser que situemos cada agente ou cada instituição em suas relações objetivas com todos os outros. É no horizonte particular dessas forças específicas, e de lutas que tem por objetivo conservá-las ou transformá-las, que se engendram as estratégias dos produtores, a forma de arte que defendem, as alianças que estabelecem, as escolas que fundam, e isso por meio dos interesses específicos que são aí determinados²⁴¹⁷

Embora ele esteja se referindo ao campo artístico, tomamos a perspectiva apontada para pensar o Mobral nas suas relações específicas com o campo da educação de adultos. Deste modo, é fundamental problematizarmos quais as condições de possibilidade, as forças específicas que estavam em luta no campo da educação de adultos, quando a metodologia mobralense emergiu; quais as estratégias e necessidades específicas de seus produtores, isto é, os fabricantes de cartilhas, funcionários da emergente indústria editorial brasileira.

O campo da educação de adultos entre o cultivo da memória e o cultivo da revolta

A mesma matéria que abre este texto, comenta diretamente uma das singularidades da metodologia mobralense, aspecto que foi silenciado pela coordenação do MOBREAL nos próximos 14 anos:

O método adotado é baseado no Sistema Paulo Freire embora despido de conotações ideológicas; mantém a mesma ênfase na motivação do estudante. Houve a preocupação de escolher palavras com função social, levando-se em conta a vivência do adulto: procurou-se igualmente utilizar termos que permitissem tirar o maior proveito possível dos ensinamentos. **As palavras usadas são comuns a todo o país, de modo a fazer um sentido para os alunos**²⁴¹⁸.

Fazer sentido ao leitor era a primeira chave que os autores mobralenses se apropriaram no jogo com a metodologia freireana. Para entendermos esta apropriação, esta leitura criativa, este modo de, no território do Outro, realizar uma caça furtiva²⁴¹⁹, o que não implica nem um cálculo racional das probabilidades, nem em ações disparatadas, mas um jogo no qual os agentes operam de modo próprio de acordo com as possibilidades que surgem²⁴²⁰, torna-se fundamental compreendermos como Freire havia transformado o campo da educação de adultos nos anos 60.

Ao longo dos anos 50, Freire havia aberto uma trincheira no campo de educação de adultos. Seja com a emblemática experiência de Angicos, seja em seus escritos ele demarcou uma feroz crítica ao modelo educacional vigente (que incluía o ensino de crianças), que chamou de bancário e, especialmente, o seu uso para a educação de adultos. Nesta perspectiva, frases comuns aos livros de alfabetização de crianças da época, eram objeto de sua crítica e sarcasmo:

Na verdade, somente com muita paciência é possível tolerar, após as durezas de um dia de trabalho ou de um dia sem 'trabalho', lições que falassem de ASA – 'Pedro viu a Asa' – 'A Asa é da Ave. Lições que falam de Evas e de uvas a

²⁴¹⁷ Cf.: BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001

²⁴¹⁸ O ESTADO DE SÃO PAULO, Op. Cit. P. 30

²⁴¹⁹ Cf.: CHARTIER, Roger. **História cultural**. Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1989, p.. 126

²⁴²⁰ BOURDIEU, Op. Cit. 2011, p. 138-139

homens que as vezes conhecem poucas Evas e nunca comeram uvas. 'Eva viu a uva'²⁴²¹.

Frases como essas eram a base para métodos de alfabetização muito bem estabelecidos nos anos 50. Seu princípio residia na ênfase da repetição de letras em palavras, pois, através disto, o aluno memorizaria a relação entre o fonema e sua representação gráfica. Focado na memória, este método não preocupava-se com quem seria o sujeito da aprendizagem; pois independente de sequer saber o que é uma uva e quem é Eva, ele faria a correlação entre a repetição do grafema v e seu respectivo som. Assim, a alfabetização aconteceria num movimento que partiria, cartesianamente, das partes lidas como simples às complexas. Em primeiro lugar o conhecimento das letras, mais tarde, a relação entre elas na montagem de sílabas, posteriormente o seu agrupamento formando palavras; em seguida a associação entre estas para a formação de frases. Portanto, só depois de uma longa sequência de aulas, o objeto da aprendizagem poderia ser relacionado com o mundo que cerca o aluno, quando este já conseguisse associar palavras em frases.

Para Freire isto tornou-se algo inadmissível. Em sua perspectiva, antes de alfabetizar-se, o sujeito conhece o mundo, dá nome as coisas, interpreta a vida. Por isto, este foco na memória limita a aprendizagem e prolonga o tempo para a sua realização, "na medida em que não há analfabetismo oral"²⁴²². Se as palavras estudadas, bem como as frases, tivessem um significado existencial para os educandos, aprendê-las poderia ser algo mais instigante. Eis, portanto, um dos elementos fundamentais do método: os homens significam o mundo, antes de chegar a sala de aula, nas teias de relações nas quais se tornam sujeitos. Estas se dão nas e pelas palavras, embora não apenas nelas; portanto, se aquelas expressões que são importantes na vida dos sujeitos envolvidos forem utilizadas para alfabetizá-los, isto tornará a descoberta de sua decodificação e escrita, um rápido objeto do desejo do educando. Nada de memorização do abecedário, portanto, é preciso usar o que as pessoas já sabem e, suas bocas estão povoadas de palavras, "sua sintaxe, que não é o mesmo que sua pronúncia defeituosa, mas a forma de construir seu pensamento"²⁴²³.

Nesse sentido, Paulo abriu as palavras e encontrou nelas significados sociais, olhou o abecedário e enxergou nele o vazio de sentido. Rasgou as palavras e percebeu nelas a comunicação, a curiosa capacidade que os humanos têm de realizar um acordo em torno dos signos, para assim se compreenderem²⁴²⁴; observou o abecedário e não encontrou nele mais que a memorização insípida e sem vida. A partir desta contraposição, ele resolveu rasgar a ordem deste método estabelecido e dar nova forma à maneira de alfabetizar, partindo das palavras para as famílias silábicas, e destas para as letras; e não o inverso, como se costumava praticar. Assim começou, a sua delicada arte de cultivar palavras que lhe conferiu um lugar de autoridade no campo educacional.

No entanto, não bastava que o método tivesse uma dimensão técnica – seu desdobramento formal que relacionava imagem e palavra. Se fosse assim, ele seria baseado em uma palavra "milagrosa, esvasiada da realidade que deveria representar"; seria uma palavra "oca"²⁴²⁵. Freire havia inventado o adubo "perfeito", mas faltava algo que mobilizasse as pessoas, faltava algo como uma semente; algo simples e pequeno mas que congregasse junto a si tudo que houvesse em volta, algo que tivesse e alimentasse a vida, que preenchesse de significado a atividade alfabetizadora. Estas palavras precisavam tornar-se problemas, questões. Elas precisavam provocar o pensamento sobre o mundo e as relações sociais que se dão nele.

²⁴²¹ Cf.:FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967, p. 103.

²⁴²² Cf.: Idem, p. 116.

²⁴²³ Cf.: lbdem, p.123

²⁴²⁴ Cf.: FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 5° ed. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1981, p. 67

²⁴²⁵ Cf.: FREIRE, Op. Cit. 1967, p. 95.

Dessa maneira, isto é, mobilizando os educandos à reflexão, provocando-os a perceber que o mundo em que vivem era resultado das relações sócio-econômicas e político-culturais em que vivem, dialo(n)gando sobre as possibilidades de ação e de mudança que teriam para mudar este mundo e por fim, usando estas questões para alfabetizar, ele inova. O método que foi chamado por Francisco Werffort de “o Gêmen da revolta”, na introdução que escreveu para a edição brasileira do livro de Freire ***Educação como Prática da Liberdade***, de 1967, tinha a capacidade de plantar a revolta, de espalhar as sementes da indignação por onde passasse. Estas sementes prometiam que caso fossem cultivadas conseguiriam desestabilizar as estruturas do poder social, econômico e cultural vigente no país. Eram máquinas de guerra contra os aparelhos territoriais do latifúndio, da fábrica e da democracia representativa que não representava a população brasileira.

Este modo de pensar a educação e o analfabeto afetou de maneira incisiva a educação de adultos. O modo contundente de argumentar sobre a necessidade de considerar o adulto como um sujeito que significa o mundo, bem como, do próprio significado deste mundo como algo fabricado, social e culturalmente, e compartilhado como um mote para a educação se tornou uma chave de leitura inescapável para a educação de adultos ao longo dos anos 60. Desse modo, é preciso considerar que Freire transformou o jogo no campo da educação de adultos, o cindiu em dois blocos, um retrogrado e outro revolucionário, um agarrado ao passado e outro que mira e quer fabricar um novo futuro. Ele modificou o campo educacional, quando mudou o modo de representar o adulto analfabeto, por isto, a partir dele não se poderia falar da alfabetização de adultos ancorando-se no método repetitivo e memorialista. Fazê-lo era um risco, sob a pena da crítica, do riso e da inadequação.

Nesse sentido, esta transformação na interpretação que o campo fazia do analfabeto tornou possível a apropriação do método freireano pelo MOBREAL, pois este método tornou-se um símbolo de modernidade, de pesquisa acadêmica, de superação dos métodos anteriores. Ele angariou em torno de si um poder simbólico considerável, na medida em que cruzava princípios plausíveis para os principais agentes no campo. Sua iniciativa abriu uma fenda entre as estratégias alfabetizadoras que as precederam e sucederam. Rachado, o campo educacional ganhou novos contornos. Tais condicionantes do campo foram a encruzilhada na qual os autores das cartilhas do MOBREAL encontraram quando assumiram a tarefa de produzir uma metodologia de alfabetização eficiente, barata e moderna no início dos anos 70.

Ora, no momento em que eles se encarregaram de elaborá-las o mundo todo estava perplexo com os resultados e com a provocação que Freire havia feito à educação, especialmente a de adultos. Enquanto a opinião pública internacional lhe fazia reverência, estes profissionais recebiam a tarefa de produzir um material didático capaz de cumprir o objetivo de alfabetizar tão rapidamente quanto possível. Após a propaganda freireana em Angicos de que seria possível alfabetizar alguém em 40 horas, os elaboradores das cartilhas do MOBREAL viram-se numa encruzilhada. Como elaborar um material didático capaz de realizar isto?

Como vimos, não poderiam recorrer à tradição da alfabetização marcada pela memorização, pois o campo educacional, em relação aos adultos havia mudado. Por isto, para elaborar tais livros didáticos, os trabalhadores das editoras precisaram jogar com os novos modos de interpretar o analfabeto (como alguém capaz) e a metodologia de ensino (a ênfase no mundo semântico dos alunos) estabelecidos sobre a educação de adultos, que havia sido tão intensivamente marcada pela crítica freireana, que se tornou muito difícil produzir um material didático para este público, sem levar em consideração as suas provocações. É neste sentido que a barriga de Beto, foi capturada pela câmera fotográfica e tornou-se uma das lições:



Fonte: Lição para o uso do dígrafo rr na Cartilha publicada pela editora Abril²⁴²⁶.

Sexta aula do Programa de Alfabetização Funcional. Na cartilha azul publicada pela editora Abril, numa referência à cor da bandeira nacional, que foi entregue a centenas de alunos no início das aulas do Programa de Alfabetização Funcional – PAF, estava a lição da imagem acima. Diante de uma fotografia acompanhada de uma “Palavra geradora”, percebemos a execução da apropriação da metodologia freireana, tal como foi discutido. Chamavam-se geradoras porque estas palavras tinham a capacidade de gerar novas palavras, de provocar discussões, de seduzir os afetos, de provocar questões. Eram palavras sementes, que se germinassem provocariam novos hábitos, novas maneiras dos alunos cuidarem de si mesmos.

Em princípio, a lição servia para a introdução do uso do dígrafo *rr*, através da palavra barriga. Para tanto coloca-se a palavra em uma situação transcodificada em imagem, que tinha bastante sentido na vida dos prováveis leitores, servindo como “mote”, para discussões variadas. Deste modo, para ajudar na “descoberta” da palavra geradora do dia, a cartilha trouxe uma fotografia, o substituto modernizado dos desenhos da proposta freireana, que tinha a vantagem de poder representar de modo real, pelo caráter irrefutável da captura da imagem pela camera, o cotidiano do pobre brasileiro.

A imagem funciona como espelho do seu público e como protocolo de leitura destinado à provocação de questionamentos na aula. Trata-se de um menino pequeno, negro, nú e sozinho que chora com as mãosinhas sobre sua desproporcional barriga. Como o público alvo da cartilha não sabe ler, ou pelo menos sabe bem pouco, é possível imaginar qual exercício aconteceria em sua afetos, diante desta lição? Além disto, o que cruza a sensibilidade do observador atual, diante da imagem? Que memórias são evocadas? Que representações lhe atravessam?

Questionar-se sobre isto é considerar que ver não é apenas um exercício dos olhos, de olhos descolados, de olhos enormes que tudo veem; ver é um exercício do corpo, é uma mobilização das entranhas, é sempre um “em”, um “dentro”, um tocar em última instância. Desse modo, o “olho” do scanner que digitalizou a cartilha, tudo captou, mas nada viu, porque ver é um exercício humano de produção de sentido, é uma experiência visual na medida em que é única em sua singularidade e acontece na mobilização daquilo que somos.

²⁴²⁶ Provavelmente a cartilha foi publicada entre 1980 e 1981, pois em sua primeira Página traz os nomes de João Figueiredo como presidente da república e Arlindo Lopes Correa como presidente do MOBREAL. Como Figueiredo assumiu o governo de 1979 e Correa deixou a presidência do MOBREAL em 1981, é possível localizá-la neste recorte. CF: COUTINHO, Joaquim. **Alfabetização**: livro de leitura. 19^o ed. São Paulo, Abril, S/N, 14-15.

Neste sentido, estudar a imagem nos incita a pensa-la considerando uma fenomenologia da percepção, pois “Todo visível é talhado no tangível, todo ser tátil [é] prometido de certo modo à visibilidade, é que há invasão, encavalgamento, não apenas entre o tocado e quem toca, mas também entre o tangível e o visível que está incrustado nele”²⁴²⁷.

Para permitir-se ao toque, nessa perspectiva, talvez observar o resto da imagem contribua para a interpretação. Beto está sobre um gramado que é um pouco seco nas bordas, talvez pisado, mas que no fundo é bem verde. É como se neste lugar houvesse uma fonte de água abundante. Este espaço de grama mais verde serpenteia um trajeto, que dá a ler que ali poderia ser um pequeno córrego. Caso assim fosse, é possível que seja originado da lavagem dos tecidos que secam no varal improvisado, que está atrás do menino. Junto à grama pode-se observar pontos coloridos, especialmente brancos, espalhados pelo chão. Em princípio, meros detalhes inapreensíveis. Ao fundo há pedaços de madeira entulhados e algumas pessoas passando. Como peças de quebra cabeça, o cenário começa a fazer sentido, no seu exercício de eterno retorno nos olhos do observador. Este olha um detalhe, mira outro, afasta-se um pouco para perceber o todo da imagem e começa a imaginar relações de causalidade e contiguidade, que o fazem produzir um sentido para a imagem, qual?

A imagem provoca uma sensação, de que aquele ambiente e aquele menino precisam de cuidados sanitários, por isto, será preciso um pouco de esforço da parte da professora, para guiar a aula até a palavra barriga e não algum problema de saúde. Não é o lixo nem o córrego como possíveis detalhes que desenham sozinhos esta sensação, mas a justaposição de signos; é o bailar dos olhos sobre as cores, é a própria imagem que, aos poucos, ganha movimento na imaginação do observador. Todos estes fatores juntos provocam os afetos do leitor, para leitura de que a barriga de Beto não está bem.

Desse modo, a imagem acima acontece visualmente. Ela existe na medida em que arde junto, dentro e fora, atravessando seu observador. Ela não é lógica, é patológica, ela faz a lógica sangrar, pois sua provocação não é apenas racional, mas da ordem dos afetos, da experiência (considerando sua relação etimológica com o perigo, percurso, o lançar para fora, a rasgadura dos limites), da imaginação, da empatia com a criança. É um tipo de imagem, que depois da observação permanece viva e movente no observador, por isto “devemos fechar os olhos para ver quando o ato de ver nos remete, nos abre um vazio que nos olha, nos concerne e, em certo sentido, nos constitui”. Diante dela, chega um momento em que, às vezes, é “preciso fechar os olhos para ver”²⁴²⁸. Nisto, vê-se mais que este Beto, mas muitos outros que emergem na memória e nele se justapõem. Vê-se a si mesmo, pois nesta estratégia pedagógica que deseja provocar um efeito de espelho, de identificação entre o leitor imaginado (o analfabeto pobre brasileiro dos anos 70) e o cotidiano insalubre de Beto.

Nesse sentido, embora seja preciso fechar os olhos para vê-la melhor, era preciso não fechar os olhos para as condições sanitárias da imagem, que deslocaram a palavra geradora barriga de parte do corpo à problema de saúde pública. Deste modo, a fotografia foi recortada de modo a provocar a comoção, ou até mesmo a catarse em seu duplo sentido. Enquanto memória, na medida em que este menino era uma representação de outros meninos, conhecidos do observador, talvez seus filhos, que poderiam viver situação semelhante. Também enquanto identificação com o drama da personagem, a situação vivida por ele, que poderiam também estar acontecendo com seu observador. É deste modo que a imagem move o observador, mexendo com seus afetos.

Diante dele havia uma criança sozinha, num cenário de “abandono” em meio à grama e ao lixo. Ela traz as mãosinhas sobre a barriga, que podem ser lidas já como signo de dor e náusea - a possível razão do choro. Tudo leva a pensar que o menino é um “lombriguento”. O curioso é que a frase exemplo, não diz que ele tem verminoses, diz apenas que é barrigudo; a imagem provoca e é o observador que faz a leitura de que Beto precisa de assistência

²⁴²⁷ Cf.: MERLEAU PONTY apud DIDI-HUBERMAN, A inelutável cisão do ver. In_ **O que Vemos, o que nos olha**. São Paulo, Editora 34, 1998, p.1998: 30-31.

²⁴²⁸Cf.: Idem, p. 30-31.

médica, ou ao menos de cuidado. De todo modo, com a tarefa foi em tese cumprida, os autores da publicação conseguiram suturar as possíveis condições de vida do público, seus problemas, seu cotidiano, a palavra geradora e um tema/problema existencialmente motivador que pudesse passar pelo crivo da censura; eis, portanto, um Mobral leitor de Freire.

No entanto há linhas de outras cores nesta trama, outros agentes no campo educacional de adultos pois, por um lado, a alfabetização aconteceria com o auxílio de um instrumento didático: um conjunto de cartilhas e, por outro lado, o campo também não permaneceu incólume ao Golpe de 64. A escolha das cartilhas como instrumento pedagógico precisa ser considerada como historicamente construída e escolhida em função das condições de possibilidade, os objetivos muito específicos, o que não quer dizer conscientes ou não, mas envolvidos nas regras para participar do jogo²⁴²⁹; dos agentes do campo: tanto seus produtores – as editoras e público- os analfabetos adultos, quanto por seus compradores diretos – o Mobral e indiretos - o Estado governado de modo ditatorial pela Corporação Militar.

Fabricar “vacinas” e urdir cartilhas: os livros didáticos como um bom negócio

16 de outubro de 1975, Marcos Candau, o então Secretário Executivo do Mobral, depõe na CPI pela qual passou a instituição. Nela ele fala que a criação da metodologia de ensino foi delegada aos departamentos de educação das grandes editoras, pois “quando o MOBREAL foi criado não havia, ainda, uma estrutura de pessoal técnico que pudesse elaborar esse material. Então o MOBREAL teve que recorrer às editoras”, para que produzissem um material adequado aos adultos, dos quais teriam toda a responsabilidade pelos direitos autorais. Uma vez fabricados, estes materiais deveriam ser submetidos “aos requisitos técnicos e as condições de preço e pagamento estipulados pela Fundação”²⁴³⁰

A emergência de cinco grandes editoras²⁴³¹ no período é um dado a ser problematizado, afinal, o Brasil não possuía uma tradição na produção de uma imensa demanda de publicações. Por um lado, elas surgiram por conta do incentivo que o Estado Brasileiro vinha lhes dando em função de suas publicações didáticas. Desse modo, “o crescimento, nos anos 70, da indústria de livros didáticos fez parte de um projeto de massificação do ensino e da cultura” que tinha lugar fundamental na necessidade do Regime Militar de demonstrar sua eficiência e seduzir o empresariado e as multinacionais. Em um país de poucos leitores, ter o Estado como cliente fixo era, e ainda é, um ótimo negócio²⁴³².

O governo brasileiro através do Programa de Cooperação Técnica e da Comissão Coordenadora da Aliança para o Progresso - COCAP estabeleceu um convênio entre O MEC (representado pela Comissão do livro Técnico e didático - COLTED), o Sindicato Nacional dos Editores de Livros –SNEL e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional – USAID destinado ao financiamento de livros didáticos e técnicos a partir de 10 de Novembro de 1966. Desejava-se com isto, ampliar a circulação de livros didáticos no Brasil, num gesto de modernização da educação “aumentando substancialmente a distribuição gratuita de

²⁴²⁹ Cf.:BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. 11 ed. Campinas, Papirus, 2011, p.139.

²⁴³⁰ Depoimento de Marcos Candau. CF.: **Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o MOBREAL**, 1975, p. 503.

²⁴³¹ Passados os três meses de testes, um método foi adotado nas cartilhas de todas as editoras contratadas: inicialmente Abril, Bloch e José Olympio, e após 1973 também Lisa e Primor. Em 1974, a José Olympio foi suprimida e em 1975 a Lisa entrou em concordata, restando apenas as editoras Abril, Bloch e Primor; que dominaram o mercado e publicaram todas as cartilhas às quais tivemos acesso, nesta pesquisa, até o momento Cf.: Depoimento de Arlindo Lopes Correa. CF.: **Relatório da Comissão Parlamentar de inquérito sobre o MOBREAL**, 1975: 225.

²⁴³² Cf.: MUNAKATA, Kasumi. **Produzindo Livros Didáticos e Paradidáticos**. São Paulo. Tese de Doutorado pela PUC/SP, 1997, p. 36.

livros didáticos às escolas de Níveis primário e Médio” e, especialmente, estimular a indústria editorial no país²⁴³³.

Isto incitou significativamente as editoras, que passaram a ter um cliente fixo e, com isto, um aumento gradual no investimento das capacidades de produção. No entanto, o convênio MEC USAID teve fim em 1971 e com ele houve uma reorganização do modelo de financiamento das publicações. O Estado “criou um sistema de contribuição financeira das unidades federadas para a manutenção do programa” – o Fundo do Livro didático. Enquanto isto o MOBRAL, que tinha o seu próprio financiamento, pois era uma instituição relativamente independente do MEC, garantiu parte do consumo do trabalho destas editoras com suas cartilhas, que neste momento começavam a ser publicadas anualmente aos milhões²⁴³⁴. Neste sentido, há que se considerar que o MOBRAL teve um papel significativo na sobrevivência destas empresas, bem como no crescimento no setor.

Além do cumprimento dos “requisitos técnicos”, as editoras precisavam de capital para trabalhar com o MOBRAL. “Elas deveriam ter autossuficiência financeira para somente passar a receber 120 dias após a entrega do material, nos locais definidos pela direção do MOBRAL”. Além disso, as empresas deveriam ter grande capacidade de produção, pois tratavam-se de milhões de livros, o que reduzia os custos, tornando possível que as cartilhas possuíssem o “luxo” das fotografias coloridas, por um relativo “baixo custo” repetidamente anunciado pela coordenação do MOBRAL²⁴³⁵. O preço da cartilha de fato era baixo, caso leve-se em consideração o preço comum de uma publicação no período. No entanto, isto não era garantia de que fosse tão luxuoso, tão valioso e impressionante como a coordenação assegurava; além disso, como era fabricado aos milhões, torna-se difícil avaliar este dado, que Felipe Sportono insiste em afirmar, durante a CPI do MOBRAL, de que as cartilhas foram um ótimo negócio:

E aí também entram fatores diversos que influíram de fato no trabalho que dizem luxuoso – era o preço, digamos assim, pois quando começamos a fazer o livro a quatro cores, com 68 páginas..., o seu preço era de 42 centavos. Não sei quanto custaria a revista o cruzeiro naquela época, em 1970, acho que era 3 cruzeiros e cinquenta centavos ou quatro cruzeiros²⁴³⁶

Ao MOBRAL é bem possível que as cartilhas tenham sido ótimo negócio financeiro, na medida em que delegava a responsabilidade, por sua elaboração e distribuição, às editoras e lucrava com a produção da imagem de um eficiente movimento de alfabetização; Como um bom jogador de tênis, ele soube estar não onde a bola estava, mas onde ela iria cair mais tarde²⁴³⁷. Por outro lado, as cartilhas do MOBRAL foram demasiadamente lucrativas para as editoras, pois elas eram fabricadas usando um espaço ocioso que havia nas gráficas, “dentro de sua capacidade normal de produção”²⁴³⁸.

Se vistas de modo externo, as cartilhas estavam conformadas, enquanto do ponto de vista interno, era necessário produzir seu conteúdo. Nisto reside as contradições da apropriação da metodologia freireana. A adoção de livros didáticos para o público adulto é uma questão que vive sob constante suspeita. Por um lado, assim como fez o MOBRAL,

²⁴³³ CF.: ofício e projeto do acordo, disponível no Arquivo do Centro de Informações e Biblioteca em Educação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – CIBEC/INEP. Série COLTED, CAIXA 03, MAÇO 17: 01.

²⁴³⁴ Cf.: MELLO, Paulo Eduardo Dias de. **Material didático para a Educação de Jovens e Adultos:** história, formas e conteúdo. Tese de doutorado da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2010, p. 80.

²⁴³⁵ Depoimento de Felipe Sportono . CF.: **Relatório da Comissão Parlamentar de inquérito sobre o MOBRAL**, 1975, p. 835.

²⁴³⁶ Cf.: Idem, p. 836.

²⁴³⁷ BOURDIEU, Op. Cit. 2011, p. 142.

²⁴³⁸ Cf.: CANDAU, Op Cit. 1975, p. 504.

entende-se que o adulto precisa de um material didático capaz de auxiliá-lo na aprendizagem, e inelutavelmente interferir no planejamento do ensino do professor, com certos assuntos e determinadas “concepções educacionais e do processo ensino-aprendizagem”. Por outro lado, há outra concepção pedagógica que foi inaugurada pelo MEB e pelo MCP nos anos 60, e associada a Freire, que evitava a adoção de livros didáticos por sua inadequação ao público alvo. Nesta perspectiva, uma alternativa seria que os próprios alfabetizando produzissem seu material didático, tomando a produção “como parte do processo pedagógico-formativo”²⁴³⁹.

Com isto temos uma das principais implicações que enredam as contradições que estão imbuídas nas publicações mobralenses. Elas fizeram uso de uma proposta metodológica que se opunha ao uso do livro didático, como elemento central da metodologia proposta nas cartilhas mobralenses. Inevitavelmente, precisamos considerar tal jogo como uma leitura criativa da proposta freireana, o tipo de atitude na qual o leitor vai ao texto do outro e toma para si o que lhe interessa, lida com o que consome de maneira própria e com ele inventa, cria e produz; a partir de suas determinações singulares no campo. Desta maneira, a apropriação nos “permite pensar as diferenças na divisão, porque postula a invenção criadora no próprio cerne dos processos de recepção”²⁴⁴⁰

Além disto, eles estão jogando com uma proposta cuja gênese política é de Esquerda, vendendo-a para uma ditadura capitalista na conjuntura da Guerra Fria; estão lidando com inimigos políticos. Em sua forma original, o método pretendia promover uma formação política no mínimo perigosa para a Corporação Militar e que, de certo modo, foi uma das razões para a instauração do Golpe Militar. Então, como teria sido utilizado? Ora, a apropriação que estava sendo feita do trabalho de Freire deveria realizar uma varredura dos conteúdos subversivos, substituindo-os por conteúdos aceitáveis tanto para o público alvo, caso contrário a metodologia não seria capaz de seduzir os analfabetos, quanto pelos censores do Regime. É neste sentido que as orientações sobre saúde como no caso da barriga de Beto anteriormente exemplificada, alimentação e higiene; bem como o trabalho e a cultura popular tornaram-se os principais temas agenciados pelas cartilhas mobralenses.

Neste sentido, uma vez instaurado o Golpe Militar, uma das maneiras mais eficiente de combater este “vírus” era preparar-lhe uma vacina. As vacinas geralmente são fabricadas com a inativação ou atenuação do próprio vírus, foi algo semelhante ao que foi feito ao método freireano, como anuncia a mesma matéria do jornal o Estado de São Paulo que vimos comentando, quando diz que o método mobralense é igual ao do Sistema Paulo Freire, só que “despido de conotações ideológicas”, o que é uma falácia. Com ele o Mobral substituiu as iniciativas dos movimentos sociais dos anos 50 e início dos 60; dando um caráter modernizador e substituindo os aspectos revolucionários pelo elogio à cooperação no trabalho de alfabetização. É nesta encruzilhada entre a necessidade de produzir cartilhas pagas por uma instituição do Regime Militar e o campo de educação de adultos dos anos 70, fecundado pelo Gêrmen da Revolta, que estavam os livreiros mobralenses.

Considerações Finais

Discutir os livros didáticos como fonte para o estudo da história, coloca o historiador numa caminhada entre estes dois abismos, pois se por um lado há a cartilha como fonte e seus objetivos na educação, por outro há que considerar-se que “o manual escolar não é nada sem o uso que dele for realmente feito, tanto pelo aluno como pelo professor”²⁴⁴¹. Desse modo, como a coordenação do MOBREAL poderia pretender assegurar-se de seu “lugar próprio”, de que suas aulas estavam acontecendo de acordo com as cartilhas? Como saber se o investimento que tinha feito estava sendo realizado “adequadamente”? Como tomar

²⁴³⁹ Cf.: MELLO, Op. Cit. 2010: 21-23.

²⁴⁴⁰ Cf.: CHARTIER. Op. Cit. 1989: 26 passim 136.

²⁴⁴¹ Cf.: JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto de Estudo. **RBHE**, V.1 n°1. 2001 Disponível em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/273>, acesso em 10 de janeiro de 2015, p. 34.

ciência de como a alfabetização estava acontecendo e junto com ela um de seus propósitos - a fabricação de uma subjetividade moderna e ordeira? Além disso, como demonstrar à opinião pública, que a eficiência tingida no papel da cartilha se imprimia na vida do aluno mobralense?

No entanto, ao colocar estas perguntas corremos o risco de abordar o tema com uma perspectiva conspiratória, na qual aqueles que dominam os espaços maquinariam todas as suas ações e manipulariam aqueles que estão sob o seu domínio de modo consciente e calculado, como se analisassem o mundo de modo externo e intervissem com eficácia garantida. É necessário, neste sentido, tomar os interesses e ações dos dominadores no campo social, como apostas num jogo, como lances que mudam a cada partida, como escolhas feitas de modo circunstanciado e provisório. É fundamental pensarmos a dominação, não como o resultado das ações de seres superpoderosos, superinteligentes, sujeitos com dons premonitórios cujas capacidades são imbatíveis.

Nessa perspectiva, as noções de campo e de jogo, sistematizadas por Bourdieu, são fundamentais para a compreensão das relações de poder de modo mais instável, contingente e singular. Não há garantias nos lances, mas apostas e tensões; tomarmos isto como princípio abre-nos uma chave de leitura para a ação no presente, pois enxergamos os lucros e posições sociais como resultado circunstanciado de um jogo, que, como tal, pode virar. É preciso observar o campo para jogar melhor, para escapar das estratégias, e lançar as nossas próprias. Aprendemos também que os sujeitos do passado não eram nem inertes nem gênios, que agiam na interseção entre suas vontades e as condições de possibilidade disponíveis.

De modo semelhante, a noção de apropriação sistematizada por Chartier, coloca a leitura num lugar muito diferente seja da imensa liberdade de um leitor que poderia criar qualquer sentido para o que lê, seja a passividade de quem simplesmente introjeta o que lê. Ver enquanto uma experiência opera numa chave semelhante, em que se cruzam o que se dar a ver e o sujeito que vive a experiência, uma relação na qual os sentidos deslizam e as estratégias não tem eficácia garantida, pois elas estão para além da legibilidade semiológica, elas se lançam para a rasgadura dos símbolos, as singularidades dos sujeitos e seus afetos. A leitura e a experiência visual como consumos criativos são práticas, e como tal acontece com suportes, condicionamentos externos e internos tanto da obra quanto do leitor/observador; ao mesmo tempo é inventiva na medida em que o que é lido/visto é recriado pelo leitor/observador de acordo com suas intenções, afetos e possibilidades.

Nesse sentido, é preciso pensar as cartilhas mobralenses como objeto de um consumo plural. Professores, monitores e alunos fizeram usos distintos destes materiais. Usos que poderiam estar à revelia das estratégias postas nas publicações. Mesmo que as cartilhas trouxessem as orientações metodológicas mais criativas e modernas possíveis, elas se inscreveram no campo de cada aula, nas condições de possibilidade da vida dos professores, à sua formação, à sua maneira de interpretar os desejos de seus alunos e o papel da alfabetização do mundo. Assim como as cartilhas tinham concepções didáticas, os professores e alunos também tinham. O campo educacional, vivido nas turmas do MOBREAL, foi o resultado complexo destes encontros, entre tradições escolares, inovações, desejos e (im)posições.

Estudar as cartilhas, neste sentido, é uma fecunda possibilidade para pensarmos a educação de adultos, mas, como as demais fontes, elas não dizem tudo; elas podem apresentar as estratégias editoriais e os consumos dos seus produtores; mas dizem muito pouco dos usos que são feitas delas, conseqüentemente; elas prometem, embora não garantam que se cumpram com os resultados para os quais foram feitas. No caso das cartilhas mobralenses, o caso se agrava, porque elas não carregaram consigo o mesmo poder simbólico do método do qual se apropriaram; foram misturadas com a má fama que o Mobreal adquiriu ao longo do tempo, mas isto é um capítulo de uma outra história.

A SUBJETIVIDADE ADQUIRIDA: A LEGITIMAÇÃO DA SUBJETIVIDADE E DAS FONTES ORAIS NA HISTORIOGRAFIA

*Leon Adan Gutierrez de Carvalho*²⁴⁴²

leon.agcarvalho@gmail.com

Resumo: Os métodos desenvolvidos para pesquisa histórica no século XIX exigiram do historiador uma possível objetividade e distanciamento das fontes. Consequentemente, a objetividade ficou enraizada na historiografia e a subjetividade marcada como empecilho para o desenvolvimento de uma “ciência histórica”. Iremos analisar aqui, como se deu o processo de aceitação do estudo de meios subjetivos na análise histórica entre os historiadores do século XX e, sobretudo, a partir da década de 1980, que empreenderam cruzadas por novos campos teórico-metodológicos, realizando estudos que demonstraram a relevância da subjetividade no campo histórico que permitiram a legitimação da História Oral como método fidedigno e fundamental à pesquisa histórica.

Palavras-Chave: Teoria da História; Metodologia da História; História Oral;

A objetividade como necessidade “científica”

Nos últimos anos, tem havido uma diversidade considerável de campos da História sendo utilizados em trabalhos cada vez mais especializados que podem ir do ponto de vista do macro ao micro (e vice-e-versa). Há também diferentes tipos de fontes e metodologias utilizadas, impulsionadas por abordagens que vão desde o neomarxismo e estruturalismo ao pós-estruturalismo e outros “ismos” que são classificados de diferentes maneiras. Mesmo alguns dos mais antigos “*fetiches*” do historiador, como o documento escrito, têm sido vistos, analisados e questionados de outras maneiras. Verena Alberti constata que “hoje é generalizada a concepção de que fontes escritas também podem ser subjetivas e de que a própria subjetividade pode se constituir em objeto de pensamento científico”²⁴⁴³.

Mas esta pulsão por novas maneiras de pensar e fazer História teve antepassados bem menos heterodoxos, numa época em que a história nem possuía uma metodologia bem definida. Foi na primeira metade do século XIX, sob a influência do positivismo de Comte que uma estrita metodologia para a pesquisa e estudo da História foi desenvolvida por historiadores franceses, herdeiros do pensamento ilustrado, tentando formar um historiador “profissional” portador de uma ferrenha objetividade e imparcialidade. Esta objetividade seria pré-requisito básico para uma disciplina que se pretendia “científica”, tendo em vista que a “Ciência” era dominada e determinada pelas Ciências Naturais.

Neste ponto, historiadores como José D’Assunção Barros²⁴⁴⁴, acreditam que a influência do pensamento positivista fez surgir na França da segunda metade do século XIX, uma escola que, ao enfatizar a metodologia da imparcialidade do historiador diante da história, foram chamados posteriormente de *Escola Metódica*, da qual, seus mais destacados historiadores seriam Langlois e Seignobos. Segundo esta escola, para que o historiador pudesse alcançar a verdade do fato ou do evento histórico deveria se posicionar como um mero reproduzidor da “verdade” que os documentos traziam, mediante o distanciamento entre o pesquisador e do objeto pesquisado - como num processo momentâneo de anulação da existência de subjetividade no pesquisador.

²⁴⁴² Mestrando em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Agradecemos a CAPES pelo financiamento de nossa pesquisa.

²⁴⁴³ ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, C. B. (Org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 163.

²⁴⁴⁴ BARROS, José D’Assunção. Objetividade e subjetividade no conhecimento histórico: a oposição entre os paradigmas positivista e historicista. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem** (TEL), v.1, n.2, maio/ago. 2010, p.73-102.

Apesar desse período ter sido rico em produção historiográfica e de ter formatado uma metodologia para a disciplina, acabou por revelar uma estreiteza: como as fontes utilizadas para serem “fidedignas” tinham que ser documentos oficiais, a História estava limitada a analisar a política, as guerras e às elites (grupos produtores de documentos oficiais), como num clube de “grandes personalidades” e datas importantes. Nessa forma de pensamento, poder-se-ia deduzir, por exemplo, que: existiria uma “pré-história” porque ela teria se passado anteriormente a invenção de documentos escritos, logo, não haveria história “propriamente dita”; que a África não islamizada seria um continente sem história (pela falta de escrita e documentos) ou que a história da África (ou da América) começou com a chegada dos Europeus – quando estes levaram a escrita e os documentos “oficiais”.

Barros distingue o positivismo (ou o metodismo) histórico de outra corrente de historiadores que “amadureceram” seu pensamento durante o século XIX: o historicismo alemão. A escola historicista, apesar de possuir alguma influência do positivismo, iria se diferenciar dos franceses por três questões principais: (1) Relatividade do objeto histórico, (2) Especificidade metodológica da História, e (3) subjetividade do historiador²⁴⁴⁵. Assim, o historicismo alemão, o qual teve como maior expoente Leopold Von Ranke, teve uma preocupação especial para com o caráter excepcional da história: “qualquer fenômeno social, cultural ou político só pode ser rigorosamente compreendido dentro da História”²⁴⁴⁶. Além disso, a história deveria ter uma postura metodológica específica (diferente da metodologia das Ciências Naturais) e, além disso, a história deveria buscar conhecer e fazer conhecer os homens, sobretudo os “grandes homens”. É neste sentido que o historicismo faz uma primeira abertura à subjetividade na historiografia.

Podemos aqui levantar considerações sobre o “biografismo” densamente presente nos trabalhos dos seguidores da escola historicista alemã. As biografias buscavam analisar a contribuição destes “heróis” para a história. Ao pesquisar a vida destas personalidades, a história praticada nesse período se aproximava de estudos sobre os sujeitos, sobre os indivíduos, mas, devido ao tipo de abordagem metodológica (análise objetiva e restrita às fontes escritas e consideradas oficiais) e a limitação à História Política, podemos dizer que se tratava de uma subjetividade tolhida pela objetividade do processo metodológico.

A partir da década de 1930, este conceito de uma história factual e biográfica foi pesadamente criticado pela Escola dos Annales que privilegiava os enfoques social e econômico, como meios mais eficazes de percepção de estruturas determinantes, de maior permanência na História. A análise serial de documentos revelaria explicações mais contundentes sobre os homens e as sociedades, pois como defendia Bloch, a História seria a História “dos homens”²⁴⁴⁷, no plural, fazendo referência à diversidade dos homens em sociedade. Os comportamentos coletivos teriam mais importância sobre o curso da história do que as iniciativas individuais²⁴⁴⁸.

Essa nova maneira, contudo, não alterou a postura anterior no que diz respeito às fontes e a uma iminente necessidade de separação entre o objeto do conhecimento histórico propriamente dito e a consciência subjetiva dos atores²⁴⁴⁹. Neste sentido, contando com um bem fundamentado e revolucionário método crítico de questionamento aos documentos, uma possível objetividade continuou sendo pré-requisito ao historiador, as fontes escritas continuaram sendo supervalorizadas ao passo que se desqualificou o uso de relatos pessoais, testemunhos e histórias de vida, condenando sua subjetividade e excluindo ainda a possibilidade do uso de fontes orais²⁴⁵⁰. Nada muito incomum para acadêmicos modernos,

²⁴⁴⁵ Ibidem, p. 90.

²⁴⁴⁶ BARROS, op. cit., p. 89.

²⁴⁴⁷ BLOCH, March. **Apologia da História, ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 54.

²⁴⁴⁸ FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, dez. 2002, p. 318.

²⁴⁴⁹ Loc. cit.

²⁴⁵⁰ Ibidem, p. 319.

pois, como bem observou Prins, “os historiadores vivem em sociedades alfabetizadas e, como muitos dos habitantes de tais sociedades, inconscientemente tendem a desprezar a palavra falada [...] e para eles a palavra escrita é soberana”²⁴⁵¹.

Apesar disto, as sementes de uma abordagem mais abrangente em relação às fontes já estavam plantadas no próprio seio dos *Annales*, pois como citou Lucien Febvre:

A história faz-se, sem dúvida, com documentos escritos, quando eles existem; e, até mesmo, na sua falta, ela pode e deve fazer-se. [...] O trabalho do historiador não consistirá no esforço constante para que as coisas silenciosas se tornem expressivas, leva-las a exprimir o que elas são incapazes de dizer por si mesmas a respeito dos homens e das sociedades, que as produziram e, finalmente, para construir entre elas essa ampla rede de solidariedade e ajuda mútua que supre a falta do documento escrito?²⁴⁵².

Assim, podemos perceber que a objetividade foi um pré-requisito para a aceitação da História como disciplina “científica” entre a comunidade científica e acadêmica do século XIX fortemente influenciada pela hegemonia do positivismo e das Ciências Naturais. No início do século XX, a História sofreria diversos abalos e críticas fortemente fundamentadas oriundas das Ciências Sociais e de historiadores (como dos *Annales*) que tentariam romper com uma história factual, limitada ao tempo dos eventos, uma história “biografista” de grandes nomes e eventos importantes, mas que propuseram a manutenção da objetividade como postura adequada para o historiador interessado em observar as estruturas e “os homens” (no plural) – como queria Bloch – e não o indivíduo e o perigo de analisar sua subjetividade, inclusive a do próprio historiador.

Novas “Histórias”, novos pontos de partida e a aceitação do “eu”

Assim, foi na segunda metade do século XX, mais fortemente a partir da década de 1970, que diferentes abordagens e perspectivas despontaram no horizonte historiográfico, estudando uma variedade de “objetos muito particularizados em contraste com os antigos projetos de produzir uma grande história total”²⁴⁵³. A chamada *Nouvelle Histoire*, dos historiadores franceses a partir da terceira geração da escola dos *Annales*, além de outros estudiosos que formaram a escola de Frankfurt, o Neo-marxismo inglês, a micro história italiana, a, assim chamada, “Nova História Cultural” e alguns destacados historiadores norte-americanos e outros, explorariam uma infinidade de novas especialidades (história das mentalidades, do cotidiano, micro análise, psico-história, história vista “de baixo”, história das representações, etc.) levando em consideração aspectos mais sutis e o lado subjetivo dos atores da narrativa histórica (de quem ouve e de quem relata esta narrativa). Dessa forma, chegamos à conclusão de Rago de que nós, historiadores:

Construímos, pois, uma trama e uma narrativa do passado a partir das fontes existentes, dos recursos teórico-metodológicos escolhidos e de um olhar, dentre vários outros possíveis, marcado por nossa atualidade, vale dizer, por nossa inserção cultural e social, enfim, por nossa própria subjetividade²⁴⁵⁴.

²⁴⁵¹ PRINS, Gwyn. A história oral. In: BURKE, Peter. **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992, p. 166-8.

²⁴⁵² FEVRE apud PROST, Antoine. **Doze lições sobre história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 77.

²⁴⁵³ BARROS, José D’Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 38.

²⁴⁵⁴ RAGO, Margareth. A história repensada com ousadia. In: JENKINS, Keith. **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 10.

Mesmo o marxismo histórico, que tradicionalmente desconsiderou a participação e valorização individual em detrimento de uma “consciência de classe”, vendo a classe social como uma “coisa”²⁴⁵⁵, em seu determinismo e materialismo histórico, sofreu uma reformulação com a *Escola Inglesa do Marxismo* de Thompson, Hobsbawm e Hill.

Autores como Michel Foucault e Michel de Certeau despenderiam pesadas críticas ao discurso perpetuado pelos historiadores que, até as décadas de 1960 e 1970, ainda se mostravam muito confiantes de que a erudição e a metodologia histórica possibilitariam um distanciamento do historiador com seu objeto.

Foucault denunciaria a seletividade dos objetos históricos estudados. Os “grandes temas” na escolha dos historiadores excluía temas tratados como marginais, como “saberes dominados”²⁴⁵⁶ (a sexualidade, a loucura, os presídios, etc.), evidenciando, assim, a existência de um discurso que legitimava ou deslegitimava os objetos históricos, as narrativas, as metodologias, instituições, etc. Seguindo essa autocrítica da própria disciplina, alguns historiadores desenvolveriam análises detalhadas sobre a “constituição dos discursos históricos e suas implicações”²⁴⁵⁷.

Michel de Certeau evidenciaria que a história seria, ao mesmo tempo, uma “prática”, e um “discurso”, pois a pena que escreve a narrativa histórica está indissociavelmente ligada a um “lugar social”, ou em outras palavras, o historiador ao realizar a “operação historiográfica” deixará nas entrelinhas de sua narrativa os “não-ditos” de sua instituição, de sua filiação e do que ele desejaria dar formato de “realidade histórica”²⁴⁵⁸. Para Certeau, uma análise criteriosa da escrita da história poderia revelar aquilo que os historiadores buscavam ocultar em sua narrativa: suas motivações, filiações, crenças, sentimentos, ideologias, etc.; enfim, os aspectos de sua subjetividade.

Roger Chartier diria, anos mais tarde, que o historiador, estando ligado ao seu objeto de pesquisa, ao assim partir em direção ao seu objeto e ao fazer uso de sua percepção do social, lança seu olhar sobre o mundo social produzindo discursos que não são de forma alguma “discursos neutros”²⁴⁵⁹.

A pretensa objetividade da história também sofreria ataques vindos de fora. Estudiosos oriundos da Linguística, da Literatura e os analistas do discurso, passaram a desdenhar dos historiadores que pensavam em realizar uma escrita imparcial, objetiva e “científica”, ocasionando um sem número de livros e artigos que denunciavam a historiografia, sobretudo, nos anos 1970 e 1980. A consideração dessas discussões e o impacto de suas contribuições teria ocasionado um “giro linguístico” em que a história foi forçada a repensar suas posturas levando em consideração conceitos e reflexões sobre escrita, narrativa, discurso e recursos e dispositivos da linguagem²⁴⁶⁰.

Discussões acerca da importância da memória e da sua relação com a história motivaram um vasto campo de estudo que, conjuntamente com a chamada “História do Tempo Presente”, realizaram uma ampla reflexão sobre a proximidade do historiador com o seu objeto de estudo e da possibilidade de produção historiográfica em tais condições.

A aceitação da subjetividade do historiador e da subjetividade dos indivíduos pesquisados por ele, dentro da perspectiva das novas abordagens e possibilidades da História, chegou a um ponto crucial com a proposta da História das Sensibilidades que, segundo Alain Corbin, teria como ponto de partida “a maneira como as pessoas se representam, em distintos momentos históricos, cabendo-lhe interpretar a coerência, as

²⁴⁵⁵ THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, vol. I, p. 10.

²⁴⁵⁶ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2009, p. 170.

²⁴⁵⁷ Cf. SILVA, Rogério Forastieri da. **História da historiografia**: capítulos para uma história das histórias da historiografia. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

²⁴⁵⁸ CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 29-119.

²⁴⁵⁹ CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Algés: DIFEL, 2002, p. 17.

²⁴⁶⁰ Uma grande contribuição sobre esse tema foi dada a História pela obra de Paul Ricoeur.

conexões dessas representações em seu universo”²⁴⁶¹. As sensibilidades corresponderiam “a este núcleo primário de percepção e tradução da experiência humana no mundo”²⁴⁶².

O historiador se utilizaria, então, das sensibilidades para buscar uma tradução das subjetividades e sentimentos em materialidades, objetividades palpáveis, que operem como a manifestação exterior de uma experiência íntima, individual ou coletiva²⁴⁶³. Possivelmente, um ponto alto ou talvez, exacerbado, da compreensão da própria subjetividade do historiador em sua escrita, tenha sido o desenvolvimento do que vem sendo chamado de “Ego História”²⁴⁶⁴.

Paralelamente a esse contexto de reavaliação e revalidação de novos métodos e abordagens teóricas, a História Oral conquistou espaço e credibilidade como um meio específico e fidedigno de análise de narrativas que não podia mais ser simplesmente ignorado. Não quisemos dizer com essa contextualização que acabamos de fazer que existiu uma relação de causa e efeito direta entre o percurso e as modificações sofridas pela História durante o século XX e o desenvolvimento da História Oral. Pensamos que, historicamente, tanto o próprio desenvolvimento da História, como da História Cultural enquanto subárea da disciplina histórica se influenciaram mutuamente no percurso de seu desenvolvimento.

O registro de testemunhos orais vinha sendo desenvolvido desde a década de 1950 com a invenção do gravador à fita²⁴⁶⁵ e foi utilizado em diversos ramos do conhecimento para a pesquisa de campo, tornando-se interdisciplinar por excelência. Já na década de 1960, a História Oral adquiriu uma conotação militante, para “dar voz” a membros de grupos sociais que em geral, não deixaram registros escritos para possibilitar a existência de uma História “vinda de baixo”²⁴⁶⁶. É evidente que houve uma grande resistência por parte dos historiadores em dar credibilidade e aceitar os relatos pessoais devido a sua particularidade e subjetividade, mas, principalmente à própria forma como eram realizadas as pesquisas que utilizavam a História Oral, como se o resultado das entrevistas já fosse o resultado final da pesquisa, estampado num “retrato do passado”²⁴⁶⁷.

A partir da década de 1970, observaram-se as primeiras tentativas de uma sistematização metodológica para a História Oral e no decênio de 1980, surgiram revistas, estudos, manuais, associações e núcleos de pesquisa em diversas universidades dos EUA, Europa e Brasil.

Nos anos 1990, impulsionados pelos ventos de uma reformulação da História, os estudiosos ampliaram os debates sobre a História Oral, contribuindo para um novo olhar da academia e uma constante revisão crítica do método, pois como nos relata Ferreira, “as constantes críticas dos historiadores tradicionais à História Oral estimulam aqueles que a praticam a promover uma permanente reflexão e avaliação de seus procedimentos de pesquisa”²⁴⁶⁸.

Percebe-se que a passagem de uma abordagem voltada para a análise das estruturas coletivas e quantitativas no entendimento da ação do homem, para uma apreciação do ponto de vista qualitativo, onde o “relato pessoal deixou de ser visto como exclusivo de seu autor, tornando-se capaz de transmitir uma experiência coletiva, uma visão de mundo tornada possível em uma determinada configuração histórica e social”²⁴⁶⁹, expandiu imensamente as

²⁴⁶¹ CORBIN apud ERTZOGUE, Marina Haizenreder; PARENTE, Temis Gomes (orgs.). **História e sensibilidade**. Brasília: Paralelo 15, 2006, p. 17.

²⁴⁶² PESAVENTO, Sandra J. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 56.

²⁴⁶³ Ibidem, p. 58.

²⁴⁶⁴ A “Ego-História” configuraria uma situação na qual “narrador e personagem são a mesma pessoa”, como nas “autobiografias”. SILVA, Wilton C. L. Para além da ego-história: memoriais acadêmicos como fontes de pesquisa autobiográfica. **Patrimônio e Memória**. São Paulo, Unesp, v. 11, n. 1, jan.-jun. 2015, p. 71.

²⁴⁶⁵ ALBERTI In PINSKY, op. cit., p. 155-6.

²⁴⁶⁶ Ibidem, p. 157.

²⁴⁶⁷ Ibidem, p. 170.

²⁴⁶⁸ FERREIRA, op. cit., 2002, p. 326-7.

²⁴⁶⁹ ALBERTI in PINSKY, op. cit., p. 163.

ferramentas do ofício do historiador e possibilitou o surgimento de um novo entendimento sobre a complexidade do indivíduo e da memória na História.

É importante ressaltar que apesar de muita divergência e desconfiança, houve também um processo de consentimento entre os historiadores e a História Oral: de um lado, uma História que admitia cada vez mais a impossibilidade do historiador ser imparcial, impessoal, de não deixar suas influências ideológicas, culturais e subjetivas, trespassarem as muralhas de seu próprio “eu” em direção ao objeto estudado; e do outro, uma História Oral em plena expansão e reflexão metodológica buscando analisar as contribuições diretas e indiretas, conscientes e inconscientes do testemunho, da narrativa e da memória. Assim:

Essa perspectiva que explora as relações entre memória e história possibilitou uma abertura para a aceitação do valor dos testemunhos diretos, ao neutralizar as tradicionais críticas e reconhecer que a subjetividade, as distorções dos depoimentos e a falta de veracidade a eles imputada podem ser encaradas de uma nova maneira, não como uma desqualificação, mas como uma fonte adicional para a pesquisa²⁴⁷⁰.

Os relatos ou fontes orais passaram a ser percebidos como válidos, a partir da constatação de que o tratamento e o cuidado metodológico que se deveria ser dado a uma fonte oral não deveria ser tão diferente ao dispensado às fontes escritas: questionamentos críticos; perguntas a serem feitas às fontes com vistas a obtenção de respostas; embasamento histórico; cruzamento com outros tipos de fontes; constatação de que todo documento foi construído em um determinado lugar, tempo e circunstância, etc.

Considerações Finais

Houve um reconhecimento crescente durante o Século XX de que a História ainda que se constituísse em ciência, não poderia adotar para si, a objetividade das ciências naturais, em consequência da particularidade de seu objeto de estudo: as ações do(s) homem(ns) no tempo. Paul Ricoeur cita que “a História é na verdade o reino do inexato [...] O método histórico só pode ser um método inexato... A história quer ser objetiva e não pode sê-lo”²⁴⁷¹.

Pensamos como Reinhart Koselleck que diria que “todo conhecimento histórico é condicionado pelo ponto de vista e, por isso, relativo” e que “parcialidade e objetividade excluem-se mutuamente, mas remetem uma a outra ao longo do desenvolvimento da tarefa histórica”²⁴⁷². Apesar de considerar que o “partidarismo” - ou a tomada de partido pelo historiador diante dos eventos ou da narrativa – seria “um fator próprio à história”, o autor sustenta que esse posicionamento deve vir acompanhado de uma investigação sustentada metodologicamente e do distanciamento temporal²⁴⁷³. O autor parece querer estabelecer uma posição intermediária entre a objetividade e o partidarismo do historiador, já que uma seria “completamente inútil sem a outra”²⁴⁷⁴.

Assim como hoje, o historiador tem consciência do caráter complexo das fontes escritas que são como verdadeiros “monumentos”²⁴⁷⁵, um emaranhado de construções, representações e intenções, as fontes orais também devem ser vistas de igual maneira, devendo o historiador atento desconstruir o discurso das narrativas, afim de extrair, não a “verdade”, mas, as impressões conscientes e inconscientes do indivíduo, da mentalidade e

²⁴⁷⁰ POLLAK apud FERREIRA, op. cit., p. 321.

²⁴⁷¹ RICOEUR apud LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1996, p. 21.

²⁴⁷² KOSSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006, p. 163.

²⁴⁷³ Ibidem, p. 179.

²⁴⁷⁴ KOSSELLECK, op. cit., p. 188.

²⁴⁷⁵ Para este conceito cf. LE GOFF, 1996.

da sociedade que o produziu²⁴⁷⁶, afinal, devemos levar em conta que “a força da história oral é a força de qualquer história metodologicamente competente”²⁴⁷⁷.

Analisando a intrincada relação entre objetividade e subjetividade no decorrer do desenvolvimento da metodologia histórica, da segunda metade do século XIX ao XX, percebemos que a consolidação da História enquanto ciência apoiou-se de início e por longo período, no entendimento de que seria possível um sistemático distanciamento entre pesquisador e seu objeto de estudo para reafirmação do caráter “científico”.

Essa característica negligenciou uma abordagem mais abrangente sobre a complexidade da narrativa e das contribuições da subjetividade do historiador à História e acabou sendo revisada. No contexto de uma mudança de perspectiva e de novas abordagens e domínios, a História Oral passou por um aperfeiçoamento teórico e metodológico e construiu importantes estudos, atraindo a atenção de inúmeros pesquisadores.

Assim, assiste-se a uma gradativa afirmação da História Oral como metodologia competente e “um instrumento importante no sentido de possibilitar uma melhor compreensão da construção das estratégias de ação e das representações de grupos ou indivíduos nas diferentes sociedades”²⁴⁷⁸.

“O APOSTOLADO DA VERDADE E DO BEM NÃO PÓDE LIMITAR-SE Á PALAVRA FALADA”: LEITURA E ESCRITA FEMININA NA REVISTA MARIA

Maria Lucelia de Andrade²⁴⁷⁹
luceliandrade@yahoo.com.br

Resumo: A Revista Maria, criada em 1913 no seminário de Olinda, voltava-se especialmente às associadas da Pia União das Filhas de Maria, irmandade leiga, formada exclusivamente por mulheres solteiras. Tal associação representava um importante projeto de normatização e disciplinarização das jovens católicas, ao mesmo tempo em que buscava arregimentar esse público como importante apoio para as demandas da Igreja Católica que vivia intensas mudanças no âmbito nacional. Eram tempos de redefinição e de repensar a própria sobrevivência dentro de uma estrutura político-social que estabeleceu novas formas de se relacionar com a instituição católica, principalmente em sua dimensão mais material. Como forma de uniformizar tais grupos, oferecendo a eles uma instrução sempre atualizada com as questões em voga na sociedade, a revista Maria foi pensada como um instrumento que permitiria às Filhas de Maria, nas palavras do arcebispo Dom Luis de Britto, “alcançar a força da união”. Ao contrário da maioria dos periódicos que circularam no Brasil das primeiras décadas do século XX, a revista Maria teve longa duração, circulando ininterruptamente por décadas em todo o território nacional, apesar das dificuldades advindas do alto custo de manutenção. Definindo-se como uma “revista ilustrada, literária e apologética”, Maria era um impresso feito para mulheres e, em parte, por mulheres. Oscilando entre as normas da tradição e as novidades da modernidade, o periódico sofria interferências das demandas e comportamentos das leitoras que também sentiam os ares de novos tempos e de muitas mudanças. O período aqui em estudo compreende o recorte de 1913, ano de lançamento da

²⁴⁷⁶ LE GOFF apud ALBERTI in PINSKY, op. cit., p. 183.

²⁴⁷⁷ PRINS in BURKE. op. cit., p. 194.

²⁴⁷⁸ FERREIRA, op. cit., p. 330.

²⁴⁷⁹ Aluna do Programa de Pós-Graduação em História Social – Doutorado da Universidade Federal do Ceará. Bolsista Funcap. Orientador: Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos

revista, até 1965, ano que as determinações do Concílio do Vaticano II chegam ao Brasil, dando uma nova face à Igreja Católica, que irá aos poucos desencorajar as práticas do modelo de Igreja romanizada, entre elas a existência das Pias Uniões das Filhas de Maria.

Palavras-chave: Leitura; Revista; Mulher; Igreja

Unificar leituras, orientar e formar a “milícia mariana”

O projeto em torno da Revista Maria – a revista das Filhas de Maria era ambicioso. Saindo de Olinda, e posteriormente de Recife, com a proposta de circular por todo o país para ser lido aonde houvesse uma Pia União das Filhas de Maria, a revista deveria englobar perspectivas espaço-temporais diferenciadas, onde o moderno era visto de maneira plural, afinal nunca houve uma percepção homogênea de modernidade.

Saída de um espaço que propunha uma visão própria de moderno e de Brasil, Maria era uma publicação regional, com circulação nacional e com ideias em torno de uma nação e uma sociedade sintonizada como os valores católicos romanos. Em suma: do regional, ao nacional com propostas de uma Igreja universal.

Direcionada à um público feminino específico, as Filhas de Maria, a revista trazia discussões que ficavam na maioria das vezes alheias a realidade regional, porque seu projeto era maior, visava o nacional romanizado, ao mesmo tempo que não perdia totalmente os elos que a inseriam na realidade literária de Pernambuco.

Revista Maria – a Revista das Filhas de Maria.

Durante as primeiras décadas do século XX, enquanto as letras católicas já contavam com certa tradição em Pernambuco, no Brasil iniciava-se uma verdadeira campanha da Igreja Católica em prol da criação de uma bem fundamentada imprensa católica no país, e que pudesse combater a escrita perniciosa da chamada má imprensa.

Os apelos eram feitos constantemente, do púlpito aos jornais católicos já em circulação, em especial pelos bispos católicos. À medida que a Igreja católica criava dioceses por todo o país²⁴⁸⁰, o coro de vozes que afirmavam que contra a má imprensa, o único remédio eficaz era a boa imprensa, que por sua vez caracterizava-se como sendo católica, moralizada e contrária aos chamados males da modernidade, entre eles o liberalismos, a maçonaria, o feminismo e os costumes desregrados.

De forma geral, a preocupação com a moralidade era algo mais voltado ao público feminino. Herdeiras de Eva, as mulheres pareciam, para a Igreja, mais predispostas às falhas de moral e as seduções modernas. Logo, era a moralidade o principal foco da pregação para o gênero feminino.

Antes que possamos nos aprofundar mais detidamente em uma publicação católica específica, no caso a Revista Maria, é importante nos atermos a uma questão que perpassa de maneira definitiva o período aqui proposto, 1915 até 1965: a Igreja Católica brasileira, desse período vivenciava profundas mudanças, que iniciadas no apagar das luzes do século XIX, impunham uma nova forma de pensar e organizar a Igreja no país. Sob todos os pontos de vista, a Igreja de início do século XX passava por mudanças nos planos nacionais e internacionais.

Internamente, a Igreja brasileira ainda buscava uma nova organização, uma vez que com o fim do Padroado Régio, a Igreja precisou, de acordo com Sérgio Miceli²⁴⁸¹, se

²⁴⁸⁰ Devido a processo de institucionalização da Igreja, a partir de fins do século XIX, a Igreja Católica passa a criar várias dioceses em todo o país. Esse número crescerá substancialmente nas primeiras décadas do século XX. Como afirma Ribeiro de Oliveira, “num período de 40 anos [1889-1930] o fraco aparelho eclesiástico do final do Império transforma-se numa formidável organização de sólida disciplina interna, com controle sobre suas bases leigas, e capaz até de fazer demonstrações de força ao estado”. Cf.: OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. **Religião e dominação de classe: Gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil.** Petrópolis, Vozes, 1985.

²⁴⁸¹ MICELI, Sergio. **A Elite Eclesiástica Brasileira (1890-1930).** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

institucionalizar, sob pena de não sobreviver ao rompimento oficial com o Estado mantenedor. Por outro lado, soprando de Roma os “ventos da mudança” que atendiam sob o nome de Vaticano I (1869-1870) atingem a Igreja brasileira, enquanto esta ainda buscava implantar algumas determinações tridentinas do século XVI, que em virtude do Beneplácito Régio, nunca haviam sido postas em vigor no país.

É o período da Neocristandade²⁴⁸² e da Romanização no qual a Igreja reinventando práticas e gostos tão peculiares ao jeito católico brasileiro, vai forjando, com avanços e concessões, uma religiosidade mais ortodoxa, dita romanizada.

As Pias Uniões das Filhas de Maria são exemplos dessa religiosidade romanizada valorizada pela Igreja que buscava, com a criação dessas confrarias romanizadas, substituir/sobrepujar o modelo de irmandade leiga que vigorou com muita força e popularidade no Brasil dos séculos XVIII e XIX²⁴⁸³.

Segundo Riolando Azzi

A presença dos elementos maçons nas confrarias religiosas tradicionais, e a dependência dessas associações do poder civil, em força do direito do padroado, constituiu umas das causas principais do atrito entre os bispos e o governo imperial na questão religiosa dos anos 70.

Por essa, uma das orientações do episcopado a partir desse período era que as novas associações religiosas mantivessem um vínculo direto com o episcopado.²⁴⁸⁴

Nas primeiras décadas do século XX, era comum encontrar nas paróquias das cidades brasileiras diversas associações laicas de caráter devocional. A Pia União das Filhas de Maria era uma dessas associações. Partindo da devoção à Virgem Maria, muito popular entre os católicos, esses grupos assumiam feições diversas nos contextos locais. De acordo com Azzi, *“juntamente com o Apostolado da Oração, a Pia União das Filhas de Maria foi uma das associações que se estendeu por todo o país, arregimentando mulheres de todas as classes sociais.”*²⁴⁸⁵

A “Pia União das Filhas de Maria sob o patrocínio da Virgem Imaculada e de Santa Inez Virgem e Mártir” não teve suas origens no Brasil. Este modelo de confraria religiosa direcionada ao apostolado leigo foi criado em Roma, na Basílica de Santa Inês, *extra muros*, em 30 de setembro de 1864, pelo cônego regular Alberto Passéri. Esta Pia União de Roma foi submetida à apreciação do papa Pio IX e, depois de aprovada, foi elevada à Primária, o que significa que todas as outras Pias Uniões das Filhas de Maria que viessem a surgir ao redor do mundo deveriam estar subordinadas a ela. Para se agregar era necessário enviar o pedido a Roma e, uma vez aprovado, a nova associação se tornava oficialmente uma irmandade reconhecida pela Primária de Roma e, conseqüentemente, pela Igreja Católica Romana. A

²⁴⁸² A respeito do conceito de Neocristandade ver: BRUNEAU, Thomas C. **Catolicismo Brasileiro em época de transição**. São Paulo: Edições Loyola, 1974.

²⁴⁸³ A respeito dessas irmandades leigas dos séculos XVIII e XIX há uma vasta produção historiográfica. Para citar alguns: ABREU, Marta. **O Império do Divino**: Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro. 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.; BOSCHI, Caio César. **Os Leigos e o Poder**: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.; CAMPOS, Eduardo. **As irmandades religiosas do Ceará Provincial**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1980.; QUINTÃO, Antônia Aparecida. **Lá vem o meu parente** - irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (século XVIII). São Paulo: Annablume, 2003.; REIS, João José. **As irmandades**. In: REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.; SCARANO, Julita. **Devoção e Escravidão**: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Distrito Diamantino no Século XVIII. São Paulo: companhia Editora Nacional, 1975.

²⁴⁸⁴ AZZI, Riolando. “A participação da mulher na vida da Igreja do Brasil (1870-1920). In: MARCILIO, Maria Luiza (org.). **A Mulher pobre na História da Igreja Latino-Americana** - CEHILA. São Paulo: Edições Paulinas, 1984. Pág. 108.

²⁴⁸⁵ Idem. Pág. 110.

partir da aprovação, os benefícios concedidos à Primária romana, estendiam-se também à nova Pia União recém agregada.

Não obstante fosse uma associação Pia recém criada, a Primária romana da Pia União das Filhas de Maria, e suas agregadas, receberam da Sé apostólica grande deferência. Além de ser rapidamente elevada à primária, o Papa tratou de conceder inúmeras indulgências a esta irmandade.

Com isso, pode-se perceber que a intenção principal da Igreja Católica era incentivar a instalação dessa Associação Pia feminina nas paróquias católicas ao redor do mundo. Este modelo deveria trazer às fileiras católicas jovens fiéis devidamente disciplinadas, de acordo com os valores e ensinamentos católicos. De acordo com a própria Sé Romana, esse modelo de associação era uma das formas mais eficazes de cuidar “da virtude do sexo frágil”.

Instruir a juventude do sexo frágil e muni-la desde a mais tenra idade com os auxílios da nossa santa religião, para que, crescendo na virtude, persevere até a senetude no bom caminho uma vez trilhado. Ora, entre tantos meios que se conhecem aptos para este fim, é fora de duvida, que se devem contar os pios Sodalícios [...] ²⁴⁸⁶

A instituição católica iniciou uma campanha em torno da Pia União das Filhas de Maria visando sua propagação, incentivando o clero, nas paróquias dos mais recônditos lugares, a fundarem Pias Uniões. Estas ações eram incentivadas e elogiadas não só por parte da hierarquia eclesial, mas também pela própria sociedade local, que via nessa irmandade um modelo sadio de comportamento feminino e também uma ferramenta de controle das jovens católicas.

No Brasil, a expansão das associações Pias de Filhas de Maria começa a se efetivar em inícios do século XX. Rapidamente, foram sendo fundadas, mesmo dentro de um corpo institucional fragilizado, como era a Igreja Católica Romana no Brasil das primeiras décadas do século XX. Nesse período, a Igreja no país ainda estava se reestruturando, buscando se firmar como poder, sem o apoio do Estado.

Com o fim do Padroado Régio, a Igreja se voltou para as orientações de Roma, buscando se fortalecer, no mesmo instante em que enfrentava uma série de mudanças propostas pelo Concílio Vaticano I. Esse processo de transformação ficou conhecido como *Romanização* e deu novas feições à Igreja no Brasil, uma vez que esta, até então, havia se submetido ao poder do Estado e não aos ditames do Papa. Em termos gerais, o processo de Romanização pode ser entendido como sendo

Um movimento reformador da prática católica no século XIX, principalmente na segunda metade, que buscava [...] sacralizar os locais de culto, moralizar o clero, reforçar a estrutura hierárquica da Igreja e diminuir o poder dos leigos organizados em irmandades. ²⁴⁸⁷

A Igreja católica brasileira via nos sodalícios como a Pia União das Filhas de Maria, a possibilidade de arremeter os membros das irmandades leigas até então existentes, e discipliná-los de acordo com seus ensinamentos, normas e dogmas, trazendo para si o potencial representado por essas confrarias.

Visando substituir o modelo de devoção vigente, a Igreja procurava implantar irmandades em sintonia com os preceitos da romanização. Essas associações seguiam, ao contrário das irmandades então existentes, os ditames da Igreja e teriam à frente um sacerdote. Grosso modo, trata-se do que denominamos de “irmandade romanizada”. Com

²⁴⁸⁶ Decreto URBI ET ORBI da Sagrada Congregação das Indulgências. In: **Manual da Pia União das Filhas de Maria**. Trad.: Ananias Corrêa Amaral. Rio de Janeiro: 1926. Aprovações. p. XXV. Em todas as citações do *Manual*, manteve-se a grafia original.

²⁴⁸⁷ ABREU, Marta. *O Império do Divino: Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro. 1830 – 1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 312.

esse novo modelo de irmandade, buscava-se implantar um catolicismo voltado à valorização dos ritos e sacramentos, tirando das ruas os festejos aos santos e levando-os para os templos, lugar institucional de controle.

A Pia União das Filhas de Maria, exemplo de irmandade romanizada, seguia o modelo europeu e era fruto de um projeto moralizador visando disciplinar o sexo feminino dado como mais suscetível aos apelos da religião católica. Este intuito moralizador estava ancorado nas virtudes: Pureza/castidade, Penitência/obediência e Caridade.

Uma vez observado este tripé virtuoso, a Igreja poderia tranquilizar-se quanto às práticas de suas Filhas. No entanto, esta observação não era posta em prática completamente, e nos desvios e percalços das virtudes, as Filhas de Maria iam traçando sua história.

A Igreja sabia que suas estratégias e ensinamentos podiam apresentar falhas, por isso não deixava de ratificar em seus discursos e práticas a obediência aos mandamentos. No discurso da Igreja, a desobediência transformava a existência da associação em algo estéril, desprovido de sentido.

É mil vezes melhor não existir uma Pia União de Filhas de Maria, do que, em lugar dum corpo cheio de vigor e vida espiritual, como ela deve ser, ver-se um frio cadáver, estado a que a levou a tibieza.²⁴⁸⁸

A existência de uma Pia União maculada por desvios morais podia acarretar danos à imagem de todas as outras associações e colocar em risco este empreendimento moralizador católico visto que a finalidade da Pia União, de acordo com seu Manual, era construir modelos de mulheres, que soubessem refrear suas paixões, sem “dar largas às suas naturais inclinações”, enfim, mulheres condicionadas a controlar seus impulsos e desejos.

[...] o fim desta Pia União não consiste em encher o mundo de freiras, como a cada passo dizem os inimigos do bem, mas em fazer crescer as jovens na piedade cristã, na honestidade dos costumes, em torna-las obedientes e respeitadas para com seus pais, afim de que um dia, segundo o estatuto a que forem chamadas por Deus, possam ser ou esposas fiéis e ótimas mães de família no século, ou esposa do Senhor no claustro, ou ainda castas donzelas no meio do mundo, no seio das suas famílias, servindo aí como flores ilibadas, de exemplo a todos na piedade e na virtude. [...] Ela deseja se procure conhecer a vocação refreando as paixões e freqüentando os sacramentos da Penitência e da Eucaristia, e não nos passatempos perigosos, no meio dos desvários [sic] da juventude, dando largas às suas naturais inclinações.²⁴⁸⁹

É voltada para este grupo específico que em abril de 1913, surge em Olinda o primeiro número da Revista Maria, cuja redação localizava-se no seminário da cidade.

Nesse momento é importante fazermos um esclarecimento importante para esta pesquisa. Embora em seu “Letras Católicas em Pernambuco”²⁴⁹⁰, o Cônego Alfredo Xavier Pedrosa, que participou desde o princípio do projeto da Revista Maria, aponte o primeiro ano de publicação como sendo 1913, a coleção disponível na Biblioteca Nacional, acervo no qual pesquisei para realizar a presente pesquisa, inicia-se somente em 1915. Luiz Nascimento, ao falar da Revista Maria, também toma a data de 1913 como ano inicial da

²⁴⁸⁸ Manual da Pia União das Filhas de Maria. Op. cit. p. 43.

²⁴⁸⁹ **Manual da Pia União das Filhas de Maria**. Op. cit. Cap. “Fins e Vantagens”. p. 6-7.

²⁴⁹⁰ PEDROSA, Cônego Alfredo Xavier. **Letras Católicas em Pernambuco**. Cruzada da Boa Imprensa: Rio de Janeiro, 1939. Pág. 111.

revista, mas faz uma ressalva: “em vista da inexistência de comprovantes, a informação do livro ‘Letras Católicas em Pernambuco’, do cônego Xavier Pedrosa.”²⁴⁹¹

Ainda segundo o Cônego Xavier Pedrosa, fundada em abril de 1913, Maria circulou regularmente até maio de 1914, quando teve sua publicação suspensa. A revista volta a circular regularmente 11 meses depois, em abril de 1915, para não mais ser interrompida.²⁴⁹²

Portanto, esse malfadado lapso se impõe à pesquisa, impossibilitando-nos, neste momento, de examinar os catorze primeiros exemplares da Revista Maria.

“Revista mensal, literária, apologética e noticiosa”, na definição de Xavier Pedrosa, “Maria” já se mostrava plural. Sem perder o elo com a tradição da leitura recomendada às mulheres católicas, pois era apologética, “Maria” era também moderna, trazendo para a leitora o deleite da literatura, as notícias do Recife, do Brasil e do Mundo, isso tudo em regime de tempo também moderno, que se rearticula, todo mês, (re)vistando costumes e tradições.

A redação da Revista Maria, permaneceu no seminário de Olinda até 1919. Em outubro deste ano, a sede da revista transferiu-se para o Recife. Uma vez na capital pernambucana, mudou de endereço algumas vezes, até se estabelecer em definitivo na Avenida Conde da Boa Vista, 1477.

Depois de uma década em circulação, a Revista Maria sofre uma sutil, porém significativa, modificação em sua identidade inicial. Em 1924 o subtítulo da revista muda: deixa de ser “Maria” - a Revista das Filhas de Maria, para ser “Maria”- Revista das Congregações Marianas. Embora, a mudança do subtítulo possa acarretar a ideia de que a Maria mudava o foco de seu público, entendemos tal mudança como uma estratégia editorial. A mudança do subtítulo não trouxe mudanças à estrutura da Revista. O público alvo continuava o mesmo. Os escritos continuavam sendo direcionados às Filhas de Maria, e a seu papel na sociedade, alargando vez por outra o leque para todas as mulheres católicas, ao invés de somente as Filhas de Maria.

O fato é que a Revista Maria, desde seus primeiros números, tinha dificuldades de manutenção. Embora contasse com inúmeras assinantes espalhadas pelo Brasil, havia muitos problemas para manter o dispendioso projeto de um periódico voltado exclusivamente para o público feminino associado às Pias Uniões das Filhas de Maria.

A própria pontualidade do pagamento das assinantes, que não era assim “tão religiosa”, deixava a revista em situação financeiramente instável. O fato de ter assinantes nos mais recônditos lugares do país dificultava o recebimento do pagamento, muitas vezes feito por cartas que extraviavam com o dinheiro dentro dos envelopes. Por outro lado, as constantes dificuldades de conseguir papel para impressão, cada vez mais caro e de difícil importação, especialmente da Europa²⁴⁹³, tornavam a confecção da revista cada dia mais onerosa.

Além das assinaturas simples (semestral e anual), a revista oferecia a chamada “Assinatura de proteção”, com validade de um ano e um custo de cinco vezes o valor de uma assinatura simples. Esse modelo de assinatura representava um elemento de diferenciação na medida em que dava o direito às assinantes de figurarem no “Quadro de Honra dos Protectores da Revista Maria”, impresso logo no verso da capa da Revista.

²⁴⁹¹ NASCIMENTO, Luiz. **História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)**. Periódicos do Recife – 1901-1915. Vol. VII. UFPE, Imp. Universitária, 1975. Pág. 328.

²⁴⁹² É importante ressaltar que segundo Walter Valdevino do Amaral, até 2010 a Revista Maria ainda se encontrava em circulação, em nível regional, na capital pernambucana. Cf.: AMARAL, Walter Valdevino do. **Que fizeram “ellas”?: as filhas de Maria e a boa imprensa no Recife, 1902-1922**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) Universidade Católica de Pernambuco, 2010.

²⁴⁹³ O papel era importado da Europa. Com as crises desencadeadas pelas Grandes Guerras Mundiais (I e II) além do difícil período entre-guerras, o papel ficava cada vez mais escasso e caro, dificultando ainda mais a impressão da revista que a cada nova edição sentia os efeitos da elevação dos custos.

Mesmo com as chamadas assinaturas de proteção, feitas pelas ricas senhoras de Recife e Olinda, por instituições de ensino e por algumas Pias Uniões do país²⁴⁹⁴, tornava-se um projeto muito custoso editar mensalmente a revista, daí os apelos constantes nas páginas de Maria, desde o primeiro número.

A's nossas assignantes

Tornamos a solicitar das assignantes, que ainda não nos enviaram a assinatura do anno passado, obséquio de nos ajudarem para, deste modo, podermos enfrentar as despesas de publicação e expedição da nossa revista.

Para este fim, invocamos a piedosa generosidade das ditas assignantes e o zelo dos Rvms. Padres Directores e esperamos ser atendidos sem mais pedidos e instancias.²⁴⁹⁵

Apesar dos apelos contundentes, novos “pedidos e instancias” serão recorrentes. Textos pedindo para que se mantivesse a pontualidade no pagamento das assinaturas são constantes nas páginas do periódico, e neles é possível perceber que os diretores da revistas percebiam as Filhas de Maria como abastadas o suficiente para arcar com os custos da “piedosa” publicação, uma vez que para eles, o valor da assinatura era “módico”, daí insistirem na pontualidade do pagamento, que se transformava também numa questão espiritual, de “piedade filial”.

A modicidade do preço de assignatura annual (2\$000 rs) não parece offerecer serias difficuldades a quem queira concorrer para sustentar a nossa revista Maria, dando assim, mais prova de piedade filial a nossa Mãe do Céu Maria Santíssima, a cuja honra e gloria nos dedicamos os escriptos e trabalhos de nossa publicação.²⁴⁹⁶

É em virtude das dificuldades, mais do que da mudança de público em si, portanto, que gira a mudança do subtítulo da Revista. O conteúdo em si não muda, mas ao “tornar-se” Revista das Congregações Marianas, “Maria” se abre para um novo nicho do mercado editorial católico, ampliando o leque de leitores em potencial, afinal, A Pia União das Filhas de Maria não era o único modelo de irmandade leiga mariana no Brasil. Várias eram as congregações leigas que traziam o elo de ligação com o Marianismo, fenômeno tão popular dentro do catolicismo brasileiro.

No entanto, se voltarmos aos anos iniciais do periódico, é possível inferir que o surgimento da Revista Maria se deu com o intuito de agregar as associadas das Pias Uniões das Filhas de Maria do país inteiro, visando não só criar uma identidade una, mas um corpo poderoso, em sintonia com um veículo impresso que preparasse uniformemente o “exército da fita azul”.

Depois da interrupção em virtude das dificuldades enfrentadas no primeiro ano da Revista, o arcebispo de Olinda, saúda em carta publicada na revista o retorno do periódico reafirmando os valores do grupo que a Igreja católica do Brasil procurava colocar como modelo ideal de mulher, acima das outras católicas “comuns”. Na carta, Dom Luis de Brito, afirma que *“A mulher christã é sem duvida uma perola de valor inestimável, mas, engastada na coroa de Maria, dobra de preço, porque brilha com a luz do Céu.”*²⁴⁹⁷

²⁴⁹⁴ No que se refere aos Estados do Nordeste, a Revista Maria contava com protetoras do Rio Grande do Norte, Alagoas, Ceará e Paraíba, enquanto no Sudeste, tinham destaques os Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

²⁴⁹⁵ A's nossas assignantes. Maria: **Revista das Filhas de Maria**. Anno III, junho-1915, nº 3. Olinda-Pernambuco. Pág. 48.

²⁴⁹⁶ Idem. Ibidem.

²⁴⁹⁷ Uma carta do Exm. Sr. Arcebispo ás Filhas de Maria. In: Maria: Revista das Filhas de Maria. Anno III, abril-1915, nº I. Olinda-Pernambuco. Pág. 3

Na economia do sagrado, a Filha de Maria tinha o dobro do valor para a Igreja, porque como “milicianista cristã” era propaganda e barricada da fé católica. Nas palavras de Dom Luis de Brito, em sua “Carta às Filhas de Maria”, o papel da Filha de Maria, deveria ir além da mera devoção. As Filhas de Maria eram incitadas ao exemplo e a ação. Ser modelos, mas também propagadoras e defensoras das causas da Igreja.

O simples facto de serdes alistadas entre as Filhas de Maria, seria um titulo morto se não fosse acompanhado e justificado pelo vosso esforço não só para imitardes a pureza, a humildade, a piedade e a caridade de vossa Mãe, como pelo fructo que produzis como o exemplo de vossa fé, e de coragem christã de a testemunhardes no meio do mundo que parece fugir de Deus.

Sim, queridas filhas; pregoeiras do amor de Maria, que não pode existir senão nos corações puros, vós mostrais por vossas obras, que a vocação que tivestes para esta **milícia pacífica** do amor puro produz em vós fructos de benção. [...] Exercitai-vos no trabalho que nos faz portadoras de boa nova ás vossas irmãs, e ficai certas que grande será a colheita que tereis de recolher. [grifo nosso]

Na longa carta que ocupa uma página inteira da revista, o arcebispo revela ainda o projeto agregador materializado em Maria.

Com a vossa Revista alcançareis a força da união, animareis as túbias e fracas e mostrareis que a vossa Pia União fermenta em vossos peitos o vigor que vos tornará invencíveis na luta com que defendereis a virtude.²⁴⁹⁸

Nesse momento já se falava da imprensa católica como uma questão importante a ser implementada, não apenas no Brasil como no mundo. Por esse motivo, cria-se no Brasil, em janeiro de 1910, o Centro da Boa Imprensa que deveria colaborar e incentivar a imprensa católica no país. A partir da década de 1930, com o advento da Ação Católica, a questão da imprensa se tornará algo ainda mais prioritário nas ações da Igreja, que a chamada Boa Imprensa ganhará ares de causa maior, sendo chamada nos meios católicos de “Cruzada”. A Cruzada da Boa Imprensa buscará reunir e incentivar a publicação de livros, revistas e jornais em sintonia com o pensamento e com as demandas da Igreja Católica.

Embora posteriormente a Revista Maria venha a ser agregada a chamada Cruzada da Boa Imprensa, como assim faziam todas as publicações de cunho católico, “Maria” surge antes, com um intuito muito específico de fortalecer o grupo como ferramenta em prol dos ideais católicos. Sustentamos que o projeto da Revista estava mais associado a coesão do grupo, com um projeto de formação que complementava a leitura do Manual da Pia União, do que com um projeto mais geral de imprensa católica nacional. Sintonizada com as questões da modernidade não contempladas pela leitura piedosa do Manual, “Maria” é leitura moderna, porém atrelada a leitura mais tradicional da Igreja, representada, no caso das Filhas de Maria, pelo próprio Manual. Tudo isso direcionado ao gênero feminino, sempre visto com desconfiança dentro do catolicismo, e a um grupo que sistematicamente deveria estar presente em todas as paróquias brasileiras, de acordo com as intenções da Igreja romanizada.

A ligação entre a leitura de Maria e a leitura do Manual da Pia União, em especial nos primeiros anos da revista, se mantém em evidência de várias formas. A mais comum delas é a constante referência que a revista traz ao Manual, indicado como leitura complementar a textos publicados no periódico.

²⁴⁹⁸ Idem. Ibidem.

Em busca de uma escrita feminina, tutelada e cristã.

Oscar de Figueiredo Lustosa afirma que uma das dificuldades de definição da Imprensa católica no Brasil passava pela dificuldade de encontrar um corpo de jornalistas católicos, competentes e que abraçassem o empreendimento da “Boa Imprensa” com afinco e muitas vezes com generosidade, posto que em sua maioria, as dificuldades da própria imprensa católica em se manter não dava condições de pagamentos aos seus colaboradores.²⁴⁹⁹

Tal dificuldade parece ter sido sentida pela Revista também. Afinal, logo em seu retorno do seu período fora de circulação, a direção do periódico já fazia apelos para que as assinantes da Revista participassem mandando textos a serem publicados.

A’s nossas leitoras, assignantes, colaboradoras; todas as Filhas de Maria de Pernambuco e de outros estados, que receberam a revista com signaes de satisfacção, pedimos que continuem a protegel-a e espalhal-a, já procurando novas assignantes, **já enviando-nos chronicas, noticias, escriptos, que não deixaremos de publicar, contanto que sejam convenientes e proporcionados á índole da nossa revista.** [Grifo Nosso]

A Direcção [...] ²⁵⁰⁰

Partindo dos apelos, da revista e das recomendações dos editores, colocamos em questão outra necessidade prática e urgente da concepção do projeto de “Maria”: acreditamos que os objetivos de incentivar as leitoras a mandarem escritos, contos, crônicas, ensaios e poesias para o periódico, estavam muito além da mera falta de mãos escreventes. Para uma revista que nasce para fortalecer um grupo, sua identidade e união em todo o país, um segundo avanço seria conseguir extrair deste mesmo grupo “intelectuais” que pudessem se destacar na concepção de ideias e programas para fortalecimento e crescimento do grupo. Filhas de Maria escrevendo para Filhas de Maria, seria um profícuo espaço de comunicação e conversão do modelo feminino que a Igreja buscava construir.

Como estratégia inicial de incentivo a participação das leitoras, foram pensados os chamados “Concursos a prêmio”. Nos primeiros concursos, eram propostos os chamados “quesitos”, perguntas a partir das quais as participantes deveriam gerar suas reflexões e engendrar seus textos, que deveriam ser enviados para a revista, onde seriam avaliados por um grupo de críticos que escolheria as melhores respostas. As três melhores respostas teriam a garantia de serem publicadas. As demais participantes poderiam ser publicadas em outro momento, mas sem garantia de que isso realmente ocorreria, ficando a mercê da vontade da direção e da disponibilidade de espaço no mensário.

Tais concursos deveriam servir como um incentivo inicial para que as leitoras, sentindo-se reconhecidas em sua capacidade literária, ousassem voos maiores, ensaios mais aprofundados, com a devida aprovação da atenta redação. Para isso, nesses concursos, tinha prioridade nas premiações aquelas que fossem Filhas de Maria, e assinantes da Revista. A estratégia parece ter encontrado eco nas práticas das leitoras de “Maria”, que incentivadas mensalmente a colocarem seus pensamentos no papel, começam a mandar muitos escritos à redação de “Maria”, não apenas para os concursos, mas também para serem publicados regularmente na revista, que em resposta, começa a dar diretrizes de quais escritos eram necessários e estavam em sintonia com o projeto da Revista.

A’s nossas colaboradoras recomendamos que não queiram mandar-nos sempre traducções, sendo preferíveis os trabalhos originaes. Estes aguçam o engenho, exercitam a inteligência, obrigam a pensar, e, quando são bem feitos e merecem ser publicados, causam uma satisfacção profunda

²⁴⁹⁹ Cf. LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. Os bispos do Brasil e a imprensa. São Paulo: Edições Loyola, 1983.

²⁵⁰⁰ A’s piedosas leitoras. Maria: Revista das Filhas de Maria. Anno III, abril-1915, nº I. Olinda-Pernambuco. Pág. 2

no espírito dos próprios autores. Experimentem as nossas colaboradoras.²⁵⁰¹

Se num primeiro momento as traduções foram suficientes, e até bem vindas, agora as candidatas a escritoras da revista deveriam esforçar-se para criar algo novo, “aguçando o engenho” e “obrigando-se a pensar”. Novo, sem perder a sintonia com a tradição.

Inseguras da validade de seus textos, muitas das leitoras optavam pelo uso de pseudônimos ou Letras iniciais do nome, mesmo quando não estavam disputando os concursos. Tal prática nos leva a inferir que por trás de um pseudônimo, sentiam-se mais a vontade para deixar a imaginação guiar as curvas de sua escrita, enquanto se resguardavam de possíveis críticas das “irmãs” marianas de longe e de perto.

Os pseudônimos usados pelas leitoras-colaboradoras da Revista buscavam indicar humildade da escrevente, ou ainda se utilizavam das metáforas da natureza, em especial das flores, posto que muitas das referências às Filhas de Maria, na imprensa e no Manual da Pia União, as colocavam como “Flores dos jardins do Senhor”. Logo, seus escritos eram assinados com pseudônimos tais como: Mínima, Simples, Uma Filha de Maria. O jardim das Flores também era plural: Lotus, Lírio, Orquídea, Flor de Lys, Magnolia, entre outras. Cada pseudônimo vinha acompanhado de qual Pia União era a Filha de Maria associada. Complementar o anonimato do pseudônimo com a Pia União de origem era uma forma de ter minimamente publicizado, ainda que não totalmente revelado, a identidade da autora. Entre o pudor de se expor e a vontade de ser reconhecida por seus talentos literários, a fronteira era tênue.

No caso dos concursos, que escolhiam textos escritos para a Revista, ao final do concurso, o nome da vencedora era revelado, mesmo que esta tivesse optado em assinar o texto com um pseudônimo.

Ter um grupo de Filhas de Maria que se mostrasse com certo amadurecimento intelectual para pensar-se seria ultrapassar o meramente devocional e estabelecer um corpo intelectual bem fundamentado, que fortalecesse a “milícia” mariana diante da sociedade brasileira. Refletir sobre as questões sociais, teológicas, bem como sobre as ações do grupo e seus deveres para com a Igreja, eram pautas privilegiadas da escrita das colaboradoras.

Em textos, por vezes demasiado longos, essas colaboradoras mostravam um nível argumentativo bem estruturado e referenciado, indicando se tratar de jovens que liam outras referências e estavam em sintonia com as questões do mundo e da religião, demonstrando uma erudição que desconstrói o estereótipo da mera beata “papa-hóstias”. Era esse tipo de colaboração, que os diretores da Revista ansiavam por contar.

Além dos escritos referendando a fé, em forma de contos e reflexões apologéticas, havia também a recorrência de poemas, enviados pelas Filhas de Maria para publicação na revista. Em geral, tais poemas também versavam sobre a devoção mariana e as obrigações devocionais do gênero feminino para com a Igreja. Os contos, gênero literário também muito recorrente, versavam mais costumeiramente sobre comportamento e moral, trazendo sempre ao final uma lição edificante. Mas o gênero que mais aparecia na revista eram os artigos de opinião. Neles, os colaboradores (mulheres e homens) dissertavam sobre as diversas questões vigentes na sociedade da época, sempre em sintonia com as ideias defendidas pela Igreja.

Considerações Finais

Ao longo deste breve ensaio, buscamos trazer ao leitor informações básicas sobre a Revista Maria, bem como apontar algumas das primeiras questões da tese em desenvolvimento. O intuito foi fazer o leitor perceber o ponto de partida desse trabalho, apresentando, ainda que de maneira sucinta, nosso objeto de pesquisa, seu espaço, seus projetos e seus tempos. Assim, tudo no plural mesmo, afinal, é a multiplicidade de tempos,

²⁵⁰¹ Maria: **Revista das Filhas de Maria**. Anno III, abril-1915, nº I. Olinda-Pernambuco. Pág. 05

espaços e pensamentos que esta revista apresenta que iremos problematizar e analisar verticalmente na escrita da pesquisa. Para isso nada mais essencial do que nos inteirarmos minimamente de como era esse impresso e a quem ele se dirigia. Isso feito, poderemos seguir em frente, como forasteiros que desbravam um país estrangeiro seguindo fios e rastros, no nosso caso, um país estrangeiro chamado passado.

TEATRO VIVENCIAL: TESTEMUNHO DA CULTURA E CONTRACULTURA NO TEATRO PERNAMBUCANO ENTRE 1974 E 1983

Mateus Melo dos Santos²⁵⁰²
mateusmelosantos@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar e aprofundar o debate sobre o Grupo de Teatro Vivencial, ativo, principalmente, nas cidades de Olinda e Recife, entre 1974 e 1983. Neste período, o Vivencial transformou-se tanto quanto seus atores e atrizes, que encontraram nesse trabalho uma forma de se expressar e de tentar burlar a normatividade moral então estabelecida e compreendida como fortemente conservadora. Encarado pela intelectualidade local como uma forte expressão contracultural pernambucana no teatro, o Vivencial vem sendo alvo de cada vez mais estudos por se mostrar vanguardista, em plena ditadura militar, autoafirmando-se como um grupo que exalta seu desbunde, seu deboche, sua ironia e sarcasmo, além de traços tropicalistas. O humor do grupo, ligado à textos fortes, importantes para discussão de gênero, drogas, tecnologia, esoterismo, não passou ileso aos cortes da censura; porém gozou de relativa liberdade nas periferias de Olinda. O Vivencial, de certa maneira, conseguiu reiteradamente ludibriar os radares da censura e disseminar seus ideais. E, nos confins de Olinda, escondido pela lama e pelo caos, os atores e atrizes podiam exaltar sua bissexualidade, seu erotismo e sua pluralidade cênica. Dentro dessa perspectiva, apresenta-se, através de jornais, programas de peças, entrevistas com atores, atrizes e espectadores, as discussões acerca da liberdade do grupo dentro dos seus limites geoeconômicos, da plateia que prestigiava os espetáculos e do cotidiano dos atores e atrizes, à princípio tratados como instrumento de resistência aos padrões da sociedade urbana pernambucana entre os anos setenta e oitenta.

Palavras-chave: Teatro. Contracultura. Oralidade. Sexualidade.

Introdução

“O teatro é um dos frutos da vivencia do grupo que agora é composto por mais ou menos vinte e um membros, e que se empenha em divulgar o teatro por acreditar nele como uma das únicas vias possíveis de dar resposta a todos os apelos e condicionamentos do nosso silencioso e amordaçado momento cultural”²⁵⁰³.

“Toda noite lá, tinham dois camburões pra reforçar, pra dar segurança ao nosso trabalho. Lá era um território livre onde se podia apresentar qualquer coisa”²⁵⁰⁴.

²⁵⁰² Mestrando em História pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Pernambuco

²⁵⁰³ Programa do espetáculo *Vivencial I* (1974). Disponibilizado gentilmente pelo projeto *Teatro tem Programa*;

²⁵⁰⁴ COELHO, Guilherme *Apud* DOURADO, Rodrigo. **Vivencial Diversiones:** por uma cena transgressora. Monografia Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2003, p. 13;

Esses dois relatos fazem parte de dois momentos históricos distintos do Brasil, apesar de proferidos temporalmente próximos. O primeiro é um trecho do programa da primeira peça encenada pelo *Grupo de Teatro Vivencial*, de Olinda, no ano de 1974. *Silencioso e amordaçado momento cultural*. Ora, o Vivencial surge em pleno vigor do Ato Institucional Nº 5, onde “suspendiam-se as franquias constitucionais de liberdade de expressão e de reunião”.²⁵⁰⁵

O segundo relato foi dito já no final dos anos 1980, pelo diretor e criador do Vivencial, se referindo à casa de espetáculos que o grupo criou, o *Vivencial Diversiones*, uma espécie de café-teatro. Neste contexto, a trupe criou um território que, reitera Guilherme sobre o *Vivencial Diversiones* e a censura: “ignorá-lo era uma maneira de abafar o seu trabalho. Uma vez erigidos à condição de conjunto de pressão, a única maneira de fazê-lo calar seria dando-lhe carta livre dentro desse território”²⁵⁰⁶.

Neste texto irei apresentar, em um primeiro momento, o contexto histórico do Vivencial e alguns relatos que considero importantes. A reunião de: entrevistas dadas por integrantes, pessoas ligadas e espectadores; matérias de jornais e programas das peças nos faz enxergar uma dicotomia profunda entre o que era proibido, mas ao mesmo tempo permitido, além da distância entre dois momentos vividos pelo grupo: o antes e o depois do AI-5. Mas, que se pergunte: a liberdade empregada na casa de espetáculos *Vivencial Diversiones* teve relação direta com a censura ou estava mais ligada à redução de área de contato com o público? É uma questão que ainda não consegui responder.

No segundo momento, analisaremos o pilar da sexualidade do Vivencial e seus desdobramentos na construção do grupo enquanto elemento marcante do teatro pernambucano e adjetivado por subversivo, transgressor e chocante.

Subversão Vivencial

Um dos motivos que me fez querer pesquisar o Grupo de Teatro Vivencial foi a riqueza de testemunhos disponíveis. Além da maioria dos atores, atrizes, diretores e público estarem vivos, a quantidade de entrevistas em jornais, programas de espetáculos, fotos e outros materiais estão disponíveis de maneira a poder refletir mais embasadamente sobre os elementos que constituem esse grupo.

Para este tópico, analisaremos, como fonte oral, o debate entre os membros do Vivencial registrado pelo projeto *Memórias da Cena Pernambucana*, organizado pelo jornalista Leidson Ferraz²⁵⁰⁷. Algumas imagens, também gentilmente disponibilizadas pelo projeto, servirão como material de análise. Os programas de espetáculos foram conseguidos com o projeto *Teatro tem Programa*.

Os anos 1960 trouxeram uma quebra com o que era tradicional de uma maneira muito singular. Um turbilhão de mudanças atraía os jovens para novas concepções de mundo, ao mesmo tempo que esses mesmos jovens desconstruíam todo um pensamento conservador, instaurado e hierarquizado²⁵⁰⁸.

A busca dessa juventude por novas formas de viver e pensar, longe das imposições protocolares, fez emergir o que alguns autores, como Theodore Roszak, denominam de *contracultura*. Essa nova onda de produção e experiências se configura com a emergência do rock, o uso de drogas, a liberdade sexual, as comunidades de cooperação coletivas e outras práticas pouco ortodoxas para as sociedades urbanas modernas ocidentais. As comunidades hippies, o Festival de Woodstock e o Maio de 68, em Paris, são exemplos vividos por essa juventude transgressora que se emancipava.

²⁵⁰⁵ GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 340

²⁵⁰⁶ COELHO, Guilherme. *op. cit; loc. cit;*

²⁵⁰⁷ FERRAZ, Leidson; DOURADO, Rodrigo; JUNIOR, Wellington Castellucci (org.) **Memórias da cena pernambucana**. vol. 1. Ed. dos autores. Recife, 2005.

²⁵⁰⁸ ROSZAK, Theodore. **A Contracultura**. Reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil. 2 ed. Pretópolis: Vozes, 1972.

No Brasil, a música, com o Tropicalismo, “algo diferente de tudo”²⁵⁰⁹, abalou com as estruturas, questionando a estética e o discurso, com roupas extravagantes, cabelos longos cacheados e a contestação aos governos militares, fazendo da poesia protesto. Sob esses aspectos, podemos pensar o Vivencial como parte do tropicalismo. O jornalista pernambucano Jomard Muniz de Britto define o Vivencial como “a maior explosão do tropicalismo no Nordeste”²⁵¹⁰.

Se, por um lado, a ditadura militar reprimia a expressão cultural de uma parcela significativa da sociedade, por outro não alcançava os caminhos alternativos criados por essas parcelas. O Vivencial foi um desses caminhos subterrâneos que *fugiram*²⁵¹¹ das garras da censura, construído como um teatro improvisado, rebelde, cômico, polêmico e extravagante.

O Vivencial surgiu entre os muros da Igreja Católica, dentro do contexto de abertura criado com a Teologia da Libertação. Com a intenção inicial de comemorar os dez anos da ARMA, Associação de Rapazes e Moças do Amparo, foi desenvolvido um grupo de teatro, que apresentou uma colagem de textos que tratavam de temas polêmicos, como homossexualidade, drogas, política e violência. O caráter subversivo da apresentação, no auditório do Colégio São Bento, em Olinda, concretizou uma separação inexorável entre o grupo e a Igreja, entre o sagrado e o profano²⁵¹².

Ivone Melo, uma das atrizes do Vivencial, lembra que:

Logo nessa 1ª fase, nossas reuniões aconteciam no Mercado da Ribeira. Éramos um grupo bem marginalizado, bem discriminado, porque junto vivíamos numa época de repressão e a gente ia de encontro à Censura. Na Ribeira, fazíamos nossas vivências para escrevermos nosso espetáculo anual que era apresentado em Olinda mesmo, colagens no meio da rua, porque os teatros municipais não queriam saber da gente, já que éramos um grupo onde se acolhiam todas as minorias: o negro, a prostituta, a lésbica, o homossexual, o analfabeto²⁵¹³.

Desse testemunho de Ivone Melo, podemos observar que, no discurso, a atriz coloca plena consciência de que eram um grupo composto por minorias e que havia uma marginalidade atrelada ao grupo. Segundo a atriz, parece que era a Censura do governo militar que mais batia contra o grupo. É importante lembrar que nessa primeira fase do Vivencial, como dito na Introdução, o AI-5 estava em funcionamento, controlando, entre outras, a produção artística e cultural²⁵¹⁴.

O segundo momento do grupo foi na casa de espetáculos adquirida pelo Vivencial com o dinheiro arrecadado de algumas apresentações que visaram um pouco mais de rentabilidade econômica, como *Sobrados e Mocambos* (1976), de Hermilo Borba Filho, e *Viúva, porém honesta* (1977), de Nelson Rodrigues.

²⁵⁰⁹ VELOSO, Caetano. **Verdade Tropical**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.

²⁵¹⁰ BRITTO, Jomard Muniz de. *Apud* FIGUERÔA, Alexandre; BEZERRA, Cláudio; SALDANHA, Stella. **Transgressão em 3 atos: nos abismos do Vivencial**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife 2011, p. 19

²⁵¹¹ A marcação se dá pela polêmica que pode gerar esse assunto, que promete ser debatido em outra ocasião. Ao que parece, com as entrevistas de integrantes e espectadores, é que o Vivencial não *fugiu*, de fato: teve uma relação complexa com a censura e com a polícia, que não tem o propósito de ser esmiuçado nesse trabalho e nem pode ser explicada em uma nota de rodapé.

²⁵¹² FIGUEIRÔA, op. cit.; loc. cit., p. 18

²⁵¹³ MELO, Ivone *Apud* FERRAZ, Leidson; DOURADO, Rodrigo; JUNIOR, Wellington Castellucci (org.) **Memórias da cena pernambucana**. vol. 1. Ed. dos autores. Recife, 2005. P. 98

²⁵¹⁴ GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 342



Imagem 1: Ivonete Melo em *Viúva, porém honesta* (1977)



Imagem 2: Grupo de Teatro Vivencial, nos bastidores de *Sobrados e mocambos* (1976)

O que corrobora essa visão de que o AI-5 atava as mãos de grupos de teatro como o Vivencial é a sequência do que diz Ivonete: “lembro que em 1978, após a queda do AI-5, o SNT²⁵¹⁵ mandou pessoas pelo Brasil para procurar peças com um toque subversivo para o Mambembão, para mostrar ao país que realmente tinha acontecido a abertura”²⁵¹⁶.

O Projeto Mambembão foi um evento que reuniu uma série de grupos de teatros com propostas alternativas. Essa iniciativa tinha o objetivo de, nas palavras de um dos organizadores do projeto, Aldomar Conrado: “trazer para as plateias, principalmente do Rio e São Paulo, que gostam tanto de falar em realidade brasileira, a realidade brasileira dos que estão tão longe”²⁵¹⁷. Assim, o Vivencial viajou e se apresentou em outros estados.

Ousaria dizer, aqui, que o Vivencial atacou o *status quo* de pelo menos duas maneiras: uma, através dos textos. Em *Repúblicas Independentes, Darling*, peça que viaja com o Mambembão, duas personagens encenam um longo diálogo, a Dona Subversão e a Dona

²⁵¹⁵ Serviço Nacional de Teatro;

²⁵¹⁶ MELO, Ivonete *Apud* FERRAZ, Leidson; DOURADO, Rodrigo; JUNIOR, Wellington Castellucci (org.) **Memórias da cena pernambucana**. vol. 1. Ed. dos autores. Recife, 2005. P. 98;

²⁵¹⁷ FAGÁ, Marcelo. A terceira viagem do mambembão, **Jornal da República**, p. 12. Janeiro de 1989.

Corrupção. Esse espetáculo foi censurado e não pôde se apresentar em Brasília, segundo a própria Ivonete²⁵¹⁸. Na **imagem 4**, pode-se ver um militar, o que nos lembra que a discussão com o momento político não deixava os textos do grupo.



Imagem 3: Suzana Costa, Walternandes Carvalho, Américo Barreto, Zélia Sales e Ivonete Melo em *Repúblicas independentes, Darling* (1978)

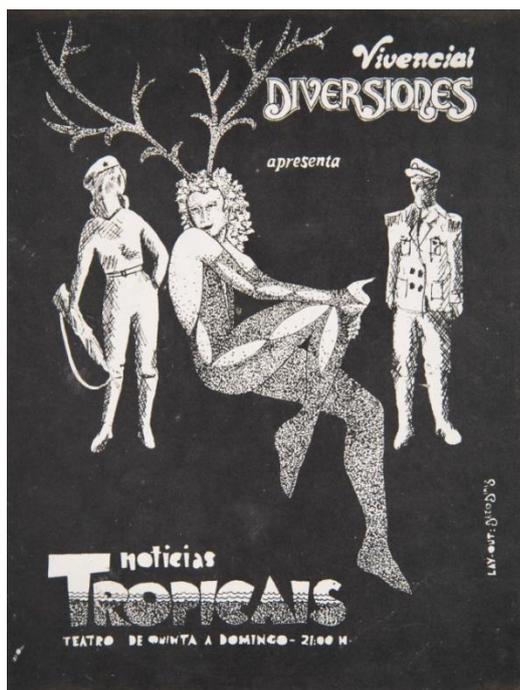


Imagem 4: programa do espetáculo *Notícias Tropicais*

A segunda forma de ataque do Vivencial concerne aos costumes. Um teatro pouco ortodoxo; um grupo que vivia junto (negando os padrões de família que até hoje são dados como corretos, isto é, pai, mãe, filhos); a cooperação coletiva como forma de se sustentar e fazer seu trabalho; o ambiente de desbunde, de extravagância, de sexo e drogas; e a contestação do conceito de masculinidade, abordado mais especificamente a seguir.

²⁵¹⁸ MELO, Ivonete *Apud* FERRAZ, Leidson; DOURADO, Rodrigo; JUNIOR, Wellington Castellucci (org.) *Memórias da cena pernambucana*. vol. 1. Ed. dos autores. Recife, 2005. P. 98

A hipótese de gênero

Que o Vivencial chocou, disso não faltam indícios. Define o grupo o jornalista da Folha de São Paulo, Jefferson Del Rios: “Uma invenção local com o visível propósito de causar um certo espanto, e até mesmo de fazer alguma provocação, no seu meio social”²⁵¹⁹. Ana Maria Guimarães e Ângela Lacerda relatam o que ouviram em noites no *Diversiones*: “‘É um escândalo!’ ‘Sodoma e Gomorra!’ ‘A degeneração’ ‘A decadência’, gritam uns. Paralelamente outros comentam: ‘Divertidíssimo!’ ‘Incrível!’ ‘Inédito!’ ‘Surrealista!’”²⁵²⁰. Para Alexandre Figuerôa: “A inquietação do grupo e as transformações de comportamento em processo na sociedade brasileira impulsionaram a semente transgressora de suas posições estéticas e ideológicas”²⁵²¹.

Mas, afinal, por que houve esse choque?

Ora, Foucault diria que “na experiência contemporânea a sexualidade encontrou uma verdade natural que teria por muito tempo esperado na sombra, e sob diversos disfarces, que somente hoje nossa perspicácia positiva permite decifrar”²⁵²². Considerando o que o filósofo francês disserta, aplicando aos moldes do Vivencial, podemos pensar na expressão cênica do grupo, manifesta com um eixo performático que escancara a sexualidade, como um grito de libertação. Uma oportunidade gerada por todo um contexto de liberação sexual, principalmente de dois grupos que permeavam o Vivencial: os homossexuais e as mulheres.

Se o que o Vivencial fez – colocando seus atores homens de salto e suas atrizes com os peitos de fora – foi fruto da abertura cultural corrente a partir dos anos 1960 ou se ele contribui para essa abertura, acredito que um ponto não anule o outro. Esse movimento contracultural de embate aos padrões estabelecidos de comportamento – incluindo evidentemente as questões sexuais – se configurava como uma via de mão dupla: não foi da noite para o dia que os jovens passaram a ser “autorizados” e “encorajados” a subverter as ordens moralistas estabelecidas e, ao mesmo tempo, eram seus movimentos, singulares em cada lugar e época, que construíram histórias e mais histórias de quebra com os conceitos mais solidificados e tradicionais.

Mas, aprofundando: o que é que o Vivencial, sexualmente, transgredia?

Claro que a transgressão sexual do Vivencial acabava por ser uma transgressão política, afinal, “a insubordinação às normas sociais culturais em vigor no teatro pernambucano diante do contexto político e moral do período”²⁵²³. Mas sexualmente, o Vivencial arremessava uma interrogação enorme no que significava “ser homem”.

A *hipótese de gênero* sugere que: o que marca o Vivencial como um grupo transgressor, subversivo e chocante eram as quebras do padrão de masculinidade que o grupo propunha, consciente ou não, politicamente direto ou indireto. Em suma: o Vivencial abria mais opções para o que o homem poderia fazer, longe do terno, da gravata e do comportamento sisudo. Mostrava para o público (e, de certa forma, para os próprios integrantes) novos limites para o que era *ser homem*.

Em *História da Sexualidade 2, o uso dos prazeres*, Michel Foucault faz um levantamento do que alguns filósofos pensavam sobre os meandros da sexualidade na Grécia Antiga. O que podemos pinçar para o nosso objeto é: muito mais problemático na sexualidade era, para os gregos, não a homossexualidade, mas sim a efeminação do homem. Nas palavras de Sêneca, em Foucault, falando sobre a efeminação dos jovens:

²⁵¹⁹ RIOS, Jefferson Del. O Calor de Olinda na Noite dos Mambembes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 jan. 1979. Ilustrada, p. 29.

²⁵²⁰ LACERDA, Ângela; GUIMARÃES, Ana Maria. Rebolado “gay” sacode as noites do Recife. **Diário de Pernambuco**, Recife, A-15, 24 de jun, 1979.

²⁵²¹ FIGUEIRÔA, Alexandre. Vivencial: Corpos virados ao avesso. **Trema! Revista de Teatro de Grupo**, p. 31. Janeiro de 2016;

²⁵²² FOUCAULT, Michel. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. P. 28

²⁵²³ FIGUERÔA, Alexandre; BEZERRA, Cláudio; SALDANHA, Stella. **Transgressão em 3 atos: nos abismos do Vivencial**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife 2011, p. 128

A paixão doentia de cantar e dançar enche a alma de nossos efeminados; ondular os cabelos, tornar a voz suficientemente tênue para igualar a carícia das vozes femininas, rivalizar com as mulheres através da lassidão de atitudes, estudar-se em perquirições muito obscenas, eis o ideal de nossos adolescentes...²⁵²⁴

Alguma semelhança com hoje? Parece que sim. Não é incomum se ouvir que o problema não está com o sexo que se relaciona, mas sim no comportamento; que, quando efeminado, resulta em um desprezo bem mais severo pelas parcelas mais tradicionais da sociedade. Essa parecia também ser o olhar que o Vivencial sofreu: efeminar os homens – com elementos descritos na mesma fala de Sêneca, como cantar e dançar, afinar a voz, ondular os cabelos – e, assim, questionar o *status quo* da masculinidade.



Imagem 5: Henrique Celibi, Fábio Costa e Guilherme Coelho, em *Parabéns pra você* (1980)



Imagem 6: Walternandes Carvalho, João Andrade e Américo Barreto, em *As Criadas* (1979)

Nas imagens acima, é evidente a estética do Vivencial de *brincar* com as possibilidades e com os limites da masculinidade. Homens de batom, maquiagem e adornos, vestidos como

²⁵²⁴ SÊNECA *Apud* FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 2, o uso dos prazeres**. 12ª edição. Rio de Janeiro: Graal. 2007. p. 21;

mulheres. Porém o que parece, inicialmente, é que a intenção não era se fazer personagens mulheres, mas sim mostrar que o homem pode ser feminino.

Então, dentro da *hipótese de gênero*, levanto a questão: seria esse enfrentamento do Vivencial, essa colocação do homem enquanto efeminado, uma afronta à tradicionalidade, por colocá-los em um patamar semelhante à mulher, considerada inferior socialmente? Que a sociedade pernambucana da década de setenta – para não dizer de 2016 – nutria concepções de sexualidade consideradas sexistas e machistas, não parece haver dúvida. O que não considero fechado é a compreensão de que maneira se deu o relacionamento do público com as questões encaradas pelo Vivencial; se enxergavam no papel da *bicha* uma espécie de palhaço, de um espetáculo de absurdos ou coisa que o valha, ou se enxergavam ali uma nova ordem, vindo de uma desordem, ou ambas, ou outra coisa. Enquanto nos anos setenta se aprofundavam as discussões sobre sexualidade, via-se no teatro pernambucano justamente uma sofisticação do que poderíamos chamar de gênero: homens com um comportamento longe do que era *ser macho*²⁵²⁵.

Sendo assim, toda a quebra de conceitos que o Vivencial proporcionou se deu dentro de um contexto, de uma cultura que construiu modelos preestabelecidos de comportamento, esperados para o sexo biológico dos indivíduos. Sintetizam Ronaldo Sousa Sampaio e Claudia Amorim Garcia:

[...] a estabilização dos modelos de masculinidade e de feminilidade predominantes em uma determinada sociedade só se dá por meio do aprendizado das funções e pela internalização das representações de gênero instituídas pela cultura. Os estudos sobre gênero partem, portanto, do pressuposto de que a contribuição da biologia é insuficiente para a compreensão das diferenças subjetivas existentes entre homens e mulheres [...]²⁵²⁶.

A *hipótese de gênero* busca, então, não concluir as reflexões sobre os desdobramentos do Vivencial no campo da sexualidade, mas sim abrir uma discussão que promete ser aprofundada com o andar das pesquisas, dos debates e do aprimoramento teórico. Os primeiros passos desse caminho apontam para um cenário: o Vivencial não se configurou como *apenas mais um grupo de teatro* porque em um momento histórico de confluências estéticas e comportamentais se posicionou como baluarte de uma nova cultura, de uma mistura, de uma quebra com os padrões formais antes muito mais sólidos, agora questionados pela juventude.

²⁵²⁵ Os conceitos de gênero e suas aplicações ao Vivencial ainda estão sendo desenvolvidos no processo aqui iniciado;

²⁵²⁶ SAMPAIO, Ronaldo Sousa; GARCIA, Claudia Amorim. Dissecando a masculinidade na encruzilhada entre a psicanálise e os estudos de gênero. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 81-102, abr. 2010;

NARRATIVAS DENTRO DA ORDEM PERFIS DESORDEIROS, COMPORTAMENTO E GÊNERO NA LITERATURA MEMORIALÍSTICA CEARENSE OITOCENTISTA (1850-1890).

Nicodemos Zacarias da Silva²⁵²⁷

nicolasilva23@hotmail.com

Resumo: A constituição da escrita de memórias no século XIX apresentava características e objetivos diversos, contudo, voltava-se muitas vezes para a reelaboração de espaços de legitimação social e de construção de identidades. Percebendo tais nuances, a presente pesquisa busca entender, a partir dos escritos de alguns autores locais, como se teciam na forma da literatura, não apenas reconstruções narrativas do percurso pessoal desses indivíduos, mas também expectativas e questionamentos acerca de modelos e das normas de comportamento na sociedade cearense da época. Importa saber, como ao construírem o relato de suas memórias esses autores descortinavam por meio das suas experiências e impressões, seu inconformismo ou inquietude acerca das mudanças que surgiam e daquilo que desviava do *normalmente* aceito segundo a tradição e os *bons costumes*. Nosso intuito é questionar até que ponto a tessitura desses textos não marca também uma forma de adequar o passado e suas inúmeras formas de desordem às expectativas daqueles que as escreviam.

Palavras-chave: memórias, gênero, comportamento.

*Em nossas lembranças já um passado fictício ocupa o lugar de outro, do qual nada sabemos com certeza – nem, ao menos, que é falso*²⁵²⁸.

Uma visão analítica do passado não pode prescindir do conhecimento da memória. Enquanto intermediária entre o presente e a experiência passada, a memória encerra múltiplas possibilidades de perceber as singularidades, o espaço do particular, algo que é tão caro à própria leitura histórica do passado. Embora limitada e residual, assim como a história, ela é uma importante forma de trabalhar o conhecimento sobre outras épocas.

Pode-se mesmo arriscar que ambas caminham juntas nos largos campos dos acontecimentos pretéritos, embora por vias diferentes e de formas mais ou menos livres, interpretando cada uma, a sua maneira e com ferramentas próprias, os resíduos preciosos acerca dos tempos já distantes.

Se os caminhos da memória e da história sempre podem e continuamente estão se entrecruzando, esses encontros não se fazem, muitas vezes, de forma harmoniosa. O passado não é somente um manancial dividido, ele é um terreno de disputas, concorrência, e de embates. Permanece, todavia, indomável, impondo-se sobre ambas, na forma das lembranças perturbadoras ou como resquícios incompreensíveis que não se encaixam tão fácil ou silenciosamente nas tramas de uma ou nos discursos da outra.

Essa presença invasora e incontrolável, que não se submete facilmente às formas de seleção e organização, nos lembra e faz questionar o espaço e as *artes da memória* enquanto construção humana acerca do passado. A memória também estabelece interpretações do passado, tece narrativas elaboradas sobre aquilo que era mera recordação individual ou coletiva. Ela cria, não apenas santuários para os ausentes, ela edifica lugares de disputa sobre aquilo que se pode ou deve recordar.

²⁵²⁷ Mestrando em História pela Universidade Federal do Ceará.

²⁵²⁸ BORGES, Jorge Luis (Tlön, Uqbar, Orbis Tertius - 1961) apud LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História**, São Paulo, (17), Nov. 1998, p. 67.

Assim, quando tomamos a memória como instrumento para o conhecimento do passado, avançamos sempre através de vias sinuosas, mas que desnudam, desbravam ou reconfiguram *territórios* já estabelecidos e colocam questões importantes sobre a experiência humana recente ou aquela mais distante. Ela se revela importante, sobretudo, por proporcionar um destaque aos testemunhos e à experiência de indivíduos seja a partir de um relato próprio ou daqueles tomados por terceiros, mas que tem papel fundamental na configuração de uma narrativa sobre experiências, fatos e épocas passadas.

Apesar da memória e da história disputarem e divergirem acerca do passado, é na produção de sentido acerca das experiências, que elas se fazem mais próximas. Ambas, *conjugam-se (também) para conferir identidade a quem recorda (mas) somente a memória possui as faculdades de separar o eu dos outros, de recuperar acontecimentos, pessoas, tempos, relações e sentimentos, e de conferir-lhes significados*²⁵²⁹. A memória torna-se assim, responsável de forma determinante pela configuração desse senso identitário, seja pessoal ou coletivo, ela é esse amálgama que segundo David Lowenthal,

É crucial para nosso sentido de identidade; saber o que fomos confirma o que somos. Nossa continuidade depende inteiramente da memória; recordar experiências passadas nos liga a nossos *selves* anteriores, por mais diferente que tenhamos nos tornado²⁵³⁰.

Se por um lado percebemos como um dos seus maiores limites e perigos, a presença contínua da subjetividade, não se pode ignorar que a contribuição mais rica da memória é justamente a busca pela compreensão daquilo que se pode conhecer do passado, não apenas através dos resquícios físicos, mas dos traços tênues e confusos das lembranças. Como nos adverte Andreas Huyssen,

A memória traz a baila possibilidades únicas de entender o passado, retomando a experiência daqueles ainda vivos ou mesmo analisando a escrita daqueles que revisitaram através da rememoração as paisagens etéreas do passado que resistiram na lembrança²⁵³¹.

Propomos aqui, justamente a análise dessas revisitações/rememorações, percebendo essas mesmas como *re-criação* de um passado, *reelaborado* pela memória o qual é por si mesmo diverso, cheio de arestas, conflitos e tensões. Esse passado revisitado não deixa de ser uma reconstrução, tornando-se muitas vezes uma *quimera* elaborada por aqueles que buscavam salvaguardar determinadas interpretações sobre o passado, sempre alinhavadas pelos filtros da memória pessoal ou atravessadas pelas tramas da experiência coletiva.

A narrativa memorialística que aqui pretendemos destacar e analisar é, portanto, um elaborado *constructo* não apenas do autor que explora seu passado ou a experiência de outrem, mas também o resultado do trabalho de recriação e adequação das lembranças ao suporte escolhido: memórias, relatos, crônicas, etc. Os memorialistas inscrevem mais que suas memórias, eles reconstróem visões sobre o passado, que são muitas vezes perpassadas por múltiplas temporalidades e experiências diversas e conflitantes entre si.

A formosura²⁵³² ***da memória***

²⁵²⁹ AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **História**. São Paulo, v.14, p. 125-136, 1995, p.132.

²⁵³⁰ LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História**, São Paulo, (17), Nov. 1998, p.83.

²⁵³¹ HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p.20.

²⁵³² *Formosa*, em Fortaleza, era nome de uma praia (antiga Praia do Peixe – atual de Iracema) e de uma das ruas mais antigas da cidade, a qual mantém na contemporaneidade o nome Barão do Rio Branco. Foi para diversos memorialistas uma das ruas mais descritas, lembradas e destacadas, pelos

Esses autores, em sua maioria homens letrados do século XIX, não deixaram de encarar o ato de lembrar como uma forma de proteção contra aquilo que eles enxergavam como males da *modernidade e do progresso*²⁵³³, os quais diversos em seus matizes, eram unos na sua função principal: inquietavam a todos eles porque tornavam instáveis as bases das experiências daqueles sujeitos. A memória servia-lhes, portanto, *para construir uma proteção contra a obsolescência e o desaparecimento, para combater (...) uma profunda ansiedade com a velocidade de mudança e o contínuo encolhimento dos horizontes de tempo e espaço*²⁵³⁴.

Esses autores construíam um discurso que buscava idealizar uma cidade *antiga*, criando um espaço idílico sobre o qual projetavam não somente suas lembranças de infância, suas impressões da juventude ou a saudade que já sentiam na velhice que viviam. Para eles o ato de escrever funcionava como forma de reconstruir espaços e lugares definitivamente perdidos ou tomados; de defesa de modos e experiências de vida que lhes permaneciam caras, em suma, um ato de evocação a uma época, uma cidade e relações sociais idealizadas que agonizavam ante as mudanças que se verificavam na urbe²⁵³⁵.

Seus textos convertiam narrativas em espaço fabricado sobre as impressões que já esvaneciam no outono da vida de muitos deles, mas principalmente sobre a tentativa de apreender uma *idade de ouro* que eles percebiam irremediavelmente perdida com a chegada das transformações físicas da cidade, o crescimento material e demográfico, bem como, com as mudanças dos hábitos e costumes.

Através de suas penas e tintas esses homens esperavam ser a salvação de uma época cristalizada na memória. Essa narrativa tornava-se importante para esses autores, pois a literatura memorialística funcionava, para muitos, não somente como um arcabouço de informações verídicas e diretas sobre um passado particular; mas era como destaca Huyssen, uma forma de

(...) combater este medo (do desaparecimento) e o perigo do esquecimento com estratégias de sobrevivência de rememoração pública e privada. O enfoque sobre a memória é energizado subliminarmente pelo desejo de nos ancorar em um mundo caracterizado por uma crescente instabilidade do tempo e pelo fraturamento do espaço vivido²⁵³⁶.

A escrita memorialística foi a forma que homens letrados, direta ou indiretamente utilizaram para gravar não apenas suas recordações, memórias e testemunhos, mas para garantir aos seus contemporâneos e a quem mais pudesse interessar, uma contemplação, um vislumbre, um descortinar sobre usos, feitos e situações que já não eram mais próprias

seus sobrados, prédios públicos e onde se encontravam diversos estabelecimentos comerciais ao longo da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do XX. Cf. NOGUEIRA, João. Op. cit.

²⁵³³ Entendemos aqui que o que muitos dos memorialistas encaravam como *males do progresso e da modernidade* situava-se no advento *do novo*, dentro de uma cultura já arraigada: novos costumes, hábitos, comportamentos que se juntavam às modificações advindas do avanço técnico e do processo de transformação física que a cidade de Fortaleza passaria ao longo das últimas décadas do século XIX e começo do XX. .

²⁵³⁴ HUYSSSEN, Andreas. Op. cit. p.28.

²⁵³⁵ Sobre o processo de mudanças físicas e sociais na cidade nesse período Ver GIRÃO, Raimundo. **Fortaleza e a crônica histórica**. Fortaleza, Edições UFC, 1984; LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As razões de uma cidade**: conflito de hegemonias. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991; SILVA, José Bozarccchiello da. **Quando os incomodados não se retiram**: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992 e PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**: reforma urbana e controle social (1860-1930). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf ed. Ltda. 1993.

²⁵³⁶ HUYSSSEN, Andreas. Op. cit. p.20.

do cotidiano no momento em que eles escreviam²⁵³⁷. Essas memórias não encerravam uma análise crítica do passado, mas um relance emoldurado pelas cores já esmaecidas das lembranças no ocaso de uma época:

Na enseada em que se acha atualmente a povoação chamada de Mucuripe, encontrava-se uma única habitação com porta no oitão e duas janelas na frente.

A praia era despovoada daí por diante na direção da vila, apenas se encontrando, na barranca ao norte, antes de confrontar com o recife, seis casas de palha em alinhamento e três outras dispersas na baixa. Dava-se a esta região o nome de Prainha²⁵³⁸.

Perceber a forma como isso é posto torna-se importante para a elaboração de uma análise mais abrangente sobre a utilização da literatura, e da própria memória como instrumento de conhecimento do passado. Em relação à história local podemos destacar inúmeros homens letrados que se utilizaram das próprias memórias ou coletivas para estabelecer uma prosa ou poesia de caráter memorialístico.

João Nogueira²⁵³⁹, nas suas crônicas sobre a cidade de Fortaleza durante o século XIX, nos lega um interessante olhar sobre as mudanças que ele enquanto morador já idoso da cidade ao longo da primeira metade do século XX via acontecer aos diversos logradouros que ele se acostumara a frequentar, que bem conhecia desde a infância e que começavam a ser modificados pelo avanço do comércio, pelas decisões políticas ou mesmo religiosas, como no caso da reforma da antiga igreja da Sé:

Ao que nos consta, agita-se na Fortaleza a ideia de uma reforma completa na nossa Catedral, de modo que ela se torne uma igreja esplêndida e de acordo com o nosso desenvolvimento. (...)

Por que reformar a Sé? Por que mudar o aspecto sob o qual nossos pais a conheceram? Por que é velha, pequena e feia?(...) Por que apagar esses vestígios tão caros a nós, os velhos da Fortaleza? (...) deixemo-la como está; não desmanchemos, sem um motivo poderoso, aquilo que o passado nos legou de bom.

²⁵³⁷ João Brígido dos Santos (1829-1921). Nasceu em São João da barra (ES), filho de Inácio Brígido dos Santos e Vicência Rolim dos Santos. A família mudou-se para o interior cearense quando ele tinha apenas um ano. Em 1861 radicou-se em Fortaleza. Professor, jornalista e político cearense, ficaria famoso por suas crônicas e artigos fortemente críticos a alguns setores políticos locais. Foi responsável por alguns dos primeiros estudos e publicações sobre a história do Ceará. Publicado originalmente em 1882, em A Fortaleza em 1810, o cronista procura reconstituir, baseado na análise de diversos documentos, a formação da cidade a partir do início do século XIX. Adaptado do portal da história do ceará em www.ceara.pro.br/cearenses/menulustres.php

²⁵³⁸ BRÍGIDO, João. **A Fortaleza em 1810** - Crônicas. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará/ Prefeitura de Fortaleza, Coleção José de Alencar, v.2, 1979, p.30.

²⁵³⁹ João Franklin de Alencar Nogueira (1867-1947) Nasceu em Fortaleza, Ceará, em 27 de outubro de 1867 e faleceu na mesma cidade, em 2 de dezembro de 1947. Filho do magistrado, político e historiador Paulino Nogueira Borges da Fonseca e de Dona Ana Franklin de Alencar Nogueira. Formado em engenharia atuou na construção de obras de barragens e açudes no Ceará no início do século XX. Ao longo da vida, João Nogueira teve diversas das suas crônicas publicadas em épocas e periódicos diferentes, entre os anos de 1921e 1943, tratando de diversos assuntos, principalmente dos costumes antigos e das mudanças na estrutura da cidade e nos hábitos fortalezenses. Adaptado op. cit. e do portal da história do Ceará em www.ceara.pro.br/cearenses/menulustres.php.

“Remodelação” é para ruas, praças e casario e nunca para edifícios erguidos, por assim dizer, sobre o invariável, o imutável e o eterno²⁵⁴⁰.

Percebemos aqui o esforço do autor em identificar a possibilidade de reforma, remodelação, modificação da antiga Igreja da Sé como algo prejudicial, ruim, daninho aos interesses da sociedade local. Para o autor o *progresso* presente numa verve de remodelamento que se espalhava mais uma vez pela cidade revelava como naquele momento determinadas grupos de pessoas buscavam legitimar as mudanças físicas da cidade a partir da lógica do desenvolvimento material e como esse *homem de letras* identificava justamente esse mesmo desenvolvimento como algo limitado e míope.

Para João Nogueira a memória do passado, os fragmentos desse no presente, no caso o templo religioso garantiam um sentido de unidade, de reconhecimento, pertencimento para a comunidade local, modificar esse edifício, seria mexer com esses laços identitários. Para ele, pelo caráter sagrado, os templos tinham também a característica da imutabilidade, portanto, não cabia modificá-los ou remodelá-los ao sabor dos modismos.

A memória evoca aqui a legitimação do espaço e a defesa da manutenção das coisas *como eram*, conflitando direta e incessantemente com aqueles que viam as mudanças, principalmente físicas, como um sinal do desenvolvimento, da evolução e progresso material e civilizatório da cidade. Para ele, e talvez para muitos homens e mulheres da Fortaleza antiga, era um despropósito a intenção das autoridades de modificar a aparência ou substituir de fato prédios, instituições e hábitos e costumes.

“No meu tempo tudo era diferente”

Para entender bem isso, se faz necessário perceber o espaço físico, mas também as práticas culturais como bens de imenso valor simbólico para aqueles indivíduos. Para eles, a defesa da permanência dos edifícios tais quais sempre foram ou dos costumes tais como sempre tinham sido, eram uma forma de garantir o sentido, o sentimento de segurança e pertencimento ao meio em que viviam.

Eles começavam a se ver empurrados na direção das margens, não se reconhecendo naquilo que os novos hábitos, novas formas de se comportar e na velocidade com que tudo isso varria para sempre o passado como eles o vivenciaram ou achavam que o tinham feito:

No meu tempo tudo era diferente de hoje!

(...) No outro tempo, quando uma moça se punha “moça feita” não fazia certas extravagâncias como as de hoje: quando estavam na ‘regra’ não botavam goma na cara, não penteavam o cabelo não botavam cheiro na cabeça, não comiam comer que levasse certos tempeiros, não botavam o maldicto espelho, e só se lavavam de 8 dias completos.

Mais hoje mudão de figura

Tomão até limonada!

Como o tempo está virado...²⁵⁴¹.

O trecho acima retirado de um pasquim oitocentista coloca bem como esse sentimento de deslocamento com a modernidade tinha se tornado comum a muitos nesse período. Nesses jornais de caráter preponderantemente jocoso, onde a troça, a molecagem

²⁵⁴⁰ NOGUEIRA, João. **Fortaleza Velha**. Organização e notas editoriais Raymundo Netto, apresentação Cristina Rodrigues Holanda. 1ª. ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2013. (coleção nordestes), pp. 75,76 e 78.

²⁵⁴¹ O Pagão. “Diz a velha”. Publicado em Fortaleza em 15/11/1896. In: Silva, Marco Aurélio Ferreira da. **Humor, Vergonha e Decoro na cidade de Fortaleza (1850-1890)**. Fortaleza: Museu do Ceará, SECULT, 2009, p. 97.

e mesmo a provocação e o desdém eram rotineiros, pinçamos uma parte de um artigo assinado por um colunista que *se fazia passar* por uma *velha senhora*.

Embora se deva considerar a busca pela comicidade e pelo escracho; além de fazer rir, essas páginas jogavam para um público considerável, um discurso acerca das mudanças nos hábitos e nas diferenças entre as gerações. O humor com que o tema é posto não invalida a mensagem que se quer reforçar, ou seja, que o choque entre gerações era uma realidade e os hábitos que se tentavam rechaçar (outros costumes que não aqueles aos quais já estavam todos acostumados, outras formas de perceber e de vivenciar a experiência comum do dia a dia) já começavam a preocupar a população mais velha.

As mulheres, não por acaso, ao longo do século XIX eram direta ou indiretamente um dos grandes alvos dos discursos normativos nos jornais. Simbolicamente aqui, mas em diversos outros momentos de forma assertiva, moviam-se nas folhas dos jornais discursos reificadores de estereótipos que procuravam reforçar marcas e divisões de gênero.

Geralmente, atravessadas pela verve moralista e tradicional buscavam reafirmar papéis normativos, costumes arraigados e modelos aceitos de feminilidade, beleza e da vocação feminina exclusiva para o matrimônio e a maternidade. Como bem pontua Maria Joana Pedro, os jornais nesse período buscavam reafirmar códigos comportamentais, reproduzindo nas suas páginas imagens idealizadas sobre as mulheres²⁵⁴².

E é justamente o ato de idealizar que aproximava a fabricação de discursos de gênero nos jornais do discurso memorialístico (em geral) de muitos autores do período. O *jeito que era* e as diferenças do que hora existia, é o que faz com que aquele texto, embora criado para fazer rir, levasse alguns leitores a se identificar com ambos os discursos: o saudosismo e com a clivagem de gênero. Ele apelava para uma parte da população já bastante crispada em seus ânimos pelas disputas políticas, as questões econômicas e que via as transformações por que passavam a cidade e seus habitantes, sem, contudo, compreender-lhes o sentido ou o propósito.

Para a maioria daqueles sujeitos, tratava-se simplesmente de constatar o óbvio (para eles), o mundo não era mais como antes e *não estava mudando para melhor*. Eles não podiam encarar essas mudanças como algo interessante ou benéfico, pois essas mesmas espanavam suas fórmulas de segurança e identidade social que até então lhes garantia sentido e conformidade com o que julgavam ser o que se esperava deles.

Homens como Gustavo Barroso²⁵⁴³, também evocariam em suas memórias não apenas o universo bucólico de uma cidade ainda relativamente pequena e *tranquila*, onde se perceberiam traços de uma infância e juventude provincianas. Ele cristalizaria nelas, as visões de um homem já maduro que ao olhar em retrospectiva sua experiência o fazia diversas vezes para sustentar que modos e usanças do passado guardavam importância não apenas pelo sentimento que proporcionavam, mas pelo papel que poderiam ter tido na manutenção da coesão e do ordenamento das coisas e dos indivíduos em sociedade.

Nas suas memórias que tratam da sua infância vivida na cidade de Fortaleza ao fim do século XIX, percebemos inúmeras vezes o viés saudosista com que o autor traça sua narrativa de feitos e acontecimentos seus, de familiares ou mesmo de tipos conhecidos ou anônimos da capital nos oitocentos e primeiro quartel do século XX. Esse exame minucioso de uma infância recriada e reelaborada de forma linear, repleta de autolouvação e unívoca, nos permite identificar ainda, traços e impressões interessantes daquilo que o autor *recuperara* como algo singular no passado. Modos e relações sociais que deveriam, em sua opinião, ser defendidos, legitimados como fórmula de adequação e conformidade aos ditames sociais, o

²⁵⁴² PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas**: uma questão de classe. 2ª. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998, pp.35 e 41.

²⁵⁴³ Gustavo Dodt Barroso (1888-1959). Filho de Antonio Felino Barroso e Ana Dodt Barroso. Formado Em Direito, foi Jornalista e Político, ocupando diversos cargos públicos ao longo da vida; destacando-se pela fundação do Museu Nacional. Publicou diversos livros, destacamos aqui sua trilogia de memórias: *Coração de menino*, *Liceu do Ceará* e *Consulado da China*. Adaptado do portal da história do Ceará em www.ceara.pro.br/cearenses/menulustres.php

que, entretanto, provavelmente no presente em que ele redigia sua narrativa ele já percebia tão distante:

Nelas (procissões) se percebem as diferenças sociais. A gente graúda forma na da Santa Casa; a gente branca nas do santíssimo e do Carmo; os pardos na das almas e de Nossa Senhora das Dores; os negros na do rosário. Nada impõe essa seleção, nem regulamentos, nem mesmo os hábitos. Ela é que se impõe por si própria, como no passeio público (...) respeitando uma demarcação simplesmente ideal²⁵⁴⁴.

Entrementes, como os folhetins e os romances, também as memórias poderiam trazer, a bem da verdade, uma constelação de tipos que rivalizavam e contratavam com essas idealizações ordeiras dentro das narrativas desses memorialistas. Não apenas aqueles que eram os modelos de correto proceder, que deveriam inspirar virtudes, corroborar com o discurso de civilidade e elevação moral que se queria imprimir à sociedade. Traziam, também, aqueles que eram signo do vício, da decadência moral, do resultado insalubre de hábitos, costumes e práticas degeneradas e viciosas em que mergulhavam a *arraia miúda*, o *zé povinho* da urbe fortalezense:

Nas praças descuradas pela edilidade, o matapasto à altura dum homem, entremeado de fedegoso e manjerioba. O major Pedro Araújo Sampaio, delegado de polícia, mandava-o arrancar pelos vagabundos, ladrões, bêbados e rameiras que as rondas caçavam a noite no morro do Moinho, nas Areias, no Oiteiro e na rua da Misericórdia, todos de cabeça raspada a máquina. Aquela vegetação - dizia ele - somente servia para esconder traquinadas de meninos e sem-vergonhices de gente grande. [...] ²⁵⁴⁵.

Assim como nos romances, nas memórias os tipos desviantes existem em cores e formas muito mais claras: não para ser testemunha da diversidade de modos de vivência e experiências plurais, mas como posturas a serem evitadas a todo custo. Esses seres *decaídos*, *sujos e amorais* eram ainda que indiretamente, um poderoso contraponto do bem proceder e apareciam somente para reforçar o funcionamento das normas sociais naquela época e que tacitamente, muitos deles acabavam reafirmando. Como fora o caso da *mundanária Chica Pinote*, destacada em um capítulo das memórias desse mesmo autor:

Algumas famílias pavoneiavam-se nos camarote. Num deles que se conserva algum tempo vazio, surge, de súbito, no meio do espetáculo, como para chamar a atenção geral sobre si, uma mulher alta e morena, de vasto chapéu emplumado, puro estilo Mae West, faiscante de joias. Todo o circo crava os olhos nela e acompanha seus ademanos exagerados. Sinto que as famílias a olham indignadas. As mais próximas do camarote que ela ocupa dominadora levantam-se e retiram-se. [...] ²⁵⁴⁶.

²⁵⁴⁴ BARROSO, Gustavo. Coração de Menino. In: **Edição conjunta das obras: Coração de menino, liceu do Ceará e Consulado da china**. 2ª. ed. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989, p. 64.

²⁵⁴⁵ BARROSO, Gustavo. Liceu do Ceará. In: **Edição conjunta das obras: Coração de menino, liceu do Ceará e Consulado da china**. 2ª. ed. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989, p. 173.

²⁵⁴⁶ Idem. Coração de Menino. In: **Edição conjunta das obras: Coração de menino, liceu do Ceará e Consulado da china**. 2ª. ed. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989, p. 109.

As mulheres, não apenas aquelas que habitavam a *Rua da Misericórdia* ou aquelas do *Beco do São Bernardo*²⁵⁴⁷ na Fortaleza antiga, mas qualquer delas que se distanciasse dos modelos de ordenação e comportamento socialmente desejados e aceitos pelos costumes, gerariam impasses e logicamente eram fortemente combatidas e afastadas com a pecha do desequilíbrio, da devassidão, da loucura ou da desordem, mesmo que fossem meramente risíveis e inofensivas velhas:

[...] Aninha Gato. Esta velha tem uma vendinha mambembe na rua das Flores, entre a major Facundo, onde moro, e a boa Vista, agora Floriano Peixoto. Quem quiser fazê-la irritar-se é só miar como gato. Vira uma fera. Os meninos entram diariamente na sua vendinha e pedem:

- Sinh'Aninha, dois vinténs de rolete!

Mal ela entrega os dois maços de rolinhos de cana caiana ou da terra, com casca ou sem casca, o freguês solta um miado. Deus nos acuda! A velha fica uma fera. Agarra uma quicé²⁵⁴⁸ ou um pedaço de pau e corre atrás do garoto dizendo os maiores impropérios deste mundo. Às vezes, a polícia tem de intervir²⁵⁴⁹.

Sobre elas recaíam suspeitas grave nesse momento, caso se afastassem dos modelos e modos idealizados. Embora os autores não retratassem a realidade como propunham alguns deles, a maioria trabalhando aquilo que a sociedade local lhe mostrava como *tipos sociais*²⁵⁵⁰, podia *recriar* com cores mais ou menos fortes, dedicando-lhe maior ou menor atenção a detalhes, mas de forma geral nota-se um apreço enorme por detalhar os costumes da cidade ou da terra como um todo.

O que já se notara fortemente nos romances naturalistas locais no oitocentos era também presente nos escritos da memória: o reforço de uma lógica hierarquizante, de uma moral tradicional intimamente ligada à religião e à ideia de honra. Certos escritores desse período, homens ligados às ciências²⁵⁵¹, civilizados que procuram o progresso para sua terra e para sua gente, continuavam reafirmando (afinal era traço comum nesse momento) uma crença quase inabalável nas questões raciais, na inferioridade moral e intelectual das classes mais pobres, tidas como naturalmente ignorantes, atrasadas e cheias de vícios:

Entre ellas quasi na havia homens: a mor parte eram mulheres e creanças. E que mulheres! Verdadeiras megeras, de cachimbo ao canto da bocca, gaforina arrepiada, sujas e maltrapilhas. [...] Nunca mais apagou-se em mim a impressão daquella miséria. O interior da choupana estava de accordo com o exterior. Uma mulher, cabra mal encarada e de ruins maneiras recebeu-me

²⁵⁴⁷ Esses dois logradouros eram mal afamados à época, sendo apontadas inclusive por esse autor, como região de grande miséria e prostituição feminina.

²⁵⁴⁸ Faca de lâmina curta, usada no interior do nordeste para cortar fumo e também como defesa pessoal. In: dicionário informal. Em www.dicionarioinformal.com.br acesso em 22/08/2016.

²⁵⁴⁹ BARROSO, Gustavo. Coração de Menino. In: **Edição conjunta das obras**: Coração de menino, liceu do Ceará e Consulado da china. 2ª. ed. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989, p. 50.

²⁵⁵⁰ Não se trata aqui dos tipos *populares ou caricatos*, sobre esses no século XIX, em Fortaleza cf. BARROSO, Gustavo. Op. cit.; NOGUEIRA, João. Op. cit.; AZEVEDO, Otacílio de. **Fortaleza descalça**: reminiscências. Fortaleza: Edições UFC/Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1980 e GIRÃO, Raimundo. **Geografia estética de Fortaleza**. Fortaleza:UFC, Casa José de Alencar, 1997 (Coleção Alagadiço Novo, 11).

²⁵⁵¹ Rodolfo Marcos Teófilo (1853-1932). Filho de Marcos José Teófilo e Antônia Josefina Sarmento Teófilo. Coursou a Faculdade de Medicina da Bahia, no entanto, não conclui o curso, dedicando-se a prática farmacêutica. Foi também poeta, contista, romancista, historiador e naturalista. Membro e presidente do clube literário *Padaria Espiritual*. Filantropo reconhecido na sociedade fortalezense, ele foi também um dos fundadores da Sociedade Libertadora Cearense. Adaptado do portal da história do Ceará em www.ceara.pro.br/cearenses/menuilustres.php

dizendo logo que “a melhor vaccina era a de Deus e que não queria metter a peste no corpo dos filhos” isso com uns modos bruscos e soltando fartas baforadas de fumo de seu fedorento cachimbo.

Ao lado della cinco creanças, de oito annos abaixo, todas nuas e encardidas de sujo olhavam-me espantadas. O ar que se respirava ali, embora renovado a cada instante, tinha um fartum especial, lembrando uma mistura de sebo, suor de negro e sarro de cachimbo²⁵⁵².

Em *Variola e Vacinação no Ceará* (1905-1910), esse farmacêutico e escritor procurou reconstruir uma narrativa acerca de suas experiências no combate à epidemia de varíola, a qual se tornara extremamente recorrente e letal nas periferias da capital cearense ao final do século XIX e pelo início do século XX. Nesse livro, o médico narra sua empreitada na tentativa de vacinar a população mais pobre, às suas próprias expensas, durante uma nova epidemia que se alastrava em 1903.

Fortaleza, portanto, começava a se tornar diversa e os costumes de sua população também se modificavam. Paulino Nogueira²⁵⁵³ e Juvenal Galeno²⁵⁵⁴ foram alguns dos que questionaram os signos do progresso e da civilização que já se deixavam entrever na capital cearense em finais do século XIX. Ambos enxergavam a *necessidade* e as benesses do avanço material inegável que se constituía na cidade naquele instante, mas ao mesmo tempo lançavam incisivos questionamentos à forma como isso se dava e o resultado do avanço de novos modos e hábitos sobre a cidade que crescia:

Fortaleza agora tem o Passeio Público, praças arborizadas, templos majestosos, edifícios elegantes, tantas ruas alinhadas (...), iluminação à gaz, linhas de bondes, kiosques (...) e mais novidades, umas úteis, outras inúteis e muitas prejudiciais à saúde, à algibeira e mesmo aos costumes. Porque a civilização traz muita máscara de hipocrisia (...)²⁵⁵⁵.

O que Paulino Nogueira advertia serem novidades prejudiciais, inúteis e que ele coroava como *máscara da hipocrisia*, nada mais era que a forma rápida, impositiva e opressora com que as inovações nos hábitos, nas formas de conviver e não apenas nas técnicas invadiam e sacudiam o universo citadino naquele período.

As questões levantadas fazem pensar que muitos desses autores encaravam a *modernidade* como uma grande onda de insegurança e ambiguidade, pois ao mesmo tempo em que era bem vinda e necessária pelo progresso técnico e pelo avanço econômico, era também uma ameaça às tradições, às usanças, aos antigos signos de ordenamento, coesão e *equilíbrio* que muitos acreditavam ter existido noutros momentos.

²⁵⁵² THEOPHILO, Rodolfo. **Varíola e vacinação no Ceará**: primeiro milheiro- ed.fac-sim. Fortaleza Fundação Waldemar de Alcântara, 1997, pp. 108 - 109.

²⁵⁵³ Paulino Nogueira Borges da Fonseca (1841-1908). Filho de Francisco Xavier Nogueira e Maria das Graças Nogueira. Formou-se em Direito pela Faculdade de Olinda, tendo atuado como advogado em Fortaleza e no Rio de Janeiro. Ocupou diversos cargos administrativos no Ceará, principalmente no judiciário e na área de educação. Foi também jornalista, redator do jornal local *Constituição*, tendo fundado e sido o primeiro presidente do Instituto do Ceará. Adaptado do portal da história do Ceará em www.ceara.pro.br/cearenses/menueilustres.php

²⁵⁵⁴ Juvenal Galeno da Costa e Silva (1836-1931). Filho de José Antonio da Costa e Silva e Maria Teófilo e Silva. Foi poeta, jornalista e político cearense; destacou-se principalmente pela produção poética, embora tenha colaborado durante a maior parte da vida com jornais cearenses. Foi um dos fundadores do Instituto do Ceará e ocupou a direção da Biblioteca Pública do Ceará. Adaptado do portal da história do Ceará em www.ceara.pro.br/cearenses/menueilustres.php

²⁵⁵⁵ NOGUEIRA, Paulino. Apud PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**: reforma urbana e controle social (1860-1930). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf ed. Ltda. 1993, p.25.

As mudanças são bem vindas, mas que preço cobravam elas para esses indivíduos que permaneciam com os pés no presente e os olhos no passado? Para muitos deles podia ser o esquecimento de antigas formas de sociabilidade, a desconfiguração de laços e relações que lhes garantiam certa sensação de segurança.

De fato, suas memórias legavam uma última tentativa de escamotear a dúvida, o medo e a insegurança que os novos tempos lhes aportavam. De modo que criticar os males modernos e louvar as pretensas virtudes de outra época, era antes de tudo um exercício de reafirmação de uma identidade e da defesa de um *habitus* que se encontrava a beira do abismo.

O luxo, o luxo!...Eis a lepra
Que lava pela cidade,
Com tamanha intensidade
Que mata ricos e pobres
Sem trégua...sem piedade!...
Por toda parte os bazares,
Armazens de borodungas,
Os fiteiros de missangas,
Trapalhadas do bom tom;
E tudo caro...bem caro...
Ninguém pergunta se é bom.²⁵⁵⁶
[...]

Nas vagas violentas que traziam a civilização e o progresso para junto de uma sociedade provinciana, presa há séculos em hábitos e fazeres marcadamente tradicionais, a mudança era vista como uma enorme ameaça. Para muitos que assistiam desmoronar (ou serem derrubados) não apenas antigos prédios, árvores e *muros* que até recentemente mantinham cada coisa pretensamente no seu lugar, aquilo significava que estavam sendo soterrados os signos de uma experiência em que haviam se identificado durante grande parte da sua vida.

A ameaça trazida pelos novos tempos e pelos novos hábitos era evocada na falta de sintonia entre aqueles homens e essa nova cidade e sociedade que se constituía. Considerese essa na sua forma dinâmica, polifônica e nem um pouco consensual, marcada diariamente pelos conflitos não apenas entre indivíduos e grupos, mas quiça entre temporalidades disputando o espaço das ruas e os lugares de poder, mas principalmente a legitimação daqueles que outrora encenavam cotidianamente os dramas e tragédias citadinos.

A memória não se constituía numa fuga, mas numa arma assaz poderosa com que contidamente as velhas gerações lançavam admoestações, queixas e denúncias sobre as mais novas e suas formas divergentes de construir a nova dinâmica sócio-espacial da cidade. Os antigos questionam o novo não pelo caráter de novidade, mas pela forma como se impunha tomando para si não apenas o lugar de destaque, de comando, mas negando a existência ou a sobrevivência daquele outro, o passado.

O exercício memorialístico era uma proteção para aqueles que buscavam não apenas retomar as lembranças que o tempo parecia apagar diariamente da mente e principalmente do lugar em que viviam ou que se lembravam de ter vivido. Ele era de modo maior uma legitimação diante do novo, do moderno, do dito civilizado, era por assim dizer uma contestação ao movimento de desestabilização que essas gerações sofriam ante o desenvolvimento de novas formas de pensar, agir e elaborar sua experiência na cidade.

Essas memórias soavam como um réquiem para aqueles que haviam passado anos catalogando reminiscências, guardando relíquias de tempos idos. Rememorar era garantir a preservação de um último espaço de poder para aqueles que se julgavam marginalizados pelos mais jovens, defenestrados dos espaços que tinham sido anteriormente seus. Guardavam nas suas narrativas não uma análise seca e crítica acerca do passado

²⁵⁵⁶ GALENO, Juvenal. O Luxo. Apud SILVA, Marco Aurélio Ferreira da. **Humor, Vergonha e Decoro na cidade de Fortaleza** (1850-1890) Fortaleza: Museu do Ceará, SECULT, 2009, pp. 52 e 53.

rememorado, mas recordavam para festejar uma última vez um passado recôndito que jazia em vias de se perder por completo.

Como afirmou Philippe Artières, nós não arquivamos nossa vida de qualquer maneira *fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque a certas passagens*²⁵⁵⁷. Certamente, não a rememoramos de qualquer forma, também. Pinçamos aquilo que nos é mais importante, exorcizamos aquelas lembranças menos lisonjeiras, expurgamos as ambiguidades e os dissensos.

Em suma, muitos daqueles homens teciam através da narrativa memorialística um tecido novo com linhas velhas, onde cada bordado em destaque parecia conter formas e cores novas, mas que na verdade sempre guardava um fundo velho e puído pelas traças do tempo. Aquilo que sempre fora um emaranhado confuso, nas memórias aparecia facilmente organizado e firmemente alinhavado. Contudo, o tecido roto da experiência vivida que se queria preservar, guardava sempre muitas dobras que a passagem dos anos lhes havia imprimido; escondidas nessas permaneceriam as diversas lembranças não autorizadas e muitas questões sutilmente escamoteadas.

PONTES ENTRE CINEMA E HISTÓRIA: KRACAUER, GINZBURG, FERRO, ROSENSTONE E O CINEASTA ALAGOANO CELSO BRANDÃO

*Roseane Monteiro Virginio*²⁵⁵⁸
rose_historia@hotmail.com

Resumo: Este artigo pretende dialogar com o binômio Cinema e História utilizando-se das contribuições de Siegfried Kracauer (1889-1966), Robert Rosenstone (1936-) e Marc Ferro (1924-). Foi através de Ferro, historiador francês, que o cinema foi contemplado como fonte e abordagem, por parte da história, em outras palavras, perceber os filmes como agentes e mediadores da investigação historiográfica. Kracauer, na condição de crítico do cinema, tinha como objeto de análise os filmes do expressionismo alemão dos anos de 1920, a partir de uma abordagem entre o Cinema e a Psicologia. Mais uma vez, coube ao historiador italiano Carlo Ginzburg (1939-) estabelecer as interações entre Kracauer e a História. Na medida em que Kracauer tinha uma inclinação para a microanálise e a defesa de uma narrativa de descrição imagética. Enquanto que o cineasta Robert Rosenstone passou a destacar o papel de historiador de alguns cineastas, posto que eles em suas obras filmicas dão visibilidade a indivíduos ou temas; contestam o conhecimento dado como padrão e revisam um tema ou saber dito cristalizado. Contudo, esta pesquisa objetiva levantar os pontos principais para onde convergem as noções de cinema e história na visão desses teóricos e estudiosos do cinema, de modo a criar uma rede conceitual entre eles passível de ser aplicada no caso de parte da filmografia do alagoano Celso Brandão, cujo ofício permeia as atividades de cineasta, fotógrafo e professor. Ele estreia no audiovisual em 1975 e na sua filmografia conta com mais de 40 filmes documentários. Logo, a ponte entre a história e o cinema se estreita a partir do trabalho de Brandão como cineasta.

²⁵⁵⁷ ARTIÈRES, Philippe. **Arquivar a própria vida**. Estudos históricos v. 11, n. 21, CPDOC/FGV (1998), p.11.

²⁵⁵⁸ Estudante do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e bolsista FAPEAL

Palavras-chave: Celso Brandão. Cinema-História. Historiografia. Cinema Alagoano. Kracauer. Ginzburg. Ferro. Rosenstone.

Interfaces entre Cinema e História

A História tem, como base primordial para a sua escrita, a problematização das fontes, no entanto, essas fontes históricas ficaram por muito tempo restritas somente aos manuscritos que tinham o objetivo de informar sobre biografia de reis e rainhas e explanar sobre as relações diplomáticas. Contudo, a História passou por várias mudanças no seu campo de atuação, assim como a aproximação com outras disciplinas como Economia, Sociologia, Psicologia, Antropologia, Demografia e Ecologia.

Dessa maneira, pensamos nas contribuições do historiador do cinema Siegfried Kracauer (1889-1966) e dos historiadores Carlo Ginzburg (1938-), Marc Ferro (1924-) e Robert Rosenstone (1936-), como eles irão acrescentar aos debates entre Cinema e a História; assim como perceber a obra e o papel do cineasta alagoano Celso Brandão (1951-).

Celso Quintela Brandão (1951-) é fotógrafo, cineasta e professor. Formou-se em Artes Visuais, pela Universidade Federal de Pernambuco em 1977, com especialização em fotografia pela Universidade Candido Mendes (2004). Teve seu primeiro contato com o cinema ao participar do I Festival de Cinema de Penedo (1975). De acordo com Janayna Ávila (2012), “Brandão se inspirou em um seminário oferecido pela Fundação Joaquim Nabuco, em Recife, que tinha como presença Gilberto Freyre (1900-1987), nesse evento ele teve a oportunidade de conhecer o documentário brasileiro, principalmente produções nordestinas”.

Aos 24 anos, ganha o I Festival de Cinema Brasileiro de Penedo²⁵⁵⁹ com o filme *Reflexos* (1975), um documentário poético onde reflexos da Lagoa Manguaba exibem um clima bucólico e a vida simples dos pescadores, as imagens têm como acompanhamento a música *Reflexos na Água*, do compositor francês Claude Debussy. Tomando como ponto de partida o cinema documental para registrar as mais diversas e espontâneas manifestações da cultura popular brasileira²⁵⁶⁰. Podemos dizer que Celso Brandão é um cineasta “artesão”, pois dirige, monta, fotografa, sonoriza e produz os seus filmes.

Celso Brandão produziu alguns filmes para o Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore, da Universidade Federal de Alagoas, tendo como foco principal artesãos, rendeiras e mestres dos diversos folguedos, onde obteve contato com o pesquisador da cultura popular alagoana Théo Brandão (1907-1981).

Celso Brandão construiu sua trajetória com um olhar dirigido para o popular:

- As festas religiosas: *Faramin Iemanjá* (1976, 8 min., doc., super-8); *A Maré da Padroeira* (1979, 7 min., doc., super-8); *Passeio no Céu – Torres e Andorras* (1977, 10 min., doc., Super-8)
- As relações de compra e venda: *Feira do Passarinho* (1975, 15 min., doc., Super-8); *A Feira de São Miguel dos Campos* (1976, 14 min., doc., Super-8)
- A culinária: *Mandioca da Terra à Mesa* (1977, 13 min., doc., Super-8)
- A ciência Medicinal: *Ponto das Ervas* (1978, 11 min., doc., 35 mm)
- Arte com barro: *Cerâmica Utilitária do Cariri* (1978, curta, doc., Super-8)
- Folguedos, blocos e máscaras carnavalescas: *Alegando* (1977, 8 min., doc., super-8); *As Baianas da Massagueira* (1987, 10 min., doc., 16 mm)

²⁵⁵⁹ O Festival de Cinema de Penedo (1975-1982) foi um evento que serviu de iniciação ao cinema em Alagoas, através das mostras competitivas de filmes em Super-8.

²⁵⁶⁰ **Panorama do Cinema Alagoano**. 2. ed. rev. e ampl. Maceió: EDUDAL, 2010. p.47

- Mestre de folguedos, músicos, pintores: *Mestra Virginia de Moraes* (2002, 11 min., doc., vídeo); *O Dote de Zé do Chalé* (2002, 10 min., doc., vídeo) *Tororó* (2015, 16 min. 4 seg., doc., vídeo).
(Fonte: BARROS, E., 2010)

Para o crítico de cinema Elinaldo Barros, Celso Brandão tem a maior filmografia do cinema alagoano, com mais de 40 filmes produzidos, em sua maioria documentários; todavia, Brandão possui uma ficção em seu currículo, *Sameadura*, de 1976. O Filme *Ponto das Ervas* (1978) foi inspirado no trabalho desenvolvido em Super-8, *Medicina Popular*, apresentado no IV Festival de Penedo. O cineasta do Cinema Novo, e alagoano, Cacá Diegues (1940-) conheceu a filmografia de Brandão e firmou uma parceria para rodar um filme com a temática sobre medicina popular em 35 mm. Celso Brandão foi o primeiro, do Ciclo de Super-8, a rodar com uma bitola profissional. Diegues atuou na produção, que ainda teve o apoio da Embrafilme para a sua realização. *Ponto das Ervas* “é centrado na figura do professor Oliveira, mescla de doutor, raizeiro e médium²⁵⁶¹”. O filme é narrado pelo próprio professor, Oliveira, onde ele explica:

As misteriosas forças do fogo, da água e do ar, da ação conjunta que elas têm sobre as sementes, as plantas, as ervas, as árvores e, finalmente, atuando como medicamento sobre o ser humano.²⁵⁶²

O laboratório de Oliveira ficava localizado no Mercado da Produção, no bairro da Levada, em Maceió. Segundo Elinaldo Barros (2010), a película participou do Festival de Documentários de Lille, em 1980, na França. Teve participação no *The New York Medicinal Film Festival*, em fevereiro de 1982, em Nova York, e, graças à negociação da Embrafilme com a Radiodifusione Italiana (RAI), foi transmitido em programas de televisão.

Chão de Casa foi selecionado em um dos editais da Embrafilme, e tinha o intuito de abordar a construção de casa de taipa, um tipo muito comum de edificação de pessoas de baixa renda. Foi filmado em março de 1982, com uma bitola de 16 mm, na comunidade da Barra Nova, povoado de Marechal Deodoro, durante 10 dias. Sua equipe externa era formada pelo fotógrafo Benvau Fon, o técnico de som Sílvio Da-Rin e a historiadora Arrisete Costa, à época estudante. Como grupo interno, temos Gilberto Santeiro como o montador do filme, a narração de Nina de Pádua e o texto da professora e antropóloga Vera Calheiros. Esse filme foi exibido em algumas regiões do Brasil graças às afiliadas da TV Educativa, assim como no exterior no Festival de Arquitetura de Bordeaux, na França, e no Centro Craterre (Escola de Arquitetura de Grenoble), que atua com pesquisas sobre construções em terra crua no planeta²⁵⁶³.

Após o fim do Festival de Cinema Brasileiro de Penedo, no final de 1982, e com o encarecimento da película de 8 mm, isso potencializou o término do Ciclo Superoitista de Alagoas. No contexto político brasileiro, os movimentos sociais estavam atuantes pela abertura democrática. Com o momento propício, Brandão lança o documentário *Memória da Vida e do Trabalho* (1984), onde focaliza as vilas operárias têxteis de Fernão Velho, Saúde e Rio Largo; partindo do testemunho de pessoas que trabalharam ou trabalhavam nessas fábricas, o filme tem o intuito de exibir o processo de modificação e degradação das vilas. De acordo com Ana Flávia Ferraz (2013) e Elinaldo Barros (2010), *Memória da Vida* (1984) foi inspirado no texto *Mudanças Sociais do Nordeste*, de José Sergio Leite Lopes e Rosilene Alvim; teve a fotografia de Benvau Fon e a narração do poeta maranhense Ferreira Gullar.

²⁵⁶¹ Ibidem, p. 49

²⁵⁶² Ibidem, p. 49

²⁵⁶³ ÁVILA. Janayna. A odisséia de Celso Brandão. **Graciliano**, Maceió, AL, [v.?), n. 16, p. 74, 2012. ISSN 1984-3453.

No ano seguinte, o filme passou pela seleção da Divisão Cultural da Embrafilme e participou do Festival Internacional de Moscou.

Papa Sururu (1989) marca a produção de Celso Brandão pós-Festival de Penedo. Produzido em vídeo, ele retrata a extração do crustáceo chamado sururu, na Lagoa Mundaú, e seu percurso até o Mercado da Produção de Maceió.

Compreendemos o quanto os filmes de Celso Brandão são importantes e merecem um aprofundamento. Celso Brandão atualmente tem trabalhado sua vertente fotográfica, participando de curadorias e exposições. Os trabalhos de Brandão são direcionados entre a fotografia e o cinema, no entanto, pela disponibilidade das fontes, optamos pela análise dos seus filmes.

Com o trabalho de Brandão, visamos às pesquisas de Siegfried Kracauer, que iniciou as suas atividades como jornalista e crítico de cinema na década de 20, período conhecido como República de Weimar (1919-1933). No contexto do Pós-Primeira Guerra Mundial, a Alemanha estava inserida em um caos, pois havia grandes índices de desemprego, inflação em alta e a economia estava abalada. Porém, foi um dos momentos mais férteis nas Artes e na intelectualidade:

Bertolt Brecht no teatro; Max Ernst e Paul Klee na pintura; Arnold Schoenberg e Anton Webern na música; Herman Hesse e Thomas Mann na literatura; Fritz Lang e F. W. Murnau no cinema; a escola de *Bauhaus* na arquitetura; o Instituto de Pesquisas Sociais (posteriormente Escola de Frankfurt), com Adorno, Horkheimer e Benjamin, na filosofia²⁵⁶⁴.

Com interesse interdisciplinar, Kracauer aprofundou os seus estudos sobre os filmes da época antes da ascensão de Hitler, República de Weimar. Esses filmes eram conhecidos como mórbidos, sinistros e macabros²⁵⁶⁵; no entanto, eles traziam profundas tendências psicológicas do povo alemão. Para conhecer uma sociedade, nada melhor do que analisar obras fílmicas como um meio de investigar e conhecer uma nação:

Las películas de una nación reflejan su mentalidad de forma más directa que otros medios artísticos, por dos razones. Primero, las películas nunca son el resultado de una obra individual [...] En segundo lugar, as películas se dirigen e interesan a la multitud anónima. Puede suponerse, por lo tanto, que los filmes populares [...] - satisfacen deseos reales de las masas.²⁵⁶⁶

Para Kracauer, rádios, *best-sellers*, publicações populares, anúncios e principalmente o cinema oferecem valiosas informações de tendências dominantes ou íntimas de um povo, ou seja:

Más que credos explícitos, lo que las películas reflejan son tendencias psicológicas, los estratos profundos de la mentalidad colectiva que - más o menos- corre por debajo de la dimensión consciente.²⁵⁶⁷

²⁵⁶⁴ SOCHA, Eduardo. A ostentação teórica da insignificância: ensaios de Siegfried Kracauer evidenciam um academicismo consequente e isento de notas de rodapé. **Revista Cult**. São Paulo, 2010. Disponível em <<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/a-ostentacao-teorica-da-insignificancia/>> Acesso em 08 fev. 2016.

²⁵⁶⁵ Período conhecido como Expressionismo Alemão, tem como características: os filmes de enredo de pesadelo, com cenários distorcidos, personagens sinistros, maquiagem pesada e fotografia sombria. Eram elementos que criavam um mundo tortuoso e imprevisível, como em **O Gabinete do Doutor Caligari**, de [Robert Wiene](#), em 1920.

²⁵⁶⁶ KRACAUER, Siegfried. **De Caligari a Hitler: Historia Psicológica del cine alemán**. Barcelona: Paidós, 1985. p.13.

²⁵⁶⁷ *Ibidem*, p. 14.

Com base nessas ideias, percebemos que Kracauer visava entender a sociedade alemã e suas ações que culminaram na ascensão de Adolf Hitler ao poder. Através dos filmes enxergamos os sentimentos coletivos (o medo e a humilhação) relacionados ao difícil contexto alemão. Esse viés analítico do cinema por intermédio da psicologia almejava explicar a situação política da Alemanha e, conseqüentemente, criou uma nova perspectiva interdisciplinar para as pesquisas sobre o cinema.

Siegfried Kracauer afirma que o filme, seja documental ou ficcional, pode e deve ao mundo visível, pois ele reflete os aspectos da realidade que o cerca. “ Al registrar el mundo visible - trátese de la realidad cotidiana o de universos imaginarios, las películas proporcionam claves de los procesos mentales ocultos²⁵⁶⁸”. Utilizando esse viés realista, encaramos os filmes de Celso Brandão como um modo de entender a sociedade alagoana que passava por transformações políticas, no decorrer da Ditadura Militar (1964-1985) até sua redemocratização política.

Siegfried Kracauer percebe a importância da forma, dos subsídios técnicos do cinema, em relação à cor, composição, iluminação e montagem, porém não é uma alternativa de sua pesquisa possuir uma configuração somente atrelada às questões formalistas, mas, sim, um trabalho direcionado ao conteúdo, ou seja, uma tendência realista que almeja a representação do real.

Siegfried Kracauer percebe que o cinema pode ser dividido em duas classes, com base nas propriedades básicas e nas propriedades técnicas. As propriedades básicas advêm da fotografia, ou seja, de possuir toda a capacidade de registrar e revelar a realidade física. Já as propriedades técnicas visam aos procedimentos de montagem, iluminação e aos diversos efeitos do primeiro plano; e se comportam de maneira subjacente em relação às propriedades básicas, pois suas funções são de ajudar a revelar a realidade física. Mas, afinal, o que seria essa realidade?

Pero la única realidade de la que aqui nos ocupamos es la realidad física efetivamente existente, el transitorio mundo en que vivimos. (A esta realidad física la denominaremos también ‘realidade material’, ‘existência física’, ‘realidad efectiva’ [actuality] o, lisa y llanamente, ‘naturaleza’. Otra expresión adecuada es ‘realidad de la cámara’.²⁵⁶⁹

Seria este mundo transitório em que vivemos e que também chamamos de natureza. E o cinema, para o historiador alemão, teria a capacidade de expor essa realidade para as pessoas.

Esse real en primer lugar, la fotografia teine una franca afinidade con la realidade no escenificada. Las imágenes que nos imágenes que nos impresionan como intrínsecamente fotográficas parecen perseguir el propósito de representar la naturaleza elemental, la naturaleza tal como existe con independencia de nosotros.²⁵⁷⁰

Herdeiro da fotografia (registrar o real), o cinema tem a função de expor a realidade sem interferências. O papel do cinema para relação cinema e realidade para Kracauer é ordem do testemunho, no sentido de que o cinema registra os aspectos já vistos para revelar aquilo que não é compreensível de imediato²⁵⁷¹.

²⁵⁶⁸ Ibidem, p. 15

²⁵⁶⁹ Idem, 2013, p.51.

²⁵⁷⁰ Ibidem, p. 40.

²⁵⁷¹ GUTFREIND, Cristiane Freitas. Kracauer e os fantasmas da história: reflexos sobre o cinema brasileiro. **Comunicação, Mídia e Consumo**. São Paulo, Vol. 6, n. 15, mar. 2009. p. 135.

O cinema tem essa capacidade de testemunhar sobre a sociedade e a cultura, seja no tempo presente ou longínquo. Não como um espelho refletido da realidade, e, sim, com evidências e nuances dessa realidade. Essa característica se relaciona bem com o pressuposto dos historiadores, quanto à observação histórica. Como bem lembra o historiador francês Marc Bloch (1886-1944), há impossibilidade de os historiadores constatarem os fatos que estudam, é por isso que precisamos fazer com que as testemunhas falem, pois “todo conhecimento da humanidade, qualquer que seja, no tempo, seu ponto de aplicação, irá beber sempre nos testemunhos dos outros uma grande parte de sua substância”²⁵⁷².

Portanto, poderíamos imaginar que o historiador é como um investigador, que se esforça para reconstruir um crime que não presenciou. Por isso, a importância dos relatos das testemunhas para encontrar evidências históricas.

Segundo Bloch, “a diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele”²⁵⁷³.

No livro *Teoría del Cine*, Kracauer faz referência à perspectiva microanalítica ao associá-la ao primeiro plano e ao *close up*. Para o historiador alemão, o cinema é discípulo da fotografia, o que o faz herdar algumas qualidades como “[...] registra en forma mecánica los detalles más pequeños y la secuencia ininterrumpida de gradaciones infinitamente sutiles que van del blanco al negro [...]”²⁵⁷⁴. Outro ponto a favor é a capacidade “fotográfica de la cual emergen, uno por uno, detalles que permanecían insopechados en la copia original (y en la realidad). Esta es otra reacción muy típica frente a las fotografías”²⁵⁷⁵. Não é toa que um dos historiadores mais influentes da contemporaneidade, o italiano Carlo Ginzburg (1939-), percebe a preocupação de Kracauer referente à microanálise, que é base de sustentação da corrente micro-histórica, iniciada na década de 70.

Sem o cinema, sem o *close-up*, Kracauer teria podido falar de micro-história? Trata-se, é óbvio, de uma pergunta retórica. Não é por acaso que Kracauer, para frisar o nexo entre pesquisa macro-histórica e *close-ups* baseados em micropesquisas [...]. A fotografia e seus prolongamentos (cinema, televisão) abriram, como no passado a perspectiva linear, uma série de possibilidades cognitivas: um novo modo de ver, de contar, de pensar²⁵⁷⁶.

Ginzburg percebe que o historiador alemão tinha uma visão ousada sobre a narrativa histórica, pois Kracauer formulava uma aproximação entre as narrativas históricas e cinematográficas; onde o historiador pudesse escrever por meio de imagens e buscar retalhos e fragmentos da realidade. Outras questões desenvolvidas por Kracauer são sobre a pluralidade narrativa, ou seja, a inserção de vários pontos de vista (ângulos, planos, movimentos) sobre a realidade, atrelada ao olhar micro e à ideia de uma descrição minuciosa, onde podemos perceber cheiros, barulhos, com a possibilidade de visualizar cores, cenários, cenas, cidades, através da escrita, explorando “um discurso não linear, fragmentário, com cortes, planos sequência, e *close ups*”²⁵⁷⁷. Então, concordamos com o que afirma a pesquisadora de audiovisual Mônica Kornis:

Kracauer relacionava a tarefa do historiador à do fotógrafo, considerando que ambos deviam examinar

²⁵⁷² BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 70.

²⁵⁷³ Ibidem, p. 70.

²⁵⁷⁴ KRACAUER, Siegfried. **Teoría del Cine: la Redención de la Realidad Física**. Barcelona: Paidós, 2013. p. 28.

²⁵⁷⁵ Ibidem, p. 44.

²⁵⁷⁶ GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 240.

²⁵⁷⁷ BORRMANN, Ricardo G. Cinema, imagem e história na leitura de Carlo Ginzburg sobre livro póstumo de Siegfried Kracauer. **Simbiótica**. Espírito Santo, Vol. único, n. 6, jun. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/8085/5724>>. Acesso em: 8 mar. 2016.

meticulosamente os detalhes e os fatos objetivos. A imaginação do historiador, assim como a do fotógrafo, devia ser usada para servir aos fatos.²⁵⁷⁸

Observando as características do cinema, para Kracauer, as mais sublimes seriam a de registrar a natureza e sua capacidade de assimilar e decifrar a realidade.

Mas é uma receptividade que se tece na escolha, na construção: a fotografia não é mero espelho da realidade. O fotógrafo poderia ser comparado, observa Kracauer, com 'um leitor cheio de imaginação', absorto em estudar e decifrar um texto cujo significado não consegue captar [...].²⁵⁷⁹

O cinema entra em cena como objeto de estudos da História através da Escola dos Annales. Em 1929 foi fundada a Revista *Les Annales*, sob a tutela dos historiadores franceses Marc Bloch (1886-1944) e Lucien Febvre (1878-1956), e ela pretendia estudar a Sociedade e a Economia. Eles pensavam a Historiografia com relações estreitas com as Ciências Sociais e criticavam a História Política tradicional, que enaltecia reis, parlamentares, fatos históricos e a percepção de fontes históricas restritas à documentação oficial.

A Nova História, proposta iniciada pela terceira geração dos *Annales*, tendo Jacques Le Goff (1924-2014) como líder da escola francesa, nos anos de 1970, almeja discutir o papel dos objetos, dos problemas e das abordagens praticados pela História.

O Cinema veio a ser encarado como fonte para a pesquisa histórica, graças às novas abrangências da História Nova praticadas por essa terceira geração dos *Annales* (1969-1988); além de Jacques Le Goff, temos a liderança Emmanuel Le Roy Ladurie (1929-) e Marc Ferro (1924-). Agregando a transformação do conceito de Fonte Histórica, herdado dos primeiros *Annales*, não mais se limita ao documento textual de fontes oficiais, mas expandiu de tal forma que hoje a arquitetura, os artefatos, a moda, a literatura popular, as imagens manuais (pintura, desenho, gravura, escultura) e as imagens técnicas (fotografia, cinema, vídeo e digital) são aceitas como fontes historiográficas:

[...] fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma história baseada numa multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc. Uma estatística, uma curva de preço, uma fotografia, um filme [...] são, para a história nova, documentos de primeira ordem.²⁵⁸⁰

Marc Ferro critica alguns historiadores e pensadores que discorriam a respeito do cinema como um objeto indesejável, pois era uma arte que não era apreciada pelas elites nem vista como uma fonte autêntica ou crível pela maioria dos historiadores tradicionais. Os documentos textuais e oficiais eram tidos como as únicas fontes verdadeiramente "confiáveis" e históricas (cartas, documentos oficiais, manuscritos de reis, inventários, processos, textos jurídicos, administrativos e legislativos, etc.). O historiador francês Marc Ferro responde categoricamente: "O filme, imagem ou não da realidade, documento ou ficção, intriga autêntica ou pura invenção, é História"²⁵⁸¹. Esse foi o pontapé inicial dado pela coletânea *História: Novos Objetos, Novas Abordagens, Novos Problemas*, organizada por Pierre Nora, Jacques Le Goff e Marc Ferro, publicada em 1974.

²⁵⁷⁸ KORNIS, Mônica. História e Cinema: um debate metodológico. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p.241, 1992.

²⁵⁷⁹ GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 239.

²⁵⁸⁰ LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 28

²⁵⁸¹ FERRO, Marc. **Cinema e História**. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra. 2010. p. 32

O texto que se encontra inserido na coletânea, elaborado por Marc Ferro, *O filme, uma contra-análise da sociedade?*, teve muito impacto nos circuitos universitários, permitindo o aprofundamento de suas ideias iniciais no livro chamado *Cinema e História* (1977), com várias traduções nos Estados Unidos, Itália, Espanha, Turquia, China e Brasil.²⁵⁸²

Nos anos de 1970 houve uma produção maior dos textos de Marc Ferro sobre cinema. Com a experiência adquirida como realizador de filmes, Ferro contribuiu em muito para as pesquisas que almejavam uma interdisciplinaridade e/ou transdisciplinaridade entre História e Cinema.

Como qualquer outra fonte histórica, a fílmica precisa ser criticada; faz-se necessário perceber que ela foi montada por pessoas, grupos, classes, a fim de disseminar suas visões de mundo.

[...] a imagem televisual vem se juntar à imagem fílmica: ela é por sua vez documento histórico e agente da História numa sociedade que a recebe, mas que também – e não se pode esquecer isso – a produz.²⁵⁸³

Para Ferro, o cinema desde os seus primórdios tem a capacidade de intervir na História com filmes, documentários ou de ficção, que, desde sua origem, sob a aparência de representação, doutrinavam e glorificavam, ou seja, a capacidade de ser agente da história. Observa que, desde que os dirigentes de uma sociedade compreenderam a função que o cinema poderia desempenhar, tentaram apropriar-se dele e pô-lo a seu serviço, sem haver nenhuma distinção entre os dirigentes orientais e ocidentais. Por isso, o historiador francês crê na autonomia, na subversão e na resistência que o cinema pode contrapor quanto a essa visão hegemônica da própria história oficial.

Os cineastas podem, sim, ir contra as correntes ideológicas dominantes, criando consciência própria. Eles se utilizam de artifícios que fogem dos componentes escritos (como, por exemplo: roteiros, diálogos) e se apoderam das imagens, porque, para Marc Ferro, há iletrados em cultura visual. O cineasta, então, pode criar uma contra-análise, uma contra-história, um contradiscurso, ou seja, uma visão diferente da dita “oficial” – busca-se a visão dos fatos dos vencidos e da resistência. É caso do cineasta alagoano Celso Brandão; ao utilizar operários, artesãos e pescadores, ele subverte a história dita oficial, pois, ao inserir outras visões, Brandão cria uma contra-história.

O cinema intervém na história e é difícil medir e avaliar essa ação, porque diretamente/indiretamente o filme, através da indústria cultural, ações estatais ou por usos políticos atrelados ao sistema de propaganda e *marketing*, pode construir um poderoso meio de difusão ideológica. Apoiado pelo que chamamos de linguagem do cinema (ângulos, fotografias, cores, iluminação, montagem), um filme pode criar mitos, personalidades e nações perfeitas, porque em uma construção fílmica nada é inocente, seja em filme do tipo documentário, propaganda política ou uma ficção. Quando Brandão exhibe *Memória da Vida e do Trabalho* (1984) em Fernão Velho, alguns espectadores perceberam nas imagens e vozes da película uma empatia e identificação com aquelas pessoas, por isso o filme atua como um agente.

A Linguagem do Cinema não tem ênfase nos trabalhos de Marc Ferro, mas ele admite a sua importância, para Kornis “Ferro se afasta de uma análise semiológica, estética ou ligada à história do cinema²⁵⁸⁴”. Ferro procura uma relação mais próxima com os estudos sobre condições de produção, apoio financeiro do Estado e a censura, ou seja, dá destaque às condições externas do filme, preferindo uma análise do contexto. Assim como as inclinações realista de Kracauer, devido à sua escolha por atribuir a forma, o parâmetro técnico, como

²⁵⁸²KORNIS, Mônica. Marc Ferro (1924-). In: PARADA, Maurício (org.). **Os historiadores: clássicos da história, vol. 3: de Ricoeur a Chartier**. Petrópolis: Vozes: PUC-Rio, 2014. p.147.

²⁵⁸³ FERRO, Marc. **Cinema e História**. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra. 2010. p. 14.

²⁵⁸⁴ História e Cinema: um debate metodológico. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p.244, 1992.

subserviente, pois sua finalidade é dar visibilidade aos fatos, isto é, os dois autores têm a preferência pelo estudo do contexto e do conteúdo, deixando em segundo plano as questões técnicas.

O cinema é produto da história e, como todo produto, é um excelente meio para a observação do “lugar que o produz”, portanto, a sociedade institui suas temáticas, suas próprias linguagens e estabelece fazeres; consequentemente, indica indícios, retratos da sociedade que o produziu²⁵⁸⁵. Ou seja, o cinema como fonte histórica nos possibilita analisar visões de mundo, padrões de comportamento, mentalidades, hierarquias sociais, espaços habitados, paisagens, etc., por isso, os filmes de Celso Brandão são fontes que auxiliam a entender as singularidades e permanências alagoanas.

Podemos perceber um olhar parecido ao que Siegfried Kracauer fez em *De Caligari a Hitler*, sobre a influência do cinema. “Kracauer considerava que os filmes de ficção refletiam de forma imediata a mentalidade de uma nação, estabelecendo assim uma relação direta entre o filme e o meio que o produz²⁵⁸⁶”, permitindo-nos associar com as propostas de estudo de Marc Ferro, pois ele vê o cinema como fonte para analisar a sociedade. Esse viés é conhecido por Ferro como a Leitura Histórica do Cinema. Logo, optamos pelo método da microanálise, que consiste em investigar os detalhes, as nuances e indícios que passam despercebidos no trato com o cinema e a história. Ver em escala reduzida nos proporciona estar mais próximo aos detalhes, perceber alguma repetição/mudanças de elementos, de temas e de objetos dos filmes. Podemos observar a visão do diretor sobre o filme, desde a escolha de ângulos e perspectivas, observamos nessas referências como o diretor enxerga a realidade ao seu redor. Por isso, o uso da microanálise como ferramenta para descobrir nuances, diferenciações e permanências que compõem o mundo real.

A Leitura Cinematográfica da História, ou representação histórica, visa à característica do cinema em retratar épocas, eventos, processos e personagens históricos. Podemos perceber, nos documentários históricos, em filmes de ambientação histórica e nos filmes épicos, que seus roteiros são inspirados em fontes de época, manuscritos, crônicas e obras historiográficas. No entanto, o papel dessas fontes é de pura inspiração, para criação dos seus enredos.

Geralmente, o cinema perpetua o discurso historiográfico tradicional, cheio de estereótipos e versado em ideologias, todavia, alguns filmes se opõem e resistem, contribuem com um olhar diferenciado, embutidos de uma contra-história que nos faz repensar sobre o nosso passado e sobre a sociedade atual. Dessas coordenadas de pesquisa de Marc Ferro, torna-se viável a perspectiva que visa a uma análise do real, pois podemos visualizar modificações e/ou permanências no campo da sociedade e da cultura na filmografia de Celso Brandão.

Robert Rosenstone nasceu em Montreal, no Canadá, em 1936, lecionou por décadas no curso de História do *The California Institute of Technology* (EUA) e foi consultor histórico de alguns filmes. Depois dessa experiência com o cinema, Rosenstone iniciou e aprofundou os seus estudos sobre a relação cinema-história: principalmente em *History on Film / Film on History* (2006). Este livro foi publicado em 2010, com o título em português *A história nos filmes, os filmes na história*, e traz uma nova abordagem para a relação entre cinema e história.

Um ponto das reflexões de Robert Rosenstone é a possibilidade de o cineasta ser um historiador, todavia, fazendo discernimento de que há diferenças quanto à mídia, à forma de abordagem e ao produto final. O diretor transmite através das imagens os acontecimentos políticos, os movimentos sociais em ação, a forma de se vestir, a música, a comida e a maneira de se impor diante do contexto vivido, na forma de representação, seja nos filmes de ficção, dramáticos, documentários, experimentais e aquelas películas que visam a uma

²⁵⁸⁵ BARROS, José D’Assunção e Nóvoa, Jorge (orgs). **Cinema-História: teoria e representações sociais no cinema**. 3. ed. Rio de Janeiro, 2012.

²⁵⁸⁶ KORNIS, Mônica. História e Cinema: um debate metodológico. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p.241, 1992.

contra-história, no sentido pensado por Marc Ferro. Esses filmes fazem com que os espectadores pensem, reflitam, questionem suas realidades e os seus passados. Será que o cineasta alagoano Celso Brandão pode ser inserido nessa categoria?

Rosenstone considera alguns cineastas como verdadeiros historiadores, dentre os quais, podemos citar os norte-americanos Oliver Stone (1946-), D. W. Griffith (1875-1948); os italianos Roberto Rosellini (1906-1977), os irmãos Vittorio e Paolo Taviani, respectivamente, nascidos em 1929 e 1931, o polonês Andrzej Wajda (1926-), e o brasileiro Cacá Diegues (1940). Rosenstone constrói sua argumentação ao afirmar que alguns desses diretores utilizam diversas teorias nos seus filmes, como a de Bertold Brecht (as películas que não pretendem causar emoções, pois almejam que o público pense), as questões sobre a cultura e história inspirados nos trabalhos de Antonio Gramsci e filmes que são visões da história dos colonizados e dos excluídos.

Mas por que alguns são cineastas/historiadores? Rosenstone afirma:

O que esses diretores têm em comum é uma espécie de interesse pessoal pela história. Todos parecem obcecados e oprimidos pelo passado. Todos continuam voltando a tratar do assunto fazendo filmes históricos, não como uma fonte simples de escapismo ou entretenimento, mas como uma maneira de entender como as questões e os problemas levantados continuam vivos para nós no presente.²⁵⁸⁷

Para Rosenstone os diretores usam três maneiras de tornar o passado e o presente mais significativos. A primeira: visualizar é colocar indivíduos em situações reais, dramatizar acontecimentos, apresentar pessoas/personagens com quem podemos nos identificar. Essa forma faz com que os espectadores adquiram experiências e emoções vividas tanto no passado como no presente. A segunda: contestar é fornecer diversas visões que contradigam o conhecimento tradicional, mostrar outras interpretações sobre temas, pessoas, acontecimentos, tanto no âmbito pessoal, nacional e internacional. E por último: revisar versões da história, de um fato, com um olhar novo, utilizando dos meios formativos como técnicas e narrativas para fazer com que a plateia repense o que já conhece. E esses historiadores-cineastas criaram, ao longo de suas carreiras, um conjunto importante de filmes que abordam uma era, um tema, uma nação e um campo de estudos²⁵⁸⁸. Rosenstone avalia que o cineasta pode ser um historiador.

Os filmes de Brandão colocam pescadores, operários e artesãos como personagens centrais, e os acontecimentos que os envolvem, como, por exemplo: a decadência da Fábrica Carmem e as suas consequências para os moradores das antigas vilas operárias, ou seja, a capacidade de visualizar, segundo Rosenstone. Ao enquadrar as classes subalternas, Brandão exhibe novas visões sobre temas e pessoas que contestam a visão cristalizada sobre fazeres e saberes. Com a contribuição de novos personagens e por meio das técnicas cinematográficas, Brandão revisa e dá novas roupagens a assuntos, temas e pessoas. Faz do cinema uma fonte para estudar a história cultural de Alagoas.

Considerações Finais

Rosenstone, Ferro, Ginzburg e Kracauer, com suas diversas perspectivas teóricas, contribuem para uma compreensão melhor acerca da relação entre o cinema e a história. Eles propõem repensar o papel do historiador, rever a história acadêmica e a capacidade do cineasta em problematizar e investigar o passado e o presente. Percebemos a importância do filme como agente das ações humanas e que ele não é concebido de forma inocente.

Por isso, ressaltamos o trabalho do cineasta alagoano Celso Brandão, que teve o seu *debut* como cineasta em 1975, utilizando uma película amadora de 8 mm (Super-8) para

²⁵⁸⁷ ROSENSTONE, Robert A. **A história nos filmes, os filmes na história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015, p. 174.

²⁵⁸⁸ *Ibidem*, p. 174.

participar da primeira edição do Festival de Cinema de Penedo. Ele tem contribuído há quarenta anos com as suas fotografias e seus filmes documentários a partir do registro da vida e da arte de artesãos, mestres de folguedos, operários e pescadores. Sendo assim, suas películas salvaguardam a cultura e dão visibilidade e voz aos marginalizados, ou seja, elas transmitem a perspectiva de uma contra-história, nos dizeres de Marc Ferro, pois Brandão tem uma construção que foge da história dita oficial, apresentando uma visão que denota fazeres e práticas dessas pessoas.

Contudo, o cinema de Brandão nos dá pistas e representações da realidade física alagoana, pois vemos o filme como uma fonte histórica que nos auxilia a visualizar e a refletir sobre as condições do meio natural, as hierarquias e os atores sociais, por isso, tomamos a perspectiva realista de Siegfried Kracauer em detrimento das propriedades técnicas (formativas), porque esses aspectos são importantes nesta pesquisa como ferramentas para análise, e não como objetivo central.

Percebemos que a característica salientada por Robert Rosenstone, onde alguns cineastas têm a propriedade de escrever a história com imagens, faz sentido para o caso de Brandão, pois ele não é um historiador acadêmico, mas os seus filmes contribuem para a formação de uma memória cultural das pessoas que vivem à margem dos interesses da elite política alagoana.

Nesse sentido, essas películas dão visibilidade e polifonia aos pescadores, operários, mestres de folguedos, levando Brandão a assumir uma das características elaboradas por Rosenstone, a de visualizar, pois ele consegue tornar visíveis as dificuldades e habilidades dos nossos atores sociais, fazendo que tenhamos algum tipo de identificação com os personagens. Sendo assim, esses filmes trazem um novo olhar sobre a sociedade alagoana.

NARRATIVAS ORAIS E MEMÓRIA: RELATOS SOBRE AS SOCIABILIDADES NO CLUBE SOCIAL DA CIDADE DE REMÍGIO- PB (1958-1970)

Tatiane Santos de Souza²⁵⁸⁹
tattyane.ss@gmail.com

Resumo: O presente artigo busca analisar as relações de sociabilidade que existiam no Clube S.A.E.R. (Sociedade de Amparo aos Estudantes de Remígio) na cidade de Remígio- PB e identificar os laços identitários que surgiram na sociedade remigense com a presença do clube em 1958, enquanto espaço sociocultural, analisando o novo espaço de lazer até o ano de 1970. Neste sentido, este trabalho tem por objetivo analisar a partir da chegada do clube as transformações que ocorreram com as pessoas e o desenvolvimento que o clube trouxe para a cidade, transformando hábitos e costumes de alguns moradores, através das suas sociabilidades. Utilizamos fontes orais, e é através das narrativas orais de memória de alguns moradores da cidade e frequentadores do clube que privilegiamos informações sobre as vivências cotidianas existentes. É sobre os estudos da memória que percebemos os requisitos fundamentais para conduzir as reflexões neste artigo, e analisando a sua relação com tempo, é preciso entender a fonte oral como um registro que guarda vestígios de manifestações através da oralidade humana. Dialogamos com alguns teóricos e seus conceitos que inserem esse trabalho numa proposta de História Cultural, citamos Roger Chartier com seu conceito de práticas e representações, Jacques Le Goff e o conceito de memória, bem como os conceitos de usos e práticas do historiador Michel de Certeau.

²⁵⁸⁹ Mestranda em História pela Universidade Federal de Campina Grande

Palavras-Chave: Memória. Cidade. Cultura. Clube Social.

O presente trabalho é resultado de intensas pesquisas, que surgiu a partir do interesse em trabalhar com espaços de lazer/diversão que se entrelaçam nos campos da história cultural, estabelecendo vínculos com a sociedade pela qual faz parte, abrangendo algumas experiências humanas e práticas cotidianas da cidade. A realização de bailes e festas no clube social S.A.E.R. (Sociedade de Amparo aos Estudantes de Remígio) possibilita um estudo sobre as formas de divertimento em uma sociedade localizada na cidade de Remígio.

Para contribuir com a pesquisa sobre a História Cultural, com ênfase nas práticas culturais realizadas no clube social remigense, venho demonstrar a importância desse tema também na atual sociedade que busca conhecer a história da cidade, no tocante ao lazer e divertimento, mostrando a cultura do município de Remígio que está localizado no estado da Paraíba há 132 km da capital João Pessoa e se constitui como um lugar central com uma faixa de transição que dividem a região do brejo (nascente) e do agreste (poente) do planalto da Borborema²⁵⁹⁰.

Analisando as práticas culturais presentes na sociedade, com a chegada do clube S.A.E.R., ela passa por mudanças e estas mudanças acarretam nas práticas culturais, as quais podem ser definidas segundo o conceito de práticas e representações de Roger Chartier. Segundo o autor, “as representações do mundo social assim construídas (...) são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam.”²⁵⁹¹ Nesse sentido as práticas e as representações da sociedade remigense se correlacionam ao meio em que vivem e ao meio social a que pertencem, podendo ser evidenciado através das transformações sociais e culturais que ocorrem na cidade, pois foi com a chegada do clube que os diferentes setores da sociedade passaram por diferentes impactos presentes em suas práticas.

Optamos trabalhar com os relatos orais de memória, pois possibilita visualizar como as formas de lazer, usos festivos, divertimento e representação estiveram tão presentes na vida das pessoas que participaram, atuando nesse espaço, constituindo suas representações e suas práticas na nova vida que os novos tempos modernos proporcionavam. Para tal resultado, trabalhamos com entrevistas, onde as pessoas relatam o que vivenciaram naquela época através da sua memória, podendo contribuir as informações necessárias para a realização desse trabalho.

Segundo os pesquisadores do CPDOC “A história oral é um método de pesquisa que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, (...) como forma de se aproximar do objeto de estudo.”²⁵⁹² É esse contato direto que o pesquisador tem com sua fonte, que possibilita um amplo espaço de conhecimento através dos depoentes, permitindo-se construir a história desejada.

Compreender as possibilidades de uso da História Oral²⁵⁹³ em estudos historiográficos sobre Cidades, mais especificamente, nos estudos sobre o processo de transformação urbana a partir da criação de clubes sociais voltados para os jovens estudantes, com finalidade de uso educativo e festivo, passa pelo processo de todo um movimento histórico pertencente à própria sociedade, pois o olhar que o homem possui em relação ao passado traz consigo uma marca da historicidade a partir de suas visões sobre os acontecimentos que ocorreram no espaço urbano marcando a sua própria história.

Registramos como as formas de memória agem através da oralidade sobre a compreensão do passado, conservando informações coletivas do passado para a

²⁵⁹⁰ SERAFIM, Péricles Vitório. **Remígio: Brejos e Carrascais**. João Pessoa . Editora Universitária, 1992, p. 11

²⁵⁹¹ CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p.17.

²⁵⁹² ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. - 3. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p.18

²⁵⁹³ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Os novos rumos da história oral. In: COGGIOLA, Osvaldo. **Caminhos da História**. São Paulo: Xamã, 2006.

rememoração do presente, sendo utilizada como uma fonte histórica. E segundo Jaques Le Goff “A memória como propriedade de conservar certas informações, remete-nos (...) a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.”²⁵⁹⁴ Assim através dos relatos orais de memória o depoente busca informações em sua memória que ajuda a compreender sua relação com o passado e o presente e com as memórias dos outros indivíduos.

Analizamos o cotidiano das pessoas bem como as práticas urbanas empreendidas pelo homem na cidade, apontando a festa como uma quebra da rotina no cotidiano das pessoas que viviam nessa sociedade. Assim partimos de um lugar de fala e de pertencimento para construir uma história e segundo Certeau “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio - econômico, político e cultural.”²⁵⁹⁵ É através desse lugar que evidenciamos o interesse de escrever sobre essa história. Mesmo que a frequência do clube se restringisse a um local fechado, parecia misturar-se com os espaços e as pessoas da cidade. Assim pensamos a cidade de Remígio em estudo como “(...) lugar de transformações e apropriações, objeto de intervenções, mas sujeito sem cessar enriquecido com novos tributos: ela é ao mesmo tempo a maquinaria e o herói da modernidade.”²⁵⁹⁶

O clube em estudo surgiu por meio das influências políticas e da credibilidade que a sociedade depositava na pessoa de Luiz da Costa Araújo Bronzeado²⁵⁹⁷, mais conhecido como Luiz Bronzeado, no ano de 1958, como representante na Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba. Ele trouxe para a cidade de Remígio uma instituição filantrópica, adquirida com recursos do governo federal para a fundação de uma Sociedade de Amparo ao Estudante de Remígio, mais conhecida como S.A.E.R. com a finalidade da fundação de auxiliar a estes jovens no que fosse preciso para que todos tivessem o direito de estudar, como consta a Ata de Fundação e o Estatuto de 10 de Novembro de 1958.

O clube S.A.E.R. foi criado em meio a uma sociedade em busca do progresso no campo do conhecimento, “auxiliando os jovens no que fosse preciso para possuir uma boa educação”²⁵⁹⁸. Esse clube contava ainda com os sócios que eram formados pelos representantes políticos da cidade e por alguns pais de estudantes, eles mesmos, de acordo com o estatuto encarregavam-se de criar normas de comportamento. Desse modo, o Capítulo II- Dos sócios e seus deveres- do estatuto estabelece deveres para os sócios beneméritos e os sócios honorários, portanto devem:

Art. 6º Trabalhar em favor da sociedade para melhor êxito dos seus fins. Pagar pontualmente as suas contribuições. Aceitar os cargos de direção ou comissão para os que forem eleitos ou nomeados, exercendo-os com dedicação e perfeito alcance das suas obrigações sociais.²⁵⁹⁹

A organização da sociedade contava em seu estatuto com os seguintes órgãos: Diretoria, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Assembleia Geral. Estavam aptos a assumir toda e qualquer responsabilidade, tomando decisões através das reuniões convocadas por todo o quadro de órgãos. Assim o estatuto só poderia ser “reformados por

²⁵⁹⁴ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão. [et al.] – 6ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012, p.405

²⁵⁹⁵ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano- artes de fazer**. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Petropolis, RJ: Vozes, 2012, p.66

²⁵⁹⁶ Op. Cit. ,p. 174

²⁵⁹⁷ Luiz da Costa Araújo Bronzeado ocupou cargos políticos e públicos de grande importância para sua vida, tornando-se um conhecido paraibano pelos cargos ocupados ao longo de sua vida. Tornou-se Deputado Estadual e Federal em quatro mandatos, entre 1959 e 1967, além de ocupar cargos como Promotor Público, Delegado de Polícia e Desembargador da Paraíba.

²⁵⁹⁸ BARRETO, José Antônio Martins. Entrevista concedida à autora em 19 de Julho de 2014.

²⁵⁹⁹ Os deveres dos sócios fundadores e efetivos presente no Art. 6º. p. 2 da Ata de fundação da Sociedade de Amparo ao Estudante de Remígio.

deliberação do Conselho Deliberativo” e também contava com a ajuda da “Assembleia Geral que decidirá com metade mais um dos seus componentes”²⁶⁰⁰

Por contar com um espaço de apoio estudantil, o clube S.A.E.R., tratava-se também de espaços de sociabilidade nos quais eram valorizados pelos moradores da própria cidade nos quais foram formados. Assim de acordo com as palavras de Luiz Bronzeado presente no estatuto, ele se dispõe, “prometendo toda a sua ajuda, quer na Assembleia Legislativa, quer na Comarca Federal para a qual havia sido eleito, não poupando esforço para a concretização das finalidades da S.A.E.R.”²⁶⁰¹

Alguns estudantes da época tinham mesmo o objetivo de manter o clube, pois a sociedade precisava desse novo espaço para as suas promoções sociais. Além de festas sociais, eram realizados bailes de debutantes, confraternizações, desfiles, exposições de artes, homenagens, entre outros eventos de cunho cultural. O clube tinha um ideal em torno do lazer, e seus frequentadores faziam deste um motivo de união, onde boa parte das pessoas entre homens e mulheres, jovens e adultos mostravam seus laços identitários em todos os momentos vivenciados dentro dos clubes, como recorda à senhora Alice Melo Cavalcante:

Era realmente um clube, onde tinha festas de casamentos, assim, dos melhores casamentos, a recepção era lá, como o de minha irmã, de Nevinha Melo, de Ana Maria Thomaz, de Veronica Carneiro. Os sócios, então todo mês pagavam uma determinada quantia, para segurar, pagar energia, pagar funcionário e o ônibus que agente viajava também tinha uma contribuição, que era pra pagar o motorista, gasolina. A S.A.E.R. tinha sócio, tinha a diretoria, era formado pelo presidente, o vice-presidente, secretario e assim ia a diretoria todinha. Era muito bem organizada a S.A.E.R.²⁶⁰²

Além do uso de seu salão para a realização das mais diversas festas, existia também o uso do clube como um espaço para a realização de jogos interativos entre os jovens. Era no clube S.A.E.R. que reunia muitas vezes, os estudantes para outras atividades como nos conta a senhora Analice Dias

Era o local de realização de grandes festas, e todas essas festas tinham o percentual que era dado para a associação, que era uma instituição filantrópica. E aí tinha, por exemplo, final de semana tinha época de pingue pongue, mesas de pingue pongue, tinham todos os tipos de jogos, depois foi feito uma extensão lá pra trás, aí tinha um salão, uma quadra de jogos, entendeu, ela foi se ampliando.²⁶⁰³

Mais do que simples momentos de lazer para os homens e mulheres que trabalhavam e estudavam durante toda a semana e diversão para boa parte de seus frequentadores, tanto os da própria cidade, como os das cidades vizinhas. Muitas pessoas de diferentes classes sociais chegaram a frequentar o Clube S.A.E.R., os bailes realizados nesses espaços apareciam como momentos privilegiados para a unificação das mais variadas identidades e construção de práticas. E mesmo que toda a população não pudesse frequentar esses espaços onde eram realizados os bailes, havia momentos que propiciavam encontros e reencontros entre seus frequentadores. Era a época que propiciava também a afirmação de diferentes práticas e valores culturais.

As noites sociais remigenses entre 1958 e 1970 são descritas pelos nossos depoentes com muita alegria e animação, repleta de saudações aos bons tempos que frequentavam as

²⁶⁰⁰ Artigo 27º da Ata de Fundação da Sociedade de Amparo ao Estudante de Remígio, p. 5.

²⁶⁰¹ Ata de Fundação da Sociedade de Amparo ao Estudante de Remígio, p.6

²⁶⁰² CAVALCANTE, Alice Melo. Entrevista concedida à autora em 03 de Abril de 2014.

²⁶⁰³ SILVA, Analice Dias da. Entrevista concedida a autora em 20 de Maio de 2014.

festas nos clubes. Por todo o ano eram realizados bailes no clube S.A.E.R. envolvendo jovens e adultos, estudantes, comerciantes e fazendeiros. Durante a semana a preparação para os bailes, os desfiles nas ruas, e no final de semana, a realização das festas com as mais elegantes produções.

A cidade de Remígio passou a contar com a presença do clube que surgiu como novo espaço específico para reunir uma parte da população, realizando seus bailes e outras diversas festas sempre aos finais de semana, desfrutando de momentos de descontração e entretenimento, estabelecendo relações coletivas, tanto é que seus sócios mostravam ter nos clubes um elemento de identidade, criando laços expressos nos momentos de diversão. Essa identidade construída vai se adaptando a um determinado grupo e se apropria de seus valores, como afirma Stuart Hall:

As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas tem a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos.

²⁶⁰⁴

Com isto, os remigenses passaram a desenvolver nos clubes sociais “parte de suas atividades de lazer, estando à constituição dos clubes da cidade muito ligada à estrutura social da mesma.” ²⁶⁰⁵ Através destas atividades de lazer realizadas no interior dos clubes houve a modificação do cotidiano de seus frequentadores, adaptando-se as atividades clubísticas.

Embora o clube não atingisse a todas as camadas sociais da população, estes surgiram como um amplo espaço de sociabilidades, pois a prática de ir aos clubes nos finais de semana atingia boa parte da sociedade e alegrava seus frequentadores, assim a ida ao clube gerava oportunidade de descontração e entretenimento após uma semana de muitos estudos e trabalhos, de reunião com a família e amigos, de namoros permitidos e proibidos, momentos de sociabilidades.

O cenário urbano da cidade interiorana contou com a conquista material do clube S.A.E.R. pelo deputado Luiz Bronzeado, possibilitando um novo território de convívio, um espaço a mais de sociabilidade, garantido o lazer e a diversão das famílias que saíam de suas casas para frequentar os clubes nos finais de semana, na certeza de encontrar um espaço aberto a conquistar novas amizades e relações amorosas. Nesse sentido a cidade de Remígio se caracteriza como um lugar de sociabilidade, pois “ela comporta atores, relações sociais, personagens, grupos, classes de interação e oposição, ritos e festas, comportamento e hábitos.” ²⁶⁰⁶

A movimentação na cidade durante os finais de semana em que se realizavam as festas agitava o comércio local: as lojas de sapatos, de tecidos, as barbearias, os salões de beleza e as casas das costureiras sempre repletas de muitos clientes. Os dias de feira, aos domingos, também era um fator que movimentava a econômica remigense e possibilitava uma maior comunicação entre as pessoas de diferentes segmentos sociais para a divulgação da realização dos bailes, principalmente porque a feira sempre foi realizada aos domingos, o que possibilitava uma maior divulgação das festas a serem realizadas e despertava o interesse de outras pessoas das regiões próximas de Remígio a se deslocarem para frequentar e usufruir dos momentos de lazer que o clube remigense proporcionava.

²⁶⁰⁴ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**/ tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. – Rio de Janeiro: DP&A. Ed., 1997, P. 109

²⁶⁰⁵ SOUZA. Antonio Clarindo Barbosa de. “Os clubes sociais em Campina Grande: espaço de sociabilidade, lugares de exclusão.” In: **Cultura e Cidades**; Campina Grande: EDUFPG; 2009. p.72

²⁶⁰⁶ PESAVENTO. Sandra Jatthy. Cidades Visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, vol. 27, número 53. Junho, 2007, p.14

A divulgação era tanta que possibilitava a interação entre as pessoas, desde os comentários nas ruas, às conversas sobre suas vestimentas, a divulgação das bandas de músicas, das orquestras, enfim, uma infinidade de assuntos referente às noites sociais gerava expectativa referente ao dia do baile. Nosso colaborador Francisco Fábio Carneiro Leal nos conta, quando indagado sobre a movimentação das ruas de Remígio em dias de festa, que eram

Nossa movimentadíssima! Eram as mulheres se embelezando nos salões. Costureiras a todo vapor, preparando as roupas femininas e masculinas. Os bares lotados. Na missa das 19 horas, quanta gente bonita, arrumada e cheirosa. Antes do início das festas, desfiles nas subidas e descidas do meu Remígio.²⁶⁰⁷

Em dias de festas, a ansiedade era grande. A maioria das pessoas queriam ir as festas bem arrumados para serem bem vistos diante da sociedade. Alguns de nossos rememoradores falam que não bastava apenas um dia de preparação e sim semanas, pois a preparação para as festas “era muito bem, não era assim chegar e ir pra festa não. Aquilo era um preparo, tal dia festa, se planejava, tinha aquele grupo da sociedade que ia, era tudo pessoas da sociedade.” (SILVA, 2014) Já o depoente Francisco Fábio Carneiro Leal, ao buscar em sua memória como eram realizadas as festas no clube relata que

Lembro-me com bastante alegria e saudades. Era o momento do convívio coletivo, das paqueras, dos namoros e da liberdade. Momentos únicos que não serão esquecidos por aqueles que vivenciaram o seio da convivência social de maneira harmoniosa e feliz, com descontração e muita alegria. Desamores, desencontros também. (LEAL, 2014)

Os rapazes aproveitavam os momentos antes de entrar no clube para passear pelas principais ruas que davam acesso aos clubes e “observar” o movimento das belas moças bem vestidas, juntamente com seus amigos. Era um momento de encontros, conversas e desfiles de suas roupas e seus penteados, este era um momento em que as pessoas procuravam sempre ir elegantes, cada um seguindo os ditames da moda presente na época. Para isso era preciso caprichar bem no visual para impressionar no salão do clube.

O estilo dos rapazes durante a década de 1960 impressionava desde os desfiles pelas ruas principais até a chegada do clube. Era necessário vestir-se “com galhardia. Roupas impecáveis, bonitas e dos mais variados estilos. O importante era estar bonito para as pessoas.” (LEAL, 2014) Caprichavam na roupa, no calçado, no penteado, no perfume e na elegância. Por onde passavam, atraíam os olhares da população. O professor José Antônio Martins Barreto lembra como os rapazes se vestiam para ir a uma noite social

(...) os rapazes, era a moda do sapato cavalo de aço, era o salto alto, boca de sino, aquelas bocona de sino assim, as fivelas grandes (...) agora eu assim, usava calça com salto alto, era a moda da época, aquelas calça tipo hippie. Esses festivais antigos, eles usam calças boca de sino, era como mexicano, pronto. (BARRETO, 2014)

Era comum na região ver rapazes usando calças boca de sino, caracterizadas por suas bocas largas, sendo considerada uma peça que durante muitos anos fez parte do guarda roupa dos homens, principalmente entre as décadas de 1960 e 1970. Utilizadas com o famoso sapato cavalo de aço²⁶⁰⁸, e com camisas de manga longa. Havia toda aquela preocupação em vestir-se bem e acompanhar a moda.

²⁶⁰⁷ LEAL, Francisco Fábio Carneiro. Entrevista concedida a autora em 20 de Maio de 2014.

²⁶⁰⁸ Sapato cavalo de aço- destacava-se por possuir saltos de plataformas de até 12 cm. Eram de um tipo de napa ou lona colorida.

Sempre preocupados com a elegância, a roupa tinha que estar “impecável”: “engraxar o sapato”, “consertar o zíper da calça”, “engomar bem a roupa”, “fazer os últimos ajustes” eram essas as expressões mais faladas durante os dias que antecipavam os bailes. Assim, muitas práticas começaram a existir no meio social através das experiências de convívio que girava em torno da preparação para as noites de festa, que movimentava toda a cidade.

Já com relação às produções femininas, elas eram as mais esperadas pelo público masculino por possuir mais elegância e vaidade, eram elas que deixavam os rapazes suspirando e chamavam a atenção por onde passavam. Cada uma preocupava-se em colocar seus melhores vestidos feitos pelas mãos das costureiras da cidade, pois era muito difícil alguma mulher repetir o vestido várias vezes, “era tudo costurado aqui. Tinha costureira aqui que só (...) agora tudo alinhado, as moças eram uma mais bonita do que a outra.”²⁶⁰⁹

Usavam os vestidos compridos com sandálias de salto plataforma, cada uma que conseguisse desfilas pelas ruas com o sapato de até 12 cm. Alice Melo Cavalcante recorda do tempo em que ela colocava seu sapato alto e desfilava pelas ruas de Remígio, ao se indagar “ainda hoje eu digo assim, como era que a gente aguentava um sapato dessa altura? Mais era uma coisa, um passeio, um desfile mesmo.” Para complementar utilizavam também muitos acessórios que compunham as suas vaidades, como brincos e colares, bolsas e tule. Os penteados com o uso do laquê eram impecáveis, não dispensavam a maquiagem e assim estariam prontas para atrair o olhar masculino e exibir-se socialmente e bem comportadas, acompanhadas por suas famílias. Acrescenta ainda nossa depoente Alice Melo que

As moças daqui de Remígio eram conhecidas. Se vestiam muito bem! Principalmente no final de semana e nas festas. Todas as festas cada uma que procurava se vestir melhor, se pentear, se maquiar, era muito bem vestida, e não repetiam roupa não (...) era quando a gente procurava colocar as melhores roupas, que era um desfile.²⁶¹⁰

A moda que ditava essa época eram usar vestidos de bolinhas ou algum acessório de bolinhas, como os lenços de pescoço e de cabelo e os vestidos que possuíam uma moda incorporada pelo movimento da estética hippie. Algumas moças utilizavam o vestido de bolinhas com uns cintos largos e chamativos, na altura a cintura, já os vestidos de estilo hippie eram bem compridos e mangas longas, com estampas que caracterizavam a cultura das mulheres indianas e camponesas.

Os estilos musicais também contribuíram para a forte influência na forma de se vestir, pois a música e a moda complementam-se uma a outra, agregando culturas e mobilizando as pessoas a associar o ritmo da música com o estilo das roupas, realizadas em uma experiência coletiva. Os ritmos presente nas noites remigenses, de acordo com os nossos depoentes, estavam evidentes com os grupos musicais como, The Fevers, Renato e seus Blue Caps, Pepino di Capri, Charles Aznavour e, posteriormente, o artista nacional Roberto Carlos, formados durante o movimento Jovem Guarda no Brasil, influenciados pelo rock e pop internacional. O depoente José Antônio nos relata sobre as músicas que tocavam nas noites sociais

Eram músicas italianas, era Renato e seus Blue Caps, The Fevers. Agora muita musica internacional, ‘Roberta’ (Pepino di Capri), foi uma musica que foi muito tocada. A gente quando tocava Renato e seus Blue Caps, ninguém ficava parado. Era música! Não era esse cabaré de hoje não, porque tinha as musicas de romance, eram diversificadas as musicas, não era só uma não. Era musica pra você dançar solto.²⁶¹¹

²⁶⁰⁹ BARRETO, José Antônio Martins. Entrevista concedida a autora em 19 de Julho de 2014.

²⁶¹⁰ CAVALCANTE, 2014

²⁶¹¹ BARRETO, José Antônio Martins. Entrevista concedida a autora em 19 de Julho de 2014.

Foram esses ritmos da Jovem Guarda, dos cantores italianos, entre tantos outros que agitavam as noites sociais e não deixavam ninguém parado. A partir das narrativas orais de memórias, adentramos aos salões dos clubes regidos pelos ritmos musicais²⁶¹² que envolviam homens e mulheres das diversas gerações que contribuiriam para registrar essa história.

Em alguns bailes que ocorriam no clube havia a presença de bandas e orquestras vindas de fora, sendo considerado um quesito importante e de grande valor para a sociedade remigense que ganhava prestígio e nome pelas regiões vizinhas, atraindo um grande número de frequentadores. A cidade tornava-se muito conhecida por suas festas bem organizadas e por não existir nenhum tipo de conflito, entre elas, brigas, desavenças ou “arruaças”. As noites sociais eram tranquilas, as famílias saíam de suas casas em busca de diversão, não desejavam e não pretendiam gerar algum tipo de desavença entre os membros da sociedade remigense.

Eram momentos que proporcionavam a inversão, onde muitas práticas foram sendo incorporadas com a presença do clube. Era através da mistura sócio cultural diante dos dias em que a cidade apresentava uma atmosfera de festa, através dos anúncios de seus festejos, dos convites que muitas famílias recebiam em casa, da “grandiosidade” de preparativos momentos antes dos bailes, bem como da memória de nossos depoentes, que essas práticas foram sendo incorporadas. Tal pensamento coaduna com Leonardo Affonso de Miranda Pereira

(...) ao possibilitar que entremos em seus bailes e festas, abre uma nova janela de observação para um pesquisador da atualidade: ao mostrar a existência de organizações, normas de conduta e códigos de valores próprios entre seus membros, permite que analisemos mais detidamente as experiências dos homens e mulheres que os frequentavam.

2613

Referindo-se aos bailes e festas do clube S.A.E.R. estes eram realizados a partir da organização da própria diretoria do clube, a diretoria dos educandários, alguns estudantes do Grêmio Estudantil e alguns homens e mulheres da sociedade que participava ativamente. Muitos dos frequentadores que se reuniam momentos antes de adentrar ao interior do clube compartilhavam diálogos, experiências, relações com o meio social em que viviam. Eles encontravam nos bares da cidade a primeira sensação do divertimento entre amigos.

Um dos bailes mais realizados, frequentado e esperado pelos jovens e famílias era o ASSUSTADO. Este baile ocorria com data marcada, que gerava entre as pessoas muita animação, preparação e muita expectativa para a chegada do dia do Assustado. Sempre realizado aos sábados ou domingos pelos jovens estudantes, começa no final da tarde e terminava às dez horas da noite. Reunia muitas pessoas e muita música eletrônica, com normas de conduta e respeito para com as moças da cidade e divertiam-se até o último momento da festa com o desejo e os planos de participar do próximo Assustado.

No dia da realização do Assustado havia “euforia da galera quando as ondas sonoras das cornetas da Prefeitura Municipal de Remígio e do ‘boca a boca’ confirmavam a realização do Assustado.”²⁶¹⁴ A “galera” ficava animada, a cidade ficava movimentada, os jovens rapazes estudantes da universidade de Areia²⁶¹⁵ compareciam aos bailes, era um movimento considerado intenso.

²⁶¹² Entre os ritmos musicais estavam o rock, o forró, pop rock, romântica internacional e nacional, samba canção, entre outros.

²⁶¹³ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. E o Rio dançou. Identidades e tensões nos clubes recreativos cariocas (1912-1922). In.: **Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura/** Maria Clementina Pereira Cunha (org.) – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, 2002, p.423.

²⁶¹⁴ LEAL, Francisco Fábio Carneiro. Entrevista concedida à autora em 20 de Maio de 2014.

²⁶¹⁵ Universidade Federal da Paraíba – CAMPUS II (atual)

Mais do que simples momentos de lazer e diversão que eram destituídos de importância social, os bailes realizados no clube S.A.E.R. apareciam como momentos privilegiados para a unificação das mais variadas identidades e construção de práticas, transformando a vida das pessoas e o cotidiano da cidade. E mesmo que toda a população não pudesse frequentar, havia momentos que propiciavam encontros e reencontros entre seus frequentadores. Era a época que propiciava também a afirmação de diferentes práticas e valores culturais.

“ARAGUAYA CONSPIRAÇÃO DO SILÊNCIO”: O TESTEMUNHO DA GUERRILHA DO ARAGUAIA ATRAVÉS DAS IMAGENS E DA ORALIDADE

*Wellington Sampaio da Silva*²⁶¹⁶
sampaio.well@bol.com.br

Resumo: O título de nosso artigo “Araguaya conspiração do silêncio” é o mesmo dado ao filme do diretor Ronaldo Duque, no qual a história da Guerrilha do Araguaia foi narrada através de três fontes: a oralidade, a imagem e o testemunho. Na ausência das chamadas fontes oficiais sobre esse acontecimento, o diretor priorizou em sua narrativa fílmica as experiências dos grupos protagonistas do conflito armado ocorrido na região do Araguaia nos anos de 1972 a 1975 – guerrilheiros, moradores locais e militares. A partir dos seus testemunhos, das imagens de época apresentadas em algumas cenas e do cenário palco do conflito, isto é, as matas do sul do Pará, Ronaldo Duque discutiu os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais do Brasil e da região do Araguaia. Lançado em 2004, o filme fomentou o debate acerca desse acontecimento, acionou as diversas memórias em torno da guerrilha, criou e/ou reinventou heróis e vilões e pôs em evidência a nível nacional a temática da Guerrilha do Araguaia. Dessa forma, tencionamos discutir nesse artigo, algumas questões que permeiam a construção de sua narrativa enquanto uma forma de representar o passado e, ao mesmo tempo, problematizar suas contribuições para a construção das memórias acerca da guerrilha. Assim, ao observar a construção proposta pelo diretor, estamos atentos a alguns questionamentos, tais como, quais os seus objetivos? Por que o filme foi lançado nesse momento e não em outro? O que teria motivado sua produção? Qual o seu estilo? Como o cenário da guerrilha é apresentado no filme? Quais personagens são destacados? Quais personagens não apareceram? São questionamentos cabíveis de serem feitos acerca dessa produção fílmica acerca da Guerrilha do Araguaia os quais buscaremos tentar responder nesse artigo.

Palavras chave: Narrativa, testemunho, memórias.

Introdução

A Guerrilha do Araguaia foi um movimento armado e rural organizado pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) a partir de 1966 na região do Araguaia (sul do Pará, norte de Goiás, atual Tocantins e sul do Maranhão). O objetivo desse movimento era além de resistência ao regime civil-militar instituído no Brasil em 1964, consistia em formar uma “área livre” onde o comunismo pudesse ser implementado. Para isso, o caminho seria a guerra popular prolongada tendo como estereótipo, o exemplo chinês. Portanto, para os militantes do PC do B, na sua maioria jovens estudantes, atuantes na década de 1960, no movimento

²⁶¹⁶ Doutorando em História Social - UFC

estudantil, as ideias de Mao Tsé-Tung poderia ser colocada em prática nessa região do Brasil. O projeto de guerra popular prolongada visava partir do campo para tomar às cidades com o auxílio dos camponeses.

Esses militantes foram chegando de forma paulatina e em diferentes momentos sem levantar suspeitas de que faziam parte do PC do B. Sendo uma região de constante presença de migrantes, esses jovens não causaram nos moradores, inicialmente, a percepção que eram diferentes deles. Até abril de 1972, quando os militares chegaram à região em busca dos chamados “terroristas” e “comunistas”, os militantes do PC do B viviam em meio à população, e geralmente, prestavam algum tipo de trabalho social, como por exemplo, assistência à saúde, alfabetização de crianças e adultos e ajuda nas atividades da roça. Segundo o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, publicado em 2014, eram 69 militantes do partido.

Encontravam-se organizados até então, em três destacamentos militares: Destacamento A (Faveiro), localizado próximo à cidade paraense de Apinajês, comandado inicialmente por João Carlos Haas Sobrinho (Juca) e após sua morte pelo filho de Maurício Grabois, André Grabois (Zé Carlos); Destacamento B (Gameleiro), localizado próximo ao povoado Santa Isabel (Pará), comando por Osvaldo Orlando Costa (Osvaldão) e o Destacamento C (Caiano), localizado próximo à cidade de Conceição do Araguaia (Pará) e sob a liderança de Paulo Mendes Rodrigues (Paulo). Cada destacamento era formado por aproximadamente 22 militantes, geralmente, divididos em grupo de sete e dez indivíduos. A organização do movimento também era formada pela Comissão Militar, composta pelo ex-deputado Maurício Grabois, o ex-metalúrgico Ângelo Arroyo, os combatentes Osvaldão e Juca.²⁶¹⁷

Os militares descobriram a presença de militantes de esquerda na região do Araguaia em 1972. Contudo, segundo os testemunhos de militares e a documentação até o momento disponível, o governo ainda não tinha ideia dos possíveis grupos lá presentes.²⁶¹⁸ Só a partir da sua chegada ao Araguaia e das prisões de alguns militantes, se confirmaram que o movimento estava sendo organizado pelos integrantes do PC do B. Para combater os militantes do PC do B no Araguaia, as Forças Armadas organizaram três operações militares. Tomamos como base para essa discussão, o relatório final elaborado pela Comissão Nacional da Verdade. A primeira delas nos meses de abril a junho de 1972, formada principalmente por soldados sem experiência de guerra, em sua maioria recrutas. Nessa operação o Exército atacou as instalações dos destacamentos A, B e C, da Comissão Militar e destruiu os depósitos de alimentos feitos pelos guerrilheiros.²⁶¹⁹

A segunda operação foi realizada entre setembro e outubro de 1972. Nessa operação houve a participação de um número maior de soldados e a tática usada teria sido de conquistar a população, ou seja, ganhar a simpatia dos moradores locais e, com isso, isolar os guerrilheiros. A terceira operação realizada entre outubro de 1973 a dezembro de 1974 é caracterizada como a fase mais brutal de todo o conflito no Araguaia. Nela, nenhum dos guerrilheiros, que permaneceram na região foram poupados pelos militares. Além disso, as prisões e torturas aos moradores locais tornaram-se uma prática constante.²⁶²⁰

²⁶¹⁷BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Vol. 1. P. 685; PORTELA, Fernando. **Guerra de Guerrilhas no Brasil**. A saga do Araguaia. São Paulo: Global, 2002. p. 76; POMAR, Wladimir. **Araguaia: o partido e a guerrilha**—Documentos inéditos. São Paulo: Brasil Debates, 1980. p. 251.

²⁶¹⁸ Sobre a versão dos militares para essa questão ver MOURA E SOUZA, Aluísio Madruga de. **Guerrilha do Araguaia** — Revanchismo: A grande verdade. Edição do Autor: Brasília, 2002. p. 131.

²⁶¹⁹ Ver BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Vol. 1. P. 688.

²⁶²⁰ Sobre essa questão ver CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia** — a esquerda em armas. Goiânia: UFG, 1997. p. 110-165; ROCHA JÚNIOR, Deusdedit Alves. **A Guerrilha do Araguaia (1972–1974)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História. Brasília: Universidade de Brasília, 1995, 158 p. FELIPE, Gilvane. **A Guerrilha do Araguaia** (Brasil: 1966–1975). Tese de doutorado apresentada ao Institutdes Hautes Études de l'Amérique Latine (IHEAL). Université de la Sorbonne Nouvelle (Paris III), 1993. MORAIS, Taís e SILVA, Eumano. **Operação Araguaia: os arquivos secretos da Guerrilha**. Geração Editorial, São Paulo, 2005; STUDART, Hugo. **A lei**

O filme “Araguaya conspiração do silêncio”

A década de 1990 e o início dos anos 2000 trouxeram alguns acontecimentos que na nossa visão proporcionou uma atenção maior para as questões em torno da Guerrilha do Araguaia. Nesse sentido, citamos a criação, em 1995, da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos²⁶²¹ e, em 2001, a criação da Comissão de Anistia.²⁶²² Essas iniciativas por parte do Estado brasileiro contribuiu para que fossem organizadas novas buscas na tentativa da localização dos restos mortais dos guerrilheiros. Assim, em 1996 através de testemunhos de alguns moradores da área, indicando possíveis locais onde estariam corpos de ex-guerrilheiros atraiu-se a atenção da imprensa divulgando o cenário do Araguaia para a sociedade brasileira.

Ora, já em abril de 1991 são realizadas as primeiras escavações, por iniciativa, dos familiares no cemitério de Xambioá (TO) em busca de localizar os restos mortais dos guerrilheiros, são encontradas duas ossadas suspeitas, mas a identificação só ocorreu em 1996. Era de Maria Lúcia Petit da Silva (Lúcia). As buscas continuam na região a partir de 1993, porém nenhum outro corpo foi encontrado. Ressaltamos que em 1996, escavações no cemitério de Xambioá localizaram outros restos mortais de prováveis guerrilheiros. Após análise, em 2009 foi identificada a ossada do cearense Bérqson Gurjão Farias (Jorge). Até o momento, são esses os corpos de guerrilheiros identificados e entregues aos familiares.²⁶²³

Essas descobertas e mais a presença frequente de familiares na área em busca de informações sobre seus parentes mortos durante a guerra, pode ter contribuído para atrair a imprensa e jornalistas em busca de tentar desvendar o que aí teria acontecido. Da mesma forma, tais iniciativas também tem influenciado as construções e reconstruções das memórias sobre a guerrilha. Pois a cada matéria vinculada sobre esse acontecimento a população local, os familiares, os militares e ex-guerrilheiros são entrevistados e motivados a narrarem suas versões acerca do conflito.

É, portanto, dentro desse contexto, que em 2004 o diretor Ronaldo Duque lança o filme **Araguaya conspiração do silêncio**.²⁶²⁴ Inicialmente, entendemos ser importante refletir sobre o próprio título do filme. Dentre os vários significados de “conspiração,”²⁶²⁵ supomos que o título do filme nos remete a ideia de trama, isto é, a ação de combinar/arquitetar algo de forma secreta, sutil, sem que haja uma percepção mais eficaz por parte de outrem. Se relacionarmos esse sentido com os eventos ocorridos no Araguaia, em específico, sobre a ação praticada lá pelo estado brasileiro e as tentativas desse em silenciar tais

da selva. Estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia. São Paulo: Geração Editorial, 2006. Relatório Comissão Nacional da Verdade. Vol. 1, p. 691. Sobre os mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia o relatório da Comissão Nacional da Verdade traz a relação com os nomes e as datas das prováveis mortes dos militantes do PC do B e/ou moradores da região. Ver BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Vol. 1. P. 719-721.

²⁶²¹ Ver Lei 9.140, de 04 de dezembro de 1995. Reconhecimento do Estado brasileiro pelas mortes no período de exceção. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9140.htm

²⁶²² A Comissão de Anistia foi instalada no Ministério da Justiça em 28 de agosto de 2001, sendo criada pela Medida Provisória 2.151. Em 2002 essa medida provisória foi convertida na Lei 10.559. No que se refere a essa lei ver Lei 10.559, de 13 de novembro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10559.htm

²⁶²³ Em termos de cronologia sobre as ações que envolvem a Guerrilha do Araguaia - Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/politica/2009/07/08/ult5773u1632.jhtm> Acesso em: 21 set. 15.

²⁶²⁴ O filme tem duração de 105 min. Produzido por Ronaldo Duque e Márcio Curi. Segundo Ronaldo Duque sua produção foi orçada em cerca de R\$ 3,5 milhões. Maiores informações ver entrevista de Ronaldo Duque – Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/no-8/1192-do-campo-de-batalha-ao-cinema> Acesso em: 15 jul. 16.

²⁶²⁵ O Dicionário Aurélio traz duas definições para a palavra conspiração: 1. Ato ou efeito de conspirar (maquinar, tramar); 2. Conluio secreto. Ver FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. P. 178.

acontecimentos, seja na ocultação dos corpos dos guerrilheiros ou na negativa de divulgação da documentação oficial concernente a tais práticas, notamos na escolha do título pelo diretor Ronaldo Duque, uma certa coerência. Sua interpretação fílmica sobre esse fato busca, portanto, questionar esse silêncio publicando a versão daqueles que ao longo dos anos vem expondo seus relatos.

Aqui também cabe uma reflexão sobre o papel exercido pelos filmes em relação à construção do conhecimento histórico. Nesse sentido, dialogamos com o posicionamento de Robert A. Rosenstone quando defende a possibilidade de diálogo entre o texto escrito e meio audiovisual. Dessa forma, afirma: “la historia no debe ser reconstruída unicamente en papel. Puede existir outro modo de concebir el pasado, un modo que utilice elementos que no sean la palabra escrita: el sonido, la imagen, la emoción, el montaje.”²⁶²⁶ Portanto, o filme assim como o próprio texto escrito deve ser encarado como uma representação do passado, e não como a sua realidade. Realidade aqui percebida como destacavam os historiadores positivistas. Dentro desse contexto, buscamos observar nesse filme, como o mesmo faz uso das memórias dos sujeitos envolvidos nesse acontecimento. O filme, portanto, reativa as memórias de diversos personagens, provoca um debate político sobre a questão da guerrilha, reinventa heróis e vilões e põem em evidência, a nível nacional, o cenário do Araguaia.

Em relação ao filme **Araguaya conspiração do silêncio**, quais as memórias que foram acionadas em sua produção? Que versão sobre a guerrilha o filme construiu? Quais objetivos tinham o seu diretor? Por que esse filme foi lançado nesse momento e não em outro? O que teria motivado sua produção? Qual o seu estilo? Romance? Drama? Comédia? Como o cenário da guerrilha é apresentado no filme? Quais personagens são destacados? Quais personagens não apareceram? São questionamentos cabíveis de serem feitos acerca dessa produção fílmica acerca da Guerrilha do Araguaia. Talvez não consigamos responder a todos esses questionamentos, mas mesmo assim é importante fazê-los, pois como qualquer outra produção, entendemos que existem determinados interesses por traz de sua execução. Não tencionamos realizar nesse artigo uma análise detalhada do filme, mas problematizar algumas questões suscitadas nele que podem ter contribuído para a construção das memórias acerca da guerrilha.

Em primeiro lugar é válido destacar que “Araguaya conspiração do silêncio” é um drama, que mescla personagens reais e fictícios relacionados ao movimento armado no sul do Pará nos anos de 1960 e 1970. Segundo o próprio diretor Ronaldo Duque, em entrevista publicada no jornal A Nova Democracia em abril de 2003, o interesse pela temática surgiu desde 1977 quando esteve na região pela primeira vez em busca de informações sobre a guerrilha, e se consolidou em 1984, em sua segunda visita a região. Nessa oportunidade, o cineasta colheu depoimentos de moradores com o objetivo inicial de elaborar um documentário, algo que não se consolidou.²⁶²⁷

Para montar a narrativa fílmica, o diretor realizou algumas entrevistas com ex-guerrilheiros, familiares dos militantes mortos e moradores da região. Assim sendo, já nas primeiras imagens do filme são exibidas cenas em preto e branco mostrando a repressão da polícia e soldados do Exército aos estudantes e manifestações da população nas ruas das grandes cidades do país. São apresentados também depoimentos de ex-guerrilheiros que atuaram no Araguaia, a exemplo de José Genoíno (Geraldo), João Amazonas (Cid), Criméia Alice (Alice) e Micheas Gomes Almeida (Zezinho do Araguaia). Nesse caso, em algumas passagens do filme enquanto as cenas mostram o cotidiano dos guerrilheiros em meio às matas no sul do Pará, local de treinamento militar para os guerrilheiros, ao fundo são utilizados os depoimentos desses ex-guerrilheiros narrando como se dava essa prática.

²⁶²⁶ ROSENSTONE, Robert A. **El pasado en imágenes**. El desafío del cine a nuestra idea de la historia. Barcelona: Editorial Ariel, S.A, 1997. P. 20.

²⁶²⁷Entrevista concedida por Ronaldo Duque A Nova Democracia - disponível no site: <http://www.anovademocracia.com.br/no-8/1192-do-campo-de-batalha-ao-cinema> Acesso em: 15 jul. 16.

Tomamos como referência o depoimento de José Genoíno Neto (Geraldo) para exemplificar essa escolha do diretor do filme. Assim narrou:

As nossas referências era a Guerra do Vietnã e a Revolução Chinesa. A Guerra do Vietnã muito fortemente porque o nosso paradigma era exatamente a Guerra do Vietnã. Que era uma guerra na selva, era uma guerra do pequeno contra o grande, de um país pobre contra um país rico. A gente ia fazendo treinamentos técnicos de emboscada, de rastejamento, de selva propriamente dita. E tinha a outra fase da preparação que era a construção de depósitos subterrâneos que a gente cavava no sentido vertical e depois no sentido horizontal pra não ter umidade. Pra fazer os depósitos, principalmente de alimentos e de medicamentos.²⁶²⁸

Portanto, a narrativa fílmica utilizou em grande parte do seu roteiro as memórias dos militantes do PC do B a fim de apresentar ao público a história da Guerrilha do Araguaia. O filme foi aqui utilizado como meio para se construir a versão do passado para esse movimento. E os depoimentos dos guerrilheiros utilizados pelo diretor ao fundo como se fosse uma trilha sonora, uma estratégia para se dar veracidade à narrativa fílmica. Para convencer, emocionar e sensibilizar os expectadores de sua narrativa os depoimentos no filme soam enquanto autenticidade da versão apresentada pelo diretor. Partindo dessa perspectiva afirma Robert A. Rosenstone: “El cine personaliza, dramatiza y confiere emociones a la historia. A través de actores y testimonios históricos, nos ofrece hechos del pasado em clave de triunfo, angustia, aventura, sufrimiento, heroísmo, felicidad y desesperación.”²⁶²⁹

Por outro lado, não houve a contribuição por parte dos militares na elaboração e criação dessa narrativa fílmica. Assim ao se referir a essa questão disse o diretor:

Nosso povo precisa conhecer a história da guerrilha do Araguaia (...)

Remexer no passado da guerrilha incomoda muita gente, que considera o que se passou lá acabado. Mas, considero necessário pôr a mão aí, e divulgar o que aconteceu (...). Até onde nós sabemos, ninguém tentou nos impedir de filmar, mas os órgãos oficiais do Estado e do Exército não facilitaram nada, não liberaram nenhum documento oficial.²⁶³⁰

Observamos, portanto, na visão do diretor do filme a necessidade de divulgar os acontecimentos relativos à Guerrilha do Araguaia. E, segundo ele, nem sempre essa prática é bem aceita por determinadas pessoas. Quais seriam essas pessoas incomodadas com a versão apresentada pelo diretor no filme? De que lugar social e institucional ele fala? Que reações suas imagens provocaram? Na nossa visão a escolha do diretor Ronaldo Duque em priorizar a versão dos guerrilheiros e de alguns moradores da região em contraposição a versão dos militares pode ter provocado um certo desconforto por parte desses últimos. Temos, com isso, um acirramento das disputas em torno das memórias desse evento. Quem sabe, esse pode ser considerado um dos fatores para o emergir de forma tão intensa das memórias acerca da guerrilha nessa década.

O filme construiu personagens dentro de uma perspectiva maniqueísta, de um lado os jovens militantes do PC do B convictos do ideal revolucionário numa relação harmônica com

²⁶²⁸ GENOÍNO NETO, José. **Araguaya conspiração do silêncio**. [Filme]. Produção de Ronaldo Duque e Márcio Curi. Brasil, 2004, 105 min.

²⁶²⁹ ROSENSTONE, Robert A. Op.cit. p. 52.

²⁶³⁰ Entrevista concedida por Ronaldo Duque A Nova Democracia. Disponível em: <http://anovademocracia.com.br/no-8/1192-do-campo-de-batalha-ao-cinema> Acesso em: 15 jul.16.

a população da região, do outro, os militares que em nome da “democracia” chegam à região de forma violenta, perseguem alguns moradores em busca da localização dos guerrilheiros e matam os seus inimigos. Nesse contexto, alguns personagens foram destacados pelo diretor, uns que de fato existiram e outros ficticiais. Dentre os personagens “reais”, isto é, guerrilheiros que atuaram no movimento, são mostrados: Osvaldo Orlando da Costa (Osvaldão), interpretado pelo ator Norton Nascimento; Dinalva Oliveira Teixeira (Dina), interpretada pela atriz Françoise Fourton; André Grabois (Zé Carlos), interpretado por Danton Melo; Criméia Alice (Alice), interpretada por Rosanne Holland; João Carlos Haas Sobrinho (Juca), interpretado por Willian Ferreira; José Genoíno Neto (Geraldo), interpretado por Pablo Peixoto; Ângelo Arroyo (Joaquim), interpretado por Emanuel Franco; Maurício Grabois (Velho), interpretado por Cacá Amaral, dentre outros.²⁶³¹ Sobre os personagens fictícios que representaram militantes do PC do B, temos: Tininha, interpretada pela atriz Fernanda Maiorano, personifica uma jovem guerrilheira que mescla possíveis características das militantes Helenira, Áurea e Sônia, figuras que tornaram-se populares no Araguaia especialmente pelo trabalho social que desenvolveram entre os moradores da região nas áreas da saúde e educação e pelas características de bravura e resistência a ação dos militares. Por outro lado, é válido salientar que entre os personagens que representaram os militares (soldados, capitães e/ou coronéis), nenhum foi identificado pelo nome verdadeiro, ou seja, todos foram representados por nomes fictícios.

Ora, mesmo não tendo o apoio por parte dos militares, o cenário montado pelo diretor Ronaldo Duque não deixou a desejar em relação aos acampamentos e bases militares organizadas durante a Guerrilha do Araguaia. Assim, as bases de Xambioá em Goiás (atual Tocantins) e Marabá no Pará foram representadas de forma fidedigna com as narrativas construídas pelos moradores da região e lideranças do PC do B. Nesse sentido, os campos onde os moradores da região e guerrilheiros foram presos, as pistas de pouso para helicópteros e aviões de pequeno porte, a abertura da Transamazônica, os carros de época utilizados pelos militares como jipes e caminhonetes, armas e fardas dos soldados foram mostradas de uma maneira realista. A narrativa fílmica, portanto, mescla ficção e realidade.

No que concerne a sua contribuição para o estudo do passado e as escolhas do diretor quanto à ênfase na versão do PC do B para a guerrilha, Ronaldo Duque é categórico e consciente do que sua versão pode provocar. Nesse sentido, disse:

Foi uma vitória realizar o filme, que terá 90 minutos de duração e, salientamos, não busca estabelecer uma versão definitiva sobre o que aconteceu no Araguaia. Queremos lançar o tema para o debate na sociedade, onde possa ser discutido e apreciado corretamente em seus defeitos e qualidades.²⁶³²

Dessa maneira, a construção da versão fílmica para a Guerrilha do Araguaia apresenta, dentre outros objetivos, promover um debate entorno da temática, provocar a sociedade brasileira para a discussão acerca daquilo que ocorreu no Araguaia e motivar as lembranças daqueles que viveram o conflito, e, assim, contribuir para a construção das memórias. Mesmo levando em consideração essas observações, entendemos ser pertinente problematizar algumas questões acerca da versão da guerrilha apresentada nesse filme. Há, assim, uma ênfase numa convivência harmônica, feliz e ideal entre os guerrilheiros e a população local até a chegada dos militares à região. Da mesma forma, o filme dar a ideia de que o grupo de militantes do PC do B era homogêneo sem grandes conflitos e discordâncias entre eles. Portanto, não são mostradas cenas que representam conflitos, intrigas e até

²⁶³¹ Ver lista completa e maiores informações técnicas sobre o filme em: <http://cinemateca.gov.br/cgibin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=FILMOGRAFIA&lang=P&nxtAction=search&exprSearch=ID=026901&format=detailed.pft> Acesso em: 16 jul.16.

²⁶³² Entrevista concedida por Ronaldo Duque A Nova Democracia. Disponível em: <http://anovademocracia.com.br/no-8/1192-do-campo-de-batalha-ao-cinema> Acesso em: 15 jul.16.

mesmo fugas de alguns militantes que discordavam da estratégia escolhida pelos líderes da guerrilha. Não polemizou quanto à descoberta do movimento pelos militares, estes chegam abruptamente do dia para a noite impondo medo e prendendo, torturando pessoas da região em busca dos “terroristas”.

Percebemos que tais ausências na representação fílmica reproduzem as memórias construídas/inventadas pelos grupos de esquerda a partir dos anos 1980, os quais apresentaram para a sociedade brasileira a ideia de que a luta armada no Araguaia foi impetrada pela democracia em nosso país. Sabemos, pois, que esse valor não se encontrava enquanto pauta para o contexto político das décadas de 1960 e 1970, cuja ênfase era na ideia de revolução. Não pretendemos com esses questionamentos desconsiderar as contribuições desse filme para o debate acerca do cenário do Araguaia, visto que o próprio diretor já havia salientado que sua produção não constitui um desfecho final para essa temática. Contudo, buscamos problematizar algumas questões que as memórias construídas pelas esquerdas vem consolidando de forma natural, e que o filme também reproduziu.

Em algumas cenas do filme são dados ênfases as histórias pessoais e aos dramas vivenciados por alguns personagens. Dentre estas, destacamos, por exemplo, a despedida da guerrilheira Criméia Alice (Alice) e do guerrilheiro André Grabois (Zé Carlos). Alice na época namorava Zé Carlos, e durante a fase preparatória da luta, ficou grávida. Segundo as regras do grupo, em caso de gravidez, deveria ser feito o aborto, como aconteceu com a guerrilheira Lúcia Regina Martins (Regina), então esposa do guerrilheiro Lúcio Petit da Silva (Beto). Devido o aborto teria contraído uma infecção, a qual a obrigou a deixar a área em dezembro de 1971 acompanhada por Elza Monerat (Dona Maria) até Anápolis (GO) onde teria ficado numa clínica e de lá fugido para São Paulo.²⁶³³ Entretanto, no caso de Alice, a prática foi outra. Ela foi retirada da área do conflito para dar a luz ao filho do comandante do destacamento A, em lugar seguro. Por que isso ocorreu? Tal iniciativa passou a ser questionada por outros sobreviventes da guerrilha, em especial, àqueles que mantiveram uma posição contrária à versão do conflito construída pelos líderes do PC do B.

É perceptível também na representação fílmica, o caráter de denúncia às práticas utilizadas pelos militares na época da guerrilha. São frequentes as cenas de maus tratos a população local e aos militantes presos, inicialmente, pelas Forças Armadas. Dessa forma, o filme apresenta algumas cenas de interrogatórios de guerrilheiros presos, um exemplo, foi o interrogatório feito ao guerrilheiro José Genoíno (Geraldo), interpretado pelo ator Pablo Peixoto. Nessas representações acerca do passado desse conflito, percebemos que há o objetivo de incentivar o debate em torno dos acontecimentos relacionados à Guerrilha do Araguaia. Além disso, “Araguaya conspiração do silêncio”, a nosso ver, também pode ser visto como um suporte a fim de acionar e elaborar as memórias sobre a Guerrilha do Araguaia.

Nesse sentido, concordamos com a análise proposta por Michael Pollak quando afirma que o filme é o melhor suporte para captar as lembranças do passado.²⁶³⁴ Ele funciona como uma espécie de testemunho no qual as memórias são enquadradas, criadas e recriadas sob a influência dos múltiplos grupos envolvidos na Guerrilha do Araguaia. Em especial, no filme “Araguaya conspiração do silêncio”, percebemos na ênfase do diretor Ronaldo Duque, a valorização da versão construída pelas lideranças do Partido Comunista do Brasil (PC do B).

²⁶³³ STUART, Hugo. **Em algum lugar das selvas amazônicas**: as memórias dos guerrilheiros do Araguaia (1966-1974). 2013. 574 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, DF, 2013. P. 299.

²⁶³⁴ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989. P. 11.

ESCRavidÃO E LUTAS DOS NEGROS PELA LIBERDADE E POR DIREITOS NA IMPRENSA DO RIO GRANDE DO NORTE NO SÉCULO XIX

Aldinízia de Medeiros Souza²⁶³⁵

aldinizia@gmail.com

Antonia Márcia Nogueira Pedroza²⁶³⁶

marcia.nhistoria@gmail.com

José Evangelista Fagundes²⁶³⁷

fagundespe@uol.com.br

Resumo: A historiografia do Rio Grande do Norte vem sendo repensada ultimamente, principalmente a partir dos trabalhos desenvolvidos no PPGH e em outros PPGs da UFRN. São expressivos os avanços conquistados na historiografia local acerca das pesquisas de temáticas diversificadas, abordando os períodos colonial e republicano. No entanto, são escassos os estudos dedicados à análise do Rio Grande do Norte no recorte imperial, insuficientes sobretudo, quando se tratam das temáticas da escravidão e das lutas dos negros nesta província. Na perspectiva da antropóloga Julie Cavignac, a explicação para este silêncio da história dos negros, livres e escravos, se dá pelo fato de que aqui, a história fora redigida primeiro “pelas elites locais que tentaram apagar, a todo custo, as especificidades étnicas (desses grupos) ao longo dos séculos”, a exemplo de Luís da Câmara Cascudo que elencou a insignificância da mão de obra cativa na produção açucareira, e de modo mais geral, na economia. Nas suas palavras “Nunca o Rio Grande do Norte possuiu vasta escravaria.” No entanto, segundo o recenseamento do Império de 1872, a população geral (de livres e escravos) da província norte-rio-grandense era de 233.979 habitantes. Desse total, 13.020, eram cativos. Estudos mais recentes têm evidenciado a presença marcante de escravizados no Rio Grande do Norte, na atividade açucareira, na pecuária e na produção de seus derivados, a exemplo do queijo e do couro, principalmente no Seridó, e também no exercício de muitas outras funções. Nossa proposta de pesquisa consiste em analisar as estratégias de liberdade dos escravos, sus deslocamentos espaciais, suas disputas judiciais, conflitos sociais entre escravos ou entre proprietários e escravos, suas práticas culturais e suas identidades étnicas na imprensa do Rio Grande do Norte no século XIX. Este artigo almeja apresentar os primeiros resultados de nossa pesquisa.

Palavras-chave: escravidão; liberdade; imprensa

A historiografia do Rio Grande do Norte vem sendo repensada ultimamente, principalmente a partir dos trabalhos desenvolvidos no PPGH e em outros PPGs da UFRN. São expressivos os avanços conquistados na historiografia local acerca das pesquisas de temáticas diversificadas, abordando os períodos colonial e republicano. No entanto, são escassos os estudos dedicados à análise do Rio Grande do Norte no recorte imperial, insuficientes sobretudo, quando se tratam das temáticas da escravidão e das lutas dos negros

²⁶³⁵ Professora do IFRN/ Integrante do Laboratório de Experimentação em História Social- LEHS/UFRN.

²⁶³⁶ Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará - UFC. Integrante do LEHS/UFRNBolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP

²⁶³⁷ Professor do Departamento de História da UFRN. Integrante do LEHS/UFRN.

nesta província. Na perspectiva da antropóloga Julie Cavignac²⁶³⁸, a explicação para este silêncio da história dos negros, livres e escravos, se dá pelo fato de que aqui, a história fora redigida primeiro “pelos elites locais que tentaram apagar, a todo custo, as especificidades étnicas (desses grupos) ao longo dos séculos”, a exemplo de Luís da Câmara Cascudo que elencou a insignificância da mão de obra cativa na produção açucareira, e de modo mais geral, na economia, alega que O Rio Grande do Norte não chegou a possuir ‘uma vasta escravaria.’ Nas suas palavras “o negro foi-nos uma constante, mas não um determinante econômico”²⁶³⁹, em virtude da ausência de indústria açucareira sólida. No entanto, segundo o recenseamento do Império de 1872, a população geral (de livres e escravos) da província norte-rio-grandense era de 233.979 habitantes, deste total, 13.020, eram cativos. Estudos mais recentes têm evidenciado a presença marcante de escravizados no Rio Grande do Norte, na atividade açucareira, na pecuária e na produção de seus derivados, a exemplo do queijo e do couro, principalmente no Seridó, e também no exercício de muitas outras funções.

Com inspiração no mito da democracia racial, as linhas escritas sobre o cativo ganharam tons românticos, como aquelas registradas pelo norte-rio-grandense Nilo Pereira em livro intitulado *Imagens do Ceará–Mirim*. Ele escreveu: “não se deve exagerar em termos falsamente históricos (...) pois não raro, havia senhores de escravos que não os tratavam como coisa ou como simples objeto de compra e venda.”²⁶⁴⁰ Essas interpretações simulavam diminuir os horrores e a opressão existentes nas relações escravistas, reduzindo-as a bons senhores e cativos obedientes, visão superada na historiografia brasileira desde a década de 1940. Esses exemplos demonstram a necessidade de ampliar o conhecimento sobre a população negra na história do Rio Grande do Norte, inclusive com a finalidade de fundamentar o ensino básico.

A falta de produções a respeito da atuação dos negros livres e escravos no Rio Grande do Norte tem causado impacto negativo na historiografia local bem como no ensino de diversas disciplinas neste Estado. Em 2003 foi publicada a Lei Federal no 10.639 que alterou a Lei no 9.394, de 1996, que estabelecia as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino, a obrigatoriedade da temática "História e cultura afro-brasileira". Entre os conteúdos a serem impreterivelmente desenvolvidos nas instituições de ensino fundamental e médio, públicas e particulares podemos citar a luta dos negros e a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, referentes à História do Brasil. A ampliação das pesquisas e produção de conhecimento sobre a presença de descendentes de africanos livres, libertos e escravos, e suas lutas no Rio Grande do Norte imperial estariam, desse modo, em consonância com a lei 10.639, uma vez que contribuem para a inserção em sala de aula de temáticas mais atualizadas. Além disso, propõe romper com uma interpretação historiográfica que torna invisível as lutas, as culturas, os saberes e o protagonismo dos negros. Neste sentido, o projeto de pesquisa e extensão *A imprensa no período imperial: fontes para o ensino e pesquisa da escravidão e das lutas dos negros no Rio Grande do Norte* consiste em realizar pesquisa nos jornais norte-rio-grandenses e selecionar as matérias nas quais tratarem da escravidão e das lutas dos negros e transcrevê-las com a finalidade de fomentar a pesquisa na área, bem como disponibilizar as fontes para professores do ensino básico. Os jornais pesquisados estão disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

No Brasil, desde a década de 1930, os anúncios de jornal têm sido trabalhados como fonte de pesquisa; Gilberto Freyre foi pioneiro nesses estudos. Em 1963, publicou o livro intitulado *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. De acordo com o autor, ‘os anúncios constituem a melhor matéria ainda virgem para o estudo e a interpretação desse

²⁶³⁸ CAVIGNAC, Julie. Índios, negros e caboclos: identidades fronteiras e etnias em perspectiva. O caso do Rio Grande do Norte. In: CAVIGNAC, Julie; CARVALHO, Maria Rosário de; REESINK, Edwin. **Negros no mundo dos índios: imagens, reflexos, alteridades**. Natal: EDUFRRN, 2011.

²⁶³⁹ CASCUDO, Luis da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. MEC, 1955. p. 44.

²⁶⁴⁰ PEREIRA, Nilo. **Imagens do Ceará–Mirim**. Natal: Imprensa Universitária, 1969.

período de certos aspectos do nosso século XIX. [...] Eles constituem os nossos primeiros clássicos. Principalmente os anúncios relativos a escravos – que são os mais francos, os mais cheios de vida, os mais ricos de expressão brasileira.”²⁶⁴¹ As pesquisas realizadas por Freyre, nos jornais, apontaram caminhos para outros trabalhos; são, sem dúvida, referências essenciais para um campo de estudos em constante aprimoramento. A análise de aspectos do cotidiano presente nos jornais dialoga com a Antropologia, principalmente no que diz respeito à compreensão da cultura, das etnias dos descendentes de africanos. Logo, o levantamento das fontes contribuem para outras áreas além da pesquisa histórica.

No que se refere aos jornais norte-rio-grandenses do período imperial ele são: *O Natalense, O Jaguarary, O Brado Natalense, O Publicador Natalense, O Sulista, A Liberdade, O Argos, Natalense, O Clarim Natalense, O Constitucional Nortista, O Rio Grandense do Norte, O Artilheiro, O Assuense, O Dous de Dezembro, O Estudante, O Progressista, O Recreio, O Rio Grandense, Brado Conservador, O Liberal, O Assuense, O Conservador, A Luz, Correio do Natal, Correio do Assú, Echo Miguelino, O Iris, O Atalaia, Jornal do Açú, O Macauense, Boletim da Libertadora Norte-Rio Grandense, Liberdade, Actualidade, Albatroz, O Cascabulho, Avulso 1880, A Ideia, O Alviçareiro, Reforma, A Juventude e Echo Juvenil*; todos esses periódicos serão pesquisados por meio deste projeto. A luta pela liberdade, ações movidas pelos escravos na justiça, atividades econômicas desenvolvidas por negros livres, libertos e escravos, o envolvimento de negros na luta abolicionista, são alguns dos temas encontrados em matérias desses jornais, cujos exemplares estão digitalizados e disponíveis na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Não obstante, no que se refere à historiografia do Rio Grande do Norte, eles não vêm sendo utilizados para o estudo dessas temáticas.

Além dos jornais supracitados, também é possível encontrar matérias sobre negros do Rio Grande do Norte em jornais de outras províncias, sobretudo nos jornais do Ceará, Pernambuco e Rio de Janeiro, razão pela qual este projeto também abrange a pesquisa dos temas em periódicos dessas províncias. Iniciaremos pelos jornais do Rio Grande do Norte e propomos selecionar as matérias que tratam da escravidão, das lutas dos negros, de suas práticas culturais e saberes. Iremos transcrevê-las, publicá-las no formato de livro em suporte digital, e-book, e disponibilizá-las gratuitamente, aos professores, pesquisadores, estudantes, e demais interessados na temática. A publicação ao final da execução do projeto é de fundamental importância, haja vista que por meio desta divulgação os professores do ensino fundamental e médio disporão de fontes históricas que poderão ser utilizadas e problematizadas em suas aulas e os pesquisadores, por sua vez, terão acesso a documentos específicos acerca da história dos negros no Rio Grande do Norte. Pretendemos com estas ações instigar o uso de documentos em salas de aula do ensino básico e superior e estimular a produção acadêmica acerca dos temas supracitados. Com relação aos alunos da graduação participantes do projeto, pretende-se viabilizar a construção de instrumentos pedagógicos que contribuam com o ensino de História e de maneira mais ampla, com a prática docente. Almeja-se também orientar acerca do manuseio com as fontes, condição básica para o trabalho dos professores/pesquisadores das áreas de humanas, visto que matérias dos jornais que tratam da temática do negro são diversificadas e interessam a várias áreas do conhecimento.

O projeto *A imprensa no período imperial: fontes para o ensino e pesquisa da escravidão e das lutas dos negros no Rio Grande do Norte* teve início no mês de Agosto desse ano de 2016 e encontra-se na fase de seleção e transcrição das matérias. Alguns jornais possuem exemplares referentes às séries ininterruptas de anos, outros possuem periodização fragmentadas, como por se pode ver na tabela abaixo. Dentre os jornais cujas matérias relacionadas a escravos e libertos já foram transcritos listamos:

²⁶⁴¹ FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. 4. ed. São Paulo: Global, 2010.

Quadro I. Jornais com informações sobre escravo e/ou libertos

Jornal	Ano	Edições	Edições com ocorrência
O Natalense	1832	22; 42	22
	1833	57; 65	
	1834	20	
O Rio Grandense do Norte	1859	24; 30; 32; 56; 57; 58; 59; 60; 66	32; 58
	1860	72; 73	
	1861	109; 116; 119	116
	1862	140	
O Progressista (RN)	1863	17	17
	1864	94; 106	
	1865	152; 155	155
	1866	222	
O Rio Grandense	1867	063	063
	1869	103	
O Assuense	1867	1; 2; 10; 14; 15; 25; 27; 30	15; 25
	1868	49; 51; 55; 57	55
	1870	166; 170	166; 170
	1871	202; 208; 220	202; 208
	1872	237; 241; 252	
	O Brado Conservador*	1876	11
1877		13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54	17; 19; 20; 21; 22; 23; 24; 27; 31
1878		55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63	
1879		64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71	
1880		72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82	

	1881	83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106	
	1882	107	
Correio do Natal	1878	1;2;3;4;5	
	1879	14; 28;31; 36;37;40;42;43;45	14; 36
	1880	56; 52; 62;64;68	52
	1881	103;108; 117; 121	108
	1882	132; 144	
	1883	1; 31	31
	1884	54	
	1885	108;	
	1886	120;121;124	
	1888	211; 213; 214; 220	

Fonte: Jornais O Natalense; O Rio Grandense do Norte; O Progressista; O Riograndense; O Assuense; O Brado Conservador; Correio do Natal. Elaborado pelos autores.

*A identificação e transcrição de ocorrência no Jornal O Brado Conservador está em andamento.

Faz-se necessária uma pesquisa sobre o período de existência e circularidade desses jornais, pois sabe-se que a efemeridade dos periódicos era comum. Há ainda situações de extinção de um jornal e criação de outro pelo mesmo editor. *O Correio do Assú* que é uma espécie de continuidade de *O Assuense*, e o fundador de ambos, também fundou o *Correio do Natal*, que circulou entre 1878 e 1889²⁶⁴²; o jornal *Progressista* era veículo do Partido da Liga e circulou entre 1862 e 1865, sendo extinto e dando lugar ao *Rio Grandense*²⁶⁴³. De modo que paralelamente à transcrição das matérias é necessário também constituir aspectos da história desses jornais para se saber o período de sua circulação, os grupos políticos a que estavam vinculados, uma vez que essas disputas implicam em diferentes posicionamentos sobre situações envolvendo escravos e libertos.

Elciene Azevedo²⁶⁴⁴ historicizou a vida de Luiz Gama, um homem que nasceu livre e foi escravizado pelo pai, mas que conseguiu estudar e se tornou um advogado e abolicionista, advogando sempre a favor da libertação dos cativos. Posteriormente, a autora retoma seus estudos sobre esse homem, e, já conhecendo sua trajetória de vida, a historiadora realiza um mapeamento das causas defendidas por Luiz Gama, da sua atuação na libertação de muitos escravos e do próprio movimento abolicionista, analisando também a experiência de outros abolicionistas que compartilharam com ele a luta contra a escravidão, na década de 1880.

²⁶⁴² FERNANDES, Luiz. **A imprensa periódica no rio Grande do Norte de 1832 a 1908**. 2ed. Natal: Fundação José Augusto, Sebo Vermelho. 1998. p. 64.

²⁶⁴³ FERNANDES, Luiz. **A imprensa periódica no rio Grande do Norte de 1832 a 1908**. 2ed. Natal: Fundação José Augusto, Sebo Vermelho. 1998. p. 49.

²⁶⁴⁴ AZEVEDO, Elciene. **O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2010; ____ **Orfeu de Carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP; Cecult, 1999.

Em *O direito dos escravos*: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo ela analisou os significados atribuídos pelos escravos à justiça, suas ações e a maneira que as autoridades públicas, judiciárias ou policiais interpretavam e contestavam a atuação dos escravos. Para a historiadora, a postura dos escravos de utilizarem o Direito, principalmente quando somados à utilização dos jornais como armas de luta, obrigou as autoridades a tomarem decisões políticas, de maneira que expusessem suas interpretações acerca do que era legal e de direito nas ações em que envolviam escravos ou pessoas que estavam sob suspeita de serem escravas.

Se por um lado, os periódicos foram armas de lutas contra a escravização ilegal, por outro também foram utilizados em defesa da escravidão, da propriedade privada, e em favor da imagem pública de indivíduos condenados pelo crime de reduzir pessoa livre à escravidão.

As disputas entre liberais e conservadores no caso do Rio Grande do Norte aparecem em casos relacionados a escravos publicados nos jornais. O jornal *Brado Conservador* e o *Correio Assuense* expõem suas diferenças por exemplo, no caso de um escravo de sete anos, cujo pai entra com uma ação de liberdade para arbitrar o valor de sua alforria ao saber que este seria vendido. A criança, de nome Gregório sob depósito foi entregue novamente ao seu proprietário por mandado do Juiz de órfãos Luiz Carlos Lins Wandelely. Segue-se então uma série de críticas ao juiz que, na época, era liberal, e possuía parentesco como redator do *Correio do Assu*.

Leia-se o despacho do doutor (medico) Luiz Carlos Lins Wanderley, proferido no celebre processo do levantamento de deposito do infeliz Gregorio, (em que andou mão do mestre) e que o mesmo doutor fez publicar no <<Correio>> de 10 do corrente, e ver-se-á que elle, no intuito de cohonestar o seu acto immoral e violento, e melhor eximir-se da tremenda responsabilidade que contrahiu perante Deus e o mundo, (porque jamais deixarão de chegar até o céu os justos clamores de Gregorio, quando a justiça da terra se torne surda aos seus gemidos)²⁶⁴⁵

Acusado no *Brado Conservador* de agir em defesa do proprietário de Gregório, o juiz defendia-se no *Correio do Assu*²⁶⁴⁶ e assim, em meio a essas disputas, vai se desvendando a história de Gregório, entre outras, e as dificuldades enfrentadas pelos escravos na aquisição da liberdade. Alguns desses casos que envolvem ações de liberdade são publicados na seção *A pedido*, ou *Publicações solicitadas* e chegam ao leitor pelo discurso do senhor quando este se sente injustiçado ou pretende se defender da acusação de redução de pessoa livre a escravo; ou ainda no discurso do defensor do escravo em questão. Esse caso vai se descortinando ao longo de várias edições e às vezes sob outra ótica no jornal opositor.

A seção *Anúncios* é outra que aparece referências às fugas ou ofertas de compra e venda de escravos. Ao analisar os anúncios de fugas de escravos nos jornais de São Paulo no século XIX, Lilia Moritz Schwarcz, avança em relação aos estudos realizados por Freyre, e caracteriza as fugas no processo de abolição, observando que eram em sua maioria individuais, mas houve um crescimento das fugas coletivas a partir de 1880, relacionando-as com o fortalecimento do movimento abolicionista.²⁶⁴⁷

Assim como em outros jornais, os periódicos do Rio Grande do Norte trazem na seção *Anúncios* ofertas de compra e venda de escravos bem como avisos de fugas. Os registros de fugas em jornais de outras cidades podem revelar possíveis rotas de fuga dos escravos na província.

No dia de 21 de junho deste anno fugio da villa do Jardim, no Seridó a escrava crioula de nome Severina, da

²⁶⁴⁵ QUE miséria! **Brado conservador**. Assu, 23 mar. 1877. Editorial, p. 2.

²⁶⁴⁶ Não há, para as mesmas datas do *Brado conservador* sobre o caso citado, exemplares do *Correio do Assu* na Hemeroteca Digital.

²⁶⁴⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro**, 2008, p.137-138.

propriedade de Manoel Martins de Farias, a qual tem os signaes seguintes: moça, retinta e não mal parecida: estatura regular, olhos esbranquiçados, beijos grossos, dentes alvos e limados tanto os da maxila superior, como da inferior: tem um signal feito em um dos braços, ou de sino aslomão ou de alguma outra figura; he bastante ladina e leva nome mudado; cose, laberinta, faz renda e emgoma. Tendo ja sido prêsa em Angicos evadio-se da prisão, e consta ter d'ali seguido para o Assú onde foi encontrada armada de uma faca, levando porção de roupa e dinheiro. Quem a pegar pode levala a a seu senr. navila do jardim, ou na cidade do Assú ao Senhor João Carlos wanderley, que será generosamente gratificado. Jardim 17 de Agosto de 1867.²⁶⁴⁸

No anúncio citado, além das características físicas, valorizadas nos estudos de Freyre com base nos anúncios, observa-se que a atividade desempenhada pela escrava na confecção de labirinto e renda, é uma atividade típica da região do Seridó, onde se localiza a cidade de Jardim do Seridó, além disso, o anúncio evidencia uma possível rota de fuga passando por Angico e Assú. Porém, a configuração de uma rota de fuga carece de informações que podem surgir em outros anúncios.

A seção *Noticiário* apresenta diferentes referências sobre os escravos e libertos, entre estas as notícias de manumissão, ressaltando-se a bondade do senhor evidenciando uma visão paternalista da alforria:

MANUMISSÃO- É sempre com praser que registramos actos de philantropia e caridade. A exma Senhora Dona Francisca Maria da Conceição, viuva do finado A pollinar Jose d' Aurêdo, moradora no sitio –Barro Branco- da freguezia e município da cidade do Principe, acaba de passar carta de liberdade aos seus escravos Luiz, Felis, e Candida. Possa tão digno exemplo se imitado.²⁶⁴⁹

Percebe-se uma clara valorização da ação do senhor e da alforria vista como uma caridade, eximindo qualquer ação dos escravos. Visão expressa também no texto de Nilo Pereira, citado anteriormente. A aquisição da alforria requeria muito mais empenho dos escravos do que pode parecer pela notícia acima. Os estudos sobre alforria mostram que em sua maioria eram conseguidas mediante pagamento pelo escravo ou cumprimento de obrigações e prestação de serviços.²⁶⁵⁰ Embora o direito a compra da alforria só tenha sido reconhecido com a Lei de 28 de Setembro de 1871, já era uma prática.²⁶⁵¹ “Muitos escravos pareciam dispostos a se submeter às mais variadas e severas condições no intuito de tornarem-se libertos”²⁶⁵², mas a trajetória do escravo até conseguir a alforria não costuma ser apresentado nas cartas de liberdade. Algumas situações vêm à tona nos jornais à exemplo, o caso do menino Gregório evidencia às dificuldades que envolviam a alforria. Quando o pai de Gregório soube da intenção de venda do menino pelo senhor, ofereceu 200

²⁶⁴⁸ No dia de 21 de Junho. **O Assuense**. Assu, 14 set. 1867. Anuncios, p. 4.

²⁶⁴⁹ MANUMISSÃO. **O Assuense**. Assu, 02 set. 1870. Noticiário, p. 02.

²⁶⁵⁰ KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. EISEMBERG, EISENBERG, Peter. **Homens esquecidos**. Campinas: Ed. Unicamp, 1989. SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, EDUSC, 2001. GONÇALVES, Andréa Lisly. **As margens da liberdade: estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

²⁶⁵¹ CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

²⁶⁵² GONÇALVES, Andréa Lisly. **As margens da liberdade: estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011. p. 18

mil reis pela sua alforria, porém, o proprietário alegou que o custo seria de 300 mil. A lei de 28 de setembro de 1871 dava direito ao escravo que dispusesse de pecúlio comprar sua alforria²⁶⁵³, mas esse direito era negado quando o senhor não acordava o valor da indenização, nessa situação era necessário recorrer à justiça para arbitramento do valor, conforme fez o pai de Gregório.

Considerando que a proposta do projeto tem entre seus objetivos proporcionar o acesso as fontes para utilização na pesquisa, mas também no ensino básico, as publicações sobre a manumissão enfatizando a caridade da senhora e o caso de Gregório, cujo pai tentou comprar sua liberdade para evitar que fosse vendido e, não obtendo sucesso recorreu à justiça, podem ser utilizados pelo professor para problematizar a luta dos escravos pela liberdade, as diferentes visões da liberdade e a atuação dos escravos nesse processo.

Os livros didáticos de ensino fundamental e médio, embora tenham se atualizado, além de ter surgido novas publicações fundamentadas em uma historiografia mais recente, ainda é comum a história da escravidão com ênfase no escravo que sofre os açoites e os escravos que se rebelam. Pouco se aborda sobre a complexidade das relações entre senhores e escravos. No entanto, a produção historiográfica que enfatiza a ação do escravo enquanto sujeito ativo já tem décadas, visto que emergiu do debate ocorrido, principalmente na década de 1980, entre historiadores que defendiam a ideia de que o escravo estivera reduzido à condição de coisa, e historiadores que sustentavam uma nova linha de interpretação, a do escravo-sujeito. Esse debate foi animado ainda na década de 1970, com a historiografia da escravidão realizada nos Estados Unidos. Nesse conjunto de obras, destacou-se, exercendo forte influência na historiografia brasileira da escravidão o livro *Roll, Jordan, roll. The world the slaves made*, de Eugene Genovese²⁶⁵⁴. Este tratou os escravos como sujeitos históricos que resistiam ao sistema escravista utilizando-se das relações paternalistas, que, embora fossem estabelecidas pelos senhores, protegiam ao mesmo tempo senhores e escravos. Dessa maneira, “ao aceitar um ethos paternalista e ao legitimar o domínio de classe, os escravos desenvolveram sua mais poderosa defesa contra a desumanização implícita na escravidão”²⁶⁵⁵. No Brasil, Silvia Lara²⁶⁵⁶ foi uma das primeiras historiadoras contemporâneas a contestar a ideia da coisificação do escravo, demonstrando que as relações entre eles e os senhores eram definidas no cotidiano de luta e acomodação entre ambos. O êxito e a consolidação dessa linha interpretativa têm aberto caminhos para estudos sobre a escravidão. A história social da escravidão apresenta-se como um campo que já foi e tem sido problema de pesquisa de muitos trabalhos relevantes na historiografia brasileira. Nesse domínio, os temas abordados são variados, entre os quais podemos mencionar a família escrava, a resistência escrava, as relações de trabalho e as lutas pela alforria. Na década de 80, Stuart Schwartz²⁶⁵⁷ argumentou que no Brasil havia vários critérios de distinção das pessoas, a exemplo da cor. Mas, segundo o autor, a condição jurídica do indivíduo era o principal desses critérios. Ser livre ou escravo, esse era, de acordo com esse historiador o maior elemento distintivo no interior da sociedade escravista. A princípio parece uma equação simples, em que a lei sempre é colocada em prática, mas não é. Hebe Mattos Castro²⁶⁵⁸, ao estudar os significados da liberdade no Sudeste escravista, observou uma representação social que diferenciava as pessoas livres. No período colonial eram os

²⁶⁵³ Lei 2080 de 28 de Setembro de 1871. art 3 par 2º

²⁶⁵⁴ GENOVESE, Eugene Dominick. **A terra prometida**: o mundo que os escravos criaram. Trad. Maria Inês Rolim e Donaldson Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília-DF: CNPq, 1988.

²⁶⁵⁵ GENOVESE, Eugene Dominick. **A terra prometida**: o mundo que os escravos criaram. Trad. Maria Inês Rolim e Donaldson Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília-DF: CNPq, 1988.

²⁶⁵⁶ LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência**: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

²⁶⁵⁷ SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras; CNPq, 1988.

²⁶⁵⁸ CASTRO, Hebe Mattos. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, séc. XIX. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

“homens bons” e no período imperial, os “cidadãos ativos”. A autora chamou atenção também para a existência de um grupo intermediário, composto por livres pobres. Nos documentos estudados por Hebe Castro, “a designação de ‘pardo’ era usada, antes, como forma de registrar uma diferenciação social, variável conforme o caso, na condição mais geral de não branco.” A autora explica que, dessa maneira, “todo escravo descendente de homem livre (branco) tornava-se pardo, bem como todo homem nascido livre, que trouxesse a marca de sua ascendência africana.” A autora demonstrou que “para tornarem-se simplesmente ‘pardos’, os homens livres descendentes de africanos dependiam de um reconhecimento social de sua condição de livres, construído com base nas relações pessoais e comunitárias que estabeleciam.”²⁶⁵⁹ Apesar disso, os negros, mesmo aqueles livres e libertos, não raro eram detidos pelos representantes da lei para averiguação, suspeitos de serem escravos. Também com certa frequência libertos eram reescravizados e livres de cor negra eram escravizados. Ou seja, a liberdade, a princípio, não estava disponível para as pessoas de cor negra. Como a historiografia mostra, é de grande complexidade as situações que envolvem escravos e libertos que podem ser exploradas em diversas fontes, inclusive os jornais.

Além das seções *Noticiário*, *Anúncios*, *À pedido* já citadas, outras seções como *Editais*, *Correspondência*, *Ao Público* e *Documentos*, *Batizados* e *Óbitos* são encontradas informações referentes à escravos, mesmo quando o conteúdo principal da matéria não é o escravo. A diversidade de matérias levantadas até esta etapa da pesquisa mostra como a presença escrava era mais significativa do que costumava se afirmar nos livros sobre o Rio Grande do Norte. Desse modo, a transcrição de fontes jornalísticas para o estudo da escravidão e liberdade no Rio Grande do Norte pode trazer novas perspectivas para a historiografia local.

POR UMA RELEITURA POLÍTICA: A TRAJETÓRIA DOS JUÍZES PÓS-INSURREIÇÃO PRAIEIRA (1850-1858)

Alexsandro Ribeiro do Nascimento
alexribeiro2@gmail.com

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar as ações de alguns juizes municipais que atuaram em Pernambuco, na comarca de Recife após a Insurreição Praieira. Vários destes bacharéis tiveram novas atribuições, como juizes de direito, e até conseguiram ocupar cargos políticos, como deputados. A pesquisa partiu de um levantamento realizado na dissertação de Mestrado do mesmo autor intitulado “Sob o Império da Lei: a atuação dos juizes municipais na comarca do Recife (1841-1850)”. Neste trabalho, foram apontados mais de trinta bacharéis que atuaram em Pernambuco desde a reformulação do Código do Processo Criminal em 1841, até o julgamento dos envolvidos na Insurreição Praieira, em 1850. A partir deste último ano, trouxemos para a atual pesquisa alguns magistrados com características semelhantes para compreender os papéis que cada agente desempenhou dentro de seu grupo jurídico até o término do período da Conciliação, em 1858. As histórias individuais de Antônio Tristão da Serpa Brandão, Francisco Carlos Brandão, Luiz Duarte Pereira e Vicente Ferreira Gomes, servirão como o guia do trabalho para entender as possíveis redes em que eles estavam inseridos, bem como seus negócios, tensões e conflitos na época, não apenas em relação ao poder monárquico, mas também com outros grupos da província. Para a elaboração da presente pesquisa foram utilizados autores como Augusto César Feitosa Pinto Ferreira, Flavio Heinz, Ilmar Rohloff de Mattos, José Murilo de Carvalho, Lilia Moritz

²⁶⁵⁹ CASTRO, Hebe Mattos. **Das cores do silêncio:** os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, séc. XIX. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p.42

Schwarcz, Marcus J. M. de Carvalho, Pierre Rosanvallon, Suzana Cavani Rosas e Wellington Barbosa da Silva. As principais fontes analisadas foram os periódicos que circulavam em Pernambuco na época, como o Diário de Pernambuco, Jornal do Recife, O Liberal Pernambucano, O Liberal e a União.

Palavras-chaves: Juízes municipais – política – Recife – justiça

Entre as dezenas de juízes que atuaram na comarca do Recife em meados do século XIX, Luiz Duarte Pereira foi um dos mais reconhecidos profissionalmente²⁶⁶⁰. Nascido em 1814, o bacharel estudou na Faculdade de Direito de Olinda onde se formou em 1835. Chegou a ocupar o cargo de promotor público nas localidades de Flores, Bonito e Rio Formoso e atuou como juiz municipal em diversas regiões da província²⁶⁶¹.

Na vila de Igarassu, ocupando o cargo de juiz municipal nos anos quarenta, Luiz Duarte Pereira teve embates com delegados e subdelegados locais. O jornal o Diário Novo publicou vários relatos dos conflitos entre o bacharel e os ocupantes dos cargos policiais. Em um deles, o profissional da lei relatou que foi ameaçado de morte pelo senhor do engenho Monjope, o delegado João Cavalcanti de Albuquerque, que teria desrespeitado sua autoridade de juiz²⁶⁶².

Em alguns ofícios, o bacharel descreve sobre a polícia desordeira de Igarassu e da insubordinação de algumas pessoas que perturbavam a ordem pública destruindo lavouras e plantações dos adversários. Segundo o juiz, negros vindos de Timbaúba e de Paudalho, capitaneadas pelos Valentins e ordenadas pelo próprio João Cavalcanti, atormentavam a região²⁶⁶³.

Segundo Pereira, as pessoas que tinham opiniões contrárias a João Cavalcanti, seu filho Antonio Cavalcanti e seu parente José Maria Paes Barreto, sofriam perseguições. O bacharel relatou que as vítimas eram mortas e seus membros expostos em altos postes à vista de todos. Por conta disso, o juiz pediu demissão imediata do major e de seu filho para voltar à paz em Igarassu. Contudo, reconheceu a dificuldade de retirá-los das funções por fazerem parte dos altos cargos da polícia.

Não se sabe ao certo da veracidade do depoimento do juiz municipal²⁶⁶⁴. Mas havia outros apontamentos citando os acontecimentos em Igarassu. O próprio bacharel registrou dois meses depois que Antonio Cavalcante de Mello, filho do delegado João Cavalcanti, estava foragido depois de ser pronunciado de crime de morte²⁶⁶⁵. Além disso, em um artigo no Diário Novo, intitulado “Ainda o Sr. João Cavalcanti”, há um relato dizendo que o magistrado era um obstáculo para as arbitrariedades do policial. O delegado tentou, sem sucesso, se “desfazer” do profissional da lei²⁶⁶⁶.

Provavelmente Luiz Duarte parecia estar saturado de conviver na freguesia de Igarassu com outros membros da polícia. Em um documento de fevereiro do mesmo ano, em 1843, tinha pedido dispensa por estar doente e reclamava das “espinhosas” funções como segundo suplente do juiz municipal e suplente do delegado e subdelegado da freguesia. Em junho de

²⁶⁶⁰ Em meados do século XIX a comarca do Recife abrangia as vilas de Recife, Olinda e Igarassu.

²⁶⁶¹ **Jornal do Recife**, Recife, 17 de abril de 1879, ed. 87, p. 1. Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>. Acesso em: julho de 2016

²⁶⁶² VER em **O Diário Novo**, Recife, 17 ago. 1843, ed. 175, p. 2. Disponível em: . Acesso em: 30 dez. 2013. ; **O Diário Novo**, Recife, 18 set. 1847, ed. 203, p. 2. Disponível em: . Acesso em: 30 dez. 2013 ; VER Também MELO, Jerônimo Martiniano Figueira de. **Autos do inquérito da Revolução Praieira**. Brasília: Senado Federal: Univ. de Brasília, 1979. p. 143.

²⁶⁶³ **APEJE** – Série Juízes Municipais. Códice JM2B, Igarassu, 20 mar. 1845. VER também em **Diário Novo**, Recife, 21 abr. 1845, ed. 88, p. 3. Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>.. Acesso em abril de 2016.

²⁶⁶⁴ 186 VER em **Diário Novo**, Recife, 12 jun. 1845, ed. 127, p. 3. Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>.. Acesso em: abril de 2016

²⁶⁶⁵ **APEJE** – Série Juízes Municipais. Códice JM2b, Igarassu, 17 jun. 1845

²⁶⁶⁶ **O Diário Novo**, Recife, 2 maio 1845, n. 97, p. 2. Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>.. Acesso em: abril de 2016

1845, um comunicado no Diário Novo relata que Luiz Duarte Pereira abandonou o cargo para não ser morto por João Cavalcanti²⁶⁶⁷.

Outra versão do caso, também divulgado no Diário Novo, é que Pereira possuía um arsenal em sua casa, com 16 granadas inutilizadas. O seu armamento, segundo o artigo assinado com um pseudônimo de Ciro, era maior que o acervo do próprio João Cavalcanti. No texto, ainda se condena a atitude do bacharel, que poderia evitar tal conflito com o policial, se ele tivesse processado o delegado meses antes do conflito²⁶⁶⁸. O autor ainda relatou que o magistrado encomendou as munições junto a Manoel Pereira Moraes e ao jornalista Antônio Borges da Fonseca – que se tornou um dos líderes da Insurreição Praieira²⁶⁶⁹.

Apesar dos embates, Luiz Duarte Pereira já tinha certo prestígio em Pernambuco. Antes do episódio praieiro, ele assumiu a administração do recém-criado Conselho Provincial no mandato do presidente da província Chichorro da Gama. Ele só foi deposto do cargo após a mudança de governo local²⁶⁷⁰.

Aliás, Pereira foi mencionado nos Autos do Inquérito como uma das pessoas que apoiou os rebeldes entre os anos de 1848 e 1849. Ele, junto com outros bacharéis, foi preso temporariamente e depois recebeu uma anistia imperial "acobertado de uma condenação por motivos políticos junto com seu sogro e outros revoltosos"²⁶⁷¹. Após o movimento praieiro, o bacharel continuou filiado ao Partido Liberal²⁶⁷². Na Insurreição, Pereira foi citado como um dos auxiliares do próprio Borges da Fonseca. Depois de ser absolvido, ele continuou com um papel considerável na política, tanto é que assinou uma carta junto com 20 pessoas do Partido Liberal onde repudiou acusações sofridas por Jerônimo Vilela de Castro Tavares²⁶⁷³ – também atuante no episódio praieiro ao lado dos chamados rebeldes – pelo jornal Liberal Pernambuco²⁶⁷⁴.

Entretanto, ainda não é possível dizer qual a posição de Duarte Pereira no Partido Liberal. Na legenda política existiam várias correntes: a dos líderes históricos da Praieira, os chamados genuínos; a dos membros da Sociedade Liberal Pernambucana, os chamados ligueiros, formados por alguns praieiros e liderados por Nascimento Feitosa; e ainda alguns republicanos que foram comandados por Borges da Fonseca²⁶⁷⁵.

²⁶⁶⁷ **O Diário Novo**, Recife, 12 jun. 1845, ed. 127, p. 3. Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>. Acesso em abril de 2016

²⁶⁶⁸ **O Diário Novo**, Recife, 8 maio 1845, ed. 101, p. 2. Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>. Acesso em abril de 2016.

²⁶⁶⁹ Na historiografia a Insurreição Praieira é tratada como “revolta”, “insurreição”, “rebelião” e “revolução”. Vários autores utilizam esses verbetes para analisar o episódio. VER em MARSON, Izabel Andrade. **O império do progresso: A revolução praieira**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

²⁶⁷⁰ **Jornal do Recife**, Recife, 10 de maio de 1879, ed. 107, p. 2. Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>. Acesso em: julho de 2016

²⁶⁷¹ **Jornal do Recife**, Recife, 17 de abril de 1879, ed. 87, p. 1. Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>. Acesso em: julho de 2016

²⁶⁷² VER em MELO, Jerônimo Martiniano Figueira de. **Autos do inquérito da Revolução Praieira**. Brasília: Senado Federal: Univ. de Brasília, 1979. VALLE, José Ferraz Ribeiro do. **Uma Corte de Justiça no Império**. O Tribunal da Relação de Pernambuco. – 2. ed. – Recife: Tribunal de Justiça de Pernambuco, 2005.

²⁶⁷³ Jerônimo Vilela de Castro Alves também ficou conhecido pela famosa quadra: “Quem viver em Pernambuco/Deve ser desenganado/ Que ou há de ser Cavalcanti/ Ou há de ser cavalgado”. VER em MARSON, Izabel. **Movimento Praieiro: Imprensa Ideologia e Poder Político**. São Paulo. Ed. Moderna. 1980.

²⁶⁷⁴ **Diário de Pernambuco**, Recife, 26 ago. 1848, ed. 195, p. 2. Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>. Acessado em julho de 2016.

²⁶⁷⁵ A Sociedade Liberal Pernambucana foi fundada em 1851. Apesar de contar com alguns membros que participaram da Praieira, a organização não sofreu com nenhum tipo de perseguição do governo do presidente da província Victor de Oliveira, o que provocou a ira dos guabirus. A organização também recebeu o apoio de muitos senhores de engenho e adentrou em vários locais de Pernambuco. VER em ROSAS, Suzana Cavani. **Os emperrados e os ligueiros** (A história da Conciliação em

Assim como muitos bacharéis, Luiz Duarte Pereira também tentou ingressar na carreira política. Em 1858, ele foi eleito primeiro suplente de deputado geral, assumindo o cargo no ano seguinte depois do impedimento de Francisco Carlos Brandão. Por decreto de 13 de junho de 1860 foi nomeado juiz de direito e exerceu esses cargos nas comarcas de Itabaicena, Macapá, Laguna e Espírito Santo²⁶⁷⁶.

A importância de Pereira na cena jurídica após a Praia pode ser exemplificado pela honraria que recebeu da Corte. Ele acabou sendo condecorado como cavaleiro da Ordem de Cristo, título dado como reconhecimento aos serviços prestados ao Governo²⁶⁷⁷.

Ele faleceu em 1879 na comarca do Espírito Santo onde atuava como juiz de direito. O motivo da morte foi relatado como "moléstias". Seu caixão chegou a ser carregado pelo presidente da província e o Chefe da Polícia local. O corpo foi enterrado no Cemitério da Irmandade do Santíssimo Sacramento e, segundo jornais da época, muitas pessoas acompanharam o cortejo fúnebre²⁶⁷⁸.

Luiz Duarte Pereira é uma das figuras do meio jurídico que serve de exemplo para entendermos o funcionamento das instituições em Pernambuco. Ele atuou além das funções jurídicas, assumindo cargos em outros aparelhos administrativos da região. Por transitar em diversos órgãos e ter relações com outros grupos sociais, este tipo de profissional da lei se tornou uma das figuras-chaves para compreender o *modus operandi* dos órgãos de Justiça e polícia na província.

Dentre os principais cargos que tangem este trabalho (juizes municipais e juizes de direito) é importante frisar que com o passar dos anos muitos dos juizes municipais, que faziam parte do cargo mais raso da escala jurídica, conseguiram se promover na área, e o cargo de juiz de direito era o mais almejado por muitos deles.

Entre as funções dos juizes municipais, após a Reformulação do Código de Processo Criminal em 1841, estava a de conceder fiança aos réus que pronunciassem ou prendessem; acumular as atribuições criminais e policiais que eram competentes aos juizes da paz; sustentar ou revogar as pronúncias feitas pelos delegados e subdelegados; julgar suspeições aos delegados; além de substituir na comarca o juiz de direito na sua falta ou impedimento. Eles também passaram a ser nomeados pelo Imperador entre os bacharéis formados em Direito, com um ano de experiência no setor. O tempo de trabalho era no máximo quatro anos. O salário podia chegar até quatrocentos mil réis. Já os juizes de direito seriam só recrutados dentre bacharéis formados que tivessem servido com distinção nos cargos de juizes municipais, de órfãos ou de promotores públicos por, no mínimo, quatro anos. Entre suas funções estava a análise de todos os processos crimes que tivessem sido sentenciados pelos juizes municipais, delegados e subdelegados, no qual poderiam condenar ou absolver

Pernambuco, 1849 – 1857). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 1999.

²⁶⁷⁶ **Jornal do Recife**, Recife, 10 de maio de 1879, ed. 107, p. 2. Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>. Acesso em: julho de 2016

²⁶⁷⁷ Em uma ordem crescente de hierarquia, a Ordem de Cristo era dividida em cavaleiro, comendador e grã-cruz. De acordo com Marina Garcia de Oliveira, o prestígio que a Ordem de Cristo conferia era por decorrência de sua forte tradição em Portugal na Idade Média. Esta era uma das honrarias mais procuradas na época. Ver em OLIVEIRA, Marina Garcia de. **Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros**: práticas, políticas e significados dos títulos nobiliárquicos entre o Período Joanino e o alvorecer do Segundo Reinado. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo - São Paulo. 2013. Já para Jonas Moreira Vargas, no Brasil dos oitocentos, um título de nobreza consagrava uma família. O título era reconhecido pelo imperador por serviços prestados a Corte e a nação. Ver VARGAS, Moreira Jonas. "Um negócio entre famílias". A elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889). In: HEINZ, Flávio M. (Organizador). **História Social das Elites**. – São Leopoldo: Oikos, 2011.

²⁶⁷⁸ **Jornal do Recife**, Recife, 17 de abril de 1879, ed. 87, p. 1. Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>. Acesso em: julho de 2016

rés por prevaricação, corrupção ou suborno. Eles também estavam à frente de Tribunais de Júri e podiam aplicar o *Habeas Corpus*, novidade na época²⁶⁷⁹.

Os juízes também poderiam cumprir funções de chefes de polícia, delegados e subdelegados, principalmente por conta da carência de pessoas capacitadas para tomarem a frente destes cargos. Isso resultou em embates entre profissionais da lei com algumas pessoas que ocupavam funções nas instituições policiais²⁶⁸⁰. As discussões ocorriam, na maioria das vezes, em localidades interioranas dominadas por proprietário de terras que tinha participação na vida política e não aceitavam se sujeitar a magistrados enviados pela corte²⁶⁸¹.

Vários magistrados de Pernambuco atuavam no campo jurídico conjuntamente. Existia uma teia de relacionamentos e o diálogo entre eles era constante. É possível que muitos desses juízes se conhecessem desde a época do curso de Direito, principalmente no Curso Jurídico de Olinda.

Outro ponto considerável sobre os juízes era a tentativa de ingressar na política. Como já foi citado com Luiz Duarte Pereira, muitos juízes municipais chegaram a disputar as eleições para deputado geral ou provincial²⁶⁸² e também participavam da formação de grupos simpatizantes tanto do partido liberal quanto do conservador. Segundo Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling, a burocracia do Estado Imperial tinha também como origem os juristas e advogados que se formavam nos cursos de Direito e seguiam, posteriormente, carreira pública, como deputados, senadores e diplomatas. Ilmar Matos também segue a mesma linha de raciocínio, reforçando que além de centros formadores de dirigentes políticos, os cursos de Direito no Brasil eram também geradores de agentes da administração imperial²⁶⁸³.

Essas movimentações do grupo jurídico mostram uma parte da elite que era pouco discutida na historiografia. O estudo sobre estes juízes traz um novo rosto à história política e ainda transparece a identificação de indivíduos que foram “camuflados” pelas pesquisas sobre as instituições²⁶⁸⁴.

²⁶⁷⁹ Ver em Lei Nº 261, de 3 de dezembro de 1841. **Reforma do Código do Processo Criminal**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM261.htm.

²⁶⁸⁰ Além das discussões entre juízes e policiais outras ineficiências sobre as instituições policiais e judiciais aparecem como temática frequente em ofícios, relatórios e nos jornais da época. A impunidade, as falhas nos Júri, faltas de polícias, os roubos e até assassinatos eram retratados nessas fontes.

²⁶⁸¹ Na promulgação do Código Criminal, em 1832, os juízes municipais passaram a ser nomeados pelo presidente da província a partir de uma lista tríplice enviada pela Câmara Municipal. Já com a reformulação do Código do Processo Criminal, em 1841, os chefes de polícia, os delegados e subdelegados eram nomeados pelo imperador e tinham autoridade até para conduzir audiências judiciais. Ver em: FERREIRA, Augusto César Feitosa Pinto. **Justiça criminal e Tribunal do Júri no Brasil Imperial: Recife, 1832-1842**. Dissertação de Mestrado. UFPE. Recife. 2010. HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. AZEVEDO, Dr. Manoel Mendes da Cunha e. **Observações sobre vários artigos do Código do Processo Criminal e outros da Lei de Dezembro de 1841**. Pernambuco. Typografia da Viúva Roma. 1852. SILVA, Wellington Barbosa da. **Entre a Liturgia e o Salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850)**. 2003. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. Programa de pós-graduação em História. Recife.

²⁶⁸² Vários periódicos que circulavam na província pernambucana no XIX mostravam a corrida eleitoral para os cargos de deputado geral ou provincial. Muitos deles se encontram no acervo da Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>

²⁶⁸³ VER SCHWARCZ, Lilia Moritz. STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: Uma Biografia**. 1 ed. São Paulo. Companhia das Letras. 2015; MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 287

²⁶⁸⁴ Segundo Antônio Manuel Hespanha, o estudo das elites, através dos atores sociais, faz perceber diferenças de contextos, aproximando-se “do cotidiano dos mecanismos do poder privado”. Ele ainda conceitua a elite usando o argumento que todas as pessoas, de algum modo, são pertencentes à elite porque “*todos temos algum grupo que nos reconhece, para o bem ou para o mal, como detentores de*

Também formado em Direito e cumpridor da função de juiz municipal na comarca do Recife em meados do século XIX, Francisco Carlos Brandão tentou ingressar no cargo de deputado. A primeira tentativa foi em 1851, no qual apenas conseguiu ser suplente de deputado provincial. Já em 1854, ele foi eleito deputado geral e em 1859 foi impedido de exercer a função legislativa²⁶⁸⁵.

Na área jurídica Brandão também se envolveu em algumas confusões e acabou sendo afastado do cargo. Na década de quarenta, quando ocupava o cargo de juiz municipal da 1ª vara do Recife, ele foi acusado de receber suborno para inocentar os réus que passavam pelo Tribunal do Júri. A denúncia foi feita no Diário Novo e assinada pelo personagem Abissínio, pseudônimo que escrevia no jornal. Em resposta, Brandão - que também atuava como delegado local -, processou o autor do texto por crime de injúrias impressas²⁶⁸⁶.

Em várias outras edições do Diário Novo, no ano de 1843, Carlos Brandão foi acusado de receber dinheiro para ajudar os julgados. Mesmo afirmando sua inocência, contratando os seus acusadores, o profissional da lei acabou sendo afastado do cargo de delegado e de juiz municipal. De acordo com os periódicos da época, não era possível afirmar se o afastamento do magistrado foi um pedido do presidente de província de Pernambuco, na época o Barão da Boa Vista²⁶⁸⁷.

Depois da nulidade, Carlos Brandão foi citado pelo Diário Novo em 1848 sendo acusado de participar do “mata-marinheiro do Colégio”, ocorrido em junho daquele ano. Mesmo com várias testemunhas afirmando que viram o magistrado na Rua da Praia, ele negou que tivesse participado do episódio. As declarações contidas no impresso não deixam claro se o ex-juiz municipal estava a favor ou contra os estrangeiros²⁶⁸⁸.

Outro personagem que tentou ingressar na carreira política foi o bacharel Vicente Ferreira Gomes. Ele não teve tanto sucesso feito os outros magistrados nos cargos do Poder Legislativo, mas participava dos debates sobre o cenário político na época. Este juiz também participou da Insurreição Praieira ao lado dos rebeldes. Depois do episódio, ele foi julgado e impronunciado, ou seja, não houve segundo o Júri nenhuma prova²⁶⁸⁹.

No período pós-Praieira, Vicente Ferreira Gomes continuou na área jurídica. Ele foi o autor do Guia do Processo Criminal que tratava sobre atribuições policiais e criminais. A obra

*uma legitimidade para dirigir em alguns dos planos da inter-acção social*²⁶⁸⁴. Ver em HESPANHA, Antônio Manuel. Governo, elites e competência social: sugestões para um entendimento renovado da história das elites. In: BICALHO, Maria Fernanda. FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.) **Modos de Governar. Ideias e Práticas Políticas no Império Português** – séculos XVI a XIX. São Paulo. Almeida, 2005. Já Pierre Rosanvallon argumenta que a elite não pode ser considerada por somente aqueles que ocupam o topo da política. Segundo o autor, isso não é um dom, não há algo de especial. O termo se detém apenas aqueles que ocupam o governo temporariamente e não as pessoas que pretendem alcançá-lo²⁶⁸⁴. Ainda sobre as elites, Flávio Heinz afirma que a perspectiva sobre os seus estudos é suficientemente aberta para ser utilizada em diversos tipos de investigações. Esse tipo de análise ajuda em um tratamento sociológico das elites. É um estudo que não se afasta da perspectiva histórica. Ver em ROSANVALLON. Pierre. Por uma história conceitual do político. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n.30, 1995.pp. 27-39

²⁶⁸⁵ **Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola**. 1869 a 1881. Disponível em <<http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>>. Acessado em agosto de 2016.

²⁶⁸⁶ NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco** (1821 – 1854). Vol. II. Diários do Recife – 1829/1900. Imprensa Universitária. Universidade Federal de Pernambuco. 1966.

²⁶⁸⁷ **O Diário Novo**, Recife, 1843, ed. 122,. p. 1. Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>: . Acesso em: 14 jan. 2014.

²⁶⁸⁸ **O Diário Novo**, Recife, 8 ago. 1848, ed. 171, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>. Acesso em 14 jan. 2014

²⁶⁸⁹ VER em MELO, Jerônimo Martiniano Figueira de. **Autos do inquérito da Revolução Praieira**. Brasília: Senado Federal: Univ. de Brasília, 1979. VALLE. José Ferraz Ribeiro do. **Uma Corte de Justiça no Império**. O Tribunal da Relação de Pernambuco. – 2. ed. – Recife: Tribunal de Justiça de Pernambuco, 2005.

tinha o objetivo de orientar às pessoas que não eram especialistas no estudo do Direito como os delegados, subdelegados, alguns juizes municipais e seus suplentes²⁶⁹⁰.

Mesmo após o episódio praieiro, Ferreira Gomes se envolveu na política participando de debates no Partido Liberal. Porém, ainda não é possível saber qual a posição do bacharel na legenda, pois existiam várias correntes: a dos líderes históricos da Praieira, os chamados genuínos; a dos membros da Sociedade Liberal Pernambucana, os chamados ligueiros, formados por alguns praieiros e liderados por Nascimento Feitosa; e ainda alguns republicanos que foram comandados por Borges da Fonseca²⁶⁹¹.

Vale lembrar que a Sociedade Liberal Pernambucana foi fundada em 1851. Apesar de contar com alguns membros que participaram da Praieira, a organização não sofreu com nenhum tipo de perseguição do governo do presidente da província Victor de Oliveira, o que provocou a ira dos guabirus. A organização também recebeu o apoio de muitos senhores de engenho e adentrou em vários locais de Pernambuco²⁶⁹².

Outro juiz municipal citado como membro do partido liberal após a Praieira foi Antônio Tristão da Serpa Brandão. Apesar de ser aliado de Borges da Fonseca, e ter atuado em frentes de batalha dos rebeldes em Olinda e Igarassu - sendo o comandante do terceiro e quarto batalhões dos rebeldes, após a organização da Coluna Liberal, em fevereiro de 1849 -, o nome de Serpa Brandão não foi citado por Figueira de Melo como uma das pessoas presas após os embates²⁶⁹³. Depois dos conflitos, Serpa Brandão continuou suas atividades jurídicas, principalmente em Igarassu, onde ocupou cargos nas instituições policiais²⁶⁹⁴. Ele chegou a ocupar o cargo de vereador também na vila de Igarassu²⁶⁹⁵.

Os exemplos dos juizes que ingressaram na política mostram que a discussão dentro do cenário parlamentar pode se sobressair até mais que o próprio âmbito jurídico. Pois, é nas relações estabelecidas com outras pessoas públicas que também se pode perceber o enquadramento do ofício de juiz municipal em múltiplas questões que ultrapassavam as esferas da justiça na província de Pernambuco. Nesse caso, a prática dos profissionais da lei precisa ser estendida a outros espaços além da instituição jurídica²⁶⁹⁶. As afinidades e discordâncias com personagens da cena política de Pernambuco do século XIX (como parlamentares, jornalistas e presidentes da província), portanto, ajudaram direta ou indiretamente na forma que esses magistrados trabalhavam para se manterem nas instituições governamentais (seja no meio jurídico, político, ou em outros órgãos que administravam o Estado Imperial). A história do cotidiano jurídico, na nossa análise, se torna uma história mais crítica na relação política dos profissionais da lei com outros atores sociais da época.

²⁶⁹⁰ **O Liberal Pernambucano**, Recife, 25 abr. 1854, ed. 461, p. 3. Disponível em <<http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>>. Acessado em julho de 2016.

²⁶⁹¹ VER em ROSAS, Suzana Cavani. **Os emperrados e os ligueiros** (A história da Conciliação em Pernambuco, 1849 – 1857). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 1999.

²⁶⁹² CAVANI Op cit.

²⁶⁹³ De acordo com Figueira de Melo, o bacharel estava envolvido, junto com outros praieiros que reuniram forças das povoações de Igarassu, Nazaré, Água Preta, Una, Bonito, Camorim, Caruaru, para “animar os povos a revolta por meio de escritos incendiários, fazendo clubes, proclamando contra o governo legal”. VER em MELO. Op cit, p.312

²⁶⁹⁴ **O Liberal**, Recife, 3 out. 1868, ed. 12, p. 4 Ed. 12. Disponível em <<http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>>. Acessado em julho de 2016.

²⁶⁹⁵ **Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola**. 1869 a 1881. Disponível em <<http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>>. Acessado em agosto de 2016.

²⁶⁹⁶ Para Vargas, envolver-se com a política regional não significava eleger-se a cargos parlamentares. Segundo ele, os magistrados algumas vezes serviam de apoio aos partidos e dificultavam o alistamento de votantes, participando no julgamento de capangas e poderiam ajudar como informantes a presidentes de províncias e chefes locais. VER em VARGAS. Jonas Moreira. “MAGISTRADOS IMPERIAIS”: atuação política e perfil de formação e carreira dos juizes de direito no Rio Grande do Sul (1833-1889). **CLIO. Revista de Pesquisa Histórica**. n. 34.1, p. 85

“FAZENDO DISTÚRBIOS EM UM CORTIÇO DA RUA DO HOSPÍCIO”: UMA ANÁLISE SOBRE POLÍCIA, NORMATIZAÇÃO E CIVILIDADE NO RECIFE OITOCENTISTA (1870-1880).

*Alisson Henrique de Almeida Pereira*²⁶⁹⁷

alissonhap@hotmail.com

Resumo: A partir de um certo “distúrbio” em uma rua que no Recife do século XIX figurou nos documentos policiais como reduto de perturbação da ordem, de “irregularidades” e de brigas, é possível especular um pouco sobre a vida oitocentista nessa urbe. Em um momento fortemente marcado pelos anseios de progresso, modernidade e civilização, a cidade buscava acompanhar o ritmo europeu, no qual se baseava, almejando corrigir costumes, tentando polir (des)composturas. É decorrente dessas intenções que um jovem “crioulo” surge do manuscrito policial e nos mostra parte da dinâmica da normatização e as expectativas progressistas nessa cidade imperial. Esse personagem, além de detido, recebe do Chefe de polícia o encaminhamento para a Armada, com a finalidade de que sua conduta fosse “corrigida”. Assim, pretendemos analisar as relações da atuação policial enquanto instrumento civilizatório na cidade, ilustrando a ampla incumbência dos aparatos policiais e sua práxis no período (apoiada nas leis), partindo para isso do ocorrido nessa rua que até hoje carrega um nome bem peculiar – a Rua do Hospício.

Palavras-chave: Polícia; Recife; normatização.

1. Recife enquadrando na civilização e no policiamento

“Mandei recolher ao xadrez do quartel de polícia”, assim começou redigida a ocorrência do dia 11 de dezembro de 1876, referente a perturbação da ordem que teria provocado Wenceslão Miguel Bernardo.²⁶⁹⁸ O indivíduo citado, identificado como crioulo e “bastante moço”, estaria provocando “distúrbios” em um cortiço situado na Rua do Hospício²⁶⁹⁹, segundo as palavras do delegado Adolpho Siqueira Castro ao chefe de polícia Antonio Francisco Correia d’Araújo. Como resolução, o delegado propõe que Wenceslão seja destinado compulsoriamente ao serviço na Armada, “para corrigi-lo de sua conduta irregular”.

Alguns detalhes que surgem nessa documentação nos esboçam tanto um pouco do cotidiano recifense do período quanto trazem indícios sobre as preocupações e práticas do aparato policial na cidade. Um deles é que ocorre em um cortiço²⁷⁰⁰, lugar esse que há tempos constituía preocupação de legisladores, de médicos, da polícia. Outro é por ele não possuir ocupação fixa, o que poderia levá-lo à vadiagem (crime, à época). E, ainda, estava justificado o seu encaminhamento por ele não ter “isenções legais”, ou seja, a sua ausência para a prestação de serviço por um lado possuía certo intuito tanto de tirar o jovem “audaz desordeiro” em nome da manutenção da ordem, quanto não provocaria maiores problemas, já que não era deficiente ou possuía família para prover sustento. Todas essas questões tinham relação com o modelo de sociedade que se pretendia.

No período moderno em tela as questões cotidianas foram perpassadas cada vez mais pelo crivo da razão – onde o conhecimento se mostraria menos dependente das explicações espirituais e mais embasado cientificamente. A revolução industrial lançava as bases da vida

²⁶⁹⁷ Mestrando do Programa de Pós-graduação em História pela UFRPE, bolsista pelo CNPq. E-mail: alissonhap@hotmail.com.

²⁶⁹⁸ APEJE – Relatório dos Chefes de Polícia, 11 dez 1876, fl. 77.

²⁶⁹⁹ Possuía esse nome desde o período colonial, devido ao hospital que havia nas proximidades.

²⁷⁰⁰ Ver: CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril:** cortiços e epidemias na Corte imperial / Sidney Chalhou. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

moderna, onde esta estaria diretamente relacionada às inovações técnicas e materiais e aos novos meios de socialização a partir dessas novidades.

Baseado no que Norbert Elias (1993) trabalha em seu livro *O Processo Civilizador*, podemos falar na “sofisticação” do viver. Para o autor, é a sociedade que projeta no indivíduo parâmetros morais, éticos, higiênicos, etc. que, mesmo de maneira não arquitetada, ainda assim reflete mudança à pessoa: propondo o “polimento” de sua visão de mundo e de seus modos no meio social. Desde os primeiros manuais de como se portar em casa ou em público, como agir perante o marido para as mulheres, ou mesmo aqueles que versam sobre como devem ser educadas as crianças, esses livros ajudavam a construir a concepção de “sujeito moderno”. Gestados notadamente na Europa, tais manuais traziam uma construção de civilidade humana cunhada basicamente em duas capitais europeias daquele momento: Paris e Londres. Tratava-se de um molde, um refino, o qual deveria ser seguido por aqueles que quisessem ser bem aceitos na alta sociedade.

É tanto através da difusão dos manuais de comportamento “civilizado” (devido à potencialização da tipografia) quanto, sobretudo, da influência direta na formação dos intelectuais brasileiros que esses ideais se firmam. No primeiro caso, títulos como “A civilidade pueril”, “Thesouro de Meninos” e o “de Meninas”, além de outros manuais de conduta social, circulavam no Brasil imperial propondo novas maneiras de compostura em sociedade. Reforçavam as novas (e devidas) maneiras de se portar. No segundo caso estão nossos “homens da ciência”, engenheiros, arquitetos, médicos, físicos, advogados e outros profissionais que influenciavam/geriam intelectualmente o Brasil nos oitocentos, os quais eram, em geral, filhos de famílias mais abastadas.

Igualmente se deu esse formato na constituição administrativa do Recife: em outras palavras, quando não se tratava de filhos da elite mandados à Europa, de lá costumavam ser convidados estrangeiros, os quais traziam nas bagagens o que havia de pioneiro no momento. Época na qual despontavam justificativas evolutivas para explicar os problemas sociais, é de se imaginar que fatores de “atraso” fossem notados na capital pernambucana, sobretudo pelo alto número de escravos, negros e mestiços no vai-e-vem das ruas. E, junto ao tráfego deles, muitos dos hábitos desses segmentos receberiam a atribuição de “irregular”, devido a regra modernizadora que formatava a cidade.

Então, nada mais moderno, civilizado e agradável ao olhar europeizado do que tentar ver (reproduzida) a Europa no Recife. Essa atitude, ao passo em que procurava a sofisticação, almejava também o esquecimento: colocar uma pedra no passado dito “arcaico” da experiência brasileira de até então. O imagético referente ao português, ao colonial, não era apreciado. Para os “homens da ciência”, também eram desoladores tanto o elemento negro e o mestiço, bem como seus hábitos “estranhos”, grupos esse que majoritariamente compunham as principais freguesias recifenses. Ao mesmo tempo, era este referido arcabouço histórico e sociocultural que entravava os projetos progressistas, uma vez que a sociedade estava repleta de “raças” tidas como inferiores (inclusive, ainda em grande número escravas), as quais deveriam ser apagadas com o embranquecimento da população.²⁷⁰¹

2. Faces das medidas modernizadoras e a polícia enquanto agente civilizatório

Nesse meio conflituoso em modernização, o progresso científico/tecnológico alcança grande parte da sociedade ocidental, e o Brasil oitocentista não ficou isento dele. Entre esses intelectuais encontravam-se os artífices da cura – os médicos. O olhar médico brasileiro estaria igualmente vinculado ao “progresso” cientificista do momento, o qual entrou em conflito quando enxergou o cotidiano urbano recifense daquele tempo. A vida na cidade era constantemente no meio insalubre dos charcos fétidos; era imersa na dita “vadiagem” dos que não possuíam ocupações; com as mestiçagens e suas manifestações espirituais

²⁷⁰¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo, Cia. das Letras, 1993.

“desconfiáveis” nem sempre muito longe; nas comuns “vozerias e alaridos” cotidianos dos “bárbaros” ou ambulantes, além de outras características vistas como irregularidades.²⁷⁰²

Muitos desses fatores viriam a passar pelos entendimentos/regramentos dos médicos-higienistas, visto que também coube a estes o papel de “civilizar” a cidade. Tratando o meio recifense de meados do século XIX, Manuela Arruda dos Santos nos informa que “o médico tornou-se um cientista social aglutinando o conhecimento de diversas áreas”, sobre as quais possuía forte influência, como a “estatística, a geografia, a demografia, para pensar os problemas da cidade”.²⁷⁰³ Pensavam os problemas, articulavam-se entre os seus pares e, com membros do judiciário, participavam das discussões na Assembleia interferindo diretamente na legislação. Atuavam na cura do corpo da sociedade.

Para legitimar essas autoridades, no entanto, sobretudo a atuação policial – em um Estado que se pretendesse minimamente moderno – eram necessárias leis. Dessa forma, procuremos nos ater às Posturas Municipais. São referentes à normatização da cidade, na qual sua atribuição se constituía em regular a vida pública dos municípios, desde a parte física (construção de casas, calçadas) até os modos mais indicados para se agir em público (o que não se deve fazer publicamente, quais os horários e vestimentas adequadas para se estar na rua). Essas normas passariam a influenciar não só as noções de compostura social, mas também o asseio individual nas relações. O não cumprimento dessas posturas poderia penalizar em multa ou em dia/horas de prisão, isso sem excluir outras penalizações previstas no Código Criminal. Desse modo é que o aparelho burocrático se organizava em termos legais para influir no comportamento dos cidadãos – utilizando da lei e da força Policial contra a “rebeldia” instituída ou manifestada.

Maria Angela de Almeida Souza, em sua tese “Posturas do Recife imperial”, traz um significativo apanhado sobre as Posturas recifenses e suas circunstâncias:

As preocupações com a higiene pública, expressas nas posturas do Recife, desde o período colonial, destacam-se, também, entre as posturas do Recife, assumindo uma posição de destaque entre as demais, a partir de meados do século XIX, em face das epidemias que ameaçavam a cidade. Até, então, manifestavam os cuidados com a limpeza das ruas e praças, com a matança de animais para o abastecimento da população, com a produção de odores e gases tóxicos, decorrentes de determinadas atividades, com a localização de equipamentos que possam prejudicar a saúde – cemitério, curtumes, salgadeiras, etc. – além dos cuidados com os doentes – hospitais, medicamentos, boticários, etc. [...] No ano de 1839, em paralelo com as posturas 176 estéticas dos edifícios urbanos, foram estabelecidas posturas sanitárias e de polícia das ruas e das portas, registrando as preocupações costumeiras, referindo-se ao controle dos gêneros alimentícios, à limpeza urbana, como também ao tráfego de animais nas ruas. [...] as posturas municipais do Recife se inserem configurando dois grandes momentos: a primeira metade do século, na qual as posturas costumeiras se mantêm, mas as posturas estéticas das edificações urbanas surgem como um dado novo e assumem a ênfase maior na transformação física da cidade; e a segunda metade do século, na qual as posturas higienistas, inspiradas nas idéias européias estendidas ao

²⁷⁰² MAIA, Clarissa Nunes. **Policiados**: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915. Tese – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001. Doutorado História.

²⁷⁰³ SANTOS, Manuela Arruda dos. **Recife**: entre a sujeira e a falta de (com)postura (1831-1845). Dissertação – Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura Regional, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2009. Mestrado História.

Brasil, na época, são priorizadas, respaldando os melhoramentos urbanos que vão sendo implantados na cidade. Regulando a face pública da cidade, a condição de vida urbana, a vida voltada para o outro, para fora, para os espaços públicos, essas duas dimensões – estéticas e higienistas – predominam no contexto das posturas que conferem ao espaço construído da cidade do Recife uma nova condição urbanística.²⁷⁰⁴

Dessa forma, essas posturas apresentam quase um retrato da organização espacial e moral da cidade. Formatações, justificativas, distinções sociais: tudo que fosse necessário para estirpar da sociedade vícios e vicitudes, não condizentes ao novo enquadramento no qual se inseria.

A relevante questão levantada por Michel de Certeau demonstra que, na dinâmica do cotidiano, os indivíduos não estão meramente na posição de reprodução de padrões socioculturais vigentes (como as Posturas municipais ou Regulamentos aqui discutidos), mas sim (re)agindo perante eles. Desta forma, mais do que sujeitos disciplinados, o cotidiano se apresenta através de uma multiplicidade de estratégias que subvertem as formas tradicionais de orientação da ordem. Esses indivíduos agem a partir do que intitula “antidisciplina”.²⁷⁰⁵ Assim, havia diversos “antidisciplinados” no Recife oitocentista. Ao mesmo tempo, vários inspetores. Não é estranho, portanto, imaginar que os conflitos fossem corriqueiros. Diferente das circunstâncias de Wenceslão, um caso nos surge referenciado tanto nos autos do Chefe de Polícia quanto no jornal: tratava-se da desponderada atuação policial com o carregador de fretes Sebastião José d’Araújo.

Pardo e com 50 anos de idade, Sebastião enquanto parava sobre o passeio público para pedir informações sobre onde morava o destinatário de suas cargas, havia sido sumariamente abordado por alguns guardas e conduzido à estação de polícia. Lá chegando, esse fretista teria sido golpeado com “tantos socos e sopapos do soldado que ficou todo contuso e a verter água de sangue”²⁷⁰⁶. A notícia desfecha com recomendações de providências por parte das autoridades, e o denunciante dizia esperar uma “ação da autoridade superior” frente ao abuso de autoridade empregado.

O caso não acabou por aqui. Tendo a notícia chegado aos conhecimentos do Presidente de Província, este recomendou que fosse informado “com urgência e circunstancialmente” sobre o caso. O delegado Adolpho Siqueira²⁷⁰⁷ da Delegacia do 1º Districto do Recife, argumentou sua verdade acerca dos fatos, sendo o seu intento mostrar a boa índole na atuação da guarda e apaziguar a situação, pois havia sido “empregada toda moderação”²⁷⁰⁸ com o carregador. Contudo, o delegado, em suas quatro páginas descrevendo o ocorrido, deixou transparecer significativa informação, por meio da qual nos representa uma janela para as vidas policiadas naquele contexto. Ele argumenta a partir da necessidade de cumprimento da Postura Municipal a qual “obriga os carregadores a conduzirem os volumes pela rua e não pelos passeios” e que “excitou grande ojeriza contra a Guarda Cívica”, esta última já tendo sido “apedrejada” por outras duas vezes.²⁷⁰⁹

3. Considerações finais

Agentes de polícia, representantes da lei, sendo apedrejados por duas vezes são fortes indícios sobre a recepção aos fiscalizadores sociais e sobre o receioso lugar o qual ocupava

²⁷⁰⁴ SOUZA, Maria Ângela. **Posturas do Recife Imperial**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002, p. 175-76.

²⁷⁰⁵ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 21ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

²⁷⁰⁶ Jornal **A Província**. Recife, 07 mai 1877, p. 01.

²⁷⁰⁷ O mesmo da ocorrência de um ano antes, a qual compõe o título deste artigo.

²⁷⁰⁸ APEJE – Relatório dos Chefes de Polícia, 09 mai 1877, fl. 99.

²⁷⁰⁹ Idem, fl. 100.

um guarda no Recife desse tempo. A atuação nos dois casos aqui mencionados parece ser desproporcional. No entanto, o acontecido com Sebastião, talvez, se devesse por ser, ao menos aparentemente, isento.²⁷¹⁰ Já no primeiro caso, havia também o interesse, além de recrutar, o de eximir elementos “potencialmente criminosos”²⁷¹¹ e a vadiagem das áreas centrais, ainda mais no caso da Rua do Hospício, a qual estava situada na freguesia da Boa Vista, moradia da parte mais abastada e politicamente influente da cidade. Sem perder de vista que, enquanto o ocorrido com o fretista se deu em vias públicas (e em Santo Antônio, não era um bairro pobre) facilitando a denúncia no jornal, a atuação no cortiço pode ter se dado de modo mais escondido, não excluindo a possibilidade de ter havido uma coação tão enérgica quanto a denunciada no jornal.

É também relevante ser pontuado outro ponto: não é à toa que os referidos sujeitos aqui positivados através das documentações só transpareçam sua existência por documentos policiais, neste caso enquanto “desviantes”²⁷¹², ou por denúncias postas em jornal. Trata-se de segmentos com (aparentemente) nenhuma voz de participação nessa história de modernização da cidade. Sem contar que os documentos aqui trazidos também não constituem a voz de cada um dos afetados nesse processo, mas sim compõem uma narrativa sobre eles individualmente. Ou seja, indivíduos que só podemos “conhecer” por meio da referência indireta dessas fontes. Através da visão de outrem, onde esses outros acrescentaram ou suprimiram sobre esses personagens, sempre a partir de suas próprias subjetividades, valores.

Partindo dos casos em tela, os quais não eram excepcionais no Recife desse tempo, é perceptível que se buscava uma atuação policial que ia muito além do combate ao crime. O posicionamento preventivo do chefe de polícia esboça não somente a contenção dos possíveis “distúrbios” provocados pelo jovem detido, mas também qual modelo de civilidade se pretendia na província, onde o aparato policial possuía papel fundamental na manutenção da ordem. Preocupados nesse auto com o sujeito “desordeiro” e “sem ocupação certa” (manutenção da ordem e prevenção à vadiagem); com os cortiços, vistos como reduto de hábitos reprováveis; e percebendo o encaminhamento do autuado à Armada como meio de correção de sua “conduta irregular” – no entanto sem deixar de levar em conta suas possíveis “isenções legais” – é que este instrumento de controle social moderno influía diretamente. Diretamente, na tentativa de efetivar no Recife uma formatação de cidade civilizada.

²⁷¹⁰ Uma vez que homens provedores, ou seja, aqueles que possuíssem filhos ou mulheres enquanto dependentes seus estavam isentos de serem encaminhados ao serviço na Armada. Possuíam “isenções legais”.

²⁷¹¹ PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas**: o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

²⁷¹² No sentido de “desvio” proposto por Howard Becker, no qual se imputa a um indivíduo ou grupo o valor de desviante por este(s) agir(em) em desacordo com as normas estabelecidas por outro ou por um grupo mais influente politicamente. Ver: BECKER, Howard S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Tradução Maria Luiza X. de Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

IMPRESSOS E PRÁTICAS DE CIDADANIA NO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DO RECIFE OITOCENTISTA (1831-1840)

*Andréa de Souza e Silva*²⁷¹³
deasouza.educacao@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo principal discorrer sobre a maneira pela qual uma série de mudanças evidenciadas na cidade do Recife, no período de 1831 a 1840, atuaram na transformação das práticas cotidianas. Para tanto, optamos por construir uma narrativa a partir das cartas de leitor publicadas no jornal Diário de Pernambuco, ao considerar as correspondências como possibilidade de exercício da cidadania e atuação política utilizada por diversos grupos sociais (escritores, partidos políticos, religiosos). Sobre os procedimentos teóricos e metodológicos, utilizamo-nos dos estudos desenvolvidos por Michel de Certeau²⁷¹⁴, no intuito de compreender as estratégias e táticas desenvolvidas pelos grupos sociais no que diz respeito ao segmento das normas de comportamento social instituídas pelo processo de modernização. A partir da análise dessa documentação, ressaltamos que nas correspondências percebe-se que, além da defesa de seus interesses particulares as singularidades do processo de disputas políticas do período regencial. Em razão disso, os jornais atuaram como principais veículos na disseminação de notícias sobre o cotidiano da vida cidadina, sendo uma fonte relevante na investigação das atuações políticas, uma vez que seus autores desenvolveram várias táticas, entre elas o anonimato, para assumir nas páginas dos jornais seus posicionamentos, dessa forma, exercendo o exercício de prática da cidadania, à medida que reivindicavam, questionavam e expressavam suas percepções sobre a sociedade da época.

Palavras-Chave: Modernização do Recife; Práticas de Cidadania, Estratégicas e Táticas dos Autores das Cartas de Leitor.

Recife quer ser Civilizado

O século XIX é a Aurora Pernambucana, os regressistas da Setembrizada, a Folha do Norte, a revolta dos Quebra-Kilos, a Guerra dos Cabanos, a Rebelião Praeira. Apresenta a transformação das glosas burguesas do reverendo Pacheco para os sonetos pedantes do vigário Barreto, da marujada de Gadelha para o romantismo de Maciel, da influência das letras italianas para as letras francesas [...]²⁷¹⁵

Nas palavras de Estevão Pinto, o século XIX é o princípio de um tempo envolto de revoltas as quais configuram um passado de glória na historiografia tradicional. Era “Recife das revoluções libertárias, da teimosia ácida do contra”, evocado pelo poeta Manoel Bandeira²⁷¹⁶. Recife chega ao século XIX como uma das principais capitais do Império. Esse momento apresenta significativa relevância no que diz respeito às mudanças nos aspectos estruturais da vida urbana e nas maneiras de viver na cidade, a qual passa a ser recriada na arquitetura, nos costumes, de acordo com os padrões definidos pelo processo civilizador.

²⁷¹³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História UFRPE.

²⁷¹⁴ CERTEAU, Michel de **A invenção do cotidiano**. 1: Artes de Fazer. 14ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

²⁷¹⁵ PINTO, Estevão. **Pernambuco no século XIX**. Recife: imprensa industrial, 1922.

²⁷¹⁶ BANDEIRA, Manuel. Evocação do Recife. In: **Os Melhores Poemas de Manuel Bandeira**. Editora Global, 2003.

Para o sociólogo Nobert Elias²⁷¹⁷, o conceito de civilização é atrelado a padrões de comportamento definidos “pela formação de uma cultura da corte e idealização de um indivíduo a partir do refinamento das práticas de conduta e comportamento no âmbito social”. Em razão disso, civilização passa a ser compreendida como tipo específico de comportamento, através do qual, a classe burguesa tornava-se elemento de distinção entre aqueles que julgavam primitivo e bárbaro.

Ao ser concebido como uma construção histórica, o projeto civilizador muda o padrão do que exige e proíbe no âmbito de convivência social. Nesse sentido, a concepção de civilização passava a ser associada à ideia de um padrão moral e de costumes voltados para o refinamento das práticas de conduta e criação das normas de comportamento.

Como objetivamos compreender a maneira pela qual o processo civilizador foi instituído na cidade do Recife, nos anos da Regência, recorreremos ao dicionário da Língua Portuguesa elaborado por Antonio de Moraes Silva²⁷¹⁸ que define o verbete civilização como “o progresso, o desenvolvimento do estado social, que se manifesta na perfeição das leis, na brandura dos costumes, nas grandes obras materiais, e na cultura intelectual, representada nas ciências, nas letras, e nas artes”.

De acordo com essa definição, civilização consiste em progresso e desenvolvimento em várias esferas da vida social. Para alcançar a civilização torna-se necessário a transformação dos espaços da cidade e a cultura intelectual voltada para aperfeiçoamento dos bons costumes de um povo.

Na primeira metade do século XIX, o cotidiano da cidade do Recife é envolto de melhoramentos urbanos e regulamentação dos espaços e das práticas de divertimento intencionando a boa ordem e a tranquilidade pública. A inserção desses padrões de comportamentos é atribuída a chegada da família real portuguesa, tendo em vista a criação de um território adequado a vida da corte.

Na época a ideia de civilização estava atrelada ao desenvolvimento da sociedade por meio da normatização dos espaços das leis, da polidez dos costumes, das obras materiais, e na cultura intelectual, representada nas artes. Para tanto, a necessidade de D. João VI em criar espaços voltados para o lazer e a cultura, como exemplo, a criação do Real Jardim Botânico, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, o Museu Real, o Real Teatro de São João.

Esses ambientes não foram apenas criados para proporcionar práticas de diversão aos membros integrantes da corte, em razão de constituírem-se em espaços de sociabilidade, que ao assegurar momentos de entretenimento, aturam na inserção das práticas culturais europeias na sociedade brasileira ao possibilitar o contato com a cultura da corte. Nesse sentido, os bailes, os festejos cívicos as peças teatrais, a elaboração de manuais de conduta constituíram-se em estratégias de inserção do processo civilizador.

De acordo com Schwarcz²⁷¹⁹ junto com a família de Bragança seguiram viagem conselheiros e ministros de Estado, da nobreza, servidores da casa real. O Estado burocrático português “mudava de endereço com seu aparelho administrativo, seu tesouro, suas repartições, secretarias, tribunais, arquivos e funcionários”. Como descreve a autora, não apenas o aparato administrativo foi transplantado para a colônia portuguesa: “acompanhava a rainha e o príncipe regente tudo aquilo que representasse a monarquia: os personagens, os paramentos, os costumeiros rituais da corte e cerimoniais religiosos”.

²⁷¹⁷ ELIAS, Nobert. **O Processo Civilizador**. Uma História dos Costumes. Volume I. 2ª Edição, Rio de Janeiro, Editora Zahar 2011.

²⁷¹⁸ SILVA, Antonio de Moraes. **DICCIONARIO DA LINGUA PORTUGUESA**. Volume 1 de A-E. 8ª Edição. Rio de Janeiro. Editora Empreza Litteraria Fluminense, 1821. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm. Acesso realizado em 02 de Junho de 2016.

²⁷¹⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Cultura. In: **Crise Colonial e Independência 1808- 1830**. Coletânea História do Brasil Nação 1808- 2010 (Org) SCHWARCZ, Lilia Moritz. Fundação Mapfre, Rio de Janeiro Objetiva, 2011.

Logo os modos de vida da capital do Império passaram a ser introduzidos nas principais cidades brasileiras. Na correspondência abaixo, o autor que se define como O Isolado do Recife descreve as melhorias urbanas implementadas na cidade:

[...]O Espirito d'associação, que tanto vai entre nós progredindo, nos prepara um lisongeiro porvir: a Associação Commercial, já instalada, a do encanamento d'agoa á capital, que está em andamento, a do gaz, do theatro, de pontes de ferro, e das estradas provão o que vimos de dizer. A edificação, que tao bellos e elegantes edificios nos appresenta, ja atrevi-damente vai levantando os seus alicerces por onde em outro tempo corriaõ as agoas, que se vem hoje constringidas a recuar para dar logar á industria, e á grandeza: de modo que em pouco tempo teremos de ver esta bella Cidade no catalogo das principaes da Europa.
[Grifos Nossos]²⁷²⁰

Na correspondência, a noção de progresso se encontra associada as alterações no meio urbano a partir de práticas voltadas para encanamento das águas do rio Beberibe, alterando as práticas de consumo, em razão do abastecimento dos sobrados serem realizados por libertos, negros e pardos livres. Os pretos canoeiros com as suas habilidades de navegação eram os principais responsáveis pelos serviços de mobilidade urbana e abastecimento das residências.

No Recife oitocentista, a presença da população negra na vida urbana ensejou uma dicotomia entre os centros urbanos elegantes e idealizados na arquitetura a partir da Paris burguesa e as ruas e sobrados ocupadas por negros que exerciam várias atividades.

Menciona também o Isolado do Recife, a construção de pontes e elegantes edifícios a partir dos padrões arquitetônicos europeus, sendo sua intenção ver a cidade no catálogo das principais da Europa. No Recife, essa busca incessante pelo progresso e pela perfeição é realizada com mais intensidade na administração de Fernando Rego Barros²⁷²¹, que, ao assumir o cargo de governador da província de Pernambuco, de 1837 a 1844, tinha como proposta de governo construir uma cidade moderna, estabelecendo como padrão de desenvolvimento as cidades europeias.

Um dos estudos relevantes para compreensão dos aspectos urbanos da cidade antes da administração de Rego Barros é o de Flavio Guerra²⁷²². Segundo ele:

As ruas eram muito estreitas, algumas com o leito de barro ou terra batida, e calçadas de tijolos de barro; outras pavimentadas com seixos azulados, e outras com granito vermelho [...] Não havia na cidade luz pública, nem água encanada e muito menos saneamento, embora fosse lentamente, é verdade, crescendo a população [...]

Não apenas a cidade do Recife apresenta problemáticas relacionadas a infraestrutura urbana. Descreve Schwarcz²⁷²³ que o adentrar no território colonial a corte portuguesa deparou-se com:

ruas estreitas, sujas e mal calçadas, apinhadas de gente, que vendia de tudo: frutas, salsichas, chouriço, peixe frito, azeite e doce. Cães, porcos se espalhavam pelos cantos. Como a

²⁷²⁰ **Diário de Pernambuco**, exemplar que antecede o de 08 de Agosto de 1839, nº 171

²⁷²¹ A análise da administração de Rego Barros encontra-se em MARSON, Isabel. **O império do progresso: a Revolução Praeira em Pernambuco (1842-1855)**. São Paulo, Brasiliense, 1987. Relatórios da província de Pernambuco disponíveis em <http://www.apps.crl.edu/brazil/provincial/pernambuco>. Acesso em 4 de maio de 2016.

²⁷²² GUERRA, Flavio. **O Conde da Boa Vista e o Recife**. Recife, Editora Universitária, 1973.

²⁷²³ SCHWARCZ, Lilia M. STARLING, Heloísa M. D. João e seu Reino Americano. In: **Brasil: Uma Biografia**. São Paulo, Companhia das Letras, 2015. P.172.

sarjeta corria no meio da rua, os detritos eram ali atirados- vindo das lojas e residências- servindo de alimento aos animais.

A infraestrutura da cidade não condizia com as perspectivas de uma vida pautada nas práticas modernas, para tanto, as alterações na estrutura urbana também estavam diretamente atreladas a necessidade de adequação aos padrões de sociabilidade europeus.

O presidente da província de Pernambuco Fernando do Rego Barros no relatório encaminhado à Assembleia Legislativa enfatiza que a sua proposta de governo consiste em trazer para a cidade:

Senhores Membros da Assembleia Legislativa Provincial
Cumprindo o dever, que me impõe á Lei de 24 de Agosto de 1834, venho expor-vos o estado desta Provincia, propor por aquelles melhoramentos, que durante o curto espaço de minha Administração me tem parecido ella necessitar e pedir-vos as providencias Legislativas, afim de que chegue áquelle graó de prosperidade, á que ella tem direito, e ao qual de certo attengirá, se os nossos esforços forem convergindo, como até agora, para tornal-a rica, moral, illustrada²⁷²⁴ [Grifos Nossos]

Diante disso, o ideal de moral e ilustração também estava associado a inserção do projeto civilizador, o qual não modificou apenas os espaços públicos por meio da urbanização com a construção de pontes e belos e elegantes edifícios, atuou também na concepção da importância da educação na formação de um povo civilizado, sendo assim, em uma sociedade civilizada o conhecimento torna-se elemento de distinção social e evidencia o progresso de uma sociedade.

Srnrs. Redactores. Tende- se aberto no dia 4 do corrente o Gabinete Litterario tive a satisfação de ir assistir a abertura desse Estabelecimento [...] Pernambuco no grão de civilisação em que vai progredindo [...] O bello Ornato da Sala do Gabinete, e o já avultado numero de volumes que encerraõ suas Estantes, annunciaõ uma prosperidade animadora dos amantes da Litteratura; accrescendo que o grande numero de livros, mandado vir para o Lyceo do Recife, que o digno Prezidente desta Provincia o [E]xm Sr. Francisco do Rego Barros, mandou reunir aos do Estabelecimento, prova bem a attençaõ que o mesmo Exm. Sr. se digna a prestar a uma tal Instituiçaõ. Hum Gabinete de Leitura, onde podem colher os mais sazoados fructos da instruccão²⁷²⁵ [Grifos Nossos]

Na correspondência o autor descreve a importância da leitura no desenvolvimento da boa sociedade pernambucana, a inauguração do Gabinete Literário passa a ser descrito como indicio de civilização, nesse sentido, a noção de civilização passa a ser associada a prática da educação, sendo esta responsável na formação do indivíduo civilizado. Em sua escrita também menciona a atitude do então presidente da província Francisco do Rego Barros ao enviar vários exemplares de livros para o Liceu do Recife, os quais são tidos como fundamentais para instrução da sociedade.

Essa perspectiva da educação como instrumento necessário para aperfeiçoamento do indivíduo também se fazia presente no manual de bom costume elaborado pelo Visconde de

²⁷²⁴Relatórios da província de Pernambuco disponíveis em <http://www.apps.crl.edu/brazil/provincial/pernambuco>. Acesso em 4 de maio de 2016.

²⁷²⁵ **Diario de Pernambuco**, edição de 12 de outubro de 1840.

Cairu ao ressaltar que a educação “pode desenvolver progressivamente as faculdades uteis do corpo e espírito, e terem o que se diz Bons costumes”²⁷²⁶.

Em outro trecho da correspondência, o autor menciona as práticas de divertimentos como as sociedades de Bailes, as quais também contribuem na civilização do país. Para o correspondente, a ideia de civilização se encontra associada a educação para formação dos indivíduos civilizados e os bailes e divertimentos como práticas que revelam o nível de desenvolvimento do país em relação a uma sociedade civilizada.

Os bailes passam a ser realizados em diversas províncias. Conforme descreve a correspondência abaixo:

Srs. Redactores. Com que prazer me não occupo no momento de traçar essas linhas para sua estimável Folha, e remontando-me aos passados tempos observo já hoje (com entusiasmo o digo) a nossa Província, este bello Pernambuco muito mais polido, [ilegível] para assim dizer, de hum [ilegível] parte: O espírito principalmente da Sociabilidade. Srs. Redactores harmonia a boa ordem parece que vai-se desenvolvendo progressivamente, porquanto já contamos , alem da Sociedade Harmonico Theatral, que foi a primeira instituida, com mais tres de baile, ou danças que vem a ser, a Apolines, Euterpina e Terpsicore, e concorrendo a qualquer dellas, o que he mais, em huma mesma noite, como tem acontecido em os dias destinados as suas partidas, não pequeno numero de respeitáveis Famílias, que todas se interessão com aquella afabilidade e delicadeza.²⁷²⁷ [Grifos nossos]

Nas palavras do autor, desenvolvimento da província se encontra associado aos divertimentos. A província mais polida a partir do espírito de sociabilidade o qual é revelado na sociedade teatral, de danças e bailes. Percebe-se a noção de polidez atrelada aos divertimentos e também as condutas de comportamento, tendo em vista que os bailes são frequentados por respeitáveis famílias que se interessam pela afabilidade e delicadeza.

Foi no tempo de D. João VI que a colônia portuguesa foi inserida nos caminhos da civilização ao conhecer os Bailes e Teatros como uma forma de divertimento das elites. A presença da realeza, no Rio de Janeiro, alterou a rotina da população, pois iniciou-se uma programação de festejos religiosos e civis, que incluíam a iluminação da cidade, danças e diversões populares. Não apenas a cidade que abrigava a Família Real portuguesa foi envolta de comemorações, também no Recife, os festejos eram realizados com fogos, musicas, récitas de poesia e discursos em honra e salvas ao príncipe regente nos períodos de festejos cívicos e religiosos.

Saint- Hilaire²⁷²⁸ enfatiza que com a chegada da Família Real entraria no calendário brasileiro uma agenda de festas e regras de etiqueta, as quais, ao serem incorporadas em nosso cotidiano, “introduziria elementos constitutivos da nacionalidade a partir da formação de uma monarquia portadora e impulsionadora do projeto de civilização”. Além da inserção das práticas de divertimento condizentes com a cultura europeia, sendo as diversões requisitos para vida em sociedade, as festas aturaram como mecanismos de consolidação e legitimação da realeza portuguesa.

²⁷²⁶ CAIRU, José da Silva Lisboa, Visconde de, **Constituição Moral e Deveres do Cidadão com Exposição da Moral Pública Conforme o Espírito da Constituição do Império**. Tipografia Nacional. Rio de Janeiro, 1824. LIVRO I. Disponível em obras raras em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/18561>.

²⁷²⁷ **Diário de Pernambuco**, edição de 02 de Novembro de 1838.

²⁷²⁸ SAINT-HILAIRE, Auguste. Nasce um Império nos Trópicos. In: **As Barbas do Imperador**. D. Pedro II, um monarca nos tópicos. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

Sobre as festividades no Recife Imperial Santos²⁷²⁹ ao analisar as práticas de divertimento entre os anos de 1822 a 1850 na cidade do Recife ressalta as tentativas de implementação das festividades impostas pelo Estado e pela elite por meio da normatização e vigilância. Essas novas formas de festejar eram estratégias de implementação de uma civilização e tentativa de tirar as festas das ruas, estabelecer um novo padrão de sociabilidade voltado para a delimitação os espaços da elite e do popular.

O entrudo, festa carnavalesca realizada nas ruas da cidade, frequentada pela maioria da população, inclusive escravizados e libertos, é questionado pelo Inimigo do entrudo que enfatiza a violência como prática característica desta festividade:

SNr. Editor – Está se chegando o entrudo, este odioso gracejo totalmente prejudicial ao Publico, e que não deve existir entre Povo civilizado; e por isso digno de atenção das Auctoridades Policiaes: em outros annos tenho observado, que na semana de entrudo a comunicação com a gente do mato paralisa-se, ficando o comercio preterido quatro ou cinco dias. Com dó tenho visto molharem-se com imundices os almocreves, que muitas veses trazem uma só camisa no corpo: (de certo não faz bom cabelo vir com a ropa enxuta, e voltar com ella suja, e molhada, quando ate he nocivo a saude) de taes brincos só resultão rixas, pancadas, e assassinos. Snr. Editor faserme-a o favor de das ao prelo estas toscas linhas, com que muito obrigará ao Inimigo do entrudo. [Grifos nossos]²⁷³⁰

Descreve o autor os problemas decorrentes do festejo do entrudo, sendo estes associados a dificuldades no traslado comercial entre as áreas mais afastadas da cidade, além disso, menciona o hábito comum nos dias de entrudo de jogar água, frutas podres. Nessa correspondência, a brincadeira também é definida como um ato que resulta em práticas de violência, a qual não condiz com uma nação civilizada.

As críticas ao entrudo e as manifestações populares são associadas a barbárie. Os divertimentos são regulamentados a partir da criação de uma legislação direcionada para formação de um novo indivíduo urbano. Diante disso, as festividades da população são cerceadas pelas autoridades, como exemplo “o espancamento do Judas” era uma tradição no Brasil do século XIX na cidade do Recife, no sábado de aleluia.

A brincadeira do judas e as disputas para desfazer o boneco é tida como insulto a moral e a ordem pública, como demonstra a regulamentação do código de posturas municipais publicado no jornal Diário de Pernambuco. O título 14 versa sobre os meios de comunidade e sossego dos habitantes e determina:

8ª Fica prohibido o tristíssimo brinquedo Publico, das figuras de Judas nos Sabbados de Aleluia; assim como os Funicorcocos, e Papanguz; figuras de mortes, e de tirannos, nas Procições que a Igreja celebra no tempo da Quaresma, por tornar o acto irrisório, e indecente: os administradores constraventores pagarão de multa 4\$ rs, e os representantes de taes objetos sofrerão 24 horas de prisão²⁷³¹

Essa normatização demonstra a maneira pela qual o projeto civilizador regulava as práticas da população em uma cidade que aspirava tornar-se civilizada. Todavia, a necessidade de criar um código de posturas para controlar o espaço urbano demonstrava

²⁷²⁹ SANTOS, Lídia Rafaela Nascimento. **Das Festas aos Botequins**: Organização e Controle dos Divertimentos no Recife (1822-1850). Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011.

²⁷³⁰ **Diário de Pernambuco**, edição de 13 de Dezembro de 1831.

²⁷³¹ Fonte edições do Jornal **Diário de Pernambuco** exemplares de agosto a dezembro de 1831.

que as tentativas de enquadrar a cidade nos padrões tidos como modernos foram envoltas de resistência.

As câmaras municipais possuem relevante atribuição na administração da cidade, à medida que os códigos de posturas municipais foram normatizações relevantes no controle do cotidiano, ao instituir e determinar as práticas de comportamento do indivíduo urbano.

As posturas municipais foram publicadas no jornal Diário de Pernambuco entre os meses de agosto de 1831 e janeiro de 1832. As posturas eram direcionadas para regulamentação da saúde pública, alinhamento e asseio das ruas e edificações, sobre providências contra a divagação de embriagados e de animais que podem incomodar o público, sobre vozerias e policiamento dos escravos e segurança e sossego dos cidadãos.

Contudo, a fiscalização das determinações do código de posturas não estava restrita aos governantes. A seção destinada ao público leitor consistiu em um espaço de fiscalização do cumprimento das posturas municipais, em vista das recorrentes denúncias direcionadas aos governantes percebe-se que os indivíduos não podem ser considerados passivos no meio social, em vista de desenvolverem táticas para burlar a ordem estabelecida.

Segundo Michel de Certeau²⁷³² no estudo do homem ordinário que designa de herói comum, os indivíduos não podem ser considerados passivos, uma ordem social instituída também é burlada pelos usuários, os quais desenvolvem estratégias e táticas no processo de Invenção do Cotidiano. Sendo as táticas as engenhosidades desenvolvidas pelos sujeitos como forma de participação e atuação nas relações estabelecidas pelos grupos dominantes que criam estratégias para exercer domínio a partir da instituição de padrões culturais e de consumo.

O Diário de Pernambuco, publica na edição do dia 5 de Agosto de 1831 o primeiro título do Código de Posturas. A regulamentação sobre a saúde pública apresenta seis artigos voltados para regulamentação das práticas de sepultamento determinando a proibição do Sepultamento nas Igrejas:

Título 1

1º Nenhum cadáver será enterrado d'entro das Igrejas, Sacristias, Claustos de Conventos, ou em qualquer outros lugares dos recintos dos mesmos, sob pena dos seus Administradores pagarem 25\$600 rs de condenação, e os Sacristãos de sofrerem 6 dias de prisão por cada infracção. Esta desposição terá o seo effeito desde, que se estabelecerem os Semiterios Publicos, ou haver se precedido publicação da Camara Municipal, designando os lugares em que se deverão fazer os enterramentos definitivamente, ou provisoriamente.

Na correspondência abaixo, o autor realiza uma denúncia dos enterros realizados nas igrejas após a publicação do Código de Posturas que proibia o ato:

Snr. Editor. - Certo curioso pelo que vio no seo Diario de Sexta feira 5 de agosto – Posturas da Camara Municipal sobre a privação de se enterrarem os corpos dentro das Igrejas, dezejando ver essa lei já posta em execução, pergunta, se tão bem se entende com as freguezias do matto; porque vi na Moribeca no dia 9 do mesmo corrente Agosto o guarda da irmandade do SS. Sacramento enterrar no corredor da Matriz tres defuntos em hum boraco dous parvolos, e hum adulto, por tanto espera a resposta o seu Venerador Ferro de Cova²⁷³³.

²⁷³² CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1: Artes de Fazer. 14ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

²⁷³³ **Diário de Pernambuco**, edição de 31 de agosto de 1831.

O autor Ferro de Cova utiliza a correspondência como possibilidade de interação e participação no controle das medidas instituídas pelo governo da província de Pernambuco. Ao mencionar um sepultamento na igreja ressalta que o ato não está de acordo com o que determina a postura, demonstrando uma consciência das normas estabelecidas pela Câmara Municipal.

Diante disso, ao denunciar uma prática contrária a determinação do Código de Posturas, o Ferro e Cova além de interagir com os governantes, demonstra que a modernização da vida urbana ocorreu aliada as práticas de resistência da população que passava a ser cerceada não apenas pelas autoridades, mas pelos cidadãos que também exerciam o papel de fiscalizar os espaços da cidade.

Os jornais eram importantes recursos de participação na sociedade oitocentista em razão de segmentos diversos se utilizarem esse veículo de comunicação nos assuntos que envolviam o viver na cidade.

Na seção designada ao público leitor, por ser um espaço de opinião e discussões, percebe-se como tática dos autores das correspondências para participar das decisões políticas o uso dos pseudônimos.

A prática de utilização do anonimato não ocorria apenas nas correspondências do jornal Diário de Pernambuco, em análise de periódicos da cidade do Rio de Janeiro, Carvalho²⁷³⁴ ressalta “que muitos políticos escreviam em jornais nos quais o anonimato lhes possibilitava dizer o que não ousariam da tribuna da Câmara ou do Senado”. Para o autor, a imprensa era um fórum alternativo principalmente para os partidos de oposição sem representação na Câmara.

Ana Luiza Martins²⁷³⁵ também menciona a prática do anonimato nos jornais do Rio de Janeiro e considera que uma das possibilidades para o anonimato consistia “na figura do literato ser vista com restrições pelo crivo político, razão pela qual muitos deles valeram-se do anonimato ou do pseudônimo para colocar-se literariamente na imprensa”.

Nas correspondências publicadas no jornal Diário de Pernambuco, a utilização do anonimato consistia na liberdade de opinar sobre diversos assuntos e, dessa forma, participar das decisões políticas do meio social, sendo frequentes críticas ao processo de modernização e reivindicações de melhoramentos urbanos que evidenciavam os jornais como espaços destinados ao exercício da cidadania.

Para José Murilo de Carvalho²⁷³⁶ a cidadania e a formação cidadã são historicamente definidas, em razão disso, apresentam distinções em contextos sociais e políticos específicos sendo cidadania compreendida como uma prática aliada aos direitos sociais de liberdade, participação política e igualdade.

Ao aliar cidadania a noção de igualdade e liberdade, o autor considera que o período imperial é definido pela inexistência de um poder que assegurasse a garantia da igualdade de todos perante a lei. Em razão disso, havia cidadãos e não cidadãos, os direitos civis beneficiavam apenas alguns grupos sociais, enquanto a assistência e os direitos sociais eram atribuídos a instituições religiosas.

Sobre o conceito de cidadania o dicionário de Moraes e Silva (1890)²⁷³⁷ apresenta a seguinte definição:

²⁷³⁴ CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: Teatro de Sombras**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2003. P.54.

²⁷³⁵ MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em Tempos de Império. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2015. P.60.

²⁷³⁶ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O Longo Caminho. 16ª Edição, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2013.

²⁷³⁷ SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Vol. 1. Rio de Janeiro. Editora Empresa Literária Fluminense, 1821. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm. Acesso realizado em 02 \06\ 2016.

Homem que é natural de alguma cidade; o que habita; O que goza dos direitos civis e políticos de um estado livre; O homem que gozava dos direitos de alguma cidade, das isenções, privilégios, que se continham no seu foral, posturas etc. Homem bom. [Grifos Nossos]

De acordo com a definição do dicionário de Moraes e Silva, cidadania também se encontra associada ao exercício de direitos civis e políticos. Em vista dessa concepção de cidadania atribuída ao exercício de direitos civis e políticos, no período oitocentista, apesar das restrições no que condiz ao direito de igualdade e liberdade, a participação política consistiu em um mecanismo de atuação e exercício da cidadania, a qual é compreendida para além da atividade eleitoral, mas como uma prática na qual os sujeitos manifestavam sua opinião e exerciam influência em seu meio social.

As correspondências encaminhadas as tipografias eram utilizadas por alguns segmentos sociais para envolvimento nas relações pertinentes a vida cidadina, sendo atuante na criação de espaços de sociabilidade e na formação de uma cultura política²⁷³⁸, o qual nos permite compreender o comportamento dos indivíduos pertencentes aos múltiplos segmentos sociais, ao considerar suas percepções e atuações na realidade em seu entorno.

Diante disso, consideramos as correspondências relevantes no desenvolvimento de uma consciência e de uma cultura política, à medida que nas páginas dos jornais havia uma participação de alguns segmentos sociais que, além da defesa de seus interesses particulares, essas correspondências revelam as singularidades do período regencial.

Considerações Finais

Ao analisar as correspondências publicadas no jornal Diário de Pernambuco, observou-se que a seção direcionada ao público leitor, além de apresentar temáticas variadas sobre as nuances do cotidiano da cidade, demonstra que a modernização da vida urbana ocorreu aliada as práticas de resistência da população que passava a ser cerceada não apenas pelas autoridades, mas pelos cidadãos que também exerciam o papel de fiscalizar os espaços da cidade.

Os periódicos oitocentistas, consistiram em uma possibilidade de atuação e participação política, uma vez que seus autores desenvolviam táticas, entre elas o anonimato, para assumir nas páginas dos jornais seus posicionamentos e interesses, dessa forma, exercendo mesmo que de forma indireta e restrita o exercício de prática da cidadania, à medida que reivindicavam, questionavam e expressavam suas percepções sobre a sociedade da época. Em razão disso, a imprensa foi utilizada por diversos segmentos da sociedade como possibilidade de atuação política.

Nos impressos oitocentistas que circulavam na cidade do Recife, a vida pessoal está imbricada com as acirradas disputas políticas, sendo assim, os jornais são compreendidos não apenas como um veículo de informações, mas como um espaço de comunicação e participação sendo as correspondências encaminhadas as tipografias estratégias de envolvimento e participação nos debates políticos e exercício da cidadania, em razão disso, constituem uma cultura política.

²⁷³⁸ Angela de Castro Gomes compreende cultura política como um “sistema de representações complexo e heterogêneo”, em vista das culturas políticas atuarem na legitimação de regimes políticos e na criação de identidades, à medida que “articulam ideias, valores, crenças, símbolos, ritos imagens e memórias em prol das lutas políticas e culturais”. GOMES, Ângela de Castro. *Cultura Política e Cultura Histórica no Estado Novo*. In ABREU, Martha. SOIHET, Rachel. GONTIJO, Rebeca. (orgs.) **Cultura Política e Leituras do Passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2007.

“NÃO LARGAM A PENA”: QUEIXUMES DE PRESOS DA CASA DE DETENÇÃO DO RECIFE NOS PERIÓDICOS DE OPOSIÇÃO (1861-1875)

Aurélio de Moura Britto²⁷³⁹
aurelio.britto@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo investiga um conjunto de artifícios urdidos pelos presos da Casa de Detenção do Recife no intento de estabelecer comunicações escritas com o mundo externo do presídio, com o intuito de propalar uma série de denúncias e contestações ao funcionamento da prisão nos oitocentos. Os jornais de tendência liberal, que naquele contexto compunham a oposição política na província de Pernambuco, estavam ávidos por demonstrar as malversações dos agentes da administração pública, em virtude disso divulgavam as cartas e queixumes dos detentos que chegavam até as redações por intermédio dos diversos indivíduos livres que diariamente adentravam no perímetro da instituição como visitantes. Nesse sentido, podemos assinalar que os detentos souberam utilizar as fissuras existentes no ordenamento prisional, bem como, os conflitos político-partidários da elite, com o desígnio de intentar atenuar as diversas agruras e adversidades oriundas da vivência cotidiana no cárcere, ao passo que concomitantemente demandavam melhorias e direitos. Abordaremos essa questão no contexto da gestão do administrador Rufino Augusto de Almeida (1861-1875).

Palavras-chave: Prisão; correspondências; contestação.

A utilização de cartas por detentos vem sendo resgatada como objeto de investigação relevante no âmbito da historiografia nacional sobre as instituições prisionais. Essa produção tem se concentrado, majoritariamente, aos oitocentos, tem demonstrado um conjunto amplo e complexo de usos de diversas correspondências escritas. O uso profícuo desta tipologia documental decorre, entre outros fatores, da necessidade de confrontar as fontes oficiais - arcabouço documental que abastece a maioria dos trabalhos neste campo de estudo – com as percepções dos presos e suas próprias leituras do cotidiano prisional, a fim de possibilitar o cruzamento de informações e, assim, dimensionar de modo mais acurado os diversos significados que a instituição prisional suscitou em variados tempos e espaços. Assim, torna-se patente que “cartas, diários, entrevistas, relatos em geral dos detentos que denunciam ou simplesmente narram a vida atrás das grades são descobertas valiosas para o pesquisador envolvido com a história das prisões”.²⁷⁴⁰

Assim como suas congêneres de outras províncias, a Casa de Detenção do Recife - ativada em 1855 e concluída apenas em 1867- foi decorrência deste movimento de reforma prisional que vivenciou a monarquia brasileira na segunda metade dos oitocentos, fulgurando no imaginário político da elite recifense como parte do ideário de civilização e modernidade jurídica, assim como, uma instituição estratégica na correção e mitigação dos hábitos dissonantes e práticas delinquentes, mormente, associadas pelos agentes da administração pública aos indivíduos oriundos dos segmentos populares da cidade, nomeadamente, pobres livres, escravos, libertos etc.

É importante perceber que mesmo facultando o envio e recebimento de cartas, o regulamento de 1855 da instituição autorizava o administrador a “ler as que forem dirigidas aos presos da 3^o e 4^o classe ou por eles enviadas a alguém”.²⁷⁴¹ Esta censura que deveria recair sobre os escravos e sentenciados que compunham as classes de presos mencionadas acima converte-se ao longo do tempo em uma diretriz geral, isso em decorrência de muitas

²⁷³⁹ Doutorando em História pela UFPE- docente Faintvisa

²⁷⁴⁰ SANT’ANNA, Marilene Antunes. **A imaginação do castigo:** discursos e práticas sobre a Casa de Correção do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: (tese de doutorado). UFRJ/ IFCS, 2010.p. 76.

²⁷⁴¹ Regulamento da CDR, art. 28.

correspondência expedidas pelos presos deterem um conteúdo eminentemente político em que as críticas ao funcionamento da instituição tornam-se rotineiras. Deste modo, havia por parte da administração uma tentativa de controlar o fluxo de informações, entretanto, a presença constante de visitantes na detenção proporcionou aos presos a possibilidade de, por intermédio dessas pessoas, fazer passar documentos tendo por destino as autoridades ou mesmo jornais. As disposições que deliberavam sobre o regime de visita na Casa de Detenção do Recife estavam contidas do vigésimo nono ao trigésimo primeiro artigo do regulamento da instituição e visavam ordenar a presença de pessoas “estranhas” no estabelecimento. Nelas podemos ler:

Art. 29. Também poderão os presos receber visitas ou fallar nas grades com seus parentes e amigos, desde as 10 horas da manha ao meio dia, das 3 da tarde até as 5 pela forma estabelecida nos seguintes artigos:

Art. 30. Para entrar no recinto das prisões e fallar na grade à qualquer preso he necessária licença do administrador que poderá conceder todos os dias aos presos da 1ª e 2ª classes, porem aos da 3ª classe somente permittirá uma vez por semana e aos da 4ª classe com prévio consentimento dos seus senhores ou quando entender conveniente.

Art. 31. Para que qualquer prezo possa receber e estar so com ellas será necessária licença por escripto do Chefe de Policia devendo para esse fim haver sala especial no recinto das prisões.²⁷⁴²

É preciso atentar que se é verdade que a maioria dos detentos era composta por analfabetos, nem por isso a escrita ocupou um lugar alijado no conjunto de instrumentos por meio dos quais efetivavam suas ações de contestação. Antes de tudo, devemos nos precaver da ideia, bastante divulgada pelas elites imperiais, na qual o analfabetismo é concebido como condição de ignorância e ausência de discernimento intelectual e, por conseguinte, de incapacidade política. Conforme Thompson, “de forma nenhuma, o analfabetismo (devemos lembrar) excluía os indivíduos do discurso político”.²⁷⁴³ Clarissa Nunes Maia salientou a dimensão fulcral que a oralidade deveria ter no mundo prisional, assim como, os jornais que circulavam entre os detentos. Segundo ela:

É claro que esses jornais eram vistos por esses indivíduos como um meio eficaz de fazer suas queixas. Certamente, eram lidos por alguém em uma taverna ou mercearia em meio de iletrados que escutavam atentamente. Na Casa de Detenção – que abrigava um mundo bem menos isolado quanto se pretendia da cidade do Recife – as coisas não se davam muito diferentes.²⁷⁴⁴

Apesar da amplitude das questões e episódios pautados nas cartas dos detentos, é possível afirmar que, nos casos examinados, que de alguma forma versavam acerca da denúncia do que entendiam como arbitrariedades implementadas pelos agentes da administração e de demandas de melhorias, notadamente, ao funcionamento das oficinas de trabalho coletivo implantadas em 1862.

Um destes presos que dominava a escrita era o sentenciado Francisco Afonso do Rego Mello. Egresso do presídio de Fernando de Noronha travou uma série de altercações com o administrador em razão de que, a despeito das disposições regulamentares, remetia diversas

²⁷⁴² Regulamento da CDR, art. 28.

²⁷⁴³ THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**: a força dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 305.

²⁷⁴⁴ MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá Cavalcanti de Albuquerque. “O trabalho prisional na casa de detenção do Recife no século XIX” In: **Passagens**. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro: vol. 3, no. 2, maio-agosto 2011, p. 187- 202.

petições as mais variadas autoridades. O administrador afirmava que para burlar a vigilância da administração o dito preso:

[...] ocultamente tem feito passar cartas para pessoas particulares, correspondências aos jornais contra empregados do presídio, requerimentos para o Ex.^{mo} Senhor Presidente da Província, petições de queixas contra o comandante do presídio coronel Leal.²⁷⁴⁵

Diante das advertências expressas pelo administrador acerca do regulamento da instituição, o dito preso retrucou. Segundo Rufino de Almeida, o detento afirmava que “não ignorava as disposições do regulamento, mas que não se considerava sujeito as minhas ordens e que bom seria eu não contender com elle, porque talvez me arrependesse disso”.²⁷⁴⁶ Para ludibriar a prática de censura da administração que rotineiramente escrutinava as cartas dos detentos, Francisco Rego remetia suas correspondências por intermédio “do portador que lhe trouxe a comida”.²⁷⁴⁷ Ainda sobre o detento, escreve o administrador Rufino de Almeida:

A primeira vista parece incrível que no curto espaço de 48 horas incompletas tenha o mencionado prezo escrito tanto, mas é isto verdade e basta dizer que poucas horas no dia larga a pena e que por cauza do abuzo que fazia da scripta quando já nesta caza esteve em outro tempo sofria os castigos mais rigorosos.²⁷⁴⁸

As suas comunicações com o mundo exterior eram possíveis por que conseguia, em virtude da presença diária de visitantes e/ou portadores de comida, solapar as barreiras e entraves montados pela administração. O dito Francisco Afonso do Rego Mello parecia não ignorar o papel fundamental desempenhado pelos portadores de comidas ou visitantes como agentes de ligação entre os dois lados do muro prisional, afinal, em uma petição remetida ao chefe de polícia solicitava permissão não só para escrever como também receber visitas diárias, demonstrando o vínculo existente entre os visitantes e comunicação escrita que saia da detenção. Sabia que pelo teor crítico de seus escritos o administrador prontamente os vetaria. Assim, nutria o entendimento que “(...) não deve estar sujeito as disposições dos artigos 28 e 30 do Regulamento desta Caza e que todos os dias e a qualquer hora deve ser-lhe permittido fallar com quem quiser e se corresponder por scripto com qualquer pessoa”.²⁷⁴⁹ Ao que parece não se tratava de um detento leigo ou mesmo despossuído, afinal, em petição ao presidente da província afirmava que travava essas alterações com o administrador da Casa de Detenção por estar tendo seu direito de defesa violado. Assim, chegava ao ponto mesmo de propor sua remoção para um local onde pudesse escrever sem restrições, pois:

Tendo que tractar da defeza de seus bens já em questões forenses, já em venda da parte de um prédio sobrado na rua da praia e outras coisas a bem do seu direito (...) recorre a devida licença de V.S.^a para fazer por intermédio de seus procuradores sem constrangimento algum pelo regulamento da Caza (...) mandar por bondade por o supplicante só num calabouço do quartel da policia onde possa tratar de seus direitos.²⁷⁵⁰

²⁷⁴⁵ APEJE. Série CDR. Vol. 01, p. 216.

²⁷⁴⁶ APEJE. Série CDR. Vol. 01, p. 216.

²⁷⁴⁷ APEJE. Série CDR. Vol. 01, p. 216.

²⁷⁴⁸ APEJE. Série CDR. Vol. 01, p. 216.

²⁷⁴⁹ APEJE. Série CDR. Vol. 01, p.245.

²⁷⁵⁰ APEJE. Série CDR. Vol. 01, p. 246.

No entanto, é preciso dizer que não tratava apenas de questões atinentes às suas posses, era também “tocado da mania de escrever artigos políticos e denúncias contra as autoridades policiais”.²⁷⁵¹ Escritos com este teor eram, sem dúvida, um grande atrativo para as colunas dos jornais dos partidos que estavam na oposição e digladiavam com o administrador Rufino de Almeida. De toda forma, “os jornais serviram como meio de protesto para os presos que conseguiam driblar a vigilância e enviar denúncias para publicação”.²⁷⁵²

Além deste detento, foi possível constatar a existência de um correspondente que, provavelmente, também por intermédio dos visitantes, fazia chegar suas denúncias nas páginas do jornal O Liberal. No periódico, as cartas eram publicadas na íntegra de forma que endossavam uma verdadeira campanha vexatória, empreendida pelos editores, que tinha por alvo o chefe de polícia e do administrador Rufino Augusto de Almeida. Escusado salientar que a intensa luta política pelos cargos públicos, provavelmente, impelia o jornal a publicar essas malversações de modo a expor os efeitos “deletérios” da administração pública instituída. Nessas publicações, a Casa de Detenção é adjetivada de “Bastilha” e o administrador é constantemente denunciado por suas imperícias. Em uma dessas publicações podemos ler:

O nosso correspondente dessa Bastilha acaba de nos enviar a ração diária que se distribui aos presos (...) prova o que elle o que nos já dissemos sobre o facto de haverem presos sem culpa formada nem motivo (...) lembramos aos funcionários da casa de detenção que deixem de andar fazendo uma revolução e andar ameaçando a tudo com as torturas e flagícios do quarto escuro com o fim de descobrirem quem é nosso correspondente. Nunca o descobrirão.²⁷⁵³

Podemos atestar que a publicação se equivocava quanto a sua última afirmação. No ano seguinte, em 1870, o administrador comunicava ao chefe de polícia a identidade do correspondente, tratava-se do sargento “Canuto Cândido Ramos que aqui se tem tornado celebre em correspondência para o Liberal”.²⁷⁵⁴ Além disso, ele redigia cartas apócrifas para os analfabetos do presídio sempre denunciando as rotinas do estabelecimento. Em outra ocasião o dito correspondente informava que na instituição existia “um quarto escuro que é o terror de todos os presos (...) quem vai para o quarto escuro fica dias a pão e a água até não se sabe quando”.²⁷⁵⁵ Assegurava ainda que o comércio de gêneros alimentícios na Casa de Detenção era de tal porte que havia o desvio da alimentação dos presos para uma taberna particular. Segundo o correspondente do jornal, esse disparate ocorria com certa regularidade. Nestes termos realizava a denúncia do que entendia ser um negócio que aviltava os presos:

Sr. Redator, existe no Monteiro uma taberna de um tal Braga sócio do nosso Cazuza de Oliveira: este remete no fim de todos os meses a parte que lhe toca no dividendo, saindo daqui as sete horas da noite os gêneros embarcados em uma canoa para a dita venda e antes do fim de mês há sempre remersas de gêneros embarcados em uma canoa para a dita venda, ainda no dia que fomos visitados pelo Sr. chefe de polícia saiu um barril de toucinho que talvez não fosse visto por S.S por não estar prevenido, pois o Sr. Fernando Pinheiro entrava e o toucinho saia. (...) Entaum

²⁷⁵¹ APEJE. Série CDR. Vol. 01, p. 217.

²⁷⁵² TRINDADE, Cláudia Moraes. **Ser preso na Bahia do século XIX**. Op cit. p. 94.

²⁷⁵³ **O Liberal**. Recife, Terça-Feira, 16 de Novembro de 1869, Nº 11.

²⁷⁵⁴ APEJE. Fundo CDR. Correspondências entre o Administrador /Diretor. (4.1/5), Janeiro de 1865- Junho de 1870, p. 239.

²⁷⁵⁵ **O Liberal**. Recife, Sexta-Feira, 19 de Novembro de 1869. Nº14.

uzam um portaozinho que fica no centro do largo que vai ao portão exterior. É por ahi que hoje fazem o transito de gêneros furtados aos presos.²⁷⁵⁶

Em outra correspondência remetida ao jornal seguia imputando à administração a prática de tratar de modo desigual os presos. Salientava que “não era possível conceder tudo a um detento dando-lhe ilimitada na confiança”.²⁷⁵⁷ Um artigo publicado pelo detento Oconel Jersey demonstrava a boa relação que teve ele com o administrador durante sua passagem pelo estabelecimento. Na ocasião, agradece com votos de “gratidão e reconhecimento eternos ao Sr. Comendador Dr. Rufino Augusto de Almeida pelo cavalerismo, philantropia e amabilidade que me dispensou na qualidade de administrador da Casa de Detenção”.²⁷⁵⁸

Canuto Cândido Ramos publicou pelo jornal do Recife um artigo endereçado ao presidente da província. Nele, o sargento salienta o modo como vinha sendo tratado pela administração:

O abaixo assinado 1º sargento reformado do exercito preso na Casa de Detenção vem por meio da imprensa pedir a V. Excª providencias contra a perseguição de que tem sido victima em nome da lei. Acha-se preso e processado desde 3 de Julho do anno próximo passado e não tem sido possível até hoje ser submetido a julgamento, não obstante, tem sido sempre apresentado ao tribunal do jury (...) Exm. Sr a perseguição se torna um escândalo quando feita em nome da lei (...) Se hoje recorro a V. Excª por meio da imprensa é por que já o tenho feito aos juizes competentes como por exemplo ao Dr Juiz de Direito da primeira vara Oliveira Maciel (...) Hontem dirigi ao Dr. Juiz de Direito da segunda vara (...) alegando que tenho sido preterido em julgamentos por réos affiançados e por reos presos ha tres meses quando eu já conto nove de detenção. Sei que com essa representação, Exm. Sr, animo mais a cólera daqueles que não satisfeitos em perseguirem, levam o seu desejo ao exterminio. Casa de Detenção, 24 de Março de 1870. Canuto Candido Ramos.²⁷⁵⁹

Encontramos outras publicações da autoria do mesmo Canuto no jornal A Republica. Nelas relatava ao presidente da província, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, o que se passava de arbitrário na instituição dando relevo ao fato de estar sem julgamento pelo tempo de dois anos. Afirmava que havia na prisão detentos “sem julgamento e mesmo sem processos”.²⁷⁶⁰ Em outra edição, tal realidade era explicada em função da condição econômica dos detentos, deste modo, afirmava que “na casa de Detenção tem muitos presos que por não terem dinheiro e para custas estão a mezes sem processos e culpas formadas, outros cumprindo sentença estão sofrendo”.²⁷⁶¹ Ao que parece suas cartas não foram

²⁷⁵⁶ **O Liberal**. Recife, Segunda-feira, 7 de Fevereiro de 1870.

²⁷⁵⁷ **O Liberal**. Recife, Segunda-feira, 17 de Fevereiro de 1870. Nº85. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709611&PagFis=727> Acessado em: 04.09.2013

²⁷⁵⁸ **Jornal do Recife**. 07 de Abril de 1870.

Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=705110&PagFis=5333> Acessado em 10.02.2014

²⁷⁵⁹ **Jornal do Recife**. Domingo 27 e Segunda 28 de Março de 1870.

Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=705110&PagFis=5298> 10.02.2014

²⁷⁶⁰ **A Republica**. Pernambuco. Domingo, 23 de Abril de 1871.

²⁷⁶¹ **A Republica**. Pernambuco. Domingo, 30 de Abril de 1871.

reputadas totalmente frívolas pelo próprio presidente da província, uma vez que, a mesma publicação afirmava que Diogo Velho ordenou e “Canuto foi chamado da каза de detenção perante elle afim de explicar todo o ocorrido desde sua prisão até o presente”.²⁷⁶² Não sabemos as implicações desta ação. Acreditamos que não foram as que o reclamante esperava, pois, encontramos nova denúncia menos de um mês depois. Nela ressaltava que os pobres eram as verdadeiras vítimas do aparato prisional e denunciava a monarquia como promotora fundamental desta situação. Assim, afirma que:

No Brazil o governo com suas autoridades, de propósito escolhidas para a perseguição dos homens do povo, não se interessam pela sorte dos pobres, so tratam de fazer prender perseguir os pequenos, a respeito dos presos não se interessam se sejam ou não julgados! Vê o povo toda a perseguição que se lhe faz? E ainda crerá nos homens que governam mandados pela monarchia? (...) Vê que são presos os filhos do povo sem culpa formada e para forma-la passam-se tempos indeterminados e crê ainda que com essa monarchia terá justiça! Que triste ilusão!
Detenção, 9 de Maio de 1871.²⁷⁶³

A partir desses casos é possível perceber que a presença de visitantes constitui um canal importante na socialização de informações sobre a instituição que, deste modo, tinha seus desmandos e fragilidades alardeados pelas publicações locais. Cartas como essa dificilmente passariam pelo crivo da administração da prisão, porém, a constante presença de indivíduos intermediava o acesso dos presos a imprensa. Além disso, os detentos tinham acesso a esses “jornais políticos” durante a gestão do administrador Rufino de Almeida, pois, Jefferson Mirabeau de Azevedo Soares, seu sucessor, vangloriava-se de por ter conseguido vetar a circulação desses jornais, logo após tomar posse na direção do estabelecimento. Esse administrador “creou uma biblioteca no estabelecimento”, porém, com um outro tipo de literatura, que reutava ser mais apropriado ao projeto de morigerar os indivíduos reclusos²⁷⁶⁴ Em 1875, escrevia, ao chefe de polícia, nestes termos:

Tenho a honra de levar ao conhecimento de VS^a que acabo de proibir aos detentos a leitura de jornaes políticos podendo elles distrair-se com a dos exclusivamente literários e a de livros de boa moral. (...) porquanto a discussão sempre acrimonioza dos jornaes políticos pode concorrer para interessar os prezos nas paixões tumutuaris do dia dispondando-lhe emoções dezagradáveis o que muito convem evitar.²⁷⁶⁵

Sustar uma politização dos detentos era o desígnio da política empreendida pelo novo administrador. Temia, talvez, o recrudescimento das alianças entre os detentos e alguns membros da elite local como ocorreu na gestão de Rufino de Almeida. Alguns detentos se converteram em correspondentes dos jornais de oposição dialogando constantemente com os desafetos do administrador. Esses casos evidenciam que na Casa de Detenção do Recife os detentos não estavam alheios ao que se passava no cotidiano político da cidade. O que nos levar a crer que prisão e cidade conviviam em certa contiguidade. De certo modo, os conflitos políticos partidários e mesmo os pessoais oxigenavam a insurgência dos detentos e os impelia a peticionar as autoridades denunciando o cotidiano do cárcere.

²⁷⁶² **A Republica**. Pernambuco. Domingo, 30 de Abril de 1871.

²⁷⁶³ **A Republica**. Pernambuco . Domingo. 28 de Maio de 1871.

²⁷⁶⁴ A Instrução Pública. Rio de Janeiro, 2 de Maio de 1875. Nº 10. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=233048&pesq=CASA%20DE%20DETEN%C3%87%C3%A3o%20do%20Recife&pasta=ano%20187>. Acessado em 15/08/2013.

²⁷⁶⁵ APEJE. Fundo CDR. Correspondências entre o Administrador /Diretor. (4.1/7), Novembro de 1874 - Maio de 1878, p. 39.

Os inimigos políticos do administrador, aproveitando os momentos disponíveis para visitação, tratavam de insuflar os presos contra o administrador através de representantes que enviavam a prisão. Isso não implica afirmar que os presos fossem instrumentos apáticos e passivos e que simplesmente foram instrumentalizados nas disputas entre os agentes da elite. Ao contrário,   provável que buscassem suas próprias vantagens nestas alianças, tais poderiam ser a simples denúncia das práticas que entendiam ser arbitrárias e injustas ou, mais pragmaticamente, dispor dos serviços ofertados por esses advogados com o fito de ter o seu processo agilizado nas instâncias da já morosa justiça criminal. Enfim, conflitos fora dos muros podiam ecoar no interior da Casa de Deten o, isto indica uma sensível contiguidade da institui o com as dinâmicas da cidade. A presença de certos visitantes podia acarretar o recrudescimento de contesta es das quais pretendia se precaver o administrador. De modo que o regime de visita o proporciona aos detentos construir estratégias e alianças com indivíduos que os favoreceriam. Trata-se, é claro, de alianças contingenciais, porém, não deixavam de representar para o administrador uma fonte de preocupa o. O caso mais not rio que encontramos é, sem d vida, o que envolve o bacharel Francisco Lucas de Souza Rangel e Borges da Fonseca. Sobre o primeiro indivíduo nos diz Rufino:

Como V.S.^a sabe, o bacharel Francisco Lucas de Souza Rangel procura por todos os meios tirar minha força moral nesta Caza (...) manda todos os dias um empregado do seu escript rio a titulo de conversar com seus constituídos, geralmente sentenciados, e esse empregado se conserva nas grades das priz es de manhã e tarde durante todas as horas de visita e especialmente se ocupa em predispor os presos contra mim (...) que não tenham medo de castigos porque se elles forem castigados será isso um mal pra mim pois as coisas estão bem arranjadas la por fora.²⁷⁶⁶

Não encontramos maiores minúcias a respeito do dito Francisco Rangel, entretanto, não parece que limitava suas a es políticas a instigar a rebelião de detentos contra o administrador, posto que, anos mais tarde o encontramos, por meio de uma publica o da Corte, como participe de eventos "sediciosos" na província da Para ba²⁷⁶⁷ que faziam parte do movimento social e político que ficou conhecido na historiografia como Quebra-Quilos.²⁷⁶⁸ O funcionário que a serviço do advogado Francisco Rangel frequentava diariamente a Casa de Deten o era Joaquim Correa Leal que já havia cumprindo pena na prisão e conhecia bem as normas de seu funcionamento e agora retornava como representante do dito bacharel. Deste modo, atuando como um intermediador entre os detentos e os opositores de Rufino de Almeida. Encontramos uma peti o sua remetida ao chefe de polícia na qual, fundamentando-se no artigo 30 do regulamento prisional de 1855, reivindicava o direito de entrar no estabelecimento nos horários disponíveis para visita o. O administrador afirmava que "o suplicante já esteve preso por suspeitas de crime de estelionato e por tal forma se tem portado".²⁷⁶⁹ No mesmo documento, Rufino de Almeida aduz que:

Tem sido elle quem tem aconselhado aos prezos que não me obde o e não temam castigos. No dia 10 do corrente foi apanhado em flagrante mandando por intermédio de um prezo conselhos a outros para se insubordinarem nesta Caza e assim colocarem-me em difficuldades. O suplicante

²⁷⁶⁶ APEJE. Fundo CDR. Correspondências entre o Administrador /Diretor. (4.1/5), Janeiro de 1865-Junho de 1870, p.112-113.

²⁷⁶⁷ **A Na o**: jornal político e comercial. Rio de Janeiro, 22 de Dezembro de 1874. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/586404/per586404_1874_00283.pdf acessado em 22/04/2013.

²⁷⁶⁸ Cf. LIMA, L. M. Quebra-Quilos: uma revolta popular na periferia do Império. In: DANTAS, Monica Duarte. (Org.). **Revoltas, motins, revolu es**: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. 1ed.São Paulo: Alameda, 2011, v. 1, p. 449-483.

²⁷⁶⁹ APEJE. Fundo CDR. Correspondências entre o Administrador /Diretor. (4.1/5), Janeiro de 1865-Junho de 1870, p.113.

esta no caso de se não permittir a entrada nesta Caza, sem prejuízo da ordem e da disciplina.²⁷⁷⁰

Na prisão, o dito funcionário conversava por longo tempo com o detento “celebre, Francisco Correia de Athayde Siqueira (...) a meia voz todos os dias pela manha e pela tarde”.²⁷⁷¹ O administrador receava que tal conluio proporcionasse “ocurrencias desagradáveis nesta Caza”.²⁷⁷² Segundo nos informa o jornal A província, não era para menos, afinal, o dito preso, e seu irmão, ambos filhos do Capitão Antônio Lopes de Siqueira Braga, eram “criminosos celebres da região Baixa-Verde” e “ameaçavam acometer a população como já o tem feito”, além disso, era conhecido por andar “afrontando as autoridades e as leis”.²⁷⁷³

Essas recomendações externas provenientes dos inimigos de Rufino influenciavam, em alguma medida, a disciplina e o comportamento dos detentos, pois, algumas vezes acarretavam ações concretas na prisão. Por exemplo, o preso Guilherme Francisco de Assis depois de ser instruído por Francisco Rangel, afirmava o administrador, “tem se tornado insubordinado e insolente para com os empregados desta Caza e até para comigo.”²⁷⁷⁴

Ademais, o mesmo preso “pretendia evadir-se e para isto procurou um advogado que requeresse sua remoção para a Fortaleza do Brum”.²⁷⁷⁵ Deste modo, vemos que o detento possuía interesses próprios na sua relação com Francisco Rangel, em troca de sua “insubordinação” exigia os serviços forenses do mesmo. Ao que parece, o advogado Rangel nutria relações de amizade com Antônio Borges da Fonseca, republicano bastante conhecido, editor do jornal O Tribuno, publicação que se notabilizou pelos ataques realizados ao administrador Rufino Augusto de Almeida.

No entendimento desta publicação, Rufino Augusto de Almeida era “proprietário daquela caza e senhor de todo o comercio e industria, que nela se faz”.²⁷⁷⁶ Afirmava ainda que “(...) a casa de detenção é uma casa de comercio e industria (...) os fregueses andam livremente”.²⁷⁷⁷ Neste momento se torna imperioso realizar uma breve digressão e explanar sobre as motivações políticas que levavam esta publicação a engrossar fileiras dos críticos do funcionamento da Casa de Detenção. O administrador da prisão afirmava “que perdoa ao Dr. Rangel” por entender que ele era apenas um instrumento utilizado por Borges da Fonseca que, por sua vez, questionava-o “quanto aos deputados provinciais que lhe acusam [o administrador] esses também são uns ninguéns e também meus instrumentos” e, por fim, ironicamente, afirmava “felizmente me dão sempre os primeiros lugares, obrigado Sr. carcereiro”.²⁷⁷⁸

O trabalho nas oficinas passou a ser enfatizado como forma de evidenciar que Rufino de Almeida as instrumentalizava em proveito particular. Podemos ler em uma das edições do jornal:

O que faz o atual administrador da casa de detenção sabe o toda esta cidade. (...) que se fala ter o administrador uma venda aberta na caza de detenção, padaria, caza de pasto e

²⁷⁷⁰ APEJE. Fundo CDR. Correspondências entre o Administrador /Diretor. (4.1/5), Janeiro de 1865-Junho de 1870, p.113.

²⁷⁷¹ APEJE. Fundo CDR. Correspondências entre o Administrador /Diretor. (4.1/5), Janeiro de 1865-Junho de 1870, p.113.

²⁷⁷² APEJE. Fundo CDR. Correspondências entre o Administrador /Diretor. (4.1/5), Janeiro de 1865-Junho de 1870, p.113.

²⁷⁷³ A Província: órgão do Partido Liberal. Recife. Sabbado, 18 de Setembro de 1875. Nº683.

²⁷⁷⁴ APEJE. Fundo CDR. Correspondências entre o Administrador /Diretor (4.1/5) Janeiro de 1865-Junho de 1870, p. 140.

²⁷⁷⁵ APEJE. Fundo CDR. Correspondências entre o Administrador /Diretor (4.1/5) Janeiro de 1865-Junho de 1870, p. 140.

²⁷⁷⁶ O Tribuno. Recife, Sexta-feira, 08.05.1868.

²⁷⁷⁷ O Tribuno. 24 de Outubro de 1868.

²⁷⁷⁸ O Tribuno, Recife, 29.04.1868.

que vende pela manhã café aos presos por 80 rs a xícara (...) ignora ter-se dito que as quitadeiras que ali vão são somente da privança do administrador? Esas e muitas couzas não estão no domínio do publico? Mas, meu Deus, si todas aquelas acusações são filhas da ma vontade, o que se deve concluir! Que peza sobre Rufino de Almeida a exacração publica, e neste caso o senhor Rufino de Almeida é bem infeliz.²⁷⁷⁹

De acordo com informações contidas no jornal, as relações comerciais eram abertamente praticadas na Casa de Detenção. Denunciava que o preso Epifanio fazia da instituição um verdadeiro mercado, pois, possuía “em sua selula sigarros, xarutos, papel, pena, etc. para vender aos presos”.²⁷⁸⁰

O regime de trabalho coletivo nas oficinas é, seguramente, um dos pontos mais habituais dos queixumes dos detentos. Encontramos uma carta que foi redigida coletivamente pelos próprios presos e que tinha como destinatário o Ministro da Justiça. Sobre a venda de comida na prisão, os detentos afirmavam que “toudas duas oras entra um grande tabuleiro de comida com carne guizada i bem temperada e o bom feijão para prezos que não são racionados pagando eles 10 mil reis por mês, esta comida é feita na cozinha e vendidas pelos negros”.²⁷⁸¹ Neste registro, o grande alvo das admoestações é o administrador Rufino de Almeida que conforme o conteúdo exposto era acusado de motivar grandes infortúnios aos sentenciados, deste modo, os presos demandavam ao ministro da justiça “que se nos mande a caza de detenção uma cumição”.²⁷⁸²

Esse documento é bastante relevante na medida em que expõe um entendimento diferente do regime de trabalho nas oficinas, assim, nos fornece um contraponto escrito pelos próprios detentos que se identificam coletivamente a partir de uma identidade urdida no mundo do trabalho. O que era descrito pelo administrador como furto de materiais das oficinas de sapataria, emerge com outra conotação: auxílio as suas famílias necessitadas e desamparadas. Transcrevemos abaixo alguns trechos dessa carta que lançam luz sobre as questões que estamos discutindo. Nela podemos ler:

(...) nenhuma autoridade em fortificação do governo pode fabricar e nem negociar com genero nenhum principalmente no interior de hua cidade centro de huá cadeia (...) como pode o Sr Dr. Rufino te uma fabrica de sapatos hubrigando os sentenciados a trabalharem para elle (...) por calza desta oficina sofremos na cadeia mil infurtunios (...) si nos compramos acasa algum cabedal e quisemos mandar para nossos parentes e tumados nu portão isomos lancados no cuarto escuro a pão e água (...) mande pelo amor de Deus hua comição (...) p. q a de Pernambuco he touda amiga do administrador (...) ouvimos dizer que nas outras prizões do Brazil vão as autoridades vizitar os prezos ezaminar seos acontecimentos (...) Sr. são tantas patifarias nesta cadeia que há ordem para os negros não venderem arois nem mucuzar de milho (...) porem vendece todos os dias dois tabulheiros de arois da caza do Sr. Rufino e serto o que disse sua majestade quando veio a Pernambuco em mil oito cento e secenta que a cadeia parecia uma caza de feira. (...) Sr. Minstro trabalhamos p. o administrador doutor porem he contra nossa vontade i assim dezejamos ser atendidos, ou trabalhar para a nação

²⁷⁷⁹ O Tribuno. Recife, 21. 04. 1868

²⁷⁸⁰ O Tribuno. Recife, 08. 05.1868

²⁷⁸¹ APEJE. Série CDR. Vol. 06. Carta dos Detentos sapateiros ao Ex. Sr. Ministro da Justica, p. 210.

²⁷⁸² APEJE. Série CDR. Vol. 06. Carta dos Detentos sapateiros ao Ex. Sr. Ministro da Justica, p. 210.

ou comprar nosso cabedal aos negociantes e vender nossa obras aos mesmos. Ahi vai assignados todos os sapateiros que trabalho.²⁷⁸³

Importar salientar que ao assinar o documento como “os sapateiros que trabalham” os presos demonstram que sabiam que viviam em uma sociedade onde “o trabalho se converteu em um dos elementos mais distintivos da vida cotidiana nas prisões”.²⁷⁸⁴ Mais ainda, revelam uma estratégia importante, uma vez que, os presos que trabalhavam em oficinas, especialmente, as mais importantes, como era a da sapataria para a Casa de Detenção, utilizavam o trabalho por eles realizado como “elemento central nas negociações em torno das regras internas da prisão e nos limites de poder no interior dos grupos de preso, bem como entres estes e as autoridades e guardas da prisão”.²⁷⁸⁵

Inicialmente, elaboram uma crítica do regime de trabalho instalado por Rufino de Almeida. O que o administrador caracterizava por furto dos materiais na carta aparece como auxílio às famílias carentes, afinal, entediam que os objetos eram frutos do seu trabalho e já haviam comprado as materiais-primas no estabelecimento prisional. Ainda sobre as oficinas revelam predileção para trabalharem para os negociantes da cidade ou para o Estado. Merece menção especial o trecho que ressalta a proibição dos negros entrarem no estabelecimento tinha por intuito alavancar a venda de alimentos ofertados pela casa do administrador. É importante ressaltar o desejo dos detentos de continuar comprando aos “negros” arroz e mungunzá e não os ofertados pela administração. Isso significa dizer que para os presos a proibição ou restrição da entrada de quitandeiras era reputada como prejudicial. Isso desnuda o caráter humanitário de crítica ao regime de visitas elaborada pelo administrador e a insere no seio de disputas comerciais que existiam no interior da Casa de Detenção. E, por fim, os detentos aludem ao fato que quando de sua visita à província, o imperador Pedro II havia sublinhado que, em função da intensa dinâmica comercial existente, a Casa de Detenção se parecia com uma casa de feira.

Algumas dessas informações são reiteradas pelo jornal o Tribuno dois anos depois em 1868. Nele o articulista lista uma série de desmandos que Rufino de Almeida incorria, dentre os quais, ressalta que “quando algum preso faz alguma obra para sua família é apreendida como contrabando dizendo se ser produto para a capela”.²⁷⁸⁶

Da apreciação e escrutínio desses casos pontuais é possível tecer algumas asserções um pouco mais abrangentes. Ao longo do texto elencamos uma série de evidências que nos possibilitam afirmar que houve intensa interação entre os habitantes e/ou transeuntes da área central da cidade do Recife e a Casa de Detenção no contexto aqui examinado. De modo que essas sociabilidades tiveram implicações tanto para o funcionamento institucional, como suscitaram um aprendizado social nos sujeitos envolvidos, fossem eles detentos ou visitantes.

A presença de visitantes na Casa de Detenção do Recife inviabilizou parte do projeto da reforma prisional, especialmente, no que concerne ao isolamento penal. Localizada em uma região de grande dinâmica comercial, a instituição foi, gradativamente, incorporada na vida cotidiana de muitos indivíduos que, antes de medo, tinham na instituição uma fonte de renda e contendiam com as autoridades para nela se imiscuir. Em função de sua constante circulação na Casa de Detenção, esses visitantes construíram um entendimento da prisão

²⁷⁸³ APEJE. Série CDR. Vol. 06. Carta dos Detentos sapateiros ao Ex. Sr. Ministro da Justiça, p. 210.

²⁷⁸⁴ AGUIRRE, Carlos. “Cárcere e sociedade na América Latina, 1800-1940” In: MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (orgs.). **História das Prisões no Brasil**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. p.43.

²⁷⁸⁵ AGUIRRE, Carlos. “Cárcere e sociedade na América Latina, 1800-1940” In: MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (orgs.). **História das Prisões no Brasil**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. p.43.

²⁷⁸⁶ O Tribuno. Recife, Segunda-feira, 21 de Abril de 1868.

que não se pautou na representação normatizadora apetejada pelos círculos da elite recifense.

Nesse sentido, constatamos duas implicações imediatas que contrariam as premissas da reforma prisional e que foram decorrências da presença cotidiana desses visitantes: a Casa de Detenção não se manteve isolada das dinâmicas da cidade e nem mesmo conseguiu exercer o poder de intimidação que parte da elite almejava. Por outro lado, os detentos vivenciaram o cárcere de modo bastante distinto do que prescrevia as legislações, entre outras razões, em função do regime de visitas efetivado. Mesmo trancafiados tiveram acesso a uma gama de produtos e possibilidades engendradas pela presença de visitas diárias ao cárcere.

É verdade que muito pouco foi efetivamente elaborado a partir dessas informações no sentido de melhorar a condição da vida no cárcere, por outro lado, não se pode atribuir a permanência deste quadro ao desconhecimento da vida cotidiana daqueles presos por parte das diversas autoridades e da população em geral. Afinal, aqueles homens e mulheres, presos e livres, teceram uma rede de informação eficaz que minava os impedimentos ditados pela administração prisional e expunha cabalmente as agruras e adversidades da vida em uma prisão oitocentista.

“UM PEDIDO DE JUSTIÇA”: DEMANDAS DE PROFESSORES(AS) PRIMÁRIOS(AS) NO SÉCULO XIX PERNAMBUCANO

*Carlos Antônio Pereira Gonçalves Filho*²⁷⁸⁷
carlos.historia7@hotmail.com

Resumo: Este trabalho trata da história da profissão docente em Pernambuco durante a segunda metade do século XIX investigando práticas reivindicativas de professores(as) primários(as) perante o Poder Legislativo provincial. Neste sentido, parte-se da documentação peticionária sob a guarda do arquivo da Assembleia Legislativa Estadual objetivando analisar os discursos exarados em diversas petições encaminhadas aos deputados provinciais por professores(as) públicos(as) de primeiras letras. Os aspectos estudados até o presente momento demonstram que estes(as) trabalhadores(as) da Educação, ao fazerem uso do direito constitucional de petição direta, expunham, através de suas dificuldades diárias com relação a salários, gratificações, empregos e condições de trabalho, as próprias contradições do Estado em matéria de instrução pública na época. Mais ainda: nestes documentos, percebe-se que os(as) professores(as) também se articulavam entre si e com o Poder Legislativo, de modo a garantir seus interesses, ao mesmo tempo em que se apropriavam do senso comum a cerca do caráter “missionário” da docência como um argumento a mais na busca da valorização de seu ofício. Tais sujeitos e práticas constituem, portanto, um capítulo interessante do processo de profissionalização docente e da construção da cidadania no país.

Palavras-chave: Profissão Docente, Pernambuco, Século XIX, Poder Legislativo.

Introdução

O objetivo desta comunicação é tratar de alguns aspectos evidenciados ao longo de minha pesquisa de doutorado envolvendo práticas reivindicativas de professores(as)

²⁷⁸⁷ Doutor em História pela UFPE; Técnico em Assuntos Educacionais na UFRPE.

primários(as) perante o Poder Legislativo provincial durante a segunda metade do século XIX. O recurso à petição direta era uma prerrogativa constitucional e foi utilizado para os mais variados fins por diferentes atores sociais ao longo do século XIX. No caso em tela, analiso a documentação sob a guarda da Gerência de Conservação e Preservação do Patrimônio Histórico da Assembleia Legislativa de Pernambuco. O título da comunicação, “um pedido de justiça”, foi extraído das petições consultadas e sintetiza o teor desses requerimentos. Seus autores, professores(as) de escolas primárias, buscavam, a todo o momento, alcançar um determinado direito com base em argumentos meritocráticos. Examinei, brevemente, dois desses casos e, ao final, tecerei algumas considerações gerais sobre os relatos.

100 mil réis

Na edição de nº 153 do *Diário de Pernambuco*, de 5 de julho de 1855, o presidente da província, José Bento da Cunha Figueiredo, tornava público o regulamento da instrução pública de 14 de maio daquele ano. O Art. 26º dizia que as professoras, em matéria de ordenado, receberiam 100 mil réis a menos que os professores²⁷⁸⁸. Ora, no regulamento anterior, de 12 de maio de 1851, a situação era diferente, ou, melhor dizendo, era *invertida*, já que colocava as coisas desta maneira: os professores de primeiras letras do 1º grau recebiam 450 mil réis de ordenado anual e as professoras do mesmo grau, 500 mil réis²⁷⁸⁹. Ou seja, eram 50 mil réis a mais que agora se viam transformados em 100 mil réis a menos. A lei imperial de 15 de outubro de 1827, em seu Art. 13º, determinava que “as mestras vencerão os mesmos ordenados e gratificações concedidas aos mestres”, mas não fixou nenhum valor específico, pois isso dependeria das “circunstâncias da população e carestia dos lugares”, desde que se encontrasse dentro de uma faixa entre 200 e 500 mil réis²⁷⁹⁰. Em 1837, a lei provincial nº 43 não estabeleceu qualquer diferença explícita entre ordenados, mesmo porque ela não fixou nenhum valor monetário para os(as) professores(as) de primeiras letras²⁷⁹¹.

Em 1851, no entanto, o Regulamento de 12 de maio, previu uma diferença em favor das mulheres. O ordenado mais elevado funcionaria como um incentivo ao ingresso no magistério por parte das mulheres favorecendo, principalmente, aquelas escolas que se encontravam mais distantes da capital. Ao apostar no aumento de ordenado das docentes criando uma diferença com relação aos homens do magistério, o governo provincial, por um lado, estimulava o ingresso no magistério feminino, mas também, por outro, gerava certo desconforto. Apesar da medida, o Regulamento ainda não estava posto em prática no que dizia respeito aos ordenados. Tanto que um professor do interior da província chegou a fazer um desabafo, em carta publicada na imprensa. Narrou ele a angústia daqueles “que saem desta cidade para lugares longínquos, incultos, a fim de exercerem as funções do seu cargo por espaço de 20 e tantos anos” para ensinar “três horas de manhã e duas à tarde” perdendo “a saúde, o tempo e mocidade pelo diminuto ordenado de 300\$000 [trezentos mil réis] anuais e duas gratificações: uma de 100\$000 [cem mil réis] pelo exercício e outra de 50\$000 [cinquenta mil réis] para pagar casas”. Diante disso, questionava: “está em prática o Regulamento de 12 de maio de 1851, a parte fiscalizadora. Por que não se tem posto em prática a pecuniária, sendo já passados dois anos?”²⁷⁹²

Só com o Regulamento posterior, de 1855, é que os ordenados foram definidos invertendo a diferença salarial a favor dos homens.

²⁷⁸⁸ Lei Provincial nº 369, de 14 de maio de 1855. In: Fundação biblioteca Nacional: **Diário de Pernambuco**, nº 153, 5 jul. 1855, p.1.

²⁷⁸⁹ Fundação Biblioteca Nacional: **Diário de Pernambuco**, nº 109, 14 de maio de 1851, p. 1.

²⁷⁹⁰ BRASIL: Lei de 15 de outubro de 1827: manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm

²⁷⁹¹ Lei Provincial nº 43, de 10 de junho de 1837. In: Fundação Biblioteca Nacional: **Diário de Pernambuco**, nº 140, 3 jul. 1837, p. 1.

²⁷⁹² FBN: **Diário de Pernambuco**, nº 251, 7 nov. 1853, p. 2.

Para três professoras da época, em particular, era difícil entender os motivos que levaram à redução de 100 mil réis em seus salários. Joana Justina de Siqueira Varejão, Emília Cândida de Melo Luna e Maria Coelho da Silva resolveram, em 1857, escrever aos deputados solicitando que reconsiderassem essa diferença salarial. As três apresentaram os mesmos argumentos em dois requerimentos. Um, assinado pelas duas primeiras, e outro, de autoria da terceira no qual argumentavam que

além de todas as matérias que estão a cargo dos professores são, ainda, obrigadas a ensinar as diversas prendas de agulha, cujo trabalho somente equivale ao das outras matérias e, neste caso, não é justo que mais sobrecarregadas de serviço, percebam menos ordenado²⁷⁹³.

Trata-se de uma discussão em torno da carga-horária. Os trabalhos de agulha demandavam mais serviço para as docentes, mas elas não recebiam a mais por isso. Ao contrário, seu trabalho “somente equivale ao das outras matérias”, ou seja, não era considerado como um componente extra que resultasse em impacto financeiro. Mesmo assim, elas insistiam que era um esforço a mais ter que dar conta das “prendas” do sexo feminino. Havia que se dedicar mais tempo para ensinar os diversos tipos de ponto, preparar os moldes, ensinar a trabalhar com agulhas e aviamentos em geral, além de confeccionar as peças. Considerando que a professora teria que conferir o trabalho de cada uma de suas alunas, não devia ser uma tarefa fácil. Por isso, segundo elas, era justo que ganhassem mais ou, que, pelo menos, “sejam equiparados os seus ordenados com os dos professores”²⁷⁹⁴.

Na Assembleia, os deputados também debateram o assunto. Destaco aqui o embate entre dois desses políticos: Manoel Clementino Carneiro da Cunha e Leonardo Antunes Meira. Carneiro da Cunha defendia um maior salário para os homens, já que, segundo ele,

o serviço de ensinar ao sexo masculino é mais pesado que o de ensinar ao sexo feminino. Parece-me que sendo mais condescendentes e dóceis as meninas, sujeitar-se-ão mais facilmente à direção das mestras, e que será menos custosa a educação propriamente que também faz parte do ensino. [...] Depois, os estudos requeridos para um professor são superiores aos que se requerem para uma professora. Se não vale esta razão, julgo de peso a outra. Tenho por menos árdua a tarefa de ensinar a quem menos docilmente se sujeita ao ensino²⁷⁹⁵.

O discurso acima aponta para uma relação entre valoração do trabalho docente e sexo, ou, melhor dizendo, com relação à percepção social do sexo, ao gênero. O principal argumento era de que o *comportamento natural* das meninas ajudava a professora a exercer o seu ofício; comportamento este que se expressava pela passividade e aceitação do que era dito e exigido pela docente. Sendo fácil a disciplina, então seria de presumir que o labor diário da professora não era tão desgastante. Já com os meninos a coisa seria diferente. Estes eram *naturalmente* mais indóceis e agitados, exigindo do professor maior esforço para impor a disciplina em sua *aula*. Tal ideia remete à caracterização do *ser homem* e do *ser mulher* em oposições extremadas de atitudes, sentimentos e expressões definindo, a partir de um repertório de símbolos contraditórios, o lugar social que cabe a cada sexo, conforme nos adverte Joan Scott²⁷⁹⁶. Carneiro da Cunha evoca este repertório ao tratar da *docilidade* das

²⁷⁹³ ALEPE: Gerência de Arquivo e Preservação do Patrimônio Histórico, Documentos Manuscritos, Petições, Caixa P128. Requerimento de Joana Justina de Siqueira Varejão e Emília Cândida de Melo Luna. Fls.1-1v. Também o Requerimento de Maria Coelho da Silva, fls. 1-1v.

²⁷⁹⁴ Ibidem.

²⁷⁹⁵ Sessão da Assembleia Provincial de 27 de abril de 1855. In: FBN: **Diário de Pernambuco**, nº 100, 1 maio. 1855, p. 2.

²⁷⁹⁶ SCOTT, Joan Wallach. **Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica. 3ª ed. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1996.

meninas em contraste direto à *indômita* postura dos meninos que tornava “pesado” o trabalho do professor. Carneiro da Cunha também lembrou que não era só a diferença do perfil do público discente que interferia. Também entre o professor e a professora pesava a desigualdade intelectual. O primeiro, com “mais estudos”, pressupunha um maior domínio e aprofundamento dos saberes em relação à segunda. O deputado Meira, por outro lado, defendia o mesmo argumento das professoras. Dizia ele:

ignoro que um professor tenha mais trabalho que uma professora, antes, pelo contrário, me parece que um professor tem, talvez, menos trabalho porque as professoras, além da leitura e escrita, têm obrigação de ensinar a coser, bordar e fazer os serviços e bordados próprios para esse ensino, preparando os bordados, as costuras, seus modelos, etc.²⁷⁹⁷

Em 1855, este argumento saiu derrotado. Dois anos depois, foi a vez daquelas três professoras porem em discussão, mais uma vez, o problema. Desta vez, o desfecho foi outro. Uma nova lei provincial, a de nº 429, revogou as disposições do Regulamento de 1855 equiparando os salários entre homens e mulheres que se dedicavam ao magistério primário de 1º grau. Neste sentido, as professoras Joana Justina de Siqueira Varejão, Emília Cândida de Melo Luna e Maria Coelho da Silva obtiveram sucesso em suas pretensões. E aqui cabem algumas reflexões. Primeiro: estas duas petições foram as primeiras, neste teor, escritas pelas professoras ou elas já haviam realizado outras tentativas? Não encontrei outros pedidos semelhantes no arquivo da Assembleia sobre o regulamento de 1855. No texto, elas não fazem menção a requerimentos anteriores, como observei em outros casos. As duas petições têm as seguintes datas de apresentação: a de Joana e Emília, 13 de março de 1857, e a de Maria, 1 de abril de 1857. O projeto da Comissão de Ordenados que igualou os salários está datado de 23 de março, portanto é posterior ao primeiro requerimento e anterior ao segundo. Ele foi apresentado na Assembleia no mesmo dia do requerimento de Maria Coelho da Silva. É claro que as petições sozinhas não seriam suficientes para criar um consenso na Assembleia, de modo a não haver contestação com relação à igualdade entre os sexos em matéria de rendimentos. O cenário no Legislativo era mais favorável a uma mudança deste tipo. É possível que elas tivessem concluído que este era o melhor momento para redigir as duas petições. O deputado Leonardo Meira, favorável à equiparação dos ordenados, havia sido perdido em 1855 quando da publicação do regulamento de 14 de maio. Dois anos depois, o jogo mudou de lado. Seu principal opositor, Manoel Clementino Carneiro da Cunha, já não fazia mais parte da Assembleia. Foi nomeado presidente da província da Paraíba. O caminho estava, portanto, livre. E assim foi feito.

Um ganho a mais

Alexandrina de Lima e Albuquerque começou a exercer o magistério público numa sexta-feira, 5 de abril de 1839. Inicialmente foi trabalhar na cadeira do sexo feminino de Maranguape, atualmente pertencente ao município do Paulista. Em maio de 1842, ela foi transferida para o bairro de Santo Antônio, no Recife, onde iria ensinar até a década de 1870²⁷⁹⁸. Sua “aula” teve muitos endereços diferentes: Rua Estreita do Rosário, Rua da Praia, rua “por detrás do teatro”, Rua do Livramento...²⁷⁹⁹. Em abril de 1851, ela tinha completado 12 anos de exercício docente. Ela sabia que de acordo com o Art. 10º da Lei de 15 de outubro de 1827, aqueles “professores, que por mais de doze anos de exercício não interrompido se tiverem distinguido por sua prudência, desvelos, grande número e aproveitamento de discípulos” fariam jus a uma gratificação anual desde que esta não excedesse à terça parte

²⁷⁹⁷ FBN: *Diário de Pernambuco*, nº 94, 24 abr. 1855, p. 2.

²⁷⁹⁸ APEJE: Documentos Manuscritos, *Instrução Pública*, v. 26, fls. 62.

²⁷⁹⁹ FBN: *Diário de Pernambuco*, nº 116, 01 jun. 1842, p. 4. *Diário de Pernambuco*, nº 26, 01 fev. 1843, p. 4; *Diário de Pernambuco*, nº 29, 06 fev. 1858, p. 3.

dos seus ordenados²⁸⁰⁰. Ela também estava ciente de que em 1846, um professor de Goiana, Antônio Maximo de Barros Leite, havia conseguido que a Assembleia reconhecesse o seu direito à mesma gratificação tendo, ainda, os deputados provinciais estendido o benefício a todos os professores que se enquadrassem nos mesmos pré-requisitos estabelecidos na lei geral de 1827²⁸⁰¹.

Para satisfazer a tais imperativos e obter mais um ganho em seus rendimentos, Alexandrina tratou de reunir a documentação necessária e apresentá-la aos deputados²⁸⁰². O primeiro passo foi se dirigir ao seu antigo chefe, o ex-visitador das escolas e diretor do Liceu Provincial, o padre Lopes Gama. Na declaração assinada por este, consta que Alexandrina ensinava a um grande número de discípulas, cumprindo os seus deveres de professora e tendo um procedimento “mui honesto”; além disso, suas discípulas tinham bom aproveitamento e, pelo que constava nos arquivos, Alexandrina nunca houvera interrompido o seu exercício²⁸⁰³. Para corroborar esta última declaração, havia um segundo documento expedido pela Fazenda Provincial afirmando que no período de tempo alegado pela suplicante foram pagos todos os ordenados e gratificações sem interrupção alguma, além do que não constava que a professora tivesse em momento algum gozado de licença ou tivesse sido impedida de exercer o seu magistério por motivo de qualquer natureza²⁸⁰⁴. Era o bastante. De posse das declarações, Alexandrina, então, se dirigiu aos deputados a fim de obter parecer favorável ao que ela considerava um “pedido de justiça”.

Porém, contrariando as suas expectativas, a mesma Fazenda Provincial ao ser consultada sobre o assunto, emitiu parecer desfavorável ao pagamento da gratificação alegando que a petição da professora contrariava o disposto no Art. 60 do Regulamento de 12 de maio de 1851. O problema não estava no tempo de serviço, pois o citado regulamento seguia a lei geral de 1827 reconhecendo os 12 anos de exercício docente. A questão era o valor da gratificação. Pelo regulamento, a gratificação não poderia ultrapassar $\frac{1}{4}$ do ordenado, o que era menor do que previa a lei de 1827. Alexandrina, no entanto, não se deu por convencida. Encaminhou uma segunda petição questionando os argumentos apresentados. Segundo ela, “não tendo o novo regulamento de 12 de maio de 1851 assumido o caráter de lei, visto que a Assembleia ainda não o aprovou, parece claro reger a lei que conferiu a gratificação”²⁸⁰⁵. Diante disso, pediu, mais uma vez, que a Assembleia lhe mandasse “abonar a terça parte do seu honorário, na forma requerida, com gratificação por mais de 12 anos de exercício não interrompido, e a exemplo dos mais professores que tais gratificações percebem”.

Essa não era a primeira vez que a professora recorria à Assembleia para obter uma gratificação. Em 1850, ela e mais alguns professores conseguiram obter dos deputados uma lei que autorizava o pagamento de 200 mil réis anuais de abono por lecionarem, em suas escolas, a mais de 60 alunos(as)²⁸⁰⁶. Tal medida era uma forma de premiar os(as) “bons(boas) professores(as)”, pois se a “aula” tinha muitos estudantes subtendia-se que o(a) docente era bem aplicado(a) nas lições conseguindo convencer as famílias a enviarem seus(suas) filhos(as) à escola. Com o Regulamento de 12 de maio de 1851, no entanto, esta gratificação

²⁸⁰⁰ BRASIL: Lei de 15 de outubro de 1827: manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império.

²⁸⁰¹ FBN: Lei nº 169, de 18 de novembro de 1846. In: **Diário de Pernambuco**, Anno XXII, nº 269, 30 nov. 1846, p. 1.

²⁸⁰² ALEPE: Gerência de Arquivo e Preservação do Patrimônio Histórico: Documentos Manuscritos, Petições, Caixa P123. Requerimento de Alexandrina de Lima e Albuquerque.

²⁸⁰³ ALEPE: Gerência de Arquivo e Preservação do Patrimônio Histórico: Documentos Manuscritos, Petições, Caixa P123. Requerimento de Alexandrina de Lima e Albuquerque. Documento em anexo nº 1

²⁸⁰⁴ *Ibidem*, documento em anexo nº 2.

²⁸⁰⁵ ALEPE: Gerência de Arquivo e Preservação do Patrimônio Histórico: Petições, Caixa P123. Requerimento de Alexandrina de Lima e Albuquerque.

²⁸⁰⁶ Lei Provincial nº 261, de 30 de junho de 1850, Art. 6º. In: FBN: **Diário de Pernambuco**, nº 145, 2 jul. 1850, p. 1.

também passou a ser questionada. Neste regulamento, a gratificação prevista é de 5 mil réis por cada aluno aprovado no exame público periódico, ou seja, aquele em que o(a) estudante é argüido(a) por uma banca a fim de averiguar se o(a) mesmo(a) completou, com sucesso, as primeiras letras²⁸⁰⁷. Para conseguir os mesmos 200 mil réis de gratificação anual, os (as) professores teriam, então, que ter examinados e aprovados, 40 alunos, um número nada pequeno para os padrões da época.

Naquele momento, a situação da professora Alexandrina de Lima e Albuquerque não era das melhores. Além de ter suspensa uma gratificação anteriormente aprovada, a sua nova pretensão também não encontrava eco no governo. As coisas ficaram sem definição até que em 1853 o cenário começou a mudar em favor da professora de Santo Antônio. A 9 de maio daquele ano, uma lei provincial, a de nº 302, confirmava o direito à gratificação exarado pela lei nº 261, de 30 de junho de 1850 concedido à Alexandrina e alguns outros professores²⁸⁰⁸. Embalados por esta lei e procurando obter a mesma vantagem, outros docentes começaram a peticionar à Assembleia.

Este foi o caso da professora da cadeira do sexo feminino da freguesia da Boa Vista, Leonor Carolina de Vasconcellos Borges Leal. Em 8 de abril de 1853, ela deu entrada a um pedido de concessão de gratificação nos mesmos moldes da Lei nº 261, pois

se como é comezinho onde se dá a mesma razão deve dar-se a mesma disposição de Direito [sic], não resta a mínima dúvida que militando em prol daqueles professores a quem foi concedida a predita gratificação de duzentos mil réis, a mesma circunstância que ora assiste a Suplicante por uma ato da reta justiça, sobremaneira característica desta Egrégia Assembleia, não deve ser denegado igual benefício que ela reclama e impetra²⁸⁰⁹.

Em seu requerimento, Leonor afirma ter sido a sua escola frequentada por mais de 50 alunas no espaço de um ano, entre 1851 e 1852. Este é o seu argumento principal: o elevado número de estudantes que diariamente assistiam às suas aulas, aliado ao seu esmero como docente. Sobre este último ponto, afiançou o inspetor do 4º círculo literário, o bacharel Lourenço Trigo de Loureiro, que Leonor se destacava das demais professoras por ter “bastante capacidade literária e bom método de ensino”, além de ser “muito frequente e vigilante nos trabalhos da sua aula e no comportamento das suas alunas”, não esquecendo como ela era exemplar na sua moralidade “como professora e como senhora casada”²⁸¹⁰. De acordo com o texto da lei nº 261, a gratificação era devida todas as vezes que os docentes lecionassem a um “número superior ao de 60 alunos, devendo restringi-la até o ponto de extingui-la, quando este mesmo número se tornar inferior ao de 46”²⁸¹¹. Subtende-se que o valor integral de 200 mil réis só era cabível quando ultrapassado o número de 60 alunos. À medida que a frequência fosse diminuindo este valor também sofreria descontos até o limite mínimo de 46 alunos. Abaixo deste, o abono não seria pago. A frequência da escola da professora Leonor estava na faixa compreendida entre 50 e 60 alunas. Para a docente, portanto, cabia a gratificação, considerando as regras do jogo e o princípio da igualdade de direitos dada a mesma circunstância. Ainda que não tivesse 61 alunas sentadas à sua frente prestando atenção às lições, ela tinha *quase* isso. Além do mais, sua conduta e seu conhecimento apurado da Língua Portuguesa e da prática de ensino faziam com que ela se

²⁸⁰⁷ FBN: **Diário de Pernambuco**, nº 109, 14 maio. 1851, p. 1.

²⁸⁰⁸ FBN: **Diário de Pernambuco**, nº 110, 19 maio. 1853, p. 1.

²⁸⁰⁹ ALEPE, Gerência de Arquivo e Preservação do Patrimônio Histórico: Documentos Manuscritos, Petições, Caixa P124 (1851-1854). Requerimento de Leonor Carolina de Vasconcellos Borges Leal.

²⁸¹⁰ ALEPE, Gerência de Arquivo e Preservação do Patrimônio Histórico: Documentos Manuscritos, Petições, Caixa P124 (1851-1854). Requerimento de Leonor Carolina de Vasconcellos Borges Leal. Documento em anexo.

²⁸¹¹ Lei Provincial nº 261, de 30 de junho de 1850, Art. 6º. In: FBN: **Diário de Pernambuco**, Anno XXVI, nº 145, 2 jul. 1850, p. 1.

destacasse na Boa Vista, como testemunhava o seu inspetor. A professora em sua petição apelou, ainda, para “a arduidade do Magistério Público [sic] no nosso país” onde ela, “envidando o maior zelo possível e sacrificando os seus cômodos para bem atingir ao fiel desempenho de suas funções” acreditava que

qualquer autoridade de associação que preza e zela a propagação da instrução deve facultar todo o incentivo devendo prover desta animação a pessoa que desta arte busca corresponder a confiança que para esse fim lhe foi depositada²⁸¹².

Sua petição foi aprovada. Mas nem todos tiveram a mesma sorte. Isso porque a lei nº 261, de 30 de junho de 1850, visava essencialmente a um determinado grupo de professores que, na visão dos deputados, merecia ser recompensado por sua “conduta exemplar” e desempenho do serviço. Esta lei não teria um caráter extensivo, geral. Funcionou como um reconhecimento do Legislativo a este seletivo grupo de “empregados” da instrução pública. Quando foi publicada a lei nº 302, de 9 de maio de 1853, esta teve por função determinar que este grupo de professores que já recebia a gratificação prevista no art. 6º da lei nº 261, continuasse a recebê-la sem problemas. Mas e o Regulamento de 12 de maio de 1851? Ele não revogara todas as disposições em contrário? A gratificação da lei nº 261, por exemplo, não estava prevista nele. Sim, mas o que dizia o regulamento valia para os novos pedidos de gratificação, não exatamente para o grupo de professores beneficiados pela lei nº 261. Esta é a interpretação do deputado Francisco Xavier Paes Barreto, por exemplo. Sua justificativa principal é a de que como foi um reconhecimento de mérito, a gratificação de 200 mil réis não podia ser extensiva a todos(as) os(as) docentes, visto que entre estes, “há alguns bons, outros sofríveis e muitos péssimos”. Era preciso, portanto, separar o joio do trigo, os bons dos maus, premiando aqueles que, no seu entender, realmente se preocupavam com a instrução.

Mas ainda que esses(as) docentes dirigissem petições aos deputados apontando o texto da lei, isto, por si só, poderia não ser suficiente. Ou seja, ainda que estivessem diante de um fato jurídico, isso não queria dizer que os deputados sempre aquiesceriam aos “pedidos de justiça”. Havia outros aspectos que podiam ser levados em consideração antes de dizer “sim” ou “não” a este(a) ou aquele(a) professor(a). Observemos o trecho de uma das falas anteriores do deputado Francisco Xavier Paes Barreto quando este trata da extensão da gratificação da lei nº 261: “...concedê-la hoje não é senão um favor...”. A palavra “favor” pode ser interpretada de duas formas: a primeira se refere ao âmbito do Direito, pois considera que a concessão da gratificação de maneira extensiva *não era uma obrigatoriedade do Estado*, uma vez que a lei nº 261 era específica de um determinado caso, e não uma regra geral como o Regulamento de 12 de maio, portanto, em se fazendo esta concessão, o Poder Legislativo prestava um “favor” ao reconhecer outros atores como legítimos para receber o benefício; um segundo sentido para a palavra “favor” é aquele que a aproxima da ideia de patronato, favorecimento pessoal. Esta era, aliás, a prática que muitos professores vinham tendo, estimulados, de certa forma, pelo próprio Legislativo, como denunciou o deputado Francisco de Paula Baptista:

gratificações a quem tiver tantos alunos, gratificações a quem tiver tanto tempo de serviço, tanto mais para se pagar uma casa, quando o número de alunos exigir maior casa, e a instrução retrogradando, quando não, pelo menos, não progredindo. E todas essas medidas não têm feito mais do que complicar a legislação e escancarar as portas aos abusos, aos favores e à toda falta de sistema para os professores, de maneira que eles vão compreendendo que

²⁸¹² ALEPE, Gerência de Arquivo e Preservação do Patrimônio Histórico: Documentos Manuscritos, Petições, Caixa P124. Requerimento de Leonor Carolina de Vasconcellos Borges Leal.

nada ganham em cumprir suas obrigações, que as causas estão, na realidade, na legislação e em ter patronato²⁸¹³.

Pelo menos neste ponto, Alexandrina de Lima e Albuquerque estava numa situação confortável. Mas ainda faltava angariar outro direito, o da gratificação de 1/3 do ordenado por 12 anos de efetivo exercício no magistério público. Como vimos, este pedido foi questionado em função do art. 60, do Regulamento de 12 de maio de 1851 em que a gratificação é estipulada em ¼ do ordenado. Apesar da apelação de Alexandrina para que a Assembleia reconsiderasse a sua petição, fixando o pagamento em 1/3, a situação não mudou; tanto que a professora ingressou com um novo requerimento na Assembleia. Esse novo pedido foi formulado quatro anos após o primeiro, o que sugere que Alexandrina provavelmente estivesse esperando uma reviravolta no caso, como ocorreu com a gratificação dos 200 mil réis. O fato dela impetrar uma nova petição indica uma mudança de tática para atender a uma necessidade antiga: receber a devida gratificação por 12 anos de efetivo trabalho no magistério público tendo ensinado a um grande número de discípulas. Assim como no anterior, este novo pedido também invoca a legislação para lhe dar embasamento, com a diferença de que cita, explicitamente, o Regulamento de 12 de maio de 1851. Neste caso, a professora optou por se submeter à legislação do regulamento, ainda que esta só previsse o pagamento de ¼ do ordenado. Era melhor isso do que nada. Alexandrina, então, anexou a documentação comprobatória de praxe, como a certidão da Diretoria Geral de Instrução Pública, assinada pelo amanuense Cândido Eustáquio Cezar de Mello. Segundo este, a professora de Santo Antônio teria ensinado a 1008 alunas entre abril de 1839 e dezembro de 1854. Destas, teriam sido examinadas e aprovadas, 221 meninas, das quais, 207 “plenamente” e 14 “simplesmente”²⁸¹⁴. Isso significava um percentual de, aproximadamente, 22% de estudantes que concluíram, com sucesso, as primeiras letras. A despeito destes dados, um parecer emitido pelo diretor interino do mesmo órgão, Venâncio Henrique de Resende, apontou o que para ele era um problema na legislação. A pergunta era óbvia: o que significava, um “grande número de discípulos aproveitados”?²⁸¹⁵ Diferentemente do que afirmou seu amanuense, Candido Eustáquio Cezar de Mello, nas contas do diretor interino, das 1008 meninas que passaram pela escola da professora Alexandrina de Lima e Albuquerque até o mês de dezembro de 1854 teriam sido plenamente aprovadas, 193. Na média, 16 alunas por ano, não contando os três anos em que a professora trabalhou em Maranguape sem ter nenhuma discípula aprovada dentre as 42 que frequentaram a sua *aula*. No final, concluiu o diretor não ser possível emitir um parecer conclusivo sobre o pedido de Alexandrina, pois “não sabendo se 16 constituem um grande número no ano ou 193 em doze anos” tudo ficava “exposto a um juízo de valor e às afeições do informante”²⁸¹⁶. O diretor reconhecia ainda que muita gente vinha obtendo gratificações “sem tanta especialização” e ponderava ser necessário modificar o regulamento para deixar mais claro o art. 60²⁸¹⁷.

Ao não definir um número ou percentual de estudantes aprovados anualmente, o regulamento abria caminho à interpretação de cada um. Para a professora, o número de

²⁸¹³ FBN: **Diário de Pernambuco**, nº 62, 16 mar. 1854, p. 2.

²⁸¹⁴ ALEPE, Gerência de Arquivo e Preservação do Patrimônio Histórico: Documentos Manuscritos, Petições, Caixa P126, Requerimento de Alexandrina de Lima e Albuquerque, documento em anexo [certidão da DGIP], fls 1v.

²⁸¹⁵ ALEPE, Gerência de Arquivo e Preservação do Patrimônio Histórico: Documentos Manuscritos, Petições, Caixa P126, Requerimento de Alexandrina de Lima e Albuquerque, documento em anexo [parecer DIGIP], fls. 1.

²⁸¹⁶ ALEPE, Gerência de Arquivo e Preservação do Patrimônio Histórico: Documentos Manuscritos, Petições, Caixa P126, Requerimento de Alexandrina de Lima e Albuquerque, documento em anexo [parecer DIGIP], fls. 1.

²⁸¹⁷ ALEPE, Gerência de Arquivo e Preservação do Patrimônio Histórico: Documentos Manuscritos, Petições, Caixa P126, Requerimento de Alexandrina de Lima e Albuquerque, documento em anexo [parecer DIGIP], fls. 1v.

alunas que ela ensinou, examinou e aprovou era suficiente para obter o direito à gratificação; já para o diretor interino de instrução pública, não estava bem definido se era ou não era suficiente. Cabia, como disse ele, ao “juízo de valor” de quem decidiria sobre o assunto em última instância. Nesse processo de julgar, de ponderar se cabia ou não este direito a quem o suplicava, colocavam-se na balança não só argumentos de ordem técnica, mas também as “afeições do informante”. Isso explicaria porque tinha professor e professora conseguindo garantir sua gratificação sem recorrer a tantos argumentos ou “especializações”. Ficava mais fácil quando se tinha boas relações com as pessoas certas.

Mesmo com o parecer indefinido da Diretoria Geral de Instrução Pública, Alexandrina logrou sucesso, haja vista que pela lei provincial nº 368, de 10 de maio de 1855, a ela foi concedida a gratificação de que trata o art. 60 do regulamento de 12 de maio de 1851²⁸¹⁸. A falha apontada neste regulamento por Venâncio Henrique de Resende, dando margem a subjetividades não foi de todo eliminada no regulamento que o substituiu. Pela nova regra, o presidente da província poderia conceder, sob proposta do diretor geral de instrução pública e consultado o Conselho Diretor, uma gratificação extraordinária que não excedesse à quinta parte dos ordenados daqueles(as) professores(as) que mais se distinguissem no ensino por mais de 15 anos²⁸¹⁹. Ou seja, haveria certo juízo de valor para se definir o que era uma *distinção no magistério*. Além do mais, o novo regulamento ampliava o tempo para se ter direito a esta gratificação extraordinária, bem como aumentava o fracionamento para 1/5 do ordenado.

Considerações finais

Para além de uma tradição historiográfica que consagrou o século XIX como um período marcado pela falta de protagonismo em educação²⁸²⁰, a documentação indica, ao contrário, um cenário marcado por diversidades de práticas e projetos. Observa-se que, no que tange aos professores primários, o uso do instrumento da petição direta para angariar melhores condições de trabalho e remuneração não constituía uma exceção. Tal prática revela alguns aspectos interessantes: 1º) o indicativo de uma articulação entre professores e atores políticos; 2º) o conhecimento sobre a legislação referente ao ensino como instrumento de reivindicação por parte dos(as) docentes; 3º) a afirmação do valor social do ofício de ensinar. Ao longo da segunda metade do século XIX, o Estado postula uma série de normas e ações no sentido de construir uma estrutura para o ensino primário e secundário²⁸²¹. Nesse contexto, há um movimento em direção a um maior controle sobre a docência, uma peça-chave na construção desse “governo das escolas”²⁸²². Por outro lado, também há um movimento em sentido oposto, partindo dos (as) próprios docentes na busca de uma contrapartida para esta empreitada do Estado educador. Ela traduzia-se, também, no ganho salarial. Ora, se eles/elas constituíam os denominados “agentes da civilização” que fossem, então, recompensados como tais.

²⁸¹⁸ Lei Provincial nº 368, de 10 de maio de 1855. In: FBN: Diário de Pernambuco, nº 114, 18 maio 1855, p. 1.

²⁸¹⁹ Lei Provincial nº 369, de 14 de maio de 1855. In: FBN: Diário de Pernambuco, nº 153, 5 jul. 1855, p.1.

²⁸²⁰ Sobre esta discussão ver GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

²⁸²¹ Este assunto é tratado no cap. 1 da tese de nossa autoria: GONÇALVES FILHO, Carlos Antônio Pereira. **Escola de Primeiras Letras: o ensino público primário em Pernambuco durante a segunda metade do século XIX**. Tese. Doutorado em História. Recife: UFPE, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17549> Acesso em: 10 set. 2016.

²⁸²² Cf. GONDRA, José Gonçalves; TAVARES, Pedro Paulo Hausmann. A instrução reformada: ações de Couto Ferraz nas províncias do Espírito Santo, Rio de Janeiro e na Corte Imperial (1848-1854). In: 3º Congresso Brasileiro de História da Educação: educação escolar em perspectiva histórica. **Anais**. Sociedade Brasileira de História da Educação. Curitiba, 2004.

A CRIAÇÃO DO REGIME DE CAPITANIAS DE PORTOS EM PERNAMBUCO: TENTATIVA E DIFICULDADES DE CENTRALIZAÇÃO POLÍTICA NA ADMINISTRAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E POLICIAMENTO DOS PORTOS DO RECIFE (1845-1853)

*Davi Costa Aroucha*²⁸²³
davi_ca_82@hotmail.com

Resumo: a adoção do regime de capitânicas de portos nas províncias marítimas do Império brasileiro, realizada mediante decreto imperial de agosto de 1845 e posterior regulamento aprovado em maio de 1846, refletiu bem o processo de centralização política dos anos do Regresso Conservador (1837-41) e da Conciliação (1849-1853) na administração, fiscalização e policiamento dos portos do Império. Na legislação aprovada, o Capitão do porto era o centro, ou o elo, de uma cadeia burocrático-administrativa vertical que começava no Conselho de Estado e no Ministério da Marinha, passava pelos capitães de portos, seus capatazes, e podia terminar nas subcapatazias de portos. Em Pernambuco, entretanto, a autoridade recém-criada do Capitão do porto encontrou dificuldades para impor seu poder de polícia e de fiscal das atividades do tráfico portuário e do transporte fluvial no Recife, ora se chocando com autoridades policiais locais (especialmente com os subdelegados de polícia), ora com a insubordinação de escravos, libertos e homens livres pobres que compunham o mosaico social da ‘classe marítima’ pernambucana, e com as próprias dificuldades práticas e operacionais de se cumprir um meticuloso conjunto de regras e funções designadas pelo regulamento de maio de 1846. O objetivo do presente trabalho é, assim, analisar os obstáculos impostos a este projeto de centralização político-administrativa que incidiu diretamente sobre o mundo do trabalho do porto e do transporte fluvial na província de Pernambuco.

Palavras-chave: Pernambuco, Império, Regresso, Portos.

Apresentação

Muito se foi escrito e estudado sobre o mundo político do Brasil do século XIX. Apesar das divergências nas interpretações sobre o caráter geral do Império brasileiro, é possível traçar duas grandes vertentes explicativas: uma primeira que enxergou o Estado Imperial como sinônimo de centralização e unidade, colocando em lados opostos a monarquia brasileira e os regimes republicanos surgidos na América espanhola, e, assim, relevando o peso político do Imperador e da Corte na determinação dos rumos da política de Estado nos oitocentos – com um destaque especial para a atuação da elite cafeeicultora fluminense²⁸²⁴; e uma segunda que, insistindo na importância das elites provinciais para o exercício do poder político efetivo no Brasil Império, interpretou a construção do Estado a partir da tensão constante entre a unidade pretendida pelo poder central e a autonomia desejada pelas províncias, ou entre unidade e federação²⁸²⁵.

O período regencial, iniciado após a abdicação de D. Pedro I (1831), ocupou posição central em ambos os estudos: marcado pela eclosão de revoltas turbulentas, no campo e na cidade, e por um clima de instabilidade política e incerteza administrativa, a Regência (1831-1840) foi também um período profícuo para o Império brasileiro, de elaboração de uma infinidade de leis, decretos e normas outras que visavam construir a máquina burocrática de

²⁸²³ Mestrando do PPGH UFPE

²⁸²⁴ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014; MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**. Série Estudos Históricos. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1987; MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte-agrário e o Império**, 1871-1889. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks editora, 1999.

²⁸²⁵ DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Ed. Globo, 2005.

uma nação recém-independente. Neste quadro, a historiografia deu grande atenção ao Ato Adicional (1834) e ao Código de Processo Criminal (1832) como dois marcos legais fundamentais para ressaltar o processo de descentralização administrativa que caracterizou a primeira fase do período regencial, na qual o projeto de nação liberal e federalista obteve algumas vitórias.

Essa primeira fase do período regencial, recentemente referenciada por José Murilo de Carvalho como o período da *vitória liberal*²⁸²⁶, teve como marco final o ano de 1837, quando o então regente, o padre liberal Diogo Antônio Feijó, pressionado pela instabilidade decorrente dos levantes e revoltas e sofrendo pesada oposição da Câmara dos Deputados, decidiu renunciar ao cargo. Feijó foi substituído pelo ministro do Império Pedro de Araújo Lima, futuro marquês de Olinda, “um político experiente do Primeiro Reinado, [...] formado em Coimbra, senhor de engenho em Pernambuco, profundamente conservador e opositor declarado da descentralização introduzida pelo Ato Adicional”²⁸²⁷. A ascensão de Araújo Lima, desse modo, foi o marco inicial do movimento que mais tarde foi chamado pela historiografia de Regresso Conservador.

O Regresso (1837-1840) teve como principal obra política a retomada pelo governo central de alguns poderes perdidos com a legislação descentralizadora da primeira fase da Regência, especialmente com o Ato Adicional (1834) e com o Código de Processo Criminal (1832)²⁸²⁸. Nesse sentido, caracterizou-se como um período de predomínio do Partido Conservador e de avanço do processo de centralização política e administrativa nas mãos do Imperador e de seus ministros de Estado. A reinterpretação do Ato Adicional (1840), a recriação do Conselho de Estado (1841) e a reforma do Código de Processo Criminal (1841), nesse sentido, foram três marcos fundamentais para a compreensão do avanço e da consolidação do projeto de monarquia unitária, centralizada e de baixa representatividade social²⁸²⁹ em detrimento das propostas de Estado federativo e de maior autonomia provincial.

Alguns autores minimizaram a tese da monarquia brasileira como sinônimo de unidade e centralização²⁸³⁰, sem, contudo, negar a importância do governo central – representado na figura do Imperador, seus ministros e seu Conselho de Estado – na definição dos rumos assumidos pelo Estado brasileiro ao longo dos oitocentos. É inegável, entretanto, que a década de 1840 testemunhou um notável processo de centralização no Estado imperial, sobretudo se comparada à conturbada primeira fase da Regência. Não foi à toa que José Murilo de Carvalho chamou os anos 1837-1850 de *fase de acumulação primitiva de poder*²⁸³¹: este foi um período fundamental para a vitória do projeto conservador de monarquia centralizada, unitária e de baixa representatividade social, que viria atingir seus anos de glória na década seguinte, de 1850²⁸³².

Foi neste contexto que foram aprovados os dois decretos imperiais relativos à criação e regulamentação das Capitanias de portos no Brasil – o decreto nº 358, de 14 de agosto de

²⁸²⁶ CARVALHO, José Murilo de. A vida política. p. 87. In: SCHWARTZ, Lilia M. (dir.) **História do Brasil Nação: 1808-2010**. CARVALHO, José Murilo de. (coord.) Volume 2 - A Construção Nacional (1830-1889). Madrid: Fundación Mapfre; Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2012.

²⁸²⁷ CARVALHO, José Murilo de. A vida política. p. 95. In: CARVALHO, José Murilo de. (coord.) **Volume 2 - A Construção Nacional (1830-1889)**. Op. cit.

²⁸²⁸ CARVALHO, José Murilo de. Teatro de sombras: a política imperial. p. 255. In: CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Teatro de Sombras: a política imperial. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014

²⁸²⁹ CARVALHO, José Murilo de. **Teatro de sombras: a política imperial**. Op. cit. p. 249.

²⁸³⁰ DOLHNIKOFF, Miriam. **O Pacto Imperial**. Op. cit.

²⁸³¹ CARVALHO, José Murilo de. **Teatro de sombras: a política imperial**. Op. cit. p. 249.

²⁸³² Segundo Ilmar Mattos, “os anos 1850 não se distinguem apenas pela estabilidade política, simbolizada na Conciliação, assinalam também a extinção do tráfico negreiro intercontinental, as bem-sucedidas intervenções militares na área cisplatina, [estabelecimento de] comunicação regular de vapores com a Europa, construção de vias férreas, melhoramentos urbanos [...]” In: MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**. Op. cit. p. 13.

1845²⁸³³, e o n° 447, de 19 de maio de 1846²⁸³⁴ –, que serão analisados no presente trabalho. Embora o controle sobre os portos brasileiros tenha assumido importância central na administração e manutenção da ordem entre as principais províncias do Império – afinal, era o caminho marítimo a via mais rápida de ligação entre as diversas cidades do imenso litoral brasileiro, na guerra e na paz – a historiografia ainda não abordou com detalhe a trajetória das instituições portuárias brasileiras e sua relação com o contexto político do Império. A verdade é que o Brasil nunca pôde ser considerado um grande império marítimo, como foi o caso da Inglaterra no século XIX e dos Estados Unidos a partir do século XX. Durante os oitocentos, “excluindo-se as questões do Prata, os poucos conflitos internacionais travavam-se nas fronteiras terrestres do território”²⁸³⁵, o que fez com que o Império, atuando a partir da Corte do Rio de Janeiro, promovesse uma espécie de ‘expansão para dentro’²⁸³⁶ que, na opinião de Ilmar Rohloff de Mattos, consistiu num dos marcos distintivos do processo de formação do território brasileiro e do próprio Estado imperial.

Cada porto do Império apresentava condições específicas de funcionamento e navegação – relativas à situação de seus ancoradouros, à existência ou não de Arsenais da Marinha, à presença de autoridades alfandegárias diversas, etc. – o que também dificultou o próprio trabalho de fiscalização e administração da vida portuária do Brasil oitocentista. Foi só em 1846, portanto, a partir da regulamentação do regime de Capitânicas de Portos em todas as províncias marítimas do Império, que se delimitou de maneira mais clara e abrangente para todo o território nacional um regulamento padrão de funcionamento do porto, especialmente no que diz respeito à fiscalização das entradas e saídas de embarcações, execução e controle dos constantes trabalhos de melhoramentos portuários e realização de matrículas da tripulação marítima nacional.

Neste quadro, é evidente que a criação das Capitânicas dos Portos não foi fato ausente de significado político, afinal, entrelaçado com a vida e o funcionamento dos portos brasileiros, está o próprio processo de construção da máquina administrativa do Estado imperial. Partindo dessa percepção, o objetivo do presente artigo é demonstrar de que maneira a adoção do regime de Capitania de Portos esteve relacionada ao contexto político maior do Brasil Império, especialmente no que diz respeito ao sentido político das reformas empreendidas a partir de 1837 e ao longo da década de 1840 que apontavam para um crescente fortalecimento do poder central, representado pelo gabinete ministerial, pelo Conselho de Estado (restaurado em 1842) e pelo próprio Imperador.

A criação das Capitânicas de Portos (1845-46) e o contexto político da década de 1840

O modo de aprovação do decreto nº 358, de 14 de agosto de 1845, que “autoriza o governo a estabelecer Capitânicas de Portos nas províncias marítimas do Império”²⁸³⁷, refletiu bem o processo de centralização política da década de 1840: parte do oficialato da Marinha havia levado à apreciação do Conselho de Estado, em março de 1841, um projeto para criação das capitânicas de portos; em 1844, o então ministro da Marinha, o pernambucano Antônio Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, obteve apoio do senador e conselheiro de Estado Joaquim José Rodrigues Torres – mais um egresso do Partido Conservador, há de se destacar – para levar o projeto à votação no poder legislativo. O fluminense Rodrigues Torres, antigo membro da Real Academia Militar e ex-ministro da

²⁸³³ Coleção das Leis do Império do Brasil de 1845. Tomo VII. Parte 1. Decreto nº 358, 14 de agosto de 1845.

²⁸³⁴ Coleção das Leis do Império do Brasil de 1846. Tomo IX, 2ª parte, 4ª seção. Decreto nº 447 – 19 de maio de 1846.

²⁸³⁵ JEHA, Silvana Cassab. **A galera heterogênea**: naturalidade, trajetória e cultura dos marinheiros da Armada Nacional e Imperial do Brasil (1822-1854). Tese de doutorado do Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2011.

²⁸³⁶ MATTOS, Ilmar Rohloff de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. In: **Almanack Braziliense**, nº 01, Maio de 2005.

²⁸³⁷ Coleção das Leis do Império do Brasil de 1845. Tomo VII. Op. cit. p. 45.

Marinha entre 1843-1844, enfrentou algumas resistências para aprovação do projeto. Apesar dessas dificuldades, o projeto passou do Senado à Câmara em maio de 1845, onde foi aprovado em agosto do mesmo ano²⁸³⁸.

A adoção do regime de capitânicas de portos, além de aprimorar a captação de impostos sobre as trocas comerciais e os equipamentos portuários brasileiros, obedecia a uma situação estratégica do ponto de vista da defesa do território: em virtude da centralidade dos caminhos marítimos para as comunicações do governo central com as diversas províncias do Império e da constante lembrança das revoltas rurais e urbanas do período regencial – que, no início da década de 1840, ainda não haviam terminado –, o governo central sentia a necessidade de fortalecer sua autoridade dentro do próprio território e isso passava, necessariamente, por uma melhor organização da Armada imperial, que, nesse quadro, assumiu o “papel de elemento condutor do conjunto das forças beligerantes do país”²⁸³⁹.

Mais que isso, na década de 1840, o Império brasileiro também lidava com problemas de ordem externa: já apareciam, como prenúncio dos conflitos bélicos que viriam em pouco tempo (a Guerra contra Oribe e Rosas, 1851-52) os primeiros obstáculos na defesa de suas fronteiras meridionais e no controle sobre a navegação fluvial na bacia do rio da Prata; do lado atlântico, a política antitráfico britânica também apresentava um recrudescimento, aumentando a repressão sobre embarcações brasileiras no trajeto entre a costa da África e os portos setentrionais locais. Aos olhos dos principais oficiais da Marinha da época, portanto, a solução para esses problemas passaria necessariamente pelo fortalecimento da Marinha de guerra e pelo aumento em seu número de embarcações e tripulantes ou, em outras palavras, pela constituição de uma “reserva naval entre a população marítima nacional”²⁸⁴⁰.

Desse modo, o decreto nº 358 estabeleceu a criação de uma capitania de portos para cada província marítima do Império. Em cada capitania, a autoridade portuária máxima era o capitão do porto, obrigatoriamente, um oficial superior da Armada, que era auxiliado por um secretário da capitania. A criação das capitânicas de portos teve moldes específicos em cada província marítima: onde já existiam Arsenais da Marinha (casos de Rio de Janeiro, Pernambuco e Pará), o Inspetor do Arsenal acumulava o cargo de capitão do porto; onde não havia Arsenais, o governo central, através de consulta ao Conselho de Estado, gabinete ministerial (onde a voz do ministro da Marinha devia ser mais forte) e respectivos presidentes de província, nomeava um oficial da Armada para assumir o cargo – num paralelo ao que ocorria nas nomeações dos Chefes de Polícia a partir de 1841. O decreto já divisava as três funções básicas do capitão do porto e seus encarregados: a polícia naval do porto, a inspeção e administração dos equipamentos (boias, faróis, rampas de acesso, etc.) e melhoramentos portuários e a “matrícula da gente do mar e de todas as tripulações empregadas no tráfico do Porto e das Costas, praticagem destas, e das Barras”²⁸⁴¹.

Pela importância política e administrativa do decreto em questão, o texto aprovado foi bastante sucinto, tratando de maneira superficial dos pormenores das tarefas de fiscalização, administração e defesa portuária que cabiam aos capitães de porto – o texto completo aprovado consta de apenas sete artigos. Este ponto relacionou-se diretamente aos argumentos expostos por senadores e deputados contrários à aprovação do projeto de criação das capitânicas, como veremos abaixo.

No parlamento, o principal ponto de discórdia do texto aprovado no decreto nº 358 esteve em seu artigo 6º, através do qual o governo ficava autorizado a “impor multas aos infratores dos Regulamentos que fizer em virtude desta lei”²⁸⁴². Senadores e deputados

²⁸³⁸ SILVA, Luiz Geraldo. **A faina, a festa e o rito**: uma etnografia histórica das gentes do mar (séc. XVII-XIX). Coleção Textos do Tempo. Campinas: SP, 2002. Cap. 7 – A reserva naval da nação. p. 212-214.

²⁸³⁹ SILVA, Luiz Geraldo. **A faina, a festa e o rito**. Op. cit. p. 213.

²⁸⁴⁰ SILVA, Luiz Geraldo. **A faina, a festa e o rito**. Op. cit. 214.

²⁸⁴¹ Coleção das Leis do Império do Brasil de 1845. Tomo VII. Op. cit. p. 45.

²⁸⁴² Coleção das Leis do Império do Brasil de 1845. Op. cit. p. 46.

discordavam deste artigo porque seu efeito político prático seria autorizar o governo central a elaborar um regulamento próprio para execução nas capitanias de portos – já que o decreto não o havia realizado. Isso, para alguns, seria investir o gabinete ministerial de funções legislativas²⁸⁴³. O temor desses opositores se concretizou após a aprovação do decreto: numa consulta de 24 de dezembro de 1845, depois de parecer das seções de Guerra e Marinha e da Fazenda do Conselho de Estado, foi emitido um detalhado e minucioso regulamento para execução nas capitanias de portos de todas as províncias marítimas do Império – posteriormente aprovado e transformado em lei pelo decreto nº 447, de 19 de maio de 1846²⁸⁴⁴.

Há de se destacar que tanto na aprovação do decreto de criação, em agosto de 1845, quanto no de regulamentação das capitanias, em maio de 1846, a atuação do Conselho de Estado e do gabinete ministerial fora decisiva para a aprovação das leis: ambos os projetos não só partiram do ministério da Marinha, mas também foram aprovados mediante grande pressão dos militares – em especial o alto oficialato da Armada; para aprovação do decreto nº 358, por exemplo, o ministro da Marinha, Cavalcanti de Albuquerque, esteve presente em todas as discussões travadas no Senado e na Câmara²⁸⁴⁵.

Com um texto meticuloso, num total de 127 artigos, o decreto nº 447 aprovou um regulamento que viria definir toda uma hierarquia de cargos, funções e responsabilidades no mundo do trabalho portuário do Brasil oitocentista. Segundo o novo modelo de administração portuária, cada capitania, a depender de suas necessidades, dividia sua área de jurisdição nas chamadas Estações, repartições que faziam as vezes de autoridade portuária nos ancoradouros mais distantes das capitais. Cada estação era chefiada por um capataz, que podia contar com subcapatazes para auxiliá-lo em suas obrigações. Os capatazes, pelo regulamento, deveriam ser escolhidos “dentre os indivíduos mais capazes da Estação”²⁸⁴⁶ e tinham como função principal “a polícia de sua Estação”²⁸⁴⁷, mas também poderiam auxiliar os capitães de portos nas matrículas, na fiscalização das embarcações, nos trabalhos de melhoramento portuário, etc.²⁸⁴⁸. Era função do capitão do porto nomear capatazes e subcapatazes de sua confiança, bem como de demiti-los em caso de não cumprimento das responsabilidades ou comportamento inadequado.

Aí está uma característica marcante do regulamento aprovado: o capitão do porto era o centro, ou o elo, numa cadeia burocrático-administrativa vertical que começava no Conselho de Estado e no Ministério da Marinha e terminava nas subcapatazias. Dentro desse ornamento, os capitães de porto eram obrigados a apresentar relatórios periódicos das atividades desenvolvidas em sua capitania ao ministro da Marinha, com anotações diárias; os capatazes, por sua vez, tinham de detalhar ao seu capitão “diária ou semanalmente o número suficiente de indivíduos da sua Seção”, além de garantir “que haja a maior subordinação nos seus subalternos”²⁸⁴⁹. Bem ao espírito da década, a criação das capitanias pelo decreto nº 358 e, especialmente, sua posterior regulamentação, pelo decreto nº 447, foi um projeto pensado, aprovado e executado no âmbito do Conselho de Estado e do gabinete ministerial: assim, fora concebido de modo a permitir ao governo central uma vigilância estreita sobre as diversas instâncias do poder marítimo, um aprimoramento na fiscalização alfandegária nos portos do Império e, por último e mais importante, um aumento na base de contribuintes do imposto de sangue para composição das tripulações da Marinha de guerra nacional²⁸⁵⁰. Há até motivos para se suspeitar que o regulamento aprovado em 1846 não

²⁸⁴³ SILVA, Luiz Geraldo. **A faina, a festa e o rito**. Op. cit. p. 214.

²⁸⁴⁴ Coleção das Leis do Império do Brasil de 1846. Tomo IX, Op. cit. p.

²⁸⁴⁵ SILVA, Luiz Geraldo. **A faina, a festa e o rito**. Op. cit. p. 214.

²⁸⁴⁶ Coleção das Leis do Império do Brasil de 1846. Op. cit. p. 20.

²⁸⁴⁷ Coleção das Leis do Império do Brasil de 1846. Op. cit. p. 20.

²⁸⁴⁸ Para ver as funções do Capataz, ver: Coleção das Leis do Império do Brasil de 1846. Artigos 77-85. Op. cit. p. 20-21.

²⁸⁴⁹ Coleção das Leis do Império do Brasil de 1846. Op. cit. p. 21.

²⁸⁵⁰ SILVA, Luiz Geraldo. **A faina, a festa e o rito**. Op. cit. p. 217.

diferisse muito do projeto original apresentado ao Conselho de Estado cinco anos antes, em 1841. O fato é que através destes dois instrumentos legais o Estado imperial expandiu seus tentáculos para os portos brasileiros (os olhos e ouvidos também), colocando uma autoridade diretamente subordinada ao governo central em cada província marítima do Império.

É evidente que a execução prática do regulamento das capitânicas de portos era uma tarefa complicada de ser realizada: faltava pessoal qualificado para a vida no mar, equipamentos náuticos necessários e mesmo recursos financeiros para execução dos trabalhos de melhoramento do porto²⁸⁵¹. Até mesmo o simples trabalho de registro das embarcações entradas e saídas nos portos imperiais não parecia ser feito com muita perfeição: até o início da década de 1850, por exemplo, quando algumas capitânicas de portos ainda estavam em processo de implementação, era prática comum das Associações Comerciais sediadas nos principais centros portuários do Império manter um livro de registro das embarcações entradas e saídas do porto, já que os órgãos oficiais não o faziam²⁸⁵².

Apesar das dificuldades, a criação das Capitânicas de Portos repercutiu num novo padrão de controle, fiscalização e organização do mundo do trabalho portuário e fluvial do Brasil oitocentista e, ao criar a autoridade do Capitão do Porto, nomeada diretamente por indicação dos gabinetes ministeriais, deu instrumento importante e significativo para o aprimoramento da fiscalização e controle dos portos brasileiros por parte do poder central. No presente trabalho, isto será observado com mais clareza a partir de dois pontos: em primeiro lugar, a trajetória e as experiências dos primeiros indivíduos nomeados para Capitão do Porto da província de Pernambuco, que nos permitem perceber o alinhamento político da Capitania de Portos com o projeto de monarquia centralista e unitária – onde a atuação do Partido Conservador ganhara importância destacada; em segundo lugar, a partir da observação da trajetória da instituição das capitânicas de portos que, criada no início do século XIX, manteve relação muito íntima com as esferas de poder local em Recife e Olinda, em especial, com a Câmara Municipal do Recife, com as Prefeituras de Comarca e, posteriormente, com as subdelegacias de polícia. Da observação destes dois fatores, tentamos apontar o efeito político prático da criação das Capitânicas e, principalmente, a repercussão causada nas diversas esferas locais de poder pela introdução da autoridade do Capitão do Porto.

Os capitães do porto de Pernambuco (1845-1862)

No momento de sua criação, as Capitânicas de portos foram organizações que assumiram formas hierárquicas nitidamente militares. Já em seu decreto de criação, tinha-se um perfil delimitado e específico para a principal autoridade portuária criada: o capitão do porto tinha de ser necessariamente um “chefe oficial superior da Armada”²⁸⁵³. Este ponto é importante se observamos o contexto político e social do Império durante a primeira metade do século XIX: como lembrou José Murilo de Carvalho, “o processo de enraizamento social da monarquia, de legitimação da Coroa perante as forças dominantes do país, foi difícil e complexo”²⁸⁵⁴; em 1845, ano de criação das Capitânicas, o ciclo de levantes urbanos e rurais (alguns, inclusive, de caráter separatista) que assolou as mais diversas províncias do Império durante o período regencial não havia terminado; justamente em Pernambuco, em 1848, ainda ocorreria a Praieira, como mais uma demonstração de que a ordem monárquica ainda não estava plenamente consolidada em todo o território brasileiro.

²⁸⁵¹ PORTELA, Rafael Davis. **Pescadores na Bahia do século XIX**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História da UFBA: Salvador, 2002. p. 22-30.

²⁸⁵² DOURADO, Bruna Iglesias Motta. **Comércio de grosso trato e interesses mercantis no Recife, 1837-1871**: a trajetória do negociante João Pinto de Lemos. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.

²⁸⁵³ Coleção das Leis do Império do Brasil de 1845. Op. cit. p. 45.

²⁸⁵⁴ CARVALHO, José Murilo de. **Teatro de sombras**: a política imperial. Op. cit. p. 249.

Desde as guerras de independência da Bahia e do Pará, em 1823, a Marinha de Guerra desempenhara o papel de importante aliada da monarquia e do projeto conservador de governo, atuando em defesa da integridade territorial e da unidade nacional. No quadro da ‘expansão para dentro’ definido por Ilmar Rohloff de Mattos ²⁸⁵⁵, as guerras de independência, assim, podem ser lidas como os primeiros esforços bélicos para ligar as diversas províncias brasileiras a um projeto político unitário gerado a partir do Rio de Janeiro ²⁸⁵⁶ – cuja participação das elites cafeicultoras locais tiveram relevância central. Num país de grandes proporções territoriais e desprovido de caminhos terrestres ou estradas de ferro para deslocamento de tropas, a navegação era o meio mais eficaz de deslocamento para tempos de guerra e de instabilidade política; por isso, desde cedo, a atuação da Marinha ocupara papel de destaque na consolidação e conformação da ordem monárquica brasileira.

Além disso, diferentemente do Exército, a Armada podia se orgulhar de ter passado o conturbado ciclo de revoltas regenciais sem grande participação de seus marinheiros e subalternos em geral nos levantes – as grandes revoltas de marinheiros só viriam acontecer bem mais tarde, no início do século XX, já no período republicano, quando assumiriam tons mais radicais, dramáticos e violentos ²⁸⁵⁷ – o que, de certa forma, reforçava a relação de fidelidade estabelecida entre a Marinha e o projeto político de monarquia nacional conservadora. Era o que comentava, com nítido orgulho, o então ministro e secretário dos Negócios da Marinha em 1842, o sr. Francisco Vilela Barbosa, Marquês de Paranaguá:

Esta briosa corporação, de defensores da pátria, [se orgulha] de atravessar ileso da vertigem revolucionária todo o espaço decorrido até hoje desde a época da nossa memorável independência, portando-se sempre em todas as ocasiões com a maior galhardia e denodo na sustentação da ordem e na integridade do Império. Honra, pois, e louvores à Marinha brasileira! ²⁸⁵⁸

Nos primeiros quinze anos da existência da Capitania de Portos em Pernambuco (1845-1860), foi verificada a presença de quatro capitães do porto: Rodrigo Theodoro de Freitas entre 1846 e 1852; Antônio Caetano Ferraz entre 1852 e 1854; Elisiário Antônio dos Santos entre 1854 e 1858; e Fernando Vieira da Rocha entre 1858 e 1860. Desses quatro, daremos maior atenção às atuações do primeiro e do último capitão: além de conseguirmos obter maiores informações sobre os srs. Rodrigo Theodoro de Freitas e Fernando Vieira da Rocha, eles tiveram uma trajetória mais destacada no que diz respeito à defesa dos interesses territoriais e da própria unidade do Império brasileiro. Uma observação atenta a estes dois personagens, desse modo, nos permite traçar um perfil dos primeiros capitães de porto na província de Pernambuco que nos ajudará a relevar o sentido político da adoção do regime de capitânias de portos no Brasil.

Pois bem, Rodrigo Theodoro de Freitas (1801-1876) nasceu em Lisboa, Portugal, em 9 de novembro de 1801, vindo a falecer no ano de 1876. Theodoro de Freitas foi o primeiro capitão do porto de Pernambuco após a criação das capitânias mediante decreto imperial de 1845. Contudo, só assumiu oficialmente o cargo em agosto de 1846 depois da aprovação daquele minucioso regulamento sobre as Capitânias de Portos no decreto nº 447. Antes de ser nomeado capitão do porto de Pernambuco, Theodoro de Freitas participara como segundo-tenente da Armada das guerras de independência na Bahia, em 1823, quando, em

²⁸⁵⁵ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **Construtores e herdeiros...** Op. cit.

²⁸⁵⁶ ANTUNES, Edna Fernandes. **Marinheiros para o Brasil: o recrutamento para a Marinha de Guerra Imperial, 1822-1870.** Dissertação de Mestrado em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Faculdade de Formação de Professores: RJ, 2011. p. 15-26.

²⁸⁵⁷ A principal e mais famosa dessas revoltas foi a emblemática Revolta da Chibata. Ver: NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada imperial.** Editora do Arquivo Nacional: Rio de Janeiro, 2001.

²⁸⁵⁸ **Center for Research Libraries. Ministerial Reports (1821-1960).** Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha de 1842, ministro Francisco Vilela Barbosa. p. 14.

virtude dos serviços prestados à jovem nação brasileira, foi condecorado com o título de cavaleiro da Ordem de São Bento de Avis e, posteriormente, capitão de fragata da Marinha imperial²⁸⁵⁹.

Quando assumira a capitania dos portos de Pernambuco, portanto, já era conhecido aliado há tempos da monarquia e das elites políticas da Corte do Rio de Janeiro. A fidelidade de Theodoro de Freitas à causa monárquica seria mais uma vez testada por ocasião dos conflitos causados pela eclosão da Praieira (1848). Na esteira da repressão aos confrontos militares iniciados pela facção liberal da elite proprietária pernambucana, a atuação do então capitão do porto em defesa da monarquia e da integridade do território brasileiro fora louvada por membros do Partido Conservador local. Em 10 de fevereiro de 1849, o periódico *A União*, trissemanário alinhado aos conservadores em Pernambuco²⁸⁶⁰, publicara um elogioso comunicado do sr. Manuel Vieira Tosta, presidente de província nomeado pela Corte fluminense para coordenar a repressão e reorganização da província após a eclosão da Praieira, em que Vieira Tosta agradecia à Theodoro de Freitas pelos “serviços que prestou no combate de ontem, mandando para a praça do palácio as munições de boca precisas para a sustentação das tropas”. Aquela ocasião não deve ter sido a única em que o capitão do porto prestara auxílios ao então presidente de província, pois este fizera questão de, no mesmo comunicado, tecer considerações elogiosas a Theodoro de Freitas por todas “as não equívocas provas de zelo pelo serviço e amor da ordem” apresentadas pelo capitão da Armada²⁸⁶¹.

Perfil parecido com Theodoro de Freitas tivera o também capitão do porto de Pernambuco o sr. Fernando Vieira da Rocha, que ocupou o cargo entre 1858 e 1860. Não temos informação do local e data de nascimento deste, entretanto, há algumas informações esparsas que nos permitem traçar uma trajetória razoável das experiências anteriores de Vieira da Rocha: desde 1839, ocupava o cargo de primeiro-tenente da Armada; em diversas vezes, atuara como comandante de navios nacionais, como a escuna nacional *Vitória* no ano de 1846, na navegação entre os portos do litoral brasileiro. Em março de 1852, fora promovido de primeiro-tenente para capitão de fragata da Armada em condecoração à sua participação no combate do Toneleiro, uma das batalhas mais importantes da Guerra contra Oribe e Rosas (1851-52), que aconteceu entre dezembro de 1851 e fevereiro de 1852²⁸⁶². Quando foi nomeado para o posto de capitão do porto de Pernambuco, desse modo, Vieira da Rocha, assim como Rodrigo Theodoro de Freitas, já tinha uma carreira militar consolidada e também tinha experiências militares importantes, atuando sempre em defesa dos interesses territoriais do Império. A Corte fluminense, nesse sentido, ao nomear personagens com perfil semelhante a estes oficiais da Armada, acreditava posicionar aliados políticos importantes, que já tinham dados provas cabais de sua fidelidade à autoridade monárquica e poderiam atuar como atores militares e políticos importantes em favor dos interesses nacionais. Em virtude dos limites do presente trabalho, avançaremos agora ao segundo ponto de nossa argumentação, que é a relação estabelecida pela criação e regulamentação do regime de capitânicas de portos entre os capatazes e o capitão do porto.

²⁸⁵⁹ GOMES, Alessandro Filipe de Meneses. **Das docas de comércio ao cais contínuo**: as tentativas frustradas de melhoramento do porto do Recife nos Oitocentos. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), CFCH, Departamento de História, 2016. p. 161; Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Periódicos, **Diário de Pernambuco**, sexta-feira, 12 de junho de 1835, p. 1; quarta-feira, 1 de abril de 1846, p. 2; **Diário Novo**, segunda-feira, 26 de agosto de 1846, p. 3.

²⁸⁶⁰ NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)**. Vol. II. Diário do Recife – 1829/1900. Imprensa Universitária, UFPE: 1966. p. 39.

²⁸⁶¹ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Periódico **A União**, sábado, 10 de fevereiro de 1849, p. 1.

²⁸⁶² Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Periódico **Diário de Pernambuco**. Edições de: terça-feira, 7 de agosto de 1839, p. 2; Sexta-feira, 14 de julho de 1846, p. 2; Segunda-feira, 22 de março de 1852, p. 1.

O capitão do porto, as capatazias e o poder político local

As principais cidades brasileiras do século XIX – as três maiores: Rio de Janeiro, Salvador e Recife – se localizavam em áreas litorâneas que tinham como característica comum a existência de vários portos auxiliares, de menor porte, ao longo de suas baías e litorais, que cumpriam importante função na economia local e no transporte de mercadorias e pessoas durante o período oitocentista²⁸⁶³. Tal configuração física do litoral, no momento da adoção do regime de capitânicas de portos (1845-46), foi um empecilho a mais na atuação dos capitães do porto: estes, geralmente, trabalhavam a partir do porto principal da província, junto ao centro administrativo, político e financeiro das capitais e, muitas vezes, a distância física destes portos litorâneos ou fluviais auxiliares dificultava seriamente a fiscalização e obediência às normas do regulamento. Para o caso da cidade do Recife, por exemplo, a presença de inúmeros ancoradouros fluviais espalhados pelo espaço urbano foi um sério obstáculo para a manutenção da ordem e disciplina entre escravos, libertos e homens livres pobres que compunham o universo social da ‘classe marítima’ pernambucana.

Dessa maneira, como estratégia para otimização do controle e da fiscalização sobre estes diversos pontos sob jurisdição do capitão do porto, o decreto nº 447 de 19 de maio de 1846 pregou a divisão da área de jurisdição das respectivas capitânicas de portos em “Estações”. Cada estação era chefiada por um capataz, “escolhido entre os indivíduos mais capazes” da dita jurisdição pelo capitão do porto²⁸⁶⁴. O capataz, nesse sentido, era o agente direto da ordem na capitania do porto: sua tarefa principal era a polícia naval dos portos, mas também poderia prestar auxílios diversos ao capitão, trabalhando em obras de melhoramentos portuários, atuando no socorro a embarcações naufragadas, auxiliando no trabalho de matrícula e arrolamento “de todos os indivíduos empregados na vida do mar e rios navegáveis”²⁸⁶⁵, etc. Apesar dos capitães de portos serem a principal autoridade no regulamento adotado para as capitânicas de portos do Brasil, nos ancoradouros mais distantes, o principal agente da lei e autoridade portuária era mesmo o capataz do porto que, não raro, se envolvia nas disputas políticas e eleitorais locais. Em agosto de 1847, por exemplo, Félix Soares de Carvalho, capataz dos pescadores da freguesia de São José, seria repreendido pelo então capitão do porto de Pernambuco, o sr. Rodrigo Theodoro de Freitas, quando este soubera que seu subordinado “se aproveitava do emprego [de capataz] para induzir os pescadores a votarem contra o partido nacional [Partido Conservador]”²⁸⁶⁶.

As capatazias (como também eram chamadas na época), entretanto, não foram uma criação do regime de capitânicas de portos, em 1845 – pelo menos para o caso de Pernambuco. Nas cidades de Recife e Olinda, a vigilância e o controle sobre os portos fluviais ocupava parte importante da vida política local e remontam à segunda metade do século XVIII, ainda no período colonial, as primeiras experiências de fiscalização e policiamento sobre as comunidades que reuniam indivíduos empregados no transporte fluvial entre as duas cidades – chamados, genericamente, de canoieiros²⁸⁶⁷. As capatazias, por sua vez, tinham sido criadas ainda no início do século XIX pelo então governador da capitania, o sr. Caetano Pinto de Miranda Montenegro, para regular e otimizar o controle sobre os escravos e homens livres de cor empregadas na atividade do ganho nas cidades de Recife e Olinda²⁸⁶⁸.

²⁸⁶³ GRAHAM, Richard. **Alimentar a cidade**: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860). Companhia das Letras: São Paulo, 2013.

²⁸⁶⁴ Coleção das Leis do Império do Brasil de 1846. Op. cit. p. 20.

²⁸⁶⁵ Coleção das Leis do Império do Brasil de 1846. Op. cit. p. 19.

²⁸⁶⁶ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Periódicos, **Diário Novo**, 23 de agosto de 1847, p. 1.

²⁸⁶⁷ Ver estudos sobre os chamados governadores de corporações e nações africanas: TORRES, Claudia Viana. **Um reinado de negros em um estado de brancos**: organização de escravos urbanos em Recife no final do século XVIII e início do século XIX (1774-1815). Dissertação (mestrado) do Programa de Pós-graduação em História da UFPE. Recife, 1997; ARAÚJO, Clara Maria Farias de. **Governadores das nações e corporações**: cultura política e hierarquias de cor em Pernambuco (1776-1817). Dissertação de Mestrado em História da Universidade Federal Fluminense (UFF): Niterói, 2007.

²⁸⁶⁸ ARAÚJO, Clara Maria Farias de. **Governadores das nações e corporações...** Op. cit. p. 21.

Neste período, as capatazias funcionavam com caráter descentralizado: os portos internos das cidades, apesar de espacialmente próximos entre si, costumavam ter cada um seu respectivo capataz, da qual se depreende uma preocupação forte do poder público com o policiamento destes ancoradouros.

Não está tão claro como ficou a organização das capatazias nos anos que se seguiram imediatamente à Independência, o que se sabe é que, em 1831, as capatazias se encontravam legalmente submetidas a Câmara Municipal do Recife: desse modo, no Código de Posturas da Câmara do Recife publicado em 1831, os capatazes são os responsáveis pela fiscalização de “todo o preto aplicado no serviço de ganho, [...] sejam libertos, ou escravos”²⁸⁶⁹. Durante o período de existência das Prefeituras de Comarca, embora os capatazes permanecessem submetidos às leis aprovadas na Câmara Municipal, era função dos respectivos prefeitos a nomeação de capatazes dos portos que, também aí, atuaram especialmente na polícia dos portos, prendendo e encaminhando infratores para os prefeitos de comarca adotarem as medidas cabíveis e necessárias da lei.

Em virtude da natureza desta publicação, não podemos nos alongar tanto na exposição. O que nos interessa expor, de todo modo, é o seguinte: observado esta trajetória histórica simplificada das capatazias de portos, podemos afirmar que no momento de adoção do regime de capitania de portos (1845-46) as capatazias já existiam nas esferas municipais de poder em Pernambuco. Certamente, a centralidade do transporte fluvial para o funcionamento e o exercício do poder nas cidades de Recife e Olinda tinha muito a ver com o fato. Ao criar a autoridade do capitão do porto e submeter os capatazes à jurisdição da capitania, portanto, os decretos nº 358 e 447, desse modo, mexiam em redes locais de poder em Pernambuco há muito estabelecidas. É evidente, assim, que a aceitação da autoridade do capitão do porto não foi unânime entre as elites políticas locais – especialmente para os adversários do Partido Conservador, presença forte nos gabinetes ministeriais, e que, no período 1845-1860, demonstrara grande força política na província pernambucana²⁸⁷⁰. A demonstração das repercussões desta alteração no cenário político local gerada pela introdução da autoridade do capitão do porto – que atuaria, como tentamos demonstrar, a favor do poder central e em torno do projeto de monarquia unitária e centralizada – é uma empreitada que foge às pretensões e limites desta publicação. Esperamos, contudo, que o presente texto contribua para sugerir e suscitar possíveis leituras da história marítima brasileira, especialmente da história dos portos no Brasil, de uma maneira relacionada às diversas conjunturas políticas do período oitocentista, tendo em vista a centralidade que tiveram os portos para a vida política, econômica e social do Império.

²⁸⁶⁹ Código de Posturas da Câmara Municipal do Recife de 1831. Art. 10°. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Periódicos, **Diário de Pernambuco**, quarta-feira, 13 de dezembro de 1831, p. 1.

²⁸⁷⁰ ROSAS, Suzana Cavani. **Os emperrados e os ligeiros**: a história da Conciliação em Pernambuco (1849-1857). Tese de doutorado do Programa de Pós-graduação em História da UFPE. Recife, 1999.

“UMA TROPA MAIS AVOLUMADA”: A ATUAÇÃO DO APARATO JUDICIAL E POLÍCIA NO PIAUÍ NO SÉCULO XIX

*Débora Laianny Cardoso Soares**
debora.cardosoh@gmail.com

Resumo: A consolidação de um aparato repressor, que controlasse os ímpetos da população piauiense no século XIX é pouco analisada e quando o é, acontece de forma tangencial nos estudos historiográficos. O olhar sobre esse sistema, por vezes, está atrelado somente a influência dos mandantes locais e na ótica do poder privado. No entanto, sem negar a influência do poderio dos déspotas regionais, analisaremos a aplicação das leis e a atuação das autoridades nos sertões de dentro, bem como as relações senhor/escravizado. O mote da discussão se embasa em fontes dos gabinetes policiais, do judiciário e dos relatórios dos presidentes de Província. Buscando identificar as primeiras manobras do sistema punitivo, as ordenações do judiciário e a aplicação das mesmas no cotidiano da população sertaneja, bem como as ações e as reações dessa população frente as diligências desenvolvidas pelas autoridades. Assim, entender as tentativas de consolidação do império é compreender a produção das estratégias de dominação e resistência dentro do próprio sistema. Torna-se perceptível na pesquisa a complexidade em torno da manutenção do sistema escravista diante da ambiguidade presente nas ações de disciplinar os escravizados, ao tempo em que os mesmos indivíduos foram utilizados como força repressora no cenário da administração pública e também privada. Bem como as dificuldades encontradas pelos operadores do sistema, quanto a aplicabilidade da legislação imperial.

Palavras- chave: Piauí; Escravidão; Aparato repressor;

O império português possuía diversas facetas para constituir e consolidar sua organização militar e política nas colônias que estabeleceram ao longo dos séculos XV- XVIII. Os projetos coloniais²⁸⁷¹ imbricavam na elaboração de uma força repressora que não demandasse braços monopolizantes da nobreza nas atividades guerreiras, criando-se regulamentações que possibilitavam aos indivíduos locais uma acessão dentro do aparato mantenedor da ordem vigente. Mesmo que em algumas situações a presença portuguesa fosse débil, essas práticas reforçavam a tentativa de dar continuidade aos projetos coloniais ao mesmo tempo que davam autonomia e poder as elites locais.

Nos primeiros anos do século XIX, o Brasil deixava de ser colônia e constituía-se como Império. Com o advento da Independência as funções políticas e burocráticas ganharam novos relevos. É nesse pano de fundo que a presente pesquisa propõe-se reconstituir os caminhos da organização policial e judiciária no Piauí, no intuito de perceber como esses aparatos foram utilizados como ferramentas de grande destaque nos novos rumos que eram pensados e delineados para a nação. Posicionando-nos nas discussões no intuito de mostrar uma dicotomia da utilização do mestiço e do escravizado na consumação da ordem pensada pelos homens do Estado. Assim, problematizar a participação do escravizado dentro do sistema repressor.

Para a manutenção da ordem e de uma unidade territorial era preciso uma “homogeneidade ideológica”, como assevera Carvalho, e a elite brasileira permitirá está estabilidade, pois possuíam projetos em comuns tornando estável o processo de formação do Estado, consolidando assim o poder imperial e dando continuidade ao sistema escravista,

* Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, membro do Núcleo de Pesquisa- Ifaradã, E-mail: debora.cardosoh@gmail.com

²⁸⁷¹ Sobre como foram pensados e registrados os projetos coloniais e a cultural imperial portuguesa nos séculos XV-XVIII nesse período nas diversas colônias ler: CURTO, Diogo Ramada. **Cultura Imperial e Projetos coloniais (século XV-XVIII)**. Editora da Unicamp, Campinas-São Paulo

com mais vigor principalmente na primeira metade do século XIX. Essa homogeneidade da elite brasileira se dava principalmente pela capacidade herdada de Portugal que através de treinamentos, em destaque a de formação jurídica, possibilitava aos futuros membros do funcionalismo público que iriam compor os principais setores do Estado, a capacidade de colocar em prática os projetos em comuns. A construção de um aparato coeso, mais organizado conseguiu reduzir os conflitos internos aos grupos dominantes, tendo que por vezes as forças liberais e conservadoras, unirem-se para implementar as tão sonhadas reformas.²⁸⁷² Porém, isso nem sempre foi uma constante e levaram-se alguns anos para esse entrosamento que nunca levou de fato a uma homogeneidade.

As primeiras atuações das forças coercitivas no Piauí

As forças coercitivas no período colonial eram incipientes e muitas vezes estavam nas mãos dos infratores das leis impostas pela Coroa. Durante todo período colonial era difícil deter e prender os colonos que tinham capacidade de comando, pois, esses tinham vários negros e índios a sua disposição, bem como dispunham de um número de armas, que para a época possuí-las era algo significativo quando surgiam as intempéries do sistema. Milícias e Ordenações eram criadas para facilitar o domínio e fazer valer os projetos coloniais, pois não precisariam de recursos do governo para tal, somente quando haviam deslocamentos. Nas regulamentações produzidas pelo império português, somente cidadãos poderiam se alistar, variando quanto a idade máxima e mínima.²⁸⁷³ Diante dessas primícias, as fontes sobre o Piauí permitem notar a participação de não cidadãos, a exemplo dos escravizados.

Alguns colonos da Capitania do Piauí tinham vários escravizados e mestiços a seu serviço, uma força militar particular. O elemento escravizado era usado para defendê-los tanto dos agentes da Coroa, como das pessoas consideradas inimigas. Tornando-se dessa forma não só um elemento que contribuirá para o status do cidadão, mas componente extremamente importante para sobrevivência e resistência no sertão. Os militares de mais relevância, no comando do regimento de alguma força repressora, utilizavam-na em benefício próprio. No período colonial, os agentes do Estado português precisavam usar a astúcia para prender certos colonos.

Durante as articulações para prender Felix do Rêgo e os seus parentes, o governador do Pará, Mendonça Furtado, ao perceber que os mesmos tinham dívida com a real fazenda, aconselhou o provedor da Capitania do Piauí que ele inquiresse algumas testemunhas para formar culpa aos infratores da Real fazenda. Pedia também que essa diligência fosse feita de forma que os mesmos não percebessem as medidas que estavam sendo organizadas para prendê-los. O governador do Pará receava que os violadores da Fazenda Real e de outras leis da Coroa partissem para outras partes da Capitania do Piauí.

Ao Provedor dessa capitania remeto diversas contas, que esse antecessor deu [] aqui me deu, de hum régulos, parentes de huma Maria Alves assistentes nessa vila, ou juntos a ela, chamados Felix do Rego, Miguel do Rego Barbosa, João Pedro de Souza Coutinho Bota Fogo, José de Barros Bezerra, e outros e por que semelhante gente não devem consentir se em parte alguma, e muito menos nesses centros remeter atoados as sobreditas contas, perguntara as testemunha que lhes parecem suficiente para provar os fatos nelas conteúdos, e provando se a culpa que baste para a captura, os mandara prender com toda segurança, para proceder com melhor na forma que em outra lei de

²⁸⁷²CARVALHO, José Murilo de **A construção da ordem**. Rio de Janeiro. Civilização Coleção Temas Brasileiros. Brasília: EDUNB; (s.d.). p.39

²⁸⁷³ Alguns exemplos desses regulamentos: Alvará de regimento da gente de ordenanças e das vinte lanças; Alvará de ordenanças de 7 de Agosto de 1549; Regimento dos capitães-mores e mais capitães e oficiais das companhias da gente de cavalo e de pé e da ordem que terão em se exercitarem de 10 de dezembro de 1570 e a Provisão de 15 de Maio de 1574.

participar [] receio mandar prender lhes porem na diligencia das testemunhas todas dissimulação, e prudência que couber no possível, por que não, suceda relaxasse o segredo e ausentarem estes régulos para parte a qual não os possa mandar prender.²⁸⁷⁴

Exercer através da força militar a prisão, representando os interesses do governo sobre os lucros e desvios de ordem, de alguns colonos abastados, era uma tarefa árdua, pois, eles não se entregavam facilmente. Quando não empreendiam fuga, antes de se comprovar culpa através das falas das testemunhas, era na realização das prisões que se notava inteligivelmente essa subversão à ordem pelas elites locais que por muitas vezes acabavam em derramamento de sangue. Na falta de oficiais ou um contingente significativo para desenvolverem tal tarefa mandavam seus escravizados para exercerem a ordem. Assim agiu o ouvidor, Manuel Cipriano na ação para prender Felix do Rêgo. O ouvidor argumenta que,

Como o caso precisava de remédio pronto, e eu me achava bastante molesto sem oficiais, sem guardas, e sem gente chamei hum homem que tinha sido oficial neste Juízo e lhe dei a ordem para prender [] Felix do Rego que com efeito só consigo hum Negro do Juiz dos Órfãos José Alves Teixeira, e no caminho se agregou outro negro se companheiro, acharam o delinquente, e querendo prendê-lo sã estendo como recomendei, se lançou a duas pistolas sem mais motivo disparando uma nos dois negros ficando um passado com uma bala pelo peito esquerdo, e o outro todo crivado de chumbo assim mesmo se lançaram, e o prenderam, e botando no chão para o amarrarem como merecia, acudiu o do mulato José de Barros tio do preso, e se lançado sobre um dos negros com um pau lhe deu muitas pancadas para largar, o que não conseguido lhe pegou por baixo dos braços, e o tirou para fora, e melhorando-se o preso, fugiu e mais o tio a tempo que eu ia chegando que como pude acudi, e mandei a traz delas, mas com a infelicidade de não pegarem senão o dito José de Barros que fica na cadeia, um dos negros, morreu no outro dia, e o companheiro esteve nos mesmos termos.²⁸⁷⁵

As pessoas encarregadas da administração da Capitania do Piauí receavam percorrer grandes distâncias sozinhos nessa parte do sertão. O medo surgia devido aos perigos encontrados ao longo do percurso. Dentre eles elencavam-se o risco de serem atacados pelos gentios bravos que ainda eram numerosos ao sul da Província, a exemplo a nação dos Pimenteiras, porém este não era o único infortúnio que um deslocamento longo poderia ocasionar. Em uma carta enviada ao secretário de Estado da Marinha e ultramar, João Pereira Caldas – no período administrador da capitania do Piauí – relata a insegurança que Manuel Cipriano passaria se não fosse escoltado até a Bahia.

Satisfaço a V^a EX^a com segurar que aquele e eram muitos próprios neles, de tal forma que havendo de passar para Bahia, receoso de experimentar pelo caminho algum

²⁸⁷⁴ **390- 1760, Fevereiro, 14, vila da Moucha.** OFÍCIO do [governador do Piauí], João Pereira Caldas, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre os conflitos de jurisdição entre Manuel Cipriano e Félix Rego. Anexo: 12 docs. AHU-Piauí, cx. 6, doc. 6, 7 (AHU_CU_016, Cx. 6, D. 390).

²⁸⁷⁵ 390- 1760, Fevereiro, 14, vila da Moucha. OFÍCIO do [governador do Piauí], João Pereira Caldas, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre os conflitos de jurisdição entre Manuel Cipriano e Félix Rego. Anexo: 12 docs. AHU-Piauí, cx. 6, doc. 6, 7 (AHU_CU_016, Cx. 6, D. 390).

insulto, se resolvendo a pedir a Francisco Marcelino que o mandasse escoltar por alguns soldados, que só mandou recolher a esta vila depois de se encontrar com uma tropa de mulatos, que em certa altura o esperavam para o acompanharem na falta dos soldados.

A solução para a inexistência de soldados organizados sob o comando de um oficial através de Ordenanças ou Milícias, nos dá destaque novamente para a presença dos mestiços nas ações militares piauienses. Eram as “tropas de mulatos” que faziam ser cumpridas as ordens régias, como a segurança dos representantes da justiça e da lei. Possuir tropas particulares davam as elites locais autonomia em relação ao governo e status entre os colonos, que temiam e respeitavam esses senhores.

Em alguns casos os colonos malfeitores praticavam várias atrocidades com a certeza da impunidade. No Piauí colonial alguns senhores aterrorizavam os moradores que viviam no seu entorno, no entanto, não eram presos. Às vezes porque a justiça tinha medo desses homens e de suas tropas, capazes de cometerem os crimes mais cruéis, como pelo fato de terem parentes dentro dos órgãos da justiça ou os mesmos exercendo cargos fundamentais dentro da Província. As forças militares, muitas vezes, também evitavam entrar em confronto com esses subversivos, preferiam não correr risco, pois, qualquer ação no sentido de prendê-los, se a tropa não fosse numerosa, seria respondido com reações violentas.²⁸⁷⁶

Percebe-se que alguns senhores da Capitania do Piauí tinham vários escravos e mestiços a seus serviços militares particular, que eram usados para defendê-los tanto dos agentes da Coroa como das pessoas consideradas inimigas. Os oficiais de mais relevância, no comando do regimento de alguma força militar, as utilizavam em seu benefício. Além disso, dispunham de homens que tinha as mais variadas culpas para os defenderem se necessário.²⁸⁷⁷ As atitudes criminosas eram notórias também aos contemporâneos. Em alguns casos, chegou mesmo a se reunirem para denunciarem o mau comportamento desses colonos arbitrários, perversos e capazes dos maiores horrores a vida humana²⁸⁷⁸.

No entanto, não eram só quem desafiava os administradores da Estado português que usavam da violência. Os oficiais das forças militares eram arbitrários. Alguns senhores que tinham atribuições nos órgãos da administração também usavam da força bruta contra aqueles colonos que pretendiam punir, mesmo que não houvesse culpa formulada. Assim, quando comandavam uma tropa mais avolumada, os capitães de milícias ao encontrarem os infratores das normas do Estado cometiam atrocidades, em alguns casos deixavam vários mortos.²⁸⁷⁹

²⁸⁷⁶ 792- 1782, Novembro, 26, Maranhão. CARTA do [governador e capitão-general do Maranhão e Piauí], D. António de Sales e Noronha, à rainha [D. Maria I], sobre uma família de criminosos, apelidada de Mombassas, moradores do distrito de Campo Maior, a qual pratica as maiores desordens, espancando, verberando, ferindo, matando, queimando roças extorquindo gado com sensível dano e escândalo dos bons vassalos. Anexo: 3 docs. AHU-Maranhão, cx. nv1898. AHU_CU_016, Cx. 14, D. 792.

²⁸⁷⁷ 1380- 1804, Fevereiro, 6, São Luís do Maranhão OFÍCIO do [governador e capitão-general do Maranhão], D. Diogo de Sousa, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo], sobre o envio de documentos acerca do assassinato de António Pereira Nunes. Anexo: 12 docs. AHU-Maranhão, cx. nv 920, 948 AHU_CU_016, Cx. 27, D. 1380.

²⁸⁷⁸ 1493- 1806, Maio, 3, Lisboa CARTA do [ex-governador e capitão-general do Maranhão], D. Diogo de Sousa, ao príncipe regente [D. João], sobre a representação dos moradores e autoridades da cidade de Oeiras acerca dos procedimentos criminosos do coronel de Milícias da capitania do Piauí, Luís Carlos Pereira de Abreu Bacelar, e a má conduta do sindicante nomeado para as diligências relativas ao assassinato de António Pereira Nunes. Anexo: 2 docs. AHU-Piauí, cx. 22, doc. 14; Maranhão, cx. nv 945. AHU_CU_016, Cx. 29, D. 1493

²⁸⁷⁹ 796- 1783, Janeiro, 8, Lisboa CONSULTA do Conselho Ultramarino, à rainha D. Maria I, sobre os requerimentos de Luís Carlos Pereira de Bacelar Abreu e Francisco da Cunha e Silva Castelo Branco, expondo o procedimento e a violência com que o governador e ouvidor do Maranhão os têm tratado, mantendo-os há mais de dois anos presos em segredo, bem como a seus criados e escravos, sem sentença e sem processo, não resultando os pedidos de livramento que têm feito, por não o

Os conflitos que permeavam os sertões de dentro eram solucionados pelos poderosos locais, pois foi entre esses senhores que surgiram os primeiros juizes para amenizar as querelas, que geralmente estavam remetidos de algum modo as “Questões de terra, melindres de família, uma descortesia mesmo involuntária, coisas às vezes de insignificância inapreciável desfechavam em sangue”.²⁸⁸⁰ Quando um indivíduo era levado a responder por alguma questão judicial as punições nos sertões eram comutadas em alternativas e assim “ficariam sequestrados os bens do réu até sentença final, as penas pecuniárias deveriam ser preferidas por não se poder facilmente executar as corporais. Ouvidores, corregedores eram obrigados a uma visita trienal”.²⁸⁸¹ Por deixarem a fama de violentos, cruéis e facínoras, alguns capitães-mores encontravam resistências, mesmo que pequenas, nesse cenário onde o aparato repressor era personificado nessas elites.

As Leis Imperiais e o velho/novo aparato repressor

Dentre as mudanças do panorama político-administrativo, advindos com a independência do Brasil, é de grande relevância a tentativa de fortificar um aparato repressor regidos pelas novas leis que tinha como propósito formar um Estado unificado e homogêneo, principalmente ao que se refere a aplicação da justiça. Contudo, essas mudanças não alteraram bruscamente as ações privadas das elites locais.

A legislação elaborada neste período, início do século XIX, em especial a penal, marcava um momento de mudanças e diferenciação do sistema judicial punitivo herdado por Portugal, que nos períodos de exploração do Brasil recorria ao sistema judiciário como forma de controle mais estrito da coroa sobre os colonos brasileiros. Os reformadores, em sua maioria com formação na Universidade de Direito em Coimbra, ansiavam por um conjunto de normas específicas que tornassem o Brasil um país moderno e independente. Para tal objetivo, tornava-se imprescindível seguir algumas propostas europeias no campo do direito penal para a modernização da estrutura judicial e a elaboração de novos códigos.

Fortemente influenciados por ideias iluministas, foram esses homens os responsáveis pelas bases fundamentais do Direito penal liberal brasileiro, pelas mudanças de práticas e de ideias que estruturavam o Poder Judiciário no Brasil, moldando as propostas trazidas de fora, para a realidade de um país em construção.²⁸⁸² Atuaram com grandes esforços nas medidas que modificassem, principalmente, as codificações do sistema penal, ocorrido nos primeiros trinta anos do século XIX. Os legisladores aprovaram em 1830 o Código Penal e em dois anos mais tarde o Código Processual, se posicionando contra as duras penas previstas nas Ordenações Filipinas. Tornando-se mais relevante para este debate o livro V²⁸⁸³, que continha diversas menções aos escravizados no que tange aos crimes e as punições, sem dar forma a um Estatuto legal específico tornava habitual a escravidão, algo que não necessitaria de destaque.

O processo de transformação manteve firme o pacto de conservação da escravidão no Brasil, apesar de existir, vez por outra, um descontentamento.²⁸⁸⁴ É no sistema criminal que a ordem escravista se faz representada tanto em aspectos violentos, quando permite as punições através da galés perpetua e a pena de morte, quanto nos aspectos sociopolíticos,

cumprirem; e solicitando serem libertos da prisão injusta em que se encontram. Anexo: 44 docs. AHU-Maranhão, cx. nv 874 e 930 ; Piauí, cx. 12, doc. 26. AHU_CU_016, Cx. 14, D. 796.

²⁸⁸⁰ ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**. 1ª edição: 1907. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. p.90

²⁸⁸¹ ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**. 1ª edição: 1907. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. p.87

²⁸⁸² JOHANN, Karyne. **Escravidão, criminalidade e Justiça no Sul do Brasil**: tribunal de relação de Porto Alegre (1874-18890. Dissertação de Mestrado em história. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

²⁸⁸³ Ordenações Filipinas, Livro V acesso em 12 de março de 2013: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l5ind.htm>

²⁸⁸⁴ COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia a República**: momentos decisivos. 7ªed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

fazendo diferenciações entre os escravizados nascido no país, os libertos, os forros e os escravos trazidos da costa Africana, reproduzindo hierarquias.

Apesar das críticas severas as punições cruéis, continuou a existir a pena de morte, mas houve um abrandamento para os delitos cometidos contra a política Imperial, uma forma encontrada pelos legisladores de proteger os possíveis opositores perseguidos pelo Imperador. O código Processual de 1832 veio outorgando e reforçando a imagem dos juizes de paz, que possuía dupla função de acusar e julgar com atribuições policiais, criminais e possuíam poderes para atuar em certas infrações menores, como vadiagens, baderneiros, bêbados e meretrizes que perturbassem a ordem. Esse elemento atestava a autonomia do sistema liberal e reforçava as suas instituições consagrando, também, outro elemento liberal, o Júri, que atribuía a população local uma maior participação, causando diversos debates quanto a aptidão e eficiência do sistema de Júri.²⁸⁸⁵

Com essas alterações na legislação extinguiu-se a estrutura colonial da justiça, mas na prática os relatórios dos presidentes asseveravam sobre a fragilidade e a dificuldade em se fazer cumprir as leis. Destacando que “nada era mais proveitoso a moralidade pública, do que os bons exemplos dos que estão encarregados da direção da sociedade”²⁸⁸⁶ Remetendo-se à problemas recorrentes na Província ao que se tratava em fazer-se punir as elites locais que ocupavam cargos administrativos ou daqueles que possuíam patentes militares. Em 1859 diante de um caso de assassinato praticado por um “encarregado da direção da sociedade” no termo de Jerumenha, o presidente da Província José Do Amaral, determinava ao delegado de polícia “ que efetuassem a prisão do dito capitão Justo Rufino, que parecia disposto à zombar da ação da justiça, pela posição que ocupa naquele município”²⁸⁸⁷ O sossego público diversas vezes era perturbado pelos poderes locais, que herdeiros das elites colônias reproduziam no império os “direitos costumeiros” que obtiveram outrora. Que permitiam a troca as penas pecuniárias quando se envolviam em querelas judiciais.

Para compreender essas mudanças das formas de punições é necessário conhecer os elementos que foram modificados para entender como o novo Estado, dito liberal, legislaria sobre os criminosos e seus crimes. A principal ruptura ocorreu entre a diferenciação de crime e pecado, aspecto que foi fundamental para a mudança das punições na Europa que marcou e fundamentou os novos códigos e leis imperiais²⁸⁸⁸. O crime passou a ser visto como uma quebra de um padrão, contrato social, então a pena serviria para resgatar esse contrato e resgatar o cidadão o “sossego público”, tornando necessária a punição padronizada para todos pois “a sociedade não poderia surgir a moralidade e a efetividade da lei penal, que são freios de todos os desmandos. Pois estou plenamente convencido de que não é a gravidade das penas, mas sim a certeza da promoção que reprime e impede os delitos”²⁸⁸⁹. A província do Piauí tinha a prática de assassinar os elementos que deveriam ser presos.

Os administradores estabelecidos no Piauí, dessa maneira tinham a incumbência de reafirmar o compromisso com os regulamentos imperiais, reproduzindo regionalmente um caráter disciplinador, moldando através de imposições as ações da população cativa e senhorial conforme as necessidades locais. Pois, mantinha certa autonomia na criação de punições para todos os cidadãos, especialmente para as punições dispensadas aos escravizados, a exemplo disso as quantidades de açoites impelidos aos escravizados que cometessem delitos e fossem levados à justiça. As elites pouco recorriam a justiça para a aplicação das leis no intuito de conter as ações de rebeldia dos escravizados, agiam por conta própria com punições rápidas, que espalhassem o temor entre os escravizados da região.

²⁸⁸⁵ CAMPOS, Adriana Pereira. **Nas barras dos Tribunais: direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX**. Tese. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

²⁸⁸⁶ APEPI, Relatório do Presidente da Província Dr. Antônio Corrêa do Couto de 24 de janeiro de 1859.

²⁸⁸⁷ APEPI, Relatório do Presidente da Província Dr. José mariano Lustosa do Amaral, de 24 de janeiro de 1859.

²⁸⁸⁸ Sobre o estudo de punições analisar as obras de Jacques Rousseau e Michel Foucault

²⁸⁸⁹ APEPI, Relatório do Presidente da Província Dr. Antônio Corrêa do Couto de 24 de janeiro de 1859

Dentre os crimes mais recorrentes listavam os crimes comuns e de homicídios, por disputas de terras ou passional. Quando o crime era de homicídio e praticado por um escravizado contra o senhor ou familiares, era do cotidiano dos piauienses a tortura e o assassinato desse escravizado, quase nunca recorrendo à justiça uma punição legal para o criminoso. Para os governantes a reincidência de crimes do tipo só ocorria pela ausência da punição por lei, pois se assim houvesse o costume da denúncia a Justiça, serviria de exemplo para os demais. Entre as mortes assim realizadas por escravizados, aponta-se na pesquisa de Odilon Nunes, somente um único caso que foi levado o assassino à Justiça.²⁸⁹⁰

Contudo, entre tantos problemas após a Independência foram se estruturando os primeiros órgãos do Império na Província, tanto em nível regional como municipal. No ano de 1833, foram fundadas quatro comarcas: Oeiras (já existente), Parnaíba, Marvão e Parnaguá. Seguidos pela criação da Comarca de Campo Maior em 1836, e a de Amarante em 1841. Em 1846 havia somente 3 magistrados togados em exercício, no ano seguinte eram apenas 2 magistrados togados e 3 juízes municipais.²⁸⁹¹ Com a extensão territorial como a do Piauí, havia em 1852 somente seis comarcas e essas entregues a juízes togados. Aumentada para o número de onze em 1863 com a criação das comarcas de Piracuruca, de São Raimundo Nonato e de Valença. Em 1872, em relatório sobre a Administração da Justiça na Província do Piauí, Dr. Manoel de Barros Rego, ainda ressalta as irregularidades dos julgamentos e as deficiências de pessoas capacitadas. “Conta, pois, hoje o Piauí com doze comarcas e 20 termos, os quais possuem apenas doze juízes letrados.”²⁸⁹² demonstram a precariedade do sistema no Piauí.

As dificuldades em criar um aparato repressor na Província repercutiam em fazer-se cumprir a justiça não só local, mas também nas províncias limítrofes como é constatado em um caso ocorrido em 1883 onde o juiz do município de São Francisco e São José dos Matões, da província do Maranhão, solicita ao juiz de São João do Piauí, a captura de um indivíduo chamado Fábio da Silva Pinheiro. Porém foi “frustrada a prisão, não só porque a ela se opuseram o aludido sentenciado e muitas pessoas que a cercavam, inclusive o promotor público interino da comarca”²⁸⁹³ e para demonstrar o poder das elites locais o “Fábio Pinheiro, acompanhando de muitos cavaleiros percorreu, com maior ostentação as principais ruas da Villa, como em acinte ao juiz que ordenará a sua prisão”²⁸⁹⁴. Essas situações recorrentes ao longo dos séculos na província do Piauí que outrora necessitavam das “tropas avolumadas” com o intuito de prover status e segurança aos administradores e elites locais, em uma ambígua ação de proteção privada que convergiam também execução dos projetos coloniais, vão servi para assegurar a impunidade dos crimes praticado pelos herdeiros dessas elites. Não mais como objetivos convergentes, mas sim de enfrentamento às ordens e interesses governamentais de se fazer cumprir as leis do país independente do status ou cargo ocupado.

Considerações finais

Diante destas questões o Estado, partindo das estratégias de mediador das relações, fez-se colaborador da violência visando uma retardação do fim do regime escravagista e nesta perspectiva mantendo o controle e impondo a ordem segundos os mandos e desmandos de uma elite local. Ações essas que não nasceram com o vigor de uma nova legislação, mas com a reprodução de um aparato que dependia significativamente das tropas ordenadas pelos senhores, que na ausência de cidadãos livres usavam os escravizados para atuar como milicianos no período colonial. E com o advento do império usavam esse mesmo

²⁸⁹⁰ NUNES, Odilon: **Pesquisas para a história do Piauí**. v.4. 2ªed. Teresina: FUNADEPI; Fundação Monsenhor Chaves, 2007,p.64

²⁸⁹¹ Ibidem, p.81

²⁸⁹² APEPI, Relatório dos Presidentes de Província. Manoel de Barros Rego, de 27 de fevereiro de 1872.

²⁸⁹³ APEPI, Relatório dos Presidentes de Província. Dr. Miguel Joaquim d’Almeida e Castro, de 5 de abril de 1883.

²⁸⁹⁴ Idem.

poderio para se livrarem da aplicação da lei. Continuando a exercer de forma privada a “Justiça”.

Compreender a atuação do aparelho público implica também conhecer as relações entre senhores e escravizados, que dividiam (in) diretamente variados enredos das histórias, muitas vezes violentas e absurdas, que tiveram como cenário o sistema escravista e a tentativa de implementar as leis e a justiça no sertão. Trazer à tona essa realidade é preencher a lacuna deixada pela historiográfica, é contribuir, com uma pequena parcela, para a compreensão das sociabilidades dentro da escravidão.

ENTRE QUEIXAS E DETENSÕES: VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE EM BELÉM (1897-1902).

*Diego Nazareno de Jesus Santos Filgueiras*²⁸⁹⁵
dieghol13@yahoo.com.br

Resumo: Os eventos políticos e sociais deflagrados em finais do século XIX trouxeram mudanças sensíveis para a sociedade brasileira. As leis abolicionistas, a industrialização e urbanização nos principais centros do país, o advento do trabalho assalariado, produziram um novo cenário social em vários aspectos, dentre os quais se destaca o problema da violência e criminalidade nos principais centros urbanos. Dialogando com esse cenário, a economia da borracha na Amazônia fazia com que Belém se tornasse o principal núcleo de abastecimento desse mercado, atraindo ao mesmo tempo uma série de demandas de mão de obra para os mais variados serviços urbanos. Este cenário fazia afluir para a cidade grandes grupos de migrantes e imigrantes, os quais, aliados à população de libertos, contribuíram significativamente para o aumento populacional da cidade, e para a mudança na dinâmica social. O desnível entre o número de trabalhadores e os empregos disponíveis fazia com que a cidade também congregasse um grande número de desocupados, condição social que fazia com que estes fossem considerados pelo poder público como potenciais riscos à ordem, à moral, aos bons costumes, e à propriedade. Nesse sentido, o trabalho buscou compreender o perfil da criminalidade em Belém entre os anos de 1897 e 1902, abordando, sobretudo, os crimes patrimoniais e as contravenções da ordem pública, e que relações podem ser estabelecidas com o processo de modernização da cidade. Além dos periódicos, a pesquisa levou em consideração, leis municipais e estaduais, resoluções, relatórios e atos municipais da intendência de Belém, localizados dentro do recorte temporal da pesquisa.

Palavras-chave: Belém; Borracha; Criminalidade; Jornais;

Belém, urbe das riquezas.

Para alguns historiadores, o final do século XIX aparece na historiografia regional como o marco temporal do desenvolvimento econômico e urbano da cidade de Belém. Essa premissa baseia-se, sobretudo, no entendimento de que os melhoramentos urbanos implementados na capital foram viabilizados em função do desenvolvimento da economia da borracha na região, e pelo fato da cidade ter sido o principal polo de negociação e escoamento dessa produção. Concordando com esse pensamento, Nazaré Sarges argumenta que:

²⁸⁹⁵Especialista em Amazônia: Trabalho, Cultura e Etnicidade pela Faculdade Integrada Brasil-Amazônia – FIBRA; Mestrando em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Email: diegho13@yahoo.com.br

Na dinâmica cidade de Belém, foram projetados, além do porto de Belém, o Mercado Municipal do Ver-o-Veso (1901), o Hospital D. Luiz e o Grêmio Literário (obras da colônia portuguesa), *The Amazon Telegraph Company*, linha telegráfica por cabos submarinos, substituída posteriormente pela *Western Co.*, o Arquivo e Biblioteca Pública (1894), o Teatro da Paz (1878), 43 fabricas (incluindo desde chapéu até perfumaria), 5 bancos, 4 companhias seguradoras, além da iluminação a gás, sob responsabilidade da *Pará Electric Railway and lighting Co.Ltd*, autorizada a funcionar pelo decreto federal nº 5.780 de 26.01.05²⁸⁹⁶.

Essa descrição nos remete, num primeiro momento, a um cenário de desenvolvimento, no qual o poder público aparece como principal sujeito, na medida em que reclamava para si a tradução dos efeitos da economia gomífera em melhoramentos para a população, colocando a cidade no passo da modernização e do progresso, acompanhando estilo de vida das principais capitais europeias, como Londres e Paris²⁸⁹⁷. É o que afirma o Intendente Antônio Lemos em seu relatório de 1902, ao enumerar várias ações municipais em benefício da cidade, como a abertura de novas avenidas, “para fazer penetrar o ar e o sol em bairros e quarteirões insalubres”; o calçamento em larga escala e a conservação das vias públicas “para impedir a infecção do solo”; a arborização das praças e avenidas; regulamentação da edificação urbana; “a incineração de imundícias”; “aterro e drenagem dos pântanos”²⁸⁹⁸.

Entretanto, convém salientar que esse cenário de desenvolvimento e progresso não dá conta do cotidiano belenense como um todo; este, em sua totalidade, abriga ainda variados cenários marcados por problemas sociais²⁸⁹⁹, que ganham visibilidade à medida que consideramos outras fontes, como as informações contidas nos periódicos²⁹⁰⁰. Em meio a esse contexto de problemas sociais cotidianos, questões relativas à violência e criminalidade ganhavam cada vez mais espaço nos jornais período, nos quais se desatacavam, sobretudo, as contravenções de ordem pública²⁹⁰¹, como embriaguez e desordem, e em um segundo plano os delitos relacionados à propriedade particular, como o furto e roubo.

²⁸⁹⁶ SARGES, Maria de Nazaré. Belém: **Riquezas Produzindo a Belle Époque (1870-1912)** / Maria de Nazaré Sarges. 3 ed. Belém: Paka-Tatu, 2010, p. 152

²⁸⁹⁷ O entendimento de que Londres e Paris deveriam ser tomadas como modelo de urbanização a ser seguido pelas principais metrópoles brasileiras, diz respeito ao fato de estas terem sido precursoras do processo de urbanização. Ver FOLLIS, Fransérgio. **Modernização Urbana na Belle-Époque Paulista**/Fransérgio Follis. – São Paulo: Editora UNESP, 2004.

²⁸⁹⁸ APEP, Relatório da Intendência Municipal de Belém apresentado ao Conselho Municipal em 1902, p. 13.

²⁸⁹⁹ O sentido de “problemas sociais” neste trabalho diz respeito aos problemas cotidianos da cidade de Belém, como a habitação, as epidemias, e tensões relacionadas à ordem pública, violência e criminalidade, que contrastavam com a imagem de modernidade e progresso sugerida por parte da historiografia do período. Ver ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. **Palavras regradadas, falares impróprios: cidade, insultos verbais, sensibilidades e normatizações (Belém do Pará – 1850 a 1900)**. Artigo apresentado no XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006. LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes Cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1899-1916)**/Franciane Gama Lacerda. – Belém: Editora Açai/ Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, 2010. LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. **A Política da Capoeiragem: a história social da capoeira e boi-bumbá no Pará republicano (1888-1906)** / Luiz Augusto Pinheiro Leal. – Salvador: EDUFBA, 2008.

²⁹⁰⁰ A Folha do Norte, O Diário de Notícias, periódicos que circularam em Belém em fins do Sec. XIX.

²⁹⁰¹ Contravenções da “ordem pública” (também chamada de infrações do “bem-viver” e das normas de trabalho) compreendem os delitos capazes de comprometer a estabilidade do espaço público compartilhado pelos cidadãos: a vadiagem, que se refere principalmente aos desocupados; desordem, que se refere principalmente a ânimos extremados, capaz de provocar ameaças e agressões;

“Chuvas” e “chinfrins”: notas de embriaguez e desordem na *belle époque* belenense

Em busca de um aprofundamento ainda maior acerca desse cenário de delinquência em Belém, a exemplo do que fizeram Leal Ayres²⁹⁰², realizamos um balanço da criminalidade, levantando dados dos movimentos das detenções para a mesma década de suas pesquisas, levando em consideração, contudo, o ano de 1897. Outro fator diferencial em relação aos trabalhos desses autores trata-se do fato de termos optado pelas fontes de jornais²⁹⁰³ para a reconstrução desse cotidiano de crimes, em vez das ocorrências policiais. Isso se deu em grande parte pelo entendimento de que o uso de ocorrências policiais como fontes de estatísticas criminais podem não corresponder à realidade do contexto pesquisado, uma vez que são considerados apenas os crimes levantados pela polícia²⁹⁰⁴.

Em relação ao uso dos periódicos como fonte, no caso do levantamento dos delitos de maior ocorrência, e de como estavam distribuídos pelos distritos, faremos usos de notas curtas, a partir do entendimento de que essas notas de jornais se apresentavam em três formas diferentes: pequenas notas; artigos, ou em grandes coberturas policiais. As pequenas notas eram diárias, neutras, sem apelo sensacionalista, e meramente informativas. Geralmente apresentavam-se em frases ou parágrafos curtos, que informavam sobre pequenos delitos (furtos diversos), sem ocorrência de crimes violentos; enquanto que os artigos policiais geralmente apresentavam notas maiores, mesclavam informações e opinião, e eram carregadas de uma série de recursos, cujo objetivo era fazer com que o leitor assumisse o discurso da redação do jornal²⁹⁰⁵.

Assim, optamos pelos periódicos por entender que, a despeito de suas particularidades políticas, uma análise com minúcias poderia nos revelar dados sobre o contexto belenense que, muito provavelmente, fugiriam às catalogações policiais. Tomamos como base para a realização do balanço de prisões as notas referentes ao ano de 1897, restringindo-nos, todavia, àquelas correlatas ao perímetro urbano da cidade de Belém, entendido pela Intendência Municipal naquele momento como a área formada pelos quatro distritos fiscais, e as áreas adjacentes que mais tarde viriam a formar o 5^a, 6^a e 7^o distrito²⁹⁰⁶. O Estado também levava em consideração essa subdivisão da cidade em distritos como base para suas ações em segurança pública na capital na medida em que para cada um dos quatro distritos havia um prefeito (delegado) e um subprefeito (subdelegado), responsáveis por suas respectivas atividades policiais²⁹⁰⁷.

Com base nessas delimitações, as detenções noticiadas pelo periódico “Diário de Notícias” em Belém no ano de 1897 aparecem distribuídas da seguinte forma:

Embriaguez, que comumente se transforma em desordem. Essas contravenções tem em comum o fato de suas ocorrências se darem no espaço público. Ver FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. Boris Fausto. 2. Ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

²⁹⁰² *Op. Cit.*; AYRES, Antônio Álvaro Santos. **Notícias de Polícia: Violência e Transgressões policiais (1890-1893)**. Monografia/UFGA. 2008.

²⁹⁰³ Para efeito desse balanço de criminalidade, utilizamos, especificamente, as notas do periódico “Diário de Notícias” referente o ano de 1897.

²⁹⁰⁴ FAUSTO, *Op. Cit.*

²⁹⁰⁵ OTTONI, Ana Vasconcelos. **O paraíso dos Ladrões: crime e criminosos nas reportagens policiais da imprensa (Rio de Janeiro 1900-1920)**/Ana Vasconcelos Ottoni. – 2102.

²⁹⁰⁶ APEP. Fundo Executivo. Atos da Intendência Municipal de 13/07/1899 – dividia a cidade em quatro distritos fiscais. Isto é, áreas onde os agentes da fiscalização municipal – guardas municipais e fiscais sanitários – deveriam atuar. Estes distritos eram, respectivamente, Sé, Sant’Anna, Trindade e Nazaré, também referenciados nos periódicos como 1^o, 2^o, 3^o e 4^o distrito, respectivamente.

²⁹⁰⁷ APEP. Fundo Legislativo. Coleção de Leis do Estado. Lei 358/1896.

Tabela I – Total de prisões segundo os crimes (1897)

Crimes	Prisões	%
Desordens	450	45,92%
Gatunagem	225	22,96%
Embriaguez	115	11,73%
Agressões/ferimentos	70	7,14%
Vadiagem/vagabundagem	64	6,53%
Outros*	56	5,72%
Total	980	100%

Fonte: Periódico “Diário de Notícias” (1897).

*Assassinato, deserção, desacato à autoridade, crime sexual, invasão de domicílio, ofensas a moral pública, não relatados.

O total de prisões em 1897 (980 detenções) referenciado na tabela acima alcança quase dois terços dos valores apontados por Leal referentes ao ano 1892 (1523 detenções). Nesse sentido, temos que o número de detenções constantes na tabela I poderia indicar, inicialmente, uma redução do número de prisões em relação às pesquisas anteriores. Entretanto, não fica claro nesses trabalhos a delimitação espacial. Em sua pesquisa, por exemplo, Leal utiliza-se do fundo da Secretaria de Segurança Pública, mas não especifica se os levantamentos de prisões referem-se apenas a Belém ou ao Pará. O mesmo acontece com o balanço feito por Ayres (2008) baseado no relatório de Segurança Pública de 1890, apresentado ao governador do Estado, que não deixa claro se diz respeito a capital ou ao estado como um todo. Caso a abrangência dos balanços feitos pelos autores compreenda o Estado como um todo, não seria exagero sugerir um aumento das prisões em 1897 em relação aos trabalhos anteriores, uma vez que os dados levantados pela tabela I se referem estritamente ao perímetro urbano da cidade de Belém. Favorecendo essa hipótese, destacamos ainda as indicações de aumento do contingente tanto das praças do Regimento Militar²⁹⁰⁸ do Estado, e dos Guardas Municipais²⁹⁰⁹. Essas medidas muito provavelmente se deram em função da necessidade do poder público de adequar o aparelho policial às novas demandas sociais, que surgiam em função do aumento populacional na capital, engendrado pela economia da borracha.

A comparação entre as pesquisas nos permite fazer ainda outras inferências: as contravenções “desordem” e “embriaguez” continuavam sendo os delitos de maior ocorrência, correspondendo a 57% das detenções em 1897, quando somadas; em 1892, Leal aponta que a soma dessas duas contravenções correspondiam a 55% do total de prisões²⁹¹⁰. Isso indica que os problemas relacionados à ordem pública, como “desordem” e “embriaguez”, aparecem de forma constante no cotidiano belenense do Final do século XIX. A novidade aparece em relação a variável “gatunagem”, que aparece como responsável por 22% das detenções em 1897 (tabela I). Segundo Leal, em 1892 esse número era de apenas 11%. Assim, o cotidiano da criminalidade de Belém em 1897, pela ótica dos periódicos, apresentava um cenário em que, juntas, desordem e embriaguez se destacavam como os

²⁹⁰⁸ APEP. Fundo Legislativo. Coleção de Leis do Estado. Entre 1891 o número de praças do Regimento Estadual era de 394 (Lei 03 de 1891), subindo para 1.249 no ano de 1899 (Lei 657 de 1899).

²⁹⁰⁹ APEP. Fundo Legislativo. Coleção de Leis Municipais. Lei 264, de 16 de junho de 1900, Aumenta o contingente da Guarda Municipal para 60.

²⁹¹⁰ LEAL, *Op. Cit.*

delitos de maior ocorrência na capital. Verifica-se ainda um relevante aumento dos crimes de furto e roubo, indicativo de que nesse momento o cenário de criminalidade em relação aos delitos contra a propriedade privada apresentava uma realidade diferenciada em relação ao início da década. As questões envolvendo os crimes patrimoniais serão discutidas mais detidamente na próxima seção.

Os números da tabela I revelam um cenário cotidiano da Capital paraense que contrasta com o desenvolvimento e urbanização pleiteados pela classe dirigente da época. Ao lado dos *bonds*, bancos e fábricas, o espaço urbano era também palco de constantes desordens, espalhadas pelos principais distritos da capital, em uma intensidade que era traduzida em um grande número de prisões. Normalmente a desordem ocorria em locais voltados para o divertimento e distração e que, por conseguinte, propiciavam aglomerações de pessoas como em tabernas, *fregues*, botequins e até mesmo hotéis e cortiços²⁹¹¹, como por exemplo, o “botequim Mimoso”, situado á Rua Padre Prudêncio, o qual “convertido n’um centro de vagabundos e desordeiros perigosos” e de “algazarra”, no qual “indivíduos embriagados, pronunciam toda sorte de vocábulos obscenos a bem da moralidade e da tranquilidade pública”²⁹¹²

De forma mais objetiva, podemos sugerir, então, a hipótese de que há uma relação direta entre a ocorrência de desordens e os botequins. A correlação que sugere esses locais de grande afluência de pessoas como ambientes propícios para a ocorrência de desordens pode ser evidenciada a partir da análise dos dados contidos na tabela II:

Tabela II – Total de prisões por desordem segundo os distritos (1897)

Locais	Prisões	%
Sé	197	43,78%
Sant’Anna	188	41,78%
Trindade	19	4,22%
Nazaré	37	8,22%
Outros	9	2%
Total	450	100%

Fonte: Periódico “Diário de Notícias” (1897)

* Áreas adjacentes aos distritos municipais, como Umarizal, Canudos e Marco D’légua, que no início da década de 1900, por força de lei municipal, viriam a compor o 5º, 6º e 7º distrito.

Inicialmente destacamos que o 1º e 2º distrito, respectivamente Sé e Sant’Anna, aparecem como principais locais de prisões. Juntos, esses dois distritos eram responsáveis por pouco mais de 85% das prisões da capital. Isso talvez seja decorrente do fato de que estes locais formavam a área central da cidade em 1897, e notadamente apresentavam uma grande circulação de pessoas²⁹¹³. Era onde circulavam os desocupados, e os ocupantes de atividades mais informais em busca de algum trabalho, os quais conformavam uma grande parcela da população pobre da capital.

Esse cenário pode indicar também um aumento parcial da população nessas áreas, se considerarmos a possibilidade de muitos desses trabalhadores residirem em outros locais, se deslocando para centro apenas em busca de ocupação. Isso poderia justificar tanto o grande volume de detenções nesses locais, como também o número diminuto de prisões nos demais

²⁹¹¹ ALMEIDA, *Op. Cit.*, p.06

²⁹¹² **A Folha do Norte**, 04/10/1898.

²⁹¹³ SARGES, *Op. Cit.*

distritos. Mas esse cenário pode também ser indicativo do contraste entre o progresso e o controle das classes pobres, uma vez que a maioria dos desordeiros ou não tinha ocupação, ou estavam no subemprego, como nos informa a tabela III:

Tabela III – Total de prisões por desordem segundo as ocupações (1897)

Ocupações	Prisões	%
Artesão/Trabalhador Manual	16	3,56%
Comerciante	5	1,11%
Embarcaçido	25	5,56%
Jornaleiros*	61	13,56%
Não relatado/S. profissão/vagabundos	305	67,78
Serviços Domésticos	13	2,89%
Outras**	25	5,56%
Total	450	100%

Fonte: Periódico “Diário de Notícias” (1897)

* A categoria “jornaleiros” compreende atividades informais e temporárias de remuneração imediata ou diária.

* *Profissionais liberais, ambulante, artista, carvoeiro, horteleiro, lavrador, operário, seringueiro.

A embriaguez, ao lado da desordem, aparece no cotidiano belenense do final do século XIX como uma das contravenções de maior ocorrência. Em 1892, por exemplo, ela fora responsável por 13% do total de detenções²⁹¹⁴; esse número poderia ser ainda maior se considerarmos que a segunda variável que mais originou detenções nesse mesmo balanço fora “desordem/embriaguez”. Esse dado também se mostrou constante em nosso balanço referente ao ano de 1897, no qual a embriaguez aparece como o terceiro principal motivo de detenções em Belém, respondendo por cerca de 11% do total (tabela I). Contudo, esses números poderiam ser mais expressivos se considerarmos que dessa contravenção podiam decorrer os principais delitos contra à ordem pública, como desordem, agressões e ofensas a moral pública. Em Janeiro de 1897, por exemplo, “Alfredo Alves” e “Manuel Teixeira” eram detidos, por terem se implicado “em vários *chinfrins*²⁹¹⁵ na travessa das Mercês e Rua do Riachuelo”.às ordens do capitão Cândido, para quem “não havia *gole* que ficasse impune e nem *discurseiro* que deixe de receber no xilindró os *louvores* conquistados pela sua *eloquência*”²⁹¹⁶. O mesmo acontecera com “o *chuva* Agostinho Manoel Pereira”, preso na Rua do Rosário, “onde pretendia reproduzir uma das scenas do paraíso terrestre”²⁹¹⁷.

De forma mais específica, se na tabela I desmembrássemos das detenções por desordens aqueles que incorreram neste crime em estado de embriaguez, o total de desordeiros recuaria para 37,48%, enquanto a embriaguez subiria de 10,46% para 20,69% do

²⁹¹⁴ LEAL, *Op. Cit.*

²⁹¹⁵ Chuvas e *Chinfrins* eram termos utilizados largamente nos periódicos “Diário de Notícias” e “A Folha do Norte”, em fins do século XIX, como designação de alguns comportamentos contravencionais. “Chuva” era estereótipo estritamente relacionado à embriaguez, sendo muito comum nas notas o uso do termo. “Chinfrins” tinha um significado mais amplo, aparecendo geralmente como sinónimo de desordem, confusão, ou algazarra.

²⁹¹⁶ **A Folha do Norte**, 05/01/1897.

²⁹¹⁷ **A Folha do Norte**, 12/04/1897.

total das prisões. O mapa da embriaguez na capital paraense em 1897, exemplificado na tabela abaixo, pode ainda nos revelar mais detalhes a respeito desse tipo contravencional:

Tabela IV – Total de prisões por embriaguez segundo os distritos (1987)

Locais	Prisões	%
Sé	52	45,22%
Sant'Anna	34	29,57%
Trindade	2	1,74%
Nazaré	4	3,48%
Outros*	23	20%
Total	115	100%

Fonte: Periódico “Diário de Notícias” (1897)

* Áreas adjacentes aos distritos municipais, como Umarizal, Canudos e Marco D’légua, que no início da década de 1900 viriam a compor o 5º, 6º e 7º distrito.

Esses dados podem sugerir que no cotidiano belenense de 1897, a embriaguez era uma realidade vivenciada pela capital, sobretudo em sua área central. Assim como no balanço relacionado à desordem (tabela II), Sé e Sant’Anna aparecem novamente como os principais pontos de contravenção, agora relacionada à embriaguez. Se fizermos o exercício de aglutinar os números desses dois distritos, juntos eles irão corresponder a aproximadamente 75% das prisões noticiadas pelos periódicos referentes à embriaguez. Esse elevado número de detenções nessas áreas pode ser indicativo de uma constante vigilância sobre o espaço público na área central da cidade, como forma de demonstrar que os hábitos da população não deveriam implicar em comprometimento da ordem pública. Devemos lembrar que, por constituírem a área central e comercial da cidade, esses distritos tendiam a concentrar um maior contingente populacional de trabalhadores e de desocupados em busca de trabalho, uma vez que abrigavam variadas atividades econômicas: bancos, fábricas, porto, comércios e serviços; cada uma dessas atividades com suas respectivas variações, geradoras de vários postos de trabalho. Mas paralelo a esse cotidiano que remete a ocupação e trabalho, a embriaguez parecia também constituir-se numa realidade do cotidiano da capital paraense na qual, vadios e trabalhadores poderiam ser alvos do poder público se nela incorressem:

Tabela V – Total de prisões por embriaguez segundo as ocupações (1897)

Ocupações	Prisões	%
Artêsão/Trabalhador Manual	5	4,35%
Comerciante/Ambulantes	4	3,48%
Jornais	20	17,39%
Não relatado/ sem profissão/ vagabundos	60	52,17%
Profissional liberal	8	6,96%
Serviços Domésticos	7	6,09%
Outras*	11	9,57%

Total	115	100%
--------------	-----	------

Fonte: Periódico “Diário de Notícias” (1897)

* agricultor, artista, embarcadiço, operários, seringueiros.

Quando distribuímos o total de detenções por embriaguez de acordo com ocupação dos contraventores, o destaque aparece para a variável “não relatado/sem profissão/vagabundos” responsável 52% do total. Mas essa variável carece de uma pequena explanação. Os “não relatos” dizem em respeito às notas de prisão por embriaguez que não trazem informações sobre o delinquente, apenas informando sobre o delito. No grupo “sem profissão” e “vagabundos” estão inseridos os delinquentes que, de fato, não tinham ocupação. Tratava-se dos desocupados e dos “vagabundos de profissão”.

Outro fator que podemos observar (tabela V) trata-se do número relevante de indivíduos que possuíam alguma ocupação e que foram detidos em função da embriaguez. Os jornaleros, por exemplo, aparecem como a segunda variável que mais prendeu por desordem. Se somarmos as duas variáveis (“não relatado/sem profissão/vagabundos” e “jornaleiro”), juntas elas responderão por aproximadamente 70% das detenções. Esses dados podem nos permitir fazer a seguinte reflexão: Se aproximadamente 75% das prisões por embriaguez se deram na área central da cidade (tabela III), quase 70% desses presos tinha como principal ocupação o desemprego ou o trabalho informal. Nesse contexto, o centro aparecia como o principal ponto de circulação desses dois grupos, muito provavelmente, pela da crença de que a intensa atividade econômica desenvolvida na Sé e em Sant’Anna desencadearia em mais postos de trabalho, como também por abrigarem os botequins, comércios, e tabernas, funcionando como ponto de encontro e principal opção de lazer e distração dos trabalhadores urbanos.

Isso baseia-se no entendimento de que o lazer dos trabalhadores urbanos consistia na “conversa informal ao redor de uma mesa ou recostados no balcão, sempre sorvendo goles de café, cachaça, cerveja ou um vinho bem barato” em um botequim²⁹¹⁸. Mas após alguns goles, o lazer frequentemente transformava-se em ambiente de conflitos de motivações variadas: contendas entre trabalhadores por alguma desforra, por questões envolvendo nacionalidade, por ciúmes, por exposição à desonra, por desentendimentos entre fregueses e caixeiros. Esse cenário deixava evidente que a origem dos conflitos e desordens passava, sem dúvida, pelo problema da manutenção da ordem dentro dos Botequins. Foi o que aconteceu, por exemplo, ao “grumete João Cândido” que, vindo à terra, “tomou seu *alegrote* e entendeu que o mestre d’aquela vapor era qualquer guardanapo, em que podia impunemente limpar as mãos”, motivo pelo qual teve que “roer 24 horas de estação de segurança”²⁹¹⁹

“Pela polícia”: notícias de gatunos e larápios na *Belle Époque* belenense.

Questões envolvendo furto e roubo já eram constantes desde o início da década de 1890. O balanço de prisões abrangendo os anos de 1890, e 1892 a 1894 já situavam a gatunagem no *rol* de prisões, ao lado outros delitos²⁹²⁰; todavia figurando entre os delitos de menor ocorrência. O número de prisões por furto e roubo em 1890, por exemplo, correspondia a discretos 4% de um total de 2293, enquanto as contravenções da ordem pública, somadas, correspondiam aproximadamente a 85%. O balanço de 1892 apresentara um decréscimo gradual, passando de 11% em 1892 para 6,5% em 1893, e chegando a 5% do total das detenções em 1894. Em linhas gerais, esses números apontam para um cenário cotidiano, nas primeiras décadas de 1890, em que a gatunagem, embora constante nos balanços de detenções, figurava entre os delitos de menor ocorrência. Ou ainda, que as

²⁹¹⁸ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**/Sidney Chalhoub. – 3ªed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2012., p. 257

²⁹¹⁹ **A Folha do Norte**, 07/01/1897.

²⁹²⁰ LEAL *Op. Cit.*; AYRES, *Op. Cit.*

questões envolvendo a ordem pública representavam o principal motivo de preocupação para as autoridades policiais nesse momento.

Segundo a ótica do periódico “Diário de Notícias”, para os anos de 1897 esse quadro parece esboçar alguma mudança: a gatunagem passa a figurar na parte superior da tabela, sendo contada entre os delitos que mais ensejaram em detenções. Com um total de 225 ocorrências, os crimes de furto e roubo totalizaram 22% das reclusões, ficando atrás apenas de variável “desordem”, que totalizou 45% (tabela I). De forma prática, isso pode ser sintomático de uma mudança no cotidiano de criminalidade na cidade de Belém no final do século XIX, em relação ao início da década de 1890. Nesse sentido, o aumento das atividades policiais voltadas para repressão desse tipo de delito, caracterizado pelo aumento do número de prisões motivadas por gatunagem, indica que havia um cenário de insegurança crescente no cotidiano da cidade de Belém nesse período, que colocava em risco à propriedade privada, e até mesmo a segurança pessoas:

Os ladrões penetraram ontem, por volta de 2 e meia da manhã, na residência do Dr. Alfredo de Sousa, á estrada de S.Geronimo, tendo entrado pelos fundos do prédio, que dão para o largo da Memória, havendo entre este e aquele outros prédios habitados, para o que forçaram uma pedra bastante resistente.

Presentidos a tempo, quando começavam a colheita pela dispensa, puzeram-se em fuga, nada conduzindo do roubo começado, sendo perseguidos a tiros de revolver pelo nosso collega, que não logrou attingil-os.

Não há dúvida que nada se pode esperar da polícia nem da repressão penal pelo jury para acabar com essa casta de bandidos. Resta, pois, ao cidadão o recurso extremo e único, o da bala, n’uma espera vigilante de assalto ao seu domicílio, pra fazer pagar com a vida o audacioso crime dos assaltantes, essa perigosíssima horda que nos traz em constante sobressalto²⁹²¹.

Esse cenário de criminalidade e ameaça a garantia dos bens e das pessoas estava distribuído pelos distritos da capital da seguinte maneira:

Tabela VI – Total de prisões por gatunagem segundo os distritos (1897)

Locais	Prisão	%
Sé	133	59,11%
Sant’Anna	42	18,67%
Trindade	18	8%
Nazaré	24	10,67%
Outros*	8	3,56%
Total	225	100%

Fonte: Periódico “Diário de Notícias” (1897)

* Áreas adjacentes aos distritos municipais, como Umarizal, Canudos e Marco D’légua, que no início da década de 1900 viriam a compor o 5º, 6º e 7º distrito.

²⁹²¹ A Folha do Norte, 09/05/1897.

Na análise da distribuição dos crimes de gatunagem pelos distritos (tabela VI), novamente os distritos Sé e Sant'Anna são destacados como pontos de maior ocorrência de detenções, nos casos de desordem e embriaguez. Essas localidades eram também denominadas, não por acaso de 1º e 2º distrito, respectivamente, que desde o século XVII, despontaram como área central da cidade por abrigar o porto e os principais mercados da capital e, posteriormente, abrigaram atividades diversas, fazendo concorrer para ali bancos, fábricas, comércios, lojas, agências, ambulantes e uma grande população em busca de meios de sobrevivência²⁹²². Por essas características, a área central consistia em ambiente propício não apenas para a desordem e embriaguez. Ao que parece, era também o local preferido pelos gatunos, para desenvolverem suas ações, tendo como objeto a propriedade alheia.

Se havia bancos, havia também dinheiro; se havia comércio, lojas ou fábricas, havia também uma gama de produtos que poderiam ser alvos da ação dos “gatunos”. Essa diversidade de produtos que poderia ser encontrada no centro, remetia de imediato ao perfil da ação dos criminosos nesse local, podendo até mesmo indicar o seu grau de complexidade, para não dizer profissionalismo, por exemplo, as associações que poderiam suceder entre certos indivíduos em nome de um furto bem sucedido, sobretudo quando se tratava de objetos de relevante valor comercial. No caso de Belém, havia muitos produtos cujo consumo se dava em ampla escala pela população, ou também podiam estar em alta no mercado: alimentos, joias, borracha. Nesses casos, os gatunos tinham sempre a disposição um receptor para repassar o produto²⁹²³. É exemplar nesse sentido o caso de um fogueira que Raymundo Pereira:

Hontem ás 9 horas da manhã foi preso pelos empregados do trapiche do comércio, quando d'ali conduzia duas peles de borracha fina, dentro de uma caixa de querosene, o fogueira do vapor “Elias”, Raymundo Pereira da Silva. O gatuno foi entregue ao subprefeito de Sant'Anna, que o mandou trancafiar no xadrez da estação policial²⁹²⁴.

Mas essa não era a única modalidade de gatunagem desenvolvida no cotidiano belenense. Deoclécio, o “gatuno audaz”, por exemplo, denunciado com muita frequência pela “Folha do Norte”, representa outra forma de operacionalização do furto no cotidiano belenense. Tratava-se de uma espécie de gatuno cuja ação não se caracterizava por arrombamentos e normalmente agia sozinho. Sua ação consistia em tentar auferir alguma vantagem no trato com a vítima sem que esta percebesse, passando-se por uma pessoa de boa reputação. Foi dessa maneira que ofereceu ajuda a algumas mulheres que tentavam reunir certa quantia em dinheiro para financiar o enterro de um ente querido, mas ainda não tinha conseguido:

Pois bem, disse elle, eu sempre gostei de praticar atos humanitários. E não cesso de louvar a Deus a cada vez que se me depara uma ocasião de poder fazê-lo. Vou pois tratar do enterramento dessa infeliz. Não se aflijam. Deem-me os 458 que eu vou mesmo ao armador, e lá entrarei com o que falta [...] E foi-se. Eram mais ou menos dez horas da manha. Dentro de alguns momentos terão ahi o caixão e a armação. As mulheres esperaram-n'ó até as 4 horas da tarde [...] Foi então que se veio a saber que as duas mulheres tinham sido vítimas d'uma gatunagem²⁹²⁵.

Havia também gatunos um pouco menos articulados que Deoclécio, os quais tinham suas ações facilitadas pelos “hábitos dos comerciantes” de colocar seus produtos “a porta da

²⁹²²SARGES, *Op. Cit.*

²⁹²³FAUSTO, *Op. Cit.*, p. 156-158

²⁹²⁴A *Folha do Norte* 19/04/1898.

²⁹²⁵A *Folha do Norte*, 05/01/1898.

loja para atrair fregueses”²⁹²⁶. Fora o que acontecera a “Raymundo Nonato da Silva” que, ao entrar em um botequim no largo de Sant’Anna, “lançou mão de uma caixa dos aludidos charutos que estava ali á mostra, e meteu a no seio da camisa”, enquanto o caixeiro atendia os outros fregueses²⁹²⁷. Havia também os que se utilizavam de seus ofícios para tentar ganhar alguma vantagem indevida. Essas “espertezas” eram muitas vezes obra dos condutores de bonde e de alguns comerciantes, ao passar o troco ou pesar o alimento. Em junho de 1898, por exemplo, os moradores da “rua dos Pariquis”, queixavam-se de um “açougueiro” que “lesa escandalosamente os fregueses nas pezadas”²⁹²⁸.

Já vimos que Sé e Sant’Anna, juntas, foram responsáveis por 77% das prisões relacionadas à gatunagem em 1897 (tabela VI), e que possivelmente isso tenha decorrido em função de abrangerem a área central da cidade, abrigando os principais pontos de atividades econômicas; peculiaridade que não apenas atraía a população em geral, como também à atenção dos gatunos. Traçar um perfil a respeito dessa população de gatunos, buscando informações acerca de suas ocupações, pode nos revelar ainda outros detalhes:

Tabela VII – Total de prisões por gatunagem segundo as ocupações (1897)

Ocupações	Prisão	%
Artesão/Trabalhador Manual	15	6,67%
Embarcaçõo	24	10,67%
Jornais	51	22,67%
Não relatado/Sem profissão/vagabundos	106	47,11%
Outras*	12	5,33%
Serviços Domésticos	11	4,89%
Trabalhador/Operário	6	2,67%
Total	215	100%

Fonte: Periódico “Diário de Notícias” (1897)

* ambulante, agência, artista, barbeiro, comerciante, lavrador.

Da mesma forma que nas prisões por desordem e embriaguez, os delinquentes classificados como “sem profissão/vagabundos” são os que mais aparecem no *rol* de detenções por furtos e roubo, respondendo por 47% de um total de 215. Assim, na maioria dos casos, antes de ser gatuno, o delinquente era vadio, sendo esta condição uma espécie pré-condição para a prática da gatunagem. Essa condição pré-delituosa pode ser tão relevante quanto o delito propriamente dito, na medida em que, nesse caso, se assenta como condição de ligação entre o delinquente e o crime.

O cenário de criminalidade do cotidiano belenense de 1897, analisado sob a ótica do periódico “Diário de Notícias”, pode apresentar ainda maior clareza se considerarmos as queixas e denúncias que eram publicadas diariamente. Essas notas, embora muitas vezes guiadas por conveniências políticas, podem nos levar a algumas nuances dentro do contexto de criminalidade, que muitas vezes não eram contabilizadas pelos registros de detenções:

Ante-hontem, ás 11 horas da noite na travessa de São Matheus, grande chinfrim promoveram vários ociosos que

²⁹²⁶ FAUSTO, *Op. Cit.*, p.158

²⁹²⁷ **A Folha do Norte**, 12/04/1897.

²⁹²⁸ **A Folha do Norte**, 11/06/1898.

áquella hora vagavam por ali em busca... de aventuras. A polícia sonhava poeticamente á sombra das mangubera²⁹²⁹

Acerca do uso dos relatórios de detenções como fontes devemos considerar que esses dados apenas nos permite inferir sobre os crimes que foram frustrados pela ação policial, nos dizendo pouco sobre aqueles que não puderam ser impedido²⁹³⁰. Nesse sentido, queixas de gatunagem e de contravenções relacionadas à ordem pública, podem nos levar a um contexto de criminalidade ainda mais denso do que os expresso pelos registros de detenções. Dessa feita, um levantamento das queixas policiais, levando em consideração, sobretudo, o tipo de delito, pode implicar em relevantes mudanças nas formas de compreensão do crime no cotidiano da cidade de Belém:

Tabela VIII – Total de queixas segundo os crimes (1897)

Queixas	Prisão	%
Agressões/Ferimentos	35	28%
Desordens	6	4,80%
Embriaguez	2	1,60%
Gatunagem	63	50,40%
Ofensa À Moral Pública	16	12,80%
Outros*	3	2,40%
Total	125	100%

Fonte: Periódico “Diário de Notícias” (1897)

* Crimes sexuais, vadiagem/vagabundagem.

Na tabela de queixas, as principais reclamações que aparecem dizem respeito à variável furtos/roubo. Quando comparamos as tabelas I e VIII, temos de imediato alguns dados que sugerem algumas transformações no cotidiano de criminalidade, no ano de 1897. Na tabela I, a soma das variáveis “desordem/embriaguez” correspondia a 57% do total de detenções, enquanto “roubo/furto” correspondia a apenas 22% dos delitos. Esse balanço sugeria um cotidiano em que as questões relacionadas á ordem pública se constituíam no principal apelo social. Mas se considerarmos apenas as queixas (tabela VIII) noticiadas pelo periódico “Diário de Notícias”, esse cenário se inverte: a gatunagem aparece como variável majoritária. Isso nos leva ao entendimento de que qualquer balanço de criminalidade que leve em consideração apenas os registros policiais, pode não ser representativo de um real cenário criminal como um todo, fazendo até mesmo passar despercebido determinados problemas sociais.

Nesse sentido, entendemos que a assertiva de que os problemas envolvendo a gatunagem eram diminutos, ou que os delitos contra a ordem pública eram os principais motivos de ocupação por parte do poder público, não pode ser considerada absoluta. Havia outra realidade denunciada pelas queixas policiais que apontavam para um cotidiano de insegurança em relação salvaguarda da propriedade privada e das pessoas, mas que nem sempre eram transformadas em números. Essa catalogação dependeria da ação repressora do aparelho policial, o que nem sempre se concretizava em se tratando de gatunagens. E o que exemplifica a queixa da “Folha do Norte” sobre o cotidiano da capital paraense em

²⁹²⁹ **A Folha do Norte**, 31/01/1897.

²⁹³⁰ FAUSTO, *Op. Cit.*

relação ação dos gatunos, denunciando que “a polícia se encarregou de provar que, sob a administração do sr. Dr. Ferreira Teixeira, só não rouba quem não quer”²⁹³¹. Se somássemos queixas (tabela VIII) e as prisões (tabela I) por furto/roubo, por exemplo, poderíamos inferir que os problemas envolvendo a gatunagem na capital paraense eram mais acentuados do que o cenário sugerido pelos registros de detenções. Era o que denunciava a folha do Norte:

Aviso aos Gatunos:

O Dr. José Ferreira Teixeira será Chefe de Segurança até o dia 30 do corrente. Isto quer dizer que podem roubar a vontade, sem receio de irem parar á cadeia de S. José. É aproveitar a ocasião²⁹³².

Devemos considerar, ainda, que em fins do século XIX o bom ladrão destacava-se pela capacidade de verbalização, pela habilidade manual no manejo dos instrumentos adequados, pelo emprego do corpo, por saber escalar muros com destreza e por saber infiltrar-se disfarçadamente²⁹³³. Em junho de 1898, por exemplo, A Folha do Norte noticiava um grande furto que havia se dado em uma joalheria da cidade, à Rua João Alfredo, da qual os gatunos haviam levado grande quantidade de “joias” e “pedras preciosas”. Chama atenção, além do objeto do crime, o fato de os larápios terem acessado ao estabelecimento por meio de um túnel que “comunicava com o encanamento do exgoto”.²⁹³⁴ A destreza empregada pelos gatunos na joalheria é indicativo de que, na virada do século, a gatunagem em Belém não apenas era acentuada, como também se destacava pelas habilidades dos delinquentes. Além disso, contrariando as observações de Lacerda (2010) acerca dos crimes patrimoniais em Belém, esse fato é indicativo para mostrar que a gatunagem também não se restringia a assaltos a galinheiros.

Considerações finais

Não poderíamos deixar de destacar que neste trabalho não advogamos contra o uso das fontes oficiais. Entendemos que o uso de múltiplas fontes em busca do rastro do homem, constitui-se no principal ponto de apoio ao historiador²⁹³⁵. Nesse sentido, a partir da análise crítica, o periódico passa a ser uma fonte histórica tão necessária quanto qualquer outra, na medida em que também pode nos conduzir aos vestígios do homem, objeto da história.

MENORES VADIOS... INGÊNUOS, FILHOS DE LIBERTOS: INFÂNCIAS PERIGOSAS NO PÓS-ABOLIÇÃO EM PERNAMBUCO (1888-1892).

Gabriel Navarro de Barros²⁹³⁶
b_navarro_2@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho busca investigar como menores pobres foram encarados pelo poder provincial (e mais tarde estadual) de Pernambuco, entre 1888 e 1892, como indivíduos

²⁹³¹ A Folha do Norte 06/06/1898.

²⁹³² A Folha do Norte, 24/06/1898.

²⁹³³ FAUSTO, *Op. Cit.*

²⁹³⁴ A Folha do Norte 07/06/1898.

²⁹³⁵ BLOCH, Marc Leopold Benjamin, 1886-1944 B611A **Apologia da História, ou, o ofício de historiador** / March Bloc; prefácio, Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira, Lilia Moritz Schwarcz; tradução, André Talles. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

²⁹³⁶ Doutorando em História - UFPE

potencialmente perigosos a uma pretensa ordenação social que se buscava alcançar. Meninos e meninas emergiram como alvos de políticas públicas cujos objetivos se pautavam em minimizar o escoamento de suas energias produtivas, através da disciplina do trabalho e da ordenação moral. Pensamos as relações entre os corpos pueris e o Estado auxiliados pelo conceitos da *governamentalidade* e da *biopolítica*, elaborados por Michel Foucault. Nosso recorte se incide no período imediato à abolição da escravidão e revela o surgimento de uma nova problemática às autoridades que gerenciavam a questão da infância: os ingênuos – como eram chamados os filhos das escravas a partir da Lei do Ventre Livre (1871) - que haviam se tornado legalmente menores. Esse novo sujeito emerge como uma nova ameaça, perigosa tanto pela pobreza material que carregava consigo, quanto pela herança do cativo que a marcava. Deste modo, o período apontado é ímpar para um debate acerca de complexas relações envolvendo a historiografia da infância e do pós-abolição. Nossa análise indicou que a inserção da criança negra como uma ameaça social e alvo de políticas voltadas à infância significou a eclosão de práticas sociais e culturais complexas que se mostraram no âmbito jurídico, na imprensa, nas ações dos ex-proprietários de escravizados e também nas dos próprios infantes. Para realização da pesquisa, foram utilizados como fontes históricas: jornais, processos de tutelas, legislação orfanológica e documentos administrativos dos Juízos de Órfãos de Pernambuco.

Palavras chave: menores, pós-abolição, ingênuos.

Das colunas do Jornal chamamos a atenção das autoridades superiores da província para o escandaloso uso das tutelas dos ingênuos. Com certeza não está extinta a escravidão no Brasil, porque as autoridades judiciárias, ao menos neste termo, procuram plantar um novo regime escravista com a invenção das tutelas! É doloroso, depois da lei áurea de 13 de Maio, ver as mães chorando nas ruas, para que lhes sejam entregues seus filhos; mas estas súplicas e lágrimas nada valem, porque são de uma raça maldita! Aqui os laços mais estreitos, como os do amor materno, são desprezados; tomam-se os inocentes filhos de tenra idade dos braços e dos desvelos das mães, separam-se delas rapazes, único arrimo às vezes de sua consternação, isto sem o menor escrúpulo, para entregar a um tutor, que lhes vai explorar os serviços (...) sem a mínima recompensa, e sem que recebam, estes abandonados da sorte, a mais simples educação! É torpe e desumano este sistema dos encarregados de executar a lei, tanto mais quando por tutores, conforme a praxe, desses infelizes arrancados do seio materno, os próprios ex-senhores das libertas! Agora indaguemos qual o afã de nomear tutores aos ingênuos com o desespero das mães. No município calculemos em mil pessoas as que tem ingênuos; pois bem, pagando cada um ex-senhor 7\$000 da assinatura da tutela (quando cobra o juízo), eis uma soma de... 7:000\$000 réis! Então que tal a indústria? Pela insignificante quantia de 7\$ não haverá um ex-senhor, possuidor de ingênuos, que não venha assinar tutela, pois com tão diminuto preço comprará quantos estiverem em sua casa, para lhe servirem até a idade de 21 anos! As autoridades superiores da província cumprem acabar com esta indústria lucrativa e desumana. Por nossa legislação é proibido de ser tutor o que se oferece, e o potentado; ora ex-senhor não só vem em juízo se oferecer, como é potentado a respeito da liberta, mãe dos ingênuos:

logo, mesmo em face da legislação anterior à lei de 13 de Maio, é ilegal a tutela do ex-senhor sobre o ingênuo.²⁹³⁷

O distanciamento, efetivado pelos Juízos de Órfãos, entre a mãe liberta e os seus filhos, não deixou de provocar críticas na imprensa da época. O *Jornal do Recife*, pouco mais de dois meses depois da abolição, pontuava que o mecanismo das tutelas insistia em não permitir ao regime escravista o seu derradeiro fim, como é possível perceber acima. Observa-se que o tom da escrita presente na matéria era de denúncia ao que era colocado como um novo tipo de escravidão que vinha surgindo no Brasil. Frente às condições de mulheres recém saídas do cativeiro, bem como de seus filhos, o texto assinalava as agruras que passavam esses sujeitos devido ao uso das tutelas.

O instrumento jurídico era posto como uma ferramenta capaz de implantar um novo regime escravista na nação. Fazia com que mães, chorando diante de atos tão cruéis e injustos, fossem afastadas de seus filhos, tidos às vezes como único arrimo com o qual podiam contar. Mas isso não careceria ser encarado como problema - ironizava a fonte -, afinal de contas, todos esses faziam parte de uma raça maldita!

Torna-se profícuo observar como o documento em questão aponta os usos das tutelas como uma poderosa indústria. O interesse em se tornar tutor de um menor trabalhador, filho de uma mulher liberta, aparecia como uma estratégia extremamente lucrativa e, de acordo com o jornal, difundida. O cálculo concernente a presença de aproximadamente mil tutores de filhos e filhas de mulheres ex-escravizadas não apresenta devida sustentabilidade para pontuarmos quaisquer verossimilhanças acerca de tais números. Os processos de tutela referentes à cidade do Recife findam na década de 1870, o que nos impede de estabelecer um cruzamento de fontes que nos embase com maior segurança. Apesar de não podermos assinalar a precisão dessa quantidade, parece-nos seguro advertir, no entanto, que essa prática não deve ter sido tímida.

Outro elemento, aparece no periódico sob uma perspectiva que emana revolta: “quando cobra o juízo”²⁹³⁸, diz a fonte. Parece-nos que, efetivamente, a fiscalização dos diversos Juízos de Órfãos da província e do estado de Pernambuco, no que toca os cuidados concernentes aos menores negros, foi bastante parca. Para isso, basta compararmos com os números de prestações de contas encontrados na documentação que trata de órfãos de posses. Apesar desses não terem sido o foco de nossa pesquisa, o encontro com aproximadamente três dezenas de fontes que justificavam os bons tratamentos de tutores a infantes, proprietários de residências e animais²⁹³⁹, não deve ser compreendido como uma informação a ser dispensada. Principalmente quando nenhum desses documentos envolvem órfãos pobres. De tal maneira, não acreditamos que é demasiado inferir que o controle dos Juízos pernambucanos diante do tratamento dessas crianças “ingênuas” foi bastante modesto.

Afastando-se da concepção de “imoralidade da raça”, o texto do *Jornal do Recife* opera para tentar legitimar os laços familiares constituídos nas senzalas, especificamente entre mulheres escravizadas e seus filhos. Afastando de si qualquer palavra que pudesse mencionar a ausência de afeto familiar, assinalava a presença do amor materno entre os descendentes do cativeiro, bem como o agudo sofrimento que encaravam muitas mulheres negras, que vinham seus rebentos serem afastados para servirem aos seus ex-senhores.

Devemos lembrar que a associação entre a escravidão e o desregro sexual foi bastante incidente tanto na Colônia quanto no Império, chegando a ter, inclusive, importantes

²⁹³⁷ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Jornal do Recife*, 22 de julho de 1888, p.2. Disponível em <<http://memoria.bn.br/hdb/periodicos.aspx>>. Acesso em 12 de janeiro de 2014.

²⁹³⁸ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Jornal do Recife*, 22 de julho de 1888, p.2. Disponível em <<http://memoria.bn.br/hdb/periodicos.aspx>>. Acesso em 12 de janeiro de 2014.

²⁹³⁹ Para ratificar o argumento, assinalamos que toda a documentação referente ao termo de Glória do Goitá, em nosso recorte temporal, é composta somente por prestações de contas envolvendo órfãos de posses.

ressonâncias na República. Essa conexão permitia que muitas mulheres escravizadas, e também libertas, viessem a ser pontuadas como desonradas, inaptas à manutenção de laços familiares e até de serem incapazes de constituir afeto junto a seus rebentos²⁹⁴⁰.

O caso da menina Maria, tutelada pelo proprietário do Engenho Mattos (termo de Bonito), Prisciliano Antunes Correia, nos auxilia a compreender esta questão, além, efetivamente, de nos permitir argumentar sobre alguns pontos referentes ao documento acima²⁹⁴¹. Filha da liberta Laurinda e devendo contar com aproximadamente dez anos de idade, a garota tem sua tutela requerida pelo ex-senhor de sua mãe, como é possível observar nas palavras do escrivão de órfãos Joaquim Roberto:

Prisciliano Antunes Correia, proprietário e morador no Engenho Mattos deste Termo, vem perante V.Sª requerer a tutela da menor Maria de dez anos de idade mais ou menos, filha natural da liberta Laurinda, obrigando-se o suplicante a educá-la o melhor que puder.²⁹⁴²

Notamos que o nome do pai da criança não é citado na documentação, tampouco se a mesma era reconhecidamente órfã. Ora, essas informações deveriam sempre acompanhar os pedidos de tutela de infantes e jovens. No que toca os filhos e filhas de mulheres libertas, no entanto, vemos que isso ocorria com pouca frequência. Esta ausência não implicava apenas no desconhecimento da paternidade da criança frente à justiça, mas o fato de os juízes de órfãos estarem imersos em uma visão de mundo que atuava para guiar as próprias jurisdições em operações carregadas de preconceitos. De tal forma, a concepção que apontava a “imoralidade” das ex-cativas, na maioria das vezes, servia para fazer os magistrados ignorarem as referências paternas desses garotos e dessas garotas, como se já houvessem internalizado uma profunda concepção acerca desse grupo social²⁹⁴³.

Assim, diferente da criança de família pobre, em que a orfandade era um requisito para a nomeação de tutoria, o filho da mulher liberta, com frequência, era colocado como um sujeito alheio a referências paternas, sendo indicado como um indivíduo duplamente perigoso sem que o seu estado de orfandade fosse sequer apontado. Podemos argumentar, neste sentido, que a denominação de mães como *libertas*, *ex-escravas* e *pretas*, se articulava com a privação da designação da paternidade dos filhos das mesmas. Na maioria das ações de tutela referentes à criança negra ocorre a carência de quaisquer informações acerca do pai do infante. Elementos que poderiam esclarecer se o pai era vivo, falecido ou desconhecido, na maior parte das vezes, eram ignorados pelos magistrados nos casos que envolvessem a tutela de filhos de mulheres libertas.

O caso de Maria ainda nos permite tecer reflexões diante daquilo que foi assinalado pelo *Jornal do Recife*. A matéria colocava que a nomeação de ex-senhores para assinar a tutela de “ingênuos” acabava por facilitar um exercício lucrativo para os primeiros, uma vez que os últimos representavam mão de obra de baixo valor econômico: sete mil réis anuais. Ao senhor Prisciliano Antunes Correia, ficou o dever de cumprir com a soldada de não sete, mas doze mil réis, à assunção do cargo de tutor da menina. Diferença pouco significativa, ainda mais quando foi pontuada a necessidade do proprietário do Engenho Mattos arcar com

²⁹⁴⁰ SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil, sudeste, século XIX**. Editora da UNICAMP, Campinas, 2011.

²⁹⁴¹ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Jornal do Recife*, 22 de julho de 1888, p.2. Disponível em <<http://memoria.bn.br/hdb/periodicos.aspx>>. Acesso em 12 de janeiro de 2014.

²⁹⁴² MEMORIAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO. **Processos cíveis**. Tutela. Petição de tutela de Prisciliano Antunes Correia. Caixa 000218, Comarca de Bonito, 1888.

²⁹⁴³ CARDOZO, José Carlos da Silva .et al. O Juízo dos Órfãos em Porto Alegre. *Revista Justiça e História* [On Line]. Volume 9, número 17-18. 2011, p.6. Disponível em <http://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucha/revista_justica_e_historia/issn_1677-065x/v9n17n18/O_JUIZO.pdf>. Acesso em 20/04/2011.

este estipêndio unicamente depois de Maria alcançar a idade de doze anos, como registrou o escrivão acerca do parecer do curador geral dos órfãos que esteve responsável pelo caso:

Não me oponho a que o suplicante seja nomeado tutor da menor Maria, obrigando-se entretanto a pagar-lhe uma soldada razoável depois de atingir a tutelada a idade de doze anos. Bonito, 14 de Junho de 88. O Curador Geral de Órfãos.²⁹⁴⁴

Com base no que fora colocado pelo curador em exercício, alcançamos a compreensão que tal cargo - reconhecido como efetivo “advogado dos órfãos”, que deveria sempre zelar pelos interesses das crianças e jovens que ao Juízo fossem colocadas - esteve, majoritariamente, bem mais próximo aos interesses das elites do que efetivamente dos menores pobres. A menina Maria, que apresentava apenas dez anos, teve sua ação confirmada pelo juiz de órfãos, após o parecer do curador. Deveria ela ficar sob a “proteção” de um ex-senhor, necessitando prestar serviços ao mesmo apenas quando completasse doze anos, período em que começaria a receber soldada. Se essa disposição foi ou não cumprida, é algo que extrapola as informações alcançadas junto às nossas fontes.

Outra questão assinalada pelo jornal fora a interdição reservada aos ex-proprietários de escravizados que desejavam assumir a tutoria de “ingênuos”. O periódico apontava que aquele que se oferecesse para cuidar de um menor era proibido de tê-lo como tutelado. Esse assunto fora estudado por Pereira de Carvalho. O mesmo, apesar de afirmar tal interdição, reduzia essa prática quase que unicamente aos órfãos de posse²⁹⁴⁵. O argumento fundamentava-se na necessidade de levantar suspeitas diante do indivíduo que se colocasse como interessado em ser tutor de um órfão. O jurista indicava o fato de ser raro alguém sujeitar-se a dispor de tempo na administração de um infante ou jovem sem galgar interesse na assunção de seus bens. Ainda, advertia que muitas vezes acontecia a disputa na tutela de órfãos ricos, tendo o mesmo nunca visto o mesmo acontecer a respeito dos pobres²⁹⁴⁶.

Com base nos argumentos colocados, é possível compreender que, apesar das tutelas de menores negros representarem vantagens para os ex-senhores, a jurisdição dos Juízos de Órfãos se pautou, no que toca crianças e jovens reconhecidos como potencialmente perigosos, em permitir o direcionamento desses aos “cuidados” daqueles que se oferecessem em colocá-los sob sua custódia. Essa estratégia visava afastar esses meninos e essas meninas da possibilidade de se imiscuírem em comportamentos de “vadiação”.

Importante reforçar que o Estado reconhecia esses pequenos como alvos cuja caução deveria recair. Afinal de contas, eles representavam um “grande perigo”. Significavam uma sólida ameaça à “sociedade de bem”, devido à pobreza em que estavam inseridos e, de um modo mais “nocivo” ainda, por estarem marcados pelo semblante que os punha como as proles da escravidão. Eram colocados em um cruzamento entre a pobreza e a descendência das senzalas, sendo apontados, portanto, como “duplamente ameaçadores”.

Ainda sobre o *Jornal do Recife*, o argumento colocado acerca da proibição das tutorias no que diz respeito a um período anterior a 1888 nos parece equivocado. Ora, antes disso, as tutelas dos infantes ingênuos não eram regidas pelo direito comum, mas pela Lei Rio Branco, o que denotava a diferenciação desses com quaisquer outros órfãos.

A partir do 13 de maio, no entanto, concordamos que o texto do periódico tece questões importantes no descumprimento da legislação orfanológica destinada aos menores. No entanto, a distinção entre *ingênuo* e *menor*, apesar de ocorrer legalmente logo que a abolição é conquistada, não se deu, imediatamente no campo das práticas sócias, cujo costume embasava discriminatoriamente as operações dos juízes e curadores de órfãos, bem como a dificuldade em compreender uma criança sob um ou outro conceito. A assinatura

²⁹⁴⁴ Idem.

²⁹⁴⁵ CARVALHO, José Pereira de. **Primeiras linhas sobre o processo orfanológico**: parte segunda. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos Livreiro-Editor, 1880.

²⁹⁴⁶ Idem.

dos termos de tutela dos meninos Ignácio e João, do termo de Paudalho, representam bem essa problemática. Vejamos:

José Vieira de Melo Franco, querendo assinar a tutela dos ingênuos ou menores Ignácio e João, filhos de Lourença, já falecida, mediante a soldada de 2.000 mil réis mensais a cada um daqueles menores, requer V^a se digne lavrar o competente termo para ele assinar.²⁹⁴⁷

É legítimo assinalar a dúvida que o doutor juiz de órfãos João Baptista Correa de Oliveira, do Juízo do termo de Paudalho, encontrou ao tentar categorizar Ignácio e João. Ingênuos ou menores? Por mais que a Lei Áurea pontuasse a libertação geral dos escravizados, esses garotos, cujas tutelas iniciaram-se em outubro de 1888, se encontraram em um hiato em que um lado pendia para a herança do cativo e o outro, para a inserção em um campo legal referente à menoridade.

De tal modo, ao menos por lei, esses “novos” menores negros não eram mais encarados como sujeitos obrigados a prestarem, necessariamente, serviços gratuitos para os seus tutores, algo que acontecia antes, com a vigência da Lei Rio Branco. Além disso, entre os ingênuos e os menores, no campo legislativo, havia um abismo: não havia qualquer dever que impelisse os infantes a ficarem sob a custódia de um tutor até completarem 21 anos, algo que podia ocorrer antes da abolição. Sucede, portanto, no 13 de maio, um nítido declínio do poder moral senhorial²⁹⁴⁸, mesmo em relação aos filhos dos libertos.

Por mais que proximidades com o cativo possam ter sido demarcadas, não é salutar compreender que a abolição não foi um evento significativo e marcante no que diz respeito à modificação dos arranjos das forças sociais que se imbricavam com as relações tutelares. Se podemos perceber práticas que denotavam a criação de um “novo cativo”, como pontuou o texto do *Jornal do Recife*, isso não invalida o caráter desarticulador do fim da escravidão²⁹⁴⁹. Além da denúncia apontada, podemos perceber outra, do referido periódico, que contava:

Já que falamos do tempo da escravidão, veio-nos a mente uma nova fonte de tão degradante instituição, é o cativo disfarçado de vinte e um anos, inventado neste termo, contra os ingênuos, invenção esta muito simples, todo maquinismo das tutelas. Não podíamos supor que, depois de morto o [ilegível] da escravidão do Brasil, ficassem os ingênuos a um cativo de 21 anos; pois é uma realidade, ao menos neste termo. Muitos ex-senhores dos libertos têm comparecido no juízo de órfãos, e com a insignificante quantia de 7\$ assinam uma tutela, que lhes dá os serviços de rapazes e raparigas por muitos anos! É o cúmulo da perversidade! Ao Sr. Dr. Chefe da polícia cumpre investigar este fato, fazendo executar neste município a áurea lei de 13 de maio do corrente ano.²⁹⁵⁰

Ora, talvez seja justamente no descumprimento da Lei 3.353 que residia a particularidade das práticas tutelares que se deram após o 13 de maio. Pela segunda vez, o *Jornal do Recife* comenta o surgimento de uma nova escravidão no Brasil, através do mecanismo das tutelas. Acontece que essa “instituição” recente não era legitimada pelo Estado, o que fundamenta o caráter acusatório deste e do outro texto que apresentamos no início do texto.

²⁹⁴⁷ MEMORIAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO. **Processos cíveis**. Tutela. Petição de tutela de José Vieira de Melo Franco. Caixa 001675, Comarca de Paudalho, 1888.

²⁹⁴⁸ FRAGA FILHO, op.cit., 2006.

²⁹⁴⁹ MATTOS, op.cit., 1995.

²⁹⁵⁰ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *Jornal do Recife*, 21 de junho de 1888, p. 1 e 2. Disponível em <<http://memoria.bn.br/hdb/periodicos.aspx>>. Acesso em fevereiro de 2014.

Como já pontuado, compreendemos que antigos proprietários de seres humanos escravizados frequentaram os Juízos de Órfãos de Pernambuco, a fim de galgarem mão de obra infantil e barata. É aí, no entanto, onde a nossa atenção necessita se aguçar. Esses indivíduos são reconhecidos como ex-senhores, ficando legalmente impedidos, portanto, de cometerem comportamentos que denotassem tons escravistas às crianças e jovens que se encontrassem sob suas custódias. Não estamos afirmando, com isto, que as práticas sociais operam como reflexos das leis. Longe disso. Assinalamos, no entanto, que as últimas são capazes de estimular novos comportamentos e modos de agir. Ora, o que significa o pedido do redator do texto do periódico, dirigido ao chefe da polícia, senão a abertura de um novo tempo? Pensar que a atuação policial deveria incidir justamente sobre os reconhecidos ex-proprietários de escravizados, sob a justificativa de investigar se esses estavam tutelando infantes para utilizá-los como mão de obra compulsória, é compreender o enfraquecimento moral dessa camada.

Assim, não é lícito apontar que as práticas tutelares que ocorreram após a abolição da escravidão tenham significado unicamente uma mera continuidade do que se incidia antes. Se percebemos a insistência de gritantes violências e a tentativa de aproveitamento da força produtiva desses negrinhos e dessas negrinhas, isso não significa cristalizar as relações de tutela, como se os significados e as relações que as tocassem não fossem a todo instante se modificando.

A partir do 13 de maio de 1888, tal instrumento jurídico operou incisivamente em uma estratégia de regulamentação de famílias²⁹⁵¹ ex-cativas, algo que também assinala a particularidade deste novo tempo. A província e o governo de Pernambuco trabalharam, nos anos que seguiram a abolição, com o objetivo de retirar de mulheres libertas a tutela sobre seus filhos e filhas, em uma lógica de prevenção social. O gerenciamento de uma população infantil e “perigosa” atuava, neste sentido, com o intuito de afastar meninos e meninas da “nociva” convivência criada durante a escravidão²⁹⁵², o que não significa dizer que esse procedimento fosse esvaído de gritantes violências.

Neste sentido, não é demasiado rememorar que o Estado, através de processos crimes e cíveis, investiu em apontar a população liberta por um leque de adjetivos degradantes, com o objetivo de deslegitimar as capacidades desses indivíduos e assim corroborar ao encaminhamento de seus rebentos a tutelas. Inaptidão, violência, preguiça e imoralidade são símbolos que passam a marcar os “treze de maio” de uma forma que pretendia justificar a necessidade de o poder público intervir na instituição familiar dos ex-escravizados, retirando dela garotos e garotas, em vista de enquadrá-los em um ambiente com “melhores condições”.

Assim, a tutela aparece como um meio de dirigir essas crianças aos cuidados de “capazes” que, como nos permite inquirir o *Jornal de Recife*, foram capazes de legar à província pernambucana um “novo tipo de escravidão”. Essa forma de controle incentivou a circulação dessas crianças como mão de obra barata para os engenhos pernambucanos e também para o trabalho doméstico, em casa de particulares. Ex-senhores e indivíduos “aptos” poderiam tutelar esses garotos e essas garotas a fim de usufruírem de seus serviços em troca do direito à moradia, alimentação, educação e uma parca soldada. Elementos que não foram bem fiscalizados pela província e, posteriormente, pelo estado de Pernambuco. Sob a alegação que as famílias desses infantes não tinham condições morais e materiais para garantir educação e sustento esses últimos, não era difícil que “bons sujeitos” assumissem a tutela dos mesmos em busca de serviços a baixo custo²⁹⁵³.

²⁹⁵¹ Sobre o gerenciamento da força produtiva de uma população através da instituição familiar, ver: FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: **Microfísica do poder**. 26.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

²⁹⁵² SLENES, **op.cit.**, 2011.

²⁹⁵³ Acerca da exploração da mão de obra de crianças negras, ver: TEIXEIRA, Heloísa Maria. **A criança no processo de transição do sistema de trabalho** – Brasil, segunda metade do século XIX. Disponível

Percebemos, portanto, que os incentivos do Estado operaram para ordenar a “família liberta” dentro de uma expectativa de gerenciamento populacional. Ao retirar uma criança de uma destas famílias, reduziam-se os riscos sociais devido a menor necessidade de recursos para sustento da mesma. Afastá-la do convívio familiar significava um indivíduo a menos a ser sustentado por mínimas condições materiais. A mulher liberta e os seus filhos aparecem aqui como alvos dos Juízos de Órfãos, que se inseriam em uma ampla lógica de normatização da instituição da família e da infância.

Acontece que o fato desses indivíduos serem reconhecidos como herdeiros das senzalas agravava a situação. Eles não representavam apenas a “imoralidade” e os “vícios” “comuns” à pobreza e aos indivíduos “degenerados”, mas a “inaptidão” que descendia do cativo. Retirar meninos e meninas de um ambiente deste tipo, propício ao desenvolvimento de “violência”, “desmoralização” e à criação de obstáculos para uma sociedade disciplinada: essa era a lógica dos Juízes de Órfãos.

É de grande valia, contudo, ratificar a esparsa existência da instituição familiar escravizada no Brasil. Com isso, evitamos mitificações e armadilhas criadas pela própria historiografia²⁹⁵⁴. A escravidão, com suas violências e imoralidades, não foi capaz de anular a capacidade de negros e negras de se relacionarem afetivamente e disso fazerem nascer frutos. A família atuou como um elemento capaz de ceder forças e sentidos para encarar os horrores da escravidão e ao mesmo tempo colocar em maiores riscos os escravizados, uma vez que a venda de sujeitos que integrassem uma mesma rede familiar era sentida com muito pesar dentro da senzala²⁹⁵⁵.

Por este prisma, afastamos a compreensão que põe o sistema escravista como sinônimo da devassidão e da incapacidade de constituição de relações familiares e de afeto. Com isso, refutamos também o pensamento que possa apontar os encaminhamentos de crianças libertas, em 1888, para tutorias, quando feitos através de seus pais ou mães, como ações respaldadas na inaptidão moral herdada da violência de “séculos de degeneração”. A esperança em melhores condições de vida - nem que fosse a garantia de um parco soldo - para seus filhos e filhas impulsionava mães e pais a agirem desse modo.

É possível perceber essa tentativa, de direcionar os próprios filhos para a custódia de tutores, em um texto de Antônio Marinho Falcão, suplente do Juízo de Órfãos de Ouricuri, datado de dezesseis de julho de 1888, quando o mesmo registrava que ex-escravizados apresentavam numerosas queixas àquele Juízo, descontentes pelo fato de seus rebentos não estarem sendo tutelados por antigos proprietários²⁹⁵⁶.

É legítimo refletir que a fonte nos permite observar o acesso dos ex-escravizados aos poderes públicos. Suas queixas podiam ser ouvidas por estabelecimentos jurídicos e repassadas, inclusive, para o poder provincial, como foi o caso em questão²⁹⁵⁷. Algo, inclusive, que não fora inaugurado com a abolição. Chalhoub nos rememora que é enfaticamente a partir de 1871 que o alcance de seres humanos escravizados às instituições de justiça se endossa cada vez mais²⁹⁵⁸.

De qualquer modo, as queixas dos ex-cativos pontuam que o universo das tutelas não se pautou de uma maneira deslocada da participação ativa desses sujeitos. Os libertos que reivindicaram seus descontentamentos não podem ser compreendidos como indivíduos passivos, plenamente domesticados por dispositivos de poder²⁹⁵⁹. Agiam de um modo

em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_347.pdf. Acesso em: setembro de 2011.

²⁹⁵⁴ Sobre essa afirmativa, ver: SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil, sudeste, século XIX**. Editora da UNICAMP, Campinas, 2011.

²⁹⁵⁵ Idem.

²⁹⁵⁶ ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO. Juízes Municipais e de Órfãos (J.M.O) – 56, p.80.

²⁹⁵⁷ Idem.

²⁹⁵⁸ CHALHOUB, **op.cit.**, 2011.

²⁹⁵⁹ Acreditamos que as análises de Michel de Certeau e de Michel Foucault acerca das resistências

próprio, elaborando táticas capazes de gerar novos significados aos sentidos concernentes aos estabelecimentos dos Juízos de Órfãos. De tal forma, é impensável aceitar que as relações de tutela tenham ocorrido sob uma mecânica a todo instante controlada por profissionais do campo do Direito, políticos, antigos senhores ou “indivíduos de bem” interessados em assumir tutorias.

Ratificamos, ainda, que apesar da Lei Áurea ter marcado profundamente a conjuntura material e simbólica do fim do século XIX, ela não significou necessariamente um rompimento definitivo nas relações entre libertos e antigos senhores. Concordamos com Hebe Mattos quando a mesma afirma que a particularidade da abolição reside em seu caráter irreversível e desarticulador de um quadro de controle social e de práticas pautadas na subordinação²⁹⁶⁰. O término do cativeiro significou, de tal maneira, o desfecho de uma grande crise que se desenhou desde algumas décadas. Esse encerramento permitiu, no entanto, que se configurassem novos modos de domínio, de um lado, e, de outro, expectativas de vidas que giravam em torno do desejo de melhores condições materiais, um aproveitamento mais amplo diante daquilo que se podia compreender como “liberdade”, mas que nem sempre era capaz de distanciar as recordações dos tempos de escravidão.

Este sentido atravessa a nossa percepção diante das relações de tutela de crianças negras após 1888. É de bom tom insistir que esses embates se pautavam também em um campo simbólico, em que ex-senhores e ex-escravizados regavam de novos significados antigos usos de poder. Em um polo, aqueles que insistiam em manter sob seu domínio crianças trabalhadoras de tez negra - como se isso pudesse amenizar o declínio moral e jurídico por qual passaram devido à abolição -, em outro, libertos que, imersos em um campo social discriminatório e de difícil inclusão social, encontravam no encaminhamento a tutorias a esperança de melhores condições a seus rebentos. Mesmo que isso implicasse em uma aproximação junto às memórias do regime escravista, esses indivíduos contavam agora com a libertação incondicional garantida por lei, o que permitia negociação junto aos ex-proprietários²⁹⁶¹.

BRINCADEIRAS ENTRE CRIANÇAS, ESTRATÉGIAS ENTRE ADULTOS: INFÂNCIA E PODER A PARTIR DOS CORREDORES DOS PAÇOS IMPERIAIS (1859-1864)

Itan Cruz Ramos²⁹⁶²

itancruz.r@gmail.com

Resumo: O objetivo desta proposta de trabalho é descortinar as janelas historiográficas dos palácios de D. Pedro II e deixar perceber os laços de amizade que cercavam as princesas Isabel e Leopoldina ao longo de suas infâncias. A referida investigação parte da hipótese de que o círculo de amizade das princesas compunha uma lógica política entre a família do imperador e a família das crianças que frequentavam os Paços. Aqueles que conseguissem introduzir cuidadosamente as suas filhas no cotidiano familiar do monarca, sob a sua autorização, nutrindo estreitos vínculos de amizade com as princesas, poderiam lograr maior

que os sujeitos são capazes de constituir cotidianamente, diante de perspectivas de domínio, embasam o nosso argumento, precisamente os seguintes trabalhos: CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000 e FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

²⁹⁶⁰ MATTOS, *op.cit.*, 1995.

²⁹⁶¹ FRAGA FILHO, *op.cit.*, 2006.

²⁹⁶² Mestrando em História pela Universidade Federal Fluminense

proximidade com o núcleo do poder e usufruir de todas as benesses que isto pudesse lhes proporcionar. Neste sentido, a infância de uma das mais íntimas amigas da princesa Isabel, Maria Amanda Paranaguá, a “Amadinha”, como era carinhosamente chamada pela família imperial, filha do então futuro marquês de Paranaguá nos servirá de fio condutor para percorrer o cotidiano das crianças sem nos descuidar dos jogos políticos dos quais participavam juntamente com os seus pais e demais familiares. Para tanto, nos será caro o conceito de *habitus* desenvolvido de acordo com Pierre Bourdieu, percebendo as movimentações dos agentes escolhidos aqui sob a perspectiva da História Social. Deste modo, será preciso recorrer às cartas, fotografias e relatos sobre a referida época, amparados por uma bibliografia capaz de nos fazer acompanhar as movimentações dentro dos palácios e seus desenrolares para além deles.

Palavras-chave: Famílias; Corte; Brasil Império;

“Ba. 13 de julho de 1849 [...] Parabéns! Ontem à uma hora da tarde [...] Amanda [...] deu ao Snr. uma Menina muito grande e muito gorda, muito corada e muito bonita [...]. Seu am[igo]. E [...] pai, Pinheiro”²⁹⁶³.

Um vapor, provavelmente, foi o mensageiro desta feliz notícia²⁹⁶⁴. O bilhete vinha de Salvador e encontrou João Lustosa da Cunha Paranaguá, seu destinatário em Cachoeira, cidade do Recôncavo da Bahia onde então exercia a função de juiz municipal²⁹⁶⁵. Nove anos atrás, Paranaguá havia assumido a presidência da província do Piauí, sua terra natal. A partir da contração matrimonial com Maria Amanda Pinheiro de Vasconcellos, estabeleceu-se na Bahia, próximo dos parentes da sua esposa e onde provavelmente as oportunidades na política lhe pareciam mais atraentes. A mão que havia discorrido sobre o nascimento da menina pertencia ao seu sogro, Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, ex-presidente daquela província e renomado político.

O acontecimento certamente provocou ao pai os melhores sentimentos. A filha recém-nascida asseguraria a continuidade familiar. Maria Amanda Vasconcellos, que tinha acabado de dar a luz, agradeceu a criança com o seu próprio nome. A documentação disponível não deixa muito clara se a menina Amanda Paranaguá, era a primogênita do casal ou não. O que se sabe é que tiveram ao todo sete filhos²⁹⁶⁶.

O presente artigo se debruçará especialmente sobre a trajetória da menina Paranaguá, esta mesma que teve sua chegada ao mundo anunciada pelas letras do seu avô. Por meio dela, adentraremos no cotidiano dos palácios de D. Pedro II, uma vez que seus pais iriam residir anos depois na Corte. Entre cirandas, bonecas e teatrinhos, poderemos observar o seletivo grupo de meninas e meninos aos quais o monarca, sob olhar vigilante e seletivo permitia que brincassem com as filhas. Aqui, este privilegiado grupo de pequenos será acompanhado pela hipótese de que o círculo de amizade das princesas compunha uma lógica

²⁹⁶³ IHGB – Coleção Paranaguá. [DL 171.1] Lata 171 – Livro 1, doc. 1. [Carta do] Desembargador Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, (visconde de Montserrat): carta ao Dr. João Lustosa da Cunha Paranaguá, (marquês de Paranaguá): Bahia, 13 de junho de 1849.

²⁹⁶⁴ CAMPOS, J. da Silva. O vapor de Cachoeira. **A Ordem**, 15 jan.1930, p. 1.

²⁹⁶⁵ A nomeação do cargo de juiz municipal foi publicada na primeira página do periódico **O cearense**, em 11 de janeiro de 1849.

²⁹⁶⁶ Os nomes de todos os filhos homenageavam os tios e os avôs. Além de Maria Amanda Paranaguá, eram eles: José Lustosa da Cunha Paranaguá, Maria Argemira da Cunha Paranaguá, Joaquim Pinheiro Paranaguá, Ricardo Paranaguá, Maria Francisca Lustosa da Cunha Paranaguá e Julio Paranaguá. Ver: VASCONCELLOS, Caio Pinheiro de. **Carta, remetendo as informações sobre visconde de Monserrate e sobre o casal Ricardo Pinheiro e Maria Sodrê Dória**. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Arquivo Wanderley de Araújo Pinho, DL1477.069. Rio de Janeiro.

política entre a família do imperador e as famílias das meninas e dos meninos que frequentadores dos paços. Em exercício similar ao da brincadeira de esconde-esconde, também teremos o desafio de encontrar os pequenos escondidos nas cartas entre os adultos, nas fotografias e nas anotações que depois de mais velhos eles mesmos produziram, elucidando estes vestígios dispersos sob a luz de bibliografia adequada.

Partindo da perspectiva da História Social, consideramos as crianças como participantes do *habitus*²⁹⁶⁷ da Corte. Entendendo este conceito, de acordo com Pierre Bourdieu, como disposições que operam simultaneamente no plano social e individual, implicando na interiorização pelos indivíduos de aspectos ligados às experiências passadas que, por sua vez, norteiam suas ações e as de seus respectivos grupos e/ou classes²⁹⁶⁸. Ainda de acordo com este sociólogo, é o *habitus* que faz com que os agentes sejam dotados de um certo comportamento em determinadas circunstâncias²⁹⁶⁹ que, por conseguinte, podem se manifestar de forma mais ou menos homogênea entre grupos e/ou classes sociais.

Nesta investigação, consideramos o compartilhamento de um *habitus* entre as famílias mais abastadas do Império que é gestado na “disputa pelos signos do prestígio [que] é, assim, ao mesmo tempo, uma luta pelos atributos e vantagens do poder social”²⁹⁷⁰. Os filhos significavam a esperança da perpetuação das distinções familiares e a expectativa por novas alianças, seja pelos futuros casamentos ou laços de amizade, que viessem fortalecer seus respectivos trocos em meio a um cenário de competições acirradas pelo poder²⁹⁷¹.

Dos passos ao Paço

Um periódico baiano faria publicar em 1849, no mesmo ano de nascimento da filha do já mencionado João Paranaguá, que “os filhos são uma justa consequência do casamento”²⁹⁷². De acordo com Mariana Muaze, o enlace matrimonial distinguia a vida dos nubentes em duas partes distintas, estabelecendo o prosseguimento social e familiar da classe senhorial oitocentista. O novo arranjo conjugal que se celebraria no altar marcava o vínculo que entrelaçaria parentelas diferentes. Desta forma, Muaze anota que

essa união era intencionalmente calculada no sentido de proporcionar a manutenção dessas famílias como parte de um grupo seleta e privilegiado. Contudo, era preciso ir além e gerar novos elementos de poder e prestígio que as distinguisse e elevasse socialmente, atualizando as disputas sociais intra e extragrupo²⁹⁷³.

Certamente Paranaguá e Maria Amanda Vasconcellos pertenciam a posições semelhantes e igualmente vantajosas dentro da hierarquia social do Império. Depois de contraídas as núpcias caberia à mulher promover a continuidade da linhagem por meio da

²⁹⁶⁷ O *habitus* é compreendido aqui como práticas que são embasadas nas experiências passadas que direcionam a ação dos indivíduos e seus respectivos grupos. Renato Ortiz discorre que o *habitus* em Bourdieu

²⁹⁶⁸ Ver: BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2007, p.346; ORTIZ, Renato. Introdução – a procura de uma sociologia da prática. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983, p.18-19.

²⁹⁶⁹ BOURDIEU, Pierre. *Habitus, code et codification*. In: **Actes de la recherche en sciences sociales - de quel droit?** v. 64, nº 1, setembro 1986, p. 40.

²⁹⁷⁰ CHARTIER, Roger. Prefácio. In: ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 21.

²⁹⁷¹ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar**: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007, p. 184-185.

²⁹⁷² **Correio mercantil**, Bahia, 20 de setembro de 1849, p.2

²⁹⁷³ MUAZE, Mariana. **As memórias da viscondessa**: família e poder no Brasil império. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, p.54-55.

gravidez. De acordo com Roderick J. Barman, “a missão de vida da mulher consistia em prestar apoio, conforto e lealdade ao marido e em gerar e criar seus filhos”²⁹⁷⁴.

Em 1850 Joaquim Vasconcellos foi nomeado veador da Casa Imperial, função de prestígio e confiança que punha sob a sua responsabilidade o gerenciamento das finanças da imperatriz²⁹⁷⁵. Naquele mesmo ano seu genro foi eleito deputado geral pelo Piauí. Ainda não está elucidada com precisão a data em que Vasconcellos, seu genro e o restante da família embarcaram rumo à província do Rio de Janeiro. No entanto, talvez tenham se mudado assim que tomaram posse dos novos cargos que passaram a ocupar no referido ano de 1850.

Tempos depois, em 1925, através de uma entrevista concedida por Amanda Paranaguá a um jornalista chamado Mozart Monteiro, sabemos que ela conheceu D. Pedro II “em 1861, o pai [...] era então juiz em Petrópolis, e fora depois camarista” do monarca²⁹⁷⁶. A partir daí, aparentemente a pequena menina conseguiu a permissão do soberano, passando a frequentar o paço e nutrindo íntimos laços de amizade com as princesas Isabel e Leopoldina, de modo que passou a ser chamada de “Amandinha” pelos imperiais resto da vida.

A nova amiga passava a integrar um pequeno grupo privilegiado e regulado pelo olhar atento de D. Pedro. A esta época, Luísa Margarida Portugal de Barros, a condessa de Barral, já havia se instalado no paço a fim de servir como preceptora das filhas do imperador²⁹⁷⁷. Ela tinha um filho, Horace Dominique, nascido em 1854, contava então com sete anos de idade quando da chegada da menina Paranaguá. Dominique era neto de Domingos Borges de Barros, pai da condessa, político de grande influência que foi à França para a negociação do reconhecimento da independência do Brasil em 1822. Liberal, Barros era senhor de engenho no Recôncavo da Bahia e certamente conhecia Joaquim Vasconcellos desde àquela província²⁹⁷⁸.

Além dos cuidados da condessa, o imperador listou várias disposições para a educação das suas filhas, como referencia Ana Maria Mauad, dentre as quais figurava o art. 14º pelo qual “não consentirão que as Meninas conversem com pretos, ou pretas, nem que brinquem com molequinhos e cuidarão muito especialmente, que as Meninas não os vejam nus”²⁹⁷⁹. Esse distanciamento em outros lares certamente era negligenciado pela dinâmica do cotidiano. Por vezes os escravizados e suas crianças compartilhavam aproximações com seus senhores e filhos. No que toca aos outros meninos e meninas ele, D. Pedro II, sabia de pronto que a aproximação deles incluía também seus respectivos núcleos familiares. Segundo Barman,

conquanto raramente se aventurassem fora do palácio, as princesas estavam autorizadas a receber colegas de sua idade, as filhas dos dignitários da corte e dos intelectuais do círculo do imperador [...]. Embora [D. Pedro II] as

²⁹⁷⁴ BARMAN, Roderick J.. **Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX**. São Paulo: Editora UNESP, 2005, p.78.

²⁹⁷⁵ VASCONCELLOS, barão Smith de. **Arquivo nobiliárquico brasileiro**. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918, p.290-291. Ver sobre nomeação de veador: **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 15 de mar. de 1855, p.1.

²⁹⁷⁶ MONTEIRO, Mozart. A família imperial. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v.152, 1925, p.78.

²⁹⁷⁷ De acordo com José Murilo de Carvalho, “[o imperador] viu-se assaltado por uma segunda paixão, depois da que desenvolvera pelos livros na infância. D. Pedro caiu de amores pela condessa de Barral”. In: CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.62. O título de condessa de Barral foi-lhe concedido pelo casamento com o conde francês Eugène de Barral (1812-1868) no ano de 1837.

²⁹⁷⁸ VASCONCELLOS, barão Smith de. **Arquivo nobiliárquico brasileiro**. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918, p. 344-345.

²⁹⁷⁹ MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o império. In: PRIORE, Mary Del. **História das crianças no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2010, p.44.

conservasse apartadas do mundo mais vasto e restringisse seu círculo de relações àqueles que ele aprovava²⁹⁸⁰.

Esta seletividade encontrava respaldo no cuidado com os jogos políticos da corte. Certas aproximações poderiam mudar significativamente o prestígio de determinadas famílias no contexto das rivalidades entre a classe senhorial. Neste sentido, Elias atesta que “o ocupante do trono tem a chance de controlar a mobilidade social de acordo com os interesses de sua posição, ou simplesmente de acordo com seus próprios interesses e inclinações”²⁹⁸¹.

O encorajamento dos pais às incursões dos filhos junto aos imperantes foi registrado por um viajando inglês que relatou em 1846 uma procissão onde seguiam os mais importantes homens e mulheres do Império e lá, estavam também

alguns dos oficiais da mordomia [que] traziam os filhos junto – meninos de oito, dez, doze anos vestidos em trajes de corte. Muitos desses têm o direito de comparecer, por terem prestado serviços pessoais ao Imperador e terem-se tornado assim *ex-officio* membros da mordomia. Indagando-se qual a natureza do serviço dos meninos disseram-me que poderia ser apanhar seu lenço, ou uma caixa de rapé [...] são chamados “nobres e jovens servidores do Imperador”, título muito procurado²⁹⁸².

A inserção das crianças se dava por estratégia de aproximação com o núcleo do poder, de modo a criar possibilidades de relações afetivas que viabilizassem a garantia de um lugar prestigioso. Tais relações entre as crianças também foram perenizadas pelas lentes das máquinas de fotografias. Estas se constituem como *monumentos*, segundo LeGoff, uma vez que estabelecem seus laços com o tempo passado, referenciando-o e suscitando continuamente a sua recordação²⁹⁸³. As fotografias são entendidas aqui, conforme propõe Ana Maria Mauad, como textos icônicos que institui-se como um código, “neste sentido, no contexto da mensagem veiculada, a imagem – ao assumir o lugar de um objeto, de um acontecimento ou ainda de um sentimento – incorpora funções sígnicas”²⁹⁸⁴.



As princesas com seus amigos. Revert Henrique Klumb. 7,5x5,5cm., 1860/1861.

²⁹⁸⁰ BARMAN, Roderick J.. **Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX**. São Paulo: Editora UNESP, 2005, p.54.

²⁹⁸¹ ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 89.

²⁹⁸² LEITE, Miriam L. Moreira. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997, p.42.

²⁹⁸³ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5 ed.. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003, p.526.

²⁹⁸⁴ MAUAD, Ana Maria. **Poses e flagrantes: ensaios sobre história e fotografias**. Niterói: Editora da UFF, 2008, p.43.

Na fotografia acima, segundo consta em livro organizado por Pedro C. Lago acerca das coleções da princesa Isabel, podemos ler que se tratam de (da esquerda para a direita): “Les princesse, Thereza Borges, Joanninha idem, Carlota Suruhy, Dominico [Dominique de Barral, assim apelidado pela Família Imperial], Francisca e Laura [filhas do barão de Itaúna]”²⁹⁸⁵.

Sobre Thereza e Joanninha Borges não é possível afirmar com precisão sobre qual família Borges se trata, no entanto, não restam dúvidas de que se tratava de uma família influente, atestada pela própria presença das meninas juntas às princesas. Certamente haviam passado pelo crivo atento do monarca. Quanto a Carlota Suruhy, é possível que se trate da filha de Manuel Fonseca e Silva, o barão de Suruhy e de Carlota Guilhermina de Lima e Silva, dama honorária da imperatriz²⁹⁸⁶.

Francisca e Laura eram filhas do médico Cândido Borges Monteiro que, à época da fotografia referida ainda não possuía o título de barão de Itaúna, conseguido só em 1867, depois visconde em 1872²⁹⁸⁷, o que comprova que a legenda emprestada à imagem foi escrita posteriormente. De qualquer modo, é possível supor que as filhas de Cândido Monteiro estivessem ali envolvidas (mesmo inconscientemente) na cuidadosa relação que o seu pai buscava manter junto aos imperantes com o objetivo de ascender na escala social da aristocracia²⁹⁸⁸.

O único menino em meio à imagem é o já mencionado Horace Dominique, filho único da condessa de Barral, de quem ela mesma dá notícias à imperatriz em 15 de dezembro de 1859, quando esta viajava pelas províncias do norte com o imperador. A carta alegava que as saúdes são excelentes não obstante a terrível umidade e chuva constante de Petrópolis que obriga Suas Altezas a uma reclusão quase completa. Sem lobo não fariam exercício, e o Dominique é muitas vezes requisitado para servir de ovelha no tal brinquedo²⁹⁸⁹.

É entre a espontaneidade das brincadeiras infantis e seus familiares que compreendemos, assim como Maria Fernanda Martins que, em tais ocasiões [de descontração] a vida social misturava-se à política, permitindo o acesso às mais destacadas personalidades da Corte. Mas o amplo convívio em sociedade era apenas um aspecto entre tantos outros que uniam as elites imperiais²⁹⁹⁰.

²⁹⁸⁵ LAGO, Pedro Corrêa. **Coleção Princesa Isabel**: fotografia do século XIX: a descoberta de um tesouro cultural inédito, composto de mais de mil imagens brasileiras. 2ª ed. Rio de Janeiro: Capivara, 2013, p.38.

²⁹⁸⁶ O barão, militar, havia assumido importantes funções na estrutura política e administrativa do Império. Dentre os cargos que assumiu podemos citar a pasta do ministério da guerra em 1831 e em 1936, quando assumiu também o ministério da marinha e ministro do Império em 1837. Ver: VASCONCELLOS, barão Smith de. **Arquivo nobiliárquico brasileiro**. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918, p.492.

²⁹⁸⁷ VASCONCELLOS, barão Smith de. **Arquivo nobiliárquico brasileiro**. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918, p. 222-223.

²⁹⁸⁸ Monteiro foi professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1861, foi deputado geral pela província do Rio de Janeiro em 1853 e seu senador em 1857. Também assumiu a pasta do ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, além de ter sido médico da Imperial Câmara, Oficial-Mor da Casa Imperial e conselheiro do imperador. Ver: VASCONCELLOS, barão Smith de. **Arquivo nobiliárquico brasileiro**. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918, p.222.

²⁹⁸⁹ BARRAL E DA PEDRA BRANCA, Luísa Margarida Portugal de Barros, condessa de. **Cartas a Suas Majestades, 1859-1890**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977, p.40.

²⁹⁹⁰ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar**: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007, p.168.

As peças de teatros encenadas pelas crianças que frequentavam o paço juntamente com as princesas, bem como a reunião dos seus pais para assistirem a tais eventos infantis, dava margem para o cultivo dos afetos. Leituras, casinhas, tabuleiros, cartas, músicas no piano, tudo isso conferia aos palácios mais movimento e aparente distração sobre os assuntos políticos. Não seria exagero imaginar que entre as brincadeiras por vezes pudessem surgir sérias intervenções dissimuladas entre os adultos.



Revert Henrique Klumb. *Leopoldina e Isabel, princesa do Brasil e outra menina não identificada*: retrato / Acervo FBN.

As estratégias traçadas pelas linhagens para seus descendentes podem ser compreendidas, segundo Pierre Bourdieu, como “produto do senso prático como sentido do jogo, de um jogo social particular, historicamente definido, que se adquire desde a infância, participando das atividades sociais”²⁹⁹¹. A prole era vista como herdeira, suscitava esperanças e investimentos por meio dos seus pais.

A educação é, portanto, parte desta *herança imaterial*, tomada aos moldes de Giovanni Levi, uma vez que era incorporada na “transmissão do prestígio paterno” aos seus descendentes²⁹⁹². Graças a uma publicação no *Diário do Rio de Janeiro* em 1861, por ocasião dos festejos de final de ano no Colégio do Ingá, em Niterói, podemos identificar Amanda Paranaguá em meio a um número de meninas. A nota dava conta de que as alunas mencionadas possuíam destreza “na língua pátria, na religião, na história, no francês, inglês e contabilidade”²⁹⁹³, nada muito destoante da instrução direcionada às outras meninas ricas. Já para os meninos, os currículos eram mais abrangentes, envolviam, como lista Ana Maria Mauad,

filosofia, retórica, poética, religião, matemática, geografia, astrologia, cronologia, história natural, geologia, ciências físicas, história, geografia descritiva, latinidade, língua alemã, língua inglesa, língua francesa, gramática geral e nacional, latim, desenho caligráfico, linear, figurado e música vocal, distribuídas ao longo de sete anos²⁹⁹⁴.

Em casa e na escola, os meninos e as meninas eram cada vez mais inseridos no *habitus* da classe senhorial a qual pertenciam e na qual deveriam garantir a permanência. É através da inter-relação entre pais e filhos que, segundo Norbert Elias, “a vida instintiva da criança é lentamente modelada”²⁹⁹⁵. A etiqueta, as vestimentas, a arte da conversação e toda sorte de

²⁹⁹¹ BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 81.

²⁹⁹² LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000, p.48.

²⁹⁹³ **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1861, p.2.

²⁹⁹⁴ MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o império. In: PRIORE, Mary Del. **História das crianças no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2010, p.32.

²⁹⁹⁵ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Vol. 1. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p.188.

códigos comportamentais compartilhados pelas famílias mais ricas do Império deveriam fazer parte do cabedal daqueles que dariam prosseguimento às suas respectivas linhagens.

Quando a família imperial se retirava do Rio de Janeiro para Petrópolis, no verão, boa parte dos cortesãos e suas parentelas também concorriam para lá, a fim de rivalizarem entre si pela proximidade com o monarca. A disputa acontecia uma vez que, conforme desenvolve Elias baseado em uma sociedade extremamente hierarquizada como a francesa do século XVIII, guardadas as devidas proporções ao Brasil no século XIX, fazer parte da corte do monarca ou estar em sua presença era tido “algo extraordinariamente importante na escala dos valores sociais”²⁹⁹⁶.

Foi provavelmente no verão de 1862 que pôde-se ouvir um grito vindo do jardim nas cercanias do palácio. Tudo indica que acidentalmente, como afirma Pedro Calmon, “brincando [...] jardinavam as duas [a menina Paranaguá e a princesa Isabel] no parque quando, sem a ver detrás de si, Isabel manejou desastrosamente o pequeno alvião; e vazou-lhe a vista”²⁹⁹⁷. Por certo, a fim de tentar minimizar o quanto possível a desconfortável situação D. Pedro II mandou-lhe fazer uma prótese por meio da qual substituiria o olho perdido da criança. Ao que parece, o incidente não provocou o afastamento das famílias. Pelo contrário, tanto Amanda Paranaguá continuou amiga (e para o resto da vida) da princesa Isabel, como seus familiares continuaram cultivando a proximidade por longos anos. Tempos depois a senhora Paranaguá, já em idade avançada, afirmaria que a herdeira do trono referia-se ela e a Maria José Velho de Avellar como “minhas duas primeiras”, tal era a intimidade cuidadosamente desenvolvida ao longo da vida²⁹⁹⁸.

Maria José Velho de Avellar foi outra amiga íntima das princesas desde criança. “Mariquinhas” era o modo carinhoso como a chamavam os membros da família imperial. Ela era filha Joaquim Ribeiro de Avellar Jr. e de Mariana Velho de Avellar, integrantes de uma poderosa ascendência cafeicultora da província do Rio de Janeiro. A avó materna de Maria José Avellar, Leonarda Velho da Silva, era dama da imperatriz Teresa Cristina e seu avô, José Maria Velho da Silva, mordomo da Casa Imperial²⁹⁹⁹.

Apesar de aparentemente haver uma predileção entre suas amigas, no que se refere a Amanda Paranaguá e Maria José Avellar, ainda faziam parte desse pequeno grupo Adelaide Taunay, filha de Félix Émile Taunay, pintor nascido na França que havia lecionado aulas de desenho e francês ao imperador quando criança³⁰⁰⁰. Pouca coisa se sabe sobre ela, motivo pelo qual continuaremos perseguindo os passos da menina Paranaguá, sobre quem os arquivos guardaram generosa quantidade de informações.

O prosseguimento da família no jogo da corte

As princesas Isabel e Leopoldina casaram-se em 1864, cerimônia para qual concorreu certamente grande parte dos nomes mais importantes do Império a fim de fazerem-se presentes, serem notados e rivalizarem pelas graças do monarca e de sua família. Não seria improvável que lá também estivesse o seu círculo íntimo de amigos. Por ocasião do enlace matrimonial das filhas de D. Pedro II, o pai de Maria José Avellar, Joaquim Avellar Jr., cedeu

²⁹⁹⁶ ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p.94.

²⁹⁹⁷ CALMON, Pedro. **Franklin Dória, barão de Loreto**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981, p.70-71.

²⁹⁹⁸ MONTEIRO, Mozart. A família imperial. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v.152, 1925, p. 82.

²⁹⁹⁹ MUAZE, Mariana de Aguiar F.. **O império do retrato**: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889). 2006. Tese de doutorado em História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006, p. 50.

³⁰⁰⁰ BARMAN, Roderick J.. **Princesa Isabel do Brasil**: gênero e poder no século XIX. São Paulo: Editora UNESP, 2005, p. 54.

o seu casarão para a estadia dos nubentes. O favor visava angariar a gratidão dos imperantes, a fim de aproximar ainda mais as relações entre as duas famílias³⁰⁰¹.

“Amandinha” e “Mariquinhas”, como eram constantemente referenciadas pelos soberanos, não demorariam em casar. As duas moças, devido à imediação que usufruíam e cultivavam com a família do monarca desde a infância, viam-se nutridas de poderosa influência e prestígio. Seriam vantajosas alianças para os seus pretendentes. Maria D’Incao afirma que, “em certo sentido, os homens eram bastante dependentes da imagem que suas mulheres pudessem traduzir para o restante das pessoas de seu grupo de convívio”³⁰⁰².

Quatro anos mais tarde, em 1868, seria a vez de Amanda Paranaguá unir-se a Franklin Américo de Menezes Dória, pertencente a uma rica família baiana da qual seu pai e avô tinham certa proximidade³⁰⁰³. João Paranaguá havia ascendido às estruturas políticas do Império e conduziria o genro dentro do partido liberal³⁰⁰⁴. Dória assumiria a presidências de muitas províncias, dentre as quais a do Maranhão (1867), Piauí (1864), Pernambuco (1880), também foi nomeado conselheiro do imperador em 1881 e assumiu o ministério da Guerra (1880) e do Império (1889)³⁰⁰⁵.

Sabe-se que em data ainda desconhecida, seguramente orientada pela experiência e interesses do pai, a menina Paranaguá tornou-se afilhada de crisma da condessa de Barral. Sob o laço do amadrinhamento as duas famílias se aproximavam em meio às disputas da corte. Não obstante, em 1883 estes laços seriam ainda mais fortalecidos com o casamento entre Maria Francisca Paranaguá, filha mais nova de João Paranaguá e Dominique de Barral, filho da condessa³⁰⁰⁶.

Foi a forma que o político havia encontrado para estreitar os vínculos com a senhora baiana e mesmo com o monarca, uma vez que segundo Roderick Barman, “o acesso da condessa ao soberano deixava os políticos ansiosos por cair em suas graças, para que ela não dissesse nada capaz de prejudicá-los no conceito do soberano”³⁰⁰⁷. Engajado nas relações que teceu conforme a contiguidade dos imperantes, João Paranaguá galgou posições importantes na arquitetura política do segundo reinado. Foi deputado provincial pelo Piauí (1840), deputado geral pela mesma província (1850-1865) e senador também pelo Piauí (1865), assumiu a presidência do Maranhão (1858), Pernambuco (1865) e Bahia (1881). Em 1859 foi nomeado conselheiro do imperador, depois acendeu ao ministério do Império, da Justiça, da Guerra e dos Estrangeiros (1866), doze anos depois conquistou novamente o ministério da Guerra (1878), da Fazenda e presidente do Conselho (1882) e outra vez portou a pasta do ministério dos Estrangeiros (1885)³⁰⁰⁸.

Luísa de Barros, a condessa de Barral, por sua vez, galgou o título brasileiro de condessa de Pedra Branca em 1864, somando-o ao título francês de “Barral”³⁰⁰⁹.

³⁰⁰¹ MUAZE, Mariana. **As memórias da viscondessa**: família e poder no Brasil império. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, p.104.

³⁰⁰² D’INCAO, Maria Ângela. Mulher e Família Burguesa. In: PRIORE, Mary Del. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000, p.229.

³⁰⁰³ CASTRO, Chico. **Marquês de Paranaguá**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2009, p. 18.

³⁰⁰⁴ CALMON, Pedro. **Franklin Dória, barão de Loreto**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981, p.69.

³⁰⁰⁵ VASCONCELLOS, barão Smith de. **Arquivo nobiliárquico brasileiro**. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918, p. 260-261; CALMON, Pedro. **Franklin Dória, barão de Loreto**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

³⁰⁰⁶ **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 5 de maio de 1883, p. 2.

³⁰⁰⁷ BARMAN, Roderick J.. **Princesa Isabel do Brasil**: gênero e poder no século XIX. São Paulo: Editora UNESP, 2005, p.63

³⁰⁰⁸ VASCONCELLOS, barão Smith de. **Arquivo nobiliárquico brasileiro**. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918, p.335-336. CASTRO, Chico. **Marquês de Paranaguá**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2009.

³⁰⁰⁹ VASCONCELLOS, barão Smith de. **Arquivo nobiliárquico brasileiro**. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918, p.345.

Posteriormente, com a morte dela, em 1891, seria Maria Francisca Paranaguá e seu esposo que herdariam a posição da nobiliarquia francesa, uma vez que o título era dotado de hereditariedade, o que não se aplicava aos titulados no Brasil³⁰¹⁰.

A outra amiga das princesas, Maria José Avellar se casaria em 1869 com Manuel Vieira Tosta Filho, que era membro de uma importante família baiana e filho do então barão de Muritiba³⁰¹¹. Tosta Filho seguiu a carreira jurídica, desempenhando a função de desembargador da Relação da Corte, procurador da Coroa, Soberania e Fazenda Nacional, além de ter sido conselheiro do imperador³⁰¹² e veador da imperatriz³⁰¹³.

Considerações finais

Em 16 de outubro de 1886 o *Jornal do Comércio* fez noticiar que “por despacho de ontem, foram nomeadas damas de palácio, com exercício junto à Sra. princesa imperial, as Sras. D. Maria Amanda Paranaguá Dória e D. Maria José de Avellar Tosta”³⁰¹⁴. O cargo na Casa Imperial viria a coroar as íntimas relações que se estendiam desde a infância das referidas mulheres, conferindo lugares de poder e destaque no jogo político da corte. Neste sentido, afirma Mariana Muaze,

os ocupantes de cargos palacianos compartilhavam tanto das formalidades quanto das intimidades da família imperial. Desta maneira, detinham um status que atuava como capital simbólico diferenciador numa sociedade baseada na hierarquia³⁰¹⁵.

As duas amigas da princesa e seus respectivos maridos foram alçados ao baronato na mesma ocasião em 15 de junho de 1888 pelas mãos da regência da princesa³⁰¹⁶. A Amanda Paranaguá e a Franklin Dória, couberam os títulos de baronesa e barão de Loreto, referência ao local de nascimento do político baiano. Quanto à Maria José Velho de Avellar e Manuel Vieira Tosta Filho, foram concedidos os títulos de segunda baronesa e barão de Muritiba, em homenagem ao pai do magistrado, que à época já era nomeado marquês de Muritiba. Dois dias antes às referidas nomeações, o pai da senhora Paranaguá Dória foi alçado à condição de marquês de Paranaguá.

O presente artigo esboçou, por meio da trajetória de Amanda Paranaguá, o cotidiano e o círculo de amigas das princesas Isabel e Leopoldina, traçando relações íntimas permeadas de política que ligavam crianças e adultos nos paços imperiais. Meninos e meninas participavam, mesmo inconscientemente, de um jogo maior, no qual estavam juntos com suas respectivas famílias.

Era por meio dos seus descendentes que os núcleos familiares expandiam sua esfera de influência e se entrelaçavam com outras linhagens por meio dos arranjos matrimoniais. Nas crianças eram depositadas expectativas quanto a manutenção e/ou ascensão do status familiar.

Amanda Paranaguá, bem como Maria José Velho de Avellar, foram alçadas a lugares socialmente munidos de prestígio, por meio de uma cuidadosa relação fiada pacientemente

³⁰¹⁰ SCWARCZ, Lilia M. Como ser nobre no Brasil. In: **As barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.159-205.

³⁰¹¹ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar**: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007, p.199.

³⁰¹² **Cidade do Rio**, Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1889, p.2.

³⁰¹³ VASCONCELLOS, barão Smith de. **Arquivo nobiliárquico brasileiro**. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918, p.306-307;

³⁰¹⁴ **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1886, p.3.

³⁰¹⁵ MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, p.31.

³⁰¹⁶ CALMON, Pedro. *Franklin Dória, barão de Loreto*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981, p.161;

junto aos imperantes. Suas posições lhes renderam bons casamentos e lhes possibilitava serem mediadoras entre suas respectivas famílias e o monarca com sua parentela. Desde modo, política e intimidade se entrelaçavam nos jogos de poder no entorno dos paços e pelos seus corredores envolvendo crianças e adultos, consciente e inconscientemente localizados no tabuleiro da corte.

“LARGADOS A SORTE INCERTA”: TRABALHADORES ESCRAVIZADOS E LIVRES NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA PIAUIENSE (1850-1888)

*Ivana Campelo Cabral**
ivanakabral@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo investigar uma das principais categorias de trabalhadores inseridos no sertão nordestino do século XIX, que se apresentam como agregados ou moradores. Estes sujeitos foram importantes personagens da sociedade e da economia rural piauiense. Podiam-se encontrar nesta categoria homens livres, libertos e inclusive escravizados, afamados como de difícil ordenamento e controle. A partir de uma revisão bibliográfica e pesquisa documental tentaremos de investigar outra face histórica destes sujeitos tendo como foco a participação dos agregados na economia piauiense na segunda metade do século XIX, destacando a diversificação econômica que a província vinha experimentando nesta época com maior inclinação para a produção agrícola.

Palavras-chave: Produção Agrícola; Trabalhadores livres; Escravizados;

Em fins do século XX e início do século XXI observamos o surgimento de novas perspectivas nas produções historiográficas piauienses, com o rompimento de algumas das concepções tradicionais que vinham se estabelecendo, propondo novas abordagens e conhecimentos, não apenas intelectual como também social, apoiado por fontes e documentações, sobre o que poderia ter sido a contribuição do trabalho e dos trabalhadores rurais para a formação da sociedade e da cultura piauiense. Entre os historiadores que se inserem nesta nova perspectiva historiográfica sobre a discussão em torno do trabalho no Piauí destacam-se principalmente Luís Mott, Tânia Brandão, Miridan Falci e Solimar Lima.
3017

Os avanços proporcionados por estas produções são bastante significativos, sobretudo em relação ao trabalho escravizado e conduzem a conclusão de que teria sido esta a mão de obra predominante nas fazendas de criatório, no entanto não foi exclusiva, e que ainda nas fazendas pecuaristas do Piauí não havia diferenciação de tarefas entre livres e escravizados. No mundo do trabalho rural piauiense comportavam os diferentes tipos de trabalhadores que desenvolviam inúmeras atividades ligadas ao manejo com as boiadas, a produção de

* Mestre em História pelo Programa de Pós Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí; email: ivanakabral@gmail.com

³⁰¹⁷ Ver: BRANDÃO, Tanya Maria. **O escravo na formação social do Piauí:** perspectiva histórica do século XVIII. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí; MOTT, Luiz R. B. **O Piauí colonial:** população, economia e sociedade. Teresina: projeto Petrônio Portela, 1985; LIMA, Solimar Oliveira. **Braço Forte:** trabalho escravo nas Fazendas da Nação no Piauí (1822-1871). Passo Fundo: UPF, 2005, FALCI, Miridan Brito Knox. **Escravos do sertão:** demografia, trabalho e relações sociais. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

gêneros agrícolas, principalmente durante o século XIX, e em tarefas auxiliares como o fabrico de utensílios artesanais de uso nos afazeres domésticos e no trabalho do campo.

A partir destes estudos é possível considerar e constatar novos campos de estudo sobre o Piauí Oitocentista, onde predominava a atividade pastoril associada à produção de gêneros alimentícios, assentadas na exploração intensiva do trabalho de livres e escravizado. A fazenda de criatório foi o núcleo base da produção econômica e espaço de sociabilidades da região sertanista piauiense, concentrando os meios de produção e os trabalhadores em suas extensas léguas de terras, confirmando o caráter predominantemente rural desta sociedade.

Como consequência dos longos anos em que as práticas relacionadas ao mundo do trabalho nesta região permaneceram “esquecidas”, ou ausentes das páginas historiográficas inaugura-se atualmente um panorama bastante extenso de possibilidades de pesquisas no tocante as formas de trabalho desenvolvido no sertão pecuarista piauiense e aos trabalhadores que se inseriam neste contexto agrário com suas peculiaridades e contribuições para a formação desta parte do território nacional.

A pecuária extensiva e a produção de gêneros agrícolas foram às principais atividades econômicas desenvolvidas no Piauí, tais atividades possibilitaram a existência de várias categorias de trabalhadores. A sociedade rural foi marcada pela presença de sujeitos diferenciados em decorrência das funções que desempenhavam e a posição jurídico-social que ocupavam. Devido ao fato do Piauí estar situado na zona geográfica denominada de sertão nordestino³⁰¹⁸, os habitantes passaram a ser reconhecidos pela literatura e pela historiografia como sertanejos³⁰¹⁹. Estes sujeitos são detentores de uma significativa cultura, ainda pouco explorada a nível historiográfico.

Neste contexto será destacada para este estudo uma categoria de trabalhadores inseridos no sertão nordestino, que se apresentam como agregados ou moradores. Esta categoria juntamente com os escravizados, posseiros, arrendatários, criadores, sitiante, vaqueiros, e os grandes proprietários de terras e sesmeiros compunham os principais elementos formadores da sociedade piauiense no oitocentos.³⁰²⁰

A sociedade piauiense na segunda metade do século XIX estava estratificada em categorias sociais nitidamente definidas e o elemento definidor era a posse de títulos fundiários. Num universo predominantemente agrário, estas categorias de trabalhadores tinham como principal diferenciação o vínculo estabelecido entre estes e a terra onde produziam e residiam.³⁰²¹

A categoria foco de nossa investigação neste estudo, os agregados, também chamados de moradores, foram importantes personagens da sociedade e da economia rural piauiense. Podiam-se encontrar nesta categoria homens livres, libertos e inclusive escravizados. Alguns eram agregados a uma família e conviviam dentro de casa, outros se estabeleciam em um determinado lote de terras, com a permissão ou não dos proprietários. Segundo a descrição da capitania de São José do Piauí, feita pelo ouvidor Durão os agregados poderiam ser de dois tipos:

³⁰¹⁸ O nordeste do Brasil por ser uma região que comporta grande diversidade referente ao clima, ao regime pluviométrico, a vegetação e a própria organização espacial feita pelo homem pode ser dividido em quatro áreas distintas: A mata, o Agreste, o Sertão e o Meio-Norte. A zona sertaneja é a área destacada por este trabalho.

³⁰¹⁹ A utilização deste termo pode ser explicada por diferentes perspectivas. Na literatura, na antropologia, na sociologia e na historiografia percebe-se a recorrência em aplicá-lo. Esta aplicabilidade guarda forte relação com o meio físico e espacial a que se refere, caracterizando um determinado local e suas múltiplas especificidades.

³⁰²⁰Ver: BRANDÃO, Tânia Maria. **O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII**. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí; MOTT, Luiz R. B. **O Piauí colonial: população, economia e sociedade**. Teresina: projeto Petrônio Portela, 1985; LIMA, Solimar Oliveira. **Braço Forte: trabalho escravo nas Fazendas da Nação no Piauí (1822-1871)**. Passo Fundo: UPF, 2005

³⁰²¹ FRANCO, M. S. de Carvalho. **Homens Livres na ordem Escravocrata**. 4. Ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

Uns que em algumas ocasiões servem como criador inerentes às famílias, outros que nem servem, nem na família se incluem, antes tem fogo separado, posto que dentro da mesma fazenda. Os primeiros, dado que maus, são toleráveis, mas os segundos, são péssimos e danosos em todo sentido.³⁰²²

Nitidamente esta é a categoria, que devido a sua maior heterogeneidade e inconstância, será mais constantemente retratada pela documentação e pela historiografia como a massa de habitantes prejudiciais e desprezíveis. No entanto serão estes sujeitos fundamentais no entendimento da trama rural do Piauí oitocentista e mais especificamente quando se trata de população livre, uma vez que estes sujeitos desfrutavam de maior mobilidade dentro não apenas da capitania do Piauí, mas na variadas regiões brasileiras. Serão eles a maioria dos grupos de retirantes oriundos das secas, que passaram e se fixaram no Piauí, serão eles os que mais diretamente apareceram como alvo dos projetos nacionais de incorporação, exploração e controle do trabalho livre.

Esse elemento formava o grosso da população piauiense, e também da de Minas Gerais, de todo o Brasil de então, e vivia marginalizada, sem haveres, sem direitos, numa nova modalidade de escravidão, largados a sorte incerta³⁰²³

Os agregados dedicavam-se ao cultivo das terras auxiliado por familiares ou mesmo trabalhadores, escravos e livres. Ocupavam-se da pecuária e da produção agrícola para o sustento de sua família e de seus trabalhadores e o excedente da produção destinava-se ao comércio com outras regiões, ou mesmo dentro da própria província. Muitas vezes eram foragidos da justiça ou de seus senhores quando escravizados e buscavam apoio e proteção de grandes proprietários, em troca de alguns favores pessoais até mesmo de segurança das fazendas e da família dos fazendeiros. Outros eram trabalhadores livres que se deslocaram para esta região em busca de um lote de terras para trabalhar e conquistar melhores condições de vida. No entanto se defrontavam com uma realidade bem diferente. A oportunidade de construir uma casa para moradia e um lote de terras para trabalhar não eram nada fácil, ficando assim estes sujeitos obrigados a se submeterem a boa vontade dos proprietários.

Só raramente um dos chamados agregados, em geral pretos forros ou mulatos, construía aqui e acolá, neste território, pequenas moradas ou quintas, pois os proprietários das grandes fazendas não querem ceder porção alguma de suas terras, por considerarem indispensáveis as grandes extensões para a criação do seu gado.³⁰²⁴

No ano de 1885, com a tentativa de estabelecer um maior controle e reconhecimento sobre esta categoria, foi aprovado o regulamento de número 94º pelo então presidente da Província do Piauí, o Bacharel Raimundo Theodorico de Castro Silva que criava um imposto de dois mil reis para cada família de agregados que um proprietário possuísse, segundo o regulamento essa quantia poderia ser paga pelo proprietário, ou ser remetida para os agregados que poderiam pagar com serviços ou mercadorias.

O regulamento é composto por seis capítulos e vinte e dois artigos. O capítulo primeiro se refere à fixação do imposto sobre os agregados “de terras de criar ou lavrar na província” estipulando a quantia de “dois mil reis por cada fogo ou família” anualmente. Segundo o próprio regulamento este valor deveria ser pago pelo proprietário ou responsável, que

³⁰²² MOTT, Luiz R. B. **O Piauí colonial: população, economia e sociedade**. Teresina: projeto Petrônio Portela, 1985.p 26

³⁰²³ NUNES, Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. V . 4. p. 242.

³⁰²⁴ GARDNER, George. **Viagens no Brasil**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1942.p. 216.

poderiam reaver de seus agregados o custo do imposto em “moedas corrente ou em serviço equivalente”, para que não fiquem os proprietários unicamente prejudicados pelo pagamento do imposto.

O capítulo segundo trata das questões burocráticas a respeito do lançamento do imposto, que deveria ser realizado pelas coletorias da fazenda provincial de todos os municípios, “pelos coletores e seu escrivão, anualmente, no mês de novembro”. Os coletores deveriam fixar editais nas freguesias estipulando o prazo de 60 dias para que os proprietários ou administradores das fazendas apresentassem as listas em “duplicidade dos seus agregados”, para que ficasse uma em posse do coletor e a outra como comprovante de recibo para o proprietário. As listas deveriam ser entregues assinadas pelos proprietários, com a declaração das fazendas, sítios ou lugares ocupados pelos agregados, além dos nomes dos agregados. Encerrado o prazo para entrega das listas iniciava-se o lançamento nos livros destinados para este fim, averiguando-se a veracidade das informações disponibilizadas e os proprietários que não cumpriram com o dever de entrega-las. Alguns proprietários omitiam o valor real de agregados que possuíam, declarando um número inferior, neste caso os coletores poderiam interferir nos lançamentos.

Se o coletor tiver pleno conhecimento, ou por si ou por informação e denúncia assinada por pessoa fidedigna, de que o número de agregados é inferior ao que realmente o agregante possui, poderá alterar no lançamento, ficando salva a parte o direito de reclamar, no devido prazo.³⁰²⁵

O imposto sobre os agregados era válido apenas para os terrenos situados nas áreas rurais os que pertenciam à décima urbana, ou fosse situado nas proximidades de vilas, cidades e povoações, com distância de até um quilômetro não eram submetidos a este regulamento. Os que, por sua vez, apenas residissem nos terrenos considerados urbanos mas que lavrassem ou criassem em outras que estivessem sujeitas ao imposto seriam considerados agregados e deveriam constar nos lançamentos. As reclamações deveriam ser feitas no prazo estabelecido de trinta dias após os lançamentos em livro feito pelos coletores, passado este prazo os valores eram repassados para o Tesouro Provincial.

Os quatro capítulos seguintes que compõem o regulamento tratam respectivamente sobre os recursos, que poderiam ser utilizados pelos proprietários para contestarem a forma como foram feitos os lançamentos, as cobranças do pagamento que era estabelecida para acontecer 30 dias depois do fim dos prazos para recursos, as multas e penas, tanto pela possível omissão dos coletores quanto para a omissão dos proprietários e por fim as disposições gerais.

A medida adotada pelo império de criar um imposto de capitação sobre os agregados deixa clara a falta de informações que a administração provincial detinha sobre esta categoria, em decorrência principalmente da grande mobilidade em que viviam, na constante busca por melhores condições de vivência e de trabalho, ou mesmo pela necessidade de se entranharem por estes campos na tentativa de fugir das amarras da justiça. Nos relatos de algumas testemunhas nos processos crimes da época é comum estes trabalhadores rurais serem de outras províncias ou de outros termos da província, raramente são nascidos na localidade onde residem, eles se deslocavam constantemente. O que caracteriza a grande mobilidade destes trabalhadores e, portanto, a dificuldade por parte do poder imperial de exercer controle e fiscalização sobre estes.

Os agregados por representarem uma categoria delicada do ponto de vista da ordem administrativa, necessitaria ser melhor monitorada, e para tanto era necessária a colaboração dos proprietários que acolhiam estes trabalhadores, que deveriam levar ao conhecimento da administração pública a quantidade precisa em números de agregados em cada fazenda além da especificação das tarefas que desempenhavam, como forma de combater o ócio e integrá-los ao sistema produtivo, resgatando esta categoria do lugar de

³⁰²⁵ APEPI- Fundo do Poder Legislativo. Caixa 209.

peso para a economia dando a ela um espaço participativo e produtivo, o que favorecia não apenas as receitas da província como afastava estes habitantes das práticas ilícitas e criminosas tão frequentes nestas regiões, com destaque para os roubos e furtos de toda natureza e em especial de gado e cavalos.

A criação de tal imposto pode ser entendida também como uma forma de diminuir a presença destes indesejados habitantes, uma vez que representariam despesas para os proprietários. No artigo oitavo percebe-se a necessidade de especificação dos elementos que compunham tal categoria, estabelecendo uma diferenciação em relação a outras categorias, como administradores, vaqueiros e suas famílias e ajudantes, assim como excluem destas relações os deficientes físicos, os idosos e os indivíduos do sexo feminino.

Art. 8º Não se contemplarão no lançamento, por não serem considerados agregados:

§1º Os vaqueiros, os administradores de estabelecimentos agrícolas ou rurais de qualquer espécie e seus auxiliares, e os fâmulos ou criados de servir.

§2º Os ascendentes e descendentes, irmãos e afins no mesmo grau dos agregantes.

§3º Os cegos, aleijados e os mendigos, os maiores de 60 anos, e os indivíduos do sexo feminino.³⁰²⁶

A categoria formada pelos agregados era alvo constante das juntas militares, com a prática principalmente do recrutamento forçado, onde estes homens eram capturados de forma violenta para servirem as forças armadas. Fato que se agravava nos períodos de grandes conflitos como foi a guerra do Paraguai em 1865, que o Piauí enviou vários contingentes de soldados para o conflito, dentre eles escravizados e muitos homens pobres livres, alguns conquistados com promessas de serem remunerados com bens e terras no regresso do conflito, e tantos outros recrutados pelo uso da força.³⁰²⁷ A criação do imposto de que trata o regulamento 94º, pode inclusive representar um levantamento dessa população de agregados que poderia ser utilizada para finalidades desta espécie.

É entre os agregados ainda que se verifica algumas raízes do coronelismo³⁰²⁸ na região do sertão piauiense. A relação entre proprietários e os seus agregados passou em fins do século XIX em algumas fazendas a ganhar tal significação, principalmente na região mais ao sul do estado. Os agregados que ocupavam as tarefas de segurança das fazendas e da família de seus senhores, foram aos poucos se adaptando as condições de capangas. A inserção desta categoria nestas atividades na esfera historiográfica é sustentada com a argumentação feita desde o século XVII de que estes habitantes tinham bastante apreço pela violência e a brutalidade.

Os donos das fazendas os toleram com semelhante vida e com prejuízo seu, parte por medo, pois se os encontram o querem delas expulsar, só se expõem a um tiro, parte por dependência, por que se fazem mais respeitados com o seu auxílio; e quando querem vingar de alguém tem prontos os seus agregados para toda a casta de despique.³⁰²⁹

Entretanto para além destas características negativas que estes habitantes receberam ao longo dos anos, algumas obras não necessariamente historiográficas, mas literárias

³⁰²⁶ APEPI- Fundo do Poder Legislativo. Caixa 209.

³⁰²⁷ ARAÚJO, J. S. de. **Bravos do Piauí! Orgulhai-vos:** a propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do Paraguai 1865-1866. Teresina: EDUFPI, 2011.

³⁰²⁸ Fenômeno político social que se desenvolveu na região nordeste do Brasil em meados do século XIX, baseado na troca de favores e na violência de bandos armados a disposição de grandes proprietários de terras, chamados coronéis.

³⁰²⁹ MOTT, Luiz R. B. **O Piauí colonial:** população, economia e sociedade. Teresina: projeto Petrônio Portela, 1985. p 27

passaram a trabalhar a imagem destes trabalhadores livres de forma mais poética, valorizando a simplicidade de suas vidas, o apego com o meio rural do sertão nordestino e o sofrimento decorrente das características climáticas muitas vezes tão severa com estes homens, seus animais e suas plantações. É o caso do romance “Ataliba o vaqueiro” de Francisco Gil Castelo Branco de 1880, que trata em específico da região piauiense e das dificuldades destes homens que viviam em áreas tão insalubres, as constantes batalhas que enfrentavam diariamente pela sua sobrevivência diante da seca e da falta de assistência por parte das políticas do Império, tão centralizado na região sudeste e tão distante das verdadeiras demandas destes sertões inóspitos.

A produção pastoril por sua inquestionável contribuição para a colonização e desenvolvimento do sertão piauiense é muitas vezes apresentada como a única atividade desenvolvida nesta região até meados do século XX. Duas teriam sido as principais causas atribuídas ao descaso com que se tratava a agricultura na região sertaneja pastoril. A primeira seria a inadequação natural da região, onde as condições climáticas não apresentavam recursos para que se desenvolvesse a agricultura, as chuvas eram escassas e os solos inférteis. A segunda seria a falta de interesse dos proprietários e trabalhadores em investir na produção agrícola tão dependente de força de trabalho e investimentos, se comparados à pecuária, que demandava pouco esforço e apresentava lucros satisfatórios.³⁰³⁰

Apesar da grande presença dos latifúndios no Piauí, é interessante abranger que nem todas as propriedades eram grandes domínios, existiam também propriedades menos extensas, situadas geralmente nos brejos e áreas mais úmidas, onde considerável parcela dos trabalhadores se dedicavam a agricultura, atividade imprescindível para a manutenção da sobrevivência em qualquer região. O que tornam em certo nível absurdas as alegações de que na província do Piauí não existia agricultura e que toda a população se ocupava apenas da criação de gado.³⁰³¹

As fazendas com suas grandes extensões de terras destinavam para as roças as terras mais propícias para a plantação, reservando os pastos para o gado. Os sítios se comparados aos pastos representavam uma pequena parcela das terras, até por que as áreas de pasto não poderiam ser tomadas pela agricultura. A pecuária extensiva continuava a ocupar o lugar de maior destaque na economia provincial. Nas grandes propriedades os roçados era cultivados sem a necessidade de cercas que os resguardasse dos ataques dos animais. Segundo Solimar Lima, o plantio livre, sem cercas dava-se pela dificuldade de conseguir cercar grandes áreas, a tarefa necessitava de muito serviço, mão de obra e matérias para sua realização. Já nos roçados dos pequenos proprietários a construção das cercas tornava-se imprescindível para resguardar os plantios e demarcar os limites dos lotes.³⁰³²

A produção agrícola empreendida na província do Piauí a partir do início dos oitocentos, em consonância com as necessidades e a finalidade dos produtos, segundo Lima³⁰³³ deu origem a duas formas de produção. Uma voltada para o abastecimento interno, com o cultivo principalmente de milho, mandioca, arroz, feijão e algumas frutas, que deveriam atender a população carente em fontes diversificada de alimentação. Esta produção se estabeleceu especialmente nas pequenas propriedades através de um sistema consorciado de dois ou mais produtos e a capacidade de excedente para a comercialização

³⁰³⁰ MOTT, Luiz R. B. **Piauí colonial: população, economia e sociedade**. Teresina: Fundação Cultural do Piauí, 1985. P. 54.

³⁰³¹ MOTT, Luiz R. B. A pecuária no sertão do Piauí(1697-1818) In: **Peões, gaúchos, vaqueiros, cativos campeiros: estudo sobre a economia pastoril do Brasil / Mario Maestri (org)**. – Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010. 2 v. Malungo.p.35.

³⁰³² LIMA, Solimar Oliveira. Origens e Espaços de Produção das fazendas pastoris do Piauí. In: MAESTRI, Mário; BRASIL, Maria do Carmo (org). **Peões, vaqueiros & cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril o Brasil**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010, v. II. P.376.

³⁰³³ LIMA, Solimar Oliveira. **Braço Forte: trabalho escravo nas Fazendas da Nação no Piauí (1822-1871)**. Passo Fundo: UPF, 2005.

foi limitada. Nestas lavouras destaca-se a mandioca como o plantio de maior importância, para a fabricação da farinha um dos gêneros mais consumido na região.

A produção e comercialização da farinha foi uma das atividades responsável por possibilitar uma maior interação e comunicação entre a população das várias regiões da província. A farinha era base da alimentação dos trabalhadores do Piauí oitocentista e sua produção bastante difundida entre as lavouras e sítios. Nos períodos de secas a alta nos preços deste produto, assim como da rapadura, eram os que mais afetavam a população.

A outra forma de produção estava ligada ao abastecimento do mercado externo, a exportação, para onde era destinada grande parte da cultura do algodão e o fumo. A produção de algodão se estabeleceu em sua maioria nos sítios, e destinava-se a comercialização tanto no interior da própria província quanto nas províncias próximas, como o Ceará e o Maranhão com as quais já se comercializava o gado e os demais produtos da pecuária, além dos portos ingleses e franceses importantes mercados da época. O cultivo de gêneros para a comercialização, em detrimento dos produtos destinados ao consumo interno, experimentou notável crescimento durante os oitocentos.

Nos oitocentos, são recorrentes as informações sobre a redução do plantio de feijão e milho, gradativamente relegado para estimular os cultivos de mandioca, da cana, do algodão e do fumo. Estes produtos passaram a receber atenção especial por parte de produtores privados e públicos em razão do crescimento da demanda comercial.

3034

Desde o início dos oitocentos a província do Piauí experimentava maiores investimentos na diversificação econômica, destinando a acumulação dos capitais da pecuária para explorar outras atividades lucrativas, como a agricultura mercantil. A produção particular e pública dedicou atenção aos produtos que geravam maiores lucros, deixando muitas vezes os próprios trabalhadores das fazendas em condições precárias de alimentação. O que reforça a inclinação que a economia provincial experimentava em relação a comercialização.

O algodão surge na economia nordestina e piauiense como um reforço a ocupação inicialmente realizada pela pecuária. Os investimentos necessários para o desenvolvimento desta cultura eram bastante reduzidos, diferentemente do que se observa em relação à cana de açúcar nos grandes engenhos do litoral, o que tornava possível o seu alcance aos moradores, sítiantes, agregados e demais trabalhadores livres. O ciclo vegetativo do algodão é curto e o manejo com este produto não era trabalho que exigia muita força física, sendo o trato e colheita comumente realizados por mulheres e crianças, não dispensando grande número de trabalhadores.³⁰³⁵

O aumento na capacidade exportadora da Província principalmente nos anos em que a guerra de secessão nos Estados Unidos da América se intensificou, o que aumentava a arrecadação e animava os pequenos e grandes produtores, fazendo os roçados se multiplicarem e a produção agrícola ganhar patamares mais elevados na província. Os governantes tanto almejavam o desenvolvimento da agricultura na província do Piauí e das receitas provenientes da produção que tentavam criar incentivos para despertar na população o interesse cada vez maior pela lavoura e comercialização. Existia a ideia de oferecer inclusive prêmios aos fazendeiros que apresentassem certa quantidade de produtos de seus roçados o que seria também uma forma de gerar lucros e maiores arrecadações além de combater a “inércia” e despertar para o amor ao trabalho. Este projeto, no entanto

³⁰³⁴ LIMA, Solimar Oliveira. Origens e espaços de produção das fazendas pastoris do Piauí. In: MAESTRI, Mário, BRASIL, Maria do Carmo (org). **Peões, vaqueiros & cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril o Brasil.** Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009, v. II p. 374.

³⁰³⁵ ANDRADE, Manoel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste.** 4ª edição. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas. 1980.p 134.

poderia tornar-se oneroso para as reais possibilidades dos cofres da Fazenda Provincial e por este motivo não passou de uma proposição que não se concretizou em ações.³⁰³⁶

No decorrer do século XIX, a atividade agrícola exportadora ganha cada vez maior destaque no cenário produtivo e econômico da província, em decorrência principalmente da crise nas exportações do gado e da cana-de-açúcar, proporcionando momento ideal para o investimento neste setor. Se antes um dos principais motivos dos habitantes da província do Piauí não se dedicarem a agricultura era a falta de mercados atraentes para a exportação este obstáculo já não representava mais um problema, pois o mercado, tanto interno como externo agora necessitava de produtos.

O algodão é um importante elemento na abertura de um novo cenário econômico piauiense e mesmo nordestino numa análise mais ampliada. Mesmo não conseguindo se fixar por longos períodos nas exportações para o exterior a produção algodoeira soube aproveitar muito bem as possibilidades que lhes foram abertas nos momentos de grandes crises nas principais fontes produtoras, principalmente no sul dos Estados Unidos com as instabilidades e crises geradas pelas guerras.³⁰³⁷

Os bons ciclos de exportação do algodão nordestino contribuíram sobremaneira para o maior desenvolvimento da vida urbana nas províncias, a comercialização e beneficiamento do algodão dependia do trabalho de comerciantes que passaram a se instalar nas vilas e cidades, com suas descaroadadeiras, comprando o algodão dos pequenos agricultores ainda em estado bruto e vendendo aos exportadores depois de beneficiados. Esta atividade acabou por incrementar a dinâmica das vivências urbanas no Piauí oitocentista que não conseguia ser diretamente alcançada pela economia pecuarista, uma vez que esta se limita quase que exclusivamente ao meio rural e aos domínios das fazendas.³⁰³⁸

Além do algodão, outro produto que começa a ganhar espaço nas lavouras piauienses é o fumo, que já em 1808 as arrecadações com o tabaco e o algodão constituíam significativos lucros para a receita piauiense. Foi neste ano para a província do Maranhão “sessenta e três arrobas de tabaco, onde se vende por muito bom preço”.³⁰³⁹ esta produção se intensifica cada vez mais na segunda metade do século XIX. Os lucros obtidos como a produção do fumo animavam os pequenos produtores, e as receitas da província, pois era cobrado um imposto ou dízimo sobre todo o fumo produzido na província do Piauí.

A agricultura na província do Piauí mesmo ocupando um papel secundário nas receitas era decisiva para a sobrevivência dos habitantes da região e inclusive devido o seu bom desempenho no ano de 1858 possibilitou que os cereais produzidos nesta província chegassem ao mercado com preços consideravelmente mais acessíveis que em outras províncias próximas. Evidenciando o caráter produtivo da região e o empenho cada vez maior que vinha sendo destinado neste setor. O algodão e o fumo ainda despontavam como os principais produtos de exportação. A fabricação de charutos já havia sido iniciada e naturalmente ganhava maiores proporções entre os trabalhadores oitocentistas, sendo mais uma atividade lucrativa e que animava as receitas provinciais e dos pequenos fabricantes.³⁰⁴⁰

Os terrenos onde geralmente se plantava fumo na província do Piauí, as denominadas vazantes, eram áreas de terras úmidas e naturalmente adubadas, ate mesmo alagadiças em alguns períodos do ano, preferencialmente nas margens dos rios, onde esta cultura se

³⁰³⁶ APEPI- Fundo do Poder Legislativo. Série: Falas, Mensagens e Relatórios do Executivo Provincial e Estadual. Caixa 02. Relatório Apresentado pelo Presidente da Província Franklin Américo de Menezes Dória, em 1º de julho de 1864.

³⁰³⁷ CASTRO, Antonio de Barros de. **Ensaio sobre a economia brasileira**. 3ª Ed. Rio de Janeiro. Forence Universitária, 1980.p.18.

³⁰³⁸ ANDRADE, Manoel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 4ª edição. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas. 1980.p 135.

³⁰³⁹ GARDNER, George. **Viagens no Brasil**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1942. P. 60.

³⁰⁴⁰ APEPI- Fundo do Poder Legislativo. Série: Falas, Mensagens e Relatórios do Executivo Provincial e Estadual. Caixa 01. Relatório Apresentado pelo Presidente da Província Dr. João José de Oliveira Junqueira de 1 de julho de 1858.

desenvolvia como maior êxito. Em 1887 na vila de União encontram-se alguns requerimentos a cerca da disputa pelas terras as margens do rio Parnaíba que eram vazantes de produção de fumo e que estavam sendo requeridas pela administração provincial como terras devolutas, sendo estas contestadas pelos seus possíveis proprietários, que alegam produzir fumo nestas terras ha muitos anos.

Desta forma, o crescimento da produção de gêneros agrícolas na província dependia dos incentivos aos pequenos e grandes produtores, e aos trabalhadores em especial a população livre que já desempenhava este trabalho, mas que necessitava alargar suas possibilidades, entendendo o trabalho como uma ação digna e necessária, superando a visão degradante que a escravidão relegou ao desempenho do trabalho braçal, bem como a incorporação de novas técnicas de produção. As praticas de cultivo agrícola eram concebidos pelos trabalhadores como verdadeiras heranças de seus ancestrais, que deveriam ser realizadas da forma como lhes foi ensinando e sem a incorporação de novas técnicas, essa barreira cultural, parece ter gerado alguns empecilhos para a introdução de praticas mais modernas.³⁰⁴¹

Verifica-se a preocupação durante o século XIX em normatizar a produção agrária com a formulação de leis que atendessem a este propósito, principalmente no que se refere às queimadas das roças e sítios [prática ainda hoje empregada em áreas do nordeste brasileiro, que faz parte do processo de preparo das terras para posteriormente receber o plantio]. As queimadas poderiam gerar conflitos entre vizinhos ou ate mesmo alguma catástrofe, incendiando outras áreas, portanto passaram a ser regulamentadas em lei. Como se verifica no artigo 31 do Código de Posturas da Vila de União de 1860.

Os donos de fazenda deste município quando acharem conveniente deitar fogo nos pastos de suas fazendas deverá comunicar aos outros compositores das fazendas mais vizinhas. Aos infratores a multa de 6 mil seis, e na falta de seis dias de punição e o duplo na reincidência, além das mais penas que incorrer.³⁰⁴²

A produção agrícola nas terras do sertão piauiense esteve desde o inicio de seu desenvolvimento atrelado à força de trabalho dos escravizados e dos trabalhadores livres pobres, dentre eles os agregados ou moradores das fazendas.³⁰⁴³ As lidas eram diferenciadas, porem, a mão-de-obra utilizada era basicamente a mesma da pecuária. A capacidade de investir e diversificar a atividade econômica dependia não só de investimentos econômicos mais também de muito trabalho. “No Piauí o tempo de plantar e vaquejar estava ligado ao tempo natural de seca e inverno”³⁰⁴⁴ As tarefas agrícolas eram determinadas de acordo com os períodos do ano, a agricultura segue praticamente um calendário natural de atividades, assim como a pecuária, facilitando desta forma o aproveitamento dos mesmos trabalhadores.

Agricultura interna realizada pelos trabalhadores livres funcionava como uma função social no sistema, inserida na ordem da produção escravista, e não como “brecha” ou superação da dominação exercida pelo sistema. Essa forma de produção era acessória para a sustentação e dominação do sistema, uma vez que ocupava a mão de obra ociosa e estreitava as relações desses grupos autônomos com as praticas comerciais alternativas que representavam receita para as vilas e ajudavam a suprir as deficiências do sistema no que

³⁰⁴¹ APEPI- Fundo do Poder Legislativo. Série: Falas, Mensagens e Relatórios do Executivo Provincial e Estadual. Caixa 03. Relatório Apresentado pelo Presidente da Província Adelino Antonio de Luna Freire, em 6 de setembro de 1867.

³⁰⁴² APEPI. Poder Legislativo. Projeto de Lei nº 08 aprovado em 4 de agosto de 1857. Caixa 128.

³⁰⁴³ LIMA, Solimar Oliveira. Agricultura nas fazendas pastoris escravistas do Piauí: aspectos da produção de alimentos. In: **Informe Econômico**. Publicação do Curso de Ciências Econômicas UFPI. Ano 10, nº 19, maio-junho/ 2009.

³⁰⁴⁴ FALCI, Miridan Brito Knox. **Escravos do sertão**: demografia, trabalho e relações sociais. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995, p 23.

tange a produção interna e a dominação e ocupação dos grupos que se encontravam fora do eixo principal. Essas atividades são algumas vezes interpretadas como formas de resistência ao sistema agro-exportador, quando se observados de perto nos permitem a conclusão de sua total inserção nos moldes e interesses da administração e das camadas dominantes do império.

As fronteiras formadas pelos agregados parecem ter sido um importante espaço para as práticas iniciais do comércio na província do Piauí, com a negociação de “redes, panos, algodão e cuias” e outros gêneros produzidos por estes trabalhadores, que trocavam por outros produtos ou animais. Estas negociações acabaram por formar laços e a estabelecer meios de comunicação e dependência entre esta população antes reduzida aos limites das fazendas.

A economia do sertão piauiense não esteve durante a segunda metade do século XIX voltada exclusivamente para os produtos da pecuária, como parece ter ocorrido nos primeiros anos de colonização. Nos oitocentos a economia já havia se diversificado, mesmo que ainda de forma não completamente estabelecida, mas já participava de maneira decisiva das possibilidades abertas tanto no mercado externo, quanto nas transações extra provinciais e inter provinciais.

DO CONSELHO GERAL À ASSEMBLEIA PROVINCIAL: POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO NA PROVÍNCIA DA PARAÍBA (1831-1840)

*Jerlyane Dayse Monteir dos Santos*³⁰⁴⁵
jerlyanedayse@yahoo.com.br

Resumo: Esta proposta de artigo visa analisar sob o olhar da história social e da cultura política a articulação política e administrativa na Província da Paraíba durante o Período Regencial (1831-1840), ciente que durante este período o governo Imperial estava nas mãos de uma parcela da elite política Imperial, deputados gerais e senadores, tanto conservadores como liberais discutiam inúmeras alternativas para a governabilidade do Império. Deste modo, analisaremos sob o ponto de vista provincial este momento político tão complexo para a história do Brasil. Durante este período várias propostas político-administrativas estavam postas em discussão, nesse contexto de embates políticos e ideológicos, foram pensadas e implantadas duas instituições cujo funcionamento nós iremos analisar neste artigo, o Conselho Geral de Província (1824-1834) e a Assembleia Provincial (1834), ambas analisadas sob o ponto de vista da Província da Paraíba. Nesse artigo discutiremos a criação dessas instituições e as implicações administrativas decorrentes da sua implantação. Para realização deste artigo foram analisados os documentos pertencentes ao corpus documental do Arquivo Histórico do Estado da Paraíba, o conjunto de Leis do Império pertencente ao acervo do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, os Relatórios dos Presidentes de Província da Paraíba. Como também foram utilizadas as produções bibliográficas de Celso Mariz. Destacamos que ao analisar a política local percebemos a importância que os grupos familiares tiveram no comportamento de uma parcela da sociedade paraibana oitocentista, principalmente em um momento de agitação política nacional, como foi o período regencial.

³⁰⁴⁵ Possui Mestrado em História pelo PPGH-UFPB. É integrante do grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista. Professora do Ensino Fundamental no Centro Profissionalizante Deputado Antônio Cabral, da rede estadual de ensino do Estado da Paraíba.

Este trabalho é parte integrante dos resultados de pesquisa de mestrado que desenvolvemos junto ao Programa de Pós-Graduação na Universidade Federal da Paraíba.

Palavras-chave: Período Regencial, Elite Política, Relações de Poder, Província da Paraíba.

O período regencial tradicionalmente conhecido sob o aspecto negativo foi por muito tempo considerado como um período anômalo, um empecilho para a formação do Estado Nacional. Contudo, nos últimos anos ocorre uma mudança nesse cenário historiográfico e são produzidas novas pesquisas que contemplam a diversidade e a complexidade das relações de poder estabelecidas durante o período.

Abordando brevemente a história da historiografia, a produção histórica nacional surgiu apenas no século XIX e buscava criar a representação de uma monarquia estável e homogeneia, oposta a instabilidade causada pelas diversidades regionais. A historiografia dita “tradicional” constitui-se como a dimensão político-ideológico do projeto unitarista imperial, no qual edificou a Corte, Rio de Janeiro, como territorialidade singular. A partir da segunda metade do século XIX, as historiografias do regional foram se institucionalizando com a criação dos institutos históricos, o IAHPG (PE), o IHGC (CE), o IHAL (AL), e apesar de tomarem como referenciais teórico-metodológicas os padrões do IHGB as produções representavam rupturas se não políticas, nem discursivas, históricas, de acordo com as manifestações sociais ocorridas em cada região do Império. Rosa Godoy Silveira³⁰⁴⁶ destaca que estas histórias se enquadram em duas perspectivas:

ou reproduzem os mesmos e notáveis acontecimentos geralmente políticos já erigidos em fatos pela historiografia do nacional mas territorializando-os especificamente; ou representam acontecimentos e os constroem com fatos, de uma determinada territorialidade, de forma isolada da territorialidade do nacional.³⁰⁴⁷

Deste modo, o enfoque pode aparentar ruptura ou descontinuidade com o nacional, mas é preciso perceber que o nacional aí surge implícito na produção histórica regional. A produção histórica do nacional e regional mais atual começa a instituir-se a partir de meados dos anos 1960, e firma-se nos anos de 1970, quando surgiram novas configurações epistemológicas, tais como, o alargamento do campo temático com a constituição de novos objetos de estudo; os novos referenciais teóricos (a História Social Inglesa, a História Cultural, a Microhistória, e a Nova História Política); o uso de novas fontes em decorrência de novos objetos, novas metodologias para realizar a operação histórica. E, no Brasil em especial, a democratização dos cursos de Pós-Graduações promoveu um melhor preparo dos historiadores brasileiros para a pesquisa da história regional.³⁰⁴⁸

Silveira³⁰⁴⁹ observa que no Brasil, o regional aparece com duas territorialidades: o Nordeste e o Sul do país, enquanto o Sudeste se destaca como territorialidade hegemônica

³⁰⁴⁶ SILVEIRA, Rosa Godoy. História e historiografia: entre o nacional e o regional. In: ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega; NÓBREGA, Elisa Mariana de Medeiros; SANTOS, Martinho Guedes dos; BARBOSA, Vilma de Lurdes (Orgs.). **Historiografia e(m) diversidade: artes e artimanhas do fazer histórico**. João Pessoa: Editora da UFCG/ANPUH-PB, 2010, p. 14.

³⁰⁴⁷ SILVEIRA, Rosa Godoy. História e historiografia: entre o nacional e o regional. In: ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega; NÓBREGA, Elisa Mariana de Medeiros; SANTOS, Martinho Guedes dos; BARBOSA, Vilma de Lurdes (Orgs.). **Historiografia e(m) diversidade: artes e artimanhas do fazer histórico**. João Pessoa: Editora da UFCG/ANPUH-PB, 2010, p. 14

³⁰⁴⁸ SILVEIRA, Rosa Godoy. História e historiografia: entre o nacional e o regional. In: ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega; NÓBREGA, Elisa Mariana de Medeiros; SANTOS, Martinho Guedes dos; BARBOSA, Vilma de Lurdes (Orgs.). **Historiografia e(m) diversidade: artes e artimanhas do fazer histórico**. João Pessoa: Editora da UFCG/ANPUH-PB, 2010.

³⁰⁴⁹ SILVEIRA, Rosa Godoy. História e historiografia: entre o nacional e o regional. In: ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega; NÓBREGA, Elisa Mariana de Medeiros; SANTOS, Martinho Guedes dos; BARBOSA,

do nacional, tomando a parte como o todo. No entanto, a democratização da pesquisa através da desconcentração dos Cursos de Pós-Graduação no país está quebrando esta hegemonia, assim a metanarrativa dominante esta cedendo espaço para a representação e visibilidade das diversidades territoriais.

Este trabalho encaixa-se dentro desta produção historiográfica mais atual, no cenário de desconcentração da produção historiográfica e de busca pela visibilidade na representação da diversidade histórica territorial.

Destarte o período regencial na Paraíba sofreu um duplo esquecimento, primeiro a ausência de trabalhos regionais sobre o período, pois os autores locais ao seguir um entendimento “tradicional” consideravam a Regência como um interregno entre os reinados dos dois Pedros; segundo a metanarrativa dominante não contemplava os debates políticos e sociais das diversas territorialidades, nem as produções regionais produziam uma escrita histórica que promovesse o dialogo entre o *regional* e *nacional*.

Através deste artigo pretendemos analisar a atuação dos conselheiros gerais de província e deputados provinciais na Paraíba, entre 1831 e 1840, como também abordar as influências sociais e culturais na sociedade paraibana. Sendo assim, a história social e a cultura política estão entrelaçadas na elaboração desta comunicação, pois como afirma Bobbio, cultura política designa o “conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto fenômenos políticos”.³⁰⁵⁰ Deste modo, ao abordar a análise social através da perspectiva da elite política compreende-se que haja uma interação direta entre o grupo político local e o meio social em que estava inserido dando continuidade a perpetua circularidade cultural.³⁰⁵¹

Para realização deste artigo foram analisados os documentos pertencentes ao corpus documental do Arquivo Histórico do Estado da Paraíba, o conjunto de Leis do Império pertencente ao acervo do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, os Relatórios dos Presidentes de Província da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Como também foram utilizados: os relatos de viagem do Reverendo Daniel Kidder. Ao analisar a política local ressalta-se a importância que os grupos familiares tiveram no comportamento de uma parcela da sociedade paraibana oitocentista, principalmente em um momento de agitação política nacional, como foi o período regencial, pois como afirma Noronha³⁰⁵², é a elite familiar que controla a vida política, econômica e social das pequenas e médias cidades, controlando os principais cargos administrativos do Estado, movimentam o comércio da cidade e principalmente se mantém articulados de forma coesa para que dessa forma possam assegurar a manutenção dos seus privilégios. Como afirma Lewin: “Para os políticos da oligarquia estadual da Paraíba, o pertencer a uma parentela, um família extensa, constituía a sua mais importante afiliação organizacional”.³⁰⁵³

A constituição Outorgada de 1824 estabeleceu que as províncias fossem administradas por um Presidente nomeado pelo poder central, e por um Conselho Geral de Província eletivo, composto por 21 membros nas províncias mais populosas – Maranhão, Pará, Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, e Rio Grande do Sul –, e por 13 membros nas menos populosas. Segundo a Carta Magna os conselhos Gerais de Província teriam por

Vilma de Lurdes (Orgs.). **Historiografia e(m) diversidade**: artes e artimanhas do fazer histórico. João Pessoa: Editora da UFCG/ANPUH-PB, 2010.

³⁰⁵⁰ BOBBIO, Norberto, MATTEUCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 12° ed. Brasília: Editora Universitária, 1999.

³⁰⁵¹ CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. “História e Análise de Textos”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. 5° edição. Rio de Janeiro: Campos, 1997.

³⁰⁵² NORONHA, Andrius Estevam. “Análise Teórica sobre a categoria ‘Elite Política’ e seu engajamento nas instituições da Comunidade Regional”. Santa Cruz do Sul: **Revista Barbarói**, 2008. N° 29: 24-45.

³⁰⁵³ LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba** – Um Estudo de Caso da Oligarquia de Base Familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993, p. 113.

principal objetivo propor, discutir, e deliberar sobre os “assuntos mais importantes” das suas províncias; formando projetos de acordo com as localidades, e suas urgências.³⁰⁵⁴ O espaço de atuação dos Conselhos Gerais era a instância provincial. Deste modo, o art. 83 da Constituição de 1824 delimitava os limites e impedimentos dos poderes dos Conselhos Gerais,

Art. 83. Não se podem propôr, nem deliberar nestes Conselhos Projectos. I. Sobre interesses geraes da Nação. II. Sobre quaisquer ajustes de umas com outras Províncias. III. Sobre imposições, cuja iniciativa é da competência particular da Camara dos Deputados.³⁰⁵⁵

Os Conselhos Gerais de Província tinham uma área de atuação restrita, no artigo 83º da Constituição Outorgada de 1824 define que tais conselhos não poderiam propor ou deliberar projetos, não poderiam discutir sobre temas de interesse geral do Império, nem estabelecer acordos entre as províncias, e, tão pouco, discutir temas referentes a competência considerada particular da Câmara dos Deputados. As representações dos Conselhos Provinciais eram enviadas a Câmara dos deputados pelas respectivas Secretárias de Estado, para serem propostas como Projetos de Lei, e obter a aprovação da Assembleia por uma única discussão em cada casa, Câmara dos Deputados e Senado.³⁰⁵⁶

Os conselhos não eram dotados de competência tributaria, os orçamentos provinciais eram discutidos e aprovados pela Assembleia Geral, a única capaz de criar tributos e decidir sobre a aplicação das rendas. Assim, reduzia-se a atribuição das Câmaras Municipais e retirava-se dos grupos de poder local o controle sobre os negócios de sua província³⁰⁵⁷

O conselho Geral de Província só foi instalado na Paraíba no ano de 1826, “essa demora se justifica tendo em vista a dificuldade inicial na composição e nas dúvidas que ainda existiam sobre o funcionamento da instituição”.³⁰⁵⁸ Entre os principais assuntos tratados pelas resoluções do Conselho Geral podemos citar a demarcação dos limites da zona agrícola, criação da escola primária em Santa Rita, Itabaiana, Espíritos Santo, Taipu, Guarabira, Cabaceiras, Ingá, Pocinhos, Gurinhém, Teixeira, Patos e Piancó.³⁰⁵⁹

A dependência da apreciação das resoluções enviadas pelos conselhos provinciais a Câmara dos Deputados foi um dos fatores que levaram os liberais a propor um modelo político que mesclasse autonomia provincial e hierarquia da administração do poder central, atentemos que nem sempre as decisões tomadas na Corte visavam o bom andamento da administração nas províncias. O que gerava descontentamento por parte dos conselheiros provinciais. Inclusive o conselheiro padre Francisco de Holanda Chacon foi levado a demonstrar seu descontentamento na sessão do Conselho Geral de Província da Paraíba argumentando sobre a ausência de autonomia dos Conselhos Gerais, em sessão de 1832.

³⁰⁵⁴ BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brasil** (de 25 de março de 1824), artigo 82. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 27 ago. 2016.

³⁰⁵⁵ BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brasil** (de 25 de março de 1824), artigo 83. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 27 ago. 2016.

³⁰⁵⁶ BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brasil** (de 25 de março de 1824), artigo 84. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 27 ago. 2016.

³⁰⁵⁷ DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil**. São Paulo: Globo, 2005.

³⁰⁵⁸ MARIANO, Serioja Rodrigues C. **Gente opulenta e de boa linhagem: família, política e relações de poder na Paraíba (1817-1824)**. 2005. 284 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005, p. 17.

³⁰⁵⁹ MARIZ, Celso. **Memória da Assembleia Legislativa**. Edição comemorativa dosesquicentenário da instalação da Assembleia Legislativa. João Pessoa: [s.n.], 1987.

Segundo Chacon, o Conselho Geral da Paraíba sofria a falta de prestígio junto a Corte, pois suas resoluções “todas, ou quase todas” eram desaprovadas pela Assembleia Geral.³⁰⁶⁰ Ademais, por meio dos Anais da Assembleia Geral podemos perceber que as resoluções aprovadas pelo Conselho Geral da Província da Paraíba no ano de 1832 não foram enviadas regularmente a Corte. As resoluções do Conselho da Paraíba chegaram a Câmara dos Deputados com atraso. O deputado geral paraibano e também conselheiro, o Sr. Lobo de Souza, queixou-se do atraso e chamou a atenção do presidente da Assembleia, o Sr. Limpo de Abreu, para a ausência das resoluções aprovadas na Paraíba. Lobo de Souza declarou que, (...), se recomende ao governo a indagação da causa que tem impedido que cheguem a esta augusta câmara as resoluções do conselho geral da província da Paraíba do Norte, promulgadas na próxima finda sessão, afim de serem punidos os empregados que tiverem dado a causa de não terem vindo as mesmas resoluções.³⁰⁶¹

A emenda proposta pelo Sr. Lobo de Sousa, na qual pedia punição aos funcionários encarregados de levar a Assembleia as resoluções aprovadas pelo Conselho Geral da Paraíba, foi aprovada. Tendo em vista que o mesmo Conselho carecia de autonomia, e, portanto, não poderia deixar de enviar suas resoluções a Assembleia, pois esta só se reunia alguns meses por ano, e não sendo as resoluções apreciadas a tempo, só voltaria a ser apreciado no ano seguinte, o que acarretaria grande prejuízo a administração provincial. As primeiras resoluções enviadas pelo Conselho da Paraíba no ano de 1832, só chegaram a Câmara Geral em agosto, e continham representações das vilas da província, como por exemplo, uma representação dos habitantes da freguesia de São Pedro e São Paulo de Mamanguape, que estava acompanhada de um ofício da Câmara Municipal de Monte-Mór, que fora enviada a Comissão de estatística.

Diante da dificuldade orçamentaria enfrentada pela província da Paraíba, os deputados eleitos pela Paraíba se esforçaram em aprovar a lei do orçamento e também melhorar a questão do meio circulante, pois a Paraíba sofria pelos dois males, primeiro a falta de rendas públicas para pagar os funcionários públicos, e segundo as moedas falsificadas causava grandes danos financeiros e “morais” à sociedade paraibana.³⁰⁶²

Devido à falta de autonomia orçamentaria e legislativa os Conselhos Gerais de Província passavam por grandes dificuldades, uma das principais críticas a este modelo de hierarquia administrativa é que as representações apesar de serem de extrema importância para a administração pública local, muitas vezes eram negadas pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado, por não conhecerem as reais necessidades de cada localidade. Naquele momento estavam em debate diversos projetos políticos para o Império do Brasil, entre eles, discutia-se muito sobre uma monarquia federativa, em que as províncias tivessem autonomia orçamentária e tributária para sanar as necessidades mais urgentes, defendido pelo grupo liberal.

No ano de 1832, houve o chamado “Golpe de 30 de Julho”, quando foi aprovado em Assembleia Geral que a Câmara dos Deputados passaria a ter a faculdade de reformar artigos da Constituição. Fazendo uso dessa faculdade, a Câmara dos Deputados e o Senado aprovaram a Lei de Reforma da Constituição, conhecida como Ato Adicional, visando fortalecer a autonomia das Províncias. O Ato 1834 extinguiu os Conselhos Gerais de Províncias e criou as Assembleias Provinciais, uma tentativa dos Liberais de dotar com maior autonomia, tanto orçamentária, quanto legislativa, as Províncias.

³⁰⁶⁰ MARIZ, Celso. **Memória da Assembleia Legislativa**. Edição comemorativa dosesquicentenário da instalação da Assembleia Legislativa. João Pessoa: [s.n.], 1987.

³⁰⁶¹ Cf. **Annaes do Parlamento Brasileiro** – Camara dos Srs. Deputados, Sessão de 1832, coligidos por Antônio Pereira Pinto, Rio de Janeiro, Typographia de H. J. Pinto, 1879.

³⁰⁶² Cf. **Annaes do Parlamento Brasileiro** – Camara dos Srs. Deputados, Sessão de 1832, coligidos por Antônio Pereira Pinto, Rio de Janeiro, Typographia de H. J. Pinto, 1879, t. 2, p 119.

Na Paraíba, segundo a documentação, a notícia da aprovação do Ato Adicional foi recepcionada com alegria na Vila de Santo Antônio de Piancó, como relatou a Câmara Municipal da vila ao vice-presidente da província. Segundo o ofício, a notícia foi recebida com festejos pela Vila de Piancó, com celebração de missa e ruas iluminadas, por conseguinte a Câmara queria,

satisfazer, como lhe compre a respeito, depois de ter dado para isso, as necessárias ordens (ilegível) ontem publicar a dita carta de leis em grande adjunto de povo de todas as classes e reunião de Batalhão de Guardas Nacionais dessa vossa cujo comandante dar descargas d'alegria tendo sido as ruas iluminadas entre noites sucessivas assim como celebrou o reverendo pároco em (ilegível) em ação de graças com aquela solenidade [...] a maior demonstração de prazer por uma tal ocasião que ama a esperança do lizongeiro melhoramento dessa província.³⁰⁶³

Na Vila de Piancó, a comemoração da população parece opor-se ao que o Ato Adicional simbolizava, pois vetava a autonomia dos municípios e concentrava a administração municipal sobre a responsabilidade das Assembleias provinciais, o que fazia com que quase toda a economia municipal dependesse das assembleias.³⁰⁶⁴ A partir do Ato Adicional de 1834, o governo provincial passaria a ser composto por duas instâncias: as Assembleias Legislativas e a presidência da província. A composição das Assembleias era proporcional ao número de habitantes de cada localidade. Assim, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo contariam com 36 deputados, enquanto o Pará, o Maranhão, o Ceará, a Paraíba, Alagoas e o Rio Grande do Sul, com 28, e as demais, com 20. De acordo com a Legislação, os Deputados provinciais deveriam ser eleitos pelo mesmo procedimento adotado para a escolha dos Deputados da Assembleia Geral. Miriam Dolhnikoff³⁰⁶⁵ expõe que cada eleitor deveria votar em tantos nomes quantos deputados provinciais fossem eleitos. No caso da Paraíba, cada eleitor deveria votar em 28 deputados. A justificativa estava na preocupação dos liberais com a formação de uma elite que transpusesse os limites locais. “Queriam uma elite provincial livre tanto das pressões dos grupos municipais quanto das disputas entre facções de grandes proprietários”.³⁰⁶⁶ Esse procedimento impedia que fazendeiros influentes apenas em uma localidade dominassem o Legislativo. De acordo com esse entendimento, “somente aqueles com capacidade de obter votos nos mais diversos pontos da província, transcendendo o âmbito local, conseguiriam ser eleitos”.³⁰⁶⁷

O Ato Adicional responsabilizou as assembleias pela organização de seus estatutos internos. Também deveria ocorrer uma sessão anual, com duração de dois meses. O Ato também estabeleceu que cada Deputado recebesse vencimentos diários enquanto atendessem às sessões na Assembleia. Porém o Deputado eleito que exercesse outro cargo público deveria optar por uma das remunerações.³⁰⁶⁸

³⁰⁶³ Documentos avulsos - Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte (Cx. 12, 1834).

³⁰⁶⁴ BASILE, Marcelo Otávio Neri de Campos. **O Império em construção**: Projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial. 2004. 490 p. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

³⁰⁶⁵ DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.

³⁰⁶⁶ DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005, p. 97.

³⁰⁶⁷ DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005, p. 98.

³⁰⁶⁸ Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834. Faz algumas alterações e adições para a Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim16.htm. Acesso em 27 jan. 2014;

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O império das províncias**: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Às Assembleias cabia o direito de determinar as despesas municipais e as provinciais como também os impostos que deveriam ser cobrados para cobrir essas despesas. É importante enfatizar que a Assembleia tinha totais poderes sobre as finanças municipais, ao mesmo tempo em que nos assuntos financeiros da província tinha de obter a sanção do presidente provincial. Ficava igualmente a cargo das Assembleias a fiscalização do emprego efetivo das rendas públicas, tanto provinciais quanto municipais, além do controle final das contas. Por outro lado, tinham a obrigação de utilizar esses impostos para construir as obras necessárias ao desenvolvimento da província e de prover a segurança da população com competência para criar e manter uma força policial própria para esse fim e promover a instrução pública, exceto o ensino superior, de competência restrita do governo central. Entre suas atribuições, estava criar e suprimir empregos públicos provinciais e municipais, como também estabelecer os seus ordenados.³⁰⁶⁹ Vale ressaltar que a autonomia financeira proposta pela criação das Assembleias provinciais não resolveu as questões econômicas que afligiam o cotidiano da administração provincial.

Em julho de 1835, o poder central enviou um ofício ao Presidente da Província da Paraíba em exercício, Manoel Carneiro da Cunha, informando estar ciente de que este assumiu como a presidência da província da Paraíba como primeiro vice-presidente, nos moldes propostos pelo Ato de 1834, por ter sido o Deputado provincial mais votado pela respectiva província, como também informou estar inteirada do funcionamento da Assembleia Provincial desde abril de 1835.

Ilmo. e Exm. Sr. – Pelo Officio de V. Ex. de 15 de d’Abril passado, ficou a Regencia, em Nome do Imperador, Sciente de ter V. Ex. no dia antecedente tomado posse da administração dessa Província, na qualidade de Vice-Presidente, por ser o primeiro Eleito pela respectiva Assembléa Legislativa Provincial; e que essa, sendo instalada no dia 7 do dito mez, ainda se achando continuando em seus trabalhos. O que comunico a V. Ex. para a sua inteligência. Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro em 17 de Junho de 1835 – Joaquim Vieira da Silva e Souza. – Sr. Manoel Maria Carneiro da Cunha.³⁰⁷⁰

Segundo o Ato Adicional, as Assembleias dispunham de autonomia para organizar seus regimentos internos, no entanto, na Paraíba, não encontramos o regimento, mas notamos, entre as primeiras sessões, a Lei que dispunha sobre os funcionários à disposição da Assembleia, o quadro era composto por um oficial maior, dois oficiais, um primeiro, e outro segundo, um porteiro e dois contínuos. O oficial maior e os dois oficiais estavam subordinados aos secretários, com gratificações anuais de 300 mil réis e 200 mil réis, respectivamente. O porteiro era responsável pela “guarda e pelo asseio da casa e dos moveis”. Os contínuos serviriam dentro e fora da Casa, com gratificações anuais de 250 mil réis e 120 mil réis, respectivamente.³⁰⁷¹

As primeiras sanções da Assembleia, no ano de 1835, estiveram relacionadas à criação de cadeiras de primeiras letras nas povoações de São José, Vila Nova de Sousa, Catolé do Rocha, Pombal, Piancó, Santa Luzia, Patos, Congo, São João, Boa Vista, Campina Grande; e de latim, nas Vilas de Sousa, Pombal, Brejo de Areia, Campina Grande, Mamanguape e Pilar. A Lei provincial estabelecia também a remuneração dos professores - os de primeiras letras

³⁰⁶⁹ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O império das províncias**: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008;

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.

³⁰⁷⁰ **Correio Oficial**, 22 jun. 1835.

³⁰⁷¹ Disposições publicadas no Jornal **Correio Oficial**, de 27 de outubro de 1835, Tipografia Nacional. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749443&PagFis=2748&Pesq=carneiro da cunha](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749443&PagFis=2748&Pesq=carneiro%20da%20cunha). Acesso em 30 jan. 2014.

teriam um ordenado de 300 mil réis, enquanto os que ministrassem aulas nas povoações que ofertavam latim receberiam 400 mil réis e mais uma gratificação de 100 mil réis se ensinasse francês.³⁰⁷² O Liceu Paraibano foi criado no ano seguinte, em 1836, na Capital da província, e visava solidificar os laços existentes na elite política local, tendo em vista que a maior parte dos filhos da elite provincial viria a estudar nessa instituição, criando assim, uma rede de sociabilidades entre eles, na perspectiva de José Murilo de Carvalho, uma formação secundária centralizada voltada para a escola superior. O destino mais comum era a Faculdade de Direito, em Olinda. E aos que não alcançavam o ensino superior a formação no Liceu Paraibano e as relações sociais estabelecidas garantia uma boa colocação em um cargo público.

O conjunto de Leis aprovadas pela Assembleia da Paraíba, em 1835, demonstra o caráter agrário da região. Entre as Leis, uma determinava que não fosse recrutado para o Exército qualquer brasileiro que na província fizesse contrato de trabalho por escrito em algum estabelecimento agrícola enquanto durasse o contrato. A Lei estendia-se também para os criados de servir, enquanto cumprissem suas obrigações.

Art. 1º. Não será recrutado para o Exercito ou Armada, qualquer Brasileiro que nessa Província contractar por escripto servir em algum estabelecimento agrícola, em quanto cumprir a sua obrigação, e durar o contracto. Art. 2º. Também ficão exemptos desse onus os Criados de servir, em quanto cumprirem suas obrigações.³⁰⁷³

Caso alguém fosse preso com a finalidade de prestar serviço militar, seria conduzido à presença do respectivo Juiz de Paz, que mandaria soltá-lo imediatamente sob a égide da Lei. Porém, se não o fizesse, o conduzido poderia recorrer ao Presidente da Província e aos Juizes de Direito e do Cível, na Comarca, quando houvesse. Essa Lei revela a importância da mão de obra, livre ou escrava, para o trabalho agrícola, em detrimento do serviço militar, que era utilizado, frequentemente, como punição para os vadios ou desocupados, como podemos perceber por meio do romance literário *Memórias de um Sargento de Milícias*, de Manuel Antônio de Almeida (1852-1853),³⁰⁷⁴ o romance ficcional, revela o desprezo presente no imaginário coletivo nutrido pela população livre e pobre pelo serviço militar. Aos que possuíam alguma renda ou pertenciam a uma boa família, ter um cargo de coronel na Guarda Nacional ou uma alta patente no Exército simbolizava status social e poder político.³⁰⁷⁵

Outra lei aprovada, em 1835, foi a que beneficiava os produtores rurais, em especial, os criadores de gado, a qual estabelecia que, ao construir em sua Fazenda ou à margem das estradas públicas, açudes de “pedra e cal”, eles receberiam uma gratificação de 20 mil réis por cada braça³⁰⁷⁶ necessária à represa das águas. Os que construíssem “açudes de terra”

³⁰⁷² Disposições publicadas no Jornal **Correio Oficial**, de 27 de outubro de 1835, Tipografia Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749443&PagFis=2748&Pesq=carneiro> da cunha. Acesso em 30 jan. 2014.

³⁰⁷³ **Correio Oficial**, 27 de out.1835.

³⁰⁷⁴ O livro *Memórias de um Sargento de milícias* foi publicado entre os anos de 1852 e 1853, no suplemento “A Pacotilha” do Jornal Correio Mercantil. Esse foi o único romance escrito por Manuel Antônio de Almeida, que morreu ainda jovem. O romance se passa na cidade do Rio de Janeiro, descreve as atribuições das classes média e pobre, que residiam na Corte do Império - o Rio de Janeiro – e retrata a sociedade da época, seus costumes e sua cultura, por isso é considerado pela crítica literária como o prenúncio do realismo literário, que teve Machado de Assis como seu principal expoente.

³⁰⁷⁵ SEIDL, Ernesto. Condicionantes sociais na composição do alto oficialato militar brasileiro (1850-1930). In.: HEINZ, Flavio (Org.). **História social de elites**. São Leopoldo: Oikos, 2011.

³⁰⁷⁶ Segundo o dicionário de Antônio Morais (1789), o termo braça significa medida longa de sete pés geométricos e 10 palmos de craveira. Segundo o dicionário contemporâneo de Soares Amora (1997), braça significa antiga medida de comprimento equivalente a 2,2 metros.

receberiam a gratificação de 10 mil réis por cada braça, se plantassem árvores ao pé dela, e ficavam sujeitos a reparar o mesmo açude a sua custa em caso de erosão. Para que o pagamento da gratificação fosse efetivado, era necessária a vistoria do Juiz de Paz, atestando que o açude estava conservado há mais de um ano e o número de braças. A Lei determinava que o açude que recebesse a gratificação fosse de serventia pública por dez anos, e dentro desse prazo, o dono “jamais” poderia negar água às pessoas e aos gados.

A Assembleia da província também delimitou as áreas para a criação e a conservação de gados soltos, vacum, ovelhum e cabrum, nos limites da Capital, e das Vilas do Conde, Alhandra, Monte-mor, Pilar, São Miguel, Brejo d’Areia, Bananeiras e Campina Grande. No entanto, os municípios de Brejo d’Areia, de Bananeiras e de Campina Grande deveriam delimitar as partes de seus respectivos municípios que, por sua natureza, eram propícias para a agricultura, das que, por suas qualidades, eram aptas para a criação de gado.³⁰⁷⁷

A autonomia legislativa facultada às Assembleias Provinciais para a criação de novos empregos públicos possibilitou aos deputados provinciais paraibanos a criação de uma Comissão de Inspeção de Açúcar e Algodão, em 1837, composta por dois inspetores, que deveriam examinar e classificar esses produtos antes de serem despachados pela alfândega. A Comissão de Inspeção era sobremaneira relevante, pois a produção de cana de açúcar, no litoral, e de algodão, na região do Brejo, eram os principais produtos da economia local, portanto, mereciam mais atenção da administração provincial.

Durante o Império, os orçamentos das províncias eram bem reduzidos, principalmente após a Lei Orçamentária, que centralizou os impostos de importação e deixou as províncias com o recolhimento de impostos pouco rentáveis. Apesar de o Ato Adicional conceder às Assembleias o direito de criarem impostos provinciais, isso não favorecia de modo considerável, a arrecadação provincial, porquanto os recolhimentos eram pequenos e incertos. Assim, grande parte da ocupação das Assembleias era rever e aprovar leis municipais. Nesse âmbito, as posturas formuladas pelas Câmaras Municipais eram revistas pelas Assembleias Provinciais que deveriam legislar com base no plano orçamentário, tendo em vista que a criação das Assembleias fazia parte do projeto liberal de centralizar o poder das elites locais no governo provincial e reduzir, ao máximo, a autonomia das Câmaras Municipais.³⁰⁷⁸

Como epílogo, destaco três pontos relevantes para a reflexão deste artigo, primeiro a criação do Conselho Geral de província que esvaziou as atribuições das Câmaras Municipais, estas que durante o período Colonial concentravam grande parte do poder local sob a égide dos vereadores, contudo, a capacidade de atuação dos Conselhos era limitada sendo as suas demandas enviadas a Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro. Segundo a criação das Assembleias Provinciais que objetivavam dotar as províncias de alguma autonomia orçamentária e tributária. Terceiro observamos que o orçamento provincial era muito limitado, os principais impostos eram de responsabilidade do poder central, e, então a criação das Assembleias Provinciais não obteve o resultado almejado pelos liberais, pois as provinciais continuavam dependentes dos recursos repassados pelo governo central, principalmente após a Lei Orçamentária, que centralizou os impostos de importação e deixou as províncias com o recolhimento de impostos pouco rentáveis, apesar de o Ato Adicional conceder às Assembleias o direito de criarem impostos provinciais, isso não favorecia a

³⁰⁷⁷ Disposições publicadas no Jornal **Correio Oficial**, de 27 de outubro de 1835, Tipografia Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749443&PagFis=2748&Pesq=carneiro> da cunha. Acesso em 30 jan. 2014.

³⁰⁷⁸ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O império das províncias**: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município representativo no Brasil. 4. ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1978; MARIZ, Celso. **Memória da Assembleia Legislativa**. Edição comemorativa do sesquicentenário da instalação da Assembleia Legislativa. João Pessoa: [s.n.], 1987.

arrecadação provincial, porque os recolhimentos eram pequenos e incertos. Assim, percebemos que a criação do Conselho Geral de província e posteriormente a Assembleia provincial visavam sanar as principais reivindicações das elites locais e dos liberais que buscavam através da legislação dotar as províncias de maior autonomia, contudo, a mudança na legislação e a criação de ambas as instituições não representou o resultado almejado na prática cotidiana da província.

QUEIMEM OS PAPÉIS, DESTRUAM OS PESOS: O MOVIMENTO QUEBRA-QUILOS NO RIO GRANDE DO NORTE (1874-1875)

*João Fernando Barreto de Brito*³⁰⁷⁹
joaofernandohistoria@gmail.com

Resumo: Durante a década de 1870, o Estado Imperial brasileiro vivenciava um período de intensa transformação política e social, a qual afetava diretamente a população. Crescia o consenso entre as classes dirigentes do Império acerca da necessidade de melhor controlar seu povo, especialmente após a promulgação da Lei Eusébio de Queirós (1871). Este estudo visa problematizar a resistência da população em torno de medidas como o Censo Geral do Império de 1872, as leis de recrutamento militar e a unificação do sistema métrico decimal francês. Este, aprovado em 1862, passou a vigorar apenas em 1873, provocando em várias províncias do Norte, dentre elas o Rio Grande do Norte (recorte espacial deste trabalho), reações violentas contra a ação fiscalizadora e abusiva dos agentes da municipalidade, que enfretavam a fúria daqueles que também eram opositos a execução do censo e do recrutamento. Tais movimentos, que agiram em repúdio as racionalizações propostas pelo Estado Imperial, ficaram conhecidos como “quebra-quilos”. Para tanto, cruzaremos fontes tais quais relatórios ministeriais da Justiça e da Guerra, relatórios de presidente de província do RN, coleção de lei provincial do RN, cartas entre presidentes da província do RN e ministros da Justiça e da Guerra, bem como jornais e periódicos que na época se ocuparam de acompanhar e narrar fatos e eventos relacionados aos quebra-quilos.

Palavras-chave: Sistema Métrico Decimal; Quebra-Quilos; Rio Grande do Norte.

I. Introdução

De acordo com o historiador Luís da Câmara Cascudo, na passagem do ano de 1874 para 1875, na província do Rio Grande do Norte, aconteceram “motins de protesto contra a adoção do sistema métrico decimal”³⁰⁸⁰. Segundo o autor, isto teria ocorrido em virtude da lei de nº 1.157 de 26 de junho de 1862³⁰⁸¹, que determinava a proibição da utilização de antigos pesos e medidas substituídos pelo sistema decimal francês, eleito pelo Estado Imperial como o oficial do Brasil. A referida lei sublinhava a gradual substituição para o novo sistema em um prazo de dez anos (tempo destinado às adequações e aquisições de instrumentos, balanças e pesos, bem como para a educação de novas noções métricas sob a responsabilidade da instrução pública), porém só fora efetivamente estabelecida pelo

³⁰⁷⁹ Doutorando pela UFRJ/PPGHIS/LEHS

³⁰⁸⁰ CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: MEC/Serviço de Documentação, 1955, p. 182.

³⁰⁸¹ Lei de nº 1.157 de 26 de junho de 1862. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-1157-26-junho-1862-555244-publicacaooriginal-74401-pl.html>>, acessado em 01 de setembro de 2015.

imperador Dom Pedro II mediante o Decreto nº 5.169, de 11 de dezembro de 1872, que “aprova o regulamento que estabelece as condições que devem satisfazer os pesos e medidas do systema metrico, mandados adoptar no Imperio pela Lei nº 1157 de 26 de Junho de 1862”³⁰⁸². Todavia, não demoraria muito para que a população se colocasse contra “a lei do peso”.

Em dezembro de 1874 os movimentos chamados “quebra-quilos” já eram sentidos em várias províncias do Norte³⁰⁸³, dentre elas Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte. É possível compreender o significado atribuído na época à palavra “quebra-quilos” a partir da visão do Imperador Dom Pedro II, demonstrada em sua “Falla do Throno” diante da assembleia geral em 16 de março de 1875, oportunidade em que ordem pública novamente havia sido perturbada, desta vez no interior de quatro províncias do Norte, perpetradas por “bandos sediciosos, em geral movidos por fanatismo religioso e preconceitos contra a pratica do systema metrico, assaltaram povoações, e destruíram archivos e padrões dos novos pesos e medidas”³⁰⁸⁴. Esta maneira de enxergar os seus “súditos” descontentes de certo servia como forma de deslegitimar a ação dos revoltosos, de modo que não reconhecia as reclamações e protestos proferidos por tais. Estigmatizava-os, portanto, como “bandos sediciosos”, fazendo-se alusão a grupos de salteadores, estes impulsionados pela ignorância por não aceitarem o sistema métrico imposto pelo governo, tresloucados religiosos, ou seja, que não agiam motivados pela razão.

No Rio Grande do Norte, por sua vez, de acordo com o historiador Rosenilson da Silva Santos, as populações levantaram-se contrariamente ao novo sistema de pesos e medidas, eclodindo revoltas em mais de dez localidades (vilas, cidades ou povoações), dentre elas: Goianinha, Várzea, São José, Canguaretama, Jardim do Seridó, Acari, Mossoró, Patú, Barriguda, Poço Limpo, Sant’Anna do Mattos, Flores, Currais Novos e Príncipe (atual cidade de Caicó). Nesta última, os revoltosos atacaram casas comerciais provocando o estrago de balanças e instrumentos de medida, além de intencionarem invadir as coletorias de impostos, as juntas paroquiais e os arquivos das câmaras municipais com a finalidade de destruir registros cartoriais e documentos civis e criminais, afrontando as autoridades locais³⁰⁸⁵.

O presente artigo tem por objetivo problematizar tão somente a obrigatoriedade do uso do sistema decimal francês no Rio Grande do Norte, haja vista que o mesmo não pode ser apontado como único fator para o despertar das revoltas na referida província. Entendemos que o peso de outras medidas adotadas pelo governo, tal qual o censo de 1872, o recrutamento militar obrigatório de 1874 e a criação e o aumento dos impostos municipais, tenham contribuído de maneira fundamental para as agitações populares as quais, ressaltamos aqui, não ocorreram de maneira desarticulada, muito menos de modo

³⁰⁸²Decreto nº 5.169, de 11 de dezembro de 1872. Disponível em:<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5169-11-dezembro-1872-551667-publicacaooriginal-68278-pe.html>. Acessado em 29 de setembro de 2016.

³⁰⁸³ A utilização da palavra “Nordeste” antes de 1920 é incomum, uma vez que ela só passa a ser pensada como região a partir do problema das longas estiagens no final do século XIX e começo XX, quando é registrada pelos documentos das comissões formadas para combater a seca, – fenômeno, problema e discurso – que irá ser conduzido principalmente pela elite pernambucana e que acabará culminando na construção do vocábulo “Nordeste” entre 1920-1930. Assim, o termo “Norte” foi amplamente utilizado ainda durante todo o século XIX, e compreendia desde a província do Amazonas até a da Bahia. Trabalhos como **Norte Agrário e Império (1871-1889)** (1984) de Evaldo Cabral de Mello e o de Durval Muniz **A invenção do nordeste e outras artes** (1999), vão contribuir para que os historiadores evitem utilizar o termo “nordeste” de forma anacrônica. Ver também Peter Eisenberg em **Modernização sem mudança** (1977) e Neroaldo Pontes na obra **Modernismo e regionalismo** (1984) e o clássico livro de Gilberto Freyre **O Nordeste** (1946).

³⁰⁸⁴ Ver “Falla do Throno na abertura da assembléa geral de 16 de março de 1875.” Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227319>>, acessado em 29 de julho de 2016.

³⁰⁸⁵ SANTOS, Rosenilson da Silva. **A cidade do Príncipe contra as medidas do imperador: o Quebra-quilos no sertão da província do Rio Grande do Norte**. IN: Bruno Balbino; Saul Estevam. (org.). *História do Rio Grande do Norte - Novos Temas*. 1ed.Natal: EDUFRRN, 2014, v. 1, p. 7.

espasmódico. O recorte temporal desta pesquisa dá-se de forma a considerar o período entre a promulgação da lei métrica em 1862 e os acontecimentos registrados em 1874-1875. No entanto, para este artigo, reservamos apenas alguns casos de 1874-1875, de maneira a problematizar aspectos mais pontuais da referida revolta.

II. Desenvolvimento

A historiografia brasileira mostra que a segunda metade do século XIX foi um período caracterizado por intensos conflitos sociais, que atingiram tanto as províncias do Norte como do Sul do Império³⁰⁸⁶. Uma série de medidas legais foi adotada pelos governos central, provinciais e municipais, tais como o aumento e a criação de impostos, o recrutamento militar obrigatório³⁰⁸⁷, a instituição dos censos para registros civis de nascimento e óbito³⁰⁸⁸, a unificação do sistema métrico de pesos e medidas, mas também de cotas de trabalho, o que gerou um grande descontentamento entre os populares. Como resposta, em várias províncias do Norte, principalmente nas áreas rurais, surgiram movimentos de contestação que exprimiam a insatisfação da população quanto às referidas medidas, uma vez que se gerou a suspeita que estas pusessem em dúvida a preservação da liberdade e/ou dificultasse o acesso à alimentação do povo³⁰⁸⁹.

As mudanças preteridas pelo Governo Imperial cuja finalidade era a de racionalizar o comércio (unificando os padrões de medição e obtendo maior controle sobre a cobrança de impostos relativos às trocas comerciais a partir do censo de 1872) e coagir o homem pobre livre ao trabalho, repercutiu pessimamente entre o povo, o que nos permite dizer que as populações ficaram atentas às mudanças promovidas pelo governo, particularmente as que intencionavam modificar os seus *costumes*³⁰⁹⁰. Para além das tensões provocadas pela seca

³⁰⁸⁶ Ver MELLO, Evaldo Cabral de. **Norte Agrário e Império (1871-1889)**. Rio de Janeiro/ Brasília: Nova Fronteira/INL, 1984; e MONTEIRO, Hamilton de Mattos. **Nordeste insurgente (1850-1890)**. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1993.

³⁰⁸⁷ Em setembro de 1874 promulgou-se a lei nº 2.556, a nova lei de recrutamento. De acordo com Fábio Farias Mendes, pretendia-se substituir o “odioso recrutamento forçado” pelo alistamento militar baseado no sorteio dos homens livres e libertos em idades entre 19 e 30 anos, que entraria em vigor a partir de 1º de agosto de 1875. Segundo o autor, as juntas de alistamentos ficariam a cargo dos juízes de paz, dos subdelegados e dos párocos locais, os quais deveriam coibir os antigos favorecimentos pessoais que garantiam isenções a certos indivíduos a partir de arranjos locais. Acreditava-se, deste modo, que o sorteio tornava este um processo impessoal, mais racional e igualitário. No entanto, conforme Mendes, “a insatisfação popular encontrava seus motivos principais nas profundas mudanças na rotina do recrutamento que a nova lei introduzia”, opondo-se a obedecer a tal dispositivo legal. MENDES, Fábio Faria. A “Lei da Cumbuca”: a Revolta contra o Sorteio Militar. **Estudos históricos**, nº24, 1999, p. 267- 270.

³⁰⁸⁸ De acordo com Ilmar de Mattos, os censos eram ferramentas vitais ao conhecimento e organização administrativa do Império não só por possibilitar dados estatísticos sobre a população, como também por “reunir os elementos necessários para um estudo comparativo das fontes de riqueza e impostos, e para o equacionamento das medidas necessárias ao incentivo das atividades econômicas”. Segundo o autor, a utilização destes estudos viabilizaria um maior controle sobre a população no sentido de se utilizar trabalhadores livres, nacionais ou não, em obras públicas, ao tempo que também informava do número de trabalhadores escravos. Deste ponto, compreendemos que o censo fez parte da política do Império que precisava conhecer melhor sua população, sua distribuição, o número de escravos, de homens e mulheres livres, enfim, necessitava de um estudo amplo, que pudesse compor um quadro da mão de obra da Nação. MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema**. São Paulo: Huicitec, 2004, p. 268.

³⁰⁸⁹ Sobre a narrativa de outras manifestações como a “Revolta de 1878” e a “Revolta do Vintém” (1879-1880), que tiveram como palco Salvador e várias outras cidades, como Recife, Fortaleza, e São Luís entre outras, ver MONTEIRO, Hamilton de Mattos. **Nordeste insurgente (1850-1890)**. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1993.

³⁰⁹⁰ As práticas consagradas pela população de que tratamos é na verdade o que podemos chamar de *direito costumeiro* ou *costume*, conceito vital para esta pesquisa. Segundo Edward Palmer Thompson, “com frequência, a inovação do ‘costume’ com respeito a um ofício ou ocupação refletia uma prática

e pelo difícil acesso à terra, o que revela a luta diária da população pela sobrevivência, outros fatores contribuíram de maneira decisiva para a insubordinação deste trabalhador: o medo de perder formalmente o direito da liberdade (ser escravizado) ou de serem tratados como escravos por seus patrões.³⁰⁹¹ Nesta perspectiva, é importante analisarmos o que as fontes e parte da bibliografia sobre o quebra-quilos têm a dizer sobre os movimentos ocorridos nas províncias do Norte.

O jornal cearense **Pedro II** publicava em 24 de dezembro de 1874 o recorte de um dos principais jornais do Rio Grande do Norte, chamado **O Conservador**. Este último noticiava as ações do chefe de polícia Luiz Ignacio de Mello Barreto que, no dia 4 de dezembro, dirigia-se “com destino á comarca de S. José e a diversos pontos de Canguaretama, limitrophes da provincia da Parahyba, no intuito de providenciar em ordem a prevenir a invasão dos insurgentes daquela província”³⁰⁹².

Em 11 de dezembro de 1874, o presidente da província do Rio Grande do Norte, João Capistrano Bandeira de Mello, também demonstrava sérias preocupações com as notícias chegadas da província vizinha, a “Parahyba do Norte”³⁰⁹³. O referido representante provincial escrevera ao Conselheiro, Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Guerra, João José de Oliveira Junqueira, pedindo autorização para o envio de um destacamento da Guarda Nacional da cidade do Natal com a finalidade de substituir uma guarnição da 1ª Companhia de praças que se achava no interior do RN, em virtude das “occurencias havidas na Província da Parahyba, e que podem extender-se a algumas localidades desta”³⁰⁹⁴.

A *mobilidade* dos sediciosos, reconhecida e temida até pelos representantes do governo, despertava a atenção de João Capistrano Bandeira de Mello, que reconhecia a precariedade em que se encontravam as tropas da guarda, a sua “falta absoluta de meios [e] completamente desuniformizados”³⁰⁹⁵. O presidente adiantara-se, ordenando “ao Alferes Encarregado do Deposito de artigos bellicos, os objectos de fardamentos constantes da inclusa ilação afim de serem destruidas aos guardas [...] no sentido de proceder se á desconto nos vencimentos desses guardas para indemnisação das peças que

tão antiga que adquiria a cor de um privilégio ou direito”, é o caso das reivindicações populares contrárias à imposição do governo imperial, de substituir as antigas formas de medir e pesar pela unificação do sistema métrico decimal francês. THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. In: Patrícios e Plebeus. São Paulo: CIA. Das Letras, 1998, p. 15.

³⁰⁹¹ Há um grande número de textos basilares que tratam especificamente da luta e resistência dos homens pobres livres em torno da liberdade, entre os quais podemos perceber que a manutenção da liberdade, assim como da autonomia não era uma tarefa fácil, uma vez que devemos levar em consideração os esforços dos governantes em coagir os trabalhadores livres ao trabalho, o que podemos verificar em diferentes lugares do Império, dentre eles destacamos: CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao sul da história**: lavradores pobres na crise do trabalho escravo. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, FAPERJ, 2009; CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987;. MAIA, Clarisse Nunes. **Policiados**: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915. (Doutorado em História) Universidade Federal de Pernambuco, 2001; MOURA, Denise A. de Soares. **Saindo das Sombras**: homens livres no declínio do escravismo. Campinas: Área de Publicações CMU/ Unicamp, 1998; NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massa no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000;; e RODRIGUES, Cristiane. **A construção social do vadio e o crime de vadiagem (1886-1906)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – IFCS – UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

³⁰⁹² **Pedro II**, 24 de dezembro de 1874, p. 1-2.

³⁰⁹³ Carta de capistrano Bandeira de Mello ao Conselheiro, Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Guerra, João José d’Oliveira Junqueira. Arquivo Nacional, Códice 603, v. 5, 11 de Dezembro de 1874.

³⁰⁹⁴ Ibidem.

³⁰⁹⁵ Ibidem.

receberem.”³⁰⁹⁶. Bandeira de Mello parecia saber que a explosão da revolta no Rio Grande do Norte seria inevitável.

No dia 15 de dezembro do ano de 1874, o jornal **Diário de Pernambuco** trazia em sua primeira página algumas notas sobre os movimentos da sedição no Rio Grande do Norte. Informava que “os insurgentes da Parahyba já se passaram para o território desta província”, sendo o primeiro ponto invadido pelos revoltosos a povoação de Santo Antônio, do município de Goianinha. Segundo o referido periódico, “alli se apresentaram em numero de 200, elevando-se este a 300 com a junção de alguns indivíduos, que se achavam na feira daquelle lugar. Tomam elles a denominação de *quebra-kilos*”[grifo nosso]³⁰⁹⁷. Tais informações nos revela a existência de uma solidariedade entre os sediciosos paraibanos e norte rio-grandenses, os quais se reuniam nas feiras³⁰⁹⁸, espaço em que a população sociabilizava, negociava variados produtos, mas também enfrentava – também pela via direta – a ação abusiva dos arrematadores³⁰⁹⁹, unindo-se em torno de uma visão de mundo comum: a de que estavam sendo explorados, ameaçados em suas formas de sobrevivência, submetidos à medidas consideradas ilegítimas, injustas.

De acordo com o correspondente deste mesmo periódico,

depois de destruir todos os pesos e medidas, que encontraram em diferentes estabelecimentos, pretenderam ir à casa do padre capellão com o fim de queimarem os livros de baptisamentos dos filhos livres de mulher escrava. Mas o subdelegado do districto demoveu-se desse proposito, garantindo-lhes que taes livros só podiam ser encontrados na séde da freguesia.³¹⁰⁰

O fragmento acima nos possibilita alargar nossa reflexão quanto aos sujeitos que participavam das citadas revoltas. Mesmo que não esteja posta de maneira direta, podemos ler nas entrelinhas que, o interesse de invadir a casa do padre capellão de Santo Antônio, estivera relacionada ao temor de que as listas de matrículas de escravos pudessem ser utilizadas por senhores de escravos de modo a reduzir negros livres ao cativeiro ou até mesmo impossibilitar que possíveis escravos, os quais poderiam estar atuando junto aos quebra-quilos, rasgassem os documentos que comprovassem sua condição de propriedade de algum senhor.

³⁰⁹⁶ Ibidem.

³⁰⁹⁷ **Diário de Pernambuco**, dia 15 de dezembro do ano de 1874, p. 1.

³⁰⁹⁸ Geraldo Irineo Joffily, contemporâneo dos acontecimentos do quebra-quilos, elenca como primeiro atrito o episódio ocorrido na feira em Campina Grande no dia 14 de novembro de 1874, quando populares entraram em conflito com soldados da polícia e cabras do coronel Cavalcante, dono do mercado. Nesta ocasião foram jogadas contra os últimos vários tijolos de rapaduras, forçando a retirada dos soldados e cabras da feira que ainda chegaram a ser surrados pelas mulheres. A ação dos revoltosos estendera-se pela cidade, arrombaram-se cadeias, destruíram-se arquivos, inutilizaram pesos e medidas. Joffily aponta que “as publicações oficiais já referidas ocultam” o episódio das rapaduras, “falando em ‘pedradas’”. Da feira nascia um movimento que se estenderia para outras províncias do Norte do Império, invadindo casas comerciais, paróquias e as câmaras municipais. JOFFILY, Geraldo Irineo. **O Quebra-Quilo – A Revolta dos matutos contra os doutores – 1874**. Brasília: Thesaurus, 1977, p. 56-57.

³⁰⁹⁹ Podemos compreender que um dos motivos da irritação da população que trabalhava nas feiras, por exemplo, era pagar os velhos e novos impostos à câmara municipal e não ver melhorias ou pelo menos condições “ideais” para que feirantes ou pequenos comerciantes pudessem vender os seus produtos. Devemos estar atentos ao fato de que o direito de arrematação era conferido a alguém por meio da compra junto à municipalidade, o que por si só nos diz dos problemas que esta medida poderia representar, dos abusos cometidos pelos arrematadores que fiscalizavam e cobravam impostos de tais feirantes, beneficiando-se diretamente. Neste sentido, ver MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. 2 ed. rev. Natal: Cooperativa Cultural, 2002.

³¹⁰⁰ **Diário de Pernambuco**, 15 de dezembro de 1874, p. 1.

Nesta perspectiva, vale salientar que tanto escravos quanto homens pobres livres dividiam experiências comuns, ambos buscavam utilizar-se das brechas das leis para auferirem vantagens ou escapar da mão do Estado ou do chicote do senhor. Os homens livres estariam dispostos a rasgarem as listas de recrutamento, bem como os censos, com a clara intenção de evitar o egresso nas tropas de linhas ou exército, conhecidos pela violência e disciplina com as quais eram tratados os recrutas. Os negros cativos, por sua vez, utilizar-se-iam da obrigatoriedade de comprovação da posse do escravo pelo senhor, o qual doravante a Lei do Ventre-Livre (1871) deveria apresentar o documento de comprovação de sua propriedade viva, caso contrário não teria direito submeter o negro ao cativoiro.³¹⁰¹

O historiador Luciano Mendonça Lima, alerta-nos para outra questão, a qual concerne na importância que o pároco assumia para aquela sociedade, justificando, portanto, a escolha do alvo feita pelos sediciosos. De acordo com o autor, vários dispositivos da Lei do Ventre Livre reservava um papel aos párocos locais que, conforme o artigo 8º, eram “obrigados a ter livros especiais para o registro dos nascimentos e óbitos dos filhos de escravas, nascidos desde a data desta lei [28 de setembro de 1871]. Cada omissão sujeitará os párocos à multa de 100\$000”³¹⁰².

Sabendo disso, podemos afirmar que o autor em questão acredita que os escravos percorriam caminhos parecidos com aqueles trilhados pelos revoltosos do quebra-quilos, quer dizer, interpretavam as leis a partir de suas inquietações. Deste modo, “a interpretação das leis pelos negros, mas também pela população, não raramente enxergavam além do que estava escrito nos papéis, trazendo consigo questões relativas à liberdade”, ou seja, a de que as leis fossem utilizadas a partir de outros arranjos, os quais extrapolavam a esfera estatal emergindo nas relações de cunho pessoal, gerando a suspeita de que poderiam colocar em risco a liberdade³¹⁰³ e as formas de sobrevivência do povo.

Em 3 de janeiro de 1875, Capistrano Bandeira de Mello registrava em carta, desta vez enviada para o ministro da justiça, Manoel Antônio Duarte de Azevedo, que “os habitantes de algumas localidades se recusão ao pagamento dos impostos criados por lei e insistem em não admitir os novos pesos e medidas”³¹⁰⁴. Bandeira de Mello, que claramente buscava articulações com as esferas maiores do poder, contava com a autorização do referido ministro da justiça para o envio das forças expedicionárias ao interior daquela província, a fim de fazer valer a lei Imperial, cessando o que ele chamou de “abusos”³¹⁰⁵.

Antes de continuarmos com o desenrolar dos conflitos, faz-se importante sublinhar que num primeiro olhar parecia algo absolutamente normal, a partir das falas das cartas, mas também de alguns jornais, solicitar tropas a outras províncias. No entanto, não nos enganemos. Em virtude dos gastos com deslocamentos e a alimentação das tropas não podemos dizer que esta era uma medida pouco onerosa, bem como ordinária. Pelo contrário, indica uma situação em que o governo local já não poderia conter os revoltosos a partir de suas próprias forças. Assim, duvidar das notícias que tomam este tipo de solicitação de tropas algo corriqueiro é fundamental para entendamos que determinados tipos de fontes, como os jornais analisados nesta pesquisa, poderiam estar a serviço também dos líderes políticos locais. Tentava-se construir uma atmosfera de tranquilidade e de ordem mediante discursos

³¹⁰¹ Ver a Lei Ventre-Livre, nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim2040.htm. Acessado em: 09 de junho de 2014.

³¹⁰² LIMA, Luciano Mendonça. Sombras em movimento: os escravos e o quebra-quilos em Campina Grande. *Afro-Asia*, v. 31, 2004, p. 15.

³¹⁰³ Luciano Mendonça Lima analisou a ação de liberdade da escrava Joaquina contra seu senhor Manuel de Barros em 1871. Nessa mesma ação, outro padre, de nome José Ambrozio da Costa Ramos, foi acusado de batizar como escrava a filha ingênua de uma cativa de Rufino Pereira de Barros, em São Pedro, termo de Campina Grande. *Ibidem*, p. 12-16.

³¹⁰⁴ Carta de Capistrano Bandeira de Mello ao Ministro da Justiça, Manoel Antônio Duarte de Azevedo. Arquivo Nacional, fundo IJ¹297, 3 de janeiro de 1875.

³¹⁰⁵ Carta de Capistrano Bandeira de Mello ao Ministro da Justiça, Manoel Antônio Duarte de Azevedo. Arquivo Nacional, fundo IJ¹297, 9 de janeiro de 1875.

estampados nas páginas dos noticiários, minimizando as vitórias dos revoltosos e estabelecendo a sensação de que tudo estaria sob o controle dos governantes locais após a chegada dos destacamentos, mas essa atmosfera de tranquilidade nem sempre era sentida pelos governantes.

Em nova correspondência, datada em 9 de janeiro daquele mesmo ano, o citado presidente falava da necessidade das tropas expedicionárias serem comandadas por “officiaes de inteira confiança”, quer dizer, de sua confiança. Entendemos que tal situação de desordem pública poderia provocar distúrbios ainda mais sérios, inclusive havia o risco de tais destacamentos perpetrarem também desvios na ordem, como os ocorridos na Paraíba³¹⁰⁶. Assim, julgando necessário o envio de tropas para o interior, Bandeira de Mello pretendia combater novos distúrbios, obrigar as pessoas que se recusavam a efetuarem o pagamento dos impostos da municipalidade, bem como admitirem os novos pesos e medidas³¹⁰⁷. Para tanto, mandou “seguir para os termos do Acary, Jardim e Príncipe o Capitão Antonio Pinto de Moraes Castro e para as de Angicos, Sant’Anna do Mattos, Imperatriz, Port’Alegre e Pão dos Ferros o Capitão Antonio Benevides Seabra de Mello^{3108//3109}”.

Cabia a estes oficiais, acompanhados cada um de uma força de 45 praças, dispersarem os bandos armados, além de proceder ao inquérito policial a fim de que fossem processados³¹¹⁰ os “cabeças do motim ou da sedição”³¹¹¹. Os demais indivíduos partícipes das

³¹⁰⁶ Irineo Geraldo Joffily comenta acerca do reprovado procedimento de algumas tropas de linha que atuaram na Paraíba, que como vimos, seriam novamente destacadas e adentrariam também a província do Rio Grande do Norte. Estas “eram acusadas de péssimo comportamento pelos lugares em que passavam, causando violência e arruaças e desrespeitando populares, acusados de invadirem casas e estuprarem mulheres, mas também por agredirem, prenderem e punirem pessoas consideradas inocentes [...] que passaram pelos mesmos castigos [açóites e coletes de couro], muitos dos quais sem qualquer participação na revolta. No Rio Grande do Norte e em Pernambuco repetia-se a mesma cena de selvageria, aplicada cegamente contra culpados e inocentes, vítimas da prepotência disciplinadora.”. JOFFILY, Geraldo Irineo. **O Quebra-Quilo – A Revolta dos matutos contra os doutores – 1874**. Brasília: Thesaurus, 1977, p. 80-82.

³¹⁰⁷ Carta de capistrano Bandeira de Mello ao Ministro da Justiça, Manoel Antônio Duarte de Azevedo. Arquivo Nacional, fundo IJ¹297, 9 de janeiro de 1875.

³¹⁰⁸ Antonio Benevides Seabra de Mello era certamente um homem do agrado do sr. presidente Bandeira de Mello. Em carta remetida ao “Ilmo. Exmo. Senr. Conselheiro João Alfredo Corrêa d’Oliveira Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio”, em data de 14 de janeiro de 1874, Bandeira de Mello almejava beneficiar Benevides Seabra de Mello ao “recommenda-lo à Munificencia Imperial, para ser condecorado com o Habito da Imperial Ordem da Rosa”, sob a justificativa de seus relevantes serviços prestados. Dentre os tais serviços, a prisão um grupo de homens na vila do Ceará-Mirim – onde era delegado de polícia –, quando “sete individuos que, por não terem isenção legal a seo favor, forão recrutados e assentarão praça com destino ao exercito”. Na visão do presidente, o “Capitão da Guarda Nacional, Official maior aposentado da Secretaria d’Assembléa Legislativa desta Provincia, agricultura intelligente e de bons costumes”, merecia o título honorífico, por sua lealdade e zelo com que desempenhava os árduos deveres ao seu cargo. Ver Carta de Capistrano Bandeira de Mello ao Ministro e Secretário dos Negócios do Império, João Alfredo Corrêa d’Oliveira. Arquivo Nacional, fundo IJJ⁹211, 14 de janeiro de 1874.

³¹⁰⁹ Ibidem.

³¹¹⁰ Não nos debruçaremos sobre o processo-crime do Príncipe (atual cidade de Caicó), o mesmo que julgou a ação dos quebra-quilos que atuaram nesta vila durante o mês de dezembro de 1874. O presente artigo optou por privilegiar fontes que ainda não foram trabalhadas, assim como reconhece que precisaria de mais espaço para a discussão, resolvendo, portanto, indicar o trabalho de SANTOS, Rosenilson da Silva. A cidade do Príncipe contra as medidas do imperador: o Quebra-quilos no sertão da província do Rio Grande do Norte. IN: Bruno Balbino; Saul Estevam. (org.). **História do Rio Grande do Norte** - Novos Temas. 1ed.Natal: EDUFRN, 2014. O processo pode ser encontrado no LABORDOC/Fundo da Comarca de Caicó/1º Cartório Judiciário/Diversos/Caixa n. 7. Processo Crime Quebra-kilo (quebrakilo), 1875 (Cota antiga).

³¹¹¹ Segundo o Código Criminal do Império de 1830, conforme o artigo 111 do capítulo III, intitulado “Sedição”, “Julgar-se-ha commettido este crime, ajuntando-se mais de vinte pessoas, armadas todas, ou parte dellas, para o fim de obstar á posse do empregado publico, nomeado competentemente, e

revoltas, “que não tiverem isenção legal”³¹¹², estariam aptos ao recrutamento caso possuíssem entre 19 anos e 30 anos incompletos.³¹¹³

Em virtude da execução da “nova lei de recrutamento”, a população levantara-se causando tumultos em vários pontos da província, dentre eles Canguaretama, São José, Goianinha e Mossoró. Esta nova lei, segundo o antecessor de Bandeira de Mello, José Bernardo Galvão Alcoforado Júnior, estaria voltada para a “igualdade entre os cidadãos aptos para o serviço das armas e outras garantias”³¹¹⁴. Mas a medida não foi bem assim recebida pelos populares.

Todavia, o que José Bernardo Galvão Alcoforado Júnior não estaria disposto a revelar, era que a reação da população esteve ligada à própria suspeita de que o recrutamento pudesse por em dúvida seus direitos de cidadania, o que recai novamente sobre a questão da precariedade da liberdade destes homens³¹¹⁵. É interessante observarmos que as palavras ditas pelo presidente do Rio Grande do Norte a respeito do rompimento da ordem pública foi uma estratégia para justificar a ação truculenta contra o povo pobre, afirmando que a recusa da população ao recrutamento seria fruto de “circunstancias anormaes e exaltamento de paixões de momento, geradas pela ignorancia”³¹¹⁶.

munido de titulo legitimo; ou para o privar do exercicio do seu emprego; ou para obstar á execução, e cumprimento de qualquer acto, ou ordem legal de legitima autoridade.”. As penas para os líderes do movimento sedicioso, chamados de “cabeças” de sedição seria a “prisão com trabalho por tres [sic] a doze anos”. O artigo 112 ainda observava que “Não se julgará sedição o ajuntamento do povo desarmado, em ordem, para o fim de representar as injustiças, e vexações, e o máo procedimento dos empregados publicos.” Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm >, acessado em 22 de agosto de 2016.

³¹¹² Carta de capistrano Bandeira de Mello ao Ministro da Justiça, Manoel Antônio Duarte de Azevedo. Arquivo Nacional, fundo IJ¹297, 9 de janeiro de 1875.

³¹¹³ Segundo a nova lei de recrutamento, estaria isento: o indivíduo portador de “defeito physico ou enfermidade”; “graduados, e os estudantes das faculdades estabelecidas no Imperio, dos cursos theologicos, e seminarios”; “Os ecclesiasticos de ordens sacras”; “O filho unico que viver em companhia de sua mãe viuva ou solteira”; “O que servir de amparo e alimentar a irmã honesta, solteira ou viuva, que viver em sua companhia e o que alimentar e educar orphãos seus irmãos menores de 19 annos”; “O viuvo que tiver filho legitimo ou legitimado, que alimente ou eduque”; “O que pagar a contribuição pecuniaria”; “O que apresentar substituto idoneo”; “O que tiver completado a idade de 30 annos”. Lei nº 2.556, de 26 de setembro de 1874, disponível em:< <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-2556-26-setembro-1874-589567-publicacaooriginal-114514-pl.html> >. Acessado em 10 de setembro de 2015.

³¹¹⁴ Falla com que o Exm. Sr. Dr. José Bernardo Galvão Alcoforado Junior abriu a 2ª sessão da 20ª legislatura da Assembléa Legislativa do Rio Grande do Norte em 23 de julho de 1875. Rio de Janeiro, Typ. Americana, 1875, pp. 57-58.

³¹¹⁵ Geraldo Irineo Joffily, contemporâneo dos acontecimentos, chama-nos a atenção para os abusos cometidos durante os recrutamentos. Segundo o autor, esta era uma arma usada para satisfazer vinganças, para perseguir opositores, uma vez que “[...] qualquer animosidade entre o trabalhador rural e o potentado do senhor de terras podia ser sumariamente resolvida pelo recrutamento”. Esta afirmação nos leva a indagar acerca do posicionamento de certos presidentes de províncias quanto aos alistamentos “voluntários”. Por exemplo, Silvino Carneiro da Cunha, presidente da província da Paraíba nos anos de 1874-1875, e que antes fora também presidente do RN, era visivelmente a favor do recrutamento como forma de combate a vadiagem e segurança da propriedade individual e privada. Para ele, era um mecanismo usado com rigor e repressão, tanto que as descrições de que os “voluntários da pátria” eram levados de suas cidades acorrentados ou presos por gargalheiras, levamos a crer que os recém-recrutados eram conduzidos como a um escravo. Além disso, outras questões são levantadas por Joffily, tais como os castigos aplicados pelas tropas de linhas e pela Guarda Nacional, acusadas de praticarem torutas contra pessoas consideradas inocentes ou sem envolvimento nos movimentos sediciosos. JOFFILY, Geraldo Irineo. **O Quebra-Quilo – A Revolta dos matutos contra os doutores – 1874**. Brasília: Thesaurus, 1977, p. 24-38.

³¹¹⁶ Falla com que o Exm. Snr. Dr. José Bernardo Galvão Alcoforado Junior abriu a 2ª sessão da 20ª legislatura da Assembléa Legislativa do Rio Grande do Norte em 23 de julho de 1875. Rio de Janeiro, Typ. Americana, 1875, pp. 58-59.

No que tange o recrutamento forçado no Rio Grande do Norte, Luís da Câmara Cascudo destacou, em sua obra **Notas e documentos para a história de Mossoró** (1955), que o mesmo “exasperava sempre o povo e constituía um elemento poderoso de irritação coletiva”. Segundo o autor, em agosto de 1875, os protestos contra o recrutamento continuariam a acontecer (o que nos informa que a ação dos revoltosos estendera-se alguns meses após os conflitos de janeiro daquele mesmo ano). Durante o dia 1º de agosto do mesmo ano, mais precisamente na vila de Arês, mulheres e homens teriam se unido a um grupo de *indígenas* e “armados de faca e cacête invadiam a Igreja Matriz e dilaceraram livros, papéis e editais referentes ao recrutamento”³¹¹⁷.

No mesmo dia, não tão longe dali, mulheres e homens invadiram a igreja da cidade de Goianinha com o plano de rasgarem os processos do alistamento para o recrutamento local, encontrando resistência da força destacada, resultando em 16 manifestantes e 4 soldados feridos. De acordo com o estudioso, “as mulheres eram as mais animosas e vibrantes, defendendo os filhos, os maridos e os noivos.”³¹¹⁸

Para além destes 2 episódios, Câmara Cascudo narra aquele que talvez seja um dos eventos mais simbólicos das revoltas envolvendo um grande número de mulheres no Rio Grande do Norte do século XIX: trata-se do “Motim das mulheres”, assim batizado por Vingt-um Rosado. Segundo Cascudo, lideradas por uma mulher chamada Ana Floriano – a “Eva dos arrabaldes” –, um grupo de mulheres (não há um consenso acerca do número de mulheres, Vingt-Um Rosado aponta para 300 delas, já o então juiz de direito de Mossoró em ofício dirigido ao presidente de província Bernardo Galvão citou a imprecisa contagem entre 50 e 100 mulheres) durante o dia de 30 de agosto, havia tomado a força a paróquia da cidade de Mossoró, atacando os livros e papéis concernentes ao “sorteio do recrutamento militar de indivíduos aptos para serviço do exército e da Armada”³¹¹⁹. Conforme o autor, o desfecho desta história ficou desconhecido, uma vez que não foi encontrado o ofício emitido do delegado para o chefe de polícia, que deveria ser conter informações sobre o processo das cabeças da sedição.³¹²⁰

Diante do que já foi apresentado até agora, faz-se fundamental discutirmos sobre um aspecto trazido à tona pela historiadora Maria Verônica Secreto, um elemento bastante discutido por alguns autores que se debruçaram sobre o quebra-quilos: o caráter (des)politizado das massas envolvidas no quebra-quilos.³¹²¹

Para autores como Armando Souto Maior, autor do livro **Quebra-quilos** (1978), o quebra-quilos, historicamente e sociologicamente, pode ser visto como “uma forma primitiva ou arcaica de agitação social”³¹²². Esta hierarquização demonstra que o referido autor acreditava na incapacidade de uma ação popular articulada politicamente, classificando os envolvidos nas revoltas como “sediciosos” – expressão muito utilizada pelo autor –, como “a turba”, que segundo ele perdiam-se “muitas vezes no anonimato dos analfabetos”, sendo “aqueles tipos humanos que Éric Hobsbawm classificou de pré-políticos

³¹¹⁷ Esta é a primeira vez que é registrada a participação de indígenas no movimento quebra-quilos, porém Luís da Câmara Cascudo não referenciou a fonte que utilizou, impossibilitando maiores informações sobre o referido grupo. CASCUDO, Luís da Câmara. **Notas e documentos para a História de Mossoró**. Natal: Departamento de Imprensa, 1955, p.163.

³¹¹⁸ CASCUDO, Luís da Câmara. **Notas e documentos para a História de Mossoró**. Natal: Departamento de Imprensa, 1955, p.163-164.

³¹¹⁹ Ibidem, p. 164-165.

³¹²⁰ Ibidem, p. 166.

³¹²¹ SECRETO, Maria Verônica. **Sem medida: revoltas no Nordeste contra as medições imperiais**. p.16-17. Disponível em: > http://www.abphe.org.br/arquivos/2003_maria_veronica_secreto_sem-medida-revoltas-no-nordeste-contra-as-medicoes-imperiais.pdf>. Acessado em 30 de julho.

³¹²² SOUTO MAIOR, Armando. **Quebra-Quilos: lutas sociais no outono do Império**. São Paulo: Ed. Nacional, 1978, p.1.

[...]”³¹²³. Seriam, a partir de sua análise, “delinquentes jurídicos” e “criminosos”³¹²⁴, equiparados a envolvidos com o banditismo social, atestando o mesmo preconceito disseminado pelas fontes oficiais de 1874-1875, o reflexo do espelho de D. Pedro II.

Curiosamente, seguindo a mesma perspectiva, Hamilton Monteiro conservou a ideia de que a população revoltosa atendia às designações de “turba”, “baixa condição”, “proletários”, “matutos” e “população ignorante”³¹²⁵, cuja capacidade de realizar uma ação autônoma era questionada. Segundo Monteiro, a turba só agiria “quando os senhores de engenho cruzam os braços e deixam a ‘turba’ livre para agir”³¹²⁶, como uma espécie de consentimento, anulando qualquer indício de participação da população no fazer histórico.

Entretanto, sua opinião se contradiz quando reconhece que “a arrecadação de impostos já havia ultrapassado o limite natural que uma população psicologicamente considera como justo”³¹²⁷. Deste modo, o autor atribui a esta mesma população a capacidade de julgar as ações do Estado, ou seja, de se posicionar diante das determinações do Império. Ora, o próprio Monteiro nos alerta para a necessidade de se “pensar na imagem que as populações mais pobres fazem da burocracia governamental na medida em que não são ouvidas politicamente [...]”³¹²⁸.

Luciano Mendonça de Lima defende que os homens pobres e livres envolvidos nas manifestações do quebra-quilos estariam reagindo “contra um surto de modernização”, o qual se expressava como “um conjunto de medidas de caráter racionalizador”³¹²⁹. De acordo com Rafael de Oliveira Vaz, esta não seria uma tarefa fácil, cabendo ao governo se valer de medidas que propusessem a “transformação dos hábitos [de maneira] gradual e planejada nos ramos do serviço público, começando pelas alfândegas e chegando às obras e escolas públicas, passando pelas oficinas e arsenais”³¹³⁰. Este conjunto de medidas ameaçava “aspectos significativos da vida cotidiana das populações pobres do campo e da cidade”³¹³¹. Desta maneira, deve-se questionar: a ação coletiva dos sediciosos era mero movimento contra a fome ou miséria? Acreditamos que não.

Segundo Viviane de Oliveira Lima, o povo discordava da visão normatizante e civilizadora propostas pelo Estado, de modo que “as revoltas aconteceram, principalmente, por causa da insatisfação popular com a mudança do sistema de pesos e medidas, já que o antigo sistema encontrava-se bastante enraizado em seus costumes, e fazia parte do cotidiano destas pessoas”³¹³², não havendo, na visão da população, a necessidade de substituição por outro sistema. De acordo com a autora, não existiu uma preparação adequada por parte da instrução pública, muito menos distribuição de tabelas de conversão e orientações de uso dos novos instrumentos nas províncias do Norte de maneira eficiente, medidas que antes estavam previstas legalmente³¹³³.

³¹²³ Ibidem.

³¹²⁴ Ibidem, p. 2.

³¹²⁵ MONTEIRO, Hamilton de Mattos. **Nordeste insurgente (1850-1890)**. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1993, p. 53-57.

³¹²⁶ Ibidem, p. 51.

³¹²⁷ Ibidem.

³¹²⁸ Ibidem, p. 51-52.

³¹²⁹ LIMA, Luciano Mendonça. Sombras em movimento: os escravos e o quebra-quilos em Campina Grande. **Afro-Asia**, v. 31, 2004, p. 469.

³¹³⁰ VAZ, R.O. . Antecedentes do Sistema Métrico Decimal no Brasil: O Artigo 'Memória sobre a Adopção do Systema Métrico Decimal no Brazil e de uma Circulação Monetária Internacional' (1859), de Cândido Batista de Oliveira. In: **Scientiarum Historia V**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2012, p, 7.

³¹³¹ LIMA, Luciano Mendonça. Sombras em movimento: os escravos e o quebra-quilos em Campina Grande. **Afro-Asia**, v. 31, 2004, p. 469.

³¹³² LIMA, Viviane de Oliveira - Revoltas dos Quebra-Quilos. Levantes contra a imposição do Sistema Métrico Decimal. **Anais do XV Encontro Regional de História da Anpuh- Rio**. Rio de Janeiro, 2012, p.1.

³¹³³ Ver Lei de nº 1.157 de 26 de junho de 1862. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=59304&norma=75161>>, acessado em 01 de setembro de 2015.

Desta maneira, podemos afirmar que a unificação do sistema de pesos e medida não havia sido realizada de modo que os populares tivessem apreendido as formas de manusear os novos instrumentos e/ou a se orientar a partir dos números decimais. Aliás, duvidava-se que mesmo os arrematadores ou representantes da municipalidade o soubessem. Neste sentido, as pessoas “[...] realmente poderiam ser vítimas de roubos, pois os instrumentos de medição não eram devidamente inspecionados [...]”³¹³⁴. Então, podemos concluir que o povo era consciente de que possivelmente continuariam a existir as fraudes mesmo com o novo sistema de aferição, o qual as pessoas ainda não estavam habituadas, por isso sentindo-se indefesas. Outro importante ponto encontra-se no pouco número de vendedores/arrematadores alfabetizados, sob os quais pairavam suspeitas de que poderiam se aproveitar do fato de que a maior parte da população de baixa renda era analfabeta (o que também não exclui a possibilidade dos próprios arrematadores também o serem!), sendo vítima de aferições e valores desonestos.

A autora ainda alerta-nos para o fato de que mesmo que a aferição fosse feita corretamente, a redução da quantidade dos produtos causava a sensação de estarem sendo ludibriados pelos vendedores. O aspecto cultural relativo à quantidade dos produtos é também algo que devemos melhor explorar, haja vista que a “exatidão” das medidas divergia das antigas quantidades, fazendo uma bagunça nos referenciais de troca na cabeça dos compradores, o que certamente abria oportunidade para se duvidar da honestidade dos vendedores.

Atentos a esta discussão, historiadores como Luciano Mendonça, Rafael de Oliveira Vaz, Rosenilson da Silva, Viviane de Oliveira e Maria Verônica Secreto puderam refletir acerca do movimento quebra-quilos de modo a visualizar os agentes das ações como sujeitos dotados de uma lógica em seu agir, e não como indivíduos movidos unicamente pela fome ou por uma suposta irracionalidade, mas de pessoas que lutavam em defesa de seus direitos costumeiros, mostrando-se conservadores, o que não quer dizer que ignoravam as inovações.

Diante disso, concordamos com Rosenilson da Silva, quando este questiona autores que consideram “que as pessoas envolvidas em tais Quebra-quilos eram ignorantes e que, por isso, se opunham às inovações científicas”³¹³⁵. De acordo com o autor, o ato de inutilizar os novos instrumentos usados para medir e pesar – jogadas poço adentro – era um ato antes de tudo simbólico, que reafirmava o desejo da população em continuar utilizando as antigas referências de medição e pesagem, estas tradicionalmente usadas nas feiras e comércio populares.

Logo, não podemos nos furtar a dizer que a participação de pessoas que desempenhavam diferentes tipos de ofício (pedreiros, sapateiros, ferreiros, criadores, donos de casas comerciais, feirantes, caixeiros e agricultores etc..), bem como de revoltosos provenientes de outras províncias, os quais traziam consigo experiências de movimentos e lutas de outras províncias, aparecem como fatores que merecem ser mais bem explorados, uma vez que podem revelar interesses diversos entre os revoltosos, os quais atribuíam significados variados as revoltas³¹³⁶.

³¹³⁴ LIMA, Viviane de Oliveira - Revoltas dos Quebra-Quilos. Levantes contra a imposição do Sistema Métrico Decimal. **Anais do XV Encontro Regional de História da Anpuh- Rio**. Rio de Janeiro, 2012, p.4.

³¹³⁵ SANTOS, Rosenilson da Silva. **A cidade do Príncipe contra as medidas do imperador**: o Quebra-quilos no sertão da província do Rio Grande do Norte. IN: Bruno Balbino; Saul Estevam. (org.). *História do Rio Grande do Norte - Novos Temas*. 1ed.Natal: EDUFRRN, 2014, v. 1, p. 6.

³¹³⁶ Devemos compreender a dinâmica das revoltas perpetradas pelos quebra-quilos de modo a considerá-los não como um bloco homogêneo de indivíduos e interesses, mas como *sujeitos subalternos*, ou seja, pertencentes à diferentes grupos de “trabalhadores submetidos ao capital”, cuja “força de trabalho é compulsoriamente mercadorizada”. Nesta perspectiva, Marcelo Badaró defende que o conceito de “classes subalternas” pode ser pensado em situações que envolvem diferentes formas de trabalho, como o não-livre, o assalariado ou autônomo, especialmente em situações em que predominem diversas formas de exploração do trabalho. Badaró entende o conceito de “classes subalternas” em sua forma plural, tendo como elemento unificador a subordinação ao capital, de

III. Conclusão

Edward P. Thompson, em **Costumes em comum** (1998), argumentava que “as racionalizações e inovações da economia”³¹³⁷ (que em nosso caso podem ser representadas pela padronização do sistema de pesos e medidas, pelo controle das terras pelo governo, pela incorporação da disciplina de trabalho, pela consolidação do censo de 1872, assim como pela instituição de um mercado de alimentos autorregulado), tinham um sentido claro e definido. O que percebemos são propostas encaminhadas pelos membros do governo central e provincial –, que não devem ser entendidas como processos tecnológicos ou socialmente neutros, já que visavam o estabelecimento de uma nova ordem econômica instituindo novas políticas de dominação. No entanto, a imposição de uma nova ordem por este Estado Moderno em formação não seria uma tarefa fácil. O governo central passava a incumbir às autoridades provinciais de levar aos potentados locais “os ritos modernos de uma administração estatal”, mas isso não significa que eles seriam aceitos passivamente³¹³⁸.

Ao longo deste trabalho evidenciamos que estas ações não aconteciam sob qualquer circunstância. Podemos afirmar que os quebra-quilos mobilizavam-se para reivindicar a preservação de práticas consagradas ao longo dos anos, de maneira que reconheciam que as transformações preteridas pelo Estado feriam os direitos costumeiros e os valores compartilhados entre essa população. Sendo assim, o *costume* funcionava como uma espécie de “retórica da legitimação”, fundamental nas disputas por aquilo que considerava (in) justo, especialmente nas feiras e mercados, espaços em que os trabalhadores sentiam de maneira mais presente a exploração, mas que também era o espaço em que eles se organizavam mais facilmente. Segundo E. P. Thompson, “o mercado era o lugar onde as pessoas, por serem numerosas, sentiam por um momento que tinham grande força”³¹³⁹, o lugar que proporcionava às pessoas o anonimato

Por fim, podemos dizer que “[...] a inovação do processo capitalista é quase sempre experimentada pela plebe [em nosso caso os grupos subalternos] como uma exploração, a expropriação de direitos de uso costumeiros, ou a destruição violenta dos padrões valorizados de trabalho e lazer”³¹⁴⁰. Deste modo, o *costume* era senão um produto de uma cultura conservadora, uma forma de preservar os interesses de uma população que se sentia ameaçada pelos projetos do Estado, o qual demonstrava claramente suas contradições, entre formas racionalizadoras da economia e a manutenção do uso da coerção e violência contra aqueles que resistiam às citadas transformações.

maneira que “destinguem-se por formas distintas de consciência social, cuja tendência à unificação pode manifestar-se em determinados momentos específicos das lutas sociais”. Assim, conforme Antônio Gramsci os grupos subalternos são senão produto da luta contra a exploração e a opressão dos grupos dominantes, que imprimem continuamente a coerção por meio de aparelhos legais, inclusive mediante a ação de um Estado. Neste sentido, Ranhit Guha acredita que os subalternos, quer dizer, aqueles que “constituíam a massa da população trabalhadora”, notadamente caracterizavam-se pela diversidade social e pela permanente resistência a dominação da elite. Ver LINDEN, Marcel van der. **Trabalhadores do mundo: Ensaio para uma história global do trabalho**. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2013, p. 132-132; ARAÚJO, Paulo Henrique Furtado de; CARCANHOLO, Marcelo Dias; MATTOS, M. Badaró; MARIO, Duayer; MEDEIROS, João Leonardo; REIS, Ronaldo Rosas; RODRIGUES, José. **Trabalho, estranhamento e emancipação**. Renake Bertholdo David Neves (Org.). Rio de Janeiro: Coleção NIEP – Marx, Volume I, 2014, p. 134; GUHA, Ranahit. **Las voces de la historia y otros estudios subalternos**. Barcelona: Crítica, 2002, p. 10

³¹³⁷ THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. In: Patrícios e Plebeus. São Paulo: CIA. Das Letras, 1998, p. 19.

³¹³⁸ DOLHNIKOFF, M. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005, p. 205.

³¹³⁹ THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. In: Patrícios e Plebeus. São Paulo: CIA. Das Letras, 1998, p. 21.

³¹⁴⁰ Ibidem, p. 19.

O PROGRESSO DOS TRANSPORTES NO BRASIL OITOCENTISTA: A IMPLEMENTAÇÃO DA NAVEGAÇÃO FLUVIAL A VAPOR NO PIAUÍ

*José Lins Duarte*³¹⁴¹
linsduarte@bol.com.br

Resumo: O Brasil da primeira metade do século XIX convivia com insuficientes estradas adequadas, pouco aproveitamento das vias fluviais e não possuía ferrovias. Somente, a partir do terceiro quartel dos oitocentos essa situação começou a ser alterada devido a alguns empreendimentos em vias férreas e hidrovias. No entanto, os investimentos para essas realizações foram prioritariamente viabilizados para áreas consideradas produtivas, capazes de gerar significativas lucratividades. Essa condição, foi incentivada pela crescente produção agrícola brasileira, que apresentava satisfatória aceitação internacional, sendo quase totalmente voltada para exportação. Nessa ocasião, existia a presença do avanço capitalista que buscava ampliar mercados fora da Europa, em que se destacava a oferta de avançada tecnologia nos transportes, principalmente pela Inglaterra. A junção desses fatores, direcionaram a implementação desses benefícios no Brasil, no sentido de escoar produtos agrícolas para os portos, pois as comunicações obedeciam a direção do litoral, tendo em vista o caráter de abastecimento do mercado externo. Essa postura, criava notada exclusão das províncias que não proporcionavam vantajosas produções para exportação, assim, não despertando interesses do governo imperial e da iniciativa privada, tanto em transportes terrestres quanto em transportes aquáticos. Entretanto, contrariando esse posicionamento, voltado ao lucro, emergiram propostas favoráveis ao estabelecimento de meios de transporte como fator de atração de incentivo a produção agrícola, ocupação espacial e integração nacional. Nesse direcionamento, inseriu-se o Piauí, uma província de pouca expressão no contexto nacional quanto ao seu potencial de produção e arrecadação. Decorrente dessa aceitação, o Piauí assegurou esse acontecimento como um meio para projetá-lo economicamente e politicamente no cenário imperial. Essa condição, tornou-se possível a partir de 1859, com a inauguração da companhia de navegação fluvial a vapor do rio Parnaíba. Dessa forma, promovendo e delineando as condições essenciais ao seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Transporte, Navegação fluvial, Desenvolvimento.

O Brasil na primeira década da segunda metade do século XIX, iniciou uma marcante fase no desenvolvimento dos transportes movidos a vapor, pois foram inauguradas as três primeiras ferrovias em solo brasileiro e instaladas importantes companhias de navegação, com destaque para a companhia de navegação a vapor do Amazonas em 1852, cuja concessão pertenceu a Irineu Evangelista de Sousa “Mauá”.

Incluindo-se nesse propósito de progresso, ocorreu a implantação da companhia de navegação a vapor no rio Parnaíba em 1859, o que representou para o Piauí o primeiro grande acontecimento compreendendo a implementação de tecnologia com reconhecida qualidade internacional, no que se refere a utilização da mecanização.³¹⁴² Nesse encaminhamento, a província passou a vivenciar uma marcante fase nas comunicações, pois tratou-se de uma expressiva transformação nos transportes aquáticos. Dentre elas, a velocidade, a capacidade de carga a ser conduzida de uma só vez e a mobilidade entre a capital e o litoral. Conseqüentemente, criando uma nova concepção de espaço e tempo, através do qual no transcurso da sua atuação interferiu significativamente em determinadas questões econômicas, sociais e culturais.³¹⁴³

³¹⁴¹ Doutorando em História pela UFPE

³¹⁴² LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: UNICAMP, 1996, p. 167.

³¹⁴³ SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Edusp, 1990. p. 5.

Decorrente desse feito, reforçou-se o entendimento da necessidade de impulsionar a sua utilização, visando realizar as pretensas conquistas anteriormente idealizadas, as quais levaram a execução desse empreendimento. Dentre as projeções iniciais, constava principalmente, a de investir no crescimento econômico, através do incentivo ao povoamento em terras próximas ao rio Parnaíba, e assim, incrementar a agricultura, objetivando explorá-la a nível comercial. Também, tornar esse trajeto o mais atraente possível, inclusive, incitando os tradicionais negociantes a trocarem de rota, deixando de escoar suas mercadorias pelo itinerário da cidade de Caxias no Maranhão.

Notadamente, o Piauí deixou a dependência dos precários e tradicionais meios de transportes, passando a partilhar do que havia de mais moderno no segmento aquático. Contudo, precisava consolidar essa situação, uma vez que era ciente das condições vigentes, nas quais reconhecia a necessidade de assumir encaminhamentos capazes de obter os benefícios almejados. Por conseguinte, mesmo passando a usufruir satisfatórias condições de navegação no rio Parnaíba por meio de utilização de modernas embarcações, era preciso demonstrar essa situação através do seu aproveitamento. Portanto, o retorno dos seus benefícios se daria, em primeiro plano pela lucratividade em decorrência dos fretes e passageiros conduzidos, que era a forma mais convincente de valorizar os esforços do governo e dos setores envolvidos nesse projeto.

Em outra vertente, a província passou a ser observada de maneira positiva no aspecto do transporte de cargas, pois indubitavelmente essa conquista favoreceu um aceitável avanço na questão logística, gerando facilidades tanto para entrada quanto para a saída de diversos gêneros. Dessa forma, criando possibilidades de conseguir atrair importantes negócios envolvendo a produção local e a introdução de mercadorias necessárias a província e áreas circunvizinhas.

Referente ao aspecto da condução de passageiros, também surtiu notada satisfação, porquanto, principalmente os presidentes provinciais, funcionários públicos e homens de posse, passaram a realizar o deslocamento entre a sede provincial e o litoral, por meio de modernas e confortáveis embarcações a vapor e não mais por cavalgadas, transitando por vias terrestres mal conservadas e extremamente desconfortáveis.

Por meio desse entendimento, tornou-se possível direcionar esforços em favor desse empreendimento, o qual efetivamente passou a operar como um elemento indispensável, nas comunicações do Piauí. Dessa maneira, configurou-se como o principal elo das grandes distâncias, unindo localidades interioranas a sede provincial e sobretudo a costa brasileira. Notadamente, superou de forma convincente os meios outrora empregados, os quais se limitavam a pequenas cargas.

Enfim, o período envolvendo o século XIX destacou-se dentre outros fatores, pelas transformações inseridas no campo da tecnologia envolvendo os transportes terrestre e marítimo. Tais avanços, proporcionaram reconhecidas melhorias nas comunicações contemplando interesses variados, tanto das elites locais quanto de estrangeiros, formalizando a inserção do Piauí no contexto da modernização, já iniciada em algumas províncias do Brasil.

Eram várias as dificuldades enfrentadas pelo país na questão do escoamento de sua produção, fator esse abrangendo as suas várias regiões. Nesse sentido, o Piauí acompanhava os mesmos problemas, em maior escala, sendo ainda acentuados devido a sua posição geográfica.

A abertura dos portos, com a chegada da família real em 1808, e a independência política obtida em 1822 possibilitou, através de alguns acordos realizados com outros países, a entrada de novas idéias e principalmente de seus produtos comerciais em território brasileiro.³¹⁴⁴ A busca de novos mercados fez parte do projeto desenvolvido na Europa

³¹⁴⁴ CARDOSO, Ciro Flamarion S. A Crise do Colonialismo Luso na América Portuguesa. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1990, p. 118.

ocidental, tendo como fator importante a expansão do progresso tecnológico, em que a mecanização exercia influência determinante.³¹⁴⁵

Nesse período, tal situação era compartilhada por outras províncias brasileiras. Na proposta de desenvolvimento da Amazônia, referindo-se a concorrência das ferrovias, expõe que os barcos a vapor, "...apresentavam a vantagem de poder aproveitar as vias naturais, que por vezes demandavam apenas obras de adequação e muito pouca manutenção..."³¹⁴⁶ Além disso, sendo o Grão-Pará um território cortado por grandes rios, tornava-se adequado a implantação da navegação a vapor como um meio eficaz de incorporar a região no contexto político-econômico do Império, tornando a soma dessas vantagens como uma solução óbvia. Posição essa, reforçada pela falta de recursos para a implementação de estradas de ferro.

No que tange ao debate político "No centro das preocupações, o desejo de levar o desenvolvimento ao Norte do País foi uma das poucas unanimidades entre os diversos grupos em choque ao longo de todo o regime imperial".³¹⁴⁷ No cenário político piauiense, a questão tomou o mesmo rumo tendo havido o mesmo clima de conciliação em prol dos interesses comuns.

Referindo-se a Companhia Baiana de Navegação a Vapor Marcos há o entendimento que "A navegação fluvial a vapor teve um desenvolvimento mais lento do que a costeira, principalmente pelo fato de que a concentração dos centros dinâmicos do país estava no litoral".³¹⁴⁸ Sendo esse um intento voltado para as linhas costeiras e para determinados rios do território nacional, veio facilitar e promover a unidade política e administrativa do país.

O Piauí possuía características pertinentes a esse entendimento, uma vez que uma das motivações incluídas para a mudança da capital, saindo de Oeiras e indo para a Vila Nova do Poti em 1852, consistia no fator integrador, deixando o centro sul e se instalando no centro-norte da província, as margens do rio Parnaíba, esse corretamente navegável até o litoral.

Nesse período, o Brasil, tinha como principal atividade econômica a exportação de produtos primários e precisava melhorar a sua infra-estrutura de escoamento dessas mercadorias a fim de aumentar a sua receita. Para tanto, o vapor se qualificava a substituir as formas elementares de transporte, através de barcaças e lombo de animais. Dessa maneira, criando novos hábitos, encurtando distâncias e provocando inclusive a expansão de áreas cultivadas, pela facilidade de escoamento da produção até o centro de consumo.³¹⁴⁹

Nesse direcionamento, a conjuntura piauiense convergia em diversos aspectos, pois havia a carência de embasamento nas comunicações, de povoamento em quase toda a sua extensão, de aumentar seu cultivo da lavoura inclusive de subsistência, de escoar a sua produção agrícola e consistente criação bovina para o comércio interprovincial e internacional. Nessa conjuntura, era latente a deficiência nos transportes, tornando de fundamental importância consolidar uma solução nesse sentido.

A intenção de projetar a navegação pelo rio Parnaíba, tornou-se efetivamente oportuna a partir da promulgação da Lei Provincial nº 129, de 30 de setembro de 1841, a qual permitia à concessão de vantagem de 25 anos a companhia que viesse a estabelecer a condução fluvial por barcos a vapor no rio Parnaíba.³¹⁵⁰ Contudo atravessou-se mais de uma década para se apresentar uma proposta aceitável.

³¹⁴⁵ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: UNICAMP, 1996, p. 192.

³¹⁴⁶ GREGÓRIO, Vitor Marcos. O progresso a vapor: navegação e desenvolvimento na Amazônia do século XIX. Belo Horizonte: **Revista Nova Economia**, 2009, nº 1, v 19. p. 3.

³¹⁴⁷ Idem.

³¹⁴⁸ SAMPAIO, Marcos Guedes. **Uma contribuição à história dos transportes no Brasil: a companhia baiana de navegação a vapor (1839-1894)**. 2006. Tese. (Doutorado em História Econômica) Departamento de História, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo. p. 58.

³¹⁴⁹ ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. **A Companhia pernambucana de navegação**. 1989. Dissertação (Mestrado em História) Departamento de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. p. 170.

³¹⁵⁰ NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, v 4. p. 126.

Processada a transferência da capital do Piauí, de Oeiras para Vila Nova do Poti, logo depois passando a se chamar Teresina de acordo com a Resolução nº 315, de 21-07-1852, buscava-se atingir outro importante desígnio, realizar a conexão entre a capital e o litoral utilizando o transporte fluvial, tendo como elo dessa ligação, o rio Parnaíba.³¹⁵¹

Cientes da situação, setores envolvidos nas decisões da província, buscaram uma alternativa para vencer esse obstáculo. As discussões desdobradas soaram de maneira quase unânime, remetendo a implantação da navegação a vapor. Tal direcionamento, encontrara consonância no presidente da província José Antônio Saraiva, o qual buscou apoio do ministério imperial, alegando a viabilidade do empreendimento e que podia contar com a adesão de respeitados negociantes locais e representantes de empresas estrangeiras instaladas em Parnaíba.³¹⁵²

Nesse direcionamento, há o entendimento sobre o estabelecimento da empresa náutica, como sendo um acontecimento que obteve participação de parte das classes privilegiadas e políticas locais, não apenas ligados a interesses mercantis.³¹⁵³ Tal postura associava o progresso do Piauí à conquista do espaço comercial, então ocupado por Caxias no Maranhão, que consolidava-se como o principal centro distribuidor de mercadorias de exportação e importação atendendo várias localidades do centro-sul e centro norte piauiense.

Acreditava-se que somente com a utilização da navegação a vapor seria possível se projetar no cenário nacional, tendo em vista ser uma das províncias a gozar de menos prestígio na ocasião e conseqüentemente promover uma maior aproximação política com a Corte.

Durante o período compreendido entre 1850 a 1859, foram realizadas, com mais ênfase, algumas intervenções públicas para estudar a viabilidade da navegação no rio Parnaíba. Dentre elas uma ocorrida em fevereiro de 1853 com a chegada de um barco de guerra no delta do Parnaíba, destinado a esse fim. Tal acontecimento, sucedeu em decorrência de negociação abrangendo as províncias do Piauí e Maranhão, de acordo com o ofício emitido pela presidência da província maranhense em 16 de fevereiro de 1853.³¹⁵⁴

Adentrando a segunda metade do século XIX, observava-se o fortalecimento dos negócios ligados ao comércio internacional, através da exportação da carne bovina diretamente para Liverpool, Hamburgo e Guiana Francesa. Compreendia-se, como sendo incontestemente o reconhecimento da importância de melhorar os meios de transporte utilizados para o carregamento dessas mercadorias até Parnaíba, a fim de reduzir os custos e cumprir as metas de entrega em tempo hábil. Tendo em vista que as entregas eram feitas através de embarcações rudimentares.³¹⁵⁵

Diante de tais assertivas, considerava-se como sendo de extrema necessidade esses melhoramentos, pois caso não se firmasse o empreendimento hidroviário, pairava o entendimento de não ter compensado a transferência da capital, pois era uma prerrogativa para a consolidação da mudança do centro administrativo da província. Tratava-se de benfeitorias de acordo com as precisões locais e vislumbrava um processo de desenvolvimento, adiante da capacidade local. Isso, a fim de justificar a mobilização em torno da implantação do progresso tecnológico.

Mesmo cedendo a determinados interesses, não se pode negar os ganhos implementados por esses investimentos. Sendo assim, é possível perceber o entendimento e aproximações, tanto no contexto local quanto no internacional, pois, o aproveitamento do rio Parnaíba através de embarcações apropriadas, era uma das reivindicações da província

³¹⁵¹ Idem. p. 112.

³¹⁵² Idem. p. 128.

³¹⁵³ GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba...Cidades-Beira**. Teresina: EDUFPI, 2010. p. 145.

³¹⁵⁴ NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, v 4. p. 130.

³¹⁵⁵ SANTANA, R. N. Monteiro de. **Introdução à problemática da economia piauiense**. Teresina: Centro de Pesquisas Tecnológicas do Piauí, 1957. p. 204.

do norte brasileiro na intenção de se projetar economicamente, politicamente e socialmente.

Nessa vertente, observamos que a implantação desse meio de condução, no perímetro compreendido inicialmente entre recente núcleo administrativo, instalado em 1852, e o litoral introduziu transformações significativas no cotidiano da região centro-norte. A partir de Teresina, atracando inicialmente nos ancoradouros de União, Repartição e finalmente chegando a Parnaíba. Dessa forma, proporcionando maior mobilidade entre a capital do Piauí e alguns importantes povoados ribeirinhos, possibilitando a geração de consideráveis melhorias no desenvolvimento econômico e social da província. Tendo em vista compor os maiores rebanhos bovinos do norte, atendendo o mercado interno e externo, além de desenvolver a agricultura do algodão, um produto voltado para o mercado internacional na segunda metade do século XIX, respondendo como primeira mercadoria de exportação do setor. Dessa maneira, concedendo mais ênfase ao Piauí diante do cenário nacional.

O Brasil estava passando por um período de expansão do capital industrial internacional, desenvolvido principalmente pela Inglaterra, detentora de tecnologia de ponta no que se refere a determinados setores industriais e de transportes. O governo imperial e o governo piauiense, juntamente com alguns empreendedores locais, se dispuseram a realizar investimentos no setor de transportes aquáticos, no Piauí entendendo ser essa a alternativa mais viável para ligar a produção interna com as demais províncias e com o exterior, em decorrência de sua geografia, sendo o rio Parnaíba navegável com segurança e exigir baixo custo de manutenção pelos seus 363 km, da capital ao litoral, além de possuir apoucado índice de ocupação demográfica e produtos de exportação suficiente que viabilizasse a implementação de transporte ferroviário.

Almejava-se incentivar o povoamento nas proximidades das áreas atendidas, inclusive com o desbravamento e ocupação de pessoas das províncias adjacentes.³¹⁵⁶ Dessa forma, conformando interesses dos políticos e dos comerciantes, nesse momento, unidos em prol da mesma causa, no intuito de retirar do isolamento interiorano e elevando-o a condição de importante participe nos negócios econômicos do Império Além disso, era uma maneira de justificar a mudança da capital saindo de Oeiras para Poti Novo, futura Teresina, assim, atrelando ao transporte um elemento essencial para o sucesso da mudança do centro administrativo.

Outro aspecto observado foi a mobilização de componentes da sociedade, principalmente os de Parnaíba, o principal centro econômico do Piauí na época, representada por negociantes locais e estrangeiros, pressionando os seus representantes políticos, pois expressavam o seu descontentamento com a situação do sistema de transporte vigente, o qual impedia os agricultores, criadores e comerciantes de propagarem seus negócios. Esse sentimento faz-se representar através do presidente da província Frederico de Almeida e Albuquerque, dirigindo-se ao ministro do Império.³¹⁵⁷

a primeira necessidade dessa Província é a navegação a vapor do rio Parnaíba assunto esse que já hei de tratar, por vezes ocupado a atenção de V Exa. Algumas medidas tenho tomado para esse fim, auxiliado pela Assembléa Provincial que trata de habilitar-me com todos os meios próprios e contando com a cooperação do governo Imperial espero obter resultado. Sem que, se adote o melhoramento de que trato por certo esta Província não sairá do estado deplorável em que se acha, de atraso e pobreza; entretanto por seus recursos naturais e susceptível de progresso”.³¹⁵⁸

³¹⁵⁶ QUEIROZ, Teresinha. **Os Literatos e a República**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p. 53.

³¹⁵⁷ GANDARA, Gercinair. Op. cit. p. 151.

³¹⁵⁸ Ofício de 29.12.1855, Correspondência da Presidência, Sala do Poder Executivo, APEPI.

Nesse período o Piauí pleiteava uma condição que o elevasse a uma situação de prestígio no país, uma vez que o seu desempenho econômico não estava gerando boas arrecadações. Tendo em vista que suas mercadorias de exportação interna e externa, eram na maioria escoadas pelo porto de Tutóia no Maranhão, assim, fugindo ao controle do fisco local. Acentuando os problemas, não havia incentivo para o assentamento de pessoas voltadas para a exploração agrícola.

Dessa forma, sair do isolamento interiorano rumo ao litoral, tornava-se a única suposição para o crescimento. Assim sendo, considerava-se imprescindível desenvolver as comunicações, e o rio era o meio mais viável em decorrência das condições geográficas pertinentes a comarca. Esse intento, visava fortalecer o assentamento populacional e o crescimento mercantil, direcionando ao surgimento de maiores investimentos na economia.

³¹⁵⁹

Diante desse cenário, a condução náutica a vapor de carga e passageiro constituía uma significativa necessidade, pois as cidades e povoados que mais se destacavam no comércio, e na pecuária e na exportação do algodão, buscavam uma opção que viesse corresponder aos anseios da região, pois entendia-se como sendo essencial fazer os principais setores produtivos conduzir suas mercadorias de forma segura, rápida e com baixos custos, até o porto de Parnaíba. Outra questão suscitada, era da produção agrícola de subsistência, exercida na maioria dos povoados centrais e principalmente ribeirinhos que também apresentavam problemas na sua distribuição em decorrência do deslocamento apresentar bastante dificuldades. Nessa época, o crescimento se desenvolvia em ritmo lento, tendo como seu principal meio de locomoção a condução realizada através de pequenas embarcações e por cavalgadas.³¹⁶⁰

Na segunda metade do século XIX, chegava o recurso para a província piauiense preencher esse espaço, podendo assim promover o desejado incremento no desenvolvimento econômico e conseqüentemente maior prestígio político, motivando o empreendimento e o crescimento do interior. Isso, em decorrência do estabelecimento de um transporte seguro e compatível com as condições do rio Parnaíba. Em primeira instância, o barco a vapor ligava a capital ao porto de Parnaíba, percorrendo uma distância de 363 km, passando em alguns ancoradouros.

Em notícia divulgada pelo Jornal O Propagador de 27 de abril de 1859, encontra-se certa descrição da chegada da primeira embarcação da Companhia de navegação a vapor piauiense no dia 31 de março de 1859, em Parnaíba. O mesmo jornal na sua edição do dia 28 de maio de 1859, trata da viagem de regresso do vapor, partindo de Teresina rumo ao porto de Parnaíba. Nesse percurso, ficou de realizar atracagem nas localidades de União, Repartição e outros de acordo com a conveniência da Companhia.³¹⁶¹

Posteriormente, a evolução representada pela instalação da empresa de barcos a vapor, transportando mercadorias e também passageiros, é possível verificar intervenções de setores da população, não só argumentando a melhoria das comunicações, mas observando nela um transtorno a mais, envolvendo alguns segmentos, pois ocorreu a investida de um concorrente aos afazeres usuais de trabalhadores da hidrovia, que tinham suas atividades realizadas através de pequenas embarcações ao longo do rio Parnaíba.³¹⁶² Enfim, discussões, aceitação e reações vivenciadas dentro de uma província que estava passando por um momento de considerada transformação a partir da mudança da capital e em pouco tempo se deparando com um investimento de grande envergadura através do progresso representado pelo novo transporte.

Verificamos ter sido um acontecimento relevante para a época, iniciado no regime imperial. Nesse direcionamento, o Piauí tornou-se cenário da introdução de um transporte

³¹⁵⁹ QUEIROZ, Teresinha. **Do singular ao plural**. Recife: Bagaço, 2006. p. 14.

³¹⁶⁰ NUNES, Odilon. Op. cit. p. 126.

³¹⁶¹ BASTOS, Cláudio de Albuquerque. **Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p. 390.

³¹⁶² GANDARA, Gercinair. Op. cit. p. 183

moderno e de qualidade, este vindo suprir o precário sistema de condução existente, calcado em lombo de animais e embarcações elementares. Tal acontecimento mobilizou não só as autoridades como também parcela da população.

A partir dos materiais investigados, nos dispomos a analisar o referido assunto, com vista à abertura de perspectivas para um conhecimento amplo e reflexivo a propósito da importância do transporte fluvial a vapor iniciado no século XIX. Dessa forma, preencher uma lacuna existente na historiografia piauiense.

A implantação de uma Empresa de Navegação a Vapor na província piauiense foi motivada pelo insuficiente aparelhamento dos transportes desse período. Essa situação se evidenciava pela carência de melhorar o escoamento de sua produção, aliada a necessidade de atender ao novo núcleo administrativo do Piauí. Nesse pensar, “O investimento em transportes, atuando como poderoso fator no espaço econômico, condiciona novos esquemas de divisão geográfica nessas economias, influenciando a localização de atividades industriais, extrativas e agrícolas.”³¹⁶³ Nesse intento, justificava-se a projeção de um investimento de considerável monta financeira decorrente da consistente demanda agrícola, pecuária de reconhecida potencialidade e surgimento de um aceitável comércio interno e externo.

A intenção do estabelecimento de navios no rio Parnaíba impulsionados por energia a vapor, gerava a perspectiva de redução de custos nos transportes, fazendo parte de uma proposta material, visando o atendimento das novas necessidades mercantis e políticas, voltadas para acolher o segmento de exportação e importação, melhor distribuição de produtos internos e a captação de recursos públicos, uma vez que as precárias comunicações encareciam os produtos que entravam e saíam de Parnaíba.

Tomando como referência interesses de ordem econômica, verifica-se que se alargavam os debates e as possibilidades de melhoramentos na sua efetivação. Contando com o apoio de negociantes locais e estrangeiros, ampliavam-se as possibilidades de êxito. Além de grupos da sociedade vislumbrar na novidade a realização de um processo civilizador capaz de gerar conforto e satisfação.

No que se refere ao financiamento, verificamos importante participação do governo provincial, contribuindo com os estudos das áreas pertencentes ao trajeto das embarcações, compartilhando das necessidades de melhorias em determinados percursos do rio, incentivando pesquisas da região através de engenheiros capacitados, além de concordar em contribuir através de subvenção com um orçamento de 30:000\$000, instituída pela Lei Provincial nº 422 de 15/01/1856, para a manutenção da Companhia de Navegação a Vapor.

³¹⁶⁴

A partir da circulação das embarcações a vapor ocorreram algumas transformações significativas na região, tais como: maior movimentação nas áreas atendidas pelo novo modelo de condução, crescimento no assentamento de famílias nas rotas atendidas, aumento no movimento do comércio local, além de mudanças nos hábitos quanto a vida interiorana. Segundo Teresinha, esse projeto integrador possuía como elemento fundamental “... às inovações tecnológicas incorporadas à arte da navegação fluvial, seu poder de atração se confirma, ratificando aquela tendência para o arranjo das populações em áreas ribeirinhas”.³¹⁶⁵

Os processos que envolveram a sua implantação, constituem elementos pertinentes ao período de sua atuação, os seus serviços em interação com o cotidiano da região e das pessoas, o envolvimento da população quanto a receptividade e convivência, o aspecto de modernidade introduzido, o avanço que constituiu em relação aos meios de transportes existentes na época, a escolha da área para sua cobertura e a sua relevância no processo de inclusão piauiense na rota de comércio interprovincial e internacional.

³¹⁶³ BARAT, Josef. **A Evolução dos Transportes no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE: IPEA, 1978. p. 4-5.

³¹⁶⁴ NUNES, Odilon. Op. Cit. P. 136.

³¹⁶⁵ QUEIROZ, Teresinha. Op. Cit. p. 171.

A navegação a vapor é um indício de modernidade capaz de mudar hábitos, criar oportunidades de circulação e consumo. Em nome do progresso, da tecnologia e de interesses capitalistas, o Piauí sofreu mudanças significativas, por intermédio do desempenho proporcionado por um moderno meio de condução fluvial. Não conceder maior visibilidade a sua contribuição no desenvolvimento econômico, social e político, seria deixar um espaço aberto na sua historiografia. A Companhia de Navegação a Vapor no rio Parnaíba faz parte da sua história como outro fato histórico de importância ocorrido em terras do Nordeste.

A Companhia hidroviária, foi estabelecida para explorar o transporte no rio Parnaíba, cumprindo o seu desígnio por cerca de cem anos. Durante sua existência, participou ativamente da História do Piauí, promovendo o assentamento de populações locais e vizinhas as margens do rio Parnaíba, contribuindo para diminuir o pouco adensamento populacional da província. Ainda, escoando a produção do gado, algodão, couro, tabaco e contribuindo para o desenvolvimento, posterior, dos produtos de relevante destaque na economia piauiense como maniçoba, da carnaúba e do babaçu ainda no século XIX e início do XX.

Dessa forma, o Piauí comemorava, embora de forma limitada, a sua entrada no progresso por meio do transporte fluvial a vapor. Esse meio de condução não pode ser visto como um parecer puramente tecnológico de um dado período histórico, por mais significativo que o mesmo tenha sido. A embarcação a vapor esteve ligada ao cenário piauiense de forma marcante, participando e acompanhando mudanças, contribuindo efetivamente para o crescimento e desenvolvimento do Piauí.

Sobre transformações econômicas e sociais, destaca-se o aspecto demográfico como um elemento de extrema importância. Contudo, foi nas comunicações, tomando como exemplo os navios a vapor que observou um vultoso impulso embasado na qualidade técnica, na velocidade implementada e na capacidade de carga que se consolidaram como elementos de ligação entre campo e cidade, regiões produtivas e pontos de escoamento de mercadorias.³¹⁶⁶

Compreensões como essas nos remetem a analisar o processo de implantação da Companhia de Navegação a Vapor no Piauí e sua repercussão de forma ampla no contexto econômico, político e social. Ainda nos remete a avaliar as transformações ocorridas nas áreas próximas a iniciando pela nova capital da província, a partir do estabelecimento da Companhia de Navegação a Vapor, como também, verificar características do impacto causado pelo progresso nas comunicações e o desempenho dos setores da economia piauiense, envolvendo o comércio local, a bem sucedida pecuária e a emergente agricultura.

ENTRE A LEI E A TRIBUNA: O INÍCIO DA VIDA PÚBLICA DE JOAQUIM NUNES MACHADO (1834-1837)

*Manoel Nunes Cavalcanti Junior*³¹⁶⁷
manoel73@gmail.com

Resumo: Joaquim Nunes Machado foi um dos mais importantes políticos pernambucanos da década de 1840. Vigoroso orador, carismático e popular, encabeçou a criação de uma dissidência liberal que resultou no Partido Praieiro, facção que combaterá arduamente os Cavalcanti e dominará o poder provincial após a virada liberal de 1844. Tornou-se uma

³¹⁶⁶ HOBBSAWM, Eric J. **A era do capital 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 190-191.

³¹⁶⁷ Doutor em História. IFBA/Campus de Vitória da Conquista

espécie de mártir dos Praieiros ao morrer nos combates travados nas ruas do Recife em fevereiro de 1849. Este trabalho visa analisar o início da sua carreira como juiz e como político, logo após a conclusão do seu curso na Faculdade de Direito de Olinda: seus primeiros embates, o envolvimento nas lutas partidárias regenciais e sua relação com as diferentes facções políticas do período. O início da vida pública de Nunes Machado torna-se uma representação de toda uma geração de políticos pernambucanos que vai tornar-se protagonista a partir da década de 1840.

Palavras-chave: Cultura Política – Brasil Regência - Pernambuco

No amanhecer do dia 2 de fevereiro de 1849 a capital da província de Pernambuco acordou debaixo do barulho das armas das tropas liberais que se digladiavam contra as forças governamentais controladas pelos seus adversários conservadores. Duas colunas invadiram a cidade: uma pelo sul, via Afogados, e a outra pelo norte, vindo pela freguesia da Boa Vista. A coluna do sul chegou muito perto do Palácio do Governo, mas a do norte encontrou forte resistência e acabou por ter o seu avanço detido na região da Soledade.

Entre os combatentes que cerravam fileiras na coluna norte estava o deputado geral Joaquim Nunes Machado. Era ele uma das principais lideranças liberais pernambucanas, reunidos no Partido Nacional de Pernambuco ou, como acabou mais conhecido, Partido Praieiro. Encastelado em um casarão, inadvertidamente foi a uma janela para verificar a posição inimiga e acabou sendo atingido na cabeça por um projétil disparado por um soldado da tropa do governo. Acabava ali a vida do mais popular político pernambucano daqueles dias e surgia o mito em torno do mártir da Revolução Praieira. Quase cinquenta anos após a sua morte, Joaquim Nabuco dizia que ficou sendo ele “até hoje o ídolo popular pernambucano, a memória querida por excelência”.³¹⁶⁸

O período da vida de Nunes Machado que se desenrola durante a década de 1840 já é bastante conhecido. Compreende os anos em que militou entre os praieiros na luta contra o Barão da Boa Vista e seus parentes e aliados Cavalcanti. O objetivo deste trabalho é analisar uma parte de sua vida ainda pouco conhecida: o início de sua carreira como magistrado e suas primeiras lutas políticas. Ele representa, na verdade, um modelo de como uma geração inteira de políticos pernambucanos ascendeu à vida política provincial e nacional.

Joaquim Nunes Machado era natural da vila de Goiana, localizada próximo à divisa com a Paraíba, distante catorze léguas de Recife, na região conhecida como Mata Seca. Fundada no séc. XVI, Goiana abrigava em suas terras um grande número de engenhos de cana de açúcar, embora não tivessem o vigor dos seus congêneres da Mata Sul. A vila era uma das mais importantes da província, servindo também de passagem de gado que seguia para a capital. Foi nela que nasceu em 15 de agosto de 1809 o futuro deputado Nunes Machado, filho do advogado Bernardo José Fernandes de Sá e de D. Margarida de Jesus Nunes Machado. Segundo Pereira da Costa, sua família era abastada e “de merecida estima e influência”.³¹⁶⁹ Suas ligações familiares não eram nada modestas. Era primo de João Joaquim da Cunha Rego Barros, futuro segundo Barão de Goiana e um dos, senão o mais rico, dos senhores de engenho de Goiana do seu tempo. Diz o Conselheiro João Alfredo que em certa eleição surgiu uma contestação no colégio eleitoral de Goiana sobre a elegibilidade de Nunes Machado devido a sua renda. Prontamente João Joaquim declarou naquele momento o seu primo dono de qualquer das propriedades que ele possuía, comprometendo-se a ratificar a doação pela melhor forma de direito e no menor prazo possível. A controvérsia acabou ali.³¹⁷⁰ Sua esposa, Maria Joana Gomes de Machado, era cunhada de um ex-ministro de Pedro I

³¹⁶⁸ NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. 5.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. v.1. p. 115.

³¹⁶⁹ COSTA, Francisco A. Pereira da. **Diccionario Biographico de Pernanmbucanos Celebres**. Recife: Typographia Universal, 1882. p. 511.

³¹⁷⁰ OLIVEIRA, João Alfredo Corrêa de. **Minha Meninice & Outros Ensaio**s. Série Abolição. v.5. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988. p. 50.

chamado Maia.³¹⁷¹ Provavelmente era José Antônio da Silva Maia, que ocupou a pasta do Império no Gabinete de 4 de outubro de 1830.

Como era praxe entre os filhos da elite imperial, o caminho mais rápido de ascensão em uma carreira política era o do curso jurídico. Justamente na fase em que Nunes Machado terminava o seu curso preparatório, o governo imperial criava em 1827 as Faculdades de Direito de São Paulo e de Olinda. Ele acabou sendo matriculado na primeira turma da academia de Olinda e ali ingressou em 1828. Foi durante o seu quarto ano que ele teve a primeira experiência com as lutas políticas provinciais. Em 1831, durante os convulsionados dias após a abdicação do imperador Pedro I, rompeu em 14 de setembro uma revolta de soldados de 1ª linha que ficou para a posteridade com o nome de *Setembrizada*. Os amotinados tomaram os bairros centrais do Recife e por três dias os mantiveram sob o seu controle. Os acadêmicos de Olinda, entre eles Nunes Machado, improvisaram um batalhão e se juntaram a forças leais ao governo na repressão aos revoltosos.³¹⁷²

No ano seguinte, 1832, Nunes Machado conclui o seu curso e recebeu o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais. Naquele mesmo ano o Código de Processo Criminal promoveu a reformulação da organização judiciária nas províncias e Pernambuco conquistou um aumento no seu número de comarcas: passou de três para nove. Uma destas novas comarcas era a de Goiana. Nunes Machado foi nomeado o seu primeiro juiz de direito. Começava ali sua carreira na magistratura e ao mesmo tempo seu envolvimento com as disputas políticas provinciais.

O juiz de direito Nunes Machado assumiu seu posto numa época de profunda divisão política no Brasil e em sua província. Pernambuco enfrentava o desenrolar da Guerra dos Cabanos e a ameaça de uma reação dos *restauradores* que defendiam o retorno de Pedro I ao trono do império. Ele se mostrou plenamente alinhado com os liberais moderados que assumiram o poder após o 7 de abril de 1831 e que lutavam para debelar a ameaça restauracionista. No aniversário dos três anos da abdicação de Pedro I, foi ele um dos organizadores e financiadores das festividades em Goiana, juntamente com outros “amantes do 7 de abril”. A salva de fogos no amanhecer do dia foi feita defronte de sua casa. Havia até uma *Sociedade Anti-Restauradora* na vila, participante ativa dos festejos realizados na Igreja Matriz e na Câmara Municipal. O vice-presidente da Sociedade era o próprio pai do magistrado, Bernardo José Fernandes de Sá.³¹⁷³ Pela imprensa da capital do Império ele também se engajava em atacar os *restauradores*. O General Abreu e Lima, então fervoroso defensor da volta de Pedro I, em uma carta ao seu irmão Luiz Ignácio Ribeiro Roma, dizia ser Nunes Machado o autor da correspondência que havia chegado ao Rio de Janeiro com insultos contra ele e onde se autodenominava *Um Pernambucano Exaltado*. Nela o General fazia a seguinte recomendação ao irmão: “...trata de conhecê-lo e agradecer-lhe em meu nome os insultos que me disse aqui gratuitamente”.³¹⁷⁴

Mas foi na política local que Nunes Machado mostrou pela primeira vez as características que o acompanhariam pelo decorrer da sua carreira política. A vila de Goiana enfrentava havia algum tempo uma profunda divisão política. A razão disto está associada à chegada de Manoel Cavalcanti de Albuquerque na região, quando se tornou arrendatário do engenho Catu. A documentação dá a entender que ele vinha da Mata Sul. Seus inimigos insinuavam que chegou fugindo de crimes por lá praticados.³¹⁷⁵ Uma vez instalado no engenho Catu, tornou-se um importante senhor de engenho da comarca. Seu poder pode ser medido pelos cargos que ocupou: foi vereador e presidente da Câmara Municipal de Goiana, elegeu-se tenente coronel da Guarda Nacional da vila e foi seu primeiro comandante.

³¹⁷¹ *Diário de Pernambuco*, Recife, 31 jan. 1834.

³¹⁷² COSTA, Francisco A. Pereira da. *Diccionario Biographico de Pernanmbucanos Celebres*. p. 511.

³¹⁷³ *A Quotidiana Fidedigna*, Recife, 10 maio 1834.

³¹⁷⁴ *Diário de Pernambuco*, Recife, 31 jan. 1834.

³¹⁷⁵ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Juizes de Paz, vol. 10, p. 154-167. Ofício do juiz de paz de Goiana, Luiz Francisco de Paula Cavalcanti, ao Vice Presidente da Província, Bernardo Luiz Ferreira, em 26 set. 1832.

Sua atuação política, ao lado do filho Antônio de Sá Cavalcanti Lins, se caracterizou por apoiar e dar suporte ao líder liberal exaltado padre João Barbosa Cordeiro.³¹⁷⁶

A atuação política de Manoel Cavalcanti abalou as relações de poder que predominavam em Goiana. Segundo João Alfredo, até então os senhores de engenho da região formavam uma classe “grave, unida, benéfica e hospedeira”. Eram estimados pelo povo e por ele reverenciados. Usando de instrumento “insolente e odioso”, o senhor do engenho Catu acabou por romper a pretensa harmonia.³¹⁷⁷ Em 1832 já o encontramos em conflito com o coronel reformado de 2ª linha e então juiz de paz de Goiana, Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, senhor do engenho Jacaré. Era nada mais nada menos que irmão do célebre coronel Suassuna, tio dos irmãos Cavalcanti de Albuquerque.³¹⁷⁸ Por meio da força e da fraude, Manoel Cavalcanti conseguiu controlar a Câmara Municipal e eleger aliados como juízes de paz.

Os adversários de Manoel Cavalcanti só passaram a ter sucesso contra o que definiam ser atos arbitrários com a chegada do novo juiz de direito da comarca de Goiana, Joaquim Nunes Machado. Desde o início de seus trabalhos ele se indispôs com o tenente coronel e seus aliados políticos. Em comum acordo com outras autoridades, tais como o juiz de órfãos e o juiz municipal, Nunes Machado passou a adotar medidas que visavam impor limites às ações do grupo adversário.³¹⁷⁹

Em 1º de março, Nunes Machado enviou um ofício ao tenente coronel. Nele dizia que, por zelar pela tranquilidade pública, os Guardas Nacionais destacados deveriam parar de vagar pelas ruas da vila, de dia e de noite, armados de baionetas. Dizia ter o oficiado por duas vezes e suas ordens não atendidas, dando o Manoel Cavalcanti um péssimo exemplo aos seus comandados. Finaliza advertindo-o que, em caso de descumprimento, ele seria enquadrado nas penas previstas em lei.³¹⁸⁰

Não era somente com o Manoel Cavalcanti que Nunes Machado procurava impor limites. Ele também incomodava os aliados do tenente coronel. No dia 10 de abril, Nunes Machado publicou um edital normatizando o recebimento das moedas de cobre na vila de Goiana, tentando, assim, resolver o sério problema do fabrico de moedas falsas. Temerosos de receberem dinheiro falso, os comerciantes simplesmente deixavam de receber a moeda de cobre, dando preferência à moeda de papel. Isso trazia dificuldades à população mais pobre, pois ela usava quase que exclusivamente esta moeda de cobre para suas compras do dia-a-dia. A ordem de Nunes Machado era para que os comerciantes aceitassem pagamentos com esta moeda. Como os juízes de paz não estavam cumprindo as determinações do edital com a energia necessária, Nunes Machado resolveu ele mesmo agir. Valendo-se da autoridade que tinha como juiz de direito e chefe de polícia da comarca, acabou prendendo o marchante Manoel Francisco Saraiva por transgressão ao edital. Na presença do juiz de direito, Saraiva lhe faltou com o respeito confiando no compadrio que possuía com gente do Manoel Cavalcanti. O marchante chegou a afirmar que se fosse obrigado a receber a moeda, imediatamente faria tirar do açougue a carne que estava talhando ao povo, o que assim executou.³¹⁸¹

Outra ação de Nunes Machado foi tentar fortalecer os opositores de Manoel Cavalcanti no controle do maior número possível de juízes de paz. Essa manobra foi denunciada por José Alves Ferreira Monteiro, juiz de paz do 2º Distrito e ligado ao tenente coronel. Segundo ele, o juiz de direito agiu neste sentido ao forçar a entrada de um aliado no juzado de paz do 1º Distrito. Tendo o juiz de paz do 1º ano, padre João Barbosa Cordeiro, se ausentado por ter ido assumir sua vaga de deputado na Assembleia Geral, deveria a Câmara

³¹⁷⁶ **Diário de Pernambuco**, 3 fev. 1834; 13 mar. 1834; 27 out. 1834. *A Razão e a Verdade*, Recife, 14 mar. 1835.

³¹⁷⁷ OLIVEIRA, João Alfredo Corrêa de. **Minha Meninice & Outros Ensaios**. pp. 71 e 75.

³¹⁷⁸ *Ibidem*, p. 71.

³¹⁷⁹ **Diário de Pernambuco**, Recife, 21 ago. 1834.

³¹⁸⁰ **A Quotidiana Fidedigna**, Recife, 23 out. 1834.

³¹⁸¹ **A Quotidiana Fidedigna**, Recife, 18 ago. 1834.

Municipal chamar o juiz do 2º ano. Por pressão de Nunes Machado, este suplente deu parte de doente e não compareceu. Sucessivamente, os juízes do 3º e 4º anos foram perseguidos de tal forma por Nunes Machado que acabaram sendo forçados a deixar o juizado de paz. Os suplentes seguintes, temerosos de seguirem o mesmo destino, simplesmente não atenderam à convocação da Câmara. Até que chegou a vez do coronel Luiz Francisco de Paula Cavalcanti, a quem Nunes Machado convenceu a aceitar o juizado. No dia seguinte a sua posse, juntamente com o juiz de direito, deram andamento a duas denúncias contra o tenente coronel Manoel Cavalcanti e seu filho Antônio de Sá.³¹⁸²

Tais denúncias resultaram em pedidos de prisão. Primeiro, de Antônio de Sá, juntamente com um juiz de paz, Domingos de Albuquerque e Mello, e o coletor de diversas rendas da vila, José da Silva Monteiro. A carta precatória foi enviada de Goiana para Thomaz de Aquino Fonseca, juiz de paz do 2º Distrito de Santo Antônio, local onde estava a cadeia pública da capital. O presidente da província acabou acatando pedido dos presos para que ficassem no Forte das Cinco Pontas.³¹⁸³ Mas a condição em que ficou Antônio de Sá não foi das piores: passava o dia recolhido àquele Forte, indo à noite dormir na casa do Conselheiro Joaquim Francisco de Mello.³¹⁸⁴

A outra prisão requerida foi do próprio tenente coronel Manoel Cavalcanti. Era resultado da queixa instaurada pelo advogado Francisco de Paula Norberto de Andrade. Como o senhor do engenho Catu era militar, de acordo com o art. 166 do Código de Processo Criminal, cabia ao presidente da província receber cópia da pronúncia e lhe dar execução.³¹⁸⁵ Não querendo mexer em assunto tão espinhoso, Manoel de Carvalho deixou o pedido sobre a mesa.

Se estas e outras ações de Nunes Machado contra os interesses privados de Manoel Cavalcanti, seus familiares e de seus aderentes angariaram a simpatia de inimigos do tenente coronel, tais como Elias Coelho Cintra e Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, por outro o transformou num dos principais alvos da ira dos Lins. Na imprensa era tratado por meios de insultos e sátiras, acusado de agir despótica e arbitrariamente. Seus adversários o acusavam ainda de beneficiar o pai, o advogado Bernardo José Fernandes de Sá. De acordo com um juiz de paz, Fernandes de Sá dispunha de todos os negócios e deliberava como se fosse o presidente da província, justamente pelo apoio que encontrava no filho.³¹⁸⁶

As atitudes de Nunes Machado estavam elevando a temperatura da luta política em Goiana, tornando iminente o rompimento de um conflito mais sério. Sentindo-se incomodado e preocupado com o que acontecia em Goiana, o presidente da província Manoel de Carvalho encaminhou no início de outubro de 1834 um ofício ao Ministro da Justiça. Nele não demonstrou nenhuma simpatia por Nunes Machado. Dizia que o juiz de direito não tardou em confirmar o juízo que dele se fazia antes de ir para Goiana, qual fosse o de que não demoraria a insuflar os ânimos da disputa que lá ocorria já há algum tempo. Deixando de lado seu dever de ministrar justiça, levou “ao apuro a paciência de seus inimigos”, alimentando intrigas na vila. Como os dois partidos estavam em uma “guerra cruenta”, o presidente pediu a ambos os lados para que deixassem suas intrigas de lado e trabalhassem para o bem público da vila. Nunes Machado, porém, não cedeu em nada e

³¹⁸² APEJE, Juízes de Paz, vol. 10, p. 59-60. Ofício do juiz de paz suplente do 2º Distrito de Goiana, José Alves Ferreira Monteiro, ao Presidente da Província, Manoel de Carvalho Paes de Andrade, em 30 jul. 1834.

³¹⁸³ APEJE, Juízes de Paz, vol. 10, p. 114. Ofício do juiz de paz do Recife, Thomaz de Aquino Fonseca, ao Presidente da Província, Manoel de Carvalho Paes de Andrade, em 30 ago. 1834.

³¹⁸⁴ **A Quotidiana Fidedigna**, Recife, 23 out. 1834.

³¹⁸⁵ APEJE, Juízes de Paz, vol. 10, p. 84. Ofício do juiz de paz suplente de Goiana, Luiz Francisco de Paula Cavalcanti, ao Presidente da Província, Manoel de Carvalho Paes de Andrade, em 4 ago. 1834.

³¹⁸⁶ **A Quotidiana Fidedigna**, Recife, 23 out. 1834; 18 ago. 1834.

continuava “na sua tortuosa carreira”. Manoel de Carvalho, então, concluía dizendo não saber qual seria o futuro da vila se o Ministro não o removesse para outra Comarca.³¹⁸⁷

O temor do presidente não tardou a se concretizar. Em outubro de 1834 estourava em Goiana a luta entre os dois partidos.³¹⁸⁸ Nunes Machado ausentou-se da vila, indo ao Recife para se defender de acusações que lhe fizeram junto ao Tribunal da Relação.³¹⁸⁹ Uma representação havia sido feita em seu favor e muitos cidadãos a assinaram. Por sua vez, o tenente coronel Manoel Cavalcanti já há algum tempo estava pronunciado por crime de responsabilidade e pelo roubo da carga de um Brigue Inglês que havia naufragado na costa, próximo a Goiana. No entanto, passeava tranquilamente com capatazes pelas ruas da vila. As autoridades então oficiaram ao presidente da província para que mandasse prendê-lo, inclusive a Câmara Municipal. Manoel de Carvalho postergou, mas por meados de outubro deu ordens ao juiz de paz do 1º Distrito, o coronel Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, para que efetuassem a prisão. Caso necessitasse, poderia pedir reforço ao batalhão de Guardas Nacionais de Goianinha. A notícia se espalhou. Aproveitando a ausência do juiz de direito e em acordo com orientações do filho Antônio Lins, preso no Recife, Manoel Cavalcanti pôs em prática seu plano de resistência. Deu-se, então, origem a uma conflagração de tal ordem que precisou o presidente da província se deslocar a Goiana para conseguir controlar a situação. O resultado foi a suspensão do Batalhão da Guarda Nacional da vila, que tirava Manoel Cavalcanti do seu comando e assim enfraquecia seu braço armado, e um compromisso do presidente com o não retorno de Nunes Machado à comarca.

Parcialmente resolvido o problema, a conflagração recomeçou com a decisão do Conselho de Governo em autorizar o retorno de Nunes Machado, contrariando o que havia prometido o presidente. Após ser absolvido das acusações pela Relação, ele voltou a Goiana com as recomendações de não se envolver em intrigas e admoestar os habitantes de seus distritos a seguirem a ordem e o respeito às leis e às autoridades constituídas. Pura ilusão. Àquela altura dos acontecimentos seria impossível esperar de Nunes Machado isenção. Ainda mais que, com a suspensão do batalhão da Guarda Nacional de Goiana, ficava à disposição do juiz a única força armada local: o destacamento de 1ª linha que fora junto com Manoel de Carvalho em outubro. Para os aliados de Manoel Cavalcanti, mais do que nunca era necessária a transferência de Nunes Machado para outra comarca.

E a transferência acabou chegando. Baseando-se no Aviso Imperial de 30 de outubro de 1834, expedido pela Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, o presidente Manoel de Carvalho ordenou a retirada de Nunes Machado de Goiana. Os ânimos estavam tão acirrados que mesmo na saída do juiz os dois partidos se conflagraram. Nunes Machado saiu de Goiana no dia 13 de janeiro de 1835. À noite foram acesas luminárias nas casas de algumas pessoas, tais como nas dos juizes de paz Antônio Ferreira Christovão e Manoel Dantas de Castro, na do próprio tenente coronel Manoel Cavalcanti d’Albuquerque, e também na do tenente José Alessandro Ferreira Montenegro. O objetivo era a comemoração da partida de Nunes Machado e da morte do coronel Luis Francisco de Paula Cavalcanti, ex-juiz de paz, senhor do engenho Jacaré. Revoltados com aquela atitude, alguns cidadãos se dirigiram às casas do Dantas e de Manoel Cavalcanti, e apagaram as luminárias que lá se achavam. Na noite seguinte o negócio tomou outro rumo. O capitão Francisco Cavalcanti e seus irmãos

³¹⁸⁷ APEJE, Correspondências para a Corte, vol. 34, p. 103-104. Ofício do Presidente da Província de Pernambuco, Manoel de Carvalho Paes de Andrade, para o Ministro da Justiça, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, em 6 out. 1834.

³¹⁸⁸ **Diário de Pernambuco**, Recife, 27 out. 1834. **A Quotidiana Fidedigna**, Recife, 29 out. 1834; 31 out. 1834.

³¹⁸⁹ Uma queixa contra Nunes Machado foi apresentada ao Conselho do Governo pelo Coletor de Diversas Rendas Públicas da Câmara de Goiana, José da Silva Monteiro. Ele o acusava de arbitrariedades e de “excesso de jurisdição”. O Conselho remeteu o caso ao Presidente da Relação para que fosse aberto um processo de responsabilidade. Ata da 41ª Sessão do Conselho do Governo em 20 de agosto de 1834. In: PERNAMBUCO, Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano. **Atas do Conselho do Governo de Pernambuco (1821-1834)**. v.2. pp. 316-317.

entraram na vila às oito horas da noite à frente da companhia armada sob seu comando, mesmo estando ela suspensa por decisão do presidente da província. Repartindo-a em porções pelas casas iluminadas, se puseram em atitude de ofender a muitos cidadãos. O temor tomou conta dos habitantes da vila, ainda mais que era dado como certo que Manoel Cavalcanti se achava com um grupo de homens, inclusive com alguns cativos seus, postado no lugar das Quintas à espera do sinal de rompimento. Os amotinados se dispersaram graças à atuação do juiz de direito e chefe de polícia interino, Francisco Norberto de Andrade, que convocou o destacamento que lá estava estacionado e, juntamente com o seu tenente coronel e um escrivão do crime, se dirigiu aquelas pessoas com rogos e exortações.³¹⁹⁰

A saída de Nunes Machado de Goiana não resolveria o problema da luta política naquela vila. As duas facções se envolveram nos eventos que se desenrolaram naquele ano de 1835 e que ficaram conhecidos como *Carneiradas*.³¹⁹¹

Para Nunes Machado, o que poderia aparentar ser uma punição na verdade se mostrou um prêmio: ele foi transferido da comarca de Goiana para a 1ª Vara do Crime da comarca do Recife, o que o tornaria novo chefe de polícia da capital, ocupando um cargo estratégico. Parece que a visão antes negativa que o presidente tinha de Nunes Machado agora havia mudado. Era um momento extremamente delicado para o governo, pois ia se tornando iminente a deflagração de uma rusga no Recife por parte dos irmãos Machado Rios. Nunes Machado deixou Goiana no dia 13 de janeiro. Dois dias antes, aconteceu a sublevação da tropa no acampamento de Alagoa dos Gatos; no dia 21 do mesmo mês Antônio e Francisco Carneiro Machado Rios começavam as *Carneiradas*. Como novo chefe de polícia, Nunes Machado teria a incumbência de comandar a repressão policial contra os insurgentes em Recife. Lutava, assim, contra os aliados na capital dos seus velhos adversários de Goiana.

Foi ainda em meio às lutas políticas de Goiana que Nunes Machado estreou nas urnas. Sua primeira tentativa de ocupar um cargo eletivo se deu durante as eleições para a primeira legislatura da Assembleia Provincial, instituição criada pelo Ato Adicional de 1834. Como a eleição ocorreu no dia 30 de novembro de 1834, Nunes Machado estava prestes a sair de Goiana. As apurações só aconteceriam em fevereiro de 1835, logo após a primeira *Carneirada* e Nunes Machado já ocupando o cargo de chefe de polícia da capital.

Quando saiu a relação dos deputados provinciais eleitos, a maior surpresa foi a inclusão de Joaquim Nunes Machado. O problema é que seu nome não constava nas listas parciais divulgadas pela imprensa no mês de janeiro. Isso levou um correspondente do Diário de Pernambuco, *O Imparcial*, a tocar no assunto. Em uma primeira correspondência ele citou boatos de que a apuração da Câmara Municipal do Recife fora inexata, chegando alguns a dizerem que houve conluio e influência dos liberais moderados que controlavam o governo provincial. Dizia o correspondente que os vereadores foram pouco escrupulosos, se fundamentando em duas razões. Primeiro, eles utilizaram pretextos para colocar de lado os votos de pessoas que lhes desagradavam, possuidoras de convicções firmes e coragem para dizer a verdade na Assembleia. Segundo, o nome de Nunes Machado aparecia entre os trinta e seis eleitos, quando particulares, em suas apurações, mostraram que ele nem entre os suplentes estava. Mesmo que estes particulares não contassem com um ou dois colégios, o total de votos destes colégios não era suficiente para modificar a situação de Nunes Machado. Sem querer acusar diretamente a Câmara Municipal, o correspondente achava que fora apenas um descuido dos vereadores e uma nova apuração deveria corrigir os erros.

³¹⁹⁰ APEJE, Juízes de Paz, vol. 08, p. 25-26. Ofício do juiz de paz da Vila de Goiana, Antônio Alves Viana, ao Presidente da Província, Manoel de Carvalho Paes de Andrade, em 15/01/1835; p. 54, ofício do juiz de paz da Vila de Goiana, Antônio Alves Viana, ao juiz de paz de Goianinha, João José da Rocha Granja, em 17 jan. 1835.

³¹⁹¹ CAVALCANTI JUNIOR, Manoel Nunes. Revisitando as *Carneiradas*: os irmãos Machado Rios e as disputas políticas em Pernambuco (1834-1835). In: *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*. nº33.1. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2015. pp. 45-65. _____ . **“O egoísmo, a degradante vingança e o espírito de partido”**: a história do predomínio liberal ao movimento regressista (Pernambuco, 1834-1837). Tese de Doutorado em História. Recife: UFPE, 2015. pp. 137-144.

Numa segunda correspondência, o mesmo *O Imparcial* foi mais incisivo. Reverberou a opinião de muitos que afirmavam ter havido conluio da própria Câmara Municipal do Recife e influência de liberais moderados para beneficiar alguns candidatos. Ele esperava que os vereadores recontassem os votos para dirimir quaisquer dúvidas.³¹⁹²

A polêmica levou a Câmara a agir. Na sessão do dia 5 de março o presidente, vereador Francisco Antônio de Oliveira, propôs repetir a apuração dos votos, visto as acusações publicadas em jornais de viciosa ou pouco escrupulosa dadas à primeira. Isto suscitou um debate, com uns vereadores falando contra e outros a favor. No final, todos foram favoráveis, com exceção do Dr. Mavignier, cujo voto foi feito por escrito. Realizada a recontagem, percebeu-se que Joaquim Nunes Machado recebera apenas 104 votos, e não 148 como havia sido contado na apuração anterior. Para o seu lugar na Assembleia deveria ser chamado o Dr. José Eustáquio Gomes, 1º suplente.³¹⁹³ Por muito pouco Nunes Machado não conseguiu ser colocado na primeira legislatura da Assembleia Provincial de Pernambuco, o que seria um prêmio para os bons serviços prestados aos moderados locais na repressão contra os liberais exaltados e seus aliados.

Fora do seletto grupo dos primeiros deputados provinciais pernambucanos, Nunes Machado foi levando sua vida como juiz da 1ª Vara do Crime e chefe de polícia da capital.³¹⁹⁴ Isso lhe proporcionaria um cabedal político importante, que mais tarde renderia os frutos. Ao mesmo tempo ele construía sua reputação se envolvendo em questões que lhe dava ampla visibilidade. Uma delas estava relacionada com o impacto que as notícias do desenrolar da Cabanagem no Pará provocaram em Recife, especialmente os acontecimentos da invasão dos insurgentes em agosto de 1835 e o banho de sangue que se seguiu. O juiz Machado foi um dos três integrantes de uma sociedade beneficente e caridosa que organizaram uma subscrição para levantar fundos que auxiliassem os paraenses vítimas da guerra e a força militar que estava sendo enviada.

Os três beneméritos convidaram os interessados para uma reunião pública no dia 22 de outubro, na sala dos jurados e sob a direção do presidente da província. O objetivo seria o de discutir os melhores meios de se ajudar os paraenses que sofriam debaixo de uma “horda de brutos, e ferozes canibais”.³¹⁹⁵ O Diário de Pernambuco convocou pelas suas páginas o corpo do comércio nacional e estrangeiro, as sociedades filantrópicas, os empregados públicos, os cidadãos de todas as classes e hierarquias para que participassem de uma subscrição em favor dos “nossos infelizes irmãos”.³¹⁹⁶ A reunião na sala dos jurados resultou na criação de uma Sociedade de Beneficência e Caridade, responsável por administrar a subscrição aos paraenses. A sua diretoria foi escolhida por aclamação, ficando na presidência o próprio Presidente da Província, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Foram criadas comissões que atuariam nos diferentes bairros do Recife e da vizinha Olinda. Nas comarcas a arrecadação ficaria a cargo dos juizes de direito, enquanto que nas vilas os responsáveis seriam os juizes de órfãos e municipais. Na reunião começou o recolhimento de assinaturas para a subscrição, onde trinta e cinco dos presentes doaram 3:349\$440 réis. Um deles foi o juiz e chefe de polícia Joaquim Nunes Machado.³¹⁹⁷

³¹⁹² *Diário de Pernambuco*, Recife, 25 fev. 1835; 27 fev. 1835.

³¹⁹³ *Diário de Pernambuco*, Recife, 30 mar. 1835.

³¹⁹⁴ Nunes Machado permaneceria como chefe de polícia da capital até a promulgação da Lei Provincial nº 13, de 14 de abril de 1836, conhecida também como Lei dos Prefeitos. Ela proporcionou um reordenamento da estrutura policial na província, retirando dos juizes de direito a prerrogativa de serem também autoridades policiais. Sobre a tramitação e impactos desta lei na luta política provincial, ver CAVALCANTI JUNIOR, Manoel Nunes. **“O egoísmo, a degradante vingança e o espírito de partido”**: a história do predomínio liberal ao movimento regressista (Pernambuco, 1834-1837). pp. 257-301.

³¹⁹⁵ *Diário de Pernambuco*, Recife, 19 out. 1835.

³¹⁹⁶ *Diário de Pernambuco*, 20 out. 1835.

³¹⁹⁷ *Diário de Pernambuco*, Recife, 16 nov. 1835; 5 nov. 1835; 18 nov. 1835.

Com essa iniciativa Nunes Machado conseguiu grande visibilidade e recebeu elogios pelas páginas dos jornais. Um certo *O Pracião* escreveu no Diário de Pernambuco rasgados elogios ao juiz e exaltando a sua importância no levantamento da ajuda ao Pará. Segundo ele, Nunes Machado chegou a ir de porta em porta oferecendo ingressos do Teatro para uma peça cuja renda seria destinada àquela causa.³¹⁹⁸

As ações de Nunes Machado em relação à questão do Pará não ficaram apenas na beneficência. Como Chefe de Polícia ele seria uma peça chave na montagem da tropa a ser enviada para combater os insurgentes paraenses. Não havia efetivo militar suficiente. A solução encontrada pelo governo central foi autorizar o Presidente da Província a promover um recrutamento. Por ser Chefe de Polícia da capital, Nunes Machado seria o responsável por receber os recrutados de toda a província e ele mesmo ficar à frente do recrutamento em Recife. Sua disposição em “prender e qualificar recrutas” também foi reconhecido pelos seus contemporâneos.³¹⁹⁹

Nas circunstâncias da época, praticamente todas as ações de uma pessoa como Nunes Machado tinham implicações políticas. Especialmente ocupando um cargo como o de Chefe de Polícia da capital da província. Embora longe de Goiana, os desdobramentos das disputas locais de sua vila de nascimento ainda o perseguiram. Em maio de 1835, poucos meses depois do fim das Carneiradas, o Chefe de Polícia recebeu uma carta de um morador de Itamaracá. Nela o autor dizia ter passado por lá em dias do mês de abril um grupo de treze indivíduos vindos de Goiana. Seu destino era a capital, para onde diziam ir com o objetivo de assassinar Nunes Machado. Assim, disseram os homens, iriam ensiná-lo “a não perseguir Patriotas”. Aproveitando para explorar a situação a seu favor, o juiz exagerou na dramaticidade:

“Vinde ainda vos repilo, vinde assassinar-me; minha alma afeita a obedecer à lei, não se intimida ao aspecto do crime. Se o meu sangue vos não fartar a rabida sede, porque a moléstia o tem todo chupado, tenho mais uma terna Esposa, e um inocente filhinho, agora com 4 meses de nascido; apunhalai o seio da Mãe, e estrangulai os tenros membros do filhinho, como já projetastes em a Vila de Goiana no tenebroso 26 de Fevereiro deste ano, e depois que assim fores saciados, ide enxugar vossas assassinas mãos, ide limpar os punhais gotejantes ainda do quente sangue das imoladas vítimas nas cândidas vestes da iludida Justiça, e de braço dado com a impunidade pisai ufanos, e gloriosos as ruas desta Cidade; como o estais agora fazendo, cobertos de crimes...”³²⁰⁰

Os frutos políticos da posição que ocupava e das relações que estabeleceu entre as lideranças que controlavam o poder na província vieram em 1836. Naquele ano ocorreram eleições para deputados gerais e provinciais. Nunes Machado demonstraria o quanto estava bem posicionado nas disputas políticas locais. Se na primeira eleição para a Assembleia Provincial, em 1834, ele acabou não alcançando os votos necessários, nesta segunda sua votação foi folgada e ele ficou como o décimo sexto mais bem votado entre os trinta e seis eleitos. Ocuparia, assim, uma cadeira na 2ª legislatura (1837-1838).³²⁰¹

Mas foi na eleição para a Assembleia Geral que Nunes Machado demonstrou sua força política. No colégio eleitoral do Recife ele foi o mais bem votado para deputado geral, ficando à frente de nomes tradicionais como Holanda Cavalcanti, Maciel Monteiro, Antônio Joaquim de Mello, o padre Henriques de Rezende e Sebastião do Rego Barros.³²⁰² Quando o resultado

³¹⁹⁸ **Diário de Pernambuco**, Recife, 1 out. 1836.

³¹⁹⁹ **Diário de Pernambuco**, Recife, 29 abr. 1836; 1 out. 1836.

³²⁰⁰ **Diário de Pernambuco**, Recife, 29 maio 1835.

³²⁰¹ **Diário de Pernambuco**, Recife, 11 mar. 1837.

³²⁰² **Diário de Pernambuco**, Recife, 17 nov. 1836.

final foi divulgado, Nunes Machado figurava na lista dos 13 representantes pernambucanos na Assembleia Geral, ficando como o sétimo mais bem votado.

Aquelas eleições de 1836 representaram a segunda experiência eleitoral de Nunes Machado, a sua primeira grande vitória. No ano seguinte ele faria sua estreia parlamentar na corte durante a 4ª Legislatura. Justamente aquela que testemunharia a *debacle* dos liberais moderados, com a renúncia de Feijó, e a ascensão dos regressistas, com a Regência de Araújo Lima. Participaria das discussões das leis que reorientaram a Monarquia e prepararam o terreno para o 2º Reinado. Seu capital político iria crescer em meio às disputas locais pernambucanas, fazendo-o chegar à posição que o consagraria como um dos principais nomes da política pernambucana e um dos lumiares do futuro Partido Praieiro na década de 1840.

CARNEIRO VILELA: LÍNGUA DE 'NAVALHA' E PENA DE 'PONTA DE FACA'

Marcio Lucena Filho³²⁰³

historiamarciolucena@gmail.com

Resumo: A proposta deste trabalho é analisar a trajetória intelectual e artística de Joaquim Maria Carneiro Vilela (1846-1913), jornalista político e literário; tradutor e crítico literário; magistrado e advogado; poeta épico, satírico e lírico; romancista histórico e de costumes; folhetinista e panfletário; dramaturgo e comediógrafo; caricaturista; e ainda cenógrafo, pintor e um dos fundadores da Academia Pernambucana de Letras. Carneiro Vilela não foi um beletrista afeito exclusivamente ao belo, ou um nefelibata alheio à realidade nacional, mas um escritor engajado, integrante da geração de 1870, que empunhou a sua pena com o objetivo de influenciar reformas econômicas, políticas, sociais, religiosas e culturais. A sua obra precisa ser analisada levando em consideração o contexto político-intelectual em que surge; apenas a inscrição da sua obra no processo de luta política permite especificar seu sentido: são intervenções no debate político da crise do Império e das primeiras décadas da República. Os seus escritos delinearam um 'retrato do Brasil', e dessa maneira é possível inseri-lo no vasto panteão de intérpretes do país que se dedicaram, basicamente, a responder duas perguntas: quem somos? E o que queremos ser? Vilela foi um 'mosqueteiro intelectual' que, durante quatro décadas, mais ou menos entre 1870 a 1910, procurou entender o Brasil e sonhou com a construção de uma nova arquitetura social, política, cultural, etc. Defendemos que Vilela usou seus escritos para vocalizar insatisfações e para formalizar críticas às instituições, aos valores e às práticas fundamentais da ordem imperial, bem como às práticas republicanas que bloquearam projetos democráticos para a sociedade brasileira.

Palavras-chave: Trajetória, produção artística, Carneiro Vilela

A proposta deste trabalho é analisar a trajetória intelectual e artística de Joaquim Maria Carneiro Vilela (1846-1913). De convicções progressistas, Carneiro Vilela foi um ativo intelectual pernambucano que construiu, a partir da década de 1860, uma consistente obra literária, artística e uma volumosa produção jornalística. Desde a época em que foi estudante da Faculdade de Direito do Recife (1862-66) até o fim da sua vida, ele se envolveu em atividades intelectuais, artísticas e políticas.

³²⁰³Doutor em história pela UFPE.

Carneiro Vilela escreveu em diversos jornais pernambucanos, fluminenses e paraenses, e foi proprietário de seis jornais: *'A América Ilustrada'*, *'Jornal da Tarde'*, *'O João Fernandes'* e *'O Oriente'* em Pernambuco; o *'Diário do Gram Pará'* no Pará e a *'Gazetinha'* no Rio de Janeiro. Ele devotou quase cinco décadas ao trabalho na imprensa, estreando em 1864, no *'Diário de Pernambuco'*, e encerrando sua carreira no *'Jornal Pequeno'*, em 1912. Ao longo de 48 anos o Brasil escutou a sua pena, normalmente inconformada com os rumos que o país trilhava. Na imprensa periódica, Vilela publicou diversos folhetins e poemas, desenhou muitas caricaturas e escreveu um gigantesco número de artigos analíticos e jocosos.

Além do trabalho jornalístico, Vilela escreveu vinte e cinco peças teatrais, dramas ou comédias que foram encenados no Rio de Janeiro, na Bahia, no Ceará, em Pernambuco, no Maranhão e no Pará, bem como pintou vinte e seis cenários para peças apresentadas no Rio de Janeiro e em Pernambuco. Também na área teatral, ele se aventurou na parte empresarial do negócio e fundou, em 1887, uma companhia dedicada à dramaturgia.

Homem de múltiplos talentos, Vilela destacou-se na atividade de tradutor, vertendo do francês, do alemão ou do espanhol; peças de teatro, folhetins e poemas. Também escreveu vinte folhetins, seis séries de poemas e duas colunas de crônicas, alguns publicados em jornais e outros em livros. Inegavelmente, ele foi muito lido e conhecido pelos seus contemporâneos.

Carneiro Vilela estudou na Faculdade de Direito do Recife numa época de forte ebulição intelectual, quando estudantes desfraldaram, na fértil imprensa acadêmica, novas bandeiras num atrasado país escravista. Atraso que não se limitava ao campo econômico, social e político, mas inundava a esfera da cultura, da religião, da educação, etc.

Entre as décadas de 1860 a 1880, os bancos da Faculdade de Direito do Recife viram nascer uma geração frustrada com os rumos políticos, econômicos, sociais e culturais do Brasil. Esta faculdade ajudou a formar parte da *intelligentsia* brasileira que lutou em várias trincheiras pela “modernização” do país. Diversos intelectuais que se formaram nesse período tiveram uma grande influência no pensamento (social, político, cultural, jurídico...) brasileiro até as primeiras décadas do século XX.

Carneiro Vilela está inserido nesse ambiente de forte ebulição, e muitas das questões debatidas por essa geração reverberaram na sua obra, pois ele enfeixou na sua produção intelectual um “programa reformista” que dialogava com a agenda produzida pela ‘geração de 1870’.

Ângela Alonso, no seu livro *“Ideias em Movimento”*, analisa o movimento intelectual surgido no Brasil nos anos de 1870³²⁰⁴. No entender de Alonso, no Brasil da segunda metade do século XIX,

“as instituições políticas falharam em responder às demandas de parte dos membros da própria comunidade política. Essa situação permitiu que pequenos grupos insatisfeitos com as regras de distribuição de bens e recursos e das formas de representação política, antes silenciosos e inaudíveis, vocalizassem suas demandas mesmo fora das instituições políticas estabelecidas³²⁰⁵”.

Dessa forma, os escritos dessa geração podem ser interpretados como intervenção no debate político da época. As suas “interpretações desembocam num diagnóstico da contemporaneidade como período de crise e na proposição de um programa de reformas³²⁰⁶”. Enfim, em “resposta à agenda política brasileira, o movimento intelectual da

³²⁰⁴ ALONSO, Ângela. **Idéias em Movimento** - a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra. 2002.

³²⁰⁵ *Ibidem*. p.41.

³²⁰⁶ *Ibidem*. p.178.

geração de 1870 produziu programas completos de reformas modernizadoras³²⁰⁷, que incluíam abolição da escravidão, modernização econômica, reforma das instituições políticas imperiais, implantação de um Estado burocrático legal, suspensão ou esvaziamento dos cargos públicos vitalícios, descentralização político administrativa e tributária, secularização das instituições, separação da Igreja e do Estado, independência do judiciário, garantia de lisura eleitoral, liberdade de exercício público de cultos religiosos, mudança no critério de representação política, ampliação dos direitos civis e políticos, liberdade de imprensa, universalização do ensino básico, política externa não 'imperialista'. É importante destacar que esse movimento preferiu a evolução social e a reforma à revolução. Seus integrantes possuíam uma forte inclinação elitista e antipopular, e mantinham o "horror imperial à erupção descontrolada das massas na política³²⁰⁸".

Carneiro Vilela integrou esta profícu e heterogênea geração de contestadores. A sua obra precisa ser analisada levando em consideração o contexto político-intelectual em que surge; apenas a inscrição da sua obra no processo de luta política permite especificar seu sentido: são intervenções no debate político da crise do Império e das primeiras décadas da República. A sua obra é marcada por um desejo reformista e por fortes traços de frustração, pois a República proclamada em 1889 abriu caminho para uma "Era Maldita³²⁰⁹".

Defendemos a tese que Carneiro Vilela inseriu na sua obra vários tópicos da agenda reformista construída pela geração de 1870. A obra de Vilela guarda uma interpretação crítica acerca dos principais problemas brasileiros vivenciados entre o ocaso da Monarquia e a consolidação da República. A sua obra é engajada e apresenta um programa de reformas.

Seguindo a trilha de interpretação aberta por Sevcenko, Carneiro Vilela pode ser considerado um escritor-cidadão³²¹⁰, que desejou transformar o Brasil e esteve engajado em causas sociais e políticas. Na acepção de Sevcenko, o escritor-cidadão representa

"uma minoria de consciência íntegra, animada pela sensibilidade humana, pelo anseio de justiça e pela inteligência crítica, clamando corajosamente, embora em vão, por uma sociedade equilibrada, capaz de denunciar os efeitos nefastos da escravidão, do colonialismo, da exploração predatória da natureza, tanto quanto de uma modernidade excludente, discriminatória, antidemocrática e concentradora de bens, riquezas e oportunidades³²¹¹".

Na visão de Antonio Candido, alguns escritores estão imbuídos de um sentimento de missão, que "acarreta a obrigação tácita de descrever a realidade imediata³²¹²". Podemos afirmar que a obra vileliana possui esse senso de missão.

Carneiro Vilela pode, portanto, ser considerado um escritor-cidadão que viveu na aurora da modernização do Brasil e manteve os olhos atentos aos centros de decisão política e aos caminhos que a sociedade brasileira trilhava. Ele teve forte envolvimento com as questões do seu tempo. A sua produção intelectual e artística apresenta elementos que ajudam a elucidar algumas das tensões históricas vivenciadas naquele período, bem como relaciona um conjunto de alternativas possíveis ao país e especialmente a Pernambuco,

³²⁰⁷ *Ibidem.* p.246.

³²⁰⁸ *Ibidem.* p. 259

³²⁰⁹ Título do livro de poesia publicado por Vilella em 1895 que apresenta um testemunho sombrio dos primeiros anos da República em Pernambuco. Este livro foi escrito depois do assassinato do diretor proprietário do Jornal "A Província" José Maria de Albuquerque. José Maria era da oposição e o seu assassinato teve motivação política.

³²¹⁰ Nicolau Sevcenko, no seu livro "Literatura como Missão", analisa a literatura de Lima Barreto e de Euclides da Cunha. Ele defende a tese que esses escritores desempenharam o papel de "escritores-cidadão".

³²¹¹ SEVCENKO, Nicolau. *op. cit.* p. 30

³²¹² CÂNDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos.** Rio de Janeiro.: Ouro sobre Azul. 2007. p. 28

estado que sentia os fortes efeitos da decadência da indústria açucareira e conhecia uma “modernização conservadora³²¹³”, momento no qual o ‘arcaico’ sobrevive sob disfarces do ‘moderno’. Sua obra produziu profundas críticas aos modos de pensar e de agir da elite imperial e republicana.

Os seus escritos delinearam um ‘retrato do Brasil’, e dessa maneira é possível inseri-lo no vasto panteão de intérpretes do país que se dedicaram, basicamente, a responder duas perguntas: quem somos? E o que queremos ser? Vilela foi um ‘mosqueteiro intelectual’ que, durante quatro décadas, mais ou menos entre 1870 a 1910, procurou entender o Brasil e sonhou com a construção de uma nova arquitetura social, política, cultural, etc. Defendemos que Vilela usou seus escritos para vocalizar insatisfações e para formalizar críticas às instituições, aos valores e às práticas fundamentais da ordem imperial, bem como às práticas republicanas oligárquicas que bloquearam projetos democráticos para a sociedade brasileira.

Um dos traços marcantes da pena de Vilela foi o anticlericalismo e a defesa do secularismo. Para ele, o catolicismo ultramontano identificado ao jesuitismo, um dos sustentáculos da Monarquia³²¹⁴, era uma força social retrógrada e reacionária que emperrava o progresso do Brasil, representando uma relevante resistência ao progresso e à modernização do país. Por conta disso, Vilela atacou de várias maneiras a Igreja, denunciando a ‘corrupção moral’ do clero católico e as práticas ‘supersticiosas’ do catolicismo popular, bem como demandando profundas reformas que incluíam a separação entre Igreja e Estado, a diminuição radical da influência da Igreja em assuntos morais e educacionais e a liberdade religiosa.

Defendemos que Vilela, seja através do folhetim ou do jornalismo, da caricatura ou do teatro, denunciou as práticas políticas voltadas para atender interesses pessoais, as recorrentes fraudes eleitorais, o clientelismo, a corrupção, a incompetência do poder público no tocante à prestação de serviços adequados à sociedade, o comércio de varejo dominado pelos portugueses, as práticas educacionais retrógradas da Faculdade de Direito do Recife, o sistema representativo brasileiro, o tratamento desigual dispensado pela Monarquia à Província de Pernambuco e as práticas políticas que levavam à indiferença das classes populares.

Vilela também criticou duramente algumas das mais importantes instituições brasileiras, como o Senado, a Assembleia Geral, as Assembleias Provinciais, as Câmaras Municipais, os tribunais de justiça e a polícia, enfatizando que o processo de recrutamento de jovens bacharéis para exercerem cargos de alta complexidade na burocracia estatal era muito mal feito, uma vez que marcado pelo clientelismo e pelo nepotismo. Fica claro que na visão de Vilela muitas das instituições brasileiras eram disfuncionais e atendiam mais aos interesses pessoais do que públicos e que a política servia, sobretudo, como meio de obter posições. Sintonizado com as aspirações da combativa geração de 1870, Vilela defendeu a reforma das instituições imperiais, a implementação de um Estado burocrático legal, a independência do poder judiciário e a ampliação de direitos civis e políticos.

Ao longo da sua vida, Vilela usou os folhetins como instrumento moralizador, criticando os maus costumes da sociedade brasileira, procurando modificar no leitor práticas e valores sociais. Na sua cruzada moralista, além de atacar o clero e as suas práticas desonestas, ele denunciou a hipocrisia dos casamentos arranjados e o apego, por muitos integrantes da sociedade, pelas ‘aparências’ sociais.

O estudo da trajetória de vida de Carneiro Vilela fornece um ângulo privilegiado para avaliar a participação dos intelectuais da geração de 1870 na vida política e social brasileira entre o ocaso da Monarquia e a consolidação da República. Ela ajuda a desvelar parte da agenda reformista proposta por intelectuais dessa geração que se utilizaram do nascente espaço público, paralelo à vida parlamentar, para vocalizar as suas insatisfações e os seus desejos por reformas sociais e políticas através da imprensa periódica.

³²¹³ EISEMBERG, Peter. **Modernização sem mudança**: a indústria do açúcar em Pernambuco. São Paulo: Paz e Terra. 1989

³²¹⁴ ALONSO, Ângela. *Op. cit.* p. 64

A biografia de Vilela contribui para iluminar outros percursos de vidas de intelectuais que experimentaram o fenômeno da marginalização política, e tiveram que dar um outro sentido às suas carreiras profissionais. Como Vilela, muitos da sua geração, quando perceberam que as portas da carreira política e/ou burocrática estavam parcialmente ou totalmente fechadas, recorreram ao trabalho sistemático na imprensa periódica para sobreviver.

O estudo das condições de vida do romancista Carneiro Vilela deixa transparecer o contexto da produção literária no Brasil, entre as últimas décadas do Império e as primeiras da República. A sua vida evidencia as vicissitudes do processo de profissionalização dos homens de letras no Brasil, devido à grande dificuldade de conciliar o trabalho cotidiano na imprensa com a construção de uma obra literária sólida e bem acabada, bem como permite conhecer melhor as condições objetivas da produção literária no país. A sua trajetória de vida também esclarece que os homens de letras, incapazes de viver exclusivamente da literatura, recorriam ao jornalismo como uma opção de sobrevivência, como um remédio para evitar a miséria; pois segundo Jean Yves Mèrian, durante os últimos anos do século XIX, “nenhum escritor podia viver exclusivamente da literatura, salvo durante espaços de tempo, ainda assim acumulando esta atividade com a do jornalista³²¹⁵”.

ECOS DA “GUERRA DO PARAGUAI” E AS OPOSIÇÕES À LEI DO “SORTEIO MILITAR” NAS PROVÍNCIAS DO NORTE (1874/1875)

Maria Regina Santos de Souza³²¹⁶
mamuk2013@yahoo.com.br

Resumo: Após a “Guerra do Paraguai (1864-1870)”, o biênio de 1874/1875 foi um dos períodos mais conturbados para o exercício da ordem pública no império do Brasil. A aprovação e a aplicação da nova legislação do recrutamento (Lei 2.556) para o Exército e Armada (Marinha) causaram algum tipo de inquietação na sociedade brasileira.

A Lei 2.556, aprovada em setembro de 1874, instituiu, pela primeira vez, a seleção militar por meio de um sorteio. Este seria realizado, anualmente, em cada paróquia do império, a partir da proporção dos indivíduos apurados nos alistamentos. Essa legislação que, desde o início, contou a antipatia de vários deputados (liberais e conservadores) e com o repúdio da maioria da população, passou a ser conhecida como a “lei do sorteio”.

Ainda em fins daquele ano, alguns jornais do Sul e do Norte passaram a anunciar a possibilidade do Brasil se envolver em outro conflito no Paraguai, gerando, de certa maneira, um clima de angústia na sociedade. Na província do Ceará, por exemplo, essa notícia tomou forma de rumor em diversos níveis sociais, provocando a associação entre essa possível guerra e à “lei do sorteio”.

Em agosto de 1875, quando a “lei do sorteio” passou a vigorar em todo o império, grande parte da população nortista estava em estado de pânico e/ou alerta, o que em pouco tempo, transformou-se num espírito de resistência à referida legislação.

Isto posto, o objetivo desta comunicação é o de analisar as oposições à “lei do sorteio” militar, nas províncias do Norte, particularmente, nas províncias do Ceará e de Pernambuco.

³²¹⁵ MÉRIAN, Jean-Yves. **Aluísio Azevedo: vida e obra (1857-1913)**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional e Garamond. 2013. pag. 356

³²¹⁶ Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)/PNPD/CAPES. Orientador(a): Prof^a Dr^a Suzana Cavani Rosas (UFPE)

Palavras-chave: “Lei do Sorteio”, Guerra do Paraguai, Resistências, Províncias do Norte

Introdução

Acarape, Ceará, 30 de agosto de 1875. “Passavam das oito horas da noite, quando uma multidão composta de cinquenta a sessenta pessoas, armada de faca e de cacete, invadiu a igreja daquela localidade para inutilizar o trabalho da junta de alistamento”. Os “desordeiros ignorantes” não alcançaram êxito, porque “as autoridades da junta não se encontravam no local” – oficiou o presidente do Ceará ao Ministério da Guerra³²¹⁷.

Dias antes, muito próximo dali, na paróquia de Conceição, em Baturité-CE, outra “multidão havia atacado as autoridades responsáveis pela confecção das listas do sorteio militar, tendo estas sido afugentadas do local diante da confusão em que rasgaram papéis, quebraram cadeiras e mesas, o que impossibilitou à prática da lei”³²¹⁸. Nesse ínterim, em Limoeiro do Norte, a leste da província cearense, “houve um ajuntamento de mil pessoas, incluindo mulheres e crianças, fazendo oposição à nova lei do recrutamento”³²¹⁹.

Jornais, Ofícios Militares, Falas e Relatórios de Presidentes. Em fontes de diversas naturezas, encontram-se histórias de resistências à aplicação da Legislação 2.556, que modificava, de maneira “radical”, o modo como se realizava, até então, o recrutamento militar para forças armadas no Império brasileiro. Radical, porque para muitos opositores, sobretudo, aqueles que pertenciam às elites político-econômicas, a lei tinha aspectos democráticos inaceitáveis, uma vez que impunha um sorteio como forma de alistamento de recrutas³²²⁰.

As oposições à Legislação 2.556, principalmente as resistências violentas, não eram especificidades do Ceará. Basta consultar, por exemplo, fontes como as *Falas e os Relatórios de Presidentes de Províncias* referentes a todas as províncias do Antigo Norte, em especial as que hoje compõem o Nordeste; para se constatar que tais ações eram quase habituais, embora muitos presidentes ou as omitiam ou as minimizavam em seus relatos.

Ocorre que, quando se lê a “contrapelo”, os escritos dessas autoridades, percebe-se que as oposições à nova lei do recrutamento não se tratavam de mínimos inconvenientes e que a omissão dos fatos não garantia a invisibilidade deles, porque as notícias dos incômodos que a “nova legislação da conscrição estava causando nas províncias” chegavam, de alguma forma, às autoridades mais graduadas do Império. A imprensa, por exemplo, foi um canal por onde se poderiam ver os “distúrbios violentos”, quando no momento de aplicação da “lei do sorteio”.

Isto posto, o objetivo deste texto é o de analisar como as resistências à nova Legislação do recrutamento militar, nº 2.556, também conhecida como “lei do sorteio ou lei da conscrição”, foram vistas pelos Presidentes de Províncias do Antigo Norte.

A Inconveniência da Lei 2.556

Durante o período imperial brasileiro, as críticas sobre o recrutamento militar faziam-se presentes nas assembleias. A partir da década de 1850, a reforma desse expediente havia sido matéria de debates no Senado. Nessa época, falou-se em conscrição³²²¹ e em sistema de

³²¹⁷Relatório apresentado pelo Exmo. Sr. Dr. Esmerino Gomes Parente ao passar a administração da província ao Exmo. Sr. Desembargador Francisco de Faria Lemos no dia 22 de março de 1876. Fortaleza: Typografia Constitucional, 1876.p.1.

³²¹⁸Idem

³²¹⁹Biblioteca Pública Meneses Pimentel. Fortaleza/CE. (BPMP/CE). Jornal **Cearense**. 22 de agosto de 1875.p.2. [Noticiário]

³²²⁰Todos os Relatório e Falas apresentados neste texto estão também disponíveis em: www.apps.crl.edu/brazil/provincial. Último acesso: 01/07/2016, às 9h.

³²²¹Peter Beattie afirma que a palavra Conscrição vem do latim, e significa alistar ou selecionar de uma lista, referindo-se a obrigação dos cidadãos romanos da República (homens que satisfaziam os requisitos mínimos de propriedade) de se alistarem como adultos capacitados a serem periodicamente convocados para o serviço militar. Segundo o autor, esse dispositivo apesar de ter sido muito debatido no Parlamento brasileiro desde a década de 1850, nunca se tornou lei. Cf:

sorteio como formas de seleção militar que substituiriam “a terrível caçada humana do recrutamento”.

O trabalho de Fábio Mendes mostra que, naquela década, o sorteio militar chegou a ser defendido por algumas autoridades importantes do Império:

As opiniões acerca da forma, oportunidade ou viabilidade do sorteio militar variavam amplamente. Quase que ano a ano, os relatórios do Ministério da Guerra pintavam em cores fortes os descabros produzidos pelo recrutamento forçado, e solicitavam às Câmaras que legissem sobre a matéria, substituindo a ‘caçada humana’ por mecanismos mais eficientes e justos. Caxias (1855) e Rego Barros (1860), particularmente, sugeririam às Câmaras a consideração de alguma modalidade de sorteio militar, tomando por base os alistamentos já existentes da Guarda Nacional. Outros lembrariam a possibilidade de utilização dos registros de batismo e casamento das paróquias para tal fim [...] ³²²².

Após a “Guerra do Paraguai”, a questão da reforma do recrutamento passou a ser pauta urgente da política nacional. Os resultados desastrosos desse conflito, além de mostrarem os limites de um exército formado por meio do alistamento forçado, expuseram também a ineficiência do voluntariado em preencher as fileiras. “O Brasil carecia de um exército moderno” - diziam alguns deputados e senadores, em meados de 1870. Desta data para frente, os debates no Parlamento sobre o novo modo de organização das forças armadas tornaram-se intensos. As mudanças no recrutamento não demoraram muito para serem traduzidas em lei ³²²³.

Em 26 de setembro de 1874, a reforma do recrutamento foi aprovada pelo Parlamento brasileiro. As transformações foram incorporadas por meio da Lei nº 2.556, que instituiu o sorteio como “forma justa” de seleção militar no Império, em substituição da terrível “caçada humana do recrutamento”.

A reforma do recrutamento fazia parte de um conjunto de medidas modernizantes por que passava o Império e visava, como tantas outras, a aproximação do modelo civilizatório europeu. Nesse sentido, para os reformistas brasileiros, a “lei do sorteio” foi um avanço institucional. Todavia, as oposições vieram de quase todas as camadas sociais.

A lei 2.256 possuía 12 artigos confusos (e vários parágrafos controversos), e, afora o Art. 8º, que mandava abolir os castigos físicos no exército, os demais desagradaram boa parte da sociedade. Enfatizamos apenas àqueles que despertaram a “fúria” das pessoas. O Art. 1º, por exemplo, foi um dos primeiros a serem contestados, porque implantava o sorteio como forma de engajamento dos recrutas dificultando, ou mesmo impossibilitando, as formas de escapar do “recrutamento forçado” por meio de mecanismos clientelistas.

No plano político geral, a nova legislação escancarou as dissidências partidárias. De um lado, “Liberais Radicais e Conservadores Emperrados, seriam, por razões opostas, contrários ao projeto, apesar de o projeto original [da lei] ter partido dos liberais, estes a combateriam duramente no Senado, e, ao que tudo indica, também na imprensa e na rua”. De outro, os “Liberais Moderados e Conservadores Reformistas, embora adeptos do sorteio, divergiam em relação à formação das juntas e à base da definição dos contingentes” ³²²⁴.

Para os proprietários de terras que, na maioria das vezes, eram também detentores do poder político, a impessoalidade, a igualdade e as incertezas ditadas pelo sorteio militar tiravam-lhes o domínio local sobre a forma de seleção de recrutas, o que acabava

BEATTIE, Peter M. **Tributo de Sangue: Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil (1864-1945)**. (Tradução Fábio Joly). São Paulo: EDUSP, 2009.

³²²²MENDES, Fábio Faria. **Recrutamento Militar e a Construção do Estado no Brasil Imperial**. Belo Horizonte: Argvmentm, 2010. p.120

³²²³Idem. p. 119-155.

³²²⁴MENDES, 2010. p. 130. Op. Cit

acarretando preocupações, sobretudo, com relação à manutenção da força do trabalho livre. A dúvida também atingiu os potenciais recrutas, aumentando a insegurança entre eles. O recrutamento “a laço”, apesar de toda sua brutalidade e confusão, “estabelecera um modo de convivência precário, mas relativamente estável, com grau de certeza acerca dos grupos sobre os quais recairiam, provavelmente, os encargos”³²²⁵.

A aprovação da “loteria” como forma de aliciação militar acabava com o “jogo existente no ato de recrutar, no qual contribuía o Estado, a classe de proprietários de terras e de escravos e parte dos pobres e livres, e do qual cada participante tirava benefícios significativos”. O sorteio deslocaria a concentração de poderes discricionários para as juntas, o que diminuiria e, em muitos casos, impediria a realização de tal jogo³²²⁶.

Podemos imaginar os “efeitos democráticos da lei” na cabeça dos proprietários de terras que, certamente, viram-se de mãos atadas sem poderem proteger seus trabalhadores, seus filhos e outros parentes, então igualados na “tributação de sangue” aos familiares dos mais miseráveis. Imaginemos também o pavor dos homens pobres e livres que não podiam contar com a proteção de um patrão, bem como a angústia das mulheres com a possibilidade da perda de seus companheiros, filhos, pais e irmãos no sorteio.

O princípio de igualdade nos alistamentos, enfim, não convenceu quase ninguém. Este ponto foi, talvez, o mais controverso da legislação, porque para muitos, o sorteio militar pareceu um instrumento incompatível com as condições sociais brasileiras, então baseadas nas desigualdades entre os homens. No caso de outra guerra, a distribuição dos recrutas não seria mais discricionária. Todos estariam submetidos, da mesma forma, à lei. Qualquer um poderia ser recrutado, porque eram das “rodas da fortuna” de onde saíam os recrutas.

O Art. 2º renunciou a impossibilidade de aplicação da “lei do sorteio”. Segundo este, o alistamento deveria ser feito em cada paróquia por uma junta composta pelo Juiz de Paz, Autoridade Policial mais graduada e o Pároco, em sessões públicas. A ordem era para que estas autoridades se reunissem nas igrejas matrizes para arrolar os nomes dos potenciais recrutas. Depois de confeccionadas, as listas deveriam ser enviadas ao Ministério da Guerra e, em seguida, o sorteio deveria acontecer. Mas, na falta de um membro, “a junta não poderia funcionar”.

Mais ainda, o Art. 5º da citada lei não isentava os homens casados dos serviços das armas, no caso de guerra interna ou externa. Fato que explicava a fúria e a presença maciça das mulheres nas multidões opositoras, embora tal presença, por vezes, ou fosse minimizada (neste caso, desvirtuada) ou omitida nos *Relatórios de Presidentes de Província*.

Ceará: ecos da “Guerra do Paraguai”

Ceará, fins de 1874. Em meio às informações dadas pela imprensa local sobre a aprovação da Lei 2.556 e a forma como esta deveria ser aplicada nas províncias, encontravam-se também notícias sobre um novo conflito no Paraguai. O jornal *Cearense*, por exemplo, publicou, com certa regularidade, artigos cujos títulos lembravam atos belicosos de outrora, como os ocorridos durante a guerra do Paraguai: “Preparativos de guerra”, “Revolução no Paraguai”, “Irrupção no Paraguai”, “Movimento de tropas brasileiras no Paraguai”, entre outros títulos³²²⁷.

O que não estava claro nesses relatos era o fato de que os mesmos apontavam para uma possibilidade de confronto, além do que tais “preparativos, irrupções e movimentos de tropas” diziam respeito a divergências internas no Paraguai, nas quais o Brasil estava enredado por manter um governo provisório nessa república, condição esta que assumiu

³²²⁵MENDES, 2010. p. 138-139. Op. Cit

³²²⁶KRAY, Hendrick. Repensando o Recrutamento no Brasil. In: **Revista Diálogos**. Universidade Estadual de Londrina, 1994. V.3. nº 3. (anual).

³²²⁷SOUZA, Maria Regina Santos de. **A Chama Pagada, A Chaga Aberta: A “Guerra do Paraguai”, a sociedade e os militares regressos**, 2012, p.229. Tese de Doutorado em História/ Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, 2012. Cf: O quinto capítulo da tese.

desde fins de 1869, quando o mérito de “vencedor da guerra do Paraguai” lhe fora atribuído³²²⁸.

Diante do não esclarecimento, os ânimos se exaltaram e uma onda de boatos negativos sobre a Legislação 2.556, espalhou-se na província cearense. Boa parte das pessoas desconfiava que a citada lei “atenderia novas necessidades de guerra”, sendo o sorteio imposto por ela, uma forma cruel de aquisição de recrutas.

Em 1º de agosto de 1875, quando os inspetores de quartirão, juntamente com as autoridades locais responsáveis pela organização das juntas tentaram confeccionar as listas do sorteio, foram impedidas por multidões furiosas, compostas por mulheres, homens e até crianças.

A Província do Ceará

Entre os anos de 1876 e 1877, um interessante jornal intitulado *Folhinha do Sorteio* circulava no Rio de Janeiro com “factos diversos passados”, entre os quais aplicação da nova legislação do recrutamento nas províncias. Nestas descrições, o Ceará estava assinalado como uma das províncias que mais resistiram à prática da “lei do sorteio”.

O periódico carioca não estava exagerando. No biênio de 1875/1876, principalmente, as resistências violentas à “lei do sorteio” foram tão comuns, que as autoridades locais sentiram-se incomodadas. Omiti-las? Não tinham como, porque a imprensa de outras províncias divulgava as “oposições graves ao sorteio ocorridas em terras cearenses”. A saída encontrada pelos presidentes do Ceará foi minimizar os fatos - estratégia repetida por outros presidentes.

Em Saboeiro/CE, disse a *Folhinha do Sorteio*, deram-se os maiores distúrbios, na ocasião de serem fixados os editais nas portas da paróquia “[...] e uma multidão superior a cem pessoas rasgou os editais da matriz, dando vivas e entusiasmos. O povo mostrava-se disposto a reagir, se aparecesse oposição[...]”³²²⁹. Essa resistência ocorreu no início agosto de 1875, mas foi descrita no relatório do presidente do Ceará, Esmerino Gomes Parente, como um “incidente” – entende-se sem importância, porque sem frequência.

Porém, as notícias veiculadas pela imprensa local sobre as oposições à “lei do sorteio” durante o mandato de Gomes Parente (março de 1875/março de 1876), não deixaram dúvidas de que as mesmas não se tratavam de “incidentes”. Para se ter uma ideia, entre os meses de agosto e outubro de 1875, foram registrados ações violentas em mais de 20 paróquias³²³⁰.

Gomes Parente usou a estratégia de esfacelar as resistências à “lei do sorteio” na província. Estas poderiam estar distribuídas, de forma concisa, nas partes “policiais”, “tranqüilidade pública”, “recrutamento”, entre outras. Além disso, esse presidente não deixou claro em seus escritos qual a real dimensão que as oposições alcançaram. Para ele, essas ações não passavam de atos “raros” promovidos por “turbas sediciosas”, “gentes ignorantes”, “multidão de povo” ou “grupamento de desordeiros”.

³²²⁸ O fim oficial da Guerra do Paraguai ocorreu em 1º de março de 1870, com a morte do presidente paraguaio Solano López. Porém, diante dos reveses das tropas paraguaias, a partir de meados de 1869, já era consenso, pelos menos entre as autoridades militares brasileiras, que o Império já era “vencedor”. Uma vez assumida essa condição, o Brasil achou-se no “direito” de permanecer no território “vencido”, após o conflito. Sobre o governo provisório que o Brasil manteve no Paraguai, após esse conflito, conferir: DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra**: uma nova história da guerra do Paraguai. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

³²²⁹ Jornal **Folhinha do Sorteio**. Rio de Janeiro. Anno de 1877.p.159. A notícia referia-se ao ano de 1875. Dois números desse periódico estão disponíveis em: bdlb.bn.br/acervo/handle/123456789/48893. Último acesso: 03/09/2016, às 10h.

³²³⁰ Municípios e/ou localidades cearenses onde ocorreram às resistências violentas, nos referidos meses: Baturité, Acarape, Limoeiro, Quixadá, Saboeiro, União (Jaguaruana), Soure (Caucaia), Aquiraz, Arraial (Uruburetama), São Francisco (Itapajé), Imperatriz (Itapipoca), Granja, São Bernardos das Russas, Riacho do Sangue (Jaguetama), Boa Viagem, Santa Quitéria, Cachoeira (Solonópole), São João do Príncipe (Tauá); Tamboril, Jardim, Milagres, Assaré, Crato e Araripe.

Sobre os “incidentes” que abriram esse texto, Gomes Parente referiu-se ao ocorrido em Acarape como uma “exceção”, dando a entender que a “lei do sorteio” estava sendo aplicada, efetivamente, na província do Ceará:

[...] excetuando a parochia de Acarape, onde um grupo de desordeiro provocara a força publica, não houve quaisquer alterações publicas.

A lei do alistamento foi, como era de se esperar, mal compheendida pela parte mais ignorante da população, sempre dócil as más impressões que lhes transmittem aquelles que nenhum amor tem ao bem publico. Felizmente isso nas diversas localidades não produziu senão enormes manifestações feitas por grupos de mulheres que, invadindo o recinto, onde funcionavam as juntas parochiais, rasgaram listas e mais papeis.

Interrompidos assim os trabalhos daquelas juntas, dei logo necessárias providencias a evitar novas reproduções de semelhantes scenas, e fazer seguir respectivos trabalhos ao abrigo de quaisquer perturbações.³²³¹

Em contraste com os relatos de Gomes Parente, o *Jornal Cearense* havia denunciado que:

[...]Esta à prova nos lamentaveis acontecimentos que tem convulsionado as populações de diversas províncias do Império.

No Ceará os pacíficos habitantes do Acarape, Quixadá, Conceição, Aquiraz, União, Limoeiro, etc. acabão de levantar-se em hostilidade contra os trabalhos da qualificação [das juntas de alistamento].

O povo a quem se nega o direito de votar, a quem se não permite que vá dizer nas urnas eleitoraes a expressão de sua vontade soberana, não quer também cumprir o dever de morrer nas guerras arranjasdas pelo governo que o despreza, nas guerras para que não concorreu, porque aquelles que não acceitarão ou provocarão não tem nenhum mandato seu, não são representantes de seus legítimos interesses.

Si não serve para cidadão, não pode servir para soldado. É esta lógica dos movimentos populares que o governo deve aceitar como factos consumados, que também é um symptoma de vida da opinião que o poder tanto se tem exforçado por extinguir, vá por a culpa nos homens do governo.

Quando nas Câmaras discutia-se o projeto que hoje é lei, a opposição liberal empenhou-se franca e denodadamente pela causa dos interesses que ião ser sacrificados à conscripção.

A palavra sincera e ousada dos nossos estadistas, depois de estudar e demonstrar todos os vícios do projecto predisse as fataes e inevitáveis consequencias, que lhe teria: não se enganou o governo, não se lhe garantio que o povo curvaria a cabeça diante do atentado que se fazia aos seus direitos³²³².

³²³¹Relatório apresentado pelo Exmo. Sr. Dr. Esmerino Gomes Parente ao passar a administração da província ao Exmo. Sr. Desembargador Francisco de Faria Lemos no dia 22 de março de 1876. Fortaleza: Typografia Constitucional, 1876.p. 1 [Tranquilidade Pública]).

³²³² BPMP/CE. *Jornal Cearense*. 2 de setembro de 1875.p. 1. Op.cit.

Baturité era uma localidade serrana e importante centro produtor de café do Ceará. Tal era sua importância que, a partir de 1870, um grupo de investidores começou a pensar em construir uma via férrea no “município”, com intuito de que aquele produto fosse escoado até o porto de Fortaleza, de onde seria exportado também para o exterior³²³³.

Certamente, Gomes Parente não queria afugentar tais investidores. Queria apontar Baturité como um “município ordeiro”, mostrando assim sua capacidade administrativa. E sua escrita omissa teria se passado como verdadeira, não fosse o detalhe: o de que as localidades de *Aracape e Conceição* pertenciam a Baturité.

A Província de Pernambuco

Nas primeiras páginas do relatório de 1876, o presidente de Pernambuco, João Pedro de Moraes, afirmou que, sob sua responsabilidade, “o progresso e a tranqüilidade pública da província pernambucana mereciam lisonja”, apesar de assumir que a mesma fora “perturbada por factos raros e isolados, que poderão avolumar interesses de momento, mas que a reflexão reduz as verdadeiras proporções”³²³⁴. Que fatos perturbadores eram esses?

A resposta mais plausível encontrava-se no mesmo *Relatório*, na página vinte e sete:

EXECUÇÃO DA LEI DO SORTEIO

[...]

Como era de prever, os trabalhos de alistamento de cidadãos obrigados ao serviço militar tem sido feito com demora e dificuldade, mas também sem perturbação da ordem e tranqüilidade pública.

Apenas dois factos ocorreram que merecem ser mencionados.

Passou um na freguesia de Leopoldina, onde a junta parochial foi agredida por ocasião de seus primeiros trabalhos, e havendo lucta, foi morto um dos aggressores. Deu-se o segundo na freguesia de Itambé, sendo que os livros de alistamento já feitos, que estavam guardados no consultorio da igreja matriz, foram inutilizados, sem que se conseguisse descobrir os autores do attentado.

Nos outros pontos da província, apenas houve raras manifestações contra a nova lei, que não tiveram importância e nenhuma influencia exerceram sobre o socego público.

Foram, pois, desmettidos pelos factos os boatos que por momentos circularam e annunciaram graves desordens por ocasião de reunirem-se as juntas de alistamento [...]³²³⁵

As resistências à “lei do sorteio” em Pernambuco não eram raras e sem significações como queria fazer crer o presidente da província. Do contrário, as ações violentas eram comuns e chegavam com rapidez à capital do Império, Rio de Janeiro. No jornal carioca *A Reforma*, por exemplo, além da violência ocorrida em Leopoldina, denunciou-se também que: “[...] Em Ouricuri, Pernambuco, os inspetores para o mais novo sistema de recrutamento foram maltratados por um grupo de mulheres, e mais se fariam se encontrassem resistências e que os homens se encarregaram de rasgar as listas”. Mais ainda: “[...] do Recife, chegavam

³²³³ Sobre a produção de café em Baturité cf: LIMA, Pedro Airton de Queiroz. **A sombra das Ingazeiras: o café na serra de Baturité (1850- 1900)**. Dissertação de Mestrado em História/ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/IFCS). Rio de Janeiro, 2000.

³²³⁴ Falla com que o Exmo. Comendador João Pedro de Carvalho de Moraes abriu a sessão da assembléa legislativa em 1º de março de 1876. Pernambuco: Typ. Figueroa &Filos, 1876. p.6

³²³⁵ Idem. P.27

notícias desagradáveis do interior com relação ao arrolamento a que está procedendo para o sorteio”³²³⁶.

O presidente insinuava que “essas oposições à lei do sorteio” estavam relacionadas como os “distúrbios” ocasionados pelos “sediciosos quebra-quilos da Paraíba”. Porém, examinadas as motivações das duas revoltas, percebe-se que não há ligações diretas entre as mesmas.

Entretanto, o que mais chamava atenção nos relatos do Comendador Carvalho era a própria inoperância da lei, assumida por ele, indiretamente:

Recrutamento

Continuando com vigor o antigo systema de recrutamento até que se faça effectivo, por meio de sorteio, o contingente que deve essa provincia concorrer para o exercito, conforme disposto no [inciso] 3º do art. 9 da lei nº 2556, de 26 de setembro de 1874, tem-se procedido a esse serviço com moderação sendo por mim attedidos as isenções legais devidamente provadas [...]”³²³⁷

As Oposições à “lei do sorteio” nas demais províncias localizadas na parte Nordeste, do Antigo Norte

O argumento apresentado pelo presidente de Pernambuco de que os opositores à “lei do sorteio” na província foram insuflados por “sediciosos quebra quilos da Paraíba”, inclusive encontrando-se estes entre aqueles, também foi repetido nos relatórios dos presidentes da Paraíba, de Alagoas e do Rio Grande do Norte.

Segundo Hamilton de Mattos Monteiro, essa associação existia porque as citadas províncias formavam a área de concentração da revolta dos Quebra Quilos (1874), sendo “normal” que as autoridades fizessem tal associação³²³⁸.

Entre os anos de 1875 e 1876, na Paraíba, o epicentro da revolta dos Quebra Quilos, os presidentes negaram que as “repugnâncias de parte da população à nova lei do sorteio” causassem maiores danos à “ordem pública”. Minimizando essas oposições, o presidente Silvino Elvidio Carneiro da Cunha disse que a província foi “victima, em diversos município, das ciladas dos agitadores, e do fanatismo religioso, sobre pretexto do imposto provinciais e leis do recrutamento militar do exército e armada e dos sytesma metrico decimal”³²³⁹.

O que se percebe na escrita dessa autoridade, aliás, como é típico dos *Relatórios de Presidentes*, era a retórica para explicar o não cumprimento das leis. No caso, pode-se inferir que para Carneiro da Cunha: a província foi arrebatada por algumas revoltas quase

³²³⁶Biblioteca Nacional/ Rio de Janeiro - (BN)/RJ. Jornal **A Reforma**. 10 de setembro de 1875. [FACTOS DIVERSOS]]. Esse Jornal também se encontra disponível no site da BN/RJ.

³²³⁷*Falla* com que o Exmo. Comendador João Pedro de Carvalho de Moraes abriu a sessão da assembléia legislativa em 1º de março de 1876. Pernambuco: Typ. Figueroa &Filos, 1876. p.26/27. Op. Cit.

³²³⁸ CF: MONTEIRO, Hamilton de Mattos. **Nordeste Insurgente (1850-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 1987. _____. **Revolta do Quebra Quilos**. São Paulo: Ática, 1995.

Neste segundo livro, na página 4, o autor resume o que foi a revolta dos Quebra Quilos na Paraíba: “[...] A população rejeitou com violência o sistema métrico decimal, que entrara em vigor há pouco tempo. Acostumados às antigas medidas- côvados, braças, libras, quintas ,etc-, como entender os quilos, litros e metros que tinha agora de usar? O povo desconfiava de que estava sendo enganado e não via como se defender [...] O sofrimento era tal que muitos não viam outra saída a não ser protestar e destruir”.

Monteiro também fala que a novidade da lei do recrutamento obrigatório *foi um motivo a mais de revolta*.

Conferir também: SECRETO, María Verónica. **(Des) medidos: a revolta dos quebra quilos (1874-1876)**. Rio de Janeiro: MAUDX, FAPERJ, 2011.

³²³⁹Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Paraíba do Norte em 7 de agosto de 1874, pelo presidente exmo. sr.dr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha. Parahyba, Typ. do Jornal da Parahyba, 1874.p.4

simultâneas praticadas por “multidões de gentes, desordeiras, ignorantes e fanáticas”, por isso ele não teve como contê-las em tempo hábil.

Fato é que em seu *Relatório*, na parte do *Alistamento*, o presidente parecia aliviado por não ser o único a não resolver os problemas das revoltas contra a “lei do sorteio”, posto que “[...] se via, infelizmente alguns movimentos [oposições ao sorteio] nas províncias mais importantes, como Bahia, Pernambuco, S. Paulo, Minas, Rio de Janeiro, entre outras”³²⁴⁰.

Na edição de 31 de agosto de 1875, o Jornal *A Reforma* publicou, com ironia, os “Enthusiasmos pela Conscrição” que se davam na província do Rio Grande do Norte:

[...] cerca de 500 pessoas armadas, homens e mulheres, invadiram, pela segunda vez, a matriz da vila de Goianinha, com intuito de inutilizar os trabalhos da junta paroquial encarregada do alistamento de cidadãos aptos para o serviço militar, sem nenhum respeito às autoridades e a força pública ali estacionada. A Guarda Nacional foi chamada pela presidência no empenho de fazer respeito à lei e garantir a ordem pública³²⁴¹.

Goianinha era uma localidade considerada muito problemática para as autoridades do Rio Grande do Norte. Tanto era que o presidente José Bernardo Galvão Alcoforado havia alertado ao seu sucessor sobre os “distúrbios em algumas povoações, por causa dos quebra quilos, inclusive no distrito de Santo Antônio, [então] pertencente ao município de Goianinha [...]”, sendo que “[...] a maior parte dos dyscolos, que tentarão quebrar a geral harmonia irrada na força da lei no progresso existente, irrompia da província visinha, a Parahyba [...]”³²⁴².

Mas, “distúrbios contra a lei do sorteio” ocorreram também em outras localidades da província potiguar como Mossoró, Santo Antonio, Apodi, Patu, entre outras; sem qualquer ligação com os “revoltosos quebra quilos paraibanos”. Em Canguaretama, a citada lei foi rebatizada pelos opositores de “lei do cativoiro”:

[...] um crescido número de homens e mulheres de 400 a mais pessoas, armadas de cacete, e gritando que não queria a lei do governo, que tinha de ser executada nessa villa com o supposto nome de lei do recrutamento, quando sabiam, quando sabiam que uma lei para captivar o povo[...]³²⁴³

Os episódios acima citados ocorreram entre agosto e dezembro de 1875, inclusive em algumas daquelas localidades, os opositores reincidiram. Mas, essas resistências não foram registradas no *Relatório* daquele ano.

Na Bahia, uma notícia, certamente, apavorou as autoridades locais. Na “vila de Porto Real do Colégio”,

[...]
No dia 1º de julho de 1875, pelas 20 horas do dia, indo o escrivão de [seo] cargo Ladislao Felix de Oliveira affixar na porta da matriz desta parochia o edital, que convocara os interessados para o alistamento, com ordem do cap. 5º art 13 do regulamento da Lei 2.556, quando inesperadamente

³²⁴⁰Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Paraíba do Norte em 7 de agosto de 1874, pelo presidente exmo. sr.dr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha. Parahyba, Typ. do Jornal da Parahyba, 1874.p. 10.

³²⁴¹BN/RJ. Jornal **A Reforma**. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1875. [FACTOS DIVERSOS/Enthusiasmos pela Conscrição].Op.cit.

³²⁴²Relatório com que o exmo. Sr.Dr. José Bernardo Galvão Alcoforado passou a administração da província do Rio Grande do Norte ao exmo. Sr. Dr. João Capistrano Bandeira de Mello. Rio de Janeiro. Typ. Cinco de Março, 1875. p.4/5.

³²⁴³MENDES, Fábio Faria. “**A lei da cumbuca**”. Disponível em: bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2098. Último acesso: 24/07/2106, às 10h.

fôraaccomettido por um numero de individuos do cento maior que 300, inclusive algumas mulheres, capitaneadas por Pedro Mauricio dos Martyres, Manoel Lins Ferreira, AntonioMaroba e Ingnacio e outros, que armados de todos de facões, foices, cacetes, as mulheres de espetos, chuças e facas de ponta, insiavam para rasgar o edital, travando-se assim um tumultuado conflito, que a não ser a prudencia de alguns cidadãos pacíficos desta povoação, teríamos de lamentar muitas victimas e exugar as lagrimas de lamentos de immnesaorphandade e viuvez.

Não satisfeita assim a sanha desses heroisinglorios, cercam de subito a casa de minha residencia, forçaram-me, cercado por punhais, a dar-lhes a lei do Sorteio. Satisfazendo em integrar-lhes o formulário lido, quando foi dilacerado por todos com a mesma furia, pouco antes exercida com o edital³²⁴⁴.

Na realidade Porto Real do Colégio pertencia à província de Alagoas. Em 1876, referindo-se à resistência em Porto Real do Colégio, o presidente João Thomé da Silva afirmou que essa localidade foi a única que apresentou “manifestação sediccionista”. Porém, essa autoridade foi traída em suas próprias palavras ao afirmar que “apenas nas comarcas de Maceió, Porto Calvo, Alagoas, Pilar, Camaragibe, Anadia e Penedo, as juntas revisoras concluíram seus trabalhos [...]”. Mesmo assim, “[...] A maior parte dessas Juntas tem deixado de funcionar em razão de não terem remetido em tempos seus trabalhos”, pois “[...] A Nova lei do recrutamento foi recebida com repugnância pela população de quase todas as parochias da Província, mormente no interior [...]”³²⁴⁵.

Em relação às autoridades baianas, estas tinham mesmo razões para se preocuparem, pois o chefe de polícia oficiou à presidência que, “em diversas paróquias, incluindo a de Salvador”, houve “tantas desordens por causa da atividade da nova lei do recrutamento”, que “durante os dias 2,3 e 4 do mês de julho último [1875], nesta cidade, puserão em desvario parte da população [...]”. Preocupada, aquela autoridade policial relatou que a ordem pública estava alterada, por causa “[...] das aggressões e luctas que se deram em diversas localidades por occasião da reunião das juntas parocheais de alistamento”³²⁴⁶.

Mas, o presidente da província baiana garantia que, apesar disso, “a tranquilidade pública estava sendo mantida na província”³²⁴⁷.

E mais. Na imprensa carioca as oposições dos baianos à lei do sorteio colocavam as palavras do presidente sob suspeitas, pois a “[...]rebeldia baiana era total. Na comarca de Camamu que respondia por mais de 5 districtos”, por exemplo, foi necessário “o destacamento da capital para conter os sedicciosos que vendo o desembarque dos soldados, dispersaram”³²⁴⁸.

Não menos suspeitas eram as palavras do presidente de Sergipe que afirmava: “[...] a lei da conscripção [ou do sorteio] vai sendo executada sem que em uma só parochia o povo se amotinasse [...]”. Contudo, a imprensa local não confirmava esse clima pacífico.

³²⁴⁴BN/RJ- **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro. 5 de agosto de 1875.p.2

³²⁴⁵*Falla* dirigida à assembléa legislativa de Alagoas pelo Exmo. presidente João Thome da Silva, em 16 de março de 1876. Maceió.Todos os relatos citados estão na mesma parte intitulada “Recrutamento”, na página nº 18.

³²⁴⁶ Relatório do chefe de polícia da Bahia João Bernardo de Magalhães. Documentos anexos ao Relatório com que o Exmo. Sr, Presidente da Província da Bahia Dr. Luiz Antonio da Silva Nunes, abriu a Assembléa Legislativa Provincial da Bahia em 1º de maio de 1876. Bahia: Typographia Correio da Bahia, 1876.p. 3

³²⁴⁷Idem.

³²⁴⁸BN/RJ.Jornal **A Reforma**.28 de agosto de 1875. [FACTOS DIVERSOS. /Entusiasmos pela Conscripção].

Periódicos como o *Jornal do Aracaju*, nas publicações de setembro de 1875, noticiavam as dificuldades de execução da nova legislação do recrutamento na província. Segundo esse jornal, tais problemas vinham da “falta de conhecimento ou dúvidas dos juizes e mais autoridades sobre como ela [lei] deveria ser executada e da oposição da população”.

[...] A Junta da paróquia de Capella tendo se reunido, na forma da lei, no dia 1^a do corrente [refere-se ao mês de agosto], e principiado os seus trabalhos, segundo declara o officio [do dia] 2, não póde continuar a funcionar em razão de não terem os inspectores de quartirão respectivos apresentados as listas que são obrigados, pois indo elles a diversas casas para obterem as declarações, offerciam-lhes cacête, em vez de informações[...]³²⁴⁹

No Maranhão as dificuldades em relação aos membros das juntas eram outras. O presidente Frederico José Cardoso de Araújo Abranches relatou:

[...] Não tendo comparecido para os trabalhos das juntas de parochias, nem motivado essa falta, os subdelegados de districtos de Arayozes, Antonio Domingos da Silveira, de Santo Ignácio de Pinheiro, João Caetano de Abreu, de Nossa Senhora de Nazareth do Riachão, Martinho Lopes de Souza, de Santa Rita e Santa Filomena do Codó, Caetano Salazar Sanches, bem como o juiz de paz da parochia de Riachão, resolvi por meio de portarias de diferentes datas multal-os na quantia de 50\$0000 reis cada um, nos termos da 2^a parte do artigo 6^o da lei [...]³²⁵⁰

Casos de resistências, por parte das autoridades das juntas de alistamentos, em relação à aplicação da “lei do sorteio”, também são recorrentes em outras províncias do Norte.

Considerações Finais

Em abril de 1888, o presidente do Ceará, Araújo Torreão, declarou “[...] que se continuava a lutar com grandes dificuldades para levar efeito o serviço de alistamento militar, de acordo com a Lei 2.556 e com o Regulamento”, pois:

Raras são as juntas parochiais que se reúnem no prazo da lei, succedendo quase sempre que no dia marcado, ou falta o juiz de paz ou algum dos outros membros das juntas e quando acontece reúnem-se todos, vêm muitos vezes na impossibilidade de dar começo aos trabalhos por não serem apresentados em tempo as listas que incumbe aos inspectores de quartirão.

Apesar de todas as providencias expedidas, não foi possível realizar aquelle trabalho em todas as parochias [...]

Por acto de 21 de março ultimo impus a multa de 50\$000 ao 1^o juiz de paz da parochia de Umary, Joaquim Barbosa Godim, por ter deixado, sem motivo justo, de convocar a respectiva junta que por isso não funcionara.³²⁵¹

³²⁴⁹**Jornal do Aracaju**. Aracaju, 1^o de setembro de 1875. p.1. Disponível em: bibliotecas.ufs.br/pagina/18277. Último acesso: 01/09/2016, às 10h.

³²⁵⁰Relatório com que o presidente da província, o exmo. sr. senador Frederico d'Almeida e Albuquerque abriu à Assembleia Legislativa Provincial no dia 20 de junho de 1876. Maranhão, Typ. do Frias, 1876.p.29.

³²⁵¹Relatório com que o ex. Sr. Dr. Eneas Araújo Torreao passou a administração da Província do Ceará ao Ex. Sr. Dr. Antonio Caio da Silva Prado, no dia 21 de abril de 1888. Fortaleza: Typographia Constitucional, 1888.p. 13,14.

O relato do presidente do Ceará era um eco entre muitos outros.

Resistências abertas e veladas à nova lei do recrutamento, então praticadas por pessoas comuns e autoridades, repetiram-se nas províncias do Norte/Nordeste do Brasil, na segunda metade do século XIX. Elas indicaram que, efetivamente, a “lei do sorteio” tornou-se “letra morta”.

AS FAMÍLIAS ESCRAVAS E O BARÃO DE ÁGUA BRANCA-PROVÍNCIA DAS ALAGOAS, 1864-1888.

Marília Lima de Araújo³²⁵²

mariliaaraujo.historia@hotmail.com

Resumo: Esta pesquisa investiga os laços familiares construídos pelos escravos do senhor Joaquim Antônio de Siqueira Torres, o Barão da Vila de Água Branca. Um homem influente no sertão alagoano oitocentista, o Barão exerceu o cargo de Juiz de Paz na povoação e construiu com seus recursos a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, a qual homens e mulheres independente de sua condição batizaram filhos, serviram como padrinhos e madrinhas, e contraíram matrimônio. As fontes históricas utilizadas foram o registro paroquial de casamento e o inventário *post-mortem* do Barão, esses documentos foram analisados a partir de métodos da Demografia Histórica. Valendo-se das reflexões teóricas de Eduard Thompson, a “história vista de baixo”, concebemos o escravo como um agente histórico capaz de construir e lutar pelos seus laços familiares e não apenas internalizar visões senhoriais, diante de uma conjuntura de políticas de libertação gradual, com leis e decretos realizados durante o século XIX, que impactaram diretamente os negócios da escravidão e as relações entre senhores e escravos.

Palavras-chave: Família, Escravidão, Elites locais, Sertão de Alagoas.

A família exerceu uma multiplicidade de funções jurídicas e morais, significou muito mais que um domicílio, assumiu formas variadas de organizações que estiveram submetidas às transformações econômicas, políticas e sociais ao longo do século XIX. Gilberto Freyre enfatizou em seus estudos a importância da família para a colonização portuguesa, para o autor a instituição familiar consistia em um elemento “vivo e absorvente órgão da formação social brasileira”, que reunia “uma variedade de funções sociais e econômicas”³²⁵³. A concepção de família patriarcal proposta por Freyre dava imensa autoridade ao patriarca sobre os membros da família. Nas últimas décadas do século XX outras concepções de famílias foram sendo elaboradas pelos estudiosos, e passou-se a usar o termo no plural, evidenciado que existiram formações familiares diferentes no Brasil e que variavam no tempo e espaço³²⁵⁴. Os métodos demográficos foram fundamentais nesse sentido, com o cruzamento de fontes variadas, a História da Família passou a compreender as redes

³²⁵²Mestranda em História Social pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL. Integrante do Núcleo de Estudos Sociedade, Escravidão e Mestiçagem- Séculos XVI-XIX - UFAL - NESEM. E-mail: mariliaaraujo.historia@hotmail.com.

³²⁵³FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006, p.85.

³²⁵⁴CORRÊA, Mariza. “Repensando a Família Patriarcal Brasileira (Notas para o estudo de formas de organização familiar no Brasil)”. In: **Colcha de Retalhos**, Estudos sobre a família no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1982, p.16.

familiares, o parentesco consanguíneo e ritual, as alianças políticas e as estratégias empreendidas no âmbito de grupos familiares³²⁵⁵.

Na década de 1980 em diante multiplicaram-se os estudos na historiografia brasileira de grupos marginalizados, tais como os escravos, em pesquisas que utilizaram o método demográfico, quais focalizaram a região sudeste para os cativos³²⁵⁶. Fontes diversas que foram inter cruzadas como registros paroquiais de casamento, batismo, óbito, e cartoriais, testamentos, inventários post-mortem, alforrias, lista de matrícula, processos judiciais, recenseamentos, entre outras, se mostraram fundamentais para compreender as relações familiares escravas consanguíneas e rituais³²⁵⁷, esta última relacionada ao parentesco espiritual que se adquiria através de rituais, como exemplo o batismo e a crisma³²⁵⁸.

A “Virada Historiográfica” como chamou Robert Slenes, só foi possível com a emergência de uma nova abordagem em relação aos grupos subalternos, que começaram a ser vistos como “agentes de sua própria história”. Contribui nesse sentido, os trabalhos do historiador Inglês Eduard Thompson na década de 1960, a “história vista de baixo”³²⁵⁹, que colocou “as noções de experiência e cultura no cerne das análises sobre ação social”³²⁶⁰. Inspirados por Thompson nos anos oitenta do século XX, a historiografia brasileira faz a releitura de obras que descreveram os escravos como objetos, tirando-lhe a capacidade de luta e experiências familiares significativas³²⁶¹.

Este artigo traz as primeiras indagações da família escrava na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Água Branca/AL, inter cruzando as fontes casamento e inventários *post-mortem*. Localizamos na documentação, os laços familiares dos escravos de Joaquim Antônio de Siqueira Torres, o Barão de Água Branca. O recorte temporal perpassa os primeiros registros com referência à criação da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Água Branca em 1864, e conclui em 1888 com a abolição da escravidão, neste mesmo ano foi realizado o inventário *post-mortem* do Barão da Vila de Água Branca.

A Vila de Água Branca, o Barão e as relações familiares construídas pelos seus escravos

Água Branca é localizada no alto Sertão alagoano, na microrregião serrana. Suas terras pertenceram às sesmarias de Paulo Viveiros Afonso, e foram arrendadas no século XVIII, pela família Vieira Sandes, que se uniu através do casamento com a família Siqueira Torres, quando Theotônio Victoriano de Siqueira Torres casou-se com Gertrudes Vieira Sandes, a filha do Capitão Faustino Vieira Sandes. Esse casamento gerou 10 filhos, incluindo Joaquim Antônio de Siqueira Torres (futuro Barão de Água Branca), que durante sua vida foi casado duas vezes. A primeira esposa foi a sua prima Joaquina Vieira Sandes que faleceu em 1846. O segundo consórcio foi com Joana Vieira Sandes, a futura Baronesa de Água Branca, e que

³²⁵⁵SCOTT, A. S. V. “Descobrimdo” as famílias no passado brasileiro: uma reflexão sobre a produção historiográfica recente. In: **História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas**. v.2. Orgs. SCOTT, A. S. V. et al. – São Leopoldo: Unisinos, 2014, p.16.

³²⁵⁶ Alguns autores pioneiros no tema família escrava foram: Richard Graham; Iraci del Nero da Costa; Francisco Vidal Luna; Stuart Schwartz; José Flávio Motta; Sheila de Castro Faria; Hebe Mattos; Florentino e Góes. Ver: SLENES, Robert W. A família escrava no Brasil: novas abordagens e o enfoque deste livro. IN: **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava**. Campinas, SP: UNICAMP, 2011, pp.52-63.

³²⁵⁷SILVEIRA, Alessandra da S. **Sacopema, capoeiras e Nazareth**: Estudos sobre a formação da família escrava em engenhos do Rio de Janeiro do século XVIII. Dissertação de mestrado apresentada no curso de Pós-Graduação em História Social do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Campinas, 1997, p.32.

³²⁵⁸SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, pp.330-131.

³²⁵⁹SLENES, Op. cit., 2011, pp. 48-49.

³²⁶⁰MATTOS, Hebe. História da Família e Demografia Histórica. IN: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: Ensaios de Teoria e metodologia**. 21ª rei. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p.51.

³²⁶¹SLENES, Op. cit., 2011, pp. 46-49.

era irmã de sua primeira cōnjuge³²⁶². As famílias ricas procuravam bons casamentos, recorrendo às dispensas quando necessário para permanecer dentro da mesma família, para proteger ou aumentar os bens³²⁶³, no caso acima nota-se a presença da endogamia.

O casamento religioso no Brasil era essencial nas formações familiares dos primeiros habitantes de uma localidade, e muitas vezes foi utilizado para manutenção de riqueza e *status*, assim descreve Dirceu Lindoso que o casamento em Alagoas no século XIX serviu como uma tática de união da burguesia mercantil urbana com o poder fundiário tradicional, desta forma, a burguesia participava do poder político da província e os senhores de engenhos ficavam resguardados da falência³²⁶⁴.

Em uma sociedade marcada pelas distinções sociais, o casamento tinha várias atribuições, servia para estabelecer contratos entre famílias, laços de dependência e sobrevivência, assegurar bens, disciplinar os instintos. Além disso, tinha o papel de atrair novos fiéis para a Igreja Católica, seguir o modelo cristão de casamento era considerado ser um fiel à religião Cristã, e assim fortalecia o seu poder, para tanto, “a família seria o caminho para difundir os preceitos religiosos da religião católica. Desse modo, um núcleo familiar constituído pelos os moldes do catolicismo seria mais um instrumento de difusão da religião”³²⁶⁵.

Para conquistar espaços econômicos e políticos, como o fez o Tenente Joaquim Antônio de Siqueira Torres, futuro Barão, foi ideal a formação de uma família. Em 1841 e 1849, ele exercia o cargo de Juiz de Paz de Água Branca. Segundo Reis e Silva, o juizado de paz foi criado nos finais da década de 1820, “os ocupantes do cargo- em geral pessoas remediadas, raramente ricas, mas com prestígio- eram eleitos por seus pares sociais para se encarregarem do policiamento de suas freguesias”³²⁶⁶. Mesmo não sendo uma função de homens que tinham riquezas, para ocupar tal cargo requeria construir amizades com os votantes.

O Barão foi adquirindo ao longo dos anos alguma riqueza, se comparamos com as condições locais visualizadas pela fonte de casamento de julho de 1885 a junho de 1887, mostra que 82,5% dos homens que estavam casando foram designados como lavradores³²⁶⁷. Segundo Hebe Mattos, o conceito de lavrador, na segunda metade do século XIX, era entendido como “os que viviam preferencialmente da exploração de lavouras próprias, sejam simples roças de subsistência, em terra alheia, exploradas com trabalho familiar, sejam importantes lavouras escravistas”³²⁶⁸. As roças de subsistência e o trabalho familiar foi o mais comum para os moradores sem recursos nenhum além de um pedaço de terra, estes muitas

³²⁶²FEITOSA, Edvaldo Araújo. **Água Branca: história e memória**. Maceió. EDUFAL, 2014, pp. 32-35.

³²⁶³Segundo Nizza da Silva as dispensas por consanguinidade constituíram uma boa fonte de rendas para Igreja, pois quem preferencialmente a solicitaram foram às famílias ricas. Gian Carlo Silva menciona a importância do casamento dentro da mesma família para a manutenção dos bens familiares. Ver: SILVA, M. B. M. N. **Sistema de Casamento no Brasil colonial**. São Paulo: EDUSP, 1984. Coleção Coroa Vermelha. Estudos Brasileiros, 1984, pp. 134-138; SILVA, G. C. de M. **Um só corpo, uma só carne: casamento, cotidiano e mestiçagem no Recife colonial 1790 – 1800**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010, p.152.

³²⁶⁴LINDOSO, Dirceu. **Interpretação da Província: Estudo da Cultura Alagoana**. 2ª ed. rev. e ampl. Maceió: EDUFAL, 2005, p.40.

³²⁶⁵SILVA, Op. cit., 2010, p.31.

³²⁶⁶REIS, J. C.; SILVA, E. **Negociação e Conflito: A Resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 34.

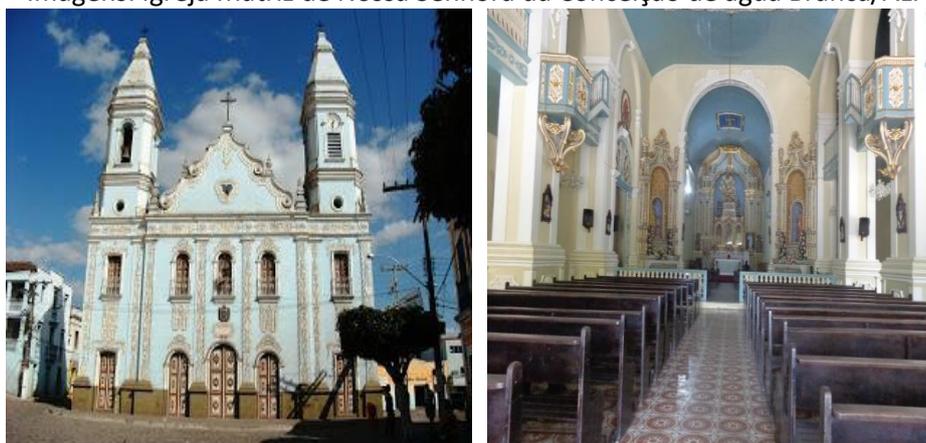
³²⁶⁷Foram vistos 103 casamentos com profissão dos homens, a profissão de lavrador representou 82,5%, comerciante, criador, carapina, ferreiro, sapateiro, soldado de polícia, trabalhador na estrada de ferro, somaram juntos 7,7%, profissão desconhecida 1,9% e não constando 7,8%. As mulheres são descritas como profissão desconhecida, serviços domésticos, ou sem profissão. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Água Branca/AL, Registros de casamentos entre 1885-1887, livro nº3 de casamento, pp.1-15.

³²⁶⁸MATTOS, Hebe. **Das Cores do Silêncio: os significados da Liberdade no sudoeste escravista-Brasil século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.41.

vezes possuíam apenas dois ou três escravos, algumas famílias mais afortunadas obtiveram mais mão de obra escrava, mas mesmo assim, a localidade possuiu pequenas posses de cativos.

Em 24 de abril de 1875, a povoação de Água Branca adquiriu a categoria de Vila. O título de Barão de Água Branca foi adquirido quatro anos mais tarde, em 1879. Além do título nobre recebeu a comenda de São Gregório do Papa Leão XIII, por seu envolvimento financeiro na construção da igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição³²⁶⁹. Vejamos as imagens da igreja Matriz que homens e mulheres escravizados, não com recursos financeiros, mas com a sua mão-de-obra estiveram envolvidos.

Imagens: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de água Branca/AL.



Fonte: ARAÚJO, M. L. de. Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição. 2015. 2 fotografia. 5,82 cm x 6,12cm.

A construção da Igreja certamente não contou apenas com os escravos do Barão, mais também de outros senhores comprometidos com os deveres cristãos. Nas Constituições Primeiras, legislação feita pelo arcebispo baiano Dom Sebastião para reger as normas eclesiásticas da Colônia³²⁷⁰, mas que ainda vigoravam no Império, os casamentos entre escravos, forros ou livres são permitidos como um direito divino e humano, assim, esclareciam que os senhores não deveriam impedir o matrimônio de seus escravos, não separá-los por venda, e estes casados continuam escravos, não significando o casamento alforria³²⁷¹. Mesmo com a defesa do casamento legítimo feito pela legislação eclesiástica, conforme Goldschmidt, “tanto para os relacionamentos ilícitos ou duradouros”, a permissão do senhor para legitimar a união era fundamental³²⁷². Observamos o quadro abaixo com os casamentos dos escravos do Barão de Água Branca.

Quadro I: Casamentos de escravos do Barão de Água Branca, 1865-1880.

Data	Nubentes	Condição	Posse
5/11/1865	Manoel e Maria	Escravos	Intraposse
21/01/1872	João e Renovata	Escravos	Interposse

³²⁶⁹FEITOSA, Op. cit., 2014, pp.97-98.

³²⁷⁰GOLDSCHMIDT, Eliana Rea. **Casamentos Mistos: Liberdade e escravidão em São Paulo Colonial.** São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004. pp. 21- 22.

³²⁷¹VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**, feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo e reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, Arcebispo do dito Arcebispado e do dito Conselho de Sua Majestade, propostas e aceitas em o Sínodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho de 1707. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2011, Livro 1, p.125.

³²⁷²GOLDSCHMIDT, Eliana Rea. **Casamentos Mistos: Liberdade e escravidão em São Paulo Colonial.** São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004, p.111.

?/01/1872	Joaquim e Maria do Rosário	Escravos	Intraposse
03/02/1872	Victor Africano e Rosa Africana	Escravos	Interposse
06/02/1874	Custodio e Clara	Escravos	Intraposse
31/01/1880	Jose e Maria Clara Cordeira*	Ele escravo e Ela sem condição	-----

Fonte: Registros de casamentos e batismos da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Água Branca/AL, 1864-1880.*Maria Clara Cordeira não tem a sua condição declarada pelo vigário, subentende que ela seja livre ou liberta.

O quadro mostra as uniões legítimas dos escravos do Barão entre 1865-1888. Os casamentos significaram uma negociação desigual entre agentes do trabalho compulsório e senhores, ambos deviam ver alguma vantagem nessas uniões. A constituição de uma família escrava antes de ser uma concessão senhorial foi uma conquista, os arranjos familiares de escravos e libertos, não devem ser pensados como resultados de imposições senhoriais, as relações sociais eram bem mais amplas e fundamentadas não apenas no paternalismo³²⁷³.

Entre os casamentos do quadro anterior vamos destacar duas uniões: José e Maria Clara Cordeira e João e Renovata. O enlace misto entre o escravo José e Maria Clara Cordeira é interessante em dois motivos; primeiro ele foi o único escravo a casar na casa do Barão e segundo e talvez relacionado a isso, o escravizado José casa com uma mulher que é livre ou liberta, assim os filhos do casal nasceram na condição de livre, já que o estado de cativo seguia o ventre da mulher.

A experiência dos escravos teria fornecido a eles meios de entender as estratégias de dominação, quando o escravo casava na Igreja e aparecia concordar com a cultura senhorial, na realidade o casamento podia ter outro significado, José e Maria Clara Cordeira foram um exemplo de casamento misto, que talvez procurassem nesta forma de união mais autonomia e ampliação de espaços, ou mesmo uma proteção para a família que vivia entre a escravidão e a liberdade.

O acesso de Renovata e João as bênçãos da Igreja Católica traz a luz algumas questões, descritas a seguir; no mês de janeiro de 1872, em um sábado, por volta das 2h00 da tarde, compareceram na igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição de Água Branca, os escravizados Renovata e João para casarem, ambos moradores na freguesia. Os contraentes se encontravam em posses diferentes, João era escravo de Luiz Vieira Luna e Renovata de Joaquim Antônio de Siqueira Torres, mesmo assim, eles legitimaram a sua união³²⁷⁴.

Os senhores de João e Renovata eram pessoas que tinham uma importância política e econômica na região do sertão alagoano. Dedicavam-se a criação de gado, uma das principais atividades locais, a economia estava relacionada com a agricultura para o abastecimento interno e a criação de animais. O Barão investiu na compra de fazendas para a criação de gado, também em compras de terrenos e construção de casas.

Quando contraíram matrimônio perante a igreja, João e Renovata possivelmente estavam legitimando uma união consensual que existia anteriormente. Cruzando as informações com o inventário do senhor de Renovata, o Barão de Água Branca, realizado

³²⁷³THOMPSON, E. P. "La sociedade inglesa del siglo XVIII. ¿Lucha de clases sin clases?". In: Tradición, revuelta y consciencia de clase. **Estudios sobre la crisis de la sociedade pré-industrial**. Barcelona, Crítica, 1979, p.20.

³²⁷⁴Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Água Branca, Registro de casamento de Renovata e João, livro nº 2 de casamento, p.4.

entre fevereiro e maio de 1888, nos seus nove escravos descritos nos bens inventariados pela Baronesa Joana Vieira Sandes, não encontramos mais a escrava Renovata³²⁷⁵, porém, dois filhos naturais se achavam na partilha, Pedro, de 23 anos, cabra, solteiro, avaliado em 150\$000 (cento e cinquenta mil réis), e Perpetua, de 28 anos, cabra, solteira, avaliada em 100\$000 (cem mil réis)³²⁷⁶.

O inventário não traz a paternidade dos filhos de Renovata, pois quando os filhos são naturais, ou seja, concebidos em uma relação não sacramentada na Igreja, dificilmente se declara o nome do pai. Uma questão com relação a legitimação da união de Renovata e João não pode deixar de ser mencionada, que a família estava na primeira ordem de classificação do Fundo de Emancipação. Na segunda metade do século XIX, a interferência do Estado na relação senhor-escravo se intensifica através de leis. Em setembro de 1871, com a aprovação da Lei nº 2.040 do Ventre Livre, os escravos tiveram legitimados direitos que já vinham sendo conquistados na prática, como “a formação de pecúlio”, para Hebe Mattos:

“O texto da Lei do Ventre Livre, além de libertar a descendência dos últimos escravizados, fez da preferencia das famílias no acesso à alforria renumerada uma regra estruturadora do recém-criado Fundo de Emancipação. As famílias escravas, cuja existência tantos debates produziu na historiografia, foram explicitamente reconhecidos pela Lei de 1871, como elemento de classificação e hierarquização da escravaria. Por meio dessas famílias organizaram-se listas de matrícula, criadas pelo fundo de Emancipação, que relacionavam separadamente famílias e indivíduos escravos”³²⁷⁷

Deste Modo, após 1871 é enfraquecida a legitimidade da escravidão. A partir daquele momento, *era o senhor que precisava apresentar a matrícula de seu escravo. Sem ela, qualquer pessoa “de cor” era juridicamente livre*³²⁷⁸. Os escravos nascidos após essa Lei são declarados de condição livre, ficariam até oito anos sob autoridade dos senhores de suas mães, sendo eles obrigados a cria-los, e, depois dessa idade, os senhores poderiam entregar o escravo ao Estado e receber a indenização de 600\$000 (seiscentos mil réis) ou permanecer utilizado os seus serviços até os 21 anos. A Lei trazia ainda que com a morte do escravo, seu pecúlio, quando existir, uma parte será do cônjuge e a outra dos seus herdeiros. Reafirmava o Decreto nº 1.695, de 15 de setembro de 1869 que proibia a separação por venda ou transmissão, dos cônjuges e os filhos menores de 15 anos de seu pai ou mãe.

Em todas as localidades do Império os senhores deveriam matricular seus escravos; nessa relação de matriculados constaria o nome, sexo, estado, aptidão para o trabalho, e filiação, era considerado liberto o escravo que não fosse matriculado, e os senhores sofreriam multas por falta e atraso da matrícula, omissão de indivíduos ou qualquer fraude que realizassem. A lei traz para os escravos a possibilidade de abertura de contas, a formação do pecúlio com doações, legados e heranças. Consentia a liberdade ao escravo que comprovasse que o seu senhor maltratava-o com castigos em excesso. Àquele que

³²⁷⁵Os escravos do Barão no inventário de 1888 não mais correspondem aos mesmos que receberam o matrimônio, e sim filhos de ex-escravas do Barão ou de outros moradores, com exceção da escrava Magdalena que talvez seja a mesma Maria que casou com o escravo Manoel. Não temos informações do que aconteceu com eles, somente com o cruzamento de outras fontes é possível saber.

³²⁷⁶Inventário *post-mortem* de Joaquim Antônio de Siqueira Torres, pp. 23-25.

³²⁷⁷MATTOS, Hebe. Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil. In: **O Brasil Imperial**, vol. III-1870-1889. GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp.21-22.

³²⁷⁸Ibid, p.23.

conseguisse juntar o dinheiro de sua compra tem o direito à manumissão, e a revogação das alforrias por ingratidão não mais seria admitida³²⁷⁹.

As alforrias pelo Fundo de Emancipação foram classificadas privilegiando os escravos com relações familiares, e também aqueles que apresentassem algum pecúlio. Vejamos os critérios definidos no artigo 27 do decreto 5.135 de 13 de novembro de 1872, para libertação dos escravos nas seguintes ordens:

Na libertação por famílias

- Cônjuges que fossem escravos de senhores diferentes e seus filhos;
- Cônjuges com filhos ingênuos referente a lei e com menos de oito anos;
- Os cônjuges com filhos escravos menores de 21 anos;
- As mães solteiras com filhos menores;
- Os cônjuges sem filhos.

Na libertação por indivíduos:

- A mãe ou pai com filhos livres;
- Os que possuíssem entre 12 e 50 anos, iniciando pelas mulheres mais jovens e homens mais velhos³²⁸⁰.

Diante disso, Renovata e João, que pertenciam a posses diferentes, talvez procurassem legitimar a sua união na Igreja Católica, infelizmente não sabemos o quanto a Lei do Ventre Livre modificou a escravidão na região estudada, até o momento não foi encontrado a lista de classificação do Fundo de Emancipação para a vila de Água Branca.

De acordo com Wellington Silva em sua pesquisa para os municípios de Alagoas, Porto das Pedras, Murici e São José da Laje, no ano de 1880 ao todo 26 escravos foram emancipados com o Fundo de Emancipação, que correspondeu a segunda cota de libertação na província, ele destaca que dos 26 escravos apenas 3 mulheres são libertadas, excluindo 4 escravos jovens, os demais são casados e tinham como cônjuges pessoas livres. Percebemos que na classificação do Fundo de Emancipação há um silêncio em relação ao cativo casado com pessoa livre, mas os dados citados pelo Wellington Silva, nos leva a crer que eles estavam sendo classificados na ordem de família e não de indivíduos³²⁸¹. Conforme Isabel Reis “decisões” feitas em 4 de março de 1876 e ‘avisos’ em 19 de janeiro de 1883 “garantiram a prioridade da alforria ao cativo casado com pessoa livre”³²⁸². Deste modo, o Fundo de Libertação pode ter sido relevante tanto para Renovata e João quanto para José e Maria Clara Cordeira, família mista que tratamos anteriormente.

As emancipações pelo fundo mesmo que não tenha funcionado como determinava a Lei, assim como a historiografia tem mostrado³²⁸³, ela certamente criou expectativas para os escravos. As medidas presentes nos artigos da lei, conforme Isabel Reis, além de “criar formas de tutelar ou controlar a vida dos libertos, buscando garantir a continuidade da exploração da sua mão-de-obra sem maiores ônus”, renovava o direito do escravo a “ação de liberdade”, com recurso à justiça, o número de escravizados que denunciavam as irregularidades aumentaram consideravelmente, na busca de sua liberdade e de familiares, tais ações não

³²⁷⁹BAKAJ, B. B. G. Lei do Ventre Livre, Lei do Sexagenário e Lei Áurea: a grande trilogia abolicionista. Revista, *Inf. Legisl.* Brasília, 1988, pp.418-423.

³²⁸⁰SILVA, Wellington José Gomes da. **A busca de um novo destino: os escravos e a conquista da liberdade na Alagoas Provincial.** Trabalho de Conclusão (História), Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015, p. 30.

³²⁸¹Ibid, pp.32-34.

³²⁸²REIS, I. C. F. dos. **A Família Negra No Tempo Da Escravidão: Bahia, 1850-1888.** 2007. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2007, p.196.

³²⁸³Ver: NETO, J. P. de S. Falsas Verdades, Boas Desculpas: as juntas de classificação e o Fundo de Emancipação. In: **Barganhas e Querelas da Escravidão: tráfico, alforria e liberdade (séculos XVIII e XIX).** ALBUQUERQUE, W.; CASTILLO, L. E.; SAMPAIO, G. dos R. (orgs.). Salvador: EDUFBA, 2014, pp.217-250.

alcançavam a todos os cativos, mas muitos foram os que procuraram apoio nas disposições da lei³²⁸⁴.

O casamento pode ter significado para os escravos do Barão uma integração de um modelo de união que tinha *status* e diferenciação na sociedade marcada por um cotidiano religioso. Como já foi mencionado, Robert Slenes percebeu em seus estudos, que o escravo que casava tinha alguns benefícios como ter uma moradia separada, o que poderia gerar maior autonomia sobre aquele espaço, acesso à roça para plantar, sendo possível a criação de animais, o casal poderia juntar algum pecúlio na venda dos alimentos, enfim, o casamento contribuía para os escravos em seus planos, se não para uma alforria, para maior autonomia diante das amarguras do cativo³²⁸⁵.

Sidney Chalhoub, ao estudar os anos finais da escravidão na Corte mostra que os escravos tinham suas próprias concepções do que seria a liberdade, e não somente interiorizavam as visões senhoriais³²⁸⁶. Desta forma, compreende-se que os significados atribuídos ao casamento podiam ser percebidos de maneira distinta por aqueles que casaram na Igreja, e os demais moradores da localidade.

A política e a religiosidade estavam unidas na vila de Água Branca, assim os esforços de homens para torna-se influentes, requeria apresentassem em cumprimento com normas de uma sociedade marcada pela devoção, como uma constituição de uma família, empenhar recursos e construir laços de amizade entre os seus pares. E assim fez o Barão: casou-se dentro da mesma família que possuía terras, adquiriu títulos militares, exerceu cargos políticos e mostrou sua religiosidade ao prover recursos para a construção da igreja.

Os escravos certamente estavam atentos à representação da Igreja Católica, e poderiam usá-las como uma estratégia bem como se beneficiados das políticas de emancipação gradual, diante da conjuntura histórica isso deve ser pensado para os escravos mesmo como apenas uma esperança. Os laços entre os escravos e libertos foram bem mais amplos do que os olhares de senhores, avaliadores e vigários podiam perceber, estão além desse estudo que conta com as fontes de casamento e inventário, assim apresentamos algumas considerações sobre os laços familiares de escravos do senhor do Barão de Água Branca. Os registros aqui analisados privilegiaram a família consanguínea, no entanto, havia outros laços de solidariedades construídos historicamente pelos escravos, ficando para um próximo estudo.

JUSTIÇA, HOMEM LIVRE E POBRE EM PERNAMBUCO DO SÉCULO XIX

*Mônica Maria de Pádua Souto da Cunha*³²⁸⁷
monica.paduasc@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como foco contribuir para a construção de questões sobre a sociedade brasileira escravista do século XIX, a partir da análise do lugar do homem livre e pobre naquele contexto social e a sua relação com o Direito Criminal brasileiro, que estava sendo estruturado no Oitocentos, com um olhar específico para Pernambuco.

Enquanto os escravos trouxeram da África para o Brasil seus costumes (línguas, práticas religiosas, etc.), gerando tipos de comportamento a partir da experiência vivida na

³²⁸⁴REIS, op. cit., 2007, pp.30-31.

³²⁸⁵SLENES, op. cit., 2011. pp.139-214.

³²⁸⁶CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade:** Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo; Companhia das Letras, 2011, p.29.

³²⁸⁷ Doutoranda em História pelo PPGH da UFPE

sua terra, o Direito Criminal, definido, de início, pela legislação portuguesa (Ordenações), moldou-se no Império da forma brasileira, mas ainda a partir das lições herdadas do Direito português. Importante salientar que há o entendimento de que também a África, de certa forma, condicionava as relações entre as duas margens do Atlântico Sul.

A Constituição de 1824 identificava como iguais todos os homens livres, incluindo os libertos, e com direitos de cidadania, mas na prática estes eram reconhecidos como cidadãos descendentes de escravos.

O texto não se compromete a estudar a interpretação de leis, mesmo precisando discuti-las em algum momento. O que se pretende é observar a prática jurídica descrita em um processo judicial do Tribunal da Relação de Pernambuco, do ano de 1870, como um caso que pode ser considerado comum no Judiciário, prática essa criada e aplicada aos sujeitos objeto dessa análise, a fim de discutir qual o lugar dessas pessoas e as relações com a Justiça nesse cenário.

Palavras-chave: Escravidão. Império brasileiro. Justiça. História Social.

1. Introdução

Parte da historiografia recente tem estudado a forma como se realizou a operacionalização da administração portuguesa ultramarina. Esse modo de governar foi se estabelecendo a partir de uma dinâmica própria. Para entender as relações sociais, políticas e econômicas existentes no contexto histórico do século XIX, no Brasil, é necessário analisar as estratégias e práticas administrativas implementadas pela Coroa portuguesa em sua gestão no ultramar, como sugere Gouvêa³²⁸⁸.

Com os colonizadores e as importações de escravos vieram, de Portugal e da África, não somente pessoas e bens materiais, mas também ideias e costumes que se adaptaram e se transformaram para viver no novo contexto³²⁸⁹.

A proposta deste texto tem como foco contribuir para a construção de questões sobre a sociedade brasileira escravista do século XIX, a partir da análise do lugar do homem livre e pobre naquele contexto social e a sua relação com o Direito Criminal brasileiro, que estava sendo construído no século XIX, com um olhar específico para Pernambuco.

Enquanto os escravos trouxeram da África para o Brasil seus costumes (línguas, práticas religiosas, etc.), gerando tipos de comportamento a partir da experiência vivida na sua terra, o Direito Criminal, definido, de início, pela legislação portuguesa (Ordenações), moldou-se no Império da forma brasileira, mas ainda a partir das lições herdadas do Direito português. Importante salientar que há o entendimento de que também a África, de certa forma, condicionava as relações entre as duas margens do Atlântico Sul³²⁹⁰.

Frise-se que foi no século XIX que a corte portuguesa veio para o Brasil, preservando a base de legitimidade e aproximando a coroa dos súditos americanos. Depois da independência, a escravidão precisava ser mantida, inclusive para garantir a continuidade da base econômica do país. Para alguns pesquisadores, conservar a escravidão também foi uma das razões para a manutenção da unidade do Brasil³²⁹¹.

Apesar da Constituição de 1824 reconhecer como iguais todos os homens livres, incluindo os libertos, e com direitos de cidadania, na prática estes eram os cidadãos

³²⁸⁸ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Poder político e administração na formação do complexo atlântico Português (1645-1808). In: FRAGOSO, João et al (orgs.). **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 285-316.

³²⁸⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

³²⁹⁰ SILVA, Alberto da Costa e. **Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

³²⁹¹ CARVALHO, José Murilo de. As marcas do período. In: SCHWARCZ, Lilia (coord.). **História do Brasil nação: 1808-2010**. Vol. 2. A construção Nacional. 1830-1889. Rio de Janeiro: Editora Objetiva Ltda., 2012. p. 19-36.

descendentes de escravos. Eles reclamavam “por ser considerados cidadãos de segunda categoria, inaugurando, na linguagem política brasileira, o que hoje poderia ser chamado de ‘luta contra a discriminação racial’”³²⁹².

O texto não se compromete a estudar a interpretação de leis, mesmo precisando discuti-las em algum momento. O que se pretende, na verdade, é observar a prática jurídica³²⁹³ descrita em um processo judicial do Tribunal da Relação de Pernambuco, do ano de 1870, como um caso que pode ser considerado comum no Judiciário, prática essa criada e aplicada aos sujeitos objeto dessa análise.

Frise-se que o Tribunal da Relação de Pernambuco tinha jurisdição em províncias diversas, como era o caso de Alagoas, entre outras, e que formava uma jurisprudência que era irradiada a todos os locais que a ele estavam subordinados, criando uma espécie de entendimento majoritário sobre questões controversas que permeavam a vida dos habitantes dessas regiões.

Afirma-se como hipótese deste trabalho que as disposições legais permitiam o enquadramento do escravo e o seu atrelamento a essa condição mesmo após liberto ou nascido livre, sacralizando a imagem, o *status* e o “lugar” social de “permanente escravo”, não lhe oferecendo outra condição, senão a qual fora originalmente inserido, como também entende Campos³²⁹⁴.

2. O sistema jurídico imperial, homens livres e escravos

A questão da escravidão estava presente no sistema jurídico do Império. Carvalho³²⁹⁵ chama atenção para a preocupação da elite com a abolição da escravidão, que ela prejudicava a formação de uma nacionalidade, podendo criar sentimentos comprometidos com o ócio, improdutividade, falta de técnica e não com o valor da liberdade como atributo imprescindível da concepção do indivíduo.

A Constituição de 1824 inseriu a escravidão em seu art. 179, mas não tratou do tema diretamente. No Direito Civil, o escravo pertencia à categoria de propriedade, enquanto, no Direito Penal ou Criminal, ele era reconhecido como pessoa, mantendo a tradição medieval de suplícios. O legislador pátrio optou por submeter os cativos às mesmas regras processuais que os homens livres. Os escravos, para o Direito Penal do Império, eram considerados sujeitos de direito. Frise-se que o momento de criação do primeiro código criminal no Brasil nasceu em meio a desavenças entre o Parlamento e o Imperador, diante de ideias liberais, que, segundo Campos³²⁹⁶ e Cunha³²⁹⁷, geraram conceitos legais muito complexos. Nesse período, foram extintos antigos órgãos que representavam a presença de Portugal na colônia (tribunais do Desembargo do Paço e da Mesa de Consciência e Ordens), e, concomitantemente, criados outros na estrutura da Justiça para atuar a partir das novas

³²⁹² GRINBERG, Keila. In: LARA, Hunold Sílvia, et al (orgs.). A Sabinada e a politização da cor na década de 1830. In: GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo. **O Brasil imperial**, volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 269-296.

³²⁹³ Entende-se prática ou *práxis* jurídica o “produto do funcionamento de um campo cuja lógica específica está duplamente determinada: por um lado, pelas relações de forças específicas que conferem sua estrutura e que orientam as lutas de concorrência que nele têm lugar e, por outro lado, pela lógica interna das obras jurídicas que delimitam em cada momento o espaço dos possíveis e, deste modo, o universo das soluções propriamente jurídicas” (BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989, p. 211).

³²⁹⁴ CAMPOS, Adriana Pereira. **Nas barras dos tribunais: Direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX**. Rio de Janeiro: O autor, 2003. 278 f. Tese (Doutorado em História). UFRJ/IFCS, 2003.

³²⁹⁵ CARVALHO, José Murilo de. As marcas do período. In: SCHWARCZ, Lilia (coord.). **Pontos e bordados: escritos sobre história e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. p. 155-188.

³²⁹⁶ Idem nota 7.

³²⁹⁷ CUNHA, Pedro Octavio Carneiro da. A fundação de um império liberal. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. **História geral da civilização brasileira**. 6. ed. São Paulo: Difel, 1985, tomo II, vol. 1, p. 374-405.

regras, como também os cursos jurídicos, marcando a intenção de desenvolver um direito próprio.

Saliente-se que foi no século XIX que se deu a formação do Direito brasileiro³²⁹⁸. Nele forjaram-se a natureza da sociedade, do governo e da cultura, pois significou o nascimento do Estado-nação. Segundo Mota³²⁹⁹ foi entre 1817 e 1850 que se consolidaram as estruturas de dominação da sociedade escravista brasileira.

Importante salientar, dentro desse contexto, que a formação do Direito brasileiro contribuía para a manutenção das relações sociais e políticas da época. Schwarcz³³⁰⁰, contextualizando a história da criação das faculdades de Direito no Brasil, conta que elas foram estruturadas ligadas ao processo que marcou a independência política do Brasil, em 1822, tendo como base a necessidade da formação de quadros autônomos de atuação e de criação de uma *intelligentsia* local, capaz de resolver os problemas do país, num movimento de desvinculação do estatuto colonial.

Na realidade do século XIX, em Pernambuco, como argumenta Marcus Carvalho³³⁰¹, ocorrem movimentos sociais e políticos que envolveram tensas alianças entre homens livres e pobres, libertos, entre outros sujeitos sociais, lembrando ainda o autor que, na província, os chamados protestos populares "nem sempre necessariamente interligados, servem de prisma para se entender o Brasil real, devido à multiplicidade de analogias possíveis com outras tantas rebeliões coevas nas outras províncias do império"³³⁰².

As decisões dos magistrados, bem como todos os itens documentais inseridos nos autos judiciais, como os fatos e os argumentos para as acusações dos crimes, as petições dos advogados de defesa, os inquéritos policiais (que devem ser acostados aos autos), os corpos de delito, a identificação dos acusados, os tipos de crime para cada tipo de réu, tudo isso contribui para entender o perfil dos sujeitos tidos como perigosos em Pernambuco.

A partir das informações coletadas nos processos criminais, inserindo-as na realidade mais ampla da organização da sociedade no período estudado, será possível entender um pouco mais sobre como se dava a prática judiciária, os procedimentos para se chegar a uma decisão, especialmente com relação àqueles que tinham características tidas como perigosas para determinada parcela da sociedade. Esse tipo de documento também propicia a observação dos discursos dos vários atores da sociedade, sempre presentes no processo judicial, que exigia, para ter validade, que todas as partes fossem ouvidas, considerando que os processos são fontes de informação *sui generis*, únicos testemunhos das contendas entre vítimas de crime e agentes considerados criminosos, trazendo a identificação dos sujeitos da ação e da engrenagem jurídica que modela, enquadra, criminaliza, mas também liberta, ao sabor de diferentes decisões, de micro poderes que se alinham, criando, assim, jurisprudência no Mundo Atlântico.

Por compartilhar com o pensamento de Ilmar de Mattos³³⁰³, e de Campos³³⁰⁴, que acreditam que o temor gerado na elite com os movimentos dos escravos ou homens "de cor" gerou uma elevada preocupação jurídica e policial, e mais, que as elites locais, para controlar

³²⁹⁸ CARVALHO, José Murilo de. As marcas do período. In: SCHWARCZ, Lilia (coord.). **História do Brasil nação: 1808-2010**. Vol. 2. A construção Nacional. 1830-1889. Rio de Janeiro: Editora Objetiva Ltda., 2012. p. 19-36.

³²⁹⁹ MOTA, Carlos Guilherme. Ideias de Brasil: Formação e problemas (1817-1850). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta**. A experiência brasileira. Formação: histórias. 3. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1999. p. 197-240.

³³⁰⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

³³⁰¹ CARVALHO, Marcus J. M. de. Movimentos sociais: Pernambuco (1831-1848). In: GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo. **O Brasil imperial**, volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 121-184.

³³⁰² Idem nota 14.

³³⁰³ MATTOS, Ilmar Rohloff; GONÇALVES, Márcio de A. **O império da boa sociedade: a consolidação do estado imperial brasileiro**. São Paulo: Atual, 1991.

³³⁰⁴ Idem nota 7.

as populações de cor, livre e cativa, além das leis, usaram de normatizações formais expressas posturas municipais, é que se buscou inserir neste trabalho um caso relatado por meio de um processo criminal.

Antônio Manuel Hespanha, Sidney Chalhoub, Hebe Mattos, Eduardo Spiller Pena, Elciene Azevedo, Joseli Mendonça, Keila Grinberg, Adriana Campos, entre outros, elegeram o Judiciário e o Direito como objeto histórico para entender as formações sociais. Ensina Campos³³⁰⁵ que, a partir desse novo olhar sobre o Direito nasceu a responsabilidade de problematizar o processo de transformação e afirmação das regras e definições legais que organizam algumas práticas sociais. O estudo do Direito passou a ter dupla qualidade, de servir de fonte e de problema à História.

3. O caso de Felix Antonio Bizerra

Chegou ao Tribunal da Relação de Pernambuco, no Recife, um processo criminal de Habeas Corpus da comarca de Passo de Camaragibe, Província das Alagoas, datado de 22 de agosto de 1870. Aquele Tribunal era o competente para julgar, em segunda instância, ou seja, em grau de recurso, a decisão do juiz da comarca de Alagoas, pois a província ainda não tinha seu próprio tribunal, por isso estava atrelada ao órgão de Pernambuco.

O paciente (assim é chamada a pessoa que está presa e será beneficiada com a soltura em uma ação de Habeas Corpus) era Felix Antonio Bizerra, que alegava ter sido preso ilegalmente há cinco dias e recolhido à cadeia da vila de Passo, conforme a petição, ilegalmente, sendo motivada “esta violência” pelo subdelegado do distrito da Soledade, ordenada pelo Delegado do Termo.

Conta Felix que pediu ao subdelegado a sua nota de culpa e também que ele explicasse o motivo de sua prisão. Mas demonstrou, por meio de documentos, que foi confundido com o criminoso José Felix Bandeira, por ter com ele sinais característicos semelhantes. Bandeira, como será chamado durante o decorrer do processo, era bem conhecido na vila e tinha sido há pouco tempo julgado e preso, mas fugira. E concluiu o seu texto dizendo que não praticou crime algum que pudesse sofrer prisão e, utilizando-se da Constituição Política do Império, lembrou que não pode cidadão nenhum ser detido por prisão sem nota de culpa, e foi isso que aconteceu com ele.

Justifica o seu pedido na ilegalidade de sua prisão e, para isso, cita os artigos 340 e 355 do Código de Processo Criminal e a Lei de 3 de dezembro de 1841, bem como o art. 69, parágrafo 7º. Pede, finalmente, que seja concedida a sua liberdade dentro de duas horas.

Interessante perceber que a petição é assinada pelo próprio Felix, o que normalmente não ocorre na maioria dos processos na Justiça, que dependem da representação de um advogado. Mas não é o caso do Habeas Corpus, que até hoje é uma das exceções.

Manoel Tertuliano Thomas Henriques, juiz da comarca de Camaragibe, decide, no mesmo dia, por despacho, que o carcereiro leve à sua presença o preso.

Na certidão, assinada por Laurintino Gomis de Barros, subdelegado do Termo de Passo da comarca de Camaragibe, que foi anexada por Felix em sua petição, o policial afirma que a prisão se motivou por apresentar “indícios” e “sinais característicos” de Bandeira, e porque Felix não exibiu “passaporte ou documentos legais dos lugares de sua moradia”. Por isso foi considerado “suspeito”.

O juiz mandou o escrivão Rogerio Fernandes Barros intimar o carcereiro da cadeia para que fizesse Felix se apresentar em sua residência, local onde normalmente aconteciam as audiências naquela época, pois quase não existiam prédios da Justiça. O mandado foi expedido e a intimação foi realizada no mesmo dia 22 de agosto.

Nesta data Felix se apresentou para o que se chama na Justiça de *auto de qualificação*. Nesse documento podem ser encontradas informações importantes para a pesquisa, pois o magistrado procura saber sobre sinais que identifiquem o sujeito e o distingam das demais

³³⁰⁵ Idem nota 7.

pessoas. Felix declara o seu nome, que era natural de Pernambuco, viúvo, trabalhador braçal, que residia em Solidade, no Termo do Passo, filho de João José e que sabia ler e escrever.

Logo depois do auto de qualificação vem o *auto de perguntas*. Nesse momento é que será conhecida a história contada por Felix, mas agora a partir das perguntas do magistrado. Tudo continuou sendo registrado pelo mesmo escrivão e na casa do juiz.

Tertuliano Fernandes, como costumava assinar o magistrado, perguntou novamente qual o nome, idade, estado civil, naturalidade, ocupação e residência de Felix. Ele repetiu as mesmas respostas que já havia dado na qualificação, acrescentando somente que era natural do sertão de “Panema” e que tinha cinquenta e tantos anos. Provavelmente Felix nasceu numa região de Pernambuco chamada de Vale do Ipanema, formada por seis municípios nos dias atuais, sendo os mais populosos Buíque e Águas Belas.

O juiz continua. Nesse momento quer saber o motivo pelo qual Felix saiu da sua cidade natal, a data em que saiu de lá, desde quando se achava no distrito de Solidade e porque fora preso. Ele respondeu que no mês de Sant’Ana saíra de “Panema”, obrigado pela fome que ali lavrava, achando-se na localidade desde dezembro “do ano passado” (1869), sendo o motivo da sua prisão por “aparências de semelhanças com outro”, estando preso já há cinco dias.

O magistrado prosseguiu, no dia 22 de agosto, com a audiência. Chega a hora de escutar o depoimento do carcereiro, testemunha que será determinante para a decisão final.

Perguntou qual o seu nome, idade, estado civil e residência. Respondeu chamar-se Marcelino Antonio Pereira de Carvalho, ter trinta e oito anos de idade, ser casado e natural da cidade do Recife, residente na vila do Passo, e ser carcereiro da cadeia desta vila.

Foi-lhe perguntado qual o motivo da prisão de Felix e quem a autorizou. Disse não saber o motivo, porque não lhe foi dada a nota de culpa do preso, pois ele foi recolhido à ordem do subdelegado por não se achar presente o delegado no momento da prisão. Confirmou a declaração de Felix na petição, de que não houve nota de culpa, obrigatória nesse tipo de procedimento.

O juiz perguntou mais, se ele conhecera a Jose Felix Bandeira, o preso que fugira da cadeia da vila do Passo, onde estava cumprindo a sentença de seis meses de prisão simples, e se ele era o próprio indivíduo que estava presente (Felix Bizerra).

A resposta do carcereiro era tudo o que Felix esperava. Ele afirmou que conhecia perfeitamente José Felix Bandeira, e ainda completou: “cujos sinais são muito distintos e diferentes do paciente que se acha presente”.

Interessante que, ainda na mesma data, consta dos autos um documento do delegado da vila, Joaquim Marinho Falcão. Lá ele relatou o ocorrido, quase que se justificando pelo equívoco do seu colega policial. Joaquim informa que Antonio Felix Marques foi preso pelo subdelegado por ordem sua, em resposta a uma imposição do chefe de polícia para capturar criminosos que estavam foragidos da prisão. E como era Felix Bizerra desconhecido, e teria aparecido no local na mesma época dos foragidos, foi capturado. E que, nesta ocasião, disse chamar-se Antonio Felix Marques. Porém somente veio a saber que se chamava Felix Antonio Bizerra na sua petição de soltura. Na verdade, diz o delegado que foi por causa dessas “contrariedades”, como a mudança de nome, que o preso foi considerado “suspeito” de ser o sentenciado José Felix Bandeira. E que, diante de tais ocorrências, ele teria de fazer “certas averiguações” para responder ao chefe de polícia. Justificou assim a prisão. Averiguações essas que deviam ser normais de serem feitas com a pessoa presa, como foi o caso de Felix. Sem documentos, livre, mas pobre, foi preso por ser confundido com um condenado fugitivo que em nada parecia com ele, conforme relato do carcereiro.

No dia 24 de agosto do mesmo ano o juiz decidiu. No que chamou de despacho. Tertuliano conta a história do seu jeito, mas ele também tinha que respeitar alguns pré-requisitos para a sua decisão ser considerada válida. Mesmo naquela época, devia apresentar os fatos, o direito e as razões pelas decidiu de determinada maneira. A partir daí se pode enxergar qual a prevalência do pensamento jurídico da época.

Começa com o relatório dos fatos. Diz que o paciente Felix Antonio Bizerra fora preso pelo subdelegado do distrito da Solidade, por suspeita de que o sentenciado fosse Felix

Bandeira, que no mês de maio do corrente ano evadiu-se da cadeia da vila do Passo de Camaragibe. Declarou que, em depoimento, o carcereiro assegurou conhecer o paciente e que ele não era o próprio Felix Bandeira, nem dele tinha a menor semelhança. Considera a afirmação verdadeira porque o carcereiro estava no julgamento de Bandeira e tem dele perfeito conhecimento. E por não ter encontrado no paciente sinal característico algum do mesmo Bandeira e pelo que não tendo o paciente outro fato que legitime a sua detenção, na qual não pode ser conservado, concede a ordem de Habeas Corpus requerida, para que seja posto em liberdade, presente a ilegalidade da prisão. Manda passar a ordem requerida, que sejam pagas as custas.

Até aquele momento Felix ainda estava preso. E só poderia ser solto depois da decisão ser confirmada pelo Tribunal da Relação. Percebe-se isso pela falta, nos autos, de um alvará de soltura do magistrado para o paciente. O juiz manda “passar a ordem”, mas ela não consta no processo. Deduz-se que isso somente aconteceu após o julgamento ser concluído na segunda instância.

Obrigatoriamente esse tipo de decisão em Habeas Corpus teria que seguir para ser ou não confirmada pela Relação. Essa era uma exigência legal. Por isso o juiz mandou o processo ser remetido para o Recife, com a sua decisão, ao Tribunal. Assina no local de Vila do Porto de Pedras, onde residia. O escrivão Alvaro Jorge da Silva Loureiro escreve e assina o documento.

O processo é remetido pelo mesmo escrivão do júri de Porto de Pedras, Álvaro Jorge da Silva Loureiro, em 27 de agosto de 1870, a Rogerio Fernandes, escrivão do cartório da vila do Passo. Este último remete os autos ao Tribunal da Relação, no Recife, em 12 de setembro, que é apresentado somente em 30 de setembro para distribuição, que organiza o secretário Virgilio [Caisho].

O processo é distribuído e revisado no dia 5 de outubro de 1870 pelo escrevente juramentado, José Francisco de Menezes Amorim, e pelo escrivão, José Campelo Almeida, que declaram o nome do recorrente (Felix), o número de folhas escritas e numeradas dos autos.

Os autos são conclusos, ou seja, entregues ao conselheiro, desembargador presidente da Relação, Caetano José da Silva Santiago, em 15 de outubro.

Os três desembargadores Regueira Costa, Santiago e Silva Santiago, no dia 18 de outubro de 1870, “negam provimento ao recurso ex officio interposto”. Ou seja, confirmam a decisão do juiz da comarca de Camaragibe para soltar Felix, depois de 57 dias preso.

4. A relação da justiça com o caso de Felix Antonio Bizerra

Para entender como se dava a prática jurídica, faz-se necessário compreender como funcionavam os órgãos responsáveis competentes para executar o controle, por meio da lei e das normas locais. No século XIX, esses órgãos eram a Polícia e os Tribunais. Grinberg³³⁰⁶ destaca a importância de se usar o embate judicial como arena fundamental na luta contra a escravidão. Para ela, a experiência escravista brasileira percebida a partir da ótica do Direito, mas incluída nos métodos, temas e debates da historiografia da história social, poderá ser usada para se perceber a existência de uma realidade “mutável e equívoca”, construída por personagens que lutaram “pelo alargamento da noção de direitos, pelo cumprimento de leis ou pela preservação dos costumes por elas ameaçados e [...] que, por arrogância ou ingenuidade, acreditavam poder mediar as relações sociais”³³⁰⁷.

No processo de Habeas Corpus de Felix percebe-se claramente que ele elaborou uma petição requerendo a sua liberdade, fazendo uso de conhecimentos de Direito, inclusive citando a legislação para embasar o seu pedido. Muitos podem acreditar que as pessoas que viviam à margem na sociedade não tinham noção daquilo que podiam utilizar do arcabouço jurídico a seu favor. Ledo engano. Felix, como ele mesmo se qualificou, saiu de sua cidade

³³⁰⁶ GRINBERG, Keila. In: LARA, Hunold Sílvia, et al (orgs.). **Direitos e Justiça no Brasil**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006. p. 101-128.

³³⁰⁷ Idem nota 18.

por estar com fome. Era trabalhador braçal, sem uma profissão específica. Tinha mais idade do que precisava um homem naquele período e com um lugar específico na sociedade para conquistar uma posição social diferente, pois passava dos cinquenta anos. Apesar de tudo isso, e estando preso, elaborou uma petição, orientado ou não, em busca da sua liberdade de ir e vir. E conseguiu. Esse tipo de exemplo pode representar que um homem livre e pobre, no Império escravista, também contava com atitudes assertivas e que não aceitava abrir mão de bens importantes, no caso, a liberdade, inclusive indo de encontro ao entendimento de quem tinha o poder de polícia, reclamando de ações arbitrárias, como o que foi relatado.

Importa também entender quem eram as pessoas que faziam parte do aparato do Judiciário. Franco³³⁰⁸ comenta sobre a ocupação dos cargos na Justiça que, como nos demais casos da administração pública, tinham a posse preferencial aqueles que possuíam o privilégio socioeconômico, que garantia uma vaga de acordo com o esquema do poder pessoal. Completa a autora que havia, ao mesmo tempo, a carência de pessoal qualificado para preencher esses lugares. Como consequência dessa realidade, ainda segundo Franco³³⁰⁹, os particulares tiveram que assumir tarefas que seriam de competência policial, atingindo a esfera da ação judicial.

Felix era livre, mas pobre. Não ocupava cargo algum na administração pública, nem tinha qualquer tipo de privilégio. Nem em Pernambuco, ou em Alagoas. Por isso foi preso. Não conhecia qualquer pessoa que pudesse testemunhar a seu favor, dizendo que não era o outro Felix, o Bandeira. Era um suspeito em potencial. Como eram os homens “de cor” livres, que andavam pelas ruas da cidade sem carta de alforria ou escravos sem autorização escrita do senhor, que eram presos sem justificativa. Felix teve “sorte” de ser muito diferente do criminoso fugitivo. Tão diferente que o carcereiro, apesar de provavelmente não ter ignorado essa dessemelhança no momento da prisão, e não ter contestado o ato do subdelegado quando encarcerou Felix Bizerra, afirmou, em Juízo, sem titubear, que não havia semelhança entre os dois Felix. Mesmo assim ele só foi solto depois de cinquenta e sete dias de prisão ilegal. Quase o mesmo número que tinha de anos de idade.

Sobre a estruturação da Justiça no século XIX, pode-se dizer que a Constituição de 1824 dá ao Judiciário um *status* de Poder independente (art. 10), apesar de subordinado ao Imperador. Logo após, aconteceram reformas estruturais e de competência da Polícia e da Justiça. Algumas delas, como por exemplo, a criação dos juizes de paz, pode até ser vista como resistência à concentração excessiva do poder central, pois seriam eleitos pela comunidade, ficando de fora da estrutura burocrática de poder³³¹⁰.

Com a Constituição, também se seguiram as publicações dos Códigos Criminal (1830) e de Processo Criminal (1832) do Império, estabelecendo penas e procedimentos para o julgamento dos crimes e as competências de cada órgão dentro do sistema judicial.

Já se vê no processo de Felix que ele cita o Código de Processo Criminal e a Constituição de 1824, que chama de Constituição Política do Império, para embasar o seu direito à liberdade e a ilegalidade de sua prisão, e prevê o remédio para sanar essa prisão arbitrária, regulamentando o Habeas Corpus. Também inseriu em sua petição a lei de 3 de dezembro de 1841 que reforma o Código de Processo Criminal, especificamente o seu art. 69, § 7º. Este prevê o recurso *ex officio* (aquele em que o juiz deve enviar para a segunda instância sem a necessidade de provocação) como obrigatório do pedido de Habeas Corpus, conforme foi feito depois da decisão do juiz, ao Tribunal da Relação de Pernambuco. Não há a utilização das Ordenações portuguesas em nenhum momento do processo. Só são usadas normas brasileiras, que serviram para resolver a questão, apesar da burocracia e demora.

Franco³³¹¹ destaca a situação de penúria que vivia o Brasil em meados do século XIX. E faz a ligação dessa realidade com o crescimento da burocratização do aparelho fiscal, que

³³⁰⁸ FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4. ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

³³⁰⁹ Idem nota 20.

³³¹⁰ Idem nota 7.

³³¹¹ Idem nota 20.

precisava prover o tesouro nacional. Mas isso foi uma *faca de dois gumes*, pois a mesma situação que criou as medidas de controle, fez com que surgissem formas de desobedecê-las. O cumprimento das medidas estabelecidas pelo governo dependeria, segunda a autora, preponderantemente, pelos valores ou pela situação de interesses a que os agentes do governo estavam imediatamente vinculados. Afirma que havia uma instabilidade no cumprimento das normas, inclusive pelos próprios agentes. Além disso, diz que os usos e costumes sancionados pela orientação habitual da conduta era a principal forma de resposta da sociedade para as situações concretas que se apresentavam no cotidiano.

Essa posição de Franco³³¹² pode ser discutida sob diversos aspectos. Em primeiro lugar, realmente pode-se perceber que os cargos da Justiça também serviam ao governo para exercitar o clientelismo. As leis brasileiras estavam sendo construídas de acordo com a realidade local, que levava em conta a ordem consuetudinária, mas também o conjunto de normas que foram trazidas pelo colonizador, já que faziam parte do cotidiano das províncias, bem como os costumes vindos de África. Sabe-se que não havia uma cobrança efetiva na aplicação da legislação portuguesa no Brasil. O controle no colonizador tinha muitos limites e a busca pelo cumprimento da ordem jurídica iria depender dos interesses em cada caso. Inclusive as normas são criadas a partir das experiências vividas pelas pessoas na sociedade e o Brasil era diferente de Portugal. As relações pessoais e os costumes é que seriam a base para a construção de seu sistema normativo. Não há nada de novo ou estranho nisso. Isso é tão patente que a legislação civil brasileira do século XIX, em muitos casos, distingue o tratamento que deve ser dado a portugueses, que teriam que ser julgados pelas normas de Portugal, como é caso de seus inventários e testamentos.

Franco³³¹³ ainda coloca uma outra questão. Agora com relação à falta de qualificação profissional ser compensada por um *savoir-faire* consuetudinário. Cita que, em sua pesquisa, não encontrou sequer uma vez a comunicação sendo feita por meio de funcionário competente, inexistindo registro de protocolo das ordens de serviço ou dos encargos cumpridos, vinculando essa falta ao desconhecimento das autoridades sobre as normas oficiais, terminando por resolver as situações de acordo com os costumes. Em Pernambuco não era assim. Nos processos judiciais do século XIX havia sim respeito aos protocolos oficiais e registro das comunicações como mandava a lei. E isso se observa no processo analisado neste texto. Pode até se pensar que existiam casos que nem chegavam à Justiça ou que eram abandonados no meio do trâmite, pois podiam ser resolvidos de outra forma. Mas, até hoje, isso também ocorre.

5. Considerações finais

No Código Criminal do Império não existiam crimes tipificados somente para os escravos. O que diferenciava os cativos dos homens livres era o tipo de punição. Para saber como era essa diferença da aplicação das penas em Pernambuco é necessário que se faça uma análise apurada de uma quantidade maior de processos criminais e se compare as decisões para escravos e homens livres.

Nesse momento pode-se afirmar que um homem livre e pobre, sem documentos, podia ser preso sem qualquer justificativa, ou somente por ter o mesmo nome de um criminoso, o que ocorreu no caso de Felix. E o delegado justificou que a prisão foi realizada para cumprir uma ordem superior do chefe de polícia, que mandou capturar um fugitivo. A ordem foi cumprida. Mas só havia um detalhe, o homem preso era outra pessoa.

Conclui-se que o lugar dos homens livres e pobres na sociedade escravocrata é o mesmo do escravo, e tanto o Direito quanto a Justiça estavam sendo estruturadas no século XIX para contribuir para a permanência do *status* social existente. Mas é incontestável que havia resistência das pessoas que estavam nesses lugares sociais. E essa resistência também forjou o sistema jurídico, pois os escravos, homens livres e pobres eram integrantes ativos da sociedade imperial. Não estavam inertes. Havia um limite para a aceitação de sua situação

³³¹² Idem nota 20.

³³¹³ Idem nota 20.

excludente. Dependia do valor do bem que estava sendo ameaçado. Como se sabe, em Pernambuco ocorreram muitas revoltas no século XIX. Com base no processo estudado, o bem que foi retirado de Felix era tão importante que ele resolveu agir para protegê-lo. E a lei foi usada para que ele pudesse atingir o seu objetivo. E sua ação foi eficaz.

Com os questionamentos levantados neste texto espera-se ter demonstrado a tendência de interpretação da Polícia e da Justiça do século XIX quanto à periculosidade de um homem como Felix Antonio Bizerra, bastando ser livre e pobre e sem identificação para ser considerado suspeito, podendo até ser preso e permanecer por dias privado de sua liberdade. Esse procedimento foi recepcionado pela Polícia local e pelos magistrados como comum, inserindo-os no mesmo tipo de tratamento dado aos escravos, libertos e aos homens “de cor” que deveriam estar sob vigilância. Estima-se que esse tipo de comportamento dos representantes da Justiça e da Polícia era parte daquilo que era esperado pela sociedade da época para casos semelhantes ao que foi narrado neste artigo.

Almeja-se também que o texto possa ter fornecido informações pertinentes para que se perceba como foi usada a garantia processual do Habeas Corpus para proteger uma pessoa comum da prisão ilegal. Esse remédio poderia ser utilizado em defesa de qualquer outra pessoa, já que para o Direito Penal do império brasileiro o escravo também era assim considerado, revelando, durante a narrativa da história, quais eram ou não os aliados existentes na sua proteção e como eram os caminhos perseguidos na Justiça para ter de volta o bem que lhe fora subtraído.

“CONSERVADOR, LIGUEIRO OU LIBERAL OU CONSERVADOR OUTRA VEZ?”: A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE LINDOLFO CORREIA DAS NEVES NO SEGUNDO REINADO³³¹⁴

Myraí Araújo Segal³³¹⁵
mimasegal1@gmail.com

Resumo: O padre e bacharel em Direito Lindolfo Correia das Neves fez parte de um grupo restrito da sociedade paraibana. Além de ter atuado no palco da imprensa, na Santa Casa da Misericórdia e na Assembleia Legislativa da Paraíba, ele conseguiu ultrapassar o âmbito de poder provincial ao ser eleito deputado geral durante três legislaturas no decorrer do Segundo Reinado. No início de sua carreira esteve vinculado ao Partido Conservador, mas na década de 1860 passou para as fileiras do Partido Progressista, criado em um contexto de reconfiguração da política imperial. Tal mudança partidária implicou no redimensionamento e rearranjo de suas redes de sociabilidade, que desempenharam um papel fundamental em sua ascensão política. A partir da perspectiva da História Política renovada e da análise de um *corpus* documental que inclui assentos de batismo e periódicos do século XIX como *O Publicador*, o presente estudo busca analisar a trajetória política de Lindolfo Correia das Neves e as estratégias por ele utilizadas para permanecer no poder, levando em consideração o cenário mais amplo no qual estava inserido.

³³¹⁴ O texto apresentado é resultado da pesquisa que está sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB), sob a orientação da professora Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano. A Dissertação tem como objetivo analisar o funcionamento da Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba e a atuação dos deputados provinciais paraibanos no período compreendido entre 1855 e 1875.

³³¹⁵ Mestranda PPGH/ UFPB.

Palavras-Chave: Segundo Reinado, Partido Progressista, Trajetória Política, Redes de Sociabilidade.

Introdução

Lindolfo Correia das Neves, membro da elite política e letrada, nos moldes como explicita José Murilo de Carvalho,³³¹⁶ fez parte de uma parcela reduzida de paraibanos que conseguiu chegar como deputado geral até a Corte, localizada no Rio de Janeiro. Ele se formou pela Faculdade de Direito de Olinda em 1847, ano em que concluíram o curso vinte e seis estudantes, dentre os quais apenas o referido padre era proveniente da província da Paraíba.³³¹⁷ Além de Ciências Jurídicas e Sociais, estudou no Seminário de Olinda, sendo ordenado sacerdote no ano de 1843, poucos anos antes de se tornar bacharel. Sua dupla formação exigiu que ele desenvolvesse a oratória e a retórica, qualidades consideradas fundamentais para os homens que faziam parte do corpo legislativo imperial bem como para os eclesiásticos. De acordo com o *corpus* documental da época estas foram, inclusive, características marcantes deste político.

De descendência portuguesa, Correia das Neves - nascido no dia 5 de agosto de 1819 na Cidade da Paraíba, capital da província - era filho de Maria Rita de Lima e do militar português Major José Maria Correia. Ele passou parte de sua vida no outro lado do Atlântico, no país de origem do seu pai, onde iniciou os primeiros estudos.³³¹⁸ No entanto, foi em “terras brasileiras” que construiu sua trajetória política e onde atuou em diversos espaços de poder e dentre eles a Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba, na qual ocupou o cargo de deputado no decorrer de quatro legislaturas (1850-1851, 1858-1859, 1860-1861, 1862-1863).

Um aspecto relevante da atuação política de Correia das Neves diz respeito a sua mudança partidária. Ele começou sua carreira política ao lado dos conservadores e, posteriormente, se aproximou dos liberais progressistas quando aderiu à Liga,³³¹⁹ como pudemos observar através das páginas do periódico *O Publicador*, do qual foi um dos principais redatores. Apesar de tal fato não caracterizar-se como uma singularidade ou especificidade do referido padre, já que tal prática não foi incomum durante o Império brasileiro, ele nos ajuda a compreender o contexto de criação do Partido Progressista bem como os “efeitos” dessa reconfiguração política e partidária na província da Paraíba.

Além de problematizar tal aspecto de sua vida enquanto político, buscamos analisar, por meio de fontes como testamento e registros de batismo, as redes de sociabilidade³³²⁰ por ele construídas. É interessante notar que sua mudança partidária implicou também em uma aproximação com alguns liberais paraibanos, liderados por Felizardo Toscano de Brito dos anos finais de 1840 até 1876. De uma maneira ou outra, suas decisões políticas

³³¹⁶ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011 (1996).

³³¹⁷ LEITÃO, Deusdedit. **Bacharéis paraibanos pela Faculdade de Olinda (1832-1853).** João Pessoa: A União, 1978, p. 60.

³³¹⁸ NASCIMENTO FILHO, Carmelo R. do. Verbete do padre Lindolfo Corrêa das Neves. In: BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico (Org.). **Pequeno dicionário dos escritores/jornalistas da Paraíba do século XIX: de Antonio da Fonseca a Assis Chateaubriand.** João Pessoa, 2009, p. 109. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/145p>. Acesso: 13 de out. de 2014. Último acesso: Set. 2016.

³³¹⁹ Celso Mariz afirma que foi durante a Conciliação dos anos 1850 que Lindolfo Correia das Neves passou do “conservantismo moderado para as fileiras liberais”. MARIZ, Celso. **Memória da Assembléia Legislativa.** João Pessoa: A União, 1987 (1946), p.154.

³³²⁰ O conceito de redes de sociabilidade pode ser entendido “[...] como a representação das interações contínuas das diferentes estratégias individuais”. MARTINS, Maria Fernanda. “Os Tempos de Mudança: elites, poder e redes familiares, séculos XVIII e XIX”. In: FRAGOSO, João Luis R.; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. (Orgs.). **Conquistadores e Negociantes: história de elites no Antigo Regime nos trópicos.** América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.432.

acarretaram em alterações ou pelo menos em um redimensionamento de suas alianças tanto no âmbito público quanto privado, tendo em vista que estas esferas estão intimamente relacionadas. No entanto, antes de discutir tais questões é importante falar, mesmo que de maneira breve, sobre o Partido Progressista.

De acordo com Francisco Iglésias,³³²¹ foi durante a tentativa de uma nova conciliação entre liberais e conservadores, na década de 1860, que ocorreu a criação do Partido Progressista, caracterizado por sua duração efêmera que se estendeu de 1862 a 1868. Para José Murilo de Carvalho,³³²² ele surgiu a partir da Liga Progressista e foi um dos resultados da política da Conciliação efetivada no Gabinete presidido por Marquês de Paraná (1853-1857),³³²³ na qual já se tentava uma aproximação entre os membros do Partido Liberal e conservadores dissidentes ou moderados.³³²⁴

Embora a criação do novo partido possa ser considerada uma importante alteração formal no que diz respeito ao sistema partidário então vigente,³³²⁵ observamos que os princípios por ele defendidos não buscavam instituir mudanças estruturais. Seus membros não questionavam o poder imperial e também não reivindicavam a reforma da Constituição de 1824 e nem o fim da escravidão, como pode ser observado no programa do partido publicado em 1864. Eles se opunham à descentralização política, considerada “incompatível com a integridade e força do império”, mas defendiam a descentralização administrativa e a “sincera e efectiva execução do Acto Addicional”.³³²⁶ Eram favoráveis ainda à reforma da Guarda Nacional e da organização judiciária, no entanto, ao contrário do “novo” Partido Liberal da década de 1860, os progressistas não propunham transformações radicais. É importante dizer que os “novos” liberais, que antes pertenciam ao Partido Progressista, defendiam o fim do poder moderador e da escravidão.

Em relação à província da Paraíba, o Partido Progressista também foi formado por uma parcela de liberais e de conservadores pertencentes às alas mais moderadas. Mas pareceu contar com o predomínio dos primeiros em termos de força política, já que alguns de seus principais representantes, ao contrário do que ocorreu com o Partido Conservador,³³²⁷ apoiaram essa “fusão”. O seu líder em âmbito provincial, por exemplo, foi Felizardo Toscano de Brito, político, que antes da criação do Partido Progressista e depois de seu fim, esteve à frente dos liberais. No entanto, assim como uma parcela dos conservadores, nem todos os liberais foram favoráveis a esta aliança. Após esta breve discussão acerca do contexto de

³³²¹ IGLÉSIAS, Francisco. Vida política (1848/1868). In: HOLANDA, Sérgio Buarque (Dir.) **História Geral da Civilização Brasileira** – Tomo II: O Brasil Monárquico. Reações e Transações. Vol. V, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 17-139.

³³²² CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011 (1996), p. 205.

³³²³ Com a morte de Paraná (Honório Hermeto Carneiro Leão), em 1856, quem o substituiu na presidência do Conselho de Ministros foi Luís Alves de Lima.

³³²⁴ Para maiores informações acerca da Conciliação e da Lei dos Círculos (1855), um dos frutos do programa ver ROSAS, Suzana Cavani. A dança dos círculos: guabirus e praieiros e a disputa pelos distritos eleitorais em 1856. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; BESSONE, Tânia Maria (Orgs.). **Dimensões políticas do império do Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012, p. 165-186.

³³²⁵ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011 (1996), p. 205.

³³²⁶ BRASILIENSE, A. **Os Programas dos Partidos e o 2º Império** (Primeira Parte: Exposição de Princípios). São Paulo: Typographia de Jorge Seckler, 1878, p. 16-17.

³³²⁷ Dentre os principais representantes do Partido Conservador que não apoiaram a Liga podemos citar Anísio Salatiel Carneiro da Cunha, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque e Flávio Clementino da Silva Freire. Percebemos tal aspecto de acordo com a análise de inúmeras publicações do jornal *O Publicador* e dos Anais (1870) da Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba, encontrados no Arquivo da Assembleia do Estado da Paraíba. Em relação ao periódico, estão disponíveis na rede mundial de computadores (no site: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>) as edições publicadas entre 1864 e 1869 e no Arquivo Privado Maurílio de Almeida, localizado em João Pessoa no estado da Paraíba, encontram-se várias publicações do ano de 1862.

criação do Partido Progressista, partiremos para a análise das redes de sociabilidade de Lindolfo Correia das Neves.

Laços consaguíneos e de compadrio: construindo as redes de sociabilidade

No que diz respeito aos seus parentes consanguíneos, sabemos, através de seu testamento escrito na mesma data de sua morte (19 de maio de 1884),³³²⁸ que teve “por fragilidade humana”,³³²⁹ de acordo com suas próprias palavras, onze filhos (as) com duas mulheres solteiras. Com Joanna Desidéria Gomes teve nove filhos e com Semiana Angélica da Silva teve dois.³³³⁰ Não temos informações suficientes para afirmar se o político teve com essas mulheres algum tipo de relação estável ou duradoura, mas o número de descendentes deixados por ele e Desidéria nos faz pensar que tiveram um envolvimento relativamente longo.

Ele deixou para seus herdeiros, dentre outros bens, porções de terras pertencentes ao sítio chamado Mussuré e ainda diversos escravizados (as). Estes, de acordo com a vontade e as exigências de Lindolfo Correia das Neves, teriam que trabalhar mais oito anos para os novos proprietários após a data de sua morte e depois deveriam ser alforriados. Também estabeleceu, através de seu testamento, que “deixa libertas” algumas escravizadas cujos nomes eram Feliciano, Floriana e Angélica (todas pardas) e as pretas Eufrásia e Joannina que, possivelmente, trabalhavam no espaço doméstico e/ou eram, de algum modo, a ele mais próximas. Levando em consideração a complexidade dos sujeitos sociais, a historiografia demonstra que a prática de conceder a liberdade aos (as) cativos (as) no leito de morte ou em outras ocasiões - como no ato de batizar o filho ou a filha de uma escravizada - não era incomum no oitocentos.³³³¹

É importante dizer que dentre os testamenteiros estavam seu filho José Maria Correia das Neves, Paulo Cavalcante Pessoa de Lacerda e Abdon Felinto Milanez. Este último, também deputado provincial no decorrer de várias legislaturas e futuro senador no período republicano,³³³² era próximo de Lindolfo Correia das Neves. Além de ter sido seu testamenteiro, foi padrinho de Magdalena, uma de suas filhas com Desidéria. A menina foi batizada no ano de 1857 como natural, assim como sua irmã mais velha Ursulina, que passou pelo rito cristão vários anos antes.³³³³ O nome de Lindolfo Correia não consta no registro de batismo de nenhuma delas, já que como padre, pelo menos em tese, não poderia ter filhos. Mas, mesmo assim, o seu amigo Felinto Milanez, que na década de 1850 ainda não havia assumido a deputação provincial, se fez presente enquanto padrinho. Sendo um importante vínculo e um tipo de parentesco espiritual, os laços de compadrio estão inseridos nas redes de sociabilidade e constituem-se como uma das maneiras de estabelecer, firmar, estreitar alianças e/ou de expandi-las.³³³⁴

³³²⁸ Não tivemos acesso ao documento original, mas sim à transcrição do testamento publicado por Adauto Ramos. RAMOS, Adauto. **Testamentos e inventários II**. João Pessoa: Sal da Terra, 2012.

³³²⁹ RAMOS, Adauto. **Testamentos e inventários II**. João Pessoa: Sal da Terra, 2012, p. 106.

³³³⁰ Com Desidéria Gomes teve os seguintes filhos e filhas: Francelina, Leopoldina, José, Ursulina, Anelina, Lindolfo, João, Córdula e Magdalena e com Semiana Angélica da Silva: Júlia e Thereza.

³³³¹ Sobre as diversas maneiras de adquirir a alforria bem como a complexidade que permeava as relações entre escravizados e senhores ver Sidney Chalhoub e Maria da Vitória Lima. CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: Uma história das últimas décadas na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 116-217; LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Liberdade interdita, liberdade reavida**: libertas na Paraíba escravista (séc. XIX). Brasília: FCP, 2013.

³³³² MARIZ, Celso. **Memória da Assembléia Legislativa**. João Pessoa: A União, 1987 (1946).

³³³³ Banco de Dados dos Assentos de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora das Neves (1833-1860), resultado da Pesquisa do Projeto “Gente Negra na Paraíba Oitocentista: redes sociais e arranjos familiares”, coordenado pela Prof. Dra. Solange P. Rocha (DH/PPGH/NEABI)/PIBIC/CNPq/PRPG/UFPB-2009-2011. Disponível em CD-ROM.

³³³⁴ Sobre o parentesco espiritual de compadrio e os arranjos familiares com foco na população negra na Paraíba Oitocentista ver Solange Pereira da Rocha. ROCHA, Solange Pereira da. **Gente Negra na Paraíba: População e Diversidade**. In: ROCHA, Solange Pereira da. **Gente Negra na Paraíba**

Tendo em vista tal aspecto, é válido mencionar que o padre Lindolfo Correia das Neves foi escolhido para apadrinhar uma série de crianças (mais de dezesseis) que se batizaram na Freguesia de Nossa Senhora das Neves entre os anos de 1837 e 1860. Sem ter a intenção de realizar uma análise causal e simplista, não podemos deixar de observar que na década de 1830 ele batizou poucas crianças, mas o número de afilhados cresceu muito a partir dos anos 50, período em que assumiu as primeiras legislaturas enquanto deputado provincial da Paraíba pelo Partido Conservador e que deu seus primeiros passos rumo ao governo central, já que foi eleito para a Câmara dos Deputado para assumir a legislatura compreendida entre 1853 e 1856.

Além de outros motivos ligados às características pessoais de Lindolfo Correia que aqui não serão discutidas, o fato dele ser padre e ter atuado na Matriz de Nossa Senhora das Neves também pode ter contribuído para que fosse tantas vezes escolhido como padrinho. A função de clérigo era bastante respeitada pela população e, muitas vezes, quem a ocupava mantinha uma relação de proximidade com os mais variados sujeitos, inclusive, com os menos abastados. O que aconteceu no Ronco da Abelha (1851-1852), movimento popular que eclodiu na Paraíba e em outras províncias no início da década de 1850,³³³⁵ demonstra bem este elo de confiança que havia entre a população e os religiosos.

Uma das causas, dentre as inúmeras, apontadas pela historiografia para o desencadeamento do conflito diz respeito à uma alteração no Regulamento do registro civil, cuja execução era até então incumbência dos padres, “em quem a população pobre e excluída tinha plena confiança”.³³³⁶ No entanto, o decreto 798 (datado de 18 de junho de 1851) estabeleceu que os registros de nascimento e de óbito, baseados na cor da pele, deveriam ficar sob responsabilidade do escrivão do juiz de paz, figura que as camadas menos abastadas pareciam estar pouco familiarizadas e, conseqüentemente, olhavam com certa desconfiança. A situação gerou um clima de tensão, na qual os homens e as mulheres livres pobres se viram ameaçadas, pois acreditavam que tais medidas poderiam acarretar em sua escravização.

A maioria dos apadrinhados pelo padre Lindolfo Correia das Neves não provinha de famílias cujos sobrenomes remetesse à alta hierarquia da sociedade paraibana, mas alguns pais possuíam patentes como a de sargento, tenente e capitão (referentes tanto ao Exército quanto à Guarda Nacional). Este é o caso do Sargento João Francisco de Oliveira e Silva, pai de uma menina parda chamada Filomena, cujo padrinho foi Correia das Neves e a madrinha Dona Deolinda Filomena de Albuquerque Barros. Percebemos assim, que a rede de sociabilidade construída pelo padre ao longo de sua vida incluía sujeitos sem *status* elevado bem como alguns que possuíam certo prestígio social.³³³⁷ Voltemos agora aos parentes consanguíneos do personagem histórico analisado.

Oitocentista: População, Família e Parentesco Espiritual. Tese de Doutorado (Pós-graduação em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007, p. 85-173.

³³³⁵ De acordo com Ariane Sá, as manifestações ocorreram entre o final de 1851 e início de 1852 nas províncias da Paraíba, Pernambuco, Alagoas e, de forma menos intensa, no Ceará e Sergipe. Neste período, algumas pessoas que faziam parte, sobretudo, das camadas pobres se opuseram aos decretos 797 e 798 que foram sancionados em 1851. O primeiro deles versava sobre a organização do “Censo Geral do Império” e o segundo era um regulamento acerca dos registros de nascimento e óbito. Sá, Ariane Norma de Menezes. *Insurgentes: “Abelhas” e “Quebra-Quilos*. In: Sá, Ariane Norma de Menezes. *Escravos, livres e insurgentes: Paraíba (1850-1888)*. João Pessoa: Editora Universitária, 2005.

³³³⁶ Sá, Ariane Norma de Menezes. *Insurgentes: “Abelhas” e “Quebra-Quilos*. In: Sá, Ariane Norma de Menezes. *Escravos, livres e insurgentes: Paraíba (1850-1888)*. João Pessoa: Editora Universitária, 2005, p. 82.

³³³⁷ Banco de Dados dos Assentos de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora das Neves (1833-1860).

Por intermédio de Albertina Correia Lima,³³³⁸ em seu artigo em tom elogioso e enaltecido, sabemos que o padre Lindolfo Correia das Neves possuía um irmão mais novo chamado João da Mata Correia Lima (1830-1877), também conhecido no meio político paraibano. Ligado ao Partido Conservador, este último também fez parte do grupo de deputados provinciais paraibanos formados em Direito pela Faculdade de Olinda e chegou a se eleger para três legislaturas provinciais (1854-1855; 1856-1857; 1860-1861). Ao contrário de seu irmão mais velho ele esteve aliado, ao que parece durante toda a sua trajetória, aos conservadores, grupo no qual também estava inserido seu primo Flávio Clementino da Silva Freire (futuro Barão de Mamanguape). Isto, no entanto, não impediu que os irmãos continuassem a nutrir uma forte amizade.³³³⁹

A filha de João da Mata, chamada Maria, casou-se com seu primo Lindolfo Correia (1861-1943).³³⁴⁰ Filho do padre Lindolfo Correia das Neves e bacharelado em Direito, este último ingressou na vida política e já no período republicano tornou-se deputado estadual.³³⁴¹ É válido informar que seu irmão, chamado José Maria Correia das Neves (1855-1896), obteve a mesma formação superior e chegou a ocupar cargos importantes localmente como o de Juiz Municipal e Juiz de Direito.³³⁴² Observamos, assim, a perpetuação da influência e do poder familiar dos Correia das Neves ao longo de várias décadas, inclusive, ultrapassando os limites cronológicos do Império brasileiro. No entanto, nenhum dos mencionados descendentes parece ter alcançado uma projeção política semelhante à de seu progenitor.

Frequentando os mais diversos espaços de poder e sociabilidades, como a Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba, a Santa Casa da Misericórdia³³⁴³ e a Câmara dos Deputados, Lindolfo Correia das Neves também esteve envolvido na redação de alguns jornais que circularam durante o período imperial. Dentre eles estão *O Polimático*, *O Liberal* e *O Publicador*.³³⁴⁴ Deste último, cuja primeira publicação saiu no ano de 1862 e a última no de 1886, ele não foi apenas um dos principais redatores como também um de seus fundadores.

O Jornal *O Publicador* e o Partido Progressista

Caracterizado por ter uma longa duração, se levarmos em consideração muitos outros periódicos do século XIX, *O Publicador* nasceu no mesmo ano em que foi criado o Partido Progressista, ou seja, em 1862.³³⁴⁵ Pelo que pode ser observado no decorrer de suas

³³³⁸ LIMA, Albertina Correia. Traços biográficos de Lindolfo José Correia das Neves e João da Mata Correia Lima. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, João Pessoa, vol. 12, ano 1953, p. 147-154.

³³³⁹ LIMA, Albertina Correia. Traços biográficos de Lindolfo José Correia das Neves e João da Mata Correia Lima. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, João Pessoa, vol. 12, ano 1953, p. 154.

³³⁴⁰ LIMA, Albertina Correia. Traços biográficos de Lindolfo José Correia das Neves e João da Mata Correia Lima. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, João Pessoa, vol. 12, ano 1953, p. 154.

³³⁴¹ NÓBREGA, Apolônio. Bacharéis paraibanos de Olinda e Recife (1832-1960). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 262, jan/mar. de 1964, p. 120.

³³⁴² NÓBREGA, Apolônio. Bacharéis paraibanos de Olinda e Recife (1832-1960). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 262, jan/mar. de 1964, p. 79.

³³⁴³ Lindolfo Correia das Neves foi eleito conselheiro e mordomo das Demandas, advogado da Santa Casa, mordomo da igreja e do cemitério, mordomo do hospital e expostos bem como definidor da Santa Casa. Foi também diversas vezes provedor da instituição, mais especificamente durante os seguintes anos compromissais: 1861-1862; 1862-1863; 1863-1864; 1871-1872; 1872-1873; 1873-1874; 1874-1875; 1875-1876; 1876-1877; 1877-1878; 1879-1880; 1880-1881; 1881-1882 (Livro dos Irmãos da Santa Casa da Misericórdia, ano de 1872, Arquivo da Santa Casa da Misericórdia, p. 161).

³³⁴⁴ NASCIMENTO FILHO, Carmelo R. do. Verbete do padre Lindolfo Corrêa das Neves. In: BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico (Org.). *Pequeno dicionário dos escritores/jornalistas da paraíba do século XIX*: de Antonio da Fonseca a Assis Chateaubriand. João Pessoa, 2009, p. 109-110.

³³⁴⁵ Apesar de Carvalho afirmar que a criação do Partido Progressista se deu por volta de 1864, consideramos, com base em nossa análise documental e demais referências bibliográficas, que ele

publicações, isso não foi apenas uma coincidência. O referido jornal em vários de seus números expôs seu posicionamento favorável aos progressistas, procurando demonstrar que a união entre parte dos liberais e dos conservadores moderados era profícua e que juntos eles seriam capazes de conduzir a política nacional. Segundo seus redatores “o futuro, por tanto, pertence a *liga*, que deve realizar as ideias de seu programma, quaisquer, que sejam os embaraços, que lhe antepõem”.³³⁴⁶

Geralmente vinculados a algum partido ou grupo político, os periódicos se constituíram³³⁴⁷ como importantes palcos de disputas e espaços relevantes de expressão política. Levando em consideração tais aspectos, o contexto histórico no qual *O Publicador* foi criado bem como a identificação do padre Lindolfo Correia com os progressistas, aventamos a possibilidade que, desde o primeiro ano de sua circulação (1862), ele teve a intenção de ser uma espécie de porta-voz do Partido da Liga na província da Paraíba. Em defesa da “Nova Conciliação”, os editores do periódico afirmaram que a conciliação não estava morta, mas que, pelo contrário, encontrava-se “jovem, vigorosa e brilhante, sahida da siloé popular, na *liga progressista*, que não é mais, nem menos, do que a conciliação das ideias, e pensamentos políticos, a conciliação das vontades e esforços de todos para o bem do país”.³³⁴⁸

Isso nos mostra que a Paraíba não ficou alheia às discussões que ocorreram no centro do Império, em particular na Câmara dos Deputados e no Senado, e aos acordos que lá estavam sendo gestados. A política que aproximou liberais e conservadores teve repercussões em diversos pontos do Império, inclusive, na referida província. Em sua análise sobre a Liga, Silvana Mota Barbosa expõe que:

Ao longo dos meses finais de 1860 e do início de 1861, a Liga se organizou por meio de reuniões abertas nas casas dos políticos da Corte, e também por intermédio da imprensa; usaram amplamente as páginas do *Correio Mercantil* e também do *Diário do Rio de Janeiro* para esse fim. **Outra pista, encontrada nos debates parlamentares, é a de que as ideias da Liga não ficaram restritas à Corte; os candidatos por diferentes distritos levaram-nas para suas províncias.** Mas, é claro, as condições dessas alianças variaram enormemente de região para região.³³⁴⁹

Sem ter a intenção de dimensionar os efeitos da Política da Liga na província da Paraíba, podemos afirmar que ela não passou despercebida por essas terras que, apesar da relativa distância, não estava alheia ao que ocorria no Rio de Janeiro. Em diversos trechos do jornal utilizado tal aspecto fica bastante evidente. Desta forma, o que Silvana Mota Barbosa identificou apenas como pistas – ao utilizar como uma das principais fontes os Anais do Parlamento brasileiro a partir de uma perspectiva de análise que parte do centro do poder – pode ser melhor percebido quando nós debruçamos sobre outros tipos de fonte.

Quando Lindolfo Correia participou da fundação do periódico *O Publicador* ele já havia se distanciado dos conservadores menos moderados, seus antigos correligionários, e se

surgiu em 1862. CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem**: a elite política imperial; **Teatro de sombras**: a política imperial. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011 (1996).

³³⁴⁶ **O Publicador**, sessão: O Publicador, n. 32, 8 de outubro de 1862, p. 1. Grifos no original.

³³⁴⁷ Sobre os periódicos no século XIX e a imprensa brasileira ver Socorro de Fátima Pacífico Barbosa e Marialva Barbosa. Socorro de Fátima Pacífico. **Jornal e Literatura**: a imprensa brasileira no século XIX. Porto Alegre: Nova Prova, 2007; BARBOSA, Marialva. **História Cultural da imprensa**: Brasil - 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

³³⁴⁸ **O Publicador**, sessão: O Publicador, n. 37, 14 de outubro de 1862, p. 2. Grifos no original.

³³⁴⁹ BARBOSA, Silvana Mota. A política progressista: Parlamento, sistema representativo e partidos nos anos 1860. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira (Orgs.). **Repensando o Brasil do Oitocentos**: Cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 306. Grifos nossos.

aliado aos que defendiam uma aproximação entre os liberais e os conservadores dissidentes. Eleito deputado geral para a legislatura compreendida entre 1864 e 1866 pelo primeiro distrito da província da Paraíba, o referido padre foi um dos principais alvos do *Jornal da Parahyba*, que atendia aos interesses do Partido Conservador. Em resposta a este último periódico, “Um amigo”, pseudônimo utilizado por uma pessoa de identidade desconhecida,³³⁵⁰ saiu em defesa do Padre Lindolfo Correia das Neves e com aparente propriedade falou, em tom enaltecedor e repleto de parcialidades, sobre sua vida pública e acerca de sua passagem das fileiras conservadoras para o Partido Progressista:

Adoptando a tradição de sua ilustre família seguiu sempre o Sr. Correa das Neves desde estudante em Olinda os princípios conservadores [...] os chefes de então ainda hoje existentes alguns, e outros já falecidos o honrarão com sua amizade, e confiança. [...] Gosando assim o Sr. Correa das Neves de toda consideração para esses amigos, foi com seus auxílios eleito deputado geral na legislatura de 1852, sendo presidente dessa província o ilustre conselheiro Sá e Albuquerque. A sua eleição foi alcançada pelos auxílios dos chefes do partido conservador, pela coadjuvação de sua família e pelos esforços dos seus amigos políticos das localidades, pois nesse tempo já os tinha.³³⁵¹

Percebemos, assim, que foi com o apoio dos conservadores que Correia das Neves ocupou pela primeira vez um assento na Câmara dos Deputados, espaço formal de poder que canalizava as reivindicações das diversas províncias do Império.³³⁵² Isto ocorreu na legislatura compreendida entre 1853 e 1856, que contou com uma maioria de representantes do Partido Conservador.³³⁵³ Nesse período ele atuou no Parlamento com outros representantes conservadores e dentre eles estavam os paraibanos Frederico de Almeida e Albuquerque e Francisco de Assis Pereira da Rocha Júnior,³³⁵⁴ políticos por quem Correia das Neves parecia nutrir respeito, mesmo após sua aproximação com os liberais progressistas.

É importante lembrar que no período em que o Padre Lindolfo Correia assumiu a 9ª legislatura (1853-1856) o Conselho de Ministros era presidido pelo Marquês de Paraná, um dos maiores defensores e incentivadores da chamada conciliação que, apesar de ter sido bastante debatida em anos anteriores, se efetivou na década de 1850.³³⁵⁵ Tendo em vista as discussões que estavam em curso neste momento histórico, podemos conjecturar que Correia das Neves tenha sido influenciado por tais ideias que, de uma maneira ou outra, tiveram prolongamento e adentraram os anos 60 do século XIX, período no qual, segundo o relato, o parlamentar redefiniu seu posicionamento político-partidário:

Uma nova epocha despontou no país; o partido conservador dividiu-se, não podendo mais alguns de seu membros soffrer o jugo de ferro que lhes querião impôr seus aliados; formou-se o partido da liga progressista, composto da fracção dos conservadores dissidentes e dos

³³⁵⁰ Aventamos a possibilidade de que Lindolfo Correia das Neves, um dos principais redatores do jornal *O Publicador*, tenha sido o autor do texto.

³³⁵¹ **O Publicador**, Sessão: Comunicado, 15 de março de 1864, número 461, p. 3. Grifos nossos.

³³⁵² DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Globo, 2005.

³³⁵³ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011 (1996), p. 407.

³³⁵⁴ PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e notas para a História da Paraíba**. Vol. II, 2 ed. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1977 [1908], p. 222.

³³⁵⁵ IGLÉSIAS, Francisco. Vida política (1848/1868). In: HOLANDA, Sérgio Buarque (Dir.) **História Geral da Civilização Brasileira – Tomo II: O Brasil Monárquico. Reações e Transações**. Vol. V, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 88.

liberaes; o Sr. Corrêa das Neves contava amigos distintos nessa fracção, que o convidarão à aderir às ideias do novo partido, aceitou a proposta, e todo teem visto com que lealdade, e firmesa identificou-se elle com esse novo, e esperançoso partido [...]. Desde os primeiros actos de sua vida pública seguiu o partido conservador, e nele militou sempre até a criação do novo partido da liga.³³⁵⁶

Embora tenha dado os primeiros passos rumo à Câmara dos Deputados com a ajuda dos conservadores, com a fundação do chamado Partido Progressista nos anos 60 ele passou a estabelecer ligações com os liberais, na época liderados por Felizardo Toscano de Brito a quem o periódico não poupou elogios. Foi sob influência deste último, inclusive, que ele conseguiu se eleger para presidente da Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba.³³⁵⁷

Através da leitura e análise de diversos números de *O Publicador* observamos que a identificação do corpo redacional do periódico (no qual Correia das Neves exercia um papel fundamental) com os liberais e o consequente afastamento do grupo de conservadores históricos ocorreu de maneira gradual. O conflito com os últimos foi se intensificando ao longo dos anos, mas foi no início da década de 1860 que ocorreu o rompimento efetivo entre o personagem histórico estudado e os conservadores, que outrora tinham sido favoráveis à Conciliação:

Luctamos na administração do Sr. Silva Nunes contra os collegas do J. da P. [Jornal da Parahyba], que estavam corpo e alma com a conciliação; nossa guerra ia tomando um character político mais sério. Propozeram-nos paz, acceitamos somente um armisticio; e desde aquella epocha, que estamos divergindo dos collegas; e acordes ao nosso pensamento – paz com os antigos liberaes, como foi assignada na conciliação – e guerra aos que querem que o paiz seja seu feudo, aos que sophismaram suas instituições.³³⁵⁸

De acordo com a exposição, no período em que ocorreu a Conciliação (1853-1857) alguns dos “collegas” do *Jornal da Parahyba* demonstraram ser favoráveis a ela. No entanto, eles não apoiaram a Política da Liga (1862-1868), tida como uma continuação da primeira. Nesse momento parece ter ocorrido um dos maiores pontos de divergência entre o padre Lindolfo Correia e seus antigos aliados, uma vez que com a eleição de 1860 (provavelmente para a deputação geral) ele foi “lançado à margem” e teve “seus serviços esquecidos” pelos seus “aliados de véspera”.³³⁵⁹ Devemos lembrar que, apesar de contar com o apoio de conservadores moderados das mais diversas províncias do Brasil, foram os liberais que “mais desejaram o programa conciliador”³³⁶⁰ e tal aspecto pode ser facilmente compreendido se levarmos em consideração que estes últimos ficaram alijados do poder durante muitos anos.

Durante quatro legislaturas consecutivas (1850-1852; 1853-1856; 1857-1860; 1861-1863) os conservadores se constituíram como maioria na Câmara dos Deputados.³³⁶¹ Foi apenas em 1864 que esse quadro foi alterado e que os progressistas, dentre os quais figurava Correia das Neves, ocuparam a maior parte dos assentos. Na Paraíba a situação também foi

³³⁵⁶ *O Publicador*, Sessão: Comunicado, 15 de março de 1864, número 461, p. 3- 4.

³³⁵⁷ LEITÃO, Deusdedit. **Bacharéis paraibanos pela Faculdade de Olinda (1832-1853)**. João Pessoa: A União, 1978, p. 63.

³³⁵⁸ *O Publicador*, Sessão: Registro Noticioso, 21 de novembro de 1862, 69, p. 2.

³³⁵⁹ *O Publicador*, Sessão: Comunicado, 15 de março de 1864, número 461, p. 3.

³³⁶⁰ IGLÉSIAS, Francisco. Vida política (1848/1868). In: HOLANDA, Sérgio Buarque (Dir.) **História Geral da Civilização Brasileira** – Tomo II: O Brasil Monárquico. Reações e Transações. Vol. V, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 73.

³³⁶¹ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011 (1996), p. 407.

desfavorável para os conservadores históricos, pois nenhum deles seguiu para a Corte como deputado geral representando a referida província.³³⁶²

Além de tudo o que foi explicitado em relação a conjuntura política da época, outros aspectos de cunho mais particular parecem ter influenciado Lindolfo Correia das Neves a se afastar dos conservadores. Na província da Paraíba estes últimos formavam um grupo forte, liderados, desde a fundação do partido na década de 1830, por membros da família Carneiro da Cunha,³³⁶³ que inclusive estiveram envolvidos com a redação do *Jornal da Parahyba*.³³⁶⁴ De acordo com o que as fontes nos indicam, o personagem histórico em questão passou a perder prestígio e poder no interior desse círculo de aliados.

Embora tenha atuado na Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba em três legislaturas consecutivas após ter sido eleito deputado geral (1853-1856), ele só conseguiu chegar novamente até a Câmara dos Deputados em 1864, como representante do Partido Progressista e também na legislatura seguinte (1867-1868). Esta reorientação partidária, portanto, pode ter sido uma das formas encontradas por Correia das Neves para se manter no poder e de obter maiores chances de chegar aos altos postos no cenário político nacional. Inclusive um dos motivos, diversas vezes apontado pelos responsáveis pela redação de *O Publicador*, para a criação da Liga foi o ostracismo dos liberais e também dos conservadores moderados, grupo ao qual os redatores diziam pertencer. Segundo eles: “[...] os *liberaes* habituaram-se a estar for das posições, e os *conservadores moderados* também já teem tido tempo bastante para se acostumarem. A causa da liga foi o ostracismo, a que os comndemnastes”.³³⁶⁵ Se de um lado os conservadores históricos eram acusados de distribuir cargos para seus “filhotes” e de não pensarem no bem da nação, os moderados e liberais também eram acusados de se unir apenas com o intuito de desfrutar das posições oficiais.

Apesar de não termos encontrado as edições do *Jornal da Parahyba* publicadas no decorrer da década de 1860, sabemos, através das páginas de *O Publicador*, que uma das críticas direcionadas ao padre Lindolfo dizia respeito à sua mudança partidária. Este aspecto de sua trajetória política foi muitas vezes ressaltado por seus rivais para desqualificar sua atuação. Sabemos que tal prática não era incomum, e se constituía, inclusive, como uma forma de se perpetuar no poder, uma vez que a adesão à determinado partido poderia ser mais vantajosa dependendo do momento histórico vivido. Como nos mostra Eduardo Martins,³³⁶⁶ o liberal Manoel Pedro Cardoso Vieira, inimigo declarado do padre Lindolfo Correia das Neves, foi um desses indivíduos que criticaram a mudança em seu posicionamento político.

Através do periódico intitulado o *Bossuet da Jacoca*, Cardoso Vieira (seu fundador) tornou pública as desavenças entre ele e o referido padre. O objetivo do periódico era muito explícito: atacar Lindolfo Correia das Neves e promover uma vingança contra ele, que, de acordo com o impresso, vinha proferindo injúrias e atacando muitos membros da elite durante anos. Castigar o padre através da exposição de seus possíveis erros e “pecados” foi, portanto, uma das maneiras encontradas pelo seu adversário de atingi-lo. O redator fazia

³³⁶² Dentre os deputados gerais paraibanos que assumiram a legislatura compreendida entre 1864 e 1866 estão: padre Lindolfo Correias das Neves, Filinto Henriques de Almeida, José da Costa Machado, Aragão e Melo e João Leite Ferreira. MARIZ, Celso. **Apanhados históricos da Paraíba**. 2ª ed. João Pessoa: Editora universitária/UFPB, 1980 [1922], p. 156.

³³⁶³ MARIANO, Serioja R. C. **Gente Opulenta e de Boa Linhagem**: família e relações de poder na Paraíba (1817-1824). João Pessoa: Editora da UFPB, 2013 [2005], p. 13.

³³⁶⁴ Um dos principais redatores do *Jornal da Parahyba* era Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, que passou a liderar o Partido Conservador em 1879 quando Frederico de Almeida e Albuquerque faleceu. LEITÃO, Deusdedit. **Bacharéis paraibanos pela Faculdade de Olinda (1832-1853)**. João Pessoa: A União, 1978, p. 116.

³³⁶⁵ **O Publicador**, Sessão: O Publicador, 11 de outubro de 1862, número 35, p. 1.

³³⁶⁶ MARTINS, Eduardo. **Cardoso Vieira e O Bossuet da Jacoca**: notas para um perfil biográfico. João Pessoa: Secretaria da Educação e Cultura, 1979.

questão de afirmar que as publicações seriam gratuitas desde que fossem endereçadas ao “padre Caiamento”.³³⁶⁷

Em uma publicação de 1875, ano em que o periódico começou a circular, Cardoso Vieira afirmou sobre seu adversário: “Quando se sentiu envelhecer num partido, foi bater as tendas do outro, e como estas prostitutas que mudam de praça, ei-lo rejuvenescido, adulado e celebrado! Durará eternamente esta farça?”. O redator segue com suas críticas e de forma cáustica questiona: “É conservador, ligueiro ou liberal ou conservador outra vez? É qualquer dessas coisas ou todas ao mesmo tempo”.³³⁶⁸ As respostas do Padre Lindolfo Correia das Neves eram dadas publicamente por meio do jornal *O Publicador*. Além de terem alcançado relativa projeção nacional, chegando a atuar na Câmara dos Deputados, ele e Cardoso Vieira compartilhavam também o gosto pela polêmica, sendo bastante conhecidos pelas desavenças travadas no decorrer de suas vidas.³³⁶⁹

O redator de *O Bossuet da Jacoca* não expôs apenas aspectos da vida pública e política do padre Lindolfo Correia das Neves. Questões relacionadas ao universo privado também foram trazidas à cena para desqualificá-lo e para depreciar sua imagem enquanto homem religioso. Em um dos números do jornal aparece um diálogo - que parece ser uma espécie de peça - repleto de alegorias e de críticas direcionadas ao modo de vida de Correia das Neves. O tema é o julgamento de um padre ou, como o título informa, “O julgamento de um anti-padre: quadro dramático em dois actos”.³³⁷⁰ O cenário onde a história se desenvolve é uma prisão sem quaisquer porta ou outra abertura. Nela havia - além de uma mesa rodeada de escabelos (um tipo de pequeno banco) e um amontoado de palhas que servia de cama para o padre prisioneiro - instrumentos de tortura como uma grelha de ferro de onde prendiam-se argolas e correntes.

Dentre os principais personagens estão o juiz, os quatro diabos e o padre. O primeiro deles pediu para que o “diabo escudeiro” fosse até o réu e o colocasse diante do tribunal. Perante todos, o padre - que foi acusado de roubar o patrimônio da igreja da Nossa Senhora do Carmo, de seduzir “pobres raparigas” e de cometer vários outros “crimes” - negou todas as acusações e direcionando-se ao tribunal disse que “o Senhor reserva grandes castigos para os que se atrevem assim a insultar os seus sacerdotes”. O juiz também fez uma série de denúncias e, em tom inquisidor, indagou:

Juiz - (para o padre). Negas, pois, que tens um filho de uma escrava e que fazias d'elle teu moleque de rua, que o mandavas ganhar para ti e que te seguravas o cavallo quando montavas para ires ao teu serra-lho do Mussurê? Negas que profanastes a religião de que eras sacerdote, não só com gestos e acções indecorosas, como ainda escrevendo ladainhas atrevidas em que insultavas a honestidade alheia? Negas que vivias com quatro *pardas*, que tu chamavas *irmãs em Christo* quando que nós e tú sabes o que ellas erão? Negas que como homem politico

³³⁶⁷ **O Bossuet da Jacoca**, 10 de setembro de 1875, número 11, p. 1. Localizamos um dos números do periódico no site “Jornais e folhetins literários da Paraíba no século 19: Produção, circulação e representação em jornais periódicos do século 19”. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/diversos.html>. Último acesso: Set. 2016.

³³⁶⁸ *O Bossuet da Jacoca* apud MARTINS, Eduardo. **Cardoso Vieira e O Bossuet da Jacoca**: notas para um perfil biográfico. João Pessoa: Secretaria da Educação e Cultura, 1979, p. 89-90.

³³⁶⁹ Nesse sentido, não podemos esquecer as disputas ocorridas entre Lindolfo Correia das Neves e o Padre conservador e também político Leonardo Antunes Meira Henriques, acusado pelo primeiro de ter “desviado recursos públicos”. NASCIMENTO FILHO, Carmelo R.. Verbete do Padre Leonardo Antunes Meira Henriques. In: BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico (Org.). **Pequeno dicionário dos escritores/jornalistas da paraíba do século XIX**: de Antonio da Fonseca a Assis Chateaubriand. João Pessoa, 2009, p. 74. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/145p>. Acesso: Set. 2016.

³³⁷⁰ **O Bossuet da Jacoca**, 10 de setembro de 1875, número 11, p. 3. Infelizmente alguns trechos da referida publicação estão ilegíveis.

deceste ao ultimo gráo de infamia e que servistes de capacho aos mesmos homens em cuja honra cuspiste. Negas tudo isso padre, em presença d'aquella gravata (apontando para a golilha) que te vae esticar o gasnete [garganta]?³³⁷¹

Apesar do diálogo ser fictício e de considerarmos que o principal intuito do jornal era atacar Lindolfo Correia das Neves (e nesse sentido, nenhum esforço foi poupado), a partir dele podemos realizar algumas reflexões. Percebemos que enquanto homem público seus posicionamentos políticos e suas atitudes como padre são constantemente questionadas e denunciadas. No trecho citado, o sujeito estudado foi apontado como um profanador da religião de quem era representante. Na fala do juiz aparece uma insinuação de que ele tinha relações íntimas com quatro mulheres pardas com quem vivia sob a comuflagem de serem suas “irmãs em Chirsto” e que havia tido um filho com uma mulher escravizada. Segundo o periódico, o religioso - que como vimos descumpriu o voto de castidade, uma vez que teve uma série de filhos por ele reconhecidos no testamento - tratava seu filho de ascendência africana como se fosse seu “moleque de rua” e que o mandava fazer serviços como segurar seu cavalo enquanto se dirigia para Mussuré, nome do sítio que, de fato, pertencia à Correia das Neves.³³⁷²

Embora não tenha sido incomum no Brasil imperial que padres tivessem filhos e que homens da elite mantivessem relações (muitas vezes de maneira não consentida) com mulheres escravizadas, podemos nos perguntar: será que o religioso foi realmente pai de uma criança cuja paternidade não reconheceu oficialmente? Seria a mãe de seu filho uma de suas escravizadas? O menino carregaria a mesma condição jurídica da mãe? Ou ele era tratado como um “moleque de rua”, como afirma o periódico, mesmo sendo um liberto? Será que tudo isso não passou de calúnias criadas por Cardoso Vieira com o intuito de atingir seu inimigo e difamá-lo publicamente? Dificilmente saberemos responder tais questões, uma vez que as demais fontes pesquisadas não fazem menção a este tipo de informação. No entanto, é interessante perceber como aspectos ligados a vida íntima de Lindolfo Correia das Neves foram utilizados como recurso retórico para argumentar que seu comportamento era inadequado e indigno, sobretudo, para um homem que dizia ser um sacerdote da igreja católica. Desse modo, o autor do diálogo construiu uma imagem negativa do personagem analisado que, apesar de negar todas as acusações, parecia estar condenado a um terrível fim, como nos mostra o desfecho do ato.

Após afirmar veementemente ser inocente, o padre foi submetido a algumas provas. Obedecendo às ordens do juiz, os quatro diabos o levaram até a “barra de ferro que suspende a golilha” e prenderam a cabeça do acusado na argola de ferro na qual ficou suspenso durante algum tempo. Depois de passar pela primeira prova, teve que enfrentar a segunda: totalmente despido, ele foi preso com correntes e argolas e assim colocado na grelha. Não resistindo à esta provação ele acabou confessando, de maneira desesperada, todos os seus “pecados”. Então, os diabos se sentaram ao redor da mesa e o condenaram “às penas infinitas do inferno”.³³⁷³ O desfecho é dramático e conta com a descrição de um cenário assustador no qual começam a aparecer “sulcos de fogo”, gritos horripilantes e uma “multidão de diabos” com espetos fumegantes.

Durante sua vida, Correia das Neves - além de firmar alianças com importantes políticos e com pessoas que não possuíam *status* elevado - “nutriu” algumas desavenças. Através dos periódicos como o *Jornal da Parahyba* e o *Bossuet da Jacoca* ele foi criticado por ter se aproximado dos liberais ao compor as fileiras do Partido Progressista e por se afastar do Partido Conservador ao qual pertenceu durante parte de sua carreira. Membro de um grupo restrito de paraibanos, o personagem histórico estudado circulou pelos mais

³³⁷¹ O *Bossuet da Jacoca*, 10 de setembro de 1875, número 11, p. 4. Grifos no original.

³³⁷² RAMOS, Adauto. *Testamentos e inventários II*. João Pessoa: Sal da Terra, 2012, p. 107.

³³⁷³ O *Bossuet da Jacoca*, 10 de setembro de 1875, número 11, p. 4.

diversos espaços de poder - como a Santa Casa da Misericórdia, a Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba e a Câmara dos Deputados - e nesses locais teve a oportunidade de redimensionar e expandir suas redes de sociabilidades, que tiveram fundamental importância em sua ascensão política.

MEUS MANOS DO CORAÇÃO: OS IRMÃOS CAVALCANTI, DE PERNAMBUCO, E AS SUAS ATUAÇÕES POLÍTICAS ENTRE O PRIMEIRO REINADO E AS VÉSPERAS DO DOMÍNIO DO PARTIDO DA PRAIA.

Paulo Henrique Fontes Cadena³³⁷⁴
cadenapaulo@gmail.com

Resumo: Neste trabalho estudaremos a trajetória política dos irmãos Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Suassuna), Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Albuquerque), Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Barão de Muribeca) e Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Camaragibe) entre o Primeiro Reinado e as vésperas do domínio do Partido da Praia em Pernambuco (1844). Foram esses irmãos, filhos do Coronel Suassuna, que na década de 1830 eram acusados, nas páginas do “Diário de Pernambuco”, do domínio político da Província. Conseguiriam subir ao Senado Imperial, na mesma década, dois dos seus membros.

Palavras-chave: Império do Brasil; Cavalcanti de Albuquerque; Pernambuco.

Na década de 1830, os Cavalcanti de Albuquerque de Pernambuco incomodavam a política provincial e faziam jogos bem armados na Corte. As denúncias anti-Cavalcanti aconteciam. No sábado 9 de julho de 1831, na primeira página, o “Diário de Pernambuco” apresentava as críticas ao domínio familiar: “não queremos sim, que uma família prepondere e domine a nossa província, ou outra qualquer do Brasil, e não é para com isso ganharmos para fins particulares³³⁷⁵”. Todo o caminho trilhado, até 1835, pelos Cavalcanti, ligados à pessoa de Hollanda Cavalcanti, um dos irmãos, fazia “O Sete d’Abril” afirmar que “o Sr. Hollanda não há de *cavalcantisar* o Brasil³³⁷⁶”. Taunay lembrara que “dentre as famílias senatoriais nenhuma houve tão largamente representada como a nordestina e sobretudo pernambucana dos Albuquerques e Cavalcantis³³⁷⁷.”

O principal foco da historiografia sobre a época que antecede a Insurreição Praieira tem sido a oposição aos Cavalcanti de Albuquerque, como era o caso dos praieiros, ou até mesmo os ditos “cavalgados”, tais como os seguidores de Borges da Fonseca, os escravos e a “população” do Recife. A proposta deste trabalho é estudar os Cavalcanti de Albuquerque identificando as suas atuações políticas entre os dias do Primeiro Reinado até 1844, as vésperas do domínio do Partido da Praia, reconhecendo algumas alianças e o rompimento das mesmas.

Desde os fins do século XVIII, os Cavalcanti de Albuquerque buscavam chegar ao poder. Mesmo demonstrando ser um dos mais abastados senhores de Pernambuco, com três

³³⁷⁴ Doutorando em História – UFPE

³³⁷⁵ APEJE, *Diário de Pernambuco*, 9 de julho de 1831.

³³⁷⁶ HEMEROTECA DIGITAL, *O Sete d’Abril*, 28 de março de 1835. A palavra “cavalcantisar” está em itálico, no original.

³³⁷⁷ TAUNAY, Affonso de E. *O Senado do Império*. Brasília: Senado Federal, 1978, p. 160.

engenhos de fazer açúcares, Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque não conseguia o Foro de Fidalgo Cavaleiro: nem por serviços e nem por sangue³³⁷⁸. Todavia, como bem lembrou Hespanha, os sentimentos de raiva, advindos da ganância por cargos e até pelo sentimento de terem sido esquecidos pelo rei, levavam os homens da Colônia a revoltarem-se³³⁷⁹.

Em 1801, os filhos de Francisco Xavier – Luiz Francisco, José Francisco e Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque – misturavam as palavras poder e liberdade: conspiravam contra Portugal. Talvez, até, pelo pai não ter recebido o foro de Fidalgo Cavaleiro, não se viam na obrigação de concorrer para o empréstimo que vinha pedir-se naquela praça. Depois de presos e soltos (Luiz e Francisco de Paula), tudo ficara em perpétuo silêncio, pelas manobras daqueles dias. Todavia, a liberdade era, nesse momento, interesse pessoal dos Cavalcanti de Albuquerque e estava diretamente atrelada ao poder³³⁸⁰.

Em 1817, os Cavalcanti de Albuquerque se rebelavam contra a Coroa. Buscavam libertar-se para alcançar o poder: era mais uma tentativa frustrada. Tollenare conseguia captar esse interesse da rebeldia “guiada por desígnios ambiciosos e de interesse pessoal³³⁸¹.” Muita gente se envolveu nas confusões de 1817. A maioria fora presa e morta. Senhores de engenho, padres, escravos, livres e libertos: cada um pensando e agindo pelos seus interesses, mesmo que Oliveira Lima tenha dito exatamente o contrário, afirmando que a insurreição era “um movimento muito mais de princípios que de interesses³³⁸².” No final das contas, além da liberdade perdida por Francisco de Paula - que ficara conhecido por Coronel Suassuna -, pelo seu irmão Luiz, e por seu filho Francisco de Paula, nos cárceres da Bahia, ficariam sem José Francisco (filho do Coronel Suassuna). O Real Erário confiscara toda a safra do Engenho Suassuna, os animais, instrumentos para o fabrico do açúcar, os móveis, um terreno nos Afogados, dentre outros bens. Muito mais coisas foram retiradas das mãos do Coronel Suassuna e vendidas em leilão.

O coronel Suassuna morria em 1821, deixando várias dívidas, sobrando apenas 4 contos 165 mil 832 réis para dividir entre todos os filhos vivos³³⁸³: Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (futuro Visconde de Suassuna), Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque (futuro Visconde de Albuquerque), Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (futuro Barão de Muribeca), Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (futuro Visconde de Camaragibe). Ainda havia os herdeiros da já falecida filha Dona Maria Luiza Francisca de Paula Cavalcanti de Albuquerque, que fora casada com José Castor Barboza Cordeiro. Não sobrava uma imensa fortuna. A situação estava tão complicada que, em 1818, Amaro Bernardo da Gama, pai do Visconde de Goiana, Bernardo José da Gama, reclamava que – dentro do processo do inventário de D. Maria Rita de Albuquerque e Mello, esposa do Coronel – os partidores não subdividiram os escravos penhorados. O motivo: o suplicante era credor de vinte mil cruzados, de uma dívida contraída em 1806, donde havia – Francisco de Paula e D. Maria Rita - hipotecado todos os seus escravos. E dizia: “o ex-Capitão Mor hoje preso na Cidade da Bahia em qualidade de revolucionário é tão pobre que os bens sendo

³³⁷⁸ LAPEH – AHU_ACL_CU_015, Cx.224, D.15122. Pedido de Foro de Fidalgo Cavaleiro de Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque.

³³⁷⁹ HESPANHA, Antonio Manuel. Antigo Regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. **Na Trama das Redes – Política e negócios no império português, séculos XVI – XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 52.

³³⁸⁰ CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado**: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801 – 1844). Recife: EDUFPE, 2013, p. 46.

³³⁸¹ TOLLENARE, L. F. de. **Notas dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818**. 2ª edição. Recife: EDUPE, 2011, p. 170.

³³⁸² LIMA, Manoel de Oliveira. **D. João VI no Brasil**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 502.

³³⁸³ IAHGP – Caixa 023, TJR1, 1821 – **Inventário de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque**: Senhor do Engenho Suassuna, pp. 55 verso – 57 verso.

duplicados não chegarão para solver os seus débitos³³⁸⁴.” Ou seja: havia uma severa crise no casal Cavalcanti.

O engenho Suassuna era descrito, no inventário do Coronel Suassuna, como velho, muitas vezes, até algumas das suas peças não podiam ser mais usadas³³⁸⁵. Todavia, era na década de 1840 que o engenho mostrava a sua imponente³³⁸⁶. No entanto, nesse tempo, Francisco de Paula, o filho, já havia sido presidente da Província de Pernambuco, Ministro da Guerra, Deputado na Província e era Senador. O projeto do poder pela política dava certo, e lhes era muito rentável.

Em 1822, quando ascendia ao governo de Pernambuco o “Governo dos Matutos”, estava lá Francisco de Paula, que não mais sairia do poder em Pernambuco, com exceção do período entre 1828 e 1832. No entanto, entre 1826 e 1844, assumira a Presidência da Província, pelo menos sete vezes, além do cargo quase eterno de vice-presidente de Pernambuco³³⁸⁷. Observando o ano de 1835, um dos quais Francisco de Paula assume as rédeas pernambucanas, os registros da polícia civil sobre a segurança da província não é dos melhores. Assaltos, desordens, arruaças compunham o panorama intranquilo. Nunes Machado, então chefe de polícia, dava-lhe notícias sobre as situações complicadas quanto aos acontecimentos violentos nas ruas. Chama atenção – além de alguns pedidos de afastamento por problemas de saúde³³⁸⁸ - Nunes Machado reclamar a Francisco de Paula por não ser atendido em suas súplicas³³⁸⁹.

Entretanto, Hollanda Cavalcanti, a 27 de novembro de 1824, dizia a Pedro Francisco, por carta: “O Mano Francisco continua a governar a sua casa; e com que arte, e com que probidade. Quão feliz que nós somos. Este irmão merece um cantinho no nosso Oratório³³⁹⁰.” Talvez pelo tão bom governo das posses da família, esquecesse, em alguns momentos que lhe convinham, de ajustar os problemas que afligiam a Província. Pode-se até pensar que Francisco de Paula estava mesmo era se importando com seus interesses, e que a expressão “governar a sua casa” seja relativa, sim, ao governo de Pernambuco.

Hollanda Cavalcanti, depois de ter andado por Moçambique, ajudando o tio José Francisco, governador, volta para Pernambuco em 1824. Lutando contra a Confederação do Equador, estava do lado de Pedro I, e segundo Marcus Carvalho, por isso, recebia apoio real nas eleições que se dariam mais tarde, à Câmara³³⁹¹.

No ano de 1846, quando era Ministro da Fazenda, Hollanda Cavalcanti discursara na Câmara dos Senhores Deputados e dissera que “eu mesmo já negocieei com escravos³³⁹²”. Colocava que como seu emprego em África não o havia dado fortuna, “comprei alguns escravos e os trouxe para o Rio: comprei-os na melhor boa fé, como qualquer homem trata o mais licitamente que se pode fazer³³⁹³.” A fala confirma uma informação dada por Antonio

³³⁸⁴ IAHP – **Inventário de D. Maria Rita de Albuquerque e Mello** - Caixa 5, 669, 1817, p. 17.

³³⁸⁵ IAHP – Caixa 023, TJR1, 1821 – **Inventário de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque**: Senhor do Engenho Suassuna, pp. 29 e 94.

³³⁸⁶ CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado**: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801 – 1844). Recife: EDUFPE, 2013, p. 85.

³³⁸⁷ CARVALHO, Marcus J. M. de. O encontro da “soldadesca desenfreada” com os “cidadãos de cor mais levianos” no Recife em 1831. in: **Clio, série história do Nordeste**. Recife: EDUFPE, vol.1, nº 18, pp. 109 – 137, 1998, p. 111.

³³⁸⁸ APEJE – PC2, p. 348.

³³⁸⁹ APEJE – PC2, p. 191.

³³⁹⁰ IAHP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1824: carta de Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

³³⁹¹ CARVALHO, Marcus J.M. de. **Liberdade** – Rotinas e rupturas do escravismo – Recife, 1822 – 1850. Recife: EDUFPE, 2002, p.49.

³³⁹² Câmara dos Senhores Deputados. Sessão em 25 de junho de 1846. p. 455. Acessado em: imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?se/CodColecaoCsv=A&DataIn=25/6/1846 , aos 16 de novembro de 2013.

³³⁹³ Idem.

José de Lima Leitão, que o escrevera de Moçambique aos 5 de janeiro de 1820. Ao ser acusado de revolucionário junto ao tio de Hollanda, Leitão pedia uma defesa junto ao Rei e que “dou a V.S por esta minha carta todos os poderes de se concertar com o nosso amigo Manoel Joaquim da Silva Porto para tudo que julgarem dever convir-me, e para dele receber, sendo-lhe preciso, parte, ou todo o produto da minha metade dos negros que vivos chegarem³³⁹⁴.” Com isso, percebemos que Hollanda Cavalcanti comerciara, também, em África, além de ministrar aulas de Matemática e servir como militar. É necessário notar, para o momento de 1816-1818, o que dissera José Capela. Segundo o autor, “as instruções para vedar o tráfico a estrangeiros chegaram a Moçambique em finais de 1816, advertindo o governador por não estar a dar cumprimento à convenção de Viena³³⁹⁵.” Ou seja, as portas estavam facilitadas a Hollanda Cavalcanti meter-se no comércio de escravos. Capela ainda dissera que o governador opinava que “os habitantes não podiam dispensar esse negócio³³⁹⁶.” Mas, não deveria ser apenas os habitantes. Os funcionários e o próprio governador, o tio de Hollanda, também deveriam estar metidos em tais negociações.

Luiz Francisco não acompanhara os irmãos militares Hollanda Cavalcanti e Francisco de Paula. As carreiras jurídica e do emprego público seriam sua navegação. Dissera em 1825, aos irmãos mais novos: “este emprego me dá uma subsistência independente da minha família, e espero ser útil a vocês, quando se formarem³³⁹⁷.” O auxílio pensado em dar Luiz aos irmãos Pedro e Manuel não era financeiro, mas, de lhes conseguir, também, algum lugar na malha clientelar. O emprego público era tão importante, na visão desse irmão, que se preocupava, ainda em 1831, que Manuel Francisco “se conserve por hora sem emprego público; a nossa vez nos há de chegar sem fazer para isso muito empenho³³⁹⁸.”

Sendo o diploma de direito uma das condições para aqueles que pretendiam chegar aos altos postos³³⁹⁹, como afirma José Murilo de Carvalho, os irmãos Pedro e Manoel não divergiram. Pelos dias iniciais do rompimento entre Brasil e Portugal, Pedro Francisco ainda estava em Portugal, estudando. Mas, com a separação, Pedro e Manoel vão estudar direito em Goettingen. Talvez o rompimento não fosse apenas político com Portugal, mas também, educacional e ideológico³⁴⁰⁰.

Em 27 de novembro de 1824, Hollanda escrevera ao futuro Visconde de Camaragibe: “Árduas são a maior parte dos sacrifícios que a sociedade exige de nós: e entretanto a tua Pátria precisa muito de pessoas que saibam o Alemão, e eu falaria muito de te ver Alemão bem Alemão³⁴⁰¹”. Mas, já em 1º de novembro do mesmo ano, Hollanda dissera: “continuem vocês a distinguir-se nos seus estudos que é o maior serviço que podem prestar a sua

³³⁹⁴ IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Moçambique, 5 de janeiro de 1820: Carta de Antonio José de Lima Leitão para Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

³³⁹⁵ CAPELA, José. **O tráfico de escravos nos portos de Moçambique**. Porto: Afrontamento, 2002, p. 83.

³³⁹⁶ Idem.

³³⁹⁷ IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Recife, 11 de maio de 1825: carta de Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

³³⁹⁸ IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Rio de Janeiro, 08 de junho de 1831: carta de Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

³³⁹⁹ CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem / Teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 125.

³⁴⁰⁰ CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado**: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801 – 1844). Recife: EDUFPE, 2013, p. 94.

³⁴⁰¹ IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1824: carta de Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

Pátria³⁴⁰².” Este distanciamento de Portugal era o que se pretendia, sem esquecer do serviço à pátria, os postos ligados ao Estado, ao qual estariam fadados a servirem.

Em 1826, iniciam as discussões sobre a abertura dos cursos jurídicos no Brasil. Luiz planejava Pedro Francisco para ser professor de um deles, e dizia: “Você pelo seu diploma está habilitado para obter/ com preferência a qualquer outra pessoa/ uma das cadeiras de Política, que fazem parte dessas escolas³⁴⁰³.” Pedro o foi. Nesse posto, além de lecionar para os filhos da elite – os futuros possíveis governantes – ainda teria bons vencimentos sendo funcionário público. E mais: os favores eram boa moeda de trocas, passando em facilidades de não-reprovação e proteção. Entre 1854 e 1875, Pedro ainda seria Diretor da Faculdade de Direito. A diretoria o colocava em contato direto com o Ministro do Império. Faria amizade com muita gente, incluindo o Monsenhor Joaquim Pinto de Campos, bibliotecário da instituição, com várias licenças por estar cumprindo algum mandato de deputado³⁴⁰⁴. Manter alguém em cargo de tanta importância por longo tempo, fazia parte do jogo político. Por 1872, Camaragibe era consultado sobre um ex-aluno da Faculdade, Marques Santiago, que estava ligado a algumas reprovações, para exercer o cargo de juiz³⁴⁰⁵. Não bastava ser, apenas, aluno de direito: deveria ser bom aluno. A diretoria da Faculdade também implicava esse tipo de consulta.

A primeira legislatura à Câmara dos Senhores Deputados dava-se entre os anos de 1826 e 1829. Das 13 vagas pernambucanas, temos Luiz Francisco e Hollanda Cavalcanti assumindo duas delas. A atuação de Hollanda Cavalcanti era intensa. As brigas com o deputado Bernardo Pereira da Vasconcelos eram frequentes. Ainda nas sessões de 1826, Hollanda reclamava contra os taquígrafos. É perceptível nos “Anais do Parlamento Brasileiro”, as inúmeras vezes em que as falas do deputado pernambucano são suprimidas. A expressão “não foi ouvido” é abundante. Talvez fosse uma briga ou até questão política mesmo o não registrar os pronunciamentos “holandeses”. Os reclames de Hollanda deveriam ser tantos que incomodavam. Se não o calavam nas sessões presentes, o calavam nas páginas do registro³⁴⁰⁶. Hollanda também se pronunciaria contra o Imperador, nas emendas oferecidas ao voto de graças às “Falas do Trono” de 1828. Mas, mesmo assim, ainda estaria no Ministério que era dissolvido por Pedro I, nos dias anteriores a abdicação³⁴⁰⁷.

Com a abdicação do primeiro imperador e a ascensão da Regência Provisória, os Cavalcanti de Albuquerque não se alinham com a política de então. Aos 8 de julho de 1831, Luiz redigia missiva a Pedro Francisco, pronunciando que “renunciamos não só o Ministério

³⁴⁰² IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Rio de Janeiro, 1º de novembro de 1824: carta de Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque para Manuel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

³⁴⁰³ IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1826: carta de Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

³⁴⁰⁴ No Arquivo da Faculdade de Direito do Recife, encontram-se cópias datilografadas dos mais variados documentos relativos às faltas dos funcionários, e aprovação ou reprovação dos alunos, datadas do ano de 1925, de acordo com os originais da sala de consulta do Arquivo Nacional. O Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP) abriga as mais diversas cartas originais, em duas caixas, expedidas e recebidas pelo Visconde de Camaragibe. Desde as datadas da década de 1850 até as da década de 1870, grande parte é redigida pelo Monsenhor Pinto de Campos.

³⁴⁰⁵ APEJE – Coleção Pedro Francisco de Paula Cavalcanti d’Albuquerque – nº 05 - Carta do Visconde de Camaragibe para o Dr. João Alfredo. Recife, 11 de maio de 1872.

³⁴⁰⁶ CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado**: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801 – 1844). Recife: EDUFPE, 2013, p. 101.

³⁴⁰⁷ CARVALHO, Marcus J. M. de. O encontro da “soldadesca desenfreada” com os “cidadãos de cor mais levianos” no Recife em 1831. in: **Clio, série história do Nordeste**. Recife: EDUFPE, vol.1, nº 18, pp. 109 – 137, 1998, p. 111.

mas todos os empregos³⁴⁰⁸. Luiz, nesse momento, falava por um grupo: “Irmão e primos somos aqui deputados da oposição³⁴⁰⁹”. Nesse momento, havia a aliança entre os Cavalcanti. Junto com Luiz e Hollanda, estavam Sebastião do Rego Barros e Francisco do Rego Barros: os primos. Assim, percebemos o que Carvalho e Câmara quiseram dizer com “os Cavalcanti e seus aliados não agiam quase como um partido apenas na Província. Também era assim no Parlamento³⁴¹⁰.” Se não funcionavam como partido, acionavam o poder como um forte grupo de interesses regionais e familiares.

Por volta de 1833, os Cavalcanti conseguiam estar na Câmara dos Deputados, na Corte, com a vice-presidência de Pernambuco, e ainda estava Hollanda como juiz de paz e Luiz Francisco, desembargador da relação. Montavam a problemática do poder próprio. Ao que parece, era, Hollanda, um estrategista político, o líder da parentela Cavalcanti na Câmara³⁴¹¹. “O Sete d’Abril”, em 25 de junho de 1834, colocava que Francisco do Rego Barros pretendia apresentar um projeto dando a seu primo Hollanda Cavalcanti “honras de Ministro da Fazenda vitalício³⁴¹²” Dizia que fazia poucos dias que Rego Barros concebera a ideia. Mas, “pessoas (...) mais conhecedoras da verdade concordam que na *ilustre Família* o Projeto é mais antigo do que a casaca do Sr. L. Cavalcanti³⁴¹³.”

O Ato Adicional teria as discussões pelos dias de 1834: criaram-se as Assembléias Legislativas Provinciais; regência Una substituiria a trina, através de eleição. O “Diário de Pernambuco” publicava, aos 26 de fevereiro do ano seguinte, a lista dos 36 deputados provinciais. Nela estavam Pedro Francisco, Francisco de Paula e Luiz Francisco. Manoel Francisco apareceria, mais tarde, entre os suplentes³⁴¹⁴. No jogo do poder provincial, as peças se armavam. Enquanto isso, na Corte, delineava-se a paisagem da eleição regencial. Não seria pacificamente que os moderados chegariam ao nome do Padre Diogo Antonio Feijó para a candidatura³⁴¹⁵. Pensou-se muito em Luiz Francisco como candidato, todavia, sairia, na verdade, Hollanda Cavalcanti.

Em abril de 1835, publicavam-se as prévias eleitorais. Talvez por isso, para contornar as perdas, em 6 de junho de 1835, Luiz Francisco apresentava à Câmara dos Deputados um projeto de maioria para Pedro II. Mas, aos 19 de junho, o projeto não era admitido à discussão. Todavia, aos 9 de junho, sairia o nome de Feijó como regente. Em Pernambuco, Feijó tinha obtido 179 votos contra os 354 de Hollanda, mostrando a força dos Cavalcanti na província. No entanto, a pequena diferença -575 votos - que havia entre Feijó e Hollanda, na contabilidade geral, mostrava a grande divisão política pela qual passava o Império naquele momento³⁴¹⁶.

³⁴⁰⁸ IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Rio de Janeiro, 08 de julho de 1831: carta de Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque

³⁴⁰⁹ IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Rio de Janeiro, 08 de julho de 1831: carta de Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque

³⁴¹⁰ CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas; CARVALHO, Marcus J.M. de. A Insurreição Praieira. In: **Almanack Brasiliense**. Disponível em: http://www.almanack.usp.br/PDFS/8/08_Forum_01.pdf. Acessado aos 24 de fevereiro de 2009, p. 14.

³⁴¹¹ CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado**: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801 – 1844). Recife: EDUFPE, 2013, p. 111 – 112.

³⁴¹² HEMEROTECA DIGITAL, **O Sete d’Abril**, 25 de junho de 1834.

³⁴¹³ HEMEROTECA DIGITAL, **O Sete d’Abril**, 25 de junho de 1834. “Ilustre Família” em itálico, no original.

³⁴¹⁴ APEJE, **Diário de Pernambuco**, 26 de fevereiro de 1835.

³⁴¹⁵ SOUSA, Octávio Tarquínio de. **Diogo Antonio Feijó**. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia/ USP, 1988, p. 209.

³⁴¹⁶ CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado**: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801 – 1844). Recife: EDUFPE, 2013, p. 128 – 130.

Mesmo com tudo isso, Pernambuco estava sob o poderio Rego Barros – Cavalcanti. A província estava nas mãos de Francisco de Paula. Na Assembléia local, estavam eleitos além do próprio Francisco de Paula, Pedro Francisco, Manoel Francisco e Luiz Francisco. No Rio de Janeiro, Hollanda, Sebastião e Francisco do Rego Barros comungavam os interesses.

Por 1837, o governo de Feijó seguia vacilante. As articulações de Bernardo Vasconcellos para o Regresso iam desgastando o governo, além das revoltas que iam aparecendo nas províncias. Tanto os jornais quanto os deputados, criticavam o padre de Itu³⁴¹⁷. Como indicara Cascudo, nesse momento, Hollanda perdera um pouco do predomínio político, “mas conservava o prestígio de sua sugestiva combatividade borbulhante³⁴¹⁸”. Entretanto, pelos dias do segundo semestre de 1837, ele já não tinha mais a companhia do seu irmão Luiz Francisco na Câmara. E aos 23 de março de 1838, o “Echo da Religião e do Império” noticiava a sua morte, ocorrida aos 13 de março.³⁴¹⁹

Em fevereiro de 1837 eram marcadas eleições para vaga no Senado, por Pernambuco. Foram candidatos Pedro de Araújo Lima, Hollanda Cavalcanti e seu irmão, Francisco de Paula. Hollanda saía o mais votado com 292 votos, seguido de Francisco de Paula (206) depois, Araújo Lima (186). No entanto, a carta imperial indicava o futuro Marquês de Olinda senador do Império³⁴²⁰. Dessa forma, o regente padre Diogo Antônio Feijó mostrava as suas pretensões. Já queria demitir-se da Regência. Como não se dava bem com muita gente, e não queria dar “a seus adversários políticos o prazer de dizerem que o haviam enxotado da regência³⁴²¹”, buscava escolher, para seu lugar, alguém com sobriedade política. E no dia 18 de setembro indicava Araújo Lima Ministro do Império. No dia seguinte, Feijó deixava a Regência. Era a vitória do Regresso, a subida ao poder do futuro Marquês de Olinda. O ministério nomeado por Araújo Lima trazia Bernardo Pereira de Vasconcellos como ministro da Justiça e Império. Ainda vinham Sebastião do Rego Barros na Guerra e Maciel Monteiro nos Negócios Estrangeiros: dois pernambucanos.

Devemos perceber, nesse momento, o que Marcus Carvalho e Bruno Câmara já haviam indicado: no nascimento dos partidos políticos no Brasil, havia Cavalcanti dos dois lados, o que beneficiava os jogos políticos nas buscas pelo poder. Hollanda ficava ao lado dos progressistas, e os seus irmãos faziam coro com os Regressistas³⁴²². Araújo Lima nomeara para a Presidência de Pernambuco, Francisco do Rego Barros: solução que não causaria tantas tensões. Afastava Francisco de Paula do poder direto, mas deixava o primo na presidência. Com essa forte coalizão de primos e irmãos, até 1842, não havia muita diferença entre conservadores e liberais, em Pernambuco, mesmo que cada um tivesse a sua atuação em espaço próprio³⁴²³.

Por esses dias acontecia, então, o auge da concentração de poder da política pernambucana nas mãos de uma família, donde os “cavalgados” deveriam pedir, por clemência, favores aos Cavalcanti. Era o coroamento de um longo caminho de trajetórias paralelas que se uniam, nesse momento, pelo poder. Apenas pelo interesse do poder. A “população” ficava fora das estratégias: só entrava aliciada por algum benefício, quando era necessário. Senhores abastados tomavam para si cargos públicos e abusavam das suas

³⁴¹⁷ SOUSA, Octávio Tarquínio de. **Diogo Antonio Feijó**. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia/ USP, 1988, p. 221 – 222.

³⁴¹⁸ CASCUDO, Luis da Câmara. **O Marquez de Olinda e seu tempo (1793 – 1870)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 163.

³⁴¹⁹ APEJE, **O Echo da Religião e do Império**, 23 de março de 1838.

³⁴²⁰ CASCUDO, Luis da Câmara. **O Marquez de Olinda e seu tempo (1793 – 1870)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, pp. 165 – 166.

³⁴²¹ MELLO MORAES, A. J. de. **Necrologia do senador Diogo Antonio Feijó**. Rio de Janeiro: Typographia Brasileira – Edictor J.J. do Patrocínio, 1861, p. 36.

³⁴²² CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas; CARVALHO, Marcus J.M. de. A Insurreição Praieira. In: **Almanack Brasiliense**. Disponível em: http://www.almanack.usp.br/PDFS/8/08_Forum_01.pdf. Acessado aos 24 de fevereiro de 2009, p. 14.

³⁴²³ CAVALCANTI JUNIOR, Manoel Nunes. “Praieiros”, “Guabirus” e “População”: as eleições gerais de 1844 no Recife. Recife: UFPE, dissertação de mestrado, 2001, pp. 38-39.

posições. Todavia, aos poucos, Rego Barros vai se distanciando dos primos, e dando as mãos a Araújo Lima. Era a estratégia para ir consolidado seu espaço político.

Até então, Pedro de Araújo Lima era regente interino. Após muitas discussões, marcaram-se eleições para o dia 22 de abril de 1838. Araújo Lima e o grupo do Regresso tinham claro e óbvio interesse de manter-se no poder. E ainda mais: o jogo estava quase ganho. A maioria parlamentar era de apoio regressista³⁴²⁴.

Nesse mar turvo e conturbado, aparecia a figura de Hollanda Cavalcanti como candidato da oposição. Ligar-se-ia a uns restos de votos e até das propagandas das eleições anteriores. Em Pernambuco, fazia pouco tempo que fora candidato a uma vaga senatorial³⁴²⁵.

Em janeiro de 1838, a lista tríplice das eleições senatoriais de Pernambuco atingiam as mãos de Araújo Lima. Hollanda Cavalcanti era escolhido dentre os três candidatos: Antonio Joaquim de Mello, um antigo revolucionário, Hollanda e Francisco de Paula. Não era sem interesses que Araújo Lima chamava Hollanda para o Senado. Sabia bem que ele era faca de dois gumes, mas, reconhecia que na orquestra imperial, Hollanda tocava violino e viola com a mesma desenvoltura. Caminhava entre todos os grupos, sem problemas. Era, mesmo, um defensor dos próprios interesses. A subida de Hollanda ao Senado pode ter sido alguma barganha quanto às eleições que se aproximavam³⁴²⁶.

Hollanda entrava na arena das eleições regenciais com poucas chances. O que percebe-se é a aliança existente se fazendo entre o ramo Rego Barros e Araújo Lima. O futuro Marquês de Olinda sustentava os Rego Barros em Pernambuco, e eles se resolviam com os primos Cavalcanti quando necessário fosse. Não parece que houve uma aliança contínua entre esses ramos familiares. As estratégias políticas de união apareciam quando eram necessárias, quando o jogo estava deixando de ser controlado por alguma mão Rego Barros – Cavalcanti. Mas, mesmo sem o apoio dos primos, Hollanda saía vitorioso em Pernambuco.

Muita gente escreveu nos periódicos. Os pseudônimos apareciam, aos montes, defendendo o melhor candidato. Mas, eram correspondências que se pediam publicação. Os jornais queriam deixar claro não ter nenhuma influência em suas ideias. É essa pretensa imparcialidade dos periódicos, tentando não aderir a nenhum dos dois principais candidatos, que nos leva a crer que não estava sendo fácil para os pernambucanos escolherem entre os dois chefes da província. Dizia o “Diário de Pernambuco”: “sentimo-nos animados dos mais vivos desejos de sustentar a escolha de ambos os cidadãos em quem reconhecemos igualmente mérito e capacidade³⁴²⁷”. Para o “Echo da Religião e do Império”, indicar um nome era imprudência, “pois então não queremos comprometer o nosso candidato, nem advogaremos o triunfo de nenhum dos que estão indigitados³⁴²⁸.” Era, pois, o reflexo da divisão Cavalcanti – Rego Barros, desse momento.

Aos 6 de outubro, era confirmado Pedro de Araújo Lima como regente do Império, com 4.308 votos. Seguindo vinha Hollanda, com 1.981. Mas, em Pernambuco, Hollanda vencia: 285 contra 183 de Araújo Lima³⁴²⁹. Todavia, Francisco do Rego Barros permanecia na Presidência da Província.

Em 1839, novas eleições para o Senado, por Pernambuco. Saíram eleitos Francisco de Paula (519 votos), Maciel Monteiro (384) e Antônio Joaquim de Mello (370). Aos 29 de

³⁴²⁴ CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado**: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801 – 1844). Recife: EDUFPE, 2013, p.144.

³⁴²⁵ CASTRO, Paulo Pereira de. “A experiência republicana”, 1831 – 1840. in: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Dispersão e unidade**: História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II, O Brasil Monárquico, volume 4. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p.75.

³⁴²⁶ CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado**: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801 – 1844). Recife: EDUFPE, 2013, p. 145.

³⁴²⁷ APEJE, **Diário de Pernambuco**, 18 de abril de 1838.

³⁴²⁸ APEJE, **O Echo da Religião e do Império**, 20 de abril de 1838.

³⁴²⁹ Câmara dos Senhores Deputados. Sessão em 06 de outubro de 1838. p. 63. Acessado em http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&DataIn=7/10/1838, aos 09 de maio de 2011.

setembro de 1839, era chamado Francisco de Paula, que tomaria assento em 1840³⁴³⁰. A força dos Cavalcanti de Albuquerque ia aumentando: Hollanda e Francisco de Paula estariam no Senado, defendendo os interesses da família.

Ao mesmo tempo, a Regência já estava desgastada. No entanto, só em 1843, Pedro II se tornaria maior. Os liberais se armavam para propor a maioridade. O interessante é que, no Clube da Maioridade, Hollanda Cavalcanti assumia a vice-presidência. E um dos membros era Francisco de Paula. Vai parecendo que os irmãos Cavalcanti de Albuquerque não estavam se alinhando com a política de Araújo Lima.

A causa da maioridade ia ganhando adeptos, e, como afirmara Kidder: “Lima, em desespero de causa, agarrava-se com todas as forças ao poder que lentamente lhe escapava das mãos³⁴³¹.” Em julho de 1840, caía Araújo Lima e subia um ministério junto com o Imperador. Assumia a pasta da Marinha, Hollanda; e a Guerra, Francisco de Paula. Com os dois irmãos no ministério, em Pernambuco, tudo permanecia como dantes. Francisco do Rego Barros seguia na Presidência da Província, mesmo que fosse gente de Araújo Lima. Mas, ao mesmo tempo, era primo dos Cavalcanti, e se resolviam em família. Todavia, nesse momento, surgia a figura de Nunes Machado, posicionando-se contra a maioridade. A atitude pode ser reflexo das boas relações de Nunes com Rego Barros, que mesmo sendo primo de Hollanda e Francisco, era apadrinhado de Araújo Lima. Ficava clara a cisão nas alianças³⁴³².

Quando Araújo Lima posicionou Francisco do Rego Barros, Barão da Boa Vista, na presidência da Província de Pernambuco, um grupo de bacharéis, se colocara ao lado dele. Dentre eles, estavam Joaquim Nunes Machado, Urbano Sabino e Antonio Affonso. Eram esses os futuros líderes do Partido da Praia³⁴³³. Fora através dos arranjos de Boa Vista e dos Cavalcanti, que esses jovens bacharéis adentraram a Assembléia Geral em 1838. Mas, Boa Vista, aos poucos, como disseram Bruno Câmara e Marcus Carvalho, ia se distanciando ainda mais dos seus primos. Buscava seu próprio espaço político. O problema era que Pedro Francisco ia ofuscando Boa Vista com sua influência entre os conservadores da província³⁴³⁴.

A partir de 1842, a política conciliatória do Barão da Boa Vista entrava em colapso. Poucos cargos para uma grande parentela, não dava para quem queria. Nas eleições gerais de 1842, subiam a Assembléia Geral Pedro Francisco, o Barão da Boa Vista e Sebastião do Rego Barros. Os jovens bacharéis ficavam fora da Assembléia Geral e dos Cargos Provinciais³⁴³⁵. Com tal desconforto, nascia o Partido Nacional de Pernambuco, ou da Praia, como costumaram chamar os “guabirus”, pejorativamente. Brigavam por parcelas do poder, e metiam a “população” no meio de toda essa confusão. Assim, Nunes Machado se articulava na Corte com Aureliano de Souza Coutinho. A aliança entre Aureliano e a Praia era, senão, o interesse do primeiro, em enfraquecer os Cavalcanti, tanto em Pernambuco quanto no Parlamento.

Por 1843, as eleições provinciais ainda apontavam o prestígio dos Cavalcanti e também, dos Rego Barros, em Pernambuco. Com todas as incertezas e tramóias, Pedro Francisco (670 votos) e Francisco de Paula (601 votos) encabeçavam a lista dos deputados

³⁴³⁰ COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos (1834 – 1850)**. Volume X. Recife: Arquivo Público Estadual, 1966, p. 169.

³⁴³¹ KIDDER, Daniel. **Reminiscências de viagens e permanências no Brasil: Províncias do Norte**. Brasília: Senado Federal, 2008, p.272.

³⁴³² CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801 – 1844)**. Recife: EDUFPE, 2013, pp. 163 – 164.

³⁴³³ MARSON, Izabel de Andrade. **O Império do progresso – A Revolução Praieira**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 191.

³⁴³⁴ CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas; CARVALHO, Marcus J.M. de. A Insurreição Praieira. In: **Almanack Brasiliense**. Disponível em: http://www.almanack.usp.br/PDFS/8/08_Forum_01.pdf. Acessado aos 24 de fevereiro de 2009, p. 15.

³⁴³⁵ CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801 – 1844)**. Recife: EDUFPE, 2013, p. 166.

provinciais, seguidos por Sebastião do Rego Barros (559 votos). Manoel Francisco (futuro Barão de Muribeca) também assumia vaga, ocupando espaço no poder: vinha em sétimo lugar (464 votos). Nunes Machado só aparecera em trigésimo oitavo (303 votos). Dessa forma, como era 36 o número de deputados à Assembléia, Nunes Machado não assumia vaga³⁴³⁶.

Mesmo assim, os praieiros se fortaleciam, e o modo mais simples de vencê-los era, ainda, a força e a repressão, além das falsificações. Ser maioria na Assembléia Provincial também era muito importante. Numa aliança que outrora estava concentrada entre Rego Barros e Cavalcanti de Albuquerque, agora, cada um ficava lutando pela sua nau, num mar de desesperos e guerras. No outro ano aconteceriam as eleições para a Assembléia Geral. O problema seria ainda maior para os seguidores do Barão da Boa Vista. E, em 1844, mesmo com todas as falcatruas eleitorais, quem saía vitorioso era o grupo da Praia. Alguém que assinava “O Miguel”, escrevera para Hollanda Cavalcanti aos 13 de setembro de 1844, e alertara: “Vou com fundada esperança de que o mal que hoje sofre Pernambuco há de produzir o bem de reunir todos os membros da tua família, e por termo ao fracionamento que existia: com efeito, se o não fizerem, serão altamente imbecis, altamente criminosos³⁴³⁷.”

No final, iam 13 deputados à Corte. Urbano Sabino Pessoa de Mello e Joaquim Nunes Machado foram segundo e terceiro da lista, respectivamente. Pedro Francisco saía em décimo, enquanto o Barão da Boa Vista em décimo segundo. O resultado final fora a solidificação do poderio do Partido da Praia em Pernambuco, formando uma bancada forte. Mas, era apenas em 1845, com a queda de Hollanda Cavalcanti do ministério, que os praieiros conseguiriam a chegada de Chichorro da Gama a Pernambuco. Para Joaquim Nabuco, “é a presidência de Chichorro (1845 – 1848) que assinala o pleno domínio da Praia³⁴³⁸”. Quando as forças Cavalcanti de Albuquerque – Rego Barros não se uniram, a Praia jogara suas fortes ondas contra as sólidas estruturas, carcomendo as suas bases. Ao serem forçados a dividir os apoios, perderam: os “guabirus” eram encerrados em suas tocas. Mas, como todo bicho esperto, ficava alerta. Em 1848, voltavam a se unir mais uma vez. Ao poder, retornaram.

Para conseguirem realizar o projeto de estar na maior parte dos espaços do poder, abraçando com todos os tentáculos as malhas que iam do juizado de paz ao senado – projeto antigo da família, calcado desde os dias do Brasil colônia de Portugal – que chega ao auge nos dias do século XIX – os Cavalcanti de Albuquerque, em certos momentos, fizeram algumas alianças com os seus aparentados. O que nos parece é que as mesmas possuíam a característica de não serem perenes: faziam-se, desfaziam-se e refaziam-se ao sabor dos interesses. Percebemos três grupos distintos trabalhando paralelamente, que se unem nos períodos de necessidade, atuando por Pernambuco, nos dias do Império do Brasil. Não era necessário que os três grupos estivessem na mesma aliança, ao mesmo tempo, como é o caso dos dias da Regência de Araújo Lima, donde é perceptível a aproximação de Francisco do Rego Barros, do Regente, e um certo afastamento do grupo “holandês”, mesmo que Araújo Lima tenha elevado ao Senado os dois irmãos Cavalcanti de Albuquerque no período da sua Regência, refletindo a extrema complexidade dessas alianças. O certo é que tanto os Rego Barros como Araújo Lima, além dos Cavalcanti de Albuquerque possuíam ambições próprias. Quando o ego era ferido, ou ameaçado, os elos se rompiam, ou talvez, pelo menos, se afrouxavam. Eram grupos paralelos que buscavam cada vez mais poder, e tantas vezes, se esbarravam nos limites uns dos outros. Se no início do Império do Brasil, os primos Cavalcanti e Rego Barros formavam grupo coeso, e tinham a proximidade de Araújo Lima, aos poucos se distanciavam pelos interesses próprios. Quanto mais espaço Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Camaragibe) ganhava na política pernambucana, mais Rego Barros ia se afastando, pelo comprometimento da extensão do seu poderio.

³⁴³⁶ APEJE, *Diário Novo*, 30 de setembro de 1843.

³⁴³⁷ IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Recife, 13 de setembro de 1844: Carta de “O Miguel” para Hollanda.

³⁴³⁸ NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 95.

Araújo Lima, que não atacava os Cavalcanti e nem os Cavalcanti a ele, mesmo quando os interesses eram prejudicados, percebia nos dias de 1848, que os adversários, naquele momento, dele e do grupo “holandês” eram comuns: uniam-se. Nos dias do reinado de Pedro II, tanto os irmãos Cavalcanti de Albuquerque quanto Araújo Lima e os Rego Barros continuavam no poder. E com o mesmo jogo de sempre. O Partido da Praia já havia se esfacelado. O interesse, agora, quando todos iam se assentando no Senado, eram os benefícios: quanto mais, melhor. Enquanto todas essas tramas iam sendo tecidas nos corredores da Corte, em Pernambuco, o Barão de Muribeca (Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque) continuava perseguindo os espaços do poder. Era peça importantíssima no jogo. Ia mantendo sua cadeira na Assembléia Provincial de Pernambuco.

BACHARÉIS EM DIREITO E CULTURA POLÍTICA NA PARAHYBA DO NORTE

Priscilla Emmanuelle Formiga Pereira³⁴³⁹
priscilla.formiga@outlook.com

Resumo: Pensar as dimensões da cultura política na Província da Parahyba do Norte durante a Praieira, nos leva a traçar um perfil dos agentes políticos que compuseram o cenário de tensões e relações de poder durante os anos que envolvem a revolta. O *status* e a performance destes políticos partem de um processo que ao longo de suas carreiras foram construídos a partir das relações que usufruíam suas famílias, a formação intelectual, barganhas por cargos públicos e principalmente das eleições constantes que acirravam as disputas pelo o poder na província. Deste modo, para esta abordagem, propomos observar a formação acadêmica destes agentes políticos que desfrutavam do título de bacharel em Direito como um indicador de prestígio na dinâmica da Cultura Política da Parahyba do Norte entre os anos de 1832-1850. Este interesse pelos os paraibanos que se tornaram bacharéis na Faculdade de Olinda, nos reporta a duas principais fontes: a publicação de Apolonio Nobrega na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de 1964; *Bacharéis Paraibanos de Olinda e Recife, de 1831 a 1860*. E o livro de Deusdedit Leitão; *Bacharéis Paraibanos pela Faculdade de Olinda 1832-1853* de 1966. A Faculdade surge enquanto um local de circulação de ideias, através do contato dos magistrados com o pensamento intelectual da época, que nos anos posteriores se articulam nas demandas políticas, disputando eleições e ocupando cargos importantes. Seguindo este panorama, buscamos trazer à tona o perfil destes agentes que durante o período que envolve o movimento da Praieira usufruíam notório engajamento no conflitante cenário político da província.

Palavras-Chave: Cultura Política; Parahyba do Norte; Bacharel em Direito; Praieira.

A História Política na Paraíba tem passado por renovações no que diz respeito a abordagens teóricas e metodológicas. A partir de trabalhos de cunho acadêmico, começou a constituir uma composição da trajetória política na Província durante o *oitocentos* traçada pela dinâmica e as intensas relações de poder a partir do conceito de Cultura Política. Estes exercícios, situam-se nas produções de uma historiografia recente que repensa o Brasil Imperial e contribui para ampliação de fontes; abordagens e repertórios teóricos.

Dentre estas produções, podemos citar o significativo debate proposto por Serioja Mariano em *Gente opulenta e de boa linhagem: família, política e relações de Poder*. A tese

³⁴³⁹ PPGH – UFPE

defendida em 2005, remonta as redes familiares e a inserção destes grupos na política da Província durante as insurreições de 1817 e 1824. O lugar das famílias durante estes dois eventos traçados pela autora, nos fornecem uma visão sobre a dinâmica política da província atrelada as alianças estratégicas que as mantinham no poder, bem como a participação que estes agentes políticos desempenhavam em instituições importantes da política imperial, tais como na administração das Juntas Governamentais e na Assembleia Geral constituinte.³⁴⁴⁰

Embora que o nosso recorte temporal seja outro, através das fontes consultadas³⁴⁴¹ encontramos sobrenomes desta *gente opulenta* nas décadas posteriores ao recorte cronológico de Mariano. O que demarca o sucesso das estratégias para permanência de algumas dessas famílias ao exercer o poder político na Província e a participação de alguns destes grupos no intenso debate político que abordamos a partir de um movimento específico³⁴⁴² na Paraíba.

Pensar as dimensões da cultura política na Província da Parahyba do Norte durante a Praieira, nos leva diretamente a traçar um perfil destes agentes políticos que se manifestaram durante a revolta. E este perfil, converge ao recorte da autora citada, de maneira que a elite política paraibana se configura sobretudo junto as relações de familiares, de parentelas, ligadas a terra. Porém, nossa abordagem propõe a formação acadêmica destes agentes políticos que desfrutavam do título de bacharel como um indicador de *status* na trajetória de ascensão ao poder. Um recorte que nos possibilita perceber umas das engrenagens que compõe as estratégias adotadas por essas famílias e sua permanência no Poder.

Essa dimensão nos faz observar estas relações em um recorte temporal mais amplo. A identificação destes renomados políticos nos conduz a investigar os vínculos de parte desta elite política paraibana junto à Faculdade de Direito, a partir da primeira turma de 1832, buscando perceber suas atuações posteriores a formação de Bacharel na política paraibana, e compreender a dinâmica da cultura política da Província no contexto do Segundo Reinado, sobretudo, nos anos do desenrolar da Revolta Praieira.

A Parahyba do Norte é normalmente considerada enquanto uma ilha isolada, uma província acessória a Pernambuco. É preciso destituir este lugar de isolamento e entender a província em sintonia com ideias, movimentos do seu tempo. Na observação do poder central que definiam as tendências políticas e nas dimensões socioculturais que envolviam o cenário político. É evidente que a Província estava vinculada a suas próprias querelas políticas, assumindo mecanismos próprios no plano da rua, de barganhas ao acesso do poder local. Contudo, torna-se claro que diante de inúmeros ajustes e estratégias de suas especificidades, estes agentes políticos dialogavam constantemente com a dinâmica nacional.

Deste modo, este perfil do político paraibano pode ser compreendido a partir da formação intelectual. A Faculdade de Olinda surge enquanto um local de circulação de ideias, através do contato destes magistrados com o pensamento intelectual da época, e que anos seguinte, ao saírem da Faculdade, se articulam nas demandas políticas da Província, disputando eleições e ocupando cargos de prestígio.

³⁴⁴⁰ MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Gente Opulenta e de Boa Linhagem**: família, política e relações de poder na Paraíba (1817-1824), João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 2013.

³⁴⁴¹ Os nomes destes políticos influentes aparecem em alguns dos Relatórios de Províncias que consultamos de 1839 a 1860. E na obra de Irineu Ferreira Pinto; *Datas e Notas para a História da Paraíba*, 1908.

³⁴⁴² Pensar a Praieira na Parahyba, é compreender um caso excepcional na trajetória de revoltas que demarcam a participação da província, sobretudo, tendo em vista que a revolta chega a Parahyba a partir da fuga dos membros engajados no combate de 2 de fevereiro de 1849, para o interior e à participação de adeptos ao movimento, na notória figura de Maximiano Lopes Machado, que na época era Juiz de Arêa, simpatizante da causa Praieira a partir de um posicionamento ideológico político liberal.

Sergio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1936), aponta que no Brasil o prestígio do profissional liberal é parte do costume que herdamos dos nossos colonizadores. Para o autor, em diversos momentos da história Portuguesa, “*uma carta de bacharel valeu quase tanto como uma carta de recomendação nas pretensões dos altos cargos públicos*”³⁴⁴³. Este trato com Bacharel, além de configurar um item importante na escalada ao poder, é apontado como algo a ser exaltado na percepção do indivíduo, atribuindo-lhe dignidade e importância ao conferir o título de Doutor. Este título é bastante recorrente nos Relatórios de Província, e em notícias de jornais tais como *Governista Parahybano*, – jornal que circulava semanalmente e divulgava informações acerca das questões políticas – encontramos nomes de políticos situados a referência do bacharel, como podemos observar

- Ao inspector da thesouraria de fazenda, comunicando que o baxarel Crispim Antonio de Miranda Henriques, entrou no exercicio de promotor interino da segunda comarca no dia 1º do corrente, conforme seu officio de 6 do mesmo.³⁴⁴⁴

Natural de Areia, Crispim Antonio de Miranda Henriques iniciou sua carreira como membro do partido Conversador, tornou-se bacharel no ano de 1849 pela Faculdade de Olinda, e após um ano de sua formatura já havia galgado o cargo de promotor interino de Bananeiras e no mesmo ano foi eleito Deputado Provincial. Henriques é apenas um dos exemplos dos diversos personagens que configuravam o panorama político da Paraíba neste contexto.

No dia 25 de janeiro de 1839 a Assembleia Legislativa Provincial anunciava nomes importantes, escolhidos para vice-presidentes da Província; Manoel Lobo de Miranda Henriques³⁴⁴⁵, Manoel Maria Carneiro da Cunha, Dr. Antonio José Henriques, Frederico de Almeida e Alburquerque, Dr. Francisco de Assis Pereira Rocha e Dr. Trajano Alipio de Hollanda Chacon. De maneira que Antonio José Henrques e Francisco de Assis Pereira Rocha formaram-se na segunda turma da Faculdade de Direito de Olinda em 1833, e Hollanda Chacon, membro influente do partido Conservador, e peça importante no combate aos revoltosos da praieira em Areia, tornou-se bacharel pela turma de 1835.³⁴⁴⁶

Dias anteriores, uma sessão ordinária de 16 de janeiro foi aberta tendo a sua mesa como 1º Secretário Dr. Baldoino Jose Meira, político influente na Capital ocupou cargos importantes no serviço público ao longo de sua vida.³⁴⁴⁷ Formou-se em Direito também em 1835. Nesta mesma turma formou Dr. José Tomaz Nabuco de Araújo Júnior, pai de Joaquim Nabuco, na época residia na Paraíba, acompanhando seu pai que ocupava o cargo de Presidente de Província.

Diante disto, José Murilo de Carvalho aponta que a educação superior foi um elemento de unificação ideológica da elite imperial a partir de três razões. A primeira razão parte do sentido que quase toda a elite do Brasil imperial possuía estudos superiores. A segunda direciona para a concentração da formação jurídica. E a terceira, após a independência, duas

³⁴⁴³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Raízes do Brasil. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969, p. 157.

³⁴⁴⁴ Fonte: **O Governista Parahybano**, 1 de Junho de 1850. Disponível <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo/jornais_diversos/o_governista_parahybano/O%20GOVERNISTA%20PARAHYBANO_01-06-1850.pdf>

³⁴⁴⁵ Manoel Lobo aparece na análise de Serioja Mariano sobre as ramificações da família Albuquerque Maranhão em Pernambuco e no Rio Grande do Norte. Lobo tinha vínculo a Francisco da Silveira, membro importante dos movimentos, através do casamento com sua filha, e teve participação icônica das insurreições abordadas pela a autora.

³⁴⁴⁶ DEUSDEDIT, Leitão. **Bacharéis Paraibanos pela Faculdade de Olinda 1832-1853**. João Pessoa: A União Cia. Editora, 1966.

³⁴⁴⁷ PINTO, Irineu. **Datas e Notas para a História da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, vol 2. 1977. Reprodução da edição de 1908.

capitais fornecem o bacharel em Direito, e uma delas inicia suas atividades em Olinda.³⁴⁴⁸ Deste modo, Olinda tornou-se para as grandes famílias influentes paraibanas, reduto intelectual e de treinamento para os membros que iriam compor o perfil do político da província ao longo do Império.

De acordo com Clóvis Beliváquia, em *História da Faculdade de Direito do Recife*, as aspirações dos brasileiros em possuírem o ensino superior remonta aos tempos coloniais, desde as reivindicações de movimentos como a inconfidência mineira, que apontava a necessidade de “*dotar a pátria livre com uma universidade*”.³⁴⁴⁹

Os debates sobre a instalações dos cursos superiores no Brasil, teve manifestação de diversos deputados. Beliváquia remonta a fala de Luís José de Carvalho e Melo, que ponderou a localização da faculdade em Olinda enquanto estratégica para os estudantes provenientes das províncias do Norte, “*atendia à grande divisão do país, que é, ao mesmo tempo, geográfica e sociológica: o Norte e Sul*” de maneira em que “*Pernambuco, representa, principalmente, as tradições liberais, o intenso amor à Pátria*”.³⁴⁵⁰ E de fato, posterior a fundação do curso jurídico em 1827, os filhos da elite paraibana buscavam o acesso à educação superior em Pernambuco ao longo do século, primeiramente em Olinda e a partir de 1857 em Recife.

No livro “*O espetáculo das raças*”, Lilia Moritz Schwarcz, dedica um espaço para debater o papel das faculdades de Direito no Brasil Imperial. Para a autora, a criação das faculdades em São Paulo e Olinda reverte na tentativa de construir uma nova imagem do Brasil. Esta por sua vez, configurada na distinção de sua outrora metrópole, na construção de novas leis e consciência política a partir da atuação de uma elite letrada que passou a cobiçar a profissão.

Esta cobiça é percebida no cenário da elite paraibana *oitocentista*, o interesse pelos os paraibanos que se tornaram bacharéis em Direito na Faculdade de Olinda, nos reporta a duas principais fontes: a publicação de Apolonio Nobrega na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* de 1964³⁴⁵¹; *Bacharéis Paraibanos de Olinda e Recife, de 1831 a 1860*. E o livro de Deusdedit Leitão *Bacharéis Paraibanos pela Faculdade de Olinda 1832-1853* de 1966.

Publicadas na mesma década, ambas obras seguem o movimento inaugurado por Clóvis Beviláquia, ao trazer a história da Faculdade e a trajetória de seus discentes. Seguindo este panorama, trazemos à tona estas figuras políticas que durante as décadas que envolvem o movimento da Praieira, estiveram compondo o cenário político e participaram do debate animado acerca do evento. Este cenário não se mede apenas durante o movimento, o *status* e a performance destes políticos partem de um processo que ao longo de suas carreiras foram construídos, a partir das relações que usufruíam suas famílias, das barganhas por cargos públicos, e principalmente das eleições constantes que acirravam as disputas pelo poder.

Dentre estas figuras, o primeiro paraibano a se formar, após cinco anos do Curso Jurídico em 1832, foi João José Ferreira Costa. Transferido de Coimbra, ingressou em Olinda onde pode concluir na numerosa turma de 41 concluintes³⁴⁵². Seguiu carreira política sendo

³⁴⁴⁸ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

³⁴⁴⁹ NORBERTO *apud* BEVILÁQUIA, Clóvis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. Recife: Editora Universitária, UFPE, 2012, p.17.

³⁴⁵⁰ *Idem*, p.22.

³⁴⁵¹ **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Volume 261, Janeiro-Março, 1964.

³⁴⁵² Os dados apresentados por Apolonio Nobrega apontam 33 concluintes. Porém, Clóvis Beviláquia (1951) e Deusdedit Leitão (1966) apontam 41 concluintes, dentre eles, figuras notórias do cenário político nacional; Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara, natural de S. Paulo de Luanda, foi jurisconsulto, ministro da Justiça que assinou a lei de n. 556, de 25 de junho de 1850 que estabeleceu medidas quanto ao tráfico de africanos. E Joaquim Nunes Machado, natural de Goiana, exerceu o cargo de juiz, seguindo carreira política e tornou-se figura importante da Praieira, morrendo à frente dos rebeldes no dia 2 de fevereiro de 1849.

eleito deputado geral para a 4ª legislatura no ano de 1841 junto a outros bacharéis de Olinda; capitão Joaquim José de Oliveira e Trajano Alipio de Hollanda Chacon que substitui na sessão Manoel Maria Carneiro da Cunha.³⁴⁵³

No ano seguinte, concluiu Antônio José Henriques, natural de capital da província da Parahyba do Norte. Pertencia a uma família de grande tradição política no partido Conservador, ao lado das expressivas atuações de seus irmãos; o Conselheiro Manoel Tertuliano Henriques, o Cônego Tomaz Henriques e Dr. Joaquim José Henriques, este último, também bacharel pela turma de 1843. Henriques exerceu vários cargos públicos, desde juiz municipal, juiz de Direito, inspetor da Tesouraria da fazenda e aposentou-se como subdiretor das Rendas públicas do Tesouro Nacional em 1882, além de possuir a comenda da Ordem da Rosa,

A sua atividade política foi das mais proveitosas e brilhantes. Participou da Assembléia Provincial durante a legislatura de 1838-39; governou a sua Província, como Vice-Presidente; representou a Paraíba na Câmara dos Deputados, teve, por duas vezes o seu nome incluído em listas tríplices para a escolha de Senador do Império; foi Presidente da Província de São Paulo e fez parte do Conselho do Imperador.³⁴⁵⁴

O Conselho de Estado reunia políticos de diferentes tendências, tendo enquanto principal objetivo consolidar a unidade nacional da monarquia. Maria Fernanda Vieira Martins faz análise do órgão no livro *A velha arte de governar: um estado sobre a política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Para a autora a elite educada em outras “artes de governar” passa por transformações políticas na passagem do XVIII para o XIX. Embora que mantenham uma linhagem política traduzida em relações e práticas de reciprocidade no “jogo clientelar”. Esses membros descendentes das antigas famílias que controlavam a política, detentores de cargos administrativos, de ajustam as mudanças de maneira que o passado destes homens acompanha os destinos políticos do país durante o Império.

Na província da Parahyba estas relações são conduzidas em nomes como o Antonio José Henriques, além de ser o único membro do Conselho do Estado proveniente da província, localizando a paraíba numa posição de prestígio junto ao poder central, sua linhagem remete-se ao Capitão-Cirurgião-Mor Feliciano José Henriques, português, que possuía grande representatividade política até sua morte em 1866. E este descolamento enquanto presidente de província em São Paulo, nos fornece um certo panorama da dinâmica de ação destes políticos que não se limitavam apenas a sua terra natal. Tal como, suas funções não conduziam apenas ao exercício de cargos propriamente políticos, mas também se dedicavam a atividades intelectuais, o próprio Henriques em 1857 publicou “*A Duplicata, matéria política à Câmara dos Deputados.*”³⁴⁵⁵

Outro bacharel influente neste período foi Francisco de Assis Pereira Rocha, antes mesmo de se formar na turma de 1833 em Olinda, já exercia influência política, ocupando cargo público, em 1827 no Conselho Geral da Província como vice-presidente. Exerceu a função Chefe de Polícia, Juiz de Direito, Provedoria da Santa Casa de Misericórdia e chegou a Desembargador da Relação de Pernambuco.³⁴⁵⁶ Enquanto juiz de Direito em exercício em Areia teve notória participação no julgamento em 22 de abril de 1853 no caso do assassinato de Trajano Chacon.³⁴⁵⁷

³⁴⁵³ DEUSDEDIT, Leitão. **Bacharéis Paraibanos pela Faculdade de Olinda 1832-1853**. João Pessoa: A União Cia. Editora, 1966.

³⁴⁵⁴ *Idem*, p.16.

³⁴⁵⁵ *Ibidem*, p.18.

³⁴⁵⁶ **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Volume 261, Janeiro-Março, 1964, p.12.

³⁴⁵⁷ Morto no episódio que sucedeu as eleições para deputado geral de setembro de 1849.

Neste mesmo seguimento, dentre as inúmeras figuras públicas paraibanas que foram alunos em Olinda, cabe o destaque a Trajano Alípio de Hollanda Chacon – referido anteriormente – influente líder do Partido Conservador de Areia, ocupou inúmeros cargos de prestígio na Província, inclusive no ano de 1839 ascende a presidência da província³⁴⁵⁸ na condição de vice-presidente, como podemos observar

À Assembleia Provincial, onde ocupou a 1ª Secretária, voltaria, ainda, para os biênios de 1842-43 e de 1844-45, tendo, antes, subido ao Parlamento Nacional, em 1838, como Deputado Geral em substituição a Manoel Maria Carneiro da Cunha. Logo depois era conduzido à Presidência da Província, no exercício de Vice Presidente, governando sua terra de 7 de Abril de 1839 a 22 de fevereiro de 1840, onde se portou com bravura e altivez ao sufocar o movimento armado que tentava apeiá-lo do governo.³⁴⁵⁹

O elogio da bravura e altivez de Trajano Chacon, nos remonta aos acontecimentos que nortearam sua estadia na presidência da Província. O primeiro, vinculado a um panorama político tenso deste início de segundo reinado, onde a Parahyba contribuiu com Império no combate da Balaiada no Maranhão³⁴⁶⁰. Onde o referido presidente interino convoca o povo paraibano para o restabelecimento da ordem pública como nos revela o edital transcrito por Irineu Pinto

“[...] em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro 2º. que Deus guarde & Faço saber a todos que tendo de marchar desta Província para o Maranhã hum auxilio Militar que coadjuve os bons Maranhases á prol do restabelecimento da Ordem Pública ora ali ameaçada por hua facção, que ousava perturbal-a; e convencido o governo da Provincia do espirito Patriotico e amor ao actual Sistema Político, que anima os corações que queirão fazer parte deste auxilio, quer seja com Soldados, assentando praça em 1.ª linha, quer como Guardas Nacionaes [...]”³⁴⁶¹

O segundo, demonstra como as relações políticas na província se configuraram de forma tensa, e as disputas pelo o poder poderiam se configurar, sobretudo, de forma violenta. Quando Deusdedit Leitão se refere “*sufocar o movimento armado que tentava apeiá-lo do governo*”, faz menção a um grupo de oposição que apoiava Manoel Lobo de Miranda Henriques,³⁴⁶² frente ao governo provincial. Através de armas, estes opositores reuniram oficiais da Guarda Nacional, invadiram o Quartel do Corpo da Guarda Nacional, o prédio da Alfandega. Dentre os participantes deste evento, Antonio Borges da Fonseca³⁴⁶³ teria liderado ação dos amotinados.³⁴⁶⁴

³⁴⁵⁸ Comunicação de posse do vice-presidente Trajano Alípio de Hollanda Chacon. Transcrito por Irineu Pinto em Datas e notas para a História da Paraíba, 1966.

³⁴⁵⁹ Idem, p. 23.

³⁴⁶⁰ Revolta ocorrida no Maranhão nos 1838 e 1841, tendo enquanto entres os protagonistas Raymundo Gomes. Irineu Pinto nos revela através da transcrição da ata de assembleia que seguiram para Pernambuco no dia 1.º de Junho “62 praças de pret e 4 officiaes” com o objetivo de incorporarem a expedição enviada pela província.

³⁴⁶¹ Edital convidando aos parahybanos para a pacificação da província do Maranhão. Transcrito por Irineu Pinto em Datas e notas para a História da Paraíba, 1966.

³⁴⁶² Manoel Lobo de Miranda Henriques foi um dos fundadores da agremiação do Partido Liberal em 1837.

³⁴⁶³ Antonio Borges da Fonseca teve intensa participação política, engajado na Confederação do Equador, e, posteriormente, na Revolta Praieira em Pernambuco dando continuidade ao movimento na província da Parahyba.

³⁴⁶⁴ PINTO, Irineu. **Datas e Notas para a História da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, vol 2. 1977. Reprodução da edição de 1908, p.150.

Embora o movimento tenha sido rapidamente abafado e o grupo disperso na freguesia de Santa Rita, o caso nos faz entender o quanto as relações políticas na província podiam ser motivadas pelo uso de armas para defenderem seus interesses, nos revelando uma faceta violenta das disputavam na arena política paraibana.

Em 1838 dois políticos renomados da província concluem o curso de Direito em Olinda. Astolfo José Meira, pertencente ao Partido Conservador na Capital, ocupou inúmeros casos dentre eles, Procurador Fiscal da Fazenda Provincial e a Procuradoria Geral da Santa Casa de Misericórdia.³⁴⁶⁵ E Felizardo Toscano de Brito, que atuou em 1848 enquanto líder do Partido Liberal, exerceu mandato de Deputado Geral de 1845-1847 e 1848-1849, foi professor de retórica no Liceu Paraibano, Diretor de Instrução Pública e Secretário do Governo da Província, chegando a presidência da província por duas vezes, além de destacada atuação na imprensa paraibana, frente do “Argos Parahybano”, (1850-1854) e posteriormente “O Commercio” (1855) e o “Despertador” (1859).³⁴⁶⁶

Toscano de Brito desempenhou importante papel em defesa dos correligionários liberais após o fracasso da Praieira na Paraíba, *“atendendo aos amigos perseguidos pelo ódio político dos situacionistas ou animando os companheiros nos dias incertos de ostracismo muito contribuiu para a consolidação e seguranças do Partido”*.³⁴⁶⁷

Dentre estes, o bacharel Maximiano Lopes Machado, formado pela turma de 1844. O curioso é que todos os concluintes paraibanos da turma de Lopes Machado tornaram-se importantes figuras que compuseram o partido liberal na província. É o caso de Antonio Manoel de Aragão e Melo, que durante o evento da revolta praieira, anuncia seu apoio aos revoltosos, como aparece n’O Reformista de 08 de setembro de 1849:

Na Assembleia Provincial o sr. Deputado Dr. Aragão acaba de fazer a seguinte revelação: "Quando em Fevereiro d'este anno eu recebi o officio do Presidente, para acompanhar do chefe de policia, que ia mandadoem comissão aos logares da provincia, onde se acharão as forças revolucionarias de Pernambuco, que a incadirão, eu fui immediatamente entenderem com 'S. Ex. e lhe dice pouco mais ou menos V. Ex. sabe, que eu simpathizo com as ideias do partido, que se insurguiu em Pernambuco, e que dezejo o triumpho d'essas idéas: portanto não espere que eu vá hostilizar a revolução e nem promover meios de a comprimir."³⁴⁶⁸

E Antonio de Souza Gouveia, que se elegeu Deputado Provincial 1848-1849, 1866-67, 1868-89, foi Juiz de Paz da Capital, administrador do Consulado Provincial, Procurador e provedor da Santa Casa de Misericórdia, teve papel importante no sistema educacional da província sendo diretor do Colégio de Educando Artífices, e Comissário da Instrução Pública na Capital. E Graciliano Adolfo Cavalcanti de Albuquerque, filho de ilustre família em Mamanguape foi eleito deputado 1846-47, e no biênio de 1848-49 subiu ao Parlamento Nacional.

Mas é a trajetória de Maximiano Lopes Machado que nos chama atenção. Após a formação em Direito exerceu o cargo de promotor público em Olinda, posteriormente foi nomeado Juiz Municipal de Areia. Onde exerceu destacada posição política pelo o Partido Liberal, sendo eleito nas legislaturas de 1846-47 e no biênio seguinte 1848-49³⁴⁶⁹. Neste

³⁴⁶⁵ Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Volume 261, Janeiro-Março, 1964, p.17.

³⁴⁶⁶ DEUSDEDIT, Leitão. **Bacharéis Paraibanos pela Faculdade de Olinda 1832-1853**. João Pessoa: A União Cia. Editora, 1966, p. 29-30.

³⁴⁶⁷ Idem, p.28.

³⁴⁶⁸ Disponível em

<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo/jornais_diversos/o_reformista/O%20REFORMISTA_08-09-1849.pdf>

³⁴⁶⁹ Ibidem, p. 52.

último ano, integrou-se ao movimento da Praieira quando os revoltosos fracassados no Recife buscaram a Paraíba como rota de fuga.

Com o fracasso do movimento em Areia, voltou a política paraibana após anistiado, tornando-se chefe do Partido Liberal e sendo eleito Deputado da Província em 1858, e posteriormente eleito 1860-1861. Com a conclusão do mandato mudou-se para Recife onde deu continuidade à sua carreira política e atividades intelectuais sendo Deputado da Provincial à Assembleia pernambucana nos anos de 1864-65, 1866-67, 1870-71 e finalmente 1878-79.

Lopes Machado, compõe um perfil do político bacharel, parte de uma educação que era marca distintiva da elite durante o império. Para José Murilo de Carvalho, esta homogeneidade era reforçada pelo local comum de formação, que após a independência resultou em gerações políticas distintas das anteriores vinculadas a Coimbra. Durante o contexto que remontamos a Revolta Praieira há uma substituição por uma geração brasileira de “políticos bacharéis”, pois

A criação das duas escolas jurídicas brasileiras mudou o quadro quanto ao de unificação. O regionalismo esteve muito presente durante os debates parlamentares sobre a localização o número de as escolas a serem criadas [...] Mas tendo em vista o tamanho do país e a força das rivalidades provinciais, a bipartição das escolas de direito poder se considerada antes uma concentração do que o oposto. [...]”³⁴⁷⁰

Deste modo, percebemos um perfil político através da formação jurídica, simbolizando uma das características da cultura política paraibana configurada justamente nesta formação. A Faculdade de Direito em Olinda tornou-se *lócus* na construção da formação de Conservadores e Liberais paraibanos, construindo redes de relações entres estes homens, contribuindo para o posicionamento ideológico e treinamento que foram necessárias para as tarefas de construção e disputa pelo o poder nas circunstâncias que a Província se encontrava.

As práticas políticas da Província da Parahyba do Norte durante o *oitocentos* contemplam uma dinâmica que conduz a esta visualização dos agentes político do Império. Uma elite atrelada a grandes famílias, indivíduos letrados, e, sobretudo, bacharéis em Direito. Porém, não devemos associar o fato de ser bacharel enquanto um fator determinante para que o indivíduo seja parte do panorama da elite política no Brasil. Esta elite se apropria do conhecimento acadêmico enquanto um produto sistemático de práticas que conduz estes grupos hegemônicos a se tornarem detentores do saber.

³⁴⁷⁰ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.82.

“UM VÉU DE SACRALIDADE”: OS ESCRAVOS DE SÃO BENTO E A GUERRA DO PARAGUAI, PERNAMBUCO, 1864-1870.

Robson Pedrosa Costa³⁴⁷¹
robsonpc@gmail.com

Resumo: No decorrer do século XIX, o Estado Imperial criou diversas restrições contra as Ordens Religiosas do Brasil, suspendendo a entrada de noviços e proibindo a “dilapidação” do patrimônio administrado por estas instituições. Para o Governo e o Parlamento, as Ordens seriam apenas administradoras de um patrimônio que de fato pertenceria à “nação” e, por isso, um dia todos os seus bens deveriam ser confiscados. Com a eclosão da Guerra do Paraguai, o Estado viu a oportunidade de pressionar as Ordens Religiosas a aderirem à “santa” guerra. Para as Ordens, era uma oportunidade de demonstrarem que não eram instituições “inúteis” e “decadentes”, como costumavam afirmar muitos deputados em debates acalorados, registrados nos Anais do Parlamento. As Ordens deveriam “oferecer” todos os escravos “animados” em ingressar nos Voluntários da Pátria. Neste estudo, analisaremos a relação tensa entre o Estado e a Ordem de São Bento do Brasil que, prevendo uma maior intervenção estatal em seu patrimônio, se viu obrigada a ceder à pressão, contribuindo para revestir a guerra com um “véu de sacralidade”. Buscamos, assim, aprofundar o debate, visto que os estudos sobre a Guerra do Paraguai apenas tocam no assunto, mas não se estendem na discussão. Pretendemos ainda desconstruir a ideia muitas vezes repetida pela historiografia de que o sentimento patriótico teria unido estas duas instituições (Estado e Igreja). Isso porque, ao analisarmos a documentação produzida pelos monges, percebemos o desconforto e a preocupação da Ordem no que tange à interferência do Governo em seu patrimônio. Por isso, vários Mosteiros abraçaram a causa, mesmo que contrariadamente.

Palavras-chave: Guerra do Paraguai; Voluntários da Pátria; Ordens religiosas.

O recrutamento dos escravos

Entre 1866 e 1870, três grandes debates parlamentares acabavam se entrecruzando em vários momentos: o recrutamento de soldados para a Guerra do Paraguai, a Questão Servil e o patrimônio das Ordens religiosas. O ponto comum entre estes três problemas era o trabalho escravo. Apesar da diminuição significativa da população cativo desde o fim do tráfico negreiro em 1850, a sua persistência tornara-se cada vez mais questionada por diversos grupos do Império, inclusive o próprio D. Pedro II. Por isso, inúmeros projetos emancipacionistas foram elaborados, uns de caráter mais liberal, outros mais conservadores. No Parlamento, a questão estava na boca de deputados defensores e contrários de uma maior interferência estatal na questão. O direito sobre a propriedade senhorial tirou o sono de muita gente.

Paralelamente a Questão Servil, havia um velho incômodo que precisava ser extirpado. Durante todo o século XIX, o Governo Imperial criou inúmeras medidas para restringir a autonomia administrativa das Ordens religiosas em relação aos seus bens, com o claro objetivo de se apropriarem do avolumado patrimônio pertencente a estas instituições.³⁴⁷²

³⁴⁷¹ Docente do Instituto Federal de Pernambuco (Campus Recife).

³⁴⁷² Sobre as medidas do Governo contra as Ordens religiosas e seu patrimônio, cf.: COSTA, Robson Pedrosa. Os monges emancipadores: a Ordem de São Bento e suas estratégias de liberação dos escravos, 1866-1871. *Revista Latino-Americana de História*, Vol. 4, n. 14 (2015). Disponível em: <http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/viewArticle/637>; Acesso em: 25/08/2016; MOLINA, Sandra. *A Morte da Tradição: a Ordem do Carmo e os escravos da santa contra o Império do Brasil (1850-1889)*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social, USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 2006.

Mas foi a partir de 1866 que o Parlamento acirrou as críticas contra as corporações de mão-morta,³⁴⁷³ construindo todo um aparato legal que contribuiu para aniquilamento, a médio prazo, das principais Ordens do país: os beneditinos e os carmelitas.³⁴⁷⁴

Para completar o quadro complexo e problemático dos anos 1864 e 1870, surge mais um problema a ser debatido com a máxima urgência: o recrutamento para a guerra. Se, por um lado, o contexto em que eclode a guerra coincide com a diminuição de mão-de-obra escrava para a lavoura, por outro, a necessidade de reposição dos soldados mortos no conflito platino exigia uma resolução urgente. Como conciliar, então, estas duas necessidades claramente conflitantes?³⁴⁷⁵ Com o desenvolvimento da guerra, o recrutamento forçado de homens livres (prática muito antiga em toda a América escravista)³⁴⁷⁶ se mostrou insuficiente para atender a demanda crescente por praças. A utilização deste contingente por si só já trazia grandes riscos às estruturas produtivas do país. Ao mesmo tempo não era capaz de abastecer satisfatoriamente as tropas. Recrutar ou não escravos se tornou um ponto sensível entre os debates parlamentares, que sempre saíam em defesa do sagrado direito de propriedade.³⁴⁷⁷

Por isso, no primeiro momento, os cativos foram deixados de lado, para assim evitar maiores transtornos à produção. Havia ainda os debates sobre a emancipação gradual, que se apresentava como um problema a longo prazo para todos os senhores do Império. Mas a realidade no front exigia sacrifícios. Já no início dos combates, era evidente o número inferior de soldados ao lado da Tríplice Aliança. Em novembro de 1864, “os efetivos dos exércitos variavam de 8.000 homens na Argentina para 18.000 no Brasil e na Banda Oriental”,

³⁴⁷³ *Corporações de mão-morta*: eis a definição corrente, são todas as comunidades que são perpetuas, e que por uma subrogação de pessoas reputam-se ser sempre as mesmas, e não sofrer mudança pela morte de seus membros. Dois caracteres as distinguem de outras *corporações*, também *peças jurídicas*, que não estejam no mesmo caso: 1º. a perpetuidade ou duração ilimitada, 2º. a proibição de alienar os imóveis de seu patrimônio. É dessa perpetuidade de existência, combinada com a inalienabilidade dos imóveis, que resulta a *mão morta*, ou estagnação de bens; o que é prejudicial. Se uma corporação for perpétua, e tiver a faculdade de alienar imóveis, não será corporação de *mão-morta*. E também não o será, se não tiver esta faculdade, mas for temporária. Todavia, se for longo o tempo de sua duração, o legislador poderia considerá-la corporação de *mão-morta*. [...] Art. 282. Na legislação antiga portuguesa há exemplos desses esquecimentos do passado, e aí está o indulto do Decreto de 16 de Setembro de 1817 que se tem entendido ser unicamente aplicável às ordens religiosas, e não às outras corporações de *mão-morta*. É duro desconhecer-se agora, como tenho visto, aquisições feitas há 60 e 70 anos, e aquisições legitimadas quanto a prédios urbanos pelas décimas recebidas. Do fervor religioso nada se tem hoje à temer. FREITAS, Augusto Teixeira de. **Código Civil**: esboço. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1860, p. 197-198. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=p70GAAAAYAAJ&pg=PA197&dq=m%C3%A3o-morta&hl=pt-BR&ei=UO_7TauGJIPY0QGxs63HAW&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=10&ved=0CFUQ6AEwCQ#v=onepage&q=m%C3%A3o-morta&f=false Acesso em: 17/06/2011.

³⁴⁷⁴ Ver, por exemplo, as duras críticas dos deputados Olegário e Otonni, na sessão de Sessão de 24 de julho de 1867. ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO. Câmara dos Srs. Deputados. Primeiro Anno da Décima-Terceira Legislatura Legislativa. Seção de 1867. Tomo 1. Rio de Janeiro, Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=BBdEAAAAYAAJ&printsec=frontcover&dq=ANNAES+1867&hl=pt-BR&sa=X&ei=SswGUeWvG8WHqQGDplCgDg&ved=0CFIQ6AEwBg#v=onepage&q=ANNAES%201867&f=false>; Acesso em: 11/06/12.

³⁴⁷⁵ SOUZA, Jorge Prade de. **Escravidão ou morte**: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Maud: ADESA, 1996, p.37-38.

³⁴⁷⁶ *Ibidem*, p. 57.

³⁴⁷⁷ *Ibidem*, p. 41.

enquanto o Paraguai contava com cerca de 64.000 homens, além de uma “reserva de veteranos avaliada em 28.000”.³⁴⁷⁸

Na tentativa de atrair mais homens para as fileiras do Exército e evitar o recrutamento de escravos, foi instituído o Decreto 3.371 (07 de janeiro de 1865), que criou, devido as “circunstâncias extraordinárias” em que se achava o país, o corpo militar denominado “Voluntários da Pátria”. Todos os cidadãos entre 18 e 50 anos que desejassem se alistar voluntariamente às Forças Militares receberiam inúmeras vantagens, como soldo, mais 300 réis diários e gratificação de 300 mil-réis quando dessem baixa. Receberiam ainda “22.500 braços de terras quadrados nas colônias militares ou agrícolas”. As vantagens não paravam por aí. Eles teriam direito a empregos públicos e os feridos em combate ou as famílias dos falecidos receberiam pensões ou meio soldo, de acordo com o posto que ocupava.³⁴⁷⁹ Na verdade, o objetivo deste decreto era permitir o aproveitamento da Guarda Nacional que, de acordo com a legislação que a criara, não poderia cruzar a fronteira. Mais tarde, em 1867, quando “a escassez de efetivos agravou-se”, o voluntariado foi estendido “a todos os cidadãos do Império”. Foi adicionado mais um incentivo: uma gratificação de 300 mil-réis logo que desembarcassem na corte.³⁴⁸⁰ Mas a solução encontrada no recrutamento voluntário se chocava com “um patriotismo declinante, em parte devido à insalubridade e à inanição nos postos de comando, somava-se um progressivo retraimento das forças aliadas”.³⁴⁸¹

Por isso, a necessidade crescente de mais soldados levou D. Pedro II a pressionar o Parlamento por meio do Conselho de Estado. Assim, no ano de 1866 (quando o Exército se preparava para a invasão do Paraguai, concretizado em abril),³⁴⁸² o Conselho colocou em pauta a discussão em torno da necessidade de recrutar cativos para servirem na Guerra. Não havia um consenso entre os conselheiros acerca de que escravos deveriam ser “preferíveis” para o alistamento, se os da Nação³⁴⁸³, os das Ordens religiosas ou os dos particulares.

Para Nabuco de Araújo todas as três categoriais deveriam ser incluídas, mas Paranhos discordava, considerando apenas os da Nação e os das Ordens, pois dessa forma não se colocaria em risco “a área produtiva do país”.³⁴⁸⁴ No entanto, sabia-se que o número de cativos pertencentes à Nação era reduzido e não havia dados confiantes acerca dos escravos

³⁴⁷⁸ COSTA, Wilma Peres. **A espada de Dâmocles**: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império. São Paulo: Editora Hucitec/ Editora da Unicamp, 1996, p.152. Sobre as dificuldades em torno do recrutamento, ver também: IZECKSOHN, Vitor. O Recrutamento de Libertos para a Guerra do Paraguai: considerações recentes sobre um tema complexo. **Navigator**: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 11, n. 21, p. 96-110, 2015.

³⁴⁷⁹ DECRETO Nº 3.371, DE 7 DE JANEIRO DE 1865. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW2.CAMARA.LEG.BR/LEGIN/FED/DECRET/1824-1899/DECRETO-3371-7-JANEIRO-1865-554492-PUBLICACAOORIGINAL-73111-PE.HTML](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decree/1824-1899/Decreto-3371-7-janeiro-1865-554492-PUBLICACAOORIGINAL-73111-PE.HTML). ACESSO EM: 10/08/2016.

³⁴⁸⁰ SOUZA, Op. Cit., p 58; Decreto 3.972 de 02 de outubro de 1867. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=61689&norma=77569>; Acesso em: 28/07/2016.

³⁴⁸¹ SOARES, Rodrigo Goyena. Nem arrancada, nem outorgada: agência, estrutura e os porquês da Lei do Ventre Livre. **Almanack**. Guarulhos, n.09, p.166-175, abril de 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/alm/n9/2236-4633-alm-9-00166.pdf>; Acesso em: 15/07/2016, p. 167.

³⁴⁸² COSTA, op. Cit. p.189. Segundo a autora, até esta data não havia ocorrido combates importantes.

³⁴⁸³ Eram escravos pertencentes ao Estado e destinados a trabalhos em estabelecimentos públicos, como fábricas e fazendas nacionais ou órgãos da Corte, como Arsenal da Marinha, colônias militares, etc. Foram libertados apenas em 1871, com a Lei do ventre Livre. No entanto, ficaram sob a supervisão do Governo por mais cinco anos. ROCHA, Ilana Pelicari. “Escravos da Nação”: o público e o privado na escravidão brasileira (1760-1876). **Anais do V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, 2011. Disponível em:

<http://www.escravidaoliberalidade.com.br/site/images/Textos5/rocha%20ilana%20pelicari.pdf>; Acesso em: 08/07/2016.

³⁴⁸⁴ SOUZA, Jorge Prata de. **Escravidão ou Morte**: os escravos na Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Maud/ADESA, 1996, p. 50-53.

das Ordens religiosas,³⁴⁸⁵ sempre cautelosas ao fornecerem informações sobre o seu cobiçado patrimônio. Além disso, arcar com a indenização de escravos particulares trazia o inconveniente de aumentar ainda mais os gastos com a guerra, já tão onerosos aos cofres públicos.³⁴⁸⁶

Outro conselheiro, Pimenta Bueno, entendia que o Governo deveria agir o quanto antes para negociar com os Superiores das Ordens Religiosas, sugerindo abonar em apólices “aos Conventos o prêmio de engajamento – 300\$000 por cada escravo apto para o serviço do exército”. E dizia ainda: “Os Superiores dos Conventos não podem desconhecer que essa libertação é uma obra pia e um serviço social”. Além disso, considerava que estas instituições não podiam negar a evidente contradição aos princípios da religião que corporações religiosas mantivessem a escravidão. Por fim, deixava claro que o Governo tinha o devido direito em intervir nos assuntos pertinentes ao patrimônio das Ordens, pois estas não podiam “ignorar qual é a natureza da propriedade de tais corporações”,³⁴⁸⁷ deixando claro que não possuíam os mesmos direitos que os senhores “particulares”.

O conselheiro Torres Homem afirmava serem “preferíveis” para o exército os escravos da Nação e os das Ordens religiosas. Para ele, a posse de escravos pelo Estado contrariava a “corrente de ideias” que então se configurava, criticando a manutenção da propriedade particular “de criaturas humanas”. Afirmou ainda que, mesmo com a Igreja Católica impugnando, combatendo e condenando “em todos os tempos e lugares a escravidão como oposta ao espírito do Evangelho, considerava ainda uma “anomalia” a conservação de “numerosa escravaria” em poder dos Conventos.³⁴⁸⁸

Como é possível perceber, os debates em torno da Guerra do Paraguai, da Questão Servil e do recrutamento de escravos evidenciou as contradições em torno da posse de escravos pelas Ordens religiosas. Não apenas por sua natureza religiosa, cristã, mas também pela perspectiva do direito de propriedade, ponto este repetidamente destacado nos debates entre 1866 e 1870, tanto no Parlamento quanto no Conselho. E quando os projetos emancipacionistas ganharam fôlego neste mesmo contexto, não faltaram críticas e propostas de soluções para o rico patrimônio das Ordens. No anteprojeto que daria origem à Lei do Ventre Livre de 1871, seus proponentes pretendiam incluir um artigo específico sobre os escravos das Ordens, estabelecendo um prazo máximo para a libertação. No entanto, o referido ponto foi retirado do projeto final.³⁴⁸⁹

Apesar de vários conselheiros apontarem o número reduzido de escravos tanto da Nação quanto das Ordens, estes pareciam menos complicados de se recrutarem. Isso porque, os cativos de particulares apresentavam grandes inconvenientes, principalmente neste contexto de diminuição da força produtiva escrava e maior interferência do Estado na Questão Servil. Mas, diante dos desdobramentos da guerra, o Governo não poderia abrir mão desse contingente bem superior. Por fim, todos que pudessem contribuir com seu patriotismo seriam muito bem recompensados. Menos as Ordens religiosas.

As ordens religiosas na “berlinda”

As relações entre Igreja e Estado sempre foram delicadas ao longo do século XIX. No entanto, nas palavras de Hugo Frago, a tensão e o conflito entre estas instituições foram atenuados pela Guerra do Paraguai. “O sentimento patriótico” os “uniu profundamente”, afirma o autor. Segundo ele, com a ajuda da Igreja, a guerra foi encoberta com “um véu de

³⁴⁸⁵ Ibidem, p. 50-51.

³⁴⁸⁶ ATAS DO CONSELHO DE ESTADO PLENO. Terceiro Conselho de Estado, 1865-1867, p. 09. Disponível em:

http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS6-Terceiro_Conselho_de_Estado_1865-1867.pdf; Acesso em: 08/07/2016.

³⁴⁸⁷ Ibidem, p. 48.

³⁴⁸⁸ Ibidem, p. 54.

³⁴⁸⁹ Sobre o assunto, cf. COSTA, Robson Pedrosa. **Os monges emancipadores**, op. Cit.

sacralidade”, legitimando as ações do Governo contra o Paraguai.³⁴⁹⁰ Neste sentido, as Ordens religiosas assumiram um importante papel, não necessariamente numérico, pois o número de escravos enviados à guerra foi reduzido. Mesmo diminuto, os escravos das Ordens não foram poupados, e logo os Superiores dos Conventos receberam ofícios convocando-os a abraçar a santa causa patriótica em curso.

Somando todos os escravos alforriados para a guerra (Nação, particulares, substitutos, Conventos, etc.) chegamos a cifra de 2.751 recrutas. Entre 1866 e 1869 foram libertados 95 escravos pertencentes aos “Conventos” para servirem no Exército.³⁴⁹¹ Mas até o final da guerra outros foram enviados. Isso porque, os dados oficiais não são confiáveis. Ao nos confrontarmos com a documentação oficial da Ordem Beneditina encontramos informações divergentes. E os monges eram muito rigorosos quanto a posse de seus escravos.

No entanto, apesar das divergências numéricas, consideramos que seu papel foi muito mais simbólico que quantitativo, na tentativa de demonstrar publicamente seu apreço e “subordinação” ao Estado Imperial, além de ajudar na legitimação religiosa do confronto. Quem sabe, até, influenciar os demais senhores escravistas a si sensibilizassem com a causa.

Tarefa nada fácil. Desde o início da guerra, as autoridades locais agiram sorrateiramente, recrutando ilegalmente escravos em todas as partes do país. Isso gerou inúmeros protestos por parte de senhores inconformados com o “arbitrio do Governo”. As autoridades locais, mesmo conscientes do fato, remetiam cativos ao campo de batalha sem a permissão do proprietário.³⁴⁹² Inúmeros casos demonstram esta prática em diferentes capitais do Império, levando o Governo a tomar medidas mais efetivas para o recrutamento de escravos dos particulares. Diante desse crescente descontentamento, o Governo decidiu atrair o patriotismo senhorial através de uma indenização para cada cativo entregue por seus senhores. Além disso, resolveu dar o exemplo. Em 06 de novembro de 1866, concedeu liberdade gratuita aos escravos da Nação que estivessem em condições de servirem ao Exército. A partir de então, a pressão aumentou.³⁴⁹³ Os proprietários particulares e as Ordens deveriam demonstrar seu apoio. De diferentes formas, ambos foram “motivados” a abraçarem a causa.

Em dezembro de 1866 chegou a vez das Ordens religiosas demonstrarem seu patriotismo, oferecendo escravos para lutarem contra a “tirania” instalada no Paraguai. Através do ministro do Exército, cartas foram enviadas aos conventos e mosteiros de todo o país, solicitando a libertação de escravos para servirem na guerra. De acordo com as deliberações do Conselho de Estado, os cativos deveriam ser primeiramente libertados e só então transformados em soldados. Para o conselheiro visconde de Itaboraí, as circunstâncias da guerra e do recrutamento deveriam suscitar a emancipação “muito gradual e lentamente realizada”, assumindo-se a alforria como “o meio correto de incrementar os batalhões”.³⁴⁹⁴

O Abade Geral da Congregação Beneditina (residente no Mosteiro da Bahia) tomou as devidas providências para atender às novas exigências do Governo. Fr. Manuel Pinto recomendou aos outros mosteiros do país a enviarem aqueles cativos que se demonstrassem “animados” para irem a guerra. O mesmo Abade Geral sugeriu que não enviassem mais que vinte escravos, não só porque não tinham muitos, mas também porque não deveriam ficar

³⁴⁹⁰ FRAGOSO, Hugo. A Igreja na Formação do Estado Liberal (1840-1875). In HAUCK, História Fagundes et al. **História da Igreja no Brasil: ensaio a partir do povo: segunda época**. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 151.

³⁴⁹¹ SOUZA, Op. Cit. p. 80.

³⁴⁹² Ver também: RODRIGUES, Marcelo Santos. **Os (In) Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai (a participação da Bahia no Conflito)**. (Dissertação de Mestrado). Pós-graduação em História da UFBA. Salvador, 2001. Disponível em: <http://www.ppgh.ufba.br/wp-content/uploads/2013/12/Os-voluntarios-da-patria.pdf>; Acesso em: 10/07/2016.

³⁴⁹³ DECRETO Nº 3.725-A, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1866. DISPONÍVEL EM: <HTTP://WWW2.CAMARA.LEG.BR/LEGIN/FED/DECRET/1824-1899/DECRETO-3725-A-6-NOVEMBRO-1866-554505-PUBLICACAOORIGINAL-73127-PE.HTML>; ACESSO EM: 20/07/2016.

³⁴⁹⁴ SOUZA, op. Cit. p. 51-52.

“sem gente para a lavoura”. Deixou livre para que cada casa decidisse o quantitativo a ser disponibilizado, de acordo com a “necessidade de cada mosteiro e lavoura”. Recomendava, contudo, “prudência nesse negócio”,³⁴⁹⁵ deixando claro sua posição ambígua neste patriotismo forçado.

Já o Abade do Mosteiro do Rio de Janeiro (pela proximidade com a sede do poder) teve uma conferência particular com Zacarias de Goes e Vasconcelos, presidente do Conselho de Ministros. Pressionado mais intimamente, foi levado (ou talvez, motivado) a apresentar vinte escravos para combater no Paraguai.³⁴⁹⁶

Mas o Abade Geral, no mesmo ofício acima, nos revelou que o governo provincial desejava agir de forma mais direta no recrutamento dos cativos da Ordem. Segundo o Presidente da Província da Bahia, seria formada uma Comissão que, juntamente com o Chefe de Polícia, escolheria todos os escravos que pudessem pegar em armas, a seu critério. Em troca, os mosteiros receberiam a quantia correspondente de 400\$000 por cada escravo. Este arbítrio foi questionado pelo Abade Geral, argumentando que “julgara inconveniente tal aparato” pois, da mesma forma que os particulares não seriam obrigados a concederem seus cativos, o mesmo deveria ser aplicado aos mosteiros, evitando-se, assim, resultados danosos. O Presidente acabou concordando, deixando o Abade livre para oferecer os que quisesse. E assim o fez, apresentando dez escravos para servirem na guerra. Depois de inspecionados, todos receberam suas cartas de alforria e entregues à Presidência. O Abade Geral disse ainda que outros poderiam ser oferecidos, à medida que fossem julgados aptos pelo Exército.³⁴⁹⁷

Apesar dos esforços de todos os envolvidos, os embates foram inevitáveis. Até por que, o patriotismo sacralizado tinha seu preço. Em 06 de abril de 1868, o Abade Geral Manuel Pinto respondeu um ofício encaminhado pelo Coletor de Rendas da Província, que cobrava o envio de mais cativos, como havia prometido. Segundo o monge, o seu mosteiro já havia entregue à Presidência dezoito escravos, todos devidamente de graça. No entanto, o Abade informou que havia acordado com o presidente que só enviaria novos escravos se assim recebesse o mesmo valor pago aos particulares. Neste tempo, mandou três libertos para lutarem na guerra, mas como não recebeu o valor acertado, nenhum mais mandou e nem mandaria mais. E assim foi sua “resolução”.³⁴⁹⁸

Não sabemos se a dívida do Governo com a Ordem Beneditina foi quitada. Mas não há evidência que demonstre que o mosteiro da Bahia tenha enviado outros escravos. Além disso, o “tom” utilizado pelo Abade deixa claro seu descontentamento com os rumos do recrutamento e o tratamento desigual do governo em relação às Ordens.

Os filhos de são bento

Quem foram os escravos beneditinos escolhidos para a guerra?

Em 08 de março de 1867, o Governo de Pernambuco enviara um ofício ao Mosteiro de Olinda, agradecendo o “ato de patriotismo e interesse pela causa pública praticada pela Ordem Religiosa”, que libertou oito escravos para servirem no Exército.³⁴⁹⁹ Na verdade, como consta nos documentos internos da Ordem, o Mosteiro de Olinda enviou nove libertos, todos devidamente rebatizados com o nome de seu “ex-senhor”: João de Sena de São Bento, Júlio de São Bento, Severiano de São Bento, Cirino de São Bento, Maurício de São Bento, Benedito de São Bento, Luís Bejó de São Bento, Francisco de Paula de São Bento e José de São Bento.³⁵⁰⁰ Destes nove, pelo menos quatro deles proporcionaram grandes inconvenientes aos beneditinos de Pernambuco antes de se transformarem em “heróis”.

³⁴⁹⁵ 26 de dezembro de 1866. Processos escravos, 1831-1871, Livro 160, Arquivo do Mosteiro de S. Bento de Olinda.

³⁴⁹⁶ Ibidem.

³⁴⁹⁷ 26 de dezembro de 1866. Processos escravos. Arquivo do Mosteiro de São Bento de Olinda.

³⁴⁹⁸ Ibidem.

³⁴⁹⁹ 08 de março de 1867, Palácio do Governo de Pernambuco. Processos escravos. Arquivo do Mosteiro de Olinda.

³⁵⁰⁰ Ibidem.

Em 09 de setembro de 1863, Fr. José de S. Júlia Botelho, subprior do Mosteiro de Olinda, deixou registrado em uma carta enviada ao Abade da Paraíba³⁵⁰¹, que havia encontrado) o escravo Júlio e outros do mesmo engenho tomados de amarelidão. Júlio era o pior entre os doentes, levando o monge a “labutar” por sua melhora. Aplicou, ele mesmo, remédios no dito escravo, para amenizar seu cansaço e seu inchaço, fazendo-o exercitar o corpo, obtendo, com isso, um resultado “vantajoso”. Contudo, o jovem escravo (“moleque moço”) era conhecido como “muito ladrão e preguiçoso”, tanto que os seus companheiros de cativeiro se afastaram dele, não conseguindo um único parceiro de roça. Mesmo assim, quando recuperado de sua enfermidade, pediu ao referido Fr. José “terra para o trabalho”.

Com efeito, o monge entregou ao escravo Júlio “uma terra maneira e boa”, a qual se mostrou satisfeito, sentimento este também compartilhado pelo beneditino, pensando “que ele desta vez tomaria vergonha”. Contudo, segundo Fr. José, a intenção do escravo era outra. Seu intuito era, com o aval do monge, “sair e poder beber, comer de tudo e vadiar, a título de ir para seu serviço”. Desta forma, conseguiu ser liberado no sábado, no domingo e na terça-feira, quando “ajuntou toda a sua roupa em um saco” de farinha e fugiu, escondendo-se no Mosteiro da Paraíba.

O monge só daria falta dele às 8 horas da noite, quando o procurou para a Doutrina Cristã. Para Fr. José, tal fuga teria como possível motivo o “algum receio de castigo”, desculpa mesmo de um escravo “muito preguiçoso e vadio”. Afirmava ainda que o roçado e a lavoura que tinha, assim como o trabalho executado durante o tempo que serviu ao Mosteiro, definiam muito bem o seu caráter, referindo-se a ele como desordeiro e preguiçoso. Pedia, então, ao Abade da Paraíba que não tivesse compaixão dele, devendo ignorar suas “lamúrias”.

Pedia que seu castigo servisse de exemplo para “todos os vadios, preguiçosos e tratantes” como ele, possibilitando assim, perante os demais cativos, moralizar a escravatura. Ao que parece, a solução para vadiagem e a preguiça de Júlio foi enviá-lo para a guerra, como ato de profundo patriotismo dos monges bentos. Um problema a menos para se preocupar. Mas ainda havia outros.

Em 1866, o Abade Fr. Antônio do Patrocínio Araújo informava em seu relatório que havia enviado ao Mosteiro da Bahia o escravo Cirino, oficial de carpina. Pretendia com isso “corrigir” este escravo que, apesar de “desordeiro e autor de insubordinação entre seus parceiros”, era suscetível de emenda.³⁵⁰² Tudo indica que a emenda não alcançou os resultados esperados. E lá se foi mais um escravo para o Exército.

A Guerra do Paraguai também serviu como alternativa a muitos escravos para fugirem das agruras do cativeiro. De fato, rumar em direção à guerra era um anseio de muitos. Enquanto os homens livres (principalmente da Guarda Nacional) resistiram ferozmente ao recrutamento (além do alto índice de deserções)³⁵⁰³, muitos escravos consideraram um bom negócio se alistarem, mesmo sem o consentimento de seu senhor. Certamente, as redes de solidariedades contribuíram para que se espalhassem entre os cativos as inúmeras vantagens estabelecidas pela legislação vigente. O sonho por uma vida mais digna e a “grande mudança de status” fez crescer o número de fugas para o front. “Ter direito a soldo permanente, comida, vestimenta e, ainda mais, o respeito que a farda impunha certamente representava o oásis que povoava o sonho de muitos escravos”, afirma Souza.³⁵⁰⁴ Tantas “oportunidades” possibilitaram a construção do sonho de uma vida melhor longe da exploração senhorial,

³⁵⁰¹ O documento não deixa claro a quem foi endereçada a dita carta, indicando que poderia ser o Abade da Paraíba, pois era muito comum cativos de um lado e de outro fugirem buscando acolhida de um determinado monge, como veremos adiante. Processos escravos, 1831-1871. Arquivo do Mosteiro de Olinda.

³⁵⁰² Estado, 1863-1866, p. 347. In Manuscritos do Arquivo do Mosteiro de São Bento de Olinda In **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, Vol. XLII, 1948-1949 (1952).

³⁵⁰³ SOUZA, p. 59-60, op. Cit.

³⁵⁰⁴ Ibidem.

mesmo conscientes dos rigores do cotidiano miliar e dos riscos de morte em combate.³⁵⁰⁵ Contudo, segundo Souza, as promessas de “regalias” oferecidas pelo Governo jamais foram cumpridas.³⁵⁰⁶

Mas o escravo Cassiano não sabia disso. Em 27 de fevereiro de 1864, bem antes do início do conflito (iniciados apenas em novembro, com o avanço paraguaio em território brasileiro)³⁵⁰⁷, ele simplesmente desapareceu. Cassiano costumava acompanhar o Abade Geral Fr. Manuel e, sem motivo aparente, fugiu, sem deixar vestígios. Possivelmente teria encontrado entre os papéis do seu amo um velho “passaporte” que um dia teria usado em sua companhia, mas “nunca para seguir sozinho”. O Abade sugeria, numa carta enviada ao Mosteiro de Olinda, que anunciasse sua fuga nos jornais, apresentando todos os seus sinais físicos. Seu desejo era vendê-lo ou remetê-lo ao Rio São Francisco, onde haviam propriedades beneditinas. E assim termina sua carta claramente magoado: “se por ventura ele aparecer, não o quero mais para o meu serviço”.³⁵⁰⁸

Não sabemos ao certo quando e como Cassiano decidiu aparecer, mas não retornou mais para a Bahia, ficando sob a tutela do Mosteiro pernambucano. Contudo, em 14 de janeiro de 1865, ele decidiu novamente fugir, desta vez para assentar praça na Companhia dos *Voluntário da Pátria*, com o suposto nome de João Francisco das Chagas. Estas informações estão contidas no ofício escrito pelo então Abade Fr. Antônio do Patrocínio, encaminhado ao Presidente da Província Antônio Borges Leal Castelo Branco. O monge dizia que Cassiano havia se evadido de seu poder, quando o ex-Abade, ao se retirar para a Bahia, teria deixado o dito cativo para os seus serviços. A busca pelo fujão já durava pelo menos oito meses, pedindo providências para que o escravo fosse colocado em “segurança” até que reunisse os documentos comprobatórios de sua posse.³⁵⁰⁹ Ao que parece, o Mosteiro decidiu se livrar de mais um problema, aproveitando a exigência do recrutamento e, claro, o desejo “animado” do escravo fujão em seguir para a guerra.

Semelhante fato aconteceu com o cativo Silvério, que “ausentou-se” do engenho Mussurepe em 1865. Ele também assentou praça no Exército, para “marchar no teatro da Guerra do Paraguai”. Quando o escravo foi devolvido ao Mosteiro, o Abade tentou esclarecer que o fujão não era forro, como havia iludido a todos. Mas, atendendo o desejo do cativo em servir à nação, ele se juntou aos nove selecionados para a guerra. Segundo o Abade, esta concessão era mais uma prova de que a instituição não havia esquecido os “clamores da nossa Pátria”, principalmente naquela “guerra que tantos males” tinha causado à nação.³⁵¹⁰ E lá se foi Silvério cumprir o seu desejo de servir a nação (por interesses patrióticos ou de olho na liberdade!).

Mas o caso deste escravo remontava há alguns anos. Em 19 de junho de 1863, Silvério havia conseguido do Conselho Beneditino³⁵¹¹ sua alforria “gratuita”, sendo obrigado, contudo, a prestar mais três anos de serviço ao Mosteiro. Dois anos depois, ele parecia ter inculcado que o tempo de serviço fora cumprido, considerando-se forro de acordo com as próprias determinações dos monges.³⁵¹²

Cassiano e Silvério fazem parte de uma “estatística” que caracterizou o período da Guerra do Paraguai. Dale Torston Graden destacou que no contexto da guerra houve um aumento considerável de fugas de escravos, muitas destas com objetivo de se alistarem no Exército. Outros tantos também visaram as cidades e o interior, gerando inúmeros distúrbios nas várias regiões do país. A polícia do Rio de Janeiro relatava a dificuldade de manter a

³⁵⁰⁵ IZECKSOHN, op. Cit., p.101.

³⁵⁰⁶ SOUZA, op. Cit. p. 72.

³⁵⁰⁷ COSTA, op. Cit. p.152-153.

³⁵⁰⁸ Bahia, 27 de fevereiro de 1864. Processos escravos. Arquivo do Mosteiro de Olinda.

³⁵⁰⁹ Assuntos Eclesiásticos, V.12, 01 de abril de 1865, fl. 55. Arquivo Público de Pernambuco.

³⁵¹⁰ Livro dos Conselhos, op. cit., 22 março 1865. In Manuscritos, op. Cit.

³⁵¹¹ Formado pelo Abade do Mosteiro e demais monges para deliberar sobre questões internas, incluindo a alforria de determinado escravo.

³⁵¹² Ibidem, 19 de junho de 1863.

ordem sobre a população escrava, pois alguns cativos teriam convencido seus companheiros que eles haviam conseguido a liberdade, mas os senhores estavam ignorando a lei. Em consequência, inúmeros incidentes de fugas foram registrados.³⁵¹³ O aumento das fugas e do clima de tensão em algumas localidades, teriam colocado o Parlamento em alerta, temerosos de que possíveis insurreições de escravos fossem deflagradas, como ocorrera em Demerara, na Bahia e em outras regiões.³⁵¹⁴

Graden conclui que os escravos reagiram diante das oportunidades criadas com a guerra. Eles fugiram dos senhores e se alistaram no Exército, ou para junto dos quilombos, escondidos em Salvador ou em outras províncias. Grupos de escravos apareceram diante da polícia e juizes para apelar por proteção contra os abusos de senhores, além de fazerem contato com “sociedades abolicionistas” que emergiam em Salvador na década de 1860.³⁵¹⁵

Além dos mosteiros da Bahia e de Pernambuco, o Rio de Janeiro também enviou seus voluntários. Na verdade, o maior número de libertos saiu deste mosteiro. Oficialmente, foram vinte escravos alforriados para a guerra. Porém, em uma correspondência enviada ao Mosteiro de Olinda, encontramos uma lista detalhada contendo 28 escravos “animados” para exercer seu patriotismo. Não sabemos os motivos do não envio de todos os cativos selecionados. A partir dos dados extraídos, é possível traçar um perfil dos escravos enviados para a guerra.

Dos vinte e oito escravos, apenas oito foram registrados como “filhos legítimos”, citando-se o nome da mãe e do pai em quase todos os casos. Os demais têm apenas o nome de sua mãe registrado, evidenciando uma filiação resultante de uma relação sem matrimônio. Apesar dos beneditinos incentivarem o casamento de seus cativos através de concessões (como acesso ao roçado e a alforria), o concubinato e a prostituição era um problema que afligia muitos Abades.³⁵¹⁶

Em relação a cor, 11 eram pardos, 11 crioulos e 4 cabras. Nenhum é citado como “preto”. Vários autores destacaram que entre os escravos da Ordem de São Bento predominavam os “mulatos”. Esta seria uma questão bastante controversa na história beneditina. Um viajante inglês chamado George Stauton deixou em suas observações a expressão “escravos brancos de São Bento”, após uma visita ao Rio de Janeiro em 1798.³⁵¹⁷ Segundo Vivaldo Coaracy, brancos os escravos não eram, “mas caprichavam os monges em selecionar para o serviço dos mosteiros mulatos tão claros que poderiam passar por brancos, não fosse a sua condição de cativos; e por eles pagavam alto preço”.³⁵¹⁸ Gilberto Freyre foi ainda mais longe, afirmando que os “frades [monges] argutos, no Brasil, andavam sempre a fazer experiências de genética com os seus escravos para chegarem à conclusão, no século XVIII, de que os melhores, os mais dotados de inteligência e de talento, eram os mulatos”.³⁵¹⁹ É claro que esse trecho de *Sobrados & Mocambos*, pode ser lido a partir de vários vieses, no entanto, no que tange a um processo de branqueamento dirigido, embora tenhamos encontrado na documentação várias referências a escravos mulatos, não há nada que possa corroborar com esta polêmica. O que ocorreu, de fato, foi um processo natural de crioulição da escravaria beneditina, pois estes monges foram paulatinamente deixando de depender do tráfico, estimulando as cativas a conceberem muitos filhos.³⁵²⁰

³⁵¹³ GRADEN, Dale Torston. **From Slavery to Freedom in Brazil: Bahia, 1835-1900**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2006, p. 68-70.

³⁵¹⁴ Ibidem, p. 72.

³⁵¹⁵ Ibidem, p. 81.

³⁵¹⁶ Cf. COSTA, Robson Pedrosa. **A Ordem de São Bento e os escravos do Santo, Pernambuco, Séculos XVIII e XIX**. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em História da UFP. Recife, 2013.

³⁵¹⁷ Apud PIRATININGA Jr., Luiz Gonzaga. **Dietário dos Escravos de São Bento**: originários de São Caetano e São Bernardo. São Paulo: HUCITEC; São Caetano do Sul: Prefeitura, 1991, p. 30.

³⁵¹⁸ Ibidem, nota 33, p. 220.

³⁵¹⁹ FREYRE, Gilberto. **Sobrados & Mocambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. Rio de Janeiro: Record, 1998, p. 604.

³⁵²⁰ COSTA, Robson Pedrosa. A Ordem de São Bento, op. Cit. p. 68-69.

Em relação à idade, com exceção de Beraldo, com 43 anos, todos estavam em plena idade produtiva, entre 17 e 38 anos. A maioria, na verdade, se encontrava na faixa etária entre 17 e 28 anos, totalizando dezessete cativos. Dos vinte e oito listados, doze apresentaram discriminado suas profissões: 1 alfaiate, 1 calafate, 1 cozinheiro, 1 enfermeiro, 1 curraleiro, 3 carpinteiros e 4 pedreiros. Por fim, todos eram escravos nascidos em propriedades beneditinas.

Considerações finais

Na sessão de 2 de agosto de 1869, a Assembleia Geral, tratando da proposta do Orçamento do Império para os anos de 1869-1870, decretava, entre outras medidas, que as Ordens religiosas deveriam pagar um imposto sobre a renda anual dos terrenos, dos prédios rústicos e urbanos. A posse de escravos maiores de 12 anos também passaria a ser taxada, “na mesma razão conforme se acharem eles a serviço ou em quaisquer estabelecimentos”, aumentando-se em 2% a cada ano (Art.21).

Todavia, a cobrança destes impostos só seria efetivada às Ordens religiosas “que não se responsabilizassem perante o Governo a converter os bens de que trata o artigo antecedente em apólices intransferíveis da dívida pública interna no prazo de seis anos [...]” (Art.22). Estariam isentos ainda as Ordens que declarassem que os filhos de suas escravas estariam livres a partir de então. O mesmo se estendia para aquelas instituições que, ao libertarem seus escravos, estabelecessem uma “cláusula de reservas de serviços” que não ultrapassassem dez anos.³⁵²¹ Diante de uma conjuntura de acirramento das pressões, a Ordem de São Bento decidiu libertar todos os seus escravos, um dia depois da divulgação da Lei do Ventre Livre, 29 de setembro de 1871.

Em 1 de outubro, o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro anunciava que a Ordem Beneditina do Brasil poderia registrar nos fatos de sua história “mais uma brilhante página, que há de honrar em todos os tempos e diante dos olhos do mundo inteiro”. Esta mesma Ordem teria sido responsável pelo primeiro passo “na estrada da emancipação”, libertando o ventre de suas escravas ainda no ano de 1866, dando o “primeiro grito de alarma” por “uma associação” neste vasto Império em favor da ideia humanitária, que todos os princípios de civilização e de progresso estavam havia muito reclamado” por todos.³⁵²²

As façanhas da Ordem em direção à liberdade foram inúmeras, informava o autor. Passaram cartas de alforria para aqueles que desejaram “um quinhão de glória nas fileiras do exército brasileiro” (Guerra do Paraguai) e outras medidas que visavam facilitar por todos os meios a emancipação daqueles que ainda se encontravam em cativeiro. Mas porque, então, os beneditinos não deram antes um passo mais decisivo em direção a liberdade? O autor do artigo argumentava que tal medida não foi tomada antes por causa de “prudência”,³⁵²³ pois os religiosos beneditinos receavam abalar a propriedade particular, “que se acreditava ameaçada pelo progresso da ideia emancipadora”. Contudo, no dia 29 de setembro de 1871, cessaram-se todos os obstáculos que impediam “o ímpeto dos sentimentos humanitários” que haviam alvorecido no Capítulo Geral de 1866.

³⁵²¹ Sessão de 2 de agosto de 1869. ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, op. cit. O texto final determinou-se que a cláusula de reserva de prestação de serviço não deveria ultrapassar cinco anos. Lei n. 1764 - de 28 de junho de 1870, art. 18, Capítulo III, Disposições geraes. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=56123&norma=71974>; Acesso em: 15/10/2011.

³⁵²² *Jornal do Commercio* (RJ), 1 de outubro de 1871. Título: “A Ordem Beneditina Brasileira e a emancipação da escravatura” – “Publicações a Pedido”. Biblioteca Nacional/Rio de Janeiro - BNRJ (Periódicos).

³⁵²³ Esta ideia de “prudência” era compartilhada inclusive por abolicionistas que, apesar de apelarem para que o Governo apressasse o processo, defendiam que suas medidas não deveriam perturbar “radicalmente a fábrica da sociedade”. CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e Bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, p. 64.

Como podemos perceber, apesar dos esforços da Ordem em demonstrar ao Governo e ao Parlamento o importante papel que desempenhara ao longo de sua história e principalmente nos anos recentes, o resultado não lhe foi favorável. As pressões continuaram até seu quase aniquilamento. A partir de 1871, os relatórios dos Abades demonstram como a libertação dos escravos prejudicou a sua economia, levando muitos mosteiros a arrendarem engenhos e fazendas. Além disso, a década de 1870 afetou como um todo as relações entre a Cruz e a Espada, solapando uma relação que durante muito tempo se apresentou como “indissolúvel”.³⁵²⁴ No fim, suas inúmeras “façanhas” não foram suficientes para amainar a ira de deputados irreconciliáveis com instituições taxadas abertamente como inúteis, desnecessárias. Nem mesmo seu patriotismo forçado foi capaz de convencê-los a permitir sua autonomia secular. Seu patrimônio foi avassalado, sua liberdade restringida, sem gozar de qualquer reconhecimento de seu papel “glorioso” nas fileiras do exército.

“SOLDADO SEM ESCOLHA”: O RECRUTAMENTO MILITAR DE INDIVÍDUOS “PERIGOSOS” PARA COMPOR OS BATALHÕES DA GUARDA POLICIAL DA PROVÍNCIA DO PARÁ (1836-1850)

*Thailana de Jesus Cordeiro Pereira*³⁵²⁵
thailana_19@hotmail.com

Resumo: Este artigo analisa a reforma militar realizada pelo presidente da província do Pará Francisco José de Sousa Soares d’Andrea durante seu governo como medida de contenção e repressão aos cabanos. O objetivo deste artigo é compreender a reforma militar no Pará não apenas como uma política de repressão aos cabanos, mas principalmente abordar uma nova perspectiva dessa política. Analisa-se os diversos personagens que foram recrutados para compor as fileiras do Corpo Policial de 2ª Linha do Pará. Também objetiva-se estudar o funcionamento desta instituição militar e sua importância em desarticular o movimento cabano, na tentativa de restaurar a ordem imperial na província, assim como os diversos problemas que dificultavam esse objetivo.

Palavras chave: Cabanagem, Guarda Policial, Reforma militar, Amazônia, século XIX.

A reforma militar de Soares D’Andrea

O período que cerca a história do Pará entre os anos de 1835 a 1850 perpassa pela história da construção do Estado Imperial, principalmente com a derrota do movimento cabano. A Cabanagem foi um movimento político-social que assolou a província do Pará neste período, transparecendo as graves contradições e insatisfações existentes nas mais variadas classes sociais. Uma dessas classes foi a militar.

Alguns militares da Guarda Nacional, insatisfeitos com o sistema organizacional da instituição que os oprimia direta ou indiretamente, acabaram por se juntar aos cabanos sendo a força armada do movimento (por se identificar em suas reivindicações e críticas ao poder imperial).

Em discurso à Assembleia Provincial no dia 2 de março de 1838, Soares d’Andrea (presidente da província do Pará de 1836 a 1838), relatava que devido o envolvimento da

³⁵²⁴ Expressão cunhada por BOXER, Charles. **O Império Colonial Português 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.242.

³⁵²⁵ Especialista em Educação para Relações Etnorraciais pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA, Mestranda em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará - UFPA e bolsista do CNPq. Email: thailana_19@hotmail.com

maioria dos soldados no movimento cabano, a Guarda Nacional deveria ser extinta, por acreditar que não poderia confiar a segurança da província em suas mãos, já que foram de suas fileiras que saíram os assassinos de seus próprios oficiais, e os que ajudaram ao assassinio das primeiras autoridades em janeiro de 1835. Por acreditar que a Guarda Nacional foi prejudicial em quase todos os lugares da província, a Assembleia Geral do Império, a pedido de Andrea, autorizou o Governo a extingui-la por três anos, sendo substituída pelas guardas policiais.³⁵²⁶

Com a Guarda Nacional extinta, restaram poucos soldados nas tropas militares para fazer a guarnição da província, cerca de dois mil homens de tropas, sendo que, mil e trezentos eram de outras províncias, porém, Andrea acreditava que este numero de soldados era insuficiente para concluir a pacificação e sustentar a paz na província, uma vez que o território era grande e a disposição ao crime era geral.³⁵²⁷ Assim, as forças legalistas não possuíam soldados suficientes para fazer a guarnição da província. Dessa maneira, necessitava-se de voluntários, pois para o Governo provincial, fazer um recrutamento seria muito trabalhoso e teria-se muitas despesas com homens pouco disciplinados e sem experiência em manuseio de armas.

O alistamento voluntário era uma maneira de o governo provincial evitar que homens não desejosos pegassem em armas, garantindo assim, a disciplina e a fidelidade dos soldados. Assim, o governo evitava o fortalecimento do exército, que poderia representar uma nova ameaça à legalidade. Porém, estava bastante difícil conseguir voluntários, o que obrigou os liberais moderados a permitirem o recrutamento na tentativa de suprir a necessidade de policiais para fazer a guarnição da cidade.³⁵²⁸

Cabia aos Comandantes Militares fazer o recrutamento, alistando todos os homens entre 15 e 50 anos de idade que podiam pegar e manusear armas na tentativa de formar corpos de guardas numerosos, sendo estes indivíduos recrutados, obrigados pelos Comandantes, a empregar sua força de coação para perseguir e reprimir os rebeldes, além de prender vagabundos e empregá-los em trabalhos de utilidade pública. Conforme Bastos,³⁵²⁹ essa tarefa de combate aos cabanos e ordenamento da província ficou a cargo de uma corporação militar chamada Guarda (ou Corpo) Policial de 2ª Linha, criada em 1836 pelo presidente d'Andrea como uma das estratégias de repressão ao movimento cabano. A Guarda Policial esteve em funcionamento de 1836 até meados da década de 1850, quando foi desmobilizada para dar lugar novamente a Guarda Nacional extinta durante o período da Cabanagem.

Os Comandantes Militares possuíam ordens específicas, elaborados pelo próprio Andrea que deveriam ser executadas nos diversos distritos da província, e mesmo antes de deixar a presidência da província do Pará em 1839, Soares d'Andrea preocupou-se em deixar instruções aos Comandantes Militares para que mesmo após a sua saída da presidência continuassem a realizar o trabalho que foi iniciado na sua chegada em 1836:

[...]

Art. 6º. Formará uma Guarda Policial composta de todos os indivíduos sem exceção que forem capazes de pegar em armas que tiverem de 15 a 50 anos completos, escolhendo dentre as pessoas mais abastadas, ou de maior

³⁵²⁶ Discurso com que o Presidente da Província do Pará faz a abertura da 1ª sessão da Assembleia Provincial no dia 2 de março de 1838. Typographia Restaurada de Santos e Santos menor, Rua d'Alfama, nº. 39, p. 20. Disponível no site: Center for Research Libraries.

³⁵²⁷ Idem, p. 21.

³⁵²⁸ Idem, p. 19. Sobre alistamento e recrutamento militar ver: NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. **“A soldadesca desenfreada”**: politização no Grão-Pará da Era da Independência (1790-1850). Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009, 341 p.

³⁵²⁹ BASTOS, Carlos Augusto de Castro. **Os braços da (des)ordem**. Indisciplina militar na Província do Grão-Pará (meados do XIX). Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004, 273 p.

representação, e sobretudo, os oficiais das antigas milícias, e ordenanças as mais hábeis para oficiais da dita Guarda, e me fará proposta para eu lhes mandar passar as nomeações, se assim o entender [...].

Art. 7º. Dará a Guarda Policial a forma regimental ou de batalhões de infantaria pesada, segundo as antigas milícias, seguindo os Regulamentos delas, com exceção unicamente na escolha dos indivíduos, que serão todos os capazes de pegarem em armas, como fica dito. Salvo feita a escolha para os Corpos de Trabalhadores.

Art. 8º. A mais rigorosa disciplina será conservada nos corpos de 1ª Linha que estiverem debaixo do seu comando, e dada também à Guarda Policial, fazendo-a entrar em regular ensino, como se fossem soldados da 1ª Linha, todos os castigos em caso de insubordinação ativa, ou insultante será pronto e rigoroso, e nunca será reputado excessivo.

Art. 9º. Depois de organizada a Guarda levantará, com a concorrência de todos os indivíduos dela, um Quartel para servir de deposito das armas, de prisão do Corpo e de Quartel da Ordem: o que sempre é possível, sendo obra de muitos, e utilidade de todos.

Atr. 10º. Terá a maior vigilância na prisão dos desertores, sejam de mar ou de terra, e fará publicar nos seus Distritos, que sendo ilegais todos os atos das autoridades intrusas, também são ilegais as baixas por elas dadas, e que me consequência se devem apresentar para o serviço todos os Soldados que tiverem tido tais baixas, alias serão tidos como desertores: e lhes dará prazos para se apresentarem, como entender que é justo, segundo as circunstâncias locais.

[...] ³⁵³⁰

Como podemos observar nos artigos mencionados acima, a reforma militar feita por Soares d'Andrea representou um mecanismo não só de punição aos rebeldes e seus aliados, mas também um projeto morigerador, pois para Andrea, os indivíduos recrutados após passarem por um forte controle disciplinar nos quartéis pelos Comandantes Militares, e serem reeducados moralmente, transformar-se-iam em exímios "cidadãos de bem" mantenedores da ordem e da paz.

Assim, as forças armadas legalistas representaram o funcionamento da política de ordenamento e disciplinarização de uma província mergulhada em um caos social.

Uma das estratégias de Andrea para formar as Tropas Militares para fazer a guarnição da cidade, foi convocar e realistar os antigos praças que haviam sofrido baixas nos governos irregulares anteriores, bem como recrutou os rebeldes que não haviam cometido crimes muito graves, para que sob um forte controle militar e disciplinar fossem (re)educados cívica e moralmente. Também recrutou todos os desocupados, mestiços e negros livres para os Corpos de Trabalhadores para a realização de trabalhos compulsórios em obras públicas ou particulares.

Levando em consideração que os Corpos de Trabalhadores possuía critérios muito mais específicos de cor e condição social de quem deveria ser recrutado (homens mestiços e negros livres e sem ocupação comprovada) em relação a Guarda Policial, que era bem mais abrangente (todos os homens entre 15 e 50 anos de idade capaz de manusear armas). Muitas vezes os Comandantes Militares tinham dúvidas sobre para qual instituição deveriam enviar os homens passíveis de recrutamento, se para a Guarda Policial ou para os Corpos de

³⁵³⁰ Exposição do Estado e Andamento dos Negócios da Província do Pará no ato que fez da entrega da presidência o Exmº Marechal Francisco José de Souza Soares d'Andrea ao Exmº Dr. Bernardo de Souza Franco no dia 8 de abril de 1839. Tipografia de Santos e Menor. Pará, 1839, p. 19, 20.

Trabalhadores.³⁵³¹ Dessa forma, é possível que homens mestiços ou negros livres tenham sido recrutados para a Guarda Policial ao invés dos Corpos de Trabalhadores devido a necessidade de formar Corpos numerosos em alguns distritos da província, além de que, as duas instituições possuíam o mesmo objetivo: disciplinar e reeducar.

Segundo Pina,³⁵³² as atitudes tomadas por Andrea na elaboração dessas estratégias de reestabelecimento da ordem e de reestruturação da cidade, tanto física quanto econômica, cultural e moralmente, passavam pelo fator que denota uma clara dominação racial. Ou seja, Andrea acreditava que esses indivíduos, por sua natureza, eram predispostos aos vícios e desvios de caráter, já que viviam em estado de barbárie e extrema pobreza, por isso necessitavam ser controlados, disciplinados e reeducados e o recrutamento militar seria a solução para esses problemas.

Tomando como base o recrutamento militar para compor os batalhões da Guarda Policial, todos os indivíduos considerados perigosos à ordem imperial, o objetivo deste artigo, é analisar a tentativa de alguns desses indivíduos em livrar-se do recrutamento militar, através da análise dos Autos de Justificação. Esta documentação está localizada no fundo do Judiciário no Arquivo Público do Estado do Pará. Estes autos de justificação serão analisados neste artigo como uma maneira do réu no processo de crimes provar sua inocência do seu não envolvimento na cabanagem, no intuito de livrar-se do recrutamento militar. Nosso objetivo não é atestar a veracidade do documento ou mesmo do relato dos réus e das testemunhas, mas partir deles, e analisar os caminhos utilizados pelo réu para convencer o juiz da sua inocência.

Outro objetivo deste artigo é entender, a partir do recrutamento, o funcionamento das tropas militares de 2ª Linha, quais suas funções, como atuavam, dentre outras coisas. E para isso, serão analisados os processos de Autos Crimes, também localizados no fundo do Judiciário no Arquivo Público do Estado do Pará. Estes processos nos permitirão entender não só os deveres dos Guardas Policiais, mas principalmente, os conflitos existentes entre os moradores dos diversos distritos da província e os soldados da Guarda, além dos conflitos entre os guardas e as autoridades superiores.

O recrutamento militar e os autos de justificação

Segundo Fuller³⁵³³ era dever do Estado garantir a ordem, o progresso e a civilidade da nação, e para isso era necessário manter sob controle e disciplina a população cativa e pobre livre. Dessa maneira, foram elaborados diversos mecanismos legais para a coação dessa população, como os recrutamentos para compor as tropas policiais ou militares, formas de punição à vadiagem e ociosidade de muitos indivíduos. Mas não qualquer indivíduo, mas aqueles que eram considerados pelas autoridades imperiais “perigosos”.

Na concepção de Raiol,³⁵³⁴ para manter esse controle, Soares d’Andrea juntamente com outras autoridades imperiais elaboraram, sendo posteriormente aprovada pela Assembleia Legislativa Provincial, a Lei de nº 2 de 25 de abril de 1838, que determinava o recrutamento de todos os indivíduos mestiços, pretos livres e sem ocupação comprovada para os Corpos de Trabalhadores, sendo, porém, selecionados os melhores indivíduos para

³⁵³¹ BASTOS, Carlos Augusto de Castro. As armas da Ordem: a Guarda Policial de 1ª Linha da Província do Grão-Pará (meados do séc. XIX). In: **História Militar da Amazônia: Guerra e Sociedade** (séculos XVII-XIX). (Orgs.) Alírio Cardoso, Carlos Augusto Bastos, Shirley Maria Silva Nogueira. 1 ed. Curitiba, CRV, 2015, p. 181-194.

³⁵³² PINA, Maria da Graça Gomes de. **Cabanagem: o vulcão da anarquia?**. Università degli Studi di Napoli “l’ Orientale” – UNIOR. Napoli, 2008. Disponível em: <http://www.uefs.br/nep/labirintos/edicoes/01_2008/07_artigo_maria_da_graca_gomes_de_pina.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2013, 14 p.

³⁵³³ FULLER, Claudia Maria. Os Corpos de Trabalhadores: política de controle social no Grão-Pará. In: **Fascículos LH: Laboratório de História/Departamento de História / UFPA**, n. 1, 1999.

³⁵³⁴ RAIOL, Domingos Antônio. **Motins políticos ou a história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835**. 3. vol. Belém, Universidade Federal do Pará, 1970, p. 988.

compor os batalhões de Guardas Policiais. Para Raiol, tais atitudes de Andrea representaram valiosos recursos contra os rebeldes, assim como retirou-lhes seus melhores soldados, mandando alistar nos batalhões de Guardas Policiais e nos Corpos de Trabalhadores todos os indivíduos residentes nos Distritos, dando a esses indivíduos ocupação regular, além da imposição da disciplina militar e de uma (re)educação de amor ao trabalho e da moralidade.

Porém, muitos indivíduos utilizavam-se de diversos recursos para não serem recrutados para a Guarda Policial ou para os corpos de trabalhadores, pois o recrutamento significaria ser retirado de seu convívio familiar e social para exercer trabalhos forçados e gratuitos, além de estarem sujeitos à diversas punições, prisão e abuso por parte dos comandantes militares. Os autos de justificação é um desses recursos, utilizado pelos indivíduos para tentar provar o seu não envolvimento na cabanagem, livrando-se assim, do recrutamento.

Os autos de justificação é uma medida cautelar de caráter voluntário que se constitui a partir de uma audiência em que testemunhas se apresentam ao juiz voluntariamente com o intuito de provar a existência de um fato. Estes autos podem servir como prova num processo judicial ou apenas como um documento complementar, sem relevância no processo. Na justificação não se admite defesa nem recurso, devido ser um documento complementar no processo que pode ou não ser usado como prova, sendo sua finalidade, apenas provar a existência de um fato. Por isso, o juiz não se pronuncia sobre a veracidade dos testemunhos.³⁵³⁵

A análise dos autos de justificação neste artigo é importante porque neles contém não só o crime de que o réu está sendo acusado, mas as suas características pessoais e sociais. Se era casado, se possuía filhos, a cor da sua pele, sua profissão, etc. Além da descrição do réu, também possui das testemunhas, assim como a proximidade da testemunha com o acusado, como se conheciam, há quanto tempo se conheciam, e o porquê de estarem testemunhando. Estes detalhes são importantes no entendimento de quem são estes réus, de que estão sendo acusado, quem era suas testemunhas, qual a importância destas testemunhas na sociedade, e principalmente, porque seus esforços em comprovar a veracidade dos seus relatos. Analisando estes detalhes, estaremos entendendo não apenas os motivos desses indivíduos de livra-se do recrutamento militar, mas o que o recrutamento representava para eles.

O primeiro caso a ser analisado dos autos de justificação é de Felis José Tenório. Seu processo foi aberto em 20 de maio de 1840 e julgado pelo juiz Manoel Fernandes Ribeiro, Juiz de Paz do 1º Distrito da capital.³⁵³⁶

Felis José Tenório é um preto liberto que tenta provar através dos autos de justificação que possui mais de 60 anos de idade, e para isso, convoca para suas testemunhas, pessoas influentes na sociedade. Sua primeira testemunha é o Presbítero Secular, Reverendo Cônego da catedral Antonio Macário Alves da Costa, natural de Belém, Branco, 38 anos. Em seu testemunho ele afirma que em 1818 saiu do Seminário Episcopal, conheceu o justificante, que já então não era rapaz, e sim homem bastante maduro, e ao presente, pela sua fisionomia e madureza, terá mais de sessenta anos de idade.

Outra testemunha no processo de justificação de Felis José Tenório é João Hilário Watrin. Homem branco, natural de Belém, 54 anos, casado, Capitão das extintas milícias, Escrivão do Cível e do Crime. Em seu testemunho, afirma que ha muitos anos conhece o justificante e que pela sua fisionomia e madureza parece ter mais de sessenta anos de idade.

Manoel Miguel Aires Pereira também é testemunha no processo, homem branco, solteiro, 37 anos, Tenente de 1ª Linha, e afirma em seu testemunho que desde menino conhece o justificante, que já era avançado em anos, pelo que ao presente, pela fisionomia, julga ter ele mais de 60 anos.

³⁵³⁵repensandodireito.blogspot.com.br. publicado em 19 de abril de 2015. Disponível em: <<http://repensandodireito.blogspot.com.br/search?q=justifica%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 19 ago. 2016, 1 p.

³⁵³⁶ APEP, FDJ, Juízo de Paz, Autos de Justificação, Belém, 1840.

Como podemos perceber, para justificar sua idade, o autor oferece testemunhas cujos depoimentos justificam sua petição, além de apresentar pessoas importantes e influentes da sociedade belenense da época, numa tentativa de provar ou mesmo validar seu próprio testemunho. Neste caso, o testemunho de pessoas com prestígio social pode representar um peso muito maior no processo, tendo em vista que, o valor do testemunho equivale ao prestígio social. No processo não há menção do motivo pelo qual o autor quer justificar sua idade, porém, levando em consideração que eram recrutados todos os homens entre 15 e 50 anos de idade, supõe-se que o objetivo de Felis José Tenório seria livra-se do recrutamento comprovando possuir mais de 50 anos de idade.

Outro caso interessante a ser analisado é de Antonio Luiz de Souza. Seu processo foi aberto em 8 de novembro de 1836 e julgado pelo juiz João Alves de Castro Roza, Juiz de Direito e do Crime em Belém. Antonio Luiz de Souza é um homem casado, morador e estabelecido com sítio e lavoura no rio Abaeté, e em seu auto de justificação quer provar não ter se reunido aos cabanos e ter estado sempre do lado da legalidade.³⁵³⁷

Para justificar não ser cabano, primeiramente Antonio Luiz de Souza quer provar que é casado, morador e estabelecido no rio Abaeté com sítio e lavoura na mesma cidade. Que sempre foi obediente às autoridades constituídas legalmente e que na ocasião em que houve a “revolta” de 1835 estava em sua casa cuidando dos seus trabalhos. E logo quando soube de uma reunião por parte da legalidade que foi feita e comandada pelo Capitão Alexandre de Castilho, o Justificante logo tratou de se unir as tropas legalistas.

A testemunha no processo de Antonio Luiz de Souza, Jose Maria Gonçalves é lavrador, natural e morador da Freguesia de Santa Anna do Igarapé-Miri, solteiro, 25 anos. Em seu testemunho ao juiz, Jose Maria Gonçalves confirma o relato de Antonio Luiz de Souza, que realmente é casado, morador e estabelecido em Abaeté com sítio e lavoura. Que nunca se envolveu em desordens viveu sempre no seio de sua família em boa harmonia com seus vizinhos e sabe por ouvir dizer que durante o tempo das desordens que agitaram a Província desde o fim do ano de 1835 sempre o justificante se conservou tranquilo em sua casa.

Maria Magdalena, mulher branca, viúva, natural e moradora da Freguesia de Abaeté, 35 anos, analfabeta, também é testemunha de Antonio Luiz de Souza e assim como a testemunha anterior, confirma a boa conduta do justificante e que além de não se unir aos cabanos no período da “revolta”, se uniu as tropas legalistas.

No caso de Antonio Luiz de Souza, seu objetivo é provar que não é cabano, que não participou da “revolta” de 1835 e que sempre esteve do lado da legalidade, e para validar seu argumento, primeiramente, começa a relatar sobre sua boa conduta, enquanto homem casado, pai de família, que tem trabalho e moradia fixa. Neste caso, o objetivo do justificante é provar (com a ajuda do relato das testemunhas) que ele é um cidadão de “bem”, o que pode significar uma tentativa de livra-se do recrutamento.

O terceiro e último caso de justificação analisado neste artigo é de João Antônio de Figueiredo, natural de Cintra, casado, estabelecido no Rio São Paulo, termo da Vila de Cintra, com serviços rurais, também Juiz de Paz do 1º Distrito da Vila de Cintra. Seu processo foi aberto em 15 de outubro de 1840 e julgado pelo juiz Manuel Borges da Maya, Juiz de Paz do 1º Distrito da Vila de Cintra em 1840.³⁵³⁸

Seu objetivo era justificar que nunca se uniu aos cabanos e que era vítima de perseguições por parte do Capitão e comandante da Vila de Cintra, Cezario Antonio de Sta. Brízida. E que em represália, por ter denunciado ao Coronel Comandante Mor da Vila de Vigia, que o dito capitão Brízida possuía uma concubina na vila de Cintra, retirou-lhe de sua função de juiz da Vila e recrutou para o corpo policial seu neto e único amparo da sua velhice.

Para isso, o justificante convida para depor a seu favor: Clemente Antonio Lisboa, homem branco, 26 anos, casado, natural da Vila de Cintra e na mesma residente, Tenente da 4ª Companhia Policial estacionada na dita Vila, vive de suas agencias; João da Fonseca Pereira, branco, 22 anos, casado, natural da Vila de Cintra, e na mesma residente, vive de

³⁵³⁷ APEP, FDJ, Juízo de Direito, Autos de Justificação, Belém, 1836.

³⁵³⁸ APEP, FDJ, Juízo de Paz, Autos de Justificação, Maracanã, 1840.

suas agências; e Manoel Raymundo da Piedade, branco, 20 anos, solteiro, natural da Vila da Vigia, e presentemente residente em Cintra, vive de suas agências. As três testemunhas concordam em seus depoimentos, afirmando que sabiam por ver que era verdade o que alegava o justificante João Antônio de Figueiredo.

Também está incluído no processo um atestado de Jose Paulo da Costa, Vigário Interino da Freguesia de S. Miguel de Cintra, sobre a conduta de Camilo Henriques, neto do justificante. No atestado anexado ao processo, Jose Paulo da Costa, Presbítero Secular, Vigário Interino da Freguesia de S. Miguel de Cintra, atesta ao conhecimento de quem o documento chegar, que é verdade que Camilo Henriques, neto de João Antonio de Figueiredo, todos seus Paroquianos, é inegavelmente o único encosto de seu avô, pois é quem o ajuda no trato da lavoura, nunca foi vadio ou imorigerado, antes, muito obediente à todas as autoridades constituídas, e se necessário for, faz juramento de Pároco para provar que diz a verdade.

Neste caso, João Antônio de Figueiredo tenta provar que além dele, seu neto também não possuía nenhum envolvimento com os cabanos, e que tudo não passava de uma perseguição de cunho pessoal, pelo fato do justificante ter denunciado às autoridades superiores, que o capitão da vila tinha uma prostituta como concubina. E para se vingar, o dito capitão usou da sua autoridade e retirou-lhe o poder de juiz de Paz da vila, além de recrutar para o Corpo Policial seu neto e único amparo de sua velhice. O objetivo do justificante é provar que foi vítima de abuso de autoridade e perseguição pessoal por parte do Capitão e comandante da Vila de Cintra Cezario Antonio de Sta. Brízida e que seu neto não podia ser recrutado, uma vez que, o justificante acha-se avançado em idade e só tem esse neto para cuidar da sua velhice e do trabalho da lavoura.

No caso mencionado acima, temos a reclamação de um ex-Juiz de Paz, retirado do seu cargo pelo Capitão e comandante da Vila. Sua reclamação baseia-se no argumento de que o dito capitão estava usando de sua autoridade para prejudicá-lo.

A autoridade que possuíam os comandantes militares foi dada pelo próprio Andrea, quando assumiu a presidência da província do Pará, retirando alguns oficiais do Exército para comandar os maiores distritos da província. A atitude tomada por Andrea deve-se ao fato dele acreditar que as atribuições dadas aos juizes de Paz eram imensas, fazendo da província uma espécie de agregado de pequeninos Estados, sem dependência uma das outras ou mesmo do Governo, quase independentes de qualquer outra autoridade. Por isso, Andrea sentiu-se no dever de nomear alguns militares, dos mais hábeis, para administrar alguns desses distritos, como se fossem delegados do Governo da província, para o pronto reestabelecimento da Ordem, sendo denominados de Comandantes Miliars.³⁵³⁹

Devido à autoridade que possuíam os Comandantes Militares nos diversos distritos da província, autoridade dada pelo próprio Andrea, sendo considerados como delegados do Governo, seu dever era manter a ordem e a paz na província, porém, podemos supor, a partir da análise do caso acima, que alguns desses comandantes usou da autoridade que possuía em beneficio próprio, aproveitando-se do cargo e do poder.

Vale ressaltar que nem todos os distritos da província possuíam Comandantes Militares, apenas os maiores, devido o pouco número de oficiais do Exército que fossem da confiança de Andrea. As pequenas vilas e freguesias eram chefiadas por oficiais subalternos que exerciam a função de Comandante da Guarda Policial e dos Corpos de Trabalhadores, porém, estes estavam sujeito às ordens dos Comandantes Gerais.³⁵⁴⁰

No próximo subtema vamos analisar um caso de abuso de poder por parte de um Major, Comandante Militar da Guarda Policial da Vila de Oeiras que foi acusado pelo Tenente Ajudante da Guarda Policial, Francisco Antonio Barbosa, de cometer crimes contra os habitantes do município em 1839.

³⁵³⁹ Discurso com que o Presidente da Província do Pará faz a abertura da 1ª sessão da Assembleia Provincial no dia 2 de março de 1838. Typographia Restaurada de Santos e Santos menor, Rua d'Alfama, nº. 39, p. 25, 26. Disponível no site: Center for Research Libraries.

³⁵⁴⁰ Idem, p. 26, 27.

Os autos de crimes de quem deveria prender criminosos

Segundo Bastos,³⁵⁴¹ os homens que eram recrutados para o Corpo Policial possuíam o dever de manter a ordem servindo como braço armado do Estado imperial combatendo rebeldes, criminosos e escravos fugidos, também cuidavam do ordenamento dos locais públicos e principalmente exerciam a extrema vigilância nas regiões de fronteira.

Porém, nem sempre os indivíduos componentes da Guarda Policial exerciam as funções que foram designados a exercer, como foi o caso do Major da Guarda Policial da Vila de Oeiras Francisco Mauricio Correa Pedrada. Este, foi acusado pelo Tenente Ajudante da Guarda Policial, Francisco Antonio Barbosa, de cometer crimes contra os habitantes do município, utilizando-se do seu ofício militar em benefício próprio.

O Major da Guarda Policial da Vila de Oeiras Francisco Mauricio Correa Pedrada foi réu no processo de Autos crimes. Seu processo foi aberto em 26 de junho de 1839 e julgado pelo juiz Luiz Pereira da Costa, Juiz de Paz do 1º Distrito de Oeiras em 1839. As testemunhas no processo foram: Ricardo Vieira da Costa, Manoel Ferreira Bentes e Luiz Pereira de Farias.³⁵⁴²

No processo, o cidadão brasileiro Tenente Ajudante da Guarda Policial, Francisco Antonio Barbosa, acusa o réu Major da Guarda Policial da Vila de Oeiras Francisco Mauricio Correa Pedrada de cometer os seguintes crimes:

Fingir ser munido de ordens superiores e estabelecer umas fábricas de madeira com o título de Nacional, e violentamente, mandou trabalhar nela, os habitantes do município, até mesmo os soldados da Guarda Policial sem pagar-lhes ao menos o sustento diário. As madeiras e canoas que se fazia a título Nacional eram remetidas para a vila de Cameté e ali vendidas a particulares.

Mandar fazer grandes escoltas a diversos lugares do município propícios a navegação para homens que nem mesmo eram seus conhecidos, além de arrancar do seio de suas famílias e de infelizes viúvas as filhas musas com violência para fins libidinosos, conservando-as em seu poder a trabalhos.

Fazer perseguição geral ao povo com ameaças de prisão e rodas de pau, e lançar um tributo a todos aqueles que não podiam trabalhar em sua Fabrica ou dar-lhe mensalmente um determinado. Também obrigou os Capitães da Companhia a mandar tirar cada soldado duas tabuas de árvore de loiro de 22 palmos a titulo de Nacional, porém, estas foram vendidas a particulares.

Para reafirmar a acusação feita pelo Tenente Ajudante da Guarda Policial, Francisco Antonio Barbosa, foi convocado a depor como testemunha Ricardo Vieira da Costa, natural e morador da vila de Oeiras, 32 anos, casado, Lavrador e Cabo de Esquadra da Guarda Policial da 1ª Companhia.

Em seu depoimento, Ricardo Vieira da Costa afirma que são verdadeiras todas as acusações que são feitas ao dito Major, pois é público na vila suas atitudes e que todos têm visto o acusado vender canoas que são feitas a Título Nacional e depois são vendidas a particulares. Também afirma que é de seu conhecimento os trabalhos feitos pelo encarregado Jose, sob o apelido de Diabinho, que embarca mulheres moças da casa de suas mães e de infelizes viúvas dizendo ser por ordem do Maior Comandante desta Villa, além de matar galinhas violentamente da casa dos moradores.

Afirma ainda ser verdade, pois tem visto muito, e muitas vezes, darem castigos rigorosos de roda de pau em algum individuo e disse também, que ele próprio foi obrigado a dar duas taboas de madeira a suas custas como título Nacional.

A segunda testemunha no processo contra o Major da Guarda Policial Francisco Mauricio Correa Pedrada, é Manoel Ferreira Bentes. Cidadão brasileiro, Alferes da Extinta Guarda Nacional e vereador da Câmara da Vila, natural de Oeiras, casado, 29 anos.

Manoel Ferreira Bentes em seu depoimento afirma que são verdadeiras todas as acusações feitas ao dito Major, pois é notório em toda vila suas ações.

³⁵⁴¹ Op. cit.

³⁵⁴² APEP, FDJ, Juízo de Paz, Autos Crimes, Breves - Oeiras, 1840.

Já a terceira e última testemunha no processo contra o Major Mauricio Correa Pedrada é Luiz Pereira de Farias, natural e morador de Oeiras, solteiro, 22 anos, Lavrador e Inspetor do 6º Quarteirão do 1º Distrito.

Luiz Pereira de Farias afirma em seu depoimento que são verdadeiras todas as acusações feitas ao dito major, pois são notórias suas ações na vila, e disse mais, que ele próprio foi encarregado de cuidar de uma dessas fábricas de serrarias com 10 trabalhadores sem que lhe pague o salário ou ao menos preste o sustento diário.

Como podemos perceber, neste processo, os conflitos existentes entre o Major Comandante e os demais sujeitos da Guarda Policial, além dos conflitos com os próprios moradores da vila de Oeiras, resultaram na denúncia de seus crimes às autoridades superiores. Pois, o Major Comandante Francisco Mauricio Correa Pedrada, um agente instituído do governo Provincial, deveria servir de exemplo moral, de conduta impecável, exemplo de civilidade e morigeração aos demais moradores da vila que comandava, porém, utilizou-se de seu poder para mentir, manipular, enganar e aproveitar-se da situação para lucrar à custa dos desvios de verba pública e dos trabalhos forçados dos moradores e dos Guardas Policiais.

A análise deste caso nos leva a questionar o projeto disciplinador e morigerador idealizado por Andrea, em que os Comandantes Militares possuíam um papel fundamental como agentes desse projeto. Pois, em seu pensamento, os Comandantes Militares ao recrutar indivíduos “perigosos” à ordem imperial para compor os batalhões da Guarda Policial e os Corpos de Trabalhadores – função dos Comandantes Militares – estes indivíduos seriam transformados por meio da imposição da disciplina e da civilização, tendo como exemplo a conduta do próprio Comandante. Porém, as denúncias dos moradores e demais sujeitos da Guarda Policial nos mostra que muitos Comandantes Militares fugiam a regra de conduta esperada por Andrea, ferindo a imagem que se projetava dos oficiais da legalidade, e nos ajuda a pensar nas diversas leituras e práticas sociais que o ideal de projeto de civilização poderia ter pelos diversos sujeitos.

Considerações finais

A reforma militar feita por Soares d’Andrea tinha o objetivo principal de repressão aos cabanos e reestruturação da ordem e da paz na província, acabando com o clima de medo e insegurança de uma nova cabanagem que pairava sobre a elite paraense.

O recrutamento militar para compor os batalhões da Guarda Policial foi uma estratégia idealizada por Soares d’Andrea para controlar uma população indesejada, considerada perigosa à civilidade que se queria implantar na capital paraense. O principal objetivo da criação desta Companhia era transformar os indivíduos “incivilizados” em cidadãos morigerados, rebeldes em mantenedores da ordem e da paz, através de extrema vigilância e um forte controle militar disciplinador.

Porém, devemos ter em mente que os indivíduos que foram recrutados para a Guarda Policial não se mantiveram passivos diante da política de reorganização militar e ordenamento social idealizado por Andrea. Como podemos observar no decorrer do artigo e nos diversos processos analisados, houve muitas contradições e problemas que dificultavam o objetivo dessa política, uma vez que, muitos Guardas Policiais, em vez de agirem como agentes da ordem, recusavam-se a desempenhar suas tarefas ignorando as leis de conduta e moral e acabavam por se envolver em conflitos com as autoridades competentes ou mesmo com os moradores.

Outro fator que dificultou o sucesso da política de reorganização militar foi a tentativa de diversos sujeitos em livra-se do recrutamento tentando provar que não se encaixavam nos requisitos estabelecidos para o alistamento.

Dessa forma, as ações praticadas pelos diversos sujeitos analisados neste artigo devem ser compreendidas como ações carregadas de sentidos próprios. Ou seja, suas ações, refletem como viam e entendiam o recrutamento militar, assim como a política de reorganização da província a partir do seu referencial cultural, político e econômico.

IDENTIDADE, CULTURA POLÍTICA E BIOGRAFIA NA “EXPOSIÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO CORONEL JOSÉ DE BARROS FALCÃO DE LACERDA...”: UMA LEITURA (RECIFE, 1775-1851).

Williams Andrade de Souza³⁵⁴³
willandsouza@hotmail.com

Resumo: Falaremos sobre a vida de José de Barros Falcão de Lacerda Cavalcanti, a partir da análise de um livreto autobiográfico elaborado e publicado na primeira metade do século XIX: “Exposição dos serviços prestados pelo coronel...”. Este será tomado como base para entrevermos questões referentes à identidade, cultura política e biografia do respectivo personagem. Cotejando-o com outras fontes primárias e bibliográficas, falaremos sobre a participação do dito coronel em ações para defender a ordem dentro da monarquia joanina, e nas lutas para a independência e liberdade da “Nação”. Discorreremos sobre as suas experiências vivenciadas através da atividade militar, da mobilidade territorial e do engajamento político, uma vez que o respectivo personagem atuou em frentes de batalha, esteve em várias partes do Brasil, Portugal e Estados Unidos; soube mover-se nos limites físicos-territoriais e também nas fluídas fronteiras políticas no limiar do século XIX, procurando, em certa medida, um lugar ao sol. Nascido e vivendo parte de sua trajetória sob a égide do Antigo Regime, Lacerda trilhou um percurso um tanto sinuoso e de transição no contexto de formação e consolidação do Estado liberal Brasileiro.

Palavras-chave: José de Barros Falcão de Lacerda; biografia; identidade; cultura política.

Homem, cidadão e militar, assim José de Barros Falcão de Lacerda se descreveu³⁵⁴⁴. Nascido em Pernambuco, no dia 23 de dezembro de 1775, na freguesia da Boa Vista, iniciou os seus serviços no exército em 22 de fevereiro de 1788, aos 12 anos de idade. Uma carreira bélica que chegou ao término com a sua reforma compulsória no posto de Coronel, em 1832. Nesse interregno, ele combateu em diversas frentes, recebeu condecorações, participou de levantes, fugiu para o exílio nos Estados Unidos, retornou na clandestinidade, recebeu anistia política, retomou o posto no exército e combateu a Setembrizada. Nos anos seguintes, foi eleito vereador da Câmara Municipal do Recife em duas legislaturas (1837-1840 e 1841-1844) e recebeu algumas nomeações políticas para vários cargos, entre eles, o de inspetor e administrador na Repartição das Obras Públicas da Província (1842-1850), falecendo em 22 de julho de 1851, aos 75 anos de idade.

Descendente de uma importante família pernambucana, a Cavalcanti de Albuquerque³⁵⁴⁵, casou-se com uma prima de quarto grau, gerou três filhos, dois homens e

³⁵⁴³ Doutorando Unisinos

³⁵⁴⁴ EXPOSIÇÃO dos serviços prestados pelo Coronel José de Barros Falcão de Lacerda, em diferentes épocas e Províncias do Império, desde 1788 até 1848, com especialidade nos anos de 1817, 1821, 1822, 1823 e 1824. Contendo trinta e cinco documentos e um apêndice sobre a Guerra dos Holandeses na Bahia e Pernambuco, pelos anos de 1624, 1625, 1635 e 1638. Por um contemporâneo. Pernambuco: Typographia de Manuel Figueroa de Faria, 1849, p. 21. Disponível em: http://www.brasiliana.usp.br/bbd/bitstream/handle/1918/00488400/004884_COMPLETO.pdf. Acessado em: 31.01.2011.

³⁵⁴⁵ Sobre esta família, cf.: BORGES DA FONSECA, Antônio José Victoriano. Nobiliarquia Pernambucana (02 vols.). In: **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. Vol. XLVII, 1925; Vol. XLVIII, 1926. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1935. Disponível em: www.objdigital.bn.br. Acessado em: 05.07.2014; FONSECA, Zilda. **Desbravadores da Capitania de Pernambuco**: seus descendentes, suas sesmarias. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003; CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado**: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801-1844). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

uma mulher³⁵⁴⁶. Ampliou o seu campo de atuação por meio das relações clientelísticas. Participou, influenciou e usufruiu de tais práticas, tendo o próprio nome posto em evidência durante a vida e após a sua morte³⁵⁴⁷.

Publicada em 1849, a *Exposição dos serviços prestados pelo Coronel* buscava dar conta dessa trajetória. Composta por 62 laudas, incluindo capa e folha de rosto, prólogo de apresentação, narrativa comentada, documentos anexos, apêndice e errata, o livreto foi assinado por “um contemporâneo” anônimo, mas, ao que tudo indica, escrita pelo seu filho mais velho com o auxílio do próprio Lacerda³⁵⁴⁸. Um relato memorialístico ou uma espécie de (auto)biografia³⁵⁴⁹ que pode lançar luz sobre o indivíduo em questão, assim como um pouco da cultura política que permeava a sociedade do último quartel do século XVIII aos dois primeiros dos oitocentos.

Sem fugir à regra do expediente panfletário da época³⁵⁵⁰, o texto faz uso de um enredo retórico jogando com certos princípios - reconhecidos e aceitos socialmente - para sensibilizar a “opinião pública”, colocando o leitor a par dos fatos e evocando a memória e o sentimento próprios daquele contexto ideológico-formativo. Os elementos e conteúdos textuais ali presentes dão conta disso e também revelam a permanência de velhas representações do Antigo Regime, mas principalmente das novas concepções inerentes à institucionalização do Estado brasileiro liberal oitocentista.

A capa traz o título, o autor (dito desconhecido), uma figura ilustrativa, o local da publicação, a tipografia responsável pela impressão e o ano da editoração. Conta-se ainda com referências, nota de rodapé explicativa em algumas partes e anexos com documentos comentados. O Apêndice é uma compilação de trechos de uma obra sobre a guerra contra os holandeses na Bahia e Pernambuco publicada no século XVII, na qual parentes ascendentes de Lacerda participaram. Recopilação que o autor entrecorta com comentários e um exercício comparativo referente à sua vida, apontando seis coincidências entre a atuação de seus familiares na citada guerra e a sua participação nos eventos políticos em Pernambuco e na Bahia entre os anos de 1817 e 1824.

³⁵⁴⁶ Esposa, D. Bernarda Francisca Mariana Vieira Cavalcanti de Lacerda; filhos, Francisco de Barros Falcão de Lacerda Cavalcanti de Albuquerque, Pedro Alexandrino de Barros Cavalcanti de Lacerda e D. Maria do Carmo de Barros Cavalcanti de Lacerda.

³⁵⁴⁷ Diário de Pernambuco, 02 de julho de 1868. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. **O Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste**, 1840-1889, Vol. II. Recife: Editora do Diário de Pernambuco, 1975, pp. 971-975; MELO, Mário. José de Barros Falcão de Lacerda. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. Vol. XXXVII, 1941-1942. Recife, PE, 1942, pp. 7-24.

³⁵⁴⁸ BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. **O patriotismo Constitucional**: Pernambuco, 1820-1822. São Paulo: Hucitec: Fapesp; Recife, PE: UFPE, 2006, p. 584.

³⁵⁴⁹ Para uma conceituação e caracterização do gênero, conferir: REBESCHINI, Monica. La Biografia come genere storiografico tra Storia Politica e Storia Sociale. Questioni e prospettive di metodo. **Acta Histriae**, v. 14, n. 2, 2006, pp. 427-446. Disponível em: <http://www.dlib.si/stream/URN:NBN:SI:doc-S3GKZ5G0/db4d9406-13fe-44a3-af35-05a05b224160/PDF>. acessado em: 02.02.2015; SCHMIDT, Benito Bisso. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética. **História** (São Paulo), v. 33, n. 1, jan./jun., 2014. p. 124-144. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v33n1/08.pdf>. Acessado em: 10.05.2015. Para um estudo que explora as fronteiras fluidas e instáveis entre a biografia e a história e as respectivas (des)vantagens ou (im)possibilidades dessa interação/aproximação, cf. LORIGA, Sabina. **O pequeno x**: da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011; SCHMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, pp. 187-2005; BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e miséria da Biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, pp. 203-233.

³⁵⁵⁰ Cf.: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. **Corcundas e constitucionais**: cultura e política. (1820-1823). Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003; LUSTOSA, Isabel. O debate sobre os direitos do cidadão na imprensa da Independência. In: RIBEIRO, Gladys Sabina; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. (Orgs.). **Linguagens e práticas da cidadania no século XIX**. São Paulo: Alameda, 2010.

Um título impresso em letras garrafais, uma firula na borda e um tipo de insígnia tomando um quinto de página compunham o extravagante frontispício de abertura do texto. O emblema, formado por imagens justapostas com uma tônica simbólica (maçônica, ao que parece), trazia: um selo com a estampa de uma efígie humana feminina (Têmis, a deusa grega da justiça, guardiã dos juramentos dos homens e da lei, supomos), entrecruzada em segundo plano por uma balança apoiada em três bastões decorados com figuras em suas extremidades: um, do lado esquerdo, com uma representação lembrando o “Olho da Providência”; outro, do lado direito, uma imagem parecida com “Hamsá”, ou a “Mão de Fátima”. A combinação dos dois formando um “x” por detrás da estampa da figura feminina. No meio deles, na vertical, um terceiro bastão entrelaçado com uma figura de cobra, insinuando o “Bordão de Asclépio”³⁵⁵¹. Este, combinado com a balança, parece a configuração de uma cruz. Juntos, bastões e balança entremeados, sugerem o perfil de um pentagrama. Evidentemente, esta representação não é inocente. Na composição geral, há uma carga simbólica subjacente na imagem.

Tais emblemas fazem parte do enredo expositório, e parecem indicar símbolo de poder, justiça, religiosidade, perfeição, conhecimento, idoneidade, sabedoria e prestígio. Visa transmitir ou insinuar a qualidade da obra, sua veracidade, assim como demarcar a importância do personagem em tela. São traços pré-textuais propositais que preconizam o que se queria construir enquanto verdade: a narrativa e defesa da vida dita ilibada e íntegra de um homem público que viveu uma briosa experiência que não poderia ser olvidada, mas recompensada.

Representativos também de uma cultura política que visava insinuar a hierarquia e nobreza do indivíduo, aqueles elementos davam a ideia de aversão ao caos, à irregularidade e à imprevisibilidade. Logo, àquilo que fosse prejudicial à harmonia e contrário à noção de equilíbrio e ordem, ou seja, uma linguagem própria de uma moral e ética ainda do mundo Luso-brasileiro, e de que nos fala Russel-Wood³⁵⁵², mas que não era estranha ao novo sistema político institucionalizado, racionalizado e de cunho moderno, que foi se construindo após a derrocada, mas não total abandono, de certas marcas do modelo anterior.

Em seguida, um enredo de defesa e exaltação prevalece na construção argumentativa do texto, pondo em evidência uma série de ações do protagonista a fim de produzir um (auto)retrato benevolente sobre ele. No prólogo, os expositores diziam falar aos que se condoíam pelos longos e dolorosos padecimentos, incalculáveis prejuízos e injustiças incessantemente sofridas por um estimado concidadão. Procuram enunciar o “rasgo de patriotismo” prestado por Lacerda e a indiferença das autoridades ao seu “zelo pelo real serviço”. Haja vista não ter se levantado uma voz generosa e protetora do Trono Imperial em favor do direito e da justiça do supracitado homem, a tomada de conhecimento dos fatos pelo público era de grande importância e subida honra, fornecendo mais um padrão de glória e brilhante página para a já célebre história da província³⁵⁵³. Quanta pretensão!

Mas não era só isso. Ao longo do texto, ficou exposto também o interesse pecuniário que envolvia tal reminiscência. Reclamava-se da suposta situação de ostracismo e pobreza vivida pelo Coronel. Expunha-se também que os seus feitos foram atos de altruísmo não recompensados nem devidamente reconhecidos. Uma verdadeira contradição intrínseca, pois, se havia filantropia em suas ações, por que a ambição de visibilidade e retorno financeiro, como a queixa parecia denotar? O caso é que ali reinava o princípio

³⁵⁵¹ O “Olho da Providência”, tanto na cristandade quanto na maçonaria, uma referência ao olhar onisciente que observa os homens; “Hamsá”, ou a “Mão de Fátima”, símbolo de proteção e felicidade, também oculta o quadro e o compasso, símbolos dístico-maçônico; e, o “Bordão de Asclépio”, símbolo da medicina e relacionado com a saúde.

³⁵⁵² RUSSEL-WOOD, A. J. R. A base moral e ética do governo local no Atlântico luso-brasileiro durante o Antigo Regime. In: VENÂNCIO, Renato Pinto; GONÇALVES, Andréa Lisly; CHAVES, Cláudia Maria das Graças (Orgs.). **Administrando Impérios: Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012, pp. 13-44.

³⁵⁵³ EXPOSIÇÃO, 1849, p.4.

argumentativo, historiográfico e moralístico da época: o do enaltecimento dos feitos de um grande homem³⁵⁵⁴, além, é claro, do desejo das recompensas político-econômicas inerentes a isso. Logo, apelava-se para a questão de equidade e moral em relação aos fatos. Quem fazia o bem deveria ser posto nos anais da história e ser recompensando, inclusive, materialmente. A negativa disso era um vilipêndio ao que era justo e de direito, segundo os próprios argumentadores.

A narrativa segue com os pormenores e vicissitudes passadas pelo Coronel, chegando a descrever minúcias sobre algumas situações da vida do mesmo, fazendo até leituras psicológicas de supostos traumas dos quais padecera. Mas uma marca predominante no texto é o seu discurso e posicionamento político desvelado, demonstrando certo domínio da questão. A atenção principal se voltou para os serviços prestados por Lacerda no serviço militar e sua dedicação à causa da Nação.

Apesar de sublinhar o seu ingresso espontâneo nas forças do exército, o texto omite que a voluntariedade fora de seu pai³⁵⁵⁵. Após os treinamentos como Cadete, foi promovido Alferes da Quinta Companhia da infantaria de linha do mesmo Regimento em 1797, aos 22 anos de idade³⁵⁵⁶. Seguiu galgando postos por mérito, dignidade, desprendimento e espontaneidade do seu fazer militar, asseverou o texto. Alinhado a esses princípios, e em defesa da ordem vigente, Lacerda seguiu para a ilha de Fernando de Noronha e apaziguou um levante das tropas e dos presos da ilha contra o então comandante do quartel ali estabelecido. Ao regressar para o Recife em 1799, meses depois foi promovido a Tenente. Em 1811 retornou para Fernando de Noronha, mas como comandante de quartel. Nessa ocasião ele já ostentava a posição de Capitão, patente adquirida em 1808. No ano seguinte voltou para o continente e recebeu Mercê do Hábito da Ordem de São Bento de Avis, ordem honorífica destinada a premiar a quem prestasse altos serviços militares.

Em 1814, comandando a fortaleza do Brum, Recife, mais uma vez enfrentou vários perigos: ameaça de uma insurreição de escravos e presos de justiça sublevados. Dificuldades que conseguiu ultrapassar sem o uso da força, apenas com a persuasão, dizia o relato. Para concluir essa parte das façanhas apologeticamente descritas, em 1815 foi ele destacado para a comarca das Alagoas para manter a tranquilidade pública então assanhada na localidade. Coisa que deu conta satisfatoriamente, segundo as impressões do contemporâneo escrito.

Sua última façanha “altruísta” a serviço da Coroa Portuguesa, antes de seu envolvimento periclitante nos levantes políticos então ocorridos em Pernambuco, foi narrada no texto como “rasgo de patriotismo e zelo pelo real serviço”: o oferecimento dos seus dois únicos filhos varões para o corpo militar³⁵⁵⁷, tal qual fizera seu pai a ele. A partir daí, o relato trata da sua adesão aos tumultos revolucionários de 1817, 1821, 1822 e 1824.

³⁵⁵⁴ DOSSE, François. **A História**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

³⁵⁵⁵ *Segundo o mesmo Coronel Lacerda, em ocasião de sua defesa junto a D. João VI por participar da revolução de 1817 em Pernambuco, “por própria inclinação e vontade de seu pai assentou praça de cadete em Regimento de Linha da Vila do Recife”*. DEFESA apresentada por José de Barros Falcão de Lacerda, indiciado na devassa da rebelião de Pernambuco, 1817. Manuscrito. Biblioteca Nacional. In: Biblioteca Digital Luso-Brasileira. Disponível em: <http://bdlb.bn.br/acervo/handle/123456789/40871>. Acessado em: 31.01.2011. *Como diz Levi, essa é uma capacidade inerente à biografia, a de dizer o que é significativo em uma vida*. LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moreais; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 169.

³⁵⁵⁶ EXPOSIÇÃO, 1849, p. 5. A Promoção foi dada pelo então Governador Capitão Geral da Capitania de Pernambuco. A Carta Patente da referida promoção foi emitida pela rainha e assinada pelo Príncipe Regente D. João, em 1798. CARTA PATENTE. Lisboa, 27 de agosto de 1798. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa - AHU_CU_015, Cx. 203, D. 13903.

³⁵⁵⁷ Francisco de Barros Falcão de Lacerda Cavalcanti de Albuquerque e Pedro Alexandrino de Barros Cavalcanti de Lacerda. *Em sua defesa junto à D. João, citada acima, nos informa que o mais moço tinha de doze pra treze anos, e o mais velho, de treze pra catorze anos de idade quando os alistou*. DEFESA, 1817, p. 4.

As razões e consequências desse seu comprometimento “revolucionário” são postas e analisadas, justificando-se como o cumprimento dos deveres do seu cargo, a sua não indiferença aos problemas então surgidos, o seu patriotismo e fidelidade à liberdade e causa da Nação. A culminância do texto se dá com a narrativa sobre a sua anistia política, seguida da sua definitiva reforma com patente de Coronel. A partir daí, ele seguiu vida civil, tirando o seu sustento e o da família do soldo de militar reformado e do serviço público a que foi diversas vezes nomeado e/ou eleito. Todo o relato a partir de então é cotejado pelas fontes documentais colhidas à época por ele.

Segundo o texto, Lacerda entrou na Revolução de 1817 inesperadamente. No fatídico dia de 06 de março daquele ano, ficara resguardado no aconchego do seu lar por se achar indisposto, tendo dado parte de sua situação ao seu comandante. Ao ouvir o rebato dos sinos da cidade, correu para reunir-se ao seu Regimento, conforme mandava a lei, levando consigo os seus dois filhos. Chegando, encontrou o capitão José de Barros Lima a comandar o quartel com os oficiais e a soldadesca. Viu também o corpo do tenente-coronel Ajudante de Ordens, Alexandre Thomaz de Aquino Siqueira, defunto estribado no chão. Informando-se e instruído do sucedido, pediu licença para si, a fim de se curar de sua moléstia, e para os seus dois filhos, “incapazes de prestar serviços, tanto pela falta de força, como de uso de armas, pois que apenas sabiam os primeiros passos militares”. Os infantes foram liberados a muito esforço; ele, não³⁵⁵⁸.

Nessas falas, o personagem aparece apenas como testemunha ocular dos fatos após a ocorrência, quiçá até vítima dos acontecimentos. A Exposição, quem sabe dentro do jogo de aproximação com o imaginário social e sua percepção política das coisas, como sugerimos, não informa taxativamente que Lacerda aderiu a 1817 com o espírito revolucionário, mas que o fez para “não faltar aos deveres de seu cargo”. Afirma que, ao capitular no forte do Brum, o Governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro lembrou-se dele, pessoa por quem tinha estima em distinção, e pediu que o governo provisório instaurado pelos revoltosos o destacasse para comandar a fortaleza e guardar a vida do respectivo governador nos dias de sua reclusão. O mesmo governo anuiu tal petição, deu a tarefa ao dito capitão e ele não hesitou em fazê-la em estrita obediência às ordens superiores, afirmou o relato.

Contudo, questões de foro íntimo parecem ter cercado Lacerda naquela empreitada militar. Se em um primeiro momento ele diz que a revolução foi “uma inversão política da ordem social”, em seguida afirma ter se tornado uma “marcha progressiva e vitoriosa [...] em nome da Independência e liberdade da Pátria”. O elogio intrínseco foi confirmado quando ele anuiu ao chamado dos revoltosos³⁵⁵⁹.

O mesmo relato faz menção “aos sentimentos do seu coração”, ao patriotismo e fidelidade de companheirismo aos “seus irmãos de armas” a guiar a participação de Lacerda nos acontecimentos. O texto esconde, porém, que o então capitão tinha um caráter estouvado, e que em 1817 ele próprio dizia se sentir atraído “pelos ‘aéreos e subversivos direitos do homem natural’”³⁵⁶⁰. Formado em uma escola militar, mas também influenciado pelos movimentos ideológicos liberais característicos de seu tempo, e pertencendo a uma

³⁵⁵⁸ DOCUMENTOS para a história da revolução de 1817 em Pernambuco. Interrogatórios mais importantes extraídos do processo existente no Arquivo Público. Perguntas a José de Barros Falcão. **Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil**. Tomo XXX, parte primeira. Rio de Janeiro: B. R. Garnier – Livreiro Editor, 1867. DEFESA, 1817.

³⁵⁵⁹ Apesar desse engajamento frenético, tanto na *Exposição* quanto em sua defesa junto à D. João VI e perante o interrogatório da devassa de 1817, ele insinua que sua entrada na revolução se deu à revelia dos acontecimentos. Mas, na mesma página do texto em que ele fala dos boatos aterradores que começaram depois a circular, de uma próxima inversão política na ordem social, chama o seis de março de “memorando dia”. Um jogo de palavras que jogava com a memória política de seu tempo.

³⁵⁶⁰ Evaldo Cabral de Mello diz que esse temperamento reservou à Lacerda o apelido de Barros Vulcão. Cf.: MELLO, 2002, p. 100. Mas, outros registros dizem que essa alcunha era de João de Barros Falcão de Albuquerque Maranhão, bacharel, editor e colaborador em diversos jornais em Pernambuco. NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa em Pernambuco (1821-1954)**. Vol. 5, Periódicos do Recife, 1851-1875. Ed. Universitária da UFPE, 1970, p. 147.

família que entrou de corpo nos perrengues revolucionário da província, seria um erro (até de consciência) hesitar em tomar parte dos conflitos e rebeliões políticas que ocorreram.

Até aquela data, sua atitude foi de lealdade à Coroa portuguesa. Afeito aos ritos políticos vigentes, buscou cumprir o seu papel dentro dos limites hierárquico estabelecidos no mundo do Antigo Regime. Nesse processo, estabeleceu contatos, fez amizades, ganhou títulos, galgou posições no corpo militar. Contudo, algo que ele não fala, mas que podemos entrever a contrapelo em suas memórias: a sua característica enérgica, principalmente quando o assunto dizia respeito às ações militares à que esteve responsável e ao destino da terra que ele chamaria de pátria.

Muitos dos homens da época de Lacerda estavam embebidos nos ideários liberais pós Revolução Francesa³⁵⁶¹, seja por seus estudos nas universidades europeias, nos seminários, clubes, sociedades e casas maçônicas locais³⁵⁶². Ideários que também se espriavam pelo resto do corpo social através dos impressos, dos vozerios públicos e reservados, que ressoavam nas ruas, praças e tabernas da cidade. Formando uma consciência ou um entendimento sobre os limites de um absolutismo arbitrário e as possibilidades de um constitucionalismo libertário³⁵⁶³. Nas palavras de Armando Souto Maior, tudo isso incendiaria “a todas as inteligências medianamente cultivadas” de então³⁵⁶⁴. Lacerda era uma delas.

Evidentemente, o fomento ideológico e as questões econômicas e político-sociais³⁵⁶⁵ foram fundamentais para as tomadas de decisões daqueles que buscaram por meio da subversão mudar a ordem política vigente. Poderosas famílias de donos de engenhos e comerciantes de grosso trato, como a Cavalcanti e a Pires, para citar dois exemplos, envolveram-se ardorosamente em levantes cujos destinos eram muitas vezes ignorados. Mas que, arriscando-se, estavam por buscar ou manter um “lugar ao sol”, ou, como falou Marcus Carvalho, um “status quo ante”³⁵⁶⁶. O nosso personagem Lacerda, insistimos, não estava alheio a nenhuma dessas coisas, tergiversando entre escolhas, até se firmar em uma delas.

Segundo Oliveira Lima o elemento militar partícipe de 1817 tinha justificada a sua predileção pela emancipação, aventando-a com exaltação nos quartéis. Para o autor, o baixíssimo soldo com que era sustentada a soldadesca, e a preferência que se concedia aos

³⁵⁶¹ Cf: COGGIOLA, Osvaldo. **A Revolução Francesa e o seu impacto na América Latina**. São Paulo: Nova Stella: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: CNPq, 1990.

³⁵⁶² SILVA, Ana Rosa Clolet da. **Inventando a Nação**. Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822). São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006; BERNARDES, 2006.

³⁵⁶³ FLÁVIO, José Gomes Cabral. **Conversas reservadas: “vozes públicas”, conflitos políticos e rebelião em Pernambuco no tempo da Independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

³⁵⁶⁴ MAIOR, Armando Souto. A Revolução de 1817. In: ANDRADE, Manuel Correia de; FERNANDES, Eliane Moury; CAVALCANTI, Sandra Melo. (Orgs.). **Formação histórica da Nacionalidade Brasileira: Brasil, 1701-1824**. Brasília: CNPq; Recife: FJN, Editora Massangana, 2000, p. 164.

³⁵⁶⁵ VEIGA, Gláucio. Perfis iluminísticos da Revolução de 1817. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. Vol. LII. Recife, PE, 1979, pp. 233-266; BERNARDE, 2006. Especialmente o capítulo 2 – Sociabilidade, cultura e formação política; MAIOR, 2000, p. 165; GUERRA, 1979, p. 82; FERREIRA, Edgardo Pires. Revolução Pernambucana de 1817. In: _____. **A mística do parentesco: uma genealogia inacabada**. Volume 1 – Pernambuco. São Paulo: marques e Marigo Editora; Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1987, pp. 316-7; BRAND, Paulo Pires. O Gávea. Marechal Manuel Antônio da Fonseca Costa, Marquês da Gávea. In: **Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro**. Tomo XLVII. Rio de Janeiro 1940. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/181897/per181897_1940_00001.pdf. Acessado em: 09.08.2015. p. 79. LAPA E SILVA, Iuri Azevedo. **A ordem desejada e a desordem promovida: acordos, motins e mestiços na ocupação da Guiana Francesa (1809-1817)**. Dissertação (Mestrado em história), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Departamento de história, 2010, p. 118.

³⁵⁶⁶ CARVALHO, Marcus J. M. de. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. **Rev. bras. Hist. [online]**. 1998, vol.18, n.36, pp. 331-366. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881998000200014&script=sci_arttext. Acessado em: 23.12.2010.

oficiais portugueses, tornava-se um instigante veneno a insuflar tal corpo contra a ordem³⁵⁶⁷. Só que essa não seria uma justificativa tão plausível para Lacerda, que à época já ascendera ao posto de Capitão. Contudo, é sabido que os militares não estavam alheios às ideias separatistas, de tal maneira que eram recomendados a evitar “a convivência com homens empestados, que procuravam enganar com falsas sugestões”³⁵⁶⁸. Esta combinação explosiva entre os “males reais” e os “sediciosos princípios” fora uma das principais causas das manifestações revolucionadas assistidas no Pernambuco de 1817³⁵⁶⁹, e, parece-nos, influíram para a adesão de Lacerda à causa.

Integrando-se ao movimento revoltoso, foi alçado ao posto de major pelo governo provisório que se instaurou, e seguiu para Fernando de Noronha comissionado a libertar os seus presos, recolher os objetos importantes e inutilizar tudo mais que não pudesse ser transportado³⁵⁷⁰. Ao término dessa tarefa, retornando para o Recife, sua embarcação foi arremessada para o porto da Bahia da Traição, ao norte da Paraíba, onde teve de fundear³⁵⁷¹. Buscando notícias, descobriu que o Rio Grande do Norte e a Paraíba haviam aderido à causa, que a “contrarrevolução” tinha arvorado o estandarte de oposição ao levante e o porto do Recife estava bloqueado. Apesar da tônica de casualidade nos acontecimentos de seu aportamento naquela província, a narrativa informa que ele estava instruído a desembarcar a força que conduzia e seguir por terra para Pernambuco³⁵⁷². Portanto, havia um mínimo de planejamento nesse contexto, do qual ele estava ciente e seguiria à risca se não fosse frustrado pela repentina prisão a que fora acometido na praia dos Coqueiros, litoral paraibano.

O seu destino foi um imundo e “tenebroso calabouço” na Paraíba, no qual passou alguns dias. Nesse interregno, a revolta de Pernambuco fora sufocada e uma Comissão Militar instaurada para julgar os contenciosos. Esta o exigiu em prisões pernambucanas “para responder em seu tribunal de sangue”. O brigue de guerra “Príncipezinho”, no qual fora conduzido, não conseguiu chegar a Pernambuco em tempo hábil, e, quando o pôde, já havia sido expedido do Rio de Janeiro o decreto de suspensão da sobredita Comissão. Escapara da morte certa, mas fora metido em ferro e ficara incomunicável no Forte das Cinco Pontas, Recife; sorte essa que muitos dos seus colegas não tiveram, sendo alguns deles enforcados ou arcabuzados. Seu destino seguinte foi com outros colegas de infortúnio, na enxovia da prisão da Bahia³⁵⁷³.

Após mais de três anos de “duros tratos e privações”, se viu livre de padecer “o cruel suplício a que estava a ser condenado”. Graças à deflagração da revolução do Porto, foi restituído à sua família. Mas a sua alegria durou pouco. Foi novamente preso e, desta vez, enviado para a cidade de Lisboa. Isso porque, justificou ele, compareceu “em algumas reuniões a que assistiram também muitas pessoas gradas da província, com o único fim de concertarem os meios mais conducentes para nela estabelecer-se um novo governo”. Em outras palavras, “sem emenda”, se envolveu em conluio com supostos conspiradores que tramavam a derrubada do último governante por nomeação régia de Pernambuco, o capitão-geral Luiz do Rego Barreto.

Ora, em 1821, quando ainda preso, Lacerda alimentava os seus ideais e participara da “revolução da Bahia” em favor da Constituição Portuguesa proclamada na cidade do Porto em 24 de agosto de 1820, levante esse citado em sua *Exposição*³⁵⁷⁴. O que ele não conta é

³⁵⁶⁷ LIMA, Manuel de Oliveira. **Pernambuco**: seu desenvolvimento histórico. 3ª Ed., fac-símile da edição de 1895. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1997, p. 236.

³⁵⁶⁸ Ordem do dia, emitida pelo governador em 4 de março de 1817, citada por: MAIOR, 2000, p. 164.

³⁵⁶⁹ Conforme bem observou Ana Rosa Clocllet da Silva. SILVA, 2006, p. 268-269.

³⁵⁷⁰ EXPOSIÇÃO, 1849, p. 6; OFÍCIO, Ilha de Fernando de Noronha, 01 de novembro de 1817. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa - AHU_CU_ 015, Cx. 279, D. 18816.

³⁵⁷¹ EXPOSIÇÃO, 1849, p. 6.

³⁵⁷² EXPOSIÇÃO, 1849, p. 7.

³⁵⁷³ EXPOSIÇÃO, 1849, p. 7.

³⁵⁷⁴ EXPOSIÇÃO, 1849, pp. 7-8.

que tal sublevação iniciou-se pelos presos políticos de 1817, que mofavam nos cárceres daquela capitania, e logo se irradiou cidade a fora em 10 de fevereiro de 1821³⁵⁷⁵. O grito dos presos fora respondido com o cumprimento da anistia dada pela revolução portenha. Em Pernambuco, desde 26 de maio do mesmo ano, Lacerda continuou nutrindo a chama constitucional, ajuntando-se às reuniões que ocorriam na região da mata norte de Pernambuco, Goiana, para tomar parte das conversas reservadas em torno do mesmo propósito alinhavado na Bahia.

O então capitão-geral, que assumira tal posto um mês e sete dias após ter sido debelada a revolução 1817, permanecendo na função por quatro anos³⁵⁷⁶, ao protelar o juramento à Constituição portuguesa e a convocação da eleição para a Junta Governativa da província, determinada pelas Cortes, acirrou os gênios dos “liberais” que já vinham alterados contra si. Com as orelhas escaldadas e sabendo que os ânimos exaltados, principalmente depois do retorno dos anistiados de 1817, apontavam para sua deposição e eleição de uma Junta substitutiva, adiantou os passos e mandou prender a Francisco Paes Barreto, comissionado pelos conspiradores a fazer a sua deposição, e a José de Barros Falcão de Lacerda, que figurava como importante militar atrelado aos conspiradores³⁵⁷⁷.

Conta-nos em sua *Exposição* que, preso em 9 de julho de 1821, ficou incomunicável por 11 dias na fortaleza do Brum até ser remetido para Lisboa em “uma velha e arruinada embarcação”. Mas, deu a volta por cima. Solto por deliberação das Cortes Gerais e Constituinte da Nação portuguesa³⁵⁷⁸, retornou triunfante para Pernambuco, e sem demorar foi empregado no comando da polícia do bairro de Santo Antônio, parte central da cidade do Recife³⁵⁷⁹.

Diz que naqueles dias o Brasil, guiado por seus altos destinos, preparava-se para estreitar a sua emancipação. O príncipe Pedro dissera o “fico”, decretos sobre a organização de um Conselho de Estado e a convocação de uma Assembleia Geral Constituinte foram publicados, as câmaras municipais solicitadas para darem o seu parecer sobre o andamento dos processos em curso. A do Recife, “desejando em objeto de tanta magnitude consultar a opinião de algumas pessoas”, dirigiu-se ao Capitão Lacerda, por carta de 12 de julho de 1822, pedindo o seu parecer³⁵⁸⁰. Além de ser um homem influente nessa época, o seu irmão servia

³⁵⁷⁵ BERNARDES, 2006, p. 311.

³⁵⁷⁶ BERNARDES, 2006, p. 194.

³⁵⁷⁷ Os detalhes e análises sobre esses acontecimentos foram aprofundados na bibliografia citada acima.

³⁵⁷⁸ Em 03 novembro de 1821 o encontramos José Francisco Ferreira Catão, Manoel José Martins, Martinho de Sousa Bandeira, Joaquim Domingos de Sousa Bandeira José de Barros Falcão de Lacerda e seus irmão Francisco e Bento de Barros Falcão de Lacerda, pedindo passaportes ao rei D. João VI, a fim de fazerem viagem à província de Pernambuco. REQUERIMENTO. AHU_CU_015, Cx. 284, D. 19413.

³⁵⁷⁹ Após este dado, segue a referência do primeiro documento anexado à *Exposição*. O mesmo é uma Certidão passada em 1842 por Antônio Luiz do Amaral, escriturário da Contadoria da Tesouraria da Fazenda de Pernambuco. Trata do percurso militar de Lacerda do seu alistamento em 1788 até 1832, quando o Coronel requereu a confirmação de sua patente e foi reformado.

³⁵⁸⁰ EXPOSIÇÃO, 1849, p. 8. Trata-se de um parecer que o mesmo deu à câmara Municipal do Recife, quando esta solicitou a sua opinião sobre a organização de um Conselho de Estado e a convocação de uma Assembleia Geral Constituinte para o Reino do Brasil em 1822 e sua validação. O Conselho em questão era o de Procuradores Gerais das Províncias do Brasil, que deveria ser eleito e nomeado para representá-las interinamente diante do Reino. Cumpriria a ele: aconselhar o imperador; examinar os grandes projetos de reforma do Estado; propor as medidas e planos mais urgentes e vantajosos ao bem do Reino-Unido e à prosperidade do Brasil; advogar e zelar cada um dos seus membros pelas utilidades de sua Província respectiva. DECRETO de 16 de fevereiro de 1822. Crêa o Conselho de Procuradores Geraes das Provincias do Brazil; e, DECRETO de 03 de junho de 1822. Manda convocar uma Assembléa Geral Constituinte e Legislativa composta de Deputados das Provincias do Brazil, os quaes serão eleitos pelas Instuções que forem expedidas. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br>. Acessados em: 09.08.2015.

como 3º Vereador da Câmara Municipal do Recife³⁵⁸¹, daí, provavelmente, nome do Coronel estar arrolado entre os que foram consultados.

Lacerda não apenas deu a sua opinião, mas a fez circular impressa no dia 18 do mesmo mês. Concordando com os decretos, disse que a emancipação era uma obra almejada pelos brasileiros amantes da prosperidade do país, que sua realização “proveria a felicidade e o engrandecimento do Brasil, sua pátria, pela qual tanto se havia sacrificado e estava pronto a sacrificar-se”. Com a frase: “Eu nasci primeiro cidadão, do que militar; e primeiro homem, do que cidadão”, disse estar impelido a opinar, mas também indicou que tais características inerentes aos demais indivíduos expoente daquela sociedade lhes impunham a mesma monta da obrigação, implicando tomar uma posição em relação aos fatos em sua volta. Assim, não hesitou em se declarar monarquista constitucional, ferrenho opositor ao despotismo, e defensor dos decretos em apreciação. Declarações que desagradaram a Gervásio Pires, presidente da Junta de governo de Pernambuco, a quem não interessava a “emancipação, mas o constitucionalismo federativo”³⁵⁸².

Apesar dos desencontros de ideias com Gervásio, um mês depois foi lotado Comandante Geral da Polícia de toda a província. Seguindo para a Bahia, ocupada por tropas portuguesas, juntou-se ao general Labattut desta vez em defesa da causa nacional. A caminho da chamada batalha de independência daquela província, foi elevado ao posto de sargento-mor. Durante os repiques da guerra de Pirajá, que “firmou os destinos do Império”, alçou lugar de tenente-coronel. Na sequência, foi até comandante interino do exército, após a prisão do general Labattut, chegando posteriormente a ser indicado a coronel, 27 de abril de 1823, e a ser elevado a tal posto e receber comenda de Oficial da Imperial Ordem do Cruzeiro, 12 de outubro de 1823³⁵⁸³. Nesse ínterim, Lacerda diz ter dado “provas do seu valor e patriotismo”: como soldado, sempre à frente do exército pacificador; como cidadão, prestou “generoso acolhimento, proteção e socorros” aos habitantes da Bahia, os quais deram dele um público testemunho. Nesse ponto da *Exposição*, mais uma vez, vemos o personagem a se lastimar por ter sido privado posteriormente da promoção imediata ao posto de coronel, direito que, segundo ele, lhe assistia³⁵⁸⁴.

De volta à Pernambuco, em 1823, o contexto nacional agora era o da dissolução da Assembleia Constituinte, coisa que Lacerda via com infelicidade. Quem mandava na província era o chamado “Governo dos Matutos”, mas esse estava na berlinda e convocou um Grande Conselho que elegeu para presidente a Manuel de Carvalho Paes de Andrade. O Imperador desaprovou a eleição e nomeou a Francisco Paes Barreto, Morgado do Cabo, para tal função. Na leitura de Lacerda, esses acontecimentos além de dividir Pernambuco em dois partidos, foi o prelúdio da sanguinolenta luta que se seguiria.

O tenente-coronel tomou o partido contrário ao Morgado do Cabo, ainda que este fosse seu amigo íntimo, companheiro de revolução e prisão, e o mentor de seu retorno à Pernambuco em 1823. Justificava a sua adesão à Carvalho, argumentando que acima da sua amizade estavam os interesses da província, e que estes só estariam bem representados quando a política do Rio de Janeiro reconvocasse a Constituinte. Assim, disse Lacerda, preferiu sacrificar no altar da Pátria sua brilhante posição em prol do sistema constitucional³⁵⁸⁵.

³⁵⁸¹ SOUZA, George Félix Cabral de. **Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822)**. Tese (Doutorado em História) – Universidad de Salamanca, Salamanca, 2007, p. 754.

³⁵⁸² EXPOSIÇÃO, 1849, pp. 8, 21-22; CARVALHO, 1998, p. 10. Sobre a influencia de Lacerda e seus atritos com Gervásio Pires, cf.: BERNARDES, 2006, pp. 582-592; MELLO, 2004, pp. 100-103.

³⁵⁸³ EXPOSIÇÃO, 1849, pp. 10-11, 15; PEREIRA DA COSTA, Francisco Antônio. **Dicionário biográfico de pernambucanos célebres**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981, pp. 534.

³⁵⁸⁴ Essas falas são cotejadas com 20 documentos em anexo. EXPOSIÇÃO, 1849, 9-11; 22-32. PEREIRA DA COSTA, 1981, pp. 531-3.

³⁵⁸⁵ EXPOSIÇÃO, 1849, p. 13.

Ora, ele entendeu o contexto melindroso em que vivia. Segundo Evaldo Cabral de Mello, a tropa por ele liderada julgava-se guardiã da liberdade pernambucana e poderia facilmente se descontrolar caso visse o seu apoio ao governo imposto por um Imperador que acabara de dissolver a Assembleia Constituinte. Seguindo a Manuel de Carvalho, foi aclamado Governador das Armas, arrancou em público a condecoração recebida do Imperador pela campanha da Bahia e marchou contra as forças imperiais no limiar da Confederação do Equador³⁵⁸⁶.

Mesmo que não quisesse fazer uma revolução nem destruir a monarquia constitucional³⁵⁸⁷, tomou parte ativamente nos embates travados. O enfrentamento contra as forças reais não logrou êxito. Acuado, buscou proteção do amigo Joseph Ray, Cônsul dos Estados Unidos. Não vendo outra solução, zarpou para aquele país, “deixando em completo abandono sua desolada família, e, em prisão, seus filhos e sobrinhos que igualmente se haviam comprometido na revolução” de 1824³⁵⁸⁸.

Apesar de já estar residindo clandestinamente em Pernambuco desde 1829³⁵⁸⁹, só pôde vir ao público em 1831, após a abdicação de D. Pedro I e a anistia política recebida. Nessa ocasião teve restituído os seus direitos políticos, retomou as funções militares, participando até da repressão da Setembrizada³⁵⁹⁰. Curiosamente, esse levante foi promovido por militares e teve um cunho regressista, ou seja, reclamava o retorno do rei abdicador, talvez, por isso, Lacerda ficara do lado da “legalidade”³⁵⁹¹, enquanto aguardava a confirmação no posto de Coronel. Uma comissão militar instaurada em 13 de setembro de 1831 fora responsável pelo processo, mas o resultado não lhe foi favorável. Teve que despir-se das insígnias de coronel que trajara por nove anos, ou aceitar forçosamente a reforma, único recurso que lhe restava. Para ele, as traças do despotismo havia consumido os papéis oficiais que asseguravam sua promoção. Não obstante expectativa da devida recompensa por seus relevantes serviços prestados, viu-se desgraçadamente iludido e preterido. Disse sentir-se lesado dos seus direitos, e que a destituição privava-lhe dos meios de poder legar à sua família um honesto patrimônio³⁵⁹².

Não teve escolha, insistiu ele, precisou aceitar favores e entrar no serviço público. Entre 1836 e 1839, presidiu o estabelecimento de caridade; de 1839 a 1843, Provedor da Saúde; de 1842 a 1846, Inspetor Geral da Repartição de Obras Públicas, interino e depois permanente; em 1846 assumiu a Administração Geral da Repartição, cargo no qual permaneceu até 1850³⁵⁹³. Longos serviços, cruéis padecimentos e o vegetar na pobreza e no esquecimento, esses são os reclames finais de sua *Exposição*.

Alguns dos seus contemporâneos e historiadores posteriores repetiram esse discurso gestado de esquecimento e pobreza dos dias finais de Lacerda. Em sua necrologia, publicada em Recife no dia sete de setembro de 1853, no jornal *O Liberal Pernambucano*, José Ignácio de Abreu e Lima³⁵⁹⁴, deu notícias de sua morte, fez um prospecto de sua vida e defendeu o seu não esquecimento. Já antes, no jornal *Diário de Pernambuco* de 1851, um anônimo

³⁵⁸⁶ MELLO, 2004, pp. 160-1; EXPOSIÇÃO, 1849, p. 13-4.

³⁵⁸⁷ MELLO, 2004, p. 209.

³⁵⁸⁸ EXPOSIÇÃO, 1849, p. 14.

³⁵⁸⁹ PEREIRA DA COSTA, 1981, pp. 534-5.

³⁵⁹⁰ PEREIRA DA COSTA, 1981, p. 535. Sobre a setembrizada, cf.: ANDRADE, Manuel Correia de. **A Guerra dos Cabanos**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

³⁵⁹¹ Não lhe interessava o retorno de D. Pedro I, este fora o algoz responsável pela repressão da Confederação do Equador, 1824, que obrigou Lacerda e fugir do Brasil. Para o coronel, aquele rei tipificava o déspota que se devia combater.

³⁵⁹² EXPOSIÇÃO, 1849, pp. 15-6.

³⁵⁹³ EXPOSIÇÃO, 1849, pp. 16-7.

³⁵⁹⁴ Este era um parente da esposa de Lacerda. **O Liberal Pernambucano**. Recife, 07 de setembro de 1853. Ano II, n. 280, pp. 1-3. Disponível em: <http://www.acervocepe.com.br/>. Acessado em: 18.07.2015. Essa cronologia foi atribuída a José Ignácio de Abreu e Lima, que a assina apenas com as iniciais de seu nome no supracitado jornal. Cf. <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/autores/?id=1072>.

“Contemporâneo” tinha ido mais longe: com muita penúria disse que Lacerda “morreu pobre e nada deixou que pudesse aproveitar-lhe em seu passamento, sendo por isso o seu corpo envolto em um dos lençóis de seu honesto leito”³⁵⁹⁵. A crer nesses seus defensores, ele morreu esquecido e na miséria. Mas temos notícias de que o ostracismo e a falência total não lhe consumira de um tudo. Ele continuou em convivências com grupos em torno de clubes e reuniões³⁵⁹⁶, recebeu heranças e cuidou de importantes negócios do cotidiano da cidade do Recife.

Além dos soldos oficiais, tais serviços lhe rendiam outros bons frutos, e eram exercidos paralelos a outros tantos, como o de vereador presidente da Câmara. Ainda que o trabalho eletivo fosse litúrgico, não assalariado, havia vantagem subjacente a ele. Corridas de fiscalização pagas, negociatas em arrematação, aforamentos de terreno, vistorias de casas, entre outros. Sem contar o conhecimento de informações privilegiadas sobre planos e modificações na cidade, os quais poderiam beneficiar propriedades ou áreas da cidade onde se poderiam realizar bons negócios. No período em que trabalhou na Repartição de Obras Públicas, Pernambuco passou por importantes transformações urbanísticas que renderam, certamente, muitas negociatas aos homens envolvidos no processo. É lícito dizer que muitas das arrematações e vistorias da Câmara Municipal do Recife e da Repartição das Obras Públicas, locais onde ele exerceu funções paralelamente, lhe renderam vantagens no mínimo simbólicas.

Temos notícias também de que em 1841 ele ganhou por herança dois engenhos com seus partidos de cana situados em Goiana, local onde seus ascendentes tiveram muitas possessões. Os engenhos Mussumbu e Boa Vista de Goiana, dos seus avós: o Coronel Francisco de Barros Falcão, e o coronel Jerônimo Cavalcanti de Lacerda³⁵⁹⁷. Tais engenhos, ou suas partes, ficaram para ele, os quais buscou vender, fazendo publicar notícia nos jornais da época³⁵⁹⁸. Então, é preciso relativizar tais discursos de pobreza, atentando para o seu contexto e intenções intrínsecas.

Ao longo do texto, vê-se que Lacerda não discorre apenas sobre si mesmo, mas trata das coisas que se passam em sua volta ao longo de sua trajetória, assim como da concepção de mundo que ele partilhava com os de seu tempo. A tirania de que nos fala na narrativa é a do soberano (ou do governo) absolutista, o que para ele era a causa dos males que sobreviera ao povo e a si. É claro que, quando a sua *Exposição* fora escrita, Lacerda e seu filho não estavam no calor dos acontecimentos. Olhavam para o passado com a “frieza” de um expectador, de um analista que olha de fora. Tinham onisciência dos fatos e de seu fim manifesto. Ademais, querendo agradecer ao Imperador D. Pedro II, como asseverou Evaldo Cabral de Mello³⁵⁹⁹, insinuou que no passado lhe ocorreu algum encanto pelos ares revolucionários, mas este já se desfizera por completo. Aliás, no ano da publicação a

³⁵⁹⁵ Pelos escritos e cognome, parece se tratar do mesmo filho de Lacerda que escreveu a sua *Exposição*. *Diário de Pernambuco*, 02 de julho de 1868. In: MELLO, 1975, p. 974.

³⁵⁹⁶ A ordem. Recife, 30 de outubro de 1841. Número 03, volume I. Disponível em: <http://www.acervocepe.com.br/>, Acessado em

³⁵⁹⁷ *Diário de Pernambuco*, 16 de dezembro de 1841. Ano XVII, número 274. Disponível em: <http://ufdc.ufl.edu/AA00011611/03915/allvolumes>. Acessado em: 06.06.2015. Consta que ele litigou na justiça parte do engenho contra Manuel Gomes de Albuquerque Maranhão e teve sentença em seu favor. *Diário de Pernambuco*, 20 de julho de 1843. Ano XIX, número 155. Disponível em: <http://ufdc.ufl.edu/AA00011611/03915/allvolumes>. Acessado em: 06.06.2015. O Engenho Mussumbu também era conhecido como Tracunhaém de Cima. Sobre sua história – donos e herdeiros, cf.: BARBALHO, Luciana de Carvalho. **Capitania de Itamaracá, poder local e conflito**: Goiana e Nossa Senhora da Conceição (1685-1742). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2009.

³⁵⁹⁸ *Diário Novo*, 21 de julho de 1843. Ano II, número 156. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acessado em: 06.06.2015; *Diário de Pernambuco*, 20 de fevereiro de 1844. Ano XX, número 41. Disponível em: <http://ufdc.ufl.edu/AA00011611/03915/allvolumes>. Acessado em: 06.06.2015.

³⁵⁹⁹ MELLO, 2002, p. 100.

província experimentava o arroubo e abafamento da Revolução Praieira, e a reminiscência de Lacerda não podia passar uma imagem que o associasse a ela. Permanecia apenas sua posição de monarquista constitucional.

Enfim, o texto em apreço, manejando aquilo Denis Bernardes classificou como a memória e a experiência política³⁶⁰⁰, não apenas estava carregado de informações sobre uma cultura política praticada por seu personagem principal, mas também era o seu exercício. A matriz política emergente e vitoriosa em princípios dos oitocentos fora a constitucionalização e seus desdobramentos (liberdade, independência, direitos)³⁶⁰¹, esta foi vislumbrada por Lacerda e ecoou em sua *Exposição*.

³⁶⁰⁰ BERNARDES, 2006, p. 204.

³⁶⁰¹ BERNARDES, 2006, p. 269.

“CHEIAS DE VIDA QUE TANTO PROMETEM PARA O FUTURO”. IMAGENS DA SAÚDE INFANTIL EM FOTOGRAFIAS E ANÚNCIOS (BELÉM, 1920-1940)³⁶⁰²

Adnê Jefferson Moura Rodrigues³⁶⁰³
adnemoura@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho tem por finalidade analisar as relações entre as representações de infância construídas por anúncios de alimentos, fortificantes e fotografias de crianças veiculadas em revistas ilustradas que circularam na capital paraense, entre os anos de 1920 e 1940. Evidenciando o que chamamos de visualidade da saúde infantil, fotografias e anúncios acabam por afirmar a imagem da criança robusta como modelo de saúde. A princípio, nada mais natural que crianças gordas e risonhas, vistas como encantadoras pela aparência robusta que apresentam, figurem nas revistas, pois comumente a infância é retratada como um período da vida marcado pela felicidade e, portanto, ausente de conflitos e sofrimentos. Entretanto, acreditamos existir uma intertextualidade das representações de infância, pois as fotografias acabam por reiterar o argumento das mensagens publicitárias de alimentos e fortificantes que enfatizam a robustez como sinônimo de saúde para as crianças e, assim, elaboram narrativas de sucesso em que a doença e a morte são expurgadas. A valorização da robustez em anúncios de produtos, ao elegerem a criança como tema, frequentemente se deu através da publicização de recomendações médicas como artifício de venda, indicando uma valorização da medicina como orientadora do cuidado infantil. Ao mesmo tempo, as peças publicitárias enfatizaram a mulher, enquanto esposa e mãe, como alvo preferencial, alinhando o cuidado dos filhos a uma missão sanitária e patriótica feminina. Tais premissas acabam por elucidar processos sociais mais complexos que influenciam diretamente a construção de representações de infância em revistas, como a legitimação profissional dos médicos de crianças e a ampliação da maternidade para além da esfera privada. Olhando de determinada perspectiva, o conjunto dessas imagens indicia uma visualidade da infância ou, mais especificamente, uma visualidade da saúde infantil em revistas.

Palavras-chave: Infância; Visualidade; Saúde; Robustez.

A experiência de folhear uma revista do período nos remete ao manuseio de um verdadeiro encarte de compras. Nas revistas, os textos são comumente acompanhados de anúncios de diferentes produtos, tais como sabonetes, cigarros, loções pós-barba, cremes hidratantes, alimentos, perfumes importados e remédios para as mais variadas doenças. Com as mudanças na produção de mídias impressas, entre finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX, o número de anúncios publicitários em periódicos aumentou consideravelmente. Em revistas, empresas diversas tiveram um espaço privilegiado para a divulgação de suas marcas e produtos.

Segundo Ana Luiza Martins, as revistas, por sua periodização mais espaçada, sendo semanais, quinzenais, mensais e, até mesmo, semestrais, aproveitaram melhor as inovações

³⁶⁰² Este trabalho é proveniente de um projeto mais amplo intitulado “Infâncias revistas: visualidade infantil em revistas ilustradas (Belém, 1920-1940)”, orientado pela Profa. Dra. Cristina Donza Cancela, dentro do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST/UFPA). A pesquisa conta com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por meio de bolsa de mestrado.

³⁶⁰³ Mestrando em História - UFPA

tecnológicas em impressão do período, o que possibilitou um acabamento mais apurado para suas páginas.³⁶⁰⁴ Diferente dos jornais, voltados ao conteúdo factual, as revistas puderam abordar temas como a moda, os *flirts* em público, as efemérides pátrias, a literatura e as notícias que movimentavam o colonismo social de maneira mais aprofundada, deixando muitas vezes assuntos como a doença e a violência urbana fora de seu escopo.

Com as novas tecnologias em impressão, a ampliação da cartela de cores e a oportunidade de reproduzir fotografias deram nova aparência aos periódicos, principalmente às páginas das revistas. A alcunha de “ilustradas”, em especial, não deve passar despercebida. Parece-nos oportuno afirmar que se estava conferindo um novo significado a imagem na imprensa no período. Martins também atenta para isso, ao destacar que a imagem resultou numa maneira eficaz de potencializar as informações, pois seu poder multiplicador de sentidos alcançava mesmo àqueles que não eram alfabetizados.³⁶⁰⁵

Em Belém, magazines como *A Semana*, *Belém Nova* e *Guajarina* tornaram-se as principais publicações, embora algumas não tenham conseguido permanecer por muito tempo no cenário local. Mesmo com perfis distintos, o que claramente influencia no espaço dedicado a determinados assuntos, as revistas trazem em comum a imagem de veículo moderno, portadoras de um conteúdo visto como refinado e atual tornando-se *lócus* de afirmação de valores de elite e para a divulgação de diferentes produtos e empresa. *A Semana*, por exemplo, “a interessante e elegante revista da elite paraense”, como destacada por seus editores, circulou sempre aos sábados. De propriedade de Alcides Santos, o semanário foi criado em 1918, em forma de jornal e apenas no ano seguinte adotou o formato de revista. Foi o hebdomadário belenense que possuiu o acabamento mais apurado, contando com a maior parte de sua impressão em papel *couché* e com mais fotografias e anúncios que seus congêneres.

A Semana foi o principal meio de divulgação da produção literária local no período até o surgimento de *Belém Nova* (1923), revista dirigida por Bruno de Menezes. De periodização quinzenal, a publicação circulou entre os anos de 1923 e 1929, sendo impressa pela gráfica oficial do Estado. Muitos de seus colaboradores estavam comprometidos com um movimento de renovação da literatura paraense ou, podemos dizer, com o modernismo no Pará, buscando assim sintonizar as letras paraenses às vanguardas artísticas europeias.³⁶⁰⁶ Outra importante revista, *Guajarina*, foi um quinzenário que circulou de maneira intermitente, em três períodos distintos: 1919-1920;1930-1931;1937. A revista tinha sua casa editora própria e também sobrevivia da impressão de modinhas, chulas, sambas e foxtrotes em folhetos, além da comercialização de obras da literatura sertaneja, como romances e cordéis. De propriedade do pernambucano Francisco Lopes, que também era dono da folhetaria de cordel homônima à ilustrada, o magazine dedicou espaço a literatura e ao mundanismo de um modo geral.³⁶⁰⁷ Embora sua fatura fosse mais acanhada, a ilustrada também trazia fotografias e propagandas, ainda que em seu projeto gráfico houvesse menos cores e ilustrações. O recorte temporal adotado neste trabalho concerne à periodização da

³⁶⁰⁴ MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República (1890-1922)**. São Paulo: Edusp/FAPESP, 2008, p. 40.

³⁶⁰⁵ MARTINS, Ana Luiza. *Op. Cit.*, p. 193.

³⁶⁰⁶ Sobre o “modernismo” no Pará *vide*: FIGUEIREDO, Aldrin. **Os Vândalos do Apocalipse e outras histórias: arte e literatura no Pará dos anos 20**. Belém: IAP (Instituto de Artes do Pará), 2012; _____. **Eternos Modernos: uma história social da arte e da literatura no Pará (1908-1929)**. Tese (Doutorado) – Universidade de Campinas (UNICAMP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social. Campinas, 2000.

³⁶⁰⁷ A editora *Guajarina* foi alvo de um interessante trabalho sobre a produção e circulação de folhetos de cordel, em Belém, entre 1922 e 1949, realizado por Geraldo Magella de Menezes Neto. *Vide*: MENEZES NETO, Geraldo Magella. **Por uma história do livro e da leitura no Pará: o caso da Guajarina, editora de folhetos de cordel (1922-1949)**. 2012. 165 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em História da Amazônia. Belém, 2012. Sobre a circulação da revista *vide*: **Nova Phase**. *Guajarina*, 18 de outubro de 1930.

revista *A Semana*, entre 1919 e 1942. O período contempla, no entanto, o tempo de circulação das outras revistas que também integram nosso corpus documental, *Belém Nova* e *Guajarina*.

Voltada para o consumo da elite,³⁶⁰⁸ a imagem de conteúdo refinado possibilitou às revistas ilustradas uma certa função de vitrine da capital paraense. E mesmo em um momento de crise da economia da borracha³⁶⁰⁹ e, principalmente, a um mercado editorial incipiente para empreendimentos desta natureza. Entretanto, não deixaram de destacar as oportunidades de negócios na região e de atraírem anunciantes interessados em promover os seus produtos no mercado local. Entre eles, grandes marcas, como Nestlé, Quaker, Emulsão de Scott entre outras.

A concepção dos anúncios seguiu de perto as mudanças observadas na imprensa, especialmente, nas revistas. Os “tjolinhos”, por exemplo, – anúncios que traziam apenas as descrições das características e qualidades dos produtos – e os desenhos em preto e branco passaram a dividir espaço com peças mais elaboradas, que contavam com uma gama maior de cores, desenhos mais realistas e fotografias, havendo, até mesmo, a possibilidade de serem feitas intervenções sobre estas.³⁶¹⁰ Com novos recursos visuais, o conteúdo dos anúncios foi potencializado, oportunizando uma comunicação mais atraente e eficiente, sem depender exclusivamente da linguagem verbal.

Entre os diferentes produtos oferecidos, destacamos aqueles que direta ou indiretamente dizem respeito a saúde infantil. Ao analisarmos anúncios de produtos alimentícios e de higiene, é possível perceber como a publicidade vincula-se aos novos hábitos e sensibilidades dos contemporâneos da época quanto à atenção e ao cuidado das crianças. A divulgação dos produtos voltados à saúde da criança ou que a elege tematicamente nos anúncios não pode ser visto como algo isolado. A tríade anunciar, vender e comprar, intermediada pela mensagem publicitária, faz parte de uma rede de interesses coletivos, que dizem respeito a determinado contexto histórico e cultural. Ao pretenderem vender os produtos, os anunciantes acabam por “vender” concepções de mundo, que quando desnaturalizadas evidenciam “imagens da infância”.³⁶¹¹

Por outro lado, não podemos pensar a publicidade como descolada de seu suporte. De página em página, anúncios e fotografias de crianças se sucedem. Olhando de determinada

³⁶⁰⁸ Ao utilizarmos o termo “elite”, neste trabalho, estaremos, fundamentalmente, abordando a experiência de indivíduos que, por diferentes interesses, adotaram a revista como meio de afirmar seus valores, que vão desde padrões de comportamento e educação à certas maneiras de vestir e falar, o que Pierre Bourdieu chamou de “marcas de distinção”, que exprimem e, ao mesmo tempo, constituem, para os indivíduos e para os outros, a posição que possuem dentro da estrutura social e a relação que estabelecem com a mesma. BOURDIEU, Pierre. *Condição de classe e posição de classe*. In: AGUIAR, Neuma. **Hierarquias em classes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973, p.67.

³⁶⁰⁹ De acordo com Barbara Weinstein os saldos da economia da borracha no Pará, e na Amazônia como um todo, diminuíram vertiginosamente após o ano 1910. Nem mesmo o crescimento da exportação do produto, observado em 1912, pôde conter a sua desvalorização no mercado. Um dos principais motivos da queda dos preços da borracha na região foi a concorrência da produção racional de látex proveniente da Ásia que, ano após ano passava a aumentar sua parcela nos lucros dentro da balança comercial internacional. *Vide* WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

³⁶¹⁰ Intervenção conhecida como pictorialismo, retoques feitos sobre as fotografias com técnicas de pintura. No período, era comum que tanto pintores quanto miniaturistas modificassem as imagens com lápis, carvão, grafite, esfuminho, aquarela e anilina para realçar cores ou diminuir as áreas desfocadas. Sobre o pictorialismo na fotografia *vide*: BORGES, Maria Eliza. **História e Fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 57.

³⁶¹¹ BRITES, Olga. Infância, higiene e propaganda (usos e abusos). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 249-278, 2000. _____. Crianças de revista. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 26, n. 1, 161-176, 2000.

perspectiva, o conjunto dessas imagens indicia uma visualidade³⁶¹² da infância ou, mais especificamente, uma visualidade da saúde infantil. Acreditamos, assim, que existe uma íntima relação entre a mensagem publicitária de determinados produtos, em especial, fortificantes e de farinhas lácteas, e as fotografias de crianças veiculadas pelas revistas.

Em geral, os anúncios que abordam a atenção à saúde infantil perspectivam a imagem da criança robusta como ideal. Segundo Júnia Pereira, “a robustez estaria pressuposta em representações de um tipo ideal de bebê saudável, não raro um bebê muito gordo, comumente eleito, na literatura pediátrica, como símbolo de saúde e de normalidade”.³⁶¹³ O anúncio do fortificante *Emulsão de Scott*, por exemplo, veiculado por *A Semana*, traz o desenho de um bebê risonho sob o título “creanças robustas”. A peça apresenta *Emulsão de Scott* como um eficiente método para garantir a robustez infantil que, segundo os parâmetros da época, constitui “atestado” de saúde das crianças. O riso afirma a imagem da criança feliz em contraposição a problemas de saúde que não combinam com a infância, idealizada como um período da vida ausente de conflitos e sofrimentos. A descrição “cheias de vida que tanto prometem para o futuro” atrela a imagem da criança saudável às noções de futuro, bastante correntes na época, tais como “futuro das gerações”, “futuro do Brasil” ou “país do futuro”.³⁶¹⁴

Embora aponte a criança como “verdadeira alegria do lar doméstico”, os motivos apresentados para justificar o consumo do fortificante levantam questões que extrapolam os recônditos familiares e a imagem da criança como objeto de afeto para os pais, pois, a menção ao raquitismo sugere o enfrentamento de problemas graves para o período, como a mortalidade infantil, face mais visível do “problema da infância”.³⁶¹⁵ Segundo Maria Martha Freire, ao analisar as alianças entre mães e médicos em revistas femininas, o terreno da alimentação infantil ganhou centralidade, em parte, devido à emergência das discussões sobre a mortalidade de crianças e os prejuízos que causava à construção da nacionalidade.³⁶¹⁶ A mensagem publicitária atualizava, assim, tais discursos sobre a importância da formação das crianças, tanto para a família quanto para o país, sob signo da imagem de bebês gordos e, por isso mesmo, alegres e saudáveis.

Os Homens e Mulheres robustas de amanhã tomam hoje Emulsão de Scott.

Dá-i-a Vs. Ex. ás suas crianças?

A Emulsão de Scott é uma verdadeira benção para crianças. Nada demonstra tão positivamente a eficácia da famosa preparação original de óleo de fígado de bacalhau como a entusiasta recomendação de milhares de médicos, e a multitude de criatura debeis ou rachiticas transformadas em nenes robustos graças a elle.

³⁶¹² MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia em revistas ilustradas na primeira metade do século XX. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 133-174, jan-jun. 2005.

³⁶¹³ PEREIRA, Júnia. *História da pediatria no Brasil: de final do século XIX a Meados do século XX*. 2006. 206f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Belo Horizonte, 2006, p. 150.

³⁶¹⁴ No Brasil, com a implantação da República, os debates sobre a necessidade de o Estado intervir na formação das crianças se ampliaram, redimensionando a ideia de infância a partir das imagens de “futuro da nação” e “país do futuro”, o que resultou, ao longo das três primeiras décadas, em políticas voltadas à assistência e disseminação da educação pública, em parte, devido a visão corrente entre as elites política e econômicas que percebiam o Brasil como fora da esteira do progresso. KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. “A circulação das ideias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX”. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2001. PASSETI, Edson. Crianças Carentes e políticas públicas. In: PRIORE, Mary Del. (org.) *História das crianças no Brasil – 7ª edição*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 347-375.

³⁶¹⁵ FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009, p. 69.

³⁶¹⁶ *Idem*, p. 205-210.

Como podemos perceber, somada a imagem da criança robusta como ideal para garantir o futuro da família, a recomendação médica aparece como esteio do anúncio. Neste caso, o argumento científico se faz presente de forma bastante genérica, sem expor os componentes químicos do produto, efeitos, ou mesmo identificar qualquer profissional que certifique a veracidade dos resultados. Na linguagem publicitária, os anúncios constantemente recorreram à imagem de especialistas, que assumiam a voz de autoridade sobre as questões de higiene e saúde. A estratégia visava afirmar a qualidade do produto através da opinião profissional abalizada, ressaltada como garantia para o seu uso. A simples referência não deixa de elucidar a ampliação do papel de médicos, farmacêuticos, dentistas, entre outros, naquela época, momento em que a especialização dos profissionais da saúde começava a se constituir. Se a afirmação do discurso competente não se dá através de uma linguagem técnica na peça publicitária, recorrer à existência de uma autoridade médica enquanto estratégia de venda indica uma valorização da ciência como orientadora de práticas e atitudes de consumo, em particular, quanto ao cuidado e atenção às crianças.

Nos anúncios de *Emulsão de Scott* e de produtos de gênero alimentício, as preocupações com a compleição das crianças tomam a robustez como principal parâmetro de saúde infantil. Em um reclame da *Farinha Láctea Nestlé*, por exemplo, a peça publicitária expõe a imagem de um bebê sob o título “A robusta filhinha de D. Elvira Corrêa dos Santos”³⁶¹⁸. A fotografia da menina, acompanhada do depoimento da mãe consumidora, acaba por ganhar um *status* de “prova”, que visa corroborar os resultados positivos obtidos com o uso do produto. A fala tem por finalidade fortalecer um elo entre os consumidores e a marca, colocando a mãe como interlocutora direta entre a empresa e os novos clientes. O texto traz à tona, ainda, uma dimensão emocional ao uso do produto. Visando a necessária formação saudável da criança, o consumo se baseia em um gesto de carinho e afeto maternal, em que a adoção da farinha significaria o próprio zelo de “D. Elvira” por sua “robusta filhinha” e, de um modo geral, das mães por seus filhos. Dentro de uma narrativa, a fotografia representa o ponto alto de uma trajetória de sucesso, em que a imagem de bebês gordos, robustos, é sinal de perfectibilidade para a saúde infantil.

De acordo com Júnia Pereira, “a associação entre saúde e robustez foi comumente veiculada em representações que comunicavam a valorização da criança ‘que engorda’ como uma criança saudável”.³⁶¹⁹ A ênfase dos anúncios de cunho alimentício na ideia de crescimento como sinônimo dos cuidados com as crianças está relacionada ao contexto de constituição da pediatria enquanto área médica. Ainda segundo Júnia Pereira, “ao se debruçar sobre o tempo da infância, a pediatria assumiria a ideia de crescimento como anátema e perspectivaria uma linha utópica, cujo percurso traria à criança o rompimento com sua condição de fragilidade, de doença e de incompletude.”³⁶²⁰

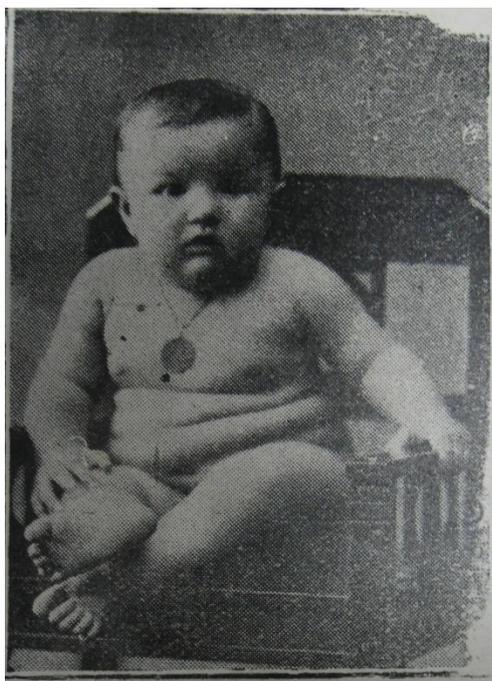
Os anúncios, entretanto, ao se utilizarem desses discursos como instrumento de persuasão, acabariam por contribuir na vulgarização de conceitos e ideias sobre saúde infantil. Basta, por exemplo, virarmos as páginas das revistas para conferirmos que a imagem amplamente difundida pela publicidade da criança robusta como saudável toma forma. Nesta perspectiva, acreditamos que as fotografias de crianças nuas dialogam com as mensagens veiculadas pelos anúncios de produtos alimentícios.

³⁶¹⁷ *A Semana*, n. 383, 22 de agosto de 1925.

³⁶¹⁸ *A Semana*, n. 587, 17 de agosto de 1929.

³⁶¹⁹ PEREIRA, Júnia. *Op. Cit.*, p. 169.

³⁶²⁰ *Idem.* p. 133.



“Elba”. Fotografia. *A Semana*, n. 167, 18 de Junho de 1921. Seção Obras Raras da Fundação Cultural Tancredo Neves - CENTUR

A fotografia da menina “Elba” poderia estampar um anúncio de qualquer farinha láctea, fortificante ou remédio. Como esta existem outras que acabam por expressar a imagem de bebês gordos como padrão de saúde infantil e, concomitantemente, contribuem para reverberar a criança robusta como ideal. O destaque da nudez infantil frente às câmeras e a sua divulgação pela revista nos instiga a perceber uma linguagem visual dos padrões de saúde. Nela, peso, altura, massa corporal e todo um arcabouço médico são diluídos na exposição pública do corpo nu infantil à sociedade. A primeira vista este conhecimento técnico pode parecer ausente nas fotografias, mas, ao estabelecermos um diálogo com as representações de crianças nos anúncios de produtos destinados a robustecer o organismo, a autoridade médica destacada pela publicidade acaba por reiterar a imagem de bebês gordos como evidência de saúde.

A nosso ver, o gosto pela representação da nudez infantil vai além de uma continuidade de padrões estéticos renascentistas ou do simbolismo cristão da imagem do menino Jesus sobre a manjedoura,³⁶²¹ pois, embora tais aspectos não devam ser desconsiderados, as referências à robustez sugerem uma reinterpretação desses padrões estéticos segundo valores importados das ciências médicas. Ao mesmo tempo, a presença de crianças sem roupas indica, não obstante, a intenção das famílias em destacar uma imagem saudável de seus filhos ou, digamos, uma saúde de “corpo inteiro”. A publicização do corpo possibilitava o “diagnóstico” das características dos fotografados pelos leitores, como a sua robustez, por exemplo, além de suas condições sociais favoráveis.³⁶²² Nas revistas, fotografias de crianças constantemente foram publicadas junto à legendas, que traziam nome e sobrenome dos pais e, até mesmo, a função profissional que desempenhavam. Tais referências poderiam, assim, indicar a distinção social das famílias. Ao

³⁶²¹ No século XVI, durante o processo de revalorização do legado greco-romano para arte, a imagem de crianças nuas representou uma revivescência do Eros helenístico. O tema da criança nua foi extremamente difundido pela pintura, chegando, inclusive, a pintura religiosa, em que anjos aparecem nus envoltos em nuvens e, até o menino Jesus, é destacado com poucas vestes ou enquanto sua mãe lhe despe de seus cueiros. Sobre a representação da nudez infantil na arte *vide*: ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2ªed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981, p. 61-65.

³⁶²² BRITES, Olga. **Crianças de Revista**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.26, n.1, p.161-176, jan./jun. 2000, p. 166.

aparentarem uma figura saudável e asseada, as crianças contribuíam para afirmar a imagem de família bem-estruturada perante a sociedade, demonstrando o cuidado e o zelo que os pais têm por seus filhos.

Em outra fotografia, a imagem de uma criança é acompanhada da seguinte legenda: “Este é o galante, o formoso, o “dobrado” Aberlado, que vemos ahi em decúbito prono, a desafiar o dr. Ophir e todos os concursos de Belleza da Assistência á infância”.³⁶²³ A alcunha de “dobrado”, que diz respeito às dobras que se formam na pele devido o acúmulo de massa corporal em regiões próximas às articulações, reitera a robustez como paradigma da saúde das crianças. O texto faz referência, ainda, ao médico Ophir Pinto de Loyola, catedrático de pediatria na Faculdade de Medicina, fundador do Instituto de Proteção e Assistência à Infância Desvalida do Pará, e aos concursos de robustez promovidos por esta instituição no período. Sua presença desvela sua projeção profissional na cidade e, de modo geral, a ampliação do espaço de autonomia dos médicos de crianças, ao se apresentarem como os sujeitos mais autorizados a tratar sobre a atenção e os cuidados à saúde na infância. Já os termos “decúbito prono” elucidam a vulgarização de uma linguagem médica, de base antropométrica, enquanto o título da fotografia, “Gloriazinha Eugênica da Raça”, remonta aos debates correntes na época sobre a formação da nacionalidade e a importância de melhorar as qualidades raciais da população.

O título informa certo conteúdo “biologizante” em voga na retórica das elites, quanto à necessidade de modernização da sociedade brasileira. Uma eugenia “ordinária”, que poderia compreender desde os cuidados com a alimentação das crianças ao combate à insalubridade das cidades.³⁶²⁴ Como desvela Nancy Stepan, enquanto parte de uma linguagem moderna, a eugenia era percebida como uma ciência nova, suficientemente capaz de introduzir uma nova ordem social por intermédio do aperfeiçoamento da raça. Geralmente o termo raça é usado com o intuito de chamar a atenção para a necessidade de melhorar geneticamente a “raça humana” ou “povo”, embora os interesses se referissem à população de determinado país, possibilitando o desenvolvimento da eugenia como orientadora das políticas de saúde e formação da nação. Tal premissa frequentemente colocou crianças e mulheres na alça de mira dos discursos em prol das futuras gerações, motivados por um otimismo em relação a viabilidade da construção de uma identidade racial-social.³⁶²⁵

De acordo com Lilia Schwarcz, durante o século XIX as teorias racistas “naturalizavam as diferenças”, estabelecendo correlações rígidas entre características físicas e atributos morais como meio de retirar a diversidade humana do campo incerto da cultura para localizá-la na moradia segura da ciência determinista.³⁶²⁶ No Brasil, por outro lado, os modelos raciais foram adaptados a partir de vários rearranjos teóricos, tornando possível pensar a viabilidade de uma nação mestiça.³⁶²⁷ Com base no que diz a autora, podemos afirmar que a construção de um “ideal eugênico” representava a tentativa de reverter o imobilismo, ou seja, o simples transplante das teorias racistas europeias ao Brasil, pois acreditava-se na possibilidade de combater a “degenerência” da população, vendo na formação da criança um meio que atendesse à estas expectativas.

Não obstante a eugenia ser vista como um movimento pelo aprimoramento da raça e sua relação com o racismo ser frequentemente encarada como definidora de seu sentido, Stepan lembra que o racismo pode se manifestar de muitas maneiras. “As raças não são entidades naturais preexistentes, mas grupos sociais produzidos por relações desiguais de

³⁶²³ **A Semana**, n. 544, 06 de outubro de 1928.

³⁶²⁴ STEPAN, Nancy. **A Hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014.

³⁶²⁵ *Idem*, p. 165-168.

³⁶²⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 216.

³⁶²⁷ *Idem*, p. 65.

poder e práticas discriminatórias”.³⁶²⁸ Preconceitos de raça e classe constantemente fundiram-se, dando margem à percepção de que as “doenças sociais”, ou seja, vadiagem, alcoolismo e doenças venéreas, entre outras, se acumulavam nas camadas desprivilegiadas, ocupadas em grande parte por negros, mestiços e pobres. Entre as muitas formas que a eugenia assumiu, no Brasil, em meados dos anos 1920, os discursos eugênicos se entrelaçaram a higiene,³⁶²⁹ visando o combate aos hábitos inadequados e às más condições de salubridade.

Se a robustez é constantemente vulgarizada pela publicidade como sinônimo de saúde infantil e na imprensa bebês “dobrados” são atrelados à noção de “futuro da raça”, estes discursos, no entanto, somam-se a outras representações, também expressas nos anúncios, que destacam as principais responsáveis em aplicar medidas de cuidado e atenção à saúde das crianças: a mulher, que figura enquanto esposa e mãe.

Durante os anos 1920, as revistas ilustradas se consolidaram como um espaço privilegiado para a publicidade, enquanto os assuntos que abordavam, percebidos como “amenidades”, proporcionaram ao veículo a imagem de leitura “sadia” e elegante.³⁶³⁰ Não por acaso, a ênfase em temas como moda, beleza, colunismo social, literatura, orientações de saúde e bem-estar e economia doméstica contribuiu para a percepção do conteúdo das revistas como adequado às mulheres, devido o universo feminino ser constantemente ligado à dimensão da aparência, beleza e domesticidade. É fato que, no mesmo período, vozes femininas dissonantes reclamavam novos espaços de autonomia para a mulher, como a ampliação de novos postos de trabalho e a igualdade de direitos, inclusive, através da imprensa.³⁶³¹ No entanto, a análise das revistas ilustradas permite aferir como os anunciantes destacaram a condição maternal das mulheres como meio de atrair novas consumidoras para seus produtos. Diversas peças publicitárias de produtos de higiene e beleza, mas em especial, de alimentos e fortificantes reforçavam o papel da mulher enquanto esposa e mãe.

Segundo Martha Freire,

[...] a maternidade configurava-se como o principal papel das mulheres e, ao mesmo tempo, sua própria essência. Ainda que objeto das mais distintas representações, havia um consenso entre os colaboradores dos periódicos quanto à complexidade da maternidade, a qual não poderia se sustentar apenas na presença do instinto natural. Ao contrário, a atribuição à maternidade de uma dimensão de modernidade e de função pública implicava o aprendizado de um amplo conjunto de técnicas.³⁶³²

Os discursos presentes nas revistas não apenas proporcionaram a imagem da criança robusta como modelo de saúde, uma condição fundamental até mesmo para o futuro da “raça” ou da “nação”, como também alçaram as mulheres a um novo patamar, em que a maternidade deveria atender aos desejos coletivos, da família, do estado, da nação. Assim, acentuava-se a importância das mulheres como responsáveis em preparar as crianças, aquelas que assumirão o futuro deste país. E sob a figura da mãe, a mulher se tornou o foco dos discursos acerca da saúde infantil. Todo um arcabouço teórico foi construído com intuito

³⁶²⁸ STEPAN, Nancy. *Op. Cit.*, p. 150.

³⁶²⁹ Ao analisar a derrubada dos cortiços e as medidas higiênicas adotadas pelo governo carioca contra as epidemias, Sidney Chalhoub destaca o processo de configuração da Higiene como ideologia, em que a política passa a ser norteadas pelo objetivo de conduzir a sociedade à “civilização”, submetendo a própria política a técnica, pretensamente acima de qualquer interesse particular e dos conflitos sociais em geral. CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 35.

³⁶³⁰ FREIRE, Maria Martha. *Op. Cit.*, p. 26.

³⁶³¹ SOIHET, Rachel. Relações de gênero e formas de violência. In: BUSTAMANTE, Regina Maria de & MOURA, José Francisco de (orgs.). **Violência na História**. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad X, 2009.

³⁶³² FREIRE, Martha. *Op. Cit.*, p. 97.

de preparar as mulheres para cuidar de seus filhos, sustentado em procedimentos elevados ao status de científicos. Nesse sentido, os anúncios de produtos alimentícios presentes nas ilustradas acabam por fazerem parte deste ideário, que se estabelece ao mesmo tempo em que dialoga com o movimento de ampliação da atuação médica e de redefinição da maternidade, logo da importância da mulher na construção do futuro do país.

Pensar a formação das crianças perpassava necessariamente pela maneira como estas estavam sendo cuidadas no seio familiar. Podemos inferir que há, então, uma nova interação entre os meios público e privado em decorrência da emergência dos discursos sobre a formação de uma nova identidade nacional, que atrela a criança ao futuro, e que proporciona à maternidade o caráter de “missão” e não apenas de realização individual, como elucida a peça de *Emulsão de Scott*: “Assegurar-lhes bem estar com um desenvolvimento normal para que estejam aptas a cumprir a missão de esposas e mães sem prejuízo de sua saúde.³⁶³³ Com isso, a imagem da mulher também foi reelaborada e, enquanto mãe, sua ação não deveria mais estar baseada no instinto maternal e, sim, assentada sobre a adoção de métodos, o que conformava uma maternidade científica.³⁶³⁴

Esta “nova” interlocução dos meios privado e público se fundamenta em bases antigas, em que o lar se consolida como espaço privilegiado para mulher (mãe e esposa). O que muda, entretanto, é sua forma de atuação, pois na busca da manutenção da ordem (limpeza e organização da casa), elevada ao grau de “missão”, a responsabilidade da mãe é tanto para com a família quanto, de modo mais amplo, para com o país. Ou seja, como destaca Maria Izilda de Matos, “a essa nova mulher - mãe e esposa – caberia desempenhar um papel fundamental na família: sempre vigilante, atenta, responsável pela saúde e felicidade das crianças e do marido, dedicada ao lar e à sua higiene”.³⁶³⁵

Ou seja, ela é quem selecionará os instrumentos “científicos”, produtos de limpeza para manter a higiene do lar e da família, e os produtos alimentícios para garantir o crescimento sadio dos filhos, o que justifica o apelo publicitário a este público e também uma asseveração do tom de ordem médica nos próprios anúncios, pois: “Tantas enfermidades teem a mesma origem que milhares de pessoas sensatas chegaram a convencer-se de que quando não basta a *Emulsão de Scott*, há que deixar que o médico decida e frequentemente este também diz: Tome a Emulsão de Scott”.³⁶³⁶

A indicação de que o produto se trata de uma recomendação médica, como meio de consubstanciar seu uso pelas mães, constitui um indício da ampliação das prerrogativas dos médicos sobre os cuidados com as crianças. Segundo Júnia Pereira, a história da pediatria vincula-se diretamente a uma reflexão sobre a importância da criança na sociedade brasileira. Apresentando-se à sociedade como campo científico suficientemente capaz de promover uma infância robusta, sadia e bela – promessa de um porvir em que estariam expurgadas a morte, finitude e incompletude –, a medicina de crianças faria parte de um contexto em que os ideais de “civildade” eram cultivados e a vida saudável era um projeto a ser alcançado, garantindo assim a transformação pretendida pelas elites.³⁶³⁷

³⁶³³ **A Semana**, n. 556, 29 de dezembro de 1928.

³⁶³⁴ O conceito “maternidade científica” foi adotado em diversas pesquisas que pretendiam compreender a historicidade da maternidade no período que concerne à segunda metade do século XIX e a primeira do XX. Neste trabalho, adotaremos a proposição de Martha de Luna Freire, que destaca: “O estabelecimento da maternidade científica – conceituada como exercício da maternidade fundamentado em bases científicas, objeto de práticas educativas próprias e de supervisão médica – pode ser considerado então como fenômeno situado na interface entre ciência, ideologia e cultura material”. _____. **Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista em revistas femininas** (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920). 2006. 336 f. Tese (Doutorado) - Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde. Rio de Janeiro, 2006, p. 45.

³⁶³⁵ MATOS, Maria Izilda de S. Do público para o privado: redefinindo espaços e atividades femininas (1890-1930). **Cadernos Pagu**, nº 04, Campinas, 1995 (pp. 97-115).

³⁶³⁶ **A Semana**, n. 382, 15 de agosto de 1925.

³⁶³⁷ PEREIRA, Júnia. *Op. Cit.* p. 72.

Na publicidade, a afirmação de uma autoridade médica corrobora a adoção dos produtos, rendendo uma dimensão moderna e científica aos cuidados com crianças, e relega ao passado a atenção à saúde infantil orientada pelo instinto materno. Por outro lado, os anúncios reificam a atuação feminina circunscrita ao lar, naturalizando seu papel de esposa e de mãe.

Como podemos perceber, tais discursos sobre a racionalização da maternidade, assentada na orientação médica, aclaram outras nuances da visualidade infantil em revistas que as fotografias e os anúncios ajudam a compor. Uma visualidade que está longe de apresentar um retrato homogêneo das representações sobre a saúde infantil. Ao contrário: virar as páginas das revistas assemelha-se a folhear um álbum de significados, às vezes, seguindo uma lógica estranha aos olhos de desconhecidos. Impõe, assim, a necessidade de rever as imagens estabelecendo correlações com elementos exteriores, ou, explicando melhor, de perceber que os anúncios e as fotografias em *A Semana* representam leituras sobre a infância conectadas à discursos que não se restringem aos limites de suas páginas.

Considerações finais

Os anúncios se constituíram, neste trabalho, como indícios, fundamentais para tentarmos trazer à luz alguns dos significados que permeiam as representações de saúde infantil. O estabelecimento de um diálogo entre seu conteúdo e as fotografias de crianças presentes nas ilustradas contribuem para desnaturalizar as representações de infância e alguns de seus significados. Ao vender determinada visão de mundo estampada nos poucos centímetros que lhes cabem, as peças publicitárias colaboravam para a construção de imagens perfeitas de crianças que, segundo os valores da época, seriam robustas e higienizadas. Desta forma, podemos dizer que a publicidade, além de objetivar vender o produto, vender a marca e valorizar a mesma no mercado, difundia a imagem da criança robusta como ideal a ser alcançado.

As imagens das crianças também personificavam os discursos reverberados pela publicidade de produtos alimentícios. Em conjunto, produzem narrativas visuais, em que a doença e a morte são expurgadas, perseverando uma imagem de superação das crianças sobre os males que comumente atingem esse período da vida. Sugerem, ainda, uma visualidade da infância em que a imagem da criança robusta torna-se insígnia da saúde infantil.

Indo além do que a superfície plana e lisa da página nos mostra, onde a imbricação entre papel e tinta se dá de forma quase harmônica, buscamos compreender uma intertextualidade das representações de infância elaboradas pela mensagem publicitária, que cristaliza a imagem da criança que engorda como evidência de uma infância saudável, e as fotografias, que publicizam o corpo nu infantil proporcionando o “diagnóstico” alheio do leitor(a) das revistas ilustradas, agora, sob a chancela da ciência através da autoridade médica. À guisa de conclusão, acreditamos que novas interconexões podem ser feitas entre as representações de infância e a construção de modelos de saúde infantil, e que, portanto, o presente trabalho não encerra o tema, rico em possibilidades de análise e de interpretação.

UMA QUESTÃO DE SAÚDE: EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E DISCURSO HIGIENISTA NO LIVRO JOÃO PERGUNTA DE NEWTON CRAVEIRO (1920-1930)

Bianca Nascimento de Freitas³⁶³⁸

nf.bianca@gmail.com

Resumo: O presente artigo pretende analisar o discurso higienista presente nos debates educacionais nas décadas de 1920 e 1930 no Ceará, bem como esse discurso era pensado como meio de levar o progresso para o sertanejo, estereotipado com o perfil de doente, fanático e indolente. Para tanto, utilizamos, principalmente o livro João Pergunta ou O Brasil Seco de Newton Craveiro, publicado em 1923 durante a Reforma do Ensino cearense em 1923 e a Revista Educação Nova também produzida pela Diretoria da Instrução Pública. Além disso analisamos ainda, documentos que abordavam a temática da profilaxia rural como leis, decretos, jornais, relatórios dos presidentes do Estado e a literatura didática produzida no período.

Palavras-chave: Educação, Discurso Higienista, Ceará

Nas primeiras décadas do século XX várias cidades brasileiras viviam um intenso processo de remodelação urbana iniciado ainda na segunda metade do século XIX. As mudanças políticas, com a ascensão do sistema republicano, e as econômicas, com o processo e consolidação das relações capitalistas de produção, fizeram emergir um modo diferente de se pensar o que era ser civilizado. Importou-se da Europa a ideia de progresso que, para se estabelecer, teve de sacrificar os grupos que estivessem à margem do perfil socialmente idealizado, classificados como classes perigosas.³⁶³⁹ No Ceará não foi diferente, tendo esse processo sido motivado, sobretudo na capital, por grandes comerciantes e profissionais liberais, ou seja, por uma elite burguesa que vinha ganhando espaço com a nova configuração econômica e política que se formava.

Desse modo, questões relativas ao comportamento e postura das pessoas bem como da higienização e controle ligadas a chamada medicina social, passaram a fazer parte de um intenso debate sobre o que era ser *civilizado*. Nesse âmbito, o saber médico era o único capaz de curar, fundamentado em uma pesquisa racional científica objetivando a formação de uma sociedade mais saudável e produtiva.³⁶⁴⁰ Para atender a demanda econômica e social, uma série de equipamentos como portos, ferrovias, calçamentos e etc. precisava ser incorporada a configuração urbana de Fortaleza, a fim de promover o fluxo de mercadorias, transportes e pessoas.³⁶⁴¹

Tais inovações expostas acima faziam parte também de um projeto que visava incutir nas mentes as ideias de progresso e modernização representadas pelo desenvolvimento das cidades e melhoria de serviços urbanos após o nascimento da ainda jovem república brasileira. Esta era vista como o “novo tempo”, símbolo da modernidade e progresso e, ao passo que tal imagem se constituía, o período imperial era visto como o tempo do atraso, que deveria ser superado. Havia, portanto, por parte do Estado e da sociedade, sobretudo

³⁶³⁸ Mestranda em História Social (PPGH - UFC)

³⁶³⁹ Faziam parte desses sujeitos, as prostitutas, os jogadores, os gatunos, vagabundos, mendigos e os meninos de rua, também chamados de menores.

³⁶⁴⁰ “O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política.”. Ver: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 23ª ed. São Paulo: Graal, 2007, p.47.

³⁶⁴¹ PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza belle époque: reformas urbanas e controle social 1860-1930**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1993.

de médicos, juristas, engenheiros e intelectuais defensores do ideal civilizador, uma preocupação com uma remodelação não somente da cidade em suas estruturas físicas, mas também uma reforma e disciplinarização dos sujeitos que fariam o uso desse novo espaço urbano que se formava.

Nesse sentido, o espaço escolar aparecia como principal responsável por articular e solucionar problemas com relação à instrução da população, propagando orientações que visavam o bem estar, a saúde, a ordem e os valores morais e cívicos. A escola exercia um papel fundamental, visto que o advento da República passava por um processo de legitimação onde mais que “substituir um governo” a missão dos republicanos de “construir uma nação” não era tarefa fácil.³⁶⁴²

Desse modo, intensificou-se nos espaços escolares a busca pela formação de sujeitos saudáveis, que estivessem aptos a construção da nação. Nesse interim ocorreu a ascensão de disciplinas como a biologia que, por meio de seus dados, permitia mostrar como era próxima a ligação entre organismo e o meio, bem como ajudava no esclarecimento sobre as doenças e germes, de modo que, foram muitos os pregadores da reforma que tiveram uma formação biológica. Não por acaso a preocupação com a higiene era questão de destaque nos debates pedagógicos.³⁶⁴³

A discussão acerca do que deveria ser considerado uma boa formação não estava relacionada apenas a uma educação intelectual, mas abrangia também outras extensões da vida das crianças. Havia uma preocupação que se manifestava principalmente sobre três campos: saúde, moral e trabalho. Estes, eram considerados as bases sob as quais deveria ser organizada a educação do povo, levada a cabo pelas elites. Dentro desse conjunto se sobressaiu de maneira significativa os debates relativos a saúde, orientados por um discurso higienista no começo do século XX. Fundada nesse mesmo período, a Associação Brasileira de Educação, atuou de forma decisiva na construção de um projeto educacional que aspirava muito mais do que se ensinar a ler, escrever e contar:

Condensando os males do país na metáfora de um brasileiro indolente e doente e as esperanças de erradicação desses males na ação de uma “elite”, dotada de poderes demiurgos, o discurso cívico da ABE é discurso profilático erigindo a questão sanitária em metáfora da situação nacional e a obra educacional em obra de saneamento.³⁶⁴⁴

Se a obra educacional era obra de saneamento, cada vez mais a doença era tomada como referência para tratar de assuntos ligados ao mal desenvolvimento da educação no Brasil. Falava-se em sanar a sociedade, curar os males sociais, pôr fim ao analfabetismo, o “câncer social” que mais parecia incomodar naquele momento. Nesse sentido, havia uma linha muito tênue entre saúde e educação já que as duas se faziam necessárias no tratamento contra a enfermidade em que o Brasil se encontrava, materializada na imagem de uma nação amorfa, doente moral e fisicamente e, portanto, incapaz de contribuir com o progresso. Não era suficiente desenvolver o ensino aprimorando suas teorias e técnicas, sem que, ao mesmo tempo, fossem combatidos as moléstias que impediam o pleno exercício das novas ideias. Crianças doentes não compreenderiam bem as recomendações recebidas na escola e tão pouco, ainda que se fizesse larga propaganda sobre a importância do trabalho, se tornariam saudáveis o bastante para levar adiante a obra de engrandecimento da Pátria. Em outras

³⁶⁴² CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

³⁶⁴³ Guilherme Sousa Pinto no artigo intitulado “Instrução pública primária do Ceará”, publicado na Revista do Instituto do Ceará em 1939, apontava como uma das causas do “insucesso” da Instrução Primária do Ceará na primeira república, dentre a falta de preparo pedagógico dos professores e a má localização das casas de ensino, a falta de higiene escolar.

³⁶⁴⁴ CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, M.C. (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 17.

palavras, crianças doentes mental e fisicamente se constituíam mão de obra “defeituosa”.
3645

A escola exercia papel importante na campanha de regeneração do povo na medida em que difundia bons costumes tanto no âmbito higiênico-comportamental. Assim, a questão sanitária no Brasil, inegavelmente grave, passou de problema social a uma mera questão de bons hábitos. Embasado em um discurso científico, o discurso higienista se infiltrou na escola por intermédio do discurso médico, que tornou-se presença certa através da contratação de profissionais para desempenhar funções como a inspeção médica-escolar, uma vez que sendo a escola espaço onde havia por força da lógica uma aglomeração constante de pessoas, estava mais sujeita a emergência de doenças.

Como Zé Cansado virou Zé Pronto: o discurso higienista em João Pergunta

A higiene e os cuidados gerais com a saúde eram temáticas que não poderiam faltar nos livros de leitura do período. Como temática presente nos currículos da época, grande parte dos materiais escolares das décadas de 1920 e 1930 traziam lições que alertavam sobre higiene, saúde e bons hábitos. Para discutirmos as questões até aqui apresentadas, iremos analisar prioritariamente dois documentos específicos, ambos publicados no Ceará: o livro de leitura João Pergunta ou O Brasil Seco de Newton Craveiro e a Revista Educação Nova.

João Pergunta ou Brasil Seco de Newton Craveiro foi publicado em 1923, sendo adotado nas escolas públicas primárias do Ceará como livro de leitura durante a reforma da Instrução Pública. O livro representa uma “reação contra o verbalismo” no ensino, pois João Pergunta é também uma espécie de manual para os professores, trazendo antes de cada lição uma lista de materiais para tornar as aulas mais estimulantes e capazes de fazer o estudante formar questionamentos e relacionar idéias. Segundo Craveiro, não se “aprende a linguagem sem as coisas que elas se destinam a apresentar”.

João Pergunta apresenta também caminhos para que os professores e crianças possam desenvolver um ensino onde a agricultura e as condições do semi-árido sejam a causa central de seu aprendizado, de modo a se criar uma educação para se conviver com a seca. Composto por 37 lições em sua primeira edição, o livro apresenta uma narrativa que busca apreender a atenção das crianças que com ele estudam abordando temas mais específicos como a cultura e a história do Ceará e do Nordeste e temáticas gerais, comuns a outros livros de leitura produzidos no mesmo período como a saúde e a higienização.

Em João Pergunta, Newton Craveiro instituiu três lições que abordavam questões relativas a esse debate. Na primeira edição as lições *O doutor Vianna* e *Zé Cansado* exploravam os males da falta de higiene e a importância da ação dos médicos nas escolas, tendo sido somadas a essas duas lições mais uma intitulada *Chico Pão indigestou* na segunda edição do livro, explorando os maus hábitos de saúde como decorrentes da falta de educação. No total são três lições que tratam especificamente da higiene e saúde na escola na tentativa de promover a aderência de crianças e professores ao discurso higienista em voga no período.

Para desempenhar tal função, o médico deveria perder sua imagem sisuda para receber em troca a fama de bom amigo das crianças, sujeito que traria a saúde e consequentemente a felicidade para os oprimidos pela doença em virtude da ignorância e da falta de conhecimento:

³⁶⁴⁵ “A eficácia do trabalho não depende unicamente da instrução. Não basta, pois, para a solução do problema disseminar-se o ensino em todos os seus graus e especialidades. Urge também que o cerquemos de garantias outras para que se possa desenvolver amplamente. Preciso é que o Estado assegure, quando possível, a saúde pública, com uma organização higienica capaz de evitar a propagação das molestias infecciosas e de reprimi-las com segurança, caso não tenha podido embarcar a sua irrupção. As questões concernentes á hygiene publica devem ser objeto de serias cogitações dos governos conscientes da sua missão.” ROCHA, José Moreira da. In: **Relatório do Presidente de Estado**: Fortaleza, 1925.p. 12-13.

O doutor Vianna, um médico ainda jovem, era bondoso e inteligente. Gostava de brincar com as crianças, pelo que em pouco tempo se tornou muito querido dos alunos do Grupo.

Um dia, porém, quando o médico veio fazer a sua costumeira visita à escola, os meninos se mostraram reídos. Houve até uma pequena de 7 anos que quando o viu começou a choramingar.

O doutor Vianna compreendeu logo, que tudo aquilo era por causa da vacinação que tinha marcado para êsse dia.

- meus amiguinhos, disse êlle: vou contar uma história:

“Era uma vez um fantasma de cara horrível que, cansado de matar gente por toda a parte, entrou nesta cidade, com uma longa foice na mão, e matou os papás, as mães e os irmãozinhos de muitos meninos, e houve muito choro.

Não morreu mais gente porque apareceram uns homens e mataram o tal fantasma.

Agora digam-me: se vissem um desses homens, o que fariam vocês?

- Eu dava-lhe um abraço, disse a Margaridinha, que era a menina que ao começo estava choramingando.

- Então venha cá e me dê um abraço.

- E foi o senhor que matou o fantasma?

- Sim, fomos nós, os médicos. ³⁶⁴⁶

A chegada do médico ao ambiente escolar vinha como medida para amenizar a ineficiência do estado que não zelaria rigorosamente pelas melhorias das condições da saúde pública e para atenuar os males causados pelo próprio desprezo em que o povo sentia em relação aos mais “rudimentares preceitos de hygiene” como afirmou um colunista em artigo publicado em 1927.³⁶⁴⁷ Era preciso educar o povo e inculcar-lhe a necessidade do emprego de bons hábitos, objetivo reforçado pela Assistência Médica Escolar, entendida como medida das mais importantes no contexto das reformas da educação que se espalhavam pelo país.

Paula Rodrigues³⁶⁴⁸ em passagem pelo Ceará em 1927 chamava atenção para o assunto da mais alta importância social que é a inspeção médico-escolar, a “cruzada do bem” desenvolvida pela Associação brasileira de Educação. O deputado ressaltava ainda as dificuldades para empreender ação mais significativa no estado e o agravante número de crianças doentes nos Grupos Escolares, pois das 800 crianças visitadas pelo médico, mais de 70% encontrava-se com tracoma, doença de fácil contágio e pouco combatida. Ao realizar uma visita no Grupo escolar de João Pergunta, o doutor Vianna também constatava o mesmo percentual de crianças doentes ainda a pouco mencionado, numa tentativa de orientar a professora do grupo escolar, Dona Luiza, a dispensar maior atenção ao grave problema de saúde. A narrativa de Newton Craveiro consistia em três pontos principais, apresentar a doença, evidenciar seus principais sintomas e riscos e por último esclarecer o modo mais eficaz de combatê-la. Há nesse sentido, clara articulação entre as propostas para a saúde pública apresentadas pelo governo e as lições de Newton Craveiro.

³⁶⁴⁶ CRAVEIRO, Newton. **João pergunta ou Brasil seco**: livro de leitura para as crianças do Nordeste. Cia Melhoramentos: São Paulo, 1929. p. 181.

³⁶⁴⁷ A Hygiene. **Correio do Ceará**. 07/08/1927, p.4.

³⁶⁴⁸ Francisco de Paula Rodrigues nasceu em Sobral em 1863, formou-se em 1888 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa do Ceará entre 1924 e 1925. Paula Rodrigues foi ainda Diretor da Sociedade Mantenedora da Escola de Agronomia do Ceará e presidente da Associação Rural desse mesmo Estado, além de ser sócio benemérito do Instituto do Ceará. Paula Rodrigues faleceu em Fortaleza em 1953 aos 89 anos de idade.

Notemos que, embora alguns conteúdos tenham sido suprimidos entre a primeira e a segunda edição de *João Pergunta*, Newton Craveiro aumentou o número de lições destinadas a disseminação do discurso higienista, visto que a questão ganhava cada vez mais ênfase.³⁶⁴⁹ Observando outros livros também publicados pela Companhia Melhoramentos de São Paulo como a série *Na Roça* de Renato Sêneca Fleury, percebemos a importância dessa temática. No prefácio do terceiro livro de leitura *Na Roça*, o autor explica que, embora o livro para crianças precisasse perder a sisudez tradicional reforçada pelas lições de geografia, história, ciências naturais e físicas, as noções de higiene deveriam ser conservadas em virtude de se tratar de um conhecimento indispensável. Renato Sêneca Fleury propõe um estudo dos princípios higiênicos inseridos dentro da temática geral da saúde no campo, como também promove Newton Craveiro.

O que fica claro, é a tentativa de inculcar nas crianças uma noção de responsabilidade que as mesmas possuem em relação a saúde da coletividade. Na lição *Chico Pão Indigestou*, Newton Craveiro enfatiza que os maus hábitos das crianças como comer rapidamente e sem mastigar de maneira adequada os alimentos, pode causar males prejudiciais ao desenvolvimento da criança. A doença era consequência do desconhecimento do próprio corpo, pois Chico pão não sabia que possuía um “órgão que a gente chama estomago, encarregado de um delicado trabalho que é a digestão dos alimentos”.³⁶⁵⁰ A partir da experiência de Chico Pão a professora apresenta as crianças todo o processo de digestão a fim de que os pequenos compreendam que também o corpo dos seres humanos possui uma forma correta de “trabalhar”. O discurso científico reforça as explicações presentes em cada lição, conferindo aos textos um caráter de verdade para os leitores, sendo a abordagem da doença e a sua prevenção salientadas por Craveiro:

Chico Pão agora come cientificamente. E por isso, sente-se cheio de vida! Até parece outro menino. Desapareceu aquele peso que sentia na cabeça, depois das refeições. Desapareceu aquela indolência que, às vezes, lhe tirava a vontade até de brincar. Tornou-se tão ativo e inteligente que em pouco tempo se fez os mais brilhantes progressos no estudo.

Querem ter uma vida longa e feliz? Pois façam como o Chico pão: aprendem a comer cientificamente.³⁶⁵¹

A mudança de postura de Chico Pão que passou a ter mais cuidado com a saúde do corpo possibilitou também uma transformação na personalidade do menino, reforçando a ideia de que sem higiene não há saúde e sem saúde, tão pouco há vitalidade. Newton Craveiro utiliza o mesmo artifício em lição posterior para reforçar a importância da conservação de boas maneiras na escola ao abordar o exemplo de Zé Cansado, personagem cujo apelido é fruto das características físicas e psicológicas da criança. As crianças do grupo escolar nem mesmo o chamavam pelo nome verdadeiro, pois Zé cansado tinha fama de preguiçoso, já que não possuía ânimo para nada que lhe propunham a fazer, não conversava e não brincava, estava sempre cansado.

A chegada do doutor Vianna à escola e o diagnóstico de Zé Cansado modificam não somente a criança mas o olhar de seus amiguinhos sobre ele: o menino estava abarrotado de vermes, o que desmistificava a ideia de que era preguiçoso para classificá-lo como doente. O motivo da doença era a falta de higiene da gente do interior que tinha segundo o médico, pouquíssimas noções de higiene e péssimos hábitos. Era necessário combater o descuido com que viviam muitas crianças pelo Brasil, sem assistência médica, saneamento e sem conhecimentos que pudessem atuar sobre as doenças em caráter preventivo:

³⁶⁴⁹ Em 14 de novembro de 1930 era criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública que tinha como função cuidar os assuntos relativos a educação, saúde pública e assistência hospitalar.

³⁶⁵⁰ CRAVEIRO, Newton. **João pergunta ou Brasil seco**: livro de leitura para as crianças do Nordeste. Cia Melhoramentos: São Paulo, 1929. p. 175.

³⁶⁵¹ *Ibidem*. p. 179.

[...] hábitos saudáveis moralizam; uma vida virtuosa é saudável; moralidade e saúde são condições e decorrência de hábitos de trabalho; e uma vida laboriosa é uma vida essencialmente moral e saudável. (...) Assim, por exemplo, caberia ao professor 'guiar a liberdade' do aluno, de modo a garantir o 'máximo de frutos', obtido com um mínimo de tempo e esforços. Reprar a liberdade e coibir a paixão eram práticas sutis para ajustar "os homens a novas condições e valores de vida-eficácia e disciplina."³⁶⁵²

Desse modo, o saber médico atuando por meio do discurso higienista estava intrinsecamente relacionado a um julgamento do que era moral e saudável ou imoral e degenerado. Esse discurso reforçado pelo caráter científico endossava a concepção do que seria indivíduos classificados como normais e por sua vez, ao mesmo tempo que diagnosticava como anormais aqueles que de algum modo não se enquadrasse em um perfil estabelecido. Na lição *O Doutor Viana*, umas das que abordam a temática higienista, há a apresentação de um quadro que deveria ser fixado nas paredes das salas de aula a fim de que as crianças nunca esquecessem os bons hábitos como: não entrar na escola sem limpar os pés, não cuspir no chão, tomar banho diariamente, lavar as mãos antes das refeições, escovar os dentes, ter sempre um lenço no bolso, dentre outras orientações.

É interessante que os quadros trazem recomendações que embora foquem em ações praticadas individualmente, estão mais vinculadas a um impacto social, isto é, se tratam de práticas positivas que devem ser estimuladas ou de práticas negativas que devem ser abandonadas em favor da coletividade.³⁶⁵³ Estas regras englobam desde gestos relacionados a uma educação do corpo como comer mais vegetais e menos carne, quanto atitudes ligadas a uma educação comportamental como tapar o nariz com um lenço diante do desejo de espirrar. Isto ocorre porque o cuidado com o corpo e com a saúde de um modo geral estava relacionado a ideia de patriotismo, pois como já dissemos anteriormente, apenas as crianças em bom estado de saúde poderiam se converter em mão de obra produtiva. Cuidar do corpo era assim como cuidar de uma parte do corpo da nação. A criança saudável tornar-se-ia também uma criança feliz, obediente e disposta, pronta a dar uma resposta positiva ao investimento que o país lançava sobre ela, como no caso do menino chamado Zé Cansado que, após a inspeção médica se transforma em Zé Pronto:

Zé Cansado e mais outros meninos opilados que havia na escola foram submetidos a tratamento e em menos de dois meses estavam curados. O remédio foi o óleo de mastruço. Zé cansado ficou outro menino. Diminuiu-lhe o ventre, apareceu-lhe sangue na face, veio-lhe o gosto pelos brinquedos e o amor pela escola. Agora a tudo que se lhe diz a resposta é: Estou pronto! Póde chamar-se Zé Pronto!³⁶⁵⁴

³⁶⁵² CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, M.C. (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 306-307.

³⁶⁵³ As indicações presentes no quadro de bons hábitos são bastante parecidas com as encontradas na lição *A bem da saúde* do livro *Terceiras Leituras na Roça* de Renato Senêca Fleury publicado pela Companhia Melhoramentos. Nota-se ao abordar algumas lições da obra de um modo geral a semelhança com o modelo de apresentação de alguns conteúdos do João Pergunta editado por Lourenço Filho. É possível se perceber o peso de sua atuação na composição final dos dois livros de leitura citados. Ver: FLEURY, Renato Sêneca. **3ªAs Leituras Na Roça**. 12ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1948.

³⁶⁵⁴ CRAVEIRO, Newton. **João pergunta ou Brasil seco**: livro de leitura para as crianças do Nordeste. Cia Melhoramentos: São Paulo, 1929. p. 218.

Zé Cansado sofria de opilação, uma doença infecciosa que se espalhava rapidamente entre as crianças, especialmente as pobres, que andavam descalças e que, geralmente, não possuíam instalações sanitárias adequadas em suas casas. Contudo, a opilação não era a única doença a afetar as crianças pobres. Considerada uma das causas da degeneração dos nordestinos, as moléstias endêmicas com seu tríptico nosológico: a opilação, o tracoma e a sífilis, completavam o que Paulo de Moraes Barros chamou em 1924 de “o quadro negro em seu movimento regressivo” da população nordestina³⁶⁵⁵. Juntamente com a miséria, o clima árido, e o cruzamento entre indivíduos considerados pertencentes à sub-raças, as doenças agravadas pela ausência de medidas profiláticas de caráter combativo reforçavam a visão negativa construídas acerca da população do Nordeste.

O médico e a escola: uma parceria necessária

A revista *Educação Nova*³⁶⁵⁶, publicada em 1932 como “veículo pedagógico, especialmente destinado a disseminar os princípios da escola nova e estimular a cultura e a iniciativa do professorado cearense”.³⁶⁵⁷ A revista, que era um instrumento oficial da Diretoria Geral da Instrução Pública do Ceará, trazia para o cenário local, as principais discussões em torno das ideias de intelectuais renomados como John Dewey e estava em sintonia com questões discutidas no círculo intelectual da educação brasileira.

A revista foi lançada no mesmo contexto de criação de um novo ministério no governo provisório de Getúlio Vargas. Intitulado Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (MESP), a nova secretaria seria comandada por Francisco Luiz da Silva Campos³⁶⁵⁸, que permaneceria nesse ministério até 1932. A junção dos campos educação e saúde não era de se estranhar se levarmos em conta o entendimento que se tinha acerca da educação, observada durante toda a década de 1920, tanto como suporte de uma política higienizadora quanto como política higienizadora em si.

A escola conquistava importância dentro desse debate por atuar no âmbito preventivo das campanhas higienistas, pois o investimento em educação e saúde simultaneamente seria a grande arma do Estado rumo ao progresso e o desenvolvimento. Nesse sentido, outro importante veículo de disseminação dessas ideias foram as revistas educacionais. Estas, também abordavam temas como a pedagogia moderna, os bons hábitos, a higiene e saúde, porém de modo mais científico, já que eram destinadas principalmente aos professores e aos intelectuais em geral.

Apesar das particularidades das revistas de cada estado, o que se justifica especialmente pelas diferentes localidades das quais são oriundas, todas tem também pontos em comum. São em sua grande maioria destinadas aos professores e abordam questões relativas as técnicas pedagógicas e a carreira do professorado no Brasil. Em muitos casos, os artigos são tão parecidos que é possível confundir os periódicos, sobretudo nos textos referentes a temas como higiene e profilaxia, disciplina escolar, Círculos de Pais e Professores e a missão do professor.

³⁶⁵⁵ BARROS, Paulo de Moraes. **Impressões do nordeste brasileiro**. São Paulo: Gráfica Monteiro Lobato, 1924. p. 51.

³⁶⁵⁶ A Revista *Educação Nova*, produzida pela Diretoria Geral da Instrução Pública do Ceará, a época dirigida por Joaquim Moreira de Sousa, tinha como redator-chefe o professor Filgueiras Lima e circulou entre junho de 1932 e agosto de 1932 com artigos publicados por educadores cearenses, bem como conferências e palestras transcritas de intelectuais estrangeiros abordando temas como psicologia e didática.

³⁶⁵⁷ *Renova*.in: **Revista Educação Nova, ano I**, n.1, p. 2, jan.1932.

³⁶⁵⁸ Francisco Luís da Silva Campos nasceu em 1891 no município de Dores do Indaiá, Minas Gerais. Foi deputado estadual entre 1921 e 1925, professor catedrático de Filosofia do Direito enquanto lecionava na Faculdade nacional de Direito entre 1933 e 1937. Francisco Campos foi ainda Ministro da Justiça período em que ajudou a arquitetar a constituição brasileira de 1937. Mais tarde, em 1964, foi um dos redatores do Ato institucional número 1, o AI1. Francisco Campos faleceu em novembro de 1968, deixando um legado de várias obras publicadas, dentre elas: *O Estado Nacional*, *A doutrina da População* e *Ciclo de Helena* (poesias).

Havia um nítido esforço por parte desse periódico em empreender a ruralização do ensino no Ceará, ideário também defendido por Newton Craveiro, não apenas nos artigos que tratavam diretamente das questões da terra ou da vida do sertanejo, mas em todo o corpo de textos do periódico podemos perceber uma articulação entre temáticas como os benefícios do ensino ativo ou as condições sanitárias do povo camponês. Sobre este último assunto, avolumavam-se artigos que reivindicavam maior atenção aos princípios da higiene no sertão para a formação de um homem forte e saudável.

A Revista Educação Nova contava com grande número de artigos relacionados à saúde das crianças, especialmente a higiene bucal, solicitando, inclusive, o auxílio do governo e dos pais para a existência efetiva de uma dentisteria preventiva nas escolas. Para defender esse ideal, o autor do artigo intitulado *A dentisteria preventiva e as crianças* no segundo volume da revista, chega a argumentar que, para que Esparta mantivesse o domínio da força sobre outras cidades, Licurgo cuidava da saúde das crianças espartanas.

O cuidado com a saúde das crianças seria desse modo entendido como um dever cívico e, no caso da saúde dentária, um ato de extrema prudência, já que grande parte das moléstias que assolavam a infância eram contraídas por via oral. Mais que isso, a assistência dentária escolar era descrita pelo inspetor dentário, Cândido Meireles, no primeiro exemplar da Revista, em 1932, como obra humanitária, social e educativa. Por isso mesmo, Cândido Meireles reclama do descaso com o qual é tratada a dentisteria preventiva nas escolas do Ceará, alegando ser a falta de interesse por esse assunto um “reflexo perfeito da nossa falta de educação sanitária.”³⁶⁵⁹ Para o inspetor, esse descaso provinha, sobretudo, dos menos familiarizados com a odontologia moderna, isto é, quase que o total da população cearense, que desconheciam o fato importantíssimo de que advém do estado dos dentes a saúde dos indivíduos.

Candido Meireles passa a citar nesse mesmo artigo alguns casos de pessoas que encontraram na dentisteria a saúde do corpo como um todo. Um dos casos mais interessantes é o de uma senhora que passou cinco anos privada de se locomover em virtude de um reumatismo que só sarou após a extração de dois dentes. Interessante é ainda o caso de uma outra senhora que sofria, segundo, Candido Meireles, de uma psicose maníaco depressiva de origem dentária. Após um exame radiológico e a extração de um dente que se encontrava com sua estrutura óssea obstruída, a senhora, depois de cinco anos de sofrimento ficou completamente curada.

Essas situações eram narradas para convencer ao governo e aos leitores da revista sobre a importância da assistência médica escolar especialmente da odontológica. Contudo, a proposta dos colaboradores da revista ia além da simples extirpação das doenças contagiosas no ambiente escolar. A devida interação professor-médico deveria promover no ambiente escolar um trabalho constante e preventivo no que Candido Meireles denominou higiene preventiva infantil ou médico-pedagógica. Esse trabalho médico-pedagógico, entretanto, não se limita a instituição escolar, sendo iniciado mesmo antes do nascimento da criança, na fase pré-escolar, escolar e pós escolar, quando o indivíduo deve ser entregue a sociedade com as devidas condições e capacidades para sobreviver.

No processo que configura a intervenção médico-pedagógica havia assim um cuidadoso estudo que levava em consideração o desenvolvimento físico da criança e a evolução psicológica, superando a rasteira concepção de higiene escolar. Desse modo, mais do que curar buscava-se a partir desse princípio, prevenir as moléstias infantis, com a convicção de que no médico e no educador repousavam “todo o futuro de um povo”.³⁶⁶⁰ A mera visita do médico à escola quando a criança já se encontrava infectada, como vimos com os personagens Doutor Viana e o Zé Cansado deveria ser superada para dar lugar a um processo mais eficaz. Saúde e educação se configuravam como os dois principais elementos

³⁶⁵⁹ MEIRELES, Candido. Assistência dentária escolar do Ceará. **Revista Educação Nova**, ano I, n.1, p.30, jan. 1932.

³⁶⁶⁰ MEIRELES, Candido. O médico e o dentista na escola. In: **Revista Educação Nova**, ano I, n. 2, p. 29, ago.1932.

para se chegar à sociedade ideal, um sem o outro produziram uma sociedade de homens capengas, incompletos.

Para tanto, a formação de uma cultura médica-sanitária preventiva deveria, para além da participação do médico, contar com estratégias que objetivassem a convicção dentre os estudantes da necessidade de se cultivar bons hábitos higiênicos. Em artigo intitulado *Educação Sanitária nos meios escolares* no primeiro volume da Educação Nova, Cecília Meireles chama atenção para o fato de que finalmente os países sul-americanos estavam compreendo a importância de intensificar nas crianças a formação de uma consciência sanitária, coisa que há tempos, segundo a escritora, os europeus já haviam entendido.

Assim, a escola não podia perder de vista o corpo e a mente de seus educandos, era preciso que houvesse a promoção de uma consciência sanitária para que as próprias crianças pudessem com o tempo se auto educarem por meio de ações práticas e cotidianas. A máxima *mente sã em corpo sã* traduzia o desejo dos intelectuais da educação da escola nova, que baseavam sua crença na correlação existente entre o físico e o psíquico. Essa compreensão estimulava também a promoção da Educação Física nas escolas, já que essa disciplina, por meio dos exercícios físicos, proporcionava indivíduos fisicamente resistentes, capazes de trabalhar durante muito tempo sem fadiga ou doenças. Os exercícios físicos auxiliavam ainda na formação do caráter, já que sujeitos mais fortes teriam, conseqüentemente, maior auto confiança, produzindo assim cidadãos independentes.

Essa independência deveria, contudo, vir acompanhada de um espírito de coletividade e amor pela nação. Não era por si próprio que o cidadão deveria buscar boas condições físicas e psíquicas, era pelo corpo da nação que era um só, que de independente não tinha nada. No sétimo e último volume da revista Educação Nova, em artigo intitulado *Eugenia e Patriotismo*, Renato Kehl, presidente da Comissão Central Brasileira de Eugenia, afirmava que não bastava gritar “viva o Brasil!” era preciso ser bom brasileiro. E no que isso consistia?

Era preciso associar interesses individuais e coletivos em nome da construção de uma nação saudável e próspera, o que seria possível a partir da união dos “melhores” sujeitos entre si. Além da formação de uma consciência médica-sanitária que produziram indivíduos fortes e probos, era necessário ainda a formação de uma outra consciência, que consistia no seguinte ideal: por amor ao Brasil não deveria se misturar todos os tipos de indivíduos uns com os outros sem se preocupar com que tipo de sujeito iria resultar dessa mistura. Nas palavras de Renato Kehl era preciso propagar a doutrina da “boa geração” ou eugenia.³⁶⁶¹

Para melhorar o povo brasileiro seria primordial a inserção no um espírito público de uma consciência de reprodução, de modo que a sociedade compreendesse a responsabilidade da procriação. Nesse sentido nem todos os indivíduos estariam aptos a se produzir, mas somente aqueles capazes de gerar seres bem dotados, o que não seria possível para a população brasileira de um modo geral. O autor do artigo reconhecia que seria difícil implementar tal consciência entre os brasileiros, uma vez que poucos tinham a reação compreensão do que seria a eugenia e a sua importância para um povo. Contudo, Renato Kehl, apontava as principais diretrizes para a formação de uma boa geração:

1º- fazer com que as pessoas bem dotadas ou, mais claramente, as pessoas fortes, equilibradas, inteligentes e bonitas, tenham maior número de filhos, para que o número médio destas pessoas, portanto, se eleve progressivamente.

2º- que as pessoas inferiormente apresentáveis (doentes, taradas e miseráveis), não tenham filhos.

3º- e que os pobres tenham menos filhos do que presentemente.³⁶⁶²

³⁶⁶¹ KEHL, Renato. Eugenia e patriotismo.in: **Revista Educação Nova**, ano II,.n.7, p. 17, ago.1933.

³⁶⁶² *Ibidem*. p. 18

Compreender e pôr em prática tais orientações era entendido como o exemplo máximo de compreensão da eugenia e de boa vontade para com a nação brasileira, pois cabia a geração vigente tomar as medidas cabíveis para corrigir os erros que se propagavam a cada geração brasileira. O objetivo final seria produzir uma elite cada vez maior dentre os brasileiros, elite esta, à altura de povoar e o patrimônio natural brasileiro, maior prova de espírito coletivo e de preocupação com o futuro da nação. Não bastava gritar “viva o Brasil!”, era preciso povoá-lo com homens “saudáveis, sadios e inteligentes” dotados de um espírito de “comunhão social” que iria compor a elite brasileira.

Nessa sociedade genuinamente formada pela elite, não haveria espaço para aqueles considerados à margem do padrão de indivíduo ideal, que vinha há muito prejudicando a formação das “boas gerações” brasileiras. A eugenia definia o que deveria ser o sujeito ideal, parâmetro ao qual fugia o sertanejo nordestino, considerado por muitos como indolente e preguiçoso. E, ainda que o objetivo dos colaboradores da revista Educação Nova fosse alertar o sertanejo para essa concepção a fim de melhorar os indivíduos do nordeste por meio da saúde e da educação, muitos de seus artigos acabavam por reforçar esse complexo de inferioridade do nordeste em relação ao Brasil e do Brasil em relação à Europa. Não haveria lugar para o João Pergunta. A eugenia, infiltrada na educação física, na educação sanitária, na intervenção médico-pedagógica, para muitos intelectuais, não tinha a intenção de semear preconceitos, mas somente fazer vir à tona o que de melhor cada sociedade pode possuir em seus homens.

O SESP – SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA – EM TEMPOS DE GUERRA NO PARÁ

*Edivando da Silva Costa*³⁶⁶³
edivandocosta@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho traz algumas reflexões do projeto de pesquisa de tese, ainda em andamento, no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, da Universidade Federal do Pará. Pretende-se discutir as intervenções norte-americanas no Brasil, em especial o estado do Pará em tempos de guerra, a partir da atuação do Serviço Especial de Saúde Pública – SESP –. Trata-se de compreender o serviço como parte integrante das ações dos Estados Unidos na América Latina, a partir da imposição, por vezes arbitrárias, de políticas de saúde, saneamento e higiene para a região, que nem sempre reconheciam as culturas locais. De outro lado, o entendimento dessa questão, somente por esta perspectiva, simplifica essa compreensão, uma vez que a população do interior do Pará, sem assistência do Estado e com variados problemas, via no SESP um caminho para ter acesso à saúde, à higiene e até mesmo a alimentação e educação.

Palavras Chave: Segunda Guerra, SESP, Pará, História da Saúde.

Introdução

O presente trabalho trata da saúde pública no Pará no período da II Guerra Mundial, a partir da experiência do Serviço Especial de Saúde Pública – SESP -. Entendemos que o contexto foi importante pois vislumbrava diversos interesses e também diferentes governos, como o Brasil e os Estados Unidos. Neste momento, as atenções do governo norte-americano voltaram-se para a região amazônica, com o intuito de explorar os recursos naturais,

³⁶⁶³ Mestre em História Social da Amazônia. Universidade Federal do Pará

especialmente a borracha. Por outro lado, atendia aos interesses do governo brasileiro, no momento sob a presidência de Getúlio Vargas, a qual possuía projetos políticos em relação a América do Sul.

Trata-se de compreendermos que para além da saúde pública e também do saneamento da região amazônica, a atuação do SESP, órgão responsável por desempenhar tais atividades demonstrou ser um serviço com posturas autoritárias e de certa maneira propagandista dos interesses norte-americanos na região. De outro lado, o entendimento dessa questão somente por esta perspectiva, simplifica esta compreensão, uma vez que a população do interior do Pará sem assistência do Estado, e com variados problemas via nessa instituição um caminho para ter acesso à saúde, à higiene e, até mesmo, a alimentação e a educação.

A reflexão sobre essa temática em muito é fruto das questões relacionados aos problemas atuais vivenciados pelo estado do Pará, em se tratando de saúde pública e saneamento, não apenas em Belém, capital paraense, mas também em diversos municípios interioranos que sofrem com a falta de estrutura e condições mínimas de sobrevivência. Refletir sobre saúde pública e saneamento na Amazônia é discutir um assunto delicado, pois envolve as necessidades básicas para qualquer cidadão viver dignamente. É uma problemática que está presente no cotidiano da população e que afeta a todos, principalmente aqueles que estão alijados desses direitos fundamentais da vida. Ao observar alguns veículos de comunicações que circulam no Pará, são constantes as informações que trazem dados significativos relacionadas aos problemas de saúde e saneamento.

Em matéria publicada no dia 17 de março de 2016, o DOL – Diário Online do Pará, trouxe em uma de suas páginas, o seguinte título: “Belém é uma das piores cidades em saneamento”.³⁶⁶⁴ A reportagem destacava que Belém, Ananindeua e Santarém, todas cidades paraenses, estavam entre os “10 piores serviços de coleta de esgoto do país”³⁶⁶⁵. No que se refere ao tratamento de esgoto, “em Belém, capital do Pará, apenas 2,25% e Ananindeua, 0% são realizados, enquanto que o acesso a água potável chega a apenas 45,34% em Santarém e 26,89% em Ananindeua”³⁶⁶⁶. A informação coletada pelo informativo online teve como fonte o Instituto Trata Brasil³⁶⁶⁷, órgão responsável pela pesquisa e que na oportunidade analisou os indicadores de água tratada, novas ligações realizadas, coleta e tratamento de esgoto e investimento em saneamento, dentre outros serviços. Os dados apresentados são preocupantes e exige maior comprometimento dos governos, através de melhores investimentos, com o intuito de resolver esses problemas que atingem diretamente a população, no que concerne em planos de saneamento e saúde pública.

Tratam-se de problemas que há muito circulam nos noticiários da região, de um passado não tão distante, mas que retratam, dentro de suas singularidades, a realidade de muitas cidades paraenses, tanto da capital quanto do interior. Tais questões possibilitaram uma reflexão sobre a temática, pois os documentos pesquisados para o projeto de pesquisa nos apontaram um debate sobre saúde e saneamento no Pará, entre outros a partir das ações do SESP em tempos de guerra. Assim, em 1943, o jornal paraense *Folha Vespertina*, fazendo uma cobertura da visita do então presidente da República Getúlio Vargas a Amazônia, destacou em sua página inicial a matéria “O PROBLEMA DO Saneamento do Vale Amazônico”, em que enfatizava, entre as iniciativas de Vargas o “saneamento da Amazônia,

³⁶⁶⁴ DOL – **Diário Online** – Belém, 17 de março de 2016. Disponível em <http://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-362230-.html>.

³⁶⁶⁵ Idem.

³⁶⁶⁶ Idem.

³⁶⁶⁷ O Instituto Trata Brasil é uma OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, formado por empresas com interesse nos avanços do saneamento básico e na proteção dos recursos hídricos do país. Atua desde 2007 trabalhando para que o cidadão seja informado e reivindique a universalização do serviço mais básico, essencial para qualquer nação: o saneamento básico. Todas as informações referentes a atuação do instituto podem ser consultadas no site: <http://www.tratabrasil.org.br/>.

[...] como iniciativa de grande vulto de sua ação política e administrativa”, e que após o presidente conhecer pessoalmente o problema ‘in loco’, “e assim que regressou da Amazônia determinou providências do Ministério de Educação, através do Departamento de Saúde, organizar um programa de ação”.³⁶⁶⁸ No entanto, as ações do governo brasileiro não foram isoladas, pois dela fizeram parte os Estados Unidos da América, dentre os vários acordos bilaterais firmados entre os países durante a 2ª Guerra Mundial.³⁶⁶⁹ Entre as pautas celebradas estava a atuação na região amazônica, direcionadas para o saneamento da região amazônica, e neste sentido, forjou-se a criação do Serviço Especial de Saúde Pública – SESP -
³⁶⁷⁰

Brasil, Estados Unidos e SESP na II Guerra Mundial.

A parceria entre Brasil e Estados Unidos, em tempos de guerra, firmou-se sobretudo em 1942, pois “foram assinados uma série de tratados comerciais acerca do fornecimento de matérias primas estratégicas para o esforço de guerra, como a borracha, bauxita, quartzo, berílio, níquel, manganês, cromita, minério de ferro, mica, babaçu e titânio”.³⁶⁷¹ Importante considerar que o conjunto da América Latina, em especial o Brasil, eram espaços disputados entre os países beligerantes, pois além dos Estados Unidos, a Alemanha também se interessava pela região. Sendo um país pobre em alguns recursos naturais, a Alemanha necessitava importá-los para seu parque industrial e, como a maior parte da África e da Ásia estava sob o jugo colonial, a América Latina tornou-se o fornecedor de matéria-prima para o III Reich.³⁶⁷² O interesse alemão pelo Brasil e a eclosão da II Guerra mundial tornaram-se motivos pelos quais os norte-americanos procurassem forçar Vargas a uma aliança, pois “em 1938, os maiores fornecedores externos do Brasil eram os alemães, enquanto nas exportações do país, a Alemanha estava em segundo lugar, superada apenas pelos Estados Unidos”.³⁶⁷³ Entretanto, Vargas, à frente do governo brasileiro pretendia tirar vantagens da situação, pois “buscava assegurar uma posição de proeminência na América do Sul. O apoio brasileiro aos Estados Unidos estaria condicionado por essas metas”.³⁶⁷⁴

Data exatamente do dia 17 de abril de 1942, a assinatura do Decreto-Lei, nº 4.275,³⁶⁷⁵ pelo então presidente do Brasil, Getúlio Vargas, e pelo Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, em cooperação com o Instituto Office Interamerican Affairs of the United States of América, a organização do Serviço Especial de Saúde Pública — SESP.³⁶⁷⁶

³⁶⁶⁸ **Folha Vespertina**. Belém, 18 de abril de 1942, pág. 01.

³⁶⁶⁹ Para maiores esclarecimentos acerca do contexto de Belém em tempos de Segunda Guerra Mundial e a relação com os Estados Unidos, conferir CHAVES, Túlio Augusto Pinheiro de Vasconcelos. **O Plano de Urbanização de Belém: cidade e urbanismo na década de 1940**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, Belém PA, 2016.

³⁶⁷⁰ De forma detalhada, fazia parte das ações do SESP: 1) desenvolvimento da medicina preventiva, com a criação de centros de saúde e as obras de saneamento em cidades do vale amazônico; 2) assistência médica de emergência a grupo de famílias e trabalhadores isolados que emigrassem para o vale do Amazonas; 3) criação de um programa de saúde pública no vale do Rio Doce; 4) programa de educação sanitária; e 5) programa de treinamento de enfermeiras. BOLETIM DO SESP. Ministério da Educação e Saúde. Nº 12. 2ª quinzena de junho, 1944, p. 1.

³⁶⁷¹ CORSI, Francisco Luiz. **A II Guerra Mundial e a Política Econômica Externa: A questão do financiamento do desenvolvimento**. Revista Brasileira de Estudos Estratégicos. V. 7 Nº 14 jun-dez 2015. Rio de Janeiro, p. 119.

³⁶⁷² ARGUELHES, Delmo de Oliveira. **A III Conferência dos Chanceleres Americanos de 1942: o ponto decisivo da política externa getulista**. In: Revista Brasileira de Estudos Estratégicos. V. 7 Nº 14 jun-dez 2015. Rio de Janeiro, p. 76.

³⁶⁷³ Idem, p. 77.

³⁶⁷⁴ CORSI, Op. Cit. p. 116.

³⁶⁷⁵ **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 20/4/1942, Página 6408. Rio de Janeiro, 17 de abril de 1942, 121º da Independência e 54º da República.

³⁶⁷⁶ O Serviço Especial de Saúde Pública, como seu próprio nome definia, foi estabelecido como um órgão distinto, de emergência, subordinado diretamente ao Ministério da Educação e Saúde. Tratava-

Entre os objetivos estabelecidos estava a cooperação necessária para o soerguimento da economia gomífera na região amazônica, haja vista que grande parte dos antigos seringais da região já haviam sido abandonados.³⁶⁷⁷

Para o entendimento desse serviço da saúde pública do Pará, é necessário ir além das intervenções norte americanas na Amazônia. Trata-se de não fazermos uma reflexão sobre uma história institucional ou administrativa do SESP, e sim uma compreensão da complexidade que existia em entorno da atuação desse órgão, tendo como um dos cenários o estado do Pará. Neste sentido, dialogamos com as ideias de Lucien Febvre que ao longo de suas obras propôs-se a discutir uma nova maneira de se fazer história. Não uma história dos grandes generais e suas batalhas, mas novas formas de se pensar o contexto, e nessa perspectiva pensar uma história-problema como ferramenta para compreender o cenário, pois “se não há problemas, não há história”³⁶⁷⁸.

Situar o SESP e suas práticas de intervenção na Amazônia, especialmente o Pará, é situá-lo no contexto da 2ª Guerra Mundial. O órgão foi criado em 1942, em decorrência da aproximação do Brasil com os Estados Unidos, e foi extinto durante o governo de Fernando Collor de Melo, em 1991. No entanto, é importante considerar que esta proposta de artigo pretende refletir a atuação do Serviço de Saúde Pública no período da 2ª Guerra Mundial.

A política de boa vizinhança durante o governo de Franklin Delano Roosevelt pretendia, entre outras, afastar a influência europeia, especialmente a da Alemanha, e garantir a presença norte-americana na América Latina.³⁶⁷⁹ Com o alinhamento do Brasil, os Estados Unidos garantiram o fornecimento de materiais necessários para os planos da indústria de guerra e permissão para a construção de bases militares.³⁶⁸⁰ Entre as atribuições do Serviço, naquele momento, estava o saneamento da Amazônia e da região do Vale do Rio Doce, o preparo de profissionais para trabalhos de saúde pública, e o combate à lepra e à malária nessas regiões³⁶⁸¹.

A atuação do SESP extrapolava as questões de saúde e saneamento, pois servia como elemento de divulgação dos interesses norte-americanos em tempos de guerra, principalmente no sentido de ganhar apoio da população. Neste sentido, podemos refletir que através da educação, também objetivada por este serviço, pode-se entender a Amazônia do período da Segunda Guerra Mundial. Desse modo, distribuía-se nas escolas “literatura de educação sanitária sendo utilizados cartazes e outros meios de propaganda”.³⁶⁸² Entre as propagandas utilizadas pelo SESP, estava a exibição de “filmes educativos”,³⁶⁸³ aos quais

se de um órgão especial, de emergência, subordinado diretamente ao ministro Gustavo Capanema, com total autonomia. Assim, no próprio contrato básico, foi cedida autorização para escolher, nomear, demitir os servidores, estabelecer salários e determinar transferências. O Serviço tinha orçamento próprio para o qual contribuíram o governo do Brasil e dos Estados Unidos. BASTOS, Nilo Chaves de Brito. **SESP/FSESP: 1942 – Evolução Histórica – 1941**. Brasília: Fundação Nacional de Saúde. 1996, p. 68.

³⁶⁷⁷ BEZERRA NETO, José Maia. A Economia da Borracha e o Esforço de Guerra: Os soldados da Borracha na Amazônia. In: **Pontos de História da Amazônia**. Vol. II. Armando Alves Filho, José Alves de Souza Júnior, José Maia Bezerra Neto. – 2. ed. rev. ampl. – Belém: Paka-Tatu, 2000, p. 35.

³⁶⁷⁸ FEBVRE, Lucien, **Combates pela História**. Profissões de fé: a partida. Combates pela história. Vol. 1, Lisboa: Editorial Presença, 1952, p. 43.

³⁶⁷⁹ VILARINO, Maria Terezinha Bretas. **Entre lagoas e florestas: atuação do Serviço Especial de Saúde (SESP) no saneamento do Médio Rio Doce entre 1942 e 1960**. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 2008, p. 65.

³⁶⁸⁰ PINHEIRO, Leticia. O Brasil no mundo. In: **História do Brasil Nação: 1808-2010**. Vol. 4. Olhando para dentro 1930-1964. GOMES, Ângela de Castro. (coord.) Editora Objetiva. Rio de Janeiro, 2013, p. 153.

³⁶⁸¹ Boletim do SESP. Ministério da Educação e Saúde. Nº 12, 2ª quinzena de julho, 1944, p. 1.

³⁶⁸² Boletim do SESP. Ministério da Educação e Saúde. Nº 01. 1ª quinzena de dezembro de 1943, p. 03.

³⁶⁸³ A grande atração de tais programas, de acordo com o Boletim, estava nos trabalhos de Walt Disney: “Guerra aos mosquitos”, “Semente de Ouro”, “Educação para a morte” e “Vida de Nazista”.

compreendiam campanhas antinazistas. Neste caso, a doença e o nazismo eram vistos como inimigos em comum, sendo interessante refletir que o discurso oficial presente no Boletim estabelecia relação entre ambos, corroborando para transmitir uma imagem negativa dos alemães e, positiva dos norte-americanos. A isto, em momentos em que se anunciava o fim do conflito, noticiava-se a continuidade das atividades do SESP, pois, “o mosquito deixaria de ser aliado de Hitler para voltar à simples condição de inimigo do homem”.³⁶⁸⁴ Assim, dentre os meios de comunicação utilizados para exercer controle psicológico, o cinema foi bastante usado como instrumento de guerra. Os líderes políticos descobriram a grande influência que este meio exercia sobre as pessoas, e não tardaram em utilizá-lo como arma de propaganda política.³⁶⁸⁵ Ao citar, por exemplo, uma experiência ocorrida na cidade de Cariacica³⁶⁸⁶, ES, o Boletim informava que um senhor idoso, que acabara de ver o filme de Walt Disney sobre malária, aproximou-se do Dr. Kurc e manifestou sua emoção, dizendo que “os norte-americanos mostravam ser verdadeiros amigos dos brasileiros, mandando exibir filmes assim para o nosso povo do interior”. Compreende-se que se tratavam de práticas que objetivavam criar uma imagem negativa dos alemães, ao mesmo tempo em que projetavam “ações ofensivas com a criação do personagem Zé Carioca de Walt Disney e visitas ao país de astros de Hollywood, que angariavam a simpatia da população”.³⁶⁸⁷

Na região amazônica um dos principais responsáveis pela experiência dos slides sounds,³⁶⁸⁸ ou “lanterna mágica” foi o norte americano Charles Wagley.³⁶⁸⁹ Após um período como diretor do Programa de Migração do SESP e, em seguida, como assistente do superintendente do órgão, Wagley passou a orientar a formulação e implementação dos programas de educação sanitária na Amazônia.³⁶⁹⁰ Entre os profissionais que atuaram ao lado do norte-americano para a produção de filmes locais, esteve Dalcídio Jurandir, “um jovem romancista do Norte”.³⁶⁹¹ “Malária”, “Verminose”, “Maria Pernilonga”, “Protegendo Nossos

Fazia parte dos planos do SESP que os filmes também fossem exibidos na região amazônica. Boletim do SESP – Serviço Especial de Saúde Pública, Ministério da Educação e Saúde. Nº 02. 2ª quinzena de dezembro de 1943, p. 05.

³⁶⁸⁴ Boletim do SESP. Ministério da Educação e Saúde. Nº 14. 1ª quinzena de agosto de 1944, p. 01.

³⁶⁸⁵ PEREIRA, Wagner Pinheiro. O poder das imagens: cinema e propaganda política nos governos de Hitler e Roosevelt (1933-1945). In: **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História** – ANPUH, Londrina, 2005, p. 05. Para maiores esclarecimentos sobre o contexto brasileiro cf. CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI. Editora FGV. Coleção de bolso. Série Sociedade e Cultura. Rio de Janeiro, 2009.

³⁶⁸⁶ Boletim do SESP. Ministério da Educação e Saúde. Nº 02. 2ª quinzena de dezembro de 1943, p. 05.

³⁶⁸⁷ ARGUELHES, Op. Cit. p. 78.

³⁶⁸⁸ Wagley informa que “se à primeira vista, o cinema poderia parecer o melhor método, era, porém, muito caro. Os filmes do Disney eram caros, cada um custava em torno de 600.000 cruzeiros. Assim, seria melhor usar os “slides sounds” – dispositivos coordenados com equipamentos de som. O processo sairia barato, utilizando escritores, fotógrafos e locutores profissionais. O custo total de uma produção e reprodução de 20 cópias de cada programa não excederia a 10 mil cruzeiros. Boletim do SESP. Ministério da Educação e Saúde. Nº 25. Agosto de 1943, p. 07.

³⁶⁸⁹ O foco principal da pesquisa de Charles Wagley foi o Brasil rural, onde fez contribuições importantes para os estudos demográficos e de parentesco entre os grupos de língua tupi na Amazônia. Ele também estava na vanguarda dos estudos sobre aculturação e mudanças culturais, no momento em que a teoria antropológica começou a desafiar a visão estática de cultura em uso na época. Wagley foi um dos primeiros a praticar antropologia aplicada por meio de seu trabalho no recém-criado Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), onde ajudou a desenvolver políticas de saúde pública culturalmente relevantes e materiais educativos para os seringueiros da Amazônia durante a Segunda Guerra Mundial”. Cf. PACE, Richard. O legado de Charles Wagley: uma introdução. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas. Vol. 9, nº 3. Belém, set-dez, 2014, p. 597.

³⁶⁹⁰ FIGUEIREDO, Regina Érika Domingos de. Cuidar da saúde do vizinho: atuação do antropólogo Charles Wagley no Serviço Especial de Saúde Pública. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 21, nº 4, out.-dez. 2004, p. 1423.

³⁶⁹¹ Boletim do SESP. Ministério da Educação e Saúde. Nº 25. Agosto de 1943, p. 07.

Filhos”, “Alimentação”, foram exibidos num barracão.³⁶⁹² Compreendemos que se tratavam de materiais educativos aos quais eram utilizados com finalidades pedagógicas, ou uma maneira mais simples de atingir seus objetivos. De acordo com os relatos do Boletim, o filme “Malária” teria sido um grande sucesso, e que no dia seguinte, em Gurupá, no Posto de Saúde, “registrou-se o comparecimento de maior número de pessoas, que procuravam o médico e pediam remédios para a sua malária e outras doenças”.³⁶⁹³ E ao que tudo indica, o relativo sucesso alcançou a vizinhança, pois, “sitiantes vieram a pé pelas estradas do mato e outros em canoas a remo, para ver o ‘cinema’”.³⁶⁹⁴ Portanto, a projeção de filmes no interior do Pará organizados pelo SESP possibilitou mudanças nos hábitos da população, seja a partir de formas preventivas contra doenças, e até mesmo nas práticas alimentares.

Ao considerar o contexto vivenciado, podemos problematizar as intencionalidades do governo dos Estados Unidos, e sua presença na região, a partir da atuação do SESP, que conforme compreendemos até aqui ocorriam para além das questões de saúde. De fato, as discussões sobre a Amazônia estiveram sempre presente na política dos Estados Unidos e ganharam impulso durante a Segunda Guerra. Embora o debate pela Amazônia frequentemente se apropriasse do discurso da segurança nacional, as divisões também refletiam uma competição entre diferentes visões das paisagens e dos povos tropicais.³⁶⁹⁵ É significativo considerar que a materialização dessas discussões, resultou, por exemplo, na atuação norte-americana no SESP, pois “a conflagração global havia suscitado interesse e envolvimento inéditos do governo dos Estados Unidos nos assuntos amazônicos”.³⁶⁹⁶

Ao mesmo tempo em que percebemos a influência dos Estados Unidos na região através da educação utilizando as práticas produzidos pelo SESP, também salientamos que as fontes utilizadas neste trabalho nos possibilitaram refletir sobre a maneira como os norte-americanos entendiam a população local. Assim, o superintendente do SESP no Brasil, o norte-americano dr. E. H. Christophersen se posicionava sobre a população local, para quem, “melhorar a saúde das pessoas era necessário transformar seus hábitos de vida, hábitos muito frequentemente velhos de séculos”.³⁶⁹⁷ Ao mesmo tempo, tais ideias eram reforçadas pelo seu compatriota J. L. Hydrick, que afirmava “não ser fácil ensinar regras de higiene, pois importava pedir ao povo que modificasse seu sistema de vida, e era bastante difícil de transformar velhos hábitos”.³⁶⁹⁸ Tais perspectivas nos fazem pensar os termos pejorativos que foram construídos para caracterizar os habitantes da América Central e do Sul, como “destemperados”, “emocionais”, supersticiosos”, “atrasados”, “preguiçosos”, “ignorantes” e “suspeitos” e pouquíssimos “eficientes”.³⁶⁹⁹ Portanto, as representações sobre a Amazônia como território insalubre, doente, que emperra o desenvolvimento ainda eram e estavam presentes nos muitos discursos reproduzidos pelos norte-americanos.

No entanto, o Serviço intentou estabelecer uma teia de relações em suas atuações, e para isto, previa a “utilização de pessoas de real prestígio”,³⁷⁰⁰ com o intuito de “mais fácil convencer e educar as populações, apoiando-se em pessoas que tem, tradicionalmente, autoridade e prestígio”.³⁷⁰¹ Tratavam-se dos “professores das escolas, os homens do governo e os ministros religiosos, além de cidadãos de destaque em determina zona”.³⁷⁰² Assim, entendemos algumas estratégias, entre as quais a que visava o uso de determinados sujeitos

³⁶⁹² Idem. p. 10

³⁶⁹³ Idem.

³⁶⁹⁴ Idem.

³⁶⁹⁵ GARFIELD, Seth. A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 29, nº 57, 2009, p. 21.

³⁶⁹⁶ Idem.

³⁶⁹⁷ Boletim do SESP. Ministério da Educação e Saúde. Nº 05. 1ª quinzena de fevereiro de 1944, p. 01.

³⁶⁹⁸ Boletim do SESP. Ministério da Educação e Saúde. Nº 05. 1ª quinzena de fevereiro de 1944, p. 02.

³⁶⁹⁹ GARFIELD. Op. Cit. p. 34.

³⁷⁰⁰ Boletim do SESP. Ministério da Educação e Saúde. Nº 08. 2ª quinzena de março de 1944, p. 02.

³⁷⁰¹ Idem.

³⁷⁰² Idem.

sociais para o alcance de seus objetivos. Neste sentido, é que podemos refletir as ideias de Mônica Velloso, ao estudar o Estado Novo, na chamada Era Vargas, ao compreender que “os intelectuais passaram a desempenhar papel vital na ‘nova ordem’ [...] enquanto porta-vozes dos verdadeiros anseios da sociedade corporificam e dão forma ao ‘subconsciente coletivo’”.³⁷⁰³

Os relatos presentes no Boletim do SESP apontavam que as novidades trazidas pelo Serviço eram bem aceitos pela população. Assim, exemplificaram a experiência com o DDT em Breves, uma das cidades mais assolada pela malária, afirmando que “a população local demonstrou o máximo de interesse pela experiência e colaborou eficientemente com as autoridades, pois antes foi feito o preparo psicológico do povo e explicada a finalidade daquela medida para a coletividade”.³⁷⁰⁴ Desse modo, é importante compreender tais discursos do SESP e da população, pois sabe-se que o uso desse agrotóxico é altamente nocivo. Se a princípio a aplicação do DDT demonstrou-se método eficaz no combate à malária, porém, mostra-se totalmente prejudicial ao meio ambiente e ao homem. Com o uso amplo e excessivo de DDT desde a década de 40, seus resíduos persistentes no solo foram sendo transferidos para as plantas e para o homem, que está no fim da cadeia alimentar.³⁷⁰⁵ Assim, podemos inferir que a população local não estaria bem esclarecida dos diversos efeitos que a substância trazia, pois se a curto prazo contribuiu no controle de doenças, por outro lado, traria consequências negativas, o que possibilita pensar em uma prática autoritária de intervenção social.

Porém, em outros momentos verificamos que certas resistências ocorriam, ao que os representantes do SESP afirmavam que “as práticas médicas muitas vezes esbarravam-se com as superstições”.³⁷⁰⁶ Em relatório para o SESP, depois da sua primeira visita ao Programa do Vale do Amazonas, o professor Turner, do Instituto de Assuntos Inter-Americanos, escreveu que “ao falar com um caboclo durante a viagem, em um dos postos de higiene, deu a entender que os médicos tinham ideias que lhe pareciam muito esquisitas”. No entanto, a informação prosseguia, dizendo o caboclo que “a filhinha tinha vermes, mas que precisaria esperar algumas semanas antes de iniciar o tratamento, pois uma pessoa não pode comer alimentos fortes até vinte e quatro horas depois de tomar o remédio”. Mesmo sendo informado, de acordo com o documento, que “a receita médica, assim como os medicamentos seriam gratuitos, retrucou que “ganhava dez cruzeiros por dia e precisaria ter dinheiro suficiente para comprar dois franguinhos que deveriam servir de alimentação para a filhinha no dia de tomar o referido remédio”.³⁷⁰⁷ Tratam-se, portanto, de experiências diferentes, de conhecimentos que possivelmente foram repassadas por gerações, e que a presença de postos médicos e de hospitais que foram construídos pelo SESP, com a atuação de profissionais da área apontavam para novas relações e mudanças de comportamentos dos sujeitos envolvidos no processo.

Considerações finais

A presença do Serviço Especial de Saúde Pública no Pará, de acordo com os acordos existentes entre o Brasil e os Estados Unidos, em tempos de guerra, nos revela intervenções para além das práticas de saúde e saneamento. Se a priori os objetivos estavam direcionados para a exploração da borracha, dentro dos esforços que a guerra demandava por essa matéria prima, em sua atuação mostrou-se um serviço com atuações na educação e nas formas de viver da população. População esta que no parecer dos representantes norte-

³⁷⁰³ VELLOSO, Mônica Pimenta. “Uma configuração do campo intelectual”. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982, p. 93.

³⁷⁰⁴ Boletim do SESP. Ministério da Educação e Saúde. Nº 25. Agosto de 1945, p. 04.

³⁷⁰⁵ ALMEIDA, Waldemar F. Debates: Agrotóxicos. **Cadernos de Saúde Pública**, RJ., 1 (2): 220-249, abr/jun, 1985, p. 225.

³⁷⁰⁶ Boletim do SESP. Ministério da Educação e Saúde. Nº 25. Agosto de 1945, p. 05.

³⁷⁰⁷ Idem.

americanas era de difícil trato, principalmente no que concerne a sua forma de viver, ou seus hábitos arraigados, aos quais poderiam prejudicar a ação do serviço.

Também entendemos que as práticas utilizadas, ao que tudo indica, não eram esclarecedoras para a população local, pois a utilização, por exemplo, do DDT, enquanto uma substância nociva à saúde era imposta e que posteriormente poderiam trazer sérios danos. Assim, as posturas autoritárias muitas vezes esbarravam-se nas mais diversas formas de viver da população do interior, com hábitos que se chocavam com as práticas terapêuticas dos norte-americanos.

Portanto, a atuação do serviço, desde a sua criação, foi demarcada por diferentes propostas para a região, a partir de práticas intervencionistas que influenciaram, de algum modo, não apenas a vida dos moradores da região, como também dos diversos sujeitos que atuaram como profissionais do SESP. Nesse sentido, tornou-se o SESP, por ter sido uma experiência vivenciada na Amazônia, e em especial no Pará, instituição possível a ser analisada pela história, pois como bem nos alerta Marc Bloch, “tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que fabrica, tudo o que toca pode e deve informar sobre ele”.³⁷⁰⁸

A LEPRO NAS LETRAS: FREI DANIEL ROSSINI SAMARATE E O ASILO DO TOCUNDUBA.

*Elane Cristina Rodrigues Gomes*³⁷⁰⁹
elanegomes@ufpa.br

Resumo: A presente comunicação almeja destacar a importância do diário de Frei Daniel Rossini Samarate para compreender as relações estabelecidas pelo mesmo no leprosário do Tocunduba, na cidade de Belém, no Estado do Pará. O diário é pensado nessa perspectiva como uma narrativa permeada por múltiplas temporalidades capaz de expressar comportamentos descontínuos e contraditórios frente aos sintomas da doença em seu corpo e a sua constante busca para não se perder como religioso. É perceptível na escrita de Frei Daniel uma intrínseca relação de sua reflexão interior e ao mesmo tempo com vários outros espaços que vão além do Asilo do Tocunduba, paralelamente dialoga com a cidade e as autoridades e sempre se mostra ansioso por ter informações sobre a vida além dos limites físicos do asilo, as visitas aproximavam o religioso dos acontecimentos na cidade e simultaneamente serviam de intermédio às demandas do frei. Assim o diário é concebido como um enunciado que atravessa temporalidades, os quais reiteram marcas históricas e sociais que caracterizam uma sociedade, nesse caso de um frei que se pensava como sujeito de si através da escrita de um diário e que imprimiu na escrita sintomas da lepra, tentativas de cura, e resignação frente à presença da morte.

Palavras chave: Lepra-diário-Tocunduba

A lepra nas letras é uma referência ao diário de Frei Daniel Rossini Samarate, em que através de sua escrita relata suas inúmeras vivências, entre estas, sua permanência no Asilo do Tocunduba³⁷¹⁰, na cidade de Belém, no Estado do Pará, pois precisamente em 27 de abril

³⁷⁰⁸ BLOCH, Marc. **Apologia do História ou Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 2001.p. 79.

³⁷⁰⁹ Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará/doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em História Social na Universidade Federal do Ceará.

³⁷¹⁰ Mantereí a grafia Tocunduba como foi identificado nas fontes pesquisadas correspondente ao período. O Tocunduba é descrito como um Asilo que ficava localizado aproximadamente a duzentos

de 1914 o frei passou a ser um interno do asilo. O diário mostra-se como um relevante percurso para acompanhar as descrições da lepra em seu corpo, imprimindo nas letras o olhar que o doente estabelece sobre si enquanto um portador da lepra no século XX e sua íntima relação com a religiosidade, ao compreender a doença como uma graça divina.

Antes de enveredarmos pela escrita de Frei Daniel através do seu diário ou agenda de serviço, talvez seja importante entendermos a temporalidade da publicação do mesmo, pois trazer ao público o diário do frei tinha uma finalidade, retomar por meio dessa edição, a trajetória desse religioso e anexá-la ao processo de vice- postulação para solicitação de sua canonização, em 1994, ano comemorativo de setenta anos da morte do frei. Então sabemos nesse sentido que a intencionalidade dessa edição vem revestida da ânsia de representar uma imagem do frei que permitisse o seu reconhecimento enquanto um religioso que sofreu, fez caridade, que nunca desistiu de viver, mas que sempre olhava para o sofrimento como parte de sua trajetória e pela adoração que muitos fiéis dedicavam a ele.

O texto de apresentação da publicação que acompanha o diário possui um item intitulado convite ao leitor³⁷¹¹ escrito por Angêlo Mascheroni, auxiliar do cardeal arcebispo de Milão, na época. Os originais do diário encontram-se guardados no arquivo provincial dos capuchinhos lombardos, com sede em Milão, Viale Piave. A publicação é dedicada aos hansenianos, aos missionários do Brasil e do mundo, aos doentes de corpo e espírito.

O diário do frei apresenta as vivências do mesmo entre os anos de 1908 a 1922, são registros de quinze anos, os quais foram divididos por cada dia da semana, semelhante a uma agenda, com dias que traziam parcas informações e outros repletos de minúcias. Mas ainda precisamos conhecer como esse religioso veio morar em Belém, no Estado do Pará e o que o motivou a registrar seu cotidiano ao longo justamente do período aqui apresentado.

Frei Daniel Rossini Samarate entrou para o convento da ordem dos capuchinhos no seminário menor de Sovere³⁷¹² em janeiro de 1890, em 1891 foi admitido noviciano no convento de Lovere e no dia 24 de junho de 1892 fez a profissão dos votos simples na mão de Revmo. P. Leão de Briosco, reconhecido pelo frei como seu mestre.³⁷¹³

Partiu de Milão para o Brasil em 08 de agosto de 1898, como missionário apostólico, tendo nesse momento 22 anos, e no dia 30 do mesmo mês chegou ao Pará, na cidade de Belém, onde foi destinado a Canindé, Ceará, lá chegando no dia 22 de setembro de 1898, local em que foi ordenado diácono, pelo bispo do Ceará. Em 1899 foi ordenado sacerdote pelo mesmo prelado, na catedral de Fortaleza e celebrou sua primeira missa no Santuário de S. Francisco, em Canindé.

Os missionários capuchinhos administravam em Igarapé Açu³⁷¹⁴, a colônia do Prata, destinada a evangelizar etnias indígenas nessa região, em 1900 Frei Daniel é chamado para assumir a direção da colônia, ficando nesse cargo por treze anos. Local onde começou a escrever o seu jornal de serviço ou diário interior, ao receber a visita de Monsenhor Munis, vigário geral do bispado do Pará, que o presenteou com um livro, o qual foi preenchido a partir do dia nove de março de 1908.

O Asilo do Tucunduba³⁷¹⁵, teria sido inaugurado em 1815, na cidade de Belém, destinado a abrigar os portadores de lepra e funcionava sob a administração da Santa Casa

metros do Igarapé do Tucunduba, atualmente nas proximidades da Rua Barão de Igarapé Mirim, entre a passagem 25 de junho e passagem Alegre, no Bairro do Guamá, na cidade de Belém-Pará. Ver: RAMOS, José Messiano Trindade. **As memórias do Hospício dos lázaros do Tucunduba**. Monografia (Graduação)- Departamento de História da Universidade Federal do Pará, Belém, 1997.

³⁷¹¹ SAMARATE, Daniel Rossini. **A Deus louvado!..**Diário interior “jornal de serviço” de Frei Daniel Rossini Samarate. Editora Velar, 1994, p.46.

³⁷¹² Sovere é uma comunidade italiana da região da Lombardia, província de Bérgamo.

³⁷¹³ MICHELI, Michele. **O Gigante do Prata**. Editora: Edições Paulinas, São Paulo, 1986, p.20.

³⁷¹⁴ Igarapé Açu fica a 109 km da cidade de Belém-Pará e foi elevada a categoria de município, em 1907, no governo de Augusto Montenegro.

³⁷¹⁵ Ver: HENRIQUE, Marcio Couto. Escravos no purgatório: o leprosário do Tucunduba (Pará, século XIX). **História, Ciências e Saúde– Manguinhos**, Rio de Janeiro, V. 19 supl, dezembro, 2012, p.154.

de Misericórdia do Pará. O diário apresenta as impressões da doença a partir do que o frei enquanto leproso manifestava em seu corpo e estendendo-se ao cotidiano não só de um doente, mas de um coletivo de pessoas que compartilhavam semelhanças quanto à condição de doente, porém com singularidades, que tentaremos, por meio de um esforço expressar nesse trabalho.

O diário talvez seja uma forma de o indivíduo construir um tempo pessoal, concedendo paulatinamente uma história individual que está atrelada a um olhar sobre si, aos olhares alheios e por que não do mundo. É um longo monólogo de introspecção capaz de produzir múltiplos segredos sobre alguém que em sua trajetória apresenta comportamentos descontínuos e contraditórios, permeados de lembranças de um passado que deixou saudades e de um futuro que não tem perspectiva, apenas o futuro da morte, é assim que, em certos momentos percebemos como o diário serviu ao frei, tal como um caminho para expressar a angústia da doença “que ele aviva com o próprio ato de escrever”.³⁷¹⁶

A escrita de um diário para Corbin é um conjunto de relatos sobre o eu, que é capaz de trazer a tona arrependimentos, potencializar nostalgias e paralelamente estimar a aspiração e incitar o imaginário sobre a construção de si. Essa é incentivada por todos os períodos históricos que tornem mais palpável a sensação de identidade, uma vez que as mudanças provocadas pela lepra no corpo e no cotidiano do frei Daniel distanciava-o, inclusive, de suas tarefas como religioso.³⁷¹⁷

Sobre as condições de escrita desse diário, apenas sabemos que se iniciou com um presente de Monsenhor Munis, não temos registros até quando esse caderno inicial foi capaz de preencher os relatos ou se foram folhas agrupadas aleatoriamente com o seu final ou se outros cadernos foram adquiridos, mas pelas fotografias de alguns manuscritos identificamos que esse caderno inicialmente trazia a data impressa, porém já por volta de 1919, as datas são registradas de forma manuscrita pelo frei. Até o ano de 1920 o frei registrava sem deixar lacunas todos os dias do ano, no entanto com o avançar da doença vão surgindo lacunas, limitações físicas tais como a cegueira de um lado da visão e a falta de movimento nas mãos que produzem silêncios importantes para quem lê o diário, bem como atitudes de resistência do próprio religioso para manter o registro no seu jornal de serviços, solicitando a ajuda de outrem para escrever, a escrita talvez tenha sido uma forma de manter vivo o seu cotidiano.³⁷¹⁸

Cabe aqui também reconhecer que a ausência do arquivo original do diário, seja um aspecto a ser problematizado, pois não sabemos se a publicação realizou recortes, os organizadores afirmam que foram fidedignos a escrita do frei, porém pelo grande volume de escritos e pelo fato de tratar-se de uma publicação que solicita em si exigências, a postulação do religioso para a canonização, entendemos que talvez um diário ao ser transformado em livro precise ser compreendido a partir da historicidade que lhe é peculiar. É para tanto que dialogaremos com Reinhart Koselleck ao mencionar que todas as experiências datadas comportam inúmeras camadas temporais, pois os indivíduos estão relacionados com as experiências acumuladas ao longo do tempo e pelas gerações contemporâneas, dessa maneira os estratos temporais são resultados da vivência e da percepção humana.³⁷¹⁹

Ainda sobre a falta de acesso aos originais do diário reconhecemos que qualquer escrita da história sempre será incompleta, terá sua ausência, seu silêncio, que o historiador não conseguirá alcançar. O outro, pensado como passado, não tem como ser retomado,

³⁷¹⁶ CORBIN, Alan. Bastidores. In: **História da Vida privada, 4: Da revolução Francesa à Primeira Guerra/** organização Michelle Perrot. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.427.

³⁷¹⁷ Idem p.427.

³⁷¹⁸ SAMARATE, Daniel Rossini. **A Deus louvado!..**Diário interior “jornal de serviço” de Frei Daniel Rossini Samarate. Editora Velar, 1994, p. 260.

³⁷¹⁹ KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do Tempo: estudos sobre História.** Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014, p.23.

recuperado, existindo dessa forma várias maneiras e possibilidades desse passado ser revisitado e repensado, mas nunca em sua completude.³⁷²⁰

A narrativa do diário é um espaço de encontro de várias temporalidades, inicialmente a dos manuscritos do frei Daniel, que em si, apresenta uma série estratos de tempo, principalmente de sua trajetória na vida missionária, sempre retomando e lembrando a sua atuação, das viagens que realizou, dos irmãos do convento e ao mesmo tempo falando de suas experiências no Asilo do Tocunduba, além de suas expectativas em relação a um futuro. Consideramos relevante nessa análise as categorias de experiência e expectativa apresentadas por Koselleck, uma vez que o espaço de experiência representa o passado inserido nos vestígios, na memória e as permanências o horizonte de expectativa, o que se espera em relação ao futuro, logo as experiências vividas quando marcadas pelo passado podem conduzir a outro período histórico expectativas atreladas ao futuro. Existindo dessa maneira uma reciprocidade entre o passado e o futuro, pois a forma como a experiência do passado foi elaborada a partir de uma situação concreta, as expectativas são construídas e se fazem presente.³⁷²¹

Apesar de o diário ser datado não temos como mensurar a experiência já que a mesma é formada por tudo que o frei podia recordar da própria vida ou da vida de outros, a experiência transpõe por cima dos tempos “ela não cria continuidade no sentido de uma elaboração aditiva do passado”.³⁷²²

Acreditamos ser importante analisar o diário não apenas a partir do momento em que o frei Daniel passou a morar no Asilo do Tocunduba, mas sim quando ainda desempenhava todas as suas atividades, viajava, transitava e dialogava com muitas autoridades em negociações diretas a cerca das necessidades da colônia que administrou, em Igarapé Açú. Logo a leitura do diário publicado, foi realizada em sua íntegra desde 1908, porém com a preocupação de compreendermos o posicionamento do frei diante das dificuldades do reconhecimento da doença e das privações que serão impostas a partir desse momento, atentando para a relação que o mesmo estabeleceu com os demais doentes no asilo.

Desde 1909 o religioso mencionava apresentar preocupações com a sua saúde, porém não descreveu em minúcias os sintomas, apenas afirmava que ao visitar o hospital Beneficente Portuguesa³⁷²³, em Belém, para tratar de um acidente no pé saiu curado de um lado e doente do outro, ao apresentar sintomas de dormência. No entanto as recomendações médicas posteriores são de que o frei deveria procurar ajuda na Europa para o seu estado de saúde, viagem que realizou em junho de 1909, sem mencionar em seu diário qualquer referência à lepra. Ainda na Europa utilizou-se da profilaxia das injeções de Nastin³⁷²⁴, indicadas pelo professor Roberto Campana, da qual não apresentou melhoras, mesmo depois de realizar inúmeros tratamentos direcionados ao tratamento da lepra, o frei só utilizou pela primeira vez a palavra lepra em seu diário em fevereiro de 1913, dizendo que estava acometido da moléstia. Nesse sentido notamos talvez uma necessidade de protelar o reconhecimento da doença enquanto a mesma fosse possível de ser velada, uma vez que até o momento o isolamento era considerado por uma grande maioria dos escúpios como a ação mais eficaz para evitar a proliferação da lepra.³⁷²⁵

³⁷²⁰ Idem p.290.

³⁷²¹ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição á semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p.305.

³⁷²² KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição á semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p.311.

³⁷²³ O Hospital Beneficente Portuguesa nessa data já era localizado na avenida generalíssimo Deodoro, no bairro de Nazaré.

³⁷²⁴ Seria o isolamento de um nódulo leproso não ulcerado, pois descobriram que as injeções desse organismo tinham marcado efeito curativo devido a uma gordura neutra que deram o nome de nastin juntamente com benzoyl chloride atuavam diretamente sobre o bacilo da hanseníase. Ver: <http://www.theodora.com/encyclopedia/l/leprosy.html> acessado em 20 de junho de 2016.

³⁷²⁵ A partir dos debates médicos ocorridos na conferência sobre a lepra em 1897, em Berlim, o isolamento passou a ser o centro da política de controle da doença acompanhada de uma base jurídica

É relevante destacar que o professor Roberto Campana havia publicado em 1881 um artigo intitulado “*Note sulla Lepra*” e o mesmo aparece entre as referências bibliográficas do doutor Adolf Lutz, logo as pesquisas de Campana estavam destinadas ao uso de injeções de Nastin para o tratamento da lepra, indagamos nesse sentido que mais uma vez o frei adiaava em seu diário o reconhecimento de que era um portador de lepra.³⁷²⁶

A circularidade do frei pela cidade de Belém, por outros estados, em eventos, persistiu mesmo com o agravamento do seu estado de saúde, sua agenda religiosa e negociações com as autoridades locais foram mantidas, apenas em 1914 quando ele retorna de uma viagem do Maranhão é que foi decidido pelo seu isolamento no asilo do Tocunduba, uma vez que seus superiores tinham autorizado que ele ficasse recolhido no Retiro de São Isidoro, no Prata. No entanto o médico Gurjão³⁷²⁷, que vinham realizando a prática de eletricidade para tratamento e diagnóstico, em Belém, recusou a licença para que o frei fosse morar, no Prata, e decidiu pelo seu isolamento, no Tocunduba.

A reforma sanitária do Estado do Pará de 1914 trazia em seu conteúdo uma série de regulamentos a cerca dos leprosos, entre estas a necessidade de o esculápio, a família e demais pessoas informarem a diretoria geral do serviço sanitário casos diagnosticados para que fossem encaminhados ao Tocunduba, dizia a legislação que em situações de omissões estariam sujeitos a multa e prisão, ficando terminantemente proibido a circulação de leprosos em espaços públicos por simbolizarem uma ameaça a coletividade.³⁷²⁸

O isolamento de frei Daniel no asilo do Tocunduba é imposto por determinação médica e pelo distanciamento que já começava a vivenciar entre os seus irmãos capuchinhos ao ser recepcionado no convento em seu retorno do Maranhão, afirmando que foi recebido segundo a vontade divina, mas que era preciso “beber do cálice até o fundo”. Naquele momento frei Daniel passava também a ser nocivo à saúde do convento, a cultura do medo da doença não estava distante dos olhares dos irmãos de fé do religioso, pois esses acompanhavam as notícias, os boatos e as inúmeras incertezas construídos sobre a insidiosa doença, logo a prática do distanciamento físico vem acompanhada do isolamento social.³⁷²⁹

A visão afetada, febre constante, vômito, vertigem, chagas na pele, eram danos físicos que anunciavam o recolhimento de maneira mais intensa, os deslocamentos do frei do Asilo do Tocunduba para a cidade vão ficando escassos, logo percebemos que tais condições provocaram registros nos escritos de frei Daniel marcados por momentos de frequentes saudades de um passado atrelado à convivência no convento e de agradecimentos ao poder divino pela doença que o concedera, assim ele escreve:

Hontem e hoje fui ao convento assistir a visita pastoral do Superior Regular. Muitas saudades se despertaram em meu coração, saudades dos tempos que eu vivia no convento em santa companhia dos meus irmãos de habito. Copiosas lacrimas derramei que offereci ao meu bom Jesus... Estou cada vez mais acabrunhado da moléstia sobre tudo atacado da vista que está bem curta. A Deus louvado com tudo que faz. Amen.³⁷³⁰

que passou a impor regras ao portador de lepra. Ver: CABRAL, Dilma. **Lepra, medicina e políticas de saúde no Brasil (1894-1934)**. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2013, p. 67.

³⁷²⁶BENCHIMOL, JL., and SÁ, MR., orgs. Adolpho Lutz: **Hanseníase = Leprosy [online]**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. 660 p. Adolpho Lutz Obra Completa, vol. 1, book 2. ISBN 85-7541-039-3. Available from SciELO Books. Acessado em 20 de junho de 2016.

³⁷²⁷ Jornal **Folha do Norte** 15 de julho de 1912 p.2 (Biblioteca Pública Arthur Vianna-Microfilmagem).

³⁷²⁸ Jornal **Folha do Norte** 16 de janeiro de 1914 p.1 (Biblioteca Pública Arthur Vianna-Microfilmagem).

³⁷²⁹ Sobre a cultura do medo da lepra Ver: FERREIRA, Antonio Nelloracion Gonçalves. **Lazaropolis: A lepra entre a piedade e o medo**. (Ceará, 1918-1935). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós graduação em História pela Universidade Federal do Ceará, 2011, p.162.

³⁷³⁰ SAMARATE, Daniel Rossini. **A Deus louvado!**..Diário interior “jornal de serviço” de Frei Daniel Rossini Samarate. Editora Velar, 1994, p.270.

Paul Ricoeur ao mencionar Santo Agostinho a cerca da memória individual aborda a ideia de que ao lembrar-se de algo, imediatamente a pessoa lembra-se de si, pois inicialmente temos a impressão de que a memória é única, uma vez que não transferimos nossa memória para ninguém, é uma possessão privada. Conseqüentemente o vínculo de origem da consciência com o passado aparenta residir na memória, nesse sentido “a memória seria o passado”, garantindo a continuidade temporal da pessoa.³⁷³¹

A relação do frei com o tempo é sempre marcada por um constante encontro entre as suas experiências e expectativas, quando foi administrador da Colônia do Prata e não era um doente ou da lembrança do tempo em que morou no convento, as suas expectativas sentida pelo avançar da lepra e uma morte que se aproximava: “(...) O que mais me aflige é o pensamento do meu futuro. (...) e de agora em diante o que será de mim?”³⁷³², o trecho remonta a angústia do frei frente a solidão que vivia na casa de São Francisco³⁷³³, no Tocunduba, ao fato de ter perdido parcialmente a visão, os movimentos das mãos e até a voz estava lhe abandonando. Além das conseqüências da doença no seu corpo, outro problema o inquietava, a notícia de que a missão dos capuchinhos na colônia do Prata³⁷³⁴ estava sendo finalizada e seus irmãos iam embora do Pará. As visitas dos seus confrades capuchinhos ao Tocunduba estavam prestes a sucumbir, logo sua perspectiva de futuro era marcada por uma sensação de aflição e abandono, percebemos assim uma relação de reciprocidade entre a dimensão temporal do passado com a dimensão temporal do futuro.

Em outras passagens de sua escrita encontramos a necessidade de remontar as experiências do convívio com os seus confrades face às justificativas do isolamento e da solidão, se repetindo através das cartas que trocou com seus irmãos capuchinhos, uma insistente busca de lembrar e reviver um passado que um dia foi seu presente e que naquele momento retomava como passado, como algo ausente de sua experiência. O diário apresenta um trecho de uma carta que o frei escreveu ao padre geral da cidade de Belém, referendando o agradecimento a Deus por tê-lo concedido a graça da doença e também pedindo permissão para ir até o convento receber do padre a benção:

(...) permita que o último de seus filhos, da solidão do retiro em que vive, venha beijar sua sagrada mão e implorar sua pastoral benção no início do ano novo. Todos os meus companheiros costumam neste período escrever-lhe longas e interessantes cartas cheias de tanta fadiga apostólicas e de abundantes frutos colhidos no sagrado ministério; e eu ao contrário envio-lhe a presente absolutamente vazia de todo porque como o senhor já deve saber, vivo separado e isolado do convívio dos meus co-irmãos em consequência da doença que Deus quis me dar. Todos os dias, porém agradeço a Deus a graça que me fez, pois reconheço que me fez um favor especial.³⁷³⁵

Talvez aqui tenhamos que identificar a esperança do frei no âmbito espiritual, a ideia de que o sofrimento era um caminho a ser percorrido para alcançar a eternidade, a doença

³⁷³¹ RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p.107.

³⁷³² SAMARATE, Daniel Rossini. **A Deus louvado!**..Diário interior “jornal de serviço” de Frei Daniel Rossini Samarate. Editora Velar, 1994, p.336.

³⁷³³ Frei Daniel Samarate tinha uma casa no Asilo do Tocunduba que foi nominada como Retiro de São Francisco.

³⁷³⁴ A Comissão Nacional de Profilaxia Rural da Lepra e Doenças Venéreas iniciou um processo de levantamento de doentes de lepra em 1921 e já começava a planejar a construção de uma colônia agrícola para leprosos, projeto esse que será materializado em 1924 com a construção da colônia agrícola do Lazaropolis do Prata, em Igarapé Açu, no mesmo local onde anteriormente funcionava a colônia do Prata, local em que a missão dos capuchinhos atuava e onde frei Daniel foi de 1900 a 1913 o administrador.

³⁷³⁵ Idem p.37

era concebida como uma graça de Deus, o que demarca a devoção e a resignação frente à dor e a angústia. Esperava-se a morte no campo material, porém a sua condição de um religioso que não professava contra Deus pela doença e sua remissão absoluta por meio da penitência da doença faz o frei esperar de maneira mais imediata pela vida eterna. Para Virginia Buarque o texto de natureza autobiográfica ou semelhante, que tem um caráter eclesialístico tem uma propensão a produzir uma escrita voltada para a súplica do perdão e da redenção, entendidos como dádiva absolutamente pura, de graça e felicidade oriundas de outro mundo.³⁷³⁶

É notável em sua escrita a identificação do frei com a imagem de São Francisco de Assis, seus momentos de angústia perante a doença o fazem recorrer a trajetória desse santo ao demonstrar como o sofrimento é parte indispensável para alcançar a graça divina. Percebemos com recorrência essa comparação entre o que São Francisco vivenciou de sofrimento e as privações que o frei estava passando. O comprometimento da visão é assim um dos elementos apontados como semelhança, escreveu o frei:

Anniversario da minha profissão solemne. Continuo sempre com a saude alterada principalmente atacado na vista: estou ficando quase cego. Seja tudo pelo amor de Deus! O meu pai São Francisco sofreu muito da vista, porque não poderei sofrer eu?³⁷³⁷

As referências a São Francisco e a devoção são retomadas sempre no ápice da dor e da remissão dos pecados, comparando as vezes as chagas no seu corpo com a stigmata que afetou Cristo, tal como São Francisco. Cabe aqui atentar para essa relação, uma vez que envolve o tempo cronológico e o mundo divino, sob a espera dessa salvação tal como São Francisco e a própria santificação que foi reconhecida pela Igreja. Segundo Philippe Ariès a ressurreição de Cristo triunfando sobre a morte gerou uma concepção cristã de que a verdadeira morte é a morte física, tida como o acesso a vida eterna, logo o cristianismo passou a se empenhar em visualizar a morte com alegria, como um renascimento.³⁷³⁸

A ideia de corpo pensada pelo frei talvez se assemelhe ao que afirmava São Francisco ao conceber que o corpo precisava ser mortificado, colocando-o como alma, a serviço do amor de Deus, a doença assume nesse caso condição indispensável para a salvação, no entanto o sujeito não deveria se curvar a doença ou ser submisso a ela, pois jamais deveria transformar-se em um sujeito inutilizável na missão da prática das obras da salvação³⁷³⁹. A insistência em manter a realização das missas, batizados, catecismos e casamentos evidencia a resistência do frei em não desistir da evangelização no asilo, mesmo com muitas limitações físicas, a prática evangelizadora parecia ser uma forma de se aproximar da vida eterna, uma vez que em vários momentos ele dizia sentir a morte do corpo cada vez mais perto.

Apesar de o corpo ser concebido como algo que deveria ser mortificado, notamos uma constante preocupação do frei com as possibilidades de alcançar a cura ou amenizar o peso dos sintomas da doença no corpo, mesmo ainda sem reconhecer de qual doença se tratava. Em vários momentos mencionava desde o princípio suas visitas ao médico e a recorrência da doença que não cessava de avançar, levando-o a uma descrença em relação aos tratamentos dos esculápios, logo posteriormente ainda em 1910 sem diagnóstico anunciado no diário, o frei decide tentar outros meios de cura para os sintomas que se revelavam: “Hoje deixei a cura do Dr.Campos e comecei a cura do batatão” ou “Apliquei a causticação do oleo de caju

³⁷³⁶ BUARQUE, Virgínia Albuquerque de Castro. Autobiografias eclesialísticas para além da representação de si. *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano III, n. 9, Jan. 2011, p.45. Ver: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/> (acessado em 11/01/2016).

³⁷³⁷ SAMARATE, Daniel Rossini. *A Deus louvado!*.Diário interior “jornal de serviço” de Frei Daniel Rossini Samarate. Editora Velar, 1994, p.268.

³⁷³⁸ ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Tradução: Luiza Ribeiro. 1ed. -São Paulo: Editora Unesp, 2014, p.16.

³⁷³⁹ LE GOFF, Jacques. *São Francisco de Assis*. Tradução de Marcos de Castro. 7ª edição- Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 63.

em algumas nodos do braço direito”³⁷⁴⁰, ainda sem reconhecer ou ter o diagnóstico de que era um portador de lepra, o religioso investiu em vários caminhos que o aproximasse da cura, caminhos que colocavam de encontro a medicina científica e as curas baseadas em plantas, tubérculos e sementes.³⁷⁴¹

É interessante atentar para as ações no cotidiano³⁷⁴² do Asilo do Tocunduba, pois o tempo dos doentes e da doença talvez não tivesse a mesma dimensão manifestada pelos jornais da época, esse tempo singular dos morféuticos ganha um significado à medida que não se enquadra na temporalidade da imprensa, enquanto o periódico alarmava a sociedade sobre os riscos de um leproso circular na cidade, os doentes mantinham as vendas fora dos muros do asilo.³⁷⁴³ A doença não se encaixava assim na linha do tempo do progresso pensado para a nação, pois as expectativas pensadas para a sociedade republicana excluía aquilo que atravancava o desenvolvimento, assim era pertinente definir o que era ser doente e afastá-lo, articulando para tanto, a República, a ciência e o fazer científico na busca pelo progresso.³⁷⁴⁴

A rede de sociabilidade que existia no Asilo do Tocunduba é um aspecto indispensável para percebermos as várias relações sociais que se configuraram nesse recinto, não só em relação à doença, mas também ao espaço de lazer que os internos usufruíam, pois observamos que era um universo eclético de práticas não só católicas, mas também de festas com traços afro-brasileiro, que frei Daniel definiu como “hábitos bestiais” ou atrelados ao espiritismo. A visita de protestantes, espíritas e da maçonaria em ações de caridade aos leprosos provocava no frei uma inquietação capaz de manifestar sua opinião frente a atuações dessas pessoas no asilo e até de desafiar os próprios limites físicos³⁷⁴⁵ para não deixar tais grupos ampliarem seu espaço entre os leprosos.

Percebemos que mesmo na condição de doente, os leprosos internos no Tocunduba, construíram uma rede de sociabilidade que permitiu inúmeras tensões, uma vez que certas comemorações distanciavam-se do padrão da temporalidade cristã e desafiavam a missão evangelizadora do frei no asilo, concomitantemente entre os batizados, casamentos e confissões, alguns leprosos com “*instintos bestiais*” como afirmava o religioso, enveredavam pelas comemorações que incluíam um universo “*sobrenatural*” acompanhado de músicas com batuques e danças “*esquisitas*” que não tinha hora para acabar. Assim o frei compreendia que a ausência de internos nas missas, nas procissões e nas confissões

³⁷⁴⁰Dia 29 de janeiro de 1910. Ver: SAMARATE, Daniel Rossini. **A Deus louvado!**..Diário interior “jornal de serviço” de Frei Daniel Rossini Samarate. Editora Velar, 1994, p.114.

³⁷⁴¹ Sobre a prática dos curandeiros de doentes de lepra na cidade de Belém Ver: FIGUEIREDO, Aldrin Moura. Assim como eram os gafanhotos: pajelança e confrontos culturais na Amazônia do século XX. IN: **Pajelança e Religiões africanas na Amazônia**.(organizadores MAUÉS, Heraldo & VILLACORTA, Gisela Macambira). Belém: EDUFPA, 2008, p.60.

³⁷⁴² Entendemos por cotidiano não apenas as repetições, o lazer, mas as rupturas, dissolução de cultura, novos modos de ser, interpretar indícios do cotidiano a partir da coexistência de múltiplas temporalidades. Ver: DIAS, Maria Odila Silva. Hermenêutica do Cotidiano na historiografia contemporânea. **Revista Proj. História**, São Paulo (17), nov. 1998, p. 4-5.

³⁷⁴³ Em notícia no dia 08 de setembro de 1914 o jornal o Estado do Pará respondia a acusação que o Jornal A Folha do Norte teria realizado sobre o comércio de legumes, verduras, fruta e demais gêneros na cidade de Belém pelos asilados do Tocunduba, o diretor do asilo, José Augusto Praxedes, em nome da Santa Casa afirmava que se tratava de acusação malévola, pois teria feito investigação e nada tinha sido apurado de verdade em tal acusação. Ver: Jornal **Estado do Pará** 08 de setembro de 1914 p. 1 (Biblioteca Pública Arthur Vianna-Microfilmagem).

³⁷⁴⁴NEVES, Margarida de Souza. **Ciência, Civilização e República**. Ciência, Civilização e República nos trópicos (orgs. Alda Heizer, Antonio Augusto Passos Videira). Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010, p.35.

³⁷⁴⁵ Escreve Frei Daniel em 25 de dezembro de 1921 “que fez um esforço mesmo com 39º graus de febre para celebrar a missa da meia noite quando soube que os inimigos da fé iam até o Asilo do Tocunduba”. Ver SAMARATE, Frei Daniel Rosini. **Deus seja louvado!**.... diário interior. Editora Velar, 1994, p.310.

mostrava como a falta da religião católica provocava entre os leprosos comportamentos condenáveis a moral e aos bons costumes, o que poderia ser visto nas festas realizadas com o uso de músicas e bebidas.³⁷⁴⁶

Furtar-se dos momentos de sociabilidades não estava dentro do cotidiano de alguns leprosos que participavam das festas no interior do asilo, o tempo da morte que podia chegar não impossibilitava essas pessoas de construir laços de casamento, amizade e resistência. O seu cotidiano poderia estar atrelado ao tempo e as regras das autoridades que administravam o Tocunduba, ao concebê-los como entrave ao tempo do progresso, mas os doentes construíram lacunas que os permitiram viver um tempo de espera não apenas da morte, mas também, quem sabe, da esperança da cura e de que a chegada da morte poderia ser postergada. Precisamos dentro dessa relação, pensar que a doença poderia apresentar vários níveis de comprometimento no doente, dependendo da idade, do avançar da doença e de suas marcas no corpo, dessa maneira podemos inquirir que para uma grande maioria dos doentes de lepra, no final do século XIX e início do XX, existia a possibilidade de se ver diante da morte de maneira mais imediata e para outros de maneira mais gradativa, em que a sua perspectiva o insere no tempo da vida, mesmo que efêmera.

A concepção cristã do julgamento final e da espera da morte aparece na escrita do frei como uma espera que deve ser feita a partir da resignação e da obediência aos preceitos da Igreja Católica, as atitudes praticadas em vida deveriam estar repletas de boas ações ao próximo de um constante combate ao pecado. Por isso ele demonstrava uma frequente preocupação com os internos do Tocunduba, uma vez que esses eram em sua maioria tidos pelo frei como desregrado, pois segundo ele nem a doença os fazia pensar no julgamento final.

É perceptível na escrita de frei Daniel uma intrínseca relação de sua reflexão interior e ao mesmo tempo com vários outros espaços que vão além do Asilo do Tocunduba, paralelamente dialoga com a cidade e as autoridades e sempre se mostra ansioso por ter informações sobre a vida além dos limites físicos do asilo, as visitas aproximavam o religioso dos acontecimentos da cidade e simultaneamente serviam de intermédio às demandas do frei.

A relação entre os inúmeros espaços que cercam a vida do frei traz de certa maneira uma fusão de temporalidades, ora a da cidade de Belém, que a partir do sua propaganda modernizadora, afastava os leprosos da cidade e os compreendiam como algo que fugia da linha do progresso e da civilização, esses tidos como latentes no ideário positivista.³⁷⁴⁷ O tempo acelerado da cidade moderna que destoava da perspectiva do tempo da doença, a qual gerava incômodos a sociedade sã e um sentimento de repulsa e concomitantemente de piedade e caridade. Cabe nesse sentido estabelecer uma relação entre os espaços de ação dos sujeitos, seja na esfera particular ou pública com as dimensões temporais, uma vez que tais espaços possuem uma interação direta com o tempo, logo toda experiência e expectativa em um espaço só podem ser vivenciadas a partir dessa vinculação.³⁷⁴⁸

Ações legislativas, políticas de isolamento³⁷⁴⁹ e a estigmatização são algumas das características das ações que a República trará na trajetória pelo combate a doença, o medo

³⁷⁴⁶ Idem p.311.

³⁷⁴⁷ NEVES, Margarida de Souza. **Ciência, Civilização e República**. Ciência, Civilização e República nos trópicos (organizadores Alda Heizer, Antonio Augusto Passos Videira). Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010, p.33.

³⁷⁴⁸ KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do Tempo: estudos sobre História**. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014, p.83.

³⁷⁴⁹ O isolamento é pensado além da reclusão do doente em um espaço físico, mas também a partir da ideia de que o outro é visto a partir de sua doença, a ponto de não ser tratado em muitos casos pelo seu nome, mas como leproso. Percebe-se nesse aspecto uma redução da humanidade dessa pessoa ao ser estigmatizada, logo o isolamento no discurso do Estado é concebido como uma demonstração da pretensão científica que visa proteger o coletivo e ao mesmo tempo uma forma de manter a tradição caritativa. Ver: OLINTO, Beatriz Anselmo. **Pontes e muralhas: diferença, lepra e tragédia no Paraná do início do século XX**. Guarapuava: Unicentro, 2007, p.184.

da contaminação e proliferação da lepra são argumentos levantados pelas autoridades para garantir o “bem estar” da coletividade, “a liberdade de viver se sobrepunha a liberdade de matar³⁷⁵⁰”, assim leis são criadas com a intencionalidade de proibir a circulação dos leprosos na cidade, pessoas que não delatassem estavam vulneráveis ao pagamento de multas e até de prisão³⁷⁵¹. Como menciona Jean Delemeau “a doença afasta os habitantes uns dos outros, criando a temeridade da contaminação”, por isso o isolamento simbolizava um caminho de apropriação e controle sobre a doença.³⁷⁵²

As ações em nome do progresso vêm imbuídas de um tempo que pensa o progresso a partir de uma linha que classificava a doença como um mal a ser extirpado. Porém é importante perceber que essas ações tinham na prática peculiaridades, pois muitos doentes burlavam as leis e em relação a outros a lei vigorava de acordo com a condição social que o doente ocupava e por que não do cargo que ocupava, além das denúncias de leprosos pobres comercializando produtos na cidade, sabemos das constantes visitas que frei Daniel Samarate fazia a cidade e das visitas que recebia, o isolamento nesse caso merece ser pensado com cautela e de acordo com as particularidades de cada sujeito.

Entendemos que a memória pode ser pensada como um teatro pessoal que se fabrica a partir de reconstituições íntimas³⁷⁵³, capaz de expressar sentimentos diversos, o diário de frei Daniel marca um lugar de fronteira entre a sociedade, que em certo momento, regulamentava e ajustava comportamentos, revelando ao leitor intervalos de tensões, concessões, imposições e sofrimentos. Sua escrita expressa a configuração das relações sociais no interior e fora do espaço do Tocunduba a partir de lembranças descontínuas e atitudes contraditórias, pois seus posicionamentos demonstram os diferentes lugares que ocupava nessa sociedade, pois não era apenas um religioso, mas também um paciente leproso, no Asilo do Tocunduba.

A escrita de Frei Daniel permite ao leitor observar sinais de uma doença que imprimiu no corpo suas marcas, capaz de gerar no sujeito doente um olhar sobre si que emitia ecos de um corpo que começava a perder as suas referências para um corpo que é tornado, que é modificado, o doente via-se transformado em outro, logo a doença permitia o conflito do eterno medo de se perder³⁷⁵⁴, de não conseguir ver-se mais naquele corpo que foi celeremente tomado por sintomas antes desconhecidos, dolorosos, os quais não cessavam, apenas acirravam com o passar do tempo. Ao passar quase quatro anos para reconhecer no diário que tinha sido contaminado pela lepra ficam plausíveis os receios que o religioso tinha em suas perspectivas para o futuro, pois a estigmatização da doença traria o isolamento físico e social, além de provocar inúmeras limitações em seu corpo a partir do aparecimento dos sintomas da moléstia.

O diário de frei Daniel Samarate agrega experiências que se deram antes da sua escrita, durante e posteriormente, imprimindo de alguma maneira comportamentos que possuem estratos de tempos múltiplos, os quais ao estarem imbricados permitem perceber recorrências e singularidades entre os sujeitos. Reabrindo assim o passado e estimulando conceber o diário como um conjunto de passados que um dia foi futuro possível, logo a temporalidade contribui para analisarmos o diário não a partir de uma perspectiva de causa e efeito, mas pela articulação de temporalidades distintas, imbricando a relação entre passado, presente e futuro, apresentando a história a partir de um jogo de temporalidades.

³⁷⁵⁰ Jornal **Folha do Norte** 25 de abril de 1901 p.1(Biblioteca Pública Arthur Vianna-Microfilmagem).

³⁷⁵¹ Idem p.106

³⁷⁵² DELEMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.122.

³⁷⁵³ FARGE, Arlette. **Lugares para a História**. Tradução Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p.80.

³⁷⁵⁴ VIGARELLO, Georges. **O Sentimento de Si: História da percepção do corpo, séculos XVI-XX**; tradução de Francisco Morás. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2016, p.12.

ASSISTÊNCIA E CARIDADE: O TRABALHO HOSPITALAR DA SANTA CASA DA PARAHYBA DO NORTE NO ATENDIMENTO A ENFERMOS E ALIENADOS NOS PRIMEIROS ANOS DO SÉCULO XX

Gerlane Farias Alves³⁷⁵⁵ -
g-lane@hotmail.com

Resumo: A Santa Casa de Misericórdia da Parahyba foi, desde sua fundação em fins do século XVI até o início do século XX, uma instituição fundamental de assistência pública que atuava como núcleo de poder local acumulando diversas obrigações de caridade na Província. Seu principal trabalho, baseado no atendimento médico aos enfermos da região, era realizado pelo hospital localizado no prédio aos fundos da Igreja da Misericórdia, situada à rua Duque de Caxias, Centro da atual João Pessoa e o qual enfrentava sempre problemas de ordem estrutural e sanitária. A Instituição lutava para a fundação de um novo hospital com o objetivo de prestar um melhor atendimento aos pacientes portadores de várias moléstias, ao mesmo tempo em que buscava uma solução para atender de forma mais humana os chamados “alienados”, moradores da província e portadores de doenças mentais, em uma ala de seu hospital no centro da cidade, antes da fundação de um prédio asilar, ocorrido nas primeiras décadas do século XX. A história deste atendimento médico, realizado no antigo hospital, se encontra impressa nos documentos produzidos administrativamente pela instituição e guardados em seu arquivo, revelando diversas possibilidades de pesquisa sobre o tema, principalmente entre os séculos XIX e XX. O objetivo deste artigo é analisar dois documentos importantes para o funcionamento do hospital da Santa Casa no antigo prédio: o Compromisso da Irmandade de 1913 por trazer em suas páginas as funções, os membros e os trabalhos realizados pela instituição nesses primeiros anos do século XX e o Regulamento do Hospital e do Asilo de 1910 por conter informações importantes referentes às preocupações da instituição com o controle de entrada dos pacientes, a higiene do local, o tratamento dos enfermos, a escolha e remuneração dos funcionários, o cuidado com o laboratório e a farmácia, o serviço religioso, entre outros aspectos.

Palavras-Chave: Assistência. Compromisso. Enfermos.

1. Introdução

As Santas Casas de Misericórdia são instituições de caridade que remontam o século XIII. Criadas por franciscanos ou dominicanos, se estenderam por vários países da Europa como França, Itália, Alemanha, Espanha e Portugal. Por conta deste último país, chegaram até regiões como Ásia, África e América, se tornando a base da assistência hospitalar desde o século XVI.

Até o início do século XX, as Santas Casas de Misericórdia existentes no Brasil detinham poderes religiosos, administrativos e políticos consideráveis que, no entanto, só podem ser avaliados plenamente em suas nuances regionais e locais. Sob o patrocínio régio português, estas instituições se tornaram representantes da irmandade leiga de maior poder no ultramar, com grande importância para a manutenção do domínio português (ABREU, 1999).

As Santas Casas eram instituições fundamentais de assistência pública atuando como núcleos de poder local e, desde o início da colonização portuguesa na América, instalaram-se nas capitais reais e outros centros de importância estratégica, acumulando diversas

³⁷⁵⁵ Graduada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Graduada em Arquivologia – CCBSA – UEPB; Especialista em História da Paraíba – Centro Integrado de Tecnologia e Pesquisa – CINTEP. Mestranda do Programa de Pós-graduação em História –PPGH –UFPB.

obrigações de caridade. É neste contexto que se insere a Santa Casa de Misericórdia da Parahyba³⁷⁵⁶, criada nos primeiros anos de formação da capitania.

Dentre as obrigações que a irmandade assumia para si, podemos destacar os trabalhos referentes ao enterramento dos pobres, escravos ou pessoas da irmandade, acolhimento de órfãos deixados na roda dos expostos³⁷⁵⁷, administração do Hospital e do Asilo para alienados³⁷⁵⁸, cuidados com os presos, celebração de missas e procissões. Excluindo-se as obrigações religiosas, os outros tipos de trabalho que foram realizados pela instituição durante todo o período colonial viram-se progressivamente abalados durante o Império, tendo fim definitivo na República onde estes passaram a ser geridos pelo Estado ou pelo município.

Na Parahyba colonial, a Santa Casa de Misericórdia foi fundada pelo particular Duarte Gomes da Silveira na última década do século XVI e está situada na Rua Duque de Caxias, antiga Rua Direita, no centro histórico e comercial de João Pessoa³⁷⁵⁹.

Embora tenha passado por mudanças físicas significativas ao longo dos anos, até o começo do século XX, a instituição era composta de um conjunto arquitetônico que reunia a Igreja, o Hospital de Caridade e o cemitério. Sua administração era organizada nos moldes portugueses e funcionava a base de mordomias³⁷⁶⁰ que dividia os trabalhos administrativos em “setores de caridade” submetidos à autoridade de um provedor³⁷⁶¹ e tendo suas funcionalidades e regulamentações estabelecidas pelos “compromissos”, tal qual funcionava nas outras instituições mantidas pela Coroa portuguesa no Brasil e reforçados de tempos em tempos.

Segundo Seixas³⁷⁶²

a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa determinou, em seu primeiro compromisso (datado de 1499, já provavelmente reformado, em 1516), as linhas gerais que orientariam as demais instituições que se fundariam sob seu nome, sendo a lei regulamentadora de todas as Santas Casas de Misericórdia estabelecidas no Brasil.

Na Parahyba, o primeiro compromisso firmado por esta instituição se perdeu, assim como tantos outros documentos que provavelmente foram destruídos durante a invasão holandesa ao nordeste no século XVII. Embora muitos documentos façam referência ao

³⁷⁵⁶ Decidi usar o nome Parahyba, pois o termo se refere ao antigo nome dado a capital do Estado da Paraíba (e que perdurou de 1654 até 1930 quando a cidade passou a se chamar João Pessoa por conta da morte do presidente do Estado)

³⁷⁵⁷ Pequena porta giratória que ainda hoje se encontra na lateral direita da Igreja da Misericórdia, Centro de João Pessoa. Nela eram abandonadas crianças pobres ou indesejadas que acabavam sendo acolhidas pela Santa Casa e encaminhadas para a adoção.

³⁷⁵⁸ Pessoas portadoras de distúrbios mentais enviados para a Santa Casa em busca de um tratamento digno.

³⁷⁵⁹ Embora não existam documentos que permitam precisar a data de construção desta Igreja, o historiador Wilson Nóbrega Seixas chama atenção para algumas fontes documentais que sugerem a existência da Igreja ainda no século XVI, em especial, a ata da Primeira Visitação do Santo Ofício à Paraíba, de 1595 (registrada e transcrita por Eduardo Prado em 1925) que situa a “Igreja da Misericórdia” na rota da procissão solene que abriria os trabalhos inquisitoriais. Ver: SEIXAS, Wilson Nóbrega. **Santa Casa da Misericórdia da Paraíba 385 anos**. João Pessoa: Gráfica Santa Marta, 1987.

³⁷⁶⁰ De acordo com os relatórios dos provedores da Santa Casa da Paraíba, na segunda metade do século XIX as mordomias se dividiam, com pequenas variações de provedoria, em: hospital; expostos ou órfãos; igreja; cemitério; presos; pensionistas ou esmolados; patrimônio; dívidas ativas e passivas e receita e despesa.

³⁷⁶¹ Membro da elite da província que assumia o cargo de comando da Santa Casa de Misericórdia. Não recebia salário em troca de seu serviço mais conseguia bastante prestígio perante a sociedade da época. Este era o único cargo que não poderia ser ocupado por alguém de sangue mestiço com africano, indígena ou semita, ou que possuísse cônjuge ou filhos nesta condição.

³⁷⁶² 1983, p. 121

compromisso anterior de 1723, atualmente, no arquivo da Santa Casa da Paraíba, o regulamento mais antigo encontrado até o momento é o de 1850 que se encontra registrado através de manuscritos em um livro.

Além da assistência prestada à sociedade paraibana pela Irmandade, à Santa Casa de Misericórdia da Parahyba foi ainda concedida a administração do primeiro cemitério público da capital (Cemitério “Nosso Senhor da Boa Sentença”) na segunda metade do século XIX e do Hospital Santa Isabel, construído no início do século XX com o objetivo de atender a crescente demanda que o antigo Hospital da Caridade, anexo à Igreja da Misericórdia, não conseguia mais suprir de cuidados médicos devido ao aumento da população.

Após a proclamação da República, os problemas financeiros da Santa Casa vão se acumulando, correspondendo à perda do prestígio das irmandades religiosas em todo o Brasil. O que antes compunha uma rede de atividades assistenciais fundamentais exercidas localmente, aos poucos vai se extinguindo na medida em que a Santa Casa da Parahyba passa a perder seus poderes e meios de praticar a caridade para uma nova administração do município e do Estado.

A partir dos documentos provenientes de sua administração, sabemos que, desde os últimos anos do Império, a Santa Casa já não prestava auxílio aos presos, o número dos pensionistas auxiliados também diminui gradativamente; No alvorecer do século XX, acumulava com dificuldades o acolhimento dos expostos e indigentes, enquanto dedicava dispendioso afincos aos hospitais sob sua tutela.

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba estendia seu campo de atuação muito para além das questões espirituais e sua participação ativa e interventora nos “negócios” da Província encontra-se documentada em registros históricos diversos, ressaltando o valor que os estudos que se lhes dediquem atenção podem ter para a compreensão da sociedade paraibana no decorrer dos séculos.

Toda a história desta instituição está escrita (e impressa) nos documentos hoje resguardados no arquivo da Igreja da Misericórdia. Inicialmente inscritos a mão pelos sucessivos provedores que passaram pela Santa Casa, a partir da segunda metade do século XIX, passam a ser impressos por gráficas locais e pela gráfica oficial do Estado seguindo um padrão imposto às outras Santas Casas de Misericórdia do país.

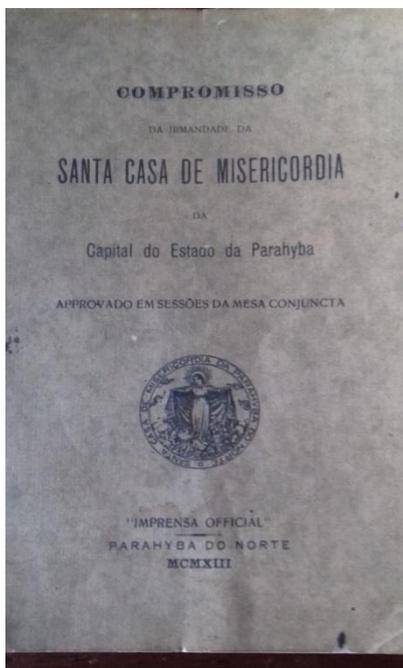
O objetivo deste trabalho é analisar os documentos impressos produzidos pela ordem no uso de suas atribuições assistencialistas da população paraibana no início do século XX, e através deles, compreender o serviço hospitalar prestado pela instituição à essa sociedade, tanto no que diz respeito aos pacientes acometidos de diferentes moléstias, como àqueles que perderem o “uso da razão” e que passaram a ser conhecidos como “alienados”, “mentecaptos” ou “possuídos”, mas que despertavam a compaixão daqueles que conheciam a sua situação hospitalar dentro do Asilo.

Como a documentação impressa é bastante abrangente (apesar da existência de espaços vazios devido a perda de documentos ao longo dos anos), escolhi orientar minha análise para dois documentos importantes da instituição: o Compromisso da Irmandade da Santa Casa de 1913, por trazer em suas páginas as funções, os membros e os trabalhos realizados pela Santa Casa nesses primeiros anos do século XX e onde são definidas as obrigações de cada setor para com os atendimentos da ordem, seus membros e as normas de como deveria ser realizado o trabalho, e o Regulamento do Hospital e do asilo de 1910 por conter informações importantes sobre a organização do local que era a base da assistência promovida pela Santa Casa à população paraibana.

2. O Compromisso Régio de 1913

O acervo documental atual pertencente ao arquivo da Santa Casa da Paraíba possui uma grande variedade tipológica que testemunha a rotina administrativa da Instituição ao longo dos séculos. Um levantamento inicial permite observar que uma parte deste acervo foi se perdendo com o passar dos anos. Os documentos do período colonial já não existem mais no arquivo devido a diferentes acontecimentos, como a invasão holandesa no século XVII,

que proporcionou a destruição de diversos documentos, e os roubos³⁷⁶³ ocasionados pelos próprios funcionários da instituição na tentativa, talvez, de encobrir erros administrativos. Os arquivos restantes sofrem ao longo do tempo com a degradação causada pela umidade e pela ventilação excessiva do espaço em que estão acondicionados. Os documentos em melhor estado de uso são os do século XVIII e alguns do XIX.



Entre as diversas tipologias documentais que pertencem ao arquivo da Santa Casa estão alguns livros de compromissos, atas de reuniões, relatórios de provedores, regulamentos, livros de contas, livros de patrimônios e de enterramento, entre outros.

Todos estes documentos foram criados no decorrer das atividades administrativas realizadas pelo provedor e pelos demais funcionários da ordem. Alguns desses documentos, que tem como período o século XIX e o início do XX, estão organizados em livros e escritos à mão pelos escrivães da ordem ou pelos próprios provedores. Mas, a partir da segunda metade do século XIX, já encontramos documentos impressos nas gráficas oficiais do Estado ou em pequenas gráficas situadas nas ruas do centro da capital.

O livro de Compromisso de 12 de abril de 1913, assim como outros documentos oficiais, seguia o padrão de impressão estabelecido nas outras Santas Casas de Misericórdia do País. Tratava-se de um livreto

de 23x15 cm composto por 46 folhas com seu texto dividido em capítulos e seções onde eram definidas as atribuições para cada setor da ordem. Este compromisso foi impresso na gestão do provedor Trajano A. de Caldas Brandão pela Imprensa Oficial da Parahyba do Norte. Os seus capítulos abrangiam:

- Capitulo I – Da invocação e fins da irmandade
- Capitulo II – Dos irmãos
- Capitulo III – Da irmandade
- Capitulo IV – Do patrimônio e das rendas
- Capitulo V – Da administração da Santa Casa
- Capitulo VI – Da junta definitória
- capitulo VII – Da mesa administrativa
- Capitulo VIII – Dos recursos
- Capitulo XIX – Dos membros da mesa administrativa
- Capitulo X – Dos empregados da Santa Casa.

O capitulo I definia em seus artigos como estava organizada a Santa Casa da Parahyba relatando se tratar de uma associação pia, de beneficência e caridade, composta por um número ilimitado de irmãos de duração indefinida, tendo como padroeira Santa Isabel e por sede a Igreja da Santa Casa. No seu artigo 4º deixava claro o seu caráter de assistência ao definir “ter por fim a pratica de obras pias, de beneficência, de misericórdia e caridade em favor e socorro dos pobres, dos enfermos desvalidos, dos órfãos e expostos de ambos os sexos”. No capitulo 5º do compromisso podemos observar os estabelecimentos que estavam sob a proteção da Instituição: a Igreja da Santa Casa, o Cemitério do Senhor da Boa sentença (este desde 1855, época de sua fundação), o Hospital de Santa Isabel e o Asylo de Sant’Anna além de qualquer outros estabelecimentos de caridade que fossem fundados pela Santa Casa, ou cuja manutenção fosse realizada por ela mediante um acordo.

O cargo de provedor era o único da Santa Casa em que se exigia que seu ocupante fosse possuidor de posses e homem de sangue puro. Era escolhido entre os homens da elite

³⁷⁶³ Seixas (1987, p. 54) comenta em seu livro sobre o possível roubo do livro do tombo da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba por um de seus provedores chamado João de Abreu Castelo Branco.

local e a ele estavam subordinados todos os departamentos dos serviços a cargo da instituição. Cabia ao Provedor a livre escolha, nomeação exoneração dos irmãos que compunham a equipe de trabalho da Santa Casa. Sua eleição se realizava sempre no dia 02 de julho podendo seu mandato se estender por um longo tempo dependendo da qualidade de seu trabalho e de suas alianças políticas. Terminado este, cessavam também as funções dos irmãos escolhidos por ele.

O vice-Provedor tinha a função de substituir o Provedor em suas faltas e impedimentos, exercendo as respectivas atribuições. Também devia comparecer as sessões da Mesa Administrativa e da Junta Definitória tomando parte nas discursões e elucidando questões. Só lhe era permitido votar nas sessões da Junta.

Acima dos poderes do provedor, na administração da Santa Casa, estavam a Mesa Administrativa e a Junta Definitória que eram delegações da Santa Casa. A primeira era responsável pelo governo e pela administração da instituição. A segunda cuidava da superintendência e da fiscalização geral. Segundo o capítulo V do compromisso, estas duas não podiam tomar resoluções contrarias as disposições da Santa Casa, ao ensino e doutrina do cristianismo, e às leis canônicas nem ir contra as leis federais, estaduais e municipais. Se isso ocorresse, poderiam responder civil e criminalmente os mesários e definidores que compunham tais delegações por conta de seus votos.

A mesa administrativa era composta pelo provedor e seu vice, por um escrivão, um procurador geral e pelos mordomos de prédios e terras, da Igreja, do hospital de Santa Isabel, do asilo de Sant'Anna e do cemitério e do serviço funerário. O mandato da Junta definitiva e da provedoria duraria dois anos, contados sempre a partir do dia 2 de julho, sendo que os membros da junta definitiva, o provedor e seu vice poderiam ser reeleitos enquanto bem serviam a instituição.

Os capítulos V e IX do Compromisso se subdividiam em secções. O capítulo V (da administração da Santa Casa) possui duas secções: a secção I diz respeito à eleição dos membros da instituição para a Junta Definitória dedicando boa parte do texto para o cargo de provedor e vice; a secção II descreve como se dava a posse dos membros escolhidos para a Mesa Administrativa e na Junta Definidora.

O capítulo IX (dos membros da Mesa Administrativa) delinea os ocupantes dos cargos da Mesa Administrativa e descreve cada atividade que deveria ser executada por eles dentro da Santa Casa. Em sua ordem, as sessões deste capítulo estão organizadas da seguinte forma:

Capitulo IX

Dos membros da Mesa Administrativa

Secção I – Do Provedor

Secção II – do Vice - provedor

Secção III – Do Escrivão

Secção IV – Do Thesoureiro

Secção V – Do Procurador Geral

Secção VI – Do Mordomo de prédios e terras

Secção VII – Do mordomo da Igreja da Santa Casa

Secção VIII – Do Mordomo do Hospital de Santa Isabel

Secção IX – Do mordomo do Asylo de Sant'Anna

Secção X - Do mordomo do Cemitério e serviços funerários.

Como nas linhas anteriores já foi descrito o papel do Provedor e de seu vice na administração da Santa Casa, iremos nos ater a análise das atividades de alguns outros membros segundo o Compromisso de 1913, destacando o trabalho realizado pelo escrivão, pelo mordomo do hospital de Santa Isabel, pelo mordomo do Asylo de Sant'Anna e do mordomo do cemitério e serviços funerários por acreditar que estes formavam (sem desmerecer os outros cargos, também importantes) a base das atividades realizadas pela Santa Casa.

O escrivão da Santa Casa era o chefe da secretaria e a ele cabia o cuidado com o livro das actas fornecendo ao escripturário as notas necessárias à organização das mesmas.

Também lhe cabia velar pela observância do compromisso perante a Junta e durante as decisões da mesa, verificar a idoneidade das finanças, subscrever e assinar todos os contratos que envolvesse a Santa Casa, fiscalizar tudo que dissesse respeito ao arquivo e a secretaria, finalizar rigorosamente as despesas, organizar com o tesoureiro o orçamento da receita e despesa e substituir o Vice-Provedor em suas faltas ou impedimentos.

O Hospital de Santa Isabel, até 1913, funcionava anexo à Igreja da Misericórdia, no centro da atual João Pessoa, enquanto aguardava ser finalizada a construção de novo prédio inaugurado um ano depois no Bairro do Cruz do Peixe. A ele se destinava o tratamento dos que procuravam se curar de várias moléstias. Ao mordomo do Hospital de Santa Isabel competia as funções relacionadas com a direção, fiscalização e inspeção do hospital e suas dependências. Este representava a Mesa Administrativa acerca das necessidades dos enfermos, da substituição ou demissão de empregados.

O Asilo de Sant'Anna era outro setor mantido pela Santa Casa. Este era uma ala do hospital destinado ao recolhimento e tratamento das pessoas atacadas por alienação mental. O seu mordomo possuía as mesmas atribuições das do mordomo do Hospital de Santa Isabel, ou seja, era responsável pela direção, fiscalização e inspeção de suas dependências. Vale salientar que na documentação guardada no arquivo da Santa Casa, existem várias passagens, principalmente escritas pelos provedores, que demonstram uma grande preocupação com este lugar. Muitas vezes ele é mencionado como "deposito de seres humanos, sujo e insalubre" nos relatórios destes provedores³⁷⁶⁴.

O cemitério Senhor da Boa sentença era outro setor mantido pela Santa Casa da Parahyba. Fundado em 1855 devido à necessidade de aumentar o espaço de enterramento dos cidadãos paraibanos por causa do aumento da população, era dirigido por um Mordomo que tinha seu cargo como sagrado. A ele cabia dirigir o serviço dos enterramentos em geral e especialmente, o dos irmãos da Santa Casa e de seus parentes, cuidar das obras e concertos para sua conservação e asseio, tomar as providencias necessárias para a transferência de restos mortais para catacumbas quando chegassem os prazos regulamentares, cuidar com especial afincio da manutenção das catacumbas ocupadas pelos irmãos da instituição, e guardar e inspecionar os móveis, roupas e demais objetos utilizados na Capela do cemitério e que pertenciam a Santa Casa.

O capítulo X encerra o compromisso de 1913. Nele observamos as atividades dadas aos outros empregados da Santa Casa que não ocupavam os altos cargos da Mesa administrativa nem da Junta definitiva. Em seu art. 108 o capítulo X define quem são esses empregados:

Capítulo X

Dos empregados da Santa Casa

Art. 108. A Santa Casa terá os seguintes empregados

§ 1: Um escripturário,.

§ 2: Um amanuense.

§ 3: Um procurador das rendas.

§ 4: Um continuo.

§ 5: Um capelão.

§ 6: Um sacristão.

§ 7: Três médicos.

§ 8: Adjuntos dos médicos.

§ 9: Um pharmaceutico e auxiliares.

§ 10: Diretores internos dos estabelecimentos.

§ 11: Enfermeiros e ajudantes.

§ 12: Um administrador do Cemitério.

Interessante notar que em alguns cargos não é especificado o número de funcionários empregados pela Santa Casa. Este variava entre os anos que se sucediam. Poderiam

³⁷⁶⁴ Relatório de provedor da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba do Norte de 1911

umentar, devido a alguma calamidade ou epidemia ocorrida no Estado, ou diminuir, por causa de cortes com funcionários já que a Santa Casa atravessa os séculos sempre com problemas financeiros.

O compromisso de 1913 era um documento elaborado pela mesa conjunta e tinha como objetivo servir para reformar a lei orgânica da irmandade afim de que ficassem asseguradas à Santa Casa a “independência e a liberdade de ação decorrente de sua própria natureza e garantida pelo regimento político dominante no paiz”³⁷⁶⁵

Ainda, segundo o compromisso, após cinco anos de trabalho os empregados poderiam ser considerados efetivos por ato do provedor e assim só poderiam ser demitidos mediante processo, em que fossem ouvidos. Não existia possibilidade de ser dada aposentadoria a nenhum dos funcionários da Santa Casa, mas poderia ser concedida, por intermédio da Mesa Administrativa, uma pensão nunca superior ao terço dos vencimentos recebidos. O Compromisso não revela, porém, sob quais aspectos e merecimentos esta pensão deveria ser dada aos seus irmãos.

Analisaremos a seguir o regulamento da Santa Casa destinado a reger seus hospitais, neste caso, o hospital de Santa Isabel e o Asilo de Sant’Anna.

3. O regulamento do hospital e asilo

O regulamento de 1910 foi aprovado pela Mesa Administrativa da Santa Casa nas sessões do dia 19 e 20 de junho de 1910. Trata-se, assim como o Compromisso da Irmandade, de um pequeno folheto impresso pela Imprensa Oficial da Parahyba do Norte com dimensões de 21x14 cm e contendo 25 folhas, sendo aprovado durante a provedoria de Trajano Américo de Caldas Brandão.

O regulamento dos hospitais também estava dividido em 16 capítulos da seguinte forma:

Capítulo I – Da admissão dos enfermos

Capítulo II – Dos Mordomos

Capítulo III – Dos livros

Capítulo IV – Do serviço Sanitário

Capítulo V – Da sala do Banco

Capítulo VI – Da Pharmácia e do laboratório

Capítulo VII – Do Gabinete médico cirúrgico e sala de operações

Capítulo VIII – Dos enfermos

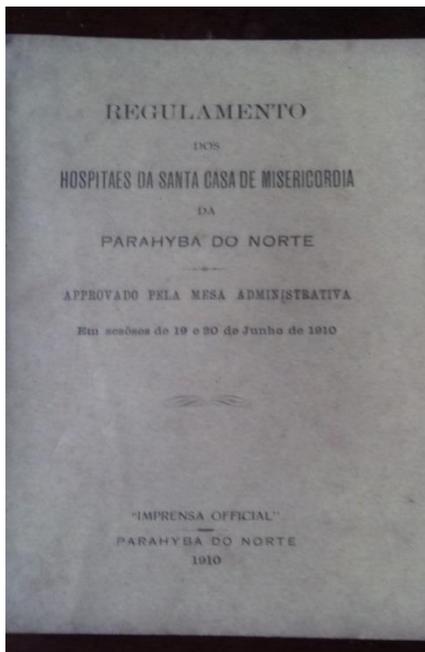
Capítulo IX – Da enfermaria militar

Capítulo X - Dos diretores internos dos hospitais

Capítulo XI – Dos Gêneros

Capítulo XII – Dos enfermeiros

³⁷⁶⁵ Compromisso da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba do Norte, 12 e abril de 1913.



Capitulo XIII – Dos serventes

Capitulo XIV – Da arrecadação

Capitulo XV – Do serviço religioso

Capitulo XVI – Disposições Gerais

Nestes capítulos estavam definidos os trabalhos que deveriam ser realizados tanto no Hospital de Santa Isabel como no Asilo de Sant'Anna. Segundo o regulamento, estas instituições seriam “destinadas ao tratamento das pessoas afectadas de qualquer moléstia, inclusive a loucura”.

O primeiro capítulo já definia como era feita a admissão dos enfermos nestes espaços e como eles deveriam ser organizados. Existiam quatro classes de enfermos, sendo a primeira reservada as pessoas que quisessem um tratamento especial, a segunda destinada para os que desejassem um tratamento comum, a terceira para os pobres e a quarta para os militares. Desse modo, existia uma diferenciação no pagamento destas internações. Os ocupantes da

primeira classe deveriam desembolsar 8\$000, salvo os extraordinários, e os da segunda 5\$000. Os desvalidos (pobres) eram tratados gratuitamente seguindo o trabalho de assistência da ordem e os militares eram tratados em uma enfermaria diferenciada tendo seu tratamento pago por uma pensão modica (modesta) e convencionada com os respectivos comandantes. Para o tratamento dos irmãos da Santa Casa existia um abatimento de trinta por cento e estes poderiam escolher em que classes gostariam de ser tratados. A restrição para o atendimento era dado aos pacientes com doenças contagiosas.

Aos mordomos do hospital, o regulamento deixava claro ser de sua responsabilidade visitar diariamente e regularmente as repartições e enfermarias, fiscalizar o tratamento dispensado aos doentes, assim como a qualidade dos gêneros e outros objetos comprados com as contas da receita da Santa Casa, chamar a atenção dos empregados omissos de seus deveres e dar guia para a admissão de enfermos. Seu trabalho administrativo consistia em organizar anualmente um mapa geral do movimento do hospital enviando-o para a secretaria da instituição, fazer o inventário dos moveis, utensílios e todos os demais objetos pertencentes ao hospital lançando-o em livro próprio, rubricado pelo Provedor ou Escrivão, ou Procurador-Geral.

Os livros utilizados pelo mordomo do hospital para o registro das atividades do hospital era o de matricula dos enfermos com data de entrada, nome, cor naturalidade, estado e sua moléstia, o livro de contas correntes dos enfermos que eram pensionistas, o de assentamento de todos os empregados do hospital, e o de lançamento dos dinheiros e outros objetos dos enfermos.

Segundo o artigo IV do regulamento, os médicos que trabalhavam na Santa casa eram contratados de acordo com os recursos do estabelecimento, sendo o diretor do serviço sanitário da instituição o médico mais antigo designado pelo Provedor. A instituição possuía médicos efetivos e adjuntos. Os efetivos recebiam vencimentos e não podiam ultrapassar o numero de cinco faltas, com o risco de ser considerado abandono de emprego. Os adjuntos apresentavam seu trabalho gratuito e espontâneo ao diretor sanitário da Santa Casa que, segundo as disposições do regulamento, lhe designava o serviço a ser feito. Muitas vezes, estes substituíam os efetivos e um trabalho bem sucedido, poderia lhe valer uma nomeação como médico efetivo.

A farmácia do hospital ficava a cargo das irmãs de caridade. Elas eram as responsáveis por tomar conta de todo o serviço do laboratório com o auxilio de serventes escolhidos pela Madre Superiora. O farmacêutico ou pratico do hospital era indicado pelo diretor sanitário para ser nomeado pelo Provedor.

Segundo o capítulo X do regulamento, a administração interna do hospital competia às irmãs de caridade. Alguns documentos existentes no arquivo da Santa Casa, principalmente após 1920, época em que o hospital Santa Isabel já funcionava no Bairro da Cruz do Peixe, narram alguns desentendimentos existentes entre estas religiosas e os próprios médicos devido à discordância entre eles sobre a forma de atendimento dos doentes. Mas este assunto ficará para outros futuros trabalhos sobre o hospital.

4. Considerações finais

Podemos observar que a Santa Casa de Misericórdia da Paraíba foi, desde sua fundação em fins do século XVI até o início do século XX, uma instituição fundamental de assistência pública que atuava como núcleo de poder local acumulando diversas obrigações de caridade no Estado. Seu acervo documental, atualmente guardado no arquivo da Igreja da Misericórdia, revela diversas tipologias que testemunham a rotina dos trabalhos realizados pela instituição como relatórios de provedores, livros de enterramentos de óbitos, atas de reuniões, ofícios com temas diversos, entre outros.

A documentação existente no arquivo da Santa Casa é de uma preciosidade invejável. Os documentos mais bem preservados são o do século XIX, podendo-se destes retirar uma enorme quantidade de temas para a pesquisa.

Neste trabalho, analisei, ainda que de forma superficial, o Compromisso da Irmandade de 1913 e o Regulamento do hospital de 1910 com o desejo de suscitar a curiosidade sobre este tipo de documentação administrativa que ficava restrita à instituição pela qual era produzida. Podemos notar que ela traz informações importantes sobre a organização dos locais onde era realizado o trabalho de assistência promovido pela Santa Casa, além de revelar a divisão hierárquica que a confraria possuía, quem eram os atores principais e secundários que participavam do cotidiano dessas atividades e que regras eram impostas a eles pela ordem.

Espero, através da análise destes impressos, poder ter contribuído para a reconstrução de uma pequena parte da história de assistência e de caridade que a Santa Casa de Misericórdia da Parahyba do Norte proporcionou por tantos séculos à sociedade paraibana, fazendo parte inquestionável de sua história.

TERRITÓRIOS SAGRADOS EM QUESTÃO: LUTAS POLÍTICAS PELAPRESERVAÇÃO DE UM TERREIRO DE MINA FACE AOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS-MA

*Carolina Christiane de Sousa Martins*³⁷⁶⁶

caroldesouzamartins@gmail.com

*Elio de Jesus Pantoja Alves*³⁷⁶⁷

Resumo: O trabalho enfoca o aspecto religioso como um dos dispositivos de reivindicação territorial por parte da comunidade de pescadores-lavradores de Cajueiro, localizada as margens da baía de São Marcos, no município de São Luís-MA. Situada próxima ao Complexo Portuário de São Luís a comunidade sofre ameaças contínuas desde os anos de 1980, seja por impactos ambientais provocados por efeitos de atividades industriais, seja pela pressão e especulação imobiliária por parte de empresas portuárias afetando diretamente o modo de vida local. O trabalho descreve por um lado, as formas de coerção de agentes privados articulados às ações estatais, por outro, aborda as estratégias de resistências, entre as quais a reivindicação do Terreiro do Egito, uma área considerada como território sagrado por antigos moradores e por praticantes do Tambor de Mina, religião de matriz africana originada no Maranhão. Nesse sentido, procura mostrar o caráter religioso nos processos de reivindicação territorial, revelando mudanças nas formas de ação coletiva a partir das experiências de lutas históricas acumuladas. Nesse quadro, o trabalho busca compreender como a dimensão sagrada do território tem sido acionada como dispositivo de mobilização e de lutas políticas.

Palavras-chave: comunidades rurais, territórios sagrado, mobilização, ambiente.

Introdução

O presente trabalho tem como foco a análise de processos de resistências políticas de comunidades rurais do município de São Luís - MA, motivados pelas ameaças de perdas de territórios tradicionalmente ocupados e dos modos de vida historicamente constituídos. Os processos remetem a um conjunto de ações coletivas organizadas por meio de associações de moradores, articulado a redes de movimentos sociais cujo histórico remonta aos anos de 1980 quando foram registrados os primeiros casos de *deslocamentos compulsórios*³⁷⁶⁸ em

³⁷⁶⁶ Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF)

³⁷⁶⁷ Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia (DESOC/UFMA); Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ (PPGSA/IFCS/UFRJ); Coordenador do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA/UFMA)

³⁷⁶⁸ Conforme Magalhães (2007, p. 14), “deslocamento compulsório” designa “o processo pelo qual determinados grupos sociais, em circunstâncias sobre as quais não dispõem de poder de deliberação, são obrigados a deixar ou a transferir-se de suas casas e/ou de suas terras. Há, portanto, um conteúdo de cerceamento do poder decisório no interior do próprio grupo social, advindo de uma intervenção externa”. Almeida (1996, p. 30), também define “deslocamento compulsório” como “o conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos”.

São Luís para instalação de empreendimentos industriais e portuários em uma extensa faixa litorânea, ocupada por comunidades de pescadores e agricultores situadas na porção sudoeste da Ilha do Maranhão³⁷⁶⁹. Os territórios desde então passaram a ser pressionados pela expansão industrial potencializada com a instalação do Complexo Portuário de São Luís³⁷⁷⁰.

Atenta-se para o fato de que as lutas políticas se configuram dentro de um cenário em que os modos de vida dos grupos sociais locais, considerando suas formas diferenciadas de uso social e apropriação simbólica e material dos recursos e dos territórios, têm sido sistematicamente ameaçados pela expansão capitalista, sobretudo, através do corredor Carajás-Itaqui, cuja logística Mina-Ferro-Porto liga o sudeste do Pará, onde se localiza a mina de ferro de Carajás, ao Complexo Portuário de São Luís. Dessa forma, estão circunscritas no âmbito de processos sociais conflituos aqui designados como *conflitos ambientais*, que conforme Acselrad³⁷⁷¹ podem ser produzidos quando,

[...] grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem, ameaçada por impactos indesejáveis [...] decorrentes do exercício de práticas de outros grupos.

Para que os projetos sejam instalados legalmente dentro do território das comunidades, faz-se necessário a transformação da área, em grande parte definida hoje como Zona Rural, em Zona Industrial, processos que não tem ocorrido sem coerções e violências. As comunidades em sua maioria estão localizadas na Zona Rural II, conforme a Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei Municipal nº 3.253 de 1992) e que tem sido alvo das atividades industriais, logísticas e portuárias e de interesse do governo municipal e estadual no sentido de torna-la em Zona Industrial para atender as demandas de grandes empresas estrangeiras e nacionais, em São Luís, representadas principalmente pela Federação das Indústrias do Estado do Maranhão – FIEMA e pelo Sindicato das indústrias e da Construção Civil do Estado do Maranhão – SINDUSCON, com importante atuação no Conselho da Cidade³⁷⁷².

Em função dos conflitos, as ações coletivas organizadas pelas comunidades têm ocorrido de forma variada; mais direta quando decidem bloquear rodovias federais e

³⁷⁶⁹ Ilha do Maranhão é o nome oficial da ilha onde se situa o município de São Luís. É também chamada de Upaon-Açú (Ilha Grande), nome que designado pelos povos indígenas antes do período colonial. A Ilha do Maranhão é constituída por um arquipélago com mais de cinquenta ilhas com variadas origens e dimensões. A maior delas é a Ilha de São Luís, onde se localiza a capital do Maranhão. Na Ilha do Maranhão estão localizados os municípios de São Luís, Raposa, Paço do Lumiar e São José de Ribamar (MARANHÃO, 2004).

³⁷⁷⁰ O Complexo Portuário de São Luís é formado por três portos: Porto de Itaqui (administrado pela estatal estadual Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP), Ponta da Madeira (pertencente à Cia. Vale) e Porto da Alumar (pertencente ao Consórcio de Alumínio do Maranhão, formado pelas empresas Alcoa, BHP Billiton e Rio Tinto Alcan). Está localizado na baía de São Marcos, a 11 km do centro de São Luís, capital do Maranhão.

³⁷⁷¹ ACSERLAD, Henri. **As Práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll, 2004. P. 26

³⁷⁷² O Conselho da Cidade de São Luís foi instituído em 2006, conforme Lei Municipal nº. 4.611 de 18 de maio de 2006 e definido por esta lei como um órgão colegiado de natureza deliberativa e consultiva, [...] de composição paritária entre o Poder Público e a Sociedade Civil Organizada com área de atuação no setor política de desenvolvimento urbano, com caráter permanente, deliberativo, consultivo e fiscalizador, vinculado à Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento”. (CONCEIÇÃO, 2009, p. 5). A instalação do Conselho é uma obrigatoriedade normativa conforme a Lei Federal do Estatuto da Cidade, Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, para os municípios com mais de 20.000 habitantes que devem realizar a cada dez anos a revisão do Plano Diretor e concomitantemente, a eleição dos conselheiros (BRASIL, 2002).

paralisar o trânsito, quando ocupam órgãos do governo para chamar atenção do Estado às suas reivindicações e as ações mais propositivas na medida em que as lutas políticas estão orientadas pela busca de reconhecimento de direitos a um modo de vida diferenciado, assim como propõem outras formas de gestão coletiva do território. Vale ressaltar que os grupos sociais aqui estudados são moradores de comunidades situadas no município de São Luís, no qual se encontra a capital do Estado do Maranhão. Em função da expansão de atividades portuárias e industriais, reivindicam a área como “território tradicional”, dada a importância ecológica e do modo de vida característico dos moradores, a existência de sítios históricos e arqueológicos, incluindo áreas consideradas sagradas por membros de religiões de matriz afro-brasileiras. Nesse sentido, os movimentos de resistência em defesa do território, sustentam o argumento de que a luta política das comunidades é de interesse de toda a Ilha do Maranhão considerando o serviço socioambiental e a importância histórica e patrimonial para a preservação da memória.

O reconhecimento ao direito, entretanto, passa pelo reconhecimento e pela visibilidade política das comunidades mediante aos projetos de desenvolvimento destinados para aquela área. Dessa forma, elas têm buscado a assessoria de grupos de pesquisas e de estudos, assim como as entidades de classe como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e internamente buscam a unidade entre elas despertada pelo “sentimento de pertencimento” ao território e através dos lugares de memória.

Os processos de resistência são aqui interpretados dentro de um amplo quadro teórico da sociologia política, procurando aproximar à noção de *mobilização política*³⁷⁷³, alguns elementos da teoria da *ação coletiva*³⁷⁷⁴, da teoria do *campo*, e da sociologia política contemporânea³⁷⁷⁵, além de importantes registros e obras de autores que deram visibilidade às lutas políticas locais e de estudos mais recentes produzidos pelo Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA/UFMA).

A compreensão de que a luta política tem sido *dessingularizada* remete à experiência local quanto à capacidade dos atores sociais tornarem suas reivindicações particulares, nesse sentido, “singulares”, em um processo reivindicatório ampliado a outros atores sociais e redes de movimentos sociais.

Repertórios da ação coletiva

O histórico dos processos de deslocamentos compulsórios em São Luís está diretamente associado à instalação da grande fábrica de alumínio da Alcoa, Companhia Americana de Alumínio, no início dos anos de 1980 (atualmente ALUMAR, Companhia de Alumínio do Maranhão) e, concomitantemente, no mesmo período, com a construção da Ferrovia Carajás-Itaquí. Ambos projetos, situados no contexto das políticas de

³⁷⁷³ Baseada em Toro (2007), Gohn (2012, p. 66) apresenta em contraponto à noção de mobilização política, o conceito de “mobilização social” como o envolvimento ativo do cidadão, de organização social e de empresas nos rumos dos acontecimentos em sua sociedade. Ela destaca que mobilização social para Toro é uma ferramenta para “convocar vontades”, propondo metodologias e processos participativos locais em “projetos mobilizadores”. Estas características se distinguem da “mobilização política” de militantes de movimentos sociais “que têm suas atuações voltadas para o todo, para o mundo”. É nesta perspectiva que recorrentemente utilizo a noção de mobilização política, que em grande medida está associada ao princípio da autonomia política das organizações locais e a busca pela aliança entre movimentos e redes de movimentos e comunidades.

³⁷⁷⁴ TILLY, C. **From mobilization to revolution**. Boston: Wesley Publishing Co., 1978; TARROW, S. **El poder en movimiento**. Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política. Madri: Alianza Editorial, 1997.

³⁷⁷⁵ BOLTANSKI, Lüc. **El Amor y la Justicia como competências**: tres ensayos de sociología de la acción. Buenos Aires: Amorrortu, 1990; LOPES, José S. Leite. Introdução: A “ambientalização” dos conflitos sociais. In: LOPES, José S. Leite. **A Ambientalização dos Conflitos Sociais**. Participação e Controle Público da Poluição Industrial. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará, 2004; ACSERALD, Henri. **As Práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll, 2004.

desenvolvimento do Governo Federal para a Amazônia Oriental³⁷⁷⁶, que desde os anos de 1960 e 1970, tinham como meta a “integração” da região à econômica nacional, o que em grande medida gerou contestações e movimentos de resistência importantes³⁷⁷⁷.

As consequências sociais e ambientais dos grandes projetos levaram à formação de movimentos sociais de resistência nos anos de 1980, quando surgiu o Comitê de Defesa da Ilha, que juntamente com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), aliaram-se às organizações comunitárias e lutaram contra a instalação da Alcoa denunciando a destruição ambiental e o deslocamento de comunidades rurais. Naquele contexto, a comunidade de Igarauá, diretamente atingida pela Alcoa, se tornou símbolo de resistência popular³⁷⁷⁸.

Nos anos de 1990 com o avanço das atividades industriais e portuárias, inúmeras empresas ligadas principalmente ao setor mineiro-metalúrgico e indústrias diversas também foram atraídas para a região, aumentando à especulação imobiliária e acirrando os conflitos em função da compra e venda ilegal de lotes de terras em áreas tradicionalmente ocupadas por grupos de pescadores-lavradores. Conforme os relatos de lideranças comunitárias, por volta dos anos de 1990, as comunidades passaram então a perceber que os recursos naturais estavam se esgotando; a pesca, o extrativismo marinho e, mesmo, algumas famílias que trabalhavam com extração mineral, assim como aquelas que extraíam madeiras do mangue para produção de carvão e para vender às panificadoras tiveram que suspender estas atividades em função dos prejuízos ao ambiente, além do prejuízo que já sofriam pelo impacto das grandes indústrias.

É a partir desta “percepção” que as comunidades passaram a formular publicamente o problema ambiental como uma questão social que colocara em risco não somente algumas famílias ou comunidades isoladas, mas todo o “território tradicional” tal como é hoje reivindicada a área. Lideranças locais, entre estas àquelas já engajadas em movimentos de pescadores passaram então a mobilizar as comunidades em torno de um projeto político unificado de uma Unidade de Conservação na modalidade Reserva Extrativista.

Reserva Extrativista é uma modalidade de unidade de conservação ambiental prevista no Sistema Nacional de Unidade de Unidade de Conservação (SNUC), conforme está instituído pela Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000. A reivindicação legal da área se constituiu num dispositivo de ação coletiva importante pelo fato de que permite a permanência da “população tradicional” na área e explorando seus recursos, ainda que obedecendo um estatuto e um plano de manejo, caso a RESEX venha ser concretizada. Denominada de Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, o projeto tem mobilizado segmentos sociais importantes e redes de movimentos que passaram a abraçar a luta pela Resex de Tauá-Mirim, que embora não tenha sido legalmente decretada, foi criada autonomamente por meio de uma assembleia popular em maio de 2015, quando foi eleito o Conselho Gestor da Resex representado por diversos movimentos sociais e principalmente por moradores das comunidades incluídas no projeto.

A proposição e difusão deste projeto de gestão territorial a partir das organizações de base, entretanto, desde seu primeiro momento ainda nos anos de 1990, tem sido um desafio na mobilização e sensibilização de parte de moradores das comunidades. Se de um lado as lideranças lutam para unificar as comunidades em torno da causa, por outro, há grupos de moradores e de lideranças que aliando-se aos funcionários das empresas interessadas na área por meio de promessas de indenizações, atuam politicamente contra as iniciativas de

³⁷⁷⁶ A Amazônia Oriental é composta pelos Estados do Pará, Amapá, Tocantins e parte do Estado de Mato Grosso e parte do Estado do Maranhão.

³⁷⁷⁷ ALVES, Elio de Jesus Pantoja. **Repertórios e argumentos da mobilização política**: um estudo sobre o Movimento Reage São Luís em São Luís-MA. XX f. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia [Sociologia]) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2014.

³⁷⁷⁸ EGLISH, Bárbara Ann. **Alcoa na Ilha**: um documento acerca das implicações sociais, econômicas e ambientais da implantação de uma indústria de alumínio em São Luis do Maranhão. São Luis: Cáritas Brasileira, 1984.

organização popular interna. Em 2002, a reivindicação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim foi retomada com a iminência de instalação de um polo siderúrgico em São Luís, justamente a ser instalado na área reivindicada para a Resex. Entretanto, o polo siderúrgico foi inviabilizado em grande medida pela pressão realizada pelos movimentos de reação à instalação, protagonizados pelas lideranças comunitárias³⁷⁷⁹.

O caso da comunidade de Cajueiro

Sítio Bom Jesus do Cajual ou como é mais conhecida, Cajueiro, é uma comunidade rural formada por famílias de pescadores-lavradores e extrativistas, localizada no município de São Luís-MA, às margens da baía de São Marcos, sendo a mais próxima ao Complexo Portuário, o que a torna objeto de investidas de desapropriação para instalação de estruturas logísticas e portuárias. A comunidade se constituiu de 5 núcleos de povoadamentos, sendo eles: Parnauacú, Andirobal, Guarimanduba, Cajueiro e Morro do Egito, sendo todos politicamente representados pela União de Moradores Proteção de Jesus do Cajueiro.

No ano de 1998 o Governo do Maranhão, por meio do Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA), declarou com Decreto Governamental que a área do Cajueiro possui “Escritura Pública de Condomínio” com um total de seiscentos e dez hectares hum ares e setenta e dois centiares, dentro da Gleba “A” Tibiri-Pedrinhas, margeando a baía de São Marcos³⁷⁸⁰. De posse desse documento, as lideranças comunitárias têm reivindicado o direito de permanecerem na área, uma vez que, pelo Decreto, a área é definida legalmente como um assentamento rural do ITERMA. Paralelamente, lideranças engajadas no Movimento de Pescadores – MONAPE reivindicam também para a mesma área a categoria de “território pesqueiro”, por meio de um Projeto de Lei (PL) de Iniciativa Popular em processo de discussão pelo Movimento de Pescadores. Há, portanto, distintas formas de reivindicação territorial, mas a base comum entre elas está no fato de que as lideranças locais buscam por meio da mobilização dos moradores despertarem o *sentimento de pertencimento* a um *território tradicional*, associando-se também recorrentemente à noção de *território étnico*³⁷⁸¹.

Após anos de lutas de resistências, em 2014, a comunidade de Cajueiro passou a ser ameaçada em função do projeto de construção de um porto da empresa WPR – São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda, do grupo WTorre. O Terminal de Uso Privado (TUP) da WPR foi anunciado e autorizado pelo Ministério dos Transportes em janeiro de 2016, com apoio do Governo do Maranhão e da Prefeitura de São Luís, com previsão de investimentos governamentais de R\$ 1,782 bilhão³⁷⁸².

Em 2014 houve uma intensa mobilização na comunidade do Cajueiro quando seus moradores passaram a sofrer ameaças por meio de propostas de indenizações cujos valores seriam incompatíveis com os bens; ameaças por meio de coerção direta quando foram impedidos por seguranças privados da empresa de segurança Leões Dourados de circularem livremente na área, sendo controlados na hora de sair e de chegar a suas casas e de construir benfeitorias em seus terrenos. Diante de tal situação, os moradores diretamente afetados na

³⁷⁷⁹ ALVES, Elio de Jesus Pantoja. **Repertórios e argumentos da mobilização política**: um estudo sobre o Movimento Reage São Luís em São Luís-MA. XX f. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia [Sociologia]) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2014.

³⁷⁸⁰ Escritura Pública de Condomínio de 1998 – fotocópia de documento registrado no Cartório Alvimar Braúna, 4º Ofício de Notas – R. Aracajú, 103, João Paulo – São Luís – MA.

³⁷⁸¹ O uso dos termos *sentimento de pertencimento*, *território tradicional*, *território étnico*, assim como muitos outros termos que vão surgindo nos espaços de mobilização, vão se definindo politicamente enquanto categoria de ação política na dinâmica própria da mobilização. Em grande medida são termos compartilhados por atores com origens e experiências distintas, mas que na dinâmica de mobilização vão ganhando sentido e força político-reivindicativa. São termos, portanto, tomados aqui como categorias de ação política que são apropriados coletivamente.

³⁷⁸² <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2016/01/governo-autoriza-novo-terminal-de-uso-privado-no-maranhao>. Acesso em 12.01.2016

área do Parnauaçu, onde seria instalado o porto, passaram a realizar reuniões. A primeira dessas reuniões ocorreu em 10 de junho de 2014, e posteriormente, nove reuniões, em 14 de julho, 19 e 27 de agosto, em 05, 20 e 24 de setembro, em 02, 11 e 15 de outubro. Abaixo apresento uma síntese dos fatos que desencadearam novos processos de mobilização política:

- No dia 15 de outubro, moradores do Cajueiro, aliando-se aos moradores das comunidades vizinhas, realizaram uma manifestação paralisando o trânsito da BR-135, na Vila Maranhão, na altura da entrada do Cajueiro desde o início do dia. Levantaram acampamentos improvisados, utilizaram carro-som e ganharam adesão das comunidades próximas. A imprensa (TV e Rádio) deu visibilidade ao ato; a Polícia Militar e a Polícia Rodoviária foram acionadas para negociar a liberação da estrada, mas somente por volta de 11 horas da manhã os manifestantes liberaram as vias.

- No dia 16 de outubro houve tentativa de realização de uma audiência pública para discutir o licenciamento da instalação do Terminal Portuário de São Luís, pela referida empresa WPR – São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda., mas esta audiência foi impedida pelos moradores que alegaram que a empresa se utilizou de milícia armada e que foram intimidados e coagidos a vender suas posses. Os moradores questionaram também o descumprimento de prazos legais para convocação da Audiência Pública e à indisponibilidade do EIA-RIMA (Estudo e Relatório de Impactos Ambientais) elaborados pela empresa para consulta pública.

- Em 18.12.2014, a WPR, demoliu 19 casas na área do Parnauaçu, alegando estar com um oficial de justiça e possuir ordem judicial para a ação. Conforme advogados da CPT, na ação, a empresa não apresentou intimação ou cópia da decisão. “A advogada da União de Moradores do Cajueiro e a CPT denunciaram ao Conselho Nacional de Justiça que a referida liminar fora exarada por juiz que era incompetente judicialmente para o caso e que este estava afastado da Vara. A referida decisão proibia que os moradores do Cajueiro realizassem futuras construções na área, mas não autorizava a demolição de obras”.³⁷⁸³

- Entre os dias 18 e 23. 12.2014 os moradores realizaram reuniões sobre a situação e acionaram o Secretário de Segurança Pública denunciando a ação e solicitaram investigação e punição dos responsáveis. “Alertou-se ao governo sobre o grave risco de um confronto direto e violento envolvendo os moradores e a empresa WPR. Foram reunidos todos os Boletins de Ocorrência com as queixas crime contra a empresa e iniciou-se uma investigação criminal na Delegacia de Polícia da Capital”.³⁷⁸⁴

- Em 23.12.2014 a comunidade, aliando-se aos movimentos sociais, promoveu o fechamento da BR-135 pela manhã visando dar visibilidade pública às derrubadas das casas. Teve a presença de jornalistas e a área foi fiscalizada pela Polícia Federal para retirada dos seguranças privados da empresa Leões Dourados, cuja forma de atuação levou a comunidade (informada pela ação judicial) a considerá-los como “jagunços” e “milicianos”.

- Em 26.12. 2014, a Secretaria de Estado e do Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA, concedeu Licença Prévia (LP) à WPR Gestão de Portos e Terminais, LTDA., para instalação do terminal portuário privado, atestando a viabilidade locacional do projeto.³⁷⁸⁵

- Em 30 de dezembro de 2014, o governador interino do Maranhão, Arnaldo Melo, assinou um Decreto de desapropriação de uma área de 322.977,60m² no Parnauaçu, em favor da WPR Gestão de Portos e Terminais, LTDA, determinando “o caráter de urgência para fins de imissão provisória dos bens”.³⁷⁸⁶

No início de 2015, após inúmeras reuniões internas, a comunidade articulada aos movimentos sociais realizou uma importante reunião que contou com a presença de representantes do novo Governo do Maranhão, na gestão de Flávio Dino (PC do B), entre os quais o Secretário de Estado e Segurança Pública do Maranhão, o Secretário de Estado e

³⁷⁸³ Notas da assessoria jurídica da CPT, 2014

³⁷⁸⁴ Notas da assessoria jurídica da CPT, 2014

³⁷⁸⁵ Processo 108.205/2014

³⁷⁸⁶ DECRETO nº 30.610, de 30.12. 2014

Igualdade Racial (SEIR), de representantes da Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular (SDHPP). Dentre estes representantes do novo governo, alguns com trajetórias políticas de engajamento em movimentos sociais manifestaram apoio à causa e, enquanto membros do governo se propuseram a intermediar uma negociação que fosse favorável aos interesses da comunidade.

A situação da comunidade do Cajueiro ganha relevância histórica e sociológica por vários aspectos. Inicialmente, por se tratar de um caso que resultou em denúncias que foram coletadas por pesquisadores e organizadas em forma de Relatório Socioantropológico. Este documento subsidiou a assessoria jurídica da Comissão Pastoral da Terra (CPT) para iniciar um processo de judicialização do caso. Relevante pela adesão de outras comunidades e de movimentos sociais que acessando outras agências e canais institucionais corroboraram para a “formulação pública” do problema³⁷⁸⁷ e, pela iniciativa das lideranças em recorrerem à memória coletiva, sobretudo de moradores mais velhos no sentido de narrarem a história de ocupação do lugar e, sobretudo, nessas narrativas buscarem na memória a relação entre a origem da comunidade com uma área dentro do território que é tradicionalmente considerada por moradores antigos como uma área sagrada, o Terreiro do Egito.

Encaminhamentos e agendas da ação política local

As novas formas de ações coletivas por parte de comunidades rurais se dão em decorrência das investidas de modernização econômica que se concretizam por meio da instalação de projetos industriais cujo histórico remonta aos anos de 1980 (siderurgias, refinarias, metalurgias, indústrias de cimento, de celulose, de fertilizantes, etc), de empreendimentos do setor mineral (extração e beneficiamento de barro, areia, água, pedra), da instalação de portos e expansão de atividades portuárias (construção de píer, armazéns, obras de dragagens), e de ampliação da malha ferroviária e rodoviária (terraplanagem de áreas de manguezal, destruição de áreas de recarga de aquíferos, brejos, lugares sagrados, etc).

Dentro deste quadro conflitivo, os repertórios da mobilização política acionados têm apresentado desdobramentos importantes para a construção de novas formas de ação coletiva. No decorrer de 2015, lideranças comunitárias do Cajueiro em conjunto com os membros da União de Moradores, avaliaram que, embora o novo Governo do Maranhão tenha revogado o Decreto de desapropriação em favor da WPR e suspenso temporariamente a Licença Prévia (LP) para a instalação do empreendimento portuário, as mobilizações não poderiam cessar, considerando que as ameaças continuaram com a presença de funcionários e de seguranças privados da empresa que circulam na área.

Como dito antes, o território do Cajueiro é composto de pequenos núcleos de povoamento que se distinguem internamente. Entre eles, ganha relevância o Parnauçu que pela sua localização é tradicionalmente um meio de acesso à baía de São Marcos, favorecendo aos pescadores da área e de outros bairros o desenvolvimento das atividades de pesca artesanal, além de acesso às praias que servem de entretenimento para aos moradores da região nos fins de semana. Por outro lado, na concepção funcional logístico-portuária por parte de agências estatais e de investidores, a área é concebida como um lugar de “vocações” portuárias e industriais, considerando a estrutura logística mina (Serra de Carajás –PA) - ferrovia (Ferrovia Carajás-Itaqui) – porto (Complexo Portuário de São Luís), o que tem levado a um entendimento que procura não somente reforçar e naturalizar uma concepção subjacente de que a Zona Rural II de São Luís apresenta “vocação siderúrgica”, cujos “investimentos podem gerar empregos aos nossos jovens maranhenses”³⁷⁸⁸.

³⁷⁸⁷ LENOIR, R. Objeto sociológico e a prática social. In. **Iniciação à prática sociológica**. MERLLIÉ, D. (org.). Tradução de Guilherme J. de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

³⁷⁸⁸ Trecho de intervenção do representante da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão-FIEMA, em Audiência Pública sobre o Plano Diretor da Cidade de São Luís-MA, na UFMA em 13.08.2015.

O outro núcleo de povoamento do Cajueiro que se tornou objeto de reivindicação territorial é o morro do Egito, uma elevação de terra às margens da baía de São Marcos, onde se encontra o antigo Terreiro do Egito. O Terreiro do Egito é considerado um lugar sagrado pelos praticantes do Tambor de Mina, religião de matriz africana muito marcante no Maranhão, cujos relatos orais de pais e de mães de santo que ali iniciaram suas atividades, indicam que praticantes negros e descendentes de escravos fugidos, desde o século XIX se deslocaram para aquele lugar, formando um quilombo, onde também realizavam seus cultos.

O Terreiro do Egito, segundo os relatos, deixou de funcionar regularmente desde os anos de 1970, mas esporadicamente seus descendentes continuam a frequentar o local para prestarem homenagem aos guias espirituais e realizar obrigações e oferendas. Conforme entrevista de Pai Euclides da Casa Fanti-Ashanti concedida aos membros do GEDMMA em 2014, a origem deste terreiro remonta ao século XIX, por volta de 1860 e 1870. Também denominado de Ilê Nyame, foi fundado por Basília Sofia, uma negra, cujo nome privado era Massinocô Alapong, que veio de Cumassi, Costa do Ouro, hoje, Gana. Basília Sofia teria chegado ao Maranhão em 1864 e faleceu em 1911. A partir de 1912, o Terreiro ficou sob a responsabilidade de Mãe Pia, por cinquenta e cinco anos.

Conforme relatam as lideranças e representantes da União de Moradores do Cajueiro, o morro do Egito, assim como a praia de Parnauçú, têm sido alvos de especulação imobiliária com a presença de “invasores”, corroborando com a situação de insegurança jurídica vivida pelos moradores. Os moradores também relatam que o Terreiro do Egito ficou “abandonado” por seus descendentes, entre eles, Pai Euclides da Casa Fanti-Ashanti. Foi, portanto, dentro desse cenário que as lideranças locais acionaram a União de Moradores e também os membros do GEDMMA (Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente/UFMA) e aos membros do GPMINA (Grupo de Pesquisa “Religião e Cultura Popular/UFMA), solicitando reuniões para discutir com a comunidade do Cajueiro e com os pais e mães de santo descendentes do Terreiro do Egito, a situação de ameaça de todo o território e a necessidade de lutar pela sua preservação. No diálogo com os pesquisadores foi explicitada a antiga luta do Cajueiro, assim como de todas as comunidades daquela área pela regularização fundiária desde os anos de 1980. Embora a área seja declarada como área de assentamento decretada pelo governo estadual em 1998, tem sido recorrentemente alvo de especulação, constatando-se também, casos de “grilagem”³⁷⁸⁹ de terras registrados pela Comissão Pastoral da Terra em 2014.

Foram realizadas duas visitas de membros do GEDMMA e do GPMINA ao Cajueiro para realizar entrevistas com antigos moradores entre julho e agosto de 2015. Foi realizado um levantamento de informações e contatos com descendentes do Terreiro do Egito e localização dos principais terreiros, cujos representantes foram contactados. Posteriormente, em 22 novembro de 2015 foi organizado um ato simbólico com leitura de uma Carta Aberta³⁷⁹⁰, exigindo a preservação do Terreiro do Egito enquanto território sagrado e do Cajueiro como comunidade tradicional e uma caminhada com a presença de moradores da área, pais, mães e filhos de santo, pesquisadores e membros de movimentos sociais. A caminhada da União de Moradores até o Terreiro do Egito culminou com o levantamento do mastro com bandeira branca, o “pau da paciência”, demarcando o território sagrado.

A configuração do conflito social no território do Cajueiro, entretanto, apresenta nuances importantes que complexifica a questão acima exposta e coloca desafios às pesquisas. Tal complexidade remete também aos conflitos de caráter religioso entre algumas

³⁷⁸⁹ Conforme Asselim (2009), a “grilagem” de terras consiste na falsificação de documentos visando à obtenção de escrituras de terra em cartórios, garantindo a titulação da propriedade privada das mesmas. “Grileiros” são aqueles que detêm títulos de propriedade de terras por meio destes procedimentos.

³⁷⁹⁰ Carta Aberta Intitulada “Pelo Terreiro do Egito e Território do Cajueiro” elaborada por descendentes do Terreiro do Egito e por pesquisadores dos Grupos de Estudos da UFMA - GEDMMA e GPMINA em 22 de novembro de 2015.

lideranças ligados à igrejas evangélicas orientados pelo distanciamento à adesão à causa da resistência e mais propensos à negociação com as empresas tendo em vista barganhar vantagens econômicas via as indenizações. Embora não se possa generalizar, esta variável deve ser considerada na compreensão das formas de ação coletiva, uma vez que influenciam diretamente na dinâmica interna da organização política local. Da mesma forma, esta variável interfere na interlocução com os pais e mães de santos que reivindicam a garantia do território sagrado, o Terreiro do Egito. Embora ultimamente tenha apresentado maior abertura política para discutir a situação da comunidade, grande parte da comunidade evangélica, mantém um estranhamento às questões religiosas de matriz africana. Em momentos de decisões políticas importantes a diretoria da União de Moradores, no entanto, em função da pressão de movimentos sociais mais amplos e de lideranças locais, passou a ter maior sensibilidade sobre esta discussão. Se por um lado a inserção do Terreiro do Egito na pauta reivindicatória pode potencializar a luta política e a visibilidade do Cajueiro, por outro, em função da forte presença de moradores evangélicos na comunidade, esse mesmo processo tem revelado um conflito religioso interno ainda pouco compreendido, mas que tem sido bastante evidenciado em momentos de discussões públicas sobre os encaminhamentos e decisões coletivas.

Entre junho de 2014 e ao longo de 2015, ocorreram inúmeras reuniões, assembleias, audiências populares, oficinas, encontros, manifestações no Palácio do Governo, interdições da BR 135, panfletagens, envolvendo lideranças e moradores de bairros de periferias da cidade de São Luís e de comunidades (ameaçadas por deslocamentos compulsórios e por impactos socioambientais), associações de moradores, pesquisadores, lideranças de movimentos indígenas, de movimentos de quilombolas, movimentos de pescadores, parlamentares, grupos sociais de segmentos sociais diversos interessados nessas causas. Essas mobilizações repercutiram politicamente levando setores do governo municipal e estadual a criarem canais de interlocução com as comunidades.

As mobilizações políticas na Zona Rural II de São Luís têm trazido à tona novas percepções e inovação nos processos reivindicatórios na medida em que aliam às ações coletivas, os saberes locais e também o acionamento aos saberes acadêmicos. Dessa forma, lançam mão de novas estratégias: quando pautam a questão socioambiental e consequentemente, trazem à cena não somente a situação, por assim dizer, singularizada de seus meios e modos de vida, mas toda a ilha do Maranhão, colocando em questão também o modelo de desenvolvimento e o modo de vida urbano e industrial.

Os estudos sobre as ações coletivas locais têm suscitado a necessidade no aprofundamento das pesquisas (*Survey*) sobre os saberes e as práticas religiosas ainda pouco compreendidas na análise dos repertórios de ação coletiva e que tem se revelado empiricamente como um aspecto inovador dos movimentos sociais. Nas últimas décadas as ações reativas foram importantes na formação de repertórios, a exemplo do ativismo político contra o projeto do polo siderúrgico nos anos de 2000³⁷⁹¹ e no contexto de mobilização política em que os canais de participação são manipuláveis, a exemplo das audiências públicas, vale investigar as lutas políticas que se travam por meio das instâncias formais de participação.

As “comunidades” são aqui pensadas enquanto coletividades dinâmicas com uma capacidade de intervenção na realidade criando fissuras dentro do próprio Estado. Pressupõe-se, portanto, que os atores não somente não são meras “correias de transmissão”, como também dispõem de uma “margem de manobras”³⁷⁹².

³⁷⁹¹ ALVES, Elio de Jesus Pantoja. **Repertórios e argumentos da mobilização política**: um estudo sobre o Movimento Reage São Luís em São Luís-MA. XX f. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia [Sociologia]) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2014.

³⁷⁹² OLIVIER DE SARDAN, Jean-Pierre. **Anthropologie et développement**: essai en socioanthropologie du changement social. Paris: Apad-Kartala, 1997.

Os casos assinalados apresentam similaridades com os formatos organizativos dos “novos movimentos sociais” que em sua maioria irrompem com a tradição oligárquica e patrimonialista³⁷⁹³, trata-se, portanto de pensar na emergência de novos sujeitos que se constituem como força política que não somente questionam a forma de atuação do Estado, mas também criam estruturas de ação coletivas que levam a respostas institucionais em forma de políticas sociais. O que as pesquisas e os “achados” de campo indicam é que na experiência de mobilização das comunidades da Zona Rural II de São Luís, os movimentos ali constituídos apresentam, além da dinâmica contestatária da ação coletiva, um caráter propositivo que tem sido substancialmente exemplificado pela agenda de deliberações no Conselho Gestor da Reseva Extrativista de Tauá-Mirim criado autonomamente em 17 de maio de 2015.

Na Amazônia tem se constatado que é no enfrentamento às empresas capitalistas que os grupos sociais locais passam a ser politicamente reconhecidos³⁷⁹⁴. Pensado pelas diferentes formas de usos e de percepção e dos diferentes significados políticos, econômicos e sociais, o território é também portador de significados de ordem cultural que lhes são distintamente atribuídos. Todo o ambiente da Praia do Boqueirão, onde se localiza o Parnauçú e o Terreiro do Egito situados no território do Cajueiro, é um ambiente cujas fronteiras transcendem sua base geográfica e material. Para os praticantes do Tambor de Mina, trata-se de um “lugar sagrado”, “lugar de memória” de seus ancestrais cuja memória remonta ao século XIX, período da escravidão quando os negros e descendentes de escravos fugidos formaram ali um quilombo³⁷⁹⁵.

Nas narrativas de antigos moradores do Cajueiro, assim como no relato de pais e de mães de santo de terreiros de Mina, do morro do Egito os praticantes do Tambor de Mina avistavam na baía a chegada do navio iluminado de Dom João com a tripulação de entidades encantadas que ali permaneciam quando se realizavam os trabalhos entre os meses de dezembro e janeiro durante as festas de Santa Luzia, São Sebastião e São Benedito. E no final das festas, ao retomar ao mar, o navio era ali afundado lentamente³⁷⁹⁶. Na medida em que as ações de ocupação e de apropriação capitalista avançam sobre outras formas de uso social e de outros sentidos atribuídos ao território, se configuram dinâmicas distintas de apropriação da natureza e de relações de poder entre os agentes. Estes agentes possuem capacidade desigual quanto ao acionamento dos recursos institucionais e políticos para fazer valer seus interesses, processo que não tem ocorrido sem a produção de conflitos. Torna-se imperativo, portanto, operar com o pressuposto de que há um “processo de territorialização” que ocorre por meio de experiências de mobilização de forças antagônicas, podendo ser também percebido pela complexa rede de relações interconectadas e intercaladas às outras redes por meio de *nós* que podem ser superpostas³⁷⁹⁷.

³⁷⁹³ GOHN, M. Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995. P. 203

³⁷⁹⁴ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Refugiados do desenvolvimento**: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. Travessia. Maio/agosto, 1996. pp. 30-35; COELHO, M. C. Nunes; MONTEIRO, M. CUNHA, L.H. WANDERLEY, L. J. Mineração de Bauxita, industrialização de Alumínio e territórios na Amazônia. In. **Capitalismo globalizado e recursos territorializados**: fronteiras da acululação no Brasil contemporâneo. Orgs. Alfredo Wagner B. de Almeida et al. RJ de Janeiro: Lamparina, 2010.

³⁷⁹⁵ FERRETTI, Mundicarmo. **O Terreiro do Egito e o navio encantado de Dom João**. São Luís, 2015. (no prelo)

³⁷⁹⁶ *ibid*, 2015.

³⁷⁹⁷ Os exemplos de *territórios* e suas respectivas relações de poder ilustrados por Souza (1995) referem-se às suas experiências de pesquisa de campo sobre os *territórios* do tráfico de drogas e os conflitos e/ ou alianças entre “facções amigas” ou rivais na cidade do Rio de Janeiro. A forma de abordar o território por este autor é bastante inspiradora neste estudo, sobretudo pelo fato de que se trata de uma abordagem antropológica na qual o território é mediado por relações sociais e relações de poder, permitindo dialogar com a realidade aqui estudada. SOUZA, J. M. Lopes de. O

Dentro desse quadro conflitivo, algumas as ações coletivas têm norteado as lutas políticas locais. A primeira delas é contínua luta pela reivindicação da instalação da Reserva Extrativista - a RESEX de Tauá-Mirim, na mesma região onde o polo siderúrgico seria instalado em 2004. Os encaminhamentos são deliberados por meio do Conselho Gestor em reuniões mensais articuladas com outras redes de movimentos. No caso do Cajueiro e Terreiro do Egito, a situação tem ganhado visibilidade com a forte presença dos órgãos ligados ao poder judiciário, tais como a Defensoria Pública do Estado do Maranhão e Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal e mais recentemente, a intervenção em certa medida do Instituto de Patrimônio Histórico, Artístico Nacional (IPHAN) requisitado para discutir a situação de sítios históricos e arqueológicos encontrados na área.

Os coletivos constituídos a partir das comunidades, entretanto, têm procurado inserir a questão da Zona Rural como parte de todo processo de discussão da cidade de São Luís, incluindo os membros de religiões de matriz africana, sobretudo membros de terreiro de mina descendentes do Terreiro do Egito. Uma das propostas mais recente é que a área do Terreiro do Egito e do Cajueiro seja definida como Zona Religiosa (ZR) e Zona de Povos e Comunidades Tradicionais (ZCT), tendo por base o Decreto presidencial 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT. Tal proposta está sendo discutida em conjunto com a Secretaria de Estado de Igualdade Racial do Maranhão (SEIR) e em processo de negociação com o Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural – INCID, visando garantir a proteção jurídica e regularização fundiária.

A iniciativa de inserir a dimensão sagrada na luta pela reivindicação do direito ao território neste caso se constitui num novo “campo” a ser investigado. Neste novo contexto e nova agenda de pesquisa, impõe-se um “campo religioso”, cuja dimensão tem sido incorporada na pauta das reivindicações e demandas locais – no caso *os territórios sagrados*, articulados ao controle territorial e dos recursos: área de quilombola, territórios sagrados, território étnico, território de povos tradicionais, populações tradicionais, território pesqueiro, etc. Dentre essas categorias acionadas, a relação entre o caráter sagrado e a categoria “tradicional” configuram novas articulações e formas de ação coletiva.

Considerações Finais

Conectadas com a dinâmica de tantas outras experiências de resistência contemporâneas, as comunidades através de suas lideranças têm procurado se articular às redes de mobilização de novos sujeitos da ação coletiva, sobretudo, com os grupos e movimentos que hoje fazem enfrentamento com os grandes projetos de desenvolvimento, como por exemplo, as lideranças indígenas, quilombolas, pescadores e agricultores. Na ocasião da assembleia popular de 17 de junho de 2015 realizada na Casa das Águas na comunidade do Taim, estavam reunidos representantes de povos indígenas do Maranhão e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), órgão ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), lideranças camponesas e quilombolas, pescadores e pescadoras, representantes de sindicato de trabalhadores e trabalhadoras rurais que ao relatarem suas experiências de luta política em outras regiões do estado, inspiraram na deliberação pela criação da Resex de Tauá-Mirim sob o princípio da autonomia política dos povos tradicionais, quando foi criada também na mesma ocasião o Conselho Gestor composto por representantes das comunidades e de movimentos sociais diversos. Desde então, o Conselho promove reuniões mensais e estuda a elaboração do Estatuto da RESEX.

O ato de criação se constituiu num marco político importante pelo fato de que foi resultado de um longo processo de mobilização das organizações e lideranças locais que iniciou nos anos de 1990 e em suas reuniões mensais tem buscado uma maior adesão das comunidades. Por outro lado, o processo de constituição de autonomia política por atores locais em confronto com forças econômicas transnacionais coloca desafios a esse coletivo

território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In. Iná Elias de Castro et al. (orgs.); **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

diante das contrapartidas e estratégias empresariais. A mobilização política em busca da autonomia na medida em que unifica as diversas subjetividades coletivas em torno de uma identidade política por meio da qual se aciona o “sentimento de pertencimento”, passa aos olhos dos estrategistas dos projetos hegemônicos como “entraves”, “obstáculos” ao “desenvolvimento” e ao “progresso”.

Para além dos canais institucionais de garantias formais de direitos, as variadas experiências de ação coletiva para reivindicar o território têm mostrado que a mobilização política embora desafiadora tem sido o caminho mais viável. A resistência das comunidades rurais tem sido uma fonte inspiradora, de certa forma rompendo com os formatos organizativos dos movimentos sociais, por assim dizer, clássicos e de certo modo quebrando as expectativas dos agentes que já davam por certo a saída das comunidades sem nenhum tipo de resistência. Do contrário, elas têm protagonizado a luta política e de certo modo, apontado os novos caminhos alternativos no âmbito do ativismo político do campo socioambiental. Nesta perspectiva é importante: considerar os repertórios e os argumentos de mobilização, suas dimensões históricas e o acúmulo de experiências. Atentar para as lutas de rotinas que não se traduzem como episódios isolados, mas lutas políticas cotidianas que se colocam como desafios aos grupos subalternos. Ao produzirem novos formatos organizativos de mobilização política, estes grupos geram novos arranjos institucionais no âmbito das agências governamentais, a exemplo da experiência da RESEX de Tauá-Mirim e da reivindicação de territórios sagrados. Como diria Olivier de Sardan³⁷⁹⁸, os atores não devem ser considerados como “meras correias de transmissão”, alertando para a importância da agência política. Estes atores, em várias regiões do Brasil, resguardando-se suas singularidades regionais e históricas de suas lutas têm buscado por meio da política outros sentidos da vida, da produção e reprodução social nos territórios; revelam a importância do “lugar”: saberes, práticas e memórias coletivas que ao serem acionados promovem a “ruptura com a continuidade cultural de projetos hegemônicos”³⁷⁹⁹. Dessa forma, indicam a constituição de novas agências de mobilização, assim como na geração de novos sujeitos históricos das lutas políticas contemporâneas, ao mesmo tempo, em que se tornam senhores de seu próprio destino.

³⁷⁹⁸ OLIVIER DE SARDAN, Jean-Pierre. **Anthropologie et développement**: essai en socioanthropologie du changement social. Paris: Apad-Kartala, 1997.

³⁷⁹⁹ ZHOURI, A; OLIVEIRA, R. Quando o lugar resiste ao espaço. Colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In. **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais** (orgs. Andrea Zhouri e Klemens Lachefski). Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010.

ENTRETECENDO TEMPOS: SOCIEDADE E NATUREZA NO CULTIVO ALGODOEIRO CEARENSE EM MEADOS DOS OITOCENTOS

*Jônatas Jonas Silva dos Santos*³⁸⁰⁰
eujonatasjonas@gmail.com

Resumo: Busca-se investigar como certas transformações no meio geográfico cearense estão relacionadas a mudanças nas relações sociais de produção e percepção interna de tempo de agricultores no cultivo algodoeiro em meados do século XIX. Partindo de algumas reflexões da História Ambiental, campo marcado pelo diálogo entre várias disciplinas e ramos de saber, procura-se analisar alguns processos históricos vividos no contexto da guerra de Secessão Norte-Americana (1861-1865), no chamado segundo ‘boom’ algodoeiro cearense. Fugindo de análises que tomam a realidade encerrada em aspectos unicamente econômicos ou políticos, bem como de visões dualistas que contrapõem a “modernização” em face da “tradição”, uma natureza inerte que sofre simplesmente a ação do homem, pretende-se, ao contrário, estudar relações sociais na cultura algodoeira em sua complexidade ambiental, cuja perspectiva está marcadamente assentada nos diversos relacionamentos entre natureza e sociedade. Destarte, objetiva-se analisar e compreender possíveis tensões temporais na realidade socialmente vivida de agricultores diante de exigências capitalistas, com seus projetos de mudanças no cultivo de algodão voltados para maior incremento produtivo, defesa de modernas técnicas e tecnologias e a defesa de ideais calcados no lucro, bem como suas relevantes transformações no mundo natural. Nesse sentido, através de vestígios variados, como Relatórios de Presidentes de Província; relatos de viajantes; memórias de políticos e homens de ‘ciência’; dicionários; jornais; inventários; dentre outras; tenta-se ensaiar uma composição, uma interpretação histórica, que compreenda algumas relações entre técnica, cultivo algodoeiro e novas sensibilidades no cotidiano de agricultores em vista de suas vivências com a natureza, suas formas de compreensão e notação do tempo em seus trabalhos cotidianos. Dessa forma, partimos do princípio de que a natureza transformada expressa cultura e que o estudo sobre algumas tensões temporais no cultivo algodoeiro estão fortemente atreladas às formas como esses homens modificaram e foram modificados por meio de movimentações complexas entre sociedade e natureza.

Palavras-chave: algodão; tempo; técnica; cultura e natureza.

I.

Este escrito é um dos frutos do desenvolvimento de pesquisa iniciada desde a graduação (2013), cujo título diz sobre a tensão *Entre a “força produtiva da terra” e a “indústria do homem”*: tempo e técnica no cultivo e beneficiamento de algodão no Ceará de 1848 a 1877. Gerada em meio às leituras e discussões do grupo de estudo sobre Natureza e Cultura (também conhecido como história e meio ambiente), coordenado pelos professores Eurípedes Funes e Kênia Rios, esta pesquisa em andamento representa um esforço analítico e interpretativo sobre alguns processos históricos vividos no Ceará relacionados ao chamado “segundo boom do algodão”, no contexto da Guerra de Secessão norte-americana de 1861 – 1865 e da Revolução Industrial inglesa, diante de sua maior exploração de trabalhadores variados e do mundo natural. Diante disso, como é característico na denominada História Ambiental, campo do qual partimos, buscamos relacionar várias disciplinas e ciências como

³⁸⁰⁰ Mestrando em História Social pela UFC, sob orientação da prof. Dr^a. Kênia Rios, onde desenvolve pesquisa sobre o cultivo, produção e consumo de algodão no Ceará (1844-1877), com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Faz parte de um grupo de pesquisa que estuda as relações entre história, natureza e cultura, coordenado pelos Prof. Eurípedes Funes e Kênia Rios. Também participa do SEBO – Sociedade de Estudos do Brasil Oitocentista. E-mail: eujonatasjonas@gmail.com

geografia, ecologia, antropologia, sociologia, economia, dentre outras, para ensaiar uma interpretação histórica mais complexa, profunda e relevante, que fuja de simplismos, chavões historiográficos e modelos abstratos e compreenda a realidade histórica como uma relação profunda entre o homem e a natureza, numa união interdependente e hoje, mais do que noutros tempos, urgente e necessária. Como já havia sugerido Marc Bloch, “toda ciência, tomada isoladamente, não significa senão um fragmento do universal movimento rumo ao conhecimento”³⁸⁰¹.

Depois das guerras/carnificinas mundiais do breve século XX o tempo utópico do Progresso capitalista se revelou fortemente abalado. A “Era das Certezas”, a “Corrida aberta ao talento” da qual falou Eric Hobsbawm, agora cede lugar a uma grande decepção tanto nas ciências chamadas exatas (duras) quanto e sobretudo nas humanas. Se aquelas hecatombes mundiais precipitaram o mundo imaginado da ciência oitocentista no abismo do ceticismo quanto ao futuro, a Queda do muro de Berlim em 1989 não significaria apenas a propalada “vitória” do capitalismo contra o “comunismo” e “socialismo”. Seguido da euforia capitalista de 89, o mundo, com suas naturezas, homens, mulheres e culturas, também indicaria a melancólica e inexorável situação ecológica que a busca crescente por lucro o colocara. Indagado por conta de seus “estranhos” escritos e atitudes um tanto “escaldadas”, Michel Serres, em entrevista ao antropólogo da ciência Bruno Latour, justificaria por que a sua geração, do entre-guerras, foi singularmente marcada pelos eventos que experienciou: “Eis o ambiente vital daqueles que nasceram, como eu, por volta de 1930: aos seis anos, a guerra de 1936, na Espanha; aos nove, a Blizkrieg (invasão da Bélgica e França pelos alemães) de 1939, a derrota e a debandada; [...] aos quinze, Hiroshima; em suma, dos nove aos dezessete anos. [...] Logo emendamos com as guerras coloniais: a da Indochina, depois a da Argélia”. E concluiria sua fala: “Será que isso responde à sua pergunta sobre o que “escaldou” os meus contemporâneos?”³⁸⁰². Dito isso, não é meramente coincidência que estudos mais preocupados com as interconexões entre natureza e sociedade passaram a abundar na agenda de muitas disciplinas, inclusive da história. Dizemos ‘passaram a abundar’, pois, alguns pensadores, já no início do XX, propunham caminhos interpretativos na historiografia assentados nas conexões entre os homens e a terra, seu meio ambiente. Mesmo não existindo ainda o “campo” propriamente da História Ambiental³⁸⁰³, há análises que facilmente poderiam ser tidas como antecedentes dele. No caso do Brasil, temos magistrais estudos, passando pelo cearense João Capistrano de Abreu (1853-1927), com a sua obra “Capítulos de História Colonial” (1907); Caio Prado Júnior (1907-1990), com “Formação do Brasil contemporâneo” (1942) e Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), com “Monções” (1945) e “Visão do Paraíso” (1954), dentre muitos outros estudos elaborados por esses historiadores. Assim, a história não é apenas estudo do passado, mas um esforço para uma compreensão melhor e interpretação de ações de homens em diversos tempos/espços.

Não procuramos fazer aqui longas comparações e críticas entre autores e teorias, muito menos uma leitura extensiva de algumas fontes da pesquisa, mas operar um deslocamento em vista de alguns textos lidos e discutidos com alguns fragmentos colhidos nalguns vestígios documentais sobre o Brasil dos oitocentos. Notamos que há poucos trabalhos de historiadores sobre o cultivo algodoeiro cearense, alguns tratam do tema apenas tangenciando-o, mas não o enfrentam propriamente como objeto central da pesquisa. A maioria dos trabalhos encontrados sobre o tema foi elaborada em programas de pós-graduação em economia e sociologia³⁸⁰⁴ e apesar de sua importância e qualidade, há (e sempre haverá) perguntas que podem ser feitas e discussões que podem ser levantadas.

³⁸⁰¹ BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. São Paulo: Zahar, 2009, p.50.

³⁸⁰² SERRES, Michel. **Luzes**: cinco entrevistas com Bruno Latour. São Paulo: Unimarco Editora, 1999.

³⁸⁰³ Ver DUARTE, Regina Horta. **História e Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

³⁸⁰⁴ Dentre alguns trabalhos consultados sobre o Ceará e regiões vizinhas, estão: ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. **A trajetória da Indústria Têxtil no Ceará**: o setor de fiação e tecelagem (1880/1950). Fortaleza: UFC, 1989. BRISOLLA, Sandra de Negraes. **Relações pré-capitalistas na agricultura brasileira**: um estudo da cultura do algodão arbóreo no Ceará. Dissertação de mestrado. Campinas, 1977. LEMENHE,

Ao nos voltarmos para o Ceará dos oitocentos, procuramos fugir de simplismos, escalonamentos e dualidades que empobrecem a análise, como separações entre o que seria apenas do âmbito da cultura, da natureza, do econômico ou do político. Resultados e demonstrações fáceis que, volta e meia, são atribuídos unicamente a certos fatores e causas: a “modernização” em face da “tradição”, abstrações e generalizações que não vêem os sujeitos sociais que estão atuando na história e construindo seus itinerários e modos de vida. Como alertou Josep Fontana, sobre trabalhos que viam apenas os camponeses como atrasados e “tradicionalmente inferiores pelos grupos dominantes da sociedade”: “Desde o século XIX, com o declínio da agricultura nos países desenvolvidos, a diminuição do número de camponeses era vista como uma consequência da modernização da economia e o desaparecimento de sua cultura, como o feliz resultado da integração na comunidade e na cultura “nacionais” permitindo que ingressem na vida política moderna e abandonassem os velhos sonhos igualitários utópicos”³⁸⁰⁵. Como indica Fontana, essa visão não está preocupada com a “história de todos”, mas apenas com a história de uns poucos.

Destarte, não se trata de separar o que seria a paisagem inerte e a ação humana que por ventura agiria sobre ela, mas de pensar o meio geográfico, os vários elementos que compõem o espaço, os fixos e os fluxos, as verticalidades e horizontalidades³⁸⁰⁶, as tensões entre os tempos do lugar e as pressões/exigências de um capitalismo, um ethos capitalista, que se internacionalizava. Segundo palavras do professor Eurípedes Funes, “Às vezes nossos olhares não conseguem ver, e nós não conseguimos entender que a natureza transformada expressa cultura. No processo de apropriação da natureza, os homens constroem e reconstróem permanentes espaços”³⁸⁰⁷. Assim, pensando nalgumas conexões entre história, natureza e cultura nas relações sociais de produção no cultivo algodoeiro cearense oitocentista, interessa-nos, sobretudo, investigar mudanças de percepção de tempo de trabalhadores e como suas disciplinas de trabalho e formas de vida passaram a se tencionar com uma notação de tempo capitalista. Todavia, para fins desse breve itinerário escriturário, formularemos apenas nosso breve panorama de pesquisa e algumas de suas linhas gerais de força. Certamente perguntas sugeridas ao longo do texto não serão exaustivamente respondidas, mas funcionarão como demarcações de trilhas a percorrer vindouramente.

II.

Edward Palmer Thompson, em seu texto “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”³⁸⁰⁸, nos sugere vários caminhos metodológicos, cuidados teóricos e perguntas que podem nos ajudar a pensar o cultivo de algodão de forma holística. De saída, ele se indaga: “até que ponto, e de que maneira, essa mudança no senso de tempo afetou a disciplina de trabalho, e até que ponto influenciou a percepção interna de tempo dos trabalhadores?” e mais, “Se a transição para a sociedade industrial madura acarretou uma reestruturação rigorosa dos hábitos de trabalho – novas disciplinas, novos estímulos, e uma nova natureza humana em que esses estímulos atuassem efetivamente -, até que ponto tudo isso se relaciona com mudanças na notação interna do tempo?”. Por mais distante que aquela sociedade estudada por Thompson esteja do Ceará, essas perguntas inicialmente formuladas são para nós fundamentais e tocam num dos pontos que, em nossa pesquisa,

Maria A.. **Expansão e hegemonia urbana: o caso de Fortaleza**. Fortaleza, 1983. LEITE, Ana Cristina. **O algodão no Ceará: estrutura fundiária e capital comercial (1850/1880)**. Fortaleza: SECULT, 1994. TAKEYA, Denise Monteiro. **Um outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880/1915)**. Fortaleza, BNB. ETENE, 1985.

³⁸⁰⁵ FONTANA, Josep. **A História dos homens**. São Paulo: Edusc, 2004.

³⁸⁰⁶ Para maior entendimento, ver: SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2012.

³⁸⁰⁷ FUNES, Eurípedes. Sertão cerrado. In: DUTRA e SILVA, Sandro; FRANCO, José Paulo; DRUMMOND, José Augusto et alli (Orgs.). **Fronteira Cerrado: sociedade e cultura no oeste do Brasil**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás/Gráfica e Editora América, 2013.

³⁸⁰⁸ THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

está aqui sendo seriamente considerada: como a mudança no senso do tempo de agricultores afetou suas disciplinas de trabalho e como, por conseguinte, tudo isso afetou as relações dos homens com o seu meio ambiente. Partindo de uma análise comparativa, e dispondo de vários trabalhos de cunho etnológico e antropológico, o historiador evidenciou como em sociedades ditas mais primitivas, “a medição do tempo está comumente relacionada com os processos familiares no ciclo do trabalho ou das tarefas domésticas”.

No Ceará, em livro sobre o cultivo algodoeiro em meados do XIX, Thomaz Pompeu relatou que “o agricultor cearense por si ou auxiliado pelos filhos menores consagra a este serviço parte do dia; começa as 6 horas da manhã, interrompe-o das 10 as 2 horas da tarde, nas horas mais cálidas, para continuá-lo até o pôr do sol”³⁸⁰⁹. Pompeu, dessa forma, indicava como, em determinadas localidades (não sabemos ainda em que lugar específico do Ceará ele estava se remetendo) o cultivo era marcado pelo trabalho familiar e se baseava em marcações do mundo natural, parava-se das 10 as 14 quando os raios solares incidiam mais diretamente e tornava o trabalho mais oneroso, bem como se deveria estar atento para os dias de chuva e sol, para não confundir os momentos em que se poderia plantar e conseqüentemente colher. O texto não fala de objetos técnicos que pudessem medir a notação do tempo, mas indica que os trabalhos eram iniciados quando dos primeiros raios solares e terminados quando do pôr do sol, denotando assim a sincronia que havia entre a rotina de trabalho do camponês e as marcações da ordem da natureza.

Em seu livro “Caminhos e fronteiras”, na terceira parte, *O fio e a teia*, Sérgio Buarque de Holanda faz um excelente panorama das primeiras atividades relacionadas ao cultivo de algodão e confecção de redes, “as camas da terra”, e tecidos grossos em várias localidades (sobretudo a capitania de São Vicente), passando por todo o período colonial. Segundo ele, desde 1558, baseando-se em cartas jesuíticas, “já existia pelo menos um tecelão índio com seu tear numa das aldeias baianas, tendo aprendido o ofício por iniciativa dos padres”, contudo, como diz, é somente “a partir de 1650 mais ou menos é que começam a surgir produções mais avultadas. Ademais, Nem todos dispõem de teares, de modo que alguns proprietários devem auferir bons lucros fazendo tecer o algodão próprio e o alheio”³⁸¹⁰. Holanda nos esclarece, desse modo, como muito antes da efetiva colonização do Ceará já se ensaiava no Brasil caminhos que poderiam render “bons lucros” se levados a cabo. Vê-se que os padres não estavam só preocupados em ensinar lições exemplares de fé e obediência aos indígenas, mas se preocupavam em também ensinar alguns ofícios, afinal aqueles não poderiam andar despidoradamente por qualquer lugar e deveriam aprender os princípios da civilização.

No fim do século XVIII, o Maranhão já havia se tornado um dos “maiores produtores de algodão na América lusitana”³⁸¹¹ e, a nosso ver, já mostrava seu exemplo no Norte de como uma província poderia garantir um ‘futuro promissor’, no discurso da época, ao tentar atrair para si um lugar de destaque comercial. Não tardaria para que o Ceará, nesse contexto, a partir de uma reunião com 47 indivíduos, “Homens brancos que habitavam a Vila de Fortaleza”, começasse a requerer sua independência administrativa e construísse um discurso que a pudesse favorecer economicamente. Como notou Otaviano Viera Jr., desde a carta que foi endereçada à Sua Majestade, a rainha D. Maria I, em 1799, pedindo a autonomia administrativa do Ceará da capitania de Pernambuco, “A produção mercantil, de maneira tão enfática, fora destacada, reforçando a imagem de uma vila em plena expansão comercial e ávida pelo direito de negociar diretamente com o Reino”. Com efeito, como mostrará Otaviano, por mais que o Ceará não tivesse estrutura e condições para sustentar o discurso de uma “vila em plena expansão comercial” no momento, seus representantes mais ilustres defendiam um projeto que apontava para o futuro e em que seus co-provincianos pudessem

³⁸⁰⁹ BRASIL, Thomaz Pompeu de Souza. **A cultura do algodão especialmente no Ceará**. Fortaleza: Typographia Litho-Gadelha, s/d, p.40. Apud: LEITE, Ana Cristina. **O algodão no Ceará: estrutura fundiária e capital comercial (1850/1880)**. Fortaleza: SECULT, 1994

³⁸¹⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

³⁸¹¹ Idem, *Ibidem*.

ser mais 'industriosos'. Analisando esse discurso e comparando a realidade de Fortaleza 50 anos depois, ainda em 1850 diz que a "fragilidade econômica da capital poderia se materializar nas suas edificações" ³⁸¹². Dessa forma, para além de efetivas realizações materiais, podemos inicialmente assegurar que havia projetos de modos de vida que, como desejo de lucrar e enriquecer, já se diferenciavam e buscavam transformar a realidade configurada desde o final do século XVIII e, assim, entrar efetivamente no caminho do Progresso.

Em 1862, por meio de Relatório do Presidente da Província, Cunha Figueiredo Jr. fez um rápido resumo do estado da agricultura no Ceará e diz que a cultura do algodão "floresceu desde o princípio do século até 1822, em que decaiu. De 1848 para cá tem tomado novo desenvolvimento, e vai subindo progressivamente, apesar do pulgão (mofo) e de outras contrariedades". Ao escrever a partir de um momento em que o cultivo parecia estar em razoável progresso³⁸¹³, Figueiredo procurava indicar alguns momentos em que, em vista de sua leitura do passado, demarcariam possíveis fracassos de seus antecessores e os novos incrementos pelos quais a agricultura passava, além de acentuar certas "contrariedades" que desafiavam o desenvolvimento do comércio algodoeiro. No entanto, desde o início do século, não faltavam esforços para garantir esse empreendimento. Inclusive, em sua passagem pela administração da Província do Ceará, José Martiniano de Alencar até fez vir da Europa trabalhadores especializados ³⁸¹⁴. Assim, disputava-se não apenas o sucesso de tal produto ou tipo de comércio, mas projetos divergentes que propunham modos de convívio com a natureza. Como disseram Peter Linebaugh e Marcus Rediker, em seu artigo magistral sobre a Hidra de muitas cabeças, mesmo que num contexto diferente, "Os "princípios", tal como as mercadorias, eram transportados nesses navios" ³⁸¹⁵. Ou seja, ao mesmo tempo em que o capitalismo industrial se internacionalizava, também os seus ideais calcados numa maior produção e circulação de mercadorias ganhavam várias partes do mundo. Não só mercadorias, mas principalmente uma ética capitalista, voltada para uma maior competitividade e completamente diferente de uma solidariedade marcadamente campesina, disputava sua teia hegemônica (Não queremos aqui idealizar as relações do campo, mas apenas acentuar as diferenças entre um pensamento marcado pela orientação pelas tarefas, com maior possibilidade de laços solidários, e tarefas em que já se presentifica uma ética mais capitalista em que o tempo já é rigorosamente marcado e tido como dinheiro. O tempo não é mais vivido, mas perdido, por que dinheiro).

Não nos detemos sistematicamente em uma leitura profunda de nossas fontes e muito menos cercamos efetivamente nosso objeto de pesquisa. Como nosso procedimento até aqui o atesta, procuramos traçar um quadro panorâmico de alguns processos que estão relacionados ao nosso domínio maior de pesquisa e possíveis diálogos com historiadores, sobretudo E.P. Thompson. Sabemos que não se trata aqui de desenvolver longa argüição contrapondo leitura extensa de documentos juntamente com leituras teórico-metodológicas, pois certamente excederia os limites desse breve trabalho. Nosso intuito maior é refletir sobre algumas lições que colhemos em algumas leituras, como travessias, e como podemos fazê-las funcionar quando da leitura de determinadas fontes.

³⁸¹² VIEIRA JR., Antonio Otaviano. **Entre o futuro e o passado: aspectos urbanos de Fortaleza (1799-1850)**. Museu do Ceará, 2005.

³⁸¹³ Segundo Negraes Brisolla, "o aumento da extensão dos cultivos no Ceará se fez praticamente de um ano para outro. De 1863 para 1864 duplicaram-se as lavouras e neste último ano a produção alcançou 1.135 toneladas. Em 1866 foram vendidas 2.067 toneladas de algodão em Fortaleza, a 26\$000 a arroba, o maior preço até então atingido pela fibra". BRISOLLA, Sandra de Negraes. **Relações pré-capitalistas na agricultura brasileira: um estudo da cultura do algodão arbóreo no Ceará**. Dissertação de mestrado. Campinas, p. 14, 1977.

³⁸¹⁴Ver: NOBRE, Geraldo da Silva. **O processo histórico de industrialização do Ceará**. Fortaleza, SENAI/DR-CE, 1989.

³⁸¹⁵ LINEBAUGH, Peter e REDIKER, Marcus. **A Hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos e a classe trabalhadora atlântica no século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Assim sendo, ao nos voltarmos para esses processos do início do século XIX, seguindo Thompson, precisamos compreender minimamente como eram estabelecidas as relações de trabalho no interior cearense e quais objetos/meios utilizavam para suas marcações temporais.

Por um lado, Como já o dissemos, não encontramos em nossos vestígios documentais referências ao uso de relógios, mesmo os de pêndulos. Thompson, por outro lado, faz um interessante percurso ao tomar a circulação de relógios, em seus vários formatos, e como eles passam a ter maior uso na sociedade inglesa, principalmente sendo motivo de várias disputas entre industriais, e entre estes e diversos trabalhadores. Entretanto, diferentemente dele, tentamos rastrear maquinarias, máquinas e invenções relacionadas ao beneficiamento de algodão vindas da Europa e principalmente dos EUA. Em vista disso, de partida, importa-nos inquirir quais maquinarias voltadas para a lavoura algodoeira realmente chegaram ao Brasil no período estudado e, se chegavam, como foram remetidas ao Ceará e aqui apropriadas; como se relacionaram aos tempos do lugar e que lugar (fazendas? Quais? Quem as usava?).

Como se pode notar pela rápida descrição de alguns processos desenvolvidos por máquinas³⁸¹⁶ de cardar algodão, o seu beneficiamento acelerava o ritmo de produção numa sincronização bem diferente daquilo que se tinha até então. Segundo observações de Buarque de Holanda sobre essas modernizações, “Essas vantagens seriam extraordinariamente superadas depois que, em 1792, Eli Whitney inventou o saw-gin, destinado a operar uma verdadeira revolução na economia agrária do sul dos Estados Unidos. É que, graças a essa máquina, se tornaria possível a limpeza de mil libras de algodão no mesmo prazo em que um escravo, com o antigo descaroador de madeira, limpava cinco arráteis”³⁸¹⁷. No entanto, sobre a recepção desse mesmo invento no Brasil, diz que “só muito lentamente se impôs e ainda hoje, em certos lugares do interior, continua-se a trabalhar com o mesmo instrumento que os índios de serviço usavam em São Paulo por volta de 1680 e provavelmente antes”. Ainda assim, não capitula em reconhecer a importância de se tentar compreender as efetivas relações entre a circulação desses mecanismos e o desenvolvimento na cultura algodoeira, pois, como atesta, “A verdade é que de nenhum produto tropical se pode dizer, tanto como do algodão, que os progressos no seu cultivo dependeram estreitamente da existência de maquinismos adequados e de métodos de elaboração mais aperfeiçoados. Métodos e maquinismos que só dois séculos mais tarde principiaram a surgir entre nós”³⁸¹⁸.

Segundo relatório provincial de 1886, de Costas Barradas, “A primeira machina de descaroador algodão que a província possuiu, foi importada em 1849, pelo governo provincial e confiada ao importante fazendeiro da serra de Maranguape Ignacio Pinto de Almeida e Castro. Actualmente existem muitas de systema americano e inglez, quasi todas de serras, sendo, só no município de Acarape 12, umas 6 no de Maranguape, 6 a 8 no de Pacatuba, etc., movidas a vapor”³⁸¹⁹. Aqui, até onde pudemos pesquisar, temos um primeiro indício da (talvez) primeira “machina” que fora remetida ao Ceará. A serra de Maranguape estava entre os locais preferidos para o cultivo, juntamente com outras serras próximas, p.ex.,

³⁸¹⁶ “Na década de 1730 John Kay inventou a lançadeira volante; em 1740 Ricardo Wiatt inventou o sistema de cilindros e bobinas para cardar e fiar algodão cem vezes mais depressa; em 1764, Hargreaves inventou a máquina de fiar “Jenny”, que centuplicava a produção de um fiador; em 1769 Arkwright inventou a fiandeira hidráulica, que possibilitou a fabricação do tecido de algodão sem mistura com o linho; em 1779, Crompton criou uma máquina, denominada mula, que produzia um fio mais fino, melhor que o da Índia. Em 1785, Cartwright inventou a tear mecânico”. In: LEITE, Ana Cristina. **O algodão no Ceará: estrutura fundiária e capital comercial (1850/1880)**. Fortaleza: SECULT, 1994.

³⁸¹⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.225.

³⁸¹⁸ Idem, p. 215.

³⁸¹⁹ BARRADAS, Joaquim da Costa. Relatório apresentado pelo Presidente da Província do Ceará à Assembleia Legislativa Provincial em 1º de setembro de 1886.

Uruburetama, Aratanha e Baturité. Relacionando num movimento maquinismos com possíveis desmatamentos nas regiões dessas serras, buscamos ensaiar uma interpretação histórica que compreenda algumas movimentações entre sociedade e natureza; as ações dos homens em seu meio ambiente e os limites que este os impõe.

Esse pequeno fragmento de Barradas ainda nos dá muitas pistas, sobretudo quando nos diz que “Atualmente existem muitas de systema americano e inglez, quasi todas de serras, sendo, só no município de Acarape 12, umas 6 no de Maranguape, 6 a 8 no de Pacatuba”. Evidentemente que não nos interessa aqui fazer apenas e por si uma história no âmbito de chegadas e saídas de materiais técnicos, mas procurar chegar aos usos que estes por ventura tiveram. Pois, na verdade, como diz Milton Santos, cada paisagem, com suas variadas formas, expressa também as interconexões de vários tempos. “Paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima”³⁸²⁰. Assim, ao chegarem ao Ceará, essas máquinas somariam seus próprios tempos com os tempos dos objetos do próprio lugar. Nesse sentido, “a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal”. Contudo, ao se misturar com as “vidas que as animam”, nos seus diversos usos, essas máquinas e técnicas deixam de ser apenas diacronia e passam a ser sincronia, isto é, passam a ser presentificar quando efetivamente usadas, tornando-se espaço, pois o “espaço é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única”. Dito de outro modo, “Cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos, providas de um conteúdo técnico específico. Já o espaço resulta da intrusão da sociedade nessas formas-objetos”³⁸²¹. Voltando à citação, Barradas ainda diz que eram “movidas a vapor”. Se foram movidas a vapor, talvez o uso agregado a outras atividades semelhantes à coivara significou no mínimo um incremento no trabalho com carvão e, por conseguinte, recrudescimento do desmatamento e diminuição de matas ciliares, diminuindo a represa de pequenos rios e riachos.

Alguns anos depois, em uma memória de 1859, depois de várias discursos que preconizavam a cultura do algodão, Thomaz Pompeu de Sousa Brasil (o senador) alertava para o estado da agricultura no Ceará: “A cultura do algodão, que se começou ali [serra de Uruburetama] desde o princípio deste século em maior escala, fez desguarnecer as faldas da serra, descobriu as fontes dos mananciais, e a agoa foi desaparecendo por muitas partes, e redusindo aos poucos correntes que restão para mais tarde também desaparecem de todo”. Como podemos imaginar, ao comparar em dois momentos distintos uma mesma paisagem, Sousa Brasil observou o quão nocivo estava sendo a cultura algodoeira para a ecologia serrana cearense de meados dos oitocentos. Como diz Santos, ao poder supor um passado de determinada paisagem, a partir do relato/memória de Thomaz Pompeu, podemos imaginar minimamente o estado das formas que compunham aquela realidade cearense. Ademais, “Se queremos interpretar cada etapa da evolução social, cumpre-nos retomar a história que esses fragmentos de diferentes idades representam juntamente com a história tal como a sociedade a escreveu de momento em momento. Assim, reconstituímos a história pretérita da paisagem, mas a função da paisagem atual nos será dada por sua confrontação com a sociedade atual”³⁸²².

III.

Cumpre-nos retomar os fios de nossa já tornada longa divagação: como a elaboração de uma memória inicialmente publicada num periódico, Cearense, e depois impressa em formato de livro, que, como disse o próprio autor, seria “distribuído para agricultores e

³⁸²⁰ SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2012, p.103.

³⁸²¹ Idem, *Ibidem*.

³⁸²² SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2012, p.107.

creadores”, poderia finalmente dar algum sentido diante de tudo que palmilhamos? Como testemunho de uma época, mesmo preocupado com interesses marcadamente econômicos e conservadores, Thomaz Pompeu, ao ser voltar para a realidade sentida em algumas serras cearenses, nos deu a possibilidade de ensaiar uma análise que busque holisticamente entender como camponeses/agricultores/trabalhadores se relacionaram com o mundo natural e como este expressou espacialmente a cultura daqueles nos processos relacionados ao cultivo algodoeiro em meados dos oitocentos. Assim, caberia ainda voltar dos maquinismos para as tarefas no cultivo. Pois, em grande medida, como observou Thompson para a realidade inglesa, e com efeito muito se aproxima da brasileira do século XIX, “na medida em que a manufatura continuava a ser gerida em escala doméstica ou na pequena oficina, sem subdivisão complexa dos processos, o grau de sincronização exigido era pequeno, e a orientação pelas tarefas ainda prevalecia”³⁸²³. Semelhantemente, Holanda, buscando compreender o porquê da lenta recepção de inventos no Brasil, escreveu que, “para muitos”, “o espírito de rotina explicaria o apego persistente aos processos fastidiosos e fatigantes que tinham dominado no preparo do produto indígena para a fiação e tecelagem”. Assim, entender os significados desse “espírito de rotina”, marcado por “processos fastidiosos e fatigantes”, vincula-se a uma tentativa de compreender algumas faces das resistências de camponeses diante da propagação de uma ética capitalista assentada na equalização entre tempo e ganho/’dinheiro’. Esta pesquisa continuará perseguindo algumas dessas indagações e mostrando que outras pessoas em outros tempos viveram diferentemente de nós e com outras sincronias entre sociedade e natureza.

O DISCURSO EM TORNO DOS SEMIÁRIDOS DO NORDESTE BRASILEIRO E DO NOROESTE ARGENTINO: UM ESTUDO SOBRE AS SECAS DO CEARÁ E DE SANTIAGO DEL ESTERO (1932-1937)

Leda Agnes Simões de Melo³⁸²⁴
ledagnes@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho é fruto das pesquisas iniciais do projeto de doutorado e tem por objetivo estabelecer uma análise comparativa entre o semiárido do Nordeste brasileiro e do Noroeste argentino. Dentro dessa perspectiva, se buscará compreender particularmente os discursos de grupos agrários, de intelectuais, da imprensa e do próprio governo marcados, ainda no século XX, pela dicotomia progresso/atraso, ausência *versus* presença de água que perpassaram todo o século XIX como justificativa para intervenções nesses territórios de modo a rotular, muitas vezes, os semiáridos como lugares fadados a pobreza, ao atraso e resistentes a modernidade. Para tanto, se fez um recorte específico, tanto temporal como geográfico. Foram escolhidos os semiáridos do Ceará, para o caso do Nordeste brasileiro, e o semiárido de Santiago del Estero, para o argentino, principalmente porque essas duas regiões passaram por uma grande seca na década de 1930 que mudou o panorama desses locais, com uma onda de fome, morte, epidemias e migrações. No Ceará, a seca começou em 1932 e durou até 1933 e em Santiago del Estero ela ocorreu de 1935 a 1937. Entende-se também que é essencial analisar os vínculos de pertencimento entre os

³⁸²³ THOMPSON, E.P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.280.

³⁸²⁴ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/FFP). Mestre no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Bolsista CAPES.

seres humanos e a natureza, principalmente no que tange às sociedades rurais, ponto que será salientado neste trabalho. Por fim, é possível ainda, nos dias atuais, perceber como prevalecem, de alguma maneira, visões que enxergam as áreas que vivem assoladas pela seca como locais em que a água não existe e por isso não haveria progresso.

Palavras-chave: seca; semiáridos; Ceará; Santiago del Estero

Introdução

Aziz Ab'Sáber (1999) explica que existem na América do Sul três grandes extensões semiáridas: Guajira, na Venezuela e na Colômbia; a diagonal seca do Cone Sul, Argentina, Chile e Equador; e o Nordeste seco do Brasil, com as caatingas. Há também, segundo Joaquim Alves(1992), países que podem ser atingidos por seca como: Índia, Austrália, Argélia, podendo ainda haver estiagens nos Estados Unidos e México. Por isso, as secas não são fenômenos locais e sim são perturbações que ocorrem a nível global, com consequências e dimensões diversas em cada país ou região em que o fenômeno ocorre. De acordo com Emilio Pontes “o semiárido relaciona-se ao clima das regiões com pluviosidades médias anuais entre 250 e 800 mm(...) São biomas típicos do semiárido as estepes asiáticas, o outback australiano, o bosque chaqueño argentino e a caatinga nordestina.”³⁸²⁵

Duas regiões do mundo são emblemáticas, dentro de suas semelhanças e diferenças geográficas, econômicas e sociais, tanto pela relação com a seca, com os discursos sobre os semiáridos, sobre a água e sobre a pobreza dessas localidades, quanto pela desigualdade regional e pela exclusão social, são elas: os sertões do Nordeste brasileiro e o Noroeste (NOA) da Argentina.

Os sertões do Nordeste vão da margem direita do Rio Parnaíba até o Rio Itapicuru, abrangendo os estados do “Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia”³⁸²⁶. Até meados do século XVII, eram ocupados pelos indígenas. Sua ocupação pelos colonizadores só se intensificou “a partir do início do século XVIII, quando uma Carta Régia proibiu a criação de gado numa faixa contida desde o litoral até uma distância de 10 léguas em direção aos sertões.”³⁸²⁷

No interior do Ceará, a ocupação se deu, no século XVIII pela entrada nas ribeiras do Jaguaribe e do Acaraú. Nos dizeres de Josué de Castro, muitos que penetraram os sertões com suas atividades pastoris eram cristãos novos, judeus e árabes. O gado e o algodão passaram a desempenhar papel importante na economia dessas áreas. Nesse período, havia criação de gado não só vacum nas fazendas, mas de cavalos e mulas, resistentes à secura e a prosperidade do gado caprino. Thomaz Pompeu Brasil, cearense e senador do Império (1864-1877)³⁸²⁸, ressaltava que o gado vacum, cavalos, mulas e lanígero, serviu tanto para o mercado interno como para o externo, e que os sertões eram perfeitos para essa indústria. O estímulo à venda da carne do gado, que deveria alimentar os trabalhadores dos engenhos de açúcar, impulsionou a pecuária nos sertões.

A região do Noroeste Argentino (NOA) é localizada no extremo noroeste da Argentina e tem como limites o Chile (oeste) e a Bolívia (norte), as províncias que a compõem são Jujuy,

³⁸²⁵ PONTES, Emilio Tarlis Mendes. **A convivência com o semiárido no contexto sulamericano:** segurança hídrica em Afogados da ingazeira (Pernambuco, Brasil) e Graneros (Tucumán, Argentina). Recife: Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2014, p.63

³⁸²⁶ CASTRO, Josué de. Geografia da fome (Dilema brasileiro: pão ou aço). 10ª Edição, Rio de Janeiro: **Revista Antares**, 1984, p.65.

³⁸²⁷ CAMPOS, José Nilson B.; STUDART, Ticiania. Secas no Nordeste do Brasil: Origens, causas e soluções. In: **XII Congresso Brasileiro de Meteorologia (CD-ROM)**. Foz do Iguaçu, PR, 2002, p.2.

³⁸²⁸ BRASIL, Thomaz Pompeu de Souza. O Clima e as Secas do Ceará. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877. In: ROSADO, Vingt-Un (org.). O nono livro das secas. Mossoró: Guimarães Duque, 1983. **Coleção Mossoroense**, v.285. Disponível em: www.coleçao Mossoroense.org.br

Salta, Tucumán, Catamarca e Santiago del Estero, e representam cerca de 16,7% do total da superfície continental do país³⁸²⁹.

De acordo com Maria Laura Corso y Vanina Pietragalla³⁸³⁰, a Argentina é o país da América Latina com maior superfície árida, semiárida e sub úmida seca, abarcando 75% do território nacional. Existe nessa extensão territorial diferentes ambientes de bosques, estepes arbustivos e gramíneos, e o deserto. Há também o chamado Parque Chaqueño onde há uma área mais seca, denominada *Chaco Semiárido* e nele se encontram as regiões de Formosa, Chaco, Salta, Tucumán, Santiago del Estero e Córdoba.

Santiago del Estero se desenvolveu às margens dos rios, com a criação de animais: cabras, vacas, cavalos e mulas, em estreita relação com a floresta e seus recursos, definindo não só os principais produtos econômicos exportáveis, como também a organização local, das relações de dominação e os tipos sociais predominantes. A vida e a agricultura campesina, até 1870, eram marcadas fortemente pelas tradições indígenas, o que foi fundamental para a nova agricultura nas fazendas, que se desenvolveram com a modernização, no que diz respeito ao papel de reprodutora das forças de trabalho. Além desses fatores, no século XX, Santiago del Estero assistiu a entrada de imigrantes estrangeiros como espanhóis, italianos, sírios, libaneses, daneses, russos, onde se instalaram como comerciantes, agricultores, trabalhadores ou colonos.³⁸³¹

Foi a partir dessa perspectiva que escolhemos como temática desta pesquisa o estudo dos semiáridos do Nordeste do Brasil e do Noroeste (NOA) da Argentina entendendo que essas duas regiões e esses dois países sul-americanos tiveram histórias de ocupação dos seus espaços, políticas e discursos em relação a construção da Nação bastante semelhantes. Valendo ressaltar que, a história dos dois países esteve “muito mais ligada aos centros políticos e econômicos Ocidentais que entre si”³⁸³².

Especificamente, dois locais vivem constantemente assolados pelas fortes estiagens nessas regiões mencionadas, no Nordeste brasileiro o Ceará e no Noroeste Argentino a província de Santiago del Estero. Tanto no Ceará como em Santiago del Estero aconteceram secas significativas que mudaram o panorama de suas populações e ilustram o quanto as políticas públicas para o interior foram pouco efetivas, por diversos fatores políticos, pelas influências das oligarquias, do poder do latifúndio e de como o sertanejo – no caso cearense – e os indígenas – no caso de Santiago – foram submetidos a diversos discursos que tentaram inseri-los em um novo modelo de vida e de progresso nacional.

Os períodos secos registrados e que atingiram número maior de regiões na Argentina foram os dos anos de 1915-16 e 1924-25, 1916-17, 1933-34, 1936-37, 1938-39 e 1944-45. Porém, a década com maior ocorrência de seca em grande escala foi a de 1931-40³⁸³³. Foi especificamente nos anos de 1935 a 1937 que o semiárido de Santiago foi tomado pela onda de seca, um acontecimento ambiental que marcou a economia e a sociedade dessa região.

No Brasil, algumas secas foram de grande vulto como as de 1877, 1915 e 1932 que resultaram para a região uma onda de miséria, morte de milhares de sertanejos e também um grande fluxo de migrações para o Sudeste ou para a Amazônia, revelando uma verdadeira

³⁸²⁹ BOBBA, María Elvira. Causas de las sequías de la región del NOA(Argentina). Costa Rica: **Revista Geográfica de América Central**. Número Especial EGAL, II Semestre 2011, p.3.

³⁸³⁰ CORSO, Maria Laura; PIETRAGALLA, Vanina. **La Lucha contra la Desertificación en Argentina: Degradación de la Tierra en Zonas Áridas e Identificación de Prácticas de Manejo Sustentable de Tierras**. Coordinación Nacional del Proyecto LADA, con la colaboración del Lic.Joaquín Etoarena, experto integrado CIM/GIZ. Dirección de Conservación del Suelo y Lucha contra la Desertificación de la Secretaría de Ambiente y Desarrollo Sustentable de la República Argentina. FAO-LADA, 2010, p.3.

³⁸³¹ Ideia retirada de: TASSO, Alberto. Un caso de expansión agraria capitalista seguido por depresión. Santiago del Estero, 1870-1940. Tucuman/Argentina: **Población y sociedad** nº 10/11, 2003-2004, p.114 e p.115.

³⁸³² FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando J. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)**. São Paulo: Ed.34, 2004, p.20.

³⁸³³ MINETTI, J.L.; VARGAS, W.N.; VEGAS,B; COSTA, M. C. Las sequías en la Pampa Húmeda: impacto en la productividad del maíz. **Revista Brasileira de Meteorologia**, v.22, n.2, 218-232, 2007, p.224.

desordem nas políticas públicas de combate à seca. Especificamente no Ceará, a seca de 1932 comprovou a falta de planejamento em relação ao problema das estiagens.

Nessa perspectiva, Boris Fausto e Fernando J. Devoto explicam as potencialidades do estudo comparativo entre Brasil e Argentina, principalmente por se “tratarem de sociedades próximas no espaço, cujos processos históricos se desenvolvem no mesmo quadro temporal(...)apesar da disparidade de dimensões territoriais”³⁸³⁴. Sendo assim, a análise se dará, mais explicitamente, dando ênfase na busca de uma experiência comum nessas regiões favorecida pela seca.

1. Os discursos em torno dos semiáridos argentino e brasileiro (séculos XIX-XX)

Segundo Maria Verónica Secreto (2001), as colonizações/ocupações ocorridas na expansão desses dois países no século XIX não contemplaram as nações de maneira uniforme. Assim como na Argentina (região rio-platense) durante a “colonização” as autoridades tinham como foco principal o Pampa deixando “de fora” o Noroeste argentino, no Brasil o impacto foi no Sudeste do país, em detrimento do Nordeste que também foi relegado a segundo plano nesse processo. Vale observar, no entanto, que nesses locais havia uma elite agrária latifundiária que esteve sempre ativa na dinâmica econômica nacional, mas tal dinamismo não mudaria a conjuntura de desigualdade social. O discurso de Buenos Aires para o Noroeste era que não havia neles apenas o problema dos índios, mas principalmente a ausência de água que dificultava a ocupação.

Um fator diferencial no que tange à ocupação também deve ser lembrado: nenhum dos dois países exercia soberania total sobre seus territórios antes da independência (Argentina em 1816 e o Brasil em 1822). No entanto, a Argentina “ocupava cerca de um terço de seu futuro território e o Brasil cerca da metade”³⁸³⁵. Segundo Fausto e Devoto, na Argentina metade de seu território ainda era ocupado pelos índios e no Brasil, havia um número menor de índios e esses eram pouco articulados. Isso significará que, no caso argentino os conflitos fronteiriços com os índios serão muito maiores, e que muitos deles ocorriam nas proximidades de Buenos Aires, Santa Fé e no norte; já no Brasil uma grande parte dos índios que não foram assimilados viviam longe dos centros de povoação fazendo com que não constituíssem uma ameaça.

Vale ressaltar que na Argentina havia um eixo fluvial importante entre os rios da Prata, Paraná e Uruguai, que dava, segundo Fausto e Devoto, uma coesão muito maior ao litoral tornando sua economia mais dinâmica. Com isso, carecia-se de boas vias terrestres que ligassem esta região litorânea com o Noroeste, impedindo a comunicação entre as diversas sub-regiões.

Dessa forma, no século XIX iniciou-se de maneira mais concreta no Pampa argentino e no Sudeste do Brasil uma mobilização em prol da modernização desses locais ditos ainda “não ocupados” pela “civilização”, enquanto o interior desses respectivos países, principalmente o Nordeste e o Noroeste, não estavam no plano principal desse progresso nacional. No Brasil convencionou chamar as regiões que tinham “ausência” de “civilização” de “sertão” e na Argentina de “deserto”.

Dentro desse olhar que diversos grupos sociais assimilaram e difundiram o discurso da modernidade e “a partir da segunda metade do século XIX, também as elites, tanto argentinas como brasileiras, começaram cada vez mais a conhecer, refletir e comparar suas realidades com as estrangeiras”³⁸³⁶. Assim, a ideia de civilização e progresso *versus* a barbárie serão temas retratados nos discursos políticos, na literatura e nos jornais. Isso se refletirá não só nas cidades do litoral, mas também no interior.

³⁸³⁴ FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando J. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)**. São Paulo: Ed.34, 2004, p.19.

³⁸³⁵ *Ibidem*, p.32.

³⁸³⁶ SECRETO, Maria Verónica. **Fronteiras em movimento: o sudeste bonaerense e o oeste paulista na segunda metade do século XIX. História comparada I**. Maria Verónica Secreto. Campinas, SP: [s.n.], 2001, p.275.

A ocupação do interior do Sudeste brasileiro se deu pelo movimento das Bandeiras para cultura do café, uma segunda Bandeira do século XIX, realizada por homens móveis, migrantes e conhecidos como os pioneiros, os sertanistas, que desbravaram o interior do país – os sertões – com suas armas e com seus valores morais civilizados.

No entanto, é importante salientar que no século XIX “as elites imperiais brasileiras viam como “bárbaras” repúblicas sul-americanas”, porque entendiam que faltava o refinamento de uma Corte imperial e de uma classe dirigente coesa. Já na região rio-platense, “encarava-se com desprezo o Império e a sociedade escravista”³⁸³⁷, muito mais pela ideia europeizante de nação com a chegada dos imigrantes a Argentina, do que pela escravidão em si. Fausto e Devoto ressaltam uma diferença que deve permear a reflexão sobre a análise comparativa entre esses dois países. Quando se pensa no Brasil primeiramente resalta-se o papel do Estado e na Argentina o papel da sociedade – mesmo que tenha havido também um forte papel estatal. Ou seja, houve na Argentina uma sociedade muito mais integrada do que a brasileira, com “mecanismos sociais autônomos em relação ao Estado”³⁸³⁸.

Dentro desse panorama, no caso argentino, a ocupação do Pampa se deu pela chamada Conquista do Deserto que se iniciou no século XIX, principalmente no sul da província de Buenos Aires. Essa campanha tinha por intuito primeiro dinamizar a produção. No entanto, o índio atravancava esse processo e, por isso, era necessário eliminá-lo. Segundo Secreto, houve duas “Campanhas ao Deserto” nesse período, a de Juan Manuel Rosa em 1833 e a de Julio Argentino Roca em 1880, tendo como objetivo não só civilizar o deserto vazio, mas trazer a mão de obra do migrante europeu, pensar na questão no problema do índio e na expansão de suas fronteiras. Principalmente no período de Roca, a violência contra os indígenas foi em número muito maior. Pode-se encontrar tal questionamento de uma intelectualidade da época sobre civilizar um deserto relegado a barbárie em *Facundo*, de Sarmiento, e nas literaturas de Juan Bautista Alberdi.

Mas, nesses dois processos havia outras regiões como o Nordeste do Brasil e o Noroeste da Argentina que apesar de estarem, em certa medida, à margem do poder econômico, relegadas a segundo plano nos investimentos dessas nações, também sofreram intervenções ditas modernas contra possíveis formas atrasadas de modelos de vida.

Posteriormente, quando o Sudeste do Brasil, especificamente, São Paulo e Rio de Janeiro, e o sul da Argentina, Buenos Aires, conseguiram se incorporar ao mercado internacional, tornaram-se modelos que deveriam ser seguidos e o restante dos estados dos dois países passaram a tê-los como parâmetro a ser conquistado. Em fins do século XIX e no século XX, neste caso específico até o fim dos anos de 1930, o Sudeste ditou as regras do Brasil, principalmente o Rio de Janeiro, a então capital do país, e Buenos Aires na Argentina. Tal fato interferiu na reflexão das elites daquele contexto em como se deveria integrar os semiáridos brasileiros e argentinos às então nações republicanas.

Nísia Trindade Lima ainda explica um fator importante para o Nordeste: a Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS) – órgão responsável pelo combate às secas de todo Nordeste – contratou, em 1912, o Instituto Oswaldo Cruz para realizar incursões à região. O Instituto estava embebido pelos debates que viam os sertões como lugares de resistência à modernidade e o sertanejo como um homem de natureza rústica que precisava ser civilizado. Essa perspectiva acabou por criar a figura do sertanejo como doente e os sertões como lugares do atraso, relacionados “ao abandono a que eram relegados às populações do interior do Brasil”³⁸³⁹.

Tais visões estavam envolvidas no discurso que entendia a natureza como problema e o homem dos sertões como relutante às medidas civilizatórias e de progresso nacional. Os intelectuais que pensavam o Brasil no começo da República, segundo Lima, eram, em sua

3837 FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando J. **Brasil e Argentina**: um ensaio de história comparada (1850-2002). São Paulo: Ed.34, 2004, p.23.

3838 Idem, p.27.

³⁸³⁹ LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**: intelectuais e a representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999, p.8.

maioria, das elites e formados em Direito, Engenharia, podendo também ser militares. Esses homens da ciência deveriam agora tomar parte do país para transformá-lo. “Ao mero reconhecimento do espaço como nas narrativas de viajantes do século XIX, juntava-se o expediente de intervir neste mesmo espaço”³⁸⁴⁰. Já em 1932 Kênia Rios destaca que havia a tentativa de consolidar um discurso do civilizado, para que não se permitisse que os flagelados se tornassem bandidos. O projeto procurava, “disciplinar os retirantes, buscando ser humanitário e civilizador, ou seja, moderno, em sintonia com o progresso.”³⁸⁴¹

Na Argentina, houve a chamada Conquista do Deserto chaqueño que começou, de maneira mais efetiva, de acordo com Carla Mariana Lois (1999), com as expedições de 1870 iniciadas por Napoleón Uriburu, tendo como finalidade submeter os índios. A partir desse momento, outras expedições ocorreram no Chaco e devido à falta de organização, somadas a diversos desacordos entre as autoridades do governo central e as autoridades locais, vão condicionar o avanço cada vez maior e efetivo dos militares sobre o território indígena. Mas foi com a campanha do general B. Victorica em 1884 que se iniciou, como ressalta Lios, uma nova modalidade de exploração que tinha como intuito avançar sobre o território indígena e estabelecer colônias “civilizadoras” fortemente militarizadas, composta por estrangeiros e indígenas. Essa campanha estava vinculada, segundo a autora, a necessidade de incorporar mão de obra barata para as fábricas. Era necessário que a civilização vencesse a barbárie, em nome do progresso nacional.

A diferença primordial entre o dito deserto pampeano e o deserto chaqueño foi a incorporação do índio pelo segundo, para transformá-lo em uma mão de obra adaptada, e sua eliminação pelo primeiro.

Chegada a década de 1930, tanto o Ceará quanto Santiago del Estero ainda viviam à margem do sistema econômico destas nações. Os discursos em torno da pobreza dos seminários santiagueños e cearenses se concentravam no progresso e no avanço, perante um mundo que acabara de enfrentar a Crise de 1929, com a queda da Bolsa de Valores de Nova York. Era necessário que as grandes capitais, Buenos Aires e Rio de Janeiro, olhassem para o interior de maneira mais concreta, e jornais da época, tanto quanto intelectuais dessas regiões voltarão seus discursos para uma crítica ferrenha pelo descaso dos governos em relação as áreas mais pobres desses países.

3. Ceará e Santigo del Estero:

O Ceará se encontra entremeado nos seus limites pelo Rio Grande do Norte e Paraíba a leste, Pernambuco ao sul e ao oeste Piauí. É separado pelo Rio Grande do Norte pelas serras do Apodi e São Miguel, da Paraíba pelas serras do Cachorro Morto, Balanças e Padre, de Pernambuco Serra do Araripe e do Piauí São João da Praia e Ibiapaba, Côcos e Carris-Novos, tendo uma parte que compõe seus semiáridos.

Sabe-se que o termo sertão ainda é mau empregado, seja pela sociedade mais ampla, seja mesmo em muitos estudos de caráter científico. Por isso, é válido salientar, segundo Caio Maciel (2000), que o sertão é apenas uma parcela do interior do Nordeste e há, portanto, outras áreas que o compõem. Maciel explica que é possível estudar a relação simbólica existente no que ele chama de sertões, indo “além das dicotomias clássicas como litoral *versus* interior, progresso e atraso, seca e irrigação. Assim, parece problemático falar em “Nordeste”, sendo preferível referir-nos a “Nordestes”, tanto quanto a “Sertões”³⁸⁴².

³⁸⁴⁰ MORAES, Kleiton de Sousa. **O sertão descoberto aos olhos do progresso**: a Inspeção de Obras Contra as Secas (1909-1918). Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2010, p.31.

³⁸⁴¹ RIOS, Kênia Sousa. **Campos de concentração do Ceará**: isolamento e poder na seca de 1932. Fortaleza; Museu do Ceará / Secretária de Cultura e Desporto do Ceará, 2001, p.37.

³⁸⁴² MACIEL, Caio Augusto Amorim. Sertões nordestinos: Cariri Cearense, Sertão do Pajeú e Cariri Paraibano. **Atlas das Representações Literárias de Regiões Brasileiras Sertões Brasileiros I**, Vol 2. Rio de Janeiro: IBGE, 2000, p.116 e p.117.

O Noroeste argentino é uma subdivisão do Norte Grande Argentino (NGA). Nele convergem climas extremos que vão de uma área mais úmida ao clima mais árido. Na região NOA há escassez de água, apresentando áreas semiáridas. Segundo María Bobba, há um clima tropical e subtropical que diversifica o ambiente, enriquecendo-o, mas existe a área ocidental mais seca, provocando áreas áridas e semiáridas³⁸⁴³.

De acordo com Guido Frediani, a área do chamado Parque Chaqueño se estende ao sul das serras de Mato Grosso até o rio Terceiro de Córdoba, dividindo-se em duas zonas: a Oriental úmida e a Ocidental Seca que ocupa a maior parte das províncias de Formosa, Santiago del Estero, Chaco, norte da província de Santa Fé, Córdoba, oeste de São Luís, Catamarca, Tucumán, Salta e Jujuy³⁸⁴⁴.

Em conjunto com a própria geografia desses semiáridos, entre suas semelhanças e diferenças, há a relação entre os seres humanos e a natureza. Sociedade e natureza, relacionam-se em um campo simbólico onde diferentes saberes, percepções de natureza, respostas de cada sociedade levam a distintos saberes em torno da mesma. Segundo José Augusto Pádua (2010), são as dimensões cognitivas, mentais e culturais da existência humana, incluindo valores que ligam os seres humanos ao mundo natural. Não há como estudar a população do semiárido de maneira ampla – tanto argentino, em sua maioria os índios e seus descendentes, quanto no Nordeste brasileiro, com os seus sertanejos – sem entender quais são suas relações com a terra. Trabalhar a temática do campo é esbarrar necessariamente com esse vínculo que acaba por explicar as identidades da própria população do interior.

E nessa perspectiva, tanto no Brasil quanto na Argentina a ideia construída sobre os semiáridos como locais incivilizados ao longo do século XIX e XX legitimou as visões deterministas – já aqui mencionadas – ligadas a um discurso que via a natureza como problema e que entendiam os semiáridos como sinônimo de ausência *versus* presença de água e intervieram com políticas públicas que mais foram paliativos contra a seca do que resolviam seus verdadeiros problemas. O discurso da ausência de chuvas como a maior dificuldade dos semiáridos argentinos e brasileiros e o estímulo a construções de açudes (Brasil) e obras de irrigação (Argentina) não resolveram a ausência de água. Até os dias atuais esses dois países sofrem com a falta de planejamento e do seu manejo correto.

Um exemplo da visão dos sertões como sinônimo de seca encontra-se em uma reportagem do *Correio da Manhã* de 1930, escrita por Gustavo Barroso, intelectual cearense ligado a Igreja Católica. O autor relatava que os sertões inspiravam tristeza, de tal modo que impregnava tudo, tudo se transformava em tristeza e melancolia:

(...) todo sertão é duma grande tristeza, na cor, no silêncio, no aspecto; e essa tristeza em tudo se infiltra e impregna tudo: um galho que range de encontro ao outro lembra um gemer de moribundo; o estalar crepitante dos gravetos pisados por qualquer animal parece um soturno falar avantesmas; um canto de pássaro, um alto pio d'ave de rapina (...) tudo é triste, tudo é melancólico.³⁸⁴⁵

No jornal argentino *El Orden* de 12 de março de 1937, relata-se a situação de Santiago del Estero e a ausência de chuva. Nota-se na reportagem um tom fatalista para os problemas da secura do ambiente e a ausência de água como problema central da província que fazia com o que a população assaltasse os trens da região:

³⁸⁴³ BOBBA, María Elvira. Causas de las sequias de la región del NOA(Argentina). Costa Rica: **Revista Geográfica de América Central**. Número Especial EGAL, II Semestre 2011, p.3.

³⁸⁴⁴ FREDIANI, Guido. Aspectos económicos en la zona semiárida de Santiago del Estero. Academia Nacional de Agronomía y Veterinaria (ANAV). Trabajos del tomo XLVI. **Anales de la ANAV**, Santiago del Estero, Argentina,1992, p.112.

³⁸⁴⁵ CORREIO DA MANHÃ. **Terra de sol**. Rio de Janeiro: Ano XXX, nº 10.978, 28 de setembro de 1930, p.9. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

La persistencia sequía y la carencia absoluta del agua en numerosas poblaciones de la provincia, están conduciendo el estado de cosas producido, a una situación realmente desesperante (...) Los vecindarios de distintas localidades del departamento Choya, están procediendo al asalto en banda de los trenes, los cuales son despojados del agua (...) ³⁸⁴⁶

Em outra reportagem do referido jornal de dezembro do mesmo ano, descreve que a região não oferecia perspectiva de vida senão houvesse uma ação eficaz do estado. Ressaltava que Santiago tinha boas terras, mas necessitava de água e não tinha essa “vivificante benção celestial”. Dizia que este problema tinha origem no nascimento mesmo daquela província que, muitas vezes, anos atrás, tinha buscado soluções, mas não as tinha encontrado. A saída estaria nas obras públicas e canais que levassem as águas dos rios para as demais localidades provinciais, significando a “libertação econômica da região”. As soluções relatadas em mensagens do governo já não alimentavam mais o espírito “abnegado e sofrido” daqueles homens da região santiagueña ³⁸⁴⁷.

Alberto Tasso analisa que houve, em 1946, posteriormente a seca de 1935, a necessidade de uma regulação das águas do rio Dulce, em Santiago del Estero. Muitos falavam da necessidade de obras estáveis que dessem solução aos problemas crônicos de escassez de água. A água passou a ser sinônimo de desenvolvimento ³⁸⁴⁸.

No jornal *Santa Fé* de fevereiro de 1923, uma reportagem sob o título de *El problema del agua* já vinha criticando a falta de planejamento para ausência de água na região do Chaco; problema que persistirá até a seca de 1935 em Santiago del Estero:

Habria que estudiar solución em beneficio del norte. Entre los muchos problemas que afetan a las poblaciones del norte de la provincia se destaca el que plantea la falta del agua. Desde hace muchos años, no pocos centros poblados, en esta época de los grandes calores sufre a consciencia de la inercia del gobierno que ya debía haber estudiado la forma de remediar la situación. En la actualidad los pobladores se ven obligados a esperar la llegada de trenes del F.C Santa Fe para proveerse de ese liquido que es, em aquella región, algo de vital importancia...Resulta que esos trenes muchas veces no llevan agua porque hasta en eso economizan los directores del citado ferrocarril, y otras pasan de largo y los vecinos que van a las estaciones a esperarlos tienen que volverse sin nada. ³⁸⁴⁹

No semiárido santiagueño, a irrigação foi a solução encontrada para conter os efeitos das secas, com ela aumentou-se a produção agrícola mas, segundo Tasso, se criou um mercado da água, delineado entre posições diferentes de influência social e poder

³⁸⁴⁶ EL ORDEN. **Caracteres tragicos assume la sequía en Santiago del Estero**. Santa Fe: nº 3357, 12 de março de 1937, p.1. Hemeroteca Digital Fray Francisco de Paula Castañeda. Colección del Archivo de la Provincia de Santa Fe.

³⁸⁴⁷ EL ORDEN. **El problema de las sequías em Santiago del Estero**. Santa Fe: nº3432, 29 de dezembro de 1937, p.2. Hemeroteca Digital Fray Francisco de Paula Castañeda. Colección del Archivo de la Provincia de Santa Fe.

³⁸⁴⁸ TASSO, Alberto. La sequía de 1937 en Santiago del Estero. Antecedentes y consecuencias de un acontecimiento ambiental. Trabajo y Sociedad del trabajo – Estudios culturales – Narrativas sociológicas y literarias. Santiago del Estero, Argentina: **Núcleo Básico de Revistas Científicas Argentinas del CONICET** Nº 17, vol. XV, Invierno, 2011, p.26. Disponível em: www.unse.edu.ar/trabajosociedad

³⁸⁴⁹ SANTA FÉ. **El problema del agua**. Santa Fé: AnoXIII, nº6605, 13 de fevereiro de 1923, p.1. Hemeroteca Digital Fray Francisco de Paula Castañeda. Colección del Archivo de la Provincia de Santa Fe.

econômico, - entre o proprietário e aquele ocupante sem títulos, aquele que teve o direito de residência na terra de seu empregador em troca de eventual emprego³⁸⁵⁰.

No jornal *El Orden*, onze anos depois da reportagem do jornal de Santa Fé, em 1930 as indagações sobre a água continuavam, acrescentando o fato da água ter virado um preço de ouro:

En estos momentos, em algunas de esas poblaciones el agua se hace pagar a precio de oro, a quienes explotan el negocio de su distribución acarreándola desde largas distancias em barriles ou bordalezas. Se nos informa que em Tartagal, por ejemplo, se ha estado vendiendo hace pocos dias a razi3n de um peso el barril de agua, que se transporta em caros.³⁸⁵¹

No século XX, mobilizações agrárias ocorreram em protesto pela escassez de água em anos de seca, questionando sua distribuição. A crescente intervenção do Estado no mercado de terra e da água respondia, então, as necessidades das novas classes dirigentes. O poder de intervenção foi exercido pelo Estado no controle da água, reclamado pelos proprietários de terra, que estavam diante de uma classe média rural emergente³⁸⁵², nesse período.

No caso brasileiro, os açudes foram construídos na perspectiva de solução em período de seca, no entanto, a maioria deles foram instalados nas propriedades de grandes fazendeiros. A quem interessava a regulamentação do uso da água do rio Dulce e quem se beneficiava com os açudes brasileiros? A água fator de barganha política se tornou um problema das regiões fadadas pela seca.

Vale salientar que é no período pós-proclamação da República, especificamente com Epitácio Pessoa em 1919, que a União passou a incluir à sua competência resolver os problemas das secas. A partir de então trabalhariam em conjunto União e os estados para atenuar as crises climáticas. Apesar disso, se recorria efetivamente à caridade particular, e só a partir de Vargas, segundo Frederico de Castro Neves(2001), que se criaram organismos, de maioria estatal, para organizar o plano de combate às secas. Portanto, só no período Getúlio Vargas que a União centralizará de forma sistemática o problema das estiagens.

Por isso, os açudes e o modelo da irrigação também foram utilizados para enfrentar a seca, a água também era tida como o entrave do desenvolvimento da região e também tornou-se um campo de disputas e de dependência social. Agora a Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) regulamentava essas obras públicas.

Estima-se, segundo dados do *Almanaque do Ceará* de 1934³⁸⁵³, que foram construídos de 1907 a 1928 trinta e cinco (35) açudes públicos que totalizaram um gasto de 29.559:67\$527, com o total de capacidade de acumulação de água de 491.104.823. Em relação aos açudes particulares criados até 1930, haviam 23 açudes, com o prêmio dado aos proprietários no total de 1.017:101\$532, e acumulação de 25.890.355. Após 1930, o incentivo aos açudes particulares aumentou, 34 açudes estavam em andamento no período exposto pelo *Almanaque*, totalizando 34 açudes, com prêmio total de 3:708.566\$915. Nove açudes particulares foram iniciados até 1930 e concluídos depois, e quatro iniciados e concluídos depois de 1930. Totalizando o número exposto pelo *Almanaque* antes e até durante 1930 foram iniciados e concluídos, em média, 70 açudes particulares, que

³⁸⁵⁰ TASSO, Alberto. Un caso de expansión agraria capitalista seguido por depresión. Santiago del Estero, 1870-1940. Tucuman/Argentina: **Población y sociedad** nº 10/11, 2003-2004, p.119

³⁸⁵¹ EL ORDEN. **El problema del agua del norte**. Santa Fé: Septimo año, 31 de janeiro de 1934, p.5. Hemeroteca Digital Fray Francisco de Paula Castañeda. Collección del Archivo de la Provincia de Santa Fe.

³⁸⁵² TASSO, Alberto. Un caso de expansión agraria capitalista seguido por depresión. Santiago del Estero, 1870-1940. Tucuman/Argentina: **Población y sociedad** nº 10/11, 2003-2004, p.118.

³⁸⁵³ BRASIL. **Almanaque Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado Ceará para o ano de 1934**. Ceará: Est. Gráfico Urania, 39º ano, 1934. Acervo Instituto do Ceará, Histórico, Geográfico, Antropológico.

acumulariam então muito mais de 25.890.355 m³ de água, ressaltando e atestando o problema político de distribuição de açudes e de água que assolou os sertões nordestinos, no período exposto. A concentração dessa água em certas propriedades dificultava o controle de uma distribuição igual.

4. Considerações Finais

Sendo assim, entender como o Ceará e como Santiago del Estero foram vistos ao longo dos séculos, principalmente XIX e XX, nos leva a compreender certas visões que ainda pairam sobre o imaginário dessas nações em relação às populações dos semiáridos. A dicotomia litoral – avançado – e os semiáridos – atrasados – acabou por legitimar políticas públicas que não solucionaram o problema da fome, da miséria e da onda migratória, que se deram intensamente nas secas de 1932 no Ceará e em Santiago del Estero em 1935.

O presente artigo abordou de maneira sumária apenas alguns aspectos dessa problemática, e alguns exemplos dos discursos tomados no Brasil e na Argentina no trato com a seca.

De acordo com Rafael Winter Ribeiro, essa comparação da pobreza dos sertões com a escassez de água está relacionada diretamente a questões políticas e que “a permanência desse discurso está ligada às estratégias da elite regional conservadora para conseguir maior participação na divisão das verbas federais.”³⁸⁵⁴ Como o autor mesmo coloca, utilizam-se do determinismo climático - a seca como causadora da dificuldade da vida do sertanejo - para conseguirem as compensações necessárias do governo federal, já que os sertões estão ‘fadados’ a sua natureza agreste que impede o desenvolvimento. São necessários, portanto, investimentos, e os grandes proprietários se enriqueceram com as medidas de combate à seca, na construção de estradas e principalmente com os açudes.

No caso de Santiago del Estero, Tasso explica que as secas mostraram, no entanto, a insuficiência crescente dos sistemas de irrigação, que não acompanharam a intensificação do uso da água nas novas zonas agrícolas que foram surgindo ao longo do tempo. Os conflitos agrários da década de 1920 mostraram que esses sistemas representavam dois grandes problemas: um consistia no desequilíbrio da oferta e da demanda de água, conduzida pelo governo que havia descuidado da manutenção da rede de irrigação estatal, e o conflito de interesses com os “novos” irrigadores que disputavam a limitada quantidade de água disponível na região.³⁸⁵⁵

O discurso como maneira legítima de se entender a história, acaba por revelar as pressões internas existentes no curso da formação de uma sociedade, e nesse sentido este artigo tentou analisar algumas maneiras de “controlar” a população mais pobre pelo e por meio dos discursos, como aqueles que insistiam que os semiáridos são locais fadados a pobreza devido ausência de água, acabando por não questionar o próprio sistema latifundiário que mantém vivo as relações de dependência que atravancam um maior igualdade social.

³⁸⁵⁴ RIBEIRO. Rafael Winter. Seca e o determinismo: a Gênese do discurso do Semi-árido Nordeste. **Anuário do Instituto de Geociências**. Volume 22. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999, p.61.

³⁸⁵⁵TASSO, Alberto. Un caso de expansión agraria capitalista seguido por depresión. Santiago del Estero, 1870-1940. *Tucuman/Argentina: Población y sociedad* nº 10/11, 2003-2004, p.126.

O INVENTÁRIO DA NATUREZA CEARENSE: EXPOSIÇÃO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO E VIAGENS CIENTÍFICAS NO FINAL DO SÉCULO XIX*

*Paulo Italo Moreira*³⁸⁵⁶
paulomitalo@gmail.com

Resumo: A proposta deste trabalho é analisar as viagens científicas realizadas ao Ceará no final do século XIX e o catálogo dos produtos do Ceará confeccionado para a Exposição Nacional do Rio de Janeiro, realizada em 1892, preparatória para a Exposição Universal de Chicago, em 1893, sob a ótica da relação entre coleções, natureza e práticas científicas oriundas dessas duas atividades científicas. O presente texto se deterá particularmente à análise de expedições chefiadas por Antônio Bezerra de Menezes (1841-1921) na década de 1880 e sua participação como membro de uma comissão responsável pela organização de um catálogo dos produtos do Ceará com vistas à representação do estado na Exposição Nacional do Rio de Janeiro (1892). Objetiva-se elaborar listagens dos espécimes citados por Antônio Bezerra durante as suas viagens naturalistas e do material enviado pelo mesmo para a exposição nacional do Rio de Janeiro. Pretende-se analisar essas duas listagens para compreender as maneiras por meio das quais a natureza do Ceará foi prospectada.

Palavras-chave: Natureza – Ciências – Exposições – Ceará

Introdução

A natureza cearense despertou o interesse de viajantes, naturalistas, exploradores, comerciantes, dentre outros que buscavam conhecê-la e/ou explorá-la. Seja para simples “fruição dos sentidos”,³⁸⁵⁷ seja para o estudo científico, dentre outras intenções, o fato é que esse movimento se acentuou firmemente durante grande parte do século XIX, contribuindo para inserir o Ceará nos debates científicos em escala local e global, e para um maior intercâmbio na formação de redes de circulação de homens, objetos, espécimes, instrumentos e teorias científicas.³⁸⁵⁸

No que tange ao objeto deste texto, várias foram as viagens de cunho científico realizadas nesse período em solo cearense, sendo registros importantes da diversidade da natureza do Ceará. Dentre as mais documentadas e estudadas, registram-se as viagens de João da Silva Feijó, Henry Koster, a Comissão Científica de Exploração, que se deteve somente

* O presente texto diz respeito a alguns tópicos da dissertação de mestrado defendida pelo autor. Para maior aprofundamento, ver: MOREIRA, Paulo Italo. **As viagens naturalistas de Antônio Bezerra de Menezes e as Ciências Naturais no Ceará no final do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

³⁸⁵⁶ Mestre em História – UNIIRO; pesquisador colaborador PCI/CNPq – MAST.

³⁸⁵⁷ Termo utilizado por Simon Schama. Ver: SCHAMA, Simon. Paisagem e memória. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

³⁸⁵⁸ No que se refere aos termos “circulação” e ao debate entre “local” e “global” na história das ciências, ver, dentre outros: COOPER, Alix. **Inventing the Indigenous**. Local Knowledge and Natural History in Early Modern Europe. Cambridge University Press, 2007; ROBERTS, Lissa. Situating Science in Global History: Local Exchange and Networks of Circulation. **Itinerario**, vol.33, Issue 01, march 2009, pp. 9-30; SAFIER, Neil. Global Knowledge on the move – Itineraries, Amerindian Narratives and Deep Histories of Science. **Isis**, 2010, 101, pp. 133-145; SECORD, James A. Knowledge in Transit. **Isis**, vol.95, No.4 (december 2004), pp. 654-672; STEHR, Nico. Global Knowledge? In: JÖNS, Heike; LIVINGSTONE, David N.; MEUSBURGUER, Peter (eds.). **Geographies of Science**. Springer, 2010, pp.23-34.

no Ceará, Louis Agassiz, George Gardner, dentre muitos outros.³⁸⁵⁹ Nelas, pode-se notar, dentre outras finalidades, um direcionamento para a coleta, identificação e catalogação da natureza com propósitos ligados à exploração dos recursos naturais das localidades prospectadas.

Em paralelo a esse movimento, propriamente a partir de meados do século XIX, foram realizadas exposições locais, nacionais e universais de objetos naturais que revelavam o grau de desenvolvimento econômico, social e científico de determinadas regiões do país. A quantificação do material levantado nas expedições, bem como a listagem dos produtos naturais expostos impressiona, e torna os relatos e relatórios de viagem e os catálogos dessas exposições ricos registros e inventários da natureza local. Os espécimes típicos, as potencialidades singulares em relação à exploração dos recursos naturais e a própria construção de uma identidade regional e nacional a partir da natureza são pontos passíveis de análise nessas fontes de pesquisa.

Nesse sentido, o seguinte texto busca explorar o inventário da natureza cearense a partir de dois recortes estabelecidos, quais sejam: as viagens científicas do viajante-naturalista Antônio Bezerra de Menezes (1841-1921)³⁸⁶⁰ e os objetos doados por Bezerra para compor a exposição dos produtos do Ceará na Exposição Nacional do Rio de Janeiro, em 1892. Essas atividades estão intimamente interligadas, na medida em que alguns objetos coletados nas expedições chefiadas por Antônio Bezerra estão inscritos no catálogo da Exposição Nacional do Rio de Janeiro. Outros pontos de confluência são as concepções científicas imbuídas nessas duas atividades, definidas a partir da configuração de um método científico para abordar a natureza cearense, com elementos formadores do naturalismo cientificista.

A exploração dos recursos naturais do Ceará nas viagens naturalistas de Antônio Bezerra

As viagens naturalistas de Antônio Bezerra foram realizadas entre 1884 e 1885, formadas e financiadas pelo governo provincial. Num período de quase 06 meses, Bezerra visitou ao todo 44 localidades do Ceará.³⁸⁶¹ O roteiro de viagem privilegiou as regiões litorâneas, serranas e sertanejas, propriamente localizadas no que considerou a região norte da então província do Ceará. Em toda localidade que Bezerra visitou, havia quem o recebesse, muitas vezes políticos, os quais já sabiam da vinda do intelectual da província, denotando, assim, uma teia de relações entre os políticos da capital e do interior, compactuando com a mesma intenção, qual seja: a de promover um estudo mais detalhado

³⁸⁵⁹ Para um inventário mais detalhado dos naturalistas que estiveram no Ceará e pesquisaram a natureza cearense, ver: PAIVA, Melquíades Pinto. **Os naturalistas e o Ceará**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002.

³⁸⁶⁰ Antônio Bezerra de Menezes nasceu em Quixeramobim, interior do Ceará. Foi um dos intelectuais mais atuantes nos círculos letrados de Fortaleza durante a década de 1880 em diante. Foi um dos fundadores do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará (1887) e da Academia Cearense (1894), investigou e desenvolveu trabalhos concernentes à história e à natureza cearenses e contribuiu significativamente para a formação de associações com o intuito de promover a literatura e as ciências. ver: MOREIRA, Paulo Italo. **As viagens naturalistas de Antônio Bezerra de Menezes e as Ciências Naturais no Ceará no final do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

³⁸⁶¹ Segue a listagem do roteiro de viagem de Bezerra: Fortaleza, Pecém, Frecheiras, Mundaú, Serra de Uruburetama, Tapajé, Almofala, **Camucim, Granja, Massapê, Santana**, Povoado dos Remédios, Pitombeiras, Riachão, **Vila da Palma (Cidade de Coreau), Viçosa**, Tubarão, Tabatinga, Coatiguaba, Barroão (cidade de Tianguá), Furnalhão, Gruta de Ubajara, Urucu, **Ibiapina, S. Benedito, Campo Grande** (Segundo nota, hoje se denomina Guaraciaba do Norte), **Ipu, Ipueiras, Príncipe Imperial** (hoje, cidade de Crateús), **Vila da Independência**, Cachoeira(em nota, atualmente cidade de Parambu), S. João do Príncipe(em nota, chamada de Tauá), **Tamboril, Santa Quitéria, Sobral, Vila de S. Francisco** (Em nota, cidade de Itapajé atualmente), **Itapipoca, Acaraú**, Almofala, Mundaú, **Trairi**, Palma, São Gonçalo, **Soure** (Em nota: retomou o nome de Caucaia) (em negrito, as localidades perscrutadas por Bezerra).

de todos os aspectos relativos ao econômico, social, político e natural do Ceará. O estilo de narrativa de Bezerra mesclou abordagens científicas, descrições históricas e econômicas e o registro em tom poético das paisagens cearenses. Pela pluralidade de temas tratados nas notas de viagem de Bezerra, tem-se um registro não só dos pontos detalhados acima, mas também dos costumes e modos de vida de uma parcela dos cearenses.

O ponto de partida do naturalista cearense foi a investigação partindo do litoral para o interior e o retorno ao litoral. O primeiro local de pesquisa de campo foi a cidade de Camucim, localizada no litoral oeste da província do Ceará. Lá, Bezerra se deparou com uma variedade de conchas espalhadas pela costa, observando, coletando e descrevendo a partir do que havia lido em escritos de especialistas em conchiliologia. No que tange à vegetação, Bezerra registrou:

Ao saltar em terra observei que a vegetação era mesquinha, enfezada, composta de plantas salsuginosas e arenosas (Eriocaulonáceas, Portulacáceas, Utriculárias, Ciperáceas, entre as quais em abundância a **Remirea marítima**, e uma alga terrestre do gênero **Scytonema**, que vai por ali fixando as areias); no centro, porém, onde se ergue a casa de campo, de medíocre aparência, distante uns 500 passos do porto, o terreno muda completamente de aspecto. Dali se desfruta magníficos pontos de vista principalmente pela presença dos coqueiros (**Cocos nucifera**) que dominavam o cimo da mata de mangue (**Rhizophora-mangle**).³⁸⁶²

Outra cidade do litoral investigada em pormenores por Bezerra foi Acaraú. Nesta localidade, o naturalista cearense registrou a importância desse lugar para a província, pela abundância produtiva. Segundo Bezerra:

Não há na Província lugar mais farto nem de mais recursos que o Acaraú. Aqui, além do peixe que se vende por diminuto preço, abundam crustáceos decápodes braquiúros, como caranguejos (**Cancer uça**), siris (**Lupa dicantha**), aratus (**Sesarma psionni**) e guaiamuns (**Uça uua**); decápodes macruros, como camarões (**Penaeus** sp), e moluscos da classe dos **Pelecípodes**, entre os quais algumas variedades de ostras. Os gêneros de primeira necessidade como milho, feijão, arroz, farinha de mandioca e goma, quase que não têm preço, em vista da quantidade que concorre ao mercado; de sorte que deste porto saem anualmente dezenas e milhares de sacos com farinha e outros gêneros para a cidade de Fortaleza e Província do Maranhão.³⁸⁶³

A sua análise do litoral cearense continuou rumo às localidades chamadas Mundaú Trairi e Almofala. Nelas, segundo Bezerra, assemelham-se a prosperidade visualizada em Acaraú, prevalecendo a cultura do algodão e cereais pelas boas terras de que dispunha, e também o comércio de peixes. A vegetação das áreas do litoral não era das mais variadas, escapando-se apenas os coqueirais sempre vicejantes nesse tipo de terreno. Para surpresa de Bezerra, registrou-se a ausência da Carnaúba. Um dos objetivos do naturalista cearense, portanto, seria construir um mapa da natureza do Ceará. Nesse sentido, o noroeste do litoral cearense foi esquadrihado e inventariado em todos os aspectos. Nota-se que a viagem de Bezerra e suas anotações constituem-se como um dos mais completos estudos sobre a diversidade não apenas da natureza, mas também da história e dos costumes da vida do interior da província do Ceará no final do século XIX. O seus dados estatísticos seriam

³⁸⁶² MENEZES, Antônio Bezerra de. **Notas de viagem**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1965 (1ª Edição em 1889), p.43.

³⁸⁶³ Idem, *ibidem*, p.373.

corroborados pelo conhecimento de fato, realizado *in loco*, o que daria maior sustentação às suas argumentações.

A região das serras, principalmente a Serra da Ibiapaba, foi o local onde mais se demorou, onde coletou e analisou o maior número de espécies, principalmente da flora, observou a ocorrência de minas e realizou registros geológicos. A permanência na serra durou alguns meses. No que se refere ao exercício da prática científica das ciências naturais, essa região constituiria o espaço onde Bezerra obteve os maiores resultados em termos científicos, tanto pela coleta de bastante material, como pela identificação de vários locais de pesquisa de campo e de exploração. Nos arredores de Viçosa do Ceará, localidade serrana, Bezerra coletou “flores de plantas leguminosas, papilionáceas, mimosáceas, rosáceas, melastomáceas, passifloras e outras”.³⁸⁶⁴ Em outro local, chamado Tubarão, um “povoado insignificante a 12 quilômetros de Viçosa, tendo apenas algumas casas de um e outro lado da estrada”, Bezerra soube da existência de uma mina de cobre. “Ardendo de desejo de visitar sem demora a jazida do valioso minério”, ele partiu, juntamente com um guia, para o povoado chamado Ubari.

De fato, em Ubari, Bezerra se deparou com a dita mina de cobre. A partir da observação do minério, registrou que se tratava de uma matéria verde, que se assemelha realmente com a mistura de hidrato e de carbonato de cobre.³⁸⁶⁵ Ele realizou coletas de fragmentos da rocha, os quais seriam postos “à ação que o fogo e os diversos reagentes fizessem sobre os minerais”. A nítida intenção econômica da viagem de Bezerra ia tomando forma. Neste sentido, a identificação de regiões ricas em minérios e seus diversos usos seriam recorrentes nas pesquisas e anotações de Bezerra. A expedição, não se deve esquecer, era custeada pelo governo provincial, o qual, certamente, tiraria proveito das notas do naturalista cearense para o desenvolvimento econômico da província. Em Ipu, a riqueza de seus minérios chamou a atenção de Bezerra. A ocorrência de minas de ouro, de cobre, de chumbo, de ferro, carbonato de potassa, pedra-ume, atrácito era identificada e registrada.

Por toda parte se encontram rochas graníticas, aproveitáveis para as grandes construções, massas, pedra calcária (carbonato de cal), de que se extrai pelo calor e cal empregada na composição de argamassas, diferentes espécies de argilas, e em abundância pedras esféricas (aetites), variedade de geodos, cujo centro está cheio de óxidos metálicos de várias cores, de que se servem os pintores. Na falda da montanha da Ibiapaba crescem as grandes espécies vegetais da nossa zona, donde vêm madeiras preciosas para a edificação da cidade.³⁸⁶⁶

A mineralogia, a geologia e a botânica seriam, portanto, os ramos das ciências naturais eleitos por Bezerra para a investigação com finalidades econômicas.³⁸⁶⁷ Os registros e as documentações de áreas potencialmente férteis para o aproveitamento e utilização

³⁸⁶⁴ Idem, *ibidem*, p.107.

³⁸⁶⁵ Idem, *ibidem*, 109.

³⁸⁶⁶ Idem, *ibidem*, pp.207-208.

³⁸⁶⁷ Para Heloisa Domingues, a botânica, nesse período, “se caracterizava pela pesquisa e classificação das espécies novas e esta prática criou, no século XIX, a maior rede de trocas de espécies entre instituições científicas do mundo inteiro, rede esta que também engendrou as relações políticas do país em vias de realizar a sua afirmação enquanto Estado nacional. [...] O Brasil com sua abundante vegetação deixou-se dominar pela botânica e/ou, dominou-a para diversificar suas culturas produtivas. A prática botânica, que trazia subjacente a necessidade de conhecimento de plantas ‘úteis’, isto é, de produtos potencialmente econômicos, ganham enorme espaço no processo de institucionalização das ciências naturais no país, influenciando decisivamente na estruturação do campo científico no país”. DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. **Ciência: um caso de política**: As relações entre as Ciências Naturais e a Agricultura no Brasil-Império. Tese doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP, 1995, 22.

econômica dos minérios abundam nas notas de Bezerra. Com relação à botânica, além do uso para a construção, registrou-se a potencialidade do uso das plantas com finalidades medicinais. Foram destacadas também as atividades econômicas com maiores chances de alavancar a economia da província, como o aproveitamento da carnaúba, a utilização do mel de abelha e da cera vegetal, os laticínios.

A carnaúba está presente nos relatos de Antônio Bezerra, onde destacou justamente a diversidade de possibilidades de uso principalmente para a economia e para a subsistência dos sertanejos a partir da exploração dessa árvore da família *arecaceae*.³⁸⁶⁸ Destaque maior refere-se à produção da cera de carnaúba, importante meio de comercialização da província do Ceará naquele período. Ao percorrer uma região onde predomina o cultivo da carnaúba, Bezerra sublinha a forma como é produzida a cera vegetal desta espécie de palmeira.

Não posso esquecer a agradável impressão que me deixou o lindo carnaubal que se estende à esquerda enquanto dura a planície. Magnífico! Nesta jornada observei o processo empregado pelos sertanejos na extração da cera vegetal. Rasgam repetidas vezes com uma faca os olhos mais tenros do pecíolo à extremidade, sendo em seguida expostos ao sol, e logo que murcham, agitam-nos batendo sobre um pano ou couro. Nesse movimento despega-se um pó seco, pulverulento, cor de cinza, que exala cheiro delicado e agradável. Depois é levado ao fogo para formar a cera, que constitui um importante ramo do comércio na Província.³⁸⁶⁹

Essa espécie tipicamente das regiões de clima semiárido encontrou um habitat bastante favorável na província do Ceará. Embora o território da província não seja completamente coberto pela carnaúba, a grande extensão desta palmeira principalmente na região do sertão cearense pode ser considerada como um fator de identificação desta com o Ceará. Nas instruções de viagens dos membros da Comissão Científica de Exploração, notadamente a botânica, constava a identificação e classificação das plantas nativas, a carnaúba esteve entre estas, conferindo uma especificidade da natureza local.

Em Santana, Bezerra registrou o que para ele simbolizava o Ceará: a carnaúba. Eram muitas, “espalhadas caprichosamente pelo meio das ruas me causavam agradabilíssima impressão”. Além do aspecto estético, Bezerra também estava atento às utilidades que esta planta teria, como a extração do óleo e a utilização da palha. Ainda em relação à carnaúba, Bezerra discorreu sobre a “semelhança” que elas têm com o cearense, e numa passagem bastante interessante, percebemos o olhar do naturalista relacionando homem, sociedade e natureza. Nesse sentido, as carnaúbas:

Parece que simbolizam a sobranceira, coragem do povo cearense em frente da aridez do solo, da inconstância das estações, da luta incessante para adquirir opção da subsistência [...] Como **o cerne de seu caule, tem o cearense a coluna dorsal sempre erguida**, sem que sejam capazes de dobrá-las as calamidades de seu clima ou a prepotência do poder [...] Afeito à severidade do trabalho que o compensa quase sempre na razão inversa do seu esforço, é dotado de aptidão para tudo; o ponto é iniciá-lo (grifos meus).³⁸⁷⁰

A indicação dos recursos naturais da província e a exploração dos mesmos foram destacadas em mais alguns pontos, como na extração do mel de abelha, na produção do

³⁸⁶⁸Sobre a carnaúba e suas propriedades científicas, ver: http://www.mast.br/multimidia/botanica/frontend_html/artigos/index-id=252.html, Acesso em: 09 de jan. 2016.

³⁸⁶⁹ MENEZES, op.cit, p.299.

³⁸⁷⁰ Idem, ibidem, pp.66-67.

algodão, na ocorrência de minas e na fauna ornitológica. A presença de grande quantidade de abelhas que fabricam colmeias chama a atenção do naturalista cearense.

Os rapazes me trouxeram mel bastante para o almoço. Eu já havia notado a abundância desta deliciosa substância em todo sertão, que no entanto se perde desaproveitada por falta de conhecimento de apicultura que tão bons resultados tem dado para os Estados Unidos, Rússia, etc. Apesar do imenso estrago das abelhas e não menos das árvores onde fabricam o mel, em 1846 a Província chegou a exportar 32.745 quilos de cera no valor de 5:850\$440 réis.³⁸⁷¹

A lucratividade da produção do mel da abelha chamou a atenção de Bezerra. O naturalista cearense buscou referências dos países que melhor e mais qualitativamente produziam e comercializavam o mel da abelha. Para esse caso, Bezerra registrou a produção do mel e da cera por alguns apicultores dos Estados Unidos.

É sabido que os Estados Unidos produzem em mel e cera de abelhas mais vantagens que, no nosso País, a colheita do açúcar ou do algodão. Mr. Harbinson, da Califórnia, tira das abelhas uma renda líquida de 25.000 dólares, cerca de 45:000\$000 réis. Poucos fazendeiros de café do Rio e S. Paulo contam com igual benefício. O Capitão Hetherington, de Cherry Valley, no Estado de Nova Iorque, vende anualmente cerca de 44.000 quilos de mel das abelhas, que lhe produzem perto de 42:000\$000 réis. As últimas estatísticas agrícolas da União mostram haver ali para mais de 90.000 apicultores, que possuem três milhões de colmeias. Estas produzem 33 milhões de quilos de mel. O mel e a cera dão uma renda de 22. 500:000 dólares ou mais de 40.000 contos da nossa moeda.³⁸⁷²

Nesse ponto, Bezerra chamou a atenção dos produtores tanto da província do Ceará, quanto de outros lugares do Império do Brasil, abundantes em relação à produção do mel e da cera da abelha. Mencionou sobretudo o desenvolvimento dos estudos da apicultura, inclusive indicou um manual para o aproveitamento desse ramo agrícola: “O volumezinho Cultura das Abelhas, por Paulo Sales, publicados há pouco no Rio de Janeiro, contém regras e conselhos sobre o trato e aproveitamento do mel e cera desse valioso inseto”.³⁸⁷³ A partir da estatística bastante favorável à comercialização do mel e da cera nos Estados Unidos, Bezerra foi categórico ao dizer que “se houvesse entre nós certa aplicação neste ramo de indústria, lucrariam os cultivadores, pois que temos boas abelhas e florescência das árvores em todo o ano”. Mais uma vez, a perspectiva de exploração dos recursos naturais foi por ele indiscutivelmente defendida e, mais do que isto, pregada pelo cearense com vistas à prosperidade da província. Mais alguns exemplos desse tipo pululam das notas de viagem de Bezerra: o aperfeiçoamento da produção do leite e a tecelagem. Conforme Bezerra:

Estes artigos já vão sendo objeto de exportação, podendo se conseguir muito mais quando se reconhecer devidamente as vantagens do aperfeiçoamento desta indústria. No último ano saíram da Província 56.334 quilos de queijo, que pagaram 1:027\$870 réis de direitos, e no mesmo tempo 5.386 redes cuja imposição montou a 1:215\$750 réis. Tive ocasião de ver redes verdadeiramente ricas, umas bordadas a linha de cor, outras tingidas com

³⁸⁷¹ Idem, ibidem, p.300.

³⁸⁷² Idem, ibidem, pp.300-301.

³⁸⁷³ Idem, ibidem, p.300.

substâncias vegetais que são vendidas por elevado preço.³⁸⁷⁴

A maior qualificação na produção e comercialização do queijo foi apontada por Bezerra como a melhor maneira de desenvolver esta indústria na província. As diversas possibilidades de extrair o maior lucro possível com os laticínios e o aprimoramento dos estudos em relação a esse ramo são sublinhadas pelo intelectual cearense como uma das várias formas de alcançar o progresso da província do Ceará. Bezerra dá instruções aos criadores nesse sentido:

Dou aqui um conselho útil aos criadores, que dele se utilizarão como lhes aprouver. Sua vantagem está cabalmente demonstrada por Mr. Victor Renault. É hábito entre nós deitar fora o soro depois de tirada a massa para o queijo; pois bem: desse soro se pode tirar ainda tanto lucro como do queijo, com muito pouco trabalho. Em primeiro lugar se pode conseguir o requeijão, e do resto tirar o açúcar de leite, que é importado da Europa, pagando-se por meio quilograma 1\$000 réis e mais. Eis o processo: o soro depois de tirada a massa do queijo é levado ao fogo num tacho bem limpo; depois de ter fervido algum tempo vai-se ajuntando uma nova porção de queijo, coa-se então em um pano e tira-se o queijo que ficou em cima do pano, pondo-o em formas. Assim, se obtém de um pote de leite que deu quatro queijos, ainda um queijo grande do soro que era desperdiçado.³⁸⁷⁵

E continuou a discorrer e aconselhar os produtores:

A água que fica é aproveitada para fazer açúcar de leite, do modo seguinte: toma-se esse segundo soro que não apresenta mais essa cor branca e leitosa como o primeiro, mas em líquido transparente, quase azulado; ferve-se tirando de vez em quando a espuma até ficar da consistência do mel; despeje-se numa gamela para esfriar, e nessa ocasião se cristaliza o açúcar de leite, o qual se estende sobre um pano, lavando-se um pouco d'água fria, secando-se depois ao sol.³⁸⁷⁶

Seria possível enumerar várias outras possibilidades apontadas por Bezerra para a exploração dos recursos naturais da província, como a investigação das minas, o desenvolvimento da criação de gado, o cultivo e a exportação de espécies de flores, e até mesmo a utilização de penas de aves para os ramos da colchoaria etc. A visualização dos melhores atrativos para o comércio, portanto, é indiscutível. O registro dos lugares e das atividades passíveis de comercialização denota, sobretudo, a sua concepção de progresso, baseada fundamentalmente na exploração da natureza, e, para tanto, era necessário o aprimoramento dos estudos e das investigações das ciências naturais na província.

O pequeno intervalo de quase seis meses entre os anos 1884 e 1885 foi o suficiente para a documentação de uma vasta área da natureza cearense durante a expedição do governo em direção às localidades que se estabeleciam além das fronteiras de Fortaleza, chefiada por Antônio Bezerra. Os registros da fauna e da flora, bem como de utensílios indígenas e material paleontológico foram realizados com o evidente intuito de inventariar o máximo possível o mundo natural da então província do Ceará. A partir das investigações de Bezerra, percebeu-se a grande diversidade da natureza, dos costumes locais e também o

³⁸⁷⁴ Idem, ibidem, pp.312-313.

³⁸⁷⁵ Idem, ibidem,, p.313.

³⁸⁷⁶ Idem, ibidem, 313-314.

entendimento da formação histórica, geográfica e, inclusive, arquitetônica das cidades do interior cearense. Uma das tarefas atribuídas a Bezerra foi o mapeamento e o inventário das potencialidades da natureza cearense, e, a partir desse levantamento, explorar comercialmente plantas, minérios, bem como analisar as melhores superfícies e climas para o cultivo. Bezerra realizou esses estudos sob uma ótica estritamente científica, lançando mão de uma metodologia das ciências naturais, como a classificação em nomes científicos das espécies coletadas, a análise do mundo natural tendo como base os estudos de cientistas-naturalistas renomados no cenário científico nacional e internacional e a utilização de instrumentos científicos com o objetivo de precisar os seus exames.

As contribuições do inventário de Bezerra giram em torno das plantas de mercearia, construção, tinturaria etc., e a indicação das localidades onde esses vegetais ocorrem com maior frequência. Um dos objetivos claramente expostos é a indicação da riqueza da natureza cearense. Não apenas a seqüência e a escassez de recursos, mas sim a grande quantidade de espécies passíveis de exploração.

A respeito da flora cearense, Bezerra lista as espécies que ele descreveu durante as suas investigações, inventariando a pluralidade da vegetação da província em cada localidade percorrida:

A família das leguminosas cobre grande parte do seu solo, e se falta, por exemplo, a impotente sapucaia (**Lecythis sapucaia**), possui diversos tipos da mesma família das mirtáceas. Nas palmáceas é bem representada a flora por sete gêneros: abacaba (**Aenocarpus**), o buriti (**Mauritia**), a carnaúba (**Copernicia**), o catolé (**Rhapis**), a macaúba (**Acrocomia**), o tucum (**Astrocaryum**), a palmeira-da-serra (**Attalea**), no que só é excedida pela as Províncias do Pará e Amazonas que, possuindo clima quente e úmido, oferecem a região de sua preferência. Em alguns pontos dominam com superioridade certas espécies vegetais, como bem em SObral e Santa Quitéria as cordiáceas (paus-brancos), em Independência a eufórbea (favela), em Tamboril para o lado ocidental as cactáceas e euforbiáceas (marmeleiros), e para o oriental as acacias (angicos); nas planícies de Príncipe Imperial, a leguminosa (jurema-preta); pelas margens dos rios e lagoas diferentes variedades de combretáceas; em parte do Trairi a linda verbenácea (manacá); nos tabuleiros próximos da costa promiscuamente a melastomácea (carrasco), a rosácea (guajeru), a malpíghia (murici) e a quenopedácea (cauaçu); pelos campos do interior, que ocupam cerca de 4/5 da Província várias gramíneas, base da alimentação dos gados, e por quase toda parte as leguminosas e palmáceas (paus-ferros, sabiás e carnaúbas). Ao sopé das serras frescas, pelas faldas e cimos, a mata é mais viçosa e representada por espécies e gêneros próprios da zona tropical. Por aí vicejam robustas lauríneas, leguminosas, begonicáceas, sapotáceas, etc., como louros, amarelos, jataís, copaibas, paus-d'-arco, jacarandas, maçarandubas, e outras árvores não menos preciosas, que simbolizam a riqueza da flora cearense.³⁸⁷⁷

A respeito da fauna existente no Ceará naquele período, as coleções entomológicas, conchiliológicas e ornitológicas ganham destaque. Dentre as variadas espécies que chamaram a atenção de Bezerra, sobressalta-se uma, que, segundo o naturalista cearense, é tipicamente cearense: chama-se avoante. Conforme Bezerra:

O que mais me impressionou e impressionará a qualquer viajante que chegar a estas paragens, foi a excessiva, a

³⁸⁷⁷ Idem, *ibidem*, pp.396-397.

fabulosa, a incrível quantidade de pombas, conhecidas do vulgo pelo nome de **avoantes**, que em bandos de milhares cobrem a região por onde passam [...] Delas não consta que os filhos nasçam por incubação do sol, como acontece às do Ceará. Digo do Ceará, porque são pouco conhecidas das outras Províncias à exceção da zona circunvizinha ao vale que Neweid chamou Araxá, se é que seguem essa trilha, o que não está provado; pois que em todo o ano são vistas ora em um, ora em outro município, estendendo sua migração para este somente até a parte oriental da Província do Piauí. Insisto em supô-las originárias do Ceará, porque, sendo esta Província uma das mais habitadas, quase sem matas pelo estragon dos roçados, onde as águas desaparecem findo o inverno em consequência da grande inclinação do solo para o lado do oceano, e sofrendo elas a mais cruel perseguição dos habitantes em grande parte miseráveis, é aqui que formam os pombais e se demoram no tempo mais seco [...] Não pude, como desejava, fazer um estudo detido sobre a origem e hábitos destas aves columbae; no entanto é convicção minha que são originárias desta Província, que pelo menos é nela que se reproduzem, e se daqui se ausentam, por breve tempo, seu caminho deve ser pelo vale que se estende para oeste até Minas e Goiás.³⁸⁷⁸

Esta passagem denota o apelo em identificar os espécimes típicos do Ceará. A diferenciação da província em relação às outras se fazia necessária nesse momento principalmente pela questão do processo de modificação do regime monárquico para o republicano, levando-se em consideração também o fato de desenhar em minúcias a geografia e a natureza com o propósito de singularizar o estado do Ceará frente aos outros estados da federação.

Precisamente, não se pode delimitar exatamente quantos espécimes foram coletados, visto que Bezerra não registrou integralmente o que coletou. Porém, pode-se fazer uma estimativa. No geral, são mais de duzentas citações que incluem espécimes de flores e plantas; foi feito também um levantamento ictiológico tanto na área do litoral, como nos açudes dos sertões cearenses; diversos espécimes do campo zoológico, subdividido em entomologia, malacologia, ornitologia etc. Da mesma forma, há a impossibilidade de descrever precisamente a quantidade da coleção que Bezerra realizou em suas notas de viagem. Sabe-se, a partir de uma análise minuciosa e quantitativa, que foram coletados mais de cinquenta espécies e objetos.

Exposição Nacional do Rio de Janeiro e Inventário da Natureza no Ceará

Destaca-se, nesta sessão, a participação do estado do Ceará na Exposição Nacional do Rio de Janeiro (1892), preparatória para a Exposição Universal de Chicago (1893), e a atuação de Antônio Bezerra. O início das atividades referentes à organização e envio de produtos do Ceará à Exposição Nacional ocorreu em 5 de junho de 1892, em ofício enviado pelo vice-governador do estado do Ceará à época, Benjamim Liberato Barroso. Nesse ofício, consta a nomeação do presidente da comissão do Ceará, bem como dos seus membros. Foi nomeado presidente o comerciante Isaie Boris. A nomeação do presidente da comissão foi significativa por conta da sua atuação como comerciante na capital cearense. Segundo Almir de Oliveira, Isaie Boris era comerciante de importação e exportação da Boris Frères et Cie,

³⁸⁷⁸ Idem, *ibidem*, pp.287-289.

desenvolvendo grandes transações econômicas no Ceará em 1892.³⁸⁷⁹ Mais uma vez a participação de um negociante nessas exposições denota o significado dessas exposições, movidas, dentre outras coisas, pelo interesse em expandir a comercialização a partir da divulgação de produtos locais, ponto que será tocado várias vezes durante essa sessão.

A comissão central do Ceará foi montada em 1892, sendo comunicada ao vice-presidente da comissão do Rio de Janeiro, Ladislau Neto, em julho do mesmo ano. Segundo consta, a comissão foi formada pelos seguintes membros: Isaie Boris, presidente; Antonio Pinto Nogueira Accioly, João Joaquim Simões, Ernesto Antonio Lassance Cunha, William Mardock, João Felipe Pereira, Thomas Pompeu de Souza Brasil, Julio César da Fonseca, Valdemiro Moreira, Manoel Francisco da Silva Albano, Antonio Bezerra de Menezes, Dr. João Marinho de Andrade, José Abdar da Silva, Joaquim Cesar da Rocha e Rodolpho Marcos Theophilo.³⁸⁸⁰ Coube a Antônio Bezerra o levantamento e catalogação de todo o material referente ao estado do Ceará, contando com o auxílio de Francisco Freire Napoleão, João Evangelista Rebouças, Pedro Theberge, José de Moura e outros. Os 5.604 objetos foram divididos em onze categorias: agricultura, horticultura, floricultura e produtos florestais; viticultura, horticultura e floricultura; gado, animais domésticos e selvagens; peixes e produtos de pescarias; mineração e metalurgia; maquinismo; transportes; manufaturas; belas artes; artes liberais; etnologia e arqueologia. Para o trabalho de rotulação, classificação, numeração e exportação, o Dr. Henrique Theberge ocupou-se da classificação das madeiras; João Sampaio classificou as plantas, juntamente com Antônio Bezerra e Rodolpho Theophilo; e, por fim, João Pereira e Gustavo Job classificaram os minerais. Além do trabalho como organizador do catálogo, Bezerra, juntamente com Francisco Freire Napoleão, foram nomeados os representantes do Estado na exposição preparatória que ocorreu em 15 de dezembro de 1892, no Rio de Janeiro.

A sessão A, que reuniu artigos da agricultura, arboricultura, horticultura, floricultura e produtos florestais, era a que tinha maior representatividade. Essa sessão demonstrou a extrema variedade de produtos naturais do Ceará, como a diversificada exposição de espécimes de grãos de milho, arroz, farinha de mandioca, feijão, variados tipos de algodão, um dos produtos de maior relevo na produção agrícola cearense, raízes de plantas características da flora local, como a carnaúba, dentre outras amostras que favoreceram e seriam motivo, segundo os organizadores, do engrandecimento e inserção do estado como potencialmente produtivo para a agricultura, indústria e cultura de modo geral.

Foram muitos os expositores que enviaram produtos para a exposição preparatória do Rio de Janeiro. Sublinha-se a participação de muitos comerciantes e intelectuais envolvidos com o objetivo de divulgar um Ceará múltiplo e com potencial comercial e científico para o restante do país. Foi formada uma comissão central, sediada em Fortaleza, e outras comissões fora da capital³⁸⁸¹ em vários municípios do estado. Antônio Bezerra não se deteve apenas na organização, mas também contribuiu significativamente na doação de variado material. Em quase todas as sessões, registrou-se algo doado por Bezerra. Na sessão de Agricultura, Arboricultura e Horticultura, ele enviou cafés de vários tipos, óleos de pequi,

³⁸⁷⁹ OLIVEIRA, Almir Leal de. O Ceará na Exposição de Chicago (1893): ciência e técnica. In: **Documentos**: Revista do Arquivo Público do Ceará; Ciência e Tecnologia. Fortaleza, v.1 – 2005, pp.81-93.

³⁸⁸⁰ **Jornal do Brasil**, ano.II, n. 211, Rio de Janeiro, 30 de julho de 1892, pág.2.

³⁸⁸¹ Outras localidades do estado do Ceará formaram comissões como forma de apoio à comissão central. Registram-se as seguintes localidades: Acaraú, Aracaty, Araripe, Assaré, Arraial, Aracoiaíba, Aquiraz, Baturité, Boa Viagem, Barbalha, Coité, Camocim, Cascavel, Cachoeira, Canindé, Campo Grande, Crateús, Crato, Guaramiranga, Granja, Ipú, Ibiapina, Independência, Limoeiro, Maranguape, Milagres, Mulungu, Morada Nova, Missão Velha, Maria Pereira, Pacoti, Pacatuba, Porangaba, Pereiro, Paracuru, Pedra Branca, Quixadá, Quixeramobim, Quixere, Redenção, Russas, S. Matheus, S. Francisco, S. Pedro do Crato, Santa Quitéria, São Benedito, São João dos Inhamuns, Sant'Anna, Sant'Anna do Brejo Grande, Saboeiro, Sobral, Tamboril, Tianguá, Umary, Varzea Alegre, Viçosa. O ESTADO DO CEARÁ NA EXPOSIÇÃO DE CHICAGO. Relação dos cidadãos que compõem as comissões central e locais. Fortaleza: Typografia da Republica, 1892.

fumos, tipos de batata, frutos de pau branco, flores de alfavaca, gergelim, mulungu, cajazeira e sementes de variadas tipos. Na sessão D, relativa a Peixes e Produtos de Pescaria, e sessão E, Mineração e Metalurgia, nota-se um expressivo envio de material, sendo as que mais receberam contribuições de Bezerra. São páginas inteiras listadas com espécimes da ictiologia e sobretudo objetos da mineralogia, como rubis, quartzos, gneiss, mica etc. Por fim, destaca-se a sessão M, referente à Etnologia e Arqueologia, nas quais constam o envio de amostras de fósseis de peixes, originárias de Sant’Ana do Brejo, atualmente Santana do Cariri, próximo a região explorada por George Gardner.

As habilidades de Antônio Bezerra como cientista e popularizador das ciências naturais³⁸⁸² contribuíram para que ele fosse convidado pelo governo para compor o grupo de trabalho do Ceará na exposição nacional; além disso, a articulação que Bezerra exercia dentro de um circuito formado pelos intelectuais cearenses no período também foi um dos fatores para a sua nomeação, afinal ele estabelecia contato dentro de instituições, jornais e revistas dos quais era colaborador e, em alguns casos, um dos fundadores.

O início da exposição se deu em 15 de dezembro de 1892.³⁸⁸³ Os produtos do estado do Ceará tiveram, efetivamente, grande destaque, sendo o estado que mais contribuiu em termos de quantidade de objetos dentre os estados participantes. Dentre os produtos que figuraram, além das coleções agrícolas citadas mais acima, no catálogo enviado ao Rio de Janeiro constam objetos dos diversos ramos das ciências naturais, como “peixes, pássaros, rochas, minerais em número de mais de duzentas qualidades, instrumentos e utensílios indígenas, curiosíssimos fósseis, uma infinidade, enfim, de objetos sobre trabalhos artísticos”.³⁸⁸⁴ A quantidade de objetos enviados contribuiu para a formação de um outro olhar sobre o estado do Ceará. Na época, por conta do clima e dos regimes de seca, o discurso dos outros estados era de pessimismo quanto à participação do Ceará, pois se presumia a escassez de produtos da agricultura e de outros ramos da indústria, das ciências e da cultura em decorrência desses processos naturais. No entanto, o que se viu foi o extremo oposto. Os redatores do *Jornal do Brasil* em análise da inauguração da exposição preparatória destacaram o Ceará como o que “em maior abundância e com mais variados produtos concorreu à exposição”.³⁸⁸⁵

Ao todo, Bezerra enviou 381 objetos divididos nas sessões acima mencionadas. O catálogo foi construído a partir de uma estrutura de organização que privilegiou o registro do expositor responsável pelo envio do objeto, o nome do objeto enviado, a localização de onde foi enviado e onde foi coletado, a classificação/nomeação em nomenclatura científica – para os produtos naturais efetivamente – e informações complementares, como descrições do local de coleta, das propriedades e dos usos de determinados objetos e alguma bibliografia existente sobre os mesmos. O próprio formato de estruturação do catálogo revela em partes as concepções dos intelectuais envolvidos na sua produção e o ideário político presente nele. Em diversos momentos, busca-se detalhar o uso econômico propiciado pelos objetos reunidos. Na sessão E, concernente à Mineração e Metalurgia, em referência a determinados minérios, sublinha-se várias vezes a ausência de estudos e de exploração, além de identificar quais os locais onde se encontrava tais objetos naturais. Na

³⁸⁸² Sobre a popularização do conhecimento científico em Fortaleza, precisamente a partir dos escritos de Antônio Bezerra e Rodolpho Théophilo, ver: MOREIRA, Paulo Italo. *Popularização das Ciências Naturais no Ceará no final do século XIX. Boletim Eletrônico da Sociedade Brasileira de História das Ciências*. N. 5, Junho/2015. A respeito do termo popularização referente às ciências, ver: LIGHTMAN, Bernard. *Victorian popularizers of Science*. Design nature for new audiences. The University of Chicago Press, Chicago and London, 2007.

³⁸⁸³ “Em vista do curto prazo que foi dado para a abertura das exposições preparatórias e que deve também ser brilhante, autorizou o Sr. Ministro o adiamento da abertura, marcando-a para o dia 15 de dezembro infalivelmente”. *Jornal do Brasil*, ano. II, n.330, Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1892, pág.1.

³⁸⁸⁴ MENEZES, Antônio Bezerra de. O Ceará e os cearenses. In: *Revista da Academia Cearense*. Fortaleza: Typographia Studart. Tomo V, 1900, pág.198.

³⁸⁸⁵ *Jornal do Brasil*, ano. II, n.352, Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1892, pág.1.

sessão A, da alçada da Agricultura, Arboricultura, Horticultura, Floricultura e Produtos Florestais, no catálogo consta o envio de cigarros por fábricas situadas em Fortaleza. Ao lado, informações sobre as fábricas e seus respectivos proprietários dão conta da localização de cada uma delas, da produção e distribuição dos cigarros. A identificação de fábricas e o envio de seus produtos pululam do catálogo, demonstrando, mais uma vez, o interesse em promover não somente a natureza cearense, como também as suas firmas e companhias para os outros estados do país.

A análise da coleção enviada por Antônio Bezerra se sintetiza a duas vertentes: a primeira se caracteriza pela tentativa de documentação do Ceará em sua completude. Para tanto, registra-se um rol de objetos os mais diversos, desde um casulo de seda e de ossos petrificados, até numerosos envios de minérios, suas utilidades e respectivas proveniências. Seguidamente, podem-se notar dois movimentos, quais sejam: singularizar e, ao mesmo tempo, pluralizar a natureza cearense. No primeiro ponto, a singularização se deve ao esforço de descrever espécies típicas da natureza do Ceará e divulgar os costumes e modos de vida locais. No segundo ponto, a descrição de peixes, fósseis, minérios, sementes de diversas plantas e a identificação e adoção de termos científicos para classifica-los denota a universalização desses objetos naturais. Embora aparentemente díspares esses movimentos se configuram importantes para a construção e formação de um saber local, que se estabelecesse, nesse caso, a partir do contato com o conhecimento científico.

Conclusão

O presente texto se propôs a fazer uma síntese das atividades científicas de Antônio Bezerra de Menezes precisamente se restringindo a dois pontos: o mapeamento da natureza cearense realizado nas viagens científicas e o estudo da coleção de objetos doados e catalogados para a Exposição Nacional do Rio de Janeiro (1892), da qual foi responsável pela exposição dos produtos do Ceará. Foi introduzida uma apresentação dos propósitos e de como se desenrolaram tais atividades, buscando-se confluências entre elas. Durante o texto, aprofundou-se a análise do material coletado e catalogado por Bezerra, material este que compõe um acervo extenso dos registros a respeito da natureza local.

Como foi percorrido, Antônio Bezerra registrou com detalhes a fauna, a flora, as propriedades do solo, enfim, a geografia – dita de um modo amplo – das regiões litorâneas, serranas e sertanejas. Na área litorânea onde Bezerra prospectou, tem-se o registro de algumas espécies de peixes e crustáceos e a vegetação com pouca variedade; na Serra da Ibiapaba, nota-se uma mudança significativa na paisagem, onde a pluralidade das espécies da flora e fauna contrasta significativamente com a sequeidão do sertão cearense percorrido logo em seguida. Apesar da escassez de alimentos e de meios de subsistência no sertão principalmente nos regimes de seca, a descrição se revela de modo diferenciado, justamente por descrever mais do que simplesmente a sequeidão, mas a diversidade de espécies e de recursos naturais que muitas vezes passam ao largo. Para tanto, o olhar treinado e a prática científica se mostram eficazes para descrever as minúcias da paisagem e da natureza em todos os tipos de regiões.

Na análise do material reunido e enviado por Bezerra para a Exposição Nacional do Rio de Janeiro, preparatória para a Exposição de Chicago, tornou-se evidente o intuito de mapear todo o Ceará e esmiuçar a representatividade de cada objeto enviado. Os propósitos foram os mais diversos, principalmente no que tange ao incentivo à economia e ao comércio, subsidiados por uma concepção de ciência como progresso. Nesse sentido, como foi notado neste texto, as informações dadas a determinados objetos enviados, como utilização e os locais onde se encontram em maior quantidade, denotam claramente a proposta de exploração dos recursos naturais.

Nas Notas de Viagem, tem-se a descrição de mais de duzentas espécies que englobam plantas, animais, minérios etc.; para a Exposição, a partir da análise do catálogo referente aos objetos enviados por Bezerra, identificam-se trezentos e oitenta e um objetos. Desta

forma, pode-se compreender a relevância no intuito de registrar a biodiversidade de uma parcela da natureza cearense.

AS FLORESTAS NA HISTÓRIA DO OCIDENTE E SUAS VISÕES

Raíssa Orestes Carneiro³⁸⁸⁶
raissaoc10@gmail.com

Resumo: Pode-se dizer que a forma como o meio natural foi muitas vezes visto - e em grande medida ainda o é - ao longo da história do Ocidente segue uma sequência bastante linear e ainda baseada no pensamento grego, especialmente aquele de Aristóteles. O homem, nesse contexto, apareceu praticamente em todas as épocas e entre todos os povos – no Ocidente - como superior a todo o entorno. O mais interessante é que foi um pensamento que se arraigou de tal forma que, hoje, quase não se percebe que ele foi construído para servir aos interesses dominantes em cada época. Também não foi o objetivo aqui questionar os clássicos, mesmo porque não resta a menor dúvida de que todos os pensadores que foram mencionados ao longo do texto têm, de fato, contribuições inegáveis a dar ao desenvolvimento de uma forma racional de pensar o mundo. Contudo, também não se pode deixar de ter em mente que existiram e continuam existindo outras formas de compreender e de lidar com o entorno, não necessariamente melhores ou piores, mas diferentes. Ora, o fato de determinados pensadores em vez de outros terem prevalecido no Ocidente diz muito sobre a maneira predatória por meio da qual se deu o contato com o meio natural nesta parte do globo e ajuda a explicar a existência, ainda hoje, de visões absolutamente contraditórias da natureza. O Brasil é herdeiro da visão consolidada na Europa Ocidental e sempre se inspirou nos ditos “países civilizados” para a construção da sua legislação e de suas instituições. Nesse sentido, o que se pretendeu foi traçar um breve histórico das ideias sobre natureza, especialmente sobre florestas, que foram mais influentes nesses países de referência e de como elas moldaram políticas de conservação e progresso.

Palavras-chave: História Ambiental, florestas, visões, políticas protecionistas.

Em boa parte das sociedades, o desenvolvimento sempre esteve bastante atrelado ao meio natural e, mais precisamente, à floresta, numa relação ambígua, e até um pouco contraditória, ora destruindo-a, sob o argumento de que uma civilização não podia se constituir na mata, ora conservando-a, por razões míticas (o lugar da pureza originária) ou, sobretudo, econômicas.

No entanto, vale ressaltar que nem sempre os homens perceberam a natureza como algo exterior, estranho a si mesmo³⁸⁸⁷. John Passmore³⁸⁸⁸, por exemplo, um filósofo australiano, situava o início dessa separação entre o ser humano e o mundo natural no Ocidente, de uma maneira geral, há cerca de dois mil anos, com o desenvolvimento da tradição estoico-cristã. Mas até mesmo antes disso, gregos e romanos, tidos como fundadores do pensamento ocidental, já tinham uma relação conturbada com a natureza.

³⁸⁸⁶ Mestre em História pela UFPE

³⁸⁸⁷ Aliás, para vários grupos essa separação continua não fazendo sentido ainda hoje.

³⁸⁸⁸ PASSMORE, John. Atitudes frente à natureza. **Cadernos de História**, Ano VIII, n. 8, Recife: UFPE, 2012, p. 60-78. Disponível em: <http://loja.edufpe.com.br/portal/spring/livro/detalhe/143>. Acesso em: 19 out 2013.

1. A Antiguidade Clássica

Se, por um lado, a floresta esteve presente nos mitos iniciais, nas lendas populares, nos contos de fadas e no folclore tradicional desde as primeiras populações, por outro, essas mesmas florestas passaram, em pouco tempo, a serem vistas como obstáculos à conquista, à hegemonia e à homogeneização.

Em Roma, o próprio fundador do Império havia, segundo a lenda, crescido na floresta, amamentado, junto com o seu irmão, por uma loba. Além disso, fora justamente a riqueza natural, o clima temperado e a rica vegetação local que atraíram, desde a sua fundação, tanto as tribos da Europa central quanto os navegadores do Oriente. Segundo Rostovtzeff:

Os pastores e agricultores da Europa central eram tentados pelas pastagens excelentes e campos férteis ao passo que os imigrantes do leste procuravam os portos do sul, que davam acesso à próspera Campânia, aos férteis rios e vales do Sul da Itália e às florestas antigas dos montes vizinhos, que proporcionavam excelente madeira para construção de navios³⁸⁸⁹.

Apesar disso, já no século I a.C. a escassez de madeira fazia com que Cícero considerasse como inimigos os Estados que viessem a abater as matas da Macedônia, uma atitude que, de alguma forma, fazia sentido, afinal, a madeira era, acima dos interesses individuais, um recurso natural estratégico, não só para a consolidação e o desenvolvimento das cidades e garantia da qualidade de vida com melhores condições de moradia, mas também essencial para a expansão da Marinha e do Exército, elementos primordiais para o crescimento do próprio Estado, o qual, apesar das preocupações, ocorreu em guerra contra as grandes florestas³⁸⁹⁰.

Na Grécia, por sua vez, onde as matas eram lares de toda uma série de figuras mitológicas, a topografia não permitia um desenvolvimento muito amplo da agricultura, a não ser em algumas planícies, onde eram cultivadas, por exemplo, as oliveiras. Apesar disso, segundo Jardé³⁸⁹¹, a maioria da população era constituída por camponeses. Apenas as montanhas eram cobertas por florestas, onde se praticava a caça. No entanto, a devastação foi tornando as matas cada vez mais escassas. Ainda de acordo com o referido autor:

Platão já lamentava, no seu tempo, que as montanhas da Ática estivessem quase completamente nuas; Atenas, para construir os seus navios, era obrigada a importar madeira da Trácia e da Macedônia. Em lugar dos antigos bosques frondosos, aos poucos, vão restando apenas os terrenos cobertos de moitas (*phrygana*) de urzes ou de arbustos e medronheiros, de onde sobressaem algumas árvores, sempre verdes, como a corticeira, o pinheiro e o cipreste³⁸⁹².

Percebe-se, portanto, que tanto gregos quanto romanos empreenderam um vasto desmatamento no Mediterrâneo com o objetivo de expandir suas civilizações. A necessidade de madeira para a Marinha, na Grécia, e a expansão da agricultura, em Roma, podem ser apontadas como os dois principais (mas não únicos) fatores da devastação. Segundo Harrison:

O Estado dava um título de propriedade a qualquer um que desmatasse na floresta uma parcela de terra ainda não cultivada. [...] Quando os Estados partiam em guerra,

³⁸⁸⁹ ROSTOVITZEFF, Mikhail. **História de Roma**. 2ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967, p. 17.

³⁸⁹⁰ MARQUES, José Roque Nunes. **Direito Ambiental: uma análise da exploração madeireira na Amazônia**. São Paulo: LTr, 1999.

³⁸⁹¹ JARDÉ, Auguste. **A Grécia Antiga e a vida grega: geografia, história, literatura, artes, religião, vida pública e privada**. São Paulo: EPU, 1977.

³⁸⁹² JARDÉ, Auguste. **A Grécia Antiga e a vida grega**, p. 221.

florestas inteiras eram mortas para fornecer meios de locomoção aos exércitos e barcos para as marinhas. Assim, as florestas desapareceram com o avanço dos impérios clássicos de leste para oeste, ao longo do Mediterrâneo e para o norte da Europa³⁸⁹³.

Foi nesse contexto que viveu Aristóteles, um dos primeiros a tentar demonstrar a superioridade do homem em relação ao meio natural e, mais do que isso, a superioridade de alguns homens diante de outros. Para ele, a união entre senhores e escravos era completamente normal, afinal, era natural que alguns mandassem e outros obedecessem. Embora reconhecendo a humanidade do escravo, via-o como propriedade, cuja única virtude consistiria em saber obedecer. Também era natural o domínio do homem sobre os animais, afinal, a própria natureza havia feito essa divisão para facilitar a busca do homem por alimento. De acordo com ele:

A natureza dos animais suscetíveis de serem domesticados ou aprisionados é superior à dos animais selvagens. Para eles é vantajoso obedecer ao homem, como um meio de preservação. Além disso, o macho tem sobre a mulher uma superioridade natural, e um é destinado por natureza ao comando, e o outro a ser comandado. Esse princípio (observado em todas as espécies) necessariamente se estende também à espécie humana³⁸⁹⁴.

Essa visão foi sendo adaptada e reaplicada por praticamente todos os pensadores que moldaram as concepções de mundo e de natureza adotadas no Ocidente ao longo do tempo, nos mais diversos contextos, chegando até os dias atuais e justificando o domínio de alguns sobre o entorno e sobre aqueles que foram tidos como mais próximos da natureza.

Não obstante a devastação empreendida pelas sociedades clássicas, a Europa do Norte conseguiu, até certo ponto, preservar suas florestas, as quais ainda estavam de pé quando se iniciou a chamada Idade Média.

2. A época medieval

Segundo Le Goff, as florestas representavam, naquele momento, a própria realidade física do Ocidente. Nas palavras do autor:

Um grande manto de florestas e lezírias, semeado de clareiras cultivadas – tal era o aspecto exterior da região ocupada pela Cristandade, semelhante a um negativo do Oriente muçulmano, mundo de oásis no meio dos desertos. Aqui a madeira é rara, além abunda; aqui as árvores são a civilização, além são a barbárie. A religião, que no Oriente nasceu à sombra de palmeiras, cresce no Ocidente em detrimento das árvores, refúgios de gênios pagãos que monges, santos e missionários abatem impiedosamente³⁸⁹⁵.

Portanto, apesar da presença ainda relativamente perceptível das florestas, a nova ordem social, tal como a anterior, também não se mostrava muito acolhedora em relação a elas.

³⁸⁹³ HARRISON, Robert. **Forêts**: essai sur l'imaginaire occidental. Paris: Flammarion, 1992, p. 93. No original (tradução francesa): "L'État donnait un titre de propriété à quiconque déboisait dans la forêt une parcelle de terre encore inculte. [...] Quand les États partaient en guerre, des forêts entières étaient abattues pour fournir des véhicules aux armées et des bateaux aux marines. Ainsi, les forêts disparurent avec l'avancée des empires classiques d'est en ouest, le long de la Méditerranée et vers le nord de l'Europe".

³⁸⁹⁴ ARISTÓTELES. **A política**. São Paulo: Martin Claret, 2001, p. 61.

³⁸⁹⁵ LE GOFF, Jacques. **A civilização do Ocidente Medieval**. Vol. 1. 2ed. Lisboa: Estampa, 1995.

O mundo cristão, partindo, segundo Passmore³⁸⁹⁶, de uma leitura equivocada do Antigo Testamento, reafirmou o pensamento aristotélico, no sentido de colocar a natureza como subordinada ao homem, adicionando o elemento de que, afinal, apenas este havia sido criado à imagem e semelhança de Deus. Agostinho de Hipona, por exemplo, embora tenha vivido nos últimos anos do Império Romano do Ocidente, e não na Idade Média, merece menção neste tópico por ter sido um dos primeiros e principais pensadores cristãos. Em suas *Confissões*, Agostinho escrevia que:

Por isso, depois de dizer no plural “façamos o homem”, foi afirmado no singular: “E Deus fez o homem”. Por isso, depois de dizer no plural “à nossa imagem”, foi afirmado no singular “à imagem de Deus”. Desse modo, o homem “se renova para o conhecimento segundo a imagem de Deus, seu Criador”, e, tornando-se espiritual, “julga tudo o que deve ser julgado, e “por ninguém é julgado”. [...] A expressão “julga tudo” significa que tem poder sobre os peixes do mar e as aves do céu, sobre todos os animais domésticos e selvagens, sobre toda a terra e os répteis que nela se arrastam. Ele exerce tal poder por meio da inteligência, pela qual “percebe o que pertence ao espírito de Deus”³⁸⁹⁷.

Anos depois, em outra obra, ele corroborava a ideia:

Entre os viventes, os sencientes são superiores aos não sencientes, como às árvores os animais. Entre os sencientes, os que têm inteligência são superiores aos que não a têm, como aos animais os homens. E, ainda, entre os que têm inteligência, os imortais são superiores aos mortais, como aos homens os anjos. Tal gradação parte da ordem da natureza³⁸⁹⁸.

O mais curioso é que, ao contrário de muitas das tradições ocidentais – e até orientais – o cristianismo não colocava o seu mito fundador em uma floresta, mas sim em um jardim, ou seja, uma natureza domesticada, onde apenas existiam duas árvores, a do conhecimento e a da vida, ambas reservando destinos sombrios, ora à humanidade, no momento da queda do paraíso, ora ao seu redentor³⁸⁹⁹, no momento da crucificação³⁹⁰⁰.

Por outro lado, no “mundo real”, as florestas não estavam fora do âmbito civil e, muito menos, das suas instituições legais. Aliás, a própria etimologia da palavra, denota esse lugar ambíguo por elas ocupado, uma vez que o mais provável é que o termo latino – *foresta* – seja advindo de uma mistura de *foris*, que significa “fora”, e de *forum*, o lugar de aplicação da lei.

De fato, do ponto de vista histórico, ambas as origens fazem bastante sentido. Durante muito tempo o termo “floresta” teve, realmente, uma conotação jurídica, no sentido de que

³⁸⁹⁶ PASSMORE, John. Atitudes frente à natureza. Op. cit. Segundo ele, em momento algum estaria presente no Antigo Testamento essa superioridade do homem e, ainda que tal doutrina pudesse ser aceita, isso não significaria que o homem devesse transformar o mundo e refazer tudo o que Deus havia criado. Pelo contrário, deveria ter uma atitude responsável diante da criação divina. Tanto que, logo depois das Cruzadas, quando houve um avanço tecnológico um pouco mais acelerado, muitos o viram como algo demoníaco, porque o homem só poderia desejar o que estivesse dado de forma natural e não modificado para se tornar mais útil ao ser humano. Esta, na verdade, seria uma ideia do capitalismo: modificar a natureza para facilitar a acumulação.

³⁸⁹⁷ SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Paulus, 1984, p. 428.

³⁸⁹⁸ SANTO AGOSTINHO. *A Cidade de Deus*. São Paulo: Editora das Américas, 1961, p. 124.

³⁸⁹⁹ A existência da Árvore da Vida é aventada, segundo Schama, pelas tradições apócrifas da Bíblia, segundo as quais ela teria sido guardada por querubins, após o pecado de Adão e Eva, para, através da Cruz, poder vir a redimir a humanidade.

³⁹⁰⁰ SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

só recebiam essa nomenclatura os locais determinados por lei, normalmente reservados à caça dos nobres ou do rei³⁹⁰¹. Além disso, também era muito comum que as matas ficassem fora da cidade, afinal a civilização não poderia existir em um ambiente tão hostil.

O que se percebe, portanto, é que, embora os romances de cavalaria medievais apresentassem as florestas como o abrigo dos proscritos, dos loucos, dos amantes, enfim, dos foras da lei, muitas delas, ao menos desde a época merovíngia (a partir do século V d. C.), já faziam parte da jurisdição legal dos reinos. Um bom exemplo são as Leis da Floresta, de Guilherme, o Conquistador, na Inglaterra, que permitiram confiscar a região da *New Forest* para a prática exclusiva da caça real. Aliás, foi a partir daí que começou a ser construído o “Romance Nacional” britânico, que seria desenvolvido sob os Tudor. Passou-se a acreditar que, antes da tirania normanda, a Grã-Bretanha era coberta por florestas ininterruptas, onde todas as classes conviviam pacificamente. Contudo, como afirma Schama:

Por trás dessa fantasia, existia um lugar real. Pouca semelhança tinha, porém, com o cenário idílico, estival e intacto das verdes matas. É um erro imaginar a Inglaterra medieval coberta de vastas florestas, imemorialmente antigas, interrompidas apenas pelos urzais e por precárias searas e pastagens. Quando Guilherme, o Conquistador, chegou à costa de Sussex, as florestas se resumiam a 15% do território inglês. Segundo Oliver Rackham, nem mesmo os romanos – que Joseph Conrad e outros imaginaram tremendo de medo ante as sombrias matas britânicas, como tremeram diante das florestas germânicas e etruscas – teriam encontrado um país uniformemente revestido de verde. Da selva primitiva nada sobrara além de alguns poucos hectares no centro de New Forest. Muito antes de os romanos chegarem, as primeiras culturas estabelecidas na Grã-Bretanha, notadamente os celtas, haviam feito grandes derrubadas. As sofisticadas demandas da vida urbana dos romanos, sobretudo no tocante à água quente no clima frio e nevoento da Inglaterra, com certeza aceleraram o desmatamento³⁹⁰².

No mais, é interessante notar que, mesmo quando leis eram adotadas, a eventual proibição de desmatar dizia respeito às florestas em sentido jurídico. As demais poderiam ser destruídas ou convertidas em terras aráveis sem nenhuma restrição, até porque, nessa época, como ressalta Thomas³⁹⁰³, a mera ideia de resistir à agricultura teria parecido ininteligível.

Acontece que as florestas, por toda parte, não eram importantes apenas para o rei e a nobreza. Elas também tinham bastante utilidade para os camponeses, afinal, nelas pastavam os rebanhos, delas se retirava a madeira e o carvão para as lareiras e as construções das casas, ou seja, a floresta também era fonte de sobrevivência e, eventualmente, até de lucro, o que fazia com que todos reivindicassem seus direitos às riquezas florestais, sem esquecer, contudo, que ela representava, antes de mais nada, uma ameaça, real ou imaginária, uma fronteira que separava os senhorios e os países entre si, de onde, a qualquer momento, podiam surgir feras, bandidos ou cavaleiros da pilhagem³⁹⁰⁴.

³⁹⁰¹ O termo usual para as demais regiões de mata era *nemus*, que significa “bosque”, e vem de *nemo*, que quer dizer “ninguém”.

³⁹⁰² SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória.**, p. 150-151.

³⁹⁰³ THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800).** São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 17.

³⁹⁰⁴ LE GOFF, Jacques. **A civilização do Ocidente Medieval.** Vol. 1.

Nesse sentido, quando a madeira começou a se tornar escassa por múltiplos fatores, dentre eles, como lembra DUBY³⁹⁰⁵, a pressão demográfica e o aprimoramento das técnicas de cultivo, os conflitos entre rei, senhores, clero e camponeses sobre os direitos de uso da floresta se acirraram, levando alguns reis a estabelecerem medidas protetivas para as florestas, como os tribunais florestais da França. Medidas como estas iriam, um pouco mais tarde, entre os Estados modernos, servir de base para o surgimento de leis florestais mais específicas³⁹⁰⁶.

3. A Idade Moderna

De fato, foi nesse período que surgiram os primeiros códigos (ou legislações) de proteção efetivamente ordenados dentro de uma estrutura administrativa geral. Em Portugal, por exemplo, após a elaboração, em 1442, da primeira Carta Régia nesse sentido, que disciplinou o corte e reduziu o desperdício de madeira, a Coroa passou a expedir vários instrumentos legais com objetivos semelhantes.

Contudo, apesar da legislação florestal crescente, os séculos XIV, XV e XVI viram a Europa empreender um verdadeiro extermínio das espécies animais e vegetais que não podiam ser domesticadas ou utilizadas economicamente e o conseqüente desmatamento do que ainda restava na bacia mediterrânea e no Reino Unido³⁹⁰⁷.

Vigoravam, nesse momento, ainda na esteira de Aristóteles e Agostinho – dentre outros – as ideias de René Descartes, o qual buscou dar ao sujeito pensante o poder de, ao aplicar o seu método matemático e, portanto, o raciocínio científico, chegar quase à perfeição de Deus, tornando-se uma espécie de mestre da natureza.

Embora ele não afirmasse expressamente que tudo o que existia havia sido feito para o desfrute do homem, ele acreditava demonstrar que, não tendo os animais uma alma, seriam criaturas claramente inferiores³⁹⁰⁸. Adotar essa ideia, aliás, era até uma forma de justificar e isentar de qualquer culpa o ser humano na sua relação com os bichos. Segundo Thomas:

Como os cartesianos observavam, se os animais realmente tivessem um elemento imortal, as liberdades que os homens tomavam com eles seriam injustificáveis; e admitir que os animais tivessem sensações era fazer do comportamento humano algo intoleravelmente cruel³⁹⁰⁹.

Ainda segundo Thomas, essa insistência tão grande em distinguir o humano do animal também teve conseqüências importantes para as relações entre os próprios homens. Com efeito:

O homem atribuía aos animais os impulsos da natureza que mais temia em si mesmo – a ferocidade, a gula, a sexualidade – apesar de ser o homem, e não os animais quem, guerreava com sua própria espécie, comia mais do que devia e era sexualmente ativo durante todo o ano. Foi enquanto um comentário implícito sobre a natureza humana que se delineou o conceito de animalidade³⁹¹⁰.

Descartes não chegou a se deter sobre as florestas, mas o fato é que, ao interpretarem os seus escritos, os seus contemporâneos, assim como os pensadores que lhe seguiram viram nessa inferioridade atribuída aos animais uma reafirmação das ideias da época.

³⁹⁰⁵ DUBY, Georges. Os camponeses. In: DUBY, Georges. **Guerreiros e Camponeses**. Lisboa: Estampa, 1993, p. 197-226.

³⁹⁰⁶ LARRÈRE, Raphaël; NOUGARÈDE, Olivier. **Des hommes et des forêts**. Évreux: Gallimard, 1993.

³⁹⁰⁷ THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**.

³⁹⁰⁸ DESCARTES, René. **Discurso do Método**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

³⁹⁰⁹ THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**, 45.

³⁹¹⁰ THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**, p. 54.

Na Grã-Bretanha, por exemplo, tanto sob o domínio dos Tudor, quanto dos Stuart, o poder econômico sobre a administração das matas foi transferido para contratadores e proprietários da aristocracia, ao passo que no país vizinho, Luís XIV optava por retomar o poder sobre suas matas, incentivado pelo seu ministro, Jean-Baptiste Colbert, preocupado com os rumos que a exploração desenfreada das matas pelos particulares vinha tomando.

De fato, durante as guerras religiosas do século XVI, a devastação fora tão intensa que a única solução encontrada pela Coroa francesa havia sido a de aprovar, um pouco mais tarde, a *Ordonnance des Eaux et Forêts* (1669), com o objetivo de obter alguma ordem e, sobretudo, racionalizar a utilização dos recursos naturais, controlando o acesso das pessoas (especialmente dos foras da lei) a eles, e passando a ter jurisdição sobre todas as florestas, públicas e privadas, confirmando, por outro lado, o monopólio da nobreza sobre a caça³⁹¹¹.

Na Grã Bretanha, por sua vez, embora já existissem tribunais florestais desde, pelo menos, o início do século XVII, eles nunca chegaram a ter efetividade. A legislação mais severa, nesse sentido, só se estabeleceu de fato algumas décadas mais tarde, precisamente em 1723. Conhecida como “Lei Negra” e implementada sob o reinado de George I, ela visava, em tese, a combater os caçadores clandestinos que invadiam as florestas disfarçados e roubavam os cervos do rei ou produtos florestais, como lenha, por exemplo, afirmando ter um direito tradicional e costumeiramente estabelecido em relação aos mesmos. Na prática, porém, era mais um instrumento de poder da aristocracia do que, realmente, uma tentativa de proteger as florestas e seus produtos. Segundo Thompson:

A Lei Negra foi a primeira a introduzir a pena de morte. E assim por diante. Tanto por sua severidade como pelo caráter frouxo e indiscriminado do seu esboço, a Lei não tinha precedentes. Fornecia um versátil arsenal de morte adequado para a repressão de muitas formas de distúrbio social. Não era necessária, nem especialmente eficiente para tratar da “emergência” específica que lhe serviu de justificativa. [...] Os delitos desses homens consistiam em aparecer “armados e disfarçados” na floresta, e não foram acusados de nenhum dos delitos mais graves – chantagem, incêndio deliberado, abate de árvores ou mutilação de gado – que supostamente ocasionaram a Lei. Sua execução foi um puro ato de terror³⁹¹².

A floresta, nesse período, continuava sendo muito mais uma designação jurídica do que, propriamente, uma unidade. Ainda assim, constituía uma área extremamente dinâmica.

Além disso, embora pelo menos desde a expansão marítima, empreendida a partir do século XV, tenha-se começado a tomar consciência de que o mundo era muito maior do que se imaginava e que, portanto, ele não poderia ter sido feito exclusivamente para o benefício do homem, uma vez que ele sequer tinha noção da sua real dimensão, a associação do mundo natural com o mundo humano ainda estava, nos séculos XVII e XVIII, bastante presente. Muitas plantas, por exemplo, recebiam nomes que remetiam a alguma utilidade que ela pudesse ter para o homem (real ou derivada de alguma crença)³⁹¹³.

Ao longo do tempo, no entanto, os botânicos (e da mesma forma os zoólogos, afinal, os animais também eram vistos sob essa perspectiva) buscaram princípios mais objetivos de classificação do mundo natural, já que o antigo padrão fazia com que cada região tivesse um nome diferente para designar a mesma planta. Muitas vezes, também, plantas diferentes recebiam o mesmo nome em regiões diferentes. Dessa forma, fazia-se necessária certa padronização nas denominações, o que, na Europa Ocidental, ocorreu ao longo do século

³⁹¹¹ LARRÈRE, Raphaël; NOUGARÈDE, Olivier. **Des hommes et des forêts**.

³⁹¹² THOMPSON, Edward P. **Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra**. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 247.

³⁹¹³ Para citar exemplos, havia a pimenta-de-pobre, a só-para-molho, a pulmonária, a feijão-dos-rins, dentre várias outras. Ver em: THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**, p. 114-115.

XVII, e se consolidou durante o século XVIII, com a adoção do sistema criado por Carl Lineu, com dois nomes latinos, um indicando o gênero e o outro, a espécie³⁹¹⁴.

Seus alunos, muitas vezes financiados por companhias ultramarinas de comércio, viajaram um pouco por toda parte, coletando plantas e insetos, medindo, preservando e desenhando tudo o que viam. A partir de então, as viagens e os relatos, fossem eles científicos ou não, nunca mais foram os mesmos, todos influenciados pelo desenvolvimento de uma história natural, cujo nascimento acabou colaborando para, senão aniquilar, ao menos diminuir a força da visão exclusivamente antropocêntrica da natureza. O mundo natural passou, então, ao longo dos séculos XVII e XVIII, a ser percebido e estudado em si próprio e não apenas na sua relação com o humano, o que, obviamente, não quer dizer que as suas utilidades, especialmente para a economia, fossem deixadas de lado³⁹¹⁵.

Ao contrário, o triunfo da nova atitude para com a natureza esteve estreitamente vinculado ao crescimento das cidades e à emergência de uma ordem industrial em que os animais se tornaram cada vez mais marginais ao processo de produção. A expansão do sistema capitalista foi um dos marcos da nova era.

4. O mundo contemporâneo

A época contemporânea nasceu sob o prenúncio cartesiano das Luzes e se caracterizou pelo olhar em direção ao futuro, governado idealmente pela razão. A natureza, aqui, tornou-se uma espécie de parâmetro para tudo, desde o estabelecimento de fronteiras até a adoção de novas leis, passando pela explicação de uma suposta inferioridade natural de certos povos, como tentou demonstrar, por exemplo, Montesquieu, com a sua Teoria dos Climas.

Para o filósofo iluminista, estar submetido a temperaturas extremas, particularmente ao calor, como nas proximidades da linha do equador, era fator determinante para uma indolência natural. Segundo ele, “há países nos quais o calor enerva o corpo, e enfraquece a tal ponto a coragem, que os homens somente executam um trabalho penoso pelo temor do castigo; a escravidão, nesse caso, contraria menos a razão”³⁹¹⁶.

Vale lembrar que, nessa época, as potências europeias já possuíam colônias consolidadas há bastante tempo. Contudo, era sempre útil reafirmar a necessidade do domínio, afinal, povos fracos, que não sabiam se autogovernar, tinham mais é que se submeter.

Foi também nesse contexto que Rousseau desenvolveu suas ideias sobre o “bom selvagem”. Segundo ele, os homens são naturalmente iguais e bons na origem, mas vão se diferenciando à medida que sua sociedade se torna mais ou menos evoluída. Para ele, não é a civilização que “domestica” o homem. Ao contrário, ela o corrompe. As sociedades do Novo Mundo estariam, nesse sentido, no meio do caminho entre o estágio original de bondade e a civilização e, por isso, seriam cruéis. Segundo o autor, as leis em geral, mas principalmente a da propriedade, seriam as principais causas da desigualdade entre os homens, pois:

a partir do momento em que um homem precisou do auxílio de outro, a partir do momento em que se aperceberam ser útil a um só possuir provisões para dois, a igualdade desapareceu, a propriedade introduziu-se, o trabalho tornou-se necessário, e as vastas florestas transformaram-se em campos vicejantes que foi preciso regar com o suor dos homens, e nos quais logo se viu a escravidão e a miséria germinar e crescer com as colheitas³⁹¹⁷.

³⁹¹⁴ Idem.

³⁹¹⁵ PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru: EDUSC, 1999.

³⁹¹⁶ MONTESQUIEU. **Do Espírito das Leis [1748]**. São Paulo: Martin Claret, 2002, p. 254.

³⁹¹⁷ ROUSSEAU. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985, p. 92-93.

Em relação às florestas, aliás, a *Encyclopédia* trouxe um novo conceito, tendo elas deixado de ser o domínio reservado por decreto para o divertimento do rei e passando a adquirir o sentido que têm, por assim dizer, ainda hoje (ao menos para o senso comum): o de qualquer mata que se estenda por um vasto terreno (em oposição aos bosques, que ocupariam pequenas superfícies, por exemplo).

De acordo com os princípios liberais adotados de maneira geral após a Revolução Francesa, o Estado não deveria intervir na atividade realizada pelo particular. Por isso os proprietários teriam inteiro arbítrio sobre a forma de exploração das florestas, afinal, o direito de propriedade (como todos os direitos individuais) era absoluto, natural e insuscetível de qualquer limitação por quem quer que fosse, inclusive (sobretudo) pelo Estado³⁹¹⁸. Nesse contexto, no campo jurídico, por exemplo, embora desde a Antiguidade se falasse em direitos naturais, ou seja, direitos inatos, foi com os jusnaturalistas, ao longo do século XVIII, que se aderiu ao Direito Natural como “uma entidade de razão ou um protótipo ideal”³⁹¹⁹.

Diante disso, os anos que se seguiram à Revolução Francesa não foram muito bons para as florestas. Na França, o liberalismo levou à promulgação, em 1791, de uma lei que retirava das ordenações reais as propriedades privadas, permitindo a alienação e a destruição das florestas, com consequências, obviamente, desastrosas. No ano seguinte, a declaração de guerra ao Rei da Boêmia e da Hungria e a subsequente necessidade por madeiras transformou de vez a floresta em mera fornecedora de matéria prima para o Estado³⁹²⁰. Diante dessa situação, as assembleias revolucionárias tentaram retomar a Ordenação de Colbert, mas somente em 1827 voltou a haver uma legislação florestal coerente na França³⁹²¹.

Para o novo humanismo, a busca não se dava mais pela *virtù*, e sim pelo domínio irrestrito da natureza. Essa mentalidade, que já vinha sendo desenvolvida desde a Antiguidade, e foi fortalecida ao longo do período moderno, dominou de vez a gestão das florestas na Europa e nos Estados Unidos ao longo dos séculos seguintes, algo que, de certa forma, estendeu-se ao Ocidente como um todo, enquanto herdeiro das Luzes.

Foi nesse contexto que nasceu, na Alemanha, no final do séc. XVIII, uma ciência da floresta, que buscava encontrar meios de otimizar a produção, para uma rentabilidade durável e uma renovação contínua da floresta. Os novos métodos, fundados na massa e no volume de madeira de cada área, buscavam calcular, a longo prazo, as taxas de crescimento das florestas e estabelecer uma espécie de calendário de derrubada das árvores. Isso levou, como afirma Harrison³⁹²², a uma transfiguração da floresta, que deixou de ser natural, com árvores de espécies e idades diferentes, para, aos poucos, ser substituída por florestas de aspecto uniforme, plantadas em períodos fixos, algo bastante difundido com a Revolução Francesa.

Na Inglaterra, por fim, desde a Idade Média o crescimento do comércio de lã e a consequente necessidade de aumento das áreas de pastagem levaram ao agravamento do problema do desmatamento e aos cercamentos, com a destruição de aldeias e o surgimento de um novo tipo de proprietário rural: o capitalista. Na sequência, em meados do século XVI, a supressão dos mosteiros em virtude da ruptura entre Henrique VIII e o papa acabou liberando extensas terras para a consolidação das novas propriedades. A partir daí, até a eclosão da Guerra Civil (entre o rei e o Parlamento, em meados do século XVII), houve certo

³⁹¹⁸ PEREIRA, Osny Duarte. **Direito Florestal Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1950.

³⁹¹⁹ REALE, Miguel. **Lições preliminares de Direito**. 27ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 273.

³⁹²⁰ BOISSONNY, Christian Dugas de la. Les forêts de la Meurthe vues par l’administration révolutionnaire. In: CORVOL, Andrée et al. **La Forêt: perceptions et représentations**. Paris: L’Harmattan, 1997, p. 111-120.

³⁹²¹ VINEY, Raymond. L’ordonnance forestière de Colbert et les législateurs de la Revolution Française. **RFF**, n. 7, 1969. Disponível em: <http://documents.irevues.inist.fr/handle/2042/20309>. Acesso em: 10 jan. 2012.

³⁹²² HARRISON, Robert. **Forêts**. Op. cit.

grau de resistência aos cercamentos, a qual, porém, não durou muito tempo³⁹²³. Essas mudanças, como era de se esperar, alteraram o caráter social da Inglaterra. O poderio econômico, muito mais do que o político e o militar, passou a ser o mais importante, de modo que:

No século XVIII, quase metade das terras cultivadas pertencia a cerca de 5 mil famílias. Mais ainda, quatrocentas dessas famílias, numa população de 7 ou 8 milhões de habitantes, eram donas de quase um quarto das terras cultivadas. Sob essa dominação não havia mais um campesinato, no sentido clássico do termo, e sim uma estrutura cada vez mais regular de arrendatários e trabalhadores assalariados: as relações sociais que podem ser consideradas próprias do capitalismo agrário³⁹²⁴.

Nesse período, ou seja, a partir da eclosão da Revolução Industrial, os cercamentos começaram a ser feitos por determinação do Parlamento. Nesse sentido, o processo de apropriação de terras, que já vinha ocorrendo, no mínimo, desde o século XIII, intensificou-se no século XVIII, tanto como questão política quanto econômica, até porque eram os grandes proprietários que a dominavam.

Por outro lado, a Revolução Industrial também não deve ser vista como a única grande vilã do processo de esvaziamento do campo, pois, se é verdade que muitos dos sem-terra acabaram indo (sem opção) trabalhar nas fábricas, também é verdade que o crescimento das classes industriais era inevitável por conta do crescimento da população em si, ligado, inclusive, ao aumento da produção agrícola, especialmente à produção de cereais, associada aos cercamentos e à adoção de métodos mais eficientes na agricultura³⁹²⁵.

No entanto, o que chama a atenção nesse processo é a transformação da ideia sobre natureza. Esta passou a ser celebrada na sua forma mais “primitiva”, intacta, inculta. Algo surpreendente para uma sociedade que, justamente, começava, cada vez mais, a abandonar o campo, mas cuja fonte de renda ainda vinha, majoritariamente, da agricultura melhorada, ou seja, uma sociedade que não tinha, basicamente, nenhuma relação direta com a natureza no sentido mais literal. Ainda assim, a mudança não incluía o culto à vida selvagem em si. Na verdade, o mundo natural passou a ser objeto de consumo estético. Nas palavras de Williams, “conhecer os lugares famosos, trocar e comparar experiências de viagem e de contemplação de paisagens era comum na sociedade elegante”³⁹²⁶.

Para Bonnier e Derioz³⁹²⁷, a constituição da floresta enquanto paisagem, ao longo do século XVIII, foi, justamente, um momento chave para essa inversão do olhar ocidental. Aliás, teria sido precisamente nas florestas que haveria ocorrido inicialmente (antes mesmo das montanhas ou dos litorais), a revelação da beleza e da harmonia da natureza, em associação ao reconhecimento dos seus benefícios para o corpo e para o espírito.

De qualquer forma, o que se pode perceber é que, ao longo do tempo, a visão que se consolidou no Ocidente se mostrou extremamente antropocêntrica e utilitarista. Baseado nos escritos de Aristóteles, praticamente todo o pensamento que lhe seguiu, desde Agostinho de Hipona e a sua hierarquia entre os seres no momento da criação, até Montesquieu e sua Teoria dos Climas, para citar apenas exemplos, todos afirmaram a existência de uma diferença intrínseca entre os homens, garantindo a alguns uma

³⁹²³ WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

³⁹²⁴ Idem, p. 88.

³⁹²⁵ WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**.

³⁹²⁶ Idem, p. 179.

³⁹²⁷ BONNIER, Jean; DERIOZ, Pierre. Paysage et décor: ne pas confondre. Cas des forêts méditerranéennes. In: CORVOL, Andrée. **Forêt et paysage**: Xe – XXIe siècle. Paris: L’Harmattan, 2011, p. 289.

superioridade inequívoca, não só em relação aos demais, mas também em relação a todo o entorno. Como destaca Rist:

há continuidade e ruptura entre Aristóteles, Santo Agostinho e os Modernos: continuidade na maneira de considerar o “desenvolvimento” como “natural” e necessário. Continuidade, ainda, na aplicação metafórica dos termos “natureza” e “natural” às instituições sociais e à história, com todos os mal-entendidos que implica a confusão entre a imagem e a realidade. Continuidade, por fim, na proximidade da ciência e do mito que, ainda que distintos e diferenciados, conferem-se mutuamente um aditivo de verdade, favorável à aparição de uma crença partilhada (que repousa sempre em uma mistura de verdadeiro e de falso). Ruptura, contudo, no abandono da noção de declínio, o que esvazia a noção de ciclo, favorece uma leitura linear da história universal e produz uma nova episteme, ou seja, um novo conjunto de valores admitidos por todos³⁹²⁸.

Foi somente em meados do século XX que esse olhar sobre os recursos naturais começou a ser realmente combatido. A Conferência de Estocolmo, realizada pelas Nações Unidas em 1972, representou um marco nessa questão. Desde então, a preocupação com o ambiente tem ganhado cada vez mais espaço, embora de forma alguma se possa dizer que a herança dos mais de dois mil anos de domínio de uma visão completamente antropocêntrica tenha sido superada, afinal ela está intimamente ligada às noções de civilização e progresso que foram sendo construídas ao longo da história do Ocidente em nome da busca por um desenvolvimento ao molde dos “países cultos”, algo que ainda faz parte do discurso de muitos governantes.

³⁹²⁸ RIST, Gilbert. **Le développement**: histoire d’une croyance occidentale. Paris: Presses de Sciences-Po, 2001, p. 75-76. No original: “il y a continuité et rupture entre Aristote, Saint Augustin et les Modernes: continuité dans la manière de considérer le “développement” como “naturel” et nécessaire. Continuité encore dans l’application métaphorique des termes “nature” et “naturel” aux institutions sociales et à l’histoire, avec tous les malentendus qu’entraîne la confusion entre l’image et la réalité. Continuité enfin dans la proximité de la science et du mythe qui, quoique distincts et distingués, se confèrent mutuellement un sucroît de vérité, favorable à l’apparition d’une croyance partagée (qui repose toujours sur un mélange de vrai et de faux). Rupture toutefois dans l’abandon de la notion de déclin, ce qui évacue la notion de cycle, favorise une lecture linéaire de l’histoire universelle et produit une nouvelle épistème, c’est-à-dire un nouvel ensemble de valeurs admises par tous”.

COMÉRCIO E MOBILIDADE SOCIAL NO CEARÁ EM FINS DO SÉCULO XVIII.

Adriana Santos de Oliveira³⁹²⁹
dricaoliveira20@yahoo.com.br

Resumo: Durante a segunda metade do século XVIII, a economia colonial começou a se diversificar. Havia, naquele momento, um interesse maior da Coroa portuguesa em fomentar a agricultura colonial, assim como o comércio da produção agrícola com intuito de competir com igualdade no comércio exterior com outras potências europeias. Para desenvolver essa produção, foi criada uma legislação que incentivou a formação de comerciantes como os regimentos das Aulas de Comércio e das Companhias de Comércio. No litoral do Nordeste houve forte atuação dessas companhias. No interior da colônia, contudo, surgiam os pequenos comerciantes, mercadores e ambulantes que, aos poucos foram ocupando espaços no mercado interno. A integração do mercado interno na economia do Reino, fortaleceu a produção local, criando possibilidades para o surgimento de várias funções ligadas à produção agrícola e ao comércio. Nesse contexto, analisamos a economia do sertão cearense, voltada para o abastecimento interno e para a exportação, assim como a formação de um grupo conhecido como “homens de negócio”. A definição de “homens de negócio” é muito abrangente. Desde pequenos comerciantes, caixeiros, mercantes ou qualquer pessoa envolvida com o comércio, todos podiam ter a mesma definição. Em Sobral, na capitania do Ceará, estavam ligados ao comércio do gado com Pernambuco e com outras capitanias, além de abastecerem o mercado do termo da vila com produtos de subsistência vindos das serras da região como milho, feijão, farinha, rapadura. A vila também era abastecida por peixes do litoral. A economia de Sobral se diversificou também através dos trabalhos mecânicos como ferreiro, marceneiros, sapateiro. É nesse período de movimentação econômica que nossa pesquisa busca compreender quais as relações sociais que se construíram entre os vários sujeitos envolvidos nessas atividades.

Palavras-chave: Sobral-CE; Economia Colonial; Agricultura de Subsistência; Pecuária.

Quando a Vila Distinta e Real de Sobral foi erigida, os moradores da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Caiçara cultivavam mandioca, algodão, milho, feijão, criavam gado, produziam rapadura e aguardente. Com exceção do gado, criado em grande quantidade, para atender ao mercado de Pernambuco, os outros itens eram de necessidade básica, produzidos, principalmente, nas serras, com a finalidade imediata de proporcionar a sobrevivência da família. Contudo, ao observar a documentação referente às questões econômicas da Vila, percebemos que essa produção não tinha apenas o intuito do consumo familiar. Os Livros de Registros de Licenças, os Livros de Provimentos, o livro de Registro de Plantações e Criações de Gado e os inventários destacam a venda dos mantimentos considerados de subsistência.

Naquele momento havia um interesse da Coroa portuguesa em fomentar a agricultura colonial, assim como o comércio dessa produção, importante para incrementar a economia do Reino. Em documentos, como as Aulas de Comércio e o regimento das Companhias de Comércio, podemos ver o intuito da formação de um grupo fortalecido de comerciantes na metrópole, que acabou se estendendo para a colônia, onde temos registros da atuação das companhias. Nos sertões, entretanto, prevaleceu o pequeno comércio de produtos agrícolas.

³⁹²⁹ Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará.

A criação de gado, a produção agrícola e a venda desses dois itens formaram a base da economia de Sobral. O comércio do gado era feito no termo e com a capitania de Pernambuco. Os produtos das serras eram consumidos no próprio termo. Apenas o algodão e a farinha têm registros de venda para Pernambuco.³⁹³⁰

O comércio na Vila era trabalho dos pequenos comerciantes, de negros forros e escravos que vendiam para seus senhores. Alguns homens viviam do comércio de grande quantidade como o alferes Manuel Rodrigues Ribeiro que comprava gado no termo para vender em Pernambuco. Manuel é citado no Registro de Plantações e em alguns inventários. No ano de 1788, quando foi feito o levantamento da produção na Vila de Sobral, Manoel Rodrigues comprou gado de açougue de Manuel Gonçalves Pereira, Maria Alvares Pereira, Veríssimo Tomás Pereira, Manuel Ferreira da Ponte, Vicente Ferreira da Ponte, entre outros.³⁹³¹ No ano de 1798, temos outro registro da atuação comercial de Manuel Rodrigues Ribeiro, citado no inventário de Beatriz Maria da Assunção. Nesse inventário, é denominado capitão-mor e comandante, morador da Fazenda de Itapajé. Manuel devia à Beatriz, naquele ano, 305\$000 réis.³⁹³² Não é possível saber a que se referia essa dívida, pois no inventário não informa. Beatriz emprestava dinheiro e vendia produtos, que também não foram detalhados. Em seu inventário não foi declarada a posse de gado. Ainda em 1798, Manuel recebeu sesmarias na ribeira – três léguas de terra entre o Aracati-assú e o Acaraú.³⁹³³ A partir dessas informações, podemos considerar Manuel Rodrigues Ribeiro um homem de negócio de grosso trato da Vila de Sobral daquele tempo.

A definição homem de negócio é muito abrangente. Desde pequenos comerciantes, caixeiros, mercantes ou qualquer pessoa envolvida com o comércio, todos podiam ter a mesma definição. Alguns homens receberam essa característica no Livro de Registros e Licenças da Câmara de Sobral em 1779, quando pediram licenças para abrir venda, como José da Silva, Joaquim José Lopes, Manoel da Costa e José de Sousa Pereira.³⁹³⁴ Não encontramos outros registros que comprovem a atividade mercantil desses homens. Em relação a Manuel Rodrigues Ribeiro não temos informações sobre sua renda, nem sobre suas relações fora da Vila, principalmente com Pernambuco, porém observamos que possuía título de alferes nos registros de plantações no ano de 1788, e no ano de 1798, foi denominado capitão-mor, demonstrando uma ascensão em relação à patente. Todavia, definir a posição desses homens com relação às suas atividades comerciais é demasiado complexo. Para entendermos essa questão, tomamos como referência o estudo de Jorge Miguel Pedreira sobre os comerciantes em Portugal, que, de acordo com o autor, também formavam grupos heterogêneos, como vemos nessa passagem:

Negociantes, homens de negócio, capitalistas, comissários de fazendas ou comissários volantes, tratantes, mercadores, tendeiros —para já não falar de almocreves, vendilhões e bufarinheiros —, quantas expressões para designar os agentes do comércio e da finança.³⁹³⁵

³⁹³⁰ Livro de Registros de Licenças da Câmara do Sobral. 1774-1801. NEDHIS/UVA. Documentos do século XVIII. Câmara, cx.20.

³⁹³¹ Registro de Plantações da Câmara de Sobral. Rellação das Plantaçoens, e Vereaçãoens, de todos deste termo, que na conformidade da Ordem do Ilmo. o Exmo. Snr. Gor. e Capão. Destas Capitánias deve fazer a Câmara desta Va. e remeter ao mesmo Snr. Sobral. 20 de novembro de 1788. NEDHIS/UVA. Cx 21 Tomo II, pp. 323, 324, 329, 339.

³⁹³² Inventário de Beatriz Maria da Assunção. Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Núcleo de Estudos e Documentação Histórica – (NEDHIS/UVA). Inventários post-mortem, caixa 32, 1798.

³⁹³³ Data de sesmaria do sargento-mor Manoel Rodrigues Ribeiro, de três léguas de terra entre o Aracati-assú e o Acaraú. 26.10.1798. Datas de Sesmarias do Ceará e índices das Datas de Sesmarias. Doc. nº 664, vol. 08. CD-ROM nº 02. Fortaleza: Expressão gráfica/ Wave Média, 2006.

³⁹³⁴ Livro de Registros de Licenças da Câmara do Sobral. 1774-1801. NEDHIS/UVA. Documentos do século XVIII. Câmara, cx.20.

³⁹³⁵ PEDREIRA, Jorge Miguel. Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais. **Análise Social**, vol. XXVII (116-117), 1992 (2ª e 3ª), p. 410.

Em Sobral, esses homens estavam ligados ao comércio com Pernambuco e com outras capitanias do Norte da América portuguesa. Estavam também ligados ao comércio local, vendendo farinha, algodão, mel, rapadura, entre outros produtos, no termo e em outros espaços da capitania. Percebemos, desse modo, que os homens que lidavam com o comércio foram se tornando, com o tempo, economicamente poderosos, como por exemplo, Manuel Rodrigues Ribeiro. Leonardo Rolim, analisando as redes mercantis entre Ceará e Pernambuco, no comércio de carne seca, propõe, sobre os homens de negócio, que

Alguns deles podiam ser considerados de grosso trato e a partir da segunda metade do século XVIII se tornaram fortes candidatos ao “enobrecimento”. Isso vai se caracterizar “a distinção entre os homens de negócio e os demais mercadores”, pois se tornará “importante na estratégia de enobrecimento” dos primeiros. Ser um homem de negócio significa, cada vez mais, estar ligado à “arte mercantil”. Logo, separado do exercício mecânico e vil do comércio diário”³⁹³⁶

Na Vila de Sobral, a elite ligada à atividade mercantil formou-se a partir da comercialização da carne do gado e dos produtos de subsistência. O comércio se destacou pela venda desses produtos. Podemos dizer que a economia da Vila de Sobral, no final do século XVIII, estava embasada no comércio de subsistência e nos trabalhos mecânicos, os quais, os homens de negócio de grandes cabedais buscavam se distanciar, pois “ser um homem de negócio significa, cada vez mais, estar ligado à ‘arte mercantil’”. Logo, separado do exercício mecânico e vil do comércio diário”³⁹³⁷ Com a crescente importância dada a atividade comercial, os grupos mercantis aumentaram, formando um conjunto bastante heterogêneo de pessoas que tratavam do mesmo campo econômico, mas com especificidades diferentes. mestiços, negros forros e brancos pobres deram um colorido próprio ao comércio colonial do final do século XVIII.

Mas a economia do sertão teve que enfrentar um obstáculo difícil: a seca. Durante esse período, na capitania do Ceará, foram registrados 23 anos de secas parciais ou totais³⁹³⁸, dessas, as que ocorreram no final do século, entre 1790 e 1793, trouxeram grandes prejuízos para a economia. Os rebanhos direcionados para as oficinas de carne não sobreviveram aos anos de seca e os produtores tiveram que buscar outras atividades para sobreviver à crise. A mandioca e o algodão, por exemplo, foram dois produtos que ganharam destaque naquele contexto.

O primeiro período de seca não acabou totalmente com os rebanhos, mas houve uma diminuição da produção para atender ao mercado de Pernambuco, por isso esta capitania interferiu na produção e no comércio de carne do Ceará nos anos de escassez.³⁹³⁹ Em relação à agricultura, temos uma constante na produção de víveres, mesmo nos anos de secas,

³⁹³⁶ ROLIM, Leonardo Cândido. Produção de carnes secas e couros no nordeste colonial: apontamentos sobre as relações entre a elite do Siará Grande e as redes mercantis de Pernambuco, 1767-1802 In: **Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime**, 2011, Lisboa. Resumos do Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime. Lisboa: Editora do IICT, 2011. v. 1. p. 78-79.

³⁹³⁷ ROLIM, Leonardo Cândido. Produção de carnes secas e couros no nordeste colonial: apontamentos sobre as relações entre a elite do Siará Grande e as redes mercantis de Pernambuco, 1767-1802 In: **Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime**, 2011, Lisboa. Resumos do Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime. Lisboa: Editora do IICT, 2011. v. 1. p. 78-79.

³⁹³⁸ GIRÃO, Raimundo. **Evolução histórica cearense**. Ceará: BNB; ETENE, 1985, p.185.

³⁹³⁹ Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará/Universidade Vale do Acaraú. Estudo do Remanejamento da Pecuária na Zona Norte do Ceará, 1974, p. 15.

principalmente do algodão e da farinha. Outro fator importante na economia da Vila foram os trabalhos mecânicos como ferreiros, carpinteiro, sapateiros, entre outros.

A atuação dos homens e mulheres envolvidos com os trabalhos mecânicos, nos foi mostrada através das licenças que eram pedidas à câmara de Sobral, a quem todos os súditos deviam prestar contas de seus negócios. Eram expedidas licenças para que as pessoas pudessem abrir seus negócios, levantar currais e exercer os mais variados ofícios manuais. A documentação produzida sobre as licenças concedidas esclarece a diversidade de ofícios existentes e o poder exercido pela câmara em todo o termo da Vila. A instituição tornou-se o principal órgão do poder administrativo local e controlava todas as atividades. Esse controle demonstrava a presença da Coroa nos espaços coloniais, fortalecendo a ligação entre o poder local e o poder metropolitano, relação que se tornou cada vez mais ambígua à medida que a economia interna se fortaleceu. Os pedidos de licenças registrados pela câmara proporcionam, para nosso estudo, o conhecimento de uma economia cada vez mais dinâmica e complexa, a qual auxiliou na aproximação dos estamentos sociais através das atividades comerciais e pelo aumento da movimentação de pessoas que circulavam na Vila, pois a fiscalização fez com que várias pessoas saíssem das localidades onde viviam e se dirigissem até Sobral com o intuito de fazerem ou renovarem seus pedidos. Esses trajetos poderiam demorar dias, já que o termo de Sobral abrangia quase toda a região noroeste da capitania cearense. Para isso, foram construídas estradas ligando Sobral a várias localidades do termo, assim como foram expedidas ordens sobre a obrigatoriedade das licenças. Os pedidos feitos para a câmara variavam. Existiam pedidos para abrir venda de produtos secos e molhados, para ter tenda de ferreiro, sapateiro e alfaiate, para abrir teares públicos e para construir currais de peixe. O pedido para construção desse tipo de curral era feito pelos moradores do litoral. É provável que os currais de peixes fossem usados não somente para consumo próprio, mas também para o abastecimento da Vila, já que havia pedidos para levantar mais de um curral, como é o caso do pedido do alferes Manoel Roiz que alcançou licença para levantar quatro currais de pescar peixe.³⁹⁴⁰

Moradores da serra da Meruoca, da barra do Acaracú, da serra dos Cocos, da Serra Grande, dos mais variados lugarejos iam a Sobral periodicamente para prestarem contas com a câmara sobre suas atividades econômicas. Com exceção do litoral, onde a maioria dos pedidos era para a construção de currais de peixe, nas outras localidades os pedidos se dividiam entre o comércio e os trabalhos mecânicos. Nas licenças concedidas nos primeiros dez anos de existência da Vila, as lojas para vender produtos secos e molhados lideravam os pedidos. Vejamos uma amostra dessas solicitações:



³⁹⁴⁰Livro de Registros de Licenças da Câmara do Sobral. 1774-1801. Núcleo de Estudos e Documentação Histórica da Universidade Vale do Acaraú (NEDHIS/UVA). Documentos do século XVIII. Câmara, cx.20.

Gráfico 01 – elaborado pela autora a partir do levantamento dos dados apresentados no Livro de Registros de Licenças da Câmara do Sobral. 1774-1801. Núcleo de Estudos e Documentação Histórica da Universidade Vale do Acaraú (NEDHIS/UVA). Documentos do século XVIII. Câmara, cx.20.

O comércio de produtos de subsistência liderava as relações econômicas dentro da Vila. Não houve, nas licenças analisadas, pedidos para se vender gado em pé dentro do termo. A carne seca e o couro poderiam ser vendidos nas vendas de portas abertas. As atividades mercantis internas que envolviam o gado, foram registradas nos inventários, porém, eram dívidas de uma pequena quantidade do produto, como um boi, duas vacas, ou seja, não encontramos vendas de uma grande quantidade do animal para ser consumido no termo da Vila, diferente do que vimos no registro de plantações, onde observamos grande quantidade de gado vendido para Pernambuco. Nos inventários existem dívidas desse item, porém não foi declarado o objetivo da compra do gado. Em algumas dívidas podemos presumir que o gado comprado era para consumo, como o gado de matalotagem³⁹⁴¹, declarado, por exemplo, no inventário de Cláudio de Sá Amaral.³⁹⁴²

Em relação ao comércio externo do produto, as secas impediram que o setor tivesse um desenvolvimento contínuo. Contudo, nos dois grandes períodos de secas que ocorreram na segunda metade do século XVIII, o primeiro não foi de grandes perdas para o setor. Entre as décadas de 1770 e 1780, mesmo com as secas desastrosas que ocorreram, não demonstrou grande declínio em sua produção, pelo contrário, continuou a dar lucros para seus produtores. Segundo Luciara Silveira de Aragão e Frota, em 1788 a indústria de charque surgira como um meio de comércio na capitania e na região de Sobral, abastecendo Pernambuco de carne seca.³⁹⁴³ Outras regiões da colônia também eram abastecidas pelos portos cearenses, o que fez Pernambuco intervir durante o período de secas. Segundo Frota, através da Portaria datada do Recife, em 11 de maio de 1788, do Capitão General e Governador Tomás José de Melo, contida no livro de Registro de Ordens da Câmara de Sobral, foi proibida a exportação direta ou indireta de carne seca aos portos do Rio de Janeiro e Bahia sem passar pelo porto do Recife. Segue o documento citado por Luciara Frota:

Ordeno que daqui em diante em todos os anos das oficinas que estão sitas no Aracaty, Camucy e Aconacu 12 barcas de carne seca ou salgada a que se dá o nome de carne do Ceará e nos diferentes meses (bem entendido naqueles meses em que costumam vir) e Enquanto eu não mandar o contrário os quais 12 barcas de carne são para se venderem nesta praça e uns pelos outros farão boa venda de 5.000 arrobas (cf. Valor da arroba na parte O Método) de carne que vem a ser o total.³⁹⁴⁴

Essa ordem demonstra a importância da produção da carne seca do Ceará para o abastecimento de Pernambuco, sendo a ribeira do Acaraú uma das mais importantes regiões produtoras da capitania, por isso o comércio da carne foi restrito por Pernambuco. Outro ponto que podemos levantar a partir dessa ordem é a falha na fiscalização da produção e do comércio, não apenas da carne, como de outros itens. Ou seja, apesar do rígido controle que

³⁹⁴¹ Matalotagem: provisão de mantimentos, que fazem os matalotes, ou pessoas que embarção. BLUTEAU, Rafael. Dccionario da língua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p. 396. Disponível em: <https://archive.org/details/diccionariodalino00mora> Visitado em 18.04.2014.

³⁹⁴² Inventário de Cláudio de Sá Amaral. NEDHIS/UVA. Inventários post-mortem, caixa 16, 1781.

³⁹⁴³ Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará/Universidade Vale do Acaraú. **Estudo do Remanejamento da Pecuária na Zona Norte do Ceará**, 1974, p. 15.

³⁹⁴⁴ Registro de Ordens da Câmara de Sobral. ARAGÃO E FROTA, Luciara Silveira de. In: Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará/Universidade Vale do Acaraú. **Estudo do Remanejamento da Pecuária na zona Norte do Estado do Ceará**, 1974, p. 15.

se buscou com a instituição da câmara em Sobral, o termo da Vila era extenso, dificultando o controle da produção agrícola, pastoril e do comércio. Alguns documentos deixam à mostra as dificuldades de um controle efetivo dos órgãos fiscalizadores, como vimos no documento destacado acima, o que levou Pernambuco a ordenar um levantamento da produção da capitania do Ceará, gerando o documento Registro de Plantações e Criações do termo da Vila de Sobral. Em outro documento observamos a livre atuação do comércio e o não cumprimento do trabalho dos almotacés.³⁹⁴⁵ No requerimento feito em 1792, é destacada, entre outros fatos, a falta de fiscalização sobre o comércio na Vila. Segundo o documento:

os almotacéis há tempos para cá naocumprião com os seus deveres deixando livremente ao arbitrio publico dos vendedores os pressos das couzas que devem ser almotassadas³⁹⁴⁶

Contudo, mesmo com falhas na fiscalização, observamos que houve uma sistematização na ação das câmaras em relação ao controle das atividades econômicas. Isso é percebido na quantidade da documentação produzida a esse respeito. Na câmara da Vila de Sobral, elencamos vários documentos que comprovam o controle sobre os itens produzidos e sobre o comércio.

No Livro de Registros de Licenças da Câmara do Sobral, por exemplo, ao longo do período dos dez primeiros anos, depois da ereção da Vila, temos o registro de 206 pedidos de licenças. As lojas de porta aberta para vender produtos secos e molhados comercializavam produtos cultivados nas serras, como mel, milho, farinha e algodão. Esse comércio era feito, principalmente, por homens e mulheres livres e pobres e por escravos e negros libertos, como, por exemplo, Manoel de Souza Leal, preto forro, que alcançou licença da câmara, no ano de 1774, para abrir venda pública. Há ainda a solicitação de Maria José, preta forra, que fez pedido no mesmo ano de 1774. Patrícia Maria, negra forra, por sua vez, fez pedido em 1777, e a escrava Joana também alcançou licença para abrir venda no mesmo ano. A presença de negros forros no comércio local demonstra que era uma atividade desenvolvida, principalmente, por pequenos comerciantes pobres. Não podemos afirmar que esses negros forros conquistaram sua liberdade através dessas atividades, mas a constância nos pedidos mostra-nos que muitos tiraram seu sustento desses ofícios, podendo conseguir juntar pecúlio.

Esses homens e mulheres pobres também estavam presentes em outras atividades. Pedro Quaresma, preto forro, foi cadastrado no Livro de Registros de Licenças por três anos seguidos, fazendo pedido para levantar sua tenda de oficial de carapina, nos anos de 1775, 1776 e 1777. Nos anos posteriores, porém, não é registrado nenhum pedido de Pedro. Talvez a seca o tenha levado para outra região, como ocorria com a maioria das pessoas sem bens de raiz, durante os períodos de seca.³⁹⁴⁷ No entanto, mesmo nos anos escassos, os pedidos continuaram a serem feitos. Os que conseguiam resistir às secas, sem sair da Vila, continuaram seus trabalhos com as vendas e os ofícios mecânicos.

Nesses dez anos analisados, houve a primeira grande seca que marcou o século XVIII, a seca dos “três setes”, entre os anos de 1777 e 1779. Em relação à venda de produtos das serras, não percebemos uma diminuição da produção nesses anos. Em 1777, houve 21

³⁹⁴⁵ Almotacel: S.M. Juiz eleito pela Câmara, que TAM inspecção sobre pesos, medidas, preços dos víveres, limpeza da cidade, e outros objectos de Polícia. BLUTEAU, Rafael. Dccionario da língua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p. 64. Disponível em: <https://archive.org/details/diccionariodaln00mora> Visitado em 18.04.2014.

³⁹⁴⁶ Livro de Provimentos da Câmara de Sobral. Registro dos Provimentos deixados pelo Doutor Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca Sr. Manoel de Magalhães Pinto de Avelar Barbedo a respeito dos requerimentos que fizerao os res publicos (1792). Núcleo de Estudos e Documentação Histórica (NEDHIS). Departamento de História da Universidade Vale do Acaraú (UVA – Sobral).

³⁹⁴⁷ Livro de Registros de Licenças da Câmara do Sobral. 1774-1801. NEDHIS/UVA. Documentos do século XVIII. Câmara, cx.20.

pedidos para abrir venda, em 1778 foram 30 e em 1779, 22 pedidos. Esses números caíram nos anos posteriores às secas. Em 1780 houve apenas 6 pedidos, melhorando no ano seguinte, com 16 pedidos.³⁹⁴⁸ Observamos, então, que a produção agrícola se recuperou dos revezes trazidos pela seca, bem diferente do que ocorreu na próxima seca do mesmo século, entre os anos de 1790 e 1793, anos em que a fome assolou a capitania do Ceará.

No ano de 1793, notamos um comércio recuperado com o aumento do número de pedidos para levantar currais de peixes – dos 36 pedidos de licenças, 11 foram com esse objetivo. As vendas de produtos das serras continuaram liderando os pedidos – foram 352 pedidos entre os anos 1790 a 1799, desses, conseguimos identificar 90 pedidos para venda de produtos oriundos das serras.³⁹⁴⁹

Em relação ao gado, os documentos que nos deram informações sobre a criação foram os inventários. Dos 12 inventários que analisamos nos anos posteriores à seca, nove inventariantes declararam não possuírem gado, ou seja, 95% dos inventários analisados.³⁹⁵⁰ Sobre os outros itens, os inventários fizeram menção aos sítios de plantar lavoura nas serras e ao cultivo de mandioca, como nos inventários de Antonio Furtado dos Santos, que tinha um sítio na serra da Meruoca, com mil e quinhentas covas de mandioca e no de Gaspar Ferreira de Carvalho, que no seu sítio, na Serra Grande, tinha quatro mil covas de mandioca, além de um arado e uma prensa, demonstrando que o inventariado produziu farinha.³⁹⁵¹ A criação de gado teria dado, então, espaço para a produção agrícola de subsistência, que junto aos ofícios mecânicos, movimentou a economia da Vila e seu termo com a diminuição dos rebanhos de gado.

No Livro de Registros de Licenças, observamos que nos últimos anos dos setecentos essas atividades continuaram sendo as principais responsáveis pela dinâmica econômica de Sobral. Em 1798, Antonio Rodrigues Barboza alcançou licença por tempo de seis meses para usar na sua venda de molhados e alguns víveres da serra. No mesmo ano, Quitéria da Costa fez pedido semelhante. Juaquina Maria de Jesus, preta forra, também alcançou licença para vender água ardente e víveres da serra. Isabel Maria alcançou licença para vender em sua loja, víveres da serra em 1796, e no ano seguinte recebeu novamente a licença e Joana Maria da Fonseca alcançou licença para vender um sítio na serra da Beruoca em 1797.³⁹⁵² Outros pedidos eram para levantar tendas de ofícios, como, por exemplo, a de Luis criollo, escravo, que alcançou licença da câmara para poder levantar tenda de sapateiro, ou a de Silvestre Ferreira, que alcançou licença para ter sua tenda de serralheiro.³⁹⁵³

No Registro de Plantações e Criações de Gado da Câmara de Sobral os produtos vendidos no termo foram descritos com riqueza de detalhes, dentre eles, o algodão, que inicialmente foi cultivado nas serras, posteriormente, quando seu cultivo se tornou mais importante, passou a ser cultivado nas proximidades do rio Acaraú. Os registros sobre a produção de algodão, no termo de Sobral, naquele ano, destacam os sítios de plantar nas serras como local de produção desta planta.

Nas fazendas criava-se gado e nos sítios eram cultivadas plantas frutíferas, mandioca, cana, algodão, milho e feijão. A produção de algodão, naquele ano, foi declarada em torno de 5 a 10 arrobas por sítio, entre os proprietários que se dedicavam a esta cultura. O algodão

³⁹⁴⁸ Livro de Registros de Licenças da Câmara do Sobral. 1774-1801. NEDHIS/UVA. Documentos do século XVIII. Câmara, cx. 20.

³⁹⁴⁹ Livro de Registros de Licenças da Câmara do Sobral. 1774-1801. NEDHIS/UVA. Documentos do século XVIII. Câmara, cx.20.

³⁹⁵⁰ Conseguimos fazer a leitura de 12 inventários, entre os anos de 1795 e 1799, último ano de análise do nosso trabalho.

³⁹⁵¹ Inventários de Antonio Furtado dos Santos e de Gaspar Ferreira de Carvalho. NEDHIS/UVA. Inventários post-mortem, caixa 33, 1799.

³⁹⁵² Livro de Registros de Licenças da Câmara do Sobral. 1774-1801. NEDHIS/UVA. Documentos do século XVIII. Câmara, cx.20.

³⁹⁵³ Livro de Registros de Licenças da Câmara do Sobral. 1774-1801. NEDHIS/UVA. Documentos do século XVIII. Câmara, cx.20.

era utilizado, geralmente, para consumo próprio e para ser vendido no termo. Houve, porém, quem produziu em quantidade para vender fora da capitania, como é o caso do tenente João de Mesquita Pinto, que produziu 70 arrobas naquele ano e vendera toda a produção para Antônio Aracaty, que transportou para Pernambuco. O mesmo tenente produziu cem alqueires de farinha, ficando com oitenta para seu consumo e vendendo o restante no termo de Sobral. João Mesquita tinha duas fazendas, as duas somavam 1.065 cabeças de gado, além de caprinos, ovinos e cavalares, tinha cinco escravos, quatro numa fazenda e um na outra. Declarou ter um vaqueiro, Manuel Gomes do Nascimento e dois alugados.³⁹⁵⁴ O algodão também abastecia os teares da Vila, como por exemplo, o de Úrsula da Silveira.

A produção e a venda de algodão, para a economia de Sobral, contribuíram no aumento e diversificação das atividades tanto do comércio como de trabalhadores livres desde o cultivo até a produção de panos nos teares. José de Sá, por exemplo, tinha um sítio de plantar, onde produziu, em um ano, três mil covas de mandioca, quarenta cestas de milho e duas arrobas de algodão, que equivalem a dezesseis quilos. Do milho produzido, parte ficou para sua fábrica e o restante foi vendido no termo. O algodão, José vendeu todo a João Cândido, morador do termo. José não tinha escravos, portanto, fez essa produção com ajuda dos familiares ou com trabalhadores livres, assalariados.³⁹⁵⁵

Para se transformar em tecido, o algodão passava por um longo processo. Depois de colhido e descaroçado, era necessário “abrir” os capuchos de algodão e depois bater esses capuchos com tábuas de carnaúba. Após este processo, os capuchos se tornavam fio através dos fusos.³⁹⁵⁶ Esse trabalho era feito, principalmente, por trabalhadores livres, que atuavam, geralmente, nos sítios.

A maioria dos proprietários possuía sítios e fazendas de gado, habitando nesta última, ficando os sítios aos cuidados desses trabalhadores. Das 55 declarações lidas do levantamento de 1788, 33 proprietários, 60% do total, tinham terras nas serras, as quais eram denominadas sítios de plantar lavoura.³⁹⁵⁷

Pelo levantamento feito em 1788, quase não existiu o uso de mão de obra escrava nos sítios das serras. Muitos proprietários que tinham fazenda de gado e sítio de lavoura declararam possuir dois, três ou quatro escravos em suas fazendas de gado, mas não informaram o tipo de mão de obra utilizada nos sítios. Poucos são os proprietários como Antonio Miguel Pinheiro, que no seu sítio na serra da Meruoca possuía 14 escravos, no entanto, sua produção não era tão grande em comparação a outros proprietários que possuíam menos escravos ou não os possuíam. Antonio declarou ter 43 cabeças de gado vacum, produziu algodão e mandioca, desta vendeu cem alqueires no termo da vila.³⁹⁵⁸

³⁹⁵⁴Registro de Plantações da Câmara de Sobral. Rellação das Plantaçoens, e Vereaçãoens, de todos deste termo, que na conformidade da Ordem do Ilmo. o Exmo. Snr. Gor. e Capão. Destas Capitánias deve fazer a Câmara desta Va. e remeter ao mesmo Snr. Sobral. 20 de novembro de 1788. NEDHIS/UVA. Cx 21 Tomo II, p. 333.

³⁹⁵⁵Registro de Plantações da Câmara de Sobral. Op. Cit. NEDHIS/ UVA. Cx 21 Tomos I e II, p. 370.

³⁹⁵⁶ As informações sobre a quantidade de produtos obtidos com as plantações, assim como a quantidade de mão de obra necessária para a produção dessa quantidade, obtivemos com base em informações de trabalhadores agrícolas que vivem atualmente nos sertões de Sobral, Uruburetama e Itapajé. Essas informações auxiliam na compreensão das relações de trabalho naquele momento, pois as técnicas utilizadas na produção de alguns itens sofreram poucas modificações durante os quase três séculos que nos separam do nosso objeto.

³⁹⁵⁷ Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará/Universidade Vale do Acaraú. **Estudo do Remanejamento da Pecuária na Zona Norte do Ceará, 1974.**

³⁹⁵⁸Registro de Plantações da Câmara de Sobral. Rellação das Plantaçoens, e Vereaçãoens, de todos deste termo, que na conformidade da Ordem do Ilmo. o Exmo. Snr. Gor. e Capão. Destas Capitánias deve fazer a Câmara desta Va. e remeter ao mesmo Snr. Sobral. 20 de novembro de 1788. NEDHIS/UVA. Cx 21 Tomo II, p. 332.

Foram declarados, no levantamento de produção e criação feito em 1788, os números de 80.447 cabeças de gado e 1424 escravos³⁹⁵⁹, ou seja, esse número de escravos não foi suficiente para cuidar dessa quantidade de gado, colher roça e algodão, fabricar farinha, descaroçar e fiar algodão, cortar cana, produzir rapadura, colher milho, feijão e fabricar óleo de mamona. A quantidade de escravos foi pequena para a produção econômica no termo. 943 proprietários declararam sua produção naquele ano de 1788, desses, 695 produziram mandioca, 361 produziram milho, 281 produziram algodão.³⁹⁶⁰ Daí constatamos a importância do trabalho livre para o desenvolvimento econômico da Vila de Sobral.

A IBIAPABA NA FRONTEIRA GEOPOLÍTICA COLONIAL E HISTORIOGRÁFICA ENTRE CEARÁ E PIAUÍ.

*Daniel de Sá Aguiar*³⁹⁶¹
danieldesa13@gmail.com

Resumo: Situada na região norte do Estado do Ceará e com limite fronteiriço com o Estado do Piauí, a Ibiapaba conta atualmente com nove municípios componentes: Carnaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Ipu, São Benedito, Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará. A região que segundo Pe. Antônio Vieira significa na língua indígena terra Talha, sendo grafada nos documentos de várias formas como Buapava, Ybiapaba. Foi palco de rivalidades da geopolítica lusitana no século XVII que buscava garantir e efetivar a ocupação do Nordeste do Brasil e mais especificamente na Ibiapaba devido as ameaças de ocupações estrangeiras (franceses e holandeses) e a resistência indígena que tinham sua força militar e de mão de obra disputada neste cenário por estrangeiros, colonos, jesuítas e estado português tendo em vista o registro de que na região viviam entre 4 a 6 mil índios onde muitos eram convertidos ao protestantismo holandês. Esta força populacional vai gerar também disputas provinciais com a reivindicação da anexação da Ibiapaba a província do Piauí, sendo mais fragante a disputa entre o Capitão de Campos Bernardo de Carvalho Aguiar e os jesuítas da Ibiapaba pela força de trabalho indígena da região entre outros acontecimentos desta envergadura registrados em vários documentos do Conselho Ultramarino e nas cartas dos Jesuítas que atuaram no Maranhão e Pernambuco. Soma-se um olhar historiográfico sobre a Ibiapaba que oscilam entre elogios à atuação dos jesuítas e a colonização estatal como portadores da civilidade para os índios, até um olhar de releitura das relações estabelecidas entre índios, jesuítas e colonos desmistificando o ideal de heroísmo colonial europeu e de vitimização dos índios, além da presença da Ibiapaba na historiografia do Ceará e do Piauí como marco civilizatório da história destes territórios, que desde os tempos coloniais até hoje possuem debates sobre suas indefinições em torno dos limites fronteiriços.

Palavras -Chave: Historiografia, Ibiapaba, geopolítica colonial.

1.A Ibiapaba nas disputas geopolítica colonial

A ocupação do Brasil e conseqüentemente do Ceará e da Ibiapaba se encontra intimamente ligada as disputas de riquezas, religião e de território dentro do que podemos

³⁹⁵⁹ Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará/Universidade Vale do Acaraú. **Estudo do Remanejamento da Pecuária na Zona Norte do Ceará**, 1974.

³⁹⁶⁰ PINHEIRO, Francisco José. **Notas sobre a formação social do Ceará (1680-1820)** Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008, pp. 153,154.

³⁹⁶¹ Mestrado em História do Brasil. Universidade Federal do Piauí-UFPI

enquadrar em uma geopolítica³⁹⁶² mundial do século XVII que “trata-se de um campo de conhecimento que analisa relações entre poder e espaço geográfico”³⁹⁶³. Não nos deteremos a debater mais profundamente esta categoria conceitual, por não ser o foco a pesquisa como um todo, mas em nosso trabalho se visualiza ela como disputas colonialista do século XVII entendido aqui como relações de poder em busca de domínio de um território tanto dos seus recursos naturais, como humanos em meio a ações que provocaram guerras, negociações, tratados, acordos, demarcações, dominações e resistências internas e externas em torno dos espaços naturais e humanizado provocando reações de aceitação ou rejeição de uma nova divisão de territorialidade e de poderes.

No âmbito de disputas internas e externas que se encontrava na Ibiapaba do século XVII, quer por índios ou por nações europeias como os franceses, portugueses, holandeses e entre portugueses se tomarmos as disputas entre jesuítas e colonos como também entre nações indígenas como os Tabajaras e os Tacurijus ou de forma mais geral as disputas entre tapuias e tupis.

As questões geopolíticas envolvendo a Ibiapaba estão relacionadas ao cenário mundial do século XVII se iniciando pela geopolítica dos tratados de divisão das terras além do oceano Atlântico quando Portugal e Espanha já no século XV com intermédio da igreja “dividiram” o mundo recém descoberto entre si e daí temos “a primeira expressão geopolítica das disputas pela hegemonia do oceano Atlântico foi a celebração do Tratado de Alcáçovas, pequena cidade no sul de Portugal, em 4 de setembro de 1479, entre os reinos de Portugal e de Castela-Aragão”³⁹⁶⁴ e junto com outros tratados e as Bulas Inter Caetera I, II, 1493 e o Tratado de Tordesilhas 1494 acirraram as disputas mundiais pelas novas terras que estavam sendo ocupadas pelos países católicos que além de provocar uma disputa mercantilista também estas novas descobertas vão acirrar disputas religiosas, pelo fato do Papa respaldar esta divisão territorial.

A relação portuguesa, índios e franceses vai se fazer presente na geopolítica metropolitana da época constando esta disputa em vários trabalhos acadêmicos na Gallica Bibliothèque Nationale de France³⁹⁶⁵ dos quais merece um estudo mais detalhado tendo em vista a análise da visão historiográfica da época em que foram construídos, mas em uma visão geral constam de cronologias e registros factuais da história do Brasil e da relação entre França e Brasil, evidenciado a importância geopolítica da Ibiapaba como espaço de disputa e de estudos para o entendimento das relações mercantilistas da época no norte nordeste.

Escritores Cearenses se dedicaram a esta questão dos franceses na Ibiapaba como Raimundo Girão³⁹⁶⁶ e Pe. Sadoc de forma que este último fala da presença dos franceses na

³⁹⁶² CARMONA Ronaldo Gomes. **GEOPOLÍTICA CLÁSSICA E GEOPOLÍTICA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA**: MAHAN, MACKINDER e a “grande estratégia” do Brasil para o século XXI. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-11062013-111229/pt-br.php>. Acessado em: 04/03/2016. Sobre o assunto ver também COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica** : Discursos sobre o Território e o Poder. São Paulo : HUCITEC : Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

³⁹⁶³ BECKER Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**. Estudos Avançados 19 (53), 2005.p 71 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf>. Acessado em 12/03/2016.

³⁹⁶⁴ RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **A questão geopolítica da Amazônia** : da soberania difusa à soberania restrita. Brasília : Senado Federal, 2005. p 09

³⁹⁶⁵ COURCELLES, Jean-Baptiste-Pierre, WARDEN, David Baillie. **L'art de vérifier les dates depuis l'année 1770 jusqu'à nos jours**. Tome 13. Disponível em: <ark:/12148/bpt6k5754434g>. Acessado em: 16/01/2015. E também em: LAROUSSE, Pierre. **Grand dictionnaire universel du XIXe siècle : français, historique, géographique, mythologique, bibliographique.... T. 17 Suppl. 2**. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k39804b>. Acessado em: 16/01/2015.

³⁹⁶⁶ GIRÃO. Raimundo. **Franceses no Ceará**. Disponível em: http://www.academiacearensedeletras.org.br/revista/revistas/1953/ACL_1953_13_Franceses_no_Ceara_Raimundo_Girao.pdf. Acessado em: 16/01/2015

Ibiapaba desde 1590 e que esta foi a primeira presença europeia no Ceará e que merece mais estudos para este a construção da história do Ceará passa por visualizar o interesse dos franceses no Pau-Brasil e que mantinham uma relação “amigável” com os índios da Ibiapaba.

O foco da primeira expedição não era necessariamente a Ibiapaba, mas libertar o Maranhão da ocupação francesa, daí a forte composição da tropa de Pero Coelho que expulsou os franceses da Ibiapaba, mas não conseguiu seu objetivo devido ao enfrentamento na Ibiapaba que enfraqueceu suas forças tendo que regressar a partir do rio Parnaíba no Piauí, e fundou o Forte de São Tiago e povoado de Nova Lisboa as margens do rio Ceará.

Os demais deliberaram que se organizasse uma expedição ao Maranhão, passando antes pela Ibiapaba, sob o comando de Pero Coelho de Sousa, “homem nobre e fidalgo, casado e morador neste Estado, soldado velho que se achou em muitas jornadas e reinos estrangeiros”³⁹⁶⁷.

A ameaça francesa era mercantilista, territorial e religiosa daí a preocupação da coroa portuguesa que havia enfrentado os franceses no Rio de Janeiro de 1555-1557, e assim como neste enfrentamento os jesuítas foram essenciais para ajudar a coroa portuguesa na busca de alianças com os índios e combate aos estrangeiros. Embora a relação entre índios e portugueses com a expedição de Pero Coelho em 1603 tenha deixado os índios Tabajaras polvorosos com a presença belicosa portuguesa e por consequência deste cenário vemos a primeira relação entre a “cruz e a espada” com a atuação dos jesuítas Francisco Pinto e Luiz Figueiras em 1607 que foram

cõ intenção de pregar o evangelho aaquella desemperada gentilidade, e fazermos cõ q’ se lançassem da parte dos portugueses, deitando de si os frãezes corsairos (...) esta nossa ida fosse sem sospeita de engano pareceo bem ao p.^e pr. ^{al} q’ na levassemos conosco portuguses e assim nos partimos sós cõ aquelles sessenta Indios.³⁹⁶⁸

O primeiro contato dos jesuítas com a Ibiapaba já carregava uma estratégia de conquista da coroa portuguesa quando fala que a ida deveria ser sem suspeita, a isto se deduz que a intenção era o “uso” dos jesuítas como recurso de combater a relação de “amizade” dos índios com os franceses, daí vemos que o desejo da igreja em pregar o evangelho se relaciona com o desejo do estado português de dominação do território ibiapabano do ponto de vista religioso, sabendo-se que os franceses eram protestantes. Esta primeira iniciativa não teve êxito devido a morte de Pe. Francisco Pinto em um ataque dos índios Tocarijus e abando da missão por Figueiras.

2.A Ibiapaba na Fronteira Historiográfica entre Ceará e Piauí

Os limites entre Ceará e Piauí desde os tempos coloniais até hoje na região norte e litorânea é alvo de debates e indefinições o que reflete na produção historiográfica que ao analisar acontecimentos nestes espaços fronteiriços podem tanto deixar dúvidas como levar um acontecimento a ser localizado e estabelecido ora para o Ceará e ora para o Piauí.

A historiografia piauiense reivindica a tribos, a missões, as ocupações, as investidas na Ibiapaba como início da sua história, e mesmo não tendo até agora encontrado nenhuma disputa de intelectuais de ambos o estado, mas piauienses citam estudiosos cearenses para fundamentar suas pesquisas.

A reivindicação da Ibiapaba quando ao mito fundador da história do Ceará ou do Piauí, que na historiografia piauiense até agora estudada vemos mais citações do que análises aprofundadas com atenção para maior para a disputa do Capitão de Campos Bernardo de

³⁹⁶⁷ ARAÚJO, Francisco Sadoc de. **Estudos Ibiapabanos**. Sobral. Fundação Vale do Acaraú. 1979. p 20-21

³⁹⁶⁸ FIGUEIRA, Luiz, S.I. Relação do Maranhão [1608]. In: **Revista do Instituto do Ceará – RIC**, p. 97, 1903.

Carvalho e os jesuítas da Ibiapaba pelo poder sobre os índios da Ibiapaba na primeira metade do século XVIII.

O livro *Cronologia Histórica do Estado do Piauí* de F. A. Pereira da Costa que não faz uma análise historiográfica mais elaborada, não olhando a história de vários ângulos, como o próprio nome do livro se propõe, mas citando as conquistas dos colonizadores sendo um escritor da transição entre o século XIX e XX Pereira da Costa coloca como primeiro acontecimento do século XVII na história do Piauí a expedição de Pero 1603 Coelho reivindicada como ação na história do Piauí, devido este ter se instalado nos limites do estado as margens do rio Arabé de onde não pode avançar para o Maranhão.

Escrevendo sobre o ano de 1607 a missão do Pe. Pinto e Pe. Luiz Figueira que depois de ser comentado da sua passagem pela Ibiapaba e relacionamento com os índios dos quais o Pe. Pinto é vítima segundo Costa dentro do território do Piauí, enquanto na historiografia cearense a morte deste religioso é colocada na Ibiapaba “cearense” por índios do Piauí e estes jesuítas estão em registros como marco da história do Ceará e do Piauí. Pois

gentio; mas ao chegarem à serra da Ibiapaba, e quando se preparavam para a sua jornada, atravessando o território piauiense, foram atacados pelos tapuias, do que resultou a morte do padre Pinto e de três índios que permaneceram ao seu lado. Frustrados assim os intuítos dos expedicionários, regressaram para Pernambuco.³⁹⁶⁹

Na época os limites eram delimitados por elementos da natureza e com pouca precisão para os padrões de hoje o que faz da delimitação entre Piauí e Ceará um problema para todos que relatavam os acontecimentos fronteiriços que poderiam e ainda podem ligar um acontecimento a um estado ou outro. Pois Odilon Nunes ao escrever sobre as populações indígenas no Piauí colonial utiliza o relato do Pe, Figueira quando diz que talvez estes padres não tenham pisado em terras piauienses se distanciando do relato de Pereira Costa e já no relato com perspectiva cearense o Pe. Vicente Martins, diz que

Ao Padre, e á este e á outro companheiro, deu sepultura ao pé daquela serra, e no meio daquela Gentildade; e este foi o fim que teve aquella jornada e Missão, da qual Deus parece que por ora não queria tirar outro fructo senão o de pagar á este bom Padre com tão glorioso fim e premio o grande zelo e fervor do espirito e de caridade, com que a pedido e prosequio, até dar a vida por seu serviço e salvação das almas que ia buscar.³⁹⁷⁰

A Ibiapaba transita historicamente entre Ceará e Piauí como espaço de atuação da geopolítica portuguesa e que são tomados pelos escritores como aspectos civilizatórios com questões que colocam tanto a historiografia Cearense como a piauiense do século XIX e início do século XX criadora de imagens de índios selvagens ou totalmente dominados por uma ou outra nação europeia e por fim vencidos.

Além de jesuítas e índios da Ibiapaba um ponto que aproxima Piauí e Ceara dentro da historiografia colonial é relativo a Antônio Cardoso de Barros donatário da Capitania que não explorou a capitania e outro marco de ocupação na região é a expedição de Martins Soares Moreno (1613) descrito em F.A. Pereira da Costa como tendo presença no Piauí

Foi, portanto, no desempenho dessa incumbência do reconhecimento da situação do Maranhão, que Martim Soares executou, explorando todo litoral que se estende desde o Camocim até ao posto ocupado pelos franceses, a ilha de São Luís do Maranhão, que esteve no território do

³⁹⁶⁹ COSTA, F. A Pereira da. **Cronologia Histórica do Estado do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova. 1974. p.

³⁹⁷⁰ STUDART Guilherme. Da Missão que fizeram o Padre Francisco Pinto e o Padre Luiz Figueira ao Rio do Maranhão I. **Revista do Instituto do Ceará** - ANNO XVI – 1902. p 254

Piauí examinou as barras das diversas desembocaduras do Parnaíba, — o Pará, de água doce, caudaloso, — comunicou com os índios que habitavam as ilhas e o continente, e tratara amizade com os teremembés, seguindo depois a sua derrotais para o Maranhão, objeto particular da sua missão.³⁹⁷¹

As primeiras ações europeias no Piauí e Ceará não se destinavam necessariamente a estes Estados, mas ao Maranhão ficando tanto o Ceará como o Piauí como locais de passagem e de postos de proteção em detrimento de uma ocupação efetiva. Costa cita também Guilherme Studart (Barrão de Studart) (1856-1938) médico e sócio de entidade abolicionistas e do instituto do Ceará que escreveu sobre Martins Soares como fundador do Ceará, mostrando que nos primeiros anos de ocupação da região norte dos dois estado há disputas geopolíticas com holandeses e franceses.

Outra literatura que trata destas primeiras ocupações no Piauí é o Pe. Miguel de Carvalho no seu trabalho *Descrição do Sertão do Piauí* onde cita a Ibiapaba como limite entre Ceará e na demarcação das fazendas de gado do Piauí quando fala que o início do povoamento do Piauí como assunto a ser melhor estudado faz uma referência ao Pe. Francisco Pinto como tendo usado um dos caminhos mais antigos entre Maranhão e Ceará quando da necessidade de expulsar os franceses. Deixa de lado no seu relato o Pe. Figueiras que saiu vivo da missão e que é o relator dos acontecimentos como a da morte do Pe. Pinto, como também a expedição de Pero Coelho 1603, e de Martins Soares Moreno e de suas relações com índios e franceses e holandeses. E registra que,

Os caminhos entre Maranhão e Ceará são antigos. Quando os franceses se apossaram da ilha do Maranhão chegaram aos Piauí e Ceará pelos caminhos de então. Quando o padre Francisco Pinto quis ir ao Maranhão, temendo os Tremembés, se afastou para o sul e pretendia alcançar o Itaim Açú.³⁹⁷²

Uma constatação interessante é que sua descrição se aproxima da de Capistrano de Abreu no tocante a configuração das estradas, dos acessos aos sertões do Nordeste e que mais uma vez coloca estes acessos ligados a iniciativa europeias não falando neste caso da contribuição dos índios para a condução dos portugueses para os sertões da terra ainda a ser explorada no início do século XVII. De forma que “em nossa tradição histórica colonial, o sertão é o lugar do outro, daquele que não participa da racionalidade da colonização”³⁹⁷³.

A Ibiapaba na geopolítica portuguesa e no olha de escritores piauienses como Odilon Nunes que reforça o poder da região como lugar de atuação europeia e na sua descrição faz um elogio ao trabalho dos jesuítas e expõe uma aceitação dos índios a ação dos padres, sem questionamento de resistência dos nativos,

No norte do Brasil, na segunda metade do século XVII, Ibiapaba era seu maior núcleo, não apenas demográfico, mas ainda cultural. Sua ascensão, sob esse aspecto, vem demonstrar o valor da educação, quando adaptada e sabiamente dirigida. (...) Ali, naquela serra, os índios receberam com alegria, festas, charamelas, o Pe. Antônio Vieira, que apostolicamente pisou terra piauiense antes que qualquer colonizador. Era o milagre jesuítas.³⁹⁷⁴

³⁹⁷¹ COSTA, F. A Pereira da. **Cronologia Histórica do Estado do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova. 1974. p.23

³⁹⁷² CARVALHO, Pe. Miguel de. **Descrição do Sertão Piauiense**. Teresina: Instituto Histórico e Geográfico Piauiense. 1993. p 41

³⁹⁷³ BARBOSA, Ivone Cordeiro. **Sertão: Um lugar-Incomum**. O sertão do Ceará na literatura do século XIX, Relume Dumará; Fortaleza Ce: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado,2000.p 35

³⁹⁷⁴ NUNES, Odilon. **Estudos de História do Piauí**. Teresina. Academia Piauiense de Letras, 2014. p 82

Outro aspecto relevante é o registro da presença de Pe. Antônio Vieira no Piauí embora até agora não foi encontrado registro ação consistente deste jesuíta no Piauí e que teve forte atuação no Maranhão, Pará e na Ibiapaba. Odilon Nunes ao falar do poder da educação como instrumento de civilização também faz diferença entre a presença europeia de colonos/currealeiro e os jesuítas de forma que os primeiros fazem “entrada de guerra” e os segundo fazem “entrada pacífica”.

A citação de Odilon remete também ao debate da ação dos jesuítas no Piauí entre fazendeiros e educadores, e Higino Cunha coloca os jesuítas piauiense como currealeiros em detrimento da educação dos índios.³⁹⁷⁵ E “Com o decorrer do tempo, afora os de Ibiapaba, ficaram apenas os de milhares ou os que estavam sob a vigilância e a serviço dos currealeiros impiedosos e concupiscentes.”³⁹⁷⁶

As publicações de Reginaldo Miranda nas revistas da Academia Piauiense de Letras também trazem referências a relação do Piauí e a Ibiapaba colonial e no texto *A conquista do Sertão de Dentro um Genocídio nas Américas*³⁹⁷⁷ ao escrever sobre a ocupação no norte dos sertões encontramos uma relação entre Ceará e Piauí quando cita a expedição de Pero Coelho como inimigos dos índios da região e reforçando o discurso dos marcos de fundação do Ceará e Piauí a partir desta expedição.

No texto *A Contribuição dos Aldeamentos Indígenas* produzido a partir de uma conferência que abordou “A contribuição dos Aldeamentos indígenas para a formação da sociedade piauiense”³⁹⁷⁸ coloca a Ibiapaba colonial com seus índios e aldeamento como fazendo parte da formação do Piauí quando relaciona as tribos no Norte cita a dos índios “Anassus e Alongaz que moravam com os caboclos na serra da Ibiapaba, para a qual se retiraram com medo dos brancos”.³⁹⁷⁹

Em relação aos aldeamentos o autor acima faz referência ao início do aldeamento da Ibiapaba que foi o de S. Francisco Xavier fundado pelo Pe. Antônio Vieira na sua vinda para a Ibiapaba em 1660 em que depois passou a ser a Aldeia de Nossa Senhora de Assunção ou aldeia de Ibiapaba a partir de 1700 pelo Pe. Ascenso Gago. E

A primeira fase é a que se tem menos conhecimento, necessitando se aprofundar os estudos para uma análise definitiva. Porém, pode-se enumerar os seguintes aldeamentos indígenas existentes no sertão, freguesia e comarca na primeira fase do Piauí Colonial: S. Francisco Xavier, dos índios Tabajaras, fundado em meado do século XVII, na Serra da Ibiapaba, zona rural do atual município de S. João das Fronteiras³⁹⁸⁰

Pela administração do Ceará e Piauí nesta época ser subordinada ao Maranhão e por ser esta área ainda hoje palco de litígio o aldeamento da Ibiapaba tanto é Cearense quanto piauiense pois esta categoria social de pertença a uma identidade provincial e estadual ainda estava em construção na época da formação dos aldeamentos e que mesmo hoje moradores

³⁹⁷⁵ Ver LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. Currealeiros e Educadores: Leituras da Ação dos jesuítas no Piauí Colonial. In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. *et al.* Org. **Afeto, razão e fé: caminhos da história da educação.** Fortaleza. Edições UFC, 2014. E também: OLIVEIRA Ana Stela de Negreiros, ASSIS Nívia Paula Dias de . **Padres e Fazendeiros no Piauí Colonial – Século XVIII.** Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.1030.pdf>. Acessado em: 23/11/2014

³⁹⁷⁶ NUNES, Odilon. **Estudos de História do Piauí.** Teresina. Academia Piauiense de Letras, 2014. p 82

³⁹⁷⁷ MIRANDA, Reginaldo. A conquista do Sertão de Dentro um Genocídio. **Revista da academia piauiense de letras.** Teresina Ano XCI, n. 66 dez/2008.. Academia Piauiense de Letras, 2011. p. 26

³⁹⁷⁸ MIRANDA, Reginaldo. **A Contribuição dos Aldeamentos Indígenas.** **Revista da academia piauiense de letras.** Teresina Ano XCII, n. 67 dez/2009.. Academia Piauiense de Letras, 2011. p. 113

³⁹⁷⁹ *Ibidem* p. 119-120

³⁹⁸⁰ *Ibidem* p. 128

desta fronteira ainda nesta última década se veem em conflito de pertença a uma territorialidade e conseqüentemente a direitos e deveres administrativos governamentais.³⁹⁸¹

O Pe. Claudio de Melo em seu livro *A Prioridade do Norte no Povoamento do Piauí e Bernardo de Carvalho* fazem referência a Ibiapaba, de forma que no primeiro livro ele remete ao norte do Piauí e região da Ibiapaba como local do início da civilização no Piauí a partir da presença de franceses e holandeses nesta região e também pelas missões jesuíticas na Ibiapaba que

“os tremenbés, as várias tribos da Ibiapaba, além de outras distantes 200 e 300 léguas (...) receberam uma maravilhosa forma de civilização, como o ensino da língua francesa, da religião e ainda a prática de trabalhos artesanais e de agricultura, sem a marca portuguesa da escravidão. Os tremenbés foram os grandes aliados dos franceses; também o foram os índios da Ibiapaba, dos quais entre os mais fieis estavam os Caratius e os Tacarijus.”³⁹⁸²

Podemos associar em parte esta visão de Pe. Sadoc de Sobral -Ce que também reivindica a origem da ocupação da região norte do Ceará aos franceses e que afirma que índios falavam Jesus em francês. Melo reforça a imagem de que os franceses eram menos nocivos aos índios, sendo esta avaliação pelo relacionamento mais amistoso entre índios e franceses que não implementaram um projeto de colonização consistente e duradouro que tivesse necessidade de grande força de mão de obra, pois faziam escambo de pau brasil no nosso litoral, árvore presente na Ibiapaba

Outro livro de Pe. Cláudio de Melo que trata do Capitão de Campos Bernardo de Carvalho Aguiar que é mostrado em um modelo de historiografia heroica e glorificante, e que são vários os adjetivos de elogio as qualidades de iniciativas deste capitão de campos que é considerado um nobre português, modelo de força e nobreza, cristão fiel, homem responsável e decidido, bravo excepcional e “a sua vontade de vencer e a firmeza de sua decisão o colocaria entre os imortais, decantado como um dos mais elevados expoentes do Pantenon de nossa História.”³⁹⁸³

Bernardo de Carvalho por ter atuado para combater tribos de índios resistentes a colonização no Piauí, na defesa das fazendas de gado é considerado fundador de cidades como Campo Maior, São Miguel do Tapúio, São Bernardo do Maranhão e conquistador do Piauí e parte do Maranhão e em relação ao Ceará também é citado na guerra para a pacificação contra índios resistentes aos curraleiros e inicialmente é colocando como colaborador da missão jesuítica da Ibiapaba com o auxílio mutuo do Pe. Ascenso Gago. Pois, “Mal se instalou em Bitorocara, Bernardo de Carvalho convidou os Jesuítas da Ibiapaba para fazerem uma missão em seus novos domínios”.³⁹⁸⁴

Melo em outros momentos de sua escrita se refere a relação amistosa entre Bernardo de Carvalho e Pe. Ascenso Gago que deu auxílio ao capitão de campo quando seus homens estavam com fome e cansados e foram acolhidos pelo missionário na missão da Ibiapaba. Esta relação se modificará quando Bernardo de Carvalho requisitou a coroa portuguesa a anexação da Ibiapaba para a administração do Piauí e seus índios serem utilizados para guerra contra os tapuias do estado, fato este que gerou disputas com os índios e missionários da Ibiapaba em 1718. Como em outros trabalhos sobre a região norte do Nordeste e do

³⁹⁸¹ Ver: **Moradores de divisa polêmica entre Ceará e Piauí mantêm Bolsa Família**. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2012/08/moradores-de-divisa-polemica-entre-ceara-e-piaui-mantem-bolsa-familia.html>. Acessado em:13/04/2016. Também: **Há 350 anos, PI e CE disputam terras em área de litígio** Disponível em: <http://cidadeverde.com/noticias/32477/ha-350-anos-pi-e-ce-disputam-terras-em-area-de-litigio>.Acessado em: em:13/04/2016

³⁹⁸² MELO, Cláudio. **A Prioridade do Norte no Povoamento do Piauí**. [s.ed.]. 1985. p 34

³⁹⁸³ MELO, Cláudio. **Bernardo de Carvalho**. Teresina. Universidade Federal do Piauí. 1988. p.10.

³⁹⁸⁴ Ibidem p. 17

Ceará e Piauí Melo reforça o posicionamento relevante da Ibiapaba na geopolítica portuguesa de forma que

A Ibiapaba, além de ser de importância econômica para aquelas Capitâneas, era sobretudo o quartel avançado mais importante para os socorros nas esporádicas ocasiões de levantamentos indígenas, bem como a força auxiliar das fortalezas litorâneas em defesa da Fazenda Real, face dos contrabandos de naus francesas e holandesas, constantes do Rio Grande ao Maranhão.³⁹⁸⁵

Esta força militar e de trabalho é o ponto de disputa entre jesuítas e o capitão de campos o que também vai gerar diferenças na abordagem historiográficas entre Ceará e Piauí a partir de uma documentação produzida e preservada que descreve os argumentos de ambos os lados que são interpretados pelos escritores dos dois estados.

A anexação da Ibiapaba é um capítulo do livro e Melo no qual ele fala da necessidade que o capitão de campos tinha de índios da Ibiapaba para pacificar as terras do Piauí e que só seria possível com a ajuda de um maior regimento de homens desde vadios aos índios das aldeias e pela localização da Ibiapaba por ser próxima ao Piauí e ter índios “obedientes”.

Melo se fundamentado em documentação dos jesuítas da Ibiapaba produzido pelo Pe. João Guedes reitor do colégio de Pernambuco capitania da qual o Ceará era subordinado contra a desanexação da Ibiapaba fala de uma falsa acusação a honra de Bernardo de Carvalho feita pelo Padre de que o Carvalho queria os índios da Ibiapaba para conveniência própria.

Diferentemente o texto *Missão jesuítica da Ibiapaba* de Carlos Studart Filho que faz elogios os jesuítas falando da ação civilizatória dos padres que atuavam na busca de educar e combater a selvageria dos índios e mesmo não acusando Bernardo de Carvalho Aguiar, mostra nas entre linhas que não concorda com os pedidos do capitão de campos e que é de maior contribuição para a civilidade da região que os índios permaneçam sob o domínio dos jesuítas.

No intuito de patrocinar, junto aos dirigentes metropolitanos, a justa causa dos nativos e também no interesse da própria obra missionária, passou ao Velho Mundo do o Pe. João Guedes, que então coadjuvava o Pe. Francisco de Lira na ingente e árdua tarefa de receber os índios pagãos, trabalhar-lhes as almas toscas e simples, imprimindo nelas laivos de cristandade. Eram seus acompanhantes, na longa e aventureira viagem transatlântica, o mestre de campo Filipe de Sousa, D. Jacé de Sousa e Castro e o capitão Cristóvão de Sousa, todos delegados dos nativos.³⁹⁸⁶

Em Melo não há uma crítica a ação dos jesuítas no geral, mas a atuação do Pe. João Guedes e Francisco de Lira que criticam Bernardo de Carvalho e seus propósitos, enquanto Studart faz elogio ao trabalho dos jesuítas e de Guedes e Lira em uma defesa até bairrista do território cearense que dada a importância da Ibiapaba teria uma perda considerável para o Piauí e Maranhão tendo em vista que em 1718 o Piauí era subordinado ao Maranhão.

Este acontecimento produziu uma documentação fértil para o entendimento dos interesses de jesuítas, colonos, governo português, índios além de revelar os processos históricos de relacionamentos entre missões jesuíticas com seus entornos. Que para Pinheiro

A documentação foi produzida devido à tentativa de transferir a jurisdição da aldeia da Ibiapaba, onde hoje está situada a cidade de Viçosa, da Capitania do Ceará, para a

³⁹⁸⁵ Ibidem p. 17

³⁹⁸⁶ STUDART Filho, Carlos. *A Missão Jesuítica da Ibiapaba*. Fortaleza ANNO LIX – 1945 p. 60

Capitania do Piauí. Ela é importantíssima para retratar o conflito que houve entre povos nativos e os europeus, mas, sobretudo para se perceber as desavenças entre missionários e os proprietários de terra quando se referia à estratégia para submeter os povos nativos. (...) O que se constata é que o conflito entre missionários e os proprietários de terras começa a se tornar visível, sobretudo na disputa da força de trabalho indígena.³⁹⁸⁷

O historiador cearense faz uma avaliação de que sendo colonos ou missionários ambos estavam com um mesmo interesse, mas com métodos diferentes, isto é, mas que queriam a dominação, o disciplinamento dos corpos e costumes indígenas tanto no Ceará quanto no Piauí que possuíam na economia da pecuária sua principal fonte de renda e que esta necessitava de terras para a criação extensiva, o que se chocava com a presença dos índios nômades pelas terras das capitanias.

Outra constatação historiográfica é a escrita do Historiador João Renôr F. de Carvalho tratando da resistência indígena no Piauí colonial onde também analisa esta disputa tratando que

Em 1718, no entanto, surgem novas regras administrativas com relação à populações sediadas no Piauí e aos moradores da Serra da Ibiapaba, principalmente os índios das duas regiões. Uma Carta Régia dirigida ao governador do Estado do Maranhão, Bernardo Pereira de Berredo, ordenava-lhe que solicite apoio (socorros) dos índios da Serra da Ibiapaba para que estes viessem ao Piauí ajudar o mestre-de-campo Bernardo de Carvalho de Aguiar para combater índios Gueguê e Timbira. Nesta Carta, o rei determinava também a desanexação das aldeias da Ibiapaba da Capitania do Ceará.³⁹⁸⁸

O historiador analisa a questão de 1702 a 1717 e diz que até a data publicação de sua pesquisa não tenha encontrado acontecimento mais relevante que esta disputa no Piauí colonial e que levanta a questão das autoridades estatais do Piauí e Maranhão quererem arregimentar índios e brancos para guerra contra os índios resistentes e que mesmo os índios “obedientes” como os da Serra da Ibiapaba junto com os jesuítas não atendiam a ajuda requisitada por Bernardo de Carvalho de Aguiar que reclamava da falta de apoio dos missionários e da falta de gente para combater os índios que inviabilizavam a economia pecuarista e a ocupação dos espaços piauienses e também a arrecadação da fazenda real.

Tanto Pinheiro historiador ligado a Universidade Federal do Ceará quanto Carvalho que foi historiador vinculado Universidade Federal do Piauí se fundamentam nos documentos do Conselho Ultramarino e que o primeiro faz uma pequena análise dos documentos no geral que se propõem a tarefa de apenas fazer a transcrição para futuras análises, enquanto Carvalho buscar uma análises da questão indígena no Piauí também cita muito a documentação com pouca análises do contexto de sua produção e da realidade do Piauí e Ceará da época ao passo que utiliza estes registros.

Ambos se aproximam quando não buscam elogiar nem colonos ou jesuítas, como Melo e Studart tendo em vista a passagem da produção historiográfica da construção de heróis para o entendimento dos processos históricos em que os indivíduos atuam com seus interesses convergentes e conflitantes. Outro trabalho que escapa desta visão de construção de heróis é o de Lígio de Oliveira Maia que faz uma análises mais contextualizada do conflito entre Bernardo de Carvalho de Aguiar e os jesuítas da Ibiapaba quando analisa os

³⁹⁸⁷ PINHEIRO, Francisco José. **Documentos para a História Colonial, especialmente a indígena do Ceará (1690-1825)**. Fortaleza: Ana Lima, 2011 p. 102

³⁹⁸⁸ CARVALHO, João Renôr F. de. **Resistência indígena no Piauí colonial. 1718 -1774**. Teresina: EDUFPI. 2008. p 30

argumentos de ambos os lados e relacionando ao pensamento em relações da coroa portuguesa e igreja católica e com a vitória dos jesuítas visualiza que

Toda peleja burocrática colocada em mãos dos ministros do Conselho Ultramarino passou, tacitamente, do que parecia uma questão de mando quanto à jurisdição local entre as capitanias, para o escopo mais importante e que, aparentemente, não havia sido apreciado com a atenção devida pelos conselheiros: a manutenção da aldeia de Ibiapaba no Ceará para impedir a fuga dos índios das Serras e, mais importante, a possibilidade de se desfazerem de um corpo de oficiais índios, guerreiros e vassalos d'El Rei.³⁹⁸⁹

Este conflito gera debates relativos a várias vertentes historiográficas como a geopolítica portuguesa, a atuação jesuítica, os posicionamentos indígenas, as disputas pelo trabalho indígena entre colonos, militares, jesuítas e índios, sendo que havia da coroa portuguesa uma preocupação com a manutenção da paz com os índios que já se declararam e atuam de certa forma aliados da coroa e que estes índios também se mostram relativamente protegidos pelos padres e Estado devido as trocas de favores quando a ajuda militar dos índios ao governo português e este pela concessão de terras aos índios.

Outros materiais são dois livros que possuem uma configuração didática, pois tratam de forma geral da história do Ceará do professor da Universidade Federal do Ceará Airton Farias com o nome *História do Ceará* e do Piauí do engenheiro civil Cid de Castro Dias com o nome *Piauí das origens à nova Capital* que no tópico As Primeiras Notícias sobre o Piauí reivindica as expedições de Pero Coelho, de Martin Soares Moreno e a presença dos franceses tanto no Ceará como no Piauí. Também comenta sobre a passagem de Padre Pedrosa e Antônio Ribeiro e Antônio Vieira, não deixando de perceber que “o fato é que nesse período, o Piauí servia apenas como corredor de passagem entre as capitanias do Maranhão e Ceará. Não havia colonização sistemática na área litorânea”³⁹⁹⁰

Airton Farias se aprofunda na explicação da expedição de Pero Coelho e Martin Soares tendo em vista que estes atuaram mais concretamente no território considerado cearense e apenas cita que Pero Coelho chegou até o território piauiense de onde retornou ao Ceará, mas não da mesma presença em relação a Martin Soares. E ambos os materiais nas suas propostas historiográficas buscam esclarecer os mesmos eventos históricos do ponto de vista de seu lugar social e da perspectiva territorial que foram constituídos. Onde devemos atentar para “o pressuposto essencial das metodologias propostas para a análise de textos em pesquisa histórica é o de que um documento é sempre portador de um discurso que, assim considerado, não pode ser visto como algo transparente”.³⁹⁹¹

³⁹⁸⁹ MAIA, Légio de Oliveira. **SERRAS DE IBIAPABA. De aldeia à vila de Índios: Vassalagem e Identidade no Ceará colonial - Século XVIII.** Dissertação de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.p 208

³⁹⁹⁰ DIAS, Cid de Castro. **Piauí das origens à nova Capital.** Teresina. Nova Expansão Gráfica. 2009. p 20.

³⁹⁹¹ CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia,** (Org.[.]). - Rio de Janeiro: Campus, 1997.p 539

A ORDEM DE CRISTO NOS TRÓPICOS: DISCUSSÕES SOBRE NOBREZA, FIDELIDADE E SERVIÇO EM PERNAMBUCO DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII

*Estevam Henrique dos Santos Machado*³⁹⁹²
estevamhmachado@gmail.com

Resumo: A relação entre a Coroa portuguesa e seus súditos muitas vezes era marcada pelo que se convencionou denominar de Economia das Mercês. Neste sistema, serviços e recompensas faziam parte de um complexo jogo de trocas que envolvia vassalos e monarca, sendo que os primeiros prestavam serviços sempre na esperança de uma remuneração futura. Este era o motor que estimulava as ações de conquista nos mais diferentes locais do Império Ultramarino Português. Após o conflito denominado Guerra dos Mascates (1710-1711), que teve seu estopim na decisão régia de erguimento do pelourinho do Recife com a respectiva criação dessa municipalidade, mas que já vinha sendo anunciado pelo clima de instabilidade entre aristocratas e os mascates reinóis, alguns partidários do Recife e defensores da decisão régia requereram o hábito da Ordem de Cristo como remuneração por serviços realizados na contenda entre os partidos de Olinda e Recife. Este trabalho visa, a partir dos Requerimentos presentes no Arquivo Histórico Ultramarino, realizar uma análise do discurso tentando entender quais as estratégias discursivas utilizadas pelos defensores da causa recifense, na tentativa de convencer o Conselho Ultramarino e o monarca D. João V de que mereciam ser agraciados com o hábito de Cristo e suas tenças.

Palavras-chave: Pernambuco, Guerra dos Mascates, Ordens Militares.

A sociedade de Antigo Regime estava pautada na diferenciação entre os diversos elementos que compunham o seu corpo social. Discutir o conceito de nobreza no caso português tem, primeiramente, alguns empecilhos ligados à caracterização desse (s) grupo (s). Como assinalado por Hespanha a palavra nobreza aparece apenas uma vez nas Ordenações Filipinas³⁹⁹³, sendo o conceito de fidalguia mais utilizado para retratar os privilegiados.

A nobreza se constituía, tanto enquanto categoria jurídica como em uma tipologia social, que tinha uma série de prerrogativas próprias não só pela capacidade jurídica, mas de certa maneira simbólica, ser nobre era estar envolto a privilégios.³⁹⁹⁴

Simplificando, portanto, poderíamos classificar mais claramente duas formas de nobreza. A primeira pautada no sangue, herdada dos honrosos ancestrais e a segunda baseada no serviço, e de caráter meritocrático. Seria, então, estas as definições simplificadas de nobreza natural e nobreza civil, ou política. Cabe perceber que para Berrendero, a antítese entre as duas qualificações de nobreza natural/política, acaba sendo reduzida à origem destas herança/mérito, uma vez que a nobreza civil, ou política, é sancionada pelo direito civil³⁹⁹⁵.

Não custa lembrar que essa “aparente mobilidade social é concebida, ao final, como estabilidade social, a mesma estabilidade que caracteriza a sempre mutável natureza do

³⁹⁹² Licenciado em história pela UFPE em 2013, Bacharel em história pela UFPE em 2014 e atualmente é mestrando pela UFPE pela linha Norte Nordeste Mundo Atlântico com a orientação do Prof. Dr. George F. Cabral de Souza e com o apoio do CNPq. E-mail: estevamhsmachado@gmail.com.

³⁹⁹³ Cf. HESPANHA, António Manuel. A Nobreza nos tratados jurídicos dos séculos XVI a XVIII. **Penélope** – Fazer e Desfazer a História. Número 12, 1993, p. 28.

³⁹⁹⁴ BERRENDERO, José Antonio Guillén. Nobreza e fidalguia. El vocabulario del honor en el Portugal de los habsburgo. In: **Cuadernos de historia Moderna**, v.36.2, 2011, p.56.

³⁹⁹⁵ BERRENDERO, José Antonio Guillén. **Los mecanismos del honor y la nobleza em Castilla y Portugal, 1556–1621**. *Op. Cit.*, p.522.

mundo físico ou astral. A ‘evolução’ é ‘revolução’, mas no sentido original de volta ao mesmo ponto”³⁹⁹⁶. Consequentemente, a concessão de títulos e honras por parte do monarca à algumas figuras pertencentes ao terceiro estado, apontava não como um enfraquecimento da nobreza, mas a um fortalecimento de seu *ethos*, “viver à lei da nobreza” era um dispositivo imperioso para àqueles que queriam galgar novas posições no setor nobiliárquico. Sendo bem indefinidas as fronteiras que separavam a nobreza natural da nobreza política “ao receber o foro de fidalgo, [por exemplo] o fiel vassalo de sua majestade tornava-se parte da nobreza política, mas não se sabe depois de quantas gerações se tornava nobreza de linhagem”³⁹⁹⁷.

João Fragoso estabelece critérios para a definição de uma nobreza da terra, pelo menos no caso fluminense, demonstra que esse grupo era composto por pessoas que haviam conquistado a terra – contra os indígenas e franceses – e que interferiam através da política na economia, seguindo os preceitos de uma economia do bem comum³⁹⁹⁸. Segundo ele “os pedidos de auxílios da coroa ajudavam a reprodução de um Antigo Regime nos trópicos”, a partir dos principais núcleos coloniais partiam expedições para novas conquistas, esse alargamento territorial acabava atuando na minimização de conflitos regionais intra-nobreza³⁹⁹⁹.

O supracitado autor define as táticas utilizadas pela nobreza da terra para se manter enquanto tal. Entre essas estratégias o autor coloca a existência de uma engenharia parental, de redes de alianças supra-regionais, de distribuição de dádivas e a manutenção de uma clientela diversificada, composta por índios, negros e mestiços. Isto é, a nobreza da terra tinha que equacionar diversas posturas para conseguir se firmar, enquanto grupo mandatário.

A palavra nobreza, quando surge nos requerimentos solicitando hábitos das Ordens militares, aparece como um adjetivo que remonta à virtude. De certo, os requerentes não pertenciam as principais camadas da nobreza portuguesa, estavam nas conquistas, longe da corte e numa massa social intermediária e cinzenta de difícil identificação. Cabia-lhes, então, essa autodenominação de seus feitos como nobres, pois era assim que o desejo e os atos faziam com que estes sonhassem com a nobilitação.

Essa nobilitação colocava-lhes nos mais baixos estratos da nobreza, no que era conhecido como nobreza civil ou política. Quem ascendia a essa categoria o fazia graças aos serviços prestados à monarquia. Trata-se de uma nobreza de mérito. Era, portanto, o monarca o grande legitimador dessa categoria, através do ato de dar, generosamente, em grande quantidade e a um número indiscriminado de vassalos⁴⁰⁰⁰.

É a partir do ato de dar que o monarca atua no campo da justiça. Dando a cada um aquilo que é devido, balanceando, de um lado, os serviços e origem social e do outro as mercês a serem dadas, pois segundo Vasconcelos aos plebeus o rei deveria dar prêmios úteis, aos nobres gloriosos e aos do meio honrosos⁴⁰⁰¹.

É pelo exercício da liberalidade que os monarcas podem legitimar novos arranjos, operando verdadeiros milagres sociais. Assim, é pelo ato de dar que os soberanos “legitimam filhos bastardos, enobrecem peões, emancipam filhos, perdoam criminosos, atribuem bens

³⁹⁹⁶ HESPANHA, António Manuel. A mobilidade social na sociedade do Antigo Regime. IN: **Revista Tempo**, V.11, n.21, 2007, p. 134

³⁹⁹⁷ RAMINELLI, Ronald. Nobreza e Riqueza no Antigo Regime Ibérico Setecentista. **Revista de História**, São Paulo, nº 169, 2013, p.90.

³⁹⁹⁸ Conceito que explica a apropriação dos recursos públicos por uma elite, que a partir de parte do excedente colonial consegue realizar suas fortunas, FRAGOSO, João. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. IN: **Tempo**: Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, v.8, n.15, 2003, p.16.

³⁹⁹⁹ *Idem*, p.14

⁴⁰⁰⁰ MACHADO, Estevam. A economia das mercês: Apontamentos sobre Cultura Política no Antigo Regime Português. **Revista Ultramarés**, v.1, p.67 - 88, 2015,p.78.

⁴⁰⁰¹ VASCONCELOS apud CURTO, Diogo Ramada. **O discurso político em Portugal (1600-1650)**. Projecto Universidade Aberta, Lisboa, 1998, p. 208.

e recursos⁴⁰⁰². A graça régia é uma das qualidades taumatúrgica dos reis. E é a partir dessas características do monarca que ele passa a ser impelido a retribuir os feitos dos vassalos.

Em Pernambuco na segunda metade do século XVII e início do século XVIII a nobreza da terra e os comerciantes reinóis denominados mascates vinham protagonizando cenas de divergências, de um lado os mascates tentando adentrar na administração pública, na posse dos honrados cargos da república como a Câmara de Olinda, nos postos da administração local, no comando das milícias, nos cargos da burocracia régia, nas confrarias e irmandades religiosas, na Santa Casa de Misericórdia em Olinda, nas Ordens Militares e nas funções de Familiares do Santo Ofício (MELLO, p.41) e do outro lado a açucarocracia tentava a todo custo barrar esse avanço tendo em vista a sua permanência enquanto grupo regedor dos ditames políticos da antiga Capitania Duarte.

Nesse jogo de interesses era interessante para a Coroa a criação de uma nobreza política, cuja participação na governança municipal propiciasse o engrandecimento de algumas famílias. Era a tentativa clara de implementação um certo equilíbrio de forças dentro da Capitania, convergindo numa política joanina de beneficiamento dos reinóis no ultramar. Essa modificação do modo de governar poder ser verificada na fala de Nuno Monteiro quando afirma que quanto mais importantes eram as capitânicas, cada vez mais cedo iam desaparecendo os concursos e aumentando as indicações régias, aristocratizando ainda mais os quadros e entregando cada vez mais aos reinóis os cargos no Ultramar⁴⁰⁰³

Essa política de beneficiamento dos reinóis em detrimento das elites locais não foi recebida pacificamente em Pernambuco. A nobreza da terra se manifestou firmemente contra a atuação do governador Sebastião de Castro e Caldas e contra a decisão régia de erguer o pelourinho e de elevar Recife à categoria de vila, pegando em armas a nobreza protagonizou, nos anos de 1710 e 1711 o que ficou conhecido posteriormente como Guerra dos Mascates.

Nesse cenário, alguns militares que defenderam a praça do Recife pedem como remuneração dos seus serviços o hábito da Ordem de Cristo, como, por exemplo, o Padre Antônio Álvares de Brito, natural de Pernambuco, filho de Manuel Álvares de Brito. Padre Antônio prestou 17 anos de serviços militares entre soldado pago, cabo de esquadra e capitão de infantaria da ordenança do Recife. Ao que parece sua grande contribuição para a repressão da sublevação da nobreza, além da eliminação dos cabeças durante o ano de 1711, foi o de apreender gente, quando em 1712 no distrito de Apuí foi:

com o seu capitão apreender o capitão-mor João de Barros Rego⁴⁰⁰⁴ por haver incorrido no crime de lesa majestade e essa prisão se fez no dito capitão-mor e quatro pajens seus, todos armados em distância daquela praça 18 léguas gastando-se nesta mais de treze dias em que tiveram grande o incômodo por no mais rigoroso tempo⁴⁰⁰⁵

Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca, o grande genealogista que se gabava dos métodos científicos que tinha aprendido com genealogistas espanhóis e portugueses, era filho de Antônio Borges da Fonseca. Seu pai procedia de uma família de Beira Alta e militou

⁴⁰⁰² HESPAÑA, António Manuel. **A mobilidade social na sociedade do Antigo Regime**. *Op. Cit.*, p.139.

⁴⁰⁰³ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Governos e capitães-mores do império Atlântico português no século XIII. In.: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Modos de Governar: Idéias e Práticas Políticas no Império Português séculos XVI a XIX**. São Paulo: Alameda, 2005, p.102.

⁴⁰⁰⁴ Militar, João de Barros Rego nasceu em Olinda, na segunda metade do Século XVII. Foi vereador em Olinda (1668), juiz ordinário (1691) e provedor da Fazenda Real (1710). Durante a Guerra dos Mascates participou das batalhas e acabou preso em maio de 1712. Morreu na prisão (Fortaleza do Brum, Recife), a 28-12-1712. Disponível em: http://www.peaz.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=806:jo%C3%A3o-de-barros-rego&catid=69&Itemid=148.

⁴⁰⁰⁵ AHU_ACL_CU_015, Cx. 66, D. 5629.

na guerra de sucessão da Espanha (1704-1711) e por seus serviços prestados foi premiado com o cargo de mestre de campo do terço de infantaria de Olinda⁴⁰⁰⁶.

Durante a guerra dos mascates a Coroa reforçou a autoridade do velho Borges e os mascates o viam como um “sujeito benemérito pela sua boa índole e capacidade de maiores cargos”⁴⁰⁰⁷. Chegou a exercer por suas ligações políticas o cargo de governador da Paraíba.

Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca, segundo consta da documentação prestou 14 anos de serviços militares como praça de soldado, capitão de campanha, Alferes do Mestre Ajudante Supra e Capitão de infantaria pago do terço da praça do Recife. Viajou até a Nova Colônia (Sacramento) em 1736 para ir de socorro à ela⁴⁰⁰⁸. Continuou sua carreira militar passando por Montevidéu, Rio de Janeiro, Santa Catarina até que se fez “presidiar a fortaleza da Costa da ilha de Itamaracá onde (...) esteve comandando sua companhia por tempo de 3 meses”⁴⁰⁰⁹ e de serviço tão bem feito em 1741 é mandado:

pelo governador a comandar a ilha de Fernando de Noronha onde está mais de nove meses ali fazendo em tudo suas obrigações cuidando com grande zelo e acerto no concerto das fortificações e mais obras, plantas e produções da ilha devendo-se o seu cuidado em mandar o que seu antecessor havia deixado perder e havendo-se conforme as ordens de Sua Majestade na ocasião em que na mesma ilha foram dois navios ingleses⁴⁰¹⁰

Borges ainda chega a ocupar o cargo de governador do Ceará durante dezessete anos e segundo Evaldo era “aparentado pelo casamento à burguesia reinol, foi familiar do Santo ofício (ambição antes de mercador do Recife do que de pró-homem rural), Cavaleiro da Ordem de Cristo, escrivão da Misericórdia de Olinda e alcaide – mor de Goiana”⁴⁰¹¹, e na documentação em que pede o hábito da Ordem de Cristo não faz menção aos serviços de seu pai nas alterações pernambucanas, faz-se valer apenas de suas obras como necessárias para encarar o processo habilitação.

Cristóvão de Souza Santiago filho de Manuel da Costa natural do Recife havia servido à Coroa por quarenta e cinco anos nos postos de soldado, sargento, alferes de infantaria, tenente de Fortaleza das Cinco Pontas, capitão de infantaria e capitão de granadeiros do terço de Olinda.⁴⁰¹² Na ocasião da revolta dos pró-homens, em que estes sitiaram a praça do Recife foi enviado por seus oficiais maiores à Fortaleza de Tamandaré:

conduzir mantimentos para a dita praça do Recife sendo ao mesmo tempo sitiada e embatida a dita fortaleza dos mesmos moradores por espaço de trinta dias se haver na sua defesa como valeroso soldado recomendou-se no dito barco com os mantimentos para a referida praça continuou na defesa dela com o mesmo valor e fidelidade marchar em companhia do sargento-mor Manuel de Oliveira e Miranda por ordem do general do governador Félix José Machado⁴⁰¹³

⁴⁰⁰⁶ MELLO, Evaldo Cabral de. **A Fronda dos Mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666 – 1715**. 2.ª edição, São Paulo: Editora 34, 2003, p. 178.

⁴⁰⁰⁷ Santos, Manuel dos. **Calamidade de Pernambuco**, p. 292 *Apud Idem*, p. 179.

⁴⁰⁰⁸ Borges foi para defender a colônia das investidas dos governadores de Buenos Ayres entre 1735-37. Para uma descrição sucinta da presença luso-brasileira na Colônia de Sacramento de (1680-1777). Ver: SILVA, José Manuel Azevedo e. **O Brasil Colonial**. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2004.

⁴⁰⁰⁹ AHU_ACL_CU_015, Cx. 61, D. 5240.

⁴⁰¹⁰ *Idem*.

⁴⁰¹¹ MELLO, Evaldo Cabral de. **A Fronda dos Mazombos**. *Op. Cit.* p.179.

⁴⁰¹² AHU_ACL_CU_015, Cx. 65, D. 5487.

⁴⁰¹³ *Idem*.

E essa marcha o conduziu à Tracunhaém onde aprisionou alguns sediciosos. Foi a mando do governador D. Lourenço de Almeida levar preso Matias Coelho Barboza, sendo este um dos cabeças dos referidos sublevados⁴⁰¹⁴ e o entregar ao capitão de mar e guerra. Esse Matias Coelho, segundo Dias Martins:

Matias Coelho Barboza capitão mor das ordenanças da freguesia da – Luz – : coadjuvou eficazmente a Pedro Ribeiro – na subjugação dos presídios, e o acompanhou ao recife á vingar no Governador, Mascates, e Pelourinho a injúria da pátria, e Nobreza: na Câmara de Olinda votou com os moderados na eleição do Bispo para governador interino: na rebelião dos mascates de 18 de junho de 1711 foi um dos mais fogosos escandalizados. Veio correndo com toda sua bandeira a sitiá-los, logo no primeiro aviso; [...] e preso, escapou para os bosques, dando princípio com seu ilustre parente Leão Falcão [...] a famosa liga de Tracunhaém, onde esperou confirmação do perdão régio, lançado no artigo [...] da qual se aproveitou.”⁴⁰¹⁵

Em 1740, parte para a ilha de Fernando de Noronha onde exerceu o posto de ajudante. Seus serviços durante as alterações, portanto, foram de fornecimento de víveres e de aprisionamento de gente.

Outro requerente é Inácio Luís da Costa Aguiar, este não pede o hábito em virtude de seus serviços, mas pelos serviços prestados pelo seu pai Júlio da Costa Aguiar que serviu como praça de soldado arcabuzeiro do terço pago do Recife e no posto de capitão dos volantes de moços solteiros da jurisdição de Muribeca e Ipojuca, passando 13 anos de sua vida no serviço militar. Era um homem de negócios que exportava açúcares, solas e outros gêneros, assim como importava mercadorias europeias⁴⁰¹⁶

Quando houve a sublevação Júlio, ou Julião, como capitão “perdeu uma grande parte de sua fazenda com o sustento da infantaria do terço da guarnição da dita vila do Recife e com a assistência que fez aos cabos aos oficiais do regimento da ordenança e ao povo da mesma vila”⁴⁰¹⁷. Tendo o seu pai perdido fazenda sustentando o terço e não tendo sido remunerado o suplicante Inácio Luís da Costa Aguiar é quem o faz, pedindo para si um hábito.

O engenheiro João Macedo Corte Real, natural do Reino, serviu à Coroa na praça de Mazagão e em Pernambuco. Presta serviços nas fortificações, no Forte Santa Cruz de Itamaracá foi incumbido de medi-lo, assim como fez no Forte do Brum, e segundo o próprio teve papel decisivo na defesa do Recife pois:

[...]se achou [esta] estando pelos moradores de Olinda sitiada, e apor ser o **único engenheiro** que nela se achou experimentou e teve na defesa dela grande contenção em função de ser aberta e darem os sitiadores pressa à invadi-la, razões que pediam grande brevidade para que com obras defensivas se erigisse e fechasse o que obrou de maneira que a por de diferença com fortificação que desenhou e fez levantar de terra e faxinas ordem do dito trabalho muitas vezes examinou a prevenção com que os fortes se achavam prevendo tudo exata diligência cuidado sendo um dos que entre os Cabos de guerra que no primeiro choque fizeram desalojar os sitiadores do campo da Boa Vista e pela confiança que da sua pessoa se faria foi encarregado da

⁴⁰¹⁴ DIAS MARTINS, Joaquim. **Os mártires pernambucanos vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817**. Reedição do Poder Legislativo de Pernambuco. S/d, p.75.

⁴⁰¹⁵ *Idem*.

⁴⁰¹⁶ SOUZA, George F. Cabral de. **Tratos e Mofatras: O grupo mercantil do Recife colonial (c. 1645 – c.1759)**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012. , p. 497.

⁴⁰¹⁷ AHU_ACL_CU_015, Cx. 91, D. 7329.

defesa de uma praça que fica nas costas do armazém da pólvora dando-se-lhe para este fim soldados desenhando e fazendo levantar um fortim de faxina⁴⁰¹⁸ para melhor defesa da passagem do Rio Capibaribe assistindo por Cabo quatro meses, que tanto durou o cerco [...] ⁴⁰¹⁹

Foi de sua incumbência também fazer mapas das redondezas e apontar quais eram as melhores posições a serem defendidas. Trabalhou no reparo do Forte do Buraco, Cinco Pontas e Tamandaré na realização do Palácio das Torres, entre outras localidades. Fez duas jornadas à Paraíba onde prendeu dois criminosos – que não são especificados –. Além disso, serviu de examinador formaturas dos esquadrão e manejo da artilharia.

Antônio Pereira de Azevedo, filho de Gaspar Pereira Barcelar, pediu um hábito com a tença de 200 réis para seus filhos e filhas. Afirma ter servido à Coroa por espaço de 33 anos, destes viajou por vários lugares “oito à Pernambuco, quatro à Bahia, três ao Rio de Janeiro e ultimamente uma a Rio de Vigo buscar uma Nau da Índia”⁴⁰²⁰. Este Antônio Azevedo no período da sublevação de 1710 é mandado pelo Governador Sebastião de Castro e Caldas guarnecer a fortaleza do Brum. Já:

Em 1712 por notícia que teve o governador Félix José Machado de que os revoltados estavam com grande poder com o engenho de Apuá distante da praça do Recife 16 léguas, foi mandado prende – los com mais três capitães e 200 homens e chegando ao dito engenho se achar se tinham se retirado e fazendo-se vigilância se se podiam alcançar se prisionaram oito que acompanhavam os cabeças e lhes entregaram por se fiar do seu zelo daria boa conta deles o que executou trazendo – os ao dito governador com grande trabalho.⁴⁰²¹

No ano de 1714 foi mandado prender a João Batista Acioli alcaide mor de Olinda⁴⁰²² e a três irmãos, além disso, vai à Fortaleza do Brum guarnece-la no ano de 1715.

Outro aspirante a Cavaleiro era o reinol Manuel Clemente que serviu a Coroa por espaço de quinze anos, como soldado volante, Alferes, capitão da gente marítima do Recife e capitão-mor da capitania de Itamaracá. Consta que servia tanto às ordens dos governadores da Paraíba e de Pernambuco que lhe encarregaram:

[d]a mudança da aldeia dos índios do Arataguí para despejarem a seus donos as terras em que de novo se achavam e tumultuando – se contra o seu missionário fez o suplicante com infantaria seduzi-los e sitiá-los na sua aldeia velha por forma da ordem de Vossa Majestade deixando-os em perfeita ordem e obediência pelo bom modo com que

⁴⁰¹⁸ “Feixe de ramos ou paus curtos com que se entopem os fossos de uma praça ou se cobrem os parapeitos de uma bateria, usado antigamente em campanhas militares.” Disponível em: <http://www.dicio.com.br/faxina/>.

⁴⁰¹⁹ AHU_ACL_CU_015, Cx. 40, D. 3637, grifo nosso.

⁴⁰²⁰ AHU_ACL_CU_015, Cx. 28, D. 2566.

⁴⁰²¹ *Idem*.

⁴⁰²² Dias Martins narra o episódio do tormento de João Batista Acioli “preso na devassa do Ouvidor – Bacalhão [*sic*] – entregues ás garras do ímpio carcereiro da fortaleza das – Cinco pontas – Luiz Braz – d’onde por fim o incluem na lista dos 55 desgraçados, que foram metidos nos porões da frota, que devia conduzi-los à forca de Lisboa, segundo o voto, e fama, que espalhavam os vitoriosos Mascates: d’isto podemos concluir, que configurou assinaladamente em todas as evoluções d’aquela memorável época. O perdão geral d’El Rei D. João o 5º. o veio achar embarcado, e o pôs na sua liberdade” DIAS MARTINS, Joaquim. **Os mártires pernambucanos vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817**. *Op. Cit.* p.2.

se houve sustentação em todo este tempo a infantaria à sua custa.⁴⁰²³

Quando aconteceu o levante dos índios da aldeia Iritigos com certa dose de negociações o fez aldearem em outro sítio fornecendo aos engenhos “quem lhe ministre as lenhas”. Conta ainda que “ocorrendo um naufrágio naquela costa um navio de Angola o livrou de perigo, fazendo-lhe desembarcar os negros que mandou por terra para o Recife segurando os direitos de Vossa Majestade”⁴⁰²⁴. Este Manuel Clemente, se gaba também por que “persuadiu os lavradores que plantassem dobradas covas de mandioca de que nasceu muita abundância e cessou a escassez”.⁴⁰²⁵

Em 1711 foi liderar o corpo da guarda das portas da Cruz, na entrada do Recife com sessenta homens que em oito dias sustentou à sua custa, o requerente sempre afirma que seus prestimosos serviços o levavam a outro patamar e foi assim que:

pela experiência do seu valor e seriedade foi mudado para cabo da Fortaleza de Santo Antônio dos Coqueiros que intentavam os sublevados acometer e em este tempo que durou o levantamento assistiu nela de guarnição com 140 homens que sustentava. E divulgada a notícia de que ele estava governando a fortaleza desistiram da invasão sem embargo ⁴⁰²⁶

Como possuidor de grandes cabedais, sendo o senhor do engenho São João da Várzea e comerciante de escravos, sustentou toda a guarnição com mantimentos, vestidos e dinheiro que liberava nos momentos em que os soldados começavam a se agitar, segundo ele “para os ter firmes e constantes” gastando em torno de 12 mil cruzados⁴⁰²⁷. Finda a tumultuosa revolta retorna ao seu governo em Itamaracá, residindo na Vila de Goiana, e tendo alguns indícios de revoltas reprimiu-as remetendo os cabeças ao governador da Paraíba.

Manuel Clemente pede dois hábitos de Cristo com tenças para serem repartidas entre seus cinco filhos, portanto “o tempo de serviço tonava-se um valor, um bem patrimonial”⁴⁰²⁸, e nesse caso demonstra bem o quão esse tempo de serviço e o dispêndio podem ser revertido em situação simbólica e monetária.

Manoel Dias Pereira, reinol, ‘homem de negócio de que vive’⁴⁰²⁹ capitão de uma Companhia de Ordenança da freguesia do Jaboatão durante as alterações de Pernambuco:

estando fora da Praça, deixar sua mulher e filhos e vir oferecer-se com perigo de sua vida ao capitão mandante João da Mota que tudo o que fosse do serviço de Vossa Majestade, e ordenando-lhe fosse por cabo de sessenta homens guarnecer uma trincheira que se fez detrás do convento de Nossa Senhora do Carmo, assistir ali todo o tempo do cerco de noite e dia, sem nunca largar as armas e fazendo-se um reduto ajudar a cavalgar seis peças de artilharia com muito risco, gastando de sua fazenda

⁴⁰²³ AHU_ACL_CU_015, Cx. 36, D. 3269.

⁴⁰²⁴ *Idem*.

⁴⁰²⁵ *Ibidem*. A mandioca era uma herança indígena indispensável na dieta do homem colonial, desta planta leitosa rica em amido se fazia uma farinha, que os indígenas davam-lhe diversos usos. Sobre a dieta colonial, especificando na Mandioca Ver: LIMA, Claudia. **Tachos e Pannelas**: historiografia da alimentação brasileira. Recife: Ed. da autora, 1999, pp. 207-208.

⁴⁰²⁶ AHU_ACL_CU_015, Cx. 36, D. 3269.

⁴⁰²⁷ SOUZA, George F. Cabral de. **Tratos & Mofatras**. *Op. Cit.* p. 518 .

⁴⁰²⁸ OLIVAL, Fernanda. **As Ordens militares e o Estado Moderno**: Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641 – 1789). Lisboa: Editora Estar, 2001, p. 124.

⁴⁰²⁹ HSO Manuel Aranha Fonseca m. 78, d. 1508. ANTT. IN: SOUZA, George F. Cabral de. **Tratos & Mofatras**. *Op. Cit.* p. 536.

dinheiro considerável dando para o sustendo dos soldados muitas caixas de açúcar e com seus escravos a uma trincheira que o governador Félix José Machado mandou levantar⁴⁰³⁰

Manuel Pereira continua o seu discurso exaltando a magnanimidade do Rei e de como estava gabaritado para receber a insígnia do hábito pela legitimidade dada pelo governador Félix Machado, pelos seus prestimosos serviços.

obrando em tudo como leal e honrado vassalo pela qual razão foi uma das pessoas a quem o governador Félix José Machado agradeceu da parte de Vossa Majestade o bem com que se houvera na ocasião das sublevações daquela capitania, em que se ouve com satisfação e que Vossa Majestade costuma honrar aos seus vassallos com mercês nascidas da sua Real grandeza de que o suplicante se faz merecedor pois com tanto zelo se sabe empregar no serviço de Vossa Majestade, e da certidão do registro das mercês se mostra não se lhe haver feito alguma pelos serviços relatados, portanto:

Para Vossa Majestade lhe faça mercê em Remuneração dos ditos serviços de lhe honrar com o hábito de Cristo com trinta mil de tença efetiva pago em um dos almoxarifados do Reino donde couberem⁴⁰³¹

Importante destacar o desfecho desse caso evidenciado por George F. Cabral de Souza. Segundo o autor, por seus defeitos mecânicos, assim como dos seus pais e avós, Manuel Pereira não foi admitido na Ordem, e quando apelou para a Mesa alegando seus serviços militares essa volta atrás e lhe concede o hábito em 15 de setembro de 1724, seis anos após a petição⁴⁰³².

Miguel Ferreira Rebelo pede um hábito para quem se casar com a sua filha Juliana Maria da Assunção, em remuneração aos seus 21 anos de serviços, dentre eles como sargento-mor do Terço dos Palmares, além do período em que comandou o Forte de Santiago das Cinco Pontas e “na ocasião dos levantes [Guerra dos mascates] sem ter hora certa para descansar estando por decurso de quatro meses sempre com as armas prontas”⁴⁰³³

João da Mota, outro suplicante, teria prestado serviço à monarquia por espaço de 29 anos, nesse período de tempo teria participado das entradas que se fizeram nos Palmares, perseguiu “piratas que infestara aquela costa” realizando muitas prisões de criminosos, assim como defendeu dos assaltos e invasões realizadas pela nação dos Icó às populações sertanejas⁴⁰³⁴

Na ocasião dos levantes “mandou guarnecer as fortalezas com a gente necessária para as defender de qualquer invasão que os moradores de fora intentassem retirando-se o dito Bispo para Olinda encarregar o governo daquela praça ao suplicante” atuando com “satisfação e lealdade na conservação daquela praça até chegar o governador Félix José Machado”⁴⁰³⁵. Numa carta ao Rei D. João V afirma que na ausência do governador, os sediciosos:

⁴⁰³⁰ AHU_ACL_CU_015, Cx. 28, D.2533.

⁴⁰³¹ *Idem*. As tenças “eram pagas em qualquer almoxarifado ou alfândega que tivesse sido indigitada para cada caso concreto, independentemente desse pólo de receitas pertencer, ou não, a uma determinada Ordem Militar” OLIVAL, Fernanda. **As Ordens militares e o Estado Moderno**. *Op. Cit.* p. 47.

⁴⁰³² SOUZA, George F. Cabral de. **Tratos & Mofatras**. *Op. Cit.* p. 536-7.

⁴⁰³³ AHU_ACL_CU_015, Cx. 28, D. 2527.

⁴⁰³⁴ AHU_ACL_CU_015, Cx. 25, D. 2292.

⁴⁰³⁵ AHU_ACL_CU_015, Cx. 25, D. 2292.

“Chegaram ao infiel extremo de pôr em consulta o darem ou não darem o governo ao reverendo Bispo [...] e [propuseram] que se levantasse república nestas capitânicas de Pernambuco” sob o governo dos “naturais delas, absoluta e isenta da jurisdição de Vossa Majestade, ainda que sujeita ou tributária a rei estrangeiro” [...] O governo só foi entregue a D. Manuel a que “os mais racionais da nobreza” se opuseram a “esta resolução”⁴⁰³⁶

João da Mota mostra que através de sua intervenção o governo da capitania pôde ser restituído à monarquia, demonstrando um a das principais características do bom súdito: a fidelidade⁴⁰³⁷. Fidelidade esta, que não era gratuita e estava envolta na lógica de uma economia das mercês. Pelos serviços prestados e pelo risco que correu pede um hábito de Cristo cinquenta mil réis de tenças efetivas e um ofício de justiça ou fazenda que lhe coubesse⁴⁰³⁸.

Defender a decisão Régia era fazer a sua obrigação como súdito fiel. Diferentemente dos sediciosos, que na ausência do governador, segundo o capitão João da Mota em Carta ao Rei “chegaram ao infiel extremo de pôr em consulta o darem ou não darem o governo ao reverendo bispo [...] e [propuseram] que se levantasse república nestas capitânicas de Pernambuco” (João da Mota apud MELLO, 2003. p. 319), a camada mascatal, e seus aliados mais diretos foram quem, nesse momento, atuaram contra o levante da nobreza defendendo a ordem régia.

João da Mota destaca no seu requerimento, essa característica importante dos súditos: a fidelidade ao seu soberano. Fidelidade foi o que teria motivado o suplicante a defender a praça do Recife do perigo eminente de perdê-la para os sediciosos olindenses, “mostrando em todas as suas ações ser um dos mais fiéis e melhores vassallos que Vossa Majestade tem naquela capitania”.

A fidelidade no pensamento do dicionarista Bluteau era a base que sustentava cidades e impérios, tomando de empréstimo seu pensamento, notamos que a fidelidade era o instrumento sentimental que garantia que Pernambuco fosse mantido como território da Coroa Portuguesa⁴⁰³⁹. Instrumento esse que reunia em torno de si a mentalidade cristã com a herança aristotélica, ciceroniana e estoica tendo, evidentemente um forte sentido religioso⁴⁰⁴⁰. Tanto é que, tanto nas ocasiões da guerra de Restauração Pernambucana, como no episódio da Guerra dos Mascates, os personagens que atuavam nestes acontecimentos apontam para a sua fidelidade em manter os interesses de Sua Majestade. Era, o conceito de fidelidade, uma prática discursiva que legitimava as ações, em favor da Monarquia Portuguesa.

Sentimento não desprezível, obviamente, mas que pode muitas vezes camuflar interesses materiais diretos, como no caso a obtenção de alguma mercê. E parece que o episódio da atuação de João da Mota atuação na Guerra dos Mascates, vai sendo ecoado ao longo dos anos seguintes, não só pelo pedido de um hábito de Cristo acompanhado de 150

⁴⁰³⁶ João da Mota a D. João V, 30. Xi. 1711, Mário Melo. A guerra dos Mascates Apud MELLO, Evaldo Cabral de. **A Fronda dos Mazombos**. *Op. Cit.* p.319.

⁴⁰³⁷ Para uma discussão sobre a fidelidade e outros conceitos utilizados nos requerimentos Cf.: MACHADO, Estevam. “Com muito grande zelo, trabalho e desvelo”: O discurso presente nos requerimentos para a habilitação na Ordem de Cristo, Pernambuco (1713-1759). In: **Anais do IV SEHPOLIS** - Seminário de história Política, UFBA, Salvador, 2015.

⁴⁰³⁸ João da Mota a D. João V, 30. Xi. 1711, Mário Melo. A guerra dos Mascates Apud MELLO, Evaldo Cabral de. **A Fronda dos Mazombos**. *Op. Cit.* p.319.

⁴⁰³⁹ BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português & latino: aulico, anatomico, architectonico**. Coimbra.: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. Volume 04, p.108, Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1>.

⁴⁰⁴⁰ CARDIM, Pedro. Amor e Amizade na cultura política dos séculos XVI e XVIII. IN: **Lusitania Sacra**, 2ª série, 11, 1999, p.25.

mil réis de tenças no ano de 1713 que é principal foco de nossa análise na dissertação. Não só por isso, por outras razões.

Logo após o fim das hostilidades o capitão João da Mota, como responsável pelo governo das armas vai ser arrolado em uma devassa que tinha como objetivo descobrir o fim que teria tido 63 armas desaparecidas durante o cerco e que tinham o capitão como responsável direto, infelizmente a devassa anexada se encontra praticamente apagada.

Ainda ecoando os fatos ocorridos em 1710, nosso personagem consta ter comprado por um expediente forçoso um carregamento de farinha que tinha o Rio de Janeiro destino, pelo valor de um conto e cem mil réis. Farinha esta imprescindível para a alimentação dos soldados durante o cerco que se deu no Recife. O monarca garantiu-lhe o pagamento em 1714, porém ainda no ano de 1720 queixava-se de não haver recebido nenhuma quantia.

Parece-me que João da Mota não consegue o hábito, porém essa fidelidade descrita no serviço de Vossa Majestade rendeu as ele uma progressão na carreira militar tornando-se sargento-mor em 1714 e culminando seus dias como Mestre de campo. Possuir uma patente militar era um sinal de prestígio, principalmente se fosse uma alta patente, pois na América portuguesa pautada na ideia de conquista, possuir uma alta patente demonstrava o alcance do poder político, econômico e simbólico obtido pelo cidadão em questão.

Quanto ao tempo de serviços, é importante destacar que os requerentes vinham de uma longa trajetória militar. Demonstram que o hábito de Cristo seria a coroação de uma vida dedicada à Coroa, já que gastavam parte considerável de suas fazendas na manutenção das tropas e corriam risco de vida.

Assim como após a guerra holandesa⁴⁰⁴¹, o discurso destes servidores da monarquia se fixava na defesa dos interesses da Coroa e nos gastos e riscos que estes tiveram para fazer cumprir a determinação régia. Esses requerentes se pautavam também nos anos acumulados de serviços e nas patentes que progressivamente iam aumentando com o decorrer dos anos. Na busca por uma diferenciação social, buscavam hábitos para si e seus familiares mais próximos, principalmente filhas e cunhados tentando dinamizar o mercado matrimonial e melhorar a “qualidade social” de sua família.

DEPOIS DE PALMARES: SESMARIAS, SÍTIOS E GADO NO AGRESTE PERNAMBUCANO, 1658-1764

Felipe Aguiar Damasceno⁴⁰⁴²

felipe.aguardamasceno@gmail.com

Resumo: O objetivo deste texto é uma análise da ocupação das antigas terras ocupadas pelos mocambos de Palmares no agreste pernambucano. Pretende-se ir *além da sesmaria* na análise proposta sobre as terras palmarinas e seus possíveis habitantes, no pós-guerra, isto é, a primeira metade do século XVIII. Para tanto, será necessário, através de alguns exemplos trazidos pela documentação primária e pela bibliografia, aumentar a escala da análise para enxergar além dos limites das jurisdições sesmarias, encontrando, de fato, a terra e as pessoas, as transações de domínio e propriedade, conflitos e arranjos, enfim, as relações sociais que constituíam um novo território colonial português nos sertões da capitania de Pernambuco.

⁴⁰⁴¹ KRAUSE, Thiago. **Em busca da honra: A remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das Ordens Militares (Bahia e Pernambuco, 1641 – 1683)**. Niterói: Dissertação, UFF, 2010.

⁴⁰⁴² Doutorando – PPGHIS/UFRJ; Bolsista CNPq

As sesmarias recebidas pelos paulistas de Domingos Jorge Velho em remuneração de seus serviços nos Palmares, a partir do início do século XVIII, ocupavam basicamente a faixa de mata e serra mais imediata às vilas açucareiras do litoral pernambucano. No entanto, as terras ocupadas pelos mocambos, como sugere a documentação, era muito maior, e chegava às regiões interioranas de Pernambuco conhecidas, à época, por Campos dos Garanhuns e sertão do Ararobá (ou simplesmente Ararobá). Estas imensas terras, que alcançavam as nascentes dos principais rios da capitania, já haviam sido doadas, quase que em sua totalidade, em sesmarias entre 1658 e 1671. Os principais sesmeiros eram homens ligados às principais famílias detentoras de engenhos em Pernambuco e na Bahia.

A análise da documentação disponível mostra relações diversas entre os atores históricos na disputa pelos recursos do sertão, principalmente entre as diferentes famílias que chegavam àqueles sertões como terratenentes. Deixa claro, também, a capacidade de resistência dos palmarinos, adentrando século XVIII praticamente até sua metade, disputando espaço com os novos ocupantes das terras, moradores dos grandes domínios, compradores de parcelas e sítios, etc.

Palavras-chave: Palmares; sesmarias; propriedade; século XVIII

Introdução

A partir do resgate de uma bibliografia memorialística e do seu confronto com a variada documentação primária disponível (manuscritos e publicações), pretende-se dar conta de expor o processo inicial da ocupação do sertão pernambucano de Palmares, com foco especialmente na primeira metade do século XVIII – apesar de a documentação utilizada abranger o período de meados do século XVII a meados do XVIII. Dentro dos limites deste texto, pretende-se também chamar a atenção para os embates entre quilombolas e sesmeiros em torno do domínio sobre a terra, assim como mostrar a pluralidade de agentes envolvidos na exploração do chão de terra, e alguns dos arranjos estabelecidos entre eles.

Conhecendo as terras palmarinas do Agreste pernambucano: os grandes sesmeiros do sertão

Após a guerra do Terço de Infantaria do mestre de campo Domingos Jorge Velho contra os quilombolas palmarinos, as áreas de mata do chamado sertão dos Palmares, no sul de Pernambuco, contíguas às vilas litorâneas de Alagoas, foram quase totalmente doadas em sesmarias aos oficiais que lideraram o esforço de guerra anti-quilombola em momentos variados. No entanto, para nós está claro que as terras concedidas não passavam das matas e serras próximas ao litoral da capitania.⁴⁰⁴³ A área dominada pelas comunidades palmarinas era, de fato, bem maior, abrangendo bem mais do que a região das vilas das Alagoas.

Desde o tempo do domínio holandês (1630-1654), já se sabia da existência de diversos, talvez dezenas, de redutos mocambeiros nas cabeceiras do rio Mundaú (atual cidade de Garanhuns). O diário da expedição do capitão João Blaer e do tenente Jürgens Reijmbach aos Palmares em 1645 narra todo o percurso da viagem através de rios e serras. A partir das distâncias percorridas⁴⁰⁴⁴ entre os pontos geográficos e os dias do diário, podemos traçar um

4043 Em outro lugar, já apresentamos a configuração das doações de sesmarias aos paulistas que combateram em palmares, verificando sua restrição às matas alagoanas, no médio para o baixo curso dos principais rios da região. cf. DAMASCENO, Felipe A. “Guerra, terras e direitos: Palmares, séculos XVII e XVIII”. In: **Caderno de resumos [do] 6. Encontro Internacional de História Colonial: mundos coloniais comparados: poder, fronteiras e identidades**. Salvador: EDUNEB, 2016, pp. 210-211. Disponível em http://media.wix.com/ugd/106a40_7d2da9a425514f3d942fcfc8124691df.pdf, consultado em setembro de 2016. Texto completo no prelo.

4044A distância é contada, no diário, em milhas. Sem pretensões de exatidão nas medidas, uma milha holandesa equivalia a, mais ou menos, 5,3 km ou “uma hora de caminhada”, por volta de 1600. cf. a base de dados online sobre a navegação holandesa da Companhia das Índias Orientais, onde há uma

itinerário até as imediações da atual cidade de Garanhuns, em Pernambuco, nas nascentes do rio Mundaú. Ali o diário relata o encontro com três quilombos: um abandonado, pela insalubridade do local, já havia três anos, tinha meia milha de comprimento (em torno de 2,65 km); um segundo, parcialmente incendiado por expedição holandesa anterior; e o terceiro, chamado pelo capitão de “o Palmares grande de que tanto se fala no Brasil”, o qual foi atacado pela expedição. Entre os dois últimos quilombos, o diário fala em pequenos mocambos pelo caminho, a cada meia-hora.⁴⁰⁴⁵ O relato sugere que a localização dos redutos palmarinos mais interioranos já era bem conhecida em meados do século XVII.

Talvez por conta da localização mais tardia dos principais mocambos de Palmares, e do ataque final dos paulistas a Zumbi no quilombo do Macaco, ser de fato bem próxima ao litoral (a serra da Barriga começa a pouco mais de 50 quilômetros da atual Maceió), as terras palmarinas mais a oeste não haviam sido concedidas em troca dos serviços prestados na guerra. Porém, não por falta de pedidos.

Por volta de 1697, Domingos Jorge Velho, líder do terço paulista destacado para as guerras coloniais contra índios (no Rio Grande) e quilombolas (Palmares), almejou conquistar para si e seus homens algo em torno de “1060 léguas quadradas, que é todo o país que atualmente os negros ocupavam, e habitavam, e sujeitavam, e dominavam muitos mais, havendo-as eles [paulistas] conquistadas, e libertadas”. Buscou justificar o pedido de uma sesmaria descomunal (53 léguas de testada, por 20 de fundos, entre o rio Ipojuca e o sertão sul das Alagoas, e se aproximando do rio Ipanema, que fica a quase 130 km de distância da costa pernambucana à altura das Alagoas) alegando pedir em nome de mais de 1000 homens, que eram os seus comandados na guerra de Palmares. Vimos também que esta demanda do mestre de campo paulista foi frustrada, tendo a Coroa que mediar várias aspirações e demandas sobre as terras palmarinas, conforme a guerra foi chegando a seu ápice, com a morte de Zumbi, em 1695.

O próprio Jorge Velho confirma isto quando afirma, através da pena de seu procurador, Bento Sorriell Camilo, que o desembargador Cristóvão de Burgos Contreiras, do Tribunal da Relação da Bahia, detinha, em sesmarias, terras em “um quadro de trinta léguas”, desde a “nascença do rio [Mundaú] e daí quinze léguas para todas as quatro praias, em as quais se compreendem, todas quase, as terras a que chamam os Palmares, sem lhe haver custado mais que o pedi-las”. Ainda segundo o paulista, para legitimar sua posse, o desembargador teria mandado “um criminoso chamado Manoel de Souza” para fundar um pequeno curral (que ficaria conhecido como Fazenda do Burgo) na sesmaria, permanecendo a maior parte das terras incultas e despovoadas. Jorge Velho acusa o dito Manoel de Souza de ter saído fugido dos Campos de Garanhuns porque não mais conseguiu pagar a contribuição devida aos palmarinos para se manter na posse das terras.

No entanto, o pedido do mestre de campo é revelador de que, para além das áreas mais imediatas às vilas açucareiras, o sertão mais agreste da capitania também era reduto dos negros quilombolas, e suas terras eram, da mesma forma, alvo da cobiça dos terratenentes da região. Ele englobava terras dos chamados Campos dos Garanhuns e do sertão do Ararobá, no sopé da serra de mesmo nome, atual fronteira entre Pernambuco e Paraíba.

O bandeirante alegava que o imbróglio em torno do cumprimento do acordo selado entre os paulistas e o governo de Pernambuco, em 1687, se devia aos tentáculos políticos e

lista de medidas utilizadas à época, disponível (em holandês) em <<http://www.vocsite.nl/woordenlijst/navigatie.html>>, consultado em maio de 2016.

4045O diário foi extraído da coleção Brieven en papieren uit Brasilien (Cartas e papéis procedentes do Brasil) e traduzido por Alfredo de Carvalho. Faz parte da *Coleção José Hygino*, que se encontra no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Publicado pela primeira vez em “Diário da viagem do capitão João Blaer aos Palmares em 1645”. In: **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, Vol. X, n. 56, março de 1902, pp. 87-96.

jurídicos do desembargador Cristóvão de Burgos.⁴⁰⁴⁶ Tendo tomado conhecimento deste acordo e suas cláusulas quanto às terras tomadas aos negros quilombolas, o desembargador teria solicitado “a tempo nessa corte quem orasse em favor de sua ambiciosa pretensão, tanto contra a justiça, quanto mesmo sabe, pois é tanto ministro dela”. Sem acusar a Coroa de conivência com tal “injustiça”, os paulistas apelavam ao Rei enquanto juiz supremo, posto que na colônia não teriam condições de equidade no julgamento da questão. Mas apesar da deferência, ameaçavam: ou as pretensões do desembargador eram frustradas, ou sua majestade deveria encontrar outros para continuar a guerra de Palmares em seu lugar.⁴⁰⁴⁷

De fato, as terras conquistadas pelos paulistas nos Palmares nunca chegaram a adentrar os domínios do desembargador Burgos, tendo as concessões paulistas parado bem às suas portas, na atual fronteira entre os Estados de Alagoas e Pernambuco. Nas ribeiras dos rios Mundaú, Paraíba do Meio e Canhoto, no atual território pernambucano, se situava a maior parte da sesmaria do desembargador, a noroeste das concessões paulistas em Alagoas. Em 1671, aparentemente sem nunca ter pisado nas terras, o desembargador recebera esta sesmaria com mais seis pessoas: Maria de Burgos, Pedro Francisco da Fonseca, Belchior Soares, Manoel Ribeiro de Almeida, Francisco Ferraz de Souza e Vitoria de Souza, estes últimos possíveis aparentados do curraleiro Manoel de Souza, denunciado por Jorge Velho. O registro em Pernambuco aconteceu somente em outubro de 1678, ocasionado, talvez, por ter tido notícias das imensas sesmarias doadas na capitania de Pernambuco em decorrência da parcial vitória sobre Palmares, naquele ano – que significava, ao mesmo tempo, a possibilidade de finalmente poder usufruir de suas terras encrustadas no sertão dos Palmares, e o perigo de tê-las invadidas pelas novas concessões.⁴⁰⁴⁸ A primeira possibilidade acabou se realizando, como veremos adiante.

Em 4 de abril de 1678 há novo registro de sesmaria para a família Burgos em Pernambuco, ao longo do rio Pajeú e próximo à serra do Araripe, entre os concessionários figurando o próprio desembargador Cristóvão de Burgos e seus herdeiros, tocando a cada concessionário cinco léguas de terra.⁴⁰⁴⁹ Já Francisco Carlos da Silva localiza uma carta de sesmaria, de 5 de fevereiro de 1678, passada ao capitão-mor Dom Lourenço de Almeida, ao capitão Antônio de Burgos, João Ribeiro, ao capitão Antônio Miz. Pereira, Jerônimo de Burgos, Francisco de Sá de Farias, Manoel de Souza Ribeiro e Calixto Brás de Carvalho, que estariam “ocupadas e vizinhas dos negros dos Palmares e outras de muitas taperas e gentio

4046 Segundo Stuart Schwartz, Cristóvão de Burgos era o mais eminente juiz baiano na década de 1670. Senhor de engenhos por via de seu matrimônio com a viúva Helena da Silva Pimentel (da família baiana de grandes posses, Teles de Meneses), Cristóvão possuía grandes propriedades na ribeira do São Francisco, três engenhos no Recôncavo e cinco grandes partidos de cana. Apesar de tudo, morreu sem deixar descendência. Sobre as propriedades do magistrado, ver SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 227 e 253. Sobre as redes de relações estabelecidas entre o magistrado e a sociedade baiana colonial, cf. SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial.** A suprema corte da Bahia e seus Juizes: 1609-1751. São Paulo: Perspectiva, 1979.

4047 Estes três parágrafos estão baseados em trechos do “Requerimento que – aos pés de Vossa Majestade humildemente prostrado – fez em seu nome e em aquele de todos os oficiais e soldados do terço de Infantaria São Paulista de que é mestre, Domingos Jorge Velho que atualmente serve a Vossa Majestade na guerra dos Palmares contra os negros rebelados nas capitanias de Pernambuco” [1696-1697]. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Mocambos de Palmares: histórias e fontes (séculos XVI-XIX).** Rio de Janeiro: 7Letras, 2010, pp. 418-419 e 424.

4048 Graças ao trabalho do memorialista radicado em Garanhuns, Alfredo Leite Cavalcanti (1ª edição em dois volumes, 1968 e 1973), tive acesso à demarcação das terras do desembargador no sertão pernambucano. Livro de Autos do 2º cartório de Autos, do 1º cartório de Garanhuns, copiado do 7º Livro da Fazenda Real da capitania de Pernambuco, f. 138, 11 de outubro de 1678, *apud* CAVALCANTI, **História de Garanhuns**, 2ª ed. Recife: FIAM / Centro de Estudos de História Municipal, 1997, pp. 30-31.

4049 Estas terras eram relativamente distantes do Ararobá, a oeste, e tinham entre 35 e 50 léguas, visto que a carta é imprecisa. Cf. a carta de sesmaria resumida em **Documentação História Pernambucana**, v. 4, p. 91.

bravo, e outras desocupadas...”⁴⁰⁵⁰ Seriam quatro léguas de terra para cada concessionário em terras assumidamente ocupadas por quilombolas de Palmares, tribos de índios bravios e *muitas taperas*, isto é, propriedades destruídas e/ou abandonadas. Vê-se, assim, a capacidade de controle dos mecanismos de acesso à terra pela família Burgos, junto ao centro decisório colonial de Salvador.

Mas o alto sertão palmarino não era dominado apenas pelos Burgos. A noroeste da concessão do desembargador, ainda mais antiga, estava a sesmaria da família Aranha, encabeçada pelo mestre de campo Nicolau Aranha Pacheco. Nicolau Aranha, Antônio Fernandes Aranha, seu filho Ambrósio Aranha de Farias e o capitão Cosme de Brito Cação, receberam em 1658 e 1659, trinta léguas de terras em três lotes contíguos, dos campos de Garanhuns até o rio Ipanema, mais de sessenta quilômetros a oeste dos Palmares. Nicolau Aranha era militar condecorado, recebendo o hábito da Ordem de Cristo em 1647, pelos serviços prestados quando da invasão holandesa em Salvador e em Pernambuco; foi ainda sargento-mor da Bahia.

Em 1663, outra carta de sesmaria é passada à família Aranha Pacheco, no rio Ipanema, sertão pernambucano imediato aos Campos de Garanhuns. Todos sesmeiros alegavam ser herdeiros de Nicolau Aranha Pacheco, o que sugere a morte do Mestre de Campo antes de 1663. Os sesmeiros eram: Pedro Fernandes Aranha, primogênito de Nicolau Aranha Pacheco; sua mãe, Francisca de Sande; e Francisco Correia de Sande e Francisco de Abreu Araújo, que também alegavam ser herdeiros do casal Nicolau Aranha e Francisca de Sande, porém não são citados quando do inventário de Francisca de Sande, de 1702.⁴⁰⁵¹ A sesmaria pedida ao longo do rio começava nos limites das terras já possuídas pelos mesmos, por herança de Nicolau, e teria vinte léguas. No entanto, o provedor da Fazenda Real apenas confirmou a doação de duas léguas em quadra para cada um (totalizando oito léguas em quadra), citando dispositivo das Ordenações que limitava a concessão de sesmarias a cinco léguas para cada sesmeiro – aqueles já tinham três léguas cada um por herança. Esta carta faz referência a sesmaria anterior da família Aranha, confirmando sua extensão de dez léguas, no sertão do Ipanema.⁴⁰⁵²

O inventário de Francisca de Sande, cujo inventariante foi seu filho Pedro Fernandes Aranha, também faz referência a uma sesmaria do casal, não no sertão do Ipanema, mas especificamente nos Campos dos Garanhuns. Nele se declara a posse de uma sesmaria que não foi lançada em inventário porque não estava povoada e partida entre os mais heréus – isto é, entre os demais sesmeiros da mesma carta. Alega que por esta razão ainda não a poderia avaliar e dar ao inventário de bens, apenas declarando a posse da carta.⁴⁰⁵³ Indiretamente, então, podemos inferir os domínios sesmarias dos Aranha Pacheco no sertão dos Palmares, com uma documentação que circunda aquelas sesmarias conseguidas no final

4050SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **A Morfologia da Escassez**: crises de subsistência e política econômica no Brasil colonial (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790). Tese (Doutorado em História) – UFF: Niterói, 1990, p. 323.

4051APEB, Tribunal da Relação, Inventário de Francisca de Sande, 1702 – 01/199/351/01, f. 4.

4052Também não consegui localizar o texto de todas as doações a Nicolau Aranha e familiares. Cópia de uma delas estaria no Livro 38, fl. 31, do 2º Cartório de Garanhuns, *apud* CAVALCANTI, **História de Garanhuns...**, pp. 29-30. Outra, a sesmaria de 1663, que dá notícia das anteriores, está no Arquivo Nacional, Códice 427, fl. 13-14v. Talvez a sesmaria de Nicolau Aranha tenha sido recebida em função dos serviços prestados contra a invasão holandesa, no rio São Francisco, no comando de uma companhia de soldados, como documentado por MELLO, Evaldo Cabral. **Olinda Restaurada**. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630/1654. Rio de Janeiro: ed. Forense Universitária; São Paulo: EDUSP, 1975, pp. 210-211.

4053APEB, Tribunal da Relação, Inventário de Francisca de Sande, 1702 – 01/199/351/01, f. 47. Infelizmente, o volumoso documento de quase 200 fólios encontra-se em avançado estado de deterioração para se conseguir mais informações sobre a sesmaria herdada por Pedro Fernandes Aranha, seus irmãos e sobrinhos. O testamento de Pedro Fernandes Aranha (APEB, Tribunal da Relação, Testamento de Pedro Fernandes Aranha, 1748 – 4/1829/2300/11, 56f.) infelizmente está fora de uso no Arquivo Público da Bahia.

da década de 1650. É interessante notar que, em 1702, décadas após as doações, estes domínios eram tidos, pelo próprio herdeiro, como despovoados, portanto terras passíveis de serem ocupadas e pedidas em sesmarias por outrem.

Nicolau Aranha Pacheco e Cristóvão de Burgos Contreiras, senhores das sesmarias que encobriam o centro do sertão agreste da capitania de Pernambuco, eram ambos importantes figuras da administração portuguesa em Salvador. Não deve ser por acaso que suas terras se avizinham, dividindo os chamados campos de Garanhuns. Em 1659, ambos foram em missão oficial a Pernambuco, prender o governador da capitania de então, André Vidal de Negreiros.⁴⁰⁵⁴ Alguns anos mais tarde, o desembargador assinaria *Cristóvão de Burgos Pacheco e Contreiras* em uma solicitação ao Conselho Ultramarino.⁴⁰⁵⁵ Na década de 1670, os Burgos e os Aranha seriam sesmeiros de terras vizinhas no sertão pernambucano, não obstante as imensas datas estivessem sob o domínio dos negros quilombolas dos Palmares. Apesar de sesmeiros *de jure*, não lhes era possível exercer seus direitos de fato. É provável que tenham conseguido manter estes direitos graças a seus cargos e posições privilegiadas na administração colonial, até que pudessem finalmente começar a usufruir das rendas das terras.

Completando as concessões que dividiam a região centro-norte do sertão pernambucano, em 1671 seria concedida uma sesmaria ao norte das terras dos Burgos e dos Aranha, tendo como fronteira com estas basicamente o rio Canhoto. Esta era a sesmaria concedida ao capitão Bernardo Vieira de Melo, o velho (para diferenciar de seu filho homônimo), e seus associados, Antônio Pinto Pereira e Manoel Vieira de Lemos, nas chamadas terras do Opi, ou Jupi – nome que batizaria a primeira fazenda fundada na sesmaria. A carta fala em vinte léguas de terra entre o Jupi e a serra Tacoaty (Taquara), ao longo do rio Ipojuca, sem mais detalhes. Alfredo Cavalcanti, consultando os arquivos notariais de Garanhuns, afirma que as terras se estendiam, do sul ao norte, entre o rio Canhoto e a soppé da serra da Taquara (divisa com a Paraíba), e do leste ao oeste, entre as atuais cidades de Caruaru e Quipapá, seguindo as ribeiras dos rios Una, Canhoto e Ipojuca até as cabeceiras destes e do Ipanema.⁴⁰⁵⁶ A verdade é que, somente pela cópia da carta que chegou até nossos dias, é quase impossível traçar um perímetro, restando apenas as indicações do memorialista e seu cotejo junto ao documento.

Estas terras imediatamente abaixo da serra da Taquara e da serra do Ararobá, contígua à primeira, seriam conhecidas como o sertão do Ararobá, e esta sesmaria logo ficaria conhecida como a sesmaria do Ararobá, por se espriar pela quase totalidade daquele sertão. No entanto, as terras não foram passadas necessariamente de forma contínua pelas localidades mencionadas na carta. O documento deixa claro que os sesmeiros poderiam tomar aquelas léguas “em quadro, salteadas juntas ou apartadas como melhor lhes parecer e as acharem suficientes”. Recentemente, Carmen Alveal sugeriu que este detalhe da carta de sesmaria pode ter contribuído para agravar os conflitos em que se envolveria, futuramente, o filho do sesmeiro principal, o capitão Antônio Vieira de Melo, culminando com o sequestro das terras, em 1761.⁴⁰⁵⁷

4054Ver “1659, Maio, 30, Bahia. CARTA do mestre-de-campo Nicolau Aranha Pacheco ao rei [D. Afonso VI], informando da sua ida a Pernambuco, com o ouvidor-geral Cristóvão de Burgos, para prender o governador daquela capitania, André Vidal de Negreiros e do que fez e gastou de sua fazenda neste serviço. AHU_CU_005-02, Cx. 15, D. 1761.”

4055Ver “1682, Dezembro, 22, Lisboa CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente [D. Pedro], sobre requerimento do desembargador Cristóvão de Burgos Pacheco e Contreiras, solicitando se ponham em dia seus ordenados e de dois homens que o acompanharam, enquanto foi ouvidor-geral crime da Relação da Bahia. Anexo: aviso. AHU_CU_005-02, Cx. 26, D. 3133 - 3134.”

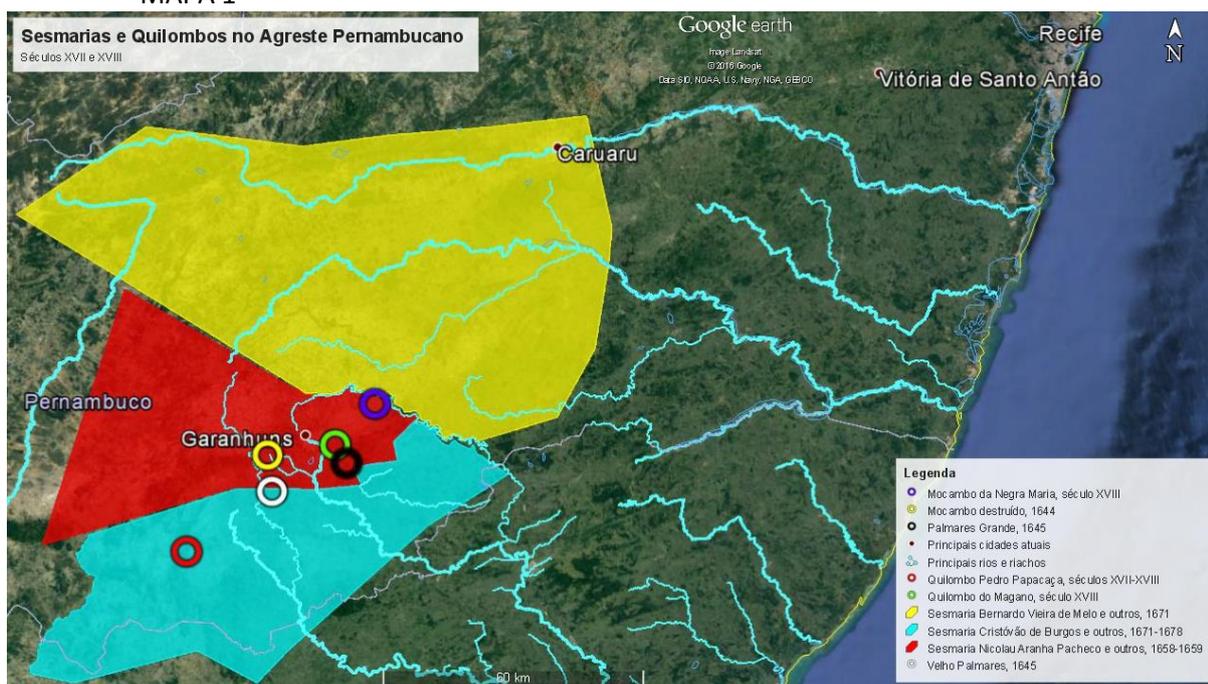
4056Ver a carta em **Documentação Histórica Pernambucana**. Sesmarias. Vol. 1. Recife: Imprensa Oficial, 1954, pp. 74-75. Também, Livro 16, f. 15v, do 2º cartório de Garanhuns, *apud* CAVALCANTI, **História de Garanhuns...**, p. 31.

4057Cf. ALVEAL, Carmen. “De senhorio colonial a território de mando: os acossamentos de Antônio Vieira de Melo no Sertão do Ararobá (Pernambuco, século XVIII)”. In: **Revista Brasileira de História**, vol. 35, n. 70, 2015, pp. 41-64. A documentação trabalhada por Alveal é o códice “1761, setembro, 4, Recife. OFÍCIO do [governador

Se utilizando de tática semelhante ao desembargador Burgos, parece que também Bernardo Vieira de Melo tentou garantir a efetividade da ocupação através do envio de um vaqueiro e alguns escravos, com gado, para a fundação do sítio ou fazenda do Jupí, às margens dos rios Canhoto e da Chata – atualmente existe o município de Jupí no local. Não é possível dizer ao certo quando esta fundação ocorreu, podendo inclusive ter sido anterior ao pedido de sesmaria. Fato é que, assim como nas terras e sítios das outras referidas sesmarias do sertão palmarino, os esforços de ocupação efetiva foram frustrados pela resistência quilombola e pelo recrudescimento da guerra de Palmares, a partir da década de 1670.

Abaixo podemos ver as três grandes sesmarias que ocupavam os Garanhuns e o Ararobá e a localização de alguns dos quilombos palmarinos da região, entre os séculos XVII e XVIII:

MAPA 1⁴⁰⁵⁸



Estas eram as terras antes dominadas pelos negros palmarinos, a noroeste das Alagoas, e que tanto cobijou Domingos Jorge Velho. O fato de estarem quase totalmente abandonadas quando das guerras contra Palmares alimentou a esperança do sertanista, mas os interesses das famílias das vilas litorâneas, muito mais próximas dos centros decisórios da colônia prevaleceu sobre as demandas paulistas. Os mecanismos políticos acionados por estas famílias para garantirem sua preeminência nos domínios não são muito claros. Temos notícias das relações entre os Burgos e Aranhas, da Bahia (como já dito acima), e notícias das relações mais próximas entre os Vieira de Melo e o terço paulista, que viria ser comandado por Bernardo Vieira de Melo, o moço (filho do sesmeiro do Ararobá), após a morte de Jorge Velho, por volta de 1700.⁴⁰⁵⁹ Talvez esta relação de comando entre o sargento-mor do terço

da capitania de Pernambuco], Luís Diogo Lobo da Silva, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre as queixas feitas pelos moradores do sertão de Ararobá contra Antônio Vieira de Melo, fugitivo da praça do Recife, relativas as irregularidades em atribuir sesmarias.", AHU_CU_015, Cx. 96, D. 7571. Este conjunto de documentos é analisado por nós em capítulo específico da tese ora em desenvolvimento.

4058Fonte: **Documentação Histórica Pernambucana**, 1954, vol. 1, pp. 74-75; CAVALCANTI, **História de Garanhuns**, pp. 29-31, et passim; "Diário da viagem do capitão João Blaer aos Palmares em 1645". In: **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, Vol. X, n. 56, março de 1902, pp. 87-96.

4059A biografia de Bernardo Vieira de Melo está espalhada por diversos trabalhos e documentos. Entre outros, para a folha de serviços prestados por Bernardo Vieira de Melo na colônia, até 1704, ver

Bernardo Vieira e seus comandados tenha a ver com a resolução final quanto as sesmarias paulistas nos Palmares: nenhuma das sesmarias concedidas no século XVIII aos combatentes adentrou aquelas terras já concedidas no Ararobá e nos Campos dos Garanhuns. Segundo as petições de Domingos Jorge Velho, estas terras teriam sido possuídas apenas de jure, porém não de fato pelos seus sesmeiros originais – pelo menos não integralmente –, constituindo sesmarias que poderiam ser pedidas por outrem por não atenderem às condições de povoamento e cultivo.⁴⁰⁶⁰ Ainda assim, os paulistas não mais pediram-nas ao rei, limitando-se os pedidos às terras do termo das vilas de Alagoas, Porto Calvo e Serinhaém. Ao que parece, após a morte de Domingos Jorge Velho e a concessão das primeiras sesmarias aos oficiais de alta-patente paulistas, ainda em 1702, próximas ao litoral⁴⁰⁶¹, selou-se algum tipo de acordo em torno das terras do Ararobá e Garanhuns, que ficariam de fora dos pedidos de sesmarias paulistas. Como veremos à frente, também não era inteiramente verdade que as terras não eram aproveitadas, sendo mais plausível, segundo a documentação apurada, que mocambos, sítios e fazendas dividissem, de alguma forma, o espaço e seus recursos naturais e humanos, estabelecendo relações tensas e conflituosas.

Povoamento e propriedade na primeira metade do século XVIII

A partir do arrefecimento das hostilidades com os negros palmarinos em fins do século XVII, os Campos dos Garanhuns e o sertão do Ararobá teriam começado a ser ocupados. As três grandes sesmarias doadas ainda naquele século seriam divididas em diversos sítios e fazendas, através de contratos agrários (“vendas”, aforamentos, etc.) acerca dos direitos das terras outrora abandonadas em função do perigo dos mocambos. Segundo Cavalcanti, os sítios e fazendas organizados nas sesmarias da chamada Capitania do Ararobá (que integrava os campos dos Garanhuns e o sertão do Ararobá sob a vigilância de um comandante militar ou capitão-mor) eram tão vastos que, “à medida que a população ia aumentando, no território de cada um deles se organizaram dezenas e até centenas de outros sítios, conforme a fertilidade do solo.”⁴⁰⁶² Este processo de subdivisão dos grandes domínios sesmarias teve início na primeira década do século XVIII, com a chegada de diversos grupos familiares que ocupariam o chão de terras das sesmarias.

Nicolau Aranha Pacheco morreria entre 1663 e 1670, deixando a sua viúva e filhos o domínio da parte de sua sesmaria nos Campos dos Garanhuns. Segundo registros do 2º Cartório de Garanhuns, apurados por Alfredo Cavalcanti, em 1705 o tenente-coronel Manoel Ferreira de Azevedo e sua mulher Simoa Gomes de Azevedo, compraram a João da Rocha

“CARTA PATENTE do rei D. Pedro II, confirmando Bernardo Vieira de Melo no posto de capitão-mor da vila de São Cosme e Damião e de todo distrito e jurisdição da capitania de Igaracú.” AHU_CU_015, Cx. 15, D. 1556. Publicado também em GOMES, **Macambos de Palmares**, pp. 464-466. A genealogia da família está na *Nobiliarchia* de Borges da Fonseca, já citada. Sobre sua atuação no Rio Grande, na Guerra dos Bárbaros, PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros*. São Paulo: HUCITEC, 2002; SILVA, Tyego F. **A Ribeira da Discórdia: terras, homens e relações de poder na territorialização do Assu colonial (1680-1720)**. Dissertação (Mestrado em História) – UFRN, Natal, 2015, pp. 79-84 e 143. Sobre seu papel no levante mazombo de 1711 e a acusação de assassinato do Morgado do Cabo de Santo Agostinho, ver MELLO, **O Nome e o Sangue**, PARTE I, cap. II; e MELLO, Evaldo Cabral. **A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715**. São Paulo: Editora 34, 2003, p. 376.

⁴⁰⁶⁰Para o conjunto da legislação que regulava as sesmarias na colônia, ver NOZOE, Nelson. “A aplicação da legislação sesmarial em território brasileiro”. In: **Estudios Historicos** – CDHRPyB – Año VI – Julio 2014 – Nº 12, 26p. E para o descompasso entre legislação e prática, VARELA, Laura Beck. **Das Sesmarias à Propriedade Moderna: Um estudo de História do Direito Brasileiro**. Rio de Janeiro; São Paulo; Recife: Renovar, 2005.

⁴⁰⁶¹Me refiro, especificamente, a sesmaria do sargento-mor paulista Cristóvão de Mendonça Arrais, no médio para o baixo curso do rio Una, no termo da vila do Porto Calvo. cf. **Documentação Histórica Pernambucana**, vol.1, pp. 97-98.

⁴⁰⁶²CAVALCANTI, **História de Garanhuns**, p. 52.

Vieira a antiga Fazenda do Garcia.⁴⁰⁶³ Esta teria sido fundada nos primórdios da sesmaria e destruída com a guerra de Palmares. Com as vitórias paulistas, os mocambos de seu entorno são desfeitos e abandonados, e a fazenda volta a ter alguma prosperidade, a ponto de ser comprada em 1705. Há indícios de que a antiga Tapera do Garcia já havia se transformado em um povoado, o sítio do Garcia, ou povoação do Ararobá, em 1711.⁴⁰⁶⁴ Portanto, mesmo antes da chegada de Antônio Vieira de Melo ao Ararobá e às terras de seu pai, as povoações cresciam nas gigantes sesmarias vizinhas, ao sul, em Garanhuns.

É importante discutir o significado destas “vendas” de terras na sesmaria da família Aranha – o que também é válido para todas as outras que apresentaremos adiante. Como dito acima, a chamada fazenda do Garcia fora fundada por um foreiro de Nicolau Aranha, Antônio Garcia. Este teria fugido das agitações causadas pela guerra de Palmares, ainda no século XVII. Quando em 1705 Manoel Ferreira de Azevedo aparece como comprador da fazenda, segundo apurado por Cavalcanti, quem vende é um tal João da Rocha Vieira. Aqui, a “venda” pode se referir a um tipo de contrato agrário de cessão de direitos sobre o chão de terra em questão, o que poderia prever a continuidade do pagamento do foro a família Aranha Pacheco pelos novos “compradores”.

Recentemente, Rui Santos buscou criar uma pequena tipologia dos contratos agrários do Antigo Regime português, e sua relação com a estratificação social de então. Escreve ele que o arrendamento de pastos era um contrato geralmente de curta duração (uma estação), onde o rendeiro adquiria somente o direito de apascentar determinada quantidade de gado na terra do senhorio, “que podia ser ele próprio um rendeiro que subarrendava pastos”. O interessante é que, por vezes, a documentação notarial portuguesa registra este contrato como “‘venda’ dos pastos, das ervas ou do montado”, empregando um termo que nada tem a ver com a “venda” de propriedades territoriais consagrada no atual ordenamento jurídico liberal.⁴⁰⁶⁵ Seria o caso das vendas de terras que se verificou nas sesmarias do Ararobá e Garanhuns? Não há ainda evidências de que esses contratos fossem temporários, pelo contrário, uma das “vendas” fala em “de hoje para sempre”, a respeito de sítios de terras na sesmaria dos Burgos, que veremos a seguir. No entanto, é de se notar que a principal atividade-fim das terras adquiridas na região era a criação de gado e o arrendamento de pastos. Será que este contrato tomou feição novo na colônia, abarcando grandes quantidades de terra, em caráter perpétuo, com pagamento único ou anual? A “venda de pastos, ervas ou montado” por aqui pode ter se convertido em aforamento ou arrendamento de sítios para criação de gado, cujos contratos guardavam especificidades próprias da situação de colonização e grande oferta de terras da América portuguesa – período de vigência alargado ou mesmo perpétuo e vastas quantidades de terras, cujos proprietários diretos, muitos absenteístas, estavam sob o risco do comisso (em caso de sesmarias) ou do apossamento por terceiros. Portanto, os termos “compra” e “venda” serão aqui utilizados seguindo os registros encontrados nas fontes e nos memorialistas, tendo sempre esta perspectiva acima em mente.

4063 Toda a bibliografia consultada afirma que esta fazenda foi fundada por um preposto do sesmeiro Nicolau Aranha, de nome Antônio Garcia, que teria sido seu foreiro ainda na década de 1660. A fazenda, batizada pelo seu sobrenome, teria sido destruída pelos negros quilombolas, passando a ser conhecida como Tapera do Garcia. “Tapera” era vocábulo comum à época para designar local ou sítio abandonado. PEREIRA DA COSTA, Francisco A. **Anais Pernambucanos, 1834-1850**. 10 volumes. Recife: Fundarpe, 1985, vol. VII, p. 71.

4064 BARBALHO, Nelson. **Cronologia Pernambucana: subsídios para a História do Agreste e do Sertão – de 1698 a 1712**. Vol. 6. Recife: Centro de Estudos de História Municipal / FIAM, 1982, pp. 192-193.

4065 Ver SANTOS, Rui. “Direitos de propriedade fundiária e estratificação social rural: um contributo sociológico.” In: GARRIDO, Álvaro; COSTA, Leonor F.; DUARTE, Luís Miguel (Orgs.) **Estudos em homenagem a Joaquim Romero de Magalhães: economia, instituições e império**. Coimbra: Almedina, 2012, pp. 287-288.

Em 1718, o mesmo Manoel Ferreira de Azevedo comprou o sítio ao leste do Garcia, chamado sítio do Flamengo⁴⁰⁶⁶, às margens do rio Canhoto e vizinho a sesmaria dos Burgos, através de escritura pública passada na Vila de São Francisco da Barra, no Sergipe do Conde. Após a morte do coronel, em 1729, sua viúva vendeu este sítio e outro já surgido dentro do mesmo território, o do Tigre, aos padres da Congregação de São Felipe Neri. Já a Fazenda do Garcia daria origem aos sítios Olho d'Água, Brejo, Várzea, Cego, Quilombo, Guaribas, São Vicente, Paulista e Columin, divididos entre os herdeiros do casal Azevedo, alguns vendidos a terceiros posteriormente.⁴⁰⁶⁷

A família Azevedo tinha boas relações com seus vizinhos sesmeiros, os Vieira de Melo. Em 1725, Manoel Ferreira de Azevedo e Simoa Gomes de Azevedo nomeariam como procuradores do casal no Ararobá o capitão Antônio Vieira de Melo (que assinou o documento a pedido de Simoa Gomes, que era analfabeta), o padre João Ferreira, da Congregação de S. Felipe Neri, o coronel Manoel Monteiro da Rocha (que fora Juiz Ordinário do Ararobá em 1721 e voltaria a servir no mesmo cargo posteriormente), e o capitão Feliciano de Sousa Caldas.⁴⁰⁶⁸

Outro grupo familiar importante que chega a região de Garanhuns e Ararobá são os Vaz da Costa. O português Antônio Vaz da Costa arrematou em hasta pública, no Recife pouco depois de 1710, o sítio do Buraco, grande porção de terras que havia sido doada a Gabriel de Brito Cação, filho de Cosme de Brito Cação, um dos sesmeiros na carta de sesmaria dos Aranha Pacheco. Casado com Luísa Dantas Soares, o casal teve oito filhos, todos os quais seriam herdeiros de novos sítios fundados no território do Buraco, como o Cágados, o Borges, o Araçá e o Brejo das Flores. Estas terras confrontavam com os sítios Fojos, Saco, Garcia e Sambaíba, todos na sesmaria dos Aranha.

Através de alguns casamentos, a família Vaz da Costa estabeleceu relações com outras famílias importantes da região. Maria da Costa Soares, filha do casal Antônio Vaz da Costa e Luísa Dantas Soares, casou-se com o alferes Veríssimo Caetano de Amorim⁴⁰⁶⁹, e eram moradores no sítio do Buraco ainda em 1761. Outra filha, Cipriana Dantas da Costa, casou-se com Antônio Anselmo da Cruz Vilela, herdeiro de Manoel da Cruz Vilela, português que adquiriria direitos, por compra, sobre quase toda a sesmaria dos Burgos.⁴⁰⁷⁰

Também a sesmaria do desembargador Burgos começa a ser repartida e ocupada, a partir da segunda década do XVIII. Em 1712, o português Manoel da Cruz Vilela compra ao herdeiro Jerônimo de Burgos de Souza e Eça as três grandes fazendas que compunham os domínios da sesmaria dos Burgos, nos campos dos Garanhuns: a fazenda dos Burgos, ou Nossa Senhora do Desterro; a Queimada dos Porcos, ou sítio Conceição; e a fazenda Papacaça, no local onde havia sido destruído o reduto palmarino conhecido por quilombo de Pedro Papacaça. Em 1724 compraria também o sítio Sambaíba, na sesmaria dos Aranha, logo ao norte de sua fazenda Queimada dos Porcos, para onde transferiria sua residência. Morreria assassinado em 1729, deixando com o filho José Pereira da Cruz Vilela, solteiro, a administração da maior parte do patrimônio, junto de sua viúva, Maria Pereira Gonçalves.⁴⁰⁷¹

4066 Parece ter recebido este nome em função de ter sido o local onde alguma expedição holandesa aos Palmares estacionara durante a marcha. cf. CAVALCANTI, **História de Garanhuns**, pp. 42-43.

4067 CAVALCANTI, **História de Garanhuns**, pp. 39-44, 54.

4068 Ver a transcrição da procuração, sem data, em, BARBALHO, Nelson. **Cronologia Pernambucana: subsídios para a História do Agreste e do Sertão – de 1713 a 1750**. Vol. 7. Recife: Centro de Estudos de História Municipal / FIAM, 1983, pp. 88-91.

4069 Veríssimo vendeu o sítio Borges em 1784. Também coubera a sua mulher o sítio Cágados, também vendido posteriormente. BARBALHO, **Cronologia Pernambucana**, vol. 7, p. 51. CAVALCANTI, **História de Garanhuns**, p. 59-60.

4070 BARBALHO, **Cronologia Pernambucana**. Vol. 6, p. 177-178; vol. 7, pp. 50-51 e Vol. 8, pp. 45-49. Para a sucessão dos sítios fundados sobre a herança de Antônio Vaz da Costa, ver os documentos do 2º Cartório de Garanhuns, em CAVALCANTI, **Historia de Garanhuns**, pp. 58-60.

4071 BARBALHO, **Cronologia Pernambucana**. Vol. 6, pp. 124-127, 212-216; CAVALCANTI, **História de Garanhuns**, pp. 44-46; 65-76 para os diversos sítios fundados sobre o patrimônio da família Cruz Vilela ao longo do século XVIII; 366 e 379 para a genealogia.

Já a sesmaria do Ararobá, herdada por Antônio Vieira de Melo, constitui um caso à parte sobre as terras conquistadas aos negros dos Palmares, posto que o volume de evidências disponível sobre este sesmeiro e suas terras é muito superior aos outros casos aqui tratados. Houve nos sítios Jupi e Mimoso as primeiras tentativas de aproveitamento da terra pela família Vieira de Melo, mas sem muito sucesso devido aos embates com os palmarinos. Após este momento crítico e a chegada definitiva de Antônio Vieira de Melo ao sítio do Jupi, este logo começou a subdividir a terra, fundando sítios e fazendas que ficariam a cargo de familiares e amigos.

Segundo afirmava o coronel e Juiz Ordinário da capitania do Ararobá, Manoel Monteiro da Rocha⁴⁰⁷², em 1721, a data de terra herdada por Antônio Vieira de Melo de seu pai “compreende boa parte do distrito”. Confirmava que graças ao herdeiro floresciam agora no sertão do Ararobá muitas povoações, fundadas ao longo dos caminhos abertos pelas matas das ribeiras dos rios, que rendiam, via dízimo, rendas vultuosas à Coroa. Já a certidão juramentada de João de Oliveira Neves, capitão-mor do Ararobá, também em 1721, garante que Antônio Vieira de Melo fez todos os melhoramentos nas terras de sua sesmaria às custas de sua própria fazenda. Ambas as certidões foram oferecidas, em 1761, como prova de fiança da alegação dos herdeiros de Antônio Vieira de Melo de que possuíam seus sítios, reclamados por terceiros, em boa fé e com títulos autênticos, pois seu pai havia povoado e cultivado as terras às suas custas.⁴⁰⁷³

Para Manoel de Araújo Cavalcante⁴⁰⁷⁴, padre e vigário no Ararobá, a abertura de caminhos e estradas tornou possível o trabalho de evangelização dos párocos da freguesia. Teria feito tudo de maneira desinteressada e às próprias custas, por ser muito católico⁴⁰⁷⁵ e zeloso do sossego dos povos e do bem comum, recomendando sua majestade dê a Antônio Vieira todas as honras que for servido dar, por se mostrar merecedor.⁴⁰⁷⁶ Antônio Vieira ergueu uma capela dedicada à Nossa Senhora do Rosário, em seu sítio do Jupi, onde o mesmo pároco celebrou missa muitas vezes, com patrimônio assentado no mesmo sítio de 6\$000 anuais para os paramentos da igreja. Possivelmente esta soma era cobrada anualmente dos moradores.⁴⁰⁷⁷

Em 1730, o sesmeiro teria doado a seu amigo e vaqueiro Antônio Fagundes Bezerra a fazenda Cachoeira Grande, para com ela dotar sua filha, Maria Inácia Bezerra, que se casaria com João Brandão de Sobral. Em 1734 a fazenda entraria com o valor de 600\$000 no dote

4072Capitão-mor do Ararobá já em 1727, segundo PEREIRA DA COSTA, op. cit. v. 5, p. 239. Senhor dos sítios Cachoeira e Pannels, nos campos do Buíque, na sesmaria dos Aranha no rio Ipanema, desde o início do século XVIII. Casado com Francisca Leite de Oliveira, cunhado do capitão Manoel Leite da Silva, que viria a ser capitão de cavalos e comandante do Ararobá em 1760. cf. BARBALHO, **Cronologia Pernambucana**, Vol. 7, p. 113.

4073“Documentos e notas que ao Instituto Arqueológico e Geográfico oferece J. D.” in: GONSALVES DE MELLO, José Antônio. **O Diário de Pernambuco e a história social do Nordeste 2**. Recife: Ed. O Cruzeiro S. A., 1975, pp. 776-777. Segundo a escritura de dote da Fazenda N. S. do Ó, Antônio Vieira de Melo dividiria com seis irmãos a sesmaria herdada do pai, porém sendo ele o principal “cultivador e administrador” das terras. cf. CAVALCANTI, **História de Garanhuns**, p. 48.

4074Segundo Nelson Barbalho, o padre Manoel de Araújo Cavalcante era irmão de Maria de Araújo Cavalcante de Albuquerque, casada com seu primo, o capitão e juiz ordinário do Ararobá, futuro comandante, Manoel Leite da Silva. BARBALHO, **Cronologia Pernambucana**, Vol. 7, pp. 99 e 120.

4075Segundo Borges da Fonseca, Antônio Vieira de Melo seria Familiar do Santo Ofício, em 1748. cf. BORGES DA FONSECA, **Nobiliarchia Pernambucana**. Vol. 1, p. 67.

4076Ver a certidão do padre, de 1729, em “Documentos e notas...”, 1975, pp. 764-765.

4077Segundo seu testamento, de 1764 ou 1774. O manuscrito se encontra no Arquivo do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, série Manuscritos – 6 – 1774, com a seguinte anotação à capa do maço: “Testamento de Antônio Vieira de Melo, filho de Bernardo Vieira de Melo, e irmão do sargento-mor dos paulistas Bernardo Vieira de Melo, o herói de 1710.” Boa parte do manuscrito foi transcrita por Nelson Barbalho, excetuando-se as partes já deterioradas do documento. cf. BARBALHO, **Cronologia Pernambucana**, v. 8, p. 199.

de 3 mil cruzados de Maria Inácia.⁴⁰⁷⁸ A fazenda perde valor com o tempo. O inventário de João Brandão de Sobral, de 1774, declarava a fazenda da Cachoeira Grande, avaliada em 500\$000, com casas avaliadas em 19\$000 no mesmo sítio, e outras três casas velhas, sem portas, avaliadas em 3\$200. O casal possuía ainda 600 cabeças de gado vacum, avaliadas em 960\$000, 16 escravos, cuja soma dos valores chegava a 934\$000, entre outros bens.⁴⁰⁷⁹

A viúva do amigo e vaqueiro Antônio Fagundes Bezerra, Maria da Conceição, compraria em 1751 a fazenda Cachoeirinha, de Antônio Vieira de Melo, vizinha à Cachoeira Grande de sua filha e genro.⁴⁰⁸⁰ Este sítio seria avaliado em 200\$000, no sequestro dos bens que a Fazenda Real manda fazer contra Antônio Vieira de Melo, em 1761.⁴⁰⁸¹

Outra das primeiras fazendas fundadas por Antônio Vieira foi a de Nossa Senhora do Ó, em 1735, com o objetivo específico de arrolá-la no dote de sua filha, Josefa Maria do Ó, para seu casamento com o coronel Cristóvão Pinto de Almeida – que seria denunciado pelos moradores do Ararobá junto com seu sogro cinco anos depois.⁴⁰⁸² O sítio, de grandes dimensões segundo a demarcação do dote, era avaliado em 600\$000 na mesma escritura, transcrita na íntegra por Alfredo Leite Cavalcanti. Nem mesmo uma casa é mencionada nesta fazenda. É possível que a extensão de terras em si não tivesse um valor intrínseco, mas sim fosse dotada de valor com a vinculação a ela de outros bens, como gado e escravos. Da mesma forma, a valoração dos sítios e fazendas também devia depender do grau de desenvolvimento da povoação do local, isto é, número de moradores – que poderiam vir a pagar foro a quem detivesse o domínio jurídico sobre o chão –, ocupantes dos logradouros para a circulação do gado, currais e roças, etc. O valor não tem a ver exatamente com a extensão das terras, mas sim com a inversão de trabalho, a quantidade de braços que trabalham a terra em determinado local – estes poderiam ser escravos ou livres.⁴⁰⁸³

Segundo a relação escrita a mando do governador D. Marcos de Noronha, “Descrição de Pernambuco com parte da sua história e legislação até o governo de D. Marcos de Noronha”⁴⁰⁸⁴, a freguesia do Ararobá, por volta de 1746, contava com com três aldeias de missão indígena, com aproximadamente 1147 pessoas. Possuía também uma Igreja Matriz de Santo Antônio, cujo cura era o padre Martinho Calado Bittencourt, contando a freguesia com três capelas e dois clérigos, responsáveis pelo serviço religioso de uma população aproximada de 904 “pessoas de comunhão”, divididas em 169 fogos – uma média de pouco mais de cinco habitantes para cada moradia ou família. O capitão de Ordenanças Manoel Monteiro da Rocha era autoridade militar máxima na freguesia, e contava com 58

4078 Livro 38, fl. 11 – 2º Cartório de Garanhuns, *apud* CAVALCANTI, **História de Garanhuns**, p. 47.

4079 Cf. o testamento (1771) e o inventário (1774) em MJ-TJPE, Fundo Comarca de Garanhuns, Cx. 2613, CR – Homicídio, 1771.

4080 Ver a demarcação da fazenda em 2º Cartório de Garanhuns, Livro 38, fls. 65, *apud* CAVALCANTI, **História de Garanhuns**, p. 48-49.

4081 cf. “Documentos e notas...”, 1975, p. 772.

4082 CAVALCANTI, **História de Garanhuns**, pp. 47-48. O dote era composto por cinco cativos, somando 680\$000; vinte éguas com valor de 6\$000 cada uma, totalizando 120\$000; oito potros e quatro cavalos de serviço no valor de 100\$000; e “mais duzentas vacas entre grandes e pequenas, mais cem machos na mesma forma, o qual dito gado está situado no sítio Nossa Senhora do Ó, que fica na beira do rio Una”. O gado deveria somar, a 1\$600 a cabeça, 480\$000.

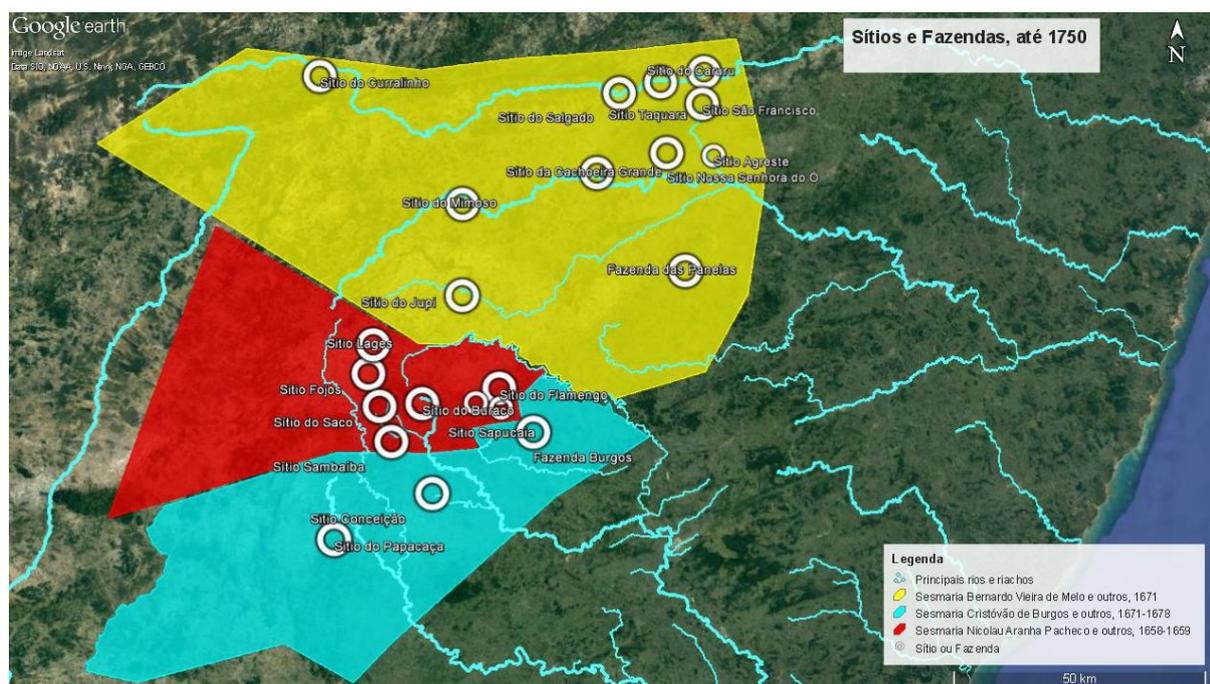
4083 Concordo aqui com as conclusões de Ciro Cardoso em estudo clássico, onde defende que “o preço de compra de uma propriedade territorial pode dar a impressão de ser o seu ‘valor’, trata-se, porém, de uma falsa categoria, pois a terra não é produto do trabalho e carece portanto de valor (...) De fato, o preço de compra não é da terra em si, e sim da renda do solo que ela permite auferir...” CARDOSO, Ciro. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 54. Ver também SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **Camponeses e criadores na formação social da miséria: Porto da Folha no sertão do São Francisco (1820-1920)**. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 1981, p. 84.

4084 Publicada em parte pela *Revista do IHGB*, vol. XII. cf. BARBALHO, Nelson. **Cronologia Pernambucana: subsídios para a História do Agreste e do Sertão – de 1713 a 1750**. Vol. 7. Recife: Centro de Estudos de História Municipal / FIAM, 1983, p. 208-216.

homens na companhia de Ordenanças e 108 nas duas companhias de cavalos, totalizando 166 soldados e oficiais.

Estas informações são confirmadas também na coletânea de documentos da capitania de Pernambuco “Informação Geral da Capitania de Pernambuco, 1749”, que recompila a Relação de 1746, acrescentando vários documentos da administração colonial local. Ainda segundo o documento, a Congregação de São Felipe Neri, que detinha as terras do sítio do Flamengo, comprado à viúva Simoa Gomes de Azevedo, obtinha de rendimentos anuais dos sítios que detinham no sertão a soma de 100\$000, bem menor que outras rendas da Congregação registradas em 1749, como as esmolas recebidas em missas (1:000\$000) e o arrendamento de casas no Recife (1:200\$000).⁴⁰⁸⁵ O mesmo valor, 100\$000, era o montante alegado por Antônio Vieira de Melo gasto anualmente na manutenção e melhoramento de seus domínios no Ararobá, em 1755, num patrimônio de 27 sítios, gado e escravos, que somaria, em 1761, 7:950\$380.⁴⁰⁸⁶

MAPA 2⁴⁰⁸⁷



Esta seria então a configuração do cenário do sertão do Ararobá e Garanhuns na primeira metade do século XVIII. Até 1750, a quantidade de sítios e fazendas encontrados nas três grandes sesmarias é relativamente pequena: em torno de onze, na sesmaria dos Vieira de Melo; nove, na sesmaria da família Aranha; e apenas três, na sesmaria da família Burgos – ver o mapa acima. Até o início do século XIX, este número chegaria a, mais ou menos, 123 sítios, fazendas e quinhões de terras, a partir do desmembramento dos primeiros e maiores sítios por arrendamentos, dotes, partilhas, etc. – dadas as limitações deste texto, este desdobramento fica para um próximo trabalho.

Conclusões

O presente texto buscou explicitar o processo de ocupação daquela região, também conhecida como Campos de Garanhuns e sertão do Ararobá, que constituía o coração das antigas terras dominadas pelos quilombolas de Palmares. Vimos que, enquanto a guerra contra os quilombos perdurou, o domínio sobre o chão ficou, de fato, em poder dos

4085 “Informação Geral da Capitania de Pernambuco, 1749”. In: **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, vol. XXVIII, 1906, pp. 413, 417-418, 429; e CAVALCANTI, **História de Garanhuns**, pp. 52-53.

4086 “Documentos e notas...”, 1975, pp. 769 e 774.

4087 Fonte: Arquivo Nacional, Códice 427, fl. 13-14v; **Documentação Histórica Pernambucana**, 1954, vol. 1, pp. 74-75; CAVALCANTI, **História de Garanhuns**, pp. 29-51.

palmarinos, permanecendo as terras fora do poder dominial exercido pelos sesmeiros. Estes detinham o domínio apenas juridicamente, amparados pela carta de sesmaria, mas não puderam usufruir de seus direitos, leia-se a cobrança de rendas, até que as hostilidades entre bandeirantes e quilombolas chegassem a um fim, já na primeira metade do século XVIII.

Indo além da carta de sesmaria, e sua consequente jurisdição territorial, foi possível encontrar arranjos contratuais entre alguns dos atores envolvidos na ocupação do pós-guerra. As “vendas” de pastos, sítios e fazendas de criação eram a principal forma de usufruir dos direitos de propriedade advindos daquelas sesmarias. Também as doações de fazendas e sítios a familiares e aliados foi parte da estratégia de tentativa de consolidação do domínio dos sesmeiros, especialmente no caso da sesmaria dos Vieira de Melo. Estes locais eram enormes faixas de terra, na primeira metade do século XVIII, arrendadas a um titular (por vezes, subarrendadas) que auferia a renda da terra do conjunto de seus moradores. Uma forma de propriedade típica do antigo regime, onde o domínio territorial era dividido entre diversos agentes, estruturados em uma hierarquia possessória que, mais uma vez recorrendo ao trabalho de Rui Santos⁴⁰⁸⁸, muito poderia dizer sobre a estratificação social local: sesmeiros, arrendatários criadores de gado e grandes lavradores, ocupando as melhores terras, e exercendo um maior espectro de direitos possessórios; e pequenos posseiros, vaqueiros, roceiros e escravos, todos ocupando seu lugar determinado na hierarquia possessória, e buscando resguardar seus diminutos direitos sobre o pedaço de chão que lhe tocasse.

SEXUALIDADE E PODER NA AMAZÔNIA: FRANCISCO SERRÃO, JOAQUIM ANTÔNIO E OUTRAS HISTÓRIAS(1750-1777)⁴⁰⁸⁹

*Filipe Santos das Mercês*⁴⁰⁹⁰
filipemercês@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo apresentar parte da pesquisa *Sexualidade e poder na Amazônia: Francisco Serrão, Joaquim Antônio e outras histórias(1750-1777)*, discutindo manifestações dos marcadores sociais e culturais presentes nas práticas sexuais, sobretudo entre senhores e escravos, evidenciando a inquisição enquanto instituição de controle moral e também as vicissitudes do desejo e das condições sociais dos envolvidos em práticas sexuais que manifestam a diversidade da sexualidade vivida na Amazônia colonial. A metodologia se baseia na redução da escala de análise, focando na denúncia de Joaquim Antonio contra Francisco Serrão para a inquisição, feita em 1767. Serrão foi acusado, pelo seu próprio escravo, de forçar dezoito de seus escravos ao crime nefando. A análise evidencia as relações entre práticas sexuais e posições sociais, abordando questões de gênero e de poder, as estratégias de subversão da norma pelo desejo e subversão de hierarquias pela capacidade de agência dos indivíduos. Utiliza-se da alternância de escala de análise, comparando o caso estudado a outros processos inquisitoriais na Amazônia e no Brasil. Esta alternância também visa compreender a diversidade das perspectivas sobre a sexualidade a

4088 SANTOS, “Direitos de propriedade fundiária e estratificação social rural”, pp. 283-4. Ver quadro na página 285.

⁴⁰⁸⁹ O presente trabalho foi possibilitado por parte da pesquisa para a dissertação no âmbito do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará - PPHIST/UFPA, sob orientação do professor Antônio Otaviano Vieira Júnior, e apoio do grupo de pesquisa “população, família e migração na Amazônia” – RUMA.

⁴⁰⁹⁰ Mestrando em história - Universidade Federal do Pará

partir de aspectos culturais distintos (vindos da África, da Europa ou mesmo da própria Amazônia, heterogêneos desde lá) que dialogam entre si no Estado do Grão-Pará e Maranhão de 1750 até 1777. Neste sentido, a comunicação visa evidenciar possibilidades de contribuir com a construção do conhecimento acerca de como as propostas de controle moral se manifestam na vivência do cotidiano colonial, onde escravos de origens diversas e senhores vivem relações pautadas em diferentes formas de poder e de ver o mundo, manifestas no cotidiano, nas práticas sexuais, na violência e nas estratégias de negociação e subversão das hierarquias e do poder.

Palavras chave: sexualidade; poder; Amazônia; escravidão; inquisição.

Rumores de um depravado apetite no engenho Boa Vista

Era mais ou menos meio dia, não se sabe exatamente a data, mas – segundo Joaquim Antônio – foi em junho de 1761, seis anos antes da sua denúncia e confissão para a inquisição, no Engenho Boa Vista, que este presenciou o “depravado apetite” de Francisco Serrão de Castro⁴⁰⁹¹. Este dito engenho, produtor de açúcar, estava situado no baixo Acará, às margens do rio, fazia parte da freguesia da Sé da cidade de Belém⁴⁰⁹². Lá, o escravo Joaquim Antônio, de nação Angola, na época com cerca de 19 anos, estava pela escada que ia para o sobrado da casa, quando ouviu uma voz lhe chamar. Francisco Serrão – filho de Domingos, o então proprietário do Engenho⁴⁰⁹³ – pedira que o homem entrasse na lógea da casa.⁴⁰⁹⁴ Feito isto, Francisco Serrão

“Fechando a porta dela [da lógea] e tirando a chave o mandava a sentar na cama em que elle costumava dormir. Para que ele confittente duvidara fazer o que resultou pegar o dito nele confittente e levando em cima da dita cama dizendolhe que pouse sobre ella a cara ficando com as costas para cima e logo lhe fez descer os calções para baixo”⁴⁰⁹⁵.

Joaquim já sabia dos rumores que pairavam no engenho, percebeu que eram verdadeiros: compreendeu o “mau fim” que o Francisco tinha. Diziam por entre os escravos que vários “servos” do dito engenho foram por ele acometidos pelo “vaso prepóster”. De portas fechadas, temendo castigos vindouros, sem ter como fugir, o caso de Joaquim Antônio fez coro aos boatos.⁴⁰⁹⁶

O relato lista o nome de dezoito escravos sodomizados por Serrão, dentre eles Joaquim Antônio, João Marimba e João tem seus testemunhos registrados pelas mãos do padre Ignácio José Pestana – notário da visitação do Santo Ofício – na presença do Visitador Giraldo José de Abranches.⁴⁰⁹⁷ O afã da inquisição de registrar minuciosamente os fatos passíveis de punição deu voz em várias ocasiões para setores marginalizados da sociedade, como

⁴⁰⁹¹ ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Inquisição de Lisboa. Denúncia contra Francisco Serrão de Castro. Proc.12894. Estado do Grão-Pará e Maranhão, 10 de jun. 1767.

⁴⁰⁹² ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Requerimento de Domingos de Castro para o rei [D. João V], solicitando Confirmação de carta de data e sesmaria de terras junto do rio Acará. 1748; Mapas de família: Freguesia da Sé. 1778 (RUMA), Manuel Serrão de Castro(Cód.525. n. 424).

⁴⁰⁹³ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Requerimento de Domingos de Castro para o rei [D. João V], solicitando Confirmação de carta de data e sesmaria de terras junto do rio Acará. 1748; Mapas de família: Freguesia da Sé.

⁴⁰⁹⁴ ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Inquisição de Lisboa. Denúncia contra Francisco Serrão de Castro. Proc.12894. Estado do Grão-Pará e Maranhão, 10 de jun. 1767.

⁴⁰⁹⁵ Ibid.

⁴⁰⁹⁶ Ibid.

⁴⁰⁹⁷ ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Livro da visitação do santo ofício ao estado do grão pará e maranhão. PT/TT/TSO-IL/038/0785. 1763-1769.

mulheres de classes médias e pobres, escravos e até mesmo crianças⁴⁰⁹⁸, esta característica dá possibilidade de reconhecer as estratégias sociais bem como possíveis apontamentos de aspectos culturais diversos manifestos na vivência cotidiana.

Luíz Mott, em *O sexo proibido: virgens, gays e escravos nas garras da inquisição*, refere-se ao caso como “o episódio de maior violência numa relação homoerótica entre senhor e escravos”.⁴⁰⁹⁹ O autor evidencia aspectos violentos do ato nefando que Serrão impunha a seus cativos no engenho Boa Vista, bem como a morte de quatro destes por consequência das relações com Serrão. Mott, preocupado em analisar práticas e vivências sexuais dos cativos no período colonial, não aprofunda sobre o referido caso, dando ao leitor um panorama geral das possibilidades em termos de práticas sexuais.⁴¹⁰⁰

Aqui se debate, por meio da denúncia de Joaquim Antônio, as estratégias sociais e de grupo que se manifestam a partir das práticas sexuais vivenciadas no Engenho Boa Vista, no Estado do Grão-Pará e Maranhão, considerando que:

“os grupos e as pessoas atuam com uma própria estratégia significativa capaz de deixar marcas duradouras na realidade política que, embora não sejam suficientes para impedir as formas de dominação, conseguem condicioná-las e modificá-las”⁴¹⁰¹

Estas estratégias são balizadas por marcadores sociais e posições sociais dos agentes envolvidos, estes sedentos por sanarem suas vontades, sejam elas sexuais ou não, e que extrapolam aqui e ali os parâmetros de uma realidade inquisitorial. Não que os atores sociais comandem totalmente seus destinos, mas que eles eram levados a fazer escolhas em um número de possibilidades, em função das suas posições no mundo social ou mesmo das representações sobre este mundo que lhes eram acessíveis,⁴¹⁰² estas manifestas em seus aspectos culturais.

Assim, é inegável que estas estratégias estão intimamente ligadas às possibilidades balizadas pela visitação do Santo Ofício, pelas práticas de sodomia, pela escravidão e pela sexualidade vivida na Amazônia colonial, bem como pela posição social dos envolvidos, sendo que estas apontam para diferentes perspectivas acerca do que se registra como sodomia. A análise das estratégias se insere em duas frentes de abordagem: a primeira, acerca das estratégias do próprio Francisco para sanar seus desejos sexuais; a segunda foca-se nas estratégias de Joaquim Antônio e os outros escravos para livrarem-se dos abusos de Francisco ou dos riscos inerentes a uma denúncia para a inquisição.

Em *trópico dos pecados*, Ronaldo Vainfas admite que as necessidades de povoamento, a falta de mulheres brancas, a inoperância do poder civil e eclesiástico propiciavam a diluição dos valores do reino⁴¹⁰³, no entanto, mergulha na culpa que aquelas pessoas poderiam sentir perante as práticas sexuais, a partir da documentação inquisitorial, e reflete sobre a reprodução de preconceitos inicianos nos trabalhos de Freyre, quando dos exageros do desregramento sexual na colônia. Aborda o medo como inibidor de comportamentos que

⁴⁰⁹⁸ BELLINI, Ligia. *A coisa obscura: mulher, sodomia e inquisição no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense. 1989. P. 20.

⁴⁰⁹⁹ MOTT, Luiz. **O sexo proibido: virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição**. Papirus Editora, 1988. p. 48.

⁴¹⁰⁰ Ibid.

⁴¹⁰¹ LEVI, Giovani. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte no século XVII**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2000. P. 45.

⁴¹⁰² REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. Rio de Janeiro: **Revista brasileira de educação**. v. 15. n. 45. set./dez. 2010. P. 440.

⁴¹⁰³ VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p 58

desviavam do proposto pela fé católica e se aproximavam de heresias, contestando o sexto mandamento.⁴¹⁰⁴

Vale lembrar que dos quatro processos de sodomia denunciados no período estudado, no referido Estado – de 1763 até 1777 – todos foram marcados pela confissão dos próprios pecados. Frei Manuel do Rosário, natural de São Romão de Nogueira no arcebispado de Braga e residente no Convento da Ordem de Nossa Senhora do Carmo no Pará, aos 60 anos, exercia as funções de religioso professo dos Carmelitas Descalços, apresentou-se voluntariamente ao Santo Ofício no dia 12 de outubro de 1763, assumindo que praticara sodomia com a índia Micaela e, posteriormente, com outra índia de nome Anna, sobre uma esteira em um quarto da fazenda dos mesmos religiosos no Marajó.⁴¹⁰⁵ Felipe Jacob Batalha, natural e residente no Pará, 32 anos, viúvo que vivia de sua fazenda, se apresentou também voluntariamente ao Santo Ofício em 29 de outubro de 1763, por culpas de sodomia, denunciando uma índia e, posteriormente, o nome de Feliciano de Lira Barros, moradora na mesma rua de Felipe. Esta, no dia seguinte, também confessa o crime de sodomia à inquisição⁴¹⁰⁶. Aqui manifesta-se ou o sentimento de culpa ou a estratégia de confissão no tempo de graça, período de trinta dias posteriores a publicação dos éditos de fé, onde o confitente poderia ser perdoado. Em Belém, este período vigorou de 25 de setembro até 12 de novembro de 1763⁴¹⁰⁷.

É certo que o caso contra Francisco caracteriza-se mais como denúncia que confissão, tendo em vista os intentos de Joaquim Antônio e João Marimba. Os relatos de Joaquim recaem muito mais sobre as ações de Francisco Serrão do que sobre as próprias, da mesma forma que João Marimba também evidencia este mesmo traço. O último escravo a ter testemunho registrado, chamado apenas de João, apresenta um teor diferente em seu testemunho, tratado mais adiante, no entanto reforça a ideia de que, ao menos para Joaquim e Marimba, entre confissão e denúncia, o impeto de denunciar era bem mais forte, e estes pareciam não se sentir culpados pelo ato nefando, mas sim vítimas do “depravado apetite” de Francisco⁴¹⁰⁸.

Considerando que Joaquim Antônio, João Marimba e João manifestaram frente a mesa de visitação do Santo Ofício suas estratégias individuais e de grupo e que Francisco Serrão buscava, para sanar seu “depravado apetite”, beneficiar-se de sua posição, também utilizava-se de estratégias que mantivessem seu segredo e sua satisfação, vale prescrutar mais de perto que estratégias eram estas, e como se manifestaram nos registros inquisitoriais.

Francisco Serrão de Castro

Francisco Serrão de Castro, denunciado por Joaquim Antônio para a inquisição em 1761, deixou poucas marcas de sua existência por meio de seu nome além da denúncia que deu origem a esta análise. Conhecer o mundo social que este faz parte e as representações de mundo que este tinha acesso requisitou até o momento uma estratégia metodológica que tangencia seu nome, para o preenchimento parcial destas lacunas: a partir da denúncia contra Francisco se conhece os nomes de seu pai e irmão, respectivamente, Domingos e Manoel Serrão de Castro. Por meio deles pode-se conhecer um pouco mais de quem era Francisco.

⁴¹⁰⁴ Ibid. p 50.

⁴¹⁰⁵ ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Inquisição de Lisboa. PROCESSO DE FREI MANUEL DO ROSÁRIO. Cód. PT/TT/TSO-IL/028/02695. Estado do Grão-Pará e Maranhão, 1763.

⁴¹⁰⁶ ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Inquisição de Lisboa. PROCESSO DE FILIPE JACOB BATALHA. Cód. PT/TT/TSO-IL/028/02694. Estado do Grão-Pará e Maranhão, 1763; ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Inquisição de Lisboa. PROCESSO DE FELICIANA DE LIRA BARROS. Cód. PT/TT/TSO-IL/028/02707. Estado do Grão-Pará e Maranhão, 1763.

⁴¹⁰⁷ ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Livro da visitação do santo ofício ao estado do grão pará e maranhão. PT/TT/TSO-IL/038/0785. 1763-1769.

⁴¹⁰⁸ ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Inquisição de Lisboa. Denúncia de Francisco Serrão de Castro. Proc.12894. Estado do Grão-Pará e Maranhão, 1767.

Como dito anteriormente, havia em 1767 um engenho na região do Acará, no estado do Grão-Pará e Maranhão, chamado Boa Vista. Sua posse fora confirmada desde pelo menos 1748, quando o então governador geral do estado do Maranhão escreve por Domingos Serrão de Castro, “cidadão desta cidade” e já possuidor do engenho de açúcar, confirmação de sesmaria referente a sobras de terras que se achavam devolutas no “Rio Acará, entre os marcos do defunto Domingos de Souza Ferreira e de Domingos Pinheiro Lobo”.⁴¹⁰⁹ Domingos Serrão de Castro, acusado de defloramento e concubinato em 1728⁴¹¹⁰, teve dois filhos legítimos: Manoel, o mais velho, e Francisco, o mais jovem.⁴¹¹¹

A posse do engenho de açúcar na região do acará, local onde Francisco Serrão forçou o ato nefando com Joaquim Antonio e outros dezessete escravos, representava para a época a ocupação de uma região importante do Estado do Grão-Pará e Maranhão, e possibilita o conhecimento da posição ocupada por Domingos Serrão e seus dois filhos neste Estado. Segundo Rosa Elizabeth Azevedo Marin, a ocupação do baixo acará seguia o sentido das proximidades de Belém, e vivia um forte povoamento e fomento agrícola. O padre João Daniel afirmava que esta ocupação dos rios Mojú, Acará, Guamá e Capim parecem ter sua justificativa nas proximidades da dita cidade, pois abastecem ela de víveres.⁴¹¹² Estes rios contavam com dezenas de sítios, engenhos e engenhocas, ocupados com agricultura, extrativismo e bem pouco de criação animal, o engenho Boa Vista fazia parte desta realidade.⁴¹¹³ Vale lembrar que o baixo acará foi centro de produção canaveira desde quando se iniciou a doação de sesmarias até fins do século XIX, período que notabiliza esta região pelo grande número de seus escravos, pelos quilombos e pelo estalido de revoltas que se insere “na gesta da cabanagem”.⁴¹¹⁴

Embora produtores de café, arroz, cacau, aguardente, milho e farinha para Belém, tudo indica que a base da riqueza dos moradores desta região estava no cultivo e beneficiamento da cana de açúcar. Esta produção organizou o trabalho escravo no Baixo Acará, pois o engenho, no modelo português de exploração, demandava muita escravatura,⁴¹¹⁵ neste sentido, a demanda de mão-de-obra para o engenho Boa Vista, possuidor de mais de 30 escravos em 1778, também fora utilizada para a satisfação do apetite sexual de Francisco⁴¹¹⁶.

A solicitação do resgate de cem índios, à própria custa, realizada por Domingos em 1728, evidencia a posição social deste bem como a necessidade do uso de mão de obra indígena em seu engenho.⁴¹¹⁷ Não se sabe se a solicitação foi atendida ou não. No mais, em 1729, a Coroa proibiu uso de mão de obra indígena nos canaviais, engenhos e áreas de cultivo do tabaco, e em 1755 a Lei de Liberdade Geral dos Índios abolia completamente – ao menos oficialmente – a escravidão indígena e acabava com o poder temporal das ordens religiosas sobre eles. Os cultivadores foram pressionados a recorrer a mão de obra africana, intensificada depois pela vinda de negros cativos pela Companhia de Comércio do Grão Pará

⁴¹⁰⁹ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO DE LISBOA. Requerimento de Domingos de Castro para o rei [D. João V], solicitando Confirmação de carta de data e sesmaria de terras junto do rio Acará. Anexo: Carta de data e sesmaria. 1748.

⁴¹¹⁰ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO DE LISBOA. Carta do ouvidor geral do Grão Pará sobre queixa de Domingos, vereador da câmara de Belém, contra acusação de defloramento. 20 de set. 1728.

⁴¹¹¹ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Inquisição de Lisboa. Denúncia de Francisco Serrão de Castro. Proc.12894. Estado do Grão-Pará e Maranhão, 1767.

⁴¹¹²MARÍN, Rosa Elizabeth Azevedo. Camponeses, donos de engenho e escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX. IN: **Paper do NAEA**, 153, out. 2000. P. 3

⁴¹¹³Ibid., p. 3

⁴¹¹⁴Ibid., p. 6

⁴¹¹⁵Ibid., p. 6

⁴¹¹⁶ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Inquisição de Lisboa. Denúncia de Francisco Serrão de Castro. Proc.12894. Estado do Grão-Pará e Maranhão, 1767.

⁴¹¹⁷ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO DE LISBOA. Requerimento de Domingos Serrão de Castro, para resgatar cem escravos. 17 de jan. 1728.

e Maranhão, responsável por suprir o estado desta gente a mais baixos custos⁴¹¹⁸, é nesse contexto que Joaquim, escravo de origem Angola, parece ter chegado ao baixo Acará, em seu relato sua chegada está inserida no período de atuação da Companhia, conhecendo Francisco em 1757 mais ou menos.⁴¹¹⁹ Sabe-se também que os produtores de açúcar e aguardente desta região tiveram facilidades para adquirir esta mão de obra.⁴¹²⁰

Manoel Serrão de Castro, foi considerado no recenseamento de 1778 com capacidades medianas⁴¹²¹. É bem verdade que a situação de Francisco se configura de maneira diferente: o nome deste, também em 1778, consta como senhor de um sítio nas proximidades do igarapé das laranjeiras, este produzia farinha e contava com o apoio de dois escravos, além de dois homens que viviam com ele, um adulto e um menor.⁴¹²² O recenseamento aponta que a propriedade de Francisco tinha capacidades “muito medianas” e o identifica enquanto lavrador e produtor de farinha, enquanto seu irmão era senhor de engenho e produzia açúcar. Vale lembrar que a referida denúncia aconteceu no ano de 1767, Domingos já estava morto, e a relação que Francisco e Manoel possuíam não parece clara nos recenseamentos, mas sim no próprio relato de Joaquim. Segundo ele, ambos administravam juntos o engenho Boa Vista⁴¹²³, esta prática de administração conjunta da herança pelos filhos já fora registrada em casos no Baixo Tocantins⁴¹²⁴. Se esta situação muda com o tempo, ou como resultado da denúncia, talvez uma sentença social pelo ato nefando, não se sabe. O que se pode afirmar é que Francisco não foi dono do engenho, mas foi sim o segundo filho de Domingos e, depois da morte deste, ajudou o irmão a administrar a propriedade, estando em 1778 – como dito anteriormente – a ocupar um sítio e ser identificado enquanto lavrador⁴¹²⁵. Este é o lugar social de Francisco, membro de uma família relativamente abastada do baixo Acará que, depois da morte do pai, ajuda o irmão a administrar a propriedade, mas muito antes disto já perturbava os escravos com o seu “depravado apetite”, utilizando-se sexualmente até mesmo de cativos de outras fazendas que, ocasionalmente, faziam trabalhos no engenho Boa Vista⁴¹²⁶.

Algumas estratégias para guardar segredo: violência, cachaça e uns vinténs

Os relatos registrados na denúncia e testemunhos evidenciam determinadas estratégias que Francisco Serrão de Castro utilizava para a satisfação de seus desejos sexuais, estas são evidenciadas pelo denunciante e pelas duas testemunhas, colocando em pauta as formas que Francisco se utilizava para alcançar seus objetivos, arriscando-se ao cometer o crime nefando com dezoito homens, esperava que suas estratégias o mantivessem longe de qualquer sentença.

Uma destas, relatada por Joaquim Antônio, era a ameaça de castigos e o pagamento e promessa de dinheiro. Segundo o denunciante, depois que

⁴¹¹⁸SOUZA JÚNIOR, José Alves de. Negros da terra e/ou negros da Guiné: Trabalho, resistência e repressão no Grão-Pará no período do Diretório. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 48, p. 173-211, jul./dez. 2013.

⁴¹¹⁹ Denúncia de Joaquim Antônio. ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Inquisição de Lisboa. Denúncia de Francisco Serrão de Castro. Proc.12894. Estado do Grão-Pará e Maranhão, 1767.

⁴¹²⁰ MARÍN, op. cit., p. 7.

⁴¹²¹GRUPO DE PESQUISA POPULAÇÃO, FAMÍLIA E MIGRAÇÃO NA AMAZÔNIA – RUMA. Mapas de família: freguesia da Sé, 1778 (RUMA). Manuel Serrão de Castro(Cód.525. n. 424).

⁴¹²²GRUPO DE PESQUISA POPULAÇÃO, FAMÍLIA E MIGRAÇÃO NA AMAZÔNIA – RUMA. Mapas de família: freguesia da Sé, 1778 (RUMA). Francisco Serrão de Castro(cód. 504, n. 386).

⁴¹²³ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Inquisição de Lisboa. Denúncia de Francisco Serrão de Castro. Proc.12894. Estado do Grão-Pará e Maranhão, 1767.

⁴¹²⁴ ANGELO, Helder Bruno. **O longo caminho dos Corrêa de Miranda no século XIX**: um estudo sobre família, poder e economia. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Pará, 2012.

⁴¹²⁵GRUPO DE PESQUISA POPULAÇÃO, FAMÍLIA E MIGRAÇÃO NA AMAZÔNIA – RUMA. Mapas de família: freguesia da Sé, 1778 (RUMA). Francisco Serrão de Castro(cód. 504, n. 386).

⁴¹²⁶ Testemunho de João. ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Inquisição de Lisboa. Denúncia de Francisco Serrão de Castro. Proc.12894. Estado do Grão-Pará e Maranhão, 1767.

“o dito Francisco Serrão de Castro partindo com toda força introduziu-lhe seu membro viril dentro do vaso prepostero dele confittente: o que não podendo elle confittente tolerar se sacudio como pode sem que pudesse o dito consumir o seu depravado appetite senão fora do dito vaso enchendo-lhe as pernas de sêmem [...] concluída a dita acção logo disse a elle confittente que nada contasse a pessoa alguma e lhe deu quatro vintenz prometendo-lhe que ainda havia de lhe dar mais dinheiro”.⁴¹²⁷

Esta preocupação em recompensar o escravo pelo ato de sodomia e a entrega de presentes não foi utilizada apenas com Joaquim Antônio. Para João Marimba, Serrão de Castro agiu de maneira semelhante: “fechando elle a porta lhe deo [a João Marimba] logo um copo de água ardente e um pedaço de tabaco de fumo e lhe disse que lhe desse o seo cû”⁴¹²⁸. No testemunho do escravo João, pertencente aos religiosos do Carmo, este relata que

“sendo ainda rapaz [foi] ao dito engenho[Boa Vista] lá lhe pagara por hora [...] o dito Francisco Serrão de Castro, senhor deles [dos outros escravos] e chegara para si estando ajuntado na cama e lhe metera nas mãos o seu membro no qual elle testemunha não consentio [...] Francisco Serrão fizera o seu appetite mijandolhe nas mesmas mãos e dandolhe depois um lenço para limpar e um copo de aguardente [...] mandandolhe que não dissesse o que tinha com ele passado a pessoa alguma”.⁴¹²⁹

Ao perceber as negativas dos escravos frente suas investidas sexuais, Francisco Serrão abria mão da delicadeza e dos presentes e utilizava-se de ameaças de surras, embora a violência no próprio ato sexual tenha marcado os relatos de Joaquim e João Marimba. O mesmo Marimba, em situação anterior a citada acima, estando trabalhando na mandioca, fora chamado pelo Francisco Serrão “para dentro do mato, aonde os mais não podiam ver e alli mostrandolhe o seu membro lhe mandou que nelle pegasse [...]”, convencido de que não devia ter medo, o escravo fez o que seu senhor pediu. Logo depois, Francisco “lhe mandara por a cara no chão e virar para ele as suas partes prepósteras, e com grande dor que nella teve elle confittente lhe introduziu o dito membro na via”⁴¹³⁰.

Outra estratégia de Francisco, a despeito da falta de privacidade notadamente comum no Brasil colonial⁴¹³¹, talvez mesmo pelo reconhecimento de que o pecado nefando era crime de ingerência do Tribunal do Santo Ofício, era trancar a porta, ou esconder-se nos matos, longe dos olhos que poderiam delatá-lo. Vê-se esta atitude, preocupada com a publicidade das relações sexuais desde o pedido da manutenção de segredo, comprada com presentes ou ameaças, até a escolha dos lugares onde a prática sexual se realizava. João Marimba, no primeiro relato fora chamado “para dentro do mato, aonde os mais não podiam ver”, Francisco Serrão fez Joaquim Antônio “entrar para dentro da dita lógea, e fechando a porta dela, e tirando a chave o mandava a sentar na cama em que elle costumava dormir”, a última

⁴¹²⁷Denúncia de Joaquim Antônio. ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Inquisição de Lisboa. Denúncia de Francisco Serrão de Castro. Proc.12894. Estado do Grão-Pará e Maranhão, 1767.

⁴¹²⁸Testemunho de João Marimba. ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Inquisição de Lisboa. Denúncia de Francisco Serrão de Castro. Proc.12894. Estado do Grão-Pará e Maranhão, 1767.

⁴¹²⁹Testemunho de João. ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Inquisição de Lisboa. Denúncia de Francisco Serrão de Castro. Proc.12894. Estado do Grão-Pará e Maranhão, 1767.

⁴¹³⁰Testemunho de João Marimba. ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Inquisição de Lisboa. Denúncia de Francisco Serrão de Castro. Proc.12894. Estado do Grão-Pará e Maranhão, 1767.

⁴¹³¹VAIFAS, Ronaldo. Moralidades brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista. IN: NOVAIS, Fernando & SOUZA, Laura de Mello e (dir.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. P, 225.

testemunha, João, foi mandado não contar “a pessoa alguma o que com elle[Francisco] tinha passado”, depois de receber um copo de aguardente. A despeito da preocupação que Serrão tinha quanto a publicidade de seu desejo e prática sexual, os escravos do engenho Boa Vista assumem que há “tempos se queixarão varios servos do dito engenho de que ele o acometia pela parte prepóstera”.⁴¹³² Outros casos de sodomia, embora para um período anterior, o século XVI, evidenciaram outras estratégias no intuito de manter em segredo o ato nefando, estas iam desde suborno, queima de documentos e até mesmo assassinato de cúmplices e possíveis testemunhas, evidenciando o medo da publicização das relações.⁴¹³³

Serrão utilizava-se de sua condição de filho e posteriormente irmão do senhor do referido engenho, gerando entre os escravos medo de realizarem suas denúncias ou reagirem às suas investidas sexuais, punindo Joaquim Antônio com surras por qualquer pretexto, quando este buscava esquivar-se de sua intenção sexual. Ao que tudo indica, mesmo que Serrão de Castro tenha tentado se esconder no meio do mato ou trancar a porta, os rumores de um “depravado apetite” no engenho Boa Vista ultrapassaram os limites deste e chegaram à mesa de visita da inquisição, por meio da capacidade de agência de Joaquim Antônio e João Marimba, em articulação com outros escravos.

Estratégias na denúncia e no testemunho

Se Francisco Serrão se utilizava de sua posição social, de violência e presentes para alcançar a satisfação de seus desejos sexuais de maneira mais segura, é bem verdade que Joaquim Antônio, João Marimba e os outros escravos também se organizaram, nos limites de suas posições sociais, e estabeleceram estratégias para livrarem-se das investidas e da violência de seu senhor. Sua organização e estratégias no momento dos testemunhos e da denúncia são evidentes, nos casos de Joaquim Antônio e João Marimba. O escravo João, da fazenda dos religiosos do Carmo, talvez pela menor convivência com os outros, foge um pouco da linha dos anteriores em seu relato, e, por vezes, parece até mesmo ter mantido o segredo de Serrão. Aborda-se aqui duas instâncias diferenciadas onde estas estratégias se manifestam, a saber: a primeira no âmbito da organização dos escravos enquanto grupo, para realização da denúncia e testemunho; a segunda, nas coisas ditas frente a Giraldo Abranches.

Sobre a organização dos escravos enquanto grupo, para realização da denúncia e utilização da inquisição como instituição para alcançar seus objetivos, valemo-nos do testemunho de João. Este conta que se achando no porto ou cais do convento de Nossa Senhora do Carmo

“chegaram uns pretos de Serrão moradores de seo engenho, os quais já de antes conhecia e se chamão Grácio, João Pinheiro, Joaquim e Manoel [...] todos da nação angola [...] e na presença dele testemunha e dos pretos Pedro e Antonio [...] quatro acima nomeados escravos do sobredito Francisco Serrão de que este tratava com eles e cometia sodomia metendolhe nas mãos o seu membro até o tempo da ereção e depois consumando o acto nos seus cus pela parte de fora [disseram eles] que já tinham dado conta ao padre que veyo do Reino [...] e que a mesma queixa dirião eles farião os mais pretos Angola sobre dito escravos do mesmo senhor”.⁴¹³⁴

⁴¹³²Denúncia de Joaquim Antônio. ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Inquisição de Lisboa. Denúncia de Francisco Serrão de Castro. Proc.12894. Estado do Grão-Pará e Maranhão, 1767.

⁴¹³³ MOTT, Luís. Relações raciais entre homossexuais no Brasil colonia. São Paulo: **Revista brasileira de história**. São Paulo, v. 5, n. 10, març./ago. 1985. P. 114.

⁴¹³⁴ Testemunho de João. ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Inquisição de Lisboa. Denúncia de Francisco Serrão de Castro. Proc.12894. Estado do Grão-Pará e Maranhão, 1767.

Este relato evidencia articulação entre os escravos que, reunidos, já muito insatisfeitos com as imposições sexuais de Francisco, articulam-se para denunciá-lo. Pode-se perceber apontamentos significativos: onde os escravos caracterizados como “Angola” comprometem-se com o projeto de denunciar Serrão, talvez haja uma identificação de grupo com base em experiências comuns no engenho Boa Vista resignificadas a partir de relações existentes para além do Atlântico. Outro aspecto importante é a referência à Giraldo Abranches, “o padre que veyo do reino”. Joaquim Antônio, perguntado sobre o motivo de demorar tanto tempo para realizar a denúncia, disse que só então conheceu a possibilidade de denunciar e conseguiu um pretexto para ir até a cidade fazer isto⁴¹³⁵.

No mesmo dia, João foi até o engenho Boa Vista para comprar aguardente e lá encontrou os escravos Domingos, João Marimba e outro, de nome ilegível. João perguntou-lhes se iam fazer queixa de seu senhor, para o que estes responderam, confirmando a articulação para realizar a denúncia contra Francisco: “Porque não o havião de fazer se o dito seo senhor os fornicava por detrás como se fossem mulheres o que tinha feito com elles também de sorte que o não podiam aturar”⁴¹³⁶.

Já enveredando para a análise das próprias estratégias frente a Giraldo Abranches, o argumento de não serem mulheres está presente nos relatos de João Marimba quando este tenta evitar as investidas de Francisco, bem como nas conversas realizadas pelos escravos no momento de suas justificações para realizar a denúncia. Marimba diz que “não era negra para pecar com ele mas que era homem ainda que escravo”. Esta justificativa vê-se em outras situações semelhantes, como no caso do moçambicano Francisco, quando admoestado a ceder pelo Jacinto Ferreira dos Campos, seu senhor, “repetiu umas dez vezes o santíssimo nome de Jesus, dizendo que não era mulher para saciar os apetites de seu senhor”⁴¹³⁷. Desta forma, os papéis de gênero, colocados em cheque pelas atitudes de senhores sodomitas, são trazidos à tona nos argumentos dos escravos que, ante o risco de sofrerem o ato nefando, recorrem a afirmação de seus papéis sociais nas práticas sexuais.

Outra característica marcante no relato de Joaquim e João Marimba é o relato sempre de sodomia incompleta, disse Joaquim que “se sacudio como pode sem que pudesse o dito consumir seu depravado apetite senão fora do dito vaso enchendo as pernas de sêmem”. Marimba relata que “ele testemunha não sabe definir se ele semiou ou não dentro do vaso porque só sentio dentro dele o dito membro”. João, a última testemunha, relata que Francisco “fizera o seu apetite mijandolhe nas mesmas mãos”⁴¹³⁸. Ao que tudo indica, o ato de confissão e testemunho dos escravos era talvez permeado pelo medo de serem consideradas as relações com Serrão sodomia perfeita, esta poderia trazer problemas para os denunciantes⁴¹³⁹. Sabe-se que poucas vezes os escravos eram punidos pela inquisição, e os principais alvos de tal instituição eram os brancos, considerando interesses de caráter prático, no entanto, o medo da punição pode ter levado estes denunciantes a relatar ou esconder a consumação do que à época se chamava sodomia perfeita⁴¹⁴⁰.

João Marimba e Joaquim fizeram questão de relatar que Francisco Serrão bem como seu irmão, Manoel, eram ambos “maus cristãos”, posto que não iam a missas e nem mesmo importavam-se com a religiosidade de seus escravos. Esta seria mais uma forma de

⁴¹³⁵ ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Inquisição de Lisboa. Denúncia de Francisco Serrão de Castro. Proc.12894. Estado do Grão-Pará e Maranhão, 1767.

⁴¹³⁶ Testemunho de João. ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Inquisição de Lisboa. Denúncia de Francisco Serrão de Castro. Proc.12894. Estado do Grão-Pará e Maranhão, 1767.

⁴¹³⁷ GOMES, Fábio da Silva. **O escravo sodomita na colônia**. Rio de Janeiro: khóra, revista transdisciplinar, v. 2, n. 2, maio 2015.

⁴¹³⁸ ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Inquisição de Lisboa. Denúncia de Francisco Serrão de Castro. Proc.12894. Estado do Grão-Pará e Maranhão, 1767.

⁴¹³⁹ MOTT, Luiz. **O sexo proibido: virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição**. Papyrus Editora, 1988. p. 39

⁴¹⁴⁰ GOMES, Fábio da Silva. KHÓRA, **REVISTA TRANSDISCIPLINAR**, V. 2, N. 2, MAIO 2015.

corroborar a ideia de que Francisco, aproximando-se do que se considerava heresia pelas práticas sexuais, era ainda mais herege ao descumprir seu dever enquanto cristão.

Enfim, entre as possibilidades dos escravos agirem e subverterem uma relação de poder onde os atos sexuais eram sofridos por eles em meio a violência de Francisco, estes organizaram-se enquanto grupo e articularam a denúncia e testemunhos para a inquisição, sem que João estivesse convencido disto, pois em um primeiro momento nega ter o conhecimento de qualquer prática de sodomia, para, depois, relatar toda sua trajetória pelo rio Acará, ouvindo a articulação dos homens de “Angola”. Individualmente, parece que de alguma forma se importavam e dialogavam com os valores inquisitoriais para corroborar as culpas de Serrão, tentando a todo momento equilibrar as culpas que para eles podiam trazer problemas. Mesmo que Luíz Mott indique a existência de diversas práticas sexuais na África, e considere a sodomia dos “quimbandas” manifesta já na África – com base nas *Denúncias do Congo e Angola* – ⁴¹⁴¹no engenho Boa Vista, o crime nefando, realizado contra a vontade dos escravos através da força e do poder exercido por Francisco, fora vivenciado de maneira negativa e violenta, bem como associado a papéis femininos nas práticas sexuais.

Considerações finais

A partir da denúncia contra Francisco Serrão de Castro para a inquisição, a presente análise buscou evidenciar como os marcadores sociais são capazes de balizar as vivências cotidianas das práticas sexuais no engenho Boa Vista, bem como as estratégias evidenciadas ali, por outro lado, buscou apresentar alguns apontamentos de possíveis debates acerca dos aspectos culturais manifestos nestas ditas estratégias.

A posição social de Francisco Serrão implica em dar a ele possibilidades de forçar o ato nefando com os cativos do dito engenho, bem como das vizinhanças. No entanto, este precisa articular entre a violência e o desejo inúmeras estratégias que lhe mantenham minimamente em segredo, que lhe permitam escapar das sentenças sociais ou inquisitoriais. Sua vivência sexual está intimamente marcada pela sua posição social e sua inserção em uma sociedade onde a moralidade pode aproximar-se da heresia, ser julgada pela inquisição.

Joaquim e Marimba, limitados por sua condição de cativos, sofrendo violências sexuais e punidos quando se esquivam delas, com não menos violência, também são capazes de articularem-se entre si e utilizarem do “padre que veyo do reino” para alcançar seus objetivos. Embora a denúncia tenha sido abandonada sem sentença depois do depoimento de João – este relutante em denunciar, talvez disposto a manter o segredo de Serrão – ainda assim representa uma estratégia significativa para subverter a dominação entre senhor e escravos. Se Mott evidencia que muitas vezes na própria relação sexual as práticas de agentes e pacientes subvertiam uma ordem hierárquica de poder entre os senhores e escravos, no microuniverso destas práticas ⁴¹⁴², o caso de Serrão evidencia que não apenas no âmbito da própria prática sexual estas posições são colocadas em cheque, mas também em articulação com valores do reino, com instituições como a inquisição, na capacidade de agência dos próprios indivíduos, suas vozes e seus desejos são manifestos, mesmo que em conflito com a posição de Francisco.

No mais, embora a sodomia seja prática comum no século XVIII na Europa, na América e na África, apenas uma etnografia aprofundada e não generalizante poderia evidenciar as possibilidades acerca destas complexas noções que convivem com a realidade colonial na Amazônia. A denúncia evidencia estratégias e aponta traços acerca da noção de papéis de gênero nas práticas sexuais pensadas por Marimba, no entanto, estes apontamentos não são capazes de explicar, apenas de problematizar. A atitude de sodomita de Francisco Serrão evidencia também a complexidade de valores reinóis manifestos na colônia, estes não podem ser explicados a partir de uma dicotomia entre cultura popular e de elite, mas deve

⁴¹⁴¹ MOTT, Luiz. **O sexo proibido: virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição**. Papirus Editora, 1988.

⁴¹⁴² MOTT, Luís. Relações raciais entre homossexuais no Brasil colônia. **Revista brasileira de história**. São Paulo, v. 5, n. 10, març./ago. 1985. P. 109.

ser complexificado no âmbito da vivência cotidiana e de inúmeras variáveis em termos sociais⁴¹⁴³.

Portanto, conclui-se a partir da análise dos registros da denúncia contra Francisco Serrão de Castro, com articulações possíveis nas estratégias sociais realizadas pelo próprio Francisco e por seus escravos, João Marimba, Joaquim Antônio e outros, na tentativa de realizarem suas vontades, sexuais ou não. Estas estratégias articulam-se com a dinâmica entre colônia, metrôpole e o tráfico de escravos, na medida em que Francisco usa de suas possibilidades como parte de uma família proprietária de engenho, e seus escravos dialogam com a inquisição. A mesma denúncia é capaz de apontar valores em torno do que para a inquisição é o crime nefando, valores baseados na doutrina católica, flexibilizados pela realidade colonial e do desejo, valores em diálogo com a perspectiva e origem dos escravos envolvidos nos rumores do “depravado apetite” no engenho Boa Vista. Neste sentido, a análise conclui ao evidenciar estratégias diversas realizadas pelos envolvidos nos rumores do engenho Boa Vista, balizados por suas posições e marcadores sociais, bem como fazendo o apontamento das complexidades em termos culturais que podem ter direcionado as atitudes no dito engenho.

A INTERFERÊNCIA DO CONSELHO POLÍTICO NAS ATIVIDADES ECONÔMICAS DA COLÔNIA HOLANDESA NO BRASIL NOS ANOS DE 1635 A 1636

*Filomena Cristina da Silva Marques*⁴¹⁴⁴
filomena-cris1@hotmail.com

Resumo: A capitania de Pernambuco em 1635 era governada pelo Conselho Político, este era o representante da Companhia das Índias Ocidentais na administração da colônia. O Conselho Político além da administração da colônia era responsável pelo comércio. Neste período a base da economia da colônia estava centrada na produção açucareira. Os comerciantes livres e os cidadãos-livres que viviam no Recife tiravam o seu sustento direta e indiretamente do comércio de açúcar. Comerciantes livres eram luso-brasileiros, judeus, portugueses que juraram fidelidade ao governo holandês e se estabeleceram em seus domínios. Enquanto que a maioria dos cidadãos-livres eram antigos funcionários da Companhia, que ao terminarem o seu tempo de serviço ou antes disso, pediam autorização ao Conselho Político para se tornarem cidadãos-livres e se dedicarem a outras atividades. Tornando-se comerciantes, artesão, lavradores, senhores de engenho. Entre os anos de 1635 a 1636, o Conselho Político despachou várias medidas e ordens em relação à economia da colônia. Em 1635 proibiu a entrada de comerciantes portugueses no Recife, suspeitos de espionagem. Ficou estabelecido pelo Conselho Político que nenhuma mercadoria tanto dos súditos quanto dos comerciantes livres entrariam no Recife sem a devida fiscalização e autorização da Companhia. Devido à crise financeira, agravada pela escassez de dinheiro, os conselheiros para obter bens de comércio recorriam a compras a prazo, autorizavam a compra de produtos em seu nome para pagamento posterior. Porém os comerciantes livres se recusaram a vender bens de comércio para o Conselho Político, pois tinham receio de não receberem o pagamento de suas mercadorias. Essa crise financeira que o governo holandês

⁴¹⁴³ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado.** Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007.

⁴¹⁴⁴ Mestranda pela Universidade Federal de Pernambuco; sob orientação do prof. Dr. Rômulo Luiz Xavier do Nascimento; O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

enfrentava, neste período, impediam o bom andamento das atividades comerciais na colônia.

Palavras-chave: comércio, cidadão-livre, comerciante livre, Conselho Político.

Entre os séculos XVI e XVII a principal atividade econômica da América portuguesa era o lucrativo comércio de açúcar. Portugal era conhecido, portanto, como o Império do Açúcar e boa parte desta atividade foi custeada com o capital holandês. Estes faziam o transporte do açúcar para as suas refinarias, principalmente, a de Middelburgo na Zelândia. E distribuía este açúcar no mercado europeu. Para cuidar deste comércio, que tinha como palco o Atlântico, foi criado em 1621 a Companhia das Índias Ocidentais, que abrangeria além do comércio, a navegação para a África e para a América incluindo as ilhas do Atlântico e do Pacífico, indo do Cabo da Boa Esperança até o leste da Nova Guiné.⁴¹⁴⁵

Para Charles Boxer, o objetivo dos holandeses no Ultramar “tomou a forma de uma luta pela comercialização das especiarias asiáticas, pelo tráfico de escravos na África Ocidental e pela importação e revenda do açúcar brasileiro.”⁴¹⁴⁶ Os holandeses na América Portuguesa deixaram de ser o intermediário comercial entre a colônia e a Europa. Para se transformar na metrópole, tendo o controle do comércio de açúcar, iniciado em 1630, com a invasão e conquista da capitania de Pernambuco.

O comércio de açúcar, a partir deste período, passa a ser responsabilidade do Conselho Político. Este órgão administrativo era o representante da Companhia das Índias Ocidentais na colônia. E segundo Rômulo L. X. Nascimento “qualquer decisão de caráter comercial, pelo menos em teoria, tinha que passar pelas atas do Conselho Político, elemento de regulação dessas atividades no Brasil.”⁴¹⁴⁷

As atividades comerciais na colônia holandesa era desempenhado pelos comerciantes livres, estes são comerciantes que não dependiam da Companhia das Índias Ocidentais para exercer suas atividades comerciais e, com isso, garantir o seu sustento. Sendo eles, luso-brasileiros, judeus, portugueses que juraram lealdade ao governo holandês e que, portanto, poderiam residir e exercer a suas atividades dentro da colônia. A vinda de comerciantes livres para Pernambuco foi facilitada, de acordo com Hermann Watjen, pelo fim do monopólio da Companhia. Apesar de exercerem as suas atividades comerciais na colônia desde 1631, o aumento deles no Recife só ocorre com o fim deste monopólio.

Era função da Companhia abastecer a colônia de víveres, materiais de construção, tecidos para confecções de roupas, enfim, deveria prover a colônia de tudo que fosse necessário para garantir o sustento dos militares, dos civis e dos seus próprios funcionários. Pelo menos até que a colônia conseguisse se sustentar sozinha. A Companhia, contudo, não conseguia abastecer a colônia, situação essa que gerava descontentamento entre civis e militares e era “a causa de queixas e protesto de que era portador todo navio que chegava, fizeram com que nos círculos governamentais de Haia se discutiam seriamente, se em tais condições, não seria melhor suspender o sistema de monopólio da Companhia.”⁴¹⁴⁸

⁴¹⁴⁵ HEIJER, Henk den. Diretores, Stadhouderes e Conselhos de Administração (a administração da Companhia das Índias Ocidentais neerlandesas na República das Províncias Unidas e no Brasil). IN: WIESEBRON, Marianne L. **O Brasil em arquivos neerlandeses (1624-1654):** Introdução aos Países Baixos do século dezessete e às coleções em arquivos e bibliotecas neerlandesas. Leiden University Press, 2005. p. 21

⁴¹⁴⁶ BOXER, Charles R. **O império marítimo português 115-1825.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002 p. 124

⁴¹⁴⁷ NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. **O desconforto da governabilidade:** aspectos da administração no Brasil holandês (1630-1644). Tese de Doutorado em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Rio de Janeiro, UFF, 2008. p. 118

⁴¹⁴⁸ WATJEN, Hermann. **Domínio colonial holandês no Brasil:** um capítulo da história do século XVII. Companhia Editora Nacional, 1938. p. 448

Esse sistema, portanto, foi suspenso em 1634. Após essa suspensão os comerciantes livres começaram a povoar as ruas principais e as vielas do Recife, “a fundar firmas, a construir armazéns e, por conta própria ou de seus comitentes, a permutar artigos comerciais europeus por açúcar e pau-brasil.”⁴¹⁴⁹ O governo holandês havia determinado o livre tráfico comercial de entrada e saída de mercadorias no Brasil holandês, mediante o pagamento de elevados impostos de importação e exportação de mercadorias. Elevando o preço das mercadorias de consumo da população e dos militares, agravado pela pouca disponibilidade dos mesmos nos mercados e armazéns.

Neste caso, os soldados quando recebiam seus soldos, compravam pouca carne e pouca farinha e algumas frutas e para beber gastavam com garapas, pois o vinho e a cerveja era um artigo muito caro.⁴¹⁵⁰ E muitos ao terminarem o seu tempo de serviço pediam permissão ao Conselho Político para retornarem para as Províncias Unidas e conseqüentemente, pediam os seus salários visando gastá-lo na pátria, alegando que na colônia não havia bens de comércio que os interessassem.

Além dos comerciantes livres, o comércio na colônia também era exercido pelos cidadãos-livres. Estes, são pessoas que não estão a serviço da Companhia, geralmente formados por funcionários que ao terminarem o seu tempo de serviço ou antes disso, pediam permissão ao Conselho Político para permanecer na colônia na condição de cidadão-livre e se dedicar a atividades comerciais, a extração de pau-brasil ou se tornarem artesãos, donos de engenho, lavradores, entre outros. A maioria dos cidadãos-livres eram formados por ex-soldados. “Major de Vries, requer poder virar um cidadão-livre, porque seu tempo de serviço passou. Isto lhe foi permitido, porque ele irá se ocupar pela compra e abastecimentos de animais.”⁴¹⁵¹

Um dos motivos para se tornar cidadão-livre era abastecer a colônia de mercadoria que estavam faltando e os funcionários também viam nessas atividades comerciais a possibilidade de um recurso financeiro desvinculado da Companhia. Essas mercadorias seriam comercializadas com a população e com a Companhia. Quando um militar e/ou um funcionário da Companhia tornava-se cidadão-livre, a entrega de suas provisões pelo Conselho Político era interrompido e o seu soldo ficava com a Companhia. Neste caso o comissário do víveres era encarregado de cessar o fornecimento de rações e o Commis era encarregado de fechar as suas contas.

Claes Cornelisz, antigo Capitão do cruzador “De Gijsseling”, mostrou durante a reunião que está havendo um grande falta de sal para a população deste litoral, o que todos já sabem. Este problema poderia ser resolvido caso ele fosse demitido dos serviços da companhia para quem ele tem que navegar ao litoral, e caso ele fosse contratado para buscar sal na salinas navegando, com seus próprios recursos, e levando sua própria tripulação e em seguida vendesse o sal, aqui nesta cidade ou em algum outro porto, aos habitantes ou a Companhia que também precisa do produto, sob a condição que ele pague os impostos a Companhia de acordo com o que o conselho determinar. Para que isto ocorra devidamente ela requer ser demitido de seus serviços e tornar um cidadão livre, para poder transportar o sal usando seus próprios recursos e ao longo do litoral poder comercializá-lo. Isto lhe foi permitido (...). Os direitos que serão pagos a companhia ainda deverão ser determinados.⁴¹⁵²

⁴¹⁴⁹ WATJEN. Op. Cit., p. 449

⁴¹⁵⁰ MELLO, Antônio Gonsalves de. **Fontes para a história do Brasil holandês: A administração da conquista**. 2. ed. v. 2. Recife: CEPE, 2004. p. 210

⁴¹⁵¹ IAHP. Coleção José Higino. Dagelijckse notulen 13/06/1635

⁴¹⁵² IAHP. Coleção José Higino. Dagelijckse notulen 24/10/1635

As pessoas também recorriam à condição de cidadão-livre para mudar de profissão, pois algumas profissões como padeiro, ferreiro estavam a serviço da Companhia e para se desvincular da mesma era necessário tornar-se cidadão-livre. “Joost Pietersz van der Bij, Jacob Pietersz de Utrecht e Sas Sickels van Escort, todos ferreiros do ‘treijn’ requerem permissão para deixar seus serviços e se tornarem cidadãos livres”⁴¹⁵³ Alguns cidadãos-livres vinham de outros países nesta condição. “O navio ‘Speeljacht’, da Câmara de Amsterdã aportou nesta cidade, carregado com víveres e outros bens (...). Ele trouxe a bordo alguns cidadãos livres, plantadores de tabaco, um farmacêutico”⁴¹⁵⁴

Apesar de não estar mais a serviço da Companhia, os cidadãos-livres não estavam totalmente isentos de servi-la. Caso a colônia sofresse alguma ameaça por parte dos inimigos portugueses, os cidadãos obrigatoriamente deveriam se armar e ficar de sentinela sob pena de punição caso se recusassem. “Ordens também foram dadas para que todos os cidadãos livres se armem com uma espingarda e que ninguém será dispensado de marchas ou será liberado de ficar de sentinela, e que aqueles que se recusarem serão punidos sem perdão.”⁴¹⁵⁵ O Conselho Político era responsável em gerir, fiscalizar as atividades comerciais, além do transporte e armazenamento das mercadorias. O responsável pela compra e pagamento do açúcar era o tesoureiro, este cargo era ocupado por dois conselheiros. Estes serviriam por um ano, “ocorrendo a substituição de um a cada seis meses”⁴¹⁵⁶

Nós compramos ao senhor Antonio da Rocha uma caixa de açúcar branco pesando 24 arrobas, pela soma de 13 schellingen por arroba, o que faz um total de 93 florins e 12 stuivers. O senhor Tesoureiro Schott ficou encarregado de pagar esta soma a Gaspar Balleijns, em nome de Antonio da Rocha.⁴¹⁵⁷

O transporte de açúcar, em alguns casos, eram feitos por particulares que faziam um contrato com a Companhia. Não só o açúcar da Companhia era de responsabilidade do Conselho Político mas também o transporte de açúcar dos comerciantes-livres, estes eram retirados dos armazéns por barcos utilizando operários da Companhia e posteriormente levados para os navios. Nas Nótulas Diárias no ano de 1635, uma missiva do ex-capitão Claes Cornelisz, diz que o mesmo deseja se tornar cidadão-livre, interessado neste transporte, alega que a Companhia faz todo o serviço sem receber nada.

Portanto, propôs um acordo com o Conselho Político em que faria o transporte do açúcar dos armazéns para os navios. Pelo preço que os conselheiros pagam por cada caixa de açúcar e ainda podem entrar num acordo sobre esta questão. “Assim lhe foi permitido que ele fizesse o transporte do açúcar dos comerciantes livres em Paraíba ou em seus arredores e será feita uma tabela onde estará descrito o preço dos seus serviços.”⁴¹⁵⁸ A exportação do açúcar era uma das principais preocupações e uns dos principais interesses do Conselho dos XIX.

Neste caso, os Diretores dos XIX pediam o envio de todo o açúcar adquirido pelos conselheiros, este açúcar deveria ser enviado para as Províncias Unidas. Ficando proibido ao Conselho Político reter açúcar no Brasil. “Todo o açúcar obtido deveria ser enviado rapidamente para que a Companhia pudesse vendê-lo e assim sair um pouco do sufoco financeiro.”⁴¹⁵⁹ Além do açúcar, o pau-brasil era largamente exportado para as Províncias

⁴¹⁵³ Idem 03/01/1636

⁴¹⁵⁴ Idem 08/08/1635

⁴¹⁵⁵ Idem 17/01/1636

⁴¹⁵⁶ MELLO. Op. Cit., p. 10

⁴¹⁵⁷ IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 27/04/1635

⁴¹⁵⁸ Idem 24/10/1635

⁴¹⁵⁹ Carta da Câmara de Amsterdã ao Conselho Político datada, de 01 de Agosto de 1635. IN: WIESEBRON, Marianne L. **O Brasil em arquivos neerlandeses (1624-1654)**: Introdução aos Países Baixos do século dezessete e às coleções em arquivos e bibliotecas neerlandesas. v. 4. Leiden University Press, 2011. p. 137

Unidas junto com o comércio de sal, água ardente, frutas tropicais, entre outros. O Conselho fazia contratos com particulares e com os cidadãos-livres para a extração do pau-brasil. “capitão Jacob Duinkercker, do navio ‘Het Wapen van Hoorn’ (o Brasão de Hoorn), requer a condição de cidadão livre, enquanto o navio retorna, dando-lhe permissão para cortar pau-brasil para a Companhia.” ⁴¹⁶⁰

Para comercializar na colônia e abastecer-la compravam farinha da população civil, principalmente de lavradores e senhores de engenho. O Conselho Político, neste caso, determina “Que Sua Nobreza compre a maior quantidade possível de farinha, tanto para a manutenção dos Tapuias, que estamos esperando, quanto para todas as outras ocasiões de urgência.” ⁴¹⁶¹ Devido à falta de víveres a farinha em muitos casos eram distribuídas entre os soldados no lugar de pão, pois a farinha era

(...) altamente necessária ao nosso exército, a partir deste momento o Senhor Gonçalo de Souza, português, receberá ordens e autorização para procurar farinha em todas as nossas conquistas e ele deverá comprá-la e trazê-la para a Companhia, comprometendo-se a pagar 6 ‘schellingen’ para cada alqueire. ⁴¹⁶²

Os diretores dos XIX enviavam para a colônia víveres, dinheiro, material de equipagem entre outras mercadorias. Só que além dos recursos enviados os conselheiros também compravam as mercadorias na colônia aos comerciantes livres e aos cidadãos-livres, principalmente as mercadorias que estavam em falta nos armazéns da Companhia.

Nós compramos de Maertens Gerritsz, para benefício da Companhia, das provisões do navio carregado ‘Spitsbergen’, os seguintes materiais: 21 estacas finas e longas: dois ‘joffers’: 112 ‘delen’: 15 carrinhos de mão: 2 rodas para dito: 18 machados grandes: 8 facas. Quando ele chegar na Pátria os materiais supracitados serão pagos pelos Senhores Governadores da Companhia privilegiada das Índias Ocidentais. ⁴¹⁶³

Compravam linho para cuidar do ferimento dos soldados visto que estava em falta nos armazéns e compravam tecido para confeccionar as roupas dos soldados que se queixavam da falta das mesmas.

Adquirido de [...], cidadão-livre, 37 ‘el’ de linho grosso de má qualidade para cuidar dos feridos, visto que nem linho novo nem velho foi encontrado em poder dos Comissários ou Commissen. Ordens foram dadas ao Caixa da tesouraria para que ele pague 18 stuivers por ‘el’ de linho. ⁴¹⁶⁴

Além de mercadorias para consumo os conselheiros também compravam de particulares açúcar “Hoje o presidente comprou do português senhor Antonio de Rocha, 20 caixas de açúcar branco de 13 ‘schellingen’ por arroba, e de um certo Diogo, 24 caixas de 12 ‘schellingen’ por arroba.” ⁴¹⁶⁵ O açúcar chegava até os armazéns da Companhia por outras vias além da compra. Sendo entre elas o confisco, os conselheiros confiscavam qualquer coisa na colônia, principalmente, engenhos e açúcar. E se fosse encontrado caixas de açúcar em engenhos abandonados, eles pertenciam a Companhia. Portanto, deveriam ser entregues ao Conselho Político todo o açúcar encontrado e ainda por encontrar nos engenhos abandonados.

⁴¹⁶⁰ IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 27/03/1635

⁴¹⁶¹ IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 20/01/1636

⁴¹⁶² Idem 28/01/1636

⁴¹⁶³ Idem 24/01/1636

⁴¹⁶⁴ Idem 28/01/1636

⁴¹⁶⁵ Idem 22/04/1035

(...) o Senhor Schott forneceu uma lista de mais ou menos 60 caixas de açúcar, que de acordo com as informações que ele tinha recebido estavam espalhadas e escondidas pelo país. Estas informações lhe foram fornecidas por seus amigos. Estas caixas de açúcar pertenciam a pessoas que fugiram e que, por isso, agora pertencem consequentemente à Companhia. Por isso, faremos de tudo para que estas caixas sejam encontradas para o lucro da Companhia. ⁴¹⁶⁶

Outra forma do açúcar chegar até a Companhia era através de saques a navios que saíam da Bahia em direção a Portugal e antes de 1635 também eram provenientes de saques a navios que saíam do sul de Pernambuco e das capitânicas ao norte de Pernambuco. Em relação a essa questão Nascimento relata o seguinte. “(...) eram em portos ainda não conquistados que passavam os groote profijten (grandes lucros), os quais a WIC só obtinham mediante apreensões.” ⁴¹⁶⁷

O navio ‘Enckhuizen’, que estava navegando no litoral baiano, chegou trazendo um navio de Lübeck, que tem mais ou menos 350 lastros, com 27 peças de artilharia, carregado com 1900 caixas de açúcar, um pouco de tabaco e uma boa quantidade de pau-brasil. O navio foi conquistado no dia 18 do mês passado por ele e pelos navios ‘Salamander’, ‘Walcheren’, ‘De Faem’ e ‘Dordrecht’, numa distância de mais ou menos 8 a 9 milhas da costa. ⁴¹⁶⁸

O açúcar também poderia ser adquirido pelos conselheiros mediante pagamento de dívidas. Uma delas era através da venda de engenhos que haviam sido confiscados pela Companhia e era vendido para terceiros entre eles luso-brasileiros e holandeses. O pagamento poderia ser feito em dinheiro ou em caixas de açúcar. Caso o senhor de engenho estivesse em débito com a Companhia e o pagamento estivesse atrasado, negociava a entrega de toda a produção do açúcar, ou seja, todo o açúcar produzido deveria ser entregue a Companhia para saldar as suas dívidas. Com a entrega de todo o açúcar produzido, os senhores de engenho tinham dificuldades de prover o seu sustento recorrendo, neste caso, a empréstimos e se endividando cada vez mais. Isto, gerava descontentamento do poder local representado pela elite açucareira contra a administração holandesa. De acordo com o relatório de A. van Bullestrate

Alguns senhores de engenho queixam-se de que dificilmente podem pagar à Companhia, por terem comprado os engenhos a outros que anteriormente os tinham adquirido a ela, e com a promessa de lhes pagar o seu lucro; que devendo pagar esse lucro aos vendedores, não poderiam satisfazer à Companhia o débito contraído, no tempo determinado. Pediam que se determinasse ou que os vendedores tivessem paciência no recebimento dos seus lucros, até a Companhia recebesse as suas prestações, ou que eles pudessem satisfazer anualmente, pro rata, os seus compromissos. ⁴¹⁶⁹

Os senhores de engenho deviam não só a Companhia, mas também aos comerciantes e estes se queixavam que a Companhia ao cobrar as suas dívidas, recebiam como pagamento todo o açúcar produzido, não deixando absolutamente nada, para que os senhores de

⁴¹⁶⁶ IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 23/09/1636

⁴¹⁶⁷ NASCIMENTO. Op. Cit., p. 100

⁴¹⁶⁸ IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 02/08/1635

⁴¹⁶⁹ MELLO. Op. Cit., p. 154.

engenho também possam quitar os seus débitos com os comerciantes. O não pagamento acarretava juros que aumentava consideravelmente as suas dívidas. Deixando, portanto, tanto os comerciantes quanto senhores de engenho e lavradores insatisfeitos. Neste caso Antônio G. de Mello diz o seguinte, “Os comerciantes livres e comissários mostraram-se descontentes e bastante revoltados, porque a Companhia tirava os açúcares dos engenhos antes deles, sendo que eles também, tanto quanto a Companhia, eram credores dos senhores de engenho.”⁴¹⁷⁰

Apesar dos Senhores dos XIX permitirem que os comerciantes realizassem as suas atividades na colônia, e nos primeiros anos da conquista os próprios conselheiros políticos apoiaram esta decisão e ficaram satisfeitos com a liberdade concedida aos comerciantes livres. Nos anos posteriores os novos membros do Conselho Político tornam-se contrários à liberdade de comércio que era dada pela Companhia aos comerciantes livres. Pois, estes eram vistos com desconfiança “A presença inadvertida de portugueses não era tolerada. Qualquer luso-brasileiro poderia ser visto como um possível espião.”⁴¹⁷¹ Portanto, para tentar diminuir e impedir a entrada de luso-brasileiros no Recife algumas medidas foram adotadas pelo Conselho Político.

No ano de 1635 os Diretores dos XIX decidiram pela abertura do comércio colonial para particulares.⁴¹⁷² E nesse mesmo ano, o Conselho Político proibiu a entrada de portugueses no Recife. Alegando que os portugueses, utilizando-se do pretexto de comércio, vinham apenas espionar as atividades dos conselheiros e a situação da colônia. Como no Recife não havia bens de comércio, a presença de portugueses no Recife era desnecessária.⁴¹⁷³ Essa proibição teve a aprovação e autorização dos Diretores dos XIX.

Além da proibição de entrar no Recife, os portugueses também foram proibidos de permanecer nos fortes. “Um certo edital que nós já havíamos publicado e pendurado, a saber, que nenhum português tinha permissão de ficar no Recife ou em um de nossos fortes, foi renovado, complementado e publicado novamente.”⁴¹⁷⁴ Os cidadãos-livres foram proibidos pelo Conselho Político de vender víveres aos portugueses ou de fornecer esses víveres de qualquer outro modo.⁴¹⁷⁵ Ficou estabelecido pelos Diretores dos XIX que os conselheiros não deveriam se descuidar da vigilância dos portugueses, principalmente, das correspondências. Para evitar o contato com os portugueses que viviam no domínio português. Sendo, neste caso, os acusados de espionagem severamente punidos⁴¹⁷⁶

Estas correspondências eram destinadas a capitania da Bahia ou as guerrilhas portuguesas. Relatando as condições dos fortes, do armazenamento de víveres, da administração do Conselho Político, das fragilidades da capitania. Essas correspondências tinham como remetente os comerciantes livres, os moradores, que teoricamente haviam jurado obediência e lealdade ao governo holandês, mas também provinham dos franciscanos e jesuítas. Sendo esses, expulsos da colônia acusados de espionagem.

“(…) havíamos interceptado uma missiva escrita pelo senhor Dom Pedro Manuel de Santa Maria, monge franciscano e Guardião na Paraíba, na qual ele escreve a alguém que se encontra ao lado do General Luiz de Borja a situação de nossos fortes e construções de defesa e algumas maneiras para fazer a reconquista da Paraíba e para destruir nosso estado, tendo em vista que entre outros também se alega que os jesuítas mandam copiar todos os

⁴¹⁷⁰ Idem p. 240

⁴¹⁷¹ IAHP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen p. 169

⁴¹⁷² Carta da Câmara de Amsterdã ao Conselho Político datada, de 01 de Agosto de 1635. WIESEBRON. Op. Cit., p. 135

⁴¹⁷³ IAHP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 29/05/1635

⁴¹⁷⁴ IAHP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 08/01/1636

⁴¹⁷⁵ Idem 22/04/1636

⁴¹⁷⁶ Carta da Câmara de Amsterdã ao Conselho Político datada, de 31 de Julho de 1635. WIESEBRON. Op. Cit., p. 139

nossos assuntos de Estado os mensageiros secretos e inventam de tudo, mostrando meios que possam nos derrubar.”⁴¹⁷⁷

Posteriormente os Diretores dos XIX autorizaram a volta dos jesuítas e franciscanos para colônia, com a condição de que residissem num local afastado dos moradores.⁴¹⁷⁸ Em 1635 os conselheiros estabeleceram uma nova lei. Nessa nova lei, os comerciantes livres e os cidadãos livres estavam proibidos de trazerem para o Recife, açúcar ou qualquer outra mercadoria sem que tenha sido anteriormente inspecionada pelos Senhores da Câmara ou um de seus representantes. E sem que tenham recebido a permissão da Companhia para entrar com essas mercadorias no Recife. O descumprimento dessas ordens acarretaria no confisco dos bens por parte da Companhia.⁴¹⁷⁹

“Gonçalvo de Almeida, primo de Juan de Juarez, habitante de Muribeca, veio ontem à noite aqui com um pequeno barco português, vindo da Barreta e passando pela Ilha ao lado do Forte Amélia. Ele trazia duas caixas de açúcar branco e, mesmo tendo sido informado que não podia entrar com elas, antes de ter dado satisfação à Companhia, e os portões já tinham sido fechados em todos os lugares, tentou entra, passando pela paliçada. Visto que não pode se permitir que os direitos da Companhia sejam colocados de lado, ele deverá ser punido para que sirva de exemplo para os outros. Enquanto isto se sucedeu, depois que os portões foram fechados, este ato será considerado como um crime capital. Assim, os Senhores do Conselho deliberaram sobre o assunto em termos judiciais e, vendo que ele fez isto pela primeira vez, as suas caixas de açúcar serão confiscadas pela Companhia nas estradas, e ele foi advertido para não mais cometer tais erros, caso contrário será punido mais severamente.”⁴¹⁸⁰

No ano de 1636, a inspeção das mercadorias destinadas para os portos e armazéns do Recife, foram transferidas para a capitania da Paraíba. Onde seriam abertas e examinadas, isto seria feito de acordo com o edital. Sob o pretexto de que no Recife essas inspeções seriam difíceis de serem executadas e onde estas mercadorias correriam um grande risco de serem contrabandeadas. Principalmente, por causa da grande quantidade de pessoas encarregadas de desempacotar e embalar as mercadorias. Portanto, ficou estabelecido que os bens de comércio seriam revistados na Paraíba, sendo essa tarefa executada, pelo Auditor e pelo Comissário de bens da Paraíba. Tendo consciência de que essas fiscalizações deveriam serem feitas no Recife.⁴¹⁸¹

O Conselho Político também proibiu os comerciantes e cidadãos-livres de venderem os bens de comércio nas estradas, principalmente alimentos e bebidas alcóolicas. Essas mercadorias deveriam ser vendidas em frente à sede do Conselho Político onde seria implantada uma feira, “para que ali sejam vendidos a todas as pessoas de acordo com o peso e o tamanho que lhes forem indicados, correndo o risco de confisco, e podendo ser punidos segundo alguns outros artigos relacionadas à justiça.”⁴¹⁸²

Neste período o Conselho Político estava tentando sanar os problemas na colônia por causa da crise financeira, principalmente por causa da falta de dinheiro. A Companhia não

⁴¹⁷⁷ IAHP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 06/02/1636

⁴¹⁷⁸ Carta da Câmara de Amsterdã ao Conselho Político datada, de 12 de Novembro de 1635. WIESEBRON. Op. Cit., p.141

⁴¹⁷⁹ IAHP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 28/01/1635

⁴¹⁸⁰ IAHP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 29/04/1635

⁴¹⁸¹ Idem 7/01/1636

⁴¹⁸² Idem 28/04/1635

tinha “dinheiro em caixa, nem bens de comércio nos armazéns.”⁴¹⁸³ Recorrendo a empréstimos, a compras de mercadorias com pagamento sendo feito com açúcar. Utilizavam também a água ardente e o vinho como forma de pagamento, nas atas das Nótulas Diárias essas bebidas foram utilizados para pagar o pau-brasil fornecido pelo contratadores.

Os conselheiros também faziam trocas comerciais, compravam a crédito e autorizavam a compra de mercadorias em seu nome como forma de pagamento. “Jacob Duinkercker pediu na reunião se ele pode receber algum dinheiro pela madeira que ele forneceu a crédito para que ele possa pagar seus trabalhadores e também algum vinho e óleo”⁴¹⁸⁴ E também para pagar as pessoas que ele estava devendo, porém o Conselho Político não possuía dinheiro em caixa para fazer o pagamento. Neste caso, foi-lhe permitido comprar a crédito alguma mercadoria de comerciantes ou de cidadãos livres em nome da Companhia.

Também utilizavam vales como promissória para pagamentos de mercadorias. O comerciante livre português Aleixo Peres da Mota, forneceu para a Companhia algumas caixas de açúcar que deveriam ser enviadas para a Pátria, sendo que as marcas das caixas foram tiradas e substituídas pelas marcas da Companhia. O açúcar foi enviado para as Províncias Unidas, sendo que o comerciante requer uma indenização. Os conselheiros fizeram um acordo com o comerciante prometendo lhe pagar 12 schellingen para cada arroba de açúcar branco e 6 schellingen para cada açúcar mascavo. “O total é de 1800 ‘carolus’ florins, pelo qual lhe foi dado um vale em nome da Câmara do Maas [Rotterdam], a menos que o açúcar parta no ‘De Goude Leeuw’ (o Leão Dourado).”⁴¹⁸⁵

O Conselheiros compravam algumas mercadorias contando com os recursos enviados pelos Senhores dos XIX, sendo que na maioria dos casos, o dinheiro enviado não eram suficientes para supri os gastos da Companhia, principalmente para saldar as dívidas que os Conselheiros políticos contraíram em nome da mesma.

“Uma parte de nossas tropas e dos nossos navios se viu obrigado, por causa de uma grande falta de alimentos no mês de fevereiro, a partir para Barra Grande e Porto de Calvo, para que ali pudessem encontrar alimentos para sobreviver. Ali, chegando, eles expulsaram o conde Bagnuolo de Porto Calvo. Os habitantes estavam preparados a se juntarem a nós e de negociarem conosco. Assim, o Nobre senhor Almirante e o senhor fiscal pediram urgentemente dinheiro para poderem comprar animais e farinha para assegurar a manutenção das tropas, que lá estão estacionadas. Eles também requerem que, no caso da Companhia não ter dinheiro no caixa, nem bens de comércio nos armazéns, se é possível que eles busquem um bom cargo dos comerciantes e lhes mandem o mesmo. Assim, vendo as necessidades, isto foi permitido e se entrou em um acordo com o senhor Johannes Terwijden para que se compusesse uma carga de diferentes bens de comércio por uma soma de 2292 florins e 12 stuivers”⁴¹⁸⁶

Os conselheiros, em alguns casos, utilizavam como pagamento dos salários de seus funcionários bens de comércio. Estes bens seriam adquiridos de comerciantes livres ou de cidadão-livres. “Ordens foram dadas aos comerciantes livres para que fornecessem ao Senhor Isaac du Tuijn bens de comércio a uma soma equivalente a 300 florins, que servirá como pagamento do restante do dinheiro que ele ganhou com a manutenção do forte de Orange.”⁴¹⁸⁷ Uma medida adotada pelos conselheiros para a comercialização de açúcar, era

⁴¹⁸³ Idem 22/10/1635

⁴¹⁸⁴ Idem 12/10/1635

⁴¹⁸⁵ IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 06/08/1636

⁴¹⁸⁶ Idem 22/10/1635

⁴¹⁸⁷ Idem 31/03/1636

vender uma parte do açúcar à vista e outra parte a prazo. Sendo que esta venda seria feita mediante leilão, os conselheiros não estavam satisfeitos com essa decisão, mais por causa da falta de dinheiro os conselheiros não encontraram outra solução.

A falta de dinheiro em espécie fez com que os Senhores, muitas vezes, resolvessem vender o açúcar mal condicionado e o açúcar molhado que pertencia a Companhia e, várias vezes, o mesmo foi vendido à vista. Até agora nós decidimos agir, como supracitado, contra a vontade, tendo em vista, que fomos obrigados por causa da falta de dinheiro em caixa. Ficou decidido de vender 2/3 do açúcar à vista e o resto, 1/3, a ser pago em prestação daquilo que os vendedores deveriam fornecer. A venda será realizada amanhã, dia um de agosto, no martelo, àquele que pagar a soma mais alta. Para presidir a venda foram convocados pelo Conselho o Senhor Stachouwer e o senhor Robberts.

4188

Estas decisões não solucionavam a crise financeira da colônia apenas adiava o pagamento das dívidas, em muitos casos, contraindo mais dívidas. A Companhia era a principal credora na colônia, pois emprestaram dinheiro para a reconstrução e ativação dos engenhos destruídos durante as invasões. E também era uma das principais devedoras, deviam não só aos comerciantes, mas também aos moradores.

Hoje recebemos uma missiva da Paraíba, do senhor Carpentier, dizendo que ele ali precisava de todo tipo de materiais, como por exemplo, pás, para as obras do forte que estão sob sua responsabilidade. Sua Nobreza também pedia uma enorme soma em dinheiro porque a Companhia devia muito aos moradores deste local. ⁴¹⁸⁹

Os comerciantes e cidadãos-livres no ano de 1635 se recusam a vender mercadorias para a Companhia, pois não tinham certeza do pagamento das mesmas. "(...) os comerciantes livres não querem colaborar ou fornecer para a prosperidade da Companhia." ⁴¹⁹⁰ Também negavam-se a vender a crédito as mercadorias para a Companhia, pois várias pessoas estavam devendo aos comerciantes-livres. Estes não viam vantagem em vender suas mercadorias para o Conselho Político, pois os conselheiros possuíam pouco dinheiro em caixa, sendo-lhes muito difícil saldar as suas dívidas.

Também se levou em consideração que o exército deverá ser abastecido continuamente de farinha e animais, assim como outros lugares que quase não tem mais nada. Para realizar esta operação quase não teríamos mais dinheiro em caixa e os portugueses não querem vender a crédito porque muitos já estão lhe devendo. ⁴¹⁹¹

Não só os comerciantes se negavam a negociar com os conselheiros, os habitantes também se negavam a fornecer farinha e animais para o Conselho Político abastecer os soldados nos fortes e nos campos de batalha. Para solucionar este problema o Conselho Político decidiu pedir um empréstimo ao comerciante livre Isaac de Rassièrre e o pagamento seria feito com açúcar, este seria enviado do Cabo. ⁴¹⁹²

⁴¹⁸⁸ IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 30/07/1636

⁴¹⁸⁹ Idem 13/08/1635

⁴¹⁹⁰ Idem 21/06/1635

⁴¹⁹¹ Idem 13/09/1635

⁴¹⁹² IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 17/11/1635

Os moradores influenciados pelos oficiais portugueses se recusavam a negociar com os conselheiros.⁴¹⁹³ Esses oficiais foram levados para o forte Prins Willen (Príncipe Guilherme) na região de Afogados onde seriam vigiados para impedir que influenciassem a população contra os holandeses. Os comerciantes livres e os cidadãos-livres também se dedicavam ao comércio ilegal contrabandeando mercadorias da Companhia e dando-lhe sérios prejuízos. Contrabandeavam víveres, água ardente, farinha, pau-brasil, coco.

Os cidadãos-livres Geronimo Bartholomeus e Gilbert Ritskur compraram mercadorias roubadas da Companhia e ambos tinham conhecimento da procedência das mesmas. Como punição o Conselho Político estabeleceu que ambos deveriam andar pelo Recife com um tronco preso nos ombros e seriam escoltados pelo assistente do algoz. Outra opção estabelecida pelos conselheiros como punição era o pagamento de uma multa na quantia de 150 florins.⁴¹⁹⁴ Um outro delito que os comerciantes cometiam contra as ordens e leis do Conselho Político era a omissão de mercadorias, essa omissão acontecia na declaração que os comerciantes tinham que fazer das mercadorias importadas e exportadas. Como punição deveriam entregar a mercadoria que havia sido omitida e está era dívida entre a Companhia e o fiscal.

Jacques Hack, comerciante livre daqui, recebeu da Holanda em certo pacote com pano de algodão no qual 22 meias de seda foram encontradas, meias que tinham sido omitidas na declaração. Por isto ele foi condenado a entregar as meias que serão divididas em $\frac{3}{4}$ para a Companhia e $\frac{1}{4}$ para o Fiscal.⁴¹⁹⁵

O contrabando de mercadorias ocorriam nas estradas e nos próprios navios da Companhia. “Também foi discutido o problema do contrabando de víveres, que está sendo feito pela tripulação dos navios carregados que aqui estão ancorados”⁴¹⁹⁶. Os conselheiros decidiram se caso fosse comprovado a participação dos tripulantes no contrabando que seriam severamente punidos. Em 1636 o Conselho Político decidiu que o açúcar da Companhia seria armazenado num local diferente do açúcar de particulares, para evitar contrabando. “O senhor Robberts foi convocado para dividir o armazém, a saber, que o açúcar da Companhia seja colocada num local distinto do açúcar de terceiros, para que desta forma possamos evitar, descobrir melhor ações fraudulentas.”⁴¹⁹⁷

Os Diretores dos XIX pediam aos conselheiros que fiscalizassem pessoalmente a atuação dos responsáveis pelo armazéns para que não houve contrabando das mercadorias. O Conselho Político sendo responsável por gerir o comércio na colônia se deparava com os interesses particulares dos cidadãos-livres e dos comerciantes livres. Os conselheiros defendiam os interesses da Companhia das Índias Ocidentais, está almejada alcançar altos lucros com o comércio de açúcar, comércio esse que exigiu altos investimentos com a invasão, conquista e permanência dos neerlandeses na colônia.

Sendo que a falta de dinheiro dificultava a comercialização dos produtos na colônia, pois os conselheiros não conseguiam saldar as suas dívidas. Dívidas essa contraídas com os lavradores, senhores de engenho, comerciantes livres, com os cidadãos-livres. Estes também contraíam dívidas com a Companhia para investirem o dinheiro em seus negócios. Outros o utilizaram para a reconstrução e reativação dos engenhos e conseqüentemente da produção açucareira. Os senhores de engenho eram os principais devedores da Companhia, mas também deviam aos comerciantes livres.

Nos anos de 1635 a 1636, os conselheiros tentaram se adaptar as exigências econômicas da colônia investindo o capital da Companhia no comércio de açúcar e pau-

⁴¹⁹³ Idem 29/09/1635

⁴¹⁹⁴ Idem 04/04/1636

⁴¹⁹⁵ Idem 04/04/1636

⁴¹⁹⁶ Idem 19/04/1635

⁴¹⁹⁷ Idem 28/08/1636

brasil. E aplicava medidas e resoluções que afetavam diretamente o comércio dos cidadãos-livres e dos comerciantes livres. Estes deveriam obedecer as ordens dos conselheiros, caso desejassem permanecer e comercializar na colônia. Já os cidadãos-livres não eram mais funcionários da Companhia na teoria mas na prática continuavam a serviço da mesma, caso está necessita-se de seu auxílio, contudo não seria remunerados pelo Conselho Político, pois não faziam parte do quadro de funcionários. Na maioria dos casos, prestavam serviços comerciais a Companhia como contratados.

ELITES INDÍGENAS NOS ESPAÇOS DE PODER DO IMPÉRIO ULTRAMARINO PORTUGUÊS: DOM SEBASTIÃO PINHEIRO CAMARÃO E A GUERRA DOS MASCATES (1710 – 1711)

*Jean Paul Gouveia Meira*⁴¹⁹⁸
jeanpaulgmeir@gmail.com

Resumo: Este artigo teve como principal objetivo analisar a trajetória política da liderança indígena Tupi (Potiguara), Sebastião Pinheiro Camarão, quando ocupou o cargo de Governador Geral dos Índios (1694 – 1721), assim como sua participação na chamada Guerra dos Mascates (1710 – 1711), ao liderar um terço de soldados indígenas, em aliança com os mascates de Recife, contra os senhores de engenho de Olinda. Ao longo deste estudo, constatei que Dom Sebastião, além de obter recompensas e ascensão social, imprimiu significados indígenas para um conflito não indígena ocorrido na Capitania Real de Pernambuco. Para efetivação desta pesquisa, dialoguei com as obras do historiador pernambucano Evaldo Cabral de Mello, mas também com manuscritos coloniais, localizados no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.

Palavras-chave: Elites Indígenas; Guerra dos Mascates e Índios Potiguara

Por muito tempo acreditou-se que elites eram aqueles que ocupavam lugares de destaque em determinado grupo social, Estado, etc. Ou seja, tratava-se de indivíduos destacados pela fortuna, que dominavam os espaços de representação simbólica de determinada cultura. Porém, o conceito de poder diversificou-se e lida com manifestações e ações políticas dos mais diversos agentes históricos. Devemos olhar para poderes efetivos, antes de olhar para o direito ou para o sistema social. Identificar indivíduos, antes de lugares institucionais ou posições de classe.⁴¹⁹⁹

Nesse sentido, houve o processo de formação de elites no mundo atlântico português, não somente constituído pelos grandes proprietários, ou pela qualidade do nascimento, mas, principalmente, pelos beneficiários das mercês régias. Pessoas das mais diversas origens sociais podiam receber privilégios pelos serviços prestados. Tais mercês reforçavam o caráter corporativo da monarquia portuguesa.⁴²⁰⁰

⁴¹⁹⁸ Doutorando em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Bolsista da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa (FAPESPA). Orientador: Dr. Mauro Cezar Coelho.

⁴¹⁹⁹ HESPANHA, António Manuel. Governo, elites e competência social: sugestões para um entendimento renovado da história das elites. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). **Modos de governar:** idéias e práticas políticas no Império Português (séculos XVII a XIX). 2ª edição. São Paulo: Alameda, 2007. p. 40.

⁴²⁰⁰ FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de

De acordo com Nuno Gonçalo Monteiro, no século XV, ocorreu um deslocamento do atributo de nobreza em Portugal, e em suas possessões no Ultramar, para outros serviços prestados, e não apenas levando em consideração à pureza de sangue, à qualidade do nascimento, às funções militares, administrativas e jurídicas.⁴²⁰¹

O surgimento da categoria de “nobreza da terra” estava ligado aos méritos, conquista e povoamento praticado por indivíduos nos territórios do império atlântico português. Quanto mais leias e úteis ao monarca, maiores seriam as possibilidades de adaptação à nova ordem social vivenciada pelos mesmos.⁴²⁰²

Se os monarcas não recompensassem, com justiça, os seus súditos, seria impossível ampliar e preservar as fronteiras do império, cobrar impostos e impor as leis régias. Para valer o seu poderio, o rei reforçava, em âmbito local, a honra e os privilégios dos seus vassallos por meio das dádivas, ou seja, títulos nobiliárquicos, tenças, isenções, insígnias, e prestígio social.

Daí, portanto, averiguamos a necessidade de se criar uma política de enobrecimento das lideranças indígenas, na tentativa de reforçar as alianças para sustentar e sedimentar o projeto de colonização na América portuguesa. Os requerimentos, gestados pelas lideranças indígenas, normalmente legitimados pelos governadores, não deviam ser ignorados, pois possibilitavam a adequação das estruturas de poder monárquico às realidades locais, como eram, principalmente, nos aldeamentos e vilas submetidas a tais chefias.⁴²⁰³

Os serviços e as benesses mais requeridas foram aquelas diretamente relacionadas com a guerra, as comendas das ordens militares, sobretudo o hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo⁴²⁰⁴. Os cargos administrativos, dentre muitos outros ofícios menores, também eram, frequentemente, solicitados.⁴²⁰⁵

Os corpos militares constituíram-se como o principal espaço de participação política dos indígenas na sociedade colonial. Tanto os terços de índios, quanto as companhias de ordenanças e forças auxiliares possuíam importante papel na defesa da ordem pública e na conservação das estruturas do poder monárquico nas inúmeras aldeias, vilas, cidades e lugares do Império Ultramarino.⁴²⁰⁶

Mesmo que nem todos tivessem sido recompensados, o mais importante esteve no comportamento nobre praticado por tais chefes indígenas. Assim existia, de fato, grande expectativa para com a premiação, o que estimulava cada vez mais a prestação de serviços.

Fátima (orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 44.

⁴²⁰¹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Governadores e capitães-mores do império atlântico português no século XVIII. In: BICALHO, Maria Fernanda Baptista e FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português – séculos XVI-XIX**. São Paulo: Alameda, 2005. p. 97.

⁴²⁰² BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. In: **Almanack Braziliens**, São Paulo, nº 2, pp. 21-34, 2005. p. 23.

⁴²⁰³ ROCHA, Rafael Ale. **Os oficiais índios na Amazônia Pombalina**. Sociedade, Hierarquia e Resistência (1751-1798). Rio de Janeiro: UFF, 2009. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2009. p. 51.

⁴²⁰⁴ A Insígnia de Cavaleiro Professo na Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo foi criada em 1319 para servir de transferência das propriedades e privilégios dos chamados Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão, mais conhecidos como Templários ou Cavaleiros da Ordem do Templo, que foram perseguidos pelo Papa Clemente V e pelo rei da França, Felipe IV, desde 1314, por causa das cerimônias de iniciação secreta desses Templários. Cf. KRAUSE, Thiago Nascimento. **Em Busca da Honra: A Remuneração dos Serviços da Guerra Holandesa e os Hábitos das Ordens Militares (Bahia e Pernambuco, 1641-1683)**. São Paulo: Annablume, 2012.

⁴²⁰⁵ *Idem, ibidem*. p. 29.

⁴²⁰⁶ CANCELA, Francisco Eduardo Torres. **De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga Capitania de Porto Seguro (1763 – 1808)**. In: Salvador, BA: UFBA, 2012. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFBA, 2012. p. 218.

Não ter o mérito na sociedade colonial passava a ser considerado um demérito. Servir ao rei tornou-se praticamente um meio de vida para pessoas de estrato social diversificados, inclusive para as lideranças indígenas.

Por sua vez, as lideranças indígenas passaram a valorizar cada vez mais sua participação em postos oficiais do império ultramarino, na tentativa de assegurar e reforçar o apoio militar dado pela burocracia portuguesa contra indígenas de vários povos inimigos.⁴²⁰⁷ Segundo Almir Diniz de Carvalho Júnior, a liderança indígena não dizia mais respeito ao chefe tradicional que existiu em determinado povo. O status de “Principal” foi um reconhecimento posterior que o poder colonial realizou da função já existente: o que antes se tratava de chefes aliados passou a ser considerado como vassalos.⁴²⁰⁸

As novas concessões para as chefias indígenas, de certa forma, provocaram relações de desigualdades não somente com relação aos membros de determinado povo indígena, mas também levando em consideração aos demais grupos presentes no mesmo aldeamento. A possibilidade, por exemplo, do “Principal” usufruir do trabalho compulsório, não pago, de outros indígenas desempenhou um papel fundamental na consolidação deste processo de diferenciação social.⁴²⁰⁹

A investigação deste artigo se fundamenta na compreensão, por parte das lideranças indígenas, dos seus direitos assegurados pelo Registro Geral das Mercês, das Ordenações Filipinas⁴²¹⁰, então vigente no império ultramarino português, ao longo do século XVII. Tal legislação dava aos indígenas condições distintas da dos demais vassalos do rei. Ao ingressarem nos aldeamentos, estes indivíduos tornavam-se súditos cristãos do monarca português e tinham obrigações, além de recompensas específicas, próprios de sua categoria enquanto “índios aldeados”.

Segundo Maria Regina Celestino de Almeida, esses indígenas aldeados tinham o direito à terra, embora uma terra bem mais reduzida que a sua original; tinham direito a não se tornarem escravos, embora fossem obrigados ao trabalho compulsório. As lideranças tinham direito a títulos nobiliárquicos, cargos, salário e prestígio social.⁴²¹¹

Nesse contexto, atuando como intermediários entre as demandas de determinado povo indígena e a realidade da colonização portuguesa, as lideranças indígenas souberam se valer dos seus direitos conforme várias petições que apresentavam para autoridades coloniais ou metropolitanas.

1. “Merecedores de toda honra”: A Família Camarão (1630 – 1732)

Os líderes indígenas da família Tupi (Potiguara) Camarão desfrutaram, por mais de cem anos, de cargos oficiais no império ultramarino português, notadamente a patente do posto de Governador Geral dos Índios, que concedia para as referidas lideranças, o controle geral

⁴²⁰⁷ DOMINGUES, Ângela. **Quando os Índios Eram Vassalos: Colonização e Relações de Poder no Norte do Brasil na Segunda Metade do Século XVIII**. Lisboa: CNCDP, 2000. p. 289.

⁴²⁰⁸ CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. **Índios Cristãos: A Conversão dos Gentios na Amazônia Portuguesa (1653 – 1769)**. Campinas, SP: Unicamp, 2005. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Unicamp, 2005. p. 218.

⁴²⁰⁹ SAMPAIO, Patrícia. **Espelhos Partidos: Etnia, Legislação e Desigualdade na Colônia. Sertões do Grão-Pará, c. 1755 – c. 1823**. Rio de Janeiro: UFF, 2001. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2001. p. 56.

⁴²¹⁰ Informações recolhidas pelos guardas-mores ou cronistas-mores (escrivães) da Torre do Tombo, que desde a época medieval se constituiu em uma instituição de guardar documentos, sobre a chancelaria das ordens militares, a concessão ou não das cartas patentes, dos títulos nobiliárquicos, ou seja, das mercês desejadas, notadamente no período de Filipe II.

⁴²¹¹ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Cultura política indígena e política indigenista: reflexões sobre etnicidade e classificações étnicas de índios e mestiços (Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX)**. In: AZEVEDO, Cecília *et al.* (orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 214.

dos aldeamentos indígenas e dos chamados terços de índios⁴²¹², composto por soldados indígenas de vários povos.

O cargo de Governador Geral dos Índios surgiu durante as guerras contra os neerlandeses⁴²¹³ em Pernambuco, para recompensar os feitos militares do Capitão-Mor dos Índios Potiguara, Antônio Filipe Camarão, e consolidou a Família Camarão dentro de uma conjuntura de dificuldades financeiras e inúmeras guerras vivenciadas pela Coroa portuguesa.

Não se sabe ao certo a data e o local do nascimento de Antônio Filipe Camarão, apesar do esforço de muitos pesquisadores. Na historiografia brasileira há imprecisão e, principalmente, bastante controvérsia se o mesmo teria nascido em alguma aldeia localizada na Paraíba, em Pernambuco ou no Rio Grande do Norte.

Estudos realizados por José Antônio Gonsalves de Mello apontaram que, muito antes da chegada dos neerlandeses, existiu um chefe dos índios Potiguara, chamado Potiguaçu, provavelmente nascido em 1580, e que no seu batismo cristão, realizado no dia 13 de junho de 1612, recebeu, em Pernambuco, o nome de Antônio Filipe Camarão.⁴²¹⁴

Por sua vez, Fátima Martins Lopes analisou a trajetória de Potiguaçu, mais conhecido como “Camarão Grande”, que junto com outro chefe Potiguara chamado Zorobabé, foram os principais responsáveis pelos acordos de paz com os portugueses, após a fundação da Capitania Real da Paraíba (1585), e as intermináveis batalhas sangrentas, que resultaram na morte dos seus parentes, na tomada das suas terras, assim como na fundação da Capitania Real do Rio Grande, em fins do século XVI.⁴²¹⁵

O chefe Potiguaçu teve solenemente o seu batismo em Pernambuco, no ano de 1612, quando recebeu o nome cristão de Antônio Filipe Camarão, em homenagem a Filipe II, juntamente com os seus filhos. Partiu nas expedições para as guerras de conquista do Maranhão, de onde não se teve mais notícias, deixando um dos seus filhos para ser doutrinado pelos jesuítas na aldeia de Meretibe, localizada na Capitania Real de Pernambuco, mais conhecida como Aldeia São Miguel.⁴²¹⁶

Segundo Ronaldo Vainfas, Manoel de Moraes foi promovido, em 1623, a Superior da Companhia de Guerra no Aldeamento de São Miguel em Pernambuco, sendo o mesmo distante duas léguas de Igarassu e sete de Olinda, onde tinha ao seu comando entre trezentos a seiscentos flecheiros indígenas. Em São Miguel, viviam indígenas Potiguara e Tabajara, com chefias diferentes, ambas subordinadas aos padres das missões.⁴²¹⁷

Duarte de Albuquerque Coelho, cronista das guerras contra os neerlandeses, relatou em suas memórias que o Governador Matias de Albuquerque tratou logo de mobilizar os aldeamentos jesuítas, dando poder aos padres da Companhia de Jesus para reunir em torno

⁴²¹² O Terço de Índios surgiu no projeto de colonização espanhola na América, ao longo do século XVII. Organização militar baseada na infantaria armada de piquetes, mas também misturada com soldados armados com arcabuzes e mosquetes. O imenso poderio de tal modelo resultou em rápido alcance mundial, sendo implantado pelo Império Ultramarino Português no mesmo século. Cf. SILVA, Kalina Vanderlei. **O Miserável Soldo e a Boa Ordem da Sociedade Colonial: Militarização e Marginalização na Capitania de Pernambuco dos Séculos XVII e XVIII**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2001.

⁴²¹³ Neste trabalho, optei pelo uso do termo “Neerlandeses”, ao invés de “Holandeses”, para designar um conjunto de indivíduos pertencentes à diversas origens socioculturais e linguísticas, que também, assim como estes últimos, fizeram parte da invasão e colonização de Pernambuco, e das demais capitanias do Norte do Brasil, em meados do século XVII, como os flamengos, zelandeses, gueldios, frisios, etc. Cf. VAINFAS, Ronaldo. **Traição: Um Jesuíta a Serviço do Brasil Holandês Processado pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 347.

⁴²¹⁴ MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Antônio Filipe Camarão: Capitão-Mor dos Índios da Costa do Nordeste do Brasil**. Recife: Universidade do Recife, 1954. p. 10.

⁴²¹⁵ LOPES, Fátima Martins. **Índios, Colonos e Missionários na Colonização da Capitania do Rio Grande do Norte**. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 2003. p. 54.

⁴²¹⁶ *Idem, ibidem*. p. 74.

⁴²¹⁷ VAINFAS, Ronaldo. *op. cit.* p. 30.

de si indígenas guerreiros, com o propósito de maior incorporação dos mesmos, assim como melhorar as fortificações.⁴²¹⁸

O jesuíta Manoel de Moraes foi um dos primeiros a atender o pedido de Matias de Albuquerque, sendo confiada a este a catequese de Antônio Filipe Camarão, então Capitão-Mor dos Índios Potiguara, na Aldeia de São Miguel. Mais tarde, em 1625, seria dada para ambos a missão de escorraçar os neerlandeses da Baía da Traição na Paraíba.⁴²¹⁹

À época dos embates contra os neerlandeses, a participação de “índios aliados”, sob o comando de Filipe Camarão, foi decisiva para as vitórias dos portugueses. Era evidente para Portugal a necessidade da boa relação com Filipe Camarão, pois o trânsito que ele possuía no interior das capitanias do Norte poderia tornar-se perigoso aos interesses metropolitanos, já que liderava um terço de índios que ia desde a aldeia dos Rodela no Rio São Francisco, até o Mopebu no Maranhão.⁴²²⁰

Segundo Diogo Lopes Santiago, para além das batalhas, Antônio Filipe Camarão se sobressaiu como o protetor dos moradores nas fugas registradas na Paraíba. Seus predicados valeram-lhe o posto de Governador Geral dos Índios, o título de Dom e o Hábito da Ordem de Cristo.⁴²²¹ Dom Antônio Filipe Camarão, de fato, foi o primeiro indígena a receber a patente de Capitão-Mor e Governador Geral dos Índios, na mercê concedida pelo soberano espanhol, Filipe IV, em 20 de agosto de 1636.⁴²²²

De acordo com Ronald Raminelli, percebe-se uma falta de informações sobre as suas mercês nos registros da monarquia portuguesa. O mesmo não ocorreu com seus companheiros de guerra, pois estes tiveram devidamente registradas suas recompensas. Na chancelaria da Ordem de Cristo, não existe processo de habilitação, nem a carta de hábito, nem o alvará para ser armado cavaleiro. Tendo ele “defeito mecânico e sangue impuro”, a dispensa papal também não foi localizada.⁴²²³

De todo modo, a promessa das mercês e o comportamento nobre de Filipe Camarão somaram-se aos seus inúmeros feitos. Em maio de 1648, aos 48 anos, Antônio Filipe Camarão morreu, depois de estar doente e afastado dos campos militares. Por sua lealdade e fervor religioso, ele foi enterrado com muita honra e pompa funeral, deixando seus comandados índios pesarosos de sua morte.⁴²²⁴

Para tanto, as honrarias concedidas para Antônio Filipe Camarão, e a vitória dos portugueses nas guerras contra os neerlandeses, significaram o reconhecimento da família Camarão junto à Coroa portuguesa, cujos parentes e descendentes passaram, cada vez mais, a reivindicar, ao longo do tempo, mercês e patentes pelos feitos e serviços prestados por D. Filipe à Coroa portuguesa, outrora não premiados.

Segundo José Antônio Gonçalves de Mello, os suplicantes de mercês podiam apresentar ao Conselho Ultramarino os serviços paternos, assim como ancestrais, que não resultaram, anteriormente, em mercês. De fato, a apresentação de serviços prestados por antepassados era prática recorrente no momento de se pleitear hábitos das ordens militares.⁴²²⁵

Após a morte de D. Antônio Filipe Camarão, sabemos que seu filho, Antônio João Camarão, não herdou do pai os privilégios devido aos graves incidentes, envolvendo mortes

⁴²¹⁸ COELHO, Duarte de Albuquerque. **Memórias da Guerra do Brasil**. São Paulo: Beca, 2003. p. 21.

⁴²¹⁹ VAINFAS, Ronaldo. *op. cit.* p. 31.

⁴²²⁰ ELIAS, Juliana. Militarização Indígena na Capitania de Pernambuco no Século XVII: Camarão, a História de um Título. **CLIO**. Revista de Pesquisa Histórica, Recife, nº25-2, p. 150-166, 2008. p. 157.

⁴²²¹ SANTIAGO, Diogo Lopes. **História da Guerra de Pernambuco**. Recife: CEPE, 2004. p. 426.

⁴²²² COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucano**. Recife: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, 1983. p. 44.

⁴²²³ RAMINELLI, Ronald. Honras e Malogros: Trajetória da Família Camarão 1630-1730. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes; VAINFAS, Ronaldo. **Império de Várias Faces: Relações de Poder no Mundo Ibérico da Época Moderna**. São Paulo: Alameda, 2009. p. 180.

⁴²²⁴ SANTIAGO, Diogo Lopes. **História da Guerra de Pernambuco**. Recife: CEPE, 2004. p. 528.

⁴²²⁵ MELLO, José Antônio Gonçalves de. D. Antônio Filipe Camarão. In: **Restauradores de Pernambuco**. Recife: Imprensa Universitária, 1967. p. 27.

indígenas, enquanto fora Capitão-Mor dos Índios Potiguara. De acordo com Ronald Raminelli, João Camarão seria acusado de fazer insultos e de consentir, em suas aldeias, com a ocorrência de assassinatos sem a devida punição. Atuou contra o serviço de sua alteza ao matar, de forma escandalosa e tirânica, uma índia a facada. Foi dada uma ordem de prisão ao chefe indígena.⁴²²⁶

Os missionários foram os principais responsáveis pela prisão de João Camarão, ao denunciar todas as barbaridades e castigos físicos praticados pelo mesmo no trato com os indígenas. Depois de decretada a prisão, João Camarão ausentou-se de sua aldeia, largou o seu posto, faltando em desobediência ao Governador de Pernambuco.⁴²²⁷

O cargo de Governador Geral dos Índios foi ocupado pelo primo de Filipe Camarão, Dom Diogo Pinheiro Camarão, durante os anos de 1672 a 1683, que lutou ao lado do mesmo nas guerras contra os neerlandeses em Pernambuco. Seu filho, Sebastião Pinheiro Camarão, ocupou o referido cargo entre os anos de 1694 a 1720, que, por sua vez, deixou como herança para Antônio Domingos Camarão Arcoverde, o último da linhagem a ocupar o posto, durante os anos de 1721 a 1732.

2. Sebastião Pinheiro Camarão: “Como caboclo que era, não carecia de engenhos”

Sebastião Pinheiro Camarão participou do projeto de reorganização dos corpos militares de índios nas aldeias, atuando ao lado de seu pai, Dom Diogo Pinheiro Camarão, e exigindo uma postura da coroa portuguesa para com os casos indevidos praticados por moradores e missionários, ao se utilizarem da mão-de-obra escrava dos indígenas.

Não obstante, houve também a presença de indígenas das aldeias sob jurisdição do Governador dos Índios nos corpos militares liderados por sertanistas paulistas⁴²²⁸. Esta situação provocou inúmeros desentendimentos entre os referidos paulistas e o então Governador dos Índios, Sebastião Pinheiro Camarão, por conta da saída de casais indígenas das aldeias de Pernambuco, e demais capitânicas do Norte, além do desmantelamento das tropas indígenas nestes aldeamentos.

2.1. A Guerra dos Mascates (1710 – 1711)

O povoado de Olinda, desde cedo, se transformou na sede do governo da capitania de Pernambuco, elevada à vila em 12 de março de 1537. Foi incendiada, bombardeada e invadida pelos neerlandeses a partir de 1630. Durante o governo de Maurício de Nassau, em virtude dos escombros da guerra, aos poucos os investimentos passaram a ser realizados no então povoado de Recife, transformada em *Mauritsstad* (Cidade Maurícia), capital de Pernambuco por vinte e quatro anos, ou seja, durante todo o domínio neerlandês.

Não bastasse tamanha destruição à vila de Olinda, trazida pela invasão dos neerlandeses, ela ainda foi o principal palco da Insurreição Pernambucana, promovida pelos portugueses, para a expulsão dos ditos invasores. Mesmo assim, Olinda saiu vitoriosa, e voltou a se tornar capital de Pernambuco, muito embora os investimentos continuassem a ser canalizados no Recife, cidade que passou servir de morada para seus governadores.

Com o enorme crescimento de Recife, os “velhos nobres” e senhores de engenho de Olinda, em crise por conta da queda na economia açucareira⁴²²⁹, invadiram a cidade vizinha,

⁴²²⁶ RAMINELLI, Ronald. *op. cit.* p. 181.

⁴²²⁷ COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *op. cit.* p. 44.

⁴²²⁸ Naturais da capitania de São Vicente, muitos deles foram designados para as entradas no sertão em busca de vários objetivos: metais preciosos, conhecimento da terra, captura de escravos indígenas e negros, deslocamentos indígenas para os aldeamentos missionários no litoral, etc. Cf. MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

⁴²²⁹ Após o processo de “expulsão” dos neerlandeses do Brasil, estes passaram a ser o principal concorrente no mercado internacional do açúcar produzidos nos engenhos do Brasil. Os neerlandeses passaram a produzir açúcar em outras colônias, como nas Antilhas, e, rapidamente, conseguiram

em 9 de novembro de 1710, com aproximadamente mil homens de guerra, juntamente com doze mamelucos, que, nas palavras de Evaldo Cabral de Melo, estavam “emplumados de várias penas”.⁴²³⁰

Ainda segundo Evaldo Cabral, esses nobres olindenses forjaram um sentimento nativista, lembrando-se das guerras contra os neerlandeses, com seus homens vestidos “a caráter”, ou seja, pintados de índios, ao invadirem Recife, e derrubarem o pelourinho, que era o ícone de poder político e econômico que a cidade vinha conquistando.⁴²³¹

De acordo com Geyza da Silva, o fato pode ter tido várias finalidades ou significados: livrar os líderes da invasão do crime de lesa-majestade, transferindo a responsabilidade para os “caboclos”; querer fazer uma encenação de desagrado aos possuidores das “raízes” da capitania; ou, ainda, construir um quadro exótico e ameaçador para os recifenses.⁴²³²

Se por um lado, os olindenses forjaram e manipularam uma identidade indígena para alcançar seus objetivos, por sua vez, os indígenas que se aliaram a estes senhores de engenho possuíram outra leitura da guerra: a possibilidade de alcançarem mercês régias, ou seja, ajuda de custo, dinheiro, salário, prestígio, lealdade, apoio, dentre muitas outras benesses. Mais importante do que tudo isto, estes indivíduos conquistaram maior visibilidade no sistema colonial, e, caso vitorioso, obteriam recompensas para o seu povo.

Para tanto, os nobres de Olinda tentaram, em vão, seduzir o Governador dos Índios, Dom Sebastião Pinheiro Camarão, oferecendo um discurso de identificação e solidariedade com o dito governador, assim como para com o seu povo, ao lembrarem-se do que fizeram os seus antepassados, conforme nos relata Evaldo Cabral de Melo:

Bem sabe Vossa Mercê o quanto se desvelaram nossos antepassados na restauração desta terra, acreditando a sua fidelidade à custa do seu sangue, vidas e fazendas, e que a Vossa Mercê compete muita parte desta glória pelo assinalado das proezas do memorável pai de Vossa Mercê [Diogo Pinheiro Camarão], como um dos principais restauradores dela.⁴²³³

Ainda para conseguir o apoio dos corpos militares comandados por Sebastião Camarão, o então governador da capitania de Pernambuco, bispo Manuel Álvares da Costa, e o mestre de campo, Cristóvão Mendonça, ofereceram ao governador dos índios os engenhos que pertenceram a Dom Francisco de Souza, fidalgo português e vice-rei do Brasil (1592 – 1602), além de fardamento para seus indígenas comandados.⁴²³⁴

Como “caboclo” que era, conforme nos asseverou Evaldo Cabral, Dom Sebastião Camarão recusou a proposta, pois, não carecia de engenhos. Diferentemente de outras elites indígenas, como Filipe Camarão que, por algum tempo, viveu em Olinda, o então governador dos índios não quis se apartar da sua aldeia, e viveu junto aos seus parentes.⁴²³⁵

Ao mesmo tempo, Dom Sebastião manipulava uma identidade mestiça ou cabocla, pois, esta servia de mecanismo político para agradar a Coroa portuguesa, e, conseqüentemente, conquistar as mercês desejadas, dando conta ao Conselho Ultramarino

conquistar os grandes mercados consumidores. Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda Restaurada** - guerra e açúcar no nordeste, 1630-1654. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

⁴²³⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. **A Fronda dos Mazombos**: Nobres Contra Mascates, Pernambuco, 1666 – 1715. São Paulo: Ed. 34, 2003. p. 299.

⁴²³¹ *Idem, ibidem*, p. 299.

⁴²³² SILVA, Geyza Kelly Alves da. Teia de Alianças, Lealdade e Dependência: Tabajaras e Potiguaras Aliados/Aldeados na Capitania de Pernambuco. **CLIO**. Revista de Pesquisa Histórica, Recife, nº25-2, p. 187-214, 2008. p. 206.

⁴²³³ MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio** – o imaginário da restauração pernambucana. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p. 222.

⁴²³⁴ MELLO, Evaldo Cabral de. *op. cit.*, 2003, p. 385.

⁴²³⁵ *Idem, ibidem*, p. 385.

dos serviços prestados. Ele e seu pai, Dom Diogo, foram os chefes Potiguara que melhor desfrutaram das benesses da monarquia lusitana.⁴²³⁶

O principal motivo que levou o governador dos índios a fazer aliança, diga-se de passagem, vitoriosa com os mascates do Recife foi o fato de que os senhores de engenhos de Olinda contaram com o apoio militar do Terço dos Paulistas, que tanto arregimentou indígenas das aldeias comandadas por Sebastião Pinheiro Camarão. A “Guerra dos Mascates” foi a oportunidade de vingança pela perda de terras e indígenas para os paulistas.⁴²³⁷

Em outras palavras, a liderança Potiguara (Camarão) soube imprimir significados indígenas, além de obter vantagens para seus liderados, em uma guerra não indígena. A participação dos indígenas na Guerra dos Mascates foi decisiva. Após a vitória dos mascates, o prestígio de Dom Sebastião Pinheiro Camarão aumentou, passando a ser reverenciado pelas ruas do Recife, e incomodar os seus inimigos.

Em consulta do Conselho Ultramarino, ao rei D. João V, datada em 12 de setembro de 1720, o governador dos índios, Dom Sebastião Pinheiro Camarão, requereu o “entretenimento” (saída) do seu posto, devido às péssimas condições de saúde que se encontrava.⁴²³⁸ Na oportunidade, os conselheiros reais aproveitaram-se da carta enviada pelo próprio Sebastião Camarão ao rei de Portugal, dando conta do seu estado de saúde, que o impossibilitava de exercer as funções, devido à cegueira e aos graves “achques” (doenças):

O Governador dos Índios Dom Sebastião Pinheiro Camarão faz presente a Vossa Magestade em carta de 20 de Abril deste anno a grande Penna e sentimento com que se acha de se ver sego da vista; emposebelitado de forçaz, e cheyo de graves achques, que o oferecião, com não pequena dor do seu coração, de continuar o serviço de Vossa Magestade em que foi tão zeloso, tão fiel soldado...⁴²³⁹

Conforme afirmou Ronald Raminelli: “... a cegueira e os graves achques impossibilitavam-no de comandar, privavam-no do bem servir a sua Majestade. Com ‘não pequena dor do seu coração’, escrevia o funcionário do Conselho Ultramarino, o chefe potiguar [Potiguara] reconhecia a sua incapacidade, embora fosse zeloso, fiel soldado e leal vassalo ...”.⁴²⁴⁰

Entretanto, após relatar a debilidade do seu corpo, Sebastião Camarão considerava notórias as frágeis condições de seu serviço, rogando ao soberano a permanência da patente e do seu soldo. Em outras palavras, pedia a real atenção do monarca para a sua conservação como capitão-mor “entretido” e logrando, enquanto for vivo, do soldo de quarenta mil réis que já possuía⁴²⁴¹:

... postrado em Reaes pés de Vossa Magestade lhe pede seja servido aceitarlhe deização do ditto posto de Governador dos Indios dáquellaz capitánias, a prover neste a seu filho Dom Antonio Domingos Camarão Arco verde Sargento Mor do seu Terço, e terem hido á Real atenção de Vossa Magestade ficando elle conservando o seu respeitório de Capitão Mor Entertido e logrando enquanto for vivo o mesmo soldo de quarenta mil reis que Vossa Magestade lhe concedia...⁴²⁴²

⁴²³⁶ RAMINELLI, Ronald. *op. cit.* p. 184.

⁴²³⁷ SILVA, Geyza Kelly Alves da. *op. cit.* p. 207.

⁴²³⁸ Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei D. João V. 12 de setembro de 1720. Lisboa. AHU_ACL_CU_015, Cx. 29, D. 2607.

⁴²³⁹ Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei D. João V. 12 de setembro de 1720. Lisboa. AHU_ACL_CU_015, Cx. 29, D. 2607.

⁴²⁴⁰ RAMINELLI, Ronald. *op. cit.* p. 186.

⁴²⁴¹ *Idem, ibidem*, p. 186.

⁴²⁴² Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei D. João V. 12 de setembro de 1720. Lisboa. AHU_ACL_CU_015, Cx. 29, D. 2607.

Além disso, torna-se visível, na passagem acima, a necessidade de concessão do posto de governador dos índios para o seu filho, Antônio Domingos Camarão Arcoverde, o qual vinha se destacando na atuação do terço dos índios, nas praças da capitania de Pernambuco, assim como nas guerras contra os povos indígenas no Sertão⁴²⁴³:

... E que a seu filho sendo Vossa Magestade servida de o substituir no seu lugar como pede, é com bem seria razão que Vossa Magestade o haja de favorecer honrando, com outro tanto soldo ou com a Merce de que se dignar a Real grandesa de Vossa Magestade por que ja homem emteligente, e com prudencia para imitar os seus passos, e seguir a sua doutrina em tudo quanto for do Real serviço...⁴²⁴⁴

O rei D. João V concedeu a Dom Sebastião o “entertimento” do seu posto, assim como a manutenção de seu respectivo soldo, conforme os mesmos vencimentos anuais, em alvará estabelecido na data de 12 de fevereiro de 1721:

El Rey: Faço saber aos que este Alvará virem, que tendo concideração aos serviços, que D. Sebastião Pinheiro Camarão Governador dos Indios me tem feito nas occaziões que se offerecerão mostrandose em todas muito zeloso, fiel soldado e leal vassalo, e a me representar acharse incapaz de continuar no exercicio do seu posto, por estar sego, impocebelitado de forsas e cheyo de achaquez e tão pobre que não tem com que se sustente...

Hey por bem fazerlhe Merce de entreter em o posto de Cappitão Mor e com o vencimento dos mesmos quarenta mil reis que tinha de soldo cada anno com o posto de Governador dos dittos Indios; Pello que mando ao meu Governador e Cappitão General da Cappitania de Pernambuco e ao Provedor de minha Fazenda della lhê facção continuar com o pagamento dos dittos quarenta mil reis de soldo cada anno na mesma forma em que era delles pago emquanto foi Governador dos Indios os quais há de vencer com o posto de Cappitão Mor Entertido, e gozar das honras e privilegios que como tal lhe pertencerem e este meu Alvará se cumprirá inteiramente como neste se conthem sem duvida alguma, o qual valerá como carta sem embargo da ordenação do Livro do Regimento Ultramarino 40 encontrado e se passou por duaz viaz, huma só haverá effeito...⁴²⁴⁵

Contudo, os fidalgos das capitanias do Norte, incomodados com o prestígio acumulado pela família Camarão junto à Coroa portuguesa, assim como aos indígenas, tramaram a prisão de seu filho, Domingos Camarão, quando o mesmo ocupou o cargo de Governador dos Índios ente 1721 e 1732.⁴²⁴⁶ O rei D. João V baixou uma carta régia, datada em 12 de janeiro de 1733, extinguindo o cargo de Governador Geral dos Índios, e, com isto, os capitães indígenas voltavam a ter seu poder subordinado aos padres das missões nos aldeamentos.

⁴²⁴³ A Guerra dos Bárbaros foram diversos conflitos envolvendo colonizadores portugueses e várias sociedades indígenas, nos sertões das capitanias do Norte do Brasil, desde 1685, até meados do século XVIII. Cf. PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 2002.

⁴²⁴⁴ Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei D. João V. 12 de setembro de 1720. Lisboa. AHU_ACL_CU_015, Cx. 29, D. 2607.

⁴²⁴⁵ Alvará do Rei D. João V. 12 de fevereiro de 1721. Lisboa. AHU_ACL_CU_015, Cx. 29, D. 2620.

⁴²⁴⁶ RAMINELLI, Ronald. *op. cit.* p. 188.

“O SERTÃO DESTA CONTINENTE É UM DOS MAIS POVOADOS”: PERNAMBUCO E BAHIA E AS REDES DE COMÉRCIO ILEGAL (1759-1780).

*Jéssica Rocha de Sousa*⁴²⁴⁷
jessicarocha91@gmail.com

Resumo: O presente trabalho, derivado de pesquisa ainda em andamento, objetiva investigar a atuação das redes de comércio interno que se desenvolveram durante os anos de 1759 a 1780 entre as capitanias de Bahia e Pernambuco. Nosso marco cronológico inicia-se em 1759, ano em que foi instalada a Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba, detentora do “comércio exclusivo das duas capitanias de Pernambuco e Paraíba, com todos os seus distritos, e nos quais ninguém mais podia extrair, mercadorias, gêneros ou frutos” (CARREIRA, 1989, P. 224). A empresa idealizada por Sebastião José de Carvalho e Mello vinha atender a uma nova ordem administrativa ligada as questões mais pragmáticas de governança que se estabeleceu no reinado de D. José I. O conjunto de medidas modernizadoras implementadas pelo marquês de Pombal, tinham por objetivo uma maior centralização do poder real, bem como um maior domínio econômico sobre as conquistas e colônias na tentativa de revitalizar o comércio português e combater o atraso econômico da metrópole. O monopólio desenvolvido pela Companhia durante pouco mais de vinte anos, veio alterar toda uma lógica comercial, baseada no livre comércio, que já estava estabelecida em Pernambuco. Nosso ponto de análise, parte da identificação de que a partir da instalação da Companhia Geral, os locais irão buscar estratégias de evasão do controle régio, um desses meios de fuga será o contrabando de mercadorias realizado através dos sertões que uniam as capitanias vizinhas de Pernambuco e Bahia e que tinham no Rio de São Francisco e seus afluentes a peça chave desse circuito de comércio ilícito.

Palavras-chave: Rotas comerciais; Contrabando; Comércio interno.

Em fins do século XVII e início do XVIII irá ocorrer em várias partes da Europa um processo de maior centralização do poder real. Em Portugal esse movimento tem início a partir do reinado de D. João V, naquele momento as consultas colegiais, marca do governo polissinodal, irão ceder espaço para uma nova forma de organização política baseada na centralidade das decisões. Dessa forma, figuras que orbitavam ao redor do rei ganham notoriedade política e poder de influência em assuntos decisórios em detrimento dos conselhos. Este período de mudanças será entendido como um encaminhamento lento e gradual de abandono de um modelo de Estado corporativo para uma forma distinta de se conceber a política, a partir do viés da “razão de Estado”⁴²⁴⁸.

De acordo com Subtil, o governo de D. João V pode ser encarado como um reinado de transição⁴²⁴⁹, a grande transformação do sistema político português irá ocorrer apenas na segunda metade do século, a partir da nomeação de Sebastião José de Carvalho e Melo – Conde de Oeiras, o futuro marquês de pombal, para o cargo de primeiro ministro do reino, durante o reinado de D. José I.

Sob a influência do iluminismo, que se disseminava por toda a Europa, o Estado português irá desenvolver um conjunto de reformas políticas e econômicas que buscavam combater o atraso econômico do reino. Na capitania de Pernambuco, importante polo

⁴²⁴⁷ Mestranda em História, PPGH/UFPE

⁴²⁴⁸ BICALHO, Maria Fernanda. As tramas da política: conselhos, secretários e juntas na administração da monarquia portuguesa e de seus domínios ultramarino. In: FRAGOSO, João. GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs). **Na trama das redes: políticas e negócios no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

⁴²⁴⁹ SUBTIL, José. **O terremoto político (1755-1759) – memória e poder**. Lisboa: EDIUAL, 2007. P. 17-21.

econômico da conquista, essas ações serão colocadas em prática com a criação de dois organismos reguladores da economia local: a Mesa de Inspeção da Agricultura e do Comércio no ano de 1752 e a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba em 1759. A ideia da criação de companhias privilegiadas de comércio que poderiam dar alívio às despesas do Estado, servindo para ampliar os negócios da coroa por meio de uma política de maior arrecadação fiscal⁴²⁵⁰ figurava nas ambições de Pombal, muito antes do secretário ganhar relevância política⁴²⁵¹.

Nesse cenário de mudanças é criada em 1759, a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, detentora do “comércio exclusivo das duas capitanias de Pernambuco e Paraíba, com todos os seus distritos, e nos quais ninguém mais podia extrair, “mercadorias, gêneros ou frutos”⁴²⁵². A Companhia que manteve o monopólio comercial na região até o ano de 1780, irá causar um grande impacto na economia da capitania, modificando toda uma lógica comercial, baseada no livre comércio, que já estava bem estabelecida em Pernambuco.

É a partir dessa conjuntura que surge nosso ponto de análise, da identificação de que a partir da criação de organismos fiscalizadores, sobretudo a Companhia Geral, os locais irão buscar meios e estratégias de evasão do controle régio, um desses meios de escape será o contrabando de mercadorias realizado através dos sertões que uniam Pernambuco e Bahia, o Rio São Francisco e seus afluentes desempenharam papel de destaque neste circuito interno. Antes da instalação da empresa o comércio entre Bahia e Pernambuco, já existia e estava bem consolidado, no entanto, acreditamos que a partir do surgimento da Companhia esse comércio sertanejo acaba ganhando expressividade.

A região as margens do Rio São Francisco, segundo relata a historiografia sempre contou com uma grande densidade populacional de povos indígenas⁴²⁵³. O que denota a importância da área, não só em termos geográficos, mas também salienta o seu importante papel como lugar de encontro de uma série de gentes. Nesta região desde fins do século XVII se desenvolveram criações de rezes bovinas e cavalares, sendo o local responsável pela distribuição de carnes e couros para as feiras da Bahia e de Pernambuco. Na segunda metade do século XVIII, a região do Aracati, no Siará Grande, sertão pernambucano, irá despontar como porto fornecedor de carnes salgadas e de couros. Ao longo do rio Jaguaribe que banha a vila de Santa Cruz do Aracati, se estabeleceram diversas oficinas, especializadas na salga das carnes e na retirada de couros para revenda. Este porto será muito visitado por comerciantes recifenses e baianos nos “tempos de carnes” quando iam até a região fazer negócios e vender rebanhos⁴²⁵⁴.

De acordo com Capistrano de Abreu “Na segunda metade do século XVIII não se penetrava no Recife além de Bezerros, a quinze léguas para o interior: o que ficava além entendia-se com a Bahia”⁴²⁵⁵. Discordando de Capistrano, Manoel Correa de Andrade⁴²⁵⁶ e

⁴²⁵⁰ JÚNIOR, Ribeiro José. **Colonização e Monopólio no nordeste brasileiro**- A companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780). São Paulo: Hucitec, 2004. P. 74; DIAS, Érika. A capitania de Pernambuco e a instalação da Companhia Geral de Comércio. In: **Congresso internacional: O espaço Atlântico de antigo regime: poderes e sociedades**. Actas P. 1 - 20. Disponível em: http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/erika_dias.pdf. Acesso em: 27 de fevereiro de 2013. P. 1.

⁴²⁵¹ Em seu primeiro cargo, como enviado extraordinário da coroa portuguesa na Inglaterra, Sebastião de Carvalho enviou em 1742 para o Cardeal Mota, proposta de criação de uma Companhia Oriental para o comércio da Índia. MELLO, Sebastião José de Carvalho. **Escritos Econômicos de Londres (1741-1742)**. Notas de José Barreto. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1986. P. LIII.

⁴²⁵² CARREIRA, Antonio. **As Companhias pombalinas de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba**. Lisboa: Presença, 1982. P. 224.

⁴²⁵³ NEVES, Zanoni. **Navegantes da Integração: Os Remeiros do Rio São Francisco**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. P. 30.

⁴²⁵⁴ ROLIM, Leonardo Cândido. Matar, Salgar e Navegar: Produção e Comércio das Carnes Secas na Vila de Santa Cruz do Aracati – Capitania do Siará Grande - 1767-1793. **Actas do Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: 2011. P 1-9.

⁴²⁵⁵ ABREU, Capistrano de. Op. Cit. P. 65.

⁴²⁵⁶ ANDRADE, Manoel Correia de. Op. Cit. P. 168.

José Antônio Gonsalves de Mello⁴²⁵⁷ afirmam que já no XVIII, existiam dois roteiros de penetração do território pernambucano que acompanhavam os vales dos rios. Apesar de pequenas discordâncias, os dois autores versaram sobre os mesmos caminhos, a saber, o “Caminho do Capibaribe” e o “Caminho do Ipojuca”, fica claro que estes dois importantes rios fazem a ligação entre o litoral pernambucano e as paragens sertanejas. Para Mello, os dois roteiros tinham no Caririnha no limite sudoeste da capitania e região de fronteira entre Bahia, Pernambuco e Minas seu ponto final.

Geralmente essas rotas de penetração são estudadas como caminhos pelo qual se passavam os gados, no entanto, deve-se atentar que outros negócios também ocorriam nestas paragens, isto é, os caminhos não serviam exclusivamente ao comércio das carnes e couros. A introdução das barcas de passagens, que faziam o transporte de pessoas e cargas entre as duas margens do Rio, é demonstrativa do grande trânsito comercial estabelecido naqueles sertões e denotam a tentativa da Coroa de tentar de alguma forma regulamentar aquele comércio que fugia ao controle do fisco real. Visto que, as tais passagens passam a fazer parte do conjunto dos contratos reais, formas de arrecadação tributária utilizadas em Portugal desde o século XVI⁴²⁵⁸.

Estudos mais recentes tem se dedicado a demonstrar o dinamismo do comércio sertanejo e suas conexões com a economia colonial⁴²⁵⁹. No nosso caso, percebemos que paralelamente a um mercado legal e reconhecido, se fez surgir naqueles espaços uma série de atividades ilícitas. As redes comerciais estabelecidas entre as Praças da Bahia e Pernambuco no período estudado estavam alicerçadas em práticas clandestinas, o contrabando de gêneros trazidos pelos portos da Bahia para Pernambuco e vice-versa foram uma constante na documentação.

E os sertões se apresentam como o grande palco de atuação destes grupos de contraventores. Ao longo dessas regiões encontravam-se diversos portos de pequeno porte por onde antes da instalação da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba já se realizavam transações mercantis. Em ofício do ano de 1770, o governador de Pernambuco, Manoel da Cunha Meneses, ao falar sobre os contrabandos estabelecidos entre Bahia e Pernambuco nos dá informações importantes acerca da dinâmica comercial desenvolvida nos vales do Rio São Francisco. Segundo o governador “O sertão deste continente é um dos mais povoados” complementa afirmando que as margens do rio de São Francisco existem diversas povoações e a respeito do comércio na região diz que “este rio divide esta capitania da Bahia [...] além das povoações já ditas é muito vadiável de embarcações ligeiras” por onde se transportam “toda a conta de fazendas que estão tão abundantes estes sertões e neles as introduzem os moradores de uma e outra parte”⁴²⁶⁰.

Até mesmo o reconhecido comércio legal de carnes que uniam as capitanias vizinhas desde o século XVII, será explorado estrategicamente por alguns comerciantes que se aproveitando desse expediente usavam as rotas das carnes para transportar contrabando como atesta ofício de Manoel da Cunha de Meneses em 1770. O governador afirma que “os mesmos barcos dos portos livres, que vão fazer as carnes ao sertão [...] introduzem também fazendas pelo Siará pela vizinhança de uma capitania com a outra”⁴²⁶¹.

⁴²⁵⁷ MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Três Roteiros de Penetração do Território Pernambucano (1738 -1802)**. Recife: Imprensa Universitária, 1966. P. 10.

⁴²⁵⁸ IVO, Isnara Pereira. **Homens de Caminho: Trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América Portuguesa. Século XVIII. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012, p. 159; AHU – PE, Cx. 133. D. 9987.**

⁴²⁵⁹ Sobre isto ver: IVO, Isnara Pereira. Idem; BONIFÁCIO, Hugo Demétrio Nunes Teixeira. **Nas rotas que levam as Minas: Mercadores e Homens de Negócio da Capitania de Pernambuco no Comércio de Abastecimento da Região Mineradora no Século XVIII**. Recife, 2012, 209 P. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós- graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Pernambuco.

⁴²⁶⁰ AHU – PE, Cx. 108, D.8371.

⁴²⁶¹ AHU – PE Cx. 108, D.8371.

Alguns anos mais tarde em 1779 o ouvidor da comarca das Alagoas irá relatar detalhes sobre a organização deste “pernicioso comércio”. Segundo o mesmo “Por todos estes engenhos já não há uma só caixa (de açúcar), que não esteja vendida pelo exorbitante preço de treze tostões por arroba a diferentes e muitos fabricantes que vieram da Bahia a este propósito”⁴²⁶². Segundo o ouvidor a estratégia do grupo de contraventores consistia em transportar para as praias da região as caixas contrabandeadas durante a noite em “jangadas e sumacas que existem atualmente na ilha de Santo Aleixo e em Una donde francamente tem saído de próximo cinco ou seis”⁴²⁶³.

Mapear com exatidão as rotas percorridas pelos grupos de contrabandistas não é tarefa das mais fáceis, pois não existia interesse de se documentar esse comércio, por seu caráter potencialmente ilegal. Além disso, nos faltam instrumentos cartográficos mais precisos que sejam capazes de revelar a grandiosidade da costa pernambucana “de donde por mar e terra se introduzem neste continente” ⁴²⁶⁴ produtos contrabandeados. Uma coisa é certa, a natureza pernambucana jogava a favor das ilicitudes a “grande dilatação que tem o continente da jurisdição deste governo” ⁴²⁶⁵ que compreende em suma “por costa do Mar 82 léguas com muitos rios, barras, enseadas e entradas por entre arrecifes, que por providência divina cobre toda esta costa” ⁴²⁶⁶ permitiram que nunca se faltasse o contrabando em Pernambuco não só de escravos, mas de outras mercadorias⁴²⁶⁷. Apesar da tentativa de encobrir essas rotas por parte daqueles que delas se beneficiavam, alguns pontos acabaram documentados pela fiscalização.

Nosso conjunto documental revela uma variedade significativa de portos indicados pelas autoridades locais como áreas de embarque e desembarque de produtos contrabandeados. Listamos abaixo os portos até o momento identificados.

Quadro 1 - Lista de Portos em que Ocorrerão apreensões ou se fez saber da existência de Contrabandos.

PORTO/LOCALIDADE
BAHIA DA TRAIÇÃO
CABO DE SANTO AGOSTINHO
CAMARAJIBE
CURURIBE
GOIANA
ILHA DE SANTO ALEIXO
JARAGUÁ
PRAIA DA PENHA
PRAIA DE PAU AMARELO
PRAIA DA FORTALEZA DO BRUM

⁴²⁶² AHU – PE, Cx. 133, D. 10012.

⁴²⁶³ Idem.

⁴²⁶⁴ AHU – PE Cx. 127, D. 9670.

⁴²⁶⁵ AHU – PE Cx. 108, D. 8371.

⁴²⁶⁶ “Ideia da População da Capitania de Pernambuco e de suas anexas”. Coleção Pernambuco (Códices) – Documentos do Acervo de Manuscritos, 11, 03,006, BN.

⁴²⁶⁷ CARVALHO, Marcus J. M. **Liberdade**-Rotinas e Rupturas do escravismo no Recife 182-1850. Recife, 2002. P. 102.



Fonte: AHU – PE, Cx. 130, D. 9815/ AHU – PE, Cx. 132, D.9955/ AHU – PE, Cx.133, D. 9966/ AHU-PE, Cx. 133, D. 10003/ AHU – PE, Cx. 133, D. 10012/ AHU – AL, Cx. 3, D. 220/ AHU – PE Cx. 138, D. 10248/ AHU – BA, Cx. 181, D. 13481/ AHU – PE, Cx. 138, D. 10250/ AHU – PE, Cx. 107, D. 8284/ AHU – PE, Cx. 110, D. 8493/ AHU – PE, Cx. 129, D. 9771/ AHU – PE, Cx. 133, D. 10017/ AHU – PE, Cx. 137, D. 10197/ AHU – AL, Cx. 3, D. 221.

Foi possível rastrear atualizando as toponímias, a maior parte dos locais citados no nosso conjunto documental. Coruripe, Jaraguá, Porto Calvo, Santo Antônio da Barra Grande fazem parte atualmente do estado de Alagoas, capitania anexa a Pernambuco à época. Ilha de Santo Aleixo, Pau Amarelo, Praia da fortaleza do Brum, Praia da Penha, Camaragibe, Cabo de Santo Agostinho, Sirinhaém e Goiana se encontram atualmente na jurisdição do Estado de Pernambuco. Bahia da Traição faz parte do estado da Paraíba. Para o local denominado Tapagipe ainda não foi possível identificar a localização atual. Quanto a “Siará Grande”, como o nome já informa se encontra no atual estado do Ceará. Para a toponímia denominada “Una”, tudo nos leva a crer que se refere ao povoado de S. Gonçalo do Una, território pertencente a jurisdição de Pernambuco. A grande maioria desses portos encontra-se na região sul da antiga capitania pernambucana nas proximidades do Rio São Francisco, e da divisa entre Pernambuco e Bahia e se conectavam aos sertões através das abundantes malhas fluviais que circundam o Nordeste.

Uma carta topográfica das “capitanias de que se compõe o presente governo de Pernambuco” oferecida ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado em março do ano de 1766, nos ajuda a pensar especialmente este comércio. A carta traz detalhes a respeito dos povoados e recantos da costa e do interior da capitania pernambucana, incluindo locais envolvidos nos circuitos do contrabando.

Figura 1 – Carta topográfica do governo de Pernambuco (1766).



Fonte: LAPEH – Laboratório de Pesquisa histórica – Departamento de História C.F.C.H./ UFPE.

Legenda: 1– Bahia da Traição; 2- Paraíba; 3- Goiana; 4- Itamaracá; 5- Cidade de Olinda; 6- Vila de Santo Antônio do Recife; 7- Cabo de Santo Agostinho; 8– Ilha de Santo Aleixo; 9- Porto Calvo; 10- Entrada das Alagoas; 11- Rio de São Francisco; 12- Bahia de Todos os Santos.

A análise da documentação nos faz pensar em algumas hipóteses sobre a circulação dessas mercadorias, acreditamos que os produtos contrabandeados através dos sertões chegavam as populações de Recife e Olinda seguindo dois caminhos distintos. O primeiro seria seguindo o fluxo do Rio de São Francisco e de seus afluentes, alternando trechos de caminhada e navegação fluvial, as mercadorias transitavam entre os principais rios sertanejos até serem desembarcadas em pequenos portos situados preferencialmente no litoral sul de Pernambuco, onde não existia a fiscalização da Companhia Geral. Uma segunda possibilidade a se considerar é a navegação direta entre a Bahia e as diversas praias da costa pernambucana, que como já apontamos ofereciam condições de navegabilidade.

Os rios e os pequenos portos do litoral funcionaram como vias de escoamento de toda uma gama de produtos ilícitos, utilizando-se de pequenas e ligeiras embarcações os contrabandistas, farão entrar nas Praças da Bahia e de Pernambuco através do sertão uma grande quantidade de mercadorias não autorizadas. Estes grupos estavam cientes dos poucos riscos de se praticar aquele comércio devido a parca fiscalização exercida pela Companhia. Os circuitos comerciais desenvolvidos nas paragens sertanejas serão peça chave na rede de abastecimento do mercado ilegal que se estabeleceu entre Bahia e Pernambuco na segunda metade do XVIII.

A fiscalização da Companhia Geral comumente restringia-se ao porto do Recife, por onde deveriam ser embarcadas e desembarcadas todas as mercadorias chegadas a capitania pernambucana. Ressalta-se aqui que o monopólio da Companhia não se estendia aos sertões como nos revela o documento de instalação da Companhia no seu capítulo 25⁴²⁶⁸. Segundo o documento, a navegação feita pelos portos do sertão, Alagoas e Rio de São Francisco deveriam continuar livres, no entanto são vários os relatos coletados em nosso conjunto documental que apontam que mercadorias vindas destas regiões acabavam sendo encaradas pelas autoridades como frutos de contrabando. Ao que nos parece às autoridades baianas se

⁴²⁶⁸ Instituição da Companhia de Pernambuco e Paraíba. Coleção de Legislação Portuguesa de 1750 a 1762. Tipografia Maigrense. Lisboa, 1830 apud Carreira. Antonio. **As Companhias pombalinas de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba**. Lisboa: Presença, 1982. P. 290.

utilizarão desse subterfúgio para não apreender as embarcações que saiam de Pernambuco e iam dar em sua costa e vice-versa.

O caso de uma sumaca vinda da Bahia carregada de “açúcar, escravos e outras miudezas”⁴²⁶⁹ e apreendida em Goiana pelo governador de Pernambuco, ilustra bem o descompasso entre as autoridades das duas capitânicas. O réu e dono do barco, Antonio Jozé Roberto em sua defesa alegou que em nenhum momento desrespeitou os reais direitos, visto que, não existia proibição nenhuma de “carregar fazendas, escravos e outros efeitos desta cidade (Salvador) para os *sertões*”⁴²⁷⁰, pois os produtos haviam sido comprados a negociantes da praça baiana e, portanto, já haviam pagado os direitos na Alfândega daquela capitania. Afirma ainda que “a maior parte das fazendas e escravos que carregara a dita sumaca fora de diversos passageiros carregadores”⁴²⁷¹ e que tudo tinha sido comprado na praça mercantil de Salvador e lá mesmo haviam sido selados.

Ainda em sua defesa o réu relata que a maior parte das caixas de açúcar que foram apreendidas iriam ser entregues a Francisco José da Fonseca, nada menos que o tesoureiro da Companhia Geral. As demais caixas seriam todas entregues a diversos negociantes todos moradores na vila do Recife. Ao fim da devassa, o réu foi julgado no perdimento de suas fazendas, mas não pelo crime de contrabando, e sim por não ter a bordo da sumaca guias das fazendas que levava, para “constar a todo tempo de terem sido despachadas nas competentes alfândegas e de nelas terem pago os direitos devidos de entrada”⁴²⁷². A essa acusação Antonio Jozé Roberto respondeu dizendo que “era costume” na cidade de Salvador principalmente nas embarcações que se destinavam aos portos do sertão não levar guias, pois os pequenos portos não possuíam Alfândegas e ninguém as cobrava.

Merece destaque na documentação a referência a Goiana como um porto do sertão, provavelmente sabendo das disposições impostas no estatuto de fundação da Companhia o dono da embarcação, quis se valer da permissão de navegação aos portos interioranos para fugir a pena de perdimento dos produtos. No que é acompanhado pelo próprio governador da Bahia que relatando o caso ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, faz questão de dizer que “não tiveram descaminhos nos Reais direitos” isto porque segundo o governador “estes não se pagam na saída de escravos, que são levados para lavouras e mais serviços das terras [...] dos *sertões*”⁴²⁷³.

Segundo Bluteau contrabando significa “fazenda, e trato de fazenda furtada aos direitos, ou tirada por alto, sendo defeza a sua introdução”⁴²⁷⁴. Ou seja, a definição de contrabando está relacionada diretamente ao ato de fraudar a fazenda real. Muitos serão os impasses entre as autoridades baianas e pernambucanas acerca da questão dos limites jurisdicionais de atuação da Companhia. O que podemos afirmar através da investigação a nossa documentação é que na verdade, os chamados “portos livres” também serão afetados pela política monopolizadora da Companhia Geral, pois na verdade o problema maior não se encontrava na realização do comércio nestas regiões, que como já vimos existiam muito antes da fundação da empresa. Mas sim, no destino que essas mercadorias tomavam, vindo invariavelmente inundar a praça mercantil de Pernambuco com produtos bem mais em conta do que os vendidos pela Companhia.

A preocupação também se dava em sentido contrário, ou seja, com os produtos que saiam de Pernambuco e iam abastecer a Praça baiana sem passar pelas mãos da Companhia ou mesmo se isentando de pagar os direitos dos contratos reais. A falta de uma delimitação geográfica precisa que esclarecesse minuciosamente quais os portos se incluíam na categoria de “portos livres”, bem como, de uma legislação específica que regulamentasse quais os

⁴²⁶⁹ AHU – BA, Cx. 181 D. 13481.

⁴²⁷⁰ Idem.

⁴²⁷¹ Idem.

⁴²⁷² Idem.

⁴²⁷³ Idem.

⁴²⁷⁴ BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário portuguez e latino**. Coimbra: no Collegio das Artes da Companhia de Jesus, Ano de 1712, P. 321.

produtos poderiam transitar entre estas paragens sem ofender o monopólio da Companhia Geral permitiram que estes contrabandos e extravios continuassem a se praticar.

Os produtos que circulavam entre Bahia e Pernambuco eram diversos. Iam e vinham para os portos de Pernambuco e Bahia uma grande sorte de mercadorias das quais destacamos: as fazendas secas e molhadas, madeira, tabaco, fazendas da Europa e provavelmente da Índia também, escravos, sola, couros, mel, caixas de açúcar e uma infinidade de miudezas.

A título de exemplo, colocamos aqui a lista de carga de uma sumaca que em 1779, foi apreendida na praia de Pau Amarelo, onde estava trocando as suas fazendas de contrabando por gêneros da terra “como fosse tabaco, sola e mel” ⁴²⁷⁵. Boa parte da carregação desta embarcação vinha sem selo, ou seja, tratava-se de mercadorias que além de adentrarem ilegalmente no território da Companhia Geral, vinham sem pagar dinheiro algum a Fazenda Real. Nela também foram encontrados produtos selados pela Alfândega de Lisboa. Segue relação dos produtos confiscados que vinham com o selo da Alfândega da Bahia:

Tabela 1 - Relação das Fazendas que vinham seladas pela Alfândega da Bahia.

QUANTIDADE	PRODUTO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
6	Peças de Camas Listradas	800 réis	48.000 réis
1	Peça de tafetá azul com 21 côvados	240 réis	21.840 réis
1	Retalho de druguete pardo com 15 côvados	300 réis	4.500 réis
22	Peças de fitas matizes	1.600 réis	35.200 réis

Fonte: AHU – PE, CX. 132, D. 9955.

As consultas às fontes nos revelam que as transações ilícitas entre as duas capitanias eram um negócio muito mais extenso e estruturado do que simples vendas esporádicas de produtos contrabandeados. As conexões mercantis que se estabeleceram entre os contraventores eram elemento fundamental para o sucesso de um empreendimento ilegal. Neste caso, podemos observar que verdadeiras redes mercantis se desenvolveram naquelas plagas⁴²⁷⁶. Uma vez que, a rota dos sertões será explorada de forma insistente e contínua ao longo da segunda metade do XVIII, por homens que desenvolveram uma complexa malha de contatos e conexões que envolviam até mesmo autoridades régias e oficiais da própria Companhia nos descaminhos. A documentação ainda nos demonstra a grandiosidade e organização das redes que contavam inclusive com mestres de embarcações especializados naquele segmento⁴²⁷⁷, além de possuírem correspondentes e comissários, como outros ramos do mercadejar setecentista.

Segundo nosso conjunto documental, o açúcar será um dos produtos mais contrabandeados do período. Muitos senhores de engenho se arriscaram em transações de venda direta de suas safras a comerciantes baianos. Esses produtores certamente se sentiam

⁴²⁷⁵ AHU – PE, CX. 132, D. 9955.

⁴²⁷⁶ A categoria de “redes” aqui utilizada parte dos pressupostos apontados em recentes trabalhos que atestam sobre a importância deste mecanismo de articulação também na esfera mercantil. Neste sentido destacamos as produções de João Fragoso, António Carlos Jucá de Sampaio e Roquinaldo Ferreira.

⁴²⁷⁷ AHU – PE, Cx. 133 D. 10012; AHU – PE, Cx. 137 D. 10197.

vexados em seus negócios com a empresa, já que, por muitas vezes, a direção da Companhia se negava a pagar o preço estabelecido pela Mesa de Inspeção, bem como pagar os subsídios sobre o produto que eram de sua responsabilidade. O contrabando com a Bahia além de dirimir os prejuízos desse grupo, tinha a vantagem de ser a feito a dinheiro e não a crédito, fazendas ou letras como costumava fazer a Companhia.

Diversos são os casos encontrados na documentação que fundamentam nossa afirmação. O contrabando de açúcar era tão notório e público que no ano de 1780, o contratador do subsídio de açúcar de Pernambuco, pediu auxílio de tropas pagas ao governador para que seus prejuízos fossem dirimidos. Segundo o contratador ele experimentava muitos prejuízos no dito contrato, pois da Bahia vinham muitos barcos “a esta capitania carregar efeitos para aquela cidade”⁴²⁷⁸. Declarava o mesmo já haviam saído naquele tempo de Pernambuco para Bahia “quatro sumacas carregadas, além de uma que naufragou”⁴²⁷⁹.

Durante nossa pesquisa as fontes primárias, descobrimos que algumas redes de contraventores se encontravam associadas a falsificadores de selos, como nos revelam dois documentos coletados durante nosso período⁴²⁸⁰. Podemos inferir através dos dados, como se comportavam estas redes mercantis de contrabando que buscavam se agrupar a falsificadores na intenção de fazer com que os produtos ilícitos circulassem livremente nas praças mercantis de Pernambuco, chegando as mãos dos compradores finais. Os indícios e a bibliografia especializada nos levam a crer que boa parte destas mercadorias contrabandeadas muito provavelmente ganhavam as ruas nas bocetas das negras de ganho⁴²⁸¹, apesar da prática ter sido proibida por postura do ano de 1744, a venda de produtos através dessas intermediárias ainda se constituía em atitude cotidiana, como nos deixa claro carta dos oficiais da câmara de Olinda escrita em 1769, em que afirmar ser o ato de “comprar e vender” o “único recurso que há no Brasil”⁴²⁸².

A prática do contrabando será persistente ao longo dos vinte e um anos de monopólio praticado pela Companhia Geral. A atividade ilícita irá causar grandes preocupações por parte da coroa e da junta da Companhia sediada em Lisboa, virando assunto recorrente na documentação travada entre o reino e os agentes locais de Pernambuco, principalmente os governadores da capitania que eram encarregados sobre a matéria.

Em 1769, o governador de Pernambucano conde de Povolide anunciava a grande “ousadia com que se estavam praticando tão escandalosas negociações quase a minha face e de todos os ministros desta capitania”⁴²⁸³. O governador relata como atuavam aqueles grupos empenhados no trato ilícito e a dificuldade em conter a prática. Em 1770, era a vez de Manoel da Cunha Meneses, atual governador da capitania relatar o insucesso na repressão contra os descaminhos que naquelas paragens se estabeleciam. Segundo o governador “não pode haver meios para que estes contrabandos se possam evitar”⁴²⁸⁴.

O ouvidor da comarca das Alagoas também dará sua contribuição a respeito da questão, para ele era impossível evitar os contrabandos entre Bahia e Pernambuco, pois para isto “seria preciso lançar um cordão de tropa por toda a praia na sua extensão de sessenta léguas”. Para o ouvidor a situação não mudaria até que se tomassem “novas providências e uma nova legislação que contenha os senhores de engenho na facilidade com que vendem suas safras inteiras conhecidamente a contrabandistas”, ou seja, para ele seria mais fácil se coibir a prática regulando a produção dos engenhos “era melhor que este grande e inútil

⁴²⁷⁸ AHU – PE Cx. 137 D. 10197

⁴²⁷⁹ Idem.

⁴²⁸⁰ AHU – PE Cx. 128 D. 9737; AHU – PE Cx. 107 D. 8312.

⁴²⁸¹ ALMEIDA, Suely. Histórias de gente sem qualidade: mulheres de cor na capitania de Pernambuco no século XVIII. In: **História da escravidão em Pernambuco**. Editora Universitária/UFPE, 2012.

⁴²⁸² AHU – PE Cx. 107 D. 8312.

⁴²⁸³ AHU – PE Cx. 107 D.8284.

⁴²⁸⁴ AHU – PE Cx. 108, D. 8371.

trabalho que se tem em guardar sessenta léguas de praia, se tivesse em pedir contas aos senhores de engenho das suas respectivas safras”⁴²⁸⁵.

O envolvimento de oficiais régios e dos agentes, acionistas e diretores da Companhia será pauta das denúncias feitas à coroa contra a má administração da empresa. Se em um primeiro momento o envolvimento dos próprios deputados e acionistas nos causa estranhamento, vale lembrar que os principais negociantes da praça mercantil pernambucana se tornaram acionistas da empresa e que se estes de início resistiram à ideia da fundação de uma companhia monopolista, logo perceberam que para continuar a usufruir de privilégios fazia-se necessário se engendrar na administração da empresa. O que queremos dizer aqui, é que os homens de negócio de Pernambuco não eram ingênuos, cientes da criação da Companhia apesar de suas representações desfavoráveis, se tornaram acionistas e diretores da mesma, pois sabiam que fazer parte da governação era “um poderoso elemento constituidor de conexões e de fluxos de troca gerados a partir da própria instância administrativa”⁴²⁸⁶ e dessa forma puderam instrumentalizar a instituição para o atendimento de seus interesses pessoais fossem eles lícitos ou não.

O conjunto documental analisado é revelador da vitalidade dos sertões pernambucanos e baianos, que durante o século XVIII, irão assumir papel de destaque dentro do mercado interno, estando conectado a uma grande malha comercial que se estendia até a região das Minas Gerais. Os rios, caminhos e picadas interioranas, cumpriram um destacado papel na conexão entre diversas localidades sertanejas e as cidades litorâneas. Seguindo os caminhos das águas, mercadores, comerciantes, fazendeiros e profissionais liberais fizeram surgir nas lonjuras dos sertões um espaço de dinamismo e intensa atividade comercial. A grandiosidade da costa pernambucana, o envolvimento de autoridades régias, oficiais e deputados da empresa nos contrabandos somado a parca força militar empregada no seu combate e o desejo de senhores de engenhos, produtores e comerciantes de fugir das malhas do comércio monopolista farão com que a prática se torne uma constante na segunda metade do XVIII. No bojo dessas questões, o comércio ilícito com a vizinha capitania Bahia que contava apenas com uma Mesa de Inspeção, e não com uma companhia comercial monopolizadora, ganhará força.

⁴²⁸⁵ AHU – PE, Cx. 133, D. 10012.

⁴²⁸⁶ GOUVÊA, Maria de Fátima. Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, c. 1680-1730. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs). **Na trama das redes: políticas e negócios no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. P. 180-181.

PARA AUMENTO DA POVOAÇÃO DO RIO DE BEBER ÁGUA À RIBEIRA DA CIDADE: A CÂMARA DO NATAL E O REFLEXO DE SUA POLÍTICA URBANA NO COTIDIANO DOS MORADORES (1700-1759).

*Kleyson Bruno Chaves Barbosa*⁴²⁸⁷

k_b_chaves@yahoo.com.br

Resumo: Por meio das posturas, a Câmara municipal demonstrava uma centralidade no que dizia respeito a diversas atividades do cotidiano colonial. Entre os assuntos deliberados pelos camarários, destaca-se a questão urbana, de proeminente importância e de profundo impacto na vida e cotidiano dos moradores. Neste artigo, buscou-se compreender a configuração urbana da cidade do Natal entre o início do século XVIII e o ano de 1759, relacionados ao papel camarário e às reações dos indivíduos a essa instituição. Primeiramente, destacam-se os chãos de terras concedidos no perímetro urbano, percebendo-se, portanto, o direcionamento do crescimento da cidade, assim como os recebedores envolvidos nessas concessões. Nessa documentação, é possível perceber ainda o aspecto das casas e do traçado das ruas que se iam formando, aliando-se a outros conjuntos documentais que revelam a “aparência” do núcleo urbano de Natal. Para a realização de obras públicas, como a construção ou o conserto de pontes em rios da cidade ou que davam acesso a ela, os camarários poderiam responsabilizar os próprios moradores para que fossem participantes de realizações úteis ao *bem comum*. Além disto, tinha-se uma preocupação constante com a higiene e saúde dos moradores, buscando-se retirar os porcos que andassem soltos na cidade do Natal. Entretanto, nem sempre as deliberações camarárias surtiam efeito e esta instituição poderia contar com o apoio desses moradores. Apesar do caráter regulador, coercitivo e fiscalizador da instituição camarária, não se pode deixar de enfatizar a própria transgressão por parte dos habitantes da cidade do Natal às medidas camarárias, e que aqui fora percebido. Pôde-se, assim, adentrar e compreender diversas especificidades do mundo colonial, ao se atentar para a questão urbana nessa localidade do império ultramarino português.

Palavras-chave: Câmara municipal; Cidade do Natal; Capitania do Rio Grande.

A Câmara municipal era responsável por uma gama de atividades, das mais variadas. Neste trabalho, enfatizou-se a questão urbana relacionada à atividade camarária da cidade do Natal. Analisou-se questões como a distribuição de chãos de terras concedidos entre 1700-1759, assim como a busca dos camarários ao longo desse período de aumentar a povoação da cidade do Natal no seu perímetro urbano. Obras como da Casa de Câmara e Cadeia, a expressão do poder civil mais sobressalente na época, era uma preocupação constante dos camarários, assim como pontes que permitissem o trajeto da população, ou ainda a higiene em se manter porcos e cabras afastados da área urbana e de pontos de “água de beber” da cidade. À medida que a cidade foi aumentando em povoação, e as casas foram sendo construídas, tornou-se prática que o almotacé verificasse antes do erguimento de construções, a garantia de que as casas ficariam “arruadas”, “cordeando-se”, e seguindo, portanto, um trajeto retilíneo de rua, que contribuísse para a configuração da cidade que ia crescendo, lentamente.

Maria Fernanda Bicalho, por meio do caso da cidade do Rio de Janeiro, percebeu que, a partir da segunda metade do século XVII, as câmaras coloniais teriam perdido de modo

⁴²⁸⁷ Graduado em História – Licenciatura e Bacharelado pela UFRN, atualmente faz mestrado pelo Programa de Pós-graduação em História da mesma instituição, como bolsista CAPES-DS, orientado pela Prof^a Dr^a Carmen Alveal (UFRN). O autor integra o Laboratório de Experimentação em História Social da UFRN, e faz parte do grupo de pesquisa Impérios Ibéricos no Antigo Regime: política, sociedade e cultura.

progressivo muitas das prerrogativas que possuíam, como cobrança e supervisão de contratos e tributos. Entretanto, essas instituições possuíam diversas atribuições condizentes ao aspecto administrativo. Além do estabelecimento e coleta de taxas municipais, fixação do preço de produtos e mercadorias vendidas, e também da fiscalização do comércio a varejo, os camarários aforavam e distribuíam os chamados chãos urbanos, cobrando foros e laudêmios, concediam licenças para construção de prédios, e também construíam e mantinham ruas, estradas, pontes e obras que fossem de serventia pública⁴²⁸⁸.

Conforme afirmado por Avanete Sousa, o poder local, representado pelos camarários, buscava agir na vida urbana, modelando a paisagem física e arquitetônica da cidade. Seu padrão de “urbis” representava componentes socioculturais e políticos de camadas dominantes, e para sua implantação, ocorrida de forma sistemática, acionavam-se dispositivos de coerção social, em vistas de enquadrar a população. Nesse esquadramento arquitetônico se destacavam três preocupações: aculturar as populações periféricas, por meio de um ideal estético-ideológico cultivado pela metrópole, e atualizar as funções de caráter econômico e administrativo; disciplina social, de modo que se padronizasse a vida, e facilitasse a vigilância sobre os transgressores; assim como um conteúdo higienizador⁴²⁸⁹.

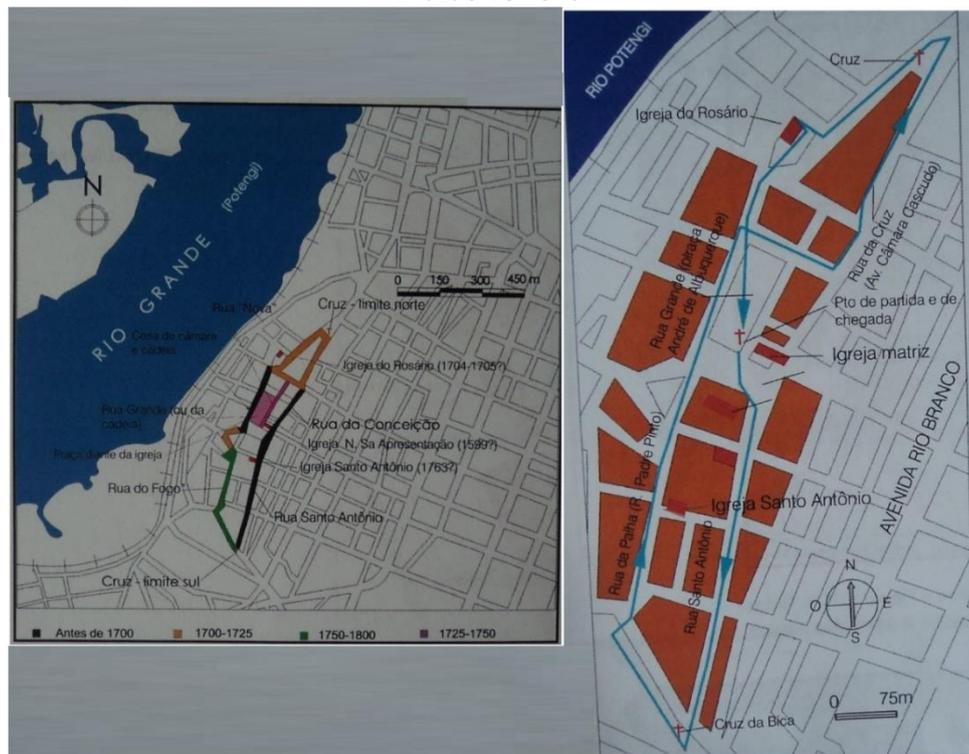
De acordo com Cláudia Damasceno, os marcos que compreendiam o perímetro do rossio da câmara delimitavam a autoridade municipal em questão de urbanismo. Em Mariana, a autora percebeu que a regularidade do espaço era um trabalho contínuo dos camarários, por meio de regulamentos, controles e sanções, no intuito de que a forma urbana pudesse se aproximar o máximo possível das ideias contidas em cartas régias. Assim, as medidas de regularização dos tecidos urbanos, como a “comodidade” dos sítios eram questões de grande relevância, não só para as autoridades locais, como para as metropolitanas. A câmara de Vila Rica se esforçava para atenuar o aspecto regular do espaço urbano, em vistas de melhorar esses espaços públicos, assim como em se construir casas com padrões específicos.⁴²⁹⁰

⁴²⁸⁸ BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império**: o Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 202.

⁴²⁸⁹ SOUSA, Avanete Pereira. **Poder político local e vida cotidiana**: a Câmara Municipal da cidade de Salvador no séc. XVIII. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2013. p. 40-41.

⁴²⁹⁰ FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arrais e vilas d’el rei**: espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 513-521.

Foto 1: Mapa da cidade do Natal no século XVIII, realizado pelo arquiteto Rubenilson Brazão Teixeira.



Fonte: TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. *Da cidade de Deus à cidade dos homens: a secularização do uso, da forma e da função urbana. Natal: EDUFRN – Editora da UFRN, 2009. p. 521. Mapas intitutados originalmente “Figura 3 – Natal no século XVIII” e “Figura 1 – O trajeto da procissão da Penitência em Natal”. Realizados sobre plantas do IPLANAT (Instituto de Planejamento Urbano de Natal).*

Para o caso da cidade do Natal, Câmara Cascudo descreveu os contornos do espaço urbano da cidade do Natal no século XVIII, em *História da Cidade do Natal*⁴²⁹¹. Ao se observar os mapas anteriores, projetados pelo arquiteto Rubenilson Brazão Teixeira, aliado ao descrito por Cascudo, percebe-se que até antes de 1700, a cidade do Natal, como demonstra o primeiro mapa de Teixeira, compreendia a Rua Grande e a Rua da Conceição e Santo Antônio, desembocando ao sul no rio de beber, ou rio do Baldo, que atualmente, fica no encontro entre o bairro do Alecrim e o bairro da Cidade Alta. Segundo Olavo de Medeiros Filho, este rio abastecia de água os moradores de Natal, e era um afluente do rio Potengi. Este era chamado ainda de Rio da Cruz⁴²⁹². Em registros de vereações da câmara do Natal, entre 1746 e 1750, consta que existia uma ponte no rio de beber água da cidade do Natal. Este local era utilizado também para lavagem de roupas e também para banhos, o que a câmara procurou proibir, no ano de 1747, provavelmente, receando a contaminação da água que era utilizada para beber. A condenação para essa infração seria a prisão e castigos arbitrados pela Câmara. Uma importante fonte de água era motivo de constante preocupação e vigilância pelos camarários, a fim de abastecer a própria população, e assim, eram realizadas constantemente obras nesse local, evitando-se que faltasse água para a população. Em 1748, fora construída uma cerca ao redor do olho d’água, para que animais fossem impedidos de sujar a água, tendo sido consertada essa cerca no ano de 1750, sob a mesma preocupação de falta d’água. Dessa vez, optou-se por se fazer uma cerca de pau-a-pique de ferro, no intuito, portanto, que permanecesse resistente por mais tempo⁴²⁹³.

⁴²⁹¹ CASCUDO, Câmara. *História da Cidade do Natal*. Natal: Prefeitura Municipal, 1947. p. 105-107.

⁴²⁹² MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Terra Natalense*. Natal, Fundação José Augusto, 1991.

⁴²⁹³ Catálogo dos Livros de Termos de Vereação da Cidade do Natal (1674-1823). Documentos 1435, fls. 027v-028; 1445, fls. 032v-033; 1463, fls. 044-044v; 1489, fls. 060-061; 1529, fls. 087v-088; 1537, fls. 093-093v.

Após 1700, houve a criação da Igreja do Rosário, mais ao norte, com a fixação da cruz ao norte, como se percebe, e um maior avanço em direção ao atual bairro da Ribeira. Já entre os principais edifícios da cidade do Natal, percebe-se que eles estavam localizados entre a praça principal e central da cidade (atual Praça André de Albuquerque). Nela, estavam contidas a Casa de Câmara e Cadeia, e a Igreja Matriz da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, representando, portanto, o poder civil e religioso lado a lado. Sobre isto, Rubenilson Brazão Teixeira desenvolveu um trabalho, tendo por foco analisar a relação das casas de câmara e cadeia com o poder municipal, em torno de uma praça central. Segundo Teixeira, o espaço central e regular no Brasil surgiu nos aldeamentos, algo que fora essencial à urbanidade colonial do Rio Grande, conforme observado pelo autor nas localidades que se tornaram vilas a partir de 1760. Natal também surgiu com um espaço central definido. A praça central da cidade do Natal reunia em torno de si a elite local e os principais edifícios, que correspondiam pela condição periférica do Rio Grande à Casa de Câmara e Cadeia, e à igreja. Outros edifícios foram construídos ao longo do século XVIII, seja no centro da capital ou no seu entorno.

Bicalho ressaltou que a ocupação do espaço urbano na colônia atendia a dois imperativos, que eram os militares e os religiosos. A geografia do espaço urbano e colonial do Rio de Janeiro, assim como de outras cidades marítimas ultramarinas, refletiam o primado da cruz e da espada, da fé e do império. Igrejas, conventos, mosteiros, fortalezas, e edifícios da Coroa representavam arquitetonicamente a presença régia e o poder metropolitana na colônia. Os espaços eram especializados em uma hierarquia espacial, existindo territórios de maior visibilidade do poder, aonde os mínimos detalhes do cotidiano da cidade eram vigiados. Controlava-se a circulação de homens, mercadorias e ideias por esse espaço urbano⁴²⁹⁴. Assim, a Casa de Câmara e Cadeia era um desses exemplos, localizado na maioria dos casos, na praça central, tendo à frente o seu pelourinho. Ambos tinham um sentido simbólico de representar a administração e a justiça civil, assim como o status político de aglomeração urbana de uma vila ou cidade. O Pelourinho, a Casa de Câmara e cadeia e a praça central da localidade estavam intimamente ligados, demonstrando uma profunda relação espacial. Do mesmo modo, era a Igreja Matriz ocupando um lugar de destaque e proeminência na cidade do Natal⁴²⁹⁵.

Segundo Denise Mattos Monteiro, a cidade do Natal cresceu lentamente ao longo do século XVIII. Em 1722, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (segunda da cidade, depois da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação) estava concluída, assim como o prédio da cadeia pública. A terceira igreja, a de Santo Antônio, seria concluída apenas em 1766. Entretanto, a cidade possuía apenas 30 casas, passando a um pouco mais de uma centena de casas, 35 anos depois⁴²⁹⁶. Tais informações habitacionais obtidas pela autora foram retiradas por documentos da época. Assim, em 1722, o recém-empossado capitão-mor do Rio Grande, José Pereira da Fonseca, escrevendo ao rei, apresentou a cidade do Natal contendo apenas 30 casas, rodeada de matos, ocorrendo a todo momento mortes a tiros, sem possibilidade de detenção destes crimes. Deve-se ter em mente que José Pereira da Fonseca foi uma autoridade régia que esteve em constantes atritos com os camarários na cidade do Natal, assim como seu antecessor, Luís Ferreira Freire, que foi assassinado a tiros. Já em 1726, João da Maia da Gama, governador da Paraíba entre 1708 e 1717 e do Maranhão, entre 1722 e 1728, em viagem à Natal, contabilizou 50 ou 60 casas na cidade, sendo que o restante da população, segundo o governador, viveria em suas fazendas. E, em 1756, o próprio Senado da Câmara do Natal enviou ao Ouvidor da Paraíba Domingos Monteiro da Rocha, uma relação da capitania do rio Grande, em que afirmavam existirem cerca de 118

⁴²⁹⁴ BICALHO, Maria Fernanda. Op. cit. p. 236-238; Usa FOUCAULT, M. – “O panoptismo” in **Vigiar e punir**. História da violência nas prisões, Petrópolis, Vozes, 1983, p. 173-199.

⁴²⁹⁵ TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. **O poder municipal e as casas de câmara e cadeia** – Semelhanças e especificidades do caso potiguar. Natal: EDUFRN – Editora da UFRN, 2012. p. 212-222.

⁴²⁹⁶ MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à História do Rio Grande do Norte**. 4. ed. Natal, RN: Flor do Sal, 2015. 71.

casas na cidade do Natal. Em três fontes distintas, ao longo de 30 anos, percebe-se que a cidade do Natal estaria crescendo, indo de 30 casas à 118⁴²⁹⁷.

Embora tal crescimento tenha-se feito de maneira lenta, conforme afirmado por Denise Monteiro, a partir da observação dos chãos de terra concedidos na cidade, percebe-se que a cidade do Natal foi mudando de configuração se comparada ao século XVII, confirmando os relatos anteriormente abordados. Em *Terra Natalense*, Olavo de Medeiros Filho, acessando os livros de cartas e provisões do Senado da Câmara do Natal, realizou um levantamento dos aforamentos urbanos concedidos na cidade do Natal. Após o período de dominação holandesa, Medeiros Filho destacou que Natal se encontrava em estado de ruínas. Entre 1666 e o final do século XVII, foram concedidos 26 chãos de terra, sob jurisdição da Câmara do Natal. Já no primeiro quartel do século XVIII, foram 60 concessões realizadas. O autor percebeu através desses aforamentos, que a cidade do Natal passou por uma expansão, seguindo o curso do rio Potengi, ao sul e à nordeste. Ao Sul, as casas que iam sendo construídas, acompanhavam a rua da Cadeia, e, ao nordeste, se avizinhavam casas próximas a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, recém-construída, descendo para a ribeira⁴²⁹⁸.

Já no segundo quartel do século XVIII, foram 67 novas concessões realizadas. Após esse período, apenas entre 1751-1759, limite temporal da análise, foram concedidos mais 29 chãos de terra. De acordo com Olavo de Medeiros Filhos, o avanço da cidade do Natal, a partir de 1726, ocorreu sobre a região da ribeira, paralelamente ao rio Potengi⁴²⁹⁹. Percebe-se, portanto, o quanto a cidade do Natal ia crescendo no seu aspecto urbano, que se refletia nas exigências impostas pelos camarários ao longo dos anos.

Em artigo recente sobre a questão dos chãos de terra e a câmara da cidade do Natal, na primeira metade do século XVIII, Marcos Arthur da Fonseca obteve significativos resultados que nos fazem pensar essa relação da instituição camarária como reguladora do espaço urbano. Para o autor, as obrigações que os suplicantes deveriam cumprir pela câmara da cidade do Natal foram modificados ao longo dessa primeira metade do XVIII. Assim, durante as duas primeiras décadas, momento em que ocorria a chamada *Guerra dos Bárbaros* na capitania do Rio Grande, o prazo para se construir casas era de 3 anos. Entretanto, findado esse momento conturbado, uma nova postura foi adotada pelos camarários, limitando o prazo para erguimento de casas nos chãos concedidos em 1 ano, assim como o fim da isenção de pagamento de foro. Desse modo, desejava-se com isto o aumento da cidade, estimulando o efetivo povoamento, com a construção de casas, e em um momento de tensão na capitania, determinava-se um prazo maior para tal realização, assim como isentava a quem recebia os chãos a obrigação de pagar anualmente uma taxa pela terra concedida. Entretanto, passado tal momento, limitou-se o prazo e extinguiu-se a isenção do foro, visto que esta era também uma das rendas camarárias⁴³⁰⁰.

Os chãos de terra eram concedidos pela câmara no seu rossió⁴³⁰¹, área chamada de léguas do Conselho, em que a Coroa autorizava a concessão de aforamentos pela câmara,

⁴²⁹⁷ Documentação transcrita por Olavo de Medeiros Filho e presente em MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Terra Natalense**. Natal, Fundação José Augusto, 1991.; Cartas régias sobre a Capitania do Rio Grande do Norte, de 1671 a 1722 (I a XLIX), p. 175; OLIVEIRA MARTINS, F. A. – **Um Herói Esquecido (João da Maia da Gama)**, 2º vol, p. 95; Relação de toda a extensão desta capitania do Rio Grande do Norte e suas divisas, freguesias, povoações, rios assim navegáveis como inavegáveis que nela se contém.

⁴²⁹⁸ MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Terra Natalense**. Natal, Fundação José Augusto, 1991.

⁴²⁹⁹ Idem.

⁴³⁰⁰ FONSECA, Marcos Arthur Viana da. **A Câmara e as sesmarias urbanas: relações de poder na cidade do Natal (Século XVIII)**. XXVI Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica e CICT 2015 UFRN. Disponível em: <<http://cic.propesq.ufrn.br/trabalhos.php>> Acesso em: 22 de jun. 2016.

⁴³⁰¹ Para o entendimento dos chãos de terra, deve-se ter em mente o que era o sistema de sesmarias traspassado do reino para a América portuguesa. Embora, os chãos de terras urbanos não sejam sesmarias, o princípio da condicionalidade se aplicava a esses aforamentos urbanos, assim como as obrigações devidas ao que recebiam estes chãos. O sistema de sesmaria foi implantado em 1375, em Portugal, por D. Fernando, decorrente de uma crise de abastecimento alimentar, tendo, portanto, o aproveitamento do solo como uma das prerrogativas básicas, visando o interesse de abastecer.

dos quais esta instituição obtinha rendas significativas, visto que anualmente os que recebiam os chãos de terra deveriam pagar à câmara quantias estipuladas por essa mesma. Entre as obrigações/proibições impostas pela câmara do Natal nas cartas de concessão de chãos de terras, estava a de que a concessão não viesse a prejudicar terceiros. Dessa forma, os camarários buscavam garantir que a pessoa que recebeu o chão de terra, não invadisse áreas concedidas a outrem, respeitando os limites concedidos em carta para si. É comum a solicitação de pessoas que haviam comprado casas de outros pedirem chãos de terras, ou ainda, de pessoas que haviam construído casas, mas não possuíam título da terra, ou, então, de pessoas que moravam em casas alugadas, e pediam a concessão. Entretanto, a principal justificativa era dos que não possuíam terras e pretendiam construir casas na cidade do Natal, para abrigar mulher e filhos, sendo a maioria desses requerentes moradores da cidade ou da capitania. Em todos estes casos, a justificativa para a concessão é de que as terras estariam devolutas, e, portanto, justificaria a posse da pessoa pela terra solicitada, ou que a terra que havia sido concedida a outrem e não havia sido aproveitada, e, portanto, continuado devoluta, ou, que, este havia passado os direitos sobre ela para o requerente, por meio da compra.

A partir do ano de 1738, uma nova obrigação demonstra o quanto a cidade do Natal estaria crescendo, e, portanto, se faz necessária a presença da figura do almotacé, que, até então, não era requerida, para fiscalizar e garantir o arruamento das casas que fossem construídas. De acordo com Magnus Pereira, além do aspecto do mercado, os almotacés também fiscalizavam à questão da sanidade urbana, verificando os estabelecimentos comerciais, zelando pelo estado de limpeza, assim como as ruas, além da preservação de fontes de abastecimento de água potável. E ainda tinham a responsabilidade de fiscalizar o traçado urbano da vila, organizando a construção e manutenção de pontes, pavimentação de ruas, e multando os moradores que não adequavam suas casas ao deliberado nas posturas⁴³⁰². Para o caso da cidade de Salvador, por exemplo, Avanete Sousa afirmou que a partir de 1720, a Câmara passou a controlar as ruas de forma mais direta na figura do arruador do Senado. Este deveria fixar as dimensões de cada novo caminho que se fosse abrir. Além disto, a câmara interferia no contorno das fachadas das casas. Assim, entre 1724 e 1770, a autora contabilizou cerca de 3 mil casas que foram fiscalizadas por esses arruadores, sendo que 35% delas foram notificadas como possuindo alguma irregularidade,

Passado ao Brasil, o objetivo inicial era facilitar o povoamento em um território vasto e recém-descoberto, além da própria produção exportadora. Se no início da colonização, as sesmarias eram concedidas com extensas léguas de terra, ao longo dos anos, várias ordens régias foram enviadas, limitando-se o tamanho das sesmarias, assim como impondo diversas outras obrigações, resultado da experiência sesmarial na colônia. Em fins da década de 1690, a sesmaria foi limitada para 3 léguas de comprimento por uma légua de largura, assim como passou-se a obrigar a confirmação régia das sesmarias concedidas, e o pagamento do foro foi introduzido. Dessa forma, percebe-se como o sistema sesmarial tinha um caráter condicional. Para a garantia da posse da sesmaria, o sesmeiro deveria cumprir as condições estabelecidas. Entre as principais exigências, estava o cultivo da terra, no intuito de que a sesmaria não estivesse devoluta, o que Virginia Rau chamou de o caráter coercitivo do sistema sesmarial. A sesmaria era, então, uma concessão real. PORTO, Costa. **Estudo sobre o Sistema Sesmarial**. Recife: Imprensa Universitária, 1965.; RAU, Virgínia. *Sesmarias medievais portuguesas*. 2. ed. Lisboa: Presença, 1982.; VARELA, Laura Beck. *Das sesmarias à propriedade moderna: Um estudo de História do Direito Brasileiro*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.; ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. **Converting land into property in the Portuguese Atlantic World, 16th-18th century**. 2007. 366 f. Dissertação (Doutorado em Filosofia) — Johns Hopkins University, Baltimore, 2007.; MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito, 1795-1824**. São Paulo: Alameda, 2009; ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira; BARBOSA, Kleyson Bruno Chaves. **A legitimidade da graça: os impactos da tentativa de reforço da política sesmarial sobre as terras da Casa da Torre na capitania da Paraíba (século XVIII)**. *Topoi*. Revista de História, Rio de Janeiro, v.16, n. 30, p. 78-100, jan./jun. 2015. Disponível em: <www.revistatopoi.org>.

⁴³⁰² PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Almuthasib*— Considerações sobre o direito de almotaçaria nas cidades de Portugal e suas colônias. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, nº42, p. 365-395. 2001. p. 369-370.

principalmente nas janelas e sacadas, prejudicando, portanto, o alinhamento que a Câmara determinava. Além disto, a construção ou reforma de uma casa necessitava de uma licença emitida pela Câmara.⁴³⁰³

Para a cidade do Natal, a partir de 1738, tornou-se obrigatório que todo que fosse levantar casas, deveria chamar o almotacé ou o juiz ordinário, para juntamente com o escrivão da Câmara, “cordear” a dita casa, ficando, assim, “arruada”, com as demais, além de ocupar toda a terra com casa. Os camarários buscavam dar forma à cidade que ia crescendo, conferindo um aspecto de possível organicidade. O planejamento urbano ocorreria na medida em que esses chãos fossem concedidos, e, assim, a câmara, como instituição reguladora do espaço urbano colonial, ia controlando e fiscalizando. Assim, em 1743, quando já haveria um número de concessões razoáveis na cidade, e, ruas iam ganhando forma, os camarários obrigavam ao tenente-coronel Matias Simões Coelho, que estava recebendo um chão de terra próximo ao Armazém da cidade, de que a rua por trás da concessão deveria ficar livre, pois era um local em que os moradores costumavam andar e passar de carroça⁴³⁰⁴. Desse modo, a rua deveria ser conservada, para que se continuasse a garantir a passagem dos transeuntes. E em concessão de 1756, por exemplo, o alferes José Gonçalves da Cruz recebeu o chão de terra com a condição de que “arruasse” sua casa com a do seu vizinho João da Costa, conservando, portanto, a regularidade pretendida pelos camarários⁴³⁰⁵. De acordo com Renata Malcher, “o trabalho de arruar uma cidade é comparável a uma atitude de projecto efectuada no próprio terreno”. Embora se fizessem projetos desenhados no papel, a prática da arruação seria a verdadeira metodologia de projeto urbanizador português, levando-se em conta a viabilidade e adaptabilidade ao terreno na prática⁴³⁰⁶.

Quanto ao aspecto dessas casas, foi possível perceber a constante referência nos casos de alegações por parte dos requerentes de que haviam comprado casas, de que estas eram térreas, e, em alguns casos, especifica-se que elas eram feitas de taipa ou ainda eram telhadas. Em 1709, por exemplo, Diogo de Melo de Albuquerque alegou que havia recebido uma casa de palha, e que pretendia alterá-la, colocando telha. Já Teodósia da Encarnação de Jesus, em 1718, informou ser senhora de uma morada de casas de telha térreas obtidas por compra. Em 1735, Miguel Raposo informou que havia arrematado em praça umas casas térreas de taipa na ribeira da cidade. Em 1739, Sebastião Rodrigues Correia informou haver comprado umas casinhas na ribeira, pretendendo aumentá-las ou fazer de novo. Do mesmo modo alegou o alferes Manuel Rodrigues Pimentel, em 1740, acrescentando que aumentaria tais casinhas por não ter espaço suficiente que coubesse a sua família. Em 1742, Vicente Ferreira da Costa, morador na ribeira, solicitou os chãos de terra em que constavam umas casas de taipa que ele havia comprado. Nota-se a fragilidade dessas construções realizadas na cidade do Natal, sendo necessário constantemente reformá-las ou construí-las novamente. Assim, em 1759, Miguel Ferreira Cabral de Melo, escrivão do público judicial e notas da cidade, afirmou que iria reedificar uma morada de casas que havia arrematado em praça, pois elas estavam muito velhas. Ele garantiu também que as construiriam de modo a que ficassem “cordeadas” com as moradas vizinhas⁴³⁰⁷.

⁴³⁰³ SOUSA, Avanete Pereira. **Poder político local e vida cotidiana: a Câmara Municipal da cidade de Salvador no séc. XVIII.** Vitória da Conquista: Edições UESB, 2013. p. 35-38.

⁴³⁰⁴ Fundo documental do IHGRN. Caixa 02 de Cartas e provisões do Senado da Câmara. Livro 8A (1738-1743). Fl. 148v.

⁴³⁰⁵ Fundo documental do IHGRN. Caixa 03 de Cartas e provisões do Senado da Câmara. Livro 10 (1755-1760). fl. 94.

⁴³⁰⁶ ARAÚJO, Renata Malcher de. **As Cidades da Amazônia no Século XVIII.** Belém, Macapá e Mazagão. 2. ed. Porto: Inova- Artes Gráficas, 1998. p. 42.

⁴³⁰⁷ Fundo documental do IHGRN. Caixa 01 de cartas e provisões do Senado da Câmara. Livro 5 (1708-1713). Fl. 47; Fundo documental do IHGRN. Caixa 01 de Cartas e provisões do Senado da Câmara. Livro 6. Fl. 97 verso; Fundo documental do IHGRN. Caixa 06 de Cartas e provisões do Senado da Câmara. Livro 17 (1728-1736). fl. 152v.; Fundo documental do IHGRN. Caixa 02 de Cartas e provisões do Senado da Câmara. Livro 8A (1738-1743). Fls. 167v.; Fundo documental do IHGRN. Caixa 02 de Cartas e

Um curioso caso envolvendo um beco entre o Armazém de pólvora da cidade e as casas do padre Miguel Pinheiro Teixeira, exemplifica como questões urbanas mobilizaram diversos moradores da cidade do Natal, tendo sido a Câmara solicitada para agir e interferir nessa questão que dizia respeito aos traçados e contornos urbanos que a cidade ia tomando ao longo das concessões dos chãos de terra. Em vereação de 3 de maio de 1755, os oficiais camarários receberam um requerimento do almoxarife da Fazenda Real, o capitão José Pedro de Vasconcelos, que informava que alguns moradores da cidade haviam feito petição para que os camarários ordenassem o tapamento de um beco entre as casas do reverendo padre Miguel Pinheiro Teixeira e o Armazém⁴³⁰⁸. De acordo com Olavo de Medeiros Filhos, em 19 de março de 1737, fora solicitada a construção de um armazém que guardasse munição, pólvora e armas de guerra, além de servir como abrigo de soldados. Uma parte deste edifício, que em 05 de março de 1738 já estava construída, servia à Alfândega. Em 1751, um raio teria atingido o Armazém de pólvora da capitania⁴³⁰⁹.

Segundo a petição dos moradores, o buraco no beco causava um prejuízo enorme pois os quintais desses indivíduos eram devassados, visto estarem de frente para o beco. Provavelmente, esse problema no beco estava fazendo com que se tivesse acesso aos fundos das casas de vários moradores, servindo, como uma possível passagem e encurtamento entre uma rua e outra. Entretanto, outros moradores haviam se queixado no Senado, argumentando que era útil que o beco continuasse aberto. Já o almoxarife da Fazenda Real era de parecer que os camarários não mandassem mais abrir o beco pelos prejuízos que poderiam existir. Entre os motivos, alegava que no beco aberto passavam pessoas frequentemente com fogos, e isto era perigoso, pois o Armazém e barris de pólvora ficava ao lado. Além disto, seria útil que o lugar em questão, entre as casas do padre e o armazém, fosse concedido como chão de terra, evitando não só os perigos de explosões com fogos, como também dos furtos, como quando o armazém foi roubado, tendo sido levados 20 barris de pólvoras, balas e mais armas.

No mesmo dia, os camarários decidiram fazer um termo de vistoria sobre as casas de Dona Francisca Bezerra, no intuito de resolver o problema. Segundo o termo de vereação, alguns moradores teriam vindo com notícias de que a Dona Francisca Bezerra, viúva do sargento-mor José de Morais Navarro, assinando como suplicante e por outros moradores, solicitou que o beco referido fosse aberto e destapado. De acordo com a viúva, o tapamento lhe era prejudicial pois interrompia a ligação entre casas que tinha na cidade, sendo o beco um meio de se ter acesso a essas casas. Entretanto, os que eram contrários a isto, informavam que a abertura do beco era também prejudicial aos moradores da rua, pois conforme já exposto, os quintais ficavam sendo acessados pelo beco, impedindo também que as senhoras pudessem sair livremente. Além disso, segundo os moradores contrários à abertura, as casas de Dona Francisca Bezerra não seriam prejudicadas, pois ficavam uma de frente para outra, não lhes servindo o beco, nem prejudicando a vista. Assim, recorriam aos camarários que vistoriassem as casas da viúva, para que agissem com a *reta justiça*. Para isso, 27 pessoas assinaram a petição pelo tapamento do beco, incluindo importantes pessoas da cidade, como oficiais de ordenanças, duas viúvas, além do próprio padre Miguel Pinheiro

provisões do Senado da Câmara. Livro 8A (1738-1743). Fls. 23v.; Fundo documental do IHGRN. Caixa 02 de Cartas e provisões do Senado da Câmara. Livro 8A (1738-1743). Fls. 93. Fundo documental do IHGRN. Caixa 03 de Cartas e provisões do Senado da Câmara. Livro 10 (1755-1760). fl. 180v.

⁴³⁰⁸ Termo que mandarão o juis ordinário e oficiais da câmara fazer para se declarar nelle o requerimento do Almoxarife da fazenda real o capitam Joseph Pedro de Vasconcelos. Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Senado da Câmara do Natal. Livro de posse, juramento e sessões. 1753-1776.

⁴³⁰⁹ MEDEIROS FILHO, Olavo de. Op. cit. p. 105.

Teixeira, que tinha casas ao lado do beco, e que assinou como principal representante do documento⁴³¹⁰.

A decisão camarária foi de que o que fosse vistoriado e percebido, deveria ser decidido, a partir disto. Tendo-se feito a vistoria, inclusive, com muitos dos petiçãoários acompanhado, chegou-se à conclusão, finalmente, de que o tapamento do buraco não prejudicaria a viúva, ficando a fronteira de sua casa livre e sem prejudicar a visão, conforme argumentado. Já a decisão tomada pelos camarários foi argumentada que seria conveniente pois não prejudicaria a pessoa alguma, sendo para o bem do povo pois se livrariam das “maganagens” que ocorriam neste beco, que era um desserviço de Deus e prejuízo ao mesmo povo. De acordo com o dicionário do padre Raphael Bluteau, de 1728, há palavras que podem dar o significado próximo do termo “maganagens”. Maganear significa “frequentar casas de más mulheres, tavernas...”. Maganice é “ação baixa, vil, indigna, velhacaria”. Magano tem significado de “vício”. Magano é “homem de má qualidade, que faz ações baixas, indignas”, “lascivo”, ou ainda “malicioso, velhaco”. Mulher magana é “meretriz”⁴³¹¹. Pode-se supor, então, que tal localidade poderia ser utilizada ainda para ações indecorosas às vistas das senhoras da cidade que conforme visto, não podiam ficar livremente em seus quintais. Locais de namoros, lascívia, ou ainda, entendidos como locais de vícios e atitudes criminosas, o fechamento do beco foi visto como uma solução adequada para o controle dos corpos e espaços nesta localidade. Conforme afirmado por Bicalho, o controle e a administração do espaço físico, econômico e social da cidade representava algo que era estruturador na sociedade. O controle sobre a cidade e seus habitantes, que representava o controle do espaço urbano, assumia diversas formas. Para o caso da cidade do Rio de Janeiro, a autora constatou que o espaço urbano da cidade foi ao longo do tempo recortado, fixado e hierarquizado, colaborando para que a autoridade régia se fizesse mais absoluta. Assim, espaços-monumentos do poder régio se tornam mais frequentes, assim como o “quadriculamento disciplinar” dos indivíduos, ofícios e funções, aumentando o controle e vigilância sobre estes moradores⁴³¹².

George Cabral de Souza destacou que os oficiais do Recife tinham uma atenção especial pelos becos da vila. Estes facilitavam a circulação de pessoas, diminuindo distância. O autor destacou o caso de um beco referido em vereação de 1787, que ia para o porto das canoas, na rua da Cruz. Também um padre, chamado Nicolau Vaz Salgado, pretendia construir uma casa em uma das entradas do beco, o que impediria a circulação. Assim como o ocorrido em Natal, a câmara enviou seu procurador para inspecionar o local. A conclusão deste caso foi de que a casa não deveria ser construída, visto o dano público. Entretanto, nem todos becos desempenhavam uma função de vias de circulação, tornando-se às vezes em locais de depósitos de lixo, ou ainda, à noite, usados como esconderijos de pessoas que pretendiam cometer algum “abuso contrário à regra da decência e da religião”, especialmente, desvios de conduta sexual⁴³¹³. Assim, as “maganices” também foram percebidas para essa localidade.

Além das mencionadas “maganagens”, a principal questão no caso do beco de Natal parecia ser o armazém que estava sempre guardado com pólvora, e por ali se costumava andar com fogos. Assim, a solução final encontrada foi conceder este local como chão de terra ao próprio padre Miguel Pinheiro Teixeira, livrando-se de um espaço problemático, e,

⁴³¹⁰ Termo de vistoria que mandarão fazer os oficiais do senado da Câmara sobre as cazas de Dona Francisca Bezerra. Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Senado da Câmara do Natal. Livro de posse, juramento e sessões. 1753-1776.

⁴³¹¹ BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino**: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. v.2 Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1>. Acesso em: 22 jun. 2016. p. 245

⁴³¹² BICALHO, Maria Fernanda. Op. cit. p. 201;203;239.

⁴³¹³ SOUZA, George Félix Cabral de. **Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial**: la camara municipal de Recife (1710-1822). Tese (Doutorado em História) – Universidad de Salamanca, Salamanca, 2007. p. 513-514.

dessa forma, contribuindo para o arruamento desta localidade. Percebe-se, como fora extremamente conveniente, que o padre no mesmo dia, 3 de maio de 1755, recebesse tal concessão. No requerimento de Miguel Pinheiro Teixeira, consta que ele era morador na cidade, e que entre suas casas e a da Alfândega haviam quatro braças de terra devolutas, as quais pretendiam receber por concessão, para aumentar suas casas, completando a rua com casas, e para melhor habitação do requerente⁴³¹⁴. A concessão ocorreu com a condição de que a terra fosse utilizada para construção de casas, e, assim, o problema do beco estaria resolvido.

Por meio de um simples beco, notou-se como diversos moradores foram mobilizados, e um espaço que surgiu do crescimento da cidade e da não concessão entre duas áreas construídas foi solucionado com a concessão ao padre, que saiu beneficiado neste íterim. Com isto, os *homens bons* da cidade visavam evitar delitos que o beco poderia proporcionar, além de assegurar às senhoras a tranquilidade de estarem em seus quintais. E, principalmente, o fato de se evitar novos roubos e desvios de um prédio tão importante que era o Armazém da cidade, e do poder de fogo que este possuía para aqueles que a ele tivessem acesso, visto que o beco possibilitava a entrada a este edifício.

A presença de animais no espaço urbano da cidade também era uma preocupação constante dos camaristas da cidade do Natal, desde pelo menos o final da segunda metade do século XVII. Porcos e cabras eram motivos de posturas municipais veementes, exigindo-se a retirada desses animais do perímetro urbano. Sobre as vias públicas das Minas setecentistas, Cláudia Damasceno afirmou que em Mariana os camarários emitiram posturas para que os porcos não ficassem soltos na cidade, argumentado que estes causavam prejuízo às casas e edifícios, assim como em calçadas e outras obras públicas⁴³¹⁵. Em Recife, George de Souza também percebeu que a circulação e seguridade dos transeuntes era objeto de preocupação dos camarários, principalmente pelos provocados por animais que viviam nas ruas, e por elas circulavam, como cachorros e porcos que eram criados soltos pela vila⁴³¹⁶.

Em vereações de 1732 e 1739, emitem-se posturas sobre a questão dos porcos, nos quais é possível perceber de forma mais detalhada os danos causados por esses animais à população urbana de Natal. Em 1732, por exemplo, consta que os porcos estragavam as hortas dos moradores e chafurdavam na água do rio de beber, causando doenças⁴³¹⁷. Já em postura específica de 1739, reportando-se a todos moradores da Cidade do Natal e fora dela, informava-se que os porcos causavam prejuízos pois ficavam percorrendo soltos as ruas da cidade, cavando e sujando, assim como entrando nas casas e quintais das pessoas.⁴³¹⁸ Para os camarários, para além do “esquadrinhamento, hierarquização, policiamento e criação de espaços de incorporação e exclusão de indivíduos e grupos na cidade colonial” que atendiam “às necessidades de impedimento, controle, vigilância e punição dos desvios e do não cumprimento das ordens metropolitanas”, estes entendiam que atuavam “em prol do bem comum e da saúde dos povos, sempre de acordo com as regras de higiene e do saber médico”⁴³¹⁹.

Quanto às obras empreendidas pela Câmara, relacionados aos espaços em que se construíam novos equipamentos ou se realizavam a manutenção, percebeu-se que para além

⁴³¹⁴ Fundo documental do IHGRN. Caixa 03 de Cartas e provisões do Senado da Câmara. Livro 10 (1755-1760). fl. 38.

⁴³¹⁵ FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arrais e vilas d’el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 533.

⁴³¹⁶ SOUZA, George Félix Cabral de. **Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la camara municipal de Recife (1710-1822)**. Tese (Doutorado em História) – Universidad de Salamanca, Salamanca, 2007. p. 499.

⁴³¹⁷ Catálogo dos Livros de Termos de Vereação da Cidade do Natal (1674-1823). Documento 1111, fls. 116-116v.

⁴³¹⁸ Registo de hum edital aos ofisias da camara sobre porcos e mels aguardentes. Fundo documental do IHGRN. Caixa 02 de cartas e provisões do Senado da Câmara. Livro 08 (1738 – 1743). Fl. 56.

⁴³¹⁹ BICALHO, Maria Fernanda. **Op. cit.** p. 242.

da própria Casa de câmara e cadeia, as pontes e a fonte do rio da água de beber foram motivos de interesse e de competências camarárias. As obras eram arrematadas, passando, portanto, a responsabilidade a terceiros, e para o cumprimento destas, muitas vezes eram emitidas posturas para que os próprios moradores colaborassem, cedendo seus próprios escravos para a realização de tais obras⁴³²⁰. Entre as pontes que eram de responsabilidade dos camarários, estavam a do rio Pitimbu, do Pirangi, a que ia da cidade alta à ribeira, e também uma ponte no Ceará-Mirim. Dessa forma, buscava-se construir e manter os caminhos de passagem que davam acesso à cidade do Natal, vindas de diversas localidades⁴³²¹. Nesse aspecto fiscalizador, que envolvia o caráter construtivo, a figura do almotacé era de relevante importância, assim como a do procurador. De acordo com Cláudia Damasceno, as municipalidades em Minas Gerais eram responsáveis por executar diversas obras públicas, o que a autora chamou de “redes técnicas urbanas”, classificadas como rede viária, e, também o sistema de abastecimento de água. Quanto mais houvessem ruas calçadas, pontes de pedras e chafarizes públicos, mais uma determinada localidade era considerada como próspera, prestigiosa e com um caráter “civilizado” para essas povoações. Canalizações, chafariz e pavimentação das vias delimitavam, assim, o espaço urbano, em contraposição às zonas rurais circunvizinhas. Entretanto, a implementação e a conservação desses espaços consumiam uma considerável quantia das rendas camarárias.⁴³²²

Conforme afirmado por Avanete Sousa, quanto à questão de habitação e urbanismo, a Câmara de Salvador nem sempre conseguiu implementar suas posturas, visto as necessidades e possibilidades da própria população, predominando, portanto, a burla constante à essas normas. Construções clandestinas eram realizadas assim como descumpridas as leis, resultando em medidas coercitivas e fiscalizações seguidas de penalidades pelos camarários. Apesar disto, a população reagia a este controle, resistindo individualmente ao cumprimento das posturas, nas reincidências, ou ainda, em queixas coletivas ao próprio poder régio. Dessa forma, percebe-se que a ação do poder local no que se refere à vida urbana não era destituído de tensões e conflituosidades⁴³²³. Assim, pôde-se perceber também para o caso da cidade do Natal.

Visto isto, neste trabalho, foi possível passear por entre os espaços da cidade do Natal, como nas concessões de aforamentos e na percebida expansão urbana da cidade; na vida e no cotidiano dos moradores; as confusões referentes a um beco e nas atitudes desviantes dos moradores; os porcos chafurdando por entre as casas dos moradores e seus quintas, assim como os próprios moradores que devassavam os quintais dos outros, conforme visto no caso do beco; a passagem desses indivíduos por entre pontes, que ligavam pontos da cidade; o rio de beber água, e as lavadeiras que dele se utilizava. Pôde-se adentrar e compreender diversas especificidades do mundo colonial, tendo por norte a conduta reguladora, coercitiva e fiscalizadora da Câmara da cidade do Natal; assim como não se pode deixar de enfatizar a própria transgressão por parte desses agentes coloniais.

⁴³²⁰ Nos termos de vereação, constam ainda diversos casos de obras que aqui não foram explorados, como a questão do açougue, modificações no prédio da Casa de Câmara e cadeia, compra de novo pelourinho, argolas, entre diversas outras questões, sempre postas em praça para arrematação.

⁴³²¹ Além das pontes, a câmara do Natal controlava os percursos dos moradores por meio do direito de passagem da ribeira do Natal para a Aldeia Velha, por meio do rio Potengi. Esse direito era arrematado pela câmara a particulares, que deviam garantir a passagem em embarcações para os indivíduos que quisessem transitar por esse espaço. Geralmente, concedia-se aforamento de terras na região da ribeira, e o beneficiário era obrigado a garantir essa circulação de pessoas. Esse direito de passagem é perdido pela câmara, passando à Provedoria em fins do século DIAS, Thiago Alves. **Dinâmicas mercantis coloniais: Capitania do Rio Grande do Norte (1760-1821)**. 2011. 277f. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011. p. 130-131.

⁴³²² DAMASCENO, Cláudia. Op. cit. p. 522.

⁴³²³ SOUSA, Avanete. Op. cit. p. 40-41.

DO LANCE AO ARREIMATE: CONTRATOS E AUTOS DE ARREMATÇÃO DA PROVIDORIA DA FAZENDA REAL DO RIO GRANDE (1673-1723)

*Lívia Brenda da Silva Barbosa*⁴³²⁴

lívia_brendah@hotmail.com

Resumo: Este trabalho pretende analisar um dos aspectos da administração fazendária na capitania do Rio Grande: os autos de arrematação dos contratos dos dízimos reais entre 1673 e 1723. O estabelecimento dos contratos foi o mecanismo adotado pela Coroa para garantir retorno na arrecadação de alguns tributos. Por meio dos contratos a Coroa atribuía a particulares a responsabilidade de arrecadar um tributo. Assim, o contratador pagava o valor do contrato arrematado à Fazenda Real e por sua conta arrecadava o tributo. A diferença entre o que o contratador havia pago no contrato e o que arrecadaria era o lucro do seu investimento. O valor dos contratos era definido nos autos de arrematação. Pretende-se, portanto, estudar as características dos autos de arrematação entre 1673 e 1723, processo organizado pela Provedoria da Fazenda Real para que fossem realizados os lances pelos interessados em arrematar os contratos dos dízimos da dita Provedoria. Com base na documentação analisada, os registros desse processo administrativo, será possível perceber de forma minuciosa um aspecto do cotidiano administrativo da Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande: o pregão público que definia os contratos da Fazenda do Rio Grande, os seus autos de arrematação.

Palavras-chave: Contratos; Autos de arrematação; Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande.

Introdução

Fiscalizar, arrecadar e administrar as receitas e as despesas de uma capitania, fazer o pagamento dos oficiais e registrar todos os seus trâmites burocráticos eram as principais competências dos oficiais de uma Provedoria da Fazenda Real⁴³²⁵. Tarefa árdua para esses homens era assegurar que houvesse o equilíbrio entre as receitas e as despesas de uma capitania. A manutenção dos gastos de uma Provedoria provinha da arrecadação de tributos e o recolhimento de impostos era o cerne do funcionamento dessa instituição fazendária. Por meio dos tributos, constituía-se a receita da capitania e então movia-se o funcionamento da fiscalidade: seguindo-se à execução de como seriam arrecadados os tributos, a fiscalização e o recolhimento dos mesmos e, enfim, a aplicação da receita com pagamento dos gastos da capitania.

As atividades fazendárias da Provedoria Real eram realizadas por um corpo administrativo, ocupado no topo da hierarquia pelo provedor⁴³²⁶. Como exigido nos

⁴³²⁴ Mestranda em História - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

⁴³²⁵ SALGADO, Graça (coord.). **Fiscais e meirinhos**: A administração no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 83.

⁴³²⁶ O provedor, funcionário primeiro na hierarquia administrativa de uma provedoria, instituído por nomeação régia, era responsável por cuidar, com a supervisão do provedor-mor, da arrecadação de tributos e da aplicação das rendas pertencentes à Fazenda Real. Já o almoxarife deveria fiscalizar e cobrar os direitos régios aos contratadores, conforme seus contratos de arrendamento, notificando ao provedor os casos de não cumprimento do contrato; arrecadar anualmente, no mês de janeiro, tudo o que ainda for devido pelos rendeiros e fazer a prestação de contas ao provedor. Assim, o almoxarife tinha importantes funções na fiscalização do processo de arrecadação de impostos. O escrivão deveria, dentre suas funções, assistir e registrar as rendas e direitos régios; escrever as entradas e saídas das mercadorias na Alfândega para a cobrança de impostos. O porteiro era incumbido de servir de porteiro das Casas de contos e Alfândega e guardar os livros das ditas casas. Ver: REGIMENTOS dos Provedores In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **Raízes da formação**

regimentos⁴³²⁷, os trâmites da Fazenda Real eram devidamente inscritos nos livros da Provedoria. Séculos de registros dessas atividades estão salvaguardados no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Entre registros de arrecadação, pagamento da folha de funcionários, portarias e provisões de ofícios, estão abertas possibilidades para a reconstrução do cotidiano administrativo dos homens da fazenda. Apesar da variedade de fontes da Provedoria do Rio Grande pouco se produziu sobre a história da instituição⁴³²⁸. Dentre essas fontes, este artigo concentra-se na análise de um tipo documental: os registros dos autos de arrematação dos dízimos reais.

Os autos de arrematação fazem parte do método de arrecadação de impostos estabelecido pela Coroa no ultramar. A cobrança de impostos era feita geralmente por meio dos contratos, nos quais particulares, por valor definido e pago à Coroa, assumiam o privilégio de cobrar os tributos em nome do rei. Os contratadores – também denominados de rendeiros – tinham a responsabilidade de arrecadar por sua conta determinado imposto. Uma vez pago o valor do contrato, definido no auto de arrematação, o que era arrecadado pelo contratador era de sua posse. O lucro estava na diferença entre o que era pago pelo contrato e o que era de fato arrecadado pelo contratador frente aos moradores da capitania⁴³²⁹. Os autos de arrematação eram os processos pelos quais os interessados em arrematar contratos faziam os seus lances. Como em uma espécie de leilão, os lançadores apostavam valores para pagamento do contrato, e aquele que desse o maior lance o arrematava.

Por meio dos autos eram definidos os homens que recolheriam os tributos pelas localidades das capitanias. Como em um leilão, cada interessado fazia os seus lances, colocando em jogo os valores dos contratos, as rendas da capitania e os rumos da arrecadação, finalizado no momento em que o lançador tomava em mãos os ramos verdes que simbolicamente lhe davam a posse do contrato. Este artigo pretende analisar os autos de arrematação da Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande entre 1673 e 1723. Tem-se como foco o caráter ritualístico do auto de arrematação, que seguia um determinado padrão, buscando-se perceber como era realizado. Serão salientados, portanto, os aspectos do cotidiano administrativo da Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande.

Do lance ao arremate

Rituais públicos foram instrumentos de afirmação utilizados pela Coroa no Império Ultramarino. As cerimônias, em suma de caráter religioso e político, são compreendidas por alguns autores como formas encontradas pela Coroa de o monarca se fazer presente por meio dos ritos nas suas conquistas. Conforme analisado por Beatriz Santos, as festas de *Corpus Christi*, tradição nas cidades do Brasil colonial, eram uma forma de criar um vínculo entre a monarquia portuguesa e seus vassalos. Participantes na procissão que cruzava as ruas

administrativa do Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1972. Tomo I. pp. 91- 98. _____. **Fiscais e meirinhos**, p. 287.

⁴³²⁷ REGIMENTO dos Provedores. _____. **Raízes da formação administrativa do Brasil**, pp. 91- 98.

⁴³²⁸ A historiografia clássica potiguar menciona apenas algumas informações sobre a Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande. Ver: CASCUDO, Luís da Câmara. **História da cidade do Natal**. Natal: IHG/RN, 1999. LYRA, Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN, 2008. MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Aconteceu na capitania do Rio Grande**. Natal: IHG/RN. Mais recentemente o historiador Marcos Arthur Viana da Fonseca estudou alguns conflitos de jurisdição que envolviam oficiais da Fazenda do Rio Grande. Ver: FONSECA, Marcos Arthur Viana da. Uma capitania em crise: conflitos e jurisdições no Rio Grande (1726). **Revista de História Bilros**, v. 3, n. 5, p. 44-66. 2015. FONSECA, Marcos Arthur Viana da. O sertão, os dízimos e a ajuda de custo: conflitos de jurisdição na capitania do rio grande (1735 -1736). **Historien (Petrolina)**. ano 5. n. 10. Jan/Jun 2014: 133-154. Porém, pesquisas sobre o estabelecimento e estrutura administrativa desta instituição na capitania ainda estão sendo desenvolvidas. Este artigo tenta, desse modo, analisar um dos aspectos do cotidiano administrativo desta instituição.

⁴³²⁹ PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. pp. 340, 341.

da cidade, os camarários representavam a presença real no ultramar⁴³³⁰. A procissão de *Corpus Christi* escapava de seu significado religioso e assumia também papel importante na formação de um elo de identificação entre o monarca e os vassallos que aqui habitavam.

Em um aspecto mais político, ao analisar os rituais de posse dos governadores-gerais do Estado do Brasil, o historiador Francisco Carlos Cosentino considerou que “os títulos, as cerimônias e os rituais também constituíam formas e práticas que cimentavam a autoridade, a adesão, o compromisso, a fidelidade e a lealdade dos súditos à monarquia e ao rei”⁴³³¹. O ritual de posse dos governadores-gerais era inculcado de forte significado simbólico e possuía uma finalidade política. Conforme Cosentino, o investimento da posse do oficial, feito após a cerimônia de preito e menagem⁴³³², conferia um aspecto ritualizado à política e funcionava como um elo para manutenção do poder régio e para a construção da lembrança da autoridade dos reis de Portugal com os seus súditos⁴³³³.

Os autos de arrematação realizados pela Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande possuíam, em certa medida, uma natureza ritualística. Porém, diferentemente das festas religiosas ou cerimônias de posse realizadas no ultramar, os autos de arrematação tinham uma outra finalidade específica, que não necessariamente política ou religiosa, mas fiscal: definir quais homens estariam incumbidos de arrecadar em nome d’el rei e da Real Fazenda os impostos na capitania. Por meio do compromisso do contrato, estes homens criavam uma ligação com a Fazenda Real, representando o braço da Coroa nos lugares mais remotos da capitania no momento da cobrança dos tributos.

Entre aspectos simbólicos e finalidades administrativas, os autos de arrematação, registrados pelos escrivães da Fazenda Real, narravam em detalhes como era feito o processo de arrematação dos contratos, quais pessoas davam os lances e ainda seus respectivos valores. Mais do que isso, a fonte apresenta, em termos práticos e de forma narrativa, cada momento da arrematação, permitindo uma análise acurada de uma das atividades do cotidiano administrativo da Fazenda Real do Rio Grande: o auto de arrematação.

A cada três anos, período que geralmente durava um contrato, o provedor da Fazenda Real ordenava que fossem lançados editais para a arrematação dos contratos da Provedoria. Fazer conhecida a notícia de que o auto seria realizado era etapa importante para garantir que nos dias da arrematação houvesse pessoas presentes e dispostas a fazerem os seus lances. Justamente por isso, eram postos editais em lugares públicos. A exemplo disso, em 10 de setembro de 1702 o provedor Manoel da Silva Vieira mencionava que se fizesse declaração do auto de arrematação, como era realizado na Bahia e como ordenado por Sua Majestade, em suas palavras “para que todos se animem a lançar suas rendas”.

⁴³³⁰ SANTOS, Beatriz Catão Cruz. **O Corpo de Deus na América: a Festa de Corpus Christi nas cidades da América Portuguesa- século XVIII**. São Paulo: Annablume, 2005. Sobre festas organizadas pela câmara na cidade do Natal no século XVIII ver: BEZERRA, Hanna Gabrielle Gomes. Lugares solenes, poderes em conflitos: as disputas por espaços na procissão da ressurreição na cidade de Natal-RN (segunda metade do setecentos). **Bilros**, Fortaleza, v. 3, n. 4, p. 143-157, jan.-jul. 2015.

⁴³³¹ COSENTINO, Francisco Carlos. Título régio, rituais e cerimônias políticas no Antigo Regime: Império e Governo no reino e no ultramar luso. **Revista Ultramares**. v. 1, n.8, pp. 10-38, ago.-dez. 2015. p. 13.

⁴³³² O indivíduo nomeado para o cargo de governador-geral deveria prestar juramento de fidelidade ao rei de Portugal por meio do preito e menagem, ritual vassálico de origem medieval. Somente após prestar homenagem o nomeado para governador-geral poderia assumir o posto no Estado do Brasil. COSENTINO, Francisco Carlos. O ofício e as cerimônias de nomeação e posse para o governo- geral do Estado do Brasil (séculos XVI e XVII). In: **Modos de Governar**. Ideias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX. São Paulo: Alameda, 2005, p. 137-155. BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. São Paulo: Edições 70, 1982. Os capitães-mores também prestavam homenagem antes de assumir o cargo, sendo que para este ofício o juramento era prestado geralmente perante o governador-geral.

⁴³³³ _____ Título régio, rituais e cerimônias políticas no Antigo Regime: Império e Governo no reino e no ultramar luso, p. 26.

Na cidade do Natal, então em praça pública, o porteiro da Provedoria lançava em pregão os dízimos⁴³³⁴ da capitania do Rio Grande e do Siará Grande, essa última, até 1723, com contratos que ficavam sob a competência da Provedoria do Rio Grande. Observa-se no trecho abaixo a referência do início de um auto de arrematação, datado de 1702:

Capitania do Rio grande do ann/o [...] do nasimento de nosso Senhor Jezus Christo de mil e sete sentos e dois annos dos dez dias do mes de setembro [...] natal Capitania do Rio Grande e prasa della onde se costuma Rematar os Contratos dos dizimos Reais, estando a meza armada em prezença do provedor da fazenda Real e mais officiais della assistindo aos pregois despois de lditais postos nos lugares públicos e acostumados e se ceguyrem todas as circunstancias nesarias a bem e aumento da fazenda Real obedesendo as ordens de Sua Magestade que deos goarde em que manda se Rematar o Contrato doz dizimos desta Capitania e da do Siara Grande por tres anos⁴³³⁵.

A preocupação com o ordenamento do processo de arrematação é um elemento perceptível. Sempre anunciado na praça da cidade pelo porteiro, o auto começava em presença da autoridade máxima da Provedoria, o provedor. No ano de 1702, no auto supracitado, o provedor Manuel da Silva Vieira iniciou o auto de arrematação, acompanhado dos “demais oficiais da Fazenda”, o porteiro João Cruz da Silva, o meirinho Antônio Henriques de Sá, o almoxarife José Fernandes de Melo e o escrivão José Freire.

Armada a mesa e anunciado o pregão, que era posto em hasta pública, estava aberto o auto de arrematação, o qual seguia à medida que os interessados realizassem os seus lances. A mesa, certamente usada como apoio para martelar os lances dados, o auxílio do porteiro, e a presença do escrivão para o devido registro de todo o processo são uma constante identificada em todos os autos analisados neste trabalho. Nota-se ainda, em alguns casos, como nos autos de 1702, 1705, 1713 e 1715, a participação de testemunhas, que ao final do auto assinavam e contavam “por fé” do acordo feito entre o contratador e a Provedoria. Esse fator indica a importância do auto de arrematação como um processo que deveria ser feito com transparência e sob a vigilância do corpo de oficiais da instituição fazendária.

Da praça, ponto onde a mesa era armada, saía o porteiro para fazer os proclames do auto, caracterizava-se por sua localização estratégica. O auto era habitualmente realizado na praça da cidade e alguns dos documentos evidenciam mais especificamente onde a mesa ficava armada. Em 1705, “a porta do provedor, por não haver casa de contos”, ou em 1715 e

⁴³³⁴ O dízimo era a cobrança de 10 % sobre a produção bruta. A partir da descrição contida nas fontes identificou-se que na capitania do Rio Grande esse imposto era cobrado sobre o açúcar, o pescado, lavouras, gado *vacuns* e *cavalaes*. PRADO JÚNIOR. **Formação do Brasil contemporâneo**, p. 340,341. Além dos dízimos a Provedoria do Rio Grande era responsável pelo imposto do gado do vento. De acordo com os forais de D. Manuel I, o gado do vento era encontrado geralmente solto, pastando sem dono, e caso o proprietário não se pronunciasse e reclamasse o gado que lhe pertencia, era então chamado de gado do vento. Este gado era considerado propriedade da Coroa e poderia ser vendido, sendo o valor revertido como imposto da Fazenda Real. Ver: SILVA, Daniele Ferreira da. **Colonialismo e fiscalidade na capitania de Pernambuco (1770-1793)**. 2011. 113 pp. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco. p.65. A nomenclatura *gado do vento*, *gado do invento* foi encontrada nas fontes que fazem referência ao Rio Grande: AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 5, D. 286; AHU- PE, Papéis Avulsos, Cx. 60, D. 5120, 5131, 5169, 5170. Ressalta-se que a Câmara de Natal era responsável pela cobrança de alguns impostos, tributos como o subsídio do tabaco, o subsídio das carnes, o subsídio do mel, o subsidio da aguardente e impostos sobre a pesca e salinas. LOPES, Fátima Martins. **Catálogo dos Livros de Termos de Vereação**. Senado da Câmara de Natal. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Documentos 0043,0054;0566;0782;1267.

⁴³³⁵ AUTO da arrematação dos dízimos das capitanias do Rio Grande e do Siará Grande (1702). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. s/nº de caixa. fl 81 v.

1723 “em casas do Armazém que serve de casa de contos e arrematações”⁴³³⁶, localizações sempre complementadas pela informação de que a mesa ficava em praça pública, na cidade do Natal.

Era na cidade que geralmente estava o centro administrativo da capitania, onde ficavam localizados os principais prédios da sua administração. Natal era o local onde se reuniam os oficiais do Senado da Câmara e onde se fazia o registro e a guarda do tesouro da Provedoria da Fazenda Real. Apesar de se notar indícios de que não havia uma casa de contos definida para a Fazenda, acredita-se que existia uma edificação específica onde eram realizadas as atividades administrativas da provedoria, como a já mencionada “casas de Armazém”, que era utilizada como Casa de contos da Provedoria em 1715 e em 1723.

A realização do auto na cidade do Natal ocorria provavelmente por esse primeiro fator, o administrativo. Na cidade ficavam os oficiais da Fazenda Real, facilitando a circulação dos mesmos durante o auto e, após a definição do contrato, a guarda dos registros no local que servia como Casa de contos. Mais do que isso, era importante que houvesse um lugar comum definido, em que os oficiais ficassem para fazer o auto. Uma zona pré-estabelecida para a realização dos autos estimulava a atração de pessoas interessadas em fazer os seus lances, que por conhecimento facilmente saberiam onde os autos seriam realizados a cada triênio.

Santos atenta para a importância da cidade como local de realização de acontecimentos públicos. As procissões de *Corpus Christi* eram cerimônias que ocorriam nas cidades coloniais, das quais participavam os moradores locais⁴³³⁷. O auto de arrematação era também um evento público, que podia ser assistido pelos moradores da cidade. Além disso, a realização do auto em local público e aberto, visível a quem quisesse, permitia que o contrato fosse testemunhado pelos presentes, o que conferia ao processo legitimidade. Além do contrato assinado, ambas as partes, oficiais da Provedoria e contratadores, teriam como testemunhas oculares as pessoas que presenciavam o auto. Dessa forma, o auto de arrematação é, no recorte temporal analisado, um evento que ocorre no meio urbano.

Para a divulgação, o porteiro percorria as ruas da cidade, anunciando em “alta e inteligível voz” o auto de arrematação. Os lançadores poderiam fazer as suas propostas. Cada lance era superado por uma oferta maior, o que tornava algumas vezes o auto acirrado, revelando o complexo jogo de interesses que envolvia o negócio dos contratos. O trecho abaixo, do auto realizado em 10 de setembro de 1702, é um exemplo de como os lances podiam ser disputados, e de que forma procedia o porteiro no decorrer do auto:

[...] e logo o porteyro em alta e teligivel vos apregooou pellas Ruas e prasa desta sidade dizendo hun Conto de Reis me dão pellos dizimos desta Capitania do Rio Grande por cada hun anno ha quem mais de venha e a mim Reseberey seu lanso, e logo apareseu Manoel Rodrigues Taborda e por elle foi dito que lansava sincoenta mil reis sobre o lanso de Manoel Gonsalvres Branco que fazia hun conto e sincoenta mil reis por cada hum anno e logo corendo o porteyro o dito lanso apareseu o padre Amaro Barboza e lansou sobre o lanso de Manoel Rodrigues Taborda sem mil Reis que fazia hun Conto e Sento e Sincoenta mil Reis e andando o dito porteyro com o dito lanso pellas Ruas em alta e teligivel vos

⁴³³⁶ AUTO de Arrematação dos Dízimos Reais da capitania do Siará Grande (1714). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. s/nº cx. Fls 71 v – 76 v. AUTO da arrematação dos dízimos da capitania do Rio Grande (1715) AUTO da arrematação dos Dízimos Reais da capitania do Rio Grande (1723). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. s/nº de caixa. Fls. 1-2.

⁴³³⁷ SANTOS. **O Corpo de Deus na América**: a Festa de Corpus Christi nas cidades da América Portuguesa- século XVIII, pp. 68-70.

dizendo hun Conto e sento e sincoenta mil Reis me dão pellos dizimos desta Capitania⁴³³⁸

O porteiro era figura central para que, em dias agitados, com concorrência nos lances, o auto tivesse prosseguimento. Era o porteiro quem corria as ruas da cidade avisando do último lance que havia sido feito e notificando os novos lances, até que fosse definido o último e maior lance que arremataria, enfim, o contrato. Mesmo que seguindo uma lógica de procedimento bem definida na realização do auto, os oficiais da fazenda precisavam contar com alguns percalços. Cada auto possuía características muito próprias, como sua duração, valores nos lances e quantidade de lançadores. Fatores que eram definidos principalmente pelo grau de interesse dos homens de negócios no ano de cada contrato. Informações dos autos realizados entre 1673 e 1703 podem ser observados no seguinte quadro⁴³³⁹:

Quadro I – Autos de arrematação da Provedoria do Rio Grande (1673-1723)

Ano	Capitania	Período	Duração (dias)	Lances	Dias s/ lances	Lançadores
1673/74	Rio Grande	12 a 16/04; 02, 09, 10, 21, 23,26 e 30/07/1673; 06,10,13,15,26,27e 30/08/1673, 14/04/1674 de abril; 17 a 23/04, 21/06; 29/06; 01 a 04/07 e 21/07/1674, 23 a 29/12/1974	43	30	28	13
1690	Siará Grande	05 a// 10/03/1690; 13,15 a 28/05/1690; retomado em 5 e 8/03/1690	23	0	23	0
1702	Rio Grande/Siará Grande	05/09/1702 a 10/09/1702	22	18	4	9
1704/05	Rio Grande/Siará Grande	02/12/1704 a 01/01/1705; 24/06/1705 a 31/07/1705; 01/08 a 17/08/1705	56	6	51	5

⁴³³⁸ AUTO da arrematação dos dízimos das capitânicas do Rio Grande e do Siará Grande (1702). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. s/nº de caixa. fl. 82 v.

⁴³³⁹ Ressalta-se que são aqui apresentados os dados dos autos de arrematação encontrados até o presente momento. Acredita-se que as lacunas da segunda metade do século XVII poderão ser preenchidas posteriormente.

1709	Rio Grande	19/07 a 28/07/1709; 05/08 a 10/08/1709	16	21	15	5
1713	Siará Grande	31/07/1713 a 10/08/1713; 30/11/1713	13	2	12	2
1714	Siará Grande	22/05/1714 a 13/06/1714	22	1	21	1
1715/16	Rio Grande	20 a 29/10/1715; 12/01/1716 a 15/01/1716; 21/02/1716 a 24/02/1716	38	10	34	9
1717	Siará Grande	10/11 a 05/12/1717	26	2	24	2
1723	Rio Grande	08/08/1723; 12/09/1723	2	5	0	4

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base dos autos de arrematação da Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande ocorridos entre 1673 e 1723⁴³⁴⁰.

Na segunda coluna têm-se para quais capitâneas os contratos foram destinados. Apesar de serem o Siará Grande e Rio Grande da jurisdição da Provedoria do Rio Grande, os contratos eram arrematados sempre separadamente, por capitania. No caso de 1690, 1702 e 1705, os autos foram realizados com a finalidade de arrematação do contrato do Siará e do Rio Grande, posteriormente os autos de cada capitania foram feitos em períodos diferentes. Observa-se no Quadro V o período de duração do auto, às vezes fragmentado, pois houve casos de o auto ser interrompido e retomado por falta de lançadores. Pode-se ver ainda a quantidade de lances feitos, de dias em que não foi feito lance algum e o número de lançadores⁴³⁴¹.

⁴³⁴⁰ AUTOS de arrematação dos Dízimos Reais da capitania do Siará (1690). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. S/ n. de caixa. Fls. [?]. AUTO da arrematação dos dízimos da capitania do Rio Grande (1673-1674). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Caixa 113. Fls. 75-92v. AUTO da arrematação dos dízimos das capitâneas do Rio Grande e do Siará Grande (1702). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. s/nº de caixa. Fls. 81-88. AUTO da arrematação dos dízimos da capitania do Rio Grande e Siará (1704-1705). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. s/nº de caixa. Fls. 88v – 100. AUTO da arrematação dos dízimos da capitania do Rio Grande e Siará (1709). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. s/nº de caixa. Fls. [ilegíveis]. AUTO de Arrematação dos Dízimos Reais da capitania do Siará Grande (1713). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. s/nº cx. Fls. 69 v- 71. AUTO de Arrematação dos Dízimos Reais da capitania do Siará Grande (1714). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. s/nº cx. Fls 71 v – 76 v. AUTO da arrematação dos dízimos da capitania do Rio Grande (1715-1716). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Caixa nº 49. Fls 22- 69. AUTO da arrematação dos dízimos da capitania do Siará Grande (1717). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Caixa nº 49. Fls. 169- 176. AUTO da arrematação dos Dízimos Reais da capitania do Rio Grande (1723). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. s/nº de caixa. Fls. 1-2.

⁴³⁴¹ Salienta-se que os autos de 1673, 1790, 1709, 1713, 1714, 1715/1716, 1717 e 1723, possuem algumas lacunas. Os autos parecem estar incompletos. Mesmo com essa dificuldade na fonte, optou-

O auto de arrematação poderia durar até mais de um mês, havendo situações em que era retomado até mesmo no ano seguinte. Os oficiais permaneciam insistentemente durante dias sem receber um lance sequer. No caso da falta de lançador, o provedor registrava um termo no auto constando que não houve lance no dia referido, no qual assinava o porteiro alegando que constava “por fé” a falta de lances naquele dia.

A exemplo da falta de lançadores estão os autos de 1673/74 e o auto de 1704. Dentre os autos analisados, o de 1673 parece ter sido o mais complicado. Interrompido e retomado por várias vezes o auto se estende até o ano de 1674, sem que fique claramente definido o seu contratador. Entre os inúmeros lances dados, os oficiais mantiveram o auto com retomadas e interrupções, na tentativa da obtenção de maiores lances. Já o auto de arrematação que começa em dois de dezembro de 1704, até 24 do mesmo mês não havia recebido nenhum lance, até aparecer Manoel da Silva Queirós e fazer neste último dia sua proposta. O auto perdura até o dia primeiro de janeiro de 1705 sem nenhum outro lance.

O provedor tinha autoridade para instituir um novo pregão, caso o anterior tivesse lances muito baixos, o que ocorre no auto de 1704/05, que ainda perdura pelo mês de junho e agosto, sendo interrompido e retomado pela falta de lances. Em 1715, ocorre o mesmo que em 1704: o auto se estende até o ano seguinte pelos poucos lances realizados. Há o caso do auto de 1690, que perdura entre o mês de março e abril, por 43 dias, sem que nenhum lançador aparecesse para arrematar o contrato. Conforme o regimento dos provedores, os contratos não poderiam receber lances menores que os lances do ano anterior, o que era um mecanismo de proteção de Coroa para que os contratos não tivessem queda em seus valores⁴³⁴². Na prática, a norma acabava por ser desobedecida. Em anos de seca, ou outros fatores que geravam baixa demanda na procura dos contratos, os valores poderiam sofrer uma queda⁴³⁴³. O conteúdo do regimento reforça com esta norma que o provedor tinha a obrigação de garantir uma boa arrematação dos contratos, para que não houvesse prejuízo à Fazenda Real. Esta mesma lógica pode ser aplicada ao caso de autos de arrematação com baixa demanda de lançadores ou dos valores propostos nos lances. Nesses casos, o provedor do Rio Grande “reformava” os editais, pondo novamente em pregão o auto de arrematação ou o interrompendo quantas vezes fossem necessárias, de modo a tentar garantir melhores ofertas nos contratos⁴³⁴⁴.

As dificuldades enfrentadas pelos oficiais em anos de baixos lances faziam com que os autos fossem interrompidos e retomados, o que gerava uma inconsistência nas datas dos pregões. De acordo com o regimento dos provedores, o provedor deveria mandar colocar os autos em pregão até o mês de novembro, para que fossem arrematados em janeiro do ano seguinte⁴³⁴⁵. No caso do Rio Grande, a prática administrativa era bem diferente do determinado no ponto 3 do regimento dos provedores. Como observado no QUADRO V, as datas eram bem variadas. Não foi possível definir, portanto, um período exato em que

se por fazer o levantamento dos dados, trabalhando-se com as informações disponíveis. Ainda que com algumas lacunas, os autos de arrematação trazem ricas informações. Assim, considerou-se os dados como amostragem para o levantamento de hipóteses.

⁴³⁴² REGIMENTO dos Provedores. In: MENDONÇA. **Raízes da formação administrativa do Brasil**, p. 100.

⁴³⁴³ Este caso pode ser observado na arrecadação das décadas de 1730, período que extrapola o recorte temporal desse trabalho, mas serve como exemplo para uma análise comparativa entre as normas para o funcionamento da Fazenda Real e a prática administrativa, constatando-se que poderiam diferir. A partir de 1737, indo de encontro ao regimento dos provedores, o valor do contrato dos dízimos cai de 2:935\$500 réis (lê-se: dois contos, novecentos e trinta e cinco mil e quinhentos réis) para 2:616\$000 réis (dois contos, seiscentos e dezesseis mil réis) em 1738 e nos três anos seguintes para 2:556\$655 réis (dois contos, quinhentos e cinquenta e seis mil e seiscentos cinquenta e cinco réis. (AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 3, D. 211.

⁴³⁴⁴ O termo “reformar os editais” como forma de designar um auto que era lançado novamente em pregão pela falta de lances ou oferta de valores muito baixos por parte dos lançadores. AUTO da arrematação dos dízimos das capitâneas do Rio Grande e do Siará Grande (1702). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. s/nº de caixa. fls. 82, 85.

⁴³⁴⁵ REGIMENTO dos Provedores. In: MENDONÇA. **Raízes da formação administrativa do Brasil**, p. 100.

habitualmente ocorriam os autos, que no recorte analisado foram realizados em meses diferentes.

Mesmo enfrentando certas dificuldades, os autos ocorriam periodicamente. Em média, a cada três anos as ruas da cidade do Natal eram percorridas pelo porteiro em busca de lançadores. A etapa dos lances evidenciava os homens de cabedal que eram atraídos pelo negócio dos contratos e colocava em pauta as obrigações que o contratador teria ao assumir o compromisso com a Fazenda Real. A cada novo lance o porteiro corria pela cidade fazendo o anúncio em voz alta para que novos lançadores fizessem suas propostas. Algumas vezes carregando ramos verdes, o porteiro insistia pelas ruas das cidades até o findar do dia. Em 1673, 1702 e 1713, quase à meia noite, o provedor e demais oficiais permaneciam com a mesa armada, enquanto o porteiro cruzava as ruas da cidade anunciando o auto de arrematação, esperando novos lances surgirem. No dia seguinte, o auto teve prosseguimento, e a cada novo lance o escrivão fazia o devido registro nos livros da Provedoria.

Ao final do auto, quando o provedor determinava aceito o último lance, o arrematador assumia algumas cláusulas definidas no contrato. Menciona-se que o pagamento deve ser feito em “dinheiro de contado”, o que poderia delimitar mais ainda o grupo de homens envolvidos nos contratos, visto que precisariam fazer o pagamento em espécie e não *in natura*. Para a segunda metade do século XVIII é definido que a cobrança dos dízimos deve ser feita sob a produção de gados, açúcar, tabaco, pescarias, sal e miunças⁴³⁴⁶. Para o início do século XVIII, o contratador deveria cobrar o dízimo sobre a produção de gado, lavouras, pescado e açúcar. Acredita-se, portanto, que estes homens acabavam recebendo o pagamento do dízimo dos moradores das capitâneas *in natura*. Assim, para pagar o contrato à Fazenda Real em dinheiro de contado, os contratadores precisavam se envolver com o comércio dos produtos arrecadados ou possuírem outros meios para realizar o pagamento.

No caso de 1673, o contrato deveria ser pago em quartéis, em um período de tempo que não fica claro na fonte. Já para o início do XVIII ficou definido que o contratador pagaria um terço do valor total a cada ano, até após os três anos do tempo do contrato arrematado, chamados de “três anos de espera”. No contrato de 1716 este prazo é somado a mais um ano de espera, totalizando quatro anos de prazo para o início do pagamento do contrato⁴³⁴⁷. No auto de 1704/1705 e de 1715/1716 são mencionados ainda os fiadores, que pagariam, de acordo com o regimento dos provedores, a décima parte do contrato até 30 dias após a sua arrematação⁴³⁴⁸. A etapa final do auto ocorria justamente quando o contrato era assinado pelo contratador, acompanhado da assinatura do provedor, demais oficiais da Fazenda presentes e, quando havia, as testemunhas⁴³⁴⁹.

⁴³⁴⁶ AUTOS de arrematação dos Dízimos Reais da capitania do Siará (1690-1692). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. S/ n. de caixa. Fls. [?].

⁴³⁴⁷ AUTO da arrematação dos dízimos das capitâneas do Rio Grande e do Siará Grande (1702). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. s/nº de caixa. Fls. 82, 85. AUTO da arrematação dos dízimos da capitania do Rio Grande e Siará (1704-1705). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. s/nº de caixa. Fl. 94. AUTO de Arrematação dos Dízimos Reais da capitania do Siará Grande (1713). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. s/nº cx. Fl. 71. AUTO da arrematação dos dízimos da capitania do Rio Grande (1715-1716). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Caixa nº 49. Fl. 22.

⁴³⁴⁸ REGIMENTO dos Provedores. In: MENDONÇA. **Raízes da formação administrativa do Brasil**, p. 101.

⁴³⁴⁹ No ano de 1702 assinaram como testemunhas o ajudante Pedro Vieira de Carlos da Rocha e os tabeliões Manoel Trigueiro Soares e Domingos Dias de Barros. No ano de 1705, os tabeliões Maurício Bocaró Ribeiro e Domingos Dias de Barros. Em 1713, o alferes Bartolomeu da Costa e o reverendo Padre Manoel Pinheiro. AUTO da arrematação dos dízimos das capitâneas do Rio Grande e do Siará Grande (1702). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. s/nº de caixa. Fls. 84 v. AUTO da arrematação dos dízimos da capitania do Rio Grande e Siará (1704-1705). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. s/nº de caixa. Fl. 94.

Da incerteza dos ramos, dos rumos da arrecadação

O momento da arrematação do contrato era imbuído de uma série de compromissos. Além das “cláusulas” já mencionadas, o auto de arrematação da Provedoria do Rio Grande seguia uma etapa em que simbolicamente ficava estabelecido um vínculo de compromisso do contratador para com a Fazenda Real: os ramos verdes em mãos. Em alguns casos esta etapa é feita durante os lances, antes da arrematação final. A exemplo do auto realizado em 1702, após o lance de Domingos da Silveira, o porteiro gritava o lance aguardando uma nova oferta, enquanto o provedor afirmava:

[...] Já aRemato Já vou aRematando ha quem mais de se não já arrematado doulhe hua doulhe duas doulhe tres ha quem mais de venhase a min reseberey seu lanso doulhe hua mais piquenina em sima ha quem mais de venhase a min reseberei seu lanso, e por não aver quem mais quisesse lansar mandou o dito Provedor notificar a todos os lançadores e com efeito o forão o meyrinho da fazenda Real Antonio Anriques de Sâ como constou por fe sua serem todos notificados e por não aver quem mais quizesse dar mandou o dito Provedor ao porteyro que aRematase o Coal meteu o Ramo Verde na mão ao dito Alferes Domingos da Silveyra dizendo bem Prol lhe fasa; e assim lhe ouve o dito Provedor os ditos dizimos por aRematados por tres annos [...]⁴³⁵⁰

Os ramos verdes em mão compunham, em um sentido simbólico, o estabelecimento de um compromisso, sendo parte do procedimento do auto de arrematação. Em alguns autos os ramos são passados apenas ao final da arrematação, somente ao contratador que assumiu o contrato. O porteiro, sob ordem do provedor, colocava nas mãos do contratador os ramos verdes dizendo-lhe “bom prol lhe faça”, em seguida tudo era registrado com a assinatura dos oficiais e do contratador. Para um recorte posterior, Thiago Dias tratou sobre os autos de arrematação da Câmara de Natal. No exemplo abaixo, de 1775, observa-se a semelhança entre os autos de arrematação da Câmara e da Provedoria do Rio Grande:

Em altas e inteligíveis vozes, o porteiro convocava os interessados a ofertarem; com olhares atentos ao público presente, buscando aqueles que mais ofertassem pelo contrato, o porteiro ameaçava: “já se arrematava, já se está arrematando, já estou metendo o ramo na mão”. O porteiro anunciava aos oficiais que não havia mais quem oferecesse pelo contrato “e não havendo quem mais lançasse coisa alguma”, os oficiais metiam o “ramo verde na mão do dito lançador”, dizendo: “bom proveito lhe faça”⁴³⁵¹.

Constata-se, portanto, que na capitania do Rio Grande, tanto a Câmara como a Provedoria, instituições que possuíam competências fiscais, faziam auto de arrematação com métodos parecidos. Até o presente momento não foi possível identificar muitos estudos

AUTO de Arrematação dos Dízimos Reais da capitania do Siará Grande (1713). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. s/nº cx. Fl. 71.

⁴³⁵⁰ AUTO da arrematação dos dízimos das capitanias do Rio Grande e do Siará Grande (1702). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. s/nº de caixa. Fl. 84.

⁴³⁵¹ DIAS, Thiago Alves. O Código Filipino, as Normas Camarárias e o comércio: mecanismo de vigilância e regulamentação comercial na capitania do Rio Grande do Norte. **Revista Brasileira de História**. v. 34, n. 68, pp. 215 – 236. 2014. p. 228. Para outros estudos sobre a câmara da cidade do Natal ver também: BARBOSA, Kleyson Bruno Chaves; OLIVEIRA, Leonardo Paiva de. Para além dos espaços da cidade de Natal (1720-1759): Administração camarária na capitania do Rio Grande. **Revista Ultramares**. Vol. 5, N° 9, jan-jun, 2016. pp. 204-227.

sobre os autos de arrematação em outras capitanias, mas destaca-se aqui a dissertação de Danielle de Fátima Eugênio que ao estudar os grupos de homens com ofícios mecânicos envolvidos na arrematação dos contratos das obras públicas da Vila do Carmo/Cidade de Mariana, capitania de Minas Gerais, entre 1711 e 1808, destacou alguns aspectos do processo de pregão público desses contratos, no caso apresentado pela autora sob a competência do senado da Câmara da localidade.

Sobre o processo do pregão a autora menciona algumas características que se assemelham ao que era realizado na cidade do Natal. Assim como no caso da Provedoria do Rio Grande estavam presentes no pregão os oficiais da instituição responsável, o Senado da Câmara, o juiz de Fora, o presidente do Concelho e os vereadores. Os editais do contrato eram fixados em locais públicos e passados alguns dias o porteiro recebia os lances dos interessados, sendo passado ao arrematador os ramos verdes em mãos⁴³⁵².

Em procedimento que difere dos autos de arrematação, os rituais de posse dos governadores-gerais do Estado do Brasil, também se observa na transferência de objetos o estabelecimento de uma relação de compromisso. Segundo Cosentino, a cerimônia pública ocorria logo após a chegada do novo governador a Salvador. A cerimônia era realizada na Igreja da Sé. Embaixo de um palio, carregado pelos vereadores e moradores da cidade, na presença no arcebispo, em um ato simbólico, o antigo governador-geral passava um bastão para a mão direita do novo governador-geral, instituindo-se a posse do cargo⁴³⁵³.

A transferência de poderes por meio do bastão pode ser, com devidas ressalvas, comparada ao ato de passar ramos verdes em mão. Da mesma forma que o novo governador-geral assumia as suas obrigações e competências como oficial régio, no ato de receber o bastão, a transferência dos ramos verdes parece ser também o ato de transferir para o arrematador as obrigações por ele assinadas no contrato. A cerimônia de posse do governador-geral e o auto de arrematação têm finalidades completamente diferentes, a primeira política, o segundo fiscal, mas ambos procedimentos se caracterizam por serem um acontecimento público, nos quais homens assumiam perante a Coroa compromissos que exigiam idoneidade e dedicação. Ao tratar sobre o auto de arrematação no âmbito da Câmara do Natal, Dias afirma que a entrega dos ramos verdes em mãos ao final do auto de arrematação presume uma simbologia de transferência de direitos e deveres ao contratador, o que também é afirmado por Eugênio, para a a autora os ramos verdes simbolizavam o contrato firmado⁴³⁵⁴. Eugênio acrescenta que esse processo de ritualização

consistia em uma espécie de teatralização que se requeria em lei, e encenava o cumprimento das ordens estabelecidas desde o Reino, constantes nas Ordenações. Assim, de um lado temos o Senado, aplicando as orientações advindas da legislação portuguesa, e de outro, os arrematantes se submetendo a tais pressupostos, ambos reafirmando o poder central.⁴³⁵⁵

Portanto, entende-se que ao arrematar o contrato, o contratador tomava para si a responsabilidade de arrecadar por sua conta os impostos, precisando contar com as incertezas de uma arrecadação que poderia ser inferior ao que tinha pago na arrematação.

⁴³⁵² EUGÊNIO, Danielle de Fátima. **Arrematantes de obras públicas em Vila do Carmo e cidade de Mariana (1711-1808)**. 2013. 117 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Ouro Preto. p. 32.

⁴³⁵³ COSENTINO. **Título régio, rituais e cerimônias políticas no Antigo Regime: Império e Governo no reino e no ultramar luso**. p. 31.

⁴³⁵⁴ DIAS. **O Código Filipino, as Normas Camarárias e o comércio: mecanismo de vigilância e regulamentação comercial na capitania do Rio Grande do Norte** p. 228. EUGÊNIO. **Arrematantes de obras públicas em Vila do Carmo e cidade de Mariana (1711-1808)**. 2013. 117 p. Dissertação (Mestrado em História). p. 33.

⁴³⁵⁵ EUGÊNIO. **Arrematantes de obras públicas em Vila do Carmo e cidade de Mariana (1711-1808)**. 2013. 117 p. Dissertação (Mestrado em História). p. 33.

A obtenção de lucro ou o não desejado prejuízo eram as dúvidas que o contratador tomava para si no momento em que recebia em mãos os ramos verdes. Em contrapartida, por meio dos contratos, os oficiais da Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande passavam a estes homens a responsabilidade da arrecadação, podendo nos anos seguintes enfrentar dificuldades para receber os pagamentos dos ditos contratos.

A análise dos autos de arrematação abre margem para a compreensão de um dos diversos trâmites realizados pelos oficiais da Fazenda no seu cotidiano administrativo. Os autos de arrematação permitem visualizar um elo muito específico da ação fazendária da Provedoria do Rio Grande: a interação entre oficiais d'el rei e particulares, homens que investiam nos negócios dos contratos. Assim, a cada auto de arrematação, a cada novo lance, punha-se em jogo uma série de interesses. Entre os oficiais da Fazenda a obrigação de garantir bons rendimentos para o tesouro da capitania, e entre os contratadores a expectativa de uma boa arrematação.

Segundo Schwartz, em geral, os arrematadores espalhados no reino e ultramar tinham uma "ideia aproximada da produtividade da região, mas não podiam prever secas, inundações ou guerras". Eles tinham "provavelmente uma capacidade muito melhor de estimar o preço dos bens produzidos". Sabiam que, "se a produção dobrasse, mas o preço caísse pela metade, o valor do contrato não seria maior do que fora antes das alterações"⁴³⁵⁶. Por isso, era comum que grandes arrematadores, que tinham cabedais suficientes para tal, se envolvessem em mais de um contrato de ramos diferentes e em diversas praças do Império Português. Mas o acúmulo de contratos, sob olhos atentos da Coroa, não era algo prudente, pois se temia que, em caso de malogro de um contrato, o resultado fosse o encadeamento da ruína de arrematadores e fiadores⁴³⁵⁷.

Considerações finais

Os contratos eram um atrativo a estes homens de negócios que, ao pagarem o valor do contrato à Fazenda Real, tinham possibilidades de lucro. A diferença entre o valor pago no contrato e o valor arrecadado pelos contratadores ainda é dificilmente perceptível nas fontes. Conforme afirma Osório, "conhecer as taxas de lucro obtidas com a arrematação é tarefa difícil. Se o valor pelo qual o contrato fora licitado era de domínio público, o lucro efetivo obtido com a arrecadação era segredo de negócio, muito bem guardado pelos

⁴³⁵⁶ SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.p. 154.

⁴³⁵⁷ Conforme Menezes, para a capitania Paraíba, há o caso de Rafael Nunes Paz, que foi pretendente a arrematador dos dízimos na Paraíba, em 1727, quando, um ano antes, e em conjunto com Manuel Rodrigues Costa, contratou os dízimos em Pernambuco por cinquenta mil cruzados. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 7, D. 541. É interessante também o caso de Manuel Correia Bandeira, que apareceu aperreado, em 1725, "com a notícia de um decreto que havia sua majestade baixado ao Conselho de sua Real Fazenda, para que não pudesse arrematar um contrato a quem já tivesse outro". Dessa feita, o arrematador temia perder o contrato do direito real de cobrar os 3\$500 réis sobre "os escravos que se resgatam em toda a Costa da Mina, Cacheu, São Tomé e mais partes para a Paraíba, Pernambuco e anexas", pois já acumulava com esse o "direito aplicado para a Guarda-Costa do Rio de Janeiro". Nesse caso, o temor da Coroa era de que o acúmulo de contratos levasse o contratador à ruína e, consigo, os seus fiadores. Contudo, Manuel Bandeira, além de ser homem afortunado, pois dizia possuir uma propriedade de casas em que vivia e alugava na freguesia de São Miguel em Alfama, apresentava como seus fiadores: Domingos de Miranda, "Provedor dos Contos da Sereníssima Casa de Bragança e superior deles e da Casa do Infantado, possui várias fazendas, em que entra sua quinta no termo de Sintra, e duas no termo dessa cidade, uma no Carnanixe e outra no Lumiar"; João Antunes, ourives rico e que tinha uma morada de casas em Castel Picão, e outra no Alegrete, na freguesia de São Miguel, e uma outra morada de casas na rua da Madragoa; e "Antônio Bernardes, ourives rico e reputado". AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 6, D. 431. MENEZES, Mozart Vergetti de. **Colonialismo em ação: Fiscalismo, Economia e Sociedade na Capitania da Paraíba (1647-1755)**. 2005. 300p. Tese (Doutorado em História) -Universidade de São Paulo. p. 115.

envolvidos”, o segredo era a garantia do lucro⁴³⁵⁸. Acompanhado desses interesses, seguia-se a estruturação de uma instituição estabelecida pela Coroa no ultramar.

A Fazenda Real era o braço da Coroa agindo nos territórios da conquista, por meio dos seus oficiais legitimava-se o estabelecimento de uma ordem do centro difusor, Portugal, na capitania do Rio Grande e do Siará Grande. Os contratadores, mesmo que fora da condição de oficiais régios, eram os principais responsáveis pela extensão da malha fiscal nas capitanias. Estava sob a responsabilidade destes homens o recolhimento dos impostos das regiões mais remotas. Mais do que prestadores de serviços, os contratadores eram negociantes do tesouro real, e o estudo destes homens permite compreender as redes de interesses nas quais estavam envolvidos estes homens de negócios.

OS HOMENS DE NEGÓCIOS DO REINO E O CONTRATO DA DÍZIMA NO ULTRAMAR: ESTUDO SOBRE O CONTRATO DE JERÔNIMO LOBO GUIMARÃES NAS ALFÂNDEGAS DE PERNAMBUCO E PARAÍBA (1724-1731).

*Luanna Ventura Oliveira*⁴³⁵⁹
luannaventura@gmail.com

Resumo: O artigo pretende demonstrar como se deu a entrada dos homens de negócio do reino na arrematação dos contratos do ultramar, principalmente no primeiro quartel do século XVIII. Diversas políticas de estímulo foram criadas pelo governo metropolitano para que esses grandes comerciantes arrematassem contratos nos leilões que passaram a acontecer no Conselho Ultramarino. Buscaremos evidenciar o caso do contrato da dízima da Alfândega de Pernambuco e Paraíba, arrematado em 1723 pelo homem de negócios, o reinol Jerônimo Lobo Guimarães e suas estratégias para administrar seus vários contratos no ultramar sem atravessar o Atlântico.

Palavras-chave: Contrato da dízima, Alfândega e Tributação.

Através de uma carta régia datada de 13 de julho de 1725, Dom João informava ao Provedor da Fazenda Real e Alfândega de Pernambuco João do Rego Barros, o aumento substancial que teria experimentado as arrematações dos novos contratos da dízima das alfândegas de: Pernambuco, Paraíba e Bahia, e o aumento da dízima da alfândega do Rio de Janeiro com a transferência das arrematações para o Conselho Ultramarino em Lisboa. Além disso o rei ordenava que se fechassem os editais na capitania de Pernambuco e que todos os contratos que são da Fazenda Real, deveriam ser arrematados na Corte por tempo de três anos.⁴³⁶⁰

O contrato da dízima da alfândega de Pernambuco e Paraíba foi arrematado por Jerônimo Lobo Guimarães, negociante de grosso trato da praça de Lisboa. Como não houve

⁴³⁵⁸ OSÓRIO. *As elites econômicas e a arrematação dos contratos reais: o exemplo do Rio Grande do Sul* (século XVIII), p. 125.

⁴³⁵⁹ Mestra em História Social da Cultura Regional pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, o referido trabalho foi orientado pela Prof. Dra. Suely Creusa Cordeiro de Almeida do Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: luannaventura@gmail.com

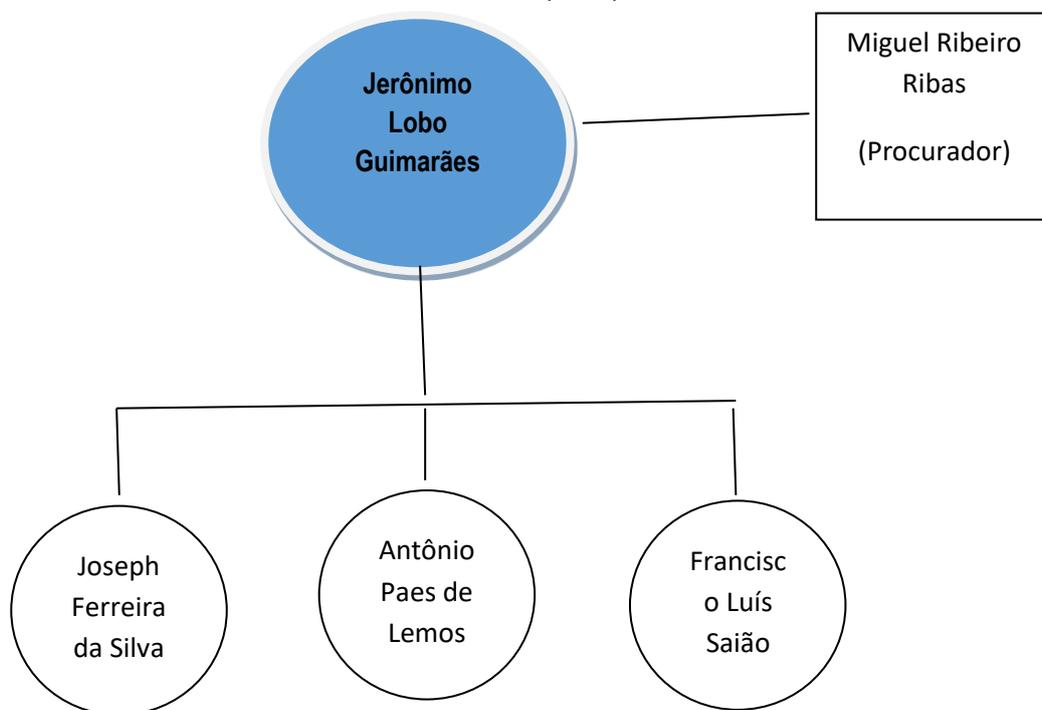
⁴³⁶⁰ Recife, 13 de julho de 1725. CARTA do provedor da Fazenda Real da capitania de Pernambuco, João do Rego Barros, ao rei [D. João V], sobre a publicação dos editais para a arrematação dos contratos dos dízimos reais da dita capitania. Avulsos de Pernambuco_AHU_ACL_CU_015, Cx. 31, D. 2839.

quem mais se interessasse por tal contrato, esse foi arrematado sem que se pagasse as devidas fianças como de costume. No entanto, o Jerônimo só teria acesso aos rendimentos do contrato depois do término da arrecadação e no fim ele receberia os ganhos ou as perdas referentes ao mesmo.

O lance com o qual Jerônimo Lobo Guimarães arrematou o contrato da dízima de Pernambuco e Paraíba compôs-se com a contribuição financeira de mais três homens de negócio do reino que eram “*peças de conhecido crédito nesta praça*” que foram: Antônio Paes de Lemos, Joseph Ferreira da Silva e Francisco Luís Saião. O valor do contrato foi de 82 mil contos e que a cada ano equivalia a 32:800\$000 réis, valor inferior ao lance dado pelo contrato da dízima da alfândega da Bahia que foi de 253\$000 cruzados e 100 réis e ao da dízima do Rio de Janeiro do mesmo ano em questão que foi de 243\$000 cruzados.

A fiança do contrato deveria ser de vinte mil e quinhentos cruzados, devendo ser paga ao Conselho Ultramarino, mas como foi dito anteriormente, os arrematantes se negaram a fazê-lo e o rei aquiesceu por não ter quem mais quem arrematasse tal contrato, pois caso contrário, seria administrado pelos provedores da fazenda real das duas capitanias, o que certamente causaria uma arrecadação inferior ao valor acertado na arrematação, como já era de costume.

Quadro(1): Rede da Arrematação do primeiro Contrato da Dízima da Alfândega de Pernambuco e Paraíba (1724).



Fonte: Lisboa, 2 de julho de 1723. AVISO do (secretário de estado), Diogo de Mendonça Corte Real, ao (conselheiro do Conselho Ultramarino), João Teles da Silva, sobre o requerimento do contratador dos contratos dos dízimos da Alfândega de Pernambuco e Paraíba, Jerônimo Lobo Guimarães. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos de Pernambuco, AHU_ACL_CU_015, Cx. 30, D. 2686.

Diversos foram as questões levantadas por Jerônimo Lobo Guimarães em relação a arrecadação da dízima na Alfândega da capitania de Pernambuco e Paraíba. Para administrar os diversos contratos que ele tinha no ultramar, o Jerônimo utilizava-se de diversos procuradores que o auxiliavam na fiscalização e administração de seus contratos que eram diversos na América Portuguesa⁴³⁶¹.

⁴³⁶¹CARDOSO, Grazielle Cassimiro. **A Luta pela estruturação da Alfândega do Rio de Janeiro durante o governo de Aires de Saldanha de Albuquerque(1719-1725)**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2013. 186p.

O Jerônimo Lobo Guimarães arrematou também o segundo contrato da dízima da alfândega de Pernambuco e Paraíba e utilizou como “*testa de ferro*” José dos Santos na arrematação de (1727-1729)⁴³⁶², termo utilizado à época e inclusive era reconhecido e explicado no Mapas dos contratos reais do Conselho Ultramarino(1641-1758)⁴³⁶³ como segue: “[...]Se não pode saber ao certo, quais são os verdadeiros donos, e interessados em todos estes contratos; porque a maior parte dos arrematantes são *testas de ferro*, e os fiadores a decima, também as vezes o são.”⁴³⁶⁴ Podemos perceber através de tais explicações que era um caso recorrente o uso dos “*testas de ferro*” uma forma de representantes nas arrematações dos contratos. No Livro do Mapas dos Contratos, chegam a serem expostas famílias portuguesas que seriam “*testas de ferro*”, vejamos: “[...]Sabe-se porém, que os Calistos são testas de ferro dos Bezerras, os Abreos dos Barbosas e Torres, os Souzas dos Moreiras.”

Acreditamos que o Jerônimo Lobo Guimarães foi o principal contratador da década de 20 do Setecentos. No entanto, pretendemos enfatizar com esse artigo os acertos de contas do contrato da dízima de Pernambuco e Paraíba de Jerônimo Lobo Guimarães com a Fazenda Real de Pernambuco e Paraíba, já que os dois tributos foram anexados em um só contrato em 1724, pela dificuldade financeira enfrentada pela capitania da Paraíba.⁴³⁶⁵

O fim do primeiro contrato de Jerônimo Lobo Guimarães se deu com o término da terceira frota, o que aconteceu no ano de 1728. O ano de 1725 foi terrível em relação à seca que assolou as capitanias de Pernambuco e Paraíba, provocando uma diminuição no número de embarcações que entravam nesses portos. Segundo as autoridades da Fazenda Paraibana, no Porto da Paraíba, houve uma total escassez de navios com fazendas.

Em uma relação de receitas e despesas da Provedoria da Fazenda Paraibana, ficava exposto pelo Provedor Salvador Quaresma Dourado que nos anos de 1724 e 1725 não se arrecadou absolutamente nada do imposto da dízima. Não vamos analisar o ano de 1724, pois não se contabiliza em relação ao contrato, porém o ano de 1725 é o marco do primeiro ano do contrato de Jerônimo Guimarães e, no final dele, deveriam ser acertadas as contas, momento em que o tesoureiro da dízima entregaria os ganhos ou as perdas do contrato ao contratador. Nas palavras do Provedor da Paraíba:

[...]desde a última frota que de Pernambuco, e deste porto foi para esse reino até o presente se lhe não veio navio algum a este dito porto por não se terem feito açúcares nesta capitania por causa da grande secas que tem havido, me requereu o procurador da Fazenda de Vossa Majestade que visto ter chegado frota este ano a Pernambuco e seria aferia assim dela esse ter completado o primeiro ano do dito contrato, no fim de dezembro de ano passado[...]⁴³⁶⁶

(dissertação de Mestrado em História Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro). Págs. 111-122. AZEVEDO, Beatriz Líbano Bastos: **O Negócio dos Contratos**: Contratadores de Escravos na Primeira Metade do Século XVIII. São Paulo, 2013. 170 págs. Dissertação (Mestrado em História Econômica da Universidade de São Paulo) USP, São Paulo. 2013.págs.19-21.

⁴³⁶² AHU. Mapa dos Contratos reais do Conselho ultramarino. Cód. 1269. Pág. 25.

⁴³⁶³ 1641-1758. Mapas dos contratos reais do Conselho Ultramarino. 1Vol. AHU_ACL_CU_, Contratos reais, Cod. 1269.

⁴³⁶⁴ *Idem*

⁴³⁶⁵ Mozart. MENEZES, Mozart Vergetti, **Colonialismo em ação**: Fiscalismo, Economia e Sociedade na Capitania da Paraíba (1647-1755). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Pág. 206. Para o autor a junção das duas dízimas representou uma “anexação branca” da capitania da Paraíba a capitania de Pernambuco.

⁴³⁶⁶ Paraíba, 22 de agosto de 1725. Carta do [provedor da fazenda Real da Paraíba] Salvador Quaresma Dourado ao rei [D. João V], sobre não ter ajustado as contas com o contratador da dízima da Alfândega da Paraíba e Pernambuco Jerônimo Lobo Guimarães por não virem navios à capitania. Avulsos da Paraíba_AHU_ACL_CU_014, Cx. 6, D. 491.

Segundo o Provedor da Paraíba e o Procurador da Fazenda, no fim do ano de 1725, teria terminado o primeiro ano do contrato da dízima e, com isso o provedor buscou acertar as contas com o procurador do contrato da dízima que assistia na capitania da Paraíba. No entanto, o procurador do contrato afirmou que não tinha dinheiro para pagar a dívida, porém tinha dinheiro em Pernambuco e que ele deveria pedir ao Provedor da Fazenda de Pernambuco que mandasse passar precatório da dívida e notificar o administrador do contrato que era o Jerônimo Lobo Guimarães que estava em Lisboa.⁴³⁶⁷

Em resposta ao pedido feito pelo Provedor da Paraíba, o Provedor de Pernambuco passou o precatório e mandou dar vista Jerônimo Lobo Guimarães, no entanto não mandou nenhum valor para a Paraíba. O Provedor da Paraíba queixava-se de que a frota já estava partindo para o reino e que eles não receberam nenhum dinheiro, por conta disso, resolveu informar a Vossa Majestade sobre o caso.⁴³⁶⁸

Dois dias após o envio da carta do Provedor da Paraíba, foi a vez do capitão-mor da Paraíba João Abreu Castelo Branco reclamar ao rei sobre a necessidade do dinheiro do contrato da dízima para o pagamento da infantaria, que era a única esperança para o pagamento dos soldados, porém a mesma “[...]se acha também frustrada[...]”⁴³⁶⁹. Ele clamava ao rei que socorresse aquela capitania com o dinheiro da dízima de Pernambuco.⁴³⁷⁰

Após alguns meses foi a vez do administrador do contrato da dízima se manifestar, Jerônimo Lobo Guimarães respondeu diretamente ao rei, justificando que tinha a intensão de cumprir com todas as obrigações que havia adquirido com sua arrematação, acrescentando que acudiria até com seu próprio desembolso. No entanto, ele não poderia acudir uma dívida que não era dele, pois seu contrato:

[...] não se regula pelo curso dos tempos e número de meses, mas sim pelo de frotas convencionando-se que não só seriam três frotas; mas que os anos se contariam por elas, segundo conta a condição dezessete [...]. Sendo esta forma de convenção de nenhuma sorte se poderiam pedir os vinte mil cruzados aplicados a Paraíba, porque como não tenha ainda chegado alguma a Paraíba, segundo se não nega, e constante não estava vencido o pagamento por ser destinado depois daquela chegada[...]”⁴³⁷¹

O contratador se utilizava das cláusulas de seu contrato para se livrar do pagamento dos vinte mil cruzados da Paraíba e com isso utilizou a condição 17, para se proteger, dizendo que só começaria a contar o contrato com a chegada da frota nos dois portos e como não havia chegado nenhuma na Paraíba, então não teria começado a contar o tempo para aquele porto. Porém o contrato era conjunto, assim não se poderia contar tempos diferentes para o mesmo contrato, ficando nítido que essa é uma estratégia de esquivar-se da perda dos vinte mil cruzados que a Paraíba estava solicitando.⁴³⁷²

⁴³⁶⁷ *Idem*

⁴³⁶⁸ *Idem*

⁴³⁶⁹ Paraíba, 24 de agosto de 1725. Carta do [capitão-mor da Paraíba] João de Abreu Castel Branco ao rei [D. João V], sobre a situação em que se encontram as companhias de Infantaria da Guarnição da Paraíba e a necessidade de 20 mil cruzados do produto da dízima para acudi-las. Avulsos da Paraíba_AHU_ACL_CU_014, Cx. 6, d. 492.

⁴³⁷⁰ *Idem*

⁴³⁷¹ Lisboa, 23 de fevereiro de 1726. Carta de Jerônimo Lobo Guimarães ao rei [D. João V], justificando o não pagamento da dívida contraída na arrematação do contrato da dízima da Alfândega da Paraíba e Pernambuco. Avulsos de Pernambuco_AHU_ACL_CU_014, Cx. 6, D. 505.

⁴³⁷² *Idem*

Segundo o Jerônimo Guimarães, o rei havia prometido a ida de um ou dois navios ao porto da Paraíba em todas as frotas, porém até aquele momento não havia descarregado nenhum e, por isso, não se poderia atribuir-lhe aquela dívida.⁴³⁷³

Não encontramos mais documentos que obrigassem o Jerônimo Lobo Guimarães a enviar os 20 mil cruzados que equivalem 8:000\$000 réis para a Paraíba, referentes ao primeiro ano do contrato. No rendimento e despesas da capitania da Paraíba, fica claro que a Paraíba não recebeu nenhuma remessa de dinheiro da dízima de Pernambuco nos anos de 1725 e 1726.⁴³⁷⁴

Na prestação de contas do Provedor da Fazenda Real da Paraíba do ano de 1725, um item das despesas da capitania chamou atenção: *“Pelo mais dispêndio com José Ramos da Silva; contratador da dízima do Rio de Janeiro; como consta da ordem de Sua Majestade, que para isso alcançou: 131\$172 mil réis.”*⁴³⁷⁵

Como se fez esse pagamento, se nos anos de 1724 e 1725 não havia entrado nenhum navio com fazenda no porto da Paraíba?

A resposta para tal pergunta estava nos avulsos da Paraíba, pois as autoridades locais estavam omitindo a relação das entradas de navios no porto da Paraíba nos anos de 1724 e 1725, visto que há registro de um navio que foi obrigado a pagar a dízima na Alfândega da Paraíba de forma incorreta.

O referido navio ia do Maranhão para o Rio de Janeiro e, no decorrer do percurso, acabou atracando no porto da Paraíba, no dia 12 de setembro de 1724. Nesse período ainda não estava em vigência o contrato de Jerônimo Lobo Guimarães. Os oficiais da alfândega obrigaram a embarcação a descarregar no porto e sobre as mercadorias foi aplicado o imposto da dízima e mais emolumentos dos oficiais. No entanto, o contrato da dízima da Alfândega do Rio de Janeiro estava em vigor e o contratador José Ramos da Silva recorreu à Coroa requerendo os valores arrecadados, visto que, nas condições assinadas por ele encontrava-se uma cláusula que lhe garantia os direitos da dízima sobre as embarcações vindas do Maranhão.⁴³⁷⁶

Caso não fossem questionados os impostos da dízima pelo contratador do Rio de Janeiro e depois pelo dono do navio, não saberíamos do esquema de sonegação do imposto no porto da Paraíba, visto que não foi informado na prestação de contas da provedoria o valor do apuramento desse navio, no ano de 1725, que foi de 131\$172 mil réis, alegando que no ano em questão *“[...]não houve navios neste porto com fazendas, como consta do livro de entrada deles, e dos despachos delas.”*⁴³⁷⁷

No entanto, foi registrado na folha de Despesa da Provedoria que, no ano de 1725, houve dispêndio no valor de 131\$172 réis, com o pagamento a José Ramos. O que podemos supor é que os oficiais da Provedoria da Paraíba se apropriaram desse recurso, pois se fosse declarado o valor da cobrança do navio na receita e nas despesas, o resultado seria zero entre

⁴³⁷³ *Idem*

⁴³⁷⁴ Paraíba, 30 de maio de 1729. Carta do [provedor da Fazenda Real da paraíba], Salvador Quaresma Dourado, ao rei [D. João V], remetendo relação da receita e despesa do Almoxarifado, de 1723 a 1729, com a importância da folha secular e eclesiástica, da Infantaria, bem como o rendimento do direito da dízima da Alfândega. Avulsos da Paraíba_AHU_ACL_CU_014, Cx. 7, D. 570.

⁴³⁷⁵ Paraíba, 30 de maio de 1729. Carta do [provedor da Fazenda Real da paraíba], Salvador Quaresma Dourado, ao rei [D. João V], remetendo relação da receita e despesa do Almoxarifado, de 1723 a 1729, com a importância da folha secular e eclesiástica, da Infantaria, bem como o rendimento do direito da dízima da Alfândega. Avulsos da Paraíba_AHU_ACL_CU_014, Cx. 7, D. 570.

⁴³⁷⁶ Paraíba, 29 de julho de 1725. Carta do [provedor da Fazenda Real da Paraíba], Salvador Quaresma Dourado, ao rei [D. João V], sobre a ordem para entregar ao procurador de José Ramos da Silva, a importância dos direitos da dízima de uma embarcação que no tempo de seu contrato, saiu do Maranhão ao porto da Paraíba. Avulsos da Paraíba_AHU_ACL_CU_014, Cx. 6, D. 469.

⁴³⁷⁷ Paraíba 30 de maio de 1729. Carta do [provedor da Fazenda Real da paraíba] Salvador Quaresma Dourado ao rei [D. João V], remetendo relação da receita e despesa do Almoxarifado, de 1723 a 1729, com a importância da folha secular e eclesiástica, da Infantaria, bem como o rendimento do direito da dízima da Alfândega. Avulsos da Paraíba_AHU_ACL_CU_014, Cx. 7, D. 570.

receita e despesa para a Provedoria paraibana. Porém, se o navio não aparece declarado na receita, que eles chamam de rendimento, e aparece declarado como despesa, a Provedoria da Fazenda paraibana fica com o déficit dos 131\$172 mil réis e poderia pedir socorro a Pernambuco para cobrir essa despesa. Assim, os recursos da cobrança foram parar sabe-se lá em que bolsos.⁴³⁷⁸

Quantos navios a mais foram sonogados e permaneceram no esquecimento do tempo e não foram questionados? Impossível ter uma dimensão completa do passado, porém, podemos cogitar que o Provedor da Fazenda juntamente com o Capitão-mor da Paraíba deveriam ter um esquema para esconder a chegada de navios soltos em seu porto, o que provocava um déficit contínuo nos números da provedoria paraibana e, conseqüentemente, um acréscimo nos lucros desses oficiais.

Em uma carta feita no dia 10 de maio de 1729 pelo escrivão da Fazenda Real de Pernambuco Miguel Correa Gomes, é possível compreender ganhos e perdas obtidos com o contrato da dízima arrematado por Jerônimo Lobo Guimarães.

Segundo ele, a dízima da alfândega da Paraíba rendeu em todo o contrato um conto quatrocentos e quarenta e cinco mil e quatorze réis, como já vimos na primeira frota; a dízima da Paraíba não rendeu nada, pois não atracou navio naquele porto. Já na segunda frota, rendeu novecentos e setenta e nove mil, seiscentos e trinta e sete réis e na terceira frota, que aconteceu no ano de 1727 e findou-se no ano de 1728, rendeu quatrocentos e sessenta e cinco mil, trezentos e setenta e sete réis, como mostra o quadro a seguir:

Quadro(2): Rendimento da dízima da Alfândega da Paraíba.	
Frota	Rendimento da dízima Paraíba (Mil réis)
Primeira (1725)	-----
Segunda (1726)	979\$637
Terceira (1727-1728)	465\$377
Total	1:445\$014

Fonte: Dados retirados do documento da Biblioteca Nacional, MS618 02: 0406 e 0407.⁴³⁷⁹

Como exposto no quadro acima, a arrecadação da dízima da Paraíba rendeu um conto quatrocentos e quarenta e cinco mil e quatorze réis, porém a ordem era enviar vinte mil cruzados para a Paraíba, para suprir os pagamentos dos soldados e outras despesas diversas daquela capitania. Como a alfândega da Paraíba, só rendeu 1:445\$014 réis, era necessário que o dinheiro arrecadado pela alfândega de Pernambuco fosse enviado para a Paraíba para complementar o dinheiro que faltava para as despesas da vizinha. Segundo o escrivão da fazenda de Pernambuco, foram remetidos 22:554\$986 réis para a Provedoria paraibana do “rendimento da dízima da Alfândega desta Capitania de Pernambuco”⁴³⁸⁰, que se ajustou sessenta mil cruzados do contrato.⁴³⁸¹ Se somarmos com o total da receita da dízima da Paraíba de 1:445\$014, chegamos ao valor de 24:000\$000 réis, que é o mesmo que 60 mil cruzados.⁴³⁸²

Como já expusemos anteriormente, encontramos uma relação de receita e despesa da Provedoria da Paraíba e foi possível cruzar os números enviados e os rendimentos da dízima

⁴³⁷⁸ *Idem*

⁴³⁷⁹ Documento cedido gentilmente pela historiadora Suely Almeida.

⁴³⁸⁰ Biblioteca Nacional, MS618 02: 0406 e 0407.

⁴³⁸¹ *Idem*

⁴³⁸² *Idem*

da Paraíba⁴³⁸³ com os declarados pelo Escrivão da Fazenda Real de Pernambuco expostos acima⁴³⁸⁴. Associamos aqui os números enviados pelo Provedor da Fazenda Real de Pernambuco e o escrivão da Alfândega de Pernambuco.⁴³⁸⁵ Vejamos:

Quadro(3): Frotas, dízima da Paraíba e envios de Pernambuco para a Paraíba(1725-1732)

Ano/Frotas	Rendimento da PB*	Complemento de PE *	Total receita – PB*	Rendimento da PB**	Complemento de PE **	Total receita -PB **
1725	0	0	nada	nada	nada	nada
1726	979\$637	0	979\$637	-	-	-
1727	465\$377	8:500\$000	8:965\$377	-	8:000\$000	8:000\$000
1728	0	6:520\$360	6:520\$360	1:479\$637(montante)	6:520\$363	8:000\$000
1729	484\$262(final do ano)	7:534\$623	8:018\$885	465\$377	7:534\$623	8:000\$000
1730 não teve frota ⁴³⁸⁶	-	-	-	-	-	-
1731	-	-	-	484\$262	7:515\$738	8:000\$000
1732	-	-	-	-	4:000\$000	4:000\$000

*Declaração da Paraíba

** Declaração de Pernambuco

Fonte: Recife, 12 de abril de 1732. Carta do Provedor da Fazenda Real de Pernambuco, João do Rego Barros, ao rei [D. João V], sobre os vinte mil cruzados referentes ao contrato da dízima da Alfândega da Paraíba e Pernambuco, que devem ser remetidos àquela capitania. Avulsos da Paraíba_AHU_ACL_CU_014, Cx. 8, D. 665. Paraíba 30 de maio de 1729. Carta do [provedor da Fazenda Real da Paraíba], Salvador Quaresma Dourado, ao rei [D. João V], remetendo relação da receita e despesa do Almojarifado, de 1723 a 1729, com a importância da folha secular e eclesiástica, da Infantaria, bem como o rendimento do direito da dízima da Alfândega. Avulsos da Paraíba_AHU_ACL_CU_014, Cx. 7, D. 570.

⁴³⁸³ Paraíba 30 de maio de 1729. Carta do [provedor da Fazenda Real da Paraíba] Salvador Quaresma Dourado, ao rei [D. João V], remetendo relação da receita e despesa do Almojarifado, de 1723 a 1729, com a importância da folha secular e eclesiástica, da Infantaria, bem como o rendimento do direito da dízima da Alfândega. Avulsos da Paraíba_AHU_ACL_CU_014, Cx. 7, D. 570.

⁴³⁸⁴ Dados retirados do documento da Biblioteca Nacional, MS618 02: 0406 e 0407

⁴³⁸⁵ Recife, 12 de abril de 1732. Carta do Provedor da Fazenda Real de Pernambuco João do Rego Barros ao rei [D. João V], sobre os vinte mil cruzados referentes ao contrato da dízima da Alfândega da Paraíba e Pernambuco, que devem ser remetidos àquela capitania. Avulsos da Paraíba_AHU_ACL_CU_014, Cx. 8, D. 665.

⁴³⁸⁶ Recife, 12 de abril de 1732. Carta do Provedor da Fazenda Real de Pernambuco, João do Rego Barros, ao rei [D. João V], sobre os vinte mil cruzados referentes ao contrato da dízima da Alfândega da Paraíba e Pernambuco, que devem ser remetidos àquela capitania. Avulsos da Paraíba_AHU_ACL_CU_014, Cx. 8, D. 665.

No documento exposto pela Provedoria da Paraíba, se somarmos os três envios de Pernambuco 1727, 1728 e 1729 (complemento de PE*) com os valores de 1725, 1726 e 1727 (rendimento da PB*), chega-se o montante de: 23:999\$997, que é praticamente os 24:000\$000 que era a parte da Paraíba no contrato da dízima,⁴³⁸⁷ e, portanto, podemos concluir que Jerônimo Guimarães foi obrigado a pagar a parte da Paraíba, mesmo não entrando navios com fazendas em seu Porto.

Se somarmos os valores declarados por Pernambuco, também chegaremos à mesma conclusão, pois os anos 1727, 1728 e 1729 (complemento de PE**) com os anos 1728 e 1729 (rendimento da PB**) que é o mesmo que rendeu em 1727, segundo a Provedoria da Paraíba, resulta no mesmo valor de 24:000\$000 réis, que equivalem aos 60 mil cruzados.

Porém, se pararmos para analisar os números com atenção, chegaremos à conclusão de que alguns não batem. O primeiro deles é o valor do envio de Pernambuco à Paraíba, no ano de 1727 (complemento de PE**), o valor de 8:000\$000 réis e (complemento de PE*) 8:500\$000 réis, uma diferença de 500\$000 réis. Qual seria o interesse de Pernambuco em declarar um valor menor do que ele mandou, se o Provedor de Pernambuco só mandava a diferença que falta para completar os 8:000\$000 da parte da Paraíba? E qual seria a intensão do Provedor da Paraíba em colocar os 500\$000 réis, a mais no envio de Pernambuco?

Podemos cogitar que o escrivão da alfândega José Ribeiro Ribas junto ao Provedor de Pernambuco João do Rego Barros erraram no valor do envio para a Paraíba, no ano de 1727.⁴³⁸⁸ E para maquiagem as contas, resolveram concertar dizendo que o “*rendimento da dízima daquela alfândega que lá se achava...*” era de 1:479\$637, mas de fato o valor correto era o dos 979\$637 em 1726. A conta fecha se acrescentarmos mais 500\$000 réis. Se somarmos o valor que Pernambuco disse que tinha de dízima na Paraíba no ano de 1728 ao que mandou no mesmo ano, 6:520\$363, chegamos ao valor de 8:000\$000 réis que era igual aos 20 mil cruzados que fecha a conta.

Se somarmos os valores do rendimento da dízima da Paraíba dos anos de 1726 (979\$637) e 1727 (465\$377) (rendimento da PB*), chegamos ao valor de 1:445\$014, valor igual ao que declarou o escrivão da fazenda real no quadro (15).⁴³⁸⁹ Também encontramos um documento datado do dia 13 de setembro de 1734, no qual ficam expostos os valores remetidos à Paraíba por Pernambuco, nos anos de 1727 a 1729 que seria de 22:554\$983.⁴³⁹⁰ Se somarmos todos os valores (Complemento de PE*), nos anos de 1727, 1728 e 1729, vai dá exatamente o mesmo valor de 22:554\$983 réis.

Esses indícios corroboram com a ideia de que as contas da Paraíba, nessas remessas, estão corretas, e que Pernambuco maquiou as contas, porém não é possível saber a verdadeira intensão de se ter omitido o envio desses 500\$000 réis no ano de 1727 para a Paraíba. Porém podemos conjecturar que o sistema de maquiagem fosse comum na Alfândega de Pernambuco, pois além do escrivão que estava na escrituração ser um velho conhecido,

⁴³⁸⁷ *Idem* e Paraíba 30 de maio de 1729. Carta do [provedor da Fazenda Real da paraíba], Salvador Quaresma Dourado, ao rei [D. João V], remetendo relação da receita e despesa do Almoxarifado, de 1723 a 1729, com a importância da folha secular e eclesiástica, da Infantaria, bem como o rendimento do direito da dízima da Alfândega. Avulsos da Paraíba_AHU_ACL_CU_014, Cx. 7, D. 570.

⁴³⁸⁸ Recife, 12 de abril de 1732. Carta do Provedor da Fazenda Real de Pernambuco João do Rego Barros ao rei [D. João V], sobre os vinte mil cruzados referentes ao contrato da dízima da Alfândega da Paraíba e Pernambuco, que devem ser remetidos àquela capitania. Avulsos da Paraíba_AHU_ACL_CU_014, Cx. 8, D. 665.

⁴³⁸⁹ Dados retirados do documento da Biblioteca Nacional, MS618 02: 0406 e 0407 e Paraíba, 30 de maio de 1729. Ver página 143.

⁴³⁹⁰ Recife, 13 de setembro de 1734. Carta do provedor da Fazenda Real de Pernambuco João do Rego Barros, informando ter remetido à Provedoria da Fazenda Real da Paraíba todo o dinheiro que foi possível cobrar dos devedores da dízima para pagamento das milícias daquela praça e fortificação, conforme ordem real. Avulsos da Paraíba_AHU_ACL_CU_014, Cx. 9, D. 762.

José Ribeiro Ribas que há pouco tempo havia sido denunciado, com seu irmão Miguel Ribeiro Ribas, pelo contratador Jerônimo Lobo Guimarães ao rei.⁴³⁹¹

Analisando a tabela acima, notamos que o valor do rendimento da dízima da Paraíba do ano de 1727, de 465\$377, só vai ser contabilizado por Pernambuco no ano de 1729. Corroborando mais uma vez com a ideia de maquiagem das contas feitas em Pernambuco.

No entanto, não podemos esquecer que era conveniente a Capitania da Paraíba continuar dependente do dinheiro da dízima de Pernambuco. A permanência do discurso da necessidade de mais dinheiro da “dízima de Pernambuco” vai conservar-se por toda a primeira metade do século XVIII. Ficamos com a dúvida: será que a dízima da Paraíba rendia tão pouco? Ou será que foi comum esconder a entrada de navios no porto da Paraíba e fazer negócios não declarados?

Infelizmente, quanto a essas questões, nada podemos afirmar, apenas especular a partir dos indícios.

Voltando ao contrato de Jerônimo Lobo Guimarães, o mesmo foi obrigado a cumprir com as partes referentes à dízima da Paraíba, o que provocou um déficit, significativo, visto que, do primeiro contrato da dízima, ele foi obrigado a pagar 24:000\$000 réis⁴³⁹² da dízima da Paraíba e, como vimos, a mesma rendeu “oficialmente” o valor de 1:445\$014⁴³⁹³, ficando um déficit de 22:554\$986 réis, só com a Paraíba. Encontramos um documento que confirma o envio da última parcela do primeiro contrato de Jerônimo Lobo Guimarães, no ano de 1729, para a Paraíba.⁴³⁹⁴

Sobre o dinheiro da dízima da Alfândega de Pernambuco, além do envio de dinheiro para a Paraíba, também encontramos uma ordem régia, de 25 de abril de 1726, que estabelecia que se remetesse, todos os anos, do rendimento da dízima, 30 mil cruzados ao Conselho Ultramarino para serem “...empregados em artilharia e mais petrechos de guerra, para fortificação e desta capitania.”⁴³⁹⁵ Em outra ordem régia, é determinado sejam enviados para Paraíba mais 10 mil cruzados por tempo de oito anos a partir de 9 de agosto de 1724.⁴³⁹⁶ Essas duas despesas somadas alcançam 40 mil cruzados, que equivalem a 16:000\$000 réis,

⁴³⁹¹ Lisboa, 23 de fevereiro de 1726. Carta do [administrador dos contratos dos dízimo da capitania de Pernambuco] Jerônimo Lobo Guimarães ao rei [D. João V], pedindo não se dar crédito a um requerimento cujo procurador é Miguel Ribeiro Riba, por tratar-se de calúnias a seu respeito. Avulsos de Pernambuco_AHU_ACL_CU_015, Cx. 33, D. 3021. A Ementa do documento está errada, o contrato é o da dízima da Alfândega de Pernambuco.

⁴³⁹² Valor igual a 60 mil cruzados.

⁴³⁹³ Segundo o escrivão da fazenda real de Pernambuco e o Provedor da fazenda Real da Paraíba. Dados retirados do documento da Biblioteca Nacional, MS618 02: 0406 e 0407 e Paraíba, 30 de maio de 1729. Carta do [provedor da Fazenda Real da Paraíba] Salvador Quaresma Dourado ao rei [D. João V], remetendo relação da receita e despesa do Almoxarifado, de 1723 a 1729, com a importância da folha secular e eclesiástica, da Infantaria, bem como o rendimento do direito da dízima da Alfândega. Avulsos da Paraíba_AHU_ACL_CU_014, Cx. 7, D. 570. E

⁴³⁹⁴ Recife, 26 de março de 1729. Carta do Provedor da Fazenda Real da capitania de Pernambuco João do Rego Barros ao rei [D. João V], sobre ter remetido para a Paraíba os 20 mil cruzados referentes ao terceiro e último ano do contrato da dízima, arrematado por Jerônimo Lobo Guimarães. Avulsos de Pernambuco_AHU_ACL_CU_015, Cx. 38, D. 3406.

⁴³⁹⁵ Recife, 17 de setembro de 1726. Carta do Provedor da Fazenda Real da Capitania de Pernambuco João do Rego Barros ao rei [D. João V], sobre o recolhimento do rendimento da dízima da alfândega pelo tesoureiro João de Oliveira Godim, na nau do comboio da frota de que é capitão João Alves Barracas. Avulsos de Pernambuco_AHU_ACL_CU_015, Cx. 34, D. 3153.

⁴³⁹⁶ 10 mil cruzados equivale a 4 contos de réis. Recife, 16 de setembro de 1726. Carta do provedor da Fazenda Real da capitania de Pernambuco João do Rego Barros ao rei [D. João V], sobre o conhecimento do pagamento do rendimento da dízima da alfândega, por oito anos, recolhido pelo tesoureiro João de Oliveira Godim no cofre da nau de comboio de que é capitão João Alves Barracas. Avulsos de Pernambuco_AHU_ACL_CU_015, Cx.34, D. 3150.

fora o dinheiro que era enviado para a Paraíba, que chegava ao valor de 8:000\$000 réis. Somando-se tudo, atingia-se o montante de 24:000\$000 réis.⁴³⁹⁷

Porém, podemos supor que o primeiro contrato de Jerônimo Guimarães deva ter sido compensador, pois logo em seguida ele arremata novamente o contrato da dízima de Pernambuco, como fiador de José dos Santos. No entanto, nos documentos das autoridades locais, Jerônimo Lobo Guimarães aparece como contratador, nos anos de 1729 a 1731. E em uma carta enviada pelo Provedor, se diz que:

[...]se reconhece que começando o primeiro contrato de Jerônimo Lobo Guimarães em janeiro do ano de mil setecentos e vinte quatro, e o segundo foi arrematado com a cláusula, de que teria princípio, quando o primeiro se vencesse e não pelo termo de anos, se acabaram de concluir as seis frotas, no fim do ano de mil setecentos e trinta e um. E por este modo ficaram sendo necessários oito anos, para que as ditas frotas se vencessem, e conseqüentemente tendo eu remetido para a Cidade da Paraíba quatro pagamentos e meio[...] não se lhe devem para inteirar os ditos dois contratos mais que a metade do pagamento da frota do ano de mil setecentos e vinte e nove, e outra que se vai vencendo desta última frota[...]⁴³⁹⁸

Podemos chegar a algumas conclusões com o fim do segundo contrato de Jerônimo Guimarães. A primeira foi que ele conseguiu colocar um dos seus parceiros de contrato José dos Santos, como sua “testa de ferro” para continuar na cobrança da Dízima da Alfândega da Capitania de Pernambuco, porém, no fim do ano de 1732, ainda não havia sido completado o dinheiro da dízima de Pernambuco referente à Paraíba, onde ainda faltava 1 parcela⁴³⁹⁹ e meia que equivalia ao valor de 12:000\$000 réis⁴⁴⁰⁰ de seu contrato.

A pergunta que se faz é a seguinte: Jerônimo Lobo Guimarães ganhou ou perdeu dinheiro com a empreitada dos contratos da dízima da Alfândega de Pernambuco e Paraíba? Chegamos à conclusão de que Jerônimo Lobo Guimarães perdeu bastante dinheiro com os contratos, por dois fatores: primeiro, porque a dízima da Paraíba era ínfima; segundo porque encontramos o defunto Jerônimo Lobo Guimarães, em 1745, sendo executado por sua dívida com a Fazenda Real da capitania de Pernambuco⁴⁴⁰¹ no Conselho Ultramarino.

Também encontramos outra carta, data de 2 de novembro de 1746, em que temos mais detalhes sobre a execução. Nela afirma-se que se havia 11:014\$067 réis “*que haviam apreendido e depositado naquela provedoria[...]*” e o rei ordenava que o Provedor da Fazenda de Pernambuco Francisco do Rego Barros remetesse o dinheiro nos cofres das naus de guerra ao Conselho Ultramarino. Não sabemos ao certo se esse dinheiro era referente às parcelas que faltavam à Paraíba, já que o valor é bem aproximado, ou se era o lucro obtido com o contrato, o que até o presente momento não é possível definir.

Em relação ao envio do dinheiro ao reino, o provedor disse que não tinha o dinheiro para enviar na frota, pois ele estava aplicado em outras consignações, no entanto iria ordenar

⁴³⁹⁷ Infelizmente, não é possível afirmar o valor exato que rendeu anualmente a dízima da Alfândega de Pernambuco, visto que os documentos que tratam dela se encontravam ilegíveis na digitalização do Arquivo Histórico Ultramarino, talvez seja possível averiguar no documento físico.

⁴³⁹⁸ Recife, 12 de abril de 1732. Carta do Provedor da Fazenda Real de Pernambuco João do Rego Barros ao rei [D. João V], sobre os vinte mil cruzados referentes ao contrato da dízima da Alfândega da Paraíba e Pernambuco, que devem ser remetidos àquela capitania. Avulsos da Paraíba_AHU_ACL_014, Cx. 8, D. 665.

⁴³⁹⁹ *Idem*. Parcela equivalente a 8:000\$000 réis ou 20 mil cruzados.

⁴⁴⁰⁰ *Idem*

⁴⁴⁰¹ Lisboa, 6 de outubro de 1745. Carta do solicitador Francisco de Sales Rodrigues ao rei [D. João V], remetendo uma quantia em dinheiro pertencente ao defunto Jerônimo Lobo Guimarães, devedor na executadoria da Provedoria da Fazenda Real da capitania de Pernambuco. Avulsos de Pernambuco_AHU_ACL_CU_015, Cx. 62. D. 5286.

ao tesoureiro da dízima para arrecadar o dinheiro e remetê-lo na próxima frota ao reino.⁴⁴⁰² E, até o presente momento, também não foi possível identificar esse envio.

Essa foi a história do contrato da dízima de Jerônimo Lobo Guimarães, que não obteve muito êxito em sua empreitada com a alfândega de Pernambuco nem com a da Paraíba. Porém as redes de seu contrato permaneceram na capitania de Pernambuco e, por coincidência ou não, seu cunhado Alexandre de Lemos Sala, permaneceu na capitania e, na década de 40 do setecentos, como tesoureiro da dízima da alfândega de Pernambuco e Paraíba. Essa ligação, pode ser uma possível explicação do motivo pelo qual sua dívida só foi executada após 14 anos do fim de seu contrato.⁴⁴⁰³

“A PERDIÇÃO DE TODA A CAPITANIA”: JURISDIÇÕES E GOVERNABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO DO CAPITÃO-MOR LUÍS FERREIRA FREIRE (RIO GRANDE, 1718-1722)

Marcos Arthur Viana da Fonseca⁴⁴⁰⁴
marcos_megi2@hotmail.com

Resumo: A Coroa portuguesa nomeava agentes régios para administrar diferentes conquistas ultramarinas. Na América portuguesa, os principais agentes nomeados eram os capitães-mores, os governadores e o governador-geral ou vice-rei. Todos estes oficiais eram encarregados de administrarem e governarem uma determinada capitania, estando subordinados a outros oficiais hierarquicamente superiores. No caso do Rio Grande, os capitães-mores estavam subordinados à capitania de Pernambuco desde o ano de 1701. Os capitães-mores deveriam governar a capitania relacionando-se com as outras instituições, como as câmaras e a provedoria da Fazenda Real, prezando pela harmonia. Estas relações amistosas nem sempre eram possíveis devido a constantes conflitos de jurisdição. O governo do capitão-mor Luís Ferreira Freire (1718-1722) na capitania Rio Grande enfrentou uma oposição radical dos oficiais da câmara do Natal, causada pelos constantes atritos jurisdicionais entre o capitão-mor e a câmara e ao seu estilo agressivo de governo. Desta forma, este trabalho tem como objetivo analisar a governabilidade desenvolvida pelo capitão-mor Luís Ferreira Freire e os conflitos de jurisdição com a câmara do Natal durante o período da sua administração.

Palavras-chave: Conflitos; Governabilidade; Capitão-mor; Rio Grande.

Em carta de 11 de maio de 1721, o provedor da Fazenda Real da capitania do Rio Grande, José Soares, escreveu ao capitão-mor da capitania, Luís Ferreira Freire (1718-1722), sobre os rumores e clamores públicos que existiam contra o seu governo. Segundo o provedor, era notório as numerosas queixas dos moradores da capitania contra o mau regime imposto pelo capitão-mor sobre a capitania. A sua má administração e o mau

⁴⁴⁰² Lisboa, 2 de novembro de 1746. Carta do executor e desembargador José da Costa Ribeiro ao rei [D. João V], sobre a execução da dívida de Jerônimo Lopo Guimarães para a Fazenda Real da Capitania de Pernambuco. Avulsos de Pernambuco_AHU_ACL_CU_015, Cx. 64. D. 5466.

⁴⁴⁰³ *Idem*

⁴⁴⁰⁴ O autor é Graduado em História – Licenciatura pela UFRN, atualmente mestrando pelo Programa de Pós-graduação em História da mesma instituição, como bolsista CAPES-DS, orientado pelo Prof. Dr. Francisco Carlos Cardoso Cosentino (UFRN). O autor integra o Laboratório de Experimentação em História Social da UFRN, e faz parte do grupo de pesquisa Impérios Ibéricos no Antigo Regime: política, sociedade e cultura.

comportamento no exercício do serviço real estava causando um gravíssimo prejuízo a arrecadação da Fazenda Real, bem como o perigo de colocar em risco e “perdição toda a capitania”. O provedor terminou a carta suplicando pela soltura do vereador eleito da câmara do Natal, do ano de 1721, o comissário-geral Manuel de Melo e Albuquerque, da prisão injusta e arbitrária a qual fora submetido pelo capitão-mor. Segundo José Soares, a libertação do vereador preso evitaria a “perdição que vossa mercê [Luís Ferreira Freire] tem exposto a essa capitania”.⁴⁴⁰⁵ A situação delicada descrita pelo provedor da Fazenda Real ilustra muito bem a situação crítica do governo de Luís Ferreira Freire e os seus embates com os membros da câmara do Natal, na capitania do Rio Grande. Os conflitos com os camarários datavam da primeira metade do seu governo, começando no início do ano de 1720, e foram resultado da política explícita construída pelo próprio capitão-mor para a manutenção do exercício da sua autoridade na capitania. Para compreender melhor a administração de Luís Ferreira Freire e os embates com os oficiais da câmara do Natal, é necessário ter em mente como funcionava a governabilidade na América portuguesa.

Servir a El-Rei: a governabilidade na América portuguesa

A historiografia sobre o Império Ultramarino Português deu bastante relevância para as relações entre os poderes locais na América portuguesa, sobretudo entre as relações que envolviam os servidores régios e a administração destes domínios no Ultramar. Estes poderes locais, quer fossem grandes potentados ou grupos com poderes de influência em suas localidades, quer estivessem em instituições prestigiadas como as câmaras ou as misericórdias, ou agissem informalmente, mas com grande capacidade de gerar lobby, eram fundamentais para a boa governação da América portuguesa. A historiografia aponta a necessidade, nem sempre constante, dos oficiais indicados pela Coroa em negociarem ou discutirem com estes grupos. Estas negociações, alianças ou até mesmo as pressões a que os oficiais régios eram submetidos, foram as condições que uma parte da historiografia denominou de condições de governo ou governabilidade. Esta governabilidade consistiria na capacidade de vice-reis e governadores de contemporizarem com os poderes locais, viabilizando desta forma a sua autoridade sobre as capitanias em que deveriam governar. A contemporização forneceria as condições ideais de governo, sustentando a autoridade de governadores ou vice-reis. As câmaras municipais assumiram, desta forma, uma posição de destaque na formação destas condições de governo.

O historiador brasileiro Charles Boxer salientou, por exemplo, que as câmaras municipais poderiam ser ferozes adversárias dos nomeados da Coroa, sobretudo em questões que lhe dissessem respeito. Segundo este autor, “ao contrário do que às vezes se afirma, as câmaras coloniais raramente se tornavam meros carimbos ou capachos, incapazes de criticar os altos funcionários do governo, fossem vice-reis ou juizes do mais alto tribunal”.⁴⁴⁰⁶

Outro historiador brasileiro, Russell-Wood, destacou a capacidade dos súditos da América portuguesa de atingirem seus interesses por dois principais modos: a pressão e a negociação. A pressão seria a obtenção dos interesses dos grupos locais, identificados como colonos, por métodos não pacíficos como as confrontações físicas contra as autoridades régias. Alguns exemplos destas pressões violentas foram o atentado contra a vida do governador de Pernambuco, Sebastião de Castro e Caldas (1707-1710), ou a expulsão do governador do Rio de Janeiro, D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre (1705-1709), da região das Minas. Além destas demonstrações de confronto físico, Russell-Wood também destacou que os grupos podiam exercer pressão o suficiente para depor governadores. O

⁴⁴⁰⁵ Registro de uma carta que escreveu o provedor da Fazenda Real José Soares ao capitão-mor desta capitania Luís Ferreira Freire. Livro de despachos e editais da Provedoria da Fazenda Real da capitania do Rio Grande (1722). Fls. 29v-30v. Fundo Documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

⁴⁴⁰⁶ BOXER, Charles R. **O império marítimo português: 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 298.

outro modo de atingir os seus interesses era menos belicoso e se tratava da negociação. Governadores e vice-reis eram forçados, dependendo da conjuntura do momento, a negociarem com os colonos a aplicação de diretrizes régias que poderiam ofender os interesses dos grupos locais. Estas negociações, entretanto, nem sempre colocavam governadores contra os grupos locais, pois em determinados momentos os oficiais régios se posicionavam ao lado dos moradores da América portuguesa.⁴⁴⁰⁷

Ainda sobre a capacidade de negociação dos colonos, Russell-Wood deu muito destaque as câmaras municipais como o principal órgão negociador que representava os interesses locais. As câmaras agiam como representantes das principais famílias do local e que eram capazes de exercer pressão sobre os governadores e vice-reis. Os governadores que ignoravam a capacidade de articulação e de comunicação deste órgão com a Coroa, segundo o autor, acabavam por incorrer em “risco próprio [...] O malogro de um governador em negociar ou acomodar interesses locais poderia provocar uma repreensão régia ou levar à sua destituição”.⁴⁴⁰⁸ Por fim, Russell-Wood destacou também que os governadores e vice-reis eram submetidos a pressão de diversos grupos que não necessariamente estavam somente ligados às câmaras, tais como: proprietários de terras, fazendeiros, colonos, bispos e ordens religiosas. Esta constelação de grupos diferentes com interesses particulares quase sempre obrigavam aos governadores “a entrar em acordos, fazer concessões, ou fazer vistas grossas em relação a abusos flagrantes, variando entre a escravização forçada de ameríndios e o arrebatamento não autorizado de terras em desafio aos editos reais.”⁴⁴⁰⁹

De acordo com estes dois autores, a administração no Ultramar poderia ser resumida pela capacidade dos governadores e vice-reis de administrarem as pressões feitas por grupos locais na América. Um bom sucedido governo poderia ser alcançado por meio da contemporização com os grupos locais, sendo notadamente a câmara a principal instituição de pressão, ou a resistência em negociar e realizar acordos e alianças com estes grupos. A governabilidade constituía-se desta forma na manutenção do frágil equilíbrio entre os interesses e as pressões dos diversos grupos locais parte do governador ou do vice-rei, permitindo que o oficial nomeado pela Coroa exercesse a sua autoridade sem maiores problemas.

O historiador Carlos Kelmer Mathias apresentou uma visão um pouco diferenciada sobre os modos de governar na América. Segundo Kelmer, para a existência das condições de governabilidade, que permitissem aos governadores o exercício do seu poder, era necessário o apoio de “recursos financeiros” e “recursos humanos”.⁴⁴¹⁰ Sem a existência destas duas condições, a condição de governabilidade dos governadores era nula, por isso a negociação assumiu uma importante função na lógica da administração. As condições de governabilidade eram constituídas pela capacidade de cooptação dos principais homens das localidades. Esta cooptação poderia ser alcançada por meio de isenções, terras, patentes militares ou ofícios régios que engrandeciam, nobilitavam e davam poderes a estes homens. Aqueles que recebiam estes prêmios, por sua vez, forneciam seus serviços e fidelidades à Coroa ou aos seus representantes, governadores e vice-reis. A governabilidade, desta forma, ocorria por uma rede de reciprocidade em que cargos, terras e privilégios eram dados em troca de apoio e sustentação política. O autor, porém, não exclui a tradicional negociação como uma das formas de se obter as condições ideais de governabilidade.⁴⁴¹¹

Todos os autores até aqui apontados apresentaram a governabilidade como a capacidade do governador de articular as diferentes pressões e interesses dos súditos da

⁴⁴⁰⁷ RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808*. **Revista Brasileira de História** [online]. 1998, vol.18, n.36, pp.187-250.

⁴⁴⁰⁸ *Idem*.

⁴⁴⁰⁹ *Idem*.

⁴⁴¹⁰ KELMER MATHIAS, C. L. . As condições da governabilidade: um refinado jogo de interesses na América Lusa da primeira metade do século XVIII. LPH. **Revista de História (UFOP)** , Mariana, v. 14, p. 35-64, 2004.

⁴⁴¹¹ *Idem*.

Coroa na América portuguesa ou na sua capacidade de cooptação destes moradores para a sustentação política do seu governo. Entretanto, a manutenção da autoridade dos governadores não poderia ser mantida somente pela aliança ou pela negociação com os poderes locais, mas também com outras autoridades régias. Evaldo Cabral de Mello, ao discorrer sobre o conflituoso governo de Sebastião de Castro e Caldas em Pernambuco pré-Guerra dos Mascates, definiu a existência de um delicado sistema de equilíbrio de poder entre as autoridades régias. Segundo o autor, a extraordinária jurisdição alargada dos governadores de Pernambuco colocava este oficial em contato com outras instituições: as câmaras municipais; os ouvidores e os juizes-de-fora; o provedor da Fazenda Real; o bispo e o cabido. Segundo Evaldo Cabral de Mello, esta situação ocasionou ao rei a difundir a sua autoridade em um jogo de pesos e contrapesos. Neste sistema de pesos e contrapesos, as autoridades viviam em constante vigilância, limitando umas às outras, de acordo com as suas jurisdições vagas e fluidas. De acordo com o autor, “em teoria, o governador era uma espécie de *primus inter pares*, na prática tudo dependia da inclinação que demonstrasse para respeitar as atribuições dos demais agentes: e da destes, para as preservar.”⁴⁴¹²

Desta forma, segundo Evaldo Cabral de Mello, a governabilidade na América portuguesa consistia de um refinado e frágil sistema de equilíbrio de poder, denominado pelo autor de sistema de pesos e contrapesos, baseado na capacidade do governador de conservar a sua jurisdição e na não intervenção nas esferas jurisdicionais de outras autoridades. A aliança entre as autoridades poderia prejudicar a administração do governador ao transformar os oficiais régios em opositores a sua autoridade.⁴⁴¹³ A governabilidade na América dependia, deste modo, da capacidade dos governadores manterem o frágil equilíbrio do sistema de pesos e contrapesos.

É possível chegar a posição de que o conceito de governabilidade na América portuguesa abarcava duas situações: a primeira, consistindo na relação entre os governadores e os poderes locais, notadamente quando estes poderes estavam representados nas câmaras municipais, que poderiam ir da cumplicidade e aliança até a firme resistência e oposição; e a segunda, as relações desenvolvidas entre os governadores e as outras autoridades régias, relações essas que poderiam culminar em alianças, neutralidade ou sérios conflitos de jurisdição. As condições de governo na América, traduziam-se deste modo, na capacidade que os nomeados pela Coroa possuíam de formar alianças, nas capacidades de negociação e de barganha, além da manutenção de um frágil sistema de pesos e contrapesos. Ao analisarmos o governo de Luís Ferreira Freire (1718-1722), como capitão-mor na capitania do Rio Grande, podemos observar como as condições da governabilidade dependiam das estratégias adotadas pelos nomeados pela Coroa.

Um despótico e insolente tirano? O governo de Luís Ferreira Freire (1718-1722)

A historiografia clássica do Rio Grande do Norte atribui ao governo do capitão-mor um caráter despótico. O primeiro historiador a tratar do governo de Luís Ferreira Freire foi Gonçalves Dias. De acordo com Gonçalves Dia, o capitão-mor era um homem de maus costumes, que cometia constantes roubos e violências contra os moradores da capitania, indispondo-se com a câmara do Natal. Esta indisposição teria ocorrido por causa das atitudes

⁴⁴¹² MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos**: nobres contra mascates : Pernambuco, 1666-1715. 2. ed. rev. São Paulo: Ed.34, 2003. P. 221.

⁴⁴¹³ Exemplo deste conflito foram os embates entre o juiz-de-fora de Olinda e Recife, Antônio Teixeira da Mata, e o bispo de Pernambuco, D. Frei Luís de Santa Teresa, no ano de 1750. COELHO, Maria Filomena. **A justiça d'além-mar: lógicas jurídicas feudais em Pernambuco (século XVIII)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009. Para ver outros conflitos: MENEZES, Mozart Vergetti de. **Colonialismo em ação**: Fiscalismo, Economia e Sociedade na capitania da Paraíba (1647 – 1755). 2005. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Universidade de São Paulo, São Paulo. p. 86-98; SHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial**: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.p. 37.

do capitão-mor contra os oficiais da câmara, como o sequestro de um sobrinha e de uma escrava de um vereador, Manuel de Melo e Albuquerque. Segundo Gonçalves Dias, o capitão-mor recusava-se a cumprir os mandados judiciais do ouvidor da Paraíba e do governador de Pernambuco, que o obrigavam a devolver a escrava e a sobrinha ao vereador Manuel de Melo. Pelo contrário, o capitão-mor prendeu o vereador na câmara escura da Fortaleza dos Reis Magos, uma prisão subterrânea, e liderou, juntos aos soldados da cidade do Natal, ataques a cadeia pública. O fim do seu governo terminou com o atentado a sua vida no dia 22 de fevereiro de 1722, morrendo uma semana depois.⁴⁴¹⁴

A visão do governo de Luís Ferreira Freire construída por Gonçalves Dias foi extremamente negativa, sobretudo por basear-se exclusivamente na documentação produzida pelos oficiais da câmara do Natal. Ao escrever sobre Luís Ferreira Freire, o historiador Tavares de Lyra baseou-se na obra de Gonçalves Dias, pouco acrescentando informações sobre a sua administração. De acordo com Tavares de Lyra, Luís Ferreira Freire era um soldado violento, voluntarioso e sem letras, isto é, sem nenhuma formação acadêmica.⁴⁴¹⁵ O historiador Rocha Pombo atribui aos serviços militares prestados por Luís Ferreira Freire a sua indicação para o posto de capitão-mor do Rio Grande. O autor, porém, também apresentou uma visão negativa do capitão-mor, ao basear-se na obra de Gonçalves Dias e na documentação produzida pela câmara do Natal. Segundo Rocha Pombo, Luís Ferreira Freire era movido por maus instintos e pelo desejo de tornar a sua vontade lei, o que levou a câmara do Natal a escrever diversas vezes a Coroa sobre os maus procedimentos e a opressão do capitão-mor sobre a capitania. De acordo com o historiador, o fato dos clamores da câmara nunca terem recebido uma resposta da Coroa ou do governo de Pernambuco estava relacionado a capacidade dos capitães-mores, em particular Luís Ferreira Freire, de se aliar ou de criarem “asseclas, em [cuja] regra de fidelidade incondicional e ilimitada, teriam cuidado de desfazer as queixas dos povos e de dar testemunhos em favor dos tiranetes.”⁴⁴¹⁶

Luís da Câmara Cascudo foi o historiador a dar menos relevância ao governo de Luís Ferreira Freire como um todo. O historiador, contudo, deu ênfase ao assassinato do capitão-mor. Por considerar o século XVIII o período de paz e tranquilidade e de povoamento do interior da capitania, o assassinato do capitão-mor apareceu na escrita historiográfica de Cascudo como um fato dissonante em sua análise. Em *História da Cidade do Natal*, Cascudo descreveu o assassinato de Luís Ferreira Freire como um acontecimento inesquecível. Luís Ferreira Freire é descrito como rude, valente, arrogante, imponente e bruto, tendo brigado com o senado da câmara do Natal e com toda a gente da capitania. Cascudo atribui a culpa do atentado aos parentes da moça sequestrada pelo capitão-mor, isto é, a família de Manuel de Melo e Albuquerque.⁴⁴¹⁷ Já em *História do Rio Grande do Norte*, Cascudo atribuiu pouca relevância ao governo do capitão-mor, afirmando que ele era “arreatado, violento, sexual. [Luís Ferreira Freire] incompatibilizou-se com dois terços da população. Nunca descobriram o matador.”⁴⁴¹⁸ Por último, o historiador Tarcísio de Medeiros não apresentou nenhuma análise diferentes dos historiadores anteriores. Segundo o autor, o governo do capitão-mor foi marcado por violências e indisposição com a câmara do Natal, devido ao seu proceder despótico. Tarcísio de Medeiros apontou que a moça raptada se chamava Maria de Sá, filha de Mateus Rodrigues de Sá e era sobrinha de Manuel de Melo e Albuquerque, vereador da

⁴⁴¹⁴ DIAS, Gonçalves. Anotações ao catálogo dos capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 17. 3ª série, nº 15, 3º trim./1854, pp.38-40.

⁴⁴¹⁵ LYRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. 3. ed. - Natal: EDUFRN, 2008. p. 173-176.

⁴⁴¹⁶ POMBO, Rocha. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Editores anuários do Brasil, 1922. p. 174-176.

⁴⁴¹⁷ CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. 2. ed. – Rio de Janeiro: Universidade Feral do Rio Grande do Norte/Civilização Brasileira/INL - MEC, 1980. p. 65-66.

⁴⁴¹⁸ CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Serv. de Documentação, 1955. p. 109.

câmara. Após longos conflitos com a população da capitania, Luís Ferreira Freire foi assassinado, nunca encontrando-se o responsável pelo crime.⁴⁴¹⁹

É possível perceber que a historiografia sobre o período colonial na capitania do Rio Grande construiu um imagem negativa sobre o governo do capitão-mor, devido aos constantes conflitos e atritos que marcaram a sua administração. Apesar disso, é extremamente necessário alertar que a ausência de documentação respeitante ao governo do capitão-mor, como as correspondências e portarias de Luís Ferreira Freire, limitam o campo de análise sobre a sua administração, pois reduz as opções documentais que permitiriam a observação da sua administração. A ausência de correspondência com outras autoridades, como a Coroa, na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, impele o pesquisador a se ater as únicas fontes que sobreviveram sobre o seu governo: as cartas registradas nos livros de provisões da câmara da cidade do Natal. Esta documentação consiste em algumas portarias e correspondências de Luís Ferreira Freire com a câmara do Natal. O conjunto documental, contudo, é composto em sua maioria por cartas dos oficiais camarários denunciando a administração do capitão-mor. Deste modo, ao se analisar esta documentação, é necessário cautela para evitar uma análise que condene a administração de Luís Ferreira Freire muito rapidamente, sem dar um necessário julgamento as missivas produzidas pelos oficiais da câmara do Natal.

Luís Ferreira Freire foi um militar que havia servido como praça de soldado até o posto de alferes ajudante de infantaria, entre os anos de 1699 e 1717, na Corte e nas províncias do Minho, Beira, Alentejo e Trás-os-Montes. Ele havia participado em importantes campanhas contra os espanhóis na Guerra de Sucessão Espanhola (1700-1714), sendo capturado como prisioneiro na Praça de Miranda, sendo posteriormente libertado.⁴⁴²⁰ Devido ao fato da sua carreira militar ter ocorrido somente no Reino, é possível conjecturar que Luís Ferreira Freire era reinol. Ele possuía família e era casado com D. Quintiliana de Barros.⁴⁴²¹ Antes de partir do Reino para a capitania do Rio Grande, conseguiu que a Coroa lhe concedesse uma pensão de dez mil réis mensais para a sua família em Portugal.⁴⁴²² Ao se dirigir para o governo da capitania do Rio Grande, Luís Ferreira Freire trouxe consigo o seu filho, João Antônio Freire.⁴⁴²³ O capitão-mor prestou a cerimônia de preito e menagem ao governador de Pernambuco e tomou posse no governo da capitania do Rio Grande no dia 3 de julho de 1718, após cerimônia na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, aonde compareceram os oficiais da câmara do Natal.⁴⁴²⁴

⁴⁴¹⁹ LEMOS, Vicente de; MEDEIROS, Tarcísio. **Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte: 1701-1822**. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1980. v. 2. P. 35-36.

⁴⁴²⁰ Registro da patente real pela qual foi provido no posto de capitão-mor desta capitania do Rio Grande – Luís Ferreira Freire. In: LEMOS, Vicente de; MEDEIROS, Tarcísio. **Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte: 1701-1822**. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1980. v. 2 p. 107-110.

⁴⁴²¹ PARECER do Conselho Ultramarino sobre pedido de pensão de Quintiliana de Barros, viúva do ex-capitão-mor do Rio Grande do Norte, Luís Ferreira Freire, morto em serviço. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 2, D. 90.

⁴⁴²² LEMOS, Vicente de; MEDEIROS, Tarcísio. **Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte: 1701-1822**. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1980. v. 2. P. 35-36.

⁴⁴²³ Registro de uma carta que se escreveu ao Doutor ouvidor-geral Manoel da Fonseca e Silva sobre as más obras do capitão-mor desta capitania Luís Ferreira Freire e sobre o contrato das carnes, e sobre as coisas necessárias para os paramentos deste conselho. Livro 7 de registros de cartas e provisões do senado da câmara do Natal (1720-1728). Fundo Documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

⁴⁴²⁴ Registro da patente real pela qual foi provido no posto de capitão-mor desta capitania do Rio Grande – Luís Ferreira Freire. In: LEMOS, Vicente de; MEDEIROS, Tarcísio. **Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte: 1701-1822**. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1980. v. 2 p. 107-110. Sobre a cerimônia de preito e menagem que os capitães-mores prestavam aos governadores de Pernambuco, ver: BARBOSA, L. B. S. Entre a distância e a fidelidade: Relações entre

Os primeiros meses do governo de Luís Ferreira Freire foram de relativa tranquilidade política e de boas relações com os oficiais da câmara do Natal e com o provedor da Fazenda Real.⁴⁴²⁵ O primeiro conflito direto entre o capitão-mor e a câmara ocorreu no início do ano de 1720. Em uma carta de 16 de fevereiro de 1720, dirigida ao governador de Pernambuco, Manuel de Sousa Tavares (1718-1721), os oficiais da câmara do Natal reclamaram sobre algumas práticas do capitão-mor da capitania.⁴⁴²⁶ De acordo com os oficiais camarários, Luís Ferreira Freire desguarnecia a Fortaleza dos Reis Magos, transferindo parte da guarnição de 50 soldados para a guarda particular da sua casa, deixando apenas entre 12 e 18 soldados no presídio militar. Segundo os oficiais, este ato era muito prejudicial para segurança da capitania, pois um ataque de piratas poderia ocasionar na tragédia de uma invasão. Além disto, os oficiais da câmara também relataram ao governador sobre a “pouca atenção com que o capitão-mor desta capitania trata não só aos moradores dela sem lhe merecerem, se não também a este senado”.⁴⁴²⁷

Segundo os camarários, o capitão-mor desdenhava dos oficiais da câmara, tratando-os com palavras indecentes e prendendo-os na câmara escura da Fortaleza, um prisão subterrânea que ficava totalmente submersa com a maré alta, ocasionando em doenças e mortes dos prisioneiros. Luís Ferreira Freire também era acusado de causar grandes vexações aos índios da capitania, pois ao empregá-los em obras particulares, como a construção de barcos e o trabalho em curtumes do próprio capitão-mor, os índios não possuíam tempo para o trabalho nas lavouras, impelindo-os aos furtos de gados dos moradores da capitania e de fuga das aldeias. Por fim, o capitão-mor é acusado de proteger os soldados das companhias da guarnição da cidade que cometiam crimes, quando a justiça ordinária e os oficiais da justiça, meirinhos e tabeliães, procediam para prender os ditos soldados. De acordo com a carta, o capitão-mor impedia a justiça de agir, passando cartas de seguro para os soldados ou intimidando os oficiais, impedindo a prisão dos criminosos.⁴⁴²⁸

É possível perceber o descontentamento dos oficiais da câmara do Natal ao escreverem ao governador de Pernambuco para apontar os atos do capitão-mor que eles consideravam intoleráveis. Um dos principais atos foi o deslocamento de soldados da Fortaleza dos Reis Magos para a guarda da sua casa. Na verdade, a denúncia da câmara era extremamente grave, pois afirmava que o capitão-mor tomava a iniciativa de desguarnecer a Fortaleza, enfraquecendo a proteção militar da capitania contra invasões marítimas, em proveito próprio, ao utilizá-los como guarda particular. Considerando que os regimentos dos capitães-mores lhes tornavam a maior e a principal autoridade militar na capitania,

os capitães-mores do Rio Grande e os governadores de Pernambuco. (segunda metade do século XVII). **Historien (Petrolina)**, v. s/v, p. 111-132, 2014.

⁴⁴²⁵ De acordo com Tyego Silva, no ano de 1720 havia ocorrido um levante de indígenas e o ataque ao Arraial do Ferreiro Torto, próximo a cidade do Natal. Os índios foram derrotados pelas tropas do Terço dos Paulistas que estavam aquarteladas no Ferreiro Torto. SILVA, Tyego Franklim da. **A ribeira da discórdia: terras, homens e relações de poder na territorialização do Assú colonial (1680-1720)**. 2015. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal- RN. p. 118.

⁴⁴²⁶ Sobre o perfil, trajetória e o cotidiano administrativo dos camarários e da câmara da cidade do Natal, ver: BARBOSA, Kleyson Bruno Chaves. **A Câmara do Natal: O cotidiano administrativo de uma câmara periférica (1720-1759)**. 2015. Trabalho de Conclusão de curso (Monografia em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN.

⁴⁴²⁷ Registro de uma carta que se escreveu deste senado ao governador de Pernambuco Manuel de Souza Tavares sobre as companhias do Paulista e outras matérias. Fls. 160-161. Livro 6 de registro de provisões e cartas do senado da câmara do Natal (1713-1720). Fundo Documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

⁴⁴²⁸ Registro de uma carta que se escreveu deste senado ao governador de Pernambuco Manuel de Souza Tavares sobre as companhias do Paulista e outras matérias. Fls. 160-161. Livro 6 de registro de provisões e cartas do senado da câmara do Natal (1713-1720). Fundo Documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

responsável pela sua defesa em tempos de guerra, a atitude de Luís Ferreira Freire poderia ser considerada como um ato muito próximo da traição ao serviço real.⁴⁴²⁹

Junto ao descuido com a Fortaleza, devia-se somar a acusação de que o capitão-mor protegia os soldados criminosos que compunham a guarnição da cidade do Natal, isto é, os militares que Luís Ferreira Freire havia deslocado para a guarda da sua residência. A acusação dos oficiais da câmara deixava implícito que o capitão-mor possuía algum tipo de relação com estes soldados, já que os protegia e os utilizava para a sua própria proteção. É provável que a acusação fosse verdadeira e que a relação de Luís Ferreira Freire com os soldados da companhia da guarnição da cidade do Natal fosse maior do que somente a hierarquia militar, mas também fosse parte da política de governabilidade construída pelo capitão-mor. Do mesmo modo como foi aludido por Charles Boxer, Russell-Wood e Carlos Mathias sobre a importância da negociação e das alianças dos governadores com os poderes locais para manter a sustentabilidade da administração, é possível conjecturar que Luís Ferreira Freire construiu a sua governabilidade em cima do apoio dos militares que compunham a guarnição da cidade do Natal e da Fortaleza dos Reis Magos. O apoio dos soldados permitiria ao capitão-mor impor a sua política, mesmo a contragosto de outros grupos na capitania, além de lhe garantir sustentabilidade, mesmo que fosse baseada na força e na intimidação.

Em contraponto, não deve-se tomar todas as acusações da câmara como verdadeiras e muito menos assumir que os oficiais da câmara somente estavam cumprindo suas obrigações ao denunciarem um mau governante. Pelo contrário, os camarários denunciavam na administração de Luís Ferreira Freire somente os atos que feriam diretamente os seus interesses ou privilégios. Um destes atos estava relacionado a mão-de-obra indígena. Segundo a historiadora Fátima Martins Lopes, a mão-de-obra indígena era extremamente disputada na capitania do Rio Grande, devido a relativa disponibilidade. Os moradores da capitania constantemente solicitavam aos missionários dos aldeamentos trabalhadores indígenas para o trabalho em obras públicas ou em trabalhos particulares. Os índios eram utilizados tanto em construções de pontes ou nas reformas no prédio da câmara do Natal, como também eram empregados na atividade pesqueira, salineira e na pecuária.⁴⁴³⁰ Ao criticarem os abusos cometidos por Luís Ferreira Freire com relação ao trato dos indígenas, criticando-o por maltratar os índios aldeados e impedi-los de plantarem as suas lavouras, os oficiais da câmara do Natal estavam reclamando do monopólio da mão-de-obra livre da capitania que não estava disponível aos moradores. Os camarários colocavam-se contrários a este monopólio, muito provavelmente porque eles também estavam impossibilitados de terem acesso aos índios. Esta denúncia também comprova que a câmara do Natal possuía interesses que estavam sendo violentados pelo capitão-mor, o que motivou aos camarários a escreverem ao governador de Pernambuco.

Luís Ferreira Freire, que até então monopolizava a mão-de-obra indígena e batia de frente contra os interesses da câmara, estava pondo em prática a sua política de governabilidade, costurada pelo apoio das tropas militares que guarneciam a cidade do Natal e a Fortaleza dos Reis Magos. Esta política de governabilidade foi questionada quando, em primeiro de março de 1720, os oficiais da câmara escreverem a Luís Ferreira Freire

⁴⁴²⁹ Sobre a jurisdição e as obrigações do ofício de capitão-mor do Rio Grande, ver: FONSECA, Marcos Arthur Viana da. Regimentos para instruir, jurisdição para governar: espaços de jurisdição do capitão-mor do Rio Grande (séculos XVII-XVIII). **III Encontros Coloniais**. Natal, de 14 a 17 de junho de 2016. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/encontroscoloniais-lehs/textos/MARCOS-FONSECA.pdf>. Acesso em: 29 set. 2016.

⁴⁴³⁰ LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande**. Coleção Digital Oswaldo Lamartine. Sd. P. 408-417; LOPES, Fátima Martins. Os indígenas aldeados na capitania do Rio Grande na primeira metade do século XVIII: terra e trabalho. In: Helder Alexandre Medeiros de Macedo; Rosenilson da Silva Santos. (Org.). **Capitania do Rio Grande: história e colonização na América Portuguesa**. 1 ed. João Pessoa; Natal: Ideia; EDUFRN, 2013, v. 1, p. 73-90; MORAIS, Ana Lunara da Silva. Quanto peixe se compra com um vintém? Análise da atividade pesqueira e as querelas derivadas desta na capitania do Rio Grande, 1650-1750. **Revista Ultramares**, v. 1, p. 196-221, 2014.

inquirindo-o sobre os rumores que haviam na cidade sobre a proteção que o capitão-mor dava aos soldados criminosos, culpados de terem cometido furtos e assassinatos, impedindo-os de serem presos pelos oficiais de justiça.⁴⁴³¹ A pergunta registrada na carta dos oficiais da câmara, tratava-se mais de uma acusação do que um questionamento. Os camarários desejavam constranger o capitão-mor e por isso insistiam em averiguar os rumores, porque seria escandaloso um capitão-mor cometer atos “contra as leis do Reino e do serviço D’El Rei nosso senhor”.⁴⁴³² A resposta de Luís Ferreira Freire subiu o tom da carta e aumentou a tensão entre ele e a câmara do Natal. Em carta de 2 de março de 1720, o capitão-mor ironizou o questionamento dos camarários, ao lembrar que sempre forneceu ajuda militar para a prisão dos soldados e que se não estava ocorrendo o cumprimento da lei, com a prisão de criminosos, isto era problema decorrente da ação dos oficiais de justiça. O capitão-mor também acusou os oficiais da câmara de serem imparciais. Luís Ferreira Freire ordenou que os camarários “[se] abstenham de aceitar dinheiro como costumam e venderem as devassas por interesses [...] [e] deixem de conversar, comer e beber com eles [oficiais de justiça] como repúblicos e se [os oficiais de justiça] fazem este requerimento por quererem comer alguma pataca dos soldados o podem vossas mercês consentir que eu por nenhum modo lho tolho”.⁴⁴³³

Na resposta do capitão-mor é possível comprovar a sua política de governabilidade. Ao defender-se das acusações da câmara, imputando o problema dos militares criminosos na ineficácia dos oficiais competentes para prendê-los e na parcialidade da justiça ordinária, o capitão-mor colocou-se como defensor dos soldados da guarnição da cidade do Natal. Luís Ferreira Freire exaltou o seu caráter ao argumentar que não iria permitir que injustiças ocorressem com estes militares, que estariam sofrendo nas mãos de oficiais de justiça e da câmara do Natal. É possível perceber, deste modo, que o capitão-mor traçou a sua governabilidade ao apoiar-se nos oficiais de guerra da capitania, protegendo-os dos agentes de justiça e utilizando-os como sustentáculo do seu governo.

A resposta do capitão-mor aos oficiais da câmara agravou a tensão entre as duas instituições. Os camarários escreveram novas cartas denunciando o que eles consideravam abusos por parte de Luís Ferreira Freire. A primeira carta foi endereçada ao ouvidor da Paraíba, em 6 de março de 1720. A primeira acusação era a de que o capitão-mor estava atrapalhando a construção da obra da cadeia da cidade, pois controlava toda a mão-de-obra indígena, causando a falta de trabalhadores. De acordo com os camarários, os indígenas deveriam trabalhar na construção da cadeia, mas estavam sendo empregados no trabalho de barcos pertencentes ao capitão-mor. Além disso, a acusação sobre a proteção aos soldados criminosos e a intimidação contra os oficiais de justiça foi novamente repetida, com o acréscimo da informação de que Luís Ferreira Freire utilizava-se destes militares para espancá-los e prenderem desafetos na câmara escura da Fortaleza dos Reis Magos. Por fim, além de reclamarem ao ouvidor sobre as injúrias e difamações que o capitão-mor fazia publicamente sobre os membros da câmara, eles também acusaram o capitão-mor de usurparem a jurisdição do senado sobre o contrato das carnes, pois Luís Ferreira Freire tentara arrematar o contrato após o falecimento do contratador anterior.⁴⁴³⁴

⁴⁴³¹ Registro de uma carta que escreveram os oficiais da câmara ao capitão-mor desta capitania Luís Ferreira Freire sobre os soldados criminosos. Fls. 158v. Livro 6 de registro de provisões e cartas do senado da câmara do Natal (1713-1720). Fundo Documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

⁴⁴³² Registro de uma carta que escreveram os oficiais da câmara ao capitão-mor desta capitania Luís Ferreira Freire sobre os soldados criminosos. Fls. 158v. Livro 6 de registro de provisões e cartas do senado da câmara do Natal (1713-1720). Fundo Documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

⁴⁴³³ Registro da resposta da carta cima. Fls. 158v-159. Livro 6 de registro de provisões e cartas do senado da câmara do Natal (1713-1720). Fundo Documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

⁴⁴³⁴ Registro de uma carta que escreveram os oficiais da câmara ao corregedor desta comarca o doutor Francisco Pereira sobre o detrimento da obra da Cadeia e outras matérias. Fls. 161-162. Livro 6 de

As denúncias apresentadas pelos oficiais ao ouvidor da Paraíba contra o capitão-mor não apresentavam grandes novidades. O núcleo do descontentamento da câmara consistia no monopólio da mão-de-obra indígena, que agora atrapalhava a própria construção da cadeia da cidade, como na utilização dos soldados da guarnição da cidade como uma tropa particular do capitão-mor, capaz de implantar um regime de intimidação e medo na capitania. As acusações mais graves, contudo, foram escritas na carta ao governador de Pernambuco. Em 6 de março de 1720, os oficiais da câmara fizeram conhecer ao governador sobre “os absurdos e insolências ao dito povo [da capitania] com notável detrimento [que] recebe do dito capitão-mor que de presente governa Luís Ferreira Freire”.⁴⁴³⁵ De acordo com os camarários, o governo de Luís Ferreira Freire era marcado pela descompostura, pela quebra das leis do Reino e pela ofensa aos seus cargos, pois:

o dito capitão-mor é tão absoluto que em nada quer observar nossas posturas e as estas quebrando e somando nossas jurisdições, mandando violentamente pagar dívidas desapossar de terras aos apossados, metendo de posse outros sem conhecimento de causas ou sentenças mais que por interesses que recebe e levado destes [interesses] prende e solta os pobres moradores.⁴⁴³⁶

As críticas ao governo de Luís Ferreira Freire estavam sendo direcionadas não somente ao seu modo de governar “absoluto”, mas também ao desrespeito e a quebra das leis e das posturas municipais, além da usurpação de jurisdição do senado da câmara do Natal. A descrição do governo feita pelos camarários construía a imagem de uma administração autoritária, baseada no medo e na intimidação, liderada por um despótico tirano. Esta imagem será reafirmada diversas vezes ao longo da carta, por meio de outras acusações. Os oficiais da câmara acusaram o filho do capitão-mor, João Antônio Freire, de liderar os espancamentos e prisões arbitrárias na cidade do Natal. Aqueles que eram presos somente eram liberados após o pagamento de uma quantia ao filho do capitão-mor. Além de transformar as prisões em negócio, Luís Ferreira Freire era acusado de vender os postos de milícia e datas de sesmarias a quem pagasse mais, transformando as atribuições do cargo em “mercancia”.⁴⁴³⁷

As denúncias dos oficiais da câmara ao governador de Pernambuco dão notícia do estado em que a capitania encontrava-se durante o governo de Luís Ferreira Freire. Contudo, mais do que descrições sob um “regime de tirania”, a carta fornece informações sobre os motivos do descontentamento da câmara para com o capitão-mor. Luís Ferreira Freire estava quebrando, ou ignorando, completamente a jurisdição da câmara, tanto sobre as posturas municipais, como sobre o direito da câmara de conceder chãos urbanos na cidade do Natal. De acordo com as denúncias, o capitão-mor retirava e concedia as terras a quem pagasse por elas, muito provavelmente passando por cima das concessões feitas pelo senado. A tentativa de arrematação do contrato das carnes para si, sem o consentimento da câmara, demonstra

registro de provisões e cartas do senado da câmara do Natal (1713-1720). Fundo Documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

⁴⁴³⁵ Registro de uma carta que escreveu deste senado ao governador de Pernambuco Manuel de Souza Tavares sobre as tiranias que o capitão-mor desta Capitania Luís Ferreira Freire usava com este povo câmara e justiça. Fls. 162-164. Livro 6 de registro de provisões e cartas do senado da câmara do Natal (1713-1720). Fundo Documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

⁴⁴³⁶ Registro de uma carta que escreveu deste senado ao governador de Pernambuco Manuel de Souza Tavares sobre as tiranias que o capitão-mor desta Capitania Luís Ferreira Freire usava com este povo câmara e justiça. Fls. 162-164. Livro 6 de registro de provisões e cartas do senado da câmara do Natal (1713-1720). Fundo Documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

⁴⁴³⁷ Registro de uma carta que escreveu deste senado ao governador de Pernambuco Manuel de Souza Tavares sobre as tiranias que o capitão-mor desta Capitania Luís Ferreira Freire usava com este povo câmara e justiça. Fls. 162-164. Livro 6 de registro de provisões e cartas do senado da câmara do Natal (1713-1720). Fundo Documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

o grau de interferência do capitão-mor nas jurisdições da câmara.⁴⁴³⁸ Por fim, as acusações de que pai e filho, Luís Ferreira Freire e João Antônio Freire, lideravam uma rede militar que causava medo e intimidação contra a população da capitania, utilizando-se do ofício de capitão-mor para lucrar ilegalmente, fosse em prisões arbitrárias ou no comércio de postos e sesmarias.

As acusações da câmara, porém, não surtiram efeito imediato e não se transformaram em nenhuma punição ao capitão-mor. Aliás, a ausência de repreensão por parte dos governadores de Pernambuco e do ouvidor da Paraíba, permite formular algumas conjecturas importantes sobre o governo do capitão-mor. Ou as acusações contra Luís Ferreira Freire eram exageradas e os oficiais da câmara estavam tentando incriminá-lo devido a alguns descontentamentos relativos a sua administração, como o monopólio da mão-de-obra indígena e o tratamento desrespeitoso por parte do capitão-mor para com os oficiais da câmara. Ou as acusações eram verdadeiras, o que permite conjecturar que Luís Ferreira Freire possuía boas ligações dentro da capitania, mas também fora dela, como na Corte por exemplo, que permitiam a sustentabilidade do seu governo mesmo diante de acusações graves. Com relação a Corte, não foi possível identificar até o presente momento alguma ligação com alguma figura proeminente que sustentasse o seu apoio diante da Coroa. O capitão-mor contudo demonstrava ser um oficial consciente do serviço real. Em carta anterior a 20 de junho de 1720, Luís Ferreira Freire solicitou a prorrogação do seu mandato de capitão-mor, pois queria terminar uma experiência que havia iniciado de cultivo de linho cânhamo nativo na capitania. Segundo o capitão-mor, se a experiência fosse um sucesso a Coroa aumentaria em muito a arrecadação tributária da capitania.⁴⁴³⁹ É possível conjecturar que o desejo de espera pelo fim da experiência pode ter assegurado o mandato de capitão-mor a Luís Ferreira Freire, mesmo diante de inúmeras acusações por parte dos oficiais da câmara do Natal.

Sobre as suas ligações dentro da capitania, contudo, existe um número maior de dados e informações. As ligações do capitão-mor com os soldados das guarnições da cidade do Natal e da Fortaleza dos Reis Magos são passíveis de serem comprovadas, não somente pelas denúncias da câmara do Natal, como também pela carta do próprio capitão-mor, na qual deixou claro a sua vontade em proteger os soldados. A ligação dos militares e o Luís Ferreira Freire torna-se mais evidente por meio de duas outras denúncias da câmara do Natal, em que os oficiais destacam a ligação do capitão-mor com o capitão da guarnição, Francisco Ribeiro Garcia. Em carta ao rei D. João V de 29 de dezembro de 1721, os oficiais da câmara do Natal enfatizaram que as tiranias do capitão-mor continuavam, sem nenhum freio ou remédio, e que os aliados de Luís Ferreira Freire lhe davam suporte no seus maus procedimentos. Um destes aliados era Francisco Ribeiro Garcia, capitão de uma das companhias de guarnição da cidade do Natal.⁴⁴⁴⁰ A ligação entre Francisco Ribeiro Garcia e o capitão-mor também é enfatizada em uma carta dos oficiais da câmara do Natal ao provedor da Fazenda Real, José Soares, de 21 de fevereiro de 1721, em que eles enfatizam que o capitão da guarnição da cidade do Natal, junto com Luís Ferreira Freire e o seu filho, João Antônio Freire, amotinaram os soldados e alguns moradores da cidade para libertarem alguns presos da cadeia. Um dos presos era um escravo do próprio Francisco Ribeiro Garcia.

⁴⁴³⁸ Conflitos de jurisdições entre a câmara do Natal e os capitães-mores foram frequentes, como no governo de José Pereira da Fonseca (1722-1728). FONSECA, Marcos Arthur Viana da. Uma capitania em crise: conflitos e jurisdições no Rio Grande (1726). *Revista Bilros*, v. 3, n. 5, pp. 44-66, 2015.

⁴⁴³⁹ REQUERIMENTO do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Luís Ferreira Freire, ao rei [D. João V] pedindo prorrogação por mais um ano do cargo de capitão-mor, para dar continuidade a uma experiência com a cultura do linho cânhamo nativo. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 86.

⁴⁴⁴⁰ Resisto de uma carta que se escreveu a Sua Majestade que Deus guarde sobre as insolências do capitão-mor desta capitania Luís Ferreira Freire e seus aliados. Fls. 48-49v. Livro 7 de registros de cartas e provisões do senado da câmara do Natal (1720-1728). Fundo Documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

⁴⁴⁴¹ Os indícios documentais apontam a forte ligação de Luís Ferreira Freire com os soldados da guarnição da cidade do Natal. Os militares constituíram-se no principal pilar de sustentabilidade da política e do governo de Luís Ferreira Freire, que não optou pela construção de alianças com os poderes locais, notadamente os oficiais da câmara do Natal.

Considerações finais

A governabilidade adotada pelo capitão-mor Luís Ferreira Freire foi uma política baseada no apoio da força militar e na contraposição aos poderes locais, representado na câmara do Natal. As fontes documentais apontam a ligação entre o capitão-mor e os soldados e militares das guarnições da cidade do Natal e da Fortaleza dos Reis Magos, que funcionavam como o suporte e sustentáculo da governabilidade do capitão-mor. Por meio das tropas, o capitão-mor poderia implantar a sua política de governo para a capitania, fosse em questões econômicas, com a experiência de cultivo de linho cânhamo, em que provavelmente empregou a mão-de-obra indígena, ou na sua política administrativa, batendo de frente com a câmara do Natal por conflitos de jurisdição e de interesses. A falta de apoio político era balanceando pelo apoio militar e pela utilização dos soldados como tropas particulares. A governabilidade baseada na força militar permitiu-lhe governar a capitania, apesar da intensa oposição dos oficiais da câmara do Natal.

POR UM LUGAR NO PÁLIO E PARA ALÉM DAS CÂMARAS: AS QUERELAS ENTRE JUÍZES E CLÉRIGOS EM PERNAMBUCO DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII

*Maria Alice Mendes Rocha*⁴⁴⁴²
alicesmendes.r@gmail.com

Resumo: Em Pernambuco, a relação entre os poderes locais desde os primeiros anos de atuação dos juízes letrados veio seguida de alguns dos capítulos mais conflituosos da história local. O conflito envolvendo o então governador Sebastião de Castro e Caldas, os magistrados Dr. José Inácio de Arouche e Dr. Luís de Valençuela Ortiz - então juiz de fora em exercício - e os freis Luís da Piedade e Bernardo, serviram como alguns dos elementos que reforçaram as disputas que acirriariam os ânimos e culminaram nos desencontros entre os grupos de poder de Recife e Olinda. Nesse contexto, que envolvia tramas dos poderes locais para manutenção dos seus lugares de privilégios, os interesses das Ordens religiosas e os agentes do oficialato régio, passaram a se suceder querelas, das quais a particularidade da formação letrada e a forma com a qual essa formação pode ter norteado essas disputas se destaca. E foi nesse palco em que juízes de fora e clérigos travaram embates em diferentes momentos em Pernambuco durante a primeira metade do século XVIII.

Palavras-chave: Formação – Jurisdição – Justiça - Conflito

Introdução

O objetivo desse trabalho é apresentar a proposta de pesquisa que vem sendo desenvolvida acerca das querelas envolvendo os juízes de fora que atuaram na primeira

⁴⁴⁴¹ Registro de uma portaria do capitão-mor desta capitania Luís Ferreira Freire pela qual manda juntar pólvora para se montarem os soldados e o que nela precedeu. Livro de despachos e editais da Provedoria da Fazenda Real da capitania do Rio Grande (1722). Fls. 28-29v. Fundo Documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

⁴⁴⁴² Mestranda - PGH/UFRPE.

metade do século XVIII na capitania de Pernambuco e os clérigos que eram parte do poder da Igreja em âmbito local, enfatizando o local de poder e atuação desses grupos, a formação letrada e o aporte historiográfico que permite o desenvolvimento dessa pesquisa.

O trabalho desenvolve-se com base na documentação do Arquivo Ultramarino, que possibilita a visualização de alguns casos de conflitos envolvendo magistrados em exercício do ofício em Pernambuco e os clérigos que aqui estavam estabelecidos. Nesse primeiro momento, o presente trabalho se propõe à exposição das análises preliminares acerca da formação desses grupos e as possibilidades apontadas pela historiografia para se discutir o tema.

Olinda Letrada: o poder do corpo eclesiástico e a ocupação do lugar de juiz letrado no século XVIII

O lugar de letras em Pernambuco foi, em seus primeiros anos de existência, um ponto de disputas e afirmações de poder. Os *ministros das letras* tentavam ocupar seu espaço embasados pelo conhecimento do código, adquirido durante os anos de formação coimbrã. Sendo assim, foram figuras centrais nas disputas que envolviam os interesses de uma elite local, tendo sob sua responsabilidade, dentro do oficialato, defender os interesses régios, além de buscar se estabelecer socialmente dentro do contexto e das particularidades do Mundo Atlântico.

Em meio às tramas do poder que se sobressaltavam no cotidiano político de Pernambuco, estavam presentes também os interesses e privilégios de um outro grupo letrado, os clérigos, que, por sua vez, ao mesmo tempo que estavam inseridos nas dinâmicas sociais da época, também ocupavam um lugar a parte dentro dos ordenamentos. Segundo Hespanha, de todos os poderes que então coexistiam, a Igreja é o único que se afirmava com bastante eficácia desde os âmbitos mais humildes, cotidiano e imediatos, como as famílias e as comunidades⁴⁴⁴³. Segundo as Ordenações Filipinas, os membros do clero gozavam de imunidade⁴⁴⁴⁴, mas esse privilégio tinha seus adendos, o que daria brechas para as punições ordenadas pelo braço secular, nesse caso os juízes de fora. Além disso, algumas dessas querelas surgiam a partir das nomeações de quem não lhes fossem convenientes, como foi o caso dos desentendimentos envolvendo os magistrados Luís de Valençuela Ortiz e José Inácio de Arouche contra o abade nomeado para o mosteiro de São Bento, no início do século XVIII, Frei Luís da Piedade.

Como já destacou Antonio M. Hespanha, a Igreja era uma sociedade ordenada e hierarquizada, como todas as sociedades humanas⁴⁴⁴⁵. Sendo assim, vale destacar a posição dos clérigos dentro do poder eclesiástico. O historiador português destaca as definições do conceito de clérigo segundo os manuais do século XVIII, citando o Dicionário de Autoridades, da Real Academia Espanhola, para ressaltar que o clérigo é alguém que recebeu a ordenação e foi admitido pelo bispo para o serviço da Igreja. Ele continua trazendo a fala de tratadistas da época que afirmavam, o clérigo era como um “soldado espiritual”⁴⁴⁴⁶.

Pressupõe-se então que, se vistos como “soldados espirituais”, caberia aos clérigos advogar em favor dos interesses da Igreja e dos seus próprios interesses, já que eles faziam parte de um poder que mesmo presente na dinâmica do Império, tinha sua jurisdição específica.

Hespanha enfatiza que a definição do estado clerical não era apenas importante para marcar as hierarquias dentro da sociedade eclesial, mas ainda para delimitar o âmbito dos

⁴⁴⁴³ HESPANHA, António Manoel Botelho. **Direito luso-brasileiro no Antigo Regime**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005. p. 187

⁴⁴⁴⁴ ALMEIDA, Cândido. **Ordenações Filipinas**. Livro 2, Título 45, Par. 47. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

⁴⁴⁴⁵ HESPANHA, António Manoel Botelho., op.cit.,p. 194.

⁴⁴⁴⁶ HESPANHA, António Manoel Botelho., op.cit.,p.195.

privilégios (sobretudo jurisdicionais) do clero. E, neste plano, ele consistia numa dedicação, formal e definitiva, ao serviço divino⁴⁴⁴⁷.

A partir da recepção do sacramento da ordem, o leigo era então ligado ao corpo eclesiástico e passava a gozar de funções específicas, como por exemplo ministrar a eucaristia. Mas não era apenas do conteúdo de ordem prática da religiosidade cristão que um clérigo se cercava, no contexto da Igreja Católica na Era Moderna. Esses indivíduos também estavam sob a observância de conjunto de normas que não respondia à justiça secular, sendo assim, podemos admitir que aos clérigos era reservado um foro privilegiado. O direito canônico não eximia o corpo clerical da observância do que fosse cabível para a manutenção da ordem e dos princípios de bom funcionamento do Estado⁴⁴⁴⁸.

Em Pernambuco, o lugar de letras foi criado em 1700, tendo estado sob consulta do Conselho Ultramarino desde 1696. A nomeação e chegada do primeiro juiz de fora, no entanto, só veio a ocorrer em 1702, quando o Dr. Manuel Tavares Pinheiro chegou para ocupar o lugar na câmara de Olinda. Como veremos a seguir, a criação de lugar de letras em Pernambuco tinha como expectativa contornar os embates entre a Coroa e os poderes locais, já que esses vinham cobrando mais mercês por parte do poder metropolitano desde a expulsão da Companhia das Índias Ocidentais.

Devemos observar também as etapas da carreira na magistratura, tendo em vista que não apenas a função, mas também o local em que essa função era desempenhada, indicavam a projeção da carreira de um burocrata dentro do Império Ultramarino português.

Os magistrados eram “burocratas”⁴⁴⁴⁹ que na teoria formavam um grupo que estava intrinsicamente ligado como uma extensão do poder real à custa de várias entidades corporativas⁴⁴⁵⁰. A magistratura era a base de sustentação do governo real, nas colônias e na metrópole.

Uma carreira comum aos magistrados dentro do Império Ultramarino era a nomeação para o cargo de juiz de fora nas câmaras municipais, que poderia se seguir de uma recondução ao cargo de juiz de fora em uma vila de maior prestígio, ou uma atribuição de mesmo valor na magistratura. Muitas vezes também ocorriam o acumulo de cargos por partes dos juizes de fora. Os ministros letrados passavam a exercer funções diversificadas, como: auditores militares, superintendentes do tabaco ou provedores da misericórdia.

A duração de cada cargo era fixada em três anos, mas poderia muitas vezes se prolongar, dependendo da localidade e demora para nomeação de um novo servidor. Os letrados deveriam ocupar o cargo até a retirada da residência e chegada do novo ministro letrado. Com os atrasos de nomeação por parte da coroa, os magistrados tendiam a permanecer por mais de um triênio no cargo.

Nuno Camarinhas alerta para não confundir essa permanência para além de um triênio com a recondução. As reconduções implicavam em uma renovação do mandato por mais um triênio, enquanto as prolongações duravam até a posse do novo ministro de letras⁴⁴⁵¹.

A partir do século XVI aumentou a exigência de letramento para ocupação de cargos no serviço régio. A burocracia letrada cresceu, mas não existe uma opinião unanime sobre a total eficácia do letramento do aparelho burocrático. Schwartz cita um observador do século

⁴⁴⁴⁷ HESPANHA, António Manoel Botelho., op.cit.,p. 195.

⁴⁴⁴⁸ HESPANHA, António Manoel Botelho., op.cit.,p. 206.

⁴⁴⁴⁹ Vale salientar que o termo “burocracia” é do final do século XVIII e que só veio a ganhar destaque com Weber no século XIX, referindo-se a o funcionalismo de carreira e sua atuação em órgãos estruturados.

⁴⁴⁵⁰ SCHWARTZ, Stuart. B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial**: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751. Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. Pág. 76.

⁴⁴⁵¹ CAMARINHAS, N., **Juízes e administração da justiça no Antigo Regime**. Portugal e o império colonial, séculos XVII e XVIII, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / FCT, 2010. p.281.

XVII, que em sua declaração diz que “uma mistura de letrados e nobres titulados produziria as melhores decisões conselheriais”⁴⁴⁵².

De Coimbra às Câmaras: a formação e atuação da magistratura

Em 1702, chega à Pernambuco o Dr. Manoel Tavares Pinheiro, o primeiro juiz letrado designado para a câmara de Olinda. Levava-se em conta que o letrado iria atuar apartado das questões locais, com zelo ao código e presteza a Coroa. Segundo as Ordenações Filipinas, o juiz de fora deveria administrar melhor a justiça aos povos do que o juiz ordinário ou local, por não estar ligado a questões de afeições ou ódios. Essa distinção frente aos juízes ordinários era compreendida pela formação jurídica e enfoque na moral e nos padrões implantados em Coimbra. Mas na prática podemos observar que a circulação dos juízes letrados não foi totalmente como a esperada a partir da sua criação por D. Afonso IV, em 1352. Até então, a justiça da Capitania estava delegada aos juízes locais, conhecidos como juízes ordinários que, segundo Stuart Schwartz,

Nem eram formados em direito, eram cidadãos comuns, desejosos de servir a comunidade pelo período de um ano. Um bastão vermelho simbolizava a autoridade do magistrado municipal. Ele era responsável pela manutenção da lei e da ordem no município, mas geralmente encontrava obstáculos na realização desse objetivo; como funcionário eleito e membro da comunidade, o juiz ordinário e sua família ficavam expostos às ameaças e pressões dos poderes locais e de outros indivíduos e grupos poderosos⁴⁴⁵³.

Entretanto, o próprio Schwartz chama atenção para a defesa de interesses pessoais dos juízes municipais quando diz que “o magistrado local podia abusar da autoridade para favorecer amigos e parentes”⁴⁴⁵⁴. Nesse contexto em que a justiça se mostrava à mercê de forças políticas locais é que se mostrou a necessidade da designação de um juiz de fora para Pernambuco. Mas os requisitos acadêmicos não os apartaram dos descaminhos, sendo a primeira metade do século XVIII um palco para uma sucessão de querelas envolvendo os oficiais da magistratura, onde podemos destacar os recorrentes embates com membros do clero.

O desenrolar de tantos conflitos entre clérigos e magistrados no espaço dos domínios lusitanos no Ultramar nos apontam para a tentativa de afirmação desses poderes. De um lado, o poder da Coroa, na representação dos magistrados no exercício do ofício régio. Do outro, o poder da Igreja delegado aos seus soldados espirituais. Que, todavia, tinham enorme participação no âmbito das decisões locais, tendo em vista que, para além de uma instituição, eles também representavam um poder não terreno e capaz de mobilizar sujeitos, influenciar no cotidiano e moldar o comportamento de outros poderes, como a família e a comunidade.

Entre Querelas e Mercês: a circulação e os conflitos dos juízes de fora e os clérigos

Já em 1703, as querelas tomam corpo. O juiz de fora Roberto Carvalho Ribeiro toma parte pelos mascates. O Ouvidor Guedes de Sá deu ordens para o sorteio que daria as cadeiras da Câmara novos integrantes. Com os mascates agora obtendo partes nas vereações, os senhores de Olinda resolveram por boicotar as audiências, alegando motivos de saúde, porém, era claro nas Ordenações que ninguém poderia se negar por quaisquer motivos de comparecer as vereações⁴⁴⁵⁵. Carvalho Ribeiro deu ordem para que os meirinhos

⁴⁴⁵² SCHWARTZ, Stuart. B., op.cit.,p.75.

⁴⁴⁵³ SCHWARTZ, Stuart. B., op.cit.,p.29.

⁴⁴⁵⁴ SCHWARTZ, Stuart. B., op.cit.,p.29.

⁴⁴⁵⁵ MELLO, Evaldo Cabral. **A Fronda dos Mazombos**: nobres contra mascates, Pernambuco (1666-1715). São Paulo: Editora 34, p. 193, 2003.

fossem proceder contra esses vereadores rebelados⁴⁴⁵⁶. Cabral de Mello cita que o próprio juiz de fora entrou na igreja da Misericórdia, a onde estava abrigado um dos líderes do levante dos nobres de Olinda Francisco Berenguer de Andrade, onde deu-o voz de prisão, causando revolta por parte dos clérigos da Santa Casa⁴⁴⁵⁷.

Os conflitos de jurisdição eram frequentes, e se agravavam ao sabor das disputas que se acirravam. Magistrados régios eram vistos como opositores pelos senhores do açúcar. Ouvidores e juízes de fora foram frequentemente hostilizados. Eles entendiam que esses magistrados poderiam ter decisões mais contundentes. Alegavam que Carvalho Ribeiro, que acumulava a função de superintendente do tabaco, não mais comparecia a audiências na Câmara, tomando nota na rua, tendo apoio do ouvidor Guedes de Sá, que por sua vez era acusado pelo cabido da Sé de não comparecer as celebrações religiosas⁴⁴⁵⁸.

Além dos desentendimentos por conta de nomeações, querelas também surgiam por conta de aspectos da vida privada, como ocorreu com o juiz Lourenço de Freitas Ferraz e Noronha em 1729. Lourenço Ferraz, logo após levantar acusações sobre os clérigos da veste de São Bento que estariam dando guarida a malfeitores, o que era determinantemente proibido pelas Ordenações, foi acusado de viver “de portas a dentro” com a mulher de uma figura importante da época.

A acusação que desencadeou as ofensas ao juiz Lourenço Ferraz foi a tentativa de interferência dos clérigos em questões forenses⁴⁴⁵⁹. Ou seja, o ministro das letras queixava-se sobre a intromissão dos religiosos em relação ao que competia a ele e aos demais magistrados que atuassem na colônia.

Como fica implícito na ementa, quando o juiz escreve “sobre a conveniência de pôr em prática a lei que proíbe a interferência dos frades e clérigos nos negócios forenses”, percebemos que os conflitos de jurisdição existiam, assim como também parecia existir uma resistência em acabar com excessos das partes envolvidas.

Na década seguinte, em 1734, surge nova troca de acusações entre o Bispo de Pernambuco, D. Frei José Fialho e o juiz de fora, Manoel de Oliveira Pinto. Novamente a acusação é sobre a quem competem determinadas jurisdições. O mesmo seria contexto para os embates entre o Bispo D. Frei Luís de Santa Teresa e o juiz Antonio Teixeira da Mata, em 1751.

O desenrolar de tantos conflitos entre clérigos e magistrados nos apontam para o estabelecimento de locais de poder entre ambos os grupos, sendo as ordens religiosas e os ofícios régios lugares de distinção na sociedade colonial. Nesse contexto, a historiografia vem respaldar o levantamento de questões acerca da administração e justiça colonial, trazendo à

⁴⁴⁵⁶ Homens nobres de Pernambuco a D. Pedro II, 25.iii. 1704; e petições dos homens nobres à Câmara de Olinda (1704), AHU, PA, Pco.,cx.14.

⁴⁴⁵⁷ MELLO, Evaldo Cabral. op.cit.,p. 193.

⁴⁴⁵⁸ MELLO, idem, p. 202.

⁴⁴⁵⁹ CARTA do juiz de fora de Olinda, Lourenço de Freitas Ferraz e Noronha, ao rei [D. João V], sobre a conveniência de pôr em prática a lei que proíbe a interferência dos frades e clérigos nos negócios forenses. Anexos: 2 docs. Capitania: Capitania De Pernambuco Local de Emissão: Recife. Data de Emissão: 1729, julho, 21 Fonte: Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco http://www.liber.ufpe.br/ultramar/modules/visualizador/i/ult_frame.php?cod=3893

luz a sua estrutura e governança. Autores como Hespanha⁴⁴⁶⁰, Camarinhas⁴⁴⁶¹, Ruiz⁴⁴⁶², Subtil⁴⁴⁶³, Schwartz⁴⁴⁶⁴ e seus pares têm uma longa trajetória nas discussões sobre o funcionamento da justiça e os ofícios da Coroa, tanto na metrópole quanto nos mais distantes lugares de letras no Império Ultramarino português.

A importância dessa discussão para o debate da História das Instituições no contexto Ultramarino é descortinar as tramas das relações de poder que se estabeleciam no espaço colonial e como essas disputas tomaram palco em Pernambuco, sendo essa capitania durante o século XVIII local de querelas que expunham divergências dentro dos grupos que compunham a elite letrada.

Identificar e analisar os conflitos e ambições que envolvem esses grupos contribuem para descortinar o teatro social que foi o Antigo Regime, com foco na sua escala local, mostrando as incoerências, adaptações e moldes que essa sociedade tomou para si dentro do Mundo Atlântico e entender que, mesmo havendo padrões engessados, essa sociedade poderia ganhar nuances dentro das especificidades do Ultramar.

A ascensão ao oficialato régio era uma forma de nobilitação através da formação, tendo em vista a importância do letramento dentro de uma sociedade onde a educação era reservada a poucos. Essa inserção na carreira da magistratura era um processo que tinha início ainda nas cadeiras da Universidade de Coimbra. No contexto Ultramarino, o exercício de um ofício na administração colonial (como ser designado juiz de fora, por exemplo) correspondia a prestígio. Segundo Wehling, “tratando-se de uma sociedade de ordens, o ofício era visto como uma dignidade atribuída pelo monarca a que correspondiam prestígio, honras e privilégios”⁴⁴⁶⁵.

⁴⁴⁶⁰ Em sua obra *As Vésperas do Leviathan*, Hespanha discorre não apenas acerca da estrutura do aparelho jurídico português, mas propõe a existência de uma pluralidade de centros de poder político e critica a ideia de total centralização. Pensar o Estado Moderno por esta ótica, segundo Hespanha, é um equívoco, pois, para ele, o controle político era difuso, não emanando apenas de um único centro. HESPANHA, Antonio Manuel. **As Vésperas do Leviathan: Instituições e Poder Político Portugal - Séc. XVII Portugal - Séc. XVII**. Lisboa. Editora, Almedina. 1994.

⁴⁴⁶¹ Em seu trabalho de doutoramento, Camarinhas trabalha desde a formação dos bacharéis em Coimbra até em como se chegava ao serviço régio, descortinando a seleção feita através da leitura de bacharéis e todo processo que se seguia até tomar lugares de ofício na magistratura. Camarinhas ainda esmiuçou como poderia ocorrer a ascensão na carreira e o que poderia ser considerado um declínio dentro da magistratura. CAMARINHAS, N., **Juízes e administração da justiça no Antigo Regime**. Portugal e o império colonial, séculos XVII e XVIII, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / FCT, 2010.

⁴⁴⁶² O professor Rafael Ruiz tem proposto uma nova abordagem para os estudos ligados à justiça no Antigo Regime, traçando um paralelo com as práticas dentro do Mundo Ibérico, e não apenas se concentrando na análise isolada da estrutura portuguesa, observando as influências das humanidades e da teologia na formação desse aparelho de justiça. RUIZ, Rafael. **O Sal da Consciência**. Probabilismo e Justiça no mundo ibérico, Instituto de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, São Paulo, 2015.

⁴⁴⁶³ Além de esmiuçar a estrutura do Desembargo do Paço, José Subtil trabalhou em seu artigo *Os Poderes do Centro*, a tentativa de centralização da estrutura da magistratura régia, levando em consideração os estudos de Hespanha sobre a pluralidade. SUBTIL, José. Os poderes do Centro. IN: **História de Portugal: O antigo regime (1620-1807)**. Org. Antonio Manuel Hespanha. Lisboa: Estampa, 1993.

⁴⁴⁶⁴ O brasileiro estadunidense Stuart Schwartz examinou a origem, as funções, os conflitos e a história da Relação, com base em manuscritos e fontes primárias de mais de vinte e cinco arquivos do Brasil, Portugal, Espanha e Inglaterra, desnudou não apenas o mecanismo de funcionamento desta Alta Corte, o curso pessoal e profissional de seus componentes, como os objetivos políticos da Coroa Portuguesa, as aspirações de seus magistrados e os interesses dos senhores de engenho brasileiros. SCHWARTZ, Stuart. B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751**. Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

⁴⁴⁶⁵ WEHLING, Arno. WEHLING, Maria José. O Funcionário colonial entre a sociedade e o Rei. In. DEL PRIORE, Mary. **Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de História (Orgs.)**. Rio de Janeiro: Campus, 200. P.143.

O agente régio era nomeado para atuar segundo as Ordenações e estabelecendo os interesses da Coroa, mas seu lugar nas câmaras também poderia ser palco de busca por benefícios particulares, tomando vantagem da sua posição privilegiada como ministro das letras. Por serem mediadores em relações conflituosas entre os poderes locais, eles poderiam estreitar relações e desenhar redes de clientela segundo seus interesses.

Segundo Ruiz, a consciência dos magistrados judiciais, na América, estava imbuída de uma perspectiva prudencialista ou probabilística do direito, que lhes permitia realizar, de forma autônoma, acomodações e negociações à hora de aplicar as leis reais, de maneira que, em muitos casos, o poder real poderia ser interpretado de acordo com os interesses dos poderes locais. Dessa maneira, podemos entender então que, mesmo com os parâmetros alinhados às Ordenações, o magistrado fazia a justiça de acordo com a sua consciência, ou seja, o entendimento do código agregado a sua interpretação e observação de questões pontuais que julgue necessário a consideração⁴⁴⁶⁶. Sendo assim, os pontos de conflito poderiam ser sucessivos, já que aplicação da justiça não era mórbida, mas sim a tentativa de uma justiça consciente com as particularidades locais.

Acerca do probabilismo e o papel da consciência do juiz em sua tomada de decisões, Ruiz diz que:

A introdução dessa possibilidade na aplicação das leis reais, e principalmente na América, era uma forma concreta de estabelecer um enorme grau de autonomia nas mãos dos poderes locais, que sempre poderiam invocar a sua consciência quando, por quaisquer motivos, não tivessem interesse ou não vissem conveniente a aplicação estrita das leis metropolitanas⁴⁴⁶⁷.

Os conflitos entre os grupos que formavam essa sociedade se desenhavam nas questões de jurisdição e também por conta da discordância com os poderes locais enobrecidos pelo açúcar. Entre clérigos e juizes letrados, podemos observar a disputa de lugar de poder entre dois grupos letrados em meio a uma sociedade sem instrução. Observamos então como a detenção do conhecimento das leis, divinas ou seculares, permeavam os embates coloniais.

Na obra *O Sal da Consciência*, a justiça no Mundo Ibérico é percebida como fruto da percepção da Teologia Moral que permeava o pensamento do período englobado entre o século XVII e a primeira metade do século XVIII⁴⁴⁶⁸. Isso nos conduz a analisar não apenas os aspectos da justiça do período proposto no projeto, mas também os seus desdobramentos entre os atores sociais da época. Sendo que juizes e clérigos eram, dentro dessa composição social, os arautos da justiça e da moral. Dessa forma, caracterizar seus conflitos pelo viés das jurisdições e das disputas dentro do teatro social da época se faz necessário.

Os interesses que estavam entre o meio político e social do Mundo Atlântico poderiam levar a relações conflituosas entre grupos que gozavam de grossos cabedais e buscavam afirmar suas posições e poder. Esses interesses nos levam até os meandros do que fomentava as querelas entre magistrados reais e os clérigos, ressaltando que de ambos os lados tratamos de grupos letrados e com jurisdição definida. Tendo isso em vista, é necessário aprofundar e problematizar o conceito de jurisdição e atentar para as diferenças que as Ordenações Filipinas davam ao clero e o braço secular nas leis, possibilitando assim delimitar os pontos de distanciamento e conflito entre esses grupos que intentamos perscrutar.

Para dar seguimento a essas ideias é importante ressaltar as distinções entre os conceitos “administração”, “jurisdição” e “governo”, dentro das práxis do Antigo Regime. É

⁴⁴⁶⁶ RUIZ, Rafael . O papel da consciência como forma de negociação dos poderes locais na América. In: **IV Congresso internacional de História**, 2009, Maringá. Anais. Textos completos do IV Congresso Internacional de História, 2009.

⁴⁴⁶⁷ RUIZ, Rafael . op cit., p 3.

⁴⁴⁶⁸ RUIZ, Rafael. **O Sal da Consciência**. Probabilismo e Justiça no mundo ibérico, Instituto de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, São Paulo, 2015.

necessário destacar tais termos para não induzirmos ao anacronismo e sabermos discernir o contexto em que atuaram os magistrados do Antigo Regime português, em destaque para os juízes letrados.

Conforme Pedro Cardim, a palavra “governo” era usada para designar atividades desenvolvidas pela Coroa, ou seja, sua ação no sentido de gerir aspectos de funcionamento do reino, assim como para evocar suas funções diplomáticas e militares⁴⁴⁶⁹. É importante enfatizar que a Coroa não era um sujeito unitário, mas sim uma série de órgãos e de interesses pouco articulados entre si.

O termo “jurisdição”, segundo Cardim, modelava o exercício de autoridade política, desde logo ao nível do topo, sendo intrinsecamente ligada à denotação de bom governo, o fazer justiça⁴⁴⁷⁰. Ainda segundo o autor, “administração” era uma palavra que raramente aparecia isolada e que tinha um sentido de gerenciamento, muito próximo do sentido de governo⁴⁴⁷¹.

A chave para uma carreira no serviço real eram as cadeiras da Universidade de Coimbra. A formação em direito canônico ou civil era o primeiro passo para o almejado ofício como agente da Coroa. As origens sociais ou o lugar de nascimento poderiam variar⁴⁴⁷². Os títulos universitários poderiam servir como marca de distinção, mas a magistratura lusitana tinha na posse de títulos do funcionalismo a chave para a ascensão social e a conquista de privilégios.

Nas últimas décadas do século XX, as análises de A.M. Hespanha deram à história institucional um caráter de observação da pluralidade. Dessa forma devemos entender a produção do estudo do direito como um processo social⁴⁴⁷³. Sendo assim, os juízes letrados não apenas ocupam o cargo de agentes da Coroa, mas também tomam local de destaque na cena social do Mundo Atlântico.

Dessa forma, ao chegarem em seus locais de atuação, os juízes se deparariam com redes de poder já formadas e a sua circulação e os laços que formariam, muitas vezes a partir das suas decisões do âmbito de justiça, o que poderia também os colocar em confronto com outros grupos de destaque dentro desse teatro social setecentista.

Nessa pesquisa que vem sendo desenvolvida, o foco não se resume a entender a formação, atuação e circulação dos juízes de fora, mas também dos agentes do clero, que gozavam de imunidades garantidas pelas Ordenações Filipinas. Esse ponto em específico já pode ser entendido como um local de tensão, levando em conta que em uma Sociedade de corte, esses diversos atores sociais disputam seus lugares de poder⁴⁴⁷⁴. Sendo assim, os privilégios de determinados grupos eram pontos de divergência para os que buscavam afirmação.

Conclusão

As questões citadas buscam indicar os pontos de confluência entre a historiografia que já trabalhou esses objetos que envolvem as Instituições e a Justiça nos lugares do Ultramar e o aprofundamento no entendimento das querelas ainda não enfocadas, como é o caso dos conflitos entre os juízes letrados em Pernambuco e os clérigos que aqui estavam na primeira metade do século XVIII. Dessa forma também buscamos observar os desdobramentos sociais desses conflitos, levando em conta a circulação desses sujeitos e as redes de poder que eles traçavam em solo colonial e as reverberações disso dentro do Império Ultramarino

⁴⁴⁶⁹ Citação em CARDIM, Pedro, “Administração” e “governo”: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime”, in: BICALHO, Maria Fernanda B.; FERLINI, Vera; MEGIANI Ana Paula; (orgs.), **Modos de Governar**, p. 49.

⁴⁴⁷⁰ CARDIM, Pedro., Op cit., p. 52

⁴⁴⁷¹ CARDIM, Pedro., idem., p. 57.

⁴⁴⁷² SCHWARTZ, Stuart. B., op.cit.,p.78

⁴⁴⁷³ CAMARINHAS, N., op.cit.,p. 57

⁴⁴⁷⁴ ELIAS, N. **A Sociedade de Corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

Na análise ainda preliminar das fontes, já que se trata de um novo projeto, verificam-se os indícios de uma série de embates e descaminhos que envolviam os grupos representantes dos poderes da Igreja e da Coroa. Com base no que já foi previamente trabalhado pela historiografia e com a documentação do Arquivo Ultramarino, mostra-se possível recompor essas trajetórias, focando no viés do letramento como instrumento de efetivação de poder de ambos os grupos.

ESCOLHAS TURBULENTAS: O CASO DAS ELEIÇÕES PARA A MESA DA INSPEÇÃO DE PERNAMBUCO EM 1761.

*Paulo Fillipy de Souza Conti*⁴⁴⁷⁵
paulofconti@gmail.com

Resumo: No Brasil, as câmaras municipais, pelas quais passavam matérias dos mais variados temas, como a própria administração das localidades, a justiça e a defesa, foram sendo aos poucos cooptadas nos seus fins pelas elites locais. Em Pernambuco, a partir da segunda metade do século XVIII, além das mencionadas responsabilidades, a Câmara do Recife também passou a ter outra, eleger o inspetor representante dos senhores de engenho para servir na Mesa da Inspeção do Tabaco e Açúcar de Pernambuco. Direito que a levou a entrar em choques com a Câmara de Olinda, onde outrora era realizada a escolha dos “louvados” que fixavam os valores das arrobas do açúcar. Dentro da mesma agenda temática – as eleições – outra instituição acabou se indispondo com a Câmara do Recife, a Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba, através da Direção do Recife. Como a escolha do inspetor representante dos fabricantes de açúcar era feita por votação direta apenas dos vereadores, costumeiramente, os nomes indicados ao cargo possuíam ligações diretas com os membros da vereação. Enquanto isso, o grupo comercial escolhia livremente entre os seus quem deveria ocupar a segunda vaga aberta na Mesa da Inspeção. Nesta comunicação trataremos do ano eleitoral de 1761, quando foram questionadas as escolhas feitas pela Câmara do Recife e pela reunião dos comerciantes. As razões apontadas na tentativa de desqualificar os eleitos, os interesses envolvidos, e como se desenrolou o processo, serão aqui vistas na busca por maior entendimento das dinâmicas da administração pública colonial, que muito se confundia com aspectos da vida privada dos seus representantes.

Palavras-chave: Mesa da Inspeção do Tabaco e Açúcar de Pernambuco; senhores de engenho; comerciantes; eleições.

Para tornar a governabilidade possível a coroa portuguesa se valeu de dispositivos administrativos que, em tese, deveriam zelar pela ordem e bem estar comum. Mas, quando esse mesmo sistema foi adaptado para os domínios ultramarinos, não só as distâncias entre metrópole e colônia, como as distâncias entre os postos na própria colônia, se tornaram um desafio administrativo ainda maior.

Dentre os mecanismos administrativos lançados pela Coroa, as câmaras municipais ganharam destaque como parte fundamental do modo de governar português. O crescimento da centralidade das câmaras, seja no Reino ou no ultramar, foi acompanhado ainda pelo caráter social privilegiado daqueles que nelas serviram. Em novas palavras, os oficiais

⁴⁴⁷⁵ Mestre em História (UFPE)

camarários ampliavam e consolidavam o seus *status* em nível local por fazerem parte do corpo de vereação.

Antonio Manuel Hespanha entende por oficial todo aquele funcionário eleito pelos concelhos com seu âmbito de autogoverno⁴⁴⁷⁶. Muitas vezes, tais cargos passaram a fazer parte do patrimônio dos nomeados, daí o cuidado comum na escolha dos sujeitos que ocuparam os postos. O autor diz que “os cargos de juizes, vereadores, almotacés e procuradores dos concelhos são geralmente avaliados em função da ‘honra’ – prestígio social, embora a expressão possa designar eufemisticamente os proventos materiais menos legais – que dava o seu exercício”. Logo, exercer um dos cargos citados acima em uma província importante era um fato positivo para a vida e prestígio social do nomeado. No entanto, quando o cargo era em um território pobre, trazia mais preocupações do que vantagens. Segundo conta, a distribuição dos ofícios são exemplos de como se costumou diluir os poderes no Reino.⁴⁴⁷⁷

O mesmo historiador português considera os ofícios como uma ocupação “liberal”, tendo em vista a origem das suas rendas. Desta forma, entende o corpo de oficiais como um centro autônomo de poder. Pois, afirma: “o tipo de relacionamento institucional entre o aparelho político-administrativo periférico da coroa e as estruturas político-administrativas que lhe estavam subordinadas dificultava uma estratégia centralizadora”.⁴⁴⁷⁸ Ou seja, a hierarquização dos cargos também não pode ser vista com rigidez. Nas palavras do autor,

o poder não recobre, de facto, apenas formas instituídas e legítimas de sujeição; mas também modos de acção, mais ou menos reflectidos ou calculadas, todos destinados a agir sobre as possibilidades da acção de outros indivíduos. Governar, neste sentido, é estruturar o campo de acção dos outros.⁴⁴⁷⁹

E era exatamente a ocupação de cargos na administração concelhia a principal via para o exercício da cidadania no Antigo Regime. Os ofícios camarários eram os mais disputados entre os grupos economicamente influentes e acabou por se tornar um caminho direto de negociação entre os interesses locais e os metropolitanos.⁴⁴⁸⁰

Desde a década de 1960 que o historiador inglês Charles Boxer chamava atenção para o papel ocupado pelas câmaras na dinâmica de manutenção e reoxigenação do império português. No filão aberto por Boxer, foram feitos diversos trabalhos que visaram compreender os espaços camarários dentro do seu grau de autogoverno (exercício de poder em nível local), e sobremaneira, da já citada negociação entre centro e periferia. Maria Fernanda Bicalho mostra que tanto no Rio de Janeiro como em Pernambuco, os argumentos dos vassallos quando solicitavam alguma benesse ao rei além de expressar os seus desejos, era engrossado pela ideia comum entre as famílias mais antigas do Brasil de tratar a América como uma conquista e não como uma colônia. O termo valorizava os sacrifícios realizados pelos precursores da ocupação daqueles territórios e era fundamental para que através da preservação da memória fosse também preservado o *status* social dos seus descendentes.

⁴⁴⁷⁶ A expressão “autogoverno” é entendida aqui em consonância com a tradição inglesa, que significa “governo representativo”. Conforme em GREENE, Jack P. Tradições de governança consensual na construção da jurisdição do Estado nos impérios europeus da Época Moderna na América. In: **Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII** / organizadores João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 110.

⁴⁴⁷⁷ HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan**. – Instituições e poder político. Portugal – séc. XVII. Coimbra: Livraria Almedina, 1994. p. 164.

⁴⁴⁷⁸ HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan**. p. 269.

⁴⁴⁷⁹ HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan**. p. 495.

⁴⁴⁸⁰ BICALHO, Maria Fernanda. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 207.

Estar entre os “principais da terra” ou “nobres da terra” significava ser membro de uma casta com maiores possibilidades de inserção nos quadros do império.⁴⁴⁸¹

No caso da Mesa da Inspeção do Tabaco e Açúcar de Pernambuco, seus agentes políticos fizeram parte de grupos importantes socialmente no contexto colonial. Os senhores de engenhos e os comerciantes. Ou seja, uniram-se dentro do mesmo órgão os membros que representavam a tradição da terra, por seu “sangue e fazendas”, e aqueles que concentravam os maiores montantes de dinheiro no período. E como sabemos, até hoje, quando tradição e dinheiro se unem em torno do mesmo propósito, o que não falta é força e apoio político.

Para ambos os grupos, manter boa relação com os corpos de vereança era mais do que importante, era estratégico. Colocamos a boa relação com a vereança em destaque devido ao fato de estarem os nomes dos eleitos sujeitos a aprovação posterior. Já que houve, para alguns, questionamentos feitos sobre as exigências básicas de conhecimento dos produtos para ocupar o cargo, segundo creram o governador da capitania e a Companhia de Comércio.

Sobre como funcionou o processo de eleição entre os comerciantes não temos muitas informações. A reunião para eleger um representante entre os seus não era feita sob as vistas de nenhuma instituição pública, a documentação nos permite entender que o nome escolhido por votação direta simplesmente era apresentado ao presidente da Mesa da Inspeção de Pernambuco, e este, referendava ao não a escolha. O que, conforme dito acima, não impediu que algum nome fosse questionado por outras esferas de poder existentes na capitania, como aconteceu algumas vezes e tomaremos um exemplo neste artigo.

A zona de interferência da Mesa da Inspeção na capitania era bastante considerável, e legamos a este motivo o interesse que demonstraram ter os negociantes e os fabricantes de açúcar pelas atividades reguladoras do órgão. O ordenado de 200\$000 réis para cada inspetor ajudava a aumentar o brilho da ocupação.⁴⁴⁸²

Devemos ainda considerar o potencial da posição para outros oficiais. Os ouvidores, que em Pernambuco também serviram como presidentes na Mesa da Inspeção, aparecem na historiografia e na documentação coeva envolvidos em episódios no mínimo suspeitos. Foram questões desde alianças feitas em benefício próprio até investimentos incomuns. Conforme o apontado pela historiadora Priscilla Mariano para João Bernardo Gonzaga, ouvidor geral de Pernambuco entre 1752 e 1758. Apesar de não termos dados relativos aos bens familiares dos Gonzaga, família da qual fez parte o ouvidor geral de Pernambuco e presidente da Mesa da Inspeção, a mencionada historiadora relata a incongruência entre o ordenado que o oficial recebia como ouvidor e o valor investido por ele na Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba.

Para ser acionista da empresa monopolista, João Gonzaga ofereceu 10.000 cruzados, equivalente a 4:000\$000 de réis. Enquanto o seu ordenado como ouvidor era de 300\$000 réis. Na época da formatação da Companhia, ele servia como intendente geral do ouro na Bahia, por isso usou como acionista “testa de ferro” João de Araújo Lima. Pela sua experiência na Mesa da Inspeção sabia o ministro de letras do potencial produtivo da capitania, daí o esforço para fazer parte do monopólio. Como o cabedal de João Bernardo foi formado não sabemos. Ainda assim, nos permite perceber a participação ativa daqueles que deveriam se manter afastados do mundo dos negócios na colônia, condição pensada como fundamental para o exercício correto dos juizes.⁴⁴⁸³ E o ministro voltou a colaborar com a Companhia em

⁴⁴⁸¹ BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998.

⁴⁴⁸² Os valores não eram iguais para todas as praças que receberam Mesas da Inspeção. LEI de 1º de abril de 1751. Regimento das Casas de Inspeção. In: SOUSA, José Roberto Monteiro de Campos Coelho e, fl. 1778-, compil. **Systema, ou Collecção dos Regimentos Reaes** – Tomo IV. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1785.p. 94.

⁴⁴⁸³ SILVA, Priscilla de Souza Mariano. **A justiça no período josefino**: atividade judiciária e irregularidades dos ouvidores na comarca de Pernambuco entre 1750 e 1777. Dissertação – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Programa de Pós-Graduação em História. Recife: O autor, 2014. p. 153-154.

data posterior a 1774 com mais 4:000\$000 de réis em obrigações e 2:000\$000 de réis em efeitos.⁴⁴⁸⁴

Como em História estamos sempre falando em possibilidades interpretativas, podemos considerar o exercício de inspeção dos açúcares como pontencializador de favores e até mesmo de ilegalidades, interpretação que diante do que será visto abaixo, não pode ser desmerecida.

A escassez de documentos produzidos diretamente pela Mesa da Inspeção de Pernambuco nos impediu de ter para todos os anos que foram cobertos pela nossa pesquisa os nomes que compuseram a Inspeção ano após ano. Dos vinte e cinco anos de recorte temporal por nós estudados (1752 a 1777), não temos a composição completa da Mesa da Inspeção em 10 oportunidades, tendo apenas duas ausências completas. Das composições que conseguimos parcialmente, a maioria dos nomes ausentes são dos comerciantes, já que não havia supervisão do processo eleitoral, apenas a confirmação dada pelo presidente da Inspeção ao eleito.

O nosso maior problema foi não haver como confirmar, muitas vezes, se os nomes assinados nos documentos são dos oficiais que lidaram com a frota no início do ano ou os que ainda iriam lidar no ano seguinte. Ainda assim, buscamos ao máximo confirmar as informações que nos chegaram neste sentido, e para isso, foi fundamental a leitura completa dos textos produzidos e assinados pela agência, e na mesma medida, os textos encabeçados apenas pelo ouvidor geral da capitania. Como presidente da Inspeção, diversas vezes os ouvidores endereçaram ao Reino cartas e ofícios tratando dos temas da referida Mesa, sem que para isso, necessariamente, estivesse acompanhado pelos inspetores. Foi devido a este tipo de documentação que conseguimos preencher algumas lacunas sobre procedimentos e nomes em anos que sequer aparecem textos produzidos diretamente pela Mesa da Inspeção de Pernambuco nos fundos documentais do Arquivo Histórico Ultramarino. Outra documentação fundamental nesse sentido foi o Livro de Atas e Acordos da Câmara Municipal do Recife nº 3 (1761-1784). No dito Livro encontramos o nome dos eleitos como representantes dos senhores de engenho nas décadas de 1760 e 1770, daí as informações sobre o período de trabalho ser mais preciso para as mencionadas décadas.⁴⁴⁸⁵

Como se tornou comum durante a existência da Mesa da Inspeção de Pernambuco, o acesso aos cargos, não diferente dos temas discutidos por ela, foi passível de conflitos. O primeiro deles envolveu as Câmaras do Recife e de Olinda, ambas interessadas em poder eger o inspetor representante dos senhores de engenho e lavradores de cana. Além desse, em Pernambuco, os conflitos se concentraram principalmente no período de convivência entre a Mesa da Inspeção de Pernambuco e a Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba.

Em 1761, ao mesmo tempo em que uma longa troca de informações entre os órgãos em nível local e destes com o Reino ocorreu para esclarecer como foi feita a escolha dos inspetores, a Câmara do Recife reafirmou a sua necessidade de continuar capitaneando a dita eleição. Pois os procedimentos tomados por ela eram “manifestadamente equitativos”, e o que movia os olindenses no seu pedido era a “ambição”. A resolução real, datada de 6 de novembro de 1761, foi favorável a Câmara do Recife, e enfaticamente apoiada pelo governador da capitania de Pernambuco em 1764.⁴⁴⁸⁶

⁴⁴⁸⁴ RELAÇÃO dos acionistas da Praça de Pernambuco e anexas, interessados na Companhia Geral. Sem localização. Post. 1774. AHU_ACL_CU_015, Cx. 118, D. 9000.

⁴⁴⁸⁵ Para a composição da Mesa da Inspeção de Pernambuco no período pombalino, ver CONTI, Paulo Fillipy de Souza. **A Casa das Qualidades, Pesos e Preços: A Mesa da Inspeção do Tabaco e Açúcar de Pernambuco.** Dissertação – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Programa de Pós-Graduação em História. Recife: O autor, 2016.

⁴⁴⁸⁶ CARTA dos oficiais da Câmara do Recife ao rei, informando a necessidade que possuem de conservar o privilégio de nomear anualmente um inspetor para o exame do açúcar. Recife, 18 de junho de 1761. AHU_ACL_CU_015, Cx. 96, D. 7538.

Esta carta da Câmara do Recife foi uma reação ao processo de questionamento das eleições de 1761, que começou em princípios do mês de junho daquele ano, quando a Mesa da Inspeção de Pernambuco recebeu uma representação da Direção da Companhia Geral. Através da representação a Companhia questionou a eleição de João da Costa Monteiro Júnior como inspetor representante dos compradores de açúcar. A Direção do Recife afirmou que a pluralidade de votos que elegeu João Júnior, como o próprio eleito, representava “homens menos cientes do gênero do açúcar”. Pois, segundo contaram, “João da Costa Monteiro [Júnior] nunca foi comprador do gênero, nem dele se sabe, que tenha toda a notícia das suas qualidades”. O que o colocava em inconformidade com os requisitos necessários para a ocupação do cargo de inspetor, conforme registrado no Regimento das Mesas da Inspeção.

A Direção da Companhia alertou ainda para o fato de ser João Júnior o então contratador dos dízimos do açúcar e responsável pelo embarque da maior quantidade de caixas do gênero (contradizendo a informação que deram sobre a falta experiência de João Júnior). Ainda assim, estas razões para os deputados da Companhia eram mais do que suficientes para crer que ele “não devia ser eleito para o dito cargo”, pois o resultado final seria o “prejuízo da Companhia Geral e do bem público das fábricas e agriculturas deste continente”.⁴⁴⁸⁷

A Direção da Companhia Geral apontou dois pontos importantes. O primeiro, a falta de conhecimento prático do eleito nos negócios do açúcar, afinal, sua família lidou muitos anos com carnes e couros em Pernambuco, caso do seu pai homônimo, João da Costa Monteiro, e seu tio Luís da Costa Monteiro.⁴⁴⁸⁸ E, não menos importante, ser o eleito o então contratador dos dízimos do açúcar da capitania. Ou seja, estando ele em exercício na Mesa da Inspeção, seria responsável por qualificar e taxar um produto sobre o qual tinha direitos.

Às acusações a Mesa respondeu de forma bastante simples. Segundo os representantes da Mesa de Pernambuco, os votantes que elegeram João Júnior por pluralidade de votos compareceram ao atender o chamado do edital fixado pela Mesa. E livres de “alucinação” sobre a capacidade do escolhido. Por ser pública a experiência de João Júnior nos negócios do açúcar, tanto pelo seu próprio trabalho como também pelo período “grande que teve na casa de seu pai”, tratado pelos ministros como um dos de maior negócio naquela praça.

As capacidades do eleito, segundo a Mesa de Pernambuco, eram ainda ampliadas por ser ele o arrematante dos dízimos do açúcar. E que não havia o menor choque de interesses neste fato porque o contrato estava para finalizar no mês seguinte. Mesmo que não estivesse perto do fim, a Mesa considerou que também não haveria impedimento, pois outros inspetores serviram quando eram arrematantes do mesmo contrato, e sem que isso significasse embaraço para as contas públicas.⁴⁴⁸⁹

Ou seja, para os membros da Mesa da Inspeção na ocasião, o ouvidor geral Bernardo Coelho da Gama e Casco, o senhor de engenho Caetano Camelo Pessoa, e o negociante Henrique Martins, a incapacidade do eleito não era procedente. E que tampouco haveria qualquer tipo de vexação quanto ao exercício concomitante de inspetor e contratador do dízimo do açúcar. E afirmaram que faria mais sentido se a eleição questionada fosse a praticada pela Câmara do Recife, “que procederam sem a formalidade da lei e ordens,

⁴⁴⁸⁷ REPRESENTAÇÃO da Direção do Recife da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba a Mesa da Inspeção de Pernambuco, sobre a eleição de João da Costa Monteiro para o cargo de inspetor por parte dos comerciantes. Documento anexo. Recife, 8 de junho de 1761. AHU_ACL_CU_015, Cx. 96, D. 7536.

⁴⁴⁸⁸ SOUZA, George F. Cabral de. **Tratos & mofatras**: o grupo mercantil do Recife colonial (c.1654-c.1759). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p. 450-451.

⁴⁴⁸⁹ CARTA da Mesa da Inspeção de Pernambuco a Direção do Recife da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba, sobre a eleição de João da Costa Monteiro para o cargo de inspetor por parte dos comerciantes. Documento anexo. Recife, 9 de junho de 1761. AHU_ACL_CU_015, Cx. 96, D. 7536.

influídos pela sua paixão”, pois se esperava dos senhores de engenho o conhecimento pleno dos negócios do gênero, não necessariamente dos comerciantes. O caso da referida eleição feita em Câmara será vista mais a frente.

A firme resposta da Mesa da Inspeção provocou a reação dos membros da Direção do Recife, que se sentiram insultados pelo tom do texto. Esperavam pelo referido que a Junta de Lisboa, órgão ao qual endereçaram a carta, que fosse posto o caso sob os olhos dos ministros e do rei. E, tendo por base os procedimentos da Mesa e seus direitos sobre o transporte de açúcar na capitania de Pernambuco, chegaram, tal qual tantas vezes fez a Câmara de Olinda, a reivindicar a regalia de eleger um inspetor, porém não em votação aberta entre o grupo dos comerciantes. E sim entre os deputados que compuseram a mesma Direção ou entre acionistas da Companhia, tanto os de dentro como os de fora da capitania.⁴⁴⁹⁰

Não nos era dúvida que a Companhia de alguma forma buscou mais atribuições ao questionar as eleições, indo até o pedido de mudar o procedimento eleitoral então corrente, já que não conseguiu fazer eleger o seu homem de confiança Luís Ferreira de Moura, negociante de escravos, investidor das minas do Cariri, provedor da Câmara do Recife em 1764,⁴⁴⁹¹ e que já havia sido inspetor no ano de 1756. Vejamos o que relatou a Direção do Recife, ao avaliar a contagem de votos e pessoas votantes, sobre como se deu a eleição de João da Costa Monteiro Júnior em detrimento do mencionado Luís Ferreira de Moura.

A conta é bastante simples, por maioria de votos foi eleito João da Costa Monteiro Júnior, com onze votos. Em segundo lugar aparece Luís Ferreira de Moura, contando seis votos. Já Pedro Marquez teve três votos, enquanto Manoel de Almeida teve apenas um. Então, os leitores podem estar se perguntando neste momento de onde vem o questionamento, além do apontado acima. Dos que votaram em Luís Ferreira de Moura, absolutamente todos fizeram parte da primeira ou da segunda formação da Direção do Recife da Companhia Geral.⁴⁴⁹² Uma ocasião como esta não pode ser coincidência, senão um voto pensado e posto em bloco. Cabral de Souza diz que, “de fato, houve uma manobra entre os homens de negócio da praça para excluir da eleição os acionistas da Companhia”. Ação tomada, consoante o mesmo historiador, com o respaldo de Bernardo Coelho da Gama e Casco, autoridade máxima no processo.⁴⁴⁹³ E por fim, o argumento foi engrossado pelo nome dos sujeitos ausentes na eleição.

Contavam os deputados da Direção do Recife com dezoito homens de negócio e compradores de caixas de açúcar que não compareceram a votação, e que todos votassem maciçamente em Luís Ferreira de Moura, o que levaria o candidato aos vinte e quatro votos, “que não obstante foram desprezados por onze”. E, exatamente sobre este argumento, fazendo uma estimativa do candidato escolhido pelos que não compareceram devido à manobra e sem bases legais sobre presença e abstenção, já que não havia na legislação uma previsão do *quorum* necessário para realizar a eleição dentro da normalidade, que a Direção do Recife pediu que o processo eleitoral de 1761 como um todo fosse repensado e refeito.

Sobre a mencionada manobra, os responsáveis por arregimentar os negociantes em torno de João da Costa Monteiro Júnior foram José de Souza Rangel e José Inácio da Cunha. Este último, inclusive, era primo de João da Costa Monteiro Júnior e se fez eleger irregularmente como inspetor da Mesa de Pernambuco em 1768.⁴⁴⁹⁴

⁴⁴⁹⁰ CARTA da Direção do Recife a Junta de Lisboa da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba, sobre as eleições para os cargos de inspetor da Mesa da Inspeção de Pernambuco. Documento anexo. Recife, 18 de junho de 1761. AHU_ACL_CU_015, Cx. 96, D. 7536.

⁴⁴⁹¹ SOUZA, George F. Cabral de. **Tratos & mofatras**. p. 506.

⁴⁴⁹² Para a distribuição completa dos votos, ver CONTI, Paulo Fillipy de Souza. **A Casa das Qualidades, Pesos e Preços**. Op. Cit.

⁴⁴⁹³ SOUZA, George F. Cabral de. O rosto e a máscara: estratégias de oposição da Câmara do Recife à política pombalina. In: **Coloquio Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades**, 2005, Lisboa. Lisboa: Biblioteca Digital Instituto Camões, 2005. p. 6.

⁴⁴⁹⁴ SOUZA, George F. Cabral de. **O rosto e a máscara**. p. 7.

A exposição da opinião da Direção do Recife esteve longe de ser o ponto final da questão eleitoral. Ainda sobre o dito João da Costa Monteiro Júnior, enviou o governador Luís Diogo Lobo da Silva ofício ao secretário de Estado do Reino e Mercês, Sebastião José de Carvalho e Melo, então conde de Oeiras.

O ofício de Luís Diogo Lobo da Silva, escrito no Recife aos 17 dias do mês de junho de 1761 virou o eixo principal dos demais citados acima sobre o caso. O governador montou sua argumentação para acompanhar o dito pela Direção do Recife, o que não é de se estranhar, por ter sido dele a responsabilidade de animar os homens de negócio daquela Praça para o estabelecimento do monopólio. Segundo contou, de fato foi reconhecida a falta de “inteligência” do eleito no gênero a ser inspecionado, pois, era envolvido nos negócios das solas e atanados. Além disso, diz que João da Costa Monteiro Júnior não teve bastante convívio com o pai, que carregou caixas de açúcar, pois quando João da Costa Monteiro morreu, ele estava com pouca idade.⁴⁴⁹⁵ O que não é absolutamente verdade.

Ao visitarmos os dados levantados por George Félix Cabral de Souza, notamos que o dito João da Costa Monteiro Júnior estava no mínimo com dezoito anos de idade quando da morte do seu pai, já que o mesmo nasceu em 1732 e segundo José Antonio Gonsalves de Mello, o pai do inspetor eleito faleceu em data posterior a 1750.⁴⁴⁹⁶ E sabemos que ele estava vivo em 1754 vista a carta que escreveu sobre a Fábrica de Atanados.

Outra questão apontada pelo governador contra o eleito pelos comerciantes foi o fato de ser ele o então contratador da dízima do açúcar, conforme denunciou a Direção do Recife. Retomamos aqui a mesma acusação por ter a Mesa da Inspeção explicado em carta para a dita Direção que não havia qualquer tipo de irregularidade ou impedimento no caso, pois outros sujeitos serviram na Mesa quando foram também os arrematantes do mencionado contrato, caso dos acionistas da Companhia Geral João de Oliveira Gouvim, inspetor em 1752 e 1757, e Antonio Pinheiro Salgado, inspetor em 1759. Luís Diogo Lobo da Silva afirmou que a Mesa da Inspeção esteve equivocada nesta interpretação por ser aquele momento do comércio em Pernambuco totalmente diferente. Quando Gouvim e Salgado foram inspetores e arrematantes do contrato não havia sido estabelecido o monopólio, por isso, tinham liberdade de procedimento, realidade diversa da do ano de 1761.⁴⁴⁹⁷ Ribeiro Júnior afirma que, na verdade, as reações contrárias a João da Costa Monteiro Júnior foram reflexos do temor dos acionistas da Companhia, por ser o eleito declaradamente favorável ao setor agrário e interessado direto nos preços dos couros e carnes.⁴⁴⁹⁸

Quiçá, foi 1761 o ano eleitoral mais caótico para a Mesa da Inspeção. O governador de Pernambuco relatou que além de João da Costa Monteiro Júnior, outros vogais que se apresentaram como candidatos ao posto de inspetor não tinham conhecimento prático do gênero, tendo sido a eleição decidida por homens “menos inteligentes”. Fato que não impediu que o presidente da Mesa da Inspeção, Bernardo Coelho da Gama e Casco, tomasse partido do caso e confirmasse o eleito no cargo. Mostrou-se ainda o governador surpreso com a atitude do ouvidor/presidente quanto ao representante eleito pelos senhores de engenho na Câmara do Recife, Inácio Ferreira Dias, nome questionado com veemência pelo presidente da Inspeção. Motivos que levaram o governador a enviar o dito ofício, pois apenas ao rei cabia interferir.

A reação do ouvidor foi seguida de contrarreação da Câmara do Recife. Os vereadores contestaram as atitudes de Bernardo Coelho da Gama e Casco na contestação da lisura do

⁴⁴⁹⁵ OFÍCIO do governador da capitania de Pernambuco, Luis Diogo Lobo da Silva, ao secretário de Estado do Reino e Mercês, Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, sobre as queixas feitas pelo intendente e deputados da Direção da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba, a respeito das irregularidades da eleição feita pelos negociantes para o cargo de inspetor da Mesa da Inspeção. Recife, 17 de junho de 1761. AHU_ACL_CU_015, Cx. 96, D. 7536.

⁴⁴⁹⁶ SOUZA, George F. Cabral de. **Tratos & mofatras**. p. 450-451.

⁴⁴⁹⁷ AHU_ACL_CU_015, Cx. 96, D. 7536.

⁴⁴⁹⁸ RIBEIRO JR., José. **Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro**: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, 1759-1780. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 110.

processo eleitoral. Para os vereadores, não era difícil provar que quem esteve sendo movido pelas paixões e não pela justiça era o presidente da Inspeção. Pois, sem sequer respeitar a posição que ocupavam os vereadores, Gama e Casco mandou um meirinho os convocar para jurar o processo em sumário, ao que prontamente atenderam os oficiais no intuito de evitar ainda mais problemas, mesmo que injuriados, segundo contaram.

Durante o relato, revelaram que o ministro se mostrou austero e ameaçador, “tudo a fim de aterrar os ânimos, e movê-los talvez com o temor a dizer o que é sua vontade, e não de quem depõe”. Por isso, não duvidavam de que o conteúdo das suas falas fosse de alguma forma manipulada pelo escrivão que servia junto ao ouvidor. Apontaram ainda que Gama e Casco não atentou para a eleição que de fato havia sido fraudulenta, a de João da Costa Monteiro Júnior, apesar das queixas do governador da capitania e da Direção do Recife, por ser este o seu candidato favorito no dito certame. E por não ter interferido nesta eleição, não faria sentido, tampouco, interferir na feita pela Câmara do Recife, sob a qual não tinha jurisdição. E, até mesmo pelo fato de serem os próprios interessados no tema, senhores de engenho e lavradores de cana, os sujeitos que deram a Inácio Ferreira Dias a vitória para o cargo de inspetor do açúcar.⁴⁴⁹⁹

O conteúdo dos depoimentos foi apresentado pela certidão passada pelo escrivão do crime cível da cidade de Olinda e vila de Santo Antônio do Recife, Luís Freire de Mendonça. A questão que fez com que o ouvidor convocasse os vereadores e escrivão da Câmara do Recife para depor já havia sido expressa no dia 6 de junho de 1761, mesmo dia da eleição. Quando reunidos em Câmara o juiz vereador Francisco Ferreira Dias (presidente da casa), João Salvador da Cunha Veloso, Gonçalo Francisco Xavier Cavalcanti, o procurador do conselho Miguel de Andrade, e mais tarde, devido à ausência de um dos membros da casa, o segundo vereador do ano de 1760 e ex-escrivão da Mesa da Inspeção, José Theodoro de Lemos Duarte.

Todos os depoentes contaram a mesma versão dos fatos, estando apenas Miguel de Andrade insatisfeito com o resultado. Quando da reunião da Câmara no dito dia, o juiz vereador Francisco Ferreira Dias afirmou ser necessário abrir votação para escolher o inspetor por parte dos senhores de engenho e lavradores de cana, pois já havia recebido o pedido da Mesa da Inspeção neste sentido. Prontamente votou o procurador do conselho em Pedro Marinho Falcão, reconhecido senhor de engenho e membro de uma das famílias mais antigas da capitania. Os votos seguintes foram dos outros dois vereadores, João Salvador da Cunha Veloso e Gonçalo Francisco Xavier Cavalcanti, e ambos escolheram Inácio Ferreira Dias, filho do juiz vereador Francisco Ferreira Dias.

Vencido por votos, Miguel de Andrade tentou dissuadir os votantes para que mudassem de opinião, não apenas por ser o eleito filho do juiz vereador, mas também por não ter ele conhecimento prático dos negócios do açúcar. Em defesa de Inácio Ferreira Dias saiu seu pai, que afirmou ter sim o eleito “inteligência” sobre o tema e que havia ele arrendado o Engenho do Curado, de sua propriedade. Neste duelo de palavras, a argumentação do procurador do conselho não convenceu os demais membros da casa, e como juiz final da questão mandou Francisco Ferreira Dias buscar o segundo vereador do ano anterior, José Theodoro de Lemos Duarte, que acabou acompanhando o voto dos outros dois vereadores. Para aumentar a tensão, negou-se o procurador do conselho a assinar o termo de eleição, mas, diante da negativa dos demais vereadores, pois havia a votação se dado pela via direta, o que o obrigava a assinar, além das ameaças de processo, decidiu por assinar o termo mesmo sem ter nos autos a sua contestação registrada. O caso foi complexo e

⁴⁴⁹⁹ CARTA dos oficiais da Câmara do Recife ao rei, sobre as queixas caluniosas do ouvidor-geral da capitania de Pernambuco, Bernardo Coelho da Gama e Casco, acerca dos senhores de engenho promoverem irregularidades na eleição do inspetor da Mesa da Inspeção da dita capitania. Recife, 18 de junho de 1761. AHU_ACL_CU_015, Cx. 96, D. 7540.

envolveu forças significativas na capitania, por isso a velocidade com que foram tomados os depoimentos, apenas dois dias após o processo eleitoral.⁴⁵⁰⁰

Vistas as partes, buscaram-se outras formas para provar ou não a capacidade de Inácio Ferreira Dias nos negócios do açúcar. A mais urgente foi provar que ele era sim senhor de engenho ou lavrador de cana. E coube ao outro escrivão do crime cível, Vicente Gurjão, buscar entre os seus livros o registro do engenho em nome do eleito. Nos livros do escrivão havia sim um registro em nome de Inácio Ferreira Dias, mas não de propriedade, senão de arrendamento. No dia 25 de abril de 1761, o capitão Francisco Ferreira Dias arrendou ao seu filho o Engenho do Curado, por dois anos, tornando-o responsável pelas safras a partir de 1762. O Engenho do Salgadinho que a Câmara do Recife havia citado como sendo de Inácio Ferreira Dias não aparece no registro passado pelo dito escrivão⁴⁵⁰¹ e em fevereiro do mesmo ano, uma lista feita por Luís Diogo Lobo da Silva registra Francisco Ferreira Dias como proprietário do Engenho do Salgadinho.⁴⁵⁰²

Entre o arrendamento do Engenho do Curado e a sua eleição como inspetor do açúcar correram menos de dois meses completos, o que levou dentro do inquérito à acusação de ter sido o arrendamento feito visando à eleição no mês de junho. Na citada carta da Câmara do Recife os vereadores disseram que não havia motivo para levantar dúvidas quanto aos conhecimentos do eleito, por ter ele nascido na propriedade do pai, que por sua vez havia sido inspetor por duas vezes. Porém, diante deste fato, é notório que Francisco Ferreira Dias conhecia o processo eleitoral do órgão, quando costumava ser realizado, e as condições fundamentais para um sujeito ser considerado elegível. E o arrendamento dois meses antes do certame calhou muito bem a Inácio Ferreira Dias, prova de que a manobra havia sido pensada com certa antecedência.⁴⁵⁰³

Mesmo diante de todas as suspeitas apontadas, Inácio Ferreira Dias foi levado à cerimônia de juramento no cargo sob a chancela daqueles que o elegeram. Curiosamente, em momento em que já não cabia recurso aos oficiais da Inspeção, ele fez revelações interessantes. Estavam no prédio da Mesa da Inspeção de Pernambuco no dia 9 de junho daquele mesmo ano de 1761 o presidente Bernardo Coelho da Gama e Casco, os então inspetores Caetano Camelo Pessoa e Henrique Martins, e os novos eleitos, João da Costa Monteiro Júnior e Inácio Ferreira Dias. Depois de dada a posse e efeito o juramento, o ouvidor geral se dirigiu ao representante dos senhores de engenho dizendo que ele havia sido eleito contra os regimentos da lei, em sessão onde seu pai foi o juiz presidente, e por se declarar senhor de engenho ou fabricante de açúcar sem o ser. Ainda “lhe encarregou debaixo do juramento dos Santos Evangelhos declarar-se de que engenho era senhor ou rendeiro, e que fábrica tinha; e a qualidade da planta de açúcar ou tabaco; e quantas caixas tinha dado ao dízimo nesta safra e nas mais anteriores”. Diante do constrangimento que deve ter lhe causado as palavras de Gama e Casco, Inácio Ferreira Dias

[...] declarou que na presente safra não dera açúcar nenhum ao dízimo, por não ter planta, e os mais anos anteriores, não dera coisa alguma pela mesma razão; por quanto haveria dois meses que seu pai Francisco Ferreira Dias lhe fez transpasso do Engenho do Curado de que principia a ser

⁴⁵⁰⁰ CERTIDÃO do escrivão do Crime Cível da cidade de Olinda e vila de Santo Antônio do Recife, Luís Freire de Mendonça, relatando os depoimentos que deram os vereadores da Câmara do Recife e o procurador do conselho ao corregedor Bernardo Coelho da Gama e Casco. Documento anexo. Recife, 14 de junho de 1761. AHU_ACL_CU_015, Cx. 96, D. 7540.

⁴⁵⁰¹ LEVANTAMENTO da escritura do Engenho do Curado, feita pelo escrivão do crime cível, Vicente Gurjão, de propriedade de Francisco Ferreira Dias, e passado por arrendamento a seu filho, Inácio Ferreira Dias. Documento anexo. Recife, 11 de junho de 1761. AHU_ACL_CU_015, Cx. 96, D. 7540.

⁴⁵⁰² AHU_ACL_CU_015, Cx. 95, D. 7501.

⁴⁵⁰³ SOUZA, George F. Cabral de. O rosto e a máscara. p. 7.

rendeiro e lavrador; e que de tabaco também não tinha planta alguma por nunca se ocupar nesse gênero.⁴⁵⁰⁴

Ou seja, apesar das tentativas do pai e demais vereadores de mostrá-lo como conhecedor e partícipe ativo do negócio do açúcar, o próprio Inácio Ferreira Dias confessou não ter nunca pago dízimo pela sua produção, pois não a tinha. E como rendeiro recente sequer havia começado as suas funções como lavrador, certificando a acusação feita em relação a sua inaptidão para o cargo.

No entanto, a posse já estava tomada e o juramento feito. Não nos surpreende absolutamente o fato de ter sido o mesmo empossado, assim como também ocorreu com João da Costa Monteiro Júnior. A nossa surpresa foi que no socorro do comerciante apareceram diversos outros homens de negócio, conforme pode ser visto em um dos documentos anexos à carta da Câmara do Recife. Pois, além dos seus onze votantes, declararam João da Costa Monteiro Júnior como conhecedor do dito negócio, mais dois comerciantes, Joaquim Ribeiro dos Santos e Francisco Antonio de Brito.⁴⁵⁰⁵ Talvez até como forma de resistência a Companhia. Enquanto a defesa de Inácio Ferreira Dias parece ser mais fruto da influência do seu pai. De qualquer forma, muito se questionou sobre os dois inspetores eleitos no ano de 1761, mas ambos assumiram seus postos e serviram na Mesa da Inspeção de junho do dito ano a junho de 1762.

Fato que nos revela indícios da força dos interesses de determinados grupos, que conseguiram, em alguns momentos, suplantar a força de grupos rivais. E não apenas. As estratégias adotadas em Pernambuco para que os resultados da eleição para a Mesa da Inspeção em 1761 não fossem alterados mostram como era possível se valer da casualidade da lei ou simplesmente desrespeitá-la.

A ATUAÇÃO ILÍCITA DOS NEGOCIANTES-ARREMATADORES NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO.

Poliana Priscila da Silva⁴⁵⁰⁶

poliana.polianasilva@gmail.com

Resumo: O mundo das arrematações era uma área bastante frutífera para as pretensões de enriquecimento e distinção para os homens de negócios deste ou do outro lado do Atlântico. Os contratos de rendimentos funcionavam como um importante meio de acumulação e influência, constituindo um poderoso instrumento de discriminação no interior do corpo de comércio. Comumente arrendadas aos negociantes de “grosso trato”, a delegação da competência fiscal oferecia grandes vantagens à Coroa, pois a desonerava dos custos de arrecadação em vastos territórios, além de conferir a antecipação do montante previsto no

⁴⁵⁰⁴ RELATO tirado pelo escrivão da Mesa da Inspeção de Pernambuco, Manoel Vaz Pinho, do que aconteceu durante o juramento de Inácio Ferreira Dias como novo inspetor, quando o ouvidor-geral, Bernardo Coelho da Gama e Casco, perguntou diretamente ao novo inspetor sobre os seus conhecimentos a cerca da lavoura da cana ou do tabaco. Documento anexo. Recife, 12 de junho de 1761. AHU_ACL_CU_015, Cx. 96, D. 7540.

⁴⁵⁰⁵ DEPOIMENTO de homens de negócio ao escrivão do Crime Cível, Luís Freire de Mendonça, que atestam ter João da Costa Monteiro Júnior loja aberta e “inteligência” para cuidar da inspeção dos açucares. Documento anexo. Recife, 14 de junho de 1761. AHU_ACL_CU_015, Cx. 96, D. 7540.

⁴⁵⁰⁶ Doutoranda em História na Universidade Federal de Pernambuco. Email: poliana.polianasilva@gmail.com

contrato. Deste modo, a monarquia deixava sob a responsabilidade de terceiros, a eficácia das cobranças das rendas e a fiscalização do rendimento. Mas, se por um lado, a segurança do recebimento certo dos rendimentos entusiasmou a monarquia portuguesa a aderir os arrendamentos, por outro, a adoção deste método de cobrança fiscal poderia representar também grandes perdas ao Erário Régio. Ao trabalhar no regaste das estratégias de atuação desta elite nos bastidores das arrematações dos contratos pertencentes à capitania de Pernambuco, vislumbramos o descortinar das ilicitudes ocorridas durante a aquisição e gerência dos contratos. As perdas que o Erário Régio arcava com a subavaliação dos contratos, venalidade de alguns oficiais régios envolvidos no descaminho das rendas, e outras ilicitudes, era algo recorrente, o que conferia um alto grau de lucratividade das negociações realizadas pelo contratador, sempre em detrimento da Fazenda Real. Neste sentido, partindo da análise de alguns negociantes-arrematadores radicados na praça mercantil de Pernambuco, pretendemos demonstrar que as arrematações de contratos régios realizadas por esta elite constituía um poderoso instrumento de acumulação mercantil e influência política na capitania, durante o século XVIII.

Palavras-chave: contratadores, arrematações, ilicitudes, Pernambuco.

O sistema de contratos das rendas e direitos reais era uma prática vigente nas monarquias de Antigo Regime, como um importante método de arrecadação de receitas. Estabelecido por meio de contratos temporários, o Estado arrendava aos particulares a prerrogativa exclusiva de cobrar os direitos de algum produto numa determinada região, ou seja, a negociação tratava-se da concessão de monopólios e cobrança de impostos, mediante uma soma entregue ao fisco.

O acordo fixado entre o rei e o súdito com um grande poder aquisitivo era regido por regras específicas, onde os direitos e deveres de cada parte interessada eram preestabelecidos. Comumente arrendadas aos negociantes de “grosso trato”, a delegação da competência fiscal oferecia grandes vantagens à Coroa, pois a desonerava dos custos de arrecadação em vastos territórios, além de conferir a antecipação do montante previsto no contrato. Deste modo, a monarquia deixava sob a responsabilidade de terceiros, a eficácia das cobranças das rendas e a fiscalização do rendimento.

Se por um lado, a segurança do recebimento certo dos rendimentos entusiasmou a monarquia portuguesa a aderir os arrendamentos, por outro, a adoção deste método de cobrança fiscal poderia representar também grandes perdas ao Erário Régio. Em seu estudo sobre as receitas e despesas da Fazenda Real, Ângelo Carrara aponta o lado negativo dessas operações, as grandes perdas para a Coroa diante do valor líquido dos contratos, em contraponto, aos ganhos auferidos pelos contratadores. O autor cita como exemplo, o contrato do sal nos final do XVII, em que o provedor-mor calculava uma perda de 11.500 cruzados anuais, do contrato “que fora arrendado por seis anos a 8.500 cruzados anuais”.⁴⁵⁰⁷

De qualquer forma, a despeito destas perdas, a prática se tornou bastante usual tanto na Europa quanto na América. Segundo análise de Braudel sobre os arrendamentos celebrados na França durante os setecentos, a prática do arrendamento geral era “o remate de um sistema financeiro construído, pedaço a pedaço, pela monarquia”, onde as receitas resultantes mantinham “a base do seu desenvolvimento”.⁴⁵⁰⁸ Em Portugal, nas palavras de Vitorino Magalhães Godinho, o sistema transformou a Coroa portuguesa em uma “monarquia mercantil monopolizada”.⁴⁵⁰⁹ Para Lúcio de Azevedo, este tipo de transação era

⁴⁵⁰⁷ CARRARA, Ângelo Alves. **Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil: século XVII.** Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009, p. 32.

⁴⁵⁰⁸ BRAUDEL, Fernand. **Os Jogos das Trocas.** Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII. 2ª edição, São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 482.

⁴⁵⁰⁹ GODINHO, Vitorino Magalhães. **Estrutura da antiga sociedade portuguesa.** Lisboa, Arcádia, 1978.

o grande negócio do Estado, onde o rei atuava tal qual “um empresário, enquanto a Corte era uma casa de negócios e os contratadores sócios temporários da Coroa”.⁴⁵¹⁰

Inúmeros foram os arrendamentos promovidos pela monarquia portuguesa através dos contratos, partindo desde as especiarias à exploração de diamantes, cedendo a maior parte dos direitos e monopólios que detinha. Os arrematados eram realizados em hasta pública, cujos interessados ofereciam seus lances pelo privilégio. Usualmente ofertados por um triênio, muitos foram consecutivamente renovados por décadas ao mesmo grupo de homens de negócios ou membros de uma única família; desobedecendo a lei da administração pombalina que determinava que o período de vigência do contrato “não podia exceder os três anos”.⁴⁵¹¹ Segundo Fernando Dores Costa, a prorrogação sistemática destes arrendamentos por meio de decretos e sem a realização dos leilões em hasta pública, ocasionava uma espécie de “patrimonialização”, onde um “grupo de capitalistas consolida a posse patrimonial do contrato”.⁴⁵¹² Um dos casos mais notáveis deste tipo de manobra ocorreu com um dos contratos mais rentáveis da monarquia. O monopólio do tabaco permaneceu sob o controle do mesmo grupo de negociantes encabeçados pela família Cruz de Lisboa de 1764 até 1816.⁴⁵¹³

Sabemos que a temática da discussão sobre os tributos e contratos na América colonial, não é nova, Caio Prado Júnior foi um dos primeiros a abordar tal questão ainda na década de 1940, apontando o prejuízo gerado aos cofres da monarquia por colocar a gestão das rendas nas mãos de particulares. Ao ressaltar os descaminhos ocorridos na administração dos contratos, chegou a considerar o sistema como “uma das mais malélicas práticas do governo colonial”.⁴⁵¹⁴ Seguindo a mesma linha interpretativa sobre o viés predatório do sistema fiscalista português, Raymundo Faoro, na década seguinte, chama atenção para a parceria entre “o Estado e o particular, na exploração dos tributos e dos monopólios” onde a Coroa alimentava uma camada de exploradores “impiedosa e insaciável” para lançar suas “garras” nas riquezas da colônia.⁴⁵¹⁵

No entanto, apesar do esforço demonstrado por esses historiadores, o estudo monográfico de Myriam Ellis sobre o contrato do sal no Estado do Brasil, inaugura as pesquisas específicas sobre a temática dos tributos⁴⁵¹⁶, além de propor em outros trabalhos algumas hipóteses de investigação que impulsionaram as análises seguintes sobre os contratos e contratadores. Ellis considerava que foi “a sombra do monopólio” que os grandes negociantes levavam a cabo a acumulação mercantil, que intensificado pela política pombalina de incentivo a elite mercante no século XVIII, fornecia um patamar de destaque e prestígio para seus participantes.⁴⁵¹⁷ Acompanhando seus passos, em 1970, foi à vez de Maria de Lourdes Lyra tratar do tema a partir dos dízimos reais da capitania de São Paulo. Em sua dissertação, Lyra procurou investir mais propriamente na análise da origem do dízimo ao invés de contemplar a história da arrecadação e contratação do tributo, focando na ideia

⁴⁵¹⁰ AZEVEDO, João Lúcio de. **Elementos para a História Econômica de Portugal (séculos XII a XVII)**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Econômicas e Financeiras, 1967.

⁴⁵¹¹ COSTA, Fernando Dores. Capitalistas e serviços: empréstimos, contratos e mercês no final do século XVIII. **Revista Análise Social**, v. XXVII, n. 116-117, Lisboa, 1992, p. 448.

⁴⁵¹² Idem, p.450.

⁴⁵¹³ Idem, p. 448.

⁴⁵¹⁴ JUNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p. 321.

⁴⁵¹⁵ FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder**. Formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Editora Globo, 2008, p. 284.

⁴⁵¹⁶ ELLIS, Myriam. **Monopólio do sal no Estado do Brasil, 1631-1800**: contribuição ao estudo do monopólio comercial português no Brasil. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1955.

⁴⁵¹⁷ Idem. **A baleia no Brasil colonial**. São Paulo: Melhoramentos; Edusp, 1969; _____.

Comerciantes e contratadores do passado colonial. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, 1982. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/revista/revista024/rev024myriamellis.pdf>. Acessado em 15 de março de 2014, às 06:21.

de exploração da colônia pela metrópole assim como seus sucessores.⁴⁵¹⁸ Ainda influenciado pelas autoras destacamos a tese de Luciano Figueiredo, que se debruçou sobre a articulação dos contratadores na dinâmica local, associando a atividade da cobrança de tributos como uma hipótese para o cerne das revoltas fiscalistas que eclodiram na colônia. Além de perceber os contratadores como arrendatários temporários que promoviam-se politicamente com o sistema.⁴⁵¹⁹

A partir da década de 1990, muitos foram os estudos que enveredaram por esta senda influenciados por trabalhos de Jorge Miguel Pedreira⁴⁵²⁰ e Nuno Luis Madureira⁴⁵²¹. Apesar de não tratarem especificamente sobre os contratos, ambos avançaram para que a figura do contratador fosse tratada como protagonista ao legar o negociante-arrematador o papel de agente a serviço da Coroa. Ao mesmo tempo, que consideravam que tal atividade os fazia ocupar o topo da hierarquia, diferenciando-os dos demais membros do corpo mercantil. Neste aspecto, os trabalhos mais recentes procuram romper com a visão dicotômica entre a metrópole versus colônia, demonstrando o protagonismo dos homens de negócio na condução da atividade da arrematação, percebendo a delegação da prerrogativa fiscalista dos particulares pela Coroa como um método lucrativo para os dois lados⁴⁵²²; como também as articulações existentes na dinâmica do poder que alimentavam descaminhos e conluíus que prejudicavam a administração fazendária na América Portuguesa⁴⁵²³. A pluralidade do caráter de investimentos adotada pela elite mercantil do século XVIII, caracterizado por Pedreira e Madureira, é vislumbrada também no Brasil, nos trabalhos de George Cabral⁴⁵²⁴, João Fragoso⁴⁵²⁵ e Jucá de Sampaio⁴⁵²⁶, onde os contratos surgem como mais uma estratégia de acumulação mercantil, econômica, e um fator de discriminação no interior da hierarquia mercantil, além de facilitar obtenção de bens simbólicos fornecendo mais um indicativo de sucesso e prestígio social.

Nesta perspectiva, o tema dos contratadores e contratos é ainda pouco explorada na historiografia, sendo abordada apenas como consequência de uma pesquisa maior sobre os homens de negócio. A atenção sobre a atuação dos grandes negociantes nas diferentes praças do Império português nunca perderá seu protagonismo, no entanto, dar ênfase a sua atuação no universo das arrematações dos contratos e tributos, parece-nos uma forma de inovar a abordagem sobre o grupo mercante radicado na América. Dada ao grande volume

⁴⁵¹⁸ LYRA, Maria de Lourdes Viana. **Os dízimos reais na capitania de São Paulo**: Contribuição à História Tributária do Brasil Colonial (1640-1750). Dissertação de Mestrado: Universidade de São Paulo, 1970.

⁴⁵¹⁹ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América Portuguesa**: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761. Tese de Doutorado: Universidade de São Paulo, 1996.

⁴⁵²⁰ PEDREIRA, Jorge M. **Os homens de negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822)**: diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social. Tese de doutoramento. Lisboa: UNL, 1995.

⁴⁵²¹ MADUREIRA, Nuno Luís. **Mercado e Privilégios**: a indústria portuguesa entre 1750-1834. Lisboa: Estampa, 1997.

⁴⁵²² OSÓRIO, Helen. "As elites econômicas e a arrematação dos contratos reais: o exemplo do Rio Grande do Sul (século XVIII)". In: FRAGOSO, J., BICALHO, M. F., GOUVÊA, M. de F. (Org.). **O Antigo Regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Mais sobre a delegação de poderes e das tarefas estatais ver também: MADEIRA, Mauro de Albuquerque. **Letrados, fidalgos e contratadores de tributos no Brasil colonial**. Brasília: Coopermídia, Unafisco/Sindifisco, 1993.

⁴⁵²³ SANCHES, Marcos Guimarães. **Contratos e Conluíus**: a administração fazendária no Rio de Janeiro. In: Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, v. 21, Curitiba, 2001.

⁴⁵²⁴ SOUZA, George F. Cabral de. **Tratos e mofatras**: o grupo mercantil do Recife colonial (c. 1645 – c. 1759). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

⁴⁵²⁵ FRAGOSO, João. **Homens de grossa aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). 2ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

⁴⁵²⁶ SAMPAIO, Antônio Calos Jucá de. **Na encruzilhada do império**: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c. 1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

de produção acadêmica recente que foca nas capitâneas do Sul⁴⁵²⁷, mais notadamente a de Minas Gerais⁴⁵²⁸, faz-se necessário que a lacuna existente aos trabalhos que tocam as capitâneas do Norte, e especificamente Pernambuco, seja aparada. Já que os únicos estudos que contemplam a dinâmica entre os contratos e os contratadores na capitania, toca a atividade da arrematação apenas como mais um ramo de diversificação em que o grupo mercantil local procurava empregar seus cabedais, no universo que abrangia uma série de outras transações.⁴⁵²⁹

O mundo dos contratos era uma área bastante frutífera para as pretensões de enriquecimento e distinção para os homens de negócios deste ou do outro lado do Atlântico. De acordo com Pedreira, os contratos de rendimentos funcionavam como um importante meio de acumulação e influência, constituindo um poderoso instrumento de “discriminação no interior do corpo de comércio, propiciando a formação de uma elite e fomentando até, quando os contratos mais rendosos se mantinham sob o domínio dos mesmos grupos, o desenvolvimento de tendências oligárquicas na praça mercantil”.⁴⁵³⁰ Para Nuno Luís Madureira, a elite de contratadores, abre uma nova modalidade de homens de negócios, o “negociante estatal” que por meio dos privilégios da arrematação de contratos reforça suas “posições no mundo dos negócios, sedimentando uma elite que concentra meios e oportunidades sob a tutela do poder político”.⁴⁵³¹

Neste sentido, enveredar pela senda das arrematações dos contratos régios conferia ao grupo mercantil uma importante ferramenta de consolidação econômica e política. Para além das lojas, torna-se um negociante-arrematador no Pernambuco do século XVIII, foi uma trilha usualmente seguida pelos agentes que ocupavam o topo da hierarquia, uma vez que o

⁴⁵²⁷ ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. **A arrematação dos direitos régios de São Paulo**. Relatório do projeto de pós-doutorado na Universidade de Lisboa, 2009; _____. "Contratos régios e contratadores da capitania de São Paulo, 1765-1808". Seminários de Hermes & Clio, FEA, USP, 2009. Disponível em: http://www.usp.br/feaecon/media/fck/File/Maria_28.09.09.pdf; DIAS, Camila Baptista. **A pesca da baleia no Brasil colonial: contratos e contratadores do Rio de Janeiro no século XVII**. Dissertação de mestrado: Universidade Federal Fluminense, 2010; PESAVENTO, Fábio., GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **Contratos e contratadores do Atlântico Sul na segunda metade dos setecentos**. In: Revista história, histórias. Brasília, vol. 1, n. 1, 2013.

⁴⁵²⁸ ARAÚJO, Luiz Antônio Silva. **Contratos e tributos nas Minas setecentistas: O estudo de um caso - João de Souza Lisboa (1745-1765)**. Dissertação de mestrado: Universidade Federal Fluminense, 2005; LAMAS, Fernando Gaudareto. **Os contratadores e o Império colonial português: um estudo dos casos de Jorge Pinto de Azevedo e Francisco Ferreira da Silva**. Dissertação de mestrado: Universidade Federal Fluminense, 2005; ANTEZANA, Sofia Lorena Vargas. **Os contratadores dos caminhos do ouro das Minas setecentistas: estratégias mercantis, relações de poder, compadrio e sociabilidade (1718-1750)**. Dissertação de mestrado: Universidade Federal de Minas Gerais, 2006; OLIVEIRA, Felipe Rodrigues de. **Por homens e caminhos: O contrato das entradas e o comércio nas Minas - 1762-1789**. Dissertação de mestrado: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009; FARIA, Simone Cristina de. **Os "homens do ouro": perfil, atuação e redes dos colaboradores dos Quintos Reais em Mariana setecentista**. Dissertação de mestrado: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010; AIDAR, Bruno. **Disputas mercantis e contratadores de impostos na capitania de São Paulo, 1765-1790**. In: **Anais do XXX Encontro da APHES - Lisboa**, ISEG, 19-20 nov. 2010; CARRARA, Angelo Alves. **A administração dos contratos da capitania de Minas: o contratador João Rodrigues de Macedo, 1775-1807**. In: **América Latina en la Historia Económica. Revista de Investigación**, n. 35, junio, 2011; PEREIRA, Alexandra Maria. **Das minas à corte, de caixeiro a contratador: Jorge Pinto de Azeredo. Atividade mercantil e negócios na primeira metade do século XVIII**. Tese de doutorado: Universidade de São Paulo, 2013.

⁴⁵²⁹ SOUZA, George F. Cabral de. Op. cit.; ARAÚJO, Clara Farias de. **O trato dos homens de negócio de Pernambuco: metamorfoses nas hierarquias (1730-1780)**. Tese de doutorado: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

⁴⁵³⁰ PEDREIRA, Jorge M. **Tratos e contratos: actividades, interesses e orientações dos investimentos dos negociantes da praça de Lisboa (1755-1822)**. In: **Revista Análise Social**, v. XXXI, Lisboa, 1996, p. 361.

⁴⁵³¹ MADUREIRA, Nuno Luís. **A "sociedade civil" do Estado**. Instituições e grupos de interesses em Portugal (1750-1847). **Revista Análise Social**, v. XXXII, Lisboa, 1997, p. 615.

ingresso em tal atividade não era aberto a qualquer indivíduo, fornecendo mais um elemento de discriminação no interior do grupo mercantil.⁴⁵³²

No regaste das estratégias de atuação dos negociantes da capitania no mundo dos contratos, podemos citar alguns exemplos de como tal grupo beneficiou-se da política portuguesa de ofertar os particulares a prerrogativa de cobrança e arrecadação de direitos régios. O homem de negócio Manuel Gomes dos Santos foi uma figura bastante conhecida do grupo mercantil de Pernambuco, mas sua atuação tanto nos negócios quanto no exercício dos ofícios recebidos da coroa, foi obscurecida por meio de inúmeras ilicitudes cometidas ao logo de sua vida.

A extensa ficha de serviços prestado na capitania de Pernambuco se inicia em 1750, quando toma posse de nada menos que seis ofícios ligados a Fazenda Real: ofício de inquiridor, contador e distribuidor, meirinho geral, guarda-mor da Alfândega, e de escrivão da Balança, recebendo a mercê de nomear serventuários para todos os ofícios no caso de sofrer algum impedimento.⁴⁵³³ Em 1757 recebe a mercê de mais dois ofícios, o de escrivão da câmara e órfãos de Igarassu.⁴⁵³⁴ Em 1775 pede a provisão honorária para o posto de intendente da Marinha e Armazéns reais da capitania, pelo qual não receberia soldo mais requeria as mesmas graças concedidas ao ocupante do mesmo ofício na cidade da Bahia. Na ocasião do perdido, o governador da capitania Martinho de Melo e Castro faz menção a sua “competência” e “grande capacidade e mais requisitos que o fazem digno de merecer o despacho que pretende”.⁴⁵³⁵ No entanto, sua boa atuação nos ofícios que ocupou até então, é eclipsada pela sua atuação em um importante cargo, o de tesoureiro geral do Erário Régio.

Em 1777 a Câmara de Olinda envia uma carta à rainha D. Maria I, onde faz denúncia sobre a atuação de Manuel Gomes no ofício de tesoureiro do Erário. Em extenso documento de nove páginas, são descritos todos os procedimentos ilícitos cometidos pelo negociante. Na denúncia feita pelo almotacé e oficiais da câmara é mencionado o caráter e a ambição que regiam suas ações, diante das inúmeras possibilidades de obtenção de poder e acumulação econômica que tal ofício lhe conferira. Todos afirmavam:

Aquele homem é a causa total de todas as ponderadas desordens, por ter arregado assim com a sua opulência o governo de Pernambuco [...] tal despotismos deste homem nesta capitania em todo sentido, que parece não está subordinado ao governador, mãos que este vive subordinado ao arbítrio de sua vontade, sempre iníqua e prejudicial a este povo, por que sempre dirigidos pela sua insaciável cobiça e pela hidrópica ambição de se fazer mais

⁴⁵³² As regras previam quem teria seus lances aceitos pela Coroa. O sujeito deveria possuir capacidade financeira reconhecida para cumprir o contrato durante o período arrendado. Para resguardar ainda mais a Fazenda Real, os contratadores eram obrigados a apresentar fiadores para arcar com o pagamento do contrato, caso o rendeiro se recusasse por algum motivo cumprir as disposições contratuais.

⁴⁵³³ [ant. 1750, fevereiro, 9]. REQUERIMENTO de Manuel Gomes dos Santos ao rei [D. João V], pedindo provisão dos ofícios de enquiridor, distribuidor, meirinho-geral e guardador da Alfândega e de escrivão da Balança da capitania de Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 70, D. 5907; Lisboa, 27 de agosto de 1750. ESCRITO de João dos Santos Leite Bressane, por impedimento do secretário [de Estado da Marinha e Ultramar], ao [conselheiro do Conselho Ultramarino], Manuel Caetano Lopes de Lavre, sobre o requerimento de Manuel Gomes dos Santos pedindo para se avaliar o ofício de Escrivão da Balança da Alfândega da capitania de Pernambuco, no qual foi provido. AHU_ACL_CU_015, Cx. 71, D. 5971.

⁴⁵³⁴ Lisboa, 5 de dezembro de 1757. DECRETO do rei D. José I concedendo a Manuel Gomes dos Santos a serventia do ofício de escrivão da Câmara e Órfãos de Igaracu por três anos. AHU_ACL_CU_015, Cx. 86, D. 7072.

⁴⁵³⁵ Recife, 5 de janeiro de 1775. OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], José César de Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o pedido de Manuel Gomes dos Santos, que solicita provisão honorária do posto de Intendente da Marinha e Armazéns Reais da dita capitania. AHU_ACL_CU_015, Cx. 118, D. 9015.

temido e mais respeitado que o mesmo governador, para deste modo poder melhor encaminhar tudo aos seus desordenados e escandalosos interesses. Os fatos que passamos a expor mostrará até que ponto chega o poder deste homem e até que ponto lhe vive subordinado o governador que não escuta outra voz, nem aprova outros ditames senão os seus.⁴⁵³⁶

Relatavam ainda o total acesso que o negociante dispunha do dinheiro no cofre da Real Fazenda, dispondo do numerário:

Quando bem lhe parece e, entretanto se serve dele para os seus negócios particulares [...] deste modo padece a fazenda real de continuas faltas de dinheiro, nas quais faz ele o serviço de emprestar do seu e crer ao governador que está credora real fazenda, e que se ele não fosse padeceria a fazenda real de grandes faltas.⁴⁵³⁷

As afirmações constantes no documento de 1777 parecem procedentes já, que poucos meses após a denúncia, Manuel Gomes dos Santos foi demitido por José Cesar de Meneses, o mesmo governador pelo qual os camaristas afirmavam que acatava seus ditames de “olhos fechados”. Meneses não relata o motivo pelo qual o diretor da Companhia foi demitido, só deixa claro que foi “por motivos justificados”. No entanto, podemos conjecturar que os motivos foram os mesmos relatados nas denúncias, já que na ocasião da escolha do novo tesoureiro, o governador pediu para que a Junta da Fazenda Real votasse em pessoa idônea para o emprego.⁴⁵³⁸

O pedido de escolha do tesoureiro por meio de votação causou estranheza por parte do procurador da coroa, afinal de contas, desde a promulgação da carta régia de agosto de 1769, a nomeação do cargo era privativa ao governador. Tomando tal decisão, Menezes procurava defender-se da culpa por possíveis ilicitudes que o próximo tesoureiro poderia cometer, relatando que tomou esta atitude, porque considerava “que mais veem quatro olhos que dois, e que eles como pessoas da terra tinham mais razão de conhecer os homens, a sua probidade e cabedais”. Esta afirmação também o desvencilhava da culpa pelos desvios cometidos por Manuel Gomes, uma vez que não sendo natural da capitania, não poderia supor que o negociante atuaria ilicitamente no exercício do ofício.⁴⁵³⁹

O escolhido pela votação foi Francisco Lopes Porto, outro homem de negócio da praça. Na ocasião da escolha, os membros da Junta da Fazenda Real se certificaram de que o eleito possuía além de boa reputação, nenhum interesse no negócio da arrematação. No dia da posse do ofício, Francisco foi obrigado a jurar que não iria “arrematar contrato algum nem por si, nem por interposta pessoa”.⁴⁵⁴⁰ A despeito das denúncias e da posterior demissão, Manuel Gomes não saiu da vida burocrática. Aparece em 1783 pedindo provisão de um ano para continuar na serventia do ofício de juiz da Alfândega da capitania de Pernambuco.⁴⁵⁴¹

Ainda no exercício do ofício de tesoureiro Geral do Erário em Pernambuco, Manuel Gomes dos Santos, aparece envolvido em outras ilegalidades, utilizando de métodos ilícitos para participar das arrematações ao mesmo tempo em que ocupava o ofício. Impedido de

⁴⁵³⁶ Olinda, dezembro 1777. AHU_ACL_CU_015, Cx. 128, D. 9718.

⁴⁵³⁷ Idem.

⁴⁵³⁸ Recife, 22 de março de 1780. OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], José César de Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a escolha do novo tesoureiro da Junta da Fazenda Real da dita capitania, Francisco Lopes Porto, por demissão de Manuel Gomes dos Santos. AHU_ACL_CU_015, Cx. 135, D. 10130.

⁴⁵³⁹ Idem.

⁴⁵⁴⁰ Idem.

⁴⁵⁴¹ [ant. 1783, abril, 8]. REQUERIMENTO de Manuel Gomes dos Santos à rainha [D. Maria I], pedindo passar provisão de um ano para continuar na serventia do ofício de Juiz da Alfândega da capitania de Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 147, D. 10730.

participar dos arrendamentos devido à legislação portuguesa que proibia a participação de oficiais da Fazenda Real “em arrematações de contratos por si ou por interposta pessoa”, o tesoureiro não se furtou em utilizar testas de ferro para arrematar dois dos contratos mais importantes da capitania, o contrato das carnes e o dos dízimos.⁴⁵⁴² Os agentes desta ilícita negociação foram os negociantes da praça Paulo Pereira Guimarães⁴⁵⁴³ e o seu genro José Timóteo Pereira de Bastos (afilhado Francisco Xavier de Mendonça Furtado, secretário da Marinha e Ultramar).⁴⁵⁴⁴

A ilícita arrematação dos dízimos de Pernambuco foi descrita pelos oficiais da Câmara de Olinda, em uma carta enviada à rainha no fim de 1777. Segundo os camarários, o tesoureiro utilizou várias artimanhas para que na arrematação daquele ano, José Timóteo fosse o contratador dos dízimos, sem nem ao menos ter dado um único lance no leilão. De acordo com as testemunhas presentes no pregão realizado no dia 3 de junho, além do contrato ter sido arrematado por um preço abaixo do ofertado no ano anterior, acarretando uma perda para a Fazenda Real de mais de 30\$000 cruzados, Manuel Gomes ordenou que o contrato fosse entregue a seu genro em detrimento dos outros lançadores. Os interessados afirmaram que o tesoureiro mandou os oficiais que conduziam o leilão:

[...] aceitar o lance depois de corridos os pregões, sem que os ditos negociantes soubessem a que pessoa se arrematava, senão quando viram ir levar o ramo ao alpendre que fica fora do Tribunal, onde até aquele tempo esteve oculto o dito José Timóteo, sem dar lance nem fazer outro algum sinal de que fosse lançador. Donde claro se vê, que quem negociou para seu genro a arrematação dentro do Tribunal foi seu sogro, e juntamente se vê o zelo deste em favor da Real Fazenda.⁴⁵⁴⁵

Na ocasião do pagamento do contrato foi levantada uma segunda acusação de ilicitude. De acordo com os ofícios de Olinda, pouco tempo depois da arrematação do contrato, o tesoureiro requereu através da junta da Real Fazenda a quantia de 100\$000 cruzados ao Erário Régio “com o pretexto da grande falta de moeda provincial” que havia na capitania, porém, todos acreditavam que “aquele dinheiro que lhe há de passar pela mão”, seria utilizado também para pagar o contrato. Os edis ainda fazia outra denúncia, incutindo ao tesoureiro a fraude que alterou os pesos da arroba de carne na vigência daquele contrato, afirmando que ao invés de cobrar 480 réis por cada arroba, a junta do Erário Geral na pessoa do tesoureiro, estava cobrando 520 réis pela arroba. Situação que privilegiava apenas o contratador das carnes naquele ano, o próprio Manuel Gomes dos Santos.⁴⁵⁴⁶

O exercício da função de contratador guardava para os seus prepostos grandes vantagens, pois na exploração de um determinado gênero o arrematante podia dificultar os negócios de seus concorrentes, como também aumentar seu exclusivo se apropriando da cadeia produtiva daquele gênero. No grupo mercantil de Pernambuco no século XVIII, encontramos alguns negociantes que alinhavam tais interesses, principalmente no ramo das carnes e couros. Estes se dedicavam a criação de gado, arrematavam os contratos das carnes e ainda detinham o privilégio de curtir couros, solas e atanados na capitania. Ou seja, criavam gados, abatiam e processavam nas suas fazendas as carnes que abasteceriam tanto a capitania de Pernambuco como outras praças. Aproveitavam os couros extraídos de sua criação para fabricar solas e atanados que eram curtidos em seus curtumes. Toda esta produção era enviada para o mercado interno ou externo em embarcações próprias.

⁴⁵⁴² 1777, dezembro, Olinda. AHU_ACL_CU_015, Cx. 128, D. 9718.

⁴⁵⁴³ Em 1786, foi implicando no assassinato do senhor de engenho Manuel de Barros de Albuquerque. [ant. 1786, maio, 6, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 156, D. 11286.

⁴⁵⁴⁴ AHU_ACL_CU_015, Cx. 128, D. 9718.

⁴⁵⁴⁵ Idem.

⁴⁵⁴⁶ Idem.

Os Costa Monteiro foi à família mais conhecida por apreender as diversas facetas que este mercado podia oferecer. Luís da Costa Monteiro, atuava no ramo dos couros em sociedade com seu irmão João, possuindo sesmaria para criação de gado⁴⁵⁴⁷, contratos de arrematação das carnes⁴⁵⁴⁸, e o privilégio de estabelecerem fábricas para curtir atanados. O referido privilégio de construir novas fábricas, oferecido aos irmãos em 1744 conferia a graça de não só “erigir” as manufaturas em Pernambuco, como também nas demais capitanias.⁴⁵⁴⁹ Em decorrência deste privilégio, seus produtos recebiam estímulos alfandegários, já que as solas importadas além de pagar os tributos aduaneiros normais de entrada, pagariam mais 40% de impostos.⁴⁵⁵⁰ Com fábricas instaladas em Pernambuco e na Paraíba, o contrato foi renovado por mais duas vezes.⁴⁵⁵¹ Em consequência da morte de João da Costa Monteiro, seu filho homônimo se juntou ao tio para gerir os negócios. Tal família figurou como um dos casos mais notáveis da chamada “patrimonialização de contratos” em Pernambuco. A prorrogação sistemática dos arrendamentos colocou esta família no controle do ramo dos couros na capitania durante décadas, detendo os contratos das carnes de Olinda, Recife e Pernambuco, e fábricas de atanados da capitania por trinta anos.

Apesar do privilégio da construção de fábricas ter sido entregue apenas a família Costa Monteiro, outros homens de negócio se destacaram neste ramo logrando ao mesmo tempo várias etapas do gerenciamento das carnes e couros. O já mencionado Manuel Gomes dos Santos possuía fábrica de atanados⁴⁵⁵² e o contrato das carnes, além do seu genro José Timóteo Pereira de Bastos também ser arrematante do mesmo contrato, o que constituía um enlace de interesses bastante conveniente. O negociante ainda se aproveitava do ofício que ocupava como tesoureiro do Erário Régio em Pernambuco para:

Ocupar os seus barcos, e dos seus afilhados na condução das madeiras de Vossa Majestade no tempo em que não haviam de lucrar nada, e no tempo das monções do sertão para onde também manda negociar os seus barcos, se é preciso algum para o serviço de Vossa Majestade faz embargar o dos outros com sensível prejuízo dos donos que também tinham aprontado para o negócio do sertão, e deixa livre os seus, e os dos seus afilhados.⁴⁵⁵³

Colocar suas embarcações a serviço da Coroa cobrando alto preço, além de exigir que os negociantes concorrentes cedam seus barcos para o serviço real, no mesmo período em que deveriam transportar suas mercadorias, acarreta muitas vantagens para si e sua rede de amizade. Nestas condições, Manuel teria a prerrogativa de colocar os seus gêneros primeiramente no circuito mercantil, acarretando um grande lucro.

Como poderemos demonstrar neste pequeno repasse da investigação iniciada na documentação recolhida, a temática guarda bastante fôlego. Para além do custo que um

⁴⁵⁴⁷ Recebeu esta propriedade localizada no riacho Salgado, na capitania do Ceará em 1732. Disponível em: <http://www.silb.cchla.ufrn.br/visualSesmeiro.php?numeroSesmeiro=4141>. Acessado em: 18 de junho de 2014, às 16:38.

⁴⁵⁴⁸ subsídio das carnes em Olinda e Recife de 1731 à 57. JÚNIOR, José Ribeiro. Op. cit., p. 95., novamente em 1759. [ant. 1759, dezembro, 12]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 92, D. 7366., e 1761. [ant. 1761, setembro, 26]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 96, D. 7580; subsídio das carnes de Pernambuco de 1746 a 1749. O contrato foi primeiramente arrematado por José Mendes da Costa, e depois passado a Luís da Costa Monteiro e sócios. **Informação Geral da Capitania de Pernambuco em 1749**. Op. cit., p. 285., de 1751 a 1757., 1731 – 1753. LIVRO de assento e fianças dos contratos reais, do Conselho Ultramarino. AHU_ACL_CU_ASSENTO E FIANÇAS DOS CONTRATOS REAIS, Cod. 297., e novamente de 1758 a 1763. Idem.

⁴⁵⁴⁹ 1751, agosto, 13, Lisboa. AHU_ACL_CU_015, Cx. 72, D. 6047.

⁴⁵⁵⁰ PEREIRA DA COSTA, Francisco A. **Anais Pernambucanos**. 2ª ed., v. 5, Recife: Sec. de Turismo, Cultura e Esportes/FUNDARPE/Diretoria de Assuntos Culturais, 1983, p. 388.

⁴⁵⁵¹ AHU_ACL_CU_015, Cx. 72, D. 6047.

⁴⁵⁵² Recife, 17 de junho de 1761. AHU_ACL_CU_015, Cx. 96, D. 7536.

⁴⁵⁵³ AHU_ACL_CU_015, Cx. 128, D. 9718.

negociante tinha ao ingressar na arrematação de contratos, esta estratégia constituía uma alternativa de inversão capital e um poderoso instrumento de consolidação de influências. Conferindo a essa elite, por um lado, o estabelecimento de relações privilegiadas com os da governança, e por outro, mais um elemento de diferenciação perante os demais componentes do corpo mercantil. Deste modo, pretendemos contribuir com a produção historiográfica que lança um novo olhar sobre o poder de negociação dos agentes coloniais diante dos poderes régios, procurando enriquecer o conhecimento acerca da temática da tributação na América Portuguesa. Atentando especificamente para as estratégias utilizadas pelos homens de negócio radicados na capitania de Pernambuco para obter ganhos econômicos e políticos com a atividade da arrematação de contratos régios durante o século XVIII.

Imagem construída com papéis alheios: os escritos falsamente atribuídos ao Padre António Vieira e a campanha antijesuítica em Portugal no século XVIII

Luísa Ximenes Santos^{*4554}

luisa.ximenes@ufpe.br

Resumo: O Pe. António Vieira envolveu-se em questões polêmicas importantes na política portuguesa, produzindo textos que alcançaram um público considerável. Essa foi uma das razões que concorreram para que no século XVII lhe fossem atribuídos escritos que alcançaram grande repercussão por circularem como se fossem de sua autoria. No século XVIII, por sua vez, escritos atribuídos ao Pe. Vieira tinham o propósito sobretudo de negatizar sua imagem e a da Companhia de Jesus.

O Pe. Vieira seria alvo de uma campanha de antijesuitismo empreendida no reinado de D. José I (1750-1777) pelo Secretário de Estado do Reino Sebastião José de Carvalho e Mello. O padre seria, sob a égide do Marquês de Pombal, forjado negativamente na historiografia como arquétipo de Jesuíta. Através de seu exemplo nocivo, conforme a imagem para ele construída, tentava-se identificar a Ordem jesuítica como inimiga da nação que conspirava a fim de alcançar seu afã controlador, responsabilizada pela decadência e pelo obscurantismo de Portugal. Era a configuração da lenda negra ou mito dos jesuítas.

A figura do Pe. Vieira foi instrumentalizada não só durante sua vida, mas também muitas décadas após sua morte e isso foi feito, em grande medida, por essa falsa atribuição de autoria. Tais escritos são certamente reveladores da forma como alguns assuntos foram tratados na polemística portuguesa e da maneira como se construiu a imagem desse jesuíta. Intentaremos compreender como esses textos fizeram parte da criação de uma imagem do Pe. Vieira e como essa imagem foi se transformando.

Palavras-chave: Padre António Vieira; Companhia de Jesus; Marquês de Pombal; Antijesuitismo.

António Vieira, nascido em 1608 em Lisboa, mudou-se com a família para a Bahia em 1614, onde estudaria no colégio administrado pelos jesuítas. Deu início ao noviciado em 1623 e proferiu os votos de pobreza, castidade e obediência dois anos depois. Em 1634 foi ordenado sacerdote e nos anos seguintes foi missionário nas aldeias baianas, no Maranhão e no Pará e destacou-se, sobretudo, como pregador – do púlpito ele fazia discursos não apenas de cunho religioso, mas também político.

Esse já insigne jesuíta, pela desenvoltura demonstrada ao tratar de assuntos políticos, alguns anos depois foi mandado a Lisboa pelo governador Salvador Corrêa de Sá juntamente com o também jesuíta Simão de Vasconcelos como companheiros de D. Fernando Mascarenhas a fim de confirmar a adesão do Estado do Brasil ao novo rei aclamado em 1640, D. João IV.

Desse modo, após muitos anos de permanência na província brasílica, o Pe. António Vieira retorna à sua cidade natal, em 1641. Estimado pelo novo monarca, a opinião do jesuíta passa a ser frequentemente requisitada na Corte lisboeta e sua voz, ouvida com atenção e respeito.

* O presente trabalho foi realizado com o apoio da CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

⁴⁵⁵⁴ Doutoranda do PPGH – UFPE.

Antônio Vieira logo conquistou o público cortesão, sua fama e popularidade alcançaram grandes proporções e, conseqüentemente, seus discursos-sermões foram ouvidos com bastante atenção. O respeito e a preeminência por ele alcançados, tornado pregador régio de D. João IV em 1644, um de seus principais conselheiros e a quem o rei confiou missões diplomáticas na França, na Holanda e na Itália, faria com que aquilo que o ilustre jesuíta dissesse fosse levado em conta tanto por aqueles que compartilhavam de suas opiniões, quanto por aqueles que delas discordavam.

As propostas e soluções apresentadas pelo Pe. Vieira aos problemas que afligiam o rei e seu império descontentaram muitos homens poderosos religiosos e leigos. Ele não foi o único a tratar dessas questões, mas a visibilidade alcançada pelos discursos orais e escritos desse jesuíta era decerto notável e os temas por ele abordados incitavam os ânimos tanto dos partidários de suas causas quanto dos que eram contra seus conselhos e ideias, homens que também não se calam. O jesuíta foi, então, um ativo participante da “polemística”, ou seja, de “batalhas de papéis”, disputas discursivas tornadas públicas por textos impressos sobre assuntos de grande importância política.

A intrepidez com que Antônio Vieira tratava de questões fundamentais para a conservação do império português e a estabilidade do reino, a força impressiva de seus discursos, o conhecimento e autoridade com que se posicionava eram ressaltados por uns. A inabilidade política demonstrada nas missões diplomáticas, as ideias pouco ortodoxas, a vaidade, ambição, abuso, indisciplina e excesso de seus hábitos não condizentes com os de um religioso, a difusão de pensamentos que poderiam levar pessoas à heresia e as atitudes pouco convencionais eram sublinhados por outros, inclusive por alguns de seus confrades jesuítas.

Na década de 1650 os opositores do Pe. Vieira se satisfazem em presenciar a perda de influência do jesuíta na Corte, apesar de o rei ainda lhe ter estima e respeitar a experiência e opiniões do religioso-político. Ele retorna então para a América portuguesa, dessa vez para o Norte, para a missão do Maranhão, onde desembarcou em 1653, encaminhando-se depois para o Grão-Pará. Também na província brasileira sua fama de orador estava disseminada e seu público era amplo. Em 1655 o jesuíta voltou a Lisboa para tratar das questões que ocupavam no ultramar: a governação, liberdade e tratamento dado aos indígenas.

Após a morte de D. João IV, em 1656, a situação do Pe. Vieira se transformaria negativamente na corte, sobretudo após a substituição da regente D. Luísa de Gusmão (1656-1662) por D. Afonso VI, em cujo governo a Companhia de Jesus perdeu boa parte da influência que gozava outrora. Considerado um dos cabeças da facção que apoiava a entrega ao trono ao Infante D. Pedro e não a seu irmão D. Afonso, o Pe. Vieira foi desterrado para o Porto e, posteriormente, transferido para Coimbra⁴⁵⁵⁵.

Graças a seus escritos proféticos, às suas ideias acerca do sebastianismo e à influência do sapateiro profeta Bandarra em seus discursos, Vieira foi chamado para interrogatório em 1663 junto à Inquisição portuguesa a fim de responder pelo seu *Esperanças de Portugal*⁴⁵⁵⁶. Nesse tratado profético o Pe. Vieira falava de um Quinto Império do mundo e das tarefas que ainda deveria cumprir o defunto D. João IV que, portanto, baseado nas profecias do réprobo Bandarra, havia de ressuscitar.

Acompanhamos então um processo no qual a Companhia de Jesus, que desde a Restauração gozava de influência no Paço, foi sendo cada vez mais marginalizada, tendo sua imagem carregada de negatividade e desprestígio. Seus membros foram tachados de hereges, renegados, educadores de pagãos, amigos de judeus, aliados e mentores de grupos subversivos, traidores, conspiradores contra a Igreja e o rei, corruptores da moral e da ortodoxia e sociedade cristãs⁴⁵⁵⁷.

⁴⁵⁵⁵ Vd. AZEVEDO, João Lúcio de. **História de Antônio Vieira**, 2 tomos. São Paulo: Alameda, 2008, (t. I, p. 414-5; t. II, p. 16).

⁴⁵⁵⁶ *Idem*, t. II, p. 11.

⁴⁵⁵⁷ FRANCO, José Eduardo; TAVARES, Célia Cristina. **Jesuítas e Inquisição: cumplicidades e confrontações**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007, (p. 70, 80).

Revelador desse processo é, por exemplo, o fato de na *História do Portugal Restaurado* (1679) do Conde da Ericeira⁴⁵⁵⁸, o Pe. Vieira, de grande importância política no período da Restauração de que trata a obra, ter tido sua atuação pouco mencionada e quando o foi, criticada. Sua imagem no reino estava decerto deteriorada. Outra prova disso foi a simulação em Coimbra, em 1681, de um auto de fé no qual foi queimada uma estátua sua vestido com roupeta da Companhia de Jesus⁴⁵⁵⁹.

Sua primeira biografia de grande porte – se desconsiderarmos o *Breve Resumen de la Vida del Venerable Padre Antonio de Vieyra de la Compañia de Jesus* (1734) do Pe. Francisco da Fonseca impressa na Espanha⁴⁵⁶⁰ – foi escrita pelo Pe. André de Barros e publicada em Lisboa em 1746⁴⁵⁶¹. Na dedicatória ao Infante D. Antonio, o autor da *Vida do Apostolico Padre Antonio Vieyra* afirma que a pátria desejava ansiosamente tal biografia⁴⁵⁶². De acordo com um dos censores, até então a Fama haveria levantado ao “Grande por antonomasia, mas nunca bastantemente engrandecido” Pe. Vieira “plausível estatua; porém não era viva; porque nella se não distinguiaõ acções, nem se lhe alcançavaõ palavras. Depois de se fazer publica esta Historia, então se verá esta gloriosa estatua animada”⁴⁵⁶³. Animada, é certo, com ares heroizantes.

No entanto, para além daqueles que elogiavam as ações e o gênio do Pe. Vieira, havia, certamente, os críticos⁴⁵⁶⁴. Se ainda no século XVII vieram à luz escritos de denotado cariz antijesuítico e antivieirino, no século XVIII, sob a égide de Sebastião José de Carvalho e Mello, o Marquês de Pombal, Secretário de Estado no reinado de D. José I, o afamado Pe. Vieira seria alvo de uma campanha de antijesuitismo.

Assim, percebe-se que na obra *Maquinações de António Vieira Jesuíta*⁴⁵⁶⁵ ele foi tomado por arquétipo de Jesuíta, sendo usado para denegrir a Ordem jesuíta⁴⁵⁶⁶. Através de seu exemplo nocivo, conforme a imagem para ele construída, tentava-se identificar a Companhia de Jesus como inimiga da nação que conspirava a fim de alcançar seu afã de controlar tudo e todos, responsabilizada pela decadência de Portugal, pelo obscurantismo em que os portugueses viviam, carentes das luzes racionalistas que se propagavam no restante da Europa. Era a configuração da lenda negra ou mito dos jesuítas, merecendo destaque, no cânone do antijesuitismo pombalino, a *Dedução chronologica, e analytica* impressa em Lisboa em 1767 sob a autoria de José de Seabra da Silva, mas dirigida, idealizada e talvez até redigida por Sebastião José de Carvalho e Mello, apoiado por colaboradores⁴⁵⁶⁷.

⁴⁵⁵⁸ Vd. MENEZES, Luis de. **Historia de Portugal Restaurado... Tomo I**. Lisboa: Na Officina de Joaõ Galraõ, 1679.

⁴⁵⁵⁹ Se Vieira já não gozava de grande prestígio político no Paço português, seus sermões, que dedicava-se a organizar em Carcavelos desde 1677, publicados em doze tomos de 1679 ao ano de sua morte, em 1697, angariaram-lhe rasgados elogios por parte dos censores: Vieira era então tido por Príncipe da eloquência.

⁴⁵⁶⁰ FONSECA, Francisco da. **Breve Resumen de la Vida del Venerable Padre Antonio de Vieyra, de la Compañia de Jesvs**. Barcelona: [s.n.], 1734. Impressa novamente no ano seguinte: FONSECA, Francisco da. **Breve Resumen de la Vida del Venerable Padre Antonio Vieyra, de la Compania de Jesus**: sacada de las obras, que se imprimieron en Barcelona en el ano de 1734. Pamplona: En la Imprenta de Alfonso Burguete, 1735.

⁴⁵⁶¹ BARROS, André de. **Vida do Apostolico Padre Antonio Vieyra...** Lisboa: na nova Officina Sylviana, 1746.

⁴⁵⁶² *Idem*, s/p.

⁴⁵⁶³ *Idem*, Censura do M. R. P. M. Fr. Joseph Pereira de Santa Anna..., s/p.

⁴⁵⁶⁴ Vd. FRANCO, José Eduardo; REIS, Bruno Cardoso. **Vieira na literatura anti-jesuítica (séculos XVIII-XX)**. Lisboa: Roma Editora; Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque d’Orey, 1997, (p. 59-122).

⁴⁵⁶⁵ MAQUINAÇÕES de António Vieira Jesuíta. Biblioteca Nacional de Lisboa, códices 2673-2679.

⁴⁵⁶⁶ Com essa finalidade, nessa antologia muitos escritos foram falsamente atribuídos ao renomado jesuíta. Vd. FRANCO, José Eduardo; REIS, Bruno Cardoso. **Vieira na literatura anti-jesuítica...** *op. cit.*, p. 42-3.

⁴⁵⁶⁷ Nos interessa o primeiro tomo da obra: SYLVA, Jozeph de Seabra da. **Dedução chronologica, e analytica. Parte primeira...** Lisboa: Na Officina de Miguel Manescal da Costa, 1767. A segunda parte

Já no título da *Parte Primeira* se vê o escopo com que o texto foi composto: através dos sucessivos reinados da monarquia portuguesa desde D. João III manifestavam-se os horrorosos estragos, que a Companhia denominada de Jesus fez em Portugal, e todos seus dominios, por hum Plano, e Systema por Ella inalteravelmente seguido desde que entrou neste Reyno, até que foi delle proscripta, e expulsa pela justa, sabia, e providente Ley de 3. de Setembro de 1759.

Ademais, o livro chamava a atenção para a “indispensavel necessidade, que insta pela urgente Reparação de algumas das mais attendiveis entre as Ruinas, cuja existencia se acha deturpando a Authoridade Regia, e opprimindo o Publico Socego”.

Na *Introdução Previa* o autor diz ser difficil compreender

como Simão Rodrigues, Primeiro Fundador neste Reyno daquella infesta Sociedade; sendo filho de hum Çapateiro (...); sendo destituído de letras, e virtudes; e sendo associado por dez Companheiros tão escuros, e tão idiotas, como elle o era; pudesse achar na sua hypocrisia, na sua malicia, e nas de tão poucos, e taes Socios, todas as forças necessarias para dominar politicamente hum Monarca tão poderoso, como o foi o Senhor Rey D. João o III, que de mais a mais se achava assistido por muitos, muito doutos, e muito sábios Conselheiros: Para metter debaixo da sua infame sujeição toda huma Corte ornada de muitas Pessoas Reaes; de muitos Senhores do mesmo Sangue Regio; de muitos Grandes, e Fidalgos das mais antigas, e illustres Familias; e de muitos Varões assinalados em virtudes, e letras: Para usurpar, e destruir na presença de todas aquellas Regias, illustres, e distinctas Personagens, o magnifico, e numeroso Collegio das Artes (...): Para subjugar, prostituir, e escurecer até a mesma Universidade pública de Coimbra (...): E para em fim hostilizar toda esta Monarquia; plantando no meio della (sem mais armas, do que as imposturas) o tyrannico Imperio da Companhia chamada de Jesus, que ficou dalli em diante sendo por mais de dous successivos seculos hum tão terrivel flagello do Supremo Poder desta Coroa, das Letras, das Armas, do Commercio, e da Agricultura destes Reynos, e todos seus Dominios.⁴⁵⁶⁸

Ainda na *Introdução Previa* os jesuítas são retratados como ferozes conspiradores e incitadores dos povos contra a monarquia e, portanto, geradores de instabilidades e desordens⁴⁵⁶⁹. Dentre os façanhosos jesuítas, responsáveis, segundo propõe o autor, por tantos males e desrespeitos à monarquia portuguesa, encontraria-se o Pe. Vieira. Ao seu “ardente Engenho, e turbulento Espirito” atribuem-se as *Profecias de Gonsalvanes Bandarra*⁴⁵⁷⁰. O autor queixa-se do fato de os jesuítas terem

feito valer (...) semelhantes imposturas Profeticas: E tal foi o Fanatismo, com que esquentarão as imaginações de toda esta Corte ao favor da introdução, que tinham em todas as

da obra foi impressa na mesma cidade no mesmo ano pela mesma casa tipográfica. Vd. FRANCO, José Eduardo. Configuração do mito jesuíta. In: _____. **O mito dos jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente (séculos XVI a XX):** das origens ao Marquês de Pombal. Lisboa: Gradiva, 2006. Vol. I, Cap. 3.

⁴⁵⁶⁸ SYLVA, Jozeph de Seabra da. **Dedução chronologica, e analytica. Parte primeira...** *op. cit.*, p. I-II, §2.

⁴⁵⁶⁹ Vd. *Idem*, p. VI, §5.

⁴⁵⁷⁰ *Idem*, p. 204, §355. Os argumentos para a atribuição encontram-se expostos na p. 206, §356.

*Familias della; que esta Maquinação das mesmas chamadas Profecias de Gonsalvies Bandarra, pelas quais o referido Antonio Vieira merecia os castigos, que as Leis estabelecem contra os Impostores insignes, e famosos, o habilitou muito pelo contrario, para ser Inventor, causa e instrumento dos outros enganos, desordens, e ruinas, que vou substanciar.*⁴⁵⁷¹

É apontada mais uma maquinação: o Pe. Vieira teria sido posto no púlpito “para attrahir com os seus Sermões os concursos, e sequitos das Gentes a beneficio da sua Sociedade”⁴⁵⁷². Ele seria responsável, então, pela invenção de um novo método e de um novo estilo que comovia os ouvintes utilizando a retórica “pueril” das classes jesuíticas

que então se fizeram tão applaudidas pelas suas apparencias, como na realidade devião ser estranhas aos ouvidos das Pessoas bem cultivadas, e pias, que vão buscar no pulpito a instrucção das verdades eternas, e não o divertimento de ouvir amplificações, que escandecem, e illudem a imaginação, sem dellas se tirar algum aproveitamento solido para a vida Christã.⁴⁵⁷³

O autor da *Deducção*, nesse ponto, não pode negar o sucesso e notoriedade alcançados pelo grande pregador jesuíta, mas o faz acentuando o caráter nefasto de tal êxito:

dentro em pouco tempo a fama dos Sermões de Antonio Vieira encheo de admiração a Corte, e o Reyno: Que nas Igrejas, onde elle prégava, era preciso que os Ouvintes se anticipassem muitas horas, para acharem lugar: E que a opinião do mesmo Antonio Vieira subio em triunfo entre acclamações ao Palacio do Senhor Rey D. João IV, até entrar no santuario do seu recatado Gabinete, com as funestas consequencias, que logo se verão.⁴⁵⁷⁴

Era notável a força com que tal habilidade discursiva reverberava na política portuguesa. Ao tratar desse jesuíta falecido setenta anos antes da publicação de sua obra, Seabra, ou melhor, Sebastião José de Carvalho e Mello trata na verdade da Companhia de Jesus em si, tomando esse ilustre filho da Sociedade de Jesus como arquétipo.

Através de maquinações os jesuítas teriam então galgado posição privilegiada nas decisões tomadas no Paço. Nisso o Pe. Vieira teria tido importante papel, como não poderia deixar de ser de acordo com a lógica do argumento proposto nessa obra. O célebre jesuíta, pode ser lido na *Deducção*,

*com o mesmo sofisticado Engenho, e com o mesmo inquieto Espirito, com que havia maquinado as chamadas Profecias do Bandarra, e o novo methodo, e estylo de prégar; achando-se introduzido dentro do Gabinete do dito Senhor Rey D. João IV; passou logo de Prégador a Arbitrista; e pouco depois a Ministro Politico: Dando idéas, e formando Planos, para se engrossar o Erario Regio, e para delle sahirem os thesouros, com que promettia defender, e prosperar o Reyno (...).*⁴⁵⁷⁵

⁴⁵⁷¹ *Idem*, p. 206-7, §357.

⁴⁵⁷² *Idem*, p. 207, §359.

⁴⁵⁷³ *Idem*, p. 208, §360.

⁴⁵⁷⁴ *Idem*, p. 208, §361.

⁴⁵⁷⁵ *Idem*, p. 214, §378.

O crédito de António Vieira perante o monarca teria passado a grandes e rápidos excessos⁴⁵⁷⁶. Suas “maquinações perniciosas” teriam bloqueado o Palácio e Gabinete régios⁴⁵⁷⁷. Com a morte de D. João IV Portugal passa à regência de D. Luísa de Gusmão e, de acordo com a *Deducção*, toda a sua Corte era jesuíta⁴⁵⁷⁸. Tais padres teriam conseguido, no período regencial, “estabelecer hum fechado monopolio de Governo, e hum absoluto dispotismo na Corte, e no Reyno, onde forão irresistiveis arbitros”⁴⁵⁷⁹. A finalidade deles era vil:

prosequirem o mesmo systema, que antes havião maquinado, e concordado entre si: Isto he, o systema de arruinaem toda a Authoridade Regia, e destruirem com discordias intestinas, e divisões dos Vassallos, todas as forças, e toda a consistencia da Nação Portuguesa, para a dominarem.⁴⁵⁸⁰

Aqui está a grave acusação de responsabilidade feita aos jesuítas: responsabilidade por causar distúrbios e convulsões, por maquinar de maneira metódica contra a monarquia a fim de controlar o cenário da política portuguesa visando moldá-la de acordo com seus próprios interesses. Atitudes inadequadas para uma Ordem religiosa, mas compatíveis com uma Companhia, chamada de Jesus, eivada de “feroz soberba, e da sua hydropica, e atrocissima cubiça” e que havia realizado na Corte lisboeta “systematicos, e crueis Estratagemas”, com eles conspirando “para a ruina desta florescente Monarquia, a qual elles fizeram infelliz”⁴⁵⁸¹.

Na narrativa entra novamente em cena António Vieira que, sustentado pelas profecias de Bandarra, escreveu a obra *Esperanças de Portugal*, na qual predizia a ressurreição de D. João IV.

Talvez a maior culpa imposta aos jesuítas na *Deducção* seja a de conspirar contra a ascensão ao trono do futuro D. Afonso VI em favor de seu irmão, D. Pedro. A rainha regente teria sido

por elles atormentada com suggestões, e urgencias espirituas de consciencia, em tal fórma, que vierão a precipitalla nos maiores, e mais extremosos excessos, com que se podia manifestar a pertinaz obstinação dos ditos Regulares no temerario intento de calumniarem, prostituirem, e esbulharem o dito Senhor Rey D. Affonso da honra, da fama, e do Reyno.⁴⁵⁸²

Ao Pe. Vieira, um dos participantes da junta convocada para discutir sobre o futuro ocupante do trono português, é outra vez falsamente atribuído um *Papel*, “sahido como aborto” de sua “sacrilega temeridade, e (...) turbulento Espirito (...), para calumniar, e denegrir a Real Pessoa daquelle Monarca”⁴⁵⁸³.

António Vieira, na oposição a D. Afonso VI, é retratado como uma arma da Companhia de Jesus de reconhecida eficácia que, carregada com interpretações proféticas, transtornava, iludia e alienava Lisboa “até o ponto de serem os Conselhos, os Sermões, e os Votos Politicos do mesmo malicioso, e turbulento Antonio Vieira, geralmente louvados, e seguidos, com huma crença semelhante á que todos devemos aos mysterios da Fé, e ás Decisões da Santa

⁴⁵⁷⁶ Vd. *Idem*, p. 215, §379.

⁴⁵⁷⁷ Vd. *Idem*, p. 226, §397.

⁴⁵⁷⁸ Vd. *Idem*, p. 226, §398.

⁴⁵⁷⁹ *Idem*, p. 226-7, §399.

⁴⁵⁸⁰ *Idem*, p. 227, §399.

⁴⁵⁸¹ *Idem*, p. 229, §402.

⁴⁵⁸² *Idem*, p. 256, §435.

⁴⁵⁸³ Vd. *Idem*, p. 260-1, §441. Citação na p. 260.

Madre Igreja”⁴⁵⁸⁴. Havia, dizia o autor da *Deducção*, uma “supersticiosa, e cega crença” no “façanhoso Antonio Vieira, universalmente ouvido, e venerado como Oraculo da Theologia, da Politica, e da Jurisprudencia”⁴⁵⁸⁵.

A eficácia em conseguir alcançar intentos políticos era observável, como deixa entrever o autor da *Deducção*, não só no Pe. Vieira, mas na Companhia de Jesus como um todo. Em sucessivos reinados, a ambição jesuítica havia se feito presente e gerado frutos hediondos:

O Senhor Rey D. João III, rendendo toda a sua Authoridade Regia, e todos os interesses da sua Coroa, á soberba, á hypocrisia, e á hydropica cubiça de Simão Rodrigues: O Senhor Rey D. Sebastião desnaturalizado inteiramente do amor, e respeito á sua Augusta Avó; e alienado até do conhecimento de si mesmo; para sacrificar aos Jesuitas, Luiz Gonsalves, Gaspar Mauricio, e Amador Rabello, a Pessoa, a Monarquia, a Vida e a Fama: O Senhor Rey D. Henrique tambem desnaturalizado do affecto de sua Serenissima Sobrinha a Senhora Duqueza Dona Catharina, e do amor da Patria; para fazer sacrificio de ambas, e até da Justiça, e da sua propria reputação, á mesma Sociedade Jesuitica: O Senhor D. Theodosio, Primogenito do Senhor Rey D. João IV, tambem alienado do respeito de seu Augustissimo Pay, e até de si mesmo, para fazer os seus pontos de vista principaes os de ser não só Jesuita, mas tão humilhado subdito daquela Sociedade: E ultimamente a Senhora Rainha Dona Luiza da mesma sorte desnaturalizada de seu Augusto Filho; e igualmente alienada de si mesma, para fazer victimas da mesma horrorosa Sociedade a sua Real Pessoa, o seu Real Nome, o seu Rey, juntamente seu Filho; e o socego público com (...) estragos, e excessos (...).⁴⁵⁸⁶

O Pe. António Vieira, aquele “agigantado Colosso daquelle consultado Oraculo dos Arcanos futuros”, aquele “Interprete infallivel não só dos Profetas Canonicos, mas até dos Adivinhadores por elle inventados”, aquele “Fundador da Nova Arte de enganar os Póvos”, foi sentenciado pelo Santo Ofício, o que desafiou “para a mais colérica, e sanguinolenta vingança toda aquella indomita Sociedade, costumada depois de tantos annos a dominar sobre as Coroas, e sobre as Thiaras”⁴⁵⁸⁷.

A imagem da Companhia de Jesus legada à posteridade pela *Deducção* é a de estrategista, conspiradora e traiçoeira, um perigo que se quer demonstrar incontestável e comprovado a partir da exposição de muitas e nefastas maquinações, nas quais o Pe. Vieira teria tido um importante papel. Imagem bastante diferente daquela construída pelo jesuíta André de Barros duas décadas antes, ao dar à impressão

a desejada Historia da Vida do Grande Padre ANTONIO VIEYRA, cujas acções foraõ em tudo sublimes, cujos talentos sobre o cõmum da Providencia eminentes, e cujas virtudes raras. Ajuntou neste só homem o Creador as prendas, que divididas podiaõ ornar, e fazer illustres a muitos; e póstas nelle, formáraõ sem controversia hum Heróe.⁴⁵⁸⁸

⁴⁵⁸⁴ *Idem*, p. 268-9, §454.

⁴⁵⁸⁵ *Idem*, p. 273, §460.

⁴⁵⁸⁶ *Idem*, p. 277, §467.

⁴⁵⁸⁷ *Idem*, p. 423, §700. Tal investida da Inquisição portuguesa contra o Pe. Vieira constaria em: SYLVA, Joseph de Seabra da. **Collecção das provas que forão citadas na parte primeira, e segunda da Deducção chronologica, e analytica, e nas duas petições de recurso...** Lisboa: Na Officina de Miguel Manescal da Costa, 1768, (Prova Num. XLV, Sentença, que os Ministros do Santo Officio da Inquisição de Coimbra proferirão contra o Impostor Jesuita Antonio Vieira, p. 85-108).

⁴⁵⁸⁸ BARROS, André de. **Vida do Apostolico Padre Antonio Vieyra... op. cit.**, Noticia Previa, s/p.

Afinal, o “elevado assumpto” de sua obra era “O Padre ANTONIO VIEYRA, gloria da nossa Nação, inveja das estranhas, lustre immortal da Companhia de JESUS”⁴⁵⁸⁹, “honra de Portugal, e admiração do Mundo”⁴⁵⁹⁰, dono de maravilhosas prendas naturais e de grande ânimo e coração⁴⁵⁹¹. Jesuíta incansável e incomparável, um “Argos vigilante”⁴⁵⁹², de “acérrimo, e perspicáz juízo”⁴⁵⁹³, de “ardente zelo, e fôrte espirito”⁴⁵⁹⁴, “espirito de fogo, e de luz”⁴⁵⁹⁵ que, segundo o biógrafo, teria posto empresas nos “hombros, para ajudar como Hercules ao venturozo Atlante da Monarchia”⁴⁵⁹⁶ e que teria sido alvo constante de inveja e infortúnios, o Inferno apostando “sempre a impedir os passos, e vir ás mãos com o grande VIEYRA”⁴⁵⁹⁷. Um “Varão fôrte, a quem Deos fez grande com dotes grandes, e com iguaes adversidades”⁴⁵⁹⁸.

Diz ainda que “Toda a vida deste Heróe Portuguez he huma perpetua techedura de acções memoraveis em obsequio da pátria, já desvelando-se sobre o temporal, e felicidades da Coroa, já com Apostolico zelo sobre o espirital dos vassallos”⁴⁵⁹⁹. André de Barros parece concordar com a citação em que D. Diogo Justiniano, Arcebispo de Cranganor, atribuiu o título de “gigante” ao Pe. Vieira em inúmeros aspectos na censura feita ao tomo XII de seus *Sermões*, impresso em 1699⁴⁶⁰⁰.

Se lermos a *Reposta Compulsoria a’ Carta Exhortatoria, para que se retrate o seu author das calumnias que proferio contra os Reverendissimos Padres da Companhia de Jesus da Provincia de Portugal*, escrita por Francisco de Pina e de Mello provavelmente em 1755⁴⁶⁰¹, veremos que ao Pe. Vieira não foi dado destaque proporcional ao que seria dado na *Deducção*, impressa doze anos depois. Na *Reposta* o vemos mencionado poucas vezes: como “inimitavel” que condecorava a província brasílica com sua filiação⁴⁶⁰² ou na citação da *Carta Exhortatoria* de 1753, em que o Exortador lembra que já “Desaparecerão os Mendoças, e os Barradas, os Sás, e Vieiras, os Fagundes, e os Fragosos, insignes escripturarios, eloquentes Pregadores, e famosos Theologos, e Juristas, &c.”⁴⁶⁰³.

É interessante perceber que ao elencar “Jesuitas, que encherão o Mundo de assombro com a sua erudição, com a sua eloquencia, com a sua doutrina”, apenas os primeiros que vieram à memória de Mello, como ele afirma, ele não tenha incluído o nome de António Vieira⁴⁶⁰⁴. O local em que ele louvaria o célebre pregador seria outro, destinado à defesa contra o argumento do Exortador da inabilidade dos escritores jesuítas:

⁴⁵⁸⁹ *Idem*, Livro I, p. 1, §I.

⁴⁵⁹⁰ *Idem*, Livro IV, p. 498, §CCXLIX.

⁴⁵⁹¹ Vd. *Idem*, Livro V, p. 661-3, §CCLXXIII e §CCLXXV.

⁴⁵⁹² *Idem*, Livro III, p. 308, §LXXVI.

⁴⁵⁹³ *Idem*, Livro II, p. 201, §CLII.

⁴⁵⁹⁴ *Idem*, Livro II, p. 128, §XXV.

⁴⁵⁹⁵ *Idem*, Livro II, p. 201, §CLI.

⁴⁵⁹⁶ *Idem*, Livro I, p. 27, §XLVII.

⁴⁵⁹⁷ *Idem*, Livro II, p. 118, §II.

⁴⁵⁹⁸ *Idem*, Livro III, p. 279, §XXIII. Vd. ainda o item **De sua paciencia e perseguições**: *Idem*, Livro V, p. 598-602, §CLIV-CLXI.

⁴⁵⁹⁹ *Idem*, Livro V, p. 639, §CCXXXIII. Vd. o item inteiro em que esse parágrafo está contido: *Seu amor, e serviços á pátria*, p. 639-46, §CCXXXIII-CCXLVII.

⁴⁶⁰⁰ Vd. VIEIRA, António. **Sermoens do P Antonio Vieyra... Parte duodecima...** Lisboa: Na Officina de Miguel Deslandes, à custa de Antonio Leyte Pereyra, 1699. (*Do Paço. Censura do Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor Dom Diogo Justiniano, Arcebispo de Cranganor, do Conselho de Sua Magestade, &c.*, s/p). Citado em: BARROS, André de. **Vida do Apostolico Padre Antonio Vieyra... op. cit.**, Livro V, p. 651, §CCLIX.

⁴⁶⁰¹ MELLO, Francisco de Pina e de. **Reposta Compulsoria a’ Carta Exhortatoria, para que se retrate o seu author das calumnias que proferio contra os Reverendissimos Padres da Companhia de Jesus da Provincia de Portugal...** [S.l.: s.n.], (lic. 1755).

⁴⁶⁰² Vd. *Idem*, p. 17.

⁴⁶⁰³ *Apud. Idem*, p. 27.

⁴⁶⁰⁴ Vd. *Idem*, p. 82.

Nem me admira, que se achem estas frialdades em alguns dos Jesuítas Portuguezes, depois que a sua Provincia deu ao espanto universal a eloquencia do grande Padre Antonio Vieira, pois parece que todos os espiritos da Companhia se despojarão das suas labaredas para as ajuntarem na elegantissima alma deste portentoso Orador; da mesma sorte que em hum cristalino ponto do espelho ustorio convoca o Sol toda a immensidade dos seus raios; pois só por este modo se podiaõ renovar os incendios, que tinhaõ sahido dos alentos de Cicero, e Demosthenes (...).⁴⁶⁰⁵

Após a criação da Real Mesa Censória, em 1768, esses escritores jesuítas teriam muitas de suas obras proibidas por uma série de editais. O do dia 10 de junho visava os membros da Companhia de Jesus e, de maneira particular, utilizando-se de informações contidas na *Deducção*, o Pe. Vieira⁴⁶⁰⁶. Nele foi condenado ao fogo o livro *Ecco das vozes saudosas*⁴⁶⁰⁷, curiosamente uma resposta do jesuíta em sua defesa em relação a uma falsa atribuição⁴⁶⁰⁸. *A Apologia a favor do Reverendo Padre António Vieira da Companhia de Jesus*, de 1717⁴⁶⁰⁹, por sua vez, foi analisada em 1769 por António Pereira de Figueiredo, que sugeriu que a obra fosse proibida por ser injuriosa à Nação e prejudicial ao progresso das letras em Portugal, dizendo tratar-se de “uma apologia atrevida e sofisticada de todos aqueles pensamentos oratórios com que (...) Vieira se fez tão venerado no seu século como ridicularizado no nosso”⁴⁶¹⁰.

⁴⁶⁰⁵ *Idem*, p. 84.

⁴⁶⁰⁶ EDITAL da Real Mesa Censória datado de 10 de Junho de 1768. Lisboa: António Rodrigues Galhardo, 1768.

⁴⁶⁰⁷ VIEIRA, António. **Ecco das vozes saudosas formado em huma Carta Apologetica, escrita... pelo insigne Padre Antonio Vieira... ao Padre Jacome Iquazafigo... da mesma Companhia...** Lisboa: Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1757. Vd. MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. **A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005, (p. 521-4).

⁴⁶⁰⁸ Na década de 1680, na Espanha, apareceu uma notícia falseada sobre o auto de fé realizado em Coimbra em 1681 no qual se queimou uma estátua do Pe. Vieira afirmando que o jesuíta tinha de fato morrido na cerimônia. Ainda parte da intriga, afirmou-se que Vieira, ao saber da falsa notícia, escreveu em sua defesa uma carta injuriosa ao Bispo de Málaga, Fr. António de São Tomás, ofendendo não só a ele, mas a toda a Ordem de São Domingos da qual era membro. Essa carta atribuída ao Pe. Vieira, escrita pelo jesuíta Juan Cortés Ossorio (**Copia de uma Carta que el P. Antônio Vieyra, de la Compañía de Jesús, escribió a un Señor Obispo del Orden de Predicadores.** Córdoba: [s.n.], 1686), serviria como pretexto para que se escrevesse uma resposta a ela – de autoria do dominicano Juan Ribas Carrasquilla, sob o pseudônimo de Theoscoto Tamvertusi Patavino (**Respuesta que da Theoscoto Tamvertusi Patavino a uma Carta que Antônio de Vieyra Monopanto escribió a un Obispo de la Orden de pregadores**). A tréplica foi escrita pelo Pe. Ossorio, sob pseudônimo (BORNA, Fris de la. **Respuesta Monopántica dirigida a Don Frisfris de la Borra, nuevamente confirmada con el nombre de Fiera-Bras Indain.** Reimpresa com el colf. «Salmaticae. Ann. 1686»). Ao ser informado do acontecido e de ter nas mãos o escrito em 1686, Vieira defendeu-se ponto por ponto das acusações a ele imputadas na *Carta apologética ao padre Jacome Iquazafigo*, de 30/04/1686, contida no *Ecco das vozes saudosas*. Vd. AZEVEDO, João Lúcio de. **História de Antônio Vieira... op. cit.**, t. II, p. 293-6; FOLCH, Luisa Trias. A obra do Padre António Vieira em Espanha. **Oceanos**, Lisboa, n. 30-31, p. 82-8, abr.-set. 1997, (p. 87-8).

⁴⁶⁰⁹ APOLOGIA a favor do reverendo Padre António Vieira, da Companhia de Jesus, porque se desvanece e convence o tratado que com o nome de Crisis escreveu contra ele a Reverendíssima Senhora D. Joana Inês da Cruz, religiosa de São Jerónimo, da província do México das Índias Ocidentais. Lisboa: Bernardo da Costa, 1717. Dava-se por autora a Soror Margarida Inácia, mas a obra foi atribuída ao Pe. Luís Gonçalves Ribeiro. Vd. MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. **A censura literária em Portugal... op. cit.**, p. 535.

⁴⁶¹⁰ *Apud. Idem, Ibidem.*

Nos editais da década seguinte os jesuítas foram tratados como inimigos da Religião e do Estado, possuidores de maldade intrínseca, de moral corrompida e relaxada e luciferino espírito de soberba e calúnia, utilizadores de malvadas estratagemas, com malignas ideias e interesses, perseguidores de perversos fins, como o de plantar a ignorância, a superstição e o fanatismo⁴⁶¹¹.

O Pe. André de Barros falava em investidas “contra todos os da Companhia” na qual se punham “em armas a tyrannia, a cobiça sempre insaciavel, e a sempre atrevida inveja”⁴⁶¹², praticamente os mesmos argumentos elencados pelo autor da *Deducção*, à diferença de que este último atribuía esses males à própria Companhia de Jesus. A opinião dos dois autores em relação ao Pe. Vieira também era sobremaneira distinta: a *Deducção*, um par de décadas depois, como vimos, mostraria um façanhoso Pe. Vieira, ocupado com diversas maquinações.

Maquinação poderia-se chamar também o ato de atribuir-se falsamente um escrito a um autor como António Vieira, o que foi feito não apenas em vida, mas mesmo muitos anos após a morte desse célebre jesuíta. Centremo-nos em apenas um desses escritos, a *Arte de furtar*.

O livro veio à luz como sendo de autoria do Pe. Vieira em 1744 em Lisboa através do impressor João Baptista Lerzo, apesar de na folha de rosto constar ter sido impresso em Amsterdã na Oficina Elvizeriana em 1652⁴⁶¹³. Dedicada a D. João IV, essa obra trata do mundo como um covil de ladrões, como uma “ladroeira, ou feira da ladra”⁴⁶¹⁴, e das muitas formas de furtar e dos tipos de ladrões, ensinando a conhecê-los, para os evitar, já que andavam disfarçados, merecendo ser castigados e não devendo ser admitidos nem tolerados nas repúblicas⁴⁶¹⁵.

Dividida em setenta capítulos, inicia-se com a explicação de que existe uma arte para furtar, uma ciência verdadeira⁴⁶¹⁶. Fala-se sobre formas de furtar e de ladrões, com exemplos de casos⁴⁶¹⁷. Ao tratar das unhas reais, demonstra como um rei pode ter unhas e mostra as “unhas Reaes de Castella; e como nunca as houve em Portugal”⁴⁶¹⁸, afirmando que “Ancora lançou Castella em Portugal, e ferrou a unha taõ rijamente, que o naõ largou por espaço de sessenta annos”⁴⁶¹⁹. D. João IV, portanto, neto de D. Catarina, naõ merece nome de tirano, porque não o merece

quem toma o que he seu (...): antes merece titulo de Principe moderado; porque offerecendose-lhe muitas occasioens de se restituir, dissimulou, esperando conjunção de o fazer com socego, e sem damno de seus póvos: os quais hoje governa, conserva, e defende muito melhor que Philippe (...).⁴⁶²⁰

⁴⁶¹¹ Sobre os editais da Real Mesa Censória de 12/12/1771, 30/04/1772, 28/04/1774, 09/12/1774 e 06/03/1775, vd. *Idem*, p. 527-34.

⁴⁶¹² BARROS, André de. *Vida do Apostolico Padre Antonio Vieyra... op. cit.*, Livro III, p. 318, §LXLVII.

⁴⁶¹³ VIEIRA, António. *Arte de furtar, espelho de enganos, theatro de verdades, mostrador de horas minguadas, gazu'a geral dos Reynos de Portugal...* Amsterdam: Na Officina Elvizeriana, 1652. Esgotada a primeira edição, saiu uma segunda, “correcta, e emendada de muitos erros”, na qual utiliza-se igualmente uma *fausse-adresse*: VIEIRA, António. *Arte de furtar, espelho de enganos, theatro de verdades, mostrador de horas minguadas, gazua geral Dos Reynos de Portugal... Correcta, e emendada de muitos erros...* Amsterdam: Na Officina de Martinho Schagen, 1744. Foram feitas ainda outras duas edições com o mesmo pé de imprensa dessa segunda edição. Vd. MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. *A censura literária em Portugal... op. cit.*, p. 609-11.

⁴⁶¹⁴ VIEIRA, António. *Arte de furtar... op.cit.* Amsterdam: Na Officina Elvizeriana, 1652, Cap. III, p. 17.

⁴⁶¹⁵ *Idem*, *Dedicatória a D. João IV, s/p.*

⁴⁶¹⁶ Vd. *Idem*, Cap. I-III, p. 1-19 (Cap. I, p. 1-8).

⁴⁶¹⁷ Vd. *Idem*, Cap. IV-XIII, p. 19-75.

⁴⁶¹⁸ Vd. *Idem*, Cap. XIV-XVII, p. 75-162 (Cap. XVI, p. 86-149).

⁴⁶¹⁹ *Idem*, Cap. XVI, p. 88.

⁴⁶²⁰ *Idem*, Cap. XVI, item Reposta da Senhora Dona Catharina contra as razoens delRey D. Filippe, p. 122-3.

Após uma explanação sobre o que seriam unhas pacíficas e unhas militares⁴⁶²¹, o autor passa, em cada capítulo, a dedicar-se a explicar, e exemplificar, o que são diversos tipos de unhas. Em intervalos da descrição das unhas há considerações sobre questões polêmicas e, de forma mais detida, sobre os conselhos e conselheiros, a prática da confiscação de bens pelo Tribunal do Santo Ofício e a jurisdição dos reis sobre os sacerdotes⁴⁶²². Por fim, o autor apresenta como solução para o problema da ladroice três “tesouras” para cortar unhas – a Vigia, a Milícia e o Degredo⁴⁶²³ – e três desenganos a todas as unhas⁴⁶²⁴.

Em decorrência da publicação dessa obra que contém inúmeras denúncias e que se dirige muitas vezes ao rei para aconselhá-lo, surgiram vários textos sobre sua autoria, como a *Carta apologética* (1744) do Pe. Francisco José Freire, sob pseudônimo de Cândido Lusitano⁴⁶²⁵, que desmentia a autoria do Pe. Vieira. Apenas ao ler o título, como ele aponta, logo entrou “na presumpção, de que não era obra do celebre Padre Antonio Vieira, mas que fora atrevimento de alguém, que para segurar o lucro, o publicara em seu nome”⁴⁶²⁶.

Para ele, a *Arte de furta*r não tem nem o estilo nem o espírito do Pe. Vieira⁴⁶²⁷ e a impossibilidade de o jesuíta ser o autor da obra tinha relação com sua virtude e vida religiosa, além de suas muitas ocupações e pouca prática no governo da República⁴⁶²⁸. O Pe. Freire duvida também dos dados de impressão contidos na obra e coloca em pauta alguns questionamentos críticos: como ninguém saberia da existência da obra? Como o Pe. Vieira nunca a teria mencionado? Por que imprimir na Holanda? Afinal, diz o crítico, se o livro fosse do agrado de D. João IV, por que imprimiria fora de Portugal? E, se desagradasse ao monarca, por que escreveria o seu nome na capa?⁴⁶²⁹ A esta pergunta ele mesmo adianta uma réplica:

Não haja quem frivolumente querendo responder a isto, diga, que o mandaria imprimir com nome supposto, e que constando em Amsterdaõ ser elle o seu verdadeiro Author, o imprimiraõ com o seu nome, sem elle ser sabedor; porque a ser isto assim, já teriamos antes lido em alguma parte de seus Escritos alguma justificação, assim como lemos queixa sobre os Sermões, que alguns ambiciosos de fama ignorantemente publicaraõ em seu nome.⁴⁶³⁰

O Cândido Lusitano afirmava, observando as características tipográficas da obra, que a mesma havia sido modernamente impressa em oficina portuguesa. António Vieira não era seu autor, pois nela se viam impropriedade de palavras, erros, anacronismos e mentiras. Para o crítico, na obra há demonstrações de que o Pe. Vieira não é o “Author de tal *Arte* verdadeiramente de furta, pois até lhe rouba o seu nome”⁴⁶³¹. Mostradas as razões para questionar tal autoria, o Pe. Freire expõe o motivo que o levou a escrever sua *Carta*:

quero, que saiba a posteridade, que se houve quem se atrevesse ou para segurar o seu lucro, ou para fazer mais plausivel a sua empreza, a imprimir em tal Livro o immortal nome de taõ Veneravel Escritor; tambem igualmente houve, quem como zeloso nacional soube desaggravar a sua illustre memoria de taõ evidente testemunho.⁴⁶³²

⁴⁶²¹ Vd., respectivamente, *Idem*, Cap. XVIII-XIX, p. 162-75 e Cap. XX-XXII, p. 175-203.

⁴⁶²² Vd., respectivamente, *Idem*, Cap. XXX, p. 247-68; Cap. XL, p. 325-31; Cap. L, p. 383-9.

⁴⁶²³ Vd. *Idem*, Cap. LXVII-LXIX, p. 484-97.

⁴⁶²⁴ Vd. *Idem*, Cap. LXX, p. 497-512.

⁴⁶²⁵ LUSITANO, Cândido. *Carta apologetica, em que se mostra, que não he author do livro, intitulado arte de furta o insigne P. António Vieira...* Lisboa: Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1744.

⁴⁶²⁶ *Idem*, p. 2.

⁴⁶²⁷ *Idem*, p. 3.

⁴⁶²⁸ *Idem*, p. 5.

⁴⁶²⁹ *Idem*, p. 8-10.

⁴⁶³⁰ *Idem*, p. 10.

⁴⁶³¹ *Idem*, p. 24-5.

⁴⁶³² *Idem*, p. 25.

Dois anos depois da *Carta Apologética* veio à luz a *Dissertação apologética e dialogística* (1746) de Francisco Xavier dos Serafins Pitarra⁴⁶³³, que afirmava que a *Arte de furto* havia saído da pena do Pe. Vieira, e a tréplica, o *Vieira defendido* (1746), também do Pe. Freire, oferecida ao público pelo editor literário Francisco Luiz Ameno⁴⁶³⁴. São palavras deste último, na dedicatória a Joseph Felix Rebello:

Confesso, que não foy só a amizade a que me levou a fazer este obsequio; levou-me igualmente o attender, que era escritura, em que este amigo defendia não menos a sua reputação, que a honra da immortal memoria do grande Vieira, a qual (parece que à contenda) andaõ perseguindo huns cegos, ou por ignorantes, ou por tenazes, ou tambem por ostentarem huma inutil erudição. Aquella circumstancia de ser Portuguez, e grande entre os mayores, quando parecia, que lhe perdoaria por ser já morto, ainda hoje se empenha em o deslustrar, levantandolhe testemunhos taõ falsos, como indignos. Empenhaõ-se muitos em fazer descer huma penna, que tanto subio; empenhaõ-se em mostrar, que as conhecidas virtudes deste Varaõ não se elevaraõ tanto, quanto he fama constante, e se lerá brevemente na sua dilatada Vida. Persuado-me que nesta parte não se obra com malicia; mas esta he a consequencia, que devem tirar aquelles poucos verdadeiros zelosos, vendo que o fazem Author da Arte de Furto, livro em muitas, e muitas partes indigno de huma penna Apostolica, e de hum Habito religioso.⁴⁶³⁵

A obra foi escrita em forma de diálogo apologético entre dois interlocutores com nomes significativos, Amaro e Honorato, o segundo representando o próprio Pe. Freire. Amaro apresenta o “papelinho” criticando a *Carta Apologética – a Dissertação apologética e dialogística* – a Honorato, que se defende, ponto por ponto, esclarecendo seus argumentos e contestando os de seu Antagonista. Ele volta, então, a tecer considerações e questionamentos:

Se talvez o motivo, que teve o Padre Vieira, foy o escrupulo de fallar taõ claro em materias de tanto pezo, como o não teve quando o estava compondo? Este Varaõ, se compozera tal livro, he certo, que havia ser por zelo; e sendo assim, porque não o havia publicar ao menos pelos politicos? Para que havia consentir, que este não conseguisse o fim para que o compozera? Ficando occulto, ficavaõ as velhacarias causando o mesmo escandalo. (...) Se se disser, que o Padre Vieira não o compozera por zelo, mas sim por satyra, he huma inaudita temeridade, que só poderá dizer quem ignorar as virtudes deste Veneravel Varaõ: logo he preciso, que fosse por zelo; e sendo assim, porque não publicou essa Obra, publicando tantos escritos, em que mostrava alguns máos procedimentos do Reyno?⁴⁶³⁶

⁴⁶³³ PITARRA, Francisco Xavier dos Serafins. **Dissertação apologetica, e dialogistica, que mostra ser o author do livro arte de furto digno desvelo do engenho illustre do Padre Antonio Vieyra...** Lisboa: Officina Sylviana, 1746.

⁴⁶³⁴ FREIRE, Francisco José; AMENO, Francisco Luiz (ed. lit.). **Vieira defendido, dialogo apologetico, em que se mostra, que nao he o verdadeiro author do livro intitulado arte de furto o Padre Antonio Vieira...** Lisboa: Regia Officina Sylviana e da Academia Real, 1746.

⁴⁶³⁵ *Idem*, s/p.

⁴⁶³⁶ *Idem*, p. 19.

O Pe. Freire sugere dois possíveis autores para a *Arte de furtar*: o Desembargador João Pinto Ribeiro, como sugerido no *Mappa de Portugal*, e, provavelmente usando de ironia, o seu Antagonista, Francisco Pitarra⁴⁶³⁷. Afirma mais uma vez a improbabilidade de a *Arte de furtar* ter saído da pena do Pe. Vieira já que disso não se tem notícia. Sabia o defensor do jesuíta que “O Padre Vieira, quando vivo, estava bem costumado a ver Obras de diversos Autores impressas com o seu nome, e não se queixava elle pouco: ainda agora depois de morto o persegue a mesma desgraça”⁴⁶³⁸.

O autor do *Vieira defendido* demonstra a fraqueza do argumento de Pitarra de que o Pe. Vieira é o autor da *Arte*, já que o mesmo “diz, que não affirma ser toda a *Arte* Obra de taõ grande Escriitor; mas que o substancial della não póde ser de outra idéa, que não seja a sua”⁴⁶³⁹. O Pe. Freire afirma então, que o seu Contendor

entendeo, que dava mayor lustre à immortal memoria deste insigne Portuguez, e ao nome de Veneravel (...) fazendo-o Author de huma tal Obra, que do modo com que está escrita, entendo, que não se podia fazer sem algum peccado mortal; porque não são poucos os juizos temerarios, e as occasiões em que necessariamente infamaria a muitos pela singularidade dos casos.

(...)

Com que toda a *Arte* não he do Padre Vieira? Pois se não he, porque diz no principio, e em outras partes desse seu papel, que seu Author he o dito Padre? Tenho entendido, que o livro he de Vieira quando o meu Contendor quer e não he quando elle não quer (...). Persiste com tudo em dizer, que substancialmente he d'elle (...).⁴⁶⁴⁰

O motivo para se lançar o livro com a falsa autoria do Pe. Vieira mais uma vez é manifestado pelo Pe. Freire:

*Deos perdoe a quem, para segurar mais o seu lucro, levantou taõ falso testemunho à immortal memoria do saudoso Vieira, fazendo com que a Arte corresse em seu nome, como ainda nas outras edições corre in offenso pede (...). Porém a consolação que ha, he, que os zelosos da illustre memoria deste raro Homem não crem tal (...).*⁴⁶⁴¹

A discussão sobre a autoria atravessou os séculos, havendo estudiosos que afirmaram ser a *Arte de furtar* obra de – além de António Vieira – Tomé Pinheiro da Veiga, de João Pinto Ribeiro, do jesuíta Manuel da Costa, de António da Silva e Sousa, de António de Sousa de Macedo, de D. Francisco Manuel de Melo e de Duarte Ribeiro de Macedo⁴⁶⁴².

Nosso intento não era revelar o verdadeiro autor da *Arte de furtar*, mas mostrar as discussões envolvendo a atribuição ao Pe. António Vieira e os possíveis motivos apontados por leitores críticos coetâneos da impressão da obra em 1744, ou seja, quase cem anos após afirmam ter sido escrita e quase cinquenta anos após a morte do jesuíta: lucro, tornar mais plausível a empresa, perseguir e deslustrar o Pe. Vieira.

Esse é apenas um exemplo dos muitos em que se escreveu utilizando o nome de António Vieira para difundir discursos sobre diferentes temáticas e representando diversos

⁴⁶³⁷ *Idem*, p. 20-1.

⁴⁶³⁸ *Idem*, p. 22.

⁴⁶³⁹ *Idem*, p. 47.

⁴⁶⁴⁰ *Idem*, p. 48.

⁴⁶⁴¹ *Idem*, p. 65.

⁴⁶⁴² Vd. PENNA JÚNIOR, Afonso. **A Arte de Furtar e o seu Autor**. Edição comentada por Henrique Leal. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Expressa, 2009 (p. 48-9); TORGAL, Luís Reis. **Ideologia política e teoria do Estado na Restauração**, vol. 1. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1981, (p. 157-8 (nota 1)).

grupos e interesses, inclusive o de um governo preocupado em ofuscar o antigo brilho da Companhia de Jesus. Resta-nos investigar temas da polemística portuguesa a partir dos escritos pseudovieirinos e perscrutar os intuitos com que se escreveu utilizando falsamente o nome desse jesuíta.

MAL ARCEBISPO E JÁ GOVERNADOR: D.FR. MANOEL DE SANTA INÊS, ARCEBISPO E GOVERNADOR DA CAPITANIA DA BAHIA (C. 1762-1766)⁴⁶⁴³

Naira Maria Mota Bezerra⁴⁶⁴⁴
nairamariamota@gmail.com

Resumo: A partir de uma realidade observada ao longo império português, em que em ocasiões de vacância bispos assumiam temporariamente cargos de vice-reis ou governadores gerais, este trabalho busca apresentar, através da trajetória de d. fr. Manoel de Santa Inês, arcebispo e governador em Angola e em Salvador. As questões trazidas, ainda fruto do projeto de mestrado e um pouco desenvolvidas no primeiro semestre do mesmo apresentam pontos sobre a formação do governo, os motivos de vacância, com quais outros oficiais régios os arcebispos dividiram funções administrativas e quais as práticas governativas fr. Manoel de Santa Inês realizou no seu primeiro governo em Salvador.

Palavras chave: episcopado; governo interino; administração; arcebispo

No dia 28 de julho desembarcou no porto soteropolitano o arcebispo eleito da Bahia, d. fr. Manoel de Santa Inês, saído de Luanda, onde era bispo. Nos anos que ficou na Bahia, acabou sendo também por duas vezes, governador provisório da capitania, fato não inédito em sua trajetória, já que em Luanda, em 1748, também tinha governado o reino de Angola. Essa administração eclesiástica e civil faz a trajetória de d. fr. Manoel de Santa Inês um ponto de partida importante para o desenvolvimento de questões referentes a estrutura dos governos provisórios, suas ações políticas, a relação entre Igreja e Estado na época moderna e a perspectiva atlântica, cara à historiografia do império português, que analisa relação intra coloniais de um oceano, experiências e indivíduos foram partilhados⁴⁶⁴⁵.

O texto que hora se apresenta propõe, a partir da entrada do arcebispo no governo civil em 1762 e de alguns casos de ação eclesiástica e civil, observar uma estrutura muito maior que foi a presença de prelados no governo civil da capitania da Bahia. Buscando rever algumas questões do projeto para que melhor se defina as perguntas a serem analisadas na dissertação, mas também incluindo pesquisas documentais realizadas nesse primeiro semestre junto as contribuições trazidas pelas disciplinas cursadas.

⁴⁶⁴³ Uma primeira versão desse texto foi apresentado como requisito para nota na disciplina “Temporalidades e história: debate em torno da longa duração”, no programa de pós graduação em História da Universidade Federal Fluminense, ministrada pela professora Giselle Martins Venâncio, a quem agradeço às contribuições para o projeto. Também agradeço ao orientador prof . dr. Renato Franco pela leitura do mesmo e orientação do trabalho e ao CNPQ pela concessão da bolsa.

⁴⁶⁴⁴ Mestranda Universidade Federal Fluminense

⁴⁶⁴⁵ Estudos prosopográficos dos bispos e arcebispos do mundo português moderno apontam que é rara a transferência entre espaços coloniais, o fluxo comum é de Lisboa-Ultramar ou Ultramar-Lisboa. D. fr. Manoel de Santa Inês é, para a segunda metade do século XVIII, o único exemplo . Cf. PAIVA, José Pedro. **Os bispos de Portugal e do Império (1495-1777)**. Coimbra: Editora Universidade de Coimbra, 2006

O trabalho com governos interinos começou na Iniciação Científica na Universidade Federal da Bahia quando foram levantados todos os casos de governos provisórios para capitania da Bahia tal como o motivo da formação do governo, sua composição, por quanto tempo existiu e quem foi o titular enviado pela coroa para substituí-los⁴⁶⁴⁶. Os governos interinos são governos provisórios que ocorreram por ausência do titular do cargo, por motivo de morte ou desencontro entre partidas e chegadas dentre os titulares. Nesse tempo vago, por qualquer um desses motivos, cargos como o de governador do estado do Brasil era muito importante e com demandas administrativas ininterruptas para ficar vacante. Assim se formava os governos – ou juntas – provisórios⁴⁶⁴⁷.

O primeiro caso de vacância aconteceu em 1587 quando faleceu o governador Manuel Teles Barreto⁴⁶⁴⁸. Quem assumiu o cargo foi o provedor mor da Fazenda Real, Cristovão Barros e o bispo da Bahia, D. Antônio Barreiros. Desde esse primeiro caso e por todo período colonial o que se observa é que os prelados estiveram na composição do governo provisório civil. A Bahia teve em seu período colonial 14 casos de vacâncias, dos quais 11 contaram com a presença de homens de Igreja. Três momentos de exceção foram em 1676 e 1761 quando o bispado estava sem titular, ou seja, Sé vacante e 1767 quando o mesmo arcebispo participa novamente governo provisório⁴⁶⁴⁹. Do ponto de vista eclesiástico, 11 dos 35 prelados que passaram pela arquidiocese baiana colonial dividiram suas funções religiosas com funções administrativas civis.

Além dos prelados, os governos provisórios contam com outras autoridades coloniais na sua composição que são a autoridade da justiça, que depois de 1609 foi a pessoa do Chanceler da Relação e a mais alta patente militar, podendo ser ou coronel ou mestre de campo mais antigo⁴⁶⁵⁰. Nesses 13 casos não necessariamente todos os governos provisórios tiveram as 3 autoridades. Por vezes aconteceram de estarem o bispo e o chanceler ou o bispo e o mestre de campo ou coronel ou, nos dois casos sem bispos, chanceler e coronel. Somente em um momento o governo provisório se concentrou na mão de uma autoridade: em 1688, d. fr. Manoel da Ressurreição, quinto arcebispo da Bahia, governou sozinho por dois anos quando o governador Mathias da Cunha faleceu⁴⁶⁵¹.

⁴⁶⁴⁶ Durante os anos de iniciação científica na Universidade Federal da Bahia, o projeto intitulado “Servindo à mitra e à coroa: arcebispos no governo civil na Bahia”, sob orientação do prof. Dr. Evergton Sales Souza, pude levantar um quadro geral sobre os arcebispos no governo provisório da Bahia e da América portuguesa. O projeto se tornou projeto de mestrado e hoje vem sendo desenvolvido na Universidade Federal Fluminense com um recorte específico para a segunda metade do século XVIII.

⁴⁶⁴⁷ A partir dos termos de posse encontrados no Arquivo Histórico Ultramarino, doravante AHU, foi possível construir um quadro geral de todos os governos provisórios. Também se contou com análise de textos escritos no período colonial como CALDAS, José Antonio. **Notícia Geral da Capitania da Bahia**. Edição facsimilar, 195; PITTA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa**. Edições do Senado Federal, Conselho Editorial, 2012; VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no século XVIII**. Salvador: Itapuã, 1969. Volume II

⁴⁶⁴⁸ PITTA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa**. Edições do Senado Federal, Conselho Editorial, 2012

⁴⁶⁴⁹ Este é o caso de d. fr. Manoel de Santa Inês que assume em 1762 e em 1767. Apesar do texto ter um foco maior neste arcebispo, não tratarei do segundo governo provisório que ele participa, questão que ficará para estudos futuros. Para a posse do segundo governo, conferir AHU, Castro Almeida, Cx 60, doc. 11371-11444

⁴⁶⁵⁰ Segundo Stuart B. Schwartz, “O chanceler era a verdadeira liderança do Tribunal da Relação, o juiz supremo”. Cf. SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. P. 32. Ainda é preciso mencionar que essa maneira de composição foi observada nos termos de posse de cada governo. Como a historiografia não se ocupou ainda da questão, apenas uma obra de Jhow Russel Wood em governadores e agentes é a única bibliografia que faz menção a essa constante. Cf. RUSSEL-WOOD, Anthony J. Governantes e agentes. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) **História da Expansão Portuguesa**. Lisboa: Círculo de leitores, 1998, vol. 3.

⁴⁶⁵¹ BEZERRA, Naira Mota. **Entre o báculo e a espada**: D. Fr. Manoel da Ressurreição, arcebispo e governador geral do Brasil (1688-1690). Texto apresentado no IV Encontro de Jovens Investigadores em História Moderna, junho 2015, Porto, Portugal. Disponível em:

Até o presente momento não apareceu para as outras capitanias da América portuguesa nem para outros domínios portugueses no Atlântico sul um caso semelhante ao governo do d. fr. Manoel da Ressurreição⁴⁶⁵². Na altura em que ocorreu a vacância, o chanceler Manoel Carneiro de Sá acusa o arcebispo de não dividir com ele as questões governativa, já que como por prática comum devia acontecer⁴⁶⁵³. A querela gera uma série de correspondências ao rei que ao fim expede uma ordem que dá ao arcebispo posse total do governo geral do Estado do Brasil⁴⁶⁵⁴.

Este caso é interessante por muitos ângulos. Mas buscando entender como se deu os contornos dos governos provisórios para da Bahia colonial, ele leva a refletir sobre o fato que a única vez que um governo interino se concentra nas mãos de um indivíduo, foi justamente o arcebispo. Isso talvez possa indicar que o arcebispo tenha um poder equivalente ao governador? Juntando essa informação com a presença de eclesiásticos, formados e enviados para América para exercerem funções religiosas e espirituais, mas que também assumem cargos civis quando necessário, isso pode ser um forte indício. Para historiografia, questões como estas colaboram para ajudar a descortinar a relação entre Igreja e Estado como mantedora da sociedade colonial, em um mundo de Antigo Regime onde as imbricações são maiores e mais comuns do que os olhos do século XXI podem entender.

Por um lado, um objetivo do trabalho é questionar é como foi a atuação destes homens de Igreja na administração civil a partir da análise das práticas governativas destes governos provisórios os quais fizeram parte. Por outro, ainda retomando o que chamo de contornos gerais sobre a formação desses governos, a questão que se coloca é porque o arcebispo, chefe religioso assumiu essas funções? Dentre tantas outras autoridades coloniais, mais íntimas da administração civil, ou até mesmo somente a autoridade da justiça e militar, qual a vantagem que viu a coroa em um homem de Igreja naquela função?

De forma muito breve, é preciso mencionar que a lei que regulamentou a composição em casos de governos provisórios para América portuguesa só é escrita só é escrita e publicada em 1770. O motivo que levou à normatização de uma prática como de quase 200 anos ainda é obscuro. Talvez seja parte de um contexto de reformas empreendidas pelo marquês de Pombal que na segunda metade do século XVIII se propôs a redefinir a jurisdição de Portugal e seu império⁴⁶⁵⁵.

O alvará perpétuo de sucessão expedido no dia 12 de dezembro de 1770 no Palácio da Ajuda e assinada pelo rei d. José e seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo e ordena que:

Eu El Rei [...] por bem, e mando que todas as vezes, que acontecer faltar quaesquer dos sobreditos Vice-Reis, Governadores, e Capitães Generaes das sobreditas Capitanias, ou Governadores dellas, ou seja por causa de morte, ou de ausencia dilatada do districto das mesmas

http://ejihm2015.weebly.com/uploads/3/8/9/1/38911797/naira_m.m.bezerra_ejihm_2015.pdf, acesso em 31/08/2016

⁴⁶⁵² Um exaustivo levantamento dos casos de prelados governadores fez parte do projeto e será publicado em forma de texto nos anais do VI Encontro Internacional de História Colonial, em setembro de 2016.

⁴⁶⁵³ Encontramos dois documentos que mostram a existência de querelas entre o arcebispo e o chanceler da Relação. O primeiro refere-se à má vontade de registrar, em 1688, a posse do arcebispo como governador na Secretaria de Estado. Lisboa, 28 de outubro de 1690 IN: **Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia**, volume segundo, doc. 87. O segundo, datado de 1689, trata da divisão de propinas de governo e vê-se o chanceler acusar o arcebispo de não querer reparti-las. IN: AHU, Luíza da Fonseca, Cx. 29, Doc 3549.

⁴⁶⁵⁴ *Ideem*.

⁴⁶⁵⁵ MONTEIRO, Nuno G. D. **José** – na sombra de Pombal. Lisboa: Círculo de leitores, 2008; KANTOR, Íris. Novas expressões da soberania portuguesa na América do Sul: impasses e repercussões do reformismo pombalino na segunda metade do século XVIII. IN: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Fátima (Orgs.). **Coleção o Brasil colonial 1720-1821**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, vol. 3

capitanias, ou por outro qualquer acontecimento, que requeira prompta providencia sobre a Successão do mesmo Governo: Succedão, e entrem nelle o Bispo da Diocesi, e na sua falta do Deão; o Chanceller da Relação; e o Official de Guerra de Maior Patente, ou que for mais antigo na igualdade dellas⁴⁶⁵⁶

O alvará segue descrevendo como proceder nos casos de capitanias que não contam com bispos ou chanceler da Relação, que não é o caso já que a Bahia tinha Tribunal da Relação e arcebispado. Também expõe qual cargo assumiria caso no momento de vacância não houvesse autoridade judicial ou eclesiástica.

Com tantas possibilidades temporais, a opção pela segunda metade do século XVIII vem do fato que todos os arcebispos do período foram também governadores civis. D. José Botelho de Matos, d. Manoel de Santa Inês, d. Joaquim Borges de Figueirôa e d. Antônio Correia, respectivos arcebispos e substituto um do outro no arcebispado, também assumiram funções civis e esse é o único período na história em que uma sequencia como essa acontece. Nesse sentido, fica mais interessante observar a prática governativa dos governos provisórios a partir de questões comuns, perpassadas por todos, e as múltiplas maneiras que cada um deu conta.

Os bispos eram eclesiásticos que ocupavam lugar elevado na hierarquia da Igreja. Considerados sucessores dos apóstolos, tinham funções exclusivas como o ordenar novos sacerdotes; legislar e julgar por meio dos tribunais eclesiásticos; conceder permissão para pregação e confissão do clero além de funções evangelizadoras e catequéticas como atribuição de ordens sacras aos fiéis. Pelo episcopado passava toda a dinâmica da vida religiosa de modo que sem eles, esta estaria comprometida⁴⁶⁵⁷.

José Pedro Paiva chama atenção para o fato de o poder episcopal não se restringir à esfera religiosa estendendo-se aos campos econômicos, sociais, culturais e político. Ao longo da época moderna, a monarquia portuguesa percebeu o quanto o poder episcopal poderia servir para afirmação da autoridade do rei e do Estado. A partir dos desígnios do padroado régio, primeiro para o ultramar e depois para o Reino, a monarquia foi paulatinamente conseguindo ingerência nos assuntos eclesiásticos onde sua expressão máxima se encontrou no direito de apresentar os bispos para que a Santa Sé os sagraassem. Assim, a ordenação de novos prelados dependia do rei. Os bispos deviam-lhe fidelidade e subordinação. Essa relação, muito bem observada por Paiva, esclarece a dinâmica do Estado e da Igreja e a sua prática nas sociedades portuguesas e ultramarinas, afirmando que naquela conjuntura os bispos em “criaturas do rei”⁴⁶⁵⁸. Por outro lado, essa realidade levou à ingerência desses homens de Igreja em assuntos de Estado e a participação deles em órgãos burocráticos, caracterizando os prelados, ainda segundo Paiva, em “agentes políticos do rei”.

Portanto, um cargo tão importante como o de governador geral do estado do Brasil não poderia ficar vago ou cair em mãos indesejadas pela coroa. Segundo Francisco Carlos Consentino, os governadores ultramarinos, sendo eles vice-reis, governadores gerais ou governadores de capitanias, tinham funções semelhantes às reais. Por meio da delegação régia, os escolhidos eram representantes do rei que possibilitavam ao monarca, mesmo que distante, exercer o governo sobre aquele território⁴⁶⁵⁹. Assim como os bispos, a escolha para o vice-reinado da Índia e o governo geral do Estado do Brasil, por serem territórios sedes do império ultramarino português, ficavam submetidos às decisões do monarca, sem

⁴⁶⁵⁶ Collecção da Legislação Portuguesa, disponível online em <https://books.google.com.br/books?id=d_YvAAAAAYAAJ&pg=PA226&dq=lei+12+de+dezembro+de+1770&hl=pt-BR&sa=X&ved=0CDYQ6AEwBWoVChMI9svdx8ecyAIVS-iACh2PjwOZ#v=onepage&q&f=false> acesso em 18/05/2016

⁴⁶⁵⁷ PAIVA, José Pedro. **Os bispos de Portugal...**p. 23

⁴⁶⁵⁸ *Ideem*, p. 171

⁴⁶⁵⁹ CONSENTINO, Francisco Carlos. **Governadores Gerais do Estado do Brasil (Séculos XVI-XVII):** Ofício, regimentos, governação e trajetórias. São Paulo: Annablume, 2009.

necessariamente haver consultas a aos conselhos. Os escolhidos estavam quase sempre entre os membros da primeira nobreza da corte do reino, ou seja, entre os fidalgos das casas mais importantes de Portugal, com experiência militar e colonial⁴⁶⁶⁰.

Para mostrar na prática e nas fontes as questões aqui levantadas, o exemplo do d. fr. Manoel de Santa Inês pode ser um exemplo que direcionam algumas dessas reflexões que se aprofundará no futuro. D. fr. Manoel de Santa Inês, lisboeta, carmelita descalço, foi apresentado como bispo de Angola pelo rei João V⁴⁶⁶¹. Em 1759 d. José I apresentou-o como arcebispo da Bahia, substituto de d. José Botelho de Matos. No entanto, como este último ainda não havia falecido, mas resignado ao cargo e Portugal estava de relações cortadas com Roma pela questão da expulsão dos jesuítas, a Santa Sé não acolheu o pedido de sagração e fr. Manoel não pode deixar Luanda⁴⁶⁶².

No dia 28 de 1762, a bordo da nau Sant'anna, "com viagem muito feliz, chegou ao porto desta cidade"⁴⁶⁶³ o então arcebispo eleito d. fr. Manoel de Santa Inês. Após sua chegada, se dirigiu ao convento de Santa Tereza, no centro da cidade, onde ficou hospedado, já que só poderia habitar o paço episcopal quando sua situação fosse finalmente resolvida em Roma, fato que só vem acontecer em 1770⁴⁶⁶⁴. Quem deu conta a Coroa da novidade são os governadores interinos da Bahia, chanceler José Carvalho de Andrade e o coronel Gonçalo Xavier⁴⁶⁶⁵.

Cerca de 15 dias após a chegada, chegou ao Conselho Ultramarino outra carta dos mesmo autores dando conta que:

Dissemos mais naquella carta, entendíamos q tomaria posse do governo geral deste Estado em o primeiro de Agosto seguinte: agora certificamos a vossa Excelencia por esta, q dirigimos para Ilha da Madeira em hua embarcação q faz regresso p aquelle porto, doende viera comerciar, de q assim se verificou, e q fica exercitando o ministerio de governar⁴⁶⁶⁶

Mal arcebispo e já governador. A Sé de Salvador, vaga há quase 3 anos, com assuntos religiosos a serem resolvidos porque dependiam inteiramente do bispo, precisou dividir o seu chefe com funções políticas. Chama atenção nesse caso a posse quase concomitante nas instancias religiosas e civis, numa conjuntura que o governo provisório já existia desde 1761, com a morte do marquês de Lavradio, e funcionava sem o bispo. Não havia razão para adentrar ao governo em um período turbulento para questões religiosas e sem uma que lei que previsse a obrigatoriedade do fato. A incorporação ao governo é totalmente embasada

⁴⁶⁶⁰ Para o governo das capitânicas da América ou outros locais na África portuguesa a escolha obedecia um critério diferente, em que pessoas se candidatavam e os Conselhos da Índia ou o Ultramarino analisavam essas candidaturas, enviando parecer ao rei que dava a palavra final. A diferença para Goa e Salvador está justamente aí: o rei escolhia sem precisar consultar a qualquer órgão. Cf. CUNHA, Mafalda S.; MONTEIRO, Nuno G. Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII. In. MONTEIRO, Nuno G.; CUNHA, Mafalda S. e CARDIM, Pedro (orgs): **Optima Pars**. As Elites Ibero-Americanas no Antigo Regime. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

⁴⁶⁶¹ RUBERT, Mons. Arlindo. **A Igreja no Brasil: expansão territorial e absolutismo estatal (1700-1822)**, Santa Maria: Palotti, 1982. Vol. III

⁴⁶⁶² PAIVA, José Pedro. **Os bispos...** p. 327

⁴⁶⁶³ AHU, Castro Almeida Cx 32 doc. 5999

⁴⁶⁶⁴ Roma só sede a situação quando o antecessor de fr. Manoel da Ressurreição, d. José Botelho de Matos morre. Fato que só acontece em 1769. Cf. VIVAS, Rebeca C. S. **O Farol e a Mitra: a ação episcopal de D. José Botelho de Mattos na Bahia nos setecentos (1741-1759)**. Dissertação de mestrado defendida ao Programada de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, 2011

⁴⁶⁶⁵ AHU, Castro Almeida, Cx 32 doc 5999

⁴⁶⁶⁶ AHU, Castro Almeida Cx 32 doc. 600-6001

na prática comum, ou seja, olhando e imitando o passado. Homens do Antigo regime construíam suas tradições com base na história⁴⁶⁶⁷.

O arcebispo, chanceler e coronel governaram até 1766 quando o conde de Azambuja foi nomeado e aportou em Salvador⁴⁶⁶⁸. A coroa optou por não enviar governador geral por quase 4 anos e durante este período os governadores provisórios tiveram que dar conta de questões próprias de governo geral do estado, incluindo a discussão e as querelas referentes à transferência da capital para o Rio de Janeiro em 1763⁴⁶⁶⁹. Aqui está um exemplo de questão, ainda com análise inicial, sobre estruturas de governo e ações políticas.

Entre os anos de 1761 e 1763 Portugal e Espanha estavam envolvidos em conflitos no sul da América por conta de posse da Colônia do Sacramento e os aldeamentos indígenas chamados 7 povos das missões, cada monarquia lutando para conseguir uma definição de fronteira que lhe interessasse⁴⁶⁷⁰. Nesse período uma série de documentos foi direcionada à Bahia por Gomes Freire de Andrade, governador do Rio de Janeiro e responsável direto pela resolução do conflito. Salvador através de correspondências sobre o conflito enviava e recebia notícias tanto para a Guanabara, quanto para Lisboa. Assinadas pelos três governadores interinos, estratégias formas de proceder foram trocadas até 16 de fevereiro de 1763 quando o governo interino baiano deu conta ao conde de Oeiras sobre a perda definitiva de Portugal da Colônia do Sacramento e sua ocupação pelos Castelhanos⁴⁶⁷¹.

Quando Gomes Freire morreu em 1763, foi o governo interino da Bahia que enviou ao Rio de Janeiro o procedimento a ser tomado em caso de vacância, porque era naquela cidade que estava guardada a vida de sucessão em caso de morte, através da carta régia escrita em 1758 que dizia:

Eu el Rey faço saber ao vive Rey e capitão general de mar e terra do estado do Brasil, a todos os mais governadores e capitães generaes de capitánias [...] q este meo Alvará de successao virem que pela muita confiança q tenho de q o Bispo do Rio de Janeiro D.Fr. Antonio do Destêrro, o chanceler da Relação da mesma cidade ou quem seo cargo servir e Jozé Fernandes Pinto Brigadeiro do meo exercito [...]. Hey por bem mando q no cazo de falecer o governador Freyre de Andrada, mestre de campo general e governador e capitão general das capitánias do Rio de Janeiro e Minas geraes, succedão e entrem na governação das referidas capitánias as pessoas acima nomeadas...⁴⁶⁷²

Segundo Victor Hugo Abril, em tese sobre os governos provisórios do Rio de Janeiro, diferente da Bahia, as vacâncias cariocas contaram em sua maioria com a presença única de oficiais militares⁴⁶⁷³. Neste caso, o rei deixa claro que queria também a presença do bispo e do chanceler. O que se tem, é um arcebispo, enquanto parte de um governo civil resolvendo questões referentes à posse de outro bispo também em administração civil. E isso é importante por se tratar de uma ação política feita sobre e por homens de Igreja inseridos

⁴⁶⁶⁷ KOSELLECK, Reinhardt. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2006; **HARTOG, François. Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. *Belo Horizonte: Autêntica, 2014*

⁴⁶⁶⁸ AHU, Avulsos, Cx. 160 doc. 12208

⁴⁶⁶⁹ Existe uma suspeita que o rei não enviou governador para a Bahia neste momento justamente por questões referentes à transferência da capital. Buscar-se-á analisar isso mais afundo nas pesquisas documentais, inclusive o posicionamento do arcebispo referente a mudança da capital. Essa documentação se encontra no fundo "Secretaria de Estado" do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.
⁴⁶⁷⁰

⁴⁶⁷¹ AHU, Castro Almeida, Cx 32 doc 6041

⁴⁶⁷² AHU, Castro Almeida, Cx. 32, doc 6037-6040

⁴⁶⁷³ Abril, Victor Hugo. **Governadores Interinos**: cotidiano administrativo e trajetórias no Rio de Janeiro (c. 1705 – c. 1750). Tese de doutorado defendida no PPGH Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2015.

nos jogos políticos da administração, em um tema que toca a composição – que diz sobre a estrutura – e a ação propriamente dita de maneira entrelaçada e importante para esta pesquisa.

Ao mesmo tempo em que questões administrativas estavam por resolver, desde que seu antecessor d. José Botelho de Matos resignou o cargo de arcebispo, a Sé da Bahia estava vaga. Por norma, quem assume as funções eclesiásticas é o cabido, entretanto, como acima mencionado, algumas funções cabem somente ao prelado ficando impossibilitadas de serem executadas na ausência deste⁴⁶⁷⁴. Uma das questões que neste momento Santa Inês precisou resolver foi relativa aos bens dos Jesuítas, recém expulsos em 1759. Toda uma série de bens, desde objetos próprios do templo da Companhia como imagens, pinturas, artefatos necessários à missa, até o colégio, educandário, capelas no interior na Bahia e a catequese dos antigos aldeamentos indígenas, esperavam pelo arcebispo para tomar um destino⁴⁶⁷⁵.

No que se refere ao templo e ornamentos, o arcebispo por carta enviada em maior de 1763 pede ao rei que autorize o cabido a retirar da igreja dos Jesuítas e levar para a Sé⁴⁶⁷⁶. Para os menos íntimos da história religiosa, o pedido pode parecer coisa simples e ato corriqueiro. Mas para historiografia das estruturas eclesiásticas um ato tão colaborativo entre arcebispo e cabido tem muito a dizer: por questões próprias dos jogos políticos envolvidos também homens de igreja, sobretudo se tratando da herança da ordem religiosa mais poderosa do império português⁴⁶⁷⁷.

A questão dos aldeamentos coube ao governo civil dar resolução, com intensas correspondências trocadas com Lisboa, porque envolveu questões como cidadanias indígenas, elevação das aldeias à vilas e cidades e entrega da responsabilidade evangelizadora para a igreja diocesana⁴⁶⁷⁸. Neste caso, o arcebispo e um dos governadores eram a mesma pessoa e esse é um caso sem precedente. Como o fr. Manoel opinou na condução do caso, nas instancias religiosas e civis? Em algum momento houve conflito de interesses entre ambas e qual a posição do arcebispo governador? Infelizmente os papéis referentes ao caso ainda não foram consultados, estando uma parte no Arquivo Nacional, fechado por obras, e arquivo Municipal de Salvador na Bahia.

Questões como essa permitem que um caso ocorrido na prática contribua para a interpretação historiográfica sobre a relação Igreja e Estado no período moderno. Por muito tempo brasileiros e portugueses insistiram em dizer que, através dos desígnios do Padroado Régio, em que a coroa lusitana ganhou de Roma direitos e deveres referentes ao campo religioso, a Igreja estava subordinada ao Estado⁴⁶⁷⁹. Interpretações como esta levaram à defesa que o Brasil era um grande espaço de pecados, porque a coroa não investia na evangelização e aqueles padres e missionários tinham que primeiro servir ao interesse do rei e só depois cumprir papéis evangelizadores⁴⁶⁸⁰.

Por outro lado, a historiografia mais recente ao se aprofundar nas características da Igreja tanto lusitana quanto brasileira, tem visto a questão sob outros ângulos. Os estudos de José Pedro Paiva são, neste sentido, emblemáticos ao afirmar que “A Igreja e o Estado

⁴⁶⁷⁴ Por exemplo, sacramentos como a Confirmação (ou crisma) só podem ser realizados pelo bispo, tal como julgamentos do tribunal eclesiástico da Bahia. FEITLER, Bruno; SALES SOUZA, Evergton (org.). **A Igreja no Brasil**. Normas e práticas durante a vigência das Constituições primeiras do arcebispado da Bahia. São Paulo: Ed. Unifesp, 2011

⁴⁶⁷⁵ O inventário completo dos bens dos Jesuítas é possível ser encontrado em AHU, Castro Almeida, cx. 26 doc 5008-5016

⁴⁶⁷⁶ AHU, Castro Almeida, Cx. 33, doc. 6096

⁴⁶⁷⁷ Paiva, José Pedro. *Os bispos...* p. 215

⁴⁶⁷⁸ SANTOS, Fabrício Lyrio. **Da catequese à civilização: colonização e povos indígenas na Bahia (1750-1800)**. Salvador: Editora da UFRB, 2014.

⁴⁶⁷⁹ BETHENCOURT, Francisco. A Igreja. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) **História da Expansão Portuguesa**. Lisboa: Círculo de leitores, 1998, vol. 1

⁴⁶⁸⁰ Sobre o balanço dessa historiografia é possível encontrar em Zanon, Dalila. **A ação dos bispos e a Orientação de tridentina em São Paulo (1745-1796)**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, 1999.

não devem continuar a ser vistos como se fossem duas esferas com ares de ação, competência e agentes totalmente distintos e antagônicos. A interpenetração entre as duas era frequente, ocorria em vários setores”⁴⁶⁸¹.

Essa nova maneira de abordar a questão lança luz à relação entre as duas instituições e ainda ao Padroado. Segundo o autor, se é verdade que este permitiu a intervenção estatal na Igreja, é verdade também que há o movimento contrário, ao que chamou de “clericalização do governo”⁴⁶⁸². Para sustentar sua tese Paiva demonstra uma série de nomes de prelados que ocuparam estruturas jurídico-administrativas, como D. João de Melo, bispo do Algarve que foi o primeiro presidente do Desembargo do Paço, quando o cargo foi criado em 1563, e as influências que Fr. Gaspar da Encarnação e o Cardeal da Mota exerceram na política de D. João V.

D. fr. Manoel de Santa Inês serve também como mais um exemplo não apenas porque assumiu funções civis como, no caso da questão dos bens dos Jesuítas, precisou dar conta que interessavam diretamente a Igreja e ao Estado. Neste sentido, um dos objetivos do trabalho é perceber como esses arcebispos fizeram essa política administrativa civil.

Tendo em mente que o governo era partilhado com mais de uma autoridade, é preciso ressaltar que as decisões tomadas não eram fruto de uma única opinião. Também o objetivo deste trabalho não é identificar personalismos, motivos ou “mitos de origem” de cada posição política. O objetivo é analisar a atuação política dos arcebispos na maneira como esteve inserido nas resoluções de questões administrativas civis e como elas repercutiram ao longo da administração da Bahia colonial. As fontes administrativas, sobretudo aquelas enviadas para o conselho Ultramarino permitem entrever essas questões. A importância disso para a historiografia está na análise da função social exercida pelos prelados na manutenção da sociedade colonial através do seu também caráter político, como era característica do antigo regime. E isso será feito através da análise da presença dos arcebispos no governo civil e suas práticas governativas. .

RITUALÍSTICA JUDICIAL A PARTIR DO PROCESSO INQUISITORIAL DO ARTESÃO MANOEL FERNANDES DOS SANTOS (1740-1753)

Ronaldo Manoel Silva⁴⁶⁸³⁴⁶⁸⁴
ronaldomsrt@hotmail.com

Resumo: Este estudo tem por objetivo discutir as possibilidades de investigação dos ritos inquisitórios a partir do processo do artesão Manoel Fernandes dos Santos, incriminado por sodomia no Recife e sentenciado pelo Tribunal da Inquisição em Lisboa. Também abordará uma proposta de análise micro-histórica do “sumário de testemunhas” do indiciado, elaborado pelo bispado de Pernambuco e remetido ao Conselho Geral do Santo Ofício que efetivamente instaurou o processo contra o artesão. Enfatizamos, ainda, que o criminado – detido na cadeia da vila de Santo Antônio do Recife – procurou se adaptar às circunstâncias

⁴⁶⁸¹ PAIVA, José Pedro. A igreja e o poder. In: AZEVEDO, Carlos M. (dir.). **História Religiosa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

⁴⁶⁸² *Idem*, P. 141

⁴⁶⁸³ Mestrando em História Social da Cultura Regional - Universidade Federal Rural de Pernambuco.

⁴⁶⁸⁴ Este ensaio faz parte dos resultados iniciais da minha investigação *stricto sensu*, Mestrado Acadêmico em História Social da Cultura Regional, Linha de Pesquisa: Política, Instituições e Identidades pela UFRPE. Agradeço a minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Jeannie da Silva Menezes, por acolher meu objeto de pesquisa e pela cuidadosa orientação.

a fim de manter conduta sexual delituosa e, após ser condenado no Reino, perscrutou as fissuras do sistema punitivo encontrando meios que lhe permitisse sobreviver.

Palavras-chave: Crime de sodomia; Análise micro-histórica; Bispado de Pernambuco; Inquisição de Lisboa.

Évora, início de outubro de 1536, o franciscano D. Diogo da Silva – bispo de Celta e confessor de D. João III – recebeu a visita de João Monteiro, desembargador do Paço, trazendo consigo a bula do papa Paulo III, *Cum ad nil magis*, que instituía a Inquisição no Reino de Portugal e nomeava D. Diogo para inquisidor-mor. Assim nascia o Tribunal do Santo Ofício, iniciando seus trabalhos no dia 22 de novembro e, em janeiro do ano seguinte, desencadearam-se os primeiros processos. O primeiro auto de fé foi realizado em 26 de setembro de 1540, em Lisboa, no qual foram executados o cristão-novo Diogo de Montenegro e Menaldo Vesetano.⁴⁶⁸⁵ A partir de 1550, a Inquisição de Lisboa reivindicou competência sobre os territórios ultramarinos no Norte da África e nas ilhas da Madeira, Açores, Cabo Verde e São Tomé. Mais tarde, estendeu sua jurisdição no Reino por Leiria, Tomar, Crato e Guarda e por todas as conquistas (inclusive o Brasil), exceto as vinculadas a Goa.⁴⁶⁸⁶

Pretendemos, neste estudo, investigar a atuação do Santo Ofício no Pernambuco setecentista a partir do processo do artesão Manoel Fernandes dos Santos, homem pardo, 40 anos, viúvo, natural e residente na povoação de São Lourenço da Mata. Em 1740, Fernandes dos Santos encontrava-se preso na cadeia da vila de Santo Antônio do Recife – “pelo crime de uma morte” – e após pecar no nefando, com outros prisioneiros, foi remetido ao Palácio dos Estaos⁴⁶⁸⁷ para responder por crime de sodomia (sexo anal). Seu processo é resultado da colaboração direta do ordinário, na produção de réus para a Inquisição. Cabe aqui uma pausa para algumas indagações: como um homicida “desprezível”⁴⁶⁸⁸, esquecido na cadeia do Recife, mereceu a atenção do bispo de Pernambuco, D. Frei Luís de Santa Teresa, ao ponto do prelado se ocupar com o seu caso por tanto tempo? Como a notícia de um pecado – transmutado em crime – traria à tona os laços estreitos e invisíveis que uniam Pernambuco e Lisboa? Tentaremos, neste ensaio, apontar caminhos que nos conduzam a repostas possíveis a esses questionamentos.

No entanto, desde já, se faz necessário alcançar o que Albuquerque Júnior pontifica: “descobrir beleza no insignificante”.

É preciso um discurso historiográfico que revolva os depósitos, os repositórios, os lugares da memória, e faça desmanchar aquele relevo já cristalizado, revelando os ciscos e os vermes que os trabalham e os habitam. *Uma história capaz de descobrir beleza no pequeno, no ínfimo, no pobre, no traste, no abandonado, no trapo, no vil, no chão.* Uma história que não olhe apenas para o alto, para as coisas celestiais, para o grande, para o grandioso, para o famoso,

⁴⁶⁸⁵ MARCOCCI, Giuseppe. PAIVA, José Pedro. **História da Inquisição Portuguesa (1536-1821)**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013, pp. 23-35.

⁴⁶⁸⁶ Em 3 de agosto de 1552, foi promulgado o primeiro Regimento Geral do Santo Ofício, permanecendo manuscrito. O documento fixou as penas a aplicar e a competência dos ministros; regulou as visitas inquisitoriais e o uso do segredo processual. O Conselho Geral foi criado em 1569 com a nomeação de três deputados: Manuel de Meneses (reitor da Universidade de Coimbra), Ambrósio Campelo (juiz da Casa da Suplicação), ambos canonistas, e o teólogo Martim Gonçalves (presidente do Desembargo do Paço e da Mesa da Consciência e Ordens), reafirmando assim a fusão entre o poder religioso e político (ibid., pp. 36-48).

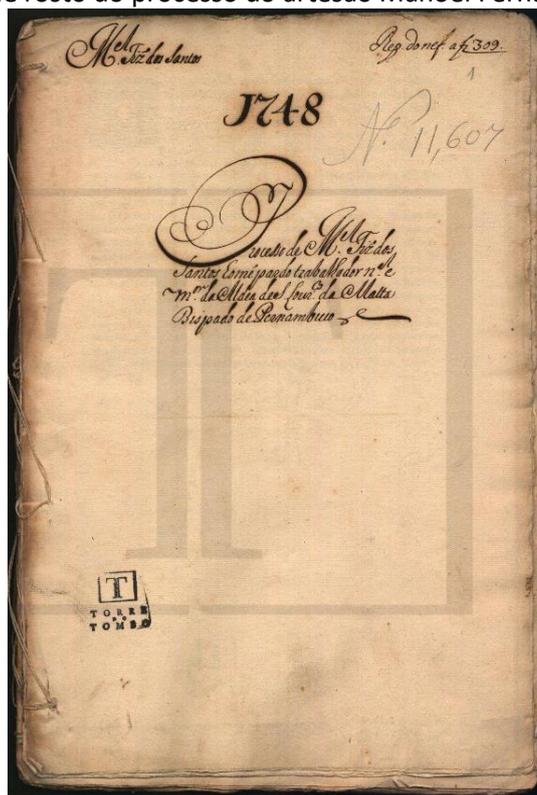
⁴⁶⁸⁷ Sede do Tribunal do Santo Ofício, localizado no Rossio, em Lisboa.

⁴⁶⁸⁸ Por “desprezível” entendemos um personagem abjeto – destinado ao total esquecimento, em seu tempo e na História –, afastado do convívio social como punição pelo homicídio e implicado no mais abominável dos crimes contra a natureza, o que mais atraía a cólera de Deus sobre os homens.

para o heroico, para o único, para os espalhafatos do poder, mas que se deixa seduzir 'pelas pessoas apropriadas ao desprezo', que tenha os olhos para o ordinário, o sem-nobreza, o sem-riqueza, o sem-saber, [...] que tenha um olhar para baixo, para o menor, para o insignificante, para os seres que na sociedade são chutados como lata.⁴⁶⁸⁹

Seguramente, nada do que foi dito até aqui faltou no currículo do nosso somítigo setecentista. Um homem que foi visto e sentenciado como assassino e, mais tarde, processado e condenado como nefando pelos juízes da fé.

Imagem 1: Folha de rosto do processo do artesão Manoel Fernandes dos Santos⁴⁶⁹⁰



Quando o pecado se torna delito e o pecador, criminoso

O termo sodomia, de acordo Warren Johansson (1990), originou-se do latim medieval pelo ano 1180 como designação para os “crimes contra a natureza”, que poderiam ser praticados de três maneiras: 1º *modi ratione*, mediante a obtenção de prazer venéreo com indivíduo do sexo oposto, mas de forma “errada”, por exemplo, por *fellation*; 2º *sexus latione*, com um indivíduo com os órgãos genitais do mesmo sexo; 3º *generis ratione*, com um animal.⁴⁶⁹¹

De acordo com Hespanha, na sociedade portuguesa do Antigo Regime, Deus era titular de direitos juridicamente protegidos, tanto no domínio cível como penal. A criminalização dos pecados, correspondia à tutela pelo direito dos deveres para com Deus ou, em geral, a tutela

⁴⁶⁸⁹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de Teoria da História. Bauru, SP: Edusc, 2007, pp. 94-95, grifo nosso.

⁴⁶⁹⁰ ANTT, IL proc. 11.607, fl. 1.

⁴⁶⁹¹ JOHANSSON, Warren. Verbete Sodomy. In: **Encyclopedia of Homosexuality**. Originally published in 2 vols. By Garland. New York. 1484 p. Reproduced here by special permission of the editor and copyright owner Wayne R. Dynes. 1990. Disponível em: <<http://www.sexarchive.info/BIB/EOH/index.htm>>, acessado em 15 dez 2015.

jurídica dos deveres religiosos – ainda que seu exercício e defesa coubessem aos seus vigários na terra (o papa, a Igreja, os reis).⁴⁶⁹²

Nessa perspectiva, as Ordenações do Reino tipificaram a sodomia. As Ordenações Afonsinas (1476-1477) determinavam que o sodomita fosse queimado e “feito por fogo em pó, para que nunca de seu corpo e sepultura possa ser ouvida memória”. A pena capital justificava-se a partir da crença de que o pecado nefando atraía os piores castigos sobre a população: “Por esse pecado lançou Deus o dilúvio sobre a terra”. As Ordenações Manuelinas (1514-1521) sustentaram a morte na fogueira e nivelaram a sodomia ao crime de lesa-majestade, ou seja, o sodomita deveria sofrer as mesmas penalidades aplicadas ao réu que traísse o monarca, tendo seus bens confiscados pela Coroa. As Ordenações Filipinas (1603), por fim, mantiveram a pena capital aos nefandos e puniam com degredo de galés os culpados de molícies.

Quanto à Inquisição, o pecado nefando esteve presente a partir do terceiro regimento. Em quase três séculos de atuação, o Santo Ofício português teve 5 regimentos. O primeiro foi ordenado pelo cardeal D. Henrique em 1552, quando a Inquisição contava 16 anos. Em 1570, o mesmo cardeal, sob o reinado de D. Sebastião, ordenou um novo regimento confirmado por el Rei. Ambos tenderam a estabelecer a autonomia do Tribunal em relação ao poder real. O regimento de 1613, foi ordenado pelo inquisidor-geral D. Pedro de Castilho, sendo o primeiro impresso. Em 1640, D. Francisco de Castro, inquisidor-geral e reitor da Universidade de Coimbra, ordenava novo regimento, o que teve mais longa duração – 134 anos. O último regimento, 1774, foi ordenado pelo cardeal João Cosme da Cunha. Projetou-se, ainda, sob D. Maria I, um novo regimento coordenado por Pascoal José de Melo, mas não chegou a ser aprovado, apesar de promovido pelo inquisidor-geral D. Frei Ignácio de São Caetano.⁴⁶⁹³

Somente a partir do regimento de 1613 os ministros inquisitoriais foram instruídos a proceder contra os nefandos, da mesma forma que costumavam agir nas “causas de heresia”, podendo até “relaxá-los à Justiça secular”. O regimento de 1640 (vigente por ocasião do processo de Fernandes dos Santos) dispôs minuciosamente sobre a matéria, detalhando cada situação e a pena que deveria ser aplicada aos réus.

Inquisição em Pernambuco: sodomia e historiografia

Os conjuntos documentais que indiciam a atuação do Santo Ofício no Pernambuco colonial, despontaram na década de 1920. Em 1929, Rodolfo Garcia publicou o livro *Denúncias de Pernambuco (1593-1595)*, trazendo à tona as denúncias feitas pelos moradores da capitania perante o deputado Heitor Furtado de Mendonça. Em 1968, José da Costa Pôrto publicou a obra *Nos tempos do Visitador*, dando seguimento a análise das *Denúncias* e ampliando o estudo sobre a sociedade Duarteina no fim do século XVI. Em 1970, José Antônio Gonsalves de Mello editou as *Confissões de Pernambuco (1594-1595)*, revelando os depoimentos voluntários ocorridos na mesa da visitação.

Esses trabalhos estão centrados nos registros da visitação quinhentista e não consta nenhuma análise sobre o crime de sodomia. Aliás, Garcia⁴⁶⁹⁴ advertiu o leitor sobre os “pecados sexuais contra a natureza” contidos nas *Denúncias*, indicando, inclusive, os

⁴⁶⁹² HESPANHA, António Manuel. **Imbecillitas** - As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime. (188 p.), 2010, p. 37. Mensagem recebida por <ronaldomsrt@hotmail.com>, em 05 mar 2016.

⁴⁶⁹³ LIVRO DA VISITAÇÃO DO SANTO OFÍCIO DA INQUISIÇÃO AO ESTADO DO GRÃO-PARÁ (1763-1769). Apresentação de José Roberto do Amaral Lapa. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 62.

⁴⁶⁹⁴ GARCIA, Rodolpho. Introdução. In: **Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça** – Denúncias de Pernambuco (1593 – 1595). São Paulo: Série Eduardo Prado, 1929, p. 33.

números das páginas onde o assunto é abordado e afirmando que, com o índice, “os passos escabrosos” podem ser evitados ou procurados, de acordo com a vontade do leitor.⁴⁶⁹⁵

O homoerotismo, enquanto matéria de processos inquisitoriais, começou a ser abordado na historiografia brasileira a partir da década de 1980 pelos historiadores Lígia Bellini, Luiz Mott e Ronaldo Vainfas.⁴⁶⁹⁶ Digno de nota é o livro de Verônica Gomes, *Atos nefandos: eclesiásticos homossexuais na teia da Inquisição*, no qual a historiadora mapeou 42 eclesiásticos processados por sodomia no Brasil e em Portugal na Época Moderna.⁴⁶⁹⁷ No tocante à sodomia no Pernambuco colonial, recentemente, o autor deste trabalho realizou pesquisa *lato sensu* procurando aprofundar as análises sobre as denúncias, confissões e sentenças aplicadas aos sodomitas quinhentistas.⁴⁶⁹⁸

Uma proposta de microanálise da fonte

No clássico *A Micro-História e outros ensaios*, os coordenadores da obra, discorrem sobre “a valorização dos fenômenos aparentemente marginais [...] protagonizados pelos pequenos e pelos excluídos”. Explicam como o método de pesquisa, adotado por Ginzburg, introduziu uma nova maneira de fazer História numa “abordagem que procede a partir da microanálise de casos bem delimitados, mas cujo estudo intensivo revela problemas de ordem mais geral, que põem em causa ideias feitas sobre determinadas épocas”.⁴⁶⁹⁹

Segundo Giovanni Levi, a “micro-história como uma prática é essencialmente baseada na redução da escala da observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental”.⁴⁷⁰⁰ E, para Ginzburg, “alguns estudos biográficos mostraram que um indivíduo medíocre, destituído de interesse por si mesmo [...] pode ser pesquisado como se fosse um microcosmo de um estrato social inteiro num determinado período histórico”.⁴⁷⁰¹

Ademais, a análise micro-histórica é bifronte: “Por um lado, movendo-se numa escala reduzida, permite em muitos casos uma reconstituição do vivido impensável noutros tipos de historiografia. Por outro lado, propõe-se indagar as estruturas invisíveis dentro das quais aquele vivido se articula”.⁴⁷⁰² Três instituições estiveram entrelaçadas no processo de Fernandes dos Santos – a justiça civil (pela qual o réu cumpria pena no Recife), o bispado de Pernambuco (responsável pelo sumário de testemunhas) e o Santo Ofício de Lisboa (que

⁴⁶⁹⁵ Capistrano de Abreu antecedeu Garcia nesse procedimento. Ao examinar 121 confissões feitas a Furtado de Mendonça quando esteve na Bahia (1591-1592), nada comentou sobre o “pecado sexual contra a natureza” limitando-se apenas a indicar os números das páginas que constam tais confissões, alegando que “o assunto melindroso exige habilidade singular” de quem o aborda. “Depois deste aviso” pode o leitor evitar ou procurar tais páginas (ABREU, 1922, pp. 19-20).

⁴⁶⁹⁶ Em 1987, Bellini publicou sua dissertação de mestrado: *A coisa obscura - Mulher, sodomia e Inquisição no Brasil colonial*. No mesmo ano, Mott publicou o livro: *O lesbianismo no Brasil e em 1988, O sexo proibido - virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição*. Em 1989, Vainfas publicou sua tese de doutorado: *Trópico dos pecados - Moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*.

⁴⁶⁹⁷ A investigação colaborou para a fundamentação histórica do voto do Ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.277 – Distrito Federal, a favor da obrigatoriedade do reconhecimento, como legítima entidade familiar, da união estável entre pessoas do mesmo sexo, cujos direitos e deveres devem ser os mesmos concedidos ao casal heterossexual em união estável.

⁴⁶⁹⁸ O estudo tornou-se livro: **Raízes da Intolerância** – Inquisição e sodomitas em Pernambuco colonial (1593-1595), editado pelo Senado Federal do Brasil (Brasília: 2016). Até a sua publicação, o único trabalho que abordava especificamente a questão era o artigo de Luiz Mott: *Cripto-sodomitas em Pernambuco colonial* (**Revista Antropológicas**: 2002).

⁴⁶⁹⁹ GINZBURG, Carlo. CASTELNUOVO, Enrico. PONI, Carlo. **A Micro-História e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, pp. 08; 10.

⁴⁷⁰⁰ LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In: **A escrita da História: novas perspectivas**. Peter Burke (org). São Paulo: UNESP, 1992, p. 136.

⁴⁷⁰¹ GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 20.

⁴⁷⁰² GINZBURG, CASTELNUOVO, PONI, op. cit., pp. 177-178.

efetivamente instaurou o processo). Portanto, a fonte possibilita o mapeamento do perfil socioeconômico do réu e uma investigação sobre a conjuntura e as instituições responsáveis por sua sentença.

Da cadeia do Recife aos cárceres dos Estaos

Albuquerque Júnior, ancorado em Foucault, pontifica que cada experiência é una e só existe como prática, enquanto se dá em ato. Ela se atualiza a cada acontecer e de nova forma, produz efeitos imediatos e se esgota. Não deixa sementes, deixa ramificações, não conduz substância, mas, intensidade. Fazer história da experiência não é, pois, fazer história do concreto em si, não é fazer história de objetos e sujeitos já dados, preexistentes à documentação que os nomeia, explica, organiza, mas, investigar o que possibilitou que aquela experiência aflorasse e fosse registrada como tal. A experiência – pontifica o historiador – não é uma voz do passado que foi esquecida e precisa ser salva, é uma “fissura no silêncio”, silêncio a que está condenado a maior parte dos seres humanos. O que se deve perguntar a fonte, não é apenas o que diz esta voz que rompeu o silêncio do passado, mas por que ela pode romper esse silêncio, que condições históricas permitiram que essa experiência não permanecesse sepultada no passado.⁴⁷⁰³

Para que algo dessas existências chegasse até nós, foi necessário que um feixe de luz, ao menos por um instante, viesse iluminá-las. Luz essa que lhes vem do exterior. Aquilo que as arranca à noite em que elas poderiam, e talvez devessem sempre, ter ficado, é o “encontro com o poder”; sem este choque, é indubitável que nenhuma palavra teria ficado para lembrar este fugidio trajeto. O poder que vigiou aquelas vidas, que as perseguiu, que as marcou com um golpe das suas garras, foi também o poder que suscitou as poucas palavras que delas nos restam. Todas aquelas vidas estavam destinadas a desaparecer, sem nunca serem ditas, senão em virtude do seu contato momentâneo com o poder.⁴⁷⁰⁴

A partir dessa perspectiva teórica, coletamos na documentação experiências únicas e esgotáveis em si mesmas que, no entanto, tiveram repercussões. Experiências de um presidiário condenado ao anonimato, mas, que, ao colidir com o poder (primeiro o poder regional do ordinário, em seguida, o poder inquisitorial), teve uma fatia de sua trajetória de vida registrada nos “arquivos da repressão”. O poder que espreitou, perseguiu e sentenciou, em defesa da ortodoxia católica, ao mesmo tempo tornou possível que essa existência desponte no presente, a partir da investigação histórica.

Segundo Feitler, a sodomia era um crime de foro misto (presente nas Ordenações do Reino e nos Regimentos da Inquisição), contudo, ao que parece, a justiça secular abandonou a repressão desse delito aos inquisidores. O Brasil, por sua vez, até o ano de 1707 era regido pelas Constituições Sinodais do Arcebispado de Lisboa (1640), as quais determinavam que em caso de sodomia o culpado deveria ser entregue à justiça secular para a aplicação da pena (fogueira). Entretanto, em 1681, o bispo de Pernambuco, D. Estêvão Bioso, ordenou um sumário de culpas (enviado à Inquisição) contra um casal de pescadores sodomitas da costa da Paraíba. Em 1689, o arcebispo da Bahia, D. Manoel da Ressurreição, prendeu Luís Delgado e seu parceiro Doroteu Antunes, acusados de sodomia, e os remeteu imediatamente ao Tribunal da Inquisição de Lisboa.⁴⁷⁰⁵

No limiar do século XVIII a América portuguesa já possuía seu código de leis eclesiásticas, elaborado por D. Sebastião Monteiro da Vide, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia de 1707, resultado do único sínodo da Igreja colonial. O documento registrou que o pecado nefando provocava a ira de Deus e atraía os piores castigos em forma de “terremotos, tempestades, pestes e fome”. O sodomita, portanto, deveria ser preso e

⁴⁷⁰³ ALBUQUERQUE JÚNIOR, op. cit., pp. 137; 139.

⁴⁷⁰⁴ Ibid., p. 145.

⁴⁷⁰⁵ FEITLER, Bruno. Poder episcopal e ação inquisitorial no Brasil. In: **A Inquisição em Xequê**: temas, controvérsias, estudos de caso. Ronaldo Vainfas, Bruno Feitler, Lana Lage da Gama Lima, (orgs.). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006, pp. 36-43.

enviado ao Tribunal do Santo Ofício, junto com os autos do sumário de testemunhas.⁴⁷⁰⁶ Para Feitler, essas diretivas contrariavam as Constituições de Lisboa, no entanto, parecem legalizar uma prática preexistente na Colônia.⁴⁷⁰⁷

Em 21 de junho de 1740, por ordem do bispo de Pernambuco, D. Frei Luís de Santa Teresa, esteve na cadeia da vila de Santo Antônio do Recife o vigário-geral do bispado, Padre Francisco Antunes Moreira da Silva, que presidiu uma oitiva contra Fernandes dos Santos. Oito prisioneiros foram arrolados como testemunhas oculares ou “por ouvir dizer”, que o artesão pecava no nefando com os negros Paulo e Daniel, ali mesmo. Elaborado um sumário de culpas, o ordinário (após algumas correspondências com os inquisidores) remeteu o culpado ao Tribunal do Santo Ofício. O sumário de Fernandes dos Santos estava atrelado ao do negro Daniel, um de seus cúmplices no pecado nefando.

Em 11 de julho de 1747, Fernandes dos Santos foi entregue a Antônio Francisco dos Santos, no navio Nossa Senhora dos Prazeres, com suas “culpas” numa bolsa destinada à Santa Inquisição.⁴⁷⁰⁸ Após mais de dois meses de mar, em 23 de setembro, o artesão deu entrada nos cárceres da custódia. Só seria ouvido, pelo inquisidor Luís Barata de Lima, cinco meses depois, em 22 de fevereiro de 1748, quando confessou que

[Há] 9 ou 10 anos na cadeia de Pernambuco aonde estava preso pelo crime de uma morte, que se lhe imputou, se achava com Daniel não sabe de que, solteiro, preto, escravo não sabe de quem, que estava também preso na dita cadeia, e estando ambos em lugar separado, cometeram o nefando e horrível pecado de sodomia consumado, sendo ele confitente o agente, o qual pecado cometeram ambos na dita cadeia por três vezes na mesma forma, sendo em todas elas ele confitente o agente, penetrando o vaso *preposterum* do dito preto Daniel e derramando dentro nele semente, a qual culpa cometeu por sua fragilidade e miséria e por entender que sabendo-se desse crime seria trazido preso para esta Inquisição onde teria melhor livramento e sairia da dita cadeia em que se achava preso havia 22 anos e escaparia também da morte que temia se lhes desse pelo crime que tem declarado.⁴⁷⁰⁹

Muitos aspectos dessa confissão merecem nossa reflexão e análise (e o faremos no momento oportuno), contudo, um detalhe quase imperceptível deve ser explorado. Se nos dias atuais, os presídios, na sua maioria, estão em péssimas condições, com infraestrutura inadequada e operando com superlotação, o que pensar das condições de um aljube setecentista! No mínimo, aterradoras! Entretanto, nosso artesão, viúvo, preso havia 22 anos (presume-se, sem contato com mulheres), movido por seus torpes apetites, consumou o pecado de sodomia com o negro Daniel, “estando ambos em lugar separado”.

Fernandes dos Santos procurou se adaptar às circunstâncias, improvisou espaços de microliberdades para responder aos seus apelos intrínsecos e praticar o sexo proibido. Por microliberdades, entendemos as possibilidades de ludibriar a repressão policialesca, num aljube colonial, para manter conduta sexual ilícita. Improvisar, apesar do ambiente precário, espaços ínfimos de privacidade para o pecado nefando e, a partir dessa bravura, afrontar a

⁴⁷⁰⁶ CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA FEITAS, E ORDENADAS PELO ILLUSTRÍSSIMO, E REVERENDÍSSIMO SENHOR D. SEBASTIÃO MONTEIRO DA VIDE: PROPOSTAS, E ACEITAS EM O SYNODO DIOCESANO, QUE O DITO SENHOR CELEBROU EM 12 DE JUNHO DO ANNO DE 1707. São Paulo: Na Typographia 2 de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1853, liv. V, tit. XVI, § 958-959.

⁴⁷⁰⁷ FEITLER, op. cit., p. 41.

⁴⁷⁰⁸ Daniel Pereira também foi enviado a Lisboa no mesmo dia, contudo, noutra embarcação. Durante todo o processo, os dois permaneceram em celas separadas e só se encontraram novamente no auto de fé, por ocasião da publicação da sentença.

⁴⁷⁰⁹ ANTT, IL proc. 11.607, fls. 15v-16, grifo nosso.

legislação imposta. Essas experiências delituosas, consumadas numa escassa intimidade – posto que alguns prisioneiros foram testemunhas oculares dos crimes – ecoaram, ultrapassaram as paredes e as grades da cadeia da vila de Santo Antônio do Recife, e chegaram aos ouvidos do bispo de Olinda. Tais atitudes evocam certa “liberdade criadora – mesmo regulada – desses agentes”.⁴⁷¹⁰ Contudo, essa “tentativa de construir territórios para seus desejos”, não significa dizer que o artesão estava livre do medo. Onde estava o desejo estava o medo, estava o contentamento e a dor, estava a culpabilidade e a inocência.⁴⁷¹¹

A ritualística inquisitorial

Vainfas, após exaustiva análise de documentos, esclarece que a processualística inquisitorial, seguia diversos ritos que se prolongavam por vários meses ou até anos: devassa secreta, inventário de bens, sessões de confissão, genealogia e *in genere*, interrogatório *in specie*, libelo acusatório, prova da Justiça, contraditas, pareceres e, por fim, a lavratura do acórdão. Não se pode esquecer, ainda, o tormento, muito embora poucos sodomitas fossem levados ao potro e à polé (únicos instrumentos de tortura utilizados pela Inquisição portuguesa).⁴⁷¹²

Após oito meses de processo, Fernandes dos Santos foi “declarado por convicto e confesso no crime de sodomia”. Embora o promotor exigisse que fosse relaxado à Justiça secular, os inquisidores concluíram que o réu havia dado “sinais de arrependimento”, implorando “perdão e misericórdia” e, como existia esperança de emenda, declinaram do último suplício:

Vá ao auto público da Fé na forma costumada [e] nele ouça sua sentença. Será açoitado pelas ruas públicas desta cidade, *citra sanguinis effusionem*, com degredo por tempo de 10 anos para as galés de Sua Majestade.⁴⁷¹³

Para Vainfas, havia pouca diferença entre “o servir no remo e a morte lenta”. Nas longas viagens, em condições precaríssimas, os condenados tinham que conviver com propagação de doenças fecais, enfermidades infecciosas, escorbuto, má nutrição e flebotomias. Assim viviam os infelizes, entre ferros e açoites à espera da morte.⁴⁷¹⁴ Encontramos num processo coevo mais detalhes sobre as galés. Trata-se do padre sodomita José Ribeiro Dias, que após sete anos de castigo, doente, suplicou misericórdia ao Santo Ofício e comutação da pena. Um médico foi enviado para examinar o réu e, em 13 de agosto de 1754, declarou:

Passava muitas moléstias por conta de uma perna que há tempos tem aleijada, que lhe custa andar não só pela pouca firmeza que nela tem, como pelos duros ferros com que a outra se acha ligada; além de que padece repetidos [...] fluxos ao peito como que serve a morte, ao que dar ocasião o perverso ar salino a que está vizinho [de] hálitos podres que continuamente recebe do aposento em que se acha, e o repetido uso de alimentos salgados e secos com que lhe tratam, e pela sua pobreza e impossibilidade não puder usar de outros [...] mais saudáveis.⁴⁷¹⁵

Após sete anos de trabalhos e tormentos, José Ribeiro Dias ainda resistia e implorava misericórdia ao Santo Ofício. O escravo Daniel Pereira (cúmplice de Fernandes dos Santos)

⁴⁷¹⁰ CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *In: Estudos Avançados*. São Paulo: vol. 5, nº 11, p. 173-191, 1991, pp. 179-180.

⁴⁷¹¹ Cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, op. cit., pp. 78-79.

⁴⁷¹² VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados**: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, pp. 311-316.

⁴⁷¹³ ANTT, IL proc. 11.607, fls. 44v-45.

⁴⁷¹⁴ VAINFAS, op. cit., pp. 392-393.

⁴⁷¹⁵ ANTT, IL, proc. 10.426, fl. 59.

não suportou tanto tempo. Dos 10 anos de pena, não chegou a cumprir quatro, vindo a falecer em 1752, sem que conheçamos a *causa mortis*. Contudo, por mais opressor que possa parecer o sistema, sempre existem fissuras que podem ser exploradas em busca de novas alternativas. De acordo com Giovanni Levi,

toda ação social é vista como o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, [...] oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais. A questão é, portanto, como definir as margens – por mais estreitas que possam ser – *da liberdade garantida a um indivíduo pelas brechas e contradições dos sistemas normativos que o governam*.⁴⁷¹⁶

Fernandes dos Santos encontrou tais “brechas” no sistema que o aprisionava. Em 14 de setembro de 1753, foi escrito um comunicado, “para se avisar [em] Pernambuco”, que o artesão fugiu das galés. Como existia a possibilidade de voltar a sua terra natal, admoestava-se que, se o réu fosse encontrado, “o mandam prender e a bom recado remetê-lo a esta Inquisição”.

⁴⁷¹⁶ LEVI, op. cit., p. 135, grifo nosso.

PROBLEMAS DE IDENTIFICAÇÃO DA ORIGEM ÉTNICA DE AFRICANOS LIBERTOS PELA COMISSÃO MISTA DE SERRA LEOA NO SÉCULO XIX

Amanda Barlavento Gomes⁴⁷¹⁷
barlaventoamanda@gmail.com

Resumo: Os africanos embarcados como escravos nos navios negreiros apreendidos e levados para julgamento pela Comissão Mista de Serra Leoa, antes de serem considerados livres, eram desembarcados e listados. Grande parte dessas listas foi recuperada, e contém informações importantes, como os seus nomes africanos, idade, sexo, altura, língua de origem e portos onde foram embarcados. Dessa forma, esse trabalho busca os possíveis caminhos para a identificação da origem étnica desses indivíduos a partir dos africanos apreendidos em 1815 a bordo do Bergantim *General Silveira*, uma sociedade entre negociantes de escravos residentes em Pernambuco e na Bahia.

Palavras-chave: Africanos. Navio negreiro. Serra Leoa. Etnia

Foram recolhidas informações referentes a sete embarcações negreiras que tinham o Nordeste brasileiro como seu destino final, mas que acabaram por ser apreendidas pela Comissão Mista de Serra Leoa entre os anos de 1815 e 1830. A partir dos sites *Transatlantic Slave Trade* (TSTD) e *African Origins*⁴⁷¹⁸ tornou-se possível o acesso a lista de africanos embarcados para serem vendidos como escravos. Nas listagens constam os nomes africanos, idade, sexo, altura, língua de origem e porto onde foram embarcados.

De acordo com Anderson, Borucki, Silva, Eltis, Lachance, Misevich e Ojo, entre os anos de 1808 e 1862, oficiais da marinha britânica libertaram cerca de 175 mil africanos escravizados, sendo 92 mil encontrados em registros de livros, disponibilizados no projeto *African Origins*⁴⁷¹⁹. Este site fornece informações acerca de possíveis associações etnolinguísticas de Africanos libertos, criando um perfil geográfico e cultural das fontes interiores do tráfico transatlântico de escravos depois de 1807, ano em que a Inglaterra aboliu o tráfico de escravos em todos os seus territórios, posteriormente iniciando sua campanha antitráfico pelo mundo.

Os estudos acerca dos problemas na identificação das origens étnicas dos escravizados pelo mundo, no século XIX, já são conhecidos pela historiografia, principalmente entre os pesquisadores no Canadá e Estados Unidos, com destaque para David Eltis, Paul Lovejoy, Richard Anderson e Daniel Domingues. No Brasil, estas pesquisas estão mais voltadas para as identidades étnicas dos indivíduos quando da chegada ao seu destino nas Américas.

⁴⁷¹⁷Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). email: barlaventoamanda@hotmail.com

⁴⁷¹⁸ <<http://www.slavevoyages.org/>> e <<http://african-origins.org/>> Acessados em 10/08/2016.

⁴⁷¹⁹ ANDERSON, Richard; BORUCKI, Alex; SILVA, Daniel Domingues da; ELTIS, David; LACHANCE, Paul; MISEVICH, Philip; OJO, Olatunji. Using African Names to Identify the Origins of Captives in the Transatlantic Slave Trade: Crowd-Sourcing and the Registers of Liberated Africans, 1808-1862. *History in Africa: A Journal of* **Method**. Julho 2013. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/history-in-africa/article/using-african-names-to-identify-the-origins-of-captives-in-the-transatlantic-slave-trade-crowd-sourcing-and-the-registers-of-liberated-africans-18081862/481CC581E3F260E89F3CD6ADE588D209>> p. 2.

Dessa forma, a partir do Bergantim *General Silveira*, que, em Pernambuco, pertencia a sociedade entre os traficantes de escravos Elias Coelho Cintra, atuante na praça de Pernambuco, e, na Praça da Bahia, Guilherme de “Tal”. Trata-se este trabalho de discutir os caminhos possíveis para a identificação da origem étnica desses africanos embarcados como escravos e posteriormente libertados.

Tabela de embarcações apreendidas pela Comissão Mista com informações sobre os escravos embarcados			
Embarcação/Ano	Porto de embarque	Língua de origem (maioria)	Nº de escravos a bordo
General Silveira/1815	Camarões	Variada*	236
Dona Eugênia/1821	Bonny	Igbo	79
Sinceridade/1823	Gabão	s/ informação	123
Netuno/1826	Anomabu (Gana)	s/ informação	84
Silveirinha/1827	Porto Velho Calabar	Igbo	208
Minerva Conceição/1828	Gabão	Igbo	82
Escuna Brasileira Nossa Senhora da Guia/1830	Lagos	s/informação	238
			Total: 1050

* Fefe, Basa-Gumna, Islâmica, Igbo, Bagun, Duala, Nigiemboon, Tikar, Ghomala, Lamnso.

Fonte: Tabela desenvolvida com base nos dados dos sites <http://www.slavevoyages.org/> e <http://african-origins.org/>

Tabela: Tabela de embarcações apreendidas pela Comissão Mista entre os anos de 1815 a 1830 com informações sobre os escravos embarcados.⁴⁷²⁰

Elias Coelho Cintra foi um dos maiores negociantes de escravos atuantes em Pernambuco na primeira metade do século XIX⁴⁷²¹, comercializando ativamente na década de 1810. Durante as movimentações políticas que agitaram Pernambuco e eclodiram na Revolução Pernambucana de 1817, Elias Coelho Cintra foge para a Bahia⁴⁷²², portanto, é possível que já mantivesse ligações com o comércio baiano e com Guilherme José Ferreira.

O Bergantim *General Silveira* já havia realizado viagens negreiras em 1812, uma no mês de março, e outra em junho, tendo por dono Guilherme José Ferreira⁴⁷²³, que provavelmente é o mesmo Guilherme de “Tal” da viagem de 1815.

O periódico baiano *Idade D’Ouro* publicou, no dia 07 de junho de 1814, a saída do Bergantim do porto com destino a Moçambique⁴⁷²⁴. Em 1815, o bergantim embarcou escravos na Baía de Biafra e no Golfo da Guiné, nos portos de Camarões e Senegâmbia, no total de 263 africanos, com destino a Bahia. Sua viagem havia iniciado em 30 de outubro de 1814, com 25 tripulantes, e capitaneado por João Crisóstomo Rodrigues Lopes. De acordo com José Capela, João Crisóstomo atuava na região de Moçambique e tinha conexões com o

⁴⁷²⁰ Tabela desenvolvida com base nos dados do projeto **African Origins**, <<http://african-origins.org/>>.

⁴⁷²¹ ALBUQUERQUE, Débora de Souza Leão; VERSIANI, Flávio Rabelo; VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. **Financiamento e Organização do Tráfico de Escravos para Pernambuco no século XIX**. Revista Economia, Janeiro\Abril 2013.

⁴⁷²² CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade: Rotinas e Rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998. p. 126.

⁴⁷²³ **TSTD** – Viagens n° 46821 e 7321. . <<http://www.slavevoyages.org/>> Acessado em 09/08/2016.

⁴⁷²⁴ BN - Hemeroteca Digital. *Idade D’Ouro*. 07 de junho de 1814.

Brasil, tendo capitaneado também a galera *Adamastor*, em 1819, com 680 escravos, chegado ao Brasil apenas 300.⁴⁷²⁵

O Bergantim *General Silveira* foi interceptado por um cruzador inglês em 1815, e levado para Serra Leoa, sendo apreendido e condenado, desembarcando 238 escravos em Freetown e listados 236. Entre os africanos desembarcados, estavam 68 homens, 66 mulheres, 67 meninos e 37 meninas, durante a viagem morreram 25 pessoas⁴⁷²⁶.

Desde 1810, com a família real então residente no Brasil, Portugal já havia se comprometido com o fim do comércio negreiro, através dos tratados de Aliança e Amizade, que dava amplos privilégios comerciais a Inglaterra e o empenho por parte de Portugal em abolir gradualmente o comércio de escravos, além de reduzir a atuação de navios portugueses nesse comércio apenas para suas possessões⁴⁷²⁷, garantindo também do direito de Portugal sobre os territórios africanos de Cabinda, Molembro e Ajudá⁴⁷²⁸.

Em 1815, no Congresso de Viena, os Portugueses, após muitas negociações, assinaram o tratado que proibia o comércio de escravos ao Norte do Equador em troca de substancial indenização financeira. A esse tratado, foi acrescido em 1817, uma Convenção Adicional que dava aos ingleses o direito de abordar e efetuar buscas em navios suspeitos, provenientes de áreas proibidas, que estivessem fora dos portos e ancoradouros portugueses. De acordo com Bethell, esse tratado serviu como base para a Inglaterra exercer o direito de busca com outras potências marítimas.⁴⁷²⁹ Compreendendo a região da rota de embarque de escravos do *General Silveira* localidades ao norte do continente africano, a Inglaterra teria tido motivos para alegar tráfico ilegal de escravos e efetivar a captura da embarcação.

É interessante observar que as listas apresentam essas pessoas por seu nome de origem africana e não pelo nome de batismo, procedimento comum nas Américas. Deduz-se então que não houve o “abandono de seu passado” antes de cruzar o Atlântico, já que a viagem terminou em Serra Leoa preservando seus nomes e servindo como uma porta aberta para maiores informações acerca de suas vidas. Contudo, como lembrou Brügger e Oliveira, era comum que os nomes dos africanos mudassem ao longo de sua trajetória no tráfico, eles passavam então a possuírem “nomes do trafico” que em sua maioria se referia ao porto de embarque ou a seu lugar de origem⁴⁷³⁰.

A migração forçada ocasionada pela escravidão era traumática. Abandonar uma vida para viver forçadamente outra completamente diferente, privado de seu passado, tornado invisível, exigia estratégias de proteção, uma delas era a identidade étnica. As etnias que partiam de vários portos da África mudavam quando chegavam ao Novo Mundo. Entre as sete listagens de africanos embarcados e destinados ao comércio de seres humanos, encontram-se etnias e grupos lingüísticos diferentes.⁴⁷³¹ Mas não se sabe até que ponto essa nomenclatura foi preservada, pois uma vez em Serra Leoa, dificilmente um escravo “liberto” dela sairia “eticamente ileso”.

De acordo com Lovejoy, o conceito de etnicidade é um mecanismo de auto-identificação capaz de preencher uma lacuna na história da escravidão, mostrando os escravos como indivíduos capazes de se classificar e de se identificar com grupos humanos

⁴⁷²⁵ CAPELA, José. **Dicionário de negreiros em Moçambique 1750-1897**. Porto: Edições CEAUP, 2007. p. 120.

⁴⁷²⁶ Viagem N° 7644. <<http://www.slavevoyages.org/>> Acessado em 09/08/2016.

⁴⁷²⁷ Sobre os tratados antitráfico ver: BETHELL, Leslie. **A Abolição do Comércio de Escravos**. Brasília: Senado Federal, 2002; RODRIGUES, Jaime. **O Infame Comércio: Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)**. Campinas: UNICAMP, CECULT, 2000; PARRON, Tâmis. **A política da escravidão no Império do Brasil (1826-1865)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

⁴⁷²⁸ PEIXOTO, Rafael Cupello. **O poder e a lei: o jogo político no processo de elaboração da “lei para inglês ver” (1826-1831)**. Dissertação. UFF, 2013. p. 23.

⁴⁷²⁹ BETHELL, Leslie. **A Abolição do Comércio de Escravos**. Brasília: Senado Federal, 2002. p. 40.

⁴⁷³⁰ BRÜGGER, Silva; OLIVEIRA, Anderson. Os Benguelas de São João Del Rei: O tráfico Atlântico, religiosidade e identidade étnica. **Revista Tempo**, n° 26, 2007.

⁴⁷³¹ Ibid, p. 179.

distintos⁴⁷³². Contudo, há ausência de dados sobre o que os escravos pensavam e acreditavam, dificultando a construção de suas histórias, pois, apesar de existirem mais documentos referentes aos escravos do que aos homens livres, por se tratarem de propriedade, não podiam falar por si mesmos.

Para os escravos classificados como *africanos* há maior dificuldade em identificar sua origem étnica, já que essa classificação poderia ser apenas uma maneira de contabilização do tráfico. Essas pessoas poderiam assumir diversas identificações com a chegada ao Brasil, mas elas dificilmente correspondia aos seus próprios grupos de origem⁴⁷³³, quando não eram simplesmente denominados como Brutos ou Boçais. Diferente da documentação analisada por Manuela Carneiro da Cunha⁴⁷³⁴, as listas de embarcados não classificam diretamente a origem dos indivíduos (Angola, Congo, Cabinda)⁴⁷³⁵, elas os nomeiam. A localização de suas origens nas listas só é possível mediante o grupo lingüístico ao qual pertencem, e, algumas vezes, através de seus nomes.

Issain, ou Houssein, 21 anos, originário do território onde hoje se encontra a cidade de Abuja no centro da Nigéria, provavelmente foi vendido como escravo e levado ao porto de Camarões, onde embarcou no Bergantim *General Silveira* em 1815. Declarado como islâmico na lista dos embarcados é possível que soubesse ler e escrever, e quem sabe não teria feito uma longa viagem de rio e parado em algumas vilas antes de chegar ao litoral e de embarcar no tumbeiro como aconteceu com Mohammah Garbo Baquaqua⁴⁷³⁶. Porém, ao contrário desse, não chegou a atravessar o Atlântico. Sua viagem foi interrompida por um cruzador inglês, desembarcando em Freetown, Serra Leoa como o único declarado pertencente ao grupo lingüístico islâmico. Infelizmente, os motivos para sua escravização ainda são ocultos. De acordo com Lovejoy, houve certa complexidade na identificação étnica entre os muçulmanos que ia além da filiação, era muitas vezes associada ao status de livre ou escravo⁴⁷³⁷.

A biografia de Mohammah Baquaqua é um raro exemplo da voz de um ex-escravo ecoando para a história, pois não fala apenas de uma pessoa, mas da diáspora africana e de quem estava envolvido nela. Lovejoy fez um estudo sobre identidade com base nesta história, mostrando os caminhos que levam a identificação étnica de Baquaqua e como ela mudou ao longo de sua vida, muitas vezes por questões de sobrevivência⁴⁷³⁸.

Umboo, um jovem de 17 anos, falava *chona*, um grupo de línguas faladas no Zimbábue e em Moçambique, mais predominante nas províncias de Manica e Tete, locais pertencentes a rota interna das caravanas de escravos, e Sofala, conhecido porto na rota do comércio atlântico de escravos⁴⁷³⁹.

Localizado próximo ao porto de Quelimane, Sofala foi um dos primeiros territórios de Moçambique aonde os portugueses estabeleceram uma feitoria, mas, no século XIX, representava muito pouco no comércio de Moçambique. Apesar disso, de acordo com Capela, o porto deu sua contribuição para o comércio negreiro e era procurado pelas

⁴⁷³² LOVEJOY, Paul E.. Identidade e a Miragem da Etnicidade a Jornada de Mahommah Garbo Baquaqua para as Américas. *Afro-Ásia*, 2002, nº 27. pp. 9-39.

⁴⁷³³ BRÜGGER, Silva; OLIVEIRA, Anderson. Os Benguelas de São João Del Rei: O tráfico Atlântico, religiosidade e identidade étnica. *Revista Tempo*, nº 26, 2007. p. 2.

⁴⁷³⁴ CUNHA, Manoela Carneiro *apud* BRÜGGER, Ibid., p. 9. Cunha utiliza documentação referente aos registros paroquiais e documentação das irmandades.

⁴⁷³⁵ Idem.

⁴⁷³⁶ LARA, Silva Hunold. Biografia de Mahommah G. Baquaqua. *Revista Brasileira de História*. pp. 269 a 284.

⁴⁷³⁷ LOVEJOY, Paul E.. Transatlantic Transformations: The origins and identities of Africans in the Americas. in SANSONE, Livio; SOUMONNI, Elisée; BARRY, Boubacar (ed.). Africa, Brazil and Construction of Transatlantic Black Identities. *Africa World Press*: Trenton, NJ, 2008. p. 82.

⁴⁷³⁸ LOVEJOY, Paul E.. Identidade e a Miragem da Etnicidade a Jornada de Mahommah Garbo Baquaqua para as Américas. *Afro-Ásia*, 2002, nº 27. pp. 9-39.

⁴⁷³⁹ CAPELA, José. *O Tráfico de escravos nos portos de Moçambique, 1733-1904*. Porto: Edições Afrontamentos, 2002. p. 208.

embarcações vindas do norte para completar suas cargas⁴⁷⁴⁰, o que pode se encaixar no caso do *General Silveira* que seguiu por essas águas e pode ter parado em Sofala, ou ter abastecido em Moçambique, para onde Umboo teria sido levado através do comércio de cabotagem.

A maior parte dos embarcados teria vindo de Camarões e suas proximidades. Gnamasy ou Nyamsie, um menino de 9 anos, pertencia ao grupo lingüístico Bamun. O Bamun é uma língua originária de um reino de mesmo nome localizado em Camarões, e que afirmam descender do povo Tikar. Há dois meninos de 12 anos de nome Imbo, ou Imboo, que indicam provável origem do interior do continente africano próximo ao Camarões, atual território da República Centro Africana.

Havia na lista duas pessoas embarcadas de nome Yem, uma delas era um homem de 24 anos, a outra, um garoto de 9 anos, classificados como Basaa, língua falada em Serra Leoa e na Nigéria. O significado dos seus nomes podem ser uma referência ao Iêmen, na Península Arábica, ou uma região no sul da Etiópia, indicando que Yem, apesar da possibilidade de terem sido capturados na Nigéria, não necessariamente, este fosse seu local de origem.

Dessa forma, é preciso ter cuidado ao relacionar as designações dadas pelo tráfico com a origem étnica, pois classificações mais gerais como *Angola, Benguela, Congo*, ocultam uma série de reinos e aldeias com a qual o indivíduo realmente se identifica e que pode mudar ao longo dos anos. Além disso, a mesma língua pode ser falada em diversos lugares do continente africano, dificultando a identificação da origem do indivíduo.

Para Lovejoy, as línguas africanas podem ser indícios na busca pela etnia. As diferentes linguagens faladas no continente africano, que sobreviveram por gerações foram se espalhando amplamente e enraizando em diferentes lugares, decorrentes, muitas vezes, do poder político. Sendo assim, mesmo com o desenvolvimento de novas línguas “criolas”, muitas das antigas línguas sobreviveram.⁴⁷⁴¹

Isso não significa a defesa de uma busca pela “pureza étnica”, pois ao estar envolvido no tráfico transatlântico de escravos, uma vez que sempre houve interação com culturas diferentes, incluindo a européia. Ainda de acordo com Lovejoy, a origem, nesses casos, não deve ser considerada como um conceito estático, mesmo com a identificação de seu local de nascimento, pois a etnia é fluída e acumulativa, as experiências de vida e contatos com outras culturas são capazes de mudar ou criar uma nova identidade para o indivíduo⁴⁷⁴². Isso significa que a origem étnica não é suficiente para a auto-identificação, mas ajuda a entender a história daquela pessoa e do contexto ao qual ela fazia parte.

Epoo, 27 anos e Goola, 19 anos, foram jovens escravos libertados do *General Silveira*, ambos com origem linguística Duala, que também é a denominação de um porto localizado no Golfo da Guiné. Entretanto, a classificação étnica de acordo com os grupos linguísticos, apesar de não ser frequente, também era utilizada pelos traficantes, o que não quer dizer que Epoo e Goola, ainda que falassem língua com igual tronco linguístico, pertençam ao mesmo grupo étnico, como exemplificou Hall quando falou sobre os Bamana e os Mandinga que, apesar de possuírem mesma língua de origem Mandê, eram inimigos religiosos.⁴⁷⁴³

Em seu relato, Baquaqua tem a identidade em constante transformação, mudando de acordo com sua condição de vida. Aparentemente, a identidade étnica não possuía tanta importância para ele quando se tratava de adaptação para a sobrevivência dentro de um determinado contexto social, mas sua origem étnica era de suma importância e ele faz

⁴⁷⁴⁰ CAPELA, José. **O Tráfico de escravos nos portos de Moçambique, 1733-1904**. Porto: Edições Afrontamentos, 2002. p. 226.

⁴⁷⁴¹ LOVEJOY, Paul E.. *Transatlantic Transformations: The origins and identities of Africans in the Americas*. in SANSONE, Livio; SOUMONNI, Elisée; BARRY, Boubacar (ed.). *Africa, Brazil and Construction of Transatlantic Black Identities*. **Africa World Press**: Trenton, NJ, 2008. p. 88.

⁴⁷⁴² LOVEJOY, Paul E.. *Transatlantic Transformations: The origins and identities of Africans in the Americas*. in SANSONE, Livio; SOUMONNI, Elisée; BARRY, Boubacar (ed.). *Africa, Brazil and Construction of Transatlantic Black Identities*. **Africa World Press**: Trenton, NJ, 2008. p. 88.

⁴⁷⁴³ HALL, Gwendolyn Midlo. *Cruzando o Atlântico: etnias africanas nas Américas*. **TOPOI**, 2005, nº 10. pp.29-70.

questão de recordá-la, mantendo, inclusive, seu nome muçulmano e seu sobrenome mesmo após a conversão ao cristianismo, mostrando assim, sua ligação com a religião e a família de origem.⁴⁷⁴⁴

Apesar da possível identificação de Baquaqua com suas origens familiares, de acordo com Hall, é possível que dentro de sua própria família essas relações de identificação tenham mudado ao longo dos anos e, caso ele tivesse retornado a África, possivelmente não encontraria seu lugar de origem, como aconteceu com os ex-escravos do Brasil retornados a África e com os libertados pelos tribunais antitráfico.

Na listagem do *General Silveira* constam ainda alguns nomes não africanos, Jack, de 9 anos, Madalena, de 7 anos, e Maria, de 20 anos. É possível que esses nomes tenham sido registrados por dificuldade em identificar a origem africana.

Sabe-se que as listagens disponíveis no banco de dados *African Origins* foram feitas mediante um intérprete africano, tanto no tribunal de Havana, quanto no de Serra Leoa. O que deixa a entender que o intérprete perguntava então ao escravo, repassando a informação fonética para os responsáveis pela feitura das listas, que em Havana era um Padre, e em Serra Leoa era um súdito britânico⁴⁷⁴⁵. Esta informação pode significar que os africanos apreendidos talvez tenham sido consultados, tornando-se agentes históricos diretos nesse processo, uma vez que é possível discernir nomes que não significam a língua falada ou o lugar de origem diretamente, mas significando nomes próprios.

Para Lovejoy, ainda que isso não fosse um padrão, a formação de comunidades sob a escravidão levou em conta as origens linguísticas e culturais comuns para o estabelecimento de grupos étnicos e religiosos como um mecanismo de integração nas sociedades escravas⁴⁷⁴⁶. Dessa forma, as listas com os nomes africanos e respectivas linguagens reúnem grupos de pessoas que podem estar integradas étnica e culturalmente.

Para Hall, uma maneira de compreender a identificação étnica dos africanos na África é perceber as nuances da identificação que eles tiveram nos locais para onde foram levados. No caso dos libertados pelos tribunais antitráfico, apesar de legalmente considerados livres, o destino dado a esses africanos era guiado pelas mentalidades dominantes da escravidão. Em ocasião de apreensão do navio negreiro, um flagrante, portanto, aos escravos não era questionado qualquer decisão sobre seu futuro, e, muito menos, eram levados de volta a seu lugar de origem. Para Capela, o indivíduo reduzido a condição de escravo atlântico não ganhava nada com a apreensão do navio onde estaria embarcado, uma vez que para o traficante ele era uma mercadoria “mais ou menos estimável”, e para o apresador não havia interesse financeiro envolvido após a entrega dos escravos as autoridades competentes.⁴⁷⁴⁷

Uma análise mais profunda sobre os dados aqui apresentados seria fundamental para descobrir os meandros da vida desses personagens, contudo, a documentação disponível no site não contém todas as informações necessárias para todos os indivíduos, o que dificulta esse processo. Apesar do reconhecimento dos problemas para a nomeação desses africanos, é possível entender a dinâmica da identificação étnica e do próprio tráfico de escravos através do Bergantim *General Silveira*, que tinha rota estabelecida para parar em diversos

⁴⁷⁴⁴ LARA, Silva Hunold. Biografia de Mahommah G. Baquaqua. *Revista Brasileira de História*. p. 2.

⁴⁷⁴⁵ ANDERSON, Richard; BORUCKI, Alex; SILVA, Daniel Domingues da; ELTIS, David; LACHANCE, Paul; MISEVICH, Philip; OJO, Olatunji. Using African Names to Identify the Origins of Captives in the Transatlantic Slave Trade: Crowd-Sourcing and the Registers of Liberated Africans, 1808-1862. *History in Africa: A Journal of Method*. Julho 2013. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/history-in-africa/article/using-african-names-to-identify-the-origins-of-captives-in-the-transatlantic-slave-trade-crowd-sourcing-and-the-registers-of-liberated-africans-18081862/481CC581E3F260E89F3CD6ADE588D209>> p. 4.

⁴⁷⁴⁶ LOVEJOY, Paul E.. Transatlantic Transformations: The origins and identities of Africans in the Americas. in SANSONE, Livio; SOUMONNI, Elisée; BARRY, Boubacar (ed.). *Africa, Brazil and Construction of Transatlantic Black Identities*. Africa World Press: Trenton, NJ, 2008. p. 84.

⁴⁷⁴⁷ CAPELA, José. *O Tráfico de escravos nos portos de Moçambique, 1733-1904*. Porto: Edições Afrontamentos, 2002. p. 269.

portos de abastecimento da carga humana, e essa, por sua vez, apesar de maioria pertencente aos arredores de Camarões, possuía diversidade étnica, apontando assim a mobilidade dos indivíduos dentro do continente africano até seu embarque no navio negreiro.

LUTAS PELA INDEPENDÊNCIA: OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO, E POLÍTICA DE PORTUGAL.

Anderson Guimarães Mendonça⁴⁷⁴⁸
andersongm94@hotmail.com

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar os resultados iniciais da pesquisa para o mestrado em História pela UFRPE, em torno dos movimentos de libertação em Angola durante o período salazarista no século XX. Esta pesquisa surgiu da percepção da ausência de muitos conteúdos em sala de aula referentes a África Contemporânea e com minhas experiências no ensino básico, pretendemos trabalhar alguns grupos sociais na África a fim de fornecer, futuramente, mais subsídios sobre a História Contemporânea e História da África. A meta é mostrar o surgimento e a organização dos movimentos de independência em Angola, objetivando as influências externas e agrupamentos étnicos, que confluíram nos grupos organizados, que buscavam a separação de Angola que estava sob o controle de Portugal. Para isso, foi utilizada uma bibliografia específica portuguesa e brasileira sobre o surgimento destes movimentos e seu comportamento e das ações da PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado) contra estes grupos na tentativa de manter a ordem e estabilidade do regime português, ainda na segunda metade do século XX, além das experiências no ensino básico com temáticas afins.

Palavras-chave: Política; Angola; Ensino; Salazar

Introdução

O século XX teve como característica não só as guerras, mas também revoluções e desmembramentos de impérios. As revoluções ou as lutas de libertações dos Estados tinham implicações para a situação internacional, particularmente durante a Guerra Fria.⁴⁷⁴⁹

No livro *Globalização, Democracia e Terrorismo*, o historiador inglês Eric Hobsbawn faz um balanço do século XX, tendo como temas de análise as guerras no mundo, a democracia⁴⁷⁵⁰ e as formas de terrorismo propagadas pelas potências internacionais durante a Guerra Fria e suas permanências no século XXI. Em sua narrativa (e experiência de vida), Hobsbawn diz que as disputas políticas, combates, modos de governos e tratamento social existentes nos países tanto do ocidente, quanto do oriente durante a Guerra Fria, incluindo os do continente africano, estiveram dentro dos embates políticos globais e polarizações forçadas entre os EUA e URSS, após a Segunda Guerra Mundial. Com a África não foi diferente. Durante a década de 60 viveu-se lutas e confrontos civis e políticos, tendo como objetivo a

⁴⁷⁴⁸ Mestrando - Universidade Federal Rural de Pernambuco.

⁴⁷⁴⁹ HOBBSAWN, Eric. **Globalização, Democracia e Terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 184p.

⁴⁷⁵⁰ Principalmente a democracia liberal.

independência dos territórios africanos sob o controle dos países da Europa. Em Portugal, principalmente, houve a criação de movimentos que visavam a libertação das “possessões” marítimas do domínio português salazarista. Após a Segunda Guerra Mundial, pela influência da terceira internacional comunista da URSS, muitos estudantes angolanos, em especial, foram para a Europa estudar e acabaram conhecendo ideais, que os motivaram a criar movimentos sociais para a independência de seus países que estavam sob o controle de Portugal.

O projeto governamental da União Soviética, exportado para países do terceiro mundo, pareceu ser uma forma de alcançar a independência de Angola. Naquela época, o país socialista estava sobre o comando de Nikita Khrushchov que ainda conseguia viver bem com o programa econômico e político iniciado por Josef Stalin.⁴⁷⁵¹ Esse aparente “sucesso” do projeto socialista fez com que várias ditaduras ou países com regimes de direita, especialmente os nacionais-estadistas, sentissem medo que houvesse uma revolução socialista. No caso da África, esse medo também se atrelou a libertação e a descolonização dos territórios africanos existentes no século XX.

Os movimentos de reação e libertação de Angola se desenvolveram com mais força após o fim da Segunda Guerra Mundial. Durante a década de 1950 surgiu em Angola três movimentos que lutavam pela independência da nação. O MPLA, O FNLA e a UNITA. Cada um desses movimentos se organizaram e se orientaram de formas diferentes. Por causa destas frentes de combate, o regime salazarista passou a reprimir de forma mais ostensiva e usou a PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado) para exercer o controle nos territórios onde houvesse chance de possível sublevação dos africanos. Estas ações de repressão também aconteceram em Moçambique. No entanto, neste artigo não será tratado esta repressão aos grupos moçambicanos, mas sim dos grupos angolanos, suas origens e inclinações ideológicas.

O Salazarismo e a Polícia de repressão

No início do século XX, Portugal sofreu uma reforma política que instituiu um governo de caráter republicano. A nova forma de organização do cenário político português não foi capaz de resistir a todos os problemas sofridos no continente europeu com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Quebra da Bolsa de Nova Iorque (crise de 1929). A situação calamitosa da população trabalhadora acabou instaurando um cenário politicamente instável aproveitado pelos militares, que realizaram um golpe de Estado em 1926. Inspirado em ideais de Extrema-direita, como o nacionalismo alemão, Portugal entrou em um regime ditatorial com franca oposição aos regimes comunistas no mundo.⁴⁷⁵²

Durante seis anos, Antônio Oliveira Salazar, professor universitário, foi chefe do conselho de ministros em Portugal após o golpe militar. Em 1932, Salazar foi conduzido ao governo de Portugal como presidente do país e impôs uma nova constituição com traços inspirados no fascismo italiano, onde permitia a censura de meios de comunicação, a proibição de movimentos grevistas e a implantação de um sistema político unipartidário.

O regime conhecido como Estado Novo Português governou até 1974, quando aconteceu a revolução dos cravos, um movimento social que depôs um dos poucos regimes de cunho fascista ainda existente no mundo. Durante os mais de quarenta anos de governo português fascista, Salazar tentou manter suas colônias africanas sob seu controle e criou um aparato repressivo e vigilante muito comum em outros regimes no período dele. A Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE).

A PIDE tinha como competência a responsabilidade pelos serviços de passaporte e emigração em Portugal, pelo controle das fronteiras terrestres, marítimas e aéreas, pelo controle do aliciamento ilícito de emigrantes e pela proteção de crimes cometidos contra a

⁴⁷⁵¹ REIS FILHO, Daniel Aarão. **As Revoluções Russas e o Socialismo Soviético**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

⁴⁷⁵² RIBEIRO, Maria da Conceição Nunes de Oliveira. **A polícia política no Estado Novo: 1926-1945**. Lisboa: Estampa, 1995. p.172

segurança interior e exterior do Estado. A PIDE foi uma polícia política criada da influência da PVDE ⁴⁷⁵³, e adaptada à situação política global, tendo mais controle sobre as possessões africanas. ⁴⁷⁵⁴

Nos territórios africanos, a PIDE vigiava os povos étnicos de Angola e os estudantes angolanos na busca de alguma ação que pudesse levar a uma revolução e conseqüentemente ao descontrole português nas províncias africanas. Diante dos enfrentamentos e da repressão da PIDE em Angola, os movimentos de luta pela libertação foram obrigados a operar na clandestinidade, recebendo orientações de fora da colônia, particularmente daqueles angolanos que estudavam na Metrópole. Dentro de Angola, eles criaram escolas de alfabetização clandestina e orientações contra o colonizador, retornaram a tradição oral e despertavam o sentimento nacionalista nos jovens e crianças, despertando, também, a vontade de lutar pela independência da nação.

Stuart Hall, em seu livro *Identidade cultural na pós-modernidade*, diz que as identidades nacionais são criadas e que nós não nascemos com ela. Essas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes. Entretanto, nós efetivamente pensamos nelas como se fossem parte de nossa natureza essencial. ⁴⁷⁵⁵ Partindo desta análise sobre identidade, surgiu no início do século XX uma busca incessante pelas raízes que fundariam uma nação. Salazar buscou num passado glorioso a boa ascendência, principalmente no que se referia aos preceitos católicos, de Portugal. Durante as décadas de poder, Salazar espalhou pela África discursos que iriam legitimavam a colonização dos angolanos e moçambicanos a fim de manter o controle social destes povos, argumentando que iriam levar a “boa” civilização portuguesa à África. Para isso, Salazar teve que criar um aparato de repressão e opressão para evitar pensamentos que demonstrassem a relevância de nações ainda colonizadas pelos Portugueses. A imagem de inferioridade passa para uma perspectiva racial, de modo que os brancos passariam a representar “os civilizados”.

No que se referia a forma de trabalho ainda empregado nas colônias de Portugal, como prática cotidiana da Polícia em solo Moçambicano e Angolano, o uso do trabalho foi tido como ato disciplinar para penas nas colônias. Um “racismo” velado e que existiu durante séculos de presença europeia na África. Entre o final do século XIX e início do XX, a lógica colonial não era mais a do comércio de escravos. Por meio da polícia, grupos foram reduzidos a apenas um indivíduo: “O indígena”. Dessa forma a hierarquia da sociedade colonial compreendia os europeus no topo da pirâmide social e os “indígenas” na base. Por meio de decreto, em 1894, foi instituído em Moçambique quais grupos sociais teriam que fazer atividades de trabalho público como pena. Muitos impostos e dívidas foram, pelo Estado, substituídos pelo trabalho público.

O trabalho era usado como forma de segregação e era colocado como única forma de moralizar os africanos. Para as autoridades policiais, a “vadiagem” era um estado de maior propensão para o crime e o trabalho honraria as ações do homem, como também a escola e o exército. Essas ações visavam fazer com que as colônias permanecessem como foram durante os séculos XV à XVIII. E por meio do trabalho como forma análoga a escravidão, fazia-se uso para manter as diferenças sociais nas colônias portuguesas:

É possível perceber o discurso do trabalho tornara-se cada vez mais significativo para a implementação das ações colonialistas, que vinculavam a identificação de um “outro” inferiorizado à ideia de ócio e vadiagem. ⁴⁷⁵⁶

⁴⁷⁵³ Polícia de Vigilância e Defesa do Estado. Foi a polícia política criada logo após o golpe militar em 1926. Foi substituída pela PIDE em PVDE, incorporando ações da Polícia Internacional Portuguesa.

⁴⁷⁵⁴ RIBEIRO, Maria da Conceição Nunes de Oliveira. *OpCit.* p.173

⁴⁷⁵⁵ HALL, STUART. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10^o ed. São Paulo: DP&A editora, 2005.

⁴⁷⁵⁶ THOMAZ, Fernanda Nascimento. **Disciplinar o “indígena” com pena de trabalho: políticas coloniais portuguesas em Moçambique**. Est. Hist. Rio de Janeiro, 2012. p. 313-330.

E a polícia política tinha esse papel regulador e moralizante da sociedade tanto dentro de Portugal quanto fora do território português.

O MPLA, o FNLA e a UNITA: Origens, Orientações e Líderes.

Nos anos 1950, em Angola, começou a organização efetiva contra esta exploração, e particularmente as reações à repressão e violência da PIDE. O tema da libertação começou a circular entre os nativos e mesmo entre os colonos que não estavam satisfeitos com a repressão do salazarismo e suas situações de dependência em Angola.⁴⁷⁵⁷

Após a Segunda Guerra Mundial, surgiram líderes que eram contra o regime e entraram para a resistência. Quando eles viajavam para a metrópole, os líderes levavam e enviavam para a Colônia uma literatura que serviria para despertar o espírito nacionalista e ao mesmo tempo chamava a atenção para a opressão dos colonizadores e a violência da PIDE, destacando também sua ação repressiva na Metrópole. Desta literatura, destacavam-se duas revistas onde militantes da causa nacionalista podiam se expressar, apesar da censura: *A Mensagem*, em 1949 e *A Cultura* em 1957. Depois da Segunda Guerra, o mundo passou a criticar mais ainda a exploração das colônias, apontando Portugal como uma nação que explorava com trabalho forçado as suas colônias ultramarinas⁴⁷⁵⁸, a exemplo de Angola e Moçambique. Neste contexto, começou-se a formar três movimentos com tendências políticas diferentes, com a meta de encabeçar a luta pela independência de Angola.

A primeira frente foi em 1956 com o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), surgido da união entre o Partido da Luta dos Africanos de Angola (PLUA) e o Movimento Pela Independência de Angola (MIA) no Norte do país. A história do MPLA tem estreita ligação com a do seu líder histórico o poeta e médico Agostinho Neto, que era orientado pela luta marxista-leninista.⁴⁷⁵⁹ Entre seus membros havia tanto mestiços quanto assimilados, brancos e membros da etnia ovimbunda,⁴⁷⁶⁰ a mais populosa de Angola. O MPLA era o mais bem estruturado e organizado dos movimentos, contando, inclusive, com uma escola de formação para seus membros com contatos internacionais importantes, especialmente com a União Soviética.

A segunda frente se formou nos distritos do Nordeste e Leste do país, onde a população era formada por angolanos congolezes (antigo Zaire). Ela foi a Frente Nacional pela Libertação de Angola (FNLA). Ela surgiu da fusão entre União das Populações de Angola (UPA) e o Partido Democrático Angolano (PDA).

Sobre a UPA, ela foi um movimento cultural de defesa e de ajuda mútua para os exilados congolezes de Angola. Fundada e instalada no Congo-Léopoldville (Kinshasa), atual República Democrática do Congo, organizou-se politicamente na ajuda ao exílio da população da região do Norte da Colônia. A UPA foi liderada por Álvaro Holden Roberto, no exílio, no território, na época, do Zaire. O PDA tinha como maior liderança Emanuel Kunzika.

Essa união teve duas consequências imediatas em Angola: primeiramente, a formação do Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), presidido por Álvaro Holden Roberto, tendo Jonas Malheiro Savimbi como ministro das relações estrangeiras, e depois a formação do Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA), apoiado pelo governo da então República do Congo.

A FNLA tinha uma bandeira racial, declarando-se contra os brancos, portugueses e comunistas. Diferente da MPLA, eles tinham pouco treinamento militar e sua estrutura não

⁴⁷⁵⁷ Centro de Estudos de Angolanos, 1965.

⁴⁷⁵⁸ Na época, as colônias eram registradas em Portugal como províncias, como se fossem distritos do território português.

⁴⁷⁵⁹ Movimento Pela Libertação de Angola, 2008.

⁴⁷⁶⁰ Os ovimbundos são uma bantu de Angola. Eles constituem 37% da população do país. Os seus subgrupos mais importantes são os Mbalundu, os Wambo, os Bieno, os Sele, os Ndulu, os Sambo e os Kakonda. Eles ocupam hoje o planalto central de Angola e a faixa costeira adjacente, uma região que compreende as províncias do Huambo, Bié e Benguela.

era tão organizada como a do primeiro movimento. O movimento não tinha uma orientação ideológica, mas apenas uma bandeira de luta para a independência do país.

A partir da dissidência de Jonas Savimbi, membro da FNLA, surgiu a última frente de resistência significativa do nacionalismo angolano: a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Embora tenha sido fundada em 1964, sua luta armada apenas iniciou em 1966. Esta força revolucionária teve seus líderes treinados pelo exército da República Popular da China, que apoiou as iniciativas militares desse grupo até a independência de Angola, em 1975. Ela operava nas regiões do planalto e do Sul, junto à etnias Chokwe, Ngangela e também a Ovimbundu. Os participantes da luta contra Portugal vinham de vários grupos, desde intelectuais e estudantes, que se encontravam em Lisboa e na Europa, até missionários. As origens da UNITA estão fisicamente ligadas a Jonas Savimbi que foi o fundador e o primeiro presidente do partido.

A UNITA visava conseguir o apoio popular e a mobilização das massas. No entanto, ela foi militarmente mais fraca que o FNLA e bem distante do MPLA. O movimento se declarava maoista, mas variava dependendo do apoio internacional.

Além destes grupos, havia em Angola uma insatisfação por parte dos indivíduos brancos nascidos no território (chamados de crioulos), frente ao crescimento da imigração promovido pelo governo de Portugal. Estes brancos, pertencentes a uma burguesia decadente, somaram-se aos movimentos nacionalistas que surgiram na década de 1950, melhorando a difusão desta ideia pelo território angolano. Desta forma, a partir de 1958 começou a se falar, em Angola, de uma revolução armada, principalmente em Luanda.

Na medida em que os movimentos clandestinos surgiam, o governo português implementava a sua polícia política (PIDE) e as delegacias em solo Angolano, que recrudescer a repressão aos nacionalistas e seus movimentos. Em 1959, começaram as prisões em massa, sendo que os principais líderes eram os mais procurados. Por essa razão, os movimentos começaram por desenvolver-se no exterior.

O episódio da greve dos trabalhadores na plantação de algodão na Baixa Kassange, contra uma companhia belga, e a dura reação do exército português, que bombardeou a região com napalm ⁴⁷⁶¹, matando milhares de pessoas no dia 4 de janeiro de 1961, serviram como estopim para o início da luta armada pela independência em relação à Metrópole. A luta iniciou em duas frentes, ainda em 1961. Uma pela FNLA (na época UPA) e outra por ações de guerrilha do MPLA. A partir de 1961, seguiram-se 41 anos de beligerância em Angola. ⁴⁷⁶²

A Resistência contra o regime: Clandestinidade versus a PIDE.

As lutas representaram o início da independência para o povo angolano que só aconteceria de fato, nos anos 70 do século XX. Grupos sociais, líderes revolucionários, movimentos de libertação, todos eles lutaram em Angola contra os ditames salazaristas. Na medida em que crescia a consciência nacionalista nas colônias e a pressão internacional, Portugal tomou uma série de medidas para a manutenção do *status quo*. Entre as quais esteve a implantação, em 1957, da polícia política: A PIDE. Instrumento de controle social, a PIDE observou tudo e a todos para a manutenção da ditadura portuguesa em solo africano e desta forma, fez uso e abuso daquilo que achasse necessário para evitar que o inimigo externo da época chegasse às colônias portuguesas: o comunismo.

De forma clandestina, os nacionalistas distribuíam panfletos para mobilizar a população face à necessidade de luta pela independência. Essa distribuição era feita à noite, para os seus autores não serem apanhados pela PIDE. Os membros destes movimentos tinham contatos com outros países. Por causa das igrejas católica e metodista, alguns

⁴⁷⁶¹ Napalm é um líquido inflamável à base de gasolina gelificada, utilizado como armamento militar. Este tipo de arma incendiária havia sido de uso proibido contra civis, facto que as forças armadas portuguesas não respeitaram e investiram contra os angolanos na sua luta pela libertação.

⁴⁷⁶² PÉLLISIER, René. **História das Campanhas de Angola**: resistência e revolta, 1845-1941. Lisboa: Editorial Presença, Vol.1 – 1997 e Vol.2 – 2013.

missionários enviavam cartas e documentos para os Estados Unidos da América, espalhando a situação de dominação existente em Angola.

Para evitar as manifestações e tentar desarticular os grupos, a PIDE introduzia nesses grupos informantes que, fazendo-se passar por nacionalistas, delatavam os verdadeiros nacionalistas e denunciavam suas ações. As perseguições eram sentidas por toda a parte, em todos os locais.

A PIDE fazia recurso de vários métodos para atingir seus objetivos de reprimir a contestação anticolonial. Vigiam suspeitos, violavam correspondências, revistavam pessoas, caluniavam e tomavam proveito de vulnerabilidades, provocações e rusgas. Por causa destas perseguições às vítimas durante o regime salazarista, as pessoas deixavam de falar à vontade em qualquer lugar. Para conseguir arrancar confissões dos nacionalistas presos pelo regime, a PIDE usou a tortura como principal método.

O controle do território angolano, ainda em pleno século XX, chega lembrar a dominação portuguesa no Brasil durante mais de trezentos anos. Embora a colônia angolana no século XX tenham tido características bem distintas da tida no Brasil até o século XIX, a influência da independência do Brasil fez com que muitos angolanos e moçambicanos começassem a refletir e incitassem o desejo de libertação. A política de Oliveira Salazar não queria que mais territórios fossem perdidos no século XX e, por meio da PIDE, ele tentou evitar influências que pudessem fazer com que os africanos despertassem a vontade de se tornarem independentes e lutassem pela liberdade nos seus Países. Grupos armados se organizaram e disseminaram alguns preceitos e sentimentos de liberdade que fizeram com que os angolanos repensassem a situação de controle de Portugal sobre eles, até que em 11 de Novembro de 1975 Dr. Agostinho Neto tenha proclamado a independência de Angola.

“VEM DE ARUANDA, Ê”. CABOCLOS E ANCESTRAIS CENTRO-AFRICANOS NA FORMAÇÃO DO CANDOMBLÉ (BAHIA, SÉCULO XIX)

Andrea Mendes⁴⁷⁶³

andreamendez@mpc.com.br

Resumo: Na transição do século XIX para o XX, os terreiros de candomblé na cidade de Salvador se consolidaram a partir das experiências de africanos e seus descendentes no Novo Mundo. Se construía, naquele momento, uma arraigada base de sustentação sociocultural que não se limitava a apoiar um sistema de crenças, mas também uma comunidade que permitia aos seus membros um estilo de vida completamente impregnado de forças civilizatórias negro-africanas.

Em um tempo onde um dos requisitos mais importantes para legitimar um terreiro era a ligação direta com ascendentes africanos, o culto a caboclo acontecia em muitos deles, porém de forma discreta, pois esses cultos eram comumente encarados como “formas religiosas em franca decomposição”, como sugeriu o pioneiro Edison Carneiro. No entanto, estudos africanistas recentes nos possibilitam traçar outros argumentos para analisar a presença africana nas Américas, incluindo aí o culto a caboclo, que pode ter raízes distantes em uma memória de longa duração baseada em práticas religiosas de povos da África Central Ocidental.

A noção de que os centro-africanos não possuíam práticas religiosas coletivas e tampouco simbolismos rituais complexos os relegou a um papel secundário, de quase

⁴⁷⁶³ Doutoranda em História Social da África – IFCH – UNICAMP.

invisibilidade, dentro das ciências humanas, no que tange à experiência religiosa de africanos e seus descendentes em contexto diaspórico. A recente bibliografia africanista tem mostrado que a participação dos povos da África Central Ocidental, ao contrário, pode ter sido muito mais efetiva do que se supõe até o momento.

Escolhi analisar a figura do “caboclo”, espírito cultuado nos terreiros de candomblé e cuja representação também se tornou símbolo da Independência da Bahia desde o século XIX. A partir de suas representações, ora na festa cívica, ora no contexto religioso, busco analisar alguns conjuntos de significados possivelmente originados em matrizes culturais centro-africanas, presentes nos chamados “pontos cantados”, que são versos de louvor e desafio vinculados ao seu culto na Bahia.

Palavras-chave: Caboclo – Candomblé – Centro-africanos – Independência da Bahia

Na transição do século XIX para o XX, os terreiros de candomblé na cidade de Salvador se consolidaram a partir da experiência de africanos e seus descendentes no Novo Mundo e, tal como em suas terras de origem, a oralidade foi um dos principais meios de transmissão de cultura e conhecimento dentro desses grupos. Com o candomblé se construía, naquele momento, uma sólida base de sustentação sociocultural que não se limitava a apoiar um sistema de crenças, mas também uma comunidade que permitia aos seus membros um estilo de vida completamente impregnado de forças civilizatórias negro-africanas, cujos sentidos, ações rituais e cosmologia possuíam vínculos com várias tradições religiosas do oeste central africano, especialmente yoruba (comumente denominados nagôs), aja-fon (originários da África Ocidental, assim como o primeiro grupo) e centro-africanos. A partir dessas tradições, recriadas e ressignificadas, foi forjado um sistema de crenças ainda no contexto da escravidão, baseado no respeito a um panteão de deuses ou espíritos tutelares, podendo ser denominados orixás, voduns, inquices, caboclos ou encantados, entre outros, associado ao fenômeno do transe, entendido pelos membros do grupo como a incorporação da divindade pelo indivíduo iniciado e/ou preparado para tal rito. São ainda marcas características desses cultos os rituais de cura, danças, cantos e tambores, além das chamadas festas públicas.⁴⁷⁶⁴

Buscar “sobrevivências” ou “reminiscências”, *per se*, não constitui interesse direto, uma vez que a cultura é dinâmica e, portanto, sujeita a alterações a todo momento, mas desvendar os sentidos contidos nas práticas culturais de africanos e seus descendentes no contexto diaspórico pode servir como pista para compreender de que forma eles se utilizavam desse repertório para resistir ao peso da escravidão e lidar com o cotidiano dos embates sociais a que estavam submetidos.

O enfoque em pequena escala de eventos sociais e culturais possibilita flagrar processos maiores no que diz respeito à experiência e protagonismo de africanos e seus descendentes. Investigar suas heranças culturais e respectivas ressonâncias em contexto diaspórico pode ser uma ferramenta valorosa na recuperação das razões, sentimentos e estratégias de sobrevivência desses grupos.

Desde o seu surgimento, a historiografia africanista foi profundamente marcada por um caráter interdisciplinar, o que resultou em uma importante renovação no uso de fontes e métodos utilizados no fazer historiográfico. As sociedades africanas e diaspóricas de modo geral têm na oralidade um dos meios principais de transmissão de cultura e conhecimento e, por esse motivo, parece razoável pensar que o historiador deva se ocupar da busca de outras fontes para investigar as experiências vividas por esses grupos.

Dentre essas fontes de natureza distinta daquelas usualmente analisadas por historiadores, a cultura material, danças, provérbios e canções constituem um cabedal de fontes ainda pouco exploradas na historiografia. Embora esses repositórios tenham sido explorados mais frequentemente por pesquisadores das diversas disciplinas das ciências humanas que se ocupam do presente, essas fontes muitas vezes têm a propriedade de

⁴⁷⁶⁴ MENDES, Andrea. **Vestidos de realeza**. Fios e nós centro-africanos no candomblé de Joãozinho da Goméia. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2014. (Série Recôncavo da Guanabara, vol. 1). p. 30-31

carregar em si os modos de pensar e agir ao longo do tempo, como se fossem “cápsulas de memória” sobre a experiência de africanos na diáspora.⁴⁷⁶⁵

O “Caboclo”, espírito tutelar cultuado nos terreiros de candomblé e comumente tratado como figura periférica do universo religioso afro-brasileiro, também se tornou símbolo da Independência da Bahia desde o século XIX. A partir de suas representações, ora na festa cívica, ora no contexto religioso, busco analisar alguns conjuntos de significados que dialogam com práticas de matrizes culturais centro-africanas, presentes nos chamados “pontos cantados”, que são versos de louvor e desafio vinculados ao culto dos caboclos na Bahia.

O Caboclo nos festejos do Dois de Julho

Até os dias de hoje, o chamado “Dois de Julho” é considerado a festa mais importante em Salvador. O evento comemora a independência da Bahia, que saiu das mãos do jugo português, graças à atuação do exército Libertador formado no Recôncavo baiano.

A capital baiana vivenciava sucessivos conflitos entre brasileiros e portugueses, desde a cidade foi dominada militarmente pelas forças portuguesas, e a maior e mais importante batalha se deu em novembro de 1822. O Exército Libertador, força brasileira organizada no recôncavo pelo General Pedro Labatut tomou definitivamente a cidade em 2 de julho de 1823, quando as tropas portuguesas finalmente se retiraram da cidade, bem como um número significativo de civis portugueses.

A formação do exército patriota contou com o recrutamento e alistamento de escravos, crioulos em sua maioria, mas existem registros de africanos que também se alistaram para o combate, havendo inclusive aqueles que se alistavam com a esperança de que, vencida a guerra, fossem beneficiados com a liberdade. O conflito de interesses, a instabilidade criada no regime escravista, e as tensões geradas por diferentes interesses dos integrantes dessa tropa formada por gente dos mais variados grupos não será discutido por hora. O que nos interessa aqui é que, um ano após a retirada das tropas portuguesas, o povo, notadamente composto por gente de cor, saiu às ruas para comemorar a liberdade. Lançando mão de uma carreta tomada aos portugueses durante o combate, a enfeitaram com ramos de café, fumo e folhas de cróton (conhecida como “folha imperial”, raiada de verde e amarelo, as cores nacionais). Sobre ela colocaram um velho mestiço, possivelmente descendente de indígenas. Ao som de batuques e violas, fanfarras e cantos, conduziram o carro do Largo da Lapinha até o Terreiro de Jesus, refazendo simbolicamente o trajeto das tropas brasileiras entrando na cidade do Salvador. Em 1826, uma escultura que personificava a imagem do caboclo foi posta na carreta, em tamanho natural, iniciando-se assim a tradição de se louvar essa figura mítica nos festejos da independência baiana: a representação de um índio altivo e belicoso, com uma flecha na mão e uma serpente nos pés.

Ao longo do século XIX, a comemoração, originalmente popular, foi sofrendo modificações e houve uma grande tentativa de tornar o desfile uma atividade cívica. Em 1946, o Presidente e Comandante das Armas da Província da Bahia, General José de Souza Soares de Andrea, declarou que achava inconveniente que o caboclo fosse símbolo do desfile, e sugeriu que, no lugar dele, se fizesse uma estátua de cabocla que representasse Catarina Alvares Paraguassu, mãe mítica da Bahia e esposa do lendário Caramuru. A ideia foi vivamente repudiada, pois o caboclo era “do povo, e não do governo”. A solução foi construir uma segunda carreta, para conduzir a figura da cabocla.⁴⁷⁶⁶

Acontecendo continuamente ao longo do século, os festejos da independência não se limitavam a um simples cortejo que saía do Largo da Lapinha. Ao longo do caminho, os moradores da freguesia de Santo Antônio Além do Carmo enfeitavam as janelas com colchas e toalhas bordadas, castiçais e folhas de palmeira, como era costume nas procissões

⁴⁷⁶⁵ A esse respeito, ver BELLAGAMBA, Alice, GREENE, Sandra e KLEIN, Martin (eds). **African Voices on Slavery and the Slave Trade**. Vol. 1: The Sources. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

⁴⁷⁶⁶ SANTOS, Jocélio Teles dos. **O Dono da Terra: O caboclo nos Candomblés da Bahia**. Salvador: Sarah Letras, 1995 p. 34

religiosas. Entre bandas e foguetórios, o cortejo "(...) passava sob abobadas de bandeirinhas, entre aléas de ticuns, de palmas, de bambus, transpondo arcos triumphaes levantados em diversos pontos".⁴⁷⁶⁷

Ao longo do trajeto, vários ajuntamentos de batuques ocorriam, o que causava incômodo nas elites que, depois de devida apropriação da festa, almejavam participar de uma festividade cívica. Mas as comemorações do Dois de Julho pareciam ter outro sentido para a gente de cor, que muitas vezes se vestia com saíotes de penas e pintava o corpo de preto. Escravos também participavam das festividades, o que aumentava o desconforto daqueles que queriam transformar a festa em um desfile oficial:

(...) A polícia o que devia fazer era acabar com os batuques no Terreiro (de Jesus), por ser um lugar impróprio, e acabar sempre em bordoadas. Admira como certos senhores consentem seus escravos pernoitarem fora para andarem rasgados e irem no outro dia de cabeça quebrada para casa.⁴⁷⁶⁸

Nas comemorações do evento de 1823 os escravos acreditavam, de alguma forma, que poderiam se beneficiar com a independência do domínio português, e vislumbravam a possibilidade de conquistar a liberdade; foram, no entanto, mantidos em cativeiro, embora alguns casos isolados de alforria tenham ocorrido⁴⁷⁶⁹. Mas a figura do caboclo mais uma vez tomou as ruas por ocasião da abolição da escravatura. Ou melhor: não a figura do caboclo, mas da cabocla Catarina Paraguassu, pois embora os libertos tivessem solicitado ambos os carros para a festa, somente a cabocla foi liberada para tal intento, possivelmente pela diferença de postura que esta representava, se comparada ao caboclo. Segundo Wlamyra Albuquerque,

Em se tratando da comemoração pela abolição, provavelmente foi mais prudente evidenciar a serenidade da cabocla ao invés da agressividade do caboclo. Além disso, apesar de ambos os símbolos usufruírem da reverência dos patriotas baianos, o caboclo era visto como o mais tradicional dos emblemas por estar colocado sobre a carreta tomada aos portugueses na batalha de Pirajá - uma preciosidade histórica para os organizadores das celebrações de julho - devendo, portanto, estar resguardado da folia dos negros naquela tarde de maio.⁴⁷⁷⁰

Mas qual seria o motivo para se eleger a figura do caboclo (ou, no caso, da cabocla, por falta do primeiro) como símbolo a ser louvado pelos negros no momento da libertação dos escravos? Claro está que de algum modo o caboclo pensado como símbolo da independência da Bahia já se misturava ao caboclo cultuado nos terreiros. Durante as festas da independência, era comum que a carreta do caboclo fosse tratada como algo que contivesse, em si, um poder mágico, e do mesmo modo até os dias de hoje são muitas as pessoas que tentam se aproximar do carro para tentar tocá-lo, a despeito do grande policiamento que o protege, enquanto outras rezam em silêncio ou atiram flores. Ainda no século XIX a exposição pública dos carros triunfais suscitava gestos semelhantes: "(...) não é a primeira vez que por ficarem desamparados naquela grande praça da Piedade se tem dado sinistros: arrancam os cravos dos caboclos e muitas vezes eles têm escapado de cair".⁴⁷⁷¹

Para o antropólogo Jocélio Teles dos Santos, existe um claro parentesco entre o caboclo cultuado nos terreiros e o caboclo da independência, uma vez que, além de reverenciar as imagens dos caboclos no desfile, também se realizam festas dedicadas a essa

⁴⁷⁶⁷ **Diário da Bahia**, 05/07/1898

⁴⁷⁶⁸ **O Alabama**, 07/07/1868

⁴⁷⁶⁹ KRAAY, Hendrik. "Em outra coisa não falavam os pardos, cabras, e crioulos: o 'recrutamento' de escravos na guerra da Independência na Bahia". **Revista Brasileira de História** v.22 (43), 109-126. ANPUH 2002

⁴⁷⁷⁰ ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **Algazarra nas ruas: comemorações da Independência na Bahia (1889-1923)**. Campinas: Makron Books, 1999, p. 87

⁴⁷⁷¹ **O Alabama**, 07/07/1866

entidade espiritual nos terreiros de candomblé durante as festividades da independência. Entretanto, os caboclos homenageados são, via de regra, vinculados aos terreiros, e não necessariamente aqueles que desfilam no cortejo.⁴⁷⁷²

O caboclo nos terreiros

O culto a caboclo nos candomblés é uma temática que, até hoje, se reveste de mistério e até mesmo certo silenciamento por parte de seus integrantes. Na primeira metade do século XX, foi considerado por Edison Carneiro⁴⁷⁷³ como “(...) um processo sincrético afro-ameríndio” ou, no caso da interpretação de Manoel Querino⁴⁷⁷⁴ “uma *variante* do candomblé jeje-nagô que incorporou elementos indígenas”, pensamentos que contribuíram para estabelecer uma dicotomia entre os candomblés considerados “de tradição africana” – a saber, os “impermeáveis” candomblés jeje-nagôs – e os candomblés de origem bantu – Angola e Congo – mais propensos às “influências externas” do que os primeiros. Além dos candomblés Angola e Congo, havia ainda uma outra denominação para determinados terreiros que cultuavam essas entidades, os chamados “candomblés de caboclo”.

Mas afinal, o que diferia um candomblé de caboclo de um candomblé Angola, que tinha em seus terreiros a presença absoluta desse tipo de entidade? No fio tênue dessas classificações, a figura do caboclo era uma constante não somente nos candomblés Angola, mas também em muitos candomblés nagôs, embora de forma bastante reservada.

Carneiro considerava que os candomblés de caboclo eram “resultado de uma fusão da mitologia dos negros bantos, já contaminada por influências jeje-nagôs e malês, com a mitologia dos selvagens da América Portuguesa”. No entanto, ele relativizou o uso do termo uma vez que, segundo suas observações, se tratava de uma denominação arbitrária para nomear os candomblés onde se observava “pronunciadas influências bantas” e que prestavam culto aos chamados caboclos. Para ele, a única justificativa para o uso do termo era facilitar os estudos, agrupando os cultos de herança banta em torno de uma denominação comum. No entanto, Edison chegou a distinguir diferenças entre os chamados “candomblés de caboclo” e os candomblés “puramente bantus”. Afirmava ainda que a diferença primordial entre as duas categorias era a mescla entre a mítica bantu e a ameríndia que, segundo ele, se notava nas vestimentas rituais, “(...) quase todos fantasiados de selvagens, com arco, flecha, cocar, etc.” Asseverava ainda que os bantu haviam esquecido seus próprios deuses, fato explicado pela “(...) pequena consistência de suas concepções míticas”, recorrendo apenas, em seus cultos, a “vagas e imprecisas recordações” de “Zámbi, Zámbi ampungu, Canjira-mungongo e possivelmente outros espíritos semelhantes, originários do Congo e Angola”.⁴⁷⁷⁵

Para Carneiro, os candomblés de caboclo se tratavam de “formas religiosas em franca decomposição”, e embora esses “elementos estranhos” – no caso, os caboclos – fossem imbuídos de fundo igualmente mágico, causavam a paulatina degradação do culto⁴⁷⁷⁶. Em um tempo onde um dos requisitos mais importantes para legitimar um terreiro era a ligação direta com ascendentes africanos, o culto a caboclo acontecia em muitos deles, porém de forma discreta, e essa prática se perpetuou ao longo dos anos. Edison Carneiro relatou que “(...) no Engenho Velho e no Gantois, duas casas onde a tradição ketu exerce uma verdadeira tirania, pude ver cantar e dançar para encantados caboclos”⁴⁷⁷⁷.

Para o antropólogo Jocélio Teles dos Santos, a presença dos caboclos no candomblé, mesmo em terreiros de origem nagô, não deve ser encarada como uma fusão entre grupos

⁴⁷⁷² SANTOS, O *Dono da Terra...*, p. 49

⁴⁷⁷³ CARNEIRO, Edison. *Religiões Negras e Negros Bantos* [1937]. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991

⁴⁷⁷⁴ QUERINO, Manoel. *Costumes africanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca de Divulgação Científica, 1938.

⁴⁷⁷⁵ CARNEIRO, *Candomblés da Bahia...*, p. 133

⁴⁷⁷⁶ CARNEIRO, *Religiões negras...*, p. 136

⁴⁷⁷⁷ CARNEIRO, *Candomblés da Bahia...*, p. 62

africanos e indígenas, uma vez que considera esse culto uma representação simbólica do que seria a cultura indígena, a partir da visão dos adeptos das religiões afro-brasileiras, descartando, portanto, a visão de que tal fenômeno se trate de um “sincretismo afro-ameríndio”⁴⁷⁷⁸. No entanto, estudos africanistas recentes nos possibilitam traçar outros argumentos para analisar a presença africana nas Américas, e estabelecer bases para a discussão sobre um possível diálogo entre centro-africanos e africanos ocidentais na formação do Candomblé, incluindo aí o culto a caboclo, que pode ter raízes distantes em uma memória de longa duração baseada nas práticas religiosas dos povos bantu. A noção de que os centro-africanos não possuíam práticas religiosas coletivas e tampouco simbolismos rituais complexos⁴⁷⁷⁹, os relegou a um papel secundário, de quase invisibilidade, dentro das ciências humanas. A recente bibliografia africanista tem mostrado que a participação dos povos da África Central Ocidental, ao contrário, pode ter sido muito mais efetiva do que se supõe até o momento.

O antropólogo John Janzen demonstrou que muitas sociedades centro-africanas partilham um princípio cosmológico comum, onde o mundo se divide entre dois polos (o mundo dos vivos e o mundo dos espíritos), e o equilíbrio entre esses dois mundos é que determina o bem-estar da comunidade. Para prover esse equilíbrio necessário, realizam ritos coletivos, denominados por ele de “cultos de aflição” ou, ainda, “tambores de aflição”, que têm a música e a dança como elementos capazes de promover a fruição.⁴⁷⁸⁰ Esses cultos eram promovidos por membros de sociedades iniciáticas em diversos grupos do reino do Kongo, podendo assumir várias denominações, como bakhimba, ndembo ou kimpasi, sendo o último de mais larga utilização na bibliografia histórica, documentado especialmente em momentos de instabilidade ecológica, política ou de guerras civis. Nesses cultos, os espíritos territoriais eram invocados, em detrimento aos espíritos ancestrais, uma vez que os primeiros fossem mais “eficientes” para ajudar no âmbito em questão. Relatos sobre esses rituais praticados no século XVII, ou na transição do século XIX para o XX, mostraram que muitas características essenciais se mantiveram ao longo do tempo, como a realização das reuniões em clareiras escondidas na floresta, onde estavam depositados os altares e objetos rituais. Nessas sociedades, era comum a participação tanto de homens quanto de mulheres, inclusive assumindo papéis sacerdotais.

No campo da história, Robert Slenes identificou similaridades entre os chamados cultos de aflição e algumas práticas religiosas coletivas presentes no Sudeste brasileiro, localizados em momentos e locais distintos, entre o século XIX e na virada para o século XX (em Vassouras, 1848, São Roque, 1854, e a Cabula, em São Mateus, no Espírito Santo, 1900). Analisando esses cultos que englobavam escravos e pessoas livres, Slenes demonstrou que entre eles havia em comum um parentesco com os cultos comunitários fartamente documentados nas fontes centro-africanas, e levantamos aqui a hipótese de que o culto a caboclo, inicialmente na Bahia e, posteriormente, no Sudeste, também tenha lugar nesse parentesco.⁴⁷⁸¹ A esse respeito, Robert Slenes sugere que

⁴⁷⁷⁸ SANTOS, O *Dono da Terra...*, p. 13

⁴⁷⁷⁹ PARÉS, Luís Nicolau, *A formação do Candomblé – história e ritual da nação jeje na Bahia*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006, p. 116

⁴⁷⁸⁰ Sobre os cultos de aflição na África Central, ver JANZEN John. *Leмба, 1650-1930: A Drum of Affliction in Africa and the New World*. New York and London: Garland Publishing, Inc., 1982, e Ngoma: *Discourses of Healing in Central and Southern Africa*. Berkeley: University of California Press, 1992. Ainda sobre o tema, ver também DIJK, Van Dijk, REIS, Ria, e SPIERENBURG, Marja. *The Quest For Fruition Through Ngoma*. Oxford: James Currey, Athens, OH: Ohio University Press, Gweru: Mambo, Lusaka: Bookworld, and Capetown: Kachere, 2000, e MACGAFFEY, Wyatt. *Religion and Society in Central Africa: The BaKongo of Lower Zaire*. Chicago: University of Chicago Press, 1986.

⁴⁷⁸¹ A esse respeito, ver SLENES, Robert W. “L’arbre nsanda replanté: cultes d’affliction kongo et identité des esclaves de plantation dans le Brésil du sud-est (1810-1888)”. *Cahiers du Brésil Contemporain*, v. 67/68, 2007a, p. 217-313, e “Eu venho de muito longe, eu venho cavando: jogueiros cumba na senzala centro-africana”. In: LARA, Sílvia H. e PACHECO, Gustavo (Org.). *Memória*

“(…) No Brasil, os caboclos, quando se apossam de pessoas em rituais de transe, geralmente são espíritos fortes, toscos, belicosos – iguais a certas almas ancestrais antigas, também transformadas em espíritos territoriais, dos povos Kongo. Curiosamente, a figura do caboclo, geralmente considerada no Brasil (agora com mais propriedade ainda) como evidência de forte interação entre africanos e ameríndios, é também, às vezes, criticada como uma manifestação cultural “impura” que não segue as matrizes de uma sensibilidade africana. Ora, para os centro-africanos, não existiria nada mais “puro”, mais fiel aos princípios das expansões bantu dos últimos seis mil anos, do que o espírito caboclo”⁴⁷⁸²

O argumento de Slenes é reforçado pelos recentes estudos da historiadora Kairn Klieman⁴⁷⁸³, que investigou práticas religiosas durante a expansão bantu. Os grupos migrantes, ao chegar em terras alheias, tinham a preocupação em identificar os espíritos que “chegaram primeiro” naquela terra, e recorriam aos sacerdotes locais para aprender os métodos de abordagem e culto a tais espíritos, que eram reconhecidos como “donos da terra” – como vimos anteriormente, a mesma expressão utilizada pelos praticantes do candomblé para fazer referência aos espíritos caboclos. Além da clara referência à expressão idêntica utilizada pelos povos bantu e pelos praticantes do candomblé, outros indícios apontam para um culto calcado em práticas culturais centro-africanas. Nesse sentido, os versos de louvação aos caboclos – conhecidos como “pontos cantados” – analisados a partir das fontes centro africanas, também nos dão importantes pistas para rastrear essa memória de longa duração presente em tais cultos.

Essas canções se mantiveram através da tradição oral e, ainda que não seja possível determinar, em termos de temporalidade, o momento de seu surgimento (e provável que muitos deles tenham sido compostos em tempos mais recentes), ainda assim carregam um repertório rico em elementos que podem revelar sentidos enraizados em práticas religiosas centro-africanas.

De uma compilação que no momento abarca 326 pontos cantados, observamos que se tratam de versos simples e de conteúdo sempre metafórico, com descrições enigmáticas a respeito das qualidades de determinado caboclo, e que invariavelmente enaltecem sua força mágica. Para uma análise preliminar, escolhi alguns pontos que trazem em seus versos elementos que parecem dialogar com as características do caboclo simbólico das festas de Dois de Julho, a escultura de um índio vestido de penas, com um arco na mão e uma cobra em seus pés:

- 1 -
Seu Pena Branca se perdeu nas matas
Jurema achou e acabou de criar
É general, é flecheiro
É filho da Jurema
É neto da cobra coral
- 2 -
Galo cantou na serra, a mata estremeceu
Caboclo Seu Pena Branca, na cachoeira apareceu

do jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein. Vassouras, 1949. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas: Cecult, 2007b. p. 109-156

⁴⁷⁸² MENDES, **Vestidos de Realeza...**, p. 16

⁴⁷⁸³ KLIEMAN, Kairn A. **“The pygmies were our compass”**: Bantu and Batwa in the history of west central Africa, early times to c. 1900 CE. Greenwood Pub Group, 2003, e KLIEMAN, Kairn A. **“Of Ancestors and Earth Spirits: New Approaches to Interpreting Central African Politics, Religion, and Art”**, in LAGAMMA, Alisa. **Eternal Ancestors: The Art of the Central African Reliquary**. Metropolitan Museum of Art, 2007. pp. 33-61

Ele é Caboclo guerreiro e mora no rochedo,
Somente cobra coral conhece dele os segredos

3 -

A coral é sua cinta,
A jiboia é sua laça... (bis)
Oi quizumba, quizumba, quizumba ê
Caboclo mora na mata

4 -

Tupinambá quando vem da aldeia,
Ele traz na cinta uma cobra coral.
Oi é uma cobra coral,
Oi é uma cobra coral

O ponto de número 1 faz referência a dois caboclos muito populares, conhecidos como Pena Branca e Jurema. Aqui, Pena Branca é louvado como sendo um caboclo belicoso, guerreiro, um “general” com uma flecha na mão, “neto da cobra coral”, criado pela cabocla Jurema. A cobra coral aparece com grande frequência nos pontos de caboclo, invariavelmente representando alguma força mágica relacionada ao universo dos caboclos. Ora, a cobra, assim como outros animais, aparece com frequência nas fontes centro-africanas que tratam do culto Bakhimba, com o qual os cultos baianos se assemelham, como símbolo de força e capacidade de comunicação com o mundo dos espíritos. Sua capacidade de trocar de pele sem ter que passar para o mundo dos ancestrais faz desse animal um “símbolo do imperecível”.⁴⁷⁸⁴ No ponto de número 2, a cobra coral é “alguém” ou algo que “conhece os segredos”, o que dialoga também com o fato de que esse animal se relaciona com o ‘Outro Mundo’, onde moram os mistérios. E se uma cobra é o próprio símbolo do imperecível, o que dizer de alguém que tem o domínio sobre elas? Como vemos nos pontos 3 e 4, um caboclo pode usar uma coral como cinta e uma jiboia como laça (laço).

Talvez a escolha da cobra coral como símbolo forte dos caboclos não tenha sido exatamente aleatória: outra pista que tal serpente também pode sugerir, na intrincada simbologia dos elementos mágicos centro africanos, são as suas cores: trata-se de uma espécie cujo corpo é circundado por anéis nas cores vermelho, preto e branco. Essas cores, no universo simbólico do Baixo Congo, especialmente entre os grupos falantes de kikongo, são dotadas de complexos simbolismos na vida cotidiana e no âmbito da magia, sozinhas ou combinadas entre si, mas especialmente quando aparecem agrupadas, nas mais variadas combinações. O branco, em sua extensa gama de significados, está relacionado a diferentes qualidades e estados, como por exemplo a manutenção da ordem social, saúde, equilíbrio mental, invulnerabilidade, obediência, assim como pode estar relacionado ao sol, às terras subterrâneas, ou certas categorias de ancestrais. Quando combinado com o vermelho, pode representar a proteção contra feitiçarias.⁴⁷⁸⁵ Sozinho, o vermelho representa, entre outros, os poderes mágicos, a força física e, em alguns contextos, o perigo e também algumas categorias de ancestrais. O preto, por sua vez, pode simbolizar desordem social, rebelião, desobediência, intenções de assassinato. Karl Laman nos informa que uma pasta preta, produzida a partir de carvões vegetais e outras preparações, era espalhada em partes do corpo daqueles que se dirigiam para a guerra⁴⁷⁸⁶ - o que nos remete novamente à gente de cor que saía às ruas da cidade de Salvador vestidos com saiotas de pena e com os corpos pintados de preto para comemorar a vitória na guerra.

⁴⁷⁸⁴ LAMAN, Karl Edvard. **The Kongo**. Vol. 3. *Studia ethnographica Upsaliensia*, 1962. p. 253, DE HEUSCH, Luc. **Le roi de Kongo et Les Monstres Sacrés**. *Mythes et rites bantous*. Vol. 3. Editions Gallimard, 2000 p. 259, e MACGAFFEY, Wyatt. **Religion and society...**, p. 176-178

⁴⁷⁸⁵ JACOBSON-WIDDING, Anita. **Red-White-Black as a mode of Thought**. Uppsala: Acta Universitatis Upsaliensis, 1976. p. 357, 263

⁴⁷⁸⁶ LAMAN, Karl Edvard. **The Kongo**. Vol. 1. *Studia ethnographica Upsaliensia*, 1962. p. 127-128

Se o caboclo do Dois de Julho se converteu em símbolo de valentia, da vitória sobre as tropas portuguesas e da libertação, parece ter sido atravessado – ou atravessou, quem sabe – os sentidos religiosos presentes no seu culto. Enquanto o caboclo que é louvado dentro dos terreiros é importante referência sobre aqueles que estavam aqui antes da chegada dos portugueses, o caboclo do Dois de Julho parece reportar-se a um tempo de memória política e social muito definidas. Ainda assim, essas noções se imbricam, e o levantamento e consequente registro de fontes orais, imagéticas, dentre outras, podem auxiliar no traçado dos possíveis rastros que unem os sentidos contidos nas representações dos “donos da terra”.

A POLIGAMIA COMO ELEMENTO DAS ESTRUTURAS SOCIAIS DOS GRUPOS BANTUS DE ANGOLA E MOÇAMBIQUE SÉCULO XIX.

Cecília Gomes da Silva⁴⁷⁸⁷

ceci_gomes_2@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo identificar o que se entende por poligamia e como esta fortificou os casamentos firmados entre os povos de origem bantu, tanto em Moçambique quanto em Angola no século XIX, representando também as estratégias de fortalecimento dos grupos sociais e de manutenção das práticas culturais durante o período de dominação colonial. Consideramos a poligamia como uma representação de poder desses povos identificado tanto no papel dos homens detentores das riquezas e apropriações no poder político, quanto no papel das mulheres que eram os meios de manutenção das riquezas dentro desses casamentos. Como fontes utilizaremos cartas e ensaios sobre a história do continente africano disponíveis no *Documentário Trimestral de Moçambique* e nos *Cadernos Coloniais*; bem como as obras de Henri Junod em *Usos e Costumes dos Bantos*, John Iliffe em *Os Africanos História dun Continente* e Elikia M’Bokolo em *Africa Negra História e Civilizações*. Optamos assim por uma abordagem histórica que promova o diálogo entre as fontes e as obras citadas numa tentativa de compreender o processo de obtenção de poder e organização das famílias bantu diante da utilização do conceito de poligamia.

Palavras chave: Casamento, Poligamia, Angola, Moçambique.

Introdução

O continente africano possui uma grande carga cultural e uma vasta rede de tradições que muitas vezes diferem de acordo com cada uma de suas povoações. Dentre elas destacamos a prática da poligamia que é um forte atrativo de discussão quando se pensa em trabalhar e pesquisar a cultura dos povos de origem bantu.

Esse povo bantu que segundo M’Bokolo⁴⁷⁸⁸ teria sua origem, ainda com algumas controvérsias, por volta de 1000 ou 3000. Cujas localizações foram provavelmente o território hoje correspondente a Nigéria e Camarões, de onde eles teriam se dispersado por conjuntos de caminhos e estradas levando-os as terras altas da África oriental criando assim divisões entre bantu oriental e bantu ocidental e a formação de várias sociedades.

Sendo possível, portanto, verificar que para os povos bantus, entre eles os que se situaram no que hoje conhecemos como os países de Moçambique e Angola, muitas vezes a

⁴⁷⁸⁷ Mestranda em História Social - Universidade Federal de Alagoas

⁴⁷⁸⁸ M’BOKOLO, Elikia. *África Negra história e civilizações*. São Paulo: Casa das Africas, 2009.

poligamia é tida como um instrumento de organização social, uma vez observado que essa prática pode ser utilizada para diferentes fins como a de solução de parte dos conflitos que passam a existir ao longo do casamento a partir da inserção de mulheres no meio conjugal; como à questão da procriação que para essas sociedades é vista como símbolo de riqueza, alargamento familiar, dominação e poder.⁴⁷⁸⁹

Prática cuja origem provavelmente esteja ligada a um antigo sistema de casamentos por grupos praticado por diferentes tribos de etnias bantus onde segundo Junod⁴⁷⁹⁰ “[...] Em dada época todos os homens dum grupo teriam considerado como suas todas as mulheres doutro grupo, e vice-versa. Seria um estado de poligamia e poliandria ao mesmo tempo.[...]”. Entendendo-se, portanto, que a poligamia é uma tradição ancestral que tem relação direta com as linhagens e com o parentesco dessas sociedades.

A poligamia é um princípio cultural para os povos bantus tanto de Angola como de Moçambique, uma vez que a cultura consiste nos valores de um dado grupo de pessoas, nas normas que seguem e nos bens materiais que criam, é, pois, o desenvolvimento intelectual do ser humano, os costumes e os valores de uma sociedade.⁴⁷⁹¹

Para esses povos esse modelo de organização matrimonial é também uma forma de expressar e justificar os interesses políticos e administrativos dos homens que exercem sobre as mulheres envolvidas nessa prática cultural um poder simbólico, que, de acordo com Bourdieu⁴⁷⁹² surge como todo o poder que consegue impor significações e impô-las como legítimas. Um poder que se faria natural por está enraizado na cultura e na tradição de determinados sociedades.

Nossa proposta é, portanto, levantar os elementos que constroem a prática da poligamia nas estruturas sociais dos grupos bantus a partir de uma reflexão sobre a situação tanto da mulher quanto do homem dentro do casamento polígamo e das condições favoráveis ou não oferecidas por esta prática.

Poligamia breve definição

A poligamia é um elemento tradicional da cultura africana fortemente praticada entre os povos de origem bantu, sendo considerada, porém, para esta pesquisa os bantus que povoaram tanto país de Angola como Moçambique⁴⁷⁹³.

Esta consiste no casamento de um homem com mais de uma mulher, é a união reprodutiva entre mais de dois indivíduos de uma espécie. A poligamia é, portanto, um tipo de relacionamento que envolve matrimônios simultâneos com mais de uma pessoa.

Significa obtenção de riquezas, status social e abundância de procriação para os homens que compõem a família, chamada família alargada, assim como sinônimo de economia e demografia para essas sociedades, como podemos observar a citação a seguir.

[...] A prosperidade mede-se pelo número de propriedades. A virilidade pelo número de mulheres e filhos. Um grande patriarca deve ter várias cabeças sob o seu comando. Quando se tem poder é preciso ter onde exercê-lo, não é assim? Abraão, Isac, Jacob, foram polígamos não foram? Na bíblia, só Adão não foi polígamo[...].⁴⁷⁹⁴

Entende-se que a poligamia teve seu aparecimento desde a época da criação, por diversos fatores. Entre eles podemos destacar: 1. a atribuição à escassez de homens devido à partida para as guerras, onde para não ficarem solteiras as mulheres eram tomadas por esposas por homens casados. 2. devido às leis de sucessão que regulam a família, onde diz

⁴⁷⁸⁹ JUNOD, Henri. **Usos Costumes dos Bantu**: Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1996.

⁴⁷⁹⁰ JUNOD, Henri. **Usos Costumes dos Bantu**: Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1996

⁴⁷⁹¹ CHARTIER, Roger et al. **A história cultural**. Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

⁴⁷⁹² BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

⁴⁷⁹³ M'BOKOLO, Elikia. **África Negra história e civilizações**. São Paulo: Casa das Africas, 2009.

⁴⁷⁹⁴ CHIZIANE, Paulina. **Niketche uma história de poligamia**. São Paulo: Companhia das letras. p.27.

que um irmão poderá herdar a mulher viúva de seu irmão mais velho, seja ele casado ou não contribuindo necessariamente para a poligamia. 3. a questão de sempre ter havido mais mulheres do que homens no mundo. 4. devido às sociedades patriarcais, onde era praticamente impossível que uma mulher solteira ficasse independente de seus pais, irmãos, e marido. 5.⁴⁷⁹⁵ a obtenção de riquezas familiares através do pagamento do lobolo.⁴⁷⁹⁶

Assim, devemos entender que a poligamia é um elemento aceito em muitos lugares, mas também rejeitada em tantos outros, dependendo de cada sociedade, pois nem todos os povos bantus praticavam a poligamia, esta não se constitui uma tradição obrigatória apesar de ter sido deixada por seus antepassados e os povos bantus viverem e respeitarem o sistema de linhagem e o parentesco⁴⁷⁹⁷. Existem muitos homens dentro de uma mesma etnia que sempre optaram pela prática da monogamia, a utilização da poligamia, ou não, é, portanto uma escolha.⁴⁷⁹⁸ Muitos desses povos possuem a prática da poligamia como uma questão de herança cultural, que provinda se seus ancestrais continuaram a ser praticadas e ensinadas como forma de dominação e organização social; embora em muitos deles com o passar dos tempos e com as influências adquiridas de outros povos como portugueses, árabes e asiáticos romperam com a continuidade de suas práticas culturais através do processo de assimilação.⁴⁷⁹⁹

Portanto é uma prática que existe não somente nas sociedades patriarcais, onde se seguem as regras ditadas por uma pessoa mais velha do sexo masculino, podendo ser o pai, mas também nas sociedades matriarcais, nas quais o papel de liderança e poder são exercidos pela pessoa mais velha do sexo feminino, podendo ser a mãe. Em ambas, imperando razões sociais ou religiosas que aceitam ou negam essa prática.

Segundo Munanga a poligamia “não se fundamenta no prazer sexual. A poligamia tem funções econômicas, políticas e religiosas importantíssimas”⁴⁸⁰⁰. A poligamia tem um dever com a cultura, a tradição, os indivíduos e a sociedade. É um sistema que precisa de cooperação das esposas e do marido, afinal toda a sociedade estará envolvida e será implicada.

A poligamia e a estrutura social banto

A poligamia segundo os autores indicados na bibliografia deste trabalho possui uma relação de poder e dominação, seja política ou cultural. Ela se estrutura através do casamento de um homem com mais de uma mulher dentro de uma mesma tribo ou não.

É uma tradição que é ensinada a todas as crianças desde a infância e cuja responsabilidade recai sobre as suas mães, ou as mulheres mais velhas de cada sociedade, “a mãe indígena, por isso que se mantém afastada da vida pública e da influencia dos brancos, é naturalmente, a guardiã dos costumes antigos, que ensina a seus filhos. As velhas, particularmente a mãe e a irmã do régulo, tem grande influencia na tribo.”⁴⁸⁰¹

⁴⁷⁹⁵ JUNOD, Henri. **Usos Costumes dos Bantu**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique,1996.

⁴⁷⁹⁶ um costume tradicional praticado até hoje por algumas tribus bantus de alguns países do sul da África. Segundo esta tradição, a família da noiva recebe um pagamento, hoje realizado em dinheiro, mas que poderia ser em bens materiais ou financeiro pelo noivo diante da proposta de casamento.

⁴⁷⁹⁷ Segundo Strauss (1982) um clã é um sistema de linhagem, uma linhagem é um segmento genealógico de um clã. Por tanto, uma linhagem, ou um sistema de linhagem se define como um grupo de pessoas, que descendem do fundador dessa linhagem determinada, que descendem de um ancestral comum. Já o parentesco é estabelecido por sangue, mãe, pai, filho; ou por afinidade normalmente através dos casamentos.

⁴⁷⁹⁸ Ver Origem e extensão da poligamia entre os Tsongas em JUNOD, Henri. **Usos Costumes dos Bantu**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique,1996.

⁴⁷⁹⁹ ILIFFE, John. **Os africanos história dun continente**. Lisboa: Terramar. 1999.

⁴⁸⁰⁰ MUNANGA, Kanbegeje. O universo cultural africano. In: **Revista Fundação João Pinheiro**. Belo Horizonte, 1984. p.14.

⁴⁸⁰¹ **Moçambique - Documentário trimestral**. Moçambique, 1941, nº 28. Disponível em:<
<http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/MDT/MDT-N028&p=1>>

Os povos bantus vivem dentro de um sistema de parentesco com estrutura e organização tanto política quanto social bem delimitada. Cada sociedade tem um chefe, régulo, ou soba⁴⁸⁰², como responsável pela organização das atividades da tribo de acordo com as regras e as leis dos mais velhos, de seus ancestrais.

Cada membro da tribo tem suas tarefas definidas pelo sexo e pela idade. Essas definições são feitas através das ordens do chefe da tribo baseada na sabedoria de seus antepassados. Normalmente em algumas tribos, porém não em todas, existe uma estrita divisão de trabalhos e serviços.⁴⁸⁰³

Em algumas tribos bantus há famílias onde os homens são responsáveis pela caça, proteção e muitas vezes pequeno comércio de mercadorias entre regiões, o homem assume os trabalhos que precisam de mais força e esforço. As mulheres tinham seu lugar bem estabelecido, era a dona de casa responsável pela família, pela colheita nas machambas⁴⁸⁰⁴ e pela educação de seus filhos e dos filhos das outras mulheres de seu marido.

Alguns desses povos partilhavam entre homens e mulheres somente os trabalhos agrícolas, ficando os demais serviços sobre responsabilidade das mulheres. “O trabalho do campo é, em geral, partilhado por ambos. Mas a tarefa da mulher – preparar a comida, buscar lenha, fabricar as panelas, fazer os objectos de adorno pessoal, cuidar das crianças – é quasi continua”.⁴⁸⁰⁵

Os povos de origem bantu em sua maioria possuíam a agricultura e o trato da terra como principal meio de subsistência, eram povos que tinham uma relação diferenciada em concepção ao significado da propriedade da terra, pois esta significava principalmente obtenção de riqueza, uma vez que a quantidade de pessoas sob o comando do chefe também tinha sentido de riqueza, obtenção de poder e alargamento familiar.⁴⁸⁰⁶

De acordo com Carvalho,⁴⁸⁰⁷ no contato com a terra “A agricultura determinava relações de produção permanente. A nível da comunidade aldeã, as unidades de produção constituíam-se em torno de um grupo de parentes consanguíneos.” A base tanto da economia como da vida vinha da agricultura, a linhagem. Eram desses grupos de parentes, que descendiam de um antepassado comum através de uma filiação paterna ou materna, que configuravam as formações políticas e as relações de produção em relação a utilização da terra.

O solo era um patrimônio das linhagens que podiam utilizá-lo de diversas formas sem dele se apropriarem, por isso constitui uma peça fundamental dessas culturas. Em particular, a terra possui uma ligação direta com a prática da poligamia, uma vez que casando com mais de uma mulher, as posses de terras de um homem aumentavam devido ao pagamento do lobolo, fazendo com que as famílias estabelecessem relações entre si.

Nesse sentido, o lobolo passa a ser importante dentro da poligamia sendo possível estabelecer duas interpretações a seu respeito. O primeiro sentido de substituição de uma perda descrita por autores como Junod⁴⁸⁰⁸ uma vez que a família da noiva se sinta

⁴⁸⁰² Para cada país e muitas vezes para cada sociedade bantu, devido as diferentes variações linguísticas a escrita das palavras sofriam mudanças ortográficas, porém mantinham o mesmo significado. Como a exemplo da palavra chefe que nas fontes com relatos sobre Angolas aparecem escrita como “soba” e nas fontes com relatos de Moçambique são escritas como “régulo”.

⁴⁸⁰³ M'BOKOLO, Elikia. **África Negra história e civilizações**. São Paulo: Casa das Africas, 2009.

⁴⁸⁰⁴ Terreno agrícola para produção familiar, onde alguns povos de origem banto costumavam cultivar suas hortaliças. Designação comum utilizada por esses povos para definir uma propriedade agrícola.

⁴⁸⁰⁵ Costumes dos macua do mêdo. **Moçambique - Documentário trimestral**. Moçambique, 1941, nº 28. Disponível em: < <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/MDT/MDT-N028&p=1> >

⁴⁸⁰⁶ MILLER, Joseph C. **Poder político e parentesco**: Os antigos estados Mbundu em Angola. Tradução Maria da Conceição Neto. 1ª ed. Luanda: Arquivo Histórico Nacional, 1995.

⁴⁸⁰⁷ CARVALHO, Sol; UEM, Departamento de História da. **História de Moçambique** Vol. I, primeiras sociedades sedentárias e impacto dos mercadores (200/300-1886). 2ª ed. Maputo: Tempo, 1988. p. 51.

⁴⁸⁰⁸ JUNOD, Henri. **Usos Costumes dos Bantu**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1996. p.257.

prejudicada pela perda de um membro produtivo da família e por isso cobre o lobolo para ajudá-los na aquisição de outra mulher, já que a outra família será ampliada uma vez que a mulher adquirida, mesmo que conserve seu nome de clã em alguns casos, torne-se uma propriedade da nova família, assim como seus futuros filhos, mas notadamente nas sociedades patrilineares.

O segundo sentido de representação da obtenção de riquezas e poder, já que o alargamento familiar e o trabalho na terra exercido por essas mulheres eram uma forma de demonstrar poder tanto pelos chefes das tribos como pelos membros delas.

O indígena deseja ter muitas mulheres porque isso representa capital e um luxo apreciado, e aspira possuir muitos filhos, principalmente do sexo feminino, porque o seu casamento representa um negócio. O contrato de casamento é um acto civil, sempre precedido de várias cerimônias e, só se considera ultimado com a entrega ao pai da noiva do competente dote (lobolo ou *shuma*) constituído por dinheiro, fazendas ou gado. A mulher passa a ser vestida pelo marido, que também lhe pagará o imposto e assistirá nas doenças, mas fica obrigada a trabalhar no campo, a transportar a lenha e a tratar do arranjo doméstico.⁴⁸⁰⁹

Estas mulheres passam, portanto, através do pagamento do lobolo a se tornarem uma propriedade de seus maridos e muitas vezes da família de seu marido. Não necessariamente uma propriedade individual, mas sim coletiva, onde todos cuidarão de todos, embora não seja permitido aos irmãos do noivo acesso às relações sexuais, estes, porém, herdarão a mulher diante da morte de seu marido segundo as leis de cada clã. Como nos explica Junod.⁴⁸¹⁰

Essa apropriação da mulher pode ser percebida então como um processo de coisificação, onde a mulher vai ser transformada em um objeto gerador de capital, segundo Bourdieu⁴⁸¹¹ essa mulher vai passar a ser um objeto de troca e de acúmulo de capital de bens, apenas para algumas sociedades, pois não pode haver generalização uma vez que as tradições sofrem variações de povo para povo.

Estas estratégias de solidariedade e filiação eram compreendidas através do conceito de capital simbólico, onde a mulher seria o instrumento simbólico⁴⁸¹² desse capital, principalmente nas sociedades cuja construção das estruturas sociais estavam ligadas ao sistema de parentesco por afinidade, como é o caso de alguns casamentos nas sociedades patrilineares, mas nem sempre nas matrilineares, que determinam o papel e função das mulheres a partir dos interesses masculinos.

Essa perspectiva de interpretação configura uma leitura que passa a conceber essa mulher como uma mercadoria de troca, pois esse homem vai trocar as mulheres de sua família como se fossem mercadorias geradoras de uma economia de bens simbólicos alimentada por uma ideia de acúmulo de capital simbólico que seria resumido aqui na honra que este recebe, ou tem aumentada quando da aquisição de mulheres para sua família, ou do pagamento do lobolo, que seria o lucro da negociação, interpretação baseada no conceito de econômica simbólica de Bourdieu.

⁴⁸⁰⁹ A família negra. **Cadernos Coloniais**. Manica e Sofala 1939. Nº 50. Disponível em <<http://memoriaafrica.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/CadernosColoniais/CadernosColoniais-N50&p=1>>

⁴⁸¹⁰ JUNOD, Henri. **Usos Costumes dos Bantu**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1996. p.257-258.

⁴⁸¹¹ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p.56-57.

⁴⁸¹² BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p.55.

A ideia de transformação da mulher em um objeto de obtenção de riquezas aqui descrita pode ser justificada através do discurso dos ritos de instituição⁴⁸¹³ que visam a diferenciação entre homem e mulher a partir da distinção sexual que vai inibir, proibir ou desencorajar condutas e comportamentos na relação de um sexo com o outro. Conduta que na citação de Bourdieu condiciona a mulher a seguir determinados padrões de comportamento colocados nas sociedades como algo natural.

Essa aprendizagem é ainda mais eficaz por se manter, no essencial, tácita: a moral feminina se impõe, sobretudo através de uma disciplina incessante, relativa a todas as partes do corpo, e que se faz lembrar e se exerce continuamente através da coação quanto aos trajes ou aos penteados. Os princípios antagônicos da identidade masculina e da identidade feminina se inscrevem, assim, sob forma de maneiras permanentes de se servir do corpo, ou de manter a postura, que são como que a realização, ou melhor, a naturalização de uma ética. Assim como a moral da honra masculina pode ser resumida em uma palavra, cem vezes repetida pelos informantes, *qabel*, enfrentar, olhar de frente e com a postura ereta [...] do mesmo modo a submissão feminina parece encontrar sua tradução natural no fato de se inclinar, abaixar-se, curva-se, de se submeter [...] nas posturas curvas, flexíveis, e na docilidade correlativa que se julga convir a mulher.[...]⁴⁸¹⁴

Este trabalho não consiste porém em tratar a poligamia como um costume que negativa as construções e organizações familiares dos povos de origem bantu, mas em analisar como se dava essa prática a partir da observação da condição estabelecida a todos os envolvidos nesse processo cultural.

O que se vê em muitas dessas sociedades, como a exemplo da maioria das sociedades matrilineares, onde a poligamia não se constitui uma condição de coisificação da mulher, mas sim de proteção, já que nem sempre elas serão vistas como uma propriedade do homem ou de sua família. Muito menos poderá ser colocada na condição de escrava uma vez que esta prática para alguns desses povos lhe possibilita determinadas concessões.

Em determinadas tribos, a exemplo dos macuas,⁴⁸¹⁵ o principal papel da mulher é a procriação, esta passa a ser ensinada desde criança através das diferentes cerimônias de iniciação⁴⁸¹⁶ que vão lhe conceder instruções necessárias, segundo as leis da tribo, de compreensão das teorias e práticas incidentes e morais que gerem a tribo. O casamento vai se constituir, portanto em uma instituição pública determinada pelos costumes e leis da tribo.

Embora a mulher seja considerada inferior ao homem, raramente é sua escrava. O fato dela permanecer membro da comunidade em que nasceu (*) torna-a bastante

⁴⁸¹³ Remota-se a contribuição que os ritos de instituição dão a instituição da virilidade nos corpos masculinos, explicado por alguns estudos psicanalíticos a exemplo de obras de Freud e Lacan.

⁴⁸¹⁴ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p.38.

⁴⁸¹⁵ Os Macuas são povos que ocupam um território de mais de 200 mil quilômetros em Moçambique que abrange parte das províncias de Cabo Delgado, Niassa, Nampula e Zambézia. Formam um povo único, embora com diversos grupos e subgrupos tendo em comum a língua banta. Mais informações em : MLAUZI. Ezequiel Pedro Gwembe. **Iniciação tradicional africana em Moçambique**. E.P. África. Col-Inculturação-4.1989. Disponível em <<http://d101589010207184652.typepad.com/blog/2015/01/o-povo-macua.html>>.

⁴⁸¹⁶ São celebrações que marcam as mudanças de status de uma pessoa no seio de sua comunidade, estes podem ter caráter social, comunitário ou religioso. Essas cerimônias, mais do que representarem uma transição particular para o indivíduo, representa igualmente a sua progressiva aceitação e participação na sociedade na qual esta inserido, tendo, portanto tanto o cunho individual quanto o coletivo.

independente do marido. É protegida contra a injustiça dele pela sua própria família, com a qual se mantém perfeitamente unida e que lhe dá sempre garantia de seguro refúgio.⁴⁸¹⁷

Algumas tribos, principalmente nas matrilineares, não se impõem uma condições de afastamento das mulheres casadas de suas famílias, como muitas vezes acontecem nas tribos patrilineares, estas mulheres podem então manter relações de parentesco tanto com a sua comunidade de origem, tanto com a comunidade de seu marido.

Nessas tribos os filhos desse casamento também possuem concessões, pois, ao contrario do que acontece na maioria das tribos patrilineares, nem este nem suas mães pertencem a família do marido, mas sim a família de suas mães que serão responsáveis pela sua educação. Nesse sentido se por qualquer motivo houver dissolução desse casamento a mulher poderá voltar para a casa de seus pais levando consigo todos os seus filhos.

Embora os filhos representem uma forma de riqueza para seus pais, nas leis que gerem as famílias matrilineares não os impõem a condição de propriedade por isso eles passam a ter a escolha de diante de uma separação permanecerem na família de seus pais, ou seguirem suas mães junto a sua comunidade de origem.⁴⁸¹⁸

Faz-se importante perceber que para muitas dessas tribos não há a tradição de pagamento do lobolo diante da intenção de casamentos, pois pode ser visto e interpretado como uma condição de intimidação das mulheres que por medo de sua família não ter possibilidade de devolver o lobolo diante de uma separação passa a se submeter a determinados comportamentos.

Pode, portanto, ser este um dos motivos pelo qual nas sociedades matrilineares o contrato de casamento seja tido como mais simples e também como facilitador de concessões para as mulheres que adentram em um lar polígamo.

Merece notar-se este facto de que não há cerimônias de noivado nem de matrimonio, prendas por parte do pretendente nem dote por parte da pretendida. O homem e a mulher encontram-se, agradam-se um do outro e logo começam a viver juntos. Apenas há – e nem sempre – uma formalidade em que os pais de ambos intervêm.

[...]

Assim como não há cerimônias de casamento, também não há de divorcio. Os esposos separam-se de mutua vontade. O marido manda embora a mulher porque e ma cozinheira ou tem gênio difícil. A mulher foge de casa do marido e volta para a mai ou irmã. O casamento fica dissolvido.⁴⁸¹⁹

Embora haja diferenças nas regras da poligamia para as diferentes sociedades, em ambas existem restrições que funcionam como um método de organização social quanto a pratica desta, estes remetem desde ao número de casamentos até as regras de comportamento para o desenvolvimento dessa prática, pois para se tornar polígamo o homem deve poder gerir todas as mulheres que tomar por esposas, o homem polígamo só poderá ter tantas esposas quanto puder sustentar. Pois, “A poligamia é quase geral. O

⁴⁸¹⁷ Costumes dos macua do medo. **Moçambique - Documentário trimestral**. Moçambique, 1941, nº 28. Disponível em:< <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/MDT/MDT-N028&p=1>>

⁴⁸¹⁸ Costumes dos macua do medo. **Moçambique - Documentário trimestral**. Moçambique, 1941, nº 28. Disponível em:< <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/MDT/MDT-N028&p=1>>

⁴⁸¹⁹ Costumes dos macua do medo. **Moçambique - Documentário trimestral**. Moçambique, 1941, nº 28. Disponível em:< <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/MDT/MDT-N028&p=1>>

homem que dispõe dos meios suficientes tem várias mulheres. Adquire-as como se adquirissem bens e a sua importância pessoal é tanto maior quanto for o número delas.”⁴⁸²⁰

Nessa estrutura a primeira mulher passa então a ser considerada a esposa oficial e as demais como concubinas, ou mulheres pequenas, tendo estas menos privilégios rituais em relação a primeira.⁴⁸²¹

Em especial a primeira mulher passa a possuir um grau de responsabilidade e direitos maiores que as demais, pois é ela quem deve zelar pela harmonia do lar, assim como também é ela quem irá decidir sobre as próximas mulheres para o seu marido e é ela quem possui tratamento diferenciado na família quando da sua morte ou da morte de seu marido.

[...] Quando perguntei a Magingi, velho pagão de Rikatla, porque havia uma tal diferença entre a primeira mulher e as outras, respondeu-me: << A primeira é a verdadeira e as outras não são mais que ladras. É esta a razão porque se diz, quando da morte da primeira mulher: a palhota do marido ficou destruída (athovekelwi hi yindlu yakwe). Quando é uma das outras mulheres que morre, dizem apenas: perdeu uma mulher (afeliwi hi nsati).⁴⁸²²

A primeira esposa passa então a ter papel fundamental na casa desse homem e em sua família, pois é dela que partem todas as ordens e regras abaixo de seu marido, as demais mulheres que esse vier a possuir apenas serviram como mão de obra barata, demonstrativo de riquezas para esses homens e instrumentos de procriação para o alargamento familiar, pois quanto a regalias e concessões todas vão para a primeira esposa, que, apesar de tudo, também não deixa de ser submissa ao marido.

Os povos de origem bantu, mesmo os que são polígamos, por também terem a monogamia com uma opção possuem uma compreensão definida de que o casamento, ou família na sua forma mais simples deve ser composta do marido, mulher e filhos. “Para eles, um casamento verdadeiramente completo é a união de duas pessoas e não de três ou de dez, e as pequenas mulheres⁴⁸²³ não passam de concubinas. Este sentimento explica-se muito bem pela hipótese de ter a raça atravessado uma fase monogâmica anterior”⁴⁸²⁴

Porém o casamento realizado através da família alargada⁴⁸²⁵ para estas tribos se constitui um sistema muitas vezes mais importante do que o casamento através da família simples. Pois a família alargada representa mudança de status e obtenção de riquezas já que estamos nos referindo a tribos que seguem o sistema de linhagens e parentescos.

Como podemos analisar através da explicação de Foucault, essa visão de determinadas tribos de obtenção de poder e riquezas a partir da prática da poligamia pode ser justificada pelas grandes transformações que ocorrem nos regimes políticos e nos mecanismos de poder

⁴⁸²⁰ Costumes dos macua do medo **Moçambique - Documentário trimestral**. Moçambique, 1941, nº 28. Disponível em:< <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/MDT/MDT-N028&p=1>>

⁴⁸²¹ JUNOD, Henri. **Usos Costumes dos Bantu**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1996. p.258

⁴⁸²² JUNOD, Henri. **Usos Costumes dos Bantu**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1996. p.261.

⁴⁸²³ Pequenas mulheres ou mulheres pequenas e o termo utilizado pela maioria das tribos bantu para designar as demais mulheres adquiridas por um homem além da sua primeira esposa. Visto que na maioria das vezes outras mulheres são adquiridas sem necessidade de pagamento de lobolo, embora em alguns casos haja a existência desse pagamento.

⁴⁸²⁴ JUNOD, Henri. **Usos Costumes dos Bantu**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1996. p.263.

⁴⁸²⁵ Verifica-se que para esses povos existe uma grande diferença entre a família alargada e a família simples. A família simples consistiria uma família monogâmica com a representação de uma única mulher e da quantidade de filhos que esta poder procriar. A família alargada consistiria em um casamento polígamo coma a representação de varias mulheres para um mesmo homem e a quantidade de filhos que cada uma poder procriar. Esta seria portanto para essas tribos a concepção mais adequada de casamento já que a quantidade de pessoas sob seu comando e a quantidade de filhos que um homem possui nas tribos que seguem um sistema de linhagens e parentescos significam obtenção de riquezas e poder.

por esse exercido que se expandem e refletem em toda a sociedade.⁴⁸²⁶ Poder este que vai intervir na realidade dos indivíduos, de seus corpos, uma vez que penetra na vida cotidiana de cada grupo realizando um controle detalhado de seus gestos, atitudes, comportamentos, hábitos e discursos.⁴⁸²⁷

Um poder que não está determinado por um estado, mas sim por uma condição disciplinar que passa quase despercebido diante de outros poderes. Um poder que não se estabelece simplesmente pela dominação de um indivíduo sobre o outro, mas um poder que circula em uma rede de relações que podem ser dentro de uma instituição ou um dispositivo tanto política como social, estrutural, discursivo ou grupal.

Esses casamentos podem ocorrer tanto através do direito de preempção como do direito por herança. Sendo a preempção os casamentos que se dão através de uma compra e venda, como no caso do lobolo, onde um homem pode interessar-se por uma determinada mulher que pertença ou não ao mesmo grupo de sua mulher e assim comprá-la. Se esta, portanto não for fecunda, não obtiver filhos, este pode requerer a substituição dela sem haver um novo pagamento.

O direito por herança, contudo realiza-se através da aquisição de viúvas que podem ser herdadas após a morte de seus maridos normalmente estas serão herdadas pelos irmãos de seus maridos obedecendo á ordem hierárquica e a regra de cada tribo. Nesse caso deve ser levado em conta além da viúves a incapacidade ou capacidade reprodutiva dessas mulheres de acordo com as normas de cada tribo.⁴⁸²⁸

Para além dessas formas de casamento existe também o casamento por rapto, um tipo de casamento onde quando o homem interessado em uma determinada mulher de uma tribo não possui meios para pagamento do lobolo, este então negocia com a mulher e ambos fogem para a casa de um dos parentes da mãe do homem. Porém este tipo de casamento passa a não ser bem visto nem respeitado pela tribo da mulher nem do homem, assim como também não conta como um sistema de obtenção de riqueza, por isso muitas vezes após adquirir condições para o pagamento do lobolo este o faz mesmo que aos poucos, até que tenha pago a dívida completa e assim possa ser bem visto pela sociedade.

Apesar dos casamentos polígamos, ou não, apresentarem diferenças de tribo para tribo, possuem também algumas semelhanças diferindo-se apenas em pormenores, como a exemplo da festa de noivado, casamento e pagamento do lobolo. É preciso, portanto para entender esse processo de relação conjugal compreender que nessas tribos os casamentos não se dão de forma individual, como acontece na maioria das sociedades ocidentais que adotam a monogamia como modelo formal, mas sim um contrato entre dois grupos, e que como todo contrato possuem direitos e deveres a serem seguidos, vale também salientar que não se pode fazer um julgamento a respeito da positividade ou negatividade da prática poligâmica, pois muitas vezes o que para algumas dessas mulheres parece ser algo desfavorável para outras torna-se algo benéfico, funcionando da mesma forma para os homens a depender do contexto em que cada um esteja inserido.⁴⁸²⁹

A colonização portuguesa, portanto promoveu diversas mudanças no âmbito das culturas e tradições desses povos, por vezes ultrapassando o âmbito político e adentrando na vida diária, nessas os jovens do sexo masculino passaram a alcançar maior liberdade do que as jovens do sexo feminino, embora com essa liberdade viessem também a perder uma parte de seu poderio devido ao processo assimilador.

Esse processo de assimilação imposto principalmente através das ações missionárias que ofereciam uma educação, civilização e religiosidade através de métodos persuasivos e coercitivos que muitas vezes levava o africano a se convencer de que a civilização trazia determinados benefícios. Muitos africanos aceitaram apenas em partes essas práticas

⁴⁸²⁶ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

⁴⁸²⁷ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

⁴⁸²⁸ JUNOD, Henri. **Usos Costumes dos Bantu**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique,1996. p.242-243.

⁴⁸²⁹ JUNOD, Henri. **Usos Costumes dos Bantu**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique,1996. p.228.

culturais, pois não se desligavam de suas tradições ou permaneciam num sistema de isolamento, principalmente os povos do interior, num processo de resistência ao novo sistema que era imposto. “Depois da fixação dos portugueses, ainda muito tempo os indígenas do território permaneceram no seu isolamento e reserva contra os homens brancos, sobretudo no interior, onde frequentes vezes essa resistência se envolveu em episódios sangrentos”⁴⁸³⁰

As mudanças com a implementação das políticas colônias portuguesas tanto em Moçambique quanto em Angola mexeram nas estruturas sociais desses povos e dos povos de todo o continente africano o que causou muito derramamento de sangue, porém ao mesmo tempo esta enfrentou uma forte resistência principalmente no que se remete ao casamento poligâmico, uma vez que houve resistência por parte dos homens, das mulheres e das sociedades tanto patrilineares como matrilineares, algo que pode ser observado na fala de Iliffe.

O casamento continuou a ser essencialmente uma questão de estratégia familiar e não uma questão meramente íntima. Até os cristãos defendiam o dote masculino, no qual quer os noivos quer os pais insistiam. Só uma minoria optava pelo casamento cristão, que intimidava por não permitir a poligamia e o divórcio. À medida que os haréns dos chefes iam desaparecendo, a <<poliginia da classe média>> aumentava no início do período colonial, numa África Ocidental ávida de mão-de-obra, onde mais de 40 por cento das mulheres casadas ainda integravam uniões poliginicas quando o domínio colonial terminou.⁴⁸³¹

Considerações finais

Este trabalho é um resultado preliminar de uma pesquisa na qual procuramos mapear algumas imagens fornecidas pela prática da poligamia nas sociedades banto de Moçambique e Angola, através do estudo de alguns periódicos e cartas contendo registros e relatos da estruturação dessa prática. Através dessa investigação é possível observar que a poligâmia pode ser analisada para além do viés de ser apenas uma cultura tradicional, pois esta não constitui unicamente uma situação dramática para todas as mulheres e homens na qual estão inseridos.

Observa-se que existem concessões, relatados segundo as regras de cada tribo, que podem advir dessa forma de organização social, sejam elas em um âmbito político, ou estrutural. concessões estas que são demonstradas a partir da obtenção de poder e riquezas tanto para os homens quanto para as mulheres, uma vez que estes através de determinadas regalias irão adquirir certas formas de destaque, respeito e poder dentro de suas tribos.

Esta indicação sugere, portanto que ninguém pode, legalmente, achar-se patrono da relação conjugal, e toda a atitude deve assentar-se nas reciprocidades pressupostas de acordo com as regras que as mencionam, podendo-se ser realizáveis se respeitadas a singularidade do casamento e, sobretudo, a sua base voluntária com propósitos equilibrados em todos os aspectos da vida conjugal a partir das leis e regras que regem cada clã, tribo ou sociedade envolvida.

⁴⁸³⁰ A família negra. **Cadernos Coloniais**. Manica e Sofala 1939. Nº 50. Disponível em <<http://memoriaafrica.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/CadernosColoniais/CadernosColoniais-N50&p=1>>

⁴⁸³¹ ILIFFE, John. **Os africanos: história dum continente**. Lisboa- Portugal: Terramar 1999. Tradução, Maria Filomena Duarte. ISBN: 972-710-240-9.

A DINÂMICA DECISÓRIA DA DIPLOMACIA PRESIDENCIAL: ASPECTOS DA COOPERAÇÃO BRASILEIRA NA ÁFRICA (1995-2014)

*David Beltrão Simons Tavares de Albuquerque*⁴⁸³²

davidbeltrao@gmail.com

Resumo: O trabalho pretende analisar os efeitos da dinâmica decisória da Diplomacia Presidencial sobre os projetos de cooperação brasileiros na África entre os anos de 1995 a 2014 a partir de uma análise neoinstitucionalista, especificamente pela teoria da mudança institucional. A democratização da Política externa favorece a inserção de atores, e suas respectivas demandas, no estabelecimento de paradigmas. A agenda cooperativa brasileira, por intermédio de instituições de caráter público e privado, identifica os potenciais projetos de acordo com relações políticas, culturais e econômicas. A cooperação brasileira, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), é interministerial, parceira de entes públicos e privados e com vários objetivos. O período revela oscilações conjunturais e estruturais à formulação da política externa brasileira com o continente africano. A proposta estabelece como variável independente a dinâmica decisória da Diplomacia Presidencial e a variável dependente, os projetos da cooperação para o desenvolvimento da África entre os anos de 1995 a 2014. As determinantes da dinâmica decisória avaliarão a interdependência de dois fatores na formulação da política cooperativa brasileira na África, sendo eles: 1º) a influência do ativismo presidencial na Política Externa brasileira; 2º) a influência de grupos empresariais na agenda cooperativa. O primeiro objetivo seria a identificação da complexidade e das características dos dois fatores e seus impactos na dinâmica decisória da Diplomacia Presidencial nos projetos da cooperação brasileira ao desenvolvimento africano. O segundo seria a análise das perspectivas da agenda social e cooperativa brasileira com a África. O caso paradigmático do Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique (ProSAVANA), programa de assistência técnica à agricultura de Moçambique, cuja finalidade é desenvolver, por meio do suporte direto a 400 mil agricultores, um potencial celeiro para o mercado doméstico e regional.

Palavras-chave: Neoinstitucionalismo; Cooperação Sul-Sul; Política Externa Brasileira; Moçambique.

1. Introdução

O continente africano encontra-se reinserido na rota do sistema internacional. A nova geopolítica internacional, o multilateralismo e o crescimento da Cooperação Sul-Sul (CSS) obrigam uma reavaliação de como a África está inserida no estabelecimento de paradigmas das Relações Internacionais.

A África, segundo o Fundo Monetário Internacional, cresce de 5 a 6% ao ano desde 2003. A permanência de problemas históricos relaciona-se com a mudança de perspectiva das lideranças africanas, por meio de reformas modernizantes no âmbito interno e regional. Não se trata de uma revolução, mas do amadurecimento das instituições e do papel do Estado. Esse fenômeno se manifestará ao longo do século XXI. O pragmatismo substitui a idílica imaginação política que, infelizmente, ainda permeia boa parte das análises⁴⁸³³.

A complexidade e a celeridade do sistema internacional determinam a observação de uma multiplicidade de competências. A ascensão de novos atores internos e externos, o

⁴⁸³² Mestrando em Ciência Política no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCP/UFPE). Email: davidbeltrao@gmail.com. Pesquisa com apoio da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE).

⁴⁸³³ SARAIVA, José Flávio Sombra. **África parceira do Brasil Atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

multilateralismo e o pragmatismo são características da formulação das políticas externas modernas, as quais projetam uma dinâmica decisória fluida.

A África, considerada no âmbito regional, busca no *New Partnership for Africa's Development* (NEPAD) um concerto socioeconômico sustentável de desenvolvimento. É uma tentativa concreta de superar a marginalização coadunada aos objetivos do Milênio da ONU. O Brasil, por meio das suas diferentes experiências desenvolvimentistas, tenta construir entendimentos.

Os modelos cooperativos concertados entre as elites africanas e os Estados cooperadores, nesse sentido, pretendem abrir novas possibilidades de desenvolvimento. O *path-dependence*, por intermédio da influência da estrutura pretérita nas decisões atuais, no entanto, influencia o comportamento dos agentes e das instituições.

A tradição neoinstitucional das ciências sociais observa, no campo de causação das mudanças institucionais, os fatores determinantes das políticas cooperativas no século XXI. Autores como Hall e Taylor, Knight e North identificam na importância das instituições, o papel dos agentes e a conjuntura social como fundamentais na análise das inferências causais dos fenômenos.

Os projetos de cooperação internacional do Brasil na África estão inseridos nessa lógica. O presente artigo pretende descrever a inserção desses Estados no continente africano, por meio de uma perspectiva comparada entre as políticas cooperativas da China e do Brasil em Moçambique.

2. Path-dependence e as mudanças institucionais.

A mudança das instituições ao longo do tempo é um dos principais temas analisados pelas teorias neoinstitucionais⁴⁸³⁴. A problemática em analisar os fatores determinantes em desenhos de pesquisa verifica na presença do *path-dependence* como um artifício fundamental para tratar os limites dos fenômenos de mudanças institucionais.

O *path-dependence*, no qual as decisões pretéritas aumentam os custos de oportunidade para qualquer situação anterior à medida que o caminho é escolhido, identifica na estruturação de paradigmas o seu ponto-chave. Os eventos, portanto, apenas acontecem e geram determinadas consequências, haja vista a trajetória que se tomou até o momento do resultado final⁴⁸³⁵. O presente, portanto, vincula-se ao passado.

As mudanças institucionais, nesse sentido, devem ser observadas de acordo com a sua complexidade, cumulatividade e sequencialidade em explicações causais. A complexidade das escolhas desenvolvidas pelos agentes não são independentes a outros aspectos estruturais, mas interagem de acordo com as restrições e oportunidades das regras institucionais e das escolhas dos agentes. A conjuntura social influencia bastante na fundamentação das análises (Rezende, 2012). A cumulatividade e sequencialidade dessas políticas decisórias repercutem na instrumentalização do *path-dependence* nas análises.

As instituições são peças fundamentais em qualquer análise de dinâmicas decisórias, haja vista regular os procedimentos. Os agentes, assim sendo, comportam-se dentro das possibilidades de interação permitidas nas instituições. Uma eventual mudança institucional, portanto, deverá ser desenvolvida no interior procedimental dessas.

Em *Institutions, Institutional Change, and Economic Performance*, North identifica as instituições como determinantes políticas, sociais e econômicas nos custos de transação dos agentes perante as suas decisões. Os custos de transação são caracterizados em duas perspectivas: custos de mensuração (*costliness of measurement*) e custos de execução (*enforcement costs*). O primeiro refere-se à problemática das informações possíveis aos agentes, quando, por exemplo, há necessidade de conhecimento sobre serviços e

⁴⁸³⁴ HALL, P. A & TAYLOR, R. C. R. 1996. Political Science and the Three New Institutionalisms. **Political Studies**, Newcastle, v. 44, n. 5, p. 963-957, Dec. 1996.

⁴⁸³⁵ PIERSON, Paul. Increasing Returns, Path Dependence, and the Study of Politics. **The American Political Science Review**, Vol. 94, n. 2, p. 251-267, Jun. 2000.

mercadorias. O segundo quando há um terceiro agente em uma negociação, podendo ser o Estado por meio de qualquer de suas agências e instituições.

A racionalidade estratégica dos agentes influencia os caminhos de mudanças institucionais e as estratégias utilizadas de comportamento. Longe de uma lógica utilitarista, a qual a sociedade entra em equilíbrio a partir do comportamento dos agentes plenamente racionais em busca de ganhos absolutos, a argumentação neoinstitucional identifica na eficiência adaptativa (*adaptive efficiency*) a interpenetração decisória dos agentes perante os arranjos institucionais. Os agentes adaptam-se à estrutura das instituições, por intermédio de incentivos e restrições⁴⁸³⁶.

As instituições, portanto, são o *locus* decisório onde as transações se desenvolvem. Elas não somente determinam os custos de transação, mas também solucionam vários problemas de cooperação, de informação sobre os atores e mercadorias. A ausência restritiva das instituições proporciona aos agentes o desejo de buscarem ganhos absolutos, o que dificultariam as negociações e prejudicariam os custos de execução dos projetos.

A conjuntura social, por fim, influencia a trajetória das instituições. A cultura, os valores compartilhados e situações específicas podem repercutir no estabelecimento de paradigmas. É necessário, portanto, uma maior atenção à história, porque os aspectos da realidade social serão melhor compreendidos como processos temporais.

As mudanças institucionais, dessa maneira, ocorrem em momentos onde os agentes identificam que as alternativas institucionais são mais custosas do que os benefícios. As determinantes do neoinstitucionalismo, para tanto, consideram que as mudanças não são meros acidentes, mas um trabalho de adaptação, aprendizado e elementos conjunturais, os quais requerem tempo⁴⁸³⁷.

3. As Relações de Cooperação Brasileira em Moçambique

A democratização da Política externa do Brasil favorece a inserção de novos atores, e suas respectivas demandas, no estabelecimento de paradigmas. A complexidade cooperativa brasileira, nesse sentido, por intermédio de instituições de caráter público e privado, identifica os potenciais projetos de acordo com perspectivas políticas, culturais e econômicas. A pluralização e a presidencialização da política externa brasileira relacionam-se na condução da política externa.

Hoje, observa-se que a Cooperação brasileira é interministerial, parceira de entes privados e com vários objetivos.⁴⁸³⁸ Fundamenta-se na matriz de desenvolvimento sustentável, a partir de parcerias horizontais sul-sul, onde busca ou treina mão-de-obra doméstica em seus projetos. O Brasil assim define a cooperação ao sistema internacional:

a totalidade de recursos investidos pelo governo federal brasileiro, totalmente a fundo perdido, no governo de outros países, em nacionais de outros países em território brasileiro, ou em organizações internacionais com o propósito de contribuir para o desenvolvimento internacional, entendido como o fortalecimento das capacidades de organizações internacionais e de grupos ou populações de outros países para a melhoria de suas condições socioeconômicas⁴⁸³⁹

⁴⁸³⁶ NORTH, D. C.. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. New York: Cambridge University, 1990.

⁴⁸³⁷ REZENDE, Flávio da Cunha. Convergências e controvérsias sobre a mudança institucional: modelos tradicionais em perspectiva comparada. **Rev. Sociol. Polit.**, vol.20, n.41, p.37-51, Fev. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782012000100004>. Acesso em: 25 Set. 2016.

⁴⁸³⁸ A relação dos projetos de âmbito público encontra-se no site da Agência Brasileira de Cooperação. Nesse site é possível identificar a pluralização dos atores envolvidos nos projetos.

⁴⁸³⁹ BANCO MUNDIAL e INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Brasil). **Ponte sobre o Atlântico: Brasil e África Subsaariana: Parceria sul-sul para o crescimento**. Brasília: IPEA e Banco Mundial, 2011.

A Cooperação brasileira coaduna-se às instituições típicas das cooperações sul-sul. Emma Mawdsley, nesse sentido, identifica cinco características fundamentais para classificar esse regime: a oportunidade para ambos os Estados; a solidariedade entre os países em desenvolvimento; a *expertise* com base em experiências semelhantes; a empatia fundamentada na identidade compartilhada, rejeitando o estabelecimento de uma hierarquia; a virtude do benefício mútuo e da reciprocidade.⁴⁸⁴⁰

A cooperação sul-sul do Brasil é um importante vetor de desenvolvimento para o Brasil e para a África. Como se trata de uma cooperação *demand driven*, no qual a proposta de cooperação é feita pelo Estado interessado e coadunada às possibilidades brasileiras, a exemplo do Pro-Savana da Empresa brasileira de pesquisa agropecuária (Embrapa) em Moçambique, o Brasil proporciona o intercâmbio de conhecimento entre diversos tipos de projetos e os diferentes atores nacionais envolvidos.

A pluralização de atores, destarte, serve aos fins da cooperação brasileira e a influencia. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) é o órgão responsável pela coordenação e apoio aos projetos do Brasil no exterior. A sua estrutura funcional foi formada para articular-se à complexidade das parcerias, à natureza e localidade dos projetos.⁴⁸⁴¹ É importante destacar a natureza da Agência, uma vez que é vinculada ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), mas, conforme o Art. 30 do Decreto nº5. 979/06, a ela

“competete coordenar, negociar, aprovar, acompanhar e avaliar, em âmbito nacional, a cooperação para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, recebida de outros países e organismos internacionais e aquela entre o Brasil e países em desenvolvimento.”

O comportamento dinâmico da cooperação brasileira, de acordo com sua estrutura institucional e a diferente participação de agentes nos mais diversos projetos, é marcado pela mudança institucional. A dificuldade em se estabelecer os elementos constitutivos de uma relação causal para uma devida análise fundamenta-se na complexidade das variáveis instrumentais da cooperação.

A histórica presença brasileira nessa região, no entanto, é marcada por mudanças paradigmáticas de discurso, as quais influenciaram a intensidade dessa relação. Não seria diferente na política cooperativa. A presença cooperativa do Brasil na África sofre uma enorme mudança, conforme demonstra o gráfico, sob a chancela dos Presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995- 2002), Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014),

A Diplomacia Presidencial consolidou-se no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso⁴⁸⁴². As relações com a África no mandato do Presidente, no entanto, ficaram em segundo plano. Há, todavia, importantes momentos, como em 1996, na criação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), bastante próxima dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP); pelo envio de uma missão de *Peace making* a Angola, o que incentivou as empresas brasileiras a retomarem relações com esse Estado; o combate à AIDS no Brasil aproximou-o aos interesses dos Estados africanos, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em projetos de combate à doença.

⁴⁸⁴⁰ MAWDSLEY, Emma. The Changing Geographies of Foreign Aid and Development Cooperation: contributions from gift theory. **Transactions of the Institute of British geographers**, vol. 37, n. 2, p. 256-272, 2012.

⁴⁸⁴¹A estrutura completa encontra-se no site <http://www.abc.gov.br/sigap/abc.aspx>. Acesso em 12 de setembro de 2015.

⁴⁸⁴² CASON, J. W; POWER, T. J. Presidentialization, Pluralization, and the Rollback of Itamaraty: Explaining Change in Brazilian Foreign Policy Making in the Cardoso-Lula Era. **International Political Science Review**, v.30,n.2, p.117-140, Mar. 2009. Disponível em : <http://ips.sagepub.com/content/30/2/117.abstract>. Acesso em: 25 Set. 2016.

O primeiro mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, ao contrário do Presidente anterior, reformou, em caráter permanente, a base ideológica da aproximação africana. Não é à toa que o Presidente Lula passou 55 dias do seu mandato em solo africano, por meio de negociações bilaterais e regionais de natureza política, econômica, social e cultural.

A Presidente Dilma Rousseff, por sua vez, conservou os aspectos estruturais dessa inserção, mas optou por mudanças conjunturais de acordo com suas concepções, o que repercutiu nos projetos cooperativos naquele continente. O orçamento para projetos em cooperação na África caiu bastante. Isso mostra claramente uma mudança de concepção estratégica.

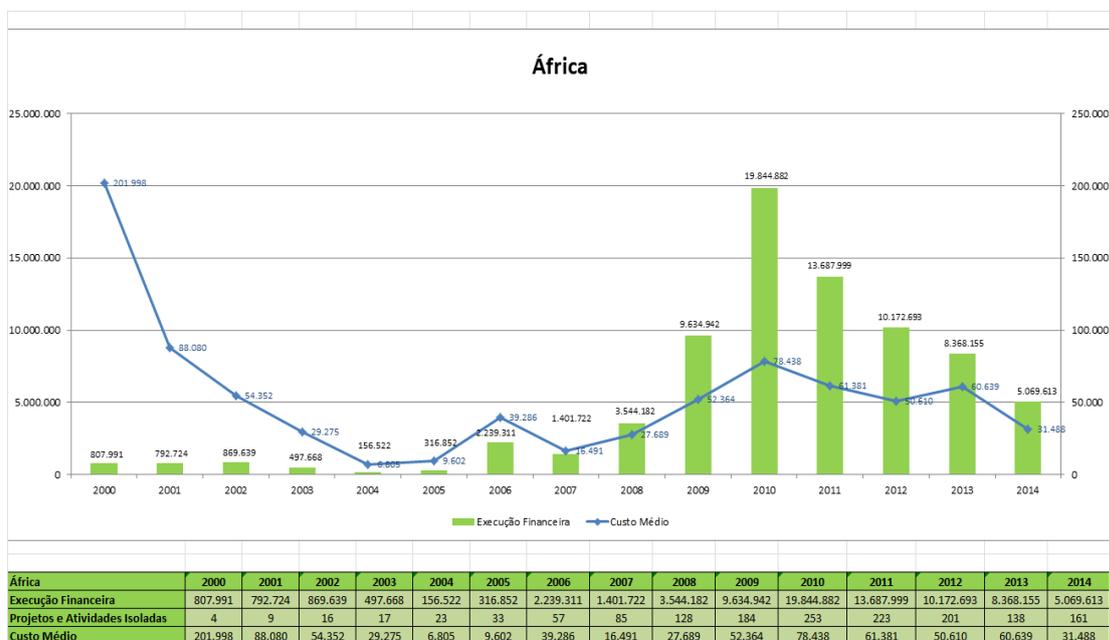


Gráfico 01 - Execução financeira dos projetos de cooperação brasileiros na África entre 2000 e 2014.⁴⁸⁴³

Salienta-se, além da variação orçamentária da cooperação, as características dessa. O Presidente Lula, por exemplo, selecionou 1% dos 481 projetos de cooperação na área de defesa, enquanto o governo Rousseff escolheu cerca de 16% dos 156 projetos nessa área⁴⁸⁴⁴.

O *path-dependence* manifesta-se na oscilação comportamental da Política externa brasileira como um fator conjuntural da problemática, que possui efeitos no presente. A mensagem das autoridades brasileiras em modificar, em um curto espaço de tempo, os aspectos qualitativos e quantitativos dos projetos, em uma apreciação não-sistemática, desenvolve um comportamento imprevisível.

O investimento das empresas brasileiras tradicionais na África iniciou-se nos anos 80 e concentra-se nos setores de infraestrutura, energia, mineração e agricultura, tanto em áreas de cooperação entre os Estados quanto em projetos de exploração econômica⁴⁸⁴⁵. O modelo de inserção dessas empresas pretende incluir a mão de obra local tanto nos projetos quanto na estrutura burocrática das empresas.

North, em sua análise sobre mudança institucional, analisa o conflito, haja vista os seus anseios não corresponderem, existente entre instituições informais e formais. As

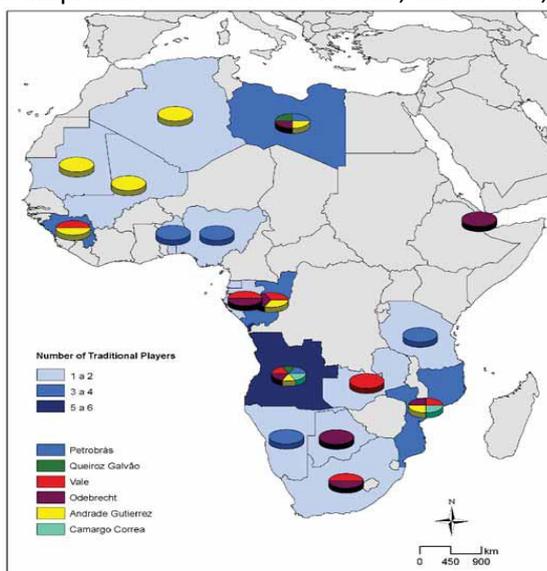
⁴⁸⁴³ BRASIL. Agência Brasileira de Cooperação (ABC). **Relatório da gestão sul-sul de 2000 a 2014**. Brasília, 2015. Disponível: <http://www.abc.gov.br/Gestao/CooperacaoSulSul>. Acesso em: 01 de Jul. 2016.

⁴⁸⁴⁴ IDEM

⁴⁸⁴⁵ BANCO MUNDIAL e INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Brasil). **Ponte sobre o Atlântico: Brasil e África Subsariana: Parceria sul-sul para o crescimento**. Brasília: IPEA e Banco Mundial, 2011.

consequências sociais dos comportamentos variam de maneira mais inelástica do que a mudança de regras formais⁴⁸⁴⁶. A tensão existente entre as duas repercute no comportamento dos agentes, desenvolvendo múltiplos equilíbrios na otimização de resultados.

A ABC trabalha, haja vista o seu escopo institucional, com esses agentes privados. O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), pessoa jurídica de Direito Privado, é um importante parceiro de cooperação brasileira na África. Ele, normalmente, faz o elo entre os projetos e as necessidades de empresas brasileiras. Possui, por exemplo, seis projetos em andamento, avaliados em US\$ 19,2 milhões, em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Zâmbia. O SENAI, ao aperfeiçoar a mão-de-obra, treina mão-de-obra local para algumas empresas brasileiras como Vale, Odebrecht, OAS e Petrobrás.⁴⁸⁴⁷



Mapa 01 - Empresas brasileiras na África.⁴⁸⁴⁸

As instituições, os agentes e a conjuntura social são fatores determinantes na relação causal das mudanças institucionais da cooperação brasileira na África. Como se trata de um permanente conflito, os agentes que possuem maior poder tendem a determinar as políticas aplicadas nos projetos. A imprevisibilidade e os objetivos são problemáticas que devem ser analisadas.

3.1) Moçambique

Moçambique é o exemplo paradigmático dos problemas da cooperação brasileira na África. É o Estado africano o qual o Brasil possui o maior número de projetos de cooperação. O Acordo Geral de Cooperação entre os dois Estados foi promulgado em 1984. Ao final de 2011 o programa bilateral de cooperação consistia em 21 projetos em execução e 9 projetos em negociação⁴⁸⁴⁹. Os projetos, *prima facie*, são percebidos como de interesse nacional. Os

⁴⁸⁴⁶ REZENDE, Flávio da Cunha. Convergências e controvérsias sobre a mudança institucional: modelos tradicionais em perspectiva comparada. *Rev. Sociol. Polit.*, vol.20, n.41, p.37-51, Fev. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782012000100004>. Acesso em: 25 Set. 2016.

⁴⁸⁴⁷ VASQUEZ, K. C.; CARRILLO, S. Sustaining the benefits of Brazilian Direct Investment in Sub-Saharan Africa: Skills and Capacity Development. In: Leonardo Paz Neves (Org.). **"Brazil-Africa", CEBRI Dossiê Special Edition**, v. 1, ano 13, p. 7-21, 2014. Rio de Janeiro: CEBRI.

⁴⁸⁴⁸ BANCO MUNDIAL e INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Brasil). **Ponte sobre o Atlântico: Brasil e África Subsaariana: Parceria sul-sul para o crescimento**. Brasília: IPEA e Banco Mundial, 2011.

⁴⁸⁴⁹ BRASIL. Agência Brasileira de Cooperação (ABC). **Relatório da gestão sul-sul de 2000 a 2014**. Brasília, 2015. Disponível: <http://www.abc.gov.br/Gestao/CooperacaoSulSul>. Acesso em: 01 de Jul. 2016.

projetos concentram-se nas áreas de saúde, agricultura e educação. Dentre os principais projetos, pode-se citar:⁴⁸⁵⁰

- a) Desenvolvimento agrícola, plataforma tecnológica para a inovação agrícola, agricultura familiar (sementes tradicionais crioulas), capacitação em agricultura de conservação e apoio técnico à agropecuária. Apoio à pesquisa agrícola ;
- b) Escritório da FIOCRUZ e construção e implementação de laboratório farmacêutico;
- c) Combate ao HIV/AIDS e capacitação em produção de medicamentos anti-retrovirais;
- d) Fortalecimento institucional do órgão regulador do setor farmacêutico e criação do programa de “farmácias populares”;
- e) Implementação do Instituto Nacional Politécnico de Saúde;
- f) Programa de educação alimentar e nutricional – Cozinha Brasil-Moçambique;
- g) Reabilitação do Centro Florestal Machipanda;
- h) Apoio à implementação do Sistema Nacional de Arquivos do Estado;
- i) Apoio ao desenvolvimento gerencial estratégico;
- j) Capacitação em técnicas militares;
- k) Capacitação Profissional em Turismo e Hospitalidade;
- l) Fortalecimento institucional do MNOQ;
- m) Suporte técnico à agropecuária;
- n) Apoio à urbanização em Maputo;
- o) Formação de professores primários e secundários e apoio à educação superior por meio do ensino à distância.

O Brasil, como potência, identifica no país uma oportunidade de expansão do capital nacional. Além de outras relações, os dois Estados são membros da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) e o Brasil foi o primeiro Estado do mundo a reconhecer a independência de Moçambique em 1975. Em 2004, os Presidentes Luís Inácio Lula da Silva e Joaquim Chissano assinaram um Acordo de perdão de 95% da dívida da dívida pública moçambicana com o Brasil, no valor de R\$280 milhões.

A estratégia de inserção do capital internacional nesse modelo em Moçambique recebe o apoio da elite política local. O processo decisório da adequação de capitais e investimentos às áreas de interesse foi recepcionado no interior do Estado moçambicano, o qual gerencia suas consequências.

3.2) O projeto ProSavana

O Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique (ProSAVANA) é um programa de assistência técnica para a agricultura de Moçambique, por meio da troca de tecnologias entre a ABC e a Agência Japonesa de Cooperação Regional (JICA) e o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar de Moçambique (MASA). O seu objetivo é o desenvolvimento agrário sustentável e inclusivo. O projeto é representativo, haja vista ser o maior projeto de cooperação da EMBRAPA na África.

⁴⁸⁵⁰ BANCO MUNDIAL e INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Brasil). **Ponte sobre o Atlântico: Brasil e África Subsaariana: Parceria sul-sul para o crescimento.** Brasília: IPEA e Banco Mundial, 2011.

Moçambique possui 70% de sua população na zona rural em 2011, onde 95% se dedica à agricultura familiar de subsistência e praticada por mulheres. A savana tropical, similar ao cerrado brasileiro, ocupa 68,2% do território moçambicano. Como se pode perceber, é um país agrário e que depende bastante dos produtos oriundos da Savana.

As similitudes entre o Cerrado brasileiro e do Corredor de Nacala, região da Savana moçambicana onde o programa desenvolve-se, providenciam a utilização da *expertise* do PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados). A finalidade é desenvolver, por meio do suporte direto a 400 mil agricultores, um potencial celeiro para o mercado doméstico e regional, além de possibilitar a exportação para os países asiáticos.

O PROSAVANA é dividido em três subprojetos, os quais são complementares. O PROSAVANA-PI visa ao desenvolvimento da pesquisa em agricultura. O PROSAVANA-PEM visa ao aumento da produção agrária em diferentes áreas de cultivo familiar e de exportação. Por fim, o PROSAVANA-PD é o plano diretor para o desenvolvimento do programa.

Tabela 02 - Projetos do PROSAVANA.⁴⁸⁵¹

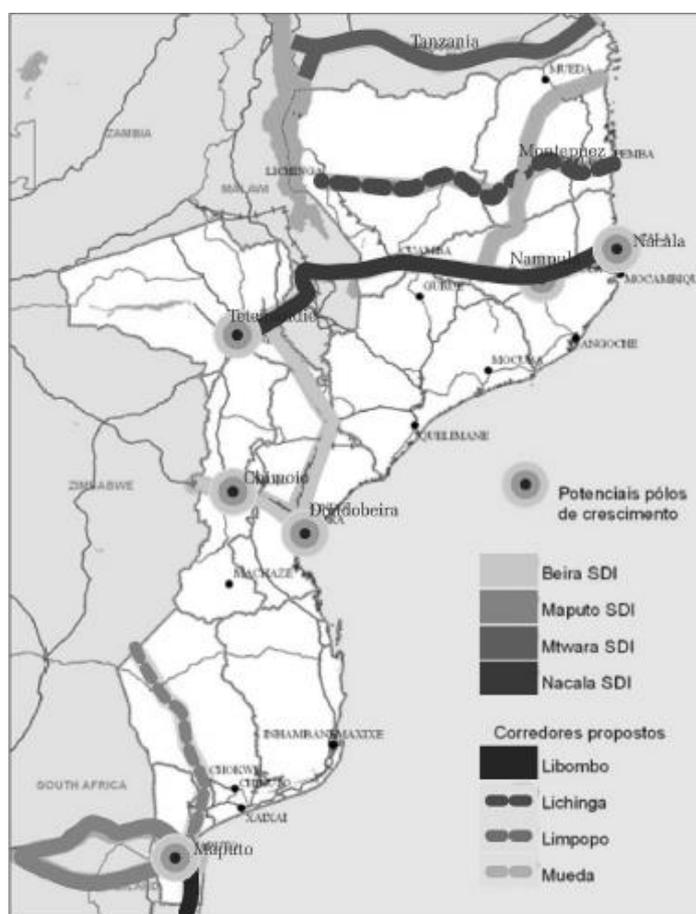
Programa	Objetivo	Período	Custo US\$	Parceiros
PROSAVANA	Desenvolver a agricultura no Corredor de Nacala	2011-2020	36.052.000	ABC e JICA
PROSAVANA-PI*	Construção de uma base tecnológica capaz de dar sustentabilidade ao aumento da produção regional agrícola.	Abril/2011- Março/2016	14.680.000	ABC e JICA
PROSAVANA-PEM*	Aumentar a produção de diversos cultivos através da adoção de diferentes modelos de desenvolvimento agrário (familiar e exportação)	Maior/2013- Maio/2019	15.000.000	ABC e JICA
PROSAVANA-PD*	Plano Diretor. Realização de pesquisas	Março/2012- Primeiro Trimestre/2014	7.364.000	ABC e JICA

⁴⁸⁵¹ AVELHAN, Lívia Líria. [A presença brasileira na África: um estudo sobre o Programa Embrapa-Moçambique](http://periodicos.unb.br/index.php/perspectivasdodesenvolvimento/article/view/11871). *Revista Perspectivas do Desenvolvimento: um enfoque multidimensional*, v. 02, nº3, Dez. 2014. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/perspectivasdodesenvolvimento/article/view/11871>. Acesso em: 23 Set 2016.

Há, no entanto, uma preocupação com o fenômeno do *Land-Grabbing*. Os *Quick Impact Projects* (QUIPs) objetivam a implementação de parcerias público-privadas no ProSavana. Esses projetos são implantados de acordo com o Direito de Uso e Reinvidicação da Terra (DUAT) e o plano de reassentamento dos agricultores. A legislação moçambicana estabelece que as propriedades pertençam ao Estado, mas a posse para exploração dá-se por meio do DUAT ⁴⁸⁵².

A exploração de terras do ProSavana por meio dos DUAT possibilita a apropriação e industrialização de uma grande quantidade de hectares para produção externa por investidores de outros Estados, nesse caso, o Brasil⁴⁸⁵³. Os agricultores locais, apesar de constar no programa a facilitação na concessão de terras, podem remeter parte dos seus excedentes às multinacionais do agronegócio. A agricultura familiar ficaria, portanto, em segundo plano. O impacto é complexo, podendo atingir da segurança alimentar ao meio ambiente.

O Corredor de Nacala é onde os interesses dos projetos de Cooperação se relacionam ao Capital transnacional brasileiro. A recuperação do corredor logístico no norte do país, para exploração mineral, favorece aos objetivos exportadores agropecuários. A modernização do setor agropecuário moçambicano é instrumentalizada, portanto, com o norte de atender às necessidades da produção de larga escala.



⁴⁸⁵² IDEM

⁴⁸⁵³ FERRANDO, TOMASO. Dr. Brasilia and Mr. Nacala: the apparent duality behind the Brazilian state-capital nexus. *Rev. Econ. Polit.*, v. 35, nº 2, p.343-359, Junho 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572015000200343&lng=en&nrm=iso>. Acesso em : 08 Jul. 2016.

Mapa 02- Espacialização dos potenciais polos de crescimento. A região de Nacala está ao norte.⁴⁸⁵⁴

Essas preocupações foram manifestadas em 2013 pelos movimentos sociais locais aos Chefes de Estado de Moçambique, Japão e Brasil. Houve a requisição para a) a suspensão imediata de todas as ações e projetos referentes à implementação do ProSavana; b) a instauração de um mecanismo de diálogo com todos os setores da sociedade moçambicana, para definir suas reais necessidades e aspirações; c) que todos os recursos alocados para o Programa ProSavana sejam realocados na definição e implementação de um Plano Nacional de Apoio à Agricultura Familiar sustentável; d) que o governo moçambicano priorize a soberania alimentar e agricultura de conservação; e) a adoção de políticas centradas no apoio à agricultura camponesa, no acesso ao crédito rural, a sistemas de irrigação e a infraestruturas rurais.⁴⁸⁵⁵

É preocupante que a política externa brasileira, por meio da cooperação internacional, repita a exploração sofrida pelo Brasil pelo capital transnacional. O ProSavana, conforme o gráfico acima demonstra, ainda é um projeto em andamento, o que possibilita a retificação de certos procedimentos. Os impactos para a imagem do Brasil na África podem ser muito fortes.

4. Conclusão

A proposta desse artigo visa a compreender como Moçambique está inserido no contexto de cooperação internacional do Brasil no continente africano a partir de uma análise neoinstitucional, especificamente no campo da mudança institucional.

As instituições são o *locus* decisório onde as decisões dos agentes, dotados de particularidades sociais, se manifestam de acordo com as possibilidades. A mudança institucional, nesse sentido, nada mais é do que o resultado de uma inadequação entre as estruturas institucionais formais e informais. A utilização, portanto, de variáveis institucionais é fundamental para a análise das relações de cooperação entre Estados.

A diversidade de estratégias de Cooperação é útil para identificar os diferentes mecanismos causais de fenômenos similares. O fenômeno da mudança institucional é complexo, sequencial e incremental. A complexidade de agentes inseridos em regras institucionais delimita o seu poder de ação às instituições. O conteúdo e os aspectos temporais dos eventos também vinculam os agentes às decisões do passado.

O *path-dependence* é o instrumento procedimental por excelência para analisar fenômenos dessa natureza. A necessidade de remeter as consequências temporais a um mecanismo causal do passado torna a análise do cientista mais complexa. A conjuntura social, por meio da cultura e dos valores de cada sociedade, repercute bastante na análise.

O Brasil, por intermédio da ABC, alia a cooperação à expansão do capital transnacional nacional e ao aumento das relações internacionais do país. A complexidade dos agentes e a oscilação quantitativa e qualitativa dos projetos transforma o projeto brasileiro de acordo com as necessidades do Governo.

A vinda de grande volume de recursos para o desenvolvimento econômico local é bem recebida pelas autoridades moçambicanas. Não se trata de um projeto passivo, mas da interpenetração de forças nacionais e estrangeiras. O amadurecimento das instituições

⁴⁸⁵⁴ BANCO MUNDIAL. Perspectivas para os Polos de Crescimento em Moçambique: sumário do relatório APUD GARCIA, Ana; KATO, Karina. POLÍTICAS PÚBLICAS E INTERESSES PRIVADOS: uma análise a partir do Corredor de Nacala em Moçambique. **Cad. CRH**. Salvador, vol.29, n.76, pp.69-86, Jan./Abr 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792016000100005>. Acesso em: 23 Set. 2016.

⁴⁸⁵⁵ AVELHAN, Lívia Líria. [A presença brasileira na África: um estudo sobre o Programa Embrapa-Moçambique](#). **Revista Perspectivas do Desenvolvimento: um enfoque multidimensional**, v. 02, nº3, Dez. 2014. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/perspectivasdodesenvolvimento/article/view/11871>. Acesso em: 23 Set 2016.

africanas repercute em Moçambique, o que possibilita uma maior segurança dos Estados estrangeiros na garantia de retorno dos investimentos.

Há, todavia, como em qualquer relação bilateral desigual, sérios questionamentos e críticas aos modelos de cooperação. A preocupação com o fenômeno de *Land Grabbing*, no tocante às críticas ao modelo brasileiro de cooperação em Moçambique, ganha contornos especiais no corredor de Nacala, que não estão tendo a devida atenção pelas autoridades locais e internacionais.

O modelo *demand-driven* brasileiro proporciona uma excelente oportunidade para estabelecer uma cooperação onde as duas partes trocam experiências de acordo com as reais necessidades dos Estados envolvidos. A expansão, no entanto, do Estado brasileiro foi acompanhada pelos interesses do capital transnacional em alguns projetos. Esse é um dilema que acompanhará a inserção brasileira dos próximos anos.

“VINGANÇA E FEITIÇARIA: A UTILIZAÇÃO DE FEITIÇARIA NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ENTRE OS AJÁUAS NO DISTRITO DO NIASSA, NORTE DE MOÇAMBIQUE. (1927 – 1930)”

Eduardo Augusto Vieira Ferraz⁴⁸⁵⁶
edujf86@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho se propõe a estudar as práticas de feitiçaria exercidas pelo grupo étnico ajáua⁴⁸⁵⁷, durante período colonial (1894 a 1930). Pretendemos verificar a relação entre feitiçaria com os conflitos sociais, principalmente com as disputas pelo poder dentro da hierarquia familiar e estrutura de parentesco local. Para isso faremos a leitura de um processo criminal extraído do Arquivo Histórico de Moçambique⁴⁸⁵⁸. Nesse processo os acusados assassinaram o próprio tio alegando tê-lo feito por que este era um feiticeiro. Como veremos o discurso de feitiçaria dialoga com o discurso de poder, onde os indivíduos buscam uma “capacidade extraordinária” de manipular e transcender o “mundo visível” com o objetivo de obter influência e prestígio.

Palavras-chave: Moçambique, Colonialismo, Feitiçaria e Relações de Parentesco.

Introdução

Nosso trabalho surgiu da leitura de um crime extraído de um processo que se encontra no Arquivo Histórico de Moçambique. Neste processo um homem chamado Chipungo é assassinado por um grupo de indivíduos, alguns deles, seus próprios parentes. Nos depoimentos vemos que estes homens alegam que Chipungo seria um feiticeiro, e que de alguma forma teria os prejudicado, portanto fizeram justiça matando-o⁴⁸⁵⁹. Este crime nos chama muito atenção, pois estão envolvidos sobrinhos e outros parentes da vítima. Em uma

⁴⁸⁵⁶ Universidade Federal de Juiz de Fora.

⁴⁸⁵⁷ Os ajáuas são um grande grupo étnico que se dividiu em “clãs” espalhando-se por toda região norte de Moçambique, ao longo das margens do lago Niassa, chegando a regiões da atual Tanzânia e Malawi onde são conhecidos como povo Yao. Originalmente os ajáuas eram comerciantes de escravos e marfim, abasteciam os mercados de Quelimane e também comercializavam nas margens do oceano Índico. MEDEIROS, Eduardo da Conceição. **História de Cabo Delgado e do Niassa. (C. 1836 – 1929)**. Maputo. Patrocinado pela Cooperação Suíça. 1997. p. 81 a 86.

⁴⁸⁵⁸ AHM – Concelho de Cabo Delgado no Ibo. Juízo de Direito da Comarca. cx. 81, Ano: 1927. Auto-crime, n.º 573 (acusados: Amone, Adine, Catumba, Audaba e Mariro).

⁴⁸⁵⁹ Ibid. p. 6673 a 6675.

sociedade matrilinear⁴⁸⁶⁰ como a dos ajáuas, o tio possui uma relevância especial dentro da hierarquia familiar. Desta forma percebemos que feitiçaria e parentesco estão intimamente relacionados. Percebemos também que o discurso de feitiçaria está entrelaçado com questões que envolvem relações conflituosas entre os indivíduos. A feitiçaria entre os ajáuas se constitui então como um “pano de fundo”, por onde as tensões e conflitos familiares emergem e buscam soluções. Pretendemos através deste trabalho, analisar como se dão as relações entre feitiçaria e parentesco e, como essa se constitui como linguagem de poder, que faz transparecer rivalidades e conflitos dentro da hierarquia familiar.

Primeiramente cabe ressaltar que esse processo foi confeccionado pela administração colonial portuguesa e é datado entre 1927 a 1930. O crime ocorrera na povoação de Mitumbe na província de Cabo Delgado, região norte de Moçambique. A administração colonial portuguesa se pautava na exploração dos recursos naturais e do trabalho compulsório, para isso a violência e a coerção eram indispensáveis, criando um ambiente de tensão e hostilidade. Para além da violência colonial havia também entre os ajáuas a crença em um mundo sobrenatural, onde feiticeiros chamados de *asawi* (*msawi* no plural) “devoram” suas vítimas através da feitiçaria, sugando-lhes sua energia vital causando-lhes doenças ou até mesmo a morte⁴⁸⁶¹. Temos então um ambiente hostil e turbulento onde as pessoas podem utilizar a feitiçaria como uma linguagem de poder buscando estabilidade e segurança por meio dela.

A temática da feitiçaria em África sempre despertou interesse da antropologia, ciências sociais e história, pois está intrinsicamente ligada ao funcionamento das sociedades. Autores como Evans-Pritchard⁴⁸⁶² ganharam muito destaque. Em sua obra, o autor diz que a bruxaria⁴⁸⁶³ está presente em todos os aspectos da vida zande⁴⁸⁶⁴, nas relações sociais e no cotidiano. O autor também propõe demonstrar que as crenças nativas em bruxaria para um zande é um sistema racional e possui uma lógica coerente tal como a ciência é para nós. Evans-Pritchard também enfatiza a questão de que a bruxaria é uma qualidade física, orgânica e hereditária. Assim sendo, o bruxo já nasce com o dom de “embruxar” outras pessoas, bastando que para isso sentimentos como a inveja ou a raiva atuem como “gatilho”. Ele descreve que para o zande a bruxaria é um ato psíquico e o dom de “embruxar” reside em um órgão físico específico dentro do corpo do bruxo⁴⁸⁶⁵. Manoel Gomes da Gama Amaral⁴⁸⁶⁶ verifica crença semelhante entre os ajáuas, ele descreve o feiticeiro como aqueles indivíduos que possuem um poder latente, uma faculdade psíquica que através da concentração poderia provocar todos os tipos de malefícios a outra pessoa, desde doenças ou até mesmo a morte. O feiticeiro pode até ignorar seu poder, ou até mesmo nem ter conhecimento sobre ele. Mesmo assim, estes poderes atuam de forma inconsciente,

⁴⁸⁶⁰ Matrilinear porque a linhagem é determinada pela família da mãe, não pela do pai, como ocorre nas sociedades ocidentais.

⁴⁸⁶¹ AMARAL, Manoel Gomes da Gama. **O Povo Yao (*Mtundu Wayao*)** (Subsídios para o estudo de um povo do nordeste de Moçambique). Centro de Documentação e Informação do IICT. Lisboa. 1967. p.395.

⁴⁸⁶² EVANS-PRITCHARD. **Bruçaria, Oráculos e Magia entre os Azande**. Rio de Janeiro, RJ. Editora Zahar. 2010.

⁴⁸⁶³ O autor faz uma distinção entre bruxaria e feitiçaria, sendo a primeira uma capacidade latente do indivíduo e a segunda uma manipulação de objetos e outros elementos rituais com a finalidade de obter os resultados desejados. Em nosso trabalho utilizaremos o termo “feitiçaria” como capacidade orgânica do indivíduo, se aproximando do conceito de “bruxaria” para Evans-Pritchard. Optamos por assim fazê-lo para facilitar o entendimento, o mais correto seria utilizar o termo local *asawi*.

⁴⁸⁶⁴ Grupo étnico estudado por Evans-Pritchard, residem na região dos atuais estados da República do Sudão, Zaire e República Centro Africana.

⁴⁸⁶⁵ EVANS-PRITCHARD. op. cit. p. 33 a 40.

⁴⁸⁶⁶ AMARAL, Manoel Gomes da Gama. **O Povo Yao (*Mtundu Wayao*)** (Subsídios para o estudo de um povo do nordeste de Moçambique). Centro de Documentação e Informação do IICT. Lisboa. 1967.

bastando que para isso algum sentimento como rancor, inveja ou inimizade desencadeie o feitiço⁴⁸⁶⁷.

Peter Geschiere⁴⁸⁶⁸ explora o tema, em sua obra “Feitiçaria e Modernidade nos Camarões”, se diferenciando das abordagens anteriores, pois, não a considera como “retorno da tradição”, mas parte da análise dos atores contemporâneos⁴⁸⁶⁹. O autor analisa de que forma o discurso da feitiçaria atua em uma sociedade em transformação, cada vez mais industrializada capitalista e globalizada. Desta forma o seu campo de estudo não são mais as aldeias, e sim, o espaço urbano. Ele classifica a feitiçaria como um comportamento antissocial, pois ela vai contra os valores de coletividade e laços familiares, um feiteceiro é aquele que “vende” seus parentes em troca de benefícios para si, de forma egoísta. Tomaremos essa afirmação de Geschiere como base para analisar o assassinato de Chipungo, que por supostamente ser um feiteceiro possui um comportamento repreensível dentro da comunidade.

Harry G. West⁴⁸⁷⁰ desenvolve um importante trabalho no planalto de Mueda região norte de Moçambique. Ele vê a feitiçaria como linguagem de poder, desenvolve uma etnografia preocupada em situações sociais. Diz-nos que o mundo da feitiçaria:

É como um gênero discursivo, uma esfera de linguagem em que a língua é utilizada como sistema de aparente estabilidade, suporte dos esquemas interpretativos daqueles que procuram o sentido de circunstâncias marcadas por assimetrias de poder e desigualdades no acesso a meios de subsistência⁴⁸⁷¹.

O feiteceiro através de práticas “mágicas” acessaria um “mundo invisível” onde através da feitiçaria poderia obter privilégios para si ou fazer algum malefício a alguém⁴⁸⁷². Devemos salientar que cada autor citado trabalha com uma diferente etnia e não é nossa intenção tratar feitiçaria como uma realidade homogênea em toda África, porém alguns pontos abordados por eles se encontram com as crenças ajáuas e, serão importantes para o entendimento de nossa pesquisa. Tentaremos enxergar como essa linguagem de poder, atua no seio da estrutura familiar ajáua, principalmente em um contexto de disputas e conflitos.

Atualmente no Brasil temos uma escassez de trabalhos voltados ao estudo do continente africano, muito se deve a dificuldade de se acessar fontes que se encontram em arquivos fora do país. Infelizmente, ainda temos também, a falta de interesse e incentivo de pesquisar África, pelo preconceito de se acreditar que o continente não possui história que seja relevante. Além disso, destacamos que o grupo étnico ajáua ainda é pouco estudado no Brasil. A oportunidade de ler e conhecer a história de Chipungo nos permitirá compreender as concepções sobre feitiçaria que permeavam as relações sociais dos ajáuas. A partir da documentação processual é possível extrair da narrativa dos réus e testemunhas, informações sobre as crenças e práticas espirituais dos envolvidos, sua relação com a vida cotidiana, redes de sociabilidade, conflitos e desavenças. Compreender o que os próprios envolvidos entendem por feitiçaria e como organizam seus discursos embasados por ela. Pretendemos dar protagonismo ao africano, que mesmo através de recursos do próprio colonizador (o processo criminal), é capaz de construir sua própria história.

⁴⁸⁶⁷Ibid. p. 395.

⁴⁸⁶⁸GESCHIERE, Peter. Feitiçaria e Modernidade nos Camarões, Alguns Pensamentos sobre uma Estranha Cumplicidade. **Afro – Ásia**. 2006.

⁴⁸⁶⁹ Ibid. p. 9 a 15.

⁴⁸⁷⁰ WEST, Harry G. **Kupilikula, o poder e o invisível em Mueda Moçambique**. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. 2009

⁴⁸⁷¹Ibid. p. 41-42.

⁴⁸⁷²Ibid. p. 85 a 96.

Metodologia

Estamos fazendo a leitura de um único processo criminal, um caso em específico, acreditamos que com ele, conseguimos chegar a questões mais amplas. Através da metodologia da micro história podemos tentar trabalhar com a redução da escala de observação, focando no caso do assassinato de Chipungo e buscando soluções para indagações mais amplas que perpassam as crenças e sistemas simbólicos dos ajáuas. Ginzburg nos ajuda a compreender como devemos analisar os processos criminais. Ele compara os processos inquisitoriais (em nosso caso, processo criminal) com um caderno que um antropólogo deixou do passado, através deles o historiador poderá ter acesso às concepções culturais daquele povo do qual se foi registrado⁴⁸⁷³. O documento parte dos relatos orais dos depoentes que são transcritos pelo escrivão. Como a sociedade ajáua era ágrafa, ou seja, não registrava sua história ou cultura de forma escrita, os processos analisados são uma rica fonte onde poderemos interpretar a cultura e concepções religiosas dos ajáuas através de sua própria linguagem, presente nos depoimentos. Como trabalhamos com processo criminal onde múltiplos agentes estão envolvidos, (temos os acusados, testemunhas, juiz, escrivão e até mesmo intérpretes) devemos estar atentos para as múltiplas vozes e múltiplos interesses e mediações que estarão implícitos nos depoimentos. Para isso utilizaremos a concepção de fontes dialógicas de José Costa D'Assunção Barros que consiste em:

Fontes dialógicas por excelência, entre várias outras, são processos criminais e processos inquisitoriais- que envolvem depoimentos de réus, testemunhas e acusadores, mas também a figura destes mediadores que são os delegados de polícia e os inquisidores, e também os advogados para o caso dos processos jurídicos modernos. Também são fontes, além de dialógicas, intensivas, - fontes que permitem aprender e dar a perceber muitos detalhes, particularmente os que passaram despercebidos ou aos quais em outra situação não se dá importância (...). Entendemos como fontes dialógicas aquelas que envolvem, ou circunscrevem dentro de si, vozes sociais diversas. O dialogismo das fontes é ao mesmo tempo um limite e uma riqueza: o historiador deve aprender a lidar com isso⁴⁸⁷⁴.

Segundo esse autor é necessário estar atento ao lugar de fala de cada agente, ter “crivos” para que possamos em fim chegar à voz dos ajáuas em questão. Para o autor processos criminais são excelentes fontes por que:

A leitura de processos como estes pode ir aos poucos descortinando os ambientes de sociabilidade, e ir revelando não apenas a vida concreta e cotidiana – com seus modos de alimentação, indumentária, cultura material, hábitos e fórmulas de comunicação – mas também a vida imaginária e as formas de sensibilidade: os medos, crenças, esperanças, invejas, desalentos e desesperos⁴⁸⁷⁵.

É importante perceber como as pessoas estruturam seus discursos, e para o nosso trabalho, como a feitiçaria está presente nesse discurso, possibilitando o entendimento da cultura e dos costumes dos ajáuas. O processo estudado se revela como fonte preciosa para o estudo da vida familiar, da violência e da vingança em diferentes meios sociais, das atitudes relativas às práticas de feitiçaria, e de outras normas sociais e culturais como a estrutura e hierarquia familiar.

⁴⁸⁷³ GINZBURG, Carlo. O Inquisidor como Antropólogo. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 1, n. 2, set. 1990/fev. 1991. p. 1 e 2.

⁴⁸⁷⁴ BARROS, José Costa D'Assunção. O Tratamento Historiográfico de Fontes Dialógicas. **Revista Expedições: Teoria e Historiografia**, ano Três, N.4, julho 2012. p. 10.

⁴⁸⁷⁵ *Ibid.* p. 11.

Feitiçaria em África

Quando tratamos de qualquer tema em África, religião ou feitiçaria, por exemplo, devemos estar livres de quaisquer concepções pré-concebidas. Devemos considerar que estes termos são em geral insuficientes para lidar com a complexidade a qual designam. Sobre isso Peter Geschiere afirma:

os termos, *feitiçaria* e *modernidade*, são altamente problemáticos, ainda que por distintas razões. *Feitiçaria* (assim como *bruxaria*, *magia*, é uma tradução precária — especialmente em virtude das implicações pejorativas desta noção ocidental — de termos africanos que em geral têm sentidos muito mais amplos e poderiam, portanto, ser mais bem traduzidos por expressões mais neutras tais como força oculta ou mesmo tipo especial de energia⁴⁸⁷⁶.

Sabemos que é um desafio traduzir e explicar linguagens e realidades africanas para estrangeiros inseridos em culturas totalmente diferentes e alheias a essas mesmas realidades. No processo criminal analisado percebemos que os envolvidos creem na influência maléfica de um “mundo sobrenatural” onde a feitiçaria é uma ameaça real. Para além de julgamentos, devemos tentar nos colocar do ponto de vista destes indivíduos.

Feitiçaria doença e morte

A feitiçaria de forma generalizada em todo continente africano, está diretamente relacionada à questão do infortúnio. Doenças, mortes, pragas em plantações, e outros fenômenos são frequentemente associados à ação maléfica de feiticeiros. O feiticeiro, segundo a crença local, age de forma oculta, geralmente à noite. Ele ataca suas vítimas drenando-lhes sua força, sua vitalidade, como se fosse um “vampiro psíquico”. Lentamente, durante vários dias o feiticeiro “devora” sua vítima e acaba provocando doenças, cansaço e fraqueza, até mesmo sua morte. Tudo isso é praticado em um mundo invisível, inacessível para pessoas comuns. Vemos no depoimento de Manze terceira testemunha que esta crença no feitiço serviu como justificativa para o assassinato, uma menina, sobrinha de Amone (um dos assassinos), havia falecido, sua morte logo foi relacionada à feitiçaria:

E que perguntado ela quem era que tinham morto eles disseram que tinham morto Chipungo porque era feiticeiro e que tinha feito feitiço para matar uma criança que tinha morrido em dezembro ultimo em virtude do mesmo feitiço, tendo lhe o Catumba ou Messaco dito que o pai dele Audaba e tio de Chipungo é que tinham dado ordem para matar Chipungo por ter feito feitiço a criança⁴⁸⁷⁷.

A morte dessa menina foi atribuída a ação de um feiticeiro. Para o ajáua, o mundo físico é diretamente influenciado por um “mundo espiritual invisível”.

Feitiçaria, Adivinhação, e Controle Social

Ao se analisar o processo de Chipungo, vemos que a morte de uma criança levanta a hipótese de que algum feiticeiro estaria atuando na povoação:

Perguntado o que sabe sobre a morte de uma criança na sua povoação de Christine morte atribuída a feitiço, disse que a mãe da criança que morreu é irmã dele arguido, e que ele

⁴⁸⁷⁶ GESCHIERE, Peter, Feitiçaria e Modernidade nos Camarões, Alguns Pensamentos sobre uma Estranha Cumplicidade, *Afro - Ásia* 2006. p. 10.

⁴⁸⁷⁷ AHM – Concelho de Cabo Delgado no Ibo. Juízo de Direito da Comarca. cx. 81, Ano: 1927. Auto-crime, n.º 573 (acusados: Amone, Adine, Catumba, Audaba e Mariro). p. 6682 e 6683.

julgando que a criança tinha morrido por feitiço fora procurar um homem que faz adivinhas⁴⁸⁷⁸.

Amone associa a morte da menina a um ato de feitiçaria. Ele decide consultar um adivinho que através de um oráculo, acusa Chipungo de ter sido o responsável pelo suposto feitiço. Amone possuía uma antiga rivalidade com seu tio, Chipungo, e por isso mesmo pensou que talvez fosse ele o feitiçeiro. Lembrando que o feitiço é um ato psíquico, que é desencadeado por sentimentos como raiva e rancor. Percebemos que para além do feitiço, estão envolvidas outras questões, como rivalidades familiares, disputas e desejo de vingança. Tudo isso coerentemente ordenado em torno da crença dos ajáuas sobre feitiçaria. Podemos dizer que estas crenças constituem um “pano de fundo” que fomentam um discurso de disputas, rivalidades e busca por poder.

Evans-Pritchard descreve a tríade bruxaria-oráculo-magia como etapas correntes em um caso como este. Quando surgia algum evento trágico como uma doença ou morte, logo este era associado à feitiçaria. A primeira medida a ser tomada seria a consulta oracular, através do qual revelaria o nome do feitiçeiro. Após a identificação do feitiçeiro a vítima tomava as precauções devidas trabalhando nos contrafeitiços ou acionando os mecanismos sociais disponíveis⁴⁸⁷⁹. Amaral menciona que no passado o feitiçeiro podia ser linchado ou expulso da comunidade, já atualmente, apenas são “convidados” a retirar o feitiço e pagar multas⁴⁸⁸⁰.

Paulo Granjo⁴⁸⁸¹ dissertando sobre a feitiçaria e controle social afirma que o processo de acusação e julgamento em casos de feitiçaria não tem que conduzir necessariamente a uma punição e à marginalização do indivíduo considerado feitiçeiro. O sistema pelo contrário, viabiliza e facilita a sua reintegração social⁴⁸⁸². Evita-se assim que as diferenças e acusações sejam resolvidas de forma violenta. Os ressentimentos acabariam ali. Mas, apenas retirar publicamente o suposto feitiço, não seria uma garantia de que o feitiçeiro não continuasse atacando. Caso a vítima continuasse doente, outros tipos de providências poderiam ser tomadas. E em alguns casos de forma mais extrema como o ocorrido no caso de Chipungo, que fora assassinado por ser acusado de feitiçeiro.

Dentro desta concepção de justiça, os oráculos encontram-se como “juízes” totalmente confiáveis, sendo recorridos para aconselhamento em diversos aspectos da vida. Para os ajáuas o oráculo é um veículo de justiça totalmente confiável e satisfatório. A testemunha Cuenga faz um interessante relato ao sugerir que pessoas fossem consultar Chipungo, o que fora morto, já que ele “fazia adivinhas”:

Perguntado acerca do crime de que se tratam estes autos disse: Que estando na povoação de Chirstine Do chefe Bobssiê No Nyassiland viu uma criança morrer e os arguidos Audaba e Chipungo, que fugiu, e bem assim o Mariro, disseram a ele, testemunha que tinha sido feitiço, e que iam fazer adivinhas para saber quem tinha feito o feitiço, convidando-o também, ao que ele, testemunha, dizendo-lhes que se quisessem fazer adivinhas que fossem ao Chipungo, a vitima, que era homem grande e serviria melhor para adivinhas, ao que Audaba respondeu que não

⁴⁸⁷⁸ AHM – Concelho de Cabo Delgado no Ibo. Juízo de Direito da Comarca. cx. 81, Ano: 1927, Auto-crime, n.º 573 (acusados: Amone, Adine, Catumba, Audaba e Mariro). P. 6708.

⁴⁸⁷⁹EVANS-PRITCHARD. **Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande**. Rio de Janeiro, RJ. Editora Zahar. 2010. p. 62 a 68.

⁴⁸⁸⁰AMARAL, Manoel Gomes da Gama. **O Povo Yao (Mtundu Wayao)** (Subsídios para o estudo de um povo do nordeste de Moçambique). Centro de Documentação e Informação do IICT. Lisboa. 1967. p. 395.

⁴⁸⁸¹GRANJO, Paulo. **Pluralismo jurídico e Direitos Humanos: os julgamentos de feitiçaria em Moçambique**. 2011.

⁴⁸⁸²ibid. p. 174.

queria nada com o dito Chipungo por que estavam inimigos⁴⁸⁸³.

Podemos supor devido ao depoimento acima citado, que Chipungo talvez fosse um feiticeiro reconhecido pela comunidade, já que os adivinhos muitas vezes são feiticeiros também. A morte pela suposta feitiçaria é considerada um crime terrível, pois se tratam da extinção de um membro ativo e importante para a família, grupo e comunidade. A morte em geral vai provocar o desejo de vingança, a consulta oracular e toda uma série de ritos de feitiço e contra feitiço para aqueles que supostamente começaram a “agressão”.

Para além da Feitiçaria

No processo estudado, vemos que a vítima, Chipungo, possuía uma inimidade antiga com um de seus sobrinhos chamado Amone. Isto porque ele havia assassinado sua esposa (alguns anos antes do homicídio de Chipungo) devido a uma suposta traição. Chipungo quis entrega-lo a justiça local para que fosse julgado. Amone decide fugir de sua povoação e vai residir para além das fronteiras de Moçambique, em uma aldeia no Niassyland (atual Malawi) com toda sua família⁴⁸⁸⁴.

O assassinato de Chipungo foi encomendado por seu próprio irmão Audaba, e também por outro irmão de mesmo nome, Chipungo. O crime fora executado por Amone, Catumba (sobrinhos da vítima e filhos de Audaba), Adine (sobrinho de Audaba e da vítima, filho de outro Chipungo que morrera há muito tempo) e Mariro⁴⁸⁸⁵. Amaral menciona que é mais comum que os feiticeiros ajúas exerçam seus poderes entre pessoas da própria família, ou do ambiente social de maior proximidade, como a vizinhança. O feiticeiro através do medo e constantes ameaças mantêm seus familiares em estado de constante terror, com isso acabam obtendo favores e benefícios⁴⁸⁸⁶. Chipungo pode ter sido assassinado porque sendo considerado feiticeiro, representava um perigo para seus familiares.

Analisando o processo de Chipungo, podemos também nos perguntar se o crime não fora motivado por uma possível cobiça de Amone em relação à posição do tio na hierarquia familiar. Paulo Granjo afirma que:

No entanto, uma acusação de que alguém praticou ou encomendou feitiços não se limita a procurar explicar os infortúnios, a integrar na normalidade aquilo que é considerado anormal. Acusar alguém de feitiçaria (ou a própria ameaça latente de que tal possa vir a ser feito) constitui também um potente instrumento de controlo social, quando não da prossecução de estratégias económicas e políticas⁴⁸⁸⁷.

De forma geral quando falamos em feitiçaria para os povos africanos ela se relaciona diretamente com a “cobiça”. Partindo desta lógica, percebemos como a feitiçaria esta relacionada com o desejo e a disputa pelo poder. Como a coletividade é superestimada (a comunidade, a linhagem, a família acima do indivíduo), aquele que acumula para si riquezas e poder é visto como “avarento” e associado ao mundo dos feiticeiros, ou seja, ele representa o “lado inverso da coletividade” da “solidariedade”. Ele é a expressão do individualismo, a

⁴⁸⁸³ AHM – Concelho de Cabo Delgado no Ibo. Juízo de Direito da Comarca. cx. 81, Ano: 1927, Auto-crime, n.º 573 (acusados: Amone, Adine, Catumba, Audaba e Mariro). p. 6687 á 6691.

⁴⁸⁸⁴ Ibid. p. 6675 e 6676.

⁴⁸⁸⁵ AHM – Concelho de Cabo Delgado no Ibo. Juízo de Direito da Comarca. cx. 81, Ano: 1927, Auto-crime, n.º 573 (acusados: Amone, Adine, Catumba, Audaba e Mariro). p. 6660 a 6662.

⁴⁸⁸⁶ AMARAL, Manoel Gomes da Gama. **O Povo Yao (Mtundu Wayao)** (Subsídios para o estudo de um povo do nordeste de Moçambique). Centro de Documentação e Informação do IICT. Lisboa. 1967. p. 395.

⁴⁸⁸⁷ GRANJO, Paulo. **Pluralismo jurídico e Direitos Humanos: os julgamentos de feitiçaria em Moçambique**. 2011. p. 169 e 170.

“perversão” das relações de parentesco, assentadas na ajuda e obrigações mútuas, tanto na dimensão comunitária quanto no universo familiar.

West vê a feitiçaria como “linguagem de poder”. Poder porque se trata de disputas e conflitos entre pessoas, através dela as pessoas expressam seu desejo por prosperidade, pela abundância e sucesso, e também seus medos em obtê-los⁴⁸⁸⁸.

A Organização "Familiar" Ajáua, Relações de Parentesco e Matrilinealidade

A organização familiar ajáua possui características singulares que a diferencia dos moldes ocidentais. As relações entre seus membros seguem outros referenciais culturais e sociais. Temas como família e parentesco em África são questões complexas, pois envolvem uma variabilidade de relações sociais e laços entre seus integrantes que podem ir além ou não da consanguinidade. Para os antropólogos e para nós, historiadores, tratar de família e relações de parentesco, significa tratar de comportamentos sociais e não de fatos biológicos como consanguinidade. As relações sociais que se dão no seio de uma família, ou os laços afetivos entre seus integrantes podem ser mais fortes e ter maior importância do que os de sangue. Claude Meillassoux atribui esse fato a concepção de uma família extensa que integra também o tio, sobrinhos, genros, cunhados, e que é muito apropriada para os estudos em África e da qual partilhamos em nossa pesquisa⁴⁸⁸⁹.

Amaral descreve a sociedade Ajáua como matrilinear, uxorilocal e poligâmica. Matrilinear porque a linhagem é determinada pela família da mãe, não pela do pai, como ocorre nas sociedades ocidentais⁴⁸⁹⁰. Uxorilocal, pois após se casar o homem se mudará para a casa de sua sogra. Poligâmica porque um homem ajáua pode realizar vários casamentos desde que consiga cumprir com suas obrigações produtivas. Segundo ele, uma família é formada pelo irmão mais velho de várias irmãs, seus descendentes e futuros agregados (maridos e etc.)⁴⁸⁹¹.

No processo criminal, a vítima (Chipungo) e os arguidos (Amane e também Catumba) seriam tio e sobrinhos. Temos também Audaba e outro Chipungo, que seriam irmãos da vítima. Infelizmente apenas com base nesses autos não poderemos saber ao certo qual o grau de parentesco real desses envolvidos, já que dentro da cultura ajáua os termos “tio” e “sobrinho” podem ser mais abrangentes do que o considerado pela administração portuguesa que recolheu os dados.

O Papel do Tio, uma Posição de Poder

Um homem adulto, irmão mais velho de outras mulheres, que seja considerado capaz de sustentar e protegê-las, está apto para formar uma família. Ele se afastará e construirá uma palhota (residência) para si e para suas irmãs. Tendo feito isso, este homem assumirá para si o título de *asyene mbumba* que implica na responsabilidade de guardião e protetor de sua família⁴⁸⁹². Ele terá autoridade nas disputas domésticas e é responsável por encontrar noivos promissores para suas irmãs.

⁴⁸⁸⁸ WEST, Harry G. **Kupilikula, o poder e o invisível em Mueda Moçambique**. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. 2009. p.79 a 84.

⁴⁸⁸⁹MEILLASSOUX, Claude. **Antropologia da Escravidão**. O Ventre de Ferro e Dinheiro. Rio de Janeiro, RJ. Jorge Zahar editora. 1995. p. 8.

⁴⁸⁹⁰ “Quando a filiação é reconhecida matrilinearmente, o *ego* segue a linha de ascendência – descendência exclusivamente através de mulheres: quando se passa de uma geração para a seguinte, apenas as mulheres transmitem a condição de membro do grupo de parentesco (linguagem ou clã)”. BATALHA, Luís. **Breve Análise Sobre o Parentesco como Forma de Organização Social**. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto de Ciências Sociais e Políticas. Lisboa. 1995. p. 5.

⁴⁸⁹¹AMARAL, Manoel Gomes da Gama. **O Povo Yao (Mtundu Wayao)** (Subsídios para o estudo de um povo do nordeste de Moçambique). Centro de Documentação e Informação do IICT. Lisboa. 1967. p. 163.

⁴⁸⁹²AMARAL, Manoel Gomes da Gama. **O Povo Yao (Mtundu Wayao)** (Subsídios para o estudo de um povo do nordeste de Moçambique). Centro de Documentação e Informação do IICT. Lisboa. 1967. p. 164.

Em uma cultura matrilinear como a ajáua, um homem, o tio materno, terá uma posição privilegiada e invejada, e de fato é ele quem decide com quem suas irmãs irão se casar⁴⁸⁹³. Acreditamos que, no processo criminal analisado, Chipungo (o homem assassinado) sendo tio de Amone e Catumba possuiria um papel importante dentro de sua família. Não podemos saber se Chipungo era tio materno de Amone, e assim o *asyene mbumba*. Mesmo assim, sendo ele “tio” (materno ou paterno), já implica possuir uma posição prestigiada, podendo ter sido assassinado por cobiça. Trata-se então de uma disputa pelo poder.

O Assassinato de Chipungo e as Disputas pelo Poder

Sabendo que Amone e Catumba seriam sobrinhos de Chipungo e Audaba seu irmão, podemos pensar que exista alguma disputa familiar envolvida neste caso. Ao assassinar o tio, Amone poderia estar tentando encobrir a morte de sua esposa em um tempo passado. Ou ainda, poderia com o crime conferir ao seu pai Audaba o papel de *aysene mbumba*, já que este é irmão de Chipungo e talvez o próximo na linha de sucessão. Neste caso, a acusação de feitiçaria serviria como uma ótima justificativa para o crime, já que a mesma era vista como ofensa grave, e em tempos mais remotos punida com a morte do feiticeiro.

Não queremos com isso, afirmar que a acusação de feitiçaria feita por Amone a seu tio Chipungo, tenha sido feita apenas com o intuito de justificar uma possível vingança contra o tio. Não estamos colocando sua crença à prova. Não nos interessa saber se Amone realmente acreditou ou não que seu próprio tio Chipungo tenha enfeitado a sua família por algum rancor ou inimizade. O que estamos tentando decifrar é como o discurso de feitiçaria permeia essas relações de conflito e disputas pelo poder.

Feitiçaria, Acusações e Rivalidades Familiares

Em toda nossa análise da fonte, apresentamos vários elementos que entrelaçam o discurso da feitiçaria com as rivalidades e conflitos familiares. A feitiçaria é sempre recorrente e permeia as ações dos indivíduos. Percebemos a feitiçaria como “linguagem” ou “discurso de poder” que atua principalmente na hierarquia familiar. O feiticeiro é assumidamente um membro poderoso e até intimidador dentro de sua família, outros indivíduos podem querer neutralizar sua influência ou prestígio eliminando-o. Podem também sentir-se lesados ou prejudicados por algum infortúnio que atribuirão ao suposto feiticeiro.

Chipungo por ser tio dos acusados tem uma importante autoridade dentro de sua família. Autoridade que poderia ter despertado a cobiça de seu irmão Audaba e sobrinhos. Independente das razões que levaram ao seu assassinato, o que nos chama atenção é o motivo: a acusação de feitiçaria. Vingança, inveja e cobiça estão sempre entrelaçadas ao mesmo discurso que envolve o feitiço. As rivalidades entre os indivíduos culminam em assassinato e este é justificado por uma acusação que apela para uma fundamentação no “sobrenatural”. Percebemos que para se justificar uma ação violenta baseada na vingança, a feitiçaria se torna um discurso legitimador. A feitiçaria segundo nossa avaliação expressa diretamente às rivalidades, tensões e conflitos entre os membros de uma família ou comunidade. O feiticeiro sempre será lembrado e temido pela capacidade de fazer o mal contra alguém, segundo seus desafetos.

O Discurso da Feitiçaria como Linguagem de Poder

Harry West vê a feitiçaria entre os macondes como “discurso de poder”, entendendo “poder” como:

De acordo com esse esquema, o poder é, por definição, a capacidade excepcional de transcender o mundo que a

⁴⁸⁹³ Ibid. p. 164.

maioria das pessoas conhece, com o objetivo de obter influência sobre ele para fins extraordinários⁴⁸⁹⁴.

Este “poder” se constitui como “excepcional”, pois não está acessível á todos, provocando a sensação de “mal estar”, incapacidade e insegurança por parte daqueles que não o possuem:

Na linguagem da feitiçaria, os habitantes do planalto refletem sobre a natureza da realidade em que estão imersos, perguntando se é possível que alguns dos seus desfrutem, de algum modo, de um acesso privilegiado a essa realidade, que lhes permite controlá-la. Interrogam-se se, e como, algumas pessoas conseguem obter e utilizar formas de poder exclusivas – ou mesmo incetectáveis – enquanto outras não conseguem.⁴⁸⁹⁵

Como vimos um feitiçeiro pode agir de forma tirânica e intimidadora para com seus familiares a fim de obter respeito e privilégios. Não sabemos se este era o caso de Chipungo, mas a possibilidade deve ser considerada. Amone e Audaba sentiam-se vulneráveis por atribuir a Chipungo uma capacidade a qual não possuíam, a de obter benefícios para si através de recursos sobrenaturais. A crença na feitiçaria acaba por dividir os indivíduos, fazendo com que aqueles que possuíssem algum tipo de sucesso ou enriquecimento fossem considerados “trapaceiros”, de conseguir o que tinham devido à ação de poderes sobrenaturais. Nas palavras de West, feitiçeiro seria aquele que:

Deste ponto de observação privilegiado, visionam o mundo diferentemente das pessoas normais e tornam as suas visões realidade, geralmente ao serviço dos seus próprios interesses egoístas e em detrimento de vizinhos e parentes. Embora o poder produza, de fato, disparidades visíveis em termos de riqueza e bem estar, segundo este esquema, os mecanismos e a dinâmica explícitos de poder permanecem ocultos das pessoas comuns, que são, por definição, relativamente destituídas de poder.⁴⁸⁹⁶

Assim como West, nós vemos a feitiçaria como um discurso de poder entre os ajáuas. Porém, como feitiçaria e parentesco possuem uma relação íntima dentro da estrutura social, pensamos que ela acaba por fomentar conflitos e rivalidades familiares. Geschiere e West entendem a feitiçaria como perversão dos valores familiares e da coletividade, isto porque o feitiçeiro é aquele que busca o poder para si de forma egoísta. Consideramos, entre outras possibilidades, que Amone assassina seu tio devido a uma busca pelo poder, justificando seu ato através do discurso de feitiçaria, acreditando ele ou não, na incidência do feitiço.

Quem detém e manipula bem o discurso da feitiçaria (seja ele feitiçeiro ou não) obtém vantagens simbólicas na busca pelo poder dentro da sociedade ajáua. Amone sabia disso quando acusou Chipungo de ser feitiçeiro, porém ele não pode prever a intervenção da administração colonial portuguesa, que diferentemente dos ajáuas não validava esse discurso. O resultado foi sua prisão e morte no cárcere.

Tentamos em nossa análise, demonstrar a feitiçaria como “linguagem de poder”. Linguagem que pode ser utilizada na validação de algum discurso, acusação, ou ainda na resolução de conflitos. Vimos também, que a feitiçaria entre os ajáuas está intimamente associada com as relações de parentesco, revelendo disputas e conflitos entre indivíduos que buscavam melhores posições dentro da hierarquia doméstica.

⁴⁸⁹⁴ WEST, Harry G. **Kupilikula, o poder e o invisível em Mueda Moçambique**. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. 2009. p. 44.

⁴⁸⁹⁵ Ibid. p. 43.

⁴⁸⁹⁶ WEST, Harry G. **Kupilikula, o poder e o invisível em Mueda Moçambique**. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. 2009. p.45.

Considerações Finais

Após examinar toda essa querela familiar, que termina de forma trágica com um assassinato, podemos perceber como a crença em um mundo sobrenatural e invisível influi no cotidiano entre os ajáuas. A crença em feiticeiros que possuem o poder de manipular o universo através do “sobrenatural” a fim de obter benefícios para si ou eliminar seus inimigos acaba por ser uma preocupação lógica dentro da sociedade ajáua. Tais indivíduos operam de forma egoísta e muitas vezes destrutiva, contra eles nada se pode fazer.

Amone e seus primos imbuídos por medo dos infortúnios causados pela feitiçaria assassinam o tio. Podiam ainda, movidos por um sentimento de vingança em relação a fatos ocorridos no passado, ter cometido o crime, utilizando uma suposta acusação de feitiçaria apenas como pretexto, já que a morte do feiticeiro era uma punição recorrente no passado pré-colonial. Devemos considerar também, uma combinação entre as três hipóteses. Em fim, a motivação real não importa, o que nos chama atenção é a relação entre feitiçaria e vingança, como o discurso do feitiço permeia os conflitos entre a família de Chipungo.

O fato do crime ter sido cometido por familiares de Chipungo, irmãos e sobrinhos, merece atenção. Luís Batalha destaca o papel do tio em sociedades matrilineares, ele afirma que: “Assim o controlo familiar é exercido pelos tios em relação aos sobrinhos, (os homens ao invés de controlarem seus próprios filhos, controlam os das irmãs)⁴⁸⁹⁷”. Ou ainda: “O núcleo de uma unidade doméstica avuncolocal é constituído pelo tio e sobrinhos. Cada homem exerce controle sobre os filhos das suas irmãs⁴⁸⁹⁸”. Amaral ainda destaca o papel especial da figura do *asyene mbumba* dentro da estrutura familiar ajáua⁴⁸⁹⁹. Portanto tudo nos leva a crer que além da feitiçaria a motivação do crime pode ter sido também um conflito familiar relacionado ao poder dentro da hierarquia familiar.

Através de nossa análise tentamos demonstrar a relação íntima entre feitiçaria e parentesco, como através dessa relação se constrói todo um discurso de poder. Quem detém esse poder, pode utilizá-lo para intimidação, através da ameaça do feitiço e do consequente infortúnio por ele provocado. Mesmo aquele que não é considerado feiticeiro, mas sabe utilizar a “linguagem da feitiçaria”, aproveita de acusações alheias para resolver suas diferenças. Talvez Chipungo não fosse feiticeiro, mas Amone soube utilizar o discurso da feitiçaria em seu benefício, acusando o tio e tendo um bom pretexto para matá-lo. A feitiçaria entre os ajáuas se constitui então como um “pano de fundo”, por onde as tensões e conflitos familiares emergem e buscam soluções.

O discurso da feitiçaria serve também como uma linguagem de poder, por onde os indivíduos se assemelham ou se diferem por possuírem ou não a capacidade de realizá-la. Nesse ambiente de vulnerabilidade e insegurança, dominar e entender esse discurso de feitiçaria se torna uma potente ferramenta pela busca do poder, estabilidade e segurança.

⁴⁸⁹⁷ BATALHA, Luís. Breve Análise Sobre o Parentesco como Forma de Organização Social. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto de Ciências Sociais e Políticas. Lisboa. 1995. p. 10.

⁴⁸⁹⁸ Ibid. p. 10.

⁴⁸⁹⁹ AMARAL, Manoel Gomes da Gama. O Povo Yao (*Mtundu Wayao*) (Subsídios para o estudo de um povo do nordeste de Moçambique). Centro de Documentação e Informação do IICT. Lisboa. 1967. p. 164.

EXISTENCIALISTAS, COM TODA RAZÃO, LÁ DA MARTINICA? DISCURSOS, EPIDERME E MÁSCARAS EM AIMÉ CÉSAIRE E FRANTZ FANON

*Elio Chaves Flores*⁴⁹⁰⁰
eliochavesflores@gmail.com

Resumo: O trabalho pretende exercitar a historiografia comparativa. Para isso, colocamos em perspectiva dois intelectuais antirracistas e seus escritos da segunda metade do século XX. Aimé Fernand David Césaire (1913-2008) e Frantz Omar Fanon (1925-1961) foram conterrâneos, nasceram na Martinica, ilha de colonização francesa no mar do Caribe. Não comparamos biografias nem influências. Perscrutamos obras e suas leituras: *Discurso sobre o colonialismo* (1950-1955); *Pele negra, máscaras brancas* (1952). Aimé Césaire e Frantz Fanon, antilhanos, diaspóricos do mar do Caribe, se tocaram, se aproximaram, se criticaram na poesia da revolta, a negritude. Césaire, o autor da expressão, não aceitou a leitura sartreana e outras derivadas sobre o “discurso da negritude”. Fanon preferiu o “discurso sobre o colonialismo”, embora a poesia matricial lhe fosse cara na emoção de traduzi-la para o contexto africano e argelino. Diríamos que, ambos, existencialistas, pensaram a história do tempo presente com suas experiências racializadas. Césaire, mais poético, não despreza a historicidade, mesmo admitida como racial. Fanon, se recusa a ser “escravo” da história, zela pela temporalidade, para ele sempre aberta, interrogativa. Revolucionários e marxistas? Sim e não. Sim, porque a rigor, se tornaram intelectuais antirracistas na luta contra o racismo e o colonialismo. Não, porque não rezavam pela dialética das determinações econômicas. Podemos dizer que renovaram o marxismo, deram pinceladas de negritude a uma matriz de pensamento, pretensamente universal, mas na prática racialmente branco. Por isso, problematizamos suas obras como clássicos do pensamento negro contemporâneo.

Palavras Chave: Teoria Social. Historiografia Comparada. Mundo Atlântico.

Aimé Fernand David Césaire (1913-2008) e Frantz Omar Fanon (1925-1961) foram conterrâneos, nasceram na Martinica, uma ilha de colonização francesa no mar do Caribe. Ainda hoje é um departamento insular francês. Para uma geração de brasileiros que viveu o contexto da Guerra Fria, a expressão “Martinica” é musicalmente lembrada por uma marchinha carnavalesca muito popular, tocada nos salões e rádios, “Chiquita Bacana” (1949), de autoria de Braguinha/Alberto Ribeiro. A representação carnavalesca e tropicalizada soava nos nossos ouvidos completamente ignorantes do Caribe francês: “Chiquita Bacana lá da Martinica/ Se veste com uma/ Casca de banana nanica”. Esse rápido refrão, para quem assimilou alguma noção básica de história dos manuais escolares, implicava lembrar alguma “República de Bananas” na América Central e no Caribe. Depois desse refrão eletrizante seguia-se música numa única estrofe: “Não usa vestido, não usa calção/ Inverno pra ela é pleno verão/ Existencialista (com toda razão!)/ Só faz o que manda o seu coração”. Carnaval, verão, existência, assim não haveria racismo nessas Américas e Caribes. Para o pesquisador que estuda as narrativas de Aimé Césaire e Frantz Fanon chama a atenção a ideia de que a “Chiquita Bacana lá da Martinica”, imagem tropical, seria “existencialista, com toda razão”. Essa incrível referência remete a Jean-Paul Sartre, esse sim existencialista e “amigo dos africanos”. Sartre prefaciou livros de poetas africanos e afro-caribenhos.⁴⁹⁰¹

⁴⁹⁰⁰ Universidade Federal da Paraíba

⁴⁹⁰¹ Leopold Sedar Senghor organizou a **Anthologie de la nouvelle poésie nègre et malgache de langue française**, convidando Jean-Paul Sartre para prefaciá-la, cuja primeira edição foi publicada no ano de 1948, em Paris. O prefácio de Sartre recebeu o título de “Orphée Noir” e logo se tornou um texto clássico sobre a negritude, com publicações autônomas em relação à Antologia. Ver SARTRE, Jean-Paul. Orphée Noir. In: SENGHOR, Leopold Sedar. **Anthologie de la nouvelle poésie nègre et malgache de langue française**. 7.ª ed. Paris: PUF, 2005, p. IX-XLIV. No Brasil, foi publicado apenas o

Aimé Césaire e Frantz Fanon seriam existencialistas, lá da Martinica?

O primeiro publicou *Discurso sobre o colonialismo* em duas versões (1950/1955) e não descuidava de retocar e refazer a poesia matricial – cuja edição definitiva data de 1956 – que impressionara o existencialista Sartre. Lilian Pestre de Almeida chama a atenção que Aimé Césaire “escreveu, reescreveu e retomou o seu poema durante mais de vinte anos”, pois existe manuscrito poético de, pelo menos, três anos antes da primeira publicação.⁴⁹⁰² Outro fato importante é que a recepção do poema como manifesto da negritude se tornaria mais popular a partir do início da década de 1960, a “década africana”. A palavra negritude virou ideia, estética, beleza, movimento, arte, literatura, identidade, revolta, negrismo, africanidade, diáspora, enfim, teve “usos e sentidos”.⁴⁹⁰³

Nessa mesma temporalidade – o existencialista não designaria de duração? – Frantz Fanon escreveu e publicou suas obras seminais, *Pele negra, máscaras brancas* (1952) e *Os condenados da terra* (1961). Jean-Paul Sartre prefaciou esse último, um longo prefácio, datado de setembro de 1961. O que nos interessa, por enquanto, é trazer o dado comparativo circunstancial, a “verdade nua” de Sartre frente àquela imagem de Braguinha, “não usa vestido, não usa calção”, da Chiquita Bacana, lá da Martinica. Sartre abre o prefácio separando “homens” e “indígenas” denotando, talvez, uma ironia existencialista. Nas metrópoles Paris, Londres e Amsterdam uma profusão de “homens”, apenas homens, “reizinhos vendidos, senhores feudais, uma falsa burguesia”. Dos dois lados do Atlântico, os indígenas: “Nas colônias a verdade se mostrava nua; as metrópoles a preferiam vestida; era preciso que o indígena as amasse. Como mães, de certa forma. A elite europeia pôs-se a confeccionar um indigenato de elite; selecionavam-se adolescentes, marcavam-se em suas fronteiras, com ferro em brasa, os princípios da cultura ocidental, introduziam-lhes na boca mordanças sonoras, grandes palavras pastosas que colavam nos dentes; depois de uma breve permanência na metrópole, mandavam-nos de volta, falsificados”. As vestes caíram e desnudaram a modernidade atlântica, “inverno pra ela é pleno verão”, como sói acontecer na Martinica e em todos os trópicos. Fanon passa, então, para o cenário da história, pois como escreveu Sartre: “Essa idade acabou: as bocas se abriram sozinhas; as vozes amarelas e negras ainda falavam do nosso humanismo, mas era para acusar a nossa inumanidade”⁴⁹⁰⁴.

Aimé Césaire e Frantz Fanon se cruzam o tempo todo nas obras e protagonismos. A história comparativa aqui ganha a dimensão das similitudes e associações. A epígrafe com que Fanon abre o seu *Pele Negra, Máscaras Brancas* (1952) foi retirada do *Discurso sobre o Colonialismo* (1950) e evoca a mesma imagem de Sartre, as vozes amarelas e negras: “Falo de milhões de homens em quem deliberadamente inculcaram o medo, o complexo de inferioridade, o tremor, a prostração, o desespero e o servilismo”. Procuo a citação e a encontro logo, quase ao final do segundo capítulo, dentre os seis que compõem o seu ensaio que, a rigor, traduz para a “linguagem científica”, a poesia matricial do “diário de um retorno ao país natal”, a África/Martinica. Césaire me toca mais antes da epígrafe de Fanon, quando ele começa a falar pelas vozes negras e amarelas: “É a minha vez de enunciar uma equação: *colonização = coisificação*”. A equação vai sendo explicada até se chegar à epígrafe de Fanon. Vejamos:

prefácio de Sartre na sua obra **Reflexões Sobre o Racismo** (São Paulo: Difel, 1978, p. 89-125), juntamente com outro texto sartreano sobre a questão judaica. As citações correspondem a essa edição brasileira.

⁴⁹⁰² ALMEIDA, Lilian Pestre de. Posfácio. CÉSAIRE, Aimé. **Cahier D’um Retour au Pays Natal / Diário de Retorno ao País Natal**. [Edição Bilingue]. São Paulo Edusp, 2012, p. 93-153.

⁴⁹⁰³ A expressão entre aspas é de MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 1986. Ver também: MÉNIL, René. **Tracés: identité, négritude, esthétique aux Antilles**. Paris: Robert Laffont, 1981; BERND, Zilá. **A questão da negritude**. São Paulo: Brasiliense, 1984; e, mais recentemente, DOMINGUES, Petrônio José. **Movimento da Negritude: uma breve reconstrução histórica**. In: **África – Revista do Centro de Estudos Africanos**. N.º 24-25-26. USP, 2005, p. 193-210.

⁴⁹⁰⁴ SARTRE, Jean Paul. Prefácio à edição de 1961. In: FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005, p. 23-48.

Eu, eu falo de sociedades esvaziadas de si próprias, de culturas espezinhadas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, de magnificências artísticas aniquiladas, de extraordinárias *possibilidades* suprimidas.

Lançam-me à cara factos, estatísticas, quilómetros de estradas, de canais, de caminhos de ferro.

Mas eu falo de milhares de homens sacrificados no Congo-Oceano. Falo do que, no momento em que escrevo, cavam à mão o porto de Abidjan [Costa do Marfim]. Falo de milhões de homens arrancados aos seus deuses, à sua terra, aos seus hábitos, à sua vida, à dança, à sabedoria.⁴⁹⁰⁵

Esse ensaio de Césaire foi escrito e reescrito no contexto da década de 1950. Uma primeira edição teria sido um artigo para uma revista (1950), entremeadado por um outro material publicado na imprensa francesa, “O colonialismo não morreu”, a edição definitiva seria publicada cinco anos depois, na forma de um ensaio, “um discurso sobre o colonialismo” (1955). Mário Pinto de Andrade, intelectual angolano, que prefaciou o *Discurso* para a primeira edição portuguesa de 1978, conheceu Césaire na Paris de 1954 e nunca deixou de reconhecê-lo ligado à “lusofonia africana”. O testemunho de Mário de Andrade, fundador e primeiro presidente do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), não será pequeno para os estudos de recepção: “O impacto deste livro tão breve quanto incisivo provinha do fato de, na opinião dos militantes, ir direito ao essencial: ao vivido do colonizado”⁴⁹⁰⁶.

Aimé Césaire é incisivo desde o começo e se alinha a uma denúncia profética, “a Europa é indefensável”. Essa será a tese sustentada no decorrer do ensaio. “O que é grave é que a *Europa*, moralmente, espiritualmente, é indefensável”. Colonização e civilização não seria um oxímoro? Césaire se permite alargar o Atlântico negro e navega, também, por outros mares: “Pode-se matar na indochina, torturar em Madagáscar, prender na África Negra, seviciar nas Antilhas. Os colonizados sabem, a partir de agora, que têm uma vantagem sobre os colonialistas. Sabem que os seus *amos* provisórios mentem”. Nova linha, um parágrafo frásico: “Logo, que os seus amos são fracos”. O autor não considera isso uma obviedade e convida o leitor a estudar essa historicidade de “duzentos anos”. Para Césaire, seria “preciso estudar, primeiro, como a colonização se esmera em *descivilizar* o colonizador, em *embrutecê-lo*, na verdadeira acepção em degradá-lo”. Essa “educação” para o “ódio racial” apenas seria capaz de produzir uma “regressão universal”. Sim, por que, “no fim desta arrogância racial encorajada, desta jactância ostensiva, há o veneno instilado nas veias da Europa e o progresso lento, mas seguro, do *asselvajamento* do continente”⁴⁹⁰⁷.

Falemos agora do Césaire apologista. O tom é o mesmo, afinado contra a Europa da “proletarização e mistificação”, profético. Césaire é um intelectual honesto, “faço a apologia sistemática das civilizações para-europeias. (...) Eram sociedades não só pré-capitalistas, como se disse, mas também *anticapitalistas*”. Mais polémicas são as afirmações de que “nossas velhas sociedades” seriam, defende o autor, sociedades “democráticas, cooperativas e fraternais”, não seriam nem odiosas nem condenáveis porque “contentavam-se em ser” e “reservavam, intacta, a esperança”. O apologista precisa repetir, vergar a palavra: “Faço a apologia sistemática das sociedades destruídas pelo capitalismo”⁴⁹⁰⁸.

Haveria qualquer coisa de “surrealista” – devaneio e sonho – nesse argumento imaginado e onírico? Césaire, grande leitor e amigo de André Breton, não estaria “buscando o ouro do tempo”? Também não é improvável que, impregnado da poesia matricial, ele

⁴⁹⁰⁵ CÉSAIRE, Aimé. *Discurso Sobre o Colonialismo*. Lisboa: Sá da Costa, 1978, p. 25-26.

⁴⁹⁰⁶ ANDRADE, Mário Pinto de. Prefácio. In: CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o Colonialismo*. Lisboa: Sá da Costa, 1978, p. 5-11.

⁴⁹⁰⁷ CÉSAIRE, Aimé. *Discurso Sobre o Colonialismo*. Lisboa: Sá da Costa, 1978, p. 14, 17.

⁴⁹⁰⁸ CÉSAIRE, Aimé. *Discurso Sobre o Colonialismo*. Lisboa: Sá da Costa, 1978, p. 26-27.

estivesse ciente de uma “manipulação telúrica” a partir de “continentes em delírio” e “fumegantes portas”.⁴⁹⁰⁹ Entretanto, logo a seguir ele recupera a narrativa denunciante e afirma que a Europa colonizadora, na verdade, urdiu a cumplicidade viciosa com “todos os feudais indígenas” e que essa tirania dupla – os colonizadores e os dominantes dos dominados – nada mais fez do que “prolongar artificialmente a sobrevivência dos passados locais no que eles continham de mais pernicioso”. O *Discurso* está sempre refrescando a memória do leitor: “Eu disse – e é muito diferente – que a Europa colonizadora enxertou o abuso moderno na antiga injustiça, o odioso racismo na velha desigualdade”. Essa “barbárie europeia”, violência colonial, tende a explicar que “não é pela cabeça que as civilizações apodrecem. É primeiro pelo coração”. Césaire atribui um nome para isso, “velhacaria burguesa”. Ao nomear ele se distancia, como se apenas assistisse os crimes do século XX: “Oh! O racismo destes senhores não me vexa. Não me indigna. Limite-me a tomar nota. Constata-o, é tudo”. Então, é preferível “a apologia das nossas velhas civilizações negras: eram civilizações cortesões”⁴⁹¹⁰

Talvez seja importante lembrar que Césaire “discursa sobre os discursos”. Os discursos coloniais, historiográficos, sociológicos, antropológicos, psicológicos e, mesmo, literários, “os romancistas da civilização”. Na seara de Clio, Césaire apresenta, para além dos franceses, a expressão recente da historiografia africana: “Não me alargarei sobre o caso dos historiadores, nem dos historiadores da colonização, nem dos egiptólogos, sendo o dos primeiros por demais evidente e no caso dos segundos, o mecanismo da sua mistificação foi definitivamente desmontado por Chekh Anta Diop, no seu livro *Nations Nègres et Culture*”. O livro do historiador senegalês parece ter causado impacto em Césaire, pois considerou-o como “o mais audacioso que um negro escreveu até hoje e que contará, sem dúvida, no despertar da África”.⁴⁹¹¹

Até o quinto capítulo Césaire centrou o discurso nas duas invenções da burguesia revolucionária, a de “homem” e a de “humanismo”. Na verdade, “valores”, dirá o autor, que permitiram a essa mesma classe social tornar-se, em menos de duzentos anos, na violenta burguesia colonial. Mas haveria um outro, “a nação é um fenômeno burguês...”. Essas reticências querem dizer muita coisa. Essa “muita coisa” está no efusivo e vibrante sexto capítulo, o último. Primeiro, comparemos os antigos com os modernos: “A empresa colonial é, para o mundo moderno, o que o imperialismo romano foi para o mundo antigo: preparador do *Desastre* e precursor da *Catástrofe*”. Mas a modernidade é atlântica: “índios massacrados, o mundo islâmico esvaziado de si próprio, o mundo chinês maculado e desnaturado durante um bom século; o mundo negro desqualificado; vozes imensas extintas para todo o sempre; lares desfeitos”; universal mesmo seria “o vazio que a Europa criou à sua volta”. Enfim, com “a raiz da diversidade” extirpada, uma vazia deverá ser preenchida, pois não há vácuo na história: “Já não há diques. Já não há avenidas. Chegou a hora do Bárbaro. Do Bárbaro moderno. A hora americana”. Disso resulta um aviso de Césaire, entre esse aviso, o Atlântico, mais para branco do que para negro, “caros amigos da banda de cá, cuidado!” Voltar-se “para a América” e se habituar “a ver nela uma possível libertadora”, cuidado: “– Mas o racismo americano!” Haveremos, os colonizados, de correr o “grande risco

⁴⁹⁰⁹ ALMEIDA, Lilian Pestre de. Posfácio. CÉSAIRE, Aimé. **Cahier D’um Retour au Pays Natal / Diário de Retorno ao País Natal**. [Edição Bilingue]. São Paulo Edusp, 2012, p. 121.

⁴⁹¹⁰ CÉSAIRE, Aimé. **Discurso Sobre o Colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa, 1978, p. 28, 33, 35.

⁴⁹¹¹ CÉSAIRE, Aimé. **Discurso Sobre o Colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa, 1978, p. 43-44. Cheikh Anta Diop (1923-1986), foi um dos mais profícuos historiadores africanos do século XX. Pesquisou e escreveu sobre as “civilizações africanas”, a partir de uma vasta obra, quase desconhecida no Brasil: **Nations nègres et culture** (1954); **L’unité culturelle de l’Afrique noire: domaines du patriarcat et du matriarcat dans l’antiquité classique** (1959); **L’Afrique noire pré-coloniale. Étude comparée des systèmes politiques et sociaux de l’Europe et de l’Afrique noire, de l’antiquité à la formation des états modernes** (1960); **Antériorité des civilisations nègres: mythe ou vérité historique?** (1967). Cheikh Anta Diop é responsável pela primeira abordagem africanista do passado africano e de uma profunda “ruptura epistemológica” com o eurocentrismo.

yankee”? Mas é de uma imaginação profética que se trata: “Então, uma vez mais, cuidado! A americana, a única dominação de que se não escapa”⁴⁹¹². No final ressoa o “marxismo negro”, no advento da “única classe que tem ainda missão universal, porque na sua carne sofre de todos os males da História, de todos os males universais: o proletariado”. Entretanto, o que parece adventício no *Discurso*, a soterrar um valor de homem e de humanismo, é o apoteótico fim do quarto capítulo, sem o qual não se poderá entender a performance do marxismo negro de Césaire:

Porque, enfim, é preciso tomarmos o nosso partido e dizermos dum vez por todas que a burguesia está condenada, cada dia que passa, a ser mais intratável, mais abertamente feroz, mais despuorada, mais sumariamente bárbara; que uma lei implacável estabelece que toda a classe decadente se vê transformada em receptáculo onde afluem todas as águas sujas da história; que é uma lei universal que toda a classe, antes de desaparecer, deve previamente desonrar-se completamente, omnilateralmente, e que é com a cabeça enterrada no esterco que as sociedades moribundas soltam o seu canto do cisne.⁴⁹¹³

Voltemos a Frantz Fanon e ao seu “dossiê”. Como já foi mencionado, ele abre a Introdução com uma epígrafe retirada do *Discurso*, de Césaire. Logo no começo da rápida introdução Fanon classifica a sua narrativa: “Antes de abrir o dossiê, queremos dizer certas coisas”. Estarei certo em ler uma obra seminal da segunda metade do século XX como um “livro-dossiê”? Fanon não estaria “psicanalizando” o seu leitor desavisado? O substantivo dossiê não é estranho à historiografia, pois sua definição indica uma coleção de documentos que podem ser relativos a um processo ou simplesmente a um indivíduo. Se seguirmos as pistas do sumário veremos indícios de se tratar de um “dossiê de psicologia racial”, a exemplo de “o negro e a linguagem”; uma ideia mais longa em “sobre o pretenso complexo de dependência do colonizado”; ou mesmo, para o fim da narrativa, “o preto e a psicopatologia”. Dizemos de um marxismo negro nas obras de Aimé Césaire, um marxismo com cores existencialistas e, talvez, mais surrealistas. No caso de Fanon, vamos admitir a hipótese de um marxismo com cores freudianas. Assim, em seguida à expressão “dossiê” Fanon começa a dizer aquelas “certas coisas” que havia prometido:

A análise que empreendemos é psicológica. No entanto, permanece evidente que a verdadeira desalienação do negro implica uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais. Só há complexo de inferioridade após um duplo processo:

- inicialmente econômico;
- em seguida pela interiorização, ou melhor, pela epidermização dessa inferioridade.

(...)

Esta obra é um estudo clínico. Acredito que aqueles que com ela se identificarem terão dado um passo à frente. Quero sinceramente levar meu irmão negro ou branco a sacudir energicamente o lamentável uniforme tecido durante séculos de incompreensão.

A arquitetura do presente trabalho situa-se na temporalidade. Todo problema humano exige ser considerado a partir do tempo. Sendo ideal que o presente sempre sirva para construir o futuro.

E esse futuro não é cósmico, é do meu século, do meu país, da minha existência. De modo algum pretendo preparar o

⁴⁹¹² CÉSAIRE, Aimé. **Discurso Sobre o Colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa, 1978, p. 65, 67, 68.

⁴⁹¹³ CÉSAIRE, Aimé. **Discurso Sobre o Colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa, 1978, p. 51.

mundo que me sucederá. Pertencço irredutivelmente a minha época.

E é para ela que devo viver. O futuro deve ser uma construção sustentável do homem existente. Esta edificação se liga ao presente, na medida em que coloco-me como algo a ser superado.⁴⁹¹⁴

Frantz Fanon aprontou essas ideias memoráveis e dramáticas no ano de 1952 tendo já lido o *Discurso* de Césaire na primeira edição. Essa tese precisamos guardar: na modernidade capitalista a economia política é epidérmica. Fanon traz Freud para a economia política, pois foi ele quem reagiu contra a “tendência constitucionalista da psicologia” e restituiu o indivíduo à história. Mas também Fanon traz coisas lá dos *Manuscritos* do jovem Marx, pois se trata disso: “É pelo homem que a sociedade chega ao ser”. Fanon corteja os historiadores com a demonstração da arquitetura de *Pele Negra, Máscaras Brancas*: “A arquitetura do presente trabalho situa-se na temporalidade”. O “homem existente” é, para Fanon, sempre tempo e, se o seu é o tempo presente, haverá de ser superado. Fanon expõe a cultura histórica africana e diaspórica com suas urgências frente ao regime colonial e racista, “de modo algum pretendo preparar o mundo que me sucederá”. Ao se inverter o argumento de Fanon se percebe essa necessidade presentista: “E esse futuro não é cósmico, é do meu século, do meu país, da minha existência”. Esses sentidos são materialistas e foram pensados a partir das Antilhas, isto é, do lado de cá do Atlântico negro, desse “mundo negro” caribenho e antilhano.

Fanon segue dizendo que, primeiro, tratará do “preto moderno a partir de “uma tentativa de explicação psicopatológica e filosófica do *existir* do negro”. Aponta, também, a forma de fazer: “A análise é sobretudo regressiva”. Fanon declara ao leitor a importância do quinto capítulo, “A experiência vivida do negro” que na verdade seria “o preto diante de sua raça”, aos seus esforços, “desesperados”, grifa Fanon, “que luta para descobrir o sentido da identidade negra”. Antes, seria preciso rejeitar a “psicologia da colonização”, separar os desvios da linguagem, denunciar os discursos coloniais, especialmente aqueles que falam da “alma negra” que nada mais seria do que uma “construção do branco”.

Fanon associa a aventura colonial na relação “linguagem e agressividade”. Para ele, a linguagem é a arma mental mais poderosa do empreendimento colonial. A fórmula parece não fazer confusão, apenas esboça a materialidade da “estrutura econômico-psicológica” do racismo colonial: “Todo povo colonizado – isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural – toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana”⁴⁹¹⁵. Essa cultura metropolitana age de forma agressiva na mente do colonizado que teve (tem ou terá) experiência de viver na metrópole colonial: “O negro que conhece a metrópole é um semi-deus”, mais ou menos na expressão de Paul Valéry, citada uma página antes por Fanon, “o deus na carne desorientado”. O domínio de uma língua metropolitana, o francês, por exemplo, fazia dos jovens antilhanos da “burguesia nativa” sujeitos temidos, cheios de si: “Na França se diz: falar como um livro. Na Martinica: falar como um branco”. Fanon puxa de um português franco, bastante corrente na África ocidental, a expressão *palabre*. Palavrear, parlamentar é resolver pendengas pela conversa. Fanon admite que, para ele, *palabre* alude um grupo de crianças e suas conversações de “iniciação à vida”. Fanon contrasta a cultura metropolitana, “falar como um livro”, isto é, pela escrita, com as falas cotidianas africanas, vistas como inferiores nas relações coloniais: “Assim, a ideia de que o negro gosta de resolver seus problemas pela *palabre* é rapidamente associada a esta outra proposição: o negro não passa de uma criança. Aqui os psicanalistas estão em seu ambiente e o termo *oralidade* é

⁴⁹¹⁴ FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: Edufba, 2008, p. 28-29.

⁴⁹¹⁵ FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: Edufba, 2008, p. 34.

logo convocado”⁴⁹¹⁶. Portanto, Fanon procura instigar na seção “o negro e a linguagem” a ideia de que “há uma relação de sustentação” entre língua e coletividade.

Língua, coletividade e escrita. Fanon adianta o debate e se debruça sobre o que podemos chamar de “amores raciais” a partir de romances autobiográficos. Primeiro ele analisa a “mulher de cor e o branco” e, depois, o “homem de cor e a branca”. Tentar interpretar Fanon para um leitor brasileiro cujo inconsciente – não importa se mestiço, negro ou branco – está sempre tentado a acreditar na mestiçagem entre brancos, negros e índios não nos parece um desafio fácil. Encontro uma nota de rodapé muito expressiva para entender que Fanon compreende “amores raciais” na dimensão de crítica aos costumes patriarcais. Para Fanon, o “branco, sendo senhor, ou simplesmente o macho, pode se dar ao luxo de dormir com muitas mulheres. Isso acontece em todos os países e mais ainda nas colônias”. Na dinâmica da ordem colonial o “luxo de dormir com muitas mulheres” nativas produz o “fato biológico” do legado mestiço. Essa herança mestiça, segundo Fanon, pode “circunstanciar o fato” e se autodeclarar, premida pela alienação, magicamente branca. O contrário, a exceção que faz a regra existir, não deixa de também produzir o embranquecimento: “mas quando uma branca aceita um negro, esta situação adquire automaticamente um aspecto romântico. Há um dom e não um estupro”⁴⁹¹⁷.

Mas Fanon vai juntar a regra patriarcal com a dimensão econômica do fato colonial, o colonizador, além de branco, é, na mesma pele e máscara, o capitalista: “Com efeito, nas colônias, sem que haja casamento ou coabitação entre brancos e negros [deveria ser negras], o número de mestiços é extraordinário. Isso porque os brancos dormem com suas empregadas negras”. Assim, a dialética do ser (branco) e do ter (mulheres nativas) permitiria assuntar-se como “realizada a certeza subjetiva de Hegel”. Nas Antilhas americanas, do lado de cá, o sonho feminino consistia em “branquear magicamente” ou casar com o “menos negro” no contexto da ideologia da brancura colonial. Na África ocupada, “amores raciais” não saltam facilmente das literaturas senão que brotam, sugere Fanon, de alguns “fenômenos nauseabundos”. Vejamos: “quando um soldado das tropas conquistadoras dormia com uma jovem malgaxe [Madagascar], não havia de sua parte nenhum respeito pela alteridade. Os conflitos raciais não sugeriram depois, eles coexistiram. O fato de que alguns colonos brancos argelinos dormem com suas empregadinhas de quatorze anos não prova de modo algum a ausência de conflitos raciais na Argélia”. O fato é que, nos dois lados do Atlântico, os “amores raciais” impregnavam nas mentes dos colonizados e das colonizadas a expressão do racismo que Fanon vai encontrar a partir de uma analogia com Marx, a “menos-valia psicológica”.⁴⁹¹⁸

Dito isso, Fanon vai arguir que para o homem negro o desejo de ser branco só pode se realizar no amor recebido da mulher branca. Dois pressupostos fanonianos: “Sou amado como um branco. Sou um branco”. Fanon critica Hegel por ele não ter a coragem de descrever o reconhecimento do homem de cor esposando a mulher branca. Nenhuma filosofia colonial enfrentou isso: “Esposo a cultura branca, a beleza branca, a brancura branca”. Os corpos são tocados: “Nestes seios brancos que minhas mãos onipresentes acariciam, é da civilização branca, da dignidade branca que me apropriar”. Ao lembrar da anedota racial de que no ápice do ato sexual entre um homem negro e uma mulher branca, ele teria dado vivas a Victor Schoelcher – abolicionista francês – Fanon admite que é preciso “falar mais longamente” de relações raciais possíveis. Anedotas raciais não são inocentes. Para ele, “quando uma história se mantém no folclore é que, de alguma maneira, ela exprime uma região da *alma local*”⁴⁹¹⁹. No mundo histórico, os negros acusados de dormirem com mulheres brancas tinham dois destinos, ou melhor, duas mortes: eram castrados e linchados, especialmente no lado de cá do Atlântico. Mas é preciso “enfrentar o mundo” (a temporalidade histórica e o inconsciente mítico) e um dos objetivos do “dossiê fanoniano” –

⁴⁹¹⁶ FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: Edufba, 2008, p. 41.

⁴⁹¹⁷ FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: Edufba, 2008, p. 56.

⁴⁹¹⁸ FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: Edufba, 2008, p. 56-57, 65.

⁴⁹¹⁹ FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: Edufba, 2008, p. 69, 70.

a expressão é minha – era “tornar possível o encontro saudável entre o negro e o branco”, mesmo que para isso fosse necessário denunciar toda “neurose exteriorizante” de mulheres e homens negros. O mito dos “amores raciais” levou às últimas consequências a hierarquia racial, o gradiente da cor da pele vigorou na economia moral dos afetos. Frantz Fanon não deixa de alertar negras e negros para as ambiguidades atlânticas das mitografias mestiças: “É preciso que este mito sexual – a procura da carne branca – veiculado por consciências alienadas, não venha mais atrapalhar uma compreensão ativa”⁴⁹²⁰.

“Sobre o pretense complexo de dependência do colonizado” afigura-se, para o próprio Fanon, como um “debate psicanalítico”. Fanon retorna a Césaire e volta a citá-lo em epígrafe. Desta vez uma passagem do poema *Et les chiens se taisaient* (E os cães calaram-se) – que apareceu na primeira edição de *As Armas Miraculosas* (1946) e, depois, foi reescrito como teatro trágico (1958) – que narra o drama da violência colonial: “Não há no mundo um pobre coitado linchado,/ um pobre homem torturado,/ em quem eu não seja assassinado e humilhado”. Fanon segue os passos de Césaire para realizar uma crítica contumaz ao ensaio de “etno-psicoanálise” sobre a população malgaxe, do etnólogo e psicanalista francês Octave Mannoni, que viveu mais de vinte anos em Madagascar e se disse inspirado por Lacan, para “psicologizar o colonizado”.⁴⁹²¹ Césaire, como vimos, já havia desconstruído algumas ideias de Mannoni no *Discurso* ao dar “bolas para o racismo e para o colonialismo!” e glosar, “O senhor Mannoni tem melhor: a psicanálise”⁴⁹²². Frantz Fanon tenta compreender a psicanálise colonial e esforça-se para ler bem Mannoni e chega a apresentá-lo como um “pesquisador sincero” e elogia o fato de que o autor explicita o “caráter patológico do conflito”, isto é, o fato colonial. Entretanto, Fanon logo se decepciona com o autor que desenvolve a tese de que no malgaxe adulto “desde a sua infância, existe nele um gérmen de inferioridade”. A partir dessa citação, Fanon percebe que a psicanálise colonial envereda para a arte de minimizar o racismo e rejeita a bondade de Próspero, a depender de sua língua e cultura nacional, se um francês pode ser menos racista do que um inglês, um belga ou mesmo um português. Fanon exige de Mannoni que ele “explique a situação colonial”. Afirma com ênfase no registro de um itálico: “A inferiorização é o correlato nativo da superiorização europeia. Precisamos ter a coragem de dizer: *é o racista que cria o inferiorizado*”⁴⁹²³.

O que mais chama a atenção no argumento de Fanon é, justamente, o “complexo de Próspero”, uma mescla de disposições neuróticas, paternalismo colonial e racismo de gênero, isto é, a imaginária possibilidade de um negro desposar uma mulher branca. Essa “mestiçagem” é violentamente rechaçada nas relações afetivas racializadas da modernidade atlântica. O argumento de Fanon é amplamente geográfico, transatlântico, pois ele conecta os malgaxes (os africanos insulares do oceano Índico) com os sul-americanos (não se sabe se do Atlântico ou do Pacífico) na dinâmica da suposta “vocaçã colonial” da humanidade europeia. Vejamos: “Próspero é, como sabemos, o personagem principal da peça de Shakespeare *A tempestade*. Diante dele temos Miranda, sua filha, e Caliban, o selvagem. Diante de Caliban, Próspero adota um atitude que os sul-americanos conhecem bem. Eles não dizem que os pretos esperam a boa ocasião para se precipitarem sobre as mulheres brancas?”⁴⁹²⁴. Na verdade, a narrativa do psicanalista colonial “oferece ao malgaxe apenas a

⁴⁹²⁰ FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: Edufba, 2008, p. 82.

⁴⁹²¹ Dominique-Octave Mannoni (1899-1989) seria um desses intelectuais franceses ainda “ruminadores do vômito de Hitler”, segundo Césaire, pelo teor racista de sua psicanálise. Passou a “ensinar” filosofia nas colônias: na década de 1920 na Martinica e, a partir de 1930, em Madagascar. O ensaio de Mannoni, alvo das críticas de Césaire e, mais tarde, de Fanon, **Psicologia da Colonização** (1950) centra-se no “complexo de dependência” do colonizado, a metáfora de Caliban em sua relação com Próspero, no famoso texto shakespeariano, **A Tempestade** (1623), adaptada pelo próprio Césaire para a história do Haiti, em 1968. Uma segunda edição da obra de Mannoni veio a lume justamente com essa marca, **Próspero e Caliban: psicologia da colonização** (1984).

⁴⁹²² CÉSARE, Aimé. **Discurso Sobre o Colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa, 1978, p. 46.

⁴⁹²³ FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: Edufba, 2008, p. 90.

⁴⁹²⁴ FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: Edufba, 2008, p. 101.

opção entre a inferioridade e a dependência”, observa causticamente Fanon. A opção entre inferioridade e dependência no discurso encerra o colonizado na aporia colonial, algo como psicologizar o sujeito e dar-lhe o veredito, “você não tem saída”. Lembremos que o malgaxe, mas também o sul-americano, são carne e osso da representação de Caliban. Na minha perspectiva as opções condicionam a aporia situada: a) inferioridade; b) dependência; c) inferioridade e dependência. Sobre a discursividade na América tropical, e de uma assertiva pretensiosa, de que “os pretos esperam a boa ocasião para se precipitarem sobre as mulheres brancas”, resta-nos compreender essa passagem de Fanon a partir da perspectiva de Homi Bhabha, um de seus grandes leitores. Digamos que, também Mannoni e seu alterego, o Próspero, poderiam ser psicologizados e etnografados: “A construção do sujeito colonial no discurso e o exercício do poder colonial através do discurso exigem uma articulação das formas da diferença – raciais e sexuais. Essa articulação torna-se crucial se considerarmos que o corpo está sempre simultaneamente (mesmo que de modo conflituoso) inscrito tanto na economia do prazer e do desejo como na economia do discurso, da dominação e do poder”⁴⁹²⁵. Ora, mas Caliban também é homem e, por isso mesmo, passa a ser objeto da castração colonial.

Frantz Fanon indica, na introdução, que o quinto capítulo, “A experiência vivida do negro”, mostra a “virada psicológica” da sua abordagem clínica. Aqui é o “preto diante de sua raça” que, confrontado pela civilização europeia, se percebe diante de “um desvio existencial”. Não é para menos, “eis que me descubro objeto em meio a outros objetos”. Assim estou, na condição de Caliban, o selvagem: “Enclausurado nesta objetividade esmagadora”. Por isso, Fanon vai espancar o fígado de Hegel e afirmar que “qualquer ontologia torna-se irrealizável em uma sociedade colonizada e civilizada”. Os herdeiros de Hegel também negligenciaram ou se recusaram à alteridade: “Parece que este fato não reteve suficientemente a atenção daqueles que escreveram sobre a questão colonial”⁴⁹²⁶. Tratemos, pois, dos racismos cotidianos, aqueles escondidos atrás da linguagem como discriminação, estereótipo, injúria racial, preconceito, intolerância, negrofobia.

Mais uma vez, teremos de dialogar com Homi Bhabha para entrar na lógica de Fanon. Deveria encontrar esse percurso no capítulo dois, que “interroga a identidade”, a partir de Fanon, e constata que as “qualidades originais e perturbadoras” da obra fanoniana “é historicizar raramente a experiência colonial”. Ainda aqui, Bhabha apresenta *Pele Negra, Máscaras Brancas* e sua perspectiva rumo à “dialética da libertação”. Situados autor e obra o percurso se abre para nós: “O corpo de sua obra fende-se entre uma dialética hegeliano-marxista, uma afirmação fenomenológica do Eu e do Outro e a ambivalência psicanalítica do Inconsciente. (...) Fanon explora a extremidade desses modos de pensamento: seu hegelianismo devolve a esperança à história; sua evocação existencialista do *Eu* restaura a presença do marginalizado; sua moldura psicanalítica ilumina a loucura do racismo, o prazer da dor, a fantasia agonística do poder político”⁴⁹²⁷.

Mas interrogar a identidade não deixa de ser ato de inscrever e escrever a identidade a partir de “imagens acessórias” também narradas. Preciso ir mais adiante com Bhabha. Assim, chego “A outra questão”, momento em que Bhabha discute “o estereótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo”. A tal moldura psicanalítica leva-nos a Sigmund Freud que se atravessa entre Fanon e Bhabha, senão vejamos a interrogação do último: “A fábula freudiana do fetichismo (e da recusa) circularia no interior do discurso do poder colonial exigindo a articulação de modos de diferenciação – sexual e racial – assim como diferentes modos de discurso teórico – psicanalítico e histórico?” Antevjo uma resposta plausível na página anterior como se fosse uma resposta antecipada: “É precisamente esta função do estereótipo como fobia e fetiche que, segundo Fanon, ameaça o fechamento do esquema racial/epidérmico para o sujeito colonial e abre a estrada real à fantasia

⁴⁹²⁵ BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 107.

⁴⁹²⁶ FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: Edufba, 2008, p. 103.

⁴⁹²⁷ BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 71.

colonial”⁴⁹²⁸. Voltemos, então, a Fanon, às suas “imagens primárias”, algumas vezes impactantes para Homi Bhabha. Fanon menciona a narrativa colonial, “os mil detalhes, anedotas, relatos”. Ao que parece é na Paris pós-Hitler que Fanon se defronta com o racismo cotidiano: “Mãe, olhe o preto, estou com medo!”, seria frase de rua mais ouvida. “No trem, ao invés de um, deixavam-me dois, três lugares”, algo como “não se aproxime muito de preto”. Disso vem o choque, a historicidade, era preciso enfrentar “as coordenadas febris do mundo”, com náusea e todas as posologias coloniais para desempreter – branqueamento na teoria social daqui – o esquema epidérmico: “Eu era ao mesmo tempo responsável pelo meu corpo, responsável pela minha raça, pelos meus ancestrais. Lancei sobre mim um olhar objetivo, descobri minha negridão, minhas características étnicas, – e então detonaram meu tímpano com a antropofagia, com o atraso mental, o fetichismo, as taras raciais, os negreiros, e sobretudo com “*y’a bon banania*”⁴⁹²⁹. A imagem do “riso banania”, seria representação estereotipada do soldado senegalês que lutou na Primeira Guerra Mundial pelas tropas coloniais. Tratar-se-ia de um “racismo difuso” que repercutiu até mesmo na reedição do livro de Fanon no Brasil.

Um dado a ser destacado é que Fanon dialoga tensamente com Jean-Paul Sartre, se apropria mais da poesia de Aimé Césaire e recupera a fala mais polêmica de Leopold Senghor. Aí está o triângulo da suposta modernidade atlântica contemporânea: um filósofo francês, existencialista, “amigo dos pretos”; um poeta conterrâneo, surrealista na poesia, marxista no ensaio; e, não menos importante, um poeta senegalês, que faz explodir a poesia negra no mundo atlântico. A ironia fanoniana se mostra como lâmina afiada aqui:

– Chegue mais, quero lhe apresentar a meu colega negro...
Aimé Césaire, um homem negro professor da universidade... Marian Anderson, a maior cantora negra...
Dr. Cobb, o descobridor dos glóbulos brancos, é um negro...
Ei, cumprimente aqui meu amigo martinicano (mas cuidado, ele é muito susceptível)...

(...)

Não estávamos mais no tempo em que as pessoas se impressionavam diante de um padre preto. Tínhamos médicos, professores, estadistas... Sim, mas em todos esses casos algo de insólito persistia: *Nós temos um professor de história senegalês. Ele é muito inteligente... Nosso médico é um negro. Ele é muito cordial.*⁴⁹³⁰

Fanon conversa, num ritmo eloquente, com Césaire e Senghor. Os dois são chamados em prosa e verso e enclausuram Fanon – atitude rítmica, prática mágica, mentalidade primitiva, corpo erotizado, animismo espiritual, etc –, daí as leituras que o fizeram um crítico ácido da negritude. Depois vou discorrer sobre outra posição. Por enquanto deixemos Fanon enclausurado na ambiguidade, é disso que se trata: “Sim, nós (os pretos) somos atrasados, simplórios, livres nas nossas manifestações. É que, para nós, o corpo não se opõe àquilo que vocês chamam de espírito. Nós estamos no mundo”. Logo em seguida ele traz à tona a passagem mais enigmática da vasta obra senghoriana, que reduzo aqui às duas primeiras frases, por serem muito conhecidas: “Sensibilidade emotiva. *A emoção é negra como a razão é grega*”.⁴⁹³¹

Antes de grifar a segunda frase, Fanon enlaça Césaire e Senghor, “nosso homens de letras nos ajudam a vos convencer”.⁴⁹³² A ambiguidade não se desfaz, ao contrário, se

⁴⁹²⁸ BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 115, 114.

⁴⁹²⁹ FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: Edufba, 2008, p. 105, 106.

⁴⁹³⁰ FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: Edufba, 2008, p. 109, grifo do autor.

⁴⁹³¹ SENGHOR, Leopold. O contributo do homem negro [1939]. In: SANCHES, Manuela Ribeiro. (Org.).

Malhas que os Impérios Tecem: textos anti-coloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa: Edições 70, 2011, p. 73-92.

⁴⁹³² FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: Edufba, 2008, p. 116.

intensifica, pois como abdicar da negritude se foi ela que fez suas “mãos sonoras” devorarem a “garganta histórica do mundo”? Ainda é o Senghor de “Cânticos de Sombra” (1945) que dormita no ambivalente estado irracional de Fanon, “Noite da África, minha noite negra, mística e clara, negra e brilhante”. Veio então a “descoberta”, na verdade, uma “redescoberta”, logo se corrige Fanon, ele pertencia a “uma raça que há dois mil anos já trabalhava o ouro e a prata”. Foi para a história, ao direito à história:

Revirei vertiginosamente a antiguidade negra. O que descobri me deixou ofegante. No seu livro *L'abolition de l'esclavage* [1840], Schoelcher nos trouxe argumentos peremptórios. Em seguida Frobenius, Westermann, Delafosse, todos brancos, falaram em coro de Ségou, Djanné, cidades de mais de cem mil habitantes. Falaram dos doutores negros (doutores em teologia que iam a Meca discutir o alcorão). Tudo isso exumado, disposto, vísceras ao vento, permitiu-se reencontrar uma categoria histórica válida.⁴⁹³³

Não por acaso, Fanon retorna a Césaire para, numa citação longa e entrecortada, retirada da introdução ao livro do abolicionista Victor Schoelcher, acima mencionado. Schoelcher publicou várias obras sobre o “Atlântico caribenho” depois de viagens pela região na primeira metade do século XIX. Não há dúvida de que é Césaire que apresenta a Fanon esse “branco de alma negra” com o seu abolicionismo radical, um dos que “pensou o impensável”⁴⁹³⁴. Peguemos apenas o fim da longa citação: “pelo menos ele sabe que a África elevou-se sozinha a uma concepção jurídica do Estado, e ele suspeita que, em pleno século do imperialismo, a civilização europeia, afinal de contas, é apenas uma civilização entre outras, e não a mais suave”⁴⁹³⁵.

Frantz Fanon, como crítico negro da negritude, considerou-a uma “categoria histórica válida”. Aimé Césaire e Frantz Fanon, antilhanos, afro-caribenhos, se tocaram, se aproximaram na poesia da revolta. Césaire, o autor da expressão, não aceitou a leitura sartreana e outras derivadas sobre o “discurso da negritude”. Fanon preferiu o “discurso sobre o colonialismo”, embora a poesia matricial lhe fosse cara na emoção de traduzi-la para o contexto africano e argelino. Diriam que, ambos, existencialistas, pensaram a história do tempo presente. Césaire, mais poético, não despreza a historicidade, mesmo admitida como racial. Fanon, se recusa a ser “escravo” da história, zelava pela temporalidade, para ele sempre aberta, interrogativa. Revolucionários e marxistas? Sim e não. Sim, porque a rigor, se tornaram intelectuais antirracistas na luta contra o racismo e o colonialismo. Não, porque não rezavam pela dialética das determinações econômicas. Diria mesmo que renovaram o marxismo, deram uma pitada de africanidade a uma matriz de pensamento, pretensamente universal, mas na prática racialmente branco. Por isso, problematizamos suas obras como clássicos do pensamento negro contemporâneo. Alguém sugeriu “adeus ao marxismo”?

⁴⁹³³ FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: Edufba, 2008, p. 119.

⁴⁹³⁴ TOMICH, Dale. Pensando o “Impensável”: Victor Schoelcher e o Haiti. In: **Mana**. 15 (1), p. 183-212.

⁴⁹³⁵ CÉSAIRE, Aimé. Introdução ao livro de Victor Schoelcher, *Esclavage et colonisation* [1842]. Apud FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: Edufba, 2008, p. 119.

TERRITÓRIOS, CULTURAS E EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES NEGROS NA CIDADE NEGRA DE SÃO LUÍS/MA SÉC. XIX

*Iranide Soares da Silva*⁴⁹³⁶

iranegra@gmail.com

Resumo: Seguir os caminhos da experiência a partir das memórias deixados por trabalhadores e trabalhadoras negras num espaço urbano do século XIX são os nortes para a elaboração deste ensaio. Trata-se de um texto extraído da tese de doutoramento em curso no âmbito do programa de Pós-Graduação em história na Universidade Federal de Uberlândia/UFU. A tese trata de escravidão negra e urbana no Maranhão da primeira metade do século XIX, com ênfase para a cidade de São Luis como uma cidade negra no extremo nordeste brasileiro, com 51% da sua população formada pelos africanos e seus descendentes nas primeiras décadas do século XIX. Utiliza-se como fonte Inventários *post morte e testamentos*; documentos procedentes da secretaria de polícia (partes do dia) e a imprensa jornalística. Considera-se, a partir de uma perspectiva cultural da história, percebemos que, apesar da invisibilidade e exclusão dos projetos de cidade e, de toda ordem, os trabalhadores/as escravizados/as estavam lá e deixaram marcas importantes naquela cidade de São Luís que já é uma cidade negra nas primeiras décadas dos anos de 1800.

Palavras-chave: trabalho e experiência de preto – negros na cidade – São Luis uma cidade negra.

A escravidão desonra o trabalho

Alex Tocqueville⁴⁹³⁷

[...] E Neste paíz que se estabeleceu solidamente a liberdade da palavra e da imprensa; e ainda mesmo quando desaparesem todas as suas outras conquistas, bastaria aquela para assegurar-lhe um posto glorioso na história do mundo.⁴⁹³⁸

O jornal *Publicador Maranhense*⁴⁹³⁹, entre os anos de 1842 e 1885, publicava em suas edições semanais uma série de anúncios de fugas de escravos. Esses anúncios geralmente

⁴⁹³⁶ Historiadora - Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Professora Assistente lotada no curso de História da Universidade Estadual do Piauí. Pesquisadora filiada a Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) ABPN; do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Africanidades e Afrodescendências - IFARADÀ/UFPI; do Núcleo de pesquisa Padê: Estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos/UniCEUB/DF ;Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Relações Etnorraciais, Movimentos Sociais e Educação/NUMBUNTU/UFPA;Núcleo de Estudos e Pesquisas Afros/ NEPA/UESPI; Núcleo de Pesquisa e Estudos em História, Cidade e Trabalho/NUPEHCIT/UFU. Pesquisadora Ativista do Movimento Social Negro Organizado Brasileiro desde os anos de 1989. Atua nos seguintes temas: Escravidão Negra e Urbana Séc. XIX; Educação Tecnológica - Gênero - Raça - Identidades - Lei 10639 - Relações Raciais - Ações Afirmativas - Ensino de História.

⁴⁹³⁷ Jornal *a PACOTILHA*, São Luís, 29 de maio de 1883, p. 3.

⁴⁹³⁸ Fragmento de um artigo publicado na edição nº 49 do jornal *Publicador Maranhense* em 11 de janeiro de 1843. Esse artigo sem assinatura se reporta ao contexto da Revolução Industrial e a contradição com a Revolução Francesa, quando uma trata da abertura do mercado e expansão do capital, em detrimento da outra que, mesmo inserida no contexto do capital, fala de direitos e liberdades. A imprensa que se estabelece na província do Maranhão do século XIX, traz consigo muito dessas contradições entre o que se escreve e o que se vive na sociedade.

⁴⁹³⁹ Jornal que nasce na cidade de São Luis do Maranhão em 1842 e segue até 1885. De propriedade de Ignácio José Ferreira, ou I. J. Ferreira, como assim assinava seu proprietário, impresso na tipografia

vinham na última página daquele periódico e muitos deles eram publicados e republicados por semanas e até por meses e anos.

Aquele jornal, que iniciou com duas edições semanais, a partir da segunda metade do ano de 1842, passou a publicar três edições por semana em dias como terça, quarta, quinta, sábado. Ou seja, não havia mais um padrão, nem para os dias da semana, nem para o número de páginas que, a princípio, eram quatro, e em 1843 e 44, já verificávamos edições com 5 páginas.

As leituras daquele periódico nos levaram a ver que a demanda de notícia parecia crescer junto com a cidade de São Luis do Maranhão com o passar dos anos, mesmo que os personagens continuassem os mesmos. Homens e mulheres brancos como protagonistas, os negros como objeto de venda, troca, aluguel, leilão ou como sujeitos fujões e mal agradecidos e/ou ainda, contraventores e perigosos na parte da polícia. E os indígenas invisíveis.

Na quarta-feira, 7 de dezembro de 1842, o publicador Maranhense, na sessão que tratava das notícias do exterior, bem no finalzinho da página de número 2, publicou a seguinte notícia, extraída do “Diário do Governo de Lisboa”:

TRÁFICO DA ESCRAVATURA

Acto do Parlamento Britânico, de 12 de Agosto de 1842

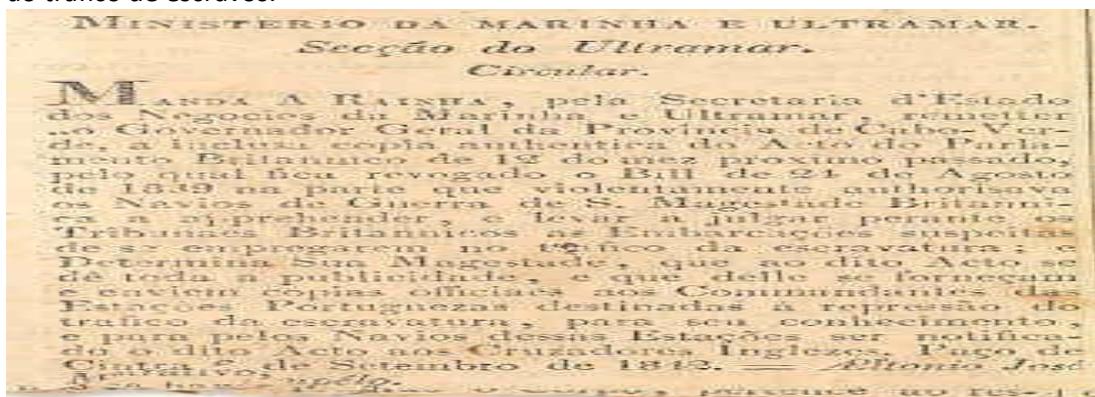
I. Tendo-se promulgado no terceiro anno do reinado de sua Magestade um acto com o titulo de Acto para a supressão do trafico da escravatura, cuja parte relativa ás embarcações portuguezas é justo e conveniente revogar, decreta Sua Magestade a Rainha, com o concelho e consentimento dos lord da espirituales, e dos communs, reunidos no presente parlamento, e por auctoridade do mesmo que tudo quanto no referido acto do terceiro anno do reinado de sua Magestade diz respeito às embarcações portuguezas ficará revogado, como ficará edffeticamente Por este, salvo porem no que toca as embarcações port.iuuezas que tenham sido ou fôrem apresadas, segundo as disposições daquelle acto, antes deste ter força de lei, e delle ter conhecimento o apprehendedor ou apresador.

II. E decreta q’ o lord almirante, ou commissários a quem cumpre desempenhar o cargo de lord grande almirante da Grão-Bretanha, e os secretários de Sua Magestade, e as pessoas que lhe são soubordinadas, tomem a possível brevidade as necessárias medidas para dá conhecimento a todas as pessoas a quem possa interessar, do facto de já ter força de lei este acto.

III. E decreta que o dito acto do terceiro anno do reinado de Sua Magestade não continuará por maneira alguma em vigor e effeito por respeito de embarcações poertuguezas as apprehendidas e detida desde o primeiro dia do mez de dezembro do anno de 1842, no Cabo da Boa Esperança de Hora e em todos os lugares situados a leste do Cabo da Hora, e a oeste do Cabo da Boa Esperança; nem a respeito de qualquer embarcação portugueza apresada e detida em qualquer outro lugar desde, o primeiro dia do mez de fevereiro do anno de 1842 (**Diário do Governo de Lisboa.**)

de mesmo nome, (“Maranhão. TYP. de I. J. Ferreira. Rua do Sol nº 33”). Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/publicador-maranhense/720089>>. Acesso em: 19/09/2016.

Não satisfeitas com o recorte do diário de Lisboa, fomos pesquisar e, encontramos no *Arquivo do Instituto Histórico Nacional: Arquivo Sobre o Tráfico de Escravos*, a fonte que gerou esta notícia. Como dito, trata-se de uma Portaria Circular do governo português, em que manda publicar o ato do parlamento inglês de 12 de agosto de 1842, relativo à repressão ao tráfico de escravos.



4940

Este documento nos possibilitou perceber o cenário internacional em relação ao tráfico de escravos⁴⁹⁴¹. Nossa compreensão é a de que, no Brasil, este ato do governo britânico em 1842 sugere que se intensifica o tráfico interno⁴⁹⁴² interprovincial⁴⁹⁴³ e, por conseguinte, intensifica-se também a vigilância e o controle dos trabalhadores, sobretudo dos escravizados. Essa afirmação passa a ser mais recorrente nos anúncios do jornal, na sessão de anúncios de fugas de escravos, na última página.

Com a proibição do comércio de escravos e a repressão mais acentuada, os traficantes começaram a vivenciar um processo marcado por dois aspectos principais: de um lado, a transformação de sua imagem social, passando de comerciantes ricos e influentes a piratas vorazes e indignos de se manterem no país; de outro, os traficantes tentaram, nem sempre com êxito, manter o comércio de africanos, lançando mão de diversos artifícios⁴⁹⁴⁴.

⁴⁹⁴⁰ Arquivo do Instituto Histórico Nacional. Arquivo Sobre o Tráfico de Escravos. Disponível em <<http://infogestnet.dyndns.info/ahn/Cv-leg.03-1.htm>>. Acesso em: 19/03/2016.

⁴⁹⁴¹ Nota: a leitura do texto de Jaime Rodrigues nos possibilitou perceber o tráfico de escravos entre a África e o Brasil, eram questões debatidas na sociedade e parlamento brasileiro às vésperas da proibição desse comércio. Ademais, que o fim do tráfico de africanos não estava ligado a um projeto único, e sim constituía um campo de luta de várias propostas.

⁴⁹⁴² SLENES, Robert W. **The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888**. Tese de doutorado em História, Stanford, Stanford University, 1976.

⁴⁹⁴³ Nota: todavia, a historiadora Hebe Mattos em seus estudos nos informa que o comércio interno é muitas vezes utilizado como explicação para os desequilíbrios, diminuição ou transferência de escravos entre regiões (tanto intra quanto inter-regionalmente), sendo seu estudo essencial para uma melhor compreensão histórica do período e das variáveis de cada região. MATTOS [DE CASTRO], Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista - Brasil, século XIX**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988 Slenes (1976, p. 120) por sua vez, nos aponta que, a decadência da produção de açúcar, com a queda dos preços internacionais, somada à expansão da lavoura de café, teria incentivado a transferência de milhares de escravos para a região Sudeste do Brasil.

No caso do Maranhão, são temos dados suficientes para afirmar se houve ou não com intensidade o tráfico inter-região, contudo, nossas fontes sugerem que sim de modo interno. Dentro da própria província.

⁴⁹⁴⁴ RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)**. Campinas: Unicamp, 2000. p. 127-128.

O cenário internacional e os debates acerca do fim do tráfico adentra aquela cidade de São Luis do Maranhão de portos abertos e trânsito de muitas pessoas, em 1842, o que sugere entre outras coisas o controle e organização interna. Para tanto foi produzido pela Câmara Municipal, publicado em forma de edital um **Código de Posturas de 1842**. Instrumento jurídico e normativo composto por 113 artigos, sendo que os três últimos tratavam de posturas provisórias. Tinha a função objetiva de tratar do ir-e-vir das pessoas.

O Código de Posturas São Luís, editado pela Câmara Municipal de São Luís em 1842, era um dos principais instrumentos da ação institucional dos vereadores, aprovado pelo Conselho Geral de Província. E, enquanto documento oficial, este foi uma das primeiras iniciativas sistematizadas para ordenar o espaço urbano de forma a adequá-lo aos novos modelos civilizatórios importados para o Brasil.

Em linhas gerais, apresenta três ordens de questões, tituladas assim:

a) Regularidade e Aformoseamento

b) Cômodo e Seguridade

c) Salubridade.

Cada um desses títulos é composto por uma série de posturas que indicavam as preocupações mais relevantes que se vivenciava no seio da sociedade do Maranhão, especialmente da capital, permitindo, assim, uma reconstrução parcial da cidade projetada e almejada por parte dessa sociedade, ou seja, dos que constituíam o poder em São Luís no período. O artigo primeiro deste Código diz:

1ª

Nenhuma pessoa poderá edificar nesta cidade e seus subúrbios confinando com ruas, estradas públicas, muro ou casa, sem licença da Câmara devendo proceder-se antes a uma vistoria ou arrumação pelas Justiças Ordinárias, sendo citado o Procurador da Câmara para se assinalar a linha de direção que o prédio deve seguir: pena de ser demolido à custa do proprietário o que estiver edificado.

Este artigo atesta a existência de um subúrbio – postura 21ª – e, na tentativa de organizar, propõe uma ordenação a um modo de casa, de viver que possivelmente, poderia não ser do querer do sujeito morador. Ou seja, o olhar posto aqui procurou ser hegemônico e a cidade construída a partir desse olhar seria, então, pautada numa memória oficial, para uma cidade constituída a partir também de outras matrizes; de outras lógicas, de outros modos de viver. Visto que, os indígenas e os africanos, os mestiços não estão inseridos nesse projeto, mas eles estão ali e a imprensa, ao seu modo, mostra isso. Claro que esta afirmação pauta-se nas evidências que o documento nos traz, todavia apoiamo-nos nas assertivas de Moreira [et. al]⁴⁹⁴⁵, quando este diz: por trabalharmos muitas vezes com evidências limitadas, “*é sempre importante estarmos atentos. Isso para não esquecer que a voz que emana dos documentos é aquela dos algozes*”. Ademais, como afirma Moreira, na página 82 do mesmo texto:

As cidades negras não foram apenas desenhadas pelas arquiteturas e invenções urbanísticas. Entre palacetes, chácaras, prédios públicos, chafarizes e calabouços, surgiram moradias populares. Para essas cidades fortemente africanas e cada vez mais negras e mestiças, faziam-se necessárias casas para tantos escravos, muitos dos quais como trabalhadores *ao ganho* que não residiam com seus proprietários, libertos e toda a população urbana.

A postura de número quatorze estabelece espaço para as feiras livres. Do jeito que está posto, é a cidade sendo refeita, reorganizada, mexendo com as pessoas e mudando seus

⁴⁹⁴⁵ MOREIRA, Carlos Eduardo (et. al). **Cidades Negras**: Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista - Século XIX. Editora Alameda, coleção Presente Passado, 2ª edição: São Paulo, 2006, p. 87.

espaços de trabalho, mas também de encontros, de conversas, de fuxicos e de amizades. Enquanto as posturas de número vinte e vinte e um apresentam as contradições e diferenças que veremos a seguir.

Vejamos: a postura de número quatorze destina os locais de venda de alguns gêneros de modo imperativo; a vinte de modo flexível, mas com prazo essa flexibilidade. Ainda no tocante à postura quatorze, Moreira,⁴⁹⁴⁶ nos informa que a praia do Caju em São Luís era considerada o principal palco de conflitos envolvendo escravos e libertos. “Este local era ocupado de brigas constantes”. Aquele lugar era desde sempre, local de encontro de trabalhadores negros. Era ali espaço de sociabilidade e trabalho, como também espaços de disputa entre o poder privado dos senhores e o poder público do Estado.

14ª

A Câmara Municipal tem designado para venda de peixe as praias do Caju – Pequena – de Santo Antonio – Desterro – Madre de Deus; para venda das aves, ovos e alguns outros comestíveis desta natureza e bem assim, frutas e hortaliças – Largo das Mercês – Santo Antonio – Praça do Açougue.

20ª

D’ora em diante não se poderá estabelecer tenda alguma de ferreiro dentro da cidade, só sim no bairro do Desterro; pena de dezesseis mil réis e nas reincidências de trinta e dois mil réis; porém as tendas que atualmente existem, serão conservadas durante a vida de seus donos.

21ª

Ficam proibidas todas as fábricas de curtume dentro da cidade e só poderão estabelecer-se fora dos subúrbios da mesma; e sendo nas suas imediações terão lugar somente na parte que fica a sotavento do Apicum por diante; pena de seis mil réis e doze na reincidência.

O controle do aparelho do Estado, sobre a cidade, era um dos pontos postos no código de postura, sobretudo, sobre os trabalhadores, especialmente negros. Das 113 posturas, 15 se aplicava diretamente aos trabalhadores negros, e outras 15 de modo indireto, também evidenciava seu cumprimento pelos negros. Esses sujeitos eram cerceados e vigiados em todos os cantos da cidade conforme podemos conferir a partir dos fragmentos a seguir:

109ª

Ficam sujeitos às penas da postura nº 47 os que consentirem em suas tabernas, botequins ou casas públicas, escravos entretidos em quaisquer objetos de distração.

95ª

Os proprietários de chãos nesta Cidade, os terão limpos, fazendo-os limpar de mês em mês, ou logo que se acharem sujos, quando não estejam cercados/ pena de oito mil réis no caso de contravenção, incorrendo na mesma pena aqueles que nos ditos chãos lançarem lixos ou qualquer imundície; e se não tiver com que pagar, sofrerá a pena de três dias de prisão; se, porém, for escravo o que lançar os ditos lixos, será logo preso por qualquer patrulha, à ordem de Juiz de Paz do Distrito, a fim de ser punido com seis dúzias de palmatoadas publicamente, de cuja pena será absolvido se o seu senhor ou administrador pagar a multa de oito mil réis; e toda a patrulha ou pessoa do povo, que com testemunhas fizer cumprir o determinado nesta

⁴⁹⁴⁶ Idem, p. 64.

Postura receberá metade da multa imposta a cada infrator por sua vigilância.

87^a

Fica proibido o ajuntamento nas ruas e praças desta cidade de mais de três escravos, exceto para algum serviço reconhecido, que será logo dispersado pelas rondas e no caso de reincidência serão presos para serem entregues a seus senhores administradores ou quem suas vezes fizer para os punir publicamente, e não o fazendo incorrerá na multa de quatro mil réis.

86^a

Nenhum escravo depois do toque de recolher sairá à rua sem escrito assinado por seu senhor, administrador ou quem suas vezes fizer; pena de ser recolhido à prisão para ser entregue no outro dia ao senhor, administrador etc. que será obrigado a castigá-lo publicamente, e não o fazendo incorrerá na multa de mil réis.

52^a

Toda a pessoa que alugar casas a escravos que não mostrarem licença de seus senhores de assim o poderem fazer pagará quatro mil réis, pela primeira vez e nesta proporção até ao máximo pelas reincidências.

Esses registros de infrações dos Códigos de Postura nos permitem perceber as disputas e os conflitos que permeavam a dinâmica das relações sociais e culturais e de classe daquele período numa cidade/província movida por braços negros e indígenas e gerida por cabeças e mentes brancas e estrangeiras. Em meio a isso tudo nos questionamos: como impedir a gestação de símbolos e significados culturais praticados por meio de cantos, instrumentos e músicas negra? Como controlar esses sujeitos negros que, mesmo sob o controle senhorial, viviam a cidade e criavam símbolos e significados nas suas práticas cotidianas?

A postura 45, diz que *“Fica proibido apitar ou dar assobios à noite e mesmo outro qualquer sinal de que só devem usar as patrulhas e oficiais rondantes: pena de dois mil réis”* Proíbe o ajuntamento ou súcia a fim de coibir práticas, de sinais e modos de comunicação existe entre os negros, sobretudo para burlar a postura 86, que estabelece o toque de recolher. Todavia, essas proibições e sanções não dizem esses fazeres⁴⁹⁴⁷.

Analisando estes códigos, verificamos que eles não só revelam parte da realidade daquela cidade em sua época ao normatizar as permissões e proibições, práticas que são aceitas ou rejeitadas, a ação social disseminada ou criminalizada, mas também a necessidade de controle, sobretudo da população negra, com os toques de recolher.

A cidade desenvolve-se, neste contexto, entre o que é estabelecido como legal e ilegal, incorrendo na separação dos grupos sociais e partindo do contexto da expansão do espaço urbano de São Luis, tendo em vista a necessidade daquela província de pouco mais de 30 mil habitantes se adequar ao chamado mundo civilizado⁴⁹⁴⁸.

Falo das transformações por que passou o Brasil no século XIX tendo como pano de fundo a consolidação do capitalismo ao incremento de uma vida urbana, que vem viabilizar novas alternativas de convivência social. Como resultado, a celeridade de um processo civilizatório, instalado no país desde a vinda da Família Real, em 1808, em que D. João VI fez gestões para a vinda de uma Missão Francesa com o objetivo de aqui cumprir missão

⁴⁹⁴⁷ Fazeres aqui entendido como cultura ou prática social, como a existência que proporciona novos saberes.

⁴⁹⁴⁸ SELBACH, Jeferson Francisco (Org.). **Códigos de Postura de São Luis/MA**. São Luis/MA: EDUFMA, 2010.

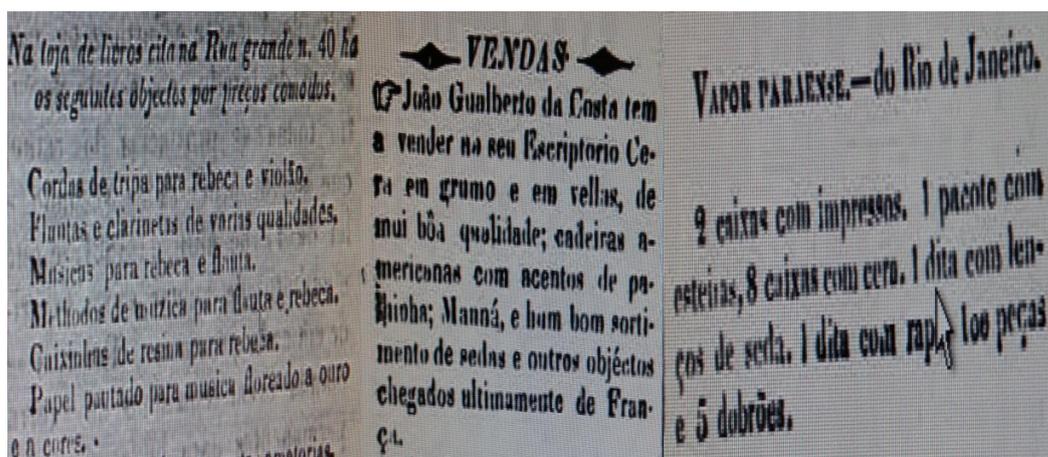
civilizatória, basicamente no plano da cultura, consagrando a França como modelo para as elites brasileiras e proporcionando à colônia um banho de civilização.

O conceito de civilização aqui posto é calcado em Norbert Elias⁴⁹⁴⁹, que diz que civilização “*refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes*”. Essa proposição recebe o apoio de Schwarcz⁴⁹⁵⁰ para quem “civilização é:

[...] um nome abrangente, que comporta vários significados: tecnologia, maneiras, conhecimento científico, idéias, religião, costumes; enfim, resume determinada situação política e cultural e faz par com a noção de progresso.

Seguindo essa linha, o Rio de Janeiro, sede da Corte, transforma-se num polo centralizador e difusor de hábitos, costumes e até linguagens para todo o país, bem como se transforma no cenário principal em que desenrolava a dramatização de vida social da boa sociedade.

Em São Luís, capital da província do Maranhão, foram perceptíveis essas transformações, uma vez que se encontrava no momento áureo de sua economia, graças, sobretudo, à exportação de seus principais produtos agrícolas que era o algodão e o arroz, para países europeus, entre eles a Inglaterra. Nas páginas do jornal Publicador Maranhense, essa fase vivida pela cidade era perceptível, especialmente nos anúncios de venda de vestimentas, utensílios e adornos vindos da Europa; de França. Conforme podemos conferir nos fragmentos a seguir: (Publicador Maranhense - Edição nº 173 de 1844; edição nº 49 de 1843 e edição 13 de 1842).



O Publicador Maranhense, a partir da sua edição de número 63, publicado em 1º de março de 1843, passa a ter uma sessão chamada: **Repartição de Policia**. Nesta sessão, são anunciadas as demandas da secretaria de polícia, quanto às infrações, crimes e, por conseguinte, as prisões. A matéria publicada nesta sessão merece análise, todavia, vale voltar um pouco a 1842 para, de posse do Código de Postura produzido pela Câmara municipal, compreendermos melhor a matéria.

Nesse sentido, a organização espacial da cidade influenciou diretamente na maneira de controlar os trabalhadores escravizados. O que nossos pressupostos norteadores indicam, a partir de uma situação ambivalente ou, a existência de uma “cidade ideal” - cristalizada nos códigos - e no campo das experiências, uma “cidade-possível” – perceptível nas infrações

⁴⁹⁴⁹ ELIAS, N. **O processo civilizador**: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v I, p. 23.

⁴⁹⁵⁰ SCHWARCZ, Lilia M. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 583.

anotadas nas partes gerais das novidades do dia do Corpo de Polícia, que o Jornal Publicador Maranhense noticia em suas páginas semanais.

Eles não compunham a História Oficial, mas no jornal, lá estavam os sujeitos: Como os trabalhadores negros apareciam no jornal?

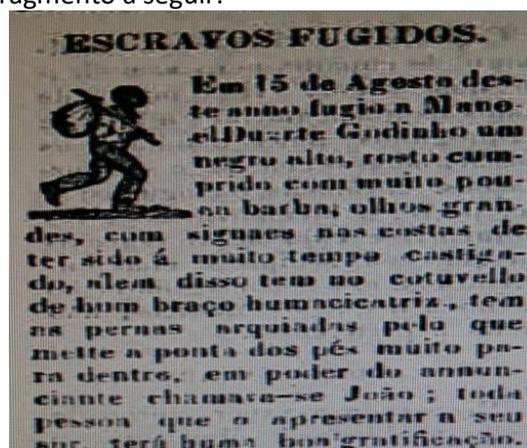
Nas páginas do jornal Publicador, em todas as suas edições, entre os anos de 1842 a 1885, os trabalhadores negros apareciam de diversas maneiras, de modo que, apesar na visão hegemônica naquele periódico os apresentar nos anúncios na maioria das vezes como mercadorias a venda; para aluguel; leiloados ou fugidos, o certo é que eles estavam lá. Eles compunham o cenário urbano daquela sociedade letrada.

Dos anúncios, os mais frequentes eram os de compra, venda e aluguel. Nestes, os homens e mulheres negras eram desenhados conforme as suas qualidades, exaltando muitas vezes a sua beleza física, atribuindo a esse sujeito inteligência e vigor para o trabalho, como o da edição de nº 49 do Jornal em 11 de janeiro de 1843:

Vende-se hum lindo escravo sem ponta de barba, robusto, fiel, e inteligente, aplicável a qualquer serviço, ou officio; sabendo bem servir no domestico, e particularmente a pessoa solteira de bom tratamento. Na loja de J. B. S. Çadet. no largo do carmo n.º 14. Maranhão 10 de Janeiro 1843. João Bernardino Gaspar Giffinig.

A exploração da mão-de-obra escrava e a negociação desses sujeitos era costumeira nas vilas do Brasil que remontava ao século XVIII. Na cidade de São Luís do Maranhão, essa prática não era diferente. Trabalhadores negros escravizados ao aluguel ou ao ganho faziam parte do cenário daquela cidade. Havia, porém, uma distinção sutil entre os dois modos de trabalho: no primeiro caso, o trabalhador proporcionava uma renda constante ao seu senhor, ao prestar serviços a terceiros durante um determinado período; o trabalhador de ganho, por sua vez, somava a algumas tarefas na casa de seu proprietário as atividades remuneradas que desenvolvia na rua⁴⁹⁵¹

No entanto, os anúncios de fugas chamavam a atenção do leitor logo pelo título em letras maiúsculas e em negrito: **“ESCRAVOS FUGIDOS”**. Ou ainda o título em negrito seguida da imagem de um negro em movimento de corrida, com uma trocha amarrada a uma vara apoiada sobre um dos ombros conforme fragmento a seguir:



A leitura desses anúncios nos permitiu conhecer como eram esses trabalhadores sob o olhar hegemônico dos seus donos e/ou da sociedade letrada, a partir da riqueza de detalhe que eles escreviam ao descrever esses sujeitos. Esses anúncios eram quase sempre objetivos e frios. Na descrição do fugitivo, conseguimos ter uma confissão do seu dono da violência impressa naquele trabalhador. Daquele jornal Publicador Maranhense, transcrevemos 146 anúncios de fugas, dos anos de 1842, 1843 e, dos anos 1844, até o início do mês de maio.

⁴⁹⁵¹ ALGRANTI, Leila Mezan. **O Feitor Ausente**. Vozes, Petrópolis, 1988, p. 49.

Esse quadro com a amostra de 146 anúncios nos permitiu além de outros pontos, as marcas da violência sofrida por esses sujeitos escravizados, atestadas nas descrições feitas pelo anunciante; a fuga do cativo enquanto forma de resistência à escravidão; as relações de trabalho e sobrevivência dos negros; a proibição do tráfico internacional e a permanência do tráfico interno, bem como as reescravizações. Esses são alguns pontos que esse quadro nos permitiu perceber.

Ademais, compreendemos que, para o senhor ou a senhora donos de escravos, a mulher negra escravizada Felicidade ou o homem negro escravizado Ignácio não sentiam nas marcas deixadas pelos castigos e pela dor força para continuar viver e lutar pela liberdade. Tendo em vista que a construção da liberdade escrava não se deu apenas pelos discursos inflamados dos abolicionistas, mas também e principalmente, se teceu pelos próprios escravizados que nunca, em nenhum momento do período escravista do Brasil, aceitaram passivamente a escravidão.

Com isso não estamos aqui afirmando ou exaltando um heroísmo nesses sujeitos, mas um movimento de reação desses sujeitos ao sistema hegemônico violento, vivenciados por eles. Seria essa uma consciência de classe, ou, conforme Thompson, o trato cultural da experiência (“tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais”). Para ele:

[...] o que muda, assim que o modo de produção e as relações produtivas mudam, é a experiência de homens e mulheres existentes [...] a transformação histórica acontece não por uma dada “base” ter dado vida a uma ‘superestrutura’ correspondente, mas pelo fato de as alterações nas relações produtivas serem vivenciadas na vida social e cultural, de repercutirem nas ideias e valores humanos e de serem questionadas nas ações e crenças humanas⁴⁹⁵².

Para ele, a experiência consiste em desempenhar um papel mediador entre a consciência social e o ser social. Thompson aqui está tratando do seu tempo e contexto. O texto referência dessa reflexão é “*A formação da classe operária inglesa*” que trata, de maneira geral, do processo histórico segundo o qual se elabora um espaço de ação onde se constitui um sujeito a partir da experiência.

No dia 17, do corrente mês de Marco fugiu ao Cirurgião Mor desta Província, José Maria Barreto, um escravo de nome **Ignácio**; bem alto, terá 58 anos, anda como derriado; ele é aleijado da mão esquerda cujos dedos não pode bem estende; leva calças e camisas do algodão e um ferro ao pescoço, e numa braga na perna esquerda, pois é acostumado a frequentes fugas, e sempre para o mato; e ultimamente foi encontrado em Balaios: quem dele tiver: noticia entregar a seu senhor, receberá as alviças.

Experimentar a cidade não trouxe boas memórias para *Ignácio* que nasceu em 1786, não se sabe se no Brasil ou em terras africanas. O pouco que se sabe é que hoje, em 1842, aos 58 anos, as muitas histórias tatuadas em seu corpo, testemunhos de uma memória que quer ser esquecida, lhe dão força e coragem para ter esperança e lutar contra o opressor.

Por fim, as páginas do periódico Publicador Maranhense, bem como os Códigos de Posturas apresentaram-nos mulheres e homens como trabalhadores negros escravizados e em movimentos, em São Luis do Maranhão, uma cidade negra no extremo Nordeste do Brasil, como carregadores, pedreiros, carpinteiros, lavadeiras, vendedoras de tabuleiro e amas-de-leite, calafates, cozinheiras. Essa identificação de algumas tarefas por eles desenvolvidas torna perceptível no campo das relações, que esses sujeitos negros estavam ou viviam no

⁴⁹⁵² THOMPSON, Edward P. As **Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. In: NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Sergio (orgs.). Campinas: Editora da Unicamp. São Paulo, 2001, p. 260-262.

entorno de tudo. Da vida política, econômica e social e, mesmo invisibilizados, eles estavam ali e, sempre que podiam, fugiam, inventavam, criavam, se manifestavam contrários ao sistema opressor.

CIRCUNCISÃO FEMININA NA GUINÉ-BISSAU: O CORPO DA MULHER ENQUANTO CAMPO DE DISPUTA (1975-2011)

*Jéssica Costa Prazeres*⁴⁹⁵³
costap.jessica@gmail.com

Resumo: A circuncisão feminina ou fanado é uma prática cultural determinante para diversas sociedades, em especial a certas etnias guineenses. Na discussão sobre este rito de passagem nos deparamos com um confronto de perspectivas, sendo predominante a de um discurso hegemônico, que se baseia em argumentos concernentes à defesa dos Direitos Humanos, concebendo a prática como “Mutilação Genital Feminina”. Em contrapartida, há aqueles que buscam problematizar a questão, percebendo-a como herança tradicional, processo amplo que não pode ser reduzido ao corte da genitália. No intuito de investigar o espaço conflituoso e de negociação política acerca do corpo da mulher, tendo como enfoque o fanado na Guiné-Bissau, recorreremos a periódicos, documentos oficiais, ao material produzido por instituições não-governamentais, pela Organização Mundial da Saúde e pela Organização das Nações Unidas, e a entrevistas publicadas. Metodologicamente, buscamos uma reflexão interdisciplinar apoiada na antropologia. O recorte cronológico deste estudo, que consiste em um panorama de uma pesquisa em desenvolvimento, parte de 1975, ano imediatamente posterior à independência da Guiné-Bissau, ao ano 2011, no qual é decretada a lei de proibição da circuncisão feminina no país.

Palavras-chave: Guiné-Bissau; gênero; discurso; circuncisão feminina.

O fanado⁴⁹⁵⁴ é um rito de passagem complexo e repleto de variações, representando uma etapa substancial para integração cultural e social de meninas de diversas etnias - algumas delas situadas na Guiné-Bissau. Embora seja largamente praticada no continente africano⁴⁹⁵⁵, essa prática cultural é múltipla e inclui técnicas particulares a cada contexto.

Nas culturas Banto⁴⁹⁵⁶, por exemplo, a prática da excisão⁴⁹⁵⁷ inaugura os ritos de celebração da puberdade, constituindo-se uma das fases da iniciação à vida comunitária.

⁴⁹⁵³ Mestranda em História - Programa de Pós-graduação em História - Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

⁴⁹⁵⁴ Termo crioulo que designa a prática da circuncisão feminina na Guiné-Bissau.

⁴⁹⁵⁵ A prática também é comum em alguns países do Oriente Médio (Egito, Omã, Iêmen e Emirados Árabes), além de ocorrer em comunidades de imigrantes em regiões da Ásia (Indonésia, Sri Lanka, Índia e Malásia), Pacífico (Austrália), Europa (Inglaterra, Holanda, Suécia, França e Itália) e América (Canadá e Estados Unidos). Cf. PIACENTINI, Dulce de Queiroz. **Direitos Humanos e Interculturalismo: Análise da prática cultural da mutilação genital feminina**. 2007. 176f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. p.120.

⁴⁹⁵⁶ Etnias da região sul equatorial africana que derivam de um mesmo tronco linguístico.

⁴⁹⁵⁷ Termo aplicável, segundo a classificação da OMS, UNFPA e UNICEF à remoção total ou parcial do clitóris e dos pequenos lábios; numa forma mais abrangente, é aplicado em referência ao corte dos genitais femininos. Cf. MARTINGO, Carla. **O corte dos genitais femininos em Portugal: o caso das guineenses**. 2009. 243f. Dissertação (Mestrado em Relações Interculturais) - Universidade Aberta, Lisboa. p.9.

Assim, só a excisão situaria a mulher no lugar religioso e social exato, torna-a apta para as suas responsabilidades⁴⁹⁵⁸.

A iniciação feminina tem também relevante significado entre os Nandi, no Congo, sendo considerada “um rito de maturidade, uma dramatização da ruptura com a infância e o ingresso na condição de adulto”⁴⁹⁵⁹.

Entre os Rhongas de Moçambique, Henri Junod⁴⁹⁶⁰ notou uma série de ritos de passagem, como o *khombo*, que ocorre mediante a primeira menstruação da menina e é composta por todo um processo que representa simbolicamente a passagem da vida assexuada à vida sexuada. Além deste, o missionário suíço descreveu outros ritos de passagem femininos relativos à nubidade, como a tatuagem corporal e a limagem dos dentes em ponta, tendo ambos sofrido transformações e adaptações com o tempo.

O também missionário Francisco Lerma Martinez⁴⁹⁶¹, ao registrar rituais de iniciação de meninas macuas⁴⁹⁶² em Moçambique destacou a percepção destes povos a respeito destes ritos:

À primeira educação, básica e genérica ao mesmo tempo, segue-se, na ordem do tempo e da importância, a iniciação propriamente dita na vida social, ou seja, a verdadeira passagem de menina (MWARUSI) a jovem (MWALI). Trata-se da descoberta e assimilação que a rapariga faz da própria personalidade e do pleno acesso à vida social.

O autor também pontua que, durante o período menstrual, a menina vive um momento de segregação social, mantendo-se atenta a uma série de restrições. Algum tempo após os ritos da primeira fase, quando já existe um número suficiente de jovens para a segunda etapa do ritual, estas são levadas para uma casa própria para tal, denominada “casa da iniciação”, onde passam cerca de dez dias isoladas da sociedade. É neste espaço que são dadas as instruções e a educação necessárias para a vida familiar e social das iniciadas, por meio de um processo ritual rico em símbolos fundamental para a sociedade macua. Fazem parte dele os banhos rituais, a iniciação sexual (em que lhes são ensinadas a anatomia, as relações entre os sexos e o alargamento dos lábios vulvares, por exemplo), e a incisão⁴⁹⁶³ do clítoris da jovem enquanto importante sinal corporal.

Ao trabalhar a questão ancestral no que denomina de “África Negra”, Fábio Leite⁴⁹⁶⁴ destaca que a percepção do corpo é um elemento fundamental para que o indivíduo se situe socialmente. Assim, sua transformação em veículo social ligado à procriação é estabelecida pela própria configuração social do sexo e sua transfiguração, permitida pela excisão e circuncisão⁴⁹⁶⁵:

Considerando que a vida e a continuação da sociedade repousam nas atividades sexuais enquanto fatores de reprodução, a excisão e a circuncisão constitui (*sic*) atos sociais de importância não negligenciável. Uma das proposições explicadoras dessas práticas, bastante

⁴⁹⁵⁸ KIMBANDA, R. W. Excisão como iniciação sexual e religiosa em mulheres negro-bantu. In: **Revistas de Estudos da Religião**, n. 1, 2006. P.117-118.

⁴⁹⁵⁹ *Ibid.*, p.121.

⁴⁹⁶⁰ JUNOD, Henri A. **Usos e costumes dos Bantos**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1996. p.169-174

⁴⁹⁶¹ MARTINEZ, Francisco Lerma. **O povo macua e sua cultura**. Lisboa: Ministério da Educação/Instituto de investigação científica tropical, 1989. p.139.

⁴⁹⁶² Macua é um dos povos mais numerosos de Moçambique e, ao mesmo tempo, um dos menos conhecidos. Cf. MARTINEZ, *op. cit.*, p.15.

⁴⁹⁶³ Pequeno corte no prepúcio do clítoris. Cf. MARTINGO, *op. cit.*, p.188.

⁴⁹⁶⁴ LEITE, Fábio R. da Rocha. **A questão ancestral: África Negra**. São Paulo: Palas Athena: Casa das Áfricas, 2008. p.83.

⁴⁹⁶⁵ O termo circuncisão é geralmente empregado como sendo a versão feminina da circuncisão masculina, independentemente das diferenças que existem entre ambas. Cf. MARTINGO, *op. cit.*, p.27.

conhecida, é, simplificada, a de que homens e mulheres trazem em si os princípios masculino e feminino, sendo então o prepúcio comparado aos lábios vaginais e o clitóris à glândula do pênis. Essas concepções estão, de resto, ligadas às explicações originárias da criação primordial e à figura do preexistente, não raro aparecendo como andrógino [...]. Nesse sentido, a excisão e a circuncisão são práticas eminentemente históricas, ligadas à configuração do homem natural-social.

Na Guiné-Bissau, país marcado pela sua diversidade cultural, mas também pela sua contínua instabilidade político-institucional⁴⁹⁶⁶, existem dois tipos de fanado, que podem ou não acontecer em uma mesma época. O fanado *sinhu*, ou “pequeno”, constitui o momento em que a jovem passa pelo corte do clitóris, que pode ser feito em casa ou em barracas próprias para a iniciação. Por sua vez, o fanado *garandi*, ou “grande”, acontece em geral no período das férias escolares, uma vez que a menina passa cerca de três meses em uma barraca afastada da cidade, onde ocorre o *cunsiudju* - expressão em crioulo que designa a etapa em que elarecebe os ensinamentos morais e educativos fundamentais para sua construção identitária e integração social⁴⁹⁶⁷.

Concebemos que tanto o processo de estabelecimento, quanto o de repreensão de uma determinada tradição é marcado por relações de poder - e o caso circuncisão feminina não é diferente. Em nossa pesquisa nos deparamos com o confronto de perspectivas, sendo predominante a de um discurso hegemônico, que se baseia em argumentos concernentes à defesa dos Direitos Humanos e denomina o fanado como “Mutilação Genital Feminina (MGF)”, entendendo-o como uma “prática tradicional nefasta”⁴⁹⁶⁸. Uma outra visão, colocada comumente em oposição à primeira, é expressa principalmente por alguns pesquisadores e guineenses, e busca uma problematização da questão, percebendo a prática como uma herança tradicional e um processo amplo, que não pode ser reduzido ao ato do corte da genitália⁴⁹⁶⁹. É imprescindível pontuar, todavia, que a questão é infinitamente mais complexa e repleta de especificidades, e o debate dicotômico apenas enuncia a “ponta do iceberg”.

Desde fins de 1950, o Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU) solicitava à Organização Mundial de Saúde (OMS) a realização de estudos sobre “a persistência de costumes que submetem as meninas a rituais” e sobre “as medidas adotadas ou planejadas para acabar com tais práticas”. Naquele momento, todavia, estas solicitações foram veementemente rejeitadas, sob a alegação de que “tais rituais assentavam em valores sociais e culturais, estando fora da sua competência”⁴⁹⁷⁰. Apenas durante a “Década das Mulheres”, proclamada pela ONU entre 1975-1985, que houve um debate internacional de maior amplitude e profundidade sobre o tema, e os meios de comunicação deram maior visibilidade à questão da circuncisão feminina.

⁴⁹⁶⁶Por hora, não iremos nos ater a uma contextualização mais ampla sobre a Guiné-Bissau. Para um aprofundamento desta questão, sugerimos: SEMEDO, Maria O. *As mandjuandadi* - cantigas de mulher na Guiné-Bissau: da tradição oral à literatura. 2010. 451 f. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte; GOMES, Arrais Fidelis da Silva. **Inserção política em Guiné-Bissau no processo de transição democrática (1994-2012)**. 2012. 51 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

⁴⁹⁶⁷Cremilde Alves fornece estas e outras informações mais detalhadas da iniciação no país. Cf. ALVES, Cremilde. **As que passaram pelas barracas**: Representações e vivências de mulheres sobre o fanado feminino em Bissau (Bairro Militar). 2013. 127f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Bahia, Salvador.

⁴⁹⁶⁸END-FGM – European Campaign. Eliminar a mutilação genital feminina para promover o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento do milênio, END-FGM, 2010. p.1.

⁴⁹⁶⁹ ALVES, op. cit., p.112.

⁴⁹⁷⁰ Cf. BRANCO, Sofia. **Cicatrizes de mulher**. Lisboa: Público, 2006. p.149.

Em 1984, a ONU enviou ao Comitê Interafricano⁴⁹⁷¹ um mandato para identificar as causas da circuncisão feminina e avaliar as melhores formas de combatê-la. Para isso, foram criados subcomitês nos países em que a prática vigorava, a fim de promover políticas e campanhas de informação e sensibilização, bem como para produção de material educativo. Desde então, vários documentos internacionais passaram a incluir resoluções que visam explicitamente a eliminação da prática. Organizações não governamentais também passaram a atuar no intuito de erradicar a circuncisão feminina, e no caso específico da Guiné-Bissau, exerce especial atuação a ONG *Sinin Mira Nassique*⁴⁹⁷² (SMN), que propõe a ideia e a prática do “fanado alternativo”, no qual seriam mantidos os ensinamentos dos rituais de iniciação femininos, excluindo-se a excisão do clitóris.

Na esteira destes acontecimentos, alguns países africanos aprovaram leis de proibição da circuncisão feminina. O primeiro projeto de lei guineense em oposição à prática do fanado data de 1995, mas este foi rejeitado na época sob a alegação de ser contrário às comunidades islâmicas, visto que o fanado é mais comum entre estes grupos no país⁴⁹⁷³. Todavia, em junho de 2011, a Assembleia Nacional Popular da República da Guiné-Bissau aprovou a lei que proibiu a circuncisão feminina no país, fato que ampliou o debate em torno da prática e assinalou uma tensão entre o dever legal e a manutenção dos costumes ancestrais.

Diante da pressão das instituições internacionais e das questões que suscita em torno dos direitos humanos, a lei foi aprovada com o objetivo de prevenir, combater e reprimir o fanado, mas muitas vezes essa teoria passa bem longe de sua real implementação. Na Guiné-Bissau, especificamente, percebe-se que o rito vem passando por uma série de adaptações a fim de sobreviver na clandestinidade e, devido à criminalização do fanado, as meninas guineenses são circuncidadas cada vez mais jovens⁴⁹⁷⁴. Ao passo que a lei abre margem para a discussão interna da necessidade e dos efeitos da prática, ao mesmo tempo é frequente seu efeito inverso, havendo uma resistência incisiva de diversas comunidades em defesa da manutenção de uma tradição que, para eles, é demarcadora de identidade.

Outra controvérsia entra em jogo quando busca-se situar a questão do prazer da mulher fanada, contestado por pesquisas difundidas pelas organizações internacionais que são, por sua vez, rebatidas por relatos de experiências pessoais de algumas jovens que passaram pelo rito. O discurso mais comum é o de que, para as mulheres circuncidadas, a relação sexual seria sempre algo não prazeroso e/ou dolorido. Contraditoriamente, na Guiné-Bissau a leitura que se faz das mulheres fanadas é a de que elas seriam insaciáveis sexualmente⁴⁹⁷⁵.

No âmago de toda essa ampla discussão está a questão de gênero: quais vozes são legitimadas para dar conta desses impasses? O quê ou quem detém o controle ou o poder sobre o corpo da mulher? E, principalmente, em que medida é concedido espaço para a agência dessas mulheres e qual nosso acesso à perspectiva delas sobre as decisões que incidem diretamente sobre seu próprio corpo, sobre sua vida?

Com o intuito de investigar o espaço conflituoso e de negociação política acerca do corpo da mulher no âmbito da circuncisão feminina na Guiné-Bissau, pretendemos também compreender e confrontar as principais noções de gênero, tradição, corpo e sexualidade; e

⁴⁹⁷¹ “O Comitê Interafricano sobre práticas tradicionais que afetam a saúde de mulheres e crianças (IAC) é um órgão que “promove programas e ações políticas para eliminar a mutilação genital feminina, o casamento infantil e outras práticas tradicionais prejudiciais. Foi criado em 1984 com o apoio do UNFPA, UNICEF, a OMS e o Governo do Senegal, diante da necessidade de uma voz africana em uma campanha internacional contra a MGF” (tradução nossa das informações do site do The Inter-African Committee on Traditional Practices. Disponível em: <http://www.ia-ciaf.net/index.php?option=com_content&view=article&id=10&Itemid=3>)

⁴⁹⁷² Esta organização faz parte, desde 2010, juntamente com outras quatro focalizadas em pontos diferentes da Guiné-Bissau, do Projeto Djinopi. Este visa uma mudança de mentalidade comunitária, buscando também a reconversão das excisadoras.

⁴⁹⁷³ ALVES, op. cit., p.81.

⁴⁹⁷⁴ Ibid., p. 61.

⁴⁹⁷⁵ Ibid., p.101.

refletir sobre o lugar do discurso enquanto legitimador de tradições e posturas políticas. Dentre os principais objetivos da pesquisa em curso está o de apresentar os discursos em torno do fanado guineense, buscando a voz e/ou as concepções da mulher fanada nas entrelinhas. Ao procurar repensar as práticas de resistência ou agência dessas mulheres, gostaríamos de apresentar futuramente uma possível contribuição da pesquisa para historiografia de gênero.

Os ritos de passagem femininos atraíram cedo a atenção dos pesquisadores, de acordo com Margaret Strobel⁴⁹⁷⁶. Alguns pesquisadores direcionaram seus trabalhos para um rito de passagem em específico, outros para suas mudanças ao longo do tempo, mas nenhum aspecto chamou mais a atenção dos estudiosos do que as controversas práticas da clitoridectomia e a infibulação⁴⁹⁷⁷. Strobel pontua que mulheres e homens africanos têm respondido à crítica das feministas ocidentais com acusações de imperialismo cultural ou sensacionalismo. Fran Hosken argumenta que a ajuda estrangeira não deve ser usada para modernizar a clitoridectomia, e Ellen Gruenbaum vê a prática como incorporadora da posição inferior da mulher e da dependência econômica - todavia, para esta, uma intervenção inadequada poderia gerar uma reação nacionalista⁴⁹⁷⁸. Strobel lembra que, de fato, tentativas missionárias de lidar com a clitoridectomia entre os Kikuyu do Quênia no início de 1920 dividiram a comunidade sobre a questão e levaram a um movimento anticolonial em torno da defesa dos costumes⁴⁹⁷⁹.

Os estudiosos africanos se inserem no debate sobre gênero a partir de 1980, questionando a aplicabilidade e a eficácia de alguns conceitos de matriz ocidental, amplamente utilizados no mundo acadêmico para explicar as realidades históricas e socioculturais em África - o que, em geral, conduz a uma perspectiva distorcida do objeto de estudo⁴⁹⁸⁰. Para evitar esse equívoco, Patrícia Godinho Gomes sugere “[...] um reposicionamento dos estudiosos das questões de gênero, em África, no sentido de um questionamento da identidade social dessas mulheres, dos seus interesses e das suas preocupações”⁴⁹⁸¹.

No contexto guineense, a prática do fanado, além de ser fundamental para o estabelecimento da sua integração social na comunidade, desempenha importante papel na construção identitária da mulher, assim como funcionam diversos rituais de iniciação, especialmente em África. A circuncisão feminina marca o fim da idade infantil e o início da fase adulta, produzindo só assim um sujeito do gênero feminino - sendo por isso considerada um rito de passagem. Através desta prática, Van Gennep pondera que:

[...] retira-se o indivíduo circuncidado da humanidade comum mediante um rito de separação que automaticamente o agrega a um grupo determinado, e de tal maneira que a operação, deixando traços indelévels, torna a agregação definitiva⁴⁹⁸².

Apesar de incipientes, os estudos de gênero na Guiné-Bissau têm apresentado importantes contribuições sobre o papel político das mulheres no passado e no presente⁴⁹⁸³.

⁴⁹⁷⁶ STROBEL, Margaret. *AfricanWomen. Signs – Journal of Women in Culture and Society*. Vol.8. N.1, 1982, p.127.

⁴⁹⁷⁷ *Ibid.*, p.128. A clitoridectomia seria a excisão/remoção do clítoris, e a infibulação é considerada um tipo de circuncisão feminina, em que ocorre a “costura” dos lábios genitais. Cabe pontuar que ambas as definições são extremamente complexas e variáveis, o que não será aqui discutido por não integrar os objetivos deste artigo.

⁴⁹⁷⁸ Ambas as pesquisadoras são citadas por Strobel. Cf. STROBEL, op. cit., p.128.

⁴⁹⁷⁹ *Ibid.*, p.128.

⁴⁹⁸⁰ GOMES, Patrícia Godinho. O estado da arte dos estudos de gênero na Guiné-Bissau: uma abordagem preliminar. In: **Outros Tempos**, vol.12, n.19, 2015. p.170.

⁴⁹⁸¹ *Ibid.*, p.170.

⁴⁹⁸² VAN GENNEP, A. **Os ritos de passagem**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p76

⁴⁹⁸³ GOMES, op. cit., p.186.

De acordo com a análise de Patrícia Gomes, a produção historiográfica sobre os estudos de gênero na Guiné-Bissau entre o período de luta pela independência e os anos 1990 seguiram três tendências. A primeira, ocorrida no contexto da luta anticolonial, entre o início 1960 e meados de 1970, diz respeito aos documentos produzidos, basicamente, pelo movimento de libertação PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), e representa os escritos iniciais sobre a condição feminina e a importância da participação das mulheres no processo de transformação sociocultural⁴⁹⁸⁴.

Em um segundo momento, na denominada de “primeira fase da independência” (1975-1984), os estudos sobre as mulheres guineenses, basicamente produzidos em inglês, para atender às demandas de um público estrangeiro, expressavam a tentativa de compreender se a independência teria significado avanço, estagnação ou retrocesso da condição feminina.

Por fim, na chamada “segunda fase da independência” (1985-1994), a fundação do Instituto Nacional de Pesquisas (INEP) amplia as pesquisas, viabilizando, por exemplo, um estudo sobre o estatuto das mulheres guineenses de acordo com as várias realidades étnicas e com as próprias regras consuetudinárias. Além disso, deve-se destacar a ocorrência de uma importante edição do Congresso da União Democrática das Mulheres da Guiné-Bissau (UDEMU), em 1988, no qual foram discutidos temas relativos à participação política das mulheres no novo Estado⁴⁹⁸⁵. Sob outro viés, houve também um crescente interesse das instituições internacionais por questões referentes ao impacto econômico das atividades realizadas por mulheres na sociedade guineense. Neste caso, muitos estudos partiram de associações e organizações não governamentais, as quais em geral seguiram o discurso hegemônico sobre as “ajudas ao desenvolvimento” e a “cooperação internacional”, enfocando a “vulnerabilidade” e o grau de “pobreza” das mulheres, negligenciando todo um conjunto de saberes e conhecimentos locais⁴⁹⁸⁶.

Neste aspecto, uma crítica relevante é levantada por Margaret Hay acerca da voz relativamente silenciosa de grande parte das próprias protagonistas dos estudos sobre as mulheres africanas. Ela considera que:

Amplas generalizações sobre a exploração ou subordinação das mulheres em outras culturas sempre aumentam questões sobre preconceitos do escritor e parece-me que um cuidado especial deve ser tomado para se concentrar no testemunho das próprias mulheres sobre suas situações e não colocar palavras em suas bocas⁴⁹⁸⁷

Em nosso caso, ao pesquisar a circuncisão feminina na Guiné-Bissau, é pertinente considerarmos, por exemplo, que como em muitas sociedades africanas, a mulher só é reconhecida como tal depois de passar pelo rito de iniciação e, assim, a noção de ‘gênero’ neste contexto não pode ser dissociada desse fato.

Ao nos inserirmos na historiografia de gênero em África, intentamos ampliar o debate sobre a circuncisão feminina, fugindo dos discursos homogeneizantes. Ao problematizar o fanado guineense, considerando-o inserido em seu contexto específico, dentro de seu tempo e espaço socioculturais, buscamos consequentemente desenvolver um estudo que abra espaço para ouvirmos as vozes das protagonistas dessa história - as mulheres africanas.

Em nossa pesquisa são relevantes, principalmente, fontes impressas, como periódicos, documentos oficiais e o material produzido por instituições não governamentais acerca do assunto, exemplificados posteriormente. Acreditamos que, analisando fontes que tangem

⁴⁹⁸⁴ É interessante destacar que a perspectiva de gênero, sustentada pelo movimento de libertação como condição essencial para uma efetiva emancipação social, constituiu um dos pressupostos da ideologia da libertação. Cf. GOMES, op. cit., p. 174.

⁴⁹⁸⁵ A excisão feminina foi um dos temas em debate no citado Congresso. Cf. GOMES, op. cit., p.183.

⁴⁹⁸⁶ Ibid., p.188.

⁴⁹⁸⁷ HAY, Margaret Jean. Queens, prostitutes and peasants: historical perspectives on African women, 1971-1986. In: **Canadian Journal of African Studies**, XXII, 3, 1988, p.436, tradução nossa.

principalmente a esfera política, à qual nossa questão está indiscutivelmente ligada, culminaremos também em uma reflexão sobre a história social e cultural da prática.

Neste sentido, a partir de um extenso levantamento de fontes, averiguamos como a imprensa vem tratando a circuncisão feminina no período de 1975 a 2011, principalmente nos mais relevantes periódicos guineenses, como a *Gazeta de Notícias*, no qual encontramos notassobre a criminalização do fanado no país⁴⁹⁸⁸ e reações à mesma⁴⁹⁸⁹, e o *Bissau Digital*, em que se explicitam, por exemplo, conflitos entre tradição e religião motivados pelo debate sobre a circuncisão feminina⁴⁹⁹⁰.

Para uma compreensão da perspectiva estrangeira sobre a circuncisão feminina, dispomos de uma série de periódicos de outros países, notadamente o *Público* (Portugal), o qual constantemente apresenta artigos de opinião⁴⁹⁹¹ sobre a "mutilação genital feminina" e dados da OMS e de comitês que combatem a prática⁴⁹⁹². De forma complementar, analisaremos artigos sobre a circuncisão publicados em jornais de referência ingleses e franceses, que em geral fazem apelos de solidariedade aos seus leitores para a luta contra a MGF.

Partindo do pressuposto de que os periódicos, em específico, nos interessam menos pelo que dizem, do que pelo como dizem, temos o intuito de também refletir sobre os silêncios que estabelecem no que se refere a dar voz às mulheres. Neste sentido, buscamos primeiramente historicizar a fonte, o que requer ter em conta as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido sobre o tema e por quê, percebendo assim a função social destes impressos⁴⁹⁹³. Assim, é fundamental inquirir a respeito das fontes de informação dessas publicações, sua tiragem, área de difusão, e relações com instituições políticas e grupos econômicos e financeiros fazendo, portanto, um uso não ingênuo da fonte⁴⁹⁹⁴.

Reconhecemos a função da imprensa enquanto instrumento de manipulação de interesses e de intervenção social, que "seleciona, ordena, estrutura e narra de uma determinada forma aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público"⁴⁹⁹⁵. Admitindo isso, entendemos ser relevante promover uma cuidadosa análise do discurso, investigando também as possíveis motivações que levaram a dar publicidade à circuncisão feminina, o material iconográfico e as representações a ela relacionados, bem como o destaque conferido à notícia⁴⁹⁹⁶.

Entendendo os documentos oficiais enquanto fontes históricas, buscamos analisar como a circuncisão feminina vem sendo encarada no âmbito teórico e também numa instância mais prática, através das legislações e programas de ação. Neste sentido,

⁴⁹⁸⁸ Como exemplo da vasta documentação a este respeito, citamos: ANP decreta fim do "fanado" da mulher. **Gazeta de Notícias**, Bissau, 17 jun. 2011. Disponível em: <http://www.gaznot.com/?link=details_actu&id=641&titre=Sociedade>. Acesso em: 9 set. 2015.

⁴⁹⁸⁹ Um exemplo do que foi dito é o artigo: FANATECAS rejeitam lei contra excisão. **Gazeta de Notícias**, Bissau, 28 jun. 2011. Disponível em: <http://www.gaznot.com/?link=details_actu&id=647&titre=Sociedade>. Acesso em: 9 set. 2015.

⁴⁹⁹⁰ Um exemplo significativo é: CASSAMÁ, Lassana. Missionários espancados pelos populares em Bissama. **Bissau Digital**, Bissau, 7 fev. 2008. Disponível em: <<http://www.bissaudigital.com/noticias.php?noticia=2259>>. Acesso em 8 set. 2015.

⁴⁹⁹¹ Um exemplo dos diversos artigos encontrados é: ALMEIDA, São José; BRANCO, Sofia Branco. Projecto do CDS sobre excisão considerado desnecessário; E agora?. **Público**, Lisboa, 6 mar. 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_154110>. Acesso em 24 ago. 2015.

⁴⁹⁹² Referimo-nos, por exemplo, a: COSTA, Joana Ferreira da. Cintos de castidade cirúrgicos. **Público**, Lisboa, 9 dez. 1997. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_154954>. Acesso em: 24 ago. 2015.

⁴⁹⁹³ LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. de (Org.). **O historiador e suas fontes**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2009. p.132.

⁴⁹⁹⁴ Ibid., p. 116.

⁴⁹⁹⁵ Ibid., p.139.

⁴⁹⁹⁶ Ibid., p.140.

examinaremos o I Programa de Ação para a eliminação da mutilação genital feminina⁴⁹⁹⁷, e a Declaração Conjunta para Eliminação da Mutilação Genital Feminina⁴⁹⁹⁸, assinadas por instituições influentes como a Associação para o Planejamento da Família (APF) e a Organização Mundial da Saúde (OMS). Estas mesmas instituições foram responsáveis por elaborar o Manual de Formação a respeito da Mutilação Genital Feminina⁴⁹⁹⁹, destinado principalmente a docentes e formadores de estudantes da área da saúde, através do qual podemos refletir sobre a atuação governamental e institucional na esfera social.

Notamos também a relevância de se fazer uma interpretação histórico-metodológica da Declaração Universal de Direitos Humanos da ONU⁵⁰⁰⁰ e da Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos⁵⁰⁰¹, esta última elaborada na tentativa de adaptar alguns dos princípios da primeira à realidade do continente africano.

Entrevistas publicadas em periódicos e que refletem as duas principais e opostas noções sobre a circuncisão feminina também são analisadas, principalmente a de Fatumata Djau Baldé⁵⁰⁰², presidente do Comitê Nacional para o Abandono de Práticas Tradicionais Nefastas à Saúde da Mulher e da Criança na Guiné-Bissau; e a de Germaine Greer⁵⁰⁰³, que entende a circuncisão como uma prática complexa que varia de país para país e é realizada pelas mulheres para reforçar o sentido de pertença à comunidade.

Por fim, recorreremos ao material etnográfico do Boletim Cultural da Guiné Portuguesa⁵⁰⁰⁴, o qual apresenta informações específicas sobre a circuncisão feminina que nos são úteis aqui apenas no sentido de traçarmos um quadro cultural mais detalhado, uma vez que suas publicações são anteriores ao recorte cronológico proposto, que parte do contexto pós-independência do país.

Tendo em vista também as fronteiras da disciplina histórica, buscamos nos apoiar numa reflexão interdisciplinar, ampliando nossos procedimentos metodológicos. Sobre este aspecto, Robert Darnton é enfático ao afirmar que "o contato entre a história e a antropologia foi benéfico para ambas, na medida em que oferecem vias complementares de atingir o mesmo objetivo: a interpretação da cultura"⁵⁰⁰⁵. Seu posicionamento em defesa da contribuição da teoria antropológica para análise de problemas históricos vem a calhar em nossa pesquisa especialmente na discussão sobre o funcionamento dos símbolos, aos quais a circuncisão feminina está estritamente relacionada.

⁴⁹⁹⁷ O primeiro dos três programas até então concebidos é: GRUPO DE TRABALHO INTER-SECTORIAL SOBRE A MGF/C. **Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina**. Associação para o Planejamento da Família, Lisboa: 2009.

⁴⁹⁹⁸ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). Eliminação da mutilação genital feminina. Declaração conjunta OHCHR, ONUSIDA, PNUD, UNECA, UNESCO, UNFPA, ACNUR, UNICEF, UNIFEM, OMS. 2008.

⁴⁹⁹⁹ Id., Mutilação genital feminina. **Manual de Formação**. Associação para o Planejamento da Família (APF), OMS. 2001.

⁵⁰⁰⁰ UNESCO. **Declaração Universal de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas**, UNESCO, 1948.

⁵⁰⁰¹ ORGANIZAÇÃO DE UNIDADE AFRICANA. **Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos**. Quênia, 1981.

⁵⁰⁰² Dentre suas diversas entrevistas, destacamos: HÁ que combater as práticas nefastas, mas sem desrespeitar as tradições Fatumata Djau Baldé, presidente do CNPN. **Gazeta de Notícias**, Bissau, 12 ago. 2011. Disponível em: <http://www.gaznot.com/?link=details_actu&id=674&titre=Sociedade>. Acesso em: 24 ago. 2015.

⁵⁰⁰³ ENTREVISTA com a feminista Germaine Greer. **Diário de Notícias**, Lisboa, 6 ago. 2000. Disponível em: <http://www.cpihts.com/MGF/3_parte.htm>. Acesso em: 24 ago. 2015.

⁵⁰⁰⁴ Revista colonial publicada entre 1946 e 1973 composta basicamente por artigos de cunho etnográfico, inteiramente disponibilizada na página eletrônica do Projeto Memórias de África e do Oriente.

⁵⁰⁰⁵ DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p.228.

Enquanto referencial teórico, buscamos analisar a percepção do corpo enquanto construção simbólica elaborada por Le Breton⁵⁰⁰⁶, as relações entre sexualidade/discurso/poder de Foucault⁵⁰⁰⁷. No que diz respeito à pesquisa histórica acerca da questão de gênero, comungamos com a proposta de Joan Scott, que concebe 'gênero' enquanto categoria de análise histórica, acreditando que:

Quando os historiadores buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as formas particulares e contextualmente específicas pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política⁵⁰⁰⁸.

Não buscamos nesta pesquisa apresentar um posicionamento pessoal sobre o tema, mas sim problematizar a questão, considerando o outro, sua cultura, e sua própria ação na história, dentro de seu contexto específico, de seu tempo e espaço socioculturais. Almejamos assim nos inserir no contexto dos estudos que consideram tanto as mulheres em particular quanto os africanos em geral, não meramente como vítimas ou aqueles que reagiram, mas como atores conscientes em seu próprio lugar⁵⁰⁰⁹.

Entendemos que, para os grupos que praticam o fanado, e que possuem crenças religiosas e/ou culturais próprias, este ato não é percebido como violento, nem como opressor para as mulheres, mas sim como uma prática promotora de princípios, de educação e de formação. Assim, a realidade do fanado, assim como vários rituais de grupos distantes das sociedades ocidentais, possui muito mais especificidades do que geralmente são difundidas.

Entendemos, assim como Germaine Greer, que "O corpo da mulher é um campo de batalha em que ela luta pela liberação. É através de seu corpo que funciona a opressão, coisificando-a, sexualizando-a, vitimizand-a, incapacitando-a"⁵⁰¹⁰. Neste sentido, assim como propõe a própria autora, talvez seja mais frutífero realizarmos preferencialmente uma autocrítica à nossa sociedade, que se volta contra as tradições culturais do "outro" e não reconhece os "ataques à feminilidade" aos quais se submete⁵⁰¹¹.

Por fim, consideramos que a ritualização das manifestações da vida e a modelagem corporal e/ou simbólica são frequentes nas sociedades em geral, desempenhando diferentes funções de acordo com o contexto cultural no qual se inserem. Entendendo que a questão da circuncisão feminina está diretamente relacionada com a tríade gênero-corpo-sexualidade, e que estas produzem e são produzidas pelo poder, é que buscamos trabalhar a problemática do corpo da mulher enquanto um campo de disputa. A pesquisa histórica acerca da circuncisão feminina na Guiné-Bissau objetiva, portanto, trazer contribuições ao debate ideológico e historiográfico, refletindo sobre 'gênero' enquanto uma chave para compreender a organização da sociedade, atravessada, principalmente, por relações políticas e culturais a ele relacionadas.

⁵⁰⁰⁶ LE BRETON, D. *A sociologia do corpo*. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2011; Id., **A antropologia do corpo e modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2011a.

⁵⁰⁰⁷ FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993. 3 vol.; Id., *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

⁵⁰⁰⁸ SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, vol.20, n.2, jul./dez. 1995, p.89.

⁵⁰⁰⁹ STROBEL, op. cit., p.131.

⁵⁰¹⁰ GREER, Germaine. **A mulher inteira**. Rio de Janeiro: Record, 2001. p.129.

⁵⁰¹¹ "Episiotomias, cesarianas e hysterectomias desnecessárias, todas representam ataques à feminilidade [...]". Cf. GREER, op. cit., p.128.

*Kywza Joanna Fideles Pereira dos Santos*⁵⁰¹²

kywzafideles@gmail.com

Resumo: Os diálogos transatlânticos, sob a marca da diáspora africana, têm possibilitado investigações no âmbito da cultura, sendo possível compreender as práticas discursivas contemporâneas e as “contra-narrativas” da modernidade (GILROY, 2001) através das marcas da racialização. A Africanidade forjada e/ou ressignificada no seio dessas contra-narrativas é o elo de pertença, que delinearía novos contornos no constructo identitário nos países diaspóricos. A música popular, como fonte de narrativa social, nos oferece um terreno fértil para investigação do constructo identitário através da africanidade, suas negociações e disputas no nicho das indústrias culturais, assim como sua reconfiguração dentro dos novos espaços de negritude, forjado no que Carlos Gadea chamou de pós-africanidade. O século XX foi marcado pelas narrativas musicais do Atlântico Negro. Assim, a África pode ser vista de diversas perspectivas dentro da música popular brasileira. No cerne debate político antirracista, a música se destaca como uma via estética de manifestação identitária. O nascimento da indústria é acompanhado pelo delineamento e legitimação da música brasileira, a partir da qual é possível observar as práticas discursivas cotidianas como ponto comum em seus diálogos e usos da africanidade. Na última década, as noções de africanidade e a insuficiência do “significante negro” não esgotaram as possibilidades identitárias. Por exemplo, etnicidade, miscigenação e negritude têm sido acionados, como mote conceitual, nos debates inflamados acerca da questão racial brasileira. Sendo recorrentes os diversos usos e sentidos adotados nas práticas discursivas, propõe-se aqui um debate acerca das contra-narrativas da modernidade, sendo a música popular o ponto de partida. Desse modo, tentaremos analisar os acionamentos de africanidade e negritude, além das novas configurações das estéticas negras na pós-africanidade, problematizando o próprio conceito de pós-africanidade. Utilizaremos como suporte analítico a música popular brasileira do século XX. E a partir do debate proposto, pensar a música enquanto ferramenta pedagógica no ensino de História da África e Cultura afro-brasileira, consoante à efetivação da Lei 10.639/03.

Palavras-chave: Africanidade. Música Popular. Pós-africanidade.

1. Africanidade, pós-africanidade e negritude – diálogos conceituais

No início do século XX, as narrativas antirracistas surgem intrinsecamente ligadas narrativas de africanidade, que se manifestariam através das teorias pan-africanista⁵⁰¹³ - 1919 (Du Bois e Marcus Garvey) e da negritude⁵⁰¹⁴ -1930 (Aimé Césaire, Leon Damas, Leopold

⁵⁰¹² Doutora e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação PPGCOM/UFPE. Pesquisadora Associada do Instituto De Estudos da África/UFPE. Professora Celetista do Centro Universitário do Vale do Ipojuca – UNIFAVIP/Devry. Email: kywzafideles@gmail.com. Este texto é proveniente da Tese de Doutorado intitulada “Dos Orixás ao Black is Beautiful: a estética da negritude na música popular brasileira”.

⁵⁰¹³ Movimento que pregava a união dos povos africanos e diaspóricos contra o racismo, em defesa dos direitos dos africanos vivendo sob dominação colonial, pela volta às origens ancestrais e reestruturação da África através de remanejamento étnico.

⁵⁰¹⁴ Movimento político e literário que se oporá à política de assimilação cultural, negando o modelo ocidental e condenando sua imitação, numa tentativa de volta às origens africanas, como meio de libertação da dominação racial e cultural. O conceito do que se convencionou chamar de *Negritude* gira em torno de duas interpretações: a mítica, que seria a volta às tradições africanas, ou seja, a descoberta do passado anterior à colonização numa tentativa de revitalizar as origens para restabelecer a realidade africana desconfigurada e “perturbada pela intervenção ocidental”; e a

Sédar Senghor) e serão fundamentais como marco das contranarrativas da modernidade, ainda que algumas se concentrem no viés essencialista e mitológico, assim como as tradições teóricas sobre etnicidade e miscigenação. Na definição de Gadea⁵⁰¹⁵,

A *africanidade* é um espaço de elaboração discursiva e política que pretende sintetizar a pertença coletiva de um grupo humano a uma comunidade presumidamente fundamentada em determinadas especificidades históricas e culturais referenciadas no continente africano. Trata-se, ao mesmo tempo, de um gesto pedagógico e de “técnica de subjetivação” que estabelece o resgate de uma origem africana comum entre a população negro, chave para o reconhecimento intragrupal e valorização cultural particular. Politicamente, trata-se de um projeto de contrariedade ou de identidade de resistência, conseqüente do projeto histórico da modernidade, que questiona a aparente superioridade moral do modelo eurocêntrico de uma história universal. Em ocasiões, confunde-se com o “pensamento afrocêntrico”: mas, na realidade, a africanidade se sustentaria no afrocentrismo como narrativa política e filosófica.

O afrocentrismo ou, pelo menos, o “pensamento afrocêntrico”, como coloca Gadea, tem sua origem nos “tratados e depoimentos” do século XVIII elaborados por africanos submetidos ao holocausto da escravatura mercantil, que pleitearam perante o direito jurídico de retornarem à África. Porém, as narrativas de africanidade posteriores configuraram-se como fontes de contestação, fontes conceituais de cunho epistemológico que guiaram as novas dimensões teóricas e práticas. Os ideais de Negritude e do Pan-africanismo criados no Novo Mundo foram inspirados, em sua maioria, em intelectuais africanos, em figuras políticas ou artísticas que representavam a África, principalmente a subsaariana, e na luta pela descolonização.

O Pan-africanismo do século XIX, em que a África “se institui em espaço político e social, por excelência, da diáspora negra no mundo”, teve em sua inspiração fundante a vertente de volta a Terra Mãe, sendo fundado teórica e politicamente nos ideais afrocêntricos⁵⁰¹⁶. Desse modo, como, “os elementos constitutivos do afrocentrismo teriam dado sustento ideológico à *africanidade*”⁵⁰¹⁷.

Se a África é o ponto comum, seu despertar através das primeiras manifestações culturais e intelectuais no Novo Mundo foi a forma encontrada de pertencer a uma história, a algum lugar, já que lhe era negado um lugar de cidadão, de filiação nacional. Buscar uma África mitológica, na maioria das vezes, era a única maneira de negar a visão eurocêntrica de que os povos negros eram “desprovidos de história”⁵⁰¹⁸. Assim, tendo estado flutuando à “margem da experiência eurocêntrica”, ocupando o lugar cultural periférico e descentrado, “a ideia era “devolver ao centro” a experiência cultural e histórica africana para aqueles negros que teriam vivido “fora da consciência” do seu pertencimento cultural”⁵⁰¹⁹. Portanto, a África nos discursos negritudinistas do início do século XX seria o elo, fonte de identidades comuns, não no sentido étnico, visto que sua diversidade é incomensurável, mas na questão

ideológica que propõe “um modo de ser negro, impondo uma negritude agressiva ao branco” como resposta às práticas históricas dos colonizadores.

⁵⁰¹⁵ GADEA, Carlos A. **Negritude e pós-africanidade**: críticas das relações raciais contemporâneas. – Porto Alegre: Sulina, 2013.

⁵⁰¹⁶ Ver: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org). **Afrocentricidade**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

⁵⁰¹⁷ GADEA, 2013, p. 88-90.

⁵⁰¹⁸ WOLF, 1983 apud SANSONE, 2007. In : SANSONE, Livio. **Negritude sem etnicidade**: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007.

⁵⁰¹⁹ GADEA (Idem).

da racialização das relações sociais e da categorização de grupos, criadas a partir do contato entre a Europa, o Novo Mundo e a África⁵⁰²⁰.

Nas obras de intelectuais africanistas e nas narrativas da africanidade começam a se desenhar as primeiras contestações da historiografia oficial sobre os negros e mestiços. Num primeiro momento, o significativo negro foi invisibilizado como sujeito histórico a partir de teorizações racistas. Posteriormente, o embaço das categorias teóricas de análises não davam conta da complexidade das distintas condições de raça e classe em diversos capítulos da narrativa da história ocidental. Dentro dessas premissas, é possível compreender como a lenta mudança nas concepções teóricas segue as correntezas de um rio que separa abruptamente as pedras posicionadas de forma estratégica no seio das narrativas tradicionais do século XIX e XX.

Na perspectiva de Guimarães⁵⁰²¹, os estudos das relações raciais avançaram, portanto, em direção a uma generalização que, ao produzir uma síntese, na descoberta do processo de naturalização, ameaçou diluir sua capacidade analítica. Contudo, nos meandros das “estratégias racializantes”, os perigos e ambiguidades se mostram ainda mais problemáticos, mesmo dentro da utilização do conceito “sócio-histórico”. Os estudos raciais residem num problema que é manifesta em tais estratégias, “o sentido instrumental atribuído à identidade, que faz da cultura uma variante da política antirracista e da estética um mero instrumento da política”⁵⁰²². Porém, vale lembrar que as negociações no campo das disputas simbólicas e em tornos das identidades racializadas também refletem intuito de subverter uma narrativa central, entrincheirando o campo político-ideológico.

Se o processo de apropriação individual de valores ancestrais tornou-se uma forte característica própria e particular da ideia de negritude, esse processo só pode ser efetivado com a tomada de consciência, de se perceber parte de uma história coletiva. Nas palavras de Gadea⁵⁰²³: ‘Sem consciência, pode-se ser africano, mas não “afrocêntrico”; em definitivo, “pode-se ser negro”, mas não fazer parte da negritude’.

Obviamente que os perigos e ambiguidades no eixo do “pensamento afrocêntrico” repousam na sua perspectiva totalizadora, essencializante e homogeneizadora, ilusória na prática. Mas, foi a partir da circunscrição dessas abordagens como estratégia e instrumento político, que foram mapeados os caminhos para novas perspectivas através e além da ideia de “raça”. Dessa maneira, pode-se inferir que a constituição e reconfiguração do discurso de negritude (este em seu caráter essencialmente problematizante e probematizador dos usos e sentidos racializantes), traz consigo essas novas perspectivas e teorizações em torno da “raça”. Do racismo eugenista, passando pelo culturalismo essencializante, desembocando na inversão etnocêntrica do africanismo e do Pan-africanismo até a Pós-africanidade, a noção de raça impera como condutor discursivo, e mais tarde reelabora-se como noções racializantes nos contextos contemporâneos.

De fato, quando a raça está presente, ainda que seu nome não seja pronunciado, a diferenciação entre tipos de racismo só pode ser estabelecida através da análise de sua formação histórica particular, isto é, através da análise de modo específico como a classe social, a etnicidade, a nacionalidade e o gênero tornaram-se metáforas para a raça ou vice versa⁵⁰²⁴.

Os usos e sentidos referentes à raça encontram no Brasil, por exemplo, uma gama de variações, que subvertem à ordem conceitual do sujeito antirracista, que veio impulsionar outras perspectivas dialógicas e contraditórias acerca do sujeito heterogêneo e plural. Nesse

⁵⁰²⁰ SANSONE (Idem).

⁵⁰²¹ GUIMARÃES, Antônio Sérgio. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: FUSP; Ed. 34, 1999.

⁵⁰²² NASCIMENTO, 2006, apud GADEA, 2013.

⁵⁰²³ Idem, 2013, p. 91.

⁵⁰²⁴ Idem, 1999, p. 35.

sentido, é preciso compreender que o sujeito é um produto em constante ressignificação, e que as noções de “raça” e racismo devem ser entendidas como “práticas contextuais”.

Na fraqueza do “momento essencializante”⁵⁰²⁵, a insuficiência do “significante negro” não esgota as possibilidades identitárias. O esvaziamento do discurso de africanidade como marcador de uma suposta negritude e o deslocamento do significante negro denotam novos processamentos dentro da constituição de outros “espaços de negritude”. Para Gadea, o contexto da pós-africanidade desenha-se justamente na mudança dos contornos culturais, sociais e políticos na experiência negra e nas relações raciais, desenhando-se identidades individuais distintas daquelas ancoradas na associação entre negritude e *africanidade*⁵⁰²⁶.

Tais associações são compreensíveis e indissociáveis, uma vez que o próprio movimento político literário da Negritude, encabeçado pelo martinicano Aimé Césaire, o senegalês Leopold Sédar Senghor e o ganês León Damas, irá se opor à política de assimilação cultural negando o modelo ocidental e condenando sua imitação, numa tentativa de volta às origens africanas, como meio de libertação da dominação racial e cultural. A recusa social do ser negro impulsionou a buscar uma possível solução para a situação que seria “a retomada de si, na negação do embranquecimento, na aceitação de sua herança sócio-cultural (...). A esse retorno chamamos *Negritude*”⁵⁰²⁷. Munanga destaca que dentro das duas interpretações da negritude há uma variedade de definições. Desse modo, o autor aponta as seguintes: o caráter biológico ou racial; o conceito sócio cultural de classe; o caráter psicológico e a definição cultural⁵⁰²⁸. De acordo com o autor, o reconhecimento dessa dupla interpretação (mítica e ideológica) explica por que a negritude aparece ambígua e contraditória.

Roger Bastide⁵⁰²⁹ foi uns dos primeiros a introduzir o conceito de negritude no Brasil, a partir de seus escritos, mas é Abdias do Nascimento⁵⁰³⁰ dentro do movimento negro um dos primeiros a ecoar a negritude no seu sentido conceitual e prático, no final da década de 1940. O conceito de negritude se fará mais presente a partir nos anos de 1960, impulsionado pelo movimento dos direitos civis norte-americanos e pela descolonização da África. Mas, é preciso lembrar o protagonismo da Frente Negra Brasileira, nascida em 1930, que também já comungava com os ideais da negritude.

Dentro dos movimentos culturais, particularmente na música brasileira, as ramificações da negritude tomam formas idiossincráticas. As experiências de negritude já eram compartilhadas e já se faziam presentes desde o início do século XX. A reconstrução da África como um *revival* mitológico transformou-se num modo particular de condensar a problemática da questão identitária. Podemos encontrar essa África mítica expressa através da figura dos orixás nas canções do universo do samba entre os anos 30 e 60. O *revival* mitológico tem como vetor as referências das religiões ancestrais, vindas da África.

Podemos destacar os diálogos e ressignificações dentro do sentido de negritude, através do discurso de identidade nacional, pelo viés da miscigenação, a exemplo do samba e do Tropicalismo, e na *MPB*, institucionalizada como a sigla/gênero nos anos 60. Vale salientar que, as expressões culturais brasileiras, em especial na música popular que acionaram de diversas formas a negritude, e seu diálogo com o “Atlântico Negro” através da africanidade/ancestralidade, religiosidade e negritude moderna. A africanidade será o ponto de partida para a identificação das estéticas negras e a Pós-africanidade vai oferecer novos modos de pertença, principalmente dentro da cultura *pop*.

⁵⁰²⁵ HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003

⁵⁰²⁶ Idem, 2013, p. 123.

⁵⁰²⁷ MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. São Paulo: Ática, 1988.

⁵⁰²⁸ Idem, 1988, p. 51 - 53.

⁵⁰²⁹ BASTIDE, Roger. Variations sur la Négritude. In: **Présence africaine**. Paris: (36): 7-17, jan.- mar., 1961.

⁵⁰³⁰ Um dos criadores e organizadores do jornal **QUILOMBO**. Vida, Problemas e Aspirações do negro. Rio de Janeiro, dez/1948 a jul/1950 (Edição fac-similar, editora 34, 2002); e do Teatro Experimental do Negro – T.E.N.

2. Música popular e Estética da negritude

As questões em torno da “identidade brasileira” sempre estiveram ligadas ao estigma da racialização, seja através da ideologia do branqueamento ou da celebração da mestiçagem. Nesse sentido, música popular torna-se um vetor de expressões em que essa ligação se mostra de diversas maneiras. E é em meio ao estigma racializante dentro das relações sociais que vai se delinear, constituir e consolidar o que vou chamar de *estética da negritude* na música popular brasileira. Desde os primeiros acionamentos identitários, através das tradições religiosas afro-brasileiras, até sua influência e reelaboração na música, – e em seus diversos ritmos, estilos e gêneros, a exemplo do samba em seus momentos distintos, e da *MPB*⁵⁰³¹ a partir da década de 1970. Nesse universo, o discurso da negritude passa por reelaborações conceituais e estéticas na música popular. Assim, os processos de formação, delineamento e consolidação do que chamo de *estética da negritude* na música popular brasileira, a partir da segunda metade do século XX, compreende os contornos discursivos de construção identitária na esfera social, cultural e política, suas reconfigurações e ressignificações dos discursos em torno da negritude. As estéticas negras redimensionarão as contranarrativas da modernidade.

Para entender os momentos distintos e as ramificações das estéticas negras na música popular, podemos lançar mão de três eixos ou vertentes temáticas importantes para sua constituição: a africanidade, a mestiçagem e o orgulho negro. Nesse sentido, é possível citar alguns artistas, inseridos no *mainstream*, ou seja, de grande circulação e consumo, que tiveram ou têm sua trajetória pessoal e profissional marcada por estas vertentes temáticas, como Clara Nunes, Maria Bethânia, Martinho da Vila, Gilberto Gil, Jorge Ben Jor, entre tantos outros.

A identificação com o discurso da negritude, tanto sob aspectos de africanidade quanto nos diálogos transatlânticos, pode ser encontrada na música popular tanto no sentido do *revival* das Áfricas mitológicas num primeiro momento, quanto na reconfiguração desse discurso negritudista num diálogo com as culturas das “Áfricas diaspóricas”, bem como com a África moderna. Este último diálogo é possibilitado pelo avanço das tecnologias da comunicação e da informação digital. Podemos identificar algumas dessas características em diversas expressões culturais importantes para a história da música popular brasileira: no samba, na bossa nova, na Tropicália, na *soul music brasileira*, no *reggae*, no *samba-reggae*, no *afro-pop* baiano *samba rock*, e na *MPB*.

A música popular está em constante zona de conflito, forjando suas identidades em contextos dispersos de formação e transições, e toma para si e/ou lhe é dado o *status* de representação nacional dentro de um determinado contexto político. O surgimento das tecnologias de produção e circulação não alteraram apenas as vias consumo, mas toda a lógica cultural, em suas expressões e práticas. A Era do rádio no Brasil foi determinante para a concepção da música popular, o cenário da década de 1930, por exemplo, já dava sinais de demarcação de território entre música folclórica e música popular, tendo no samba a explícita manifestação dessa transição, no qual elementos do folclore e do popular são registrados, não diretamente, mas por uma espécie de reflexo mais ou menos distorcido:

No quadro do intenso debate ideológico que caracterizou a cultura brasileira dos anos 60, ela serviram para delimitar um certo campo interior daquelas músicas. Este campo, embora amplo o suficiente para conter o samba de Nelson Cavaquinho (que poderia ser considerado próximo ao folclore) e a bossa nova (que poderia ser considerada próxima da música erudita), era suficientemente estreito

⁵⁰³¹ Música Popular Brasileira – *MPB*. A sigla *MPB* se convencionou como definição de um estilo e/ou gênero, consolidando-se assim a partir dos anos de 1970. Ver: NAPOLITADO, Marcos. **A música popular brasileira (MPB) dos anos 70: resistência política e consumo cultural**. Actas del IV Congreso Latinoamericano de la Asociación Internacional para el Estudio de la Música Popular, 2002.

para excluir recém-chegados como a música eletrificada influenciada pelo rock anglo-saxão. A expressão *música popular brasileira* cumpria pois, se se pode dizer assim, certa função de “defesa nacional”(e nisso também ela ocupava lugar que pertencera ao folclore nas décadas anteriores). No fim dos anos 60 ela se transforma mesmo numa sigla, quase que uma senha de identificação político-cultural: *MPB*⁵⁰³².

De acordo com Marcos Napolitano⁵⁰³³, a sigla *MPB* “sintetizava a busca de uma nova canção que expressasse o Brasil como projeto de nação, idealizado por uma cultura política influenciada pela ideologia nacional-popular e pelo ciclo de desenvolvimento industrial, impulsionado a partir dos anos 50”. É importante salientar a dinâmica das relações raciais até meados do século XX, e a música popular, por sua vez, reflete a complexidade dessas dinâmicas no campo dos debates acerca da “raça” e do racismo.

Podemos destacar três momentos determinantes: a década de 30, com o marco freyreano em subverter as teorias racialistas do século XIX, ainda vigentes no pensamento intelectual brasileiro, principalmente com a política de branqueamento no início do século XX, através da migração europeia para o Brasil. Além de inaugurar o pensamento culturalista brasileiro, a obra de Freyre traz à tona o debate sobre as relações raciais no Brasil, mas sob a ótica da miscigenação e do paraíso racial. Ao mesmo tempo; o samba, tido como expressão viva dessa miscigenação e da forte influência das culturas da África Negra, passou a ser símbolo de identidade nacional, expressão legítima de alteridade e tradição, em que as expressões religiosas afro-brasileiras tiveram um papel determinante, tanto na formação de gêneros como o samba, como no forjamento de espaços de negritude. Assim, temos um processo de “invenção” de uma tradição representada na música popular negra, embora muitas vezes lhe fosse negada a ocupação de certos espaços delimitadamente brancos.

O segundo momento é o surgimento de uma classe operária e de consumo, que atrai novas migrações para os grandes centros entre os anos de 1930 e 1950. A emergência das questões raciais tanto no Novo e como no Velho Mundo é sintomática, através de regimes populistas e fascistas. Em 1950, com o *boom* industrial do governo Kubitschek e o advento da indústria cultural no Brasil, com a chegada da TV, consolidava-se um mercado cultural de consumo, assim como os novos nexos de pertença através de compartilhamento com a cultura estrangeira, além do surgimento de ícones de brasilidade apoiados na ideia de identidade nacional como Carmem Miranda, em suas relações controversas, que trataremos mais adiante. Nessa mesma época podemos destacar ainda o protagonismo dos movimentos políticos e culturais que debatiam a questão das relações raciais brasileiras e da “cultura negra” como a Frente Negra brasileira e a Imprensa Negra.

O terceiro momento é entre os anos 50 e 60, em que se dá o deslocamento dos modelos europeus de alta cultura e o surgimento dos EUA como potência mundial e centro de produção e circulação global de cultura⁵⁰³⁴. O surgimento da cultura de massa desperta desconfiança, e no campo dos estudos da cultura, as interpretações levam ao cunho pessimista e apocalíptico da cultura, como nos estudos de Adorno e Benjamin, tendo forte influência nos estudos no âmbito da comunicação e da sociologia e na concepção da chamada “cultura de massa”.

Em 1960, o cenário das sociedades racializadas no Ocidente é marcado pelo início da descolonização da África e o acirramento dos conflitos raciais, como, por exemplo, o *Apartheid* na África do Sul e a segregação racial nos Estados Unidos, tendo nas lutas dos movimentos *antiapartheid* e de direitos civis dos negros norte-americanos, iniciada na

⁵⁰³² SANDRONI, Carlos. **O Feitiço Decente**: Transformações do afro-brasileirismo na música popular. Tese. Rio de Janeiro. 1997, p.9.

⁵⁰³³ Idem, 2002.

⁵⁰³⁴ HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

década anterior, que tem impacto nas lutas negras pela descolonização das mentes da diáspora negra⁵⁰³⁵. A cultura popular forjada no contexto de uma sociedade de classes se dispõe no seio de distinções e estruturas racializadas, onde o essencialismo em torno dessas identidades raciais é convertido ora em reivindicação e reconhecimento, ora outras como produto cultural essencializado e vazio para os padrões do que se convencionou ser a legítima cultura popular.

Na década de 70, em meio a uma ditadura militar, a *MPB* já gozava de prestígio e reconhecimento entre as audiências da elite intelectual, mas vista com desconfiança principalmente pelos intelectuais de esquerda, e pelos setores acadêmicos que não compartilhavam essa valorização cultural. Para Napolitano⁵⁰³⁶, a peculiaridade da instituição *MPB* dos anos 70 está no fato de que “a música popular consolidava a vocação de popularidade, articulando reminiscências da cultura nacional-popular com a nova cultura de consumo vigente após o milagre econômico, entre os anos de 1968 e 1973”.

Outro aspecto enfatizado por Napolitano é como o sentido principal da “institucionalização” da *MPB* foi o de consolidar o deslocamento social da canção, delineado desde a Bossa Nova. O caráter híbrido da *MPB* possibilitaria a incorporação de objetos diversos, tendo na proposta tropicalista sua mais fiel expressão, em que tradição e modernidade se entrelaçam na busca de uma identidade nacional autêntica. O movimento tropicalista propunha uma experiência antropofágica da cultura popular expresso na música⁵⁰³⁷.

As críticas dos nacionalistas de esquerda eram justamente referentes à sonoridade jazzística da Bossa Nova e as inserções de estrangeirismos do Tropicalismo. Vale salientar que o *rock* tornara-se viral no mercado de consumo cultural, e era a expressão cultural estrangeira mais criticada, bem como sua influência na música. Curiosamente, muitos dos artistas pertencentes ao que viria a se denominar *MPB* partilhavam dos ideais políticos e sociais da esquerda nacionalista, mas compondo a ala menos conservadora.

Tanto no governo populista de Vargas, quanto no regime militar, a música popular serviu como ferramenta ideológica, porém, nos dois contextos, ela apresenta-se aprisionada à dicotomia “contenção/resistência”⁵⁰³⁸. Em ambos os contextos, a ideia de miscigenação e o mito da democracia racial expressavam pretensões estratégicas no campo político-ideológico, que tanto serviram para cooptar as lutas reivindicativas do movimento negro⁵⁰³⁹ como para delinear uma estética da margem que passaria à dinâmica central de formação estética.

Entretanto, os debates em torno das relações raciais já apontam para a superação do mito da democracia racial, e para o acionamento da miscigenação enquanto marco de negritude, como se pode observar nas canções de Clara Nunes, Martinho da Vila, Gilberto Gil e Jorge Ben Jor, entre as décadas de 1960 e 1970. Os referenciais de ancestralidade, trazidos pelo samba, tornam-se uma marca indelével de tradição, e na verdade passa a ser reconfigurada nos novos contornos da música popular na cultura do consumo.

Na música popular brasileira, predominam a associação semântica e mitológica à africanidade e a nova tentativa de definir a identidade negra baseada nos protestos e na promoção da autoestima e do orgulho dos negros brasileiros⁵⁰⁴⁰. Na década de 1960, essas predominâncias ficam mais claras na música de alguns compositores e cantores como

⁵⁰³⁵ Idem, 2002.

⁵⁰³⁶ Idem, 2002, p. 2.

⁵⁰³⁷ Sobre a o movimento da Tropicália ver: DUNN, Christopher. **Brutality Garden: Tropicália and the Emergence of a Brazilian Counterculture**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2001. Published in Japanese translation by Ongaku na Tomo, 2005.

⁵⁰³⁸ Idem, 2003.

⁵⁰³⁹ Ver: ALBERTI, Verena e PEREIRA, Amílcar Araujo (Org). **Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.

⁵⁰⁴⁰ CARVALHO, José Jorge. **Black music of all colors**. The construction of black ethnicity in ritual and popular genres of afro-brazilian music. Universidade de Brasília, 1993.

Martinho da Vila, Paulinho da Viola, Maria Bethânia, Elis Regina, Wilson Simonal, Caetano Veloso, Gilberto Gil e Jorge Ben Jor, só para citar alguns exemplos.

Das gravações de “pontos-de-macumba” de Martinho da Vila –, passando pela celebração dos orixás nas vozes femininas de Clara Nunes e Maria Bethânia, ao “*Black is Beautiful*” de Marcos Vale, famosa na voz de Elis Regina e o “Tributo a Martin Luther King”, de Wilson Simonal, bem como ao *samba rock* de Jorge Ben Jor e à negritude moderna de Gilberto Gil, e pelo acionamento de uma África mítica pelos blocos afro-baianos, no final da década de 70, – até os “novos espaços de negritude” no *rap*, vemos se acentuar o diálogo entre as culturas do atlântico negro, num contexto de disputas e negociações, que também trazem o retorno a categorias racializadas na busca de subvertê-las.

Desse modo, a música popular brasileira é marcada pelo que chamo de *estética da negritude*, delineada em inúmeros processos culturais transnacionais e trans-étnicos, ancorada nos elementos de africanidade e ancestralidade através da religião, reconfigurando-se dentro da cultura de massa ora como expressão legítima de reivindicação identitária ora como espetacularização do exótico, beirando a estereotipia. Quando uso a expressão *estética da negritude*, refiro-me a um apanhado de elementos acionados através de diálogos e compartilhamentos na música tidos como marcadores das culturas negras, letra, música e performance, consolidados como elementos originários da cultura negra transatlântica.

Assim, dentro da música de circulação e consumo, as identidades negras negociam valores culturais que passam pela enunciação da africanidade e ancestralidade como componentes de uma possível negritude, esta também será rearticulada nas formações identitárias que não mais passarão, necessariamente, pela ideia de africanidade como definidor do *ser negro*. Da mesma forma, essa rearticulação do discurso de negritude na música também irá acionar outros elementos da cultura popular negra urbana, principalmente, com sua inserção no circuito da *world music* e do *pop*, em que se criam novas tensões em torno da indústria cultural.

Como veremos mais adiante, a estética da negritude delinea-se a partir dos primeiros sambas gravados, em que a africanidade era o referencial de negritude, e reconfigura-se no contexto dos anos 60, paralelamente a institucionalização da *MPB*, a qual se legitimou através dessas expressões, consolidando-se na década de 70 com inovações no campo estético musical, influenciadas pelas novas trocas e diálogo das culturas negras na diáspora e suas ressignificações no campo minado das identidades racializadas.

Podemos apontar, por exemplo, a rearticulação dos “espaços de negritude” no *afrobeat* e no *rap*, onde surgem novos contornos na identificação com a negritude urbana dos anos 90. A *estética da negritude* reconfigura-se dentro desses novos contornos, e constitui-se de delimitações e diálogos, em que classe raça e região estão justapostos e emaranhados. A negritude passa a representar um marcador de identidade transitória e contextual de um grupo com afinidades de raça, classe e gênero, e também articula-se um marcador social da cor, mas que se configura através de dispositivos sociais de cooptação. Desse modo, podemos observar que o discurso de autoafirmação e o orgulho negro continuam a pautar as produções musicais, mas agora o sentimento de pertença toma para si outros signos de compartilhamento cultural como definidor identitário, a partir do que Carlos Gadea compreende como pós-africanidade.

3. Dos Orixás ao Black is Beautiful

O mundo dos orixás, de suas mitologias, encantos e cantos, crenças e homenagens predominou como eixo temático na música popular desde seus primeiros passos na constituição e definição de gêneros nacionais legitimados, assim como na conquista de autonomia enquanto produto cultural de circulação e consumo dentro das indústrias culturais. A presença das religiões de matriz africana na música popular tem se dado através dos elementos simbólicos e de narrativas cotidianas dentro das interlocuções históricas e

culturais, e que de forma direta ou indireta estão intrinsecamente ligados ao imaginário cultural do povo brasileiro.

Cantores e compositores como Clara Nunes, Martinho da Vila, Gilberto Gil, e entre outros como Maria Bethânia e Jorge Benjor, consagraram-se nessa vertente de africanidade/ancestralidade através da religiosidade. Esses artistas delinearam seus perfis estéticos identificados com a africanidade, com um repertório marcado pela religiosidade afro-brasileira. A africanidade nas obras desses cantores e compositores aparece muitas vezes como vetor da negritude, reconfigurando-se enquanto discurso racializado, mas, de maneira afirmativa, celebrativa, tendo um caráter de legitimador cultural no contexto da sociedade de consumo.

O panteão dos elementos e práticas afro-religiosas, em particular, e as culturas negras, de um modo geral, estão inequivocamente ligados às chamadas tradições folclóricas e populares, povoando o imaginário popular presente nas cantigas de roda, de cirandas, nas cantigas populares de domínio público (sem autor definido), nas folias de reis do congo e nas celebrações de cunho sincrético-religioso.

Tais elementos também marcariam o surgimento do que viria a se entender ou se constituir como música popular brasileira, tanto no que diz respeito à construção da identidade nacional, no campo político e ideológico, como no campo cultural, tendo os discursos de africanidade, religiosidade e ancestralidade enquanto representações determinantes no âmbito das disputas simbólicas. Além disso, o acionamento desses elementos na música popular também pode ser compreendido como um denominador de um imaginário cultural, que transita entre dois mundos marcados pela travessia do Atlântico e permanece flutuando no campo identitário. O significante negro, que foi um dia o desassossego do pertencimento, encontrou seu deleite na celebração e seu repouso inquietante na música popular.

É compreensível a forte presença da narrativa de motivos africanos, da mitologia dos orixás na música através da conexão do samba com os pontos de candomblé, com os terreiros e das figuras de mães-de-santo. Na verdade, as primeiras expressões musicais próximas ao que viria ser chamado de samba⁵⁰⁴¹, como o samba-de-roda do Recôncavo baiano, nasceram dentro dos terreiros de candomblé, no universo cultural das populações negras e mestiças, seja no contexto rural ou urbano. Inevitavelmente, os elementos simbólicos desse universo habitam o repertório da música popular.

Desde o processo de formação e constituição do samba⁵⁰⁴² como tal, até sua consolidação na era de ouro do rádio, é possível observar que os acionamentos de *pertença*, através de marcadores étnico-raciais, são articulados no âmbito das negociações e disputas dentro da cultura popular. Na música, esse processo de negociação e disputa pode ser ilustrado pelas rodas de samba da periferia, pelos bailes de gafieira, pelas escolas de samba, entre outros, que despertaram o interesse de uma classe média e de uma elite intelectual. De acordo com a interpretação sociológica de Tinhorão⁵⁰⁴³ “correspondia a uma nova forma de romantismo, que consistia em procurar nas fontes populares uma saída para sua falta de autenticidade”. A interpretação de Tinhorão apresenta um problema conceitual ao esvaziar o significante cultural das classes médias e intelectualizadas e essencializar a cultura das classes populares.

Entretanto, há muitos fatores, que aliados, explicam a conquista de *status* e legitimidade por parte das expressões “populares negras”. No plano socioeconômico, temos: o contexto pós-abolição, com migrações de negros e mestiços nordestinos, e de outras partes do país, para os grandes centros “sudestinos”; o alargamento das práticas culturais das populações negras nos guetos urbanos e a formação de uma classe operária. No plano tecnológico, o surgimento do rádio e no plano ideológico e cultural, a ideia de um Brasil

⁵⁰⁴¹ Sobre as várias denominações do samba ver: SANDRONI, Carlos. **O Feitiço Decente: Transformações do afro-brasileirismo na musica popular.** Tese. Rio de Janeiro. 1997..

⁵⁰⁴² Ver: VIANNA, Hermano. **O mistério do samba.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Ed. UFRJ, 1995.

⁵⁰⁴³ TINHORÃO, José Ramos. **Os sons que vêm das ruas.** São Paulo: Ed. 34, 2005, p. 212.

mestiço como pano de fundo para o projeto populista de identidade nacional, além das negociações e interlocuções entre músicos da periferia e uma elite intelectual.

No conjunto, as canções de rádio, de todos os ritmos e gêneros, tem ajudado favoravelmente o candomblé e a umbanda, além de outras denominações menos conhecidas, a encontrar o caminho do reconhecimento e da legitimidade social, sobretudo quando a música traz para a religião o prestígio dos compositores e intérpretes⁵⁰⁴⁴.

Entretanto, o protagonismo exercido no âmbito das disputas simbólicas por esses modos de pertencimento se deu de maneira traumática e dinâmica, onde os sujeitos tiveram que lidar com suas identidades inferiorizadas pelas sociedades racializadas, em que o jogo das permanências e ausências torna-se uma questão de sobrevivência, e reconfiguraram o que restou nesse ínterim na memória coletiva.

No que se refere aos cultos afro-brasileiros e sua influência na cultura popular, muito se deve à cultura oral, e esse é um dos fortes eixos em meio às disputas simbólicas, residindo justamente nas rearticulações desse universo mitológico em meio aos processos transculturais de uma sociedade em intensas transformações culturais, políticas e econômicas, principalmente no momento pós-abolição. Por conseguinte, há transfigurações e reconstruções a partir do remoto, em que o pertencimento ancestral é acionado através das religiões de matriz africana ou de origem afro-brasileira. Pensando as disposições e contradições em meio a processos marcados pelos o estigma da escravidão, do racismo e da discriminação, e conseqüentemente pelos lugares determinados e determinantes à população negra (a senzala, o mocambo, o cortiço, o “quarto de despejo”, a favela), também é indispensável considerar o protagonismo de suas expressões como demarcadores sociais na história político-cultural do Atlântico negro.

Além disso, a autonomia da canção popular está ligada a um processo longo e complexo de reconhecimento e afirmação das culturas negras e mestiças em permanentes disputas, trocas, cooptações e articulações. A legitimação do samba e do que viria a ser chamado mais tarde de música popular brasileira, para além da categoria folclorizada, e, posteriormente, a instituição da sigla *MPB*, manteve uma estreita relação com as expressões populares negras, seja através das interlocuções e diálogos configurados pelas transculturações inerentes aos processos socioculturais, ou na busca por autenticidade legitimadora através do repertório nacional-popular.

A legitimidade da música popular passa também pelas questões “raciais” e identitárias, acionadas como marca e parte de um discurso de identidade nacional, que veio buscar sua mais forte simbologia nos temas relacionados à africanidade como marca de tradição inequívoca. Essas questões podem estar expostas de maneira estereotipada, ritualística, irônica, reivindicativa, celebrativa e mítica. O que nos importa aqui é como essas questões se reconfiguram com o passar do tempo. Estamos no século XXI, e essas premissas de racialidade não cessaram. Mais uma vez, o que é mais intrigante é como essa linha pensamento racializado foi utilizado em meio às disputas, pelos contestadores, como numa perspectiva afirmativamente normativa dentro do universo simbólico que tiveram um papel determinante nas lutas e conquistas políticas da nossa sociedade.

O “afro-brasileirismo”⁵⁰⁴⁵ na música popular ou o que Prandi tratou como os “orixás na alma brasileira”, vêm despertando cada vez mais o interesse acadêmico sobre tais aspectos no repertório musical, desde os chamados estudos folclóricos de Edson Carneiro, até o campo da etnomusicologia, dos estudos culturais, e em trabalhos não acadêmicos como o do pesquisador e compositor Nei Lopes.

⁵⁰⁴⁴ PRANDI, Reginaldo. **Segredos guardados: orixás na alma brasileira**. 1ª Edição São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 187-188.

⁵⁰⁴⁵ Idem, 1997.

Muitas pesquisas já constataram que a presença do universo mitológico dos orixás vem permeando a cultura musical brasileira de forma recorrente. Neste aspecto, também é sabido que esse universo foi “traduzido” por compositores e intérpretes negros, brancos e mestiços que nutriam relações direta ou indireta com o candomblé, com a umbanda, e que de forma geral pertenciam às comunidades periféricas ou refletiam vínculos simbólicos com cotidiano dessas comunidades, com um grande contingente de população pobre e negra, num contexto de tensões raciais e sociais, que irão marcar, inequivocamente, suas narrativas. Embora no início da disseminação da música em grande escala, com a popularização do rádio, houvesse uma predominância de artistas brancos e mulatos interpretando canções que dialogam com as narrativas culturais dos negros, é preciso destacar esse fato como uma das características que compõem a esfera descritiva das tensões e manifesta, muitas vezes, ingenuamente as facetas culturais em suas discrepâncias necessárias no processo de negociação.

De acordo com a pesquisa de Prandi⁵⁰⁴⁶, realizada entre 1996-2003, no que se refere à presença dos orixás na música popular brasileira no século XX, “foi possível identificar quase mil títulos da música popular brasileira cujas letras fazem referências aos orixás, *voduns*, inquices e entidades espirituais afro-brasileiras ou que se referem às próprias religiões ou aos seus elementos, práticas rituais, sacerdotes e templos etc.”.

Apesar de não nos concentrarmos especificamente nas primeiras décadas do século XX, uma vez que esse período não é o foco principal do trabalho, foi preciso investigar esse período através de estudos já desenvolvidos nessa seara, a fim de compreendermos os sintomas discursivos, que de diversas formas pautam os debates em torno das identidades, da racialização do discurso.

O surgimento do rádio, o nascimento da indústria fonográfica, e ao mesmo tempo as relações estreitas entre músicos, compositores, radialistas, políticos, intelectuais com o universo das religiões afro-brasileiras possibilitaram o alargamento desses temas na música popular. O apadrinhamento intelectual e a proteção política tiveram um papel importante em meio a essas disputas. As rodas-de-samba, os terreiros, a casa da Tia Ciata⁵⁰⁴⁷, frequentada por músicos da época, são bons exemplos dessas articulações.

Na Bahia, a presença de intelectuais nos terreiros de candomblé era antiga. Nina Rodrigues e Manoel Querino inauguraram, no final do século XIX, as pesquisas sobre as práticas religiosas nos cultos aos deuses africanos. Eles registraram a distinção entre os terreiros de nação jeje-nagô, congo e angola, identificando os rituais e pessoas importantes na preservação e recriação das tradições africanas no candomblé. O próprio Nina Rodrigues manteve uma aproximação com a religião e tornou-se frequentador de terreiros. Essa proximidade entre intelectuais e adeptos do candomblé se tornou ainda mais estreita na década de 1930. E se os terreiros usufruíam dessa relação, muitos intelectuais também recorreram a eles em busca de matéria-prima para suas carreiras intelectuais e mesmo para serem protegidos pelas bênçãos dos santos. Em 1937, ao fugir da “polícia política” do Estado Novo, o escritor Edison Carneiro refugiou-se no terreiro de Mãe Aninha, o Axé Opô Afonjá, em Salvador⁵⁰⁴⁸.

No início do século XX, muitas dessas religiões como o Xangô (Recife), o Candomblé (mais presente na Bahia), a Umbanda (Rio de Janeiro), o Batuque (Porto Alegre), Casa das Minas (Maranhão), entre outras, ou já estavam consolidadas ou em vias de consolidação na sociedade brasileira. Tais práticas religiosas foram marcadas pelo estigma racial num processo de cooptação, censura e marginalização, que se estenderia ao plano da música

⁵⁰⁴⁶ Idem, 2005, p. 188.

⁵⁰⁴⁷ Ver: MOURA, Roberto. **TIA CIATA e a Pequena África no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995; e VIANNA, Hermano. **O mistério do samba**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Ed. UFRJ. 1995.

⁵⁰⁴⁸ Disponível em: http://www.ceao.ufba.br/livrosevideos/pdf/uma%20historia%20do%20negro%20no%20brasil_cap09.pdf.

dessas populações, sempre ligada à vadiagem, à malandragem combatida pelo Estado Novo. A perseguição policial aos sambistas e aos terreiros continuou até 1975 com descriminalização dessas práticas religiosas, a partir da Lei Federal 6.292. A essa altura o samba já havia se tornado símbolo máximo de identidade nacional, fruto da mestiçagem. De acordo com Vianna, (1995, p. 31), “O mistério da mestiçagem (incluindo a valorização do samba como música mestiça) tem, para os estudos sobre o pensamento brasileiro, a mesma importância e a mesma obscuridade do mistério do samba para a história da música popular”.

Nos entrelaçamentos dessas disputas, encontramos na música de circulação e consumo, referências ao panteão afro-religioso, cantigas de pontos de macumba já em “Pelo telefone” (1916), considerado o primeiro samba gravado, uma obra coletiva, composta durante as reuniões, não necessariamente de cunho religioso, na casa da mãe-de-santo Tia Ciata, mas registrada no nome de Mauro de Almeida e Donga (Ernesto Joaquim Maria dos Santos), que assinaria várias autorias como “Sai Exu” (1920), gravada por Bahiano. De acordo com Prandi (2005, p. 189-190): “É impossível saber se os compositores da época registravam em seu nome cantigas de terreiro ou se os terreiros adotavam músicas feitas em primeira mão para o disco, pois até hoje a umbanda também adota no hinário músicas sem finalidade ritual”.

O fato é que desde as primeiras gravações de samba, é possível identificar músicas que acionam o repertório do candomblé e da umbanda, os orixás, caboclos, feitiços, os pontos de macumba, e a elas ligadas nomes importantes da história da música popular como Pixinguinha, Donga, Sinhô, João da Baiana, Amor (Getúlio Marinho da Silva). Por exemplo, as composições de Amor e Mano Elói (Elói Antero Dias): “Ponto de Exu” e “Ponto de Ogum” (1930), são pontos de macumba gravados em parceria com Conjunto Africano, na Odeon. Para, Nei Lopes (2005), o pioneirismo desses sambistas

deve-se ao fato de eles terem levado para o disco verdadeiros cânticos rituais, executados e interpretados como autênticos pontos de macumba, com atabaques etc”. Apesar de antes deles, outros artistas da música popular já tinham criado obras baseadas nessa tradição, como foi o caso de Chiquinha Gonzaga com “Candomblé” (batuque composto em parceria com Augusto de Castro e lançado em 1888, provavelmente em comemoração à Lei Áurea, já que Chiquinha era ativa abolicionista), de “Pemberê” (de Eduardo Souto e João da Praia, lançado em 1921) e de “Macumba jeje” (lançada por Sinhô em 1923). Depois de Mano Elói e Amor, vamos ter, entre muitas outras, “Xô, curinga” (Pixinguinha, Donga e João da Baiana), lançada em 1932 com a rubrica “macumba”, “Yaô” (Pixinguinha e Gastão Viana, 1938), “Uma festa de Nana” (Pixinguinha, 1941); “Macumba de lansã” e “Macumba de Oxossi” (de Donga e Zé Espinguela, sambista e pai-de-santo, gravadas em 1940) e “Benguelê” (Pixinguinha, 1946) etc⁵⁰⁴⁹.

Vale salientar ainda que já era possível apontar um entrelaçamento mais concreto do samba com a classe média e as ressignificações de classe e raça. O samba passa a ocupar outros espaços e o discurso de tradição através da africanidade sofre um apagamento, como nos mostra Prandi ao argumentar sobre o novo redirecionamento do samba com a produção dentro da classe média. As músicas “Na Pavuna” e “Feitiço da Vila” são dadas como exemplo. “Na Pavuna”:

Essa música não era do morro, mas de artistas da classe média que de certa maneira foram responsáveis pelo novo direcionamento do samba. A letra parece afirmar que a Pavuna também era capaz de produzir bom samba embora

⁵⁰⁴⁹ In: **Revista Espaço Acadêmico** – N 50 - Julho/2005.

não fosse um bairro dos antigos bambas fundadores do samba. O apagamento da filiação dos sambas aos temas religiosos afro-brasileiros parece ter estado presente na preocupação de compositores que elaboraram um estilo de música mais voltado para a sociedade branca, mais livre das amarras das raízes negras: o samba urbano dos compositores de Vila Isabel, em oposição ao samba do morro dos compositores que frequentavam as casas das velhas mães-de-santo... – oposição expressa na letra de “Feitiço da Vila” de Noel e Vadico (...) ⁵⁰⁵⁰.

O surgimento e popularização do rádio, o nascimento e consolidação da indústria fonográfica, a formação do samba, aliados ao projeto político populista de Getúlio Vargas, cimentam, de certa maneira, o caminho para se compreender as disposições e contradições neste contexto. O envolvimento da classe média com a cultura popular, de origem negra e pobre também foi um fator preponderante na legitimação dessa música. Mas, não pode ser esquecido que é também nesse momento há uma transfiguração do mundo negro para o mundo branco.

Curiously, in the political and social climate of Brazil from the late 1920s to the early 1950s, Africaneity emerged not as an identity but as a cultural heritage to which whites as well as blacks had access and could “own.” With reason, Pan-Africanism, which began as a across-national collaborative project at the beginning of the twentieth century, had little impact on Brazil – even after the emergence of important Brazilian Pan-Africanists such as Abdias do Nascimento ⁵⁰⁵¹.

É evidente a tendência nos anos 20 e 30, da música de terreiros, cantigas com motivos de macumba e umbanda. Dos anos 40 em diante, no contexto da expansão do rádio, a consolidação da indústria fonográfica, há um redimensionamento da cultura popular brasileira e uma reconfiguração dos modos de representação e pertencimento, principalmente com a chegada da televisão no Brasil na década de 1950. Da africanidade ligada às tradições religiosas à sua referência celebrativa de brasilidade mestiça, através dos diversos símbolos de uma negritude complexa, transitória e performática.

Para Nei Lopes ⁵⁰⁵², depois de Clementina de Jesus, “outra importante interseção entre a música popular brasileira e a religiosidade africana” foram *Os Afro-Sambas* de Baden Powell, Vinícius de Moraes e Toquinho, uma vertente que tendia a se rarefazer, mas, com “com raras incursões” segundo Lopes, como a do cantor e compositor Martinho da Vila, que gravou no final de 1970 cantigas rituais da umbanda.

O delineamento dessa estética se processa entre 1930 e 1940, e a partir de 1950 teremos suas reconfigurações dentro do próprio universo do samba, e em diversas vertentes como na baianidade de Caymmi à brasilidade pitoresca de Carmem Miranda, do samba-jazz sofisticado de Baden Powell à festiva celebração dos orixás.

Mesmo que a música popular apontasse para outras direções, estéticas e poéticas, ou parecesse apontar um abandono ou esvaziamento das temáticas ligadas à africanidade, o que se pode afirmar é que essa brisa sopra em diversos momentos da música popular

⁵⁰⁵⁰ PRANDI, Reginaldo. **Segredos guardados**: orixás na alma brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 194.

⁵⁰⁵¹ DAVIS, Darién J. **White Face, Black Mask**: Africaneity and early social history of popular music in Brazil. East Lansing: Michigan State University Press, 2008, p. 191.

⁵⁰⁵² LOPES, Nei. A presença africana na música popular brasileira. **Revista Espaço Acadêmico** – N 50 - Julho/2005. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/050/50clopes.htm>. Acesso em 10 de junho de 2013.

brasileira. Entretanto, há novos processamentos das identidades negro-mestiças, que na música rearticulam os elementos de africanidade, ancestralidade e negritude.

Nesse contexto podemos citar três artistas, de grande circulação e consumo que tem sua produção musical marcada pelas narrativas de africanidade, seja através da ancestralidade acionada com a mitologia dos orixás, seja através de uma negritude mestiça forjada com seus significantes variados: Martinho da Vila, Clara Nunes e Gilberto Gil. A partir de um mapeamento das canções compostas e gravadas, foi possível a pontar uma maior recorrência e permanência dessas vertentes.

Um dos poucos compositores e intérpretes que se mantiveram fiéis às temáticas relacionadas com a africanidade foi Martinho da Vila. Não é à toa que Martinho da Vila seja considerado um compositor fiel à essa temática, pois, como poderemos constatar mais adiante sua vida e obra é marcada pelas questões em torno do pertencimento e identificação com a negritude. A ligação de Martinho da Vila com a africanidade e a negritude vai além da temática religiosa recorrente em suas canções, como por exemplo: “Brasil mulato”; “Casa de bamba”; “Iaiá do cais”; e “Quatro séculos de modas e costumes”. Destacou-se ainda por trazer para o grande público samba de partido-alto, antes restrito aos terreiros de candomblé.⁵⁰⁵³

Foi a partir de suas viagens à África na década de 1970⁵⁰⁵⁴ e 1980, assim como Clara Nunes, que se estabeleceu uma estreita relação com Angola, onde desenvolveu projetos culturais e pesquisas. Em 1972 esteve pela primeira vez na África, se apresentando em diversas partes do país, ainda sob o domínio do poder colonial. Retornaria em 1980 com o Projeto Kalunga e encontraria Angola independente. O convite, segundo Martinho⁵⁰⁵⁵, foi feito por empresários portugueses simpatizantes dos ideais de independência. No Brasil, o projeto foi praticamente ignorado pela grande imprensa, consequência da censura e do alinhamento de Angola com a União Soviética.

A negritude extrapola a obra de Martinho da Vila, não sendo apenas uma vertente temática de suas canções, mas lugar de pertencimento, uma luta político-ideológica, que invoca participação, tornando-se um militante da causa antirracista, em sua efervescência na década de 1970 até os dias atuais. Na vasta discografia de Martinho da Vila, que vai de 1968 a 2014, somando ao todo 49 álbuns⁵⁰⁵⁶ (entre LPs, CDs e DVDs), podemos encontrar um repertório marcado pelo entrelaçamento das vertentes de africanidade e mestiçagem, porém rearticulando esses entrelaçamentos como expressão de negritude brasileira, em seus diálogos e compartilhamentos identitários. Martinho da Vila, um dos responsáveis pela popularização do “samba-de-partido-alto”, trouxe os motivos de cantos de orixás para composições e gravações forma mais sofisticada.

No que diz respeito ao universo sagrado dos orixás, podemos citar algumas canções como “Festa de umbanda” (*Canta, canta minha gente*, 1974, RCA Victor); “Festa de candomblé” (*Novas Palavras*, 1983, RCA); “Samba dos Ancestrais” (Rosinha de Valença/Martinho da Vila); “Odilê, Odilá” (João Bosco/Martinho da Vila); “Quatro Séculos de Modas e Costumes” - Vila Isabel, 68 (Samba Enredo, 1980, RCA.) e “Negros Odores” (1983, Rildo Hora/Martinho da Vila). Nos acionamentos da mestiçagem como marcador de africanidade e negritude, podemos destacar: “Mulata faceira” (Tendinha- 1978. BMG); “Deixa a fumaça entrar” (Martinho da Vila e Beto sem braço); “Traço de União” (João Bosco - Martinho da Vila); “Batuca no Chão” (Ataulpho Alves/Assis Valente); “Batuque”; “Que Preta, Que Nêga”; “Chica

⁵⁰⁵³ Fonte: Dicionário Cravo Albin da música popular brasileira. Disponível em: <http://www.dicionariompb.com.br/>. Acesso em: set de 2013.

⁵⁰⁵⁴ Shows por várias regiões do país, promovidos pelo projeto “Kalunga” entre 1970 e 1980, com a participação de grandes nomes da música brasileira como Dorival Caymmi, João Nogueira e Clara, Chico Buarque de Holanda, Miúcha, Djavan, Dona Ivone Lara entre outros.

⁵⁰⁵⁵ Em entrevista ao Museu AfroDigital, projeto “Memória do Projeto Kalunga”. Disponível em: http://museuafrodigitalrio.org/s2/?page_id=2026. Acesso em 12 de abril de 2014.

⁵⁰⁵⁶ Na discografia disponibilizada no site oficial de Martinho da Vila, não consta o LP *Nem Todo Criolo é Doido*; talvez por se tratar de uma coletânea com a participação de vários artistas.

da Silva” (Anescar/Noel Rosa de Oliveira); “Rio Grande do Sul na Festa do Preto Forro” (Nilo Mendes/Dário Marciano); “Ilu Ayê” (Cabana/Norival Reis); “Mistura da Raça”(Noca da Portela/Roberto Serrão).

A composição de Martinho da Vila, samba-enredo da escola Vila Isabel em 1968, traz a celebração da mestiçagem, mas a ênfase é dada ao componente negro na cultura brasileira, da música à religião, onde a africanidade se faz presente a partir de um componente mestiço que marca a tradicional e o moderno. Já na canção “Brasil Mulato”⁵⁰⁵⁷, a mestiçagem é apresentada como um catalizador de tensões, sugerindo o incentivo, sendo celebrada como um caminho de paz e fraternidade. A Pós-africanidade será marcada pela redescoberta da África, uma África moderna, para além da ancestralidade.

A temática afro-religiosa, ligada a vertente de africanidade, tem destaque no LP com a canção “Festa de Umbanda”, uma adaptação, feita por Martinho da Vila, de cantigas de terreiro de umbanda (seus cantos, santos e saudações), usadas em rituais de celebração. No aspecto musicológico (melodia, ritmo, letra e arranjo), traz a batida típica de tambores de terreiro, com alternâncias entre a execução mais lenta e mais rápida, aliada ao coro feminino, que é marcado por essas alternâncias rítmicas, reiterando o caráter mitológico da letra.

O sino da Igrejinha/Faz belém blem blam/Deu meia-noite/O galo já cantou/Seu tranca rua/Que é dono da gira/Oi corre gira/Que ogum mandou/Tem pena dele/Benedito tenha dó/Ele é filho de Zambi/Ô São Benedito tenha dó/Tem pena dele Nanã/Tenha dó/Ele é filho de Zambi/Ô Zambi tenha dó/Foi numa tarde serena/Lá nas matas da Jurema/Que eu vi o caboclo bradar/Quiô Quiô, quiô, quiô, quiera/Sua mata está em festa/Saravá seu mata virgem/Que ele é rei da floresta/Quiô Quiô, quiô, quiô, quiera (sic)/Sua mata está em festa/Saravá seu cachoeira/Que ele é rei da floresta/Vestimenta de caboclo/É samambaia/É samambaia, é samambaia/Saia caboclo/Não me atrapalha/Saia do meio/Da samambaia.

Então, podemos perceber nesses versos um conjunto de referências que podem ir da umbanda, passando pelo candomblé, ao catolicismo, nas figuras de Zambi⁵⁰⁵⁸ (divindade suprema dos cultos de origem banta e da umbanda, para os iorubanos⁵⁰⁵⁹ Olorum⁵⁰⁶⁰: “Ser Supremo”) (BENISTE, 2011, p. 617). ‘Uma das divindades iorubanas da criação (...). “Senhor de Orum⁵⁰⁶¹”, é no Brasil constantemente associado ao Deus judaico-cristão’ (Lopes, 2004, p. 496); Nanã⁵⁰⁶² (mãe mais antiga, no catolicismo Santa Ana) e Ogum (orixá iorubano do ferro, patrono dos que usam instrumentos desse metal, no Brasil é mais cultuado como orixá guerreiro, sincretizado com São Jorge), e São Benedito (o santo negro, filho etíopes ex-escravos, protetor dos pobres e negros, cultuado na umbanda e no catolicismo). É importante destacar que a umbanda é uma religião de caráter fundamentalmente sincrético, tendo como “particularidade religiosa ser nem totalmente africana, nem totalmente cristã”.

A vertente de “músicas de macumba” já estava consolidada, principalmente nos “espaços de negritude”, como o samba. Porém, com a influência do mercado fonográfico

⁵⁰⁵⁷ Gravação disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sa5jcg6Z5Vw>

⁵⁰⁵⁸ Tem origem no termo multilinguístico bantu Nzambi, que significa o “Ser Supremo”. Ver: LOPES, Nei. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004..

⁵⁰⁵⁹ Há dois modelos de culto seguidos pelas casas de candomblé no Brasil: angola (das tradições bantas) e keto/nagô (das tradições dos iorubas).

⁵⁰⁶⁰ Divindade na sua manifestação visível, concretização sensível e material de Olofin (personificação de tudo que é divino, causa de todas as coisas) e Olodumaré (divindade da criação, representação material e espiritual do universo). Ver: Lopes (2004, p. 495, 496 e 500). “Olórun wà pèlú e – Deus esteja com você” (Beniste, 2011, p. 617).

⁵⁰⁶¹ Na mitologia iorubana, espaço do universo onde vivem as divindades. Ver: Lopes (2004, p. 500).

⁵⁰⁶² Orixá de origem jeje ou vodum, cultuado na mina, no candomblé e na umbanda.

internacional, o samba vinha perdendo espaço. A cantora Clara Nunes⁵⁰⁶³ surge, justamente, nesse contexto, em meio a um espaço vazio deixado por Carmem Miranda na música popular, levando o samba novamente ao topo do mercado fonográfico brasileiro. Clara Nunes tornou-se um dos maiores intérpretes da história da música popular brasileira, sendo imortalizada pelo repertório ligado à umbanda e ao candomblé, pelo qual é lembrada até hoje como uma espécie de representante da vertente musical ligada à religiosidade afro-brasileira. Vale salientar que o samba era um gênero em queda no mercado fonográfico até o surgimento de Clara Nunes e Martinho da Vila, entre outros. Clara Nunes demarca seu território como “Sambista, cantora de macumba” na década de 1970.

Algumas canções que se tornaram emblemáticas no ponto de partida de Clara Nunes como cantora de samba: Aruandê... Aruandá (Zé da Bahia); “É baiana” (Fabrício da Silva, Baianinho, Ênio Santos Ribeiro e Miguel Pancrácio), de grande repercussão no carnaval de 1970; “Misticismo da África ao Brasil” (Mário Pereira/ Vilmar Costa/ João Galvão); “Puxada da Rêde do Xaréu” (1ª parte e 2ª parte – Maria Rosita Salgado Goes); “Festa para um Rei Negro⁵⁰⁶⁴” (Pega no Ganzê) (Adil de Paula – o Zuzuca), além das que consolidaram sua carreira como “O mar serenou” (1975), “Deusa dos Orixás” (1975), “Canto das três raças” (1976), “Morena de Angola” (1980), Ijexá (1982), entre outras.

Já o cantor e compositor Gilberto Gil, pertencente ao movimento tropicalista na música popular brasileira, é um dos primeiros a traçar um caminho que vai da africanidade /religiosidade à Pós-africanidade. Dentro do escopo das identidades negras, sua inspiração vai desde os deuses mitológicos e práticas tradicionais ao homem negro urbano, e cosmopolita. As personagens e temáticas são compostas e estão dispersas entre as fronteiras identitárias de raça, classe e região (local e global). As temáticas ligadas aos elementos das culturas negras são recorrentes na vasta obra de Gilberto Gil e estão presentes tanto na construção musical (ritmos de afoxé, samba-de-roda, batuques, *afrobeat*, *blues*, *jazz*, *reggae*, e etc), como no discurso poético.

Vale salientar que é também a partir da década de 1970 que a estética da negritude estará mais presente na obra musical de Gilberto Gil. Os diálogos com a *estética da negritude* vão desde o misticismo afro-religioso, com homenagem e louvação aos orixás, a personagens da história dos negros no Novo Mundo, numa estreita ligação expressiva com a África negra e Áfricas diaspóricas no mundo, que têm profunda relação com as transformações e rearticulações do discurso de negritude. Podemos destacar a obra de Gilberto Gil em três vertentes: Babá Alapalá (africanidade/ancestralidade/religiosidade), Sarará Miolo (mestiçagem como vetor de negritude) e Parabolicamará – de Bob Dylan a Bob Marley (Pós-africanidade ou negritude moderna). Canções como “Babá Alapalá”, “Filhos de Gandhi” e “As Ayabás” marcam o primeiro eixo. No segundo eixo a mestiçagem passa a ser um vetor de negritude moderna dentro das contranarrativas com a canção “Sarárá Miolo”. E a terceira vertente traz esses outros modos de pertença ligados à pós-africanidade, uma africanidade que não se esgota no significante negro e sim nos novos contornos da negritude como marcador racial.

5063 Clara Francisca Gonçalves nasceu em 1943 em Cachoeira, Distrito de Paraopeba (MG). Filha de operários, o pai era violeiro e cantador de Folia de Reis. Começou sua carreira em Belo Horizonte em 1960, participando de concursos de calouros, um deles foi "A voz de ouro ABC", promovido pela Fábrica de rádios e televisões ABC, em que Clara Nunes venceu as regionais e garantiu um programa na Rádio Inconfidência. Em 1963 apresentava um programa na TV Itacolomi, além de participar do programa de José Messias na TV Continental. Em 1965 foi convidada por Milton Miranda, diretor artístico da gravadora Odeon, para realizar um teste, sendo aprovada e indo morar no Rio de Janeiro. Em 1966 grava o LP “A voz adorável de Clara Nunes”, pela Odeon. Para um melhor detalhamento biográfico ver: FERNANDES, Vagner. **Clara Nunes**: Guerreira da utopia. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007; BAKKE, Rachel Rua Baptista. **Tem orixá no samba**: Clara Nunes e a presença do candomblé e da umbanda na música popular brasileira. Relig. soc. vol.27 no.2 Rio de Janeiro, Dec. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872007000200005.

5064 <http://globovet.globo.com/busca/?q=+festa+para+um+rei+negro+clara+nunes>

Podemos observar que há um trânsito e um limiar tênue entre os eixos temáticos trabalhados aqui. A negritude condensa esses trânsitos temáticos, os quais podem acionar a africanidade, a mestiçagem e pós-africanidade através do discurso de afirmação e pertencimento. Esses trânsitos temáticos marcam também os diálogos com a negritude pop moderna, num dialogismo constante com as expressões culturais do Atlântico negro e as ressignificações do *pop* internacional com as identidades nacionais e regionais. Esses diálogos transatlânticos no trazem um olhar incipiente do novo cosmopolitismo brasileiro, onde o mestiço cultural desconfigura a ideia de nacionalidade e reconfigura uma dimensão do regional fortemente conectado as culturas transnacionais vigentes, sem amarras ao velho nacionalismo. Mas, comprometido com os fluxos identitários correspondentes e divergentes.

4. Conclusão

Reelaborada e reinscrita num contexto subsequente às trocas vernaculares do transatlântico, a música e a cultura popular negra tornaram-se um produto de consumo através da indústria cultural e, numa nova inserção histórica, teve seu lugar reconhecido através dos meios de comunicação massivos. Barbero⁵⁰⁶⁵ explica que a dialética da “dupla indecência do gesto negro, vinda de sua atrevida relação com o sexo e da evocação do processo de trabalho no coração da dança, o ritmo, escandalizou a sociedade, mas não impediu a aceitação de sua *rentabilidade*”. Contudo, no campo cultural foi preciso uma crise, desencadeada por uma crise nacional, hegemônica interna que fez as massas se defrontarem com o Estado. O político vai encontrar seu ponto de expressão no cultural, tentando atender as reivindicações democráticas com formas autoritárias.

Em meio a disputas e negociações no campo político e cultural, é na música popular que as contradições das relações raciais brasileiras vão estar dispostas de maneira mais contundente. Ao mesmo tempo a música popular se torna uma fonte dialógica e expressiva das lutas antirracistas no mundo. *A estética da negritude* vai se delinear durante o processo legitimação das expressões no campo da cultura, e se consolida através da indústria cultural, sendo reconfigurada nos novos *espaços de negritude*, o das periferias dos grandes centros urbanos, onde o ideal de negritude não passará necessariamente pelos acionamentos ancestral ou mítico, mas pelas identidades compartilhadas entre classe e raça e inspiradas na negritude *pop* moderna internacional e os tensionamentos centro/periferia.

Foi possível, até aqui, vislumbrar as disposições e diálogos entre africanidade, ancestralidade, religiosidade e mestiçagem e pós-africanidade, como marcadores ou vetores de expressão de negritude, bem como as ressignificações simbólicas das identidades negras em torno da ideia de pertencimento, e seus acionamentos e reelaborações no âmbito das indústrias culturais.

A transfiguração e reconstrução a partir do remoto podem ser destacadas em diversos momentos de lutas políticas através da afirmação dessa cultura ancestral através da religião, assim como através da cultura do “Atlântico Negro” e dos ideais de negritude moderna. Desse modo, não é que haja uma desafricanização na música popular brasileira, mas sim uma reafricanização, onde a África mítica dá lugar às Áfricas diaspóricas e suas narrativas transatlânticas de pertencimento coletivo e/ou individual.

No momento atual, os engendramentos políticos e culturais também fomentaram os trânsitos e diálogos identitários da estética da negritude âmbito da música (*samba, reggae, hip funk*). Os diálogos das expressões negras dentro e fora da indústria cultural permite-nos ver um cosmopolitismo negro mais latente nas expressões vindas da periferia, onde raça e classe se mostram cada vez mais indissociáveis. Nas últimas décadas a *estética da negritude* ganhou eco através de movimentos e expressões culturais ligadas à juventude negra das grandes periferias urbanas, como o *hip hop* e o *rap*, que vão rearticular novos modos de pertença e novos *espaços de negritude* e pós-africanidade.

⁵⁰⁶⁵ MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 1997, p. 240.

*Leandro Nascimento de Souza*⁵⁰⁶⁶
nassoza@hotmail.com

Resumo: Com a reconquista de Angola por Salvador de Sá em 1648, a Coroa portuguesa teve um novo desafio na África-central, resgatar seus aliados para restaurar o tráfico negreiro. No período da ocupação holandesa na Capitania de Angola, a rainha Nzinga de Matamba, e o rei Kimpaco do Congo, criaram um sentimento antilusitano na África-central, propagando a ideia do enfraquecimento de Portugal perante os outros Estados europeus e dos próprios reinos africanos. Isso fez com que antigos aliados dos lusos, buscando proteção, se aliaram aos interesses do tráfico de escravos de Matamba e do Congo. A partir de Salvador de Sá, a Capitania de Angola foi governada por colonos vindos da América portuguesa, com interesses próprios, ligados ao tráfico de escravos. Esses governadores “brasílicos” investiram num processo de expansão da influência portuguesa nos sertões da África-central, seja por negociações, ou seja pela força militar, eles regataram vários aliados e combateram seus inimigos, tendo como conclusão nesse recorte temporal a conquista do reino do Congo em 1665. Analisando a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa, e a documentação publicada pelo Padre Antonio Brásio na Monumenta Missionaria Africana, com os relatos dos cronistas Cardonega e Cavazzi, pretende-se nessa apresentação realizar uma análise das identidades e categorias sociais construídas no processo histórico de ocupação e expansão lusa na Capitania de Angola do período proposto, e discutir de como essas hierarquias sociais foram construídas dentro das relações de poder, e de como foi o reconhecimento dessas supostas identidades sazonais.

Palavras-chave: Angola. Século XVII. Sociedade.

Introdução: Interesses Atlânticos

No século XV, após ter sofrido várias derrotas militares, a estratégia portuguesa na África Central foi usar o máximo de exploração econômica com o mínimo de ocupação territorial, com feitorias e fortalezas localizadas em pontos importantes na costa africana. No século XVI, Portugal manteve seu comércio negreiro negociando com os reinos e chefes locais africanos, através dos lançados⁵⁰⁶⁷, e realizando várias alianças políticas e comerciais com diversos grupos, tentando criar uma rede de subordinação, pois onde não houve negociações havia a imposição militar por parte dos portugueses e seus aliados. Essa situação se modificou com as invasões holandesas no Norte do Brasil em 1630, controlando a produção açucareira, e posteriormente a invasão na costa africana, em que conquistaram Angola em 1641, controlando o fornecimento de escravos da África atlântica para o Novo Mundo.

Com a retomada de Angola em 1648, Portugal teve outro desafio, recuperar o trato negreiro. Com poucos territórios e pequenas alianças realizadas, Portugal enfrentou uma grande concorrência mercantil, o Reino do Congo com o rei Quimpaco, e o Reino de Matamba com a rainha Nzinga. Aliados dos holandeses, Quimpaco e Nzinga haviam feito alianças políticas e comerciais com uma grande parte de chefes locais, muitas vezes pela força, invadindo territórios, aprisionando escravos e influenciando a África Central com um sentimento antilusitano, para manter suas autonomias políticas e econômicas, pois não aceitavam a vassalagem ao Reino de Portugal. A posição de Portugal com relação a essa

⁵⁰⁶⁶ Doutorando em história social pela Universidade Federal Fluminense.

⁵⁰⁶⁷ Agentes na sua maioria formados por mestiços. Os lançados ou pumbeiros trabalhavam negociando com os grandes chefes tribais ou reis africanos. Durante um tempo, internavam-se no interior da África-central, trocavam os escravos por tecidos, vinho e objetos de quinquilharias, voltando com uma centena de escravos para serem negociados com os agentes no litoral africano.

situação foi de extrema cautela, pois havia um alto risco de outras invasões na costa africana e no Brasil, além de que, o Reino ainda estava em conflito com a Espanha e a Holanda, logo não poderia realizar investidas no interior africano e enfraquecer as defesas das outras regiões. Mas a importância do trato negreiro para a produção açucareira, e os negócios da prata em Potosí, na América, fizeram com que os governadores luso-brasileiros em Angola investissem na expansão territorial no sertão africano. Esses governadores “brasílicos” colocaram em prática ações que ampliaram o tráfico de escravos no Atlântico português, aumentaram a influência de suas regiões de origem no negócio negreiro na África central. Essa situação causou vários conflitos entre os poderes do Império luso e dos grupos africanos, pois houve vários interesses envolvidos que vão colidir. Os governadores de Angola que saíram da América Portuguesa levaram consigo gente de sua confiança para cargos administrativos e militares, o que deixou insatisfeitos os colonos que já estavam na África, causando um jogo político entre colonos do Brasil, de Angola e do Reino. Além disso, o Reino de Portugal teve outro problema para administrar, o conflito entre as Ordens religiosas, a qual os governadores também vão tentar tirar proveito para seus interesses.

A questão eclesiástica

Em 1622, o Papa Gregório XV, criou a Propaganda Fide, um órgão que defendeu uma política missionária que contrariou o exclusivismo do Padroado português que foi comandado pela Companhia de Jesus. A partir da década de 1640, tanto pela perda de Angola aos holandeses, como também o rompimento do reino do Congo com Portugal, chegou na África central os missionários Capuchinhos, de nacionalidade italiana e espanhola. Para Portugal, que ainda estava em guerra com a Espanha, ter missionários espanhóis em suas possessões no ultramar era um grande perigo, pois poderiam ser espíões da Coroa espanhola, ou então uma forma dos castelhanos se fazerem presentes para uma possível ocupação. Com o início das missões capuchinhas tanto no Congo como nos sertões de Angola, ficou evidenciado a falta de compromisso dos Jesuítas na propagação da fé, os mesmos tinham se engajado nos negócios da África central, sobretudo o tráfico de escravos. Em carta ao rei de Portugal, datada de 24 de agosto de 1648, o Padre Nuno da Cunha aponta as dificuldades que os portugueses tinham em manter as suas conquistas, pela falta de missionários, e os que se encontravam na região não exerciam mais a pregação da fé⁵⁰⁶⁸. Em carta de 1655, desta vez do Capuchinho Serafim de Cortona, que foi prefeito da missão de Matamba, foi denunciado que o interesse dos Jesuítas no Congo era pelo fato de possuírem muitos escravos na região, em torno de 2.000, e que isso exigiu transações comerciais continuas, esse seria o fato da Companhia de Jesus não querer outras Ordens Religiosas que só tratavam de ter escravos para o céu⁵⁰⁶⁹. Em outra carta do Frei Serafim de Cortona, em 31 de janeiro de 1660, encaminhada a Propaganda Fide⁵⁰⁷⁰, o frei queixou-se contra os problemas de jurisdição envolvendo os jesuítas. Outra denuncia no envolvimento dos Jesuítas no tráfico de escravos para o Brasil é uma carta do Padre José Maria de Busseto aos Cardeais da Propaganda Fide, datada de 8 de março de 1687⁵⁰⁷¹. Portugal encontrava-se em uma situação bastante complicada, pois precisava dos missionários para recuperar as alianças no interior, nesse caso os capuchinhos tiveram um grande destaque, principalmente na conversão da rainha Nzinga, e na do Jaga Cassange⁵⁰⁷², onde os lusos recuperaram um grande mercado de escravos no sertão. Apesar da conveniência, a Coroa teve várias

⁵⁰⁶⁸ BRÁSIO, Padre Antonio. **Monumenta Missionária Africana**. Série 1, Volume 11. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1971, p 212.

⁵⁰⁶⁹ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das letras, 2000, p 278.

⁵⁰⁷⁰ BRÁSIO, Padre Antonio. **Monumenta Missionária Africana**. Série 1, Volume 12. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1981, p 280.

⁵⁰⁷¹ BRÁSIO, Padre Antonio. **Monumenta Missionária Africana**. Série 1, Volume 14. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1985.

⁵⁰⁷² BRÁSIO, Padre Antonio. Op.Cit.,1981, p. 202-203.

restrições a entrada dos capuchinhos nas suas possessões na África central, a prioridade foi dos missionários portugueses, a qual a Coroa teria que agir com muita cautela, pois a cultura política lusa favorecia os Jesuítas pelo fato deles terem dado apoio a Coroa na restauração de 1640.

Três dias após a sua posse como governador de Angola, João Fernandes Vieira se deparou com uma situação que vai se estender por um bom tempo. Assim que chegou em Luanda, Vieira observou que existia um número grande de animais nas ruas, e que isso trazia maus cheiros e poderia trazer doenças, um caso de abalo a saúde pública. Vieira foi informado que os oficiais da câmara de Luanda tinham proibido que esses animais ficassem soltos nas ruas, justamente para evitar imundices e enfermidades contagiosas. Como a proibição não tinha causado o efeito desejado, Vieira ordenou aos soldados que matassem os animais que se encontrassem nessa situação. No dia 21 de abril de 1658, três soldados vindos de Pernambuco estavam em patrulha e viram 2 ou 3 animais na rua, e logo foram a captura para matar os animais. Viram o cenário negros armados de arco-e-flechas e foram evitar a captura dos animais, até que entraram em conflito com os soldados, deixando-os feridos e um em estado muito grave. Sabendo do acontecido, Vieira mandou prender os negros, e se houvesse resistência que os soldados poderiam mata-los. Três negros foram presos, e vários outros ficaram ofendendo os soldados. Vieira ficou sabendo logo após a prisão dos negros, que eles pertenciam ao Colégio dos Jesuítas, como também os animais que eles estavam evitando a captura. Tendo o conhecimento do caso, Vieira mandou soltar os presos. Mas quando os jesuítas descobriram o acontecido, o tiveram como uma grande ofensa. Tendo como Reitor do Colégio dos Jesuítas o Padre Francisco Pinheiro, a qual convocou uma reunião com a Ordem em portas fechadas, executaram no dia 28 do mesmo mês a excomunhão dos mandantes e dos que executaram a ordem de prender os negros, e ainda fixaram nas igrejas de Luanda a excomunhão, o que foi uma grande ofensa ao governador, por o mesmo se sentir escandalizado⁵⁰⁷³.

Com a excomunhão, Vieira logo tratou de reverter a situação a seu favor, foi uma boa oportunidade de colocar a autoridade dos jesuítas em xeque. Em carta de Vieira ao Rei, datada de 15 de setembro de 1659⁵⁰⁷⁴, Vieira relatou que consultou sobre o caso alguns juristas e vários doutores teólogos, além de outros religiosos, como o Frei Manoel de Macedo que tinha muito prestígio perante a cristandade. Os mesmos dizem que a excomunhão dos jesuítas era nula e sem efeitos, pois não houve violência nem abuso aos eclesiásticos, e a causa de Vieira era justa, e que não houve excessos de jurisdição. A possibilidade dos capuchinhos terem apoiado Vieira pode ser confirmada por uma carta que ele envia para a Propaganda Fide, datada de 5 de julho de 1658⁵⁰⁷⁵, a qual relatou o acontecido e queixou-se dos jesuítas de Luanda, e pede providências enérgicas contra os excessos por eles cometidos. Não era comum um governador se dirigir a Propaganda Fide para resolver assuntos relacionados aos jesuítas portugueses. Vieira também preparou um dossiê com várias informações sobre a conduta dos jesuítas em Luanda, talvez com ajuda dos capuchinhos, e enviou as informações em carta ao Rei, datada de 5 de novembro de 1658⁵⁰⁷⁶. No documento, Vieira explicou que os 2000 cruzados de esmolas dados a Companhia de Jesus por ano não eram mais necessários, deveriam ser investidos na fortificação de Angola, pois essas esmolas eram concedidas para os religiosos que não possuíam bens a qual possam se sustentar, e que se dedicavam exclusivamente na propagação da fé, divulgação do evangelho e conversão das almas. Vieira explicou que os jesuítas tinham deixado todas essas obrigações de lado, pois tinham se tornado grandes proprietários, com 50 fazendas nos melhores lugares de Angola, com a posse de 10 mil escravos, e ainda tinham uma receita de 1 milhão de cruzados pelos alugueis das melhores casas de Luanda. Vieira os acusou também de não irem mais aos sertões para as missões evangélicas, os mesmos ficavam na cidade para tratar de

⁵⁰⁷³ BRÁSIO, Padre Antonio. Op.Cit.,1981, p 261-265.

⁵⁰⁷⁴ Ibid., p 263-264.

⁵⁰⁷⁵ BRÁSIO, Padre Antonio. Op.Cit.,1981, p 167-168.

⁵⁰⁷⁶ Ibid., p. 179-189.

seus negócios, principalmente no tráfico de escravos, a qual também são acusados de não pagar pelos serviços de alguns pumbeiros. Vieira ainda afirmou a participação dos jesuítas no tráfico, quando diz que são poucos padres para uma quantidade enorme de escravos. O governador de Angola anterior a Vieira, Luis de Sousa Chichorro, já tinha informado algumas irregularidades na conduta dos jesuítas, mas é no relato de Vieira que as acusações são mais contundentes.

No requerimento de 15 de setembro de 1659⁵⁰⁷⁷, o dossiê enviado por Vieira é repetido, e ainda foi acrescentado que os jesuítas já tinham criado problemas com outros governadores anteriormente, e os mesmos não respeitavam as devidas jurisdições, querendo governar Angola de acordo com seus interesses. No mesmo documento os jesuítas são acusados de serem mentirosos e ambiciosos. Ficou claro no documento os conflitos entre o poder espiritual e temporal, a qual a solicitação foi de que os jesuítas não interferissem nos assuntos de governo.

Não se pode afirmar se foi a Coroa ou o Conselho Ultramarino que demorou a tomar providências com relação ao acontecido, quase um ano depois da última carta de Vieira, onde ele já não era mais o governador de Angola, e já tinha retornado para Pernambuco, é que o Conselho Ultramarino deu o parecer sobre o assunto, talvez fosse uma questão de ordem dar os pareceres sobre esses tipos de conflitos após o mandado do governador. O Conselho formado pelo Conde de Soure, por Simão de Miranda Henriques, Jerônimo de Melo de Castro, Feliciano Dourado, e Francisco de Valladares Souto Maior, dão parecer favorável a Vieira, em 8 de novembro de 1661⁵⁰⁷⁸, a qual relataram ao Rei os acontecimentos. O Conselho informou ao rei, a gravidade da situação por se tratar de um conflito de jurisdição, acusaram os padres da Companhia de Jesus de terem incentivado a ousadia dos negros contra os soldados lusos, pois no momento do conflito, testemunhas dizem que os padres mandaram os negros matarem os soldados. Os jesuítas também são acusados de darem privilégios aos negros, o que na visão do Conselho isso era muito perigoso, pois os negros poderiam se aproveitar disso para criar um motim e até mesmo lutar pela autonomia na região. Ainda relataram que Vieira tinha agido no seu direito e tinha feito muito bem em punir os negros rebeldes para evitar qualquer mau exemplo, o Conselho também enviou um parecer dos doutores teólogos que Vieira já tinha exposto anteriormente. Para concluir o caso o Conselho sugeriu que o novo governador de Angola, André Vidal de Negreiros, puna os negros rebeldes com mais vigor. E com relação aos jesuítas o Conselho sugeriu retirar as suas ordenações⁵⁰⁷⁹, e ainda enviaram uma carta ao ministro do Santo Ofício⁵⁰⁸⁰ explicando o acontecido e exigindo punições aos jesuítas, a qual o Conselho também expôs conflitos semelhantes no Brasil e em algumas possessões na Ásia. As sugestões tiveram a aprovação do rei D. Afonso VI, a qual tem sua assinatura no documento.

Com a saída da Rainha mãe, D. Luisa de Gusmão, da regência de Portugal, em 1662, e sob a influência do ministro Luis de Vasconcelos Souza, o Conde de Castelo Melhor, D. Afonso VI tomou medidas mais enérgicas sobre o conflito entre Vieira e os jesuítas. O Rei enviou duas cartas no mesmo dia, 9 de dezembro de 1662, uma para o governador de Angola, André Vidal de Negreiros, a qual exigiu que se faça uma devassa ao Colégio dos Jesuítas. E outra carta diretamente ao Reitor do Colégio dos Jesuítas, exigindo respeito aos governadores, enfatizando que a jurisdição eclesiástica não deveria intervir no julgamento real, e os governadores seriam representantes desse poder, na mesma carta o rei se mostrou desgostoso com a excomunhão de Vieira pelos padres. Esse conflito entre Vieira e os Jesuítas foi um marco que representou o início da diminuição dos privilégios dessa Ordem na África central, que se consolidou com a expulsão da Companhia de Jesus do reino de Portugal e nas suas possessões no ultramar, em 1759, no governo de D. José, e o ministro Marques de Pombal.

⁵⁰⁷⁷ Ibid., p. 260-261.

⁵⁰⁷⁸ BRÁSIO, Padre Antonio. Op.Cit.,1981, p 349-355.

⁵⁰⁷⁹ As esmolos anuais de 2.000 cruzeiros.

⁵⁰⁸⁰ A carta é enviada em 14 de outubro de 1662.

Outro problema foi que Garcia II, Quimpaco, Rei do Congo admitiu em suas terras, frades capuchinhos italianos e espanhóis. Até o momento os jesuítas portugueses dominavam as missões na África Central, a política externa do reino do Congo foi de romper com os intermediários no que se refere as questões econômicas, políticas, e religiosas, diminuindo ainda mais as influências portuguesas na região⁵⁰⁸¹.

O Reino do Congo

Os Problemas de Portugal e o Reino do Congo eram de longa data, mas a situação se agrava em 1641, quando Quimpaco, destronou seu irmão e assumiu a Coroa do Congo, no mesmo ano que o holandeses chegaram em Luanda, o mesmo prestou auxílio aos flamengos com tropas negras para combater os lusos, que se refugiaram em Massangano. Esse mesmo rei em maio de 1643 enviou embaixadores seus para negociar o trato negreiro diretamente com Mauricio de Nassau, no Recife. Durante toda ocupação holandesa em Angola, Quimpaco junto com Nzinga, influenciaram reinos e tribos, que até então eram submissos aos lusos, a se levantar contra eles, além do que, o Congo recupera terras que os portugueses tinham tomado com a ocupação em Angola, absorvendo grande número de escravos. Com a reconquista de Angola em 1648, Salvador de Sá envia tropas sob o comando de Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha, em direção ao Congo, degolando os Sobas inimigos no caminho. Com essa ameaça Quimpaco enviou embaixadores para um tratado de paz em Luanda, e que nas obrigações estavam devolver terras anexadas no período dos holandeses e restituir todos os escravos fugidos e capturados. Este tratado não foi cumprido, e no governo de João Fernandes Vieira em Angola, que foi de 1658 a 1661 é que se teve uma ação mais sólida contra o Rei do Congo e o cumprimento do acordo do período de Salvador de Sá, além de combater os vassallos do Congo e de antigos aliados de Matamba.

Vieira organizou um exército de 400 homens, entre soldados pagos, moradores e sertanejos, para combater nos sertões. Sob o comando do capitão-mor Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha, marcharam para Ambaca, terras do soba Angolomem Acayta, que foi aliado de Nzinga no período dos holandeses, matando muitos portugueses nas campanhas militares dos Empures⁵⁰⁸². No caminho recrutaram mais homens em Massangano, e alguns Quimbares⁵⁰⁸³ aliados de D. Felipe do Ndongo e do jaga Cabucu Candongo. O conflito foi em campo aberto com uma grande vitória das tropas de Bartolomeu da Cunha, e muitos derrotados se refugiaram nas cavernas. Bartolomeu criou um cerco de quatro meses⁵⁰⁸⁴, em que padeceram muita gente de fome, tanto nas cavernas como entre os soldados aliados lusos, a rendição dos rebeldes aconteceu e os seus líderes são degolados e os prisioneiros feitos de escravos. Com a vitória em Ambaca, as tropas seguiram para combater os sobas Dambi Angonga e Quitexi Cambamb nas matas fechadas da terra dos Dembos, que haviam cometido insultos contra os vassallos da Coroa portuguesa, além da resistência ao cristianismo e a ocupação lusa na região. Depois partem para a região do Libolo, que tinham se rebelado contra os vassallos lusos, brancos e negros, impediam a passagem do comércio de marfim. 130 homens de Angola somados aos soldados negros comandados por Carirei de São Tomé atravessaram o rio Cuanza, lutaram e venceram, criando novas rotas comerciais e novos aliados, principalmente por conta das missões dos capuchinhos. Um deles, o soba Gumza Ambambe da província do Aco, se torna um grande aliado avassalando outros sobas da região, como o Quilembe Lembi da província dos Sumbis, próximo aos rios Nica e Cubo⁵⁰⁸⁵. Na região de Benguela, apesar de ter sido recuperada no período do governo de Salvador de Sá, havia ladrões do soba Caconda que estavam atrapalhando o comércio terrestre. O que

⁵⁰⁸¹ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Op. Cit., p 284-285.

⁵⁰⁸² Refugiados nas cavernas próximo de Ambaca.

⁵⁰⁸³ Capitães dos agrupamentos negros.

⁵⁰⁸⁴ CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. **História de Angola**. v 2. Lisboa, 1937, p 275.

⁵⁰⁸⁵ CADORNEGA, Antonio de Oliveira de. **História geral das guerras angolanas, Tomo I**. Lisboa: Agência geral do ultramar, 1972, 157-162.

fez Vieira nomear Manoel de Tovar Fróis como capitão-mor de Benguela, o mesmo restaurou a paz na região através de negociações e de conflitos armados, criando um percurso terrestre seguro entre Benguela e Luanda, além de recuperar o trato das salinas no sul⁵⁰⁸⁶.

Essas conquistas militares geraram um novo ciclo de vassalagem entre os sobas e a Coroa portuguesa representada em Angola pelo governador geral, além de ter recuperado a reputação de armas que os lusos tinham perdido com o período holandês, o que serviu para pressionar ainda mais o reino do Congo em cumprir o acordo feito com Salvador de Sá. Mesmo com esse aspecto positivo para Portugal nas ações de Vieira, o mesmo foi acusado de criar guerras no sertão apenas para gerar escravos e transportá-los para Pernambuco. Alguns moradores de Angola, através do Provedor, escreveram ao rei, em 1660, acusando os governadores nessa jogada de interesses⁵⁰⁸⁷.

A grande questão era que Quimpaco não estava isolado, tinha aliados no Clero mestiço do Congo que intervinha diretamente com Roma e ainda com Madri, além dos outros estados marítimos europeus, com quem tinha negócios através do porto de Pinda, o que fez com que uma guerra direta contra ele teria que ter uma boa justificativa repassada pelos portugueses. No governo de João Fernandes Vieira, o Rei do Congo concede o cumprimento de parte do acordo feito com Salvador de Sá, entregando parte dos escravos fugidos que estavam em suas terras. Mesmo assim o reino do Congo continua sendo uma grande ameaça aos interesses portugueses, não só pela questão do tráfico de escravos, mas também pela possibilidade de se extrair ouro em minas no território congolês. A ampliação do tráfico de escravos na África central estava ligada diretamente aos interesses dos colonos portugueses na América, principalmente na produção açucareira. Logo foi no governo de André Vidal de Negreiros, através da batalha de Ambuíla em 1665, que se conquista e submete o Congo aos interesses lusos. O governo de Negreiros teve vários momentos de desentendimento com a Coroa portuguesa, principalmente pela sua insistência na invasão ao Congo. Utilizando o seu prestígio ele seguiu em frente e usou de várias estratégias para criar justificativas de avanço militar no território congolês. Denunciou o Rei do Congo, Quimpaco, de subtrair terras e metais preciosos de Portugal, e declarou refutação ao caráter cristão do Congo, relatou que o cristianismo era apenas uma fachada para agradar Roma, e os cultos pagãos sempre estavam presentes nos rituais cristãos. Essas denúncias foram chamadas de cisma dos cônegos congolezes, o que causou um grande descontentamento ao Rei Quimpaco, a qual declarou guerra a Angola portuguesa⁵⁰⁸⁸. Com a guerra declarada por Mulanza, foi mais fácil para Negreiros ter o apoio que precisava, logo tratou de montar a estratégia para vencer a guerra contra o Congo. Uma grande vantagem para Negreiros foi a aliança com o Reino de Matamba, governado pela rainha Nzinga. Vários conflitos se estenderam no interior africano, mas a guerra só tem seu desfecho com a batalha de Ambuíla em 1665. O exército de Negreiros era composto por tropas luso-afro-brasílicas. Adquiridas nos conflitos contra os holandeses em Pernambuco, na luta contra quilombos e até mesmo nos conflitos com indígenas, as táticas de guerrilhas brasílicas foram de fundamental importância para a vitória nessa guerra, até mesmo a experiência com os armamentos fizeram a diferença, as tropas de Negreiros utilizaram mosquetes melhores adaptados a região, ao invés dos mosquetes holandeses, usados pelo exército do Congo, que se apagavam com a umidade, sem falar nos cavalos que eram uma grandiosa arma militar contra os africanos⁵⁰⁸⁹. Com a batalha e a guerra ganha, Negreiros assume de vez o seu prestígio perante Portugal, além aumentar os números do tráfico de escravos africanos para o império português, alimentando cada vez mais a

⁵⁰⁸⁶ CUNHA MATOS, Brigadeiro R. J. da. **Compêndio histórico das possessões de Portugal na África**. Rio de Janeiro: Arquivo nacional. 1963, p 280.

⁵⁰⁸⁷ GONSALVES DE MELLO, José Antônio. **João Fernandes Vieira: Mestre-de-campo do Terço de Infantaria de Pernambuco**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000, p 356.

⁵⁰⁸⁸ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Op. Cit., p 291-292.

⁵⁰⁸⁹ CADORNEGA, Antonio de Oliveira de. **História geral das guerras angolanas, Tomo II**. Lisboa: Agência geral das colônias, 1940, p 219-222.

produção açucareira no Brasil, principalmente ampliando o comércio bipolar entre Recife e Luanda.

Fronteiras, identidades e categorias sociais

O pesquisador Richard White fez uma análise sobre os espaços intermediários de negociação de grupos com valores sociais distintos, e de como esses espaços de acomodação apresentaram uma ausência de estruturas de dominação, o que vai resultar em diferenças e ajustes nos significados das categorias sociais. Esses espaços de negociação também se apresentam no contexto da África-central, principalmente entre portugueses e os grupos mais próximos a capitania de Angola, gerando grupos sociais com interesses diversos. Segundo White as categorias modernas e identidades variam de acordo com as conjunturas e jogos sociais, gerando significados múltiplos, de acordo com a mobilidade dos sujeitos⁵⁰⁹⁰.

As autoras Hal Langfur⁵⁰⁹¹, e Sara Orтели⁵⁰⁹², usam questões como múltiplos usos das fontes, a contextualização dos documentos de acordo com o contexto das “fronteiras”, principalmente quando se usa o conceito de “gestão” ou “Estado”, pois eles são um conjunto de poderes, influências, grupos, vontades e interesses. Criando e recriando os significados de acordo com as diferentes esferas de poder. Nesse aspecto muitas das fontes são produzidas dentro desses interesses, gerando boatos para atingir fins, contribuindo para inclusão dos sujeitos históricos dentro de classificações comportamentais abaixo de uma certa “cidadania” ou “civildade social”, contribuindo para criminalizar grupos excluídos.

A autora Nancy⁵⁰⁹³ trabalha as construções sociais dentro dessas diversas relações de poder, a qual as vezes há um reconhecimento das atribuições identitárias, mas as vezes não, sendo relativo a qualidade e características nas mobilidades e dinâmicas sociais. Cria-se assim um sistema de valores a qual surgem certas orientações.

Para o sociólogo Norbert Elias, conceitos como o de grupo social refere-se essencialmente a grupos de seres humanos interdependentes a configurações específicas que as pessoas formam umas com as outras. Elias acredita que as pessoas, através das suas disposições e inclinações básicas são orientadas umas para as outras e unidas umas às outras de diversas maneiras. Elas constituem teias de interdependência ou configurações de muitos tipos, tais como famílias, escolas, cidades, estratos sociais ou estados. Cada uma dessas pessoas constitui um ego e entre essas pessoas colocamo-nos nós próprios. Seguindo essa análise podemos compreender os processos humanos e sociais e adquirir uma base crescente de conhecimentos mais sólidos acerca desses processos. Mas, ainda nesta esfera, as pessoas verificam que estão sujeitas a forças que as compelem. Quando isso acontece, procuram compreendê-las para que, com a ajuda deste conhecimento, possam adquirir certo controle sobre o decurso cego dessas forças compulsivas. Segundo Elias essas forças sociais são forças exercidas pelas pessoas, sobre outras pessoas e sobre elas próprias. Cabe ao pesquisador investigar sistematicamente a dinâmica das interconexões sociais, onde as configurações são formadas por grupos interdependentes de pessoas, organizados em estados e não por indivíduos singulares interdependentes, o que ocorre justamente com os grupos sociais na Capitania de Angola com o avanço para os sertões⁵⁰⁹⁴.

Elias analisa também os modelos de competição, que podemos entender como modelos de relações sociais, são classificados em: competição primária sem regras, competição entre duas pessoas com regras, competição de muitas pessoas a um só nível, competição de dois níveis do tipo oligárquico, e, competição de dois níveis do tipo crescentemente democrático. Com exceção do primeiro tipo, os modelos se assemelham a

⁵⁰⁹⁰ WHITE, Richard. **The Middle ground**. Cambridge University Press, 2011.

⁵⁰⁹¹ LANGFUR, Hal. **The forbidden Lands**. Stanford: Stanford University Press, 2006.

⁵⁰⁹² ORTELLI, Sara. **Trama de una Guerra conveniente: nueva vizcaya y la sombra de los apaches (1748-1790)**. México, D.F: El Colegio de México, centro de estudios históricos, 2007.

⁵⁰⁹³ VAN DEUSEN, Nancy E. **Global Indios: the indigenous struggle for justice in sixteenth-century Spain**. Durham, NC: Duke University Press, 2014.

⁵⁰⁹⁴ ELIAS, N. **Introdução à sociologia**. 3 edição. Lisboa: edições 70.

jogos reais como xadrez, futebol, tênis ou tantos outros esportes. Representam a competição segundo regras, as quais podem variar em sua escala de presença e importância. "Todos os modelos se baseiam em duas ou mais pessoas que medem suas forças", ou seja, na distribuição potencial de poder ao longo de uma configuração qualquer. O equilíbrio de poder, segundo Elias, constitui um elemento integral de todas as relações humanas, as quais são, comumente, multipolares. Nesse caso, os modelos de jogos poderiam ajudar a "uma melhor compreensão do tal equilíbrio do poder, não como uma ocorrência extraordinária, mas como uma ocorrência cotidiana". Elias entende que ninguém vem ao mundo desprovido de poder, pois este é um elemento básico nas relações humanas. Ocorre que como por vezes o desequilíbrio de poder é muito grande, algumas perspectivas teóricas acabam retificando o poder em suas análises. No entanto, como bem adverte Elias, "o poder não é um amuleto que um indivíduo possua e outro não, é uma característica estrutural das relações humanas, de todas as relações humanas"⁵⁰⁹⁵.

Já o pesquisador Edoardo Grendi, aponta dois eixos que se complementam, sociedade e cultura, apontando para o diálogo entre a história social e a antropologia. Nos estudos de Grendi, espaço e escala são temas de fundamental importância, e ainda as formas de integração entre as diferentes esferas tornava-se central na análise. Em outras palavras, pode-se dizer que Grendi relativiza as escalas em sua análise do social, não apenas fazendo a redução dessa análise. Para Grendi a uma analogia entre a microanálise histórica e a pesquisa de campo antropológica e o cruzamento de fontes que testemunhavam as relações sociais acabavam sendo fundamentais para essa possibilidade analítica. Os documentos indiretos e excepcionais, devem ser colocado a serviço da compreensão do cotidiano normal das relações correntes. Grendi observa que a proposição microanalítica ia ao encontro da história vista de baixo, buscando um sujeito no emaranhado de fontes para a reconstrução do vivido, dialogando assim com a História Social Inglesa. Levando em consideração as trajetórias individuais dos sujeitos para uma melhor análise do todo⁵⁰⁹⁶.

Dialogando com a antropologia, podemos usar o autor Fredrik Barth, a qual utiliza as fronteiras para compreender as dinâmicas do grupo. Ele dinamiza a identidade étnica afirmando que ela não é estática, se transforma a partir das relações e como qualquer outra identidade, coletiva ou individual dependendo do interesse, ou contexto. A interação entre os sujeitos e grupos, permitem transformações contínuas que modela a identidade, em processo de exclusão ou inclusão, determinando quem está inserido no grupo e quem não está. Compartilham diversas características mas principalmente esses grupos se organizam a fim de definir o "eu" e o "outro". Se manifestam de maneira a categorizar e interagir com os outros. Exteriormente atribuem aos grupos étnicos uma identidade baseada em fatores objetivos e que muitas vezes não correspondem as suas características reais. O autor recomenda que para entender as dinâmicas desses grupos é necessário levar em consideração as características que são significantes para os próprios atores. Os grupos étnicos possuem padrões valorativos que os definem em quanto tal, e a forma como cada grupo ou cada um irá se portar em contato com outros grupos, com o intuito de adquirir visibilidade e dialogar com outro. No entanto esses padrões não são fixos, podem mudar e ressignificar-se em outro momento, conforme o contexto social. Essas análises são de fundamental importância para compreender os vários contextos que envolvem as categorias sociais e seus membros na Capitania de Angola na segunda metade do século XVII⁵⁰⁹⁷.

⁵⁰⁹⁵ Idem.

⁵⁰⁹⁶ GRENDI, Edoardo, ' Microanálise e História Social ', In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro & ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2009.

⁵⁰⁹⁷ BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro, Contra-Capa, 2000.

MISSIONARISMO NO ANTIGO NDONGO NOS DOIS GOVERNOS DE MANUEL CERVEIRA PEREIRA: 1603 A 1606 E 1615 A 1617

Luiz Alberto Leite da Silva⁵⁰⁹⁸

alberto._leite@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo ampliar os debates sobre o missionarismo no Antigo Ndongo - região que em finais do século XVII passou a ser chamada de Angola pelos portugueses. Estabelecemos como recorte cronológico os dois governos de Manuel Cerveira Pereira nos anos de 1603 a 1606 e 1615 a 1617, por ser um período de fomento às ações missionárias. Analisaremos as origens e os grupos etnolinguísticos que habitaram esses determinados territórios da África Centro Ocidental, ressaltando as relações de poder que caracterizaram a trajetória de diferentes personagens que compunham essas sociedades, considerando o papel das ações catequéticas travadas pela ordem dos jesuítas e dos capuchinhos. Destacamos as complexas hierarquias identificadas na sociedade mbundu, evidenciando a importância das relações linhageiras que exerceram papel fundamental na ordenação e na configuração dos sobados que compunham o Antigo Ndongo. O trabalho articula dessa forma os interesses do governo português buscando compreender as engrenagens da prática do “resgate” que consistia fundamentalmente em justificar o cativo com base em discursos religiosos pautados na salvação das almas africanas. Tais abordagens permitem situar o desenvolvimento do missionarismo implementado na região sertaneja nas primeiras conquistas portuguesas na África Centro Ocidental. As pesquisas sobre o missionarismo nos governos de Manoel Cerveira Pereira possibilitam a contextualização das abordagens historiográficas sobre a participação dos jesuítas no comércio de escravos, e a forte influência política e religiosa no “sistema de amos” onde os missionários obtinham livre acesso aos sobas – nome dado aos chefes africanos bantos - e aos comerciantes de escravos. O trabalho mostra como a relação de domínio dos portugueses foi legitimada por discursos teológicos, que por sua vez endossaram a ação dos “soldados de Cristo” nas conquistas portuguesas na África até o período pombalino, quando todos os membros da Companhia de Jesus foram expulsos do chamado Império Ultramarino.

Palavras-chave: África Centro Ocidental, Missionarismo, Governos de Manoel Cerveira Pereira.

Introdução

O presente trabalho tem como principal objetivo analisar aspectos das ações missionárias nos territórios do Antigo Ndongo durante os dois governos de Manoel Cerveira Pereira. O Ndongo que passou a ser chamado de Angola pelos portugueses em 1671, foi território administrado por Manuel Cerveira Pereira entre os períodos de 1603 a 1606 e de 1615 à 1617. Nesta abordagem destacaremos os processos de conquistas territoriais, as guerras com o “ngola⁵⁰⁹⁹”, os “sobas⁵¹⁰⁰”, além das relações políticas e econômicas entre os diferentes grupos portugueses que estavam instalados no antigo Ndongo.

⁵⁰⁹⁸ Mestrando - Universidade Federal de Alagoas

⁵⁰⁹⁹ O mesmo que rei de Angola. PARREIRA, Adriano. **Dicionário glossográfico e toponímico da documentação sobre Angola (séculos XV-XVII)**. *Op. Cit.*, p.85.

⁵¹⁰⁰ Chefe. Autoridade principal que exerce jurisdição sobre pessoas e bens, dentro de uma determinada área geográfica e política. PARREIRA, Adriano. **Dicionário glossográfico e toponímico da documentação sobre Angola (séculos XV-XVII)**. *Op. Cit.*, p.100.

O Catálogo escrito por João Carlos Feo Cardoso de Castello Branco Torres e publicada em 1825⁵¹⁰¹, e o Catálogo dos governadores do reino de Angola publicado pela Academia Real de Lisboa em 1826⁵¹⁰², trazem importantes informações sobre o processo de conquistas nas regiões mbundu, no entanto, esses documentos buscam a exaltação dos feitos portugueses, o que faz com que seja necessária a leitura comparada junto com demais tipologias de fontes. Também analisamos relatos militares, especificamente os escritos de Antônio Cadornega obra intitulada como *História Geral das Guerras Angolanas*⁵¹⁰³, nessa obra além de descrever elementos culturais dos grupos étnicos que habitavam as ditas regiões, assim como os demais relatos, a obra de Cadornega também é caracterizada pela elevação dos feitos portugueses, e Elias Alexandre da Silva Corrêa, com o documento intitulado *História de Angola*⁵¹⁰⁴ redigido em 1937, úteis para analisar os feitos do dito administrador em Luanda e em suas adjacências. Essas fontes narram, e enaltecem ações memoráveis dos governadores e capitães gerais de Angola, o que nos exige o exercício crítico na distinção do que de fato é produto de uma narrativa de exaltação, do que de fato foram feitos históricos.

A historiadora alemã Beatrix Heintze, especialista nos estudos sobre antigo Ndongo, propõem uma metodologia para o trabalho com esse conjunto de fontes portuguesas, e mostrou em seu trabalho *“Angola nos séculos XVI e XVII: estudos sobre fontes, métodos e história”*⁵¹⁰⁵, a viabilidade de estudar temáticas variadas sobre África Centro Ocidental na Idade Moderna através do uso de fontes portuguesas, isso com o devido rigor científico onde são requisitos: o cuidado com as variações linguísticas, e a identificação da valorização dos feitos da Coroa que nem sempre são compatíveis com a realidade vivenciada por diferentes grupos que formaram complexas redes de poder na região.

Outra fonte de relevância que utilizaremos nesse trabalho, serão às transcritas pelo padre Brásio, que acompanham o acervo da MMA – *Monumenta Missionária Africana*⁵¹⁰⁶, disponível online. Essa fonte consiste em relatos de padres jesuítas e capuchinhos que presenciaram o processo catequético na África Ocidental.

O missionarismo no primeiro governo de Manuel Cerveira Pereira: 1603 a 1606

O processo histórico de conquistas religiosas, políticas e econômicas no Ndongo funcionou através de muitas negociações, e muitos embates relacionado às relações de poder que ambos povos colidiam em busca de seus interesses. Foram várias as experiências governativas dos representantes da Coroa Portuguesa em suas restritas possessões portuguesas nos territórios do Ndongo. Entre os vários governadores destaco Manoel Cerveira Pereira, que por duas vezes governou Luanda. Considerado e citado na historiografia portuguesa como um dos alicerces das transformações que o Ndongo sofreu ao longo 1603 – 1606 e 1615 – 1617, foi também um dos governadores a inserir o catolicismo, a conquistar

⁵¹⁰¹ TORRES, J. C. Feo Cardozo de Castello Branco e. **Memórias contendo a biografia do vice-almirante Luiz d a Mota Feo e Torres**: a história dos governadores e capitães gerais de Angola desde 1576 até 1825 e a descrição geográfica e política dos reinos de Angola e Benguela. Paris: Fantin Livreiro, 1825.

⁵¹⁰² Catálogo dos governadores do reino de Angola. Com uma prévia notícia dos princípios de sua conquista e do que nela obraram os governadores dignos de memórias. In: **Coleção de notícias para a História das nações ultramarinas que vivem nos domínios portugueses ou lhe são vizinhas**. Tomo III. Parte II. Academia Real das Ciências de Lisboa. Lisboa: Tip. Da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1826.

⁵¹⁰³ CADORNEGA, Antônio de Oliveira. **História das guerras angolanas**.: 1639-1678. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1972. 3v.

⁵¹⁰⁴ CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. **História de Angola**. Lisboa, 1937. 3v. Clássicos da Expansão portuguesa no Mundo – Império Africano – Série E.

⁵¹⁰⁵ HEINTZE, Beatrix. **Angola nos séculos XVI e XVII: estudos sobre fontes, métodos e história**. Luanda: Kilombelombe, 2007.

⁵¹⁰⁶ BRÁSIO, Antônio (ed), 1952-1988: **Monumenta Missionária Africana**. África Ocidental, série 1, Lisboa, 15 vols.

territórios, e estabelecer o comércio de escravos. Na verdade o governo de Manuel Cerveira Pereira deu os primeiros passos para a conquista do Ndongo, uma vez que diante de inúmeras tentativas os portugueses foram frustrados.

O primeiro mandato de Manoel Cerveira Pereira iniciou-se no começo do século XVII, e foi apoiado pelos padres da Companhia de Jesus. Segundo Martins dos Santos “os capitães-mores degladiavam-se sobre a sucessão; conteve-os o jesuíta P. Jorge Pereira que, com prudência e autoridade os levou a proceder acertadamente⁵¹⁰⁷”. Os jesuítas exerciam grandes influências políticas e religiosas uma vez que atuavam por meio do chamado “sistema de amos”, esse sistema legitimava os jesuítas a obter livre acesso aos sobas como também os comerciantes de escravos conhecidos como “pumbeiros⁵¹⁰⁸”.

A determinação real da troca do sistema de amos pela prática do avassalamento foi preponderante para reduzir o poder jesuíta para com os sobas e delegar que a realza passasse a ter total controle sobre as relações com os mbundu, delimitando o reconhecimento de uma autoridade superior. Baseado estrategicamente nos costumes dos mbundu que exigiam fidelidade e lealdade para com o Ngola ou soba que fossem reconhecidos como uma nova autoridade no seu grupo, os portugueses desejaram essa legitimação de um poder político superior, logo reinventaram e implantaram o avassalamento. A proposta de avassalamento funcionava como uma forma de ter aqueles sobas sob sua proteção e encarregados de pagar tributos, tendo um maior controle do comércio de escravos que era a mola propulsora em suas relações comerciais. Nesta ocasião a proposta era obrigar os sobas que haviam sido derrotados pelos soldados portugueses a jurar lealdade a coroa portuguesa que era representada pelos capitães mores.

A medida de mudança do sistema de amos pelo avassalamento foi realizada no governo de Francisco de Almeida no final do século XVI. A estratégia era reduzir o poder de influência e a relação com os chefes africanos com os jesuítas trazendo essa ligação para a Fazenda real. Essas mudanças causaram alguns problemas nas relações com o governador da época Francisco de Almeida e tiveram algumas consequências. Para tornar a situação sobre controle, foram introduzidas medidas para que o sistema deixasse de ser hereditário e passasse a ter procuradores revogáveis, onde todos os títulos dos sobas ficavam arrendados sobre o controle real. É verdade, que por ora o sistema de amos foi substituído, fato este que impediu os jesuítas de conspirar contra o governo português.

Foi no governo de Manuel Cerveira Pereira por volta de 1605 que o sistema de amos foi retirado na prática pelo rei ibérico Felipe II de Portugal e Felipe III da Espanha. Para o rei, o sistema de amos não tinha eficácia com relação ao modelo moral cristã e também na relação governamental com os homens. O missionarismo no governo de Manuel Cerveira Pereira teve maior atuação nos conflitos internos entre missionários jesuítas e capuchinhos, assim como entre o governador e os jesuítas, do que mesmo a propagação do catolicismo, uma vez que o Ndongo e algumas regiões adjacentes passavam por um processo de conquistas pelos portugueses. A ambição territorial, e o controle no comércio de escravos fomentou muitos conflitos entre os religiosos e Manuel Cerveira Pereira.

Em uma análise da carta de doação aos terceiros franciscanos em (20-04-1606) da *Monumenta Missionária Africana*, o governador Manuel Cerveira Pereira doou terras para companhia dos religiosos da Terceira Ordem⁵¹⁰⁹ que chegaram através da ordem do bispo Dom Frei Antônio de Santo Estevão. A proposta dos religiosos era a fundação de um convento, essa unidade religiosa permitiria apoio de moradia para os missionários que tinham como principal função adentrarem nos sertões do Antigo Ndongo propagando o

⁵¹⁰⁷ SANTOS, Martins dos. **A História de Angola através dos seus personagens principais**. Agência – Geral do Ultramar. Lisboa. 1967. p. 51.

⁵¹⁰⁸ O mesmo que pombeiro. Comerciante do sertão, na maioria negros e mestiços, mas também brancos. PARREIRA, Adriano. **Dicionário glossográfico e toponímico da documentação sobre Angola (séculos XV-XVII)**. *Op. Cit.*, p. 95.

⁵¹⁰⁹ Também conhecida por Ordem Franciscana, é a ordem religiosa fundada por São Francisco de Assis.

catolicismo e batizando os mbundu. Outra função de relevância do convento, seria estabelecer uma ligação mais próximas dos missionários com os povos que residiam em suas proximidades, uma vez que era necessário a manutenção do catolicismo nessas regiões.

Diferentemente dos impostos que haviam sido cobrados anualmente de seiscentos mil reis ao Frei Antônio de Santo Estevão na Provisão ao Bispo do Congo e Angola (03-12-1604), o terreno demarcado pelo então governador não estaria sujeito a cobrança de impostos. “Os quais lhes em seis dou em sesmaria perpetua para a dita religião e Convento que no dito sitio hão de fazer os ditos religiosos, livres e isentos de todo o tributo, foro e penção⁵¹¹⁰”. A intenção do então governador estava relacionada em estabelecer um convento para a maior propagação do catolicismo, uma vez que no Congo o catolicismo já havia sido introduzido.

O motivo de Manuel Cerveira Pereira ter doado as terras aos franciscanos que outrora tinha sido destinada aos Carmelitas Descalços⁵¹¹¹, esteve relacionada com a falta de patente dos padres carmelitas e a não autorização da ordem religiosa. Manuel Cerveira Pereira acompanhado dos juizes e vereadores escreveu para o Brasil informando que os carmelitas não aceitaram as terras doadas. As ordens dos religiosos disputavam por territórios, assim como no espaço geográfico para introduzir o catolicismo nos sertões do antigo Ndongo. Sabendo que os Carmelitas não tinham aceitado a doação de terras, os Franciscanos logo buscaram apossá-las para sua ordem religiosa. O reverendo Padre Fr. Balthazar da ordem dos franciscanos estava com a patente e a autorização para receber as terras e construir o convento, logo, comunicou seu interesse ao governador Manuel Cerveira Pereira e aos Oficiais da Câmara que estava interessado pelas terras que foram rejeitadas pelos carmelitas, sendo assim, foi concedido o seu pedido. Antes de conceder as terras exigiu determinada condição:

Que sempre a confraria do Bem aventurado São José hirá por diante e nunca em tempo algum se extinguirá por parte dos ditos padres, posto que o dito Convento seja da dita Ordem de São Francisco e estará sempre no altar Mor o Bem aventurado São José em cujo nome se fez a dita Ermida, e assim se chamará sempre Ermida, ou Mosteiro, ou Igreja de São José⁵¹¹².

Na missa solene feita para a entrega da escritura das terras e da igreja aos franciscanos, o governador Manuel Cerveira Pereira junto ao capitão solicitou a posse da determinada terra e da igreja, sendo a mesma concedida. A igreja foi entregue com todos os ornamentos, e nenhuma força eclesiástica ou secular impediu a referente posse. Era muito difícil para uma ordem entre os missionários introduzir o catolicismo sem uma base para determinada comodidade, uma vez que as doenças assolavam e matavam muitos padres que percorriam determinadas regiões ministrando o catolicismo sem condições físicas de estalagem.

Na segunda metade do século XVI, Paulo Dias de Novais foi enviado como o primeiro responsável pelas conquistas, na prática o que lhe conferiu o título de governador das possessões portuguesas no que veio a se chamar de Angola. Paulo Dias de Novais tinha vários objetivos: a abertura do comércio de produtos com as regiões locais e seus chefados, e com as supra-regionais envolta de todo o território do Ndongo, a conversão dos mbundu ao catolicismo, a conquista territorial, o comércio de escravos, além de mapear grupos sociais e informar para a coroa quais seriam as melhores estratégias para viabilizar as diretrizes da política mercantil ibérica do período. Segundo as análises do *Catálogo dos Governadores* da Academia Real de Ciências de Lisboa, “Sahio Paulo Dias de Lisboa em Setembro de 1559 com três caravelas, e alguma gente de guerra, e um presente para o rei com ordem de fazer

⁵¹¹⁰ Carta de doação aos terceiros Franciscanos (20-04-1606). In: **Monumenta Missionária Africana**. Brasília, Antônio (org), vol. V, (1600-1610), p.174.

⁵¹¹¹ É um ramo de ordem do Carmo, que consiste em três diferentes tipos de carmelita: formados por leigos consagrados, padres e freiras.

⁵¹¹² Auto de doação aos terceiros franciscanos (21-04-1606). In: **Monumenta Missionária Africana**. Brasília, Antônio (org), vol. V, (1600-1610), p. 178.

comunicação e abrir comércio com ele, e reduzi-lo a christandade⁵¹¹³". A proposta de voltar alguns anos do recorte temático e discutir sobre o governo de Paulo Dias de Novais, nos remete a entender os motivos pelos quais os jesuítas passaram a exercer uma forte participação política nas decisões dos governadores.

Regressando Paulo Dias ao reino, dêo conta do que havia passado, a el rei D. Sebastião que já reinava: este o tornou a mandar, nomeando o conquistador, povoador, e governador, e concedendo lhe amplos poderes, para o estabelecimento da nova colônia. E por huma provisão, de 12 de Abril de 1574, promettêo a todas as pessoas, que levantassem, nas terras conquistadas, castelos, de 15 braças quadradas de superfície, 30 palmos de alto e 5 de groço; de as filhar por seus criados, nos fóros e moradias, que as suas qualidades e serviços merecessem, com tanto que não fossem geração de Christãos novos⁵¹¹⁴.

Retornando ao reino do Ndongo com autorização de construir e estabelecer uma colônia portuguesa, Paulo Dias de Novais manteve relação com a sociedade local e prometeu distribuir terras para os moradores daquela região, menos para os missionários que tinham acabado de chegar que não fossem da ordem dos jesuítas. A preocupação do governador estaria relacionada aos acordos realizados na sua primeira ida aos territórios mbundu aos jesuítas, por isso não permitiu a aproximação de outra ordem religiosa no seu processo colonizador.

Após a morte de Paulo Dias de Novais em 1588, e as gestões dos governadores Luis Serrão e André Ferreira Pereira, períodos marcados pelos anos de 1588 – 1593, os missionários jesuítas proporcionaram conflitos com o governador D. Francisco de Almeida. O governador chegou em 24 de Julho de 1593, com propostas de continuar a expansão territorial, designando missionários para realizar atividades catequéticas em áreas dominadas militarmente, e as conquistas das minas de pratas. D. Francisco de Almeida não havia introduzido os missionários jesuítas em seus planejamentos políticos. Como já havia desde o governo de Paulo Dias a participação política dos jesuítas nas decisões do governador, houve conflitos internos.

Porque em breves dias se desunirão, que principiou a haver entre o governador e os padres jesuítas, os quaes costumados desde o tempo de Paulo Dias a ter inteligência e voto em todas as resoluções do governo, como D. Francisco as não comunicava com eles, desta repugnância nasceram taes questões e parcialidades que tudo era confusão⁵¹¹⁵.

A força política dos jesuítas levou D. Francisco de Almeida a aceitar a imposição da participação do grupo religioso como uma condição de paz. A disputa pelo poder, foi um dos grandes problemas no processo catequético no Antigo Ndongo. Saindo em busca das conquistas territoriais, D. Francisco de Almeida confrontou um soba que não havia sido

⁵¹¹³ Catálogo dos governadores do reino de Angola. Com uma prévia notícia dos principais notícia dos princípios de sua conquista e do que nela obraram os governadores dignos de memórias. In: **Coleção de notícias para a História das nações ultramarinas que vivem nos domínios portugueses ou lhe são vizinhas. Op. cit., p. 343.**

⁵¹¹⁴ TORRES, J.C. Feo Cardoso de Castelo Branco. **História das Acçoens Memoraveis, dos Governadores e Capitaens Generaes de Angola, desde 1575, até 1825 e a descrição geográfica e política dos reinos de Angola e Benguela. Op. Cit., 128.**

⁵¹¹⁵ Catálogo dos governadores do reino de Angola. Com uma prévia notícia dos principais notícia dos princípios de sua conquista e do que nela obraram os governadores dignos de memórias". In: **Coleção de notícias para a História das nações ultramarinas que vivem nos domínios portugueses ou lhe são vizinhas. Op. cit., p. 351.**

avassalado até aquele momento, no entanto, foi derrotado pelo grande número de mortes causadas pelas doenças que seus soldados adquiriram ao longo das guerras. Na volta a vila de São Paulo, os jesuítas aproveitaram que o governador estava aflito após a derrota e passaram a pressioná-lo, depois de muita insistência não querendo mais estar sujeito aos jesuítas no governo, entregou o cargo e foi para Pernambuco em 08 de dezembro de 1594.

Após a saída de D. Francisco de Almeida do governo, os oficiais militares e a câmara obrigaram D. Jerônimo de Almeida assumir o governo no lugar de seu irmão. Assim como o governo anterior que foi marcado pela intervenção dos missionários jesuítas, Dom Jerônimo recebeu as mesmas investidas dos missionários. “Encarregado do governo, com huma excelente prudência e modo, foi compondo os ânimos perturbadores, e condescendendo com os jesuítas, a fim de que não o confundissem, que em poucos dias se poz a cidade em total tranquilidadec⁵¹¹⁶”. Conhecendo a realidade e as forças que as ordens religiosas exerciam, D. Jerônimo se adaptou ao sistema político e permitiu que os jesuítas participassem das decisões políticas, fato este que evitaram os conflitos internos no seu governo.

Manuel Cerveira Pereira recebeu uma missão que até aquele momento nenhum outro governador havia recebido antes: restabelecer a presença militar portuguesa no sertão, mais especificamente nas terras dominadas pelo soba Cafuxe. No dia 10 de Agosto do ano de 1603, começou a sua trajetória de conquistas, e assim como Dom Gerônimo de Almeida tinha o propósito de obrigar o soba Cafuxe a ser seu vassalo e resgatar a confiança dos portugueses que outrora havia perdido devido a terrível derrota, o então Governador tinha o mesmo propósito.

Depois da vitória sobre o soba Cafuxe, o governador Manoel Cerveira Pereira destinou-se para as serras de Cambambe e fundou uma fortaleza, em busca de vencer o soba Cambambe explorar suas riquezas. Segundo J.C. Torres e Feo Cardoso de Castelo Branco “defendêo-se o soba Cambambe, com grande valor, resistindo quanto pôde; cedêo a final, depois de assoladas e destruídas as suas terras e povoaçens⁵¹¹⁷”. As estratégias militares, e a utilização da arma de fogo foram fundamentais no processo de conquistas. A vitória sobre Cambambe representou o enfraquecimento das forças mbundu e a supremacia portuguesa no Ndongo.

Tendo êxito em solos mbundu, o governador continuou realizando suas conquistas, logo encontrou outro soba que exercia prestígio aos sobas das demais províncias. O soba Axilambanza influenciava os sobas da província de Mossique a causar tormento aos portugueses de Manssagano. Assim que soube do plano de Axilambanza, Manuel Cerveira Pereira puniu com muita ousadia o soba. “E cahindo sobre eles com mão pezada, lhes fez sofrer rigorosos castigos, principalmente a Axilambanza de maneira, que vendo este as suas terras arrazadas, tomou o partido de se reconhecer Vassalo d’El Rey de Portugal⁵¹¹⁸”. Vencer um soba de influência era uma conquista de relevância, pois o avassalamento desse chefe local representava um progresso direto no comércio de produtos, de escravos e na instalação de igrejas para a atuação dos missionários.

O sistema de avassalamento “designava o laço que unia um súdito nascido num território do Estado, ao seu soberano e que lhe impunha o dever de lealdade e fidelidade⁵¹¹⁹”,

⁵¹¹⁶ Catálogo dos governadores do reino de Angola. Com uma prévia notícia dos principais notícia dos princípios de sua conquista e do que nela obraram os governadores dignos de memórias”. In: **Coleção de notícias para a História das nações ultramarinas que vivem nos domínios portugueses ou lhe são vizinhas**. *Op. cit.*, p. 352.

⁵¹¹⁷ TORRES, J.C. Feo Cardoso de Castelo Branco. **História das Acções Memoráveis, dos Governadores e Capitaens Generaes de Angola, desde 1575, até 1825 e a descrição geográfica e política dos reinos de Angola e Benguela**. *Op. Cit.*, 147.

⁵¹¹⁸ TORRES, J.C. Feo Cardoso de Castelo Branco. **História das Acções Memoráveis, dos Governadores e Capitaens Generaes de Angola, desde 1575, até 1825 e a descrição geográfica e política dos reinos de Angola e Benguela**. *Op. Cit.*, p. 148.

⁵¹¹⁹ HEINTZE, Beatrix. **Angola nos séculos XVI e XVII**. *Op. Cit.*, p.389.

essa prática tinha como meta estabelecer um maior controle sobre determinadas áreas mbundu. A rendição dos sobas com inferior poder bélico deixava clara a força dos portugueses embora as vitórias fossem vistas como conquistas temporárias e sem estabilidades. Todavia os conflitos entre portugueses e mbundu perduraram a segunda metade do século XVI e uma parte do século XVII.

As conquistas no primeiro mandato de Manuel Cerveira Pereira foram relevantes, mas o seu primeiro governo ficou marcado pela falta de competência na articulação política. Como já foi citado anteriormente na discussão voltada ao sistema de amos, pelo fato de ter distribuído lotes de terras para religiosos e também aos leigos no sistema de sesmarias, o governador acarretou para si grandes impasses. Também justificou estar ajudando a possessão portuguesa e de estar depositando em serviços públicos e no povoamento ampliando o Morro de São Miguel até o convento dos Frades Terceiros. Nesta ocasião foram doadas 100 braças de terras para os religiosos além de ter agradado os confrades da Ermida de São José. Esses fatos foram essenciais para fomentar conflitos aos antigos aliados inacianos, que esperavam conduzir o missionarismo no Ndongo e nas demais regiões que estavam sobre o controle português.

Assim como o ex-governador D. Francisco de Almeida sofreu retaliações dos jesuítas por não ter introduzido inicialmente a ordem dos missionários nas decisões políticas, o atual Governador da época Manuel Cerveira Pereira sofreu alguns embates devido a quebra de aliança com seus aliados inacianos. Segundo Flávia Maria de Carvalho:

A doação fez com que novos grupos se estabelecessem em Luanda e, conseqüentemente, se envolvessem nos negócios do fornecimento de escravos para o mercado atlântico. Assim, a distribuição das terras desagradou os portugueses já estabelecidos em Luanda, fazendo com o governador fosse alvo de uma ação que resultou em seu aprisionamento, espancamento e confinamento, até ser remetido a Lisboa, onde foi encerrado na Cadeia do Limoeiro⁵¹²⁰.

É importante destacar que além das ordens dos missionários que estavam estabelecidas nos territórios mbundu, havia uma concentração relevante de comerciantes, soldados e moradores que planejavam sua saída dos territórios mbundu, devido a falta de habilidade política.

Embora seja pouco discutida a prisão do governador Manuel Cerveira Pereira em seu primeiro governo, e os motivos pelos quais foi julgado, tem relação também com a vinda do bacharel Philippe Butuca para a cidade de Luanda. Nesta ocasião o bacharel causou sérios problemas para o governador Manuel Cerveira Pereira que mandou render o letrado e embarcou o mesmo com risco de vida a Portugal. O então governador tinha envolvimento com o comércio de escravos, e não aceitava a concorrência direta de Philippe Butuca neste comércio. Sendo assim, prendeu e embarcou o bacharel, fato este que lhe rendeu determinada prisão até que fosse esclarecido o caso.

O rei mandou um letrado para investigar os motivos que levaram a prisão de Philippe Butuca, enquanto analisavam o fato ocorrido, o então governador ficou preso. Nenhuma prova foi encontrada para tal prisão, na verdade os interesses comerciais escravistas foi o grande motivo dessa prisão de Philippe Butuca. Não tendo autoridade para prender um funcionário enviado pelo rei ibérico, o então governador foi culpado pelo excesso de punição e foi julgado.

O sentençee á morte sem appellação nem agravo, e execute logo lá sua sentença; porque de mais do excesso ser tão grande que hé merecedor de todo castigo, lhe parece que

⁵¹²⁰ CARVALHO, Flávia Maria de. O governo de Manuel Cerveira Pereira em Angola no século XVII. In: Gebara, Alexander e Vieira, Alexandre (orgs). **Coleção História. Estudos Africanos.** Múltiplas Abordagens. Niterói, ED. UFF, 2013. p. 232.

de se não dar nesta forma, resultará que com este exemplo commetterão daqui em diante os governadores ainda maiores desordes contra os sindicantes, e se não atreverão eles a executar suas comissois⁵¹²¹.

Algumas autoridades do conselho de Portugal cogitou a pena de morte para servir de exemplo para os demais governadores não realizar tais prisões sobre um emissário do rei, no entanto não foi concedido.

O missionarismo no segundo governo de Manuel Cerveira Pereira: 1615 a 1617

A forte ligação de Manoel Cerveira pereira com os jesuítas foi se desgastando ao longo dos seus dois governos, os motivos que levaram a tal desgaste, foi o afastamento da ordem religiosa na participação política, e do controle comercial de escravos que antes faziam através do sistema de amos. O envolvimento dos missionários jesuítas no comércio de escravos era um problema a ser resolvido no Antigo Ndongo. Desarticular o poder que os grupos e as ordens dos missionários exerciam, gerava problemas para os governadores das províncias. Informado sobre a situação antagônica entre os padres e os governadores, o rei Felipe II de Portugal, mandou fazer um alvará ordenando que os missionários passassem a receber 80\$000 reis anuais para se dedicarem apenas na missão evangelística⁵¹²², uma vez que os mesmos estavam fazendo desvio de funções para obterem lucros econômicos através do comércio de escravos. “Pollo que mamdo ao feitor do dito reino de Angola que ora hé e ao diamte for, que o regimento dele fasa pagamento aos ditos rellegiozos que residirem no dito reino dos ditos oitenta mil reis a cada um deles cada ano⁵¹²³”. Esses pagamentos passaram a ser controlados através de um escrivão que fazia as certidões de controle. A proposta do rei era notória, afastar os missionários do comércio direto com os pumbeiros, e evitar os conflitos existentes com os governadores. Essa situação deixou exposta duas hipóteses: na primeira o interesse de Manuel Cerveira Pereira em afastar os padres inicianos das atividades comerciais escravistas; e a segunda, a fragilidade do governador para com a influência dos grupos comerciantes.

Em 30 de Março de 1609 ao regressar a Lisboa, teve o seu julgamento pela frente e mesmo com acusações feitas pelos colonos foi julgado e absolvido. Logo partiu para Madri e obteve o perdão do rei Felipe II. Nessa ocasião também lhe foi concedido uma nova oportunidade de ser funcionário real onde teve a missão de conquistar Benguela que era na época uma região que estimulava o rei, pelo fato das possibilidades da extração do sal. Foi encarregado de dirigir os destinos de Angola pela segunda vez. Nesta ocasião passou a exercer o cargo de governador e capitão – geral do Ndongo e de Benguela.

Em uma das cartas enviada por Manuel Cerveira Pereira ao rei Felipe II em (11-03-1612)⁵¹²⁴ apontava minuciosamente tudo o que julgava necessário para a conquista do reino de Benguela. Foram discriminados dezenove planos para conquistar e administrar Benguela militarmente, culturalmente, politicamente e economicamente. Citaremos apenas dois desses planos que seria importante para a conquista de Benguela: na primeira ocasião, o objetivo era converter e batizar os nativos ao catolicismo, tendo padres missionários para dar continuidade através das igrejas construídas nessas regiões; a segunda ocasião seria trazer homens com experiência em minas de cobre, esses homens seriam importantes no processo de conquistas e escavações nas minas de Cambambe.

⁵¹²¹ Consulta do Conselho de Portugal (16-10-1606). In: **Monumenta Missionária Africana**. Brasília, Antônio (org), vol. V, (1600-1610), p. 221.

⁵¹²² O termo evangelística, estar relacionado a exploração catequética nos sertões do Antigo Ndongo.

⁵¹²³ Alvará dos padres jesuítas de Angola (14-01-1615). In: **Monumenta Missionária Africana**. Brasília, Antônio (org), *Op. cit.* vol. VI, (16-11-1621), pp. 187-88.

⁵¹²⁴ Carta de Manuel Cerveira Pereira a El – rei (11-03-1612). In: **Monumenta Missionária Africana**. Brasília, Antônio (org), vol. VI, (1611-1621), p. 77.

O rei Felipe II de Portugal e Felipe III da Espanha pronunciou a separação de Benguela e Angola, a proposta era colocar um governador em cada região. A propagação do catolicismo era uma das problemáticas nessas regiões, os missionários deveriam converter aqueles povos que estavam enraizados em suas tradições religiosas. Embora algumas cartas da *Monumenta Missionária Africana* mencionem os mbundu como idólatras, houve ressignificação dos ídolos e dos crucifixos como imagens e símbolos religiosos. Os caminhos para introduzir o catolicismo e conquistar os territórios de Benguela, estavam ligados ao avassalamento dos sobas daquelas regiões, e uma das opções do rei ibérico em manter o controle de Benguela era estabelecer um governador naquela região. “E vendo como seria mui dificultoso efeituar-se e sustentarse esta conquista não estando separada do Governo de Angola, por o que a experiência tem mostrado do pouco que poderão obrár nella os que o tiveram a seu cargo⁵¹²⁵”. As dificuldades em governar Benguela estavam associadas não só as rebeliões dos sobas existentes, mas a uma forte introdução cultural de embarcações de outras nacionalidades que mantinham o comércio com Luanda, levando o governo português a repensar sobre as estratégias na ampliação do catolicismo nos lugares que estavam recebendo essas influências externas. O rei português separou o reino de Benguela de Angola estabelecendo uma nova jurisdição, implantando um novo governador, assim como um maior número de ministros e de missionários.

Os problemas e as acusações que outrora Manuel Cerveira Pereira havia sofrido não tiveram muita importância na sua volta ao governo, o que interessava era a exploração das minas, o comércio de escravos, e a propagação do catolicismo nos territórios de Benguela e do Ndongo, uma vez que no seu primeiro governo havia vencido sobas de influências nos territórios mbundu. A noção teológica do resgate, também era um dos mecanismos utilizados pelos portugueses na troca de escravos por produtos vindos da América. O resgate das almas para os escravos seria uma forma de obterem a salvação e a purificação da alma, tendo a escravidão como um caminho para justificar a salvação.

Deixando-se acreditar o rei ibérico na inocência de Manoel Cerveira Pereira, decidiu com grande pressa restituir a honra do ex-governador de Angola. A habilidade militar e suas estratégias de conquistas levou Manoel Cerveira Pereira voltar ao poder, entretanto, havia vencido os confrontos realizados anteriormente. O fato de ter desempenhado um governo de conquistas levou o rei ibérico dá-lhe outra chance. Havia motivos reais para a retomada de Manoel Cerveira Pereira ao governo, entre vários estava o respeito dos inimigos sobas, o atual governador representava uma grande autoridade em solos mbundu. “Dêo fundo, Manuel Cerveira Pereira no porto de Loanda, no mesmo anno de 1615, e governou anno e meio com sua costumada prosperidade; porque achando levantados todos os sovas do Angó, bastou sua presença para os sujeitar⁵¹²⁶”. Não bastava ser estrategista militar para adentrar nos sertões mbundu e enfrentar os adversários, em alguns casos o governador português precisou estabelecer alianças para alcançar seus objetivos.

Os confrontos entre mbundu e portuguesas não cessavam, uma das regiões com maior número de embates era a região do Ango. O governador tinha a missão de ir ao sertão avassalar o perigoso soba Caculo Cahango, este soba estava causando grandes problemas para os moradores da cidade e dos presídios. Embora estivesse convivendo com os constantes embates com a região do Ango, Manuel Cerveira Pereira enviou suas tropas para combater o soba Caculo Cahango e fazê-lo vassalo, conseguiu então, o seu êxito. A missão de Manuel Cerveira Pereira em Angola havia sido cumprida, conseguiu em um ano e meio avassalar os sobas mais prestigiados da região e logo seguiu para Benguela deixando no governo de Angola Antonio Gonçalves Pita.

⁵¹²⁵ Criação do Governo de Benguela (14-2-1615). In: **Monumenta Missionária Africana**. Brasília, Antônio (org), vol. VI, (1611-1621). p. 197.

⁵¹²⁶ TORRES, J.C. Feo Cardoso de Castelo Branco. **História das Açoens Memoraveis, dos Governadores e Capitaens Generaes de Angola, desde 1575, até 1825 e a descrição geográfica e política dos reinos de Angola e Benguela**. *Op. Cit.*, p. 152.

Manuel Cerveira Pereira foi ordenado a conquista de Benguela por ter a confiança do seu primeiro governo, logo o rei mandou que todos obedecessem às suas ordens. Entretanto, as ordens foram comandadas a todos os capitães, fidalgos, soldados, escrivães e missionários.

E que como tal lhe obedeção inteiramente, e cumprão o que por ele de minha parte lhes for mandado e requerido, assy e tão inteiramente como são obrigados. E dos que assy o fizerem me averei por bem servido, e aos que tiverem contrário procedimento (que não espero) mandarei dar os castigos que pelo tal caso mereçerem⁵¹²⁷.

O governador que em seu primeiro governo tinha sofrido uma conspiração política, ganhou força do rei para combater os conflitos internos e tomar posse das minas de Cambambe. As minas era um dos principais objetivos do rei ibérico, além da manutenção do comércio de escravos e a introdução do catolicismo.

A situação do catolicismo nessas regiões era diferente do Congo, em Benguela e Angola eram territórios onde encontrava maior resistência, a introdução catequética funcionava através das relações comerciais e pelo sistema de avassalamento, quando o soba devia subordinação ao governador português atendendo as alianças políticas. “Para assumir as responsabilidades expostas pela coroa portuguesa o governador recebia cerca de oitocentos mil reis anualmente⁵¹²⁸”.

Com o reconhecimento do trabalho que havia sido feito, Manoel Cerveira Pereira saiu de Angola em 11 de Abril de 1617, e levou consigo quatro navios, mantimentos, 150 homens e algumas munições. Mais uma vez, a terra onde o então governador se instalara estava governada por um soba, quando soube da chegada do governador Manuel Cerveira Pereira em suas terras foi ao encontro com grande força, em meio a batalha não conseguiu suportar as primitivas armas de fogo usadas pelas tropas portuguesas que para eles nesta época eram desconhecidas. “A alternativa do soba foi retirar-se para os matos deixando a região sobre o controle de governador português que em seguida finalizou a construção do forte que havia começado quando chegou na Bahia⁵¹²⁹”. Depois de ter se estabilizado naquele solo, o objetivo principal do governador era conseguir o domínio das minas de cobre que havia naquela região. Em busca das tais minas de cobre Manuel Cerveira Pereira juntamente com seus homens adentrou nos sertões e penetrou muitas léguas pelo interior, enfrentou cinco batalhas sangrentas e vários embates com sobas e jagas vizinhos das minas que tanto sonhavam os portugueses conquistá-las. Os sobas de Mudombe e Hanha que dominavam aquelas regiões foram avassalados, permitindo que o governador desse início a construção de Benguela.

Havia insatisfação por parte de alguns portugueses juntamente a inúmeros grupos que estavam relacionados aos soldados e religiosos que outrora haviam conspirado contra o governador. Além das resistências internas, Manuel Cerveira Pereira teve que enfrentar muitas dificuldades como: “a hostilidade do clima; depois as insubordinações de muitos dos seus companheiros; mais ainda a oposição do gentio; finalmente, a hostilidade das autoridades e povo de Luanda⁵¹³⁰”. As dificuldades enfrentadas pelo então governador, chegaram a uma situação que o mesmo chegou a propor ao bispo D. Frei Manuel Baptista e aos padres da companhia de Jesus um acordo: empenharia suas terras em troca de

⁵¹²⁷ Conquista do reino de Benguela (14-2-1615). In: **Monumenta Missionária Africana**. Brasília, Antônio (org), vol. VI, (1611-1621). p. 196.

⁵¹²⁸ Conquista do reino de Benguela (14-2-1615). In: **Monumenta Missionária Africana**. Brasília, Antônio (org), vol. VI, (1611-1621). *Op. Cit.*, p. 196.

⁵¹²⁹ TORRES, J.C. Feo Cardoso de Castelo Branco. **História das Açoens Memoráveis, dos Governadores e Capitaens Generaes de Angola, desde 1575, até 1825 e a descrição geográfica e política dos reinos de Angola e Benguela**. *Op. Cit.*, p.153.

⁵¹³⁰ SANTOS, Martins dos. **A história de Angola através dos seus personagens principais**. *Op. cit.*, p. 70.

mantimentos, mais não foi concedido tal pedido. Segundo J.C, Torres e Feo Cardoso de Castelo Branco:

Os maiores obstáculos que ele teve, para obter a posse do referido descobrimento, forão a inveja e a emulação, que sempre se empenharão em maltratar os grandes homens. Conjurados 5officiaes, e unidos com um frade, e hum clérigo e com muitas outras pessoas; mal contentes e pouco satisfeitos da sevéra condição de Manuel Cerveira, conspirarão contra ele: vendo que não podião matalo com veneno, como algumas vezes intentarão; resolverão com um repentino motim, perder-lhe o respeito; e invadindo a sua própria caza, o prendêrão, carregando-o de injurias, de pancadas e de ferros; e depois de roubado e despido, sem huma camisa, o mettêrão em hum batel pôdre, que lançarão ao mar: permintindo a providencia Divina, que ele fosse na tona da agoa, dar ao porto de Loanda⁵¹³¹.

Após sua chegada em Luanda, Manuel Cerveira Pereira passou dois anos aguardando a resposta da corte portuguesa, onde foi enviado mais uma vez a Benguela para dar continuidade a procura dos metais. “Ao continuar o descobrimento, lá acabou a vida naqueles matos, sem efetuar a posse das taes minas, por cauza de se lhe antecipar a morte⁵¹³²”. Os governos de Manuel Cerveira Pereira foram muito produtivos em termos de conquistas territoriais, no entanto não conseguiu estabelecer a união entre as ordens religiosas, e não encontrou as minas de prata que o rei Felipe II havia determinado.

Considerações finais

Embora tenha sido um governante de grandes conquistas e resultados em Angola e em Benguela, o governador Manuel Cerveira Pereira não conseguiu administrar as relações com os demais portugueses que faziam parte do poder comercial, religioso e econômico do território africano. Esse antagonismo com os demais grupos, fez com que seus dois governos não fossem bem sucedidos de acordo com as intenções da Coroa Ibérica. Os problemas com os inicianos no primeiro governo estiveram relacionados as distribuições de terras aos religiosos que tinham suas áreas de ocupação no convento dos Frades Terceiros, o que foi ampliada do Morro de São Miguel até o Convento dos Frades Terceiros, e também de ter agradado os confrades da Ermida de São José.

No segundo governo os negócios privados do governador misturaram-se aos seus comandos governativos. Apesar de ter conquistado os territórios e de ter vencido os inimigos mbundu, Manuel Cerveira Pereira teve grandes problemas por não ter encontrado as minas de prata que era a sua missão principal. Sem a exploração das minas, fez Benguela consolidar-se a principal região comercializadora de escravos para o mercado atlântico, fatos esses que levaram o governador sofrer mais um atentado e ser deposto do Ndongo. Em vista dos argumentos apresentados o governador Manoel Cerveira Pereira contribuiu para o progresso do território mbundu e possibilitou um avanço na política mercantil.

⁵¹³¹ TORRES, J.C. Feo Cardoso de Castelo Branco. **História das Acções Memoráveis, dos Governadores e Capitaens Generaes de Angola, desde 1575, até 1825 e a descrição geográfica e política dos reinos de Angola e Benguela.** *Op. Cit.*, p.154.

⁵¹³² TORRES, J.C. Feo Cardoso de Castelo Branco. **História das Acções Memoráveis, dos Governadores e Capitaens Generaes de Angola, desde 1575, até 1825 e a descrição geográfica e política dos reinos de Angola e Benguela.** *Op. Cit.*, p.154.

REPENSANDO O MULATISMO MUSICAL: MULATOS E PARDOS ARROLADOS À PRÁTICA DA MÚSICA NO BRASIL ENTRE OS SÉCULOS XVIII E XIX.

Luiz Domingos do Nascimento Neto⁵¹³³

professorluizdnn@gmail.com

Resumo: A saliente atuação de africanos, e seus descendentes nas atividades musicais desde os tempos coloniais; e a relevante participação destes na formação da música nacional foram temas apontados e discutidos por intelectuais que vão desde Manuel Araújo Porto Alegre (1806-1879) até o famoso musicólogo Francisco Curt Lange (1903-1997). A percepção musical, a estética, os instrumentos introduzidos e aspectos biográficos foram elementos abordados em muitos dos trabalhos responsáveis em consagrar o *mulatismo* musical como perspectiva interpretativa do protagonismo negro e descendente na música. Por um lado, o prisma do *mulatismo* impulsiona uma visão do “nacionalismo incipiente” sobre o passado musical; e por outro, nos dá a entender de forma determinista que mulatos e pardos (entre outras *qualidades*) ocuparam uma lugar “natural” na prática da música. Pretendemos incitar uma breve problematização desse aspecto derradeiro. Ou seja, até que ponto essa propensão à música era algo absolutamente inato à população de cor? O que está implícito neste protagonismo?

Palavras-chave: mulatismo musical, mestiços, músicos e inserção social.

O olhar sobre os de Cor na História da música colonial

As mesclas biológicas ocorridas no lastro da formação da sociedade colonial na América portuguesa são responsáveis diretas por aglomerar elementos culturais distintos presentes em saberes e fazeres que compunham os modos de trabalhos, de sociabilidade e de experiências: subjetivas, místicas e porque não dizer transcendentais que permearam a ordem do vivido. Essa realidade mesclada inquietou artistas e intelectuais que desde o século XIX tecem interpretações que vão: da crítica à suposta degeneração “racial” e, conseqüentemente, cultural que distancia a nascente “nação” brasileira do ideal de civilização; ao elogio à singularidade alcançada pelos encontros de difusas matrizes culturais que geraram uma sociedade *sus generis* nos Trópicos, capaz de encontrar os caminhos de seu desenvolvimento por suas peculiaridades mestiças. Essa longa tradição forjada no século XIX (onde o romantismo político e os primeiros sinais do nacionalismo são observados) foi responsável por aproximar as iniciativas em construir uma história sobre o Brasil se valendo da apreensão de elementos culturais como signos de uma brasilidade latente, pré-concebida e inerente ao espírito daqueles que viviam antes de 1822.

Enquanto o Brasil se forja politicamente como Império, mediante os conflitos e as negociações entre setores das elites que visam se estabelecer e garantir seus privilégios na “nova” ordem política, Manuel Araújo Porto Alegre, baluarte do movimento romântico no Brasil, publicara na *Niterói*, *Revista Brasiliense* (da qual também foi fundador) em 1836 o artigo *Idéias: sobre a música*; e a posteriori, *Iconografia Brasileira* em 1856, agora na Revista do então Instituto histórico e Geográfico Brasileiro. Em ambos os textos o autor aborda o exercício da arte musical no Brasil durante o domínio português, ressaltando o “encontro” entre: o “gênio nacional” presente no nativo; e o “gênio estrangeiro” associado aos ibéricos e africanos. Sua ênfase esta no processo de evolução da música (pretensamente nacional) marcado pela resistência ao ímpeto dominador e o inevitável afloramento de um incipiente nacionalismo no campo da produção musical já no período colonial protagonizada pelos mestiços. Dando subsídio as suas conjecturas, a biografia do padre mulato José Mauricio Nunes Garcia (1767-1830), chamado por Porto Alegre de “Mozart fluminense”, é usada não

⁵¹³³ Doutorando em História (UFPE).

para exaltar o discurso musical hibridado, e sim para consagrar Nunes Garcia *como agente de resistência à opressão portuguesa*. Assim, *desenhou os mitos de redenção pelo fruto mestiço, reiterado como verdade suprema de Visconde Taunay a Curt Lange*⁵¹³⁴. Se por um lado, podemos afirmar que o movimento romântico buscava forjar as bases de um “nacionalismo” no campo das artes, sugerindo a formação de uma tradição musical independente e autêntica protagonizada por mulatos; por outro, não podemos defender que Porto Alegre e seus pares se posicionaram em defesa de uma nação mestiça, por conseguinte, civilizada devido esses processos de mesclas. Ao contrário, Manuel Araújo Porto Alegre se propusera a desenhar as primeiras silhuetas de uma história da arte no Brasil, defendendo uma lógica nacionalista pra justificar o processo de emancipação⁵¹³⁵, onde por um momento admitiu se um protagonismo mestiço. Entretanto, com o estabelecimento dos ditames civilizatórios a arte da música finalmente estaria nas mãos de homens livres e sem mácula de cor⁵¹³⁶, superado assim o mulatismo no exercício dessa arte. Não se pode perder de vista que há um grande paradoxo na escrita dos românticos. Mesmo com toda aversão ao domínio colonial e a urgência de ovacionar a independência e proclamar o fim da escravidão; o movimento não se posicionou de forma tão contundente em relação à ordem senhorial que atravessou o “Grito do Ipiranga” e se acomodou nas décadas seguintes até a abolição. O mote abolicionista do movimento nas primeiras décadas foi meramente tangenciado, não fora debatido com a energia necessária, principalmente pelo fato de que a economia naquele momento esteve assentada sobre a propriedade escrava. Sendo assim, pouco importava a redenção do elemento negro e mestiço e efetivamente fora o *índio* escolhido como símbolo do nacionalismo a ser cristalizado⁵¹³⁷. Desta feita, podemos concluir que os vestígios concernentes à prática das artes liberais (e dentre elas a música) durante o período colonial vão subsidiar as primeiras leituras sobre essa brasilidade pré existente, onde de forma sutil essa mestiçagem aparece *como um mal necessário* a ser vencido pela hegemonia do indivíduo *branco e livre* sobre as artes com o advento da independência política. Após a pontual consagração de José Maurício como representante de todo esse ideal nacionalista e do gênio criador brasílico, segue se o desinteresse em evidenciar a trajetória de vida de outros músicos de cor, ou por escassez de documentação, ou porque a lógica de *embaquecimento* já se apoderara da história da arte no Brasil. Somos tentados a acreditar no motivo derradeiro!

Já em fins do século XIX, Silvio Romero (1851-1914), contrário aos modelos românticos idealistas, busca estabelecer as origens da música brasileira também levando em consideração os processos de mestiçagem ocorridos no Brasil até então, atribuindo valores positivos a bricolagem cultural reafirmando a responsabilidade da mestiçagem na concepção da verdadeira cultura nacional. A superação do “paradigma romântico” na produção sobre a música em Romero se deu pela influência que este sofrera das teorias positivista e

⁵¹³⁴ NETO, Diósnio Machado. O “mulatismo musical”: processos de canonização na historiografia musical brasileira. In: SANTOS, Maria do Rosário Girão. LESSA, Elisa Maria (Coord.). **Música Discurso Poder**. Universidade do Minho, Humus, 2012. p. 291-292 (Coleção Hespérides Literatura 26). Disponível em:

<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/23657/1/MusicaDiscursoPoder.pdf>. Acessado em: 15 de ago. 2016.

⁵¹³⁵ SQUEFF, Letícia. **O Brasil nas letras de um pintor: Manuel de Araújo Porto Alegre (1806-1879)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 143.

⁵¹³⁶ LEONI, Aldo Luiz. Historiografia musical e hibridação racial. **Revista Brasileira de Música**, Rio de Janeiro, v. 23/2, 2010 p. 101. Disponível em: <http://rbm.musica.ufrj.br/edicoes/rbm23-2/rbm23-2-04.pdf>. Acessado em: 02 ago. 2016.

⁵¹³⁷ GRANDOLPHO, Marina Venâncio. **O indianismo em Americanas (1875), de Machado de Assis** (reeleitura da tradição romântica). 2014. p. 25-26. Dissertação (Mestrado em Estudos de Literatura) – Centro de Educação e Ciência Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

evolucionistas aplicadas à sociedade⁵¹³⁸, o que, segundo Antônio Cândido fundamentou sua análise sobre cultura brasileira em bases modernas preocupadas em problematizar questões ligadas ao conceito de meio, raça e evolução histórica; discussões tão caras ao período⁵¹³⁹. Nesta perspectiva, Romero pôs *lado a lado* as canções populares e as que foram chamadas, a posteriori, músicas eruditas. Fato que demonstra seu total rompimento com o ideal romântico, que tanto ovacionava a música erudita em detrimento do que José Ramos Tinhorão nomeou de *os sons que vem da rua*⁵¹⁴⁰. Essa preocupação com o popular, com o espontâneo na música talvez pudesse abrir uma senda para a multiplicação de biografias ou mesmo apontamentos esporádicos em Sílvio Romero sobre os músicos de cor atuantes no período anterior a 1822. Porém, o estudioso oitocentista encontrou dificuldades em aprofundar-se no tema do envolvimento de negros e mestiços nesta arte devido à escassez de fontes. Acrescentamos também, que mesmo apontando a importância das misturas na constituição da sociedade brasileira, Sílvio Romero era adepto do embranquecimento e não via bons olhos a mistura das “raças”. Esse estudioso, segundo Lilia Moritz Schwarcz, se denomina como um “Homem de ciência” crente na subversão do Darwinismo social que acredita *que o resultado de um casamento híbrido era sempre degenerado ou mais fraco. Pior ainda, carregava os defeitos (e não as qualidades) de cada um de seus ancestrais*⁵¹⁴¹. Logo, para que dá visibilidade a identidade desses homens de cor envolvidos com a arte musical do passado? Assim sendo, a percepção da mestiçagem formulada por Sílvio Romero sobre a cultura brasileira pode ser entendida como um avanço em relação às análises elaboradas por Porto Alegre, mas não significou uma total ruptura com estereótipos em relação ao indivíduo mestiço e sua participação no mundo das artes.

A releitura de conceitos forjados no âmago do cientificismo oitocentista influenciou diretamente as produções seguintes sobre música e músicos no Brasil escravista, onde emergem novos personagens que trazem nas feições as marcas das misturas. Para alguns estudiosos contemporâneos, o advento do século XX trouxe os estudos culturalistas no Brasil empreendidos por Arthur Ramos (1903-1949)⁵¹⁴² e Gilberto Freyre (1900-1987). Sendo esses pesquisadores considerados responsáveis por sedimentar os aspectos “positivos” das contribuições (mais culturais do que biológicas) das matrizes africanas e indígenas na formação da sociedade brasileira⁵¹⁴³. No entanto, questionamos aqui o total pioneirismo das obras de Ramos e Freyre, sem desconsiderar que sem sombra de dúvidas seus estudos

⁵¹³⁸ NASCIMENTO NETO, Luiz Domingos do. **Cor, suor e som: Inserção social e prática musical no Recife.** (c. 1789- c. 1822). 2014. p. 41. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

⁵¹³⁹ CANDIDO, Antônio. **Introdução ao método crítico de Sílvio Romero.** São Paulo: Revista dos tribunais, 1945. p. 51-56.

⁵¹⁴⁰ Entre esses sons destacam-se aqueles realizados em ajuntamentos de negros em pátios, vielas, fontes públicas, terreiros de casa-grande e descampados longe dos olhos senhoriais, ou mesmo durante o trabalho. Essa sonoridade era produzida por cânticos e rimas em línguas da costa, às vezes mescladas por palavras em português ao som de palma ou de instrumentos de origem africana, europeia e indígena em danças circulares que chamava atenção pela dose de sensualidade (umbigadas) e pelo tom frenético de seu percutir. TINHORÃO, José Ramos. **Os sons que vem da rua.** São Paulo, Editora 34, 2005.

⁵¹⁴¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 61.

⁵¹⁴² Também vale salientar que Arthur Ramos atua na perspectiva de tentar resignificar os estudos de seu antigo mestre Nina Rodrigues (1862-1906) que assim como Sílvio Romero aponta a originalidade das misturas de “raças” no Brasil, mas não se furta de problematizar o caráter degenerativo desse processo, movido ainda por pressupostos eugênicos que apontam a impureza da “raça” como um dos principais fatores de retrocesso rumo a um caráter civilizado. Para uma maior compreensão sobre a influência de Nina Rodrigues na escrita de Arthur Ramos indicamos: CORRÊA, Mariza. **Ilusões da Liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil.** 2. Ed. rev. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001. Coleção Estudos CDAPH, Série Memória.

⁵¹⁴³ SCHWARCZ, *Op. Cit.*, p.247-248.

tiveram maior alcance nos meios acadêmicos, políticos e culturais. O sergipano Manoel Bonfim (1868-1932), que em 1903 começa a escrever e, em 1905, publica *América Latina: males de origem*; percebe em seu texto que o pessimismo que permeia os estudos da segunda metade dos oitocentos sobre o indivíduo mestiço não estão associada apenas aos hipotéticos caracteres negativos e inatos das raças mistas defendidas por seus contemporâneos, mas sim com a vontade de dominação das nações ditas “superiores” por intermédio de suas teorias etnocêntricas⁵¹⁴⁴. Não almejamos aqui negar a envergadura dos estudos empreendidos por Arthur Ramos e Gilberto Freyre, antes achamos relevante apontar a existência de intelectuais também preocupados no início do século XX com a inevitável marcha da mestiçagem ao futuro, como questão a ser respondida de forma otimizada.

Levando em consideração a assinalada virada epistemológica em relação ao estudo sobre os indivíduos de cor no início do século passado, poderíamos discorrer sobre meia dúzia de autores que se ocuparam em perceber o negro e o mestiço nas artes e dentre elas: a música. Entretanto, consideramos os estudos do musicólogo Franz Kurt Lange (ou do latinizado Francisco Curt Lange) como um “divisor de águas” na inserção da identidade de mestiços no exercício da música no período colonial. Fato que reverberará na franca defesa dos pressupostos do *mulatismo musical* por este pesquisador. Após as leituras de Franz Boas e de Gilberto Freyre, Curt Lange parafraseia sobre a autenticidade da produção musical fruto do ambiente mestiço inerente a América Latina. Em 1935 proclama no *Boletín Latinoamericano de Musicología*⁵¹⁴⁵ que a mistura das raças *edificará una cultura más sólida que la actual y sin duda tanto o más importante que la europea*⁵¹⁴⁶, tornando claro seu alinhamento com a determinação cultural e as análises que prezam o localismo. Segundo suas proposições, o indivíduo mestiço teria a capacidade de produzir essa arte superior em tons de originalidade e renovação artística, fazendo dos Trópicos um novo centro de difusão de uma cultura superior. Esse processo teria dado já seus sinais entre os contatos realizados das tradições ibéricas, africanas e os povos os quais ele chama de autóctones. Ao ovacionar as mesclas latino americanas produzidas no campo da música utilizando-se para isso de seus estudos sobre os músicos mineiros do século XVIII, Curt Lange busca cristalizar o conceito de *mulatismo musical*, que atribui as características inerentes aos mestiços e ao ambiente físico o qual estão inseridos (a América latina) uma propensão destes às atividades musicais. Naturalizando assim a presença de homens de cor na música no passado do continente.

Depois dessa rápida discussão, podemos considerar que o *mulatismo musical* forja uma compreensão homogeneizante de que a capacidade de apreender, criar e executar a música era algo praticamente inato aos *homens de cor*. É como se houvesse um lugar comum criado para esses sujeitos, e à medida que naturalizam-se esses lugares deixa-se de lado as implicações de ordem política, social e cultural que conduzem negros, mulatos, pardos (e outras qualidades) ao exercício da arte da música. A historiografia sobre a América portuguesa tem-se renovado, levando estudiosos de diversas áreas à revisão de clássicos e retorno às fontes, lançando sobre elas novas perguntas e críticas. A atuação de determinadas instituições de caráter secular e eclesiástico; o lugar social das diversas categorias oriundas

⁵¹⁴⁴ KEWTTNER, Michele Nascimento. MANOEL BOMFIM: “ENSAIANDO” A MESTIÇAGEM EM AMÉRICA LATINA. *Ci. & Tróp.*, Recife, v.34, n. 1, p.135-154, 2010 p. 135-138.

⁵¹⁴⁵ Seu contato com a pesquisa em arquivos latino-americanos direcionaram Curt Lange a desenvolver o projeto musicológico denominado Americanismo Musical (que defende a ideia de uma integração continental mediada pela), tinha neste boletim que circulou entre os anos de 1935 e 1946, como principal meio de divulgação de ideias, documentos, obras inéditas, eventos na área. César Maia Buscacio, tendo como tema a correspondência entre Curt Lange e o compositor brasileiro Camargo Guarnieri, analisou a construção de uma complexa rede de sociabilidades para mapear diversas questões que envolviam o Americanismo e o nacionalismo musicais. BUSCACIO, Cesar Maia. **Americanismo e nacionalismo musicais na correspondência de Curt Lange e Camargo Guarnieri (1934- 1956)**. 2009, Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

⁵¹⁴⁶ LANGE, Francisco Curt. **Arte musical latinoamericano, raza y asimilación**. Boletín Latinoamericano de Música, Montevideo, p.19- 20, 1935.

das dinâmicas do mundo escravista; e as relações do trabalho livre e escravo que afetam diretamente as formas de ser e viver dos homens de cor na sociedade colonial; são alguns dos temas abordados e repensados à luz destes novos estudos e podem trazer outras interpretações acerca das trajetórias dos músicos de cor. Nas próximas linhas tencionamos problematizar aspectos que se não elucidem, apontem outras implicações que direcionam sujeitos como José Maurício Nunes Garcia ao exercício da música, num momento onde fortes estigmas eram lançados sobre os que traziam sob a pele as máculas da qualidade inferior.

O ser e o viver como músico de cor

A diversificação dos portos de embarque no continente africano, a intensificação do comércio atlântico de escravos entre a segunda metade do XVIII e a primeira metade do XIX contribuíram e muito para o aumento do contingente classificado como negros e mestiços (mulato, pardo, cabra..) tanto no ambiente rural, como nos centros urbanos da América portuguesa. No período, podemos considerar o Rio de Janeiro uma Babel africana, pois 50% de sua população era escrava e deste percentual 80% compostos por negros da costa⁵¹⁴⁷ que faziam uso de suas línguas e dialetos no cotidiano; já na Antiga capital do Estado do Brasil a população de cor independente de sua condição jurídica abarcava cerca de 64% dos habitantes⁵¹⁴⁸; no Recife sabe-se que 50% dos fregueses de Santo Antônio foram classificados como pardos, e que há uma tendência crescente em fins do XVIII para o crescimento da população não branca na cidade e em seus arrabaldes.⁵¹⁴⁹ Esse crescimento substancial sempre despertou grande inquietude das autoridades coloniais. Sobretudo, após os acontecidos nas Antilhas (Revolução do Haiti, 1791-1804) e suas consequências econômicas e sociais. Logo o medo de uma sublevação negra e mestiça passou cada vez mais a habitar os sonhos das elites senhoriais⁵¹⁵⁰.

Nesse universo marcado pelas dinâmicas de mestiçagens, senhores, escravos; livres e libertos dividiam espaços (de forma consciente ou inconscientemente) estabelecendo relações de proximidade, que na maioria das vezes, se distanciavam do permitido pela legislação secular ou eclesiástica. O mundo do trabalho foi um desses espaços de contato constante entre os que possuíam diferentes *qualidades* e *condições*. Assim sendo, homens, mulheres brancas também tomaram parte das relações vivenciadas no âmbito da labuta, mas sem dúvidas, a população de cor esteve associada aos trabalhos manuais mais frequentemente no cotidiano da cidade. Múltiplas foram as possibilidades de trabalho, ofícios e ocupações desempenhadas por homens de cor livres. É evidente que as atividades manuais tornaram-se o grande campo de atuação de pardos e mulatos, mas não apenas aquelas que exigiam pouca qualificação, como o transporte de cargas, o pequeno comércio de víveres etc. Houve casos em que esses homens de cor se destacaram por sua atuação em atividades especializadas, como os casos Manoel Ferreira Jácome (mestre-pedreiro) e João de Deus e Sepúlveda (pintor e dourador) renomados na segunda metade dos setecentos em Recife pela qualidade de seus serviços⁵¹⁵¹. Inclusive, Russel-Wood dá conta de casos de mulatos e pardos que exerceram atividades em cargos administrativos em determinadas regiões durante algum tempo, nos apontando que a assimilação dos indivíduos de ascendência africana variou de região para região. Neste sentido, o exercício de algumas

⁵¹⁴⁷ REIS, João José. SANTOS, Flávio Gomes. CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **O Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 72.

⁵¹⁴⁸ REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: uma história do levante dos Malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 22.

⁵¹⁴⁹ SILVA, Gian Carlo de Melo. **Na cor da pele, o negro: conceitos, regras, compadrio e sociedade escravista na Vila do Recife (1790-1810)**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2014. p. 23.

⁵¹⁵⁰ LARA, Sílvia Hunold. **Fragmentos Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 162.

⁵¹⁵¹ PEREIRA, José Neilton. **Além das formas, a bem dos rostos: faces mestiças da produção cultural barroca recifense (1701-1789)**. 2009. Dissertação (Mestrado de História) – Departamento de História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

atividades indispensável para o funcionamento da vila ou cidade se constituía como um caminho de promoção social de homem de cor frente aos brancos⁵¹⁵². Seja ela um ofício mecânico ou um cargo nas hierarquias que habitavam o seio da sociedade, a circunstância determinará o grau de importância e inserção.

Apenas para ressaltar, ao contrário do que afirma Maurício Monteiro, não apenas homens livres brancos ou mestiços se ocuparam em atividades ligadas ao exercício de ofício mecânicos e nas artes liberais⁵¹⁵³. Nessa virada de século as possibilidades de trabalho se diversificam, levando escravos que outrora estiveram direcionados apenas a serviços braçais, tidos como menos especializados (trabalho no eito ou doméstico) a ganharem as ruas exercendo atividades que exigiam certo grau de especialização. Na maioria dos casos esses cativos estavam auxiliando seus senhores (que muitas vezes eram mestre em algum ofício) na luta cotidiana pela subsistência. Sendo assim, não podemos excluir os cativos destas atividades, até porque mesmo se não exerciam total autonomia sobre o ofício e não usufruíram do lucro direto de seus serviços, aí estavam desempenhando atividades até então interditas⁵¹⁵⁴. No caso, da música encontramos frequentemente em livros de despesas de irmandades os *chameleiros* reunidos em pequenas orquestras de instrumentos de sopro, por hora, agenciados pelos mestres da capela em atuação ou pelos próprios procuradores das confrarias⁵¹⁵⁵.

Ademais, o ofício da música se configurou como uma das *vias de fato* de sustento e de inserção social de sujeitos marcados pelos estigmas da cor. Ao contrário da segregação imputada a algumas atividades que só poderiam ser realizadas em lugares específicos (lojas, oficinas e tendas) o exercício de uma arte liberal como está oferecia uma maior circulação nos espaços de poder. Ao que parece isso fora percebido desde cedo por alguns desses músicos, que sempre mantinham trato direto com autoridades da Câmara do Senado (vereadores, procuradores, juízes locais, almotacéis); com juízes, procuradores e mordomos de irmandades, ou mesmo membros das elites que sempre se utilizavam de serviços musicais no ambiente privado. Até mesmo porque está última possibilidade tornara-se cada vez mais frequente entre a aristocracia urbana. Maria Graham em passagem por Pernambuco em 1821 foi recebida pelo então governador Luís do Rego para um jantar regado (nas palavras da viajante) por excelente música, cantada pela própria anfitriã com o acompanhamento de bons cantores e pianistas, que trazia a memória dos convidados às lembranças de inesquecíveis bailes nos salões europeus⁵¹⁵⁶. No relato da cronista não se faz referência às feições destes músicos, mas levando em consideração o quantitativo de pardos envolvidos nessa atividade no Recife neste período, não podemos excluir a possibilidade de que alguns, se não todos, fossem mestiços.

Ainda podemos comentar que a percepção sobre este ofício esteve relativizada. Se para alguns a música foi encarada como simples trabalho manual exercido por homens de casta inferior e de origem impura, outros elogiaram a qualidade destes; e sua distinção em relação àqueles que se ocupavam de ofícios manuais. O reconhecimento destes artistas por setores estabelecidos da sociedade contribuiu para forjar, de forma não institucionalizada,

⁵¹⁵² RUSSEL-WOOD, Anthony John R. **Escravos e libertos no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 85-104.

⁵¹⁵³ Maurício Monteiro, « Música e Mestiçagem no Brasil », **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Debtes, posto online no dia 03 fev. 2006, p. 2. Disponível em : <http://nuevomundo.revues.org/1626> ; DOI : 10.4000/nuevomundo.1626. Acessado em: 01 set. 2016.

⁵¹⁵⁴ Segundo o Compromisso e Regimento Economico dos Officios de Carpinteiro e Pedreiro da Irmandade de São José de Salvador datado de 1780 Não poderá ser admitido ao dito exame Negro de qualidade alguma e só sim Pardo que seja forro pello Pay assim opermitir. FLEXOR, Maria H. Occhi. **Oficiais mecânicos na cidade de Salvador**. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador – Departamento de Cultura, Museu da Cidade, 1974. p.44.

⁵¹⁵⁵ NASCIMENTO NETO, *Op. Cit.*, p. 62.

⁵¹⁵⁶ GRAHAM, Maria. **Diário de uma Viagem ao Brasil**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1990. p. 143-144.

outro “lugar social” aos artistas da música⁵¹⁵⁷. Um lugar distante dos estigmas que recaiam sobre carregadores, pedreiros, calceteiros, sapateiros, tanoeiros, vendeiros e as inúmeras ocupações existentes no período. Podemos entender a formação deste outro lugar social quando a historiadora Katia Mattosso afirma que os *pequenos empreiteiros tais como ourives, pintores, entalhadores de pedra, marmoristas, torneadores e escultores de madeira* que sempre foram qualificados como nobres artistas pela exigências de técnicas artísticas em seus ofícios⁵¹⁵⁸. Deste modo não vemos possibilidade excluir os músicos desta categoria de *nobres artistas*, que a todo o momento buscam viver dignamente de seu trabalho/arte e levar uma “digna” se comparados aos seus pares de qualidade.

Dionísio Antônio Gomes de Sá, músico pardo assentado entre os irmãos de Santa Cecília do Recife, também é capitão de uma das milícias de homens de mesma qualidade na capitania de Pernambuco na virada século XVIII. Ele se vale de sua arte para manter sua família e através dela constitui um patrimônio em escravos, imóveis, e ainda arca com os custos de manutenção de sua tropa⁵¹⁵⁹. O dito músico, também esta a serviço da Câmara do Senado sendo responsável pela música nas festas patrocinadas pelas elites locais, fato que o coloca em uma rede de influências e definitivamente o distancia da associação pejorativa de sua *qualidade* dos demais mestiços. A posse de bem e de escravos funcionam como marcador econômico de liberdade, garantindo uma segurança jurídica que a quantidade de melanina de sua pele talvez não proporcione. Já nos idos dos oitocentos, o mulato baiano Damião Barbosa de Araújo (1778-1856) oriundo da Ilha de Itaparica destaca-se em Salvador nas fileiras militares como grande. Era bastante requisitado na Casa de Ópera da cidade e entre as elites políticas, o que também reverbera na inserção nos círculos aristocráticos soteropolitanos. Dinâmica que não foi inviabilizada, mesmo este trazendo sobre seu corpo traços visíveis de sua mulatice, como podemos observar no retrato abaixo. (POR IMAGEM)

Damião, alcançou tanto prestígio que fora convidado pelo próprio D. João (que provavelmente o ouviu tocar em Salvador) a seguir rumo a Corte, no intuito de compor o corpo de artistas e intelectuais que contribuiriam para propiciar a pretensa civilização dos gostos no Rio de Janeiro. Entre uma série de impasses vividos na Corte, ele retorna com sua família a Salvador onde vive com num sobrado de dois andares na Ladeira da Misericórdia. No térreo desta propriedade há uma loja arrendada para comércio e no interior de seu lar exerce suas atividades como “mestre de piano” e professor particular, provavelmente de francês devido os vários livros nessa língua inventariados entre seus bens. Além do que não podemos deixar de apontar que os filhos de Damião garantiram certa estabilidade financeira exercendo a docência em engenharia como foi o caso de seu primogênito Francisco que estudara em Paris, ou no exercício da música como viveu Tertuliano seu segundo filho⁵¹⁶⁰.

O pardo Dionísio e o mulato Damião são dois exemplos de sujeitos que se valeram da música para amealhar patrimônio e circular na sociedade entre as elites no período, valendo se de seus conhecimentos especializados para estabelecer uma distinção em relação a grande parte de seus pares de qualidade. Definitivamente não podemos atribuir a inclinação destes músicos a capacidades meramente inatas, como se por serem homens de cor, teriam atributos biológicos ou mesmo culturais inerentes para se tornarem musicistas. Enxergamos aqui questões de ordem econômica e social que direcionam esses, e provavelmente, tantos

⁵¹⁵⁷ Para entender esse lugar de distinção social relacionados àqueles que viviam da música, basta observamos a trajetória da Irmandade de Santa Cecília do Recife no período que amalgama sujeitos, em sua maioria pardos, em torno da devoção deste orago. Acima de tudo, está associação busca prezar pela manutenção da qualidade dos serviços musicais prestados pelos seus confrades, como também a dignidade que estes devem conduzir se através da observância de seu Compromisso. NASCIMENTO, NETO. *Op. Cit.*, p.114-127.

⁵¹⁵⁸ MATTOSSO, Kátia M. **Bahia, século XIX: uma província no Império**. Tradução de Yedda de Macedo Soares. 2. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996. p. 598.

⁵¹⁵⁹ NASCIMENTO, NETO. *Op. Cit.*, p. 150-155.

⁵¹⁶⁰ BLANCO, Pablo Sotuyo. **Damião Babosa de Araújo (1778-1856): Novas achegas biográficas e musicais**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 20-22.

outros até agora anônimos ao exercício da arte musical por ser uma atividade atribuída a setores médios da sociedade (homens livre ou libertos) que possuem família extensa, moradia fixa e domínio da cultura letrada. Prerrogativas fundamentais àqueles que desejam não ser confundidos com os que não possuem liberdade.

Considerações

Artistas e intelectuais no Brasil pós independência até a primeira metade do século passado buscaram interpretar de inúmeras formas os processos de misturas que ocorreram no Brasil. Visões nacionalistas imbuídas de um “quê” de brasilidade; análises pessimistas de degeneração; até a chegada de um viés conciliatório e otimista em relação aos processos de mescla; foram os caminhos epistemológicos que permearam também o olhar sobre a música e o homens de cor que num passado distante se valeram dela para sobreviver. De Manoel Araújo Porto Alegre até Francisco Curt Lange se desenha uma trajetória interpretativa, cujas mesclas se apresenta como pano de fundo para ler a trajetória dos músicos no Brasil no período colonial. Percebe se também como o discurso musical estava atrelado a um projeto de identidade e reconhecimento. Para além de uma brasilidade latente a ideia de mulatismo musical foi construída sobre evidencias da participação negra e, sobretudo, mestiça na arte musical, no entanto, essa participação não pode ser encarada simplesmente como habilidade inata desses sujeitos. Antes, temos que levar em consideração que ambições pessoais no sentido de garantir: um lugar de estabelecidos numa sociedade estratificada direcionaram pardos e mulatos a tornarem se cantores e musicistas neste período. Naturalizar o lugar da música como habilidade inata é usurpar dos homens de cor que viveram no passado outras possibilidades de atuação onde conhecimentos especializados se faziam necessários. É também, esvaziar os múltiplos sentidos do ser e viver como músico na sociedade escravista. Remetendo a uma compreensão rasteira sobre as potencialidades sociais do exercício desta arte para aqueles que eram marcados socialmente pela tez de sua pele. Este tema não encontra se totalmente superado pelas áreas de conhecimento que se ocupam do passado musical brasileiro. Ademais, há urgência de mais pesquisas para ampliarmos os conhecimentos e talvez rever paradigmas sobre a questão.

O GABINETE DE NEGÓCIOS POLÍTICOS DO MINISTÉRIO DO ULTRAMAR E AS RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E BRASIL NO ÂMBITO DO FIM DO COLONIALISMO PORTUGUÊS (1961-1974): NOTAS DE UMA PESQUISA EM ANDAMENTO.

*Luiz Henrique Assis de Barros*⁵¹⁶¹
luiz.henriqueassis@hotmail.com

Resumo: Este artigo aborda a atuação do Gabinete de Negócios Políticos (GNP) do antigo Ministério do Ultramar nas relações político-diplomáticas de Portugal perante o Brasil no período final do colonialismo português (1961–1974).

Criado em 1959 com a função planejar politicamente as ações do Ministério do Ultramar por meio de estudos, projeções e pareceres sobre os mais variados aspectos do ultramar português, o GNP desde cedo precisou de um grande influxo de documentos e informações sobre o espaço colonial e desta maneira logo se tornou o ponto central de uma complexa e capilarizada rede de informações.

⁵¹⁶¹ Mestre em História - UFPE

Durante a década de 1960 com o aprofundamento da Guerra Colonial e o acirramento do debate na ONU acerca dos colonialismos aumentaram as necessidades de planejamento estratégico nas ações voltadas ao Ultramar, cenário em que o GNP foi ganhando força e influência dentro da burocracia do Estado Novo e assumiu papel central na coordenação das políticas voltadas ao Ultramar. O gabinete tornou-se peça fulcral tanto na implantação de políticas de desenvolvimento econômico do espaço ultramarino quanto no esforço militar e diplomático para resistir à descolonização, assumindo um papel centralizador típico do Alto Modernismo Autoritário dos “Colonialismos Tardios”.

A partir do protagonismo assumido pelo GNP nas demandas relativas ao Ultramar português buscamos por meio de notas de uma investigação em andamento apontar evidências de que o referido gabinete atuou de forma decisiva nas relações de luso-brasileiras, orientando, planejando e pautando a ação político-diplomática portuguesa perante o Brasil.

Palavras-chave: Colonialismo Tardio Português; Alto Modernismo Autoritário; Gabinete de Negócios Políticos; Relações Luso-brasileiras.

1. A fundação do GNP e o contexto do fim do colonialismo português

A fundação do Gabinete de Negócios Políticos do Ministério do Ultramar (GNP) do Ministério do Ultramar (MU), no dia 29 de Novembro de 1959 por meio do Decreto-Lei nº 42.671⁵¹⁶², se deu em meio a um cenário de “ameaças” ao colonialismo português de ordem interna - exercida pelo anseio dos colonos por políticas de desenvolvimento dos espaços ultramarinos e uma maior autonomia no poder local – e externa - representadas pelo avanço das pressões nos fóruns internacionais em prol descolonização dos territórios não autônomos e, em paralelo, pela disputa por áreas de influência no contexto da Guerra Fria - , exigindo do Estado Novo o a elaboração de novas estratégias para a gestão da política ultramarina, no sentido de atender os anseios de uma administração desenvolvimentista e o mesmo tempo assegurar a manutenção do Ultramar.

O corpo do texto do Decreto-Lei que funda a GNP contextualiza o cenário e lista as necessidades que levaram a criação de um órgão especializado na gestão da política ultramarina dentro da estrutura do Ministério do Ultramar.

A complexidade crescente das funções do Estado, derivada, quer do desenvolvimento progressivo de muitos setores da vida pública, quer do aumento do campo das suas responsabilidades, no domínio dos interesses ultramarinos, levou a reconhecer a necessidade de especializar, dentre os órgãos a que pertence o estudo, coordenação e inspeção da atividade puramente administrativa, serviços de base dedicados ao estudo, coordenação e inspeção da política ultramarina. As necessidades sentidas, a que se pretende dar satisfação com o presente Decreto-Lei, dizem respeito quer à política interna, quer à política internacional, em setores nos quais a sua interdependência é nítida. Em larga medida, apenas se procura uma organização mais eficiente de serviços já existentes, mas que as circunstâncias atuais aconselham a coordenar ao nível superior exigido pela sua importância e complexidade.

Quanto à política interna, os setores particularmente visados são: o da generalização dos usos e costumes

⁵¹⁶² O Gabinete de Negócios Políticos foi criado em 1959, estando vinculado à Direção-Geral de Administração Política e Civil (DGAPC) do Ministério do Ultramar, e herdou atribuições da antiga 4ª Repartição dos Negócios Políticos da DGAPC do Ministério do Ultramar. Tinha sob seu comando a 4ª Repartição da DGAPC do Ministério do Ultramar e a 5ª Repartição da DGAPC do Ultramar. Em 1967, com uma reforma nos departamentos do Ministério do Ultramar, o Gabinete de Negócios Políticos passa a estar sob a tutela direta do Ministro do Ultramar.

pressupostos pelo direito público e privado comuns dos cidadãos portugueses; o do convívio entre os vários grupos étnicos; o da organização corporativa, cujo desenvolvimento e peculiaridade ultramarinas deverão merecer especial atenção, designadamente no concernente aos problemas de trabalho; o da coordenação da política ultramarina dentro da política nacional, e, finalmente o da informação e formação da opinião pública.

Por outro lado, a intensificação das relações internacionais a que se tem assistido nos últimos anos, especialmente no que se refere aos problemas ultramarinos e a multiplicidade dos organismos permanentes e temporários devotados à cooperação internacional, tem feito aumentar constantemente as exigências feitas aos serviços no sentido de atenderem a essas crescentes necessidades. Tornou-se evidente a conveniência de centralizar num órgão especializado a responsabilidade de manter a unidade de critério no desenvolvimento da cooperação internacional, que as circunstâncias têm tornado progressivamente mais complexa, ao mesmo tempo que se procura assegurar a indispensável informação atualizada dos serviços interessados sobre quais são as circunstâncias da conjuntura internacional. Além disso, a mesma preocupação da uniformidade de critérios e geral esclarecimento dos serviços implica que se organize o estudo e inspeção especializada da maneira como é entendida e executada a política fixada para domínios onde são fundamentais os compromissos de ordem internacional assumidos.

Este contexto começa a ser desenhado após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) a comunidade internacional passou a discutir a condenação de projetos de hegemonia ou pureza racial, bem como a buscar soluções para a promoção da autonomia dos povos e o fim dos colonialismos europeus na África e Ásia – no sentido que um povo não teria direito de submeter ou subjugar outros. Somado a esta discussão, outros elementos apontavam para o fim dos colonialismos europeus, como o enfraquecimento econômico e diplomático dos países europeus no período pós-guerra e a emergência de movimentos nacionalistas nos territórios coloniais neste contexto de debilidade das metrópoles.

O processo de descolonização não transcorreu sem resistências por parte das metrópoles, pois cada uma delas em menor ou maior grau buscou preservar seus interesses e necessidades no espaço afro-asiático, dando início a um período conhecido como “Colonialismo Tardio”⁵¹⁶³, no qual as metrópoles buscaram legitimar internamente e internacionalmente seus colonialismos através uma operação política, econômica e ideológica que, ao mesmo tempo em que tentam justificar o colonialismo, procuram reagir aos movimentos crescentes de contestação ao colonizador. Esta busca por legitimação se deu por meio de uma série de alterações administrativas e legais, mudanças no discurso do colonizador e, sobretudo, pela adoção de medidas voltadas ao desenvolvimento econômico-social no espaço colonial a fim de conferir um caráter “progressista” aos seus colonialismos.

Portugal foi, sem dúvidas, a metrópole que mais resistiu a abrir mão de seus territórios coloniais, processo explicado não apenas por fatores econômicos, mas também por elementos políticos e ideológicos, de modo que o colonialismo pode ser entendido como um

⁵¹⁶³ JERONIMO, Miguel Bandeira (Org). **O Império Colonial em Questão**. Lisboa: Edições 70. 2011.

dos pilares ao qual se sustentava o Estado Novo Português⁵¹⁶⁴, sendo um elemento bastante relacionado ao nacionalismo e de forte influência na opinião pública lusitana⁵¹⁶⁵.

A Historiografia apresenta que “Colonialismo Tardio” português se deu a partir da década de 1950⁵¹⁶⁶, mais especificamente no ano de 1951 com a nomeação de Sarmiento Rodrigues ao Ministério do Ultramar e o início da discussão no seio do Estado Novo em torno da construção uma defesa do colonialismo luso, conjuntura em que o Estado português se aproximou de Gilberto Freyre e buscou no seu conceito de Lusotropicalismo⁵¹⁶⁷ inspiração para mudanças no discurso e na legislação colonial portuguesa, como também um discurso de legitimação à presença colonial portuguesa na África e Ásia.

O “Colonialismo Tardio” português pode ser dividido em dois momentos, sendo a primeira fase representada pela substituição da “Mística Imperial”⁵¹⁶⁸ pelo Lusotropicalismo enquanto base ideológica do colonialismo português, marcando uma viragem que se refletiu na retórica e na legislação colonial lusa⁵¹⁶⁹, caracterizado pela promoção da ideia de uma ação colonial portuguesa “assimilacionista”, fundamentada nos ideais de harmonia racial e reciprocidade cultural nos trópicos, projetando Portugal enquanto um país pluricontinental e plurirracial, isto é, um só país, se estendendo do Minho ao Timor, e habitado por um só povo - o português .

A grande alteração legal neste sentido foi a lei nº 2048 de 11 de Junho de 1951, que revogou o chamado “Acto Colonial de 1930” - isto é, extinguiu juridicamente o pacto colonial - além de alterar a nomenclatura do Estado, pondo fim ao “Império” que passou a designar-se “Ultramar” e substituiu o termo “Colônias” por “Províncias Ultramarinas”. Esta transformação semântica implicava a uma unidade política formal ao Estado Português, correspondendo a um esforço político-ideológico de validação e uso instrumental do Lusotropicalismo, bem como de suas implicações buscando assegurar juridicamente que Portugal não possuía colônias, sendo composto por unidades de mesmo valor e unidas pela mesma língua e cultura. Com base nesta legislação Portugal aparece como uma nação composta por províncias europeias e ultramarinas, integradas harmoniosamente no todo nacional uno e indivisível.

Por meio destas manobras o Estado Novo português buscou na prática manter-se detentor de colônias, mas sem se reconhecer colonialista para dar continuidade ao modelo de exploração ao qual o historiador Perry Anderson conceituou como “Ultracolonialismo Português”⁵¹⁷⁰, caracterizado por uma dominação baseada na superexploração das populações tradicionais e extração das riquezas naturais das colônias, descritos pelo autor

⁵¹⁶⁴ Acerca da importância do colonialismo para o Portugal e o regime do Estado Novo Português, consultar ALEXANDRE, Valentim. **Velho Brasil, Novas Áfricas**.

⁵¹⁶⁵ ALEXANDRE, Valentim. "A África no imaginário político português (Séculos XIX e XX)" in **Penélope**, nº 15, 1995

⁵¹⁶⁶ JERÔNIMO, Miguel Bandeira (ORG.). **A Queda do Império** - Vol. 3: Descolonização. Vila do Conde: Verso da História. 2015. p.13.

⁵¹⁶⁷ Conceito que carrega consigo os traços comuns da experiência colonizadora portuguesa nos trópicos; legado colonial construído com base em três pontos característicos específicos ao português e que conferem a Portugal um desempenho colonial destacado: a Mobilidade, a Miscibilidade e a aclimatibilidade. Sobre a construção do conceito do Lusotropicalismo, consultar BARROS, Luiz Henrique Assis de. **Gilberto Freyre e o Lusotropicalismo no contexto do Mundo Atlântico (1933-1961)**.

⁵¹⁶⁸ O discurso que concebia no colonialismo a expressão da vocação histórica lusa de civilizar e catequizar povos bárbaros, tendo deixado sua marca em aspectos da administração colonial entre as décadas de 1930 e 1940. Foi a principal ferramenta ideológica do arcabouço retórico do Salazarismo até a década de 1950. Consultar AZEVEDO. Fernando Alves de. **Mística Imperial**. Lisboa: Cosmos. Nº 17. 1939.

⁵¹⁶⁹ BETHENCOURT e CHAUDHURI, 1999, p.34

⁵¹⁷⁰ ANDERSON, Perry. **Portugal e o Fim do Ultracolonialismo**. RJ: Civilização Brasileira. 1966

como “o mais perverso, como também o mais atrasado”⁵¹⁷¹ dos colonialismos europeus do século XX.

A primeira fase do “Colonialismo Tardio” português foi marcada pela preocupação por aspectos ideológicos, semânticos e conceituais que buscavam estabelecer meandros retóricos ou jurídicos para não caracterizar Portugal enquanto um Estado detentor de chamados “territórios não-autônomos”, desta maneira se preparando para pleitear adesão à Organização das Nações Unidas (ONU), instituição que se demonstrava pouco amigável aos colonialismos e que dentre outras coisas, exigia aos países-membros relatórios periódicos sobre as condições sociopolíticas, econômicas de seus respectivos “territórios não-autônomos”, bem como cronogramas de concessão de autonomias.

Portugal ingressou na ONU em 14 de Dezembro de 1955, e poucos meses depois, em Fevereiro de 1956, recebe um questionário da ONU que inquiria se o país possuía algum “território não-autônomo”. Calcado na sua legislação reformada - que “delimita as províncias ultramarinas enquanto partes integrantes do Estado Português, solidárias entre si e com a metrópole”⁵¹⁷²-, Portugal responde o questionário de forma assertiva, cravando que não administra qualquer território que possa ser classificado enquanto não autônomo. Com base no amparo legal de sua legislação interna, Portugal consegue por mais quatro anos manter o Ultramar sem grandes sustos diplomáticos.

Contudo, a partir do ano de 1960 se inicia a segunda fase do “Colonialismo Tardio” português, marcada por um contexto de questionamentos e ameaças no plano interno e externo à continuidade do colonialismo português, exigindo do Estado Novo a adoção de novas medidas para defender e justificar a manutenção da ação colonial portuguesa.

A conjuntura internacional de ameaças ao colonialismo português começou a ser desenhado em 15 de Dezembro de 1960, quando a Assembleia-Geral da ONU aprova as resoluções 1541 - que estabelece como critério para considerar um território não autônomo estar “geograficamente separado e ser étnica e culturalmente diferente do país que o administrasse, bem como qualquer território que estivesse arbitrariamente colocado numa posição de subordinação”⁵¹⁷³-, além de criar um comitê interno (Comitê dos Seis) para identificar e acompanhar casos de territórios inseridos nestes termos - e 1542 - que define a negação à autodeterminação de “territórios não-autônomos” enquanto uma ameaça à paz internacional. Estas resoluções atingem em cheio as modificações legais adotadas por Portugal para disfarçar constitucionalmente a posse de colônias.

Na mesma data o recém-formado “Comitê dos Seis” iniciou seus trabalhos e apresentou à Assembleia-Geral uma lista na qual enumerava os “territórios não-autônomos” existentes, de modo que a delegação portuguesa foi surpreendida ao verificar que todas suas províncias ultramarinas⁵¹⁷⁴ constavam na lista de territórios sem autonomia e sob julgo colonial. Através dos desdobramentos desta sessão da ONU Portugal se viu obrigado a responder periodicamente questionários sobre estágio social e de autonomia de cada uma de suas províncias, além de receber vistorias de técnicos enviados para analisar se estava sendo posto em prática algum processo de concessão de autonomia.

A partir deste momento Portugal entrou em um desgastante processo de litígios e disputas diplomáticas na ONU, se vendo diante da crescente ameaça de perder a posse de suas províncias ultramarinas, bem como de sofrer sanções por conta do seu colonialismo⁵¹⁷⁵. Outro ponto que reforça o contexto internacional de ameaças ao colonialismo Português foi o fato do ano de 1960 ter sido aquele em que mais explodiu revoltas emancipacionistas e Estados ficaram independentes no continente africano, sem dúvidas aumentando as pressões em prol da descolonização na África e o isolamento da posição portuguesa.

⁵¹⁷¹ Idem, p.156.

⁵¹⁷² Artigo 135º da lei nº 38.305 de 1951.

⁵¹⁷³ Organização das Nações Unidas. **Resolução 1541**.

⁵¹⁷⁴ Províncias de Cabo Verde, Guiné Portuguesa, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Timor, Macau, o Estado da Índia e a possessão de São Batista de Ajudá.

⁵¹⁷⁵ SILVA, A. E. Duarte. **O Litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)** in *Análise Social*, vol. XXX, 1995.

Já no plano interno, o governo português estava tendo que lidar com o aumento dos questionamentos e insatisfação nas províncias⁵¹⁷⁶. Por um lado os colonos brancos reivindicavam políticas de desenvolvimento econômico e maior autonomia político-administrativa, por outro, a população negra buscava melhorias nas condições sociais e de trabalho, pleiteando pleno acesso à cidadania, fim dos recrutamentos forçados, melhoria nas condições de trabalho, resolução dos conflitos fundiários e a promoção de políticas de bem-estar social⁵¹⁷⁷- com oferta de saúde, educação, moradia, etc.- como verificado desde o fim da II Guerra Mundial em posses Inglesas e Francesas.

O Ultramar português estava em um forte contexto de pressão social não apenas por conta das contradições internas, mas reforçado com a eclosão de revoltas anti-coloniais em diversos pontos da África e as emancipações verificadas no ano de 1960. Em meio a estas circunstâncias de ameaças ao seu colonialismo o Estado Novo teve que revisar as estratégias adotadas para defender e justificar a ação colonial portuguesa, de modo que a segunda e última fase do “Colonialismo Tardio” português ficou caracterizada por buscar desenvolver no espaço ultramarino políticas de desenvolvimentismo econômico e de promoção do bem-estar social para fazer jus às pressões sociais neste sentido, como também a desenvolver mecanismos de monitoramento político nas províncias e uma crescente militarização no ultramar.

O Estado Novo necessitava neste momento apaziguar as tensões políticas e sociais na sociedade ultramarina, e em paralelo, confrontar diplomaticamente os questionamentos e ameaças que se desenhavam na ONU ao colonialismo português. Diante da necessidade de planejar politicamente a política colonial portuguesa, e fazer jus às demandas internas e externas em prol da gestão e luta para manutenção do Ultramar, o Estado Novo português decidiu centralizar o planejamento político da gestão do Ultramar em um único órgão tanto no sentido da administração e vigilância do ultramar quanto no debate diplomático em torno dos colonialismos.

É neste cenário de pressões em torno do colonialismo português que é criado o GNP, a fim de cobrir a lacuna por um órgão que cuide do planejamento político no Ministério do Ultramar, se tornando o primeiro gabinete de planejamento político de um ministério em Portugal⁵¹⁷⁸. O GNP tinha como função oferecer ao referido ministério serviços de base dedicados ao estudo, orientação, coordenação e inspeção de questões relativas à política ultramarina portuguesa nos seus aspectos e repercussões tanto no plano interno quanto em âmbito internacional.

A mente por trás da elaboração do GNP foi o professor Adriano Moreira, que elaborou o projeto do órgão a pedido do Ministro do Ultramar Vasco Lopes Alves - ministro em duas oportunidades entre os anos de 1958 a 1959 e de 1959 a 1961 -, buscando formar um gabinete de avaliação e acompanhamento das políticas internas e das dependências externas por meio do estudo e investigação de questões relativas ao Ultramar, funcionando como um observador e planejador das políticas ultramarinas a serem seguidas a princípio pelo Ministério do Ultramar, mas que teve ampliado seu raio de ação para o Ministério da Defesa, Interior e, principalmente, o Ministério de Negócios Estrangeiros.

Professor universitário no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, Moreira entendia que a modernização do colonialismo português e o desenvolvimento econômico-social dos territórios ultramarinos – de forma tardia⁵¹⁷⁹ – deveria ser pautada a partir de uma visão baseada no Lusotropicalismo, conceito desenvolvido pelo sociólogo brasileiro Gilberto

⁵¹⁷⁶ PIMENTA, Fernando Tavares. **Portugal e o Século XX** : Estado-Império e descolonização (1890-1975). Lisboa: Edições Afrontamento. 2010. p.157.

⁵¹⁷⁷ CLARENCE-SMITH, Gervase. **O III Império Português**. Lisboa: Teorema, 1985. p.124.

⁵¹⁷⁸ FONSECA, Bruno Leal Correia da. **O Gabinete de Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, o Congo-Leopoldville e Angola (1960-1965)**. Dissertação de Mestrado: Universidade do Minho. 2013, p.3.

⁵¹⁷⁹ PIMENTA, Fernando Tavares. **Portugal e o Século XX** : Estado-Império e descolonização (1890-1975). Lisboa: Edições Afrontamento. 2010.

Freyre que propunha existência de um conjunto de relações e práticas e específicas aos espaços de presença portuguesa – área conhecida como “complexo lusotropical”⁵¹⁸⁰ – resultantes da interação entre o colonizador português, os povos e o meio-ambiente dos trópicos.

Entusiasta do Lusotropicalismo e das ideias de Freyre acerca do legado colonial português e presença portuguesa nos trópicos, Adriano Moreira acreditava que as repercussões políticas do Lusotropicalismo marcadas notadamente pela apropriação das ciências sociais para o desenvolvimento de políticas públicas nos trópicos, poderiam perfeitamente inspirar a guinada na política colonial portuguesa para uma direção de maior integração, desenvolvimentista e de racionalização da administração colonial através da investigação científica.

Desta maneira, ao elaborar o GNP Moreira também buscou por suas ideias acerca gestão ultramarina em prática, oferecendo um contraponto ao pragmatismo econômico e jurídico na administração colonial ao conceber um órgão de planejamento da política ultramarina que se apropriou das técnicas das Ciências Sociais⁵¹⁸¹ através da montagem de um corpo técnico formado por agentes egressos do ISEU, que devido sua formação levaram a influencia da Lusotropicalismo para suas análises e pareceres acerca dos rumos do colonialismo português.

Foi neste contexto de ameaças internas e externas e de mudanças no contexto do colonialismo português que o GNP foi concebido enquanto órgão de estudo e assessoria do Ministério do Ultramar no planejamento de políticas ultramarinas, e que brevemente foi ganhando espaço e importância na burocracia do Estado Novo a ponto de se estabelecer enquanto elemento central na articulação de políticas e ações pertinentes a administração e luta pela manutenção do ultramar português. É sobre o funcionamento e o processo de fortalecimento do GNP que se dedica o próximo tópico deste ensaio.

2. GNP: atribuições, atuação e práticas

O GNP centralizava o recebimento das informações relativas ao Ultramar, filtrava, produzia pareceres e deliberações a serem despachados para variados órgãos e ministérios e serviços de informação – militares, policiais e diplomáticos -, tornando-se um pilar estratégico tanto na gestão quanto na luta pela manutenção do Ultramar. A atuação do órgão estava dividida em duas repartições: a Repartição de Negócios Políticos (RNP) e a Repartição de Relações Internacionais (RRI).

Cabia à RNP questões de âmbito interno do ultramar, de modo que por meio desta repartição o GNP orientava e acompanhava as administrações provinciais, coordenava a execução de políticas de desenvolvimento econômico e promoção do bem-estar social no espaço ultramarino, bem como centralizava os sistemas de acompanhamento, controle e repressão do contexto político e focos de subversão nas províncias. Através do GNP o Estado Novo Português implantou nas províncias o chamado “Alto Modernismo Autoritário”⁵¹⁸², isto é, um modelo de administração que através de um regime repressivo buscava implantar uma política de modernização centralizada e planejada pelo estado, sendo típica do contexto dos regimes “coloniais tardios”.

As questões internacionais envolvendo o Ultramar eram de responsabilidade da RRI, e dentre outras atividades, foram desenvolvidas nesta repartição tarefas como a orientação e subsídio ao Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) na elaboração de pronunciamentos respostas aos questionários da ONU – e demais fóruns internacionais – sobre a situação

⁵¹⁸⁰ FREYRE, Gilberto. **Um Brasileiro em Terras Portuguesas**. São Paulo: É Realizações. 2010.

⁵¹⁸¹ CRUZ, Bernardo Luís Campos Pinto da. **Proto-Totalitarismo de Gabinete: A gênese e a consolidação do Gabinete de Negócios Políticos do Ministério do Ultramar**. Dissertação de Mestrado: Universidade Nova de Lisboa, 2014.

⁵¹⁸² Conceito de James C. Scoot, apresentado na obra SCOOT, James C. **Seeking Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed**. New Haven: Yale University Press, 1998.

político-social das províncias, bem como a elaboração de pronunciamentos e discursos a serem adotados pelo corpo diplomático português na defesa e justificativa do colonialismo luso perante a comunidade internacional.

O GNP tinha o corpo de servidores formados no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, uma elite intelectual especializada em questões ultramarinas, com o qual o regime português buscou formar um capacitado núcleo de controle estratégico para acompanhar as mudanças na política colonial portuguesa no sentido de atender as necessidades de modernização e promoção do bem-estar social no espaço ultramarino – matérias que se faziam urgentes devido as pressões advindas da sociedade colonial -, como também para atender as demandas internacionais envolvendo as posses portuguesas em instâncias como a ONU e demais foros internacionais.

Para desenvolver os estudos e demais atividades que lhe eram atribuídas, o corpo técnico do GNP era provido diariamente com informações advindas de diversos pontos do Ultramar através da contribuição de uma série serviços e organismos da burocracia do Estado Novo Português, compondo uma rica e diversificada rede de dados montada em torno do gabinete e viabilizada pelo seu estatuto de fundação.

De acordo com o Decreto-Lei nº 42.671/59 que criou e determinou suas normativas de funcionamento, o GNP poderia “corresponder-se com todos os serviços de qualquer natureza ou categoria” (Artigo 6º §Único), como também assegurava que todos os serviços e funcionários da burocracia portuguesa “devem dar conhecimento ao GNP pelas vias competentes, dos fatos e documentos relacionados com as atribuições e competências do referido gabinete de que se tenham conhecimento” (Artigo 11º), elementos que garantiam ao GNP a composição de uma rede de informações sobre as mais variadas questões ultramarinas, com grande transito de dados e de alta capilaridade, devido as possibilidades de comunicação com os demais entes da estrutura do Estado Ultramarino Português.

A partir do ano de 1961, com o princípio da Guerra Colonial no Ultramar, a perda da chamada Índia Portuguesa, bem como o aumento dos questionamentos no âmbito da ONU e por consequente da pressão internacional em torno do fim dos colonialismos, Portugal se viu obrigado a ter que lutar pelas armas e através da diplomacia pela continuidade de seus domínios, lutas que foram se revelando de difícil vitória, mas que o Estado português estava disposto a ir às últimas consequências e resistir à descolonização⁵¹⁸³.

Neste cenário de resistência o GNP ocupou papel de protagonismo, se articulando com diversos entes da cadeia burocrática do Estado Novo no sentido da defesa do Ultramar, de modo que devido sua importância, capilaridade e raio de atuação neste contexto o referido gabinete é tido como a maior expressão do “Colonialismo Tardio Português”⁵¹⁸⁴. Coube ao GNP se envolver em três frentes na luta pela manutenção do Ultramar, participando da administração ultramarina – coordenando ações de desenvolvimento econômico e de promoção do bem-estar social, na tentativa de estancar a insatisfação das populações coloniais -, ações militares – se envolvendo diretamente em ações de inteligência e planejamento estratégico junto com as forças militares no sentido de combater guerrilhas e subversões no contexto ultramarino – e na diplomacia – o GNP teve desempenho bastante ativo junto ao MNE no sentido de lastrear, orientar e pautar a atuação do corpo diplomático no esforço em defender e justificar a ação colonial portuguesa perante a comunidade internacional e no âmbito da ONU. É esta atuação do GNP junto ao corpo diplomático que nos interessa, sendo o objeto deste artigo.

Em meio a resistência ao processo de resistência à descolonização, Portugal foi sofrendo um contínuo e crescente aumento de pressões e isolamento no cenário internacional - a ponto do governo português declarar que combatiam “orgulhosamente só”⁵¹⁸⁵-, se vendo obrigado a fortalecer os laços com seus parceiros mais antigos e

⁵¹⁸³ BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti. **História da Expansão Portuguesa**, Vol. 5. Lisboa: Circulo de Leitores. 1999, p.51.

⁵¹⁸⁴ JERÔNIMO, Miguel Bandeira. Op. Cit., 2015. p. 15.

⁵¹⁸⁵ BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti. Op, Cit. 1999. p.42.

confiáveis para apoiá-lo neste momento de dificuldade, sendo o Brasil um destes aliados. Portugal investiu fortemente na diplomacia com o Brasil no sentido de angariar apoio para sua querela na ONU, a ponto da questão colonial portuguesa na ONU se tornar o principal tópico nas relações político-diplomáticas entre Portugal e Brasil⁵¹⁸⁶.

O Brasil revelou-se um parceiro fiel, de modo que no intervalo entre 1961 e 1974 – corte cronológico que compreende o início da Guerra Colonial à Revolução dos Cravos e o reconhecimento brasileiro da independência da Guiné-Bissau, período em que durou o litígio diplomático entre ONU e Portugal –, mesmo em meio às rupturas na política interna e quando a orientação da política externa apontou em outra direção⁵¹⁸⁷, a diplomacia brasileira não abandonou Portugal. Esta posição de parceiro firme fica evidente ao analisarmos que no período enunciado foram realizadas 20 votações de resoluções na Assembleia Geral da ONU que envolviam interesses do colonialismo português, e o Brasil votou contra a posição portuguesa apenas em 4 oportunidades⁵¹⁸⁸.

Desta maneira, partindo do princípio de que o GNP participou ativamente dos esforços portugueses em prol da defesa do Ultramar de modo a protagonizar a gestão das demandas e informações relativas a esta questão, e sendo o Brasil importante aliado diplomático de Portugal na ONU, nosso pressuposto é de que o referido órgão centralizava e pautava a ação político-diplomática portuguesa perante o Brasil, de modo a resguardar os interesses do colonialismo português.

No próximo tópico faremos uma breve discussão acerca dos documentos que fundamentam esta nossa hipótese acerca da participação do GNP nas relações político-diplomáticas Luso-Brasileiras entre os anos de 1961 e 1974.

3. Evidências documentais da participação do gnp nas relações de Portugal com o Brasil

Para lastrear nossa tese de que o GNP coordenou as relações político-diplomáticas de Portugal com o Brasil nos baseamos nas evidências apuradas na documentação produzida pelo gabinete relativa ao Brasil, recolhidas em pesquisa preliminar realizada no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Tanto a documentação aqui levantada quanto as reflexões apresentadas neste artigo são frutos de uma pesquisa preliminar para a elaboração de um projeto de tese de doutoramento, na qual buscaremos em uma investigação de maior fôlego atestar a validade de nossa hipótese de que o GNP coordenou as relações de Portugal perante o Brasil, planejando, orientando e pautando pelo lado português o contato diplomático luso-brasileiro.

Justificamos esta abordagem pela ausência de trabalhos que explorem a participação do GNP nas relações político-diplomáticas de Portugal perante o Brasil, visando tratar das relações Luso-Brasileiras no período final do colonialismo português em uma nova perspectiva, focada no papel da GNP neste contexto e propondo a centralidade deste gabinete na formulação da abordagem da diplomacia portuguesa perante o Brasil.

Analisando a produção historiográfica sobre o período investigado verificamos que os estudos que emergem na temática das relações luso-brasileiras entre as décadas de 1960 e 1970 focam na predominância questão colonial portuguesa e a briga portuguesa na ONU pela manutenção do Ultramar como temas principais da agenda diplomática entre os dois países, contudo, até o momento não há trabalhos específicos sobre o enfoque que almejamos abordar: o papel da GNP nas relações de Portugal com o Brasil.

⁵¹⁸⁶ SANTOS, Luiz Claudio Machado dos **As Relações Brasil-Portugal: do Tratado de Amizade e Consulta ao processo de descolonização lusa na África (1953-1975)**. Tese de Doutorado: Universidade de Brasília, 2011

⁵¹⁸⁷ Época que coincide com um período de rupturas no cenário político brasileiro, compreendido pela renúncia de Jânio Quadros, Governo João Goulart e sua interrupção com o Golpe Civil-Militar de 1964, gerando mudanças no processo político que se refletiram política diplomática brasileira.

⁵¹⁸⁸ DAVILA, Jerry. **Hotel Tropic: O Brasil e o desafio da descolonização africana (1950-1980)**. Paz e Terra. São Paulo. 2011.p.120.

Ressaltamos que para iniciativa nos lastreamos no principal corpo documental de nossa investigação, isto é a documentação produzida pelo GNP relativa ao Brasil, que nos oferece condições de subsidiar abordagens inéditas sobre o tema estudado, apontando indícios que revelam novos aspectos sobre as relações político-diplomáticas luso-brasileiros e, sobretudo, indicando outras nuances até então desconhecidas da ação diplomática portuguesa perante o Brasil.

O acervo do GNP ainda é pouco trabalhado, sendo recentemente desclassificadas, inventariadas e postas à disposição do público, e tendo ainda muito documentos inéditos que nos lançam novas possibilidades para o debate historiográfico sobre o tema. Entendemos desta forma que é uma boa oportunidade para a historiografia nacional, pois ao trabalharmos com documentação ainda pouco investigada podemos lançar nova luz ao entendimento das fontes nacionais sobre o tema – nomeadamente a documentação abrigada no Centro de Documentação Diplomática do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília.

Outro ponto que gostaríamos de pontuar é que esta documentação do GNP relativa ao Brasil já está em nossa posse, tendo sido colhida em uma viagem que realizamos à Lisboa ainda no âmbito da pesquisa desenvolvida para a elaboração de nossa dissertação de Mestrado.

Podemos citar algumas possibilidades que este corpo de fontes oferece à nossa pesquisa, como por exemplo, documentos que demonstram o acompanhamento do GNP acerca da imagem de Portugal e da Questão Colonial na imprensa e órgão formadores de opinião no Brasil. O referido órgão do Ministério do Ultramar levantava e analisava trechos da imprensa brasileira que tratavam das relações luso-brasileira e do apoio brasileiro ao colonialismo português⁵¹⁸⁹. Em outro código existe documentos que contêm trechos de órgãos de imprensa brasileiros sobre temas como racismo, escravatura e brutalidade da Guerra Colonial Portuguesa, acompanhados de comentários e apontamentos realizados pelos agentes da GNP⁵¹⁹⁰.

A documentação aponta a importância que o GNP dava à imagem de Portugal e Ultramar na imprensa e opinião pública brasileira, de modo que além do acompanhamento dado ao que se escrevia, o GNP coordenou campanhas de propaganda de Portugal e seu colonialismo na imprensa brasileira⁵¹⁹¹, bem como bancou artigos e opiniões que serviam como ações de contrapropaganda aos grupos emancipacionistas que moviam a guerra colonial contra Portugal⁵¹⁹². O órgão também cuidou de organizar propaganda de Portugal através da embaixada e consulados no Brasil, visando alcançar empresários, políticos e diplomatas brasileiros⁵¹⁹³.

Por fim, ainda no âmbito da projeção da imagem de Portugal e Ultramar, existia a preocupação do GNP em monitorar a ação de portugueses residentes no Brasil, no sentido de cativar lusos e descendentes a realizarem um *lobby* e organizarem ações pró-Portugal, como também de buscar acompanhar possíveis críticas de dissidentes do regime e ao colonialismo luso⁵¹⁹⁴.

Outro ponto presente na documentação foi a preocupação do GNP em acompanhar a ação diplomática brasileira perante os outros países – temos por exemplo uma requisição do GNP pela microfilmagem de toda documentação diplomática relativa ao Brasil, a fim de lastrear a coordenação de ações de Portugal junto ao corpo político-diplomático brasileiro⁵¹⁹⁵ -, e sobretudo, a aproximação do Brasil com países Africanos. O GNP demonstrava muito

⁵¹⁸⁹ PT/AHD/1/UM-GM/GNP01-RNP/S0299.

⁵¹⁹⁰ PT/AHD/1/UM-GM/GNP01-RNP/S034/UI01699/DC093 e PT/AHD/1/UM-GM/GNP01-RNP/S034/UI00369/DC071 .

⁵¹⁹¹ PT/AHD/1/UM-GM/GNP01-RNP/S0331

⁵¹⁹² PT/AHD/1/UM-GM/GNP01-RNP/S0440

⁵¹⁹³ PT/AHD/1/UM-GM/GNP01-RNP/S0328 e PT/AHD/1/UM-GM/GNP01-RNP/S0330.

⁵¹⁹⁴ PT/AHD/1/UM-GM/GNP01-RNP/S0121

⁵¹⁹⁵ PT/AHD/1/UM-GM/GNP01-RNP/S0396/10968

interesse e preocupação com as relações do Brasil com nações africanas, e isto fica bem demonstrado em códices de falam, por exemplo, das relações entre Brasil e Zaire⁵¹⁹⁶ ou em relatórios que tratam da penetração econômica do Brasil na África⁵¹⁹⁷.

As fontes também nos oferecem elementos que fundamentam nossa hipótese de que a GNP coordenava a ação diplomática portuguesa perante o Brasil, no sentido que muitos documentos apresentam a GNP formulando estratégias e textos do diálogo diplomático entre Brasil e Portugal. A exemplo disto existem documentos formulados pela GNP enviados ao corpo político-diplomático brasileiro às vésperas de votações importantes para Portugal na ONU com subsídios e argumentos para o Brasil votar com os lusos⁵¹⁹⁸; também é possível encontrar em outros códices requerimentos do Ministério dos Negócios Estrangeiros solicitando informações e orientações de como o corpo diplomático português deveria abordar o corpo político-diplomático brasileiro⁵¹⁹⁹.

Nossas fontes ainda apontam que o Brasil não foi passivo nesta relação, e apresentou pedidos de informações sobre a situação humanitária nas províncias portuguesas em meio à Guerra Colonial, que foram respondidos por agentes do GNP⁵²⁰⁰ – mais uma vez pautando o diálogo português com o Brasil.

A documentação do GNP demonstra a centralidade do referido órgão na formulação de elementos que suprissem o corpo político-diplomático português de informações e argumentos para defender a manutenção do Ultramar frente à outras nações, bem como responder aos questionamentos de foros e organismos internacionais.

Como podemos demonstrar neste pequeno repasse da investigação preliminar na documentação recolhida, com alguns exemplos das possibilidades que este corpo de fontes nos oferece a temática guarda bastante fôlego para atingirmos nossos objetivos em uma pesquisa de maior fôlego. Tanto pelo amparo em fontes ricas e pouco exploradas, quanto pelo ineditismo da abordagem proposta, que nos lança o desafio de cobrir uma lacuna historiográfica.

POSSESSÃO E EXORCISMO NO EGITO ANTIGO: DADOS HISTÓRICOS

Luiz Henrique Rodrigues Paiva⁵²⁰¹
historiaprof.luizhenrique@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como finalidade apresentar o fenômeno da possessão e exorcismo na antiga tradição religiosa egípcia, ao longo de sua história. A possessão demoníaca, bem como a prática do exorcismo, são temas estudados e realizados desde a antiguidade até os dias atuais. Pretende-se apresentar uma síntese, em chave historiográfica, desse fenômeno do Campo Religioso, apoiando-se nos estudos de biblistas como Karl Kertelge, Antônio Lazarini Neto, Irineu José Rabuske e Luigi Schiavo. Trata-se de uma abordagem que quer demonstrar quando surgiram, quando permaneceram e quando se transformaram ou desapareceram os traços culturais religiosos e mágicos egípcios.

⁵¹⁹⁶ PT/AHD/1/MU-GM/GNP01-RNP/S0235/UI10162

⁵¹⁹⁷ PT/AHD/1/MU-GM/GNP01-RNP/S0237/UI10268/DC001

⁵¹⁹⁸ PT/AHD/1/MU-GM/GNP01-RNP/S0802

⁵¹⁹⁹ PT/AHD/1/MU-GM/GNP01-RNP/S0396

⁵²⁰⁰ PT/AHD/1/MU-GM/GNP01-RNP/S0328/UI03231

⁵²⁰¹ Luiz Henrique, Mestrando em Ciências da Religião – UNICAP. Especialista em História da África – FUNESO. Especialista em Docência no Ensino Superior – FAFIRE e graduado em Licenciatura em História – UNICAP.

Palavras-chave: Demônios. Manifestação. Tradição Religiosa.

Introdução

Demônios são seres presentes em inúmeras crenças e lendas que povoam a imaginação de todos os povos da terra desde tempos imemoriais até os dias atuais. A esses seres se atribuem forças malévolas assim como também são ditos como causadores de grandes tragédias que ocorrem com os seres humanos; desde pequenos infortunos até mesmo catástrofes naturais como terremotos, enchentes, tempestades, pragas e doenças.

Historicamente, Satã, do jeito como o visualizamos hoje no Ocidente – um ser que concentra em si a maldade absoluta – é resultado de uma longa gestação psicológica na qual os arquétipos do “mal” foram ganhando formas concretas tanto a partir de sincretismo – por meio da mistura da ideia do mal que há nas diversas religiões – quanto de processos de transferência – em que as pessoas descarregam num mito, numa figura externa, todo o mal que enxerga dentro de si.

O demônio fascina a humanidade e é uma peça necessária, sem a qual nenhuma sociedade humana jamais conseguiu viver, porque ele nos ajuda a identificar – e a exorcizar – nossos impulsos primários. É demoníaco tudo aquilo que lembra ao homem que ele é um animal: a excreção, o vômito, a violência, a doença, a morte, o aspecto grotesco do sexo. Ao lado disso, é divino tudo aquilo que dá ao homem a impressão de que ele pode colocar-se acima dos outros animais: o amor, a inteligência, a renúncia aos instintos básicos, o aspecto sublime do sexo.

Ao longo da história da humanidade temos vários casos de como inúmeros povos diferentes lutaram contra a ação do “maligno”. Quase todos os povos de hoje que ainda vivem isolados, a base da coleta e da caça, creem na interação entre nosso mundo e o dos espíritos. Para se protegerem de “entidades” más, recorrem a xamãs que podem ser considerados “exorcistas primitivos”. Por isso, pesquisadores como Irineu Rabuske acreditam que desde os povos considerados mais primitivos já existia essa crença como podemos ver em suas afirmações:

Desde os tempos mais remotos do pensamento humano, existem formas diferenciadas de possessão (possessão demoníaca). Paralelamente, existiam também, desde os tempos imemoriais, mecanismos de defesa contra a possessão, entre eles e o exorcismo⁵²⁰².

Para Rabuske o demônio e seu mundo não só constituem um aspecto da teologia ou da doutrina cristã, mas também povoam o universo cultural que se desenvolveu nos dois últimos milênios de nossa história. Logo, o diabo chega ao século XXI deitado sobre a fama arrecadada ao longo do tempo. É verdade que ele não se aparenta mais como nos murais antigos, com a aparência grotesca de um bode alado, corado de enormes chifres, com rabo de dragão, olhos nas asas, na barriga e no traseiro. Além disso, também já não é acusado em toda parte de estar por trás das doenças, das hecatombes, das tragédias cotidianas.

Com o Florescer do Iluminismo as crenças aos dogmas foram se modificando, uma vez que, a tentativa de transformar a própria ciência em dogma ou ainda, a religião em ciência, derrotou o espírito de interação entre as duas. O escolasticismo, no entanto, já anunciava essa ruptura. Podemos afirmar que o mundo moderno, dominado pela razão, não consegue perceber que o mito faz parte do imaginário e conseqüentemente do mundo do crente. Contudo, esse mesmo mundo dominado pela ciência, não consegue também explicar a Deus, a divindade, gerando assim uma alternância na história sobre a interpretação das crenças e também das crenças nas crenças, como afirma Aroldo Lara:

⁵²⁰² RABUSKE, Irineu José. **Jesus exorcista**: Estudos exegéticos e hermenêuticos de Mc 3: 20-30. São Paulo: Paulinas, 2001, p. 19.

Há aqueles que querem o retorno aos fundamentos e ao literalismo bíblico, e há aqueles que preferem uma abertura para compreender melhor a vida e qualquer outra dimensão inexplicável, concluindo que o finito não pode compreender o infinito nem o relativo atingir o absoluto⁵²⁰³.

Percebe-se claramente que ocorreu uma grande evolução em relação ao fenômeno que chamamos de exorcismo em praticamente todas as sociedades e a própria figura que levaria as pessoas a caírem neste tipo de situação, porém é possível perceber, que apesar desta evolução, muitas pessoas ainda levam em consideração antigas crenças sobre “atuações sobrenaturais” em nosso meio e justificando a partir desta visão acontecimentos inusitados do seu próprio dia a dia como afirma o antropólogo Don Cuppit:

A crença em espíritos é encontrada em todas, ou quase todas, as sociedades humanas. Ela assume formas variadas, mas um espírito parece ser um agente invisível, quase humano, que é imediata, e quase instintivamente, postulado como sendo a causa de um acontecimento repentino, estranho e inesperado⁵²⁰⁴.

Percebe-se através destas análises que é necessário buscar explicações no passado e no presente para podermos julgar de forma mais conveniente o que caracterizaria o fenômeno da possessão, como afirma Joan O’grady:

Por volta do século IX o diabo começava a ocupar uma posição central na crença dos cristãos ocidentais. A teologia ortodoxa do oriente dava pouca atenção às doutrinas a respeito do maligno. Os padres bizantinos enfatizavam de maneira mais específica a transcendente unidade de Deus; todas as coisas, independentemente de parecerem boas ou más, vinham de suas mãos. Tudo procedia de Deus e tudo estava destinado a retornar a ele⁵²⁰⁵.

Assim, através desse passado percebe-se que nem sempre a preocupação se centralizava no diabo e nem sempre este deveria estar na tônica da religião, ou das crenças religiosas, pois quando tudo procede de Deus, não haveria espaço para o chamado mal.

1 A Religião Egípcia

De acordo com Meslin o homem ocidental tem na religião algo que faz parte dos outros elementos indispensáveis à vida. Porém, as ações efetivadas no seu cotidiano não possuem um sentido ou até mesmo uma interferência do mundo espiritual⁵²⁰⁶. Porém percebe-se, ao longo da história, que nem todos os povos possuem esse pensamento e vivenciam a religião, ou o sagrado, como algo marcante em sua etnia e sociedade. Desta forma, como afirma João Gabriel Garcia, todas as ações e pensamentos, se voltam para um universo religioso⁵²⁰⁷.

A sociedade egípcia era marcada por uma forte e profunda religiosidade. Sendo um povo politeísta, os egípcios adoravam diversos deuses, que eram representados na forma humana e animal, ou como chamamos, antropozoomórficas. Além disso, as forças da natureza, bem como gatos, cães, serpentes, crocodilos e outros animais, eram também objeto de adoração.

⁵²⁰³ LARA, Aroldo. **Possessão e exorcismo**. 1. ed. São Paulo: Biblioteca 24 Horas, 2011, p. 35.

⁵²⁰⁴ CUPPIT, Don. **Depois de Deus: o futuro das religiões**. Rio de Janeiro, ROCCO, 1999, p. 23.

⁵²⁰⁵ O’GRADY, Joan. **Satã, o príncipe das trevas**. São Paulo. Mercury, 1991, p. 67.

⁵²⁰⁶ MESLIN, Michel. Experiência humana do divino. In: MARQUEADES, Brasdorico. **O sentido do termo religião**. Texto 1, p.1.

⁵²⁰⁷ SANTOS, João Gabriel Garcia Fernandes. **O Livro dos Mortos do Antigo Egito**. Universidade Católica Dom Bosco, 2005, p. 6.

Uma vez sendo impregnados de grande religiosidade os egípcios a utilizaram em todos os aspectos de sua vida e isso, de certa forma, os possibilitou de realizar um grande crescimento em sua sociedade, onde tudo era visto como sendo a vontade dos deuses. Suas artes, sua ciência, sua arquitetura, tudo estava em volto de uma grande religiosidade e como afirma mais uma vez João Gabriel Garcia, isso ajudou a civilização a se consolidar por volta de longos 3000 anos sem sofrer grandes alterações⁵²⁰⁸.

Como toda civilização antiga, a religião egípcia tem origem bem mais remota, para ser mais preciso, na pré-história. Segundo Antônio Resende a religião ira ser o grande ponto onde através desta, os antigos egípcios tentaram explicar os fenômenos naturais, diminuindo desta forma seus anseios e curiosidades diante daquilo que lhes era desconhecido, além de manterem desta forma sua produtividade⁵²⁰⁹.

Essa crença original, porem, sofreu grandes mudanças ao longo do tempo, sendo estas mudanças introduzidas em grande parte pelas classes mais cultas da civilização. Os sacerdotes de Heliópolis, por exemplo, impuseram o culto ao deus Rá, também conhecido como o Sol, o criador de todos os deuses, que segundo a lenda, navegava pelos céus em sua barca sagrada.

Os faraós da cidade de Tebas, no entanto, para se verem livres dessa hegemonia dos sacerdotes adotaram o culto ao deus Amon, tornando-o assim o deus supremo. Nesta disputa de poder ocorrerá à junção das duas entidades tornando-se assim o deus Amon-Rá, grande protetor dos faraós. Também podemos afirmar que devido a essas lutas de classes algumas entidades serão rebaixadas a condição de espíritos malignos.

Como toda religião, a religião egípcia também possuía um código de moral e conduta a serem seguidos. Essas condutas, segundo João Gabriel Garcia levava o homem a verdade, a justiça e a ordem, sendo esses aspectos de conduta conhecido pelo nome de Maat⁵²¹⁰. A Maat, de acordo com a tradição egípcia teria sido colocada no mundo por vontade dos próprios deuses e conseqüentemente, sendo uma obra dos deuses, a mesma era considerada perfeita e não poderia ser modificada pelo homem.

Mario Curtis Giordane afirma que: “O culto na religião egípcia era mais importante que a doutrina. Para estar em dia com a religião era necessário praticar o culto, pouco importando a concepção doutrinária. O culto era principalmente local”⁵²¹¹.

A gama de deuses era enorme da religião egípcia. Outros deuses eram Ptah, protetor dos artesãos; Thot, deus das ciências e protetor dos escribas, Anúbis, deus chacal, protetor dos embalsamadores, dentre outros. Os membros mais humildes da civilização, como os camponeses, adoravam muitas entidades ligadas a natureza e animais, como por exemplo o gato, responsável por afugentarem os ratos, prejudiciais aos grãos que eram colhidos.

Em Tebas, os crocodilos tinham uma importância muito grande. O deus Sobek, deus responsável por devorar as almas dos condenados no tribunal de Osiris, chegava a receber até recém-nascidos como tipo de oferenda. Já a cidade de Mênfis, adorava o deus Ápis, concebido na forma de um touro.

Existiam várias formas de se homenagear os deuses, sendo a de maior destaque, a construção de gigantescos templos. Podemos aqui citar alguns templos bastante famosos como são os casos de Carnac, construído em Tebas, e o templo de Luxor, sendo ambos erguidos no reinado de Amenófis IV. O templo de Hórus, construído na cidade de Edfu também merece destaque. Por ultimo devemos citar o templo de Abu-Simbel, uma grandiosidade escavada na rocha, tendo na sua entrada grandes estátuas do faraó Ramsés II.

Finalizando a questão religiosa, para os egípcios, os deuses habitavam dentro desses templos, por isso, era normal durante todas as manhãs, grandes sacerdotes realizavam o trabalho de purificação, além de realizarem sacrifícios a trazerem oferendas das mais diversas formas. Para que os deuses pudessem “conversar” entre si era comum à prática, em

⁵²⁰⁸ Idem.

⁵²⁰⁹ RESENDE, Antônio. **Curso de Filosofia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991, p.15-16.

⁵²¹⁰ SANTOS, João Gabriel Garcia Fernandes. Op. Cit. p. 7.

⁵²¹¹ GIORDANI, Mário Curtis. **História da Antiguidade Oriental**. 3. ed. Petrópolis. Vozes, 1972, p. 105.

ocasiões especiais, de levarem as imagens para “passear” pelo santuário ou até mesmo para outros templos, geralmente em embarcações que cruzavam o Nilo.

2. Possessão e exorcismo nas crenças egípcias

Segundo Irineu Rabuske⁵²¹² a religião no Egito Antigo, desde seus primórdios, sempre conteve o chamado dualismo entre o mundo dos homens e o mundo dos deuses, assim esses mesmo deuses, sendo tanto bons como maus, transitavam pela nossa terra em um conceito de total interferência do sagrado em nossas vidas. Podemos então dividir as chamadas entidades demoníacas egípcias em duas categorias distintas. Como ponto inicial, segundo Rabuske⁵²¹³ temos uma série de figuras e personagens que são consideradas atemporais no contexto histórico egípcio, em contra parte, temos outra categoria que representam uma verdadeira evolução histórica na referida civilização.

A evolução histórica aqui citada que envolve demônios no Egito Antigo tem sua origem em lutas socioeconômicas entre nômades e agricultores que se encontravam em um momento de ascensão econômica e social. Este grupo ao atingir a hegemonia começou a derrubar os deuses e divindades dos povos nômades, que assim como vimos em páginas anteriores caíram na categoria de entidades ou divindades malignas, tornando-se assim demônios.

Em relação às práticas exorcistas, a civilização egípcia manteve alguns costumes muito curiosos como por exemplo a utilização de tochas, pois, uma vez que demônios eram seres considerados das trevas, a luz das tochas poderiam ajudar no exorcismo de pessoas e também de ambientes considerados assombrados.

De acordo com Rabuske⁵²¹⁴ também é da civilização egípcia que temos a mais antiga notícia de um ritual de exorcismo. O caso é conhecido como o caso Ben-Tresch. Segundo Rabuske, “Esta narrativa deve remontar aos anos 500 a 300 A. C. O exorcismo basicamente consistiu em enviar a estátua do deus de Carnac para o lugar onde se encontrava a pessoa dominada por um suposto demônio”⁵²¹⁵.

Assim, percebemos como as práticas, consideradas mágicas, eram importantes para a expulsão de um determinado “ser” ou “entidade” que supostamente atormentavam pessoas a locais no Egito Antigo.

Alguns locais em especial eram considerados como sendo a morada de espíritos ruins, dos quais podemos destacar tumbas, cavernas, regiões do próprio deserto que eram considerados locais impuros. Os seres considerados ruins, de acordo com a tradição de vários povos antigos também possuíam preferência por certos tempos e climas, como a noite. Por isso, a escuridão era muitas vezes temida.

Conclusão

Mostra-se neste trabalho como a prática do exorcismo é antiga e não remete apenas ao mundo judaico-cristão. Não apenas no Egito Antigo, mais outro povos que já possuíam uma crença demonológica mais desenvolvida realizavam seus rituais para combater esses tipos de “entidades”.

Em casos como na antiga Mesopotâmia, atuais territórios de Iraque, Síria e Ásia Menor, vimos que a crença em demônios era bastante difundida e é justamente nestas civilizações que encontraremos personagens universais como as figuras de Dimne e Pazuzu. Dimne ou também chamada Lamastu era um demônio feminino que geralmente atacava crianças recém nascidas além das próprias mães gestantes, segundo a crença também matava homens e mulheres devorando-as.

O famoso Pazuzu ou Pà-zu-zu, era uma entidade conhecida como príncipe dos demônios do vento. O curioso sobre esta “ entidade ” é que a mesma era invocada ou

⁵²¹² RABUSKE, Irineu José. Op. Cit. p. 190.

⁵²¹³ Idem.

⁵²¹⁴ Ibid. p. 191.

⁵²¹⁵ Idem.

mencionada como espírito protetor contra outros demônios e deuses malignos, através de rituais mágicos e outras formas de orações.

A mesopotâmia também é o lar de outra figura menos famosas como as já citadas. Existem vários grupos de demônios e entidades que podem ser reunidas em relação à origem das mesmas, como por exemplo espíritos de ancestrais, deuses, etc. Porém é curioso notar que para os povos da mesopotâmia apenas pessoas consideradas comuns eram transformadas ou se tornavam em demônios. Os nobres não se tornavam seres malignos, o que demonstra a influência de classe social nas crenças espirituais.

Na cultura helenística, temos, no que diz respeito à cultura popular, um grande número de figuras que representam demônios, não necessariamente sendo estes maus. Porém os mesmos estão também presentes na filosofia grega, no pensamento de grandes filósofos como Platão, que imaginava os demônios como fazendo o papel de intermediação entre humanos e deuses. Xenócrates, que foi posterior a Platão, seguiu os passos de seu mestre e elaborou uma teoria bastante detalhada sobre estas entidades.

Diferentes destes pensadores, o Estoicismo tardio admite que almas de pessoas mortas possam se tornar demônios, realizando assim tarefas iguais aquelas realizadas por entidades espirituais de origem sobrenatural. É importante notar que as ideias aqui demonstradas, segundo Rabuske⁵²¹⁶ não ficam só nos campos dos debates e discussões filosóficas, mas sim tiveram grande divulgação no contexto popular e encontrou um vasto campo para se expandir através do chamado fenômeno do helenismo, alcançando assim várias partes do mundo conhecido.

METAMORFOSES ATLÂNTICAS: O IMPACTO DAS IDEIAS ILUMINISTAS E DE INDEPENDÊNCIA NACIONAL EM TERRAS DE ANGOLA (1817-1824)

*Maria Cristina Portella Ribeiro*⁵²¹⁷
portella53@gmail.com

Resumo: Na passagem para o século XIX, o mundo ocidental estava em ebulição. As 13 colônias inglesas tornaram-se independentes em 1776; o povo francês derrubou a monarquia e inaugurou a democracia burguesa em 1789; seguido, dois anos depois, pelos escravos de São Domingos a lutar pela sua emancipação. No início dos oitocentos entram em cena os criollos para pulverizar a América Hispânica em 16 nações independentes. As ideias iluministas estavam a concretizar-se de uma maneira surpreendente, inclusive para os seus autores, pelas mãos de colonos, sans-cullotes e escravos, setores sociais para os quais não tinham sido pensadas. Os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade a confrontar as monarquias absolutistas, assim como a defesa dos princípios nacionais, intercruzavam o Atlântico, redefiniam-se nas Américas e impunham novos parâmetros na Europa, a sua terra natal. Angola estaria afastada desse movimento atlântico de ideias e revoluções? Entre 1817 e 1824, uma série de episódios a defender a separação de Angola de Portugal e sua união ao Brasil independente ou em vias de sê-lo tem lugar nessas duas cidades. É legítimo supor que tenham tido como pano de fundo os interesses dos traficantes de ambos os lados do Atlântico na manutenção do tráfico de escravos, ameaçado pela pressão britânica e pela independência do Brasil. Mas seria exclusivamente esta a razão a explicar a intensa atividade

⁵²¹⁶ RABUSKE, Irineu José. Op. Cit. p. 192.

⁵²¹⁷ Mestre em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLU); Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Bolsista do CNPq.

política provocada pelo desejo desta união? Ou, pelo contrário, haveria uma teia mais complexa a impulsionar esses homens a insubordinarem-se contra o domínio de Portugal? O objetivo desta comunicação é refletir sobre as eventuais repercussões das ideias iluministas e revoluções do período nas iniciativas dos “filhos do país” em separarem-se de Portugal e tentar perceber se a estas pode ser atribuído o estatuto de primeiro estágio, ainda inconsciente, de um sentimento nacionalista.

Palavras-chave: Angola, iluminismo, nacionalismo

O primeiro quartel do século XIX foi um período agitado nos enclaves portugueses na costa Ocidental de África. Ao contrário do que se poderia pensar, Luanda e Benguela estavam solidamente encravadas no seu tempo, faziam parte, ao seu modo, da “era das revoluções”, como quer Hobsbawm, quando “estar perto de um porto era estar perto do mundo”.⁵²¹⁸ Que o digam os governadores de Angola, como Manuel Vieira de Albuquerque e Tovar, ao reconhecer a sua impotência diante da avalanche de degredados que desembarcavam nos portos daquelas cidades:

Eu vejo-me doente e com duzentos degredados napolitanos⁵²¹⁹ e outros duzentos que virão na fragata União, além dos que têm vindo de Pernambuco, Bahia e mesmo Rio de Janeiro, em diferentes navios, e tanto uns como os outros têm presenciado as grandes revoluções de Europa. Eu não tenho forças algumas que lhes opor, pois todos os corpos são formados desta gente e dos antigos degredados.⁵²²⁰

A partir de 1817, uma dessas revoluções transformou-se numa fonte de preocupação permanente para as autoridades coloniais de Angola, como se pode concluir da correspondência entre governadores e ministros de D. João. A notícia da Revolução Pernambucana⁵²²¹ chegou a Luanda em junho de 1817. Ao saber daqueles “tristes e não esperados acontecimentos”,⁵²²² o governador Luiz da Motta Feo determinou que três bergantins de propriedade pernambucana ali atracados ficassem retidos, tendo o cuidado de lhes “pôr os lemes e panos em terra”.

A retaliação do governador não parou por aí. Mesmo às custas de prejudicar o tráfico de escravos, proibiu que novos navios provenientes de Pernambuco aportassem na cidade.⁵²²³ Depois de encerrada a revolução, fato saudado com salva de artilharia, desfile militar e orações na Sé Catedral,⁵²²⁴ Luiz da Motta Feo conta que ainda teve o cuidado de

⁵²¹⁸HOBBSAWM, Eric J. **The Age of Revolution (1789-1848)**. New York: Vintage Books, 1996, p. 9.

⁵²¹⁹A maioria dos degredados napolitanos tinha militado na carbonária, e a condenação era devida à sua participação em motins na década de 1820, em Nápoles, contra a realeza Bourbon. PACHECO, Carlos, Leituras e bibliotecas em Angola na primeira metade do século XIX. Subsídios de uma primeira tentativa de abordagem, **Vértice**, 55, Julho-Agosto, 1993, p. 89.

⁵²²⁰AHU, CU, Angola, cx. 140, doc. 45, Carta do governador de Angola Manuel Vieira de Albuquerque e Tovar ao Conde dos Arcos, 17/2/1821.

⁵²²¹A radicalidade de alguns dos setores que a compunham pode ser comprovada pelas letras das músicas que soldados negros e mestiços cantavam contra os brancos portugueses: «Marinheiros e caiados, todos devem se acabar, porque só pardos e pretos, o país hão de habitar». AMARAL, F. P. de. **Escavações: factos da história da Pernambuco**, Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1884, p. 232.

⁵²²²AHU, CU, Angola, cx.133, doc. 19, Carta do governador de Angola Luiz da Motta Feo ao Conde da Barca, 4/7/1817.

⁵²²³AHU, CU, Angola, cx. 133, doc. 42, Carta do governador de Angola Luiz da Motta Feo a Thomaz António de Villa Nova Portugal, 18/8/1817.

⁵²²⁴AHU, CU, Angola, cx. 133, doc. 34, Carta do governador de Angola Luiz da Motta Feo ao Conde da Barca, 12/8/1817.

saber quem eram os proprietários das embarcações fundeadas no porto, isto é, se simpatizavam ou não com os revoltosos pernambucanos, antes de liberá-las.

Não estariam os governadores de Angola a exagerar em suas preocupações? Não sabemos, mas, sim, está documentada a repercussão que os acontecimentos em Pernambuco provocaram além-mar. Luiz da Motta Feo descobriu papéis “revolucionários e incendiários” enviados por um tenente do regimento de Milícias de Luanda, então em Pernambuco a cuidar de negócios, para o Juiz de Fora da cidade.⁵²²⁵ No mesmo dia em que escreveu ao ministro Thomaz Antonio de Villa Nova Portugal a relatar a descoberta e a enviar os tais papéis, o governador teve um novo susto: “mais papéis incendiários com que os malvados de Pernambuco pretendiam iludir o povo” foram encontrados a circular por Luanda, desta vez em mãos de negociantes daquela praça.⁵²²⁶ Antes disso, numa festa de São João, em Benguela, um degredado soldado da Companhia de Infantaria dissera aos seus camaradas, também degredados:

Amigos: em Pernambuco já todos se levantaram, e no Brasil tem sido o mesmo; e pelo primeiro navio que chegar acharão isso certo; e todos devemos formar o levantamento, pois que todos melhoramos muito e grande prêmio terá aquele que primeiramente alvora o Estandarte da Liberdade.⁵²²⁷

O soldado foi preso e recebeu “cem pancadas de espada” como castigo pela ousadia. Segundo o governador Manuel Vieira de Albuquerque e Tovar, ao saber-se da Revolução em Pernambuco, teria chegado a haver “convencimentos” com pessoas a “quererem partir para ali”.⁵²²⁸ Ao expor minuciosamente os acontecimentos relacionados com a Revolução Pernambucana em terras angolanas, os governadores estavam a obedecer ordens régias, que em março de 1817 recomendaram “vigilância sobre o sossego e fidelidade dos povos”.⁵²²⁹

Os acontecimentos relacionados com a independência do Brasil igualmente abalaram Angola, provocando reações de simpatia com a causa brasileira. Em janeiro de 1822, dois dos três deputados de Angola eleitos às cortes portuguesa, o juiz de Fora Euzébio de Queiroz Coutinho, cunhado e primo de primeiro grau de Inocêncio Matoso de Andrade e Câmara, de influente família angolana, e o capitão Fernando Martins do Amaral Gurgel e Silva, optam por não assumir os mandatos em Lisboa e permanecer no Rio de Janeiro a defender a união de Angola ao Brasil, naquele período em franco processo de separação de Portugal. Mesmo o padre Manuel Patrício Correia de Castro, o deputado que, ao contrário dos demais, acabou por viajar para Lisboa, vacilou antes de tomar esta decisão.⁵²³⁰

“Conhecendo eu, que nossas relações comerciais, nossa posição geográfica, interessam com o Brasil, seria tão imprudente que não fizesse termo em minha marcha para dar lugar à reflexão?”,⁵²³¹ justificou-se Amaral Gurgel e Silva no *Correio do Rio de Janeiro*, três meses antes da independência oficial do Brasil. O seu objetivo seria participar da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Brasil, estando a aguardar instruções do governo de Luanda. Mas o Senado Municipal de Luanda, nesse mesmo ano, recusou o convite da

⁵²²⁵AHU, CU, Angola, cx. 133, doc. 52, Carta do governador de Angola Luiz da Motta Feo a Thomaz António de Villa Nova Portugal, 22/9/1817.

⁵²²⁶AHU, CU, Angola, cx. 133, doc. 53, Carta do governador de Angola Luiz da Motta Feo a Thomaz António de Villa Nova Portugal, 23/9/1817.

⁵²²⁷AHU, CU, Angola, cx. 133, doc. 47, Carta do governador de Angola Luiz da Motta Feo ao Conde dos Arcos, 13/9/1817.

⁵²²⁸AHU, CU, Angola, cx. 140, doc. 45, Carta do governador de Angola Manuel Vieira de Albuquerque e Tovar ao Conde dos Arcos, 17/2/1821.

⁵²²⁹AHU, CU, Angola, cx. 133, doc. 68, Carta do governador de Angola Luiz da Motta Feo a Thomaz António de Villa Nova Portugal, 18/11/1817.

⁵²³⁰Em sua proclamação “Compatriotas Angolenses”, publicada no **Correio do Rio de Janeiro** de 20/6/1822, ele deixa clara a sua hesitação.

⁵²³¹“Dulcis Amor Patriae”. **Correio do Rio de Janeiro**, 20/6/1822.

Comissão dos Negócios do Brasil, de junho de 1822, para que Angola aderisse ao novo Estado independente, optando por permanecer fiel a Portugal.⁵²³² Tal decisão, porém, não liquidou a movimentação em prol da separação de Angola de Portugal e sua adesão ao Brasil. Pelo contrário, ela ainda provocaria grandes dores de cabeça às autoridades daquela província.

Um tempo conturbado

Em 5 de junho de 1822, a Junta do Governo Provisório da Província de Benguela envia um ofício ao então príncipe regente do Brasil, D. Pedro de Alcântara, a solicitar a união daquela província ao Brasil, publicado meses depois na *Gazeta do Rio*. Essa Junta fora formada pouco antes através de uma ação militar comandada pelo coronel da tropa de Benguela, Domingos Pereira Diniz, “homem preto e ambicioso de governar”, segundo palavras do até então governador, afastado do cargo e expulso da província como consequência daquele episódio.⁵²³³

Em novembro daquele mesmo ano, a Junta Provisória do Governo de Angola envia carta ao ministro da Marinha de Portugal, Ignácio da Costa Quintella, a pedir um brigue de guerra para defender a costa. Diante do “estado das Províncias do Brasil”, julgava indispensável esta medida para obstar “todo e qualquer insulto que se intente contra esta cidade”.⁵²³⁴ A 30 de abril do ano seguinte, aporta em Benguela o Batalhão Expedicionário enviado para Angola pelo governo português com 435 soldados e os novos governadores de Angola e Benguela.⁵²³⁵ O novo governador de Benguela, João António Pussich, decide sequestrar os bens e propriedades dos “súditos do chamado Império Brasílico”, medida igualmente adotada pelo governo de Luanda.⁵²³⁶

Em carta dirigida ao governador de Angola, Cristóvão Avelino Dias, o governador de Benguela conta que o governo do Rio de Janeiro, apesar de ter declarado guerra aos súditos de Portugal, confiscando-lhes os bens e proibindo a navegação para portos que reconheciam a autoridade de El Rei, não incluía Benguela nessas medidas. Bem ao contrário: não só consentia a navegação do Rio de Janeiro para Benguela como exigia do seu governo o cumprimento de decretos, dava-lhe armas e fardamentos. Enfim, D. Pedro tratava Benguela como se ao Brasil pertencesse.

Posso afirmar é que nesta província reina um grande partido brasileiro e muito pequeno o português; e que pela Junta Governativa sempre foi oprimido o partido europeu, e triunfante o partido brasileiro, e que se até agora se não declararam foi com o receio da vinda da nossa expedição, a qual se tardasse mais dois meses já entraria à força d'armas, pois que no fraco estado de defesa em que está a província atreveram-se na véspera do meu desembarque a deliberar se me deviam dar posse e consentir no desembarque das tropas, resolvendo que por não haverem forças convinha mostrar contentamento.⁵²³⁷

⁵²³²LEMOS, Alberto de. **Nótulas Históricas**. Luanda: Edição do Fundo de Turismo e Publicidade, 1969, p. 204; PACHECO, Carlos, **José da Silva Maia Ferreira**. O homem e a sua época. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1990, p. 62.

⁵²³³AHU, CU, Angola, cx. 141, doc. 60, Carta do ex-governador de Benguela Antonio Guedes de Quinhones às Cortes, 30/4/1822.

⁵²³⁴AHU, CU, Angola, cx. 141, doc. 77, Carta da Junta Provisória do Governo de Angola a Ignácio da Costa Quintella, 19/11/1822.

⁵²³⁵AHU, CU, Angola, cx. 142, doc. 34, Carta do governador de Angola Cristóvão Avelino Dias ao ministro da Guerra, Manoel Gonçalves de Miranda, 7/5/1823.

⁵²³⁶AHU, CU, Angola, cx. 142, doc. 33, Carta do governador de Angola Cristóvão Avelino Dias ao ministro da Guerra, Manoel Gonçalves de Miranda, 6/5/1823.

⁵²³⁷AHU, CU, Angola, cx. 142, doc. 36, Carta do governador de Benguela João António Pusichi ao governador de Angola Cristóvão Avelino Dias, 8/5/1823.

Em novembro de 1823, menos de um ano depois de assumir o governo de Angola, o governador Cristóvão Avelino Dias escreve ao então ministro da Guerra de Portugal, conde de Suberra, a implorar a sua remoção do cargo. Motivos não faltavam. Além da confessada falta de “forças físicas e talento necessário para bem reger um país tão insalubre”, havia ainda

as quiméricas ideias de liberdade e igualdade mal entendidas, mas fomentadas pela desorganizadora legislação das passadas cortes, que introduziram nos ânimos deste povo (já antes muito indócil e imoral) tanta ousadia e falta de respeito às autoridades legitimamente constituídas que não duvido asseverar a V. Exa. que, sem providências extraordinárias, será impossível conter presentemente em sujeição e obediências às leis este povo sem educação, mas revoltoso e com depravados costumes.⁵²³⁸

Tão revoltoso, segundo as palavras do governador, que conseguiram incutir nos soldados da Força Expedicionária, já desmoralizados com a ausência de promoções e soldos dignos, a ideia da sublevação. Numa noite de outubro, com as armas carregadas, eles cercaram o palácio do governador para exigir o seu retorno para Portugal.⁵²³⁹ Para o governador não havia dúvidas que os responsáveis pela desordem pertenciam à facção brasileira.

Podem dar-se diferentes causas daquela sedição, mas sempre estarei internamente convencido que a essencial e verdadeira causa dela foi a pretensão de unir este Reino ao Brasil; e posso afirmar com segurança que esta mesma causa (ainda que atualmente sufocada em virtude das providências extraordinárias que tenho tomado) não deixará com tudo de renascer para o futuro debaixo de suspeitosos e mascarados pretextos, se a tempo não forem tomadas medidas enérgicas e prontas, que a atalhem no seu princípio.⁵²⁴⁰

A força do “partido brasileiro” em Angola residiria, pela análise de Cristóvão Avelino Dias, no grande lucro proporcionado pelo tráfico de escravos, nas relações comerciais do Brasil, na sua proximidade e na fácil comunicação entre os dois territórios. Isso faria com que “os habitantes deste reino olhem para o Brasil como para a sua pátria natural, e a única nação donde podem receber prontos socorros e proteção, e assim desejam ardentemente a união de ambos os países debaixo de um só governo”.

É claro que os habitantes referidos pelo governador eram uma pequena minoria entre as cerca de 7000⁵²⁴¹ pessoas a viver em Luanda e 2000⁵²⁴² em Benguela, no início do século XIX, das quais pelo menos a metade era constituída por escravos e mais de 90% por mestiços e negros. Uma elite que vivia direta ou indiretamente do tráfico de escravos, a principal atividade econômica dos dois enclaves portugueses.

⁵²³⁸AHU, CU, Angola, cx. 143, doc. 31, Carta do governador de Angola Cristóvão Avelino Dias ao ministro da Guerra, conde de Suberra, 12/11/1823.

⁵²³⁹AHU, CU, Angola, cx. 143, doc. 25, Relato da sublevação do Batalhão Expedicionário, assinado pelo governador de Angola, Cristóvão Avelino Dias, 23/10/1823.

⁵²⁴⁰AHU, CU, Angola, cx. 143, doc. 31, Carta do governador de Angola Cristóvão Avelino Dias ao ministro da Guerra, conde de Suberra, 12/11/1823.

⁵²⁴¹CURTO, José C.; GERVAIS, Raymond R. The population history of Luanda during the late Atlantic Slave Trade, 1781-1844. **African Economic History**, African Studies Program, University of Wisconsin-Madison, n. 29, 2001, p. 57.

⁵²⁴²CANDIDO, Mariana P. **An African Slaving Port and the Atlantic World**. Benguela and its hinterland. New York: Cambridge University Press, 2013, p. 111.

Mas além do lucrativo tráfico, haveria outras razões para, como disse o governador, os habitantes daquelas terras olhassem o Brasil como a sua “pátria natural”? O interesse despertado pela Revolução Pernambucana em terras de Angola não poderia ser interpretado como um sintoma de que faziam parte do seu tempo também no campo das ideias? As ideias iluministas, materializadas pela Revolução Francesa, penetraram em outros movimentos sociais e revoluções, reelaborando alguns conceitos, entre os quais o nacionalismo, e inventando outros. Vejamos mais de perto como pensava e se comportava uma parte dessa elite angolana.

Ideias iluministas em Angola?

É o que indicam bibliotecas de “filhos do país”⁵²⁴³ daquela província, das quais faziam parte nomes sonantes do Iluminismo, como Rousseau, Montesquieu ou Voltaire. Em seu trabalho de investigação dos testamentos deixados por essa elite intelectual, o historiador Carlos Pacheco conclui que os livros legados por esses homens permitem-nos afirmar que foram “pessoas vivamente atentas ao que se passava pelo mundo”. O autor destaca a biblioteca pertencente ao padre Manuel Patrício Correia de Castro, o deputado constituinte que acabou por não aderir à tese de adesão ao Brasil.⁵²⁴⁴ Não era uma biblioteca qualquer: 416 volumes, com obras clássicas assinadas por Petrônio e Cícero, outras de iluministas, como Montesquieu, e até livros abertamente antiescravagistas, como *Le cri des africains contre les européens leurs oppresseurs ou Coup d'oeil sur le commerce homicide appelé traite des noirs*,⁵²⁴⁵ um libelo, traduzido do inglês, contra o tráfico e a escravidão escrito pelo abolicionista Thomas Clarkson.

Para além dos livros, havia os jornais, entre os quais um dos mais procurados pela elite angolana era o *Correio Brasiliense* (1808-1822), editado em Londres pelo brasileiro Hipólito José da Costa. Maçom, defensor de ideias liberais, da independência do Brasil e da abolição gradual do trabalho escravo, foi perseguido pela coroa portuguesa, mas admirado nas suas possessões. Alguns exemplares desse periódico proibido foram recolhidos entre os livros pertencentes ao advogado e alferes negro angolano Antônio Dias de Oliveira. Outros periódicos encontrados em Angola foram *O Portuguez ou Mercúrio Político, Comercial e Literário*, editado em Londres por João Bernardo da Rocha Loureiro, exilado português na Inglaterra por defender ideias liberais; ou gazetas do Rio de Janeiro, como se queixou o governador de Angola Nicolau de Abreu Castelo Branco ao conde de

Subserra. Entre estas encontrava-se a *Gazeta Estrela*, proibida pelo governador “pela maneira insolente com que fala das mais altas personagens portuguesas” e “pelos seus princípios demagógicos”.⁵²⁴⁶

Qual terá sido o impacto dessas leituras na percepção que essa elite angolana tinha do mundo? Como reelaboraria as ideias iluministas sobre a escravidão e a questão nacional?

Como bem definiu Hobsbawm, o Iluminismo foi uma ideologia revolucionária, a advogar a abolição da ordem política e social vigente na maior parte da Europa, “apesar da cautela e moderação política de muitos de seus expoentes continentais, a maioria dos quais - até a década de 1780 - depositava sua fé no despotismo esclarecido”.⁵²⁴⁷ Essa cautela era extensível a um dos temas mais candentes desse período, a escravidão. Muitos dos pensadores iluministas e dos seus adeptos, podiam defender a liberdade, a igualdade e a fraternidade sem prescindir do trabalho escravo.

⁵²⁴³A expressão “filhos do país” é aqui utilizada para designar os negros e mestiços nascidos em áreas subordinadas e/ou relacionadas de alguma forma à administração portuguesa em Angola.

⁵²⁴⁴PACHECO, op. cit., 1993, p. 86-87.

⁵²⁴⁵*O grito dos africanos contra os europeus seus opressores ou Um golpe de vista sobre o comércio homicida chamado trato dos negros*. Tradução minha.

⁵²⁴⁶AHU, CU, Angola, cx. 145, doc. 54, Carta do governador Nicolau de Abreu Castelo Branco ao conde de Subserra, 6/8/1824.

⁵²⁴⁷HOBSBAWM, op.cit., p. 22.

Esse não foi o caso de Rousseau, considerado um dos principais filósofos do iluminismo. A sua conhecida máxima “o homem nasceu livre e em toda parte se encontra sob ferros”⁵²⁴⁸ é citada até hoje em defesa da liberdade. Numa época em que a escravidão era adotada como a principal e praticamente única forma de trabalho nas colônias europeias das Américas, essas palavras tinham um cunho verdadeiramente revolucionário.

Mas as ideias de Montesquieu sobre este tema diferiram muito das de Rousseau. Em seu *O Espírito das Leis*, publicado pela primeira vez em 1748, justifica a escravidão africana pela necessidade de cultivar o açúcar nas Américas e pela cor da pele. “Não nos podemos convencer que Deus, que é um ser muito sábio, tenha posto uma alma, principalmente uma alma boa, num corpo todo preto.”⁵²⁴⁹ O filósofo admite que todos os homens nascem iguais e que a escravidão é contra a natureza, mas, como os africanos não são homens, eles poderiam ser escravizados.

O “movimento das Luzes”, como propõe Bernard Gainot, não deve ser tratado como um bloco: “Le courant constitué postérieurement sous ce nom n’était unifié ni dans son expression, ni dans sa temporalité”.⁵²⁵⁰ O historiador – continua Gainot – deve estar atento às condições concretas dos seus enunciados, assim como aos grupos que os formulam. Para exemplificar as ambiguidades dos iluministas, ele lembra a trajetória de Moreau de Saint-Méry, simpatizante das luzes, mas também administrador colonial “esclarecido”, dirigente da Revolução Francesa e um combativo propagandista do status quo escravista.⁵²⁵¹

Os adeptos das luzes poderiam – como refere Alyssa Goldstein Sepinwall – “ignorar pura e simplesmente a dimensão abolicionista de suas ideias”.⁵²⁵² Na França, a pressão para que isso acontecesse era bem real naquele período: entre a guerra de independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa, o tráfico atlântico mais que dobrou a sua atividade, sendo a colônia francesa de São Domingos, então a primeira produtora mundial de açúcar, o destino de 50% da sua carga humana.⁵²⁵³ Os fundadores dos Estados Unidos, com a exceção de Benjamin Franklin, eram todos proprietários de escravos, inclusive o autor da Declaração dos Direitos do Homem, Thomas Jefferson.⁵²⁵⁴

No Brasil não foi diferente. Os inconfindentes de Minas Gerais, em 1789, chegaram a defender em seu programa a libertação dos escravos nascidos no país, uma solução de compromisso, porque o tema da escravidão fora polêmico entre eles. Enquanto José Álvares Maciel temia o potencial explosivo do grande número de escravos nas Minas Gerais e considerava que a abolição da escravidão deixaria as minas de ouro sem mão de obra, Alvarenga Peixoto, apesar de ser um dos maiores senhores de escravos dentre os inconfindentes, opinava que a liberdade tornaria os ex-escravos partidários fervorosos da república que pretendiam instaurar.⁵²⁵⁵

O padre Manuel Patrício Correia de Castro, nascido e criado em Angola, mestiço, mesmo tendo em sua biblioteca um libelo contra a escravidão como *Le cri des africains contre les européens leurs oppresseurs* e sendo leitor dos iluministas, defendeu a sua manutenção. “Uma semelhante medida acarretaria sem dúvida a desgraça de toda a África e viria igualmente refluir na agricultura do Brasil.” Para atenuar uma prática que ele reconhece oprimir os povos, limita-se a advogar a proibição dos açoites, a liberdade para os filhos de escravos cujos pais sejam os seus senhores ou daqueles que pagarem pela alforria.

⁵²⁴⁸ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social** (1762). Edição Eletrônica: Ed. Ridendo Castigat Mores. Disponível em: <<http://ebooksbrasil.org/>> Acesso em 18 ago. 2014, p. 10.

⁵²⁴⁹MONTESQUIEU. **O Espírito das Leis**. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 257.

⁵²⁵⁰GAINOT, Bernard; DORIGNY, Marcel; EHRARD, Jean; SEPINWALL, Alyssa Goldstein. *Lumières et Esclavage*. **Annales Historiques de la Révolution Française**, n. 380, 2015, p. 150.

⁵²⁵¹Id., *ibid.*.

⁵²⁵²Id., p. 167.

⁵²⁵³Id., p. 154.

⁵²⁵⁴Id., p. 155.

⁵²⁵⁵MAXWELL, Kenneth. **A devassa da devassa**. A Inconfidência Mineira. Brasil e Portugal (1750-1808). São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010, p. 206-207.

Nesse mesmo texto, cita Montesquieu para defender uma alteração na forma de tratar os naturais da terra, pois que as leis devem ter grandes relações com os costumes e maneira dos povos a quem elas se dirigem.⁵²⁵⁶

Uma “comunidade imaginada” em Angola?

Anthony D. Smith considera que a ideologia e o movimento nacionalista surgiram no último quartel do século XVIII e na primeira década do século XIX na Europa.⁵²⁵⁷ A sua ideologia e núcleo doutrinário teriam uma matriz cultural de dupla origem, iluminista e romântica, atribuídas a filósofos como Montesquieu e Rousseau, no primeiro caso, e Herder ou Fichte, no segundo, cada um elaborando de acordo com a situação particular da comunidade para a qual se dirigiam. Teria sido Rousseau, segundo Smith, o criador da ideia de “caráter nacional”, um atributo central para a vida política da comunidade.⁵²⁵⁸

A transição do nacionalismo como uma forma de cultura para um nacionalismo como uma forma de política teve como cenário a primavera/verão de 1789 em França, com a mobilização e unificação de todos os franceses para uma nova ordem política e social e a sua transformação numa nação de cidadãos.⁵²⁵⁹ A sua “exportação” para fora das fronteiras europeias, para a Ásia, a África e a América Latina, por sua vez, geraria um “nacionalismo anticolonial”, bastante depreciado por Smith, ao descrevê-lo como um nado-morto, incapaz de forjar nações reais. O seu potencial ficaria esgotado com a realização de seu objetivo de independência do poder colonial.⁵²⁶⁰

Visão contrária apresenta Benedict Anderson: a existência de muitos “sábios europeus” a considerar o nacionalismo uma invenção europeia é interpretada por ele como um “sinal assombroso da profundidade do eurocentrismo”.⁵²⁶¹ As entidades políticas surgidas nas Américas entre 1776, com a Declaração de Independência das Treze Colônias, e primeiras décadas do século XIX, com a revolução de São Domingos e das colônias espanholas, autodefiniram-se como nações e adotaram o regime republicano, com a exceção do Brasil. Foram, portanto, o coroar – bem-sucedido – do chamado “nacionalismo anticolonial”, desenvolvido em simultâneo com os movimentos nacionalistas europeus e, no caso da independência das Treze Colônias, com o eclodir de um processo revolucionário anterior à Revolução Francesa.⁵²⁶²

Ao analisar a Conjuração Baiana, em 1798, Jancsó procurou compreender como uma sedição local situou-se numa conjuntura que a ultrapassava, fornecendo-lhe as suas possibilidades e limites.⁵²⁶³ A independência passou a ser a chave interpretativa das revoltas coloniais do final do século XVIII – e início do XIX, eu acrescentaria – ao deslocar o ordenamento do real para a crise do Antigo Sistema Colonial. Assim como fez o historiador em relação à Bahia do final do século XVIII, é preciso integrar os acontecimentos de Luanda e Benguela naquele primeiro quartel do século XIX, a reivindicar a separação de Portugal e união com o Brasil independente, à conjuntura de crise econômica e política no mundo atlântico, mas sem perder de vista as suas peculiaridades. Como sublinha Jancsó, quando as ideias-força da Revolução Francesa ganharam expansão “isso se deu nas linhas de força tradicionais das formações econômico-sociais em cujo interior receberam guarida”.

⁵²⁵⁶IHGB, DL 28,21, Angola, Memorial sobre os males que impedem o engrandecimento do Reino de Angola, por Manoel Patrício Corrêa de Castro, 10/9/1823.

⁵²⁵⁷SMITH, Anthony. O Nacionalismo e os Historiadores. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p.186-187.

⁵²⁵⁸Id. **National Identity**. London: Penguin Books, 1991, p. 88-95.

⁵²⁵⁹Ibid., p. 94.

⁵²⁶⁰Ibid., p. 106-110.

⁵²⁶¹ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 265.

⁵²⁶²Ibid., p. 76.

⁵²⁶³JANCÓS, István. **Na Bahia contra o Império**: história do ensaio de sedição de 1798. São Paulo: Hucitec; Salvador: Edufba, 1996.

“Liberdade e igualdade, direitos do homem e democracia não eram conceitos absolutos: eram pensados a partir dos problemas concretos, das formas historicamente dadas de suas negações no interior das distintas sociedades, e as práticas políticas que aí produziram (...) traziam determinadamente a marca e os interesses objetivos do grupo social que assumia a direção da ação”.⁵²⁶⁴

Sobre a origem do nacionalismo angolano, Bonavena argumenta que esta pode ser encontrada no jornalismo contestatário da segunda metade do século XIX, antecedida de uma “uma tomada de consciência que vai afirmar-se, ainda que ambivalente, de forma clara ao nível cultural e de forma quiçá ainda fragmentada, ao nível político, pelo menos até ao movimento pró-independência do Brasil, em 1822”.⁵²⁶⁵ Partindo dessa proposição, seria possível encontrar no movimento pró-separação de Portugal por parte de setores da elite de Luanda e Benguela uma das raízes do nacionalismo angolano? Em termos de cronologia histórica, não haveria qualquer anacronismo. Uma parcela importante da historiografia, senão a maioria, concorda em afirmar que aquele foi o tempo do nacionalismo.

Na Introdução de *Um mapa da questão nacional*, Benedict Anderson sintetiza o “estado da arte” do debate sobre a nação: “Não há desacordo que o nacionalismo está presente em todo o planeta há, no mínimo, dois séculos. Tempo suficiente, pode-se pensar, para que seja fiável e geralmente entendido. Mas é difícil pensar em qualquer fenómeno político que continue a ser tão enigmático e sobre o qual haja menos consenso analítico. Não existe nenhuma definição amplamente aceita.”⁵²⁶⁶ Ironicamente, na atualidade, uma das teses mais aceitas sobre nacionalismo e nação é a do próprio Anderson: “Dentro de um espírito antropológico, proponho, então, a seguinte definição para nação: ela é uma comunidade política imaginada — e imaginada como implicitamente limitada e soberana. Ela é imaginada porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão”.⁵²⁶⁷

Todas as comunidades maiores que as primitivas aldeias – e mesmo estas, enfatiza – seriam imaginadas. Para o autor, essas comunidades não devem “ser distinguidas por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas”. Mais uma vez – como em Jancsó, quando localizou a tentativa de sublevação baiana em 1798 na crise do Antigo Sistema Colonial e do Antigo Regime na Europa –, a época é elevada à categoria de chave explicativa, agora de um conceito: uma comunidade pode ser imaginada como soberana, “porque o conceito nasceu numa época em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico, divinamente instituído”.⁵²⁶⁸ Era uma época em que “tinha lugar uma mudança fundamental nos modos de apreender o mundo, que mais do que qualquer outra coisa, tornou possível ‘pensar’ a nação”.⁵²⁶⁹

Como pensavam a “nação” - os homens e as mulheres que viviam na colônia portuguesa chamada Brasil naquela época? Jancsó comparou a América Portuguesa de finais do século XVIII e início do XIX a um “compósito de mosaicos”, com diferentes níveis de integração com Lisboa, mas sem qualquer ou com pouca integração entre si. Essa realidade teria propiciado a cada região uma ideia particular de “pátria”, de qualquer forma bastante diferente da então proposta pelas cortes no Rio de Janeiro.⁵²⁷⁰ “A nação no sentido moderno,

⁵²⁶⁴Ibid., p. 165.

⁵²⁶⁵BONAVENA, E. As origens do nacionalismo africano (leitura crítica de Mário Pinto de Andrade). In: MATA, Inocência; PADILHA, Laura (Org.). **Mário Pinto de Andrade – um intelectual na política**. Lisboa: Colibri, 2000, p. 188.

⁵²⁶⁶ANDERSON, Benedict. Introduction. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Mapping the Nation**. London/New York: Verso, 1996, p. 1.

⁵²⁶⁷Id. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989, p. 15.

⁵²⁶⁸Ibid.

⁵²⁶⁹Ibid. p. 31.

⁵²⁷⁰JANCSÓ, Istvan. Independência, independências. In: JANCSÓ, Istvan (Org.). **Independência: História e Historiografia**. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 17-48.

identificando sua soberania com a do Estado, era um projeto a ser inventado na América”, pois não havia territórios passíveis de serem identificados como pertencentes a ancestrais direitos nacionais, como acontecia na Europa naquele período.⁵²⁷¹

Jancsó aponta aqui para a inexistência de um projeto moderno de nação na América ibérica e, indo ainda mais longe, para a impossibilidade dele ser pensado devido às características que condicionavam um território colonial, sem classes sociais definidas pelo padrão europeu e pela existência estruturante de relações de produção escravagistas. Para os homens da época, concluiu ele, “vivessem em qualquer parte que fosse da América ibérica até o final do século XVIII, e desde que fossem livres segundo os critérios então vigentes, a consciência do seu pertencimento a uma comunidade imaginada de tipo nacional, nos termos de Benedict Anderson, era dotada de perfeita nitidez”.⁵²⁷² Portanto, para Jancsó, o conceito de Anderson seria suficientemente abrangente para englobar a ideia de “nação”, mas não a “nação moderna”, identificada com um Estado soberano, pensada pelos iluministas e construída pelo “povo” nas ruas, dotado, mesmo que de forma inconsciente, da ideia nacional.

Esta situação só começaria a ser alterada com a instalação da monarquia no Rio de Janeiro. “O novo reino transformara, ainda que apenas no plano simbólico, um conglomerado de capitânias atadas pela subordinação ao poder de um mesmo príncipe numa entidade política dotada de precisa territorialidade, e de um centro de gravidade que, além de tê-lo do novo reino, era-o, também, de todo o império.”⁵²⁷³ Mesmo com a manutenção das identidades locais até então existentes, havia agora condições para uma alteração, com a sua transformação em brasileiras. “A partir daí, a nação brasileira tornou-se pensável pela referência a um Estado - o Reino do Brasil - que definia seus contornos como comunidade politicamente imaginável, retornando novamente aos termos de Benedict Anderson.”⁵²⁷⁴

Lembra ainda Jancsó que, no final do período colonial, a ideia de uma possível unidade do espaço político americano, na perspectiva dos habitantes coloniais, era uma abstração. Mas, para a metrópole, tratava-se de um dado concreto, de forma que a possibilidade desta unidade só podia ser percebida pelo poder metropolitano.⁵²⁷⁵ Se o projeto de construção nacional de 1822 foi combatido em muitas províncias brasileiras, foi visto por parte da elite angolana como uma oportunidade de manter seus negócios e privilégios, assim como de livrar-se da ingerência de Portugal. “1822” não foi um processo linear, mas repleto de ambiguidades e contradições,⁵²⁷⁶ assim como a instrumentalização que recebeu por parte dessa elite.

Algumas conclusões

Todos os elementos já identificados – rebeliões, livros, panfletos, jornais, degredados, ligações culturais e familiares e interesses econômicos entre as duas margens do Atlântico português – podem levar-nos a concluir que a reivindicação de moradores de Benguela e Luanda para unir-se ao Brasil foi a expressão, mesmo que ainda inconsistente, de uma aspiração nacional? Uma manifestação embrionária do que Anderson e Smith denominaram

⁵²⁷¹Id. Este livro. In: JANCÓS, István. **Brasil: formação do Estado e da Nação** (Org.). São Paulo: Hucitec, Fapesp; Ijuí: Editora Unijuí, 2003, p. 21.

⁵²⁷²Ibid.

⁵²⁷³Ibid., p. 26.

⁵²⁷⁴Ibid., p. 27.

⁵²⁷⁵JANCÓS, István. A Construção dos Estados Nacionais na América Latina: Apontamentos para o Estudo do Império como Projeto. In: SZMRECSÁNYI, Tamás e LAPA, José Roberto do Amaral. **História Econômica da Independência e do Império**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 10.

⁵²⁷⁶CARVALHO, Marcus J. M. de. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 331-366, 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200014&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 12 ago. 2014.

“nacionalismo anticolonial”? Se a investigação histórica publicada até agora foi insuficiente para dar respostas mais categóricas a estas questões, não é possível negar a existência de manifestações de rebeldia naquelas duas regiões da Angola portuguesa e a sua manutenção, com grande vigor, durante o primeiro quartel do século XIX, como indica a documentação.

Seria demasiado simplista enquadrá-las numa só grelha interpretativa – a do interesse na manutenção do tráfico de escravos -, ignorando todos os outros fatores que ajudaram a tecer aquela trama. Também não parece correto desqualificá-las pelo fato de terem recebido apoio de traficantes de escravos ou mesmo terem sido lideradas por estes. Alguns dos líderes das mais importantes revoluções do período – norte-americana, Haiti, latino-americana e francesa - foram proprietários de escravos, caso das duas primeiras, ou relutaram em suprimir a escravidão em suas colônias, caso da França, que só aboliu essa relação de trabalho depois da vitória da rebelião dos escravos de São Domingos, para mais tarde restabelecê-la com Napoleão.

Nada a estranhar, portanto, que um dos argumentos utilizados pela Junta do Governo Provisório de Benguela para convencer o príncipe regente D. Pedro de Alcântara a aceitar a união daquela província ao Brasil tenha sido a ameaça dos “gentios destes sertões vastíssimos correndo em enxames de todas as partes [a] caírem sobre esta província, ameaçando nossas vidas, famílias e haveres com a chamada guerra preta”.⁵²⁷⁷ Nesta mesma carta, enviada ao príncipe pouco antes da independência do Brasil, os seus autores demonstram estar informados sobre os principais debates da época e alinham-se com a revolução liberal em Portugal. “Como chegou enfim o tempo suspirado, em que o céu, compadecido dos males dos portugueses, quebrou-lhes os vergonhosos grilhões do despotismo que a longos lustros laxamente arrastavam, e como já nos consideramos livres nos nossos pensamentos, na nossa língua e nossa pena, privilégios de que se goza em uma nação livre (...).”

Como avalia Anderson, quando a “época” tem força suficiente para poder ser pensada como chave explicativa de um conceito – como é o caso da “era das revoluções” da segunda metade dos setecentos e início do oitocentos em relação à ideia de nação –, é possível trabalhar a hipótese de que esta possa ser imaginada pelos habitantes de comunidades como Luanda e Benguela. Isto porque – repetindo as palavras já reproduzidas de Anderson – o conceito de nação nasceu numa época em que “tinha lugar uma mudança fundamental nos modos de apreender o mundo”. Não seria ainda a nação no sentido moderno, em que esta se identificaria com o Estado, mas uma “comunidade imaginada de tipo nacional”, distinguível não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo seu estilo. Em outras palavras: pelas necessidades, reais ou imaginárias, dos seus habitantes.

O CONCEITO DE UBUNTO E O PROTAGONISMO SUL-AFRICANO SOBRE A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE RECONCILIAÇÃO NO TRABALHO DAS COMISSÕES DA VERDADE

Maria Alice Venancio Albuquerque⁵²⁷⁸
alixealbuquerque@gmail.com

Resumo: O trabalho busca discutir brevemente a importância dos princípios do *ubuntu* no desenvolvimento dos trabalhos da Comissão da Verdade e Reconciliação no tocante ao objetivo da Reconciliação. Essa preocupação se insere em um contexto mais amplo quanto a relevância de se estudar e considerar os aspectos culturais para o estabelecimento de novas práticas e instituições mais bem adaptadas e eficazes para a fase pós conflito. Especialmente,

⁵²⁷⁷ **Gazeta do Rio**, n. 120, 5/10/1822.

⁵²⁷⁸ Mestranda - UFPE

esses aspectos tem muito a contribuir não só para os processos de *peacemaking* mas também para o *peacebuilding* e a consolidação de uma cultura de paz.

Introdução

As comissões da verdade fazem parte de um campo de preocupações teóricas - práticas mais amplo, a Justiça de Transição (JT) que pode ser definida como um conjunto de mecanismos, práticas e diretrizes associadas com períodos de mudanças políticas radicais - regimes autoritários para regimes democráticos ou períodos de guerra para períodos de paz – que visam fornecer respostas para violações sistemáticas dos direitos humanos.⁵²⁷⁹ Embora o surgimento do campo esteja ligado às transições para a democracia e ao estabelecimento de um regime internacional de Direitos Humanos, a expansão da JT como elemento dissuasório em conflitos e as novas demandas advindas de regiões como a África, por transições para a paz e construção de paz (*peacebuilding*) levou a reflexão sobre outras necessidades a serem supridas no momento pós transição além da responsabilização judicial (*accountability*) e fortalecimento democrático.

Essas novas reflexões do campo, acabaram por dar protagonismo as comissões da verdade no contexto de transição e pós transição política, por serem um organismo não judicial, porém oficialmente autorizado pelo estado com a designação de, mediante investigações, coleta de depoimentos, audições (em geral públicas), expor um panorama o mais completo possível sobre as violações ocorridas em dado momento histórico do país. Além disso, as comissões tem a importante missão de, através do seu relatório final fazer recomendações em torno de políticas de não repetição e de promoção da reconciliação.

No tocante a esse último objetivo, a comissão sul africana (truth and reconciliation commission of South Africa) foi paradigmática. Não tomando-a como uma panaceia, ela procurou enfatizar a reconciliação nacional como um objetivo comum para todo sul africano, pois o conflito civil entre African National Congress (ANC) and the Inkatha Freedom Party (IFP) deixou heranças e raízes profundas que só podiam ser superadas a partir de uma noção de futuro compartilhado que iria além da responsabilização criminal promovida por tribunais. Nesse sentido, a ênfase dada a filosofia do ubuntu ajudou/motivou muitos sul africanos a participarem de forma coletiva da comissão, bem como ajudou a desenhar o formato dos seus trabalhos.

O artigo primeiramente apresenta o contexto vivido do conflito vivido pela África do sul. Em segundo lugar, faz algumas considerações sobre a atuação da sua comissão da verdade e, então, indica algumas contribuições da filosofia do ubuntu para a configuração de algumas práticas da comissão que remontam a reflexão para a construção de paz.

1. O contexto conflitivo Sul-Africano

A instauração do regime do apartheid na África do Sul tem raízes históricas na colonização do país pelos holandeses, alemães e franceses por volta de 1652 e posteriormente pelos ingleses, após o domínio do Cabo da Boa Esperança e com a ratificação em 1815 do tratado de Viena.⁵²⁸⁰ Com a colonização inglesa, o grupo formado por holandeses, alemães e franceses passou a ser denominado como boêres – e, posteriormente se autodenominaram africânderes.⁵²⁸¹

Com o declínio da Inglaterra no cenário internacional, abre-se espaço para reivindicações e movimentos políticos tanto do lado dos africânderes – insatisfeitos com o domínio inglês - quanto entre os negros que vinham sendo subjugados e marginalizados

⁵²⁷⁹ INTERNATIONAL CENTER OF TRANSITIONAL JUSTICE, ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2010

⁵²⁸⁰ BRAGA, Pablo Rezende Saturtino. **A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul**. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2011. p. 56. CIARI, 2012, p.2.

⁵²⁸¹ BRAGA, Pablo Rezende Saturtino. **A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul**. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2011. p. 57/60. BUENO, Natalia da Costa Pereira. **Um olhar sobre o processo de reconciliação da África do Sul: segurança como emancipação e vitimização**. IV Colóquio Internacional de Doutorando/as do CES, p. 1-19, 2013. p. 4.

inclusive territorialmente. Assim, em 1912, é criado o Congresso Nacional Africano (CNA), tendo como líder Nelson Mandela. O partido contou com a participação de formadores de opinião e buscou a mudança por meios institucionais pelo menos até 1939, quando passaram a utilizar técnicas de desobediência civil e posteriormente táticas de guerrilha.⁵²⁸² Em 1948 consolida-se o Partido Nacional Purificado, fundado por D.F. Malan que se torna representante do legítimo partido nacional para os africânderes e o responsável pela execução de “projeto de nação africânder” que representa a face totalitária e o desrespeito aos direitos humanos do regime do apartheid e tem como uma de suas políticas a criação de homelands. Essas eram favelas formadas por trabalhadores negros e suas famílias que viviam em situação precária e refletiam a ideologia do “desenvolvimento separado”⁵²⁸³

A repercussão internacional negativa juntamente com a queda dos regimes coloniais portugueses em Moçambique e Angola – que a partir de então apoiaram o CNA- levou a África do Sul a dificuldades econômicas com as sanções impostas por importantes parceiros comerciais e a proibição de créditos de grandes empresas para o país.⁵²⁸⁴ Em 1989, percebendo o enfraquecimento das políticas africânderes interna e internacionalmente, De Klerk (1989) começa a negociar uma transição.⁵²⁸⁵ Em 1990 Mandela é libertado e o ANC recupera a legalidade.⁵²⁸⁶ O processo de abertura culmina num plebiscito realizado em 1992 que apontou 69% da população contra o regime do apartheid. Em 1994 são realizadas eleições multirraciais que elegem Nelson Mandela como presidente com 62, 65% dos votos.⁵²⁸⁷

O novo presidente iniciou seu mandato com muitos desafios quanto a unificação nacional e a consolidação democrática. Seu mandato foi chancelado por valores como o perdão e a reconciliação, que orientam os mecanismos destinados a rever o passado. Introduzem, entre outras medidas, símbolos da herança negra e o reconhecimento de heróis negros na história nacional.

1.1. A Comissão da Verdade e Reconciliação

Em 1995 o Congresso aprovou o Ato de Promoção da Unidade e Reconciliação Nacional – que criava a Comissão da Verdade e Reconciliação. Ela foi presidida pelo arcebispo anglicano Desmond Tutu e foi formada por cidadãos africanos imparciais, respeitados e sem militância política.⁵²⁸⁸ O recorte temporal foi alvo de intenso debate, prevalecendo a data de início a partir de março 1960 quando do Massacre de Shaperville.⁵²⁸⁹ Segundo Pinto o mandato da Comissão da Verdade e Reconciliação estava baseado em cinco pilares: a verdade, o perdão e a anistia, o reconhecimento e a restauração. Esses pilares, de certa forma, estavam ligados com os três comitês criados: de violações aos direitos humanos, o de anistia e o de reparação e reabilitação.⁵²⁹⁰

O primeiro comitê abrangia a dimensão da verdade: as causas, natureza e extensão das violações, além das perspectivas de vítimas e infratores. Esse comitê encarregou-se de audiências públicas onde sobreviventes e familiares de mortos testemunharam suas

⁵²⁸² BRAGA, Pablo Rezende Saturtino. **A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul**. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2011. p. 68.

⁵²⁸³ BRAGA, Pablo Rezende Saturtino. **A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul**. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2011. p. 69-72. PINTO, Simone Martins Rodrigues. *Justiça Transicional na África do Sul: Restaurando o Passado, Construindo o Futuro*, **CONTEXTO INTERNACIONAL** Rio de Janeiro, vol. 29, no 2, 2007, p.393-421.

⁵²⁸⁴ BRAGA, 2011, op. Cit. p. 87. PINTO, 2007, op. Cit. p. 339.

⁵²⁸⁵ PINTO, 2007, op. Cit. p. 401.

⁵²⁸⁶ QUINALHA, 2013

⁵²⁸⁷ BRAGA, 2011, p. 96

⁵²⁸⁸ PINTO, 2007, p. 404; CINTRA, 2001, p. 8

⁵²⁸⁹ PINTO, 2007, p.407

⁵²⁹⁰ CINTRA, 2001, p.8; MIGYIKRA; 2008, p. 55

experiências. Além do reconhecimento oficial dos relatos, pensava-se no efeito terapêutico do processo de story-telling.⁵²⁹¹

O segundo comitê, o da anistia, rendeu inúmeras críticas à comissão. Sob a justificativa de não prejudicar a transição e a incipiente democracia, “o novo governo teve de seguir mecanismos, critérios e procedimentos que facilitassem o processo de anistia a quem cometeu crimes políticos”.⁵²⁹² A troca de anistia pela verdade é uma característica singular da África do Sul. A punição, se não cível/criminal era de cunho moral a partir da exposição do mal feito para toda a comunidade, que, por sua vez, participava do processo de aceitação/rejeição. Além disso, a comissão assumia o compromisso com a divulgação de nomes e ressaltava a diferença, moral e legal, entre “lutar contra um sistema injusto e lutar para mantê-lo”.⁵²⁹³

O terceiro comitê, da restauração e reabilitação, preparou recomendações e os critérios de uma política de reparação. Essa tarefa se tornava complicada principalmente nos casos em que a vítima requeria era a punição criminal do agressor – o que não fazia parte dos propósitos da CRV. Esse comitê se responsabilizava, por exemplo, por programas de reabilitações psicológicas das vítimas e por disponibilizar informações obtidas para as vítimas que insistiam em mecanismos judiciais de punição.⁵²⁹⁴

2. A perspectiva da reconciliação e a filosofia da ubuntu: princípios para construção de paz

Pensar em reconciliação dentro de uma comissão da verdade é pensar em *peacebuilding* - pois as comissões como mecanismos não judiciais, formada por pessoas da sociedade civil, tem um espaço favorável para o estabelecimento do diálogo e a reconstrução de relações e estruturas sociais por meios não violentos, considerando os aspectos psicossociais do conflito e sendo uma esfera de negociação entre as exigências da comunidade internacional e os interesses e necessidades locais. Além disso, através das recomendações contidas em seu relatório final, podem fortalecer o viés da educação para paz e direitos humanos.

É necessário antes de tratar mais propriamente de reconciliação e a filosofia da *ubuntu*, apontar as diferenças entre *peacemaking* e *peacebuilding*. Essas nomenclaturas se referem as fases e resolução de conflitos. Pode se dizer que as ações de *peacemaking* diferenciam-se de acordo com o nível de envolvimento com as raízes do conflito e suas partes. Tudo começa com a negociação do fim da violência, que é feito principalmente com os acordos temporários e o cessas fogo (p. 174/175). A partir de então, as ações buscam encontrar interesses compartilhados entre as partes, afastar possíveis obstáculos para a negociação e gerir a busca por soluções por meios não violentos, para, se possível, chegar a um acordo de paz – que nem sempre é de interesse entre os envolvidos no conflito.⁵²⁹⁵ Nesse interim, o *peacebuilding* vai mais além e é compreendida como uma política de longo prazo que em diferentes esferas e através de diferentes estratégias objetivam transformar atitudes e relações econômicas e sociais. Logo, o *peacebuilding* é uma dimensão mais profunda e complexa que trabalha com a manutenção da ordem política não violenta estabelecida.⁵²⁹⁶

Como resume Lederach, o processo de reconciliação se afasta do *peacemaking* – ou diplomacia oficial – quando articula preocupações teóricas e práticas que vão além da resolução de questões para a restauração de relacionamentos – elemento que integra as microdinâmicas do conflito que, se não atendidas, podem por tanto o processo de

⁵²⁹¹ PINTO, 2007, p.405; CINTRA, 2001, p.9

⁵²⁹² PINTO, 2007, p. 410; CINTRA, 2001, p. 8

⁵²⁹³ CINTRA, 2001, p. 10

⁵²⁹⁴ CINTRA, 2001, p.11

⁵²⁹⁵ RAMSBOTHAM, Oliver; WOODHOUSE, Tom; MIALL, Hugh. **Ending Violent Conflict: Peacemaking.** Contemporary Conflict Resolution, Polity, 3Ed. Cambridge, 2011. RAMSBOTHAM, Oliver; WOODHOUSE, Tom; MIALL, Hugh. **Peacebuilding. Contemporary Conflict Resolution, Polity, 3Ed.** Cambridge, 2011. p. 172.

⁵²⁹⁶ COBBAN, 2007, p.203

negociação quanto o de reconstrução de paz em perigo.⁵²⁹⁷ Logo, a reconciliação é um movimento que vai além das estratégias mecânicas e rasas, colocando o componente relacional como centro da construção de paz. Ele é um passo posterior às negociações realizadas no nível político/estratégico/diplomático, que necessitam da sustentação de estratégias dos níveis médios e de base⁵²⁹⁸ – acadêmicos, intelectuais, líderes humanitários, CV's, líderes comunitários e representantes de entidades locais respectivamente – para não entrarem em colapso.

Os comitês e processos criados pela comissão ajudaram, segundo Tim Murtini⁵²⁹⁹ “the people of this country to transcend the bitterness, hatred and suspicion of the past and to make the transition, to a more stable and albeit still imperfect political order”. Além disso, um dos legados da comissão foi a criação de instituições que fomentaram os valores culturais na promoção e consolidação da paz, como a “Chapter Nine” Institutions que inclui a comissão sul africana de Direitos Humanos, a comissão para a promoção e proteção de Direitos culturais, linguísticos e religiosos das comunidades e a Comissão de Igualdade de Gênero.

O arcebispo Desmond Tutu presidiu a comissão e teve papel central na disseminação e formatação dos contornos da comissão em torno dos princípios do ubuntu sob o emblema de que ‘no future without forgiveness’.

O ubuntu é uma filosofia não propriamente sul africana mas faz parte das culturas de língua Bantu e Nguni. É uma forma de ver o mundo que tenta capturar a essência do ser humano. Segundo Tutu:

ubuntu is very difficult to render into a Western language. It speaks to the very essence of being human. When you want to give high praise to someone we say, ‘Yu, u nobuntu’; he or she has ubuntu. This means that they are generous, hospitable, friendly, caring and compassionate. They share what they have. It also means that my humanity is caught up, is inextricably bound up, in theirs. We belong in a bundle of life. We say, ‘a person is a person through other people’ (in Xhosa Ubuntu ungamntu ngabanye abantu and in Zulu Umuntu ngumuntu ngabanye). I am human because I belong, I participate, and I share. A person with ubuntu is open and available to others, affirming of others, does not feel threatened that others are able and good; for he or she has a proper self-assurance that comes with knowing that he or she belongs in a greater whole and is diminished when others are humiliated or diminished, when other are tortured or oppressed, or treated as if they were less than who they are.

O ubuntu enfatiza que um crime, ou a violência cometida por um atinge toda a comunidade que o perpetrador está inserido, além disso, a lógica da violência perpetrada é uma via de mão dupla: tanto a vítima quando o perpetrador são desumanizados. A luz do ubuntu a construção de paz pensa em processos baseados na reciprocidade, inclusividade e no compartilhamento de experiências para um amplo processo curativo e culturalmente informado.

O processo de reconciliação é informado em alguns passos: Primeiramente, evolve a exposição das experiências de ambos os lados do conflito perante a comunidade – a comissão

⁵²⁹⁷ LEDERACH, John Paul, **Building Peace: sustainable reconciliation in divided societies**. United States Institution of Peace Press, Washington, D.C, 1997. p. 24/34/38/42.

⁵²⁹⁸ LEDERACH, John Paul, **Building Peace: sustainable reconciliation in divided societies**. United States Institution of Peace Press, Washington, D.C, 1997. p. 45-46.

⁵²⁹⁹ MURITHI, Tim. An African perspective on peace education: Ubuntu: Lessons in Reconciliation. **International Review of Education** (2009) 55:221–233, 2009.

encorajava exatamente a participação e o envolvimento social do povo sul africano. Segundo, a pessoa envolvida na violência era encorajada a demonstrar remorso – que podiam ser demonstrados com o pagamento de reparações apropriadas e/ou simbólica. A anistia era condicional, o pedido era analisado pela comissão em torno das informações dados pelo perpetrador e seu comprometimento com o processo.

As anistias condicionais foram alvo de muitas críticas por serem associadas com a impunidade. No entanto, ela na verdade está associada a uma outra logica de responsabilização que envolve mais o constrangimento relacionado a exposição e a assunção de responsabilidades por parte do ofensor. Além disso, o processo de reconciliação é extremamente focado na vítima.

Com base no ubuntu a sociedade desencadeia a percepção de que ambas as partes precisam se reconciliar para assim, terem ganhos comuns. A manutenção da coesão social e a prevenção de possíveis escaladas de violência desencadeadas por vingança se tornam objetivos compartilhados.

Conclusão

A reconciliação não é algo buscado por todas as comissões da verdade, que tem como principais compromissos a revisão do passado de violações de direitos humanos ocorridos no país apresentando “a verdade” sobre os fatos e suas consequências para o momento atual. O mandato das comissões geralmente busca a verdade através das investigações que realizam e de audições – em geral públicas – de vítimas e perpetradores.

Embora a maioria das comissões – principalmente as que foram instauradas após alguns anos do fim do conflito civil ou regime autoritário - tenham acesso a documentos e depoimentos e revelem ações e seus executores, elas em geral não têm poder de punir judicialmente. Essa é provavelmente a maior crítica às comissões da verdade: que não garantem responsabilização (*accountability*) que só é conseguida através dos julgamentos tradicionais e da punição individual penal. No entanto, esse é um tipo de responsabilização sob a perspectiva legalista e retributiva de justiça. O trabalho sugeriu outra abordagem para dar novo sentido a justiça através dos processos das CV's: a justiça restaurativa. A justiça por essas novas lentes se torna mais inclusiva e específico ao contexto, dando voz a partes marginalizadas pelo paradigma retributivo – as vítimas. Além disso, foca no redirecionamento das necessidades e não na busca da culpa, acreditando que os papéis e identidades vítima-perpetrador são construídos num processo dialógico através do encontro e do diálogo.

Esse novo paradigma, que foca nos indivíduos e na consequência das violações a eles cometidas, não colocando o Estado como vítima e ordenador, aproxima-se da perspectiva da reconciliação e da emancipação como apresentadas por Lederach (1997) e Booth (2008). A reconciliação para Lederach é (1) um objetivo e um processo (focus e locus), logo, a fim de alcançar reconciliação, deve-se fazer dela o caminho; (2) é um espaço de encontro entre a paz, a piedade, a justiça e a verdade. Cada um desses pilares reforçam-se mutualmente e não tem prevalência de um sobre o outro. O paradigma da reconciliação favorece o recomeço. Mas não o recomeço com base no esquecimento, mas sim a partir de uma dinâmica interativa entre imagem e realidade.

A perspectiva do ubuntu subjaz a da reconciliação. Ela auxilia a fomentar o senso de comunidade e de futuro compartilhado, necessário em sociedades que foram corrompidas pelo conflito. Acordos de paz e transições políticas necessitam de práticas complementares que direcionem outras necessidades do pós conflito. Além disso, o tom imparcial que tentava evitar a vitimização, reforça a reconciliação e favorece o recomeço. A reconciliação não nega a existência de opressores e oprimidos, mas busca conjugar verdade, justiça e paz, de forma que assuma a violência como um espiral, alimentado por ações e reações de ambas as partes de um conflito.

É necessário que as experiências do ubuntu sejam reproduzidas e reforçadas pelas instituições e ajudem a remodelar discursos e práticas que fomentem a paz em bases mais sólidas como educação voltada para os direitos humanos.

ACERVOS AFRO-DIGITAIS: MEMÓRIAS E CONEXÕES ENTRE EXTENSÃO, ENSINO E PESQUISA

Solange P. Rocha ⁵³⁰⁰

banto20@gmail.com

Maria da Vitória B. Lima ⁵³⁰¹

Resumo: Esta comunicação tem como proposta apresentar resultados de três projetos que criaram acervos afro-digitais, desenvolvido pelo NEABI-UFPB, com o objetivo de reunir em plataformas digitais fontes históricas, do período colonial até a fase republicana, tendo como meta colaborar no processo de formação de estudantes de graduação de diferentes cursos, tanto a capacitação profissional quanto a produção de pesquisa histórica. Entre os principais resultados de ações de extensão que envolvem a participação de estagiários de graduação, curso de extensão, visitas guiadas a arquivos (público e privado) e pesquisas de iniciação científica, de trabalho de conclusão de curso graduação, mestrado e doutorado. Entendemos que os documentos históricos disponibilizados nos acervos afro-digitais possibilitam a democratização do acesso às informações e disponibilizam memórias, que são representações do passado, cabendo o(a) historiador(a) dar significado às ações humanas e evidenciar as experiências humanas e, a partir do campo da História Social, pode construir novas narrativas sobre os inúmeros sujeitos sociais que compuseram (e compõem) a cena histórica brasileira, como a população negra em diáspora africana.

Introdução

O passado é, por definição, um dado que nada pode modificar. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e se aperfeiçoa (Marc Bloch - 1886-1914).

A Assembleia Geral da ONU, em 19 de dezembro de 2013, proclamou a *Década Internacional de Afrodescendentes*, a ser realizada no período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2024, com o tema “Povos afrodescendentes: reconhecimento, justiça e desenvolvimento”.⁵³⁰² Portanto, desde 2013 estamos tendo a oportunidade de refletir acerca das relações sociais e raciais envolvendo os povos afrodescendentes dos vários continentes, sendo um dos seus objetivos “promover um maior conhecimento e respeito pelo patrimônio diversificado, a cultura e a contribuição de afrodescendentes para o desenvolvimento das sociedades”.⁵³⁰³

É nesse sentido que abordaremos a experiência vivenciada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiro e Indígena da Universidade Federal da Paraíba (NEABI-UFPB). Ou seja, divulgar e contribuir com um maior conhecimento a respeito da experiência histórica e

⁵³⁰⁰ DH/PPGH/NEABI-UFPB.

⁵³⁰¹ NEABI-UFPB

⁵³⁰² O documento sobre a Década do Afrodescendente está em UNESCO. Resolução 68/237, 2013. Disponível em: https://nacoesunidas.org/img/2014/10/N1362881_pt-br.pdf Acesso em: 25 set 2016.

⁵³⁰³ ONU-BRASIL, 2016. Disponível em: Disponível em <http://www.decada-afro-onu.org/plan-action.shtml>. Acesso em: 25 set 2016.

cultural da população negra no Brasil. A possibilidade de construção de novos conhecimentos na sociedade brasileira a partir de fontes documentais organizadas, permitindo maior acessibilidade e socialização dessas fontes, cada vez mais necessárias, principalmente quando se tem a possibilidade de atingir objetivos voltados ao conhecimento dos aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais, etc., dos africanos e de seus descendentes que vivenciaram o processo de diáspora.

O NEABI-UFPB, o Programa de Arquivos Ameaçados e os Projetos de Digitalização

O Núcleo de Estudos e Pesquisa Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), vinculado à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), desde a sua formação, em 2011, tem desenvolvido projetos de pesquisa, extensão e ensino tendo com ponto central a temática racial e para desenvolver seus objetivos, entre os quais, destacamos:

- Estimular estudos, pesquisas e extensão em várias áreas do conhecimento com ênfase na temática étnico-racial;
- Sistematizar, organizar e digitalizar documentos escritos, fotografias e vídeo-documentários da população negra na Paraíba e socializá-los em acervo digital para facilitar o desenvolvimento de estudos científicos;
- Registrar memórias e experiências históricas de lideranças negras nascidas no século XX a partir da gravação de vídeos-documentários como forma de incentivar ações de extensão em parcerias com docentes da Educação Básica, os movimentos sociais negros, espaços religiosos afro-brasileiros e comunidades quilombolas, visando recuperar e visibilizar a memória afro-paraibana;
- Promover pesquisas sobre a matriz cultural africana e consolidar as atividades de extensão para comunidades negras no estado da Paraíba;
- Fortalecer e consolidar o NEABI-UFPB na realização das atividades de extensão, pesquisas acadêmicas na valorização da matriz cultural africana no estado da Paraíba, através da organização e socialização de acervos digitalizados sobre a população negra (história e memória).

Nessa perspectiva, em 2012, nossa atuação foi em busca da criação de condições para desenvolver projetos de digitalizados de documentos e sua disponibilização na *internet*, em parceria com a Universidade Vanderbilt (EUA) e a British Library, por meio do *Endangered Archives Programme (EAP)*, ou seja Programa de Arquivos Ameaçados, que por sua vez tem parceria com a Arcadia, fundo mundial que financia projetos de preservação da memória.

As ações iniciais foram:

- Reuniões com os administradores das instituições selecionadas;
- Inventário/levantamento dos acervos;
- Desenvolvimento da solicitação da bolsa junto à Biblioteca Britânica para financiar os projetos.

Assim, o primeiro projeto de digitalização, iniciado em 2013 e finalizado em 2015, denominado *EAP 627 Documentos ameaçados: digitalização de fontes secular e eclesiástica do século XVII ao XIX em João Pessoa e São João do Cariri – Paraíba/Brasil (EAP 627: Digitising endangered seventeenth- to nineteenth-century secular and ecclesiastical sources in São João do Cariri e João Pessoa, Paraíba, Brazil)*, pudemos digitalizar os mais antigos documentos históricos no estado da Paraíba, que são datados de meados do século XVII até o ano de 1931, oriundos do Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano/AIHGP e Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, o acervo estadual, localizado em João Pessoa e da Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres, município de São João do Cariri. Estes documentos contêm os mais antigos registros e os mais ameaçados (pela ação do tempo e pela fragilidade do suporte) presentes nos acervos no estado da Paraíba.

Como resultado do EAP627, selecionamos apenas os livros mais antigos existentes nas instituições selecionadas, dos quais 82.890 imagens JPEG ou CR2 foram digitalizadas. Sendo que na *paróquia de Nossa Senhora dos Milagres de São João do Cariri*, do período de 1752 a 1931, foram digitalizados 54 volumes manuscritos, sendo 16.606 imagens JPEG ou CR2, que estão organizadas nas seguintes séries: batismo, crisma, casamento, óbito, filiação e finanças, e compreende o período de 1752 a 1931.

No *Arquivo do IHGP* catalogamos e digitalizamos a documentação constituída por 68 livros e 14 pastas suspensas com documentos avulsos, manuscritos e impressos, de 1660 a 1917, que perfazem o total de 18.196 imagens JPEG ou CR2, distribuídos em 12 séries denominadas: Escrituras, Ordens Régias, Correspondência de Governo, Livros de Notas, Justiça, Rendas e Transporte, Emancipação de Escravos, Legislação Provincial e Constituição Estadual, Partidos Políticos, Atlas Geográfico, Missais, Documentos Avulsos Coloniais, Imperiais e Republicanos.

No *Arquivo Histórico* contemplamos apenas os livros manuscritos de 1701 a 1889. Foram 128 livros digitalizados que produziram 48.088 imagens CR2 ou JPEG e compõem as séries: Registro de sesmarias, Registro de terras, Atos da Administração Central (Portugal e Brasil), Cartas Patentes, Atos de Governo da Paraíba, Prefeitura e Chefia de Polícia, Instrução Pública, Câmara Municipal e Assembleia Provincial, Tesouro Provincial, Administração de Rendas, Magistrados.

O segundo projeto, com parceria com a Universidade Vanderbilt e a Biblioteca Britânica, iniciado em 2015 e cujo término ocorrerá em 2017, é denominado “*EAP 853 Documentos Ameaçados: criação de Arquivo Digital de Registros Criminais e Notariais do século XVIII e XIX, em Mamanguape, São João do Cariri, e João Pessoa, Paraíba/Brasil*” (Creating a Digital Archive of Eighteenth – and Nineteenth-Century Criminal and Notarial Records in Mamanguape, São João do Cariri and João Pessoa, Paraíba/Brasil).

Este projeto está digitalizando a documentação cartorial das comarcas de São João do Cariri, Mamanguape e João Pessoa. Estes arquivos possuem documentos produzidos pelos Juízo de Órfãos e Ausentes (inventários, testamentos, procurações, prestações de contas de tutores, entre outros), Juízo Comercial (Justificação de embargo, Ação de crédito e assinatura de dez dias, Libelo cível de embargo, Ação de despejo, Carta de sentença de ação ordinária comercial, Libelo cível de dívida, etc.) e Juízo Municipal de Direito (Ações Criminais e Cíveis). Em um ano de projeto digitalizamos 72.670 imagens JPEG e CR2.

O terceiro projeto, “*Patrimônio Afro-brasileiro no Nordeste Oriental: acervos digitais e experiências negras na Paraíba*”, obteve financiamento do Ministério da Cultura do Brasil foi administrado pela Universidade Federal de Pernambuco, Fundação Joaquim Nabuco e Rede Memorial. Este teve como objetivo a preservação e acesso aos bens do patrimônio afro-brasileiro, que previa a acessibilidade da sociedade civil ao patrimônio afro-brasileiro que existia em diferentes linguagens (textual, iconográfica e audiovisual) para a digital, através da plataforma da Cultura Digital do Ministério da Cultura do Brasil. Ao articularmos o referido projeto com o EAP 627, conseguimos produzir um Acervo Digital com documentos do Arquivo do IHGP e do Arquivo Histórico, 30.000 imagens e sete vídeos-documentários de lideranças e personalidades negras da Paraíba. Produzimos 31.346 imagens JPEG ou CR2.

Os acervos digitais estão disponíveis em plataformas digitais British Library, da Vanderbilt University, (<http://www.vanderbilt.edu/esss/brazil/projects/projectparaiba.php>) e do Ministério da Cultura (<http://afro.culturadigital.br/collection/neabiafroparaiba/>). Para divulgarmos a documentação digitalizada junto à comunidade acadêmica e a sociedade civil criamos uma *fanpage* na rede social *facebook*: Acervos Digitais e Diáspora Africana (<https://www.facebook.com/Acervos-Digitais-e-Di%C3%A1spora-Africana-1063666230370152/?fref=ts>). Temos realizado também atividades de extensão, como o minicurso *Acervos Digitais, Memória e Extensão Universitária* (agosto e setembro de 2016) para ampliar as informações acerca dos acervos digitais e estimular estudos científicos abordando as possibilidades da produção de estudos em várias áreas do conhecimento.

Assim, o NEABI-UFPB busca criar acervos digitalizados que contemple documentos de diferentes linguagens e o protagonismo negro com vistas a atuar no processo educativo das relações étnico-raciais, em consonância com as Leis nºs 10.639/03 e a 11.645/08, na interatividade com os seus usuários (professores, extensionistas, pesquisadores, alunos de diferentes níveis de ensino e movimentos sociais).

Contudo, é preciso refletir sobre o porquê e a importância de digitalizar essas coleções mencionadas. Um dos objetivos da criação dos acervos digitais consiste em tornar acessível ao público acadêmica a documentação, sem esquecer a importância da conservação, preservação e salvaguarda dos documentos mais antigos e existentes nos principais arquivos paraibanos, sejam eles documentos de caráter administrativos ou cartoriais.

As tecnologias de informação e comunicação tem concretizado a acessibilidade aos registros históricos, por intermédio da digitalização de documentos e acondicionamento em plataformas digitais disponibilizada na *internet*, garantindo, assim, a democratização do conhecimento e o incentivo a pesquisa histórica. E, sobretudo, à preservação da memória.

Memória, Fontes Históricas e Patrimônio Digital

Halbwachs entende que toda memória tem início na lembrança: “em primeiro lugar, a memória parece ser um fato, ou um aspecto individual, algo relativamente íntimo próprio da pessoa”. Esse autor trata da memória, nesse primeiro momento, como uma “lembrança”, ou seja, o primeiro testemunho que nós temos e a que podemos recorrer será sempre o nosso. Ele mostra que existem duas memórias, uma individual, pessoal, e outra social, que seria a coletiva.⁵³⁰⁴

A memória é, também, histórica para Halbwachs, pois é impossível trabalhá-la sem um contexto social. Assim, as recordações, as lembranças, que são as memórias individuais, sem um contexto social, tornam-se apenas lembranças particulares. Mas se essas lembranças são utilizadas com uma metodologia científica, elas passam a ser uma memória coletiva/social/histórica, informações registradas e possíveis de serem lidas, interpretadas e reinterpretadas, portanto, tornam-se conhecimento.

Entendemos a informação, a partir de Zeman⁵³⁰⁵ e Pacheco⁵³⁰⁶, como uma porção materializada do conhecimento, resultante da ação intencional humana. E entendida também como apontada por Marteleto,⁵³⁰⁷ como entrelaçamentos sociais e coletivos configurados pelas representações dos sujeitos inseridos em espaços institucionais.

As instituições patrimoniais (como exemplo o IPHAN) romperam conceitos de patrimônio como herança paterna/materna ou bens de família, e sua utilização como “ideia de posse coletiva como parte do exercício da cidadania [...] para designar o conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade [do Estado], ou seja, do conjunto de todos os cidadãos”.⁵³⁰⁸ Acreditamos que o NEABI-UFPB ao pensar o Patrimônio Afro-digital, configura a patrimonialização como ato que incorpora à dimensão social o discurso da necessidade do estatuto da preservação. Para isso, há a necessidade da digitalização dos “documentos ameaçados” para sua melhor conservação. E com isso, proteger a fonte

⁵³⁰⁴ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006, p. 29-73.

⁵³⁰⁵ ZEMAN, Jiri. O significado filosófico da noção de informação. In: **O conceito de informação na ciência contemporânea**. Colóquios filosóficos internacionais de Royamaont. Rio de Janeiro: Paz & Terra. 1970, p.154-179.

⁵³⁰⁶ PACHECO, Leila S. Informação enquanto artefato. **Informare** - Cadernos do Programa de Pós-graduação em Ciência da informação. Rio de Janeiro, ECO/UFRJ - CNPq/IBICT, v. 1, n. 1, p. 20-24, jan./jun 1995.

⁵³⁰⁷ MARTELETO, Regina Maria. Conhecimento e sociedade: pressupostos da antropologia da informação. In: AQUINO, Mirian A. **O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especialidades**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2002, p. 101-115.

⁵³⁰⁸ FONSECA, Maria Cecilia Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005, p.58.

histórica de qualquer efeito danoso, natural ou intencional, com o intuito não só de mantê-la no presente, como de permitir sua existência no futuro.

Segundo Choay “todo artefato humano pode ser deliberadamente investido de uma função de memorial”.⁵³⁰⁹ O documento (suporte e informação) tem por finalidade provar, mas também, como um objeto de saber, um testemunho histórico, de reviver um passado, conhecê-lo e compreendê-lo. É uma construção do passado no presente.

O documento enquanto artefato e fonte de memória tem a propriedade de conservar certas informações e, por meio dessas, podemos, pesquisadores ou não, atualizar e analisar informações. Aprendemos com Le Goff que a memória tem como propriedade certas informações e nos remete, em primeiro lugar, a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. Assim, a memória é a base de todo o conhecimento, aqui entendido como patrimônio cultural da humanidade. É nela que se encontra a memória social, individual e coletiva, que assegura a reprodução dos comportamentos nas sociedades humanas.⁵³¹⁰

A memória é

[...] a correia de transmissão do **patrimônio cultural** entre as várias gerações, portanto, no tempo. A sua dupla dimensão como capacidade de reter, recuperar, armazenar e evocar informações, conhecimentos e saberes disponíveis, seja internamente, no cérebro (memória humana), seja externamente, em dispositivos artificiais (memória artificial), aponta que a Memória Social, a das experiências vividas por determinadas sociedades, não pode prescindir de ambas, como capacidade de evocação do tempo e no tempo.⁵³¹¹ (Grifos nossos).

Patrimônio cultural, material e imaterial, não pode prescindir da memória. Memória-Patrimônio-Identidade estão juntas.

O termo patrimônio, segundo Poulot define-se:

[...] ao mesmo tempo, pela realidade física de seus objetos, pelo valor estético – e, na maioria das vezes, documental, além de ilustrativo, inclusive de reconhecimento sentimental – que lhes atribui o saber comum, enfim, por um estatuto específico, legal ou administrativo. Ele depende da reflexão erudita e de uma vontade política, ambos os aspectos sancionados pela opinião pública; essa dupla relação é que lhe serve de suporte para uma representação da civilização, no cerne da interação complexa das sensibilidades relativamente ao passado, de suas diversas apropriações e da construção das identidades.⁵³¹²

De acordo com a UNESCO (2003), o patrimônio digital constitui-se como bem público e pode ser definido como:

Recursos de conhecimento ou expressão humana, seja cultural, educacional, científico e administrativo, ou abrangendo a informação técnica, legal, médica e outros tipos de informação, criados digitalmente ou convertidos de

⁵³⁰⁹ CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3. ed. Tradução Luciano Vieira Machado. São Paulo: Unesp, 2006, p. 26.

⁵³¹⁰ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

⁵³¹¹ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Movimentos Sociais, Memória e História. **Universidade e Sociedade**. Brasília, ANDES-SN, p. 185-193, 2008, p. 187.

⁵³¹² POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009, p.13.

sua forma analógica original à forma digital. [...] incluem textos, bases de dados, imagens estáticas e com movimento, áudios, gráficos, softwares, e páginas web, entre uma ampla e crescente variedade de formatos. Eles geralmente são passageiros e requerem produção, manutenção e gerenciamento intencionais para serem preservados. Muitos desses materiais são de valor e significância duradouros, e por isso constituem um patrimônio que deve ser protegido e preservado para as gerações atual e futura. Este patrimônio existe em qualquer língua, parte do mundo, e em qualquer área do conhecimento e expressão humanos.⁵³¹³

Portanto, o NEABI-UFPB reconhece que as coleções selecionadas e digitalizadas nos arquivos da Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres, em São João do Cariri, arquivo do IHGP e do Arquivo Histórico, e os vídeos-documentários com lideranças e personalidades negras da Paraíba, ativistas da luta antirracista (professoras/es, cirandeira e quilombola, jornalista, psicóloga), que nasceram no século XX e ainda vivem na Paraíba do século XXI e merecem ser conhecidas pelas gerações atuais e futuras, como patrimônio cultural afro-brasileiro.

Acervos afro-digitais e sua articulação com extensão, formação/ensino e pesquisa

Os projetos acima referenciados de extensão mantém uma política que promove a indissociabilidade entre ensino e pesquisa. Destacamos nos projetos a **relevância acadêmica**, pois o mesmo está em consonância com o **Projeto Pedagógica dos Cursos de História e Arquivologia**, no que concerne à preparação de mão de obra técnica na organização de acervos documentais, locais onde se encontram a matéria-prima – a fonte primária – do historiador/a. Essa tarefa pode ser realizada por estudantes e profissionais das áreas da Arquivologia e da História. Ao entrarmos em um arquivo para digitalizar sua documentação ela requer uma série de etapas que se revela a organização do referido acervo. Por exemplo, no projeto EAP 853, antes de digitalizarmos a documentação dos Arquivos dos Fóruns das Comarcas de Mamanguape, São João do Cariri e João Pessoa, realizamos as seguintes etapas:

1) *Localizar e selecionar* a documentação entre o universo da massa documental acumulada nos "arquivos";

2) *Identificar* a documentação (nomear, ou seja, dar um título): consiste em analisar os documentos propriamente ditos (necessidade de conhecimento de outras ciências como diplomática e paleografia);

3) *Encapilhamento*: colocar a documentação em capilhas e a identificação dos documentos nessas capilhas;

4) *Higienização mecânica*: consiste na retirada da poeira e clips ou grampos metálicos existentes na documentação;

5) *Criação do arranjo da documentação*: Trabalhar com a documentação judicial do século XIX é inédita, existe trabalhos sobre processos criminais e juízo de órfão. Mas muito pouco estudo relacionado, por exemplo, ao Juízo Comercial, que estamos localizando muitos documentos desse tipo nos 3 Fóruns que estamos trabalhando;

6) *Digitalização*: O local de digitalização é improvisado, inadequado e itinerante.

7) *Resumo de cada livro ou item documental*: sintetizar os elementos necessários para a descrição dos documentos, tais como identificar espécie\tipo documental, autoria e cargos\títulos nobiliárquicos, destinação, assunto (dispositivo), datas-limite (cronológica) e data tópica, etc.

⁵³¹³Em CAVALCANTE, Lídia Eugênia. Preservação do Patrimônio Documentário e Representação Digital. 2007. **VIII ENANCIB**, Salvador-Bahia, 2007. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/viii/enancib/paper/viewFile/2835/1963> Acesso em: 25 set. 2016.

Enfim, temos que dar uma organicidade (organizar de acordo com a relação natural entre documentos de um arquivo em decorrência das atividades da entidade) à documentação para poder digitalizar.

Ao organizar e facilitar o acesso de estudantes de História às fontes documentais procuramos construir condições para a formação de estudantes na área da pesquisa, pois a atuação junto ao acervo tem colaborado para a elaboração de trabalhos científicos nos diferentes níveis de profissionalização da comunidade acadêmica, assim como a Universidade estará prestando um serviço impagável à sociedade brasileira, em especial paraibana, mediante ao acesso ao direito à memória histórica de diferentes sujeitos sociais e as suas culturas.⁵³¹⁴

Nesse sentido, vale mencionar estudos recentes na perspectiva da *História Social da Cultura* desenvolvidos nas graduações e na pós-graduação em História, como ocorreu na Universidade Federal da Paraíba, onde foram defendidas as dissertações de mestrado de Guimarães, Alves e Cavalcante, nas quais os mestres abordaram a história da escravidão, desenvolvida em variados temas, como tráfico, família de pessoas negras, parentesco espiritual, entre outras temáticas.⁵³¹⁵

Estamos colaborando também para a formação de um grupo qualificado de estudantes, docentes, bibliotecários e arquivistas que possuem experiência com os equipamentos necessários para serem líderes na digitalização de documentos históricos no Nordeste brasileiro. Consideramos fundamental, ainda, a importância da relevância social, a partir da extensão universitária que se apresenta como “um processo educativo, cultural, científico e tecnológico que articula o ensino e pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade”⁵³¹⁶, sendo uma via de comunicação e troca de experiências entre a sociedade e as universidades, mediante atividades desenvolvidas em parceria com a comunidade externa à universidade, demonstrando, assim, o seu compromisso social. Por fim, acreditamos que com a produção de acervo documental em formato digital e divulgação e formação da comunidade acadêmica e a sociedade civil estaremos, como parte da Universidade, cumprindo o papel de produzir e difundir ciência, tecnologia e cultura compreendidas como um campo estratégico não só da produção de estudos científicos, mas também para a cidadania.

Considerações Finais

A história é análise, é crítica, é vida que flui e muda de acordo com as necessidades sociais, econômicas do presente e as aspirações e esperanças do futuro (Pierre Nora)

Com os recentes avanços tecnológicos que resultaram no intenso uso da informática na pesquisa histórica, resultando, como estamos mostrando, na digitalização de documentos

⁵³¹⁴ HOBBSAWM, Eric. **Sobre a história**. Tradução Cid K. Moreira. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 e SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, P. **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992. p. 39-62.

⁵³¹⁵ As três dissertações são as seguintes: ALVES, Solange Mouzinho. **Parentesco e sociabilidades: experiências familiares dos escravizados no sertão paraibano (São João do Cariri, 1752/1816)**. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015, CAVALCANTE, Eduardo Q. **Tecendo redes, construindo laços de solidariedade: a formação de famílias negras, a prática do compadrio e morte de escravizados e libertos no cariri paraibano (São João do Cariri, 1850-1872)**. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. E GUIMARÃES, Matheus S. **Diáspora africana na Paraíba do Norte: trabalho, tráfico e sociabilidades na primeira metade do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

⁵³¹⁶ UFPB/CONSEPE. **Atividades de extensão da UFPB**. Resolução 09/1993. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, CONSEPE. João Pessoa, PB, 1993, p. 1.

disponibilizados em acervos digitais que podem ser considerados como “lugares de memória”, expressão de Nora,⁵³¹⁷ por serem locais virtuais que acondicionam uma memória coletiva, facilitando, sobremaneira, o acesso aos documentos potencializando, a partir de uma adequada utilização de método e técnicas para tratar e analisar as fontes, a ampliação de pesquisa sobre as experiências de variados sujeitos sociais.

Os inúmeros tipos documentais com temporalidades diversas (período colonial, imperial e republicano) dos acervos digitais constituem oportunidades para construção de novas interpretações históricas, entre as quais a da população negra em diferentes temporalidades, retirando-a do “esquecimento”, dos “silêncios”, da negação de sua experiência vivida, impostos por uma tradição histórica eurocêntrica que não a considerou como agente ativa e dinâmica nas complexas relações sociais, assim como é uma possibilidade de promover o “desenvolvimento de pesquisas científicas e produção de materiais didáticos e paradidáticos que valorizem nacional e regionalmente a cultura afro-brasileira e a diversidade”, conforme previsto no Plano Nacional da Implementação da Lei 10.639 (2009).⁵³¹⁸

Nesse sentido, cumpre salientar que, desde a década de 1980, uma perspectiva teórica, a *história social da cultura* tem colaborado uma escrita da história mais ampliada, com narrativas que mostram o protagonismo do povo negro na diáspora africana. Mais recentemente, em 2003, no plano educacional, houve alteração no currículo escolar com a mudança da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), inserindo a Lei nº 10.639/03 que tornou obrigatório a “história da África e da cultura afro-brasileira”. Se considerarmos a proposta teórica e a orientação legal, observaremos a necessidade de uma revisão na história, considerando novos sujeitos, afinal como Bloch⁵³¹⁹ e Nora⁵³²⁰ destacaram o conhecimento do passado está sempre em transformação.

As fontes disponíveis na *internet*, os acervos afro-digitais, podem ser utilizadas de forma científica, criativa e inovadora, assim esperamos, para a produção de estudos históricos e de materiais didáticos para Educação Básica, incorporando em seus escritos sobre a sociedade brasileira, a experiência de vida da população negra no passado e no presente, mostrando suas contradições, percalços, sofrimentos, mas também sua participação ativa nos diferentes contextos históricos.

Finalizamos, salientando que entendemos ser importante o **trabalho técnico** (recuperação, conservação, catalogação, digitalização e disponibilização de informações em acervo digital) para visibilidade do patrimônio cultural afro-brasileiro do passado e do presente para viabilizar a democratização de acesso à memória e ampliação de pesquisas sobre sociedade brasileira, assim como do seu grupo populacional mais expressivo ao longo do tempo, qual seja, a população negra, na sua ampla diversidade e complexidade. Ainda destacamos a expectativa de que ocorra a mútua correlação de pesquisa e extensão e também que o acesso aos acervos afro-digitais gerem conhecimentos e estes sendo divulgados contribuam para que, por exemplo, que profissionais, da área da educação básica, possam integrar em suas práticas pedagógicas novos conteúdos que colaborem com a ampliação da cidadania e dos Direitos Humanos no Brasil.

⁵³¹⁷NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

⁵³¹⁸BRASIL/MEC. Plano Nacional da Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2009.

⁵³¹⁹BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001 [1ª edição 1949].

⁵³²⁰NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

**A CASA RAIMUNDO CELA E O PROCESSO DE POLÍTICAS DE CULTURA PARA AS ARTES NO
CEARÁ (1967 – 1984).**

Anderson de Sousa Silva⁵³²¹
andersonsousa87@gmail.com

Resumo: Este artigo tem por objetivo discorrer sobre a criação e a trajetória do Centro de Artes Visuais - Casa Raimundo Cella e do Salão Nacional de Artes Plásticas do Ceará, enquanto mecanismos de firmação de uma política pública das artes no Ceará. Tem-se como foco refletir sobre as relações entre Estado e cultura, que em meados dos anos 1960 se intensificou, devido à criação da Secretaria e do Conselho Estadual de Cultura, assim como a atuação de artistas e intelectuais nos órgãos vinculados a estas instituições. Utilizamos como fontes: catálogos das exposições da Casa Raimundo Cella e do Salão Nacional do Ceará; jornais e algumas edições da revista *Aspectos*, publicação quadrimestral do Conselho Estadual de Cultura, cujo propósito era relatar as atividades realizadas por aquela instituição.

Palavras-chave: Artes Plásticas, Intelectuais, Política cultural.

A criação do Conselho Estadual de Cultura, entre os anos de 1966 e 1967, sob a presidência do então secretário de cultura Raimundo Girão, marcou uma nova etapa no processo de criação de políticas públicas culturais no Ceará. Alguns indivíduos, ligados aos campos das letras e das artes, passaram a exercer cargos públicos de gestão cultural. A ideia da criação do Conselho não era tão recente. No início dos anos 1960, já havia uma forte articulação em prol da criação e regulamentação de uma instituição consultiva para os assuntos da cultura. Por problemas estruturais e técnicos, porém, o conselho não entrou em funcionamento⁵³²². Em 1963, houve uma nova tentativa de dar início às atividades da instituição. Todavia, foi com a criação da Secretaria de Cultura do Ceará, em 1966, no governo de Plácido Aderaldo Castelo, que oficialmente foi inaugurado o Conselho Estadual de Cultura.

O historiador francês Phillipe Urfalino nos auxilia a pensar e a historicizar o conceito de *política cultural* através de suas análises acerca da história das políticas culturais e, como em diferentes temporalidades, as autoridades públicas fizeram uso desse recurso para intervir nas trajetórias dos diversos grupos sociais. Urfalino atenta que é importante ter cuidado para não reduzir e simplificar a definição de política cultural, mas sim entendê-la como fazendo parte de um conjunto de ideias e valores representativos para cada Estado em seus contextos intelectuais e políticos⁵³²³. De acordo com as considerações do autor, para que a noção de política cultural seja trabalhada de forma adequada, é importante levar em consideração o debate intelectual, que de certa forma, legitima ou se atrita às ações públicas. É preciso perceber as especificidades de cada temporalidade. Desse modo, as ações da política cultural no Brasil durante o Estado Novo, por exemplo, são de matrizes diferentes das diretrizes traçadas na Ditadura Militar pós-1964. No Estado Novo, a ideia de nacionalismo

⁵³²¹ Doutorando em História (UFPE).

⁵³²² NOBRE, Geraldo da Silva. **Para a História Cultural do Ceará: O Conselho Estadual de Cultura (1966-1976)**. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1979, p. 13.

⁵³²³ URFALINO, Philippe. A História da política cultural. In: RIOUX, Jean-Pierre, SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 299.

foi o elemento norteador das políticas culturais; já na Ditadura Militar, a noção desenvolvimentista do capitalismo foi o mote condutor para uma intensificação da produção dos bens culturais⁵³²⁴.

Com relação aos artistas e intelectuais envolvidos com as instituições de cultura do estado, temos o exemplo da artista Heloisa Juaçaba, que teve uma trajetória consolidada como gestora das artes, não apenas pela idealização da Casa Raimundo Cela, mas por sua atuação nas instituições oficiais de cultura do Ceará, tendo sido diretora do Departamento Municipal de Cultura, durante a gestão do prefeito José Walter Cavalcante (1967-1970)⁵³²⁵; ficou à frente, por mais de uma década, do setor de Artes Plásticas do Conselho Estadual de Cultura; e tomou parte de várias comissões de organização e júri do Salão de Abril, entre o final dos anos 1960 e início dos 1970.

O escritor Otacílio Colares além de liderar o Serviço de Difusão Cultural do Estado, foi nomeado como conselheiro da área de cinema e passou a ser um dos redatores da *Aspectos*, revista oficial, publicada quadrimestralmente, pela Secretaria e pelo Conselho de Cultura estaduais, no qual teve por finalidade publicizar a programação, trabalhos, ideias e atividades culturais patrocinadas pelo Estado. Além de Otacílio Colares, outros intelectuais se envolveram com o Conselho, entre os quais: o escritor Braga Montenegro, que foi nomeado responsável pelo setor de Literatura; Manuel Eduardo Pinheiro Campos e Nadir Pápi de Sabóia no setor de Artes de Movimento; Orlando Vieira Leite e Wanda Ribeiro Costa no setor de Música; já a artista Heloysa Juaçaba ficou à frente da área de Artes Plásticas e o escritor Antônio Girão Barroso foi nomeado suplente⁵³²⁶.

O então secretário municipal de educação e cultura, Ernando Uchoa, construiu sua trajetória como gestor cultural, sendo nomeado, a partir de 1971, como sucessor de Raimundo Girão na Secretaria de Cultura do Estado e, conseqüentemente, tornando-se presidente do Conselho Estadual de Cultura no mesmo período. Com relação às ações planejadas e desenvolvidas pelo setor de Artes Plásticas do Conselho, compete observar a respeito da criação do Centro de Artes Visuais - Casa Raimundo Cela.

O Centro de Artes Visuais, hoje Casa de Cultura Raimundo Cela, foi fundada com a intenção de haver um espaço para todas as manifestações artísticas que trafegam e no momento transcendem o que se convencionou chamar Artes Plásticas. Contamos com grandes colaboradores, como nosso amigo baiano (meu e de Haroldo) Clarival do Prado Valadares, médico, escritor, poeta, historiador e crítico de arte, que elaborou a programação inicial da casa. Essa programação enfatizava a realização de cursos para jovens iniciantes no aprendizado da arte, palestras realizadas por artistas e críticos de arte vindo de outros estados e exposições. Alguns dos artistas e críticos de arte que aceitaram o convite do Prof. Raimundo Girão, Secretario de Cultura, foram: Clarival do Prado Valadares, José Roberto Teixeira Leite, Jacob Klintowitz, Walter Zanine, Roberto Pontual, Frederico de Moraes, Olívio Tavares de Araújo, três vezes, Valmir Ayala, Goebel Weyne (...). Desta maneira a Casa Raimundo Cela ajudou os artistas que tentavam a busca de suas identidades profissionais. A comercialização da obra de arte nesse período coincidiu com grandes transformações sociais e culturais que

⁵³²⁴ OLIVEIRA, Israel Carvalho de. **Entre a intelectualidade e o espírito: domínios da intelectualidade cearense na política cultural (1966 – 1980)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Ceará, 2014, p. 15.

⁵³²⁵ CARVALHO, Gilmar de. O voo do pássaro vermelho. In: SANTOS, Núbia Agostinha Carvalho (org). **O inventário de uma obra**. Fortaleza: Lumiar Comunicação e Consultoria, 2012, p. 17-18.

⁵³²⁶ NOBRE, Geraldo da Silva. **Para a História Cultural do Ceará: O Conselho Estadual de Cultura (1966-1976)**. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1979, p. 44-45.

ocorriam em nosso país e no mundo (...). Nosso objetivo era esclarecer as pessoas e organizar exposições para que elas vissem que estava surgindo no Ceará uma nova geração de artistas, capazes de construir uma arte comprometida, e até mesmo ousada no seu tempo. (...) A Casa Raimundo Cela realizou nove “Salão de Artes Plásticas”, e vale recordar que o primeiro Salão realizado no Colégio Militar de Fortaleza foi feito um catálogo especial, em homenagem ao Antônio Bandeira⁵³²⁷.

De acordo com o depoimento de Heloísa Juaçaba percebe-se que a criação da Casa Raimundo Cela fez parte de um investimento da Secretaria de Cultura para ampliar os espaços para as manifestações artísticas no Ceará. O diferencial da instituição foi a vinda de artistas e críticos de arte de outros polos do país, com a finalidade de elaborar um programa de atividades para a Casa. O crítico de arte Clarival do Prado Valadares elaborou, junto a Heloísa Juaçaba, o Plano Diretor⁵³²⁸ da instituição, que previa a realização de cursos, conferências e exposições, e dentre as quais um Salão Nacional de Arte. É notório o desejo de Juaçaba em dar visibilidade à produção de uma nova geração de artistas, que surgiu nesse período, e propiciar a estes o contato com o que se pensava sobre arte no Brasil. Nesse sentido, porém, é pertinente o debate acerca da intervenção do Estado na vida artística do Ceará.

Instituindo a Secretaria de Cultura, pioneira em todo o Brasil, a administração Plácido Castelo deu dimensões novas à atividade artístico – intelectual na terra cearense. O referido organismo, com poucos meses de sua implantação, já deu mostras da amplitude da sua mensagem, que é a de fazer assistidas pelo Estado todas as iniciativas de cunho cultural.

Prova eloquente da afirmativa é a instituição da Exposição coletiva que hora se inaugura na “Casa de Raimundo Cela”, órgão vinculado à citada Secretaria, através do Departamento de Difusão da Cultura.

A partir de agora, Arte e Governo estão de mãos dadas, numa obra que há de assegurar ao Ceará grandes glórias no futuro⁵³²⁹.

A apropriação do campo artístico do Ceará, pelo governo estadual, reflete uma postura política não apenas local, mas nacional. A relação entre arte e Estado, principalmente em governos militares, são acentuadas como uma busca por legitimação e reestruturação do campo cultural. De acordo com Israel Oliveira: “tanta movimentação política em um período dito de declínio nos leva a crer que o Governo Militar não estava disposto a abrir mão do controle dos espaços culturais⁵³³⁰. Percebemos esse esforço de controle, por parte do Estado, por meio das aproximações entre os órgãos federais de cultura e os estaduais. A Casa Raimundo Cela também está inserida nesta conjuntura. Em entrevista, concedida ao pesquisador Alexandre Barbalho, Heloísa Juaçaba destaca que o convite feito ao crítico de arte Clarival do Prado Valadares, para a elaboração do plano diretor da Raimundo Cela, se deu pelo fato de Valadares ser o responsável pela área de artes no Conselho Federal de

⁵³²⁷ RIBEIRO, Solon. Entrevista. In: SANTOS, Núbia Agustinha Carvalho (org). **O inventário de uma obra**. Fortaleza: Lumiar Comunicação e Consultoria, 2012, p. 39-40.

⁵³²⁸ **Relatório de atividades da Casa Raimundo Cela**, 1967.

⁵³²⁹ Texto de apresentação do **Catálogo da 1ª Mostra da Casa Raimundo Cela**.

⁵³³⁰ OLIVEIRA, Israel Carvalho de. **Entre a intelectualidade e o espírito**: domínios da intelectualidade cearense na política cultural (1966 – 1980). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Ceará, 2014, p. 28.

Cultural. Com isso, Juaçaba pretendia que a Raimundo Cela tivesse um formato que valorizasse a arte e os artistas locais, mas que esse formato já fosse conhecido e usado por boa parte do Brasil⁵³³¹.

Como já foi ressaltado, Juaçaba teve suma importância para a consagração de uma nova geração de artistas, principalmente aqueles que figuravam na Casa Raimundo Cela, que por sua vez, influenciou a formação de um mercado de arte no Ceará.

Em 1976, o crítico e jornalista Eliezer Rodrigues escreve um artigo comentando que a conjuntura favorável à criação de galerias no Ceará começou com a Raimundo Cela, com o auxílio de Heloísa Juaçaba que, em seu trânsito na alta sociedade cearense, vem atraindo consumidores de arte, principalmente para os artistas ligados à Secretaria de Cultura. Juaçaba exerce, dessa forma, um poder de *consagração* junto aos artistas da Raimundo Cela⁵³³².

Como o trecho informa, Juaçaba foi uma mulher das elites, sua fluida circulação nos meios políticos, econômicos e da alta sociedade cearense, a levou a emprestar seu capital simbólico, impulsionando a divulgação e venda das obras dos artistas, potencializando um mercado de arte ainda embrionário. Jean François Sirinelli destaca a atuação das elites culturais no campo da arte e da cultura. Primeiramente, o autor faz uma diferenciação entre criadores e mediadores culturais, sendo os primeiros responsáveis pela criação artística e os últimos aqueles que contribuem, fazendo uso de suas influências, para difundir o trabalho dos criadores. Muitas vezes, esses mediadores se tornam uma elite cultural com fortes relações com os poderes públicos locais⁵³³³.

A partir das ponderações de Sirinelli, analisamos o lugar de Heloísa Juaçaba como uma mediadora que passou a tomar parte de uma elite cultural de Fortaleza, lançando mão dos acessos aos meios do poder, tanto econômicos quanto políticos, para dar visibilidade a produção dos artistas da Casa Raimundo Cela.

Nesse contexto, de idealização de instituições para a formação de novos artistas locais e de uma forte intensificação das políticas públicas de cultura, surgiu à primeira edição do Salão Nacional de Artes Plásticas do Ceará.

Expedimos cartas para todas as secretarias de cultura do Brasil. O Rio de Janeiro participou em peso, seus melhores gravadores compareceram ao Salão. Tivemos representantes do Amazonas, Acre, Paraíba, de todos os estados do Brasil vieram quadros. Eram caixas e mais caixas chegando (...). Quando nós abrimos os olhos eu disse: dona Heloysa onde é que nós vamos fazer esse Salão? Aqui ele não cabe. E ela: Pronto, Félix, o que é que nós vamos fazer? Eu disse-lhe: Só tem um lugar, o Colégio Militar, que parece que é grande e tem aquelas salas cumpridas, imensas. Fomos até o comandante, ele achou a ideia maravilhosa e cedeu o prédio do Colégio Militar; onde aconteceu o primeiro Salão Nacional de Artes Plásticas do Ceará, em 1967. (...) Outra dificuldade: convidar os críticos de fora para os trabalhos de julgamento e premiação. Decidiu-se pelos nomes de Clarival do Prado Valadares, José Roberto Teixeira Leite; este um

⁵³³¹ BARBALHO. Alexandre Almeida. **Relações entre Estado e Cultura no Brasil**: A Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (1966 – 78). Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará, 1997, p. 169.

⁵³³² BARBALHO. Alexandre Almeida. **Relações entre Estado e Cultura no Brasil**: A Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (1966 – 78). Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará, 1997, p. 175.

⁵³³³ SIRINELLI, Jean François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre, SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 261-272.

dos maiores críticos do Rio de Janeiro, que dividiram os trabalhos com dois representantes locais (...). Este Salão ficou um mês em exposição, com uma segurança total de soldados, exigindo documentação dos visitantes. Foi uma boa divulgação da Secretaria de Cultura do Ceará e os seus artistas. Clarival me convidou para expor no Rio de Janeiro, na Galeria Goeldi, uma galeria muito conceituada que ele dirigia, na Rua General Osório, em Ipanema. Por seu intermédio, eu fui expor pela primeira vez no Rio de Janeiro. Ele convidou outros artistas também. Clarival editava nesta galeria os “Cadernos Brasileiros”. Por conta desta publicação a galeria foi fechada pelos militares, durante a revolução⁵³³⁴.

Este fragmento, de uma entrevista concedida pelo artista Tarcísio Félix a Dodora Guimarães, evidencia o empenho em divulgar a primeira edição do certame para os outros estados do país, através do envio das cartas para as respectivas secretarias de cada estado. É importante atentar para a vinda de renomados críticos de arte para compor a comissão de julgamento e premiação dos trabalhos expostos, pois, a partir disso, identificamos uma rede de relações tecidas em torno do Salão Nacional. Clarival do Prado Valadares, por exemplo, conheceu o trabalho dos artistas cearenses e convidou alguns destes para expor na galeria em que assumia o cargo de diretor no Rio de Janeiro, provavelmente uma experiência que possibilitou a ampliação da atuação desses indivíduos no circuito artístico brasileiro. É pertinente pesquisar os posicionamentos políticos desses críticos de arte, levando em consideração que a galeria de Clarival do Prado foi fechada, no período da Ditadura Militar, devido as suas publicações. Este acontecimento nos conduz a pensar no papel do crítico de arte ao tomar parte como membro de uma comissão de júri de um Salão de Artes promovido por um governo vinculado a um regime ditatorial.

Convém refletir sobre os espaços artísticos e suas imbricações com os contextos político e social de um determinado período. Neste caso, trata-se de 1960 a 1980, em que o Brasil viveu a Ditadura Militar. Para Renato Ortiz, o pós-1964 provocou transformações no Brasil não apenas em sua esfera política, mas também na econômica e cultural. Ortiz realça que houve um considerável desenvolvimento econômico no país, que provocou a consolidação de um mercado de bens materiais, e de forma correlata, o desenvolvimento de um mercado de bens culturais amparados por políticas governamentais⁵³³⁵. A partir dessa perspectiva, pensamos nas instituições artísticas do Ceará como sendo integrante dessa dinâmica de apropriação, por parte do Estado, do campo cultural.

Aí está o 1º Salão Nacional de Artes Plásticas do Ceará. É uma iniciativa sem dúvida arrojada, que requereu muita canseira, exigiu grande dose de idealismo e capacidade de realização dos seus organizadores (...). A Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, pelo Departamento de Difusão da Cultura, ao qual está vinculada a “Casa de Raimundo Cela”, promotora da mostra, pode dar-se por satisfeita com o êxito da empreitada. Ao primeiro Salão ocorreram artistas de todas as tendências, de todos os gêneros de realização pictórica, numa distribuição de pujança latente, à qual faltava tão somente o estímulo tão necessário. Poderemos dizer que, não fora a existência da Secretaria de Cultura, não seria possível uma realização de tal porte, reunindo mais de duas centenas de obras de autores cearenses, de diversos

⁵³³⁴ GUIMARÃES, Dodora. Heloysa Juaçaba. A pintora, a colecionadora, a animadora cultural. In: SANTOS, Núbia Agostinha Carvalho (org). **O inventário de uma obra**. Fortaleza: Lumiar Comunicação e Consultoria, 2012, p. 85.

⁵³³⁵ ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 84-85.

Estados da Federação e até mesmo do exterior. As artes não prescindiram jamais do Poder Público (...). O Governador do Estado, dr. Plácido Aderaldo Castelo, o Secretário de Cultura, professor Raimundo Girão, e os responsáveis pela realização do 1º Salão Nacional de Artes Plásticas agradecem, em nome dos artistas cearenses, a todos aqueles que de outras unidades do país mandaram a sua nota ponderável e valiosa de presença⁵³³⁶.

Os trechos do catálogo do 1º Salão Nacional do Ceará evidencia a participação do Governo Estadual, por meio da Secretaria de Cultura, na organização do certame. As personalidades políticas do período, tais como o governador e o secretário de cultura, são mencionados como aqueles que exercem a função de estar à frente dos assuntos de interesse do Estado. O setor cultural passa a ser visto como uma área estratégica para receber investimentos, e, conseqüentemente, a criação de um Salão Nacional serviu como um meio de destacar, para outras regiões do Brasil, as políticas em prol do desenvolvimento artístico no Ceará. Entre o final dos anos 1960 e início dos 1970 foi crescente a criação de novos Salões e exposições de artes, promovidos por órgãos estaduais e municipais, entre os quais pode ser ressaltado: o *Salão dos Novos*⁵³³⁷, patrocinado pelo Departamento de Turismo da Prefeitura; *Exposição de Arte Infantil*⁵³³⁸, também promovida pelo Departamento de Turismo da Prefeitura, e destinada aos alunos da rede municipal de ensino; *Salão de Arte Fotográfica*⁵³³⁹, organizado pelos alunos do curso de Fotografia do Cinema de Arte Universitário (C.A.U); além do já legitimado *Salão de Abril*, apropriado pela Prefeitura de Fortaleza desde 1964⁵³⁴⁰. A presença de autoridades políticas na abertura dessas mostras reforçam a ideia de uma política de artes “amparada” pelo Estado.

Com a presença do governador César Cals e inúmeras autoridades culturais do Estado, artistas cearenses e de outros Estados, foi aberto ontem às 20h30min, na Casa Raimundo Cela, o Salão Nacional de Artes Plásticas, promovido pela Secretaria de Cultura e Promoção Social, sob a coordenação da sra. Heloysa Juaçaba.

O Salão reuniu mais de 40 trabalhos, tendo sido selecionados 79 obras que receberam a consideração especial do crítico de arte Olívio Tavares da Editora Abril. Aos melhores trabalhos, a Secretaria de Cultura ofereceu prêmios que variam de 4 a 2 mil cruzeiros⁵³⁴¹.

A manchete do trecho da matéria, acima transcrita, destacou a presença do governador na abertura da exposição: “Governador na abertura do Salão Nacional de Artes Plásticas”. Cabe pensar sobre os múltiplos usos da imprensa, inclusive servir como veículo de divulgação dos feitos do Estado. Percebe-se que com um título desses, a ideia não era apenas informar sobre a abertura do Salão, mas principalmente mencionar, de forma valorizada, a presença do governador César Cals e das chamadas autoridades da cultura. A participação dos artistas do Ceará e de outros estados, assim como a premiação destes fazia parte de um programa de governo.

⁵³³⁶ **Catálogo do 1º Salão Nacional de Artes Plásticas do Ceará**, Setembro de 1967.

⁵³³⁷ *Unitário*. 30 expositores no II Salão dos Novos, 04 de outubro de 1969, p. 4.

⁵³³⁸ *Correio do Ceará*. Exposição de arte infantil será aberta domingo, 06 de outubro de 1969, p. 2.

⁵³³⁹ *Gazeta de Notícias*. Um Salão de Arte fotográfica, 09 de dezembro de 1973, p. 7.

⁵³⁴⁰ Ver: SILVA, Anderson de Sousa. **O Salão de Abril em dois momentos**: Sociedade Cearense de Artes Plásticas (SCAP) e Prefeitura Municipal de Fortaleza (1944-1970). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2015.

⁵³⁴¹ *Tribuna do Ceará*. Governador na abertura do Salão Nacional de Artes Plásticas, 13 de setembro de 1973, p. 4.

No âmbito do Salão Nacional do Ceará, houve conflitos entre as antigas e novas gerações de artistas. Heloisa Juaçaba, enquanto diretora da Raimundo Cella e organizadora do Salão Nacional, foi uma das responsáveis pela emergência de jovens artistas, que estabeleceram uma linha de ruptura com as gerações passadas, principalmente com os artistas oriundos da Sociedade Cearense de Artes Plásticas (SCAP), que marcaram a história da arte cearense entre os anos 1940 e 1950. Esses jovens artistas foram conhecidos com a “Geração Dourada”, entre os quais podem se destacar: Descartes Gadelha, Aderson Medeiros, Kleber Ventura, Sérgio Pinheiro, Roberto Galvão, Tarcísio Félix, Sergei de Castro, Bené Fonteles, entre outros⁵³⁴².

Lançando mão ao conceito de *geração* como instrumento de análise, percebemos que os novos usos e interpretações de tal noção, no campo historiográfico, têm ajudado no que se refere a compreender os processos geracionais. O sociólogo Karl Mannheim, frisa que o problema das gerações “é um dos guias indispensáveis à compreensão da estrutura dos movimentos sociais e intelectuais”⁵³⁴³. O autor, porém, aponta alguns problemas com relação às gerações. Em primeiro lugar, é importante levar em consideração que nem sempre uma geração tem consciência de sua unidade, sendo que os vínculos existentes não resultam, necessariamente, na formação de um grupo com objetivos específicos claros. Nesse sentido, convém identificar as interações sociais e a participação comum num dado processo histórico, no âmbito de uma geração, ou seja, sujeitos que pertencem a um mesmo grupo social e compartilham de experiências similares, manifestando, a partir disso, suas tomadas de posições.

Angela de Castro Gomes também nos dá alguns direcionamentos com relação às gerações. Para a autora “uma geração só ganha significado próprio quando remetida a relações com outras gerações”⁵³⁴⁴. Como se configurou as relações entre as diferentes gerações no Salão Nacional do Ceará? De que forma cada geração ou grupo de artistas se percebeu e construiu sua identidade nesse cenário? E quais foram os meios utilizados por estes grupos para “demarcar” seus espaços já conquistados ou a serem conquistados? De um lado, uma geração mais experiente, vista por muitos como já “consagrada”; do outro, jovens artistas iniciantes, que, em alguns momentos, tinham por referência e buscavam se espelhar na geração tida como consagrada e, em outros momentos, vislumbravam algo novo, novas concepções de arte. É nessa mescla entre distanciamentos e proximidades que o Salão também serviu como palco de disputas e tensões.

Um exemplo ilustrativo dessas tensões se deu na segunda edição do Salão Nacional do Ceará. Os artistas Estrigas e Nice retiraram seus trabalhos do certame como um protesto contra supostas irregularidades cometidas pelos organizadores do Salão de 1969⁵³⁴⁵. Consultado o catálogo desta edição, verificamos que os premiados foram artistas da nova geração: Tarcísio Félix (Prêmio Raimundo Cella); Marcos Francisco Cavalcante Alcântara (1º Prêmio de Pintura); Descartes Gadelha (2º Prêmio de Pintura); Ruth Bessoudo Courvoisier (1º Prêmio de Gravura); Kleber Ventura (2º Prêmio de Gravura); Ruth Werneck Cortês (1º Prêmio de Desenho); Maria Carmen (2º Prêmio de Desenho). Percebemos a ausência, nas premiações, de artistas que fizeram história na época SCAP, como foi o caso de Estrigas e Nice. Estrigas procurou a imprensa para expor sua insatisfação não apenas por não ter sido premiado, mas pela própria escolha da comissão julgadora, presidida, na edição em questão, pelo crítico de arte Roberto Pontual.

⁵³⁴² CARVALHO, Gilmar de. O voo do pássaro vermelho. In: SANTOS, Núbia Agostinha Carvalho (org).

O inventário de uma obra. Fortaleza: Lumiar Comunicação e Consultoria, 2012, p. 16-17.

⁵³⁴³ MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In FORACCHI, M.M. (Org.), **Mannheim**, Coleção Grandes Cientistas Sociais, 25. São Paulo: Ed. Ática, 1982, p. 71.

⁵³⁴⁴ GOMES, Angela de Castro. **História e historiadores.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 41.

⁵³⁴⁵ **Gazeta de Notícias** – Coluna Balaio/Artes plásticas. Artistas retiram seus trabalhos do II Salão, 04 de novembro de 1969.

O pintor Estrigas, que retirou seus trabalhos ontem à tarde, declarou a GN que “há possibilidade de se anular o regulamento do Salão não somente através da comprovação das denúncias sobre existência de fraude na escolha da comissão julgadora – denúncias que devem ser examinadas pelas autoridades culturais –, como também pelo desrespeito as normas do Regulamento”. (...) O Poeta Otacílio Colares, da Secretaria de Cultura do Estado, disse que os descontentes com a classificação dos premiados do II Salão Nacional de Artes Plásticas do Ceará, têm a disposição o livro de ata da Mostra, no qual os membros da Comissão Julgadora apresentam suas razões, pelos votos dados aos laureados. A inclusão de um ligeiro arrazoado dos membros da Comissão foi feita pela primeira vez num Salão de Arte de Fortaleza por exigência do crítico Roberto Pontual, que presidiu os trabalhos. O renomado crítico nacional explicou sua exigência pelo fato de no sul do país já vir ocorrendo aquela orientação nas exposições de arte. Frisou o poeta Otacílio Colares que o julgamento foi entregue a uma comissão em que figuravam dois críticos escolhidos pelos próprios expositores e intelectuais designados pelo Conselho Estadual de Cultura⁵³⁴⁶

O conflito entre Estrigas e os organizadores do II Salão sinalizou um possível embate entre os artistas e os gestores da cultura, no qual, segundo o sociólogo da arte Howard Becker, os interesses do Estado não condizem, necessariamente, com os dos artistas⁵³⁴⁷. Enquanto Estrigas se preocupou em defender os seus interesses, pois se sentiu prejudicado pelas decisões da comissão julgadora da mostra, a fala de Otacílio Colares foi estritamente institucional, alegando que as escolhas tomadas partiram de critérios estabelecidos e discutidos por intelectuais designados pelo Conselho Estadual de Cultura.

Esses intelectuais, que atuaram ativamente nessas instituições, passaram a ter posicionamentos na sociedade, não apenas mais pelo uso da palavra (suas produções e escritos), mas do mesmo modo pelas funções para as quais foram nomeados a desempenhar em tais instituições vinculadas à Secretaria de Cultura do Ceará, sendo que suas atuações neste meio implicaram na legitimação daqueles que estavam à frente do poder político, como por exemplo, o governador Plácido Aderaldo Castelo.

É pertinente ponderar que esses intelectuais foram convidados a assumir gestões públicas na área da cultura não somente devido as suas experiências e especialidades nesses setores, mas também por seus círculos de relações, como foi o caso de Heloisa Juaçaba. Do mesmo modo, ocorreu com Otacílio Colares, que devido a sua trajetória como escritor, crítico e jornalista, foi chamado a assumir o Departamento de Difusão Cultural.

Em suma, esta pesquisa, referente a um trabalho de doutorado, encontra-se em sua fase inicial, sendo ainda necessário o acesso a outras fontes e a maturação destas para o aprofundamento das análises e problematizações expostas e propostas neste texto.

⁵³⁴⁶ **Gazeta de Notícias** – Coluna Balaio/Artes plásticas. Artistas retiram seus trabalhos do II Salão, 04 de novembro de 1969.

⁵³⁴⁷ BECKER. Howard S. **Mundos da Arte**. Lisboa: Livros Horizonte, 2010, p. 152.

VISÕES SOBRE A MIGRAÇÃO CEARENSE PARA A AMAZÔNIA E A PRODUÇÃO INTELECTUAL DE EUCLIDES DA CUNHA E RODOLFO TEÓFILO

*Bruno de Brito Damasceno*⁵³⁴⁸
brunobdamasceno@gmail.com

Resumo: O presente trabalho procura discutir a migração cearense para a Amazônia na passagem do século XIX para o século XX a partir dos escritos de Rodolfo Teófilo (1853-1932) e Euclides da Cunha (1867-1909). Pensar a migração cearense a partir da produção destes escritores possibilita estabelecer paralelos entre suas experiências sociais, permitindo entender a emergência do lócus social e em quais bases se realizava a circulação das ideias científicas de fins do século XIX. A construção da experiência da migração pelos círculos letrados era marcada por visões em disputa, pautadas numa dicotomia de prisão/liberdade, aonde as representações sobre o espaço cearense vinham, por um lado, marcadas pelo caráter de pobreza e carência de recursos para sobrevivência cotidiana, tendo como única solução a migração, e por outro lado, a conseqüente partida do torrão natal significando uma expatriação desnecessária, posto que o local de destino, a Amazônia, seria pior em termos e sólido e desestruturação identitária. Euclides e Teófilo que promovem uma crítica contundente a ação do Estado sobre os migrantes (imposição de péssimas condições de viagem, falta de assistência no local de chegada), possuem certa divergência quanto à margem de atuação dos indivíduos que se deslocam, uma vez que para Euclides os migrantes teriam total entendimento de ter sido uma escolha pessoal estarem na Amazônia, já para Teófilo estes teriam, em maior parte, sido enganados pelas propagandas realizadas no território cearense pelos tão conhecidos “paroaras”. Como fontes de referência estão obras **À margem da história** (1909), de Euclides da Cunha e **O Paroara** (1899), de Rodolfo Teófilo, em articulação com a produção escrita em jornais e revistas literárias do período e os documentos produzidos pelos governos do Ceará.

Palavras-chave: migração; Amazônia; Euclides da Cunha; Rodolfo Teófilo.

1. A migração e os círculos letrados

Na avenida:
___ De onde vens assim tão amarelo.
___ Do Amazonas.
Vens de vez?
Não; venho maduro...⁵³⁴⁹

Este pequeno chiste, apresentado na edição de nº 4 da Revista Literária “O Pão” de 13 de Novembro de 1892, permite pensar uma das maneiras como a migração para a Amazônia era percebida na sociedade fortalezense. O migrante é comparado a uma fruta. Da mesma maneira que esta, o migrante cearense passa por uma transformação, todavia em bases invertidas: enquanto nas frutas a passagem do verde-amarelo representa a transição entre o estado de ser em potencia para o “estado perfeito” ao consumo; já o migrante deixa o Ceará, ainda verde, possuidor de saúde física e mental, e ao retornar aparece transformado em um ser amarelo, depauperado pelas doenças que marcam a cor de sua pele, inserido numa lógica de trabalho que o impede de retornar permanentemente ou “de vez”, tendo como pagamento as experiências que o deixam “maduro”.

⁵³⁴⁸ Mestrando em História - Universidade Federal do Ceará (UFC)

⁵³⁴⁹ Sem título. **O Pão** Da Padaria Espiritual. Ano 1, numº 4, p. 3. Ed. Fac-sim. Fortaleza: Academia Cearense de Letras; Edições UFC, 1982.

A passagem acima expõe que a questão migratória fazia parte do cotidiano da população⁵³⁵⁰ enquanto problema, exigindo, portanto, a construção de explicações de suas motivações e consequências. Para os homens letrados do século XIX, que se consideravam os únicos capazes de formular um entendimento da situação, o problema da migração cearense estava diretamente ligado à ocorrência das secas que assolaram o território do Estado⁵³⁵¹. Uma ligação mimética entre seca e migração representava, sobretudo, a busca de explicação deste fenômeno por aquele, que devido às últimas experiências sociais, havia transposto, na percepção dos segmentos urbano, da condição de natural para de problema científico. Pretendia-se que as explicações fossem deslocadas do âmbito religioso para o científico, tendo como parâmetros os modelos europeus. Não se pode desconsiderar, no entanto, que as relações entre saber popular e ciência, e entre ciência de base europeia e as peculiaridades locais, foram marcadas por aproximações e distanciamentos, sobretudo quando considerada a questão da degeneração racial em um espaço formado, em sua maioria, por mestiços⁵³⁵².

Para Euclides da Cunha (1867-1909) as crenças religiosas da população pobre estariam relacionadas, como as demais características dos mestiços, ao isolamento físico em relação ao litoral, e, em consequência, ao seu estágio inferior de desenvolvimento. Uma vez que seriam incapazes de entender e construir um saber mais sofisticado, estes indivíduos acabavam por pautar suas condutas em “superstições”, que no espaço do sertão possibilitava-os amparo ante a pressão exercida pela terra, mas que sob a ação da civilização estavam fadadas a desaparecer. Diz-nos Euclides

Imóvel o tempo sobre a rústica sociedade sertaneja, despeada do movimento geral da evolução humana, ela respira ainda na mesma atmosfera moral dos iluminados que encaçavam, doidos, o Miguelinho ou o Bandarra. Nem lhe falta, para completar o símile, o misticismo político do sebastianismo.⁵³⁵³

Por sua vez Rodolfo Teófilo (1853-1932) observa que a crença no poder divino fazia com que os homens esquecessem as mazelas causadas pela seca. Entendia ainda que na relação sertanejo-seca, especialmente para o cearense, dentro da lógica do determinismo biológico, a ocorrência desta infringia ao cearense o incentivo necessário para despertar “instintos atávicos” que se encontravam adormecidos, recebidos de sua matriz aborígene, logo o cearense seria um “migrante por natureza”. O escritor trabalha esta noção no

⁵³⁵⁰ Esta questão pode ser percebida ante a divulgação realizada pelos jornais locais da quantidade de pessoas embarcadas a cada navio que partia do porto de Fortaleza. Como exemplo o jornal A Republica traz a relação de embarques do dia 21 de março de 1898 “com destino ao Norte embarcaram hontem no vapor ‘Bragança’ 116 pessoas e no ‘Espírito Santo’ 688. Neste mez tem seguido para aquellas regiões 2302 pessoas”. Emigração. **A República**. Fortaleza (CE), 22 de março de 1898, p.1, col.1.

⁵³⁵¹ A historiadora Ivone Cordeiro Barbosa ao trabalhar as múltiplas interpretações sobre o sertão, ao deter-se nos anos finais do século XIX, faz-nos lembrar que a maioria dos literatos, identificados como pertencentes à Geração de 1870, conheciam apenas a seca por relatos orais e estudos. Então, diante a sensação de estranhamento que a seca de 1877 produz, há necessidade de criar-se um entendimento plausível para o fato. O que faz com que este tomasse uma dimensão ampliada em seus relatos, acrescida que o testemunho ocular amplia em suas obras o senso de realidade. BARBOSA, Ivone. **Sertão um Lugar Incomum**: O sertão do Ceará na literatura do século XIX. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.

⁵³⁵² Na discussão sobre ciência racialista do século XIX, Schwarcz lembra-nos o qual difícil fora para a intelectualidade trabalhar a condição da mestiçagem, e deixa claro que a parte do que se divulga, as teorias “tupiniquins” moldaram-se a realidade local: “O que interessava não era recordar o debate original, (...) mas, antes, adaptar o que ‘combinava’ (...) e descartar o que de alguma maneira soava estranho, principalmente quando essas mesmas teorias tomavam como tema os ‘infortúnios da miscigenação.’” (grifo nosso). SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: companhia das Letras, 1993, p. 41.

⁵³⁵³ CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Vol. I. São Paulo: Três, 1973, p. 152. (1ª ed. 1902)

conjunto de suas obras, mas na descrição da personagem João das Neves de “O Paroara”⁵³⁵⁴ (1ª ed. 1899) a vontade intransigente do cearense em deslocar-se, podendo deixar, inclusive, desamparados os familiares, é apresentada de maneira mais clara. Argumenta Teófilo que:

O nomadismo da raça vermelha, transmitido por atavismo à população mestiça, a qual constitui talvez quatro quintos dos habitantes do Ceará, é fator principal do despovoamento da terra cearense. Este instinto de vagabundagem inato do mestiço é alimentado por causas secundárias, entre as quais as secas e as irregularidades das estações ocupam o primeiro lugar.⁵³⁵⁵

O tipo de relação construída entre homem-terra, para os segmentos letrados, explicariam as possíveis motivações de uma migração para a Amazônia. Todavia não havia concordância sobre qual ação seria melhor a esta população, se ficar ou partir, formando assim uma disputa entorno de qual seria o discurso hegemônico e “verdadeiro” sobre o ato de migrar no Ceará. O grupo desfavorável à migração⁵³⁵⁶ imprimia uma carga de intensa negatividade a esta saída cearense. Baseando seus discursos na necessidade de fixação do homem a terra, chegavam a apelar a um espírito de nacionalismo-regionalismo. Apresentavam que havia soluções para as dificuldades vividas na permanência, desde que deixassem de ser “descuidados com o futuro”, ou seja, tivessem em mente as ideias de economia em pauta nas tendências mundiais, aceitassem os novos tempos. Uma vez que a ida a Amazônia apenas legaria ao migrante a doença, deixando o “amarelo”, ou a morte, “vencido na titânica e feroz luta de desbravar as entranhas do assassino e traiçoeiro Amazonas”⁵³⁵⁷.

Segundo os posicionamentos deste grupo a ocorrência da seca repercutia de maneira negativa na administração do Estado. Primeiro impedia que se pudesse imprimir uma dinâmica de desenvolvimento econômico contínuo, devido às quedas nos cultivos dos gêneros alimentícios e necessidade de importação, ocasionando um aumento das despesas públicas. Segundo pela perda de mão de obra para demais regiões do país, a qual no período de “inverno” não retornava, como apresentado no jornal “A República” em 1º de abril de 1898 “É um horror! Ficamos sem braços”⁵³⁵⁸. As medidas a serem tomadas pela administração como maneira de sanar os efeitos da seca deveriam ser marcadas por um duplo suporte: uma voltada à abertura de postos de emprego para a população e outro a construção de açudes. Medidas que permitissem a fixação do homem a terra.

⁵³⁵⁴ O romance acompanha a trajetória de vida de João das Neves, agricultor pobre da região do Quixadá, que diante aos revesses financeiros vividos decide emigrar para a Amazônia, horizonte de riqueza e abundância no período. A narrativa é desenvolvida em terceira pessoa, com narrador onisciente, que em determinadas situações evita nomear lugares e pessoas, para não identificar alguns personagens reais. Esse caminho permite ao autor operacionalizar seu objetivo com o romance: promover uma denúncia das arbitrariedades realizadas pelo governo do Estado com relação à população local, levando-os a realizar a migração para a região amazônica. Rodolfo Teófilo estrutura o romance a partir de uma temporalidade linear, com preocupação na marcação do tempo físico e natural, buscando estabelecer uma relação de sobreposição entre o tempo da experiência e o tempo narrado. A ficção serve como forma de informar e educar a posteridade, explorando um universo de sensações e sentimentos vivenciados, que não poderiam ser percebíveis na formalidade dos relatórios e das obras científicas.

TEÓFILO, Rodolfo. **O Paroara**: romance. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social, 1974.

⁵³⁵⁵ TEÓFILO, op. cit., p. 100.

⁵³⁵⁶ Neste grupo podemos incluir aqueles indivíduos que tinham uma postura extremamente crítica em relação à administração pública do Estado, tais como Antonio Bezerra, Antonio Sales, e enquanto objeto deste trabalho, Rodolfo Teófilo.

⁵³⁵⁷ João Pimenta Filho. Fortaleza. **Revista Litteraria, filosofica, scientifica e comercial**. Anno I, nº 1 (6 de outubro de 1906), p. 8. Ed. Fac-sim. Fortaleza, FWA, 2009.

⁵³⁵⁸ São Francisco. **A República**. Fortaleza (CE), 01 de abril de 1898, p.1, col.1.

Por outro lado existiam aqueles que apoiavam a migração dos cearenses. Para os homens de Estado seria a possibilidade de desafogar os cofres públicos. Vislumbravam que o Estado seria incapaz de lidar com as demandas mínimas para manutenção da sobrevivência dos migrantes em potencial, sendo capaz somente de promover o deslocamento deles para outros lugares, como nas palavras do Presidente Pedro Borges⁵³⁵⁹ em 1901:

Enquanto não são decretadas as medidas cuja execução depende do tempo, e que não podem remediar com urgência a situação penosa da população advéncia que se acumula na capital, a providência que pode ser tomada, no momento, é facilitar a sua saída, promovendo activamente a emigração para o Amazonas e Pará⁵³⁶⁰

Frederico Neves já destacara o quanto esta postura “beneplácita” do Estado mostrava sua face negra. A tentativa de desfazer-se de um problema que não tinha solução imediata explicita que “tudo parece crer que a política de migração para o Norte foi uma estratégia governamental para desafogar os equipamentos urbanos da enorme pressão exercida pelos milhares de retirantes sem tetos, sem alimento, sem saúde”⁵³⁶¹.

Na fala dos letrados que apoiavam a migração, a terra natal, para os pobres, representava a prisão a qual estavam submetidos. Sem acesso as condições mínimas de subsistência, obrigados a condições desumanas de tratamento, onde os políticos pouco ou nada faziam por eles. Entendiam ainda que tais indivíduos viam-se impelidos a migrar, a mudar esta realidade penosa, a transpor as barreiras do sofrimento em busca da felicidade, trazer liberdade a um espírito que fora criado para “fazer o futuro pelo trabalho”, que não poderia esperar a morte chegar de “mãos atadas”.

E nesta pretensão de uma vida melhor, que o Ceará não atendia mais, tanto entusiasmo fez ao homem pobre cearense a figura do paroara⁵³⁶². As demonstrações de “riqueza” por parte destes indivíduos contribuíram para forjar no imaginário popular a ideia do pomposo e redentor “Eldorado”. Este indivíduo representaria ainda ter preocupação maior que os donatários do poder, mostrando como conseguir o futuro. Teófilo apresenta a perturbação que a chegada e a estadia de José Simão (paroara) causaram no sertão onde morava João das Neves, e o maravilhar ante a promessa de sucesso:

A fatura do Amazonas debaixo do ponto de vista da alimentação e mais ainda a diária de vinte mil réis aos maiores preguiçosos, teve um efeito sugestivo tal sobre os homens que ouviram o paroara, que este ao terminar a narrativa, sem lhes dirigir o menor convite já os tinha prontos para seguirem para o Amazonas⁵³⁶³

O discurso favorável à migração, desse modo, dava a entender que por meio desta o homem pobre podia ter possibilidade de ver reafirmada sua liberdade. A ida para uma terra que lhe oferecia todas as condições para o crescimento material, restituía-lhe a possibilidade

⁵³⁵⁹ A aparente contradição em se relacionar os discursos favoráveis e contrários à migração do Presidente Pedro Borges necessita de algumas reflexões. Primeiro, que como chefe administrativo do Estado necessitava conviver com as opiniões conflitantes e a partir delas buscar soluções. Segundo, que a discussão sobre migração sempre trazia este caráter ambíguo. Sabia-se que o movimento migratório tinha seus pontos positivos e negativos e a adesão a um lado significava explicitar os interesses que se defendia, seja do Ceará enquanto estado administrativo ou o Ceará como espaço social que buscava uma identificação cultural coesa.

⁵³⁶⁰ Mensagem do Presidente do Estado do Ceará em 1901, p. 28. Disponível em: WWW.CRL.EDU/CONTEST/PROVODEN.HTM. Pesquisado em 10 de Outubro de 2015.

⁵³⁶¹ NEVES, Frederico de Castro. **A Multidão e a História**: saques e outras ações de massa no Ceará. Relume Dumará, Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.

⁵³⁶² “Paroara” seria o migrante que retornava a seu lugar de origem para promover a arregimentação de conterrâneos para o trabalho nos seringais.

⁵³⁶³ TEÓFILO, op. cit., p.108.

de se auto-gerir. Não importaria os interditos que fizessem, as súplicas utilizadas, a decisão firmada não sairia da cabeça, “a idéia de adoecer por lá, de morrer mesmo, nem sequer lhes incomodava o espírito”⁵³⁶⁴.

2. Teófilo, Euclides e a Migração

Ante a consumação da migração Rodolfo Teófilo sentia-se fortemente incomodado. Era um dos que defendia a permanência do cearense na terra. Estabeleceu atritos fortíssimos com aqueles que apoiavam a emigração e explicitou o caráter ambíguo que a migração representava. Enquanto os favoráveis à migração viam-na como um movimento do “cativeiro para a liberdade”, Teófilo pensava-a na lógica oposta, na medida em que o cearense transformado em migrante “comprava um bilhete para a escravidão”, na qual lhe incomodaria as saudades dos familiares e da natureza na qual nasceu e que formou sua personalidade, e o convívio com uma cultura estranha lhe traria apenas o definhamento do corpo e do espírito. Teófilo estabelecia ainda uma crítica contundente ao Estado, uma vez que este havia negligenciado o bem comum em favor dos interesses individuais de seus líderes. Um crime social para ele ainda maior em virtude das características que a população possuía, já que para o estado poder alcançar uma condição de progresso material e intelectual era necessária a ação de tutoria do governo por meio de suas políticas públicas, educando a população pobre para as nefastas consequências da migração para a Amazônia.

Euclides da Cunha também colocava suas ressalvas em torno da migração⁵³⁶⁵, destacando, sobretudo, as relações de trabalho no interior dos seringais. Uma estrutura de trabalho escravo, que abandonou o relho e o grilhão, mas que manteve o tolhimento as liberdades, onde ao indivíduo era negado, inclusive, o benefício da terra que ocupava, contribuía para ampliar a crescente decepção de Euclides com os rumos da República. Tratar deste modo ao trabalhador nacional significava para ele um impedimento a consolidação do país enquanto nação, por isso seu brado de indignação, que clama pela necessidade de promoção por parte do Estado de políticas públicas que permitissem salvaguardar a existência destes homens na região, tanto pela aplicação de uma lei do trabalho que regulasse a relação seringueiro-patrão e promovesse, em alguma medida, a fixação do homem a terra⁵³⁶⁶.

Analisando o conjunto da obra de Euclides da Cunha e Rodolfo Teófilo percebemos que eles abordam exclusivamente a presença cearense nos seringais. Essa relação quase mimética entre migrante/seringal é crítica por historiadores como Franciane Lacerda⁵³⁶⁷ e Francivaldo Nunes⁵³⁶⁸, que chamam a atenção para outras experiências destes homens no espaço amazônico, como em colônias agrícolas e a permanência nos perímetros urbanos (Manaus e Belém). Com relação aos autores trabalhados compreendemos que este

⁵³⁶⁴ Idem, *ibidem*.

⁵³⁶⁵ A produção sobre a Amazônia, longe de apresentar a unidade temático-narrativa de **Os Sertões** (1902), caracteriza-se por ser uma série de ensaios e crônicas que foram enfileiradas sobre o livro **À Margem da História** (1909), antes da morte do escritor. Por ensaio entendemos uma escrita argumentativa, que pretende explicar sobre determinados assuntos, mas que não tem como obrigação a afirmação de uma tese, sendo, logo, uma construção em primeira pessoa. Deste modo, percebemos que Euclides não dedicou uma produção ficcional sobre a Amazônia, o que não impede de perceber a riqueza de figurações estéticas presentes em seus textos, pois como nos afirma Foot Hardman Euclides via a necessidade de articular, de modo contínuo, ciência e arte, na medida em que a explicação da modernidade só se faria completa quando o intelectual percebesse a importância destas duas vertentes para entender a realidade. Ver: HARDMAN, Francisco Foot. **A vingança da Hiléia: a Amazônia e a literatura moderna**. São Paulo: UNESP, 2009.

⁵³⁶⁶ CUNHA, Euclides da. **Um Paraíso Perdido: reunião de ensaios amazônicos**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000, p. 146.

⁵³⁶⁷ LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes cearenses no Pará: facetas da sobrevivência (1889-1916)**. Tese (Doutorado) em História Social. Universidade de São Paulo, 2006.

⁵³⁶⁸ NUNES Francivaldo Alves. **A trajetória do imigrante nordestino na cidade de Belém (1877-1889)**. Belém: Monografia de Conclusão de Curso (História), Universidade Federal do Pará, 1999.

exclusivismo refere-se, sobretudo, aos interesses intelectuais que buscavam atender. No caso de Euclides, a narrativa da vida do seringueiro servia ao seu projeto de forjar a nacionalidade em dois pontos: na afirmação de que os territórios em litígio com Peru e Bolívia, onde se extraíam o látex, eram de direito brasileiros pela povoação e exploração que os seringueiros/brasileiros a elas imprimiram; e, na denúncia ao sistema de exploração e ao trabalho compulsório a que eram submetidos estes homens, que o permitiria afirmar o seu projeto vingativo contra a opressão civilizatória, já iniciado em **Os Sertões**⁵³⁶⁹. Para Teófilo, a utilização argumentativa da situação de desilusão e sofrimento vivenciados nos seringais permitia-o afirmar sua tese de que por quaisquer motivos que existissem para a evasão, permanecer no Ceará, seja no aspecto material, seja no aspecto das afetividades, era a melhor alternativa.

E com todas as dificuldades impostas emigrava o cearense. Enfrentava-se caminhos a pé, viagens desconfortáveis de trens e desumanas nos navios, onde muitos morreriam antes mesmo do término da viagem. Mas chegavam ao destino. O estranhamento era inevitável, uma terra que não era a sua, ao qual não conhecia, mas que modificaria o seu futuro, de modo positivo ou negativo. E o momento do embarque configura-se, no entendimento de Teófilo, na primeira das rupturas a que os migrantes são submetidos. Não que o deslocamento com destino ao pólo aglutinador do Estado (leia-se Fortaleza) não trouxesse novas formas de referencia social, sobretudo, no que se refere à estruturação dos papéis a serem desempenhados por estes homens. Mas os relacionamentos intergrupais ainda pautam-se pela premissa da conterraneidade, da origem comum. Mesmo que os migrantes pobres sejam vistos como o outro, invasor do espaço urbano, a marca carregada do “ser cearense”, sentimento de identidade ainda em processo de construção, e o compartilhamento de determinadas práticas e costumes faziam com que fosse possível uma identificação com o espaço da capital, o que não pode ser visualizado com relação à ocupação da Amazônia. Quanto ao embarque, Euclides produz uma descrição na qual o que chama mais atenção é a crítica acentuada ao Estado, uma vez que o processo de embarque dos migrantes já dava mostras da total falta de interesses dos governantes pela sorte destes indivíduos, que reduzidos à condição de objetos sem valor, eram transportadas de qualquer maneira, em péssimas condições sanitárias e de saúde, importando apenas que fossem retirados do campo de visão da “elite benevolente e boa”, já que como diz Euclides:

A multidão martirizada, perdidos de todos os direitos, rotos os laços de família, que se fracionava no tumulto dos embarques acelerados, para aquelas levando uma carta de prego para o desconhecido; e ia, com os seus famintos, os seus febrilentes, e os seus variolosos, em condições de malignar e corromper as localidades mais salubres do mundo. Mas feita a tarefa expurgatória, não se curava mais dela. Cessava a intervenção governamental. Nunca, até os nossos dias, a acompanhou um só agente oficial, ou um médico. Os banidos levavam a missão dolorosíssima e única de desaparecerem ...”⁵³⁷⁰

E mesmo sob o espectro da exploração e do sofrimento, a presença do homem-migrante na região era fundamental. Euclides da Cunha em missiva a José Veríssimo expressava: “Portos de Manoriá, Fronteiras da Cassianã e Novo Triunfo são três sítios florescentes, de laboriosos e robustos cearenses que firmam bem nesses lugares o domínio de nossa terra”⁵³⁷¹. Esta afirmativa confere um caráter positivo à instalação do cearense na Amazônia. Seria este o homem capaz de dominar aquelas terras que a muitos vencera, como franceses, açorianos, que não tinham elementos para adaptar-se ao meio. Euclides como

⁵³⁶⁹ HARDMAN, op. cit.

⁵³⁷⁰ CUNHA, op. cit., p. 150.

⁵³⁷¹ Correspondência de Euclides da Cunha a José Veríssimo, em 05 de Junho de 1905. Disponível em: <http://www.euclides.site.br.com>, pesquisado em 20 de Outubro de 2015.

adepto das ideias de Seleção Natural via que a natureza identificava aqueles mais capazes de conviver com suas peculiaridades, numa condição que a exploração desta riqueza do país só dependeria do homem certo. A despeito dos conceitos científicos que vislumbravam o mestiço como degenerante das raças e, portanto, causador do atraso do país, Euclides, pelo menos no que tange o “desbravamento da Amazônia” inverte a ordem, e exalta a figura do cearense. O homem que pode fazer bem ao meio, a partir do seu beneficiamento.

No entanto, o mesmo homem considerado peça fundamental para o desenvolvimento da Amazônia, era aquele que era responsável pela depredação da mesma. Primeiro, por ter “invadido” aquele espaço antes que houvesse sido promovido todo seu desenvolvimento, em outras palavras, Euclides observa a Amazônia como uma região que ainda passava por transformações estruturais, e que, portanto, não demonstrava, por tal, todas as suas possibilidades. Sobre isso nos expõe no seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras (ABL), quando narra a deslumbramento ante a grandiosidade da Amazônia: “(...) naquele excesso de céus por cima de um excesso de água, lembrava (ainda incompleta e escrevendo-se maravilhosamente) uma página inédita e contemporânea do Gênesis”⁵³⁷². E segundo, por estes homens não promoverem o “cuidado do próprio quintal de casa”, a falta de atividades que levassem a preservação dos leitos e da navegabilidade dos rios, como a interdição a derrubada de matas ciliares e a retirada de troncos dos rios.

Mas o que causava o meio ao homem? Em **O Paroara** João das Neves, herói/anti-herói do romance, logo após sua chegada ao seringal começa a sentir as consequências da escolha feitas. O abatimento físico causado pelo paludismo, só não era maior que o moral, gerado pelo abandono da família, e cada vez mais crescia nele o desejo de dali partir, de retornar ao bem que deixou, como apresentado pelo narrador: “Felizes os que diziam aqueles lugares de suplício o derradeiro adeus”⁵³⁷³.

O imigrante arrependido torna-se a tônica síntese da obra de ambos. Euclides da Cunha, no ensaio **Judas Asverus**, expõe que a apresentação da autoconsciência da “escravidão”, por parte destes indivíduos, indica que compreendiam perfeitamente as consequências da escolha que tomaram, e que somente a eles próprios culpavam pela realidade experimentada. Não seria responsabilidade do governo que os esquecera, nem da propaganda falaciosa que o haviam feito, mas sim de seu egoísmo/ganância que o induziu a perda do seu bem mais precioso, a liberdade.

Para Euclides, assim como para Teófilo, a imigração tornou-se símbolo de prisão, de ruptura com as esperanças de um futuro melhor, a marca mais profunda do Inferno Verde que tudo consome, a vida e a esperança, a floresta verde transfigurada na selva das tristezas. E para aprofundar o quadro em questão Euclides apresenta o ritual de renovação da “eterna sexta-feira santa” e a criação do boneco de Judas, onde este se transfigura em advogado último dos sofrimentos dos migrantes, e que ao errar pelos rios da Amazônia promove uma denúncia muda do processo de exploração sofrida e do arrependimento sentido:

É um doloroso triunfo. O sertanejo esculpiu o maldito a sua imagem. Vingá-se de si mesmo: pune-se afinal, da ambição maldita que o levou àquela terra; desafronta-se da fraqueza moral que lhe parte os ímpetos da rebeldia recalçando-a cada vez mais ao plano inferior da vida recaída onde a credulidade infantil o jungiu, escravo, à gleba empantanada dos traficantes, que o iludiram.⁵³⁷⁴

Nesse ponto torna-se evidente a separação entre os escritores. Euclides defendeu a preponderância da consciência destes homens quanto as suas ações. O arrependimento não

⁵³⁷² CUNHA, Euclides da. Discurso de Posse na ABL. In: Referência: CUNHA, Euclides da; FREYRE, Gilberto; PEIXOTO, Afrânio; ANDRADE, Olímpio de Sousa; BANDEIRA, Manuel. **Obra completa**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Jose Aguilar Editora, 1966, p. 205.

⁵³⁷³ TEÓFILO, op. cit., p.198.

⁵³⁷⁴ CUNHA, Euclides da. Judas Asverus. In: **À margem da história**. São Paulo: Cultrix; Instituto Nacional do Livro; Ministério da Educação e Cultura, 1975, p. 112.

tirou a responsabilidade de uma escolha que se apresentou como decepcionante. Deste modo, ao mestiço, que no saber científico em voga não teria condições genéticas de grande amadurecimento intelectual, pelo menos em parte, Euclides acredita que tiveram independência de escolher aquilo que consideravam mais propício para manutenção de sua vida. Já Rodolfo Teófilo, mesmo observando que as péssimas condições sociais no Ceará configuraram como importante fator de saída de indivíduos pobres, observou o quanto fora decisivo a ação propagandista dos paroaras. A ação destes últimos caracterizar-se-ia como um contra-senso fundamental, posto que desestruturava as relações entre conterrâneos, ou seja, o cearense que entrega ao próprio irmão, e minava as perspectivas de efetivação de um projeto de cearensidade.

Fica claro, a partir da análise comparada das produções de Euclides da Cunha e Rodolfo Teófilo, que os círculos letrados de regiões diversas do país compartilhavam pontos de contato na interpretação dos homens e da sociedade brasileira, sobretudo no que se refere ao caráter subdesenvolvido da população pobre e da necessidade de tutela destes mesmos letrados e do Estado para se atingir a tão alardeada “Civilização nos trópicos”. Mesmo divergindo sobre o papel desempenhado pelos migrantes na empresa migratória, os autores propuseram-se a empreender uma observação crítica das questões do seu cotidiano, chegando mesmo a estabelecer fortes atritos com os poderes estabelecidos. Suas obras, projetando-se como missão, tornaram-se marcos dos trabalhos sociais que buscaram olhar o Brasil além do que lhes era permitido ver.

A PRODUÇÃO LITERÁRIA DE JOHN STEINBECK EM “AS VINHAS DA IRA” EM RELAÇÃO COM A HISTÓRIA NORTE-AMERICANA

Camilo Domingues⁵³⁷⁵

camilodomingues@hotmail.com

Resumo: Este trabalho compreende uma revisão bibliográfica sobre o romance “As Vinhas da Ira”, do escritor norte-americano John Steinbeck, e a discussão ao redor da obra, de seu escritor e a partir dos fatos históricos retratados, bem como a partir de suas abordagens literárias. Partindo da história e da literatura, pretende-se analisar não apenas os âmbitos específicos dessas duas áreas como, principalmente, a relação entre elas na concepção e elaboração do romance.

Palavras-Chave: John Steinbeck, As Vinhas da Ira, Literatura Norte-americana, História da Literatura

A crise de 1929, a seca dos anos 1930, o *Dust Bowl* e a “Era das Migrações de Massa”

O período conhecido como a “Era das Migrações de Massa”, da segunda metade do século XIX ao início do século XX (1850-1913, do fim da Guerra Civil Americana à Primeira Guerra Mundial), está entre aqueles de maior influxo migratório para os Estados Unidos. Durante o período, estima-se que 30 milhões de imigrantes desembarcaram no país,⁵³⁷⁶ o

5375Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, sob orientação do Prof. Dr. Daniel Aarão Reis Filho. E-mail: camilodomingues@hotmail.com.

5376ABRAMITZKY, Ran; BOUSTAN, Leah; ERIKSSON, Katherine. Europe’s Tired, Poor, Huddled Masses: Self-Selection and Economic Outcomes in the Age of Mass Migration. **American Economic Review**, v. 102, n. 5, p. 1832-1856, 2012.

que, em 1910, representavam 38% da mão de obra não escrava nos Estados Unidos.⁵³⁷⁷ Se, no início do século XIX, os imigrantes provinham especialmente do norte e centro-oeste da Europa, com destaque para alemães, ingleses e irlandeses, nas migrações de massa da virada do século, além desses, grandes contingentes de imigrantes do sul e do leste europeu, como italianos, poloneses e eslavos chegariam ao país.

As causas históricas, econômicas e sociais da migração europeia para os Estados Unidos na “Era de Migrações de Massa” podem ser divididas em dois grandes grupos principais, quais fossem os fatores norte-americanos de “atração” e os fatores europeus de “expulsão”. Entre os fatores de atração, destacavam-se o barateamento dos meios de transporte intercontinental tanto na Europa, como nos Estados Unidos, com a implementação de novas ferrovias e do transporte transoceânico a vapor. Além desses, o baixo custo da terra nos Estados Unidos e a crescente necessidade de mão de obra de sua indústria alavancaram a nova onda de imigração. Do outro lado, os fatores de expulsão dos imigrantes da Europa abrangeram um amplo espectro, desde a superpopulação, escassez de terras, as grandes fomes, pobreza e catástrofes ambientais até as perseguições política e religiosa.⁵³⁷⁸

No Estado de Oklahoma, a “Era das Migrações de Massa” coincidiu com o processo de abertura legal – e ilegal – de terras do Território Indígena a partir de 1889 (com a ocupação das *Unassigned Lands*). Ao lado dos imigrantes históricos, britânicos e alemães, grandes contingentes dos “novos migrantes”, como judeus e eslavos ingressaram no estado. Entre os imigrantes em Oklahoma, a maioria era de origem alemã, seguidos por russos e irlandeses, além de austríacos, ingleses, canadenses, italianos, mexicanos e escoceses.

Algumas décadas após o início da “Era das Migrações de Massa”, os novos agricultores, americanos e estrangeiros, passaram a influenciar a pauta das discussões políticas e econômicas dos Estados Unidos. No início do século XX, muitos agricultores ressentiam-se da escassez de crédito agrícola, especialmente para a região das Grandes Planícies, o que travava a expansão do setor, e passaram a reclamar reformas no sistema financeiro norte-americano que garantissem o financiamento do campo. O Congresso Americano passaria, então, a ceder a pressões políticas de grandes e pequenos agricultores no intuito de também reformar, centralizar e estimular os mecanismos de crédito agrícola.

Em apenas um ano, através do *Federal Farm Loan Act* (1916), o governo norte-americano injetou 30 milhões de dólares na agricultura e agroindústria do país. A expansão sem precedentes da acreagem cultivada e a consolidação do *corn belt* no centro-oeste norte-americano durante a década de 1910, passariam a ser conhecidas como *The Great Plow-up* (em tradução literal, “A Grande Aragem”). Diversas regiões semiáridas e áridas das Grandes Planícies rapidamente foram aradas, devastando a cobertura vegetal original, e tornaram-se áreas de plantio de grãos.

Ao lado da imigração estrangeira e da ampliação do mercado de crédito agrícola nos Estados Unidos durante as duas primeiras décadas do século XX, destaca-se uma terceira e importante variável que concorreu para a *Great Plow-up*: o período excepcionalmente chuvoso entre os anos de 1905 e 1928 em regiões das Grandes Planícies, o *Early Twentieth Century Pluvial*. O fenômeno teria sido responsável pelo período de maior umidade nos Estados Unidos nos últimos 500 anos, particularmente no norte e no centro-oeste. O período excepcionalmente chuvoso, interrompido apenas por breves períodos de seca em 1910 e 1914, asseveraram aos agricultores a possibilidade de contraírem e renovarem empréstimos, aumentarem as áreas de cultivo e adquirirem equipamentos, uma vez que tanto os céus quanto os bancos e o governo federal pareciam fornecer-lhes segurança e os insumos básicos para a lavoura: terra, chuva e financiamento.

5377PARKER, Clifton. European immigrants to America in early 20th century assimilated successfully, Stanford economist says. **Stanford NEWS**, 7 ago. 2014.

5378GLYNN, Irial. Emigration Across the Atlantic: Irish, Italians and Swedes compared, 1800-1950. **European History Online**, 2011.

Por fim, entre e por sobre as condições climáticas, políticas e econômicas favoráveis naquele período, havia importantes propulsores filosóficos e religiosos que formavam o arcabouço moral da sociedade norte-americana de então e impulsionavam a ocupação e a exploração agrícola da fronteira oeste do território norte-americano: o ideal agrário e democrático *jeffersoniano*, o transcendentalismo místico do ex-pastor e filósofo Ralph Waldo Emerson (1803-1882), a democracia de massas do poeta Walt Whitman (1819-1892), e o instrumentalismo pragmático do filósofo e psicólogo William James (1842-1910) e do pedagogo John Dewey (1859-1952).

Thomas Jefferson, um dos pais fundadores da nação americana e principal elaborador da Declaração da Independência de 1776, foi o seu terceiro presidente, entre 1801 e 1809. Apesar de filho de um grande proprietário de terras da Virgínia, Jefferson defendia que a pequena propriedade rural e o pequeno agricultor, o *yeoman farmer*, deveriam formar o cerne do estado republicano e democrático. Ao *yeoman farmer* deveria ser garantida a inviolabilidade dos direitos individuais, pois apenas o livre domínio e exploração da sua propriedade permitiriam a sua autossuficiência, o autogoverno e a responsabilidade individual, características fundamentais na constituição de um estado democrático.

A apologia do homem comum, das suas individualidade e liberdade, da sua relação “ontológica” com a natureza e da constituição da unidade humana apenas nessa relação também estavam na base do pensamento de Emerson e Whitman. A alma transcendental de Emerson era a sublimação do seu humanismo individualista, assim como a democracia de massa de Whitman era o agregado dos homens individuais (o “povo” indiferenciado). A ação humana privada, voltada a satisfazer as necessidades individuais sem – em tese – obliterar a satisfação alheia, constituía por seu lado o fundamento do pragmatismo filosófico de James, o elo bastante para justificar a vida humana em sociedade. Mais explicitamente em Emerson, ex-pastor evangélico, a ética protestante religiosa forneceria os elementos fundadores de seu pensamento filosófico. A fé guiaria o homem contra as injustiças e o autoritarismo, através da crença nos instintos do homem comum, na inevitabilidade do progresso social e na democracia.⁵³⁷⁹

Tem-se, portanto, as quatro variáveis socioambientais que estariam presentes no processo de ocupação e exploração agrícola da fronteira oeste norte-americana na virada do século XIX ao XX: ambientalmente, um período excepcional de chuvas; demograficamente, a “Era das Migrações de Massa” e a forte campanha de migração interna no próprio país; política e economicamente, os incentivos financeiros oferecidos pelo governo federal e a vaga no mercado europeu surgida com a Primeira Guerra Mundial; ética e moralmente, um arcabouço filosófico que chancelava e, até mesmo, naturalizava a ocupação e exploração da região, como “direito manifesto” do indivíduo livre norte-americano, do “povo escolhido”.

Ao final do período entre a segunda metade do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, os Estados Unidos tinham recebido cerca de 30 milhões de imigrantes, que, somados às centenas de milhares de migrantes internos, ocuparam as regiões norte e centro-oeste do país (sem contar a costa oeste). No final do período, os Estados Unidos já não contavam com tamanho excedente de terras que pudesse absorver a população e a mão de obra excedente de seu próprio país, nem mesmo da Europa. Concomitantemente, boa parte dos novos agricultores, com a ajuda do governo federal, contraíram dívidas e hipotecaram suas propriedades, numa escalada que levaria o endividamento agrícola a saltar de US\$3,3 bilhões para US\$7,9 bilhões entre 1910 e 1920.⁵³⁸⁰ A intensificação da atividade agrícola gerou enormes excedentes que só poderiam ser absorvidos por uma Europa com o setor primário paralisado por conta da Primeira Guerra Mundial. A mesma intensificação da atividade agrícola em regiões de ecossistema frágil, como as regiões áridas e semiáridas do

5379CARPENTER, Frederic. The Philosophical Joads. **College English**, v. 2, n. 4, p. 315-325, jan. 1941. p. 318.

5380GREGG, Sara. From Breadbasket to Dust Bowl Rural Credit, the World War I Plow-Up, and the Transformation of American Agriculture. **Great Plains Quarterly**, v. 25, n. 2, p. 129-166, 2015.

centro-oeste do país, expôs não apenas o solo, mas populações inteiras a intempéries climáticas que poderiam se tornar verdadeiras catástrofes socioambientais.

Os anos 1930 surpreenderiam o relativo entusiasmo social e econômico norte-americano do período anterior, especialmente dos agricultores das Grandes Planícies. A primeira grande novidade, ou primeiro grande choque econômico sobre a região, cairia ainda no final da década de 1910, com o fim da Primeira Guerra Mundial. O grande aumento da área de plantio dos Estados Unidos entre 1910 e 1920, de quase 20%, levou à produção de um excedente agrícola que não encontrou mais a Europa em guerra para ser escoado.⁵³⁸¹

Como se não bastasse, o período de chuvas acima da média até 1928 foi sucedido pela maior seca da história dos Estados Unidos, que durou praticamente toda a década de 1930 e atingiu todo o norte e centro-oeste do país. A intensificação do fenômeno La Niña e o aquecimento das temperaturas oceânicas do Atlântico concorreram para a ocorrência da seca, que foi intensificada devido à superexploração agrícola do período anterior. Logo, a região centro-sul das Grandes Planícies passaria a ser palco de imensas tempestades de poeira, o *Dust Bowl*, que trouxe ainda mais prejuízos e devastações à região. A reversão das condições climáticas antes favoráveis ao plantio fez com que milhares de agricultores perdessem suas plantações e sua principal fonte de renda e subsistência.

Por último, o *crack* da Bolsa de Nova York, em 1929, inaugurou uma experiência de crise econômica nunca antes vivida em tal dimensão pela sociedade norte-americana. A maior crise histórica mundial de superprodução, que teria o seu epicentro na economia daquele país e atingiria todo o planeta, estancou mercados, causou desemprego, fome e miséria. Os agricultores das Grandes Planícies, devastados duplamente pela crise econômica e socioambiental, encontraram-se endividados, desprovidos de recursos e da própria terra, muitos deles optando por migrarem para centros urbanos, para outros estados norte-americanos ou simplesmente por esperarem por auxílio governamental.

Expulsos pela crise econômica e pela seca, entre 300.000 e 440.000 habitantes de Oklahoma deixaram o estado nos anos 1930, a maioria em direção à costa oeste. Os migrantes vinham das mais diversas regiões do estado, não apenas do oeste árido. Além de agricultores provenientes do centro-oeste e das regiões mais afetadas pelo *Dust Bowl*, partiam de Oklahoma trabalhadores do setor industrial e de serviços, particularmente do leste do estado, fugindo da crise econômica e atraídos pelas propagandas e promessas de grandes oportunidades na Califórnia.

Normalmente, os migrantes de Oklahoma reuniam todos os seus últimos pertences em uma velha caminhonete, as *jalopies*, e rumavam em direção ao oeste através da *Highway 66*. Cerca de 38% dos migrantes de Oklahoma partiam para as cidades californianas para buscarem empregos na indústria ou no setor de serviços. Uma parte do restante, principalmente agricultores, partiam para os promissores vales férteis, especialmente o *San Joaquin Valley*, na região central da Califórnia.⁵³⁸²

Com os salários extremamente baixos, e tendo que se moverem frequentemente de uma lavoura a outra em busca de novos períodos de colheitas, os migrantes estabeleciam-se em acampamentos improvisados à beira de estradas e nos arredores das grandes propriedades. Estes estabelecimentos eram chamados pelos californianos de *squatter camps*, “acampamentos precários” ou “acampamentos ilegais”, ou *shanty towns*, “favelas”, e caracterizavam-se pela superpopulação, pela precariedade das instalações e pela falta de esgotamento sanitário. Entre os norte-americanos em geral, também seriam conhecidos como *Hooverilles*. E os seus habitantes seriam conhecidos como *Okies*, numa menção ao estado de origem de uma parcela deles, Oklahoma.

As precárias condições de trabalho e de vida dos trabalhadores rurais nos vales da Califórnia levaram à realização de greves, como a greve nos campos de algodão, em 1933,

5381Ibid., p. 153.

5382GREGORY, James. The Dust Bowl Migration – Poverty Stories, Race Stories. In: MINK, Gwendolyn and O’CONNOR, Alice (eds.). **Poverty in the United States: An Encyclopedia of History, Politics, and Policy**. Santa Barbara: ABC-Clio, 2004.

organizada pela CAIWU – *Cannery and Agricultural Workers Industrial Union*, e à organização de sindicatos rurais, como a UCAPAWA – *United Cannery, Agricultural, Packing, and Allied Workers of America*, formada em 1937 (ambos os sindicatos eram ligados ao Partido Comunista dos Estados Unidos). A reação dos grandes agricultores seria imediata. Em 1934, seria formada a *Associated Farmers*, associação de grandes proprietários de terra com o objetivo de conter o processo de sindicalização dos trabalhadores rurais, fosse através da repressão direta no campo e do controle da imprensa, fosse através de *lobby* político.

Por outro lado, a crise socioambiental dos anos 1930 nos Estados Unidos, principalmente a partir da eleição do presidente Franklin Roosevelt, em 1932, levou a uma ainda maior intervenção federal na economia em geral, e na agricultura em particular: o *New Deal*. As medidas visavam a oferecer apoio técnico e financeiro direto, além de subsídios diversos aos agricultores das regiões mais afetadas pela seca e pelo *Dust Bowl*. Para os trabalhadores empobrecidos, as agências federais ofereciam empregos em obras públicas, assistência médica e financeira, além de moradia.

Dessa maneira, a crise econômica de 1929 aproximaria as histórias dos estados de Oklahoma e da Califórnia, mas cada um desempenhando papéis diferentes, talvez opostos. A severidade da crise econômica associada à seca e ao *Dust Bowl* acentuou a vulnerabilidade econômica de Oklahoma e fez a toda a região centro-sul das Grandes Planícies padecer duplamente nos anos 1930. Centenas de milhares de trabalhadores – agrícolas ou urbanos – migraram do campo para a cidade ou para outros estados, especialmente aqueles da costa leste, de onde chegavam notícias alvissareiras. A Califórnia seria o destino predileto daqueles que deixaram o estado, assim como de mais de um milhão de migrantes de outros estados norte-americanos. No entanto, ao chegarem ao *Golden State*, os migrantes deparavam-se com condições frustrantes de vida e trabalho.

Antes da chegada dos *Okies* nos vales férteis da Califórnia, eram mexicanos e filipinos que ali trabalhavam, em condições semelhantes ou ainda mais degradantes, sendo muitas vezes obrigados a retornarem ao seu país de origem após o período de colheita. Mas havia elementos novos que concorreriam para que os norte-americanos em geral se sensibilizassem massivamente e diferenciadamente com a situação dos *Okies*. Em primeiro lugar, a Grande Depressão atingiu toda a sociedade norte-americana, em especial a classe média e as camadas proletarizadas, que se descobriram severamente empobrecidas, tanto no campo, como nas cidades. Em segundo lugar, aquela seria a primeira grande crise econômica em escala mundial que teria ampla cobertura da imprensa (diferente da crise de 1870, por exemplo), o que favoreceria a difusão de relatos e imagens que poderiam não apenas sensibilizar, mas identificar o público com as mais diversas e difíceis situações enfrentadas por trabalhadores no país e no mundo.⁵³⁸³ Ao lado da imprensa, havia a nascente cultura de massa, que já era responsável por disseminar um grande espectro de obras literárias, da literatura romântica mais prosaica, aos novos e temidos romances proletários.

Em terceiro e último lugar, estava em risco a *moral* norte-americana. Nesta vez, não eram índios, latinos ou asiáticos que estavam sendo dizimados ou superexplorados e obrigados a conviverem com condições degradantes de vida. Ao contrário, eram americanos brancos, “o povo escolhido”, em busca de nada mais do que o prometido sonho promovido pelo ideal *jeffersoniano*: *the pursuit of happiness*, a “busca da felicidade”, na forma da pequena propriedade privada. O perigo que corria o *yeoman farmer* simbolizou, por derivação, o perigo que corria a autonomia e a liberdade do indivíduo norte-americano, a democracia e a própria república nele fundamentadas. A tradição e os princípios éticos, filosóficos e religiosos daquela nação estavam postos em cheque, o que fez grande parte da sociedade levantar-se na defesa de seus alicerces.

Uma parcela da classe média e operária terminaria por se aproximar de uma compreensão ainda mais radical das contradições da sociedade norte-americana, chegando inclusive a se aproximarem de correntes ideológicas e políticas socialistas, como o Partido

5383CUNFER, Geoff. Scaling the Dust Bowl. In: KNOWLES, Anne Kelly (ed.). **Placing History**: How Maps, Spatial Data, and GIS are Changing Historical Scholarship. Redlands: ESRI Press, 2008, p. 95-121.

Comunista. Os anos 1930, desse modo, também seria marcado por uma onda contestatória no movimento operário e na cultura norte-americana, vindo à tona não apenas greves e novas organizações sindicais, como intelectuais, escritores, compositores, cantores, pintores, fotógrafos e cineastas, que expressariam das mais diversas maneiras e a partir dos mais variados e enredados pontos de vista, entre a tradição e a contestação, as contradições daquele momento histórico.

Na trilha para “As Vinhas da Ira”: *The Harvest Gypsies* e a enchente de Visalia

Segundo Robert DeMott, entre os anos de 1936, quando tomou conhecimento dos “refugiados do *Dust Bowl*”, até 1939, quando publicou o seu romance “As Vinhas da Ira”, John Steinbeck (1902-1968) estaria envolvido no “problema dos migrantes”.⁵³⁸⁴ Para DeMott, naquele período, o escritor viveria três etapas literárias que precederiam a redação do romance: a elaboração de uma série de artigos publicados em outubro de 1936 no jornal *San Francisco News* sobre a situação dos migrantes nos vales agrícolas da Califórnia; um romance inacabado, *The Oklahomans*, escrito entre 1937 e 1938; e uma sátira contra os grandes proprietários de terra de Salinas, *L’Affaire Lettuceberg*, escrita entre fevereiro e maio de 1938, e destruída poucos dias após a sua finalização.

Em agosto de 1936, sob convite de George West, Steinbeck começou a trabalhar numa série de artigos sobre os trabalhadores migrantes.⁵³⁸⁵ Ele realizou diversas viagens pelos campos de migrantes nos vales centrais da Califórnia e foi apresentado a Thomas Collins (1897-1961), que trabalhava para a *Resettlement Administration*. Thomas Collins foi o primeiro administrador do *Arvin Camp*, posteriormente *Weedpatch Camp*, um dos dois primeiros acampamentos federais do *New Deal* construídos na Califórnia, que seria retratado por Steinbeck em “As Vinhas da Ira”.⁵³⁸⁶ Steinbeck viajaria outras vezes com Collins para os acampamentos e teve acesso às suas anotações e relatórios, que forneceriam informações para os seus artigos e os elementos não ficcionais de seu futuro romance. Collins seria retratado em “As Vinhas da Ira” como o personagem Jim Rawley, administrador do *Weedpatch Camp* e, ao lado de Carol Henning, o romance também seria dedicado para ele, *who lived it*, “que o viveu”.

Entre 5 e 12 de outubro de 1936, dois meses depois de sua primeira viagem aos campos de migrantes e do seu primeiro encontro com Collins, Steinbeck publicaria sete artigos no *San Francisco News*, sob o título de *The Harvest Gypsies*, sobre a situação dos agricultores migrantes. Em *The Harvest Gypsies*, estão expostos os elementos históricos, políticos, filosóficos e morais que John Steinbeck em seguida trataria em seu mais conhecido romance, de modo que a sua série de artigos para o *San Francisco News* pode ser compreendida como o principal ponto de partida para a concepção e elaboração de “As Vinhas da Ira”. Todo o conteúdo histórico e teórico de *The Harvest Gypsies* estaria presente, na forma de ficção ou na forma de comentários críticos, em seu romance: o contexto social, histórico e econômico dos migrantes; a diferenciação entre a condição social – e racial – dos imigrantes estrangeiros e a dos migrantes americanos; a defesa dos valores democráticos e populares do “antigo modo de vida americano”, baseado na pequena propriedade e no pequeno agricultor; a descrição e comparação entre os campos de migrantes improvisados (*Hoovervilles*), aqueles mantidos pelos grandes proprietários e aqueles construídos pelo governo federal através da *Resettlement Administration*; e, por último, a dependência histórica da grande produção agrícola da Califórnia do trabalho sazonal e migrante, e os métodos de controle e coerção da mão de obra desenvolvidos pelos grandes proprietários.

5384DEMOTT, Robert. “Working Days And Hours”: Steinbeck’s Writing of *The Grapes of Wrath*. *Studies in American Fiction*, v. 18, n. 1, p. 3-15, 1990. p. 3.

5385SCHULTZ, Jeffrey; LI, Luchen. *Critical Companion to John Steinbeck: a literary reference to his life and work*. Nova York: Facts On File, 2005.

5386NEALAND, Daniel. Archival Vintages for *The Grapes of Wrath*. *Prologue Magazine*, v. 40, n. 4, 2008.

Obviamente, não apenas as *contribuições* históricas e críticas de *The Harvest Gypsies*, como também as suas *limitações*, seriam transplantadas para o romance. Ao contextualizar a situação dos *Okies*, tratando-os como “refugiados do *Dust Bowl* e da seca”, e como um grupo de americanos distinto socialmente dos imigrantes estrangeiros e anteriormente habituados à pequena produção agrícola e à democracia popular, Steinbeck realiza um “recorte literário” que deixa de lado diversos antecedentes históricos e políticos importantes para a compreensão da onda migratória para a Califórnia nos anos 1930.

Em primeiro lugar, é importante lembrar que aqueles agricultores do centro-oeste norte-americano não eram pequenos proprietários de terra alguma, vivendo na sua maioria como arrendatários ou meeiros que se deslocavam continuamente de propriedade em propriedade sempre que venciam os seus curtos contratos de arrendamento. Em segundo lugar, os agricultores perfaziam apenas uma parcela dos trabalhadores oriundos do centro-oeste no período, de um terço à metade dos migrantes, sendo a outra parte deles trabalhadores industriais e do setor de serviços que se dirigiam às cidades, e não ao campo.

Em terceiro lugar, os agricultores migrantes do centro-oeste conviviam com as intempéries climáticas da região há muito tempo, incluindo longos períodos de seca e tempestades de poeira. Apesar destas terem sido mais prolongadas e intensas nos anos 1930, não poderiam ser tratadas como principais causadoras daquela onda migratória, especialmente porque a região mais afetada pelo *Dust Bowl*, o *panhandle* de Oklahoma, era pouco povoada e contribuiu pouco para a migração. Além disso, a maioria dos migrantes viriam do leste de Oklahoma, região menos afetada por aqueles fenômenos. O principal deflagrador da nova onda migratória era a grave crise econômica, que atingia severamente tanto o campo quanto a cidade. Caso fosse um acontecimento ligado apenas ao campo, como a seca e as tempestades de poeira, a maioria maciça dos migrantes seria proveniente da população rural, o que não ocorreu.

Em quarto lugar, o idealizado “antigo – e peculiar – modo de vida americano” baseado na pequena propriedade privada foi, ele mesmo, um dos principais elementos econômicos e políticos deflagradores tanto da crise econômica, quanto socioambiental na década de 1930. A democracia popular e agrária de Thomas Jefferson, sedimentada na Declaração da Independência dos Estados Unidos, seria a grande propulsora e legitimadora da expansão territorial, populacional e econômica do país rumo ao oeste. A compra da Louisiana em 1803, a Guerra Mexicano-Americana de 1846, o povoamento acelerado e desordenado daquelas regiões e a exploração mineral e agrícola intensiva, apesar de ter tido resultados diferentes em Oklahoma e na Califórnia, seriam alguns dos motivos históricos para as crises acumuladas nos anos 1930, e até mesmo para a amplificação da seca e do *Dust Bowl*. Steinbeck compreendia, a partir de um olhar nostálgico idealizado, a pequena propriedade privada apenas como solução, não como causa.

Em quinto lugar, a diferenciação social entre os imigrantes estrangeiros e os migrantes americanos não encontra respaldo histórico que não seja o preconceito fortemente enraizado na sociedade norte-americana e, em especial, na californiana. Quando Steinbeck chegou nos campos de migrantes nos vales centrais da Califórnia, havia tanto estrangeiros quanto nativos e, de modo algum, já havia se dado a substituição dos primeiros pelos últimos.⁵³⁸⁷ Os imigrantes estrangeiros rumavam à Califórnia em busca de trabalho e melhores condições de vida, assim como os *Okies*.

Apesar das questões abordadas acima, o fato foi que, desde que publicara *The Harvest Gypsies*, Steinbeck havia pensado em dar continuidade àquele trabalho. Inicialmente, pretendeu expandir a série de artigos e dar-lhe o formato de um livro documentário. Após nova e longa viagem aos campos de migrantes em outubro de 1937, o escritor definiu que escreveria não um documentário, mas uma ficção a partir de *The Harvest Gypsies*, e que ela se intitularia *The Oklahomans*.⁵³⁸⁸ Steinbeck dedicar-se-ia ao romance do outono de 1937 até

5387CUNNINGHAM, Charles. Rethinking the Politics of The Grapes of Wrath. **Cultural Logic**, 2002.

5388STARR, Kevin. **Endangered Dreams: The Great Depression in California**. Nova York, Oxford: Oxford University Press, 1996.

a primavera de 1938. Nesse período, segundo David Peeler, reuniu material para o seu romance sobre os agricultores migrantes e, embora nunca tivesse acompanhado os *Okies* na viagem rumo à Califórnia, ele havia trabalhado com alguns deles nos campos e realizado entrevistas, além de dispor dos registros de Thomas Collins.⁵³⁸⁹

Em meados de fevereiro de 1938, Steinbeck partiria para uma nova viagem de dez dias, novamente com Collins, para a cidade de Visalia, região de *San Joaquin Valley*.⁵³⁹⁰ Além dos problemas recorrentes dos trabalhadores migrantes, Visalia estava devastada por fortes temporais, e Steinbeck visitaria as áreas inundadas, onde “quatro mil famílias alagadas em suas barracas estavam morrendo de fome”.⁵³⁹¹ Segundo Shillinglaw (2014), a visita a Visalia e a visão ainda mais catastrófica que teve da situação dos migrantes determinariam uma nova virada de rumo nos planos de seu romance. Deixou de lado *The Oklahomans* ainda em fevereiro de 1938 e, até maio daquele ano, escreveria uma sátira ácida, feroz e burlesca sobre a greve nas plantações de alface em Salinas, sua cidade natal, que contou com dura repressão por parte dos agentes dos fazendeiros, lançando mão de táticas antigreve, como perseguição a lideranças e vigilância.⁵³⁹² O livro intitular-se-ia *L’Affaire Lettuceberg*. No entanto, Carol Henning seria uma das únicas pessoas a ler o seu manuscrito, achando-o difícil, vulgar e tedioso.⁵³⁹³ Assim, Steinbeck o destruiria poucos dias depois de concluído.

A profunda impressão que as enchentes de Visalia lhe deixou faria Steinbeck abdicar da concepção original de *The Oklahomans* e, infeliz com o resultado, do *L’Affaire Lettuceberg*, passaria a dedicar-se a um novo romance. Entre 15 e 25 de maio de 1938, seria concebido “As Vinhas da Ira”.⁵³⁹⁴ Tendo em vista as tentativas anteriores de retratar a saga e a dura condição de vida dos trabalhadores migrantes, Steinbeck já tinha à sua disposição bastante material para o futuro romance. Em apenas cem dias de trabalho, entre o final de maio e o final de outubro de 1938, Steinbeck escreveria o volumoso livro.

Aspectos literários de “As Vinhas da Ira”

“As Vinhas da Ira” retrata a história de uma família de Oklahoma que parte para o oeste dos Estados Unidos em busca de melhores condições de vida e de trabalho. A trama passa-se durante os anos 1930, e o seu autor apresenta ao leitor as possíveis relações entre a história daquela família (os *Joads*) e as conjunturas social, histórica, econômica e ambiental daquele momento, focando principalmente nas grandes secas dos anos 1930 dos EUA e no *Dust Bowl*; no processo de mecanização tecnológica da agricultura no país; na avançada financeirização da economia agrícola na costa oeste; e nos efeitos da grande crise econômica do final da década de 1920.

A trama histórica apresenta as mais diversas situações – individuais, familiares, coletivas, conjunturais, econômicas, governamentais, ambientais – que se entrelaçam diante dos olhos do leitor, ora formando, ora desatando nós complexos, dos quais não se pode entrar ou sair de maneira apenas superficial. Estruturalmente, “As Vinhas da Ira” é contado em trinta capítulos, nem todos eles narrativos. Por vezes, o autor vale-se de alguns capítulos para fazer digressões, apresentar situações que ainda estão por vir, esboçar cenários históricos para a familiarização do leitor, ou tecer comentários sobre as situações que narra, deixando à mostra alguns traços de seu perfil político e ideológico.

Os capítulos não ficcionais são denominados “intercapítulos”. Como a própria designação sugere, há no romance uma alternância entre intercapítulos não narrativos (discursivos) e capítulos narrativos. De acordo com Cyrus Zirakzadeh, num total de trinta, os

5389PEELER, David. **Hope among us yet: social criticism and social solace in Depression America**. Athens: University of Georgia Press, 2008. p. 161-162.

5390SCHULTZ; LI, op. cit., passim.

5391STEINBECK apud BLOOM, Harold (ed.). **Bloom's Modern Critical Interpretations: The Grapes of Wrath**, Updated Edition. Nova York: Chelsea House Publishers, 2007. p. 151. Tradução nossa.

5392SHILLINGLAW, Susan. **On reading The Grapes of Wrath**. Nova York: Penguin Books, 2014.

5393STARR, op. cit., passim.

5394DEMOTT, 1990, op. cit., passim.

capítulos narrativos são os de número par, exceto o 12 e o 14, e incluindo o 13, e os intercapítulos são os de número ímpar, exceto o 13, e incluindo o 12 e o 14.⁵³⁹⁵ Os intercapítulos precedem os capítulos narrativos e, normalmente, oferecem uma dimensão geral, sinóptica, do que será narrado a seguir. Apesar de compartilharem o mesmo tema, os dois tipos de capítulos são independentes entre si, podendo ser lidos individualmente sem prejuízo para a compreensão tanto do texto dissertativo, quanto do narrativo. No entanto, Steinbeck deixa “referências cruzadas”, ou “vestígios” temáticos semelhantes em ambos, de maneira a promover sua integração estética, o encontro entre os dois estilos em uma obra única.⁵³⁹⁶

A sucessão entre intercapítulos e capítulos também proporciona uma estrutura rítmica para o romance, baseada na alternância entre os tempos distintos da dissertação e da narração/descrição. Tal forma contrapontual atribuiria a “As Vinhas da Ira” a característica de um romance sinfônico. De fato, durante o período de concepção e redação do romance, Steinbeck dividia o tempo da escrita ouvindo sinfonias e sonatas de Beethoven, Tchaikóvski e Stravínski.⁵³⁹⁷ Numa carta a Merle Armitage em 17 de fevereiro de 1939, enquanto ainda concebia o romance, Steinbeck revelaria o seu método de composição: “Eu tenho trabalhado em uma técnica musical (...) e tenho tentado usar as formas e a matemática da música ao invés daquelas da prosa (...). Em sua composição, movimento, tom e abrangência, [o romance] é sinfônico”.⁵³⁹⁸

Paralelamente, a estrutura contrapontual do romance também teria suas fontes na própria literatura. Segundo Peter Lisca, a concepção e os materiais que dispunha para elaboração de “As Vinhas da Ira” colocavam Steinbeck diante da mesma questão estrutural posta a Liev Tolstói (1828-1910) ao escrever “Guerra e Paz” (1869), tendo como material factual as guerras napoleônicas. Tolstói teria resolvido o seu desafio literário dispondo narrativas ficcionais de dramas familiares ao lado de “intercapítulos” filosóficos. Do mesmo modo, o escritor norte-americano John dos Passos (1896-1970), ao conceber e elaborar a sua “trilogia americana” (1930-1936), teria lançado mão de expedientes literários semelhantes, alternando a narração ficcional até mesmo com notícias de jornal.

Numa dimensão mais abrangente de composição, “As Vinhas da Ira” também pode ser dividida em três grandes blocos de ação baseados em seus três sucessivos movimentos ficcionais: a seca, a viagem e a Califórnia. Para Lisca, a seção da “seca” iria do início do romance até o capítulo 10, seguida pela “viagem”, até o capítulo 18 e, daí até o final, a última seção, “Califórnia”. Para Lisca, estes três grandes movimentos atuariam como verdadeiros personagens na trama, tendo em vista as suas ações e repercussões na jornada da família Joad: a crueldade da seca e a força das tempestades de poeira, a extensão interminável e angustiante da *Highway 66* e as falsas promessas da Califórnia.⁵³⁹⁹ Para o autor, a composição ternária do romance teria raízes na estrutura do Velho Testamento (o próprio Steinbeck teria dito à época que estava trabalhando em três romances interrelacionados), de modo que à “seca” corresponderia a opressão do povo hebreu no Egito, à “viagem”, o êxodo, e à Califórnia corresponderia a terra prometida, Canaã.

Lisca ainda sustenta que a estrutura bíblica de “As Vinhas da Ira” se estende para além da sua forma, possuindo o romance diversas passagens simbólicas e alusivas ao texto bíblico. Por exemplo, o próprio título do romance seria extraído da canção *The Battle Hymn of the Republic* que, por sua vez, fazia referência ao Apocalipse e à justiça divina; assim como o povo hebreu, a Mãe Joad (*Ma Joad*) referia-se aos seus como “Nós somos o povo”,⁵⁴⁰⁰ o

5395ZIRAKZADEH, Cyrus Ernesto. John Steinbeck on the Political Capacities of Everyday Folk: Moms, Reds, and Ma Joad's Revolt. **Polity**, v. 36, n. 4, p. 595-618, jul. 2004. p. 19.

5396LISCA, Peter. The Grapes of Wrath as Fiction. **PMLA**, v. 72, n. 1, p. 296-309, mar. 1957.

5397DEMOTT, 1990, op. cit., passim.

5398STEINBECK apud DEMOTT, 1990, op. cit., p. 14. Tradução nossa.

5399LISCA, op. cit., p. 301-302.

5400STEINBECK, John. **As vinhas da Ira**. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2012. Trad. Herbert Caro e Ernesto Vinhaes. p. 339.

personagem de Rosasharn – o seu próprio nome remete a Cristo, a rosa de Sharon, o lírio dos vales (Cântico dos Cânticos, 2:1), que oferece o seu próprio corpo, assim como Rosasharn oferece o seu seio – dá a luz a um bebê morto que, colocado num caixote de maçãs por Tio John (*Uncle John*), é deixado no leito de um riacho para que pudesse “dizer para eles o que aconteceu”,⁵⁴⁰¹ assim como Moisés foi deixado no Nilo para que pudesse sobreviver e salvar os seus.

Finalmente, o maior símbolo cristão em “As Vinhas da Ira” seria o personagem Jim Casy, que, além de trazer as mesmas iniciais de Jesus Cristo, possuía na família Joad doze discípulos,⁵⁴⁰² havia estado “nas colinas, cismando, tal qual Jesus devia ter cismado quando se meteu deserto adentro para encontrar uma solução para as suas aflições”⁵⁴⁰³ e, tornando-se sindicalista e emboscado por capangas, diria “Vocês não sabem o que estão fazendo”,⁵⁴⁰⁴ as mesmas últimas palavras de Jesus Cristo crucificado (LUCAS, 23:34).

No entanto, como diz Zoe Trodd, Steinbeck valia-se do simbolismo bíblico e cristão não apenas por sua eficácia comunicativa, uma vez que permitira uma familiaridade maior com o leitor, como também se valia do seu reverso.⁵⁴⁰⁵ A aproximação do leitor através do simbolismo bíblico era posta ao lado da ironia e da crítica religiosa. Para Trodd, tal movimento dava forma a algo além do simbolismo, o que denominou de “ação simbólica”, pois propulsionaria o leitor à reflexão através do pareamento entre as analogias bíblicas e a sua contestação.⁵⁴⁰⁶ Assim, Jim Casy, antigo pastor e encarnação do próprio Jesus Cristo, era acometido por pensamentos pecaminosos e entregava-se ao prazer com as beatas de sua igreja, e ainda blasfemava, questionando a Sua existência.

Ao colocar em questão a existência divina, negá-la e descobrir a divindade na humanidade, Casy não apenas se afastava dos princípios bíblicos elementares que também trazia consigo, como apresentava – também simbolicamente – os princípios seculares da sociedade norte-americana. Para Frederic Carpenter, Jim Casy “traduz a filosofia americana em palavras”.⁵⁴⁰⁷ Se Jim Casy encarna Jesus Cristo, ele também encarna Ralph Waldo Emerson, que, assim como ele, largou o ministério religioso em nome de ideias não ortodoxas. Para Emerson, o homem e a natureza deviam formar uma unidade, o Ser Superior (*The Oversoul*), que abrigava a divindade, baseava-se no amor entre os seres humanos, e era o cerne de seu misticismo transcendental. Assim, Casy larga o ministério religioso para exercer um amor terreno, e o Espírito Santo tomaria forma no próprio espírito humano. Na passagem do amor à humanidade em geral ao amor ao “povo” em particular, Casy também passaria de Emerson a Walt Whitman. O personagem gosta do povo “a ponto de rebentar”. O povo, enquanto grupo social geral, era um agregado natural para Whitman, praticante de uma democracia instintiva e distinta do socialismo abstrato e “imposto de cima para baixo”.⁵⁴⁰⁸ Seria este comunitarismo instintivo, baseado no agregado natural – e místico – de indivíduos, que também estaria presente nas últimas palavras de Tom Joad, ao despedir-se de sua mãe, decidido a deixar definitivamente a família e a unir-se espiritualmente à humanidade em geral.

Os diversos elementos literários articulados por Steinbeck em “As Vinhas da Ira” constituiriam em seu conjunto uma resposta para a histórica e polêmica dicotomia no campo da estética entre o “conteúdo” e a “forma” da obra de arte. Segundo Zoe Trodd, “As Vinhas da Ira” era um exemplar característico da literatura de protesto e, como tal, solucionava aquela dicotomia através de uma “política da forma”, que reunia e entrelaçava os elementos

5401Ibid., p. 548.

5402TRODD, ZOE. Star Signals: John Steinbeck in the American Protest Literature Tradition, **The Steinbeck Review**, v. 5, n. 2, p. 10-37, 2008.

5403STEINBECK, op. cit., p. 95-96.

5404STEINBECK, op. cit., p. 420.

5405TRODD, op. cit., passim.

5406TRODD, op. cit., p. 25.

5407CARPENTER, op. cit., p. 316.

5408CARPENTER, op. cit., p. 319.

do conteúdo e da forma, fazendo com que a existência de um não significasse o ofuscamento da outra.

Dessa maneira, as variáveis estéticas do romance de Steinbeck estariam plenamente integradas ao seu conteúdo, fosse ele de ordem subjetiva, social, política ou filosófica. Para Trodd, a política da forma fazia-se presente no romance através da empatia (a promoção da identificação ativa do leitor com a trama e seus personagens, capaz de gerar não simplesmente a simpatia, como também o compromisso); o poder de choque (a capacidade de “acordar” o leitor para as situações representadas e de levá-lo à ação); a ação simbólica (a passagem do simbolismo imediato à abertura do romance à interpretação do leitor, através da dualidade, da sucessão entre aproximação e distanciamento); e da evocação da memória popular (a comunicação do romance com a tradição literária e histórica).

Considerações finais

Este trabalho pretendeu abordar a interação entre os fatos históricos ao redor de John Steinbeck e a sua atividade artístico-literária. O indivíduo, a arte e a história articularam-se de tal forma em sua vida, que a separação dessas dimensões só pode ser feita correndo-se o risco de comprometer o entendimento da complexidade e simultaneidade daquela relação.

Nesta análise específica do escritor, percebe-se como a sua obra em questão, “As Vinhas da Ira”, oferece um privilegiado portal para compreensão do homem e do seu tempo. Tanto o conteúdo quanto a forma de seu romance têm raízes mais profundas do que se pode imaginar à primeira vista: através de um, temos acesso à história norte-americana, de sua Independência até a primeira metade do século XX, e também descobrimos como a constituição dos Estados Unidos esteve atrelada às histórias de tantos outros povos e sociedades, e até mesmo como a dinâmica (física) do clima interagiu com a sua economia, com a sua geografia e com a sua população (humanas); através da outra, percorremos os mais variados estilos literários, desde as escrituras bíblicas até a literatura moderna, passando por Tolstói e John dos Passos, e incluindo a música sinfônica. E, ao final, através do encontro promovido pela obra de arte entre o conteúdo e a forma, percebemos o quanto entrelaçam-se história e literatura, uma dispondo materiais, outra forjando-os à sua maneira, filtrando e remodelando aqueles através das mãos e mentes dos artistas.

A miríade de acontecimentos históricos e de estilos artísticos disponíveis concorreram para a formação do homem e do artista Steinbeck na medida que se expunha – conscientemente ou não, propositadamente ou não – aos fatos e pensamentos contemporâneos, e na medida em que agia dialeticamente em relação àqueles, escolhendo, opinando e produzindo. Estando, como ele próprio colocara, disponível para sorver tudo o que dele se aproximasse e transformá-lo em seguida em literatura, não se pode queixar que assim não o tenha feito. Paradoxalmente, se o seu ecletismo político e literário é o que dificulta tomá-lo por inteiro, ao mesmo tempo, é o que garante a riqueza e a complexidade de sua vida e obra.

*Deise Maria Albuquerque de Lima Saraiva*⁵⁴¹⁰
deisealbuquerque.lima@gmail.com

Resumo: O estudo das amálgamas sociais e culturais que atravessam a produção literária é objeto de pesquisa na sociologia, literatura e também na história. Em alguns casos, no que se refere à história, isso significa demandar atenção às condições de produção dos textos, que, amiúde, não podem ser apartadas da trajetória individual do autor: sujeito histórico inserido em sociabilidades diversas que o formam e ao mesmo tempo conferem sentido à sua obra. Esse espaço de escrita limita-se à aspectos da trajetória de vida e do intelectual Antonio Olinto, para, talvez, melhor perceber o duplo jogo entre fato e ficção na Trilogia de romances *A casa da água* (1969), *O rei de Keto* (1980) e *O trono de vidro* (1987), de sua autoria. Através desse cotejo, esperamos perceber como Olinto se insere numa tessitura mais ampla onde história, trajetórias e escritos se imbricam.

Palavras-chave: Intelectual. Literatura. História.

Algumas palavras sobre Antonio Olinto

“O texto escrito é um quadro falante [...] ele é lido, sem dúvida, mas a especificidade dessa leitura – sem que seja esquecida a característica visual da página impressa – é menos ser uma operação da visão do que uma operação da fala e da escuta”.

Louis Marin

Comparando a leitura de um texto à leitura de um quadro, Louis Marin aponta semelhanças entre o processo de compreensão da escrita e da imagem. Os relaciona, ao tempo em que os diferencia, quando clarifica que a leitura do texto diverge da leitura da imagem porque, *sobre o texto*, dá-se um trabalho na ordem da fala e da escuta, mais que da visão. Remeto às palavras de Marin porque tenho por premissa que o fazer historiográfico é, principalmente, um trabalho de leitura. Leitura dos atos, fatos e produções humanas, entre elas, a produção cultural (leitura dos contextos de produção, leitura das sociabilidades que a influenciam e por ela são influenciadas). E se os textos escritos são *quadros falantes*, certamente eles não “falam” às paredes, mas aos sujeitos. E o historiador, sujeito que é, tem ouvidos. O que não significa que sejam os únicos autorizados à tarefa de “ouvir” os textos, mas que podem, a partir do cotejo de sua *biblioteca vivida*⁵⁴¹¹, elaborar *falas* sobre eles. A percepção do trabalho do historiador como prática de leitura se torna ainda mais vigorosa quando a pesquisa tem por eixo, textos literários, tal como se aplica nessa investigação. Nela, procuro não objetivar a literatura como fonte de acesso ao passado, mas aceitá-la como

⁵⁴⁰⁹ Texto originalmente elaborado como requisito avaliativo da disciplina “História Cultural, História da Cultura: Leituras”, ministrada pelo Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira, no primeiro semestre de 2016 na Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Foi adaptado, revisto e ampliado para publicação no V Simpósio Internacional de História e Historiografia: A história na encruzilhada dos Tempo, evento realizado entre os dias 22 e 25 de novembro de 2016, no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

⁵⁴¹⁰ Doutoranda em História – UFPE.

⁵⁴¹¹ Para Jean-Marie Goulemot, a prática da leitura é uma construção de sentido dada a partir do dialogismo e intertextualidade implícitas na prática da leitura: “*Ler será portanto, fazer emergir a biblioteca vivida, quer dizer, a memória de leituras anteriores e de dados culturais*”. p. 113 (grifo meu). GOULEMOT, Jean Marie. Da leitura como produção de sentidos. In: CHARTIER, Roger. *Práticas da leitura*. Tradução: Cristiane Nascimento. 1ª reimpressão. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. pp.107-116.

ponto de partida para uma compreensão da relação entre memória, construção literária e história.

A escolha dos romances *A casa da água*, *O rei de Keto* e *O trono de vidro* parte do reconhecimento de que eles podem ser entendidos como *quadros* (para usar a expressão de Marin), ou mais precisamente, relatos. Quadros-relato, talvez. Mas de quê?

Nesses sinuosos caminhos iniciais da pesquisa, parece que os romances citados configuram *quadros-relato* em pelo menos três níveis: da história do Brasil e da África continental no início dos anos 60; da percepção do autor sobre a cultura africana e afro-brasileira; das memórias de vida e da viagem à África de um intelectual: Antonio Olinto.

As informações biográficas a seguir foram extraídas de dois trabalhos sobre a vida e obra desse intelectual⁵⁴¹². Um deles é o livro publicado com a chancela do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e pelo Instituto Cultural Antonio Olinto (ICAO)⁵⁴¹³, intitulado *Brasileiro com alma africana: Antonio Olinto*, de autoria de José Luís Lira⁵⁴¹⁴. Embora pouco denso, essa biografia traz informações recolhidas junto ao próprio intelectual. O segundo é fruto da pesquisa de mestrado em literatura de Cláudia de Moraes Sarmiento Condé. Publicado em 2004, sob o título: *Antonio Olinto o operário da palavra: uma viagem da realidade à ficção*, o livro oferece aspectos biográficos da vida cotejados com sua obra em poesia e prosa, além uma análise da relação entre a sua produção escrita do autor e o seu ofício de jornalista.

O ex-seminarista, professor, jornalista, crítico literário, ensaísta, poeta, adido cultural, escritor e imortal da Academia Brasileira de Letras, Antonio Olyntho Marques da Rocha, mais conhecido como Antônio Olinto, nasceu no município mineiro de Ubá em 1919 e faleceu na cidade do Rio de Janeiro no ano de 2009⁵⁴¹⁵.

Suas tentativas de ingressar no sacerdócio não tiveram o êxito esperado pela família, que, provavelmente, ansiava pela via religiosa para salvar o último dos três filhos vivos. Os demais haviam sido ceifados pela crupe (difteria). Mas não só por isso. O menino Olinto sofrera um acidente com água quente que teria levado à mãe a prometer-lo para o ofício da fé. As sequelas do acidente se verificavam no aparelho de surdez que desde então passou a utilizar⁵⁴¹⁶. Mas não acredito que venha daí o seu fascínio literário pela água. Penso que foi mais a influência do Rio Ubá, hoje, quase inexistente, mas presente na memória do escritor, o que se verifica de maneira muito clara nos romances supracitados. Passou a adolescência na cidade de Piau (MG). A mesma Piau de onde partem as protagonistas de *A casa da água* rumo à viagem à África.

⁵⁴¹² A pesquisa documental revelou três obras sobre a vida e ou a Obra do intelectual: **Antônio Olinto, o operário da palavra: uma viagem da realidade a ficção** (2004) de Claudia de Moraes Sarmiento Condé; *Brasileiro com Alma Africana: Antônio Olinto* (2008) escrito por José Luiz Lira, e **Antônio Olinto: Memórias póstumas de um imortal** (2009) de João Lins de Albuquerque.

⁵⁴¹³ O Instituto Cultural Antonio Olinto (ICAO), localizado em Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, reunia o acervo cultural do casal Antonio Olinto e Zora Seljan (mais de duzentas esculturas africanas, 20 mil volumes e 5 mil fotografias ligadas à literatura brasileira), além de apoiar atividades ligadas à cultura e à arte. LIRA, *op. cit.* Não obstante, um contato que estabeleci com pessoa ligada à Olinto (quando em vida), e cuja a identidade opto por preservar, me dá conta que o acervo foi parar nas mãos de herdeiros e que quase tudo se perdeu. Como isso aconteceu, não será “resolvido” aqui.

⁵⁴¹⁴ José Luís de Araujo Lira, ou simplesmente, José Luís Lira é advogado, jornalista e escritor Cearense. Iniciou a formação em Direito pela Universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro e concluiu o curso na Universidade de Fortaleza. É atualmente professor de Direito, escritor e fundador-presidente da Academia Brasileira de Hagiologia. Publicou 15 livros, dos quais pelo menos 6 tem caráter biográfico, dentre os quais destaco: *O Poeta do Ceará: Artur Eduardo Benevides, No Alpendre com Rachel - Ensaio Biográfico sobre Rachel de Queiroz* e *Brasileiro com alma africana: Antonio Olinto*. Os demais trabalhos desse tipo parecem se referir à figuras religiosas. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/8717865055764692>>. Acesso em: 28/07/2016.

⁵⁴¹⁵ LIRA, José Luís. **Brasileiro com alma africana: Antonio Olinto**. Rio de Janeiro: ICAO, 2008.

⁵⁴¹⁶ LIRA, *op. cit.*

Do sacerdócio obteve as ordens menores (formação em Filosofia e Teologia) e a amizade de Roberto Campos⁵⁴¹⁷, que duraria pelo restante de sua vida⁵⁴¹⁸. Segundo Zora Seljan⁵⁴¹⁹, segunda esposa de Olinto, ele pode ter sido o professor mais jovem do Brasil, começando o ofício aos 14 anos⁵⁴²⁰. Com a mesma idade, sua protagonista em *A casa da água* inicia a mesma atividade para ajudar financeiramente sua família, já em territórios africanos.

Em 1945, frequentador dos círculos intelectuais cariocas, funda, junto com Antonio Braga, o Grupo Malraux⁵⁴²¹ do qual falarei adiante. José Luís Lira indica que foi num desses encontros entre intelectuais que Olinto iniciou seu romance com a teatróloga Zora Seljan, então ex-esposa do escritor Rubem Braga. Então professor da Faculdade de Jornalismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1949, Antonio Olinto abandona a docência e ingressa na equipe do Jornal *O Globo*.

Convidado pelo primo Edmundo Lys, crítico de cinema de *O Globo*, para substituí-lo durante um período de trinta dias em que estaria ausente do país, acabou sendo convidado pelo próprio “Dr. Roberto”, que, encantado com seu trabalho, contratou-o imediatamente. Foi assim que assumiu, como crítico literário, a coluna diária “O Globo nas Letras”, cujo nome mais tarde ele mudaria para “Porta de Livraria”⁵⁴²².

Em sua coluna literária, “transitaram todos os principais fatos e personagens da vida intelectual do País”⁵⁴²³. Zora era responsável pela crítica teatral no mesmo jornal. Em 1950 foi enviado à Suécia para cobrir o cinquentenário do Prêmio Nobel⁵⁴²⁴, momento que, possivelmente, favoreceu a projeção do seu nome como intelectual e crítico literário e também a construção de redes de sociabilidades estrangeiras. Apresentou os primeiros programas de TV brasileiros sobre literatura na TV Tupi e na TV Continental⁵⁴²⁵.

Em 1954, Olinto foi convidado pelo presidente em exercício, Café Filho, para assumir a direção do Serviço de Documentação do então Ministério da Viação e Obras Públicas onde desenvolveu um trabalho direcionado para a arte e cultura promovendo exposições, pinturas sobre as malhas viárias e ferroviárias do país, e, sobretudo, fomentando mais de trinta concursos de caráter literário. É desse período o lançamento da *Coleção Mauá* de gravuras⁵⁴²⁶.

Já durante o conturbado governo Jânio Quadros, foi convidado para assumir a primeira embaixada brasileira na Nigéria, criada em 1961⁵⁴²⁷. Entretanto, uma vez aceita a renúncia do presidente e implementado o Gabinete Parlamentarista, a posse de Olinto não se deu.

⁵⁴¹⁷ **Roberto de Oliveira Campos** (1917-2001). Teólogo, filósofo, diplomata, economista. Ocupou diversos cargos administrativos, políticos e diplomáticos. Para mais informações consultar: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/roberto_campos> Acesso em 30/07/2016.

⁵⁴¹⁸ LIRA, *op. cit.*

⁵⁴¹⁹ **Zora Seljan** (1918-2006). Teatróloga, romancista, cronista, colunista e crítica teatral. Tem vasta produção, em diversas áreas, sobre cultura afro-brasileira, especialmente a questão dos orixás africanos. Foi a segunda e última esposa de Antonio Olinto.

⁵⁴²⁰ LIRA, *op. cit.*

⁵⁴²¹ O nome do grupo é uma homenagem a *André Malraux* (1901-1976), escritor e intelectual francês autor do consagrado e premiado **A condição humana** (no original, *La condition humaine*, de 1933).

⁵⁴²² CONDÉ, Cláudia de Moraes Sarmento. **Antonio Olinto o operário da palavra**: uma viagem da realidade à ficção. Rio de Janeiro: UniverCidade Editora, 2004. p. 30. Grifo meu.

⁵⁴²³ LIRA, *op. cit.* p. 20.

⁵⁴²⁴ Idem.

⁵⁴²⁵ Idem.

⁵⁴²⁶ Idem.

⁵⁴²⁷ Idem.

Não aceitaram sua indicação ao cargo, por não ser diplomata de carreira. Surge então o convite para que se torne Adido Cultural em Lagos (Nigéria)⁵⁴²⁸.

Em quase três anos de atividade (1962-1964), Olinto fez cerca de 120 conferências na África Ocidental, exposições artísticas de motivos afro-brasileiros, colaborou com revistas nigerianas. Junto com Zora, já amante da cultura afro-brasileira e responsável pela produção de espetáculos afro-brasileiros como *Exu, Cavaleiro da Encruzilhada*⁵⁴²⁹, instituiu um curso de português para os retornados e comunidades de descendentes de brasileiros⁵⁴³⁰ que lá encontraram. Zora foi ainda leitora na Universidade da Nigéria.

Antes de retornar ao Brasil, o casal adquiriu um imenso acervo de máscaras gueledés. Mais que isso, trouxeram na bagagem, um amor pela cultura africana que Olinto definia do seguinte modo: “Zora e eu estávamos fisgados, e não o sabíamos... Estávamos arpoados, presos, marcados para o resto da vida. Corria em nosso sangue o vício da África de que ninguém se livra mais⁵⁴³¹.”

Olinto percorreu os Estados Unidos entre 1965 e 1967 como professor visitante da Universidade da Columbia, em Nova York. Fez conferências em outras tantas⁵⁴³². Em 1968, foi nomeado Adido em Londres, mas não foi curado do vício da África. Me parece que tão logo lhe foi possível, empreendeu uma nova viagem à ela, dessa vez, através da memória, durante a escrita de *A casa da água*, seu primeiro e mais aclamado romance, publicado pela primeira vez em 1969.

Um romance que se desdobraria em três e que hoje estão organizados pela Editora Bertrand como a trilogia *A alma da África*. Individualmente, os três romances foram traduzidos para cerca de 19 idiomas “(inglês, italiano, francês, polonês, romeno, macedônio, croata, búlgaro, sueco, espanhol, alemão, holandês, ucraniano, japonês, coreano, galego, catalão, húngaro e árabe) e com mais de trinta edições fora do Brasil”⁵⁴³³, dados que indicam o sucesso dos romances.

Infelizmente é compreender a dificuldade em encontrar a prosa ou mesmo a poesia de Antonio Olinto referenciada nos manuais de literatura. *A priori*, imaginei que esse ostracismo relegado à sua contribuição para uma literatura afro-brasileira fosse devido ao seu nome estar muito mais relacionado ao universo da crítica literária, do que propriamente ao universo das letras, à despeito de sua vasta produção bibliográfica⁵⁴³⁴. Entretanto, outra via interpretativa que parece mais plausível, é que a temática afro-brasileira de suas três *prosas*

⁵⁴²⁸ LIRA, *op. cit.*

⁵⁴²⁹ Adaptada para o inglês pelo ator, autor e produtor afro-americano, Ray Shell.

⁵⁴³⁰ A União Descendentes Brasileiros (1919) e a Brazilian Descendents Association (1963).

⁵⁴³¹ OLINTO, Antonio. Apud LIRA, *op. cit.* p. 29.

⁵⁴³² Yale, Harvard, Howard, Indiana, Palo Alto, UCLA, Louisiana e Miami. LIRA, *op. cit.*

⁵⁴³³ LIRA, *op. cit.*

⁵⁴³⁴ Na poesia: Presença (1949), Resumo (1954), O Homem do Madrigal (1957), Nagasaki (1957), O Dia da Ira (1959), As Teorias (1967), Antologia poética (1967), A Paixão segundo Antonio (1967), Teorias, novas e antigas (1974), Tempo de verso (1992), 50 Poemas escolhidos pelo autor (2004), Ave Zora ave aurora (2006). Ensaio: Jornalismo e literatura (1955), O “Journal” de André Gide (1955), Dois ensaios (1960), Brasileiros na África - ensaio sócio-político (1964), O problema do Índio Brasileiro (1973), Para onde vai o Brasil? (1977), Do objeto como sinal de Deus - ensaio sobre arte africana (1983), O Brasil exporta - história da exportação brasileira (1984), Literatura Brasileira (1994), Antonio Olinto apresenta Confúcio e o Caminho do Meio (2001). Crítica literária: A invenção da Verdade - crítica de poesia (1983), A verdade da Ficção (1966), Cadernos de Crítica - crítica literária (1958). Literatura infantil: Ainá no Reino do Baobá (1979). Romance: A Casa da Água (1969), O Cinema de Ubá (1972), Copacabana (1975), O Rei de Keto (1980), Os móveis da bailarina (1985), Trono de vidro (1987), Tempo de palhaço (1989), Sangue na floresta (1993), Alcacer-Kibir (1997), A dor de cada um (2001), Ary Barroso, história de uma paixão (2003). Conto: O menino e o trem (2000). Gramática: Regras práticas para bem escrever (2000). Dicionários: Minidicionário poliglota (sem ano), Minidicionário Antonio Olinto: inglês-português, português-inglês (1999), Minidicionário Antonio Olinto: espanhol-português, português-espanhol (2000), Minidicionário Antonio Olinto da língua portuguesa (2000). Aqui referenciadas apenas as primeiras edições nacionais de acordo com a lista elaborada por LIRA, *op. cit.* Para edições internacionais, consultar lista completa entre as páginas 243-245.

mais aclamadas tenha sido a barreira que o separou do grande público nacional. Ou será mera coincidência que tanto os escritores negros como a produção literária sobre o negro tenha sido majoritariamente estudada por pesquisadores estrangeiros⁵⁴³⁵? E ainda que nossos escritores negros, ao tratarem de questões relacionadas à tomada de consciência e da alienação cultural dos afro-brasileiros⁵⁴³⁶, também não ocupem espaços legitimadores como as páginas de crítica ou os manuais de literatura do ensino médio e fundamental?

O reconhecimento de Olinto viria dos pares. Em 1997, Antonio Olinto é eleito para ocupar a cadeira de número 8 da Academia Brasileira de Letras, “Casa” onde desempenhou também funções administrativas. Retomou, como editor e colaborador, a publicação d’*O Jornal de Letras*⁵⁴³⁷ em 1998. Em 2001, foi nomeado pelo então prefeito César Maia para ocupar o cargo de Diretor Geral do Departamento de Documentação e Informação, tendo, nesse cargo, inaugurado mais de 29 bibliotecas⁵⁴³⁸, na cidade do Rio de Janeiro.

Os aspectos factuais acima relacionados e não problematizados na biografia de José Luís Lira (talvez por opção, ou pelos limites impostos por sua formação intelectual) estão longe de compor uma *descrição densa* (nos termos de Geertz⁵⁴³⁹) sobre o intelectual Antonio Olinto. Não obstante, a partir dos fatos podemos tecer algumas considerações iniciais que entrelaçam *factae* e *factae* no que considero o conjunto de *obras primas* do escritor.

Entre facto e ficção: a alma da África

Os romances *A casa da água* (1969), *O rei de Keto* (1980) e *O trono de vidro* (1987) que hoje foram a trilogia *A alma da África*, não são a alma da África⁵⁴⁴⁰. Eis um fato. Outro é que estou certa que Antonio Olinto não ambicionava dar conta de tamanha densidade e diversidade cultural. Minha percepção vai mais no sentido de que sejam, esses romances, *lugares de memória*, nos termos de Pierre Nora⁵⁴⁴¹.

Nesse sentido, Olinto utilizou-se de várias memórias para a construção literária das narrativas. Fez esse uso em dois sentidos: as memórias (individuais e coletivas) são matéria prima dos três livros, e também são a forma através do qual o autor constrói as narrativas – se utiliza da memória das personagens para conduzir os enredos.

⁵⁴³⁵ BASTIDE, Roger. A poesia afro-brasileira. In: *Estudos Afro-Brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1953; BROOKSHAW, David. **Raça e cor na literatura brasileira**. Tradução: Marta Kirst. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983; RABASSA, Gregory. **O negro na ficção brasileira**. Tradução: Ana Maria Martins. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1965; SAYERS, Raymond. *O negro na Literatura Brasileira*. Tradução: Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: O cruzeiro, 1956.

⁵⁴³⁶ De acordo com David Brookshaw, entre os poetas negros que, a partir da década de 1930, tentam – não sem dificuldade – superar estereótipos literários de séculos de expressão artística, podemos citar a poesia de Lino Guedes, Solano Trindade, Eduardo de Oliveira e Oswald de Camargo, além dos versos do sambista Nei Lopes, que se destaca no que poderia ser descrito como um movimento de tomada de consciência de uma identidade negra. No universo da prosa podem ser citadas as contribuições de Robson Crousoé, Anajá Caetano, Oswald de Camargo e Nataniel Dantas, que dedicaram-se a temáticas negras. BROOKSHAW, *op. cit.* A esses nomes Proença Filho acrescenta os de Joel Rufino dos Santos, Aline França, Carolina de Jesus, Abdias Nascimento, Mestre Didi, Julio Braga e João Felício dos Santos, que trabalham temáticas afro-brasileiras, ou negras em suas obras. PROENÇA FILHO, Domício. A trajetória do negro na literatura brasileira. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, v. 18, n. 50, p. 161-193, jan/abr., 2004.

⁵⁴³⁷ De acordo com LIRA, *op. cit.*, o periódico foi fundado por Elysio Condé, mas Lira não menciona a data. Entretanto, sabe-se que o periódico continua em atividade passível de verificação em: <<http://www.jornaldeletras.com.br/>> Acesso em 31/07/2016.

⁵⁴³⁸ LIRA, *op. cit.*

⁵⁴³⁹ GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.

⁵⁴⁴⁰ O apelo comercial que envolve o nome da trilogia e o próprio lançamento dos romances, nesse formato, pela Editora Bertrand do Brasil serão problematizados em outro espaço de escrita.

⁵⁴⁴¹ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática os lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. IN: Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP** (São Paulo). v. 10, p. 7-28, dez/1993.

Falo em memórias no plural porque parece claro que assim o seja. Olinto colocou, nos três romances, aspectos de sua vida: a Minas Gerais de sua infância (no município do Piau), provavelmente marcada pela convivência com descendentes de escravos e ex-escravos⁵⁴⁴²; o fascínio pela água como elemento mobilizador da vida e das coisas – havia o acidente com água quente, as águas do Rio Ubá, as do litoral carioca, as do Atlântico que atravessara para exercer a atividade diplomática, no mágico continente (era dessa maneira que o escritor se referia à África)... Também havia aquela escultura do espírito santo que ele possuía no escritório⁵⁴⁴³, e que possivelmente o acompanhava, como acompanhava a jovem Mariana no segundo e terceiro romances. Escultura que talvez fosse um tipo de elo que mantinha com o sacerdócio abandonado. E as viagens. Sim, aquelas viagens diplomáticas e como conferencista que serviram de substrato para a mover as narrativas em questão, numa dimensão transcontinental com os deslocamentos geográficos de suas personagens. Mas ainda, e sobretudo, a memória da viagem fundante de sua vida: a viagem à África.

Dela, Olinto lançou mão de cheiros, sabores, sensações, cores, flora, costumes, expressões religiosas, bem como das idas e vindas aos mercados⁵⁴⁴⁴ para comprar as esculturas que o fascinavam e realizar conferências pela parte ocidental do continente. E das pessoas: africanos, brasileiros, afro-brasileiros. Após a abolição da escravidão no Brasil (1888), essa parcela do território africano recebeu grande quantidade de ex-escravos e seus descendentes, desejosos de um reencontro com sua *terra natal*. Outros, buscavam uma identidade que lhes parecesse mais adequada que a ilusão de igualdade forjada por uma intelectualidade apartada do social e que, até a década de 1920⁵⁴⁴⁵, ainda nutria o sonho do branqueamento (a década seguinte assistiria o soerguimento de uma falácia: a *democracia racial*).

Antonio Olinto conversou com essas pessoas. Esses encontros, diálogos e percepções críticas do intelectual eram, segundo Cláudia Condé⁵⁴⁴⁶, relatadas ao Jornal *O Globo* e posteriormente foram reunidas no livro *Brasileiros na África*, publicado no mesmo ano do seu retorno (1964). Uma dessas conversas foi o ponto de partida para o início da saga literária de uma família afro-brasileira.

Romana da Conceição chegou do Brasil em 1900, aos 12 anos de idade, num veleiro chamado “Aliança”. Nina Rodrigues fala nessa viagem no livro *Africanos no Brasil* [...]

– Sou de Pernambuco. Do Recife. Ainda me lembro de muita coisa lá, mas é a Bahia que está mais na minha lembrança, porque aos nove anos, fui morar em Salvador.

⁵⁴⁴² Lembremos que Olinto nasce em 1919. A escravidão fora posta em xeque há apenas 31 anos. Isso significa que o autor conviveu, senão com ex-escravos, com descendentes de escravos de primeira geração durante sua infância e adolescência em Minas Gerais.

⁵⁴⁴³ LIRA, *op. cit.*, apresenta foto dessa escultura do espírito santo em madeira na p. 59

⁵⁴⁴⁴ Antonio Olinto dedicou especial atenção à dinâmica dos mercados africanos no segundo livro da trilogia. Esse passeio narrativo é feito através da personagem Abionan, amiga da segunda Mariana. A cada dia da semana Yoruba (tradicionalmente composta por quatro dias) Abionan vendia em um mercado diferente: Dia de Ifá e Exu, Mercado de Keto; Dia de Ogum, Mercado de Opô Metá; Dia de Xangó, Mercado de Idigny; Dia de Obatalá, Mercado de Irô Kogny. Aprendera com a mãe a vender em mercados e ainda criança percorrera com ela vários mercados da Nigéria. Para as duas, essa era uma forma de conhecer o mundo que Abionan sempre trazia na memória. OLINTO, Antônio. **O Rei de Keto**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. (Trilogia Alma da África, v. 2). Para conciliar-se com o calendário gregoriano, hoje a semana Yoruba também possui sete dias, sendo quatro ainda dedicados aos orixás, mantendo parte do calendário tradicional da semana dividida em 4 dias. C.f.: ALARAM, Remi-Niyi. **Kojoda 2008 Yoruba Festivals (Ajodum Irunmole) Calendar**. Janeiro, 2008. Disponível em: <ngex.com/News/public/article.php?ArticleID=816#>. Acesso em 26/08/2016.

⁵⁴⁴⁵ SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco**: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro (1870-1930). 2ª ed. Tradução: Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

⁵⁴⁴⁶ CONDÉ, *op. cit.*

A avó de Romana da Conceição, que nascera na Nigéria, sempre tivera o sonho de voltar à terra natal. Conseguiu convencer a filha, já nascida no Brasil e mãe de Romana, a ir com ela e levar os filhos: Manuel, Romana e Luíza. Cerca de sessenta brasileiros pegaram o veleiro “Aliança” na Bahia. A viagem de Salvador a Lagos demorou seis meses. Houve semanas de calmaria em que Romana me conta que ficava olhando o mar que de tão quieto nem parecia mar. Começaram a faltar viveres. Doze pessoas morreram. A viagem parecia não terminar mais. Quando aportaram a Lagos, as autoridades inglesas colocaram todo mundo de quarentena e não deixaram que descessem com um objeto sequer. Roupas, joias, pertences de qualquer tipo, foram, por medo de contaminação de doenças, retirados dos viajantes brasileiros, que desceram em Lagos com pedaços de pano enrolados no corpo ou com roupas emprestadas. Encontrei ainda em Lagos passageiros dessa viagem da “Aliança”: Romana, Maria Ojelabi, Manuel Emídio da Conceição, Luíza da Conceição e Júlia da Costa⁵⁴⁴⁷.

O trecho acima nos evidencia a riqueza da experiência de Olinto em África, bem como a dos relatos obtidos durante ela. Não causa estranheza portanto, que a história de Romana tenha sido a inspiração para a construção da personagem Mariana, e que outros retornados também tenham sido ficcionalizados por Olinto. No entanto, é inegável que o autor emprestou à essas personagens sua própria memória. Segundo Condé, esse forma de escrever do autor está relacionada ao ofício jornalístico. Dividido entre o compromisso com a realidade (da atividade jornalística) e o envolvimento com as letras (o autor além de crítico literário era também poeta), surge uma narrativa ficcional permeada pelo real do próprio autor e de outras pessoas que, de uma maneira ou de outra, fizeram parte de sua vida⁵⁴⁴⁸.

Assim, Olinto vai criando memórias coletivas: esse espaço onde a memória individual se entrelaça à experiência histórica de maneira mágica para recompor o passado, como sugeriu Maurice Halbwachs⁵⁴⁴⁹. Espaço próprio à construção de possibilidades históricas.

Os romances de Olinto representam memórias coletivas do Brasil e da África. São narrativas argutas de um escritor que chega em Lagos apenas dois anos após a independência da Nigéria e que, percebendo as consequências do neocolonialismo em África, convida implicitamente o leitor a refletir sobre elas no primeiro livro; descreve a dinâmica da vida africana em termos mágicos e míticos, no segundo; enquanto que no terceiro, escrito já nos últimos suspiros sulfúricos da ditadura militar (1987), aproxima Brasil e África, para falar de democracia, através da história de um golpe militar do qual uma região africana precisa ser liberta, pela ação da protagonista do livro.

O intelectual como ator do político

Consta que, em 1945, Antonio Olinto funda o Grupo Malraux⁵⁴⁵⁰ responsável pela organização da primeira exposição de poesia do Brasil, que aconteceu na Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, no dia do 26º natalício de Antonio Olinto, 10 de maio de 1945. Dois dias antes, o mundo testemunhara o término da Segunda Guerra Mundial⁵⁴⁵¹

⁵⁴⁴⁷ OLINTO, Antonio. **Brasileiros na África**. 2ª ed. São Paulo: GRD, 1980. pp. 146-147. Grifos e aspas do original.

⁵⁴⁴⁸ CONDÉ, *op. cit.*

⁵⁴⁴⁹ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2ª ed. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

⁵⁴⁵⁰ O nome do grupo é uma homenagem a André Malraux (1901-1976), escritor e intelectual francês autor do consagrado e premiado A condição humana (no original, La condition humaine, de 1933).

⁵⁴⁵¹ LIRA, *op. cit.*

Os poetas que compunham o movimento tinham quase todos a mesma idade. Eram eles, Antonio Fraga, Luciano Maurício, Hélio Justiniano da Rocha, Aladyr Custódio, Ernande Soares e Antonio Olinto, que era também o secretário do grupo, redator do manifesto que serviu de apresentação do catálogo então impresso. Sem participarem do grupo, integraram a mostra de poema: Maria Elvira de Sá Pires, Telmo Jesus Pereira, Paulo Armando e Levy Menezes. O resultado prático do movimento foi a fundação da Livraria Macunaíma, editora com escritório na Rua São José, 11, 1º andar, Rio de Janeiro. A editora, que tinha como sócios Antonio Fraga, Antonio Olinto e Ernande Soares, lançou vários livros, entre os quais, a novela *Desabrigo* (de Antonio Fraga) que, segundo o biografado, é um alto momento da ficção curta brasileira.

Ao redor do movimento e dele independentes, havia poetas que vinham, nos últimos anos da guerra, fazendo uma poesia diferente. Entre eles estavam Lêdo Ivo, Domingos Carvalho da Silva, Antonio Rangel Bandeira e Bueno de Rivera⁵⁴⁵².

Ainda sem acesso ao manifesto mencionado por José Lira, e sem condições de dimensionar a importância desse grupo, recém descoberto no âmbito da pesquisa, restou ao menos confirmar sua existência.

Maria Célia Barbosa Reis da Silva, referindo-se à trajetória de um dos membros do grupo, Antonio Fraga, revela que teria sido de Fraga e Olinto a ideia de criar o grupo de apresentá-lo sob a forma de uma exposição de poesia. Acrescenta que Carlos Drummond de Andrade teria elogiado o pioneirismo do evento na crônica “Poetas em maio”, publicada pela revista *Leitura*⁵⁴⁵³.

Do que se nota, o grupo Malraux, formado na metade da década de 40, reúne intelectuais que, em sua maioria, são cariocas ou circulantes da boemia da cidade, nesses idos. Os frequentadores do *Vermelho*⁵⁴⁵⁴ deveriam todos estar próximos aos trinta anos. Sobre os poetas de 1945, deixo as palavras do próprio Olinto:

Estamos em 1945, a guerra terminara em 8 de maio. Não sabíamos que ela ia terminar. Mas, no fundo, sabíamos. Sabíamos porque desde o fim de abril, um grupo de jovens poetas, preparamos uma exposição de poesia. Isto mesmo: uma exposição de poesia. Datilografamos poemas em folhas de papel, emolduramos-os como se quadros fossem, e penduramos-os nas paredes da sala de entrada da Escola Nacional de Belas Artes na Rua Araújo Porto Alegre do Rio de Janeiro. [...] Conseguimos imprimir um catálogo, para o qual escrevi uma apresentação, com um poema de cada expositor. Inauguramos a mostra em 10 de maio de 1945 (dia do meu aniversário). Era a primeira demonstração pública da geração que viria mais tarde a ser chamada de Geração de 45. Verdade é que; antes dessa data, Nelson Rodrigues lançara o seu *Vestido de noiva*, Clarice Lispector

⁵⁴⁵² Idem. p. 83-84

⁵⁴⁵³ SILVA, Maria Célia Barbora Reis da. Antônio Fraga: uma obra e um autor em busca de abrigo. **Revista Espaço Acadêmico**, Ano IV, nº 38, jul 2004. Sem paginação. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/038/38csilva.htm>>. Acesso em 28/07/2016.

⁵⁴⁵⁴ Botequim carioca onde, de acordo com LIRA, *op. cit.*, o grupo se reunia. Para uma história cidade do Rio a partir dos botequins, ver: SEBADELHE, José Otávio; MELLO, Pedro Paulo Thiago. **Memória afetiva do botequim carioca**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015.

publicara *Perto do coração selvagem* e Guimarães Rosa ganhara prêmio, em 1936, com os contos de *Sagarana*, só publicados mais tarde. Em todos eles havia a marca dos novos tempos. Que veio a ser afinal a Geração de 45? Terá sido simplesmente a negação da Semana de 22? A Semana já havia feito o que tinha de fazer, já havia conquistado o que tinha de conquistar. Mais importante, ainda, entre 22 e 45 houvera uma nova guerra mundial e uma tecnologia que mudava por completo o equilíbrio político das nações.

Era natural que a poesia de 45 abandonasse o poema-piada, que fizera parte do protesto de 1922. Tivéramos um holocausto e uma verdadeira matança que reduzira a população de muitos países. Passáramos por uma ditadura de 15 anos. O ano de 1945 surgia como o início de uma libertação. Estávamos prontos para a mudança. [...]. Aconteceu que a referida geração acabou espremida entre a maré da Semana de 22 e a eclosão do movimento concretista de meados dos anos 50 [...]⁵⁴⁵⁵.

Uma geração espremida. Diferente da Geração de 22, nova, mas não muito bem recebida e do qual alguns poetas tentaram se afastar em virtude da crítica⁵⁴⁵⁶. Eis como Olinto enxerga a geração que também integrou como poeta. Afrânio Coutinho considera que o marco a diferenciar esses poetas da Geração de 22, é o retorno de uma preocupação com o universal, com o eterno, através de uma exigência maior em termos da forma, sem necessariamente ressuscitar o formalismo parnasiano. Uma geração intelectualmente preocupada com o fator estético, pois “nos seus poetas mais representativos, é agudo *senso de medida*, a expressão sem excessos ou derramamentos”⁵⁴⁵⁷. Talvez os excessos da Segunda Guerra e do Estado Novo já lhes parecessem suficientes e tivessem despertado tal sensibilidade. Possivelmente, introjetaram preocupações políticas na consciência artística, como afirma Alfredo Bosi⁵⁴⁵⁸:

Em suma, a melhor posição em face da história cultural é, sempre, a da análise dialética. Não é necessário forçar o sentido das dependências: bastaria um sumário levantamento estilístico para apontá-las profusamente; nem encarecer a extensão e a profundidade das diferenças: estão aí as obras que de 30 a 40 e a 50 mostram à sociedade que novas angústias e novos projetos enformavam o artista brasileiro e o obrigavam a definir-se na trama do mundo contemporâneo [...] Para a poesia, a fase 30/50 foi universalizante, metafísica, hermética, ecoando as principais vozes da “poesia pura” europeia de entre-guerras: Lorca, Rilke, Valéry, Eliot, Ungaretti, Machado, Pessoa...⁵⁴⁵⁹.

⁵⁴⁵⁵ OLINTO, Antonio. Poetas de 45. *Jornal do Brasil*, 5/4/2009. Disponível em: <<http://www.machadodeassis.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=8803&sid=632>> Acesso em: 28/07/2016. (Grifos meus)

⁵⁴⁵⁶ O crítico José Guilherme Merquior, por exemplo, à ela se referia como a dege(ne)ração de 45. OLINTO, 2009, *op. cit.*

⁵⁴⁵⁷ COUTINHO, Afrânio. (Direção); COUTINHO, Eduardo de Faria (Co-direção). *A literatura no Brasil*. Vol V, Parte II: Estilos de época, Era modernista. 5ª ed. rev. e atual. São Paulo: Global, 1999. p. 199. (Grifo do original)

⁵⁴⁵⁸ BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura no Brasil*. 36ª ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

⁵⁴⁵⁹ Idem. pp. 385-386. Aspas do original.

As palavras de Bosi parecem ainda mais pertinentes quando cotejadas com a trajetória de Antonio Olinto. Ele e sua esposa integraram o PEN Club do Brasil⁵⁴⁶⁰ – de modo abrangente, o clube defendia a liberdade de expressão dos escritores nos contextos de totalitarismos e autoritarismos, além de promover socorro e apoio à intelectuais presos ou perseguidos políticos –, tendo Olinto sido eleito, em 1990, para o cargo de vice-presidente internacional da entidade⁵⁴⁶¹.

Diante de tudo que foi dito, e que aparentemente nos remete à um intelectual multifacetado, profícuo, diletante e denso, permanece a minha dúvida sobre as razões que levaram Antonio Olinto a ser nome relativamente esquecido da literatura nacional. Às duas possibilidades que mencionei na primeira parte desse texto, acrescento uma terceira: que o ofício de crítico literário exercido em periódico tido, em larga escala, como conservador, tenha afastado alguns possíveis amigos. Sobre essa última possibilidade, um relato se faz pertinente:

Na festa (promovida na casa de Zora) via-se a presença de muitos jornalistas de esquerda e Olinto era do *O Globo*, um jornal tido como reacionário. Quando entrou na festa, viu uma porção de jovens esquerdistas olharem para ele meio espantados. Naquele tempo, um repórter do *O Globo* não ia a uma festa de esquerda. Não ficava bem. Zora, porém, o tratou muito bem e, dada a mesquinhez dos colegas com o convidado, ela colocou uma música no toca-discos e tirou Antonio Olinto para dançar, porque ela não admitia que na casa dela um hóspede fosse maltratado⁵⁴⁶².

Não me parece que Olinto partilhasse do conservadorismo de *O Globo*. Desposou mulher separada e mãe-solteira militante de esquerda⁵⁴⁶³. Escreveu ensaios políticos e sociais, um romance sobre ditadura africana para falar de democracia em tempos em que a democracia brasileira ainda estava em suspenso. Mais, deu vida à uma narrativa sobre afro-brasileiros e, possivelmente, foi o primeiro escritor da literatura brasileira que não caricaturou uma África exótica e comiserada de si. Atribuo a isso o sucesso e repercussão internacional dessas três obras ainda pouco conhecidas em território nacional.

Debruçado sobre o cenário artístico e cultural de Viena em finais do século XIX, Carl Schorske aponta, através da análise do surgimento e repercussão da pintura de Gustav Klimt, a influência mútua entre cultura e política na produção do artista, indicando os pontos de contato que levaram a momentos distintos em sua obra: um de caráter questionador da sociedade liberal e da modernidade, e o posterior retraimento desse estilo devido às contendas políticas que envolveram seu nome e obras. O autor aduz ainda que Klimt partilhou de uma crise cultural, caracterizada por uma combinação ambígua entre a revolta edípica coletiva e busca narcisista de um novo eu⁵⁴⁶⁴.

⁵⁴⁶⁰ A sigla PEN é a abreviatura de Poetas, Ensaístas e Novelistas, fundado em Londres em 1921, formado por jovens escritores ingleses, ao qual se integrou Hebert Georges Well, levando consigo a “bandeira” da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Rapidamente espriaram-se filiais do PEN em outros recantos do mundo, inclusive no Brasil. Ver: **História do Pen Clube Internacional**. Disponível em: <<http://www.penclubedobrasil.org.br/inter1.html>> Acesso em 30/07/2016.

⁵⁴⁶¹ LIRA, *op. cit.*

⁵⁴⁶² LIRA, *op. cit.* pp. 95-96. Grifo do original.

⁵⁴⁶³ Conta José Luís Lira que Zora chegou a ser presa em 1938, durante o Estado Novo, junto com Roberto Braga, de seis meses de idade (seu filho com o escritor Rubem Braga) por causa de sua militância política contra o regime. Diz que Braga, nada fez para tirar esposa e filho de tal situação, sendo necessária a intervenção do jovem advogado Evandro Lins e Silva que apiedou-se da situação de mãe e filho, não arredando pé da cadeia, enquanto não os tirasse da prisão. LIRA, *op. cit.* pp 98-99.

⁵⁴⁶⁴ SCHORSKE, Carl E. **Viena fin-de-siècle**: política e cultura. Tradução: Denise Bottmann. 2ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

As considerações de Schorske para o universo artístico de Klimt estão, guardadas as devidas especificidades, em consonância com as de Jean-François Sirinelli⁵⁴⁶⁵ sobre o mundo dos intelectuais, na medida em que os compreende como *atores do político*. Ainda que observadas que as asserções de Sirinelli sobre os intelectuais tenham como ponto de partida uma intelectualidade francesa de meados de 1970, é importante deter que algumas delas podem ser transpostas para um cenário mais amplo dos estudos que tem os intelectuais como princípio ou meio de investigação.

Sirinelli parte da premissa que uma história dos intelectuais, se situa entre a história política e a história cultural, devendo ter como epígrafe a identificação e explicação dos itinerários dos intelectuais que devem ser entendidos em suas complexidades ideológicas, culturais e mesmo afetivas. Nesse sentido, acredito que se aproxima da busca pelas *estruturas de sentimentos* identificadas por Raymond Williams⁵⁴⁶⁶. Àquelas que conferem sentido a um grupo de intelectuais ou mesmo engendram as estruturas de sociabilidade que influenciam seu trabalho.

É preciso atentar às contribuições de Sirinelli e Williams para melhor alcançar Antonio Olinto no cenário das letras nacionais entre os anos 60 e 80, seja como escritor, crítico literário e adido cultural e reconstituir as redes culturais e de sociabilidades que o estabelecem como intelectual, para melhor compreender as produções culturais em questão. Aliás, é também mister entender a relação dos romances com o momento político e social de Brasil e África e perceber de que maneira cultura e política compõem, junto com a memória, essa tríade literária.

Afinal, não teria Olinto enfrentado também uma crise cultural no final da década de 60, quando publica *A casa da água*, talvez, e não mais que isso, numa tentativa de, através do resgate de suas memórias, construir uma identidade brasileira, ou melhor dito, afro-brasileira para um Brasil mestiço e repleto de contradições sociais entre negros e brancos?

ENTRE A CIDADE UNIVERSITÁRIA E A *UNIVER-CIDADE*: A IMPLANTAÇÃO DOS *CAMPI* UNIVERSITÁRIOS NOS ANOS DE REGIME MILITAR

*Dimas Brasileiro Veras*⁵⁴⁶⁷

dimasveras@gmail.com

Resumo: A implantação das cidades universitárias em meados do século XX substituíram gradualmente os edifícios das congregações livres que formavam abertamente os campi urbanos das primeiras universidades brasileiras. As antigas escolas e faculdades se espalhavam pela malha da *urbe* e se articulavam livremente à dinâmica metropolitana em sua multiplicidade, sobretudo cultural, intelectual e política. Corações e mentes dividiram-se nos debates que marcaram a mudança definitiva para as suburbanas cidades universitárias, enquanto as próprias unidades acadêmicas se encontravam igualmente divididas entre as novas sedes no campus e as provisórias nas entranhas da *univer-cidade*.

Esta comunicação mapeia os processos de implantação das cidades universitárias nos primeiros anos do regime militar no Brasil, bem como a repercussão suscitada pela problemática. Para este estudo, com ênfase na UFPE, foram consultados relatórios

⁵⁴⁶⁵ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

⁵⁴⁶⁶ WILLIAMS, Raymond. A fração Blommsburry. In. **Plural: Sociologia**. nº 06. 1º sem/ 1999. São Paulo: USP. pp. 139-168

⁵⁴⁶⁷ Professor do IFPB – Doutorando em História pelo PPGH/UFPE

administrativos, documentos do MEC, relatos de consultores estrangeiros, arquivos hemerográficos, mapas, monografias especializadas, sites digitais, dentre outras fontes. Os resultados encontrados sublinham como o desenvolvimento das cidades universitárias na periferia brasileira compõe um dos eixos centrais dos programas de modernização conservadora imposta pela política de educação superior do regime militar e civil.

Palavras-chave: universidade; cidade universitária; campus; regime militar;

O golpe de Estado de 1964 iniciou no Brasil uma realidade de violência, repressão e censura institucionalizada com profundo impacto na educação superior. Por um lado, a perseguição a civis não afinados com o governo ditatorial concentrou parte significativa de seus esforços em vigiar e reprimir continuamente os estratos sociais universitários: professores, técnicos administrativos e estudantes. Por outro lado, os programas de modernização vigentes no período dedicaram uma atenção especial à reforma administrativa, pedagógica e científica do ensino superior.⁵⁴⁶⁸

A busca por reformular a educação superior durante o regime ditatorial, ao mesmo tempo que consolidou e atualizou o sistema também produziu um território esfacelado e singularmente desigual. Pensar as implicações da ditadura no ambiente universitário brasileiro é, à vista disso, refletir sobre as mutações construtivas e destrutivas deste agenciamento e sua teias recíprocas de significados, de sociabilidades e de desejos urdidas por professores, técnicos-administrativos, estudantes, militares, espiões, burocratas, tecno-empresários e outros colaboradores sociais e institucionais.

O impacto desigual da modernização conservadora⁵⁴⁶⁹ pode ser lido como resultado das determinações das diferenças regionais nas Instituições de ensino superior (Ies). Nada obstante, defende-se que esta modernização respondeu, outrossim, à recepção da política universitária da ditadura, ou seja, à capacidade da comunidade escolar de se filiar, de se adaptar e de se opor aos imperativos externos de segurança e desenvolvimento, ao mesmo tempo em que negociavam os interesses institucionais e pessoais.

O período contribuiu com a regionalização da produção universitária, assim ampliando a distribuição desigual das instituições, profissionais, estudantes e cursos em favor do polo meridional moderno e detrimento do polo austral tradicional. O mesmo se deu, *mutatis mutandi*, no âmbito interno do território universitário e suas grande áreas de conhecimento, de tal modo, corroborando setorialmente com o sucesso e o malogro dos seus atores, órgãos e colaboradores.

A primeira fase da atuação do regime militar na educação como um todo, sobretudo superior, ficou marcada pelo expurgo da “Operação Limpeza”, através da qual membros da comunidade universitária foram perseguidos, demitidos, aposentados, presos, torturados e assassinados sob o crivo do anticomunismo e de outras formas de intolerância política, étnica, sexual e sociocultural.

5468 Sobre o tema: ROSAS, Paulo. **Para compreender a educação superior brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. 2ª Ed. São Paulo: UNESP, 2007. CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica: o ensino superior na república populista**. 2 Ed. São Paulo: UNESP, 2007. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritária-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: REIS FILHO, Daniel Aarão. RIDENTI, Marcelo. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil**. 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014a. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014b.

5469 Sobre modernização conservadora e regime militar ver: DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981. SOUSA, Maria Inês Salgado. **Os empresários e a educação – O IPES e a política educacional após 1964**. Petrópolis: Vozes, 1981. REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). **Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010**. V. 5. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. REIS FILHO, Daniel Aarão. RIDENTI, Marcelo. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil**. 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

Foram igualmente interditados pelo regime programas inovadores de ensinos, de pesquisa e de extensão, assim resultando em grande prejuízo para o desenvolvimento da produção acadêmica no Brasil. Percebe-se, assim, que o golpe desencadeou uma perda significativa da parca autonomia da universidade brasileira em favor dos imperativos externos políticos e socioeconômicos.

Aliás não se pode ignorar os efeitos da modernização conservadora operada pelos militares e seus aliados civis, principalmente, a reforma organizacional que atendendo às reivindicações do período republicano extinguiu as cátedras, implantou os departamentos, os programas de pós-graduação, o sistema semestral de créditos por disciplinas, a carreira docente, etc., bem como deu continuidade a edificação das cidades universitárias.

Essa comunicação faz parte de uma pesquisa maior de doutorado que investiga as mutações da universidade brasileira nos primeiros anos do regime militar (1964 – 1974), correlacionando as continuidades e as descontinuidades da educação superior ao caso da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Isto é, como professores, técnicos-administrativos e estudantes agenciaram a política do ensino superior do regime militar, dessa maneira erigindo o território universitário e suas linhas de desterritorialização?

A dinâmica paradoxal entre modernização e desestruturação suscitou questões que podem ajudar a entender as mutações e o funcionamento da universidade no período estudado: Qual a repercussão do golpe militar de 1964 na Universidade e mais especificamente na UFPE? Como evoluiu a topografia institucional, sociocultural e física? Como se posicionaram professores/as, técnicos-administrativos/as e estudantes? Quais foram as políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão? Como atuaram os Órgãos de Informação (OIs) nas Universidades: Serviço Nacional de Informação, Divisão de Segurança e Informação e Assessoria de Segurança e Informação? Quais são as iniciativas universitárias apoiadas e cerceadas pelo regime militar?

Assim pretende-se analisar o processo de implantação dos campi nos primeiros anos do regime militar. Para isto buscou-se inquirir as fontes documentais e bibliográficas sobre os agenciamentos corpóreos e semióticos que extraíram das nascentes cidades universitárias os (des)territórios da universidade brasileira.

A proposta é mapear como as linhas arquitetônicas dos novos campi se conectam aos agenciamento de desenvolvimento autocrático da máquina universitária, bem como as pontas de desterritorialização por meio das quais transbordam seus conteúdos e expressões.

Para isto foi importante recuperar o jogo recíproco das práticas e das falas públicas dos atores sócio-históricos e institucionais que viveram a metempsicose do fantasma da univer-cidade conglomerada para o corpo reformado da cidade universitária. A vista disso analisou-se o Diário de Pernambuco, documentação do Arquivo Geral da UFPE, o relatório de Rudolph Atcon “Rumos da reformulação universitária”, relatórios do MEC e monografias especializadas.

Um trabalho como este exige um empenho em reunir três frentes bibliográficas relacionadas à educação superior no Brasil, à UFPE e à ditadura (1964 – 1985). As fontes consultadas foram decisivas para responder ao problema maior da pesquisa, se fazendo necessário aqui algumas considerações sobre aquelas que tratam da construção dos campi durante o regime militar.

A universidade brasileira e o regime militar tem sido objeto de investigação interdisciplinar desde o final dos anos 1970. Dentro deste rico acervo há um grupo de trabalhos desenvolvidos nos programas de pós-graduação em engenharia e arquitetura e urbanismo que se dedica a história das cidades universitárias.

Há uma série de teses dedicadas a analisar a evolução arquitetônica e urbanística das cidades universitárias durante o regime militar. São trabalhos que identificam como esses corpos materializaram ou não o sentido modernizante e conservador do regime por meio da

teia heterogênea de atores sócio-históricos, instituições, jornais, tradições arquitetônicas e pedagógicas, ordenações jurídicas, etc⁵⁴⁷⁰.

No geral esta fortuna crítica tem apontado a partir de estudos de caso e estudos comparados a dificuldade que marcou a expansão e a construção dos campus na segunda metade do século XX. As universidades ficaram este período divididas entre os antigos edifícios do centro metropolitano e as novas unidades do campus suburbano.

Em contrapartida o regime moldou com suas mãos de chumbo a paisagem arquitetônica e urbana dos campi, principalmente no contexto do Decreto-Lei 5540/1968 que orientava uma concepção integrada de universidade. A literatura descreve a consolidação dos campi com um processo pouco participativo e alheio a opinião da comunidade universitária, aliás, centralizado na figura dos burocratas, arquitetos, engenheiros e militares.

Os campi suburbanos seriam, doravante envolvidos pelo tecido urbano, isto é, cornubados, mas sem que este processo de reterritorialização implicasse numa abertura imediata para os bairros e comunidades vizinhas. Fechadas em si mesmas as cidades universitárias funcionaram como grande panóptico atravessada silenciosamente por espiões, informantes, paramilitares de direita, militantes do movimento estudantil, etc.

Este modelo foi incapaz de solucionar problemas novos e antigos tais quais: a a mobilidade, a segurança, a conclusão e atraso das obras, o bairrismo acadêmico, a segregação sociocultural, a ausência de vida própria dos campi com seus ambientes comunitários, comerciais, recreativo, esportivo, etc., a falta de diálogo e participação dos universitários e dos parceiros sociais no desenvolvimento das próprias cidades universitárias.

Nesta perspectiva se incluem dois importantes trabalhos sobre o campus da UFPE: *Memórias de criação da Cidade Universitária e da Universidade do Recife*, de Denis Bernardes, Amanda de Vasconcelos e Márcia Goldberg (2007) e *Mario Russo: um arquiteto italiano em Recife* (2009), de Renata Cabral. São trabalhos complementares entre si uma vez que o primeiro mapeia a recepção pela imprensa periódica e o segundo dedicado as concepções político e pedagógica do professor Argentino Mario Russo, da Faculdade de Arquitetura, em sua missão de desenvolver o projeto da atual Cidade Universitária localizada na zona norte do Recife.

Esta pesquisa tomou como base conceitual a proposta de esquizoanálise de Gilles Deleuze e de Félix Guattari, mais precisamente os conceitos de estratos, agenciamento, máquina, desterritorialização, cartografia ou mapa⁵⁴⁷¹. Nesta perspectiva a relação entre universidade e o regime militar foi estudada a partir das multiplicidades das linhas históricas que segmentam, estratificam e transbordam os estratos sociais e físicos, as ações e as falas da comunidade universitária: estudantes, professores, técnico-administrativos; cidades universitárias, *campus* e *campi*; acadêmico e não acadêmico; científico e mundano. A cartografia é, por este ângulo, o mapa das linhas que cortam os estratos, as práticas, os regimes de signos por meio de agenciamentos que desenham as fronteiras do território universitário.

O objeto desta esquizohistória é, neste caso, o estudo da variedade de corpos, de práticas e de enunciados que constituem o funcionamento máquina universitária durante o regime militar, assim, desconstruindo o monumento universidade como tipo ideal herdado

5470 Sobre o tema verificar: ALBERTO, Klaus Chaves. **Formalizando o ensino superior na década de 1960: a cidade universitária da UnB e seu projeto urbanístico**. Rio de Janeiro, 2008. Tese (Doutorado) – PPGU/UFRJ, 2008. NOGUEIRA, Denise Teixeira. **Universidade e campus no Brasil: o caso da Universidade Federal Fluminense**. Niterói, 2008. Tese (Doutorado) – IIPUR/UFF, 2008. CAMPÊLO, Magda. **Campus do Nordeste: reforma universitária de 1968**. 2012. Tese (Doutorado) – FAUUSP, 2012. SOUZA, Márcio de Oliveira Resende. **O PROGRAMA MEC/BID III E O CEDATE NA CONSOLIDAÇÃO DOS CAMPI UNIVERSITÁRIOS NO BRASIL**. Dissertação (Mestrado) – PMAC/UFJF, 2013. SOUZA, Gabriela Inhan. **Rudolph Atcon, entre o educacional e o urbanístico na definição de diretrizes para campi universitários no Brasil**. Juiz de Fora, 2015. Dissertação (Mestrado) – PMAC/UFJF, 2015.

5471

(metafísica) ou a ser alcançado (teleologia). A universidade como acontecimento é menos uma verdade ocidental do que uma máquina cujos fenômenos sócio-históricos de des-re-territorialização organiza corpos e signos desenhando as fronteiras movediças do território acadêmico.

A cartografia da universidade brasileira no regime militar é apreciada, portanto, a partir do jogo de práticas, de enunciações e disposições dos corpos universitários. Os cortes, as estratificações e as fugas operadas naqueles anos instituem reciprocamente o regime corpóreo e semiótico de universidade estudado. É dentro das margens de elasticidade e de fuga intempestiva destes regimes que a universidade pode se des-re-territorializar, assim promovendo e/ou evitando rupturas e devires que transbordam os fins da história.

O método de pesquisa empregado remete inicialmente aos trabalhos do historiador Flávio Weinstein Teixeira (2007; 2012; 2014) e do autor (2012) que utilizaram a história sócio-cultural e a biografia histórica de grupo como instrumento qualiquantitativo de investigação das transformações do ambiente intelectual e cultural do Recife em meados do século XX.

Os trabalhos de Bourdieu sobre o campo cultural e educacional marcaram significativamente estes estudos, sobretudo, a partir do conceito de “campo”, pensado, pois, como território sócio-histórico e institucional onde os agentes se posicionam, se munem e se confrontam na disputa pela produção cultural e pelo reconhecimento dos pares⁵⁴⁷².

Nesta mesma perspectiva, compreende-se que os procedimentos metodológicos utilizados pelo historiador Christophe Charle também participam desta tese. Em “La république des universitaires: 1870 – 1940” (1994), “A invenção dos intelectuais” (2003) e “A gênese da sociedade do espetáculo” (2012) o pesquisador francês fez usos da biografia de grupo ou prosopografia para analisar a lógica do campo universitário, intelectual e cultural europeu e as disposições históricas que afetam sua evolução.

Conforme aponta o autor, a biografia coletiva ajudou a entender a lógica estrutural dos condicionamentos traduzidos nas trajetórias, nos lugares de formação, nas linhas teóricas e políticas que indicam quais são os termos do jogo do sistema, ou, as soluções externas, que permeiam as negociações em torno da modernização destes territórios: “isto é, o espaço social e ideológico no interior do qual pensam e se situam” (2003, p. 155).

É importante mencionar que os usos da biografia coletiva reconquistaram relativo destaque nas últimas décadas com a história cultural e a nova história política (DOSSE, 2009; RÉMOND, 2003). O historiador inglês Lawrence Stone (2011) destacou, por exemplo, seus potenciais para compreensão dos significados dos atos políticos e dos mecanismos de reprodução, de dominação e de mobilidade social numa dada realidade histórica.

A experiência de cartografar ou biografar o território universitário nos anos de ditadura no Brasil apenas foi possível com o uso de uma constelação de fontes históricas sem as quais as técnicas empregadas seria impossível. A educação superior dispõe, como território extremamente estratificado, de um vasto acervo de leis, decretos, relatórios, atas, anuários estatísticos, mas ainda um leque de fontes através das quais se pode diagramar a teia de relações socioculturais que atravessam a ambiência e a fauna universitária no período abordado (1964 – 1974).

⁵⁴⁷² O campo universitário sempre teve um lugar de destaque nas análises do sociólogo. Nos anos 1960 e 1970, os livros publicados em parceria com Passeron: “Os herdeiros, os estudantes e a cultura” (2013) e “A reprodução” (2012), sublinharam os processos através dos quais o campo educacional reproduzia as desigualdades sociais em desigualdades escolares. Estes temas foram retomados nos artigos “Sistema de ensino e sistema de pensamento” e a “Excelência e os valores do sistema de ensino francês” (2005). Em *Homo academicus* (2013), Pierre Bourdieu, empregou uma metodologia prosopografica no qual a investigação do campo universitário passa pela análise das relações de dominação e de força que permeiam as instituições de ensino superior, sobretudo os conflitos de classe pela hegemonia do campo e sua dinâmica interna de reprodução. O campo mostrou-se, assim, como espaço dividido entre os determinantes da sociedade política e da sociedade acadêmica: o poder político-econômico e o poder simbólico.

O que está posto é a apreensão de como participaram dos agenciamentos de modernização e de controle acionados pela política de governo, de tal modo, que as ações fundamentadas nos princípios de segurança nacional e desenvolvimento ganhassem um desenho próprio.

O desenvolvimento das cidades universitárias nos anos 1960 e 1970 pode contribuir com o entendimento do organismo universitário que se forma durante a ditadura. Esta espécie de estratigrafia histórica das formações e dos sedimentos arquitetônicos e paisagísticos dos *campi* visa observar, por outro ângulo, como cada período crítico erigiu uma nova universidade com seus agenciamentos maquínicos e regimes semióticos imperiais, republicanos e ditatoriais.

São essas questões que permearam a investigação exploratória do relatório de Atcon sobre a situação dos campi universitários brasileiros⁵⁴⁷³, matérias publicadas no Diário de Pernambuco, o Relatório do Escritório Técnico da Cidade Universitária (1963), o relatório da Assessoria de planejamento e Acompanhamento (1972), da Pró-reitoria extraordinária para assuntos de planejamento e desenvolvimento (1973) e finalmente os documentos produzidos pelo MEC.

“ESTENDO-LHE A MÃO DE JORNALISTA E DE IRMÃO DE SOFRIMENTOS”: VICENTE LOYOLA E DEOLINDO BARRETO E A CHRONICA THEATRAL DE SOBRAL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX.

Edilberto Florêncio dos Santos⁵⁴⁷⁴
edilbertodd@hotmail.com

Resumo: O teatro se constitui enquanto um elemento da vida social e das práticas de sociabilidade de parte da população sobralense nas últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, tendo a cidade, neste período, presenciado a construção de quatro casas de espetáculo. Por meio dos jornais do período podemos encontrar as nuances da vida teatral sobralense, através de notas sobre a construção dos palcos, casas de espetáculos e a formação de grupos cênicos; anúncios de peças e números cênicos diversos; reclames divulgando grupos locais e companhias que passavam pela cidade; assim como as “chronicas theatrais” que versavam sobre as encenações e condições físicas e estruturais das casas de espetáculos, mas também sobre os frequentadores das peças, seu comportamento e hábitos durante os espetáculos, fazendo do palco e dos teatros. Dentro estes periódicos, destacam-se dois cronistas que em suas colunas tomam a vida teatral como matéria para discutir a cidade, são eles: Clovis, pseudônimo usado pelo jornalista Vicente Loyola para “admirar as belas artes”; e Justus, cognome adotado por Deolindo Barreto, e que em sua coluna “chroniquetas” tem em diversos momentos o fazer teatral como tema. Assim, os referidos jornalistas, suas personagens e artigos têm em comum uma apropriação do teatro e dos jornais enquanto dois instrumentos postos a favor das ideias de urbanidade e de progresso na cidade de Sobral.

Palavras-chave: Vida Teatral, Imprensa, Cidade, Cronistas.

⁵⁴⁷³

⁵⁴⁷⁴ Mestrando – MAHIS/UECE. Bolsista CAPES

Introdução

Enquanto elemento referente à vida social e as práticas de sociabilidade de parte da população sobralense nas últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, o teatro encontra nos jornais do período um espaço expressivo para dialogar com a urbe, expressando as nuances da vida teatral da cidade. São notícias e pequenas notas sobre a construção dos palcos, casas de espetáculos e a formação de grupos cênicos; anúncios de peças, performances, números cênicos diversos e festivais artísticos; reclames divulgando grupos locais e companhias que passavam pela cidade, e que com frequência “visitavam” a redação destes jornais; e por fim algumas críticas, que como visto anteriormente, tratava das encenações, mas também dos frequentadores das peças, seu comportamento e hábitos durante os espetáculos, bem como as condições físicas e estruturais das casas de espetáculos.

Jornais como *Sobralense*, *Gazeta do Sobral*, *A Cidade*, *O Rebate*, *Pátria*, *A Ordem*, *A Lucta* e *Correio da Semana* buscados por nós nos arquivos e hemerotecas,⁵⁴⁷⁵ nos ajudam a tangenciar a vida teatral esboçada em Sobral, que para além da ribalta e da materialidade dos espaços físicos dos theatros ganhava a cidade e reverberava em sua imprensa, nos ajudando a pensar a circulação de pessoas, ideias, comportamentos e de uma produção estética por meio do fazer teatral.

O fazer teatral se enlaça nos enredos da cidade e se manifesta nas páginas dos jornais, onde emergem uma produção artística amadora ou de pequenas trupes que circulava fora do grande circuito e dos grandes palcos, não deixando um grande lastro sobre suas atividades na historiografia sobre o teatro brasileiro. Assim, nomes de companhias, *troupes*, atores, atrizes, ensaiadores, autores e textos dramáticos que embora desconhecidos no atual painel da escrita sobre a história do teatro no Brasil, são essenciais para entender a existência de outras formas de pensar o teatro e sua importância na construção das sociabilidades e difusão de costumes em cidades que produzia e consumiam arte dramática.

A vida teatral nas páginas dos periódicos.

Percorrendo as páginas amareladas das diversas folhas e hebdomadários do período, fomos surpreendidos pela constância na vinculação de informações relacionados ao teatro, denotando certo interesse e inserção social do tema na Sobral entre os dois últimos decênios do século XIX e as primeiras décadas do XX. Nestas páginas o teatro é aspirado e defendido, como durante as campanhas pela construção dos edifícios destinados a tal fim; divulgado e propagado comercialmente em anúncios e notas que se espalham sem lugar fixo nas edições consultadas; e analisado em tentativas de consolidar uma crítica teatral que por vezes beirava a crônica social e dos costumes.

Nesse sentido, no processo de transformação do jornal, suas colunas, textos, artigos e editorias em fonte, é necessário se debruçar sobre a relação entre periódico e período, pesquisando a origem de cada jornal, sua história, filiação ideológica, linha editorial, articulando tais informações ao momento e tempo em que estava inserido, “desvendando sua historicidade e intencionalidade.”⁵⁴⁷⁶ Tais informações ajudam a compreender os elementos sociais que estavam em jogo durante a elaboração destes impressos, possibilitando que partindo destas informações possamos produzir conhecimento histórico.

A presença de uma imprensa que alcançou relativa vitalidade, com a consolidação de diversos periódicos e folhas, com alguns títulos experimentando relativa longevidade⁵⁴⁷⁷ e se espraiando por toda a região norte do estado, tornaram Sobral uma referência na produção

⁵⁴⁷⁵ As pesquisas foram realizadas no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, e nos arquivos do Projeto Porão da Memória da Secretaria municipal de Cultura e Turismo de Sobral, que tinha compilado através de pesquisas realizadas no ano de 2008, alguns jornais do acervo da Biblioteca Menezes Pimentel.

⁵⁴⁷⁶ CRUZ, Heloisa de Faria. PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do historiador**: conversas sobre História e imprensa. In: Projeto História, São Paulo, n. 35, dez. 2007. p.08

⁵⁴⁷⁷ Jornal “O sobralense”, 20 de junho de 1875.

de periódicos dentro do estado. Assim, segundo Elza Marinho entre os anos de 1864 a 1940 Sobral contabilizou o número de 120 jornais impressos.⁵⁴⁷⁸

Na coluna “Theatro” do jornal *O Rebate* o colunista noticiando a visita do de uma companhia paraense que chegava a Sobral para uma temporada em “nosso decadente S. João”, apresenta aos seus leitores uma versão transcrita do dialogo travado entre o jornalista e o diretor do grupo, como forma de sensibilizar o público a se fazer presente nas apresentações do grupo. Na nota o mesmo comenta ao diretor da companhia: “estendo-lhe a mão de jornalista e de irmão de sofrimentos. Dizer teatro é dizer imprensa. A sua profissão e a minha colimam o mesmo Calvario. Somos irmãos de infortúnio e, - está dito tudo.”⁵⁴⁷⁹

Nesse sentido, buscamos pensar a imprensa como um elemento ativo dentro do processo histórico e “não como mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas”. Pois, muito mais que noticiar e registrar acontecimentos, os jornais atuavam, conforme propõe Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto, como “força ativa da vida moderna”, participando na formulação de modos de viver, leitura da realidade e posicionamento sobre esta.⁵⁴⁸⁰ Signo dos ideais de vida moderna e civilizada a arte teatral se insere nos impressos sobralense, noticiando e comentando ao público leitor os acontecimentos sucedidos nas ribaltas da cidade.

Apesar da constatação de uma considerável introdução de assuntos relacionados ao fazer teatral, as encenações e companhias dramáticas, bem como as apresentações como eventos sociais aos quais afluía a sociedade sobralense, em diferentes periódicos dentro do recorte pesquisado, sobretudo se considerado o silêncio da historiografia sobre o assunto; é notória a ausência de uma forma fixa de divulgação, apreciação ou crítica relacionada ao teatro, o que poderia ser divisado pela presença de seções, colunas ou redatores dedicados exclusivamente às questões relacionadas ao tema na imprensa sobralense, o que por sua vez não foi encontrado.

Desta forma, a análise do corpus documental hemerográfico nos permite inferir que a inserção do teatro nos jornais sobralenses não era uma questão central desta imprensa e sim circunstancial, haja vista a própria inexistência de uma atividade teatral ininterrupta que pudesse, por exemplo, garantir conteúdo para a elaboração de uma coluna sobre o tema nos hebdomadários que circulavam naquele período. Isso é ratificado pela presença constante entre os anúncios dos espetáculos, do argumento que considerava as apresentações como oportunidade de espantar “a insipidez de nossa terra tão pobre de divertimentos”.⁵⁴⁸¹

Outra questão essencial na apropriação dos jornais como fontes para discutir a vida teatral sobralense, diz respeito à problematização sobre a relação entre os sujeitos que produzem os jornais, proprietários, redatores e articulistas e o próprio fazer teatral, onde podemos perceber diferentes matizes de aproximação com o tema, desde jornalistas envolvidos em encenações ou grupos que mantinham certos espaços cênicos da cidade ou companhias dramáticas locais, até a relação estritamente comercial entre as *troupes* visitantes e as folhas que por meio de seus anúncios solicitavam à população a “proteção” dos artistas.

Deste feito, a imprensa compõe um instrumento de interferência na construção da cidade e de sua realidade social, ou seja, uma “linguagem constitutiva do social”.⁵⁴⁸² Buscando consolidar uma abordagem metodológica que considera o fato, de que a imprensa e os periódicos não se situam “acima do mundo ao falar dele”. São homens que viviam a cidade e seu tempo, que frequentavam suas casas de espetáculos, tomavam o bonde ou caminhavam em suas ruas para chegar até lá, e postos na plateia observavam os artistas no palco, mas também seus concidadãos, e que levavam ao público por meio de colunas e

⁵⁴⁷⁸ DA COSTA, Elza Marinho Lustosa. **Sociabilidade e cultura das elites Sobralenses: 1880-1930**. Fortaleza: SECULT/CE, 2011. P.56

⁵⁴⁷⁹ **O Rebate**, 29 de julho de 1911

⁵⁴⁸⁰ CRUZ, Heloisa de Faria. PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Op. Cit. p. 05

⁵⁴⁸¹ **A Cidade**, 29 de Abril de 1902.

⁵⁴⁸² CRUZ, Heloisa de Faria. PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Op. Cit. p. 06

artigos avulsos na imprensa local, seus comentários e considerações sobre a vida teatral de Sobral. Uma vida teatral praticamente desconhecida no presente, e que pode ser construída por meio destes espectadores e seus relatos.

Os textos e relatos sobre o teatro em Sobral que estampam as páginas dos periódicos locais são interpretações tais como as que ocorrem no palco.⁵⁴⁸³ Sobre estes relatos e sua inserção no tecido social por meio da produção jornalística, cabe refletir que:

Não adianta simplesmente apontar que a imprensa e as mídias “têm uma opinião”, mas que em sua atuação delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos. Mais ainda, trata-se também de entender que em diferentes conjunturas a imprensa não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito freqüentemente é, ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos. E que, como força social que atua na produção de hegemonia, a todo o tempo, articula uma compreensão da temporalidade, propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com as quais pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro.⁵⁴⁸⁴

Destarte, buscaremos perceber por meio dos jornais da época como a imprensa sobralense participou na delimitação de espaços, demarcação de temas, mobilização de opiniões e adesões em torno da vida teatral. Ligados às relações “presente/passado”, ao falar da importância da construção das casas de espetáculos, do esforço e mérito de seus idealizadores, dos primeiros artistas, que, todavia, tecia “perspectivas de futuro” que se queria moderno.

Vicente Loyola: “um pouco de bom gosto aliado à uma certa quantidade de observação, fina e penetrante”

Em Sobral os artigos e colunas que visavam uma espécie de crítica teatral tratavam por sua vez, sobre uma produção teatral descontínua, amadora ou de pequenas companhias comerciais e constantemente flertavam com o gênero da crônica jornalística, em nenhum momento se autodefinindo como crítica. Nesse sentido, é notório entre este tipo de texto o esforço de seus autores em não se definirem como críticos de teatro,⁵⁴⁸⁵ o que por outro lado lhe permitia uma espécie de salvo-conduto em relação ao resultado de seus escritos diante dos leitores e dos membros das companhias, daí chama-las de “chronicas teatrais.”

Nesse gênero iremos destacar algumas experiências levadas a cabo respectivamente nos jornais *A Cidade* onde observamos no ano de 1901 a produção de uma coluna de curta duração e aparente repercussão, intitulada “Palcos e Salões”; o hebdomadário *O Rebate* que como citado continha a sessão “Theatro” assinada em certos momentos sob o pseudônimo Clovis; e por fim a experiência desenvolvida nas páginas do periódico *A Lucta* que entre seus colunistas contava com certo Justus, que assim como o pseudônimo anterior também se detinha a comentar as atividades cênicas dos tabladros sobralense, em sua coluna “Chroniquetas” e na seção “A luz da Ribalta”.

⁵⁴⁸³ Entendemos “interpretar” a partir de sua origem no termo em latim “*interpres*”, usado para denominar ao que atuava como mediador ou intermediário. Podendo ser “*interpres pacis*”, negociador da paz durante as guerras ou “*interpres divum*” interprete e intermediário dos deuses. Do mesmo radical deriva o termo “*pretium*”, podendo relacionar-se assim a função do vendedor ou negociador de mercadorias.

⁵⁴⁸⁴ CRUZ, Heloisa de Faria. PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Op. Cit. p. 06-07

⁵⁴⁸⁵ “Não sou crítico, sou leigo em assumpto de Theatro, mas (e sempre este *mas* a me cair da penna), em todo caso tenho um pouco de bom gosto aliado à uma certa quantidade de observação, fina e penetrante”. Coluna Theatro, assinada pelo cronista Clovis. In: **O Rebate**, 7 de dezembro de 1907

Estas folhas foram destacadas dentre as outras críticas desenvolvidas pela imprensa local dentro do recorte de pesquisa, devido a dois motivos: sua continuidade de produção, estendendo-se por várias edições e números dos referidos jornais; e por contar com uma escrita que procurou desenvolver um estilo próprio na análise das peças, caracterizado também pela adoção de pseudônimos, o que possivelmente criava uma associação do público leitor em torno destas personas que comentavam as atividades teatrais da cidade.

No ano de 1899 o periódico *A Cidade*, órgão do Partido Republicano que tinha como proprietário e redator-chefe o advogado Álvaro Ottoni do Amaral já trazia apontamentos a respeito do grupo de amadores locais Recreio Dramático e suas apresentações no tablado do Theatro São João no setor de notícias. Contudo, são entre os dois primeiros anos do século XX que as informações passam a serem condensados sob a constituição da coluna “Palcos e Salões”. A coluna divide sua atenção entre a divulgação dos espetáculos a serem levados a cena e os comentários realizados após sua realização, de grupos locais e companhias itinerantes.

No dia 28 de agosto de 1901 a coluna traz um artigo com o título “Chronica Theatral”, dando conta da apresentação do espetáculo “As Azas Negras” de autoria do “empregado do commercio” Sr. Antonio Fiuza, natural da cidade cearense de Icó. O drama estreou na cena pela Companhia “Novo Século” dirigida pelo ator Máximo Gil que desde junho daquele ano animava o teatro da União Sobralense, tendo a apresentação parte dos seus fundos destinados ao atingidos pela epidemia de varíola na cidade.

No texto o cronista analisa acuradamente cada um dos “quatro desiguaes actos” do drama, descrevendo personagens, sua características, ações desenvolvidas dentro do enredo e desencadeamento de cada unidade da trama. Transcrevemos da coluna os parágrafos onde o autor explica seus métodos e as considerações gerais e conclusões os “monstruosos defeittos” observados na peça:

Realizou-se no ultimo domingo no theatro S. João desta cidade, o drama em quatro actos, original do nosso hospede, snr. A. Fiuza – “As Azas Negras”.

Assistimos religiosamente ao trabalho do snr. Fiuza e com franquesa o confessamos – ali mesmo fisemos uns rápidos apontamentos, poucos - nas scenas mais inverossimeis e mettidas a martello de que o drama está repleto, e que saltam atrevidamente aos olhos de qualquer menino de escola quando se trata de literatura. [...] Entretanto, cumpre nos confessar que no trabalho do inteligente e bondoso empregado do commercio o snr. Fiuza, algo existe de aproveitável, encontrando-se de vez em quando algumas scenas bem lançadas e fallas, arrebatadoras, cuja essência o snr. Fiuza arrancou imprevidentemente a diversos dramas que nós tem sido representados, phrases estas que n “Azas Negras” voam caprichosamente a esmo, por todos os cantos dos quatro desiguaes actos ate que, cançadas as pobresinhas, pousam aqui e alli, atôa, soltando das suas plumagens grande dose de poeira aos olhos dos espectadores, que inconscientes momentaneamente applaudem sem cessar...

Alguns de nosso respeitaveis leitores, principalmente os estimaveis amigos do snr. A. Fiuza, poderão alcunhar esta desprerenciosa crítica... ou antes, noticia – linhas traçadas sob a impressão de ideias torpes e mesquinhas influenciadas por mal cabidas represálias pensadas. Assim, não é, e aqui asseguramos patentemente.

Quando a Arte, a sublime Arte! de Talma e Moliere se expõe ante um público ilustrado ou não, e em presença de critica, esta tem por obrigação diser unicamente a verdade, com todas as letras e sem rebuço, embora vá ferir amigos

sinceros e que o auctor da exhibição sejam um d'elles. Assim o comprehendemos e connosco estão todos os desapaixonados e sensatos caracteres. [...]

Oh! "Conservatorio Dramatico" porque deixastes de existir no Brasil? Oh! creaturas de fino e delicado olfato, que fostes assistir a este espectáculo do casarão da Praça Menino-Deus, porque não repelistes com severa energia aquelle amontoado de palavras e gestos indecentes, concebidos pelo auctor d' "Azas Negras" [...]

Em um dos intervalos fallou o sr. C. Correia, que em "belas e expontaneas" phrazes pois em relevo poz em relevo as nobilíssimas qualidades eu ornem o character do autor estreiante, sobre quem choveram "bouquets" e muitos bravos do publico que enchia as galerias.

O scenario todo novo ostentava gosto do sr. Fiuza [...]. Quanto ao desempenho dado ao novo drama foi bom por parte de alguns artistas, regular por parte de outros, notando-se porem uma certa hesitação e mal estar em scena de quasi todos. O auctor da peça encarregou-se do papel de Matheus que representou a contento geral, os srs. Carvalho e Octavio Frota nos papeis de delegado e de Francisco, forma-se regularmente.

E assim, terminamos esta que já vai se alongando mais do q' uma noticia justamente apanhada da platea do theatro de onde assistimos todo o espectáculo colhendo as notas que aqui deixamos esparças. - Clovis.

A nota evidencia a tônica daquilo que estamos chamando de chronica theatral dentro dos materiais pesquisados entre as produções da imprensa sobralense. Nela o cronista se apresenta sentado à plateia do theatro a fazer anotações sobre a encenação realizada, sobre cenários, estrutura dramática e enredo dos atos, desempenho dos artistas, que serão transformados em conteúdo jornalístico na redação d' *A Cidade*. O texto traz à tona uma das principais características por nós observados na análise destes tipos de materiais, a capacidade de se manter em uma fronteira bastante tênue entre a crônica e crítica teatral. Pois, como evidencia as linhas assinadas por Clovis, a crítica aparece como uma "obrigação" que não se furta ao fato de ir de encontro a opinião dos amigos, do autor e da própria plateia que segundo o colunista ovacionou a apresentação.

O fato de seu autor estar resguardado sob um nome fictício e constantemente lembrar ao seu leitor que o texto lido não era uma crônica, "antes noticia", permitia ao autor tecer comentários bastante incisivos sobre a qualidade do texto dramático, que "saltam atrevidamente aos olhos de qualquer menino de escola" e sobre os quais "todos os desapaixonados e sensatos caracteres" devem concordar.

Indelevelmente nossa atenção recai na figura do colunista Clovis, que em suas crônicas imprime uma personalidade, que resguardado por um nome fictício, procura imprimir personalidade e estilo a uma análise da produção teatral levada aos palcos da cidade, mobilizando e deixando ao leitor algumas referências a autores e questões dramáticas ligadas ao palco, ensejando assim uma espécie de crítica teatral em uma cidade do interior cearense no limiar do século XX. Contudo, quem era o autor da nota, seria o mesmo natural da cidade ou alguém vindo de outras terras, que elementos lhe trariam autoridade para tratar sobre o tema, mesmo camuflando sua identidade sob uma personagem? Seria ele apenas um homem de letras e que conhecia da arte teatral apenas enquanto público, ou teria ele também participado dos deleites do palco sob o qual a juventude sobralense do período vez por outra se aventura?

Após a contenda em torno da encenação de "As Azas Negras", Clovis voltaria a comentar sobre theatro no jornal *A Cidade* em nota publicada no dia 09 de agosto do ano seguinte, já não na coluna "Palcos e Salões" que passa a não mais circular após o ocorrido.

Na nota, Clovis volta a tratar sobre a produção dramaturgicamente de Antonio Fiuza, e sua nova produção denominada “A Afilhada de S. Alteza” apresentada em Fortaleza, relatando ter sofrido perseguições de amigos do dramaturgo, que “tentou empolgar-me a liberdade de pensamento”, segundo palavras do autor. Apesar de tudo o colunista não se mostra intimidado e ratifica sua opinião a respeito da obra de Fiuza, a qual descreve como “sem o mínimo valor artístico-literário, e incapaz de figurar no Theatro, mesmo em meio simplesmente atrasado”; e endossa sua posição sugerindo a leitura da “chronica sisuda e bem feita” estampada no jornal fortalezense *A Phenix* sobre a comédia do “futuro Molière icoense”.⁵⁴⁸⁶

Depois disto o cronista não mais imprime seus comentários. Assim, depois de um hiato, nos deparamos anos depois com Clovis assinando uma coluna sobre teatro em 1907 no recém-criado jornal *O Rebate*, fundado em 1907 por Vicente Loyola, que circulava semanalmente até o ano de 1920, quando deixa de ser impresso devido à morte de seu proprietário e redator. É um dos hebdomadários que constantemente dedica espaço entre suas quatro páginas para comentar as atividades teatrais ocorridas em Sobral. Estampando em sua capa os seguintes dizeres: “é o jornal de maior circulação do interior do estado”.

É durante os anos de produção neste novo periódico, no período de 1907 a 1911, de acordo com os dados obtidos na pesquisa junto ao acervo hemerográfico disponível sobre este jornal; que podemos encontrar pistas em torno desta figura que se dedicava a tecer comentários sobre o fazer teatral.

Ao tratar sobre a imprensa sobralense deste período e mais especificamente no tocante ao hebdomadário constituído por Vicente Loyola, Elza Marinho Lustosa da Costa ao traçar o perfil do jornalista e de suas atividades como redator afirma que o mesmo redigia uma coluna sobre os eventos teatrais da cidade no jornal de sua propriedade, assinando-a sob o pseudônimo.⁵⁴⁸⁷ Já Sadoc de Araujo em sua obra “Ceará: homens e livros”, ao traçar a biografia do jornalista nos informa que mesmo ocupando os “bancos escolares o tempo mínimo necessário para reconhecer as letras do alfabeto e identificar os algarismos (...) aprendeu a criticar, que soube utilizar em sua pena sempre pronta para defender os humildes e combater a injustiça.” Ao final de sua biografia confirma “tinha pseudônimo Clovis para admirar belas artes”.⁵⁴⁸⁸

Natural de Sobral, Vicente Loyola tem origem modesta, iniciando sua vida profissional desempenhando a função de auxiliar de escritório em estabelecimentos comerciais da cidade. Deixa o comércio para se dedicar ao jornalismo, atuando em diversos jornais, colaborando com os jornais *A Ordem* de José Vicente Franca Cavalcante, *A Cidade* de propriedade de Álvaro Otoni e na folha *Itacolomy* com Waldemiro Cavalcante, dirigindo o *Correio de Sobral*, deixando a função para fundar seu próprio jornal em 1907, onde atua até 1920 quando de sua morte. Desta maneira podemos compreender o movimento feito por Clovis entre a coluna “Palcos e Salões” n’*A Cidade* e a coluna “Theatro” presente no periódico *O Rebate* em que era diretor e proprietário. Durante o período de produção neste último, o próprio colunista ao longo de suas crônicas vai nos dando pistas sobre sua relação com o teatro.

Entre os anos de 1907 e 1911, encontramos algumas crônicas assinadas pelo personagem criado por Vicente Loyola para discutir a produção teatral. Neste derradeiro ano em algumas de suas crônicas Clovis contava aos seus leitores já não ter a disposição de outrora para as “delicias do nosso teatro”, lamentando a perda de algumas apresentações e recordando o tempo em que “não perdia essas coisas, sempre disposto e lampeiro, arriscando um olho ao bello sexo e tendo o outro assentado no palco”⁵⁴⁸⁹

⁵⁴⁸⁶ *A Cidade*, 9 de agosto de 1902

⁵⁴⁸⁷ DA COSTA, Elza Marinho Lustosa. Op. Cit. p.67

⁵⁴⁸⁸ ARAUJO, Sadoc de. *Ceará: homens e livros: estudos críticos de biobibliografia*. Fortaleza: Grafica editorial Cearense. 1981. p. 120

⁵⁴⁸⁹ *O Rebate*, 14 de dezembro de 1911

Na coluna “Theatro” estampada na capa da edição do dia 5 de agosto de 1911, tomando o espaço costumeiramente dedicado ao editorial, Clovis comenta as apresentações da Troupe Edmundo Silva, transcorridas na semana que findava. Assim, imprimindo seu estilo característica o autor mescla os comentários da cena a sua personalidade, Clovis lamenta sua indisposição e traça um pequeno panorama de sua vida jornalística e sua dedicação ao teatro.

Ora, graças a Deus e graças a Noé, na frase d’oro do divino Junqueiro, que, desta vez, não me sinto, como de tantas outras, em dificuldades para desenvolver o assumpto que, desde sábado passado trago armazenado cá na torre do chapeó.

E a minha opinião, felizmente, é ratificada, ou melhor, é a opinião de toda a família sobralense, que eu, neste momento, tenho a subida honra de interpretar, baseado no que tenho visto e ouvido. [...]

E eu, alli, sou velho, não tanto esse Mathusalém da história bíblica, mas, há já bem mais de uma década d’annos que eu conheço tudo quanto lá [no theatro São João] têm enredo. [...] Muitas vezes, junctos, sahamos dalli à uma da manhã, rumo da velha *A Ordem*, onde eu, principiante na vida de imprensa, que desde então não maios deixei – infelizmente, - fazia a minha aprendizagem e, áquelle tempo, tinha mais *basofia*⁵⁴⁹⁰ do que agora, com vinte anos quase de serviços. Ia escrever a estopada, a que eu, enfaticamente, dava o pomposo titulo de *CHRONICA THEATRAL*, e que não passava de uma salada de pepino, desgostosa e má. E, manhãsinha, lá estavam duas colunas batidas, em corpo 10, que eram lidas com avidéz pela gente bôa cá da terra, que, bondosa, lhe achavam esse *savoir faire*⁵⁴⁹¹ das *CHRONICAS* mundanas e, curiosa, indagava do meu com companheiro: - quem é o Sr. CLOVIS?!...

Vicente Loyola mente criadora do cronista da cena teatral sobralense traça, neste texto, um esboço de seu percurso de dedicação a imprensa e ao teatro, iniciada com seus escritos na “Chronica Theatral” do jornal “A Ordem” e que depois de um embate deixou de ser produzida, sendo retomada já no hebdomadário fundado pelo próprio jornalista. Clovis, portanto, condessa em sua figura e em suas colunas, seu olhar atento, sua pena por vezes carregada de ironia e seu ouvido a escutar “a opinião da família sobralense”. Seus escritos nos permitem ver um olhar do público sobralense, um olhar da plateia que ganhando as páginas de diferentes jornais ajudava a formar e cativar a plateia dos palcos sobralense.

Deolindo Barreto: de ajudante de ponto ao teatro nas choriuetas

A construção de uma espécie de persona que sob um codinome comentava as atividades teatrais da cidade de Sobral não foi uma exclusividade dos jornais *A Ordem* e *O Rebate*. Talvez inspirados pelo mordaz e ácido *Clovis* de Vicente Loyola outros jornalistas também usaram do mesmo estratagema para produzir relatos sobre o fazer cênico e a vida teatral sobralense. Nesse sentido, foi nas páginas do hebdomadário *A Lucta* que encontramos novamente, a partir da alcunha de um certo *Justus*, a personificação de um cronista da cena local.

Fundado em 1914, *A Lucta* figura na história da imprensa sobralense como exemplar de um jornalismo combativo, assumindo posições de crítica aos poderes constituídos, gerando desafetos com o juiz José Saboya de Albuquerque e o bispo Dom José Tupinambá

⁵⁴⁹⁰ Bazófia: vaidade exacerbada e infundada; vanglória, presunção.

⁵⁴⁹¹ Tino, tato. Habilidade de obter êxito, graças a um comportamento maleável, enérgico e inteligente.

da Frota, posição questionadora que desencadeou no assassinato de seu proprietário e diretor o jornalista Deolindo Barreto Lima. Sobre este posicionamento, o próprio subtítulo do jornal já se mostrava bastante sugestivo ao trazer as seguintes expressões em cada um dos lados, logo abaixo seu título: “Diga-se a verdade na terra embora desabem os ceos”, e “conte-se o caso como o caso foi. O Cão é o cão e o boi é boi.”

Natural da cidade cearense de Crateús e de origem familiar simples, Deolindo após certo período em Belém no estado do Pará, chega a Sobral no ano de 1908 e se envolve cedo nas atividades jornalística, fundando em 1912 um jornal de pequena duração intitulado *A Mão Negra*. Tal periódico é fechado devido à determinação policial, sendo reaberto no dia seguinte com um novo título: *A Mão Branca*, rendendo a prisão de seu proprietário.⁵⁴⁹²

Membro do Partido dos Democratas, o jornal *A Lucta* se destaca bastante pela irreverência e posicionamento crítico de seu redator, seguindo uma linha editorial que impingia sua opinião sobre os assuntos da política, e as programações religiosas da cidade, trazia inovações no que tange a uma imprensa ligada as atividades mundanas, divulgando a programação do Club dos Democratas do qual fazia parte, e também do Club Recreativo Sobralense, realizando concursos de beleza feminino e masculino, publicando poesias, contos e outros gêneros literários, trazendo semanalmente “o perfil de uma pessoa da boa sociedade”.

O jornal ao longo de sua produção contou com as colunas “Theatro”, por vezes grafada no plural, e “Na Ribalta”, além da seção denominada “Chroniquetas” na qual os theatros eram tema de interesse. Na capa da edição do dia 7 de janeiro de 1915, encontramos na coluna “Na Ribalta” a formulação de uma breve crítica sobre a apresentação do espetáculo infantil em prol da Santa Casa, “Flor d’Abril”, encenado por um grupo de crianças no “velho casarão da Praça do Menino Deus”. No texto, *Marcus*, possivelmente um pseudônimo, se nega a comentar o desempenho do elenco, visto o fato de ser composto por “inocentes atrizes”, elogiando o público presente, o *toilette* e os cenários usados em cena, restringindo-se a reclamar do “álacre perfume de kerosene” que movia os motores e trazia mau odor ao ambiente, e lamentando a distribuição dos papéis que “muito deixou a desejar”.

No entanto, o personagem que nos deteremos é *Justus*, alcunha usada para assinar a coluna “Chroniquetas”, que trazia crônicas sobre a sociedade sobralense, de onde é possível encontrar algumas considerações sobre a arte teatral. O primeiro texto de *Justus* comentando teatro foi encontrado no editorial d’*A Lucta* do dia 4 de maio de 1921 sob o título “A Luz da Ribalta”, quando seu autor comenta a apresentação da Companhia Nacional de Eduardo Nunes, justificando sua “blasphemia” ao arvorar-se a “crítico de arte”

“Há seguramente uns dez annos Sobral vinha sendo orphão das delicias do theatro vivo, que immortalizou Kean, Garrick, Modena, Lemaitre, Tasso, João Caetano e tanto outros. A não ser lá um dia o Samuel, o Deolindo e o Ubaldo no “Advogado em Apuros”, o velho “São João” não nos offerencia mais do que as batidas fitas que o Walter agunindamente vem arrumando lá pelo “Magestic” de Fortalesa. Por isso mesmo a Companhia Nacional, dirigida pelo festejado actor e talentoso auctor paraense Eduardo Nunes, cujo nome vem sendo pronunciado com um certo entusiasmo em todas as platéas nortistas, foi recebida com muita alegria. Eu, como já fui ajudante de ponto de uma troupe de amadores, á falta de melhor assumpto, vou aqui me arvorando a critico de arte (que blasphemia) não para elogiar ou desmerecer os artistas que em tão boa hora nos visitam, mas para externar a impressão que me deixou a estreia. Abrio o empolgante programma da cuja, a hilariante comedia – “O numero sete”, (...) Gaby Mattos com o seu commedido maxixe, trouxe agua nos beiços, não,

⁵⁴⁹² DA COSTA, Elza Marinho Lustosa. Op. Cit. p. 73

fogo ao coração de muitos rapaezinhos sentimentaes e velhotes inchiridos, Avaliese se ella quebrasse o bruto como se faz em outros logares que não neste, onde as mulheres não se embrulham com lençol porque é de sexo diferente!”⁵⁴⁹³

Na crônica, Justus que assinava assiduamente a coluna “Chroniquetas”, se lança a comentar a apresentação dos espetáculos “O numero Sete” e uma versão adaptada da opereta “Viúva Alegre”. O cronista parte da conjectura que constantemente é apresentada pelos que se dedicam a falar de teatro nos jornais da cidade, a constatação da irregularidade de programações teatrais nos palcos sobralenses, apresentada pelo articulista sob a marca de dez anos. Clovis pauta seu texto e evidenciam o lugar do qual profere seu discurso, mostrando ao público leitor conhecer de teatro, citando artistas clássicos de renome internacional como os ingleses Edmund Kean e David Garrick, o italiano Gustavo Modena, o artista luso Tasso entre outros, colocando no mesmo rol o afamado ator, considerado o precursor do teatro brasileiro João Caetano.

Ao conhecimento sobre os grandes encenadores do período se alia a aproximação com a cena local, haja vista sua alusão à encenação da comédia “Advogado em Apuros” realizada por uma “pleiade de rapazes” em novembro de 1919 no Theatro São João, tendo sua bilheteria destinada em benefício dos pobres.⁵⁴⁹⁴ Justus teria participado desta apresentação como espectador ou mesmo como membro pois afirma ter desempenhado a função de “ajudante de ponto de uma trupe de amadores”, para justificar junto ao público do jornal seu intento em comentar os espetáculos realizados pelo grupo paraense. Interessante perceber a citação ao nome de Deolindo Barreto, proprietário e redator do jornal, mencionado entre os amadores envolvidos na encenação, e que aparece dentro das pesquisas fazendo parte do grupo de jovens que mantinham um pequeno grupo teatral vinculado ao Theatro do Club dos Democratas. Deste modo, lembrando o caso de Vicente Loyola e o pseudônimo usado por este para redigir sobre teatro nas páginas dos jornais *A Ordem* e *O Rebate*, e o fato de *Justus*, colunista do jornal de Deolindo afirmar ter participado de atividades teatrais, bem como o próprio redator dono d’*A Lucta*, nos faz levantar uma hipótese: seria *Justus* um pseudônimo adotado por Deolindo Barreto para escrever em seu jornal?

Em pesquisa intitulada “Sentimentos no sertão republicano: imprensa, conflitos e morte – a experiência política de Deolindo Barreto (Sobral 1908-1924)”, a historiadora Chrislene Carvalho dos Santos ao tratar sobre a produção do jornal “A Lucta” o processo de produção do bissemanario que “Na pequena e mal iluminada sala da gráfica situada à rua Padre Fialho, em Sobral, o tipógrafo, diretor e proprietário, Deolindo Barreto Lima, conversava com alguns colaboradores. Discutia com Justus, Atualpa e Paixão Filho.” Sobre Justus, a pesquisadora pondera:

Justus foi o pseudônimo adotado por um dos mais instigantes colaboradores de *A Lucta*, sem capacidade sutil de crítica, despertou curiosidade de si, como foi destacado em: Verdades a Retalho. In: *A Lucta*, 18 de fevereiro de 1915. em que foi relatada a curiosidade do público em saber quem era o jornalista que assinava “croniquetas”, cujo pseudônimo significa reto, homem virtual e imparcial; era um jornalista conhecido, “revoltado, mas tão intransigente quão sagaz, não transgride um caminho da razão e sabe ferir de leve, diplomaticamente. O redator gosta da sua escrita,

⁵⁴⁹³ *A Lucta*, 4 de maio de 1921.

⁵⁴⁹⁴ Jornal *Correio da Semana*, 26 de outubro de 1915.

do seu jeito de colorir os defeitos da sociedade com alto relevo; e uma dose homeopática da filosofia social.⁵⁴⁹⁵

Embora, Santos não atribuía o cognome do cronista das “chroniquetas” ao proprietário do jornal, associando-o a participação de um colaborador externo, e nossa hipótese não permita uma constatação efetiva, Justus e Deolindo guardam entre si a semelhança de uma escrita mordaz e bastante tenaz em tecer críticas à sociedade sobralense, onde uma atriz ao dançar sob o palco traz “agua nos beiços” e “fogo ao coração de muitos rapaezinhos sentimentaes e velhotes inchiridos”. *Justus* em sua coluna constantemente usava de seu humor pertinaz e ironia para levar as páginas do semanário *A Lueta*, nos legando fascinantes críticas a sociedade sobralense, seus hábitos e costumes.

A coluna “Chroniquetas” de número 40 teve como título “Uma visita ao theatro S. João”, propõe aos seus leitores a acompanhar-lhe durante uma noite a uma visita ao theatro, descrevendo o lugar e sua estrutura física, fragmento já exposto no tópico sobre a construção das casas de espetáculos em Sobral; assim como os hábitos de seus frequentadores, traçando um relato sobre o cotidiano vivenciado pelos espectadores dos espetáculos e sessões de cinema, montando ao mesmo tempo uma interessante análise da vida cultural da cidade, os modos, costumes e hábitos da população relacionados à vida teatral sobralense.

Acompanha-me hoje, leitor amigo, ao nosso theatro. Para que não te ponhas lá com exigências, notando a falta de conforto e até mesmo de cadeiras, previno-te desde já que aquillo não é do governo; é de uma dúzia de patriotas beneméritos que na seca de 77, querendo dar serviço ao povo faminto, nos dotou com esta casa de espectaculos. É de uma sociedade anonyma, feita a imagem e semelhança de tantas outras que por aqui existem, sem nenhum cunho de legalidade, como por exemplo a Ferro Carril. O encarregado dessa, porem, sem agravo aos demais, mantém uma escripta honestamente elaborada, de forma que, se os accionistas não percebem lucros, é porque a receita, muito diminuta, é toda applicada a concertos e reparos. Estaes achando longe, o theatro? Lá isto é verdade. A sociedade foi infeliz na escolha do local e collocou o theatro num dos extremos da cidade, o que tira a vontade de frequental-o nos que moram no outro extremo. É verdade que temos bond depois do espectáculo, mas este, coitado, tem uma lotação tão pequena, que quase não podemos contar com o seu concurso. Afinal, eis-nos chegado. Vês que grande movimento e concorrência aqui à frente do theatro? Dir-se-ia que é animadora a frequencia ao espectáculo. Mas não te illudas, lá dentro não está ninguém. Isto é apenas o “sereno”, o nosso povo é fanático por um “sereno”. E, se duvida, entremos. [...]. Ouves? Parace estão pralli a dizer que não há espectáculo, por falta de frequencia, mas não te impacientes, aqui é isto mesmo: annuncia-se o espectáculo para as 7 horas e leva-se até 9 esperando pelos frequentadores que á esta hora já estão nos braços de Morpheu, sonhando que uma vez tinha espectáculo e elles quando iam deixando o leito, se accordaram na occasião em que o espectáculo terminava. E o que mais me aborrece aqui é essa massada. Dizem que a Job (Jó) nunca faltou a paciência, isto, porém, não admira, porque elle nunca veiu ao cinema no S. João e nem nunca viajou aos trens de Sobral. Justus

⁵⁴⁹⁵ SANTOS, Chrislene Carvalho Dos. **Sentimentos no sertão republicano**: imprensa, conflitos e morte – a experiência política de Deolindo Barreto (Sobral 1908-1924). Campinas, SP: [s. n.], 2005. p. 75

Justus em sua crônica quebra com qualquer possibilidade de charme, elegância ou glamour em torno da frequência as casas de espetáculos da cidade, mostrando a partir de seu ponto de vista, que ir a uma apresentação no São João poderia ser um programa capaz de tirar a paciência até mesmo de Jó. Assim, sua crônica relata um prédio mal localizado, sem condições ideais de acesso, sem estrutura mínima como cadeiras e mobiliário, com apresentações começadas com atraso ou ameaçadas constantemente de cancelamento devido à ausência de público, que poderá ser encontrado do lado de fora do teatro, no sereno, ou em suas casas a dormir, evidenciando uma falta de afinidade e permanência de hábitos que não condizem com o padrão de sociabilidade e de vida noturna das cidades modernas

Em certos termos, e guardada a ironia e possíveis excessos do estilo de suas crônicas, o texto de Justus parece mostrar que a ausência de público e de programação constante era um dos problemas com que lidava a imprensa local, ao noticiar e, sobretudo, fazer propagandas sobre as atividades teatrais em Sobral. Portanto, muitas são as estratégias adotadas pelos jornais sobralenses, matérias, reclames e propagandas, com o intuito de atrair o público a propiciar uma “boa enchente” aos grupos e companhias que faziam as diversões do palco nas noites da cidade.

Considerações finais

As matérias e propagandas impressas nas páginas dos periódicos foram, durante a pesquisa, a principal ferramenta para construção de uma listagem das diversas apresentações, grupos e artistas que, parafraseando o dramaturgo alemão Bertolt Brecht, sob a luz sob a luz de “sóis postiços” ante a uma plateia nem sempre silenciosa, compuseram com sua arte a vida teatral sobralense no período que vai da construção de suas primeiras casas de espetáculos na segunda metade do século XIX e as três primeiras décadas do século seguinte.

Portanto, os jornais se configuravam como o principal instrumento não somente de informação das programações artísticas e da vida teatral da cidade, mas, sobretudo, na formação e manutenção de plateia, buscando que Sobral e “brilhante platéia sobralense” esteja através da prática de ir aos espetáculos teatrais em sintonia com as “cidades civilizadas” e “centros mais adiantados”. Contudo, neste processo de divulgação, os jornais na medida em que indicavam espetáculos e companhias dramáticas, também podiam discordar quanto a qualidade dos números dramáticos, e especialmente no que tange as questões morais que poderiam envolver as apresentações.

Nesse sentido, como a máxima cunhada pelo próprio Clovis que afirmava que “dizer teatro é dizer imprensa”, apresenta teatro e jornais enquanto dois instrumentos que estavam postos a favor das ideias de urbanidade e de progresso na cidade de Sobral. Onde o palco e as atividades cênicas alimentavam e faziam rodar as tipografias da imprensa local, e suas folhas e periódicos uniam em uma das frases mais recorrentes das notícias, propagandas e crônicas sobre a arte teatral dentro do recorte pesquisado, misto de reclame comercial e apelo social, que saído dos impressos, circulava nas residências dos letrados, nas casas comerciais, nos cafés e bares, e reverberava nas ruas e praças da cidade dizendo: “Ao Teatro! Sobralenses!”

HISTORIOGRAFIA HOJE E AS ARTES VISUAIS DE JOÃO CÂMARA NOS ANOS DE 1960: A INSERÇÃO NO CAMPO DE PRODUÇÃO ARTÍSTICA ⁵⁴⁹⁶.

*Eduardo José de Castro*⁵⁴⁹⁷
educastro1703@gmail.com

Resumo: Encarar a história como uma operação é, segundo Michel de Certeau, tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar, um procedimento de análise e uma construção textual. Assim apresenta-se esta proposta de pesquisa, onde se pretende compreender as relações sociais e artísticas dos primeiros anos de produção do pintor paraibano radicado em Olinda (Pernambuco), João Câmara. Neste sentido, é importante perceber os deslocamentos do campo de produção artístico pernambucano em relação ao cenário nacional. O estudo será feito a partir da leitura dos significados dos seus atos, de suas redes de sociabilidades, suas passagens pelos Salões de Arte, para compreender como se dá sua inserção e ascensão no universo artístico. Assim, o percurso deste estudo se estende entre 1962, início de sua vida profissional artística, com o prêmio de pintura no XI Salão do Estado de Pernambuco, a 1973, onde obtém sucesso de críticas e vendas nas galerias do Rio de Janeiro e São Paulo.

Palavras-chave: História, João Câmara e Campo de Produção Artística.

As preocupações referentes a narrativa historiográfica antecedem a muito os nossos tempos, perpassando por períodos de dúvidas quanto a sua incompletude na hora de descrever “aspectos importantes do passado”⁵⁴⁹⁸.

“A historiografia, como a história, parece se repetir – com variações. Muito antes do nosso tempo, na época do Iluminismo, já se atacava a hipótese de que a história escrita deveria ser uma narrativa dos acontecimentos. Os críticos incluíam Voltaire e o teórico social escocês John Milar. (...) Desse ponto de vista, a chamada ‘Revolução Copérnica’ liderada na historiografia por Leopold van Ranke no início do século XIX, parece muito mais uma contra-revolução (sic), no sentido de que trouxe os acontecimentos de volta ao centro do palco”.⁵⁴⁹⁹

No início do século XX, na França, o ataque ao que era denominado “história dos acontecimentos” era feito, sobretudo, por Lucien Febvre e Fernand Braudel, representantes da chamada “escola dos Annales”, defendendo que os historiadores deveriam considerar as estruturas mais seriamente que os acontecimentos. Esse debate é certamente mais profundo do que esse artigo se pretende. Mas é certo que “o filósofo, também francês, Paul Ricoeur tem razão quando fala do “eclipse” da narrativa histórica em nosso tempo”.⁵⁵⁰⁰

⁵⁴⁹⁶ Texto inicialmente produzido para o trabalho de monografia, apresentado no Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco e orientado pela Profa. Dra. Joana D’arc Lima, intitulado “Cenas Visuais e Escritas de Si João Câmara Filho: Entre a Memória e a Investigação Historiográfica (1962-1981)”, revisado e ampliado para o *V Seminário Internacional História e Historiografia*.

⁵⁴⁹⁷ Aluno de mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Título do projeto: O Recife diante das Cenas da Vida Brasileira de João Câmara Filho: Arte e Instituição - Galeria Metropolitana de Arte do Recife (1981)”, Orientador: Antonio Paulo de Moraes Rezende; Coorientador: Joana D’arc Lima Contato: educastro1703@gmail.com

⁵⁴⁹⁸ BURKE, Peter A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In **A Escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP 1992, p. 330.

⁵⁴⁹⁹ BURKE, **op. cit.** p. 327.

⁵⁵⁰⁰ BURKE, **op cit.** p. 328.

Ao longo do século XX, a historiografia descobriu que é possível fazer uma narrativa densa o bastante para lidar não apenas com a sequência dos eventos⁵⁵⁰¹, mas também com as chamadas estruturas – as instituições, os significados dos modos agir e lhe dá com o mundo –, fazendo com que Paul Veyne afirme:

“A história é uma narrativa de eventos: todo o resto resulta disso. Já que é de fato, uma narrativa, ela não faz reviver esses eventos, assim como tampouco o faz o romance; o vivido, tal como ressaí das mãos do historiador, não é o dos atores; é uma narração, o que permite evitar alguns falsos problemas”.⁵⁵⁰²

A partir dessas reflexões podemos concordar com o historiador norte americano David Lowenthal, quando afirma que “o conhecimento histórico é consensual por sua própria natureza”⁵⁵⁰³. Nenhum relato histórico corresponde precisamente ao verdadeiro passado, e são três os fatores que limitam o que pode ser conhecido. Em primeiro lugar a imensidão do passado, seguido pelo entendimento da diferença entre passado e relato, em outras palavras, “a narrativa histórica não é um retrato do que aconteceu, mas sim uma história sobre o que aconteceu”⁵⁵⁰⁴, por fim, a existência do preconceito presentista.

Esse último fator que limita o conhecimento histórico na análise do norte americano pode ser posto em paralelo com as análises do historiador francês Michel de Certeau, quando este pensou a *operação historiográfica*⁵⁵⁰⁵. Para o francês, certamente, não existem considerações, nem leituras, capazes de suprimir a particularidade do lugar de onde se fala e do domínio em que se realiza uma investigação. Compreender, para Certeau, é analisar em termos de produções localizáveis o material que cada método instaurou inicialmente segundo seus métodos e pertinência. Assim, “na historiografia, como em qualquer outra coisa, uma prática sem teoria desemboca necessariamente, mais dia menos dia, no dogmatismo de ‘valores eternos’ ou na apologia de um ‘intemporal’”⁵⁵⁰⁶. Encarar a historiografia como uma operação é, segundo o Michel de Certeau, tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar (uma profissão), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura).

Explicar o passado no presente é explicar pós-acontecimentos, em retrospectivo, ou seja, conhecemos o futuro do passado. Assim acreditamos que para mergulharmos hoje sobre a história artística de João Câmara Filho, a narrativa historiográfica da História Cultural operacionalizada, sobretudo, pelo historiador Roger Chartier, nos aproxima mais dos significados experienciados por Câmara e os outros atores no momento em que viviam.

O passado esconde segredos e sentimentos, mas o tempo mantém, em meio a rupturas, normas e valores sociais que marcam, ou melhor, dividem também a vida social entre digno de atenção e o descartável, entre os profissionais e os amadores. A vida profissional de João Câmara dentro do mundo artístico inicia logo cedo, em 1962, aos 18 anos, o pintor faz sua estreia. Participa da exposição da *II Mostra Panorâmica do Estado de*

⁵⁵⁰¹ Peter Burke usa o termo acontecimento, todavia aqui no artigo optamos por “evento”, pensando a partir de Paul Veyne em sua obra *Como se escreve a história*, na qual “um evento destaca-se sobre um fundo de uniformidade, é uma diferença, algo que não poderíamos conhecer *a priori*”. VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história**; Foucault revoluciona a história. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ª ed., reimpressão – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008, p. 19.

⁵⁵⁰² VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história**; Foucault revoluciona a história. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ª ed., reimpressão – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008, p. 18.

⁵⁵⁰³ LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. In **Revista Projeto História** (Puc-São Paulo). Trabalhos de memória. Número 17. Novembro 98, p. 110.

⁵⁵⁰⁴ LOWENTHAL, op. cit. p. 111.

⁵⁵⁰⁵ CERTEAU, Michel. *A Escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica [de] Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

⁵⁵⁰⁶ CERTEAU, op. cit. p. 66.

Pernambuco – 50 anos de Pintura em Pernambuco, e recebe o primeiro prêmio de pintura do no *XI Salão do Estado de Pernambuco*. Ultrapassando as fronteiras do estado, no Salão Universitário de Belo Horizonte, obtém o 1º prêmio em pintura e o 2º prêmio em desenho. Nesse ano recebeu da crítica elogios para além da qualidade técnica, incluindo o vigor de sua temática, segundo Andréia Farah Vicente, “voltada aos assuntos de crítica social”.⁵⁵⁰⁷

Com o dinheiro da premiação João Câmara montou um atelier em uma pensão no bairro dos Coelhos, Recife. Local onde recebia artista e amigos, transformando o atelier num local de afeto e aprendizado, um “microclima” aos olhos do historiador Jean-François Sirinelli. João Câmara também trabalhou no ateliê +10. O grupo +10, formado por João Câmara, Anchises Azevedo, Maria Carmem, Vera Carmem, Liedo Maranhão, Vicente do Rego Monteiro, Montez Magno, Wellington Virgulino e Helena Farias, iniciou uma nova fase para as artes plásticas do Recife, pela oportunidade de intercâmbio de conhecimento entre os artistas mais jovens e os mais experientes, principalmente pela presença de permanente Vicente do Rego Monteiro e a esporádica de Cícero Dias, principais representantes da fase modernista e incentivadores das artes no estado, que atuavam como colaboradores e, sobretudo, orientadores dos jovens artistas desse ateliê.

Estes espaços criam “redes”, que são formadas a partir de estruturas elementares de sociabilidade. Entre 1966 e 1967, João Câmara escreveu para os jornais *Diário de Pernambuco* e para o *Jornal do Comércio de Pernambuco*, se estendendo no *Diário* até 1969. Sua escrita versou sobre teoria e crítica de arte. As redações dos jornais também são consideradas espaços de trocas e sociabilidades, nelas o pintor também expandiu seus atos e laços, conheceu pessoas e aumentou sua rede de sociabilidade. Podemos perceber a versatilidade nos deslocamentos realizados por João Câmara, sabendo trabalhar em coletivo, conseguindo se posicionar, marcando presença no panorama da arte pernambucana. Sua atuação no estado contribuiu para começar a se posicionar, mesmo jovem, no cenário artístico nacional.

Em 1965, um ano antes de atuar nos jornais, João Câmara participou da coletiva, *Seis Artistas Pernambucanos*, em Porto Alegre, ao lado de artistas consagrados e colegas, como Francisco Brennand, Wellington Virgulino e Gilvan Samico. Segundo a pesquisadora Andréia Maria Farah Vicente, “artistas cujas obras põem em seu foco o Nordeste, ao seu olhar, sua ótica artística, visando retratá-la, conhecidas como obras de cunho regionalista”⁵⁵⁰⁸. Estar ao lado desses artistas fora do estado de Pernambuco foi muito representativo para João Câmara, foi o momento em que tecia e estendia sua rede de sociabilidade, foi visto e criticado, para além das fronteiras pernambucanas. Há também descuidos e desencontros nas histórias, nesse mesmo ano Câmara foi recusado na VIII Bienal Internacional de São Paulo, mesmo com a presença de Clarival do Prado Valladares na equipe de curadores. O crítico Clarival do Prado Valladares se tornará um grande aliado de João Câmara nos anos seguintes.

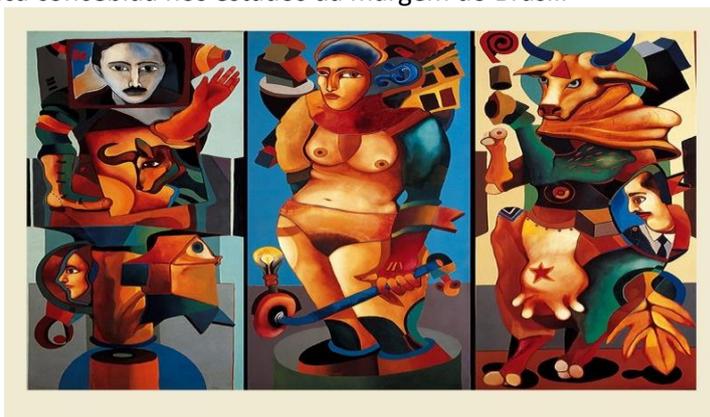
É imprescindível nesse momento fazer uma retrospectiva aos anos anteriores. Antes dos anos 1960, a produção dos centros dominantes estaria imbricada ao movimento de buscar no estrangeiro, nas metrópoles, os embasamentos de sua formação, mas, em contrapartida “as identidades latino-americanas estariam sempre, portanto, sob o signo da miscigenação, do hibridismo, do ‘atraso’ e, no mínimo, do descompasso em relação à metrópole”⁵⁵⁰⁹. Paradoxalmente, a própria arte produzida no Brasil, se viesse fora do eixo Rio/São Paulo, também sofria preconceito nos salões desses centros. Ou seja, o mesmo

⁵⁵⁰⁷ VICENTE, Andréia Farah. **A “morte” da pintura em questão**: a obra de João Câmara e Siron Franco nas décadas de 1960/1970. Universidade Estadual de Campinas, Campinas: Instituto de Artes, 2009, p. 47.

⁵⁵⁰⁸ VICENTE, **op. cit.** p. 48.

⁵⁵⁰⁹ SOUZA E SILVA, Thatianna Nunes de. **A Crítica de Arte e A Exposição das Diferenças**: O efeito da crítica Jornalística no processo social da legitimação da produção artística de João Câmara Filho. Recife: dissertação apresentada Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, 2006, p. 56.

processo penoso de reconhecimento do trabalho artístico realizado nos países periféricos, caso da América Latina, pelas metrópoles, Europa e Estados Unidos, era vivenciado pela produção artística concebida nos estados da margem do Brasil.



Tríptico para a Cidade do Recife, 1968. Óleo sobre madeira 275 x 366cm.

O fazer pictórico de Câmara era permeado por deslocamento, o traço regionalista não se sobrepõe ao seu olhar sobre o mundo, sobre sua realidade. A respeito da singularidade na obra de João Câmara Filho, Almerinda da Silva Lopes comenta:

Sem que lhe possamos negar singularidades intransferíveis, essa imagística universal de Câmara deixa transparecer, também, as raízes culturais do autor e o forte resíduo regionalista, seja nas cores, às vezes incendiárias, na extravagância das estampas dos tecidos e na decoração kitsch, seja na ação dominante do homem em relação à mulher, na erotização e particularidade dos corpos. É através desse contexto que traduz a sua maneira de ver, pensar e sentir, pondo em destaque valores, aspirações, mazelas e contradições humanas.⁵⁵¹⁰

O primeiro grande voou de João Câmara foi como artista representante do Brasil na *III Bienal Americana de Córdoba*, que aconteceu na Argentina em 1966, a convite de Clarival do Prado Valladares, que também indicou, além de João Câmara, Rubens Gerchman, Antônio Dias, Flávio Império e Abraham Palatnik. Na ocasião desta indicação houve resistência por parte de alguns artistas do centro Rio/São Paulo em aceitar Câmara para a representação brasileira, pois consideravam a atitude precipitada por considerá-lo um menino e que poucas vezes havia saído da sua província. Além disso, alguns artistas referiam-se a João Câmara como “um primitivo a mais”, por ser um artista do nordeste brasileiro. Segundo Vicente,

Aqueles que se rebelaram foram, mais precisamente, Antonio Dias e Rubens Gerchman, que só aceitaram entregar suas obras para esta exposição na condição do texto de apresentação não ser da autoria de Clarival este, imediatamente, concordou em não escrevê-lo, evitando assim a desistência dos dois pintores – mesmo assim, Clarival continuou atuando na defesa da obra de Câmara.⁵⁵¹¹

Convém perceber, à luz das teorias e noções do sociólogo Pierre Bourdieu, que a formação simbólica de um espaço social como o universo das artes, depende, entre outros fatores, da capacidade coletiva que um determinado grupo de constituir um mínimo de base consensual de procedimentos (práticas), e valores (representações) relevantes que seja

⁵⁵¹⁰ LOPES, Almerinda da Silva. **João Câmara, o revelador de paradoxos políticos e sociais**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 54.

⁵⁵¹¹ VICENTE, op. cit. 2009, p 49.

comum a todos os integrantes, o que para o sociólogo é o *Habitus*. As noções de Bourdieu nos auxiliam a identificar o modo como em diferentes lugares e momentos, uma determinada “verdade” social é forjada, imaginada e dada a compreensão – objetivo da História Cultural⁵⁵¹². Isto não significa dizer que estas práticas sejam necessariamente racionais. Por exemplo, no caso da *III Bienal Americana de Córdoba*, a insatisfação dos agentes deu início a uma série de boicotes a mostra como protesto a indicação de João Câmara Filho. Clarival Valladares e Carmen Portinho, organizadores da comissão de representação brasileira, sofreram dificuldades para arrecadar fundos para sustentar a participação do país na Bienal.⁵⁵¹³

Podemos considerar tanto o interesse de Valladares pelas obras de Câmara quanto à escolha do artista para a representação nacional, como um primeiro passo por parte da crítica de arte nacional para repensar os pré-conceitos herdados do modernismo em relação à produção que se realizava longe dos grandes centros. João Câmara recebeu na Bienal o prêmio Placa de Ouro da Bolsa de Comércio de Córdoba, tendo sido escolhido por um corpo de jurados internacional, composto por Alfred Barr J., fundador e diretor do Museu de Arte Moderna de Nova York, Sam Hunter, ex-diretor do Jewish Museum crítico e historiador americano, e Carlos Villanueva, crítico e arquiteto de Caracas. Analisando os significados, e seus desdobramentos, da inicial recusa, bem como sobre a premiação posterior, Frederico Morais teceu algumas considerações importantes:

[João Câmara] ousava ser ele próprio, usava seus próprios parâmetros, que eram também de sua região, que sempre foi um núcleo de resistência encarada como campo crítico (...). Mas por ser um artista de província, que não integrava o círculo privilegiado dos artistas de vanguarda, foi logo considerado um primitivo. E descartado. A crítica da época fez eco a tal posição. Mas **o júri internacional da Bienal de Córdoba decidiu premiá-lo, impondo à crítica brasileira a primeira de uma série de revisões em relação à obra de Câmara**. Na verdade, não se tratava ainda de revisão, pois a crítica desconhecia sua obra. Tratava-se de revisar um preconceito, o de que só produz boa arte no eixo Rio - São Paulo.⁵⁵¹⁴

Para Andréia Farah Vicente, o crítico de arte se refere a uma ideia de arte brasileira que se formou nas décadas de 1920 e 1930, construídas a partir das produções da geração de artistas da fase modernista, como Tarsila do Amaral, Di Cavalcanti, Anita Malfatti, entre outros. Entretanto, Vicente também acredita que foi ao longo da década de 1960 que se iniciou um movimento por parte dos estudiosos para rever estas questões em relação à produção artística e cultural ao que é regional e ao que transcende os limites geográficos modernistas, como foi o caso de Clarival do Prado Valladares.

Clarival do Prado Valladares nasceu na Bahia, foi historiador e crítico de arte brasileira, também dedicou seus estudos à reconstrução da história e das artes no Nordeste. Em 1965, compôs o corpo de jurados da *VIII Bienal Internacional de São Paulo* e participou ativamente da exposição *Propostas 65*, realizada na Fundação Armando Alvares Penteado/SP. Valladares contribuiu também com o texto de abertura do catálogo desta exposição, junto a críticos e

⁵⁵¹² CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1996.

⁵⁵¹³ SOUZA E SILVA, op. cit. VICENTE, op. cit.

⁵⁵¹⁴ MORAIS, Frederico. *Cenas da vida Brasileira, 1974/1980*. In CÂMARA, João. **João Câmara: Trilogia**. Vol 1. São Paulo: Kakano Editora, 2003, p. 35. Grifos meu. As posições estéticas e políticas de João Câmara Filho sempre se impuseram à crítica, tirando-a de seu lugar de conforto e se pondo em reflexão. O crítico Tadeu Chiarelli comentou sobre problemática acomodação a que teve que se submeter o sistema de arte brasileira para a recepção do trabalho de Câmara, chegando a questionar se, por exemplo, série *Cenas da Vida Brasileira 1930-1954*, foram verdadeiramente assimiladas pela historiografia brasileira.

artistas como Aquino, Hélio Oiticica, Jorge Mautner, Sérgio Ferro, Waldemar Cordeiro, Mário Schenberg e Pedro Escoteguy. Era, portanto, conhecedor tanto da cultura nordestina quanto do debate em torno das idéias vanguardistas.

Clarival Valladares aproximou as obras de João Câmara aos artistas pertencentes à nova figuração, certamente em função da temática e pelo declarado interesse que Câmara tinha por questões relacionadas à política e ao homem, que são expressas pelo artista através da decomposição e reorganização do corpo humano associado à máquina ou retratado executando alguma função incomum. Suas primeiras telas já traziam esta característica, como é o caso de *Lição de Anatomia* (1965-66) e *Ascensão em ciclo* (1966), justamente as que foram escolhidas por Clarival Valladares para compor o conjunto enviado à *III Bienal de Córdoba*.



Homenagem a Sheldon, 1967. Óleo sobre madeira 220 x 160cm.

O que significavam aqueles corpos decompostos, fragmentados, e ao mesmo tempo tão exuberantes naquelas telas? Crítica social e política? A situação da sociedade mostrava que a confusão é generalizada, mas sob o tapete. Havia labirintos sem saídas. A censura e a vigilância até impediam que os cidadãos gozassem amplamente de seus direitos sociais e políticos. Para os críticos, a descontinuidade na representação do corpo humano pode estar associada à fragmentação do sujeito ou à limitação de suas ações⁵⁵¹⁵. Metáforas para questionar o período, mas sem apontar fatos específicos. É a partir de associações entre forma e conteúdo das suas telas que a significação se completa.

A história está sempre nos lembrando de desafios. Ninguém consegue ficar alheio aos contrapontos que se formam no cotidiano. As disputas e conflitos permeiam a história, assim não seria diferente o caso com João Câmara Filho e seu deslocar para o mundo das artes. Outro grande embate ocorreu em dezembro de 1967, quando Frederico de Moraes, organizador do *IV Salão de Arte Contemporânea de Brasília*, convidou João Câmara Filho para participar do Salão. Dominado pela vanguarda brasileira, o júri ficou na querela entre Hélio Oiticica e o que na época chamaram de “escola pernambucana” representada, no salão, por João Câmara e Anchises Azevedo. Segundo Almerinda, Oiticica contava com os votos dos representantes da vanguarda do Júri: Frederico Moraes e Mário Pedrosa. Por outro lado, Clarival Valladares e Walter Zanini defendiam Câmara. “Ao final de uma longa discussão, com o voto favorável do quinto jurado, Mário Barata, decidiu-se conceder à Câmara o grande prêmio. O pintor foi premiado pelas obras em óleo sobre tela *Homenagem à Sheldon* e o tríptico *Exposição e Motivos da Violência*, ambos de 1967, e Hélio Oiticica participou com uma obra de caráter multissensorial, que ganhou a referência especial do júri.

⁵⁵¹⁵ Chiarelli, 2003; Souza e Silva, 2005; Vicente, 2009



Exposição e motivos da violência, 1967. Óleo sobre madeira com elementos em relevo 190 x 480cm.

Para Thatianna Nunes, ao refletir o sentido da obra e da destreza de João Câmara e colocá-lo com Anchises Azevedo como “o grupo de pintores pernambucanos”, o júri parecia deixar clara a intenção de destacar a pintura pernambucana e diminuir o impacto da premiação isolada concedida à Câmara. Todavia é importante lembrar que o Nordeste é tema em âmbito nacional nesse momento. Na política (debate sobre a SUDENE), na cultura (Centro Popular de Cultura da União Nacional de Estudantes, Paulo Freire, Josué de Castro, por exemplo), assim, parece também relevante para os críticos nacionais abordarem os nordestinos em bloco.⁵⁵¹⁶

Frente às divergências diante da escolha, Mário Pedrosa julgou, nesta ocasião, necessário refletir sobre as questões referentes à produção periferia/centro e o fez através de um documento intitulado *Perspectiva de Brasília*.

(...) O júri do IV Salão de Arte Moderna do Distrito Federal, ao deliberar sobre a concessão do Grande Prêmio Regulamentar, deparou-se com alguns nomes de artistas que se impuseram de imediato, ao seu julgamento. De um lado, Hélio Oiticica, artista carioca de profundas raízes urbanas, representa a vanguarda brasileira em suas invenções mais originais e aberturas experimentais mais desinibidas, sendo, também, considerado, hoje, um dos pioneiros no mundo da arte ambiental, o júri não podia deixar de cogitar seu nome para o grande prêmio. Em face dele, a representação pictórica de Pernambuco traz uma nova nota para o Salão: João Câmara, contribuindo para a pintura brasileira com um elemento que faltava: o valor descritivo do protesto social. (...) Da perspectiva de Brasília, o júri terminou por fixar-se na contribuição pernambucana que assim se integra no ecúmeno da arte brasileira, destacando, porém, o nome de Hélio Oiticica para a referência especial.⁵⁵¹⁷

Pelas palavras de Mário Pedrosa, destacamos uma dualidade presente na produção brasileira – a produção do Brasil em diálogo com o mundo, representada por Hélio Oiticica

⁵⁵¹⁶ O cinema novo está produzindo de maneira vanguardista e trazendo para exhibir nas telas as imagens do nordeste brasileiro, suas temáticas e representações – é importante lembrar que a maior referência no cinema novo, Glauber Rocha, é baiano. No Teatro opinião sai Nara leão e entra Maria Bethânia - cantando carcará. Desse o início dos nos 1960 que a tonica na produção artística vai ser entre as temáticas: o rural e urbano; participação e transformação. Assim, é possível pensar que a presença do grupo nordestino de Pernambuco nas artes plásticas tem uma razão de ser. Os críticos estão afinados como essas produções e com a força poética e política que vem para discutir e ampliar essas temáticas.

⁵⁵¹⁷PEDROSA, Mário. *Perspectiva de Brasília*. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1967. In. VICENTE, op. cit. p.62.

carioca, e uma produção pernambucana em diálogo com o Brasil, representada por Câmara. Ao ser premiado, João Câmara Filho conseguia transpor uma barreira e acrescentar valor simbólico a sua arte. O desfecho do Salão de 1967, através das premiações e críticas, mais do que colocou o sistema social de arte a par do que se fazia fora dos grandes centros como consagrou esses agentes e essa arte.

Do *IV Salão de Arte Contemporânea de Brasília* também saiu a polemica entorno das mudanças em que a arte vivenciava, nesse salão criou-se a categoria Objeto. A categoria gerou polêmica e também interferiu nos critérios adotados pelo júri para a escolha das obras. Um acontecimento peculiar, e merece nota, foi o fato do artista Nelson Leiner ter inscrito um Porco Empalhado nesta categoria e, segundo Andréia Maria Farah Vicente, ter afirmado tempos depois que o fez como provocação. Provocação, que foi interpretada, ao sistema da arte naquele momento, e, a tudo que o país estava vivendo⁵⁵¹⁸. A incerteza também navega nos saberes, sobretudo quando lembramos que o país vivia momentos conflitantes.

A ação da ditadura tornava-se cada vez mais intensa. Neste salão, Cláudio Tozzi e José Roberto Aguilar tiveram seus trabalhos retirados pelos militares, por serem considerados contrários ao governo, e o mesmo aconteceu com a *II Bienal da Bahia*, em 1968, fechada pelo governo militar. Vale estranhar que a obra de João Câmara passou “despercebida” à ditadura. Em tempos de perseguição e prisão de artistas cujas obras opunham-se ao governo, parecia estranho que as telas de Câmara, com representação de objetos e outros elementos que se referiam à violência, como facas, sangue, parafusos, passassem despercebidas pelos agentes do Serviço Nacional de Informação.⁵⁵¹⁹

Os salões, portanto, facilitam o “confronto” entre as *neovanguardas* e as diferentes produções artísticas brasileiras e permitiram a visibilidade de artistas pertencentes a outras regiões. Além de João Câmara, despontava para o grande cenário Humberto Espíndola, que também participou *IV Salão de Arte Contemporânea de Brasília*, e Siron Franco, artistas que, gradativamente, estavam sendo reconhecidos. Suas obras trouxeram uma nova discussão para a pintura brasileira, sem romper totalmente com suportes tradicionais.

Os fatos históricos são atemporais e descontínuos, até serem entrelaçados em narrativas históricas. “Não vivenciamos um fluxo de tempo, apenas uma sucessão de acontecimentos”⁵⁵²⁰. Assim, seguiremos para o desembaralhamento das experiências de Câmara com o Salão Nacional de Arte Moderna do Rio de Janeiro, a fim de entender os significados dentro dos acontecimentos.

A primeira experiência é em 1969, João Câmara inicia sua participação no Salão Nacional de Arte Moderna do Rio de Janeiro, concorrendo com o tríptico *Dissertação para o Terceiro Mundo*. Poder-se-ia dizer que a participação do pintor no Salão seria consequência, em parte, de alguns critérios de consagração instituídos pelo próprio campo, tais como as premiações conquistadas na Bienal de Córdoba e no salão de Arte Moderna de Brasília. Nesse primeiro momento não consegue o grande prêmio, porém atíça a crítica, conseguindo revelar as fissuras nas interpretações dispares presentes nas redes de produção de sentido e legitimidades no cenário das artes. Em 1970 e 1971 a história se repetiu, João Câmara não conseguiu o prêmio, mas expande o debate entorno do papel da crítica representada nos jurados.

Em 1972, foi a participação mais emblemática. Câmara perde novamente, mas dessa vez a situação seria o inverso da ocorrida no Salão de Brasília. A crítica ficaria do lado dele e

⁵⁵¹⁸Annateresa Fabris, historiadora e doutora em artes pela Universidade de São Paulo, organizou o livro *Modernidade e Modernismo no Brasil*, que aprofunda esse debate, sobretudo no primeiro capítulo o qual traz um panorama sobre a arte brasileira e estabelece um parâmetro entre arte moderna e vanguarda e, para Fabris, em umas dessas relações está a ideia da vanguarda como uma crítica à “instituição arte”.

⁵⁵¹⁹O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi criado pela lei nº 4.341 em 13 de junho de 1964 com o objetivo de supervisionar e coordenar as atividades de informações e contrainformações no Brasil e exterior. Em função de sua criação, foram absorvidos o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI-1958) e a Junta Coordenadora de Informações (JCI-1959).

⁵⁵²⁰LOWENTHAL, op. cit. p 119.

contra o júri. Inconformados, críticos como José Roberto Teixeira Leite (O Globo), Mário Barata, (Jornal do Comercio – RJ), Frederico Morais (Diário de Notícias), entre outros, expressaram seus protestos àquilo que tomaram por injustiça. De “um primitivo a mais” João Câmara Filho passara a ser “unanimemente reconhecido pela crítica como um dos melhores pintores brasileiros de sua geração”⁵⁵²¹. José Roberto analisou o embarço fazendo ressalvas contundentes:

Profundamente discutível a atitude do júri do XXI Salão de Arte Moderna, ignorando o envio do pintor e gravador João Câmara Filho, de longe a maior presença do certame. Regina Vater a quem foi concedido o prêmio de viagem à Europa, é artista de valor, cuja atual fase de pesquisa não suporta, porém, confronto com a linguagem adulta, pessoal e perfeitamente articulada em que se expressa Câmara.⁵⁵²²

A crítica de arte apresentou nesse momento a característica intrínseca toda relação social, de estar em trânsito constante.

Falando do Salão Nacional de Arte Moderna de 1972 não se pode omitir o desagrado geral ante a atitude do júri em relação ao prêmio de Viagem ao Estrangeiro, em pintura, deixando de lado a força telúrica e a capacidade de desenvolvimento de um pernambucano [João Câmara] ou o requinte de P. Roberto Leal, para atribuir a citada premiação ao fraco tríptico *Nó*, de Regina Vater, obra mal-elaborada e sem perspectivas. Inferior à série do mesmo tema, que ela apresentara neste ano na Galeria La Parra, no Rio. Como um júri pode cometer tal engano, a não ser pelo espírito de proteção a amigos? Espírito que deve ser banido das comissões julgadoras se quiser dar alguma possibilidade de atuação eficaz às premiações de arte no país.⁵⁵²³

Em 1980, Frederico Morais, ao lembrar sua participação como jurado do XIX Salão Nacional de Arte Moderna do Rio de Janeiro, em 1970, questiona-se sobre a contribuição artística atual daqueles artistas premiados em 1971: “Decorrido dez anos, o que fazem todos estes personagens? (...) e eu, que votei contra Câmara, estou aqui escrevendo este ensaio, convencido de que se trata de um dos mais importantes artistas brasileiros”.⁵⁵²⁴

No presente olhamos para o passado e damos ordem, mas ver ordem no próprio presente não é tarefa fácil, o presente é inesperado e surpreendente. Como estava João Câmara no momento em que percebia que embora suas participações nos Salões do Rio de Janeiro tivessem um desfecho diferente do desejado o acesso de sua produção artística às coleções particulares do principal circuito artístico nacional obteria um impacto positivo? A primeira exposição de João Câmara na Galeria Bonino, em 1970, rendeu ao pintor um reconhecimento jamais alcançado com suas participações nos Salões de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Segundo as pesquisas de Thatianna Nunes, a exposição chama atenção do público através da crítica nacional principalmente a carioca, que entusiasmada, inicia uma série de publicações ressaltando a qualidade da mostra e do artista.

Paraibano de nascimento e inserto na escola pernambucana de pintura dos nossos dias, João Câmara chega ao Rio para sua primeira individual. O público e a crítica cariocas terão a oportunidade de tomar contato com uma boa parcela de obras desse jovem de 26 anos que conquistou vários prêmios e representou, em certames importantes nacionais

⁵⁵²¹ TEIXEIRA LEITE, *O Globo*, 30 set. 1972. In. SOUZA E SILVIA, op. cit. p. 80.

⁵⁵²² TEIXEIRA LEITE, *O Globo*, 30 set. 1972. In. SOUZA E SILVIA, op. cit. p. 81.

⁵⁵²³ BARATA, *Jornal do Comercio*, 10 set. 1972. In. SOUZA E SILVIA, op. cit. p. 81.

⁵⁵²⁴ MORAIS, op. cit. p. 36-37.

e internacionais, a nova linguagem para as velhas raízes da nossa cultura. (...). Esta é a folha mínima de apresentação desse artista que valoriza a agenda de exposições de 1970 no Rio de Janeiro⁵⁵²⁵.

Aqui, pode-se observar parte da construção de sua imagem pela crítica especializada. A realização da primeira mostra individual de João Câmara Filho na Galeria Bonino, em 1970, e as demais que se seguiram renderam os primeiros dividendos críticos para o pintor no interior do campo de produção artística.

No final de 1972, a crítica de arte dos centros legitimadores via o pintor João Câmara não mais como um artista nordestino e primitivo. O pintor encontrava-se dotado de capital simbólico suficiente para assumir, segundo os críticos de arte o “papel de potencial grande artista brasileiro”. Neste ano, Câmara foi convidado para expor na mostra *Arte Brasil Hoje-50 Anos Depois*, na Galeria Collectio, em SP – com Tarsila do Amaral, Alfredo Volpi, Aldo Bonadei, Tomie Othake, Antonio Henrique Amaral, Maria Bonimi, Emanuel Araújo.

A cronologia anda meio fora de moda, a policronicidade corrobora para a compreensão de que a estrutura seqüencial em si não pode captar a complexa realidade histórica. Todavia, também acreditamos que “a compreensão do passado requer alguma consciência da localização temporal”⁵⁵²⁶ de pessoas, coisas, atos e ideias. Vamos pausar nossa narrativa no ano de 1973, afim de demarcar a singularidade indispensável dos eventos e pôr em evidência os atos e deslocamentos artístico de João Câmara nesse primeiro momento de sua trajetória.

Em 1973, João Câmara se encontrava com 27 anos. A repercussão das mostras no Rio de Janeiro e as críticas cariocas foram positivas para a primeira individual de Câmara em solo paulista, ocorrida em 1973, na Galeria Ipanema. A mostra reuniu obras de 1966 a 1973 com telas de várias medidas e temáticas. Andréia Maria Farah Vicente destaca três obras: *Marchands*, *Cinco Mulheres* e *Homenagem a Chester Gould*.⁵⁵²⁷

Também em 1973, João Câmara foi convidado para integrar o *Panorama de Arte Atual* (MAM- SP), e voltou a expor na Galeria Bonino, no Rio de Janeiro. E para encerrar, ou apenas convidar a outras histórias do pintor, neste mesmo ano, Câmara foi convidado a representar o Brasil na *VIII Bienal de Paris*, mas não pode participar, porque o governo militar impediu que suas obras saíssem do país (assim como aconteceu em 1969, para representação da Bienal de Veneza). Dois painéis de grandes dimensões, intitulados *1937* e *1930*, foram produzidos pelo artista, para integrar esta exposição, iniciando a série *Cenas da Vida Brasileira 1930-1954*, exposta de forma completa pela primeira vez no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro em abril de 1976.

Segundo Frederico de Moraes, as *Cenas da Vida Brasileira* fez de João Câmara Filho “presença irremovível no cenário da arte brasileira”⁵⁵²⁸, mas isso é assunto para uma outra narrativa historiográfica, fruto de mais um trabalho de investigação. Nesta buscamos compreender as relações sociais e artísticas dos primeiros dez anos de produção do pintor paraibano-pernambucano, João Câmara. Buscando perceber os entrelaçamentos e significados nos deslocamentos dentro do campo de produção artístico pernambucano em direção ao cenário nacional e, em seguida, sua afirmação como artista brasileiro.

⁵⁵²⁵ AYALA, Jornal do Brasil, 17 set. 1970. In. SOUZA E SILVIA, op. cit., p. 81

⁵⁵²⁶ LOWENTHAL, op. cit. p 125.

⁵⁵²⁷ Uma questão difícil de responder, porém rica para reflexão: se há por parte da crítica aceitação da obra e do nome do artista, será que há por parte do artista certa “aceitação”, uma adequação ao modo de fazer sua pintura? A uma escolha poética que mais agrade ao sistema de arte?

⁵⁵²⁸ MORAIS, op. cit. p. 41.

OS PREFÁCIOS DAS BIOGRAFIAS DE PEDRO CALMON E A TRAJETÓRIA DE UM INTELLECTUAL DO SÉCULO XX

*Gueise de Novaes Bergamaschine*⁵⁵²⁹

gueise@uol.com.br

Resumo: Com base nas noções de Gérard Genette sobre os paratextos, estudaremos os prefácios de Pedro Calmon como um espaço sistematicamente usado pelo autor para justificar e orientar a leitura de sua obra. Calmon é autor de obras na área do direito, história e ficção. Com atuação política destacada, foi deputado pela Bahia e chegou a ser ministro da Educação no governo Eurico Gaspar Dutra. Além disso, poucos autores foram tão próximos das instituições ligadas ao saber quanto Pedro Calmon. Além de membro da Academia Brasileira de Letras, foi presidente do IHGB desde 1968 até o 1985, ano de sua morte.

Sendo quase sempre prefaciador de si mesmo e tendo retomado vários temas ao longo de sua produção, nos prefácios de Calmon é possível verificar como se alteram, ao longo do tempo, as formas de se apresentar um mesmo personagem. Ao mesmo tempo que se reafirma, a cada obra, o compromisso com a verdade.

Neste artigo analisaremos os prefácios das biografias de D. Pedro II e Castro Alves escritas por Pedro Calmon, além dos prefácios de *História da Casa da Torre*, onde o autor trata da história da família Garcia d'Ávila. Estudaremos esses prefácios como um "lugar de transação" entre o autor e o leitor onde é possível obter elementos indicativos de alterações na forma do autor ver e propor a história ao longo do tempo

Palavras-chave: Pedro II, Pedro Calmon, biografias, prefácios,

Em 1987 Gérard Genette publicou na França o livro *Seuils*, que só seria publicado no Brasil em 2009 com o título de *Paratextos Editoriais*. A obra desenvolve conceitos que dizem respeito às práticas que acompanham a produção e recepção de um texto, contribuindo para que ele produza sentido.

Para Genette, seriam "paratextos" tudo "aquilo por meio de que um texto se torna livro e se propõe como tal a seus leitores, e de maneira mais geral ao público"⁵⁵³⁰. Seriam paratextos os "títulos, subtítulos, intertítulos; prefácios, preâmbulos, apresentação, etc.; notas marginais, de rodapé, de fim; epígrafes; ilustrações; dedicatórias, tira, jaqueta [cobertura] e vários outros tipos de sinais acessórios, [...]"⁵⁵³¹.

Dividindo os paratextos em duas modalidades, peritexto e epitexto, o autor estende um pouco mais sua perspectiva considerando, entre os elementos paratextuais, também os elementos situados em um espaço externo ao espaço da obra. Seriam então também paratextos as entrevistas, correspondências e diários do autor; além das resenhas e os debates sobre a obra.

Dentre os vários tipos de paratextos citados pelo autor, destacamos aqui os prefácios, já que o prefácio "se oferece muitas vezes, como um dispositivo criador de regras, de compromissos, de expectativas e até de interpretações fornecidas previamente que condicionarão a leitura"⁵⁵³².

Neste artigo nos interessa analisar os prefácios de Pedro Calmon como um espaço sistematicamente usado pelo autor para justificar e orientar a leitura de sua obra.

⁵⁵²⁹ Mestranda, UFJF

⁵⁵³⁰ GENETTE, Gérard. *Paratextos Editoriais*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009, p. 9 apud ARAÚJO, Rodrigo da Costa. De textos e de paratextos. *Revista Palimpsesto*, n. 10, ano 9, p. 1-5, 2010, p. 1

⁵⁵³¹ ARAÚJO, Rodrigo da Costa. De textos e de paratextos. *Revista Palimpsesto*, n. 10, ano 9, p. 1-5, 2010, p. 2.

⁵⁵³² *Ibid.*, p. 3.

Trabalharemos com os prefácios das biografias de D. Pedro II e Castro Alves escritas por Pedro Calmon, além dos prefácios de *História da Casa da Torre* (1939 e 1958), onde o autor trata da história da família Garcia d'Ávila. Os três temas foram revisitados algumas vezes por Pedro Calmon e nos prefácios dessas obras é possível verificar como se alteram, ao longo do tempo, as formas de se apresentar um mesmo personagem biografado. Por outro lado, se mantém e se reafirma o compromisso com a verdade.

Para Araújo, o paratexto funcionaria como uma porta de entrada da obra, estabelecendo conexões e facilitando acessos ao seu interior⁵⁵³³. Analisaremos como Calmon utilizou seus prefácios para dirigir o leitor na leitura de sua obra, introduzindo neles seus personagens e suas concepções acerca da escrita da história.

Uma aproximação à trajetória de Pedro Calmon nos revela um homem bem relacionado e influente em diversos meios sociais. Além de deputado pelo Estado da Bahia e ministro da Educação do governo Eurico Gaspar Dutra, Calmon se manteve, durante toda a vida, muito próximo a várias instituições ligadas ao saber e à cultura⁵⁵³⁴. Foi reitor da Universidade do Brasil durante dezoito anos, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde 1931 e membro da Academia Brasileira de Letras desde 1936⁵⁵³⁵. Tinha participação ativa nessas instituições, muitas vezes ocupando cargos como o de orador e presidente. Além disso, era membro correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Portuguesa da História. Isso tudo nos permite supor que Calmon não tivesse dificuldades de encontrar autores que se destacassem nos mais variados assuntos e que pudessem prefaciá-lo suas obras. No entanto, chama a atenção o fato de Calmon ter sido sempre ele mesmo, o prefaciador de sua obra.

O fato de ser prefaciado por um autor de destaque faz com que o prefaciador possa “valorizar as qualidades do texto, apresentar seu autor à comunidade de leitores e justificar a sua importância diante da crítica”⁵⁵³⁶. Abdicando do prefácio como ferramenta de legitimação, Calmon parece ter optado por fazer do prefácio um espaço para apresentar sua obra e seus personagens, justificando e orientando sua leitura. Nos prólogos cervantinos, fica clara a característica do prólogo como espaço de transição entre o lugar da realidade e o da ficção. Nos prefácios de Calmon, nos parece sobressair o aspecto do prefácio como um lugar de diálogo ou de transação entre o autor e o leitor. Os prefácios funcionariam então como um “lugar privilegiado de uma pragmática e de uma estratégia, de uma ação sobre o público”⁵⁵³⁷.

Calmon prescindia do prefaciador, mas raras vezes abriu mão do prefácio. Quase toda obra vinha acompanhada de um novo prefácio, ainda que se tratasse apenas de nova edição de obra anteriormente publicada. Os títulos faziam jus à concisão que quase sempre demonstrou nos prefácios: *Duas palavras* ou *Palavras Prévias*. Para explicar ao leitor a necessidade de um retorno a um tema que parecia resolvido em uma abordagem anterior, o prefácio sempre viria com o mesmo nome: *Explicação*.

E foram muitas “explicações”. Calmon gostava de voltar aos temas, dizia ser uma “reação honesta à imperfeição”⁵⁵³⁸. Depois de publicar *Vida e amores de Castro Alves* (s.d.), publicou *História de Castro Alves* (1947), e depois diz ter completado e resolvido as

⁵⁵³³ Ibid., p. 3.

⁵⁵³⁴ Para saber mais sobre as instituições às quais Pedro Calmon esteve ligado, consultar sua biografia no site do IHGB. ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Biografia de Pedro Calmon**. Disponível em: < <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm%3Fsid%3D193/biografia> > Acesso em 23/09/2016.

⁵⁵³⁵ REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Calmon a Bonfim. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 33.

⁵⁵³⁶ VENANCIO, Giselle Martins. A utopia do diálogo: os prefácios de Vianna e a construção de si na obra publicada. In: GOMES, Angela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso (Org.). **Memórias e narrativas autobiográficas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 175.

⁵⁵³⁷ GENETTE, Gérard. Paratextos Editoriais. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009, p. 8 apud ARAÚJO, Rodrigo da Costa. De textos e de paratextos. **Revista Palimpsesto**, n. 10, ano 9, p. 1-5, 2010, p. 3.

⁵⁵³⁸ CALMON, Pedro. **Memórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, p. 185.

“obscuridades que ficaram”⁵⁵³⁹ com *A vida de Castro Alves* (1956). A biografia de D. Pedro II, *O Rei Filósofo* (1938), seria retomada aproximadamente quatro décadas depois e daria origem aos cinco volumes de *História de D. Pedro II* (1975). Com *História da Casa da Torre* (1939 e 1958) Calmon diz ter acontecido processo semelhante⁵⁵⁴⁰.

As novas abordagens não constituíam novas edições, revistas e alteradas, de uma obra anterior - exceção feita a *A vida de Castro Alves* (1956) que, embora alterada e com outro título, foi considerada segunda edição de *História de Castro Alves* (1947). Eram de fato novas obras, em geral bastante ampliadas, que mereceram do autor novos títulos, novos prefácios ou novas “explicações”. Somente no caso de *História da Casa da Torre* (1939 e 1958) o título se manteve.

D. Pedro II: de rei a servidor público

Analisando os prefácios das duas biografias de D. Pedro II, publicadas com um intervalo de quase quatro décadas, fica evidente a diferença na forma como o autor apresenta o personagem biografado. No curto prefácio de *O rei filósofo* (1938) se refere a D. Pedro II como um “rei” e chega a fazer uso de uma referência bíblica para se referir a D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II: “Guiados pela sua estrela, que os trouxe, e levou da América, passaram outrora os reis magos. Foram três!”⁵⁵⁴¹.

Aludindo à uma concepção de história profundamente ligada à história dos grandes vultos Calmon diz: “Representam os povos, os seus personagens dirigentes”. Eles seriam as “almas-sínteses” do Brasil. Assim, ainda se referindo aos três reis, Calmon encerra o seu prefácio: “Encarnaram – no confuso período em que se elaborava o Estado, na gloriosa fase de sua fundação, no largo tempo da consolidação dele – o Brasil, que aumentaram”⁵⁵⁴².

Em *História de D. Pedro II* (1975) o prefácio já não é tão curto, mas os elogios a D. Pedro II ou ao seu reinado não encontram espaço. Palavras ambíguas descrevem o Segundo Reinado como “original, difuso, brasileiríssimo reinado de D. Pedro II”⁵⁵⁴³. O rei, apresentado no prefácio da biografia anterior como “um dos mais serenos e nobres espíritos do seu século”⁵⁵⁴⁴, é agora apresentado como “o mais silencioso e ativo servidor público que teve o Brasil”⁵⁵⁴⁵. Se manteve apenas a serenidade, representada agora no silêncio do imperador.

Calmon constrói um prefácio que afeta isenção e imparcialidade. O tom sóbrio do discurso se junta a uma sucessão de oposições que, quase antiteticamente, descrevem D. Pedro II. Se o imperador possuía “competência de governar com o governo”⁵⁵⁴⁶, também mostrava competência para “arrebatar-lhe as rédeas”⁵⁵⁴⁷. Ou “Rebateu a censura fugindo ao cariz latino do cesarismo (que estava no sangue) para o figurino inglês do parlamentarismo (que estava na moda)”⁵⁵⁴⁸. Mesmo a liberdade de imprensa que havia marcado o segundo reinado e fora reconhecida até pelos críticos mais ferrenhos do imperador, aparecia agora retratada apenas como um modismo. Já o cesarismo, este vinha “no sangue”.

⁵⁵³⁹ Ibid., p. 185.

⁵⁵⁴⁰ Para levantamento completo de toda a obra publicada por Pedro Calmon, incluindo todas as publicações nas áreas de direito, história, ficção, além de prefácios e participações em anais; consultar Bibliografia de Pedro Calmon de Plínio Doyle. DOYLE, Plínio. Bibliografia de Pedro Calmon. **RIHGB**, Rio de Janeiro, n. 351, abr./jun., p. 585-614, 1986.

⁵⁵⁴¹ CALMON, Pedro. **O Rei Filósofo**: vida de D. Pedro II. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 14.

⁵⁵⁴² CALMON, Pedro. **O Rei Filósofo**: vida de D. Pedro II. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 14.

⁵⁵⁴³ CALMON, Pedro. **História de D. Pedro II**. 5v. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975, p. 20.

⁵⁵⁴⁴ CALMON, Pedro. **O Rei Filósofo**: vida de D. Pedro II. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 13.

⁵⁵⁴⁵ CALMON, Pedro. **História de D. Pedro II**. 5v. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975, p. 19.

⁵⁵⁴⁶ Ibid., p. 19.

⁵⁵⁴⁷ Ibid., p. 19.

⁵⁵⁴⁸ Ibid., p. 19.

Ao fim diz que o leitor perceberá melhor o personagem de D. Pedro II nas palavras de Machado de Assis em *Dom Casmurro*. No entanto, encerra o prefácio com palavras suas que, sem qualificar ou adjetivar a importância de D. Pedro II, a reafirmam:

Vinha do Colégio Pedro II, ou de alguma das sociedades doulas a que pontualmente comparecia, para cobrar o exame, para presidir a sessão, para fiscalizar o concurso, para ouvir a conferência; obediente ao horário da lição como um professor honesto. Os transeuntes tiravam-lhe o chapéu; e acompanhavam com o olhar reverente a carruagem escoltada pelo piquete pacífico. O seu nome envolvia o país, a época, o século. Foi o tempo de D. Pedro II.⁵⁵⁴⁹

Quanto ao compromisso com a verdade, estava presente e reafirmado nos dois prefácios. Mas aqui também se pode perceber a enorme diferença entre eles. Em *O rei filósofo* (1938), a despeito das referências bíblicas, o autor afirmava fugir do panegírico: “O historiador não pode ser apologista. O panegírico é a outra face – leviana e passageira -, da crônica que pretende rasgar em pedra formas definitivas”⁵⁵⁵⁰. Além disso, em 1938 Calmon já considerava passado o tempo em que a “influência política”⁵⁵⁵¹ seria capaz de corromper a “arte de narrar”⁵⁵⁵².

Em *História de D. Pedro II* (1975) a “verdade”⁵⁵⁵³ e as “formas definitivas” são substituídas por um “sentimento de verdade”:

Essa dúvida – sobre quem realmente fosse, na intimidade e no governo [...] o mais silencioso e ativo servidor público que teve o Brasil – só a desvaneceria a consulta paciente aos arquivos. Na proporção em que se abrissem à investigação e se inspirasse esta no sentimento da verdade. A verdade é a justiça da história. Funda-se no documento. Para lá do documento, sim; contra o documento, nunca.⁵⁵⁵⁴

No que nos parece uma alusão à subjetividade da história, a verdade agora era apenas um “sentimento de verdade” que estava fundada no documento, mas que podia estar, inclusive, além dele.

Casa da Torre: o sistema de forças

No prefácio de *História da casa da Torre* (1939) vemos a família Garcia d’Ávila sendo apresentada por Calmon como uma “estirpe poderosa”⁵⁵⁵⁵ em cuja “cadeia rática”⁵⁵⁵⁶

se percebe melhor a coesão das eras, a unidade consanguínea do Brasil que ajudaram a formar, construindo a sua casa patriarcal, devassando-lhe os sertões, alargando as suas fronteiras ou disciplinando a vida coletiva, sem esquecer as boas tradições do lar português, religioso, severo e sóbrio, que não perdeu, nos trópicos, nenhuma de suas características avoengas⁵⁵⁵⁷.

⁵⁵⁴⁹ *Ibid.*, p. 24.

⁵⁵⁵⁰ CALMON, Pedro. *O Rei Filósofo: vida de D. Pedro II*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 13.

⁵⁵⁵¹ *Ibid.*, p.13.

⁵⁵⁵² *Ibid.*, p. 13.

⁵⁵⁵³ *Ibid.*, p. 14.

⁵⁵⁵⁴ CALMON, Pedro. *História de D. Pedro II*. 5v. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975, p. 19.

⁵⁵⁵⁵ CALMON, Pedro. *História da Casa da Torre*. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1958, p. 5.

⁵⁵⁵⁶ *Ibid.*, p. 5.

⁵⁵⁵⁷ *Ibid.*, p. 5.

No prefácio de *História da Casa da Torre* (1958), edição que Calmon diz enriquecida por “pacientes pesquisas feitas nos arquivos de Portugal”⁵⁵⁵⁸, o papel da família Garcia d’Ávila nos parece redimensionado e seu protagonismo menos evidente. A Casa da Torre e, conseqüentemente, a família Garcia d’Ávila, continuariam sendo o eixo de um dos movimentos mais expressivos de expansão e domínio nos dois primeiros séculos do Brasil, porém agora a Casa da Torre “incorpora-se no sistema de forças a que a nacionalidade deve a fisionomia e a existência”⁵⁵⁵⁹.

A família que no prefácio de 1939 aparecia “disciplinando a vida coletiva” aparece em 1958 inserida num “sistema de forças”. Podemos perceber aí um redimensionamento e uma nova perspectiva para o papel do colonizador?

Explicações

O compromisso com a verdade foi um tema recorrente nos prólogos de Pedro Calmon. Mais ainda nas sucessivas biografias de Castro Alves, em que o autor parece amparar-se nesse compromisso para justificar a necessidade de retornar ao tema.

Em *Vida e amores de Castro Alves* (s. d.) é a “preocupação da verdade” que legitima a obra. Dirigindo-se diretamente ao leitor, diz: “Há nas páginas que ides ler – amável leitor – uma sincera e tranquila preocupação com a verdade. Valem por isso”⁵⁵⁶⁰.

Quando volta a abordar o tema, em *História de Castro Alves* (1947), Calmon nos surpreende:

Este livro é diferente dos outros livros que descrevem a vida fulgurante de Castro Alves. A sua originalidade consiste na verdade documental: é um retrato feito à luz nova – isto é, à velha luz própria – dos papéis, dos depoimentos, das notícias de imprensa, dos inéditos, que não sabemos se o melhoram ou enfeiam, porém que, decididamente, o esclarecem nos traços essenciais⁵⁵⁶¹.

Sua primeira obra sobre Castro Alves estaria incluída entre os livros que descrevem “a vida fulgurante” do poeta e que não estariam amparados na “verdade documental”? Nesse caso, a “verdade” da primeira biografia seria somente uma “preocupação”?

Mas Calmon ainda publicaria uma terceira obra sobre Castro Alves. Em *A vida de Castro Alves* (1956) ele afirma que a nova obra está tão ampliada que hesita em tratá-la apenas como uma segunda edição⁵⁵⁶². E justifica assim a necessidade da nova abordagem: “Correm esta sorte as biografias que, longe de imobilizarem nos rijos moldes de estátua, constituem o assunto predileto, severamente atualizado, de vários e sérios investigadores, a cujo estudo paciente a agudeza da crítica empresta os lampejos”⁵⁵⁶³.

E continua em tom de justificativa: “O que importa (e afinal é a nossa intenção) é apresentar no seu nítido retrato humano – completado com a dimensão ideal do gênio [...] – o personagem no seu meio e no seu tempo. Quando possível, ele próprio”⁵⁵⁶⁴.

A verdade, após muita pesquisa e três biografias, havia se tornado apenas uma possibilidade. O personagem biografado seria, “quando possível”, Castro Alves.

⁵⁵⁵⁸ Ibid., p. 3.

⁵⁵⁵⁹ CALMON, Pedro. *História da Casa da Torre*. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1958, p. 3.

⁵⁵⁶⁰ Ibid., p. 8.

⁵⁵⁶¹ CALMON, Pedro. *História de Castro Alves*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1947, p. 5.

⁵⁵⁶² CALMON, Pedro. *A vida de Castro Alves*. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956, p. 5.

⁵⁵⁶³ CALMON, Pedro. *A vida de Castro Alves*. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956, p. 5.

⁵⁵⁶⁴ Ibid., p.5.

Uma possível explicação

Os prefácios de Pedro Calmon foram espaços privilegiados para o autor apresentar sua obra, seus personagens, suas intenções e justificativas. Os prefácios de suas biografias, especificamente, permitem notar como a percepção de Calmon a respeito de seus biografados se alterou ao longo do tempo e das diversas biografias. Justificava a necessidade de novas abordagens com a existência de novas pesquisas e com o fato das biografias não estarem imobilizadas em “molde de estátua”⁵⁵⁶⁵.

As fontes aumentavam, as pesquisas se aprofundavam e as biografias se tornavam cada vez mais volumosas. No entanto, no que diz respeito à relação do autor com a verdade, os prefácios demonstram como, ao longo do tempo, ela deixa o terreno das certezas passando a ser, ao invés de um compromisso, uma possibilidade.

Uma última citação publicada postumamente possibilita resumir e finalizar, com propriedade, toda a evolução da percepção de Pedro Calmon relativa à busca da verdade histórica que pudemos notar na análise dos prefácios:

Encare-se o retorno ao tema (a regra é dele fugirmos) como a reação honesta à imperfeição, em busca do ideal que me domina hoje de dizer sobre a dúvida histórica a última palavra, perdoável utopia, pois ninguém a diz. A palavra nova, eis o essencial⁵⁵⁶⁶.

Nesse sentido, consideramos os prefácios de Calmon, além de um espaço de negociação entre o autor e seus leitores, também um espaço para se perceber elementos que constituem as bases da própria concepção de história do autor.

IDEIAS POLÍTICAS E EDUCACIONAIS EM CIRCULARIDADE (PERNAMBUCO E RIO GRANDE DO NORTE -1963/1964)

Jailma Maria de Lima⁵⁵⁶⁷

jailmalima@ig.com.br

Resumo: Muitos conflitos, debates e embates ocorreram no Brasil nos primeiros anos da década de 1960. Sendo palco de conflitos agrários de grandes proporções, de movimentos grevistas ou de movimentos culturais, muitas cidades ampliavam o seu contingente populacional com a aceleração dos movimentos migratórios. Nesse contexto, as discussões sobre educação e cultura popular também foram ampliadas. Em Pernambuco foi criada uma organização da sociedade civil intitulada *Movimento de Cultura Popular* e no Rio Grande do Norte foram criadas a experiência intitulada *40 Horas de Angicos* e a *Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler*. As três experiências postas em prática, no início da década de 1960, tiveram em comum: a discussão sobre alfabetização e a valorização da cultura popular. Neste sentido, a comunicação objetiva analisar as concepções de cultura popular para os intelectuais envolvidos nos projetos de alfabetização popular nos dois estados nordestinos, nos meses que antecederam o golpe civil-militar de 1964. Muitos intercâmbios foram estabelecidos através de encontros, exposições artísticas e apresentações culturais, bem como através das ideias de alfabetização popular que estavam sendo desenvolvidas por Paulo Freire. A pesquisa tem como fontes: a imprensa; os relatórios, teses e

⁵⁵⁶⁵ Ibid., p.5.

⁵⁵⁶⁶ CALMON, Pedro. **Memórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, p. 185.

⁵⁵⁶⁷ DHC/UFRN e PPGH/UFCG

encaminhamentos produzidos durante o I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, realizado em setembro de 1963, em Recife-PE; e os documentos da Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler.

Palavras-chave: política, educação, cultura popular.

Introdução

Em 17 de abril de 1964, o então deputado federal pelo Partido Democrata Cristão (PDC/SP), José Menek, solicitava ao recém-nomeado ministro da Educação, Suplicy de Lacerda, uma verdadeira devassa no Ministério da Educação e Cultura (MEC), alegando ser aquele órgão o mais contaminado por comunistas. O deputado afirmava que era necessário “dar aos operários das escolas e da alfabetização de adultos o ensino democrático e não o que estava levando às massas para o caminho do comunismo.”⁵⁵⁶⁸

Em junho de 2016, o site do Wikipédia foi acessado, a partir da empresa pública Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), e teve a biografia do educador Paulo Freire alterada. O texto passou a acusa-lo de ser “envolvido com um projeto de educação atrasado e fraco, de caráter doutrinário. marxista e manipulador.”⁵⁵⁶⁹ Após o episódio a professora, Ana Maria Freire escreveu uma carta para o presidente interino Michel Temer em que solicitava providências. Na condição de viúva, estudiosa e sucessora legal da obra de Paulo Freire, a mesma, além de lembrar que nas universidades americanas, que a princípio são contra o marxismo, ele é considerado o terceiro intelectual mais respeitado mundo, afirmou que, Paulo Freire não era unanimidade, pois ninguém o é. Ele devia

ser lido, analisado e contestado, isso faz parte da liberdade de expressão necessária e desejável à construção da cultura letrada de alto nível de qualquer país. Entretanto, o local dos contraditórios deve ser aberto, responsável, no seio da sociedade civil - na rua, na universidade e nas escolas, através da mídia, nos sindicatos e fóruns etc - e nunca dentro, exaltado por fato tendenciosamente ideológico-inverídico, acobertado pelo anonimato, por qualquer órgão da sociedade política.⁵⁵⁷⁰

Separados por 52 anos, os episódios nos levam a algumas reflexões. A fala do deputado federal Menek no imediato pós ruptura institucional, após o golpe civil-militar de abril de 1964, ainda encontra eco e apoio na sociedade brasileira, muito mais do que poderíamos supor, dadas às diversas transformações pelas quais passaram o Brasil, inclusive no campo educacional e que, ao que parece, não foram muito bem compreendidas por alguns dos nossos representantes políticos. Avançam ataques à profissão docente, a exemplo dos vários projetos que visam criminalizar o professor, até com possível prisão, quem vêm sendo chamados genericamente de Escola Sem Partido, ao mesmo tempo em que ampliam-se projetos nos poderes legislativos estaduais e federal, contrários ao que tem sido denominado genericamente de escola sem ideologia de gênero. O trabalho docente, sobretudo das Ciências Humanas, passa por sérios riscos e por um intenso processo de desqualificação junto à sociedade brasileira. Ignorando que questões como racismo, homofobia, lesbofobia, transfobia, machismo, dentre outras formas de preconceito e ignorância, têm sido a causa de mortes todos os dias no Brasil, parte das representações parlamentares acreditam que política e sociedade não são assuntos para serem abordados e debatidos por professores nas escolas.

⁵⁵⁶⁸ MEC é um reduto de comunista. *Diário de Natal*. 18 abr. 64, p. 1.

⁵⁵⁶⁹ FREIRE, Ana Maria. PAULO FREIRE: Wikipédia e SERPRO. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/denuncias/viuvacobraacaodetemercontraalteracaodaobiografia-de-paulo-freire-na-wikipedia-manipulacao-da-maquina-do-estado-a-servico-do-amesquinamento.html>. Acess. em 20 jul. 16.

⁵⁵⁷⁰ Id. Ibid.

O combate ao que chamam de ideologização do ensino, tão propalado em 1964, retorna com carga total em 2016, na esteira da crise política que se arrasta desde as eleições de 2014, cujos resultados não foram aceitos por parte da sociedade brasileira e, sobretudo, pela oposição derrotada. O processo que levou à destituição da presidenta eleita através de um golpe parlamentar, transvestido legalmente de um processo de impeachment, avança sobre a sociedade brasileira e sobre o ensino. O quadro que se desenrola, no momento, é de decretação de uma reforma do ensino médio, através de medida provisória, que entre outras questões, atinge diretamente as ciências humanas desobrigando as escolas de ensinarem as disciplinas de Filosofia, Sociologia, Educação Física e Artes. Além disso, as mudanças previstas para o ensino técnico apontam para um completo desmonte da rede dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, recentemente reestruturados e ampliados em todo o território nacional.

A alusão negativa a Paulo Freire, nesse momento de crise política, nos remete aos meses que antecederam o golpe civil-militar de 1964 e às várias iniciativas públicas para a resolução de um problema que ainda hoje, em 2016, não foi resolvido no Brasil, apesar de todos os avanços: o analfabetismo. Entre 1960 e os primeiros meses de 1964, efervescentes em diversos aspectos, foram postas em prática diversas propostas de alfabetização e de valorização da cultura popular. Nos sete meses que antecederam o golpe civil-militar de 1964, a educação e a cultura popular estiveram na pauta dos debates político-culturais nacionais, com as experiências nordestinas ganhando destaque. A esse respeito, Germano afirma:

Embora os movimentos e campanhas de alfabetização e cultura popular tenham despontado em todo o país foi, porém, o Nordeste brasileiro o lugar de origem das mais significativas experiências nessa “área” de educação e cultura (com exceção do CPC/UNE). Assim sendo, o MEB, o MCP, a Campanha “De Pé no Chão...”, as experiências de Paulo Freire e, em segundo plano, a Campanha de Educação Popular, CEPLAR, desenvolvida no Estado da Paraíba, todos tiveram como origem e se desenvolveram no Nordeste (posteriormente o método Paulo Freire seria experimentado em outras partes do Brasil).⁵⁵⁷¹

Muitos intercâmbios foram estabelecidos entre políticos, artistas e intelectuais que realizaram encontros e exposições. Ponto importante para a discussão e reflexão foi o processo de organização dos diversos movimentos, que estavam sendo postos em prática, e pelas reflexões estabelecidas e sistematizadas através dos relatórios, teses e encaminhamentos do I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, realizado em setembro de 1963, na cidade de Recife-PE. Tais discussões impulsionaram o MEC, para a elaboração e anúncio do Plano Nacional de Alfabetização, coordenado por Paulo Freire, lançado em janeiro de 1963 e extinto em abril de 1964. Para esse texto, temos como objetivo analisar as concepções de cultura popular para os intelectuais envolvidos nos projetos de alfabetização popular em Pernambuco e Rio Grande do Norte, nos meses que antecederam o golpe civil-militar de 1964.

Alfabetização e educação popular em debate

O início da década de 1960 foi de grande efervescência no Brasil. Entre conflitos agrários rurais, de graves proporções, e movimentos grevistas nas grandes cidades, o país vivia uma aceleração do seu processo de industrialização e de urbanização, em meio a tensões e contradições. Predominantemente rural, o Brasil amargava altas taxas de mortalidade e de natalidade, bem como de analfabetismo. “Em 1960, 40% da população com

⁵⁵⁷¹ GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo**: a campanha de pé no chão. São Paulo: Cortez, 1991. p. 25.

15 anos ou mais era analfabeta”⁵⁵⁷² A desigualdade regional era outra característica marcante, com o Nordeste sendo a segunda área mais populosa do país e extremamente atingida pela pobreza. Na década de 1960, essa característica acelerou o processo de migração interna, e cerca de 1,8 milhão de pessoas abandonaram a região.⁵⁵⁷³ Do ponto de vista político, as divergências e crises, que se arrastavam desde a década anterior, foram sendo acirradas e, nesse período, “instaurou-se uma crise, uma encruzilhada. A sociedade parecia dividida, à beira de um conflito catastrófico.”⁵⁵⁷⁴

As pesquisas e os estudos relacionados aos problemas brasileiros ganharam impulso, a partir de 1955, com a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), ligado ao MEC. O instituto foi um dos principais centros de produção e difusão das ideias nacionalistas e “era um centro ativo: publicava livros que marcaram época, realizava seminários em torno de temas polêmicos e, sobretudo, funcionava como um espaço de socialização entre políticos, intelectuais e estudantes.”⁵⁵⁷⁵ Para além das divergências entre os seus intelectuais, e entre eles e os de outras instituições, como os da Universidade de São Paulo e os da Universidade do Brasil, os isebianos ganharam destaque na defesa das ideias nacionalistas e desenvolvimentistas, que deram sustentação a gestão do presidente Juscelino Kubistchek, e ao ideário nacionalista do início da década de 1960, servindo também como instrumento de mobilização política. Além disso, as reflexões isebianas influenciaram, em grande medida, nas formulações intelectuais da época que estiveram na base do pensamento educacional de Paulo Freire. A própria pesquisa sobre a “educação e a realidade brasileira”, desenvolvida em 1959, na sua tese de concurso para a Universidade do Recife, aponta reflexos do ideário isebiano, ao pensar a educação a partir de “diretrizes e métodos que respondessem à problemática nacional”⁵⁵⁷⁶

Uma das questões centrais que também passou a ser debatida no final da década de 1950, e que se relacionava com a problemática educacional, foi a necessidade de ampliação de políticas de combate ao analfabetismo. Além da realização da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, em 1958, que tinha como um dos objetivos elevar o nível cultural da população, foi realizado, naquele ano, no Rio de Janeiro, o II Congresso Nacional de Educação de Jovens Adultos, com apoio do MEC. Antes da realização do evento, ocorreu em Recife um seminário com o objetivo de preparar a equipe pernambucana que participaria do congresso nacional. Nesse encontro, Paulo Freire chamou à atenção para as causas sociais do analfabetismo, condicionando à sua eliminação ao desenvolvimento social do Brasil, ao discutir o tema *A educação de adultos e as populações marginais: o caso dos mocambos*.⁵⁵⁷⁷ Em um momento em que emergiam novas e divergentes propostas e práticas pedagógicas, ganhavam espaços “ideias relativas à educação de adultos como instrumento de transformação social e construção da sociedade futura sob a influência do nacionalismo”⁵⁵⁷⁸

Essas ideias ganharam destaque na década de 1960 e as experiências educacionais que destacaremos nesse texto, desenvolvidas no Rio Grande do Norte e em Pernambuco, relacionam-se diretamente com tais questões e têm em comum: a valorização da cultura e da educação popular, a partir da conscientização e da politização das classes populares.

⁵⁵⁷² KLEIN, Herbeth; LUNA, Francisco Vidal. População e sociedade. In: REIS, Daniel Aarão (Org.). **Modernização, ditadura e democracia (1964-2010)**. Madrid/Rio de Janeiro: Mapfre e Objetiva, 2014. p. 58.

⁵⁵⁷³ Id. Ibid. p. 31.

⁵⁵⁷⁴ REIS, Daniel Aarão. A vida política. In: REIS, Daniel Aarão (Org.). **Modernização, ditadura e democracia (1964-2010)**. Madrid/Rio de Janeiro: Mapfre e Objetiva, 2014. p. 23.

⁵⁵⁷⁵ MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: DELGADO, Lucília Neves; FERREIRA, Jorge. (orgs.) **Brasil republicano: o tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 162.

⁵⁵⁷⁶ PAIVA, Vanilda Pereira. **Paulo Freire e o nacionalismo-desenvolvimentista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986. p. 82.

⁵⁵⁷⁷ PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos: contribuição a história da educação brasileira**. São Paulo: ed, Loyola, 1973, p. 209.

⁵⁵⁷⁸ Id. Ibid.

No Rio Grande do Norte, no início da década de 1960, três propostas educacionais foram realizadas e, em alguma medida, elas pareciam colidir: o plano de educação do governo estadual, do qual a mais importante experiência foi a chamada *40 horas de Angicos*, a Campanha de Pé no Chão Também Se Aprender a Ler da Prefeitura de Natal e o Movimento de Educação de Base⁵⁵⁷⁹, (MEB) da Igreja Católica, desenvolvido em Natal, Caicó e Mossoró. Para fins de reflexão nesse texto, abordaremos os dois primeiros e mais o Movimento de Cultura Popular, desenvolvido em Recife.

Em 1963, realizou-se a primeira experiência de educação popular utilizando as ideias de Paulo Freire fora do estado de Pernambuco. A história da chamada *40 horas de Angicos*, foi bastante pesquisada por historiadores, sociólogos e educadores. O governador Aluízio Alves e sua equipe empolgaram-se com as ideias americanas da *Aliança Para o Progresso*, programa do governo americano destinado ao desenvolvimento econômico e social da América Latina através de financiamento, proposto por John Kennedy em 1961, e pormenorizado em Punta Del Este em agosto de 1961, em encontro da Organização dos Estados Americanos (OEA). O então secretário de educação do Rio Grande do Norte, Calazans Fernandes, voltou-se para a elaboração de um plano de educação para o estado. Dessa proposta, saiu um projeto piloto posto em prática na cidade natal do governador, Angicos, distante 200 km da capital, Natal. Jovens estudantes, maioria universitários, foram os responsáveis por coletar o universo vocabular dos moradores (trabalhadores rurais, domésticas, artesãos, pedreiros, serventes, lavadeiras, dentre outros) e por em prática a experiência de alfabetização de Paulo Freire, então em elaboração. Ler, escrever e se politizar em 40 horas era o objetivo.⁵⁵⁸⁰ A experiência atraiu a atenção da imprensa nacional e internacional, tanto porque Aluízio Alves e Calazans Fernandes eram jornalistas muito bem relacionados com a grande imprensa, quanto pelo apoio do MEC e da presença do então presidente da República João Goulart, no encerramento da experiência. Mas, também por causa do financiamento do governo americano que mobilizou e destacou jornalistas para acompanharem a campanha. O convite para Paulo Freire assumir a ação piloto foi feito por Calazans Fernandes, que soube das experiências de alfabetização que o educador pernambucano estava desenvolvendo na periferia de Recife, com alfabetização de empregadas domésticas e tiradores de areia.⁵⁵⁸¹ Paulo Freire pediu autonomia e solicitou que o convênio fosse firmado com a Universidade de Recife, através do Serviço de Extensão Universitária. Assim, entre janeiro e abril de 1963, 300 trabalhadores e trabalhadoras foram alfabetizados/as em 40 horas.⁵⁵⁸²

Essa experiência desenvolvida em Angicos foi acompanhada secretamente pelas forças conservadoras e por observadores que chegaram a elaborar relatórios, definindo-a como comunista. O então general Humberto Castelo Branco acompanhou o encerramento da experiência, junto com o presidente e os governadores de Pernambuco, Ceará, e Rio Grande do Norte e, ao final da solenidade, comentou com o secretário de educação: “meu jovem, vocês está engordando cascavéis nesse sertão.”⁵⁵⁸³ O grande problema de Angicos: 300 cidadãos que descobriram que tinham direitos e passaram a fazer reivindicações, parando obras do próprio governo do estado e da prefeitura administrada pelo irmão do governador. Os proprietários rurais passaram a intitulá-la de praga comunista e subversiva.

Quando Djalma Maranhão, prefeito eleito de Natal em 1960, tomou posse, a experiência do MCP do Recife, foi tomada como modelo para ser adotada em Natal, com as

⁵⁵⁷⁹ O MEB fez parte de uma série de ações sociais e religiosas da Arquidiocese de Natal que ficou conhecido como Movimento de Natal, do qual resultou a criação das Escolas Radiofônicas em 1958.

⁵⁵⁸⁰ FERNANDES, Calazans; TERRA, Antônia. **40 horas de esperança**. O método Paulo Freire: política e pedagogia na experiência de Angicos. São Paulo: Ática, 1994. p. 17.

⁵⁵⁸¹ Id. Ibid.

⁵⁵⁸² A proposta de educação do governo do estado foi ampliada e voltou-se para a construção de salas de aulas, e para a replicação da experiência de Angicos no bairro das quintas em Natal e para a construção de um instituto de formação de professores.

⁵⁵⁸³ p. 18.

devidas adaptações. Diante dessa realidade, acabou sendo criada uma das mais importantes experiências do período, intitulada “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”. Em 1961, Natal tinha aproximadamente 150.000 habitantes e a prefeitura estimava que, dessa totalidade, havia 60.254 analfabetos, dos quais 36810 eram crianças e 24.444 adultos.⁵⁵⁸⁴ Para Germano, a campanha

significou, além das escolinhas e dos Acampamentos Escolares, a criação de bibliotecas populares, de praças de cultura, do Centro de Formação de Professores, do Teatrinho do Povo, da Galeria de Arte; significou a formação de círculos de leitura, a realização de encontros culturais, a reativação de grupos de danças folclóricas, a promoção de exposições de arte, a apresentação de peças teatrais, isto é, redundou numa organização cultural da cidade, onde o povo participava efetivamente e não apenas assistia como mero espectador.⁵⁵⁸⁵

Natal sediava, desde 1961, um festival de escritores que contava com a participação de intelectuais de todo o país, ganhando visibilidade na imprensa nacional⁵⁵⁸⁶. A aproximação com o MCP de Pernambuco possibilitou que diversos grupos e artistas participassem de eventos e exposições em Natal e Recife, causando um rico intercâmbio político e cultural. Uma questão relevante defendida pelos movimentos era a necessidade de ampliação dos investimentos públicos para as ações voltadas para a cultura popular e para a alfabetização.

Diante das dificuldades de alfabetização de adultos com o material existente, voltados para alfabetização de crianças, a equipe da campanha *De Pé no Chão* resolveu elaborar uma cartilha própria. A elaboração foi assessorada por membros do MCP e foi baseada em círculos de interesses e palavras-chaves e levando em consideração que a “realidade do adulto é a luta pela sobrevivência, é a sua necessidade de afirmar-se como homem, é a sua responsabilidade perante si mesmo, sua família e sua comunidade, é a defesa da sua dignidade, é enfim, a conquista da sua felicidade.”⁵⁵⁸⁷

Em Recife-PE, estimava-se que faltavam 100 mil vagas, no início da gestão de Miguel Arraes, na prefeitura do Recife, em 1961. A elaboração de um plano municipal de educação naquela cidade passou a ser prioridade logo nos primeiros meses de gestão de Arraes. Esse plano previa atividades de orientação, supervisão e organização do trabalho, envolvendo professores, alunos, comunidade e voluntários, cujas ações eram voltadas para a educação, mas também para a cultura, com ações nos segmentos de teatro, música, artes plásticas, artesanato, folclore etc. O MCP era uma sociedade civil autônoma e envolveu artistas, intelectuais, estudantes universitários, dentre outros e era composto por três departamentos: o de Formação da Cultura (DFC); o de Documentação e Informação (DDI) e o de Difusão da Cultura (DFC). Teixeira afirma:

para os padrões de acentuada intolerância da época, qualquer aceno na direção do reconhecimento da cidadania das classes populares recendia a comunismo. E, dentre todas as ações que empreendeu, nenhuma foi capaz de provocar tantas reações críticas ou, inversamente, despertar as mais vivas expectativas do que a criação do MCP (Movimento de Cultura Popular). Ou, mais precisamente, da orientação seguida por essa entidade. Ao

⁵⁵⁸⁴ MARANHÃO, Djalma. **De Pé no Chão Também se Aprende a Ler**. (A escola brasileira com dinheiro brasileiro, uma experiência válida para o mundo subdesenvolvido. Estudo realizado no exílio no Uruguai). S/d. Disponível em: <http://dhnet.org.br/educar/penochao/index.htm>. Acesso em 20 jun. 2016.

⁵⁵⁸⁵ GERMANO, op. Cit. p. 96.

⁵⁵⁸⁶ Tédio não teve hora no festival de escritores do Rio Grande do Norte. **Correio da Manhã**. 22 dez. 1961. Primeiro caderno. p. 8.

⁵⁵⁸⁷ MARANHÃO, op. Cit. p. 119.

aliar um extenso programa de valorização da cultura popular – as festas, rituais e artes de fazer do povo – a uma inédita preocupação com a educação (alfabetização) de jovens e adultos trabalhadores, o que o MCP fez foi inaugurar uma nova modalidade de ação política. Uma ação que, mediada pelo campo cultural, prometia projetar-se duplamente no cenário político. Em ambos os casos, ferindo gravemente o *status quo*.⁵⁵⁸⁸

Cultura popular em debate

Os três movimentos destacaram a cultura e a educação popular como temas centrais. Eles tiveram como objetivo comum a tentativa de compreensão de quem era o povo brasileiro e a cultura popular e em que medida essa poderia ser útil para uma ideia que se gestava na época e que foi refletida por Paulo Freire em sua obra: conscientização das camadas populares.

Ponto importante para a discussão e reflexão foi o processo de organização dos diversos movimentos, que estavam sendo postos em prática no Brasil, e pelas reflexões estabelecidas e sistematizadas através dos relatórios, teses e encaminhamentos do I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, realizado em setembro de 1963, na cidade de Recife-PE. Tais discussões impulsionaram o Ministério da Educação e Cultura (MEC), para a elaboração e anúncio do Plano Nacional de Alfabetização, que seria coordenado por Paulo Freire, lançado em janeiro de 1963 e extinto em abril de 1964. O encontro contou com a participação de 200 delegados e 78 organizações, das quais duas eram nacionais e 76 estaduais. Dessas organizações, 10 encaminharam relatório de participação: MCP, MEB Nacional, CPC da UNE, Campanha “De Pé no Chão também se Aprende a Ler”, Centro Guanabarrino de Cultura, CPC de Belo Horizonte, CPC da União Brasileira de Estudantes Secundários (UBES), CPC da União Gaúcha dos Estudantes Secundários (UGES), CPC da Bahia. A discussão sobre cultura popular foi centrada nos seguintes pontos:

1. O que é cultura popular hoje no Brasil: como tem sido feita, que objetivos tem, sua situação atual; possibilidades de ação da cultura popular; perspectivas de ação da cultura popular a longo prazo.
2. Atuação dos movimentos de cultura popular e alfabetização nas diferentes zonas, regiões e grupos sociais: modos de atuação nas zonas urbana e suburbana, modos de atuação na zona rural.
3. Meios e técnicas de comunicação do trabalho de cultura popular, seu desenvolvimento e aplicação.
4. Alfabetização.
5. Organização e manutenção dos movimentos de cultura e a possibilidade de sua integração nacional.⁵⁵⁸⁹

Esse evento contribuiu para a definição e implementação da Comissão Nacional de Cultura Popular, bem como influenciou as diretrizes do Plano Nacional de Alfabetização, elaborado no final de 1963, lançado no início de 1964 e extinto em abril. Tal encontro sistematizou as organizações de alfabetização e cultura popular que funcionavam no

⁵⁵⁸⁸ TEIXEIRA, Flávio Weinstein. Miguel Arraes. Imagens de povo e nação na conformação de um ideário de esquerda. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil, v. 2). p. 489-507. p. 500.

⁵⁵⁸⁹ SOARES, Leôncio. O I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular. In: **Primeiro Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular**. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. 353 p. (Coleção Educação para Todos; v. 33). Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume33_1_encontro_nacional_de_alfabetizacao_e_cultura_popular.pdf. Acesso em 22 out. 2015. p. 25.

Brasil⁵⁵⁹⁰. Os relatórios da Campanha de Pé no Chão e do MCP detalham as atividades que haviam sido desenvolvidas e também refletiam sobre a Alfabetização como centro e marco da cultura popular. Para a equipe do Rio Grande do Norte, “a alfabetização construindo o núcleo de toda uma obra de cultura popular, deve ter como objetivo máximo integrar o educando na sua comunidade, dando-lhe para isso a oportunidade de sentir e viver a cultura do seu povo.”⁵⁵⁹¹ Para eles, o processo de colonização brasileiro explicava a submissão da cultura brasileira a culturas que eles chamavam de alienígena. Disso resultava, um processo de alienação cultural que a independência política não havia solucionado, fazendo com que o povo brasileiro consumisse um tipo de cultura que era não elaborado aqui e que tinha como principal função manter o “povo preso a um esquema de pensamento e atitudes que devem traduzir-se na aceitação passiva da dominação externa, e mais ainda no respeito e admiração ao povo dominador.”⁵⁵⁹² Tal questão poderia ser percebida nos meios de informação que divulgavam notícias e ideias e que se refletiam diretamente nas “formas de entretenimento e diversão de aparência inofensiva e até mesmo ingênua [que se articulavam] formando a terrível máquina que distorce os fatos e submete o comportamento de grande parte do povo brasileiro.”⁵⁵⁹³

A emergência da cultura popular seria a responsável por romper esse ciclo e por desalienar a cultura brasileira, fazendo com que o homem assumisse o papel de sujeito da própria criação cultural, libertando-o da submissão e “fazendo-o não apenas receptor, mas principalmente, criador de expressões culturais.”⁵⁵⁹⁴ Desse modo,

A demanda por uma consciência popular adequada ao real e possuída pelo projeto de transformá-lo é característica do movimento popular porque este se assenta nas três seguintes pressuposições a) só o povo pode resolver os problemas populares; b) tais problemas se apresentam como totalidade de efeitos que não pode ser corrigida senão pela supressão de suas causas radicadas nas estruturas sociais vigentes; c) o instrumento que efetua a transformação projetada é a luta política, guiada por ideias que representam adequadamente a realidade objetiva.⁵⁵⁹⁵

Essas reflexões partiam da compreensão de que a cultura deveria ser protagonista da libertação nacional e a educação era claramente encarada como forma de emancipação política. A escolha do método de Paulo Freire, testado e discutido no Rio Grande do Norte e em Pernambuco, como modelo para uma campanha de alfabetização nacional assustou as forças conservadoras, que encararam tais como comunizantes e perigosas.

Tempos sombrios

Com o golpe civil-militar de 1964, uma das primeiras áreas atingidas foi a educação. Não por acaso, todas as experiências citadas acima foram interrompidas, sendo as principais lideranças políticas e intelectuais cassadas e/ou perseguidas pelas forças de segurança. No entanto, não ocorreu somente isso, os espaços onde eram desenvolvidas as atividades de educação e cultura popular foram invadidos pelo Exército e pelas polícias militares estaduais

⁵⁵⁹⁰ O documento que sistematiza as organizações trazia a seguinte observação: “Cadastro organizado pelo MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR partindo das instituições e movimentos presentes ao I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, realizado no Recife, no período de 15 a 21 de setembro. Para a atualização deste Cadastro, as entidades porventura omitidas ou que venham a surgir deverão enviar comunicações e informações ao MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR ou ao MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA”.

⁵⁵⁹¹ MARANHÃO, op. cit. s/d, p. 173.

⁵⁵⁹² Souza, op. cit. p. 138.

⁵⁵⁹³ Id. Ibid. p. 138

⁵⁵⁹⁴ Id. Ibid. op. cit. p. 140.

⁵⁵⁹⁵ Souza, op. cit. p. 62.

e os professores e intelectuais foram presos e barbaramente torturados, acusados de serem subversivos e comunistas.

Até aparelhos de rádio transmissores foram presos por latifundiários. Tratava-se do equipamento usado pelas escolas radiofônicas mantidas pelo Movimento de Educação de Base (MEB), vinculado à Arquidiocese de Natal e à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O mesmo rádio que ensinava a ler e a escrever incentivava também a participação dos trabalhadores rurais nos seus sindicatos. Isto era insuportável para os senhores das terras e para os militares golpistas.⁵⁵⁹⁶

Compreender o alcance dessas ações, que foram interrompidas com o golpe civil-militar, ajuda-nos a refletir sobre os impactos causados pela interrupção democrática na área educacional, em uma região que ainda apresenta alto contingente de analfabetos. O apoio de segmentos da sociedade sobre as práticas repressivas e o silêncio estabelecido por instituições ainda são questões relevantes de serem evidenciadas para que a sociedade não esqueça desse período recente da história do país.

Para os envolvidos nos projetos de alfabetização e cultura popular, no Nordeste brasileiro, as torturas, cometidas por subalternos ou não, estiveram presentes desde os primeiros momentos. As prisões arbitrárias de professores, alunos, intelectuais e políticos ligados aos movimentos ocorreram nas primeiras ações e movimentações dos militares. Os tanques de guerra nas ruas, as invasões de prédios públicos e de sindicatos e as prisões e torturas de políticos, trabalhadores, professores e estudantes não foram incomuns, sobretudo nas áreas consideradas como reduto de comunistas.

QUANDO A ARTE IMITA A VIDA: DIANTE DA DOR DO OUTRO. AUGUSTO ESTEVES - UM ARTISTA CAPTURADO PELO CAMPO DA CIÊNCIA

*Joana D’Arc de Sousa Lima*⁵⁵⁹⁷
joanasoleil@hotmail.com

Resumo: O artigo apresenta a trajetória do artista Augusto Esteves nascido em 1891, na cidade de São José da Boa Vista, no Paraná e falecido em São Paulo em 1966. Seu percurso profissional foi construído em instituições da área científica e médica. Sua trajetória de vida e de trabalho o levou ao reconhecimento profissional, como exímio desenhista e cenoplasta, nesse campo e um desconhecido no campo das artes. Sua trajetória me chamou atenção quando me deparei com um acervo de mais de 250 peças em Cera que pertence ao Museu Histórico Carlos da Silva Lacaz da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, a coleção possui fragmentos do corpo humano feitos à época em que Esteves esteve como auxiliar técnico da Clínica Dermatológica da Faculdade de Medicina, de 1943 a 1959. Diante

⁵⁵⁹⁶ Relatório da Comissão da verdade da UFRN [recurso eletrônico] : relatório final / Universidade Federal do Rio Grande do Norte. – Natal, RN: EDUFRN, 2015. p. 74.

⁵⁵⁹⁷ Joana D’Arc de Sousa Lima é pesquisadora Pós-doutoranda no Programa de Pós Graduação em História da Universidade de São Paulo; Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Professora do Programa de Pós Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal de Pernambuco e da Federal da Paraíba; Coordenadora do Coletivo de Pesquisa do Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães – Recife/PE; Membro da Associação Brasileira de Críticos de Arte – ABCA.

das peças de cera é possível estar diante de um sistema e um saber médico, também é possível estar diante da dor de outro, da população pobre da cidade de São Paulo, exposta ao poder saber médico, é possível estar diante do tempo. Esse texto foi construído por meio de algumas fontes: a autobiografia de Esteves, textos e artigos de pesquisadores da ciência e da história da medicina e da coleção de objetos em cera do supracitado museu de medicina.

Palavras chave: Augusto Esteves, Trajetória, Arte e História

“E a arte do passado não é um problema do passado, mas do presente.”

(Giulio Carlo Argan)

Um dos vértices da produção artística é a relação entre arte e vida, uma das grandes questões colocadas pela História da Arte, representada, metaforicamente, na utilização do corpo. Nesse sentido o corpo recorrentemente aparece como tema, como geografia, como suporte da matéria, como motor da própria arte, como representação exibida graficamente (desenho, gravura, fotografia, vídeo e cinema), como figura na atividade pictural e na construção de objetos e esculturas feitas com base no molde do barro, da cera, do metal, da pedra. Habitamo-nos a pensar que a arte é uma coisa muito diferente da vida, dela separada pela moldura e pelo pedestal. Aliás, a arte foi mesmo isso durante a maior parte de sua história, pelo menos desde a Renascença. A ideia de uma arte que se confunda com a vida é muito difícil de assimilar porque os nossos repertórios ainda são informados por muitos traços conservadores, alguns deles pré-modernos. A meu ver um dos grandes obstáculos para entender a arte contemporânea é o fato, dela, ter-se tornado parecida demais com a vida. É como se, num processo de integração entre arte e vida, a arte tivesse doado tanto sangue para a estetização da vida que ela se *desestetizou*⁵⁵⁹⁸.

Em muitos casos – na vastidão das “histórias das artes” - arte e vida não mais se veem como estranhas: se entrelaçam, provocam ordem e desordem, se harmonizam sem relação de precedência, simulação, competição ou contradição. A obra ceroplástica do então artista Augusto Esteves corresponde a um acervo visual que amplia a relação entre arte e vida, com uma pequena diferença das relações supracitadas: ele estabelece uma conversa profícua entre a arte, a ciência e o saber médico.

A relação entre arte e medicina é antiga e paradoxalmente presente nos dias atuais⁵⁵⁹⁹. Realizou-se pelo entrelaçamento dos modos de fazer, dos modos de produção e de visões de mundo compartilhadas entre os dois campos respectivos e as categorias de trabalhadores envolvidas – médicos e artistas. Também pelas relações de amizade e afetividade construídas entre esses, possibilitando a formação de uma rede de “artistas técnicos” que atuaram no campo médico e da ciência de maneira geral, e, sobremaneira, pelas necessidades de registros visuais geradas pelo próprio campo e do saber médico.

⁵⁵⁹⁸Para se aproximar das ideias em torno da relação arte e vida na produção contemporânea vale a pena ver o documentário **Quem tem Medo da Arte Contemporânea**. Filme produzido pela Fundação Joaquim Nabuco que relata a visão de vários artistas sobre a arte contemporânea. Com comentários de Fernando Cocchiarale. Direção: Isabela Cribari e Cecília Araujo. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 2005.

⁵⁵⁹⁹ Mesmo com o enorme desenvolvimento tecnológico contemporâneo essa relação é bastante profícua e complexa. Há inúmeras máquinas que podem registrar e mapear o corpo humano, possibilitando aos profissionais da saúde interpretar seus dados, e um número considerável de artistas visuais – fotógrafos, desenhistas, pintores, cineastas entre outros que operam e ou se expressão por meio da imagem – que produzem seus trabalhos lançando mão de **poéticas** - conjunto de questões que intencionalmente ele quer trabalhar - constituídas por questões do universo do campo médico e seus desdobramentos com o mundo social. Podemos citar, entre os artistas contemporâneos brasileiros, José Paulo, Lula Wanderley, Tunga, entre outros.

Esses registros foram produzidos por meio da artesanaria - da mão do “artista” em um primeiro momento⁵⁶⁰⁰ - e davam a ver aos profissionais médicos o corpo humano por dentro e por fora, suas estruturas, órgãos e doenças. Há, entretanto, muitos registros visuais realizados por desenhistas técnicos da fauna e flora que auxiliavam os médicos na elaboração discursiva de uma cartografia ampliada das doenças e dos desafios e problemas médicos.

Uma abordagem instigante em relação às afinidades, proximidades e o fazer médico tecido pela arte e as suas consequentes representações foi proposto pela exposição *Arte e Medicina: Interface de uma profissão*⁵⁶⁰¹, organizada pelo historiador André Mota, cujo título já enunciava os entrelaçamentos. O texto que abre o catálogo dessa mostra defende “as artes como humanidades médicas”, e, como campo de conhecimento do sensível imprescindível à formação do médico na contemporaneidade. Objetivando inserir as Artes nos currículos médicos propiciando à formação profissional traços humanísticos e técnicos.

Por um lado, aponta Mota (2010) a arte é vista como produto, registro, linguagem e *poièses* que impacta o meio médico oferecendo a ele narrativas plurais que versam sobre as inúmeras possibilidades de ver o corpo, a doença, a cura e a morte. De outro lado, a arte como um modo de fazer, “um saber fazer técnico” que auxilia a prática médica em suas especificidades. Vista como regime do sensível, se aproxima à questão desenvolvida por Michel Foucault acerca da estética da existência, instaurada pela prática das técnicas de si como atitude demolidora, não pela negação de valores, mas pela positivação de uma ética. Uma arte que torna perceptível o sensível.

Também, a arte, como representação do corpo, da doença, da cura e da perda, quer dizer, a narrativa artística como “representação” que substitui o “ser” ausente, representa em sua potência vital um dado real: um “corpo ausente”. A noção de representação⁵⁶⁰² pode ser construída a partir das acepções antigas, sendo um dos conceitos mais importantes utilizados pelos homens do Antigo Regime, quando desejavam interpretar o funcionamento de sua sociedade ou definir as operações intelectuais que lhes permitem apreender o mundo. Dentro dessa perspectiva, da história cultural, é que será lida a obra ceroplástica do artista Augusto Esteves que pertence ao Museu Histórico Prof. Carlos da Silva Lacaz – FMUSP.

A trajetória artística de Augusto Esteves (1891-1966) foi marcada por sua inserção nos espaços de trabalho da pesquisa científica e médica. Sua legitimidade e consagração como

⁵⁶⁰⁰ Os registros que estamos sugerindo aqui são os documentos visuais como desenhos, nas suas mais variadas formas de representação e feitos com materiais diversos: nanquim, grafite, esferográfica; a gravura - aquarteladas ou não; objetos tridimensionais em cera, entre outras formas de representação. Com o desenvolvimento técnico e tecnológico, e, o intenso processo de industrialização do final do século dezanove e o vinte, outros registros vão se somando aos trabalhos plásticos originais e únicos, é o caso da forte presença do registro fotográfico e dos demais produzidos pelos novos meios tecnológicos.

⁵⁶⁰¹ Ver TAPAJÓS, Ricardo; RIOS, Izabel Cristina ; MOTA, André. *Arte e medicina: interfaces de uma profissão*. In: Mota, André. (Org.). **Arte e medicina: interfaces de uma profissão**. 1 ed. São Paulo: CD.G.Casa de Soluções e Editora, 2010, v. 1, p. 11-20.

⁵⁶⁰² Conceito discutido pela história cultural em Roger Chartier. Representação, prática e apropriação constituem nos conceitos-chaves desse autor. Afirma a representação como “a pedra angular de uma abordagem ao nível da história cultural”, ao propor: “*Uma história social do cultural que tome por objeto a compreensão das formas e dos motivos – ou, por outras palavras, das representações do mundo social – que à revelia dos atores sociais traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse*”. (CHARTIER, Roger. *Textos, Impressos, Leituras*. In **A história cultural: entre práticas e representações**). Segundo Roger Chartier a noção de representação permite articular três modalidades de relação com o mundo social. Em primeiro lugar, o trabalho, especificamente o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos. Seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição. Por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns “representantes” (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade.

“artista” não ocorreu no campo das artes plásticas, curiosamente, e sim no campo da ciência e da medicina onde seu fazer – técnico como ilustrador escultor – foi considerado excelente do ponto de vista formal. Obtendo a aprovação de Vital Brazil, Esteves passou a integrar oficialmente o meio científico⁵⁶⁰³. Além de sua habilidade técnica no desenho, outra forte característica de seu trabalho era a fidelidade ao objeto representado, conceito oriundo da Academia de Belas Artes, caro aos artistas que eram próximos ao ensino formal acadêmico e ao gosto de parcelas consideráveis de apreciadores das artes à época, embora o jovem Augusto Esteves não tenha tido oportunidade de ingressar em escola formal das artes plásticas⁵⁶⁰⁴.

Vale rapidamente uma nota biográfica sobre Vital Brazil objetivando entender a posição de prestígio que alcançará no campo científico e sua relação com Esteves. Vital Brazil nasceu em 28 de abril de 1865, em Campanha, Minas Gerais, e faleceu em 8 de maio de 1950, na capital carioca. Considerado um dos grandes nomes na história da ciência, médico e sanitarista, Vital Brazil foi um dos primeiros pesquisadores de toxilogia nas Américas e de medicina experimental no Brasil. Na virada dos séculos XIX e XX, liderou frentes de combate a diversas epidemias que eclodiram no país, como a febre amarela, cólera, varíola e peste bubônica. As pesquisas assinadas por ele são pioneiras na produção dos soros específicos contra venenos de animais peçonhentos (serpentes, escorpiões e aranhas). Tais pesquisas romperam paradigmas e contribuíram à inovação de conceitos e práticas nas ciências médicas e biológicas. Nenhum outro método de neutralização da peçonha é mais eficaz do que o criado por Vital Brazil, em 1898. Em 1917, quando recebeu a patente do soro antiofídico, decidiu imediatamente doá-la ao governo brasileiro. Dentre os numerosos e determinantes legados deixados por ele, destacam-se a criação do **Instituto Butantan** (fundado oficialmente em 1901, em São Paulo) e do **Instituto Vital Brazil** (fundado em 1919, em Niterói). Ambas instituições tornaram-se referenciais de excelência na formação de pesquisadores, na produção de medicamentos e na divulgação e popularização das ciências no país.

Vital Brazil fundou e dirigiu o Instituto Butantan por 20 anos, de 1899 a 1919, e foi convidado pelo Governo do Estado de São Paulo a retornar à direção desta instituição, por mais 4 anos, em 1924. Criou, cofundou e colaborou com diversas revistas científicas, como a **Revista Médica de São Paulo**, e escreveu dois livros: **A Defesa contra o Ophidismo**, em 1911, reeditado e ampliado em 1914, somente em francês, e **Memória Histórica do Instituto Butantan**, em 1941. Publicou dezenas de artigos científicos, em diferentes línguas e periódicos. Por meio de alguns testemunhos e citações de cientistas e eminentes personalidades mundiais pode-se chegar a uma avaliação, mesmo que breve, sobre a contribuição de Vital Brazil para a Ciência e para a Medicina, assim como sobre o papel que desempenhou na História.

Aos 54 anos de idade, em 1919, viúvo há seis anos, Vital Brazil já havia alcançado reconhecimento mundial pelo conjunto da obra acerca da soroterapia específica aplicada aos envenenamentos por animais peçonhentos. O cientista faleceu de uremia (concentração abusiva de ureia no sangue) no início da manhã do dia 8 de maio de 1950, em sua residência, no Rio de Janeiro.

Com base em tais aptidões técnicas e extremo rigor formal Augusto Esteves abria novas trilhas de trabalho e aos poucos consolidava sua carreira profissional no meio científico. Conviveu, nesse sentido, muito mais entre os médicos e cientistas que com os grupos de artistas em São Paulo. Passou ao largo, por exemplo, da organização da Semana

⁵⁶⁰³ Cof. Marcolin, Neldson. Retratos fidedignos: Desenhista, pintor, ceroplasta, Augusto Esteves foi o primeiro ilustrador científico do Instituto Butantan. São Paulo: **Revista Pesquisa Fapesp**, 2014. Disponível em: http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2014/01/088-089_Memoria_215.pdf?e472e8. Acesso em: 27/06/2016.

⁵⁶⁰⁴ Sua formação artística ocorreu de maneira informal em visitas ao Museu Paulista e em ateliês de artistas, entre esses estão citados em sua autobiografia, Pedro Strina, o escultor Lourenzo Petrucci, o pintor Adolfo Fonzari e o fotógrafo Giovanni Sarracino, curiosamente todos italianos.

de Arte Moderna de 1922 e do principal grupo de artistas que desenhariam os contornos do que ficou nomeado na historiografia da arte e da cultura por modernismo. Também não conviveu com os grupos de artistas “obreiros” que se organizaram depois dos anos 1930, já em outro contexto da modernidade paulista, o Grupo Santa Helena⁵⁶⁰⁵ (1935-1945), por exemplo.

Dito isso, Esteves, em sua narrativa autobiográfica, conta que ainda jovem, participa de um evento das artes Exposição do Primeiro Centenário da Abertura dos Portos, em 1908. Segundo o autor, seus quadros foram contemplados com a medalha de prata da exposição preparatória para o centenário, ainda em 1907. Depois frequenta alguns ateliês de formação artística, sobretudo com artistas italianos que atuavam com técnicas bastante formais. Apenas essas breves incursões no campo artístico não deixam marcas em sua trajetória dentro do campo das artes paulistas. Um artista envolvido pelas ideias, práticas e relações de amizade no campo médico.

Do plano bidimensional ao tridimensional: o corpo e sua representação – O acervo ceroplástico

A rede de contatos e amizades que oportunizou a Augusto Esteves trilhar pelos caminhos da ciência foi a mesma que o direcionou para a Faculdade de Medicina de São Paulo em 1936⁵⁶⁰⁶ e levou-o ao posto de auxiliar técnico da Clínica Dermatológica, contratado por Aguiar Pupo entre 1943 a 1959. Esse período acentua-se seu deslocamento da produção bidimensional para a tridimensional, da representação gráfica para a confecção de objetos em cera⁵⁶⁰⁷. Segundo o pesquisador Jorge Augusto Carreta (“não há indicação clara sobre

⁵⁶⁰⁵ O Grupo Santa Helena, em São Paulo, congregava de pintores que se reuniam nos ateliês de Francisco Rebolo e Mário Zanini, nos anos 1930. O nome, Santa Helena, foi atribuído ao grupo pelo crítico Sérgio Milliet. Cof. AJZENBERG, Elza. **Exercícios Estéticos de Liberdade**. São Paulo, ECA-USP. Tese de livre- docência, São Paulo, ECA-USP; ____ Arte e Ciência. **Revista USP**. São Paulo: n. 103, p. 100-104, 2014. Gonçalves, Lisbeth Rebollo. **Sérgio Milliet: Crítico de Arte**. São Paulo: Edusp, 1992. Zanini, Mário. **A arte no Brasil nas décadas de 1930-40: o Grupo Santa Helena**. São Paulo: Nobel, 1992.

⁵⁶⁰⁶ Augusto Esteves casou-se em 1919 com Alvarina Brasil, a segunda filha de Vital. No mesmo ano, toda a família mudou-se para Niterói, onde Vital Brasil fundou o instituto que leva seu nome, para pesquisar e produzir produtos veterinários, biológicos e farmacêuticos. Esteves foi nomeado diretor administrativo pelo sogro, retornando para São Paulo em 1934 trabalhou no Instituto Pinheiros, na Santa Casa de Misericórdia e no Departamento de Dermatologia da FMUSP. No final da década de 1950, o artista dedicou-se à *moulage* dermatológica, produzindo aproximadamente 259 peças que representavam principalmente lesões dermatológicas próprias da nosologia tropical. Ver <http://www.butantan.gov.br/fundacao/Paginas/default.aspx>; LACAZ, Carlos da Silva. Museu Ceroplástico “Augusto Esteves”. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, vol. 26, nº 2, pp. 125-126, abr.-jun. 1993; Esteves, Augusto. **Autobiografia de Augusto Esteves: Um pouco da minha vida**. São Paulo: Datilografado, p. 22, 1960. Disponível em: Museu Histórico Prof. Carlos da Silva Lacaz – FMUSP. Acesso em 28/05/2016.

⁵⁶⁰⁷ Foi no contexto de mudanças corporativas referentes à formação do médico e de suas especialidades entre 1920 e 1930, (Mota e Schraiber, 2009, p.347), e pela presença institucional da Fundação Rockefeller, que um novo modelo de ensino foi introduzido na Faculdade de Medicina de São Paulo (FMUSP), daí surgiu a ceroplastia na FMUSP, pelos esforços dos professores João de Aguiar Pupo (1890-1980) e Flaminio Fávero (1895-1982), responsáveis, respectivamente, pelas cátedras de dermatologia e sifilografia e medicina legal (Sampaio, Lacaz, Azulay, 1980, p.213). O responsável pela confecção das peças foi Augusto Esteves (1891-1966), artista quase autodidata cuja carreira de modelador se iniciou com Vital Brazil no Instituto Butantan, em 191. Ele também havia trabalhado como desenhista e ilustrador no Instituto Pinheiros. Esteves foi contratado em 1934 e ocupou inicialmente uma sala conseguida por Aguiar Pupo na Santa Casa de Misericórdia. Entre 1943 e 1959, foi auxiliar técnico da Clínica Dermatológica, contratado pelo mesmo professor. Nesse período, dedicou-se intensamente à *moulage* dermatológica, produzindo aproximadamente 260 peças (Lacaz, 1993).

todas as formas de utilização das peças, mas sabe-se que seu fim primordial era didático”. Assim as peças serviam ao ensino nas cátedras de dermatologia e medicina legal⁵⁶⁰⁸.

Mesmo lançando mão do desenho (ou da fotografia⁵⁶⁰⁹?) como recurso de registro para confecção das peças em cera sua produção com os objetos tridimensionais, ganha, relevância e força estética como se o espaço plano explodisse no relevo, no volume, na matéria e na busca da fidelidade da representação do corpo.

Suas peças em cera representando partes de corpos doentes, sobretudo afecções dermatológicas como sífilis, hanseníase, dermatites e leishmaniose, adquirem uma força visual que impacta o espectador ao impor a esse a presença de um fragmento do corpo ausente e doente. Elaboradas a pedido do médico responsável pela cátedra dermatológica⁵⁶¹⁰, a representação do corpo é trazida, nesse caso, de forma fracionada para que fosse lido seccionado, recuperando a parte lecionada e objetivamente, analisada, em sua enfermidade dermatológica em sessões pedagógicas e em estudos didáticos. Na ausência do doente a representação crível impõe sua presença.

O interesse pela representação do corpo na arte⁵⁶¹¹ se revelou como uma preocupação da cultura ocidental desde tempos remotos. A investigação da cultura visual em revelar o corpo e suas entranhas, profundidades e superfícies foram marcantes, com ênfase no período do Renascimento - da valorização do humanismo e da ciência moderna. A concepção de corpo na cultura ocidental está intimamente ligada à questão da imagem e da representação, como sugere Viviane Matesco (2009), *“A arte e a ciência renascentista nos mostram corpo e natureza dessacralizados, convertidos em coisa humana, considerados a partir da finitude e de nosso olhar”* (p. 12).

Segundo as observações da pesquisadora Matesco⁵⁶¹² a cientificidade em relação ao corpo *“desenvolve-se gradualmente em um universo ainda carregado de reminiscências*

⁵⁶⁰⁸ Segundo Carreta (2004), Augusto Esteves produziu outros tipos de material didático, tal como pranchas (desenhos e gravuras) para uso nas aulas de medicina legal. Há cerca de uma centena dessas pranchas sob guarda do Museu Técnico-científico do Instituto Oscar Freire. Em 1980, por iniciativa de Carlos Silva Lacaz (1915-2002), diretor da Faculdade de Medicina entre 1974 e 1978 e idealizador do museu histórico, criou-se o Museu Ceroplástico Augusto Esteves, composto pelas peças produzidas na cátedra de dermatologia. Ele foi instalado em um dos saguões do Departamento de Microbiologia e Imunologia da Faculdade. A exposição foi desmontada anos depois, e as peças foram armazenadas por Lacaz no Museu da Faculdade de Medicina, onde ainda permanecem. Na década de 1990, foi produzido um vídeo sobre a obra de Augusto Esteves, idealizado por Lacaz e José Eduardo Costa Martins, naquele momento presidente da Sociedade Brasileira de Dermatologia. A obra foi financiada por um laboratório farmacêutico (Lacaz, 1993). Cof. CARRETA, Jorge Augusto. *A ceroplastia e a medicina legal na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 1934-1950. História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.scielo.br/hcsm>.

⁵⁶⁰⁹ Não localizei documentação que aponte para o uso da fotografia pelo artista, mas é plausível que ele fizesse uso da técnica de registro de imagem no processo de produção das peças em cera.

⁵⁶¹⁰ Sobre a relação da ascensão da dermatologia, como campo de saber independente, e a necessidade de peças em cera para fins didáticos conf. CARRETA, Jorge Augusto. *A ceroplastia e a medicina legal na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 1934-1950. História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.scielo.br/hcsm>. A pele humana não era vista como um órgão, e suas afecções apenas refletiriam a doença de órgãos internos. Aos poucos, essa concepção mudou, e ela passou a ser vista como local de condições patológicas específicas, que poderiam ser descritas e tratadas. Por volta de 1860, como indicam Haviland e Parish (1970). [Como assinalam os autores, ao final do século XIX, todos os grandes centros de dermatologia (Paris, Londres, Viena) possuíam importantes museus ceroplásticos. A coleção parisiense serviu de modelo para os demais hospitais dermatológicos europeus (Haviland, Parish, 1970, p.69)] A dermatologia ainda fazia parte das disciplinas médicas iniciantes, e seus praticantes começaram a perceber a importância dos modelos de cera para fins didáticos.

⁵⁶¹¹ Sobre o tema ver entre outras obras, Jeudy, Henri-Pierre. *O corpo objeto de arte*. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2002.

⁵⁶¹² Nessa obra a autora considera que “Na medicina, a postura de observação e experimentação introduzida por Vesúlio (1514-64) revoluciona a tradição de subordinação a um texto filosófico-

medievais”, assim entende-se porque as “*primeiras dissecações só ocorreram ‘oficialmente’ no século XVI, pois não se tinha, então a noção moderna de cadáver.* (idem). Nesse sentido a regularização desse procedimento e desenvolvimento do saber anatômico “*atestam a dissociação entre corpo e homem e a possibilidade de o corpo afirmar-se como conceito autônomo*” (ibidem, p. 13).

Assim, no Renascimento ocorre uma forte necessidade em torno dos estudos anatômicos. Deriva daí a aliança entre médicos e artistas interessados na descoberta desse território desconhecido cabendo aos artistas o ofício de representar fidedignamente a figura humana em suas características internas e externas. O objeto desconhecido provoca nos doutos o interesse, a dominação e o controle. As linguagens e as técnicas disponíveis à época passavam do desenho, gravura e pintura aos objetos e peças feitas e modeladas em cera. Assim, foi possível, por meio do uso da cera, técnica antiga, reproduzir e conservar a representação fiel das estruturas internas do corpo tão informativo e crível para os estudos médicos e científicos⁵⁶¹³.

Atualmente, mesmo com muitas tecnologias disponíveis a forma como são feitas as peças em cera é praticamente igual aos moldes antigos, isto é, de forma bem manual. Augusto Esteves revelou-se exímio ceroplasta em seu percurso como profissional nas instituições médicas. O trabalho precursor do artista iniciava-se pelos estudos anatômicos, confecções de desenhos e registros iconográficos para a definição das partes do corpo a ser reproduzida, com exatidão a forma e a dimensão natural da parte selecionada. Depois, a modelagem em argila e em seguida era retirada uma forma preenchida por uma mistura de cera natural⁵⁶¹⁴ e depois o trabalho minucioso de modelar e fazer refinar as partes do corpo como as mãos e pés, fragmentos que pedem do artista virtuosidade e rigor formal. Após essa primeira etapa de modelagem, o artista iniciava o trabalho de caracterização na pele, a coloração, marcas de expressão, rugas, cicatrizes, sinais e a reprodução crível das lesões dermatológicas. Caso necessário a implantação dos cabelos e pêlos (que são inseridos através de uma agulha, podendo ser de origem natural ou sintética), a colocação dos olhos de vidro oftalmológicos e dentes de porcelana quando necessários.

Com extremo rigor técnico e formal Augusto Esteves produziu individualmente cada uma das peças que integram a coleção em exposição. Como supracitado, as peças foram feitas com objetivos pedagógicos, didáticos e para o exercício analítico no âmbito da ciência médica. Não obstante, deslocadas dessa gênese e funcionalidade, e trazidas para o espaço

religioso. Contra o olhar medieval, Vesálio instaura os direitos da observação – daí utilizar técnicas de representação dos pintores para fazer desenhos após as dissecações. A exatidão das estampas de anatomia testemunha os poderes do novo olhar, pois fornece visão insubstituível do trabalho científico. Os “escorchados” nas ilustrações de Vesálio representam esqueletos como se estivessem vivos, cheios de vigor; ao desvincular o morto de seu corpo, permitem a constituição da anatomia, excluindo a morte de seu campo. O corpo como representação passa agora a ser assimilado a processos objetivos; longe do espectro da morte, edifica-se um saber, (Matesco: 2009, p. 13 e 14).

⁵⁶¹³ CARRETA, Jorge Augusto. A ceroplastia e a medicina legal na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 1934-1950. Rio de Janeiro, **Revista História, Ciência e Saúde – Manguinhos**, set, 2004, Disponível http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702016005003101&lng=en&nrm=iso&tlng=en; ____ Entre a ciência e a arte: a trajetória de Augusto Esteves. **Cadernos de História da Ciência**, v. 9, p. 108-125, 2013; ____ A ceroplastia na Faculdade de Medicina de São Paulo: importância para o ensino e para a consolidação das especialidades médicas (1930-1950). In: **13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia**, 2012, São Paulo. 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia : anais. São Paulo: EACH/USP, 2012. Ver ESTEVES, Augusto. Das moldagens a serviço da medicina legal e da justiça. In: Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo. **Semana Paulista de Medicina Legal da Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo**. São Paulo: Tipografia do Departamento de Investigações. p.237-239. 1950.

⁵⁶¹⁴ - Atualmente é utilizada a forma de silicone, que é preenchida por uma mistura de cera natural e a base de petróleo. Antes só era a cera, mas a raridade do produto fez com que atualmente fosse usado esse composto sintético, onde a cera é passada camada por camada na forma, preenchendo-a

do “museu e do campo da arte” o conjunto adquire força estética e estatuto de obra artística. São trabalhos de uma beleza que causam fascínio, estranhamento e espanto, e, no registro formal de sua execução são exemplares como objeto de apreciação e fruição estética. Enunciando um dos paradoxos instituídos pela arte moderna e contemporânea: “a arte é um belo horror”.

Na história da arte há muitas correspondências entre a produção de imagens, (bidimensionais ou tridimensionais) que buscam representar o corpo doente, a doença e no horizonte maior de sua abrangência a finitude da vida. Para ilustrar pensemos nas pinturas holandesas do século XVII, em particular as pinturas de gênero e as naturezas mortas. Em muitas delas é notável a inserção da representação da anatomia (esqueletos) e alimentos (pão embolorado) que anunciam a fragilidade da vida, a fugacidade do tempo e a inutilidade das coisas do mundo, conhecidas com *vanité*.⁵⁶¹⁵ Em relação à representação da dor e da doença as narrativas votivas (ex-votos) presentes na produção barroca e apropriada como narrativa visual e religiosa nas manifestações da arte popular do nordeste brasileiro, correspondem visualmente às obras realizadas por Esteves. Dito de outra maneira é plausível a associação entre a representação plástica e formal do ex-voto com as peças do acervo ceroplástico presentes nessa mostra.

Diante de cada uma das peças em cera estamos diante da dor do outro, diante da fatalidade de um corpo doente e a da efemeridade da vida. Diante das calamidades e epidemias de um tempo. Diante de uma racionalidade científica moderna que insiste em ver o corpo como território multifacetado, despossuído de alma e afecção – visto em partes e não como um todo indiviso. Estamos diante da fala da autoridade médica - de lugares e de relações de poder, diante, portanto, de um projeto civilizatório. Diante da imagem estamos sempre diante do tempo e diante da história⁵⁶¹⁶.

Diante de uma imagem – não importa quão antiga –, o presente não cessa jamais de se reconfigurar, mesmo que o desapossamento do olhar tenha completamente cedido lugar ao hábito enfadado do “especialista”. Diante de uma imagem – não importa quão recente, quão contemporânea ela seja –, o passado também não cessa jamais de se reconfigurar, pois esta imagem não se torna pensável senão em uma construção da memória, chegando ao ponto de uma obsessão. Diante de uma imagem, temos, enfim, de reconhecer humildemente: provavelmente, ela sobreviverá a nós, diante dela, nós somos o elemento frágil, o elemento passageiro, e, diante de nós, ela é o elemento do futuro, o elemento da duração. Frequentemente, a imagem tem mais memória e mais porvir do que o ente que a olha.⁵⁶¹⁷

A questão que sugere esse fragmento é como nos mantermos à altura de todos os tempos que diante de nossos olhos esses objetos conjugam sobre sua materialidade e força estética? E mais, (...) *como dar conta do presente desta experiência, da memória que ela convocava, do porvir a que ela se engajava?* (idem). Em minha opinião, reside aqui a importância da coleção de peças de cera de autoria do artista Augusto Esteves que ora vem a público. Tal coleção deve ser entendida, não apenas como objeto de estudo clínico, mas como potência da arte e da história que nos permite pensar nos entrelaçamentos e

⁵⁶¹⁵ A pintura chamada de *vanité* testemunha uma mudança na representação do corpo, a anatomia oferece matéria às primeiras *vanités*, permitindo difundir as pranchas de desenhos dos esqueletos com grande precisão. O crânio foi um dos elementos recorrentes nesse tipo de pintura.

⁵⁶¹⁶ Ver Didi Huberman, George, Didi. **Diante do Tempo: História da arte e anacronismo das imagens.** Conf. em <https://revistapolichinelo.blogspot.com.br/2011/03/georges-didi-huberman.html>, visitado em abril de 2015. Ver também Didi Huberman, George. **Diante da Imagem: Questão colocada aos fins de uma história da arte.** São Paulo: Editora 34, 2013.

⁵⁶¹⁷ Didi Huberman:2011, s/p.

simultaneidade dos tempos históricos, das vizinhanças e proximidades entre arte, ciência e filosofia – considerando que tudo se toca na história.

Por meio dessa coleção é possível relacionar parte da história do desenvolvimento técnico e científico do saber médico e sua relação com a educação. E sobremaneira, a coleção dá a ver a trajetória de vida desse artista que ao acaso, por determinação de suas escolhas e por imposições do meio e das tensões sociais foi capturado pelo campo científico e médico fazendo dele campo de legitimação e legitimidade, seu chão, morada e campo de expressão artística. Parte dessa história está presente na presente nessa exposição. Deixemo-nos tocar pelas obras em cera do artista Augusto Esteves e sejamos atravessados pelas temporalidades históricas, pela historicidade do campo médico e pela beleza visual e formal dessa coleção.

LÚCIA MURAT: OS *ENTRETEMPOS* POSSÍVEIS DE UMA EX-MILITANTE

*Jônatas Xavier de Souza*⁵⁶¹⁸

jon-xs@hotmail.com

Resumo: Neste trabalho analiso parte da trajetória da cineasta Lúcia Murat, tendo como fonte principal suas narrativas fílmicas vivenciais. Pergunto, a partir das conceitualizações de Deleuze e Foucault, sobre os “entretempos” que afirmam a sua “vida” e escapam as estruturas do poder e da biopolítica contemporânea. Lúcia nasceu no Rio de Janeiro e foi criada em Copacabana, tinha apenas quinze anos quando os militares derrubaram o governo constitucional de João Goulart. Leitora voraz de Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir, Murat entrou para a Faculdade de Economia da UFRJ em 1967, na Universidade se envolveu com o movimento estudantil e conheceu seus grandes amigos de militância política, alguns deles assassinados pela ditadura. Perseguida pelas forças de repressão, em março de 1971, Murat foi presa no Rio e levada para o DOI-CODI carioca, onde foi brutalmente torturada. “Em meio à tortura, ela transcendeu a redução à vida nua, inventou possíveis modos de subjetivação em meio ao improfanável”, táticas e estratégias que a mantiveram com vida. Da amarga memória construiu pela sétima arte outras dobras, outras “máquinas de guerra” que a permitem continuar lutando no mundo contemporâneo. Problematizo esses possíveis, percebendo os deslocamentos analíticos, devires e trajetões que envolvem o cuidado de si e o cuidado com o outro inventados por Lúcia Murat e que lhe fazem afirmar constantemente a vida no cinema, revelando um processo de subjetividade feminina na sétima arte que, ao menos inicialmente, é imperceptível àquela que vivencia e produz.

Palavras-chave: Lúcia Murat; Ditadura; Cinema; Subjetividade Feminina.

Lúcia Murat entre a história e o cinema

“Hoje dispomos de novas maneiras de ler, e talvez de escrever. Há maneiras ruins e sujas. [...] A boa maneira para se ler hoje, porém, é a de conseguir tratar um livro como se escuta um disco, como se vê um filme, como se recebe uma canção [...] os conceitos são exatamente como sons, cores ou imagens, são intensidades que lhes convêm ou não, que passam ou não passam. *Pop’filosofia*. Não há nada a compreender, nada a interpretar.”

⁵⁶¹⁸ Doutorando em História pela UFPE/ Bolsista CNPq

O cinema para Deleuze⁵⁶²⁰ pode ser visto como campo de experimentação do pensar e uma forma extraordinária de pensamento. É possível não só pensar com o cinema, mas mostrar que o cinema pensa, inequivocamente por intermédio de seus realizadores. E mais que isso, que é possível fazer pensar através do cinema, pela profusão de suas imagens e de seus signos. Partindo do *pensamento do cinema* proposto por Gilles Deleuze⁵⁶²¹, venho tentando ao longo de oito anos entender a trajetória da cineasta Lúcia Murat. Este tipo de análise centrada na trajetória individual permite enfocar questões sob uma nova perspectiva histórica, um novo olhar que se volta para os *encontros* e os *entretempos* nos quais a vida pode ser pensada como singularidade, potência, beatitude⁵⁶²². Deleuze e Parnet dizem que um encontro é talvez a mesma coisa que um devir ou núpcias, muitas vezes encontramos pessoas, mesmo sem as conhecer, e encontramos também ideias, acontecimentos⁵⁶²³. Susel Rosa⁵⁶²⁴, ao lado de Luiz Orlandi⁵⁶²⁵, “lembra que Deleuze gostava muito dos encontros com outros autores, dos encontros com Nietzsche, com Espinosa, com Foucault. Dos encontros cognitivos que aumentam nossa potência de pensar”⁵⁶²⁶. Esta é a proposta deste trabalho: levantar questões sobre a trajetória pessoal da cineasta Lúcia Murat e dar visibilidade ao exercício da subjetividade, *encontros* e *entretempos*, que ela coloca em jogo nos seus filmes.

Lúcia Murat é uma das cineastas mais expressivas do cinema nacional contemporâneo. Sua trajetória artística iniciou-se em 1978, quando resolveu fazer um filme na Nicarágua, com Paulo Adário, seu marido na época. Era um documentário chamado *O pequeno exército louco*. Seu desejo era ver como se processava a revolução naquele país assolado pela violenta ditadura de Anastasio Somoza Debayle. Quando ela e o esposo voltaram para o Brasil, no ano de 1980, decidiram que o filme seria intercalado com ficção e que contaria a história de uma brasileira que vai a *terra de lagos e vulcões*⁵⁶²⁷ e rememora sua experiência como guerrilheira

⁵⁶¹⁹ DELEUZE, Gilles e PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998, p. 4.

⁵⁶²⁰ Os livros de Deleuze acerca do cinema usados para a elaboração deste trabalho são: *Cinéma 1 – l’image-mouvement* e *Cinéma 2 - L’image-temps*, ambos publicados em Paris pela Minuit, respectivamente nos anos de 1983 e 1985. Doravante, estarei utilizando o modelo de citação no corpo do texto com referência a paginação da edição francesa e a sua respectiva tradução em português nas seguintes edições: DELEUZE, Gilles. *Cinema 1: a imagem-movimento*. Tradução de Stella Senra. São Paulo: Brasiliense, 2012; DELEUZE, Gilles. *Cinema 2: a imagem-tempo*. Tradução Eloisa de Araujo Ribeiro; revisão filosófica Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 2013.

⁵⁶²¹ Na apropriação dos conceitos formulados por Deleuze sobre cinema, faço uso acurado das considerações de Jorge Vasconcellos, especialmente de dois livros: VASCONCELLOS, Jorge. **Arte, Subjetividade e Virtualidade**: ensaios sobre Bergson, Deleuze e Virilio Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2005; VASCONCELLOS, Jorge. **Deleuze e o Cinema**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2006.

⁵⁶²² Os últimos textos publicados por Deleuze versam sobre o conceito de “vida”. Trata-se de um legado testamentário a inspirar o que Giorgio Agamben denomina de “filosofia que vem”. Deleuze mostrou a assunção da vida pelos “encontros” e “entre-tempos” que subvertem a estrutura biopolítica da contemporaneidade. Ver: AGAMBEN, Giorgio. **A linguagem e a morte**. BH: Editora da UFMG, 2006; DELEUZE, Gilles. “A imanência: uma vida”. In: **Gilles Deleuze: imagens de um filósofo da imanência**. Organização de Jorge Vasconcellos e Emanuel Ângelo da Rocha Fragoso. Londrina: Ed. da UEL, 1997.

⁵⁶²³ DELEUZE, Gilles e PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998, p. 6.

⁵⁶²⁴ ROSA, Susel. “Danda Prado: por uma estética”. In: **Paisagens e tramas**: o gênero entre a história e a arte. Organização de Margareth Rago e Ana Carolina Arruda de Toledo Murgel. São Paulo: Intermeios, 2013, p. 113.

⁵⁶²⁵ ORLANDI, Luiz. “Ética em Deleuze”. **Revista CPFL Cultura**. [on-line]. Disponível na Word Wide: www.cpfcultura.com.br/revista [Acesso em 21 ago. 2015]

⁵⁶²⁶ ROSA, Susel. “Danda Prado: por uma estética”. In: **Paisagens e tramas**: o gênero entre a história e a arte. Organização de Margareth Rago e Ana Carolina Arruda de Toledo Murgel. São Paulo: Intermeios, 2013, p. 111-124.

⁵⁶²⁷ *Terra de lagos e vulcões*, a Nicarágua é muito associada à imagem de guerrilhas, insegurança e pobreza. Porém, as guerrilhas acabaram há duas décadas e o país tem um turismo crescente, o país

no Brasil, que seja: uma peça que narraria sua própria história de vida. Aquele era um momento de forte debate sobre o papel das artes no contexto da redemocratização brasileira, mas também era um período de baixa produção cultural na indústria cinematográfica do país, fruto do aprofundamento da crise econômica instalada na segunda metade dos anos 1970, quando os sinais de esgotamento do modelo econômico adotado durante o regime militar, tornaram-se visíveis, após um período de *acelerado crescimento*⁵⁶²⁸.

Ainda em 1980, Celso Amorim foi destituído do cargo de presidente da Embrafilme e todos os projetos políticos da indústria audiovisual do país foram suspensos.⁵⁶²⁹ Lúcia Murat ficou com o material documentado esperando ter condições de editá-lo. Três anos depois, o Conselho Mundial da Igreja (CMI) lhe deu apoio e o material filmado na Nicarágua foi editado como documentário de curta-metragem. Murat abriu mão de fazer um *longa* cuja estética tencionaria entre ficção e realidade, que era sua primeira grande fantasia.

O sonho adormecido, no entanto, se tornou real mais tarde com o filme *Que bom te ver viva*, em que a cineasta mistura os delírios e fantasias de uma personagem anônima (Irene Yolanda Ravache) alinhavado pelos depoimentos de oito ex-presas políticas que viveram situações de tortura nos *porões obscuros*⁵⁶³⁰ da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)⁵⁶³¹. Lançado em junho de 1989, quando de sua exibição *hors concours* no XVII Festival do Cinema Brasileiro de Gramado. *Que bom te ver viva* foi “o grande filme brasileiro do ano”; “um hino à vida de Lúcia Murat”, escreveu o saudoso jornalista Aramis Millarch⁵⁶³².

tropical oferece dois mares, vulcões ativos, centenas de ilhas, lagos com águas tranquilas, rios que nascem nas maiores e mais vivas selvas da região, exuberantes bosques, lindas cachoeiras, extensas praias de areias brancas e douradas banhadas pelo sol do caribe, locais ideais para a prática de mergulho e pesca, belas cidades coloniais, hospitaleiros povoados de pescadores, belíssimo artesanato e, principalmente, um povo que gosta de conversar, cantar, dançar e rir com o calor autêntico de quem sabe fazer amigos.

⁵⁶²⁸ Paul Singer considera que o período de crescimento acelerado, iniciado em 1968 foi possível graças à combinação dos seguintes fatores: “1. uma demanda interna por bens duráveis de consumo em expansão, graças à concentração de renda e a mecanismos financeiros que permitiram a ampliação do crédito ao consumo; 2. uma demanda externa em expansão graças à liberação do comércio internacional e ao subsidiamento das exportações; 3. forte injeção de recursos do exterior, que complementam a poupança interna e permitem eliminar focos inflacionários, graças a uma capacidade de importar tornada superelástica”. SINGER, Paul. **A crise do milagre**. Interpretação crítica da economia brasileira. 8ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 116.

⁵⁶²⁹ O aprofundamento da crise econômica brasileira, nos anos 1980, e os problemas internos na EMBRAFILME levaram, em 1987, a uma reestruturação que a cindiu em dois órgãos: a Fundação do Cinema Brasileiro (FCB) ficou responsável pelo setor cultural enquanto a EMBRAFILME mantinha sua atuação no campo das atividades cinematográficas de caráter industrial e comercial. Para saber mais sobre a EMBRAFILME, ver: SPENCER, Fernando. O cinema em 83: mesmo com crise, bons filmes. **Diário de Pernambuco**, Recife, 31 dez. 1983.

⁵⁶³⁰ A expressão *porões da ditadura* é utilizada pelo historiador Carlos Fico para fazer referência aqueles setores que praticavam a tortura e o assassinato político, bastante cingidos aos DOIs (Destacamento de Operações e Informações) e aos DOPS (Departamentos de Ordem Política e Social). Ver: FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 5.ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p.167-206.

⁵⁶³¹ Utilizo a expressão civil-militar no sentido definido por Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes ao chamar a atenção para a relação existente entre a sociedade civil brasileira e os militares na execução do golpe de 1964. FERREIRA, Jorge e GOMES, Ângela de Castro. **1964**: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

⁵⁶³² MILLARCH, Aramis. **O hino à vida de Lúcia Murat**. Estado do Paraná: Caderno Almanaque, Tablóide. 12 dez. 1989, p. 3.

A partir do *Que bom te ver viva*, a temática política e o trabalho de memória acerca da ditadura marcou toda a trajetória artística de Lúcia Murat. A cineasta consolidou-se no cenário cinematográfico brasileiro com a realização de dez filmes de longa-metragem, dos quais quatro tem a ditadura militar como tema: *Que bom te ver viva*⁵⁶³³, *Quase dois irmãos*⁵⁶³⁴, *Uma longa viagem*⁵⁶³⁵ e *A memória que me contam*⁵⁶³⁶. Já os outros filmes, mesmo que de forma indireta, também se remetem a sua experiência do período de ditadura, são eles: *Doces poderes*⁵⁶³⁷, *Brava gente brasileira*⁵⁶³⁸, *Olhar estrangeiro*⁵⁶³⁹, *Maré, nossa história de amor*⁵⁶⁴⁰, *A Nação que não esperou por Deus*⁵⁶⁴¹ e *Em três atos*⁵⁶⁴². Esses nove filmes, somados a elementos da biografia da cineasta, são principais para fazer pensar o tema central da tese que estou desenvolvendo no interior do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (PPGH-UFPE), cuja pretensão consiste em problematizar as ações dessa personagem em diferentes “paisagens” da história política e cultural do Brasil e do Rio de Janeiro, perguntando, a partir das conceitualizações de Deleuze e Foucault, sobre os “entretempos” que afirmam a sua “vida” e escapam as estruturas do poder e da biopolítica contemporânea.

Conhecer a vida de Lúcia Murat a partir de suas memórias, narradas com poesia e muita emoção em sua produção cinematográfica, permite-me viver uma experiência intensa de encontro com a ditadura civil-militar no Brasil. A trajetória⁵⁶⁴³ dessa cineasta carioca não visa apenas contar as muitas histórias que fazem parte da sua vida, mas quer compô-la como um presente que se traz para o momento atual e que se deixa para o futuro.

Neste texto, escolhi falar da Lúcia Murat cineasta e dar a conhecer especificidades da sua produção artística, daí o título fazer referência aos *entretempos* possíveis de uma ex-militante, cuja “máquina de guerra” que utiliza não é mais as armas de fogo do passado, mas as obras poéticas que cria no presente. Para tanto, traço dois caminhos de abordagem: Por um lado, observo os usos de Murat em suas produções de uma prática ligada às “artes da existência”. Por outro lado, preocupa-me tecer argumentos que apontem para a criação de um imaginário ligado às questões femininas, ao um modo de viver feminista.

⁵⁶³³ QUE BOM TE VER VIVA. Direção: Lúcia Murat. Rio de Janeiro: Taiga Filmes, 1989. Distribuição: Casablanca Filmes, 2009, 1DVD (98 min), color. [Extras: *Making of* – 20 anos depois (23 min) – *Trailer* – Fotos – Sinopse – Prêmios e Participações – Ficha técnica – Documentário: Passeata dos Cem Mil (11 min)]

⁵⁶³⁴ QUASE DOIS IRMÃOS. Direção: Lúcia Murat. Rio de Janeiro: Taiga Filmes, 2004. Distribuição: CasaBlanca Filmes, 2009, 1DVD (102 min), color. [Extras: *Making of* – *Trailer* – Fotos – Sinopse – Prêmios e Festivais – Ficha Técnica – Entrevistas com Diretores e Atores]

⁵⁶³⁵ UMA LONGA VIAGEM. Direção: Lúcia Murat. Rio de Janeiro: Taiga Filmes, 2011. Distribuição: Copacabana Filmes e Produções, 2013, 1DVD (95 min), color. [Extras: *Trailer* – *Making of*]

⁵⁶³⁶ A MEMÓRIA QUE ME CONTAM. Direção: Lúcia Murat. Rio de Janeiro: Taiga Filmes, 2012. Distribuição: Imovision, 2014, 1DVD (95 min), color. [Extras: *Making of* e Entrevistas]

⁵⁶³⁷ DOCES PODERES. Direção: Lúcia Murat. Rio de Janeiro: Taiga Filmes, 1997. Distribuição: CasaBlanca Filmes, 2009, 1DVD (92 min), color. [Extras: *Making of* e Entrevistas]

⁵⁶³⁸ BRAVA GENTE BRASILEIRA. Direção: Lúcia Murat. Rio de Janeiro: Taiga Filmes, 2000. Distribuição: CasaBlanca Filmes, 2009, 1DVD (103 min), color. [Extras: *Making Of* – *Trailer* – Fotos – Prêmios e Participações – Ficha Técnica – Sinopse]

⁵⁶³⁹ OLHAR ESTRANGEIRO. Direção: Lúcia Murat. Rio de Janeiro: Taiga Filmes, 2005. Distribuição: Europa Filmes, 2005, 1DVD (70 min), color.

⁵⁶⁴⁰ MARÉ, NOSSA HISTÓRIA DE AMOR. Direção: Lúcia Murat. Rio de Janeiro: Taiga Filmes, 2007. Distribuição: CasaBlanca Filmes, 2009, 1DVD (105 min), color. [Extras: *Making Of* (coreografia) – *Making Of* (filme) – *Cenas deletadas* – Ficha Técnica – Sinopse – *Trailer*]

⁵⁶⁴¹ A NAÇÃO QUE NÃO ESPEROU POR DEUS. Direção: Lúcia Murat. Rio de Janeiro: Taiga Filmes, 2015. *Trailer* oficial, fotos e vídeos disponíveis em: <<http://taigafilmes.com/wp/pt/home-page/>> [Acesso em 16 ago. 2015]

⁵⁶⁴² EM TRÊS ATOS. Direção: Lúcia Murat. Rio de Janeiro: Taiga Filmes, 2016. *Trailer* oficial, fotos e vídeos disponíveis em: <<http://taigafilmes.com/wp/pt/home-page/>> [Acesso em 16 set. 2016]

⁵⁶⁴³ Penso o conceito de “trajetória” não como a trajetória de vida completa de um indivíduo, mas como a história de diversas temporalidades vista através das ações de uma personagem histórica.

Entretempos possíveis que afirmam a vida: o cinema como “arte do viver”

Lúcia Murat nasceu na cidade do Rio de Janeiro, a 29 de outubro de 1948, foi criada em Copacabana, vivendo o Rio nos seus melhores dias de *glamour* e expressão cultural. Na infância e adolescência, viveu a Bossa Nova e o Cinema Novo. Passou pela experiência de dois grandes momentos marcantes na história do Brasil do século XX, o chamado “anos dourados” (anos 1950), e outro, “anos de chumbo” (após 1968).⁵⁶⁴⁴

Em 1967 Lúcia Murat entrou para a Faculdade de economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), experimentou o fragor das mobilizações contra o regime autoritário instalado no Brasil pós-1964 e a percepção de como se dava a disputa política clareou-se ainda mais com as discussões promovidos nos círculos acadêmicos, chegou a ser vice-presidente do diretório estudantil e fez parte do comando da Dissidência Estudantil da Guanabara (DI-GB).⁵⁶⁴⁵

Murat foi uma das últimas pessoas do movimento estudantil a serem presas pela ditadura civil-militar, os militares a viam como um troféu. Ela caiu no dia 31 de março de 1971, exatamente sete anos depois da queda do presidente João Goulart. Sua entrada no DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna) do Rio de Janeiro alvoroçou os ânimos: “Eles abriram champanhe pra comemorar”⁵⁶⁴⁶.

No DOI-CODI carioca Lúcia foi bastante torturada, ficou horas seguidas no pau de arara, levou choques elétricos na língua e na vagina, jogaram-lhe baratas pelo corpo e sofreu tortura sexual. Na tortura, ela se viu excluída da relação de reciprocidade, transcendeu a redução à “vida nua”⁵⁶⁴⁷, experimentou a solidão e a humilhação política, que trata-se de uma humilhação não reparada como argumenta Pierre Ansart, essencialmente desigual e, com frequência, durável, “uma das experiências da impotência”⁵⁶⁴⁸.

Tempos depois, quando saio da prisão, Lúcia inventou possíveis em meio ao improfanável mundo contemporâneo, começou a se relacionar com pessoas ligadas ao cinema. Na sétima arte ela encontrou um “novo modo da ação política”, em que as armas são as imagens que se movimentam em função do tempo⁵⁶⁴⁹, numa elaboração constante da memória, tenacidade presente em suas palavras enunciadas no filme *Uma longa viagem*:

⁵⁶⁴⁴ Ver: NAGIB, Lúcia. NAGIB, Lúcia. **O cinema da retomada**: depoimento de 90 cineastas dos anos 90. São Paulo: Ed. 34, 2002; NAGIB, Lúcia. **A utopia no cinema brasileiro**: matrizes, nostalgia, distopias. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

⁵⁶⁴⁵ As informações aqui apresentadas foram extraídas da entrevista de 4 (quatro) horas que a cineasta Lúcia Murat concedeu, no dia 25 de março de 2010, a historiadora Janaina de Almeida Teles e seu assistente de pesquisa Júlio Ramos de Toledo, responsável pela gravação da entrevista em fita mini-DV. Encontrei a transcrição completa da entrevista e o material audiovisual no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), instituição, ao lado da Universidade de São Paulo (USP), responsáveis pelo Projeto *Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985)*, que contou com apoio financeiro da Fundação Ford. O acervo audiovisual do projeto é formado por 81 (oitenta e um) depoimentos de presos políticos do período entre 1964 e 1985. Esta rica massa documental está disponível para pesquisa também na *Biblioteca do Laboratório de Estudos sobre a Intolerância (LEI)* da Faculdade de Filosofia de Ciências Humanas da USP. A entrevista de Lúcia Murat foi selecionada entre os 15 principais depoimentos que compõem o livro publicado pelos pesquisadores do projeto. Ver: MURAT, Lúcia In: TELES, Janaina de Almeida; RIDENTI, Marcelo; IOKOI, Zilda (Orgs.). **Intolerância e Resistência**: testemunhos da repressão política no Brasil (1964-1985). São Paulo: FFLCH/USP, 2010, p. 353-398.

⁵⁶⁴⁶ CENTENO, Ayrton. “Hormônio, radicalidade e felicidade”. In: CENTENO, Ayrton. **Os vencedores**: a volta por cima da geração esmagada pela ditadura de 1964. São Paulo: Geração Editorial, 2014, pp 359-384. Ver, especificamente, p. 361.

⁵⁶⁴⁷ AGAMBEN, Giorgio. **A linguagem e a morte**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

⁵⁶⁴⁸ ANSART, Pierre. As humilhações políticas. In: MARSON, Isabel; NAXARA, Márcia (orgs.). **Sobre a humilhação**. Sentimentos, gestos, palavras. Uberlândia (MG): EduFU, 2005, p.15.

⁵⁶⁴⁹ DELEUZE, Gilles. **Cinema 2**: a imagem-tempo. Tradução Eloisa de Araujo Ribeiro; revisão filosófica Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 2013.

O cinema se tornou parte da minha vida e me ajudou a sobreviver. Talvez por isso não tenha vergonha dos paparazzi, da multidão ansiosa em torno das celebridades, das ridículas formalidades e do muito de *business* que é feito para que o circo continue girando.⁵⁶⁵⁰

No fluxo de um exercício autobiográfico, Lúcia Murat tende a enfatizar nos seus filmes detalhes domésticos e pessoais de sua vida privada, sendo na maioria das vezes histórias fragmentadas e irregulares, compostas por imagens de múltiplos papéis vividos. No filme *Uma longa viagem*, por exemplo, as memórias de viagens pelo mundo durante os anos setenta relatadas pelo o seu irmão caçula, Heitor Murat Vasconcellos, dialogam com os acontecimentos históricos da época e com a experiência individual de Lúcia Murat, no que ela relata de extremo e significativo no período, mesmo que possa parecer atípico: a guerrilha contra a ditadura, a prisão, a tortura, a descrença religiosa e os conflitos familiares.

Não sem efeito, a produção de Murat possui um sentido mais próximo do que Michel Foucault⁵⁶⁵¹ define como “práticas de si” – como constituição de uma existência bela – na medida em que explicitam o caráter moldável das identidades, do que de um projeto autobiográfico tido de antemão.

A chave aberta por Michel Foucault, quando discute conceitos e problematiza a constituição do indivíduo ético e “a arte da existência”, nos possibilita interpretar a produção artística de Lúcia Murat como uma escrita de *si*, um discurso autobiográfico em que o pessoal e o político são tratados de forma mesclados. O conceito de “artes da existência” é introduzido por Foucault quando trata do “uso dos prazeres”, ao estudar a experiência de subjetivação dos antigos gregos e romanos, os modos pelos quais eles investiram na produção e transmissão de sensibilidades, formaram intelectualmente seus jovens e exerceram a cidadania. É o que se poderia chamar de “artes do viver”. Nas palavras de Foucault:

Deve-se entender, com isso, práticas refletidas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam em regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilos.⁵⁶⁵²

Essas “artes do viver”, e aqui Margareth Rago me ajuda a observá-las, “consistem num trabalho político, ético, e estético sobre si mesmo, um elaborar da própria vida como obra de arte, uma construção subjetiva sofisticada”⁵⁶⁵³. No caso dos antigos, “eram constituídas por ‘técnicas de si’, como a meditação, a escrita de si, a dieta, os exercícios físicos e espirituais, a parresia ou coragem da verdade, que envolviam o cuidado de si e do outro”⁵⁶⁵⁴.

⁵⁶⁵⁰ Lúcia Murat *in* UMA LONGA VIAGEM. Direção: Lúcia Murat. Rio de Janeiro: Taiga Filmes, 2011. Distribuição: Copacabana Filmes e Produções, 2013 – 00:19:10.

⁵⁶⁵¹ Do universo conceitual de Michel Foucault utilizo, neste escrito, os volumes II e III da História da sexualidade, o livro sobre a hermenêutica do sujeito e o volume V da Coleção Ditos e Escritos. FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984; FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade III: o uso cuidado de si**. Rio de Janeiro: Graal, 1985; FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004; FOUCAULT, Michel. “A escrita de si”. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos: Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, vol. V.

⁵⁶⁵² FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 15.

⁵⁶⁵³ RAGO, Luzia Margareth. **Entre a história e a liberdade: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo**. São Paulo: Editora Unesp, 2001, p. 22.

⁵⁶⁵⁴ RAGO, Luzia Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013, p. 43-44.

Assim, podemos defini-las como práticas relacionais de construção subjetiva como um trabalho ético-político.

No quinto volume dos *Ditos e Escritos*, Foucault apreende a “escrita de si” como um “cuidado de si”⁵⁶⁵⁵ e também como abertura para o outro, um trabalho sobre o próprio eu num contexto relacional, tendo em vista reconstituir uma ética, uma imagem do eu. Não obstante, Foucault mostra que a “escrita de si” é oposta ao ato de confessar, modo discursivo-coercitivo de relação com a verdade que se difunde desde o cristianismo e que se acentua na Idade Moderna⁵⁶⁵⁶.

Com efeito, a *escrita de si* caracteriza-se como um trabalho de construção subjetivo na experiência da produção artística, por exemplo, em que se abre a possibilidade do devir, de ser outro do que se é verdadeiramente. Enfim, surge um movimento ativo de autoconstituição da subjetividade que parece uma “busca da liberdade” somente alcançada a partir da necessidade de se transmitir algo ao outro⁵⁶⁵⁷. O que no caso de Murat, a meu ver, aparece intimamente relacionado a uma prática feminista; um processo de subjetividade que, ao menos inicialmente, parece imperceptível àquela que vivencia e produz.

Na esteira conceitual de Margareth Rago, que “considera os feminismos como linguagens que não se restringem aos movimentos organizados que se autodenominam feministas, mas que se referem a práticas sociais, culturais, políticas e linguísticas, que atuam no sentido de libertar as mulheres de uma cultura misógina e da imposição de um modo de ser ditado pela lógica masculina nos marcos da heterossexualidade compulsória”⁵⁶⁵⁸, encontro argumentos possíveis que configuram a trajetória artística de Lúcia Murat como um modo de pensar os feminismos e um modo de fazer feminista. Para tanto, destaco aqui o discurso vinculado à sexualidade feminina elaborado pela cineasta no seu primeiro filme de longa-metragem, o documentário *Que bom te ver viva*⁵⁶⁵⁹. A conotação ao sexo ganha centralidade já a partir da primeira sequência do filme, quando a personagem de Irene Ravache faz referência a um tipo específico de tortura ensejado pelos militares no período da ditadura, qual seja: a tortura sexual.

Oi! O quê? Saiu um depoimento meu no jornal? Mas, eu não dei entrevista nenhuma. Ah! Eles devem ter tirado do “Brasil Nunca Mais”. Fala o quê heim? Tortura sexual é? Não, não... Então, isso aí foi da Comissão da Justiça e Paz. Sei lá! Ta, vou comprar o jornal. Ta, depois te ligo. Xau!⁵⁶⁶⁰

Em sequência, a personagem de Ravache se preocupa com a reação do seu suposto amante em saber que ela sofreu tortura sexual no período da ditadura.

⁵⁶⁵⁵ Vale lembrar que o cuidado de si na Antiguidade Ocidental estava longe do culto narcisista da contemporaneidade: cuidar-se é uma atitude – para consigo, para com o outro e para o mundo. Cuidar de si é uma ação política, tratava-se de unir pensamento e ação, fortalecer a relação consigo para agir no mundo como se deve. Ver: FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

⁵⁶⁵⁶ FOUCAULT, Michel. “A escrita de si”. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos: Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p. 144-146.

⁵⁶⁵⁷ ROCHA, Maria das Vitórias de Lima. “Artemisia Gentileschi: o empoderamento pela arte ou a sílaba de uma nova era”. In: RAGO, Luzia Margareth & MURGEL, Ana Carolina A. de T. (Orgs.). **Paisagens e tramas: o gênero entre a história e a arte**. São Paulo: Intermeios, 2013 (Coleção Entregêneros), p. 111-124.

⁵⁶⁵⁸ RAGO, Luzia Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013, p. 28.

⁵⁶⁵⁹ QUE BOM TE VER VIVA. Direção: Lúcia Murat. Rio de Janeiro: Taiga Filmes, 1989. Distribuição: Casablanca Filmes, 2009, 1DVD (98 min), color. [Extras: *Making of* – 20 anos depois (23 min) – *Trailer* – Fotos – Sinopse – Prêmios e Participações – Ficha técnica – Documentário: Passeata dos Cem Mil (11 min)]

⁵⁶⁶⁰ Irene Ravache in QUE BOM TE VER VIVA. Direção: Lúcia Murat. Rio de Janeiro: Taiga Filmes, 1989 – 00:02:06.

Droga, ele não me telefonou. Eu tenho certeza que ele leu a matéria e agora não quer mais me ver. Está simplesmente sem saber o que fazer... bobalhão, idiota. Acha que não vai mais conseguir *trepar* [transar] comigo porque com mártir não se trepa. É Nossa Senhora, Joana D'Arc. Quem é que trepa com Joana D'Arc?⁵⁶⁶¹

Ao ouvir essa fala somos tentados, a primeira vista, pelas imagens imediatas e contraditórias da mulher assim construída, isto é, pelo contraste entre aquela personagem que gosta de *transar* e Nossa Senhora, pela oposição insolúvel entre o sexo e a mediadora de todas as graças, imaculada na concepção. “Essas imagens habitualmente nos conduzem à questão da repressão sexual judaico-cristã como algo interinamente fixado sob a orientação de São Paulo, de Santo Agostinho e de Santo Tomás de Aquino”⁵⁶⁶².

Conforme os argumentos elaborados por Marilena Chauí⁵⁶⁶³, na construção de Nossa Senhora há algo mais do que as formas visíveis e invisíveis da repressão sexual sobre as mulheres. Se focalizarmos menos as variações sócio-históricas dessa repressão e mais as raízes teológicas que a sustentam na elaboração judaico-cristã da sexualidade, talvez possamos nos acercar de uma ambiguidade originária que perpassa nosso próprio presente.

Em *Que bom te ver viva*, Lúcia Murat busca tencionar uma imagem de mulher passiva, vítima da violência masculina. E isso é representado a partir da personagem interpretada por Irene Ravache: uma mulher que ainda jovem foi torturada, estuprada e humilhada na prisão por homens. Em regra, a personagem de Ravache denuncia e recusa o papel de mulher passiva que a cultura falocêntrica lhe atribui, sendo sempre ativa no seu discurso sexual: “*Eu gosto de trepar, por que não gostaria?*” A personagem deseja, faz alusão direta a práticas sexuais. Todavia, se coloca como submissa ao suposto amante: “*Eu sou sua gueixa, lembra?*”. Na cena em que sensualiza junto ao espelho, imagem marcante de grande recepção na imprensa jornalística⁵⁶⁶⁴, a personagem de Ravache termina sozinha, numa profunda solidão.

Para além do *Que bom te ver viva*, pode-se também fazer referência aqui ao filme *A Memória que me contam*⁵⁶⁶⁵, em que Murat transcende o tema da sexualidade feminina ao colocar em primeiro plano uma relação homossexual entre dois filhos de ex-militantes contra a ditadura, dando ênfase a misoginia e ao culto a virilidade, independentemente, consonante Paul Veyne⁵⁶⁶⁶, de o parceiro dito passivo ser homem ou mulher. De modo mais enfático, em seu filme *Olhar estrangeiro*⁵⁶⁶⁷, Murat coloca em nível de relevância prioritário as relações de poder que envolvem os sexos, problematizando a imagem que o cinema estrangeiro faz da mulher brasileira. A cena original do filme *Si tu vas à Rio tu meurs*⁵⁶⁶⁸ reproduzida em *Olhar estrangeiro*⁵⁶⁶⁹, em que mostra um homem branco apoiando um copo com bebida no

⁵⁶⁶¹ Irene Ravache in *QUE BOM TE VER VIVA*. Direção: Lúcia Murat. Rio de Janeiro: Taiga Filmes, 1989 – 00:07:21.

⁵⁶⁶² CHAUÍ, Marilena. “Participando do Debate sobre Mulher e Violência”. In: FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura V. C.; HEILBORN, Maria Luiza (org.). **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. São Paulo: Zahar Editores, 1984, p. 29.

⁵⁶⁶³ CHAUÍ, Marilena. “Participando do Debate sobre Mulher e Violência”. Idem [...] 1984, p. 23-62.

⁵⁶⁶⁴ A imagem da cena do filme *Que bom te ver viva* em que a atriz Irene Ravache sensualiza junto ao espelho encontra-se em duas edições do Jornal O Globo, são elas: *JORNAL O Globo*, Na tela, uma lembrança amarga. Niterói (RJ): Domingo, 29 de outubro de 1989, p. 55; *JORNAL O GLOBO*, Imagens em homenagem à mulher. Niterói (RJ): Domingo, 8 de março de 1992, p. 43.

⁵⁶⁶⁵ *A MEMÓRIA QUE ME CONTAM*. Direção: Lúcia Murat. Rio de Janeiro: Taiga Filmes, 2012. Distribuição: Imovision, 2014, 1DVD (95 min), color. [Extras: *Making of* e Entrevistas]

⁵⁶⁶⁶ VEYNE, Paul. **Sexo e poder em Roma**. Prefácio de Lucien Jerphagnon; tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

⁵⁶⁶⁷ *OLHAR ESTRANGEIRO*. Direção: Lúcia Murat. Rio de Janeiro: Taiga Filmes, 2005. Distribuição: Europa Filmes, 2005, 1DVD (70 min), color.

⁵⁶⁶⁸ *SI TU VAS À RIO TU MEURS (NO RIO VALE TUDO)*. Direção: Philippe Clair. França, 1987.

⁵⁶⁶⁹ Ver cena in: *OLHAR ESTRANGEIRO*. Direção: Lúcia Murat. Rio de Janeiro: Taiga Filmes, 2005 – 00:21:30 à 00:21:45.

bumbum de uma mulher negra, alegoriza os clichês sobre a mulata brasileira que se avolumam pelo mundo, guardando em si um olhar crítico da cineasta ao discurso do patriarcado que constitui o corpo feminino como objeto sádico do prazer do macho.

O conjunto de *imagens-movimento* (re)produzidas pelo cinema de Lúcia Murat se relacionam com as principais críticas do feminismo pós-estruturalista apontadas por Margareth Rago no livro *Do Cabaré ao lar*, “como a desconstrução das identidades sexualmente hierarquizadas, os papéis historicamente atribuídos aos sexos, assim como uma dissolução da dicotomia entre o espaço público e privado”⁵⁶⁷⁰. Tratam-se, com efeito, de cenas e discursos inquietantes e disruptivos, que confrontam, os enunciados firmados socialmente e promovem “linhas de fuga” para as políticas de subjetivação estabelecidas⁵⁶⁷¹; alinham-se, conforme analisam importantes filósofas feministas, a exemplo de Elisabeth Grosz⁵⁶⁷² e Rosi Braidotti⁵⁶⁷³, a uma das principais finalidades dos feminismos que é libertar as mulheres da figura da Mulher, modelo universal construído pelos discursos científicos e religiosos, desde o século XIX. Nesse sentido, aponta para as inúmeras possibilidades de um “devir-mulher”, para os “entretempos” no sentido deleuziano, de um “devir-nômade” que tornaria a vida mais leve e alegre de ser vivida.

Mais recentemente, Lúcia Murat lançou o filme *Em três atos*, em que “trata de finitude e continuidade, velhice e juventude trabalhando com o corpo, através da dança contemporânea e com a palavra, em textos de Simone de Beauvoir”⁵⁶⁷⁴. Com este trabalho, a cineasta torna possível viver uma renovada relação com as concepções libertárias que marcaram as práticas feministas e que a fizeram questionar, ainda nos 1960, os papéis atribuídos as mulheres e a experiência de sociabilidade autoritária instalada no Brasil pós-1964. Com este filme, ela se propõe a colocar novamente o pessoal e feminino entrelaçados pelo político a partir do cinema; os “entretempos” que fazem a vida e a subjetividade feminina a partir da obra de arte.

Em que pese à referência feminista ao cinema de Lúcia Murat, produzido numa conjuntura histórica (1989-2016) marcada pela consolidação da figuração feminina em diversas áreas, é preciso notar que ela propôs designá-lo como uma “estética da existência”, pois ela o entende como um “lugar” que lhe trouxe a possibilidade de vida em um jogo complexo de sentimentos, traumas e relações afetivas. A ausência de referência ao feminismo na designação dos seus filmes não pode ser vista como um indício da ausência de contribuições feministas na sua arte. Embora possa não parecer a princípio, o cinema produzido por Lúcia Murat a partir dos anos 1980 está conectado às produções feministas da época, sendo, em boa parte, um dos desdobramentos da longa duração de vigência do feminismo deflagrado a partir da militância política engajada por mulheres a partir da ditadura civil-militar no Brasil.

Por fim, preciso deixar claro que, se eu retomo estas colocações, não é porque considero que o cinema produzido por Lúcia Murat esteja conformado a um estilo, nem que ele precisa ser classificado. Também não o vejo preso a este ou àquele tema. Ao contrário, me valho destas observações, primeiro, para indicar a relatividade da terminologia do feminismo na História. E para ressaltar como este movimento marca uma diferença no processo de elaboração cultural no Brasil, estabelecido, especialmente, a partir da ação intensificada de mulheres na década de 1970. Desse modo, a arte de Lúcia Murat me ajuda a pensar o movimento feminista, assim como denota a filologia clássica, para além de

⁵⁶⁷⁰ RAGO, Luzia Margareth. *Do Cabaré ao lar*. A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista. 4ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

⁵⁶⁷¹ DELEUZE, Gilles e GUATARRI, Félix. *Mil Platôs* - capitalismo e esquizofrenia. Vol 1. São Paulo: Editora 34, 1995.

⁵⁶⁷² GROSZ, E. “Futuros feministas ou o futuro do pensamento”. *Labrys, estudos feministas*, nºs 1-2, jul.-dez. de 2002.

⁵⁶⁷³ BRAIDOTTI, R. *Sujeitos nômades*. Buenos Aires/Barcelona/México, Paidós, 2000.

⁵⁶⁷⁴ Informações retiradas da sinopse do filme *Em três atos*, disponível em: <<http://taigafilmes.com/wp/pt/filmes-em-producao/>> [Acesso em 13 ago. 2015]

parâmetros políticos e muito mais como uma rede de comunicações e intercâmbios caracterizada por uma dinâmica que relativiza as distinções entre práticas políticas e produções culturais.

JOSÉ SARAMAGO E O PENSAMENTO SOBRE O FAZER DA HISTÓRIA

*José Dércio Braúna*⁵⁶⁷⁵
derciobrauna@bol.com.br

Resumo: O presente texto propõe uma abordagem sobre a relação entre o trabalho literário e de reflexão do escritor português José Saramago (1922-2010), a partir de uma sua “confissão de dívida” para com o trabalho da historiografia da *Nouvelle Histoire* francesa e o pensamento dos “homens dos *Annales*”. São aqui objeto de reflexão na obra saramaguiana questões como suas problematizações acerca da ideia de tempo, sua discussão sobre a concepção de verdade, suas proposições acerca do trabalho de constituição de fontes para o trabalho historiográfico, sua atenção ao lugar de produção do saber histórico, além de suas instigantes provocações acerca das complexas fronteiras entre história e literatura.

Palavras-chave: José Saramago, Teoria da história, Historicidade da literatura.

I. Palavras (e não só) em questão

A história é um saber que briga com seu próprio nome. “Questão de palavra, dirão.” Uma “infeliz homonímia”, asseverar-se-á, o fato de a unidade do termo, *história*, dizer um plural de sentidos: “a experiência vivida, sua narrativa fiel, sua ficção mentirosa e sua explicação erudita.”⁵⁶⁷⁶ Todavia, como o tem demonstrado trabalhos como o de Reinhart Koselleck, *a palavra* (sua conceituação) é em si mesma uma questão, um problema de história. Perseguindo seus rastros, Koselleck tem-nos dito que desde fins do século XVIII que uma “história propriamente dita” – “a História” – se constituiu enquanto “conceito regulador para toda a experiência já realizada e ainda a ser realizada.” Ou seja, *história* torna-se um “amplo conceito de movimento” para abarcar e dizer o tempo.⁵⁶⁷⁷ Mais que isso, nesse tornar-se, o conceito é investido de uma particular função social e política: a de dar identidade às nações. Atando um futuro a um passado, *a história* (ou mais propriamente, seus legitimados praticantes) reivindicará a si o caráter de cientificado saber, *lugar* autorizado e autorizante (que explica, fundamenta, legitima) a dizer sobre o tempo e seus cortes e extensões (passado, presente e futuro)⁵⁶⁷⁸ – uma imensa questão, enfim, impossível de ser aqui, em algumas poucas páginas, tratada a contento, ficando, tão só, dita.

E em seu caminhar rumo à ciência, a história careceu de constituir o seu *outro*, aquele que terá, necessariamente, de habitar além-fronteira. De seu *lugar* científico então demarcado (na passagem do século XVIII ao XIX, conforme Koselleck), a história autorizou-se então a apontar seus “inimigos”. Literatura, eis o maior deles: “agora, a literatura se tornou

⁵⁶⁷⁵ Doutorando - Universidade Federal do Ceará.

⁵⁶⁷⁶ RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da história**. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Ed. da Unesp, 2014, p. 4.

⁵⁶⁷⁷ KOSELLECK, Reinhart et. al. **O conceito de história**. Trad. René Gertz. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 37-40.

⁵⁶⁷⁸ *Ibid*, p. 185-187.

o outro da história”.⁵⁶⁷⁹ Agora (nessa passagem do século XVIII ao XIX), um saber científico está autorizado a instalar seus postos de fronteira, a guardar seus domínios (do real, do verídico, do acontecido) contra seus inimigos (os vindos do reino da pura imaginação, do inverídico, do irreal).⁵⁶⁸⁰

Mas é certo, como hoje (neste século XXI) bem se sabe e já tanto se tem dito, o otimismo e as certezas da fundação da disciplina histórica não muito tardou em se ver diante de “tempos de dúvidas e de interrogações” acerca de seus procedimentos mais fundamentais: seus recortes, suas noções, suas categorias, seus modelos interpretativos. Ao tempo das certezas, não demorou a se lhe seguir “o tempos dos questionamentos” e da “dispersão”. Tempos que trouxeram ao historiador uma constatação, tanto mais óbvia quanto problemática: a de que o historiador é um produtor de texto, um escritor. “A escritura da história, mesmo a mais estrutural, pertence ao gênero da narrativa, com a qual compartilha as categorias fundamentais.” Nesse sentido, a uma disciplina fundada sob uma “epistemologia da coincidência”, entre o acontecido e o narrado, “entre o real e seu conhecimento”, reconhecer-se enquanto parente próxima doutras formas narrativas, sobretudo das ficcionais, é algo complexo e inquietante; é, “de uma certa maneira”, andar “à beira da falésia”, para aqui dizer como disse Roger Chartier (apropriando-se de expressão de Michel de Certeau acerca do trabalho de Michel Foucault).⁵⁶⁸¹

Desde meados do século XX (pelo menos desde a década de 1970), a *epistemologia da coincidência* veio sendo derruída. No que trata do narrar, reconheceu-se a linguagem como “uma parte do mundo real e [que] deve ser incluída entre os elementos desse mundo em lugar de ser tratada como um instrumento transparente para representá-lo.”⁵⁶⁸²

Não se trata de algo de fácil trato, reitero. Antes, são questões que estão e estiveram no cerne do pensamento sobre o fazer da história. Uma antiga e irresolvida (poderá algum dia sê-lo?) querela, é certo. Mas também um “jogo”, desdobrado “no intermédio de uma ambivalência”, no “campo das relações entre o trabalho que constrói e o fingimento que ‘faz crer’. Terreno misto da produção e do logro.” *Lugar*, enfim, da “articulação da história com a ficção.”⁵⁶⁸³

E como vimos, as regras desse *jogo* só podem ser pensadas na temporalidade. E assim procedendo, também se faz imperativo considerarmos que “a noção de ‘literatura’ se inventa na virada do século XVIII para o século XIX”, havendo aí muito mais que uma “mudança de significante”, mas, mais além, uma modificação “radical” no “conteúdo” e no “recorte do *corpus*”, na configuração das fronteiras, enfim, de uma prática. Nesse sentido, faz-se necessário pensar então o que entendemos por *literatura* dentro de uma “sucessão de ‘regimes literários’, ancorados em regimes de conhecimentos, de verdades, de organizações sociais.” Ou seja, reconhecer-se “o caráter profundamente *histórico*” da literatura – seu

⁵⁶⁷⁹ WHITE, Hayden. **Ficción histórica, historia ficcional y realidad histórica**. Trad. Maria Inés LaGreca et. al. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010, p. 203. [Tradução livre]

⁵⁶⁸⁰ Lembremos que, para Michel de Certeau, esse “divórcio” entre história e literatura “resulta de um antiqüíssimo processo”, que exige “demasiado tempo para ser relatado”. Todavia, ainda que sumariamente, De Certeau aponta que essa linha de corte é já “patente desde o século XVII”, tendo sido “legalizada no século XVIII” (pela divisão entre *Letras* de um lado e *Ciências* de outro) e “institucionalizada no século XIX pela organização universitária”. [De CERTEAU, Michel. **História e psicanálise**: entre ciência e ficção. Trad. Guilherme João de F. Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 91.]

⁵⁶⁸¹ CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 7-18.

⁵⁶⁸² WHITE, Hayden. **Ficción histórica, historia ficcional y realidad histórica**. Op. cit., p. 204 [Tradução livre]. Para uma análise panorâmica dessa discussão, ver ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Tema, meta, metáfora: porque a historiografia teme e treme diante da literatura. **Linguagem** – estudos e pesquisa, Goiás, Vol. 17, nº 2, p. 17-41, jul.-dez. 2013. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/lep/article/view/32233/17201>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

⁵⁶⁸³ De CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. 2 ed. Trad. Maria de Lourdes Meneses. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 301.

conceito e sua produção.⁵⁶⁸⁴ Trata-se (algo tão simples⁵⁶⁸⁵) de se perguntar: “afinal de que literatura se está falando? Qual a literatura que ameaça de dissolução o campo historiográfico?”⁵⁶⁸⁶ Se no fazer da história tudo deve ser historicizado, por que não o estranho e estrangeiro corpo (carne textual e pensamento) de seu *outro*?

II. Fazer vibrar a fronteira

Que a voz desse *outro* fale, pois. Que desse *lado de lá* da fronteira sua voz *jogadora* se enuncie. Que diga de sua compreensão das regras do *jogo*. Ou, que mesmo nos proponha um pequeno *jogo*, “um divertimento”:

Sou autor de um livro que se chama *Viagem a Portugal*. [...] Fala-se de Lisboa, do Porto, de Coimbra, fala-se doutras cidades importantes, fala-se das aldeias, das paisagens, das artes, das pessoas, fala-se de um País, em suma.

Imaginemos agora que o autor decida fazer uma segunda viagem para escrever um segundo livro, mas que nela terá como ponto de honra não passar por nenhum dos lugares onde havia estado antes. [...] Levemos ainda mais longe o nosso jogo e imaginemos que o autor faz uma terceira, uma quarta, uma quinta, uma sexta, uma centésima viagem, obedecendo sempre ao princípio de não passar por onde passou antes, e que escreverá outros tantos livros, em que finalmente acabará por não haver qualquer referência a lugares habitados e nomeados, nada a não ser uma pura imagem sem pontos de identificação aparentes com **essa identidade a que damos o nome de Portugal**. A pergunta derradeira será esta: poderá o centésimo livro chamar-se ainda *Viagem a Portugal*? [negrito meu]

Para este *jogador* que nos fala, sim; um centésimo livro “poderá e deverá chamar-se ainda” *Viagem a Portugal*, “mesmo que o leitor seja incapaz de **reconhecer**, por mais atento que esteja à leitura, o país que no título lhe prometeram.” [negrito meu]

Mas, que tem haver esse *jogo* com a história? Para nosso *jogador*, a questão é que, tal como nos aparece escrita, [...] **tal como o historiador a fez, a História** corresponde ao livro da primeira viagem, sem esquecer, evidentemente, que esse historiador poderá sempre fazer, ele próprio, outras viagens ao tempo por onde antes viajou, esse tempo que graças à sua intervenção começou a deixar de ser informe, passa a ser História [...].” [sublinhados do original, negrito meu]

Ocorre que, todavia, “restarão sempre [...] *grandes zonas de sombra* e é aí que o romancista tem o seu campo de trabalho.” [itálico meu] Seguindo em sua argumentação, nosso *jogador* diz de sua crença em que “o que subjaz” de inquietação nas suas colocações diz respeito a uma certeza: a de “que não poderemos, nem sequer de modo simplesmente satisfatório, reconstituir o passado.” A ele, habitador do *lado de lá* da fronteira da história (do campo de saber institucionalizado, digo), na qualidade de ficcionista, cabe-lhe então realizar essa “viagem pelas zonas de sombra”.

E por que o fazer? Por que essa viagem pelas *zonas de sombra* do passado? Para nosso *jogador*, a questão que se coloca diz respeito a que,

⁵⁶⁸⁴ RIAUDEL, Michel. Literatura vs história: uma questão anacrônica?. **Literatura e Sociedade**, São Paulo, n. 20, p. 157-166, jun. 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ls/article/view/107426>>. Acesso em: 30 set. 2016, p. 160.

⁵⁶⁸⁵ E, obviamente, dizer *simples* é mero artifício literário, um pequeno riso no corpo sério do texto da história.

⁵⁶⁸⁶ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Tema, meta, metáfora**. Op. cit., p. 24.

se a revisitação do passado, assim feita pelo romance, for orientada por *uma intenção crítica*, então a nova operação introduzirá na rede dos fatos certa instabilidade, certa vibração, um processo de reajustamento porventura tão útil ao entendimento do nosso presente como a demonstração efetiva, provada e comprovada do que realmente aconteceu.⁵⁶⁸⁷ [itálico meu]

Fazer *vibrar* a fronteira, introduzir “na rede dos fatos certa instabilidade”, eis a proposição de nosso *jogador*. José Saramago (1922-2010, Prêmio Nobel da Literatura 1998), eis ele – o *jogador* com quem vínhamos jogando, com quem iremos *jogar*. Essas proposições aqui colocadas, a partir do “divertimento” que propôs, estão numa sua conferência intitulada *A história como ficção, a ficção como história*, lida por ele em 1999, em Florianópolis, quando do recebimento do título de doutor *honoris causa* pela Universidade Federal de Santa Catarina.⁵⁶⁸⁸ São colocações – é como as tomo – que, vindas *do lado de lá* da fronteira (percebida como possível de vibração), nos põem diante de discussões presentes acerca do fazer da história, seus limites e possibilidades diante e em relação ao texto literário.

Tomando por ordem de aparecimento no texto saramaguiano aqui *deslocado* para meu uso, começo por considerar seu apontamento acerca da relação entre narrativa e identidade, história e reconhecimento. No “divertimento” que nos propôs, ao pedir-nos que imaginemos viagens e viagens a Portugal, e que, ao seu final, resulte num livro em que já não se reconheçam as marcas identitárias do lugar Portugal, Saramago toca nessa relação fundamental que a escrita desempenha em relação à constituição de sentimentos de pertença, no qual o texto histórico, assim como o literário, estão emaranhados. *Ao fazer a história*, e não apenas escrevê-la (provoca Saramago), o historiador é partícipe na constituição de imagens do passado que serão transmitidas. Ao ser um “escolhedor de fatos” (nova provocação), o historiador, “consciente ou não das conseqüências políticas e ideológicas do seu trabalho, sabe em todo o caso que o tempo que assim esteve organizando se tornará em lição magistral”.⁵⁶⁸⁹ Uma lição, como sabemos, a ser lida a partir de seu [da história] texto *saturado*⁵⁶⁹⁰, que se apresenta ao mundo sem brechas nem lacunas, sem zonas de sombra, sem rasgos em sua tessitura (aparentemente) perfeita.

Mas, bem se sabe, trata-se tão só de aparência. O texto da história não pode dar conta do todo do tempo (o “tempo informe” de Saramago) e das vidas passadas. Assim sendo, sua *saturação* (seu poder de dizer tudo, sem rasgos, brechas, lacunas) é antes efeito da arte narradora do historiador que de uma capacidade efetiva de tudo dizer, sem falhas. Tanto que, no “tempo informe” com que trabalha o historiador, sobram sempre “grandes zonas de sombra”, entendidas por Saramago como o *lugar*, o “campo de trabalho” do romancista. Onde o historiador abandona seus restos, o romancista os toma por matéria-prima, eis a máxima.

E para quê? Com que intenção? Para introduzir “na rede dos fatos certa instabilidade, certa vibração”, para reajustar nossa percepção do presente. Para Saramago, trata-se de produzir “uma espécie de jogo” no qual leitor, alçado ao posto de *jogador*, participa de forma direta. No *jogo*, o literato busca fazer o leitor “aperceber-se de uma dispersão contínua da matéria histórica na matéria ficcional, o que, não significando desorganização de uma e outra, pretende ser, pelo contrário, uma reorganização de ambas.” Um trabalho de

⁵⁶⁸⁷ SARAMAGO, José. *A história como ficção, a ficção como história*. **Revista de Ciências Sociais**, Florianópolis, nº 27, abr. 2000. Disponível em: <file:///C:/Documents%20and%20Settings/GILBERTO/Meus%20documentos/Downloads/23911-77781-1-PB%20(1).PDF>. Acesso em: 20 set. 2015, p. 13-14.

⁵⁶⁸⁸ Saliento que esse mesmo texto, com breves alterações, foi lido noutras oportunidades por Saramago.

⁵⁶⁸⁹ SARAMAGO, José. **A história como ficção, a ficção como história**. Op. cit., p. 12.

⁵⁶⁹⁰ PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. 2 ed. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 236-238.

“rarefação do referencial”: eis o que seria prática comum, partilhada por historiadores e ficcionistas. Seria a partir deste ponto de vista que se poderia pensar e propor a história enquanto “parente próxima da Ficção”, no sentido de que não se trata de defender uma indistinção entre ambas, mas de entender que a enunciação da história (a lida com os fatos) pode se valer de “processos expressivos” advindos da ficção – “rarefação do referencial” em vez de “sujeição resignada”.⁵⁶⁹¹ Nessa perspectiva, o pensamento de Saramago sintoniza-se ao de Paul Ricoeur, ao entender, o filósofo, que “a refiguração do tempo pela narrativa é, no meu entender, obra *conjunta* da narrativa histórica e da narrativa de ficção.”⁵⁶⁹²

III. Nas tramas da história que se escreve

Escrevendo sobre seu percurso enquanto historiador, Carlo Ginzburg – conhecido crítico do “ceticismo pós-moderno” em relação aos limites (ou falta deles) entre literatura e história – confessa-nos que, nos anos de 1950, quando começa a estudar história, “escrever, contar a história não era considerado um tema de reflexão sério”. Algo que breve mudaria: “na segunda metade dos anos 60 o clima começou a mudar. Algum tempo depois, anunciou-se com grande clamor que os historiadores escreviam.” Algo elementar, mas que, talvez por tal, se tivesse mantido fora de discussão – “não era considerado um tema de reflexão sério”.⁵⁶⁹³

Não obstante a não discussão acerca da questão, o fato, incontornável, era e é: “ele [o historiador] é um escritor profissional e um leitor profissional”⁵⁶⁹⁴, assevera-nos Peter Gay, em *O estilo na história*. Não por acaso, Paul Veyne, em *Como se escreve a história*, seja enfático ao escrever que “a história é uma narrativa de eventos: todo o resto [um imenso resto, de imensas problemáticas] resulta disso.”⁵⁶⁹⁵ Ou seja, resulta *disso*, do fato de ser o historiador um escritor, que a história que este dar a ler ao mundo é um relato que busca fazer compreender – “o historiador procura fazer compreender as tramas”, sintetiza Veyne.⁵⁶⁹⁶

Mas dizer isto, trazer aqui essas ponderações, *tramar* os pensamentos desses oficiantes da história (Ginzburg, Gay, Veyne), não é dizer nem propor – e de já se esclareça – que história é literatura. Assim, e “a fim de antecipar algumas das objecções que os historiadores costumam colocar à argumentação” das relações estabelecidas entre uma e outra, “quero admitir desde logo que os *acontecimentos históricos* se distinguem dos *acontecimentos ficcionais* de acordo com as convenções utilizadas desde Aristóteles para caracterizar as suas diferenças.” Assim sendo, “não está em causa a natureza do tipo de acontecimentos a que se dedicam os historiadores e os escritores de ficção.” Deveria interessar-nos mais nesses debates e embates (acerca das “*ficções da representação factual*”) a busca por “saber até que ponto o discurso do historiador e o do escritor de ficção se sobrepõem, se assemelham ou estabelecem correspondências entre si.”⁵⁶⁹⁷

São palavras, estas antes ficadas, de Hayden White, homem do fazer historiográfico de não pacífica enunciação, bem se sabe, mas que, nos meandros da discussão aqui empreendida (relação história/literatura), parecem-me esclarecedoras. Penso que a posição de Saramago, corroborada por seu trabalho literário bem como por seus posicionamentos

⁵⁶⁹¹ SARAMAGO, José. A história como ficção, a ficção como história. Op. cit., p. 15-16.

⁵⁶⁹² RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa** - Vol. I (A intriga e a narrativa histórica). Trad. Claudia Berliner. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010, p. 155.

⁵⁶⁹³ GINZBURG, Carlo. **Os fios e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. Trad. Rosa Freire d’Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 7-8.

⁵⁶⁹⁴ GAY, Peter. **O estilo na história**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 18.

⁵⁶⁹⁵ VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. 4 ed. Trad. Alda Baltazar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília-DF: Ed. UNB, 2008, p. 82.

⁵⁶⁹⁶ *Ibid.*, p. 18.

⁵⁶⁹⁷ WHITE, Hayden. As ficções da representação factual. Trad. Marina Santos. In SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). **Deslocalizar a Europa: antropologia, arte, literatura e história na pós-colonialidade**. Lisboa: Cotovia, 2005 [p. 43-61], p. 43.

em muitos momentos, identifica-se com a que podemos ler em Carlo Ginzburg, por sua vez não destoante, nesse aspecto preciso (atente-se), da reflexão de Hayden White, antes deixada. Para Ginzburg,

contra a tendência do ceticismo pós-moderno de eliminar os limites entre narrações ficcionais e narrações históricas, em nome do elemento construtivo que é comum a ambas, eu propunha [refere-se a seu posfácio a *O retorno de Martin Guerre*, de Natalie Zamon Davis] considerar a relação entre umas e outras como uma contenda pela representação da realidade. Mas, em vez de uma guerra de trincheira, eu levantava a hipótese de um conflito feito de desafios, empréstimos recíprocos, hibridismos.⁵⁶⁹⁸

“Desafios, empréstimos recíprocos, hibridismos” em lugar de “guerra de trincheira”: eis a instigante proposição de Ginzburg. Que diz mais; propõe a percepção de que “a ficção, alimentada pela história, torna-se matéria de reflexão histórica, ou ficcional, e assim por diante.” Seriam modos (esses desafios, empréstimos, hibridismos) de buscar, seja o historiador, seja o romancista, dar conta de algo que não há mais, o passado, nem tampouco pode ser reconstituído como um dia foi – “não podemos, nem sequer de modo simplesmente satisfatório, reconstituir o passado”, lembra-nos Saramago.⁵⁶⁹⁹ Nesse sentido, restarão sempre “zonas opacas” (nos termos de Ginzburg)⁵⁷⁰⁰; restarão sempre (mesmo apesar das “novas visões”, “novos pontos de vista”, “novas interpretações” do saber histórico que vão “tornando mais densa” nossa imagem do passado, conforme entende Saramago), restarão sempre, dizia, “grandes zonas de sombra” nessa imagem que nos chega do tempo que foi – o *campo de trabalho* do romancista, como já o disse Saramago.

Possivelmente porque (é uma hipótese, uma plausível possibilidade) encontrem-se nessas *zonas opacas* ou *zonas de sombra* “certas possibilidades não realizadas do passado histórico”, que podem ser de grande interesse ao saber histórico. É este o entender de Paul Ricoeur, como o temos expresso em *Tempo e narrativa*: “uma das funções da ficção, misturada com a história, é liberar retrospectivamente certas possibilidades não realizadas do passado histórico”. Nessa perspectiva, a “afinidade” entre “o verossímil da pura ficção e as potencialidades não realizadas do passado histórico”⁵⁷⁰¹, se bem exploradas, seja por romancistas ou por historiadores, podem ajudar a trazer alguma nova luz (não uma total iluminação, atentemos) a nossa percepção do passado. E que se rediga: não se trata de uma abolição de fronteira entre história e literatura, mas sim de uma partilha de desafios e interesses.

IV. O cerco de Saramago à história

E todas essas discussões aqui colocadas ganham ainda mais pertinência se atentarmos ao lugar de produção da obra de José Saramago. Refiro-me aqui ao lugar geográfico e, claro, sentimental (assim digamos) de pertença do autor: Portugal. Se pensarmos na história portuguesa e na escrita dessa história, notadamente no tempo de vida do escritor (1922-2010), teremos muito o que refletir, considerando a inextricável relação obra-homem-tempo.⁵⁷⁰²

Sobre este ponto, consideremos aqui o dizer de Eduardo Lourenço, um dos pensadores portugueses mais atuantes e profícuos nesse tempo. Ainda que tratando mais

⁵⁶⁹⁸ GINZBURG, Carlo. *Os fios e os rastros*. Op. cit., p. 9.

⁵⁶⁹⁹ SARAMAGO, José. *A história como ficção, a ficção como história*. Op. cit., p. 14.

⁵⁷⁰⁰ *Ibid.*, p. 12.

⁵⁷⁰¹ RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa* - Vol. III (O tempo narrado). Trad. Claudia Berliner. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010, p. 326.

⁵⁷⁰² Que, bem sabemos desde as proposições de Michel Foucault, não são categorias dadas, mas antes “noções” (autor, obra) a serem problematizadas. Cfe. FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* 6 ed. Trad. António Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro. Lisboa: Vega, 2006.

especificamente sobre o processo colonizador português no século XX, as palavras de Lourenço servem-nos perfeitamente no que toca à história de Portugal para dentro (assim digamos). Segundo Lourenço, foram em “contextos não centrais na cena histórica como, por exemplo, os da literatura [...] onde se elaboraram as imagens mais complexas sobre o passado colonial e o fim do império.”⁵⁷⁰³ E não só, assim entendo. Também no que concerne à história de Portugal para dentro (seu pensamento, investigação e escrita), a literatura tem elaborado imagens complexas e inquietantes, além de estar na gênese da *cientificidade* da história em Portugal laços muito próximos com o campo literário, como anotam Rui Ramos, Bruno Vasconcelos e Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro na introdução de sua *História de Portugal*. Para estes historiadores, foram os volumes da *História de Portugal*, de Alexandre Herculano (nome de relevo do cânone literário português), iniciados em 1846, que as gerações seguintes tomaram como “a primeira referência propriamente ‘científica’ da historiografia portuguesa.” Lembram-nos ainda esses historiadores que, em Portugal, “o estudo do passado chegou ainda ao grande público desde o século XIX através da ficção”.⁵⁷⁰⁴

Isto considerado, entendemos ainda mais relevante uma análise que tome em consideração a obra literária de um autor como José Saramago, que tem insistido em repensar os meandros do fazer da história e as “mitologias” portuguesas. Para Eduardo Lourenço, ao se pensar a história portuguesa, muitas das “mitologias” sobre as quais ela foi escrita “mostram algo de nosso e muito profundo embora de modo indirecto e não raramente mistificado: a ‘identidade’ de um País”, a qual, segundo Lourenço, “pela maior parte de sua história se construiu por fora, evitando assumir o seu olhar interior, o que ele era por dentro.”⁵⁷⁰⁵ Uma percepção que podemos ler, de modo mais detalhado, nas palavras do historiador Luís Reis Torgal, segundo o qual, em Portugal,

enquanto a historiografia universitária se refugiava numa investigação de tipo “metódico”, “narrativo” e “documentalista” (de carácter pretensamente “não-ideológico”), escolhendo temas sobretudo na Idade Média (considerada “oficialmente” a época áurea de formação da “Nação Portuguesa”, profundamente ligada à Cristandade) e na época moderna até ao Pombalismo, em que se situavam os Descobimentos, marco da construção do “Império”, e a Restauração, símbolo não só da recuperação da Independência, mas também da “verdadeira cultura nacional e tradicional”, assumiam-se, ao nível da comemoração, da divulgação e do ensino da história, claras posições de uma história ao serviço de um “ideal” (ou, digamos nós, de uma ideologia).⁵⁷⁰⁶

Foi segundo esse “ideal” de história que Saramago aprendeu, nos seus “tempos da velha instrução primária oficial”, nos quais havia a ensinar não mais que “a pacífica análise gramatical, os bons exemplos da História Pátria e os volteios dos quebrados e decimais”. Nesse universo formador, sob os *auspícios* do Estado Novo (“coisas de 1930”, escreve ele), não soará estranho o empenhamento em tal formação moral. Recorda Saramago, por exemplo, de um seu professor, “Vairinho de seu nome”, que fazia “grande empenho em pontos de formação moral”, tomando o cão como “seu grande tema”: “uma vez por semana, pelo menos, havia prelecção sentimental: famosas proezas da gente canina [...]. Enfim, coisas de 1930.”⁵⁷⁰⁷

⁵⁷⁰³ LOURENÇO, Eduardo. **Do colonialismo como o nosso impensado**. Org. de Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi. Lisboa: Gradiva, 2014, p. 11.

⁵⁷⁰⁴ RAMOS, Rui et. al. **História de Portugal**. 7 ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2012, p. XIV.

⁵⁷⁰⁵ LOURENÇO, Eduardo. **Do colonialismo como o nosso impensado**., p. 10.

⁵⁷⁰⁶ TORGAL, Luís Reis. **História e ideologia**. Coimbra: Minerva, 1989, p. 31-32.

⁵⁷⁰⁷ SARAMAGO, José. **A bagagem do viajante**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 61.

Coisas que Saramago tomou doutra forma – porque “tudo isto pode ser contado doutra maneira”⁵⁷⁰⁸. Com sua reconhecida e estudada ironia, tomou desta visão da história para propor outra. Considerando esta sua memória dos tempos de escola acima ficada, não é acaso (definitivamente não o é) que tenha ele tomado o cão (sua metáfora) pelo oposto do que lhe foi ensinado: em Saramago, a passividade do cão é transmutada em inconformismo, algo que ganha exemplaridade na epígrafe com que abre o seu *Ensaio sobre a lucidez* (2004): “uivemos, disse o cão. Livro das Vozes”⁵⁷⁰⁹. Como se lê, da obediência ensinada, Saramago aprendeu a contestação; da exemplaridade da *historia magistra vitae* propôs, por sua obra, uma pensar e um contar “doutra maneira”.

É nessa perspectiva que sua obra literária e seu pensamento sobre a história, devota do encontro com a *História Nova* e os “homens dos *Annales*”, conforme sua confissão, pode ser tomada como objeto de estudo. Sobretudo considerando que, no “panorama português”, de certo “atraso historiográfico”, o trabalho de “antropólogos, sociólogos e investigadores da literatura têm mostrado, porventura mais do que os historiadores, uma grande abertura aos novos ventos” de novos pensares sobre esses campos de saberes.⁵⁷¹⁰ Não é acaso que se chegue a perguntar (Teresa Cristina Cerdeira da Silva, em seu estudo *José Saramago entre a história e a ficção: uma saga de portugueses, é quem o faz*): “Será, então, possível acreditar que a ‘nova história’ portuguesa estaria surgindo do discurso literário de um autor consciente e estudioso da História?”⁵⁷¹¹ Se não está, sua contribuição a essa nascente é inegável.

V. O bonsai e os rabos encarquilhados das lagartixas

Uma contribuição devedora doutra *Nova História*. Refiro-me à *Nouvelle Histoire* e aos “homens dos *Annales*”. Que podemos ler a partir de um pesar, escrito por José Saramago nas páginas do quarto volume dos seus diários (os *Cadernos de Lanzarote*), ao dia 03 de dezembro de 1996. É lá que lemos esta sua pesarosa confissão: “morreu George [sic] Duby. Ficaram de luto os historiadores de todo o mundo, mas sem dúvida também alguns romancistas. Este português, por exemplo.” Para Saramago, não fossem Duby e a *Nova História* francesa, “talvez o *Memorial do Convento* e a *História do Cerco de Lisboa* não existissem...”⁵⁷¹²

E por que não existiriam? Porque foram “os homens dos *Annales*, os da *Nouvelle Histoire*” que lhe deram uma chave de entendimento para uma compreensão das complexidades da história (seu pensamento, sua escrita) e de sua matéria-prima: o tempo. Algo que podemos ler numa sua resposta, em uma longa entrevista, à indagação (do entrevistador Carlos Reis): “Que relação estabelece Você entre História, tempo e passado?”. Responde então Saramago, tentando exprimir-se “de uma maneira gráfica”:

entendo o tempo como uma grande tela, uma tela imensa, onde os acontecimentos se projectam todos, desde os primeiros até aos de agora mesmo. Nessa tela, tudo está ao lado de tudo, numa espécie de caos, como se o tempo fosse comprimido e além de comprimido espalmado, sobre essa superfície; e como se os acontecimentos, os factos, as pessoas, tudo isso aparecesse ali não diacronicamente arrumado, mas numa outra “arrumação caótica”, na qual depois seria preciso encontrar um sentido.

[...] Foi esta ideia do tempo como uma tela gigantesca, onde está tudo projectado (o que a História conta e o que a História não conta), foi isso que meteu na minha cabeça uma espécie de vertigem, de necessidade de captação

⁵⁷⁰⁸ SARAMAGO, José. *Levantado do chão*, p. 12.

⁵⁷⁰⁹ SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a lucidez*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

⁵⁷¹⁰ CURTO, Diogo Ramada. *Para que serve a história?* Lisboa: Tinta da China, 2013, p. 21 e 153.

⁵⁷¹¹ SILVA, Teresa Cristina Cerdeira da. *José Saramago entre a história e a ficção: uma saga de portugueses*. Lisboa: Dom Quixote, 1989, p. 28.

⁵⁷¹² SARAMAGO, José. *Cadernos de Lanzarote II*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 262.

daquele todo; e a par dessa, uma outra necessidade que é a de compreender como se ligam as coisas todas que não têm (ou que parecem não ter) nada que ver ali: Auschwitz ao lado de Homero, por exemplo, ou o homem de Néanderthal ao lado da Capela Sistina.⁵⁷¹³

Para Saramago, essa concepção, “esse sentido da história”, para ele “confuso”, ganhou entendimento, “em termos mais científicos”, com seu encontro com os “os homens dos *Annales*, os da *Nouvelle Histoire*”, caso de Georges Duby e Jacques Le Goff (por ele citados), “cujo olhar histórico ia por esse mesmo caminho.”⁵⁷¹⁴

E essa não foi uma descoberta qualquer. A partir do encontro com os “homens dos *Annales*” a escrita de José Saramago se transmuta. Abandona o “anacrônico estilo da literatura naturalista-realista da segunda metade do século XIX” de seu primeiro romance, *Terra do Pecado*, de 1947⁵⁷¹⁵, para abrir novos caminhos na literatura portuguesa, como se dá em 1976, com seu *Manual de pintura e caligrafia*, um “ensaio de romance”, como registrava a classificação da primeira edição. Não é acaso, absolutamente não o é, que uma das maiores especialistas na obra saramaguiana, Maria Alzira Seixo, assevere: “O Tempo. A nosso ver, o encontro da específica forma romanesca praticada por José Saramago é-lhe em grande parte proporcionado pela concepção do tempo.”⁵⁷¹⁶ O que, como lemos, lhe adveio dos “homens dos *Annales*”. Uma presença cuja visualização mais contundente talvez esteja em *Levantado do chão* (de 1980). Impressiona a leitura comparativa da concepção de tempo braudelianiana e o como esta foi transposta para conceber a historicidade do latifúndio na região do Alentejo português. Escreve Saramago:

O latifúndio é um mar interior. [...] É mediterrânico mar, mas tem marés e ressacas, correntes macias que levam tempo a dar a volta inteira, e às vezes rápidos surtos que sacodem a superfície, são rajadas de vento que vem de fora ou desaguamentos de inesperados fluxos, enquanto na escura profundidade se enrolam lentamente as vagas, arrastando a turvidão da nutriente vasa, há quanto tempo isto dura. *São comparações que tanto servem como servem pouco, dizer que o latifúndio é um mar, mas terá sua razão de fácil entendimento, se esta água agitarmos, toda a outra em redor se move, às vezes de tão longe que os olhos o negam, por isso chamaríamos enganadamente pântano a este mar, e que o fosse, muito enganado vive quem de aparências se fia, sejam elas de morte.*⁵⁷¹⁷ [itálico meu]

Em minha leitura, mar e latifúndio, pelo ato leitor de Saramago, se fundem num mesmo tempo – o tempo tripartido (em longa, média e curta duração) desenhado por Braudel⁵⁷¹⁸, daí se tratar de *comparação* que “terá sua razão”.

E são muitas as problemáticas tratadas pela história que encontramos colocadas na obra saramaguiana. Como a que diz respeito à concepção de verdade. Em uma crônica de *A bagagem do viajante* [1973], Saramago deixa assente: “Juntei dezenas de livros, tomei notas, organizei um grosso ficheiro que depois deixei dispersar: metera-se-me na cabeça fazer obra de historiador, escavar os textos e as memórias dos outros até encontrar o veio de água livre, a verdade puríssima. Ao cabo de um ano, desisti.”⁵⁷¹⁹ A “verdade puríssima” não havia. Não

⁵⁷¹³ REIS, Carlos. *Diálogos com José Saramago*. Lisboa: Caminho, 1998, p. 80.

⁵⁷¹⁴ *Ibid.*, p. 81.

⁵⁷¹⁵ LOPES, João Marques. *Saramago: biografia*. São Paulo: Leya, 2010, p. 38.

⁵⁷¹⁶ SEIXO, Maria Alzira. *O essencial sobre José Saramago*. Lisboa: INCM, 1987, p. 40.

⁵⁷¹⁷ SARAMAGO, José. *Levantado do chão.*, p. 345.

⁵⁷¹⁸ BRAUDEL, Fernand. *O mediterrâneo e o mundo mediterrânico – vol. I*. Trad. da editora. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1983, p. 25.

⁵⁷¹⁹ SARAMAGO, José. *A bagagem do viajante*, p. 125.

pode haver. É ainda em *A bagagem do viajante* que, acerca da verdade, Saramago deixa assente seu entender de que esta “é apenas meio caminho, a outra metade chama-se credibilidade”⁵⁷²⁰, explicitando assim a sua atenção às relações entre verdade e poder, uma questão de preocupação constante no afazer da história, bem sabemos.

Uma outra atenção de Saramago que podemos ler em sua obra refere-se a sua atenção à *problemática das fontes* com as quais se escreve a história. Acerca disto, é exemplar o que escreve em *História do cerco de Lisboa* [1989]:

Porém, o mal das fontes, ainda que verazes de intenção, está na imprecisão dos dados, na propagação alucinada das notícias, agora nos referíamos a uma espécie de faculdade interna de germinação contraditória que opera no interior dos factos ou da versão que deles se oferece, propõe ou vende, e, decorrente desta como que multiplicação de esporos, dá-se a proliferação das próprias fontes segundas e terceiras, as que copiaram, as que o fizeram mal, as que repetiram por ouvir dizer, as que alteraram de boa fé, as que de má-fé alteraram, as que interpretaram, as que rectificaram, as que tanto lhe fazia, e também as que se proclamaram única, eterna e insubstituível verdade, suspeitas, estas, acima de todas as outras.⁵⁷²¹

No que toca às fontes da história, Saramago é também atento às muitas possibilidades ao que, aparentemente banal, pode revelar-se, sob o meticuloso trabalho do historiador, de extrema importância: “Afim, nada é simples. Uma frase numa página de jornal, meia dúzia de palavras insignificantes, impessoais – e vai-se a ver, há nelas motivo de sobra para reflexão.”⁵⁷²²

Homem da literatura que é (do lado de lá da fronteira), Saramago demonstra uma detida atenção ao *lugar de produção* do saber histórico, àquilo que esse *lugar* autoriza a ser dito em seu nome. É o que temos, a exemplo, no diálogo de abertura de *História do cerco de Lisboa* [1989] entre um historiador e o revisor de seu livro:

devia era ser filósofo, ou historiador [...], Falta-me o preparo, senhor doutor, que pode um simples homem fazer sem o preparo [...], Podia apresentar-se como autodidacta [...], Isso acabou, veio o desenvolvimento e acabou, os autodidactas são vistos com maus olhos, só os que escrevem versos e histórias para distrair é que estão autorizados a ser e a continuar a ser autodidactas [...].⁵⁷²³

“Veio o desenvolvimento e acabou”, veio a institucionalização, a constituição de um campo e os estabelecimento de regras, postulados, mecanismos de controle, fronteiras, enfim, barrando aos estrangeiros a esse *lugar* circunscrito a autoridade de dizer, de falar *em nome da* história.

Para Saramago, fazendo uso de imagem desafiadora e inquietante, trata-se de um ato de *apartamento* constante, de reiterada poda de raízes para que a “miniatura infantil da gigantesca árvore dos lugares e do tempo” (a história ensinada) se mantenha controlada. É como lemos em *O homem duplicado* [2002] e sua definição da história que cabe a certo professor de história ensinar: “a História que Tertuliano Máximo Afonso tem a missão de ensinar é como um bonsai a que de vez em quando se aparam as raízes para que não cresça, uma miniatura infantil da gigantesca árvore dos lugares e do tempo”. De tanta apara, sua sombra faz-se ínfima, tanto que “nenhuma ave, nenhum pássaro, nem sequer o diminuto beija-flor, conseguiria fazer ninho” em seus ramos; nem mesmo uma lagartixa conseguiria aí

⁵⁷²⁰ Ibid., p. 49.

⁵⁷²¹ SARAMAGO, José. *História do cerco de Lisboa*, p. 124-125.

⁵⁷²² SARAMAGO, José. *A bagagem do viajante*, p. 87.

⁵⁷²³ SARAMAGO, José. *História do cerco de Lisboa*, p. 15-16.

se acotar, “o mais certo é que ao réptil lhe fique a ponta do rabo de fora”. “A História que Tertuliano Máximo Afonso ensina”, como a percebe Saramago, “tem uma enorme quantidade de rabos de fora, alguns ainda remexendo, outros já reduzidos a uma pele encarquilhada com uma carreirinha de vértebras soltas dentro”.⁵⁷²⁴

Pelo até aqui lido, penso ter-se podido perceber não serem poucas nem desconsideráveis as reflexões que a obra de José Saramago partilha com a história (seu pensamento e feitura). Ou, mais propriamente dizendo: as reflexões que o atento leitor de história José Saramago tomou de empréstimo à história para construção de sua arquitetura literária. E como nos lembra um desses homens dos *Annales*, Jacques Le Goff, “a história da história não se deve preocupar apenas com a produção histórica profissional mas com todo um conjunto de fenómenos que constituem a cultura histórica ou, melhor, a mentalidade histórica duma época. [...] O estudo da literatura e da arte pode ser esclarecedor deste ponto.”⁵⁷²⁵ Entendimento com o qual Saramago, decerto, estaria em concordância. Ou melhor, está. Ou não é este mesmo entendimento que temos em suas palavras, quando nos diz que, “nada podendo, humanamente, existir fora da História, todo o romance é, e não pode deixar de ser histórico”? Não no sentido de romancear fatos da história, mas antes de ser, o fazer literário, um modo de interseção na história de dado tempo. Para Saramago, “é precisamente a consciência intensíssima, quase dolorosa, do presente que leva o romancista a olhar na direção do passado”, não na condição de “refúgio”, mas “como algo radicalmente necessário aos homens de hoje”. Mas, observa Saramago, “não estou a dizer nada de original”, Braudel, “com a simplicidade de uma iluminação”, já o dissera: “A História não é outra coisa que uma constante interrogação dos tempos passados, em nome dos problemas, das curiosidades, e também das inquietações e angústias com que nos rodeia e cerca o tempo presente.” Uma definição que, para o Nobel português, “poderia ser transposta, palavra por palavra, para a Ficção.”⁵⁷²⁶

INTELLECTUALIDADE E “NEGRITUDE”: CLOVIS MOURA E OS DILEMAS DA LUTA ANTIRRACISMO NO BRASIL, NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX⁵⁷²⁷

*José Maria Vieira de Andrade*⁵⁷²⁸

zemarvi@yahoo.com.br

Resumo: Esse trabalho discute a trajetória intelectual do escritor Clovis Steiger de Assis Moura, no contexto das tensões culturais da segunda metade do século XX, no Brasil. Trata-se de um escritor dono de uma vasta bibliografia sobre a história e o papel social do negro no país. Na oportunidade, nosso objetivo é refletir sobre a inserção do referido escritor junto à militância política e intelectual antirracismo que se organiza no Brasil nas décadas de 1970 e 1980, com o propósito de tentar entender alguns dos principais dilemas que motivaram a retomada e o redirecionamento do debate racial ocorrido naquele momento, bem como

⁵⁷²⁴ SARAMAGO, José. **O homem duplicado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 15-16.

⁵⁷²⁵ Le GOFF, Jacques. História. Trad. Irene Ferreira. In **Enciclopédia Einaudi**, vol. 1 – Memória-história. Lisboa: INCM, 1984 [p. 158-259], p. 179.

⁵⁷²⁶ SARAMAGO, José. A história como ficção, a ficção como história. Op. cit., p. 17. A citação de Braudel, feita por Saramago, encontra-se em BRAUDEL, Fernand. *O mediterrâneo: o espaço e a história*. Trad. Manuel Torres. Lisboa: Teorema, 1987 [texto de apresentação].

⁵⁷²⁷ Este trabalho é um fragmento da pesquisa em andamento que estamos desenvolvendo sobre a trajetória intelectual de Clovis Moura, junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFC.

⁵⁷²⁸ Doutorando UFC

também sobre as razões que levaram o referido escritor a se posicionar publicamente, e a partir de então, como um “intelectual negro” e a eleger a “questão racial” como o principal mote de seu fazer intelectual. Para tentar descortinar esses nexos entre intelectualidade e “condição racial”, colocaremos em discussão o debate em torno da noção de “negritude”, uma das problemáticas de maior relevância para a militância intelectual ao longo daquele século, tanto no Brasil, como em outros países, e que, nas décadas de 70 e 80, passou a ser repensada e ressignificada por algumas lideranças do movimento político e intelectual negro. Em relação às fontes a serem trabalhadas, estas incluem tanto um conjunto de cartas e correspondências diversas, trocadas na época entre Clovis Moura e outros intelectuais brasileiros e estrangeiros, bem como alguns registros de sua produção bibliográfica, que discutem especificamente o assunto em questão, tais como o seu livro *Brasil: as raízes do protesto negro*, publicado na década de 1980.

Palavras-chave: Intelectualidade, negritude, Clovis Moura.

1. Introdução

[...] a decisão de trilhar conscientemente um caminho intelectual foi sempre uma opinião excepcional e difícil. Para muitos de nós, tem parecido mais um “chamado” que uma escolha vocacional. Somos impelidos, até mesmo empurrados, para o trabalho intelectual por forças mais poderosas que a vontade individual. (bell hooks)⁵⁷²⁹

As décadas de 1970 e de 1980 representam um momento significativo para militância antirracismo que atuou no Brasil, ao longo século XX. Nesse período, ocorreu uma reorganização do movimento negro no país, por meio de várias iniciativas com o intuito de retomar o debate sobre a questão racial, iniciado nas primeiras décadas do século, e realinhá-lo às discussões desenvolvidas no meio intelectual dentro e fora do Brasil, a partir dos anos de 1960. Entre os resultados dessas mobilizações, foi fundado no decorrer da década de 1970 o *Movimento Negro Unificado - MNU*, que acabou se tornando um dos principais mecanismos de atuação da militância antirracismo daquele momento.

De acordo com os estudos de Regina Pahim Pinto⁵⁷³⁰, em comparação às demais mobilizações que o antecederam, uma das principais particularidades do MNU organizado nesse período diz respeito ao papel que este passou a protagonizar no cenário político e cultural nacional, devido a maneira inovadora que as bases da nova militância buscou para relacionar a questão da classe social ao problema do racismo sem perder a especificidade do movimento e também articulando a questão racial com outras esferas como a política, a economia, a educação e ao debate sobre a questão sexual.

No campo da produção intelectual, essa reorganização do ativismo negro no país foi acompanhada pela projeção de alguns nomes que se colocaram como lideranças do movimento, bem como sob a condição de responsáveis pela elaboração dos princípios gerais que ajudariam a compor parte da agenda de demandas do MNU. Entre esses nomes, um dos que mais se destacaram foi o do escritor Clovis Steiger de Assis Moura, um indivíduo que desde a década de 1950 já vinham escrevendo e/ou publicando textos tratando sobre a história da escravidão e sobre o papel social do negro no Brasil.

A trajetória intelectual do escritor em questão chama atenção tanto pela grande quantidade e diversidade de textos produzidos ao longo de todo esse recorte, bem como pela particularidade do percurso biográfico seguido por ele ao longo desses anos. Um trajeto marcado por vários trânsitos e deslocamentos, seja em termos espaciais – tendo em vista as cidades e localidades por onde o autor passou, ou pelas áreas de estudo e atuação intelectual

⁵⁷²⁹ Apud RATTIS, Alex. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza; Imprensa Oficial, 2006. p.28.

⁵⁷³⁰ PINTO, Regina Pahim. **O movimento negro em São Paulo**: luta e identidade. São Paulo, 2013.

pelas quais atuou –, seja pelos constantes intercâmbios de informações e ideias mantidos com intelectuais das mais diferentes localidades do Brasil e de outros países, sobretudo na passagem dos anos de 1960 para os de 1970, quando o escritor passou então a assumir publicamente a condição de “intelectual negro”.

Conforme ressalta Gustavo Orsolon de Sousa, as razões que teriam levado Moura à uma militância mais efetiva junto aos Movimentos Sociais de luta contra o racismo no Brasil, ainda são pouco explicadas, porém uma das hipóteses, na visão do historiador, seria de que as próprias inquietações decorrentes das perseguições exercidas pelo governo militar, teriam servido de forte influência para que Moura se filiasse ao MNU no ano de 1974⁵⁷³¹.

Entretanto, acreditamos também que outro argumento importante que ajuda a explicar essa guinada mouriana em direção à militância negra do período, vai de encontro à constante busca que o escritor vinha, desde muito tempo empenhado, por conquistar mais espaço e reconhecimento no mundo intelectual. Tarefa essa que, entre outras coisas, resultou nessa retomada de postura dele em relação à sua própria pessoa e à sua condição étnico-racial contribuindo, então, para que o escritor assumisse, por opção, sua a condição de “negro”.

Conforme podemos ver a partir de alguns dados biográficos do autor, embora sua origem familiar fosse a de uma família mestiça, tendo em vista as influências de ascendência africanas do lado paterno e as européias do lado materno, Moura poderia muito bem ter optado socialmente pela segunda. O próprio Moura, em uma dada entrevista datada de 1995, chega a ter ciência disso, ao relatar que, desde a infância na Bahia, tendo em vista a própria condição de classe média de sua família, “ninguém o situava como negro, e sim como branco”⁵⁷³².

2. Intelectualidade e “negritude” no pensamento mouriano

No decorrer dessa fase de sua trajetória intelectual, Clovis Moura assumiu uma intensa participação em ciclos de estudos e debates sobre o negro e passou a ter uma maior integração ao Movimento Negro da época. A inserção nesse intenso ciclo de debates, chegou a resultar na participação do escritor em Congressos e Viagens internacionais – nesse momento sob a condição de pesquisador e intelectual negro – a exemplo do Colóquio Negritude e América Latina, realizado em Dakar (1974), e dos Conclaves Acadêmicos de 1977 (O 20º Encontro da *Latin American Studies Association* - LASA e o 7º Encontro ASA – *African Studies Association*).

Foi na década de 1970 que Clovis Moura, em consonância com este seu maior vigor e interesse pelos estudos sobre o negro, ajudou a fundar o IBEA – Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas, voltado para o desenvolvimento de pesquisas em parceria com o poder público, e que, dentre outras coisas, serviu também como um espaço privilegiado para que o autor estabelecesse e solidificasse alguns vínculos e intercâmbios intelectuais com outros nomes do cenário nacional e internacional, empenhados no renovado interesse pelas questões raciais das décadas de 1970 e 1980.

Na oportunidade, o autor em questão além de manter uma relação mais próxima com algumas das principais organizações antirracistas que atuaram no período no país, o MNU – Movimento Negro Unificado, ele ainda teve um importante atuação junto a outro grupo que passou a atuar no decorrer da década de 1980, a UNEGRO (União dos Negros Pela Igualdade). Não obstante, sob a condição de “intelectual negro”, sua produção intelectual ganhou também maior reconhecimento público e coincidiu também com uma maior aproximação de Clovis com círculos intelectuais acadêmicos, especialmente nos anos de 1980, quando então suas publicações chegaram a contabilizar mais de 20 títulos entre livros e artigos.

⁵⁷³¹ SOUZA, Gustavo Orsolon de. “**Rebeliões da Senzala**”: diálogos, memória e legado de um intelectual brasileiro. 2013, 143p. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2013, p.31.

⁵⁷³² Para maiores informações sobre essa questão cf: OLIVEIRA, Fábio Nogueira de. **Clovis Moura e a sociologia da práxis**. Dissertação de Mestrado, UFF, Rio de Janeiro, 2009.

Uma das contribuições importantes desses vários trânsitos intelectuais pelo Atlântico Sul para a atuação e produção de Moura, nesta fase em que ele assumia cada vez mais seu engajamento na problemática racial das décadas de 1970 e 1980, foi o próprio conjunto de textos que ele produziu a partir e/ou tendo como pretexto as apresentações e debates construídos nos Congressos e Seminários em que participou, no Brasil ou em outros países.

Grande parte dos textos apresentados nesses eventos foram organizados anos depois pelo próprio Moura por meio do livro intitulado *Brasil: raízes do protesto negro*, publicado nos primeiros anos da década de 1980, pela Global Editora. Este livro reuniu, portanto, a produção corresponde ao que o próprio Clovis Moura classificou como a “primeira fase de seus estudos sobre o negro no Brasil”. Nas palavras do autor, *raízes do protesto negro* pode ser entendido como sendo a reunião que ele fazia do:

[...] primeiro ciclo de estudos sobre o escravo negro no Brasil, a importância do escravismo colonial e os desdobramentos relevantes que esse modo de produção exerceu na formação dos hábitos da família e da situação social, econômica e ideológica do brasileiro e do negro em particular.⁵⁷³³

Um ciclo de estudos que teria começado, na visão de Clovis Moura, com o livro *Rebeliões da senzala*⁵⁷³⁴ e que *Raízes do protesto negro* representava o grande desfecho. Este último, por sua vez, se constitui de diversos trabalhos escritos por ele entre 1964 e a década de 1980, sendo que na primeira parte o autor traz uma seleção de textos que fariam parte do seu esforço perpetrado ao longo desse período no sentido de “localizar historicamente a marginalização do negro brasileiro, os mecanismos que o traumatizaram socialmente e as perspectivas possíveis para o seu futuro.” Completa a obra, sete textos colocados como apêndice, que corresponde a reprodução de alguns documentos oficiais, como Declarações, estatutos e resoluções de Congressos e mobilizações negras ocorridas nos anos anteriores.

O autor ressalta na introdução do livro que “o negro emergente” era o assunto central que unificava a obra. “O negro rebelde na medida em que adquire uma consciência crítica em relação ao mundo que o cerca e à situação neste mundo”. O “negro” que na visão de Moura estaria sendo dizimado sob o olhar complacente não apenas dos racistas convictos, mas também da opinião “liberal-conservadora” herdeira do liberalismo escravista de antes da Abolição. Esse “problema do negro”, que a seu ver constituía um dilema nacional que visto até então somente sob a ótica da pesquisa “universitária”. Essa situação, adverte Moura, havia chegado a um ponto crítico, onde de um lado estaria um “movimento social negro emergente”, e de outro, os “negros que estão se conscientizando de que são uma força tanto maior quando mais organizada e continuadora de um pensamento popular revolucionário.”⁵⁷³⁵

Na oportunidade o autor ressalta também que não teria condições de no momento responder como resolver a esse impasse, mas, acreditava que nenhuma solução poderia ser encontrada, a partir de então, “sem que se leve em conta a importância e a força desse movimento”.

Entre esses textos um dos mais emblemáticos, parece ter sido o artigo escrito em razão das discussões do Congresso de 1974, realizado em Dakar, “Negritude e América Latina”, publicado posteriormente por Clovis Moura sob o título de “Os dilemas da negritude”⁵⁷³⁶. Nas palavras do autor, trata-se de um texto destinado a uma reflexão sobre, como o título

⁵⁷³³ MOURA, Clovis. **Brasil: raízes do protesto negro**. São Paulo: Global Editora, 1983, p.9.

⁵⁷³⁴ **Rebeliões da senzala** foi o primeiro livro publicado por Clovis Moura, no final da década de cinquenta, pela editora Mercado Aberto.

⁵⁷³⁵ MOURA, Clovis. *Op. Cit.*, p.13.

⁵⁷³⁶ O artigo “Dilemas da negritude” é um dos textos que compõe o livro *Brasil: raízes do protesto negro*, publicado em 1983, pela Global Editora. Para mais informações cf.: MOURA, Clovis. **Brasil: raízes do protesto negro**. São Paulo: Global Editora, 1983. p.100-106.

sugere, “o próprio conceito de **Negritude**, da sua validade como categoria científica no quadro das ciências sociais”⁵⁷³⁷.

No texto, Clovis Moura se empenha em fazer uma apreciação sobre algumas questões fundamentais discutidas no Colóquio, que particularmente envolveria a posição assumida por alguns participantes, incluindo representantes brasileiros, que naquele momento, ressalta Moura,

[...] não tem, ainda, uma posição existencial dinâmica baseada na negritude, mas ao contrário, confundem o termo com um possível estereótipo que caberia ser elucidado e desmascarado, cientificamente por eles, usando categorias científicas capazes de desmistifica-los. Em outras palavras: estavam à direita da negritude⁵⁷³⁸.

Clovis esclarece na sequência que a postura adotada por esses intelectuais se baseia numa estratégia metodologicamente equivocada, na medida em que esses cientistas sociais tentam ver a “negritude” como uma “atitude de negros face ao mundo dos brancos”, como um conceito a ser estudado e não como uma “ideologia para ser vivida e aplicada”. Essa postura, que tenta abarcar a “negritude” de fora para dentro, “etnocentricamente, sem verem até que ponto isto vem demonstrar a sua incompreensão sobre o que lhe é mais relevante, isto é, a sua práxis, [...] a possibilidade de ser usada como instrumento de conhecimento no processo de transformação de uma realidade problemática.”⁵⁷³⁹

Diante disso, Moura reafirma que o Colóquio de Dakar não havia sido, como estavam pensando esses intelectuais acadêmicos, uma reunião “sobre o negro”, mas sim uma oportunidade para reavaliarem o “conceito polêmico de *negritude*” e de sua relação com determinada área geográfica, no caso, a América Latina. Isto, porém, não havia sido compreendido por alguns. “Uma minoria”, avalia o autor, que desejavam um encontro “higienizado [...]”; queriam o negro como objeto de estudo sociológico ou antropológico para enriquecimento dos seus conhecimentos acadêmicos.

Ora, quem tem informação – pelo menos superficial – da bibliografia antropológica e sociológica das áreas acadêmicas, sabe muito bem como esses sábios se aproveitam do problema do negro para teses de doutoramento, como se estivessem fazendo pesquisas com a *Drósfila Melanogaster*.⁵⁷⁴⁰

Contudo, para Clovis Moura, isso que ele chama de “aristocratização” da *negritude* não seria algo exclusivo daquele momento, mas uma questão relacionada aos próprios motivos históricos que “a fizeram nascer, num determinado momento e num determinado lugar”. Para referendar esse argumento, o autor faz no decorrer do texto a retomada de alguns pontos-chaves desta fase de germinação do movimento intelectual que constituiu o marco inicial para a *negritude*.

Da *negritude* de Senghor à estratégia do neocolonialismo na África a diferença é mínima.

Mas, de um modo geral, essa fase da *negritude* foi se dissolvendo em facções que se digladiavam ou se friccionavam, sem encontrarem uma norma de ação africana plebeia para dar-lhe continuidade em termos globais.

Isso levou a que muitos negros que surgiram posteriormente assumissem uma posição radicalmente negativa frente à *negritude* tradicional, como, por exemplo,

⁵⁷³⁷ Id. Ibidem., p.100.

⁵⁷³⁸ Id. Ibidem.

⁵⁷³⁹ MOURA, Clovis. *Op. Cit.*

⁵⁷⁴⁰ Id. Ibidem, p.101.

o caso do notável sociólogo do Daomé Stanista Adotevi que afirma ser a *negritude* a “forma branca de ser negro”. Mas, com os movimentos de libertação nas nações africanas, a participação dessas nações no conjunto das forças do terceiro Mundo, o conceito de *negritude* adquiriu um novo combustível dialético.⁵⁷⁴¹

Na sequência do texto, Moura avalia também o que na opinião dele seriam as primeiras manifestações da *negritude* no Brasil. Para o autor, num primeiro momento, aconteceu no país algo semelhante ao caso europeu. Pois, de acordo com sua interpretação, ao não dispormos naquele período de “motivo polarizador (uma práxis política)”, como teria acontecido na África, a *negritude*, aqui, teria ficado por muito tempo “estagnada naquelas categorias aristocratizantes que a originaram na Europa e era praticada por uma elite negra”. Nesse sentido, os movimentos que se organizaram no país nessa fase preliminar sob signo desta bandeira, em especial os que ajudaram a compor o quadro de reagrupamento da militância negra pós Estado Novo, teriam, na visão de Moura, surgidos aproveitando-se muito mais dos modelos europeus que, naquele momento, “já estavam superados, e, inclusive, abandonados por muitos dos seus iniciadores no velho mundo”. Para o autor, este seria o caso do que teria ocorrido com o *Teatro Experimental do Negro*, liderado por Abdias Nascimento.

É nessa estrutura que surge, em 1944, o Teatro Experimental do Negro, liderado por Abdias do Nascimento. Era, de fato, um conjunto que apresentava a *negritude* de forma consciente, desejando, através dessa ideologia, organizar os negros no Brasil. O movimento editou ainda o jornal *Quilombo* no qual o pensamento e a proposta do TEN se expressavam. Mas, o que esse grupo apresentava à grande comunidade negra marginalizada nas favelas, nas fazendas de cacau e de algodão, nas usinas de açúcar, nos alagados e nos pardieiros das grandes cidades? Nada. Isto levou a que a *negritude* dessa fase, apesar dos protestos de grupos negros isolados, como o de Solano Trindade, que lutou até a morte para dar uma conotação popular e revolucionária à *negritude*, o certo é que a sua aristocratização e intelectualização se desenvolveram de modo inequívoco. O grupo do Teatro Experimental do Negro [...], procurou imprimir às suas atividades um cunho de elite intelectual negra. Segundo um dos seus teóricos, o sociólogo Guerreiros Ramos, o movimento objetivava a de “pelo teatro adestrar homens de cor nos estilos de comportamento de classe média superior”.⁵⁷⁴²

Como podemos observar pela citação acima, para Moura, era esse teor elitista presente nas atividades desenvolvidas em torno do TEN, onde residia um dos pontos mais críticos da questão. Tal posicionamento elitista, conforme fez questão de enfatizar o autor, aparecia claramente nos discursos de seus principais teóricos, a exemplo de uma dada fala de Guerreiros Ramos que Moura faz questão de comentar em seguida:

Acreditava, assim, o senhor Guerreiro Ramos que, através de simples *catarse* poderia resolver o problema do negro no Brasil. “A tese social do TEN – escreve ele – pode ser chamada de grupoterapia”. Ainda analisando as reuniões da Conferência Nacional do Negro, realizada em 1949, dizia Guerreiro Ramos, considerando o comportamento de um dos seus participantes: “Outro orador afirma que a

⁵⁷⁴¹ Id. *Ibidem*, p.102.

⁵⁷⁴² MOURA, Clovis. *Op. Cit.*, p.103.

finalidade da conferência deveria ser protestar contra o preconceito de cor e pergunta à mesa se esta não entende assim. Responde um membro da mesa que não: que a conferência tinha um sentido positivo e considerava secundária a questão do preconceito de cor”.⁵⁷⁴³

Clovis acrescenta, em seguida, que o foi justamente essa postura elitista, que enfocava o problema do negro dentro de uma ótica de uma intelectualidade negra pequeno burguesa que se utilizou da “negritude” como “fronteira ideológica para separá-la da grande massa marginalizada”, das favelas, dos cortiços, dos mocambos e de outros lugares, que acabou levando que eles fossem se desgastando paulatinamente, sobretudo, à medida que esses contingentes “marginalizados” procuravam um conjunto de ideias onde pudesse se apoiar, explicar e transformar a situação na qual se encontravam. Nisto, afirma Moura, a “negritude aristocrática” falhou. “Falhou lamentavelmente”.

Tanto isto é verdade que, de uns tempos para cá, toda a simbologia que era afirmação da etnia negra, e, portanto, de uma negritude subjacente mas sensível, está sendo substituída por outra. Luís Gama deixou de ser o grande símbolo admirado nas festas de 13 de maio em São Paulo. Foi substituído pelo símbolo passivo e masoquista da Mãe Preta. Desta forma, tudo aquilo que representava uma posição afirmativa, deu lugar a um símbolo que espelham os negros e os seus descendentes como meros objetos de trabalho e que somente dever ser glorificados como e enquanto objetos⁵⁷⁴⁴.

Ao final do texto, Clovis avalia que, diferentemente do contexto criticado, no decorrer daquele momento o cenário começava a dar sinais significativos de mudança. Na sua apreciação, havia naquela oportunidade um vontade de “reencontrar a dignidade negra” que haveria de se conjugar à “dignidade de todos aqueles que acreditavam na riqueza nacional”. E assim, o próprio Colóquio de Dakar servia para que, dentro de um contexto novo, a “negritude” fosse colocada como “uma ideologia dinâmica”, dentro das condições que não apenas o Brasil, mas toda a América Latina prescindia.

Neste particular foi muito claro o discurso de encerramento proferido pelo sr. Alione Sene, ministro da Educação do Senegal, no conclave de Dakar. Com veemência e muita objetividade traçou as coordenadas do que ele chama de *negritude* no atual estágio de desenvolvimento do mundo e a sua função cultural e política.

É uma peça que reformula, a partir de uma visão realista e operacional da *negritude* a sua função, especialmente na América Latina e em toda a área do chamado Terceiro Mundo. Para ele, cabe, através da *negritude* a criação de um Mundo Novo, de um americano do Sul novo e de um negro novo. Isto irá formar a civilização Universal. Neste processo de transformação a *negritude* desempenhará, como etapa de pensamento, o mesmo papel que os filósofos do século das Luzes, precursores na revolução de 1789 desempenharam, porque expressa uma vontade de libertação política e de desenvolvimento econômico e cultural⁵⁷⁴⁵.

⁵⁷⁴³ Id. Ibidem, p.103

⁵⁷⁴⁴ MOURA, Clovis. *Op. Cit.*, p.104.

⁵⁷⁴⁵ MOURA, Clovis. *Op. Cit.*, p.105.

Além de debates sobre a “polêmica da negritude”, outra preocupação frequente nos debates intelectuais construídos nos diálogos transnacionais em que Clovis participou no período, girou em torno da problemática da influência afro sobre as manifestações culturais “nacionais”, nos países dos sujeitos envolvidos. Por sua vez, o próprio autor em questão tratou diretamente do assunto em uma comunicação apresentada no 7º Encontro da Latin American Studies Association, realizado na cidade de Houston, em 1977, por meio do artigo intitulado “Contribuição do negro às artes no Brasil”.

Trata-se de um texto de aproximadamente dez páginas, onde o autor tece panoramicamente uma síntese sobre aquilo que ele aponta como “a contribuição do negro no plano cultural e artístico” do país, no passado e no presente. Um de seus argumentos fundamentais no texto é que, os estudos predominantes até então, envolvendo esse assunto, acabaram por atribuir ao legado cultural africano no Brasil uma contribuição restrita ao que Clovis classifica como “plano folclórico” e não ao que, na sua visão, poderíamos chamar de “cultura brasileira”.

O negro brasileiro, em que pese tudo o que se diz em contrário, não é visto como um dos construtores da Nação, mas, pelo contrário, como o perturbador de uma harmonia que seria bem maior se ele não tivesse entrado como um componente da nossa população. A cultura brasileira tem – para os que assim pensam – de ser ocidental, pautada, por isso mesmo, pelos padrões brancos. A contribuição do negro tem de ser vista, por tudo isso, como elemento periférico, que não conseguiu interferir na elaboração e dinamização dos nossos padrões culturais nacionais. Daí ser apresentada a cultura afro-brasileira como folclórica e a cultura do colonizador como dominante.

[...] O certo, porém é que essa contribuição não foi morta, nem insignificante, nem periférica, nem folclórica. Foi e continua sendo – durante a escravidão como agora – uma cultura de resistência dos oprimidos do Brasil. Daí o seu dinamismo e persistência.⁵⁷⁴⁶

No texto, a tonalidade ácida, presente na maioria dos textos desta fase, se faz presente com o mesmo vigor que aparece nos escritos anteriores, principalmente quando o autor procura explicar o porquê de outros pesquisadores não terem, na sua apreciação, conseguido, satisfatoriamente, responder à indagação que seu artigo pretende abordar. Para Moura, os estudos que o antecedeu, de nomes tais como de Manoel Querino, Nina Rodrigues, Artur Ramos e Evaristo Morais, teriam pecado porque, igualmente, “se detiveram no particular, sem que, no entanto, um trabalho sistemático fosse elaborado dentro de uma visão abrangente e profunda”⁵⁷⁴⁷. Para o autor, estudos como os desenvolvidos por esses nomes ainda estavam presos a uma visão do negro atrelado à “imagem do escravo”, de modo que mesmo quando chegavam ao núcleo do problema, tendem a subestimar “a sua contribuição como elemento reelaborador e criador de nosso universo cultural, e, especificamente, das nossas artes”.⁵⁷⁴⁸

Tal situação, na apreciação do autor, contudo, havia mudado. “Atualmente um fenômeno diferente pode ser constatado: o negro começa a participar do debate, cria associações específicas independentes e assume o papel de elemento ativo e aglutinador do processo de informação e de conhecimento.”⁵⁷⁴⁹ E devido a este fato novo, acrescenta que, os debates sobre a contribuição do negro não estariam mais restritos apenas às artes, mas buscavam se estender ao conjunto das manifestações culturais do Brasil. Eles começavam,

⁵⁷⁴⁶ MOURA, *Op. Cit.*, p.140.

⁵⁷⁴⁷ Id. *Ibidem*, p.140-1.

⁵⁷⁴⁸ Id. *Ibidem*, 140.

⁵⁷⁴⁹ Id. *Ibidem*.

então, a perde seu “caráter acadêmico e formalista” e passavam a adquirir outra, “de nível superior, aquele *ethos* dinâmico que desapareceu”⁵⁷⁵⁰.

O texto segue mostrando o breve apanhado de nomes e obras que na visão de Moura traduziriam uma parte significativa dessa contribuição em vários campos da cultura nacional, abarcando desde a música (“sagrada e popular”), a poesia (“popular e oral”), quanto as manifestações coreográficas, a arquitetura e as artes plásticas.

3. Considerações finais

Após esse breve percurso em torno da produção intelectual mouriana, observamos que a trajetória transitiva do referido intelectual trás elementos de grande contribuição não apenas para acrescentar elementos importantes referentes aos delineamentos do movimento antirracismo que emerge a partir de São Paulo, e depois se estende por outras cidades e regiões do país, depois da década de 1960. Mas, também como um elemento que nos ajuda igualmente a avaliar com mais precisão a conexão que teriam existido ou não entre essas mobilizações nessas duas décadas, principalmente sobre a questão que envolve o mencionado “anseio de unificação”, presente nas diferentes formas de atuação do MNU e de seus líderes e porta-vozes no mundo intelectual.

E nesse sentido, os textos apontados aqui, assim como o próprio trajeto intelectual do referido escritor, nos permite refletir igualmente sobre as múltiplas formas de como a “identidade negra” – ou no caso, a condição de “intelectual negro” – foi construída no Brasil, durante o período citado. Em outras palavras, a experiência intelectual do indivíduo em questão parece ser uma oportunidade *sui generis* para repesarmos sobre o processo etnicização⁵⁷⁵¹ de uma parte do campo intelectual brasileiro em torno do qual Clovis Moura e outros homens de letras atuavam. Processo esse que coloca em evidência, ao nosso ver, alguns dos dilemas centrais que impulsionou os anseios da luta antirracismo das décadas de 1970 e 1980, não somente no Brasil como em quase toda a América Latina.

ENTRE A LUZ E A SOMBRA: A PROPÓSITO DAS CONSIDERAÇÕES DE GILBERTO FREYRE SOBRE A PINTURA NO NORDESTE.

*Josefa Juany Leda Nunes da Silva*⁵⁷⁵²
juany_silvajm@hotmail.com

Resumo: O referente artigo tem por objetivo refletir sobre as proposições de Gilberto Freyre entre 1925-1962, publicadas no livro “Vida, Forma e Cor”, a fim de construir uma análise sobre os primeiros escritos sobre arte em Pernambuco. Investigar as prerrogativas propostas pelo sociólogo para a construção de uma representação de uma arte “do e pro” nordeste. Num cenário em que a prática da escrita sobre arte em Pernambuco eram escassas, os

⁵⁷⁵⁰ Id. *Ibidem*.

⁵⁷⁵¹ De acordo com Lívio Sansone, o temo etnicização é mais preferível que o termo etnicidade, dentro de uma reflexão sobre o processo de construção das identidades negras na modernidade. Em outras palavras, Sansone defende que as fronteiras e os marcadores étnicos não são imutáveis no tempo e no espaço. Ao contrário, trata-se de algo que está estritamente associado a um fenômeno diretamente afetado pela história e pelas circunstâncias contemporâneas, tanto pela dinâmica local, quanto pela dinâmica global. Para maiores informações sobre essa questão, cf: SANSONE, Lívio. **Negritude sem etnicidade:** o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra no Brasil. Salvador: EDUFBA; Pallas, 2007.

⁵⁷⁵² Mestranda em História, UFPE. Juany_silvajm@hotmail.com

artigos e textos publicados por Gilberto Freyre terão relativa importância para pensar como a arte em Pernambuco passa a ser vista durante os anos 1940/1950. Num contexto em que intelectuais tomam para si o compromisso de buscar identificar as raízes que constituem o ideal de brasilidade, busca-se entender assim, como Gilberto Freyre, se apropriará da arte para a construção de uma realidade e representação do nacional.

Palavras-chave: Gilberto Freyre; Pernambuco; Arte; Intelectuais.

A escrita sobre a arte em Pernambuco na primeira metade do século XX, tendo a imprensa enquanto espaço público de debate construiu-se aos poucos e, por ser a imprensa francesa a maior referência da intelectualidade brasileira enquanto prática narrativa. Analisaremos como os textos de Gilberto Freyre sobre a arte no Nordeste era construída, a partir de quais direcionamentos⁵⁷⁵³. Freyre será aqui considerado como intelectual⁵⁷⁵⁴ que atuava na imprensa da época. Alzira Alves de Abreu argumenta que até os anos de 1950, as redações dos jornais eram espaços de prestígio e consagração dos intelectuais. Grande parte dos escritores, poetas e ensaístas eram homens da imprensa, ainda que estes não se considerassem jornalistas. A identidade própria do jornalista seria construída ao longo dos anos de 1950⁵⁷⁵⁵. Assim, pode-se dizer que havia uma estreita relação entre a imprensa e os intelectuais.

Mônica Maria Velloso⁵⁷⁵⁶, considera que pelo fato do Brasil possuir uma estrutura patriarcal e autoritária, além de sua condição periférica, onde se tem uma grande contingência de analfabetos, esse panorama acaba por reforçar a prática do intelectual enquanto agentes da consciência e do discurso. Assim, o intelectual reivindicaria para ele, em uma conjuntura onde se está questionando o país em relação às bases formadoras de sua identidade- primeira metade do século XX-, o papel de guia e condutor não só para pensar o “nacional”, como também, a partir dos anos de 1920, busca investigar as raízes, onde o ideal de brasilidade passa a ser o foco central das preocupações dos intelectuais. A arte será, segundo a autora, um meio para conseguir atingir a realidade brasileira, apresentando alternativas para o desenvolvimento da nação⁵⁷⁵⁷.

⁵⁷⁵³ No primeiro capítulo foi apresentado, mesmo que brevemente, as disputas entre as formulações de Joaquim Inojosa e Gilberto Freyre a cerca das posturas diante da modernidade e suas relações com as produções literárias e artísticas. Ainda que reconheçamos que este embate se deu mais no campo literário que no campo artístico, as ideias e proposições de Gilberto Freyre tiveram, ao longo da primeira metade do século XX, maior efetivação e ressonância dentro do campo artístico em Pernambuco, deste modo, será analisado neste tópico, como suas leituras dessas produções são significativas para os trabalhos desenvolvidos pelos artistas em Pernambuco.

⁵⁷⁵⁴ A definição de intelectual é aqui pensada como desdobramento do intelectual proposto por Jean Paul Sartre. Para ele a noção surge a partir do caso Dreyfus, durante o século XIX. As características que irão demarcar essa noção é pensar o intelectual enquanto agente que, por desempenharem determinadas funções na sociedade, suas opiniões e considerações têm grandes repercussões dentro da estrutura social. É necessário destacar que Freyre, ao longo de quase todo o século XX terá grande influência em vários importantes jornais do Brasil, o que permitirá por assim dizer, escrever sobre uma variada gama de assuntos. In: Jacobelis, Paola Gentile. **Contradição, Engajamento e Liberdade: reflexões sobre o intelectual no século XX**. 2011. Dissertação (Mestrado): USP: 2011. Pág. 17. Para mais informações sobre a formação do campo intelectual na França e os desdobramentos do acontecimento do caso Dreyfus: Charle, Christophe. **Nascimento dos intelectuais contemporâneos (1860-1898)**. Tradução: Maria Helena Camara Bastos. PUCRS, 2002.

⁵⁷⁵⁵ Abreu, Alzira Alves de. Revisitando os anos 1950 através da imprensa. In: Botelho, André; Elide Rugai Bastos; Gláucia Villas Bôas (Orgs.). **O moderno em questão, a década de 1950 no Brasil**. Pp. 232-233.

⁵⁷⁵⁶ Velloso, Mônica Maria. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. **O tempo do nacional- estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Pp. 147-149.

⁵⁷⁵⁷ No recorte de investigação proposto por Mônica Velloso, que se dá entre os anos correspondentes ao Estado Novo (1937-1945), a autora demonstra que, por conta da matriz

Tendo em vista o quadro apresentado e percebendo a importância de Freyre, serão analisados alguns de seus escritos para perceber como suas contribuições são importantes para pensar uma das primeiras tentativas de se construir uma análise sistemática sobre a produção plástica, assim como buscar perceber de que maneira se dará a relação entre seus textos escritos e a produção de certos artistas⁵⁷⁵⁸. Seus escritos serão utilizados nesse trabalho para compreendermos os caminhos traçados para a constituição uma narrativa sobre a arte em Pernambuco.

O Nordeste como foco.

Em 1925, Gilberto Freyre escrevera em “Algumas notas sobre a pintura no Nordeste do Brasil⁵⁷⁵⁹” que naqueles anos, ainda não se tinha produzido um pintor verdadeiramente do nordeste, para tal afirmação, o sociólogo utiliza o pronome possessivo “nosso”, evidenciando a necessidade de um pintor, de uma arte que representasse um pertencimento ao Nordeste. Para ele, “a paisagem e a vida do Nordeste brasileiro se acham apenas arranhadas na crosta. Nos seus valores íntimos continuam virgens⁵⁷⁶⁰”. Porque a especificidade da cultura e da sociedade desta região não estava sendo representadas pelas cores e tons acadêmicos utilizados pelos, segundo Freyre, “velhos gramáticos da pintura⁵⁷⁶¹”, nem pelos impressionistas. A atenção dada à cor específica da paisagem nordestina, não estavam sendo retratadas já que os escassos artistas que pintavam as paisagens brasileiras, tinham por tradição e formação os cursos e professores provenientes da Europa, sendo assim, a imagem que visava representar uma paisagem que tinha como referente a vegetação do nordeste, se fazia com elementos e cores que diziam respeito às luzes e tons utilizados para representar a paisagem caracteristicamente europeia.

No Nordeste, esperam ainda pintores com a coragem e as tintas para às pintar, rudezas do alto sertão e do “agreste”, violentamente rebeldes ao acadêmico dos mestres convencionais como ao carnavalesco dos contramestres “impressionistas”; todo esse “mortífero derrame de luz”, descrito por José Américo de Almeida em página vigorosa, e que, além de vertente ocidental de Borborema, “transforma as campinas num cinzeiro”; esses maciços de catingueiras, salpicadas nos tempos de chuva de sol, com um escândalo de sangue fresco; salpicadas também de amarelos e de roxos espessos, oleosos, gordos, às vezes

autoritária de pensamento, que perpassa a estrutura do governo de Getúlio Vargas nesse momento, contribui para conferir ao Estado Novo o poder máximo de organização social. Nesse contexto, as elites intelectuais das mais diversas correntes de pensamento, passam a identificar o Estado como cerne da nacionalidade brasileira. Enquanto que essa construção do nacionalismo se constituía como preocupação fundamental dos intelectuais, durante o Estado Novo, passaria a ser domínio também do Estado. A autora verifica que durante o Estado novo ocorre a união das elites políticas e intelectuais para a construção de um projeto político-pedagógico, dedicado a popularizar, e difundir a ideologia do regime. (Velloso, 2007, pág. 149)

⁵⁷⁵⁸ Até porque Gilberto Freyre ao buscar, em diferentes períodos, reafirmar o movimento Regionalista, irá se apropriar também de muitos trabalhos no campo literário e artístico.

⁵⁷⁵⁹ A primeira publicação do texto foi feita em 1925, entretanto, em 1962 é lançado **Vida, forma e cor**, livro lançado pela ed. José Olympio. A publicação reunia os textos de Freyre sobre arte e literatura. Chama-se atenção para os anos de publicação desse texto específico e de dos demais analisados neste tópico, porque será, por assim dizer, as primeiras iniciativas de uma escrita sistemática sobre a produção de arte em Pernambuco e no Nordeste. Freyre ao escrever esses textos se posicionava em relação à especificidade do que se produzia na região do Nordeste, em relação às demais regiões do país também para reforçar o movimento Regionalista e, ao escrever textos sobre arte, literatura e cultura, o sociólogo expõe os elementos que para ele reforçam sua tese. As ressonâncias de seus escritos influenciaram e serão influenciadas pelos artistas que produziam em Pernambuco.

⁵⁷⁶⁰ Diniz, Clarissa e Gleyce Heitor. **Gilberto Freyre**. Rio de Janeiro: Funarte, 2010. Pág. 55.

⁵⁷⁶¹ O autor faz alusão aos artistas acadêmicos provenientes da EBA.

dando vida e formas que são meios-termos grotescos entre o vegetal e o humano, verdadeiros plágios da anatomia humana, do sexo do homem e da mulher. Formas no verão alto chupadas pelo sol de todo esse sangue, de toda essa cor, de toda essa espécie de carne; e quase reduzidas aos nossos cardos; a relevos duros, ascéticos, angulosos, assexuais⁵⁷⁶².

O tom de texto escrito chega a parecer manifesto⁵⁷⁶³, pois, evidenciando a ausência, Freyre está ao mesmo tempo, convocando artistas para representar o que segundo ele, era preciso evidenciar. Num primeiro momento, a cor será, por assim dizer, um dos motes centrais para a diferenciação da pintura produzida no Nordeste, em relação às demais regiões do país, porque é na paisagem do nordeste que está apresentado, também pela diversidade de vegetação, flores e frutos, uma paleta de cores com múltiplas possibilidades e sugestões para uma plasticidade visual. O autor admite ser legítimo que, “ao contato com certas situações culturais, a qualidade da luz de uma região, favoreça, de modo particular, o desenvolvimento de uma pintura, em geral; e de certo tipo de pintura em particular.”⁵⁷⁶⁴

Contudo, seu olhar sobre a pintura não se restringia apenas para a luz e as cores, mas também aos motivos representados. Gilberto Freyre toma como parâmetro as pinturas de José Teles Júnior, observando que, embora o pintor se debruçasse sob as paisagens do sertão pernambucano em seus trabalhos, era ausente o elemento humano local. Faltava em seus quadros os homens trabalhando, o carro-de-boi, as casas-grandes e engenhos, as relações de produção nos ambientes açucareiros. Por essa ausência, para o sociólogo, seus quadros representavam a documentação que poderiam ser utilizados para descrições geográficas.

Para ele, Fraz Post⁵⁷⁶⁵, teria sido o primeiro pintor hóspede a se encantar pela técnica de produção açucareira e registrar em seus desenhos e pinturas a vida dos engenhos no Nordeste. Há certa incredulidade na escrita freyriana por não se ter artistas “da terra” representando o que era característico das relações socioculturais:

A técnica da produção do açúcar oferece, elementos para uma pintura tão nossa que é verdadeiramente espantoso o fato de sempre lhe terem sido indiferentes os pintores da terra; espantoso que Post- um estrangeiro- tenha sido o maior, quase o único pintor do trabalho e da dança do trabalhador nos canaviais e nos engenhos do Nordeste⁵⁷⁶⁶.

As atividades decorrentes da produção da cana-de-açúcar, assim como as danças e costumes dos afro-brasileiros e africanos residentes no Nordeste eram, segundo Freyre, fontes ricas de sugestões para a escultura e pintura. Para ele, essas relações e seus movimentos constituíam o arcabouço do que seria a pintura verdadeiramente brasileira. Trabalhos que representassem estas cenas deveriam substituir os convencionais quadros patrióticos, cívicos que ornavam as sedes estaduais dos governos, pois continha nas representações das cenas características do engenho o sentido de brasilidade social e humana. Gilberto Freyre, todavia, apresenta nomes de alguns jovens pintores que em seus trabalhos retomavam as questões e motivos por ele implorados:

[...] Só na década de 1920-1930, pintores do Norte, jovens pintores, começaram a voltar ao assunto? Em Fédora do Rêgo Monteiro, em Carlos Chambelland e Vicente do Rêgo Monteiro vamos encontrar tipos regionais de negros, de caboclos e de mestiços aproveitados com autêntico interesse artístico, em pintores que marcam o início, no

⁵⁷⁶² Diniz, 2010. Pág. 57.

⁵⁷⁶³ Em 1926 o autor escreverá O manifesto Regionalista.

⁵⁷⁶⁴ Diniz, 2010. Pág. 78.

⁵⁷⁶⁵ Nota sobre Franz Post.

⁵⁷⁶⁶ Diniz, 2010. Pág. 60.

Nordeste, de um bom regionalismo na arte brasileira, marcado também pelas estilizações de caju, por Joaquim Cardozo e de folhas de mamoeiro, por Joaquim do Rêgo Monteiro; e pelos admiráveis desenhos de 1925 de Manoel Bandeira⁵⁷⁶⁷.

Sem conter um tom de certa expectativa sobre o que estaria por vir, o autor descreve com certo entusiasmo o surgimento de um novo olhar por parte dos artistas por ele mencionados:

[...] Vem surgindo uma pintura de interpretação da vida e da paisagem do Nordeste, ao lado de outra, de romancistas e poetas. Pintores como o sentido telúrico da sua arte vêm versando assuntos regionais, sem perderem o sentido brasileiro e universal das coisas, dos fatos, das pessoas: das relações entre as pessoas; sem resvalarem para o caipirismo ou para o separatismo literário ou artístico. Nem para o patriotismo, anedótico, o apologético- perigos a evitar nessa fase nova de abasileiramento da nossa arte e da nossa literatura⁵⁷⁶⁸.

A renovação cultural disseminada pelo país nos anos de 1920, com os questionamentos da semana de 1922 entre eles, por exemplo, evidencia desdobramentos de olhares e posicionamentos do que está sendo produzido no país e a relevância de suas produções. A representação que Gilberto Freyre tanto cobra dos artistas do Nordeste está relacionada à centralidade que esta região terá em seus escritos. Ao defender os aspectos que tornam a colonização do Brasil diferente dos demais países do mundo, o Nordeste, em seus estudos, representa a veia central aberta que pulsa para as demais regiões os elementos culturais decorrentes da miscigenação entre as diferentes culturas e etnias que colonizaram o país⁵⁷⁶⁹. São as relações que perpassam as camadas populares, as relações de trabalho, com seus movimentos, danças e ritmos que devem impulsionar os novos artistas a representarem o que é de fato caracteristicamente do Brasil, para ele, era chegado o momento de lançar o olhar para dentro do país, para o que era verdadeiramente seu.

Ao questionar como a realidade social estava sendo construída, Freyre chama atenção para a apreensão do mundo social e suas categorias de percepção. Deste modo, o conceito de representação, proposto por Roger Chartier, é salutar, já que, ao reivindicar as ausências de certas representações, certos modos de perceber a sociedade, se atendo as relações sociais

⁵⁷⁶⁷ Diniz, 2010. Pág.72.

⁵⁷⁶⁸ Diniz, 2010. 72.

⁵⁷⁶⁹ Freyre via nas relações multirraciais o que o Brasil tinha de mais singular e que deveria, por assim dizer, ser evidenciado com orgulho. A miscigenação era vista pelo sociólogo como algo positivo que constituía a cultura do país, entretanto, para ele, o que permeava as relações entre as raças, entre os escravos e donos de terras eram acordos entre explorados e exploradores. Dentre tantas críticas ao autor, uma delas é a de que ele desconsidera as relações de poder entre dominadores e dominados. Há na escrita freyreana certa idealização tanto em relação ao papel do português na colonização brasileira, quanto ao protagonismo do negro na formação da sociedade. O livro *Casa Grande & Senzala*, publicado em 1933, apresenta um panorama da vida social brasileira, pautado em uma análise sobre a aristocracia açucareira, associando a vida pública, privada e cotidiana. Uma das inovações do trabalho de Gilberto Freyre se deve ao fato de descrever a cozinha, os gostos alimentares, a arquitetura e a vida sexual. Uma análise que evidencia os hábitos tanto do senhor de engenho, do patriarca e de sua família, das mucamas, sinhás, em outras palavras, a trama social existente. Freyre analisa a sociedade escravocrata enquanto senhor de engenho, branco e patriarcalista, não enfatiza sua análise aos escravos que penavam nos campos e produções do ouro branco (açúcar). O sociólogo destaca a importância do comportamento do homem negro como uma das bases da "brasileiridade", sendo a mestiçagem, a característica positiva e basilar da cultura brasileira. Ver mais em: Freyre, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia Patriarcal- 51ª ed.- São Paulo: Global, 2006.

no Nordeste, ele também produz um discurso⁵⁷⁷⁰. Discurso este que não é neutro, mas sim permeado de estratégias e práticas. Ao mesmo tempo em que ele evidencia a falta, também induz como a leitura dessa realidade deve ser feita, dada a ler.

Já em *Modernidade e Modernismo nas artes*⁵⁷⁷¹, Gilberto Freyre estabelece entre Recife e São Paulo aproximações. Para ele, São Paulo e Pernambuco significam dois polos “modernos” e “modernistas” no Brasil. Pois foram esses dois estados que substituíram os portugueses no esforço de colonizar o Brasil.

No Brasil, quase tudo que é manifestação de modernidade ou explosão de modernismo em política, em literatura, em indústria, em pintura, até em religião e em ética, tem partido de São Paulo ou Recife. Ou de Paulistas e pernambucanos. Nos dias de Nassau, o Recife foi um centro escandaloso não só de modernidade como de modernismo que os burgueses da Holanda não conseguiram acomodar-se a tanta inovação perigosa⁵⁷⁷².

O início da modernidade em Pernambuco teria sido plantado pelos holandeses durante a colonização no século XVII⁵⁷⁷³. Freyre partilha da opinião de certa historiografia que durante alguns anos têm corroborado para a construção de um imaginário sobre o período de ocupação holandesa, como a *belle époque* na história da colonização no Brasil⁵⁷⁷⁴. Ao fundar essa modernidade à *vanguard* protagonizada pela capitania de Pernambuco- com processos de modernização na cidade do Recife-, se inscreve também no universo correspondente às artes uma originalidade de um fazer artístico⁵⁷⁷⁵.

Por mais que o objetivo do autor tenha sido de apresentar um panorama sobre as várias artes, a arte política, a literatura, as artes plásticas e, os movimentos de renovação que aconteceram no país, o cerne da discussão e o que irá conduzir a narrativa do artigo é, especificamente, a arte política no país. Para isso Gilberto Freyre apresenta duas frentes: Os mestres, personificados pelas práticas políticas dos estados da Bahia, Minas Gerais e Maranhão e os aprendizes, personificados pelos estados de Pernambuco e São Paulo. A distinção é clara, de um lado os prudentes, tradicionais e do outro, os inovadores, experimentalistas. Freyre enxerga essa dualidade como algo positivo pro país, mas adverte que é preciso haver uma alternância para que assim, seja possível uma confluência de ideias e reciprocidade de pesos e medidas. Com a alteridade entre os dois polos, haveria, segundo o autor, uma arte política saudável.

⁵⁷⁷⁰ Chartier ao problematizar o conceito de representação, alerta o leitor da relevância desses estudos, porque quando se investiga as representações, entendidas como produtos de uma dada realidade em um determinado tempo, supõe-se que suas relações de representação estão sempre colocadas num campo de concorrências e de competições, o desafio proposto é justamente perceber essas dinâmicas que se enunciam em termos de poder e dominação. In: Chartier, 1985. Pág. 17.

⁵⁷⁷¹ Versão revisada da Palestra proferida no dia 22 de Junho de 1946 no Teatro Municipal de São Paulo, sob o título *Modernidade e modernismo na arte política*. In: Diniz: 2010. Pp. 27-47.

⁵⁷⁷² Diniz. 2010. Pág. 28.

⁵⁷⁷³ referencia dos anos de permanência dos holandeses no Brasil.

⁵⁷⁷⁴ Mello, José Antônio Gonsalves de. **Tempos dos Flamengos**: influencia da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks Editora. 2001

⁵⁷⁷⁵ José Cláudio no livro *Artistas Pernambucanos ao se imbuir do compromisso de narrar a história de uma “escola pernambucana” de arte*, exalta a importância dos artistas que vieram durante a administração do Conde Maurício de Nassau, especificamente Franz Post. José Cláudio defenderá o argumento de que a pintura do artista teria sido resultado ideal do encontro da terra brasileira com o estrangeiro. Por isso, Franz Post teria sido o primeiro pintor brasileiro, não só cronologicamente, mas também pelos motivos predominantes de sua arte. Deve-se ressaltar que *“Artistas de Pernambuco”* foi publicado em 1984, Cláudio compartilha com Freyre os pressupostos que partem da representação dos motivos das pinturas de Post para legitimar um discurso fundador, um ponto de partida da arte em Pernambuco. Cláudio, José. *Artistas de Pernambuco*. IN: **Memória do Atelier Coletivo**. Ed. 2- Recife: Cepe, 2010. Pág. 140.

E, para refletir o que ele considera como moderno e modernismo, Gilberto Freyre acaba delimitando o que para ele seria o modernismo:

Pois modernismo implica em considerar-se perfeito em um momento que é ou foi moderno; em parar um homem ou um grupo na adoração desse momento considerado todo ou quase todo insuperável; em sistematizar-se e até cientificar-se essa adoração [...] ⁵⁷⁷⁶.

O “modernismo”, por assim dizer seria um dado momento, que já se foi ou que ainda permanece. Sendo assim, é necessário identificar esse momento insuperável e buscar meios de sistematiza-lo. Ao fazer menção à renovação ocorrida em São Paulo no campo da literatura e das artes, o autor reconhece a importância do movimento, mas ao mesmo tempo, alerta para o fato de que esse movimento teria envelhecido rapidamente porque tinha contraído e sistematizado “numa quase seita de adoração do que fora apenas um momento ou um instante ⁵⁷⁷⁷”. Assim, essa veneração e adoração acabam sendo, na visão do autor, a própria negação do critério de modernidade. A ruptura faz parte da dinâmica da modernidade. Em contraposição, ao apresentar o moderno enquanto proposta que permanece para além do modernismo, o sociólogo acaba por dizer que o moderno seria a linha tênue que se apropriará das inquietações modernistas para moldar a tradição.

Ao analisar artigos escritos por Gilberto Freyre, Eduardo Dimitrov, a partir das propostas formuladas por Pierre Bourdieu, para pensar os movimentos regionalistas, argumenta que, ao se posicionar e buscar uma reivindicação de cunho regional, o sociólogo estaria dando uma resposta à estigmatização que produz a região enquanto província:

[...] se o “centro” atribui valor de “província” a uma região afastada simbólica e socialmente dele, o movimento regionalista responde a esta estigmatização tentando positiva-la. O “centro” detém capital material e simbólico que a província não possui e, portanto, é capaz de estigmatizá-la como região menor. É dessa existência estigmatizada que surgem reivindicações regionalistas na busca de inversão dos sinais negativos do estigma imputado pelo “centro” ⁵⁷⁷⁸.

É na tentativa de desconstruir as barreiras simbólicas que perpassam as relações, sejam elas artísticas, sociais e/ou políticas, que o sociólogo produzirá seu discurso, discurso este que é fundamentado por suas pesquisas e considerações que irá desenvolver ao longo de sua trajetória. Gilberto Freyre, constrói castelos de areia ao aproximar Pernambuco de São Paulo e, no movimento seguinte, deposita sobre o mesmo castelo um balde de água, para lembrar que, apesar das semelhanças, as diferenças permaneciam.

Gilberto Freyre e Mário Pedrosa

No livro “Vida, forma e cor” foram reunidos textos escritos pro Freyre, artigos escritos desde a década de 1920, alguns publicados em jornais como o Diário de Pernambuco, entre outros e textos escritos para a própria publicação. Um dos artigos escritos para a publicação o autor faz menção a um artigo escrito por Mário Pedrosa no Jornal do Brasil ⁵⁷⁷⁹. Gilberto Freyre faz críticas às formulações de Pedrosa, principalmente em relação às possibilidades

⁵⁷⁷⁶ Diniz, 2010. Pág. 31.

⁵⁷⁷⁷ Diniz, 2010. Pág.31

⁵⁷⁷⁸ Dimitrov, 2010. Pág.6.

⁵⁷⁷⁹ No artigo, Gilberto Freyre informa que o artigo se intitulava “Sociólogos versus Pintores” e que fora publicado no Jornal do Brasil. A partir da informação da data de publicação do livro Vida, Forma e Cor que é de 1962 e sabendo que Mário Pedrosa passa a ter uma coluna sobre arte no Jornal do Brasil em 1957. Investiguei na Hemeroteca da Biblioteca Nacional o referido texto entre os anos 1950, até a data da publicação do livro e o mesmo não fora encontrado.

argumentativas entre sociólogos e críticos de arte. Em “A propósito de pintores e das suas relações com a luz natural”, artigo produzido para o livro, o autor disserta não só sobre as estreitas relações entre a cor local e suas interferências na plasticidade dos artistas, como também se detém sobre o fato de que, havia na produção dos artistas brasileiros um tom renovador e ao mesmo tempo experimentalista. A renovação artística, segundo o autor, estaria sendo protagonizada por artistas do Norte e Nordeste:

Daí já ter eu lembrado renovadores brasileiros da pintura que tem sido homens do Norte e Nordeste como Emílio Cardoso Ayres, os irmãos Rêgo Monteiro, Luís Jardim, Cícero Dias, Lula Cardoso Ayres, Francisco Brennand, Aloísio Magalhães. Continuo a pensar assim e a insistir no fato de que esses renovadores têm realizado obras notáveis de renovação, menos por influência do Rio e de São Paulo, sobre eles, que pelo seu contato direto com a Europa e com os Estados Unidos: contato através do Recife⁵⁷⁸⁰.

Novamente, o autor centraliza a atenção para a produção dos artistas do Norte e Nordeste evidenciando a renovação, entretanto, Freyre destaca o lugar e o ponto de influência para esses artistas. Ao demarcar a Europa e os Estados Unidos enquanto influência, Gilberto Freyre procura distanciar a produção do Norte/Nordeste da produzida no Rio de Janeiro e em São Paulo. Em relação ao Rio e São Paulo, Recife estaria mais próxima dos dois polos- Europa e Estados Unidos- do que havia de mais moderno nas artes do mundo. Essa tentativa de hierarquia pode ser visualizada quando o autor afirma que Cícero Dias é mais próximo de Picasso do que Cândido Portinari⁵⁷⁸¹. Estabelecer essa distinção é sintomático para demarcar protagonismos, neste sentido, dividindo as produções entre o norte e o sul. Freyre não reivindica apenas os protagonismos dos artistas neste artigo, dirigido a Mário Pedrosa. O sociólogo reivindica também o seu lugar de fala, enquanto sociólogo, de poder falar sobre a arte e interpretá-la sociologicamente:

Quanto às palavras um tanto rudes, do distinto esteta paraibano radicado há anos no Rio, referindo-se ao mestre francês- ‘uma vez que o sociólogo se mete a falar de nossa pintura e interpretá-la, etc.’- mostram que o ilustre Pedrosa continua a ser intelectual estritamente sectário, para quem certos assuntos só podem ser versados pelos membros de uma seita de requintados no trato dos mesmos assuntos. Daí ignorar haver uma sociologia da arte que permite a um sociólogo da categoria de Roger Bastide tratar, como sociólogo, de pintura e de pintores, sem ser um metediço um intrometido numa especialidade requintadamente estética pertence apenas aos estetas. Ou somente aos críticos de arte⁵⁷⁸²

Enquanto intelectual e atuante na imprensa, Gilberto Freyre versava sobre variados assuntos que, de alguma maneira lhe eram interessantes. Por pertencer à aristocracia açucareira pernambucana, a influência de seus escritos poderia ser percebida nas conversas e diálogos da elite. A imprensa enquanto lugar de fala era domínio dos intelectuais e representante da elite do país e conseqüentemente, pernambucana. Uma imprensa brasileira que tinha como influência uma tradição francesa de escrita, pautada na figura do

⁵⁷⁸⁰ Diniz, 2010. Pág.77.

⁵⁷⁸¹ “O caso das relações de Picasso com Cícero Dias, por um lado, e por outro, com Cândido Portinari, é assunto delicado. Sei que a preferência de Picasso por Cícero Dias é um fato que o ilustre esteta não deve pôr em dúvida.” O esteta mencionado é Mário Pedrosa. Freyre, Gilberto. A propósito de pintores e das suas relações com a luz regional. In: Diniz, Clarissa; **Gleyce Heitor**. 2010. Pág. 77.

⁵⁷⁸² Diniz,2010. Pág. 78.

intelectual total⁵⁷⁸³, Gilberto Freyre, dentro deste modelo representava um poder de fala importante, se pensar os moldes da sociedade pernambucana durante a primeira metade do século XX, assim, o sociólogo buscará na produção artística os elementos que sedimentarão a brasilidade proposta por ele, onde a representação do que era, segundo o autor, caracteristicamente brasileiro- elementos que faziam parte da rotina na produção açucareira- servirá como base para o desenvolvimento da nação. Gilberto Freire ao confrontar-se com o crítico, e dizer que Pedrosa continuava sendo “intelectual estritamente sectário, para quem certos assuntos só podem ser versados pelos membros de uma seita de requintados no trato dos mesmos assuntos”. Esta questionando a autoridade de Pedrosa, já que nas palavras de Freyre, Mário Pedrosa estaria deslegitimando a fala dos sociólogos nos assuntos em torno da arte.

Todavia, a imprensa nacional passará ao longo dos anos de 1950 por uma série de transformações, desde seu aparato tecnológico, tipográfico, aos aspectos referentes à produção da escrita jornalística⁵⁷⁸⁴. O Jornal do Brasil, com seu *Suplemento Dominical*⁵⁷⁸⁵, influenciará por assim dizer, grande parte dos jornais editados no país. Transformação que contribui também para a inserção de outros lugares de fala. Inicia-se durante os anos de 1950, um processo que constitua a imprensa enquanto espaço de debate e reflexão sobre a arte pelo crítico⁵⁷⁸⁶. Deste modo, é em 1957, dentro da reforma do Jornal do Brasil, que Mário Pedrosa passa a produzir na coluna “Arte” artigos e críticas sobre a produção artística no

⁵⁷⁸³ O conceito Intelectual total, segundo Pierre Bourdieu, advém da centralidade encarnada por Jean Paul Sartre, que buscou reunir em sua mesma pessoa, o pensador escritor, romancista metafísico, artista filósofo, que empenha na luta política todas essas atividades. Seria a possibilidade de pensar o intelectual e sua posição social e fazer de sua experiência um ponto de partida privilegiado para executar uma análise lúcida sobre os homens, as coisas. É na obra “O ser e o nada” que Sartre, segundo Bourdieu, tinha a pretensão de um pensamento insuperável. O volume da obra, a amplitude do campo de visão e o universo dos temas abordados, que, segundo o autor, seria coextensivo à própria vida de Sartre. Com esta obra, Sartre instituiria à filosofia a instância fundadora, autorizada “a reinar sem reservas sobre todos os terrenos da existência e do pensamento, a instaurar-se como instância transcendente, capaz de revelar à pessoa, à instituição ou ao pensamento a que se aplica sobre ele mesmo da qual está desapaosado”. Esse estar no mundo enquanto intelectual total e a liberdade advinda desse fazer, proposto por Sartre, o coloca, de acordo com Bourdieu, à distancia de sua condição e de seus condicionamentos. O intelectual proposto por Sartre, estaria desligado do mundo e das coisas, colocado em uma posição superior, transcendental. A onipotência desse pensamento seria o mal de ser intelectual. Gilberto Freyre, como tantos outros intelectuais da primeira metade do século XX, refletem a partir do pensamento que, enquanto intelectual, se teria a liberdade de opinar sobre todas as coisas. Embora percebamos o diálogo do sociólogo com outros temas como política, literatura, temas que envolvem a sociedade de maneira geral, seu pensamento teve como ponto de partida, seu lugar e seu tempo. O sociólogo pensava e falava enquanto um homem do nordeste, pertencente à elite açucareira pernambucana. (Bourdieu, 2010, pp. 238-242)

⁵⁷⁸⁴ Alzira Alves de Abreu apronta que o surgimento de jornais como a Tribuna da Imprensa (27/12/1949) e a Última Hora (12/06/1951) e a reforma do Jornal do Brasil (1956/1957) podem ser tomados como indicadores de uma série de transformações que se operaria na imprensa, tanto na linguagem, como na diagramação e paginação. Mais informações: Abreu, Alzira Alves de. Revisitando os anos 1950 através da imprensa. In: Botelho, 2008.

⁵⁷⁸⁵ O Suplemento Dominical do Jornal do Brasil foi resultado de algumas iniciativas dentro da dinâmica de produção do jornal, uma delas foi a compra de equipamentos gráficos, possibilitando uma expansão técnica para certas iniciativas. Outro fator decisivo foi a entrada de Reynaldo Jardim, quem cria o reunindo em uma mesma seção, receitas culinárias, poesias e temas voltados para a mulher. Além de convidar o poeta Mário Faustino, o escritor Ferreira Gullar, Oliveira Bastos, os irmão Haroldo e Augusto Campos e José Lino Grunewald e Mário Pedrosa. Abrindo espaço para novos autores, poetas, artistas e cronistas, dando ênfase a temas ligados ao teatro, cinema e às artes plásticas. Deste modo, o Suplemento torna-se, o veículo de divulgação não só da exposição de arte concreta em 1956 como também dos demais eventos relevantes em artes no país. Para mais informações: Abreu, Alzira Alves de. Revisitando os anos 1950 através da imprensa. In: Botelho, 2008. Pp. 215-217.

⁵⁷⁸⁶ A análise sobre a formação e produção da crítica em arte em Pernambuco será melhor desenvolvido no terceiro capítulo.

país, firmando-se enquanto crítico de arte e mobilizando estratégias para demarcar o poder de fala enquanto esteta e crítico.

Em “O ponto de vista do crítico”, Mário Pedrosa, apresenta aos leitores do *Jornal do Brasil*, os pontos de partida que fundamentam a análise produzida por um crítico. Adverte que a “luta é livre”, e que não cabe ao crítico sair respondendo em réplicas e tréplicas para defender da “crítica”, sua crítica. Como por exemplo, o fato de várias pessoas o identificarem enquanto sectário, partidário, político e que para ele, só se admitiria uma espécie de arte, “a que vulgarmente se designa por ‘não figurativa’, ‘abstrata’ ou ‘concreta’⁵⁷⁸⁷”. Segundo o próprio Pedrosa, jamais passara pela sua mente a tentativa de buscar se retificar. Porque para ele, os mal-entendidos são espalhados e tecidos em torno do crítico e isso se dá, independente de sua vontade ou anuência. São coisas que faziam parte do ofício. Por assumir no *Jornal do Brasil* a coluna das artes plásticas, o crítico explica os critérios que o levam a apreciar e julgar as obras. O grande referencial para Pedrosa foram as formulações propostas por Baudelaire. Onde “para ter uma razão de ser, a crítica deve ser parcial, apaixonada, política, isto é, feita de um ponto de vista que abra mais horizontes”.

Desse ponto de vista, o temperamento do crítico, sua bagagem de gostos, preconceitos, experiência vivencial e cultural perdem o extremo subjetivismo, se fundem, se amoldam, se hierarquizam nos sucessivos planos panorâmicos daquele, de modo a permitir-lhe, afinal, falar, apreciar, julgar para além de suas mesquinhas pessoais, de seus ‘parti-pris’, unilaterais, pré-conceituais, do mero gosto ou impressão passageira⁵⁷⁸⁸.

Ainda que a apresentação de Pedrosa não se dirija diretamente à Gilberto Freyre, mas sim aos leitores de maneira geral. A “*mise en scene*” apresentada por ele demarca as diretrizes que definirão o seu lugar de fala, ponto de partida de uma análise crítica sobre a arte. Pedrosa se coloca na contramão daqueles que baseavam seus argumentos a partir dos “achismos”, prática comum na imprensa. Sua fala é resultado de seu repertório cultural e um temperamento crítico. Apresentar o embate aberto na imprensa durante os anos de 1950, evidenciando os modos de falar sobre arte na imprensa é pensar como as justificativas e argumentos servirão de base para a abertura de um discurso sobre arte especializado na fala do crítico⁵⁷⁸⁹. Freyre apresenta-se como “sociólogo” e Pedrosa como “crítico”. Esse embate pode ser significativo quando refletimos sobre os espaços de fala, enquanto espaços de legitimação e autoridade. Quais pessoas podem falar sobre arte na imprensa e demais espaços, se pensarmos um campo artístico brasileiro que, dentro da produção de arte moderna- e não apenas-, está a ser moldado, firmado? Esse jogo acirrado faz parte da dinâmica do campo, tanto em relação às produções, o que deve ser ou não produzido, como também em relação às autoridades reivindicadas.

Pode-se então pensar a partir do que Norbert Elias chamará de *Establishment* e *Outsiders*⁵⁷⁹⁰, ou seja, grupos e/ou indivíduos que ocupam posições de prestígio e poder e grupos e/ou indivíduos que se encontram fora da instância de uma fala instituída enquanto legítima. É relevante sublinhar que na dinâmica do campo artístico esses acirramentos e embates não se dão de forma unilateral. Enquanto que até o início dos anos de 1950, Gilberto

⁵⁷⁸⁷ Pedrosa, Mário. O ponto de vista do crítico. In: *Jornal do Brasil*: 17/01/1956.

⁵⁷⁸⁸ Pedrosa, Mário. O ponto de vista do crítico. In: *Jornal do Brasil*, 17/01/1957.

⁵⁷⁸⁹ A crítica de arte em Pernambuco será melhor abordada no terceiro capítulo.

⁵⁷⁹⁰ O *Establishment* é entendido como um grupo ou indivíduo que se alto percebe, a partir de uma identidade social construída a partir de uma combinação entre tradição, autoridade e influência. Já os *Outsiders* estão fora da dinâmica de interação entre os *Establishment*, além de não corresponder a um conjunto homogêneo de pessoas e laços sociais que os unam. Os *Establishment* constroem para si uma identidade social de grupo. Elias, Norbert; Scotson, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: A sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2000.

Freyre poderia ser percebido enquanto pertencente ao Establishment, já que sua fala era legitimada por sua posição, não só enquanto intelectual como também pertencente à elite pernambucana, ao longo dos anos de 1950, se tornará um outsiders, já que se firmará mais fortemente no país o papel do crítico, a fala especializada, não só defendendo as diretrizes que nortearão os caminhos traçados para efetivar e julgar as obras, como também na constituição de uma prática que será disseminada nos jornais do período⁵⁷⁹¹.

Considerações Finais

As posições estabelecidas em antagonismos –não apenas- dentro da estrutura do campo artístico (dominante/dominado, consagrado/novato, etc.) estarão em constante movimento de mudança de posições. Cujo objetivo é o de ocupar o lugar privilegiado, neste caso, o privilégio de ter seu discurso legitimado sobre a arte entre os agentes do campo, nessa disputa não está apenas em jogo quem pode ou não argumentar sobre a arte, como também que tipo de arte –figurativa/ abstrata- é predominante na produção nacional. Na dinâmica do campo, como salienta Bourdieu, a iniciativa de mudança, cabe aos recém-chegados, aos mais “jovens”, já que são desprovidos de capital específico. Estes por sua vez “existem na medida em que, sem ter a necessidade de o querer, chegam a afirmar sua identidade, ou seja, sua diferença, a fazê-la conhecida e reconhecida (“fazer um nome”)⁵⁷⁹²”.

As tomadas de posição são definidas em relação à estrutura e dinâmica dentro do campo. Pedrosa ao apresentar seu modo de pensamento e de expressão, rompe com os modos de pensamento em vigor, no sentido de propor uma especialização e certos parâmetros para propor uma análise crítica da arte. Freyre diante da ameaça, já que o seu discurso, baseado em suas pesquisas enquanto sociólogo estava sendo questionado, se impõe e tenta também, invalidar as premissas que fundamentam o discurso de Pedrosa. Para além dos embates pessoais entre Freyre e Pedrosa, cabe a nós refletirmos sobre os posicionamentos desses agentes e de que maneira suas análises e considerações são relevantes para a compreensão da dinâmica do campo de maneira geral, e nas produções de maneira específica, pensando a partir da influência e o papel do crítico na construção das narrativas sobre a arte. O discurso crítico, seja ele produzido por um sociólogo ou um crítico-tendo como parâmetro o que será demarcado quanto prática exercida por especialistas-produz dinâmicas que legitimam o artista e suas produções. Em que medida a reflexão e as abordagens figurativas e abstratas se insere também na discussão do que é regional/nacional a partir do argumento da produção desses textos que legitimam modos de produzir de representar o Brasil.

⁵⁷⁹¹ Durante os anos de 1950, Ladjane Bandeira protagonizará em Pernambuco um movimento de ocupação na imprensa para pensar a arte produzida em Pernambuco, abrindo espaços para a formação e publicação de críticos que são também artistas.

⁵⁷⁹² Bourdieu, 2010. pág. 271.

*Juliana da Costa Ramos*⁵⁷⁹³

ju.ramos@live.com

Resumo: O departamento de museologia (Demu), órgão vinculado ao Museu do Homem do Nordeste (MUHNE), pertencente ao Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS), foi um dos mais antigos e atuantes setores do campo da museologia e do patrimônio no Brasil até a primeira metade dos anos 1980. De modo que, esse artigo é resultado de uma pesquisa que buscou identificar as práticas realizadas no âmbito do Demu, enquanto órgão de atuação e repercussão regional, a fim de tornar possível a problematização em torno da aderência de suas práticas no macrocosmo de sua atuação nas regiões norte e nordeste do Brasil, pensando assim, o Departamento de Museologia como exportador não só de técnicas expositivas, mas de mentalidades acerca do que expor, selecionar e preservar a respeito da cultura dita como nordestina. Aspectos esses intimamente vinculados à condição de autoria das exposições museológicas e a definição dos objetos passíveis de musealização, que não são, no entanto problematizados como produtos autorais de um grupo. Nesse sentido, se coloca em evidencia a desnaturalização da condição de seleção na qual estão imersos os processos museais, e, posteriormente, uma reflexão mais abrangente a respeito dessa condição de autoria inserida nos processos expositivos comuns aos museus, mas que são discursados como práticas autóctones das sociedades e não como produtos de disputas sociais.

Palavras-chave: Departamento de Museologia, Museu do Homem do Nordeste, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Práticas museais, Autoria museológica, Discurso Museal, Exposição e Narrativa Museológica.

Departamento de Museologia – Demu

O departamento de museologia foi um órgão vinculado ao Museu do Homem do Nordeste (Muhne), pertencente ao Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS). Criado em 1971, a partir de uma reorganização na estrutura regimental do antigo IJNPS, considerado um dos pioneiros e um dos mais antigos departamentos atuantes no campo da museologia e do patrimônio no Brasil, pelo menos até a primeira metade dos anos 1980.

O Demu, como ficou conhecido, foi um órgão de vasta atuação e repercussão regional, sobretudo, dentro das atividades de diziam respeito às ações de consultoria para seleção de acervo, montagem de exposições, capacitação de profissionais, restauração e conservação de bens patrimoniais.

Nesse sentido, esse setor do Museu exportou para outras instituições museais, principalmente da região Nordeste, mais do que suas práticas e técnicas de museografia e conservação, mas são os sujeitos pertencentes à esse departamento que atuaram na formação de um gosto, elegeram bens passíveis de musealização e orientaram políticas de memória e, porque não, de esquecimento.

Nesse sentido, se coloca em evidencia a necessária desnaturalização da condição de seleção e autoria na qual estão imersos os processos museais, e, posteriormente, uma reflexão mais abrangente a respeito dessa condição de produção inserida nos processos expositivos comuns aos museus, mas que são discursados como práticas autóctones das sociedades e não como produtos de disputas sociais.

Tessitura Expográfica: os interdiscursos do Museu do Homem do Nordeste.

⁵⁷⁹³ Mestra em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional, da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Inaugurado em 21 de julho de 1979, o Museu do Homem do Nordeste é um dos projetos museológicos mais significativos para o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, pois conjugava, pela sua temática, a atividade finalística da Instituição, que era dar visibilidade às questões sociais e à história da região Nordeste do Brasil.

O ano de 1979 é emblemático, e a abertura do Museu do Homem do Nordeste se apresenta como corolário, pois ocorre em meio às comemorações do aniversário de 30 anos do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais e antecipa a transformação jurídica do Instituto em Fundação. Como podemos perceber a partir da fala de Nilo Pereira, à época presidente do Conselho Diretor do IJNPS:

Hoje, a inauguração do Museu do Homem do Nordeste — sob a competente direção de Aécio de Oliveira — será o ponto culminante das celebrações dessas três décadas, que não passam em vão. Esse Museu é uma grande realização antropológica, cultural e artística. O Nabuco atinge, assim, um campo sempre maior de ação e abre os horizontes mais tentadores e mais sérios aos pesquisadores e aos governos. Pois que cabe aos governos — insisto sempre nisso — tomarem boa nota desse trabalho idôneo que vem ajudar na solução dos nossos problemas e de nossos desafios⁵⁷⁹⁴.

Mais do que uma mudança na natureza jurídica de uma instituição, atingir a condição de Fundação consagra institucionalmente o antigo IJNPS e dá prestígio e credibilidade às ações desenvolvidas e aos atores envolvidos. Nessa ocasião, o Instituto é gerido por Fernando Freyre, filho de Gilberto Freyre; e tal administração ganha revelado, sobretudo, por tentar ultrapassar o estigma social do nepotismo e pela tentativa de consolidar as ações do Instituto em meio ao processo de redemocratização do País.⁵⁷⁹⁵

Não serão poucos os relatos e o apelo midiático à inauguração do Museu e às comemorações do aniversário do Instituto. Semelhante ao que ocorreu no final dos anos 1950, quando da criação do IJNPS, vemos nas fontes uma mobilização intensa da tradicional mídia local em veicular artigos, matérias, notas, citando os eventos.

Em matéria publicada no jornal *Diário de Pernambuco* datada de 19 de julho de 1979, vemos Sebastião Villa Nova, pesquisador vinculado ao Instituto, fazer uma verdadeira elegia à comemoração dos 30 anos do IJNPS.

Do IJNPS bem se pode afirmar que não se trata de centro de pesquisa “burocrática”, fechada à criatividade imprescindível à pesquisa social e, de resto, à pesquisa científica em geral, porém, de centro de pesquisas aberto aos motivos e impulsos individuais de indagação em torno dos fenômenos e problemas da sociedade.

O autor traça argumentos acerca do caráter acessível das atividades do Instituto, como se organizariam, antecipando a afirmativa em que o próprio Nilo Pereira justifica a importância do IJNPS. Sebastião ainda se utiliza dos argumentos que colocam a pesquisa social como “[...] instrumento de autoconsciência da sociedade” e salienta a importância da atuação da instituição para a Região.

Sob a mesma perspectiva, outro artigo, extenso e sem indicação de autoria, publicado no *Jornal do Comércio*, em 20 de julho de 1979, são feitas chamadas convocando a sociedade a comparecer ao grandioso evento de inauguração, assim como sinalizando a importância da inauguração que essa instituição terá para a Região.

⁵⁷⁹⁴ **JORNAL DO COMMERCIO**, 21 de Julho de 1979

⁵⁷⁹⁵ É importante destacar que, com o fim do regime militar de 1964, várias instituições públicas são extintas; assim o discurso institucional assumido pela Fundaj é de se autorepresentar como uma instituição de profunda aderência social e de extrema relevância à produção científica nacional.

O Nordeste estava, em verdade, necessitando de um museu dessa ordem, que conte aos que o visitarem a história da vida dos homens que o povoam, fortes, heroicos e resignados, cooperando, apesar de tudo, para a grandeza do País, do qual são parte tão relevante.

A citação acima reitera a visão do nordestino como povo simplório e destemido, subjugado, mas resiliente. Essas práticas discursivas que se avolumam a partir dos anos 1930 consolidam, entre outras coisas, uma visão estigmatizada, homogênea e estereotipada acerca da Região e dos seus habitantes. Esse argumento também é recorrente em artigo publicado no *Jornal do Comércio* em 19 de julho de 1979, por Leudar de Assis Rocha⁵⁷⁹⁶. Assim afirma o autor:

Foi ideia feliz, esta, da criação desse Museu, em que o homem nordestino far-se-á presente pela inteligência, pela habilidade artesanal, pelo domínio das artes plásticas, pela grandeza de sua própria história, mostrando como tem sabido, com o heroísmo da região, vencer os sofrimentos, superar as vicissitudes e sobrepor-se ao nunca assaz negado abandono em que se tem pairado. Nem as secas, nem as enchentes, nem o nosso velho canibalismo político tiraram o ânimo desse homem de coração generoso e de alma férrea, que antes de ser propriamente nordestino é brasileiro, contribuindo com seu esforço para a grandeza deste país.

Essas publicações trazem em comum a reafirmação das visões acerca do caráter que tipifica o nordestino a partir da valorização dos aspectos que envolvem os discursos da vida sofrida, fabricada sob a ótica da seca como fenômeno geográfico e de uma essência rural e original do povo nordestino como aquele que tudo enfrenta e tudo tolera.

O uso dessas práticas enunciativas ainda evoca o regionalismo como um caráter natural em oposição ao nacionalismo. E o povo nordestino como representante mais fidedigno da história nacional. Além de incorrer através de expressões teleológicas, às projeções do futuro que estariam por se consagrar a partir da instalação do Muhne.

Mas nem só de elogios se faz a inauguração do Museu do Homem do Nordeste e as comemorações do aniversário do Instituto. A profusão de comentários nos periódicos locais não deixa a ocasião livre de polêmicas. Como podemos observar, em matéria publicada no dia 30 de julho de 1979, no *Jornal do Brasil*, o jornalista Homero Fonseca dos Santos, que atenta para as críticas realizadas ao IJNPS e seus administradores:

Apesar de seu acervo de trabalho, o IJNPS tem recebido caústicas críticas de maios intelectuais nordestinos. “É um feudo de Gilberto Freyre”, dizem uns, acusando a existência de uma política de grupos na qual os parentes, amigos e afilhados do famoso autor de *Casa Grande & Senzala* seriam privilegiados.

Em meio a críticas, elogios e polêmicas, o Museu do Homem do Nordeste é inaugurado em julho de 1979, sob um elaborado discurso proferido pelo presidente do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. A fala de Fernando Freyre aponta para várias direções, a projeção do futuro institucional no qual o Muhne se integra, a reafirmação da relevância do Museu para a sociedade, a efetivação do projeto de sociedade baseado no regionalismo, o lugar da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) como agente do poder público responsável, não

⁵⁷⁹⁶ Médico, articulista do periódico *Jornal do Comércio*, pertence à família Figueiroa, proprietária do jornal *Diário de Pernambuco* de 1845 a 1900. Fonte: GASPARG, Lúcia. **Leudar de Assis Rocha**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>>. Acesso em: 05 ago. 2015.

só por pensar as soluções para a Região Nordeste, mas por atuar junto a outras regiões levando seu modelo de atuação para outros territórios.

Esse último aspecto foi identificado a partir das incursões que são realizadas pela Fundaj nos anos 1980, com a criação de superintendências em São Luís, no Maranhão, e com a criação do Museu do Homem do Norte, no Estado do Amazonas.

E hoje, aqui reunidos, inauguramos o MUSEU DO HOMEM DO NORDESTE. Esse museu, que incorpora o acervo do MUSEU DE ANTROPOLOGIA, do MUSEU DO AÇÚCAR e do MUSEU DE ARTE POPULAR, procurará ser uma tentativa de síntese dos vários aspectos da vida social do HOMEM situado numa região onde madrugou a cultura brasileira e de onde vêm surgindo tantas antecipações criadoras que enriquecem a cultura e a História do Brasil. [...] Esse museu, hoje inaugurado, procurará ser o mais possível representativo dos mais diversos aspectos da cultura do homem nordestino [...] Tentará registrar aspectos do seu trabalho, da sua religiosidade, da sua arte, da sua moradia, do seu folclore, do seu lazer, enfim: da sua vida como homem situado numa região de marcante presença da cultura brasileira. Esta Casa de Pesquisa pretende instalar, em Manaus, num futuro próximo, o Museu do Homem do Norte, que, à semelhança deste, seja, também, o mais possível, representativo do homem brasileiro inserido na sua região — no caso a Norte, abrangendo a Amazônia e a pré-Amazônia. Região esta, o norte do País, que o Instituto deve alcançar mais efetivamente com as suas pesquisas⁵⁷⁹⁷

A influência de Gilberto Freyre também é capturada da fala de Fernando Freyre, sobretudo a relação histórico-temporal construída a partir do conceito de *tempo tribio*, em que o passado formula o presente e que é no presente que precisamos construir o futuro.

Essa visão que seduz a partir da lógica do progresso e de que o desenvolvimento parte dos ensinamentos do passado e das ações no presente responsáveis pela construção do futuro são a marca também da história positivista, uma “[...] história-ciência [que] estabeleceria leis — de ordem, de relação, de evolução — com as quais o historiador poderia conhecer o passado e prever o futuro”⁵⁷⁹⁸

As falas supracitadas reiteram o caráter que naturaliza a instituição museológica e que coloca o acervo como *objetos metonímicos*, que, na definição de Ulpiano Meneses (1992), é um tipo de uso dado aos objetos que os colocam como “[...] figura retórica em que a parte vale pelo todo”. Ou seja, como se para compreender a sociedade nordestina do século XVI bastasse compreender o microcosmo da sociedade açucareira, pois essa figura retórica explicita a história da Região. Contudo, ainda para Meneses⁵⁷⁹⁹,

O objeto metonímico perde seu valor documental, pois passa a contar com o valor predominantemente emblemático. Imaginar que é possível, por intermédio de peças museológicas, expressar o “sentido” de determinado grupo ou cultura é ingenuidade em que os museus não poderiam cair: não é possível, decididamente, “exibir culturas”.

[...] Enquadra-se aqui o emprego do típico, do estereótipo, para fins de síntese — sempre redutora e com riscos já conhecidos e denunciados, principalmente quando estão em cena objetos tão suspeitos e problemáticos, como criar

⁵⁷⁹⁷ FREYRE, Fernando. In FUNDAJ.1981, p. 192

⁵⁷⁹⁸ REIS, 2011, p. 32.

⁵⁷⁹⁹ 1992, p. 110

ou reforçar a identidade cultural.⁵⁸⁰⁰ As simplificações sempre mascaram a complexidade, o conflito, as mudanças e funcionam como mecanismos de diferenciação e exclusão.

A formulação do Museu do Homem do Nordeste também se apresenta como maneira de acomodar espacialmente os acervos dos Museus do Açúcar, de Arte Popular e de Antropologia do antigo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, e essa fusão se perpetua como mito fundador do Muhne.

Contudo, Aécio de Oliveira, acredita que a ideia de um museu com as características do Homem do Nordeste é um desejo de Gilberto Freyre e, em entrevista à Joselice Jucá, no ano de 1989, ele cita suas impressões acerca de um artigo de Freyre publicado em 1926, em que o autor afirma da importância de pensar um museu para a Região Nordeste:

quando nós recebemos o Museu do Açúcar, ficamos com três museus: o de Arte Popular, que funcionava em Apipucos; o de Antropologia, que funcionava aqui na sede; e o do Açúcar, que funcionava aí vizinho. Passa com esse acervo fantástico, também com alguns funcionários, então nós temos uma dificuldade de lidar com três módulos [...] em prédios diferentes e ficava também meio difícil para a própria visita, visitar um, depois o outro e outro. É aí que vem a ideia, surgiu a ideia de se transformar o Museu do Açúcar com os acervos dos outros dois museus em um Museu do Homem do Nordeste. Isso nós já tínhamos visto, descoberto um artigo de Gilberto Freyre que escreve no dia 13 de junho de 1926 sobre como deveria ser um museu para Pernambuco. Então é feita a junção dos três museus e nós fizemos uma reforma no edifício e instalamos a exposição⁵⁸⁰¹.

Mais do que um desejo antecipatório de Gilberto Freyre em criar um museu, existe um desejo de alinhamento muito forte por parte de Aécio e do Departamento de Museologia em apreender museologicamente o pensamento de Freyre. Nesse sentido, não é por caso que Mario Chagas (2014) pontua em entrevista uma visão de Aécio de Oliveira como braço museográfico de Gilberto Freyre. Sobretudo por uma assimilação significativa das obras e dos conceitos operados pelo sociólogo idealizador do IJNPS. Assim, a exposição do Museu do Homem do Nordeste, inaugurada em 1979, se apresenta como uma síntese museológica do pensamento Freyriano.

Mario Chagas⁵⁸⁰² aponta em entrevista que Aécio de Oliveira fica à frente da produção conceitual das expografias do Muhne durante atuação como diretor do Departamento de Museologia, e, ao operar como um braço museológico de Gilberto, Aécio de Oliveira se inclina a uma abordagem antropológica do acervo. Esse dado pode ser acrescido de algumas hipóteses: pela influência da Antropologia na sua formação, desde o período de atuação na Sessão de Antropologia no Instituto Joaquim Nabuco nos anos 1960, pela sua relação com o próprio Gilberto Freyre, por sua experiência no Museu do Folclore Edison Carneiro no Rio de Janeiro⁵⁸⁰³.

É válido destacar que há em demasia um apreço generalizado pelo acervo de arte popular e uma adesão ao discurso do folclore como objeto de resgate comum nas teorias antropológicas dos anos 1970 e 1980. Mas é preciso igualmente pontuar que não só Aécio de Oliveira deliberava acerca dos conceitos das exposições do Museu do Homem do

⁵⁸⁰⁰ MENESES, 1992

⁵⁸⁰¹ OLIVEIRA, 1988. s/p.

⁵⁸⁰² 2014

⁵⁸⁰³ Aécio de Oliveira assumiu em 1969 a direção do Museu do Folclore Edison Carneiro no Rio de Janeiro. Fonte: OLIVEIRA, 2009.

Nordeste. Como podemos ver na Tabela 3, a seguir, muitos dos museólogos pertencentes ao IJNPS estiveram à frente da direção do Museu do Homem do Nordeste, mas com destaque Aécio de Oliveira, Regina Batista e posteriormente o arquiteto Antônio Carlos Montenegro são os que ousaram modificar as exposições de longa duração do Muhne, e sob eles recaem os louros e as críticas acerca das produções expográficas.

Tabela 3: Levantamento por ordem alfabética do quadro de dirigentes do Museu do Homem do Nordeste entre 1979 e 2003.

Nome	Período
Aécio de Oliveira	1985–1986
Antônio Carlos Montenegro	1991–2003
Ciema Muller	1989–1991
Marcus Accioly	1981–1985
Maria Cristina de Oliveira Mattos	1987–1989
Mário de Souza Chagas	1986–1987
Vânia Estevam Dolores	1981
Virgínia Barros	1979–1981

Até 1981, a primeira exposição do Museu do Homem do Nordeste também mantém os módulos originais da exposição do Museu do Açúcar denominada *Açúcar I e II*. Essas alas tratam de expor da história da sociedade açucareira. Tais ambientes se referem às exposições de longa duração do MA denominadas *O Açúcar e o Homem* e a exposição *Cultura e Indústria da Cana-de-açúcar*⁵⁸⁰⁴. Acreditamos que a escolha por manter esses módulos se dê entre outros motivos por argumentos em prol do Museu do Açúcar perpetrados por Virgínia Barros.

Dos funcionários que são incorporados ao quadro do Departamento de Museologia do Instituto, Virgínia Barros, historiadora de formação, atuou na transição do Museu do Açúcar, do Instituto do Açúcar e do Alcool, para o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, em 1978. Virgínia também esteve à frente da direção do Museu do Homem do Nordeste em 1979⁵⁸⁰⁵, mas não conseguimos precisar o período e os motivos que a afastam da direção. Ela cita, em entrevista às pesquisadoras Carla Camarão e Ângela Nascimento (1988), que passa os primeiros anos na direção e posteriormente se dedica às atividades de pesquisa museológica, que têm como principal atividade o levantamento de dados acerca do acervo do Muhne.

Virgínia Barros é citada por Aécio de Oliveira, em entrevista cedida à pesquisadora Vânia Dolores, no ano de 2009, como uma pessoa de forte atuação e com quem ele teria traçado uma intensa relação de parceria, antes mesmo da organização do Museu do Homem do Nordeste, e anteriormente intensificada com a incorporação do Museu do Açúcar.

⁵⁸⁰⁴ Fonte: Catálogo Museu do Açúcar.

⁵⁸⁰⁵ Foram encontrados, no Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste, na caixa de nº 25, relatórios de atividades do Museu do Homem do Nordeste em que Virgínia Barros assina como coordenadora do Museu. Nesse mesmo arquivo, são encontrados relatórios datados a partir de 1982 em que o artista Marcus Accioly assina como dirigente do Muhne. Ainda no ano de 1981, vemos relatórios mensais de atividades serem assinados por Vânia Dolores; isso se deve à substituição temporária de Virgínia Barros, que estava no gozo de férias e de licença concedida para o mesmo ano.

Assim, uma das personagens corriqueiramente esquecidas que atuou ativamente na organização da exposição do Museu do Homem do Nordeste e que exerceu a coordenação desse equipamento cultural traz para a exposição uma visão histórica acerca do acervo e uma forte valorização da expografia produzida no Museu do Açúcar, atuando na elaboração da exposição do Muhne. A exposição inaugurada em 1979 parece reeditar expografias já anteriormente realizadas pelos Museus de Antropologia e de Arte Popular.

Narrativa Museológica: Materializando Conceitos.

Realizar esse balanço acerca da trajetória das práticas museológicas realizadas no Muhne e romper com a perspectiva de continuidade histórica foi salutar ao entendimento das ações responsáveis por figurar no imaginário local os discursos de verossimilhança em torno da memória e narrativa histórica da região levando em consideração o papel das instituições museológicas, no caso o Muhne, nesse cenário.

Em muitos aspectos o Muhne e as narrativas expográficas produzidas por essa instituição se apresentam como resultado do projeto de sociedade idealizado pelos intelectuais atuantes no movimento regionalista que dão corpo ao pensamento institucional do Museu do Homem do Nordeste e a época do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.

Essas questões e as escolhas do Museu nitidamente encontraram-se vinculadas ao movimento regionalista que eclode nos anos 1930 e pelas produções imagético-discursivas que nortearam a configuração regional de práticas preservacionistas e políticas de memória. Condição que torna o Museu do Homem do Nordeste (1979) um espaço da narrativa histórica regional pertencente a uma estrutura “imagético-discursiva” que foi responsável pela instauração e perpetuação dos conceitos de região e identidade nordestina.

Nessa conjuntura, trata-se como natural um discurso que mesmo pré-existindo ao Museu do Homem do Nordeste, foi apropriado pela instituição como condição intrínseca de existência dos sujeitos, do território e da cultura dessa região do país. Num primeiro exercício é preciso compreender que os conceitos, ou categorias de pensamento, como região, identidade, são produzidos discursivamente a partir de complexas condições de enunciação e representação. Em seguida, é necessário problematizar os locutores, aqueles sujeitos e os lugares sociais dos quais eles constroem as narrativas. Nesse sentido, o museu não é uma instituição autônoma, ele é um lugar social que produz as condições nas quais os indivíduos produzem esses discursos e enunciados.

O que nos leva a pensar nos sistemas de inteligibilidade museais, ou seja, quais são os postulados e práticas que orientam o fazer museológico, a que sistema interpretativo o museu está condicionado. Isso demonstra, não só, que o museu opera discursos a partir de escolhas, mas, que sobre tais escolhas implicam condições de produção entre o que é desejado, o que é necessário e aquilo que é possível. O que nos leva a reflexão sobre a condição de hegemonia do discurso museal.

Diante dessas questões, se fez mister perceber como os autores das exposições e projetos definiram as linhas de atuação e a própria concepção sobre as propostas expográficas realizadas no Museu do Homem do Nordeste. Nesse contexto a problemática em torno da memória e da representação museal como disputa e negociação tem a finalidade de suscitar provocações que concerne à contestação dos lugares memória historicamente construídos.

Foi salutar perceber o papel da narrativa expográfica na construção dos discursos e representações sobre as identidades culturais, entretanto é papel do historiador desvelar os limites da produção⁵⁸⁰⁶ de conhecimento histórico realizado pelos museus.

Tentar superar este discurso, estes estereótipos imagéticos e discursivos acerca do Nordeste, passa pela procura das relações de poder e de saber que produziram estas imagens e estes enunciados clichês, que inventaram este Nordeste e

⁵⁸⁰⁶ CERTEAU, 2000

estes nordestinos. Pois tanto o discriminado como o discriminador são produtos de efeito de verdade, emersos de uma luta e mostram os rastros dela⁵⁸⁰⁷.

Destacando que os patrimônios culturais e o museu (seus acervos, exposições e coleções), se inserem nesse hall, não possuem um valor intrínseco⁵⁸⁰⁸, mas são produzidos pelos sujeitos e que as representações não dizem respeito algo meramente abstrato; são, sim, a materialidade do imaginário das comunidades/sujeitos que as legitimam. Assim, é preciso compreender os modos pelos quais a expografia constrói sínteses por meio da bricolagem de objetos, discursos e escolhas curatoriais e como essa narrativa se mostra e se transforma através do olhar do espectador.

Talvez seja óbvio afirmar que os museus têm postulados divergentes dos pertencentes à historiografia, nesse sentido é importante analisar a narrativa museal através de seus sistemas de inteligibilidade. Diferente da História, o Museu não só evoca o objeto como fonte, é necessário perceber a poética do objeto museal, tantas vezes deslocado, enunciado, evocado e silenciado. Entretanto, as exposições museais e a escrita da história são produtos, textos dos quais emergem argumentos, discursos e testemunhos. Assim, é nosso papel, enquanto pesquisadores desvelar essas artes de fazer e de produzir do passado.

MATINAIS INFANTIS DOMINICAIS NO TEATRO DE SANTA ISABEL – O TEATRO FEITO POR E PARA CRIANÇAS

Leidson Malan Monteiro de Castro Ferraz⁵⁸⁰⁹
leidson.ferraz@gmail.com

Resumo: Este artigo aborda experiências teatrais que possibilitaram à infância no Recife apropriar-se da arte cênica como produto cultural. Em 1939, ao assumir a direção do Teatro de Santa Isabel e do Grupo Gente Nossa, o médico, músico e teatrólogo Valdemar de Oliveira pôde dar início a um projeto que, graças ao apoio do poder público, transformou a atividade teatral voltada às crianças na capital pernambucana, até então contando com peças divulgadas como sendo “para toda a família”, mas, ao que tudo indica, pouco atraentes à meninada. Começando com uma versão de *Branca de Neve e os 7 Anões*, ele passou a promover, todo domingo de manhã, naquela casa de espetáculos, com absoluto sucesso até 1942, uma série de montagens feitas por e para crianças, algumas em caráter de superprodução que ampliaram o mercado cultural voltado a este segmento, ainda praticamente esquecido. Os objetivos e conteúdos desse teatro, suas imbricações com a política da época, e as representações que foram construídas sobre a infância e a necessidade de consumo de diversão nos palcos, especialmente pela imprensa e através da relação com o público, nos dão pistas para conhecermos estas primeiras experiências que, ainda num perfil didático e cívico, com obras carregadas de sentido disciplinador e de normatização social – mas sem esquecer o elemento lúdico e a fantasia –, garantiram a meninos e meninas um teatro específico à sua faixa etária, inclusive abrindo espaço para que crianças pudessem estar em cena como artistas. Objetivando problematizar historicamente toda esta trajetória, o intuito é perceber o processo de constituição do campo teatral infantil no Recife, seu(s) consumidor(es)-destinatário(s), os percursos desenvolvidos e as mensagens produzidas, até

⁵⁸⁰⁷ ALBUQUERQUE JR. 2011. Pág. 31

⁵⁸⁰⁸ MENESES, 2012

⁵⁸⁰⁹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco.

chegar aos fatores da dissolução deste projeto pioneiro que inseriu novas práticas de vida social e cultural e serviu de estímulo às futuras produções do teatro pernambucano e brasileiro.

Palavras-chave: Teatro para crianças; História; Infância; Recife.

Lacuna e apagamento. É o que se pode dizer sobre a história da infância no correr dos séculos. Esquecida como ser social, por não produzir economicamente, a criança por muito tempo foi ignorada ou apenas vista como um adulto em miniatura e, mais, dependente. Não havia lugar para elas no mundo e somente no início da Idade Moderna, com o Renascimento e o homem adquirindo centralidade e reconhecendo-se como produtor do seu destino, numa sobreposição da razão à fé divina, a infância constituiu-se como uma categoria social própria com futuras possibilidades.⁵⁸¹⁰ Então compreendida como um indivíduo com importante papel a desempenhar na sociedade, por ser formado e educado, surgiu, assim, a preocupação com meninos e meninas:

Cabia, então, investir na infância e na criança em vista das possibilidades de construção do futuro da humanidade. É nesse sentido que a Modernidade, criança e infância se entrelaçam, de forma que a infância se viabilizaria pela formação humana e a criança seria o alvo de tal construção.⁵⁸¹¹

Segundo artigo da educadora Roseane Bernartt,⁵⁸¹² no Brasil, esta concepção de infância, firmada desde o século XVII, apresentava-se diferentemente conforme a situação econômica de cada uma. Tanto que, marcadas por abandonos e crueldades, “entre 1845 e 1847, a mortalidade de crianças até dez anos de idade representava 51% do total de falecimentos”:

Essa realidade fez com que as crianças passassem a ser alvo do movimento higienista. O higienismo surge no fim do século XIX, como uma nova mentalidade que se propunha a cuidar da população, ensinando novos hábitos. O objetivo desse movimento era produzir sujeitos higiênicos, higienizados e higienizadores. Segundo Gondra (2003), a educação era o caminho privilegiado a disseminar a perspectiva higienista e higienizadora entre a população. “Para tanto, hospitais, presídios, hospícios, igrejas, cemitérios, quartéis, a casa e a própria escola foram sendo convertidos em pontos estratégicos por intermédio dos quais o programa civilizatório será posto em funcionamento, conquistando lugares de enunciação, difusão e de realização de práticas a ele associados”.

Não por acaso, o médico, músico e teatrólogo Valdemar de Oliveira, um dos homens mais influentes da cultura no Recife do século XX, especializou-se em Higiene. O pensamento que trouxe em 1939, ao propor uma ousada iniciativa na programação do Teatro de Santa Isabel, a mais importante casa de espetáculos da capital pernambucana, finalmente recebendo um projeto de peças voltadas especificamente à infância, com dramaturgia

⁵⁸¹⁰ Para mais detalhes: ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981; PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Crianças no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

⁵⁸¹¹ ARAÚJO, José Carlos Souza (Org.). **A Infância na Modernidade: entre a educação e o trabalho**. Uberlândia: EDUFU, 2007, p. 183.

⁵⁸¹² BERNARTT, Roseane Mendes. **A infância a partir de um olhar sócio-histórico**. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2601_1685.pdf>. Acesso em: 22 set. 2016.

própria e artistas mirins em cena, dialogava com esta perspectiva higienizadora em seus aspectos educacionais de formação de cidadãos em desenvolvimento.

Tanto que a concepção do teatro para crianças que ele acreditava, ainda que com obras carregadas de sentido disciplinador e de normatização social, mas sem esquecer o elemento lúdico e a fantasia, tinha como maior bandeira o seu caráter educacional e didático até – como jornalista, desde 1934 ele já reclamava que o teatro para crianças deveria existir no Brasil com um grupo dedicado a este gênero especificamente, seguindo exemplo de países como Rússia, França e Argentina. Sobre os objetivos principais de sua ação, eis o que ele revelou no livro de memórias *Mundo Submerso*.⁵⁸¹³

[Teatro] Para crianças – e por crianças, porque sua meta não seria divertir, mas, instruir, sem que elas desconfiassem disso. Planejei aproveitar vocações existentes nos meios escolares, fazê-las interessar-se pelo teatro, ensiná-las a falar, a andar, a cantar, a dançar, a portar-se e comportar-se. Mais dez ou quinze anos, esperava eu, essa miuçalha viria a constituir numeroso público teatral e, o que é mais significativo, reforçaria os quadros amadoristas da cidade, como de fato sucedeu, para exemplificar, com um José Maria Marques, uma Janice Cantinho Lobo, um Reinaldo de Oliveira, que vieram a integrar-se no elenco do Teatro de Amadores de Pernambuco. [...] Hoje, há médicos, advogados, engenheiros, donas de casa, viúvas, vovôs e vovós, que não esquecem, tenho certeza, o Teatro Infantil, com que criamos a plateia de vinte anos mais.

Para além da formação de público futuro e de artistas, um projeto civilizatório de cada cidadão-criança permeou toda a sua proposta, inclusive nos aspectos políticos doutrinários, já que mais à frente peças de cunho nacionalista fizeram parte deste repertório proposto à infância. Foi ao assumir a direção do Teatro de Santa Isabel, a convite do prefeito do Recife, Novaes Filho, com aprovação do interventor federal Agamenon Magalhães, logo após a morte do também teatrólogo Samuel Campelo, diretor anterior daquela casa de espetáculos, que Valdemar de Oliveira pôde propor a criação das matinais infantis teatrais, todo domingo de manhã, naquele palco. Até então, teatro infantil no Recife era sinônimo de peças interpretadas por crianças nas escolas ou nos cineteatros dos subúrbios, quando exibiam-se garotas e garotos prodígios que cantavam, dançavam ou interpretavam textos curtos em números variados, assim como acontecia nos programas comemorativos de rádios ou festivais de arte dos educandários que ocupavam o Teatro de Santa Isabel, especialmente a cada final de ano.

A ideia de promover naquela luxuosa casa de espetáculos teatro com dramaturgia específica para a “petizada”, como se falava na época, numa sequência de matinais aos domingos que reconheceu a meninada como público consumidor de arte, nasceu para Valdemar de Oliveira assim que viu os dois filhos, Reinaldo e Fernando de Oliveira, brincando de “interpretar”, logo após uma sessão de cinema:

Mandei, certo domingo, meus filhos a uma *matinée* cinematográfica, no *Moderno*, do Recife. No dia seguinte, um deles empunhou uma faca para o outro e andaram em correrias desabaladas, dando tiros... de boca, pelo quintal. Um era *sheriff*, outro o bandido... Nesse dia, decidi-me a empreender espetáculos para crianças no Recife.⁵⁸¹⁴

⁵⁸¹³ OLIVEIRA, Valdemar de. **Mundo Submerso (Memórias)**. 3. ed. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1985. p. 139.

⁵⁸¹⁴ OLIVEIRA, Valdemar de. **O Teatro Infantil, no Recife**. Acervo Teatro de Amadores de Pernambuco. [193-].

Foi o que escreveu, lembrando ainda a falta de divertimentos educativos nas poucas distrações oferecidas à infância naquele momento. Na realidade, através do Grupo Gente Nossa, Valdemar pôs em prática algo que já vinha divulgando, o teatro para e com crianças, ideia da educadora Juanita Machado, que em 1936 tentou no Recife, sem sucesso, criar um Teatro Infantil de caráter essencialmente pedagógico, seguindo os passos do Teatro da Criança, ação dos professores Vera Grabinska e Pierre Michailowsky desde 1931, no Rio de Janeiro, com apresentações de textos curtos, recitais de poesias, pianistas, cantores e coreografias em atos variados desempenhados por meninos e meninas. Ainda em 1938, quando soube da possibilidade de inauguração de um núcleo de Teatro Infantil pelo Departamento de Educação do Estado, tendo à frente a educadora Maria Elisa Viegas de Medeiros, ele já havia comemorado em sua coluna *A propósito...*, no *Jornal do Commercio*.⁵⁸¹⁵

Compreenderam, as autoridades de educação, que é o teatro um meio pedagógico do maior alcance e que a sua organização, cuidadosa dentro dos princípios morais que devem nortear a instrução, na infância, representa um elemento de que não pode prescindir um aparelhamento educacional moderno. Para uma criança, sua instrução e sua educação, o teatro é meio caminho andado: obriga-a à leitura, define-lhe as tendências intelectuais, exercita-lhe a memória, agiliza-lhe a mímica, põe-na em contato com a música e com a dança, ensina-a a falar, familiariza-a com o público, dá-lhe a conhecer originais de valor, proporciona-lhe conhecimentos gerais que levaria anos a aprender, infunde-lhe o espírito de disciplina e de ordem, estimula-lhe as faculdades superiores da inteligência, fá-la (sic) encarar a escola sob outro aspecto – o da instrução conduzida pela recreação – incute-lhe um sentido superior da vida.

No entanto, todas estas tentativas anteriores fracassaram. A começar do próprio Grupo Gente Nossa, que em novembro de 1931, três meses após a sua estreia, já tinha dado início a um repertório de peças, com intérpretes adultos, para tentar agradar a pessoas de todas as idades, inclusive as crianças. O sainete *Mamãe Quer Casar* e as farsas *Atrapalhões de Um Noivo* e *Engano da Peste*, ainda que com dramaturgias voltadas para toda a família ou mesmo só interessando aos adultos, marcaram as primeiras “vesperais infantis” no Teatro de Santa Isabel, seguidas de números de canto e anedotas caipiras. Crianças acompanhadas não pagavam ingresso e era comum a distribuição de bombons à plateia. Mas o retorno não foi positivo e a iniciativa ganhou explicação no *Diário de Pernambuco*.⁵⁸¹⁶

Sendo difícil conseguir peças que interessem à criançada e ao mesmo tempo, às pessoas adultas, o Grupo Gente Nossa resolveu acabar com os vesperais infantis. Era desejo do Grupo realizar também tardes femininas, o que, entretanto, agora não é possível fazer. Assim, pois, resolveu dar apenas vesperais aos domingos, sem a denominação de infantis, mas não impróprios para crianças em que estas tenham entradas grátis bem como fazer abate nos preços de entradas para senhoras e senhorinhas.

Portanto, antes mesmo das matinais infantis dominicais, não foram poucas as vezes que o Grupo Gente Nossa ofereceu peças pretensamente para todas as idades, com destaque a textos como *A Cabocla Bonita*, de Marques Porto e Ari Pavão; *A Rosa Vermelha*, opereta

⁵⁸¹⁵ W. [Valdemar de Oliveira]. A propósito... *Jornal do Commercio*. Recife, 27 julh. 1938. Notas de Arte. p. 12.

⁵⁸¹⁶ AMANHÃ – Vespéral do “Grupo Gente Nossa”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 28 nov. 1931. Cenas & Telas. p. 4.

de Samuel Campelo e Valdemar de Oliveira; *O Homem da América*, comédia de Francisco Dornellas; *Chuva de Filhos (Meu Bebê)*, do francês Maurice Hennequin; *O Cazuza Não Tem Pai!*, sainete cômico de Djalma Bittencourt; *O Amigo Tobias*, comédia espanhola da dupla André del Prada e González del Toro; e as operetas *O Gato Escondido* e *Coração de Violeiro*, ambas dos Irmãos Valença. Frequentemente tais obras eram entremeadas por números de variedades nos intervalos de cada ato e, claro, distribuição de brindes e bombons.

Ainda que as crianças entrassem quase sempre de graça, desde que acompanhadas por alguém da família (provavelmente para afugentar menores de rua e numa estratégia de *marketing* a fim de atrair adultos pagantes que não podiam frequentar os espetáculos noturnos), todas estas montagens não reforçavam a arte cênica como produto cultural voltado às crianças e nem traziam artistas mirins em cena, dois aspectos que Valdemar de Oliveira propôs nas matinais infantis que tanto sucesso causaram, a partir de março de 1939, exatamente quando o Grupo Gente Nossa retornou aos palcos após a morte do seu líder Samuel Campelo.

É importante registrar a influência de Valdemar de Oliveira como homem respeitado pelo poder público e com voz autorizada para lançar algo que, até então, estava fora de cogitação: o teatro específico à meninada na mais imponente casa de espetáculos do Recife, centro de gravitação de toda a atividade cultural, política e social em Pernambuco. Para tanto, impôs a condição indispensável de contar com o incentivo financeiro da municipalidade e do Estado. Graças aos recursos conseguidos – que lhe possibilitaram, inclusive, investir em campanhas publicitárias na imprensa, com anúncios constantes nos jornais –, na manhã do domingo 5 de março de 1939, a partir das 10 horas, ele deu início à 1ª Grande Matinal Infantil do Grupo Gente Nossa, com a peça *Branca de Neve e os 7 Anões*, adaptação do tradicional conto por Coelho de Almeida, sob direção de Augusto Almeida, cinco meses após a estreia do filme homônimo da Disney nos cinemas do Recife.⁵⁸¹⁷ No elenco, somente intérpretes dos quatro aos doze anos, todos integrantes do Grêmio Cênico Espinheirense.

A estratégia de escolher uma obra tão conhecida por todas as crianças não foi por acaso. O próprio historiador Walter Benjamin atesta: “A criança lida com os elementos dos contos de fadas de modo tão soberano e imparcial como com retalhos e tijolos. Constrói seu mundo com esses contos, ou pelo menos os utiliza para ligar seus elementos. O mesmo ocorre com a canção. E com a fábula”.⁵⁸¹⁸ Valdemar de Oliveira soube, assim, trazer à cena, numa reunião de todos esses elementos lúdicos, algo que perdurou na sequência de montagens apresentadas em seu projeto de teatro para crianças, a identificação com uma cena teatral tão aguardada por meninos e meninas.

Todas as crianças no palco eram artistas iniciantes, mas profissionais importantes compuseram a ficha técnica, como os pintores Mário Nunes e Álvaro Amorim, que assinaram os cenários, e Antônio Paurílio, da P.R.A.-8, a Rádio Clube de Pernambuco, que dirigiu a orquestra, tocando no fosso do teatro. Seguindo-se à peça, foi apresentado um ato variado com os cantores Iracema Diniz e Rômulo Paiva, do Programa Juvenil da P.R.A.-8; além de números do humorista Salomão Absalão, do grupo Boca de Forno e da dupla The Black Boys. Dois detalhes curiosos foram a instalação de um microfone no palco, para o público ouvir os

⁵⁸¹⁷ O filme *Branca de Neve e os Sete Anões*, primeiro longa-metragem de animação dos estúdios Disney, lançado em 1937 nos Estados Unidos, chegou à capital pernambucana em outubro de 1938, com temporada de sucesso primeiramente no Cine-Teatro do Parque e, em seguida, no Cine-Moderno. A receptividade foi tamanha no Brasil que o filme ganhou versão radiofônica pelas mãos do dramaturgo Raymundo Magalhães Jr., com os mesmos diálogos e músicas da obra cinematográfica, transformando-se num grande sucesso do radioteatro no Rio de Janeiro e com repercussão no país inteiro. Foi veiculada pela primeira vez no Recife no dia 20 de outubro de 1938, pela Rádio Clube de Pernambuco, das 19 às 20 horas, com patrocínio dos produtos Peixe.

⁵⁸¹⁸ BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas:** magia e técnica, arte e política. Volume 1. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. p. 238.

pequeninos artistas, e a distribuição gratuita de leite pasteurizado. Essa alternativa de brindes às crianças perdura, ainda hoje, em alguns espetáculos por todo o Brasil.

Até aquele momento, vale ressaltar, as crianças desfrutavam de poucas opções de diversão cultural no Recife. Nos cinemas, por exemplo, eram raras as sessões dedicadas ao público mirim (Valdemar de Oliveira chegou a afirmar que os programas cinematográficos destinados aos meninos, “em vez de educar, faziam o contrário”).⁵⁸¹⁹ Um dos poucos a promover matinês dominicais já há algum tempo, com filmes de censura livre, mas não voltados especificamente às crianças, era o Cine-Moderno, que anunciou, para aquele mesmo dia e horário da peça, *Jim das Selvas*, com Grant Withers e Betty Jane Rhodes, seguido do faroeste *Tenacidade*, com o querido cowboy John Wayne. Ou seja, fortes concorrentes. Para piorar, aquele era um feriado local prolongado, com a segunda-feira sendo dedicada a Revolução Pernambucana de 1817, portanto, pais e filhos já poderiam ter-se dirigido às praias.

Mas a ideia deu certo. E provavelmente até mesmo Valdemar de Oliveira deve ter se surpreendido com a resposta de público, que lotou o Teatro de Santa Isabel até a torrinha, consagrando sua proposta de oferecer, com cobrança de ingressos populares, teatro à meninada. Tanto que, a pedidos, uma nova sessão da peça foi agendada para o domingo seguinte, 12 de março de 1939, contando com mais um ato variado com números do ator paulista Joca Silva, sapateador, parodista cômico e imitador de animais, estreia das Irmãs Oliveira cantando, e uma cena curta final concluída com a marcha carnavalesca *O Gordo e o Magro*, sucesso do período. Na ocasião, a Fábrica Pilar distribuiu 600 caixas de biscoito à plateia. A montagem foi saudada pelo jornal *Folha da Manhã*:⁵⁸²⁰

O teatro esteve repleto. Cerca de oitocentas crianças disputavam lugares nas poltronas e frisas do *Santa Isabel*, desde às 9 horas e o espetáculo agradou plenamente. Encenada *Branca de Neve* houve um intervalo de meia hora para distribuição de leite à gurizada. O leite distribuído em quartilhos era entregue às crianças pelo dr. Waldemar (sic) de Oliveira, diretor do Teatro e senhoras da alta sociedade. [...] O grande êxito obtido, ontem, pelo teatro infantil em Pernambuco mereceu que todos os domingos de agora em diante haja representação no gênero, o que vale dizer que o teatro será de futuro no Recife uma escola de grande efeito para educação artística das crianças.

Após a certeza da resposta positiva do público mirim com a produção do Grêmio Cênico Espinheirense, Valdemar de Oliveira decidiu reunir crianças filhos de pessoas da melhor sociedade do Recife num elenco próprio, incluindo seus dois rebentos, Reinaldo e Fernando de Oliveira, respectivamente com nove e dez anos naquele período, para participar de peças que se caracterizariam ainda mais pelo cunho instrutivo e educativo. Lançou, então, o Teatro Infantil do Grupo Gente Nossa, departamento autônomo com a intenção de promover projeto teatral voltado especificamente à criança, fomentando, inclusive, a dramaturgia neste segmento. Em diálogo com o ideal higienista, suas intenções de “formação”, inclusive de público futuro, eram nítidas e respondiam à visão que se tinha da criança ideal, aquela saudável, bem educada, uma promessa de virtudes.

O lançamento aconteceu na 3ª Grande Matinal Infantil, dividida em duas partes, no domingo 19 de março de 1939. Inicialmente, foram vistas três peças curtas no desempenho da meninada: *Com a Rainha é Assim...*, *O Valente e o Inteligente* e *Prisioneiro de Guerra*, de autoria de Joracy Camargo e Henrique Pongetti.⁵⁸²¹ Finalizou o programa, a revista *A Hora do*

⁵⁸¹⁹ OLIVEIRA, Valdemar de. **Teatro Infantil**. Acervo Teatro de Amadores de Pernambuco. [193-].

⁵⁸²⁰ THEATRO para crianças todos os domingos. **Folha da Manhã** – Edição das 16 Horas. Recife, 6 mar. 1939. p. 8.

⁵⁸²¹ Os jornalistas Henrique Pongetti e Joracy Camargo são autores do livro *Teatro da Criança*, publicado em 1938. A obra “se junta a muitas outras que pretendem transmitir valores e contribuir

Calouro, de José Capibaribe, pseudônimo do próprio Valdemar de Oliveira, criado anos antes para assinar a revista *Sai, Cartola!*, de 1927, além de marchinhas populares. Na última parte da apresentação, a cantora adolescente Maria Celeste estreou interpretando sambas. Nos intervalos, houve números variados com Paulo Bezerra, outro cantor adolescente. Mas as expectativas daquele domingo já estavam, de fato, voltadas para a próxima Grande Matinal Infantil, a 4ª em sequência, que marcaria o lançamento de *A Princesa Rosalinda*, primeira opereta infantil escrita e musicada por Valdemar de Oliveira, em caráter de superprodução.

Durante toda aquela semana, a publicidade nos jornais alardeou: “Montagem em 2 atos e 7 quadros de Valdemar de Oliveira. Guarda-roupa luxuoso. Lindos bailados. Números de música e de baile. Inteiramente interpretada por crianças” (saliento que havia uma adulta no papel da Avozinha, Lourdes Monteiro, atriz do Grupo Gente Nossa desde a sua fundação em 1931). Com diversos cenários – os clássicos telões pintados da época – assinados por Mário Nunes e texto, música e direção de Valdemar de Oliveira, com o próprio autor regendo os músicos no fosso do Teatro de Santa Isabel, a opereta infantil *A Princesa Rosalinda* estreou na matinal do domingo 26 de março de 1939. O enredo começa com uma avozinha contando aos seus três netos a história da protagonista (interpretada pela atriz/cantora mirim Anita Dimenstein). O livro *Teatro Para Crianças no Recife – 60 Anos de História no Século XX*, de Leidson Ferraz,⁵⁸²² descreveu o enredo:

A trama faz uma louvação à fantasia e, principalmente, aos “bons costumes”: num reino distante, a princesa Rosalinda vivia só e muito triste. Ao ceder uma esmola para uma mendiga, sem saber que se trata de uma fada disfarçada, esta lhe revela que existe um príncipe adormecido há anos numa rosa do jardim real. Desencantado pela fada, o Príncipe Walter apaixonou-se pela princesa e pede a mão da jovem ao rei. Como há diversos outros pretendentes, o soberano decide que sua filha se casará com aquele que praticar a mais bela ação dentro do mínimo possível de tempo. O príncipe ganha a competição ao revelar que transformara em moedas o seu palácio para espalhá-las entre o povo. [...] No enredo, note-se a importância dada às boas ações, como mais um aprendizado à criançada.

A cantora Maria Celeste apresentou-se no intervalo e houve distribuição gratuita de 720 latinhas de goiabada Peixe à plateia, oferta da firma Carlos de Britto & Cia. Permanecendo em cartaz aos domingos, por mais de um mês, algo raro para a época, devido ao sucesso de público (excetuando no dia 23 de abril de 1939, quando *Branca de Neve e os 7 Anões* foi reapresentada), a despedida da temporada aconteceu em 7 de maio de 1939, dividindo a cena com um ato variado formado pela peça curta *Com a Rainha é Assim...*, tendo a menina Lenira Vilaça no papel título, além de números com a dupla Ferreira Castro e o cômico Picolino, do elenco do Circo Nerino. Latinhas do Doce Leão foram distribuídas ao público pela empresa Amorim, Costa & Cia.

para a construção de identidades políticas e culturais. [...] São 18 histórias variadas, pautadas por mensagens subliminares de caridade e bom comportamento. Em ‘Com a rainha é assim’, uma rainha recebe a notícia de que as mães pobres do reino estão tramando uma revolução. Ela se apavora: ‘Uma revolução! E o senhor sabia que só as revoluções e as baratas me fazem tremer!’. Ao saber que as criancinhas não têm o que vestir e estão passando frio, a rainha, comovida, resolve cortar as caudas de todos os seus vestidos a fim de fazer roupinhas para as crianças. Superada a crise, a rainha é ovacionada com ‘Vivas!’”. JORDÃO, Lia. **Sobe o pano!**: manual destinado a crianças aproveita a linguagem do teatro para transmitir valores morais. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/por-dentro-do-documento/sobe-o-pano>>. Acesso em: 7 set. 2015.

⁵⁸²² FERRAZ, Leidson. **Teatro Para Crianças no Recife – 60 Anos de História no Século XX** (Volume 01). Recife: Ed. do Autor, 2016. p. 23-24.

Prosseguindo nesta nova forma de diversão para as crianças, agora com dramaturgia e artistas dialogando de igual para igual, a 14 de maio de 1939 o Teatro Infantil do Grupo Gente Nossa lançou a “fantasia musical” *O Pequeno Polegar*, adaptação de Coelho de Almeida a partir do conto do escritor francês Charles Perrault, com música de João Valença. Dividida em 2 atos e 8 quadros, a peça ocupou o Teatro de Santa Isabel por duas manhãs dominicais. No palco, além de quinze crianças e adolescentes, a participação do ator adulto Gerson Vieira, do Grupo Gente Nossa. A garota Lenira Vilaça vivia a personagem principal, Polegar, mas não era a única a interpretar papel masculino.

A 18 de maio de 1939, excepcionalmente numa quinta-feira, *A Princesa Rosalinda* voltou ao palco do Teatro de Santa Isabel, às 10 horas, para realizar um festival em benefício da Matriz de São José, ou seja, com renda revertida para esta instituição, totalizando sete apresentações. Este caráter beneficente era comum nos espetáculos da época. Já *O Pequeno Polegar* fez sua segunda e última apresentação na matinal de 21 de maio de 1939. A partir daí, o Teatro de Santa Isabel passou a ser ocupado pela Companhia de Comédia Palmeirim-Cecy. Essa presença de companhias de fora por semanas era bem frequente naquele palco, o que gerava desconforto com as produções locais, isto sem contar com os diversos concertos musicais que lá aconteciam e até mesmo formaturas colegiais, entre outras atividades. Tal situação de pauta constantemente disputada vai perdurar por décadas (até hoje!), com reclamações constantes dos artistas e da imprensa.

Sem acesso aos domingos no Teatro de Santa Isabel, Valdemar de Oliveira desistiu de promover as matinais dominicais por um tempo, muito provavelmente também pela constante programação adulta que o Grupo Gente Nossa mantinha nos cineteatros dos subúrbios do Recife, inclusive com viagens programadas para outras cidades. Mas não morreu o seu sonho de um teatro direcionado à infância. Em agosto de 1939, alguns dias após a celebração do 8º aniversário do Grupo Gente Nossa, chegou uma notícia aguardada há anos, enviada pelo diretor do Serviço Nacional de Teatro (SNT), senhor Abadie Faria Rosa: “Comunico snr. presidente Getúlio Vargas concedeu ao Grupo Gente Nossa uma subvenção de quinze contos de réis. Saudações”, segundo publicação em letras garrafais no *Jornal do Commercio*.⁵⁸²³ Certamente a promoção de peças para crianças, para além do repertório adulto, deve ter contribuído para legitimar ainda mais a importância da equipe junto ao Governo Federal.

No entanto, somente após os festejos carnavalescos de 1940, a 25 de fevereiro, às 10 horas, bastante aguardado pelo público, o núcleo de Teatro Infantil voltou a ocupar o Teatro de Santa Isabel, reentrando por lá com *Terra Adorada!*, peça de nítida intenção cívica, com texto, música e direção de Valdemar de Oliveira, também na regência da orquestra. Nos 2 atos e 8 quadros, além de “19 belíssimos números de música!” e “luxuoso guarda-roupa!”, como ressaltavam os anúncios da época, vinte e um componentes atuavam, na sua maioria crianças e adolescentes, com presença mínima de adultos. O enredo de *Terra Adorada* mostra um grupo de meninos que, a bordo do Zeppelin, faz um passeio por vários países até retornar ao Brasil, “onde não há nada melhor”. Os cenários de Álvaro Amorim, com representações de ambientes na Europa, China e América do Norte e Sul, ganharam destaque à parte.

Por sua atuação no papel de Mimi, uma boneca que acompanha os garotos pelo *tour* mundial, Luíza de Oliveira, filha da atriz Luiza de Oliveira, integrante de longa data no Grupo Gente Nossa e também em cena nesta montagem, sobressaiu-se desta vez. A repercussão de *Terra Adorada* foi tanta, que a peça até foi assistida, em vespéral, pelos chefes dos governos dos estados nordestinos numa homenagem especial aos interventores federais, prova nítida do atrelamento desse teatro com a política da época. Sobre a montagem, o interventor de Pernambuco, Agamenon Magalhães, escreveu para a *Folha da Manhã*.⁵⁸²⁴

⁵⁸²³ DO SNR. Abadie Faria Rosa... *Jornal do Commercio*. Recife, 6 ago. 1939. Vida Artística. p. 8.

⁵⁸²⁴ MAGALHÃES, Agamenon. *Theatro infantil. Folha da Manhã* – Edição das 16 Horas. Recife, 12 mar. 1940. p. 3.

Recife, com o Teatro Infantil de Waldemar (sic) de Oliveira, tem tido horas de emoções delicadas. Horas de emoções altas. A sua peça – *Terra Adorada* é um primor de arte. Arte que fixa a inquietação da criança no século XX, dando realidade ao sonho do menino, em quem o Zeppelin despertou a curiosidade de conhecer o mundo. [...] e voltam as crianças loucas pelo Brasil. Loucas pela Terra Adorada, com as suas praias, os seus coqueiros, as suas acácias, os seus pássaros, as suas árvores frutíferas, o céu claro, o clima igual, a música, os tipos regionais, a alegria, a fartura e a paz. Sente-se que os meninos viram no velho mundo o que as crianças não gostam de ver, nem de sentir. A exasperação, o sofrimento, sentimentos estranhos e desconhecidos num país cheio de espaços, num país grande e tranquilo como o Brasil. [...] Não sei de acontecimento mais original, nem mais edificante, nos anais do teatro brasileiro.

Através da imprensa, Valdemar de Oliveira publicou várias outras cartas elogiosas à montagem, legitimando-se cada vez mais através delas. E contando ainda com o patrocínio do SNT, do interventor Agamenon Magalhães e do prefeito Novaes Filho, fez voltar à cena *A Princesa Rosalinda* no domingo 5 de maio de 1940, às 10 horas, reformulada para melhor, com elenco onde se mesclavam antigos e novos integrantes. Tanto que no dia da estreia o *Jornal do Commercio*⁵⁸²⁵ destacou: “Novos Intérpretes – Novos Cenários – Novas Marcações – Nova Orquestração – Nova Montagem – Novos Números de Música”. Centenas de Biscoitos Aymoré foram entregues aos “petizes” no público.

No total, *Terra Adorada* e *A Princesa Rosalinda* foram apresentadas 21 vezes no ano de 1940, isto sem contar o “festival da pequena Maria Celeste, com a colaboração de outros elementos do teatro infantil do Grupo Gente Nossa, que interpretaram *O chefe político* e um ato de variedades”, conforme o *Jornal do Commercio*.⁵⁸²⁶ Em julho daquele ano, Valdemar de Oliveira viajou ao Rio de Janeiro, então capital federal do Brasil, para negociar, junto ao SNT, a ida dos espetáculos do Teatro Infantil do Grupo Gente Nossa para o Teatro Carlos Gomes, com cerca de 25 crianças acompanhadas por seus respectivos responsáveis, “cujos pais às vezes davam mais trabalho do que elas”, desabafou no livro *Mundo Submerso*.⁵⁸²⁷

O desejo desta viagem “incendiou-o” quando soube de um espetáculo infantil realizado pela Associação Brasileira de Críticos Teatrais, no mesmo Teatro Carlos Gomes, sob coordenação de J. Palhano e Olavo de Barros. Ele pensou, então, numa possível confraternização da sua equipe com os colegas cariocas. A ideia foi bem recebida pelo diretor do SNT, Abadie Faria Rosa. Na imprensa, tanto do Rio quanto do Recife, Valdemar anunciou que estava programando a viagem para dezembro, por conta das férias escolares do seu elenco. Além de tecer elogios aos governantes pernambucanos por o apoiarem, em entrevista ao *Jornal do Commercio*,⁵⁸²⁸ ele reforçou a importância de mais ações como esta:

É preciso que os poderes públicos encarem, decididamente, o teatro, como um fator pedagógico de primeiro plano. E corram em auxílio desses idealistas que se abalançam a realizar, no Brasil, coisa mezinha em qualquer nação civilizada. Não é outra coisa que vêm fazendo o interventor Agamenon Magalhães e o prefeito Novaes Filho – as mais altas autoridades do meu Estado – prestigiando, de todos

⁵⁸²⁵ “A PRINCESA Rosalinda” será encenada, hoje, no Santa Isabel. **Jornal do Commercio**. Recife, 5 maio 1940. Vida Artística. p. 4.

⁵⁸²⁶ AS ACTIVIDADES do Grupo Gente Nossa. **Jornal do Commercio**. Recife, 21 abr. 1940. Vida Artística. p. 4.

⁵⁸²⁷ OLIVEIRA, Valdemar de. Op. Cit. p. 129.

⁵⁸²⁸ O RIO reconhecerá o teatro infantil de Pernambuco. **Jornal do Commercio**. Recife, 14 julh. 1940. Vida Artística. p. 4.

os modos, o Grupo Gente Nossa e, com ele, a sua secção mais interessante – o teatro infantil.

Infelizmente, o projeto de levar espetáculos ao Rio de Janeiro ficou só no desejo. No Recife, por conta da temporada de um mês da Companhia Renato Vianna no Teatro de Santa Isabel, Valdemar de Oliveira foi novamente obrigado a parar as atividades do seu grupo infantil que, em agosto, anunciou como próxima montagem, *No País dos Gulosos*, peça de Juanita Machado e Filgueira Filho, com música de Nelson Ferreira, algo que não vingou. Também foi divulgada no *Jornal do Commercio*⁵⁸²⁹ a possibilidade de novos ensaios para a revista cívica *Terra Adorada*, “inteiramente remodelada e que deverá ser a peça de estréia do referido conjunto no Teatro Regina, do Rio, em dezembro próximo”, mas este projeto também foi abortado.

Somente no domingo 23 de março de 1941, às 15 horas, o Teatro Infantil do Grupo Gente Nossa estreou novo espetáculo, *Em Marcha, Brasil!*, em 2 atos e 30 números musicais, sob direção e regência de Valdemar de Oliveira, denominada por ele de grande revista cívico-escolar. A proposta tinha um objetivo claramente didático aliado ao aspecto patriótico, “comum a quase todas as manifestações que envolviam a mocidade da época”, como lembrou Fernando de Oliveira,⁵⁸³⁰ um dos atores a integrar aquele elenco. O espetáculo trazia uma orquestra com quatorze professores ligados à Rádio Clube de Pernambuco, entre eles, Nelson Ferreira ao piano, além da participação da banda de clarins e uma patrulha da Associação Pernambucana de Escoteiros. Eram 48 pessoas em cena, quase todos meninos e meninas (na imprensa, divulgava-se os nomes dos pais de cada um como para provar que eram “filhos de boa família”), com presença de poucos adultos. Além de luxuoso figurino, o “bailado” do 9º quadro – eram dezessete no total – foi ensaiado pelos conceituados bailarinos argentinos Lídia Morel e Raul Celada. No cenário, reproduções de telas dos pintores Baltazar da Câmara, Mário Nunes, Álvaro Amorim e Carlos Amorim.

A montagem, de caráter assumidamente educativo, contava com trechos como *Higiene Matinal*, *Lição de Leitura*, *Lição de Música*, *Lição de Ciências Físicas*, *Lição de Aritmética*, *Lição de História Natural*, *Descobrimto do Brasil*, *1ª Missa no Brasil*, *Batalha dos Guararapes*, *O Grito do Ipiranga*, *A Batalha do Riachuelo*, *A Proclamação da República* e *Os 18 de Copacabana*. No intervalo, houve sorteio, entre as crianças da plateia e do palco, de dois livros de literatura infantil ofertados pela Companhia Editora Nacional. No livro de memórias *O Palco da Minha Vida*,⁵⁸³¹ o ator Reinaldo de Oliveira lembrou sua participação:

Na “Em Marcha Brasil”, fazia o aluno Pedro pois tudo era ensinamento para a garotada com aulas de Ciência, História, Geografia, Matemática, Música e Botânica. O término do segundo ato da peça incluía a queda de centenas de bolas de gás, coloridas, de cima, do lustre do Santa Isabel, até a plateia que ficava em alvoroço para colher algumas delas e levar para casa. Hoje é comum se decorarem festas com milhares de bolas mas, naquele tempo, era difícil se conseguir alguma. [...] Era um delírio total. O Teatro Infantil preparou as gerações do futuro que se haveriam de empolgar com o ambiente teatral pernambucano [...] Eu me considero um discípulo de tudo isso, um aluno aplicado que aprendeu, bem, as lições.

Não é de se estranhar esta valorização ao aprendizado no projeto para a infância de Valdemar de Oliveira. Como uma resposta àquela época, ele encarava o teatro como uma

⁵⁸²⁹ PANORAMA do Recife Artístico. *Jornal do Commercio*. Recife, 6 out. 1940. Vida Artística. p. 4.

⁵⁸³⁰ OLIVEIRA, Fernando de. **Memória do Teatro Infantil de Pernambuco e sua ligação com o Teatro de Amadores de Pernambuco**. Disponível em: <<http://www.tap.org.br/htm/historia/teatroinfantil.htm>>. Acesso em: 11 nov. 2011.

⁵⁸³¹ OLIVEIRA, Reinaldo de. **O Palco da Minha Vida**. Recife: Bagaço, 2013. p. 27-28.

verdadeira escola e o incentivava principalmente como prática nos colégios e cursos particulares. Tanto que chegou a declarar.⁵⁸³²

A prática do teatro exercita a criança a ler e mais claramente a falar. Falar certo, respeitando as inflexões justas e obedecendo a pontuação. Vícios de linguagem são combatidos; defeitos de articulação se corrigem; controlam-se maus hábitos vocais; disciplina-se a emissão de voz, valoriza-se a palavra, exercita a atenção, sempre alerta às múltiplas oportunidades da ação cênica, revigora a memória, no curso da fixação mental dos textos, cultiva a vontade, preocupada com o melhor rendimento intelectual, aperfeiçoa o raciocínio, no jogo das associações de idéias. Além disso o senso da responsabilidade acorda, o espírito de colaboração se faz sentir na composição dos conjuntos. E outras virtudes morais são cultivadas: a pontualidade nos ensaios, a seriedade nas interpretações, o trabalho de equipe no levantamento da montagem, tudo devendo ser feito, sob as ordens de professores especializados. Uma escola de teatro para criança não tem como objetivo único formar atores e atrizes, como a educação física não é formar atletas e acrobatas. É, sem que a criança sinta, instruir e educar, formar caracteres, erguer personalidades, rasgar horizontes, prender o espírito infantil à sua terra, pelo amor à sua natureza, pelo entusiasmo por sua história, pelo cultivo das boas tradições. Em seu significado mais amplo, o teatro infantil é uma iniciação à beleza, um culto à verdade e um convite à imaginação – a imaginação sem limite com que a criança percorre o seu reino maravilhoso.

A estreia de *Em Marcha, Brasil!*, o último dos espetáculos do Teatro Infantil do Grupo Gente Nossa, aconteceu dias antes do lançamento do Teatro de Amadores, departamento autônomo do Grupo Gente Nossa, apenas com adultos na equipe. Com caráter filantrópico e renda revertida para instituições de caridade, Valdemar de Oliveira começou, assim, a longa trajetória do seu novo grupo amadorista, uma das razões para ter desistido de suas produções para crianças devido a tantos compromissos com o repertório adulto, em consonância com a falta de pauta no Teatro de Santa Isabel, muito à mercê das temporadas das companhias visitantes. O intrigante é que o espetáculo *Em Marcha, Brasil!* consagrou-se naquele ano, totalizando oito apresentações de casa cheia. Saiu de cena por pura falta de pauta no Teatro de Santa Isabel, que passou a ser ocupado pela Companhia de Comédias Delorges Caminha.

Mesmo à frente de cinco produções adultas naquele ano de 1941, Valdemar de Oliveira ainda anunciou o desejo de montar novo trabalho pelo Teatro Infantil do Grupo Gente Nossa, mas isto não aconteceu. Somente de outubro e novembro de 1942 seis novas sessões de *Em Marcha, Brasil!* foram agendadas no Teatro de Santa Isabel, totalizando quatorze récitas de casa sempre cheia, as últimas com renda voltada à campanha de compra de um avião pela Aeronáutica no Recife. E o grupo terminou sua trajetória assim. Vale registrar que, durante todo esse tempo, nenhum diretor do Grupo Gente Nossa recebeu qualquer tipo de pagamento, incluindo o mentor de toda esta trajetória, Valdemar de Oliveira.

Uma das justificativas para este fim, várias vezes lembrada nos jornais, era a dificuldade em ensaiar tantas crianças e encenar as peças em outro palco que não o do Teatro de Santa Isabel, já que era necessário aproveitar os intervalos entre as temporadas teatrais das companhias itinerantes para aparecer. Isto sem contar o envolvimento cada vez maior

⁵⁸³² **O QUE Disse Valdemar de Oliveira** – A Importância do Teatro Infantil. Acervo Teatro de Amadores de Pernambuco. [193-].

de Valdemar de Oliveira à frente do grupo Teatro de Amadores, com peças exclusivamente ao público adulto,⁵⁸³³ seu maior ideal artístico a partir de então. No entanto, toda esta pioneira experiência voltada à infância foi um enorme estímulo à constituição do campo teatral infantil no Recife, reconhecendo a criança como consumidor de produtos artísticos específicos e inserindo novas práticas sociais e culturais para milhares de famílias, de 1939 a 1942, servindo ainda como exemplo de sucesso às futuras produções do teatro pernambucano. Para concluir, um trecho do livro *Trama: um olhar sobre o teatro infantil ontem e hoje*⁵⁸³⁴ vem bem a calhar: “E nesta busca de manter viva esta criança é que os criadores acompanham o seu tempo, com o olho no futuro, o pé em suas raízes e suas cabeças eternamente no sonho”.

TECENDO UM TEATRO REVOLUCIONÁRIO: AS TROCAS DE EXPERIÊNCIAS ENTRE O TEATRO DE CULTURA POPULAR (TCP) DO RECIFE E O CENTRO POPULAR DE CULTURA (CPC) DA UNE.

Luiz Felipe Batista Genú⁵⁸³⁵

felipe genu@hotmail.com

Resumo: Nos primeiros quatro anos da década de 1960 a concepção de que a arte, em suas diversas formas de expressão, possuía o potencial de modificar – ou revolucionar – o *status quo* vigente, impulsionou a produção individual ou em grupo de vários artistas. No campo teatral, podemos destacar a produção do Teatro de Cultura Popular do Recife e o Centro Popular de Cultura da UNE. Trabalhando de forma independente, o primeiro em Pernambuco e o segundo no Rio de Janeiro, os referidos grupos criaram um repertório que lhes permitia explorar questões em debate naquele período da sociedade brasileira, como o analfabetismo, o subdesenvolvimento e a reforma agrária. A vinda da UNE volante ao Recife, em 1962, oportunizou o contato e a troca de experiências e repertório entre o TCP e o CPC, além de instigar reflexões e debates sobre as ideias e práticas teatrais desenvolvidas por aqueles grupos. É justamente sobre as bases e as repercussões, as vivências e experiências, resultantes do contato entre o TCP e o CPC que o escopo do presente trabalho está ajustado. Para além das trocas entre os grupos, o referido encontro permite refletir ainda sobre a política cultural posta em prática pela Prefeitura Municipal do Recife, a partir de 1960, sob a gestão de Miguel Arraes.

Palavras-chave: Teatro de Cultura Popular; CPC da UNE; UNE-Volante; Movimento de Cultura Popular.

⁵⁸³³ O Teatro de Amadores (futuramente “de Pernambuco” – TAP) só produziu peças para crianças a partir de 1974, com nova montagem de *Terra Adorada*, texto e direção de Valdemar de Oliveira. Respectivamente em 1975 e 1978, com o TAP-Júnior, surgiram ainda as versões de *A Revolta dos Brinquedos* e *Os Saltimbancos*, ambas sob direção de Adhelmar de Oliveira (hoje, Pedro Oliveira). Em 1999, numa nova adaptação, estrearam *Terra @dorada* pelo TITAP (Teatro Infantil do Teatro de Amadores do Pernambuco), sob direção de Fernando de Oliveira e, em 2007, pelo TAP-Jovem, *Neste Milênio Tudo Pode Acontecer*, dirigida por Marcos Portela, mais voltada ao público infantojuvenil.

⁵⁸³⁴ NAZARETH, Carlos Augusto. **Trama: um olhar sobre o teatro infantil ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2012. p. 42.

⁵⁸³⁵ Mestre em História – UFPE.

Introdução: o encontro de “dois Brasis”

Recife. Abril de 1962. O Teatro de Cultura Popular (TCP) do Recife entrava em seu terceiro mês de preparação para a encenação do espetáculo *Julgamento em Novo Sol*⁵⁸³⁶. O cuidado com a montagem, bem como o número significativo de atores principiantes envolvidos, fizera o TCP adiar sua estreia várias vezes, mas o diretor Nelson Xavier acreditava que a nova data, no início de maio, seria cumprida⁵⁸³⁷. Apesar das preocupações com os preparativos, na noite daquela sexta-feira 13 de abril é provável que os ensaios tenham sido cancelados.

Os componentes do TCP podem ter sido dispensados para comparecerem ao Teatro do Parque, onde às 21 horas alguns integrantes da caravana da União Nacional dos Estudantes (UNE), do Rio de Janeiro, encenariam três peças curtas: *A balada do subdesenvolvimento*, de Carlos Lyra e Francisco de Assis, *Não há imperialismo no Brasil*, de Augusto Boal, e *Estória do Formiguinho e sua porta*, de Arnaldo Jabor.

Essa caravana da União Nacional dos Estudantes ficou conhecida como UNE Volante, e vinha percorrendo as capitais do Brasil para debater com os seus diretórios estaduais o tema da reforma Universitária⁵⁸³⁸. Outro objetivo dos viajantes era a criação de um Centro Popular de Cultura (CPC) em cada um de seus diretórios estaduais. Órgão ligado à UNE – mas que possuía autonomia administrativa e financeira⁵⁸³⁹ – o CPC era responsável por iniciativas culturais, como a produção de peças teatrais e filmes, a publicação de livros e a gravação de discos, que visavam promover a politização do público a fim de instigá-lo a se levantar contra a exploração do capitalismo e a favor de reformas sociais. Talvez por essa postura em relação à arte o CPC seja classificado pelo editor Ênio Silveira como o departamento de *agit-prop*⁵⁸⁴⁰ da UNE⁵⁸⁴¹.

A UNE Volante era formada por 25 pessoas, sendo 20 membros do CPC e cinco dirigentes da UNE, entre eles o presidente Aldo Arantes. Para o Recife, além de peças teatrais, o CPC preparara uma exposição de fotografias de suas atividades no hall do Teatro do Parque e a exibição do longa-metragem *Cinco vezes favela*⁵⁸⁴².

A capital pernambucana talvez tenha sido uma das paradas mais tranquilas da excursão da UNE Volante. Enquanto no Estado da Guanabara o CPC corria da polícia, na capital pernambucana foram convidados a conhecer o Movimento de Cultura Popular, conseguiram agendar récitas no Teatro do Parque e se apresentaram no Teatro do Arraial, no Sítio da Trindade – o que significou uma oportunidade para estabelecer contato com a população pobre do Recife.

Para entender como foi criada essa atmosfera favorável à vinda do CPC da UNE ao Recife precisamos voltar a 1960, quando o então prefeito do Recife Miguel Arraes incentivou o desenvolvimento de uma nova política cultural para a cidade.

⁵⁸³⁶ Peça escrita por Nelson Xavier em parceria com Hamilton Trevisan, Modesto Carone, Benedito Araújo e Augusto Boal.

⁵⁸³⁷ APEJE. Hemeroteca. *Diário de Pernambuco*. 13/04/1962.

⁵⁸³⁸ BARCELOS, Jalusa. **CPC da UNE: uma história de paixão e consciência/** (depoimentos a) Jalusa Barcelos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996, p. 09.

⁵⁸³⁹ BERLINCK, Manoel Tosta. **O Centro Popular de Cultura da UNE**. Campinas: editora Papirus. 1984, p. 16.

⁵⁸⁴⁰ Termo derivado das palavras agitação e propaganda. Designa formas de agitação teatral surgidas durante a revolução russa de 1917 e que foram bastante exploradas nos primeiros anos da União Soviética, bem como na Alemanha, entre 1919 e 1933. O objetivo dos agit-props era sensibilizar o público em relação a uma determinada situação social ou política. Ver: PAVIS, Patrice. **Dicionário de teatro**. Trad. J Guinsburg e Maria Lúcia Pereira. São Paulo: Perspectiva, 2015, p. 379.

⁵⁸⁴¹ BARCELOS, Jalusa. **CPC da UNE: uma história de paixão e consciência/** (depoimentos a) Jalusa Barcelos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996, p. 07.

⁵⁸⁴² APEJE. Hemeroteca. *Jornal do Commercio*. 08/04/1962.

O desenho de uma nova política cultural: o Movimento de Cultura Popular (MCP) e seus desdobramentos no campo teatral

Em janeiro de 1960, o recém-empossado prefeito do Recife, Miguel Arraes, agendara uma reunião com intelectuais, artistas e representantes de organizações populares⁵⁸⁴³. Na pauta da reunião estava a discussão de um levantamento elaborado pela assessora técnica da prefeitura, Anita Paes Barreto, acerca da população não escolarizada do Recife e a apresentação do Plano Municipal de Ensino⁵⁸⁴⁴. Segundo o Filósofo e educador Paulo Rosas, o novo prefeito do Recife se propôs a abordar o problema do analfabetismo a partir de uma perspectiva em que “o povo era levado em conta”⁵⁸⁴⁵. Caminho que, continua Rosas, exigia criatividade.

Nos meses seguintes a discussão em torno do Plano Municipal de Ensino foi sendo ampliada até tomar a forma de uma política cultural que não mais se restringia a abrir escolas para alfabetização de crianças e adultos, mas se propunha também a criar espaços de convivência e lazer, a promover festas populares, festivais (de cinema, de teatro) e congressos⁵⁸⁴⁶. Para elaborar essa nova política cultural da Prefeitura Municipal do Recife e coordenar sua implantação foi criado o Movimento de Cultura Popular (MCP), inaugurado em maio de 1960. Instituição particular, o MCP era composto por intelectuais e artistas em sintonia com os objetivos elencados anteriormente e que trabalhariam em parceria com a Prefeitura por meio de um convênio.

O Movimento de Cultura Popular procurou combinar, em sua prática educacional/cultural, a alfabetização à conscientização social e política da população do Recife. A conscientização era defendida pelo MCP como um processo que tinha início quando o povo reconhecia a realidade na qual estava inserido para, a partir daí, poder operar a crítica e engajar-se em atividades que levariam à transformação daquela realidade⁵⁸⁴⁷. Logo, pressupunha não apenas fazer o educando enxergar a realidade, mas entender-se como um sujeito ativo na construção do seu presente. Ou, nas palavras de Paulo Freire: “A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica”⁵⁸⁴⁸.

Dessa forma, caberia aos intelectuais e artistas do MCP estimular também a conscientização do povo⁵⁸⁴⁹. Com esse objetivo o Movimento reuniu e articulou diferentes áreas artísticas, organizadas em departamentos. Entre esses, podemos afirmar que o departamento de teatro ganhou destaque, notadamente a partir da criação do Teatro de Cultura Popular (TCP), grupo teatral formado por membros do próprio MCP interessados em urdir uma prática teatral que, com o intuito de conscientizar/educar os espectadores, tratava de temáticas como o analfabetismo, o latifúndio e a exploração do camponês, sem deixar de lado as possibilidades cênicas presentes nas manifestações folclóricas populares – como o bumba meu boi ou o pastoril.

Embora sua composição tenha variado durante o tempo em que ficou ativo, podemos perceber que o TCP manteve um núcleo relativamente estável de colaboradores (entre

⁵⁸⁴³ BARRETO, Anita Paes. In RECIFE: Fundação de Cultura da Cidade do Recife. **Memorial do MCP**. Recife: 1986, p.37.

⁵⁸⁴⁴ TEIXEIRA, Wagner da Silva. **Educação em tempos de luta: história dos movimentos de educação e cultura popular (1960-1964)**. Programa de pós-graduação em História Social – UFRJ. 2008. Tese (Doutorado). 229 págs, p.45.

⁵⁸⁴⁵ ROSAS, Paulo. Problemas a que respondeu: quando, onde, e por que foi criado o Movimento de Cultura Popular?. In RECIFE: Fundação de Cultura da Cidade do Recife. **Memorial do MCP**. Recife: 1986, p. 21 – 36.

⁵⁸⁴⁶ Estatuto do MCP. APEJE. Acervo DOPS-PE, prontuário funcional nº 1501-D, fundo: 29.841.

⁵⁸⁴⁷ TEIXEIRA, Wagner da Silva. Op. cit., p. 13.

⁵⁸⁴⁸ FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. Tradução: Kátia de Mello e Silva. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979, p.15.

⁵⁸⁴⁹ O conceito de povo era empregado pelos intelectuais e artistas do MCP principalmente para designar os grupos sociais pobres que moravam em áreas desassistidas pelo poder público.

atores e pessoal técnico). Seguindo a trilha formada pelos programas dos espetáculos do TCP podemos conferir os nomes de vários indivíduos que orbitavam no campo teatral local, como: Ardigan Almeida, Delmiro Lira, Dinaldo Coutinho, Elayne Soares, Evandro Campelo, Giovani Siqueira, Glauce Carneiro, Ilva Niño, Joacir Castro, José Marinho, José Wilker, Leandro Filho, Marco Porto Carreiro, Moema Cavalcanti, Nadja Pereira, entre outros. Todos comandados pelo ator, encenador e diretor do departamento de teatro do MCP, Luiz Mendonça. A esse grupo juntaram-se, no início de 1962, o ator e diretor Nelson Xavier e a figurinista Ded Bourbonnais, ambos vindos do Teatro de Arena de São Paulo⁵⁸⁵⁰.

O teatro rapidamente tornou-se uma das principais vias da crítica social e da defesa de novos valores feita pelo MCP. Segundo consta em um programa de apresentação dos objetivos do Movimento para o campo teatral, seu intuito era não “apenas popularizar o teatro, nem tampouco apenas converter o teatro numa paixão popular. Sua ambição é maior: criar um teatro do povo. [...] Teatro para a educação, para a cultura, para o desenvolvimento, para a emancipação do povo brasileiro”⁵⁸⁵¹.

Podemos perceber que ao mesmo tempo em que a prefeitura do Recife põe em prática uma série de medidas de valorização e de incentivo às artes cênicas, ela direciona esses esforços na perspectiva política maior da educação, que implicaria no desenvolvimento e na emancipação. Para tanto, era preciso atrair as pessoas para o teatro, bem como levá-lo até elas, o que fazia com que além das casas de espetáculos mais famosas da cidade, o TCP recorresse ao Teatro do Arraial – localizado no bairro de Casa Amarela –, à utilização de um teatro ambulante e a agendar turnês pelos Centros Educativos Operários espalhados pelo Recife.

Destarte, torna-se oportuno lembrarmos que a política cultural, segundo o filósofo Norberto Bobbio, pode ser entendida como a “planificação da cultura por parte dos políticos”⁵⁸⁵² ou uma “política feita pelos políticos para fins políticos”⁵⁸⁵³. Tal definição possibilita não perder de vista que, apesar das motivações externas ao campo do poder presentes na congregação de artistas e intelectuais no MCP/TCP, como a alfabetização da população pobre do Recife, as atividades que o Movimento de Cultura Popular se propunha a desenvolver estavam em consonância com as forças ligadas a Miguel Arraes e gerariam também dividendos de ordem política, uma vez que a alfabetização era vista como real possibilidade para o aumento da participação eleitoral entre os grupos sociais até então impedidos constitucionalmente de votar⁵⁸⁵⁴.

A estreia do TCP ocorreu em 6 de outubro de 1961, no Teatro de Santa Isabel. Sob o nome provisório de Teatro Experimental de Cultura (TEC) o grupo encenou a peça *A derradeira ceia*, original de Luiz Marinho, adaptado por Luiz Mendonça para o I Festival de Teatro do Recife. *A derradeira ceia* permitiu que o grupo abordasse questões sociais relacionadas aos movimentos de banditismo do nordeste e ao autoritarismo do latifundiário sobre o pequeno agricultor. Após críticas positivas recebida da imprensa e do prêmio de melhor diretor de teatro em 1961, concedido pela Associação dos Cronistas Teatrais de Pernambuco (ACTP) a Luiz Mendonça, o TEC encenou duas pequenas adaptações – *Chapeuzinho Vermelho*, de Paulo Magalhães⁵⁸⁵⁵, e o auto de natal *Um menino nos foi dado*,

⁵⁸⁵⁰ APEJE. Hemeroteca. **Jornal do Comércio**. 18/01/1962.

⁵⁸⁵¹ Programação do I Festival de Teatro do Recife. Acervo Projeto Teatro Tem Programa!.

⁵⁸⁵² BOBBIO, Norberto. **Política e Cultura**. Organização: Franco Sbarberi; tradução Jaime A. Clasen. 1ª Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015, p. 91

⁵⁸⁵³ Idem, ibidem.

⁵⁸⁵⁴ DE SOUZA, Fábio. **O Movimento de Cultura Popular do Recife (1959-1964)**. 2014. 123 páginas. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014, p. 27.

⁵⁸⁵⁵ MENDONÇA, Luiz. Teatro é Festa para o Povo. **Revista Civilização Brasileira** – Caderno Especial nº. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, ano IV, p. 149-159, jul. 1968. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/df/sites/forumeja.org.br.df/files/depluiz.pdf>>. Acesso em 04/04/2013.

de Dom Marcos Barbosa, dentro do programa das festas de fim de ano promovidas pelo MCP⁵⁸⁵⁶.

Em 1962, com a chegada de Nelson Xavier, foi feita a opção – seguindo uma indicação do próprio ator – de preparar uma montagem para o texto *Mutirão em Novo Sol*, que foi renomeado para *Julgamento em Novo Sol*. Peça que mais uma vez tratava da temática rural, mas de maneira mais incisiva, ao abordar um caso de disputa de terras entre agricultores e latifundiários do interior do estado de São Paulo e defendia a necessidade da organização e da luta por parte dos trabalhadores rurais⁵⁸⁵⁷. Foi durante o período de produção e ensaios desse espetáculo que os caminhos do TCP e do CPC da UNE se cruzaram pela primeira vez.

TCP e CPC: tecendo um teatro revolucionário brasileiro

A equipe de teatro do CPC era encabeçada por Oduvaldo Viana Filho, também conhecido por Vianinha, ex-integrante do Teatro de Arena de São Paulo. Este deixara o grupo devido a sua insatisfação com o modelo de gestão empresarial adotado por José Renato, que limitava o alcance do Arena ao público que podia pagar o preço do ingresso. Como as dimensões espaciais da sala onde se apresentavam eram limitadíssimas, possuía apenas 150 lugares, era difícil baratear o preço do ingresso sem comprometer o lucro que deveria ser obtido nas sessões⁵⁸⁵⁸. Além da criação de uma dramaturgia voltada para os problemas do país, como o Arena havia feito, Vianinha se preocupava com a difusão e a massificação dessa dramaturgia⁵⁸⁵⁹.

Talvez por esse motivo o grupo de teatro do CPC procurou desenvolver uma prática teatral que, amplamente inspirada pela dramaturgia de Erwin Piscator, se concentrava na produção de peças simples e de esquetes de agitação e propaganda, preparados para serem encenados tanto no meio da rua como em casas de espetáculo⁵⁸⁶⁰. Essas encenações curtas retratavam assuntos cotidianos ou as experiências vividas pelo CPC, como o *Auto dos cassetetes*, que aludia à repressão policial que o grupo enfrentava no Estado da Guanabara governado por Carlos Lacerda⁵⁸⁶¹. Além das três peças que foram encenadas no Teatro do Parque, no dia 13 de abril de 1962, citadas anteriormente, o pessoal do CPC também trouxera ao Recife uma série de autos, sobre vários assuntos, para que os dramaturgos locais pudessem adaptá-los às suas realidades e montar espetáculos baseados nesses textos⁵⁸⁶².

É perceptível que o TCP e o CPC tinham preocupações e objetivos similares em suas tentativas de criar um teatro popular. Não se deve pensar, entretanto, que a aproximação proporcionada por certo nível de convergência de pontos de vista apagava as diferenças entre o MCP/TCP e o CPC, mesmo no que se refere à forma como cada grupo pensava sua prática teatral. Ou seja, as ideias desenvolvidas em torno do conceito de teatro popular.

Nesse sentido, nos dias 05 e 19 de janeiro de 1964, foram publicados dois artigos no jornal *Última Hora – Nordeste*, que revelam alguns posicionamentos do TCP sobre o que entendiam como teatro popular e nos ajudam a nortear essa discussão. Ambos são assinados por José Marinho, ator do Teatro de Cultura Popular e aluno do curso de formação de atores da Escola de Belas Artes.

José Marinho refere-se ao teatro popular como um “teatro revolucionário brasileiro”, assim chamado por sua principal preocupação ser a de levar o teatro para as massas⁵⁸⁶³. No

⁵⁸⁵⁶ Arquivo Pessoal de Luís Reis. Programa da II Festa de Natal da Cidade do Recife – 1961.

⁵⁸⁵⁷ XAVIER, Nelson. *Mutirão em Novo Sol*. 1ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

⁵⁸⁵⁸ GARCIA, Miliandre. A questão da cultura popular: as políticas culturais do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE). In *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº47, p. 127 – 162, 2004.

⁵⁸⁵⁹ Idem, p 133.

⁵⁸⁶⁰ RAMOS, Carla Michele. Teatro Político Cepecista: o Auto dos 99% como peça de agitação e propaganda. In *Espaço Plural*. Marechal Cândido Rondon, Ano VII, Nº. 15, 2º semestre 2006., p. 29.

⁵⁸⁶¹ BERLINCK, Manoel Tosta. Op. cit., p. 21.

⁵⁸⁶² MIRANDA, Carlos. Depoimento concedido à Jalusa Barcellos. In: BARCELLOS, Jalusa. Op. cit., p. 116.

⁵⁸⁶³ APEJE. Hemeroteca. Jornal *Última Hora - Nordeste*. Página de Cultura Popular. 05/01/1964.

primeiro artigo, Marinho se propõe a indicar e avaliar quais grupos e autores brasileiros vinham dando contribuições para que esse movimento teatral ganhasse força, uma vez que observava serem ainda insuficientes as iniciativas nessa área. O primeiro grupo, sob sua ótica, a ter contribuído para esse movimento revolucionário no teatro teria sido o Teatro do Estudante de Pernambuco (TEP), o qual:

Contribuiu em duas posições que nos parecem muito importantes na criação de uma nova dramaturgia: a) as raízes clássicas nas quais se baseavam para a formação de uma nova dramaturgia; b) a cultura nacional partindo de elementos regionais extraídos dos ritos e mitos populares.⁵⁸⁶⁴

Como exemplo da contribuição do TEP, José Marinho cita a obra de Ariano Suassuna, que apesar de não discutir temas políticos é considerada revolucionária por permitir a percepção de alguns problemas sociais do Nordeste – como os desmandos dos coronéis – e pela valorização da linguagem da região. Elementos que também são encontrados nas peças de Luiz Marinho.

No que concerne às iniciativas que poderiam ser pensadas como politizadas do teatro revolucionário brasileiro, José Marinho destaca o valor dos trabalhos do Teatro de Arena de São Paulo, o dramaturgo Dias Gomes e o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE por discutirem os problemas sociais e políticos da contemporaneidade⁵⁸⁶⁵. Após apresentar as iniciativas do teatro revolucionário brasileiro, propõe duas perspectivas em que este podia ser dividido, de acordo com suas temáticas centrais: o teatro que aborda os conflitos rurais – na qual agrupa Dias Gomes, Ariano Suassuna e Luiz Marinho – e outra dedicada aos conflitos de ordem urbana, em que se sobressaíam: Gianfrancesco Guarnieri, Oduvaldo Viana Filho e Augusto Boal⁵⁸⁶⁶.

Antes de concluir, José Marinho registra uma crítica ao projeto de teatro proposto pelo CPC da UNE:

Na realidade, pelo que temos visto do CPC da UNE, até agora ele não conseguiu fazer um TEATRO REVOLUCIONÁRIO [sic] consequente. Conseguiu apenas, apesar de todo o esforço, transferir a agitação do comício para o teatro. Pois teatro é muito mais que política, é também arte. Não negamos aqui a condição do teatro ser político, pelo contrário, defendemos, mas o que não aceitamos é que o teatro sirva apenas [grifo nosso] de agitação e propaganda política.⁵⁸⁶⁷

Essa fala de José Marinho é reveladora de que, ao menos sob o prisma do TCP, existia um desequilíbrio entre a dimensão artística e política no teatro popular praticado pelo CPC. O zelo, o cuidado do TCP para que a política não anulasse a arte em sua prática teatral é evidenciado pela atenção dada à formação artística de seus membros. Alguns eram alunos do curso regular de Formação de Atores da Escola de Belas Artes (EBAP), outros frequentaram os cursos livres de teatro oferecidos por aquela instituição. Igualmente, o MCP procurava dotar os membros do TCP de uma consistente formação teórica e prática.

Para tanto, o Plano de Ação do MCP estabelecia a realização de um curso de seis meses sobre a história do teatro universal e de pelo menos cinco laboratórios de interpretação – abertos para atores de fora do MCP – a serem ministrados por um diretor de competência reconhecida a ser contratado. Outro curso oferecido era o de teatro de fantoches. Também a descoberta e formação de dramaturgos eram alvo do departamento de teatro, que

⁵⁸⁶⁴ Idem, ibidem.

⁵⁸⁶⁵ Idem, ibidem.

⁵⁸⁶⁶ APEJE. Hemeroteca. Jornal **Última Hora - Nordeste**. Página de Cultura Popular. 19/01/1964.

⁵⁸⁶⁷ APEJE. Hemeroteca. Jornal **Última Hora - Nordeste**. Página de Cultura Popular. 05/01/1964.

estipulava a realização de seminários de dramaturgia e de pesquisas para a criação de novos textos⁵⁸⁶⁸. Como resumiu Luiz Mendonça, diretor do departamento de teatro do MCP: “a gente estudava sozinho, a gente estudava na escola, estudava com o Teatro de Arena de São Paulo, porque nós achávamos que fazer teatro não era só chegar e fazer, a gente tinha que estudar”⁵⁸⁶⁹.

Em contrapartida, para muitos membros do CPC, de acordo com Carlos Miranda, o MCP/TCP possuía um arcabouço político ideológico pouco definido ou deficiente⁵⁸⁷⁰. Nesse aspecto, é imprescindível considerarmos que o MCP combinava em seus quadros membros do Partido Comunista e da esquerda católica, enquanto no CPC os dirigentes eram todos membros do PCB⁵⁸⁷¹. A necessidade de equilibrar interesses de correntes políticas diferentes pode ter concorrido para uma maior flexibilidade – ou indefinição – dos aspectos políticos norteadores do MCP. Ainda nesse quesito, o cineasta Eduardo Coutinho avalia que:

[...] o MCP era mais aberto, com uma visão bem menos sectária do que o CPC, até porque lá havia uma integração entre comunistas e católicos de esquerda na cúpula e na base, com a presença também de muitos setores independentes. [...] Creio que o pensamento do MCP, pelo menos em arte e cultura era mais próximo do real, mas por outro lado, a elaboração teórica era bem mais frouxa.⁵⁸⁷²

Nessa entrevista, Eduardo Coutinho comenta a atuação dos diversos grupos políticos no MCP e no CPC e como a perspectiva do grupo em Pernambuco na sua avaliação era mais próxima do real, embora prevaleça a crítica ao que via como deficiências teórico-ideológicas no programa do MCP/TCP. Sobre esse tema, verificamos que para ambos os movimentos, a cultura popular era identificada com a ideia de mudança, de revolução. Entretanto, a perspectiva do CPC continha três acepções diferentes e hierarquizadas sobre o que é a cultura popular⁵⁸⁷³.

A primeira delas, e mais baixa na hierarquia, era a de “arte do povo”, entendida como o conjunto de elaborações artísticas primárias, resultante de comunidades economicamente atrasadas onde o artista não se distingue dos consumidores⁵⁸⁷⁴. O patamar médio da hierarquia era ocupado pela “arte popular”, que seria a arte feita por artistas para o divertimento do público dos centros urbanos desenvolvidos. O público aqui é apenas o receptor da arte⁵⁸⁷⁵.

Ocupando o topo da hierarquia das acepções de cultura popular vinha a “arte popular revolucionária”, feita pelo artista engajado com base em sua análise da realidade do povo. Essa é a arte que conscientiza, e aponta soluções para os problemas do povo. Ela prepara o povo para a ação política. Sob o prisma do CPC, só “há cultura popular onde se produz o processo que transforma a consciência alienada em consciência revolucionária, ativamente engajada na luta política”⁵⁸⁷⁶.

A inquietação acentuada com o processo de conscientização/politização fez com que no CPC as atividades de difusão da arte fossem privilegiadas em detrimento do cuidado com

⁵⁸⁶⁸ Plano de Ação do Movimento de Cultura Popular para o ano de 1963. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/book/export/html/1710>>. Acesso em 04/04/2013.

⁵⁸⁶⁹ MENDONÇA, Luiz. Entrevista concedida à Narciso Telles. In TELLES, Narciso. **Teatro é festa para o povo** - um estudo sobre o Teatro de Cultura Popular (1960-1964). Rio de Janeiro, 1996. Monografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

⁵⁸⁷⁰ MIRANDA, Carlos. Depoimento concedido à Jalusa Barcellos. In: BARCELLOS, Jalusa. Op. cit., p. 116.

⁵⁸⁷¹ Idem, ibidem.

⁵⁸⁷² COUTINHO, Eduardo. Entrevista concedida à Jalusa Barcellos. Idem, p. 187.

⁵⁸⁷³ PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Editora Ática, 1990, p. 156.

⁵⁸⁷⁴ BERLINCK, Manoel Tosta. Op. cit., p. 33.

⁵⁸⁷⁵ Idem, ibidem.

⁵⁸⁷⁶ Idem, p. 54.

a estética artística, o que, segundo Daniel Pécaut, era a razão de muitas produções do CPC serem marcadas por “um discurso político a serviço da vulgata nacionalista”⁵⁸⁷⁷. Nesse aspecto as críticas de José Marinho e Daniel Pécaut se aproximam. Comportamento inverso do defendido no TCP, uma vez que no Plano de Ação do MCP, ficava estabelecido que as atividades de pesquisa deveriam preceder toda atividade de difusão cultural⁵⁸⁷⁸.

Considerações Finais

TCP e CPC, cada um a sua maneira, procuraram pôr em prática um programa teatral que retratasse e pusesse em discussão questões candentes acerca de temas como o analfabetismo, a reforma agrária e o imperialismo do capital, por entenderem que o teatro possui como um de seus traços constitutivos o de ser uma assembléia⁵⁸⁷⁹, podendo assim contribuir para modificar a realidade social em que estavam imersos. Como vimos, ambas as iniciativas partiram de realidades diferentes – Pernambuco e Rio de Janeiro – e trilharam caminhos paralelos que se encontravam em algumas encruzilhadas para, em seguida, se distanciarem.

Esse movimento de aproximação e afastamento fica claro ao considerarmos que as diferenças observadas no item anterior não impediram que os grupos trabalhassem em cooperação, como exemplifica a parceria firmada em 1964 entre o MCP e o CPC para a produção de um longa-metragem baseado em episódios da vida do líder camponês João Pedro Teixeira, assassinado em Sapé, em 1962. As filmagens foram interrompidas com o golpe de 1964 e o filme foi finalizado décadas depois, no formato de documentário, vindo a ser chamado *Cabra marcado pra morrer*⁵⁸⁸⁰, dirigido por Eduardo Coutinho, membro do CPC⁵⁸⁸¹.

No que se refere ao repertório de peças do TCP, podemos verificar que alguns dos textos trazidos pelo CPC foram adotados pelo Teatro de Cultura Popular, principalmente em seus primeiros momentos, enquanto o grupo ainda trabalhava na criação de suas peças e esquetes. É o que vemos na III Semana Estudantil de Cultura Popular, realizada em 1962, onde membros do TCP apresentaram duas dramatizações trazidas pelo CPC: *Auto dos 99%* e *A balada do subdesenvolvimento*. A primeira ilustrou uma palestra ministrada no dia 10 de maio de 1962: “Educação não é um privilégio”, da qual participaram Anita Paes Barreto, Paulo Freire, Germano Coelho, Pe. Almeri Bezerra, Tanceta Figueiredo, Fernando Teixeira, Antônio Maciel e André Altino⁵⁸⁸². Já *A balada do subdesenvolvimento* integrou o painel da sexta feira, dia 11 de maio de 1962, chamado “Cultura para a emancipação do povo”, apresentado por Germano Coelho, Celia Freire, Manuel Correia, Gerson Maciel e o Pe. Aluísio Guerra⁵⁸⁸³.

Outro texto trazido pelo CPC e assimilado pelo TCP foi *Estória do Formiguinho e sua porta*, adaptado por Luiz Mendonça para fazer parte da campanha de alfabetização a ser iniciada em março de 1964, junto com outro texto, *Paixão e morte do vaqueiro Manoel Onofre*, escrito por José Wilker⁵⁸⁸⁴. Dessa forma, a rede de contatos entre o MCP/TCP com outros grupos artísticos que compreendiam a arte como uma via para transformar a sociedade, iniciada em 1961 com a vinda do Teatro de Arena de São Paulo ao Recife, foi

⁵⁸⁷⁷ PÉCAUT, Daniel. Op. cit., p. 157.

⁵⁸⁷⁸ Plano de Ação do Movimento de Cultura Popular para o ano de 1963. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/book/export/html/1710>>. Acesso em 04/04/2013.

⁵⁸⁷⁹ GUÉNOUN, Denis. **A exibição das palavras**: uma ideia (política) do teatro. Tradução: Fátima Saad. Rio de Janeiro: Teatro do Pequeno Gesto, 2003, p. 14.

⁵⁸⁸⁰ MONTENEGRO, Antonio Torres. **Cabra marcado para morrer**: entre a Memória e a História. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/montenegro.22.pdf>. Acesso em: 01/04/2016.

⁵⁸⁸¹ APEJE. Hemeroteca. **Jornal Última Hora - Nordeste**. 08/01/1964.

⁵⁸⁸² APEJE. Hemeroteca. **Jornal do Commercio**. 01/05/1962.

⁵⁸⁸³ Idem, ibidem.

⁵⁸⁸⁴ APEJE. Acervo DOPS-PE. Prontuário Funcional. Movimento de Cultura Popular. Nº Doc.: 1501-D. Data: 1964 - 1980. Fundo: 29.841.

ampliada pela parceria estabelecida com o CPC do Rio de Janeiro. A participação do TCP nessa campanha e a escolha dos textos era explicada da seguinte maneira por Luiz Mendonça:

Reconhecemos que a formação cultural e educacional de um povo não se faz apenas com alfabetização, mas também com meios de cultura, baseados em fatos sociais e tradições populares desse mesmo povo, para que ele possa melhor identificar-se com suas formas populares de arte e com a realidade brasileira atual.⁵⁸⁸⁵

Em relação ao CPC, a importância da vinda ao Nordeste e da convivência com o MCP/TCP residiu no contato que estabeleceram com uma metodologia de trabalho artístico/cultural diferente da que empregavam no Rio de Janeiro. Afinal, como bem colocou o ator Gianfrancesco Guarnieri eram “dois Brasis inteiramente diferentes”⁵⁸⁸⁶. Segundo Carlos Miranda, o MCP/TCP se dirigia à toda a população,

[...] partia da raiz popular nordestina para em cima desta, dramatizar as questões sociais, utilizando a estrutura de cordel, ou de bumba-meu-boi, ou de pastoril. [...] E a partir daí estabelecia discussões acerca da distribuição de terras, do uso da terra, em especial no interior, e questões sociais mais amplas...⁵⁸⁸⁷

Já a ação do CPC, continua Miranda, era mais restrita à classe média e alguns movimentos operários⁵⁸⁸⁸. Essa restrição aparece ligada a intenção do CPC de utilizar a arte para expor conceitos que julgavam importantes serem explicados, como o de mais-valia. Como constatou o cpcista Luiz Werneck Vianna, a abordagem do TCP era mais empírica que a dos cariocas⁵⁸⁸⁹.

Encontros e desencontros, aproximações e afastamentos, ao fim, com a caravana da UNE-Volante no Recife vemos a rede de comunicação entre os grupos de educação e cultura popular da década de 1960 ampliada, uma vez que o TCP estabeleceu no ano anterior, 1961, contatos com o Teatro de Arena de São Paulo. A partir de 1963 os trabalhos de articulação entre esses grupos se intensificaram, atingindo seu ápice no I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, ocorrido de 15 a 21 de setembro daquele ano, no Recife. Mas essa é outra história.

⁵⁸⁸⁵ Idem, ibidem.

⁵⁸⁸⁶ GUARNIERI, Gianfrancesco. Depoimento concedido à Jalusa Barcellos. In: BARCELLOS, Jalusa. Op. cit., p. 243.

⁵⁸⁸⁷ MIRANDA, Carlos. Depoimento concedido à Jalusa Barcellos. In: BARCELLOS, Jalusa. Op. cit., p. 115.

⁵⁸⁸⁸ Idem, ibidem.

⁵⁸⁸⁹ VIANNA, Luiz Werneck. Depoimento concedido à Jalusa Barcellos. In: BARCELLOS, Jalusa. Op. cit., p. 316.

ENSINAR, EDUCAR, MORALIZAR: A QUESTÃO EDUCACIONAL NO CEARÁ DOS ANOS 1940 A PARTIR DA COLUNA JORNALÍSTICA *ENSINO E EDUCAÇÃO*.

Manuelle Araújo da Silva⁵⁸⁹⁰

manuelle.araujosilva@yahoo.com.br

Resumo: O trabalho trata da questão educacional nos anos 1940, no Ceará. Tal pesquisa é empreendida a partir da análise de uma coluna, intitulada *Ensino e Educação*, cuja autoria é do Prof. Coelho Sampaio. Tem-se por objetivo analisar aspectos de trajetória do autor da coluna, bem como assuntos mais recorrentes da coluna, em específico, e refletir acerca da função do jornal na Fortaleza dos anos 1940, em geral. O conjunto principal de fontes a serem analisadas é uma seleção de números da referida coluna. Acerca de reflexões sobre a circularidade desses periódicos, utiliza-se a tipologia de fonte dos memorialistas, principalmente o livro *Royal Briar: A Fortaleza nos Anos 1940*, de Marciano Lopes. Outros colaboradores da *Gazeta de Notícias* também foram utilizados, bem como outras seções do jornal. Outras seções desse jornal foram observadas, ainda que, em certos casos, a temática não fosse necessariamente a educacional; no intento de não naturalizar a seção do Prof. Sampaio. Utilizou-se também os censos estatísticos do período dos anos 1940. Interessa, mais de perto, o quantitativo pertencente ao Ceará, ao passo em que também foi importante fazer um paralelo com os números nacionais. No que atine a essas fontes estatísticas, o intento é apreender também quantitativamente meandros da sociedade que recepcionava esses discursos pedagógico-educacionais na imprensa. Por fim, utilizou-se também como fonte o Código de Posturas publicado na década anterior, em 1933, pela Tipografia Minerva o Decreto nº 70, cuja elaboração é datada de 13 de dezembro de 1932. Tal documento foi elaborado e expedido pelo então prefeito de Fortaleza, Major Manuel Tiburcio Cavalcanti. Esse *Código de Posturas* estava em vigência na década de 1940. Como encaminhamentos conclusivos, destaca-se que estava em pauta versar sobre o que seria uma moralização dos costumes sendo posta como questão educacional, a ser projetada dentro das escolas e fora delas.

Palavras-chave: educação social, instrução escolar, imprensa.

Nos anos 1940, no jornal *Gazeta de Notícias* existiu uma coluna intitulada *Ensino e Educação*, assinada pelo professor Coelho Sampaio, e que foi publicada mais especificamente entre janeiro de 1944 e janeiro de 1950, somando em seus seis anos de circulação mais de 87 cartas.⁵⁸⁹¹ Isto é, colunas que antes de se tornarem públicas, se situavam na lógica dos trâmites epistolares, pois eram enviadas, por meio de cartas, à Redação do periódico.⁵⁸⁹² A título de exemplificação, ao final de cada artigo do Prof. Sampaio, consta a cidade onde as cartas foram redigidas, Fortaleza, seguido de uma data sempre precedente ao dia da

⁵⁸⁹⁰ Mestranda em História Social (PPGH - UFC) e bolsista CNPq.

⁵⁸⁹¹ A falta de precisão em moldes quantitativos dos números da coluna, diz respeito a dois fatores: 1) ela só foi enumerada até a 12ª carta pública, deixando de existir a numeração em publicações posteriores. 2) Embora a coluna *Ensino e Educação* tenha sido pesquisada por mim em dois acervos distintos – Biblioteca Pública Menezes Pimentel e Instituto Histórico e Antropológico do Ceará – houve a percepção de que, em função dos defeitos de conservação dos documentos afetaram a coleta de alguns números dessa seção, na medida em que o autor fazia referência ao número sequente que iria escrever e a próxima seção por mim pesquisada tratava-se de uma coluna divergente da que Coelho Sampaio sumariou.

⁵⁸⁹² A título de exemplificação, ao final de cada artigo do Prof. Sampaio, consta a cidade onde as cartas foram redigidas, Fortaleza, seguido de uma data sempre precedente ao dia da publicação. Há também nas colunas seguintes, amiúde, notas que buscam corrigir erros de transcrição.

publicação. Há também, nos escritos dessa seção, amiúde, notas que buscam corrigir erros de transcrição da coluna publicada mais recentemente.

Assim, é importante explicitar que não são cartas na feição de confissões da intimidade, pois o mote principal dos assuntos era sempre ligado à Educação, Instrução e ao Ensino, ou seja, assuntos públicos. Também são estabelecidas conexões entre o íntimo e o público, na medida em que, sua escrita em primeira pessoa busca, como estratégia discursiva, estabelecer uma relação de proximidade com o leitor, ao mesmo tempo em que magnetiza para si a responsabilidade de sua fala no jornal *Gazeta de Notícias*⁵⁸⁹³. Seu propósito era de ser semanal, mas, variava a periodicidade, tornando-a irregular por alguns anos.

Entretanto, a existência de um espaço fixo, com um mesmo autor, destinado a discutir a temática educacional, em um jornal de grande circulação, como foi o matutino *Gazeta de Notícias*, no Ceará dos anos 1940, é fato nada desprezível. Isto é, isso significou a possibilidade de um espaço específico para discutir as mais variadas sub-temáticas dentro do tema maior, qual seja, o da temática instrutiva e educativa. Afora isso, existem, concomitante à coluna *Ensino e Educação*, outros escritos jornalísticos esporádicos, de variados autores, que escreveram sobre assuntos análogos.

Desse modo, é relevante o seguinte questionamento: o que poderia significar, no período estudado, manter uma coluna semanal em um jornal de grande circulação? Tendo em vista que os jornais são artefatos culturais que, apesar de possuírem linhas editoriais, não deixam de priorizar o interesse do público leitor, de forma a fomentar sua vendagem, veja-se o seguinte anúncio:

“O Sr. Abdias Lima dará aos leitores, através de jornal ou revista, lições práticas de português. O jornal que aceitar a coluna do estudioso dos problemas de nossa língua, de certo verá aumentar, por centenas, o número de seus leitores e assinantes.”⁵⁸⁹⁴

O trecho acima foi retirado do jornal *Gazeta de Notícias* em momento contemporâneo à coluna de Antonio Coelho Sampaio. Anuncia-se a disponibilidade de um especialista no assunto gramatical a ser tratado em moldes colunares, julgando como correlato a isso o aumento dos seus assinantes em função do interesse dos leitores sobre o assunto. Compreende-se que esse anúncio pode ser indício para uma das possibilidades de resposta ao porquê de a colaboração do Prof. Sampaio ter possuído extensa duração.

Ainda na tentativa de circunstanciar o que significa ser um colaborador assíduo de um jornal nesse período, como é o caso do professor Coelho Sampaio na coluna *Ensino e Educação* na *Gazeta de Notícias*, observe-se o que publicou o autor identificado apenas como

⁵⁸⁹³ O jornal diário *Gazeta de Notícias* manteve seu *slogan* de ser *O Matutino Independente do Ceará* durante toda a delimitação temporal desta pesquisa, buscando afastar-se do caráter político-partidário. O *slogan* pode dizer muito sobre como um jornal intenta se auto-representar para a sociedade. Ademais, essa representação de si mesmo também deve ser problematizada, na medida em que esse periódico publica eminentemente editoriais moralistas que buscavam promover a brasilidade, a ordem, o civismo, a religião cristã nos indivíduos. Isto é, embora ele não tenha se declarado como um *Diário de orientação católica*, como fez *O Nordeste* no mesmo período, subsidiado pela Arquidiocese de Fortaleza; o seu posicionamento deve ser compreendido nas sutilezas do não dito.

⁵⁸⁹⁴ Lições Práticas de Português. Jornal **Gazeta de Notícias**. Fortaleza, p. 5, 02 abr.1947.

H. Firmeza⁵⁸⁹⁵, em sua coluna chamada *Aos Domingos*⁵⁸⁹⁶, nesse mesmo periódico, com o sub-título *Ligeira Explicação*:

"Há uns dois domingos, que me tem faltado tempo para dirigir-me, como costume fazer semanalmente aos leitores da GAZETA. Devo explicar que tenho estado numa fase de ocupações muito grandes, a ponto de andar privado até do convívio dos meus melhores amigos. (...) A minha última fala foi pelo Natal desejando boas festas às pessoas amigas e agora ainda aqui quero retribuir votos de felicidades que recebi, em cartões e telegramas de várias procedências, pela entrada do ano de 1945. (...) Confio que da próxima semana em diante já poderei acudir mais pontualmente aos deveres desta coluna."⁵⁸⁹⁷

A coluna *Aos Domingos* difere da coluna de Coelho Sampaio por se propor a tratar de temas de ordem distinta, na forma de crônicas sobre casos cotidianos ou, nos termos do jornalista, de *assuntos inofensivos*. Outra diferença é que a de H. Firmeza, como o título sublinha, era sempre publicada no mesmo dia da semana e a de Coelho Sampaio não dispunha de dia fixo para publicação. No entanto, é possível notar uma semelhança relevante entre as duas colunas em questão. Ambas possuíam o propósito de ser semanal, o que permite que o autor das seções dirija-se ao público leitor com a intenção de diminuir o distanciamento entre eles, já que haveria algo como um encontro semanal marcado.

Isto é, o trecho de H. Firmeza torna-se relevante para destacar a responsabilidade que traz consigo a oportunidade de manter a colaboração em moldes colunares, em um jornal de grande circulação naquele período. Ademais, esse excerto também possibilita entrever o alcance desses escritos, visto que o autor agradece aos inúmeros contatos que recebeu em resposta aos seus votos de feliz ano novo, em editorial próximo ao período natalino.

Vejam-se outras colunas do mesmo jornal: *Odontologia e Saúde*⁵⁸⁹⁸, *Lições de Civismo*⁵⁸⁹⁹, *Em Torno da Crise*⁵⁹⁰⁰ e *Educação: O Problema Vital para a Paz*⁵⁹⁰¹. Problemas odontológicos, crise, paz, educação: todos parecem despertar interesse contínuo nas pessoas, por afetarem – ainda que uns mais e outros menos – seus cotidianos. Será a colaboração de Coelho Sampaio, sobre Educação, um artifício de atração do leitor ao jornal *Gazeta de Notícias*? Como se processou a abordagem da questão educativa nos seus escritos na década de 1940?

⁵⁸⁹⁵ Hermenegildo de Brito Firmeza escreveu com recorrência para a *Gazeta de Notícias* no período estudado. Nascido em 1881, iniciou jovem as colaborações no jornalismo, ainda em 1903. Além disso, formou-se em Direito; fundou o seu próprio jornal, *Folha do Povo*, que em 1921 se transformou em *Diário do Ceará*; ingressou na vida política e foi professor de História da Civilização e História do Brasil no Liceu do Ceará na década de 1910. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FIRMEZA,%20Hermenegildo.pdf>> Acesso em 05 de ago. de 2014.

⁵⁸⁹⁶ Logo abaixo o seu nome, consta: "especial para a <Gazeta>".

⁵⁸⁹⁷ FIRMEZA, H. *Aos Domingos*. *Ligeira Explicação*. **Gazeta de Notícias**, p. 7, 14 jan. 1945.

⁵⁸⁹⁸ Assinadas pelo Prof. Paulo Firmeza, aliava as instruções práticas da educação sanitária ao incentivo ao patriotismo e aos princípios da moral cristã.

⁵⁸⁹⁹ A autoria desta seção é de Pereira e Silva. Até pelo seu título, nota-se que o objetivo é *ensinar* aos seus leitores, definições de símbolos e conceitos cívicos, bem como as datas e os vultos da História do Brasil, sob o viés factual e político. São artigos que buscavam despertar uma *consciência cívica* – que também foi título de um editorial da *Gazeta de Notícias* – nos cidadãos brasileiros, incitando o amor à Pátria.

⁵⁹⁰⁰ Seção que objetivava expor a origem dos problemas sociais do período, assinadas por Heitor Cavalcanti, no jornal *Gazeta de Notícias*. Eventualmente falava-se sobre assuntos do setor educacional.

⁵⁹⁰¹ Coluna publicada a partir do fim de 1944, discutindo mundialmente as relações entre Educação e Segunda Guerra no jornal *Gazeta de Notícias*.

Os números do censo estatístico publicado pelo IBGE em 1950⁵⁹⁰², ou seja, com conteúdos concernentes à década de 1940, apontam que em todo o Estado do Ceará, nessa década, havia um total de 1.260.926 pessoas que não sabiam ler e escrever para um total de 448.426 pessoas que sabiam ler e escrever, situados em uma população cujo total era tido por 1.714.462.⁵⁹⁰³ Apesar de ter-se em vista que esses números são questionáveis, sabe-se, que o analfabetismo era, de fato, a tônica do período. Visto isso, torna-se relevante o seguinte questionamento: se a população analfabeta existira em proporção tão grande entre os cearenses nos anos 1940, é possível conceder destaque a uma coluna que circulou em um jornal, portanto, por escrito?

No livro memorialístico de Marciano Lopes, chamado *Royal Briar: A Fortaleza dos anos 1940*, através de uma escrita marcadamente nostálgica e com contornos idealizantes, é possível entrever um aspecto relevante:

"Nos idos da década de 40, quando não tinha televisão para isolar as pessoas, quando não havia "novela das oito" para inspirar torcidas organizadas, criando grupos distintos dentro dos lares, as famílias da classe média costumavam reunir-se nas chamadas "rodas de calçadas". (...) Enquanto as matronas agitavam as banhas nas cadeiras de balanço, o papo tinha continuidade e os assuntos eram os mais diversos: as traquinagens das crianças, as notas na escola e o devido funcionamento da palmatória. E falavam das compras de mercearia, porque "seu" Carlos tinha aumentado o preço do arroz, porque o açúcar estava escuro e se continuasse daquele jeito era melhor usar logo açúcar mulatinho, porque o feijão-de-corda estava com gorgulhos... (...) Alguma mais letrada e informada, tascava sua sabedoria e falava dos horrores da Guerra, da tirania de Hitler e vinham à baila, as lojas incendiadas em Fortaleza, por pertencerem a alemães e italianos."⁵⁹⁰⁴

No trecho supracitado, o autor disserta sobre o hábito de as pessoas se reunirem em suas calçadas para conversar. Nas ditas *rodas de calçadas*, para além de ser observável que assuntos relacionados à educação, à escola e ao comportamento das crianças estavam na ordem do dia, é possível destacar também a circulação oral de informações escritas. Isto é: para "ler", não era preciso, necessariamente, saber ler. Para ter acesso aos conteúdos escritos nos jornais, não era preciso, essencialmente, ser alfabetizado.

No trecho de Marciano Lopes, vê-se uma das possibilidades da disseminação dos vários tipos de leitura. Nesse caso, no espaço das rodas de calçada, as pessoas alfabetizadas repassavam informações saídas nos jornais acerca de assuntos palpitantes. Trata-se apenas de uma das maneiras de coletivizar as leituras e informações. Portanto, o número de leitores de um jornal não deve ser reduzido à porcentagem de assinantes e os índices de pessoas analfabetas não devem ser confundidos com pessoas que, necessariamente, não tinham acesso às informações contidas na palavra escrita e estavam alheias às ideias circulantes nos jornais.

O uso de jornais como fontes históricas situadas temporalmente no período do Estado Novo, exige o cuidado metodológico de atentar ao importante elemento de análise das condições de produção das fontes: a questão da censura. Cumpre explicitar que a primeira metade da década de 1940 foi permeada por ações de repressão à imprensa, dentre outros

⁵⁹⁰²Disponível em <<http://archive.org/stream/censo1940vol6t1ce#page/n1/mode/2up>> Acesso em 07 de mar. de 2014.

⁵⁹⁰³ Para esses dois montantes, parece ser equilibrado o acesso à instrução entre homens e mulheres. Do total de 448.426 pessoas que sabiam ler e escrever, 232.248 eram homens e 216.178 eram mulheres. Do total de 1.260.926 analfabetos, 602.028 eram homens e 658.898 eram mulheres.

⁵⁹⁰⁴ LOPES, Marciano. **Royal Briar: a Fortaleza dos anos 40**. 4 ed. Fortaleza: ABC, Coleção Nostalgia, 1996. p. 182

âmbitos, por parte do governo e que a coluna *Ensino e Educação* iniciou suas publicações no penúltimo ano de vigência desse governo de exceção.

No Ceará, há alguns registros que enfatizam esse aspecto do período. O historiador Geraldo da Silva Nobre, que era jornalista durante os anos 1940, sobretudo com atuação na *Gazeta de Notícias*; chamou a atenção em seu livro *Introdução à História do Jornalismo Cearense*⁵⁹⁰⁵, que nos decênios de 1930-1939 e de 1940-1949 houve um considerável aumento na tiragem dos jornais, em virtude principalmente da conflagração da Segunda Guerra Mundial até 1945, e entretanto, nas palavras do autor, "a situação nacional, com a vigência do Estado Novo até aquele mesmo ano, impossibilitou a saída de novos órgãos jornalísticos, na capital cearense, no quinto decênio do século XX".⁵⁹⁰⁶

Em 1944, no sétimo número da coluna *Ensino e Educação*, Coelho Sampaio condensou em poucas palavras, um dos seus pensamentos mais latentes do início ao fim de sua atuação colunar: "Entretanto, a moralização dos costumes não devia estar apenas nas escolas. Mas sim, em tôda⁵⁹⁰⁷ parte onde se pudesse influir na mentalidade humana, direta ou indiretamente."⁵⁹⁰⁸ A partir desse trecho conciso, é possível compreender que estavam em voga abordagens sobre o problema educacional que transcendiam o espaço escolar. Embora o âmbito da educação escolar estivesse também densamente em pauta, nota-se que os ideais de fortalecimento da moral cristã e a formação de cidadãos úteis à Pátria, não somente instruídos, mas moralmente educados para a vida em sociedade; mostravam-se tão latentes quanto os problemas escolares, senão mais. Dessa maneira, não se objetivava apenas o aprimoramento das intelectualidades sem fins utilitários para a Pátria. Advogava-se que "instrução escolar" e "educação social" deveriam se processar sinergicamente.

A partir dessa premissa, ressalta-se um questionamento constante neste trabalho: a partir da coluna *Ensino e Educação*, assinada pelo Prof. Coelho Sampaio no jornal cearense *Gazeta de Notícias*, entre os anos de 1944 a 1950, de que forma se articulam discursos sobre uma instrução escolar e uma educação social? Dessa forma, o enfoque dado à atuação do Prof. Sampaio na imprensa, busca, fundamentalmente, compreender as metamorfoses de significado atribuídas aos termos Ensino e Educação e seus variantes, pois, suas missivas públicas mesclam dois tipos de análises: há ditames sobre o campo educacional, mas articulam-se a isso interpretações do que seria o nível moral da sociedade cearense. E mesmo as discussões sobre a temática educativa, são múltiplas.

Acerca dessa multiplicidade da temática educativa, ressalta-se que as ponderações relativas ao que seria uma moralização dos costumes da população cearense daquele momento, foram compreendidas com bastante recorrência como uma tarefa educacional. E tal intento moralizador pressupunha a seleção de costumes considerados como morais postos na condição de superiores aos que seriam os costumes eleitos como amorais.⁵⁹⁰⁹

Pode-se destacar também como epíteto sintetizador dos ideais de Coelho Sampaio sobre *Ensino e Educação*, o anseio de "moralizar os costumes e reprimir as más tendências"⁵⁹¹⁰. Desse modo, tendo em vista que os indivíduos considerados portadores de maus costumes eram comumente classificados como mal educados, o presente tópico tem por objetivo investigar as nuances de significados atribuídas ao conceito de educação, em

⁵⁹⁰⁵ Publicado inicialmente em 1975 pela *Gráfica Editorial Cearense* e, em 2006, saído em edição fac-similar na coleção *Outras Histórias*, pelo NUDOC - Núcleo de Documentação Cultural da Universidade Federal do Ceará.

⁵⁹⁰⁶ NOBRE, Geraldo. *Introdução à História do Jornalismo Cearense*. Fortaleza, Grecel, 1976. p. 149.

⁵⁹⁰⁷ A grafia da época é mantida em todo o texto.

⁵⁹⁰⁸ SAMPAIO, Coelho. *Ensino e Educação: Criança – o homem do futuro (conclusão)*. *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, p. 4, 20 out. 1944.

⁵⁹⁰⁹ Sobre como se operam seleções e embates relativos aos costumes e tradições, conferir: THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

⁵⁹¹⁰ SAMPAIO, Coelho. *Ensino e Educação: Criança – o homem do futuro (conclusão)*. *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, p. 4, 20 out. 1944.

sentido amplo, nos anos 1940, atentando a alguns questionamentos norteadores: o que poderia significar ser um sujeito bem educado ou mal educado nesse período? Quais seriam os costumes considerados como maus que estariam na mira da moralização? Em contrapartida, quais seriam os costumes considerados bons e louváveis para esses intentos moralizantes?

É notável como questão basilar na escrita de Antônio Coelho Sampaio a sua diligência em explicitar as diferenças entre as denominações Ensino e Educação ou suas variantes que representassem o âmbito da escola em contrapartida a um sentido social. Deduz-se isso até mesmo a partir do título da coluna, sendo sintomática a conjunção existente entre os dois termos; até o fato dessas divergências se constituírem, não por acaso, a temática central dos seus dois artigos de estreia e por constar nos últimos números da coluna.

No primeiro número da coluna *Ensino e Educação*, intitulado *Ensinar e Educar*, o autor é incisivo:

“Ensinar não é só formar valores em matéria de conhecimentos, com fins objetivos. A par do ensino das ciências, letras e artes, deve-se procurar formar o caráter do aluno. É a educação moral e espiritual; humanitarista e de solidariedade; econômica e religiosa. Esta disciplinação, bem dirigida, criará no espírito do discípulo uma ideia segura da verdadeira finalidade do homem, que é praticar o bem sempre e incansavelmente.”⁵⁹¹¹

Como é possível compreender, as disciplinas escolares não eram desconsideradas em critérios de relevância. No entanto, o que o autor denomina acima como educação moral, exigiria um trabalho, sobretudo, fora da escola. Em seu segundo texto da coluna jornalística em questão, denominado “Instruir e Educar”, Coelho Sampaio ratifica que a similaridade desses termos não deve ser capaz de dissolver as divergências – que ele julga acentuadas – entre essas duas ações: “O mestre, procura apenas formar valores, com fins objetivos. O educador, incentiva e desenvolve, no educando, as qualidades morais; o sentimento cívico; a religiosidade; e o amor à pátria.”⁵⁹¹² Tratava-se de destinar a ênfase às divergências entre essas duas práticas, ao buscar transmitir uma explicação didática, sob a legitimação do saber pedagógico, aos seus leitores. Nesse sentido, o seguinte excerto é entendido como central nesta pesquisa, na medida em que ele sintetiza qual seria esse sentido mais amplo de educação e a sua pretensão totalizante em meio social:

“Como meios eficazes de instrução moral temos a leitura de obras escolhidas e o cinema educativo. Naturalmente, como a finalidade é moralizar os costumes e reprimir as más tendências, é difícil de se encontrar nos nossos dias, filmes que tenham tais finalidades.”⁵⁹¹³

O que se apresenta no excerto citado acima como algo naturalizado – buscando se respaldar nas aproximações entre Psicologia e Educação e advogando uma “educação das personalidades”⁵⁹¹⁴ – urge ser interpretado sob a ótica do problema: quais parâmetros de aquilatação são utilizados por Coelho Sampaio na classificação do que seria uma boa ou má tendência no indivíduo? De que maneira ocorre a separação entre o que deveria ser

⁵⁹¹¹ SAMPAIO, Coelho. Ensino e Educação: Ensinar e Educar. **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, p. 5, 19 jan. 1944.

⁵⁹¹² SAMPAIO, Coelho. Ensino e Educação: Instruir e Educar, **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, p. 6, 01 jun. 1944.

⁵⁹¹³ SAMPAIO, Coelho. Ensino e Educação: Criança – o homem do futuro (conclusão). **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, p. 4, 20 out. 1944.

⁵⁹¹⁴ SAMPAIO, Coelho. Ensino e Educação: Psicologia na Educação. **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, p. 3, 29 set. 1944.

considerado um costume moral ou amoral? Quais conteúdos veiculados no cinema, no rádio e no jornal seriam julgados virtuosos e quais seriam os avaliados como corruptíveis?

Em um dos últimos números de sua coluna, denominado *Há Educação Cívica?* Coelho Sampaio continua a refletir sobre as fronteiras e aproximações entre o ensino ministrado nas escolas e a educação processada em sociedade:

"Pouco poderá conseguir a escola, se os pais ou outros adultos, na rua e em toda parte, demonstram os piores costumes, destruindo, podemos dizer, o que alicerçam os professores. (...) São rapazes e moças estudantes, senhores e senhoras, respeitáveis, que não sabem cantar o hino nacional de nossa extremada pátria; são crianças, de menos de 10 anos, que fumam, acintosamente, a vista das próprias autoridades, encarregadas de manter a ordem; são jovens que assobiam e vaiam, por outros meios anárquicos, as mais altas dignidades da nação, principalmente o presidente da República - assim ultrajadas e desrespeitadas em público; são crianças desocupadas, que sacodem [ilegível] ou casca de fruta nas pessoas que transitam pelas ruas; são adultos "respeitáveis" que cospem quase na cara dos transeuntes, pelas janelas, e muitas outras falhas que seria impossível enumerar... Que impressão poderá ter quem nos visita?"⁵⁹¹⁵

Nesse excerto, situado temporalmente no fim da década de 1940, Coelho Sampaio parece partir do entendimento de que os hábitos considerados como maus costumes em meio social, na Fortaleza daquele momento, inculcariam seus exemplos nas crianças e jovens. E a instituição escolar, em contrapartida, não seria capaz de alcançar sua finalidade moralizadora. A escola e os discursos teóricos seriam menos eficazes do que os hábitos escancarados nas ruas. A força do exemplo, no cotidiano, soa mais mordaz do que aulas consideradas propagadoras da moral.

A lista de comportamentos citados por Coelho Sampaio como falhas de conduta — todos relativos ao que estava exposto em espaço social — e o questionamento feito pelo autor ao fim do excerto citado — preocupado com a impressão dos não-moradores sobre a cidade — indicam uma inquietação latente com o âmbito público. Para Sampaio, quanto mais esses hábitos considerados ruins ganhassem as ruas, tanto mais eles seriam preocupantes. É necessário ter em vista que os projetos de delimitações — sempre em conflito — entre o público e o privado, são imbuídas em relações de poder.

O ambiente público, no mais das vezes denominado como *mundano*, abrigaria de forma mais contundente o que deveria ser evitado conforme essa visão moralizadora. E o espaço privado, a ambiência da casa, seria sacralizado não em sua totalidade. Mas apenas no que diz respeito ao convívio dos filhos com os genitores. Torna-se fundamental perceber a associação direta estabelecida entre a classe proletária das empregadas domésticas como sendo portadoras do que por ele é classificado como maus costumes. Para o autor, o convívio dos filhos com governantas resultaria necessariamente em irresponsabilidades. Desse modo, percebe-se aqui uma associação direta entre classes pobres/classes laboriosas e classes consideradas como perigosas⁵⁹¹⁶, apontados como portadores de costumes maus.

Na década anterior, discursos semelhantes a esses, relativos à vigilância dos costumes cearenses, foram emanados na formalidade da legislação. Em 1933, a prefeitura de Fortaleza, na administração do Major Manuel Tiburcio Cavalcanti, publicou pela Tipografia Minerva o Decreto nº 70, cuja elaboração é datada de 13 de dezembro de 1932. Esse *Código de Posturas*

⁵⁹¹⁵ SAMPAIO, Coelho. Ensino e Educação: Há Educação Cívica?. **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, p. 7, 24 jun. 1949.

⁵⁹¹⁶ Problema examinado primeiro pelo historiador Louis Chevalier, a partir da sua investigação sobre classes populares francesas no período situado no século XIX e posteriormente pelo historiador Sidney Challoub, que examinou o conceito de classes perigosas no Brasil do final do século XIX.

estava em vigência na década de 1940⁵⁹¹⁷ e é notável um proeminente direcionamento do documento à parte do planejamento urbano da cidade. Sob a justificativa de que o *Código de Posturas* anterior, decretado em 1893, seria considerado obsoleto para aqueles tempos, existiu uma seção específica sobre essa questão, intitulada *Dos costumes e da tranquilidade pública*.

Sobretudo na seção terceira dessa subdivisão, destacam-se intentos oficiais que proíbem e multam a existência de gritos ou vozes alteradas; a prática de jogos, especialmente os chamados "de azar"; exibição de objetos pertencentes ao espaço do privado, dentre outros. Sob o epíteto de perturbação da ordem, nota-se a ambição normatizadora de coibir e anular gestos ou costumes populares.

Em confluência com isso, torna-se significativo atentar aos capítulos X e XI da seção terceira desse código de posturas, intitulada *Das construções em particular*, situados no Título III sobre construções. Os capítulos X e XI, denominados respectivamente de *Das casas populares* e *Das vilas*, estabelecem que:

"Cap. X Das casas populares: Na zona suburbana, a uma distancia nunca inferior a cem metros da zona urbana e na zona rural será permitida a construção de casas populares, de um só pavimento, obedecendo às seguintes condições: (...) 2. deve ser afastada dos logradouros publicos no minino 4 ms."⁵⁹¹⁸

No capítulo seguinte, é postulado: "Cap. XI. Das Vilas: Art. 346 — Os grupos de habitações denominadas "vilas" somente poderão ser construídos fora da zona urbana."⁵⁹¹⁹ Os excertos do Código de Posturas Municipal de 1933 se conectam à problemática de valoração dos costumes, na medida em que se caracterizam como claro anseio, materializado nos ditames da legislação, de uma separação entre a população pobre e os mais abastados, no âmbito do espaço urbano, público, alvo da maior parte do documento em análise.

Ensino, Educação, Instrução Escolar e Educação Social: esses termos e suas variantes, que para olhares ligeiros podem parecer sinônimos, travam relações entre si ora de concordância e ora de elisão. As valorações direcionadas aos costumes cearenses naquele momento, sendo entendidos como questão educacional, eram imbuídas de lógicas excludentes. Só é possível falar em corrupção de costumes, quando se adota a perigosa noção de costumes puros.

Têm-se por hipótese que essa preocupação muito maior com uma educação em âmbito social em detrimento à educação escolar tenha assim se processado, em função de que o público escolar era uma fração bastante reduzida da população cearense – podendo-se estender a afirmação para nível nacional – no período examinado. Assim, se muitos não frequentavam a escola, os intelectuais do período pensaram formas outras de formular e repassar o que eram tidos como valores educacionais.

⁵⁹¹⁷ Após a emissão desse Código de Posturas, tem-se conhecimento apenas do Projeto do Código Urbano do Município de Fortaleza, saído pela Tipografia Minerva Assis Bezerra & CIA, em Fortaleza, Ceará, no ano de 1949. Entretanto, esse documento de 1949 tem por base o Código de Posturas de 1932, já que muitas de suas páginas são de extrema semelhança.

⁵⁹¹⁸ FORTALEZA. Decreto n. 70, de 13 de Dezembro de 1932. Código Municipal. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1933.

⁵⁹¹⁹ Idem.

SER POVO, E NÃO SER DO POVO: A TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE LIMA BARRETO (RIO DE JANEIRO, 1889-1922).

Marcos Renan Praciano da Silva⁵⁹²⁰
renan_ufc@yahoo.com.br

Resumo: Esse artigo é parte da minha dissertação de mestrado que visa analisar os escritos de Lima Barreto relativos aos pobres e a pobreza. Para esse momento, apresento um estudo sobre sua trajetória, buscando analisá-la a partir dos dilemas e contradições de sua vida entre “ser e não ser do povo”, levando em conta que o intelectual manifestou em várias situações sua conformidade em pertencer aos pobres pela sua condição de classe e de cor, ao mesmo tempo em que se via diferente por achar que não deveria levar uma vida em comum com os mesmos em virtude de ocupar uma posição intelectualizada, quando do acesso ao universo dos estudos que até pouco tempo era exclusivo as classes dirigentes, chegando a cursar engenharia na Politécnica, via patrocínio do padrinho, o Visconde de Ouro Preto. Rompendo com uma concepção de trajetória de viés simplista, ou seja, de que a história de vida de um indivíduo é a consequência inevitável de um percurso marcado pela linearidade, encerrando-se num fim, construímos uma percepção que leva em conta a complexidade da vida, partindo da crítica a uma produção historiográfica que construiu uma associação direta e identificadora entre o autor e os populares, dando a entender a mais completa harmonia. Daí o entendimento de que o que Lima Barreto expressou sobre tais segmentos da população não é uma verdade única e exclusiva, também não é o falso. Estabelece ele um ponto de vista do indivíduo que teve experiências várias, ora aproximando-se, ora distanciando-se daqueles sobre os quais escreveu. Teórico e metodologicamente fundamentado no campo da História Social, utilizo por fonte a literatura por ele produzida (romances, crônicas e contos), além dos seus escritos de cunho pessoal, a exemplo de seu diário e correspondências.

Palavras-chave: literatura de Lima Barreto, povo, trajetória.

Ser Povo, e não ser do Povo⁵⁹²¹.

À tarde, o enterro saiu, levado lentamente pelas mãos dos raros amigos que lá foram. Mas ao longo das ruas suburbanas, de dentro dos jardins modestos, às esquinas, às portas dos botequins, surgia, a cada momento, toda uma *foule* anônima e vária, que se ia incorporando atrás do seu caixão, silenciosamente. Eram pretos de mangas de camisas, rapazes, estudantes, um bando de crianças da vizinhança (muito eram afilhados do escritor), comerciantes do bairro, carregadores em tamancos, empregados da estrada, botequim e até borrachos, com o rosto lavado em lágrimas, berrando com o sentimentalismo assustado das crianças, o nome do companheiro de vício e de tantas horas silenciosas, vividas à mesa de todas essas tabernas [...]. E, assim, chegou-se à plataforma da pequena estação de Todos os Santos, onde durante uma meia hora, o seu corpo ficou depositado, a espera do trem. Depois, dentro do vagão mortuário, o autor de *Isaías Caminha* atravessou pela última vez aquele subúrbio que ele conhecia e amava – todo o subúrbio da sua obra.

⁵⁹²⁰ Mestrando em História Social (UFC)

⁵⁹²¹ A expressão “povo” está associada, em Lima Barreto e neste tópico, à população pobre, trabalhadores e desempregados.

[...]

Como a *foule* anônima do subúrbio e da gare da central, lá estava outra abeirada em volta do seu túmulo, quando o caixão baixava ao fundo da terra. Aquele enterro tão humilde, acompanhado de uma gente tão diversa, onde um senador ilustre ia ao lado de um operário, e um jornalista elegante tomando a alça do caixão das mãos calosas de um preto velho, e onde um poeta, mostrando a bela cabeça descoberta, inclinava-se para ouvir o ganguejar borracho de um sujeito sujo e hirsuto, foram detalhes estranhos a que acudiu a *multidão* curiosa, a eterna farejadora de emoções e de crimes, a ledora eterna dos romances alheios....multidão! A eterna alma das cidades [...].⁵⁹²²

O fragmento acima é parte de um longo texto escrito por Enéias Ferraz, jornalista, funcionário do Ministério das Relações Exteriores e também escritor de romances, tais como: *História de João Crispim*, *Crianças Mortas* e *Adolescência Tropical*. Publicado em jornal de título *N'ó País*, em 20 de novembro de 1922, intitulando-se *A Morte do Mestre*, o texto acima objetivava homenagear seu amigo de letras, o literato Afonso Henriques de Lima Barreto, no dia de seu enterro. O escrito é bastante rico no que diz respeito a detalhes e observações sobre aquele momento e os indivíduos que participaram do acontecido, constando ainda uma exposição primorosa da arquitetura das casas e ambiente suburbanos, digna das muitas descrições feitas pelo homenageado em seus romances sobre esse lado da cidade do Rio de Janeiro.

A vinda de outros segmentos da população para o subúrbio, no dia do seu enterro, como é o caso do senador e do jornalista, denota que ele era uma pessoa que circulava em diferentes ambientes, que se relacionava com variados grupos sociais, constituindo uma teia de relações bastante complexa. Ao final do dia, porém, sempre retornava para sua morada no subúrbio.

O que se sobressai ao lermos tal texto, entretanto, são os elementos que ligam o escritor falecido a uma parcela da população, no caso, pobres, trabalhadores e desempregados dos subúrbios. Enéias Ferraz acaba por construir uma percepção que se tornará bastante comum na crítica literária e na historiografia no decorrer dos tempos sobre o escritor Afonso Henriques de Lima Barreto no que concerne sua vida e obra: uma relação intrínseca entre o literato pobre e o objeto de seus estudos, e mais precisamente, a existência de uma simpatia pelos mesmos.

Quando descreve os presentes ao enterro, Enéias Ferraz indica as origens sociais, os ofícios e trabalhos dos moradores do subúrbio, e que de alguma forma, também aparecem nos romances e demais escritos de Lima Barreto. Essas ideias que o vinculam aos pobres (que têm sua mesma cor, são negros) e desfavorecidos têm se tornado uma constante, porém, tal relação a nosso ver, não tem sido problematizada ou mesmo relativizada com a devida acuidade, criando um aspecto que dá a entender que são ignorados os conflitos ali existentes, criando uma memória sacralizada e intocável sobre o escritor, senão, uma espécie de destino manifesto, a de que o literato pobre, preto e suburbano só poderia escrever sobre seus “iguais”.

Os escritos de Lima Barreto se debruçaram a dar visibilidade a sujeitos até então silenciados pela literatura de seu tempo, em que determinados segmentos da população ou não apareciam, ou quando se faziam presentes, eram quase sempre marcados pelo aspecto da indiferença e do preconceito, a exemplo dos pobres e trabalhadores que moravam nos subúrbios. Segundo Alfredo Bosi: “*o marginal de Lima Barreto não é o mesmo dos*

⁵⁹²² BARBOSA, Francisco de Assis (org.). **Correspondência Ativa e Passiva**. II tomo. São Paulo: Brasiliense, 1956.

*naturalistas, sempre à beira do patológico: é o intelectual mulato, humilhado e ofendido; e do seu ressentimento impotente nasce a potência de sua crítica social e política.*⁵⁹²³

Lima Barreto construiu uma linha de pensamento que sob vários aspectos colocava em questão a viabilidade das teorias em voga como, por exemplo, as de cunho racial e biológico - que relegavam aos negros e também aos pobres os piores lugares, definindo-os como seres inferiorizados. Aqui vale a pena citamos Renato Ortiz a respeito do período em que essas ideias ganham corpo e materialidade: *“que enquanto tais linhas de pensamento entravam em decadência na Europa no final do século XX, acabavam por se tornar hegemônicas em meio à intelectualidade nacional”*.⁵⁹²⁴

Para o historiador norte-americano e especialista em História do Brasil, Thomas Skidmore, no período compreendido entre 1888 e 1914 (que corresponde ao momento em que Lima Barreto nasceu e tornou suas ideias concretas) predominaram teorias racistas de cunho biológico que influenciaram amplos setores da elite intelectual brasileira. Diz ainda que, 1888, além de ser o ano da abolição da escravidão no Brasil, era também o ano da publicação da obra *História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero, considerada um marco no pensamento conservador brasileiro da época.⁵⁹²⁵

Os estudos de Renato Ortiz e de Thomas Skidmore nos possibilitam pensar o momento e a forma pelas quais tais ideias adentraram o Brasil, e como a nossa intelectualidade conviveu com as mesmas: ora absorvendo-as sem críticas, resignificando-as a fim de justificar suas práticas, ora criticando. No caso de Lima Barreto, o mesmo não está fora desse movimento, ele conviveu de forma conflituosa e contraditória com as teorias raciais. Aqui é o caso de se perceber que não devemos ser inocentes, correndo o risco de cairmos na armadilha de só ver seu lado iluminado, criando uma espécie de herói, com posicionamentos sempre acertados. O estudo do sociólogo Sérgio Miceli acerca dos intelectuais brasileiros, dentre eles o próprio Lima Barreto, pondera o seguinte:

O princípio subjacente à experiência social de Lima Barreto (bem como as tomadas de posição estéticas e políticas que dela resultam) reside na convergência de dois movimentos opostos, a saber, a familiarização com o universo da classe dirigente mediante a educação singular que recebeu por intermédio de seu padrinho, com todas as implicações que tal fato teve no tocante à percepção das alternativas de carreira, das amizades, das leituras, e, de outro lado, a permanência do vínculo à sua classe de origem. Essa dupla experiência permite-lhe apropriar-se das maneiras de pensar e sentir estranhas ao seu meio de origem e, ao mesmo tempo, permite-lhe assumir um ponto de vista objetivo acerca do mundo social a partir de sua primeira experiência desse mundo.⁵⁹²⁶

Seguindo essa percepção do autor e amparando-se no conjunto dos escritos de Lima Barreto (romances, diário e correspondências) analisaremos a complexidade de seu pensamento acerca da temática dos pobres, principalmente daqueles de cor, e como o autor vivenciou isso, nem sempre de forma linear, única e simpática, e sim ambivalente.

Nossa hipótese que já começou a ser testada é a seguinte: a trajetória de Lima Barreto é marcada por contradições diversas, e longe do voluntarismo, simpatia e piedade para com os pobres, ele estabelece versões sobre os mesmos, donde críticas ferrenhas também são tecidas a essa parcela da população. Embora fosse ele também morador do subúrbio, Lima

⁵⁹²³BOSI, Alfredo. **Literatura e Resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 256.

⁵⁹²⁴ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Editora Brasiliense. 14ª. reimpressão, 2012, p.28.

⁵⁹²⁵ SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

⁵⁹²⁶ MICELI, Sérgio. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.35.

entendia que o domínio das letras o tornava diferente, inclusive acreditando que podia “ditar” os passos a serem seguidos pelos pobres na experiência que realizam com a República. Por isso o título atribuído a esse tópico: *Ser povo, e não ser do povo*.

Aqui valem as pistas metodológicas fornecidas por Norbert Elias na pesquisa em que desenvolveu sobre um músico e compositor, uma espécie de estudo biográfico, afirmando o seguinte: “Mozart viveu a ambivalência fundamental do artista burguês na sociedade de corte, que pode ser resumida na seguinte dicotomia: identificação com a nobreza da corte e seu gosto; ressentimento pela humilhação que ele lhe impunha.”⁵⁹²⁷

Lima não viveu em uma sociedade de corte, nem sequer escreveu quando o Brasil era governado por uma monarquia, todavia tal estudo nos interessa tendo em vista que nos possibilita uma análise sobre a ambivalência vivida pelos sujeitos. Tem-se aqui o conflito do intelectual com o meio em que viveu, e que deu materialidade a sua produção.

Mozart era artista burguês na sociedade de corte e com ela identificado. Apesar de ter experimentado uma incipiente valorização de seus talentos, praticamente toda sua capacidade criativa era vista de forma negativa pela aristocracia, com quem conviveu até o fim de sua vida. Já Lima Barreto, de classe média em franca decadência, toma parte no conjunto de saberes acessados e disponibilizados por meio de instituições da elite, produzindo um saber marcadamente burguês (cuja forma de expressão é o romance), porém indica em seu conteúdo certa contradição com tal mundo e classe, escrevendo e “dando voz” aos pobres.

O caso de Lima Barreto e de seus pais, João Henriques e Amália Augusta, é bem peculiar. João Henriques, ao que tudo indica, era filho de uma lavadeira negra e de um português madeireiro que não reconheceu a paternidade. Chegou a estudar, e tinha por ambição ser doutor. Frequentou o Instituto Comercial da Corte, antiga aula do comércio, onde formou as bases dos seus estudos de humanidades e de língua francesa, aprendendo o ofício de tipógrafo. Não conseguiria, todavia, prosseguir nos estudos para cursar a tão desejada faculdade medicina, acabando por projetar o sonho do diploma de doutor para o filho, Lima Barreto.

Seria justamente na condição de tipógrafo que João Henriques iria trabalhar em dois periódicos, *Jornal do Commercio* e *D’ Reforma*. Nesse último ele travaria contatos com os homens “nobres” do Império, a exemplo de Cesário Alvin e Visconde de Ouro Preto, tornando-se esse último não só padrinho de seu casamento, como também de seu filho, Lima Barreto.

Já a mãe vivia em casa de pessoas brancas, de posses, que resolveu educá-la como integrante da família. Talvez seja por isso que alguns biógrafos, a exemplo de Francisco de Assis Barbosa, tenham cogitado se a mesma não seria filha de um dos herdeiros da família Carvalho Pereira. Enfim, foi justamente tal relação que possibilitou que Amália Augusta estudasse e obtivesse o título de professora, chegando a criar uma escola quando se casou.

Lima Barreto não tivera uma trajetória diferente dos pais no que diz respeito à educação. Estudou nas melhores escolas do Rio de Janeiro, ingressou na Politécnica, não terminando o curso de engenharia por motivos vários. Seus estudos, ao que tudo indica, foram custeados pelo padrinho, como afirmou Francisco de Assis Barbosa em um estudo biográfico sobre o autor, denominado *A vida de Lima Barreto*.⁵⁹²⁸

Na escola, Lima Barreto não passava de um aluno como outro qualquer no que diz respeito aos estudos, era aprovado, mas sempre com muito sacrifício, chegando mesmo a reprovar disciplinas. As ciências exatas pareciam não lhe motivar, a ponto do garoto não dedicar-se de corpo inteiro; sem falar que o ambiente da escola não lhe agradava, causando-lhe tormentos, talvez por conviver com pessoas de posição social elitista e branca.

⁵⁹²⁷ ELIAS, Norbert. **Mozart**: sociologia de um gênio. Tradução: Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1995.

⁵⁹²⁸ BARBOSA, Francisco de Assis. **A Vida de Lima Barreto (1881-1922)**. 3ª. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

Afonso Henriques de Lima Barreto ingressou na Escola Politécnica, localizada no largo do São Francisco de Paula, no ano de 1897. Pretendia formar-se em engenharia, objetivo esse que visava satisfazer, em parte, os anseios do pai, que almejava ver o filho ascender socialmente pelo saber, tal como vemos no protagonista do romance por ele escrito, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*.

Ao invés disso preferia passar horas a fio na Biblioteca Nacional estudando filosofia, autores como Kant, Spencer, Comte, Condillac, Condorcet e Le Bon, que fizeram parte de seu universo de leituras. Embora parecesse desinteressado com a engenharia, é bem verdade que o interesse pelos livros de filosofia, sociologia, história e literatura não reverberou de imediato numa opção pelas letras.

Também é verdade que se por um lado o mundo da Politécnica o deixava confuso e retraído, foi lá também onde autor tomou contato com alguns indivíduos que se tornaram seus grandes amigos de letras, a exemplo de Otávio Kelly, Américo Ferraz Castro, Manuel Ribeiro Filho, Ricardo Greenhalgh Barreto, Caio Guimarães. Lá também travara conhecimento com Bastos Tigres, tendo ambos militado no jornal de estudantes, de nome *Lanterna*.

Digo isso porque através do seu *Diário* manifestou Lima Barreto certo conflito, e até mesmo dúvidas no que diz respeito ao rumo que deveria tomar em sua carreira, ora não sabendo se enveredava pelo ensaísmo de cunho sociológico, ou pelos estudos históricos, ora manifestando interesse em escrever uma história da escravidão negra no Brasil e suas influências em nossa nacionalidade -, e ao que tudo indica, não completou seus planos.

Bem, Lima Barreto escreveu sobre homens de cor, pobres e suburbanos, mas também se debruçou sobre personagens outros, alguns dos quais foram até protagonistas em suas obras literárias - Policarpo Quaresma e Gonzaga de Sá. Esse último, além de branco, tinha origem nobre pertencendo a quarta geração do fundador do Rio de Janeiro, Mem de Sá.

Aqueles que um dia foram chamados “grandes homens”, “heróis da República” também foram alvos de sua pena, ou do contrário estaríamos esquecendo o Marechal Floriano Peixoto e sua risível caricatura tão bem construída pelo autor no seu romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Há também em seus escritos, personagens que foram cogitados como possíveis caricaturas do Barão do Rio Branco, representado no romance *M. J. Gonzaga de Sá* como Juca Paranhos; os literatos Coelho Neto e João do Rio como Viegas Filho e Raul Gusmão, respectivamente, em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, ambos escritores no Jornal Correio da Manhã, ficcionalizados como pertencentes ao jornal O Globo. Com tom sempre agressivo, mesclando sarcasmo e humor, Lima Barreto desferia sobre os mesmos suas críticas mais ácidas.

Sobre o subúrbio, ainda que esse espaço pareça dominar seus escritos enquanto ambiente no qual suas histórias se passam, falou também Lima Barreto de outras regiões da cidade: Botafogo, Petrópolis, Copacabana, Laranjeiras, Glória, Leme. Todos esses lugares são alvo de sua crítica (perpassando, por exemplo, o romance *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*), assim como suas crônicas e contos. Bairros próximos e distantes são representados dando a sensação de ser o autor um andarilho, assim como seus personagens, sempre a andar distâncias consideráveis, atravessando a cidade de ponta a ponta, a pé, ou de bonde.

Entretanto seria em Botafogo que o autor, ao fim de sua vida e a seu pedido, buscaria o descanso eterno no Cemitério São João Batista. Mais um indício de que, longe de opiniões unívocas, Lima Barreto era um indivíduo, como qualquer outro, com vontades, desejos, simpatias, antipatias, coerências, e por que não, incoerências. Do contrário, seria a vida apenas um conjunto de situações e posições tomadas sempre de forma homogênea e desprovida de vacilações, algo que a nosso entender não se configura e não tem sustentação na concretude da vida.

Todavia percebemos que mesmo passadas algumas décadas, possibilitando uma análise menos apaixonada e mais afeita a critérios racionais e críticos, tais construções literárias acerca do autor continuaram, que é o da inevitabilidade do escritor pobre, negro, morador do subúrbio em se debruçar sobre os “seus”, numa escrita marcada pela simples

simpatia, sem espaço para a compreensão dos conflitos em torno dessa relação. É como se Lima Barreto fosse uma espécie de “idealizador” dos pobres e da sua pobreza e das suas formas de viver.

O impacto disso começa ao final dos anos de 1940 quando um novo fôlego em torno de suas obras vai se desenvolvendo, principalmente no terreno da crítica literária, deixando o caminho aberto para que pesquisadores de outras áreas como, por exemplo, da História, pudessem dar sua dose de contribuição.

Bem, a construção de uma relação quase voluntarista entre o intelectual Lima Barreto e aqueles que foram não só objeto de seus escritos, mas também pessoas que conviveram com ele nos subúrbios do Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XX, foi e ainda é muito persistente. Lúcia Miguel Pereira, uma das grandes estudiosas do autor, afirma o seguinte:

O subúrbio, que aparece pela primeira vez levando-se em conta a publicação, e não a composição de seus livros – lhe forneceu muitos dos melhores temas. A gente que mais amou, a que considerou como sua, morava nas sólidas casas bordejando ruas sonolentas nos barracões ladeando estradas sulcadas pelas chuvas.⁵⁹²⁹

Como se vê, esse texto-referência de crítica literária estabelece aquela relação referida, caracterizando uma situação harmoniosa. Porém, o que se observa amplamente em seus estudos é que Lima Barreto amou, mas odiou também, e avaliou os pobres com crítica ferina em várias situações. À medida que buscava certa proximidade, também se distanciava. Sentia “*amor*” pelos pobres como afirmou a autora, não foi incondicional, e nem deveria ser. Vejamos o que dizia da relação entre os populares e ele, em seu *Diário Íntimo*:

Eu tenho muita simpatia pela gente pobre do Brasil, especialmente pelos de cor, mas não me é possível transformar essa simpatia literária, artística, por assim dizer, em vida comum com eles, pelo menos com os que vivo, sem reconhecerem a minha superioridade, absolutamente não tem por mim nenhum respeito e nenhum amor que lhes fizesse obedecer cegamente.⁵⁹³⁰

Diário é uma das formas pelas quais podemos visualizar o modo como as pessoas dão sentido a sua existência, e também o modo como querem que nós a vejamos; isso fica bastante claro quando o próprio autor inicia a escrita de seu livro íntimo.⁵⁹³¹

Destarte o escritor tenha reivindicado por algumas vezes o caráter combativo e missionário da literatura, de um escrito marcado pelo viés militante, é necessário pensarmos a dimensão das formas pelas quais indivíduos, intelectuais ou pessoas públicas de uma forma geral, criam uma ideia de si a partir de seus escritos. Correspondências e diários íntimos podem nos dar uma medida da forma pela qual os indivíduos se veem e como querem ser

⁵⁹²⁹PEREIRA, Lúcia Miguel. **Escritos da Maturidade**: seleção de textos publicados em periódicos de 1944 a 1959. Rio de Janeiro: edições da Biblioteca Nacional, 2005, p.254.

⁵⁹³⁰BARBOSA, Francisco de Assis (org.). **Diário Íntimo**,1900-1922. 1ª Edição. São Paulo. Editora Brasiliense, 1956.

⁵⁹³¹ Diz Lima Barreto: “*Hoje, pois, como não houvesse assunto, resolvi fazer dessa nota uma página íntima, tanto mais íntima que é de mim para mim, do Afonso de vinte e três anos para o Afonso de trinta, de quarenta, de cinquenta anos. Guardando-as, eu poderei fazer delas como pontos determinantes da trajetória da minha vida e do meu espírito, e outro não é o meu fito. Aqui bem alto declaro que se a morte me surpreender não permitindo que as inutilize, peço a quem se servir delas que se sirva como o máximo cuidado e descrição, porque mesmo no túmulo eu poderia ter vergonha.*” Aqui, uma tentativa do autor em criar uma visão de si porque há uma preocupação de como as pessoas poderiam vir interpretar suas ideias, afirmando a possibilidade de sentir vergonha pelo que expressou em sua intimidade. É pensando nisso que cogita, num determinado momento, a destruição do diário.

vistos no presente, mas principalmente na posteridade, como nos ensina Ângela de Castro Gomes.⁵⁹³²

Aqui o intelectual também denota algum tipo de proximidade para com os pobres, seja em virtude de conviver com eles no mesmo ambiente do subúrbio, seja por causa da cor que possui semelhante a de muitos dos seus vizinhos. Porém, a distância entre eles se estabelece no campo das letras porque Lima Barreto se vê como detentor do poder da palavra, de um conjunto de saberes formais, e os outros não.

Daí se poder interpretar também que em vista dessa diferenciação, da “superioridade” sentida, sente-se “magoado” pela ausência de reconhecimento, pois a gente que o rodeava, e até convivia com ele em sua própria casa, não lhe respeitava enquanto homem de letras. Isso fica patente quando o literato cobra uma espécie de amor e obediência cega. Mas será que caso fosse obedecido e respeitado poderia vir a ter uma vida em comum com eles? Ou seus dilemas extrapolam essa almejada obediência?

Essa sensação de desconforto que o autor sentia não para por aqui. Lima Barreto também tecia críticas aos seus familiares, àquelas pessoas que de alguma forma faziam parte de sua família por mecanismos não consanguíneos. Aqui vale a pena relatar o que ele manifestou em seu *Diário* sobre a segunda companheira de seu pai (Prisciliana), sobre o filho dela (cujo nome não aparece) e sobre uma amiga de sua irmã que morava na vizinhança (Paulina):

O espetáculo circundante nada apresenta de novo. Ontem, eram onze, eu estava no meu quarto, escrevendo, passou um pequeno da vizinhança. Chegando em frente à nossa casa, deu boas-noites. Pelo jeito, pareceu-me que o dera para minha irmã ou para a tal Paulina, que é uma vulgar mulatinha, muito estúpida, cheia de farofas de beleza e de presunção, que é ou pode ser namorada. Achei aquilo inconveniente. Que um sujeito passando por uma casa fechada, desses boas-noites a moças recolhidas num quarto de dormir. Nesse sentido, inquiri minha irmã que desmentiu.

Há em minha gente toda uma tendência baixa, vulgar, sórdida. Minha irmã esquecida que como mulata que se quer salvar, deve ter um certo recato, uma certa timidez, se atira ou se quer atirar a toda espécie de namoros, mais ou menos mal intencionados, que lhe aparecem. Até bem pouco era na casa do tal Carvalho, onde se reúnem toda a espécie de libertinos e vagabundos; cortei essas relações. Agora é na casa do idiota do Sardinha, casa de positivista, o que quer dizer fábrica de namoros. Se minha irmã não fosse de cor, eu não importaria, mas o sendo dá-me cuidados, pois que de mim para mim, que conheço essa nossa sociedade, foge-me o pensamento ao atinar porque eles as requestam.

A Paulina é vulgar chata como um percevejo, e a meu pai nunca perdoarei essa ligação com essa boa negra Prisciliana, que grandes transtornos trouxe a nossa vida. A uma família que se junta uma outra, de educação, instrução, inteligência inferior, dá-se o que se dá com um corpo quente que se põe em contato com um meio frio; o corpo perde uma parte do seu calor em favor do ambiente frio, e o ambiente, ganhando calor esfria o corpo. Foi o que se deu conosco. Eu, entretanto, penso me ter salvo.

⁵⁹³²GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de Si, Escrita da história**: a título de prólogo. (org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

O filho da tal negra despediu-se do emprego em que o pus para ficar em casa escrevendo versos. É o que se dá comigo e me faz dia e noite sangrar de dor.⁵⁹³³

Como podemos observar, não se trata aqui de um texto de análise jornalística sobre a sociedade, de modo geral, sobre o outro; e sim, uma escrita sobre a intimidade, as relações pessoais e familiares, sobre aquilo que afeta diretamente o futuro pessoal do literato e dos seus. Uma jovem negra não é vista do mesmo modo que uma branca na vida pública, Lima teme pelo nome e honra da irmã.

O fragmento também nos mostra as ambiguidades que marcam o pensamento do autor, que longe de qualquer constructo a expressar harmonia, simpatia e coerência de posicionamento para com os pobres, demonstra certo incômodo, especialmente quando aparece o desajuste entre as formas pelas quais o autor desejava viver com seus familiares, e a forma como a realidade tem se apresentado.

Aparece no Diário aquilo que o autor tanto criticou: as adjetivações que recorriam a cor de pele, pelas quais ele mesmo foi alvo, reproduzindo-as, quando chama a amiga de sua irmã de *mulatinha vulgar e estúpida*, e quando usa o termo, *boa negra* para se referir a Prisciliana, companheira de seu pai.

Tais caracterizações eram e ainda são utilizadas em discursos “racistas”, que sempre ao se referir a mulheres negras elucidam associações entre comportamento e cor de pele - Paulina é mulata, logo estúpida e vulgar. No caso de Prisciliana o que ocorre é a amenização do “preconceito”, quando o adjetivo “boa” antecede a palavra “negra” - ora, negros são bons ou maus como qualquer pessoa, mas essa forma de caracterização somente aparece a eles, e não aos brancos.

Embora os ares racistas tenham soprado nos escritos íntimos de Lima Barreto, isso não reduz a batalha que o literato teve para combater esse mal, que tinha grande força em seu tempo (legitimado pela ciência⁵⁹³⁴), e que faz parte da história brasileira. Isso fica evidente no romance *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, através do personagem principal, denunciando o modo como os brancos caracterizavam a população negra:

Para ele, como para toda a gente mais ou menos letrada do Brasil, homens e mulheres do meu nascimento são todos iguais, mais iguais ainda que os cães das suas chácaras. Os homens são uns malandros, planistas, parlapatões quando aprendem alguma coisa, fósforos dos políticos; às mulheres a noção aí é simples são naturalmente fêmeas.⁵⁹³⁵

Daí entendermos que Lima Barreto, mesmo uma voz dissonante e crítica de seu tempo, colocando sob suspeita as teorias raciais que condenavam pretos e pobres a situações de degradação social, não estava totalmente isento de tais constructos. Carregando consigo o aspecto do humano, convivia com os pobres de forma ambivalente e contraditória, típicos do momento que viveu e escreveu, um período marcadamente de transição.

Nessa mesma linha de raciocínio tem-se a ideia manifestada pelo literato de que haveria em sua gente toda *uma tendência baixa, vulgar e sórdida*, vendo ainda como negativa a união entre seu pai e Prisciliana, atribuindo a isso a responsabilidade pelos transtornos que sua família adquiriu com tal relação com os pobres e seus costumes.

Ao fazer uso de uma metáfora dos corpos para explicar uma suposta desigualdade entre as famílias no que concerne aos comportamentos (aqui valer dizer que o autor recorre

⁵⁹³³ *Op. Cit.*, p. 32.

⁵⁹³⁴ Para ler mais sobre o discurso científico-racista do final do século XIX e início do XX, no Brasil, ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁵⁹³⁵ BARRETO, Lima. **Recordações do Escrivão Isaías Caminha**. 3ª Edição. São Paulo. Editora Brasiliense, 1983.

a uma lei geral comum ao positivismo, teoria que tanto criticou), sua família teria sido prejudicada em detrimento da outra no momento da “mistura”: mais uma vez o autor manifesta um sentimento de diferenciação e superioridade.

Para nós não fica claro o que o autor quis dizer que somente ele teria escapado! Também não fica claro o porquê do autor ver tanta diferenciação entre sua família e de Prisciliana, já que todos eram empobrecidos e negros. Será que novamente a questão é a do conhecimento e da formação, que tanto ele como seus pais, e em parte os irmãos, tinham em relação aos outros?

Insisto nessa questão da formação porque é justamente no que concerne a esse elemento que o autor explicitou, novamente de forma contraditória, o que pensava sobre filho de Prisciliana, que saíra do emprego para ficar em casa escrevendo versos. É como se autor quisesse dizer: *“só a mim compete tal tarefa, tendo em vista que tenho emprego e formação para desenvolver essa atividade, e que você e os outros não têm; não estudaram como eu, não têm livros; restando-lhes somente trabalhar.”*⁵⁹³⁶

Por outro lado é esse Lima Barreto que ao construir o personagem Isaías, estudante negro e pobre, denuncia as arbitrariedades correntes, representadas no caso por um delegado de polícia, quando questiona-o sobre sua profissão, gerando naquela “autoridade” uma mistura de irritação e riso, ao tempo que parecia dizer: *“negros não podem estudar, ou não tem qualidades mentais para isso. Estudo é para brancos”*.

O protagonista de *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* objetivou o sonho de viver na cidade grande para se tornar doutor. Mas veja-se: essa era a forma por ele encontrada para se redimir do pecado do nascimento. É o próprio Isaías quem fala no fragmento abaixo:

Ah! seria doutor! Resgataria o pecado original do meu nascimento humilde, amaciaria o suplicio premente, cruciante e omnímido de minha cor... Nas dobras do pergaminho da carta, traria presa a consideração de toda gente. Seguro do respeito à minha majestade de homem, andaria com ela mais firme pela vida em fora. Não titubearia, não hesitaria, livremente poderia falar, dizer bem alto os pensamentos que se estorciam no meu cérebro. O flanco que a minha pessoa, na batalha da vida, oferecia logo aos ataques dos bons e dos maus, ficaria mascarado, disfarçado [...].⁵⁹³⁷

A tese principal do romance se volta para a trajetória de um jovem mulato, morador de uma cidadezinha do interior, que sonha ir para a cidade grande estudar e tornar-se doutor, mas chegando ali vê ameaçada a concretização de seus sonhos, isso porque barreiras de todo o tipo lhes são impostas, desde as relações de apadrinhamento e favor imaginados que não ocorrem, até o preconceito de cor⁵⁹³⁸ com o qual se depara.

Como fica caracterizado na fala do personagem principal, o título de doutor esconderia sua origem e amenizaria os preconceitos que possivelmente poderiam surgir. Significava ele disfarçar sua origem de cor e de classe, e assim redimir o pecado original do nascimento. O protagonista do romance que vinha disposto a se “branquear” (com o título), experimenta uma realidade devastadora, fazendo com que Isaías repensasse sua situação de homem pobre e de cor em meio aos brancos de condição social.

As contradições vividas pelo personagem Isaías Caminha não ficam somente nessa questão. Como dissemos anteriormente, Lima Barreto ainda traz outros elementos que nos

⁵⁹³⁶ *Op. Cit.*, p. 33.

⁵⁹³⁷ *Op. Cit.*, p. 35.

⁵⁹³⁸ Embora não se possa deduzir que houve uma transposição da vida de Lima Barreto para o personagem Isaías Caminha, algumas características entre os dois se assemelham. É o caso do preconceito racial, o autor por inúmeras vezes relata essa experiência, localizando em seus escritos a situação social dos negros, que continuavam relegados as piores oportunidades, mesmo com fim da abolição e a recém-instaurada República.

ajudam a pensar nossa problemática quando, bem no início do romance, nos seus primeiros parágrafos, o personagem principal faz algumas ponderações sobre sua família, centrando na figura de seu pai, cujo legado é o que deveria predominar em sua identidade. Eis o pensamento de Isaías: “*o espetáculo do saber de meu pai, realçado pela ignorância de minha mãe e de outros parentes dela, surgiu aos meus olhos de criança, como um deslumbramento*”.

5939

O dilema de Isaías é, a nosso ver, o mesmo enfrentado por outros indivíduos pobres que naquele momento se viam em meio a uma situação extremamente desvantajosa, no que trata a nascimento, cor e classe social. Por isso entendemos que Lima Barreto de alguma forma também vivia essa contradição, e acabou por transfigurar tais aspectos para sua literatura.

Voltando as análises que foram feitas acerca de Lima e sua obra, vale destacar que a crítica literária Lúcia Miguel Pereira não foi à primeira nem a única intelectual a estabelecer aquela relação quase voluntarista. Carlos Nelson Coutinho num ensaio intitulado *O significado de Lima Barreto em nossa literatura*, em alguns momentos também vem usar expressões que remetem ao literato a simpatia para com os desfavorecidos: “*Lima Barreto, o grande romancista popular*”.⁵⁹⁴⁰

O literato Jorge Amado também ao analisar a obra do autor no texto *Lima Barreto, Escritor Popular*, publicado no ano de 1935, no jornal *A manhã*, também faz indicações nesse sentido, afirmando:

Homem do povo, foi sempre um escritor do povo. O maior de todos os nossos romancistas se voltou para vida dos pobres funcionários públicos de todas as classes desfavorecidas. E tudo isso com uma ternura, com uma solidariedade tal, que não admira que em 1917 fosse a voz de Lima Barreto a única a se levantar no Brasil, para defender pela coluna de jornais populares os trabalhadores russos.⁵⁹⁴¹

Mais uma vez a ideia de uma associação quase religiosa entre o escritor e os pobres, pobres ao povo, fica patente nessa avaliação. Claro que não estamos negando aqui a atuação do autor em diversos jornais de orientação operária, sua vinculação e sensibilidade para com a causa dos trabalhadores; todavia, não entendemos que isso possa ser visto como uma questão unívoca, muito menos possa dar conta da complexidade de sua obra e dele, enquanto sujeito.

Luiz Ricardo Leitão em ensaio sobre Lima também se remete àquela mesma ideia: “*cronista dos arruamentos delirantes e dos chalés humildes e acanhados à beira dos trilhos, intérprete privilegiado dos sentimentos que latejavam nos seios das classes populares*”.⁵⁹⁴² Ora, como ter tanta precisão de que o conteúdo expresso sobre os pobres através de sua pena era o que sentiam as classes populares?

Essa problemática em torno dos intelectuais que falam sobre os pobres, ou em nome deles, é ainda uma grande questão a ser pensada, tendo em vista que não temos grandes informações acerca da receptividade dos pobres ou do povo no que diz respeito ao que foi escrito sobre eles: se aceitavam ou se repudiavam a análise e o que foi expresso sobre os mesmos. Aqui vale os apontamentos de Geneviève Bollème quando diz que: “*falar sobre o*

⁵⁹³⁹ *Op. Cit.*, p. 42.

⁵⁹⁴⁰ COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e Sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideias e formas. 4ª. Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p.90.

⁵⁹⁴¹ AMADO, Jorge. Lima Barreto, Escritor Popular. In: LIMA BARRETO. **Triste Fim de Policarpo Quaresma**. Antônio Houaiss e Carmen Lúcia Negreiros (coord.). Edição Crítica, 1997.

⁵⁹⁴² LEITÃO, Luiz Ricardo. **Lima Barreto**: o rebelde imprescindível. 1ª. edição. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p.46.

*povo ou “pintá-lo” nunca está em conformidade com seus pretensos retratos. O que dele se pinta ou se diz são somente excessos.*⁵⁹⁴³

E ainda, que o intelectual construa e tenha algum tipo de proximidade, de simpatia para com eles, seja por conviver num mesmo espaço, seja por compartilhar uma origem social semelhante, como aconteceu a Lima Barreto. O lugar que os homens de letras falam é, ao fim e ao cabo, diferente, porque eles falam de um lugar social de quem detém o poder da palavra e de um conjunto de saberes formais que não têm os pobres. Segundo ainda Geneviève Bollème:

O que é falar do povo, em nome do povo? É, por um ato de ruptura, separar-se dele e fazê-lo surgir, assim, como pura espontaneidade, esquivando-se a qualquer tentativa de apreensão. Mas, ao mesmo tempo é colocar-se na situação do intelectual que, de Platão a Sartre, mantém-se fora do povo de que ele fala.⁵⁹⁴⁴

Esses apontamentos da autora nos dão uma dimensão do intelectual que se coloca na condição daquele que fala sobre e para outro, e se diz representá-lo. Ainda que tente, há na verdade certo distanciamento, em virtude da cultura escrita em constituição. É o caso de Afonso Henriques de Lima Barreto.

Conclusão

Esse artigo buscou problematizar uma historiografia que forjou uma estrita relação entre Lima Barreto e os pobres (povo). Para nós sua literatura é demarcada por um recorte espacial, baseada em última instância nas qualidades de sublimar as experiências dos indivíduos com quem conviveu, transfigurando-os em matéria literária; escrevendo sobre o Rio de Janeiro e sobre sujeitos ficcionais, denotando experiências reais e concretas, sua obra não pode ser vista somente pelo viés do localismo, da simpatia e da condescendência. Complexidade é termo que pode definir esse sujeito imerso num pensamento social hegemônico racista, escrevendo na contracorrente do mesmo, denunciando todo o preconceito vivido pelas populações pobres, que no Brasil, detinham (e detêm) cor.

UMA DANSA SOBRE O ABYSMO: O DIÁLOGO DE GILBERTO AMADO COM A CIÊNCIA E AS TEORIAS RACIAIS DO SÉCULO XIX

Maria Claudia Cavalcante⁵⁹⁴⁵

mclaucav@gmail.com

Resumo: O objetivo deste trabalho era cientificizar o Direito a partir do que um dos seus principais expoentes, Sílvio de Oliveira, é explorar como e de que forma as leituras e discussões realizadas pelo jovem Gilberto Amado fizeram parte da sua produção intelectual nos anos que se seguiram à sua passagem pela capital pernambucana. Amado participa enquanto aluno da Faculdade de Direito do Recife, de todo o debate em torno das chamadas “ideias novas” propugnadas pela Escola do Recife, movimento intelectual, inaugurado a partir de 1870, nas dependências da Faculdade de Direito do Recife cuja principal referência, Romero de Aguiar, chamou de “um

⁵⁹⁴³ BOLLÈME, Geneviève. **O Povo Por Escrito**. São Paulo: Martins fontes, 1ª edição Brasileira, 1988.

⁵⁹⁴⁴ *Ibid*, p. 22.

⁵⁹⁴⁵ Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (PPGH-UFPE)

bando de ideias novas”: positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica religiosa, naturalismo, cientificismo. Pretende-se, aqui, problematizar como tais ideias fizeram parte da formação de Amado e como foi o diálogo com as ideias de Silvio Romero no decorrer de sua trajetória intelectual.

Palavras chave: Formação, Ciência e Raça.

Uma dança sobre o abismo é assim que Gilberto Amado define sua formação e atuação intelectual. Em livro com título de mesmo nome, publicado em 1933, o autor diz reunir alguns dos escritos típicos da sua formação e os passos mais característicos da sua atividade intelectual no Brasil. Segundo Amado, os textos foram feitos ao impulso e publicados sem nenhuma alteração. “Da retórica de alguns deles, de certas afirmações e pontos de vista que me poderiam parecer hoje excessivos, sorrio sem desaprovação com a ternura do homem maduro pelos desatinos da mocidade.”⁵⁹⁴⁶

O objetivo desta discussão é explorar como e de que forma as leituras e discussões realizadas pelo jovem Gilberto Amado, estudante da Faculdade de Direito do Recife no início do século XX, fizeram parte da sua produção intelectual nos anos que se seguiram à sua passagem pela capital pernambucana. Amado participa enquanto aluno daquela Faculdade, de todo o debate em torno das chamadas “ideias novas” propugnadas pela Escola do Recife, movimento intelectual, inaugurado a partir de 1870, nas dependências da Faculdade de Direito do Recife cuja principal finalidade era cientificizar o Direito a partir do que um dos seus principais expoentes, Silvio Romero, chamou de “um bando de ideias novas”: positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica religiosa, naturalismo, cientificismo. A ideia era que não só o direito passasse pelo processo de cientificação, como também a arte, a história, a literatura e a política.⁵⁹⁴⁷

Gilberto de Lima Azevedo Souza Ferreira Amado de Faria nasceu em Estância (Sergipe), em 7 de maio de 1887 e morreu no Rio de Janeiro em 1969. É o primeiro de quatorze filhos de Ana de Lima Azevedo de Sousa Ferreira e Melchisedech de Sousa Amado. Cedo, o jovem Amado se transfere para Salvador para estudar Farmácia. E, em 1905, vai para Recife, onde começa a estudar na Faculdade de Direito do Recife. Em 1907, Amado começa a escrever seus *Golpes de Vista*, coluna inicialmente diária no *Diário de Pernambuco*, na qual o autor escrevia sobre tudo: política local, nacional e internacional, costumes, acontecimentos cotidianos, etc. Mas, sem dúvidas, o assunto que salta aos olhos, na pesquisa naquele jornal, são suas leituras. Seu gosto pela literatura, filosofia e sociologia, saberes que fizeram parte da construção de seu pensamento.

O texto a ser discutido é parte da produção da tese de doutoramento a ser defendida pelo Programa de Pós-Graduação em História (UFPE), cujo objetivo principal é aprofundar e problematizar as leituras que fizeram parte da construção da subjetividade de Gilberto Amado enquanto homem de saber. Aqui, privilegiamos o diálogo do autor com a ciência as teorias raciais do século XIX, procurando problematizar como essas leituras fizeram parte dos textos de Gilberto Amado na década de 1920, momento de produção dos textos que serão analisados. Pretendemos promover o diálogo destes textos com uma crônica escrita no dia 8 de junho de 1907 pelo jovem Gilberto Amado para o *Diário de Pernambuco*, buscando problematizar os elementos de sua formação que permaneceram presentes em suas produções posteriores de análise das questões brasileiras.

Recife: um “bando de ideias novas”

O ano era 1905. Debaixo de chuva e de paletó, o jovem Gilberto Amado chega em Recife, no fim de março ou começo de abril, para fazer a matrícula na Faculdade de Direito daquela cidade. Recife entra para as memórias de Gilberto Amado, como sinônimo de

⁵⁹⁴⁶ AMADO, Gilberto. **Espírito de nosso tempo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ariel, 1933, p. 5.

⁵⁹⁴⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Entre homens de ciência. In: **O Espetáculo das Raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993

positivismo, evolucionismo, cientificismo, bibliotecas, livrarias, conferências literárias; mas também calçadas e ruas esburacadas, pousadas insalubres, bondes de burros, peste bubônica. Um Recife “colonial, monárquico, republicano” (...) que conservava clubes ingleses, “môças no portão”, “môças pintadas”, moças da vida.⁵⁹⁴⁸

Um Recife que, ao que tudo indica, no que diz respeito aos problemas de saúde pública, não se diferia muito da dinâmica de capitais republicanas que abrigavam uma grande quantidade de ex-escravos nos primeiros anos da República. Segundo Paulo César Garcez Martins⁵⁹⁴⁹, a experiência de modernização destas cidades foi marcada por duas características centrais: o tumulto e a desordem. Emergia, neste momento, a massa de cidadãos que representava o entrave para as elites, as quais desejavam implementar a higienização e disciplinarização dos espaços daquelas cidades. Junto com esta massa de cidadãos marginalizados surgiam também suas moradas: as casas térreas, de estalagens e cortiços. A superpopulação e as más condições de moradia facilitavam o aparecimento de surtos de cólera-morbo, febre amarela, varíola, malária e tuberculose, espaços que se destacam, na narrativa memorialística de Amado, como algo repugnante à sua sensibilidade de intelectual, mas que fez parte da experiência deste autor. A pousada em que Gilberto se instalara em seus primeiros anos, na capital pernambucana, foi afetada pelo surto de peste bubônica em 1905, fazendo vítimas dois conterrâneos: Odilon Martins e um outro rapazola que o autor se refere apenas como sendo do engenho da Continguiba.⁵⁹⁵⁰

As condições de moradia de Amado melhorou consideravelmente, quando o autor passou a escrever para o Diário de Pernambuco e se mudou para a Caxangá, em 1907. Em sua sessão intitulada *Golpes de Vista*, o jovem Amado parecia se interessar por outros assuntos que não se restringiam às condições de insalubridade do Recife. Destacam-se em suas crônicas: a política local, nacional e internacional, costumes, acontecimentos cotidianos, etc. Mas, sem dúvidas, o assunto que salta aos olhos, na pesquisa dos jornais, são suas leituras. Seu gosto pela literatura, filosofia e sociologia, que fizeram parte da construção de seu pensamento, era exposto ao debate que, nas páginas do Diário de Pernambuco, corria solto, gerando conflitos de ideias que, por vezes, beiravam a ofensas pessoais, mas que, acima de tudo, dão indícios de um Recife efervescente no que diz respeito a circulação e o debate de ideias que delineavam o campo do saber naqueles primeiros anos do século XX. Junto com a peste bubônica vinham os livros, seus primeiros contatos com as filosofias do século XIX e com os sergipanos que encabeçaram a chamada Escola do Recife. A Escola do Recife foi um movimento intelectual, inaugurado a partir de 1870, nas dependências da Faculdade de Direito do Recife cuja principal finalidade era cientificar o Direito a partir do que um dos seus principais expoentes, Sílvio Romero, vai chamar de um “bando de ideias novas”: positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica religiosa, naturalismo, cientificismo. A ideia era que não só o direito passasse pelo processo de cientificação, como também a arte, a história, a literatura e a política.

Sílvio Romero declara a morte da metafísica e reivindica análise científica do conhecimento. A cientificidade seria uma condição para o alcance do ideal de civilização, tão necessário aos novos tempos. Segundo Lilia Moritz Schwarcz⁵⁹⁵¹, o jargão evolucionista, em Recife, teve larga aceitação, contando com a difusão de autores como Spencer, Darwin, Le Play, Le Bon e Gobineau, dentre outros. O Direito se alia à biologia evolutiva, às ciências naturais e à antropologia física e determinista e se distancia das demais ciências humanas numa tentativa de se firmar como uma área que possui leis e, portanto, caminhos mais seguros.

⁵⁹⁴⁸ AMADO, Gilberto. **Presença na política**, Rio de Janeiro: José Olympio, 1958, pp 16-21.

⁵⁹⁴⁹ MARTINS, Paulo César Garcez. *Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras*. In: NOVAIS, Fernando (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**: v.3- República: da Belle époque a era do rádio. São Paulo: Companhia da Letras, 1997

⁵⁹⁵⁰ AMADO, Gilberto. **Presença na política**, Rio de Janeiro: José Olympio, 1958, p. 20.

⁵⁹⁵¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Entre homens de ciência*. In: **O Espetáculo das Raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Um dos livros que apresenta Silvio Romero a Gilberto Amado é *Doutrina contra Doutrina: o evolucionismo e o positivismo no Brasil*, de 1894. O livro é um verdadeiro ataque ao positivismo por meio da comparação com o naturalismo evolucionista, teoria defendida ardentemente por Romero. *Doutrina contra doutrina...* é também um apelo à juventude brasileira para que esta não aderisse ao positivismo, teoria que, por ser muito flexível, se adaptou aos mais diversos gostos e credos, ganhando assim, muitos adeptos no Brasil, haja vista o fato de ser adotada pelos primeiros presidentes republicanos, algo extremamente criticado por Romero. Para o autor, os militares apesar de terem tido papel crucial em determinados momentos históricos da nação, não deveriam intervir na política.

A maior crítica ao positivismo reside no fato desta teoria ter tomado as vestes de uma religião, segundo Romero. Daí a ampla aceitação do positivismo no Brasil. Aliás, segundo o autor, o positivismo vestia a máscara que lhe convinha e assim agradava aos mais diversos públicos e interesses.

Se trata de *sciencia*, o positivismo declara incontinenti: aprecia-o muito, e tanto que a minha doutrina repousa sobre as sete *sciencias particulares*. Fica-lhe depois livre o campo para podar a sciencia como entender. Se fala-se em *philosophia*, acode elle: é a minha paixão, detesto o especialismo *anarchico*, quero as vistas do conjunto, *synthese geral* e ultima. Fica-lhe depois desassombrado o animo para arranjar a sua *synthese subjectiva*, como bem lhe parecer. Se vem a pello o *materialismo* ou *espiritualismo*, acode o systema matreiro: são duas concepções metaphysicas, nada conhecemos das essencias, como nada de *causas primeiras e finaes*.

Fica-lhe livre o caminho para bambaleiar á direita á esquerda até perder-se na doce sobrevivência do feiticismo do *Grand-Milieu*, do *Grand-Feitiche* e quejandas anomalias.⁵⁹⁵²

Outra diferença crucial entre o evolucionismo naturalista e o positivismo é que para o evolucionismo, segundo Romero, a ideia é de uma evolução constante, calcada na diferenciação progressiva e no conceito de luta, enquanto que, para o positivismo, fala-se de uma evolução já finalizada nos três estados comtianos, visando “o estabelecimento de uma autoridade central, que produz a paz dos espíritos em nome do imobilismo de uma doutrina universalista.”⁵⁹⁵³

O fato é que o estilo combativo de Romero parece não ter conquistado o aluno da Faculdade de Direito: Gilberto Amado. Em suas memórias da época de estudante de Direito em Recife, Amado destaca que não se sentiu arrastado pelas preferências e antagonismos de Silvio “que não podia conceber a vida e as idéias senão sob o ângulo da antítese. Adorava Spencer e por isso julgava-se no dever de atacar Augusto Comte.”⁵⁹⁵⁴ Esta atitude rebaixava Silvio Romero no conceito de Amado.

Opinião diferente tinha o jovem Gilberto em um de seus textos para os *Golpes de Vista* no Diário de Pernambuco. Em 8 de junho de 1907, na primeira página do *Diário de Pernambuco*, Gilberto Amado, com pseudônimo de Áureo, faz uma pequena resenha sobre o livro de Silvio Romero: *A América Latina (Analyse do livro de igual titulo do Dr. M. Bomfim)*,

⁵⁹⁵² ROMERO, Sylvio. **Doutrina contra Doutrina: o evolucionismo e o positivismo na República do Brasil**. Rio de Janeiro: Editor – J.B. Nunes, 1894, pp. 113-114.

⁵⁹⁵³ A crítica ao positivismo exercida por Romero gera controvérsias. Segundo Antônio Paim (1966), Silvio Romero nunca rompeu com o positivismo, chegando a transformar a lei dos três estados a partir das ideias de Darwin e da influência de Spencer. A crença inabalável na existência de leis que regem o desenvolvimento cultural e social também seria uma herança positivista, segundo Sergio Buarque de Holanda, “todo estudo só seria cientificamente certo na medida em que se conformasse a certas leis fundamentais, leis que seriam as mesmas para o mundo físico e o da cultura.” (Apud, SOUSA, p. 18)

⁵⁹⁵⁴ AMADO, Gilberto. **Presença na política**, Rio de Janeiro: José Olympio, 1958, p.18.

de 1906⁵⁹⁵⁵. O livro, como o próprio nome indica, tece críticas contundentes à análise de Francisco Manoel de Bomfim: *A América Latina: males de origem*, beirando a ataques pessoais por parte de Silvio Romero que foram recebidos com indiferença por Bomfim.

Em sua crônica diária para o jornal pernambucano, Amado parece não se incomodar com o estilo combativo de Silvio Romero, afirmando, ao término da leitura daquele autor, que o mesmo acabara por esmigalhar o livro de igual nome de Manoel Bomfim. O texto constitui uma resenha mais da forma com a qual Silvio Romero critica o trabalho de Bomfim, do que uma problematização das ideias de ambos autores. Aliás, em nenhum momento, como também em nenhum texto posterior, Gilberto Amado menciona a leitura de Manoel Bomfim, chegando mesmo a afirmar que a seção não tem a finalidade de conter um estudo comparativo das ideias dos autores: o crítico e o criticado. O texto seria apenas uma homenagem ao “imortal construtor da nossa história da literatura.”⁵⁹⁵⁶

A crônica segue no derramamento de elogios ao mestre da Escola do Recife. Assim, para o autor dos *Golpes de Vista*, o livro é atestado do “*cerebro assombroso*” de Silvio Romero, o “verdadeiro defensor da verdade científica, defensor implacável e invencível”. Para o jovem Amado, “cada obra que aparece do grande brasileiro deixava sua leitura uma simultaneidade de admiração e espanto.” E continua

(...) na América Latina (...) o que se vê [é] a averiguação das fontes onde o sr. Bomfim sorveu seus conhecimentos, a denuncia de algumas dessas mesmas fontes como duvidosas ou imprestáveis: a critica profunda do plano geral da obra, do seu fim, das suas induções, do estylo, e até da gramática do autor.⁵⁹⁵⁷

A divergência de opiniões entre o Gilberto Amado, sexagenário que escreve suas memórias na década de 1950 e o jovem Gilberto do início do século XX que passa a entrar em contato como o “*bando de ideia novas*”, em Recife, sugere o percurso de uma trajetória intelectual que nunca é linear e homogênea, e sim conflituosa e fortemente marcada pela relação de pertencimentos, afastamentos e visões de mundo que o autor constrói com o seu tempo de escrita. A série de bajulações que Amado concede a Silvio Romero, na crônica de 8 de junho de 1907, pode ser lida como uma estratégia de aproximação do seu mestre da Escola do Recife, uma vez que como afirma Schwarcz⁵⁹⁵⁸, o jargão evolucionista teve larga aceitação naquela cidade, sendo o Diário de Pernambuco também um divulgador das ideias de Romero. Além disso, as bajulações de Amado a Silvio Romero, no texto de 1907, dão indícios de uma trama maior que envolve a relação política do pai de Gilberto Amado, o Coronel Melk, com os donos do Diário de Pernambuco e o seu desejo de formar seu primogênito para a política. “As ideias novas” que corriam pelas páginas do *Diário* foram alicerçadas por velhas forma de se fazer política, estas ainda calcada na tradição aristocrática dos velhos patriarcas do Norte.⁵⁹⁵⁹

No mais, a crítica que o autor faz a Romero em suas memórias pode ser interpretada tanto como fruto do amadurecimento intelectual, produto da sua experiência de leitura durante anos, quanto como estratégia de pertencimento a um tempo em que as ideias de Silvio Romero e do conhecimento produzido entre os séculos XIX e meados do XX, não

⁵⁹⁵⁵ BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Centro Edestain de Pesquisas Sociais, 2008.

⁵⁹⁵⁶ *Diário de Pernambuco*. Recife - Sabbado, 8 de junho de 1907, p. 1.

⁵⁹⁵⁷ Idem

⁵⁹⁵⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Entre homens de ciencia. In: *O Espetáculo das Raças*. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁵⁹⁵⁹ A entrada de Gilberto Amado para o Diário de Pernambuco está fortemente relacionada com a ligação que seu pai, o coronel Melk, tinha com a aristocracia Rosa e Silva de Recife. Melchisedech de Sousa Amado era correligionário do Conselheiro Rosa e Silva que, à época, era dono do *Diário*... Segundo Amado, Rosa e Silva era “chefe do Norte, a cuja orientação obedecia no [seu] Estado a política de [seu] pai.” (AMADO, 1958, p. 136).

possuem mais legitimidade no âmbito do conhecimento. É o próprio Gilberto Amado que constata o contraste entre o passado de suas leituras e o presente da produção de suas memórias, quando escreve em *Depois da Política*:

Comecei êste capítulo nos primeiros dias de janeiro de 1959, em Paris, enquanto um foguete cósmico dos Sovietes, depois de ter rolado à procura da lua para além da zona do silêncio, se abisma no turbilhão dos astros. (...) Os fatos que trato de reviver, as reminiscências que êles suscitam, o meio e a hora em que produziram, fogem, apagam-se da retina como relevos da paisagem sob o avião em que voamos. Clarões que nos ofuscam tornaram-se réstias fugidias. Estrondos assurdinaram-se em ruídos inaudíveis. O Passado tornou-se... “Passadinho”

Em quinze anos a Rússia, que não teve nem Copérnico nem Descartes em Laplace, senhora dos espaços, como a ciência a seu serviço, ataca os enigmas do universo. Para utilizar as fôrças da natureza nas estepes geladas, outrora mudas, onde os mujiques dormitavam, erguem-se colossais usinas em que os filhos daqueles mujiques, tornados engenheiros e matemáticos, comandam todas as técnicas, inventam técnicas novas, emulando-se na tensão de ultrapassar, graças à teoria as objetivações da prática. A lua banalizar-se-á dentro em pouco em ponto de parada das comunicações planetárias.⁵⁹⁶⁰

Em 1959, a União Soviética deu início à “conquista da lua” com o projeto Luna que enviou várias naves ao satélite. A chamada Guerra Fria divide a ordem mundial entre Estados Unidos e União Soviética que disputam as lideranças ideológicas, territoriais e espaciais, desde o pós-guerra. O mundo que, no passado de Amado, tinha a Europa como modelo de civilização, de comportamentos e de formação dos intelectuais brasileiros passa a ser delineado por novos padrões de sociabilidades cujo modo de vida norte-americano chega ao Brasil pelas telas de cinema. Brasília está prestes a ser inaugurada sob os auspícios do plano de metas de Juscelino Kubitschek. É todo o florescimento do mundo da técnica que Amado ver despontando. Mundo este que o autor já vira emergir desde 1914, quando escreve a conferência *A Chave de Salomão*, texto onde já denunciava o desaparecimento do interesse pelo conhecimento das humanidades e o aparecimento dos Estados Unidos como potência instauradora da técnica e de novos modos de comportamentos.⁵⁹⁶¹

A produção memorialística de Amado é, em grande medida, uma escrita de pesar por um mundo de ideias que parecem não voltar mais, posto que não dão conta de explicar o ritmo de descobertas e transformações frenéticas no conhecimento e nas maneiras de se pensar e sentir um novo mundo. Como toda escrita de si, as memórias deste autor é uma luta contra o tempo, uma luta contra morte. Morte de leituras e teorias diversas. Morte de personagens também diversos. Morte de Amados diversos. De cada Amado que foi tocado, construído e até mesmo esquecido em cada leitura, na descoberta de um novo livro, de um novo autor. A escrita memorialista deste autor é, em grande parte, uma luta contra o seu ostracismo intelectual e de uma geração. É uma narrativa de assombro pela possibilidade da morte e, ao mesmo tempo, desejo imanente de ter seu lugar no presente, como se as palavras tivessem o poder de sedimentar uma dada existência.

Contudo, para um estudo de uma trajetória intelectual é imprescindível que voltemos ao “passadinho” do autor, para utilizarmos uma expressão do próprio Gilberto Amado. Como bem enfatiza Pallares-Burque:

⁵⁹⁶⁰ AMADO, Gilberto. **Depois da Política**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960, pp. 199-201.

⁵⁹⁶¹ AMADO, Gilberto. **A Chave de Salomão e Outros Escritos**. 4 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

A auto-imagem de um escritor famoso ou de um estadista revela alguma coisa de sua natureza, enquanto a imagem que um jovem tem de si mesmo, especialmente quando ainda não sabe o que se tornará é ainda mais importante.⁵⁹⁶²

Assim, a trajetória intelectual de Gilberto Amado sugere um caminho de descoberta e por que não dizermos também de esquecimento de si para este autor. O Gilberto Amado do início do século XX não exclui o Gilberto Amado dos anos 1950, mas também não constrói uma face única para este autor, como a escrita de suas memórias almejou. Ao contrário, o confronto de suas ideias ao longo do tempo parece estilhaçar a imagem daquele sergipano que se vê refletida no espelho pela primeira vez por completo no Recife de início do século XX. Continuemos nossa viagem pelos diversos períodos da trajetória intelectual de Gilberto Amado. Acompanhemos nosso autor em sua dança sobre o abismo.

Uma *Dansa sobre o Abysmo*: o diálogo de Gilberto Amado com a ciência e as teorias raciais do século XIX

“Uma dança sobre o abismo” é assim que Gilberto Amado define sua formação e atuação intelectual. Como já foi mencionado, em livro com título de mesmo nome, publicado em 1933, o autor diz reunir alguns dos escritos típicos da sua formação e os passos mais característicos da sua atividade intelectual no Brasil.

Discutiremos, agora, de que forma as leituras e discussões realizadas pelo jovem Gilberto Amado, estudante da Faculdade de Direito do Recife no início do século XX, fizeram parte da sua produção intelectual nos anos que se seguiram à sua passagem pela capital pernambucana. Aqui, privilegiamos o diálogo do autor com a ciência e as teorias raciais do século XIX, procurando problematizar como essas leituras fizeram parte dos textos de Gilberto Amado na década de 1920, momento de produção dos textos que serão analisados.

De antemão, podemos sugerir, como já foi indicado nas páginas anteriores, que a trajetória intelectual de Gilberto Amado pode sim ser comparada a uma dança sobre o abismo. Um abismo que parece unir de um lado ao outro por uma linha invisível duas épocas: o passado de sua formação e o presente de escrita de seus textos. O presente se apresenta de forma multifacetada e parece sempre escapar a cada linha escrita, assim como as ideias que fizeram parte de suas leituras. Sua *Dansa sobre o Abysmo* reúne textos dos mais variados anos, na maioria das vezes, não indicados pelo autor. Os textos aí presentes, quando postos lado a lado com outros, indicam uma verdadeira dança sobre o abismo, na qual velhas ideias são ratificadas outras refutadas, dando indícios de uma possível queda, mas também de um esforço incansável para se manterem em pé.

O livro está dividido em duas partes. A primeira, dedica-se ao que o autor denomina de Estudos Literários, a segunda aos Estudos Sociais. Chama a atenção, na segunda parte, a quantidade de títulos dedicados a temas como a *Exaltação do Brasil*, *A Experiência Brasileira*, *A Civilização do Brasil*. A maioria desses textos trata da formação e exaltação do caráter brasileiro, tema recorrente, aliás, desde o início do século XX, quando Amado foi estudante da Faculdade de Direito do Recife.

Em texto intitulado *A Exaltação do Brasil*, escrito na ocasião do centenário da Independência, em 1922, o então deputado federal Gilberto Amado faz uma exaltação da história oficial do Brasil e da noção de unidade nacional. Noção essa que, no discurso de Amado, foi alavancada pelo português:

(...) os colonizadores da terra, não há um, mas há três séculos conseguiram estabelecer no Brasil: a unidade de governo de instituições, de religião, e até certo ponto, de

⁵⁹⁶² PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **Gilberto Freyre**: um vitoriano nos trópicos. São Paulo: Editora UNESP, 2005, p. 22.

uma maneira geral, ao menos sob o ponto de vista da tonalidade moral da população, a unidade da raça.⁵⁹⁶³

O ensaio se propõe a fazer um retrospecto histórico dos acontecimentos e da participação dos personagens e povos que formaram, segundo o autor, a sociedade brasileira: navegantes, descobridores, conquistadores, padres jesuítas, negros bons da costa da África, governadores, capitães-mores, tenazes portugueses, etc”.⁵⁹⁶⁴

Afirmando um discurso historiográfico que emerge no Brasil, desde a criação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, o texto de Gilberto Amado corrobora para a construção de uma identidade nacional que tem no elemento branco português o verdadeiro desbravador e impulsionador da formação do povo brasileiro, tema recorrente desde Silvio Romero a Gilberto Freyre. Nesse texto, Amado faz um verdadeiro elogio à escravidão, sem a qual não teria sido possível o povoamento do Brasil nem seu desenvolvimento econômico. Para o autor,

O grande acto político do Império foi a utilização consciente da imigração negra (devo aos meus patrícios educado na escola do pensamento positivo a verdade concretamente demonstrada despreendida das brumas do pensamento liberal) pela elite, pelo grupos dirigentes, pelos homens providenciaes, pelos chefes que vieram com a maioridade desenvolver a tarefa da Regência.⁵⁹⁶⁵

A relação de Gilberto Amado com o positivismo é assunto para outro texto. Para este momento, é interessante irmos mais adiante no discurso deste autor e observarmos na sua defesa à escravatura o uso de conceitos advindos do debate sobre raça e miscigenação tão em voga no Brasil do início do século XX e muito próximo de Amado nas discussões de sua época de estudante na Faculdade de Direito do Recife. Mais adiante, em sua defesa à escravidão ele afirma:

Com o aproveitamento da colonização africana, não repugnante, aliás a nenhuma das nações colonizadoras do tempo, obedeceram eles a um alto senso político e concorreram, ahí sem prévia adivinhação, mas conduzidos pelo bom destino do Brasil, para a formação das vibráteis idealistas, generosas, confiantes e obedientes sub-raças que compõem ainda hoje a maior parte da população brasileira, aptas por sua adesão natural á habitação dos rigores do clima equatorial á prolongada resistencia em cuja exaustão soçobriria talvez em duas gerações o branco sem mistura, como demonstra hoje sem contraste a sciencia experimental, pela observância que se passa em outros povos.⁵⁹⁶⁶

Sub-raça, determinismo geográfico, miscigenação, termos fartamente encontrados no livro sobre qual o jovem Amado escrevera sua crônica no Diário de Pernambuco, naquele 8 de junho de 1907. Como já mencionado, O livro *A América Latina (Analyse do livro de igual titulo do Dr. M. Bomfim)*, de 1906, constitui uma crítica ao livro *A América Latina: males de origem (1905)*, de Manoel Bomfim. Neste estudo, Bomfim busca estudar as origens das mazelas que assolavam a América Latina, apelando para a História e utilizando-se de uma interpretação de cunho biológico e psicológico na análise dos fenômenos sociais. Para o autor, a origem dos males da América Latina, bem como a construção estereotipada sobre este continente na Europa são frutos da colonização parasita de portugueses e espanhóis em

⁵⁹⁶³ AMADO, Gilberto. **Espirito de nosso tempo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ariel, 1933, p. 142.

⁵⁹⁶⁴ Idem, p. 129.

⁵⁹⁶⁵ Ibidem, p. 133.

⁵⁹⁶⁶ Ibidem, p. 136.

terras americanas. A visão preconceituosa que é veiculada sobre a América Latina na Europa, por sua vez, é produto da ignorância de cientistas e “sociólogos publicistas” que desconhecendo a história do continente americano e buscando coaduná-lo a um modelo de evolução hipócrita, “mascarado de ciência barata”, criou a chamada teoria científica do valor das raças, a qual relegou aos latinos americanos o lugar de inferiores na escala da evolução humana.⁵⁹⁶⁷

Manoel Bomfim era médico, e como tal, acreditava que a sociedade podia ser estudada como um organismo. Daí seu vocabulário e interpretação dos fenômenos sociais serem fortemente influenciados pela Biologia. Assim, de acordo com o autor, as sociedades existem como verdadeiros organismos, sujeitos como outros a leis categóricas. Como organismos, as sociedades dependem das condições do meio e do tempo. Assim, para estudar um grupo social é necessário recorrer à História para compreender os motivos pelos quais eles se apresentam naquelas condições. Estudar as nações latino-americanas implicava, necessariamente, para Bomfim, levar em conta o passado de colonização destes países.

Ao contrário de grande parte da intelectualidade da época que via a miscigenação como entrave ao progresso das nações sul-americanas, Bomfim não enxerga na mistura de raças a impossibilidade de formação de uma nação saudável e evoluída. De acordo com este autor, a miscigenação não pode ser responsabilizada pelo atraso das sociedades sul-americanas. Os índios e os negros, apesar de serem dotados de caráter inconstante, levianos e imprevidentes, não contribuíram negativamente para formação de tais sociedades, pois eram povos simples sem virtudes nem defeitos. Ao contrário, esses povos, por serem infantis, ofereciam elementos de renovação à formação de uma nação, devido à sua adaptabilidade a qualquer condição de vida e pouca resistência ao influxo de ideias novas.

Silvio Romero, por seu turno, apesar de ver a mistura de raças como traço característico e singular da população brasileira, defendia a ideia de uma miscigenação controlada. Isso significa dizer que um indivíduo mestiço deveria ter filhos com um indivíduo branco, para que prevalecesse os traços do elemento branco. A continuidade desse processo, segundo Romero, levaria ao branqueamento da população. A eugenia também foi cogitada por este autor como medida para o controle da miscigenação, visando proibir que as pessoas tivessem filhos degenerados, os quais seriam entraves ao progresso e à civilização.⁵⁹⁶⁸

É em nome da ciência, de fins do século XIX e início do XX, que Romero refuta as ideias de Bomfim, no livro *O livro A América Latina (Analyse do livro de igual título do Dr. M. Bomfim)*. Para Romero, o livro do conterrâneo possui uma contradição intrínseca: apresenta a América Latina como vítima da calúnia europeia e, ao mesmo tempo, pinta o seu povo “como pobres diabos cheios de terríveis vícios e defeitos.”⁵⁹⁶⁹ Para este autor, Bomfim pinta um quadro negro para o Brasil, no qual a condenação é completa e sem agravo. Nem mesmo os europeus disseram a metade “de tantos esconjuros e maldições.”⁵⁹⁷⁰ Aqui, Romero se refere diretamente à noção de progresso de Bomfim, para o qual, o alcance do mesmo implicaria na total negação do passado de colonização das nações sul-americanas.

(...) não sabe esse professor de psychologia que as forças do passado, o que vale dizer a pressão da tradição, as energias da história que importam no concurso acumulado de qualidades e predisposições ethnicas, sociaes, políticas, religiosas, costumeiras, econômicas e trinta outras prendem fatalmente os homens em um certo trilho da vida imprimindo-lhe uma direção predeterminada?

(...)

⁵⁹⁶⁷ BOMFIM, Manoel. **A América Latina**: males de origem. Rio de Janeiro: Centro Edestain de Pesquisas Sociais, 2008., p. 190

⁵⁹⁶⁸ SOUZA, Ricardo Luiz de. Método, raça e identidade nacional em Sílvio Romero. **Revista de História Regional**, 9(1): 9: 30, 2004.

⁵⁹⁶⁹ ROMERO, Sylvio. **Doutrina contra Doutrina**: o evolucionismo e o positivismo na República do Brasil. Rio de Janeiro: Editor – J.B. Nunes, 1906.

⁵⁹⁷⁰ Idem, p. 194.

Que conservar? Muito: o espírito da raça, o seu carácter, a língua, alma de seus grandes homens, o bom senso, os bons costumes, o equilíbrio do genio, o amor da patria, das tradições, do progresso bem entendido, da liberdade, da ordem, e, em geral todos os nobres qualidades seleccionadas pela historia no coração de nossos maiores.⁵⁹⁷¹

Manoel Bomfim e Silvio Romero, apesar de divergirem quando o assunto é formação do povo latino-americano e brasileiro, participam da mesma episteme do pensamento moderno que permite que os mais variados campos do saber concentrem sua força numa explicação pretensamente científica que tem como base o evolucionismo darwinista. Ambos, apesar de direcionamentos distintos, tem a Biologia do século XIX como baliza de conhecimento e, portanto, de análise da sociedade. No caso do Brasil, a partir de 1870, o intelectuais se sentem impelidos a pensar a formação do povo, o futuro do Brasil, as vias para se atingir o progresso e a civilização e a construção da nacionalidade. Bomfim e Romero são, portanto, homens de seu tempo, imbuídos por formações discursivas de seu tempo e por ideias de seu tempo

No debate travado entre Silvio Romero e Manoel Bomfim. Amado parece preferir, em 1922, os argumentos de Romero. Mesmo narrando, em suas memórias, a sua indisposição contra os dualismos utilizados pelo mestre do Recife na defesa de seus argumentos, Gilberto Amado compartilha em muito com Silvio Romero na suas conclusões em torno da História e da escravidão brasileira. Ao contrário de Bomfim, a escravidão, para Romero e Amado foi plenamente justificável, pois de acordo com o evolucionismo, os povos inferiores necessitavam da colonização até mesmo por uma questão de sobrevivência.

A História para Silvio Romero, assim como para Gilberto Amado é, antes de tudo, conservar. Conservar os grandes feitos dos grandes homens que impulsionaram às custas do trabalho escravo, plenamente justificável nos discursos dos dois autores, não só o progresso da civilização brasileira, como sua própria existência enquanto unidade nacional. Para Romero, Bomfim aplica erroneamente o conceito de parasitismo da Biologia para análise da sociedade. Aliás, o parasitismo para este *autor* “era uma forma natural do meio social.”⁵⁹⁷². O parasitismo, assim como as castas, classes, escravidão, servidão, comensalismo e outros não passam de formas diversas de solidariedade. Portugal e Espanha teriam prestado um favor ao colonizar os países latino-americanos. De acordo com o autor, assim como na Biologia, os seres parasitas foram livres antes de se tornarem parasitas, por isso mais tarde, precisam se alojar em outros seres:

*(...) as raças e as populações humanas só escaparam a morte e a completa extinção, consentindo, no momento azado, em perder a independência e a autonomia (grifos do autor) para, com outras raças e outras populações, entrarem em combinações sociaes inferiores.”*⁵⁹⁷³

Em suma, para Romero (1906), o parasitismo era um fato geral, universal, trivial indispensável à natureza. Os próprios mamíferos eram parasitas de sua mãe durante todo o período embrionário. Bomfim teria transformado o parasitismo em algo inédito a ponto de ser capaz de explicar “a vida íntima de vinte nações.” (ROMERO, 1906, p. 45). E o Brasil não deveria sua colonização apenas aos portugueses, mas principalmente à nobreza da terra.

Silvio Romero e Gilberto Amado identificam memória e tradição elitista como sendo história. Na sua concepção de história, o Brasil parece ser o eterno feto de Portugal, por isso não pode esquecer de sua mãe, de sua gestora. Gestora aliás, que, para Romero, oferecia ao Brasil o elemento de purificação: a raça branca que quanto mais se misturasse ao índio e ao

⁵⁹⁷¹ Ibidem, pp. 194-195.

⁵⁹⁷² Ibidem, p. 44

⁵⁹⁷³ Ibidem, p. 42.

negro, mais se tornaria apta ao progresso e à civilização. As ideias do mestre da escola do Recife parecem ter feito parte do modo como o deputado Gilberto Amado pensou o Brasil. Um Brasil conservador. Um Brasil que teve que ser explorado pelos portugueses para poder se sedimentar como nação. Um Brasil fruto de uma escravidão justificada pela lei de que os inferiores necessitam dos superiores para colonizá-los, subjuguá-los. Um Brasil que não pode perder de vista a memória de seus avôs desbravadores⁵⁹⁷⁴. Em texto intitulado *A Civilização no Brasil*, Amado apesar de proclamar a independência do Brasil em relação a Portugal e à Europa como um todo, chegando a afirmar que a Europa não vivia mais dentro dos afirma:

Devemos sorrir á simplicidade dos commentadores europeus que proclamaram a superioridade das raças a que pertencem, sem se dar ao trabalho de as deslocarem da commoda graduação dos paralelos onde se organizaram ao estímulo dos climas tonicos do norte.⁵⁹⁷⁵

Gilberto Amado afirma que não adianta conjecturar o que o elemento anglo-saxão poderia fazer na Amazônia. A verdade era que, nas condições físicas do Brasil, nem um outro povo poderia ter alavancado a obra de colonização com tamanho sucesso como o português. Amado, apesar de proclamar a independência do Brasil em relação à Europa, não perde de vista a sua gestora ou seriam gestores? Homens fortes desbravadores que num território inóspito conseguiu, desde o início pela obra do povoamento, fomentar a unidade nacional do território.

EIS O HOMEM: FELIPPE NERI COLLAÇO (RECIFE, 1815-1894)

Rafaella Valença de Andrade Galvão⁵⁹⁷⁶
valenca.rafaella@gmail.com

Resumo: O pernambucano Felipe Neri Collaço (1815-1894) atravessou o século XIX atuando como professor, advogado, tradutor, escritor, agrimensor, engenheiro e publicista. Destacou-se no campo da imprensa por assumir a chefia de redação do *Diário de Pernambuco* e por investir na criação de dez jornais e uma revista ilustrada. Apesar de uma "luzida" origem, de integrar a malha clientelar do partido Conservador, de transitar entre a elite política e intelectual do Recife, nosso personagem sofreu diversas hostilidades por não fazer parte, para usar sua expressão, da "classe dos pretensos descendentes do Cáucaso". Pareceu compreender que não era visto como parêntese entre os membros da alta-roda pernambucana apenas aos 60 anos, depois de reunir diversos ultrajes em função da sua condição de *homem de cor*, a qual era utilizada como expediente de deslegitimação sempre que seus oponentes intencionavam abatê-lo. Em resposta aos agravos discriminatórios, Collaço lançou o impresso *O Homem - realidade constitucional ou dissolução social* (1876), que tinha como primeira bandeira a defesa dos direitos constitucionais das gentes de cor

⁵⁹⁷⁴ Tanto Sílvio Romero quanto Gilberto Amado eram descendentes de portugueses. Provenientes da freguesia de Nossa Senhora de Campos do Sertão do Rio Real, os Amados vieram do Sertão para Estância. A família era de origem portuguesa, já antiga detentora de terras na colônia. (AMADO, 1954, p. 27). Sílvio Romero, por sua vez, era filho do comerciante português André Ramos Romero e Maria Joaquina Vasconcelos

⁵⁹⁷⁵ AMADO, Gilberto. **Espirito de nosso tempo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ariel, 1933, p. 155.

⁵⁹⁷⁶ Mestra em História - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

pernambucanas. Neste trabalho apresentaremos aspectos da sua trajetória, que possui historicidade ímpar, mas caiu nas valas comuns da História.

Palavras-chave: Imprensa. Homens de cor. Recife Oitocentista.

Pesquisadores que trabalham com abolição e pós-abolição possivelmente têm notícias do impresso *O Homem - realidade constitucional ou dissolução social*⁵⁹⁷⁷, veiculado no Recife entre janeiro e março de 1876. O órgão surgia para hastear duas bandeiras. A primeira seria pugnar pela garantia dos direitos constitucionais dos indivíduos *de cor*⁵⁹⁷⁸ pernambucanos, agindo em favor de seus direitos políticos e interesses legítimos, os quais, segundo o impresso, estavam sendo desconsiderados de maneira sucessiva pela administração provincial da época. Tinha como segunda matéria promover uma afronta ao sistema escravista, clamar pela abolição, o que conferiu a *O Homem* a etiqueta de primeiro jornal abolicionista de Pernambuco⁵⁹⁷⁹.

Uma vez diante de um documento tão audacioso, logo emergiu uma pergunta: quem seria o dono do discurso? Nenhuma página do impresso traz sua subscrição, mas nos *Anais* de Alfredo de Carvalho há um nome: Felipe Neri Collaço⁵⁹⁸⁰. Ao buscar referências sobre este personagem, encontramos registros bibliográficos curtos e esparsos através dos quais soubemos que ele fora professor, advogado e publicista. O quarto número do impresso, por ocasião de intriga com a folha *A União*, confirmava que seu redator era um indivíduo de cor e ex-lente do Ginásio Pernambucano.

Não satisfeita com a escassez de dados e pretendendo maior aproximação com o idealizador de projetos tão arrojados para um Recife atravessado pela escravidão e pelo racismo, iniciei uma investigação com o objetivo de alcançar maiores pistas sobre Felipe. A cada documento encontrado, via descortinar-se um personagem muito atuante no oitocentos pernambucano, mas que perdeu realce no tempo.

Inventário, jornais, documentos do Ginásio Pernambucano, livros, tese, alocução, registros da Faculdade de Direito de Olinda, relatórios e iconografia perfazem as fontes coligidas, que, somadas à bibliografia correlata resultaram na elaboração de uma narrativa sobre aspectos da trajetória de Collaço⁵⁹⁸¹. Para este traçado de semblante biográfico foi necessário lidar com diferentes temporalidades, trabalhar com múltiplas possibilidades, elaborar perguntas, fazer inferências, encarar a falta de dados, gerar inferências, disparar asserções.

Consta que Felipe nasceu em 26 de maio de 1815, sendo o quarto dos seis filhos de José Marcellino Rodrigues Collaço e Francisca Maria da Conceição⁵⁹⁸². Acessei sua ancestralidade paterna⁵⁹⁸³, a qual inclui sabidos nomes do setecentos pernambucano, como

⁵⁹⁷⁷ A coleção completa, que perfaz 12 números em quatro páginas, pode ser consultada no Arquivo Estadual Jordão Emerenciano (Recife, PE).

⁵⁹⁷⁸ Expressão utilizada pelo jornal.

⁵⁹⁷⁹ SILVA, Leonardo Dantas. **A imprensa e a abolição**. Recife: Editora Massangana, 1988.

⁵⁹⁸⁰ CARVALHO, Alfredo de. **Annaes da Imprensa Periódica Pernambucana 1821 a 1908**. Recife: Tipografia do Jornal do Recife, 1908. p. 379.

⁵⁹⁸¹ Este artigo perfaz um desdobramento da pesquisa mencionada. Veja-se: GALVÃO, Rafaella Valença de Andrade. **Felipe Neri Collaço: um homem de cor, de letras e de números**. Recife, UFPE: 2016. (Dissertação) Mestrado em História - Universidade Federal de Pernambuco.

⁵⁹⁸² Inventário de José Marcellino Rodrigues Collaço. Referência: IAHGP - Cx. 48.

⁵⁹⁸³ **Diário de Pernambuco**, 14 abr. 1894, p. 3

José Vaz Salgado⁵⁹⁸⁴ (bisavô) e João Rodrigues Collaço⁵⁹⁸⁵ (tio-avô). Rastros maternos não foram alcançados porque Francisca era uma mulher parda advinda de família pobre⁵⁹⁸⁶, sem pegadas de parentes "ilustres".

É preciso informar que apesar de ser bisneto do detentor de uma das maiores fortunas pernambucanas do século XVIII, nosso personagem não alcançou o lastro financeiro de Vaz Salgado. Ainda nasceu na abundância, não cresceu como um desvalido do ponto de vista material, teve acesso à instrução, mas cremos que os rendimentos da família decaíram com a morte do seu pai, quando Felipe tinha apenas nove anos. José Marcelino deixou bens que somavam 24 contos de réis, entre cinco escravos, a conhecida propriedade da Madalena⁵⁹⁸⁷ e objetos de pouca valia. Este não é um patrimônio a se desconsiderar, mas foi rateado entre seus irmãos no direito à herança⁵⁹⁸⁸.

Talvez por isto encontremos Felipe trabalhando já aos 19 anos, quando tornou-se professor⁵⁹⁸⁹, atividade que exerceu por no mínimo quatro décadas. Os primeiros registros obtidos são anúncios de suas aulas particulares⁵⁹⁹⁰, depois ele surge como mestre em colégios privados⁵⁹⁹¹. Ingressa no Liceu Provincial somente em 1851 como professor substituto das cadeiras de Filosofia e Geometria⁵⁹⁹², sendo nomeado quatro anos após como docente de Língua Inglesa⁵⁹⁹³, quando a instituição passou a se chamar Ginásio Pernambucano.

Fosse em educandários ou nas aulas particulares, as lições do mestre Collaço eram voltadas às disciplinas de Aritmética, Álgebra, Geometria, Filosofia, Francês e Inglês. Mas há uma curiosidade sobre sua ação docente: ele se dispôs a ministrar aulas de Física, ainda que de maneira gratuita, mais precisamente em 1844, antes mesmo de qualquer escola do Recife

⁵⁹⁸⁴ Sobre José Vaz Salgado, veja-se: MARQUES, Teresa Cristina. José Vaz Salgado: a herança de um militar-mercador no Recife de meados do século XVIII. **Textos de História**, vol. 15, nº 1/2, Brasília, pp. 243-257; SOUZA. George Félix Cabral de. Entre os sertões e o Atlântico. José Vaz Salgado: negócios, família e poder em Pernambuco (Século XVIII). **XVII Simpósio Nacional de História** - ANPUH Brasil, 2013.

⁵⁹⁸⁵ O português João Rodrigues Collaço formou-se em Direito e trabalhou como juiz de fora em Sesimbra. Uma vez no Brasil, fez longa carreira dentro da administração setecentista. As primeiras fontes apontam para o posto de capitão, depois registra-se que atuou como juiz de fora de Olinda e Recife, tendo acumulado nesta época o cargo de provedor da Fazenda Real. Sua última função foi a de ouvidor da Paraíba, onde faleceu sem descendentes. Referências: Arquivo Ultramarino de Lisboa - Conselho Ultramarino Brasil / Pernambuco. Documento: AHU_ACL_CU_015, Cx. 81, D. 6721; AHU_ACL_CU_015, Cx. 22, D. 2003; AHU_ACL_CU_015, Cx. 22, D. 2047; AHU_ACL_CU_015, Cx. 22, D. 2052; AHU_ACL_CU_015, Cx. 73, D. 6117; AHU_ACL_CU_015, Cx. 81, D. 6731; AHU_ACL_CU_015, Cx. 83, D. 6931; AHU_ACL_CU_015, Cx. 86, D. 7101; AHU_ACL_CU_015, Cx. 87, D. 7116; AHU_ACL_CU_015, Cx. 90, D. 7248; AHU_ACL_CU_015, Cx. 76, D. 6353; AHU_ACL_CU_015, Cx. 81, D. 6732; AHU_ACL_CU_015, Cx. 91, D. 7311; AHU_ACL_CU_015, Cx. 94, D. 7441; AHU_ACL_CU_015, Cx. 94, D. 7449; AHU_ACL_CU_015, Cx. 99, D. 7670; AHU_ACL_CU_015, Cx. 99, D. 7766; **Diário de Pernambuco**, 22 dez. 1874, p. 2.

⁵⁹⁸⁶ **Diário de Pernambuco**, 14 abr. 1894, p. 3.

⁵⁹⁸⁷ Seu casarão atualmente funciona como sede do Museu da Abolição, localizado na Rua Benfica, nº 1150, bairro da Madalena, Recife - PE, Brasil.

⁵⁹⁸⁸ Inventário de José Marcellino Rodrigues Collaço. Referência: IAHGP - Cx. 48.

⁵⁹⁸⁹ **A Província**, 9 ago. 1874, p. 3.

⁵⁹⁹⁰ Destacamos que mesmo somando diferentes cargos e assumindo outras profissões ao longo de sua trajetória, Felipe não abriu mão das aulas particulares. Encontramos seus anúncios a partir de 1836, e na década de 1860 ainda nos deparamos com propagandas de suas lições. **Diário de Pernambuco**, 07 nov. 1836, p. 4; **Diário de Pernambuco**, 05 nov. 1864, p. 8.

⁵⁹⁹¹ Integrando o corpo docente do *Colégio Pernambucano*: **Diário de Pernambuco**, 01 jul. 1841, p. 3. Lecionando no *Colégio Santa-Cruz*: **Diário de Pernambuco**, 25 abr. 1842, p. 3; **Diário de Pernambuco**, 2 mar. 1844, p. 4.

⁵⁹⁹² **Folhinha de Algibeira**. Pernambuco: Tipografia de M. F. de Faria, 1851. p. 185.

⁵⁹⁹³ **Diário de Pernambuco**, 18 ago. 1855, p. 2.

oferecer noções desta ciência⁵⁹⁹⁴. Estamos, portanto, diante de um professor multifacetado e arrojado, com interesse na propagação de novos ramos do conhecimento, provavelmente um dos primeiros a introduzir o ensino de Física na província de Pernambuco.

Unindo as competências de professor e de escritor⁵⁹⁹⁵, nosso personagem lançou os livros didáticos *Geometria para meninos* e *Aritmética prática para uso das escolas primárias de ambos os sexos*⁵⁹⁹⁶. Este último está arrolado num inventário da *Bibliothèque nationale de France* como obra rara. Consta entre os dez livros escritos na segunda metade do século XIX por um grupo de cinco autores, com conteúdo voltado ao ensino da matemática para brasileiros no ciclo das primeiras letras⁵⁹⁹⁷. Diante da evidenciada escassez de obras do gênero, e tendo alcançado a surpreendente marca de 16 edições, acreditamos que os conceitos e métodos do *Aritmética* tenham operado larga influência no ensino de matemática em Pernambuco e muito provavelmente para além desta província.

A lida com cálculos, com os, no seu dizer, "agentes da natureza e leis do mundo"⁵⁹⁹⁸ foi uma área para a qual Collaço se voltou além da docência, já que também atuou como engenheiro⁵⁹⁹⁹ e com agrimensura⁶⁰⁰⁰. Para exercer tais ofícios, nosso personagem, "que jamais saiu desta Província"⁶⁰⁰¹, provavelmente estudou Cálculo e Foronomia (Cinemática), Física, Desenho, cursos oferecidos pelo Liceu Pernambucano nos idos de 1837, quando Felipe consta como aluno da instituição⁶⁰⁰². Se permaneceu no educandário no início dos anos 1840, pode ter frequentado aulas de engenharia e arquitetura, qualificação profissional oferecida durante o governo de Francisco Rego Barros, o Barão da Boa Vista, responsável em Pernambuco pelo projeto conservador de política da reorganização do futuro: guia das obras de modernização do Recife e seus arredores.

Mas a formação de Collaço vai além. Ele ingressa na Faculdade de Direito⁶⁰⁰³ tardiamente, aos 32 anos, em 1848. Na época, esta Academia era um espaço reconhecidamente político⁶⁰⁰⁴, uma "escola preliminar de política partidária" no dizer de

⁵⁹⁹⁴ Anúncio do **Diário de Pernambuco**, 27 fev. 1844, p. 3.

⁵⁹⁹⁵ Também publicou os livros: *O Tesouro da Família Brasileira - enciclopédia dos conhecimentos indispensáveis na vida prática* (1880) e *O Conselheiro da Família Brasileira - enciclopédia dos conhecimentos indispensáveis à vida prática* (1883).

⁵⁹⁹⁶ COLLAÇO, Felipe Neri. **Aritmética prática para uso das escolas primárias de ambos os sexos**. 16^a ed. Pernambuco: Livraria Francesa, 1888. Disponível em: <http://www2.unifesp.br/centros/ghemat/images/stuffs/INVENTARIO/livros.htm>. Acesso em 29 de setembro de 2014.

⁵⁹⁹⁷ COSTA, David Antonio da. **A Aritmética Escolar no Ensino Primário Brasileiro: 1890-1946**. São Paulo, PUC: 2010. (Tese) Doutorado em Educação Matemática - Pontifícia Universidade Católica.

⁵⁹⁹⁸ **Diário de Pernambuco**, 27 fev. 1844, p. 3.

⁵⁹⁹⁹ Há uma mostra de seu envolvimento com engenharia: trata-se de planta proposta para o Mercado Público do Recife (Mercado de São José), a qual foi realizada em conjunto e está assinada por Collaço, Buarque de Macedo e William Martineau. Referência: APEJE - Iconografia / Fundo SSOMA (Obras Públicas). Pr. 737.

⁶⁰⁰⁰ Anúncio de seus serviços como agrimensurador: **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de Pernambuco**. Pernambuco: Tipografia de M. F. de Faria & Filho, 1860. p. 299; **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de Pernambuco**. Pernambuco: Tipografia de M. F. de Faria & Filho, 1861. p. 276. Oferecendo serviços como engenheiro cordeador, veja-se: **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de Pernambuco**. Pernambuco: Tipografia de M. F. de Faria & Filho, 1864. p. 103.

⁶⁰⁰¹ **A Província**, 26 set., 1874, p. 3.

⁶⁰⁰² MONTENEGRO, Olívio. **Memórias do Ginásio Pernambucano**. Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco, 1979p. 52.

⁶⁰⁰³ Realizou o curso entre 1848 e 1853. Arquivo DEMEC - Faculdade de Direito do Recife: Livros de Matrícula n. 42, n. 98, n. 130, n. 158, n. 159. Livro de Julgamento de Exames n. 43; Livro dos Registros dos Diplomas de Bacharel n. 539. Seu trabalho como advogado também foi registrado: **Diário de Pernambuco**, 2 set. 1879, p. 2.

⁶⁰⁰⁴ Neste ambiente estudaram nomes de projeção na governança local e nacional. Em Olinda se formaram: Eusébio de Queirós (1832), Sérgio Teixeira de Macedo (1832), José Bento da Cunha

Odilon Nestor, frequentado por indivíduos que miravam em carreiras que dependiam das dinâmicas dos partidos, na avaliação de Bevilaqua; além de ter seu período olindense designado como "fase política" por Gláucio Veiga. Neste ambiente, nosso personagem era um estudante apontado "por suas posições ortodoxamente antiliberais⁶⁰⁰⁵".

Ocorre que Collaço não só era um antiliberal, mas servia ao partido Conservador, pois consta que no ano anterior a seu ingresso no curso de Direito ele assumiu a chefia de redação do *Diário de Pernambuco*⁶⁰⁰⁶, órgão de imprensa que naqueles idos amplificava a voz dos guabirus. Este enlace com os conservadores ficou mais evidente quando acessei o resultado das eleições de 1868 para o conselho diretor do *Grêmio Pernambucano*, associação do partido, onde Felipe figura entre os candidatos junto a Pedro Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque (o Visconde de Camaragibe), João Alfredo Correia de Oliveira, Joaquim Machado Portela, José Bento da Cunha Figueiredo, Francisco do Rego Barros (o Conde da Boa Vista), Pedro Autran da Matta Albuquerque⁶⁰⁰⁷. Fica patente, então, que nosso personagem se relacionou com alguns dos maiores nomes da política pernambucana do século XIX.

Segundo a historiadora Marialva Barbosa, este foi um momento onde publicistas instrumentalizavam seu ofício para alçar colocação política (ou mesmo algum espaço na burocracia estatal) unindo-se a estadistas por meio de seus empregos nos veículos de imprensa. O objetivo era se associar às lideranças, tornar-se porta-voz delas e conquistar prestígio nos espaços de poder. A autora ainda soma a formação em Direito a estas conexões, pois além inserir o publicista num nicho político de maneira mais direta, a carta de bacharel em ciências sociais e jurídicas conferia nobilitação, perfazendo um marcador de acesso à elite, além de desenvolver o trato com a palavra escrita, exercício substancial para um publicista⁶⁰⁰⁸. Felipe obedeceu a esta dinâmica e atingiu sua expressão máxima: a candidatura política. Se lança candidato a deputado provincial nos anos de 1847 e 1851, mas nas duas ocasiões é derrotado⁶⁰⁰⁹.

Se nosso personagem não foi eleito, o fato de compor a malha de relações do partido Conservador rendeu cargos públicos e benefícios, especialmente do pós-Praieira até 1864, quando seus correligionários detiveram o poderio da administração pernambucana. Ainda que Felipe afirmasse não pertencer a qualquer parcialidade política⁶⁰¹⁰, a documentação evidencia que somente neste período ele ingressou e foi efetivado no Ginásio Pernambucano⁶⁰¹¹; teve dois de seus livros didáticos adotados para instituições públicas de

Figueirêdo (1833), Bernardo de Sousa Franco (1835), João Lins Cansanção de Sinimbu (1835), José Tomás Nabuco de Araújo (1835), Manuel de Holanda Cavalcanti de Albuquerque (1839), Antônio Coelho de Sá e Albuquerque (1842), Francisco Xavier Paes Barreto (1842), João Lustosa da Cunha Paranaguá (1846), Antonio Rangel Torres Bandeira (1848), Joaquim Pires Machado Portela (1849), Manuel Pinto de Sousa Dantas (1851). BEVILAQUA, Clóvis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. Edição comemorativa do sesquicentenário da instauração dos cursos jurídicos no Brasil (1827-1977). Instituto Nacional do Livro, 1977. pp. 48-109.

⁶⁰⁰⁵ VEIGA, Gláucio. **História das Ideias da Faculdade de Direito do Recife**. v. 4. Recife: Editora Universitária, 1981. p. 274.

⁶⁰⁰⁶ Onde tomou assento em 1847, dividindo a chefia de redação com Antonio Pedro de Figueiredo e Floriano Correia de Brito. NASCIMENTO, Luis do. **História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)**. v. 1. Recife: Editora Universidade Federal de Pernambuco, 1972. v. 1. p. 48.

⁶⁰⁰⁷ **O Conservador**, 22 ago. 1868, p. 2.

⁶⁰⁰⁸ BARBOSA, *op. cit.*, pp. 141-152.

⁶⁰⁰⁹ **Diário Novo**, 16 dez. 1847, p. 2; **Diário Novo**, 20 dez. 1847, p.1; **Diário de Pernambuco**, 31 out. 1851, p. 1.

⁶⁰¹⁰ **Diário de Pernambuco**, 13 mar. 1857, p. 2.

⁶⁰¹¹ **Diário de Pernambuco**, 18 ago. 1855, p. 2.

ensino da província⁶⁰¹²; foi nomeado agrimensor da municipalidade⁶⁰¹³; empregou-se intérprete do Tribunal do Comércio Provincial⁶⁰¹⁴; tornou-se engenheiro da Câmara do Recife⁶⁰¹⁵; e fundou sua tipografia, que firmou variados contratos de impressão para o governo⁶⁰¹⁶.

É necessário destacar que Collaço não atuou como publicista exclusivamente no *Diário de Pernambuco*, onde trabalhou por uma década. Talvez ele seja um dos maiores investidores da imprensa pernambucana do oitocentos, pois sob seus auspícios foram lançados dez jornais e uma revista ilustrada. Segundo esta pesquisa, entre 1849 e 1876, Felipe (sozinho ou em associação) publicou impressos de cunho literário, político, crítico, científico, religioso⁶⁰¹⁷, para instrução e recreio de mulheres⁶⁰¹⁸. Não por acaso, no *Relatório da 2ª Exposição Nacional de 1866*, foi adjetivado como um dos "dignos representantes de Guttemberg⁶⁰¹⁹" em Pernambuco, citado junto a Manoel Figueiroa de Faria, então proprietário do *Diário de Pernambuco*, e a José de Vasconcelos, responsável pelo *Jornal do Recife*.

Uma vez observando estes elementos da trajetória de Felipe, ainda que expostos de maneira resumida, tende-se a crer que ele gozava de prestígio e respeito em função de sua erudição, de uma "ilustre" ancestralidade, de transitar entre poderosos estadistas, de sua conexão com a elite política e intelectual. Ocorre que a despeito disso, o fato de ser um homem de cor destinou nosso personagem a um permanente desconforto social. Não exatamente o impediu de alcançar alguns locais de destaque, mas ostentar a cor do "defeito mecânico" funcionava como uma espécie de dispositivo de controle utilizado por seus adversários para deslegitimá-lo. Tal percepção foi possível em função dos espaços que Felipe ocupou na imprensa, os quais também serviram como palco para que ele atacasse e se defendesse nas contendas em fogo-cruzado.

Os enfrentamentos que Collaço protagonizava emergiam das mais diversas causas, podendo surgir a partir de opiniões (não requisitadas) sobre o método de uma cartilha vendida para o ensino de História, a críticas concernentes à administração provincial. *O Liberal Pernambucano*, *Diário de Pernambuco* e *A Província* são jornais que registram seu envolvimento em discórdias muitas vezes escandalosas, cheia de impropérios e miradas em ataques pessoais, daquelas bastante recorrentes na imprensa oitocentista. Destacaremos, pois, duas ocasiões que expõem os agravos sofridos por ele em razão de ser um homem de cor.

A primeira teve início em 1856, quando Felipe publicou críticas a uma alocução escrita e proferida por Antonio Vicente do Nascimento Feitosa, adjetivando-a de herética⁶⁰²⁰. A intriga se estendeu por meses, se deu com nosso personagem se pronunciando através do

⁶⁰¹² Adoção do *Aritmética prática para uso das escolas primárias de ambos os sexos*, em: **Diário de Pernambuco**, 2 ago. 1851, p. 2. Do "Geometria para meninos", consta: **Diário de Pernambuco**, 15 nov. 1851, p. 2.

⁶⁰¹³ **Diário de Pernambuco**, 2 mar. 1857, p. 2.

⁶⁰¹⁴ **Diário de Pernambuco**, 16 fev. 1852, p. 2.

⁶⁰¹⁵ **Diário de Pernambuco**, 8 ago. 1863, p. 1.

⁶⁰¹⁶ **Diário de Pernambuco**, 29 de ago. 1863, p. 1.

⁶⁰¹⁷ Durante a Questão Religiosa (1872-1875) o impresso católico *Caritas* serviu de plataforma para a causa de Dom Vital quando do assalto à tipografia d'*A União*, jornal oficial da causa do bispo de Olinda. PEDROZA, Alfredo Xavier. **Letras Católicas em Pernambuco**. Rio de Janeiro: Cruzada da Boa Imprensa, 1939. p. 91.

⁶⁰¹⁸ O *Recreio das Belas* (1849-1850), O *Jardim das Damas* (1852), O *Monitor das Famílias* (1859-1861), *Diário do Recife* (1860-1862), *A Verdade* (1861), O *Ramalhete* (1861), *Jornal das Damas* (1862), *Correio do Recife* (1865-1868), *Caritas* (jornal e revista ilustrada, 1874-1878), O *Homem* (1876). Eis o que conseguimos arrolar de títulos produzidos por Collaço.

⁶⁰¹⁹ REGO, Antonio José de Souza. **Relatório da 2ª Exposição Nacional de 1866**; publicado em virtude de ordem do ministro e secretário de estado dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas. Rio de Janeiro, 1866. p. 326.

⁶⁰²⁰ **Diário de Pernambuco**, 28 out. 1856, p. 2.

Diario de Pernambuco, ao tempo que os defensores de Nascimento Feitosa, então redator-chefe d'O *Liberal Pernambucano*, articulavam neste mesmo jornal. O desacerto extrapolou questões teológicas, enveredou por assuntos políticos, incluiu ofensas pessoais de ambos os lados.

Entre as afrontas lançadas contra Collaço, *O Liberal* insistia em caracterizá-lo como um homem rancoroso e cheio de invejas principalmente por sofrer preconceitos relacionados à sua cor; intolerância que o jornal fazia questão de reforçar:

O Sr. F.N.C., podendo pretender aos atrativos e considerações da bela sociedade, pelo grau que tem, e pela leitura que seu ofício de tradutor lhe facilita, mas encontrando sempre diante de si o preconceito que por muito tempo influirá sobre nossa sociedade, concentrou-se: sendo ele a *inveja personificada*, e não podendo ver sem afligir-se a elevação e vantagens dos outros, em ninguém reconhece capacidade nem virtude, e sempre que pode, morde de furto. Não é pois por inclinação, nem para ocupar-se dos livros que o Sr. F. N.C. vive na toca; mas sim porque ele teme passar por algum desgosto, pela mesma razão que dá em um de seus anúncios ou foguetes de hoje, isto é, porque o lugar dos *negros* é a cozinha ou o topo da escada.[...]

Assim, pois, é a inveja que rói o Sr. F. N. C., e essa inveja é alimentada pelo orgulho. Sua misantropia procede desse orgulho que se vê contrariado pelo preconceito social...⁶⁰²¹

Somente depois de meses sofrendo repetidos agravos relativos à sua condição de homem de cor, Felipe se manifestou sobre o assunto. Timidamente, publicou:

Não obstante ser uma nulidade, como muito bem diz meu *sábio* inimigo, não obstante ser repellido pela sociedade por causa de minha cor (ele é procurado pela sua. Que miserável!) no retiro em que voluntariamente vivo, tenho sido procurado por indivíduos e corporações para exercer lugares por muito desejados⁶⁰²².

Mas se neste caso Felipe responde à discriminação racial com certo embaraço, o mesmo não acontece quase 20 anos depois.

Consta que entre 1874 e 1875, ampliaram antigos desgastes entre nosso personagem, então professor de inglês do Ginásio Pernambucano, e Augusto Carneiro Monteiro, que ocupava o cargo de regedor interino da instituição. Ocorreu que após um acidente sofrido no seu sítio, em Beberibe, Felipe é aconselhado por médicos a repousar por meses, o que se desdobraria em pedido de licença das atividades no educandário. Por esta razão, ele passou a solicitar licenças e prorrogações, as quais nunca eram concedidas a contento, pois vinham defasadas no tempo requisitado ou no valor dos vencimentos.

Aborrecido com os resultados de seus requerimentos, se sentindo injustiçado com relação ao tratamento concedido a outros lentes, que obtinham os pedidos de afastamento a contento, e certamente tomado pelas tensões preexistentes entre ele e o regedor, Felipe passou a bradar na imprensa contra Monteiro. Mas também não poupou o então presidente da província, Henrique Pereira de Lucena, porque acusava os dois de transferir uma relação de compadrio, privada, para o ambiente público, atuando com troca de favores e pautando o caso dele, Collaço, na desforra.

Aparentemente em crise com o partido Conservador, nosso personagem utilizou para seus reclames o jornal liberal *A Província*, também crítico do governo Lucena. Pelo *Diario de Pernambuco* Monteiro contra-atacava. A pauta foi extrapolada, toda sorte de descortesias

⁶⁰²¹ *O Liberal Pernambucano*, 11 dez. 1856, p. 2.

⁶⁰²² *Diario de Pernambuco*, 13 mar. 1857, p. 2.

lançada, enveredando para o campo da moral e da discriminação racial. Mirando no tom de pele de Felipe, seus rivais publicaram:

Demais, fale-se com franqueza; posto que não se deva despreziar o homem pelo incidente de sua cor, a nossa sociedade repugna aceitá-lo para a educação, em que ele tenha de figurar o papel de pai, como repugna aceitá-lo para marido de filhas ou de irmãs.

Se não é assim, respondam os redatores da *Província*, os membros do diretório *liberal* se de bom grado anuiriam que o professor de inglês casasse com uma sua filha ou irmã, ou mesmo que passeasse em público de braço com sua mulher ou filha⁶⁰²³.

Quando Collaço volta das licenças, as quais somadas resultaram somente em seis meses, seu regresso foi estampado pelo *Diario* deste modo:

Venceu a razão e a lei. O professor de inglês do ginásio, Dr. Felipe Nery Collaço, abaixou a grimpa, humilhou-se sob o peso da verdade, obedeceu à sábia e prudente deliberação do seu superior - o regedor do ginásio, dando duas horas de lição diariamente, em vez de vinte mintos.

Ora, graças a Deus, desta vez a vaidade do professor de inglês, por despropositada que seja, não dirá que *venceu*. O Feitor Vicente⁶⁰²⁴.

Uma vez informando que o professor de inglês retornou ao trabalho de maneira forçosa, e subescrevendo a nota com a expressão "feitor", era à condição de escravo como queriam representar Felipe. Se ele não fosse, como apregoou Olívio Montenegro, "mulato, e dos bem escuros", os desacatos não seriam tão excruciantes.

As penas não estancaram e chegaram a uma medida bastante austera: o jubramento de Felipe do Ginásio, em abril de 1875. Uma das justificativas oficiais para o ato, subscrita por Lucena, era a de que se "pretendia retirar do professorado os homens de cor⁶⁰²⁵". Esta perda de cargo por motivações políticas e racistas não foi bem digerida por Collaço e atravessou o discurso das páginas d'*O Homem* (1876), lançado nove meses após.

Estampando em seu frontispício os ideias de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, nasce *O Homem*⁶⁰²⁶, que circulou semanalmente no Recife entre janeiro e março de 1876. Declarava que pugnaria pelos direitos constitucionais dos *homens de cor*⁶⁰²⁷ pernambucanos e que promoveria a união, a moralização e a instrução desta *classe*⁶⁰²⁸. Também vinha oferecer benigno acolhimento a qualquer cidadão que se sentisse acossado ou oprimido, não importando a posição social do ofensor ou do ofendido. Já no primeiro número, disparou:

Dirigimo-nos à *gente ignorante* dos pretensos descendentes do Cáucaso para que fiquem sabendo que não são em nada superiores a nós; dirigimo-nos à gente ignorante da classe dos homens de cor para que fiquem

⁶⁰²³ *Diario de Pernambuco*, 26 ago. 1874, p. 3.

⁶⁰²⁴ *Diario de Pernambuco*, 26 out. 1874, p. 3.

⁶⁰²⁵ *Diario de Pernambuco*, 29 abr. 1875, p. 3.

⁶⁰²⁶ Versam sobre este impresso: HOFFNAGEL, Marc Jay. "O Homem": raça e preconceito no Recife. *CLIO Série Arqueológica* (UFPE), Recife, v. 1, 1977; PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833- 1899)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

⁶⁰²⁷ No jornal, Felipe faz uso da expressão "homens de cor". Como se trata de uma denominação bastante ampla e fugidia, buscamos nos aproximar do que ele pensava quando utilizava o termo. Assim, atentamos para classificações utilizadas no impresso, onde há: "mulato", "pardo", "da raça mista", "os que não têm a pele alva", "fulinho", "de cor preta", "de cor vermelha". Vejamos que incluía os povos indígenas entre "seus" homens de cor.

⁶⁰²⁸ Expressão utilizada pelo jornal.

sabendo que não são em nada inferiores aos outros, pelo que pertence à natureza, pois esta é a mesma em todos. [...] Senhores da governança, continuais a proceder assim deslealmente para com a classe mais numerosa do país, para com a única que trabalha, a única que, a falar propriamente, produz; mas não vos queixeis depois das consequências que vossos atos possam ter⁶⁰²⁹.

Mas não somente protestou contra os agravos impostos às gentes de cor livres. *O Homem* também se levantou contra a escravidão. Neste sentido, denunciava castigos imoderados, insistia na ideia de que escravos e senhores eram indivíduos da mesma natureza, advogava em favor da abolição:

Os interessados na manutenção do *status quo* gritam, berram, ridicularizam, descompõem, (é felizmente só o que podem fazer), mas a despeito de todos esses meios merecedores de toda reprovação da parte dos homens imparciais e justos, a ideia nova, mais cedo ou mais tarde, ficará vitoriosa.

A escravidão desaparecerá do Brasil, e todos os brasileiros serão *realmente* iguais perante a lei qualquer que seja a cor de sua pele, porque essa cor nenhuma influencia tem relativamente aos talentos e virtudes que sós constituem toda a verdadeira nobreza na espécie humana.

Avante pois o Homem!

Sua missão é nobre, patriótica, humanitária, e diremos mesmo, sagrada⁶⁰³⁰.

O discurso audaz e as propostas arrojadas do jornal recém-nascido assombraram até mesmo integrantes da ala mais propensa a reformas entre os liberais, como José Mariano, dono d'*A Província*, que logo caracterizou *O Homem* como órgão desprovido de objetivo e gerador de discórdias, protestando assim: "Defenda as teses e os princípios que arvorou: mas não pregue *economia separada*, nem independência e revolta em favor dos que têm sido tão livres e considerados, como os da raça *caucasiana*⁶⁰³¹". *A União*, jornal católico de José Soriano de Souza, também apresentou suas queixas dizendo que *O Homem* era um jornal sem destino, já que não havia diferenças entre os indivíduos livres em função de cor, e que a ascensão de qualquer pessoa dependeria tão somente do mérito⁶⁰³².

Repercutindo as críticas, o jornal de Felipe reiterou que a classe mais numerosa e trabalhadora do país sofria sim com seus direitos vilipendiados, sem que vivessem em pé de igualdade com os "pretensos descendentes do Cáucaso", expressão que utilizou de modo travesso, já que seus censores haviam designado aqueles que não faziam parte do grupo das gentes de cor como "os da raça caucasiana". Sobre a acusação de que pregava desunião, asseverou que suas realizações se dariam dentro da órbita legal, sem motins, sedições, nem tumultos. Destacou também seu ideal de abolição, aqui considerado uma espécie de abolicionismo conservador, pois o desejo manifestado era o de que a liberdade se desse pelas rédeas do imperador, antes que operasse a mão convulsiva de algum especulador ante às massas populares irritadas⁶⁰³³.

O teor d'*O Homem* também inclui recortes biográficos de indivíduos de cor considerados ilustres; denúncias sobre injustiças cometidas pela administração provincial contra os tutelados pelo jornal (demissões arbitrárias, remoções, perseguições, apartamento de cargos públicos); textos sobre o sistema eleitoral em vigor; críticas ao quadro social

⁶⁰²⁹ *O Homem*, n. 1, pp. 1-3.

⁶⁰³⁰ *O Homem*, n. 4, p. 3.

⁶⁰³¹ *A Província*, 16 jan. 1876, p. 1.

⁶⁰³² *O Homem*, n. 3, p. 4.

⁶⁰³³ *O Homem*, n. 9, p. 1.

brasileiro; uma visão sobre os Estados Unidos pós-abolição; discussões acerca de raça, refutando, sem citar, o racismo científico tão em voga no Recife de então, fazendo uso das teses monogenista e poligenista a um só tempo.

Também traçou conexões entre o sistema escravista e a discriminação vivenciada pelas gentes de cor. Argumentava que além de a escravidão configurar um "atentado contra as leis da humanidade", a degradação dos cativos resultava no desprezo aos entes de cor livres. Felipe dirigiu *O Homem* como testemunha desta marca de sujeição, que atravessou e influenciou toda a sua trajetória.

Considerações finais

Felipe Neri Collaço nasceu abastado pelo dinheiro e pelo sobrenome, tornou-se um erudito versado em letras e em números, compôs a elite intelectual de sua província, circulou entre poderosos políticos do oitocentos pernambucano, mas esteve desacomodado socialmente em função de sua cor.

A trajetória deste personagem configura mais uma janela para a compreensão do caráter relacional da cor num Recife permeado pelo escravismo e pelo racismo. Episódios vivenciados por Collaço evidenciam que o fato de ele ostentar o tom do "defeito mecânico" funcionava como um expediente de deslegitimação utilizado como mecanismo de controle por seus adversários, quando estes intencionavam abatê-lo.

Aos 60 anos, publicista de proa, dono de tipografia, Felipe lança *O Homem* para falar em favor do grupo ao qual pertencia: as gentes de cor pernambucanas. A alta-roda conhecia seus predicados, mas o olhava de soslaio. Ser homem de cor era um estado sem perdão.

Este homem incendiário, com nome estampado em tantos jornais, presença saliente no oitocentos pernambucano, perdeu realce no tempo. Será que estar entre os conservadores, e sem ação insurreta no sobressaltado oitocentos pernambucano foram circunstâncias que contribuíram para seu apartamento entre nossos anais?

Em *Sobrados e mucambos* (1936) e em *Um engenheiro francês no Brasil* (1960), Gilberto Freyre apequena nosso personagem, citando-o como um caso modal, como mais um "mestiço hábil" entre tantos outros. Entendo que a trajetória de Collaço extrapola este enquadramento. É claro que não se trata de responsabilizar o prestigiado sociólogo pela ausência de Felipe na historiografia, apenas inferimos que caso Freyre, ao invés de amesquinhado, tivesse, por exemplo, elevado Collaço, talvez já tivéssemos maiores notícias sobre ele. Ainda em tempo, mesmo que de maneira breve, aqui registramos traços de sua historicidade ímpar.

REDE DE SOCIABILIDADE INTELCTUAL NA EXPERIÊNCIA DO CLUBE DE CINEMA DE FORTALEZA (1950 E 1960)

Raul Kennedy Gondim Pereira.⁶⁰³⁴

raulken1@hotmail.com

Resumo: O desenvolvimento das atividades de exibição, de debate e escrita crítica realizados no Clube de Cinema de Fortaleza(CCF), transformaram-no em instituição de legitimação e formação de sujeitos reconhecidos e autorizados para a crítica cinematográfica nos jornais

⁶⁰³⁴ Especialista em História do Brasil na Faculdade Tecnológica Darcy Ribeiro (FTDR). Mestrando em História Social na Universidade Federal do Ceará (UFC). Orientador: Prof. Dr. Jailson Pereira da Silva. Membro do Grupo de Pesquisa "História e documento: reflexões sobre fontes históricas", do Diretório dos Grupos de Pesquisa- CNPq, sob a coordenação do Professor Jailson Pereira da Silva (UFC).

de ampla circulação da cidade. É possível afirmar que os cineclubes revelaram-se espaços de vivência intelectual e de formação de uma massa crítica nas cidades brasileiras durante as décadas de 1940 a 1970. Muitos membros do CCF tornaram-se colaboradores de jornais comerciais, assinando colunas e páginas de crítica cinematográfica nos suplementos literários. A vivência de grupo no CCF forneceu os insumos aos críticos de cinema no período, não apenas em Fortaleza, o mesmo ocorrendo em muitas das grandes cidades do país. O objetivo do texto é discutir as relações entre o projeto de construção de uma "cultura cinematográfica" expressa na programação e nas atividades do CCF e a construção de uma ampla rede de sociabilidade intelectual que tornava pública suas atividades nas páginas e colunas de cinema, criando mecanismos tácitos de ingresso dos cineclubistas nas páginas dos jornais da cidade como o "Correio do Ceará", "Unitário", "Gazeta de Notícias" e "O Povo". A abordagem metodológica que se impõe ao historiador das experiências de paixão cinéfila em contextos cineclubistas obriga-o a cotejar fontes e maneiras muito diferentes de fazer história, que nesse caso inclui: arquivos pessoais, arquivos do CCF, especialmente programas, boletins, informativos e um conjunto de pastas de correspondências do CCF entre os anos de 1959 e 1974, além da pesquisa nos arquivos dos referidos periódicos. Somam-se entrevistas de história oral, na tentativa de aproximar-se de "gestos e comportamentos rituais da prática cineclubista, associando-os à cronologia dos acontecimentos políticos, econômicos, sociais e intelectuais" e do cinema em particular. Eis uma história do cinema na perspectiva do consumo organizado por setores letrados de Fortaleza.

Palavras-chave: Cineclubismo; Clube de Cinema de Fortaleza; redes de sociabilidade intelectual; cultura cinematográfica.

1. Introdução

A pesquisa sobre a constituição e desenvolvimento do movimento cineclubista em Fortaleza entre o final da década de 1940 e a década de 1960, impôs questões conceituais importantes que encontram uma primeira solução a partir do diálogo a obra de Maurice Agulhon dedicada a constituição dos chamados círculos burgueses na França pós-revolucionária dos séculos XVIII e XIX. Nesse sentido, a ideia de sociabilidade oriunda de estruturas formais de participação cultural e política foi adotada no intuito de explicar os desenvolvimentos das atividades no contexto cineclubista criado pelo Clube de Cinema de Fortaleza (CCF).

A apropriação das categorias de intelectual e de redes de sociabilidade de intelectuais, definidas por François Sirinelli, possibilitou uma primeira caracterização social do quadro de associados afiliados ao CCF. Nesse sentido, o termo intelectual é utilizado para designar os membros do CCF a partir de uma definição ampla do seu significado.

De acordo com Sirinelli, o termo "intelectual" carrega uma polissemia derivada das transformações ocorridas na sociedade francesa desde o século XIX, o que pode gerar imprecisão ou indefinição. A acepção mais ampla e sociocultural do termo englobando criadores e 'mediadores'⁶⁰³⁵ culturais é aquela que mais se aproxima da definição de intelectual aplicada aos sujeitos da pesquisa. Nessa primeira acepção o conjunto dos associados, estendida também aos frequentadores habituais não afiliados, ao CCF pode ser definida como intelectual, visto ser formado por professores, engenheiros, jornalistas e críticos de cinema e estudante secundários e universitários. Muitos dos quais assinando páginas e colunas de cinema em jornais locais. A conceituação de intelectual para esse sujeitos ganha pertinência na oposição existente em relação a boa parte da população brasileira e, especialmente, fortalezense, que era constituída de uma grande maioria de analfabetos.

⁶⁰³⁵ O termo mediador, nesse contexto, pode significar uma diminuição do papel do intelectual que não se encontra em posição dominante no campo de disputas simbólicas em dada realidade social. Portanto, é usado aqui com a ressalva de corresponder a esse significado.

A posição engajada dos cineclubistas em embates contra os abusos do circuito exibidor e distribuidor de filmes em nível local e nacional; em oposição ao comportamento de setores do público não “educados” para o consumo consciente de filmes de “qualidade”; em favor de uma política de difusão da cultura cinematográfica; contra a censura e outros fatores de impedimento do desenvolvimento do cinema no Brasil, os posiciona na definição mais estreita do significado de intelectual, a baseada na noção de engajamento político.⁶⁰³⁶

De forma semelhante, contribuíram as ideias de Jean Pierre Rioux sobre a associação (coletiva) em política. Ainda que o CCF não constitua um grupo de pressão política no estilo clássico de um partido, a organização no modelo de associação de cinéfilos interessados em criar um circuito paralelo de exibição cinematográfica faz aproximar as duas noções: sociabilidade e associação. A dimensão do associativismo é, dessa forma, destacada como elemento político e cultural na leitura sobre o CCF.

2. O Clube de Cinema de Fortaleza e sociabilidade intelectual

O CCF foi um cineclubista criado oficialmente em 28 de dezembro de 1948, data escolhida pelos sócios fundadores para homenagear as primeiras exposições do cinematógrafo dos irmãos Lumière, realizada no mesmo dia do ano 1895, em Paris. As primeiras sessões preparatórias de fundação do Clube de Cinema, de acordo com notícia veiculada pela imprensa local, reuniram o estudante e futuro professor de inglês do Instituto Brasil-Estados Unidos (IBEU) Darcy Xavier Costa (1923- 31 de julho de 1986), o poeta e professor da Faculdade de Direito Antônio Girão Barroso, o poeta Otacílio Colares e o advogado e o professor de Direito Aderbal Freire.⁶⁰³⁷ O grupo daqueles considerados membros fundadores do CCF, deliberou os princípios de constituição da entidade e as regras e critérios de participação dos futuros associados.

O modelo cineclubista é esboçado nas primeiras reuniões. Delibera-se a “realização de reunião quinzenal de estudos, inclusive para a crítica de filmes exibidos em Fortaleza”, planeja-se a produção de um boletim a ser publicado em um dos jornais da cidade. Dentre as medidas iniciais destaca-se aquilo que pode ser considerada a principal finalidade de um cineclubista: “possibilidade de serem passados filmes não comerciais para os sócios do Clube.”⁶⁰³⁸

Consagra-se o modelo descrito em Baecque da prática do cineclubismo e, especialmente da “cinefilia”, referente ao movimento cineclubista francês do período do pós-guerra. Os cineclubes são instituições orientadas por uma prática de cinefilia, “considerada como maneira de assistir aos filmes, falar dele e em seguida difundir esse discurso [...]”⁶⁰³⁹ A prática da cinefilia define a organização dos cineclubes e a eles é anterior.

3. Sociabilidade e cineclubismo

Eis o objeto da pesquisa desenvolvida atualmente no Mestrado em História da Universidade Federal do Ceará: o cineclubista CCF e suas atividades de sociabilidade, difusão de cultura cinematográfica e formação de uma cinefilia entre seus membros, entre as décadas de 1940 e início da década de 1970. De forma que se faz necessário explicar três termos, ou os problemas levantados inicialmente.

A sociabilidade gerada em torno da prática cineclubista surge desenvolve-se intimamente relacionada ao interesse pelo cinema do interesse por atividades de clubismo e sua decorrente instituição de uma sociabilidade “formal”. Adotando o modelo apresentado por Maurice Agulhon, em “El círculo Burguês”, define-se sociabilidade de forma

⁶⁰³⁶ SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jena- Pierre, SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história Cultural**. Lisboa, Portugal: Estampa, 1998.

⁶⁰³⁷ Primeira sessão preparatória do Clube de Cinema de Fortaleza. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 6 de dezembro 1948.

⁶⁰³⁸ *Ibidem*.

⁶⁰³⁹ BAECQUE, Antoine de. **Cinefilia: invenção de um olhar, história de uma cultura, 1944-1968**. São Paulo, Cosac Naify, 2010. p. 33.

específica, visto tratar-se a “sociabilidade se halla em la historia humana”, ou seja, “puede apreciarse de manera diferencial em el espacio y en el tiempo.”⁶⁰⁴⁰ . Dessa forma, interessa à pesquisa a sociabilidade particular desenvolvida no CCF⁶⁰⁴¹. Metodologicamente é necessário a definição do significado do termo sociabilidade para evitar uma noção demasiado ampliada e vaga que poderia incluir todas “las formas elementales de la vida colectiva...”⁶⁰⁴²

A frequência ao cinema é prática social que envolve uma dimensão de atividade coletiva, pela razão da sala de cinema, desde o início do desenvolvimento dessa indústria, ser um espaço de consumo coletivo de filmes. De tal maneira que a frequência ao cinema sempre envolve uma sociabilidade. É importante destacar que o conceito de sociabilidade nestes contextos “informais” adquire outra dimensão, que não compreende ao interesse da pesquisa, mas que numa espécie de desenvolvimento, relaciona-se com a prática cineclubista.

O CCF tem origem com o aumento das necessidades específicas, no proceso descrito por Agulhon de intensificação de interesses específicos dos mais variados grupos que se põem “em juego” a partir das relações interpessoais responsável pelo aumentando do nível de formalização que age para fortalecer suas organizações internas.⁶⁰⁴³

Ir ao cinema como uma atividade de lazer e divertimento exige pouco ou nenhum grau de organização por parte do público. Por outro lado, as transformações em torno da concepção do cinema como arte e forma de expressão “elevada” são impulsionadoras do processo de formação de “associações formais” organizadas a partir de “associações voluntárias”. De acordo com o Art. 2º o CCF era uma “[...] associação de fins não comerciais, tendo por objetivo principal a projeção de filmes em sessões privadas. Os cineclubes contribuem para o desenvolvimento da cultura, dos estudos históricos, da técnica e da arte cinematográfica, para o desenvolvimento dos intercâmbios culturais e cinematográficos entre os povos e o encorajamento do filme experimental”⁶⁰⁴⁴

A formalidade constituiu o aspecto central da sociabilidade criada em torno do CCF. Nessa acepção de associação formal que o termo sociabilidade será aplicado no estudo. Antes de avançar na tentativa de definição de cultura cinematográfica é preciso dizer que a associação, frequência e envolvimento pessoal nas atividades cineclubismo, compreendiam apenas um dos círculos sociais aos quais pertenciam sujeitos⁶⁰⁴⁵.

Da mesma forma que os sujeitos sociais possuem diversas esferas de atuação, o cineclubismo, no caso particular do CCF, como associação voluntária que passou por um processo de formalização progressivo, comportava uma ampla gama de finalidades. Aos já citados no Art. 2º, que se assemelha mais à uma definição de cineclubismo, somavam-se os do Art. 3º:

O CCF tem por finalidade: a) Defender o cinema brasileiro; b) divulgar as obras representativas da sétima arte; c) Divulgar a cultura cinematográfica entre o grande público e com seu esforço para a alta cultura fílmica; d) Proteger e

⁶⁰⁴⁰ AGULHON, Maurice. **El círculo burgés**. Seguido de **Uma pequena autobiografia intelectual**. Buenos Aires, Argentina: Siglo Veintiuno Editores, 2009. p. 33.

⁶⁰⁴¹ Sobre a dimensão das análises, tendo em vista a grande documentação exigida nesse tipo de pesquisa, o autor afirma: “Sin duda, sería mejor y más útil, a pesar del carácter a primeira vista restrictivo y parcial del proyecto, identificar instituciones o formas de sociabilidade *específicas* y hacer su estudio *concreto*.” *Ibidem*, p. 38.

⁶⁰⁴² *Ibidem*, p. 37.

⁶⁰⁴³ *Ibidem*, p. 39.

⁶⁰⁴⁴ **Estatuto do Clube de Cinema de Fortaleza**. Cartório Morais Correia, Fortaleza, Registro 00263, Livro A-1, fls, 512, em 20 de março de 1964. Grifo nosso.

⁶⁰⁴⁵ “[...] es justo decir que Cuvillier la menciona y señala lo esencial; la creación de asociaciones es un proceso de compilación social que permite al individuo ser no solo el hombre de su grupo natural único, sino un hombre ubicado en el cruce de los círculos sociales diversos, es decir puede elegir una personalidad y una independéncia.” AGULHON, *idem*, p. 41.

estimular o desenvolvimento do filme experimental; e) Impulsionar e auxiliar o cinema didático e educativo nos estabelecimentos de ensino do Estado; f) Colaborar com todos os cineclubes em prol do cinema; g) Defender o Cinema com Arte e como Linguagem. (Grifo nosso).⁶⁰⁴⁶

Observa-se a condição “multifuncional” do CCF, que assumia uma “pluralidade de funções” orbitando o consumo e, eventualmente, a produção de cinema amador. Os cineclubes surgiram “nitidamente em resposta a necessidades que o cinema comercial não atendia, num momento histórico preciso...” Nessas circunstâncias particulares é possível observar nos Estatutos aquilo que Macedo define com as três “leis” fundamentais do cineclubismo, quais sejam: a) são entidades sem fins lucrativos, b) com estrutura democrática e c) com um compromisso cultural.⁶⁰⁴⁷

Os estatutos foram registrados oficialmente no ano de 1964, cerca de quinze anos após início das atividades do CCF. Entretanto, a fase anterior ao registro era organizada formalmente por artigos de um estatuto escrito e difundido entre os membros da entidade, mas não formalizado em cartório. Em 12 de dezembro de 1959, o jornal “Unitário” publicava a seguinte nota convocatória: “Pelo presente edital ficam convocados todos os associados do Clube de Cinema de Fortaleza a se fazerem presentes à Assembléia Extraordinária, de acordo com a artigo 13, Capítulo IV dos Estatutos⁶⁰⁴⁸, a realizar-se na sede da entidade, [...] Ordem do dia: Reforma dos Estatutos. Darcy Costa – Presidente.”⁶⁰⁴⁹

Os artigos que regulam a prática cineclubista são anteriores ao registro oficial do Clube de Cinema. Por sua vez, o registro é anterior ao primeiro marco legal⁶⁰⁵⁰ que regula a prática cineclubista no Brasil, a Lei nº 5.536, de novembro de 1968. A referida lei estabelecia os critérios de censura às obras teatrais e cinematográficas no país. O Art. 5º, definia condições especiais de exibição das obras cinematográficas em cineclubes e cinematecas, locais que poderiam exibir as obras “em versão integral, apenas com censura classificatória de idade”. Parágrafo Único do Art. 5º da referida lei definia:

As cinematecas e cineclubes referidos neste artigo deverão constituir-se sob forma de sociedade civil, nos termos da legislação em vigor, e aplicar seus recursos, exclusivamente, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sendo-lhes vedada a distribuição de lucros, bonificações ou qualquer vantagem pecuniária a dirigentes mantenedores e associados.⁶⁰⁵¹

A censura e regulação da atividade cineclubista presente na referida lei é contemporânea ao momento de maior efervescência do movimento cineclubista brasileiro,

⁶⁰⁴⁶ **Estatuto do Clube de Cinema de Fortaleza.** *Idem.*

⁶⁰⁴⁷ MACEDO, Felipe. **O que é cineclube.** s/d. Disponível em <http://cineclubes.utopia.com.br/>. Último acesso em: 24 de novembro de 2015.

⁶⁰⁴⁸ Em maio e julho de 1962 foram feitas duas convocações para Assembleia Geral nas quais o artigo citado como regulador da estrutura decisória é art. 14. O mesmo artigo ficou registrado nos Estatutos dois anos depois. **Cineclubes Notícias**, Fortaleza, nº 1, 10 de maio de 1962, p. 3 e **Cineclubes Notícias**, Fortaleza, nº 3, 10 de julho de 1962, p. 3.

⁶⁰⁴⁹ Clube de cinema: edital de convocação. **Unitário**, Fortaleza, 12/12/1959. Cinema, p. 7.

⁶⁰⁵⁰ Dentre as proposições de implantação do Instituto Nacional de Cinema a partir dos trabalhos liderados por Flávio Tambellini no Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica Brasileira (Geicine), apresentado em 23 de agosto de 1963, destacou-se o estímulo ao funcionamento de entidades culturais de cinema. Não há no texto uma definição de cineclubes, entretanto, “O Geicine articulava-se com os cineclubes e as cinematecas de São Paulo e do Rio de Janeiro.” SIMIS, Anita. **Estado e cinema no Brasil.** São Paulo: Annablume; Fapesp; Itaú Cultural, 2008. p. 241.

⁶⁰⁵¹ BRASIL. Lei Nº 5.536, de 21 de novembro de 1968. Dispõe sobre a censura de obras teatrais e cinematográficas, cria o Conselho Superior de Cultura e dá outras providências. Brasília, 21 de Novembro de 1968.

ocorrido entre o final da década de 50 e início da década de 60. Esse período viu surgir uma série de importantes cineclubes, as cinematecas – Cinemateca Brasileira, em São Paulo e a Cinemateca do Museu de Arte Moderna no Rio de Janeiro (MAM-RJ). Além disso, entre o final dos anos 50 e início dos anos 60, o cineclubismo brasileiro organizava-se em torno de entidades federativas, indicativo da dinamização da atividade no país.⁶⁰⁵² É também o momento em que surgem as primeiras experiências de salas de cinema organizadas pelo público, com marco paradigmático o Cinema Payssandu. Iniciado em 1964, a experiência de cinema programada pela Cinemateca do MAM do Rio de Janeiro contava com os filmes da distribuidora Franco-Brasileira, marcou uma geração de cinéfilos e cineclubistas daquela cidade e do Brasil inteiro, a chamada “Geração Payssandu”.⁶⁰⁵³

No intuito de regular experiência do tipo do Cine Passaysandu, a lei nº 5536, conhecida como Lei da Censura, definia também a atuação de salas organizadas por entidades da sociedade civil dedicadas à exibição de filmes que são considerados de interesse “artístico” ou “educativo”. O Art. 6º definia:

A sala de exibição que haja sido registrada no Instituto Nacional do Cinema para explorar, exclusivamente filmes de reconhecido valor artístico, educativo e cultural, poderá exibi-los, em versão integral com censura apenas classificatória de idade, observada a proporcionalidade de filmes nacionais de acordo com as normas legais em vigor.⁶⁰⁵⁴

Poucos dias depois o Governo Ditatorial recrudesceria seus poderes de exceção com a promulgação do Ato Institucional Nº 5, de 13 de dezembro de 1968. O AI-5 aumentou a insegurança jurídica e política no país, tendo consequências diretas no desenvolvimento do movimento cineclubista a partir dali.⁶⁰⁵⁵ Aumentou consideravelmente o número de aposentadorias compulsórias, cassações e exílios. Além disso, aumentou o número de presos e torturados pelos agentes da Ditadura, que gozava de poderes imensos de repressão e censura.

Após a publicação do AI-5, houve um gradual esvaziamento do movimento cineclubista organizado no Conselho Nacional de Cineclube (CNC) e das federações regionais de cineclube, como por exemplo a Federação Norte Nordeste de Cineclubes (FNNCC)⁶⁰⁵⁶, que mantinha sua sede em Fortaleza. Isso não significa que o movimento cineclubista foi interrompido, alguns cineclubes continuaram ativos durante essa fase de repressão mais intensa. O CCF continuaria ativo entre 1968 até por volta de 1972, e participaria, após seu próprio movimento de rearticulação em 1973, da retomada do movimento por ocasião da VIII Jornada Nacional de Cineclubes de Curitiba, realizada em 1974.

Se por um lado, a Lei da Censura estabelece o marco jurídico que regula a prática cineclubista, por outro, a repressão e a censura aos cineclubes e a seu movimento não

⁶⁰⁵² GATTI, André Piero. Verbete Cineclubismo. *In.*: RAMOS, Fernão Pessoa; MIRANDA, Luiz Felipe A. (org.). **Enciclopédia do cinema brasileiro**. 2ª edição. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

⁶⁰⁵³ DURST, Rogério. **Geração Paissandu**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Prefeitura do Rio de Janeiro, 1996. p. 18.

⁶⁰⁵⁴ BRASIL. Lei Nº 5.536, *idem*.

⁶⁰⁵⁵ COSTA JR, Hélio Moreira. **O Onírico desacorrentado: o movimento cineclubista brasileiro (do engajamento estético à resistência política nos anos de chumbo – 1928 – 1988**. Tese de Doutorado em História Social. USP/ São Paulo, 2015. p. 141.

⁶⁰⁵⁶ A FNNCC, fundada em 1963 em encontro convocado pelo CCF e que reuniu em Fortaleza cineclubes de Manaus, Bélem, Teresina e João Pessoa e contou com a adesão do Clube de Cinema da Bahia (Walter da Silveira), foi transferida no início de 1973 para a cidade de Campina Grande, ficando a cargo do Departamento de Cinema do Museu de Artes da Fundação Universidade Regional do Nordeste, responsável a partir dali por continuar os trabalhos da FNNCC no esforço de reestruturação do Conselho Nacional de Cineclubes (CNC). Fonte: **Proposta oficial dos Cineclubes do Norte/Nordeste presentes à IV Jornada Nordestina de Curta-Metragem**. Salvador, 14 de setembro de 1973.

tardariam a se impor. O período entre 1968 e 1978 é a segunda fase da ação repressiva da Ditadura Militar instaurada em 1964, que estabelece como objetivo principal, reconhecido pelos contemporâneos e estudiosos, “reprimir o movimento de cultura como mobilizadora do radicalismo da classe média (principalmente dos estudantes). Nesse sentido, a Lei da Censura é a sistematização das regras sobre censura das obras teatrais, cinematográficas e ainda criava o Conselho Superior de Censura, que seria efetivamente implantado apenas em 1979.⁶⁰⁵⁷ Como afirmado anteriormente, o resultado foi a desarticulação do movimento reunido em torno do CNC e das Jornadas Nacionais de Cineclubes. Isso porque certamente eram incluídos pelas forças repressivas da Ditadura Militar como realizados por agentes de radicalização, especialmente de setores da juventude da classe média.

O movimento cineclubista experimentara uma progressiva politização de temas e ações que ocorria desde o período do governo Goulart. O temário da VII Jornada Nacional de Cineclubes, ocorrida em Brasília no início de 1968 (a última antes da interrupção das atividades), apesar dos diferentes posicionamentos dos cineclubistas e de suas entidades, não estava restrito a embates estéticos, como era comum nas Assembleias do Conselho Nacional de Cineclubes. Aconteceram manifestações contra a censura e o autoritarismo do governo, num clima que refletia as tensões políticas do momento vivido pelo país. De acordo com o relato de um dos participantes, houve inclusive discursos que conclamaram a luta direta contra a ditadura.⁶⁰⁵⁸

4. O cineclubista e a cidade

Recuando um pouco no tempo da pesquisa, é possível observar, como indica Anderson de Sousa Silva sobre o meio intelectual e artístico em Fortaleza das décadas de 1940 e 1970, a existência de um “[...] universo de associações, clubes e organizações coletivas similares que foram sendo difundidas” nesse período.⁶⁰⁵⁹ Um exemplo citado por Anderson Silva, a Sociedade Pro Arte⁶⁰⁶⁰, que de acordo com matéria assinada por Antônio Girão Barroso no jornal “Correio do Ceará” de 1948, cumpria o papel de “revitalizar a música entre nós”, através do “exclusivo (do) esforço e (da) dedicação de uns poucos...” A existência de tais entidades é indicativo de uma dinâmica mais ampla de associação em torno de práticas culturais em Fortaleza entre as décadas de 1940 e 1970.

Por outro lado, é importante observar que o movimento cineclubista é formado por uma dinâmica nacional de valorização do cinema como atividade artística que fez difundir essa prática em vastas partes do território brasileiro. É possível reconhecer claramente no movimento cineclubista brasileiro iniciado na década de 1940, marcas do movimento que fora “redinamizado” na França após o período de ocupação nazista.

Como afirma Galvão, o cineclubismo é um fenômeno de dimensão intercontinental, exatamente porque “o pós-guerra é realmente um momento de reafirmação do cinema no

⁶⁰⁵⁷ NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 100-101.

⁶⁰⁵⁸ COSTA JR. *Idem*. p. 138.

⁶⁰⁵⁹ SILVA, Anderson de Sousa. **O Salão de Abril em dois tempos: Sociedade Cearense de Artes Plásticas (SCAP) e Prefeitura Municipal de Fortaleza (1944- 1970)**. Dissertação de Mestrado em História Social. UFC/ Fortaleza, 2015. p. 48.

⁶⁰⁶⁰ Em 1953, a Sociedade Pró-Arte aparece como parceira do Clube de Cinema de Fortaleza na realização da Semana de Cinema, ocorrida entre 20 e 25 de setembro daquele ano. Nessa ocasião foram exibidos os filmes “A bela e a fera”, de Jean Cocteau, “A carreta fantasma”, de Julien Duvivier, “Grandes esperanças”, de David Lean, “A paixão de Jeanne D’Arc”, de Carl Dreyer, apresentado como a grande atração do programa, “Fantasie”, de Norman Mc Laren e Loons’s Necklace, Radford Crawley. Além dos filmes, foi apresentada uma conferência com o título: “Humanismo cinematográfico: psicologia da imagem e dialética do cinema”, pelo frei Pedro Secondí. Programa da Semana de Cinema. **Panfleto do Clube de Cinema de Fortaleza**. Fortaleza, setembro de 1953.

mundo todo, sobretudo de um cinema entendido como forma de participação, contraposto ao mero cinema-divertimento.”⁶⁰⁶¹

Todavia, foi o clima de agitação cultural e usual adoção do modelo de associação em cultura e dinâmica associativa em âmbito local que em que devinha o aparecimento e desenvolvimento do cineclubismo em Fortaleza. O jornalista e ex-cineclubista, Antônio Frota Neto oferece um rica descrição daquele momento:

Os clubes para os associados. O Cinema para todo mundo. Todo mundo ia ao cinema, todo mundo ia ver filme, uma paisagem cultural de entretenimento que pode se chocar quando comparado à paisagem de entretenimento/cultural de hoje [...]. Houve um período de intensa cultura clubista em todo o Brasil. Como todo o Brasil provinciano, inclusive os brasis do sul, Fortaleza tinha sua vida social, cultural e de entretenimento centralizada nos clubes, cujas denominações já indicando que indo da segmentação econômico-social até mesmo dos municípios de origem dos chegantes do interior. E teve assim que o clubismo da sociedade e das entidades de classe também atingiu em seu ativismo o universo estudantil secundarista, numa cidade ainda engatinhando seus alguns poucos cursos universitários. Foi o Inspetor da Seccional do Ministério de Educação Lauro de Oliveira Lima quem disseminou o clubismo pelos ginásios e colégios de Fortaleza. (Grifo nosso).⁶⁰⁶²

No incipiente processo de modernização de Fortaleza de meados do século XX⁶⁰⁶³, o clubismo era a principal forma de recreação e encontro de amplos setores da sociedade. A prática de associação clubista manteve-se como principal *locus* dinamizador da cultura até a década de 1970. Esse movimento não dizia respeito apenas aos clubes sociais, com sede e infraestrutura para os associados, como o caso de *Náutico, Iate, Clube dos Diários, Círculo Militar, Country Club* etc.⁶⁰⁶⁴ Nas palavras de Frota Neto, os clubes eram os espaços das atividades culturais, recreativas e de entretenimento de toda a cidade nos anos 60 e 70. Clubes de Astronomia, Xadrez, dos estudantes universitários e secundaristas, de cinema, de fotografia, literatura etc.

Observando o quadro descrito anteriormente, seria interessante analisar a primeira experiência do Clube de Cinema de São Paulo, e do posterior desenvolvimento do cineclubismo no Brasil após o fim do período ditatorial do Estado Novo até o final dos anos 1960, à luz das observações conceituais de Maurície Agulhon sobre o desenvolvimento dos “círculos burgueses” na França do século XIX. A ideia de vitalidade das formas associativas formais seria um bom indicativo da sociabilidade geral da coletividade humana, ou de uma

⁶⁰⁶¹ GALVÃO, Maria Rita. *Burguesia e cinema: o caso Vera Cruz*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. (Cinebiblioteca Embrafilme). p. 40.

⁶⁰⁶² O texto **Clube de Cinema de Fortaleza**- Para o mestrando Raul Gondim (2015), foi escrito por Antônio Frota Neto como resposta à perguntas feitas por mim e enviadas por email sobre sua participação no CCF. Jornalista, professor universitário, doutor em administração e cineclubista nos anos de 1960. Frota Neto foi eleito presidente do CCF para o biênio de 1968 e 1969. Assumiu a presidência em 20 de dezembro de 1967. Sua primeira medida foi a mudança do nome da entidade para “Clube de Cinema de Fortaleza Darcy Costa”, uma homenagem ao sócio fundador e principal articulista do CCF. Atualmente mora fora do Brasil e gentilmente colaborou com a pesquisa escrevendo o referido texto sobre sua participação no movimento cineclubista.

⁶⁰⁶³ Renato Ortiz aponta as décadas de 40 e 50 como o momento de surgimento de uma incipiente sociedade de consumo de bens da indústria cultural no Brasil. ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira: Cultura Brasileira e Indústria Cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2001. p. 77.

⁶⁰⁶⁴ FREITAS, Mirtes. **A cidade dos clubes: modernidade e Glamour na Fortaleza de 1950- 1970**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.

sociedade particular, de tal forma que seriam também pressupostos do nível de liberdade política e associativa.⁶⁰⁶⁵

Fundado em agosto de 1940, no período do Estado Novo, por Paulo Emílio Sales Gomes, Décio de Almeida Prado, Lourival Gomes Machado e Cícero Cristiano de Souza, o Clube de Cinema de São Paulo (primeiro), na Faculdade de Filosofia, tem vida curta, realizando apenas duas sessões públicas e três a convite. Desaparece logo no ano seguinte, em 1941, fechado pelo Departamento Estadual de Imprensa Propaganda (DEIP), que impõe forte censura e repressão à todas às atividades consideradas subversivas. “Este clube, de pouca duração, apresentou cerca de dez exposições de filmes clássicos e provocou debates com a participação de nomes importantes. Antes da fundação do clube eram apresentadas sessões de clássicos a grupos intelectuais na residência de Paulo Emílio Sales Gomes e, após a proibição do clube, nas residências de Sales Gomes e Lourival Gomes.”⁶⁰⁶⁶

Para Ruy Coelho, o Clube de Cinema de São Paulo teve, “por jovens”, uma ampliação indevida de suas reais dimensões. “De fato, não existia uma entidade definida que se chamasse Clube de Cinema.” Não tinha estatutos registrados e não poderia tê-los visto que o Estado Novo de Getúlio Vargas não permitiria aquele tipo de associação e reunião.⁶⁰⁶⁷ O trecho na sequência da citação acima, indica a presença de algumas características do modelo cineclubista difundido no Brasil a partir da segunda metade da década de 1940, não por mera coincidência após o fim Ditadura do Estado Novo: “Não se sabia quem era membro e quem não era. Cotizávamos as despesas para obtenção de um filme [...] As sessões tinham lugar no Salão Nobre da Faculdade de Filosofia terceiro andar da Escola Normal da Praça da República ou em qualquer outro recinto [...] Os filmes eram disponíveis em empresas comerciais que os alugavam. Perfaziam no máximo vinte títulos, se não me falha a memória, e, escusa dizer, eram todos silenciosos.”⁶⁰⁶⁸

O exemplo anterior sugere a validade do pressuposto segundo o qual as condições de liberdade e livre associação favorecem o surgimento de entidades de natureza civil que reúnem interessados em questões específicas e até mesmo o surgimento de partidos políticos. No caso do cineclubismo não foi diferente. A primeira experiência do Clube de Cinema de São Paulo logo seria proibida pelo governo ditatorial do Estado Novo. Por sua vez, a organização do cinemaclubismo em torno de um movimento, através do CNC e das Jornadas Nacionais de Cineclube, também seriam proibidas e reprimidas pelo governo ditatorial estabelecido em 1964.

Nesse sentido, o conceito de cineclube adotado na pesquisa assemelha-se a compreensão de Correia Júnior acerca das atividades desses e das cinematecas. É uma prática, sobretudo, *política*. Porque marcada pela *cor democrática* das atividades dessas entidades, que foram realizadas por diferentes setores da sociedade. Mesmo levando em conta a dependência com relação indústria cinematográfica no que diz respeito ao acesso de projetores e filmes.⁶⁰⁶⁹ Tal aspecto não escapou à compreensão dos órgãos repressores da

⁶⁰⁶⁵ AGULHON, *idem*. p. 39.

⁶⁰⁶⁶ ANDRADE, Rudá de Andrade. **Cronologia da Cultura Cinematográfica no Brasil**. São Paulo: Fundação Cinemateca Brasileira. 1962. Cadernos da Cinemateca. P. 9-10. A repressão às atividades culturais durante o Estado Novo foi atributo do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) e das sessões estaduais desse órgão de repressão e propaganda, os Deips (Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda). Fundado por decreto presidencial em 27 de dezembro de 1939. Sobre esse episódio, Simis, *ibidem*, p. 63, afirma: “A atuação repressiva desses órgãos pode ser exemplificada pelo Deip de São Paulo que fechou o primeiro Clube de Cinema de São Paulo montado por Paulo Emílio Sales Gomes.”

⁶⁰⁶⁷ COELHO, Ruy. Ouvir Paulo Emílio. In: CALIL, Carlos Augusto e MACHADO, Maria Teresa. (Org.). **Paulo Emílio um intelectual na linha de frente**. São Paulo: Brasiliense; Rio de Janeiro: EMBRAFILME, 1986. p. 114.

⁶⁰⁶⁸ COELHO, *idem*. p. 114.

⁶⁰⁶⁹ CORREIA JÚNIOR, Fausto Douglas. **A Cinemateca Brasileira: Das luzes aos anos de chumbo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010. p. 18.

Ditadura Estado Novistas e, quando da consolidação do movimento, das forças repressivas da Ditadura Militar instalada em 1964.

Outra vez há uma interlocução com os resultados da pesquisa de Agulhon. No capítulo intitulado “Círculo y cultura”, o autor aponta o aspecto político das reuniões dos “círculos burgueses”, que também não passara despercebido pelos juristas do Primeiro Império Francês (AGULHON, 2009. p. 119).⁶⁰⁷⁰

No caso do CCF, malgrado as afirmativas da maioria dos entrevistados durante a pesquisa, e do próprio Estatuto a definir no Art. 2º: “O CCF é uma entidade completamente alheia a tãda e qualquer manifestação de caráter político, filantrópico, racial ou religioso”, o CCF sempre estruturou-se como espaço de debates, de liberdade de expressão e opinião, de disputas internas e, elemento central, de reunião. Em resumo, o CCF representava um espaço de práticas e disputas políticas internas e externas. Reforçando a tese apresentada, faz-se importante desatacar ainda, que a instituição possuía estrutura democrática de eleições e decisões coletivas.

Feito todas as observações anteriores, retornamos ao diálogo com a obra de Renato Ortiz, que tomamos como referência sobre o período de desenvolvimento das atividades do CCF. Afirma esse autor: “O historiador da cultura que um dia tiver a oportunidade de se debruçar sobre o período que vai de 1945 e 1964 decididamente não deixará de notar que se trata de um momento de grande efervescência e criatividade cultural.” Numa período histórico que concentrou variadas expressões culturais, tais como a bossa nova, o cinema novo o tropicalismo. “O Brasil desses anos realmente vive um processo de renovação cultural.”⁶⁰⁷¹

É possível perceber que esse período corresponde a uma das raras experiências democráticas no país e, “... poderíamos acrescentar que entre 1964 e 1968, apesar do golpe militar, o espaço de liberdade de expressão continuou a vigorar por um tempo a mais, uma vez que o Estado autoritário, no início, se voltou para a repressão dos sindicatos e das forças políticas que lhes eram adversas, só depois é que o AI-5 estendeu suas presas sobre a esfera cultural.”⁶⁰⁷²

A explicação de ordem política é importante para compreensão das transformações do período, mas não são suficientes. Concordamos com Ortiz sobre a necessidade buscar causas estruturais para entendê-las. A primeira questão diz respeito ao processo de formação de um público para os produtos da indústria cultural e ao perfil político e econômico das plateias para os produtos oferecidos. Nas palavras de Ortiz, “uma plateia que deve responder aos apelos, seja da ostentação burguesa, do nacionalismo classe média, ou revolucionário das classes populares [...] as classes médias possibilitaram o substrato para o florescimento da própria arte teatral no Brasil”, o que se aplica as outras artes também.

Por sua vez, Roberto Schwarz ao analisar a efervescência dos anos 60, caracteriza impressionantemente esse público formado por estudantes, artistas, jornalistas, arquitetos, sociólogos, economistas, parte do clero, e de esquerda, ‘numerosos a ponto de formar um bom mercado que produz para o mercado próprio. As produções culturais encontram, portanto, no período considerado um público urbano que não existia anteriormente, formado pelas camadas mais escolarizadas da sociedade.’⁶⁰⁷³

⁶⁰⁷⁰ AGULHON, *idem*. p. 119.

⁶⁰⁷¹ ORTIZ, *idem*, p. 101.

⁶⁰⁷² “Torturados e longamente presos foram somente aqueles que haviam organizado o contato com operários, camponeses, marinheiros e soldados. Cortadas naquela ocasião as pontes entre o movimento entre o movimento cultural e as massas, o governo Castelo Branco não impediu a circulação teórica e artística do ideário esquerdista, que embora em área restrita floresceu extraordinariamente. Com altos e baixos altos e baixos esta solução de habilidade durou até 68, quando uma nova massa havia surgido, capaz de dar força material à ideologia: os estudantes, organizados em semi-clandestinidade” (sic). SCHWARZ, R. Cultura e política, 1964-1969. In: **O pai de família e outros estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

⁶⁰⁷³ ORTIZ, *idem*, p.103-104.

É possível aproximar o perfil do público participante das atividades do CCF, especialmente os associados e aqueles a quem pude entrevistar, como sendo composto por pessoas da classe média, com uma parte significativa de jovens universitários e secundaristas que além de dinheiro, dispunham de tempo para participar das atividades clubistas. Recorrendo a entrevista a partir de meio eletrônico com o escritor e ex-cineclubista Frota Neto, é possível definir tal público como sendo formado por uma crescente comunidade de jovens estudantes universitários e por “jovens senhores”.

A definição do público feita pelo escritor e ex-cineclubista Frota Neto, apresenta aspectos muito interessantes sobre o perfil socioeconômico dos membros e frequentadores do Clube de Cinema. Em suas palavras:

Num país de aceleradas mutações como o Brasil tem sido dos anos 60 para cá, me acode sempre que vou tratar do ‘nos meus tempos’ que tomar a precaução de tentar fazer um ligeiro ‘rascunho’ do Brasil de então, e um dos pontos focais é o “era como” da nossa demografia e alguns dos seus aspectos. Aqui talvez importe em singularizar a estrutura etária de nossa população (o Brasil era um ‘país jovem’), e, dentro dela, a distribuição da (simbolizadas aqui pelas classes sociais, em que a “classe média” apenas a emergir, e a proporção que então havia de universitários. O Brasil de hoje ‘é bem mais velho’ e sua população universitária agigantou-se nos últimos anos. O perfil dos associados do CCF da minha época era, em sua maioria, de adultos-jovens e jovens senhores. Nenhuma exigência ou restrição feita para alguém se tornar sócio. Ser membro do CCF tinha, sim, algum colorido de intelectualismo, mas não de elitismo. Numa tentativa de apreensão do mundo social e político dos jovens adultos de Fortaleza de então havia o mundo dos clubes sociais (infelizmente só uns poucos sobreviventes) enquanto o mundo estudantil era capilar em uns poucos cursos / alunos universitários. (Grifos no original).⁶⁰⁷⁴

Que posições econômicas e sociais ocupavam esses “jovens senhores”? Sobre o perfil do público, Darcy Costa afirmou em entrevista realizada cerca de dez anos após o encerramento do CCF, ter-se constituído um corpo eclético, mas especialmente formado por aquilo que classificava como intelectuais e por críticos de cinema, formadores do núcleo original da entidade.⁶⁰⁷⁵ Eram engenheiros civis, professores, um grupo expressivo de jornalistas, advogados, fotógrafos e de profissionais de outras atividades associadas aos setores médios da população urbana brasileira do período. Havia profissionais liberais, assim como funcionários públicos e empregados de empresas privadas.

No CCF, configura-se paulatinamente a atuação do grupo de intelectuais de uma instituição marcada pelo debate, pela crítica e por posições políticas em defesa do cinema. É possível observar que a partir da década de 1960, atitudes e expressões que marcam uma defesa mais clara do cinema brasileiro. Como dito anteriormente, tais aspectos posicionam o grupo nos debates e engajamentos do período, que compreendem questões que extrapolam o campo da apreciação cinematográfica.

De maneira ainda vacilante, pode-se definir o perfil político do Clube, apesar de reconhecida heterogeneidade, a partir das posições elaboradas por Schwarz, segunda as quais o campo cultural brasileiro no período compreendido entre o final da década de 1950 e os

⁶⁰⁷⁴ Entrevista por meio eletrônico do autor com Antônio Frota Neto. Fortaleza/? Novembro de 2015.

⁶⁰⁷⁵ COSTA, Darcy. **Entrevista Programa Opinião**. Rádio Universitária de Fortaleza, Fortaleza, 17 de outubro de 1985. arquivo de áudio na internet: <http://www.radiouniversitariafm.com.br/memoria/208-cineclubismo-no-ceara>. Último acesso em junho de 2013.

primeiros anos do governo militar, seria hegemonicamente dominado pela ideologia de esquerda. “[...] para surpresa de todos, a presença cultural da esquerda não foi liquidada naquela data (abril de 1964), e mais, de lá para cá não parou de crescer.”⁶⁰⁷⁶ Domínio ligados à produção ideológica, tais como estudantes, artistas, jornalistas, parte dos sociólogos, economistas e parte do clero.

O boletim “Cineclube Notícias”⁶⁰⁷⁷, de 10 de julho de 1962, um dos pequenos materiais produzidos pelo CCF para a difusão de suas ideias e opiniões, trazia em sua primeira página texto assinado por Darcy Costa, intitulado “Do Novo Cinema Brasileiro”. No texto podemos ler um claro posicionamento político que inter-relaciona a produção do cinema brasileiro e esperanças de transformações no plano da economia do cinema. Vejamos:

Não parece mais haver dúvida quanto à existência de um novo cinema brasileiro. Ele aí está, não só em “O Pagador de Promessas” ... “Os cafajestes” ... “Mulheres e milhões” ... [...]

O Novo Cinema Brasileiro, nestes princípios heroico, está bem representado, não só em filmes de enredo como na curta-metragem documental. Na longa-metragem de ficção há o “Barra Vento” de Glauber Rocha, “A Grande Feira” de Roberto Pires, ambos da Bahia, e ainda “Cidade Ameaçada” de Roberto Farias. Na curta-metragem, seja documental ou de ficção, temos “Arraial do Cabo”, de Paulo C. Saraceni, e “Couro de Gato”, de Joaquim Pedro de Andrade [...]

O que falta ao novo cinema nacional é garantia real de distribuição, que beneficie aos seus realizadores, com o indispensável retorno de capital, e o torne conhecido de nossas plateias, que de cinema brasileiro só conhece as chanchadas carnavalescas e os cine-jornais (sic) de matéria paga.⁶⁰⁷⁸

A visita do cineasta Joaquim Pedro de Andrade, figura ligada ao projeto cultural do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e considerado um dos fundadores do movimento do Cinema Novo, parece aproximar as esperanças políticas para o cinema com as esperanças daquele com os rumos do governo do presidente João Goulart. No boletim seguinte, de 10 de agosto de 1962, é possível entrever essas conexões:

O Clube de Cinema de Fortaleza recebeu a visita de Joaquim Pedro de Andrade e esposa, por ocasião de sua exibição do dia 22.7.62. JP é homem de Cinema dos mais destacados, tendo seu filme, “Couro de Gato”, merecido diploma especial em Oberhausen (Alemanha) e o 1º PRÊMIO DE CURTA METRAGEM em SESTRI-LEVANTE (Itália). O filme será exibido comercialmente como um dos episódios de “CINCO VEZES FAVELA”, realizado com mais 4 jovens diretores. Recepcionado efusivamente pelos cine-clubistas cearenses, JP não regateou elogios ao movimento de cultura cinematográfica desenvolvido pelo CCCF. Após

⁶⁰⁷⁶ SCHWARZ, *idem*, 62.

⁶⁰⁷⁷ Na fase de pesquisa foram encontrados os quatro primeiros números do boletim “cineclube”, publicados entre 10 de maio e 10 de agosto de 1962. Em folha tamanho ofício, em frente e verso e tinha duas folhas. Em papel com timbre colorido do CCF, o texto era impresso de forma simples. Não há informações sobre a tiragem, mas é provável que fosse muito reduzida em se tratando de um material para afiliados e de divulgação para outros cineclubes. Somava-se para tal o problema dos custos envolvidos na confecção do material. É possível que a impressão fosse feita em mimeógrafo, como a maioria do material produzido pela entidade. As cópias encontradas estão localizadas nos arquivos da Casa Amarela de Cinema e Vídeo-UFC e na coleção particular do pesquisador Ary B. Leite.

⁶⁰⁷⁸ COSTA, Darcy. Do Novo Cinema Brasileiro. **Cineclube Notícias**, Fortaleza, ano I, Nº 3, 10 de julho de 1962. p. 1.

breve apresentação do cineasta pelo Sr. Darcy Costa, JP respondeu às perguntas formuladas pelos presentes. Concluindo, o jovem Diretor deixou patente sua fé no novo cinema Nacional e no Governo Brasileiro, que com o recente sucesso alcançado por “O Pagador de Promessas” de Anselmo Duarte e “COURO DE GATO”, não deixará por certo de amparar os realizadores de real talento e de propósitos honestos, que formam o atual movimento de renovação cinematográfica do nosso país.⁶⁰⁷⁹

A complexidade do fenômeno do cineclubismo abarca relações de ordem política e ideológica imbricadas com posicionamentos de natureza estética. Podemos observar, por exemplo, que reconhecimento do Cinema Novo brasileiro ocorre inicialmente no âmbito do circuito cineclubista. Os diretores, em sua maioria, são oriundos do movimento, como o emblemático caso do membro do Clube de Cinema da Bahia, Glauber Rocha. Por sua vez, o já referido clima de agitação do início dos anos 60 se manifesta inclusive em associações como o CCF. As práticas do debate, do estudo, da crítica, de eleições em todos participavam certamente contribuíram na formação de uma geração que reagirá das mais diversas formas ao autoritarismo e à violência da Ditadura Militar.

A TRILOGIA DO KAOS DE JORGE MAUTNER: FICCIONAMENTOS, IDEOLOGIAS E RUÍNA DAS IDENTIDADES (1956-1965)

Reginaldo Sousa Chaves⁶⁰⁸⁰
reginaldofpi@hotmail.com

Resumo: Nosso objetivo é realizar uma leitura histórica do conjunto ficcional *Trilogia do Kaos* de Jorge Mautner. Escrita entre o final dos anos cinquenta e início dos sessenta ela é formada pelos seguintes volumes: *Deus da Chuva e da Morte* (1962), *Kaos* (1963) e *Narciso em Tarde Cinza* (1965). Situando Jorge Mautner no período de gestação e publicação dos seus textos buscaremos articular nossa interpretação a partir do cenário das artes do período que estava dividido entre várias posições político-artísticas: cepecistas, vanguardistas, beat-surrealistas, etc. Discutiremos como uma escritura fragmentária - que não se constitui propriamente como uma “obra” mas como “canteiro de obras” – abre espaço para uma disseminação de máscaras ideológicas e estéticas que coloca em suspensão e suspeição as diversas posições de sujeito dos literatos que produziram nesse recorte temporal. Os ficcionamentos de Mautner apontam, do mesmo modo, para a ruína das identidades dos sujeitos engajados, experimentalistas ou rebeldes. Se os “romances” de Jorge Mautner, empreendimentos desmedidos, são compostos por uma miríade de escrituras diferentes (poemas, relatos, cartas, vozes narrativas várias, etc.) isso ocorre porque somente uma forma atravessada pela violência do *informe* estaria em sintonia com a confusão subjetiva e ideológica mautneriana que ecoa a sua condição histórica.

⁶⁰⁷⁹ Joaquim Pedro de Andrade visita o CCF. **Cineclubes Notícias**, Fortaleza, ano I, Nº 4, 10 de agosto de 1962. p. 1.

⁶⁰⁸⁰ Doutorando em História Social (UFC), Mestre em História do Brasil (UFPI) e Especialista em História Cultural (UFPI). Professor Assistente II da Universidade Estadual do Piauí. As reflexões presentes nesse artigo são parte integrante da tese *Jorge Mautner: Demiurgo e Devorador da Cultura brasileira*, em desenvolvimento junto ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará sob a orientação do Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos.

Palavras-chave: Jorge Mautner; informe; Identidade.

“Canteiro de Obras”

O ainda jovem Jorge Mautner, ligado obliquamente⁶⁰⁸¹ a *geração 60*⁶⁰⁸² de escritores paulistas, possui uma produção literária singular entre a segunda metade dos anos cinquenta e primeira dos sessenta que, situada no período de sua produção e publicação, se mostra como um importante testemunho da condição histórica do Brasil pré-Golpe civil-militar e do mundo imerso na Guerra Fria.⁶⁰⁸³ Entretanto, não se trata nesse caso de uma literatura realista que tenha nos legado uma representação dos eventos históricos, mas muito mais propriamente um “canteiro de obras”.⁶⁰⁸⁴ Espaço onde o material político e artístico da época é submetido ao um movimento de figuração, desfiguração e refiguração conflituosa.

Ora, esse “canteiro de obras” em que se constitui a escritura mautneriana se revela uma multiplicidade estética e ideológica que o atravessa nesse momento. Filho de austríacos, com pai judeu e mãe de ascendência eslava, nasce no Brasil sob a memória de uma fuga holocausto.⁶⁰⁸⁵ Mautner também conviveu com o ambiente intelectual conservador paulistano, um *milieu* cultural que contava, por exemplo, com Vicente Ferreira da Silva - filósofo, que havia sido direitista com passado marcado pelo integralismo.⁶⁰⁸⁶ Foi na revista *Diálogos*, dirigida por Ferreira da Silva, que Mautner estreou como escritor ao lançar alguns fragmentos de seu primeiro livro *Deus da Chuva e da Morte*.⁶⁰⁸⁷

Contudo, nesse momento de extrema polarização política, Mautner já em 1962, através do convite de Mário Schenberg, adere ao Partido Comunista. Sua militância não se resumia a fazer parte do célula cultural do comitê central, mas ele também se crítico feroz de parte da esquerda.⁶⁰⁸⁸ Ao mesmo, mantém contato com anarquistas⁶⁰⁸⁹ e celebra o

⁶⁰⁸¹ Nascido no Rio de Janeiro, em 1941, Jorge Mautner mudou-se aos sete anos para São Paulo. Portanto tratamos aqui dos momentos de sua vida que vão dos 15 aos 24 anos. Nesse momento ele ainda não era, predominantemente, um cantor tendo apenas gravado, em 1965, um compacto pela RCA Victor com duas canções: *Radioatividade e Não, não, não*. Em 1966 ele acaba exilado nos EUA em razão do regime civil-militar, retornando ao Brasil apenas na década de setenta.

⁶⁰⁸² Embora majoritariamente composta por paulistas, há escritores de outros estados, mas que se lançaram como literatos em São Paulo nesse período. Jorge Mautner, como carioca, está entre eles. Para uma visão panorâmica da produção poética dessa *geração 60* ver: OHNO, Massao. (Org.). **Antologia dos novíssimos**. São Paulo: Massao Ohno Editor, 1961 e CARLOS, Felipe Moisés. FARIA, Álvares Alves de. (Org.). **Antologia Poética da Geração 60**. São Paulo: Nankin Editorial, 2000. A respeito do conceito de geração conferir: SIRINELLI, Jean-François. A Geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. 6ª Edição. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

⁶⁰⁸³ SKIDMORE, Thomas E. **Uma História do Brasil**. 4ª Ed. Tradução: Raul Fiker. São Paulo: Paz e Terra, 1998.p.208-217.

⁶⁰⁸⁴ Retomamos aqui dois motivos. De Walter Benjamin a imagem do “canteiro de obras” das crianças que, estabelecendo “relações bruscas” entre os materiais mais distintos, constroem seus “brinquedos”. Em Georges Bataille apropriamo-nos da ideia de que uma “filosofia jamais é uma casa, mas um canteiro de obras.” Ver: BENJAMIN, Walter. Canteiro de Obras. In: **Obras escolhidas**. Rua de Mão Única. (v. II). Tradução: Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1987.p.18-19 e BATAILLE, Georges. **Teoria da religião**. Tradução: Sérgio Goes de Paul e Viviane de Lamare. São Paulo: Ática, 1993.p.15.

⁶⁰⁸⁵ MAUTNER, Jorge. **Jorge Mautner: Filho do Holocausto**. Memórias (1941 a 1958). Rio de Janeiro: Agir, 2006.

⁶⁰⁸⁶ D’ELIA, Renata. HUNGRIA, Camila. **Os dentes da memória** – uma trajetória poética paulistana. Livro-reportagem. Monografia- Jornalismo. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2008.p.31.

⁶⁰⁸⁷ MAUTNER, Jorge. O Deus da Chuva e da Morte. **Revista Diálogo**, nº 13, Dezembro, 1960.

⁶⁰⁸⁸ MAUTNER, Jorge. Bilhetes do Kaos, sobre sexo, futebol e sangue. *Jornal Última Hora*, sábado, 1 de fevereiro de 1964. In: COHN, Sérgio. DE FIORE, Juliano. (Orgs.). **Jorge Mautner**. (Trajetória do Kaos). Rio de Janeiro: Azougue, 2002.

⁶⁰⁸⁹ MAUTNER, Jorge. A experiência revisitada. In: COHN, Sérgio. (Org.). **Jorge Mautner: Encontros**. Rio de Janeiro: Azougue, 2007.p.196.

existencialismo e o pacifismo. Desse modo sua produção literária, que até aquele momento compreendia a *Trilogia do Kaos*⁶⁰⁹⁰ e *Vigarista Jorge*⁶⁰⁹¹, pode ser lida a partir desse multifacetado e belicoso entre-lugar. O que nos leva a entender sua escritura como uma babel política que nada mais é que a busca da construção do teatro possível das lutas entre os espectros ideológicos do século XX. Essa algaravia política e estética se apresenta na forma de sulcos de vozes nazistas, comunistas, social-democrática, anarquistas, pacifistas, aristocráticas, igualitaristas, reacionários, progressistas, conservadores, revolucionários, Hilter, Gandhi, Robespierre, Jesus, Lênin, fascistas-Cesaristas, etc. Uma câmara de ecos de ideias onde uma síntese se mostra sempre impossível.

O material político de seu tempo é então alvo de deslocamentos, citações, defesas panfletárias, acusações, cortes, colagens intrusivas, etc., nos dando então acesso a mobilidade histórica. Propomos então nesse breve artigo problematizar a escrita de Mautner como aquela que, ao colocar em questão as várias posições de sujeito de seu tempo, se constitui como aquela que aponta para uma ruína das identidades dos sujeitos engajados, experimentalistas ou rebeldes. Começamos então por inventariar essas várias posições estéticas e ideológicas.

Vozes Várias: Formalistas, Revolucionários e Rebeldes

No mesmo momento histórico de gestação da escritura mautneriana o racionalismo modernista⁶⁰⁹² teve importante prolongamento no campo literário com o concretismo de Décio Pignatari, Augusto e Haroldo de Campos⁶⁰⁹³, que de sua parte, reagiam criticamente contra Geração de 45.⁶⁰⁹⁴ Alinhando-se ao “paideuma”⁶⁰⁹⁵ a vanguarda concreta propunha uma poesia acústica, visual, gráfica (verbivocovisual) em favor “de uma estrutura matemática (ou quase matemática).”⁶⁰⁹⁶ Defendem no manifesto de 1958 *plano piloto da poesia concreta*⁶⁰⁹⁷, diante da industrialização, da urbanização, da técnica, da informação e da propaganda uma poesia que seja um objeto útil a altura do desenvolvimento do Brasil. Assim o “chamado” do compromisso revolucionário teve imenso impacto não apenas no concretismo, mas em todas as chamadas vanguardas formalistas do período.

Recusando subordinar a produção artística ao nacionalismo da esquerda, os concretistas realizaram o chamado “salto participante” no *post-scriptum* de 1961 ao seu *plano piloto da poesia concreta* que retoma o mote de Maiakovski: “sem forma

⁶⁰⁹⁰ Formada por **Deus da Chuva e da Morte** (1962), **Kaos** (1963) e **Narciso em Tarde Cinza** (1965). A escrita desses livros teve início, segundo diversos relatos de autor, em 1956.

⁶⁰⁹¹ MAUTNER, Jorge. *Vigarista Jorge* [1965]. In: **Mitologia do Kaos**. (v. 2). Rio de Janeiro: Azougue, 2002.p.44.

⁶⁰⁹² CAMARÁ, Márcio. **Corpos Pagãos: usos e Figurações do Corpo na cultura brasileira**. (1960-1980). Tradução: Luciana Di Leoni. Belo Horizonte: UFMG, 2014.p.39.

⁶⁰⁹³ Se juntaram posteriormente a eles: José Lino Grünwald, Wladimir Dias Pinto, José Paulo Paes, Ronaldo Azeredo, Edgar Braga e Pedro Xisto.

⁶⁰⁹⁴ BARROS, Lenora de. BANDEIRA, João. (orgs.). **Grupo Noigandres**. Arte Concreta Paulista. São Paulo: Cosac & Naify, 2002. Neste livro é possível encontrar um importante panorama da produção poética concretista.

⁶⁰⁹⁵ Elenco de autores que representa uma linha culturmorfológica precursora do poema concreto. Esses autores são: Ezra Pound (método ideográfico), James Joyce (atomização da linguagem), e. e. cummings (sintaxe espacial axiada no fonema) e Stéphane Mallarmé (subdivisão prismática das ideias). Ver: CAMPOS, Augusto. pontos-periferia-poesia concreta. [1956]. In: _____. HAROLDO, Campos. PIGNATARI, Décio. **Teoria da poesia concreta: textos críticos e manifestos 1950-1960**. São Paulo: Ateliê, 2006.

⁶⁰⁹⁶ HAROLDO, Campos. da fenomenologia da composição à matemática da composição [1957]. In: CAMPOS, Augusto. _____. PIGNATARI, Décio. **Teoria da poesia concreta: textos críticos e manifestos 1950-1960**. São Paulo: Ateliê, 2006.p.133.

⁶⁰⁹⁷ CAMPOS, Augusto. HAROLDO, Campos PIGNATARI, Décio. *plano piloto da poesia concreta* [1958]. In: **Teoria da poesia concreta: textos críticos e manifestos 1950-1960**. São Paulo: Ateliê, 2006.p.215-217. O título do manifesto faz referência ao Plano Piloto de Lúcio Costa para Brasília. O movimento foi lançado oficialmente em 1956.

revolucionária não há arte revolucionária.”⁶⁰⁹⁸ O impacto dessa cultura de esquerda nas vanguardas se darão, em alguns casos, na forma de adesão irrestrita e abandono das experimentações formais, como no caso de Ferreira Gullar⁶⁰⁹⁹, até a posição dos concretistas que passam a operar com a ideia de que “o operário quer um poema racional, que lhe ensine a agir e pensar como a máquina lhe ensina”.⁶¹⁰⁰ Mas aqui é necessário colocar em perspectiva a gênese da arte engajada, nacionalista e de esquerda no Brasil.

Em 1962, a partir da União Nacional dos Estudantes (UNE), é criada o importante Centro Popular de Cultura (CPC) que, embora tenha mantido certa proximidade com o PCB, era independente deste. A sua orientação neoleninista dava o tom já que, atuando “em várias frentes, o CPC encenava peças teatrais *agitprop* (de agitação e propaganda) diante de portões de fábricas e em bairros operários, produzia filmes e discos, além de publicar livros pedagógicos para consumo popular.”⁶¹⁰¹ Mais do que se entregar a um mero folclorismo “o artista deveria se converter aos novos procedimentos, nem que, para isso, sacrificasse o seu deleite estético e a sua vontade de expressão pessoal, em nome de uma pedagogia política que atingisse as massas”.⁶¹⁰² Para os cepecistas a arte era um instrumento de tomada do poder pelo povo.⁶¹⁰³

Já no interior da *geração 60* de escritores paulistas é possível reconhecer diferentes posições políticas e estéticas. Uma fração que está particulamente próxima de Jorge Mautner⁶¹⁰⁴ é a chamada *periferia rebelde*⁶¹⁰⁵: uma confraria aberta e anárquica de jovens escritores, cujas nuances podem ser caracterizadas pela referência ao movimento da literatura *beat* norte-americana e ao surrealismo francês.⁶¹⁰⁶ Não rendendo-se a nenhuma esquerda ortodoxa, esse literatos aderiam a rebelião em prejuízo da revolução.⁶¹⁰⁷

Com efeito, como Mautner enfrenta esses vários matizes estéticos e políticos? Plasmando, e ao mesmo tempo desfigurando, essas vozes como materiais colecionáveis e estabelecendo uma forte tensão entre eles gerando desse modo um sujeito fissurado. Assim a pergunta “Quem fala?” feita aos textos de Mautner não pode encontrar uma única resposta. Há a falta fundamental de um eu estável no interior da máquina enunciativa mautneriana.

Ruína das Identidade: Violência do Informe

Mautner, frequentemente, se apresenta como poeta-mitólogo e sua produção escritural como sendo uma mitologia. Isso porque ele busca interseccionar arte, religião,

⁶⁰⁹⁸ CAMPOS, Augusto. HAROLDO, Campos PIGNATARI, Décio. plano piloto da poesia concreta [1958]. In: **Teoria da poesia concreta: textos críticos e manifestos 1950-1960**. São Paulo: Ateliê, 2006.p.218.

⁶⁰⁹⁹ GULLAR, Ferreira. **Ferreira Gullar conversa com Ariel Jiménez**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.p.151-152.

⁶¹⁰⁰ PIGNATARI, Décio. construir e expressar. [1959]. In: CAMPOS, Augusto. HAROLDO, Campos. _____. **Teoria da poesia concreta: textos críticos e manifestos 1950-1960**. São Paulo: Ateliê, 2006.p.175.

⁶¹⁰¹ DUNN, Christopher. **Brutalidade Jardim: A tropicália e o surgimento da contracultura brasileira**. Tradução: Cristina Yamagami. São Paulo: UNESP, 2009.p.61.

⁶¹⁰² NAPOLITANO, Marcos. **Cultura brasileira: (1950-1980)**. São Paulo: Contexto, 2001.p.38.

⁶¹⁰³ BUARQUE DE HOLANDA, Heloísa. **Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde (1960-70)**. São Paulo: Brasiliense, 1981.p.19.

⁶¹⁰⁴ Ver: MAUTNER, Jorge. **Jorge Mautner: Filho do Holocausto. Memórias (1941 a 1958)**. Rio de Janeiro: Agir, 2006.

⁶¹⁰⁵ Expressão usada primeiramente pelo poeta Cláudio Willer e posteriormente, os termos são retomados e discutidos em uma dissertação de mestrado escrita, na área de teoria literária, por Thiago de Almeida Noya (2003) e por mim (CHAVES, 2010).

⁶¹⁰⁶ Ver: BIVAR, Antônio et ali. (Org.). **Alma beat**. Porto Alegre: L & PM, 1984, BRETON, André. **Manifestos do surrealismo**. Tradução: Sérgio Pachá. Rio de Janeiro: Nau, 2001 e CHAVES, Reginaldo Sousa. **Flanar pela Cidade-Sucata: Roberto Piva e seu devir literário-experimental (1961-1979)**. Dissertação de Mestrado. UFPI. 2010.

⁶¹⁰⁷ WILLER, Claudio. Fronteiras e dimensões do grito – manifesto 1964. In: **Dias circulares**. São Paulo: Massao Ohno, 1976.p.101-111.

modernidade e política. Ele nos dá a entender que as ideologias são mitos secularizados como uma espécie de *um fim supremo*⁶¹⁰⁸ que continua a suscitar, na modernidade, emoções violentas, fanatismos, misticismos de aspecto religioso. Isso porque “a secularização não se contrapõe a religião: ela invade-lhe o campo.”⁶¹⁰⁹ Sabemos através de Jean-Luc Nancy e Phillipe Lacoue-Labarthe que política, mito, tipo, imitação e arte estão mutuamente implicados.⁶¹¹⁰

Assim podemos entender porque Mautner faz apelo ao mito e a arte, pois são eles instrumentos de identificação/mimético⁶¹¹¹ *par excellence*. Ele procura “fazer mito” com sua literatura, que ao final permanece ambígua e suspensa, pois serve tanto ao mito da luta de classes e construção da humanidade total mas, também, para as lutas das raças da nação redimida que expulsa o corpo “estranho”. O que explica a atração que o jovem Mautner gerou tanto em Vicente Ferreira da Silva (conservador) como em Mário Schenberg (esquerda):

Mário Schenberg dizia que era a etapa do Partido na parte estética e ética e caberia a mim. Você imagina: no Partido Comunista, a pessoa mais alta em instância pedia para mim para elaborar a mitologia do século XX para o XXI. Então minha Mitologia do Kaos se encaixava perfeitamente. Daí eu ter pulado vários degraus, estava acima hierarquicamente que muita gente no Partido, numa ação quase secreta. E dizia assim: “não, mas não vamos abrir fogo contra os realistas.” Mesmo assim eu abria, no meu volume, porque o que nós queremos é essa visão mitológica. E o interessante é que, no contato com o Vicente Ferreira da Silva, que representava digamos, os conservadores, a ex-direita, os integralistas e até mesmo os ex-simpatizantes do nazismo, depois democráticos e tudo, tanto que me receberam, me promoveram e me fizeram. Também o que o atraiu foi a visão da mitologia. Todos tinham consciência do que hoje está acontecendo. E o Kaos era uma mitologia muita cheia de feixes de possibilidades, como meu pai sempre me ensinou que as coisas deveriam ser.⁶¹¹²

Exatamente por essa via, pela ambiguidade do sagrado⁶¹¹³, que Mautner assume e refuta todas as posições políticas de seu tempo em um movimento vertiginoso que ergue e faz desabar toda matéria artística e política. Na *Trilogia do Kaos* o mesmo procedimento de identificação pela arte pode colocar em questão essa mesma posição identitária no movimento seguinte do texto. O efeito é então uma ruína das identidades a exemplo dos choques ininterruptos, nos textos de Mautner, dos autores lidos e discutidos pelos meios intelectuais da época: Jorge Amado, Artaud, Dostoievski, Nietzsche, Merejkovsky, Marx, Bíblia, Kerouac, Berdiaev, Sartre, Lênin, Brecht, Bakunin, etc.

⁶¹⁰⁸ CAILLOIS, Roger. **O Homem e o Sagrado**. Tradução: Geminiano Cascais Franco. Lisboa: Edições 70, 1988.p.129.

⁶¹⁰⁹ GINZBURG, Carlo. **Medo, Reverência, Terror**: Quatro ensaios de iconografia política. Trad. Federico Carotti, Joana Angélica d’Avila Melo e Júlio Castañon Guimarães. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.p.30. Ver também a esse respeito: ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**: a essência das religiões. Tradução: Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 2010.p.167-168.

⁶¹¹⁰ LACOUÉ-LABARTHE, Philippe. NANCY, Jean-Luc. **O Mito Nazista**. Seguido de O Espírito do Nacional-Socialismo e seu Destino por Phillipe Lacoue-Labarthe. Tradução: Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Iluminuras, 2002.

⁶¹¹¹ *Idem*, 2002.p.34.

⁶¹¹² MAUTNER, Jorge. A Experiência Revisitada. In: COHN, Sérgio. (Org.). **Jorge Mautner**: Encontros. [Entrevistas]. Rio de Janeiro: Azougue, 2007.p.172.

⁶¹¹³ CAILLOIS, Roger. **O Homem e o Sagrado**. Tradução: Geminiano Cascais Franco. Lisboa: Edições 70, 1988.p.33-58.

Mas não apenas, já que o mais radical gesto mautneriano é de violentar as formas literárias através da força do informe.⁶¹¹⁴ Com efeito, nosso poeta-mitólogo desfigura a forma do “romance” através de vários meios: fazendo alusão aos problemas e impasses da escrita; colocando em questão a possível publicação ou não do livro; ao expor o que seria a aceitação ou não do manuscrito por seu editor Mário Mattoso; inserindo a si mesmo como personagem das seus relatos (biotexto⁶¹¹⁵); dando de um evento três versões narrativas distintas; fazendo correções no movimento mesmo de escritura dos textos; passando por vários registros de discurso: contos, cartas, poemas, letras de música, ensaio, etc.; mudando frequentemente a voz do discurso: da terceira para a primeira, da primeira para a terceira; refletindo sobre a escrita e o escritor; fazendo citações dos autores; parodiando textos; etc. Todos esses aspectos marcam a obra mautneriana com uma poética do inacabável⁶¹¹⁶ pois o texto, como vórtice, se mostra constantemente atravessado pelo informe.

Não por outro motivo vemos na *Trilogia do Kaos* que a atitude do rebelde anarquista niilista é repulsiva, pois nega o bem comum em nome de uma violência estética ilimitada. O comunismo, por sua vez, implicaria uma “ditadura do proletariado” que condena a arte ociosa e a liberdade por meio de uma concepção niveladora das potencialidades humanas – resultando em um stalinismo. Se os fascismos reconhecem o valor do irracional e do mito, por outro lado eles acabam sendo a destruição total da humanidade. Assim para cada tomada de posição, o seu contrário é convocado compondo uma dialética monstruosa porque sem síntese. Cada mito político é alvo de uma ininterrupta construção e desconstrução poética: o lendário herói rebelde, o messianismo revolucionário, a comunidade orgânica nazista, etc.

Desse modo na *Trilogia do Kaos* as confortáveis posições formalistas, beat-surrealistas, engajadas, etc. são permanentemente arruinadas nessa violência do informe. É o que vemos no seguinte trecho de *Deus da Chuva e da Morte* (1962):

Temos aquilo que um destes ingredientes (o comunismo) fará desaparecer talvez: a liberdade. Mas esta possibilidade é uma grande tragédia e por isto ao lado do sexo, da velocidade e da solidão o comunismo tornou-se um grande e importante ingrediente. A não ser a vinda deste novo ingrediente que é o comunismo nada mudou desde o tempo de James Dean. Talvez a vinda deste novo ingrediente de tragédia que é o comunismo venha a criar uma nova coisa: para além do zen-budismo. Mas isto é esperança e eu não posso ter esperanças senão começo a pensar. E Gerry Mulligan assobiou, cantou urrou! E Gerry Mulligan compreende bem este problema de comunismo e bandeira vermelha e beatnik! Dizem que a alma da minha filosofia é a confusão. E o que é a vida? E o cool-jazz? E o sexo? A única constante de tudo é a tragédia. E o Dionísio e a esposa azul dele e filha de Wotan e a estrelinha são loucos que nem eu. Se o socialismo vencer o que acontecerá? Esta tragédia: e as conjeturas. Porque o vinho, o uísque e o cool-jazz terão necessariamente que desaparecer! E então não serei mais beatnik e isto é ruim! Ao mesmo tempo que sou beatnik (enquanto o sou) eu sinto o fascínio pela bandeira vermelha que pode ser explicado como desejo de uma nova emoção. Mas se esta nova emoção vencer? Acabar-se-á meu vinho?

⁶¹¹⁴ DIDI-HUBERMAN, Georges. **A semelhança informe** ou o gaio saber visual segundo Georges Bataille. Tradução: Caio Meira, Fernando Scheibe e Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.p.29. Ver também: BATAILLE, Georges. Dicionário Crítico. In: **A Mutilação Sacrificial e a orelha cortada de Van Gogh**. Tradução: Carlos Valente. Lisboa: Hiena, 1994.p.89-110.

⁶¹¹⁵ Rede em movimento dos “elementos autobiográficos”: PINO, Claudia Amigo. **A Ficção da Escrita**. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.p.55, 185-192.

⁶¹¹⁶ *Idem*, 2004, p.212-226.

Minha vida vida? Então eu sou contra o comunismo! (O menino de dezenove anos morreu e por isto estou contando o resto da história). E a flauta é o coll! Grécia de Dionísio! Dionísio voltemos a ele! E o povo. No tempo de James Dean não existia este pavor pelos ares que é o comunismo. Agora de repente – e se não me engano foi em fevereiro deste ano que eu senti o novo abutre inabalável: a bandeira vermelha. Foi durante o carnaval quando vi a escola de samba e senti o estado do povo. (...) A bandeira vermelha nunca esteve tão forte! E ela é contra mim, contra o que eu sou, é o oposto radical. Será! Será que é a harmonia dos opostos de Heráclito? Não posso crer! Acho que estamos à beira do Apocalipse. Quando defendo os ricos sem querer me acho nojento e quando falo da bandeira vermelha sei que sou inimigo dela. Eu sou eu! Inimigo dos deuses! Irmão de James Dean! Guardo uma profunda tristeza do não-ser. Eu não sou James Dean mas tenho a carne dele.⁶¹¹⁷

Assim nenhuma posição identitária do espectro político está imune a contradições e crises. Nesse trecho o comunismo e a rebelião jovem (simbolizada pelo ator James Dean⁶¹¹⁸, a literatura *beat*⁶¹¹⁹ e o jazzista *cool* Gerry Mulligan⁶¹²⁰) se aproximam e se afastam de modo angustiante. Porém, a ambição de Mautner é de uma incomensurável combinação desses elementos compondo um torvelinho dos matizes poético-políticos do seu tempo na sua mitologia do kaos.

Considerações Finais

Com o kaos Mautner busca, como escopo irrealizável, conjugar todas essas vozes dissonantes em uma revolução através das forças míticas dionisiacas que é o próprio cerne dessa mitologia:

É meu desejo de cultuar o herói e ao mesmo tempo preservar intacto o direito da massa. A mistura em termos primordiais de Cristo com Nietzsche e Marx e Wagner parece-me louca e certa e absurda e verdadeira, é além Trotsky, além do Revisionismo polonês ou qualquer revisionismo. E além zen-budismo por causa de sua ação patética. E é muito mais. (...) Sim, viva o herói e a massa, o povo, este imenso rio caudal de energias transcendentais e profundas religiosas.⁶¹²¹

Entretanto, ele não pretende, em momento algum, silenciar a algaravia poético-política que nasce dessa dialética do impossível. A incompatibilidade entre os discursos são acentuadas em sua escritura até os limites. Os ficcionamentos de Mautner não encontram um lugar estável, daí o seu deslucamento e o drama identitário relativos às figurações míticas do nazista, do comunista e do herói rebelde, pois o que ele experimenta é, na verdade, uma vertigem da ausência de um eu unificado:

Será que eu era Mautner? Amnésia? Mas eu era eu! Para que o nome? O nome? Ó! O nome! E se eu era Mautner ou Jesus ou Calígula ou Bonifácio ou James Dean! Ou Lênin ou Sartre! Tanto faz, tanto fez. Mas faz hem? E será que eu

⁶¹¹⁷ MAUTNER, Jorge. Deus da Chuva e da Morte [1962]. In: **Mitologia do Kaos**. (vol. 1). Rio de Janeiro: Azougue, 2002.p.112-113.

⁶¹¹⁸ BIVAR, Antonio. **James Jean**: o moço da capa. São Paulo: Brasiliense, 1983.

⁶¹¹⁹ WILLER, Claudio. **Geração beat**. Porto Alegre: L & PM, 2009.

⁶¹²⁰ GAVIN, James. **No Fundo de Um Sonho**: A longa noite de Chet Baker. Trad. Roberto Muggiati. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁶¹²¹ MAUTNER, Jorge. Kaos [1963]. In: *Mitologia do Kaos*. (v. 1). Rio de Janeiro: Azougue, 2002.p.642.

tinha perdido a memória? E lentamente fui compreendendo que não me havia esquecido de que era Mautner, só que era como se eu o tivesse. Era algo assim pois tanto fazia, eu era Mautner, me lembrava pouco a pouco pois esquecera disto pois tanto fazia, eu estava só na mata, na chuva e na solidão.⁶¹²²

Trata-se de uma “falta de identidade básica e essencial” que nada mais é do que uma “pura citação de discursos, palavras, vozes ouvidas em algum lugar, e *plasmadas* num ‘sujeito’”.⁶¹²³ Como “canteiro de obras”, espaço identitário arruinado, a *Trilogia do Kaos* nos mostra então que uma leitura histórica dualista das artes, do final dos anos cinquenta e início sessenta, deve ser questionada. Levando os historiadores a uma problematização que vai, portanto, muito além das conhecidas polarizações arte engajada versus formalismos literários. Assim visibilidades inteiramente outras surgem carregadas de complexidade histórico-cultural. Como é o caso daquelas perspectivas que incidem sobre sujeitos como Jorge Mautner cuja identidade se coloca em permanente desmoronamento.

“INCOMPREENSÕES POLÍTICAS”: TENSÕES, “MILITARIZAÇÃO” E PERFORMANCES DO CLERO NA CIDADE DE SOBRAL (1945-1947)

Thiago Braga Teles da Rocha⁶¹²⁴
thiagorocho90@outlook.com

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar tensões políticas ligadas à elite eclesiástica sobralense, a partir dos embates revelados no jornal sobralense *Correio da Semana*, entre os anos de 1945 e 1947. Identificamos um grupo de intelectuais como “soldados” da Igreja nas disputas simbólicas da cidade de Sobral. Estão inseridos, segundo nossas reflexões, em uma perspectiva de *militarização* do clero, nos moldes de Bourdieu. Um dos atores históricos de destaque, o Padre Sabino, era diretor do hebdomadário que pertencia à Igreja e produzia, em momentos de tensões políticas contra grupos rivais da cidade, discursos belicosos de defesa da Igreja e de ataque à estas perspectivas divergentes. Nosso palco para a problematização é a cidade revelada pelos jornais. Não apenas o aspecto físico da urbe, mas as relações simbólicas que transformam estas delimitações geográficas em *espaços*, ao serem *lugares praticados*, como pensa Certeau. Apresentamos como um dos principais vetores da constituição de espaços a produção de discursos que, por si só, já indicam relações praticadas a partir da escrita e de suas *performances*, pois “Um espaço é feito de natureza, de sociedade e de discurso”, como afirma Albuquerque Júnior. A escrita de discursos e os embates entre relatos provocam as cicatrizes da cidade.

Palavras-chave: Discurso. Igreja. Poder. Militarização.

⁶¹²² MAUTNER, Jorge. Kaos [1963]. In: *Mitologia do Kaos*. (v. 1). Rio de Janeiro: Azougue, 2002.p.468.

⁶¹²³ PENNA, João Camillo. FIGUEIREDO, Virgínia de Araújo. O Imperativo do pensamento. In: LACOUÉ-LABARTHE, Philippe. *A Imitação dos Modernos*. Ensaios sobre arte e filosofia. Tradução: João Camillo Penna e Virgínia de Araújo Figueiredo. São Paulo: Paz e Terra, 2000.p.21.

⁶¹²⁴ Professor Efetivo SEDUC/CE. Mestrando – MAHIS/UECE

Introdução

Os atores históricos que ganham protagonismo nesse artigo se identificam com a personagem do poema “O lutador” de Manuel Bandeira⁶¹²⁵. São *lutadores* dentro das lides políticas da cidade que batalham, cada qual, contra sua Quimera, a fim de exercer sua visão de cidade, encenando suas batalhas a fim de evidenciar a cada oportunidade os seus próprios brilhos, em detrimento da escuridão apontada no *outro*.

Não pretendemos julgar, em nossa narrativa histórica, as ações desses sujeitos a partir do prisma de *herói e bandido*, de *bem e mal*, de *mocinho e vilão*. Nossa responsabilidade não é a de condenar ou absolver, e sim, narrar e problematizar, esperando a revisão de seus estudos pela constante reescrita da história⁶¹²⁶. Dom José Tupinambá da Frota, então bispo da cidade, e Dr. José Saboya de Albuquerque, ex-juiz, dono da fábrica de tecidos e chefe político local vão além de uma imposição maniqueísta.

Nosso campo de problematização é a cidade. Não apenas o aspecto físico da urbe, mas as relações simbólicas que transformam estas delimitações geográficas em *espaços*, ao serem *lugares praticados*⁶¹²⁷. A produção de *espaços*, dentro dessa perspectiva de Michel de Certeau que de agora em diante também concordamos, é possível basicamente a partir da construção de *relatos*. São eles que “efetua portanto um trabalho que, incessantemente transforma lugares em espaços ou espaços em lugares”⁶¹²⁸.

Se os *lugares* podem ser entendidos como a delimitação geográfica onde podemos apontar o dedo e identificá-lo como *estando ali*, e que, por sua vez, são transformados em *espaços*, ou seja, rede de experiência a partir de um *lugar*, podemos entender que em uma mesma cidade temos um sem número de *lugares* e uma infinidade de *espaços*. Compreendemos que a produção de cultura escrita, em especial nos jornais e nas produções historiográficas, é um dos *lugares* a que o historiador pode fixar um pouco o olhar a fim de identificar os relatos organizadores dos *espaços*.⁶¹²⁹

⁶¹²⁵ O LUTADOR

Buscou no amor o bálsamo da vida, / Não encontrou senão veneno e morte. / Levantou no deserto a roca-forte / Do egoísmo, e a roca em mar foi submergida!

Depois de muita pena e muita lida, / De espantoso caçar de toda sorte, / Venceu o monstro de desmedido porte / — A ululante Quimera espavorida!

Quando morreu, línguas de sangue ardente, / Aleluias de fogo acometiam, / Tomavam todo o céu de lado a lado, / E longamente, indefinidamente,

Como um coro de ventos sacudiam / Seu grande coração transverberado!

(BANDEIRA, Manuel. **Melhores poemas Manuel Bandeira**: seleção de Francisco de Assis Barbosa. 16ª ed. São Paulo: Global, 2004. P. 133)

⁶¹²⁶ Concordamos com Paul Ricoeur sobre as especificidades que separam a função do Historiador e do Juiz. Segundo o filósofo, “O que acontece, então, com o confronto entre a tarefa do juiz e a do historiador? [...] O juiz deve julgar – é sua função. Ele deve concluir. Ele deve decidir. Ele deve reinstaurar uma justadistância entre o culpado e a vítima, segundo uma topologia imperiosamente binária. Tudo isso, o historiador não faz, não pode, não quer fazer; se tenta, com o risco de erigir-se sozinho em tribunal da história, é ao preço da confissão da precariedade de um julgamento cuja parcialidade e até mesmo a militância ele reconhece. Mas então, seu julgamento audacioso é submetido à crítica da corporação historiadora e à do público esclarecido, sua obra oferecida a um processo ilimitado de revisões marca a diferença entre um julgamento histórico e provisório e um julgamento judicial definitivo”. (RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Tradução de Alan François [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007. P. 335).

⁶¹²⁷ Aqui partimos de Michel de Certeau que afirma, “Em suma, o *espaço* é um *lugar praticado*. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaços pelos pedestres. Do mesmo modo, a leitura é o espaço produzido pela prática do lugar constituído por um sistema de signos – escrito”. (CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano 1**: Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 16ª Ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2009. P. 184).

⁶¹²⁸ CERTEAU, Michel de. *Op. Cit.* P. 185

⁶¹²⁹ Concordamos, dessa forma, com o professor Durval Muniz, “Se cada coisa ou corpo tem o seu lugar, ocupa um lugar, só se tornam espaços, só formam espaços, no entanto, quando conectados por práticas; quando reunidos numa trama, quando a serviço de um enredo (...)” (ALBUQUERQUE JÚNIOR,

Assim, os jornais e os livros são irradiadores de relatos que organizam experiências nas cidades. Ajudam a construir a *cidade praticada* a partir de *relatos de experiência*. Produzem, dessa forma, *práticas letradas*⁶¹³⁰ que dão um sentido de coletividade aos sujeitos que interagem entre si na produção de *relatos* organizadores de espaços. Os jornais, assim como os livros, são cenários onde as personagens atuam conforme os *relatos* a que selecionam e desejam organizar.

Podemos usar o noção de *representação do eu*, de Erving Goffman. O sociólogo propõe a hipótese de compreensão da sociedade a partir de um modelo dramático. Nessa perspectiva, enredo, palco e cenário não estariam desassociados entre si, mas pelo contrário, fariam parte de uma conjuntura de fatores que auxiliariam na compreensão das ações cotidianas⁶¹³¹.

Nesta perspectiva, o cenário ganha grande importância para a lógica de atuação das personagens em sociedade. Durval Muniz de Albuquerque Júnior percebe que esta possibilidade de compreensão fica à margem da História. Ele contribui à nossa reflexão ao afirmar que, “Os historiadores quase sempre pensam os espaços como cenários desligados das tramas, dos eventos, das cenas que ai vêm a ocorrer, que ai vêm a ser representadas”⁶¹³². Para ele, a representação só tem sentido a partir da relação de conectividade com o cenário (*lugar*) e com a cena (*enredo*). Podemos entender, dessa forma, que as *performances* dos indivíduos em suas cenas auxiliam na compreensão das estratégias de organização de espaços.⁶¹³³

Entendemos *performance* como a expressão dos atores históricos na construção dos relatos de suas cenas. Não desejamos estudar apenas o “que”, mas também o “como”. Ou seja, *como* os sujeitos históricos justificavam suas produções discursivas ao longo dos embates. Reiteramos, as *performances* que desejamos estudar neste artigo são as *discursivas*, estão nos jornais e livros de História produzidos *no* e *sobre* a conjuntura de acontecimentos.

Retornando à lógica de interação entre *lugares* e *espaços*, entendemos que um dos principais vetores da constituição de espaços é a produção de discursos⁶¹³⁴ que, por si só, já indicam relações praticadas a partir da escrita e de suas *performances*. Concordamos com Albuquerque Júnior, “Um espaço é feito de natureza, de sociedade e de discurso”⁶¹³⁵.

Dito isso, Sobral se assemelha muito a *Zaira*, uma das cidades invisíveis de Ítalo Calvino. Segundo o literato ítalo-cubano, “A cidade não é feita disso [materialidade], mas das

Durval Muniz. **Nos destinos de fronteira**: história, espaço e identidade regional. Recife: Bagaço, 2008. P. 80).

⁶¹³⁰ CARDOSO, Gleudson Passos. “**Bardos da Canalha, Quaresma de Desalentos**”: Produção literária de trabalhadores em Fortaleza na Primeira República. Tese em História. Universidade Federal Fluminense – UFF: Rio de Janeiro, 2009.

⁶¹³¹ Segundo Goffman, “Venho usando o termo ‘representação’ para me referir a toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência.”. (GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. Perópolis, RJ: Vozes: 1985. P. 29).

⁶¹³² ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Op. Cit.* P. 80

⁶¹³³ Goffman partilha de uma linha de raciocínio própria, mas mesmo assim conectada a essa perspectiva. “Em presença de outros, o indivíduo geralmente inclui em sua atividade sinais que acentuam e configuram de modo impressionante fatos confirmatórios que, sem isso, poderiam permanecer despercebidos ou obscuros” (GOFFMAN, Erving. *Op. Cit.* P.36).

⁶¹³⁴ Entendemos a noção de discurso segundo Michel Foucault, “[...] toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. (FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 18ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009. pp. 8 e 9).

⁶¹³⁵ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Nos destinos de fronteira**: história, espaço e identidade regional. *Op. Cit.* P. 108.

relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado”. E estes acontecimentos do passado são narrados a partir das cicatrizes provocadas pelos embates, “Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras”⁶¹³⁶.

Este pequeno grupo de intelectuais católicos, com destaque em nossa narrativa para o Padre Sabino Guimarães Loyola e para o Bispo Dom José Tupinambá da Frota, pensava na construção da *cidade ideal* expondo isso em muitos de seus escritos, demonstrando uma ligação à perspectiva de *cidade letrada*, “porque sua ação se cumpriu na ordem prioritária dos signos e porque sua qualidade sacerdotal implícita contribuiu para dotá-las [as cidades] de um aspecto sagrado liberando-as de qualquer servidão para com as circunstâncias”⁶¹³⁷.

Os membros do grupo católico eram tratados, desde antes da redemocratização, como modelos a serem seguidos pelos habitantes de Sobral. Em 1941, por exemplo, temos contato com um texto apologético a um dos principais diretores do *Correio da Semana* e intelectual participante das atividades católicas, Luiz Jácome Filho. O intelectual ganha o seguinte perfil: “Jornalista Catholico dos mais intemeratos, Jacome Filho vem ha annos emprestando a esta folha o brilho de sua intelligencia esclarecida e fecuada, terçando armas nas lides da Bôa Imprensa em prol da Igreja de Christo e em defesa dos interesses desta Diocese”.⁶¹³⁸

Eram modelos de comportamento que deveriam ser seguidos, ou, pelo menos, respeitados. São personagens que pertenceram ao grupo de intelectuais participantes da *Ação Católica* na época. Foram “soldados” modelares das lutas da Igreja. Junto a eles havia os participantes fora dos grupos religiosos que também tinham sua visão político-ideológica. Foi um tempo, assim como o nosso, marcado por *incompreensões políticas*, como é o título do artigo no *Correio da Semana*. Padre Alfredo Soares. Refletindo sobre as eleições do fim de 1945. Nele o clérigo afirma, “Tão cega quanto a paixão amorosa é a paixão política”⁶¹³⁹.

Esta perspectiva dos membros da ação em Sobral como “soldados” da Igreja é, em vários momentos, usada como recurso para o “alistamento nas fileiras”.⁶¹⁴⁰ É uma perspectiva de “militarização”, conceito que segundo Pierre Bourdieu,

[...] consiste em basear a autoridade na situação de ‘guerra’ com que se defronta a organização e que pode ser produzida por um trabalho sobre *representação* da situação, a fim de produzir e de reproduzir o *medo de ser contra*, fundamento último de todas as disciplinas militantes ou militares.⁶¹⁴¹

A *militarização* pode ser compreendida como uma das estratégias mais eficazes para a atração de novos membros para suas fileiras.

Disputas pelo poder em Sobral

Sobral, assim como a fantástica e melancólica cidade de Macondo, do grande romance de Gabriel García Márquez, *Cem anos de solidão*, onde o coronel Aureliano Buendía, até então líder íntegro do partido liberal na guerra civil que avançava sobre seu país, que poderia

⁶¹³⁶ CALVINO, Ítalo. **As cidades Invisíveis**. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. pp. 14 e 15

⁶¹³⁷ RAMA, Angel. **Cidade das Letras**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. 82

⁶¹³⁸ Jornal “*Correio da Semana*” de 14 de fevereiro de 1941. P.1

⁶¹³⁹ Jornal “*Correio da Semana*”, 1 de janeiro de 1946. P.1

⁶¹⁴⁰ “Está se realizando nesta cidade, desde o dia 21, a II Semana da Ação Católica, promovida pela Junta Diocesana desse admirável movimento de renovação social, com o objetivo de tornar conhecido e melhor difundir o apostolado daqueles que se alistaram nas fileiras da Ação Católica”. (**Correio da Semana**, 24 de maio de 1947. P. 3).

⁶¹⁴¹ BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 14ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. P. 202

ser qualquer um de nossa grande América Latina, também foi palco para disputas que se adaptava às novas configurações políticas, às novas alianças para o exercício do poder⁶¹⁴².

Na cidade cearense, esse ponto de reconfiguração pode ser apresentado pelos idos do ano de 1945, ano de importantes mudanças nacionais e mundiais. Aqui também parece que gradativamente estavam “lutando só pelo poder”, ao abrir mão de discursos antes tão cuidadosamente construídos. Talvez essa impressão se deva às peculiaridades dos líderes políticos sobralenses no período.

O governo de Vargas não resistiu às contradições de ser uma *ditadura* lutando contra outros regimes antidemocráticos em nome da *democracia* ao longo da Segunda Guerra Mundial (1939-45). Desmoronou com uma onda democrática aliado a mais uma intervenção militar de nossa história e as interventorias que o apoiavam ruíram de forma compassada, dando lugar a uma nova experiência de concorrência eleitoral democrática.

A Igreja teria que buscar cada vez mais o protagonismo, se revelar como força motriz da política sobralense.⁶¹⁴³ Buscava o exercício do poder político, questão central para a manifestação da sua visão de sociedade e de cidade para seus seguidores.⁶¹⁴⁴ O certo é que as disputas pelo poder político executivo estadual e municipal não alcançariam o monopólio. No aspecto estadual, as elites locais não conseguiram traduzir sua influência em uma prática oligárquica e hegemônica no Estado do Ceará⁶¹⁴⁵.

A produção de cultura escrita e sua exposição nos jornais foi a principal ferramenta nessa construção de narrativas e relatos que buscam conjurar “soldados” para a defesa de uma perspectiva ideológica. Segundo Alan Bowman e Greg Wolf, “A cultura escrita não é um fenômeno isolado”⁶¹⁴⁶.

Podemos entender então a escrita como instrumento de poder? Entendemos que a escrita, dentro da conjuntura de fenômenos que ocorrem na multiplicidade de experiências da cidade, tem o papel de orientação para ideias e ações. “Ela é coisa política porque seu gesto pertence à constituição estética da comunidade e se presta, acima de tudo, a alegorizar essa constituição”⁶¹⁴⁷. Em Sobral, o *Correio da Semana* seria o palco para as constituições estéticas da comunidade a que Jacques Rancière se refere de maneira geral.

⁶¹⁴² “– Quer dizer – sorriu o coronel Aureliano Buendía quando terminou a leitura – que só estamos lutando pelo poder. [...] ‘O importante é que a partir deste momento estamos lutando só pelo poder’. Sem deixar de sorrir, tomou os papéis que os delegados entregaram a ele e se dispôs a assinar”. (GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. **Cem anos de solidão**. Tradução: Eric Nepomuceno. 82ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2014. pp. 206 e 207)

⁶¹⁴³ Segundo o brasilianista Scott Mainwaring, “Por volta de 1945, a Igreja brasileira havia realizado muitos objetivos, mas o preço de evitar mudanças mais profundas na sua eclesiologia e na sua orientação política. Numa sociedade que se modernizava com rapidez, os esforços da Igreja para combater a secularização eram atávicos” (MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)**. Tradução: Heloísa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.).

⁶¹⁴⁴ Segundo Foucault, “O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso”. (FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. P. 8).

⁶¹⁴⁵ Para Francisco Josênio Parente, “A fragilidade das elites políticas cearenses se revela com toda clareza no período da redemocratização, de 1945 a 1964, quando o padrão dominante foi, indubitavelmente, a recorrência oposicionista, isto é, a cada eleição o governador não conseguia eleger seu sucessor. Não era o padrão brasileiro”. (PARENTE, Francisco Josênio C. *O Ceará dos “coronéis” (1945 a 1986)*. In.: SOUZA, Simone de. **Uma nova História do Ceará**. 4ª ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2014. P. 382)

⁶¹⁴⁶ Eles continuam, “mas um conjunto muito variável de habilidades na manipulação de textos (...). Além disso, a cultura escrita não funciona como uma força autônoma no contexto da história, seja em termos de mudança, progresso e emancipação ou repressão”. (BOWMAN, Alan K; WOOLF, Greg (Org.). **Cultura Escrita e Poder no Mundo Antigo**. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Editora Ática, 1998. P. 6)

⁶¹⁴⁷ RANCIÈRE, Jacques. **Políticas da Escrita**. Tradução de Raquel Ramalheite. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. P. 7

As disputas pelo domínio do poder local simbolizam pontos de grande envolvimento clerical, apesar de, como já dissemos, ser comum um discurso de “neutralidade” da Igreja, pretensão de demonstrar que os interesses católicos estão à margem dos meandros políticos, mas que caíam em contradição nas ações e sugestões de práticas políticas.

Os surgimentos das tensões políticas em Sobral são perceptíveis a partir de intrigas e disputas políticas baseadas em relações de poder entre participantes de diferentes membros do *campo político* sobralense que ganham evidência nos jornais, o grande *palco* para as *performances* dos autores/atores através de seus discursos, buscando apelo da opinião pública, ou de seus já ativos espectadores, a fim de aumentar o número de apoiadores (ou soldados) nas disputas discursivas pela cidade que não chegam a um fim.⁶¹⁴⁸

A “rede de relações sempre tensas” a que Michel Foucault se refere e a *militarização* pode ser compreendida como uma das estratégias mais eficazes para a atração de novos membros para suas fileiras. Uma dessas produções simbólicas do “medo de ser contra” pode ser percebida nos embates ocorridos no mês de janeiro de 1947 entre a Igreja e o Dr. José Saboya, antigo rival de Dom José e um dos sujeitos que lutavam pelo exercício do poder em Sobral.

Nas eleições de janeiro de 1947⁶¹⁴⁹ houve a disputa para governador do Estado do Ceará. Foram concomitantes à deputados estaduais, federais e senadores. Nessa eleição dois candidatos monopolizaram a disputa. O político do PSD e General do Exército Onofre Muniz Gomes de Lima, apoiado por setores conservadores do estado com a justificativa de ser opositor ao comunismo, velho inimigo da Igreja e, representando a UDN, o desembargador Faustino de Albuquerque e Sousa, apoiado pelo ex-juiz Dr. José Saboya de Albuquerque, então chefe local da União Democrática Nacional e ainda opositor do Bispo.⁶¹⁵⁰

Havia um apoio velado da Igreja em Sobral ao candidato General Onofre Muniz que se deveu à oposição ao inimigo comum, o comunismo, além das relações de aliança que ocorriam junto ao Partido Social Democrata nos âmbitos municipais. Porém, um documento nos chama atenção. Em 20 de novembro de 1946, após receber um telegrama do candidato Faustino comunicando-lhe de sua candidatura, o Bispo de Sobral escreve ao candidato udenista uma resposta cordial, reproduzida no *Correio da Semana* de 7 de dezembro daquele ano.⁶¹⁵¹

⁶¹⁴⁸ Dessa forma, compreendemos as relações de poder na esteira da microfísica pensada por Michel Foucault. Segundo ele, “(...) o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma ‘apropriação’, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter; que lhe seja dado como modelo antes a batalha perpétua que o contrato que faz uma cessão ou a conquista que se apodera de um domínio”. (FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramallete. 37ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. P. 29).

⁶¹⁴⁹ Faustino de Albuquerque e Sousa (UDN) e Onofre Muniz Gomes de Lima (PSD) foram os únicos candidatos ao executivo estadual nesse contexto. A diferença entre eles foi de apenas 23.059, em um universo de 272.763 votos. Faustino venceu com 147.911 contra 124.852 do General Onofre. Além do pleito para executivo estadual, houveram também eleições Senador e suplente e para legislativo estadual. Fonte: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>, acessado em 14 de julho de 2016.

⁶¹⁵⁰ Devemos o contato a documentação a seguir ao fundo Padre Lira do Museu Diocesano Dom José. O clérigo e historiador João Mendes Lira fez uma exaustiva seleção dos embates ocorridos entre os anos de 1946 e 1947, provavelmente com a intenção de publicá-los em seu livro sobre a biografia de Dom José. Nem toda a documentação foi utilizada e muito dela se perdeu com as seleções do tempo em outros arquivos, ficando o fundo Padre Lira como peça de importante valor para o estudo sobre o período.

⁶¹⁵¹ No telegrama, o bispo dissertava da seguinte forma, “Exmo. Snr. Desembargador Faustino de Albuquerque. Fortaleza. Agradecendo a atenciosa comunicação por seu telegrama de 18 do corrente, vejo que os membros da U.D.N. souberam escolher um candidato à altura do cargo e das

O texto, ao que indica, provoca comentários de que Dom José estaria apoiando o candidato de seu rival, o ex-juiz Dr. José Saboya. Teria um uso político por parte dos partidários de Faustino Albuquerque. O *Correio da Semana*, porta voz dos interesses eclesiásticos, apressa-se em tentar desassociar a figura do Bispo à da candidatura do desembargador. Em 10 de dezembro o jornal da Igreja expunha,

Podemos afirmar que o Sr. D. José, alheio às competições partidárias, não toma atitude facciosa a favor de qualquer dos dois candidatos à Presidência do Ceará, pois ambos são dignos dos votos do eleitorado, e estão à altura das imensas dificuldades do momento. (...) Fica, pois, bem certo que os telegramas do Sr. Bispo publicados nos jornais, têm apenas a significação de uma cortesia e nada mais.⁶¹⁵²

O pretenso discurso de neutralidade busca ser sustentado a fim de evitar um passo em falso para a política de alianças após as eleições. A Igreja, oficialmente, buscava muito mais combater candidatos indesejados, associados ao comunismo em seus discursos, do que manifestar claro apoio a algum nome que concorresse a cargos públicos. Justificava inclusive as qualidades dos dois candidatos ao executivo estadual,

Se a cultura jurídica e a probidade inatacável de um [Faustino Albuquerque] é garantia do reinado da justiça durante o seu governo, a instrução e o civismo, sobretudo a intemerata atitude do outro [General Onofre Muniz], diante do comunismo agressivo, ateu e anti-nacional, desassombradamente manifestada nos seus discursos de propaganda eleitoral, e em outras circunstâncias tem despertado a mais viva simpatia no meio do povo cearense.⁶¹⁵³

Percebemos que as qualidades narradas são características de um bom governante para Igreja. Os dois se encaixariam nessa narrativa. Mas percebemos que a imagem de Onofre Muniz é mais trabalhada, com pinceladas que evidenciam além de seu caráter as suas ações frente ao inimigo comum da Igreja, somados uma interpretação de recepção popular de seu nome. A Igreja não oficializava apoio, mas estava longe de manter-se “neutra”.

Em 8 de janeiro de 1947, já próximo às eleições estaduais, o Bispo de Sobral ocupa local de destaque nas notícias do *“Correio do Ceará”*. Sob o título *“Revidaremos qualquer ataques à Igreja, venha de onde vier”*, são transcritas falas de Dom José mantendo seu posicionamento político e orientação para os católicos ao longo das eleições de 1947. Segundo o jornal, o Bispo conclamava *“Nossos inimigos desejam a luta. Pois que a luta venha”*. A mobilização política do Bispo junto à população sobralense é narrada como eficiente,

A população católica de Sobral prestou domingo passado significativa manifestação de solidariedade a dom José Tupinambá da Frota pelo fato de o mesmo haver tornado suas as declarações contidas na Circular n.º 64, publicada pelo Arcebispo Metropolitano de Fortaleza, aprovando-a integralmente.

A manifestação constituiu uma eloquente prova da amizade que *O Povo* sobralense dedica ao bispo dali, dela participando milhares de pessoas pertencentes a diversos

responsabilidades da hora presente, na ilustre pessoa de V. Excia. José, Bispo de Sobral”. (*Correio da Semana*, 7 de dezembro de 1946. P.1)

⁶¹⁵² *Correio da Semana*, 10 de dezembro de 1946. P. 1

⁶¹⁵³ Idem

partidos políticos, que se concentraram na praça fronteiriça ao palácio episcopal de Sobral (...).⁶¹⁵⁴

Pelas linhas da documentação podemos interpretar que Dom José objetivava combater qualquer candidato associado ao comunismo. Talvez esperando a derrota nas eleições ou simplesmente não querendo anexar oficialmente a Igreja à política, afirmava categoricamente em seu discurso, “(...) a Igreja não tem candidato ao governo constitucional do Estado”. Porém, apesar de não apoiar de forma oficial o General Onofre, expunham que “(...) os católicos não devem votar naqueles nomes que já receberam a desaprovação”⁶¹⁵⁵.

A desaprovação sugerida era a que a Igreja indicava na circular Nº 64. Texto publicado pela Arcebispo de Fortaleza que sugeria aos clérigos o combate a qualquer candidatura associada ao espectro do comunismo. Faustino Albuquerque se torna alvo dos ataques a partir da circular porque recebe apoio formal do Partido Comunista do Brasil – PCB naquela eleição.

Dom José não podia se manter à margem daquela conjuntura. O discurso beligerante era notável. “Os inimigos da Igreja desejam a luta. Que a luta venha. Nada nos intimida. Revidaremos qualquer ataque parta de onde partir. Seremos intransigentes na defesa dos legítimos e soprados direitos da Igreja”⁶¹⁵⁶. É um conclave à *militarização* do movimento, revidando aos projetos políticos de cidades diferentes com uma guerra de discursos. Ele alcança seus alvos, mas também é atingido.

A partir de então inicia-se um intenso conflito discursivo entre a Igreja e o ex-juiz, líder da UDN em Sobral, Dr. José Saboya. Difícil identificarmos a gênese desse conflito em especial, mas ele vem pelo menos desde o “O histórico brinde do Dr. José Saboya de Albuquerque”, ocorrido em um banquete em prol da candidatura de Faustino Albuquerque em Sobral, em 27 de dezembro de 1946. Nele, segundo os manuscritos do Padre João Mendes Lira, o Dr. José Saboya afirmou,

A questão eleitoral, assim, no Ceará, se deslocou do terreno da confiança política, para o domínio da afinidade religiosa, chegando os pretensos diretores da consciência católica, a dirigir questionários aos candidatos, perscrutando-lhes o fôro íntimo e querendo torna-los responsáveis pela ajuda que os eleitores taxados de indignos lhes viessem espontaneamente oferecer.⁶¹⁵⁷

O “domínio da afinidade religiosa” sugerido por Dr. José Saboya colocaria seu candidato em desvantagem. Aqui há um testemunho involuntário⁶¹⁵⁸ que evidencia a força que a Igreja matinha durante um processo eleitoral, ao escolher simplesmente a quem não apoiar. Segundo Lira, Faustino Albuquerque “teria gostado mais se não tivesse publicado nos jornais de Fortaleza o mencionado brinde”. Sem almejar isso, o candidato da UDN viraria rapidamente o candidato indesejado da Igreja, ao menos em Sobral.

O discurso do Dr. José Saboya acaba por provocar reverberações nas atitudes do clero sobralense. Em 4 de janeiro o Padre Sabino Guimarães Loyola, publica um texto de grande teor político, *O Anticlericalismo do Dr. José Saboya ao lado dos Inimigos da Igreja*, onde expunha a partir de sua *performance*, que,

Em Sobral o Dr. José Saboya achou de fazer cômico com os inimigos da Igreja. [...] fez intempestivo discurso em que

⁶¹⁵⁴ Jornal **Correio do Ceará**, 8 de janeiro de 1947

⁶¹⁵⁵ Idem

⁶¹⁵⁶ Idem

⁶¹⁵⁷ Museu Dom José. Fundo Padre Lira.

⁶¹⁵⁸ Sobre o conceito de Testemunho Involuntário, ver: MELO, Francisco Dênis. **Os Intelectuais da Academia Sobralense de Estudos e Letras – ASEL – E a Invenção da Cidade Letrada (1943-1973)**. Tese em História. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE: Recife - PE, 2013.

atacou, faltando apenas declinar-lhes o nome, a Circular do Sr. D. Antônio Lustosa e a Ação Católica.

Poz-se desta maneira, com os espírito laicista e anti-clerical que o caracteriza, ao lado dos inimigos da Igreja, revelando-se dócil ao sentido apelo dos comunistas [...].

Sociedade perfeita, a Igreja possui os seus departamentos e órgãos, legitimamente autorizados, pelos quais se movimenta e atua na defesa dos seus direitos inalienáveis.

[...] Para S.S. os integralistas são a corja maldita, os vendedores da Pátria, os que puseram os barcos brasileiros a pique. E os comunistas o que são? Defina-os também. Se as posições dessas correntes estivessem trocadas, a corja maldita, apostaríamos, não seriam os integralistas, mas os comunistas.

Fiquemos hoje por aqui, já que o assunto é fértil e o manancial inexgotável.⁶¹⁵⁹

São duras palavras colocando o ex-juiz contra os membros da Igreja a partir da ideia de anticlericalismo. É mais uma prática militarista que busca a união do grupo a partir da oposição um inimigo. Nesse caso, o inimigo é o Dr. José Saboya. A Igreja é apresentada como uma “sociedade perfeita”, certamente modelo a ser seguido pelos leigos.

Há ainda no fragmento do texto do Padre Sabino uma clara defesa do Integralismo frente ao comunismo, sempre tentando associar a figura do ex-juiz à perspectiva “vermelha”, apesar deste ser dono da maior fábrica de tecidos da cidade. A demonização do outro buscava invalidar o respeito pelo indivíduo, possibilitando o crescimento de adeptos às fileiras da Igreja.

Sabino também se esforça em associar o ex-juiz e rico industrial, a de patrão que doutrina seus funcionários a fim de que estes votassem no candidato indicado. Segundo o padre,

O procedimento (...) do dr. José Saboya em relação ao voto dos operários da fábrica está em flagrante oposição aos princípios democráticos que prega. Nas eleições do dia 2 de dezembro os “fabricantes” puseram se em fila deante da Fabrica de Tecidos para receber as chapas q’ alise-lhes impunham, sem se dar aos mesmos liberdade de escolha entre os candidatos do partido. Depois desfilaram rumo às secções eleitorais, sob o olhar vigilante e atento dos guardas do “procer” politico. E em Sobral se sabe que ameaça pesava sobre os operarios, se por ventura os democráticos patrões da Fabrica de Tecidos soubessem que votaram com outro partido seriam despachados do serviço. Perderiam o emprego por que a (sic) agora tanto zelo em salvaguardar o “foro intimo” dos candidatos católicos contra a orientação e esclarecimento que os Bispos querem dar aos fieis em face dos perigos iminentes desta hora gravíssima da história?⁶¹⁶⁰

Não importava o quão fosse contraditório tachar o Dr. José Saboya de burguês doutrinador e comunista no mesmo texto, isso não invalidariam a estratégia maior de, a partir da *performance*, construir simbolicamente o *medo do outro*. Mas não era apenas o Padre Sabino que encampava as lutas da Igreja. A perspectiva de oposição às práticas de poder e às possíveis associações é endossada pela publicação de um outro extenso artigo, de autoria do próprio Bispo de Sobral, que leva as tensões a um outro status. O título é bem sugestivo, “Por que vês tu o argueiro no olho do teu irmão, e não vês a trave no teu?”. Logo em seu segundo parágrafo Dom José disserta,

⁶¹⁵⁹ *Correio da Semana*, 4 de janeiro de 1947. P. 1

⁶¹⁶⁰ *Correio da Semana*, 4 de janeiro de 1947. P. 1

Bem poderia S.S. ter omitido as infelizes e inoportunas referências à Acção Catholica, ferindo e ridicularizando as Autoridades Ecclesiasticas do Ceará, cuja moderação em matéria de política é mais que notoria. A linguagem do Sr. Dr. José Saboya faz lembrar a sentença de Christo “d’aquillo de que está cheio o coração fala a boca” (Math. XII, 34).⁶¹⁶¹

Nesse trecho, Dom José busca defender a Igreja dos ataques do rival, expondo as possíveis reais intenções do prelado sobralense, a fim de associar o Dr. José Saboya contra os católicos por ele “ferir” e “ridicularizar” as “autoridades” eclesiásticas cearenses. É uma tentativa de expor que os sentimentos anticlericais e políticos do ex-juiz foram enfim revelados.

Nos parágrafos seguintes são reproduzidas encenações discursivas que endossam essa ideia, até que o bispo busca refletir sobre a questão do eleitorado católico frente a configuração política naquele contexto. Segundo ele,

O eleitorado catholico está dividido entre as varias facções políticas, e a Igreja nada tem a oppôr, uma vez que esses partidos não hostilizem a sua fé e os seus direitos. Mas, como muito acima dos interesses políticos, geralmente, personalísimos, estão os interesses morais e religiosos d’esse mesmo eleitorado, nada mais logico do que os seus chefes, que não são “pretensos diretores da consciência”, mas homens de alto descortino, à vista do perigo iminente em que a Patria se acha, procurarem abrir os olhos dos catholicos, premunil-os, guial-os, dirigil-os, coordenal-os. Si os catholicos não quizerem agir, serão esmagados.⁶¹⁶²

Novamente é reiterada a prática de conclamar os católicos a um discurso belicoso. Chama a atenção a ideia de divisão do eleitorado católico nesse contexto exposta por Dom José e a preocupação em manifestar quem seria a referência a orientar os passos desses eleitorado para as escolhas políticas, tratando como uma questão de sobrevivência, senão, seria “esmagados”. Justifica assim a ação da Igreja na orientação da participação na votação indicando em quais candidatos não deveria votar. O Bispo provoca ainda o desafeto,

Vê, pois, o Sr. Dr. José Saboya, que ser votavel ou não votavel, se habet ex parte rei, non ex intentione agentis [na parte da coisa, não a partir da intenção do agente]. E, na verdade, o Sr. Dr. José Saboya, que sabe organizar tão bem as suas hostes eleitorais e dar-lhes a palavra de ordem, (que seja dito de passagem, muitas vezes têm sido burladas porque o voto é secreto e livre, e a consciência é terra onde ninguém entra), permitiria aos seus correligionarios e aos seus operarios votarem nos candidatos do P.R.P., do P.S.D., e de outros quaisquer PPP porventura existentes? Evidentemente, não! E é logico. Pois é o que fazem os catholicos, foi o que fizeram o Sr. Arcebispo e a Acção Catholica.⁶¹⁶³

Neste texto é justificado o título do artigo de Dom José ao expor que o que a Igreja faz, selecionar, apontar e doutrinar os eleitores durante as eleições, nada mais é do que uma prática também realizada pelo desafeto Dr. José Saboya, mas que este não consegue ser eficiente haja vista que o voto era secreto e seus empregados usavam a consciência em voto contrário ao do ex-magistrado. O Bispo aqui iguala a Igreja às práticas de poder desenvolvidas por Dr. José Saboya. Nesse aspecto são dois lados da mesma moeda.

⁶¹⁶¹ Idem.

⁶¹⁶² Ibidem.

⁶¹⁶³ Idem

As *performances* de ataque coordenadas não cessariam por aí. Em 14 de janeiro o Padre Sabino traz um novo texto de ataque aberto ao candidato da UDN e a figura do Dr. José Saboya. Mais uma vez, o inimigo a ser associado a figura do ex-magistrado a fim de aglutinar os católicos é o do comunismo. No texto “Quem é o candidato dos comunistas?”, Sabino expõe,

Claro ficou que dos dois candidatos à Presidência do Estado não é o General Onofre o que conta com o apoio oficial dos vermelhos e dito claramente a nota de esclarecimento aos eleitores católicos. Daí terá que se concluir, logicamente, que os comunistas apoiam o Desembargador? De nenhum modo. Seria uma ilação apressada e apaixonada, por que poderia suceder que o PCB não desse o seu apoio a nenhum dos ilustres candidatos.⁶¹⁶⁴

O discurso nessa parte do texto corrobora com a ideia de que a Igreja não deveria tomar partido algum nas eleições, apenas indicando os candidatos que não deveriam ser votados. Se Faustino não se identificasse com a égide comunista, não deveria ser atacado de forma “apressada e apaixonada”. Porém, na sequência, a ordem do discurso muda de figura, “Deante, porém, dos factos e das circunstancias reais dissipam se as duvidas e faz crer aos que refletem desapaixonadamente que de fato os comunistas apoiam a candidatura do Desembargador (...)”.⁶¹⁶⁵ Sabino apresenta justificativas para associar os comunistas a Faustino Albuquerque, evidenciando as pessoas que fazem apoio ao desembargador naquele contexto.

As reações políticas

A ofensiva *performática* dos clérigos não ficaria sem resposta. O Dr. José Saboya usa de sua influência política no judiciário para obter um direito de resposta no próprio jornal da Igreja. Isso não poderia acontecer em melhor momento. Faustino Albuquerque vence as eleições estaduais e a resposta do Dr. José Saboya agora poderia ser carregada de todo o triunfalismo político frente à Igreja. Intitulado “O meu anti-clericalismo”, o texto traz duras respostas ao Bispo Dom José e ao Padre Sabino. Nele,

Compensando-se da inibição jornalística em que se tem mantido nos últimos meses, o Sr. D. José Tupynambá, bispo de Sobral, viu chegar nas vésperas das eleições estaduais, a ocasião [p]assada para manifestar a sua má vontade para com os que sustentavam a candidatura do Desembargador (sic) Faustino de Albuquerque, contra a daquele, que especulação política, os seus partidários denominaram o candidato do *Povo* católico do Ceará. Partidário do General Onofre Muniz, apoiado pelo pessedismo da Igreja, do qual S. Excia., que o jornal de sua propriedade e sob sua orientação e redação, abrisse um fogo de barragem, obedecendo à tática nazista, contra aqueles que se achavam na linha de frente em defeza da candidatura Faustino (sic), enquanto não chegava o momento de dirigir suas baterias contra o próprio Desembargador, como depois sucedeu.⁶¹⁶⁶

⁶¹⁶⁴ **Correio da Semana**, 14 de janeiro de 1947. P. 1

⁶¹⁶⁵ Idem. Na continuidade do texto, passa o General Onofre a contar com apoio oficial de parte do clero, mas com ressalvas, “Na qualidade de sacerdote, de cidadão brasileiro como os que mais o sejam e de conhecimento anti-comunista não passo em consciencia votar no Desembargador. Posso destacar, no entanto, que se o apoio comunista passasse do Desembargador para o General eu seria imediatamente eleitor do ilustre homem da toga”.

⁶¹⁶⁶ **Correio da Semana**, 11 de fevereiro de 1947. P. 1 e 2

Aqui o ex-juiz expõe uma perspectiva de atuação da Igreja no âmbito político. A seu ver, o Bispo orientou suas ações de forma calculada a fim de prejudicar a candidatura do Desembargador Faustino. Para o ex-juiz era claro o apoio do Bispo ao General Onofre, e utilizou inclusive de táticas nazistas de propaganda de massa para alcançar seus objetivos. O adversário de Dom José ainda ataca construção social de uma memória de veneração à sua personalidade,

Por último, quero lastimar que as minhas pobres letras, por vezes motivo de imaginárias ofensas a S. Excia. dêem logar a tão repetidas manifestações de desagravo que, por sua frequência, e sem razão de ser, já estão sendo encaradas pelo grosso público sob o prisma do ridículo, e não representam mais do que simples manifestações de caráter político; ainda no ultimo meeting teve de ser cassada a palavra a um orador, por sinal, comunista fichado, que ali acorrêra, para exaltar a personalidade do candidato de S. Excia. não sofrem contraste tanto assim, que no último um dos oradores chegou ao ponto de taxar S. Excia. como sendo o maior sobralense, já porventura, nascido e ainda por nascer.⁶¹⁶⁷

Dr. José Saboya tenta ainda desassociar sua imagem à do comunismo, inimigo comum de ambos, mas não nega sua ação de pressionar seus subordinados por votarem em seu candidato.⁶¹⁶⁸ As conquistas que o Dr. José Saboya alcançou ao longo desse embate não poderiam ficar sem respostas. É inegável o destaque que o ex-juiz alcançou a ter seu candidato vitorioso nas eleições de 1947, apesar dos ataques feitos pelo jornal católico naquele período. Mas dentro da rivalidade entre Bispo e Juiz, a publicação de um direito de resposta tão extenso e ofensivo, expõe fissuras que não cessariam tão facilmente.

A Igreja reage quase que instantaneamente a publicação do direito de resposta do líder udenista sobralense. Em 12 de fevereiro o Monsenhor Olavo Passos, Vigário Geral, elimina o Dr. José Saboya da Irmandade do SS. Sacramento⁶¹⁶⁹.

A expulsão da Irmandade do SS. Sacramento foi um duro golpe para o rico industrial e homem das leis de Sobral. Significava a saída de uma associação religiosa que conjurava tradição e membros de diferentes segmentos da elite da cidade. Tentou em vão, através da participação do seu genro, também integrante da irmandade, o retorno ao grupo. Não se resignou. Mas viu seu isolacionismo dentro da Igreja controlada por seu arquirrival na cidade.

Considerações finais

As práticas discursivas e as *performances* verificadas nos jornais nos demonstram as tensões existentes dentro do meio político e intelectual sobralense, revelando o papel de protagonismo da Igreja Católica. As disputas políticas também podem ser estudadas a partir do prisma da produção intelectual Corroborando assim com a visão de Sirinelli, “A atração e a

⁶¹⁶⁷ Idem

⁶¹⁶⁸ Segundo o ex-juiz, “Se, como diz S. Ex^a. Para perscrutar as consciências dos nossos operários, os fazemos seguir para secções eleitorais, acompanhados de fiscais, não é para esse fim que o fazemos, mas para livrá-los da sanha de indivíduos inescrupulosos, entre os quais alguns padres que se dedicam ao papel indigno e criminoso de trocadores de chapas”. (**Correio da Semana**, 11 de fevereiro de 1947. P. 2).

⁶¹⁶⁹ Na declaração de eliminação, endereçada ao Tenente Delfino Batista de Melo que o presidente da irmandade, o clérigo afirmava, “Considerando que o Dr. José Saboya de Albuquerque tem, por mais de uma vez, desacato publicamente ao Exmo. e Revmo. Sr. Bispo Diocesano; [...] Considerando que o Regulamento da Irmandade do S.Smo, de Sobral, no Cap. 1. Art. 7. reza o seguinte: ‘Será eliminado o Irmão que, por ato publico e formal, haja desacatado a Autoridade Diocesana ou seus delegados e não queira volver à respiscência’; MANDO que o nome do Dr. José Saboya de Albuquerque seja cancelado do álbum da Irmandade do S.Smo Sacramentado de Sobral. E isto tenha V. Senhoria por entendido e dê pronta e cabal execução”. (**Correio da Semana**, 13 de fevereiro de 1947. P. 1)

amizade e, *a contrario*, a hostilidade e a rivalidade, a ruptura, a briga e o rancor desempenham igualmente um papel as vezes decisivo⁶¹⁷⁰. Em nossa pesquisa, esses elementos se combinam para revelar aspectos da sociedade sobralense do contexto apresentado, desconstruindo em partes o discurso de neutralidade apregoado pela Igreja, revelando-a como combatente nas disputas pela cidade.

JOSÉ ANTÔNIO GONSALVES DE MELLO E O CAMPO HISTORIOGRÁFICO PERNAMBUCANO NA DÉCADA DE 1940

Wagner Carlos da Silva⁶¹⁷¹
wag.carlos.silva@gmail.com

Resumo: Este trabalho abordará José Antônio Gonsalves de Mello (1916 – 2002) que atuou como historiador pesquisando, sobretudo, acontecimentos relacionados a temática do Brasil Holandês. Nosso objetivo é refletir sobre o campo historiográfico pernambucano na década de 1940 por meio da produção de José Antônio, principalmente o livro *Tempo dos Flamengos* (1947). Identificamos que *Tempo dos Flamengos* está associado ao Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), que funcionava como uma instituição que regulava as produções historiográficas em Pernambuco. Nesse sentido, é interessante priorizar os conceitos de campo e habitus proposto por Bourdieu para refletir sobre as condições sociais que condicionam a produção de uma obra.

Palavras-chave: José Antônio Gonsalves de Mello; campo historiográfico pernambucano; IAHGP

Com a intenção de refletir sobre a produção historiográfica de José Antônio Gonsalves de Mello, principalmente o livro *Tempo dos Flamengos*, priorizaremos os conceitos de campo e de habitus proposto por Bourdieu. Por meio da conciliação dessas noções, consideramos que a produção de José Antônio está vinculada a uma tradição historiográfica instituída no Recife da primeira metade do século XX, e, por outro lado, não reduziremos a sua ação que será percebida a partir do ênfase em seus traços distintivos e os seus posicionamentos políticos. Assim, Bourdieu nos ajuda a interpretar o mundo social sem colocar as coisas em oposição, destacando que na relação entre indivíduo e sociedade as conexões são mútuas.

A partir da leitura de Pierre Bourdieu⁶¹⁷², ficamos atento as condições sociais que afetam a produção simbólica. Ele nos alerta sobre o perigo de acreditar na criação enquanto expressão de um intelectual de autonomia absoluta, esquecendo que a obra e o criador fazem parte de um mesmo sistema de relações, que são relações de força, com seus dominantes e dominados, onde as estratégias atravessam as produções simbólicas.

Bourdieu dissolvendo a ideia de “criação original”, nos propõe um método que privilegia as condições sociais de produção. Deste modo, ele direciona o nosso olhar para os habitus dos agentes e para as suas tomadas de posição dentro do seu próprio campo.

⁶¹⁷⁰ SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Tradução: Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. P. 250

⁶¹⁷¹ Doutorando PPGH-UFPE

⁶¹⁷² BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa/Rio de Janeiro: Ed. Difel/Bertrand Brasil, 1989; **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992; **As Regras da Arte**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996; **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Ed. Papirus, 1996.

As estratégias dos agentes e das instituições que estão envolvidos nas lutas literárias [...] dependem da posição que eles ocupem na estrutura do campo, isto é, na distribuição do capital simbólico específico, institucionalizado ou não (reconhecimento interno ou notoriedade externa), e que, através da mediação das disposições constitutivas de seus habitus (relativamente autônomos em relação à posição), inclina-os seja a conservar seja a transformar a estrutura dessa distribuição, logo, a perpetuar as regras do jogo ou a subvertê-las⁶¹⁷³.

O debate em torno da posição dos agentes e suas tomadas de posição é importante para pensarmos sobre a relação entre o agente e o campo. Nessa perspectiva, cada produtor atua de acordo com aquilo que lhe é ofertado e sua produção é uma expressão da sua posição no campo. O lugar ocupado pelo agente está associado a lutas simbólicas anteriores, que definiram o campo. Um campo cultural é um lugar de luta entre os agentes, que executam estratégias que buscam preservar ou modificar as normas. Essas lutas interferem nas produções simbólicas que é um dos meios pelos quais o autor adquire capital simbólico. Nesse sentido, buscaremos entender a trajetória de José Antônio Gonsalves de Mello e o funcionamento do campo historiográfico pernambucano na década de 1940, por meio do livro *Tempo dos Flamengos*.

1. Tempo dos Flamengos num campo em tempos de transição

José Antônio Gonsalves de Mello Neto nasceu no Recife, em 1916, filho de Albertina Carneiro Leão de Mello (1893-1963) e de Ulysses Pernambucano de Mello (1892-1943), um importante médico psiquiatra que atuou em Pernambuco nas décadas de 1920 e 1930. A sua vida de estudos dedicada as questões de Pernambuco pode ser explicada pela tradição de sua família, que possuía membros como o seu avô paterno José Antônio Gonsalves de Mello, do qual ele herdou o nome. O seu avô paterno tornou-se sócio do IAHGP em 1902 e durante décadas foi sócio efetivo do instituto.

Com 21 anos de idade, José Antônio bacharelou-se em direito pela Faculdade de Direito do Recife, instituição que durante a primeira metade do século XX formava profissionais que ocupariam cargos elevados no setor público, no jornalismo e na docência. Enquanto cursava Direito, José Antônio pesquisa documentações relativas ao passado de Pernambuco, e em 1934 apresenta sua pesquisa no 1º Congresso Afro-Brasileiro do Recife. Após concluir o curso, José Antônio continua frequentando os arquivos públicos de Pernambuco e também o da Bahia, de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Em 1943, José Antônio torna-se sócio efetivo do IAHGP, no qual continuará participando dos eventos do instituto durante toda a sua vida, inclusive presidiu o IAHGP ininterruptamente durante 36 anos, de 1964 até 2000. José Antônio conciliou a sua participação na administração do IAHGP e as suas pesquisas com a docência. Em 1953, José Antônio torna-se professor na Universidade do Recife, cargo em que ele permanecerá até 1977, ministrando a disciplina de História da América. Durante a sua vida também ocupou alguns cargos em instituições culturais em Pernambuco, como a Fundação Joaquim Nabuco e a Fundação Gilberto Freyre. Em janeiro de 2002, logo após completar com 85 anos, falece no Recife.⁶¹⁷⁴

⁶¹⁷³ BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Ed. Papyrus, 1996, p.63 e 64.

⁶¹⁷⁴ Para descrever e refletir sobre a vida de José Antônio foi importante as informações contidas no livro de Lúcia Gaspar e Diva Gonsalves de Mello, filha de José Antônio. Ver: GASPAR, Lúcia. MELLO, Diva Gonsalves. **José Antônio Gonsalves de Mello** (1916-2002): cronologia e bibliografia. Recife, FUNDAJ, 2012. Também foi importante um texto de Evaldo Cabral de Melo onde comenta a produção historiográfica de José Antônio e descreve alguns acontecimentos da vida dele. Ver: Melo, Evaldo

Desde jovem José Antônio buscou divulgar as suas pesquisas. Em 1930, aparece no jornal recifense, *A Província*, um texto de sua autoria, quando ele tinha apenas 14 anos de idade. A partir daí percebemos que ele continuará se utilizando dos jornais locais, principalmente o *Diário de Pernambuco*, para expor as suas pesquisas. As suas pesquisas também ganharam visibilidade por meio das publicações dos seus livros. Por mais de quatro décadas, José Antônio se dedicou a atividade de escritor e ao longo da sua trajetória conseguiu publicar 16 livros.⁶¹⁷⁵ Os seus livros tratam, principalmente, da temática do Brasil Holandês, no qual consideramos obras importantes na historiografia pernambucana que contribuíram nas discussões historiográficas sobre o assunto, sendo uma referência até hoje.

Diante da produção bibliográfica de José Antônio, evidenciaremos o livro *Tempo dos Flamengos* com a intenção de refletir sobre o campo historiográfico pernambucano na década de 1940. O livro *Tempo dos Flamengos* foi publicado originalmente pela Editora José Olympio, em 1947 e foi editado mais quatro vezes⁶¹⁷⁶. Nesse livro, José Antônio busca reconstruir o Brasil Holandês enfatizando suas discussões em torno da urbanização e da arquitetura do Recife, da questão agrária e nas relações dos holandeses com os índios, negros, portugueses e judeus.

Tempo dos flamengos teve como prefaciador Gilberto Freyre que se empenha em estabelecer *Tempo dos Flamengos* como uma obra inovadora devido a sua abordagem sociológica, diferenciando-se dos trabalhos anteriores produzidos sobre o Brasil holandês. Evaldo Cabral de Mello, acredita que a interpretação sociológica de Gonsalves de Mello resulta da influência de Freyre.

A inspiração de Gilberto Freyre é detectável em *Tempo dos flamengos*, que constitui basicamente uma história social do Brasil holandês, explorando, por conseguinte, uma perspectiva até então inédita na historiografia do período, cujas obras fundamentais (Netscher, Varnhagen e Watjen) ou eram de história militar e administrativa ou de história econômica.⁶¹⁷⁷

Assim, não se limitando apenas na narração das batalhas ou no governo de Maurício Nassau, como tantos outros fizeram, Gonsalves de Mello se preocupa em tratar como as questões políticas e econômicas se relacionaram com a vida urbana e a vida rural do Nordeste brasileiro no século XVII.

Em *Tempo dos flamengos*, percebemos como José Antônio estava próximo de Gilberto Freyre. No prefácio, Freyre não se intimida em revelar a sua importância na trajetória intelectual de Gonsalves de Mello, expondo seu conselho dado a ele, quando José Antônio

Cabral. A obra de José Antônio Gonsalves de Mello. In: VIEIRA, Hugo Coelho (Org.). **Brasil holandês: história, memória e patrimônio compartilhado**. São Paulo: Alameda, 2012.

⁶¹⁷⁵ Seguem os livros de José Antônio com o ano de publicação original: *Tempo dos Flamengos* (1947); Filipe Bandeira de Melo (1954); D. Antônio Filipe Camarão (1954); Frei Manuel Salvador Calado (1954); Francisco de Figueroa (1954); Antônio Dias Cardoso (1954); Henrique Dias (1954); João Fernandes Vieira (1956); Antônio Fernandes de Mato (1957); *Estudos Pernambucano* (1960); *Cartas de Duarte Coelho a El Rei* (1967); *O Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste* (1975); *Tempo de Aprendiz* (org.) (1954); *A Rendição dos Holandeses no Recife* (1979); *Fontes para a história do Brasil Holandês (1981 - 1985)*; *Gente da Nação* (1989).

⁶¹⁷⁶ MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947; Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1978. (2ª edição); Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1987. (3ª edição); Rio de Janeiro: Topbooks; 2001. (4ª edição); Rio de Janeiro: Topbooks; 2007. (5ª edição);

⁶¹⁷⁷ Melo, Evaldo Cabral. A obra de José Antônio Gonsalves de Mello. In: VIEIRA, Hugo Coelho (Org.). **Brasil holandês: história, memória e patrimônio compartilhado**. São Paulo: Alameda, 2012, p.27.

tinha apenas 13 anos: “aprenda holandês antigo para especializar-se no conhecimento do período flamengo da história brasileira”.⁶¹⁷⁸

Esta fala de Freyre parece ecoar no campo historiográfico pernambucano. Ajudando a propagar essa imagem, Evaldo Cabral de Mello exalta a importância de Freyre quando descreve como Gonsalves de Mello inicia seus estudos sobre o Brasil Holandês e chegou até os documentos coletados por Hygino:

Por sugestão de Gilberto [Freyre], José Antônio começou a aprender alemão e holandês para ler a rica documentação relativa ao período batavo no Nordeste [...] o acervo, empoeirado e esquecido, dormia no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. José Antônio encetou sua leitura (trata-se de cerca de trinta códices). E já em 1934 contribuiu com um estudo sobre “A situação do negro sob o domínio holandês” para o Primeiro Congresso Afro-Brasileiro do Recife.⁶¹⁷⁹

De acordo com o enunciado de Evaldo, José Antônio estuda a documentação relativa ao Brasil holandês que o IAHPG abrigava devido a Freyre, no qual supomos que esta documentação é fundamental para a produção de sua grande obra, *Tempo dos Flamengos*, como veremos mais adiante.

Freyre ainda proporciona que Gonsalves de Mello participe do Congresso Afro-Brasileiro do Recife com apenas dezoito anos de idade. O texto que Gonsalves de Mello apresentou no congresso foi, em 1937, incluso por Freyre no livro *Novos Estudos afro-brasileiros* publicado pela Editora Civilização Brasileira quando José Antônio tinha apenas 21 anos, evidenciando a importância de Freyre nos primeiros passos da trajetória intelectual de José Antônio.

Dez anos depois é publicado *Tempo dos flamengos*, que apesar de ser o primeiro livro de autoria de José Antônio, tem boa circulação e recepção. O livro foi publicado pela Editora José Olympio que proporcionou inserir Gonsalves de Mello num lugar entre os escritores de sucesso da nação⁶¹⁸⁰. *Tempo dos Flamengos* foi inserida pela Editora José Olympio na Coleção Documentos Brasileiros (1936-1959) que teve como primeiro diretor Gilberto Freyre. Consideramos que a inserção de José Antônio no mercado editorial nacional teve a participação de Freyre que na ocasião era uma figura que participava das escolhas dos livros publicados pela Editora José Olympio.⁶¹⁸¹

Segundo Franzini, a Coleção Documentos Brasileiros aparece como “um lugar legítimo e respeitado para acolher uma produção que não se moldava à rigidez do IHGB” (2007, p. 191). Assim, José Antônio se aproveita do forte mercado editorial que publicavam produções

⁶¹⁷⁸ FREYRE, Gilberto. Prefácio. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001, p.18.

⁶¹⁷⁹ Melo, Evaldo Cabral. A obra de José Antônio Gonsalves de Mello. In: VIEIRA, Hugo Coelho (Org.). **Brasil holandês: história, memória e patrimônio compartilhado**. São Paulo: Alameda, 2012, p.27.

⁶¹⁸⁰ Entre os escritores consagrados no Brasil naquele período que foram publicados pela Editora José Olympio, encontram-se: José Lins do Rego, Gilberto Amado, Jorge Amado, Graciliano Ramos, Oswald de Andrade, Lúcio Cardoso, Octávio de Faria, Amando Fontes, Gilberto Freyre, Murillo Mendes, Vinícius de Moraes, Cornélio Pena, Rachel de Queiroz e Plínio Salgado. Ver: HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo: USP, 1985. p. 357.

⁶¹⁸¹ Freyre dirigiu a Coleção Documentos Brasileiros de 1936 a 1939. Depois foi substituído por Octavio Tarquínio de Souza, mas Freyre continuou colaborando nas decisões da editora, por meio de diálogo com o editor e o atual diretor. Sobre o assunto, ver: FRANZINI, Fabio. Artífices e artifícios de uma coleção. In: **À sombra das palmeiras: a Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, 2006.

historiográficas que possibilitavam e consagravam um novo fazer historiográfico, questionando a hegemonia dos Institutos no campo historiográfico.⁶¹⁸²

José Antônio como sócio do IAHP não se limita a publicar as suas pesquisas no Instituto e se insere no mercado editorial mostrando que o campo historiográfico estava em um momento de transição. Com o surgimento das Coleções na década de 1930,⁶¹⁸³ aparece no campo historiográfico um importante meio de divulgação para as produções historiográficas, que antes era dominado pelas revistas dos Institutos. Assim, os Institutos começam a dividir espaço com uma outra forma de fazer historiográfico, onde ocorre aproximações e distanciamentos entre esses dois segmentos.

Nesse sentido, a partir da década de 1930 o campo historiográfico brasileiro permite uma diferente forma de se construir historiador que favorece José Antônio a ser reconhecido como historiador por meio do mercado editorial. Em janeiro de 1948, o *Gazeta de notícias* discutindo sobre as atividades da Editora José Olympio no ano de 1947, destacando escritores como Graciliano Ramos e José Lins do Rego entre os 52 autores brasileiros que publicaram livros pela Editora José Olympio, reserva um espaço para *Tempo dos Flamengos*, onde o livro é definido como um ensaio histórico-sociológico⁶¹⁸⁴.

A Coleção Documentos Brasileiros da José Olympio permite que a intelectualidade carioca receba *Tempo dos Flamengos* com seriedade, conferindo a José Antônio uma notoriedade. Os jornais cariocas comentando sobre o livro destacam o uso da documentação por José Antônio que é elogiado por se utilizar de uma grande documentação. Com grandes notas de rodapé José Antônio demonstra dominar uma vasta documentação, sendo considerado como um genuíno historiador. No *Diário de Notícias Tempo dos Flamengos* é estabelecido como “um livro completo; que o é, aliás, do ponto de vista histórico, incluindo-se entre o que de melhor se publicou, nos últimos tempos, na historiografia brasileira, [...] pela base documental em que assenta a discussão dos problemas”⁶¹⁸⁵.

Diante das obras escritas na década de 1940 por Josué de Castro e Câmara Cascudo que trataram sobre o Brasil Holandês, percebemos que os autores reconhecem Gonsalves de Mello como um grande estudioso do assunto. No livro *Fatôres de localização da cidade do Recife* percebemos a aproximação entre Josué de Castro e Gonsalves de Mello. Gonsalves é mencionado oito vezes no decorrer do livro, sendo o autor mais citado entre os contemporâneos de Castro. Em *Geografia do Brasil Holandês*, Câmara Cascudo também menciona várias vezes Gonsalves, inclusive dedica o livro a Gonsalves. Assim, percebemos que *Tempo dos flamengos* aparece na década de 1940 com grande visibilidade.

Entendemos que a produção e a recepção de *Tempo dos Flamengos* não pode ser explicada sem levar em consideração o campo historiográfico pernambucano que na época era regulado pelo o IAHP e no qual José Antônio estava inserido. Nesse sentido, buscaremos compreender o campo historiográfico pernambucano na década de 1940, por meio da produção de *Tempo dos Flamengos* e sua relação com o IAHP.

2. O IAHP e a fascinação pelo Brasil Holandês

A produção historiográfica em Pernambuco na década de 1940 é fortemente atravessada pelo o IAHP. O IAHP foi fundado em 1862 e teve 27 fundadores. O primeiro presidente efetivo do Instituto foi o Monsenhor Francisco Muniz Tavares que presidiu o Instituto por 14 anos. Nesse período, o Instituto foi consolidando a sua configuração e

⁶¹⁸² Talvez pelo forte vínculo com o IAHP, José Antônio não se insira entre os “historiadores nacionais”, sendo *Tempo dos Flamengos* o único livro de sua autoria publicado originalmente fora de Pernambuco. Após a publicação de *Tempo dos Flamengos*, José Antônio intensifica sua relação com o IAHP. Na década de 1960 torna-se presidente, cargo que ele irá ocupar até os últimos anos da sua vida.

⁶¹⁸³ Além da Coleção Documentos Brasileiros, a década de 1930 favoreceu o aparecimento das coleções nas editoras: Companhia da Editora Nacional, Editora Schmidt e a Editora Martins.

⁶¹⁸⁴ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 18/01/1948.

⁶¹⁸⁵ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 13/04/1947.

recrutando sócios que “não tinham que ter necessariamente uma obra dedicada aos estudos históricos mas gozar de algum prestígio intelectual, social ou político no contexto da província [de Pernambuco]”.⁶¹⁸⁶ Salgado Guimarães refletindo sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), argumenta que o Instituto no século XIX era um espaço privilegiado de produção historiográfica formado por membros que ocupavam cargos importantes, sendo escolhidos através de relações sociais.⁶¹⁸⁷

Observamos que desde os primeiros momentos, o IAHGP se interessou pela temática do Brasil Holandês que motivou inúmeras discussões, possibilitando uma produção historiográfica relevante sobre o tema. Essas discussões se desdobra e chega até a década de 1940 quando José Antônio lança *Tempo dos Flamengos*.

A data escolhida para a fundação do Instituto foi o 28 de janeiro por significar a Restauração Pernambucana, evento que remete a expulsão dos holandeses. Nos anos seguintes, o Instituto continuou empenhado em “ dotar de pompa as celebrações anuais da Restauração que coincidiam com os aniversários da instituição”.⁶¹⁸⁸ Destacamos ainda que no local onde ocorreu a fundação, haviam os bustos dos heróis da Restauração.

Com a “missão Hygino” esta relação entre o IAHGP e a temática do Brasil Holandês fica mais nítida. A documentação sobre o Brasil Holandês que o IAHGP possuía e que estava à disposição dos pesquisadores durante as décadas de 1930 a 1950 está associada a figura do pesquisador José Hygino Duarte Pereira (1847 – 1901) que no final do século XIX explorou os documentos referentes ao século XVII da história holandesa.

Membro do IAHGP, Hygino viajou para a Holanda com recursos financeiros concedidos pela Província de Pernambuco a pedido do Instituto. O período que passou na Holanda se dedicou em coletar documentos nos arquivos de Haia. De acordo com Galindo, a postura de Hygino seguiu a “tendência documentalista e positivista da época e coletou nos Países Baixos uma extensa massa documental, nativamente escrito em língua holandesa”.⁶¹⁸⁹

Esta desconhecida documentação foi recolhida e entregue ao IAHGP, em 1886. Após o retorno de Hygino, a revista do IAHGP intensifica a publicação sobre o Brasil Holandês onde identificamos 33 escritores empenhados em trabalhar sobre o tema⁶¹⁹⁰. Assim, entendemos que o IAHGP ao possuir e gerenciar esta documentação foi capaz de interferir no campo de produção historiográfico pernambucano, revelando a sua importância institucional na consagração da documentação e no impulso que dá aos estudos sobre a temática do Brasil Holandês.

Quando Hygino, em 1886, entrega ao IAHGP a documentação que ele trouxe da Holanda, Francisco Augusto Pereira da Costa (1851-1923), membro do Instituto, já discursava

⁶¹⁸⁶ SOUZA, George Félix Cabral de. **Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano: breve história ilustrada**. Recife: IAHGP, 2010, p.37.

⁶¹⁸⁷ GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

⁶¹⁸⁸ SOUZA, George Félix Cabral de. **Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano: breve história ilustrada**. Recife: IAHGP, 2010, p.43.

⁶¹⁸⁹ GALINDO, Marcos. Memória e cultura partilhada. In: VIEIRA, Hugo Coelho (Org.). **Brasil holandês: história, memória e patrimônio compartilhado**. São Paulo: Alameda, 2012, p.297.

⁶¹⁹⁰ Nas produções historiográficas publicadas na revista do IAHGP, entre os anos de 1886 a 1959, encontramos 33 autores de textos que tiveram como foco a temática do Brasil Holandês. Segue a lista com os nomes dos 33 historiadores: José Higino Duarte Pereira; José Domingues Codeceira; Maximiano Lopes Machado; Aprígio Justiniano da Silva Guimarães; Adelino Antônio de Luna Freire; José Veríssimo; João Coimbra; Artur Muniz; Aníbal Falcão; Alfredo de Carvalho; Francisco Augusto Pereira da Costa; Oliveira Lima; Humberto de Campos; Antônio Coutinho Gomes Pereira; José Pereira Alves; Agenor de Roure; Antônio Ferreira Serpa; João Ribeiro; Pedro Celso Uchoa Cavalcanti; Vicente Temudo; Estêvão Pinto; Mário Melo; Naasson Figuerêdo; João José Maria Rodrigues de Oliveira; Luís Estêvão de Oliveira; Frazão de Vasconcelos; Jaime Cortesão; Moisés Coelho; Pedro Bandeira de Melo; Metódio Maranhão; João Neves Fontoura; Raja Gabaglia; Jose Antônio Gonsalves de Mello.

com a intenção de estimular os estudos sobre o Brasil Holandês e propagava em Pernambuco uma narrativa que exaltava os aspectos positivos da colonização holandesa⁶¹⁹¹.

Pereira da Costa repudiava as comemorações em torno da Restauração Pernambucana. Segundo Pereira da Costa, a Restauração foi “um erro histórico de dimensões trágicas, pois a dominação holandesa representara ‘a página mais esplendorosa’ da história brasileira”.⁶¹⁹² De acordo com Evaldo, Pereira da Costa aos poucos vai suavizando o seu discurso, onde diminui a exaltação do período holandês. De toda forma, Pereira da Costa continuou tratando do Brasil Holandês e seus enunciados permaneceram provocando reações entre os membros do IAHGP⁶¹⁹³.

Alfredo de Carvalho (1870-1916) num relatório, em 1902, comenta os primeiros quarenta anos do IAHGP, onde percebemos o conflito em torno de como deveria ser lido o período da colonização holandesa em Pernambuco. Alfredo de Carvalho argumenta que nos primeiros anos do Instituto, os discursos sobre o Brasil Holandês fortaleciam uma imagem negativa dos holandeses. Após Hygino retornar da Holanda, com a documentação do século XVII, a leitura do Instituto sobre o período holandês no Nordeste se transforma. No fim do século XIX, segundo Alfredo de Carvalho, os membros do Instituto veneram a colonização holandesa⁶¹⁹⁴.

Quando examinamos as revistas do IAHGP entre os anos de 1930 a 1959, percebemos que a temática do Brasil Holandês ainda ocupa uma centralidade nas discussões do Instituto e ainda promove polêmicas. Durante essas décadas identificamos que Mário Melo, Naasson Figueiredo, João José Maria Rodrigues de Oliveira, Luís Estêvão de Oliveira, Frazão de Vasconcelos, Jaime Cortesão, Moisés Coelho, Pedro Bandeira de Melo, Metódio Maranhão, João Neves Fontoura, Raja Gabaglia e Jose Antônio Gonsalves de Mello foram os autores que se empenharam em discutir sobre o Brasil Holandês e tiveram seus textos publicados na revista do IAHGP.

Vale destacar nestas três décadas a configuração do IAHGP, que favorece uma regularidade nas publicações das revistas do Instituto. Nesse período Joaquim Inácio de Almeida Amazonas (1879 - 1959) participou ativamente da administração do IAHGP, sendo presidente por quatorze anos. Joaquim Amazonas também ocupou o cargo de vice-presidente durante os cinco anos do mandato de Luís Estêvão de Oliveira. Durante esse período Joaquim Amazonas teve como um importante aliado Mário Melo (1884- 1959) que foi secretário perpetuo e participava como membro nato da Comissão da Revista e do Estatuto do IAHGP. Destacamos que após o falecimento dos dois, em 1959, as revistas do IAHGP são publicadas sem regularidade e tem sua circulação suspensa em alguns momentos.

Foi no segundo mandato de Joaquim Amazonas como presidente que José Antônio se integra ao IAHGP como sócio efetivo, em maio de 1943. Nove anos após ingressar no Instituto como sócio, José Antônio participa da direção do IAHGP como membro da Comissão de História e Geografia. Nesse período, aparece no volume 42 da revista do IAHGP um trabalho de José Antônio intitulado *Um governador colonial e as seitas africanas*, sendo sua primeira contribuição para a revista.

Enquanto José Antônio ia se afirmando no IAHGP é publicado *Tempo dos Flamengos*. Ele faz da documentação da Coleção José Hygino do IAHGP seu principal material para

⁶¹⁹¹ Sobre a polêmica lançada por Pereira da Costa através dos seus discursos que elogiavam o colonizador holandês, ver: MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana**. São Paulo: Alameda, 2008. SOUZA, George Félix Cabral de. O Instituto Arqueológico e os estudos sobre o Brasil Holandês. In: VIEIRA, Hugo Coelho (Org.). **Brasil holandês: história, memória e patrimônio compartilhado**. São Paulo: Alameda, 2012.

⁶¹⁹² MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana**. São Paulo: Alameda, 2008, p.336.

⁶¹⁹³ Entre os anos de 1883 a 1923 encontramos nas revistas do IAHGP 46 textos publicados de autoria de Pereira da Costa, onde apenas 5 são diretamente direcionados ao Brasil Holandês, mas percebemos que nos demais textos o período holandês é, por vezes, mencionado.

⁶¹⁹⁴ Esse discurso de Alfredo de Carvalho se encontra: **Revista do IAGP**, nº56, Vol X, 1902, p. 304-309.

elaboração de *Tempo dos Flamengos*, sendo considerada a primeira produção historiográfica que se utiliza da Coleção José Hygino, que é composta por documentos em idioma neerlandês. Antes de José Antônio, o IAHGP possuiu dois membros que compreendiam a língua neerlandesa e leram a documentação, o próprio José Hygino que coletou o material e Alfredo de Carvalho. Ambos apenas produziram relatórios sobre a documentação.

No prefácio de *Tempo dos Flamengos*, Gonsalves de Mello comentando a documentação que foi utilizada para a construção do seu livro, expõe que a sua principal documentação foi encontrada na Coleção José Hygino, apesar dele ter conhecido a documentação sobre o Brasil Holandês que se encontrava na Biblioteca Nacional e no IHGB.

Gonsalves de Mello considerava que no Brasil a mais importante documentação referente a colonização holandesa no Nordeste brasileiro no século XVII se encontrava no IAHGP. Gonsalves de Mello exaltando o instituto, no qual era sócio desde 1943, dizia que o IAHGP era “o possuidor da mais completa coleção existente, fora da Holanda, de documentos sobre o período da dominação neerlandesa”.⁶¹⁹⁵

Ao ler a Coleção José Hygino e transformá-la em texto histórico José Antônio satisfaz um desejo antigo do Instituto que via uma grande documentação abandonada desde 1886. Ao mesmo tempo que o uso da coleção agrada o Instituto, possibilita que *Tempo dos Flamengos* seja recebido pelos os historiadores como uma obra inovadora. Entendemos que Gonsalves de Mello foi favorecido e preparado para pesquisar o material arquivado no IAHGP devido a sua formação e as relações sociais que ele manteve. Como vimos, desde muito jovem José Antônio transitou pelo IAHGP e dialogava com pessoas que conheciam o funcionamento e as documentações do Instituto.

Em 1948, Josué de Castro trata da temática do Brasil Holandês no livro *Fatores de localização da cidade do Recife* e diferente de José Antônio não utiliza a coleção José Hygino. Esse livro, sua tese de livre docência, trata das correlações entre a cidade e a sua paisagem natural. Neste mesmo ano, Cascudo aparece num jornal potiguar argumentando que a tese de Castro não é apenas um estudo de geografia urbana, mas também é um trabalho historiográfico, “uma contribuição preciosa aos estudos do Brasil Holandês”⁶¹⁹⁶.

Mas a fala de Cascudo é uma exceção. O livro de Castro foi recebido como um ensaio geográfico e não é considerado uma produção historiográfica no campo pernambucano. Supomos que seja devido ao distanciamento de Castro dos Institutos, principalmente o IAHGP. Destacamos que não encontramos menção ao livro *Fatores de localização da cidade do Recife* nas referências dos historiadores vinculados ao IAHGP que trataram da temática do Brasil Holandês naquele período.

Por sua vez, José Antônio aparece no final da década de 1940 reconhecido como historiador consagrado sobre o Brasil Holandês. José Antônio não apenas estuda a documentação do IAHGP, como também retoma a produção historiográfica do Instituto, no qual lhe garante uma maior autoridade sobre o assunto em Pernambuco. Em *Tempo dos Flamengos* ele menciona dezessete publicações da Revista do IAHGP. Entre os trabalhos citados encontra-se os de Alfredo de Carvalho, Pereira da Costa e os de José Hygino.

Essas referências indicam um circuito de troca de informações e também nos mostra o campo onde se situa o produtor. Nesse sentido, a referência a um autor não apenas indica reconhecimento, pois está associada às funções mais diversas: manifesta lealdade e dependência, estratégia de filiação e de defesa.⁶¹⁹⁷

Tempo dos Flamengos por meio de uma abordagem sociológica apresenta novidades, mas ao mesmo tempo percebemos como uma continuidade das discussões que vinham acontecendo no IAHGP desde a década de 1870 com Pereira da Costa e que foi intensificada com a documentação que Hygino entrega ao IAHGP em 1886.

⁶¹⁹⁵ MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001, p.26.

⁶¹⁹⁶ **Diário de Natal**. Natal, 15/05/1948.

⁶¹⁹⁷ BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992, p.170.

Quanto maior a autonomia de um campo, mais importante são as lutas internas entre os agentes. A obra, nesses campos, é um produto histórico de um lento e longo trabalho coletivo de refinamento. Quando José Antônio prioriza os trabalhos do IAHP, ignorando outros debates, ele se distancia de uma discussão “nacional” e o seu trabalho exige uma leitura diferenciada, na qual a intelectualidade pernambucana estava preparada.

Segundo Bourdieu, o trabalho de escrita é moldado segundo as normas de recepção que são internalizadas pelo o indivíduo. Nesse sentido, consideramos que José Antônio escreve *Tempo dos Flamengos* conduzido pelos preceitos do IAHP que favorece a boa recepção de sua obra entre os historiadores. Atribuímos que o sucesso de *Tempo dos Flamengos* está diretamente associado a aproximação de José Antônio com o IAHP, que funcionava como uma instituição que estimulava e legitimava determinadas produções historiográficas.

A partir dessas reflexões em torno da obra *Tempo dos Flamengos* como estimulados a supor que as produções historiográficas em Pernambuco na década de 1940 eram conduzidas pelo IAHP que atuava como uma instituição que dava visibilidade e consagrava as produções historiográficas, regulando o campo por meio de instituições de temas, fontes e problemas.

A REFORMA PEDREIRA E A CONSTRUÇÃO DO CAMPO ARTÍSTICO: A ATUAÇÃO DOCENTE DE UM ARTISTA NA ACADEMIA IMPERIAL DE BELAS ARTES

Wellington Oliveira de Sousa⁶¹⁹⁸
wodesousa@gmail.com

Resumo: O trabalho discute um aspecto pouco estudado da vida de Pedro Américo de Figueiredo e Mello (artista de destaque da segunda metade do XIX), que constantemente é relegado a segundo plano nas pesquisas relacionadas a ele: sua atuação como docente numa das instituições oficiais o Império, a Academia Imperial de Belas Artes, que em 1855 passa por uma ampla reforma, e conjuntamente com o IHGB, o Colégio Pedro II, entre outras instituições, passa a fazer parte de um amplo projeto político que emanava da Corte, responsável pela elaboração de uma Identidade Nacional e a promoção dos ideais de progresso e civilização vindos da Europa. Entendo que esse processo de construção da Nação engendrado pelo Império está ligado diretamente a construção do campo artístico, através da AIBA, pois nesta instituição encontrou a possibilidade de se solidificar e criar uma arte que representasse a nação. Algumas questões surgem: como se deu a atuação da AIBA perante a construção do ideário de nação, mediante a formação e recrutamento do corpo docente? Quais eram as prerrogativas para o candidato a professor da Academia? O recorte do estudo se estende do concurso de Pedro Américo para a Academia Imperial, em 1864, até o momento em que o referido pintor se ausenta da instituição na década de 1880.

Palavras chave: AIBA, Nação, Pedro Américo, Campo Artístico.

1. A REFORMA PEDREIRA E A CONSTRUÇÃO DO CAMPO ARTÍSTICO: A ATUAÇÃO DOCENTE DE UM ARTISTA NA ACADEMIA IMPERIAL DE BELAS ARTES

Acabo de ser avisado que Vossa Majestade ordena o meu regresso para o Brasil imediatamente, para que tome parte

⁶¹⁹⁸ Mestrando PPGH/UFPB. E-mail: wodesousa@gmail.com.

do concurso da Cadeira de Desenho Figurado que dever ter logar muito breve na Academia Imperial de Bellas Artes (...) Com todas as esperanças que nutria e a firme confiança que me havia inspirado a mui alta e generosa benevolência de sua Majestade que prolongada seria a minha demora no seio dos meus trabalhos (...) Quão grande não deve ser a minha dor, deixando tão inesperadamente a Europa, as Artes (...) Entretanto. Senhor, ordenão-me que parta e eu me apresso em dar satisfação a essa ordem.⁶¹⁹⁹

No trecho da carta acima, enviada pelo artista Pedro Américo à Sua Majestade Imperial Dom Pedro II em 25 de agosto de 1864, fica explícito o desejo do artista em querer continuar seus “trabalhos” na Europa, e atenta para os transtornos que essa volta causaria. Mas, ao mesmo tempo, mesmo sendo contrário à ordem, é inevitável sua submissão e retorno ao Brasil.

Sendo assim Pedro Américo, “pensionista particular do Imperador” na Europa entre os anos de 1859 e 1864, é convocado pelo próprio D. Pedro II a retornar “imediatamente” ao Brasil e se submeter ao concurso de professor na AIBA⁶²⁰⁰, com intuito de suprir a vaga para a disciplina de Desenho Figurado⁶²⁰¹, cargo para o qual as inscrições estavam abertas desde 11 de julho de 1864.

No âmbito do Império, a AIBA foi marcada por uma ampla reforma, a maior do período, chamada Reforma Pedreira⁶²⁰² (1855), que teve Manuel de Araújo Porto Alegre, então diretor da AIBA, como um de seus idealizadores. Porto Alegre promoveu um amplo programa de reformulações dentro da Academia, buscando adaptar a instituição aos grandes progressos técnicos e científicos surgidos no XIX, além de buscar constituir um espaço social para o artista no Império. Essa reforma garantiu novos rumos para a instrução no Brasil, tendo em vista que se estendeu sobre outras instituições⁶²⁰³ que exerciam papel importante no âmbito do projeto de civilização e progresso idealizado na Corte. Entendo que a Academia, através de Porto Alegre, buscou se adequar a esse projeto civilizatório:

Art 10º. A Academia das Belas Artes no desempenho do fim de sua instituição, e no intuito de promover o progresso das Artes no Brasil, de combater os erros introduzidos em matéria de gosto, de dar a todos os artefatos da indústria nacional a conveniente perfeição, e enfim no auxiliar o Governo em tão importante objeto, empregará na proporção dos recursos que tiver os seguintes meios:

- 1º. O ensino teórico e prático das matérias declaradas no art. 4º;
- 2º. Concursos públicos e particulares;
- 3º. Exposições públicas;
- 4º. Prêmios aos melhores trabalhos artísticos;
- 5º. Viagens de seus alunos mais distintos à Europa a fim de se aperfeiçoarem;
- 6º. Aplicação das matérias que formam o plano de seu ensino à Indústria nacional;
- 7º. Uma Biblioteca especial ao objeto de sua instituição;

⁶¹⁹⁹ Museu Imperial de Petrópolis. Arquivos da Casa Imperial (POB). Mço 134. Doc n. 6580. (apud: ZACCARA, 2011, p.64.).

⁶²⁰⁰ Academia Imperial de Belas Artes, no Rio de Janeiro.

⁶²⁰¹ Disciplina prevista no currículo da AIBA remonta o período da Missão Francesa de 1816. O ensino da disciplina era baseado na cópia de gravuras e na cópia em gesso de figuras antigas.

⁶²⁰² A reforma traz o nome do ministro do império, Luís Pedreira do Couto Ferraz, que coordenou esta ampla reforma no ensino.

⁶²⁰³ Colégio Pedro II (1837); Faculdades de Direito de Recife e São Paulo; Academia Militar; Escolas de Medicina de São Paulo e da Bahia, etc.

8º. Sessões públicas em que se leiam escritos sobre as artes, e se discutam matérias concernentes ao seu progresso;
9º. Publicação de um periódico constando o texto e estampas apropriadas.⁶²⁰⁴

O projeto dava à AIBA novos objetivos que transcendiam o objetivo inicial de ser um espaço destinado ao ensino artístico. Destaco a importante contribuição dessa reforma no que tange à nomeação de professores, que a partir de então seriam submetidos a concursos de admissão. Em referência ao concurso para o qual Américo foi convocado a se submeter, Zaccara nos fala da divisão do concurso em três etapas:

Na primeira etapa do concurso, cada artista, em um prazo de doze horas, tinha a obrigação de copiar um modelo vivo na posição convencionada pela congregação de professores. A segunda prova consistia em estabelecer, detalhadamente, os músculos do modelo em questão. Finalmente, os candidatos deveriam executar uma pintura de história sobre um assunto designado pelos membros da congregação. O trabalho deveria conter, no mínimo, três figuras feitas em óleo sobre tela e, para sua execução, o artista tinha direito a um prazo de cinquenta dias com uma média de cinco horas por dia de trabalho.⁶²⁰⁵

Percebe-se que o concurso é uma forma de controlar que tipo de profissional exerceria as funções, o autor afirma:

[...] exame ou do concurso, que introduz uma visibilidade que repousa sobre provas escritas e orais codificadas; o exame ou o concurso definem, tanto na forma das provas como nos conteúdos dos saberes propostos aos candidatos, a base mínima de uma cultura profissional a se possuir.⁶²⁰⁶

Cardoso de Oliveira, biógrafo e genro de Pedro Américo, traz a tona um fato que, segundo o próprio autor, é tido como “curioso”: passadas as primeiras etapas do concurso e sendo finalistas Américo e Jules Le Chevrel, que até então era tido como favorito ao cargo (levando em consideração que anteriormente, Le Chevrel havia assumido a disciplina provisoriamente), “vendo o quadro de Pedro Américo, declarou-se imediatamente vencido”⁶²⁰⁷. Para Araújo, no Império os concursos aos poucos passaram a ser revestidos de uma legitimação, mas para o mesmo autor, não eram incomuns as práticas de concursos em que havia “cartas marcadas”. Observa-se que o interesse da participação de Américo no concurso para Academia Imperial partiu do imperador, que convocara a presença do artista no Brasil para sua participação no referido concurso. Que possíveis arranjos e acordos foram feitos entre o imperador e Américo? Faço essa pergunta tendo como mote a licença que, logo após a nomeação oficial para a cadeira de Desenho Figurado, o artista requereu para retornar à Europa para concluir seus estudos científicos.

Antes de continuar, é preciso esclarecer algumas informações.

Pedro Américo de Figueiredo e Mello (1843-1905), nascido na pequena cidade de Areia, brejo da Província da Parahyba do Norte, era filho de Daniel Eduardo Figueiredo, pequeno comerciante que gostava de tocar violino, casado com Feliciano Cirne de Figueiredo. Membro de uma família que demonstrava carinho para o campo cultural, o

⁶²⁰⁴ BRASIL, 1855, p. 03

⁶²⁰⁵ ZACCARA, Madalena. **Pedro Américo**: um artista brasileiro no século XIX. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011. p. 71.

⁶²⁰⁶ JULIA, Dominique. “A cultura escolar como objeto histórico”. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, nº 1, Jan./Jun. 2001, p. 9– 43,

⁶²⁰⁷ OLIVEIRA, J. M. Cardoso de. **Pedro Américo**: sua vida e suas obras. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

menino desde cedo já apresentava inclinações artísticas, tendo em vista que seus primeiros desenhos, segundo relatos, foram pintados nas paredes do pequeno comércio de seu pai e, segundo Zaccara, “[...] Toda a cidade o admirava e aos nove anos ele era um importante cidadão da comunidade”⁶²⁰⁸

Após a expedição do naturalista Brunet, que o jovem Américo acompanhou como desenhista por dois anos (1852-1854), o paraibano foi enviado para o Rio de Janeiro, pelo presidente da Província da Parahyba do Norte com correspondência para o Visconde do Bom Retiro, então Ministro do Império, na qual o governante da Parahyba recomendava a aceitação de Pedro Américo para terminar seus estudos no Rio de Janeiro, no prestigiado Colégio Pedro II⁶²⁰⁹, onde teria melhores condições de desenvolver suas habilidades. Chegando ao Rio de Janeiro, Américo foi matriculado no referido colégio, considerado o melhor da Corte.

Segundo seus principais biógrafos, o jovem artista pouco tempo depois de sua chegada à cidade já tinha anseio de continuar seus estudos na Academia Imperial de Belas Artes. Segundos os mesmos autores, Américo aproveitou uma visita do Imperador D. Pedro II ao colégio que levava seu nome para conseguir destaque perante o governante, fazendo-o através de um desenho retratando o imperador lendo. Esse fato chamou de tal forma a atenção do imperador que o mesmo se interessou por conhecer o artista que fizera seu desenho. Após isso, Américo passa a receber do Tesouro, diretamente do imperador, uma bolsa de estudos na AIBA e de lá, após a conquista de diversos concursos artísticos, é que Pedro Américo consegue notório prestígio perante o monarca, conseguindo inclusive, uma bolsa advinda do próprio imperador para que fosse a Europa, prosseguir seus estudos na École des Beaux Arts, na França, onde o artista passou um período de cinco anos, dois a mais do que a maioria dos bolsistas brasileiros.

Deparamo-nos, aqui, com uma breve trajetória de um dos artistas de destaque da segunda metade do XIX, autor de obras⁶²¹⁰ que interpretaram momentos históricos da nação brasileira. Esse aspecto, aliás, é bastante recorrente nos estudos historiográficos com enfoque no referido artista, tendo em vista a inserção de Pedro Américo no gênero da pintura histórica, que tinha como “missão” dar destaque e perpetuar episódios da história nacional. Este gênero de pintura estava diretamente ligado ao amplo programa oficial do Império, ligado à ideia de nação liderada pela escola romântica, que tinha como mote o culto à pátria, elaborando uma narrativa sobre o passado do Brasil, contribuindo para um ideário de nação que perpassará todo o Império.

A respeito da Pintura História, Fernandes traça pontos os quais os pintores deveriam seguir para compor os quadros que fossem produzidos sob esse gênero:

[...] o pintor deveria representar corretamente a figura humana, nos diferentes movimentos do corpo e nos sentimentos da alma que esses movimentos refletem. Deveria voltar-se para a economia dos elementos da composição, representando apenas o essencial. No entanto, os temas comemorativos da Corte e as cenas de batalha foram sendo povoados de grande número de personagens. Para a representação desses temas, os artistas deveriam seguir verdadeiras receitas; os elementos da composição deveriam ser cansativamente estudados: cada participante da ação, os diferentes escorços, seus

⁶²⁰⁸ ZACCARA, Madalena. **Pedro Américo**: um artista brasileiro no século XIX. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011. p. 36.

⁶²⁰⁹ Colégio fundado em 1837, o qual era imbuído de valores europeus de civilização e progresso, e que ao longo do período imperial vai servir de modelo para outras instituições de instrução secundária no Brasil.

⁶²¹⁰ **Batalha de Campo Grande**. Óleo Sobre Tela. 3.32x5.30m, 1871, Museu Imperial de Petrópolis. Rio de Janeiro; *A Batalha do Avaí*. Óleo Sobre Tela. 10.0x5.0m, 1877, Museu Nacional do Rio de Janeiro; *O Grito do Ipiranga*. Óleo Sobre Tela. 7.60x4.15m, 1888. São Paulo, Museu do Estado.

rostos em tensão, gestos detalhes das armas e dos trajes, animais da cena, o local, o momento do dia, elementos que conferissem a realidade necessária ao episódio. O planejamento completo e abrangente do projeto previa mesmo, em caso das representações das batalhas, o deslocamento do artista para o teatro do acontecimento. Seguindo a tendência europeia, a pintura histórica ou as obras de grande máquina eram apresentados em telas de grandes dimensões.⁶²¹¹

Dos contatos com o artista e com a temática, ainda na graduação do curso de História na Universidade Federal da Paraíba, me foi proposto um projeto PIBIC⁶²¹², onde o enfoque era estudar um aspecto pouco estudado da vida de Américo, sua formação escolar. Iniciamos no período um amplo levantamento de fontes e de bibliografias, buscando indícios da formação inicial de Pedro Américo ainda em sua terra natal. Durante este período de levantamento, deparamo-nos com o acervo do Museu Regional de Areia⁶²¹³, onde encontramos diversos documentos, entre eles, manuscritos do próprio artista.

A partir de alguns questionamentos surgiu-me como ideia focar outro aspecto da vida de Pedro Américo que constantemente é relegado a segundo plano nas pesquisas relacionadas a ele, que é sua atuação como docente numa das instituições oficiais do Império, a já citada Academia Imperial de Belas Artes, que conjuntamente com o IHGB⁶²¹⁴, o Colégio Pedro II, dentre outras instituições, faziam parte de um amplo projeto político que emanava da Corte, responsável pela elaboração de uma Identidade Nacional (criar uma cultura propriamente brasileira) e a construção da ideia de Nação, todas (instituições) inseridas no âmbito cultural da corte, no Rio de Janeiro, em que abrigavam vários núcleos de intelectuais.

Pereira, a este respeito, afirma:

[...] após a independência em 1822, a construção da identidade nacional tornou-se uma preocupação do Estado. E, nesse esforço para estabelecer as referências para a nação brasileira, a história tem um papel central. O passado, reconstruído de maneira intelectual, torna-se uma importante fonte de legitimação do novo regime.⁶²¹⁵ (PEREIRA, 2012, p. 95)

Trabalho com o conceito de *habitus* que para Bourdieu pode ser entendido da seguinte maneira:

[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as *experiências passadas*, funciona *a cada momento como uma matriz de percepções*, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas

⁶²¹¹ FERNANDES, Cybele Vidal Neto. “O ensino de pintura e escultura na Academia Imperial das Belas Artes”. In: PEREIRA, Sonia Gomes (Org.). **185 Anos da Escola de Belas Artes**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da UFRJ, 2001/2002.

⁶²¹² Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, orientado pela Profª Dr. Carla Mary Silva Oliveira, com o título do projeto: Pedro Américo: de menino do brejo a doutor em Bruxelas (trajetória escolar e formação intelectual de um pintor de História no Brasil oitocentista); o projeto se estendeu de 2012 a fev. de 2015.

⁶²¹³ Museu localizado na Cidade de Areia-PB, onde se encontra grande parte dos documentos referentes a Pedro Américo na Paraíba, muitos dos documentos encontrados no acervo foram doados por parentes do pintor a sua cidade Natal

⁶²¹⁴ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838.

⁶²¹⁵ PEREIRA, Sonia Gomes. Revisão historiográfica da arte brasileira do século XIX. **Revista Instituto Estudos Brasileiros**. [online]. 2012, n.54, pp. 87-106.

infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...]⁶²¹⁶

Nesse sentido, o *habitus* em torno deste espaço cultural da corte formado por ideal de civilização⁶²¹⁷ produto das elites políticas e intelectuais do Império, em que privilegiava um modelo civilizatório ocidental, que preconizava o “embranquecimento” da população como um dos meios para civilizar a nação em definitivo.

Entendo os aspectos anteriormente citados sobre Pedro Américo como um processo de aquisição, percebendo assim que as atitudes incorporadas pelos sujeitos ao longo de um processo de socialização agem de forma integradora, com as experiências passadas, as percepções e ações. Esse molde nos oferece disposições importantes para uma intervenção na vida diária, mas destacando que essas disposições não são enraizadas, não são a personalidade ou a identidade dos indivíduos, mas sim uma matriz de percepção. Nesse sentido, entendo que Pedro Américo estava envolvido não apenas na arte e na pintura, mas em uma determinada interpretação de História, imbuída em uma cultura histórica⁶²¹⁸, como um *habitus* com disposições constituídas em instituições fulcrais da cultura brasileira do século XIX e da capital do Império.

E segundo Setton (2002):

Habitus surge então como um conceito capaz de conciliar a oposição aparente entre realidade exterior e as realidades individuais. Capaz de expressar o diálogo, a troca constante e recíproca entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo das individualidades. *Habitus* é então concebido como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano.⁶²¹⁹

A relação entre um *habitus* individual e um campo⁶²²⁰, entre sujeito e sociedade pressupõe uma relação dialética. Setton diz que:

O conceito de campo faz parte do corpo teórico da obra de Bourdieu. Trata-se de uma noção que traduz a concepção social do autor. Campo seria um espaço de relações entre grupos com distintos posicionamentos sociais, espaço de disputa e jogo de poder. Segundo Bourdieu, a sociedade é composta por vários campos, vários espaços dotados de relativa autonomia, mas regidos por regras próprias.⁶²²¹

⁶²¹⁶ BOURDIEU, 1983, p. 65

⁶²¹⁷ Conceito de Civilização para Elias (1992): “refere-se a uma grande quantidade de fatos: ao nível de tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes. Pode-se referir ao tipo de habitação ou a maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos.” (1994, p.23)

⁶²¹⁸ Para entender do conceito de cultura histórica, ler o artigo de Elio Chaves Flores (2007).

⁶²¹⁹ SETTON, Maria da Graça Jacintho. “A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea”. *Revista Brasileira de Educação* [online]. 2002, n.20, pp. 60-70. ISSN 1413-2478. Disponível em < <http://educa.fcc.org.br/> >. Acesso em: 07 Fev.2014. p. 4.

⁶²²⁰ Entendemos que para o século XIX, os campos estão em formação, mas já existem como espaços de disputas.

⁶²²¹ SETTON, Maria da Graça Jacintho. “A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea”. *Revista Brasileira de Educação* [online]. 2002, n.20, pp. 60-70. ISSN 1413-2478. Disponível em < <http://educa.fcc.org.br/> >. Acesso em: 07 Fev.2014. p. 5.

O processo de construção da Nação e a afirmação da soberania nacional estão ligados à construção do campo artístico, através da AIBA, pois a partir desta instituição (deste espaço) encontrou a possibilidade de se solidificar. O “próprio termo ‘arte brasileira’ somente pôde ser pensado nos Oitocentos, concomitante ao processo de construção de uma identidade nacional”⁶²²²

A nação se expressa através das rotinas, dos costumes e das formas artísticas. Estas formas de expressão são desenhadas no imaginário coletivo, dotando a comunidade nacional de um sentido. O nascimento de uma identidade nacional não deixa de ser fruto de uma coerção ideológica, em que os indivíduos aceitam uma série de normas e valores como próprios, durante um processo de socialização promovido pelo Estado.⁶²²³

No espaço no qual está inserido, a AIBA, assim como o Colégio Pedro II, passa a ser instrumento de estado com a função regulamentar e a controlar as manifestações de cunho artístico presentes no Império, instaurando regras e métodos.

Sendo assim, surgem algumas questões: como se deu a atuação da Academia Imperial de Belas Artes perante a construção do ideário de nação, mediante a formação e recrutamento do corpo docente? Quais eram as prerrogativas para o candidato a professor da Academia Imperial? Quais os papéis das disciplinas de História da Arte, Estética e Arqueologia, bem como da Pintura de História na formulação deste ideário de nação, civilização e progresso apoiado pela Academia Imperial?

Temos como proposta estudar o período que se estende do concurso de Pedro Américo para a Academia Imperial, em 1864, até o momento em que o referido pintor se ausenta de vez da instituição, na década de 1880, o intuito da dissertação é identificar objetivamente as práticas pedagógicas elaboradas na Academia Imperial, possibilitando abordar a cultura escolar da AIBA, diante das possíveis relações de conflito existentes, principalmente nos longos períodos de licenciamento de Pedro Américo. Por cultura escolar, Julia afirma:

[...]Trata-se de conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização).⁶²²⁴

Quanto à abordagem teórica que norteia a pesquisa, destaca-se a História da Educação⁶²²⁵, que nos últimos anos vem dando espaço para a inserção de novos campos de debate, conectados à História Cultural. Essa abertura possibilitou o estudo de novos temas e objetos, bem como um novo leque de abordagens teórico-metodológicas possíveis, deixando de lado uma história prioritariamente tradicionalista, para um processo de "revisão crítica", em que se abre espaço para a cultura material, bem como tem fomentado grandes contribuições para o estudo das instituições educativas, das relações cotidianas, além dos discursos e práticas dos professores e alunos no dia-a-dia escolar.

⁶²²² CASTRO, Isabel Pimentel. “Arte & História: a concepção de arte nos Oitocentos e sua relação com a cultura histórica”. In: Saeculum – **Revista de História**. João Pessoa, jan./jun. 2006, n.14, p. 172-182.

⁶²²³ CHAVES, Mariana Guimarães. “O patronato imperial e o papel das artes na formulação dos projetos nacionais (1841-1889)”. Em: **XXVII Simpósio Nacional de História**, 2013.

⁶²²⁴ JULIA, Dominique. “A cultura escolar como objeto histórico”. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, nº 1, Jan./Jun. 2001, p. 9– 43,

⁶²²⁵ Ler: FERRONATO, 2010, p. 25-39.

Tendo como perspectiva as práticas docentes de Pedro Américo na Academia Imperial de Belas Artes, pretendemos também contribuir para a construção de uma história da profissão docente, especificamente na referida instituição.

Após o retorno ao Brasil em 1869 para assumir a cadeira de Desenho Figurado, para a qual Américo havia sido nomeado após aprovação em concurso, Américo iria pedir para assumir a disciplina de História da Arte, Estética e Arqueologia, alegando dificuldades em ser professor de desenho diante de alunos com maus rendimentos, o que segundo Fernandes, para Américo resultava em um trabalho “sobremodo fastidioso e pesado”.⁶²²⁶

A disciplina de História da Arte, criada pela Reforma Pedreira em 1855, só foi provida 15 anos depois, tendo como seu primeiro professor justamente Pedro Américo, que tomou posse em 1870. Dazzi e Valle nos apresentam como passou a ser estruturada a Academia em 1855, após a Reforma Pedreira:

O ensino ficou dividido nas seguintes sessões: (1) Arquitetura; (2) Escultura, que incluía: escultura de ornatos gravura de medalhas estatutária; (3) Pintura, que incluía: desenho figurado, paisagem, flores e animais, pintura histórica; (4) Ciências assessórias, que incluía: matemática, anatomia e fisiologia das paixões e história da arte, estética e arqueologia; (5) Música.⁶²²⁷

Ainda segundo Dazzi e Valle, essa estrutura não era seriada, ou seja, os alunos não precisavam cursar todas as disciplinas. Os autores afirmam que não havia um currículo rigoroso a ser seguido, considerando que não eram estudos ordenados e hierarquizados. Para Dazzi e Valle, o funcionamento da AIBA no período imperial muito se assemelhava com o das aulas régias⁶²²⁸ do período anterior à Independência.

A disciplina de História da Arte, segundo regulamento, era destinada apenas para os alunos do 3º ano de estudos e exigiria exposição oral e recursos visuais. Alguns autores, como é o caso de Cavalcanti, apontam para questões que merecem serem observadas. A primeira seria a utilização dos recursos visuais como forma de complementar a exposição oral:

[...] portanto, o estudo se baseava nas imagens, e sem elas nada podia ser feito. Na falta dos originais, os recursos visuais eram supridos pelos “gessos” e “obras da Pinacoteca”. Como sabemos, os “gessos” eram moldados a partir das estátuas pertencentes às coleções dos museus europeus, grande parte sendo proveniente do Museu do Louvre. As demais obras da Pinacoteca incluíam cópias de pinturas enviadas da Europa pelos pensionistas que as realizavam com dois objetivos: aprimoramento do conhecimento e da habilidade técnica pessoais, e enriquecimento do acervo para uso didático na Academia.⁶²²⁹

⁶²²⁶ FERNANDES, Cybele Vidal Neto. “O ensino de pintura e escultura na Academia Imperial das Belas Artes”. In: PEREIRA, Sonia Gomes (Org.). **185 Anos da Escola de Belas Artes**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da UFRJ, 2001/2002.

⁶²²⁷ DAZZI, Camila ; VALLE, Arthur Gomes . “O ensino das disciplinas teóricas na Academia das Belas Artes através dos documentos do Museu D. João VI”. In: **II Congresso Internacional da Federação dos Arte / Educadores**, 2014, Ponta Grossa. Anais do II Congresso Internacional da Federação dos Arte / Educadores. Ponta Grossa: FAEB - UEPG, 2014. v. 1. p. 1-15.

⁶²²⁸ As aulas régias compreendiam o estudo das humanidades, sendo pertencentes ao Estado e não mais restritas à Igreja - foi a primeira forma do sistema de ensino público no Brasil, a partir de reforma de estudos realizada pelo Marquês de Pombal, em 1759.

⁶²²⁹ CAVALCANTI, Ana. “O estudo da história da arte e o século XIX”. IN: **Anais do V Encontro de História da Arte**. Unicamp, 2009. p. 75

Era comum que artistas também oferecessem seus trabalhos ao Estado, maior consumidor de pinturas ou esculturas no Brasil. Assim, fora os envios obrigatórios dos pensionistas do império, como forma de complementação de suas atividades, o governo imperial, através da aquisição de obras de artistas, também contribuía para o acervo da AIBA de forma direta.

Um segundo ponto para o qual Cavalcanti chama atenção é o nome da disciplina:

“História das Belas Artes, Estética e Arqueologia”. Na verdade é como se tivesse nome e sobrenome, pois Estética e a Arqueologia, campos de estudo que se estruturaram no século XVIII, estão na origem da moderna História da Arte.⁶²³⁰

Interessante pensar que Pedro Américo, além da atuação como grande artista, desenvolveu nos anos que passou estudando na Europa estudos relacionados às ciências, em especial o doutorado em Bruxelas (1868), cuja tese teve como título: “A ciência e os Sistemas; questões de história e de Filosofia Natural”. Segundo seus biógrafos, Américo obteve um bom conceito, tanto que o trabalho foi publicado em 1869. Desde muito cedo o artista tivera contato com as duas áreas (artes e ciências), quando participara da expedição científica pelas províncias do Norte, junto com o naturalista francês Brunet.

2. Considerações finais

A partir da documentação, fica clara uma possível negociação feita entre o pintor e o monarca, tendo em vista que nesse concurso, em 1864, além de Américo sair como o “vencedor”, com apenas sete dias após a confirmação e nomeação, foi-lhe concedida licença para retorno a Europa. Fica aparente que o imperador queria que Américo lecionasse na AIBA, e para isso, o concurso foi à forma de fazê-lo, tendo em vista a regulamentação em vigor. E o pintor, não tinha pretensão de ficar no Brasil, desejando retornar a Europa para concluir seus estudos científicos, e do qual retornar apenas em 1869, obtendo em Bruxelas o Título de Doutor.

Assim que retorna da Europa em 1869, Américo solicita sua transferência para a disciplina de “História da Arte, estética e arqueologia” que até então nunca havia sido ministrada na Academia desde sua criação com a Reforma de 1855, alegando a falta de formação básica por parte dos alunos, e a baixa remuneração que a função concedia, indicando assim, desânimo frente à função de docente na AIBA, fato que provavelmente vai influenciar seus constantes licenciamentos da Academia, a esse respeito, Tomás Gomes afirma: “[...] dezessete anos depois do concurso seu tempo de efetivo exercício contava, exatamente, quatro anos e quatro meses [...]”⁶²³¹. Será apresentado um panorama geral dos conteúdos na referida disciplina.

⁶²³⁰ CAVALCANTI, Ana. “O estudo da história da arte e o século XIX”. IN: **Anais do V Encontro de História da Arte**. Unicamp, 2009. p. 76

⁶²³¹ SANTOS apud FERNANDES, 2007, p. 10

DISPUTAS PELO O QUE DEVERIA SER ENSINADO E POR QUEM DEVERIA INSTRUIR AS CRIANÇAS: O ENSINO DA RELIGIÃO NO PROGRAMA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA DO CEARÁ NAS DÉCADAS DE 1870 E 1880

Cleidiane Morais⁶²³²

cleidimorais2010@hotmail.com

Resumo: Nos debates na Câmara dos Deputados e na Assembleia Provincial do Ceará nos primeiros anos da década de 1880, um dos principais assuntos abordados dizia respeito ao ensino religioso como matéria no programa da Instrução Pública Primária. As posições ditas “liberais” identificavam a mãe como fundamental para inculcar nas crianças os ensinamentos dos princípios da fé, afirmando que as crenças religiosas vividas na vida adulta não foram construídas nos bancos escolares, mas sim através dos ensinamentos recebidos na infância pela mãe. Porém, por mais que a Instrução Religiosa fosse considerada nesses debates dever da família e da Igreja, seria por meio desta matéria que os professores afirmavam nos exames de capacidade profissional, que formariam o caráter das crianças. Nas décadas de 1870 e 1880, período em apreço nesse trabalho, nas aulas públicas primárias na Província do Ceará, a formação moral das crianças deveria estar baseada na religião, questão que será discutida e disputada, principalmente no cenário político entre diversos sujeitos que se envolveram nos debates acerca da educação no Império.

Palavras chave: Instrução Pública Primária. Instrução Religiosa. Doutrina Cristã Católica. Família

Si o corpo precisa de alimento- são e abundante- para crescer, ter forças, saúde e bem estar; o espírito e o coração precisão igualmente de alimento- intelectual e moral, saber e virtude-, para a satisfação dos gosos peculiares, que resultam somente em seu progressivo desenvolvimento⁶²³³.

No dia 07 de setembro de 1881 o jornal *Cearense*⁶²³⁴, órgão dito liberal, noticiava em sua primeira página que daria início a publicação do Relatório de Amaro Cavalcanti – advogado, professor de latim e Inspetor Geral da Instrução Pública do Ceará entre os anos de 1881 e 1883. Amaro Cavalcanti havia viajado aos Estados Unidos nesse mesmo ano a fim de observar e colher informações sobre o ensino primário, o ensino normal e a inspeção ao

⁶²³² Mestranda em História Social – UFC.

⁶²³³ *Cearense*, Instrução Pública/Relatório do Dr. Amaro Cavalcanti, 7 de setembro de 1881, p. 3, 1ª coluna.

⁶²³⁴ O *Cearense* foi um jornal político-partidário dito “liberal”, cujo primeiro número apareceu em 4 de outubro de 1846 circulando em Fortaleza até 1891. Fonte: NOBRE, Geraldo da Silva. **Introdução à história do jornalismo cearense**. Fortaleza: NUDOC/ Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006. Segundo Barão de Studart (1924) foram seus fundadores e primeiros redatores Frederico Pamplona, Tristão Araripe e Thomás Pompeu. Entre seus redatores figuraram também Miguel Ayres, João Brígido, Dr. José Pompeu, Conselheiro Rodrigues Junior e Dr. Paula Pessoa. João Câmara foi seu gerente por longo tempo, que por ocasião da cisão do Partido Liberal cearense em 1880, passou com parte do pessoal da redação para a Gazeta do Norte. Logo após a proclamação da República, em 1889, até o último número, em 25/02/1891, os seus idealizadores substituíram a epígrafe “*Órgão Liberal*” por “*Órgão Democrático*”. Fonte: STUDART, Barão de. **Dicionário Bio-bliográfico Cearense**. Fortaleza: Typo Lithographia a vapor, 1910, Tomo I, p. 279.

ensino público neste país. Sua viagem se inscrevia, portanto, no movimento⁷ de preocupação por parte das autoridades constituídas em reformar a Instrução Pública na Província, buscando referências nos países ditos “civilizados”. E como forma de deixar o Presidente da Província Pedro Leão Veloso a par do seu trabalho, produz um Relatório como resultado de sua viagem aos Estados Unidos custeada pelo governo, o qual foi publicado no *Cearense* nos meses de setembro e outubro de 1881.

A epígrafe acima é parte do Relatório de Cavalcanti publicado no dia 07 de setembro no qual discutiu acerca da formação do “espírito” e do “coração” das crianças⁶²³⁵, deixando claro a necessidade do alimento intelectual e moral em sua instrução. No seu Relatório, dois assuntos, em especial, foram apresentados com pertinência. Um deles dizia respeito à importância da formação do corpo e do espírito junto à moral e a religião e o outro tratava-se do lugar a ser ministrado o ensino religioso às crianças. Neste ponto, as discussões se davam em torno da secularização do programa escolar e da laicização do ensino público.

Na continuação de seu Relatório publicado no dia 16 de setembro, Amaro Cavalcanti trouxe entre aspas a seguinte afirmação da qual discordou veementemente: “Sim, a religião é um bem; mas aos Paes e aos tutores incumbe dal-a, e não ao governo, que é incompetente para intervir no caso”⁶²³⁶. Para Cavalcanti, o Estado deveria ser a instância responsável pela Instrução Religiosa, visto que para ele muitos pais deixavam de cumprir esse “dever tão sagrado” por ignorância, indiferença ou negligência⁶²³⁷. Para o Inspetor Geral da Instrução Pública, portanto, a Instrução Religiosa deveria começar no lar, mas haja vista as situações de muitas famílias, o Estado não complementaria ou auxiliaria a família no ensino da referida matéria, mas deveria tomar para si a responsabilidade de ministrar a Instrução Religiosa. A escola, portanto, seria a instituição competente e capaz para ensinar os conhecimentos desta disciplina.

A imprensa em Fortaleza nas últimas décadas do século XIX atuou como veículo de debates e de difusão de projetos dos sujeitos que se colocaram como porta-vozes do saber. Atuou, portanto, como espaço de discussão acerca dos rumos que deveria tomar o país para que se tornasse uma nação moderna e “civilizada”. Observa-se que a defesa da civilidade pelas elites política e intelectual, constituía uma ambição cuja tarefa se mostrava bastante difícil, civilizar as práticas, os comportamentos e as condutas dos sujeitos. Neste momento, as tentativas de controle sobre a população, a normatização dos corpos e a modelação dos comportamentos, fazia surgir ao mesmo tempo, a necessidade de discutir quanto a que tipo de educação deveria as crianças receber e quem se encarregaria de na prática instruí-las e educá-las.

No cenário político os debates na Câmara dos Deputados e na Assembleia Provincial do Ceará nos anos de 1881 e 1882 publicados no jornal *Cearense*⁶²³⁸ e na *Gazeta do Norte*⁶²³⁹, as posições ditas liberais defendiam a secularização dos programas escolares, sendo o ensino religioso destituído das aulas públicas primárias, as justificativas identificavam este ensino como uma disciplina que deveria ser de responsabilidade da família e da Igreja, como é

⁶²³⁵Quando usamos o termo “criança” nesse capítulo, estamos nos referindo à utilização do termo feita pelos professores primários no período em apreço (década de 1870 e 1880) que dizia respeito à faixa etária que ia dos 7 aos 14 anos para os meninos e dos 6 aos 12 anos para as meninas, que de acordo com o Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular da Província do Ceará de 1881, Art. 44 “Do ensino obrigatório” constituía o período em que os meninos e meninas começavam a frequentar (aos 7 e 6 anos) as aulas primárias, constando na letra da lei que os pais não poderiam retirá-los do ensino primário antes de completar 14 e 12 anos.

⁶²³⁶*Cearense*, Instrução Publica Relatório do Dr. Amaro Cavalcanti (continuação do nº 196). Data: 16 de setembro de 1881 n. 198, p. 3, 2ª coluna.

⁶²³⁷Idem, p. 3, 2ª coluna.

⁶²³⁸*Cearense* “Parlamento Brasileiro: Camara dos Deputados, discurso pronunciado na sessão de 25 de abril de 1882”, Data: 18 de maio de 1882, p. 2.

⁶²³⁹*Gazeta do Norte*, Assembleia Provincial, 37ª Sessão Ordinaria em 30 de agosto de 1881, Data: 22 de setembro de 1881, p. 1(capa).

possível observar nos debates na Assembleia Provincial do Ceará publicados na *Gazeta do Norte* de 22/09/1881:

O ensino religioso é uma disciplina naturalmente confiada aos cuidados da família, a mãe é o unico mestre que possui bastante eloquencia para o incutir no animo da infância [...] O ensino religioso traz consigo muita responsabilidade e esta é de natureza a não dever pesar sobre o professor, mas sim sobre o padre⁶²⁴⁰.

É interessante observar, que aquilo que preocupava as posições liberais não era a instrução religiosa em si, mas a sua permanência nos programas escolares. A preocupação era a de o professor ensinar aos alunos por meio da referida matéria ideias contrárias aos planos estabelecidos pelo pai para a educação de sua família. Nesse sentido, a figura do pai aparecia como responsável pelo estabelecimento dos princípios religiosos que a família deveria seguir como parte de sua educação e a mãe trataria de na prática cotidiana educar a família nos princípios religiosos designados pelo pai.

Nos primeiros anos da década de 1880 matérias sobre a Instrução Religiosa em países da Europa estampavam as páginas da *Gazeta do Norte*. Os debates no cenário político no que concerne a admissão da referida matéria no programa escolar da instrução primária de países tidos “civilizados” foram objeto de intensa discussão. No dia 31 de maio de 1882 a *Gazeta do Norte* publicou uma matéria sobre a instrução primária em Paris, tratando de deixar seus leitores a par das discussões no âmbito político desta cidade no que concerne a instrução religiosa. Segundo a matéria, em Paris, reivindicava-se que os professores deveriam substituir a Instrução Moral e Religiosa pela Instrução Moral e Cívica na instrução pública, assim como, a necessidade de dar um dia de feriado por semana, além do domingo, a fim de permitir a instrução religiosa fora dos edifícios escolares⁶²⁴¹.

A publicação não trazia o autor e parecia ter um significado meramente informativo, mas o fato é que a Câmara dos Deputados no Brasil no dia seguinte, na Sessão do dia 1º de junho de 1882 tratou de discutir sobre o ensino religioso como disciplina na Instrução Pública. Desse modo, a *Gazeta* trazia em suas páginas um dos principais assuntos discutidos entre as elites política e intelectual do país e da Europa naquele momento: a necessidade de implementação de reformas na Instrução Pública em todo o Império e a secularização do programa escolar.

No mesmo mês o jornal *Cearense* publicou no dia 18 os debates na sessão de 25 de abril de 1882 da Câmara dos Deputados acerca da matéria escolar Instrução Religiosa. Em muitas falas, a escola leiga era identificada como não sendo “inimiga” da fé e da religião do Estado. E que, portanto, a secularização dos programas escolares não ofenderia os direitos da fé e “regalias” da Igreja. Nos discursos, a exigência de quem não professava um culto sendo obrigado a jurá-lo era tida como desrespeito a liberdade de consciência individual. Desse modo, enfatizava-se a necessidade de liberdade de pensamento em todas as suas manifestações, a tolerância a todas as religiões, assim como também a religião era identificada como um “sentimento íntimo pelo qual o homem não tem responsabilidade senão perante sua própria consciência”⁶²⁴².

Nos meses que se seguiram o *Cearense* continuou publicando os debates na Câmara dos Deputados. Nos dias 18 e 22 de agosto de 1882 este jornal publicou o discurso pronunciado na Sessão de 1º de junho de 1882. Nas discussões, as opiniões que defendiam a exclusão do ensino religioso do programa da Instrução Pública tomaram como referência para embasar suas posições, países da Europa como a Bélgica. Nesse país, a instrução

⁶²⁴⁰**Gazeta do Norte**, Assembleia Provincial, 37ª Sessão Ordinaria em 30 de agosto de 1881, Data: 22 de setembro de 1881, p. 1(capa).

⁶²⁴¹**Gazeta do Norte**, Data: 31 de maio de 1882, *Chronica do ensino, Paris 5 de maio de 1882*, Seção: Instrução Pública, n.119, p. 2, 1ª coluna, meio da página.

⁶²⁴²**Cearense**, Data: 18 de maio de 1882, Câmara dos Deputados – Discurso pronunciado na sessão de 25 de abril de 1882, Seção: Parlamento Brasileiro, p. 2, 4ª coluna, meio da página, n. 107.

religiosa ficava a cargo das famílias. Na escola, os ministros dos diferentes cultos tinham a sua disposição um local para darem o ensino religioso de acordo com o seu credo. Em alguns momentos observa-se nas opiniões, que o objetivo não era separar o ensino da religião, mas sim não constituí-la obrigação do professor. Segundo as falas, os princípios religiosos não deveriam ser ensinados pelo professor que muitas vezes não professava nenhuma religião. Portanto, esta tarefa deveria ser incumbida aos sacerdotes dos diferentes cultos por terem a competência necessária⁶²⁴³.

Nas discussões, as falas que defendiam a exclusão do ensino religioso das aulas públicas primárias, consideravam que o ensino desta matéria deveria ser permitido somente nas escolas particulares, pois o seu fundador tinha o direito de direcioná-la para o credo que desejasse. Mas, no que concerne às escolas públicas, estas deveriam receber todas as crianças sem fazer exclusão de credo religioso. Uma frase bastante pronunciada na sessão de 1º de junho de 1882 era a de que “o Estado não tem alma”. Desse modo, “o estado, como estado civil, não poderia repellar de seu seio o mulçumano, o judeu, o protestante ou o catholico, etc”⁶²⁴⁴. E os estabelecimentos públicos, portanto, não deveriam impor o ensino da religião. As opiniões contrárias também se manifestaram, no sentido de defender que o ensino religioso fora dos currículos da Instrução Pública e a secularização dos programas escolares era o mesmo de aceitar o “Estado sem Deus”⁶²⁴⁵.

Fora discutido também se o professor, além de sua “missão civil”, de ensinar às crianças os princípios elementares do ensino primário, deveria tomar a si o cargo de “abrir um curso de religião, ou um curso de teologia moral”⁶²⁴⁶. Durante toda a década de 1880 é possível observar os conflitos especificamente em torno de duas questões: o que deveria ser ensinado às crianças e quais eram as funções do professor primário. Isto porque, ao mesmo tempo, esse debate era alimentado pelas críticas por parte das elites política e intelectual à instrução primária baseada unicamente na leitura, na escrita, no cálculo e na doutrina cristã, trazendo a importância de uma soma maior de conhecimentos “ancorados nos princípios da ciência, da valorização da educação moral e cívica e nas exigências da preparação para o trabalho”⁶²⁴⁷.

Interessante observar que o Relatório de Amaro Cavalcanti foi publicado no *Cearense* no mesmo mês e ano em que a *Gazeta do Norte* publicou os debates na Assembleia Provincial do Ceará sobre se o ensino deveria se separar da religião e qual era o lugar onde a Instrução Religiosa deveria ser ministrada, e, ainda, qual era a sua importância na educação das crianças. Desse modo, o Relatório de Amaro Cavalcanti apresentou-se como um veículo para mostrar o resultado de sua viagem aos Estados Unidos custeada pelo Estado, mas também como um veículo de “resposta” aos debates no cenário político, mostrando suas posições diante das discussões. De fato, o lugar social ocupado por Amaro Cavalcanti naquele momento daria um maior respaldo às suas posições, pois a missão a ele confiada de colher informações sobre o ensino público nos Estados Unidos serviria para embasar suas argumentações. Nesse sentido, o *Cearense* chamava a atenção de seus leitores para o fato da importância do assunto que se trataria no referido Relatório e também para o autor do mesmo, que entregava a apreciação pública o resultado de sua investigação feita fora do país.

⁶²⁴³ *Cearense*, Data: 18 de agosto de 1882, Camara dos Deputados – Discurso pronunciado na sessão de 1º de junho de 1882, Seção: Parlamento Brasileiro, p. 2, 4ª coluna, canto inferior da página, n. 152.

⁶²⁴⁴ *Cearense*, Data: 22 de agosto de 1882, Camara dos Deputados – Discurso pronunciado na sessão de 1º de junho de 1882, Seção: Parlamento Brasileiro, p. 2, 5ª coluna, canto inferior, n. 155.

⁶²⁴⁵ *Cearense*, Data: 22 de agosto de 1882, Camara dos Deputados – Discurso pronunciado na sessão de 1º de junho de 1882, Seção: Parlamento Brasileiro, p. 2, 5ª coluna, canto inferior, n. 155.

⁶²⁴⁶ *Cearense*, Data: 13 de outubro de 1882, Camara dos Deputados – Discurso pronunciado na sessão de 1º de junho de 1882, Seção: Parlamento Brasileiro, p. 2, 4ª coluna, meio da página, n. 107.

⁶²⁴⁷ SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos da civilização**: a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo; Fundação Editora da Unesp, 1998, p. 171.

Amaro Cavalcanti, em seu Relatório, além de apresentar informações sobre o ensino público nos Estados Unidos, trata ainda da situação do ensino público na Província do Ceará. Sobre este assunto, o que estava em questão, fundamentalmente, era que “os que se educam actualmente, ou não recebem na escola os verdadeiros elementos de conducta, ou si os recebem são estes logo neutralizados pelos exemplos fúteis do lar ou do publico pervertido” (Cearense, 17/09/1881, n. 199 p. 3). Esta passagem desvela o lugar tanto da família quanto da escola como instituições por excelência cujos papéis eram fundamentais para a educação dos futuros cidadãos.

Na Assembleia Provincial do Ceará em 1881 para as posições liberais, a família deveria ser responsável por inculcar desde cedo os princípios da fé às crianças. A Instrução Religiosa, portanto, não deveria ser de responsabilidade do professor. Aqui, ressalte-se que por meio desta matéria, naquele momento, se formaria o caráter e a prática de virtudes cristãs por meio da doutrina da Igreja Católica. Observa-se que recaía como dever do professor a tarefa de retirar das crianças características tidas como incivilizadas adquiridas no ambiente familiar. Dessa forma, a questão era bem contraditória, pois ao mesmo tempo em que era discutido que a Instrução Religiosa não deveria ser de responsabilidade do professor, identificavam em outros momentos, como nas provas dos Exames de Capacidade Profissional, como tarefa do professor a educação que era a formação do caráter das crianças que se daria por meio da referida matéria, onde se debelaria os maus comportamentos, sendo as crianças “moldadas, disciplinadas e retiradas do estado de barbárie em que se encontravam”⁶²⁴⁸.

Uma pergunta, porém, se mostra pertinente: até que ponto se separava os papéis atribuídos à família e à escola na educação das crianças? Quais eram os limites de suas responsabilidades?

É preciso considerar que nas últimas décadas do século XIX educar e instruir trazia diferentes significados. À família estava a tarefa de educar, de inculcar valores e hábitos, e à escola o papel de instruir nas matérias necessárias ao desenvolvimento intelectual dos alunos. Inicialmente, é preciso considerar que a questão não estava tão resolvida assim nas últimas décadas do século XIX no Ceará. Na Província, vários professores encabeçaram discussões sobre o referido assunto principalmente por meio de periódicos como a revista *A Quinzena* e o jornal *Cearense*. Francisca Clotilde⁶²⁴⁹ Barbosa de Lima, professora da Escola

⁶²⁴⁸CASTANHA, André Paulo. **Ser professor no Brasil do século XIX**. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005, p. 7.

⁶²⁴⁹Segundo Barão de Studart em seu Dicionário Bio-bliográfico Cearense, Francisca Clotilde Barbosa Lima entrou para o magistério cearense em junho de 1882 e foi professora da Escola Normal de Fortaleza até março de 1890. No trabalho de Luciana Andrade de Almeida intitulado Francisca Clotilde e a palavra em ação (1884-1921), a autora realizou uma pesquisa minuciosa sobre a trajetória de Francisca Clotilde. Segundo Luciana, Clotilde colaborou em grande número de periódicos, dentre eles o Cearense (1877-1884), Libertador (1881-1891), Revista Contemporânea (1884), A quinzena (1887-1888), A Evolução (1888-1889), Gazeta do Sertão (1893), Ceará Ilustrado (1894), Iracema (1895-1900), O Combate (1896), A República (1896-1901), A Fortaleza (1906), Folha do Comercio (1911), O Domingo, A Cidade e A Ordem. Foi colaboradora do Almanach do Ceará (1897 e 1919) e teve seus textos publicados no Almanach das Senhoras Brazil/Lisboa (1911). Figurou, ainda, nas folhas O lyrio, de Recife (1902-1904); O Bathel, da Paraíba; Paladino, do Acre; A Família, de São Paulo (1881-1883) e Rio de Janeiro (1883-1897); e A mensageira (1897-1900), também paulista. Cultivou, nestes espaços, a prosa, a poesia e a não-ficção, em contos, crônicas, artigos, crítica literária, teatro, traduções, charadas, anúncios. Francisca Clotilde escreveu alguns livros, tais como Coleção de contos (1897), Noções de Aritmética (1889), A Divorciada (1902), os dramas Fabíola e Santa Clotilde (s/d) e Pelo Ceará (1911) e nas primeiras décadas do século XX, dá vida a um longo projeto literário e educativo na imprensa cearense: a revista A Estrella, que circulou em vários lugares do Brasil e reuniu colaboradores e assinantes durante os quinze anos de sua existência de 1906 a 1921. Fonte: ALMEIDA, Luciana Andrade de. **Francisca Clotilde e a palavra em ação (1884-1921)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2008, p. 23.

Normal e colaboradora de jornais como *O Libertador* e a revista *A Quinzena*, escreveu nesta revista durante o ano de 1887 dois artigos *A educação moral da criança na escola* e *A mulher na família*. Nestes artigos, Francisca Clotilde empreendeu discussões que traziam a família como tema central, em especial as mães como responsáveis pelo futuro dos filhos.

Em seu artigo *A educação moral das crianças na escola* publicado em fevereiro de 1887, Clotilde identificava a mãe como a primeira educadora dos filhos, de modo que seria no lar que a criança receberia os primeiros ensinamentos. A mãe infiltraria em seu coração o “gérmen do bem e as noções de caráter”⁶²⁵⁰. Segundo Clotilde, a doçura, a paciência e os cuidados com que estas cercariam os filhos, protegendo-os e desviando-os do mal, representavam virtudes essenciais que somente as mães possuíam. Para Francisca Clotilde, a mãe:

“Não deve esquecer nunca que della dependem a felicidade e o futuro das tenras creaturas que nella se revêem como em um espelho que deve reflectir as mais bellas puras imagens; que lhe cumpre vellar incessantemente para desenvolver o bem n’aquelles corações ingenuos e inexperientes, procurando todos os meios para depositar nelles o germen que deverá produzir no decurso bons e salutare fructos”.⁶²⁵¹

A mãe deveria, portanto, superar as dificuldades que o exercício de sua função apresentava através de seu zelo e empenho. O pai designaria os princípios pelo qual a família seria educada, mas era da mãe que dependeria o futuro das crianças, pois para Francisca Clotilde, “o menino molda-se á sua vontade, á sua influencia e guiado pelo amor solícito e desvelado que ella lhe dedica cresce nas melhores disposições”⁶²⁵². A mãe, portanto, não deveria esquecer de seu dever como forma de que seria nela que as crianças se espelhariam.

Francisca Clotilde presa ao conservadorismo católico pela própria educação que recebeu, acaba por delimitar em seus artigos o papel da mulher ao lar, contribuindo assim na cristalização do papel a ser desempenhado pelas mães na vida social, de fazer da criança homem útil à pátria e à família. Clotilde em seu artigo *A mulher na família* argumentava que:

“Não será mil vezes mais glorioso desempenhal-o e fazer da creança um homem util á patria e á familia do que sentar-se nos bancos de academias em busca de um pergaminho, ou acompanhar os vaivens da política, duende fatal que deve amedrontar até os animaes varonis?”⁶²⁵³

No trecho supracitado, Francisca Clotilde procurava identificar a mãe com um sentimento de cuidado, carinho e proteção próprios de sua natureza reprodutora elevando-a a primeira professora dos filhos. Desse modo, as mães tinham uma “missão” difícil, delas partiriam os primeiros ensinamentos que contribuiriam na formação dos futuros cidadãos.

No lar, as crianças deveriam ser educadas por meio dos exemplos. As virtudes que as crianças deveriam possuir seriam aquelas passadas pelas mães através do espelho que seriam para seus filhos. As virtudes tidas como inerente à natureza das mães: submissa, abnegada e passiva, por exemplo, deveriam ser reproduzidas no comportamento das crianças na sua vida adulta. Nesse processo, as mães reproduziriam uma forma de ser e estar que nos debates na Câmara dos Deputados e na Assembleia Provincial em 1881 e 1882, assim como nos escritos de sujeitos inseridos nas discussões em torno da educação, como Francisca Clotilde, contribuiriam na submissão às autoridades constituídas e na construção da ordem no país.

⁶²⁵⁰ **A Quinzena**, *A educação moral das crianças na escola*, 15 de fevereiro de 1887, n. 3, p. 21.

⁶²⁵¹ **A Quinzena**, *A mulher na família*, 15/03/1887, n. 05, p. 40)

⁶²⁵² **A Quinzena**, *A mulher na família*, 30 de março de 1887, n. 6, p. 47.

⁶²⁵³ **A Quinzena**, *A mulher na família*, 30/03/1887, n. 06, p. 47)

Observa-se que a família constituiria uma escola doméstica desde que a religião, a virtude, a moral e o trabalho estivessem presentes. Percebemos, portanto, que o próprio comportamento de renúncia que se esperava das mulheres em prol da família era incentivado pela religião, constituindo esta “compendio sublime”⁶²⁵⁴ na educação da família. Segundo a historiadora Constância Lima Duarte, neste momento, com a intenção de valorizar o papel da mãe, este é acompanhado de expressões tomadas de empréstimo da religião, que terminam por lhes dar uma certa “dignidade” em sua “aura mística”⁶²⁵⁵. De fato, nas últimas décadas do século XIX, seja nos discursos das elites política e intelectual no cenário político ou nos artigos escritos em jornais e revistas, o papel da mãe era acompanhado principalmente das expressões “missão”, “vocação” e “dever tão sagrado”.

Nesse momento, junto às discussões acerca do lugar a ser ministrada a Instrução Religiosa, as relações no interior da família também constituíram objeto de discussão das elites política e intelectual na imprensa. O estabelecimento de um modelo de família a ser imitado era alvo constante das discussões que traziam como tema principal a educação das crianças. Nos meios políticos e intelectuais, discutia-se que a família e a escola eram espaços fundamentais para as crianças aprenderem os valores necessários à elevação do país a um patamar “civilizado”. Desse modo, para a criação de cidadãos que viessem futuramente a ocupar seus espaços dentro da sociedade era necessário identificar o papel da família, em especial, dos pais na tentativa de criar um *habitus* civilizado⁶²⁵⁶. Portanto, o leitor deve-se perguntar: em que medida as discussões nas últimas décadas do século XIX sobre civilização e progresso material e cultural atingiram ou identificaram a família como espaço fundamental para tornar realidade o “projeto civilizador” das elites dirigentes?

Preparar as crianças e garantir condições necessárias para que experimentassem hábitos e costumes que contribuíssem no estabelecimento da civilização, eram metas discutidas pelas elites política e intelectual. As crianças deveriam, portanto, experimentar valores, hábitos e costumes que as levassem a serem adultos “civilizados”. A tarefa da família e da escola, portanto, seria preparar a criança como terra fértil para no futuro produzir bons frutos. Mas isso não seria bastante, as mãos que semeariam deveriam estar preparadas como condição de colher frutos saudáveis.

Levando em conta que a maioria das crianças que freqüentavam as aulas públicas primárias era considerada pelos professores, “desvalidas”, filhas de “pais pobríssimos” e “paupérrimos”, os discursos das elites política e intelectual de que era dever da família a educação das crianças na instrução religiosa, ao mesmo tempo, esbarra em dois aspectos: estas famílias possuíam as condições necessárias para educar seus filhos nos padrões civilizados pregados pelas elites? A instrução religiosa dada no âmbito familiar daria conta de formar essas crianças na ordem e na disciplina, aspectos discutidos nos meios políticos e intelectuais como construídos por meio da referida matéria? Como funcionaria no âmbito familiar a instrução das crianças no ensino religioso que eram consideradas pelas elites dirigentes participantes do mundo da “desordem”⁶²⁵⁷, ou seja, crianças que faziam parte de

⁶²⁵⁴Biblioteca do Povo e das Escolas, 23ª série, 1890. Acervo do Instituto Histórico do Ceará. Código: 030. C 972b v.23. p. 8.

⁶²⁵⁵DUARTE, Constância Lima. A ficção didática de Nísia Floresta. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (org.). **500 anos de educação no Brasil**, Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 322.

⁶²⁵⁶VIANA, Fabiana da Silva; VEIGA, Cynthia Greive. **Relação governo, família e educação na primeira metade do século XIX na província de minas gerais**. Disponível em: sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema7/0742.pdf, p. 4.

⁶²⁵⁷Aqui tomamos de empréstimo a palavra “desordem” do trabalho de Fabiana da Silva Viana e Cynthia Greive Veiga intitulado *Relação governo, família e educação na primeira metade do século XIX na Província de Minas Gerais*, (p. 5) para discutirmos nossas ideias. Fonte: VIANA, Fabiana da Silva; VEIGA, Cynthia Greive. **Relação governo, família e educação na primeira metade do século XIX na província de minas gerais**. Disponível em: sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema7/0742.pdf.

famílias que estavam fora dos padrões de família ideal ou competente para a educação das crianças?

Na Assembleia Provincial do Ceará de 1881 o modelo de família que se caracterizava como competente era a formada por pai, mãe e filhos. Mas, e as que não atendiam a esse modelo, haja vista que muitas crianças que frequentavam as aulas públicas primárias eram órfãs de pai e mãe, vivendo sob a proteção de sua avó, outros eram órfãos de pai, vivendo com sua mãe? Discutia-se acerca da importância da família na educação das crianças, sendo o pai e a mãe sujeitos fundamentais neste processo. Porém, este modelo de família não correspondia à maioria das famílias das crianças que frequentavam as aulas públicas primárias, haja vista serem muitas delas órfãs.

"O RELÓGIO DE DEUS": TEOLOGIA E CULTURA POLÍTICA NO JORNAL *MENSAGEIRO DA PAZ*

*Elioenai de Souza Ferreira*⁶²⁵⁸
elioenaihistoria@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como objeto os imbricamentos entre teologia e cultura política no jornal Mensageiro da Paz (MP) presentes nas representações sobre o Estado de Israel veiculadas em artigos, notícias e matérias publicadas no periódico. O MP é o jornal oficial da CGADB (Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil), maior e mais antiga entidade que congrega pastores e igrejas das Assembleias de Deus brasileiras, organizada em 1930, mesmo ano da fundação do jornal. Propomos uma análise sucinta da escatologia adotada pelas Assembleias de Deus, de matriz pré-milenista, relacionando este campo da Teologia Sistemática com a cultura política difundida no MP. Baseados em Berstein (2009), entendemos cultura política como sendo um conjunto de representações que inclui normas e valores compartilhados por um determinado grupo que incidem nas concepções políticas construídas pelos que fazem parte desse grupo, seja ele social ou mesmo religioso, visto que as instituições e comunidades religiosas também manifestam seus projetos de poder político, mesmo em sociedades que preconizam a laicidade e a secularização do Estado. A partir das representações elaboradas pelo jornal a respeito do Estado de Israel e da Questão Palestina, permeadas pelas intersecções entre teologia e política, identificamos um tipo de cultura política que, por ora, denominamos de evangélico-sionista. O recorte temporal deste trabalho está delimitado entre os anos de 2001 e 2005, abrangendo desde os ataques ao World Trade Center até o acirramento das discussões torno da criação de um Estado palestino independente.

Palavras-chave: cultura política, sionismo evangélico, teologia escatológica.

Introdução

Ao delimitarmos nosso objeto de análise, interessa-nos problematizar como a teologia assembleiana veiculada no jornal Mensageiro da Paz elabora suas representações sobre o Estado de Israel e os conflitos que o envolvem, especialmente com os palestinos.

O Mensageiro da Paz, doravante mencionado como MP, é o periódico oficial das Assembleias de Deus vinculadas à CGADB⁶²⁵⁹ (Convenção Geral das Assembleias de Deus no

⁶²⁵⁸ Mestrando- PPGH/UFCEG

⁶²⁵⁹ A CGADB não é a única entidade que congrega os assembleianos no Brasil, ainda que seja a maior e a mais antiga dentre elas. Existe também a CONAMAD, que abrange as igrejas ligadas ao Ministério

Brasil), editado e publicado pela CPAD (Casa Publicadora das Assembleias de Deus). Foi criado na primeira assembleia geral da CGADB realizada na cidade de Natal, no ano de 1930. Resultou da fusão de dois jornais então existentes, *Boa Semente* e *Som Alegre*⁶²⁶⁰. Um só jornal oficial para todos os assembleianos, um só veículo para unificar as notícias, os posicionamentos, a doutrina. Desde então, ao longo desses últimos 85 anos o MP vem sendo utilizado como porta-voz do pensamento oficial da liderança da CGADB.

Desse modo, estamos cientes das limitações de nossa fonte, tendo em vista que um discurso oficial omite ou suaviza as contradições, as disputas, as divergências. Além disso, o discurso oficial é passível de apropriações, leituras e releituras diversas; interpretações, transgressões. Não é o alvo do nosso estudo, mas podemos considerar que nem todos os fiéis assembleianos ou demais leitores do MP concordam com tudo que é defendido pelo jornal. No entanto, para se chegar a esses aspectos da recepção, teríamos que consultar os leitores, o que está além do escopo deste texto.

No entanto, a nossa análise se concentrará no próprio jornal, considerando-o como um instrumento apologético e doutrinário das Assembleias de Deus (ADs) e, nessa condição e função, como produtor e reproduzidor de representações, de crenças, de preconceitos, que dizem respeito não apenas a questões religiosas, mas também políticas e, no caso do nosso objeto, à política internacional, global. Outras fontes produzidas pelos assembleianos serão também consultadas, a fim de verificarmos uma intertextualidade entre o MP e outros impressos das ADs, tais como livros de cunho teológico.

A fim de nortear nossa discussão acerca das interligações entre teologia e política, vamos operacionalizar o conceito de cultura política, conforme exposto por Serge Berstein⁶²⁶¹, tomando-o enquanto um conjunto de representações elaborado por grupos sociais e políticos que, através de valores, normas e convicções, idealizam o tipo de ordem social adequado aos seus projetos de poder. É um sistema de ideias pelo qual se lê e interpreta o que se entende por realidade, a História, o cotidiano. E, de acordo com Berstein, tal conceito ultrapassa a noção restrita de partido político.

Seguindo esse raciocínio, elementos de cultura política podem ser encontrados em diversos âmbitos da vivência humana em sociedade, para além das estruturas do Estado e das agremiações políticas formais que disputam seu controle. Sendo assim, o campo da religião também é perpassado pela cultura política, o que Berstein reconhece, porém ressalta que na contemporaneidade o fator religioso não está tão evidente em sociedades secularizadas, exceto em culturas com perfis tradicionalistas.

Entretanto, o processo de secularização não é absoluto nem total, o que nos permite identificar práticas de cultura política permeadas pela religião, a exemplo do nosso objeto de estudo, com o qual pretendemos demonstrar de que maneira uma dada teologia contribui para a construção de uma cultura política que, por sua vez, molda comportamentos e atitudes que expressam uma visão de mundo assentada em crenças e convicções religiosas. Trata-se, assim, de uma via de mão dupla.

O presente trabalho está dividido em dois tópicos. No primeiro, faremos uma introdução à escatologia assembleiana, que é a divisão da Teologia Sistemática que trata do futuro concernente à Igreja, à humanidade e também aos judeus, no caso específico da escatologia adotada pelas Assembleias de Deus, que é de perfil pré-milenarista. Veremos, então, como Israel ocupa um lugar central na perspectiva escatológica assembleiana, daí a expressão “relógio de Deus” que intitula esse trabalho, pois toda a atenção está voltada aos desdobramentos históricos que envolvam o povo de Israel. Ainda que a escatologia assembleiana contemple uma restauração plena para os judeus somente a partir de certos

de Madureira; bem como há diversas Assembleias de Deus que se organizam de maneira independente em relação às grandes convenções.

⁶²⁶⁰ ARAÚJO, Isael de. **Dicionário do Movimento Pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2007, p. 457.

⁶²⁶¹ BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília et al (Orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

eventos previstos em seu sistema de interpretação bíblica, é no tempo presente que esse arcabouço teológico e doutrinário é direcionado para se posicionar sobre o Estado de Israel.

Esse aspecto será abordado no segundo tópico, ou seja, a instrumentalização da escatologia assembleiana para interpretar o que acontece com e no Estado de Israel. No jornal MP, a escatologia tem de lidar com as reviravoltas, com os acontecimentos inesperados que desafiam a pretensa solidez dos esquemas interpretativos dos manuais de teologia. Nesse sentido, nossa análise irá focar como o MP, em suas edições mensais, constrói suas representações sobre o Estado de Israel e sua situação na política e na história internacionais, formando opiniões sobre o presente e inculcando projeções para o futuro.

Esse estudo será viabilizado pela análise de matérias e artigos de edições do MP publicadas entre os anos de 2001 e 2005, abrangendo temas que vão desde os ataques às torres gêmeas em Nova Iorque até as discussões em torno da criação de um Estado independente para os palestinos.

I – A escatologia assembleiana: uma lente para ler o mundo.

As Assembleias de Deus no Brasil são fruto do movimento pentecostal iniciado nos Estados Unidos no começo do século XX, tendo sua eclosão a partir do chamado Avivamento da Rua Azusa, em Los Angeles, em 1906. O movimento se espalhou pelo território norte-americano, chegando à cidade de Chicago. Foi ali onde se encontraram dois imigrantes suecos batistas que decidiram embarcar para o Brasil a fim de implantar nesse país o que julgavam ser o avivamento dos últimos dias. Gunnar Vingren e Daniel Berg deram início ao movimento assembleiano brasileiro na capital paraense, Belém.

Diante disso, atentamos para a matriz teológica na qual as Assembleias de Deus brasileiras se fundamentam, matriz esta orientada por uma proposta de ortodoxia evangélica com fortes vínculos com o fundamentalismo teológico desde a sua formulação como um movimento de reação à teologia liberal difundida nos meios protestantes a partir do século XIX. Uma das facetas desse fundamentalismo evangélico é o apego ao significado literal do texto bíblico, bem como uma ênfase nos pormenores narrativos. Além disso, há uma tendência a um dogmatismo inflexível.

Um exemplo disso é a crença na volta pré-milenar de Cristo. Além da inerrância da Bíblia, a Trindade, o nascimento virginal de Cristo, a queda da humanidade no pecado, a expiação vicária de Cristo e sua ressurreição corpórea e ascensão, a crença de que Cristo voltaria fisicamente e encarnado para governar e reinar na terra por mil anos antes da ressurreição e do juízo final deixou de ser apenas uma opinião sustentada por alguns cristãos e foi elevada a “fundamento da fé” pela Associação Mundial dos Fundamentos fundada pelo principal ministro fundamentalista W.B. Riley em 1919⁶²⁶².

Dentre as várias correntes teológicas milenaristas, que creem num reinado de Cristo por mil anos na terra, a maior parte das igrejas pentecostais, incluindo as Ads, segue o pré-milenismo. Tendo como cerne a crença num reino literal de Cristo na Terra durante exatamente um milênio, no entanto, a corrente pré-milenista condiciona esse reinado a um evento anterior, qual seja, o retorno visível do próprio Cristo ao mundo, também chamado de Segunda Vinda de Jesus.

Nos impressos produzidos pela CPAD, o pré-milenismo adquire *status* de doutrina oficial e até mesmo de dogma, uma vez que ele está explicitado no item 11 do *Cremos*, uma espécie de credo ou confissão que sintetiza a teologia assembleiana, composta por 14

⁶²⁶² OLSON, Roger. **História da Teologia Cristã: 2000 anos de tradição e reformas.** São Paulo: Editora Vida, 2001, p. 576.

pontos, publicada a cada edição do MP na página 2. Sobre o ponto específico da segunda vinda de Jesus, assim de pronuncia o *Creemos*:

Na Segunda Vinda premilenial de Cristo, em duas fases distintas. Primeira – invisível ao mundo, para arrebatá-la sua Igreja fiel da terra, antes da Grande Tribulação; segunda – visível e corporal, com sua Igreja glorificada, para reinar sobre o mundo durante mil anos⁶²⁶³.

Temos, então, de lidar com mais uma especificidade da escatologia oficial das ADs, uma vez que o pré-milenismo comporta diversas variantes, sendo as principais o pré-tribulacionismo e o pós-tribulacionismo. A distinção básica entre essas duas vertentes é a discordância quanto à ocasião do chamado Arrebatamento, se antes ou depois da Grande Tribulação. As Ads adotam o pré-tribulacionismo, como pode ser observado na última citação. Convém uma definição, ainda que sucinta, desses eventos escatológicos a fim de compreendermos melhor a lógica interpretativa assembleiana.

Para tanto, o livro *O plano divino através dos séculos* é uma fonte bastante pertinente, pois se trata de obra clássica da produção teológica assembleiana no Brasil, escrita por um missionário norte-americano, Nels Lawrence Olson, na década de 1950. Escrito num estilo didático e sintético, por isso mesmo o livro de Olson teve grande repercussão e aceitação entre os assembleianos, sendo inclusive usado como livro-texto em alguns seminários e institutos bíblicos, quando as Ads no Brasil passaram a permitir a existência dessas instituições⁶²⁶⁴.

O Arrebatamento ou rapto da Igreja é crido como um acontecimento iminente, desdobrando-se em dois eventos sobrenaturais e simultâneos, de acordo com a crença assembleiana: a ressurreição dos fiéis e a trasladação de ressuscitados e dos que estiverem vivos para a dimensão celestial. Tudo isso de forma oculta para o restante do mundo. Apenas os “eleitos”, os “salvos” terão parte nesse evento que representa a redenção, a salvação definitiva. É a primeira fase da volta de Cristo⁶²⁶⁵.

Seguindo a sequência do “plano divino”, logo após o Arrebatamento, dar-se-á a Grande Tribulação durante sete anos. Será o período em que o mundo será governado por um homem com amplos poderes, o Anticristo. Este líder mundial “diabólico” fará um pacto com os judeus, que reconhecerão na pessoa dele o tão aguardado Messias. Porém, um grupo de judeus não aceitará o pacto, o Anticristo revelará sua verdadeira natureza e, então, passará a perseguir o povo judeu. Este clamará pelo socorro divino e este virá com a manifestação visível de Cristo, seus anjos e os cristãos arrebatados há sete anos. Terá lugar uma batalha entre as forças do Anticristo e as do verdadeiro Messias, com a inevitável vitória deste. Israel reconhecerá, finalmente, que Jesus Cristo é o seu salvador e rei.

Sim, rei, porque após a sua vitória cósmica sobre as forças do mal e suas pazes com o povo de Israel, Cristo estabelecerá seu governo universal, tendo como capital de seu reino a cidade de Jerusalém. Vejamos o que Lawrence Olson disse sobre o lugar de Israel na escatologia por ele ensinada.

Em resumo, vemos então como a Grande Tribulação concerne diretamente a Israel e constitui o juízo de Deus sobre essa nação em face de sua prolongada apostasia e negligência para com seu Rei, Jesus Cristo, o Messias. [...]. A Tribulação também afetará o mundo todo, pois o problema do povo judeu é um problema mundial. O novo Estado de Israel foi reconhecido em 1948 pela Organização das Nações Unidas [...]. Tendo Cristo como seu Messias e

⁶²⁶³ MP, março de 2004.

⁶²⁶⁴ ARAÚJO, Isael de. Op. cit., pp. 559-560.

⁶²⁶⁵ OLSON, Lawrence. **O plano divino através dos séculos**. 24ª ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2001, pp. 113-114.

Cabeça, Israel tornar-se-á a nação líder do mundo, e não mais a “cauda”⁶²⁶⁶.

Como podemos ver, Israel detém uma posição especial no sistema interpretativo da escatologia pré-milenial, destinado a ser o centro do mundo ideal, onde Cristo será o Rei. De acordo com Olson, o futuro de toda a humanidade está atrelado ao do povo judeu. Sendo assim, os que têm essa convicção olham com muito interesse os acontecimentos relacionados com Israel. E não apenas o Israel do Milênio, mas também o Estado de Israel fundado em 1948. Aliás, essa é uma data-chave para aqueles que leem a História pela lente do pré-milenismo, porque o retorno dos judeus à terra dos antigos hebreus da Bíblia, tidos como seus ancestrais, é considerado como um dos sinais mais contundentes do esperado cumprimento das profecias.

O livro *Doutrinas Bíblicas – uma perspectiva pentecostal*, da autoria de dois teólogos assembleianos dos EUA, é um manual básico que contém a teologia oficial das Ads norte-americanas, reproduzida substancialmente pelo *Cremos* das Ads brasileiras. O livro consiste numa explanação da Declaração de Verdades Fundamentais da denominação, elaborada e aprovada no ano de 1916. Cada capítulo do livro discute uma dessas “verdades fundamentais”. No capítulo sobre o Milênio, os autores não deixam de mencionar os judeus como parte importante do reino do Messias, baseando-se em textos do Antigo Testamento.

A terra também estava incluída na promessa feita a Abraão e a Israel. Deus prometeu-lhe a terra entre o rio Eufrates e o rio do Egito (Gn 15.18, 19). Ezequiel viu a futura restauração do território, especialmente nos capítulos 36 e 37 de seu livro. [...] mostra-nos que Deus trará os judeus de todos os países e os levará de volta à sua terra. [...]. Assim, a visão pré-milenista é a única que permite a restauração de Israel como nação e o cumprimento literal das profecias de paz e bênção que Isaías e outros profetas previram⁶²⁶⁷.

A interpretação literal dessas profecias não permite uma visão simbólica ou figurada da restauração dos judeus. Ao contrário, todos os fatos já “revelados” nas profecias deverão ter o seu cabal cumprimento, obedecendo rigorosamente ao “plano divino”. Motivados por essa fé, os que creem no sistema pré-milenista e são simpatizantes do Estado de Israel veem como necessária e legítima a ocupação do território da Palestina.

Desse modo, a restauração dos judeus, mesmo tendo um caráter espiritual, ela tem de se materializar, tem de ter uma concretude histórica, uma visibilidade temporal. E, para os pré-milenistas, a restauração profetizada começa a se realizar a partir do ressurgimento dos judeus enquanto nação, nos moldes do Estado-Nação moderno, com uma identidade nacional definida e território demarcado. Essa nação judaica restaurada é identificada como o Estado de Israel estabelecido em 1948. Esse acontecimento é crido como o apenas o início da elevação de Israel ao posto de principal nação do mundo e da História, quando se tornar a sede do Reinado Milenial.

Como vimos no texto supracitado, os laços entre pré-milenismo e a ideia de uma nação judaica são explícitos. Nessa ótica, o fator territorial assume um papel imprescindível, visto que o povo de Israel, disperso por todo o mundo, necessariamente, terá de regressar ao seu antigo lar para que as profecias bíblicas tenham o seu efetivo cumprimento. Essa é a crença pré-milenista e ela concorda que o território prometido aos judeus está muito além do que aquele atualmente sob o controle do Estado de Israel. O território profetizado abrange alguns países do Oriente Médio e mesmo que a sua conquista seja esperada para o Milênio, tal crença num Grande Israel serve para legitimar e justificar não somente a criação do próprio Estado, mas também a expansão que ele executou a partir da Guerra dos Seis Dias, em 1967.

⁶²⁶⁶ OLSON, Lawrence. Op. cit., pp.127-129.

⁶²⁶⁷ MENZIES, William W. ; HORTON, Stanley M. *Doutrinas Bíblicas: uma perspectiva pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD, 1995, pp. 251, 253.

Lawrence Olson afirma categoricamente que “para cumprir essas profecias, seria necessário um território bem maior do que Israel possui atualmente”⁶²⁶⁸. Ele acrescenta que isso pode incluir toda a península arábica. Diante disso, uma primeira conclusão que podemos elaborar é que a escatologia pré-milenista assembleiana proporciona uma base ideológica para o apoio nítido da denominação aos projetos que dizem respeito à existência, consolidação e expansão do Estado de Israel.

Como se vê, Israel ocupa um lugar nada periférico na escatologia assembleiana. Mas isso não é perceptível somente nos livros. No caso do MP, a interligação estreita entre escatologia e política pode ser vista a cada vez que o jornal traz à tona quaisquer temáticas referentes ao Estado de Israel.

O que pretendemos analisar são os imbricamentos entre o pré-milenismo das Ads e sua posição pró-Israel e como essa relação é exposta no MP, denotando uma intenção de construir uma determinada cultura política. Um exemplo de como a teologia afeta a visão política é encontrado na edição de 16 a 31 de outubro de 2001 (por um curto tempo o jornal circulou quinzenalmente). Em meio à repercussão dos recentes atentados ao World Trade Center, o pastor Elienai Cabral, em sua coluna Últimos Dias, reitera o lugar de Israel na cosmovisão assembleiana quando afirma o seguinte.

O pivô da questão é Israel, portanto, o vemos como o “relógio de Deus”, onde o tempo, com a sucessão dos acontecimentos escatológicos, é marcado e possui relação com os prenúncios na Bíblia Sagrada⁶²⁶⁹.

II – Mensageiro da Paz: formador de cultura política

Mas, por que, diante dos ataques às torres gêmeas nos EUA, o articulista volta sua atenção para Israel? Por que o país seria o “pivô da questão”? O argumento é que os EUA foram atacados pelos radicais islâmicos devido à sua aliança com Israel. Não há nenhuma consideração sobre a política intervencionista no Oriente Médio e suas possíveis consequências. Os complexos meandros da política internacional são simplificados numa só explicação, numa ótica unilateral dos eventos. Israel, portanto, é colocado mais uma vez no centro da História.

Ainda sobre o contexto do 11 de setembro, noutro artigo, desta feita escrito pelo pastor Esequias Soares, a unilateralidade mais uma vez é manifestada. O religioso afirma que a causa para a eclosão do terrorismo em escala global não é de ordem político-econômica, mas sim um problema que se origina em fatores “espirituais”. Segundo o pastor, as origens do conflito remontam aos tempos bíblicos, pois resulta de disputas entre duas linhagens povos procedentes do patriarca Abraão, ou seja, entre os descendentes de Ismael, que seriam os árabes, e os filhos de Isaque, os judeus.

Nesse caso, o articulista desloca o foco de um acontecimento da atualidade para suas pretensas origens bíblicas para reforçar o fator espiritual que envolve o conflito árabe-israelense. De acordo com esse raciocínio, há uma luta milenar entre os filhos de Ismael e os de Isaque, sendo os últimos os legítimos herdeiros das promessas feitas por Deus a Abraão, incluindo a Terra Prometida. Para o pastor Esequias, os ataques aos EUA têm um simples motivo.

Os Estados Unidos, como país de princípios cristãos, têm líderes que conhecem o contexto bíblico dos judeus e têm se mostrado amigos e simpatizantes do Estado de Israel. Todo aquele que se tornar amigo de Israel se torna inimigo dos muçulmanos. Por serem os Estados Unidos um país cristão e amigo de Israel, é chamado por eles de o Grande Satã, e não simplesmente por ser a maior potência do mundo⁶²⁷⁰.

⁶²⁶⁸ OLSON, Lawrence. Op. cit., p. 134.

⁶²⁶⁹ MP, 16 A 31 de outubro de 2001, p. 16.

⁶²⁷⁰ MP, 1 a 15 de outubro de 2001, p. 10.

Eis aí a causa “espiritual” do terrorismo. Numa análise marcada por generalizações e reducionismos, nota-se como a perspectiva teológica se antecipa e se impõe a qualquer outro viés. O povo de Deus, Israel, tem muitos inimigos e precisa de aliados. Os EUA assumem esse papel, não por motivações estratégicas de natureza política ou econômica. Não por serem uma potência mundial, como o texto reconhece, e as implicações advindas dessa condição. Eles o fazem porque se constituem num país cristão, liderado por pessoas que se inspiram na Bíblia para suas ações. Por isso são atacados. Por outro lado, os muçulmanos e os árabes (todos eles) são apresentados como inimigos de Israel e, conseqüentemente, de seus aliados. Está esquematizado o quadro das tensões internacionais. Cristãos e judeus de um lado; e do outro, muçulmanos. E isso tudo tem um fundamento “espiritual”.

Portanto, o inimigo está identificado. Se esse *status* abrange os muçulmanos, também inclui os palestinos. Sobre estes, essa é a opinião do pastor Elienai Cabral⁶²⁷¹, exposta no seu artigo já mencionado: “a intenção dos palestinos em destruir Israel é notória desde 1948, quando a ONU reconheceu Israel como Estado”⁶²⁷². Omite-se o violento processo de ocupação da Palestina por parte de colonos de origem judaica que antecedeu a proclamação do Estado de Israel, processo que foi doloroso para todos os envolvidos e até hoje se desenrola com todos os episódios sangrentos que são bastante notórios. No entanto, pela análise do referido pastor, só se apresenta um via de entendimento para os conflitos, ou seja, Israel é a vítima por excelência e está sempre em ameaça de extinção.

A questão palestina é recorrente no MP e é um tema caro aos seus editores e articulistas, como poderemos observar nas próximas páginas. Os responsáveis pelo jornal dedicaram uma matéria de capa⁶²⁷³ para explicar aos seus leitores, afinal, o que a Bíblia teria a dizer sobre os palestinos. Mas o que motivou o jornal a publicar esse conteúdo? O próprio redator da matéria justifica. Em tom de denúncia, a matéria inicia informando que uma delegação de deputados brasileiros, enviada pelo então presidente Lula, visitou o presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP), Yasser Arafat, no seu QG em Ramallah, na Cisjordânia.

O MP vê essa visita de caráter oficial como uma tomada de posição pró-palestinos, classificada pelo jornal como “preocupante”. Em seguida, a matéria faz uma afirmação surpreendente: a luta entre israelenses e palestinos é milenar, pois os últimos são descendentes diretos dos antigos filisteus, povo que ocupou anteriormente o atual território da Faixa de Gaza, e é retratado no Antigo Testamento como um dos principais inimigos dos antigos hebreus.

A ligação direta entre os palestinos e um antigo adversário bíblico de Israel tem o potencial de justificar a luta contra esse adversário, pois ele é visto como um obstáculo ao plano da plena ocupação do território prometido por Deus a Israel. E, conseqüentemente, evoca a memória mítica das lutas contra os filisteus, a exemplo daquelas travadas por Davi, arquétipo de rei e líder messiânico.

O que chama a atenção na referida matéria é o anacronismo empregado para associar os palestinos com os filisteus. O anacronismo se mostra ainda mais grosseiro quando o jornal se contradiz, ao iniciar a matéria se referindo aos palestinos como descendentes dos filisteus e depois os denominando de árabes. Faltou, porém, mostrar a conexão entre filisteus e árabes. Mais uma vez, o olhar se desloca da história contemporânea recente para os tempos bíblicos. Baseada na Bíblia é que a matéria aponta o futuro dos palestinos.

Sobre o fim dos filisteus, a Bíblia afirma que eles deixarão todo o orgulho para serem servos (trabalhadores) em Israel,

⁶²⁷¹ É importante registrar que os pastores Elienai Cabral e Esequias Soares ocupam posições de destaque nos meios teológicos assembleianos brasileiros. Ambos são comentaristas das revistas de escola dominical para adultos publicadas pela CPAD, bem como são conferencistas dos eventos da CGADB. Sendo assim, pode-se inferir que suas opiniões estão afinadas com o discurso oficial da denominação.

⁶²⁷² MP, 1 a 31 de outubro de 2001, p. 16.

⁶²⁷³ MP, maio de 2004, pp. 4-5.

e serão contados com o povo judeu, após livrarem-se de seus sacrifícios de sangue, para que haja paz em Jerusalém, quando o próprio Senhor defender o seu povo de seus inimigos⁶²⁷⁴.

O texto bíblico faz menção dos filisteus, mas como, de acordo com o jornal seus descendentes são os palestinos, a profecia é aplicada a estes. Portanto, seu papel nessa escatologia é o de servos, isto é, de subordinados a Israel. Não apenas subalternos, mas integrados ao povo judeu. Mesmo que se enxergue um cenário de pacificação nessa interpretação, entretanto, ela tem implicações no que tange à negação de autonomia para o povo palestino. Aceita como verdade literal, ela tende a inibir iniciativas de solidariedade para com o povo palestino no presente, por parte dos que se deixam influenciar pela escatologia assembleiana e pelo MP.

“A Faixa de Gaza servirá de pastagem para os rebanhos de Judá”⁶²⁷⁵. Assim sentencia a responsável pela coluna *Em dia com Israel*, Sara Alice Cavalcanti, apresentada como especialista em estudos judaicos. É uma evangélica assembleiana com ascendência judia. Como tal, mensalmente, em sua coluna, ela comenta notícias relacionadas com Israel, entremeando-as com aspectos teológicos e devocionais, invariavelmente a favor do Estado de Israel. Baseando-se em passagens dos livros bíblicos de Sofonias e Zacarias, ela assim descreve a atual posição da Faixa de Gaza, bem como o seu futuro.

A região, ocupada pelos “povos do mar”, será destruída até que não haja morador [...]. Gaza, hoje, representa um projeto, um projeto de negação à existência do Estado judeu [...]. O Senhor da Terra, que a distribui segundo sua soberana vontade, já deliberou sobre aquela região. A Faixa de Gaza servirá de pastagem para os rebanhos de Judá⁶²⁷⁶.

A partir de uma profecia inicialmente dirigida aos filisteus, a colunista a relaciona com os palestinos. Sua interpretação desconsidera a ocupação secular do território de Gaza pelas populações de origem árabe e nega uma futura existência autônoma do povo palestino. A convicção da autora se mostra irredutível porque ela se fundamenta no campo da fé, da crença religiosa, visto que ela crê que o futuro dos povos da Terra Santa já está determinado por Deus. Não há espaço para negociações e concessões. Afinal, são os habitantes de Gaza que negam a existência do Estado dos judeus e, desse modo, colocam-se como empecilhos para que a restauração de Israel alcance sua plenitude. Mas, segundo o esquema escatológico que vimos analisando até agora, todos os obstáculos ao plano divino serão devidamente removidos.

Como já dissemos anteriormente, o MP acompanha com atenção meticulosa cada acontecimento que se refira ao Estado de Israel, diretamente ou não. Os tópicos mais sensíveis para os editores e colaboradores do jornal são aqueles relacionados aos sinais proféticos que apontam para a segunda vinda de Cristo, tais como o retorno dos judeus de todo o mundo para a terra prometida, o ressurgimento de importantes instituições judaicas e a posse efetiva do território, o que inclui as discussões em torno de um Estado palestino.

O MP reverberou em suas páginas uma onda de ataques contra judeus na Europa, especialmente na França, ocorridos ao longo do ano de 2005. Numa matéria de capa com a manchete *Perseguição a judeus estimula retorno a Israel*, o periódico comenta as declarações do então primeiro-ministro israelense Ariel Sharon, conclamando os judeus europeus para que se refugassem em Israel. Os ataques e a fala de Sharon são lidos pelo MP da seguinte forma: “mais um sinal da proximidade da Vinda de Jesus parece despontar no cenário internacional”⁶²⁷⁷.

⁶²⁷⁴ Idem, p. 5.

⁶²⁷⁵ MP, dezembro de 2004, p. 21.

⁶²⁷⁶ Idem.

⁶²⁷⁷ MP, outubro de 2004, p. 4.

Mas, além de denunciar a violência contra os judeus, classificada como antissemitismo, o jornal também critica o que vê como relações estreitas entre o então governo francês com a Autoridade Nacional Palestina, ainda sob o comando de Yasser Arafat. Porém, a tônica do texto é a celebração da volta dos judeus para sua terra de origem. A expectativa por esse retorno supera uma eventual lamentação pelas vítimas dos atentados. A “nova onda sionista” proclamada pelo MP é enquadrada no sistema escatológico pré-milenista, a fim de corroborar com eventos do presente sua crença escatológica.

Não se procura problematizar esses ataques, quais suas múltiplas causas, como combatê-los, ignora-se a opinião das comunidades judias da Europa, se desejam ou não imigrar em massa para Israel, país com uma já elevada densidade demográfica e com tensão permanente entre israelenses e palestinos.

Para além das motivações políticas e ideológicas que motivaram esses ataques, o MP tende sempre a expor um fator “espiritual” em suas análises. Discorrendo sobre o retorno dos judeus, na esteira do que acontecia na Europa, a colunista Sara Cavalcanti mais uma vez dá contornos “proféticos” ao que ocorre no presente.

Conhecendo a Bíblia e sabendo que pouco tempo lhe resta, Satanás procura perturbar o curso da história, influenciando governos e incentivando o ódio aos judeus. No entanto, qualquer que se levanta contra Israel toca na menina dos olhos de Deus. [...]. Por essa razão, nossos corações devem encher-se de misericórdia pelo povo francês⁶²⁷⁸.

Nessa visão de mundo, o sobrenatural sobrepõe-se ao histórico, ao que é temporalmente construído. Por trás das ações humanas, estão as forças do mal, mas não num sentido figurado ou abstrato e sim numa entidade que tem sua existência aceita como literal. Porém, há uma entidade do bem, também tida como real, que se contrapõe às investidas do grande e verdadeiro inimigo do povo judeu. Nesse caso, há o deslocamento dos conflitos da arena humana para uma dimensão cósmica.

Na escatologia seguida pelas Ads, a História tem um sentido linear com um clímax já determinado, isto é, a vitória final do povo de Deus sobre os seus malignos opositores. Essa noção de povo eleito não diz respeito apenas aos cristãos, abrange os judeus. Nessa cosmovisão maniqueísta na qual bem e mal estão em constante conflito, abre-se espaço para conclusões questionáveis, como a que incentiva orações pelo povo francês, atribuindo a todos os franceses atitudes violentas contra judeus. Um sistema de interpretação linear e já pré-determinado tende a ser inflexível em suas leituras do mundo, ignorando ou omitindo as particularidades e as variações dos seus objetos de análise.

O MP noticiou com entusiasmo os encaminhamentos para o reaparecimento de duas instituições importantes para o judaísmo, o Sinédrio e o Templo⁶²⁷⁹. O primeiro, tido como supremo tribunal em assuntos do judaísmo, já retornou às suas atividades após séculos sem funcionar. Segundo o jornal, o atual Sinédrio, que será composto por 71 rabinos, está incluído entre os sinais da vinda de Cristo. Com base numa tradição rabínica que faz referência a uma profecia do livro de Isaías (Cap. 1.26-27) de que os juízes de Israel serão restituídos, o jornal corrobora a crença de que o Sinédrio será o responsável por dar o reconhecimento ao Messias quando este se manifestar. Como os cristãos acreditam que Jesus é o Messias que os judeus aguardam (sem o saberem), então a associação entre ressurgimento do Sinédrio e volta de Cristo pode se estabelecida.

Outra notícia celebrada pelo MP está relacionada com os preparativos para a reconstrução do Templo judaico, cuja última construção foi destruída quando do ataque das tropas romanas no ano 70 d. C. O jornal menciona o Instituto do Templo, uma organização formada por judeus ortodoxos cujo propósito é coordenar os esforços para a reconstrução do Templo. Em torno desse projeto, existe um impasse com um explosivo potencial para o

⁶²⁷⁸ MP, setembro de 2004, p. 21.

⁶²⁷⁹ MP, abril de 2005, pp. 4-5.

acirramento dos conflitos. É que uma grande parte de autoridades religiosas e teológicas, tanto cristãs como judias, acredita que o local do antigo templo é o mesmo onde hoje está edificada a Mesquita de Omar.

Sobre as atividades do Instituto do Templo o MP reproduz indiretamente declarações do rabino Chain Richman, apresentado como porta-voz do Sinédrio e diretor do Instituto do Templo. Segundo o jornal, o rabino sintetiza os itens da missão do Sinédrio: “tem o objetivo de pesquisar os meios necessários para a renovação das raízes da fé judaica, para resgatar o serviço do Templo, reunir a tradição legal hebraica e inspirar o povo judeu a aspirar a sua grandeza”⁶²⁸⁰. Esse é o grande objetivo: a grandeza de Israel. A nação escolhida como centro do mundo. É um anseio comum entre cristãos pré-milenistas e judeus ortodoxos, mesmo que haja divergências quanto à identidade do Messias.

Porém, dentre tantos desafios a essa esperada grandeza, uma dos mais destacados pelo MP é plena posse do território que dever ser de Israel por direito divino, posse essa dificultada atualmente pelos palestinos. E a proposta de um Estado independente para essa população sempre é alvo das opiniões do MP.

Após a morte do líder palestino Yasser Arafat em novembro de 2004, o MP analisa que esse fato poderá abrir caminhos para a efetiva criação de um Estado palestino, visto que Arafat, por ser um radical, era um impedimento para as negociações, analisa o jornal. Em mais uma matéria de capa dedicada às questões envolvendo Israel, o periódico assembleiano declara que o “Estado palestino preocupa líderes de todo o mundo”⁶²⁸¹. No texto em questão, o MP está particularmente atento às eleições para a presidência da Autoridade Nacional Palestina e destaca que o provável vencedor, Mahmoud Abbas, será um facilitador das negociações. Também lembra o apoio do então presidente dos EUA, George W. Bush, à ideia do Estado palestino. Porém, o que o MP quer transmitir aos seus leitores é o que a Bíblia tem a dizer sobre o assunto.

Apesar de salientar que a possibilidade de um Estado palestino é remota, o jornal pondera que, mesmo tal fato ocorrendo, ele não contrariaria de todo as profecias bíblicas, visto que estas vaticinam a posse completa da Terra Prometida apenas no reino milenar de Cristo. Vejamos mais uma vez como o MP se posiciona sobre a questão palestina.

No entanto, a Bíblia é clara quanto ao assunto: aquela terra pertence a Israel e, mesmo que um Estado palestino seja estabelecido ali, isso não afetará o plano divino, porque os judeus só possuirão mesmo toda a Terra Prometida no Milênio. [...]. O povo judeu será exaltado e privilegiado. Jerusalém será a sede do governo mundial de Cristo⁶²⁸².

O leito do MP, principalmente o fiel assembleiano, é tranquilizado com relação a um eventual Estado palestino, visto como um obstáculo ao “plano divino”, mas temporário. O território pertence a Israel. É uma afirmação que não deixa margem para contestações. Afinal, tem seu fundamento num livro sagrado, numa autoridade espiritual e supra-histórica. O jornal deixa notório seu apoio ao Estado de Israel do presente e ao futuro reino universal. Diante dessas convicções, não há espaço para se considerar a existência de um Estado palestino, senão como um incômodo entrave à posse completa do território destinado aos judeus.

Um exemplo de como o MP se comporta diante do que o jornal entende como retrocessos na trajetória para o triunfo de Israel pode ser notado na matéria de capa na qual comenta a entrega da cidade de Jericó, na Cisjordânia, ao controle da ANP⁶²⁸³. Para o jornal, é também um sinal da volta de Jesus, visto que a entrega de Jericó foi consequência de negociações entre o governo de Sharon e a ANP, como parte de um acordo de paz. A referida

⁶²⁸⁰ Idem, p. 4.

⁶²⁸¹ MP, janeiro de 2005, pp. 12-13.

⁶²⁸² Idem, p. 13.

⁶²⁸³ MP, abril de 2005, pp. 4-5.

matéria colheu as opiniões de alguns pastores e teólogos evangélicos que, em síntese, expressaram o seguinte: é uma medida de caráter provisório, mas preocupante, pois atesta que Israel ainda está sob o poder dos gentios, ou seja, todo o resto do mundo que não é judeu. Uma declaração emblemática, citada no MP, é a que foi proferida por Ingo Haake, editor de uma revista cristã chamada *Notícias de Israel*. “Foi naturalmente doloroso ver como agora são devolvidos ao dono ilegítimo territórios duramente conquistados, e claramente de propriedade de Israel, conforme a Bíblia”⁶²⁸⁴.

A cessão de Jericó para os palestinos se reveste de um componente simbólico, tendo em vista que a antiga cidade foi a primeira a ser conquistada pelos hebreus quando de suas investidas para tomar a terra prometida de Canaã, conforme o relato bíblico do livro de Josué. Aliás, o MP não ignora esse dado. E o fato de ter sido conquistada por Josué é considerado um agravante no ato da sua entrega para a administração palestina. É tido como um retrocesso histórico para o Estado de Israel.

O que dizer, então, sobre o papel do MP enquanto um fomentador de cultura política? É o mensário oficial de uma denominação evangélica pentecostal. Desse modo, à primeira vista, deveria ser um periódico com conteúdo predominantemente religioso. Afinal, quando de sua fundação, sua missão foi descrita como “o portador de salvação que deve entrar em todos os lares”⁶²⁸⁵. Seu próprio nome indica uma função evangelizadora, “espiritual”.

Porém, na condição de portador do discurso oficial de uma instituição religiosa, o MP não se furta a emitir pontos de vista a respeito dos mais diversos aspectos da vida em sociedade, incluindo educação, ciência, comportamento e política. Dessa forma, o jornal é um instrumento para construção de uma determinada cultura política. Berstein menciona instituições e espaços sociais nos quais seus membros e participantes são impregnados de cultura política, ainda de que forma não explícita. O autor enumera a família, o sistema educacional, o serviço militar, associações, os locais de trabalho, as mídias⁶²⁸⁶.

O jornal impresso, mesmo em tempos de comunicação majoritariamente digital, ainda pode ser um veículo de formação e doutrinação política. “A força de uma cultura política está em difundir seu conteúdo por meios que, sem serem claramente políticos, conduzem, no entanto a uma impregnação política”⁶²⁸⁷. Nesse sentido, o MP é utilizado pela CGADB e seu braço cultural, a CPAD, para incutir em seus leitores, crentes assembleianos ou não, os posicionamentos políticos da liderança da denominação. No caso específico do Estado de Israel, o MP direciona suas matérias, editoriais, notícias e artigos para um apoio notório às ações de Israel ao mesmo tempo em que elabora imagens negativas a respeito dos adversários do Estado judeu ou simplesmente desconsidera a sua História, como é o caso dos palestinos.

Mas, como nomearíamos o tipo de cultura política veiculada no MP acerca do Estado de Israel? Levando-se em conta a aplicação da escatologia pré-milenista para a defesa de Israel, a exaltação do retorno dos judeus à “terra prometida” e a criação do Estado de Israel em 1948; a celebração de cada avanço dos israelenses; a não problematização da questão palestina e da situação das populações que foram expulsas de seus lares com a expansão do Estado israelense; uma convicção na futura condição de Israel como centro do mundo; todos esses elementos difundidos nas edições do MP nos permitem chegar a uma primeira conclusão de que a cultura política instrumentalizada pelo MP em relação a Israel é de natureza sionista.

Sionista porque a teologia assembleiana, de forte base literal em sua hermenêutica e em sua escatologia pré-milenista, considera a fundação do Estado de Israel em 1948 como um grande sinal do começo da execução do plano divino para os judeus, para os cristãos e para o mundo. Mas, antes de 1948, o apoio de vários grupos evangélicos ao movimento

⁶²⁸⁴ Idem, p. 5.

⁶²⁸⁵ ARAÚJO, Israel de. Op. cit. p. 457.

⁶²⁸⁶ BERSTEIN, Serge. Op. cit. p. 39

⁶²⁸⁷ Idem, p. 39.

sionista das décadas finais do século XIX era notório, como demonstrado por Shlomo Sand no livro *A Invenção da Terra de Israel*⁶²⁸⁸.

A proposta do judeu austríaco Theodor Herzl de se providenciar uma lar nacional para os judeus dispersos por todo o mundo, exposta no seu livro *O Estado Judaico* (1896), foi acolhida com entusiasmo por cristãos evangélicos da Grã-Bretanha, então a grande potência internacional. Sand mostra como muitos estadistas do Império Britânico estavam envolvidos com crenças milenaristas, presentes nas comunidades evangélicas britânicas. Dentre esses políticos, estava o próprio lorde Arthur Balfour, ministro do Exterior que em 1917 redigiu a famosa Declaração Balfour, na qual manifestava a posição favorável do governo britânico ao estabelecimento de um lar nacional para os judeus na Palestina, recém-conquistada pelos britânicos ao Império Otomano.

Portanto, os assembleianos, como receptores de uma teologia milenarista que remonta aos seus antecedentes de movimentos evangélicos na Europa e nos EUA, fazem uso do MP para, através de sua escatologia, promoverem seu posicionamento político pró-Israel, contribuindo para a difusão de uma cultura política sionista.

Considerações Finais

Após o que foi exposto, podemos tecer algumas considerações que, na verdade, são iniciais, além de fazer apontamentos para aprofundar a pesquisa sobre a temática aqui abordada. Como vimos, as relações entre teologia escatológica e cultura política são perceptíveis no MP. Até agora, é possível identificar um alinhamento com o sionismo, resultante da aplicação da escatologia na leitura que se faz do mundo, da História e da política internacional. Sim, porque o apoio a Israel implica também numa tomada de posição em relação a outros atores do cenário global, a saber, os aliados e adversários do Estado de Israel.

No caso dos Estados Unidos, isso é bastante evidente, como já visto no começo do segundo tópico. Por manterem uma aliança com Israel, os EUA ou pelo menos os norte-americanos simpáticos ao sionismo, têm, da parte dos editores do MP, avaliações sempre positivas. Tal afinidade decorre não somente do pró-sionismo encampado pela política externa dos EUA, mas está relacionada também com os vínculos teológicos e doutrinários que as ADs brasileiras têm com a sua congênere americana. Praticamente em todos os aspectos de sua Teologia Sistemática ou Dogmática, as ADs brasileiras receberam a influência da AD norte-americana, mui especialmente na Escatologia, adotando o pré-milenismo como sistema interpretativo das profecias bíblicas.

Essa presença dos norte-americanos nas ADs do Brasil começou a se acentuar a partir da década de cinquenta do século passado, quando chegaram ao Brasil livros teológicos produzidos nos EUA, muitos deles traduzidos por missionários que já atuavam por aqui. Some-se a isso também a organização dos primeiros seminários e institutos bíblicos visando à formação dos pastores brasileiros, reflexo de uma proposta de sistematização das doutrinas ensinadas nas igrejas. E esse conteúdo teológico também era divulgado pelo MP.

Assim, há conexões aproximadas entre as escatologias das ADs brasileiras e norte-americanas, o que indica que há uma relação direta entre as duas denominações no que tange ao sionismo professado por ambas. O que também nos ajuda a analisar a política pró-EUA que se verifica no MP. E isso nos encaminha para estudos posteriores a fim de vermos como o MP, com sua posição pró-EUA e pró-Israel e mediada por sua escatologia, elabora uma cultura política relacionada com a política global e as relações internacionais.

Outro aspecto que julgamos relevante é a análise que deve ser feita do MP em outros períodos da história recente. Acreditamos que o período da Guerra Fria, entre as décadas de 50 e 80 do século XX, por exemplo, pode nos proporcionar dados que permitam identificar, já nessa época, as representações construídas no MP acerca do cenário político mundial por meio de seus posicionamentos em favor dos EUA e de Israel.

⁶²⁸⁸ SAND, Shlomo. **A Invenção da Terra de Israel**: da terra santa à terra pátria. São Paulo: Benvirá, 2014.

Sobre o sionismo observado no MP, convém indagar mais sobre seus antecedentes nos movimentos evangélicos que precederam ao pentecostalismo do início do século XX, que é a matriz de origem das Assembleias de Deus. Com isso, situamos o sionismo assembleiano no quadro mais amplo do sionismo cristão, buscando as linhas de continuidade em meio às descontinuidades do processo histórico, uma vez que uma cultura política, para adquirir contornos peculiares, não prescinde da média e longa duração. É com base nesse lastro de tradição erigida ao longo do tempo que os seguidores de uma cultura política interpretam e representam os acontecimentos do tempo presente, ainda que contextualizando suas visões de mundo.

Por fim, demonstrar como o MP serve como um formador de uma cultura política sionista é um exercício de percepção das estreitas relações entre teologia e política, entre cultura e política, entre religião e poder. Relações essas que nem sempre estão aparentes, à superfície, mas que norteiam as disputas entre os diversos grupos no espaço social.

NOS CAMINHOS DO SABER: A TRAJETÓRIA DO PROFESSOR JOSUÉ DE CASTRO.

Helder Remigio de Amorim
hra1901@hotmail.com⁶²⁸⁹

Resumo: Essa comunicação faz parte de um projeto pesquisa maior intitulado A trajetória intelectual e política de Josué de Castro: biografia, cultura e poder (1946-1964) e se insere em uma discussão historiográfica que pensa as trajetórias a partir da concepção de multiplicidade do sujeito. Analisamos em que medida os estudos do Josué de Castro, voltados para a problemática da fome, da miséria, da condição social dos trabalhadores, contribuíram para a formação de imagens de um intelectual e político preocupado com as questões sociais. Nessa comunicação, especificamente, analisamos especificamente a trajetória de Josué de Castro como professor universitário. As passagens por diversas universidades brasileiras e francesas suscitam discussões em torno da formação intelectual, das redes de sociabilidades, e principalmente sobre campos de saber que Josué de Castro transitou. Os caminhos percorridos em instituições como a Universidade do Brasil, a Faculdade de Medicina do Recife, o Instituto de Altos Estudos da América Latina - Sorbonne, e a Universidade de Vincennes foram fundamentais também para a construção das suas obras.

Palavras-chave: Josué de Castro – Saber – Poder.

Primeiras andanças

Nos anos 1920, Rio de Janeiro, a então capital do Brasil respirava os ares da influência francesa nas artes, na arquitetura, nos meios intelectuais. Mas enfrentava os problemas sociais das primeiras décadas da República. A influência do progresso e dos processos de modernização urbanísticas mudavam a paisagem com rapidez. Casarios e cortiços eram destruídos no centro dessa cidade para darem lugar a largas avenidas, enquanto as populações mais pobres migravam para as áreas mais elevadas. Muitos intelectuais, atônitos, observavam essas mudanças. Outros se fidelizavam com o fascínio do progresso: “A noção de civilização, nessa época, já se confundia com a idéia de conquista de uma modernidade”⁶²⁹⁰.

⁶²⁸⁹ Doutorando – UFPE.

⁶²⁹⁰ VIANNA, Hermano. **O mistério do Samba**. Jorge Zahar. Ed. UFRJ, 2007:22.

Esse momento histórico também significou um período de instabilidade institucional para o Brasil. A partir de 1922, com o surgimento das insurreições do movimento tenentista se consistiu como um fator constituindo dos primeiros anos de República. A presença política dos militares durante a Primeira República foi marcante, até mesmo, na liderança armada do movimento civil-militar de 1930⁶²⁹¹. Foram muitos os eventos culturais e políticos significativos. Entre esses estão as comemorações do centenário de Independência do Brasil, a Semana de Arte Moderna de São Paulo, e o levante do Forte de Copacabana todos no ano de 1922, além da efervescência do movimento tenentista. No campo científico a década de 1920 foi um momento importante para o desenvolvimento da ciência no Brasil⁶²⁹². A criação de novas instituições, a valorização da ciência e do cientista fazem parte do universo de reivindicações de engenheiros, médicos e professores que visavam a divulgação e o desenvolvimento da pesquisa científica⁶²⁹³. Nesse ambiente intelectual estava a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro⁶²⁹⁴ que esteve a frente dos debates e projetos em torno da higienização, do sanitarismo e da saúde pública.

A partir desses pressupostos “a autoridade médica tendia a crescer impulsionada pela extensão e pelo êxito da aplicação da ciência em diversos campos da medicina, especialmente nos de higiene pública e medicina preventiva”⁶²⁹⁵. Nesse sentido, os médicos que desde o império já gozavam de prestígio e inserção social foram paulatinamente galgando novos espaços. Naquele momento, os médicos eram vistos como profissionais e homens de formação que não possuíam um campo de atuação intelectual muito rígido. Esse foi um dos fatores que contribuíram para que no decorrer do século XX estivessem presentes na produção de interpretações sobre a realidade social brasileira⁶²⁹⁶. Foi nesse ambiente de valorização do saber médico e de transformações no meio intelectual da capital federal que Josué de Castro cursou e concluiu sua formação inicial em medicina em 1929.

Josué de Castro iniciou seus estudos médicos na Faculdade de Medicina da Bahia, posteriormente transferiu o curso para o Rio de Janeiro. Os três anos em que viveu no estado da Bahia proporcionaram a criação de uma rede intelectual importante. Josué criou relações de amizade e foi contemporâneo daqueles que mais tarde se tornaram antropólogos

⁶²⁹¹ MATTOS, Hebe. A Vida Política. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **História do Brasil Nação: 1808-2010**. Vol. 4. Olhando para dentro. 1889-1930. 2013:125.

⁶²⁹² Naquele momento histórico instituições de pesquisa e de comunicação como a Academia Nacional de Medicina de 1922, Associação Brasileira de Educação de 1924, Sociedade Brasileira de Ciências, fundada em 1925 e a Rádio Sociedade criada em 1923, foram fundamentais para dinamizar as atividades intelectuais.

⁶²⁹³ Entre esse grupo de profissionais que defendia uma difusão mais ampla da ciência no Brasil e da construção da identidade de um novo tipo de intelectual no Brasil estavam Manoel Amoroso Costa, Henrique Morize, Osório de Almeida, Juliano Moreira, Edgar Roquete-Pinto, Roberto Marinho de Azevedo, Lélío Gama e Teodoro Ramos. MASSARANI, Luisa. MOREIRA, Ildeu de Castro. A Divulgação Científica no Rio de Janeiro na década de 1920. In: HEIZER, Alda. VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. (Orgs). **Ciência, Civilização e República nos Trópicos**. Rio de Janeiro: MAUAD Editora, 2010: 119.

⁶²⁹⁴ A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro tem o seu início ligado a chegada da família real ao Brasil em 1808 e se transformou paulatinamente em um importante centro do saber médico no Brasil. Segundo Maria de Lourdes Fávero: “No ano da transmigração da Família Real para o Brasil é criado, por Decreto de 18 de fevereiro de 1808, o Curso Médico de Cirurgia na Bahia e, em 5 de novembro do mesmo ano, é instituída, no Hospital Militar do Rio de Janeiro, uma Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica. Outros atos são sancionados e contribuem para a instalação, no Rio de Janeiro e na Bahia, de dois centros médico-cirúrgicos, matrizes das atuais Faculdades de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA). FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36. UFPR, 2006.

⁶²⁹⁵ BULCÃO, Lúcia Grandó; EL-KAREH, Almir Chaiban; SAYD, Jane Dutra. **Ciência e ensino médico no Brasil (1930-1950)**. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.14, n.2, p.469-487, abr.-jun. 2007.

⁶²⁹⁶ GOMES, Ângela de Castro. História, ciência e historiadores na primeira república. In: HEIZER, VIDEIRA (Orgs), **Ciência, Civilização e República nos Trópicos**. Op.Cit: 12.

nacionalmente conhecidos como Arthur Ramos e Théo Brandão, além do contato com Anísio Teixeira que também foi estreitado. Essa primeira rede de relações intelectuais e afetivas foram fundamentais em outros momentos de sua trajetória. Em uma entrevista a *Revista Manchete* na década de 1960, relembra alguns dos seus primeiros passos, e fez as seguintes afirmações:

Nasci no Recife, no número 1 da Rua Joaquim Nabuco. Eu escrevia o nome de Nabuco, mesmo sem saber quem ele era. Depois foi uma personalidade que me interessou sempre. (Mais tarde não fui ser médico por vocação, mas porque mamãe sonhava com isso). Acabei meus preparatórios com 15 anos de idade. Falsificaram-me a idade para eu pudesse entrar na faculdade. Me formei, com 21 anos e meio. Papai queria que eu estudasse na Bahia. Aí fiquei três anos. (...) Terminei a faculdade em 1929, no Rio, pois só fiz os três primeiros anos na Bahia⁶²⁹⁷.

Quando essa entrevista foi veiculada em abril de 1964, o médico Josué de Castro já não clinicava mais, pois uma série de outras atividades e trajetórias profissionais em diversos campos do saber haviam o afastado das práticas médicas. Em um olhar sobre o passado constrói um discurso que passa a idéia de que a medicina não era o seu objetivo constante. Provavelmente, agregar outros interesses ao saber médico possibilitou o contato com outros campos do saber que se tornaram caminhos possíveis para as suas reflexões. No momento da entrevista, Josué ocupava o cargo de Embaixador do Brasil para assuntos ligados a Organização das Nações Unidas (ONU) em Genebra durante o governo João Goulart.

As memórias da infância e as construções discursivas daquele presente buscam aliar também o nome da rua em que viveu no Recife com a admiração ao embaixador e abolicionista brasileiro Joaquim Nabuco, positivava a imagem de um intelectual e embaixador defensor de causas humanitárias. A constatação de que cursou medicina para realizar um desejo materno, talvez se tenha feito perceptível após ter se tornado um intelectual das ciências humanas e sociais. Em outra entrevista, Josué de Castro relata suas experiências nos cursos de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro.

A princípio uma impressão de deslumbramento e de veneração por seus velhos muros, pela austera fachada da sua Escola. Depois de desencanto no que diz respeito ao ensino, ora ali ministrado. Aliás não só a Faculdade da Bahia, mas depois a do Rio, também me desapontou por completo. Entrei com um grande entusiasmo e saí com o interesse quase morto pela maioria dos assuntos, na forma em que eram apresentados. Poucos professores me entusiasmaram. Na Bahia, destaco o velho mestre Pirajá da Silva, figura veneranda de homem de estudo e o professor de Fisiologia, Aristides Novis, que me arrebatou muitas vezes com o brilho literário de suas preleções. Virei “fisiólogo” em dois tempos. Estudei com furor, conquistei uma distinção na cadeira e a amizade do mestre que perdurou até a sua morte. Na Faculdade do Rio, a grande figura que me encheu de encanto foi a do Prof. Antônio Austregésilo, sem dúvida uma das maiores vocações que teve o ensino médico brasileiro⁶²⁹⁸.

⁶²⁹⁷ *Revista Manchete*, Rio de Janeiro, nº 625, abril de 1964. Arquivo Pessoal Josué de Castro - FUNDAJ. Pasta 95.

⁶²⁹⁸ Esse trecho de entrevista foi encontrado quando a Prof^a Tânia Elias Magno da Silva realizou pesquisas para a sua tese de doutorado. Naquele momento, o acervo pessoal de Josué de Castro ainda estava sob guarda do Centro Josué de Castro. A descrição utilizada pela autora foi: “Entrevista datilografada sem indicação de data. Está escrito a caneta e riscado “Que honra, que orgulho...”. Apud.

Josué de Castro exerceu a medicina por muitos anos, manteve consultórios médicos primeiramente no Recife e depois no Rio de Janeiro até meados dos anos 1950, dedicou-se a especialidade de nutrição e de gastroenterologia. Estudou nas duas principais faculdades de medicina do Brasil e relata a decepção das experiências de estudo, principalmente em relação a metodologia de ensino. O fato é que Josué de Castro vivenciou uma universidade em fase de transição⁶²⁹⁹ que ainda não havia passado pelas reformas da década de 1930, quando os processos de industrialização e urbanização demandaram para o Estado a necessidade de investir na formação dos médicos. Já sobre a atuação profissional dos médicos, Josué incursiona em uma escrita literária:

Médico, profissão liberal. Lorota, Liberal para quem tem pai fazendeiro, capitalista, para pagar um consultório de luxo, para pagar os anúncios nos jornais, para pagar os elogios dos amigos, para pagar as boas relações. Pai ou sogro, mas para quem começa no duro, sem encosto, qual profissão liberal... assalariado, classe proletária é o que é...⁶³⁰⁰.

O excerto acima faz parte de uma série de contos escritos entre 1935 e 1937 que foram reunidos em um livro publicado posteriormente intitulado *Documentário Nordeste*⁶³⁰¹. O conto *Assistência Social* narra a história de Dr. Félix, um médico recém formado que se desloca diariamente de bonde da cidade de Olinda até uma ilha do bairro da Várzea, um dos últimos bairros da zona Oeste do Recife para trabalhar em uma fábrica de tintas. O conto narra os embates entre o Sr. Renato gerente e sócio da “Fábrica Pureza” que visa meramente o lucro e o médico recém formado que se preocupa com um enorme contingente de operários acometidos de tuberculose e desnutrição. No desfecho da história o Dr. Félix é considerado culpado pela grande quantidade de operários doentes e acaba demitido.

Esse conto aponta para as relações o real e a ficção. O médico Josué de Castro também trabalhou em uma fábrica do Recife nos anos 1930 e após essa experiência escreve *As condições de Vida das Classes Operárias do Recife*, um estudo que obtém repercussão nacional, pois constata que a baixa produtividade dos operários da fábrica estava diretamente relacionada com a ingestão deficiente de nutrientes diários, em outras palavras os trabalhadores não produziam o desejado porque passavam fome.

Apesar de em 1926 ainda ser um estudante, já se preocupava em atrelar a sua imagem aos livros. Josué de Castro buscou estabelecer redes e freqüentou os meios intelectuais, assim como, as embaixadas latino-americanas do Rio de Janeiro. Nesse período foram muitos os textos publicados em jornais da capital federal e de Pernambuco. A atividade de crítico de cinema também passou a fazer parte da vida de Josué de Castro⁶³⁰².

SILVA, Tânia Elias Magno da. **Josué de Castro**: para uma poética da fome. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1998: 43.

⁶²⁹⁹ Sobre os primeiros processos de institucionalização da universidade no Brasil: “O surgimento de uma universidade no Brasil remonta à década de 1920. Epiácio Pessoa, valendo-se de um decreto de março de 1915, que permitia reunir em universidade a Escola Politécnica e a Escola de Medicina do Rio de Janeiro, a elas incorporou uma das faculdades livres de Direito e instituiu a primeira universidade brasileira, na cidade do Rio de Janeiro, a capital da República. Essa iniciativa do poder federal respondia a um pensamento generalizado quanto à necessidade de se organizarem universidades no país”. BULCÃO; EL-KAREH; SAYD. *Ciência e ensino médico no Brasil (1930-1950). História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Op.Cit.

⁶³⁰⁰ CASTRO, Josué. *Documentário Nordeste*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957:42.

⁶³⁰¹ Nesse livro publicado em 1937 que reúne uma série de contos sobre o cotidiano do Recife, aborda também questões sociais. É nesse livro que Josué de Castro publica “O Ciclo do Caranguejo”, conto que narra a situação de pobreza e miséria que as populações ribeirinhas que habitam os mangues do Recife vivem. A problematização desse conto será retomada no capítulo 5 quando tratarei do exílio.

⁶³⁰² Sobre os escritos de Josué de Castro como crítico de cinema, ver: MELO, Normando Jorge de Albuquerque. *Josué de Castro antes da Fome. Aurora* (UNESP. Marília), v. 7, 2011: 140-152.

Quando se formou médico, devido às articulações com a embaixada do México, viaja como Presidente da Embaixada dos Universitários Brasileiros para participar da posse do ex-embaixador mexicano no Rio, o engenheiro Pascual Ortiz Rubio. Em um acontecimento trágico da história mexicana, Rubio renuncia ao cargo de presidente após ser ferido a bala. Após o incidente Josué de Castro antecipa sua viagem aos EUA, onde já havia articulado um período de estágio na Universidade de Colúmbia e no Medical Center de Nova Iorque⁶³⁰³. Essa primeira experiência de estudos no exterior contribuiu para sua especialização em um campo das ciências médicas, ainda incipiente no Brasil, nesse caso a nutrição.

O reencontro com o Recife e o despertar para a docência.

Quando Josué de Castro retorna ao Brasil, deixa o Rio de Janeiro para residir em sua cidade natal, Recife. A sua estada em Pernambuco se faz importante por suas atividades acadêmicas, bem como pelo reencontro com os problemas sociais que a cidade enfrentava. O Brasil passava por um momento de tensões políticas com a Revolução de 1930⁶³⁰⁴, grupos políticos se alternavam no poder. Quanto aos intelectuais estes passariam a ter mais espaço nas decisões políticas do país.

Após a Revolução de 30 os letrados passaram a atuar com mais afinco nas relações políticas no Brasil. (...) Durante a década de 1930 alguns intelectuais tomaram para si o dever de reivindicar ao Estado a autoridade necessária para a condução social, assumindo a prática política de suas ações⁶³⁰⁵.

O Recife daquele tempo era uma cidade marcada pelos processos de modernização⁶³⁰⁶, também uma referência de passagem para trabalhadores sazonais, comerciantes e para aqueles que procuravam centros médicos para algumas doenças, bem como um importante centro de saber. A Faculdade de Direito do Recife era um núcleo importante de debates intelectuais na cidade⁶³⁰⁷.

Nas primeiras décadas do século XX, o Recife assim como o Rio de Janeiro passou por uma série de mudanças urbanísticas, principalmente com a remodelação do porto que “representava o fortalecimento dos vínculos econômicos locais com o mercado mundial ao mesmo tempo que inseria a cidade em num círculo cultural que tinha Paris como centro”⁶³⁰⁸. Era também o Recife dos mucambos⁶³⁰⁹, onde uma parcela significativa de trabalhadores, mendigos que não estavam integrados a vida urbana organizada sobreviviam. Quando escreve Documentário Nordeste na década de 1930, Josué de Castro já demonstra consciência sobre a desigualdade social do Recife. “O Recife, cidade dos rios, das pontes e

⁶³⁰³ Idem, ibidem: 49-58.

⁶³⁰⁴ “Um tema central da Revolução de 30, tanto entre os militares como entre os civis que chegaram ao poder, era a luta contra as oligarquias regionais e a construção de um poder realmente nacional. O grande inimigo de militares e civis revolucionários eram as oligarquias que não queriam aceitar e não aceitavam a perda de influência e poder que detinham durante a Primeira República”. CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999: 55.

⁶³⁰⁵ MOURA, Carlos André de. **Fé, Saber e Poder**. Os Intelectuais entre a Restauração Católica e a política no Recife (1930-1937). Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 2012: 52-53.

⁶³⁰⁶ Sobre a relação entre modernidade, modernização, antigo e moderno no Recife da década de 1920, ver: REZENDE, Antônio Paulo. **(Des)encantos Modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX**. Recife: FUNDARPE, 1997.

⁶³⁰⁷ Sobre as disputas políticas e correntes intelectuais da Faculdade de Direito do Recife ver: MOURA, Carlos André de. **Fé, Saber e Poder**. Op. Cit.

⁶³⁰⁸ ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004:44.

⁶³⁰⁹ Os mucambos eram habitações populares construídas nas áreas de relevo mais elevados da cidade, ou ainda nos percursos dos rios que cortam a geografia do Recife.

das antigas residências palacianas, é também a cidade dos mocambos – das choças, casebres de barro batido a sopapo, com telhados de capim, de palha e de fôlhas de flandres”⁶³¹⁰.

Nesse cenário, um periódico de Recife, *A Província*⁶³¹¹, noticiava o retorno de Josué de Castro: “De regresso do México, o médico e intelectual inicia hoje, na A PROVÍNCIA, uma série de artigos em que fixa aspectos interessantes da Revolução Mexicana”⁶³¹². Percebam que a menção de intelectual⁶³¹³ ao médico recém formado, provavelmente uma estratégia do jornal para chamar atenção dos leitores do jornal para a coluna, mas a denominação denota principalmente o lugar social que possuíam os profissionais de medicina e um campo de atuação para além das ciências médicas. A coluna perdura por alguns meses e o exercício da escrita⁶³¹⁴ do jovem médico passa a ser constante nos jornais locais do estado.

Para Josué de Castro, o retorno ao Recife significou a oportunidade de desenvolver pesquisas e formular teorias e pesquisas sobre temas que iriam acompanhá-lo ao longo da sua trajetória intelectual. Em 1932 quando escreve *As condições de Vida das Classes Operárias do Recife*, passou a compreender que o problema da fome estava para além dos debates sobre nutrição. A questão era social.

Este trabalho visa precisamente a alimentação das classes assalariadas, aquelas por suas condições econômicas desfavoráveis e seu baixo nível intelectual pior se alimentam, necessitando portanto de uma assistência social urgente neste sentido, para que seja entravado o seu progressivo estiolamento provocado por uma inanição crônica e congênita, verdadeira fome tradicional. (...) Pela leitura das conclusões a que chegamos, temos de reconhecer a grande e crua verdade da expressiva frase de Juan B. Justo de que – “atualmente já não se pode assassinar o proletário mas se pode legalmente fazê-lo morrer de fome”⁶³¹⁵.

A linguagem técnica típica de uma medicina social, mas também a sensibilidade das palavras do médico e parlamentar argentino Juan B. Busto, um dos percussores das idéias socialistas na Argentina, demonstram o diálogo de Josué de Castro com os debates sobre alimentação e condições sociais das classes operárias na América Latina. Esse estudo serviu para as primeiras discussões em torno do salário mínimo que foi instituído por Getúlio Vargas em 1940. No pós-1930 o Estado brasileiro passou a reconhecer a questão social como uma demanda:

Até então tínhamos território e população, mas não havíamos tido governo, e a sua ausência traduzida na omissão do Estado liberal na inconsistência de suas elites – comprometia integralmente todo o conjunto. A revolução fundadora do Estado Nacional vinha exatamente rearticular esses elementos constitutivos, através da intervenção de

⁶³¹⁰ CASTRO, Josué. **Documentário Nordeste**. Op. Cit: 21.

⁶³¹¹ O jornal *A Província* foi fundado pelo abolicionista José Mariano, representou um instrumento combativo, defendeu acirradamente a libertação dos escravos. O primeiro número desse periódico foi veiculado dia 6 de setembro de 1872, teve suas atividades encerradas em 1935.

⁶³¹² **A Província**. Recife, Pernambuco, sábado, 3 de maio de 1930. Acervo Pessoal Josué de Castro – Fundaj. Pasta 20.

⁶³¹³ Como já foi dito na introdução, não utilizaremos uma categoria específica para demarcar o intelectual, pois o significado da palavra pode sofrer variações dentro da própria trajetória de Josué de Castro.

⁶³¹⁴ Segundo Pamuk: “Escrever é transformar em palavras esse olhar pra dentro, estudar o mundo para o qual a pessoa se transporta quando se recolhe em si mesma – com paciência, obstinação e alegria”. PAMUK, Orhan. **A maleta de meu pai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007: 13.

⁶³¹⁵ CASTRO, Josué. *As condições de Vida das Classes Operárias do Recife*. In: **Documentário Nordeste**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957:76-77.

quarto elemento fundamental: a finalidade do Estado, que devia ser encontrada fora da política, ou seja, na promoção do bem-estar nacional e na realização do bem comum⁶³¹⁶.

No decorrer da década de 1930, momento de intensas transformações do Estado brasileiro, em Recife, Josué passa a lecionar, atividade esta que segundo os mais próximos lhe dava imenso prazer e que realizou até os últimos dias de vida. A medicina que segundo os discursos das fontes pouco o encantou durante os anos de curso universitário foi o caminho inicial para a docência. Aprovado em um concurso público⁶³¹⁷ para a cadeira de fisiologia da Faculdade de Medicina do Recife⁶³¹⁸, defendeu a tese *O problema fisiológico da alimentação no Brasil*.

Até a década de 1920 os projetos universitários do Brasil não preconizavam as atividades de pesquisa, de investigação científica e pedagógica⁶³¹⁹. Os grupos intelectuais do país se movimentavam para que uma cultura acadêmica fosse criada. Com a fundação do Ministério da Educação e Saúde Pública durante o governo provisório de Getúlio Vargas abriu-se um caminho para tímidas reformulações que somente seriam acentuadas durante a Reforma Capanema já no Estado Novo⁶³²⁰. Os primeiros passos do estudante e do professor Josué de Castro foram dados nessa configuração universitária. Os relatos sobre as suas aulas são raros, mas trazem algumas informações importantes para as intenções desse texto. As aulas do período em que foi professor da Faculdade de Medicina do Recife são lembradas por um aluno que se tornou um amigo, o médico Jamesson Ferreira Lima.

Nos deparamos na sala de aula, com um jovem moreno, na casa dos vinte, magro e alto, de calças escuras e paletó pesado, cinzento esverdeado, estilo europeu, falando sobre metabolismo basal. O assunto pouco tinha de particularmente agradável. Ao contrário era difícil e técnico. Mas o conteúdo decorria em prosa ágil, viva, e a figura do expositor se situava numa contradição entre o ar pretensioso e a maneira simpática e eloqüente da preleção. (...) exposição se fazia neste tom comunicativo, fixando todos ao tema. Daí em diante continuei ouvindo as palestras com regularidade⁶³²¹.

O trecho acima remete a um Ciclo de Debates em homenagem a Josué de Castro promovido pela Academia Pernambucana de Medicina, em 1983. As condições de produção

⁶³¹⁶ GOMES, Angela de Castro. **A Invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011: 196.

⁶³¹⁷ Em uma entrevista ao Diário de Pernambuco anos mais tarde, Josué de Castro narrou o início da carreira docente: “tentei em 1932, inscrever-me para o concurso de docência de Fisiologia da Faculdade de Medicina do Recife e tive essa pretensão vetada a princípio sob a alegação de que me faltava a idade legal para realizar o curso. Foi o diretor da faculdade, prof. Otávio de Freitas, quem defendeu minha pretensão e obteve autorização junto às autoridades federais, permitindo-me ingressar na carreira de professor”. **Diário de Pernambuco**, Recife, 06 de junho de 1947. Apud. SILVA, 1998: 100.

⁶³¹⁸ Documento de nomeação de Josué de Castro como professor na Faculdade de Faculdade de Medicina do Recife: “Nomeio o Dr. Josué de Castro, docente livre da cadeira de Physiologia, por ter sido aprovado em concurso, realizado nessa faculdade aos 10 de novembro de 1932. Faculdade de Medicina do Recife, 22 de novembro de 1932. Octávio de Freitas. Diretor”. Acervo Pessoal Josué de Castro – FUNDAJ. Pasta 6.

⁶³¹⁹ É importante frisar que a prática científica no Brasil até finais do século XIX e início do século XX foi caracterizada pela total falta de investigação. Nas faculdades de Medicina e Engenharia, o ensino era quase sempre feito em livros, inexistindo em quase todas a prática de laboratório e de investigação. CARVALHO, 2000: 15.

⁶³²⁰ FERREIRA, Marieta de Moraes. **A História como ofício: a construção de um campo disciplinar**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013: 20.

⁶³²¹ ACADEMIA PERNAMBUCANA DE MEDICINA. **Ciclo de Estudos sobre Josué de Castro**; depoimentos. Recife: UFPE, ed. Universitária, 1983: 95-96.

do relato devem ser levadas em consideração. Tratava-se de um evento comemorativo, de exaltação da memória do intelectual, promovido por uma academia de colegas de profissão⁶³²². Porém, é importante destacar que em vários outros depoimentos Josué é lembrado por meio de comentários elogiosos em torno da oratória, da clareza da escrita e da capacidade de se fazer inteligível em suas explicações. No *Jornal do Recife* também foi publicada na sessão “Chronica Social” seguinte nota sobre a atuação do professor de “Phisyologia”.

Manifestação

PROF. DR. JOSUÉ DE CASTRO – Ao encerrar hontem o curso de Phisyologia do 2º anno médico da Faculdade de Medicina do Recife, o Prof. Josué de Castro foi alvo de expressiva manifestação por parte dos seus alumnos. Em nome da classe, falou o acadêmico Moraes Guerra, que salientou a actuação do mestre, mostrando como o ensino de phisyologia, cadeira basica das sciencias medicas, ia tomando novos rumos, graças ao espírito renovador do prof. Josué. O homenageado agradeceu sendo ao final muito aplaudido⁶³²³.

A figura de professor tomava forma, e a produção de imagens exemplares acompanhará muitos momentos da trajetória de Josué de Castro. Os dois registros apresentados colaboram com a formação dessas imagens e emanam os signos da distinção. Por outro lado, a atividade docente se manifesta como uma importante ferramenta para a formação intelectual. A preparação das aulas, a atualização da literatura de uma disciplina lecionada se traduzem em um esforço para o acúmulo de conhecimento.

Nas atividades de professor, Josué de Castro, também seguiu o caminho das Ciências Humanas se tornou, em 1933, um dos fundadores da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Recife.

Acaba de ser fundada em Pernambuco mais um estabelecimento de ensino superior. Por iniciativa de um grupo de intellectuaes, do qual faz parte o dr. Josué de Castro, Professor da Faculdade de Medicina do Recife e autor de várias obras de valor científico, fundou-se na importante cidade Nordestina, a Faculdade de Phylosofia e Sciencias Sociaes, cujo programma representa apreciável avanço na cultura sociológica daquelle Estado. A Faculdade lecionará as seguintes matérias: História, Sociologia, Antropogeografia Social, Economia Política, Introdução biológica as sciencias sociaes, Hygiene social, Pyscologia e Phylosofia. Corpo docente: está assim organizado: drs. Olívio Montenegro, Josué de Castro, que ensinará antropogeografia social, Nelson Coutinho, Annibal Bruno, Ulysses Pernambucano, Sylvio Rabello e Bezerra Coutinho. A inauguração será 1 de setembro⁶³²⁴.

⁶³²²O lugar social do autor está ligado a produção do discurso com as condições institucionais, políticas, e acadêmicas. Dessa forma, se faz necessário compreender as articulações entre um saber e um lugar. CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Op.Cit.

⁶³²³ *Jornal do Recife*, Recife. Terça-Feira, 7 de novembro de 1933:2. Acervo Pessoal Josué de Castro - Fundaj. Pasta 15.

⁶³²⁴ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, quarta-feira, 30 de agosto de 1933:7. Acervo Pessoal Josué de Castro - Fundaj. Pasta 22.

A notícia veiculada pelo *Correio da Manhã*⁶³²⁵ destacava a importância da fundação dessa instituição que representava uma alternativa no campo das ciências humanas e sociais no Recife. A preponderância e pioneirismo é da Faculdade de Direito, que representava o principal centro de saber desse campo no Nordeste. A reportagem ainda destaca o grupo de intelectuais que possuía representatividade em Pernambuco e que tinha formação nas ciências médicas e nas ciências jurídicas. A menção da reportagem a Josué de Castro, primeiramente afirmando que foi um dos fundadores da instituição e posteriormente detalhando a disciplina que iria lecionar revela um indício de que provavelmente a notícia foi veiculada no periódico por intermédio do próprio Josué de Castro. A fundação dessa instituição também irá proporcionar a Josué um contato ainda mais próximo com as ciências sociais⁶³²⁶.

Logo as atividades do professor da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Recife também se estenderiam a parte administrativa, quando se torna vice-diretor dessa instituição. Um fato intrigante é que raramente no início do século XX médicos se dedicavam aos estudos geográficos que estavam ligados naquele momento aos campos da engenharia e da geologia. Provavelmente a aproximação de Josué de Castro com a geografia se deu por meio dos estudos de antropologia.

É importante também pensarmos no processo de institucionalização da Geografia no Brasil que está intrinsecamente ligado ao projeto modernizador na área educacional implementado a partir da década de 1930⁶³²⁷. A geografia seria a disciplina central para que Josué de Castro desenvolvesse as suas duas obras mais conhecidas *Geografia da Fome* (1946) e *Geopolítica da Fome* (1951). O reconhecimento como geógrafo e os estudos sobre nutrição abriram possibilidades para que passasse a ocupar espaços de destaque durante o Estado Novo e também no segundo governo Vargas.

PROF. JOSUÉ DE CASTRO. CHEGOU, HONTEM, DA ARGENTINA, ESSE ILLUSTRE PHYSIOLOGISTA PERNAMBUCANO.

Pelo “General Artigas” chegou ontem da Argentina, onde fez um importante curso de especialização, no serviço do Prof. Pedro Escudero, director do Instituto Municipal de La Nutricion, Hospital Rawson, de Buenos Ayres, o prof. Josué de Castro, professor da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais e livro docente de Physiologia da Faculdade de Medicina do Recife. O Prof. Castro teve um concorrido desembarque tendo recebido inumeras de pessoas de suas relações de amizade, que vão o abraçar em sua residências pelo seu sucesso nos grandes centro do Rio, São Paulo e Buenos Ayres onde fez importantes conferências. O

⁶³²⁵ “Jornal carioca diário e matutino fundado em 15 de junho de 1901, por Edmundo Bittencourt e extinto em 8 de julho de 1974. Foi durante grande parte de sua existência um dos principais órgãos da imprensa brasileira, tendo-se sempre destacado como um “jornal de opinião”. Disponível em www.cpdoc.fgv.br/verbetes, acessado em 29 de maio de 2015.

⁶³²⁶ Documento de nomeação de Josué de Castro a cadeira de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Recife. “Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Recife. O diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, usando de suas atribuições, e em nome da Congregação, nomeia o Dr. Josué de Castro, Professor Catedrático da Cadeira de GEOGRAFIA HUMANA desta faculdade. Recife, 15 de agosto de 1933. Aníbal Bruno. Director”. Acervo Pessoal Josué de Castro – FUNDAJ. Pasta 6.

⁶³²⁷ Esse contorno institucional outorgou à Geografia brasileira possibilidades e condições concretas de seu desenvolvimento, permitindo a constituição da profissão de geógrafo e do professor de Geografia para o ensino médio e superior, algo novo para o cenário intelectual no Brasil. Ver: MACHADO, Mônica Sampaio. **A construção da Geografia Universitária no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009:36.

prof. Josué de Castro acaba de fechar contracto, com a “Cia. Editora Nacional” de São Paulo para edictar o seu novo livro: “O Problema da Alimentação no Brasil”, em luxuosa edição de 3000 volumes, fazendo parte da Bibliotheca Pedagogica Brasileira (Colecção Brasileira), sob a direcção do Prof. Fernando Azevedo. O livro do prof. Josué de Castro que estuda o problema da alimentação sob o ponto de vista médico social, é prefaciado pelo ilustre médico argentino, prof. Pedro Escudero. Cathedratico de Clinica Medica da Faculdade de Medicina de Buenos Ayres e a maior autoridade em nutrição nos países latino-americanos⁶³²⁸.

A notícia com um tom de discurso entusiasmado foi publicada em uma coluna do *Jornal do Recife* intitulada “Em Prol do Sertão”, trata inicialmente do contato de Josué de Castro com o Prof. Pedro Escudero⁶³²⁹ que na época era um dos principais estudiosos de nutrição na América Latina. Essa aproximação possibilitou a inserção de Josué de Castro em uma rede de debates intelectuais amplos sobre a nutrição nas Américas e no mundo, bem como em sucessivas participações nas Conferências latino-americanas de Nutrição. Desse modo, “uma face importante dos primeiros textos de Josué de Castro – a formulação de dietas básicas para a população brasileira – demonstra a influências de Pedro Escudero”⁶³³⁰.

Por outro lado, a docência nas faculdades de Medicina e de Filosofia e Ciências Sociais aproximou Josué de Castro dos campos disciplinares aparentemente distintos da geografia e da nutrição. Mas na década de 1940 foram mobilizados de forma interdisciplinar, como a maquinaria que tornou possível a elaboração de *Geografia da Fome*.

A reportagem ainda faz menção ao que provavelmente foi um dos primeiros contratos editoriais do autor. No início de uma carreira acadêmica, participar de uma coletânea dirigida pelo sociólogo Fernando de Azevedo, um dos intelectuais brasileiros de maior expressão no início do século XX, era um privilégio para poucos. Azevedo era um defensor do desenvolvimento da ciência e afirmava que “o grande atraso da nossa organização social se devia à nossa tardia produção científica e, principalmente, à ausência de espírito crítico e científico nas elites desse país. Uma elite, como dizia, entusiasmada pela palavra fácil e sonora”⁶³³¹. Fernando de Azevedo dirigiu um projeto editorial intitulado Biblioteca Pedagógica⁶³³² que viabilizou a publicação e circulação de inúmeros títulos.

⁶³²⁸ **Jornal do Recife**, Recife. Quinta-feira, 24 de janeiro de 1934:2. Acervo Pessoal Josué de Castro - Fundaj. Pasta 25.

⁶³²⁹ Sobre o médico e nutrólogo Pedro Escudero afirmou a historiadora Cláudia Louback do Nascimento: “Ele foi o pioneiro na Argentina, desenvolvendo a ciência da Nutrição em relação à esfera social e no âmbito de suas aplicações práticas. Em 1926, criou o Instituto de Nutrição de Buenos Aires, após acompanhar os avanços dessa área em outros países, principalmente nos Estados Unidos. Em 1933 criou a Escola Municipal de Dietistas, a qual foi elevada a nível universitário com a criação do “Instituto Nacional de La Nutrición” oferecendo em 1939, bolsas de estudo aos países latino-americanos, constituindo-se assim em um marco na formação do nutricionista na América do Sul”. NASCIMENTO, Claudia Louback do. **Entre Homens e Caranguejos: o debate em torno da obra de Josué de Castro em Pernambuco**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006:39.

⁶³³⁰ MAGALHÃES, Rosana. **Fome: uma (re) leitura de Josué de Castro**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997:34.

⁶³³¹ GUALTIERI, Regina Cândida Ellero. Fernando de Azevedo e a renovação cultural dos anos 1930 e 1940. CARULA, Karoline. CORRÊA, Magali Gouveia Engel (Orgs). **Os intelectuais e a nação: educação, saúde e a construção de um Brasil moderno**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013:141

⁶³³² Segundo Regina Gualtieri: “A Biblioteca Pedagógica brasileira foi concebida com cinco séries, a saber: I-Literatura Infantil; II-Livros didáticos; III- Atualidades pedagógicas; IV – Iniciação científica; e V – Brasileira, para as quais a incumbência de Azevedo era selecionar os títulos e os autores em função do público visado, apresentá-los em determinada seqüência, e cuidar da organicidade das coleções. GUALTIERI, 2013: Fernando de Azevedo e a renovação cultural dos anos 1930 e 1940. CARULA, Karoline. CORRÊA, Magali Gouveia Engel (Orgs). **Os intelectuais e a nação: Op. Cit: 145.**

Essa publicação será fundamental para que a sua obra passe a circular no Brasil e também na Argentina. No prefácio de “O Problema da Alimentação no Brasil”, o Prof. Pedro Escudero, um dos primeiros e principais interlocutores de Josué de Castro no campo da Nutrição afirma: *“la ciencia da Nutrición há elegado a tal grado de perfección que es necesario que seam aplicados por todos los médicos, sociólogos e industriales para resolver, uno de los problemas de la sociedad em estos momentos: la alimentación racional y econômica de los pueblos”*⁶³³³. Essas palavras se assemelham com a obra de Josué de Castro que, em vários momentos, defendeu medidas de intervenção estatal para combater a fome. O discurso também apresenta a preocupação política com uma alimentação racional de um mundo que estava entre guerras. Após clinicar e lecionar no Recife por cinco anos, Josué de Castro retorna a capital federal, Rio de Janeiro.

Os motivos de sua mudança repentina para o Rio de Janeiro permanece, assim como outros episódios de sua vida, sem muitas referências por parte de Josué. Os próprios filhos também não puderam ajudar a explicar este episódio na vida do pai, pois nada ou quase nada sabiam a respeito. O fato é que Josué parecia apagar da memória certos episódios de sua vida, alguns acontecimentos que deveria julgar só seus, quiçá dolorosos ou comprometedores não eram nunca revelados ou comentados, nem a nível doméstico. Em 1935, inicia no Rio de Janeiro uma nova vida. Deixa para trás a clínica freqüentada pelos clientes ricos, a docência de Fisiologia na Faculdade de Medicina, a de Geografia Humana na Faculdade de Filosofia, o cargo de vice-diretor da recém fundada faculdade, os amigos e também os desafetos. Uma nova fase da vida lhe aguardava com todas as suas venturas e desventuras. O Brasil vivia a “Era Vargas”⁶³³⁴.

Os anos vividos no Recife foram muito importantes para a formação do intelectual Josué de Castro, principalmente pela experiência acadêmica que adquiriu com a iniciação à docência, bem como pelo contato com a hierarquia do mundo universitário brasileiro. A necessidade de selecionar o que deve ser contado e lembrado inclusive aos familiares, demonstra uma preocupação com a formação da sua imagem e com aquilo que é exclusivamente de foro íntimo. Infelizmente as correspondências desse momento da sua trajetória são fragmentadas e praticamente inexistentes no acervo pessoal.

Provavelmente a escolha do Rio de Janeiro, cidade a qual já havia habitado, quando era estudante de medicina, tenha sido levada em consideração pela oportunidade de transitar nos meios intelectuais. A capital federal dispunha de universidades que tinham uma vida acadêmica intensa o que possibilitaria a Josué de Castro participar e ter acesso a debates intelectuais mais atualizados. Além da construção de outras redes que permitissem a aproximação com a renovação cultural que estava em curso durante a década de 1930 e que se estenderia pelos anos 1940.

⁶³³³ ESCUDERO, Pedro. Prefácio. In: CASTRO, Josué de. **O Problema da Alimentação no Brasil**. São Paulo/ Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional (Col. Brasileira), 1934:57.

⁶³³⁴ SILVA, Tânia Elias Magno da. **Josué de Castro**: Op. Cit: 82.

EDUCAÇÃO ÉTNICORRACIAL: UMA ANÁLISE SOBRE A ICONOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO PNLD.

Humberto Rafael de Andrade Silva ⁶³³⁵

humbertorafael5329@gmail.com

Resumo: Em nosso país, vivemos sob um modelo de democracia representativa que garante aos cidadãos determinados bens sociais e serviços. A garantia desses se faz através da intervenção do estado na resolução de determinadas demandas. Tais estratégias e métodos de ação são chamados políticas públicas (AZEVEDO, 2004, p.5). Uma das principais influências no estabelecimento dessas políticas é a demanda popular. Estas são vistas em grande quantidade durante toda a segunda metade do século XX. No ano de 2003, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi promulgada a Lei 10.639/2003 que determinou a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileiras. Esta lei institui a obrigatoriedade do ensino da temática nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, públicos e privados, ao longo de todo o currículo. O Livro Didático pode ser interpretado enquanto reflexo institucional do currículo, onde se dá a aplicação das políticas públicas, além de ser, na maioria das vezes, o único objeto de suporte de didático do professor. O discurso das imagens dentro das coleções de livros deve ter sua devida atenção uma vez que a imagem apresenta grande poder comunicativo e de abstração, embora dotado de determinada lógica, não é algo que se expressa a primeira vista. “O imaginário faz parte de um campo de representação e, como expressão do pensamento, se manifesta por imagens e discursos que pretendem dar uma definição de realidade” (PESAVENTO, 1995, p. 15). A relevância de seu estudo esta na própria natureza subjetiva da construção do pensamento humano. Este projeto pretende analisar as imagens sobre o trabalho escravo negro, contidas nas 19 coleções de LD aprovados no PNLD 2012, buscando uma avaliação de conjuntura da primeira década de aplicação da lei. É fruto da pesquisa Relações Étnico - Raciais e o uso de imagens nos livros didáticos de história do Ensino Médio empreendida no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Fundação Joaquim Nabuco, que objetivou a criação de um banco de dados onde foram catalogadas as imagens nas 19 coleções PNLD 2012 relacionadas á temática afro-brasileira em um banco de dados no programa Microsoft Office Excel.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Ensino de história, Educação Etnicorracial

Justificativa

Em nosso país, vivemos sobre um modelo de democracia representativa que garante aos cidadãos determinados bens sociais. A garantia desses, assim com a manutenção das necessidades da população nos campos essenciais, segundo Azevedo⁶³³⁶ se fazem através da “materialidade da intervenção do estado”, ou seja, o estado agindo para resolver determinadas demandas. Tais estratégias e métodos de ação são chamados políticas públicas. Uma das principais influências no seu estabelecimento é a demanda popular. Segundo Azevedo:

[...] as políticas públicas são definidas, implementadas, reformuladas ou desativadas com base na memória da sociedade ou do Estado em que têm lugar e que por isso guardam estreita relação com as representações sociais que cada sociedade desenvolve sobre si própria⁶³³⁷.

⁶³³⁵ Mestrando – UFRPE.

⁶³³⁶ AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **A Educação como política pública**. 3ª Ed. São Paulo: Autores Associados, 2004, p.5.

⁶³³⁷ Ibidem.

O seu estabelecimento estaria norteado tanto pela correção de problemas que seus habitantes identificam quanto pelas metas que determinada sociedade deseja atingir. Dentro da seara das políticas públicas, vamos abordar a histórica demanda pela valorização da diversidade étnico racial no Brasil.

A partir do final da segunda metade do século XX conseguimos ver uma mobilização de maior vulto das instâncias da sociedade civil em relação à aceitação da diversidade étnico-racial no Brasil. Especificamente a partir do final da década de 80 e início da de 90. No âmbito federal podemos ver, segundo Mattos⁶³³⁸ três alguns marcos paradigmáticos.

O primeiro e mais significativo foi à criminalização do racismo através do art. 5º Inciso XLII da Constituição Brasileira, promulgado em 1989 que caracterizou o mesmo como crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão nos termos da lei. No mesmo ano o governo federal cria a Fundação Palmares (dia 22 de agosto de 1988), órgão do Ministério da Cultura “com a função de cuidar da preservação, difusão e valorização do patrimônio cultural e civilizatório das populações negras”⁶³³⁹. Pouco tempo depois, no ano de 1995, temos a Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida, que teve como reação do governo a criação do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra com a tarefa de elaborar propostas de políticas públicas de combate ao Racismo.

Continuando os exemplos de políticas significativas no âmbito federal temos instituição do Programa Nacional de Direitos Humanos através do decreto presidencial nº1904 que reconhece não só a existência do racismo na sociedade brasileira, como dispõe sobre a regulamentação de políticas públicas para o seu combate, de curto, médio e longo prazo.

Também destacamos o apoio à criação e instalação de Conselhos da Comunidade Negra nos Estados e Municípios brasileiros e o estímulo à presença de grupos étnicos nas propagandas institucionais contratadas pelo governo federal. O programa já recomenda o desenvolvimento de políticas públicas que possibilitem o acesso dos negros a cursos superiores e profissionalizantes, além de fazer menção a que se realce sua história e contribuição na formação do país.

No início do século XXI um evento marcante nesse sentido foi a III Conferência contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, ocorrida em Durban na África do Sul, no ano de 2001, representando um marco histórico na perspectiva de adoção de políticas afirmativas de combate ao racismo e preconceitos relacionados, onde representantes de vários países assinaram acordos se comprometendo à promoção de iniciativas nesse sentido.

No ano de 2003 pudemos sentir o primeiro efeito dos acordos assinados pelo governo brasileiro nesta conferência com a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) que tem a função de assessorar o Gabinete da Presidência com subsídios à construção de políticas públicas que promovessem uma maior igualdade a comunidade negra.

Ainda nesse ano é promulgada a Lei 10.639/2003 que determinou a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileiras sendo instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para as Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira (DCNERER).

⁶³³⁸ MATTOS, Wilson Roberto de. Conae – 2010, Educação e Diferenças Étnicoraciais: perspectivas de interpretação e caminhos de superação das desigualdades b. In: RONCA, Antonio Carlos Caruso; RAMOS, Mozart Neves. (Coord.). **Da CONAE ao PNE 2011- 2020: contribuições do Conselho Nacional de Educação**. São Paulo: Ed. Moderna, 2010, p.265.

⁶³³⁹ MATTOS, Wilson Roberto de. Conae – 2010, Educação e Diferenças Étnicoraciais: perspectivas de interpretação e caminhos de superação das desigualdades b. In: RONCA, Antonio Carlos Caruso; RAMOS, Mozart Neves. (Coord.). **Da CONAE ao PNE 2011- 2020: contribuições do Conselho Nacional de Educação**. São Paulo: Ed. Moderna, 2010, p.265.

A lei institui a obrigatoriedade do ensino da temática nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, públicos e privados ao longo de todo o currículo, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.393/96 nos artigos 26A, 79A, e 79B, enfatizando as matérias de Educação Artística, Literatura e História Brasileiras. O segundo é um Parecer do Conselho Nacional de Educação, CNE 03/2004⁶³⁴⁰, que aprofundou o disposto na lei.

As DCNERER, colocam no seu artigo 7º a importância de fiscalização dos livros, tendo sempre como critério a produção de publicações que favoreçam a discussão da pluralidade étnica, conforme o parecer do CNE nº 03/2004⁶³⁴¹.

Vemos também duas ações importantes a nível institucional, a primeira é a criação, no ano de 2004, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), no âmbito do Ministério da Educação que tem como objetivo primário empreender políticas educacionais de inclusão dos grupos subalternizados e historicamente discriminados, a segunda ação foi a indicação de um representante das populações negras e dos povos indígenas no Conselho Nacional de Educação. Esta representação é a responsável pela abordagem da questão étnico-racial nos principais documentos que orientam a educação brasileira.

Esses documentos foram formulados no sentido de promover uma educação antirracista, trazendo à luz as contribuições e a compreensão do lugar da cultura africana na formação da identidade brasileira. No cumprimento desta tarefa, é dada ênfase ao Ensino de História, como se coloca no § 2º da Lei 10.639/2003:

“Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras”⁶³⁴²

Fazendo um balanço das políticas públicas adotadas no que diz respeito à promoção da igualdade racial em uma década de vigência da Lei, buscamos analisar sua aplicação no que diz respeito a iconografia dos livros didáticos. Considerando que os livros de História são importantes ferramentas para promoção de políticas públicas de combate ao racismo, e que a iconografia tem um valor significativo como elemento que agrega sentido ao relato escrito⁶³⁴³

O presente anteprojeto de pesquisa ampara-se nos resultados da pesquisa Relações Étnico-Raciais e o Uso de Imagens nos Livros Didáticos de História do Ensino Médio, realizada pelo Laboratório de Acervos e Materiais Didáticos (LABdidática) da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da mesma instituição (PIBIC/CNPQ/FUNDAJ), no período de agosto de 2014 à julho de 2015. Essa iniciação à pesquisa possibilitou o levantamento das imagens nas 19 coleções de história do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2012. Este levantamento resultou num total de 584 imagens utilizadas pelas editoras para ilustrar os Livros Didáticos que se referem à história afrobrasileira.

O LD é o maior acervo iconográfico com que o educando tem contato no decorrer do Ensino Médio que conseqüentemente poderia suscitar o maior número de questões para debate. Tendo em vista o aprofundamento da discussão sobre a importância didática da

⁶³⁴⁰ BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 003 de 17 de junho de 2004a**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2015.

⁶³⁴¹ Ibidem

⁶³⁴² BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1 de 17 de junho de 2004b**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2015.

⁶³⁴³ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003, p.12.

iconografia para promoção de uma educação étnico-racial na primeira década de vigência da lei focaremos nossa análise crítica nas imagens presente nos livros do PNLD 2012.

Esta análise vai englobar os aspectos técnicos das imagens, como a cor, o posicionamento dentro dos livros, tamanho e a forma de estruturação das legendas, assim como os aspectos pedagógicos, sua relação com o texto escrito, o seu aproveitamento para atividades que ajudem na compreensão do assunto e a orientação que o livro oferece ao professor no trabalho com as imagens.

Na legislação prevaleceu o entendimento de que o saber escolar é um elemento que influi na construção da identidade dos indivíduos, sendo fundamental na sua formação ética⁶³⁴⁴ por isso a grande necessidade de debate de tais questões em sala de aula. As situações que os alunos vivenciam nesse meio ensaiam as sociabilidades do mundo exterior. Sobre isso afirmou Santos:

Representando um microuniverso social, esse espaço sociocultural reflete muitos padrões de comportamento, conflitos e contradições que permeiam a sociedade em que vivemos, sendo também, potencialmente, espaço para a sua reinvenção. [...] também o preconceito e as diferentes formas de discriminação existentes no contexto social brasileiro integram o cotidiano escolar⁶³⁴⁵.

A mudança no currículo da educação básica, adequada com a inclusão dos conteúdos sobre a história e cultura afrobrasileiras, teve o propósito de proporcionar aos alunos a compreensão da parcela de contribuição desse grupo social na construção da nossa sociedade. A narrativa contida no livro é um dos poucos instrumentos de saber intelectualizado a que a maioria dos alunos tem acesso. Esse é um dos motivos para que os poderes instituídos acompanhem de perto e com uma fiscalização rigorosa o processo de produção e difusão destas publicações.

É a partir do LD, produto da indústria cultural, que é possível selecionar as narrativas que vão legitimar os fundamentos sociais e políticos numa sociedade. Por isso, ocorre uma constante avaliação do livro didático, como observamos no Guia do PNLD:

Os livros didáticos de História do Ensino Médio são avaliados constantemente e de modo sistemático. Você os avalia durante anos, da hora da escolha ao planejamento, do momento de capacitação ao uso com os alunos. No âmbito do PNLD, uma equipe de profissionais trabalha no mesmo sentido, durante meses, meticulosamente⁶³⁴⁶.

A educação escolar da contemporaneidade, mesmo com a influência dos Meios de Comunicação de massa na formação da identidade, desempenha um papel ativo na construção de um saber crítico nos indivíduos, pois as crianças e os educandos passam grande parte do seu dia na escola. Na maioria das escolas públicas do país, onde predomina a ausência de recursos para o acesso dos indivíduos a um conhecimento intelectual, o livro didático é muitas vezes o único material de contato com o mesmo. Ernest Laville⁶³⁴⁷ (1999), em seu artigo *A guerra de narrativas*, relatou exemplos de mudanças estruturais, sejam golpes de estado ou a troca de determinadas ideologias políticas em diversos países que foram acompanhadas por alterações dos manuais didáticos, recontando a história em concordância com a visão de grupos políticos hegemônicos dominantes.

⁶³⁴⁴ CORDEIRO, Jaime. **Didática**. São Paulo: Contexto 2010.

⁶³⁴⁵ DE LUCA, Tânia Regina. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 123-144, 2004.

⁶³⁴⁶ BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Guia dos livros didáticos: PNLD 2015: História: Ensino Médio**. Brasília, 2014, p.12.

⁶³⁴⁷ LAVILLE, Christian. A guerra de narrativas: debates e ilusões em torno do ensino da história. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.19, n. 38, p. 125-138, 1999.

O livro é um objeto de tipificação complexa, tendo um viés comercial e ao mesmo tempo um fim didático, esses dois aspectos merecem especial atenção por ser o livro uma ferramenta usada de forma sistemática no processo de ensino-aprendizagem. Em grande parte das escolas os professores utilizam o livro como orientador para o planejamento pedagógico porque sua organização é pensada segundo a matriz curricular.

A importância econômica do livro se dá pelo fato de que as editoras que têm coleções escolhidas obtêm um faturamento bastante expressivo. Somente em 2014, o valor empregado no programa de distribuição de livros foi de R\$ 1.330.150.337, 36⁶³⁴⁸. O lucro vultoso da indústria do livro tem uma influência determinante no produto final, uma vez que os livros são produzidos pelas editoras com o intuito comercial. Essa influência deve ser fiscalizada muito de perto, pois é determinante, em se tratando de artefatos de conhecimento importantes na formação dos educandos.

Cassiano⁶³⁴⁹ (2004), em seu artigo “Aspectos políticos e econômicos da circulação do livro didático de história e suas implicações curriculares”, apontou os principais aspectos que envolvendo a aceitação, produção e distribuição dos livros, assim como os aspectos políticos de seu discurso, fatores chave que interferem no produto final. Considerando desde o controle do discurso, partindo do governo, e depois dos crivos das editoras, além da grande quantidade de profissionais que participam do processo de forma independente, dando um rumo diferente à produção.

Nesse sentido, Bittencourt⁶³⁵⁰ (2004) ressaltou a importância que os estudos sobre o livro didático possuem com vistas a se evitar a disseminação e reprodução de estereótipos, levantando a trajetória da criação de instituições de pesquisa sobre o mesmo após a Segunda Guerra Mundial. A autora citou a criação de instituições como o Instituto Georg Eckert, fundado em 1975 na Alemanha, com o intuito de fiscalização dos manuais didáticos. No Brasil, temos o Laboratório de Ensino e Materiais Didáticos da Universidade de São Paulo (LEMAD/USP) e também um laboratório com funções semelhantes na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), além do Laboratório de Acervos e Materiais Didáticos da Fundação Joaquim Nabuco, onde foi realizada a pesquisa anteriormente citada e que originou o presente objeto de estudo.

Nesse contexto, assumindo uma importância cada vez maior no aprendizado, as imagens, durante toda a segunda metade do século XX, tomaram mais do espaço reservado aos textos escritos. Delegá⁶³⁵¹ (2012), no artigo “O papel da imagem no livro didático”, analisou o peso dos elementos imagéticos no livro didático. Mostrou que servem cada vez mais como forma de subsídio e complementação de seu conteúdo. Ressaltando, entretanto, que muitas vezes a abundância de imagens compromete o conteúdo do livro:

Chegou-se ao ponto de verificar que, muitas vezes neste processo, informação é perdida, a comunicação pedagógica se desvanece, e conseqüentemente coloca cada vez mais nos ombros dos professores e dos próprios alunos a responsabilidade de interpretar, compreender e apreender os conteúdos⁶³⁵²

⁶³⁴⁸ PORTAL DO FNDE. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/>. Último acesso em: 11 jul 2015.

⁶³⁴⁹ CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. Aspectos políticos e econômicos da circulação do livro didático de História e suas implicações curriculares. História, São Paulo, v.23, ano (1-2), p. 33-48.

⁶³⁵⁰ BITTENCOURT, Circe Maria. Livros e materiais didáticos de História. In: _____. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

⁶³⁵¹ DELEGÁ, Etson. **O papel da imagem no livro didático**. 2012. Disponível em: <http://www.jornaldaeducacao.inf.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1725>. Acesso em: 6 jul 2015.

⁶³⁵² DELEGÁ, Etson. **O papel da imagem no livro didático**. 2012. Disponível em: <http://www.jornaldaeducacao.inf.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1725>. Acesso em: 6 jul 2015, p. 2.

As imagens, apesar de serem instrumentos que não tem como primeiro motivo de produção o suporte pedagógico, são utilizadas como suplemento informativo do livro didático. Espera-se que, com a mediação do professor, elas facilitem o processo de ensino-aprendizagem funcionando como um elemento acessório ao entendimento do conteúdo didático⁶³⁵³.

A preocupação com a utilização didática das imagens usadas em textos didáticos aparece em alguns desses trabalhos, que oferecem subsídios metodológicos para a análise das reproduções, em tais livros, de quadros, fotografias, charges, e demais ilustrações com suas características específicas, como no caso das legendas ou títulos que conduzem a observação do aluno⁶³⁵⁴.

Um estudo do discurso das imagens, tratando-se especialmente da história afrobrasileira, no que diz respeito à relação imagem-texto, aos critérios técnicos e, principalmente, às formas de aproveitamento pedagógico, é necessário por sua implicação direta na percepção dos conteúdos históricos pelos educandos. É o que defendeu a historiadora Ana Maria Mauad⁶³⁵⁵ (2012) em seu artigo “Imagens que educam e instruem – usos e funções das ilustrações nos livros didáticos de História”, quando apontou aspectos que podem ser aproveitados no acervo iconográfico dos mesmos como elemento para compreensão dos conteúdos.

Este projeto se insere dentro da linha de pesquisa Ensino de História e Cultura Regional uma vez que trata do livro didático e sua aplicação como objeto pedagógico além de sua dimensão na mudança no discurso coletivo a cerca do tema étnico-racial influenciando na construção das identidades individuais e no combate ao racismo e xenofobias correlatas.

Objetivos

Este projeto pretende analisar as representações sociais sobre o trabalho escravo contidas nas imagens dos Livros Didáticos do PNLD 2012.

Específicos:

- Situar o debate das questões étnico-raciais no campo da educação, em particular no campo do ensino de história na última década;
- Situar a crítica do livro didático de história no contexto das políticas de educação através das produções bibliográficas da última década;
- Identificar e categorizar as imagens que tenham como tema o trabalho escravo, segundo as categorias: quantidade de pessoas retratadas, atividade desempenhada, modo como são retratadas etc;
- Analisar as representações sociais contidas na forma como as imagens são dispostas nos livros e nas proposições didáticas elaboradas em torno das mesmas;

Referencial Teórico

Segundo Brandão⁶³⁵⁶ (1995), a educação esta presente em todos os processos de formação do sujeito. Em toda forma de organização social, desde os primórdios da humanidade, são necessários métodos de aprendizagem, ou seja, caminhos que levam o indivíduo a adquirir os conhecimentos necessários para ocupar um lugar em determinada estrutura social. Esses métodos preexistem ao modelo de escola formal contemporâneo onde temos um profissional encarregado da passagem dos conhecimentos.

⁶³⁵³ KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 2ª. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

⁶³⁵⁴ BITTENCOURT, Circe Maria. Livros e materiais didáticos de História. In: _____. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.p. 306.

⁶³⁵⁵ Ana Maria Mauad (2012)

⁶³⁵⁶ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 1995.

Guimarães⁶³⁵⁷ (2012, p.58) reitera as responsabilidades da educação presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: “o desenvolvimento do indivíduo, a formação para a vida cidadã em sociedade, a preparação para o trabalho”. Com o auxílio da família e da sociedade, nos espaços de formação escolares e não escolares são realizadas essas transmissões da experiência humana vista como cultura, onde educação e cultura complementam-se.

A história escolar ocupa um lugar privilegiado do ponto de vista da importância da transmissão dos conhecimentos históricos relacionados a diversidade étnica. Essa passagem dos conteúdos esta diretamente ligada à autoimagem de nação e sociedade de cada indivíduo. A seleção dos conteúdos a serem ministrados nos ensinamentos fundamental e médio sempre passa por controle cuidadoso do estado através de diversas ferramentas como: a padronização do currículo, a realização de diversas avaliações nacionais e também a fiscalização dos livros didáticos.

O material didático é visto pelas produções recentes, segundo BITTENCOURT (2011)⁶³⁵⁸, como um complexo ponto de estudo mas que ao mesmo tempo deve ser ponto de crítica constante como item vital à qualidade do ensino. É colocado na categoria de um suporte informativo, ou seja, construído com o intuito de facilitar o aprendizado do aluno, ao mesmo tempo sendo veiculador de discursos de dominação por parte dos poderes instituídos e produto de uma indústria cultural que vê o mesmo como produto de lucro. A escolha das coleções adotadas em cada escola é feita pelos próprios professores, as editoras tentam chamar a atenção deles com facilidades como cursos gratuitos, pacotes de publicações e outros, desviando o foco da escolha de publicações que melhor se proponham a atender os objetivos pedagógicos do professor e da escola. A autora, citando Michael Apple, em seu artigo *Controlando a forma do currículo*, faz referência aos fatores que influenciam na escolha dos livros:

O despreparo do professor, resultante de cursos sem qualificação adequada, e as condições de trabalho das escolas muitas vezes favorecem, segundo afirma o autor, uma cultura mercantilizada que transforma cada vez mais a escola em um mercado lucrativo para a indústria cultural, com a oferta de materiais que são verdadeiros “pacotes educacionais”⁶³⁵⁹.

No todo, o Livro Didático é colocado como um objeto de difícil definição, pois ao mesmo tempo que carrega a tarefa de elemento de apoio nas aulas tanto no que diz respeito ao conteúdo escrito quanto a alternativas de trabalho que o mesmo oferece, integrando documentos, sugestões de documentários entre outros é usado como meio de veiculação de discursos de poder e como elemento de lucro da indústria cultural. Embora existam críticas no que diz respeito a carências ou lacunas nos conteúdos do livro deve-se ter em mente que não se pode atingir o livro didático ideal, uma obra capaz de solucionar todas as lacunas do ensino. O primeiro valor a ser ressaltado é o mercadológico, onde o livro, apesar de ser um objeto de importância eminentemente pedagógico, possui um forte viés mercadológico considerando que as editoras que os produzem são particulares e o fazem visando também à venda externa. Também devem ser pensados os fatores que influenciam sua confecção que se realiza em diferentes etapas e de forma segmentada, onde os

⁶³⁵⁷ GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática no ensino de História**: experiências, reflexões e aprendizados. 13ª ed. Campinas: Papirus, 2012, p.58.

⁶³⁵⁸ BITTENCOURT, Circe Fernandes. Livros e Materiais didáticos de História. In: ____. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 295-324. (Série Ensino Fundamental).

⁶³⁵⁹ BITTENCOURT, Circe Fernandes. Livros e Materiais didáticos de História. In: ____. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 295-324. (Série Ensino Fundamental), p.298.

profissionais responsáveis pelas etapas de produção são diferentes e isso acarreta em consequências para o produto final.

Os livros são elaborados de acordo com os respectivos currículos institucionais, como o livro segue as orientações do currículo, explicitando os seus conteúdos se torna um elemento chave na construção dos saberes. Todo saber histórico é baseado em determinadas ideologias que devem ser levadas em conta na sua categorização. Bittencourt fala ainda, citando o pesquisador francês Allain Chopin, da singularidade de cada elemento gráfico nos manuais didáticos contemporâneos na composição de sua narrativa. Dentre estes podemos inferir a importância das imagens em seu caráter explicativo sua capacidade de, se posicionada corretamente se harmonizar ao texto, além do seu potencial de estabelecimento de atividades pedagógicas.

Dissertando a respeito da possibilidade de aprendizado através de imagens a historiadora Ana Maria Mauad, vai fazer uma associação entre o processo de aprendizagem e a observação das imagens:

A imagem decalca-se em nosso pensamento como sombras, duplos, projeções, representações, mensagens, para sempre ou por um instante na memória, imediatamente ou em longo prazo, como se pensar fosse ver, e ver fosse também pensar, numa circularidade difícil de interromper⁶³⁶⁰.

O processo de aprendizagem primário está muito ligado ao aprendizado que é extraído através da visão. Na contemporaneidade ocidental, as imagens servem para projetar diversos gostos, saberes, valores e ideologias, veiculadas através de jornais, revistas televisão e internet, a imagem é um dos veículos preferidos de comunicação da pós-modernidade. Vamos utilizar o entendimento de MAUAD⁶³⁶¹ (2007), de que a imagem ocupa um lugar importante na composição do livro, para o entendimento do conteúdo pretendido. O aprendizado envolvendo imagens meche com as representações e valores que os indivíduos possuem ao lê-las em complemento com os textos escritos, propiciando aprendizados que só as mesmas podem trazer:

Em relação à capacidade da imagem visual de instruir, é importante frisar o seu aspecto indiciário. As imagens são pistas para se chegar a um outro tempo, revelam aspectos da cultura material e imaterial de outras sociedades históricas, compondo a relação entre o real e o imaginário social. Assim, ensinam-nos, sobre esse passado, conteúdos que só podem ser apreendidos visualmente – uma nova forma de aprender que implica um novo tipo de didática, valorizando a imagem visual como forma de conhecimento⁶³⁶².

A análise preliminar do material pesquisado indicou que embora a discussão do racismo ocorra no decorrer das coleções de forma transversal, as referências, em sua maioria, fazem alusão ao período escravista, construindo uma visão do negro como eterno escravo⁶³⁶³. Entendemos as imagens constantes nos livros como representações sociais de um determinado tempo, portadoras de significados integrantes daquela realidade social.

⁶³⁶⁰ MAUAD, Ana Maria. As imagens que educam e instruem: usos e funções das ilustrações nos livros didáticos de história. In: DIAS, Margarida; STAMATTO, Ines. **O livro didático de História: políticas, educacionais, pesquisas e ensino**. Natal: Ed. UFRN, 2007. p. 109-113. p.111.

⁶³⁶¹ Idem

⁶³⁶² Ibidem, p.112.

⁶³⁶³ MATTOS, Hebe et al. Personagens negros e livros didáticos: reflexões sobre a ação política dos afrodescendentes e as representações da cultura brasileira. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos et al. (Org.). **A história na escola: autores, livros e leituras**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 309.

Segundo a historiadora Sandra Jatahy Pesavento⁶³⁶⁴ (1995), no contexto da crise das verdades legitimadoras da ordem social e o surgimento da interdisciplinaridade no final do século XX. Ocorreu paralelamente uma segmentação do conhecimento, com a divisão do saber em disciplinas e um movimento paralelo de aproximação dessas disciplinas em busca da solução dos problemas. A falência dos regimes socialistas abalou a convicção de um caminho alternativo ao capitalismo.

Para a história, esse contexto representou um declínio dos esquemas teóricos explicativos sobre os quais a mesma se apoiava e a queda das alianças com as ciências que antes contribuíam no processo de construção do relato: sociologia e economia. Os novos sócios, alianças fundadas no ecletismo e na decadência dos sistemas teóricos, são a literatura e a antropologia.

A mesma sociedade racionalista e cientificista do século XIX se voltou contra os seus pressupostos, essa proposta de análise racional da vida trouxe uma reflexão sobre a importância da subjetividade através da contribuição da psicanálise e da etnologia. Chamamos atenção que, dialeticamente, os caminhos contraditórios da razão levaram ao resgate de dimensões não propriamente racionais, essas investidas psicanalíticas e antropológicas foram alheias aos historiadores por muito tempo.

Existe uma rejeição dos velhos modelos de entendimento da realidade com base apenas na objetividade visível. Há uma aposta na transdisciplinaridade, na ligação com outros campos de conhecimento, promovendo a construção de novos pressupostos teóricos. O imaginário não pode ser o impensado, ou o não expresso, ele trabalha sobre a linguagem e é sempre representação, não existindo sem a imaginação.

Os discursos sobre o real não são o real representado fielmente. Existe uma mudança entre a concretude das condições objetivas e a representação que dela se faz. As representações são produtos de estratégias de interesse e manipulação, as coisas ditas, pensadas e expressas ganham um outro sentido através da manipulação. A sociedade então constrói uma dimensão simbólica da realidade, um conjunto de ideias-imagens que dão significado a ela:

Logo o real é, ao mesmo tempo, concretude e representação. Nesta medida, a sociedade é instituída imaginariamente, uma vez que ela se expressa simbolicamente por um sistema de ideias-imagens que constituem a representação do real⁶³⁶⁵.

O imaginário é a aparição de um mistério, de algo ausente e que se evoca pela imagem do discurso.

A rigor, todas as sociedades ao longo da história produziram suas próprias representações globais: trata-se da elaboração de um sistema de ideias-imagens de representação coletiva mediante o qual elas se atribuem uma identidade, estabelecem suas divisões, legitimam seu poder e concebem modelos para a conduta de seus membros⁶³⁶⁶.

Buscaremos nas imagens dos livros, e sua composição gráfica, as representações sociais do trabalho escravo. O conceito de representação busca a captura do significado do discurso expresso pelas imagens no contexto geral das coleções de livros didáticos.

⁶³⁶⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Em busca de outra história**: imaginando o imaginário. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.15, n.29, 1995.

⁶³⁶⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Em busca de outra história**: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.15, n.29, 1995, p.16.

⁶³⁶⁶ *Ibidem*.

Para classificação e análise utilizaremos diversos autores. Como Kossoy⁶³⁶⁷ que traz a compreensão das formas de análise e interpretação da fotografia e da sua utilização como fonte histórica. Com o seu surgimento na década de trinta do século XIX, a fotografia teve grande aceitação pelo público que a via como representação fiel da realidade, não considerando a mediação do fotógrafo como “filtro cultural”⁶³⁶⁸. A produção de fotografias se popularizou durante o século XIX, tornando-se, já no início do século XX, uma forma naturalizada de representação da realidade, o que contribuiu para o estabelecimento de uma cultura da imagem.

Era o início de um novo método de aprendizado do real, em função da acessibilidade do homem dos diferentes estratos sociais a informação visual dos hábitos e fatos de povos distantes. Microaspectos do mundo passaram a ser cada vez mais conhecidos a partir de sua representação. O mundo, a partir da alvorada do século XX, se viu, aos poucos, substituído por sua imagem fotográfica. O mundo tornou-se, assim, portátil e ilustrado⁶³⁶⁹.

Menezes⁶³⁷⁰ apresenta a trajetória dos estudos visuais para a história, fornecendo o panorama de como diversos povos no decorrer da história lidaram com seus registros visuais. O historiador frisa a falta de compreensão do potencial cognitivo das imagens para a história e para as ciências sociais como um todo, colocando que muitos problemas no campo não foram analisados de forma satisfatória.

O conceito de imagem de Martine Joly. Para a autora a imagem é algo que embora não remeta sempre ao visível, possui elementos visuais e depende da produção por um sujeito passando sempre por um receptor que a lê⁶³⁷¹.

[...] Os estudos de semiótica definem a imagem como um signo, uma noção completa que designa todo um meio de encarnar a representação mental de um objeto, de uma ideia, de um desejo, com a finalidade de transmiti-lo em forma de mensagem⁶³⁷².

Para a autora, é possível classificar as imagens de três formas: em ícone, índice e símbolo. Sendo o ícone o um tipo de signo que mantém uma analogia com o seu referente, o índice um signo que leva a significação por analogia ao seu objeto e o símbolo um signo que, apesar de não guardar semelhanças visíveis com o objeto apresentado, possui um elo de significação com este feito pelas características culturais⁶³⁷³.

teoria fundamental para leitura das imagens foi elaborada por Erwin Panofsky e é constituída de dois momentos: o preiconográfico ou fenomenológico, o iconográfico ou iconológico, esses conceitos vão ser utilizados como forma de sistematizar a leitura das imagens individualmente, posteriormente avaliando seu teor comunicativo. O primeiro serve para identificação das formas portadoras de significados presentes na imagem, o segundo momento serve para a apropriação daquilo que foi identificado nas imagens e no terceiro nos apropriamos daquilo que está intrínseco ao conteúdo⁶³⁷⁴.

⁶³⁶⁷KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 2ª. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

⁶³⁶⁸Idem, p.44.

⁶³⁶⁹Idem. p.28.

⁶³⁷⁰ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003.

⁶³⁷¹ JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Campinas: Papirus, 1996.

⁶³⁷² OLIM, Bárbara Barros de. Imagens em livros didáticos de história das séries iniciais: uma análise comparativa e avaliadora. **Outros Tempos**, Maranhão, v. 7, n. 10, 10 dez. 2010. Dossiê História e Educação. p. 97.

⁶³⁷³ JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Campinas: Papirus, 1996.

⁶³⁷⁴ PANOFSK, Erwin. **Significados nas artes visuais**. 3ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 1991.

Com relação aos objetivos de adoção das imagens, adotaremos a classificação de Costa⁶³⁷⁵ (2005) que se baseou na construção das imagens, referindo-se à ideia que as imagens pretendem expressar. Na classificação, temos a imagem visão, a imagem pensamento e a imagem texto.

Proposta de cronograma

Atividades	1º sem.	2º sem.	3º sem.	4º sem.
Disciplinas do curso	X	X		
Revisão das fontes	X	X		
Revisão bibliográfica	X	X	X	X
Pesquisa de novas bibliografias	X	X		
Produção dos capítulos	X	X	X	
Qualificação da Dissertação			X	
Participação em eventos científicos	X	X	X	X
Publicação de artigos				X
Redação final da Dissertação			X	X
Defesa da Dissertação				X

Fontes

O corpus documental da presente pesquisa é basicamente composto pelos livros didáticos aprovados no PNL D 2012. Essa documentação está disponível no acervo do Laboratório de Acervos e Materiais Didáticos (Labdidática/Fundaj). As imagens já foram catalogadas, referenciadas e organizadas como fruto de pesquisa de PIBIC anteriormente referida.

O banco de dados foi montado em forma de tabela no programa *Microsoft Office Excel*. A catalogação de cada imagem foi realizada contendo: número de referência, referência da coleção, capítulo, subcapítulo, sessão, página, tipologia, título da imagem, legenda, autor, ano, acervo/fonte, observações gerais. Esses últimos elementos foram divididos em três grupos maiores: imagem, identificação, dados da imagem e contexto.

Ao tempo que os registros eram feitos, as imagens foram tratadas graficamente e armazenadas em *drive* virtual, com número de referência na tabela relacionando os dados às imagens banco de dados. Desta forma cópias tanto as imagens selecionadas e como das tabelas produzidas estão em posse do pesquisador.

Serão também utilizados na pesquisa os livros didáticos para observar o contexto em que a imagem é utilizada assim como lugar dado a ela na composição da página, também a parte do manual do professor. Essa documentação está no acervo do LabDidática/Fundaj a disposição do pesquisador.

A pesquisa também se servirá dos documentos dos órgãos oficiais mais diretamente relacionados ao currículo escolar assim como à fiscalização dos livros didáticos, como pareceres do Conselho Nacional de Educação, em especial as de número 001 e 003 de 17 de junho de 2004, as diretrizes do Plano Nacional do Livro Didático, os Parâmetros Curriculares Nacionais para a disciplina de história, a lei 10.639/03 que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afrobrasileira nas escolas particulares e públicas de ensino fundamental e médio, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Essa documentação oficial está disponível nos sites do Ministério da Educação, Palácio do Planalto e Senado Federal, já foi acessada e arquivada pelo pesquisador.

⁶³⁷⁵ COSTA, Cristina. **Educação, imagens e mídias**. São Paulo: Cortez, 2005.

AS PESQUISAS SOBRE LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA NO BRASIL: ENTRE CONTEXTOS E CONTATOS (1970-2013)

Jandson Bernardo Soares⁶³⁷⁶

jandson_ze@hotmail.com

Resumo: O livro didático no Brasil se configurou como uma das mais importantes ferramentas do professor em sala de aula. Esse também tornou-se alvo de grandes montantes de investimentos públicos, os quais permitiram que tal material estivesse na casa da maioria dos brasileiros e brasileiras. É diante dessa posição, adquirida pelo livro didático, que esse se tornou objeto de investigação de diversas ciências, dentre elas a História. Mas como essas pesquisas tem abordado tal material? Assim, esse trabalho se propõe a investigar o estado da arte das produções, desenvolvidas em programas de pós-graduação entre as décadas de 1970 e 2010, que tiveram como objeto o livro didático de História (LDH). Para isso aportou-se na metodologia de análise de conteúdo apresentada por Laurence Bardin (1970). Por meio dessa, se elaborou critérios de classificação utilizados para ordenar as pesquisas analisadas, identificando assim formas de abordagens e sua relação com os contextos em que foram produzidas.

Palavras chave: Livro Didático de História, Estado da Arte, rRevisão Bibliográfica

Do individual ao coletivo, do coletivo ao individual: interesses e intenções

Porque pesquisar sobre a historiografia das produções sobre livros didáticos de História? Esse é o primeiro questionamento que se faz ao se deparar com um texto como este. Nesse sentido faz-se necessário explicitar o que conduziu o interesse por esse objeto e, por sua vez, resultou em tal pesquisa.

Estudar o tema proposto se deveu a uma dupla demanda. A primeira está vinculada a elaboração e execução do projeto de pesquisa *Entre teorias e práticas de produção de livros didáticos de História no Brasil (2004 a 2015)*, cadastrado e em fase de execução no Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), desde 2015. Como toda pesquisa, ou projeto de pesquisa, é necessário ao idealizador conhecer o campo em que seus objetos de trabalho se inserem, a fim de conhecer as diversas abordagens e interpretações sobre o mesmo. Em outras palavras, esse estudo se configurou enquanto uma revisão bibliográfica, assim, ao longo do trajeto tentou-se relacionar abordagens e problemáticas de pesquisa a seu contexto de produção, indicando a historicidade desse campo.

É nesse mesmo ponto que surge a segunda demanda. A mesma está vinculada ao *Grupo de Pesquisa Espaços, Poder e Práticas Sociais*⁶³⁷⁷, também vinculado a UFRN. Segundo Jandson Soares, Jefferson Silva e Wendell Souza, o que define um grupo de pesquisa é sua afinidade teórico metodológica. Ainda segundo os mesmos,

Sua constituição envolve a elaboração de redes de pesquisadores que, ao mapearem o campo e o objeto de estudo, possibilitam o avanço das pesquisas e evitam repetições sobre questões já resolvidas.⁶³⁷⁸

⁶³⁷⁶ PPGH/UFRN

⁶³⁷⁷ Tal grupo é composto por três linhas de pesquisa: 1) História e Espaços de Ensino, coordenada pela Dra. Margarida Maria Dias de Oliveira; 2) Cultura Política e Construção dos Espaços, coordenada pela Dra. Juliana Teixeira Souza; e a linha 3) Cultura Visual, Espaços e Poder, coordenada pelo Dr. Francisco das Chagas F. Santiago Júnior. Todos estes professores efetivos do Departamento de História da UFRN. A linha em que este trabalho e seu idealizador se insere é a primeira.

⁶³⁷⁸ SOARES, Jandson Bernardo; SILVA, Jefferson Pereira da; SOUZA, Wendell Oliveira. **História e Espaços do Ensino:** historiografia, PNLD e a busca por um livro didático ideal. Boletim Historiar.

Uma vez que a linha de pesquisa supracitada tem optado, como elemento comum a seus membros, a reflexão a respeito do livro didático de História, analisar as produções que idealizam esse material contribuiu para que os membros do grupo pudessem visualizar as lacunas nas pesquisas, atuando em áreas que ainda carecem em investigação. Por sua vez, implica diretamente no desenvolvimento desse campo de pesquisa que tem tal material como objeto de reflexão.

O presente texto também é relevante na medida em que constatou que apenas dois trabalhos investem na análise da historiografia produzida, a saber, a dissertação de Kênia Moreira, *Um mapeamento das pesquisas sobre o livro didático de história na região sudeste: 1980 a 2000*, de 2006, defendida na Universidade Estadual Paulista; e o artigo de Flávia Caimi, intitulado *O que sabemos (e o que não sabemos) sobre o livro didático de História: Estado do conhecimento, tendências e perspectivas*, publicado no livro *Paisagens da pesquisa contemporânea sobre o livro didático de história* (2013), pela UNICAMP.

Esses trabalhos são bastante similares. Ambos se utilizaram das mesmas fontes: teses e dissertações registradas no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (CAPES); trabalharam com análise e classificação da produção a partir das abordagens a que se filiam; refletiram sobre o tipo de programa em que estas pesquisas estavam vinculadas (Educação ou História), a que programas de Pós-graduação estavam filiados e, por fim, se foram executados por homens ou mulheres.

Ambas as autoras também se aproximaram em suas conclusões, concordando que: A grande maioria dos trabalhos foram desenvolvidos a partir da década de 1990;

a) Os primeiros trabalhos tiveram um papel decisivo na crítica e transformação do livro didático de História;

b) Esses foram realizados em pós-graduações de Educação, aparecendo em menor proporção nos programas de História;

c) Foram realizados e orientados por mulheres;

d) A partir dos anos 2000 houve um *loop* na produção, chegando a superar, em números, a totalidade das pesquisas das décadas anteriores;

e) A análise de conteúdo predominou nas pesquisas sobre livros didáticos de história, perpassando todas as décadas analisadas (1970-2000);

f) Apontaram temáticas lacunares na pesquisa sobre livro didáticos de história, como por exemplo: pesquisas sobre livros didáticos regionais, estudos comparados entre livros didáticos e estrangeiros; especificidade da aprendizagem do conhecimento histórico e historiografia do livro didático.

Esses trabalhos também apresentam diferenças, duas em especial: 1) a abrangência, uma vez que, diferente de Moreira, que se deteve as pesquisas realizadas apenas em pós-graduações do Sul e Sudeste, Flávia Caimi trabalhou com pesquisas realizadas em todo o Brasil; 2) O detalhamento das análises, já que, não se espera a mesma sistematização de uma dissertação em um artigo; e por último, 3) as conclusões, elemento de maior interesse para esse texto.

Ainda que o texto de Flávia Caimi seja um artigo de quinze páginas, são suas conclusões as que mais avançam, indo além das mencionadas anteriormente. Esse afastamento se dá na medida em que tal autora busca relacionar esse material as diversas relações que permeiam o mundo social e que, por sua vez, se inscrevem no LDH. Tal fato pode ser visto no trecho a seguir, em que a mesma analisa a multiplicação das pesquisas em torno da temática das questões étnico-raciais e pluralidade/ diversidade cultural, a partir dos anos 2000. Segundo ela essa dá-se pela:

[...]centralidade do debate acadêmico atual, das políticas educacionais públicas e também dos movimentos sociais,

demonstrando que não são instancias dissociadas umas das outras; antes, dialogam entre si, produzindo e catalisando demandas, transformando-as em novos conhecimentos e, principalmente, apontando novos conceitos e valores que refletem na sociedade, gerando novas necessidades, e assim sucessivamente.⁶³⁷⁹

Para ela, essas relações podem ser exemplificadas na multiplicação dos trabalhos realizados após a promulgação da lei 10.639, de 2003, e 11.645, de 2008, que tornaram obrigatório o ensino de história e cultura indígena e afro-brasileira. Caimi ainda afirma que as pesquisas sobre livros didáticos, paulatinamente, optaram por julgamentos menos extremados ao livro didático. Em outras palavras, as pesquisas não tratavam mais de repudiar esse material, mas reconheceram seus avanços, assim como constataram o que ainda era necessário melhorar. É neste sentido que tal autora compreende que as pesquisas sobre análise de conteúdo, tipo de pesquisa de maior montante ao longo dos últimos 33 anos, ainda são necessárias, funcionando como controle de qualidade dessa produção.

É diante de apenas dois trabalhos sobre o estado dessas pesquisas que pode-se constatar que as análises historiográficas sobre esse tema são lacunares. É como uma resposta a tal carência que esse texto prossegue.

Desta maneira, a partir daqui analisar-se-á as pesquisas sobre livros didáticos de História realizadas nas pós graduações do Brasil a partir de 1970, momento em que essa modalidade de ensino foi fundada.

Como fonte principal tomou-se o Banco de Dados do Memorial do PNLD.⁶³⁸⁰ O trabalho sobre essa se deu em três etapas. A primeira foi o levantamento e análise de dados presente no banco de dados idealizado pelo Memorial do PNLD no ano de 2014. Este reúne um conjunto de informações sobre teses, dissertações e artigos científicos que utilizaram-se ou refletiram sobre o livro didático de História. Para complementar esse levantamento optou-se por utilizar a obra: *O que sabemos de livro didático: catálogo analítico*, publicado pela Unicamp em 1989⁶³⁸¹ e, por fim comparar os resultados ao levantamento de teses e

⁶³⁷⁹ CAIMI, Flávia Heloísa. O que sabemos (e o que não sabemos) sobre o livro didático de História. In: GALZERANI, Maria Carolina Bovério; BUENO, João Batista Gonçalves; PINTO JR., Arnaldo (orgs). **Paisagens da pesquisa contemporânea sobre o livro didático de história**. Campinas: Centro de Memória/ Unicamp, 2013. p. 43

⁶³⁸⁰ O Memorial do PNLD foi criado em 2011 através de uma parceria entre a Secretária de Educação Básica (SEB), Ministério da Educação (MEC) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), onde encontra-se alojado. Seu principal objetivo é preservar a memória do Programa Nacional do Livro Didático através da guarda e disponibilização das obras didáticas inscritas e avaliadas por esse programa (1997-2013), assim como dos produtos ligados a este processo, como por exemplo, os pareceres de avaliação, editais e Guias do PNLD. Desde 2014 este memorial busca se afirmar como detentor de um acervo potente para os campos de ensino, mas não apenas. Para isso idealizou exposições, entrevistas com os envolvidos nas avaliações e levantamento das pesquisas realizadas com este material, trabalho último que foi crucial para o desenvolvimento da presente pesquisa. Atualmente, por possuir um acervo em constante crescimento, haja vista a realização constante de avaliação e aquisição de livros didáticos, o Memorial do PNLD encontra-se em processo de incorporação de novos materiais ao seu acervo.

⁶³⁸¹ A produção deste catálogo se deu em três etapas: 1) A reunião de todos os documentos que tratavam sobre o livro didático (teses, dissertações, legislação, artigos de periódicos e jornais, trabalhos apresentados em evento, textos avulsos e folhetos); 2) Elaboração de uma classificação a partir da tipologia dos documentos (livro, tese, artigo, dissertação, livre docência, relatórios de projeto de pesquisa, jornais, revistas, relatório de pesquisa, entrevista, palestra ou depoimento, legislação, vídeo ou outro tipo de documento), área do conhecimento (língua portuguesa, língua estrangeira, matemática, ciências, física, química, biologia, estudos sociais, história, geografia), nível de escolaridade, esta classificação foi usada quando o documento se referia a uma série escolar específica; e por último o “foco”, que pode ser entendida como as palavras chaves que sintetizam a área do conhecimento a que a produção está voltada. 3) Por último a elaboração de resumos

dissertações realizado por Kênia Moreira, e presente em sua tese, mencionada anteriormente.

O segundo momento foi a realização de uma classificação temática das pesquisas, realizada por meio da leitura dos resumos e, algumas vezes das introduções dessas produções. Para essa etapa optou-se pela metodologia de *análise de conteúdo* proposta por Laurence Bardin.

Tal autora definiu essa metodologia como:

Um conjunto de técnicas de análises das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos as condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.⁶³⁸²

Esta forma de trabalho permite que o pesquisador ultrapasse a superfície do texto e o analise a partir de sua dimensão estrutural. Em outras palavras, a análise de conteúdo possibilita refletir as intencionalidades implícitas no texto, assim como as estratégias de produção. Como pode ser visto no trecho a seguir:

[...] a tentativa do analista é dupla: compreender o sentido da comunicação (como se fosse o receptor normal), mas também e principalmente desviar o olhar para uma outra significação, uma outra mensagem primeira. A leitura efetuada pelo analista de conteúdo das comunicações não é, ou não é unicamente, uma leitura << a letra >>, mas antes o realçar de um sentido que se encontra em segundo plano. Não se trata de atravessar significantes para atingir significados, a semelhança da decifração normal, mas atingir através de significantes ou de significados (manipulados), outros <<significados>> de natureza psicológica, sociológica, política, histórica etc.⁶³⁸³

Nesse sentido, a análise de conteúdo possibilitou o enquadramento das pesquisas nas seguintes tipologias:

a) Análise de conteúdo⁶³⁸⁴: Diz respeito as pesquisas que tiveram como principal fundamento compreender como determinado conteúdo ou representação foi versado no livro didático; Esta se subdivide nas seguintes subcategorias:

i. Representação das minorias: referem-se as pesquisas que trataram das formas que determinados grupos sociais foram tratados nos LDHs;

ii. Categorias e conceitos: referem-se aos trabalhos que trouxeram como problemática a forma que determinados conceitos foram abordados;

iii. Cidadania: refere-se as pesquisas que trabalharam sobre a relação entre o livro didático de História e a formação cidadã republicana;

iv. Linguagens/didática: trata-se das pesquisas que versaram sobre o uso de outras linguagens, para além da escrita, nos livros didáticos: música, cinema, jogos, quadrinhos, entre outras.

descritivos de cada documento, o que proporcionou aos pesquisadores a recuperação do sentido geral de cada produção

⁶³⁸² BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. p. 42

⁶³⁸³ BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. p.42

⁶³⁸⁴ Ao comparar-se a definição e caracterização construída por Laurence Bardin, a respeito da análise de conteúdo, às pesquisas brasileiras sobre LDHs que se denominam ligadas a essa metodologia, constatar-se-á que a maioria dessas não ultrapassam a dimensão descritiva, ou seja, no sentido da comunicação para o receptor. Parar nesse ponto implica na elaboração de análises superficiais, uma vez que, perde-se a dimensão estrutural da comunicação, negando aspectos como a produção e a recepção. Em síntese, esses trabalhos estão longe de aplicar a proposta de tal autora.

v. Concepções de História no/e do LDH: Estas produções se detiveram a analisar as formulações teóricas presentes no material didático;

a) Produção e análise de materiais didáticos: se refere aos trabalhos que deram ênfase a formas de avaliar o material didático e ou apontaram para a elaboração de um tipo de material didático de história;

b) História da história escolar/ História da Educação: Trata-se das pesquisas que pensaram a relação entre o livro didático e a história do ensino ou da Escola;

c) Usos do livro didático: diz respeito aos trabalhos que analisaram as práticas desenvolvidas a partir do livro didático em contexto educacional.

d) Historiografia: diz respeito as pesquisas que tiveram como cerne a análise do estado da arte das pesquisas sobre livros didáticos de História;

e) Avaliação do Livro didático do PNLD: classifica as pesquisas que voltaram suas abordagens para as políticas de avaliação do livro didático de história;

f) Produção: refere-se as pesquisas que ponderaram sobre os aspectos de produção do livro didático, voltando-se assim para seu aspecto material

g) Didática da História: Correspondem aos trabalhos que se deram após o contato dos pesquisadores brasileiros com a Didática da História Alemã.⁶³⁸⁵

Vale ressaltar que a escolha por tais definições partiu das mesmas categorias de análise utilizados por Moreira e Caimi, nos trabalhos supracitados. Sempre que uma nova abordagem apareceu optou-se pela elaboração de novas categorias; Para isso baseou-se na forma que tais trabalhos indagavam o LDH.

O terceiro e último momento caracterizou-se pela interpretação dos dados. Esta etapa se deu mediante o estabelecimento de relações entre o quadro de pesquisas realizadas por décadas e os contextos históricos mediante o qual foram produzidas. A divisão temporal ficou da seguinte forma: 1970/1980⁶³⁸⁶, 1990. 2000. 2010. As análises encerraram-se no ano de 2013, último ano registrado no Banco de dados do Memorial do PNLD e no banco de dados da CAPES no momento de levantamento dos dados

O livro didático de História e as primeiras pesquisas (1980-1990)

Esse primeiro momento marcou o início das pesquisas sobre livros didáticos de História. Ao mesmo tempo representou uma virada paradigmática da história no Brasil. Essa, segundo Flávia Caimi (1999) tinha como fim resolver os problemas relativos a função da história, mais precisamente, a função da história escolar. Tal autora defende que essa transformação se deu na transição de uma história de cunho positivista, associada a elementos nacionalistas, para uma história de cunho marxista e da Nova História Francesa.

Esta nova concepção de história, ainda segundo Caimi, foi marcada pela interdisciplinaridade, pela centralidade das pesquisas no homem, deslocando-se de uma história marcada pelo nominalismo, processo que se deu através do resgate a grupos sociais, até então, excluídos da história; por uma história-problema, como tentativa de dar um sentido de uso a história, possibilitando a resolução de problemas cotidianos; e pela possibilidade de abranger novos objetos de estudo, fato que legitimou a utilização do livro didático de história como fonte de trabalho.

⁶³⁸⁵ Esse campo disciplinar da ciência da História surgiu no fim da década de 1960 e início de 1970. Segundo Rafael Saddi (2014), teve sua criação relacionada a necessidade de superar a crise de legitimidade que a história sofreu, no fim da década de 60, na Alemanha Ocidental. Para tal autor, esse problema decorreu da impossibilidade da ciência da História e do Ensino de História responderem as carências de orientação do Pós-Segunda Guerra Mundial, a saber: o choque de valores entre pais, que passaram pela guerra, e filhos que sofriam com os traumas do Holocausto e do que era ser alemão depois de Hitler.

⁶³⁸⁶ Optou-se por juntar essas duas décadas em virtude dos poucos trabalhos desenvolvidos e por estas terem perfis de produção como se verá adiante

Carolina Galzerani também remete o interesse da pesquisa acadêmica por esse material a tal renovação. Segundo ela este foi resultado da

[...] renovação metodológica promovida pelo diálogo com tradições historiográficas, tais como o Marxismo Cultural inglês, a História Nova, com suas diferentes vertentes, além do diálogo com filósofos, tais como Michel Foucault, Walter Benjamin, ocorrida no País, principalmente, a partir dos anos 1980.⁶³⁸⁷

Ela ainda afirma que outro impulsionador foi o contato com a historiografia relativa a história do livro didático e da Educação, de matriz europeia e norte-americanas.

É nesse fluxo de contatos com produções internacionais que se processaram as primeiras pesquisas sobre o LDH no Brasil. Essas estiveram alinhadas, principalmente, as teorias de caráter sociológico, marca da irradiação de ideias advindas do cenário internacional. A adoção das mesmas pode estar associada a aproximação entre o momento histórico em que foram produzidas na Europa e o momento que o Brasil enfrentava. Se, para o caso europeu, era necessário pensar a relação entre os livros, o nacionalismo extremado, os eventos traumáticos da Segunda Guerra Mundial e o Nazismo; para o caso brasileiro era preciso verificar a relação entre o livro e a Ditadura Civil Militar. Os dois questionamentos estavam conexos com a necessidade de elaboração de caminhos de futuro, para ambas as sociedades, sem negar o passado recente. Para o primeiro caso, uma vivência pacífica entre as diversas nações, para o segundo, a construção e consolidação da democracia.

Assim, não foi por acaso que as primeiras pesquisas sobre livros didáticos, no Brasil, tenham tomado como modelo a obra *I PANPINI BUGIARDI, indagini sui libri al di sopra di ogni sospetto: I testi delle scuole elementari*, de Humberto Eco e Marisa Bonazzi, publicada em 1972, na Itália, e traduzida para o português em 1980 sob o título de *Mentiras que parecem verdades*. Esta produção visou, através da análise de conteúdo, identificar as mensagens ideológicas que eram veiculadas pelos livros didáticos italianos no fim dos anos 60 e início dos 70.

Um exemplo de tal fato são as obras *As belas mentiras: ideologia subjacentes aos textos didáticos*, de Maria de Lourdes Chagas Deiró; e *Ideologia no Livro Didático* de Ana Lucia G. de Faria, seguem. Ambas produções decorreram de pesquisas realizadas em pós-graduações no fim dos anos 70. Foram defendidas respectivamente em 1979 e 1980 publicadas e republicadas posteriormente.

Ao longo das duas décadas foram produzidos 12 trabalhos, entre dissertações e teses de doutorado, 10 estavam interessados em compreender que história estava sendo contada pelos livros didáticos e como esta contribuía para a manutenção da estrutura social construída nos governos militares. Tais pesquisas estiveram vinculadas a abordagem de análise de conteúdo. As outras duas estavam voltadas para produção, avaliação e análise de materiais didáticos. Em termos percentuais, respectivamente, tinha-se 83, 3% e 16,6%

Tais números são sintomáticos, uma vez que haviam as necessidades de combate ao regime militar, do repensar a função social do conhecimento histórico e do melhorar a qualidade do LDH. Tratava-se assim de qualificar esse material a partir da denúncia de suas falhas. Desta maneira é possível afirmar que tal produção cumpriu o papel de constatar, denunciar e reformular os livros didáticos de História.

1990: as primeiras críticas a produção historiográfica sobre livros didáticos de História

A década de 1990 apresentou um pequeno crescimento no número de pesquisas em relação à anterior. Ao todo foram 13 trabalhos produzidos. Estes puderam ser classificados da seguinte forma: 68, 4 % foram de análise de conteúdo; 15,7% referentes a história da

⁶³⁸⁷ GALZERANI, Maria Carolina Bovério. Livros didáticos: cenários de pesquisa e práticas de ensino do Brasil In: _____ BUENO, João Batista Gonçalves; PINTO JR., Arnaldo (orgs). **Paisagens da pesquisa contemporânea sobre o livro didático de história**. Campinas: Centro de Memória/ Unicamp, 2013.p. 67

disciplina escolar História e História da educação; e 15, 7% ligadas ao estudo dos usos desse material didático.

É possível notar uma manutenção das pesquisas em torno da análise de conteúdo, o que acaba caracterizando a continuidade do quadro apresentado nas décadas anteriores. Manteve-se a análise de conteúdo como chave para as problemáticas de pesquisas, com raras exceções. Dentre essas pode-se abrir destaque as pesquisas sobre a historicidade do livro didático de História. Estes trabalhos visavam estabelecer uma conexão do livro didático às pesquisas sobre história do livro e da educação. Segundo Galzerani esta perspectiva decorre do contato com autores como: “Roger Chartier, Michel de Certeau, Robert Darton – no que se refere à história do livro; André Chervel, Dominique Júlia, Ivor Goodson, Viñao Frago e [...] Alain Choppin – relativamente à história da educação.”⁶³⁸⁸

As pesquisas dos anos 90 também chegaram as mesmas conclusões das de 70 e 80: os livros didáticos de história continham erros ou não apresentavam conteúdos que os acadêmicos consideravam relevantes. O problema com essas pesquisas é que mantiveram o tom denunciante, o que implicou em não considerar as especificidades do livro didático de História e do conhecimento escolar. Em outras palavras, tangenciavam-se as discussões a respeito da formação da história escolar e sua relação com o conhecimento de ponta produzido pelas agências de formação: universidades e faculdades.

Tais pesquisas sofreram críticas de autores como José Alberto Baldissera (1994), Kazumi Munakata (1997). O primeiro voltou seu olhar para a questão metodológica, uma vez que, para ele estas pesquisas careciam de uma clara definição do que estava se entendendo enquanto critério de qualificação para esse material. O segundo voltou sua discussão ao fato das pesquisas praticarem apenas a caça ao entulho autoritário, deixando de lado outros aspectos desse material.

As produções da década de 1990 vão assistir uma multiplicação das pesquisas sobre análise de conteúdo, entretanto essas não se voltaram apenas à caça aos resquícios ideológicos da ditadura. Dessa forma passou a abordar temáticas como o tratamento dado pelos livros didáticos aos conteúdos e representações de grupos sociais, tidos como minorias, a saber, negros e indígenas, nesse primeiro momento. Tratava-se de analisar como os livros didáticos de História promoviam tais culturas, uma vez que se entendia que essas deveriam ser promovidas de forma positiva. Em relação aos conteúdos históricos propriamente dito, a abordagem girou em torno da atualização do conhecimento histórico escolar em relação a produção acadêmica.

Para Margarida Oliveira⁶³⁸⁹, a ênfase das pesquisas em relação a análise de conteúdo promoveu um retardo em relação a outras possibilidades de pesquisa sobre o LDH. Segundo ela a maioria das pesquisas entre 1970 e 2000 se caracterizaram pela busca da [...] “ausência de determinados temas [...], ou até, de tratamentos errados de alguns temas ou fatos pelos autores de livros didáticos.”¹⁴. Fato que a levou a denominar este conjunto de trabalhos como *historiografia da falta*.

Uma transformação mais profunda nesta década foi o início das pesquisas sobre a dimensão prática do trabalho com o livro didático de História. Essas possibilitaram que esse material pudesse ser observado, não como um material em si mesmo, mas a partir de sua lógica relacional que envolve professores e os alunos. Representaram, também, um primeiro passo para ponderar sobre a especificidade do conhecimento escolar e o que está envolvido nas relações em sala de aula a partir do trabalho com este tipo de material.

⁶³⁸⁸ GALZERANI, Maria Carolina Bovério. Livros didáticos: cenários de pesquisa e práticas de ensino do Brasil In: _____ BUENO, João Batista Gonçalves; PINTO JR., Arnaldo (orgs). **Paisagens da pesquisa contemporânea sobre o livro didático de história**. Campinas: Centro de Memória/ Unicamp, 2013.p. 67

⁶³⁸⁹ OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **O Direito ao Passado** – Uma Discussão Necessária à Formação do Profissional de História.2003, p. 325. Tese (doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2003 14 Idem. 2003 p. 129

É possível concluir que passaram-se duas décadas e as pesquisas sobre livros didáticos, em grande medida, encontravam-se no mesmo ponto: a verificação da qualidade do livro didático a partir dos conteúdos substantivos.

O livro didático de História, um objeto de pesquisa consolidado: Os anos 2000

Os anos 2000 vão assistir a maior proliferação de pesquisas desde sua inauguração, um crescimento de 383, 3% por cento. Ao todo, foram 46 trabalhos, sendo 79, 3 % ligados a análise de conteúdo; 8,6 % voltado para a História da disciplina História e História da educação; 8,6 % aos usos; e apenas 1,7% as temáticas de produção de material didático e análise historiográfica.

Apesar de se perceber a manutenção da análise de conteúdo como carro chefe das pesquisas, estas sofreram modificações em relação as pesquisas feitas em momentos anteriores. Essa passou a se direcionar a análise dos conteúdos substantivos propriamente ditos. Assim, se na década de

1970/1980 havia uma ênfase sobre a ideologia. Nas décadas posteriores esta deu lugar as análises sobre como os livros apresentavam ou representavam um dado fato histórico, ao ponto das discussões sobre ideologia desaparecerem. Assim, dos 46 trabalhos registrados como ligados a análise de conteúdo, nos anos 2000, nenhum deles traz em suas problemáticas a busca pela dimensão ideológica.

Este tipo de análise também apresentou novas configurações e inaugurou novas abordagens, a saber: minorias e representações, linguagens/ didática, cidadania, conceitos e categorias, concepções de História no/ e do LDH. Tal fato significa que, apesar de se trabalhar a partir de uma mesma abordagem de produção, a análise de conteúdo, tais pesquisas atentaram a diversidade de elementos que compõem o LDH: imagens, exercícios, conteúdos substantivos, boxes, entre outros.

Os anos 2000 também foram seminais no que diz respeito as pesquisas sobre historiografia. É nesse momento em que se inicia o interesse em pensar a forma como a produção especializada sobre o livro didático de História desenvolveu-se ao longo de sua trajetória, sinalizando mapeamentos do campo e legitimando o livro didático como um objeto de interesse das pesquisas acadêmicas, carente ainda de estudos. As obras de Moreira e Caimi, já citadas nesse texto são sintomáticas desse momento.

O que (des)conhecemos sobre a produção mais recente? (2010-2013)

Ao analisar os 44 trabalhos, é possível perceber que tais pesquisas ainda mantiveram, a análise de conteúdo como principal abordagem. Em termos percentuais 61,3% se enquadram nesse tipo de pesquisa, ao passo que os outros 39,7 % estão divididos entre outras seis temáticas, a saber, História da História escolar e da Educação (9%), usos (6,8%), historiografia (2%), avaliação do livro didático/PNLD (11,3%), produção (2,2%) e Didática da História (6,8%).

As pesquisas de análise de conteúdo inovam com o aparecimento da juventude como agente social a ser observado nos livros didáticos, passando a integrar as discussões sobre as representações, situando-se assim ao lado de trabalhos a respeito dos negros, índios e mulheres.

Entende-se a manutenção em torno da análise de conteúdo como prejudicial por dois motivos. O primeiro é que essa limita a observação de outras possibilidades de trabalho com o LDH, uma vez que, opta pelo aspecto mais aparente, os conteúdos substantivos. O segundo decorre do primeiro, já que, a concepção que se tem em relação ao livro é que este deve ser uma atualização instantânea dos conhecimentos produzidos na academia. Essa concepção implica na negação da excepcionalidade do conhecimento escolar, e por tabela, da produção didática.

Nota-se também o aparecimento de duas novas temáticas de pesquisa: a) Avaliação do livro didático/PNLD e b) Didática da História. O interesse pela avaliação do PNLD pode ser inferido por, pelo menos, três hipóteses: a primeira é o papel que este programa adquiriu na

melhoria da qualidade e do livro didático. Segundo Margarida Oliveira⁶³⁹⁰, foi a partir de 2004, com a criação dos editais do PNLD, que se estabeleceu critérios mínimos, de caráter público, para aquisição dos livros didáticos.

Esses editais, ainda segundo Oliveira, partiram das discussões estabelecidas no documento *Recomendações para uma Política Pública de Livros Didáticos*, publicado em 2002. O mesmo representou um momento de reflexão sobre como a política do livro didático, a partir do PNLD, vinha sendo desenvolvida. Esta publicação, representou um primeiro esforço em complexar os critérios de qualificação dos livros didáticos, estabelecidos em 1994 através do documento *Definição de Critérios para Avaliação dos Livros Didáticos – Português, Matemática, Estudos Sociais e Ciências/ 1ª a 4ª*.

Embora os Editais sejam pouco conhecidos e estudados entre os pesquisadores, seus resultados foram latentes, uma vez que, implicaram na reformulação do livro didático após 2004. Esse momento marcou o que ambos os documentos, anteriormente citados, chamaram de necessidade do Estado brasileiro em exercer sua função de consumidor, apontando demandas e exigindo dos produtores de livros didáticos um material de qualidade.

A segunda seria a transformação do Programa Nacional do Livro Didático em uma política de Estado, no ano de 2017⁶³⁹¹. Este argumento se torna plausível quando se observa os picos de produção acadêmica após a promulgação de leis que, de certa forma, tocam a produção de livros didáticos. Um exemplo dessa implicação é a multiplicação de teses e dissertações que relacionam o livro didático de História a temática indígena e afro-brasileira após a promulgação da lei 10639 de 2003 e 11.645 de 2008, ambas já mencionadas anteriormente.

Se a década de 1990 apresentou apenas um trabalho que tratou da temática indígena e dois a afro brasileira, após 2003, assistiu-se, respectivamente, a produção de cinco e sete dissertações. O mesmo ocorre pós 2008 em que apresentou-se, para cada uma das duas temáticas, quatro dissertações e uma tese para o caso da temática afro-brasileira. Tal fato indica a multiplicação de pesquisas após mudanças legislativas que, de certa maneira, tocavam o espaço escolar. Por sua vez, também possibilitou inferir que as pesquisas sobre o LDH são induzidas por movimentos cotidianos da sociedade em sua relação com o campo educacional.

A terceira e última hipótese a ser considerado é o grande montante de recursos públicos investidos neste programa.

⁶³⁹⁰ Para saber mais ler: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e a construção do saber histórico escolar. In: GALZERANI, Maria Carolina Bovério; BUENO, João Batista Gonçalves; PINTO JUNIOR, Arnaldo. (Org.). **Paisagens da Pesquisa Contemporânea sobre o Livro Didático de História**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013. p. 357-372.

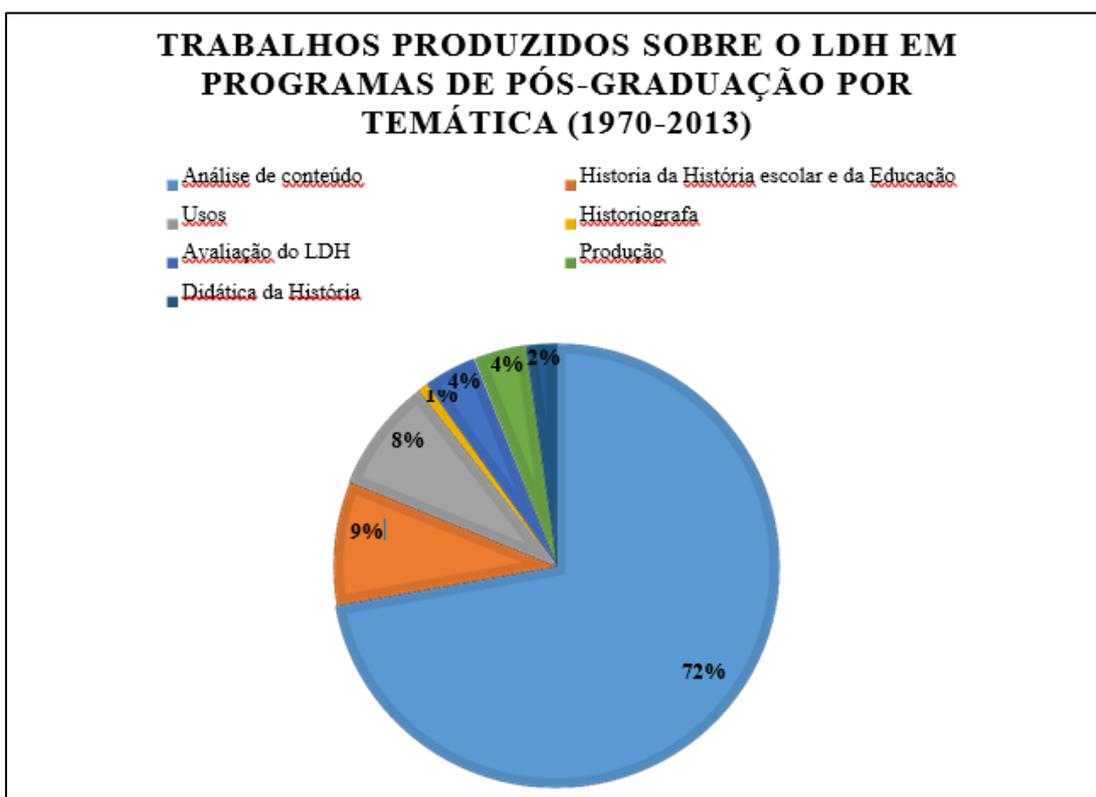
⁶³⁹¹ Este processo se deu por meio do Decreto N° 7.084, de janeiro de 2010, a época sancionada pelo ministro da educação Fernando Haddad e pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O mesmo define o papel do Programa como: “prover as escolas de educação básica pública das redes federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal de obras didáticas, pedagógicas e literárias, bem como de outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita.” (BRASIL, 2010), sendo seu objetivo garantir acesso a este tipo de material e melhoria na qualidade da educação, formação dos professores e livro didático. Para além desses aspectos, formaliza as diretrizes que o programa deve seguir: “I - respeito ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; II - respeito às diversidades sociais, culturais e regionais; III - respeito à autonomia pedagógica dos estabelecimentos de ensino; IV - respeito à liberdade e o apreço à tolerância; e V - garantia de isonomia, transparência e publicidade nos processos de avaliação, seleção e aquisição das obras.” (BRASIL, 2010), estas claramente voltadas para o estabelecimento de um ensino democrático. A relevância deste documento para a política do livro didático está na formalização de três

É possível observar em dados fornecidos pelo FNDE⁶³⁹² como os gastos variaram entre 400 e 800 milhões apenas para o ensino fundamental entre 2003 e 2012. Esses podem ser ampliados ao levar-se em conta a produção adquirida que se destina a Educação do Campo, Educação de Jovens e Adultos: Ensino Fundamental e Médio (EJA) e Programa Brasil Alfabetizado (PBA). A somatória desses recursos atinge facilmente a casa dos bilhões. Números que, com as políticas de transparência de se incentivo à fiscalização pública, formulados pelo Estado brasileiro, chamam atenção da sociedade civil em seus diversos segmentos, estimulando a pesquisa.⁶³⁹³

Os trabalhos ligados ao que se classificou como *didática da história*, decorrem do contato dos pesquisadores brasileiros com a *Didática da História Alemã*. O surgimento dessa temática de pesquisa, representou uma primeira leva de produções sistemáticas que derivaram do amadurecimento das leituras e apropriações das obras vinculadas a esta corrente teórica. Tal fato permite afirmar que a história das pesquisas sobre LDHs no Brasil está, de certa forma, atrelada ao contato com pesquisas e teorias disseminadas no cenário internacional e que são reapropriadas a partir das necessidades do cenário nacional.

Conclusões

O gráfico abaixo demonstra com clareza como as pesquisas se comportaram nas últimas 4 décadas:



Fonte: Banco de dados do Memorial do PNLD. Período de consulta: Agosto de 2014 a julho de 2016. Sistematização do autor

⁶³⁹² Para saber mais ver: FNDE. Evolução PNLD Ensino Fundamental. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>>. Acesso em 01 de junho de 2016

⁶³⁹³ Estes investimentos estão intimamente ligados a expansão do ensino, de modo que quanto mais o sistema educacional cresce, maiores são os investimentos na compra e distribuição de livros didáticos. Esta ligação intrínseca pode ser observada tanto em nível nacional, como foi apresentada por Circe Bittencourt (2008), quanto internacional, como elencou Alain Choppin (2002).

É possível perceber que apesar de apontarem para novas direções, estas ainda ocorrem de forma tímida, carecendo de novos investimentos, principalmente no que tange as pesquisas sobre: a) historiografia das pesquisas sobre livros didáticos de História, b) usos e c) produção do livro didático.

É de imediata necessidade a construção de pesquisas que atentem para o estudo das produções sobre os livros didáticos de História. Tal fato possibilitaria vislumbrar, não apenas um quadro temático de investigações, mas entender a historicidade desse campo. Caminho que se delinaria por meio da identificação e compreensão da relação entre as principais tendências teóricas, os marcos temporais constituídos, as abordagens imprimidas ao objeto de pesquisa e o contexto sócio-histórico de produção. Esse tipo de análise pode ser encontrado de forma dispersa para as primeiras três décadas analisadas (1970,1980 e 1990), tornando-se mais lacunares no que se refere aos últimos 15 anos.

As temáticas sobre uso e produção são as mais promissoras, já que, possibilitam refletir sobre o livro didático de História a partir de uma lógica relacional com aqueles que o produzem e os que os utilizam, seja para pesquisa acadêmica, consulta ou para o ensino. Estudos desse tipo autorizariam o desenvolvimento de análises a respeito da especificidade do conhecimento escolar e de sua produção. Entende-se aqui que este conhecimento vai além da mera transposição de conhecimentos acadêmicos para o espaço escolar, obedecendo a outras lógicas de produção com seus próprios objetivos, estratégias e métodos.

As pesquisas sobre LDHs também são carentes de produções que analisem como tem sido definido o livro didático de História. Em outras palavras é necessário fomentar trabalhos que atentem para o mapeamento das características que foram atribuídas a esse material ao longo dos três últimos séculos. Levada as devidas proporções, uma análise deste tipo proporcionaria a reflexão a respeito de a) funções, b) formas e c) usos conferidos ao conhecimento histórico escolar, valorizando este a partir de sua especificidade, seja em relação ao caráter epistemológico desse conhecimento, seja na sua relação com o contexto sócio-histórico em que se processa.

CULTURA HISTÓRICA ESCOLAR: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA EM SALA DE AULA.

*Juliana Alves de Andrade*⁶³⁹⁴

julianadeandradee@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho apresenta os caminhos percorridos por uma excursão investigativa a procura do que estamos chamando de Cultura Histórica Escolar e os desafios de construir um instrumento de pesquisa que consiga capturar os elementos que compõem esse objeto. A intenção da proposta é retratar a partir de dados preliminares, os saberes que os estudantes possuem sobre a história e a cultura de dois grupos sociais (indígenas e afro-brasileiros) e em que medida eles se relacionam com o saber histórico escolar. O mapeamento desses saberes permitiram que fossem localizadas as permanências e mudanças das concepções das crianças e adolescentes no interior das instituições de ensino e que se construíssem expressões capazes de materializar em palavras as diferentes manifestações do saber histórico escolar no tempo presente, como a que foi criada denominada de Cultura História Escolar.

⁶³⁹⁴ UFRPE, Professora Adjunta

Palavras-Chave: Sala de Aula; Ensino de História; Cultura Histórica Escolar

Panorama atual das pesquisas sobre aprendizagem histórica

Atualmente no Brasil encontram-se pesquisas sobre os mais diferentes fenômenos relacionados ao processo de ensino-aprendizagem (formação de professores, avaliação de políticas públicas, currículo e materiais didáticos) e no campo da Educação Histórica e Didática da História as investigações organizam-se em dois eixos: a) pesquisas sobre aprendizagem histórica dos estudantes e b) pesquisas referente à função social da História.⁶³⁹⁵ Nos últimos anos, encontramos muitos trabalhos sendo desenvolvidos nessa área, entre esses as nossas pesquisas desenvolvidas na UFRPE, que por ora, socializaremos alguns resultados preliminares.

São essas imagens, narrativas e marcas anunciadas por Marc Ferro, que a Linha de Pesquisa em *Ensino de História: Currículo, Avaliação e Aprendizagem*, ligado ao *Núcleo de Estudos e Pesquisas em História, Educação e Culturas-NEPHCs* tem procurado problematizar, identificar, problematizar e sistematizar. Sob a perspectiva do encontro epistemológico entre Educação Histórica e Didática da História, o Grupo de Pesquisa tem iniciado suas investigações discutindo questões relativas à consciência histórica e identidade, avaliação da aprendizagem, progressão do conhecimento histórico no espaço escolar, levantando as seguintes questões: O que sabem? Onde aprenderam? Como aprenderam? E qual o impacto do saber histórico escolar na vida prática dessas crianças e adolescentes?

Dessa forma, o presente texto apresenta os caminhos percorridos por uma excursão investigativa a procura do que estamos chamando de Cultura Histórica Escolar e os desafios de construir um instrumento de pesquisa que consiga capturar os elementos que compõem esse objeto. A intenção do trabalho também é retratar a partir de dados preliminares, os saberes que os estudantes possuem sobre a história e a cultura de dois grupos sociais (indígenas e afro-brasileiros) e em que medida eles se relacionam com o saber histórico escolar. O mapeamento desses saberes permitiram que fossem localizadas as permanências e mudanças das concepções das crianças e adolescentes no interior das instituições de ensino e que se construíssem expressões capazes de materializar em palavras as diferentes manifestações do saber histórico escolar no tempo presente, como a que foi criada denominada de **Cultura História Escolar**⁶³⁹⁶.

Para construir esse “esboço de mapa”, tomamos como ponto de referência a constituição do campo de investigação Educação História e Didática da História, os conceitos de Cultura Histórica e Cultura Escolar e os princípios teórico-metodológicos da técnica Delphi e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Em seguida, alguns “retratos” sobre o que sabem as crianças, produzidos a partir de duas questões: Que histórias são contadas aos adolescentes sobre os povos africanos, afro-brasileiros e indígenas nas escolas da cidade do Recife? E quais marcas eles levaram para o “resto da vida”?

Nesse sentido, o nosso objetivo é cartografar as diferentes manifestações da cultura histórica escolar e os múltiplos sentidos de história, cultura e memória, por isso fizemos alusão ao ato de mapear, retratar e desenhar no título do texto. A seguir apresentaremos os

⁶³⁹⁵ Schmidt, 2005, p. 27

⁶³⁹⁶ Expressão utilizada pelos pesquisadores do projeto, para representar o modo como o conjunto de ações desenvolvidas pelas instituições de ensino vem contribuindo na formação do modo de pensar historicamente dos sujeitos. O termo não está sendo utilizado como sinônimo da palavra saber histórico escolar, mas como um conjunto de ações capazes de articular a formação da consciência histórica. Esse conceito está em fase de sistematização, por incorporar em um único termo dois conceitos estabelecidos Cultura História (Rüsen) e Cultura Escolar (Forquin). RÜSEN, Jörn. Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, PR, v. 1, n. 2, p. 7 – 16, jul.-dez. 2006. RÜSEN, Jörn. The History Didactics in West Germany: towards a new self-awareness of historical studies. **History and Theory**, v. XXVI, n. 3, p. 275 – 283, 1987.

desafios enfrentados pelo processo de composição e teste de um instrumento de pesquisa que permita mapear informações que respondam questões relacionadas ao contexto de uma Educação para as Relações étnico-raciais no Brasil.

Proposta de investigação em Pernambuco

Nas últimas décadas o ensino de história nas escolas brasileiras tem sido alvo de grande disputa, seja por projetos individuais capitaneados por professores/gestores em busca de melhoria na aprendizagem ou projetos coletivos organizados pelos diferentes grupos sociais. Entre as propostas para modificar a situação da história ensinada, destaca-se o projeto constituído por intelectuais, movimento indígena e movimento negro, que recomendava a introdução dos estudos da história e cultura dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas nos currículos escolares, como estratégia de reparação social e aproximação do saber histórico escolar e aos interesses da vida prática das crianças e adolescentes. Recomendação que se tornou lei, instituindo nas escolas brasileiras a obrigatoriedade do ensino da história e cultura dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas, por meio de dois dispositivos legais 10.639/2003 e 11.645/2008⁶³⁹⁷.

Passado o período de implantação e consolidação dos princípios e diretrizes estabelecidos pelos marcos legais, observa-se algumas modificações engendradas por essas ações no contexto escolar, por exemplo, o currículo incorporou gradativamente as temáticas sugeridas pelo documento, sem mexer em sua estrutura; os livros didáticos/paradidáticos e a prática docente também agregaram em suas narrativas e ações o debate sobre temas como descolonização, diáspora africana, resistência indígena, cultura indígena e etc. No entanto, ao voltarmos o nosso olhar para as concepções e representações das crianças e dos adolescentes sobre os diferentes acontecimentos históricos referentes a subordinação ou emancipação desses sujeitos históricos, percebemos uma mudança muito tímida, sobretudo, na maneira como pensam historicamente o passado dos indígenas e afro-brasileiros.

O modo como as crianças e os adolescentes historicizam a luta pela cidadania dos afro-brasileiros e africanos no contexto do pós-emancipação ou o cotidiano dos povos indígenas pernambucanos no século XXI é reveladora do tipo de consciência histórica, na qual os jovens estão sendo forjados. Os resultados parciais das nossas pesquisas demonstram que o passado para esses jovens é algo estático, sem relação com o presente ou com futuro. As impressões dos jovens sobre o passado de indígenas e afro-brasileiros nos mostram as marcas da violência do preconceito racial deixadas nas relações sociais, culturais, religiosas e econômicas na sociedade brasileira. Os alunos demonstram total desconhecimento sobre o protagonismo de homens e mulheres que através da luta pela liberdade e por seus direitos civis e políticos foram capazes de modificar os rumos da história, conforme nos apontam os estudos sobre a história indígena e história de africanos e afro-brasileiros no pós-abolição no Brasil.

No livro *Quase Cidadão* organizado por Flávio dos Santos Gomes e Olívia Maria Gomes da Cunha, os autores no prefácio exploram esses dilemas e ressaltam a importância da problematização das experiências de liberdade para além do evento de 1888, como forma de reconhecer as conquistas, os desafios e as lutas travadas por grande parte da população

⁶³⁹⁷ Os dois dispositivos legais foram promulgados em momentos distintos. Os documentos buscaram atender as demandas tanto do Movimento Negro Organizado, quanto do Movimento dos Povos Indígenas. Sendo em março de 2003, sancionada a lei 10.639, que altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira), estabelecendo Diretrizes Curriculares que institui a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos no currículo escolar do ensino fundamental e médio, como forma de reconhecimento da contribuição dos negros na construção e formação da sociedade brasileira. Em março de 2008 o governo sancionou a Lei 11.645/2008 alterando a Lei 9.394/1996, modificada pela Lei 10.639/2003, a qual estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”.

brasileira para conquistar direitos essenciais e ter a possibilidade de viver em condições socialmente dignas:

Diante desse desafio, nossas preocupações se projetam para além da simples (ainda que necessária) problematização do evento e seus significados, ricos, densos e profundamente enraizados na cultura e no imaginário da nação. Imaginamos imprescindível inventar um jogo aparentemente contraditório que nos permitisse nos desvencilhar do evento, direcionando nossas atenções tanto para o cotidiano de marginalização quanto para as estratégias de sobrevivência enfrentadas pela “população de cor” nos anos que se seguiram a 1888 e, paralelamente, considerar as construções culturais que lhe conferiram inteligibilidade e densidade histórica.⁶³⁹⁸

Os diferentes sentidos atribuídos à liberdade pela população a partir do período em que legalmente se decretou o fim “da escravidão de africanos e afro-brasileiros”, sobretudo, no momento em que as instituições brasileiras no período republicano começam a conviver com princípios liberais de igualdade e cidadania é um importante debate para se entender a construção da cidadania no Brasil. Os *quase cidadãos* no período pós-emancipação vivenciaram, reinventaram essa condição, sem perder de vista que a liberdade construída e vivida não significou e nem foi sinônimo de igualdade. Para o autor, o resultado desse processo de emancipação acentuou ainda mais a desigualdade entre homens brancos e homens negros agora ditos livres, acontecia com este ato uma “perpetuação” de valores escravocratas numa sociedade agora republicana:

Nossa intenção é refletir sobre as vicissitudes das experiências de liberdade. E por entender que liberdade não se resume a um estatuto legal e está longe de encontrar amparo nos textos jurídicos ao ato que a instituiu, imaginamos necessário nos mover nesse terreno munidos de ferramentas interdisciplinares. De forma simples, poderíamos dizer: o nosso desejo é especular, prospectar descobrir, investigar- à maneira dos geólogos- a natureza tênue, provisória e múltipla da liberdade.⁶³⁹⁹

O debate exposto sobre o processo de construção da cidadania no Brasil, tomando como foco as questões étnico-raciais, menciona um dos inúmeros temas sensíveis, que muitos estudantes deveriam ser capazes de problematizar ao discutirem os problemas sociais, políticos e econômicos na transição do século XIX para o XX no Brasil. No entanto, não o fazem porque os currículos escolares ao invés de discutirem os problemas referentes à construção da cidadania no Brasil debatem no chamado “período de transição”, em sua narrativa central dois temas: “Proclamação da República e a política do Café com Leite” e exploram os demais assuntos a partir de estratégia retórica, como se fossem assuntos coadjuvantes. O modo como tem sido abordada as questões do período de desagregação da escravidão no Brasil na escola, não contribuem para que sejam superadas as visões “vitimizadora” e “folclorizada” dos indígenas e afro-brasileiros.

Sabemos que, o espaço escolar até permite o debate desses temas nas aulas de história, mas, no entanto, estabelece limites quando o assunto é mudança curricular o currículo das ciências humanas e sociais. O currículo e as práticas pedagógicas canônicas contribuem para a construção de uma visão eurocêntrica, cristã e heterossexual da história⁶⁴⁰⁰. Caso esse cenário não mude, teremos que enfrentar uma batalha ainda maior, haja vista que, as vicissitudes da cultura histórica escolar vêm contribuindo muitas vezes para o

⁶³⁹⁸ GOMES, Flávio & CUNHA, Olívia, 2007:08

⁶³⁹⁹ GOMES, Flávio & CUNHA, Olívia, 2007:14

⁶⁴⁰⁰ TADEU, 2000:12.

aumento do preconceito e casos de racismo. Embora, haja como falei anteriormente, inúmeras iniciativas, para minimizar os efeitos danosos da lógica do “ensino de história colonizadora”. A Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial estimulada e impulsionada a partir de um programa de formação de profissionais da área de educação e da produção de materiais didáticos diversas ações para que sejam criados novos olhares sobre a estética, arte, música e produção intelectual e científica dos povos indígenas, africanos e afro-brasileiros na tentativa de construir uma Educação para as Relações Étnico-Raciais. Para Rüsen (2001), a consciência histórica inclui as operações mentais (emocionais e cognitivas, conscientes e inconscientes), através das quais o tempo experienciado em forma de memória é usado como meio de orientação na vida diária.

Para chegarmos a essas considerações parciais, percorremos um longo caminho orientado por muitas leituras sobre o conceito de consciência histórica, progressão do conhecimento histórico no espaço escolar, cultura histórica e cultura escolar. Os trabalhos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa em Educação Histórica coordenado pela Maria Auxiliadora Schmidt e o projeto sobre os “jovens diante da história na América do Sul (Brasil, Argentina e Uruguai)” desenvolvido por Luís Fernando Cerri foram imprescindíveis nos rumos tomados pelas investigações. De modo que, o debate sobre as competências necessárias para se aprender a pensar historicamente, nos chamou a atenção pela a importância exercida do domínio dos procedimentos da operação historiográfica no processo de aprendizagem histórica dos diferentes sujeitos. Segundo Lee (2001), para que as crianças e adolescentes consigam aprender pensar historicamente é preciso o domínio de procedimentos, tais como: a) Saber ler diferentes fontes; b) Saber selecionar fontes para confirmar e refutar hipóteses; c) Entender o nós (identidade) e o outro (alteridade) e d) Saber levantar hipótese de investigação.

Apesar da nossa pesquisa, se debruçar sobre a formação da consciência história e a constituição de uma Cultura Histórica Escolar, reconhecemos que o debate sobre competências e habilidades no campo da aprendizagem histórica é fundamental para a construção de análises sobre o desenvolvimento da cognição histórica e o processo de progressão da aprendizagem. Nesse sentido, estudar a formação da consciência história no contexto escolar é identificar a partir das narrativas dos alunos como se dá a relação estrutural entre passado, presente e futuro. Para Rüsen (1993), a consciência histórica é “a consciência humana relacionada ao tempo, analisando o tempo para ser significativo, adquirindo a competência de dar sentido (significado) ao tempo e desenvolver esta competência”. Assim, segundo o autor, as abordagens teórico-metodológicas da consciência histórica precisam levar em conta que esta consciência se expressa em narrativas estruturadas no passado.

Diante dessas questões, a nossa intensão é investigar como as crianças e os adolescentes se posicionam e agem politicamente, o que pensam sobre o lugar social e cultural de indígenas, africanos e afro-brasileiros e quais relações que essas estruturas cognitivas possuem com o que se aprende nas aulas de história. O desafio é pensar essas questões num contexto em que se discute a proibição do debate no espaço escolar das questões relativas a gênero e sexualidade (Projeto Ideologia de Gênero) ou assuntos ligados a política (projeto de Lei “Escola sem Partido”). Para tal, elegemos como **sujeitos da pesquisa** os alunos (as) matriculados (as) no 6º ano dos anos iniciais, no 9º ano dos anos finais do Ensino Fundamental e no 3º ano do ensino médio e como **campo de investigação**, optamos por um total de 10 Instituições de Ensino classificadas em: Escolas (Municipais, Estaduais, Federais e Particulares) que tiveram destaque em Exames nacionais de avaliação como ENEM, Provinha Brasil, SAEB e Escolas (Municipais, Estaduais, Federais e Particulares) que tiveram um baixo desempenho no IDEB, conforme classificação sugerida pelo INEP.

O estudo organiza-se metodologicamente inicialmente baseado no método Delphi, num segundo momento utiliza-se da estratégia da metodologia dos Grupos Focais, tendo como objetivo no final do projeto em 2018 a construção de um instrumento de pesquisa que nos permita verificar a relação entre a formação da consciência histórica e o saber histórico

escolar, ou seja, como as instituições de ensino produzem uma cultura histórica escolar. Pretendemos criar um instrumento que seja capaz de ser aplicado a partir da perspectiva do método survey, que desde os anos 1990, vêm sendo utilizada para estudar o que pensam os jovens sobre história, num projeto Europeu intitulado Youth and History⁶⁴⁰¹. Na América Latina, essa pesquisa vem sendo desenvolvida por professores das universidades argentinas, uruguaias e brasileiras de forma interinstitucional, na intenção de discutir a consciência histórica latino-americana.

Nesse sentido, o nosso projeto buscou dialogar com esses estudos, ampliando o debate a partir de um novo recorte, ao tomar como temas centrais da discussão sobre aprendizagem histórica no Brasil as temáticas da história e cultura dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas. Tal escolha se deu pelo fato de que, nos últimos anos, esses aspectos foram utilizados como parâmetros para a construção de diferentes perspectivas para o ensino de história. Assim, ao final do projeto em 2018, teremos um questionário com 40 questões referentes aos mais variados temas, haja vista o aproveitaremos as questões ligadas à história política, aos sentidos e significados do presente, passado e futuro já sistematizadas.

Na caminhada, a pesquisa encontrou alguns desafios, por exemplo, no processo de ampliação do questionário traduzido e modificado pelo pesquisador Luís Fernando Cerri. O problema enfrentado foi à escolha dos temas a serem explorados na discussão sobre história e cultura história dos povos indígenas e africanos e afro-brasileiros, sobretudo, pela tentativa de organizar a discussão em perguntas que se remetessem ao saber histórico escolar, as questões socialmente vivas e o posicionamento político dos estudantes com relação aos temas ligados os povos indígenas e afro-brasileiros.

Para livrar-nos da referida encruzilhada, recorreremos à literatura sobre o ensino da temática indígena e afro-brasileira, bem como as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e os documentos produzidos pela SECADI sobre a temática da História e Cultura dos povos indígenas. Com essa estratégia, conseguimos andar alguns passos e desenhar possibilidades de caminhos a serem trilhados. Entre tantas opções escolhemos seguir frente, organizando a caminhada investigativa a partir do que chamamos de eixos temáticos, conforme podemos observar abaixo:

a) Eixo 1: História dos Povos Indígenas no continente Americano no período pré-colombiano; os diferentes povos indígenas no período da desagregação do império e na consolidação do período republicanos, conquistas e desafios das populações indígenas na contemporaneidade; a sociodiversidade dos povos indígenas; produção técnico-científica e artística dos indígenas e sua rede de sociabilidade em diferentes temporalidades.

b) Eixo 2: História social dos africanos moradores da costa do Atlântico; Relações de poder no Mundo atlântico; processo de colonização e descolonização do continente africano, Africanos no Brasil no período colonial e imperial, africanos e afro-

⁶⁴⁰¹ “O projeto ‘Youth and History’, desenvolvido nos países europeus a partir de 1994, com base na rede European Standing Conference of History Teachers Associations procurou dar respostas às questões sobre a qualidade, as características e os resultados do ensino de História, bem como sobre a configuração geral da consciência histórica dos jovens europeus. Isso foi feito a partir de um levantamento comparativo de amplo alcance, através de um questionário respondido por jovens de 15 anos de 25 países europeus mais Israel e Palestina e seus professores de História, versando sobre conteúdos, métodos e concepções de História e cidadania, com sustentação no conceito de consciência histórica. O levantamento europeu conseguiu 31.000 respondentes. A pesquisa constituiu-se da elaboração, aplicação e tabulação de um questionário para alunos e outro para professores, definido após várias reuniões entre as dezenas de pesquisadores de toda a Europa, liderados por Magne Angvik e Bodo von Borries”. CERRI. Os conceitos de consciência histórica e os desafios da Didática da História. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 93 – 112, 2001. Há uma descrição sumária do projeto e seus resultados em http://www.erzwiss.uni-hamburg.de/Projekte/Youth_and_History/homepage.html.

brasileiros no contexto do pós-emancipação e no período republicano, articulação política, cultura e social dos afro-brasileiros e questões relacionadas a ações afirmativas e a cultura afro-brasileira (religião, produção científica e produção artística).

Os eixos mencionados ajudaram a articular as perguntas elaboradas inicialmente no questionário-teste, sobretudo, aquelas ligadas ao debate sobre história e cultura dos povos africanos e afro-brasileiros, uma vez que, às questões norteadoras do questionário referente à temática indígena, não foram concluídas até o presente momento, dada a complexidade que o tema sugere. Esses problemas contribuíram para a reorganização da metodologia da pesquisa, pois para supera-los adotamos a Técnica de Pesquisa Delphi, uma metodologia muito utilizada nas áreas de Administração, Econômica e Computação como instrumento de prospecção de “cenários desconhecidos”, uma estratégia de pesquisa voltada para a produção de novos dados ou “criação de novas ideias”⁶⁴⁰².

Tomando os devidos cuidados, adaptamos essa técnica a nossas necessidades. O projeto segue o percurso metodológico sugerido pela metodologia Delphi, que consiste em organizar as investigações em 03 ou 05 fases (*rounds*), tendo como objetivo identificar temas e temáticas consideradas relevantes para a formação da consciência histórica de crianças e adolescentes no Brasil sobre os povos indígenas. Na etapa 03, fizemos um pequeno desvio na caminhada, abandonamos o objetivo original da técnica Delphi que propõe o debate exaustivo das questões a fim de se chegar a um consenso, e seguimos com as múltiplas possibilidades de temas a serem explorados no questionário, por não nos interessarmos pela unilateralidade das questões. A partir disso, convidamos um grupo de especialistas na temática da História e Cultura dos Povos Indígenas para discutir os eixos temáticos, buscando construir um questionário-teste que contemplasse em 15 questões de múltiplas escolhas as mais importantes temáticas. Já que, com relação ao questionário da temática da história e cultura dos povos africanos e afro-brasileiros está sendo redesenhado, tomando como referência a proposta da metodologia Delphi.

O questionário está sendo estruturado em três grandes grupos: Grupo 1-Significado do Conhecimento Histórico e Conhecimento Histórico (questões do questionário do projeto “Jovens diante da História”); Grupo 02-Saber Histórico Escolar e Produção Historiográfica; Grupo 03-Formação Cidadã e Temas Sensíveis. Como os grupos 02 e 03 encontram-se na fase de ampliação das temáticas pesquisadas, a produção das questões de múltiplas escolhas, não obedeceu a regra da *escala de Likert*, ou seja, com alternativas pautadas nos conceitos “concordo”, “discordo”, “concordo plenamente”, “discordo plenamente” ou “não consigo opinar”, mas numa lógica ligada aos níveis de consciência histórica proposta pelo historiador alemão J. Rüsen, ou seja, cada questão possui quatro alternativas, e cada uma delas corresponde a um nível de consciência histórica (tradicional, exemplar, crítico e genético)⁶⁴⁰³.

⁶⁴⁰² Metodologia desenvolvida nos Estados Unidos na década de 1960 por Olaf Helmer e Norman Dalkler o “objetivo era desenvolver uma técnica para aprimorar o uso da opinião de especialistas na previsão tecnológica”. De todo modo, “Em linhas gerais, o método Delphi consulta um grupo de especialistas a respeito de eventos futuros através de um questionário, que é repassado continuadas vezes até que seja obtida uma convergência das respostas, um consenso, que representa uma consolidação do julgamento intuitivo do grupo. Pressupõe-se que o julgamento coletivo, ao ser bem organizado, é melhor do que a opinião de um só indivíduo. O anonimato dos respondentes, a representação estatística da distribuição dos resultados, e o *feedback* de respostas do grupo para reavaliação nas rodadas subsequentes.” Wright, James Terence Coulter. *Delphi- uma ferramenta de Apoio ao Planejamento prospectivo. Cadernos de Pesquisas em Administração*. São Paulo. V.01, Nº12, 2º trim/2000.

⁶⁴⁰³ Para J. Rüsen os níveis de consciência histórica podem ser classificados em quatro níveis, sendo a Tradicional: Em que a totalidade do tempo é apresentada como continuidade dos modelos de vida e cultura do passado. Ou seja, nesse nível de consciência histórica o sujeito não consegue problematizar o tempo e as transformações que dele advém. Ele apenas aceita o presente como consequência do passado. Exemplar: Em que experiências do passado são casos que representam e personificam regras

Já fizemos um teste do questionário com temática da história e cultura dos povos africanos e afro-brasileiros, estamos no exato momento, redesenhando as questões que não foram compreendidas pelos adolescentes. Enquanto que, para pesquisar a temática indígena, aplicamos uma atividade de produção textual, instrumento capaz de permitir a identificação do tipo de informação histórica ou representações que os adolescentes possuem sobre os indígenas. O teste foi realizado em três escolas, sendo duas de iniciativa privada e uma instituição pública de ensino e contou com a participação de 136 estudantes matriculados no 9º ano do Ensino Fundamental, sendo que 42 alunos(as) são estudantes da rede escola estadual de ensino e 94 participantes são estudantes da rede privada de ensino. Essas respostas permitiram entender parcialmente o contexto no qual as narrativas sobre os indígenas e afro-brasileiros estão sendo produzidas. Todas as questões foram transportadas manualmente para a plataforma do *google formulários*, onde automaticamente foram realizadas a tabulação dos dados.

Nessa perspectiva, apresentaremos de maneira preliminar as concepções dos (as) alunos (as) do 9º ano matriculados em instituições de ensino situadas na Zona Norte da cidade do Recife. Para isso, mostraremos como os adolescentes pensam o passado a partir de temas relacionados à diáspora africana e religiosidade africana, bem como o que pensam sobre o cotidiano indígena.

Os estudantes que participaram da pesquisa poderiam ser classificados de diferentes formas, por trata-se de um grupo social com perfil socioeconômico e etário bastante heterogêneo. Embora, a maior parte dos consultados possuísse em média 16 anos de idade, morasse nos bairros situados na Zona Norte do Recife e fossem filhos (as) de trabalhadores que atuam em atividades como: policial militar, bombeiro (a), costureira, encanador, motorista de ônibus, diarista, frentista, atendente de consultório, autônomo, empregada doméstica, mecânico, pedreiro, recepcionista e soldador. Como o nosso objetivo não é classifica-los, mas identificarmos como esses jovens, influenciados pelos interesses pessoais e culturais, pensam historicamente e se posicionam politicamente sobre temas ligados aos povos indígenas e afro-brasileiros.

Para isso, observemos as respostas que foram dadas por 94 estudantes nos questionário-teste sobre a importância de se estudar história, o processo de reconhecimento de patrimônios vivos e conhecimento histórico referente à colonização do continente africano. Chamamos a atenção também para os elementos apresentados na narrativa construída por um aluno (a) do 9º ano sobre o cotidiano dos povos indígenas. Na ocasião não estabelecemos um recorte temporal, sugerimos apenas que eles comentassem o que eles sabiam sobre os povos indígenas brasileiros. No primeiro, tentamos sistematizar as impressões dos jovens sobre a disciplina de história no contexto escolar; num segundo momento sobre cultura histórica escolar e a intolerância religiosa; no terceiro momento tratamos sobre os conhecimentos historiográficos que os jovens possuem sobre um fato importante para a história dos povos afro-brasileiros e por fim as representações sobre os indígenas brasileiros. Vejamos os quadros:

Quadro I: O valor da História no Contexto escolar

Pergunta: Em sua opinião, por que se estuda História nas Escolas?	
Alternativas	Número de Respostas

gerais de mudança temporal e da conduta humana. Dessa forma, o indivíduo que apresenta esse nível de consciência histórica percebe o passado como exemplo para o futuro. Crítica- O indivíduo que apresenta esse nível de consciência histórica consegue formar seus próprios pontos de vistas, problematizando e negando outras posições a ele imposta. Genética- No ultimo nível de consciência histórica, o sujeito consegue analisar e aceitar a existência de diversos pontos de vista, porque ele percebe toda a complexidade da mudança temporal e social no curso da História. SCHMIDT, Maria Auxiliadora & BARCA, Isabel. **Aprender História: perspectivas da educação histórica**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009, p. 36

a) Para compreender com os erros do passado e não repeti-los no presente	25
b) Para aprender o que aconteceu no passado	27
c) Para que se entenda o cotidiano das pessoas	3
d) História é uma matéria interessante	39
Total	94

Fonte: Acervo do NEPHECs

Nota-se, que os sentidos atribuídos pelos jovens à disciplina de história, são indícios de como eles veem o passado. Para o maior número, o passado é algo que não interfere no nosso modo de ser e estar no tempo presente. Para os (as) alunos (as) do 9º ano história é apenas uma matéria escolar interessante, que serve para nos ajudar a entender o passado e muito pouco se relaciona com seu cotidiano...

Com relação ao debate da temática da cultura e história dos afro-brasileiros as representações dos jovens sobre essas temáticas ainda estão carregadas de concepções tradicionais sobre patrimônio, religião e história. Essa concepção tradicional, que temporariamente estamos associando os níveis de consciência histórica tradicional e exemplar, também nos mostrou uma outra face que precisa ser melhor classificada, já que a intolerância religiosa tem sido um problema vivenciado em diferentes partes do mundo. Vejamos as respostas e imagens a seguir:

Quadro 02- Patrimônio Vivo e a história dos afro-brasileiros

Pergunta: **A ministra religiosa Iyalorisá, Carmen Prisco, defende a ideia que o candomblé deveria ser tombado como Patrimônio Cultural da Humanidade. Para você o que essa ação significa?**

Alternativas	Número de Respostas
a) Deveria se tornar Patrimônio	18
b) Não sei o que é Candomblé	01
c) O Candomblé não precisa ser tombado	51
d) Não tenho opinião sobre	24
Total	94

Fonte: NEPHECs

Com relação a essa questão nota-se o grande número de pessoas que optaram pela alternativa C. Olhando para os indicadores, poderíamos afirmar que essa opção se dá pelo olhar tradicional que a sociedade brasileira tem para o conceito de patrimônio. No entanto, os documentos nos permitiram ir além dessas primeiras impressões. Encontramos um questionário em que a candomblé é desconsiderada por um traço de caneta, e sob essa palavra encontra o termo manuscrita Macumba, como forma de menospreza a religiosidade africana.

Quadro 03- Conhecimento Histórico sobre fatos da História dos Afro-Brasileiros

Pergunta: **O que significa a Diáspora Africana?**

Alternativas	Número de Respostas
a) foi um processo de dispersão dos povos africanos em diferentes lugares do mundo	07
b) os africanos foram trazidos para o Brasil por conta própria	00
c) o trabalho africano foi de grande importância para a construção da cultura brasileira	75
d) O trabalho desenvolvido pelos africanos no Brasil foi compulsório e modificou	11

**praticamente todos os costumes dos que
viviam na África**

Total

93

Fonte: NEPHECs

Nesse quadro, teremos uma pequena diferente na soma total, por que o mesmo questionário-teste que foi modificado pela palavra macumba, o pesquisado, considerou importante escrever um nova alternativa, intitulada pela letra E, onde indicava que “não sei o que diáspora africana”, ao mesmo tempo também que marcou a letra B. Esses primeiros indicadores nos revelam o quanto que as concepções sobre o passado das crianças estão atreladas a uma interpretação da história eurocêntrica e tradicional.

Reflexões finais ...

Os desafios postos pela cultura histórica escolar têm movimentado algumas reflexões sobre os caminhos que devem ser trilhados pelo ensino de história no espaço escolar, sobretudo, para que as aulas de história representem um espaço de produção do conhecimento e humanização dos sujeitos. No presente momento, podemos afirmar que, o debate sobre a temática dos povos indígenas e afro-brasileiros nas escolas da Zona Norte da Cidade do Recife, tem contribuído de modo aleatório para a formação de uma consciência histórica distante dos princípios dos direitos humanos. Os olhares dos adolescentes sobre o passado além de revelar uma consciência histórica tradicional, nos mostrar uma face encoberta pelo mito da cordialidade e da democracia racial, que a escolar ao tratar a história do Brasil de modo eurocêntrico, contribui muito pouco para essa mudança.

HISTÓRIA E LITERATURA: CULTURA E IDENTIDADE NO PERÍODO COLONIAL E PÓS-COLONIAL DE ANGOLA

*Rejane Jorge Sidrim*⁶⁴⁰⁴
rejanetidrim2@gmail.com

Resumo: Esta pesquisa propõe uma reflexão acerca da literatura e sua contribuição para com a historiografia, a qual estuda elementos que possam ajudar na compreensão de algumas questões, como por exemplo: O papel da literatura como saber que constrói estratégias de ação narrativa e instaura ordens de sentidos e representações sobre o vivido. Através desse trabalho proponho pensar nos processos de construção de identidade, criada pelo Literato, para que dessa forma possamos compreender a história cultura, a memória e as diversas formas de representação do poder presentes nas obras de José Eduardo Agualusa, um escritor contemporâneo que vem se destacando por escrever histórias em que a problemática do colonialismo e pós-colonialismo se tornam tema central. Partindo do pressuposto de que a história como conhecimento é sempre uma representação do passado e que toda fonte documental que produz esse conhecimento também é, procuraremos assim, apresentar neste projeto algumas reflexões acerca das relações estabelecidas entre história e literatura, como também algumas ponderações teóricas e metodológicas sobre as possibilidades de emprego das fontes literárias na pesquisa histórica.

⁶⁴⁰⁴Aluna regularmente matriculada no Mestrado em História (PPGH de História da UFPB), orientada pelo Prof. Dr. João Batista Gonçalves Bueno.

Palavras-chave: História, Literatura e ensino.

1. Introdução

No presente trabalho, tentarei mostrar o poder que a literatura tem de mobilizar razão e emoção, propor indagação e servir de ferramenta de busca para o auto conhecimento, já que a leitura literária é capaz de nos sensibilizar para essas diferenças, capaz de nos fazer viver outras realidades. A partir dessas vivências, ainda que subjetivas, talvez sejamos capazes de criar novos valores e paradigmas. Para isto utilizarei as obras do autor angolano, José Eduardo Agualusa, escritor contemporâneo que vem se notabilizando por escrever histórias em que a problemática do pós-colonialismo se tornou tema central.

Agualusa nasceu na cidade de Huambo em Angola, estudou agronomia e silvicultura na cidade de Lisboa. Iniciou a sua carreira literária em 1989 com a publicação do romance histórico *“A Conjura”*⁶⁴⁰⁵. É autor de oito romances, sete coletâneas de contos e crônicas, três livros para crianças, entre outros.

Em suas obras o leitor pode se sentir dentro dos romances e, ao mesmo tempo, ter uma nova visão sobre alguns acontecimentos históricos. Com isso podemos entender que a história é uma forma de poder que nos oferece a possibilidade de compreender o presente, através de representações com o passado, considerando que os fatos históricos não se transformam apenas no decorrer do tempo, mas a cada vez que são reinterpretados no tempo presente.

Agualusa constrói cenários que tem como pano de fundo os acontecimentos sociais e políticos que mobilizaram uma história recente de Angola, em sua fase colonial e pós-colonial. Tais questões construíram um ambiente tenso, que ressalta um processo de crise de identidade na construção da história angolana recente – em que se alternaram diferentes grupos no poder – e, conseqüentemente, onde ocorreu a substituição de ideologias oficiais em contraposição à busca de um modelo cultural de “angolanidade” provocada pela ruptura com Portugal.

2. Literatura, memória e identidade

O que a literatura tem a dizer sobre o passado e principalmente como ela pode contribuir para o ensino de história? Ao trazermos tais questões para o campo da história nos deparamos também com problemas significativos para a própria constituição desse campo do conhecimento na contemporaneidade. Se vivemos um tempo de fragmentação, como encontrar o equilíbrio de compreensão que nos faça considerar as experiências passadas como recursos fundamentais para a preservação da memória e da identidade?

A construção da memória e principalmente a concepção da interação desta com o tempo presente compõem uma relação existente no espaço e no tempo ou, segundo Koselleck⁶⁴⁰⁶ entre espaços de experiências e horizontes de expectativas que influenciam na produção de sentido e conhecimento.

Canclini⁶⁴⁰⁷ nos chama atenção que vivemos em um tempo de abundância simbólica, não é menos verdade que hoje, mergulhamos no tempo do excesso de “história” não somente nos termos em que a compreendemos como produção escrita do passado, mas como um conjunto de atitudes que saturam o presente de uma carga descomunal de eventos e situações imediatamente alçadas ao status de ocorrências históricas, algo parecido com o que Nietzsche⁶⁴⁰⁸ já havia chamado atenção no século XIX quando reclamava de uma cultura

⁶⁴⁰⁵ AGUALUSA, José Eduardo, *A Conjura*, Rio de Janeiro, Editora Gryphus, 2009.

⁶⁴⁰⁶ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rj, 2006.

⁶⁴⁰⁷ CANCLINI, Néstor Garcia. *Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação*. Campinas, Revista Opinião Pública, vol VIII, no. 1, 2002. pp. 40-53.

⁶⁴⁰⁸ NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. “Da utilidade e desvantagem da história para a vida”. In: NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Os Pensadores*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1991.

de historicização disseminada como pedra fundamental de uma sociedade para qual preservar o passado tornava-se já naquele momento obsessão.

Àquelas críticas do autor, podemos acrescentar o fato de na atualidade é indiscutível que a quantidade de informação que nos coloca diante do risco de afogarmos em informação, justamente pela incapacidade crescente que demonstramos em não conseguirmos selecionar o que é relevante para ser guardado.

Se, como afirmou Koselleck³, antes o presente carregava um forte potencial de futuridade, amparado por uma tradição filosófica e religiosa de caráter teleológico, no século XXI assistimos hoje a um presente carregado pela intenção de preservação obsessiva do passado.

Segundo Walter Benjamin⁶⁴⁰⁹ “A narrativa está morta”, ou melhor o passado esta morto, os fatos e os acontecimentos já passaram, nós não conseguimos recuperar o passado tal qual ele era, não é possível reviver, entretanto conseguimos reconstruir essa passado atribuindo-lhe significados a partir das nossas inquietações do presente, acredito que seja interessante pensar o ensino de história nessa perspectiva, não de reviver, mas propor ao aluno as reconstituições significantes. Para Mary Pratt⁶⁴¹⁰ o passado só passa a ser questionado a partir de uma reinterpretação do presente sugerindo, assim, uma relação na qual o ser se confronto com o próprio tempo.

Rouso⁶⁴¹¹ressalta ser provável que isso tenha ocorrido porque houve uma dificuldade crescente de se assumir as tragédias do século XX, fazendo com que ocorresse atraso no enfrentamento das memórias traumáticas dos conflitos pós-guerra. A profusão de discursos sobre o passado ressaltou a tendência à confusão entre história e memória, principalmente, quando esta última passou a se manifestar como elemento central dos debates públicos da atualidade. Em termos de reflexão acadêmica, essa configuração trouxe também grandes desafios, especialmente, aos historiadores instados a pensar sobre o tempo presente.

3. Conhecimento histórico a partir obras literárias

Até que ponto a história é construída por meio da oralidade? Até que ponto a escrita compromete o conjunto de ideias e vivências proporcionadas pela narrativa oral? Sem desprezas a importância da memória dos narradores, acreditamos que uma literatura de qualidade também é capaz de expressar, verdadeiramente, a história de um povo e de sua cultura.

Acreditamos que a leitura literária é capaz de sensibilizar os nossos alunos para as diferenças, e capaz de fazê-los viverem outras realidades. Uma pessoa não termina de ler uma obra literária com a mesma abordagem emocional e cultural de quando a começou. Uma boa história permite que o leitor viva outras vidas em relação semelhante ou diferente da sua.

Para que a obra literária possa cumprir o seu papel de formação de agentes transformadores é importante que traga desafios ao leitor. Que o faça pensar, que estabeleça com ele uma relação efetiva, seja pela identificação com os fatos narrados, pelo tema, por algum personagem ou por uma não identificação que abri a possibilidade de criação de outras identidades a serem construídas, na singularidade de cada leitor. É a partir dessas vivências, ainda que subjetivas, talvez sejamos capazes de criar novos valores e paradigmas, sejam eles de relações humanas, identidade ou cultura.

História e literatura muitas vezes apresentam caminhos diferentes em relação a construção de uma identidade, uma vez que as mesmas se apresentam como representações de determinados grupos sociais ou como discursos significativos que atuam com fins diferentes.

⁶⁴⁰⁹ BENJAMIN, Walter. **Rua de Mão Única, Obras Escolhidas II**, São Paulo. Editora Brasiliense, 1987.

⁶⁴¹⁰ PRATT, Mary Louise, **Literatura e História , perspectivas e convergências**, São Paulo, Edusc, 1999.

⁶⁴¹¹ ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta. (Coords.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 93-101.

A reflexão sobre tais questões nos solicitou a investigação de temáticas fulcrais em nosso tempo: o trânsito de sujeitos e grupos humanos em processos diáspóricos crescentes, os artifícios de subjetivação das memórias e dos patrimônios históricos e culturais para além de seus lugares de origem, as estratégias de aceitação, rejeição e reconhecimento engendradas por esses grupos em seus lugares de chegada e partida, mas principalmente, a compreensão sobre as diferenças e conexões em um mundo em travessias. Compreender a organização dos países que há pouco mais de um século, ou menos ainda, eram colônia das nações europeias tornou-se um dos grandes desafios do século XXI, principalmente, quando o circuito de imigração desses povos em direção aos seus antigos colonizadores trouxe a bailar problemas políticos de constituição de fronteiras, discriminação étnicas e culturais.

Não há como negar que as últimas décadas do século XX impuseram mudanças radicais nas relações dos sujeitos entre si e entre seus grupos de identificação. As relações em espaço culturais intercambiastes o contato de etnias diversas e as conformações sociais se apresentaram como desafios significativos aos estudos que pretendem traduzir tais processos.

4. A História de Angola pelo olhar do literato

José Eduardo Agualusa é natural da cidade de Huanbo, em Angola, atualmente vive entre Lisboa e Luanda. Agualusa é dono de um estilo marcante, pois em seus romances o autor uni ficção a realidade em um enredo encantador, aumentando assim a atenção e a curiosidade do leitor em relação as suas obras.

O seu primeiro romance é escrito durante sua formação acadêmica,- segundo o autor, por uma curiosidade - Agualusa vai até a biblioteca da sua universidade para pesquisar jornais antigos de Angola no final do século XIX e início do XX, e na oportunidade acaba por descobrir uma Luanda até então desconhecida para ele.O autor descobre uma Luanda do final do século XIX, com uma importante burguesia angolana, segundo o mesmo ali já existia um romance pronto faltava apenas um enredo.

Agualusa tem uma grande aproximação com a cultura do Brasil, entre outros motivos, por identificar-se com a nossa cultura negra. Nesse romance o autor ressalta o conceito de “crioulo.” Inicialmente entendemos por crioulos as pessoas negras nascidas em países do continente americano, porém nessa obra Agualusa nos mostra que a palavra é, antes de qualquer coisa, uma miscigenação de culturas independente de cor ou nacionalidade.

Foi escrita em 1989, porém só chega ao Brasil vinte anos depois, em 2009, pela editora Gryphus. O enredo descreve os acontecimentos entre o final do século XIX e início do século XX, até à proclamação da República em Portugal e traz como personagem principal o barbeiro Jerónimo Caninguili, negro, pobre e sem formação acadêmica,entretanto ficou conhecido na cidade como um poço de ideias que, aos poucos, vai ganhando espaço em um frustrado cenário de guerras e revoluções.

Essa história está dividida em seis capítulos, no qual se passa na pequena cidade de São Paulo de Assunção em Luanda, Angola, durante os anos de 1880 à 1911. Já no primeiro capítulo o autor prende a atenção do leitor quando retrocede a data cronológica da história, inicialmente de forma confusa para o leitor, visto que havia registro dos fatos que aconteceram no dia 16 de junho de 1911, no qual ocorreu a primeira tentativa frustrada do povo angolano de se tornarem livre do domínio português.

Segundo o próprio Agualusa, ele utiliza suas obras como forma de denúncia e, com esse romance, não seria diferente, o autor através do mesmo revela as memórias de um povo angolano até então consideradas “apagadas” pelo colonialismo no final do século XIX. É importante ressaltar que Agualusa não procura dar explicações para fatos específicos ou apresentar soluções para certos problemas, ele tenta reavaliar a história angolana, a partir de um novo olhar crítico sobre os acontecimentos passados.

Nessa obra o autor retrata uma sociedade dividida tanto por questões políticas e financeiras, como pela elite da sociedade angolana, na qual durante esse período a burguesia crescia através do tráfico de escravos.

É visível percebermos, nesse romance, passagens de como a sociedade estava dividida em relação ao domínio de Portugal, como também as dúvidas de como seria essa nova Angola depois da independência;

“(…) Carlos da Silva encolheu os ombros; e continua: - Como entendeis vós a independência? Como eu talvez, isto é, a desunião de Portugal, da nossa mãe pátria. (...) Não ficaríamos pois independentes. A cerimônia que se fizer não seria mais do que a mudança de papéis porque continuaríamos a estar dependentes, se de Portugal, da nação cuja a bandeira nos fomos acolher. E será melhor que continuemos a ser portugueses, e com bastante orgulho (...). Severino interrompeu-o: - Orgulho? Pois você tem orgulho em ter por tanto um país como Portugal? Que nada nos trouxe de bom, que nada fez para o desenvolvimento de Angola! Que apenas nos assegurou a miséria, o embrutecimento, a fome, a morte, enfim? É o orgulho do boi pela canga que o trás cativo!”⁶⁴¹²

Naquela época Angola era a colônia na qual Portugal “despejava” muitos dos seus condenados e prostitutas que com o tempo se misturavam com a população local, essa prática era um exemplo claro do desprezo com que as colônias eram vistas perante o império de Portugal. Diante desses descasos, que era constante, Portugal já era visto como um colonizador injusto e explorador, conseqüentemente, os habitantes da pequena cidade de São Paulo de Assunção começam a desacreditar na sua própria monarquia e surgem as primeiras revoluções pela independência.

Na segunda metade do século XX inicia-se um processo em que os angolanos expressaram os seus desejos de liberdade; nesse momento surgem organizações políticas que passaram a reivindicar a independência de Angola, entretanto Portugal não cedeu, provocando assim diversos conflitos, na qual troce grandes conseqüências como a “Luta armada”.

Uma das principais características de Agualusa, é a de tratar em seus romances a construção das identidades frágeis, incertas, ou mesmo, em construção, que de certa forma apagam durante o período colonial e pós-colonial. Esta temática está em foco no romance *O Vendedor de Passado*⁶⁴¹³, publicado pela mesma editora em 2004, o qual é considerado uma das obras mais famosas do autor angolano em nosso país.

Nessa obra o autor traz como personagem principal o albino Felix Ventura, (que nasce entre livros e vive das histórias retiradas a parte deles) devido sua doença ele acaba desenvolvendo um estranho ofício, o de inventar e vender passados falsos. Essa história é contada pela perspectiva de uma osga (lagartixa) que assume a voz discursiva desse romance, e que em algumas passagens, se coloca como a consciência de Felix.

Em *O Vendedor de Passado*¹⁰, percebemos ao longo da narrativa um certo idealismo ao futuro da nação angolana, que em alguns momentos parecem articular a estrutura estética da obra literária com o compromisso político do escritor com a busca da “verdadeira identidade” dos países pós-colonial. Em alguns momentos do romance o protagonista, quando questionado sobre o seu ofício se defende, sempre com a mesma argumentação. “Eu faço sonhos”, de certa maneira Felix Ventura idealiza o presente e o futuro de uma Nação, um sonho que, apesar de ser feito a parte de fatos e vidas imaginárias, fictícias, mas nem por isso (ou talvez por isso mesmo) ela sejam menos verdadeiras. Nessa visão, a Nação não é apenas um território geográfico ou político, mas um espaço simbólico, que não diz respeito

⁶⁴¹²AGUALUSA, José Eduardo, *A Conjura*, Rio de Janeiro, Editora Gryphus, 2009, p. 63 à 64

⁶⁴¹³*O Vendedor de Passado*. Rio de Janeiro. Editora Gryphus, 2004.

apenas ao país, mas sim a todo o continente africano, composta por indivíduos que possuem um passado comum e que buscam superar os traumas da sua história.

Nessa obra o leitor pode se sentir dentro desse romance e ao mesmo tempo ter uma nova visão sobre os acontecimentos históricos nos períodos de independência e pós-independência de Angola, com isso podemos perceber que, assim como a história a literatura é uma ferramenta que nos oferece a possibilidade de compreender o presente através de representações com o passado. Levando em consideração que os fatos históricos não se modificam, todavia os mesmos podem ser interpretados de forma diferentes ao longo do tempo, contudo podem sofrer transformações a medida que são reinterpretados no tempo presente.

Essas questões levantadas por Agualusa em seus romances, nos estimulam a pensar que estamos vivendo um tempo de abundantes transformações, onde muitas vezes o que se define como novo nos dar a impressão de que já foi dito e agora está sendo reinterpretado.

5. Considerações finais

A partir da análise dos romances citados, procuro demonstrar que a produção literária deste autor se configura em um espaço capital de representações no qual transitam questões relacionadas ao seu contexto histórico, cultural e intelectual com elementos de uma epistem marcada pela interlocução entre Literatura e História.

Busco entender, pela análise das obras literárias de Agualusa, como os acontecimentos históricos da época marcaram seu cotidiano, direta ou indiretamente, configurando-se no espaço de experiência vigente a partir do qual se “projetavam horizontes de expectativas” em relação aos acontecimentos futuros.

Muitas vezes o que se define como novo nos dar a impressão de que já foi dito e agora está sendo reinterpretado. No caso do leitor literário ele constrói a cada leitura uma realidade histórica distinta, uma vez que a cada leitura o leitor, paulatinamente, adiciona informações, até então não absorvidas, a princípio, frente a uma leitura inicial.

Mesmo que não exista uma oposição radical entre a tradição e a modernidade, a memória é encontrada tanto nos traços da continuidade do presente quanto do tempo passado e essa continuidade está presente, principalmente, na capacidades que um povo tem de atualizar a memória coletiva, onde a mesma pode sofrer grandes transformações devido a um rápido desenvolvimento da globalização.

É preciso sempre procurar novas formas de compreender a história, e, para isso, precisamos nos valer de novos conceitos, os quais venham a estimular nosso olhar sobre a história propriamente dita, como por exemplo o imaginário que nós representamos como uma espécie de obstáculo, o não visto e não experimentado. Quando utilizamos o nosso imaginário ele funciona como uma espécie de produto de novas ideias e, conseqüentemente, nos fornece imagens, com isso, podemos concluir que a nossa memória não é formada apenas daquilo que vivemos, mas também do que lemos.

Acredito que problematizar os sentidos formulados por Agualusa aos dilemas de seu tempo, através de suas representações literárias e do seu engajamento enquanto escritor/intelectual, fornece outros pontos de vista sobre os acontecimentos históricos figurados em suas obras, nos mostra diversos indícios sobre seu momento histórico, nos colocando em contato, pela literatura, com um rico complexo de sensibilidades.

DA ÁFRICA ÀS TRAVESSIAS TRANSATLÂNTICAS NO ENSINO DE HISTÓRIA: LEITURAS POÉTICAS EM CASTRO ALVES

Rodrigo Ferreira da Silva⁶⁴¹⁴

rodrigoigo5@hotmail.com

Resumo: O objetivo desta pesquisa é discutir como são vislumbradas as questões relativas ao mundo atlântico na poesia de Castro Alves no Ensino de História. O ensino de História, nos últimos anos, vem repletos de debates e as chamadas “novas linguagens” vem presentes nos livros didáticos, dentre elas destaco a literatura, que sempre faz referência ao contexto histórico a que se refere, no caso desta pesquisa, a década de 1860 no século XIX. Falar do ensino na área de história nem sempre é fácil, pois várias questões influenciam para o bom andamento das aulas que não desde a falta de recursos pedagógicos a metodologias apropriadas ao ensino. Deste modo estudar através dos fragmentos da poesia de Castro Alves como o *Navio Negreiro* e *Vozes D’África*, presentes em boa parte dos livros de História da Educação Básica, as vezes se torna um desafio para o professor (a), já nem sempre é palatável abordar o contexto literário em suas aulas, principalmente no tocante as Travessias Transatlânticas, bem como uma visão de África que o poeta faz em sua poesia. Assim, diálogos entre a história e a poesia neste sentido, proporciona um ensino mais reflexivo, lúcido e interativo, por apresentar um outro olhar, uma visão literária sobre o processo de escravidão no Atlântico Sul, quebrando paradigmas, rompendo fronteiras no uso da poesia nas aulas de História do Brasil.

Palavras-chave: Ensino de História, Poesia, Castro Alves

A complexidade de ensinar História na Educação Básica

O ensino de história exige a sapiência de todas as questões que norteiam a produção do saber histórico, colocando assim, o ensino de história à questões de ordem teórica, metodológica e epistemológica. Desta forma, a matéria escolar “História” não deixa de ser ciência.

Em sua concepção tomando por base os pressupostos de Jacques Le Goff (1996), expõe que o ensino de história, o estudante deve no final das três etapas ter uma visão crítica da realidade social onde vive e atua. Nota-se em sua visão, que há uma pretensão dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN'S) ao término da fase do ensino fundamental em dar uma espécie de conclusão do Estudo Histórico, apresenta ainda que nos anos finais desta fase (6º ao 9º ano) o ensino baseado em fatos e na cronologia.

Renato João de Souza e João Ricardo Ferreira Pires (2010) destaca que há muitos desafios para o ensino de história no Brasil, onde os atuais modelos propostos para o ensino está a preparação do cidadão a entender e também participar dos processos democráticos brasileiros, analisando-o de forma multicultural e multifacetada. No entanto, observa-se muitos conflitos para tais objetivos proposto para o ensino, pois há uma falta de qualidade na capacitação dos profissionais, baixos salários, além de ausência de recursos que possibilite o desenvolvimento cognitivo e potencialidades dos estudantes. Uma de suas indagações é a construção de um conhecimento novo, a partir do elaborado nas academias e estudados na escola, possibilitando assim, uma dialética no cotidiano escolar do ensino de História e as Universidades.

Nesta perspectiva, Déa Felon (2008) afirma que é o distanciamento do que é aprendido nos Cursos Superiores de História nas Universidades para com a realidade vivenciada pelos graduados, então professores de História, que na maioria das vezes

⁶⁴¹⁴Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na linha de pesquisa de Ensino de História e Saberes Históricos; professor de História da S.M.E. de Mari-PB e Coordenador de Ensino da S.M.E. de Caldas Brandão – PB.

encontram salas de aula com 40/50 alunos e uma carga horária de 30/40 horas, que de certa forma não há condições para manter-se efetivamente antenado com as transformações conceituais e metodológicas no ensino de história e na própria abordagem como conhecimento científico.

Neste contexto, a autora expõe que muitos professores já formados deparam-se com a realidade descrita acima e inicia a reproduzir os discursos que pensava-se ter sido superado, como a busca idealizadora de uma turma ideal, aluno ideal, escola ideal, quando na verdade é esta nova realidade de alunos com baixa qualidade na aprendizagem, provocando dificuldades no ensino e na apreensão dos conteúdos a ser ministrado.

Segundo Airton Moraes⁶⁴¹⁵ muitas vezes para ser ensinado a disciplina de história é deslocado profissionais de áreas afins, isto implica dizer, que este profissional não terá a estrutura intelectual nem qualificação teórico-metodológica pertinente ao papel do historiador. Assim, sem uma boa qualificação de forma alguma haverá um ensino com qualidade. Nesta situação, a não abordagem de uma linha crítica pode contribuir para o desenvolvimento cognitivo crítico do estudo apurado do passado.

Não obstante deste pensamento, podemos notar que nas leituras de Maria Auxiliadora Schimidt⁶⁴¹⁶ considera como uma das premissas necessárias ao ensino de história a elaboração de conceitos históricos, pois possibilita a identificação dos objetos e fenômenos da realidade social, onde o professor em sala de aula tem entre suas atribuições no ensino, propor uma prática com o uso de documentos e das linguagens nas construções dos conceitos.

Segundo os estudos de Fernando Soffner⁶⁴¹⁷, traça alguns apontamentos sobre a aula de História, na busca pela diferenciação e no que realmente caracteriza uma aula, que para sua observação, deve diferir-se de uma palestra, pronunciamento, uma lição, entre outras. Nesta perspectiva, analisa três grandes elementos e um grande propósito ou objetivo, onde

os três elementos são os saberes da disciplina, os saberes da docência e os imprevistos. O objetivo de uma aula de História é a produção de saberes de natureza histórica que façam sentido aos alunos, que sirvam para que eles se indaguem acerca de sua vida social e familiar, de seus relacionamentos, de seus valores. Em termos propriamente educacionais, o objetivo de uma aula de História é a realização de aprendizagens significativas para os alunos, entendidas aqui como aprendizagens de conteúdos, conceitos, métodos e tradições que lhes sirvam para entender de modo mais denso o mundo em que vivem. Ao invés de denso, se poderia mesmo dizer que temos como objetivo que os alunos tenham uma compreensão crítica do mundo em que vivem. Embora já um tanto desgastada, a palavra crítica expressa bem o principal objetivo do ensino de história: que o aluno possa olhar sua realidade, seu entorno social e político, e refletir sobre ele a partir de uma riqueza de referenciais (exemplos de outros tempos, de outras sociedades, de outros grupos sociais, que enfrentaram situações semelhantes e as resolveram de outro modo).⁶⁴¹⁸

⁶⁴¹⁵ MORAES, Airton de. Historiografia e o ensino de história: algumas reflexões sobre o ensino fundamental. **Revista História & Ensino**. v.12, p. 9-34, Londrina, 2006

⁶⁴¹⁶ SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. Construindo conceitos no ensino de história: a captura da lógica da realidade social. **Revista História & Ensino**. v.5, p. 147-163, Londrina out, 1999.

⁶⁴¹⁷ SOFFNER, Fernando. Saberes da docência, saberes da disciplina e muitos imprevistos: atravessamentos no território do Ensino de História. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH, julho, 2011. Disponível em: www.anpuh.org.br. Acesso em: 13/07/2012.

⁶⁴¹⁸ SOFFNER, 2011, op. Cit. p. 01

O autor deixa claro, que em sua visão não deve ser objetivo de uma aula de História na educação básica a formação de profissionais em história, onde chama-os de “historiadores miniaturas”. Neste cenário, deve ser levado em consideração o contexto político-social em que os alunos estão inseridos, principalmente no que tange a seleção de conteúdos a serem estudados no ensino de história.

Ainda concernente a esta situação, Fernando Soffener aponta que, de modo sucinto o professor de história deve apresentar domínio teórico, metodológico, conceituais, autores, estudos da disciplina em questão. Acrescenta outros saberes necessários para o ensino de história como a noção de tempo, espaço, cultura, nação, fonte, entre outros. Pode-se destacar ainda, a importância que o professor deve possuir em gostar do que faz, pois “ensinar algo que não se gosta compromete de modo profundo o exercício docente, e não há estratégia pedagógica que possa dar conta disso”⁶⁴¹⁹

Nesta situação, o autor cita a necessidade do aperfeiçoamento ao longo dos anos, pois geralmente sai das formações com uma carga teórica grande, mas com o passar dos anos há uma espécie de esvaziamento, onde o ensino fica caracterizado em vencer os conteúdos, dar e fornecer conhecimento, cumprir o programa, situações que fazem as aulas de história tornarem-se monótonas e repetitivas.

Sônia Pastro e Diná Contiero⁶⁴²⁰ salienta que o ensino de história tem como finalidade proporcionar aos estudantes condições para que haja uma formação de um cidadão crítico, participativo capaz de atuar decididamente como ator e sujeito na transformação da realidade social de sua comunidade. No entanto, observa-se que tal situação não tem sido praticada ou instruída ao longos dos anos.

Tendo em vista as considerações descritas anteriormente, os autores apontam o livro didático como um dos vilões na sala de aula de história, pois trazem consigo uma narrativa historiográfica impregnada pelas visões das classes dominantes, ocultando assim, as classes menos favorecidas, como se não fizessem parte ou não tivessem contribuído para a construção da História, de modo que, esse tipo de reprodução não contribui para os debates e discussão em sala de aula.

É importante rever conceitos principalmente no que se refere as datas e nomes ainda arraigados no ensino e que são tão combatidos nos encontros, simpósios da área de História. Acrescenta que muitas vezes os alunos vão forçados a escola e não veem perspectivas nos conteúdos abordados, uma vez que, não há nexos com o seu cotidiano e neste cenário uma das vilãs é a disciplina de História por ser decorativa no ensino de história, assim compreende Margarida Maria Santos Dias.⁶⁴²¹

Concernente a este pensamento, Pinsky⁶⁴²² expõe que o ensino de história tornaria muito mais prazeroso com o estabelecimento de um duplo compromisso: passado e presente. Isto quer dizer que, uma relação de fato entre ambas provoca uma abertura no ensino e com outras abordagens, tomando como referências as questões sociais, culturais, além da discussão em sala das problemáticas atuais como as desigualdades raciais, sociais, sexuais cotidianas da vida social, onde seria proposto uma espécie de releitura das interpretações das visões de mundo.

⁶⁴¹⁹ SOFFENER, Fernando. Saberes da docência, saberes da disciplina e muitos imprevistos: atravessamentos no território do Ensino de História. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH, julho, 2011. Disponível em: www.anpuh.org.br. Acesso em: 13/07/2012.

⁶⁴²⁰ PASTRO, Sonia Maria Gazola; CONTIERO, Diná Tereza. Uma análise sobre o ensino de história e o livro didático. **Revista História e Ensino**. V8 edição especial, p. 59-66, Londrina, 2002.

⁶⁴²¹ DIAS, Margarida Maria Santos. “Ensino de História: problemas e perspectiva.” in: **Debates Regionais III: fazer história: (des)construção e (in)certeza**. Nº 03. João Pessoa: Almeida gráfica e editora Ltda/NIDHIR/ANPUH, 2º semestre de 1996.

⁶⁴²² PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. “Por uma história prazerosa e consequente” in: KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 3 ed. São paulo: Contexto, 2005.

Diante deste contexto, o ensino onde se interroga o passado a partir de questões do presente, proporciona “contestar a ordem, consolidar instituições, preservar tradições, realizar rupturas...”

Neste sentido, como então abordar as poesias nas aulas de história e qual a sua interpretação, ou mesmo, leitura das representações que os poetas fazem sobre uma determinada época como é o século XIX, por exemplo, que é cheia de teorias vindas da Europa e que aqui no Brasil, encontra espaços para discussão e praticamente ao mesmo tempo. Digo porque é intensa e efervescente os pontos de vistas diferenciados nas poesias sobre o cotidiano brasileiro, com poetas que escrevem com estilos diferentes.

Nesta perspectiva, é que se sobressai Castro Alves, tido como o poeta dos escravos, por dedicar dentro da ótica romântica, seus enredos poéticos para com a causa da escravização no Brasil. E neste sentido, abordar suas poesias em sala de aula é um desafio, pois apresenta uma outra forma de perceber como se frutificou o processo de escravidão pela sociedade brasileira.

Especificamente neste artigo irei tratar uma parte introdutória sobre a construção de África na visão de Castro Alves no poema “*Vozes D’África*” e apenas da primeira parte do poema épico *Navio Negreiro*, por se tratar de poemas de vasta extensão que permeia muitas outras discussões ao longo deste, assim, por questões de limites de páginas, preferi optar apenas por destacar a primeira parte deste poema, que seria uma introdução a toda a questão da travessia transatlântica, representada pelos olhares do poeta, vista pela literatura.

A poética de Castro Alves sobre o Além-mar em *Vozes D’África*

Antônio Frederico de Castro Alves, popularmente conhecido como Castro Alves, escreve em São Paulo em 11 de junho de 1868, *Vozes D’África*, um poema épico sobre a África, composto por dezenove estrofes, com os versos alinhados com seis versos, ou seja, uma sextilha.

Faz desta poesia, um convite para que ouçamos o que em sua representação a África gostaria de falar a sociedade escravocrata brasileira. O poeta abusa nesta poesia de hipérboles, metáforas e antíteses para realçar seu texto poético e romanticamente, introduz o leitor numa viagem até o outro lado do atlântico sul, viajando em seus versos pela África que representou.

O continente africano em *Vozes D’África* assume um posicionamento crítico com relação a América e,

Essa poesia lírica atingirá uma comunidade de leitores e letrados da época e será um instrumento de combate com o qual o poeta irá recriar a situação de miséria e exílio dos africanos nas senzalas das fazendas, nas cidades, nos campos, nos rios e em todos os lugares da nação.⁶⁴²³

Assim, a partir de sua visão sobre a África, onde é recriado um ambiente de liberdade e igualdade entre os povos africanos, será evidentemente, mais plausível para o poeta representar esse processo de exílio, de exclusão que o africano passava aqui nas terras americanas, pois diferentemente de sua terra natal, sua liberdade estará ancorada a uma senzala, quer seja no campo ou na cidade, seu direito de ir e vir não será assegurado e diante disso deseja atingir um público leitor, letrado principalmente, que acima de tudo desejava esconder tais situações, algo que contrariamente a esta sociedade, Castro Alves insistia em mostrar.

Não obstante desta discussão, percebemos que

⁶⁴²³ OLIVEIRA, Ilca Vieira. Castro Alves e Cecília Meireles: a África como espaço do exílio e da liberdade. **Revista Texto Poético**. Vol. 09, 2010. (pp: 64 – 87). Disponível em: <http://revistatextopoetico.com.br/index.php/rtp/article/viewFile/38/33>. Acessado em: 04 de julho de 2016. p. 70.

Em vozes D'África, Castro Alves impingiu os acentos da poesia épica ao exprimir a dor de todo um continente. O poema é uma alegoria do pungente destino da raça africana, vista não simplesmente através de um navio carregado de negros, mas através da própria África, enquanto continente. Os versos são doces prosopopeias em que a África mesma narra suas desgraças, lamenta o seu destino e implora a misericórdia divina, pelas vozes do eu lírico, que coloca, metonimicamente, todos os africanos, pela sua singularização em Nação, a se queixarem a Deus pela sua desventura, pela tristeza de ver seus conterrâneos arrebatados do solo pátrio para serem escravizados e lançados ao desamparo.⁶⁴²⁴

Diante deste contexto, Castro Alves escreve sua poesia com recursos estilísticos fazendo uso com maior frequência da prosopopeia e a metonímia. Nela o poeta exprime uma percepção significativa de como seria essa África, dando voz e representando em seus versos o sofrimento de seus filhos ao deixarem seus braços. Ele se reporta como se fosse a própria voz da África. Na narrativa o eu lírico leva o leitor a viajar pelos lamentos que são descritos ao longo dos versos, provocando assim emoções graças aos recursos estilísticos que usa em seu texto poético. Maria Eunisia de Souza (2011) em seu estudo expõe que mediante de sua representação, o poeta exprime uma súplica a Deus para que olhasse seu lamento em seus versos e pudesse intervir nas cenas trágicas que seguem com o seu povo, no caso seria como a própria África estivesse se referindo à Deus pelos versos de Castro Alves.

A linguagem que usa nesta poesia fascina, pois até então, pouco se sabia sobre a África no contexto brasileiro do século XIX. Então, fontes usadas para a redação dessas imagens tratadas em seus poemas, certamente vieram de contatos com os escravizados já em solo brasileiro. Percebemos ainda na sua poética a referência aos africanos como sendo uma única nação no continente africano.

Diante deste contexto, Carolina Carneiro Lima (2011) ao referir-se a poesia *Vozes D'África* de Castro Alves ressalta que,

Trata-se, inequivocamente, de uma apologia à liberdade, de um texto de protesto (literatura de tese), entretanto, não podemos deixar de pontuar que mesmo aqueles que se indignam com a exploração, aderem a um pensamento de base eurocêntrica e a uma doutrina católica – ambas bases de sustentação da escravidão.⁶⁴²⁵

Assim, sua poética além de retratar sua visão sobre África, simboliza a luta que travou com a sociedade brasileira ao expressar na sua poesia um repúdio a escravidão e a forma como estavam sendo condicionados os negros pela aristocracia. Neste sentido, conforme destaca Lima (2011), não podemos deixar de considerar o tratamento que Castro Alves faz em seus textos aos negros, que seguramente, trata-se de uma linha muito influenciada pela Europa e créditos ao catolicismo, talvez pela forte presença e influência que tem na sociedade brasileira do século XIX, e deste modo, deixar de lado essas visões de cunho cristão-ocidental era difícil para o poeta.

Mas tal condição, não inviabiliza sua poética, pois nos esclarece como era forte a visão cristã no Brasil e romper com esta lógica não seria muito bem aceito pela sociedade. Ressalto este fato por conta da apresentação das súplicas a Deus, que são feitas em seus textos ao

⁶⁴²⁴ SOUZA, Maria Enísia Soares de. **Atitudes da Poética Afro-Brasileira**. Multisaberes. Rondônia (UAB/UNIR), Primeira edição, ano1, nº 1, março de 2011.

⁶⁴²⁵ LIMA, Carolina. Uma visão histórica do poema “Vozes D'África” de Castro Alves. **Igualitária**: Revista do Curso de História da Estácio BH ISSN - Belo Horizonte, Vol.1, n.1, jul-dez 2012: Gerais: Memória, Identidade e Patrimônio.

deus que é pregado pelo catolicismo e não aos Orixás⁶⁴²⁶, que certamente, representam a religiosidade dos povos africanos.

Os versos que compõem sua poética traduzem sua visão sobre como o Novo Mundo estava tratando os africanos e assim, com toda sua lírica, representa na poesia a voz da África, de forma que levasse a perceber as diferenças entre as duas costas atlânticas e o tratamento que era dado aos negros. Não é à toa que em *Vozes D'África* é representada a África como uma mãe.

O Navio Negreiro: notas transatlânticas sobre uma tragédia no mar

Um dos poemas mais clássicos da literatura brasileira, que em 1868, ao ser recitado pela primeira vez, em voz alta, deixou todos que ouviam, perplexos, com seu conteúdo que se tornou épico, ao retratar o tráfico de escravizados de uma forma romanceada, mas que poeticamente, foi estabelecido um nexos com as realidades da sociedade escravocrata brasileira.

Tal fato é visível pelo sucesso que o poema teve, tomando proporções inimagináveis, justamente por conduzir o leitor, numa navegação e juntos com os tumbeiros, navegar nas atrocidades que a sociedade brasileira, aceitava ao comprar os cativos nos portos, pois assim, contribui para a permanência do tráfico de escravos.

Em sua poesia, trata de forma bastante lúcida, com hipérboles e metáforas, fazendo com que os ouvintes, possam ir ao além-mar e dentro de seus versos decassílabos, ser conduzido ao único país que conservava a escravidão como instituição da América. Em todos os diálogos presentes em seu texto, percebe-se que tenta fazer com que todos ao ouvirem ou mesmo ler sua poesia, possa tomar parte da causa, posicionando-se contrário à escravidão e principalmente ao tráfico de escravizados vindo do continente africano.

Mesmo o tráfico oficialmente tenha sido extinto em 1850 com a Lei de Eusébio de Queiroz comenta Grinberg e Salles.⁶⁴²⁷ No entanto, ainda na sociedade permanecia o tráfico interprovincial, e desta forma, a presença e o sentimento de continuidades da escravidão continuará, então, nada mais plausível que mostrar a uma sociedade que por vezes não desejava se ver nela, como aconteceu a introdução da presença dos escravizados africanos aqui no Brasil.

Castro Alves abre seu poema de forma a fazer o leitor embarcar em sua visão de como seria esse traslado dos escravizados vindos neste caso da África, com versos que se alongam como se fossem uma esteira no mar, e com suas metáforas conduzir na imensidão do mar com o infinito do céu, que juntos formavam o horizonte do que viria a ser o navio dos horrores.

O verbo na terceira pessoas do plural dá uma dimensão de inclusão de todos e ao mesmo, também um convite a entrar na "Tragédia no Mar" como originalmente foi lido e intitulado, que na posteridade como trata Costa e Silva (2006) seria conhecido como Navio Negreiro. Em suas linhas convida a uma leitura de um mundo que se abre para ver como as travessias foram tão cruéis quanto a permanência do sistema escravista aqui adotado pela aristocracia brasileira.

De certo, há uma preparação para que leitor, possa perceber, como se estivesse num cruzeiro em alto mar, mas que seus tripulantes e população, não estavam num simples navio que ia cruzar mares. Mas um navio que desaponta desde a concepção, e neste sentido, usa

⁶⁴²⁶ Os Orixás são divindades ligadas principalmente aos elementos da natureza e que protegem as nações africanas, para estudo desta relação consultar o Apêndice: "As religiões no Brasil" do prof. Antônio Flávio Pierucci In: GAARDER, Jostein, HELLERN, Victor, NOTAKER, Henry. *O livro das religiões*. Trad. Isa Mara Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. Dentre o panteão dos Orixás, destaco Oxalá, Ogum, Oxum, Iemanjá, Xangô, Ossaim, Exu, Iansã, Oxumaré, Logum Ede, Oxóssi, entre outros, ver relação de orixás cultos e lendas em VERGER, Pierre Fatumbi. *Lendas africanas dos Orixás*. Trad. Maria Aparecida da Nóbrega. 4 ed. Salvador: Corrupio, 1997.

⁶⁴²⁷ GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial, volume II (1831-1870)**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014

nas quatro primeiras estrofes, sempre o verbo empregado no plural e repetidamente as mesmas frases: *'Stamos em pleno mar...* A imaginação flui como num entardecer e o convite nos faz entrar no mundo em que o poeta, mais deseja revelar. Entremos então em seus versos iniciais...

'Stamos em pleno mar... Doudo no espaço
Brinca o luar — dourada borboleta;
E as vagas após ele correm... cansam
Como turba de infantes inquieta.
'Stamos em pleno mar... Do firmamento
Os astros saltam como espumas de ouro...
O mar em troca acende as ardências,
— Constelações do líquido tesouro...
'Stamos em pleno mar... Dois infinitos
Ali se estreitam num abraço insano,
Azuis, dourados, plácidos, sublimes...
Qual dos dous é o céu? qual o oceano?...⁶⁴²⁸

Percebe-se na citação acima, a preocupação do poeta em traduzir em seus versos a descrição de um horizonte, composto dos elementos naturais mais sublimes e de forma a apresentar uma entrada bela, com suas leituras do horizonte tanto do mar quanto do céu associadas a riquezas, tanto materiais ao tratar como ouro e tesouros em seus versos, com religiosos, ao nos remeter a ideia de firmamento⁶⁴²⁹.

A forma com trata na última estrofe, percebe-se os dois, tanto o céu quanto o mar, se confundem, se abraçam insanamente como trata o poeta. Este sentido é notório, quando as estrelas, os astros são refletidos nas águas do mar, e neste caso, de fato no horizonte se confundem, pois um acaba sendo refletido no outro. E assim tece suas perguntas iniciais: *Qual dos dous é o céu? qual o oceano?...*

Diante deste cenário, percebe-se ao longo das demais estrofes, um desejo de provocação de que a embarcação seja lida de forma mais profunda, tanto que adoça seus versos com palavras mais firmes e questionamentos a serem pensados. Assim, escreve que,

'Stamos em pleno mar. . . Abrindo as velas
Ao quente arfar das virações marinhas,
Veleiro brigue corre à flor dos mares,
Como roçam na vaga as andorinhas...
Donde vem? onde vai? Das naus errantes
Quem sabe o rumo se é tão grande o espaço?
Neste saara os corcéis o pó levantam,
Galopam, voam, mas não deixam traço.
Bem feliz quem ali pode nest'hora
Sentir deste painel a majestade!
Embaixo — o mar em cima — o firmamento...
E no mar e no céu — a imensidade!
Oh! que doce harmonia traz-me a brisa!
Que música suave ao longe soa!
Meu Deus! como é sublime um canto ardente
Pelas vagas sem fim boiando à toa!⁶⁴³⁰

⁶⁴²⁸ CASTRO ALVES, Antônio de. *Navio Negreiro*. In: *Os Escravos*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2013. p. 94.

⁶⁴²⁹ Na Bíblia Cristã, mas precisamente em Gêneses, Deus chama de firmamento as concretizações em que O Senhor faz ao criar todos os astros e divisões do mar e terras, dentro de seis dias. Certamente, Castro Alves, ao trazer tais palavras quer apontar as belezas que Deus criou na terra e como o “homem” trata o que seu criador fez e como as criaturas se tratam de forma diferenciadas, quando na verdade, na cristandade, seriam todos iguais perante a Lei de Deus.

⁶⁴³⁰ CASTRO ALVES, Antônio de. *Navio Negreiro*. In: *Os Escravos*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2013. p. 94-95.

Se no terceto inicial é uma contemplação do horizonte e das belezas pujantes do oceano e do céu, na quartilha acima, apresenta uma partida, justamente é visível quando expõe no verso inicial da primeira estrofe acima: *...Abrindo as velas...* Nesta perspectiva dar o ar de navegação e movimento, já que as velas servem para usar o vento para locomoção sobre o mar.

Nos versos que se seguem na estrofe, é como se o poeta estivesse vendo a embarcação correr sobre as ondas do mar, navegando para outros horizontes, de tal forma que ele mesmo questiona: *Donde vem? onde vai? Das naus errantes*, é como se estivessem perdidas, mas nos versos finais em que a rima entre espaço e traço, nota-se que seguramente, as naus sabem onde ir, pois mesmo as andorinhas que voam e os corcéis que galopam sabem onde ir.

Acredito que nesta ênfase, por mais pura que tenha sido as ideias do poeta até agora, não quis aterrorizar ou mesmo demonstrar logo de cara como é as travessias nos navio tumbeiros, que acima de tudo traziam seres humanos. Certamente, este conceito como é usado nas modernas literaturas não tinha conhecimento, mas em seu cerne, havia pessoas e que este era um crime em sua visão.

Mas como apresentar tais fatos a uma sociedade que reafirmava e permitia tais situações lastimáveis? As sábias palavras de conforto e entrada de seu poema, deixa aos ouvintes na ideia de uma navegação tranquila e salutar, e qual seria assim a tragédia no mar em sua poesia? Até agora tem poupado todos com delicadeza e sutileza em suas palavras, que é um de seus recursos, ao usar as hipérboles e as antíteses, e com estas as comparações se tornam mais próximas da realidade da aristocracia brasileira, sem causar de imediato espanto.

De certo, somos levados a tentar entender como se daria uma tragédia no firmamento e nas belezas dos astros que em seus versos, abraçam a mar e céu, numa alusão de igualdade mesmo distantes entre si. Acredito que seja influências das poesias de Victor Hugo e das ideias humanistas que tinha contato e leituras, conforme destaca Passos (1965). De toda a forma, não era tema dos saraus poéticos textos dedicados a causa negra, pelo menos da forma que trata nesta poesia.

Sua influência cristã, também contribui em seus versos, para respaldar suas leituras sobre a realidade em que via e desejava que os outros partilhassem de suas desilusões e de suas imaginações tão bem apuradas, como destaca Costa e Silva⁶⁴³¹, pois vislumbrar o além-mar certamente era profundamente, o que propõe Castro Alves ao decassilabamente tratar o tráfico de escravos tão majestosamente.

Mas cabe ressalvas em suas leituras até neste ponto. Pois, sua visão cristã também limita seu discernimento, principalmente ao pôr todas as divindades alicerçadas nesta ótica, quando na verdade vindos da África, muitas outras manifestações estavam presentes dentro das embarcações e assim com elas, pedidos e formas diferenciadas de praticar a fé.

No entanto, temos também que compreender que na sociedade aristocrata e com o poder da igreja nela intimamente presente, romper com a visão cristã não é fácil. Principalmente, quando se tinha uma presença marcante na política e uma união entre ambas que só seria rompida com as discussões da questão religiosa. Mas de fato, não afetam Castro Alves, que permanece ligado as doutrinas cristã. Ainda, com esta visão, aproxima os escravizados da sociedade que o tinham como posse, que tinha como propriedade.

E o que dizer na representação feita por Castro Alves sobre os tripulantes das embarcações? Ele vê como,

Homens do mar! ó rudes marinheiros,
Tostados pelo sol dos quatro mundos!
Crianças que a procela acalentara
No berço destes pélagos profundos!

⁶⁴³¹ COSTA E SILVA, Alberto. **Castro Alves**: um poeta sempre jovem. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Esperai! esperai! deixai que eu beba
 Esta selvagem, livre poesia
 Orquestra — é o mar, que ruge pela proa,
 E o vento, que nas cordas assobia...

 Por que foges assim, barco ligeiro?
 Por que foges do pávido poeta?
 Oh! quem me dera acompanhar-te a esteira
 Que semelha no mar — doudo cometa!
 Albatroz! Albatroz! águia do oceano,
 Tu que dormes das nuvens entre as gazas,
 Sacode as penas, Leviathan do espaço,
 Albatroz! Albatroz! dá-me estas asas.⁶⁴³²

Neste último quarteto da primeira parte da poesia *Navio Negreiro*, percebemos que o autor inicia com suas críticas ao sistema escravocrata, de modo que chama os marinheiros de rude. Ainda nesta mesma estrofe inicial da citação acima, nota-se que o poeta chama os marinheiros também de crianças, mesmo classificando-os como rudes, visto inicialmente na estrofe de abertura deste quarteto.

Certamente, esta alusão se faz pela necessidade de ver ainda os reflexos de como estes marinheiros se tornaram capazes de transportar pessoas a ficar no Brasil condicionada a uma escravidão sem limites. Mas também não seria estes marinheiros acalentados pela procela e mesmo dos pélagos, frutos desse sistema que visa unicamente a lógica comercial?

Porque ao serem tratados como crianças, a forma como Castro Alves aborda é quase como se fosse uma tortura em pleno mar, ter uma infância cheia de desapegos e mesmo assim, ainda chamo a atenção para outra característica que aponta nos marinheiros, que é *Tostados pelo sol dos quatro mundos*. Diante deste cenário, podemos também notar que não eram “transportadores” brancos, mas navegantes que se aproximava dos escravizados. Outra questão importante a ser destaca é a ideia de experiência que estabelece aos marinheiros, pois como expõe são tostados pelos sol dos quatro canto do mundo. Nesse sentido, os quatro canto seriam todas as terras de conhecimento da navegação global deste período.

Na segunda estrofe, é possível ver na metalinguagem um recurso que aproxima o poeta, não só da condição de narrador, mas como de participante no processo de discussão, até por apontar sua poesia como selvagem, por lidar acredito, justamente com elementos que precisariam ser desbravados. E ao som de uma orquestra, a sinfonia é acordada pelos traços do navio e a sonoridade surge partir da necessidade de se representar as embarcações como uma arte.

Mas não uma arte pura e simples, mais um conjunto de poesia, som e elementos da natureza, que juntos fazem no navio tumbeiro uma poesia, que a chama de livre, mas com os traços de selvageria que lhe é de direito, justamente no sentido de enfatizar sua poesia, uma orquestra de uma música só, num só ritmo toda a travessia transatlântica.

⁶⁴³² CASTRO ALVES, Antônio de. *Navio Negreiro*. In: *Os Escravos*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2013. p. 95-96.

A PRODUÇÃO DA HISTÓRIA ORAL DO EXÉRCITO E O CONTEXTO HISTÓRICO DOS ANOS 90

Ronaldo Almeida Carneiro⁶⁴³³
ronaldoalmeida12@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho compõe o primeiro capítulo da minha dissertação de mestrado, e tem por finalidade apresentar o contexto histórico dos anos 90, que influenciou a elaboração do Projeto de história oral do Exército “1964-31 de Março: o movimento revolucionário e a sua história”, publicado pela Biblioteca do Exército (BIBLIX), dando ênfase nos fatos que envolveram a criação da Lei dos desaparecidos e da Lei dos Arquivos.

Nesse trabalho buscaremos aprofundar a análise das necessidades do Exército em produzir suas memórias, observando como a Lei dos Desaparecidos e a Lei dos Arquivos se configuraram, para os militares, como uma provável ameaça a “garantia” de impunidade, concedida pela Lei de Anistia, gerando a necessidade de realizar uma defesa das ações dos golpistas, por intermédio da publicação de suas memórias que visavam mitigar as ações do golpe civil-militar de 1964 e conquistar simpatizantes as suas causas.

Palavras-Chave: Memórias, Lei do Acesso, Lei dos Desaparecidos.

Introdução

Em 2003, as vésperas do aniversário de 40 anos do golpe civil-militar⁶⁴³⁴, o Exército Brasileiro, por intermédio da Biblioteca do Exército (BIBLIX), publicou o Projeto de história oral do Exército “1964-31 de Março: o movimento revolucionário e a sua história”, que tinha como objetivo precípuo conferir aos militares a oportunidade de expor as suas motivações e as circunstâncias que os levaram a participar do golpe civil-militar⁶⁴³⁵. O presente capítulo, do trabalho, tem por finalidade desvelar os diversos acontecimentos, que ocorreram principalmente na década de 90, que impulsionaram os militares a se lançarem na empreitada de publicar a referida coletânea.

Esse objetivo é fundamental para compreendermos quando e como a Lei da Anistia, a Lei dos Arquivos, a Lei dos desaparecidos e a produção historiográfica, daquele período, se tornaram uma iminente ameaça e passaram a incomodar a caserna. Para tal pretensão, julgamos importante lançarmos vistas a década de 90, pois essa década marca o fim do governo do presidente José Sarney (1985-1990), que tinha uma forte influência dos militares em seu governo, e o governo dos presidentes Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), que gradativamente foram retirando a autonomia e, conseqüentemente, a influência dos militares na estrutura política do país. Esse olhar, para os anos 90, visa identificar as construções e as desconstruções que cooperaram, respectivamente, para o entrenchamento dos militares na tática do esquecimento e, posteriormente, para acompanharmos a mudança da tática, que impulsionou os militares a migrar do esquecimento para a ofensiva contra as memórias.

1. A Lei dos Arquivos

Para desenvolver o trabalho proposto estabeleceremos o diálogo com o Senador Fernando Affonso Collor de Mello, com o historiador Carlos Fico, com o cientista social Vitor

⁶⁴³³ Aluno do curso de Pós-graduação em História – E-mail: ronaldoalmeida12@hotmail.com

⁶⁴³⁴ Para compreender o conceito de golpe civil-militar ver A ditadura civil-militar. Daniel Arão Reis. O Globo, Prosa & Verso – 31.03.2012. Disponível em: file:///C:/Users/usuario/Desktop/O_Globo_Daniel.pdf. Acesso em: 24 de setembro de 2016.

⁶⁴³⁵ MOTTA, Arlides de Moraes (Coordenação Geral). **31 de março: o movimento revolucionário e sua história**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. Tomo 3, p.26.

Amorim de Angelo⁶⁴³⁶, com Desirée de Lemos Azevedo⁶⁴³⁷ e com o Procurador da República Marlon Alberto Weichert⁶⁴³⁸. Para dar conta da discussão que se travará em torno da Lei dos Arquivos e das demais legislações subsequentes sobre o tema. Nesse sentido, Desirée de Lemos Azevedo aponta que durante a década de 1990, teoricamente, se iniciaria a abertura de documentos produzidos pelos Sistemas de Segurança e Informação (SNI), durante o período do golpe civil-militar. Contudo, naquele período, as políticas de envio de documentos a arquivos públicos e as políticas de acesso às documentações daqueles arquivos, não eram homogêneas e com procedimentos que restringiam a realização de pesquisas, haja vista, que a maioria da documentação era considerada de informação pessoal⁶⁴³⁹.

Sobre essas restrições, segundo Carlos Fico, foi causada pelo excessivo sigilo na esfera governamental que se iniciou antes mesmo do fim do golpe e pode ser percebida na atuação de algumas instituições, como o Arquivo Nacional, que alegava que a abertura dos arquivos referentes ao golpe iria de encontro ao direito à privacidade, à proteção da imagem e da honra das vítimas⁶⁴⁴⁰.

Fernando Collor sancionou, em janeiro de 1991, a Lei nº 8.159/91, que tratava sobre a política nacional de arquivos públicos e privados⁶⁴⁴¹, com o objetivo de regulamentar o inciso 33, do artigo 5º, da Constituição Federal de 1988, prevendo que todos os documentos sigilosos, independentemente de sua classificação, referentes à segurança da sociedade e do Estado estariam restrito por um prazo máximo de 30 anos, a contar de sua produção, sendo prorrogável por igual período uma única vez e, os documentos referentes à imagem e a honra das pessoas teriam um prazo máximo de 100 (cem) anos, a contar da sua data de produção⁶⁴⁴².

No entendimento de Azevedo a “super proteção” conferida à documentação referente ao golpe é uma maneira de silenciar sobre o período⁶⁴⁴³. Já sobre a proteção conferida a essa documentação, Carlos Fico possui o entendimento que a Lei 8.159/91 tinha um caráter democrático e que o Decreto 2.134/97, que veio para regulamentar o artigo 23 da Lei 8.159/91, criou regras justas para o acesso à documentação sigilosa do golpe civil-militar.

Contrariando a posição assumida por Carlos Fico, o Procurador da República Marlon Alberto Weichert, ressalta que somente o acesso à informação possibilita o conhecimento e a compreensão da realidade e da história⁶⁴⁴⁴. Segundo o Procurador não haveria mais razões para o sigilo não se admitindo dessa forma, que a lei, a pretexto de regulamentar o exercício do direito o inviabilize, dificulte ou relativize, pois o regime jurídico dos direitos fundamentais elencados na Constituição⁶⁴⁴⁵. Weichert ressalta que a Lei 8.159/91, que foi objetos de

⁶⁴³⁶Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Vila Velha. <http://www.lehpi.ufes.br/vitor-amorim-de-angelo>. Acesso em 11 de julho de 2016.

⁶⁴³⁷Possui doutorado (2016) em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas. <http://www.escavador.com/sobre/5910419/desiree-de-lemos-azevedo>. Acesso em 11 de julho de 2016.

⁶⁴³⁸Possui mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000). <http://www.escavador.com/sobre/4051616/marlon-alberto-weichert>. Acesso em 11 de julho de 2016.

⁶⁴³⁹ AZEVEDO, Desirée de Lemos. Documentos Reservado. Verdades, segredos e disputas pela memória dos Acervos da Ditadura Civil Militar brasileira. **Revista Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v.6, n.1, p.13, 2011.

⁶⁴⁴⁰ FICO, Carlos. História do Tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis – o caso brasileiro. **Revista Varia História**. V. 28, n. 47, p. 44, jan/jul. 2012.

⁶⁴⁴¹ MELLO, Fernando Affonso Collor de. **Lei de Acesso à Informação Pública**. Questão de Estado: Debate sem distorções. Brasília: Senado Federal, Senador Fernando Collor, 2011, p.241.

⁶⁴⁴² BRASIL. Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 09 jan. 1991.

⁶⁴⁴³ AZEVEDO, op. cit. p.16.

⁶⁴⁴⁴ WEICHERT, Marlon Alberto. Arquivos Secretos e Direito à Verdade. **Boletim dos Procuradores da República**, nº 77, p.18. 2007.

⁶⁴⁴⁵ Ibidem. p.19.

seguidas regulamentações presidenciais, por intermédio dos Decretos nº 2.134/97, 2.910/98, 4.497/02 e finalmente o Decreto nº 4.553, de 2002 mostra a insistência do Estado brasileiro de manter em sigilo documentos e informações relativas ao período do golpe atingindo o direito das famílias de mortos e desaparecidos políticos.

Vitor Amorim de Angelo também assume uma postura crítica sobre a falta de livre acesso aos arquivos da ditadura, ressaltando que essa falta de acesso é recorrente em todos os governos e que a possibilidade de abertura dos acervos sempre foi uma questão sensível, circundada de debates e acusações entre os militares e pesquisadores⁶⁴⁴⁶.

Verificamos que a produção historiográfica, de modo geral, realiza críticas a forma que o governo, por intermédio de suas legislações, cria verdadeiras barreiras para o acesso de pesquisadores aos documentos referentes ao golpe. Podemos observar que durante a década de 1990, período que surgiu o projeto da coletânea, houve uma série de publicações de leis e decretos, que visavam regulamentar o tema. É bem verdade que a legislação produzida naquele período não permitiria, ainda, o acesso de pesquisadores a possíveis documentações do período do golpe, contudo os militares pareciam ter ciência que essa situação poderia ser alterada com a publicação de uma Lei ou Decreto que tratasse do tema.

O acesso aos arquivos daquele período, em especial, os produzidos pelos militares das Forças Armadas, é uma reivindicação antiga dos familiares e pesquisadores que buscam esclarecer os acontecimentos do referido período, mas se deparava com as constantes negativas do governo brasileiro, após o período de redemocratização. A Carta Magna de 1988 contemplava o acesso à informação, contudo, a falta de regulamentação em primeiro momento, e posteriormente, uma série de regulamentações burocráticas que praticamente aumentavam o abismo existente entre os pesquisadores e familiares e os arquivos. Atualmente, esse imenso abismo foi diminuído, graças a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, assinada pela Presidente Dilma Rousseff, que regulamenta o acesso às informações. Esta regulamentação revogou as anteriores, abrindo espaço para a um acesso “menos burocratizado” aos arquivos sobre o golpe.

Nessa parte da pesquisa, trabalho com Leis e Decretos, que regulavam o acesso aos arquivos públicos, julgo de grande valia abordar o conceito de “documentos sensíveis”, contido em Icléia Thiesen, e “história do tempo presente”, de Roger Chartier. Para Thiesen, documentos sensíveis podem ser definidos como aqueles que foram produzidos ou recebidos durante as atividades dos organismos produtores ou doadores no âmbito das suas atividades, cujo conteúdo documental contém segredos de Estado e/ou expressam polêmicas e contradições envolvendo personagens da vida pública ou de seus descendentes⁶⁴⁴⁷.

2. A Lei dos desaparecidos

Nesse tópico do trabalho buscaremos aprofundar o debate a cerca da Lei dos desaparecidos e a repercussão causada, por ocasião da criação das comissões que deram suporte para o debate e a criação da Lei. Contudo, para uma melhor compreensão do tema será necessário retornar o debate até a Lei da Anistia e para tal tarefa dialogarei com Simone Hegele Bolson, Glenda Mezarobba, Nilmário Miranda. Atualmente, no meio jurídico é crescente o posicionamento contrário a Lei da Anistia, por ferir uma série de tratados internacionais, nos quais o Brasil é signatário⁶⁴⁴⁸.

Para Bolson a concessão da anistia aprovado pelo Congresso Nacional foi uma opção política de apaziguamento que levou à impunidade e institucionalizou o *esquecimento*. Para

⁶⁴⁴⁶ ANGELO, Vitor Amorim de. Quem tem documentos sobre a ditadura? Uma análise da legislação e das iniciativas governamentais. **Revista Política & Sociedade**, v.11, n.21, a. 204, p. 203, jul 2012.

⁶⁴⁴⁷ THIESEN, Icléia. Documentos 'sensíveis': produção, retenção, apropriação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 6, p. 5, 2013.

⁶⁴⁴⁸ BOLSON, Simone Hegele. A história do tempo presente e a lei da anistia: 30 anos de uma memória encoberta pelo véu do esquecimento. **Revista Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPUCRS, v.1, n.1, p.10, jun-2010.

ela, o reconhecimento de uma “mão dupla” da lei - através da anistia dos crimes políticos praticados pelos cidadãos contra o Estado, como das violações aos direitos humanos perpetradas contra seus cidadãos - foi à justificativa legal para a institucionalização do esquecimento⁶⁴⁴⁹. Nesse sentido, Glenda Mezarobba esclarece que existia outro objetivo desejado pela anistia, o do esquecimento dos excessos cometidos durante o golpe civil-militar. Dessa forma, os militares, aterrorizados pela possibilidade da reconstituição do passado, evitam lembrar os abusos ocorridos durante o golpe⁶⁴⁵⁰.

Os militares buscaram a todo custo realizar a prática do esquecimento, contudo essa prática foi duramente ameaçada pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) – que foi instalada pela Lei nº 9.140/95, com o objetivo de buscar solução para os casos de desaparecimentos e mortes de opositores políticos por autoridades do Estado durante o período 1961-1988, sendo o marco inicial do reconhecimento, pelo Estado brasileiro, de sua responsabilidade no assassinato de opositores políticos no período abrangido. Contrariando o desejo dos militares o governo reconheceu responsabilidade sobre a integridade dos presos e o destino dado a 136 desaparecidos⁶⁴⁵¹.

Para Nilmário Miranda, a lei proposta pelo Governo “era apenas uma legislação de caráter indenizatório, que precisava ser aprimorada. Declarava formalmente a responsabilidade objetiva do Estado, mas ninguém, individualmente, seria investigado”, prevalecendo como interpretação oficial acerca da Lei de Anistia a ideia de que eram inimputáveis os crimes cometidos pelos agentes da repressão política⁶⁴⁵².

Observamos que, apesar de ser uma legislação de caráter indenizatório a Lei dos desaparecidos teve um enorme peso para seus familiares, que viram o reconhecimento do governo brasileiro pelos erros cometidos no período do golpe, e causou um profundo impacto no imaginário dos militares, que passaram a temer que a “via de mão dupla” criada pela Anistia fossem interdita, graças às pressões dos familiares dos desaparecidos e, também, pelos processos judiciais que estavam em curso na Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, com o objetivo de responsabilizar as altas autoridades e torturadores, daqueles países.

Buscarei trabalhar de forma central, com a Lei de Anistia e a Lei dos desaparecidos, bem como com os relatórios produzidos pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, realizando um diálogo com a legislação e os conceitos contidos na Lei dos Arquivos. Julgo importante trabalhar os conceitos de esquecimento, contidos em Michel Pollak, em Jacques Le Goff e Paul Ricoeur e, também, será importante ter em mente o conceito de história do tempo presente, de Roger Chartier, citado anteriormente.

Para tratar do conceito de esquecimento, faremos uso do conceito de Michel Pollak, que atenta para os processos de dominação e submissão das diferentes versões e memórias, apontando para a divisão entre a memória oficial e dominante e “memórias subterrâneas”, que são marcadas pelo silêncio.

Também consideramos importante a abordagem realizada por Jacques Le Goff⁶⁴⁵³, onde afirma que os silêncios e esquecimentos são instrumentos de dominação ou mesmo manipulação das classes dominantes das sociedades. Na concepção de Paul Ricoeur a problemática do esquecimento é bastante vasta, ele explora o esquecimento como

⁶⁴⁴⁹ Ibidem. p. 7.

⁶⁴⁵⁰ MEZAROBBA, Glenda. “Anistia de 1979: o que restou da lei forjada pelo arbítrio?” In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (org.). **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**, volume II, São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009, p.379.

⁶⁴⁵¹ BRASIL. Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p.28.

⁶⁴⁵² Ibidem. p. 35.

⁶⁴⁵³ MONTEIRO, Silvana Dumond; CAPELLI, Ana Esmeralda; PICKLER, Maria Elisa Valentin. Representação e memória no ciberespaço. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 115-123, set. 2006.

integrante do processo memorialístico diante de dois parâmetros: de um lado, uma ameaça à fenomenologia da memória e à epistemologia da história; de outro uma figura da “memória feliz”. Consideramos que, para o trabalho em curso, os conceitos contidos em Pollak e Le Goff podem auxiliar na proposta desse trabalho.

3. A necessidade dos militares produzirem suas memórias sobre o golpe civil-militar de 1964

Os militares buscavam, com a Lei da Anistia, silenciar e promover um verdadeiro esquecimento dos seus atos praticados durante o período do golpe. Contudo, para aqueles que perderam seus entes queridos e para os pesquisadores, o silêncio, pretendido pela caserna com a “generosa” Lei da Anistia, era constrangedor. Carlos Fico verifica que, após a redemocratização do país houve um crescimento exponencial dos trabalhos acadêmicos sobre a temática do golpe⁶⁴⁵⁴. Paralelo ao aumento da produção acadêmica, os militares se deparavam com outros problemas, citados anteriormente, como o a pressão popular para obter acesso aos arquivos sobre o período, a publicação da Lei dos desaparecidos e, também, a decisão dos países do cone sul, em investigar e punir as altas autoridades que atuaram nas ditaduras, daqueles países.

Os militares se davam conta, que a tática do esquecimento, pretendida por eles, não estava surtindo o efeito desejado e foram surpreendidos, na década de 90, por uma série de ameaças aos seus planos, causando uma profunda insatisfação, no mais alto escalão militar. Sobre isso, o General Ibiapina⁶⁴⁵⁵, publicou um discurso na Revista do Clube Militar, onde ele alertava para a incômoda situação de isolamento dos militares, admoestando, seus pares e subordinados, que a omissão não é aceitável e que deveriam marcar suas posições⁶⁴⁵⁶. Da mesma forma, em 1997, o Ministro de Estado do Exército, o General Zenildo de Lucena⁶⁴⁵⁷, enviou uma carta, a presidência do Clube Militar, solicitando o engajamento daquela entidade, e de seus associados, contra as falácias da imprensa ou de autores, com o objetivo de restabelecer a verdade histórica⁶⁴⁵⁸. Os militares viam uma necessidade latente, em marcar suas posições e realizar uma operação defensiva, para conter ou minimizar os impactos causados pelas ofensivas civis.

Para alcançar esses objetivos os militares fizeram uso da história oral, mobilizando 250 memórias, de civis e militares, que participaram de alguma maneira do golpe civil-militar de 1964. Nesse momento é fundamental nos apropriarmos das considerações de Michael Frisch, onde a memória coletiva é concebida como uma componente das novas compreensões

⁶⁴⁵⁴FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. V.24, n.47, p.40, jul. 2004.

⁶⁴⁵⁵Iniciou sua carreira militar no Colégio Militar do Ceará. Coursou a Escola Militar do Realengo onde foi declarado aspirante de Engenharia em 1938. Coursou a ECEME nos anos de 1953/1955. Serviu na 7ª Região Militar e em 1963, foi transferido para o IV Exército. A partir do dia 2 de abril de 1964 recebeu a missão de presidir um Inquérito Policial Militar para apurar a extensão da infiltração marxista e subversiva na área do IV Exército. Na Escola das Américas cursou Informações e Contra-Informações e esteve como Adido das Forças Armadas, em Quito, Equador, de 1969/1971. Alcançou o generalato em março de 1975. Em maio de 1996 foi eleito presidente do Clube Militar, função que desempenhou com invejável brilho e dedicação até junho de 2002, sendo reeleito em dois períodos. Atuou como jornalista e colaborador em jornais de grande circulação nacional, neles incluído a Tribuna do Ceará, o Correio do Povo, o Estado de Minas, A Tarde, o Ombro a Ombro, Letras em Marcha e Inconfidência. <http://www.ahimtb.org.br/10anosahimtb.htm>. Acesso em 28 de abril de 2015

⁶⁴⁵⁶IBIAPINA, **Revista do Clube Militar**, n.º 328, de julho/agosto/setembro de 1996, p. 7-8.

⁶⁴⁵⁷Foi ministro do Exército no governo de Itamar Franco e no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. http://pt.wikipedia.org/wiki/Zenildo_Gonzaga_Zoroastro_de_Lucena. Acesso em 28 de abril de 2015.

⁶⁴⁵⁸LUCENA, **Revista do Clube Militar** n.º 388 de agosto de 1997, p.7.

acadêmicas. Segundo Frisch, a história oral tem tido especial importância, devido o seu processo e o seu envolvimento na recuperação e na reapropriação do passado⁶⁴⁵⁹.

A coletânea faz uso das memórias do passado e como determina Henry Rousso a memória é incontestavelmente da atualidade, mas também é uma representação seletiva do passado, do indivíduo e do grupo que ele está inserido. Contudo, mesmo contendo essas representações Rousso afirma que a história da memória é elemento essencial na análise das culturas políticas⁶⁴⁶⁰ e, segundo Jean-François Sirinelli, essa análise permite verificar o debate político inserido, pelas gerações que detêm a memória⁶⁴⁶¹.

Contudo, observamos que o debate contido na coletânea procura realizar uma legitimação das causas e das circunstâncias que culminaram no golpe, buscando de toda forma retratá-las como inevitáveis, diante da crescente tensão que tomava conta do país, e que agiram naquele momento com o objetivo de evitar a deterioração política e econômica do Brasil. Eduardo dos Santos Chaves relata sobre o interesse dos militares, em realizar uma narrativa legitimadora para o golpe, onde o entrevistador e entrevistado possuíam perspectiva sobre os fatos, procurando levar a cabo uma história “magistral” da “revolução”⁶⁴⁶².

Segundo o General Aricildes de Moraes Motta⁶⁴⁶³, um dos objetivos do projeto é formular argumentações para combater o “revanchismo” que é realizado contra os militares por diversos setores da sociedade brasileira, que atuando por motivações ideológicas promovem envolventes campanhas, principalmente com o apoio da mídia e de alguns intelectuais, com o objetivo de impedir que “*as novas gerações possam pesquisar, estudar, ler e encontrar a verdade*”⁶⁴⁶⁴.

Para Chaves, os militares tinham interesse em produzir suas memórias em detrimento da necessidade do Exército de lembrar o seu passado, de maneira “nobre” e “patriótica” e para a disseminação de uma “versão” dos fatos que fosse capaz de realizar uma contraposição e desmentisse os “revanchistas”⁶⁴⁶⁵.

Nessa pesquisa utilizaremos o conceito contido em Demian Bezerra de Melo, que cita David Coates, para esclarecer que o *revisioismo adquire um* sinônimo de “traição”⁶⁴⁶⁶. Segundo Segrillo o revisionismo refere-se a um conjunto de trabalhos que se opôs à interpretação ortodoxa/anticomunista e se caracterizou pela introdução da história social⁶⁴⁶⁷, e para Hobsbawm, o revisionismo é a uma nova interpretação de fatos já conhecidos, e não a resultados de pesquisa empírica; está baseado em interesses de natureza puramente ideológica⁶⁴⁶⁸.

Contudo, Crane Brinton explica que o historiador, em resumo é obrigado a ser um revisionista⁶⁴⁶⁹ e de certa forma, a prática de reescrever a história faz parte do portfólio de atribuições do historiador que, quando possível, realiza novas contribuições a um determinado tema. Segundo J. F. Maya Pedrosa⁶⁴⁷⁰, em sua obra “*O Revisionismo Histórico*

⁶⁴⁵⁹ AMADO, Janaina, FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**, coordenadoras – 8ª Ed – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.74.

⁶⁴⁶⁰ Ibidem. p.96.

⁶⁴⁶¹ Ibidem. p.135.

⁶⁴⁶² CHAVES, Eduardo Santos. “Somos guardiões da memória...”: uma coleção homenageia os “vitoriosos” de 31 de março de 1964. **Revista Tempo e Argumento**, v.5, n.10, a. 2013, p. 157.

⁶⁴⁶³ O General Aricildes de Moraes Motta foi o Coordenador Geral do projeto

⁶⁴⁶⁴ MOTTA, Aricildes de Moraes (Coordenação Geral). **31 de março: o movimento revolucionário e sua história**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. Tomo 10, p.9-10.

⁶⁴⁶⁵ CHAVES, op. Cit. p.150.

⁶⁴⁶⁶ MELO, Demian Bezerra de. **A miséria da historiografia: o revisionismo historiográfico 40 anos depois do golpe de 1964**. 2005. 98f. Monografia (Bacharel em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

⁶⁴⁶⁷ MELO, op. Cit. p.50.

⁶⁴⁶⁸ MELO, op. Cit. p.150.

⁶⁴⁶⁹ MELO, op. Cit. p.43.

⁶⁴⁷⁰ Pertence ao Conselho editorial da Bibliex.

Brasileiro”, a revisão histórica é benéfica, desde que os críticos se atenham a critérios científicos tão ou até mais rigorosos do que aqueles que nortearam a história original. Segundo Pedrosa, é comum entre esquerdistas realizar a revisão da História tendenciosa⁶⁴⁷¹ e, nesse sentido, o revisionismo, contido na coletânea e debatido por Pedrosa e pelos militares, adquire o significado de luta contra a deturpação e a agressão à história da caserna⁶⁴⁷².

Para nosso trabalho a análise das memórias dos militares permite resgatar a memória e promover uma relação entre o passado e o presente de nossa sociedade, alertando para as vulnerabilidades e possíveis abusos da memória. Contudo, antes de compreendermos as possíveis vulnerabilidades e abusos é necessário entender a relação entre memória e historiografia, onde o uso adequado da memória é a busca “da verdade do passado”⁶⁴⁷³. Superando, dessa forma, toda a relação conflituosa existente entre a historiografia e a memória, estabelecendo relações complexas entre elas, instituindo, ainda uma relação de complementaridade.

Nesse sentido, busco estabelecer um diálogo entre Paul Ricoeur e com José Carlos Reis para esclarecer que além da relação de complementaridade, entre memória e historiografia, a historiografia presta um serviço incalculável à memória quando impõe crítica a memória⁶⁴⁷⁴. A crescente tendência dentro da historiografia de privilegiar o estudo de novas fontes para a pesquisa historiográfica, tem colocado o estudo das memórias em evidência. Dessa forma, é necessário balizar os conceitos teóricos, que utilizaremos na concepção de memória e identidade, elencadas por Maurice Halbwachs, Michel Pollak, Paul Ricoeur, Henry Rousso, Jacques Le Goff e José Carlos Reis para que possamos ter uma melhor compreensão das memórias apresentadas, na Coletânea e para analisarmos quais os laços de identidades os depoimentos pretendem desenvolver.

Consideramos de grande valia balizar nossa concepção de memória e, para isso, faremos uso da concepção descrita por Henry Rousso em “*A memória não é mais o que era*”⁶⁴⁷⁵ onde a memória é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional⁶⁴⁷⁶.

Maurice Halbwachs aborda o conceito de memória individual e memória coletiva, em sua obra *A memória coletiva*⁶⁴⁷⁷, onde ele faz uma distinção entre memória individual e memória coletiva. Assim, se o passado for resguardado em torno de uma determinada pessoa, que vê esse passado do seu ponto de vista, a minha memória, trata-se de uma memória individual. Já a memória coletiva pode ser compreendida se as lembranças se distribuem dentro de uma coletividade. Dentro da compreensão de Halbwachs, podemos verificar que a memória individual é influenciada pela coletiva e que ela sofre influência, devido à interação, de outras memórias.

Portelli afirma que a elaboração da memória e o ato de lembrar são sempre individuais, pessoais e não de grupos, contrariando a afirmação de Halbwachs que toda memória é coletiva. Candau também discorda e contraria a definição de memória coletiva contida em Halbwachs, quando define a terceira parte da memória, chamada de metamemória, como aquela forma de memória reivindicada a partir de uma filiação ostensiva, que diz respeito à construção identitária da memória coletiva de Halbwachs.

⁶⁴⁷¹ PEDROSA, J. F. Maya. **O revisionismo histórico brasileiro: uma proposta para a discussão**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2008, p.69.

⁶⁴⁷² Ibidem. p. 6.

⁶⁴⁷³ REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico**. 1ª.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p.36.

⁶⁴⁷⁴ Ibidem. p. 44.

⁶⁴⁷⁵ ROUSSO, Henry. *A memória não é mais o que era*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 93- 102.

⁶⁴⁷⁶ Ibidem. p. 94.

⁶⁴⁷⁷ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

Contudo, nesse trabalho, farei uso dos conceitos de memória individual e coletiva, contida em Halbwachs que destaca a existência de uma linha tênue entre a memória e a história, buscando ressaltar que a diferença entre história e memória é o pertencimento, físico e afetivo, ao grupo. Maurice preconiza em seus estudos que história começa onde termina a memória. Que ela é a escrita de fatos que ocuparam um espaço na memória dos homens. Já a memória é a história vivida na consciência do grupo que a mantém. Desse modo, a principal diferença entre memória e história é o pertencimento ao grupo, que não é apenas físico, mas, sobretudo afetivo, e que consolida a memória enquanto tradição⁶⁴⁷⁸.

Nesse contexto, Ricouer, em sua obra, *A memória, a história e o esquecimento*, relata a existência de uma memória íntima e compartilhada entre pessoas próximas, onde passamos da memória compartilhada à memória coletiva⁶⁴⁷⁹. Ainda nesse sentido, Pollak, em *Memória, Esquecimento, Silêncio*⁶⁴⁸⁰, afirma que a memória é uma “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar” (p.9). O autor aponta, em *Memória e identidade social*⁶⁴⁸¹, três elementos que constituem a memória: os acontecimentos vividos pessoalmente e os “vividos por tabela”; pessoas e personagens e, por fim, lugares. A utilização dos conceitos de memória, elencados anteriormente, é de grande valia para a pesquisa, pois os relatos que serão analisados podem oferecer “indícios” sobre os acontecimentos do período.

4. Considerações finais

Compreender os acontecimentos que foram transcorrendo, ao longo da década de 90, é fundamental para compreendermos as motivações dos militares em realizar um projeto capaz de entrar na batalha pela memória do golpe civil-militar e, concomitantemente, construir uma memória coletiva dos militares que seja capaz, ainda, de criar laços de identidades entre os militares.

Pra atingir o objetivo foi importante observarmos a importância do deslocamento dos militares do eixo central da política, a implementação da lei dos arquivos e da lei dos desaparecidos para que os militares compreendessem que seria uma questão de tempo para a derrocada da tática do esquecimento e reconciliação nacional.

A HISTÓRIA E O ENSINO DE HISTÓRIA: CONCEPÇÕES DE ALUNOS DE UMA ESCOLA PÚBLICA DO RECIFE

*Silvio Ricardo Gouveia Cadena*⁶⁴⁸²
cadenaurpe@gmail.com

Resumo: O seguinte trabalho tem como objetivo levantar questões sobre o Ensino-aprendizagem da disciplina escolar História, para isso foi elaborado um questionário de seis questões, inspirado na proposta de Luís Fernando Cerrí, que buscava averiguar as relações e concepções dos discentes do nono ano de uma escola da rede pública estadual sobre a

⁶⁴⁷⁸ Cardoso, Lucileide Costa. Criações da memória : **Defensores e Críticos da ditadura (1964-1985)**. Cruz das Almas/BA : UFRB, 2012. p.28.

⁶⁴⁷⁹ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p.157.

⁶⁴⁸⁰ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

⁶⁴⁸¹ POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

⁶⁴⁸² Mestrando - Universidade Federal Rural de Pernambuco

matéria em questão. A análise do questionário perpassa no estudo de como os alunos se relacionam com o conhecimento histórico e de que forma os alunos se sentem como sujeitos, atuantes ou não, na construção desse conhecimento. Os dados foram coletados através de um instrumento de investigação composto por um conjunto de questões históricas fechadas envolvendo opinião, importância, interesse e como se dão as aulas de História na turma investigada, assim como as formas de estudo no ambiente domiciliar. Visto que a consciência histórica não é homogênea, percebemos respostas difusas mesmo em se tratando de duas únicas turmas com o mesmo professor e sobre o mesmo assunto. O resultado geral indicou que a História, apesar de não vista como “apenas uma matéria” é, ainda, difícil de ser entendida como atuante em suas vidas práticas.

Palavras-Chave: História e Ensino; Didática da História; Aprendizagem Histórica; Consciência histórica.

Introdução

O seguinte artigo tenta trazer e demonstrar as fragilidades e potencialidades encontradas durante a atividade de campo feita para a cadeira de Prática 1. A escola estudada foi a escola EDB, da rede pública estadual, no Recife, em uma área considerada nobre em frente a um parque e uma galeria próxima que possui lanchonete e gráfica. Pela amostragem da pesquisa, o público frequentador tem por renda familiar predominantemente de um a três salários mínimos.

Trataremos do desenvolvimento da pesquisa sobre a relação entre o saber histórico escolar e a formação da consciência histórica de adolescentes na escola em questão. O projeto tem como objetivo analisar as concepções de história dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental do turno da Tarde. Para tal, foi necessário elaborarmos um instrumento de pesquisa em que fosse possível verificar por meio de um questionário aplicado em sala de aula, as correlações entre consciência histórica e o saber histórico escolar. Nossa coleta de dados se deu por um questionário elaborado com questões afirmativas, que ajudam na identificação de elementos que constituem a concepção de história, e os que contribuem para a formação dos saberes históricos. As perguntas permitiram que os discentes respondessem assinalando uma das alternativas de uma escala de valoração tipo "Likert". Nesta verificação, utilizamos a metodologia survey, com perguntas que se relacionam com as concepções de consciência histórica. Durante as aulas da disciplina de Prática de História I fizemos um levantamento bibliográfico acerca da aprendizagem histórica, consciência histórica, didática da história e as definições atribuídas ao termo história. Apropriamos-nos e adaptamos o instrumento de pesquisa traduzido e modificado pelo Grupo de Estudos em Didática da História, coordenado pelo profº Luís Cerri, o *Youth and History*. A partir dessa análise e um levantamento de trabalho sobre a aprendizagem em história e os conceitos de história nas escolas do Recife, nos utilizamos de questões que dialogam com o tempo presente, e as vivências desses jovens, a fim de verificar o seu entendimento sobre os objetivos da História, o que é História, quais seus interesses na História, como se dão as aulas de História e qual forma foi encontrada para se estudar a matéria fora da escola.

Sobre Utilização De Questionário

A pesquisa ocorreu entre os meses setembro a novembro do ano de 2015, com a coleta dos dados tendo ocorrido durante quatro dias dos meses de setembro e outubro enquanto sua análise se deu em novembro. Foram entrevistados 46 alunos de duas turmas do horário da tarde do nono ano do Ensino Fundamental da EDB, no Recife.

No primeiro contato nós realizamos observações acerca da ecologia escolar, tentando levantar os pontos estruturais que poderiam nortear nossa pesquisa. Aqui, procurávamos entender como o espaço físico e social da escola, independentemente de suas aulas, poderiam afetar os discentes. A EDB possui uma ampla área de convivência, apesar dos corredores estreitos, onde alunos ficam durante seus momentos de intervalo entre aulas, a

quadra da escola está comumente trancada e seu uso é apenas para os momentos de aula de Educação Física, não podendo ser utilizada para entretenimento; As salas do colégio tem portas e janelas gradeadas, gerando-nos um mal estar, uma sensação de encarceramento, com cadeiras e mesas quebradas ainda jogadas nos cantos, com poucos ventiladores funcionais. O clima quente deixava a sala abafada e era comum que alunos necessitassem se abanar ou disputassem lugares sob os ventiladores, com alegações de que com o calor não conseguiam assistir a aula.

Apesar de não trazermos como foco o estudo do ambiente escolar, decidimos mostrar esta realidade dos discentes para expor fatores contributivos que devem ser levados em conta no estudo do ensino-aprendizagem de História.

O segundo momento dessa análise foi a utilização de um questionário baseado num modelo proposto por Luís Fernando Cerri, onde nos utilizamos de seis perguntas que visavam estudar aspectos diferentes do processo de Ensino-Aprendizagem e quais as concepções e relações que os alunos possuem com a disciplina.

O questionário foi dividido em duas partes, a primeira, que traça o perfil socioeconômico dos discentes e a segunda parte que visa estudar os seus conceitos de História, propriamente dita. As seis questões trabalhadas foram questões fechadas que versavam a despeito de como os discentes se relacionavam com a disciplina escolar História. Além disso, guiaram-se num modelo da escala “Likert” na qual os discentes poderiam especificar seu grau de concordância com uma dada afirmação.

Após a aplicação do questionário e com as respostas em mãos, os questionários foram lançados na plataforma *Google Docs*, criando formulários com gráficos que possibilitaram uma melhor visualização e análise dos resultados.

Análise e interpretação do questionário

Tomamos como grupo de amostragem as classes “C” e “D” do 9º Ano do Ensino Fundamental, compostos respectivamente por 26 e 20 alunos que responderam ao questionário. Dessa totalidade entrevistamos 54,3% se identificaram como do sexo feminino e 39,1% como masculino, tendo 2,2% de alunos que marcaram ambas as alternativas e 4,3% que não marcaram qualquer alternativa.

Acerca da faixa etária é predominantemente composta por jovens de 14 e 15 anos (34,8% e 37%, respectivamente), e a renda mensal dos entrevistados fica, em sua maioria, entre 1 e 3 salários mínimos, representando 80,7% dos entrevistados.

A pergunta seguinte buscou averiguar quais os sentidos que os alunos atribuíam à História, trazendo, através de assertivas diretas, os entendimentos dos alunos. Dividida em cinco tópicos abaixo demonstrados.

É possível retirar dessas assertivas o entendimento de que os alunos têm uma visão de uma história não restrita à sala de aula, com uma somatória de 47,8% dos alunos discordando de seu papel como apenas uma matéria; número que é eclipsado pelos 52,2% que concordam que ela é apenas uma matéria ou que concordam parcialmente. Essa informação nos leva a refletir um entendimento sobre a História como é levada à sala de aula nessa turma, que teve em sua construção uma visão não-prática do ensino de História, sem perceberem ou receberem qualquer conexão entre a matéria e seu meio social.

Esse desconforto com a matéria é verificado nas demais assertivas, que tentam caracterizar mais profundamente as finalidades da matéria para esses alunos, que discordam em sua maioria que a História “é uma forma de aprender com o erro dos outros” e que “por meio dela, é possível compreender minha vida como parte das mudanças da História”, dessa forma não se entendendo como sujeitos históricos. Conforme Jaime e Carla Pinsky⁶⁴⁸³, o aluno deve entender-se como sujeito histórico. Deve entender que a História é feita por seres humanos e que todos constroem a História. Para isso, a disciplina deveria se tornar mais

⁶⁴⁸³ PYNISKY, Jaime; PYNISKY, Carla Bassanezi. Por uma história prazerosa e conseqüente. In: KARNAL, Leandro. (org.) **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2009.

próxima e sensível à realidade dos discentes, possibilitando uma maior interação com a matéria estudada.

Veja a seguir a tabela completa de valores da primeira questão:

1ª) Em sua opinião o que é História			
	Concordo	Discordo	Mais ou Menos
A - É apenas uma Matéria	17,4%	47,8%	34,8%
B - Um jeito de aprender com os erros e acertos dos outros	4,3%	43,5%	52,2%
C - Algo sem utilidade que se refere apenas ao passado. Não tem nenhuma relação com minha vida.	8,7%	60,9%	30,4%
D - Mostra que é necessário compreender o passado para melhor entender o Presente.	78,3%	8,7%	13%
E - Por meio dela, compreendo minha vida como parte das mudanças na História	34,8%	21,7%	43,5%

A função do segundo quesito é elucidar quais aspectos da História os discentes consideram de maior importância, dessa forma, elencamos alguns dos mais icônicos objetivos do estudo da matéria. Lendo-se a tabela abaixo, categorizou-se como importante a descoberta do passado (52,2%) e o entendimento do presente (58,7%) com “obter uma orientação para o futuro” sendo valorado como Muito importante (54,3%). Podemos crer por meio desta inferência que ao marcar o objetivo “C” os alunos apresentam um viés de consciência histórica exemplar, valorando as ações do passado e formulando regras para a obtenção de êxitos no futuro, se abstendo como sujeito histórico capaz de promover intervenções possibilitadoras de mudanças em sua realidade, isso não está em contradição com o que vimos no quesito anterior onde “Compreender o passado para melhor entender o futuro” obteve 78,3% da concordância entre os discentes.

2ª) Para você, qual a importância dos seguintes objetivos quando estudamos História			
	Pouco importante	Importante	Muito importante
A – Descobrir o Passado	23,9%	52,2%	23,9%
B – Entender o Presente	15,2%	58,7%	26,1%
C – Obter uma orientação para o Futuro	23,9%	21,7%	54,3%

O terceiro quesito foi usado para tentar entender qual o interesse dos alunos pelos diversos períodos historiográficos. O interesse médio prevaleceu em todos os períodos, rivalizando com o interesse total apenas na Idade Moderna. A História *quatripartite* de visão eurocêntrica não desenvolve no aluno um interesse em particular por nenhum período assinalado, como se pode ver, na tabela abaixo:

3º) aponte seu interesse por cada período da História

	Nenhum	Pouco	Médio	Total
A – Surgimento do Homem	10,9%	28,3%	39,1%	21,7%
B – Antiguidade	6,5%	30,4%	37%	26,1%
C – Idade Média	10,9%	13,4%	39,1%	19,6%
D – Idade Moderna	6,5%	28,3%	32,6%	32,6%
E – Contemporaneidade	15,2%	21,7%	37%	26,1%

As alternativas da quarta questão são relacionadas com os interesses de temáticas históricas apresentadas aos alunos, mesclando temas da macro e da micro-história numa tentativa de perceber como estas perspectivas historiográficas estão sendo expostas em sala de aula. Acerca da Macro-História temos as assertivas A, B e F; Enquanto na Micro-História as alternativas representantes são C, D e E.

Pode-se perceber um interesse muito mais elevado nas temáticas da Macro-História, notando que o “Interesse Total” na alternativa A, chegou a surpreendentes 0%. Pelo pouco interesse em temas relativos à Micro História, podemos questionar o papel que essa História letiva tem tomado; essas respostas reforçam a carência dos alunos de uma História que trate de temas mais cotidianos e que se relacione com eles, trazendo temas mais palpáveis ao alunado.

É importante fazer saber que talvez essas respostas derivem de um total desconhecimento desses temas propostos, reafirmando o que já foi dito. Talvez, essa possível falta de apresentação de temas da Micro-História em sala de aula leve os alunos a desgostarem do tema, marcando opções negativas para representar seu interesse.

O interesse maior da Macro-História foi a alternativa “D” que obteve 84,8% de interesse Médio e Total somados, possibilitando o entendimento de que talvez, por ser a mais vista durante todo o período letivo, seja uma das mais bem qualificadas demonstrando uma valoração por familiaridade com o tema. O restante das alternativas da Macro-História somaram, ambas, acima de 60% nas somatórias do interesse Médio e Total.

4º) Qual seu interesse pelos seguintes temas da História?

	Nenhum	Pouco	Médio	Total
A – Cotidiano das Pessoas Comuns	21,7%	50%	28,3%	0%
B – Sujeitos politicamente importantes no poder	21,7%	39,4%	30,4%	17,4%
C – Guerra e Ditaduras	6,5%	28,3%	26,1%	39,1%
D – A cultura dos povos distantes	8,7%	6,5%	34,8%	50%
E – Desenvolvimento da Indústria e do Comércio	2,2%	32,6%	34,8%	30,4%
F – História de Temas Específicos	10,9%	6,5%	37%	45,7%

A quinta questão tem como importância entender o funcionamento da didática do ensino de História e porque o seu estudo é tão válido como visto na tabela a seguir. É preciso

apreender que o ensino de História também contribui para a formação de experiências de integração entre o presente e o passado, como Wilian Bonete⁶⁴⁸⁴ disserta. Procuramos elencar algumas práticas pedagógicas e analisar como se dão essas aulas nas turmas investigadas.

Através da leitura das alternativas e seus resultados, percebemos que as práticas ditas tradicionais são predominantes na sala de aula, e a utilização dos livros didáticos se faz bastante presente, sendo usados frequentemente segundo 34,6% dos alunos e às vezes segundo 32,6%. As alternativas que merecem nota, entretanto, são a “B” e a “A”, que denotam uma aula centrada na figura do professor, que discursa durante toda aula sobre eventos históricos e valora seus acontecimentos.

No que concerne a apresentação de diferentes versões de fatos históricos, analisa-se que o professor tende a trazer aspectos distintos de um mesmo fato, ao mesmo tempo, podemos perceber que a apropriação por parte dos alunos não se dá de forma frequente, como visto nas alternativas “C”, que soma, entre “Frequentes” e “Às Vezes” 71,8%.

Apesar do ato de lembrar e reinterpretar a História ser importante para o ensino-aprendizagem da disciplina em questão, podemos averiguar por meio das observações das aulas que isto não tem se dado de forma frequente nas turmas do nono ano do horário da tarde do colégio EDB.

Acerca da utilização de linguagens alternativas e materiais didáticos podemos perceber que, como já fora dito anteriormente, a visão tradicional prevalece, com a utilização do livro didático, sendo a mais frequente entre as opções “E”, “F”, “G” e “J” que nos trazem essa discussão. Apesar da opção “E” ter 13% de respostas “Frequente”, bem como o uso de Documentos Históricos, que obteve 10% (e é parte importante da *praxis* do historiador), o uso de outros materiais que não os livros didáticos acabam sendo deixados de lado, assim como seu uso como forma de avaliação, como visto na opção “J”, com apenas 6,5% dos alunos considerando sua presença frequente.

Apesar de grande importância para a educação patrimonial, as visitas a espaços como museus, são espaços nunca visitados pelos alunos, somando 78,3 de respostas “Nunca” na frequência de visitas. Outro local bastante importante para a compreensão de que somos sujeitos históricos é a Comunidade, é importante mostrar para os discentes o quanto o seu meio mais próximo é parte integrante e fruto de um processo histórico, isso ajudaria em sua concepção como um autor da história. Apesar disto, os discentes entrevistados afirmaram por meio das alternativas que tal espaço nunca é visitado (87%).

5º) Como se dão as aulas de História em sua turma

	Nunca	Quase nunca	Às vezes	Freq.
A – Ouvimos o professor falando sobre o passado	0%	2,2%	19,6%	78,3%
B – Ficamos sabendo o que foi certo e errado na História	2,2%	10,9%	37%	50%
C – Discutimos diferentes versões dos acontecidos	6,5%	21,7%	37%	34,8%
D – Lembramos e reinterpretamos a História	21,7%	15,2%	43,5%	19,6%

⁶⁴⁸⁴ Bonete, Wilian Junior. **Ensino de história, consciência histórica e a educação de jovens e adultos.** Londrina, 2013. Disponível em: < <http://www.uel.br/pos/mesthis/WilianJBonete.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2015

E – Ouvimos música e vemos filmes sobre História	28,3%	17,4	41,3%	13%
F – Usamos o Livro Didático/Apostila ou Xerox	6,5%	26,1%	32,6%	34,8%
G – Conhecemos documentos históricos	34,8%	28,3%	26,1%	10,9%
H – Visitamos museus	78,3%	15,2%	4,3%	2,2%
I – Visitamos nossa Comunidade	87%	10,9%	2,2%	0%
J – Apresentamos trabalhos com teatro ou outras formas criativas	47,8%	26,1%	19,6%	6,5%

Com o intuito de averiguar como se dá a aprendizagem de História fora dos muros escolares, resolvemos questionar aos alunos de que modo costumam estudar História. Para isso, apresentamos alternativas que possibilitassem uma visão mais tradicional, como a utilização do livro didático e anotações feitas em sala, e outras que considerassem outros materiais didáticos que possibilitassem o estudo da referida disciplina.

Como no quesito anterior e com base na tabela abaixo, podemos inferir que a utilização dos livros didáticos e as anotações feitas em sala se sobrepõem a outras formas menos convencionais de estudo, com apenas o acesso a blogs e páginas da internet chegando a um patamar próximo. A utilização de obras distintas do livro didático e a utilização de músicas e filmes foram marcadas como “Nunca”, respectivamente, 41,3% e 47,8%.

6º) Em casa, de que forma você costuma estudar História?

	Nunca	Quase nunca	Às vezes	Freq.
A – Utilizando o livro didático	21,7%	13%	32,6%	32,6%
B – Lê as anotações feitas em sala de aula	13%	17,4%	37%	32,6%
C – Acessando blogs e páginas de internet	23,9%	17,4%	37%	21,7%
D – Lendo obras distintas do livro didático	41,3%	28,3%	21,7%	8,7%
E – Ouvindo músicas e vendo filmes sobre o assunto	47,8%	15,2%	23,9%	13%

Conclusão

Ao utilizar um instrumento de pesquisa como o questionário na busca por averiguar como se dá o Ensino-Aprendizagem, busca-se lançar uma reflexão sobre as práticas pedagógicas utilizadas na formação do conhecimento histórico. Por meio da análise das respostas obtidas por meio dos questionários puderam ser inferidas quais acepções que o grupo de alunos em estudo revelaram acerca da disciplina escolar História. Com tais respostas podemos buscar mecanismos e procedimentos que visem trazer uma história possível de ser aplicada na transformação da realidade dos sujeitos.

Por meio dessas respostas, pudemos perceber que a questão curricular pode e deve ser melhor discutida a fim de trazerem questões que possibilitem uma maior aproximação

com as realidades experimentadas pelos alunos. Circe Bittencourt⁶⁴⁸⁵, 2004, aponta em quais sentidos as mudanças a despeito do currículo devem seguir.

"As mudanças curriculares devem atender a uma articulação entre fundamentos conceituais históricos, provenientes da ciência de referência, e as transformações pelas quais a sociedade tem passado em especial as que se referem às novas gerações. Diversidade cultural, problemas de identidade social e questões sobre as formas de apreensão e domínio das informações impostas pelos jovens formados pela mídia, com novas perspectivas e formas de comunicação, têm provocado mudanças no ato de conhecer e aprender o social" (Bittencourt, 1992: 135).

Temos a total compreensão de que nossa pesquisa dá conta de uma mostra muito pequena, mas, no entanto, cremos que vários de seus pontos perpassam uma grande parte das problemáticas do ensino de História em outros espaços escolares.

Anexo

Questionário Alunos					NIQ: <input type="text"/>									
Instituição de ensino: _____														
Ano: <input type="checkbox"/> 9º ano (EF) <input type="checkbox"/> 3º ano (EM)		Sexo: <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Masculino		Idade: _____										
Renda mensal familiar: <input type="checkbox"/> Até 01 SM <input type="checkbox"/> De 01 a 03 SM <input type="checkbox"/> De 03 a 05 <input type="checkbox"/> De 05 a 15 SM <input type="checkbox"/> +15 SM														
-Por meio deste questionário gostaríamos de averiguar como o jovem vê a disciplina escolar de História. -Não existem respostas certas ou erradas. Queremos suas opiniões. -O professor não terá acesso as suas respostas. As informações pessoais aqui contidas serão confidenciais. -Caso tenha dúvidas sobre alguma questão, por favor, chame o pesquisador para esclarecê-la.														
1º) Em sua opinião o que é História?			Discordo			Mais ou menos			Concordo					
a) É apenas uma matéria escolar			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>					
b) Um jeito de aprender com os erros e acertos dos outros			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>					
c) Algo sem utilidade, refere-se apenas ao passado. Não tem nenhuma relação com minha vida.			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>					
d) Mostra que é necessário compreender o passado para melhor entendermos o presente			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>					
e) Por meio dela, compreendo minha vida como parte das mudanças na história.			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>					
2º) Para você, qual a importância dos seguintes objetivos quando estudamos História.			pouco importante			Importante			Muito importante					
a) Descobrir o passado			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>					
b) Entender o presente			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>					
c) Obter uma orientação para o futuro.			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>					
3º) Aponte seu interesse por cada período da História:			Nenhum			Pouco			Médio			Total		
a) Surgimento do homem			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>		
b) Antiguidade			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>		
c) Idade Média			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>		
d) Idade Moderna			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>		
e) Contemporaneidade			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>		
4º) Qual seu interesse pelos seguintes temas da História?			Nenhum			Pouco			Médio			Total		
a) O cotidiano das pessoas comuns.			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>		
b) Sujeitos politicamente importantes no poder			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>		
c) Guerra e ditaduras			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>		
d) A cultura de povos distantes.			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>		
e) O desenvolvimento da indústria e do comércio			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>		
f) História de temas específicos (história da Música, da Igreja da TV etc)			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>		
5º) Como se dão as aulas de História em sua turma?			Nunca			Quase nunca			As vezes			Frequentemente		
a) Ouvimos o professor falando sobre o passado.			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>		
b) ficamos sabendo o que foi certo e errado na História.			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>		
c) Discutimos diferentes versões dos acontecidos			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>		
d) Lembramos e reinterpretemos a História			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>		
e) Ouvimos músicas e vemos filmes sobre História.			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>		
f) Usamos o livro didático/apostila ou Xerox			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>		
g) Conhecemos documentos históricos			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>		
h) Visitamos museus			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>		
i) Visitamos nossa comunidade			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>		
j) Apresentamos trabalhos com teatro ou outras formas criativas.			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>		
6º) Em casa, de que forma você costuma estudar História?			Nunca			Quase nunca			As vezes			Frequentemente		
a) Utilizando o livro didático.			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>		
b) Lê as anotações feitas em sala de aula.			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>		
c) Acessando blogs e páginas de internet.			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>		
d) Lendo obras distintas do livro didático.			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>		
e) Ouvindo músicas e vendo filmes sobre o assunto.			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>		
f) Usamos o livro didático/apostila ou Xerox			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>		

⁶⁴⁸⁵ BITENCOURT, Circe Maria Fernandes. Os confrontos de uma disciplina escolar: da História sagrada à História profana. IN: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH. V. 13; n. 25/26; set. 1992/ago. 1993.

*Wilson Roberto Chiarelli Júnior*⁶⁴⁸⁶
chiarelli.wilson@gmail.com

Resumo: Olinda é um município do Estado de Pernambuco, cuja vila colonial foi fundada por Duarte Coelho no ano de 1535. Erguida sobre uma colina, de acordo com Manoel Neto Teixeira, por sua beleza paisagística e por questões estratégicas⁶⁴⁸⁷. A cidade, atualmente, segundo o IBGE em 2016, é dotada de um território de 41.681 Km² e uma população estimada em 389.494 habitantes no ano de 2015.

O município é internacionalmente reconhecido pelo seu enorme acervo de bens culturais em pedra e cal e suas porções singulares de cidades que têm elementos sociais, econômicos e culturais bem específicos, dignos de serem salvaguardadas.

São legados tanto de origem popular, como da elite local e manifestações de etnias diversas. O Centro Histórico de Olinda, é o lar de estruturas de valor histórico como o Mercado Eufrásio Barbosa, o Mosteiro de São Bento, a Catedral da Sé, o Farol de Olinda, o Forte de São Francisco, entre outros mais.

O presente artigo tem como objetivo, descrever a prática pedagógica, envolvendo a confecção dos quadrinhos produzidos pelos alunos das séries finais do Ensino Fundamental do Colégio Imaculado Coração de Maria em uma ação interdisciplinar dos currículos de História e História da Arte, obedecendo as normas do PCN de História e atendendo as demandas do Plano Municipal de Educação Patrimonial, confeccionaram uma série de histórias em quadrinhos sobre a valorização do Patrimônio Histórico Cultural de Olinda.

Palavras-chave: História em Quadrinhos; Patrimônio; Educação.

Breve histórico do processo de tombamento do Sítio Histórico de Olinda.

Durante os anos de 1960, em âmbito nacional e internacional, iniciou-se uma discussão sobre a importância da preservação de áreas históricas. No Brasil, os debates foram motivados pelo crescente desenvolvimento urbano e industrial. O expansionismo gerado pelo progresso ameaçava os bens culturais e promovia uma desvalorização e desprestígio em diversos sítios históricos, incluindo o do município de Olinda.

Augusto Silva Telles (DPHAN-RJ) e José Luiz Mota Menezes (DPHAN-Recife) iniciaram no ano de 1962, o processo de tombamento do Sítio Histórico de Olinda. O dossiê gerado pelos técnicos do IPHAN destacaram aspectos urbanísticos, arquitetônicos e paisagísticos. Seis anos mais tarde, a Notificação nº 1004/68, de 21/03/1968 descreveu os limites do polígono de preservação; 1,2 Km² do que ficou conhecido como Sítio Histórico de Olinda. O tombamento de 1968 registrou o sítio como acervo arquitetônico e urbanístico em três livros do tomo: o Histórico, o de Belas Artes e o Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Dezessete anos mais tarde ocorreu a estruturação do Complexo de Salgadinho, área que se localiza na divisa dos municípios de Recife e Olinda, trazendo novas discussões a cerca da preservação paisagística do Sítio Histórico de Olinda. Nomes como Luiz Delgado, membro do Conselho Estadual de Cultura, e Gilberto Freyre, que na ocasião presidente do Conselho de Cultura do Estado, apontaram para a iminente descaracterização da área de preservação de Olinda e a possível destruição de ecossistemas próprios. Com o desenvolvimento de novas estruturas na região, a visibilidade das colinas seriam afetadas à distância.

Baseada nesses argumentos, a FUNDARPE fez uma nova proposta de delimitação do Sítio Histórico de Olinda ao IPHAN. O resultado foi a Notificação Federal nº 1.155 de

⁶⁴⁸⁶ Pós-graduado (Lato Sensu) em História das Artes pela Universidade Federal Rural de Pernambuco e Mestrando pelo PPGH/UFRPE.

⁶⁴⁸⁷ TEIXEIRA, Manoel Neto. **Olinda: das colinas à planície**. Olinda: Polys Editora, 2004.

04/06/1979, que ampliou de 1,2 Km² para 10,4 Km² a área de preservação, dividindo-o em setores, com níveis de proteção e parâmetros de intervenção diversificados. No ano de 1985, a Notificação Federal nº 1.155 foi revisitada, com o objetivo de solucionar problemas relativos a legislação e jurisdição sobre o Sítio Histórico de Olinda para a aplicação de políticas públicas no município. A rerratificação do texto veio a ampliar a proteção de bens culturais, transformando a delimitação do polígono de acordo com o relevo e a tipologia e cronologia do casario.

Sete anos mais tarde surge a Legislação Urbanística dos Sítios Históricos de Olinda, Lei nº 4849/92, considerada a mais importante e, atualmente responsável pelas diretrizes e manutenção do Sítio Histórico da cidade. Apoiada na rerratificação do Polígono de Tombamento do Município de Olinda e seu Entorno – nº1155/79, o documento trás atualizações acerca das novas demandas do centro histórico do município.

O Grupo de Trabalho de Educação Patrimonial – GTEP.

No ano de 2013 o Grupo de Trabalho de Educação Patrimonial GTEP - órgão da Secretaria do Patrimônio e Cultura de Olinda da Prefeitura de Olinda - desenvolveu o Plano Municipal de Educação Patrimonial 2013-2022 com o objetivo de ampliar as perspectivas de reconhecimento e valorização dos bens culturais pelo povo.

“foi elaborado com o intuito de nortear a política pública do município e se apresenta como resultado de um processo democrático que visa contribuir e criar ferramentas para a inclusão do cidadão olindense na discussão ampla e crítica acerca do seu patrimônio⁶⁴⁸⁸” .

O Plano Municipal de Educação Patrimonial insere a comunidade, empresas e instituições responsáveis no processo de valorização do Patrimônio Histórico Cultural do município. Possibilita a inserção do tema nos currículos escolares, possibilitando a prática dos métodos da Educação Patrimonial e atende as demandas referentes ao assunto de acordo com o PCN de História.

“Isto significa tomar os objetos e expressões do Patrimônio Cultural como ponto de partida para a atividade pedagógica, observando-os, questionando-os e explorando todos os aspectos, que podem ser traduzidos em conceitos e conhecimento⁶⁴⁸⁹” .

No ano de 17/07/2015, o GTEP lançou a cartilha Nepo e a Preservação do Patrimônio Histórico, uma produção em quadrinhos utilizada como material didático na Escola Municipal Duarte Coelho, resultado da política pública em questão.



⁶⁴⁸⁸ **Plano Municipal de Educação Patrimonial.** Olinda, 2013. Disponível em: <http://www.olinda.pe.gov.br>. Acesso em: 18 nov. 2015.

⁶⁴⁸⁹ Ibid.

As histórias em quadrinhos na escola.

As instituições escolares não devem ser locais de reprodução de pensamentos. Pelo contrário, é um ambiente que tem por finalidade a produção de novos conhecimentos, que atendam as necessidades da comunidade local. Porém, nem sempre o que está escrito nos currículos formais das disciplinas é o que corresponde à realidade do cotidiano escolar.

Há outras propostas em curso no campo de pesquisa acadêmico da historiografia sobre o currículo no âmbito pedagógico, o que possibilitou uma série de novas vias que surgiram com a finalidade de transformar as práticas ditas “tradicionais” e pouco inspiradoras. Como apontam autores como Circe Bittencourt (2011) nas últimas décadas foram formuladas novas propostas curriculares que objetivam:

“As transformações no ensino de História podem ser identificadas mediante a análise de várias propostas curriculares elaboradas a partir de 1980 pelos Estados e municípios e pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, produzidos pelo poder federal na segunda metade da década de 90. Nos últimos dez anos tem surgido uma variedade de propostas que almejam proporcionar um ensino de História mais significativo para a geração do mundo tecnológico, com seus ritmos diversos de apreensão do presente e seu intenso consumismo, o qual desenvolve, no público escolar, expectativas utilitárias muito acentuada⁶⁴⁹⁰.”

Como vemos, reflexões relativas às práticas educativas são de grande importância para a ampliação do conceito de ensino de história e aplicabilidade da Educação Patrimonial. Criação de atividades pedagógicas que levem para dentro da escola elementos culturais que facilitem a compreensão dos conteúdos e aproximem alunos dos objetivos dos professores; seja através de um filme, video jogo, HQ ou qualquer outra ferramenta tecnológica que torne a disciplina de história mais prática e atrativa.

Através dos métodos da Educação Patrimonial estabelecidos pela autora Maria de Lourdes Parreira Horta, os professores planejaram e executaram aulas onde os alunos foram orientados a desenvolver universos ficcionais com a linguagem da 9ª arte. No processo de produção, os discentes passaram pelas quatro etapas propostas pela autora.

Por Educação Patrimonial entende-se um “processo permanente e sistemático centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo⁶⁴⁹¹”. A metodologia da educação patrimonial consiste em um sequência de etapas; observação, registro, exploração e apropriação⁶⁴⁹². O processo foi aplicado ao longo do primeiro semestre de 2015.

O recorte proposto foi escolhido em virtude das demandas municipais e federais, pela relevância de registrar os resultados dos membros da oficina de HQ como protagonistas da História, tendo em vista o desenvolvimento de práticas educativas que potencialize a memória e a valorização do Patrimônio Histórico Cultural do município no ensino de história.

As histórias em quadrinhos constituem um tipo de linguagem que, de maneira simples atrai as atenções de milhares de consumidores. Apesar da difusão de novas mídias tecnológicas, as HQ's ainda fazem parte da cultura popular, atraindo milhares de fãs, e formado por um público exigente e ávido por novidades.

⁶⁴⁹⁰ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2011. p.99

⁶⁴⁹¹ HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999. p.13

⁶⁴⁹² Ibid.

Atualmente existe uma diversificada literatura afirmando o quanto é comum e natural a utilização deste tipo de linguagem para facilitar a compreensão dos conteúdos em sala de aula. Segundo Waldomiro Vergueiro (2010. p.26), não existe limite para a utilização das HQ's em sala de aula. Para ele, tudo vai depender da criatividade do professor e de como vai aplicar esse tipo de estratégia em sala de aula.

“Os quadrinhos podem ser utilizados em qualquer nível escolar e com qualquer tema – não existe qualquer barreira para o aproveitamento das histórias em quadrinhos nos anos iniciais e tampouco para sua utilização em séries mais avançadas, mesmo em nível universitário. A grande variedade de títulos, temas e histórias existentes permite que qualquer professor possa identificar materiais apropriados para sua classe de alunos, sejam de qualquer nível ou faixa etária, seja qual for o assunto que deseje desenvolver com eles⁶⁴⁹³”.

Nesse sentido, Waldomiro desmistifica a ideia de que as HQ's são produções literárias pedagogicamente inviáveis e insere a 9ª arte em âmbito escolar e acadêmico, podendo ser trabalhado com alunos de qualquer idade.

Edgar Franco e Gabriel Lyra Chaves (2013), ambos teóricos sobre a arte do fanzine e insentivadores da criação de universos autorais em sala de aula, chamam a atenção para a importância de estimular a criatividade e o conhecimento a diversos elementos identitários de uma determinada cultura. Para esses autores, através dos universos ficcionais:

“Quando criamos um mundo, uma cosmologia, temos que usar empatia, temos que nos colocar no lugar do outro, pensar como ele poderia estar pensando naquela situação. Isso nos torna menos dogmáticos, mais receptivos à visão de mundo dos outros, mais solidários, menos autocentrados⁶⁴⁹⁴.”

A criação de universos ficcionais pode estimular a valorização do patrimônio cultural de maneira ecológica, “capaz de enxergar a vida que há nos objetos” (RAMOS, 2008,p.61) na medida em que inserem os alunos em uma trama envolvendo os bens culturais:

“Elementos sociais como costumes, comportamentos, formas de segregação, dentre outros, quando transpostados para o contexto narrativo, podem ser usados com alvos para as críticas que se deseja tecer. Neste contexto, o deslocamento conceitual existiria como uma espécie de alegoria, através da qual determinado objeto é retratado de forma distinta, mantendo, contudo, as possibilidades de reconhecimento⁶⁴⁹⁵.”

Através das HQ's os discentes podem apresentar elementos culturais de épocas passadas, o que pode contribuir para construção do conhecimento histórico, e representações do período em que está inserido, podendo cometer anacronismos, preconceitos, etnocentrismo ou qualquer tipo de reflexão crítica pertinente aos objetivos do conteúdo.

No Brasil, as histórias em quadrinhos têm se mostrado como um importante meio de comunicação e um grande difusor cultural nos últimos anos. Aplicadas de maneira

⁶⁴⁹³ RAMA, Angela, VERGUEIRO Waldomiro, **Como usar as Histórias em Quadrinhos na Sala de Aula**. São Paulo: Editora Contexto, 2010. p.24-25.

⁶⁴⁹⁴ SANTOS, Elydio dos e SILVA Marta Regina Paulo da. **Histórias em Quadrinhos e Práticas Educativas**: O trabalho com universos ficcionais e fanzines. São Paulo: Criativo, 2013. p.30.

⁶⁴⁹⁵ SANTOS, Elydio dos e SILVA Marta Regina Paulo da. **Histórias em Quadrinhos e Práticas Educativas**: O trabalho com universos ficcionais e fanzines. São Paulo: Criativo, 2013. p.35.

sistemática as HQ's têm um enorme poder educativo. Por isso, centenas de obras são produzidas com o objetivo de entreter ou contribuir para o desenvolvimento escolar de alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

HQ's para estudo do patrimônio cultural.

Pensando no poder educativo da 9ª arte, as HQ's produzidas pelos alunos das séries finais do Ensino Fundamental II do Colégio Imaculado Coração de Maria foram compiladas e transformadas em uma pequena revista interativa. Além das histórias o material foi complementado com diversos jogos de passatempo envolvendo os bens culturais de Olinda; Jogo das Permanências e Mudanças, Cruzadinhas, Caça-Palavras e Labirinto.

As HQ's foram desenvolvidas de maneira interdisciplinar com o auxílio dos professores de História, para a escolha dos bens culturais e articulação dos conteúdos, História da Arte, para as questões referentes à linguagem da 9ª arte, e os docentes de Redação e Gramática, com as correções gramaticais dos textos inseridos nos balões.

“Os currículos escolares são comumente sobrecarregados, com disciplinas que competem entre si por limitação do tempo em sala de aula e pelas normas oficiais estabelecidas. Os objetos patrimoniais, os monumentos, sítios e centros históricos, ou o patrimônio natural são um recurso educacional importante, pois permitem a ultrapassagem dos limites de cada disciplina, e o aprendizado de habilidades e temas que serão importantes para a vida dos alunos⁶⁴⁹⁶”.

Os alunos passaram pelas etapas metodológicas da Educação Patrimonial sugeridas pela Museóloga Maria Lourdes Parreiras Horta (1999). São quatro etapas, que colocam em prática o poder de percepção, análise e interpretação dos alunos. Através da metodologia em questão os discentes definiram, delimitaram e estabeleceram metas referentes aos objetos selecionados. No caso das oficinas do Colégio Imaculado Coração de Maria, o eixo temático girou em torno dos bens culturais de origem material e imaterial do Município de Olinda.

As etapas metodológicas presentes na Educação Patrimonial de Horta (1999), utilizadas nas oficinas, consistem em: observação, registro, exploração e apropriação. Inicialmente, a instituição de ensino promoveu uma ação didática ao Sítio Histórico de Olinda, onde os alunos tiveram a oportunidade de identificar os bens culturais através da visualização e do contato com os objetos, dando o primeiro passo do método em questão. No mesmo dia, os discentes foram acompanhados por um monitor que lhes forneceram informações específicas sobre os locais visitados. Através de fotografias e anotações, cumpriram parte da segunda etapa da metodologia, que tem o objetivo de fixar o conhecimento percebido possibilitando um aprofundamento do conteúdo e uma possível análise crítica.



Alunos do Colégio Imaculado Coração de Maria visitam o Sítio Histórico de Olinda – momento de observação e registro.

⁶⁴⁹⁶ HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999. p. 36.

Em sala de aula, houveram mais momentos para agregar novos conhecimentos através de pesquisas na internet e debates. Novas anotações foram realizadas, com o objetivo de viabilizar a interpretação de novas evidências relativas aos conteúdos e possibilitar a ampliação do desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo, operacional e crítico. Analisando documentos oriundos da rede de alcance mundial, os alunos encontraram novas evidências e significados que contribuíram para a ampliação dos enredos das HQ's.



Alunos do Colégio Imaculado Coração de Maria pesquisando sobre os bens culturais registrados no inventário – registro e exploração.

No último momento, os alunos formaram os mesmos grupos para o desenvolvimento das narrativas e arte das HQ's. Nesse sentido, os mesmos passaram por um processo de internalização dos conteúdos pesquisados, desenvolvimento da capacidade de auto-expressão e participação criativa, na medida em que representaram os bens culturais com traços próprios e roteiros originais.



Alunos do Colégio Imaculado Coração de Maria desenvolvendo as HQ's – Apropriação.

Foram produzidas diversas HQ's pelos alunos das séries finais do Ensino Fundamental II. Com destaque para onze delas, que apresentaram maior coerência nos textos, enquadramentos e elementos estéticos. Não queremos dizer que uma parcela da produção tenha sido melhor ou pior que outras. Porém, ficou evidente que algumas histórias tiveram mais critérios nos processos produtivos, causando uma disparidade nas composições.



HQ sobre o Homem da Meias Noite.



HQ sobre o Forte de São Francisco.

Com a finalidade de engrandecer os projetos na Educação Patrimonial, professores e alunos precisam refletir sobre uma culminância significativa, que chame atenção da comunidade escolar, um produto final.

“A maioria das crianças vai sentir que aproveitou mais a experiência se tiver um produto final tangível. Uma sessão de diapositivos, um vídeo ou uma pequena exposição podem documentar todo o processo”⁶⁴⁹⁷.

No caso das oficinas do Colégio Imaculado Coração de Maria, as HQ's foram compiladas e transformadas na sétima edição da Revista Misto&Quente, publicação desenvolvida pelos alunos da instituição desde o ano de 2011. Os exemplares do ano de 2015, foram distribuídos aos componestes das séries finais do Ensino Fundamental II em um evento de Audio Books, desenvolvido pelos próprios discentes.



Evento de apresentação dos Audio Books e os exemplares da Revista Misto&Quente com eixo temático voltado para a valorização do Patrimônio Histórico Cultural de Olinda.



Grupo de deficientes visuais que foram beneficiados pelos exemplares dos Audio Books e equipe de docentes das séries finais do Ensino Funamental II do Colégio Imaculado Coração de Maria.

⁶⁴⁹⁷ HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999. p.11

A última etapa do projeto, foi um momento de troca de experiências entre os alunos das séries finais do Ensino Fundamental II e alunos do terceiro ano do Ensino Fundamental I. A ação ocorreu com a colaboração dos professores e das coordenações da instituição. Um grupo de membros dos oitavos anos visitaram uma turma do terceiro ano para distribuição dos exemplares da revista, realização de apresentações, atividades lúdicas, leituras e resolução de exercícios referentes aos conteúdos da publicação.

Os alunos dos oitavos anos iniciaram a apresentação falando sobre a importância da preservação e valorização do Patrimônio Histórico Cultural. Apontaram aspectos fundamentais para essa preservação, como; evitar colar cartazes, não pichar os bens culturais, manter os monumentos limpos e mostrar que os bens culturais são importantes elementos identitários.



Apresentação: O que é Patrimônio Histórico Cultural, e quais seus diversos tipos?

Na etapa seguinte, foram feitas brincadeiras de permanências e mudanças. Foram apresentados, aos alunos do terceiro ano do Ensino Fundamental I, imagens dos bens culturais, em épocas passadas e da atualidade, para que pudessem apontar as diferenças e semelhanças entre as fotografias. Ao mesmo tempo, discutiam sobre as imagens para historicizar com os candidatos.



Brincadeira de reconhecimento dos bens culturais e das permanências e das mudanças.

A última atividade consistia em solucionar os exercícios de passatempo da revista; palavra cruzada, caça palavras e jogo das permanências e mudanças. Os alunos tiveram certa dificuldade em solucionar a caça palavras, uma vez que as perguntas não estavam diretamente relacionadas com as HQ's, além de conter um pequeno equívoco na diagramação dos quadrinhos de uma das palavras.



Conclusão

Os resultados das oficinas foram os mais diversos. Desde HQ's com roteiros coerentes e elementos culturais fidedignos, à materiais com figurinos, objetos tangíveis anacrônicos e narrativas sem nexos. Porém, em todos os casos, em virtude da visita referente à ação didática, os alunos tomaram conhecimento da existência dos monumentos investigados, provando que este contato pode facilitar o processo de ensino e aprendizagem. Através da análise de seus elementos estéticos, do inventariado e uma série de pesquisas realizadas pelos alunos, as oficinas estimularam a importância em preservar os bens culturais, desenvolvendo um sistêmico processo de salvaguarda.

Promoveram a criatividade, na medida em que construíram universos ficcionais para a formação das HQ's históricos e biográficos, elaboração das atividades de passatempo relativos aos conteúdos das histórias em quadrinhos e planejamento das apresentações ao grupo de alunos do terceiro ano. Por outro lado, deixam transparecer evidências sobre o quanto a vida digital está presente no cotidiano dos alunos, inserindo textos de sites de pesquisa sem as devidas referências, transpondo piadas da internet e estabelecendo ligação dos roteiros das narrativas com as redes sociais.

As apresentações dos alunos das séries finais do Ensino Fundamental II aos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental I colocaram em prática conteúdos que estão presentes no currículo da disciplina de História, através de atividades lúdicas e da leitura dos quadrinhos, como o conceito de passado, presente e futuro, noções de cidadania e elementos da vida urbana, e um assunto negligenciado no currículo da obra adotada em 2015 pela instituição; a História de Olinda, que evidenciou, através das explicações, seu Sítio Histórico, com seus bens culturais tangíveis e intangíveis, estimulando as noções de preservação do Patrimônio Histórico Cultural, contribuindo para a perpetuação da memória coletiva e provando que as histórias em quadrinhos podem ser pedagogicamente utilizadas nas escolas, com alunos de faixa etária diversificada e com um número semelhante de estratégias, que vão desde projetos de produção da 9ª arte à leitura das próprias HQ's.